00100.179980/2024-20

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIX SUP. A AO Nº 167, QUARTA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2024

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
3º - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
4º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

---

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 12ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de Abril de 2024 8

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Abril de 2024 37

Ata da 14ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de Abril de 2024 75

Ata da 15ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de Maio de 2024 136

Ata da 20ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de Maio de 2024 185

Ata da 21ª Reunião, Conjunta, realizada em 21 de Maio de 2024 (em conjunto com a 3ª Reunião da CTFC e 13ª Reunião da CAS) 222

Ata da 22ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de Junho de 2024 332

Ata da 23ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de Junho de 2024 384

Ata da 24ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de Junho de 2024 425

Ata da 25ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de Junho de 2024 495

Ata da 26ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de Julho de 2024 540

Ata da 28ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de Julho de 2024 576

Ata da 29ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de Julho de 2024 658

Ata da 30ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de Agosto de 2024 696

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Agosto de 2024 735

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Agosto de 2024 797

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Agosto de 2024 859

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 36ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de Agosto de 2024 905

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Agosto de 2024 934

Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Setembro de 2024 1001

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Setembro de 2024 1058

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Setembro de 2024 1097

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Setembro de 2024 1164

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Setembro de 2024 1228

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Setembro de 2024 1253

Ata da 47ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de Setembro de 2024 1324

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Setembro de 2024 1381

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 13ª Reunião, Conjunta, realizada em 21 de Maio de 2024 (em conjunto com a 21ª Reunião da CAE e 3ª Reunião da CTFC)**(Vide item 1.1)**

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Agosto de 2024 1443

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Agosto de 2024 1466

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Agosto de 2024 1488

1.3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Abril de 2024 1536

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Abril de 2024 1578

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Abril de 2024 1596

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Abril de 2024 1643

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Maio de 2024 1679

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Maio de 2024 1723

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Junho de 2024 1765

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Junho de 2024 1817

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Agosto de 2024 1866

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Agosto de 2024 1908

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Agosto de 2024 1951

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Agosto de 2024 1969

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Agosto de 2024 2032

Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Agosto de 2024 2076

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Setembro de 2024 2113

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Setembro de 2024 2165

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Setembro de 2024 2210

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Setembro de 2024 2276

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Setembro de 2024 2322

1.4 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 3ª Reunião, Conjunta, realizada em 21 de Maio de 2024 (em conjunto com a 21ª Reunião da CAE e 13ª Reunião da CAS)**(Vide item 1.1)**

1.5 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Fevereiro de 2024 2364

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Fevereiro de 2024 2398

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Fevereiro de 2024 2429

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Fevereiro de 2024 2458

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Março de 2024 2508

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Março de 2024 2559

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Março de 2024 2565

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Março de 2024 2610

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Março de 2024 2690

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Abril de 2024 2736

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Abril de 2024 2824

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Abril de 2024 2859

Ata da 14ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de Abril de 2024 2958

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Abril de 2024 2992

Ata da 16ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de Abril de 2024 3040

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Maio de 2024 3066

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Maio de 2024 3129

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Maio de 2024 3161

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Maio de 2024 3227

Ata da 22ª Reunião, realizada em 17 de Maio de 2024 3247

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Maio de 2024 3256

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Junho de 2024 3300

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Junho de 2024 3326

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Julho de 2024 3367

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Julho de 2024 3401

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Julho de 2024 3415

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Julho de 2024 3457

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Julho de 2024 3482

1.6 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Agosto de 2024 3524

1.7 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 19ª Reunião, Conjunta, realizada em 2 de Julho de 2024 (em conjunto com a 13ª Reunião da CDR) 3546

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Setembro de 2024 3589

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Setembro de 2024 3638

1.8 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 13ª Reunião, Conjunta, realizada em 2 de Julho de 2024 (em conjunto com a 19ª Reunião da CI)**(Vide item 1.7)**

1.9 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Março de 2024 3670

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Junho de 2024 3689

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Junho de 2024 3734

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Julho de 2024 3740

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Julho de 2024 3755

1.10 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Agosto de 2024 3791

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Agosto de 2024 3798

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Setembro de 2024 3886

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Setembro de 2024 3955

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Setembro de 2024 3995

1.11 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Julho de 2024 4026

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Julho de 2024 4056

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Julho de 2024 4133

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Agosto de 2024 4167

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Agosto de 2024 4181

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Agosto de 2024 4195

1.12 – COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Julho de 2024 4247

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Agosto de 2024 4263

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Agosto de 2024 4292

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Agosto de 2024 4329

1.13 – COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Julho de 2024 4445

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Setembro de 2024 4480

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Fernando Farias, Izalci Lucas, Sergio Moro, Plínio Valério, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Janaína Farias, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Humberto Costa, Jaques Wagner, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Alan Rick, Eduardo Braga, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes, Irajá, Omar Aziz, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Rogerio Marinho, Ciro Nogueira e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Autoriza a concessão de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados ao ativo imobilizado e empregados em determinadas atividades econômicas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 35, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, para estabelecer a compensação entre valores empregados na manutenção de bens de uso comum da União e as dívidas refinanciadas dos entes subnacionais." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Dário Berger (MDB/SC). **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 2 –PLEN, na forma da subemenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável à Emenda nº 2-PLEN, com a Subemenda nº 1-CAE à Emenda nº 2-PLEN. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Projeto de Lei Complementar n° 201, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o inciso I do §1º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para garantir a participação popular e a realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Otto Alencar (*Ad hoc*), substituiu Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1 - CAE (Substitutivo). **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2389, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acresce parágrafo ao artigo 26, da Lei 9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a obrigatoriedade do treinamento dos docentes e dos alunos da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio em técnicas de primeiros socorros." **Autoria:** Senador Major Olimpio (PSL/SP). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constituir o parecer da comissão, pela prejudicialidade do Projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 299, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 – Plano de Benefícios do Regime Geral de Previdência Social - para possibilitar ao beneficiário o direito à desaposentadoria." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Favorável à matéria com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3214, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para prever que as placas veiculares informem o município e o estado no qual o veículo está registrado." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Lucas Barreto. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. . **Observação:** A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5331, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a produção nacional de medicamentos e de insumos farmacêuticos ativos estratégicos para o tratamento de doenças negligenciadas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. . **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 429, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre as custas judiciais no âmbito da Justiça Federal; cria o Fundo Especial da Justiça Federal (Fejufe); e revoga a Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1324, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para reduzir a base de cálculo presumida do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas incidente sobre rendimentos da prestação de serviços de transporte de passageiros." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1994, de 2023 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a comunicação audiovisual sob demanda, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE e dá outras providências." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2331, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para incluir a oferta de serviços de vídeo sob demanda ao público brasileiro como fato gerador da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela rejeição das Emendas nºs 60-S, 62-S e 63-S, apresentadas em turno suplementar. **Resultado:** Substitutivo aprovado com rejeição das emendas apresentadas em turno suplementar. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/16

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 16 de abril de 2024.

Comunicados da Presidência.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Ofício SEI Nº 20041/2024, do Ministério da Fazenda, que informa, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, a publicação no sítio do Tesouro Nacional dos demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda em fevereiro de 2024, bem como das tabelas demonstrativas de posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 10ª e da 11ª Reuniões, realizadas em 9 de abril de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Item 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 35, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, para estabelecer a compensação entre valores empregados na manutenção de bens de uso comum da União e as dívidas refinanciadas dos entes subnacionais.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Favorável à Emenda nº 2 –PLEN, na forma da subemenda que apresenta.

Observações: *Em 19/12/2023, foi concedida vista coletiva da matéria.*

Autoria: Senador Esperidião Amin, Senador Jorginho Mello e Senador Dário Berger.

Senador Nelsinho, bem-vindo. Senador Petecão.

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto a Senadora – a Senadora Tereza não se encontra presente – se quer fazer uso da palavra.

Como não está presente...

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à Emenda nº 2-Plen, da CAE, com a Subemenda nº 1-CAE à Emenda nº 2-Plen, CAE.

A matéria vai ao Plenário. (*Pausa.*)

Senador Esperidião, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Gostaria de agradecer a V. Exa., agradecer à Senadora Tereza Cristina, confirmar que nós realizamos uma audiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública e esclarecer que neste caso se trata exclusivamente de obras federais executadas por órgão federal. Portanto, é muito restrito, e isso ficou evidenciado em todos os momentos deste debate, tanto agora quanto em debates anteriores. E informei isso ao Senador Jaques Wagner também.

Dessa forma, quero agradecer pela aprovação e requerer urgência.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência ao Projeto de Lei Complementar... (*Pausa.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Vanderlan...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Só um instante, Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k., o.k., o.k.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Vou só colocar em votação aqui.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência ao Projeto de Lei Complementar nº 35, de 2022.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vai a Plenário.

Item 4...

Senador Petecão, com a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Senador Vanderlan, eu gostaria, se fosse possível... Eu sou Relator do item 9, que inclusive é um projeto de sua autoria, um projeto interessantíssimo. Como vou presidir daqui a pouquinho a Comissão de Segurança Pública, se fosse possível o senhor fazer uma inversão de pauta, eu ficaria muito grato – se for possível, é lógico.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Consulto o Senador Nelsinho, porque seria dele o próximo item, e os demais Senadores e Senadoras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre se podemos atender o pedido do Senador Petecão para inversão de pauta para o item 9, porque ele tem um...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Vou presidir a Comissão de Segurança Pública agorinha. Aí, é rapidinho.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – É rapidinho?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – São trinta segundos.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Então, o.k.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – O projeto é dele.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Vai!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não combinamos nada, Senador. (*Pausa.*)

Item 9 da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 1324, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para reduzir a base de cálculo presumida do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas incidente sobre rendimentos da prestação de serviços de transporte de passageiros.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão para leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Como Relator.) – Presidente, já agradecendo a sua gentileza da inversão de pauta, eu vou direto ao relatório.

Vem para exame desta Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo, o Projeto de Lei (PL) nº 1.324, de 2022, do Senador Vanderlan Cardoso, cujo objetivo, conforme o enunciado da ementa, é reduzir a base de cálculo presumida do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) incidente sobre rendimentos da prestação de serviços de transporte de passageiros.

Análise.

De acordo com o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE analisar os aspectos econômico-financeiros das matérias que lhe são submetidas. Adicionalmente, por se tratar de decisão em caráter terminativo, cabe também analisar seus aspectos formais.

Não detectamos quaisquer afrontas às normas constitucionais e legais. Em especial, é a União quem possui competência para legislar sobre o Imposto de Renda. A iniciativa parlamentar é, portanto, legítima, uma vez que, além de tratar de tema...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... de competência da União, não invade as competências privativas do Presidente da República previstas no art. 61, §1º, combinado com o art. 84, ambos da Constituição.

Vamos ao voto.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.324, de 2022, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Petecão, obrigado e parabéns pelo seu relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Parabéns pelo projeto. (*Fora do microfone.*) Vai ajudar, e ajudar muito.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Nesse projeto, nós procuramos fazer justiça para os transportadores autônomos e de aplicativos, já que o Imposto de Renda, Senador Eduardo, que é cobrado hoje, por exemplo, de um transportador autônomo, é de 60% e, para as transportadoras, é de 10%. Então, é fazer justiça.

Em 2022, nós fizemos o pedido do impacto fiscal que teria esse projeto e não obtivemos resposta. Então, é só fazer justiça mesmo para os transportadores autônomos e de aplicativos, Senador Flávio, para terem um Imposto de Renda mais justo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador Jaques Wagner, Líder.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Cumprindo minha função aqui, eu queria pedir vista desse projeto, só para a Fazenda poder fazer... Eu sei que V. Exa. já tinha demandado o impacto, eles não trouxeram, estão tentando, porque não é uma categoria tão fácil de você mensurar, então peço vênia a V. Exa. para pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pedido de vista concedido, Senador e Líder Jaques Wagner.

O projeto volta na próxima semana.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2389, DE 2019

- Não terminativo -

Acresce parágrafo ao artigo 26, da Lei 9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a obrigatoriedade do treinamento dos docentes e dos alunos da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio em técnicas de primeiros socorros.

Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela prejudicialidade.

Observações:

A matéria será apreciada pela CE, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad, para a leitura do seu relatório.

Senador Nelsinho, com a palavra.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, tem um parágrafo na análise do meu relatório que resume toda essa situação. Antes, porém, quero ressaltar aqui que essa matéria, de iniciativa do nosso saudoso colega Major Olimpio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é de extrema relevância. Porém, a despeito dessa matéria, essa obrigatoriedade de tratamento dos conteúdos em tela em nossas escolas já encontra previsão na Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018, aprovada no Plenário desta Casa Legislativa, mais precisamente no dia 4 de setembro de 2018. Dessa forma, a impossibilidade de inovação do ordenamento configura injuridicidade do PL, apresentado posteriormente – PL 2.389, de 2019.

Desse modo, a aprovação da matéria, seja com inserção direta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, seja por modificação da mencionada Lei nº 13.722, de 2018, não implicaria qualquer efeito em termos de eficácia da medida alvitrada, por já estar inserida na Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018.

Pelo exposto, o voto é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2.389, de 2019.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Nelsinho Trad, parabéns! Obrigado pelo seu relatório – aliás, seu brilhante relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado. Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

Item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 429, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre as custas judiciais no âmbito da Justiça Federal; cria o Fundo Especial da Justiça Federal (Fejufe); e revoga a Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *A matéria será apreciada pela CCJ.*

Relatório: favorável ao projeto nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1) A matéria será apreciada pela CCJ;

2) Foi apresentada a Emenda nº 1 de autoria do Senador Mecias de Jesus.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes, para a leitura do seu relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Nelsinho.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Com a licença do Senador Eduardo Gomes, eu fui questionado pela Justiça do Trabalho no sentido de pedir vista dessa matéria, por sete dias – entraria na próxima sessão –, no sentido de verificar a possível inserção ou alteração que possa vir a estar relacionada com a Justiça do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Senador Eduardo, com a palavra.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, nós também recebemos uma emenda que estava sendo analisada, e eu queria solicitar de V. Exa. se poderia, ao invés de ler agora, adiar a discussão por uma semana, para atender os pedidos de vista, e ler o item 10, se fosse possível.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Mecias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Nesse caso, Sr. Presidente, não seria o pedido de vista que seria atendido, seria o adiamento de discussão para que o relatório seja apresentado só na próxima sessão pelo Senador Eduardo Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Esse é o pedido de V. Exa.?

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Eu queria discordar de mim mesmo e concordar com o Senador Mecias.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – A ordem do produto não afeta os fatores. Para mim, está de bom tamanho.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Consulto o Senador Nelsinho: concorda também, Senador?

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, adiada a discussão para a próxima semana.

Item...

Turno suplementar do Projeto de Lei nº 1.994, de 2023, terminativo.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 1994, DE 2023

- Terminativo -

Dispõe sobre a comunicação audiovisual sob demanda, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE e dá outras providências.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela rejeição das Emendas nºs 60-S e 62-S, apresentadas em turno suplementar.

Observações:

1. Após apreciação em turno único, a matéria volta à CAE para apreciação em Turno Suplementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Foram apresentadas as Emendas 60-S e 62-S, em turno suplementar.

3. Foi retirada, a pedido da autora a Emenda nº 61-S.

4. Foi apresentado o Requerimento 219-2023-CAE, de diligência para a matéria, respondido pela Ancine por meio de ofício, na data de 15/04/2024.

Tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 2.331, de 2022, terminativo.

Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para incluir a oferta de serviços de vídeo sob demanda ao público brasileiro como fato gerador da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine).

Autoria: Senador Nelsinho Trad.

Relatoria: Senador Eduardo Gomes.

Relatório: Pela rejeição das Emendas nºs 60-S e 62-S, apresentadas em turno suplementar.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Eduardo, só um momento.

1. Após apreciação em turno único, a matéria volta à CAE para apreciação em turno suplementar das Emendas 60-S, 62-S e 63-S.

Foi retirada, a pedido da autora a Emenda nº 61-S.

Foi apresentado o Requerimento 219-2023-CAE, de diligência para a matéria, respondido pela Ancine, por meio de ofício, na data de ontem, 15/04/2024.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Vanderlan, Senadoras e Senadores, basicamente faço a leitura da reparação do voto, tendo em vista a resposta da Agência Nacional de Cinema (Ancine) e a conversa que tive com vários Parlamentares sobre mais duas emendas apresentadas, que fazem, Sr. Presidente, que a gente tenha, através desse projeto e de outros nesta Casa, a volta da interatividade da Câmara dos Deputados com o Senado, porque, afinal de contas, as matérias originárias voltam a esta Casa. Então, depois de um longo processo de audiência pública liderado por V. Exa., toda a paciência e dedicação do Senador Nelsinho Trad, autor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do projeto, e o debate com vários segmentos, leio a reparação de voto, a complementação de voto, para a aprovação do projeto, Sr. Presidente.

Tendo em vista a aprovação em 22 de novembro de 2023 da emenda substitutiva apresentada perante esta Comissão, houve a necessidade de turno suplementar, em que foram apresentadas a Emenda nº 60-S, de autoria do Senador Izalci Lucas, e as Emendas nºs 61-S e 62-S, de autoria da Senadora Damares Alves, sendo que a primeira foi retirada pela autora.

Passamos à análise do mérito das emendas apresentadas.

Sobre a alteração proposta pela Emenda nº 60-S ao art. 2º do substitutivo, que, em resumo, sugere a exclusão das plataformas de compartilhamento de vídeo do escopo da lei, entendemos necessário buscar mais informações junto ao órgão regulador do setor audiovisual, a Agência Nacional do Cinema (Ancine), em busca de fundamentos técnicos que embasem a permanência ou exclusão de tais serviços.

Nesse sentido, em 5 de dezembro de 2023, foi aprovado o Requerimento nº 219/2023-CAE, solicitando, com fundamento no art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a prestação de informações pelo Diretor-Presidente da Ancine, a fim de cumprir diligência considerada imprescindível ao esclarecimento da matéria.

Em 15 de abril de 2024, a CAE recebeu nota técnica da Ancine, que em resumo conclui sobre este ponto que, aspas:

> Do exposto, reiterando o significativo grau de integração entre os serviços, na medida em que ofertam conteúdos audiovisuais e, potencialmente, envolvem os mesmos agentes econômicos, compartilham estruturas, competem por recursos financeiros e disputam a atenção dos consumidores, a ANCINE entende que, para além dos tipos de serviços de VoD, os serviços de provimento de conteúdos de forma linear as plataformas de compartilhamento devem sofrer a incidência da CONDECINE, observando-se o tratamento tributário diferenciado, de acordo com as características e particularidades de cada modelo de negócio.
> Neste contexto, os potenciais contribuintes da CONDECINE seriam os prestadores dos serviços supracitados, quando responsáveis pela operação de plataformas digitais e pela disponibilização de conteúdos audiovisuais aos consumidores, afastando-se a hipótese de tributação direta de consumidores ou de criadores de conteúdo compartilhado.

Portanto, percebe-se que a Ancine recomenda a manutenção de tais serviços sob o escopo do projeto de lei em análise. Além disso, consideramos que as definições adicionais de "catálogo" e "serviço de compartilhamento de conteúdo audiovisual" são desnecessárias, pois já estão contempladas nos incisos do art. 2º do substitutivo. Quanto à redação proposta ao art. 3º, avaliamos que a definição de serviço de compartilhamento de conteúdo audiovisual é ampla e abrangente de modo que excluir do âmbito de aplicação não é meritório, pois abriria margem para que a lei perdesse sua hiperatividade, logo prejudicaria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua juridicidade, um pré-requisito fundamental de toda norma. Consideramos que a modificação sugerida pela Emenda nº 60-S ao art. 11 do substitutivo não é meritória, pois pode permitir uma exclusão de receita indevida do cálculo da Condecine, tendo em vista a abrangência dos serviços complementares contemplados.

Quanto à Emenda nº 62-S, consideramos que, embora louvável, ela não é necessária, tendo em vista que a definição de "espaço qualificado" no inciso VI do art. 2º do substitutivo já devidamente exclui os conteúdos religiosos daqueles sujeitos às regras previstas no projeto de lei.

Em relação à Emenda nº 63-S, entendemos que o dispositivo procura coibir práticas que privilegiem de forma desequilibrada serviços de vídeo sob demanda eventualmente ofertados também pelo fabricante de um equipamento eletrônico. É importante salientar que tal regra não impede o exercício do próprio consumidor de customizar seu próprio aparelho, organizando-o de forma a facilitar acesso aos serviços que mais o interessam.

Voto.

Ante o exposto, mantemos o voto pela regimentalidade, boa técnica legislativa, juridicidade, constitucionalidade e, no mérito, pela aprovação do PL nº 2.331, de 2022, na forma do substitutivo aprovado em primeiro turno (Emenda nº 59 - CAE), e pela rejeição das Emendas nº 60-S, 62-S e 63-S.

Sr. Presidente, é esse o voto, lembrando que esse projeto vai à Câmara dos Deputados e deve retornar ao Senado depois de um longo trabalho, de dezenas de audiências públicas e da paciência de todos para que a gente tivesse essa negociação de votação no dia de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Eduardo, parabéns pelo seu relatório, feito com muita paciência também.

A matéria está em discussão.

Para a discussão da matéria, o Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu vim aqui na carreira, mas, como eu sou autor de um dos projetos que serviu de base para esse debate e como também eu discordo de vários pontos do relatório, eu não poderia deixar de aqui manifestar a minha posição.

E os pontos que eu considero que são graves nessa questão, que nós sabemos que são muito importantes para o Brasil, porque a indústria do audiovisual representa um percentual significativo do nosso Produto Interno Bruto, gera empregos em larga escala, e essa atividade que o Brasil tem na área do audiovisual é reconhecida internacionalmente como de mais alta qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, nós estamos diante da possibilidade de potencializar um mercado extremamente importante, de garantir que a produção independente no nosso país possa prosperar, possa sobreviver e avançar, porque é exatamente na produção independente que nós produzimos a maior parte dos empregos, que nós garantimos mais atividades, enfim.

Então, a primeira questão que levanto é esta: esse projeto – na minha concepção – não está à altura dos desafios que temos hoje nessa questão do vídeo sob demanda; segundo, eu entendo que esses recursos que vão ser gerados pela Condecine devem ser principalmente estimulantes da produção brasileira, da produção independente brasileira, porque, como eu disse, é essa que gera propriedade intelectual, é essa que gera empregos, é essa que gera a atividade econômica fundamental nessa área para o nosso país.

Então, eu não posso concordar com a ideia de que uma simples parceria entre uma plataforma dessas de vídeo sob demanda com uma empresa brasileira possa ser considerada como produção brasileira. Não! É necessário que a produção brasileira independente tenha um tratamento diferenciado nesse processo de regulação, como acontece em outros países do mundo.

O Brasil gosta muito de imitar as coisas de outros países, mas muitas vezes as coisas boas que existem não são imitadas. A regulação que existe na França, que existe em outros países, deveria ser imitada, reproduzida aqui no nosso país para que nós tivéssemos essa potencialidade garantida. Então um dos pontos é esse, nós não podemos criar brechas para que o dinheiro público venha a subsidiar plataformas que já são bilionárias em vários países e que têm, inclusive, no Brasil um dos seus mercados mais importantes.

A outra coisa é que eu não consigo entender por que é que plataformas de compartilhamento como o YouTube, que arrecadam recursos em larga escala, não venham a contribuir também com a Condecine. Isso me parece um tratamento diferenciado inexplicável – inexplicável e inaceitável. Então, por essa razão também, sou contra essa proposição que o relatório coloca.

Além do mais, entendo que nós taxamos, por exemplo, apostas esportivas corretamente com 12% do valor dessas apostas, na condição de imposto. Deveria até ser maior, e muitos aqui defenderam que fosse maior. Mas por que numa atividade tão relevante como essa, como a atividade do audiovisual, a proposta de pagamento da Condecine é de 3% tão somente? Nós tínhamos feito uma proposta mais ampla. E o pior é que, nessa proposição, nesse relatório, existem vários mecanismos para isentar as empresas multinacionais de pagarem à Condecine compensações pela contratação de empresas nacionais para a produção dos vídeos sob demanda. Então, essa é uma outra proposição que eu considero que é equivocada.

Por outro lado... Ah, eu soube aqui que a questão do YouTube foi corrigida no relatório. Parabenizo o Relator Eduardo Gomes por essa correção, porque era realmente uma grande distorção.

Então, eu entendo que, tendo em vista esses pontos, eu me posiciono... Embora não seja integrante efetivo da Comissão, sou apenas suplente, mas eu queria me manifestar sobre isso, queria também que esse projeto fosse ao Plenário para uma discussão mais ampla, inclusive com a possibilidade de modificações,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que nós saíssemos daqui com uma regulação à altura da dimensão cultural e econômica que esse tema tem.

Tenho aqui, inclusive, uma manifestação de várias instituições ligadas ao audiovisual no Brasil externando essas preocupações e apresentando essas críticas ao relatório que será, sem dúvida, aprovado aqui.

Mas agradeço a V. Exa. pela concessão desse tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Humberto.

Senador Jaques Wagner...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não. Era só para...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Antes de passar para V. Exa., Senador Jaques, eu consulto os Senadores e as Senadoras presentes se nós já podemos abrir a votação para a gente ganhar um tempo aí, já que a votação é nominal.

V. Exas. concordam?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Eduardo, retirou todas as emendas que tem que votar? Não. Tem que votar. Fica o...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim. Nós vamos votar as emendas, mas é nominal.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ah, bom. Os autores não retiraram as emendas, não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Está bom. Eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Todos concordam? A gente pode abrir o painel? (*Pausa.*)

Então, quem vota com o Relator, ou seja, rejeitando as emendas, vota "não".

Então, Senadores que aprovam as emendas votam "sim".

Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Deixe-me só falar...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Já está aberto o painel? Pode abrir, por favor, o painel.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Líder Jaques.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Não. Era só a minha preocupação, porque, apesar da pertinência de todas as observações feitas pelo Senador Humberto Costa, autor, inclusive, dessa matéria, o entendimento do Governo, a partir do Ministério da Cultura, é de que, como esta matéria ainda vai à Câmara dos Deputados e eventualmente voltará para cá, a votação recomendada pelo Governo é acompanhar o Relator, rejeitando a emenda, de tal forma que a matéria vá à Câmara, em que esse tema também já está sendo discutido em outro projeto de lei, e, evidentemente, no retorno, nós teremos oportunidade, Senador Humberto, de aprofundar.

Então, era só para... Repare que estou fazendo questão de valorizar as observações feitas pelo Senador Humberto, mas, do ponto de vista da tramitação, a recomendação é o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

A matéria está em discussão.

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em tempo, eu quero registrar e agradecer aqui a presença dos nossos amigos que estão aqui da imprensa: Edoardo Ghirotto, do *site* Jota, aqui presente – obrigado pela presença –; Filipe Matoso, da GloboNews – obrigado, Filipe –; Melissa Fernandes, da Arko Advice; e também aos da TV Senado, com transmissão ao vivo da nossa reunião. Obrigado a todos. (*Pausa.*)

Senador... (*Pausa.*)

Quem vota com o Relator vota "não". (*Pausa.*)

Senador Izalci.

Senador Wilder Morais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rogério Carvalho.

Senador Mecias. (*Pausa.*)

Podemos abrir o painel? (*Pausa.*)

O Senador Fernando Farias pediu para aguardar um instante, porque ele vai votar.

Senadores Izalci Lucas, Wilder Morais, Rogério Carvalho.

Senador Rodrigo Cunha. Já foi. (*Pausa.*)

Falta só o Senador Fernando Farias votar. (*Pausa.*)

Podemos encerrar a votação? O Senador Fernando Farias pediu, mas não deu nem presença ainda. (*Pausa.*)

A assessoria do Senador Fernando Farias se encontra? (*Pausa.*)

O Senador Fernando Farias acaba de votar.

Podemos encerrar? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

Peço que abra o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – NÃO, 17; SIM, 1.

Aprovado o relatório do Senador Eduardo Gomes.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Item 7...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Registre-se aí, Presidente, que Eduardo Gomes é imbatível, porque conseguiu converter o Senador Humberto Costa. Trata-se de um processo de conversão. Nem os missionários jesuítas conseguiram tanto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Esta Presidência registra, a pedido do Senador Esperidião Amin, que o Senador Eduardo Gomes é imbatível.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É um sedutor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É um sedutor!

Item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 5331, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a produção nacional de medicamentos e de insumos farmacêuticos ativos estratégicos para o tratamento de doenças negligenciadas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável à matéria.

Observações: *A matéria será apreciada pela CAS.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Vanderlan Cardoso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... como nós estamos com dois Ministros na Casa, todo mundo nos chama para ir para lá também. Eu agradeço a V. Exa., que já colocou em votação esse projeto das queridas Deputadas Laura Carneiro e Carmen Zanotto.

Eu pergunto a V. Exa. se eu posso ir à análise.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Autorizado, Senador, permitido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE analisar o aspecto econômico e financeiro do PL 5.331, de 2023, que determina que os laboratórios de natureza pública dediquem parcela dos seus recursos à produção dos princípios ativos de medicamentos necessários para o tratamento de doenças negligenciadas.

Preliminarmente, sem embargo de análises mais aprofundadas a cargo da CAS, cumpre registrar que não vislumbramos óbices do ponto de vista da constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade. Além disso, não temos reparos em relação à técnica legislativa adotada.

Feitas essas observações, ratificamos o entendimento consignado no Parecer da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados de que não subsiste objeção ao projeto sob a perspectiva da compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

Sabemos que a produção de novos fármacos pelos laboratórios de saúde pública depende do incremento em suas dotações orçamentárias. Em que pese a magnitude exata dessa ampliação ser muito incerta, o art. 3º do projeto estabelece que os gastos decorrentes da implementação da lei deverão se acomodar à disponibilidade do orçamento da seguridade social da União prevista em programações do Ministério da Saúde. Mais ainda, o art. 4º do PL fixa o início da vigência da lei para um ano após a sua publicação, de modo que as programações necessárias poderão ser incluídas na lei orçamentária já no primeiro ano de vigência.

Quanto ao mérito, não temos dúvida de que a dependência externa de princípios ativos fragiliza a oferta doméstica de medicamentos para o tratamento de doenças negligenciadas no âmbito do SUS.

A saúde é um direito de todos e um dever do Estado (art. 196 da Constituição). O SUS é um dos sistemas públicos de saúde mais robustos do mundo e, além de ser o maior comprador de medicamentos do Brasil, desenvolveu a capacidade de produção própria ao longo dos anos. Contudo, nossos laboratórios são dependentes do exterior em relação a insumos farmacêuticos, sobretudo os ingredientes ativos usados na produção de antibióticos e outras drogas.

Sem dúvidas, essa dependência é um obstáculo para a provisão universal de saúde em situações críticas. O caso emblemático, citado pelas autoras da proposição, foi a falta do princípio ativo da penicilina entre 2014 e 2017, que afetou o tratamento de pacientes com sífilis. Porém, os relatos de falta de medicamentos se tornam comuns a partir de 2020, com a desarticulação de cadeias globais de produção provocada pela pandemia de covid-19. Em 2024, em meio ao surto de dengue, a oferta de repelentes está ameaçada pela dependência externa do princípio ativo.

A indisponibilidade de insumos no mercado global não pode comprometer a efetivação do direito à saúde em nosso país. Por isso, o desenvolvimento da capacidade de produção doméstica dos princípios ativos dos medicamentos usados na saúde pública é estratégico. Ante a necessidade de priorização, estamos de acordo com a ênfase que o projeto atribui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... às doenças negligenciadas.

De acordo com a OMS, as doenças negligenciadas são – abro aspas – "um grupo diversificado de condições causadas por uma variedade de organismos (incluindo vírus, bactérias, parasitas, fungos e toxinas) e estão associadas a consequências devastadoras para a saúde, sociais e econômicas". Nesse sentido, são, ao mesmo tempo, causa e consequência das desigualdades socioeconômicas e da pobreza estrutural.

As doenças negligenciadas englobam cerca de 20 enfermidades prevalentes em populações de baixa renda, especialmente de regiões tropicais e subtropicais, que não têm acesso a esgoto tratado, água potável e condições adequadas de higiene e moradia. Entre essas patologias, as mais comuns em território brasileiro são: doença de Chagas, dengue, esquistossomose, leishmaniose, hanseníase, filariose linfática (elefantíase), oncocercose (cegueira dos rios), raiva humana, tracoma e acidente ofídico (mordedura de serpentes).

Segundo a OMS, mais de 1 bilhão de indivíduos estão expostos em todo o mundo e a ocorrência anual de óbitos situa-se na casa das centenas de milhares. No Brasil, há quase 30 milhões de pessoas sob risco, de acordo com o Ministério da Saúde.

Apesar de serem consideradas um problema de saúde global, as doenças negligenciadas não despertam o interesse da indústria farmacêutica, orientada pelo lucro. O baixo poder aquisitivo e a reduzida influência política das populações mais afetadas desestimularam o investimento privado em pesquisa e desenvolvimento e a própria produção de medicamentos e insumos na escala necessária.

Consequentemente é imperioso que o poder público desenvolva estratégias para o fornecimento perene de medicamentos necessários para o tratamento de doenças negligenciadas.

O projeto contribui decisivamente para que atinjamos então esse objetivo ao promover a produção pública de princípios ativos, que hoje é um gargalo notável. Além disso, estimula parcerias nacionais e internacionais, a fim de propiciar a transferência de tecnologia e conhecimentos para nossos laboratórios.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.331, de 2023, da Deputada Laura Carneiro e da Deputada Carmen Zanotto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Otto. Com a palavra, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero destacar o relatório do Senador Paulo Paim, elogiar o relatório, até porque essas doenças chamadas negligenciadas são doenças que afetam as pessoas economicamente mais fracas, pobres, e elas cursam ainda, no nosso país, como doenças endêmicas.

V. Exa. citou aí a doença de Chagas. Nós temos Chagas, no Brasil, em várias regiões, inclusive na região oeste do Brasil, na região oeste da Bahia. Eu, como médico, Senador Paulo Paim, participei de um trabalho de capturar o barbeiro, o mosquito responsável pela transmissão dessa doença, de um germe, o *Trypanosoma cruzi*, no oeste da Bahia, nos anos 70. E na captura do barbeiro, a cada dez que nós pegávamos, seis estavam infectados. E nesse relatório nosso, se diagnosticou o cinturão de Chagas do oeste. O *Trypanosoma cruzi* também pode dar a leishmaniose, a que V. Exa. se referiu, e outras doenças tantas, como a hanseníase, que ainda é uma doença endêmica no Brasil. Ainda há casos notificados da doença de Hansen, que é a lepra; a cisticercose, causada por um dos vermes que às vezes causam uma doença gravíssima no cérebro, e há tantas outras que nós conhecemos.

Portanto, tomar a iniciativa, o país, de ter um laboratório para a produção desses medicamentos, porque são doenças, quando detectadas no início, completamente controladas, algumas delas, de cura total da doença, como é o caso da identificação da doença de Hansen ou da lepra, cura total dela, sem nenhuma dúvida. Essas todas causadas por vermes. A filariose também, outra doença que é muito comum.

Portanto, a iniciativa desse projeto é importante para que o Brasil possa ter esse laboratório. Nós temos um laboratório em São Paulo, a Furp, que já produz medicamentos nesse sentido, mas é importante que esses medicamentos sejam disponibilizados em todos os postos de saúde, em todos os locais do Sistema Único de Saúde, para que, tendo o diagnóstico, tenha também a medicação para a cura dessas doenças, que são doenças que, quando não são tratadas, deixam sequelas gravíssimas.

Portanto, parabenizo e elogio o relatório de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Paulo Paim, antes de passarmos para a discussão, quero informar a V. Exa. que chegaram a esta Secretaria duas emendas de redação que são de autoria do Senador Jaques Wagner. Eu consulto se V. Exa. quer se manifestar acerca das emendas ou se prefere adiar a apreciação da matéria para a análise das emendas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Não, Sr. Presidente, de imediato...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – São emendas de redação...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São emendas de redação. Eu vejo até com felicidade, porque aprimoram o projeto.

Porque quando você fala em doença negligenciada, grande parte da população não sabe bem o que é. O projeto apenas substitui, mas o objetivo é o mesmo, não muda nada, para doenças determinadas socialmente. Então, é uma emenda de redação.

A outra fala nos termos do regulamento, porque tem que ter alguma coisa que olhe mais na frente. Então, são duas emendas de redação. Aprimoram o projeto e, com isso, ele não volta para a Câmara dos Deputados, depois de passar pela outra Comissão, como V. Exa. já anunciou, que é a CAS.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a construir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 da CAE.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 3214, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para prever que as placas veiculares informem o município e o estado no qual o veículo está registrado.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senador Lucas Barreto

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Em 9/4/2024, foi realizada a audiência pública objeto do Requerimento 164/2023-CAE.

2. A matéria será apreciada pela CCJ, em decisão terminativa.

O Senador Lucas Barreto, para relatar o projeto do Senador Esperidião Amin, com a palavra.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Como Relator.) – Quero cumprimentar o Senador Otto, que preside a Comissão, também o nosso Líder do PSD, amigo de infância do Senador Esperidião Amin.

Sr. Presidente, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 3.214, de 2023, que pretende alterar a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para prever que as placas veiculares informem o município e o estado no qual o veículo está registrado.

Para tanto, insere §11 ao art. 115 do Código de Trânsito Brasileiro para determinar que as placas veiculares conterão a informação do município e estado no qual o veículo está registrado.

A lei de que resultar a proposição entrará em vigor 365 dias após sua publicação oficial e produzirá efeitos apenas para os emplacamentos ocorridos após essa data.

De acordo com o autor da proposição, Senador Esperidião Amin, a informação ostensiva do local de registro veicular é muito importante para que as autoridades de trânsito e de segurança pública consigam identificar com facilidade a origem de um veículo em situações como infrações de trânsito, roubos, furtos e outros crimes relacionados ao veículo.

Ademais, para o autor, esse dado facilita a identificação de veículos irregulares, como os que estão com a documentação vencida, envolvidos em práticas de transporte ilegal de passageiros ou cargas, ou que possuam pendências administrativas junto aos órgãos de trânsito.

O autor destaca ainda o significado cultural e identitário da informação, uma vez que serve para reforçar o senso de pertencimento à região e o orgulho local. Ademais, facilitaria a percepção pelos locais de que o "visitante" passa por hesitações no tráfego em cidade que não é a sua. Por último, tornaria mais fácil o trabalho de levantamento de estatísticas de visitantes em cidades polo de turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto foi distribuído às Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

De acordo com o art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CAE analisar o aspecto econômico e financeiro da matéria.

Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que o tema da proposição está compreendido no campo da competência legislativa privativa da União, consoante dispõe o art. 22, XI, da Constituição Federal. Ademais, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do §1º do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto corretamente altera o Código de Trânsito Brasileiro. Note-se, ainda, que não se trata de matéria cuja disciplina exija a aprovação de lei complementar, motivo pelo qual a lei ordinária revela-se o instrumento adequado à sua inserção no ordenamento jurídico nacional.

No mérito, acato a argumentação do Senador Esperidião Amin, autor da proposição. A medida, além de importar maior identificação da população com suas origens, implica a facilitação da aplicação de medias de segurança, tanto em operações de trânsito, quanto no combate ao crime.

Ademais, a medida não acarretará efeitos econômicos, tendo em vista que somente os carros emplacados após a vigência da lei é que terão que adotar as novas placas.

Assim, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.214, de 2023, do Senador Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço ao Senador Lucas Barreto pelo relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, encerrada a discussão.

Coloco a matéria em votação simbólica, pelo relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado – projeto encaminhado pelo nobre Senador Esperidião Amin.

A matéria não é terminativa. Ela irá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

V. Exa. quer usar a palavra?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Primeiro, quero...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A matéria já foi aprovada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Quero me regozijar pela condução dos trabalhos por V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... ladeado pelo Senador Vanderlan. Quero agradecer a ambos e agradecer ao Senador Lucas Barreto, três pessedistas de grande quilate.

E queria só enaltecer dois aspectos nesse projeto.

Primeiro, foram levantadas dúvidas sobre se nós poderíamos complementar as placas dos veículos da chamada placa Mercosul com a designação do nome do município e a sigla do estado. Não há nenhum óbice, porque o que consta da placa são os dados mínimos estabelecidos no acordo do Mercosul.

Segundo, Senador Vanderlan: na audiência pública que V. Exa. convocou a nosso pedido e que foi presidida por mim, graças à sua iniciativa, ficou evidenciado, inclusive pelo representante do Ministério da Justiça, que o projeto vem ao encontro do interesse da segurança viária. E eu sou participante diário disso. Todos os dias eu venho do continente para a ilha de Santa Catarina, e, assim que adentramos a ilha, existe uma alternativa: ou você pega a direita para ir para o centro da cidade ou vai à esquerda para a Via de Contorno Norte, para a Avenida Beira-Mar. Quando vejo um carro com placa do Mercosul, como não sei de onde ele é, eu reduzo a velocidade porque sei que ele vai ficar em dúvida, ele vai hesitar. E já aconteceu, como tem o viaduto, de um dos carros que estava à minha frente subir na mureta do viaduto de tão indeciso que ficou, ou seja, a verificação visual do carro que está à sua frente pode se transformar numa advertência em face de um visitante que não conhece o trânsito da cidade. Isso consta do relatório e foi ressaltado na audiência pública em que todos, inclusive pessoas que não estavam inscritas, representantes de fabricantes de placas, tiveram acesso à reunião e falaram – houve oito participações pelo nosso correio da Comissão – , e todos se manifestaram favoravelmente à ideia e ao projeto. E foram desfeitas as dúvidas que alguns tinham: "Quer dizer que eu vou ter que pagar mais uma placa para o meu carro?". Não. Nem as anteriores foram modificadas nem estas têm que ser modificadas, as atuais; é para vigorar um ano depois da aprovação, se houver, e sanção do projeto, ou seja, nenhum obstáculo de qualquer natureza foi levantado contra o projeto, o que me deixa muito tranquilo na condição de proponente, e eu quero compartilhar essa sensação, essa convicção com o Presidente da Comissão.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Nós é que agradecemos, Senador Esperidião, por um projeto de tamanho interesse, não somente lá do seu estado, da sua região, mas de todo o Brasil. Parabéns!

Item 6 da pauta: Projeto de Lei nº 3.214, de 2023, não terminativo, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro...

Desculpem, houve um erro técnico. É o item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 201, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o inciso I do §1º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para garantir a participação popular e a realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria.

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar, como Relator *ad hoc*, para leitura do seu relatório.

Senador Otto, com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., Presidente Vanderlan.

Esse é um projeto do Senador Alessandro Vieira, do Estado de Sergipe, para alterar o inciso I do §1º do art. 48 da Lei Complementar 201, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, para garantir a participação popular e audiências públicas na elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e orçamentos.

Peço a V. Exa. para ir à análise do projeto.

Consoante o art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) analisar, apreciar e opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de leis dessa natureza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Projeto de Lei Complementar 201, de 2019, atende ao requisito de juridicidade por ser dotado de todas as condições necessárias para essa análise. Também atende ao requisito de técnica legislativa por estar de acordo com a Lei Complementar 95, de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a alteração, elaboração, redação e consolidação das leis, de acordo com o art. 59 da Constituição Federal.

No âmbito da elaboração de planos, leis de diretrizes orçamentárias (LDO) e orçamentos, a realização de audiências públicas se torna ainda mais relevante para a discussão e também a participação popular num tema tão importante como é o Orçamento da União para todos os seus ministérios.

As audiências públicas conferem legitimidade aos processos de planejamento e orçamento, pois permitem que os cidadãos participem ativamente das decisões que impactam suas vidas. A participação popular contribui para fortalecer a democracia, pois promove o controle social sobre a gestão pública.

É importante reconhecer que a realização dessa audiência não é um processo isento de desafios. A baixa participação da população, a falta de divulgação adequada e a dificuldade de comunicação entre Governo e cidadãos são alguns dos obstáculos que precisam ser superados.

Dentro desse contexto, parece mais explícito e efetivo que a garantia almejada no projeto de lei venha a ser qualificada na forma de mecanismos que viabilizem a participação popular. É preciso que se tenha em mente que inexistem ainda, de forma sistematizada e eficaz, instrumentos para que possamos passar de aspiração da participação das pessoas no processo orçamentário para a efetiva consecução desse objetivo, principalmente porque devemos levar em consideração que se trata da alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal com aplicação para todos os entes da Federação.

É importante destacar também que a modificação proposta amplia sobremaneira a participação popular e paralelamente com a necessidade de que se observem os pré-requisitos para elaboração do orçamento e que se destinem os recursos financeiros. Atualmente, nem mesmo a Secretaria de Orçamento Federal dispõe de recursos humanos e tecnológicos para promover a coordenação de um processo amplo de participação popular. É necessário considerar que o Brasil possui dimensões continentais, com 5.570 municípios em 26 estados, além do Distrito Federal, e sofre com severas desigualdades regionais.

Ao mesmo tempo, já é função precípua das cortes de contas acompanharem os diversos entes da Federação na elaboração e execução de todo o ciclo orçamentário. Isso aparece explícito na Constituição Federal.

Por último, quanto à cláusula de vigência, é impraticável que este novo mandamento jurídico previsto no projeto de lei em análise seja possível de ser implementado a partir da data de sua publicação. Ora, para que todos os entes da Federação possam garantir mecanismos que viabilizem a participação popular, será necessário enfrentar as restrições já citadas neste relatório, bem como a necessidade de adaptarem suas estruturas administrativas as especificidades de cada um deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto, diante do exposto, considerando o inegável mérito da matéria, é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 201, de 2019, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

> EMENDA Nº - CAE (SUBSTITUTIVA)
> PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2019
> "Altera o inciso I do §1º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para garantir a participação popular [...].
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º O inciso I do §1º do art.48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 48.....
> §1º.....
> I – garantir mecanismos que viabilizem a participação popular e audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;
> ..... (NR)"
> Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor no exercício financeiro subsequente à [data da] sua publicação."

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Otto. Parabéns pelo seu relatório!

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado. Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 da CAE, Substitutivo.

A matéria vai ao Plenário.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e onze minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Laércio Oliveira, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Izalci Lucas, Plínio Valério, Randolfe Rodrigues, Angelo Coronel, Janaína Farias, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Humberto Costa, Jaques Wagner, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Mecias de Jesus, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda do Senador Beto Faro, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Ciro Nogueira e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 15/2024 - CAE, de autoria Senador Laércio Oliveira (PP/SE), e REQ 22/2024 - CAE, de autoria Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Finalidade:** Debater o mercado do gás após a edição da Lei do Gás. **Participantes:** Sra. Patricia Huguenin Baran, Diretora Substituta da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP; Sr. Álvaro Ferreira Tupiassú, Gerente Executivo de Gás e Energia da Petrobras; Sr. Marcelo Mendonça, Diretor Técnico e Comercial da ABEGÁS; Sra. Tatiana Lima, Economista Adjunta Substituta - CADE; Sr. Marcello Weydt, Diretor do Departamento de Gás Natural (representante de: Ministério de Minas e Energia); e Sr. Paulo Pedrosa, Presidente da ABRACE. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Laércio Oliveira
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/16

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Fala da Presidência.) – Uma boa tarde a todas as senhoras e os senhores presentes nesta audiência pública.

Eu quero dizer da minha satisfação de poder reuni-los aqui na tarde de hoje para discutirmos um pouco a razão do requerimento que apresentei.

Eu quero informar que, seguindo o Regimento aqui da nossa Comissão, e havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 16 de abril de 2024.

Eu quero cumprimentar aqui o Presidente da Comissão, Senador Vanderlan, que gentilmente permitiu que eu presidisse esta reunião.

Antes de chamar os convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até 10 minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares presentes inscritos, para fazerem suas perguntas ou comentários. (*Pausa.*)

Eu quero convidar, com muita alegria e satisfação, para compor aqui a mesa, Alvaro Ferreira Tupiassu, que é Gerente-Executivo de Gás e Energia da Petrobras. Quero convidar Marcelo Medonça, que é Diretor Técnico-Comercial da Abegás. Quero cumprimentar Marcello Weydt, Diretor do Departamento de Gás Natural; o Marcelo está aqui. E quero cumprimentar, com muita alegria – e dizer da minha satisfação de revê-lo –, o Paulo Pedrosa, Presidente da Abrace.

Quero informar também que participarão remotamente as seguintes convidadas: Patricia Baran, Diretora Substituta da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a Sra. Tatiana Lima, Economista do Cade. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de ajeitar aqui a cadeira do Paulo Pedrosa, eu quero registrar, com muita alegria, a presença de Roberto Ardenghy, meu querido amigo, Presidente do IBP, ali atrás sentado. Quero registrar, com muita honra e alegria, a presença do Sr. Henry e de Roberto Noronha, eles são da Unigel. Quero registrar a presença também, com muita alegria, de Sylvie...

Cadê Sylvie, hein? (*Pausa.*) Ah, olha ela ali!

... Sylvie, que é do IBP também. Quero cumprimentar David Roquetti...

Cadê David? (*Pausa.*) David Roquetti está ali.

... da Toyo Setal, e João Romeiro, da Petrobras, também aqui presente. Cadê João? Já saiu? (*Pausa.*) Mas ele estava aqui. Bom...

Antes de passar a palavra aos nossos expositores, eu queria fazer um relato deste momento, da razão deste encontro aqui, desta audiência pública.

Apesar dos relevantes avanços no processo de abertura do mercado de gás natural no decorrer dos três primeiros anos da nova Lei do Gás – inclusive, no dia 8 de abril, a Lei do Gás completou três anos –, diversas questões estão a inibir a sua continuidade no ritmo desejado.

Talvez os principais entraves sejam a limitada oferta de gás nacional e a concentração de mercado do agente dominante, o que impediu a redução do preço esperado. Além disso, é importante relatar que, passados três anos da promulgação da lei, a ANP ainda não a regulamentou, o que também limita o resultado esperado pela nova lei do gás.

É recorrente a discussão com relação ao enorme volume de gás natural que deixa de ser escoado e ofertado ao mercado nacional, sendo reinjetado em quantidades muito superiores às necessidades técnicas dos poços. A Petrobras, ainda como agente dominante, detendo mais de 90% de todo o mercado, atua como marcador de preço e mantém uma política de operar aproveitando o custo de oportunidade, adotando o preço do GNL importado como seu limitante. Ou seja, o Brasil, que é um grande produtor de gás natural, paga o mesmo que um japonês ou um coreano que importa toda a sua necessidade.

A Lei 14.134 atribui à ANP a competência de acompanhar o mercado e adotar medidas para promover a efetiva concorrência nos diversos elos da indústria, mediante consulta ao Cade, dispondo de diversos instrumentos para limitar o poder de mercado na comercialização para o cliente final, promovendo a desconcentração da oferta, restringindo a compra de gás natural de outros produtores e até mesmo obrigando a ceder, através de leilões, parte dos volumes que são titulares.

A nova Lei do Gás e o TCC firmado pela Petrobras com o Cade certamente são marcos importantes nesse processo. Porém, a morosidade da regulação pela ANP em face do acúmulo de demandas e a posição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de descumprimento deliberada da Petrobras daquilo que foi pactuado com o Cade representam enormes ameaças para a continuidade de evolução do processo de abertura do mercado.

A Petrobras vem sistematicamente desafiando o Cade através de posicionamentos públicos e ações concretas, em desrespeito aos compromissos pactuados, sem que se tenha conhecimento de alguma reação formal do Cade para exigir o cumprimento de obrigações assumidas.

No final de novembro de 2023, foi noticiado que a Petrobras protocolou junto ao Cade pedido de revisão dos Termos de Compromisso de Cessação sobre a venda de refinarias e ativos de gás, sob alegação de que seu plano estratégico 2024-2028 prevê a ampliação de atividades nesses mercados. Ora, isso parece um contrassenso, já que a ação do Cade foi justamente para reduzir a participação da Petrobras nos mercados em que atua, retirar o seu poder de controle de preços, estimular a livre concorrência e evitar o abuso de posição dominante. A assinatura do TCC se deu para que fosse feita a suspensão de três investigações contra a empresa, relacionadas a eventuais infrações à ordem econômica, decorrentes do elevado poder de mercado detido pela estatal no setor de gás natural. Os procedimentos administrativos estão suspensos em razão da celebração do acordo e somente serão arquivados quando o Cade atestar o cumprimento de todas as obrigações previstas.

O TCC estabeleceu obrigações da Petrobras com o Cade e com todo o mercado onde tem atuação. Estão na página do Cade, no Portal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, as declarações sobre as quais citarei apenas o seu autor, feitas por ocasião da assinatura do TCC.

São comentários feitos por Alexandre Barreto, que é atualmente o Presidente do Cade. Alexandre... não, eu prefiro ler aqui para ficar mais claro.

Segundo Alexandre Barreto, o TCC envolve um desinvestimento inédito no Brasil e endereça as principais questões apontadas como problemáticas em várias investigações conduzidas pela autarquia, principalmente com relação à baixa disputa e baixa atratividade desse mercado que opera com um quase monopólio da Petrobras.

Abre aspas, segundo Alexandre Barreto: "o acordo foi construído em consonância com as melhores práticas internacionais no que diz respeito à consecução de um ambiente concorrencial saudável, mediante uso adequado e suficiente de remédios estruturais pró-competitivos, que resolvam não só o problema atual, mas que também mitiguem de modo duradouro o risco futuro de eventuais condutas anticompetitivas no mercado nacional de refino de petróleo". Foram palavras do Alexandre Barreto.

O Superintendente Geral do Cade, Alexandre Cordeiro, também destacou o papel do Cade na repressão e prevenção de condutas como o abuso de posição dominante. Nota-se que o TCC foi estabelecido não só para promover o desinvestimento da Petrobras, mas para garantir que o mercado de gás se torne competitivo. Não nos parece que é o caso. Apesar dos avanços recentes, a estatal ainda é dominante no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado. Sua flexibilização pode trazer grandes revezes, como, por exemplo, a permissão de a petroleira comprar gás na boca do poço de outros produtores.

Além do cumprimento do TCC, devemos lançar mão dos instrumentos previstos na Lei do Gás. Parece evidente a necessidade de uma ação firme da ANP, do Cade e do MME em conformidade com o art. 33 da Lei do Gás e em sintonia com a Resolução 03 do CNPE, Conselho Nacional de Política Energética, na promoção de medidas de desconcentração do mercado de gás natural que venham a estimular a concorrência do setor.

O elevado percentual de gás de propriedade da Petrobras e a incapacidade de promover maior dinâmica concorrencial por meio de importações ou aumento relevante da produção de terceiros sugerem que a atual posição dominante da estatal não será naturalmente alterada pelas forças de mercado nos próximos anos. Resta esperar que o gás *release*, como uma das diretrizes para a transição para o mercado concorrencial, possa ser regulamentado com brevidade pela ANP.

Na realidade, além disso, é preciso fazer um esforço amplo para promover uma redução no preço do gás natural que chega ao consumidor. Muito se fala na questão do preço da molécula, mas esta é apenas uma das parcelas que compõem o mercado.

O custo do uso das infraestruturas precisa ser analisado com maior rigor pelas agências estaduais e pela ANP. O valor cobrado pelo transporte é excessivo. Reflete uma negociação feita pela Petrobras na venda de ativos, cuja precificação se deu basicamente considerando o retorno garantido de contratos legados, o que resultou em uma venda a preços bastante elevados, desconsiderando inclusive a amortização dos investimentos ao longo do período em que o ativo foi operado pela Petrobras.

É preciso dar publicidade à metodologia de cálculo dessas tarifas de transporte dos contratos legados, já que é uma atividade regulada.

Essa situação precisa ser enfrentada na busca de redução de valores hoje praticados, bastante onerosos para o conjunto de consumidores. A ANP precisa promover uma discussão mais profunda sobre essa questão com a Petrobras, as transportadoras e o mercado consumidor, na busca de alternativas para viabilizar a redução dos valores atualmente cobrados, antes que haja o encerramento dos contratos legados, quando essa situação se mostrará ainda mais crítica.

Vale lembrar o risco de desconcentração de térmicas existentes, cujos contratos expiram nos próximos anos, integrantes do Programa Prioritário de Termelétricas, que também poderá trazer consequências danosas para o sistema de transporte e possível repasse de mais custos para os seus usuários.

Outra consideração importante é trazida pelo Estado de Sergipe – o meu estado –, que é a questão da implantação de componente locacional na tarifa de transporte. Se mantida a tarifa postal, poderão ser feitas, nos estados produtores, conexões diretas de consumidores às fontes de suprimento, através de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gasodutos dedicados de distribuição, retirando usuários do sistema de transporte, implicando em reflexos na tarifa de transporte.

Nesse propósito, o Governo estadual apresentou proposta à ANP de criação de uma tarifa de transporte de curta distância para o gás produzido e consumido no mesmo estado, estando o assunto na agenda regulatória deste ano.

Outra pauta que deve ser enfrentada é a questão da equalização das tarifas de transportes, considerando a malha integrada como um todo. Quando foi feita a divisão da malha de transporte entre TAG, TBG e NTS, cada transportadora passou a ter o seu valor da tarifa calculado de forma separada. Como a TAG tem a maior malha e um volume menor de movimentação de gás natural, a sua tarifa passou a ser superior às demais, onerando todas as operações da Região Nordeste.

Em outro viés, é mandatório também promover uma outra discussão relevante, referente à necessidade de revisão dos contratos de concessão de diversas distribuidoras firmados há três décadas, que hoje estão em total descompasso com as condições de mercado. (*Pausa.*)

A taxa de retorno de investimento de 20% ao ano, estabelecida em tais contratos, termina por inviabilizar economicamente a maioria dos projetos de expansão e onera por demais os consumidores.

O sistema de cálculo tarifário, com incidência da remuneração de 20% sobre todas as despesas, não gera qualquer estímulo à eficiência, incentivo à redução de custos ou de promoção da modicidade tarifária.

O mercado vem se movimentando no sentido de promover a interiorização do gás natural através da operação de *small scale* com GNC e GNL, por transporte rodoviário, visando a alcançar mercados cujo atendimento por gasoduto não tem viabilidade econômica.

Se as questões antes citadas dos custos do transporte e da distribuição não forem adequadamente endereçadas, certamente haverá espaço para um maior avanço das operações com o uso do transporte rodoviário por conta de ganho de competitividade, já que, nessa modalidade, não haverá incidência das referidas tarifas quando o atendimento for feito diretamente ao cliente final.

Essa concorrência entre os modais é extremamente saudável, na perspectiva de que o gás natural chegue aonde ele for competitivo com relação a outros combustíveis e também na modalidade que apresentar melhor custo logístico.

Resta trazer a questão das penalidades contratuais exageradas e, muitas vezes, descabidas. É importante ter a clareza de que as penalidades não podem ser fonte de receita de qualquer agente.

Também a de se promover uma melhor divisão dos riscos. A exigência desnecessária de garantias reais para determinadas operações termina por burocratizar, onerar e trazer uma perda de agilidade para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realização das transações. O mercado carece de mecanismos de flexibilidade e balanceamento para atender os diversos agentes, produtores, comercializadores e consumidores.

O anúncio de implantação do projeto de estocagem da origem, em Alagoas, e as operações que a Eneva deverá desenvolver, a partir da conexão do terminal de GNL de Sergipe, certamente muito contribuirão para dar liquidez e maior segurança operacional ao sistema.

O ponto da harmonização das regulações estaduais com a federal também merece destaque. Percebe-se um movimento de melhorias e aperfeiçoamentos das regulações estaduais, em decorrência da disputa por investimentos entre os estados.

A iniciativa da Abrace, do IBP e da Abpip de criar o Relivre, como balizador para indicar as melhores regulações estaduais, mesmo que contestada por alguns, ajudou a despertar uma saudável competição entre os estados, sendo muito positivos os avanços alcançados em vários deles.

Feita essa contextualização, eu quero agora convidar os nossos expositores para suas considerações. Inclusive acho que os ajudei bastante, porque contextualizei o tema, coloquei um contra o outro e agora eu quero ouvir o que é que eles têm a dizer para que a gente melhore o setor. (*Palmas.*)

Vale aqui lembrar que este ambiente é um ambiente extremamente saudável, é um ambiente de diálogo, é um ambiente de construção. Então, ao levantar essas questões, eu fiz questão de fazê-las e, sinceramente, quero que vocês compreendam isso, porque às vezes, a gente faz uma audiência pública, aí os convidados chegam aqui, não entram no tema e começam a falar sobre a estrutura do órgão que está sob seu comando. E não é isso que a gente quer ouvir.

Então, para a gente ganhar tempo, ser hábil, eficiente e produtivo e trazer clareza ao assunto, resolvi escrever essa contextualização, tomando o cuidado de zelar pelo direito e pelo espaço de todos, para que a gente consiga, ao final dela, entender, ou pelo menos ter a consciência de que "Olha, valeu a pena, a gente andou. ". Eu sei o meu dever de casa, e cada um aqui sabe o que tem que fazer. Se a gente puder se encontrar de novo, com as soluções, eu acho a gente alcançou o nosso objetivo.

Então, ditas essas palavras, eu quero começar aqui, convidando para fazer uso... Que fique extremamente à vontade aqui. Eu quero convidar a Patrícia, que está pelo sistema *online.* Acho que Patrícia está *online*. Patrícia, dá para você falar para a gente? (*Pausa.*)

Deixe-me ver se a gente te ouve. (*Pausa.*)

Patrícia é Diretora Substituta da ANP. (*Pausa.*)

Acho que a Patrícia não quer falar.

O SR. MARIO JORGE FIGUEIRA CONFORT (*Por videoconferência.*) – Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Oi.

O SR. MARIO JORGE FIGUEIRA CONFORT (*Por videoconferência*.) – Aqui quem fala é o Mario, sou Assessor da Superintendência de Infraestrutura e Movimentação da ANP.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Cadê você? Onde você está? Você está *online*?

O SR. MARIO JORGE FIGUEIRA CONFORT (*Por videoconferência*.) – Eu estou *online*.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Ah, está bom.

O SR. MARIO JORGE FIGUEIRA CONFORT (*Por videoconferência*.) – Isso.

A Diretora está com um problema de áudio, então ela pediu para eu fazer aqui a abertura e depois a gente já passa para a nossa apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Você quer que eu passe para outra pessoa e depois ela volta? Como é que você quer fazer?

Vou passar para outro e depois eu chamo vocês. Está bom? Vamos ver se melhora aí.

O SR. MARIO JORGE FIGUEIRA CONFORT (*Por videoconferência*.) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Quero passar a palavra para Alvaro Tupiassu, Gerente Executivo de Gás e Energia na Petrobras.

Alvaro, obrigadíssimo por sua presença, fique inteiramente à vontade. É um prazer muito grande receber você aqui.

O SR. ALVARO FERREIRA TUPIASSU (Para expor.) – Senador Laércio, muito obrigado. Boa tarde a todos e todas aqui presentes e que nos assistem. É uma honra para mim estar aqui representando a Petrobras. Agradeço o convite.

Vou fazer uma breve exposição aqui de eslaides – não sei se é possível colocar, nós enviamos antes – para dar uma contextualização do nosso ponto de vista, contribuindo aqui com os excelentes pontos que o senhor antecipou. Então, enquanto os eslaides vão sendo colocados...

A Petrobras tem uma participação importante no mercado de gás desde a sua origem no Brasil. Vai aparecer ali, daqui a pouco, na figura. Desde o final dos anos 90, quando esse mercado começou a se constituir, a Petrobras veio fazendo elevados investimentos na constituição de oferta de gás, na malha de transporte e no desenvolvimento de mercado consumidor, ao longo dos últimos, vamos dizer, 25 ou 30 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No começo do século XXI, a demanda de gás no Brasil flutuava entre 17 e 20 milhões de metros cúbicos por dia, ao longo desses anos, veio aumentando e já chegou a alcançar, em alguns anos, mais de 100 milhões de metros cúbicos por dia. A oferta de gás, que antes era na faixa de 10 a 15 milhões, já superou, no Brasil, nos anos de maior oferta, 50 milhões, em menos de 20 anos, quer dizer, investimentos foram sendo feitos pela Petrobras e proporcionaram essa elevação de oferta.

O gráfico, que não está aparecendo na tela por enquanto, mostraria essas informações. Agora, acho que vai aparecer ali.

Ao longo desse período... Nós, até de forma didática, dividimos esse período como se fossem quatro etapas. Na primeira etapa houve uma substituição progressiva do uso de combustíveis de maior emissão de carbono, como o óleo combustível, por gás natural; na segunda etapa desse processo, ao longo dessas duas décadas, houve uma expansão grande da malha de transporte do rodoviário; depois, veio o aumento da oferta, com o pré-sal; e, por último, ocorreu a efetiva abertura do mercado, após a implantação da nova Lei do Gás.

Eu estou antecipando aqui, Senador, mesmo sem o apoio da figura, em homenagem ao nosso tempo, para permitir depois as perguntas. Mas, assim que aparecer, se for o caso, eu retorno e dou prosseguimento.

Eu não quero passar para o próximo sem poder mostrar aqui a imagem. Acho que agora foi.

Pode passar ao próximo, por favor.

Então, essa é a figura que eu estava tentando exemplificar. Se vocês olharem, a escala de tempo vai do ano 2000 até 2023 e a gente partiu ali de um mercado ainda incipiente, muito menor do que o de hoje, alcançando cifras que superaram, nos anos de maior demanda, os 90 milhões de metros cúbicos. Em alguns anos superou os 100 milhões, quando se considera demanda toda.

E a gente separou didaticamente como se fossem quatro ciclos: desenvolver o mercado, investir em infraestrutura de dutos e GNL, aumentar a oferta com o pré-sal – aquela barra azul da base, a oferta nacional, que aumentou de 14 para acima de 45 milhões em cerca de 15 anos –, e, nesse último ciclo, pegando só os últimos anos, nós vemos ali já a entrada de outras empresas comercializando gás no Brasil.

Pode passar ao próximo, por favor.

E aí eu peguei aqui uma coletânea quase aleatória de notícias de jornal mesmo, públicas, desses últimos dois anos, para mostrar que, de fato, houve um movimento grande, e continua havendo, tanto de compra e venda de gás entre outras empresas que não a Petrobras, como de investimentos, tanto em oferta nacional, em projetos de variados portes, como em importação de gás, com novos terminais de GNL.

De tal maneira que, quando a gente olha a figura do Brasil hoje, esse mapa está propositalmente colorido, ele sai de uma escala que era mais monocromática antes para uma escala agora... E essas cores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com que a gente pintou os estados exibem o nível de participação de mercado de outras empresas que não a Petrobras em cada estado. Quanto mais escura ali a cor, significa que já existe uma visão maior de outras empresas atuando. E isso vai variando ao longo do tempo.

Já no gráfico à direita, de barras azuis, notem que a escala alcança 12 milhões de metros cúbicos por dia. Essa é a quantidade de contratos feitos por outros supridores nesse mesmo horizonte. Então, isso aqui quer dizer que já houve esse efeito. A soma dos efeitos do TCC feito em 2019, que de certa forma antecipou um pouco os feitos da lei, e a continuidade de segurança jurídica dada pela lei em 2021 criaram esse movimento que já deu um grau positivo e grande de abertura de mercado. A participação de mercado da Petrobras no mercado firme alcança agora, em março de 2024, 29 milhões de metros cúbicos por dia, que equivale a 73% e significa que outros 27% são de participação de outros supridores ou importadores aí.

É importante ver também... Esse outro mapa que eu estou apresentando agora mostra a quantidade de terminais de GNL construídos por outras empresas que não a Petrobras que se instalaram ou estão para se instalar no Brasil. Começando ali de baixo em Santa Catarina, passando por São Paulo, Porto do Açu, Barra dos Coqueiros em Sergipe – operacional desde 2020 e que vai se conectar à malha da TAG este ano ainda, pelo que está previsto –, Suape – que é um projeto, ainda não está em operação –, Pecém – onde a Petrobras operou até o ano passado e encerrou as operações no ano passado pelo fim do contrato – e Barcarena – que também iniciou operações.

Então, aqui nós vemos que a quantidade total de capacidade de regaseificação já colocada por outras empresas superou 70 milhões de metros cúbicos por dia, que por si já é superior à demanda mínima de mercado do Brasil.

Então, no fundo, já existe, como eu comentei antes, uma competição tanto com produtores nacionais quanto com importadores. Um total hoje de 15 supridores, total no mercado, com *market share*, que está variando.

Nesse ambiente novo, a Petrobras teve que alterar um pouco seu comportamento, como eu vou mostrar.

Nesse meio tempo, e esse eslaide que eu estou mostrando agora exibe isso, a Petrobras veio cumprindo o termo de compromisso. E aí, Senador, talvez eu precise colocar esse ponto, que está um pouco diferente do que o senhor relatou aqui, porque na nossa percepção o cumprimento tem ocorrido.

Lembrando que o TCC previa compromissos de diferentes naturezas, tanto desinvestimentos como o que é chamado de compromissos comportamentais, que são aqueles que você vai continuamente executando, enquanto o desinvestimento é demarcado como uma coisa que você faz uma única vez.

Então, nós desinvestimos as transportadoras TAG e NTS, como era previsto, e a Gaspetro, que era a empresa subsidiária voltada para a distribuição de gás; arrendamos o terminal de GNL da Bahia, que este ano voltou à operação da Petrobras, mas ficou dois anos operado por uma outra empresa; fizemos ajustes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por meio de aditivos, aos contratos de transporte, permitindo então que outras empresas pudessem acessar – e, de fato, hoje, esse acesso já é livre para qualquer empresa –; atendemos aos compromissos, como eu chamei, comportamentais de negociação de acesso a escoamento e processamento. Hoje, já existem os contratos de acesso em execução nos cinco polos de processamento, que são Rio Grande do Norte, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo – esses cinco polos têm contratos em atividade com outros produtores acessando as plantas de processamento.

Temos, na transportadora que remanesceu até o momento com a Petrobras, a TBG – ainda não foi desinvestida –, uma operação independente, com critério de independência demarcado no próprio TCC.

Todas essas ações estão relatadas no *site* da Petrobras.

Essa figura à direita mostra um *site* da plataforma das transportadoras...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALVARO FERREIRA TUPIASSU – ... onde elas oferecem contratos, para quem quiser contratar o transporte – seja de mais longo prazo, seja de curtíssimo prazo: contratos de três meses, de um mês; às vezes até de uma semana ou de um dia.

Então, já houve, realmente, uma evolução do mercado, e nossa percepção é de que vimos cumprindo, até o momento, o TCC.

Um ponto que eu não comentei, que está no TCC, é uma visão de não podermos comprar gás de outras empresas – como o senhor falou, na boca do poço –, exceto em casos de exceção operacional; mas, nesse período de tempo – desde o TCC até agora –, a Petrobras deixou de comprar de outras empresas mais de 10 milhões de metros cúbicos por dia, que, então, puderam ir diretamente ao mercado. Isso já ocorreu e continua ocorrendo.

Eu ponho nesta figura – vai ficar disponível – todos os *sites* que a Petrobras colocou em público. O primeiro ali relata todas as ações – em tempo real; a gente vai acrescentando ali – do que a gente foi cumprindo do TCC; e os três de baixo são os *sites* que têm informações públicas para acesso às infraestruturas de processamento, escoamento e regaseificação, como prevê o TCC, e agora também prevê a Lei do Gás.

E aí, nesse ambiente novo em que nós nos encontramos, a Petrobras teve que oferecer novos produtos comerciais a distribuidoras, atuando num ambiente de competição. O último ano com maior movimento de comercialização foi o ano passado, em que nós fizemos participação da Petrobras em mais de 15 chamadas públicas realizadas pelas distribuidoras. A Petrobras teve a oportunidade de fazer ofertas nessas chamadas públicas e venceu, com a realização de 34 novos contratos começando em 2024 e com duração de até 11 anos, comercializando mais de 70 bilhões de metros cúbicos acumulados no período – em 2024, o volume gira em torno de 21 milhões. Esses contratos são todos públicos e estão disponíveis no *site* da ANP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao mesmo tempo, estamos trabalhando internamente para melhorar as bases digitais, com sistemas de informações mais atuais, mais modernos, para entregar não apenas um contrato mais competitivo, como também uma experiência melhor para o cliente. Estamos trabalhando nisso.

Uma coisa que eu não informo aqui, mas que eu vou falar aqui rapidamente, Senador, é que esses contratos embutiram, nas suas formas contratuais, flexibilidades novas que os anteriores não possuíam. Então, por exemplo, nós permitimos, nesses contratos, que as distribuidoras que queiram possam, a qualquer momento, reduzir o volume contratado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALVARO FERREIRA TUPIASSU – ... a dois terços do volume, conforme preconiza a Resolução CNPE nº 3, de 2022, que permanece em vigor.

Nós também colocamos aqui a possibilidade de ela já pré-contratar volumes que caem no tempo e, por fim, se algum consumidor livre sair da base da distribuidora, ela pode descontratar proporcionalmente esse volume conosco. Isso já começou a ocorrer. Houve clientes de algumas distribuidoras que fecharam contratos de mercado livre e então saíram para outros distribuidores – contratos se cumprem.

Eu queria acrescentar também essa informação que eu trouxe – só rapidamente para contextualizar, ajudando aqui – e que está na tela agora, que é uma mudança que ocorreu recentemente no perfil de demanda termoelétrica. Eu peguei aqui, para dar um exemplo e deixar o registro, um dia típico de dezembro do ano passado. A figura à esquerda mostra ali na base azul a geração hidrelétrica; na verde, a geração eólica; na amarela, a geração solar, que só ocorre durante o dia, e por isso que ela tem ali os interstícios sem ocorrência; e, por cima, a geração de térmicas a gás.

Notem, na figura da direita que, nesse dia, nós tivemos uma necessidade de elevar a geração a gás de 500 megawatts para 4 mil megawatts em menos de 48 horas, sendo que a elevação de 2 mil para 4 mil ocorreu em menos de quatro horas; quer dizer, as energias renováveis intermitentes trouxeram um desafio adicional que a gente está tentando trabalhar por meio de uma operação mais flexível nas térmicas, com altos graus de confiabilidade tanto na entrega do gás, 99,9%, quanto na entrega da disponibilidade das máquinas termoelétricas, 98%, que são *benchmarks* mundiais.

E o importante, fazendo conexão com o ponto que o senhor colocou, é que essas térmicas terão oportunidade de recontratação no leilão que vai se realizar agora em agosto deste ano. É muito importante que elas possam ser recontratadas até para poderem permanecer provendo essa segurança para um sistema de base renovável, ao mesmo tempo em que permanecem, vamos dizer assim, ocupando a malha de transporte para manter esses custos equilibrados para todos os consumidores. Aqui, foi só esse comentário.

Já me aproximando do final desta exposição, eu relato aqui a nossa previsão de investimentos futuros da Petrobras para a expansão de ofertas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se, por um lado, a lei já trouxe uma razoável diversificação no número de ofertantes – como eu falei, já são pelo menos 15 empresas vendendo gás, quando antes era apenas uma, e isso em três anos –, ainda precisamos aumentar o volume de oferta. Então, olhando para o que é o principal requisito da indústria hoje, legítimo, de redução dos custos, redução do preço, o que nós precisamos fazer para que esse objetivo seja alcançado é o aumento do volume de oferta. E, para alcançar esse objetivo, a Petrobras tem no plano um investimento de US$7 bilhões em três principais projetos: Rota 3, em andamento, para entrar no segundo semestre deste ano, com duto de 18 milhões de capacidade de escoamento; um projeto que se chama Raia e que antigamente se chamava BM-C-33, de que a Petrobras é parceira – a nossa parceira Equinor é a operadora –, vai trazer um duto também com capacidade para 16 milhões, e já teve a tomada de decisão de investimento em maio do ano passado; e, futuramente – ainda estamos trabalhando para chegarmos a essa decisão final –, o projeto Sergipe Águas Profundas, um projeto muito importante para a Petrobras, que vai injetar na costa de Sergipe 18 milhões de metros cúbicos por dia de capacidade.

Lembro que todos esses projetos são de característica *offshore* e trazem, embutidos em si, uma complexidade muito alta e diferente do que se vê em outros lugares do mundo.

Então, no caso brasileiro, nós temos investimentos muito altos em sistemas de produção, muitos poços por plataforma, uma distância de 300km da costa, 2 mil metros de profundidade de lâmina d'água, mais outros 5 mil metros abaixo do leito submarino, sistemas de geração de energia que são verdadeiras cidades flutuantes.

E ali a gente coloca esse mapa ilustrativo para mostrar que a produção não é só o FPSO ou a plataforma. Ali, colocamos uma visão tridimensional da Região Metropolitana do Rio de Janeiro para exemplificar como é que tipicamente se estendem os sistemas de poços, dutos, umbilicais, sistemas submarinos, que são associados com uma única plataforma. Quer dizer, a gente vai varrer um horizonte de vários quilômetros quadrados e de vários milhares de quilômetros de umbilicais e dutos para poder suprir, em 2 mil metros de lâmina d'água, esse gás ou esse petróleo. Isso embarca muita tecnologia, muita complexidade, e é por isso que temos um desafio tecnológico e de custo, e é por isso que eu digo que esse é um dos principais desafios que nós Petrobras temos no plano no que se refere a oferta de gás.

Para finalizar, temos também outros US$7 bilhões, previstos nesse plano, para investimentos exploratórios. E aí a exploração já é visando um horizonte que vai depois daqueles três projetos que eu citei. É o que vem depois. Foco em já encontrar novas reservas na Bacia do Sudeste, na Margem Equatorial e também temos investimentos prospectivos na Colômbia.

Esses outros US$7 bilhões, em 5 anos, para buscar, então, novas reservas que entrariam em produção, se forem encontradas e confirmadas, já entre o começo e meados da nossa próxima década. Lembrando que aqui estamos falando de projetos de longo tempo de maturação.

Bem, eu queria agradecer o tempo e ficar à disposição para as perguntas que virão depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Valeu, Alvaro. Obrigado.

Quero passar a palavra para Marcelo Mendonça, que é diretor técnico e comercial da Abegás.

Fique à vontade, Marcelo.

O SR. MARCELO MENDONÇA (Para expor.) – Obrigado, Senador, obrigado pelo convite.

Também é uma honra estar participando e colocando nossa visão do mercado. Quero agradecer também pela abertura, simplificou ou dificultou a nossa posição, porque eu só vou ter dez minutos depois de tantos pontos levantados. Quero também agradecer ao Marcelo Menezes, que eu estou vendo aqui, pelas contribuições que foram apresentadas aqui.

Quero pedir para se colocar a apresentação. Também tenho uma apresentação para colocar. (*Pausa.*)

Bem, vou iniciar enquanto é colocado.

A Abegás representa as distribuidoras de gás canalizado. Então, o gás natural é o nosso produto. Hoje, nós temos mais de 4,5 milhões de consumidores. Então, por isso essa importância de a gente desenvolver o mercado de gás natural.

Então, eu já vou pular a parte da nossa apresentação e já ir para o tema em questão.

Coincidentemente, eu entrei no mercado em 1995, justamente quando segue aquela linha do tempo que nós montamos, quando começou a se desenvolver o mercado de petróleo, o mercado de gás. Já nessa evolução, a gente já citou aqui, o Senador Laércio já falou desses passos da implementação da nova Lei do Gás, do decreto, do TCC. A questão é: como é que o mercado tem evoluído a partir do desenvolvimento da nova Lei do Gás?

Então, para poder pontuar essas questões, a gente também colocou aqui algumas matérias ao longo do tempo.

Logo depois da promulgação da Lei do Gás, a gente passava por um momento também de restrição, a gente tinha uma necessidade de despacho termoelétrico muito alto e, com isso, um impacto muito grande no preço do gás. Então, a gente teve um aumento de 50% do preço da molécula, nesse período, em função dessa vulnerabilidade. Apesar de o Brasil ser um país produtor, ele ainda apresenta déficit em relação ao seu mercado, justamente pelo mercado termoelétrico.

E agora, Senador, a gente está passando justamente por um momento, novamente, de restrição. Então, o mercado... Não choveu no verão, como deveria ter chovido. Hoje, nós temos também uma redução dos reservatórios hídricos e, com isso, vai ter uma maior pressão também do despacho termoelétrico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, justamente, a gente vê o embate entre Israel e Irã também pressionando os preços. Já está impactando o Brent e vai impactar o preço do gás natural. Então, tudo isso reflete nessa questão.

E outra: a gente colocou uma outra matéria aqui: como a Petrobras suspende o fornecimento de gás natural para as distribuídas do Nordeste em 2022. Então, por uma opção de mercado, a Petrobras não se posicionou nas chamadas públicas das distribuidoras para ofertar para o Nordeste. Qual foi o resultado disso? Como o Alvaro citou, aproximadamente, a gente teve contratos em torno de 12 milhões de metros cúbicos por dia e a gente vê esse reflexo no Nordeste, justamente porque a Petrobras se posicionou que não entraria no mercado do Nordeste. Com isso, o Nordeste pôde ter uma maior variedade de ofertantes.

Então, a gente vê essa abertura do mercado nessa região. Olhando esse gráfico, separando esses contratos por região, eu acabo entrando naquela questão do copo meio cheio e do copo meio vazio: quando eu olho para o Nordeste, eu vejo o copo meio cheio; quando eu olho para o restante do país, eu vejo o copo meio vazio. Só que, Senador, o que eu vejo é o copo furado. Hoje, quando a gente olha para essa situação, qual é o impacto que a gente vê, explicando essa posição?

Hoje, quando a gente olha para o mercado de gás com esse atendimento, a gente tem um aumento excessivo da reinjeção. Então, se a gente comparar aqui, a oferta de gás, que estava em 46 milhões em 2019, chegou a 36 milhões em outubro de 2023: uma redução de 10 milhões de metros cúbicos por dia. Só o que aumentou de reinjeção, em redução da oferta, é da mesma ordem de grandeza da abertura do mercado.

Então, se a gente conseguisse desenvolver e aumentar ainda mais essa oferta de gás para o Brasil, o resultado da abertura do mercado seria muito maior. E o que acontece? Quando a gente olha, desse gás disponibilizado, considerando que a Petrobras ainda detém 71% do mercado, segundo o próprio boletim do MME, isso estaria em torno de 10 milhões de metros cúbicos por dia.

Na verdade, todo o gás dos outros produtores já está contratado. Então, se a gente não aumentar a oferta de gás... Hoje não temos como ampliar a abertura do mercado.

Então, é ilusório achar que nós podemos desenvolver o mercado. A gente está muito na expectativa – o Marcello vai falar ainda sobre o Gás para Empregar – de que a gente tenha esse sinal de mercado que propicie, realmente, o desenvolvimento, aumentando a oferta de gás natural.

E aí a gente vê esse impacto. Hoje, a reinjeção é superior à oferta de gás disponibilizado. Então, o Alvaro... Ah, sim. É importante fazer esse *disclaimer:* o mercado de gás hoje só existe porque a Petrobras investiu e entrou nesse mercado. A sinalização que o Alvaro deu sobre os grandes projetos que estão acontecendo é muito importante, e a gente quer acreditar nisso, quer acreditar que esse gás vai vir para o mercado, que a gente vai poder trazer investimentos, desenvolver o mercado de gás.

Mas é importante olhar o passado. A gente vê uma retração, também um aumento de reinjeção na entrada do Rota 2. Então, a falta de investimentos em rota de escoamento está intrinsecamente relacionada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o aumento de reinjeção, porque isso é escala, o mercado de gás natural é escala. Isso já aconteceu no passado e vem acontecendo, agora, com o Rota 3. O Rota 3, que é responsável por cerca de 18 milhões de metros cúbicos por dia, também tem tido atrasos sucessivos, e esse gás já poderia ter chegado ao mercado. E, com isso, a gente não teria aquele aumento de reinjeção que a gente viu ali, que já está aparecendo nos números. E, com isso, é redução de *royalties*, é participação especial, é ICMS, e impede o desenvolvimento dos estados também.

A gente falou, o Alvaro citou estes projetos: o Projeto Raia, com mais 14 milhões; o Sergipe Águas Profundas, mais 10 milhões, com datas para 2028. A gente viu que o Rota 3 demorou mais de dez anos para conseguir se desenvolver. Se ele vai entrar em 2028, esse projeto já não teria que estar sendo implementado? A gente vai bater recorde de oferta ou recorde de reinjeção? É importante a gente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO MENDONÇA – ... ter isso bem na nossa pauta para poder desenvolver.

Em relação aos investimentos, a gente passou por um momento similar também, quando da entrada do Gasbol, porque, da noite para o dia, foi necessário desenvolver a demanda de gás natural. E as distribuidoras tiveram um papel crucial nesse desenvolvimento. Tinha o plano PPT, que era para ancorar o Brasil-Bolívia; das 42 térmicas, só entraram 8 térmicas, e o restante do gás, que o Brasil pagava *take or pay*, as distribuidoras entraram na substituição do óleo combustível.

Então, Senador, os contratos das distribuidoras, os contratos de concessão que deram a estabilidade contratual permitiram o desenvolvimento desses investimentos para desenvolver o mercado de gás. Então, naquele momento, foi muito importante ter esse caminho.

As distribuidoras têm feito os investimentos. Podem ver aqui também por um outro gráfico que eu coloquei. Então, a gente vê que, de 2019 até 2023, a rede de gás natural mais do que dobrou. E hoje nós não temos um mercado industrial que utiliza óleo combustível. Esse mercado já foi substituído. Hoje nós precisamos desenvolver outras aplicações de gás natural. E justamente é função da distribuidora atuar nesses mercados, fazer investimento e permitir que o gás chegue ao mercado consumidor. As distribuidoras estão dispostas a fazer esses investimentos.

Então, é importante a gente trazer essa função da distribuidora, porque alguns pontos foram citados nessa abertura, por exemplo, a harmonização é a via de mão dupla. É necessário que ações que são feitas no âmbito do estado também sejam feitas no âmbito federal. Então, a gente vê aqui revisões tarifárias, que já são uma prática dentro das revisões estaduais. No segmento de transporte, a gente não verifica. Se não é feito, não tem uma periodicidade para revisões tarifárias. Então, é preciso implementar.

A gente vê dentro dos contratos de transporte também uma rigidez significativa. São questões, por exemplo, como foi citado também no Relivre, em que se tenta colocar uma exigência muito grande dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos estados, mas sem ter, por outro lado, os outros elos da cadeia também que buscam essa flexibilidade, sem ter um aumento de oferta – como é que eu vou desenvolver uma abertura de mercado sem ter novo mercado de gás, sem ter novo gás para o mercado? E aí a gente vê alguns indicativos, como, por exemplo, dentro do Relivre, a defesa da Tusd específica, que nada mais é do que um subsídio para os grandes consumidores. E o que significa isso, por exemplo? Quem paga a conta são os demais consumidores.

Se eu pegar o mercado de GNV, Senador – por exemplo, hoje nós temos mais de 2,5 milhões de usuários só de GNV, taxistas e motoristas de aplicativo –, 8,5 bilhões foi a transferência de renda que foi para esse segmento, justamente porque eles substituíram gasolina por gás natural. Então, ter benefícios específicos para determinados segmentos impede o desenvolvimento do mercado.

Então, só para fechar, vou falar rapidamente, Senador, uma questão também, como já foi citada aqui, o gás natural tem a função de segurança energética, como o próprio exemplo que o Alvaro citou, contribuindo para a transição energética. Com a entrada das renováveis, é necessário ter o gás natural para dar essa segurança na geração. E a falta de nova oferta de gás tem atrapalhado esse posicionamento na segurança energética.

Outros mercados que poderiam ser substituídos seriam os mercados de veículos pesados, por exemplo, pois um terço da nossa matriz energética está no segmento de transporte, transporte rodoviário. Nós temos cerca de 23% do diesel importado. Então, se a gente pegar uma política, por exemplo, de substituição somente de diesel importado por gás, eu chegaria a substituição de 11,5 milhões de toneladas ao ano de CO_2, então, reduzindo a pegada de carbono, permitindo o desenvolvimento da cadeia de biometano que chegaria à substituição de 46 milhões de toneladas ao ano.

Então, é preciso ver essa cadeia como um todo, a integração de todos os elos da cadeia, a integração com todas as fontes energéticas.

Então, só para fechar, o nosso objetivo é estimular o desenvolvimento do mercado de gás natural no Brasil, ampliando de forma segura, sustentável e competitiva, promovendo a expansão da infraestrutura e a universalização do consumo de gás no país.

Então, esse é o principal recado que eu gostaria de dar, Senador, buscando também o desenvolvimento do mercado e o desenvolvimento de todos os elos da cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Marcelo, por sua gentileza.

Eu queria, em seguida, passar a palavra para a Patricia Baran, da ANP. Acho que já dá para a Patricia participar com a gente.

Podemos seguir, Patricia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRICIA HUGUENIN BARAN (*Por videoconferência*.) – Os senhores estão me ouvindo agora?

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Estamos, sim.

A SRA. PATRICIA HUGUENIN BARAN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Que bom.

Então, boa tarde. Peço desculpas pela minha falha inicial no áudio. Já aproveito para cumprimentar o Exmo. Sr. Senador Laércio Oliveira, Relator da Lei do Gás e autor do requerimento para a realização desta audiência pública, com o objetivo de debater o mercado de gás após a edição da Lei do Gás. Igualmente, gostaria de cumprimentar as Sras. e Srs. Senadores e os demais participantes que nos assistem.

Passando agora diretamente ao tema, destaco que discutir sobre os avanços e os entraves da abertura de mercado do gás natural no Brasil após três anos da nova Lei do Gás é uma iniciativa que eu considero de suma importância. Tanto a Lei 1.434 como o seu decreto regulamentador trouxeram alterações em nível legal e administrativo que pavimentam os caminhos para um desenvolvimento mais acelerado do setor de gás natural no sentido de aumentar a concorrência e gerar condições para uma redução do preço final para o consumidor, o que vai gerar ganhos de competitividade para toda a economia brasileira.

Então, a ANP está ciente de seu papel nesse processo e tem se debruçado em uma série de ações regulatórias e técnicas para que esse desenvolvimento ocorra com a urgência que a nossa sociedade demanda. E assim, nessa nossa breve apresentação, buscaremos trazer para o conhecimento dos senhores e das senhoras algumas das nossas principais ações regulatórias e também os resultados que já temos alcançado nesses três anos que se passaram desde a publicação do novo marco legal.

Isso posto, eu vou passar agora a palavra para o Assessor da Superintendência de Infraestrutura e Movimentação da ANP, o Sr. Mario Confort, que estará acompanhado também pelo Coordenador de Acesso ao Transporte de Gás Natural, o Sr. Guilherme de Biasi, e eles farão uma breve apresentação da visão da ANP sobre esse processo.

Então, Mario, por favor, a palavra está com você.

O SR. MARIO JORGE FIGUEIRA CONFORT (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Diretora Patricia.

Gostaria de dar boa-tarde ao Exmo. Senador Laércio, aos demais Senadores e a todos os que acompanham a transmissão desta audiência.

E gostaria de pedir para subirem a nossa apresentação, por gentileza. (*Pausa.*)

Nós também trouxemos... (*Pausa.*)

Perfeito. Pode ir para o próximo eslaide, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é um eslaide que traz uma informação que vocês já conhecem há bastante tempo, é mais uma contextualização de como a Lei do Gás surgiu. Na verdade, ela veio muito de um reposicionamento dos investimentos da Petrobras, por volta dos anos 2016 e 2019, em que a Petrobras começou a sair do setor de transporte para priorizar outros investimentos. Em frente a essa nova configuração do mercado de gás natural no Brasil, foi necessário que houvesse uma atualização do arcabouço legal.

E, por volta de 2016, com o programa do Gás para Crescer, começou a haver uma série de debates com vários agentes, várias instituições públicas e privadas, que culminou no Projeto de Lei 6.407, de 2013, Substitutivo em 2017, que foi discutido e que culminou, em 2021, após ser apreciado pela Câmara e pelo Senado, na nova Lei do Gás, que trouxe a pavimentação de um novo caminho, de um mercado mais aberto, mais dinâmico e mais competitivo.

Logo em seguida, já foi publicado um decreto que parcialmente regulamentava essa nova Lei do Gás e, a partir de então, a agência e os setores já tiveram um novo caminho que podia ser trilhado, com uma série de medidas que começaram a ser tomadas para que essa lei, de fato, trouxesse os efeitos esperados. São medidas que eu classificaria como medidas regulatórias e também medidas de cunho mais executivo, do dia a dia da agência, que é o que nós vamos apresentar.

Pode passar para o próximo eslaide, por gentileza.

Rapidamente falando, a nova Lei do Gás mudou o regime de autorização do gasoduto, era concessão e passou a ser autorização para a construção de operações de gasoduto e transporte. Trouxe o sistema de entradas e saídas em que os fluxos físicos passam a ser menos relevantes contratuais, tornou obrigatório o acesso às infraestruturas de escoamento, tratamento, processamento, regaseificação, que é uma das grandes novidades do setor do arcabouço legal, e trouxe também regras de comercialização, autorização, estocagem, que permitem autorizações mais céleres nesses elos da cadeia.

Um dos grandes desafios, já foi até colocado na fala inicial do Senador Laércio, é justamente o desenvolvimento da regulamentação. A ANP é citada mais de 90 vezes na nova Lei do Gás e o desafio que a gente tem é entregar uma regulamentação no tempo que a sociedade demande, num tempo que seja interessante, mas, ao mesmo tempo, não carecer da devida participação social que todo processo de regulamentação deve ter para que seja assegurada a sua legitimidade.

Pode passar para o próximo eslaide.

E falando sobre regulamentação, trouxe aqui alguns temas interessantes da nossa agenda regulatória que são também prioritários e que têm muito a ver também com esse fomento e essa continuidade desse caminho de abertura do setor de gás natural, que a gente julga extremamente relevante, que ainda talvez não tenha chegado aos efeitos que talvez sejam esperados, mas já avançamos bastante, dado o curtíssimo espaço de tempo que a gente teve, de três anos, o que ainda é um espaço de tempo ainda muito reduzido, e a gente já avançou nesse campo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre regulamentação, a gente tem como destaque a distribuição, a movimentação de GNL e GNC por modais alternativos, o modal dutoviário, que são justamente aquelas regras que a gente está modernizando, que a gente está revisando, regulamentações já existentes para modernizar e fomentar que o gás natural consiga chegar àqueles mercados onde os gasodutos ainda não estão chegando para poder continuar a universalizar o uso do gás natural no Brasil.

A gente também está trabalhando na revisão da nossa regulamentação de critérios para a definição das tarifas de transporte, de modo que essas tarifas também possam caminhar para uma situação, para uma realidade mais módica.

A gente recentemente publicou a Resolução nº 961, que trata da simplificação da contratação da capacidade de transporte, também visando dar mais celeridade aos processos de contratação de capacidade em gasodutos de transporte. E uma das regulamentações mais importantes que nós temos é justamente a regulamentação do acesso às infraestruturas essenciais, aos terminais de GNL, aos gasodutos de escoamento e às unidades de processamento e tratamento de gás natural, para justamente garantir e assegurar que o comando legal trazido pela Lei 14.134, especialmente o art. 28, se torne uma realidade em nosso país.

No ano passado, em 2023, dentro desse universo de fomentar a participação social – indispensável, como eu já coloquei –, a gente realizou um *workshop* e uma consulta prévia em que a gente recebeu mais de 550 contribuições. Atualmente, a gente está em fase final no processo de aprovação da nossa análise de impacto regulatório e a gente espera que, neste ano ainda, a gente consiga publicar a resolução que vai tratar do acesso às infraestruturas essenciais.

O último tema para o qual eu gostaria de chamar a atenção, no âmbito da regulamentação, é a definição dos critérios técnicos que vão definir o que é um gasoduto de transporte, regulamentando, assim, o inciso VI do art. 7º da lei. Essa regulamentação é, particularmente, importante justamente para trazer mais segurança jurídica, mitigar a possibilidade de conflitos federativos, conflitos entre a regulação federal e a estadual, buscando a maior harmonização entre essas duas esferas de regulação. A gente acredita que, com maior segurança jurídica, a gente também fomente esse ambiente de atração, mantendo o ambiente atrativo para os investimentos.

Como eu disse, em termos regulatórios, eram essas as palavras que eu queria trazer, mas a gente continua trabalhando. Como eu já falei, a gente tem, sim, alguns resultados para mostrar do que vem acontecendo desde que a Lei do Gás foi promulgada, em 8 de abril de 2021.

Eu gostaria de passar a palavra agora ao nosso Coordenador de Acesso a Transporte, Guilherme de Biasi, que também fala remotamente, para falar desses resultados para vocês.

Guilherme, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu peço a passagem para o próximo eslaide. (*Pausa.*)

O SR. GUILHERME DE BIASI CORDEIRO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Mario.

Primeiramente, eu queria cumprimentar V. Exas. e a todos que nos acompanham e agradecer também a oportunidade de falar aqui sobre a evolução da abertura do mercado de gás natural.

Hoje, eu vou apresentar para os senhores e para as senhoras alguns números que ilustram esse sucesso da abertura do mercado de gás natural, alcançado após a publicação da nova Lei do Gás, relatada pelo Senador Laércio Oliveira, à época Deputado Federal.

Eu vou iniciar pedindo para passar para o próximo eslaide.

Aí a gente traz, neste gráfico, uma comparação do número de contratos de transportes assinados em um período pré-Lei do Gás com a sua evolução nos últimos três anos. Anteriormente à publicação da nova lei, nós tínhamos uma predominância de contratos de longo prazo, nos quais a Petrobras era a contratante. A gente pode perceber que, a partir de 2021, tivemos um crescimento, que se pode chamar exponencial, do número de contratos firmados, tendo chegado a 420 contratos assinados no ano passado. Vale destacar também que houve um aumento similar da diversidade de agentes utilizando o sistema de transporte. A gente saiu de um máximo de 5 carregadores, nos anos pré-nova Lei do Gás, e chegamos, no ano passado, a 28 agentes ativos movimentando gás no sistema de transporte.

Pode passar o eslaide, por favor.

Quando olhamos para os contratos de comercialização, identificamos uma trajetória equivalente a dos contratos de transportes. No período anterior à publicação da lei, nós tínhamos contratos em que a Petrobras era praticamente sempre uma das contrapartes, como compradora de gás, na boca do poço – muitas vezes, a preços bastante reduzidos –, ou como vendedora para as distribuidoras estaduais, à época, exercendo esse papel de forma monopólica. Já a partir do ano da publicação da Lei 14.134, cresceu, significativamente, o número de contratos, tendo chegado a 458 contratos de comercialização assinados no ano passado, com aproximadamente dois terços deles sem nenhuma participação da Petrobras.

Além do número, é importante a gente destacar que foram criadas também novas modalidades contratuais – acho que o Alvaro destacou essa questão –, o que contribuiu para um aumento da liquidez no mercado de gás brasileiro, e a gente identifica muitos instrumentos contratuais criativos que tentam contornar a... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Sumiu a voz? (*Pausa.*)

O vídeo travou. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma pena. Estavam os números tão bons, não é? Estava tão feliz... Valeu a pena... Dá para cantar aquela musiquinha, não é?

Vamos ver se a gente consegue, depois, trazer de novo a participação do terceiro membro da ANP.

Enquanto isso, eu quero passar a palavra para Paulo Pedrosa, Presidente da Abrace, meu amigo querido. É prazer muito grande revê-lo. Agradeço, mais uma vez, por tudo. A palavra é sua.

O SR. PAULO PEDROSA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Laércio.

É uma alegria estar aqui nesta sessão tão importante que comemora a Lei do Gás e que olha para os desafios da sua efetivação.

Quero saudar os amigos da mesa – todos amigos de muito tempo – e os presentes e lembrar, Senador, aqueles momentos da aprovação da Lei do Gás, quando o senhor acompanhado do Marcelo e do Francisco, assessor da Câmara, circulavam, entre Câmara e Senado, discutindo a Lei do Gás.

Senador, eu queria subir um pouco para o plano da visão estratégica. Eu acho que o Congresso Nacional, na Lei do Gás, deu ao país um modelo estratégico para um setor da economia, que é o papel mais nobre possível. Muitas vezes, a gente vê ações justificáveis, legítimas de Parlamentares do Congresso para, por exemplo, estimular a geração elétrica de um determinado segmento em um determinado estado. Aquilo é bacana – localmente, é bacana –, mas, muitas vezes, aquilo contraria a lógica de funcionamento, por exemplo, do setor elétrico, impõe custos e invade a atividade de planejamento, que é uma competência do formulador de política. No caso do gás, não, o Congresso subiu o plano, olhou de cima e desenhou um modelo regulatório para um setor importantíssimo da economia. É importante.

Aqui eu vou me permitir lembrar o passado – eu, que sou velho –, o tempo em que fui Diretor da Aneel, com a Presidente Dilma então Ministra de Minas e Energia. Ela gostava de uma expressão que sempre volta à minha cabeça que é o metabolismo da eficiência. Esses setores são como organismos ou máquinas. No relógio, uma peça tem que engrenar na outra para que o ponteiro gire e mostre a hora.

A Lei do Gás traz o metabolismo da eficiência, traz uma lógica. Ela se baseia num projeto de um grande mercado nacional de gás, diverso e competitivo, atuando através da malha nacional de gasodutos, para atender consumidores que vão ter poder de escolha com um setor eficiente.

Quero dizer que esse é o único modelo possível? Não, esse não é o único modelo possível. Em tese, nós poderíamos ter um setor verticalizado, estatal, com uma grande empresa fazendo tudo, e esse outro modelo poderia ter mecanismos que também garantiriam a eficiência dentro de uma outra lógica, mas a lógica da Lei do Gás – e o senhor foi o artífice dessa lógica – deu ao país um modelo.

E isso é muito bom, mas a verdade é que, digamos assim, as vacinas, os mesmos enfrentamentos da aprovação da Lei do Gás continuam, e a lei, de fato, tem desafios muito grandes para se tornar efetiva. E é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isto que nós aqui voltamos ao Congresso, ao Senado, para dizer: "Senadores, ajudem para que a lei seja efetiva".

O metabolismo da eficiência só vai funcionar se tiver diversidade. Independentemente de eu considerar o Alvaro uma das pessoas que eu mais admiro e gosto no setor de gás, o metabolismo da eficiência da lei que nós aprovamos não permite uma empresa, por melhor que ela seja, ter 85% do mercado e uma fatia crescente ao longo do tempo. A Lei do Gás trouxe mecanismos para lidar com isso, o TCC trouxe mecanismos para lidar com isso. Eu acho que a gente precisa recuperar a essência da Lei do Gás no detalhamento, olhando não o interesse de cada setor. O objetivo nosso não é enterrar tubo. Enterrar tubo é bom, mas enterrar tubo não é um fim; o fim é o desenvolvimento do país. Se enterrar tubo vai aumentar o mercado de gás, vai promover liquidez, vai trazer mais dinamismo, então, vamos sair enterrando tubo pelo país, mas ele não é um fim em si mesmo.

Esses são os movimentos que nós precisamos encontrar para que a Lei do Gás seja efetiva, porque o gás é o combustível da transição energética. O gás é o combustível que precisa vir para, junto com as energias renováveis, promover a descarbonização da economia nacional, contribuir para a questão climática global, desenvolvendo o país, gerando emprego, gerando desenvolvimento, construindo uma sociedade mais justa através do desenvolvimento. Existe um potencial gigantesco de gás, e nós parecemos estar acomodados. Os gráficos que nós vimos hoje mostram um consumo industrial estável há 12 anos. Há 12 anos, a gente... Esta palavra às vezes ofende, mas o nosso mercado é medíocre, medíocre frente ao que nós poderíamos ter no Brasil hoje. O consumo industrial está parado há 12 anos, enquanto nós temos um potencial gigantesco de desenvolvimento.

Nós da Abrace estimulamos, na nossa base de associados, um potencial de 20 milhões de metros cúbicos por dia a mais, se o gás atingir o patamar competitivo, que nós entendemos na faixa de US$7, US$8 por 1 milhão de BTU, que é algo possível. Nos Estados Unidos, é US$3,5, na Europa é US$8,5. Por que é que nós temos US$15, perto de US$16, quando isso é mais até do que o Japão?

Nós precisamos olhar para a molécula, para diversificar e ampliar a oferta, para o escoamento. Nós precisamos olhar para o transporte, que – o Marcelo falou muito bem – tem que ter os mecanismos de eficiência, alguns já sinalizados na distribuição. Precisamos olhar para a distribuição. Precisamos olhar para a comercialização.

Nós precisamos enfrentar um problema que é uma coisa que está embaixo da mesa e que a gente finge que não vê: tem um conflito federativo na Lei do Gás. A Constituição diz uma coisa, a Lei do Gás diz uma coisa, estabelece o que é transporte, o que é distribuição, o que é comercialização. Como é um grande mercado nacional, a comercialização deveria ser vista de forma central; para alguém poder vender no Rio Grande do Norte e comprar no Rio Grande do Sul, precisa ter uma regra nacional. E, na verdade, a gente não enfrenta a questão do conflito federativo. Tem pareceres da AGU, tem decisões da ANP, o Ministério de Minas e Energia sabe e acompanha isso, mas a gente finge que não tem o problema e a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem, na verdade, leis estaduais que chocam com a lei federal do gás. Isso traz uma incerteza enorme no mercado.

Senador, nós precisamos recuperar a essência da lei que o Congresso deu ao país com a sua liderança, recuperar os princípios e os conceitos e ajustar, promover a harmonização, sim, entre as regras estaduais e a regra nacional, promover a diversidade do mercado, enfrentar questões como a reinjeção, porque de fato estamos reinjetando mais gás do que consumimos. Isso é – desculpe, a palavra talvez não seja boa – medíocre, mas medíocre no sentido de médio. Médio é pouco para o Brasil, a gente podia ser muito, se esse gás estivesse vindo para descarbonizar o setor siderúrgico, para descarbonizar o setor de cimento, dando mais vazão nos gasodutos atuais, diluindo os custos da malha, através de mecanismos que permitissem um preço de gás que acionasse o gatilho de competitividade. A indústria só vai comprar o gás se o preço do gás couber no preço do produto que ela vende; senão, ela vai produzir para não vender. Então, esses gatilhos de eficiência, de preço e de competitividade vão multiplicar o mercado de gás, o que vai ser bom para todo mundo, vai ser bom para o transportador, vai ser bom para o distribuidor e vai ser bom para o produtor, porque vai trazer uma referência de preço.

Para isso também, eu acho que é importante ressaltar... E a gente viu a apresentação da ANP, e o trabalho lá é hercúleo, o desafio é gigantesco, mas nós estamos andando devagar. Nós temos que nos reunir e encontrar maneiras de apoiar a ANP, está lento o processo de detalhamento regulatório do setor. Tem regulamentos que são fundamentais para o mercado e a cada ano eles são de novo adiados. É difícil, é complexo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PEDROSA – ... tem pouca gente, mas de fato nós precisamos acelerar, inclusive cumprindo o que a Lei do Gás nos deu. Nós da Abrace, por exemplo, defendemos... A Lei do Gás trouxe o mecanismo do *gas release*, a Lei do Gás trouxe o mecanismo dos leilões de gás. Nós precisamos implementar isso até para diminuir, digamos, o poder de mercado do agente que hoje vende 85% do gás e para dar ao país um preço de mercado do gás – descobrir, revelar qual é esse preço através de leilões.

E aí eu aproveito meus 30 segundos finais para defender a tese que nós temos de que um modelo de leilões poderia criar um mercado secundário de gás no Brasil, trazer um mecanismo da gestão de risco das distribuidoras, dos consumidores. Inclusive, contratos de gás de longo prazo no modelo do setor elétrico, contratos A-5, para fornecimento de longo prazo, poderiam ajudar a destravar, sem ser uma intervenção no mercado, investimentos na produção, no escoamento, no transporte e na distribuição do gás.

Senador, eu concluo aqui, no tempo que me foi dado, dizendo que temos que voltar ao básico, à essência do projeto que foi aprovado pelo Congresso e recuperar as diretrizes daquele metabolismo da eficiência: competição, diversidade, fortalecimento da regulação, mercado, formação de preço. Esses fundamentos precisam ser recuperados para que a lei de fato seja efetiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Pedrosa, pela sua exposição.

Estava aqui lembrando e vou fazer uma revelação aqui que só eu, você e Marcelo que sabemos. A época da relatoria da Lei do Gás era uma época de covid. Não existia nada aberto, ninguém na rua, mas a gente vinha para cá – eu e Marcelo – para trabalhar o projeto. E, por mais de uma vez, ao final da nossa rotina aqui, a gente não tinha onde comer. Não tinha supermercado aberto, não tinha restaurante, não tinha nada. E, por algumas vezes, o Paulo Pedrosa nos recebeu na casa dele para comer o que tinha lá. E aí ele alimentava a gente nesse momento terrível que a humanidade viveu. É uma curiosidade dentro do texto. Estou pensando em qualquer dia escrever um livro com as particularidades da Lei do Gás.

Mais uma vez, obrigado. É um prazer muito grande receber você aqui.

Eu quero voltar ao Guilherme, da ANP. Parece que ele já conectou lá, estava apresentando uns eslaides muito interessantes.

Por favor, Guilherme.

O SR. GUILHERME DE BIASI CORDEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador. Peço desculpas aí pelo problema técnico, mas o meu aplicativo aqui fechou sem dar notícia.

Se pudermos voltar ao eslaide da comercialização ou, na verdade, ao eslaide seguinte... Pode ir passando para frente, por favor. Mais um. Acho que este a gente já tinha concluído. Pode passar para o seguinte, por favor.

Falei já sobre a diversidade e o aumento de número de números de transporte e comercialização, muita diversidade de agentes. E o que isso representou em termos de concentração de mercado?

A gente tinha um eslaide adicional que acabou por engano indo oculto aí para a Mesa do Senado, mas foi bom que o Marcelo Mendonça, da Abegás, já o apresentou. Então, eu posso simplesmente narrar aqui os números que a gente gostaria de apresentar.

Como é que essa abertura acabou se refletindo na participação de mercado da Petrobras no segmento de comercialização? E aí eu estou sempre me referindo a dados no mercado não térmico conectado ao sistema integrado de transporte. Naquele gráfico das barras vermelhas e verdes que mostrava o volume comercializado pela Petrobras e pelos demais agentes, se a gente olha a Região Nordeste, a Petrobras reduziu seu *market share* de 100% no final de 2021 para algo em torno de 20% no final do ano passado, só que, por um conjunto de fatores que eu acho que não vale detalhar aqui, a situação acabou não se replicando com a mesma intensidade nas demais regiões do país, como o próprio Marcelo Mendonça colocou. Se a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente olhar numa perspectiva nacional, o *market share* da Petrobras caiu de 100% em 2021 para 78% em 2023. É uma redução que eu considero expressiva em um curto período de tempo.

E, já chegando ao eslaide que está na tela, a gente aqui também faz uma diferenciação regional dos efeitos da abertura na concentração de mercado. E a gente calculou o índice Hirschman-Herfindahl para as diferentes regiões do país, Nordeste, Sudeste e Sul-Centro-Oeste, aqui correspondendo às áreas de atuação das transportadoras. Nessa métrica, valores acima de 2,5 mil indicam mercados altamente concentrados, enquanto valores entre 1,5 mil e 2,5 mil sinalizam uma concentração moderada. Observando a evolução ao longo do tempo, a gente percebe que a Região Nordeste, representada pela barra vermelha, sai de 10 mil pontos, o que representa um monopólio completo... A Petrobras era a única fornecedora em 2021 nos três mercados. E, no Nordeste, ela passou a orbitar em torno dos 2 mil pontos no ano passado, em um nível considerado moderadamente concentrado. Ainda que esses números e gráficos demonstrem que a gente ainda tem uma concentração considerada elevadíssima nas demais regiões, a gente pode observar uma trajetória também descendente nos anos subsequentes à publicação da Nova Lei do Gás.

Pode passar, por favor?

Já para finalizar a minha parte, eu acho que falei aqui do número de contratos de transporte, o número e a diversidade de contratos de comercialização e até de índices de concentração de mercado, mas é importante pontuar que nada disso é um fim em si mesmo. O que a gente espera com esse processo de abertura de mercado é, de fato, um benefício ao consumidor, e esse gráfico demonstra, de uma forma inequívoca, como a abertura do mercado teve efeitos benéficos. O gráfico está focado na Região Nordeste, onde a abertura de mercado foi mais intensa, como já comentado, e ele mostra o potencial da competição em termos de benefício para os consumidores. No Nordeste, onde essa abertura ocorreu de forma mais intensa, a gente vê a linha verde sendo o preço médio praticado pela Petrobras, desde 2020 até 2023, e a linha vermelha sendo o preço médio praticado pelas demais empresas comercializadoras. Esse gráfico, então, demonstra que, desde 2022, quando se iniciou a abertura do mercado, muito em função da possibilidade de acesso ao transporte de gás natural, o preço médio das demais distribuidoras foi constantemente inferior ao preço praticado pela Petrobras, em percentuais que variaram, ao longo desse período, entre 20% e 35% de redução. A gente tem uma apuração que não é a mais fácil de ser feita, mas a nossa estimativa para os últimos dois anos, 2022 e 2023, é a de que, no Nordeste, a economia para os consumidores, nesses dois anos, foi em torno de R$2 bilhões. Então, acho que fica bastante clara a relevância e a importância de a gente seguir com o processo de abertura, incentivando a competição e a diversidade de agentes.

Com isso, eu encerro aqui a minha participação e devolvo a palavra para a Diretora Patricia Baran, para fazer suas considerações.

A SRA. PATRICIA HUGUENIN BARAN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Guilherme, obrigada – Guilherme e Mario.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que era esta a apresentação. Não vou tomar mais tempo dos senhores, mas acho que esta era a apresentação da ANP para trazer um pouco de realidade sobre os efeitos que a gente já tem conseguido perceber da aplicação da nova Lei do Gás no mercado.

Enfim, contem com a ANP. E a gente vem atuando fortemente para concluir as ações regulatórias, que, de fato, são necessárias para a implementação da integralidade da lei.

Obrigada, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Está bom. Agradeço, Patricia e demais expositores. Daqui a pouco, tenho uma pergunta para fazer para vocês. Fiquem aí, não saiam, não.

Eu quero passar a palavra para Tatiana Lima, que é economista do Cade, que também vai participar aqui com a gente.

Não sei se dá para a gente já conectar a Tatiana, a penúltima expositora. E depois a gente vai ouvir o Marcello. (*Pausa.*)

Está no ar? Oi, Tatiana. (*Pausa.*)

Está ouvindo a gente? (*Pausa.*)

A SRA. TATIANA LIMA (*Por videoconferência.*) – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Boa tarde.

A SRA. TATIANA LIMA (Para expor. *Por videoconferência.*) – A Mesa estava em mudo, mas entendi que agora é o momento de eu falar.

Primeiramente, gostaria de agradecer o convite, saudar todos os participantes da audiência e os nobres Senadores aqui presentes.

A minha fala vai ser breve, porque o Cade entende que é um coadjuvante nesta audiência, e também, como induziu o Senador Laércio Oliveira, para sermos eficientes e produtivos, não é?

O Cade tem acompanhado com atenção o desenvolvimento do mercado de gás, desde a edição da lei, e participado de vários comitês e grupos de trabalho, desde que ela foi editada, como o Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural e o Programa de Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres. E, como já foi comentado nesta audiência, ele firmou um TCC com a Petrobras, em 2019, em que se pretendiam – era um dos objetivos do TCC – vários desinvestimentos de ativos de transporte e distribuição de gás e a redução da participação na produção. Em 2023, também como já foi falado aqui, a Petrobras requereu a renegociação desse TCC, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse requerimento ainda está em análise no Cade. Então, há pouco a se falar por enquanto, porque ainda não foi avaliado.

Seriam essas as minhas palavras.

Eu, de novo, agradeço o convite ao conselho, em nome do Presidente Alexandre Cordeiro.

E estamos à disposição para outras perguntas ou qualquer esclarecimento que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – O.k., Tatiana. Muito obrigado. Fique aí na linha, porque, daqui a pouco, eu vou fazer uma pergunta a você também.

Queria passar a palavra para o Marcello, que é o Diretor do Departamento de Gás Natural, aqui presente. É um prazer muito grande, Marcello, ter você aqui. Muito bem-vindo. A palavra é sua.

O SR. MARCELLO WEYDT (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Boa tarde a todos.

Primeiro, parabenizo o Senador por todo o empenho no setor de gás natural. A gente vê sua dedicação, seu compromisso com todas as ações. E isso se reflete também na data de hoje, em a gente conseguir construir um ambiente para trazer os pontos de vista, trazer o atual cenário, enxergar os avanços e os próximos passos aqui dentro do setor de gás natural.

Não sei se conseguem colocar a apresentação...

Fiquei com o desafio final, não é? O senhor já explanou muito bem uma visão setorial, e meus colegas de mesa aqui também já apresentaram bastante sobre a ótica da produção, sobre a ótica dos consumidores, sobre a ótica da distribuição, que faz o papel de atender consumidores cativos. Aqui, pelo Ministério de Minas e Energia, nós vamos trazer uma visão rápida em relação ao setor, mas tentamos trazer alguns pontos de vista diferentes em relação ao setor.

No balanço energético nacional, hoje, a maior demanda está muito focada na geração de energia elétrica e no consumo industrial. O Brasil tem uma produção nacional significante. Nós temos, em média, em torno de 147 milhões de metros cúbicos por dia, porém com uma demanda de aproximadamente 70 milhões, 60 milhões de metros cúbicos. Apesar de toda a oferta, o Brasil ainda é dependente de importação de gás natural, pela origem do trabalho que foi desenvolvido no acordo com a Bolívia; e, depois do desenvolvimento de demanda do setor, principalmente do setor elétrico, há a questão dos terminais de GNL.

De maneira geral, aqui nós trazemos quem são os principais consumidores: o setor siderúrgico, o setor químico, o cerâmico... O setor de transportes também tem um peso significativo. O Rio de Janeiro utiliza muito GNV, por exemplo, e alguns outros estados também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso boletim de gás natural, que é publicado mensalmente pelo ministério, traz os preços em relação ao cenário internacional. Quando olhamos o comportamento dos preços, nós vemos os Estados Unidos com uma produção interna, com um mercado interno que fica protegido da volatilidade do preço internacional. Então, esse é um ponto importante de trazermos como observação, pois temos no cenário americano, por exemplo, um mercado competitivo interno com oferta suficiente que acaba protegendo a economia, a soberania do país, o desenvolvimento econômico, tendo em vista um processo competitivo interno.

O cenário aqui no Brasil. Todos nós temos ciência do que acontece em relação aos preços. O preço do gás natural afeta a competitividade do setor produtivo nacional e tem afetado a competitividade do país em relação à competitividade de outras indústrias locadas em outros países. Por exemplo, há a questão do aço, em que nós temos aqui o nosso setor produtivo recebendo gás em torno de US$16, enquanto nos Estados Unidos e no México está em torno de US$6. O setor de fertilizantes também é uma preocupação muito grande do Governo Federal. O Presidente Lula está chamando a atenção para o setor de fertilizantes e todo o setor produtivo, tendo em vista que, em outros países, o setor de fertilizantes está recebendo gás na ordem de US$3, como os Estados Unidos e a Austrália também. O cenário da Europa está sujeito a uma volatilidade de preços internos, como nós estamos observando naquele gráfico. Isso traz reflexos diretamente para a economia do país. Então, por dados da arrecadação da Receita Federal, somente no ano passado a arrecadação de impostos teve um impacto significativo quando observamos somente dois setores: setor metalúrgico e setor de produtos químicos.

Todos nós sabemos o desafio que está acontecendo globalmente em relação à competitividade da China, à competitividade da produção dos Estados Unidos, num sentido, realmente, de que eles estão com uma competitividade, e o preço do gás tem um efeito nisso. Disso não tem como fugir, de um insumo que tem um peso relevante no custo.

Aqui nós observamos em torno de R$18 bilhões de perda de arrecadação federal somente no setor metalúrgico e na questão de produtos químicos.

Então, nós chegamos aqui com a nova Lei do Gás. Nós tínhamos uma lei que não tinha nenhum tipo de obrigação para o acesso, com as infraestruturas essenciais para a chegada de gás nacional até o mercado interno, e tinha uma lógica de que cada gente deveria construir sua própria infraestrutura. Já com o advento da nova Lei do Gás, nós conseguimos trazer o acesso assegurado pela lei, de forma que a própria infraestrutura não fosse uma barreira à oferta desse gás natural e de forma a permitir que hoje, com o volume que está sendo reinjetado, outros campos que possam entrar em produção consigam acessar a infraestrutura existente e ofertar gás natural ao mercado.

Então, isso trouxe uma racionalidade econômica muito importante, principalmente também uma racionalidade ambiental, porque, por um lado, a gente tem uma infraestrutura dedicada a atender todo mundo com ganho de escala, com eficiência – e a Petrobras fez isso *maestrosamente*, tanto é que nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse resultado no Rota 1, no Rota 2 e no Rota 3, por exemplo, na Bacia de Santos –, e agora, com a lei e o acesso é importante conseguirmos que essa racionalidade econômica chegue até o consumidor.

Então, a ideia hoje não era trazer aqui os pontos até onde nós chegamos, apesar de o início da apresentação trazer os principais avanços – acho que a própria Lei do Gás já foi um próprio avanço –, mas os desafios que nós temos para a frente são justamente sobre a regulamentação dela.

A Lei do Gás cita a ANP 92 vezes no seu corpo e elenca, praticamente, 24 – se não me engano, são 24 de fato – determinações para a regulamentação específica. Então, esses novos comandos precisam ser adequados, como a ANP colocou anteriormente e vem trabalhando nisso *maestrosamente*. A gente sabe dos desafios que a ANP enfrenta em relação a essa regulamentação, mas sem dúvida é um grande compromisso que a Agência tem em relação à regulamentação da Lei do Gás.

Agora, outro desafio que nós temos acho que são alguns novos conceitos que a lei trouxe. A própria regulamentação do acesso – a ANP também está trabalhando no tema – traz alguns desafios. Nós temos ali o acesso não discriminatório e negociado, por exemplo, no art. 28. Ele fala sobre a remuneração do acesso e fala sobre a publicidade e a transparência dos documentos.

E aqui a gente começa a observar alguns pontos: quais são os documentos que têm que ser transparentes? Quais são os documentos que precisam ser sigilosos? O que é sigiloso? O que não é sigiloso? Esse acesso é negociado, mas o que é de fato negociado? É o valor do acesso? São as condições de remuneração, as questões técnicas que os agentes têm que assentar? Porque existe uma complexidade muito grande no acesso de uma UPGN, por exemplo, com características de gases que são produzidos com outros contaminantes.

Então, abre-se aqui um grande leque para entender essa nova complexidade. Esse é um ponto também que é muito importante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELLO WEYDT – ... e que nós enxergamos como um grande desafio.

Aqui, nós chegamos com o programa Gás para Empregar. O Gás para Empregar foi estruturado justamente para observar como podemos dar um melhor aproveitamento ao gás natural nacional, além também da própria produção de biometano – o Brasil é muito rico, tem um grande potencial energético; e o biometano e o biogás fazem parte desse processo. Este foi um avanço que a lei também trouxe: considerar toda a questão do biometano, a produção do biometano na equiparação com o gás natural.

No primeiro item, o grupo se debruçou em relação ao aumento da disponibilidade do gás natural e em avaliar as medidas para a redução da reinjeção. Esse é um ponto também que... Quando olhamos sob a ótica de oferta e demanda, o Brasil tem muita oferta; só que esse potencial não consegue fazer frente – competitivamente, para chegar ao consumidor – ao excesso de oferta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já o grupo 2 trata do acesso ao mercado de gás natural; então, trata de todas as infraestruturas associadas. Como o Pedrosa comentou muito bem, as infraestruturas precisam ser eficientes; elas têm um peso muito grande no preço ao consumidor. Então, de alguma maneira, precisamos somar esforços para identificar a transparência nessa formação de preços, desde a cabeça do poço, em como esse preço nacional se forma – e ele chega hoje no boletim do MME. Nós temos os preços que estão sendo ofertados pela Petrobras, pelos próprios agentes que estão hoje no mercado, mas, quando nós olhamos para trás, eles passam por um processo de formação também, em que vem o gás da cabeça do poço, que tem um valor econômico distinto do próprio gás que está se movimentando no sistema de transporte. Então é importante entender como funciona isso antes da chegada ao transporte.

No outro sentido, nós temos um grupo específico para tratar da oferta de gás natural da União. A PPSA recebe gás em relação aos seus contratos de partilha, e a PPSA pode ser uma grande ferramenta para induzir tanto a oferta de gás natural, como também para viabilizar infraestruturas. Um dos grandes desafios que o Brasil tem é o de desenvolver essas infraestruturas de escoamento e processamento para a chegada de mais gás. Todos nós aqui... Alguns dos meus colegas já sinalizaram o problema que nós temos com infraestrutura, e isso traz um reflexo para a reinjeção; todos nós sabemos que existe uma parcela de gás natural que está sendo reinjetada por uma escassez de infraestrutura.

O grupo 4 visa a entender mais o setor produtivo, entender a demanda, o comportamento de demanda, como é a necessidade de gás desse setor. Então, nós recebemos diversos consumidores, para identificar como é que é o comportamento – uns agentes querem contrato de longo prazo, outros querem de curto prazo; a maioria está buscando um contrato de curto prazo para o setor. Entender essa necessidade se fez importante, e por isso o grupo se debruçou em um comitê específico para tratar do tema.

Um cenário também que está sendo bastante discutido é o próprio papel do gás na transição energética. Então foi estruturado também um comitê para identificar como vai se dar essa transição, como é visto o gás natural nesse cenário de transição energética – esse é um debate que acontece mundialmente –, e, sob a ótica de infraestrutura, entender como pode ser o comportamento para novos investimentos no setor de gás natural e como ele vai se dar nesse cenário de transição, para trazer mais previsibilidade e resiliência para todos esses investimentos em todos os elos da cadeia.

Aqui, nós fizemos a primeira apresentação. Todo o diagnóstico do setor de gás natural que foi observado no Gás para Empregar nós fizemos também na Câmara dos Deputados. Então, poupamos em não trazer aqui hoje isso, mas alguns pontos nós vimos que são importantes, por exemplo: a questão da formação de preços. Não existem os dados, por exemplo, de escoamento e processamento de gás natural. Esses dados não são públicos e são tratados de forma reservada no âmbito dos contratos de acesso. Então, restou-nos, simplesmente, uma mera diferença de preços entre o que é praticado para as distribuidoras, os valores de preço médio que a distribuidora recebe, e, do outro lado, os valores que são comercializados na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cabeça do poço ou antes da UPGN, que é um preço médio que está ali e que é publicado pela ANP. E aqui começaram a surgir alguns pontos de atenção.

Peço já desculpas, Marcelo, por replicar novamente esse gráfico, mas vou fazer o *disclaimer* dele. Quando da publicação do relatório do GT-GE, vocês vão observar que, na verdade, naqueles US$6 que estão representando o serviço local de gás canalizado, estão embutidas todas as questões de tributação que chegam ao final da cadeia. Então, hoje, o valor que está representando o serviço local de gás canalizado está em torno de US$2, pelo que foi identificado, que é muito similar também ao gasoduto de transporte, na ordem de US$2.

Agora, o que nós temos para trás, a primeira informação que o GT conseguiu foi uma simples diferença de preços. Então, o que traduz isso? Que o grande problema não é o energético; ou seja, se a gente vender hoje o energético da cabeça do poço, que é risco, com GLP, C5+ e outras frações, o grande efeito de preço está na infraestrutura, pelo menos em relação a tributos ao longo da cadeia, porque tudo isso é valor com tributos. Então, isso chama atenção, de fato, para o grupo entender como se dá essa viabilidade econômica das infraestruturas e como isso pode ser cada vez mais eficiente sob a ótica do consumidor, tendo em vista que ele tem um peso relativo em relação à formação de preço.

Voltando ao desafio sobre novos conceitos, a gente fala sobre a transparência, e, observando algumas experiências internacionais, principalmente do Reino Unido, que é uma negociação de acesso à infraestrutura, um acesso negociado, nós identificamos que, por exemplo, ao final do contrato, todo o termo é público. Então, o valor do acesso, qual é a condição de acesso, quais são as faixas de valores que foram acordadas, qual é a forma, por exemplo, se o agente está recebendo como pagamento parte da carga que foi produzida; ou seja, todos os termos que foram negociados se tornaram públicos ao final.

E por que isso? Ficou muito claro que é necessário dar transparência a essas condições para a gente garantir a isonomia do acesso, para que todos os agentes consigam observar e enxergar, por exemplo, um acessante A ou B, e enxergar se aquele acesso foi de fato isonômico.

Por que? Nós temos gás, por exemplo, com condições completamente diferentes, um gás que tem muita fração de líquidos e outro que nem tem tanto essa fração. Esses agentes vão pagar o mesmo valor de acesso? Não. Ele tem que ser de fato diferenciado, mas, ao final, todos os acessantes devem receber e ter acesso aos dados, sob a nossa ótica, para que a isonomia seja garantida. E a partir daí, por exemplo, encaminhar para a ANP conflitos conforme está previsto *maestrosamente* na própria Lei do Gás.

Em relação a infraestruturas, nós temos aqui, por exemplo, que a EPE fez a simulação de uma infraestrutura *greenfield* com diversas capacidades, saindo de 5 milhões de metros cúbicos até 30 milhões de metros cúbicos. E aqui nós identificamos, por exemplo, que, sem a venda de líquidos, teríamos, com uma infraestrutura de 5 milhões, com 300km de distância da costa, com turboexpansor no processamento, um impacto de US$3, sem venda de líquidos; e, com a venda de líquidos, em torno de US$2,64, na menor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacidade, e, na maior capacidade, em torno de US$1,50, por exemplo, se não considerar a venda de líquidos; e, considerando a venda de líquidos, aproximadamente US$0,30, sob uma ótica... Como um próprio modelo de negócio. Ou seja, a tarifa, o valor do acesso, se a gente enxerga como um modelo de negócio próprio, ele é viável economicamente, inclusive para novos projetos.

Outro ponto que nós estamos trazendo é a questão dos termos de acesso. Hoje, os códigos de acesso se iniciaram antes propriamente dito da publicação da Lei do Gás. Foi um grande avanço do setor, que buscou, com muita proatividade, já permitir o acesso de outros agentes, porque a lei anterior não obrigava o acesso, mas também não restringia o acesso. Então, esse foi um movimento muito importante do setor de gás natural, mas ele prevê ali, de fato, por exemplo... Hoje o texto indica que o preço é negociado em livre acordo entre as partes, e, do outro lado, fala sobre as condições transparentes e não discriminatórias.

Só que, por uma ótica, é uma livre negociação, que foi indicada no termo como livre negociação entre as partes, mas no final, como isso tem reflexo na formação de preço, quem está pagando ao final isso é o consumidor, que vai estar comprando um gás de um outro agente que vai estar acessando todas as infraestruturas, sejam elas de escoamento, processamento, transporte, distribuição, até chegar à ponta do consumidor. Então é importante ter uma racionalidade econômica muito grande nisso.

E, observando os próprios guias do Reino Unido, como um grande exemplo, eles falam sobre aspectos tarifários por acesso. Ou seja, o acesso é negociado, é transparente, é não discriminatório, mas os termos e as bases deles têm que ser em termos de tarifas e serem algo justo e razoável.

Então, a resolução CNPE 3, de 2022, traz realmente que o acesso tem que ser justo e razoável e parte num processo de identificação do que seria justo, do que seria razoável para a execução, para a efetivação dessa chegada de novo gás ao mercado. Então, o próprio código descreve que o acesso tem que ser justo e razoável, transparente, não discriminatório e que os agentes apresentam tarifas ao final do processo.

Bom, vou dar sequência aqui, enquanto não tem apresentação. Por exemplo, o próprio código chama a atenção de que a remuneração do acesso tem que ser baseada em taxas e custos, inclusive em serviços não tarifários. Então, realmente isso sinaliza, por um lado, a modicidade tarifária e, por outro lado, toda a previsibilidade de remuneração ao próprio investidor de infraestrutura no país. Então, esse é um ponto muito importante do equilíbrio entre o próprio investidor e o próprio consumidor que paga essa conta ao final.

Então, o próprio guia do Reino Unido fala que o resultado dessa negociação tem que ser justo tanto para o proprietário como também para o próprio candidato ao acesso, porque, ao final, eles estão competindo no fornecimento de gás ao setor. Esse é um ponto também que o ministério tem visto com muita atenção, da importância que se tem da própria regulamentação desse tema. A ANP está muito imbuída da regulamentação do acesso. A equipe sinalizou a prioridade em relação à negociação dos termos de acesso, das diretrizes, porque a lei foi muito categórica – que é negociada em três partes, mas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

remuneração baseada em critérios objetivos, observadas boas práticas de indústria, as diretrizes que vão ser emanadas pela agência.

Então, isso fecha todo o circuito necessário. Acho que o Paulo Pedrosa chamou muito bem a atenção de toda a engrenagem necessária para que tudo se forme de uma forma líquida, para que o acesso e a concorrência sejam efetivos até a ponta, ao consumidor.

Então, o GT-GE não se debruçou somente nisso. O GT, por acaso, foi concluído no dia 08/04, na mesma data do aniversário da Lei do Gás. Isso não foi uma coincidência à toa, essas coincidências não acontecem sem um propósito, acredito muito.

Eles estão aderentes em relação à recomendação internacional, à boa prática regulatória que foi observada, tem muitos aspectos envolvidos no tema. O grupo se debruçou muito sobre todas as questões afetas à reinjeção; à questão de oferta de novos campos; como trazer mais liquidez, redução de riscos, previsibilidade para os investimentos em infraestruturas e AIP; então, isso é importante.

Acho que o principal ponto que a gente pode sinalizar aqui, de fato, ao final, é que todas essas medidas vão ser propostas ao CNPE, e é importante que venhamos somar esforços para regulamentar a própria Lei 14.134, porque a gente está no direcionamento certeiro.

Agradeço aqui o tempo...

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Valeu, Marcello. Obrigado...

O SR. MARCELLO WEYDT – ... e a contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – ... pelo belo trabalho desenvolvido no Ministério de Minas e Energia. Esse grupo de trabalho, certamente, tem uma contribuição importante a oferecer aos demais setores envolvidos na melhoria desse ambiente de gás natural.

Eu quero registrar a presença de José Matos Lima Filho, Presidente da Sergas, que é a companhia de gás lá de Sergipe, Sergipe Gás S.A.; e de Marcelo Menezes, Secretário-Executivo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Sergipe.

Eu queria passar para as considerações finais.

Eu queria ouvir você, Alvaro. Quero começar com você.

O SR. ALVARO FERREIRA TUPIASSU (Para expor.) – Eu quero novamente agradecer a possibilidade de estar presente aqui, de falar em nome da Petrobras e de dizer que nós permanecemos o tempo todo abertos ao diálogo e firmes no propósito, que eu mostrei aqui, de cumprir o nosso plano estratégico, cumprir o desafio de aumentar a oferta. Todos os comentários que foram feitos aqui, em sede

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de aperfeiçoamento de práticas, estão anotados, e vamos sempre buscar melhorar a nossa atuação, sendo também muito importante que haja segurança jurídica para os investimentos, como tem havido, e que isso continue. Percebemos, ao conversar com agentes de mercado, que esse é um fator muito importante, é o principal alicerce que tem trazido movimentos de novo mercado e de abertura.

É isso que eu tenho para fazer de considerações. Novamente, agradeço o tempo que foi dado de oportunidade para a Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Alvaro Ferreira Tupiassu. Ele é Gerente-Executivo de Gás e Energia da Petrobras.

Eu quero passar a palavra – se ela estiver no ambiente ainda – à Tatiana Lima, economista do Cade. Quero saber se ela tem alguma consideração a fazer. Por favor, para as suas palavras finais... (*Pausa.*)

Não estamos ouvindo a Tatiana, não. Não estamos a ouvindo.

A SRA. TATIANA LIMA (*Por videoconferência.*) – E agora?

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Agora, sim.

A SRA. TATIANA LIMA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada.

Eu só gostaria de agradecer o convite ao Senador Laércio Oliveira e de parabenizá-lo pela iniciativa, primeiro, da lei e, agora, desta audiência pública, e informar que nós, no Cade, estamos atentos para também, tanto quanto possível, estimular a competição nesse setor da forma que melhor for.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado...

A SRA. TATIANA LIMA (*Por videoconferência.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – ... Tatiana, por sua participação. Tatiana é economista lá do Cade.

Eu quero passar a palavra para Patricia Baran, lá da ANP, também para as suas considerações finais.

Pode falar, Patrícia.

A SRA. PATRICIA HUGUENIN BARAN (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada pela oportunidade, Senador.

A ANP só tem a agradecer mesmo pela oportunidade de estar aqui para debater sobre esses três anos da nova Lei do Gás, e quero também reforçar o nosso compromisso e nosso esforço de regulamentar a lei, de agir e de procurar implementar, com a maior acurácia possível, as diretrizes dadas pela lei que a ANP sempre saudou e vê sempre com bons olhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Está bom, Obrigado. Eu agradeço a sua participação também, Patricia. Você que é Diretora Substituta da ANP.

Eu queria passar a palavra para o Marcelo Mendonça, para as suas considerações finais.

Por favor, Marcelo.

O SR. MARCELO MENDONÇA (Para expor.) – Obrigado, Senador Laércio. Foi excelente participar e contribuir com o grupo.

Eu queria fazer um comentário em relação a algumas apresentações que foram feitas aqui. Marcello, na sua apresentação você comentou que a distribuidora liga os consumidores cativos. A distribuidora sempre liga os consumidores, cativos ou livres. Então, é a nossa função ligar os consumidores e pedir para corrigir naquele eslaide... Faz uma análise *ex-post*, tira os impostos, porque senão a gente acaba propagando esse erro e fica fora...

O Paulo citou conflito entre a regulação federal e a regulação estadual para poder comercializar uma molécula que entre na Região Sul e vai para a região Norte. Na verdade, não existe conflito, isso pode ser feito. O que é inviável é economicamente. Dentro do modelo de entrada e saída, se você contratar o gás da Bolívia, por exemplo, para entregar no Nordeste, economicamente é inviável, porque você não consegue pagar esse custo todo, mas não existe conflito, como não existe conflito da Lei do Gás com a Constituição. Isso não seria possível.

Só para fechar, então, o meu comentário final. O Paulo nunca me convidou para almoçar na casa dele, mas a única certeza, Senador Laércio, é que ele cozinhou com GLP, porque Brasília não tem gás. Então, o que a gente gostaria era de desenvolver o mercado, aumentar a oferta, desenvolver a rede para que todos os usuários possam consumir gás natural em suas casas, até o Paulo.

Obrigado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Paulo Pedrosa, a palavra é com você.

O SR. PAULO PEDROSA – Bom, acho que o Marcelo aqui me provocou, eu vou ser obrigado a me estender um pouquinho mais...

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Fique à vontade.

O SR. PAULO PEDROSA (Para expor.) – ... para descordar do meu amigo e dizer que eu não acho que seja um objetivo para o país universalizar o gás natural. O gás natural não é como a energia elétrica em que deve haver uma política pública de universalização. Acho que, assim, não faz sentido estender as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redes de gás a todas as regiões do Brasil para atender, por exemplo, a necessidade de alguém que vai cozinhar.

O custo dessa infraestrutura é muito caro, outros energéticos – a própria energia elétrica através do forno elétrico – podem cumprir essa função com uma eficiência muito maior para a economia do que simplesmente um modelo focado em enterrar tubos. Então, eu acho que essa é uma questão importante. E, quero dizer, Senador, que a grande vocação do gás natural é a indústria, é a descarbonização da indústria; e não a carbonização do setor elétrico como muitos movimentos pretendem.

Isso também é muito importante colocar. E dizer afinal que essas discussões são intensas, elas não se esgotam aqui. A gente percebe que temos pontos de convergência e pontos de divergência, mas quero dizer da importância dessa discussão. Nós, da Abrace – e eu concluo aqui – contratamos um estudo da consultoria *ex-ante* do Prof. Fernando Garcia, que rodou os modelos econométricos e demonstra nesse estudo que está disponível, nós vamos entregar à Comissão que, se o gás natural chegasse ao preço que nós entendemos que ele pode chegar, uma ambição da ordem de US$7 a US$8 na indústria, isso acrescentaria ao PIB brasileiro 1% a mais de crescimento ao ano.

Seriam 14% em dez anos. Isso geraria 3 milhões de empregos e ajudaria a reduzir a inflação em 0,3% ao ano. Então, isso mostra o tamanho, a importância da Lei do Gás e a importância de que a Lei do Gás se torne, de fato, efetiva.

Coloco a Abrace à disposição para detalhar todos esses pontos de convergência e divergência que ficaram evidenciados aqui neste debate tão rico.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Paulo Pedrosa, pela sua participação.

Eu quero, para concluir, passar a palavra para Marcello Weydt, Diretor do Departamento de Gás Natural do Ministério de Minas e Energia.

O SR. MARCELLO WEYDT (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Marcelo, acho que o ponto principal, de fato, no relatório final nós ajustamos. Obrigado, até pela contribuição que vocês encaminharam, nós vimos a relação, estado a estado, e identificamos aquele valor, em torno de US$2, como vocês tinham indicado, mas isso já está constando no relatório.

Só gostaria de reiterar, de fato, o agradecimento e parabenizar, Senador, toda a condução e todo o empenho aqui no setor. Nós estamos instruindo o processo, internamente, da questão do Gás para Empregar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi comentada a questão da harmonização. A harmonização é um ponto essencial também sob a ótica do ministério. Na segunda-feira que vem, vamos ter o lançamento dos cursos dos reguladores e do diagnóstico que foi realizado pela FGV, aqui na CNI, em Brasília, então, estendo o convite para todos e para o senhor, para estarem lá conosco neste dia, sendo mais um passo importante para a harmonização das regras, para, cada vez mais, o setor estar integrado em todos os seus elos de cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Marcello, por sua exposição.

Eu quero fazer dois registros apenas para a gente encerrar a nossa audiência pública. Nós recebemos perguntas de vários brasileiros. Essas perguntas, certamente, foram respondidas na exposição que cada um dos senhores fez aqui, mas eu quero registrar: Ananias, da Bahia; Weverton, de Minas Gerais; Luiz, do Rio de Janeiro; Giancarlo, de Alagoas; e Danilo, de São Paulo.

A segunda informação que eu queria trazer é que a Lei do Gás completou três anos, no dia 8. Eu, como Relator, tive a honra de conduzir o processo, como já foi dito aqui, mas, muitas pessoas contribuíram para que esse momento tão especial para o Brasil acontecesse. Tem a figura de um brasileiro também que eu quero honrar, neste momento, dizer da importância dele. Na época, ele era Ministro de Minas e Energia, o nome dele é Bento Albuquerque. Esse homem foi muito importante para que nós obtivéssemos o ambiente favorável para levar o projeto à discussão nas Comissões, no Plenário da Câmara, no Plenário do Senado e junto ao Governo. O resultado foi uma lei que, conforme o gráfico apresentado por Guilherme mostra, transformou esse mercado. Esse mercado ficou diferente.

Cabe a nós seguir adiante para fazer com que aquilo que foi posto lá na lei com tanto esforço, com tanta determinação e com tanta boa vontade consiga avançar ainda mais para que, de fato, a gente tenha um ambiente pleno para que a política do gás natural do Brasil possa avançar e trazer os benefícios que todos nós aqui, que formamos esta mesa, esta plateia, estamos desejosos de acontecer.

Eu quero encerrar esta audiência pública agradecendo a presença de todos. Vamos em frente, tem muita coisa boa para acontecer pelo nosso país.

Está encerrada a nossa audiência. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Izalci Lucas, Sergio Moro, Fernando Dueire, Plínio Valério, Randolfe Rodrigues, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Janaína Farias, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Paulo Paim, Jaques Wagner, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda do Senador Beto Faro, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Cid Gomes, Irajá, Omar Aziz, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Ciro Nogueira, Tereza Cristina e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Autoriza a concessão de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados ao ativo imobilizado e empregados em determinadas atividades econômicas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli. **Relatório:** Favorável ao projeto, contrário às Emendas nºs 2-U, 3-U e 5, com o acolhimento parcial das Emendas nºs 1-U e 4, na forma de duas emendas (de redação) que apresenta, e com uma terceira emenda (de redação) apresentada. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 6 a 8-CAE, com o acolhimento parcial das Emendas 1-U e 4, e contrário às Emendas nºs 2-U, 3-U e 5. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 3, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Solicita alteração da Resolução do Senado Federal nº 20, de 16 de novembro de 2004, com vistas a possibilitar a continuidade do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 795, de 2024 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2013) - Não Terminativo -** que: "Institui diretrizes para a Tarifa Social de Água e Esgoto em âmbito nacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao substitutivo apresentado pela Câmara dos Deputados, com dezoito emendas (de redação) apresentadas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 a 18-CAE. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4849, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito, para determinar a divulgação, pelos gestores de banco de dados, da metodologia adotada na estimativa da pontuação de crédito de pessoas naturais e jurídicas, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas, acolhendo parcialmente a Emenda nº 1, favorável à emenda nº 4, e contrário à Emenda nº 2. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 4, 5 e 6-CAE, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1 , e contrário à Emenda nº 2. **Observação:** A matéria vai à CTFC. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1577, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1859, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.153, de 30 de julho de 2015, que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos; prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação; e dá outras providências, para atualizar e aprimorar seus objetivos e princípios, para estabelecer competências do Poder Público e para proibir a pulverização aérea de agrotóxicos nas áreas que especifica." **Autoria:** Comissão de Meio Ambiente. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 299, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 – Plano de Benefícios do Regime Geral de Previdência Social - para possibilitar ao beneficiário o direito à desaposentadoria." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Favorável à matéria com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1565, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana), para determinar que as empresas que ofereçam o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros instalem equipamentos de monitoramento nos veículos de seus colaboradores." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 6012, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios e dá outras providências; e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, que institui e regulamenta o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para assegurar que os recursos do Pronampe sejam permanentes." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 429, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre as custas judiciais no âmbito da Justiça Federal; cria o Fundo Especial da Justiça Federal (Fejufe); e revoga a Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 1324, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para reduzir a base de cálculo presumida do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas incidente sobre rendimentos da prestação de serviços de transporte de passageiros." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com 3 emendas que apresenta. **Resultado:** A comissão aprova o projeto e as emendas 1 a 3-CAE; por 16 (dezesseis) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 48, de 2024** que: "Requer realização de Audiência Pública para debater Mensagem (SF) n° 3, de 2024" **Autoria:** Senador Rogerio Marinho (PL/RN). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/23

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 23 de abril de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 12ª e da 13ª Reuniões, realizadas em 16/04/2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Prezadas Senadoras e prezados Senadores, gostaria de iniciar nossa reunião fazendo breve resumo sobre os números recentes das projeções dos especialistas de mercado para a economia de nosso país, constantes no relatório Focus, divulgado hoje pelo Banco Central.

Quanto à taxa de juros, as projeções de mercado para 2024 aumentaram novamente, agora de 9,13% para 9,5% para 2025. Após mais de cinco meses projetando 8,5%, os analistas acreditam que será 9%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já o PIB de 2024 tem reforçada a perspectiva de alta, de 1,95% na semana passada para, agora, 2,02%. Os analistas fundamentam essa projeção no mercado de trabalho e no aumento do volume do crédito pessoal.

No que se refere à inflação, o relatório trouxe aumento de 3,71% para 3,73% em 2024. Para 2025, os especialistas também aumentaram suas perspectivas de 3,56% para 3,60% e, para 2026, foi mantida a perspectiva de 3,5%. Os analistas de mercado atribuem esses aumentos à variação da taxa de câmbio, à elevação dos preços das *commodities*, à atividade econômica ativa e às preocupações com a política fiscal.

Sobre nossa pauta da reunião de hoje, destaco o projeto de lei de minha autoria que reduz a tributação do Imposto de Renda pago por motoristas de táxis, aplicativos e *vans*. Hoje, 40% do rendimento bruto do transportador autônomo é custo para trabalhar, sendo os 60% restantes utilizados como base para a tributação. Ocorre que esses percentuais estão desatualizados e prejudicando os motoristas de táxis, aplicativos e *vans*. Os custos para esses profissionais trabalharem cresceram muito. Meu projeto propõe que mude de 60% para 20% a base da tributação, reduzindo em três vezes o valor do Imposto de Renda que o motorista vai pagar.

Uma informação importante é que o projeto obedece a todas as normas constitucionais e legais para essa redução na arrecadação da União. Inserimos o impacto fiscal calculado pela Receita Federal e a medida de compensação para a renúncia desses tributos, assegurando o atendimento de todos os requisitos constitucionais e legais para a sanção do projeto após sua aprovação pelo Legislativo.

É o que tinha a registrar.

Boa reunião para todos nós!

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2, DE 2024

- Não terminativo -

Autoriza a concessão de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados ao ativo imobilizado e empregados em determinadas atividades econômicas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto, contrário às Emendas nºs 2-U, 3-U e 5, com o acolhimento parcial das Emendas nºs 1-U e 4, na forma de duas emendas (de redação) que apresenta, e com uma terceira emenda (de redação) apresentada.

Observações:

1. Foram apresentadas as Emendas nºs 1-U, 2-U, 3-U, 4 e 5.

2. O projeto se encontra em regime de urgência constitucional.

Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar aqui o Presidente da Comissão, Senador Vanderlan Cardoso; os colegas Senadores Oriovisto, Jaques Wagner, Laércio e o companheiro e Senador Rogerio Marinho.

Sr. Presidente, eu queria ir direto para a análise e, depois, eu faço um comentário sobre o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone*.) – Está.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, vou diretamente à análise.

No tocante à constitucionalidade da proposta, verificamos:

a) Quanto à competência legislativa, que compete à União, em concorrência com estados e o Distrito Federal, legislar sobre direito tributário, nos termos do inciso I do art. 24 da Constituição Federal. Ademais, os tributos afetados pela depreciação acelerada, Imposto de Renda e CSLL...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... são de competência tributária da União, na forma do inciso III do art. 153 e da alínea "c" do inciso I do art. 195, ambos do texto constitucional.

Logo, como compete à União instituir os tributos citados, também compete ao ente legislar sobre a concessão de benefícios fiscais, nos termos do art. 150, §6º, da Constituição Federal, como é o caso da depreciação acelerada em comento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

b) Quanto à urgência constitucional, o PL cumpre os requisitos, pois basta que o projeto seja de iniciativa do Executivo, e este solicite a urgência, conforme o §1º do art. 64 da Constituição Federal.

Quanto à responsabilidade fiscal, com vistas a cumprir o disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo estimou em R$1,7 bilhão a renúncia de receitas tributárias ocasionada pelo PL em 2024, e do mesmo valor para o ano de 2025.

Quanto à juridicidade, o PL n° 2, de 2024, está em harmonia com o ordenamento jurídico pátrio e não viola qualquer princípio geral do Direito.

Quanto à técnica legislativa, não há reparos a serem apontados em relação ao PL, já que foram respeitadas as normas previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Com relação às emendas, serão acolhidas parcialmente as propostas apresentadas pelas Emendas nºs 1-U e 4, na forma de novas emendas que formulamos. Quanto às demais emendas, somos por sua rejeição, pois se percebe a inclusão de dispositivos que podem favorecer determinados setores produtivos. Esta priorização de setores e segmentos econômicos será devidamente regulamentada por decreto de lei do Poder Executivo.

Nesse momento, porém, faço algumas breves considerações sobre as emendas apresentadas. Em linhas gerais, todas as emendas são meritórias.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E aqui registro minha consideração e respeito pelos Senadores autores: Senador Izalci Lucas; Senador Paulo Paim; Senador Fernando Farias; meu Líder, Senador Rogerio Marinho; e Senador Rodrigo Cunha, ao qual faço uma ponderação de forma específica quanto à emenda apresentada por ele, a qual se preocupa em garantir que as estruturas de telecomunicações, como, por exemplo, torres e antenas destinadas à implementação dos serviços prestados pelas empresas de telecomunicação, possam estar sujeitas à depreciação acelerada. E essa manifestação este Relator espera que sirva como um direcionamento ao Executivo na hora da regulamentação.

Agora, isso que eu vou falar agora é muito importante. Eu queria que todos prestassem atenção.

Com relação ao mérito, a proposta merece prosperar. Sabemos que as empresas pertencentes à tributação pelo lucro real não são as maiores geradoras de emprego do país. Nesse sentido, chamamos a atenção para que discutamos, em breve, o art. 10 da Lei 9.532, de 10 de dezembro de 1997, que veda deduções a título de incentivo fiscal às empresas optantes do regime do lucro arbitrado ou presumido de tributação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu antecipo que já conversei com a minha assessoria para iniciar os estudos em torno dessa proposta para que possamos protocolar, daqui a alguns dias, um projeto complementar para as empresas optantes do regime presumido. E, logo que protocolado, espero contar com o apoio de todos os Senadores para que possamos avançar com esse projeto.

No que pese essa ressalva, percebe-se a importância do Projeto de Lei nº 2, de 2024, que tem como objetivo principal a modernização e o incentivo a setores específicos para a compra de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos que irão compor os ativos imobilizados das empresas.

Com o projeto de lei proposto, investimentos em inovação serão estimulados, a competitividade aumentará e o desenvolvimento tecnológico nas áreas beneficiadas será promovido. Isso contribuirá para a geração de empregos e o crescimento econômico sustentável. Tudo isso será possível por meio da depreciação acelerada prevista no projeto.

Vamos ao voto.

Pelo exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, adequação financeira e orçamentária e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2, de 2024, e, no mérito, pela sua aprovação, rejeitando-se as Emendas nºs 2-U, 3-U e 5, acolhendo-se parcialmente as Emendas nºs 1-U e 4, na forma de novas emendas de redação abaixo formuladas, assim como acrescentando-se outra emenda de redação a seguir apresentada:

> EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se, no art. 2º do PL nº 2 de 2024, a expressão "a partir da data de publicação desta Lei" por "partir da data de publicação do decreto regulamentador".
> EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)
> Acrescente-se no art. 2º, §11, do PL nº 2, de 2024, a expressão "ambiental" depois da palavra "industrial"; e acrescente-se, no art. 2º, §12, do PL nº 2, de 2024, a expressão ", à sustentabilidade" depois da expressão "da indústria nacional".
> EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se, no art. 3º, §1º, do PL nº 2 de 2024, a expressão "pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços" por "pelo Poder Executivo".

Sr. Presidente, eu conheço bem essa situação das empresas, as dificuldades que nós temos hoje principalmente na indústria. Eu sou uma pessoa que tem um autoconhecimento sobre isso e digo para vocês que a média dos equipamentos que são comprados pelas empresas, pelas indústrias, é de no máximo 14 anos, eles viram obsoletos. Ou seja, esses equipamentos não têm quase que valor significativo nenhum. Ou seja, praticamente 95% são descartados para o ferro-velho. E sabemos das dificuldades que nós temos para gerar emprego e renda neste país, principalmente neste momento em que nós estamos vivendo agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que eu relato aqui que eu estive conversando com o Vice-Presidente da República, com o Alckmin, e falei para ele: "Nós não podemos... Nós temos que fazer algo pelas pequenas empresas que estão no lucro presumido [Jaques Wagner]". E que as empresas – eu quero que todos entendam aqui –, as pequenas e médias empresas que estão no lucro presumido não vão se beneficiar dessa depreciação acelerada. E o que significa a depreciação acelerada em dois anos? Significa que tudo aquilo que você comprar para investimento em máquinas e equipamentos, até o final desse ano, mesmo se comprar em dezembro, mesmo se comprar no dia 31 de dezembro, já vai depreciar 50% no primeiro ano. É um bom incentivo, é um ótimo incentivo para que as empresas venham investir. Agora, nós temos que...

Por que a gente está favorável ao projeto, Jaques Wagner? Porque é um projeto de suma importância. Que não demore muito para ser aprovado, mas nós temos que ter muito cuidado.

O Executivo sabe disso. Eu tive uma conversa com eles lá, com a presença do Vice-Presidente, do Alckmin, que foi uma iniciativa do Vice-Presidente, com que nós estamos de acordo, mas temos algumas ressalvas que nós precisamos fazer, principalmente nessa situação do lucro presumido.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Jaime. Parabéns pelo seu relatório.

Em tempo, eu quero comunicar aqui a presença do Sr. Uallace Moreira, Secretário do Ministério de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços. Seja bem-vindo a esta Comissão!

A matéria está em discussão.

Primeiro inscrito, Senador Rogerio Marinho.

Com a palavra, Senador Rogerio.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em especial, nosso ilustre Relator, Jaime Bagattoli, esse é um assunto importante e que, sem dúvida nenhuma, merece a nossa atenção, merece o nosso apoio, quer dizer, melhorar as condições contábeis que as empresas necessariamente precisam ter dentro desse emaranhado que é a nossa burocracia, para facilitar a sua otimização, a melhoria do seu balanço, para que ela possa buscar novos financiamentos, capitalização. Sem dúvida nenhuma, o mérito do projeto é indiscutível.

Qual é a nossa preocupação, Senador Jaime Bagattoli, e chamo a atenção dos nossos nobres pares e da sociedade que nos assiste aqui pela TV Senado, que nos acompanha pelo YouTube? Nós temos uma responsabilidade com os atos que perpetramos aqui, com os votos que nós damos em nome da sociedade brasileira, não apenas em relação ao presente, mas com as consequências desse voto em relação ao futuro, e, ouso dizer, olhando para o passado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto, por mais bem-intencionado que seja, estabelece algumas situações aqui que nos colocam, literalmente, entregando a este Governo, ao Partido dos Trabalhadores – com todo o respeito, porque ganhou a eleição –, um cheque em branco para definir políticas que a vida pretérita mostra que ele não teve muito critério nessa definição. Por exemplo: "destinados ao ativo imobilizado empregados em determinadas atividades econômicas da pessoa jurídica adquirente", que é o art. 2º. Nós estamos, aqui, entregando na mão do Governo a definição de quais são as categorias econômicas que serão beneficiadas por esse projeto de lei. Nós não estamos aqui dizendo aonde nós queremos chegar, isso aqui está genérico; nós estamos entregando essa regulamentação ao Governo.

Presidente, recentemente, nós tivemos um problema sério neste país, fruto da falta de cuidado com que se geriu a administração pública e quando se elegeu, através dos órgãos de fomento e da política de regulação neste país, uma atividade que nos proporcionou o que nós chamamos de campeões nacionais: empresas que foram distinguidas pelo Governo em detrimento do conjunto da economia e da sociedade, gerando distorções sérias na nossa economia e casos graves de corrupção, sistêmicos.

Aliás, o Governo já dá demonstrações muito claras de que caminha nesse sentido, porque a taxa de juros do BNDES, que havia sido recalibrada ainda no Governo do Presidente Temer, para permitir uma melhor alocação dos recursos disponibilizados na sociedade para o conjunto da economia brasileira, uma vez que as grandes empresas têm a maior facilidade de buscar recursos, até em outros lugares do mundo, é apenas no Brasil, então, quanto a essa taxa de juros, em que houve uma criação da taxa de longa prazo, já há um projeto de lei do Governo na Câmara para voltarmos ao modelo anterior de subsidiarmos os grandes conglomerados industriais brasileiros em detrimento da sociedade brasileira e às custas dos impostos do conjunto da nossa sociedade, que não tem esse tratamento.

Mais adiante, no mesmo projeto – e essa conversa eu tive com o ilustre Relator; no dia em que conversei com ele, entendi aqui os motivos que o levaram a não acolher as emendas que fizemos, as observações que fizemos –, no art. 11: "Para fins de aplicação do disposto [...] [nesse artigo], ato do Poder Executivo federal disporá sobre as atividades econômicas abrangidas pelas condições diferenciadas [...] [dessa] depreciação acelerada [...]". Eu fico muito preocupado, eminente Presidente, eminente Relator, pares, porque nós estamos aqui, de um lado, dizendo claramente que é o Governo quem vai definir isso e, de outro lado, dizendo que nós vamos utilizar fortemente o conteúdo nacional.

Claro que nós defendemos a indústria brasileira, claro, mas nós não queremos uma indústria ineficiente, nós queremos uma indústria competitiva. Nós não queremos uma indústria protegida de forma artificial para não termos a repetição da Sete Brasil, recentemente, em que a política do Partido dos Trabalhadores nos proporcionou quase R$12, R$14, R$15 bilhões aí de passivos, que estão sendo pagos pelo povo brasileiro, na construção de navios que não flutuaram, de plataformas que não conseguiram ter eficiência, não tiveram eficácia na sua atuação. E nós estamos aqui basicamente reeditando essa política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é evidente que o cerne do projeto é meritório. Nós temos que permitir que as empresas tenham maior capacidade no sentido de apresentar balanços mais saudáveis, mais enxutos, terem uma melhor capacidade de buscar financiamentos, mas, ao mesmo tempo, há este receio, Sr. Presidente, porque a história recente nos mostrou que não há muito cuidado na administração desses instrumentos por parte do Governo que aí está.

Em 2002, Sr. Presidente, nós tivemos no Brasil um acontecimento: a vitória do PT. Em 2026, o século XXI vai proporcionar ao Brasil quase 18 anos de Governo do PT, e é uma tragédia, Sr. Presidente, porque poderíamos estar muito adiante. E, com os passos atrás que nós damos é como se, o tempo todo, nós tivéssemos que rearrumar o tabuleiro.

V. Exa. começou a nossa reunião mostrando dados macroeconômicos que mostram um esgarçamento, uma fragilidade do nosso tecido fiscal. E não foi feito em função da conjuntura econômica, foi em função da administração deste Governo, que teima em gastar mais do que a recada, que é irresponsável, que está preocupado com a questão da queda da sua popularidade e, o tempo todo, apresenta políticas populistas.

Então, Sr. Presidente, feitos aqui o registro e o alerta, nós vamos aqui observar o processo de discussão, já dissemos aqui ao Relator da nossa preocupação com os temas específicos que realçamos, mas muito preocupados com esse cheque em branco que nós estamos dando a um Governo, que já demonstrou que não merece a confiança da nação na gestão desse tipo de política pública tão importante para o nosso desenvolvimento.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Uma palavra, Sr. Presidente, para discutir. Tem algum colega inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pela ordem...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, não é pela ordem, mas para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Para discutir? O Senador Laércio e, em seguida, V. Exa.

Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Vanderlan Cardoso, meus nobres colegas Senadores e Senadoras aqui presentes e todos que acompanham esta Comissão de Assuntos Econômicos, respeitando as considerações que serão apresentadas por todos os colegas, eu quero destacar e cumprimentar o Senador Jaime Bagattoli pela relatoria, em uma excelente análise feita e um relatório muito bem fundamentado. Eu quero

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimentá-lo e destacar que, além de tudo, além de todo esse benefício contábil, é preciso chamar atenção para a produtividade. Renovação de parque de equipamentos nas indústrias significa equipamentos modernos e significa produtividade. A pauta do Brasil tem que estar focada na produtividade.

Eu queria fazer esse adendo apenas para enaltecer e destacar com esta palavra "produtividade" o excelente relatório apresentado pelo Senador Jaime Bagattoli.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Laércio.

Senador Jaques Wagner, com a palavra.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero pedir vênia ao nobre Líder da Oposição, Senador Rogerio Marinho. Eu o ouço sempre com atenção, porque eu acho que a arte ou a sabedoria, se preferir, de ouvir, é que contribui para a gente evoluir nas nossas ideias. Mas, às vezes, confesso que, quando eu ouço o Senador Marinho, fica me parecendo que nós não vivemos no mesmo país.

O Senador Marinho fala da irresponsabilidade do Governo do Partido dos Trabalhadores. Eu fico perplexo, Senador, porque parte das reservas que nós tínhamos – e ainda as temos, com a graça de Deus – que foi gasta no Governo anterior, de que V. Exa. participou, quem acumulou foram os Governos do PT. E por isto conseguimos pagar o FMI, por isto passamos a nos sentar em todas as mesas internacionais: pelo respeito àquilo que vinha sendo feito no Brasil pacificamente, com uma revolução social, com uma progressão social nunca vista e com uma responsabilidade fiscal também nunca vista. Nós cumprimos o superávit primário em todos os anos do Governo do Presidente Lula, apesar de termos pagado ganhos salariais ao salário mínimo.

O Brasil, em qualquer setor que V. Exa. quiser apontar – em qualquer setor –, do agronegócio à indústria, evoluiu a olhos vistos! Não precisa ter lente para enxergar a evolução, mas V. Exa. insiste na irresponsabilidade do meu partido no Governo. Eu pergunto a V. Exa.: qual foi a irresponsabilidade? Pagar a dívida externa? Emprestar dinheiro ao FMI? Juntar mais de US$380 bilhões de reserva, o que nos dá a segurança de podermos enfrentar um ataque especulativo contra a moeda nacional?

Não foi no Governo do PT que o país passou, como vem passando, por um processo de desindustrialização visível. Não foi no meu Governo. Não estou dizendo que foi só no seu, mas seguramente não foi no do PT. Ao contrário, eu vi vicejarem várias indústrias aqui e o Brasil passar a disputar no cenário internacional, de empreiteira a automóveis, ao agronegócio, evidentemente, que nos capitaneia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse projeto, longe de ser qualquer tipo de irresponsabilidade, está fazendo frente – perdoe-me a franqueza –, talvez, ao que o Governo passado não teve a coragem de fazer, ou porque tinha uma convicção de que era melhor para o Brasil ser desindustrializado e virar apenas um vendedor de *commodities*... E eu bato palma ao nosso agronegócio, só que ele sabe que isso não é suficiente para sustentar uma nação de mais de 200 milhões de brasileiros. V. Exa. é empresário. V. Exa. quer dinamizar a sua indústria. Eu imagino que soa como música aos seus ouvidos dizer que, em dois anos, vai-se depreciar o investimento feito, liberando V. Exa. no terceiro ano para fazer novos investimentos. Por que se faz isso? Porque a velocidade com que a tecnologia vem se desenvolvendo faz com que muitas vezes o equipamento recém-comprado, daqui a pouco, já esteja obsoleto para poder enfrentar a competitividade, repito, do agronegócio à indústria. Nós não vamos ao léu escolher quais são os setores. Os setores são frutos de estudos do Ipea, do Bradesco, que estão nos indicando quais são os setores onde mais nós estamos perdendo competitividade perante o mercado internacional.

Eu vou repetir: a Alemanha é o que é porque tem um belíssimo parque industrial. Nós, evidentemente, temos nas nossas *commodities* do agronegócio um percentual do PIB nacional muito importante, mas quem não tem indústria, quem não tem pesquisa, quem não tem tecnologia de ponta não vai disputar os melhores postos. Senador Marinho, em um ano nós voltamos a ser a nona economia, porque voltamos a investir no país.

Então, eu quero parabenizar o querido Senador Jaime Bagattoli. Eu soube da sua visita ao Vice-Presidente da República, o nosso Ministro Geraldo Alckmin, e sei da produtividade que houve na conversa – deve tê-lo ouvido e deve ter-lhe explicado coisas. E eu acho que o relatório tem este condão: acelerar o processo de reindustrialização do Brasil para que a gente possa, repito, se manter na competição internacional.

Era o que eu tinha de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Jacques Wagner.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Sergio Moro; em seguida, Senadora Margareth Buzetti.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Eu quero aqui elogiar o relatório do Senador Jaime Bagattoli.

Não há dúvida de que há o interesse do país em fortalecer a indústria nacional. Perdeu espaço, de fato. É algo que historicamente vem acontecendo, não só no Brasil, mas em vários outros países,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente pelo crescimento do setor de serviços. Agora, é inegável aqui a legitimidade da preocupação do Senador Marinho.

Nós vimos uma política desastrada dos últimos Governos do PT. E aqui – e até pedindo vênia ao Senador Jaques Wagner – eu acho que o grande mérito do Governo do PT foi o Governo do primeiro mandato do Presidente Lula, que se afastou de determinados dogmas que até então existiam. Mas, dos mandatos posteriores, o resultado deles foi a grande recessão de 2015 e 2016, uma interferência excessiva no domínio econômico, uma tentativa artificial de criação de uma indústria naval. E a preocupação que a gente vê aqui no momento é que a gente está indo pelo mesmo caminho.

O arcabouço fiscal, eu posso falar aqui com tranquilidade, Senador Vanderlan: eu votei a favor do arcabouço fiscal. Ouvi várias críticas, na época, da oposição, mas eu pensei, Senador Esperidião: "Olha, é melhor ter alguma coisa do que não ter nada; vamos dar um crédito a essa tentativa de estabelecer um controle da dívida pública". E estou vendo recentemente que eu fui enganado, como vários Senadores aqui desta Casa, porque já foi o arcabouço proposto pelo próprio Governo Federal deixado de lado.

Então, as preocupações aqui do Rogerio Marinho são legítimas.

Creio que o Brasil cresce se ele tiver uma política estratégica de inserção nas cadeias produtivas internacionais, e, embora esse projeto esteja repleto de boas proposições, o grande risco é a discricionariedade que nele está contida ser utilizada para um reavivamento das políticas industriais erradas feitas no passado. Mas, como existe o mérito, o projeto é meritório, como existem essas preocupações que são legítimas, a minha sugestão seria que nós pudéssemos sentar e eventualmente rediscutir alguns pontos específicos, para buscar um consenso para aprovar o projeto, mas com pontuais modificações, para evitar uma excessiva discricionariedade. Por que não ser um benefício universal aqui essa depreciação acelerada da compra de ativos? Por que não ter critérios objetivos para a gente poder aprovar essas depreciações? Por que não evitar armadilhas como aqui, incentivos à política de conteúdo nacional? – que foi o que encareceu a produção brasileira, é um dos motivos pelos quais a Petrobras teve dificuldades no passado, porque tinha aquela visão de que o melhor para o Brasil fazer crescer seria o isolamento internacional e não a inserção nas cadeias produtivas internacionais, como a gente vê, em geral, que foi a fórmula de sucesso do mundo inteiro.

A minha sugestão aqui seria um pedido de vista, para que pudéssemos nos debruçar sobre uma redação que mantivesse o cerne do projeto, como muito bem relatado aqui pelo Senador Bagattoli , mas que também pudéssemos enfrentar as preocupações legítimas que temos em dar uma discricionariedade excessiva ao Governo Federal na concessão desses benefícios a setores específicos, e muitas vezes com um direcionamento inadequado do que é melhor para o país, nessa ideia de querer intervir excessivamente no domínio econômico, o que já está afugentando os investidores estrangeiros aqui do Brasil.

É isso, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Margareth Buzetti, com a palavra.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Presidente, a minha preocupação aqui nesse projeto é a mesma de quase todos que falaram aqui: qual indústria nós vamos incentivar ao fazer esse programa?

Eu bato sempre na mesma tecla de que a média indústria no Brasil está sumindo. Estão ficando os pequenos com incentivos e os grandes com todos os benefícios e artimanhas fiscais que têm. A média indústria, sempre com a maior dificuldade que tem, e a gente não consegue nada. Se você vai ao BNDES, é acima de R$20 milhões para que você consiga comprar um equipamento... quer dizer, tem que se estabelecer alguma coisa.

E, Jaime, permita-me discordar de você: a média indústria é a que mais emprega no país. Quem está no lucro presumido está por uma razão, e você sabe qual: porque o lucro real é para quem tem um lucro pequeno e tem que contabilizar tudo muito bem contabilizado para que consiga sobreviver nesse emaranhado fiscal que temos, com essa dificuldade que estamos vivendo.

Outra coisa que me preocupa muito, muito – e eu já falei com o Líder Jaques Wagner – é que nós temos setores da indústria que estão sumindo, desaparecendo, e outros indo totalmente para a informalidade.

Então, eu concordo com o pedido de vista para discutir melhor esse projeto.

Obrigada, Presidente.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Senadora Margareth, eu frisei no relatório: eu não falei que as grandes empresas... Eu entendo de empresa. Vocês não estão falando com um político; vocês estão diante de um empresário – eu aqui estou político hoje.

Vou repetir: com relação ao mérito, a proposta merece prosperar. Sabemos que as empresas pertencentes à tributação pelo lucro real não são as maiores geradoras de emprego do país. Nesse sentido, chamamos a atenção para que discutamos, em breve, o art. 10 da Lei 9.532, de 10 de dezembro de 1997, que veda deduções a título de incentivo fiscal às empresas optantes do regime do lucro arbitrado ou presumido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu quero dizer com isso? Eu tenho empresas que estão no lucro presumido e no lucro real, eu sei como funciona. Então, o que eu quero dizer? Você está coberta de razão: a maioria dos empregos do nosso país, mesmo na indústria, onde estão? Nas fábricas de autopeça, comércio... Isso aqui teria que ter entrado até na área de transporte. Mas por que eu aprovei e deixei de acatar algumas emendas? É de suma importância a preocupação do Rogerio Marinho, a preocupação de todos os Senadores que estão aqui. Eu só queria evitar que virasse um pingue-pongue – para lá e para cá, para lá e para cá –, e nós não aprovássemos nada até o final do ano. E realmente, a nossa indústria, com o perdão da palavra, está indo à bancarrota, está indo cada vez mais para baixo. E nós sabemos que o pequeno empresário é o que mais está sofrendo no nosso país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O Senador Rogerio foi citado. Pelo art. 14, com a palavra.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Por quem? Por mim?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para explicação pessoal.) – Mas de uma forma respeitosa. E vou citá-lo também respeitosamente, não se preocupe, não, Senador Jaques Wagner.

Bom, primeiro, eu quero dizer que o Governo está muito bem servido aqui com o Líder Jaques Wagner, que faz um esforço extraordinário aqui para conseguir defender um Governo ruim.

Eu tenho dito, Senador Jaques Wagner, que repetir os mesmos métodos com os mesmos personagens, infelizmente, vai ter os mesmos resultados.

Em 2014 e 2015, ao final de um período de quase 12 ou 13 anos, nós encontramos a maior recessão da história do Brasil, desde 1948, fruto das ações do Governo do PT: irresponsabilidade no trato da coisa pública, gastar mais do que efetivamente arrecada, políticas populistas reiteradas, corrupção nas empresas estatais, inclusive constatada por até balanço da Petrobras, que definiu no balanço que isso aconteceu.

Nós estamos hoje no momento em que o povo escolheu uma outra alternativa, mas nós temos a responsabilidade, na oposição, de alertar, para não percorrermos novamente caminhos que se revelaram inóspitos, ruins, complicados, deletérios para a sociedade brasileira. Essa é a minha preocupação aqui.

V. Exa. diz que o Governo está bem. Ora, as agências de *hunting* que divulgaram, em meados do ano passado, que houve uma mudança da perspectiva de nota do Brasil para permitir investimentos externos, todas se referiram a ações que estão sob ataque do seu Governo. Da reforma da previdência, veja o que diz o terraplanista lá – como é o nome dele? – Lupi, o Ministro da Previdência; da reforma trabalhista, veja o que diz o Marinho – inclusive, que não é meu primo, por favor –, que quer inclusive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dar lição ao Presidente do Banco Central, que foi escolhido – pasmem! –, pela terceira vez, o melhor banco central do mundo, pela terceira vez. Mas o Luiz Marinho se arvora no direito de dar aula de economia em relação à maneira como ele deve se comportar.

Veja o que está acontecendo com os nossos marcos regulatórios, que constam no relatório das agências de *hunting* como um incentivo para melhorar a questão da previsibilidade, da segurança jurídica do Brasil. Todos sob ataque, a começar pelo marco do saneamento. Veja o que está acontecendo, por exemplo, com o nosso problema de investimento. Nós estamos falando de investimentos de que no ano passado, em relação a 2022, houve uma supressão de mais de R$150 bilhões – a menos! E a nossa perspectiva de futuro é que o Governo está estimulando o que ele chama de investimento público e está espantando o investimento privado, porque mexe com a segurança jurídica, porque ataca a previsibilidade, porque não leva em consideração o que já foi decidido anteriormente, como se o Estado brasileiro não desse fé das ações que foram implementadas e na verdade acordadas com o conjunto da sociedade.

O caso para mim mais emblemático, eminente Senador Jaques Wagner, é o que a AGU faz na hora em que questiona a capitalização da Eletrobras, numa ação no Supremo Tribunal Federal.

E, ao fazer isso, é evidente que a agenda do Governo – eu não vou aqui dizer qual é a agenda que o Governo de V. Exa. representa – é uma agenda que, permita-me, mostra um descompromisso, uma falta de cuidado com o que foi acordado anteriormente e com aqueles que investem no país. E, não por acaso, nós vamos ter dificuldade no futuro de fazer frente às nossas necessidades como país.

O que o Governo pretende, infelizmente, é continuar a arrecadar mais, criar novos impostos, implementar políticas populistas e, infelizmente, isso vai gerar, a médio prazo, desequilíbrio nas nossas contas públicas. Então, daqui a pouco, nós vamos ter aí a necessidade de, ao voltarmos ao Governo, rearrumarmos esse tabuleiro. Foi o que eu falei aqui.

Em relação a esse projeto, a minha preocupação é bem específica, são dois temas, e eu coloquei quais são os exemplos do passado: a CET Brazil é pública e notória, que é essa questão aí que todos conhecemos da questão do conteúdo nacional; e a definição da política que vai ser atendida, que não está "descricionada" aqui dentro do projeto, pelo próprio Governo, que, na minha opinião, não merece da nossa parte aí muita confiança pela questão pretérita.

No mais, quanto ao mérito do projeto, eu acabei de dizer, quando falei, e vou reiterar, ele é meritório, ele ajuda as empresas. O que nós pedimos e conversamos com o Relator, queria até a ajuda de V. Exa., é para que nós pudéssemos fazer pequenas correções no projeto. Nós não estamos aqui contra o projeto, nós estamos contra algumas situações que mostram essa fragilidade no futuro.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Como está um bom debate, Senador Jaques Wagner, vamos ouvir aqui o Senador Amin e, em seguida, V. Exa. Só porque o debate está muito bom. Ele vai colaborar bastante.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, eu quero dizer que, por uma questão de bairrismo, eu voto com o Relator, porque o Bagattoli é cacique de tribo indígena catarinense, portanto tem todas as provações de vida que o fizeram ser meio desterrado lá de José Boiteux, em Ibirama, da tribo xokleng, e enfrentar com sucesso o Estado de Rondônia e seus desafios.

O projeto não é perfeito, porque o sistema que nós temos de incentivo no Brasil é o mais cartorial e discricionário e secreto e não avaliado do mundo. Quinhentos bilhões – R$500 bilhões – por ano o Governo não arrecada ou subsidia sem avaliar qual é o resultado. E nós, corretamente, estamos botando a lupa nisto aqui.

Claro que é errado o Governo discricionariamente conceder, mas, espere aí, desde 1991 que eu tenho um projeto, conseguimos aprovar no ano passado, para avaliar o que já existe. Nunca deixaram. São 500 bilhões. Se multiplicar por 32 anos, dá 16 trilhões ao longo de 32 anos. O primeiro projeto eu apresentei em 1991 para que o Ipea analisasse o que se deixa de arrecadar e o que se subsidia. Não é uma coisa elementar? Negativo. Nenhum Governo teve boa vontade com este projeto. Sabe por quê? Porque tira poder, concessão.

As concessões de subsídio são feitas por código. Por que a barra sextavada tem e a barra oitavada não tem? Ah, isso aí está num número. É um código.

Então, focalizando, eu gosto muito do raciocínio holístico, que é o que nós estamos fazendo aqui: olhando o todo, só que agora nós temos um projeto aprovado pela Câmara. O nosso projeto complementar, para submeter tudo à avaliação, Senador Oriovisto – V. Exa, que foi o heroico Relator, sabe o que nós ouvimos de desaforo e de vai e vem...

Eu vou relatar aqui uma coisa: o atual Secretário-Executivo – Senador Jaques Wagner, o atual Secretário-Executivo – do Ministério do Planejamento ajudou a escrever, quando era consultor do Senado e ajudou a corrigir agora, como Secretário-Executivo da minha querida amiga Simone Tebet. "Não, não, o Governo não pode abrir mão".

Nós temos um projeto direcionado para a indústria e que tem tudo a ver com competitividade. Essa é a intenção do projeto. Se ele deveria ter mais, Senador Oriovisto, formas de avaliar antes, cobrar meta... É o que o senhor escreveu. Você vai ter o benefício se prometer que vai gerar um emprego ou vai manter um emprego ou vai baratear o custo, ou seja, vai aumentar a sua competitividade. Emprego, competitividade e ganho para o consumidor são três bases para se conceder ou não, mas também para se avaliar depois. Esse é o sentido do projeto maior. Neste aqui não se exige tanto. Talvez devesse ter o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

guarda-chuva. "Ah, não, mas eu vou gerar tantos empregos." Nunca foi preciso prometer isso. E, no final, vira direito adquirido. Aliás, os 500 bilhões por ano são direito adquirido. "Não mexe nisso, porque isso é cláusula pétrea."

Então, quando você fala, saindo do holístico para o caso particular, que o nosso Bagattoli analisou com muita clareza... "Eu quero saber se esse é o setor que mais gera e se é o que mais merece." "Não, é esse que caiu na minha mão."

Este é o projeto que eu tenho diante de mim, e a Senadora Margareth foi muito feliz. Olhe, casualmente este não é para os grandes, não é para os grandões. Este é para a empresa que não tem todas as regalias que a economia brasileira tem concedido aos grandes. Não estou criticando, mas tem.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Mas pode acabar sendo, não é? Pelo direcionamento do Executivo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Por isso, tem o mesmo defeito de todos os outros. Eu sou contra não ter regra e não ter avaliação, mas nós temos um projeto que, dentro do permissivo dessa trajetória que eu mencionei de 33 anos – é um permissivo... O projeto acredita na boa-fé de quem vai conceder, como se tem feito há 33 anos, com um resultado que não é muito bom; ou seja, temos razão e temos o negativo.

Agora, eu acho muito difícil, para concluir, não concordar com uma coisa, e é nisso que eu concordo com o Bagattoli: nós temos que dar à indústria a chance de se atualizar. Como é que eu faço isso? Reduzindo a vida útil de um equipamento que eu sei que tem que ser substituído por algo mais moderno. Nós estamos com a inteligência artificial dentro da nossa casa. Nós estamos com a competitividade, e não com o vizinho.

Senadora Margareth, antigamente, lá em Concórdia, o pessoal da Sadia tinha preocupação com a Perdigão. Agora, estão juntas, sob o manto de uma grande. Acabou a disputa dos Fontana com os Brandalise, isso na nossa geografia.

Agora, é preciso que nós, Brasil, tenhamos a perda de competitividade reduzida. De forma que eu concordo...

Primeiro, se houver um pedido de vista para a gente analisar que espécie de emenda se pode fazer, se possível, de redação, mas que envolva avaliação, eu concordaria. Foi o que disse o Senador Moro, e eu concordo se der para fazer esse aperfeiçoamento. Agora, não conceder à indústria o direito de se atualizar num mundo que está disputando a tapa e, em outros lugares, a tiro, com míssil, etc., o seu lugar na competição – olhe o que faz a Ucrânia hoje para conseguir exportar os cereais dela, para sair do Mar Negro; é uma competição a tapa, a tiro – eu acho que não seria correto. Então, se puder aperfeiçoar, se o pedido de vista para esse aperfeiçoamento em matéria de avaliação, prescrição, submissão a um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mecanismo de avaliação do benefício, antes e depois, que seria o Ipea, na minha opinião, eu concordo. Agora, não votar o projeto seria ignorar que ele traz um princípio bom, não é perfeito, ele traz um princípio bom, que é o de permitir que a indústria, especialmente a média, e é a razão tanto do Senador Bagattoli quanto da Senadora Margareth... Você vê que há uma conspiração catarinense aqui, não é? Nós três somos de Santa Catarina. Não permitir isso seria um erro.

Por isso, se não houver essa providência, eu voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Não, eu só queria esclarecer algumas coisas. Primeiro, eu entendo a preocupação da Senadora, porque, efetivamente, micro e pequenas empresas são as maiores geradoras de emprego. Eu só queria dizer que elas não estão totalmente a descoberto, porque há o programa Brasil Mais Produtivo, que são R$2 bilhões, a cargo da Embrapii, da Finep, do BNDES, sendo que parte deles, a depender, porque é para digitalização de pequenas e médias, é não reembolsável, e outros são TR mais 4%. Então, essa é uma linha.

A outra linha é a que está no próprio BNDES, que são 130 bilhões, para micro e pequenas empresas, ou seja, não estou questionando o que foi questionado aqui. Eu estou só dizendo que não estão a descoberto, porque existem linhas específicas para o chamado lucro presumido.

Em relação, mais uma vez, à fala do nobre Líder da Oposição, Senador Rogerio Marinho, curiosamente, veio publicado aqui no *Valor Econômico* – não é nenhum *O Pasquim* do meu partido, é evidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, o juízo de valor V. Exa. pode fazer, mas eu estou dizendo que é no jornal *Valor*, que diz que o Brasil volta a ser um bom destino de investimento. Ultrapassamos o México e, segundo esse estudo de um instituto americano que avalia investimento direto e estrangeiro nos países, nós estamos em quinto lugar, perdendo para a China e para outros países que eu não tenho aqui exatamente na cabeça, mas, de qualquer forma, estamos em quinto lugar como destino, por tudo, pelas potencialidades do país, pela nossa gente, que oferece uma mão de obra que eu considero invejável, porque o nosso povo se prepara, se agarra à oportunidade, além de, em época de transição energética, todo o potencial que nós temos, além do potencial do agronegócio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a questão da Sete Brasil, deixe-me lhe dizer, com muita franqueza, Senador Marinho, eu era Governador do estado e disputei, e consegui, até porque foi o primeiro estado a ter uma área totalmente licenciada para a instalação de uma indústria de plataformas, que foi descontinuada, porque V. Exa. disse que elas sequer boiam, é porque não foram fabricadas, porque o programa foi interrompido e, portanto, a tecnologia... Eu estava com vários baianos que tinham sido treinados no Japão para virem fazer plataforma aqui. V. Exa. poderia perguntar, isso é xenofobia? Bom, com essa crítica perdurando, nós vamos realmente nos transformar só num país exportador de *commodities*.

Eu acho graça, porque a gente aqui fica invejando a Coreia do Sul, a China e outros países. Eu fui várias vezes à Coreia do Sul e ao Japão para trazer investidor japonês e coreano para a Bahia e consegui a Kawasaki do Japão, que estavam superempolgados com o projeto. V. Exa. poderia perguntar: mas essa indústria não encareceria um pouco o processo de exploração de petróleo da Petrobras? Encareceria e por isso foi contestado pelo corpo técnico da Petrobras, que estava cuidando da Petrobras, porque nós temos obrigação de cuidar do país, sem descuidar da Petrobras, que fez várias vendas de debêntures invejáveis na época em que o Presidente era José Sergio Gabrielli.

E o que pretendia o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva? E eu via o debate dele com o corpo técnico da Petrobras. O pessoal dizia: "Não, mas aqui vai onerar em 5% por causa da curva de aprendizagem que acontece em qualquer nova indústria que se instala". E ele respondia: "Eu sei, só que aí eu vou recuperar a indústria naval para o Brasil, vou trazer para cá a tecnologia". Ou nós fazemos isso, ou nós entendemos isso, ou, vou repetir, nós vamos só ser exportadores da nossa água, do nosso solo e do nosso sol.

Nós precisamos trazer tecnologia para dentro do país. Custa dinheiro trazer tecnologia – custa não gasto, custa investimento. E o Presidente pretendia ter quatro ou cinco estaleiros aqui. O de Pernambuco já estava produzindo, uma beleza. De repente, o programa é descontinuado. Não estou dizendo que teve problema ou não teve problema com a Sete, é evidente que teve problema, mas estou falando do objetivo.

Nós precisamos pensar que país nós queremos. Nós queremos um país com indústria, com tecnologia, com agronegócio ou queremos só ser vendedor de *commodities*? Alguns já estão encantados com hidrogênio verde para exportar. Eu não quero hidrogênio verde só para exportar, eu quero hidrogênio verde para transformar a minha indústria numa indústria mais ecologicamente e ambientalmente correta. Aí eu vou exportar amônia, tudo bem, parte será exportada, mas exportar amônia significa, eu vou repetir, exportar minha água, meu sol e a minha energia, que só temos nós. Os estrangeiros não têm o que nós temos aqui. Ou nós vamos aproveitar o custo de oportunidade e valorizar o que nós temos de patrimônio ou, tudo bem, nós vamos entregar tudo e vamos ficar sem nada.

Senador Marinho, me perdoe. Realmente nós entramos numa crise fiscal no final do Governo da Presidenta Dilma. E eu lhe digo o porquê: porque a Presidenta Dilma, naquela época, de boa-fé, resolveu – desaconselhada por mim – fazer a desoneração da folha para as empresas que enfrentavam a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competição internacional. Ela estava correta. Eu desaconselhei porque eu disse: "Quando entrar no Congresso, a senhora vai ver a árvore de Natal que vai virar". E foi o que aconteceu. Não foi ela que fez, pelo amor de Deus. Quem fez foi este nobre Congresso Nacional, que pendurou na bem-intencionada intenção da Presidenta, que era favorecer aqueles que tinham competição internacional... Os produtos ou serviços chegavam aqui não carregando imposto, ela queria, então, dar competitividade. Penduramos tudo, foram 52 ou 53 setores. E não foi em outro dia, não, foi nesta Casa aqui, onde eu me debati contra mais uma prorrogação da desoneração fiscal. Muitos dos colegas votaram na desoneração fiscal. Então, nós precisamos saber que caminho nós queremos. Responsabilidade fiscal mais desoneração: não combina, não fecha a conta.

Agora nós estamos aqui enfrentando... O item 11 da pauta é parte do que nós vamos enfrentar. Eu sei que V. Exa., nesse caso, como eu, somos contra, com vênia do meu querido Presidente Rodrigo Pacheco, essa PEC do quinquênio. O item 11 da pauta faz o quê? Corrige o fundo judiciário em até...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. *Fora do microfone*.) – O item 10.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O item 10, não é o 11, é pior porque está mais perto, corrige, como disse o Senador Oriovisto a mim – confesso que foi ele que me alertou, depois a minha assessoria alertou também –, em 1.000%. Para quê?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. *Fora do microfone*.) – Três mil por cento.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ou 3.000%, para quê? Para pagar o quinquênio. Aí alguém dirá: "'Ah, mas está escrito que desse fundo não se paga pessoal". Eu não sabia que dinheiro tem carimbo. É fácil pagar pessoal com outro dinheiro, e esse usar para outras coisas. É isso que está se avizinhando. É um tsunâmi fiscal que está previsto na PEC, infelizmente, proposta pelo querido Presidente desta Casa. É um tsunâmi. Já entrou a Polícia Federal, já vai impactar nos estados. Então, eu não entendo.

Nós queremos responsabilidade fiscal, e está aí o Ministro Haddad tentando fazer isso, ou nós queremos atender – não estou dizendo que não é meritório – setores específicos que vão onerar a nossa conta fiscal.

Então, eu só queria esclarecer, Senadora, que tem esses dois programas.

Eu acho meritória a preocupação do Senador Relator, que pretendia mudar isso aqui, mas, como já foi dito – e eu vou pedir vênia para me somar a outros que já disseram a mesma coisa: Senador Moro, Senador Esperidião, ao próprio Relator, à Senadora Margareth –, essa matéria veio e eu acho que é um passo. Evidentemente que o Ministro da Indústria e Comércio, o Vice-Presidente Alckmin, não está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

distante desse problema, evidentemente que ele conhece esse problema, e é como eu digo: vamos dar um passo, porque, na verdade, no mundo inteiro – e a gente sempre tenta olhar as melhores práticas no mundo inteiro –, quem tem esse tipo de desoneração, não, mas depreciação acelerada são as de lucro real. E eu acho que a gente tem que encontrar uma ferramenta, como as duas que eu citei aqui, para também ir ao encontro da pequena, média e micro, porque, na minha opinião, são os heróis nacionais os que sustentam essas empresas.

Era só para esclarecer aos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Oriovisto com a palavra.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu agradeço o elogio do Senador Marinho. É evidentemente que ele me elogia para criticar o meu Governo, mas, de qualquer forma, da minha parte, eu agradeço.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu peço a palavra para me somar, sobretudo, ao que disse o meu colega Espiridião Amin, e também me somar a todos os outros colegas que, por unanimidade, reconhecemos o mérito desse projeto.

Ninguém nega o mérito desse projeto. Todos, todos os que falaram dizem, concordam que o projeto é meritório, sem exceção.

Claro que o projeto não é perfeito, mas eu acho muito perigoso quando a gente começa a usar canhão para matar formiga. Não é a arma adequada. Essa visão holística das intenções subjetivas de um determinado governo sempre poderá ser usada para criticar qualquer governo.

Eu quero só dizer que esse tipo de política, de incentivo, todos os governos do Brasil usaram, não só os governos federais, os governos estaduais fazem a mesma coisa, os governos municipais fazem a mesma coisa, e não só no Brasil, no mundo isso acontece. Quando um governo quer incentivar um setor, ele abre mão de alguns impostos ou ele dá algumas vantagens, porque isso é clássico em economia, acontece assim mesmo.

Ora, permitir que quem compre novas máquinas faça uma depreciação acelerada é a mesma coisa que dizer o seguinte: "eu vou dar um pouco mais de *cash flow* para essas empresas". O que ele iria depreciar em 10 anos ou 20 anos, sei lá qual é o tempo previsto de depreciação para esses equipamentos, vai poder depreciar em dois anos, ou seja, ele vai pagar menos imposto durante dois anos, e depois ele continua a pagar normal.

Então, é uma medida boa, é algo que já está aprovado lá na Câmara. Tem imperfeições? Tem. O Senador Rogerio Marinho tem as suas razões, o Senador Moro tem as suas razões, as suas suspeitas, mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

veja, primeiro, isso já foi aprovado na Câmara, isso está aqui. Se nós mudarmos muito, isso volta para a Câmara e o produtor deixa de ter esse benefício.

O Governo aqui está abrindo mão de receita, não de forma definitiva, mas em termos de *cash flow* ele está abrindo mão de receita.

Então, vai no sentido contrário de tudo que eu tenho visto esse Governo fazer até agora, que é sempre procurar aumentar a receita. Então, quando ele tenta abrir mão de alguma receita para incentivar algum setor, e o setor que está sendo usado aqui é importantíssimo para nós...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Fora petróleo e gás.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – É, fora petróleo e gás, isso vai de encontro à produtividade, porque máquinas novas, mais modernas, aumentam a produtividade.

Então, eu acho que seria temerário pedir vista, temerário atrasar isso, temerário mudar esse projeto. Nós continuamos com o poder de fazer leis, nós continuamos com o poder de apresentar novos projetos para corrigir eventuais defeitos que tenham aqui.

Então, o apelo que faço a todos os colegas é para que aprovemos o projeto e que não seja pedida vista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Oriovisto.

Em tempo, eu quero registrar aqui também a presença da imprensa, que está dando cobertura a esta reunião. Daniel Marques, do Arko Advice; Elis Barreto, do Arko Advice; Guilherme Naldis, do Poder360. Sejam todos muito bem-vindos a esta Comissão!

Eu queria fazer uma observação. Eu ouvi atentamente aqui todos; o debate está excelente. Aliás, um dos bons debates que a gente tem visto aqui nos últimos dias, na nossa Comissão, mas é interessante – e eu também, Jaime, como industrial, como gerador de emprego e renda, importamos máquinas de vários países do mundo e compramos muitas máquinas e equipamentos aqui do nosso país – que, em alguns países, tudo que é para gerar emprego e renda, principalmente emprego, não tem imposto nenhum, porque uma empresa, sendo pequena, média ou grande, a grande dificuldade é ela começar a funcionar. E aqui, primeiro, o sacrifício é muito grande, porque, dependendo do equipamento, dependendo do país de que ele vier, a empresa já fica pelo meio do caminho, de tanto imposto que é pago para compensar em 60 meses, 80 meses, dependendo do ramo que for.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que está sendo proposto aqui por esse projeto, muito bem relatado pelo Senador Jaime, é que nós podemos fazer essa compensação o mais rápido possível. O bom seria que nós copiássemos alguns países desenvolvidos, Senador Rogério, e fosse zero para quem vai comprar. Se a pessoa for comprar uma máquina de costura que vai gerar emprego e renda, têm que ser desonerados todos os impostos, porque vai gerar, principalmente, imposto.

A gente tem acompanhado muitas empresas que ficam no meio do caminho, porque, quando começam o seu projeto, se vão fazer um investimento de um, a coisa vai aumentando tanto, a maioria é de imposto em cima desses equipamentos, que ela fica aí no meio do caminho, quebra antes de começar.

Talvez esse debate que eu ouvi atentamente aqui, Senador Paim, nós pudéssemos continuá-lo em outro projeto, mas encarando esse problema. A indústria nacional está a reboque, está com problemas seriíssimos, esse aí seria um dos pontos que ajudariam muito essa desoneração total dos impostos, tirar os impostos para quem vai comprar uma máquina, um equipamento, para gerar emprego e renda.

Então, Senador Jaime, parabéns pela relatoria do seu projeto. Não é o ideal, não é o que todos nós queríamos. O bom mesmo seria totalmente livre de imposto, porque, se vai cobrar imposto, para compensar esse imposto depois...

Vamos incentivar essas empresas – tanto a pequena quanto a média e a grande –, desonerando completamente os impostos.

Eu queria comunicar a V. Exas...

Para essa matéria, Senador Sergio Moro, V. Exa. fez pedido de vista. Nós podemos dar vista, se V. Exas. aqui e o Senador Moro concordar, de uma hora, duas horas... Por quê? Essa matéria tramita em regime de urgência, urgência constitucional. O prazo final dela, aqui na Comissão, é dia 25. Ou seja, depois de amanhã. Se nós não a votarmos aqui, ela vai para o Plenário.

Então, acho interessante nós votarmos essa matéria aqui.

Então, consulto V. Exa., Senador Sergio Moro...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Questão de ordem, Sr. Presidente. Só um esclarecimento.

É possível apresentar eventuais emendas em Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Já foi apresentado – não é isso? (*Pausa.*)

É um prazo único, por causa do regime de urgência. Então não pode.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Quero fazer uma observação aqui, Senador.

Senador, eu faria um pedido de vista se fosse possível aprimorar o texto, mas, pelo que a gente depreende aqui do pronunciamento dos Senadores, não há um desejo de alterar o texto para que volte à Câmara. Então, não adianta também a gente se reunir para fazer uma proposição e depois aqui não ser acolhido.

Eu coloco muito claramente que, para mim, deveria ser uma política universal de desoneração da aquisição de modernização da indústria, e não colocar esse instrumento nas mãos de um governo que tem feito escolhas muito erradas. A gente pode fazer uma analogia com o bisturi: um bisturi, nas mãos de um cirurgião, salva vidas; um bisturi, nas mãos de um açougueiro, pode praticar um assassinato de um criminoso.

Então, eu tenho muitas dúvidas aqui do conteúdo de algumas dessas exposições, e, claro, todo mundo é favorável à indústria nacional, e eu, particularmente, tenho defendido aqui a redução da carga tributária. Agora, existe, nesse projeto, como foi muito bem colocado pelo Senador Rogerio Marinho, armadilhas. Espero que o governo atual faça bom uso de ter esse poder discricionário. Agora, o melhor seria que nós pudéssemos aprimorar o texto para que esse benefício tivesse, sim, critérios objetivos.

E, quando o texto coloca algo que a gente viu que já foi negativo para o país, essa insistência na política de conteúdo nacional... E perfeito, as intenções de restaurar a indústria naval, como foi dado o exemplo aqui anteriormente, são ótimas, seria excelente, mas a gente sabe que não deu certo. E a conta ficou com o contribuinte brasileiro.

E o que foi desviado em suborno, naquele caso, da casa de bilhões, inclusive fundos de pensão, fundos de pensão de estatais que foram lesionados – e tem gente hoje pagando, descontando do seu salário até hoje, dos Correios, dinheiro que foi desviado pela corrupção, como a gente sabe – aí vem o projeto e coloca uma sugestão de um dos critérios ser essa política de valorização da produção nacional.

Assim, respeitando a vontade da maioria, respeitando que o projeto em seu conteúdo majoritário é positivo, embora eu entenda que ele deveria ser aprimorado e voltar para a Câmara – não vejo nenhum problema em voltar para a Câmara para a gente aprimorá-lo –, eu não vou pedir vista para a gente chegar depois e aprovar o texto e ser rejeitado. Então, respeitando as opiniões divergentes, eu não vou pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Jaime, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Presidente, está aqui o Senador Amin – nós somos conterrâneos, lá de Santa Catarina, apesar de eu estar em Rondônia –, que sabe disso. Vou dar só um exemplo aqui da WEG.

A WEG, de Jaraguá do Sul, é a maior fábrica de motores elétricos e geradores, se não da América Latina quase do mundo, não é, Senador Amin? Chegou a certo momento, em 2014, 2015 – hoje eu não sei –, ela estava produzindo, Senador Rogerio Marinho, praticamente quase 50% da sua produção na China e mandando para o mundo inteiro, não estava produzindo aqui.

Vou dar outro exemplo: a John Deere e a New Holland fabricam forrageiras – forrageira, para quem não conhece, é aquela que corta milho para fazer silagem de milho – que são das maiores do mundo. Rogerio, para o americano, aquela máquina custa US$450 mil; para nós, aqui no Brasil, porque é importada, não é fabricada aqui, ela chega por uma bagatela de US$750 mil, US$800 mil. Dobra o preço; praticamente, dobra o preço. Então, por isso, nós não temos competitividade neste país.

Então, eu vou frisar, mais uma vez: o Alckmin, que é o Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, além de Vice-Presidente da República, nos garantiu, falou para mim que estariam fora só gás e petróleo e todo o restante da indústria seria beneficiado. Por isso, eu relatei aqui que a minha grande preocupação é com os pequenos e médios empresários que também têm indústria e são os maiores geradores de emprego e renda e estão ficando de fora, porque é do lucro presumido. Isso aí é um fator sobre o qual nós precisamos nos debruçar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com as Emendas nºs 6 a 8, da CAE; com o acolhimento parcial das Emendas nºs 1-U e 4 e contrário as Emendas nºs 2-U, 3-U e 5.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Jaime, antes de V. Exa. falar, eu gostaria de convidar o Senador Oriovisto para assumir aqui a Presidência, por uns cinco minutinhos, se possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Presidente, eu só gostaria que essa matéria fosse, com urgência, ao Plenário, que fosse votada com urgência.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação, o pedido de urgência ao projeto de lei. (*Pausa.*)

Senador Jaime, a nossa assessoria informou aqui que não cabe mais o pedido de urgência, porque ela já está com o pedido de urgência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, pela ordem. É só um pedido...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mais urgência vai trancar...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Paim, com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Se podemos retirar o item 8, o item 5 e o item 7, a pedido dos autores e dos Relatores, porque eu sou Relator de um e do Governo em dois desses, e eu ia pedir para V. Exa. retirar de pauta, se possível.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Dois dos itens ou os três itens?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os três.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Os três itens para retirada de pauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Na semana que vem, a gente volta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Será atendido.

(É o seguinte o item adiado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 1577, DE 2020

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda apresentada.

Observações:

A matéria será apreciada pela CDH, pela CAS e, em decisão terminativa, pela CCJ.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 299, DE 2023

- Não terminativo -

Modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 – Plano de Benefícios do Regime Geral de Previdência Social - para possibilitar ao beneficiário o direito à desaposentadoria.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Favorável à matéria com uma emenda apresentada.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 1565, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana), para determinar que as empresas que ofereçam o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros instalem equipamentos de monitoramento nos veículos de seus colaboradores.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda apresentada.

Observações:

1. Em 22/4/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, do Senador Mecias de Jesus.

2. A matéria será apreciada pela CSP, em decisão terminativa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu queria a atenção do Senador Laércio e, para não prolongar o debate, eu gostaria de fazer uma indagação: o item 9 foi retirado de pauta e estará na próxima reunião?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Ele foi retirado e volta na semana que vem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O.k. Muito obrigado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, eu queria fazer um pedido de retirada também aqui, já que o pessoal está...

O item 2 e o item 10. Na verdade, retirada ou vistas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O item 2 é o próximo item, mas tem um requerimento de V. Exa. aqui, de audiência pública.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Gostaria de pedir ao eminente Líder Jaques Wagner, se ele aceitar, uma audiência pública para explicar essa situação.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sem problema. Por mim, quanto mais se debater melhor. A audiência pública, pelo visto...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Jaques, o senhor fez um pedido aqui para ler o relatório antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Quero ler o relatório.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Bom, se o ex-Ministro, ex-Governador e atual Líder do Governo, o Senador Jaques Wagner, aceitou o nosso pedido de audiência pública, não tem dificuldade de ele ler o relatório.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – A audiência pública vai poder ser enriquecida com o texto já colocado.

Se V. Exa. me permite então, posso passar à leitura, Presidente? (*Pausa.*)

Presidente, só uma consulta: é preciso votar? Se precisar votar, eu sugiro que se vote, simbolicamente, a audiência pública sugerida pelo Senador Marinho. Se não precisa votar, da minha parte, eu não tenho nenhuma objeção.

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Precisa votar, Senador.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu queria votar, porque ele tem que sair, e eu não quero que...

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Mas, Senador, podemos só fazer a leitura do relatório antes?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Posso. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Então está bom.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Você sabe que eu sou cumpridor de palavra.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 3, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicita alteração da Resolução do Senado Federal nº 20, de 16 de novembro de 2004, com vistas a possibilitar a continuidade do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Favorável à matéria.

Observações:

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Com a palavra, o Relator da matéria.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Eu passo à leitura, Sr. Presidente. Me permitam, eu vou direto para a análise, para encurtar.

De acordo com a Constituição Federal, no seu art. 52, inciso VII, compete privativamente ao Senado Federal dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo da União. Além disso, segundo o art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão, CAE, opinar sobre proposições pertinentes à dívida pública. Portanto, sob o prisma da Constituição Federal e do Regimento Interno, o PRS em análise se encontra em estrita conformidade.

Em adição, no que concerne à técnica legislativa e à juridicidade, também concluo que o projeto atende às condições necessárias para ser aprovado.

Voltando-se, agora, ao mérito da questão, a proposta visa, basicamente, a ampliar o limite de emissão e colocação de títulos da dívida pública federal no exterior, atualmente fixado em US$75 bilhões, ou seu equivalente em outras moedas, definido pelo inciso I, do art. 2º da Resolução do Senado Federal nº 20, de 2004.

Voltando-se, agora, ao mérito da questão, a proposta visa, basicamente, ampliar o limite de emissão e colocação de títulos da dívida pública federal no exterior, atualmente fixado em US$75 bilhões ou seu equivalente em outras moedas, definido pelo inciso I do art. 2º da Resolução do Senado Federal nº 20, de 2004. Nesse normativo, o Senado autoriza a União a executar o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior.

Com a mudança em discussão, o referido limite passaria para US$125 bilhões, um aumento, portanto, de US$50 bilhões. Há múltiplas razões que justificam tal alteração.

Primeiro, o limite se refere apenas a emissões, e não considera os resgates dos títulos no mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sinceramente, eu fiquei abismado. Você tem a autorização de emitir 75. Pagou 50, continua com o limite de 75. Os 50 não são abatidos. É meio kafkiano, confesso. Eu achei que... Uma vez mais, não; o que conta é emissão. Por isso, há pedido do Governo.

Dessa maneira, mais cedo ou mais tarde, o limite sempre será alcançado, uma vez que a necessidade desses instrumentos para a gestão da dívida é permanente. Nesse sentido, a realidade atual é que tal limite está prestes a ser atingido – de emissão, repito. Conforme dados do Ministério da Fazenda, a quantidade de emissões acumuladas desde a última mudança já ultrapassou a cifra dos US$74 bilhões – portanto, a apenas US$1 bilhão do seu limite.

Em segundo lugar, o acesso ao crédito externo é uma importante ferramenta de diversificação e melhoria do perfil da dívida pública federal. Em muitas oportunidades, o Tesouro Nacional é capaz de acessar, no mercado externo, taxas de juros mais baixas ou prazos mais longos de financiamento, quando comparados ao mercado interno, o que se repete no caso de muitos governos estaduais. Eu fui Governador, e você, muitas vezes, capta fora. É evidente que sempre tem o risco do dólar, mas é claro que você capta mais barato. A consequência direta disso é a melhor sustentabilidade da dívida pública. Consequentemente, há vários ganhos, como a maior estabilidade macroeconômica.

Além disso, as emissões externas do Estado brasileiro são importantes para definir o custo das emissões privadas brasileiras no exterior, dado que o risco soberano é o componente básico do custo de financiamento das empresas brasileiras. Sem essas emissões soberanas, haveria menos crédito externo ao setor privado nacional.

Por fim, vale destacar o recentemente criado Arcabouço Brasileiro para Títulos Soberanos Sustentáveis, lançando em setembro de 2023. Como resultado, o país realizou sua primeira emissão de títulos soberanos sustentáveis, arrecadando US$ 2 bilhões ao menor custo em quase uma década. Os recursos obtidos serão usados para custear despesas orçamentárias que contribuam diretamente para a promoção do desenvolvimento sustentável do país.

Voto.

Diante do exposto, manifesto meu voto favorável ao projeto de resolução do Senado Federal contido na Mensagem nº 3, de 2024, também desta Casa.

É o relatório e o voto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente, peça a V. Exa. a concessão de vista para esse projeto cujo relatório o Senador Jaques Wagner acaba de ler.

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Não há nenhuma dificuldade, Senador Otto. A vista será concedida. Só peço a sua compreensão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – ... porque nós... Eu concederei a vista assim que votarmos o requerimento para uma audiência pública.

Então, sobre isso, informo que esta Comissão recebeu o Requerimento 48/2024, solicitando a audiência pública para instruir a Mensagem nº 3, de 2024, item 2 desta pauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 48, DE 2024

Requer realização de Audiência Pública para debater Mensagem (SF) n° 3, de 2024

Autoria: Senador Rogerio Marinho (PL/RN)

Dessa forma, eu coloco em apreciação preliminar o Requerimento 48/2024.

Os Senadores que são favoráveis permaneçam como estão; os contrários que se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

Fica, então, estabelecido que teremos esse...

Aprovado o Requerimento 48/2024, fica sobrestada a apreciação da matéria.

Mas, ao mesmo tempo, concedo vista, a pedido do Senador Otto – vista coletiva.

Muito obrigado.

Vamos lá! (*Pausa.*)

O Presidente voltou na hora certa para que eu possa fazer o relatório do próximo item.

Então, devolvo a Presidência.

Eu sou o próximo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Já está no item 3? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. *Fora do microfone*.) – Posso fazer o relatório daqui de cima, então?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone*.) – Pode. Faça daqui.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. *Fora do microfone*.) – Então, vou fazer daqui.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone*.) – É o item 3, Oriovisto?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. *Fora do microfone*.) – É o item 3.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 795, DE 2024 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 505, DE 2013)

- Não terminativo -

Institui diretrizes para a Tarifa Social de Água e Esgoto em âmbito nacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Favorável ao substitutivo apresentado pela Câmara dos Deputados, com dezoito emendas (de redação) apresentadas.

Autoria: Senador Eduardo Braga.

Relatoria: Senador Flávio Arns.

Em tempo, eu quero registrar aqui a presença do Deputado Pedro Campos – seja bem-vindo, Deputado –, do PSB, de Pernambuco. Ele foi o Relator desse PL na Câmara dos Deputados – não é isso? Tarifa Social de Água e Esgoto, projeto do Senador Eduardo Braga.

Concedo a palavra ao Senador Oriovisto para leitura do relatório *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu vou tentar ganhar tempo aqui, já que, no primeiro item, nós tivemos um debate extremamente interessante, muito rico, mas que tomou duas horas. Então, agora, eu vou tentar recuperar um pouco desse tempo. Por isso, peço permissão para fazer um resumo do relatório, e não a leitura *ipsis litteris*; depois, igualmente, fazer um resumo da parte da análise; e, finalmente, proferir o voto.

Sobre esse projeto, o que eu tenho a salientar é que esse é um projeto que teve origem aqui no Senado Federal (PLS 515, de 2013) e foi de autoria do Senador Eduardo Braga.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Esse projeto já tem, portanto, 11 anos que está tramitando.

E qual é o objetivo desse projeto? É a criação de uma Tarifa Social de Água e Esgoto, estabelecendo descontos para o consumo de água mensal de famílias de baixa renda, com a finalidade de promover acessibilidade aos serviços essenciais de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Se há uma iniciativa louvável, estamos diante de uma delas, porque nada é mais essencial do que a água para a higiene, para a melhoria das condições sanitárias, das condições de saúde, para a própria hidratação das pessoas, para fazer a preparação dos alimentos. Então, quando o cidadão não tem condições de ter acesso à água tratada, isso é o pior dos mundos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Essa tarifa estabelecida neste projeto me parece uma tarifa extremamente inteligente, porque o Governo não vai entrar como intermediário. As companhias todas foram ouvidas, as companhias de saneamento, mesmo as já privatizadas; foi feito reunião com a ANA; foi feito reunião com o Deputado Pedro Campos, que é o Relator lá na Câmara e que está aqui; as modificações foram feitas todas por consenso, são modificações pequenas. E, basicamente, como funciona o projeto? O valor do serviço, os custos administrativo-financeiros e os encargos tributários, após a exclusão do consumidor beneficiado pela tarifa social, serão rateados entre todos os consumidores da prestadora de serviço proporcionalmente ao consumo. Então, é um projeto de solidariedade entre os consumidores, em que não haverá maiores problemas, maiores custos. Senador Vanderlan, talvez o senhor pague R$5 ou R$10 a mais na sua conta de água, mas automaticamente alguém que não teria acesso à água tratada passaria a ter graças à sua contribuição e à de todos os outros que podem pagar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto também prevê, em municípios onde a imensa maioria dos contribuintes estaria dentro do critério de elegibilidade – e o critério de elegibilidade para estar aqui é muito bem definido, já vou falar sobre ele –, onde tiver uma população, digamos, com 70%, 80% das pessoas que seriam enquadradas nisso, que colocariam em risco o próprio fornecimento de água, a possibilidade de o Governo Federal, através de um fundo universal, contribuir especificamente nesses municípios. Isso tudo no devido tempo, com a devida regulamentação.

Indo à análise, eu quero salientar nessa análise um item especial. O substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados mantém o mesmo objeto e a finalidade previstos no PLS 505, do Senador Eduardo Braga, de 2013, para instituir a Tarifa Social de Água e Esgoto em prol de famílias de baixa renda, mediante o critério de elegibilidade de renda *per capita* de até meio salário mínimo – aí está o critério –, de modo a tornar os serviços básicos de saneamento mais acessíveis.

Quanto ao desconto tarifário, o PL 795, de 2024, propõe uma abordagem mais abrangente e detalhada para a implementação da tarifa social, incluindo mecanismos de financiamento, direitos e deveres dos beneficiários e procedimentos para a efetivação do benefício.

No tocante ao financiamento, o PL 795, de 2024, introduz a figura da Conta de Universalização do Acesso à Água, mecanismo de financiamento inovador para suportar os custos da Tarifa Social de Água e Esgoto e promover a universalização do acesso à água. Isso, obviamente, só seria aplicado em municípios e em situações em que a imensa maioria da população seria beneficiada. São casos raríssimos, mas já está previsto aqui um mecanismo para esses casos.

Reconhecemos o projeto como um marco importante para a promoção da equidade social no acesso a serviços essenciais de saneamento.

O PL 795, de 2024, é certamente uma evolução do PLS 505, de 2013, trazendo aprimoramentos significativos que garantem sua eficácia e sustentabilidade a longo prazo. Trata-se de uma iniciativa crucial para o avanço das políticas sociais e ambientais no país, além de representar um passo significativo para a garantia de direitos fundamentais da população mais vulnerável.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Faço um pequeno pulo aqui em toda a análise, para ler outro trecho que me parece importante.

Ao trazer importantes diretrizes no sentido da padronização da Tarifa Social de Água e Esgoto, a proposição afigura-se capaz de induzir que o instituto seja criado por todos os entes federativos – isso porque hoje alguns entes já têm esse instituto, mas muitos não têm –, considerando haver algumas localidades no país que ainda não o adotam. Com isso, o presente projeto, além de unificar as regras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gerais do benefício, também contribuirá para que a Tarifa Social de Água e Esgoto seja aplicada, com segurança e efetividade, em todos os rincões do território brasileiro.

Por fim, trazemos ao texto algumas adequações redacionais para assegurar viabilidade técnica à aplicação e à regulamentação pelos entes infranacionais das diretrizes da Tarifa Social de Água e Esgoto previstas no projeto, todas feitas em comum acordo – isso é importante dizer; o Senador Flávio Arns me relatou em detalhes esse trabalho – com o Deputado Pedro Campos, que aqui se encontra presente, e também com a Diretora-Presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Veronica Sánchez. Então, as modificações foram, todas elas...

O Senador Eduardo Braga, que agora chega, é o autor do projeto que deu origem a isso, há 11 anos, e finalmente estamos, acredito, aprovando o substitutivo que veio da Câmara, de autoria do Deputado Pedro Campos, que aqui se encontra presente.

O projeto foi muito bem costurado, muito bem trabalhado; não cria nenhuma dificuldade nem para a companhias de fornecimento de água, nem para o orçamento do Governo. E ele tem um limite que eu gostaria de citar, que, modificado que foi lá na Câmara, ficou sendo para consumo de até 10m³ de água. Isso, para vocês terem uma ideia, significa um consumo de água de trezentos e poucos litros, o que é muito pouco. É realmente o essencial para um chuveiro, o preparo dos gêneros alimentícios, a higiene, a lavagem de roupa, coisas extremamente básicas. Então, foi muito bem dosado o projeto.

De forma que, com tudo o que disse sobre o projeto, pelo seu histórico e pela análise, o meu voto, como Relator *ad hoc*, é: ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 795, de 2024, com as emendas que acompanham, que são várias – e que eu vou me permitir não ler por economia de tempo. São emendas de redação, já acertadas, inclusive, com a Mesa do Senado, porque realmente se tratam de emendas de redação, o que não provocará a volta do projeto à Câmara dos Deputados.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Oriovisto, obrigado e parabéns!

Senador Eduardo, o Senador Oriovisto fez a relatoria *ad hoc* aqui. Parece que ele conhece o projeto, não é, Deputado Pedro? É um campeão. Obrigado aí pela sua relatoria.

Eu quero aqui registrar a presença da Senadora Janaína e dar as boas-vindas a ela à nossa Comissão. Seja sempre bem-vinda aqui.

Senador Eduardo – a matéria está em discussão –, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discutir.) – Presidente, eu queria, primeiro, cumprimentar V. Exa.; cumprimentar o nosso Relator, o Senador Oriovisto; e cumprimentar aqui o Deputado Pedro Campos.

Quero dizer, Sr. Presidente, que a votação deste projeto, como já foi dito pelo Senador Oriovisto, é algo que eu diria histórico aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, porque, há anos – há anos! –, nós estamos lutando para que pudéssemos implementar uma tarifa social no abastecimento de água, água que é um produto vital para a sobrevivência das pessoas, principalmente nas regiões mais empobrecidas do Brasil.

No caso, há questões do Nordeste e questões do Norte. Por incrível que pareça, Sr. Presidente, os moradores da Região Norte, que é a maior bacia hidrográfica de água potável do mundo, ainda sofrem não só com a falta de abastecimento de água, mas com uma tarifa de água extremamente elevada. Nos casos dos programas habitacionais, como o projeto Minha Casa, Minha Vida, por exemplo, muitas vezes, a conta de água é mais cara do que a prestação da própria residência. Isso é algo inadmissível numa concessão pública.

E, mesmo assim, levamos muitos anos para poder construir um consenso que possa representar a garantia de uma política social, de uma tarifa social nessas áreas extremamente carentes do Brasil que possa viabilizar, inclusive, investimentos. E, no Congresso Nacional, uma das matérias mais importantes que nós votamos nos últimos anos foi o marco do saneamento neste país, porque, sem dúvida nenhuma, Deputado Pedro Campos, uma das maiores dívidas sociais que o Brasil possui é exatamente na área de saneamento, seja no abastecimento de água, seja no tratamento de esgoto neste país.

Nós estamos vivendo crises de saúde pública no país de forma continuada. Aliás, antes da pandemia, nós já vivíamos uma situação caótica no sistema de saúde pública. Nós vivemos durante a pandemia um grande momento de tristeza para o povo brasileiro. Nós todos lembramos o que aconteceu, não dá para esquecer o negacionismo, as mortes desproporcionais. O Brasil possui em torno de 2% da população mundial, e as mortes de brasileiros durante a pandemia representam três vezes a proporção da população mundial que o Brasil possui, o que demonstra que nós tivemos algo fora da curva. E, pós-pandemia, nós estamos vivendo ainda crises na saúde pública. Ora, investimento no saneamento é exatamente uma das respostas de que nós precisamos para poder superar doenças que estão ficando perpetuadas no Brasil, como é a questão da dengue, que nós precisamos vencer.

Eu quero aqui cumprimentar mais uma vez o trabalho do Deputado Pedro Campos, na Câmara, que se empenhou para que esta matéria pudesse ter prioridade na Câmara e pudesse ser finalmente votada na Câmara. Eu quero agradecer a V. Exa., ao Senador Flávio Arns, que fez um brilhante trabalho na relatoria deste projeto, e ao nosso Senador Oriovisto, que, ainda há pouco, apresentou com detalhes e com comentários extremamente importantes sobre a aprovação deste projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero cumprimentar V. Exa., porque hoje a CAE vota um projeto que assegurará aos brasileiros mais excluídos, mais pobres, mais necessitados finalmente uma tarifa social para o abastecimento de água.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Eduardo.

Com a palavra, para discutir a matéria, o Senador Rodrigo.

Com a palavra, Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Vanderlan, esta Comissão cada vez mais demonstra a importância que tem na vida do povo brasileiro.

E nós estamos discutindo agora, e com certeza vamos aprovar, um projeto que atinge milhões de brasileiros de maneira imediata, em dois aspectos.

E eu vou começar falando do aspecto econômico. Quando se lançou o Programa Desenrola no Brasil inteiro, eu fiquei muito preocupado, porque o foco dele estava sendo única e exclusivamente olhar para as dívidas bancárias, como sendo o principal problema para deixar o cidadão, o consumidor endividado. Então, eu fiz questão e fui à exaustão para levar o assunto para o Ministro Haddad, para o Ministro Alckmin, para dizer que, se quiser tirar o povo, principalmente o nordestino, de SPC ou Serasa, tem que olhar para as contas de serviços essenciais. O Brasil é muito diferente. Em Santa Catarina, 4% das pessoas devem e estão negativadas devido a contas de serviços essenciais de água, de energia e de gás – 4% em Santa Catarina –; em Alagoas, 40% das pessoas que estão endividadas estão porque devem ou a conta de água ou a conta de energia. É um item que é essencial, portanto, contínuo e deve ser ininterrupto para a qualidade de vida daquelas pessoas. Então, no aspecto econômico, este projeto aqui, de autoria do Senador Eduardo Braga, traz, sim, um alívio não só no bolso, na mente do cidadão, porque uma pessoa que está endividada, que está com seu nome sujo, não dorme tranquila, ela aperta a mente na hora que pensa nas cobranças e na dificuldade que tem de adquirir até novo crédito. Então, é um projeto indispensável, é um projeto necessário.

Eu ouvi aqui atentamente o parecer do Senador Oriovisto, que, com certeza, baseado também no Senador Flávio Arns, demonstra aqui a necessidade de buscar uma justiça social. Realmente, neste momento, não há o que se falar senão em uma justiça social.

E, trazendo para o aspecto da saúde e da qualidade de vida, nem se fala, porque a água, de fato, é saúde. E a água também é economia para os cofres públicos. Uma água de qualidade que chega à casa, à torneira das pessoas, é algo realmente que melhora a sua saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E hoje nós ainda vivemos um outro aspecto. Pegando um pouco da fala do Senador Eduardo Braga, quando comemora aqui o marco legal do saneamento, é algo para ser muito comemorado, sem dúvida nenhuma, mas, no aspecto real, hoje, vindo de Alagoas, que infelizmente é um estado pobre ainda, ouvindo os munícipes que tiveram a sua água vendida, como assim é colocado – houve uma concessão, e foram feitos leilões em lotes específicas no estado –, as pessoas estão em um momento de grande preocupação, de transtorno e de – e falo até a palavra que nós falamos muito lá – agonia. Por quê? Porque, de fato, agora com essa concessão, com esses leilões que foram feitos, com a água chegando ao cidadão, além da água, chega a tarifa de esgoto, que é 100% o valor da água, ou seja, o cidadão não consegue pagar mais a sua conta de água. Então, falando do cidadão pobre, este projeto aqui vem, inclusive, para tentar balancear essa situação, porque a água chega de maneira dobrada com o marco legal que nós aprovamos, permitindo a concessão. De fato, a empresa que vai explorar o serviço leva lá o esgoto, o saneamento, e cobra por isso. Está sendo um caos nos municípios. A maior dificuldade dos gestores que estão à frente dos municípios é esta: ter que explicar uma cobrança elevada da conta de água.

Nós aqui buscamos sempre trabalhar com transparência e fazer a nossa parte. Um dos nossos principais papéis é este: olhar a realidade. Então, o projeto é muito importante, Sr. Presidente.

E aqui eu quero destacar a celeridade com que o Deputado Pedro Campos tratou deste assunto lá na Câmara dos Deputados, e com certeza nós vamos fazer da mesma forma. Por isso, eu solicito a V. Exa. o pedido de urgência, para que este projeto vá logo ao Plenário e mude de imediato a vida de milhares de brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Senadora Janaína, com a palavra, para discutir a matéria.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Bom dia, Presidente. Bom dia, Relator *ad hoc*, Senador Oriovisto.

Eu queria aqui, na verdade, parabenizar o Senador Eduardo Braga e também o nosso Deputado que começou lá...

Na verdade, Senador, lá no Ceará, há mais de 20 anos, já se pratica a questão da tarifa social, que, ano a ano, é revista. Então, ano a ano, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará faz essa revisão, aprovada pela Arce (Agência Reguladora do Estado do Ceará). Já é uma política que vem há anos sendo praticada lá no Ceará. A gente fica orgulhosa de fazer parte de um estado que realmente pensa na questão das pessoas que mais precisam. Tem vários projetos lá que os nossos governos, desde o Cid Gomes, o nosso atual Ministro e Senador Camilo Santana, e agora o nosso Governador Elmano... Tem essa prática sempre, que é importantíssima para que a população possa ter esse acesso. Existem revisões, porque, às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes, vem a tarifa errada, e eles têm direito de ir à Companhia de Água e Esgoto do Ceará solicitar a revisão.

Eu queria só aqui parabenizar o Senador Eduardo pela iniciativa, porque é importante hoje tornar lei nacional o que alguns estados já vêm praticando. A gente tornar isso uma lei federal reforça muito a importância de estar atendendo as pessoas que mais precisam.

Eu só queria aqui parabenizar e agradecer ao Presidente pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Janaína. Parabéns pelas suas colocações!

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Damares, com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Eu vim correndo da outra Comissão para pegar ainda a votação deste projeto.

E só quero lembrar que ele é de 2013. Em 2013, quando ele começou a tramitar, eu estava ali atrás, como assessora, torcendo para que ele fosse aprovado naquele ano – torcendo –, mas olhem só: nós estamos em 2024. A gente sabe como o processo legislativo é lento, mas uma matéria dessas não podia ter tramitado na lentidão com que foi.

E eu quero parabenizar o Deputado pela articulação que ele fez, pela luta que ele travou lá.

Janaína, a política já está sendo instituída em um estado ou outro, mas essa diretriz nacional era do que a gente precisava.

Parabéns ao autor! Parabéns ao Deputado, ao Relator *ad hoc* e ao Flávio Arns! Eu tenho certeza de que ele queria muito estar presente aqui hoje para conduzir esse relatório.

Então, eu acho que a gente dá um passo muito importante hoje.

Sabe, Senador, nesses momentos em que este Senado tem sido tão criticado, com matérias como essa sendo aprovadas, a gente tem que explorar muito, a gente tem que falar muito para o nosso povo: olhem a entrega que nós estamos fazendo. Demorou? Demorou. O processo legislativo é lento? É. Mas eu acho que todos nós hoje precisamos colocar em nossas redes sociais e celebrar essa conquista.

E eu faço coro aqui ao nosso Senador Rodrigo para que a gente já mande imediatamente para o Plenário, em regime de urgência.

Parabéns ao autor!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente, posso...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Como Relator.) – Só por uma questão de justiça com o Senador Flávio Arns, eu quero dizer que ele não está presente aqui, porque sua esposa está passando por uma intervenção cirúrgica muito séria e ele teve que ficar em Curitiba. Ele me ligou me pedindo que fizesse a relatoria em seu nome, mas vamos deixar muito claro que todo o trabalho da relatoria foi do Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – E, por sinal, um excelente relatório.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 18, da CAE.

A matéria vai ao Plenário.

Em votação o pedido de urgência ao item 3 da pauta, Projeto de Lei nº 795, de 2024.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o pedido feito pelo Senador Rodrigo Cunha permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai a Plenário.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 4849, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito, para determinar a divulgação, pelos gestores de banco de dados, da metodologia adotada na estimativa da pontuação de crédito de pessoas naturais e jurídicas, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas, acolhendo parcialmente a Emenda nº 1, e contrário as Emendas nºs 2 e 4.

Observações:

1. Em 6/6/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do senador Carlos Viana.

2. Em 26/02/2024, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do senador Mecias de Jesus.

3. Em 13/3/2024, foi apresentado o Requerimento nº 32/2024, de autoria do senador Carlos Viana, de destaque para votação em separado da Emenda nº 1.

1. Foram apresentadas as Emendas nºs 1, 2 e 4.

2. A Emenda nº 3 foi retirada pelo autor.

3. Foram apresentados os Requerimentos nºs 32 e 49, de 2024, de autoria do Senador Carlos Viana, de destaque para votação em separado das Emendas nºs 1 e 4.

Concedo a palavra ao Senador Laércio Oliveira para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente Vanderlan Cardoso.

Cumprimento mais uma vez todos os meus colegas Senadoras e Senadores aqui presentes.

Esse é um tema extremamente importante. Vou fazer um relatório longo, porque cabem alguns esclarecimentos e o texto foi produzido com muito cuidado, ouvindo a todos, conversando com muita gente, inclusive com o autor do projeto, o Senador Ciro Nogueira, que me ajudou também, fazendo diversas conversas. É um tema importante, importante para a sociedade. E esta Comissão tem um papel fundamental de trazer esse ambiente confortável para a sociedade brasileira.

Eu vou ao meu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 4.849, que é composto por apenas dois artigos.

O art. 1º modifica o inciso IV do art. 5º da Lei 12.414, de 2011, para estabelecer que é direito do cadastrado conhecer a metodologia adotada na estimativa de sua nota ou pontuação de crédito e os principais elementos e critérios considerados para a análise de risco, inclusive o modelo matemático ou estatístico utilizado na análise.

Ademais, acrescenta o §9º ao mesmo art. 5º da lei anteriormente citada, para dispor que o Conselho Monetário Nacional regulamentará o disposto no inciso IV do *caput*, de forma a garantir o máximo de transparência possível na estimativa da pontuação de crédito de cada pessoa natural ou pessoa jurídica.

Já o art. 2º fixa a cláusula de vigência da proposição, ao determinar que a lei resultante, em caso de aprovação da matéria, entrará em vigor na data de sua publicação.

O autor do projeto, na justificativa, argumenta que, com a aprovação da inclusão automática de informações sobre adimplemento de obrigações de consumidores e tomadores de crédito em banco de dados, o chamado Cadastro Positivo, e a entrada no mercado de crédito das *fintechs*, que tendem a utilizar as informações do Cadastro Positivo para selecionar os tomadores de crédito, crescerá a importância do *score* ou pontuação de crédito, estimado por gestores de bancos de dados.

Como a lei garante o direito do cadastrado no banco de dados de conhecer os principais elementos e critérios considerados para a análise de risco, resguardado o segredo empresarial, entende o nobre autor que esse ponto precisa ser aperfeiçoado para garantir a maior transparência possível no tratamento das informações pessoais utilizadas para estimar a pontuação de crédito.

Em 6 de junho de 2023, foi apresentada a Emenda nº 1, do Senador Carlos Viana, que prevê a inclusão no próprio inciso IV do art. 5º de prazo para inclusão, retirada e atualização do banco de dados.

Em 26 de fevereiro de 2024, foi apresentada a Emenda nº 2, do Senador Mecias de Jesus, para incluir inciso VII ao art. 6º da mesma lei, com o intuito de estabelecer que ficam os gestores de bancos de dados obrigados, quando solicitados, a fornecer ao cadastrado calculadora eletrônica, acessível através da internet, que forneça a nota ou pontuação de crédito a partir das informações do cadastrado.

Em 27 de fevereiro, foi apresentada a Emenda nº 3, que foi retirada, conforme requerimento do próprio autor, Senador Izalci Lucas.

Em 13 de março, o Senador Carlos Viana apresentou o Requerimento nº 32, de 2024, de destaque, para votação em separado da Emenda nº 1, de sua autoria.

Em 22 de abril, o Senador Carlos Viana apresentou a Emenda nº 4, para acrescentar o art. 71-A na Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, com o escopo de penalizar os bancos de dados de correntistas ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cadastros que não eliminarem as informações negativas referentes a eventos ou litígios ocorridos há mais de cinco anos.

Dessa forma, reelaboramos o nosso parecer apresentado em 18 de dezembro de 2023.

Vou à análise, Sr. Presidente, adiantando aqui alguns pontos.

No mérito, acreditamos que a maior transparência permitirá maior controle social sobre esse mecanismo de atribuição de nota de crédito.

Devemos observar que já não é permitido o uso de dados sensíveis para a atribuição de nota ou escore de crédito. Esses dados compreendem informações sobre etnia e orientação sexual, entre outras.

Além disso, cabe observar que são direitos do cadastrado: i) obter o cancelamento ou a reabertura do cadastro, quando solicitado; ii) acessar gratuitamente, independentemente de justificativa, as informações sobre ele existentes no banco de dados, inclusive seu histórico e sua nota ou pontuação de crédito, cabendo ao gestor manter sistemas seguros, por telefone ou por meio eletrônico, de consulta às informações pelo cadastrado; iii) solicitar a impugnação de qualquer informação sobre ele erroneamente anotada em banco de dados e ter, em até dez dias, sua correção ou seu cancelamento em todos os bancos de dados que compartilharam a informação; iv) conhecer os principais elementos e critérios considerados para a análise de risco, resguardado o segredo empresarial; v) ser informado previamente sobre a identidade do gestor e sobre o armazenamento e o objetivo do tratamento dos dados pessoais; vi) solicitar ao consulente a revisão de decisão realizada exclusivamente por meios automatizados; e vii) ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados.

É oportuno também observar que os gestores de bancos de dados são obrigados, quando solicitados, a fornecer ao cadastrado: i) todas as informações sobre ele constantes de seus arquivos, no momento da solicitação; ii) indicação das fontes relativas às informações, incluindo endereço e telefone para contato; iii) indicação dos gestores de bancos de dados com os quais as informações foram compartilhadas; iv) indicação de todos os consulentes que tiveram acesso a qualquer informação sobre ele nos seis meses anteriores à solicitação; v) cópia de texto com o sumário dos seus direitos, definidos em lei ou em normas infralegais pertinentes à sua relação com gestores, bem como a lista dos órgãos governamentais aos quais poderá ele recorrer, caso considere que esses direitos foram infringidos; e vi) confirmação de cancelamento do cadastro, conforme a redação dada pela Lei Complementar 166, de 2019, que modificou a Lei 12.414, de 2011.

É oportuno assinalar que o prazo para o atendimento das informações listadas nos direitos do cadastrado é de dez dias, conforme o §2º do art. 6º da Lei 12.414, de 2011. Dessa forma, consideramos que a Emenda nº 1, CAE, apenas coaduna o disposto no inciso IV do art. 5º com o disposto no §2º do art. 6º da Lei 12.414, de 2011, e deve ser parcialmente acatada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todavia, os modelos, bem como os dados globais, são enquadrados no que se denomina de "segredo industrial". As empresas que realizam essas avaliações não divulgam seus modelos. Ou seja, não se admite que as empresas que prestam esse serviço sejam obrigadas a apresentar o seu modelo matemático ou estatístico. Distintas empresas que ofereçam esse serviço podem construir modelos que são proprietários e são usados para avaliar o risco de cada tomador de empréstimo – seja pessoa física ou jurídica.

A Lei nº 12.414, de 2011, a Lei do Cadastro Positivo, como ficou conhecida, assim como a Lei nº 13.709, de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a famosa LGPD, determinam a observância dos segredos comercial e industrial quando da sua aplicação. A LGPD, ao mesmo tempo em que prevê o direito do titular à informação e à transparência, também estabelece limites no que tange ao segredo empresarial.

Isso porque os segredos comercial e industrial das empresas são valores jurídicos protegidos por lei, não só no Brasil, mas em todo o mundo civilizado. Trata-se de informação valiosa mantida em sigilo pela empresa, pois se a concorrência tivesse acesso a esta informação confidencial, esse compartilhamento seria prejudicial para o negócio.

Ainda que a atividade legislativa não esteja circunscrita pela jurisprudência, mas tão somente pelos ditames constitucionais, cabe considerar que o Superior Tribunal de Justiça reconheceu que fórmulas matemáticas e modelos estatísticos naturalmente não precisam ser divulgados. Assim, o PL necessita de adequação, até mesmo para que leve em consideração a promulgação da LGPD, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Cumpre esclarecer que a LGPD representa uma mudança no paradigma do tratamento de dados no país, visto que trouxe para o arcabouço legal uma estruturação do conteúdo jurídico da proteção de dados. Até então, o assunto era tratado pelo ordenamento jurídico brasileiro com base na Constituição Federal, que dispõe sobre a privacidade; no Código Civil, que tem previsões sobre os direitos da personalidade; na Lei do Cadastro Positivo e no Marco Civil da Internet.

A referida Lei nº 13.709, de 2018, estabelece que as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar, dentre outros princípios, o do livre acesso, que garante aos titulares a consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais, e o da transparência, que consiste na garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial.

Da mesma forma, o art. 9º da lei determina que o titular tem direito ao acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados, que deverão ser disponibilizadas de forma clara, adequada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e ostensiva acerca de, entre outras características previstas em regulamentação para o atendimento do princípio do livre acesso, ou seja: (i) finalidade específica do tratamento; (ii) forma e duração do tratamento, observados os segredos comercial e industrial; (iii) identificação do controlador; (iv) informações de contato do controlador; (v) informações acerca do uso compartilhado de dados pelo controlador e a finalidade; (vi) responsabilidades dos agentes que realizarão o tratamento; e (vii) direitos do titular.

Especificamente sobre o direito do titular, a LGPD dispõe que o titular dos dados pessoais tem direito de obter do controlador, em relação aos seus dados por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição, dentre outros direitos, o acesso aos dados, bem como o direito de solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade, desde que observados os segredos comercial e industrial. Em caso de não oferecimento de informações em observância aos segredos comercial e industrial, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados poderá realizar auditoria para verificação de aspectos discriminatórios em tratamento automatizado de dados pessoais.

Assim, tanto a redação atual do inciso IV do art. 5º da Lei do Cadastro Positivo, que atribui como direito do cadastrado conhecer os principais elementos e critérios considerados para a análise do seu risco, resguardado o segredo empresarial, como a LGPD, que estabelece como parâmetro a observância dos segredos comercial e industrial, reconhecem a importância da preservação de tais segredos.

Aliás, a LGPD faz menção à necessidade de observância aos segredos comercial e industrial em 13 dispositivos, tendo inclusive atribuído à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, expressamente, a necessidade de zelar pelos segredos comercial e industrial, observada a proteção de dados pessoais e do sigilo das informações, quando protegido por lei ou quando da quebra do sigilo violar, dentre outros valores: o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação; a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor.

A Lei nº 12.414, da mesma forma que prevê ao titular os direitos à informação e à transparência, estabelece limites no que tange ao segredo empresarial, razão pela qual propomos nova redação ao inciso IV do art. 5º, para preservar a observância dos segredos comercial e industrial.

E aí eu transcrevo aqui, Sr. Presidente, o texto com a nova redação.

O PL em comento propõe alterar a redação do inciso IV do art. 5º acima transcrito. Aí coloco aqui o texto que é conhecido por todos; não preciso ler.

Com a emenda proposta, mantemos a inclusão do §9º ao art. 5º, como proposto pelo PL, acatamos parcialmente a Emenda nº 1, de autoria do meu colega, Senador e amigo, Carlos Viana, e rejeitamos as Emenda nºs 2 e 4.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nosso ver, a Emenda nº 2, além de contrariar a necessária proteção do segredo empresarial, traria custos elevados e desnecessários.

Cabe ainda refletir que o gestor investe anos e um grande volume de recursos para chegar a modelos exclusivos. É esse esforço de trabalho e desenvolvimento que merece a cobertura legal, na linha da proteção à inovação, bem como do princípio constitucional da livre iniciativa, previsto na Constituição Federal.

Sempre devemos observar que, na ausência de um cadastro positivo e de modelos de risco eficientes, na média, o pagador adimplente subsidia o pagador inadimplente.

Na comparação internacional, observamos que a principal preocupação dos legisladores no exterior tem sido no sentido de que as agências de classificação de risco não sejam lenientes e, dessa forma, não prejudiquem os poupadores e investidores.

No que concerne à Emenda nº 4, a Lei do Cadastro Positivo prevê que o órgão regulamentador pode aplicar sanções aos gestores de banco de dados, e, além disso, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) já versa, em seu art. 73, o seguinte: "Art. 73. Deixar de corrigir imediatamente informação sobre consumidor constante de cadastro, banco de dados, fichas ou registros que sabe ou deveria saber ser inexata. Pena: detenção de um a seis meses ou multa".

Nesse sentido, o mérito da proposta trazida pela referida emenda já fora contemplado no código aludido.

Vou ao voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 4.849, de 2019, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1 – CAE e pela rejeição das Emendas nº 2 e nº 4 – CAE, com a seguinte emenda...

E aí eu transcrevo as emendas corrigidas.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Lido o relatório, passo à discussão da matéria.

Senador Carlos Viana com a palavra.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Para discutir.) – Bom dia ainda, não é, Presidente? Não almoçamos... Então, ainda é bom dia a todos que nos acompanham.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer ao Senador o acatamento da nossa emenda, ainda que em parte, mas importante; dar os parabéns pelo relatório, bem completo, e demonstrou um trabalho bem firme da equipe, em profundidade.

Mas, antes de partirmos para o destaque da Emenda 4, eu gostaria de pedir ao Relator para avaliar o acatamento, pelo seguinte motivo: nós temos, dentro da relação de bancos consumidores, duas formas de relacionamento. Uma pelo Serasa, que é o órgão que faz os apontamentos, no caso de pagamentos em atraso... Agora temos também a questão da média, da pontuação, que nós aprovamos no Congresso, mas existe uma outra lista, que é a chamada "lista negra dos bancos", que não são os apontamentos formais da Serasa. É uma lista em que o banco pode se recusar, inclusive, a dar crédito.

Eu vou citar aqui, explicitamente, o Banco do Brasil.

O Banco do Brasil tem um sistema em que – você, por exemplo, ficou com uma dívida no banco, pagou aquela dívida por meio de uma empresa de cobrança, um ativo, que eles vendem para empresa de ativos – retira o seu nome do Serasa, mas você fica impedido no banco de ter novo crédito. Há uma lista negra que circula por fora dos apontamentos.

Então, essa emenda propõe que essa lista seja proibida. Então, na eventualidade de o Banco do Brasil, por exemplo... E eu falo isso por mim mesmo, vivi isso dentro da instituição, que é uma instituição séria. O Banco do Brasil é uma referência para todos nós brasileiros, mas tem esse critério interno. Se você fez o pagamento de uma dívida por meio de uma empresa de ativos, o banco não lhe concede novos créditos, ainda que isso tenha acontecido 15 anos, 20 anos passados.

Então, essa Emenda nº 4 vem para deixar claro que essa lista negra, ainda que fora dos apontamentos, não é permitida na relação. Pagou, acabou; os bancos têm que zerar a ficha. Por isso, a minha insistência em conversar com o Relator, para a gente ver o acatamento dessa emenda, e, depois, se não, a gente pedir a votação, o destaque dela, porque eu a considero importante para a gente, vamos dizer assim, deixar mais transparente a relação com o sistema bancário.

Obrigado, Presidente,

Parabéns, mais uma vez!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – O Relator, meu amigo Laércio, Senador como sempre atuante, demonstrou aqui um grande conhecimento do assunto. Eu prestei bastante atenção no relatório que foi apresentado e também queria uma explicação de V. Exa.

O objetivo geral do projeto é muito importante, é um projeto que busca dar uma proteção ao consumidor, dando a ele a principal ferramenta de defesa que ele pode ter, que é informação. Então, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente parte daí. No entanto, acredito que foi uma emenda de V. Exa. mesmo que fala sobre retirar a informação do cálculo matemático do acesso ao consumidor.

Eu sei que há uma preocupação com a informação confidencial da empresa, com o sigilo empresarial, mas, nesse caso, a minha dúvida é: eu mesmo, como cidadão, não teria o direito? Não é um terceiro solicitando, sou eu como cidadão. Tenho um *score* baixo, quero identificar por que e faço uma pergunta, faço outra, tenho várias informações que não batem com o que estão dizendo ou, então, que eu atenda aquela expectativa. No entanto, o banco vai dizer: "Olha, infelizmente, é sigiloso, não posso dizer como é que eu cheguei a essa nota".

Então, de todas as informações que foram prestadas aqui, isso me gerou uma preocupação, porque – inclusive acho que já estava assim antes –, e, retirando isso, fragiliza o consumidor ao não permitir que ele tenha acesso a algo que ele possa sanar, com que possa concordar ou não, porque, deixando isso à margem, principalmente dos bancos, acredito que não vem fortalecer – o intuito geral era este: fortalecer – o consumidor. Agora, se for um terceiro solicitando, aí é questão de concorrência, isso e aquilo outro, tudo bem, mas, numa situação individual, eu gostaria de saber se era esse o sentido mesmo de criar uma proteção. Que a LGPD venha, sim, dar uma proteção aos dados, mas não aos meus próprios dados. Aquilo que for sobre mim, eu quero saber tudo, de trás para frente, de cima para baixo, balançando; eu tenho que saber tudo para identificar se eu concordo ou não.

Então, essa parte da informação confidencial é válida, no meu ponto de vista, mas, neste caso, não se sobrepõe ao meu direito individual de ter a certeza do que eu estou sendo avaliado. Então, tem esses dois pontos. O Senador Carlos Viana trouxe um outro ponto de uma emenda específica. No meu caso, é mais um esclarecimento. Não sei se é isso. Se for algo que possa ser revisto, se precisar de um pouco mais de tempo ou não, eu confio demais no crivo de V. Exa.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Então, esse é um ponto importante.

Na mensagem e na emenda apresentada pelo Senador Carlos Viana, o banco pode não ter a obrigação de dar crédito, o crédito é discricionário, dá ou não dá. Agora, tem que dizer porquê e o motivo tem que ser justo.

Sobre essa lista negra, que já é um problema, o maior crime, Senador Carlos Viana, é o que existe na prática: um repasse de informações. Não é só porque o banco tem a sua informação – que você estava negativado oito anos atrás – e não retira aquilo. A questão é repassar essa informação para uma outra instituição financeira, nesse mercado paralelo, para evitar com que você consiga crédito em outro lugar.

Então, basicamente, esse ponto, Relator, se puder esclarecer, ficarei grato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Quero lhe cumprimentar, Senador Rodrigo. Eu acho que esta discussão, este debate é muito qualificado pela qualidade do seu mandato. Você tem um viés muito voltado para a defesa do consumidor.

Gostaria de enaltecer também a sempre boa disposição do Senador Carlos Viana em trazer discussões importantes para esta Comissão e para as outras em que atuamos.

Com referência ao argumento apresentado na Emenda nº 4 pelo Senador Carlos Viana e ao não acolhimento da emenda proposta por ele – ele apresentou mais uma emenda que foi acolhida parcialmente –, foi tão somente porque a gente identificou que o Código de Defesa do Consumidor já trazia aquilo que V. Exa. desejava inserir no texto.

Então, acho que cabe, apenas, neste momento, a gente fazer uma reflexão. Da minha parte, eu não tenho nenhuma dificuldade com referência a esse assunto, porque eu sei da sua boa intenção, eu sei que esse projeto também é importante. Nós precisamos entregar esse direito à sociedade, ao cidadão e à cidadã como um todo, mas o não acolhimento da Emenda nº 4 é tão somente por isso.

Eu fiz questão de, no próprio texto, Senador Rodrigo, transcrever o art. 73, na íntegra, como está no Código de Defesa do Consumidor. A emenda apresentada pelo Senador Carlos Viana me parece que tem similaridade, no meu entender, no nosso entendimento, com aquilo que está no Código de Defesa do Consumidor. Já que tem uma lei que trata disso e cita, claramente, por que não seguir aquilo que já está posto?

Então, com referência ao não acolhimento, é só por causa disso. Confesso que eu tenho muita dificuldade de rejeitar emenda de qualquer colega meu, porque eu entendo que a emenda traz um enriquecimento ao texto.

Com referência ao argumento que V. Exa. coloca aqui também de ter acesso à metodologia dos cálculos, V. Exa. acompanhou muito bem o relatório – volto a dizer, porque é um assunto da sua área de atuação e V. Exa. faz muito bem isso – V. Exa. percebe que a natureza do projeto que nasce das mãos e da inteligência do Senador Ciro Nogueira é proteger o cidadão como um todo. No discorrer do texto todo eu fiz questão de pontuar parágrafo por parágrafo, para que houvesse clareza de todos que acompanham a gente, de que o projeto visa melhorar a relação do cidadão com essas instituições financeiras como um todo. Adentrar na metodologia daquilo que foi produzido e construído como patrimônio das empresas que formulam esses programas, a gente entende que isso é um excesso da nossa parte. Como Relator, eu entendi que é uma invasão daquilo que não me compete fazer. Por isso que me recolhi ao ponto de reconhecer que o programa pertence ao banco e ele não tem esse direito nenhum de abrir para o consumidor. Por isso que, na parte do texto, protegi bem esse direito também do outro lado.

Então, são esses os argumentos que eu quero apresentar para V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero acrescentar mais uma discussão aqui, e eu queria que o Senador Carlos Viana me acompanhasse nessa questão.

Eu tenho discutido com alguns colegas aqui, Rodrigo, um problema que nós enfrentamos como pessoas publicamente expostas. Não sei se vocês já viveram essa situação, mas, recentemente, eu vivi uma situação como essa e fiquei muito constrangido. Eu fui fazer o financiamento de um veículo, e, uns cinco dias depois, a pessoa chegou para mim e disse "não, infelizmente, você não pode, o crédito não foi oferecido a você". E eu questionei, eu disse "eu queria saber a razão de o crédito não ser oferecido". Aí a pessoa me disse "não, porque você é classificado como pessoa publicamente exposta, e a pessoas enquadradas dentro desse requisito a nossa instituição não oferece crédito".

Eu fiquei muito chateado com esse negócio, e tenho conversado com alguns colegas. A gente precisa fazer um reparo sobre esse aspecto. Talvez até fosse interessante ter acrescentado nesse projeto algo nesse sentido, mas talvez merecesse um aprofundamento melhor. Por isso que eu não quis tocar nesse assunto. Mas, já que o tema tem uma correlação, eu queria colocar mais esse tempero nessa discussão nossa aqui.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Para discutir.) – O senhor me permite, Presidente?

Essa questão da pessoa publicamente exposta é algo que nós precisamos rever. Por exemplo, qualquer cidadão pode comprar até US$10 mil livremente, porque a legislação brasileira permite isso. Nós não podemos comprar US$100, porque a gente vai comprar, mas é tanta ficha que tem que preencher que a gente desanima. E isso tem sido uma constante.

O financiamento, esse do carro... O banco fala "não, você é político, eu não vou te dar financiamento". Não tem cabimento isso.

E eu tenho um projeto de lei, que eu apresentei, o 4.889, de 2023, exatamente fazendo correção, porque, dentro do parâmetro que está liberado para a sociedade, não tem sentido negar crédito ou nos pedir qualquer documento. Se qualquer cidadão pode comprar até US$10 mil, por que nós temos que apresentar documentação extra para comprar US$100?

Então, esse projeto meu está aqui, na Casa, porque, claro, se eu chegar lá e falar "eu quero comprar US$50 mil", "espera aí, o senhor vai ter que dizer de onde vem o dinheiro". Aí é qualquer pessoa, não é porque você é político. Mas você chegou, é um problema. E essa negativa de crédito seria interessante mesmo a gente criar, e até sugiro... Não tem por que o banco, por ser publicamente exposto, ele tem que dizer o porquê, como disse o Presidente Rodrigo. Concordo plenamente.

Agora, Laércio, na questão da minha emenda, hoje, por exemplo, se você... Eu volto a dizer: está no Código o cadastro público e privado, mas essa lista dos bancos existe e não está prevista nesse código.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entra-se nessa questão de o banco ter ou não direito, mas, por exemplo, se você vai ao Banco do Brasil pedir um crédito, e você teve uma dívida com o banco há 20 anos, 15 anos, o banco vai e fala assim: "não, eu não te dou crédito, porque você já teve uma dívida comigo". Essa lista negra existe nos bancos, e aqui a gente amplia o que já está no Código de Defesa do Consumidor; não repete, mas apenas amplia o direito de defesa da pessoa. Se você já pagou, o banco já teve aquilo como ativo, porque o prejuízo foi sanado na venda do crédito.

Acredito que seria interessante. Agora, se V. Exa. entender que não, naturalmente a gente pode, posteriormente, apresentar um outro projeto para a gente caminhar para o encerramento.

Eu vou manter o destaque até para a gente poder dar sequência ao trabalho, porque aqui a gente aproveita o projeto e já amplia essa lista

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Senador Laércio, V. Exa., trazendo um outro tema, já estava fazendo a próprio punho uma emenda aqui, porque de fato as pessoas publicamente expostas têm grandes dificuldades. Então, que seja uma opção, se eu quiser retirar isso e quiser me expor. Acredito que é algo que pode ser alterado, mas, por economia processual e celeridade, vamos dar sequência.

Então, acredito que as discussões estejam encerradas...

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Mas eu estou plenamente de acordo com a sua emenda, viu? Assino embaixo, porque eu já ia pedir ao Senador Carlos Viana que me permitisse ser Relator do 4.889, porque a gente precisa enfrentar.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Perfeitamente! Perfeitamente.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – A gente precisa enfrentar isso aqui, Rodrigo.

Eu acho que fica melhor em suas mãos, porque você tem mais conhecimento sobre o tema, mas esse é um assunto que a gente precisa acolher.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Não, é terrível! Você está numa fila, enfrentando uma fila, lá na casa de câmbio... Eu enfrento filas, eu não furo fila. Eu gosto, eu respeito. Aí, a pessoa pega a sua documentação e tal; aí, volta a pessoa, vermelha, igual a um pimentão, olhando para você com aquela cara de: "estelionatário" – como se fosse assim – "estou diante de um bandido". E fala: "Olha, há uma restrição aqui no seu CPF; o senhor vai ter que preencher esses documentos". Aí, me tira quatro folhas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – E, quando é educado, diz: "procure a Receita Federal", alguma coisa assim.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Aí, na fila, já fica todo mundo assim: "pronto, é político, já está com a ficha suja, já tem carimbo na ficha dele". E, graças a Deus, mão limpa.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Eu acho que o projeto – e eu estou sendo repetitivo nesse quesito – busca exatamente oferecer ao cidadão um tratamento melhor nessa relação do crédito dele.

De fato, se V. Exa., Senador Carlos Viana, não enxerga que o que está escrito no Código de Defesa do Consumidor atende ao desejo de V. Exa. quando fez a emenda, da minha parte a intenção ao relatar o projeto é oferecer ao cidadão essa segurança que ele precisa. Então, se o seu texto é um texto...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Complementar.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – ... complementar ao que foi colocado na relatoria, Senador, eu não tenho nenhuma dificuldade de acolher o texto e trazê-lo para dentro da relatoria que fiz.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Senador Laércio, é isso que a gente aprende nos cursos de Direito: o *animus* do legislador. Então, estamos aqui com o legislador que escreveu o artigo dizendo "não é bem isso que eu quis dizer; é algo mais", e V. Exa., como um grande ouvinte e um bom receptor de mensagens que contribuem, não poderia achar um resultado diferente. Então, parabenizo-o.

E vamos dar sequência para a gente aproveitar o resto da sessão.

Então, sendo assim, coloco em votação o relatório apresentado, com a Emenda nº 4, do Senador Carlos Viana, sendo acatada no relatório. Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas 4, 5 e 6, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1, e contrário à Emenda nº 2.

A matéria vai à tramitação da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Defesa do Consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, antes, aqui, eu gostaria de solicitar à Mesa que sejam inseridos na próxima sessão... São alguns projetos que já estão com pareceres apresentados há algum tempo, e, inclusive, este aqui é um pedido para ser inserido na pauta pelo autor, do Senador Flávio Arns, que é o Projeto de Lei 2.440, de 2023, e dois outros projetos, o PL 4.108, de 2019, e o PL 2.620, de 2019. São projetos – até em busca de produtividade e eficiência, que é marca desta Comissão – para que a gente possa votar já na próxima sessão.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O item dois... O PL 299 era o último item da pauta, item 7 da pauta, e está sob a minha relatoria. O autor, o Senador Paulo Paim, solicitou a retirada do projeto temporariamente, para voltar daqui a duas semanas – viu? –, para alguns ajustes. O relatório está pronto, mas o próprio autor está solicitando que a gente reapresente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Perfeito.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Então, solicito a retirada da pauta de hoje e peço o retorno na primeira sessão já logo após a semana do feriado – a inserção em pauta do 299 –, para que a gente possa retornar e votar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Já vi o nosso Presidente balançando a cabeça; então, está o.k.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 299, DE 2023

- Não terminativo -

Modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 – Plano de Benefícios do Regime Geral de Previdência Social - para possibilitar ao beneficiário o direito à desaposentadoria.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Favorável à matéria com uma emenda apresentada.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Presidente Vanderlan. (*Pausa.*)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Pela ordem.) – Esse projeto, Senador Vanderlan – enquanto o senhor se ajeita –, é a questão de desaposentação no Brasil, é fazer justiça com milhões e milhões de trabalhadores brasileiros que contribuíram uma vida toda, se aposentaram... O Supremo Tribunal Federal vem, a cada vez, dificultando mais as correções dos cálculos de aposentadoria. Essas pessoas continuam contribuindo e não têm direito ao período contribuído para melhorar a aposentadoria. Isso é um absurdo! Nós já tivemos uma negativa pelo STF sobre esse assunto porque não havia uma legislação específica sobre a desaposentação, e o Senador Paulo Paim nos trouxe um relatório até já prevendo o início imediato da desaposentação.

O que nós entendemos é que criaria um impacto muito grande nas contas do Governo, mas o que nós fizemos no relatório? Nós criamos períodos em que o Governo passará a reconhecer, para que haja uma programação orçamentária que, de fato, possa ser atendida. Mas nós não podemos negar, em hipótese alguma, que os aposentados brasileiros que continuam trabalhando têm direito à desaposentação, a terem a sua aposentadoria corrigida porque estão contribuindo, ou no mínimo que tenham devolvido o dinheiro que foi recolhido da previdência pós período de aposentadoria. Muito melhor é que a gente os incentive a voltarem a trabalhar, continuar contribuindo com a previdência, e que depois eles tenham esse cálculo respeitado para, quando decidirem efetivamente parar ou não tiverem condições de trabalhar, receberem uma pensão mais digna do que hoje.

É importante reconhecermos esse direito. É um absurdo como foi a decisão do Supremo negando e é mais absurdo ainda a Previdência não reconhecer o direito desses trabalhadores, que depois de 30, 35 anos, dependendo da profissão, continuaram por mais 10, 15 anos, e não conseguem a revisão dos valores. Por isso, a importância de a gente voltar com esse projeto aqui, já na semana posterior, a segunda semana de maio.

Fica reafirmado o meu pedido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Será atendido, Senador Carlos Viana.

Próximo item da pauta.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 1324, DE 2022

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para reduzir a base de cálculo presumida do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas incidente sobre rendimentos da prestação de serviços de transporte de passageiros.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. Em 16/4/2024, foi concedida vista coletiva da matéria.

Relatório: pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta.

Com a palavra, como Relator *ad hoc*, Senador Laércio Oliveira.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Com a sua permissão, eu vou à análise desse Projeto de Lei 1.324, da autoria de V. Exa.

Análise, Presidente.

Fica mantida a análise do relatório até o seu último parágrafo inserindo-se a complementação que segue.

A despeito do elevado mérito da proposta, a análise não estaria completa sem o atendimento aos ditames do art. 14, II, da Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e ao art. 132, §4º da Lei nº 14.791, de 2023, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024. Tais dispositivos exigem apresentação de medidas de compensação caso a proposição legislativa institua renúncia de receitas. Cremos que dois aperfeiçoamentos poderiam ser feitos ao texto do projeto.

Com a aprovação do projeto, foi estimada pelo Poder Executivo uma redução de receitas no valor de R$57 milhões ao ano, conforme Nota Cetad/Coest nº 190, de 23 de novembro de 2023, da Receita Federal do Ministério da Fazenda, *in verbis*:

> 5. Os cálculos foram efetuados com base nas declarações de imposto de renda das pessoas físicas relativas ao ano-calendário de 2022. Foram selecionados os contribuintes que informaram rendimentos isentos no código 24 (Rendimento bruto, até o máximo de 40%, da prestação de serviços decorrente do transporte de passageiros). Para cada contribuinte, foi subtraído de sua base tributável, o valor necessário para que a nova base correspondesse apenas a 20% de seu rendimento bruto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

6. A partir da metodologia adotada, obteve-se os seguintes valores estimados de impacto fiscal negativo (redução de receita), considerando que a medida produzirá efeitos a partir de 01 de janeiro de 2024: R$57 milhões em 2024, R$61 milhões em 2025 e R$64 milhões em 2026.

7. Os cálculos não levaram em consideração a entrada de novos contribuintes na base, em virtude de a atividade de transporte de passageiros se tornar mais atrativa em função do benefício.

Deste modo, para atender a legislação fiscal é preciso ampliar a receita de 2024 em valor equivalente. A partir de 2025, a estimativa da renúncia será prevista na Lei Orçamentária Anual, conforme autoriza o §7º do art. 132 da LDO para 2024.

A medida de compensação, acordada previamente com a assessoria do Ministério da Fazenda, advém da ampliação em 0,1 ponto percentual na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras até o final de 2024. Considerando o princípio da anterioridade no caso da CSLL (noventena), a medida vigorará a partir do quarto mês subsequente ao da publicação da lei.

Por fim, foi acrescido também dispositivo para atender ao mandamento do art. 142, inciso I da Lei nº 14.791, de 2023 (LDO) prevendo que o incentivo em tela terá vigência por cinco anos.

Voto, Sr. Presidente.

Diante do acima exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.324, de 2022, com as seguintes emendas que estão apensadas aqui no nosso texto.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Laércio. (*Fora do microfone.*)

Como a matéria está em discussão e como autor desse projeto, eu quero aqui passar alguns dados simplificados.

Senador Laércio, Senador Carlos Viana, todos aqueles que estão nos assistindo através da TV Senado, na verdade, esse projeto corrige uma distorção absurda que vem ao longo dos anos. Veja bem, nós temos no nosso país cerca de um milhão de motoristas de aplicativos, esse pessoal que atende pelos aplicativos. Taxistas são 400 mil; mototaxistas, 300 mil, e aí vêm os motoristas autônomos de caminhões, de *vans*. A Receita Federal presume, para calcular a base do Imposto de Renda, que 40% é despesa, que esse pessoal tem 40% de despesa, e 60% é lucro, e aplica-se a alíquota do Imposto de Renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse projeto vem corrigir essa distorção, como eu falei, reduzindo para 20%. Para vocês terem uma ideia, Senador Carlos Viana, Senador Laércio, nas transportadoras, a base de cálculo é de 10%, para vocês verem a distorção que há.

Então, quero pedir aqui aos meus pares o apoio ao projeto, nominal, inclusive pediria a autorização de V. Exa., se concordar, já para abrir o painel, para nós ganharmos tempo, devido ao horário, já está bem avançado.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Quem vota com o Relator vota "sim"; e quem não concorda o voto é "não". (*Pausa.*)

Pediria às assessorias dos Deputados e Deputadas que, ao abrir o painel...

Senadores e Senadoras, suas assessorias, peço que votem. Estamos no momento de votação nominal em nossa Comissão, Comissão de Assuntos Econômicos.

Em votação o PL 1.324, de 2022, que altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para reduzir a base de cálculo presumida do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas incidente sobre rendimentos da prestação de serviços de transporte de passageiros.

Senador Carlos Viana, votou?

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Voto dado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Laércio, Senador Otto Alencar – Líder Otto Alencar –, Senador Rogério Carvalho, Senadora Janaína, Senadora Teresa Leitão, Senador Jaime Bagattoli, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Rogerio Marinho, Senador Wilder Morais, Senador Eduardo Gomes. (*Pausa.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Presidente Vanderlan...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Petecão, com a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Eu ia pedir para registrar o meu voto – estava numa ansiedade – a este projeto de sua autoria e de que eu tive o prazer de ser Relator, mas estava presidindo a Comissão de Segurança Pública, porque nós estamos recebendo ali o português que foi abordado no aeroporto. Graças a Deus, está tudo sob controle, com algumas tensões, mas, entre mortos e feridos, salvaram-se todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ressalto a importância deste projeto, porque nós estamos baixando um imposto que é de 60% para 20%, e, com certeza, isso vai ajudar duas classes que, para mim, são da maior importância – pessoas que lutam no dia a dia para sobreviver –, que são os nossos mototáxis e os nossos taxistas.

Então, saio daqui muito feliz por ter tido a oportunidade de vir dar o meu voto "sim" ao projeto.

Quero parabenizá-lo pela autoria. Eu vi o seu esforço e a sua celeridade, para que a gente pudesse hoje estar realizando o sonho dessas duas classes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Petecão, eu quero parabenizar V. Exa., porque V. Exa. foi o Relator deste projeto.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Infelizmente, eu não pude estar aqui, mas quero agradecer ao colega pela leitura do parecer.

Obrigado, Vanderlan.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, amigo.

Senador Petecão, há pouco, eu falava aqui do impacto sobre as pessoas que vão ser beneficiadas com este projeto – só de motoristas de aplicativos, 1 milhão; taxistas, 400 mil; e mototaxistas, 300 mil; além de motoristas de vans e caminhoneiros autônomos.

É interessante que, ao pedir o impacto financeiro, percebemos que ele seria em torno de R$60 milhões ao ano. Por que isso? Tanta gente vai ser beneficiada, mas o imposto é tão alto que o Governo finge que arrecada e muitos fingem que pagam. Então, com essa alíquota, essa base de 20%, com certeza, a arrecadação vai ser muito maior, porque as pessoas vão ter condições de pagar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A quantidade de pessoas beneficiadas que geram emprego, geram renda e estão ali trabalhando para garantir o seu sustento...

Então, parabéns ao nosso Relator! Parabéns ao Laércio, Relator *ad hoc* aqui nesta manhã!

Podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

Podemos encerrar. Peço que encerre aí.

Senador Jaques? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SIM, 16.

O Senador Jaques Wagner votou favorável. Então, quero registrar aqui o voto do Senador Jaques Wagner, Líder do Governo no Senado.

São 17 SIM; nenhum NÃO.

Está aprovado o PL 1.324.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Eu gostaria de fazer um registro aqui.

Esse último voto do Senador Jaques Wagner ajudou na articulação para que a gente pudesse chegar a um entendimento. O Governo flexibilizou para que nós pudéssemos hoje votar esse projeto.

Então, só um sentimento de gratidão, porque eu sou grato às pessoas.

O Senador Jaques Wagner ajudou nessa articulação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com certeza, foi fundamental a participação do Senador, como Líder do Governo, em um projeto importante.

Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Pela ordem.) – Presidente Vandelan, dada a importância do projeto e naturalmente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador, houve um equívoco.

Esse projeto é terminativo aqui na Comissão.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Então, não há necessidade de pedido de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, não há necessidade...

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e oito minutos do dia sete de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Carlos Viana, Izalci Lucas, Sergio Moro, Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire, Marcos do Val, Plínio Valério, Randolfe Rodrigues, Otto Alencar, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Janaína Farias, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Humberto Costa, Jaques Wagner, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda do Senador Beto Faro, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Irajá, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 6233, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre atualização monetária e juros; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1086, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 879-B à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para pacificar o entendimento quanto à incidência de correção monetária e juros de mora no ordenamento jurídico pátrio." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável ao PL 6233/2023, nos termos do substitutivo apresentado, com o acolhimento parcial do PL 1086/2022. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 4, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Campina Grande, Estado da Paraíba, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, destinada a financiar parcialmente o Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Socioambiental de Campina Grande - TRANSFORMA CAMPINA." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei Complementar n° 261, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que "institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte", para determinar a atualização monetária anual da receita bruta para fins enquadramento do Microempreendedor Individual (MEI), da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte para os efeitos da Lei."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 6569, de 2019 (Emenda(s) da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2011) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para conceder preferência às pessoas com deficiência na restituição do imposto de renda." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela prejudicialidade de projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1859, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.153, de 30 de julho de 2015, que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos; prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação; e dá outras providências, para atualizar e aprimorar seus objetivos e princípios, para estabelecer competências do Poder Público e para proibir a pulverização aérea de agrotóxicos nas áreas que especifica." **Autoria:** Comissão de Meio Ambiente. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5395, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alan Rick. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai à CE. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 429, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre as custas judiciais no âmbito da Justiça Federal; cria o Fundo Especial da Justiça Federal (Fejufe); e revoga a Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2620, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Esta Lei institui o Programa Nacional de Atenção ao Paciente Cardiológico – PROCARDIO." **Autoria:** Senador Major Olimpio (PSL/SP). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Favorável ao projeto, com a Emenda nº 2-CAE, e contrário a Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai à CCJ. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 4108, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Marco Legal do Reempreendedorismo por meio da alteração da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência e estabelece o procedimento extrajudicial de encerramento da atividade das microempresas e empresas de pequeno porte, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Favorável à matéria, com sete emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3723, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 11.345, de 14 de setembro de 2006 (Lei da Timemania), e 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (Lei das Loterias), para estabelecer critério para destinação dos recursos oriundos do concurso de prognóstico específico e prever a atualização das entidades desportivas aptas a participarem desse concurso." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Rodrigo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Cunha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAE. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 6012, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios e dá outras providências; e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, que institui e regulamenta o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para assegurar que os recursos do Pronampe sejam permanentes." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 51, de 2024** que: "Requer voto de solidariedade aos habitantes do estado do Rio Grande do Sul, pelo sofrimento avassalador e pelas vidas ceifadas, pela devastação que assola comunidades inteiras e pela urgência em prestar auxílio." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovada a apresentação do Requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Projeto de Lei n° 5002, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Gestão Integral de Risco de Desastres – PNGIRD, o Sistema Nacional de Gestão Integral de Risco de Desastres – SINGIRD e o Sistema de Informações sobre Gestão Integral de Riscos de Desastres – SIGIRD e dá outras providências." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto.

Aprovado, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Observação:** A matéria vai à CCJ. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Projeto de Lei n° 397, de 2024 - Terminativo -** que: "Autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Munícipio, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extremas." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Alan Rick. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório, vista coletiva concedida. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 52, de 2024** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre o volume de pagamentos feitos pelas Prefeituras Municipais ao RGPS mês a mês nos anos de 2022, 2023 e 2024, a fim de se avaliar os primeiros impactos da política de desoneração da folha de pagamentos dos municípios após a edição da Lei n° 14.784/2023." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovada a apresentação do requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/07

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 7 de maio de 2024.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Ofício nº 8.025, de 2024, Presi-BCB, que apresenta relatórios sobre depósitos voluntários remunerados a prazo do primeiro trimestre de 2024.

- Ofício SEI nº 22.514/2024, Ministério da Fazenda, que encaminha, em cumprimento aos arts. 3º e 4º da Resolução do Senado Federal nº 20, de 2004, o relatório de execução do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, referente ao primeiro trimestre de 2024.

- Ofício 7.913, de 2024, que encaminha, em atendimento ao art. 2º da Lei nº 14.185, de 14 de julho de 2021, o relatório sobre depósitos voluntários remunerados a prazo do primeiro trimestre de 2024. O relatório incorpora as informações tanto dos depósitos voluntários remunerados a prazo para fins de política monetária quanto as dos depósitos voluntários mantidos na conta de pagamentos instantâneos, conta PI, de titularidade de instituições financeiras.

- Ofício 24.921, de 2024, Ministério da Fazenda, que informa, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43/2001, a publicação, no sítio do Tesouro Nacional, dos demonstrativos das operações de créditos analisadas no âmbito deste ministério em março de 2024, bem como das tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 14ª Reunião, realizadas em 23/04/2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*. (*Pausa.*)

Prezadas Senadoras e prezados Senadores, gostaria de iniciar a nossa reunião falando da tragédia que estamos presenciando no Rio Grande do Sul.

Os números chocantes mais atualizados que temos são de 90 mortos, 132 desaparecidos, cerca de 300 feridos e quase 1 milhão de habitantes impactados diretamente por essa catástrofe.

Nada que digamos aqui poderá solucionar de imediato toda a dor de milhares de famílias desabrigadas e que tiveram parentes mortos e desaparecidos. Ainda assim, como forma de minimizar todo esse sofrimento e de contribuir com a reconstrução de todas as cidades destroçadas, colocamos esta Comissão à disposição para propor e deliberar novas soluções para a situação atual do Rio Grande do Sul e para evitar que outras venham a ocorrer em nosso país.

Nesse sentido, estamos propondo hoje um requerimento de voto de solidariedade aos habitantes do Estado do Rio Grande do Sul, como forma de deixar registrado e formalizado o compromisso desta Comissão de Assuntos Econômicos e do Senado Federal com a ajuda a todas aquelas famílias que estão em sofrimento e com a reconstrução de suas vidas.

E, também, na reunião de hoje, incluiremos extrapauta o PL 5.002, de 2023, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes e de relatoria do Senador Esperidião Amin, que institui a Política Nacional de Gestão Integral de Risco de Desastres (PNGIRD), o Sistema Nacional de Gestão Integral de Risco de Desastres (Singird) e o Sistema de Informações sobre Gestão Integral de Riscos de Desastres (Sigird).

Trata-se de projeto relevante estruturalmente para situações como esta que lamentavelmente presenciamos atualmente e que tem como foco principal o monitoramento e a prevenção do risco.

A atuação necessária do poder público vai além da pauta de proteção e defesa civil, necessitando de um arranjo institucional entre os órgãos de todos os entes – União, estados e municípios –, com coordenação de políticas públicas correlatas à gestão integral de risco de desastres, em especial aquelas relacionadas a meio ambiente, mudanças climáticas, desenvolvimento urbano e regional, habitação, saúde, educação e segurança.

Parabéns aos nobres colegas responsáveis pela autoria e pela relatoria, Senador Astronauta Marcos Pontes e Senador Esperidião Amin, nosso Relator, que muito acrescenta neste momento, pois, além de ajudar prontamente aos que hoje sofrem de uma catástrofe, nossa função aqui é também a de refletir seriamente e tomar medidas urgentes no sentido da prevenção para evitarmos novas tragédias.

Era o que tinha a registrar.

Boa reunião a todos nós, com o fim das chuvas e a plena recuperação de todos no Rio Grande do Sul.

Item extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 51, DE 2024

Requer voto de solidariedade pela CAE

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

Observações:

Requer voto de solidariedade pela CAE aos habitantes do estado do Rio Grande do Sul.

A votação será simbólica.

Em votação a apresentação do requerimento.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento.

Item extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 13
PROJETO DE LEI N° 5002, DE 2023

Institui a Política Nacional de Gestão Integral de Risco de Desastres – PNGIRD, o Sistema Nacional de Gestão Integral de Risco de Desastres – SINGIRD e o Sistema de Informações sobre Gestão Integral de Riscos de Desastres – SIGIRD e dá outras providências.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

Relatório favorável ao projeto.

Observação: a matéria será apreciada pela CCJ e, em decisão terminativa, pela CMA.

Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin para a leitura de seu relatório.

Com a palavra, Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero apenas explicitar o apoio ao voto de solidariedade aos nossos irmãos do Rio Grande do Sul. Até como vizinho e muito afeiçoado à história, à cultura do Rio Grande do Sul, de vez em quando incomodo aqui declamando alguma coisa de algum autor gaúcho. E, tendo aprendido muito com os amigos e com as pessoas com quem ao longo da vida me relacionei no Rio Grande do Sul, queria apenas tornar explícito o voto que já concedemos de solidariedade ao Rio Grande do Sul e dizer que todos nós temos que levar este compromisso de ajudar no soerguimento, que os próprios gaúchos farão, mas têm que ter o apoio da União e de todos nós, do Senado, da Câmara, como já ficou explicitado.

Então, eu queria apenas deixar explicitada a minha manifestação de irrestrita solidariedade nesse esforço, inclusive porque, como Governador, vivi situação igualmente dramática, em que a economia do Vale de Itajaí, principalmente, chegou a ficar 52 dias parada, com o parque fabril 52 dias embaixo d'água, porque foi uma sucessão de enchentes. Então, tendo passado por isso e tendo contado com a irrestrita solidariedade dos brasileiros, inclusive de comunidades estrangeiras, e do Rio Grande do Sul em particular, é meu dever explicitar essa solidariedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Assim como é motivo de grande satisfação poder relatar o projeto muito bem lançado, já no ano passado, do nosso Senador Astronauta Marcos Pontes, que se baseia numa antevisão deste acidente; em uma pós-visão, com a experiência de tantos outros incidentes climáticos que já vivemos; e numa convicção que o Senador Marcos Pontes, amigo Laércio, tem e publicizou quando nós realizamos, no ano passado, uma sessão de debates temáticos sobre mudanças climáticas, no Senado Federal – até vou pedir para a minha assessoria conseguir um livrinho daquele das mudanças climáticas.

Na p. 19, nós temos um depoimento. Eu creio que Carlos Afonso Nobre é o brasileiro mais habilitado no mundo para falar sobre clima e mudança climática. E ele relembrou, Senador Vanderlan, que, em 1983, há 41 anos – a pedido de um colega do ITA, José Damiani –, ele foi visitar o Governador Esperidião Amin, que estava vivendo a enchente de 1983, essa que eu mencionei. Ele me explicou, pacientemente, o que estava acontecendo, porque nós estávamos tomando uma surra e não sabíamos o que era. Era o El Niño. Ele me explicou o que era o El Niño – a língua de água quente ligando o Equador a Galápagos. Hoje nós temos La Niña e temos o aquecimento do Atlântico Equatorial.

Então, o livro contém exatamente esta lição: olha, infelizmente, as mudanças climáticas vão nos levar a acidentes mais frequentes e mais intensos.

Portanto, o Senador Marcos Pontes fez o que é da obrigação do legislador: estabeleceu a Política Nacional de Gestão Integral de Risco de Desastres, o Sistema Nacional de Gestão Integral de Risco de Desastres e o Sistema de Informações sobre a Gestão Integral de Risco de Desastres.

Portanto, a história mostra – saúdo aqui o Senador Alan Rick, que viveu e testemunhou solidariamente lá os momentos difíceis que o Acre viveu –, e todos nós sabemos, portanto, que a dor ensina a gemer.

O projeto é dividido em 25 artigos, que estão devidamente explicitados no relatório.

Na justificação, o autor da proposição, o Senador Astronauta Marcos Pontes, destaca a crescente frequência, como eu falei, a severidade e o impacto dos desastres no Brasil, tanto de origem natural quanto antrópica, ou seja, produzida pela ação humana. Menciona dados de 2022 que indicam 387 desastres registrados globalmente – então, não é só no Brasil; é um fenômeno global –, afetando 185 milhões de pessoas e causando prejuízos significativos. No Brasil, entre 1991 e 2023, os desastres resultaram em prejuízos de aproximadamente R$267 bilhões e afetaram – certamente o número obriga que a gente entenda que o foi repetidamente – 239 milhões de brasileiros por incidente, ou seja, como se fala em passageiros.

Também é citado o estudo da Conferência Nacional de Municípios, recentemente divulgado, que revela que 93% das cidades brasileiras foram atingidas por desastres climáticos nos últimos dez anos, impactando diretamente mais de 4,2 milhões de pessoas.

O objetivo do projeto é estabelecer uma abordagem abrangente e sistêmica para a gestão de riscos de desastres, propondo princípios, diretrizes, objetivos e instrumentos para a Política Nacional de Gestão Integral de Risco de Desastres, igualmente o Sistema Nacional e, finalmente, o Sistema de Informações sobre Gestão Integral de Riscos de Desastres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A proposta visa assegurar qualidade de vida e desenvolvimento sustentável, alinhando-se ao Marco de Ação de Sendai, do qual o Brasil é signatário.

Afirma-se que a Política e o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, estabelecidos pelas Leis nº 12.608, de 2012, e nº 12.340, de 2010, concentram-se na resposta a desastres, incluindo prevenção, preparação, resposta imediata e recuperação de áreas afetadas.

Veja que hoje nós vamos apreciar um projeto de decreto legislativo proposto pelo Presidente da República e já aprovado pela Câmara que vem ao encontro desta ação, no caso, reativa.

O projeto de lei busca complementar o que nós já temos, focando na gestão integral do risco de desastres, com o objetivo de evitar a transformação de eventos adversos em grandes desastres.

A matéria foi distribuída às Comissões de Assuntos Econômicos – estou retificando aqui –; Constituição e Justiça; e Meio Ambiente, nesta última, em decisão terminativa.

Nos termos do art. 99, compete à CAE opinar sobre aspectos econômicos e financeiros das matérias que lhe sejam encaminhadas.

Neste sentido, os desastres naturais representam uma ameaça significativa e crescente para o desenvolvimento sustentável, com impactos abrangentes sobre as economias, as sociedades e os ecossistemas. A frequência e intensidade desses eventos têm aumentado devido às mudanças climáticas, conforme já resumi.

Economicamente, desastres causam prejuízos imediatos substanciais, destruindo infraestruturas essenciais, como estradas, pontes, escolas e hospitais, o que demanda investimentos significativos em reconstrução. Além disso, afetam negativamente a produção agrícola e industrial, reduzindo o PIB e aumentando a volatilidade econômica. O Governo tem que mobilizar recursos significativos para responder a desastres naturais, incluindo operações de resgate, reconstrução e programas de apoio à população afetada, que pode levar a um aumento nos gastos públicos e desviar recursos de outras áreas importantes. A frequência, repito, e a severidade dos desastres naturais também podem aumentar os prêmios de seguros e influenciar a percepção de risco no mercado financeiro, afetando investimentos e a estabilidade econômica.

Socialmente, os desastres naturais causam deslocamentos massivos de populações...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... frequentemente resultando em crises humanitárias duradouras.

Ambientalmente, os desastres exacerbam a perda de biodiversidade e degradam ecossistemas essenciais, como florestas e recifes de coral, o que pode ter efeitos cascata em várias formas de vida e serviços ecossistêmicos vitais. Essas alterações não apenas comprometem a capacidade dos ecossistemas de suportar a vida humana e animal em geral, mas também reduzem sua capacidade de se recuperar de futuros eventos extremos.

O PL – eu concluo – vem, em boa hora, para atualizar a legislação sobre o assunto, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

incorporar o conceito internacionalmente aceito de "gestão integral de risco de desastres", mais abrangente que o de "proteção e defesa civil". A meritória proposição do Senador Astronauta Marcos Pontes não se limita a responder às situações de desastre, como tem sido a tradição brasileira.

Veja que nós estamos já discutindo, entre nós, uma espécie de PEC, um orçamento de guerra similar ou derivado da ideia vitoriosa do orçamento de guerra, assim chamado, na pandemia, para dar a seguinte diretriz: aquilo que o Governo gasta numa emergência não é inflacionário, porque isso não aumenta a sua despesa fixa. Foi o que aconteceu na pandemia. Torcemos para que a reação da economia seja a mesma, e o zelo pela aplicação seja tão bom quanto foi o conjunto de recursos que este Senado e a Câmara dos Deputados disponibilizaram para fazer face à pandemia.

Portanto, não se trata de uma burocracia adicional, mas de um sistema de coordenação entre as diversas políticas setoriais.

É uma coisa organizacional, de sinergia, de ação conjunta, em que um, mais um, mais um não resulta em três; resulta em quatro ou cinco. Ou seja, potencializa os efeitos do que nós podemos fazer.

Eu só queria concluir, Presidente. Casualmente, hoje, às 5h da manhã, eu li, neste livro que fala sobre inteligência artificial, uma frase que eu gostaria de acrescentar, para que nós reflitamos: os nossos cérebros ainda têm, no seu arcabouço... Se bem que o arcabouço é lá na amídala reptiliana, que nos assegura que nós temos essa origem, nós geralmente damos muito mais importância a uma ameaça física – aquele sujeito que está com uma faca; eu me preparo – do que à consciência de que a mudança climática está nos levando a desastres mais frequentes e mais severos.

Nosso cérebro não colocou isso na sua linha de produção e de operação.

Ele diz, assim, que os nossos cérebros pré-históricos geralmente são inúteis para lidar com ameaças amorfas como essas das mudanças climáticas; elas não têm vida. Elas não são um sujeito esperando com um fuzil ou com uma faca na esquina, ameaçando a tua casa, invadindo, ou seja, o nosso cérebro ainda tem a predominância do raciocínio diante de alguma coisa fática, concreta.

Por isto, eu concluo dizendo: este projeto do Senador Astronauta Marcos Pontes contribui para a nossa educação, para a nossa capacitação para encararmos, com inteligência, um desafio que nós só encaramos no momento da crise. A frequência com que nós nos esquecemos disso...

Eu, que já vivenciei não só enchentes no meu estado, mas vivenciei uma enchente no Piauí, em 1974, quando eu estava organizando a Telepisa... Eu acho que não vai acontecer mais. No fundo, a gente acha: "Olha, aquilo foi uma coisa excepcional; não vai se repetir".

O pior é que vai, e isso é o que consta desse livrinho sobre debates temáticos, *El Niño e os desastres naturais cada vez mais frequentes no Brasil* – e no mundo!

Portanto, meus cumprimentos ao Senador Astronauta Marcos Pontes, que dá mais esta contribuição de inteligência, no sentido amplo da palavra, ao Congresso Nacional, com esse projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria está em discussão.

Senador Sergio Moro, com a palavra. (*Pausa.*)

Senador Alan, o senhor pediu a palavra também?

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente, inicialmente, quero parabenizar o Senador Esperidião Amin. Faço as palavras do Senador Esperidião as nossas, diante do grave momento que o Brasil enfrenta de desastres naturais, de eventos climáticos...

Ao adentrar aqui esta Comissão ele relembrava o que nós, no Acre, passamos nesses primeiros meses do ano de 2024, que vem se repetindo ao longo dos últimos anos. Nós tínhamos cheias, desastres naturais na Amazônia, que se repetiam ao longo de cinco, seis anos de intervalo. Agora, os intervalos estão mais curtos, e praticamente a cada ano nós temos uma grande enchente, uma grande estiagem, como tem acontecido nos estados amazônicos, e esse grande desastre natural agora, essa tragédia humana no Rio Grande do Sul, que precisa da nossa atenção.

Por isso, apresentei a V. Exa. o pedido de inclusão extrapauta do nosso projeto, o relatório ao Projeto de Lei 397, que trata da prorrogação de pagamento dos financiamentos de operações de crédito rural para os pequenos produtores atingidos por eventos climáticos desta natureza, que afetaram o Acre, afetaram o Amazonas, Roraima e, agora, o Rio Grande do Sul.

E, pelos dados que nós temos aqui, desde 2013 – são dados oficiais, estão aqui na Agência Brasil –, 93% dos municípios brasileiros sofreram com algum tipo de desastre, com algum tipo de perda.

Por isso, solicito, Sr. Presidente, a inclusão extrapauta deste relatório, para que nós possamos fazer a leitura da matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O pedido de V. Exa. será atendido, Senador Alan Rick.

Senador Moro, com a palavra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Bem, primeiro, todos nós ficamos chocados com a extensão dessa tragédia dessas enchentes do Rio Grande do Sul, desde a semana passada.

Infelizmente – essa é uma constatação geral, e aqui não se trata de jogar a culpa em ninguém ou de apontar culpados –, em geral, o que a gente percebe é que a defesa civil, a prevenção de desastres em todo o Brasil é muito precária.

Eu até teria uma sugestão a fazer. Acho que cada Governador de estado deveria fazer uma reflexão: o que aconteceria com o seu estado caso chovesse aquele volume de chuva concentrado no Rio Grande do Sul? O estado estaria preparado? Quais seriam as consequências?

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O estado estaria preparado para enfrentar esses desafios?

No ano passado, teve algumas enchentes de menor proporção, mas graves também, no Estado do Paraná, em algumas cidades, em pontos mais localizados, e eu até tentei, Senador Vanderlan, destinar parte das minhas emendas para obras estruturantes, para tentar evitar enchentes, para a Defesa Civil do Estado do Paraná e tive dificuldades de encontrar projetos para destinar esses recursos, porque o que a gente percebe, em geral, é uma falta de planejamento. Aqui eu não quero generalizar, porque evidentemente pode ter alguns municípios ou estados que têm feito obras, têm se preparado para evitar esses problemas, mas, em geral, a gente vê uma desorganização desse setor. Acabei ainda conseguindo destinar valores para aquisição pelos bombeiros militares de um carro de bombeiros todo preparado e especializado para atender a essas situações emergenciais, mas isso é muito pouco diante dos desafios.

Não sei se esses eventos no Rio Grande do Sul decorrem de mudança climática ou se foram completamente aleatórios, mas, de um jeito ou de outro, nós estamos sujeitos a eles em todos os lugares. Nessa semana, foi no Rio Grande do Sul, mas já vimos, no passado, por dois anos seguidos, desastres equivalentes na Bahia, que também chocaram a população. Em São Paulo, no Rio de Janeiro, há uma sucessão também de problemas.

Então, eu quero elogiar aqui o projeto do Senador Marcos Pontes, que vem em boa hora, o relatório também do Senador Esperidião Amin, e a sensibilidade de V. Exa. de pautá-lo aqui nesta data, hoje, para que nós possamos votar. E que esse seja um primeiro passo, porque é um projeto que busca estruturar um mecanismo de prevenção, de gestão dessas crises, mas ele não vai funcionar e só vai ficar no papel se o Poder Executivo, a partir desse projeto, não se debruçar para executar a lei, porque nós temos muitas leis boas, prevendo planos, projetos, que muitas vezes ficam no papel. Então, acho que é dever de cada um também desta Casa aqui, de cada Senador, nos seus respectivos estados, cobrar o cumprimento e a efetividade dessas medidas.

Dá a CAE um passo relevante no sentido de nós termos pelo menos um ponto normativo sólido, uma base normativa sólida, para que os estados, os municípios e a União, inclusive integrados, possam atuar na prevenção de desastres e também para que possam reagir adequadamente a esses desastres quando eles ocorram.

Quero adiantar aqui o meu voto favorável, o elogio ao projeto e a nossa perplexidade e solidariedade em relação ao que aconteceu no Rio Grande do Sul, mas também o alerta no sentido de que nós temos de estar atentos em todos os estados, porque todos os estados podem estar sujeitos a desastres equivalentes, evidentemente observadas as peculiaridades locais.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

A matéria continua em discussão.

O autor do projeto, Senador Astronauta Marcos Pontes, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, bom dia.

Inicialmente, muito obrigado por colocar esse projeto em pauta. Quero parabenizar o Senador Esperidião Amin também pelo relatório, agradecer a presença e a simpatia de todos os nossos colegas aqui na Comissão sobre esse tema e me solidarizar com toda a população do Rio Grande do Sul.

Eu morei no Rio Grande do Sul por quatro anos, em Santa Maria. Eu servi na Base Aérea de Santa Maria, eu conheço bem o estado, já voei por todo aquele estado. Eu tenho um carinho muito grande por lá, meu filho nasceu no Rio Grande do Sul também. E trabalhei 30 anos com investigação e prevenção de acidentes.

Toda vez que acontece um acidente, existe uma grande consternação, uma preocupação muito grande e existem ações de recuperação que são feitas, em qualquer setor – eu trabalhei muito no setor de aviação, acidentes de aviação e espaciais –, então toda aquela consternação surge para ajudar as vítimas naquele momento. Isso é muito importante, mas igualmente importante são as ações de prevenção e preparação. E isso é uma coisa em que o Brasil falha bastante.

Uma das coisas que me incomodam muito no país é que nós temos repetidamente acidentes dessa natureza, os desastres naturais acontecendo, com perda de vidas. Certamente se conseguem recuperar itens materiais, asfaltos, pontes e estradas, mas nunca a vida das pessoas que são perdidas nesses acidentes ou nesses desastres. Então, a minha preocupação é justamente com isso.

Por essa preocupação, no ano passado eu peguei duas entidades que trabalham diretamente com isso, o Cemaden (Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais), que é uma organização do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, e a Defesa Civil, e foram oito meses de trabalho conjunto para que chegássemos ao texto desse projeto de lei.

Esse projeto de lei trata da prevenção, vamos dizer assim, ele foca no gerenciamento de riscos de forma técnica. E isso é uma coisa que a gente precisa aprender a fazer no Brasil com certeza. Se nós olharmos países como os Estados Unidos – eu trabalhei por 20 anos ali em Houston, na NASA –, cada cidade, dependendo das ameaças, dos riscos mais evidentes daquela região, possui planos de prevenção, planos de contingência. Basicamente são quatro planos: o plano de prevenção, o plano de preparação, o plano de resposta e o plano de recuperação.

No plano de prevenção, incluem-se muitas coisas, como, por exemplo, desde a educação nas escolas para a preparação – no caso, algumas regiões têm terremoto, outras regiões têm tornados, *hurricanes*, furacões, etc. Então, na prevenção existem várias, muitas atividades que vão ser feitas com o Poder Executivo, junto às prefeituras. Se perguntarmos aqui no Brasil qual cidade tem um plano de contingência, raramente você vai achar uma resposta positiva. E é importante que tenha. Esse plano de prevenção inclui também obras de contenção, como o Senador Sergio Moro falou, então, obras de contenção, retirada de pessoas das áreas de risco, não permissão de criação de bairros em áreas de risco e assim por diante.

No plano de preparação, no momento em que você começa a ter os avisos dados, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

exemplo, pelo Cemaden e pelo Inpe, os avisos de que as chuvas vão começar e vão se intensificar em certo momento, já precisa estar preparada toda a infraestrutura necessária para responder àquela situação. Isso inclui onde vão ficar as pessoas, qual o tipo de movimentação, qual a logística, que estrada que abre, que estrada que fecha, o que os moradores vão ter que fazer. Inclusive, os moradores precisam receber informações práticas sobre isso. O plano de resposta é quando está acontecendo, é no momento em que está acontecendo, é a movimentação que se faz da população, a movimentação das equipes de serviço, o que vai ser feito, como vai ser feita a comunicação, tudo isso cai nesse momento. E o plano de recuperação é o que o Brasil faz depois, é recuperar aquilo que já aconteceu. Então, a gente precisa trabalhar muito para evitar que o problema aconteça ou mitigar os efeitos daquele risco, ou seja, mitigar os efeitos que são provenientes daquela situação de risco.

Então, esse projeto de lei eu acho que chega num momento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Eu gostaria que tivesse sido aprovado antes, mas chega num momento importante em que nós vemos aí, sem sombra de dúvidas, a necessidade de se ter um sistema como esse aqui no Brasil. E isso vai exigir um trabalho contínuo, não é só fazer o projeto, aprovar, ter uma lei e parou por aí. Então, é preciso ter um trabalho contínuo em cima disso. Eu pretendo acompanhar isso detalhadamente, vamos dizer assim, controlar esse projeto detalhadamente.

Obrigado novamente, Presidente, por essa demonstração de solidariedade com o Rio Grande do Sul agora e com todas as populações que vão sofrer no futuro com as mudanças climáticas. Isso é fato, algumas pessoas falam que é por questões naturais da Terra e outras, pela influência humana. O fato é que mudanças climáticas existem e elas vão agravar e intensificar, inclusive, a frequência desses acidentes, desses desastres. E, se nós não tomarmos providências para prevenção...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... mais pessoas vão morrer com isso aí.

Novamente, obrigado, Presidente.

Eu espero, inclusive, se possível... Eu estava falando com o Senador Esperidião Amin, como Relator, para que seja colocado como regime de urgência, como pedido de urgência para que passe o mais rápido possível.

Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Primeiro vamos aprovar, depois eu faço o pedido.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Alan Rick, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Cumprimento...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Alan Rick, só respondendo ao Senador Astronauta Marcos Pontes, o projeto ainda vai a mais duas Comissões.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Se a gente conseguir acelerar, porque a gente sabe a velocidade... Seria importante para...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O.k.

Senador Alan Rick, com a palavra.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Presidente, quero cumprimentar o Senador Astronauta Marcos Pontes pela matéria que urge no momento em que nós enfrentamos esse grande desastre natural no Rio Grande do Sul e pelo que nós vivemos no Acre recentemente.

O que me chama a atenção é que o projeto propõe ações bastante eficientes, como ações de mitigação, preparação, prevenção, recuperação, resposta, adaptação, alerta. É um plano realmente bem elaborado na política nacional de gestão integral de risco de desastres.

Quero cumprimentar o Senador Astronauta Marcos Pontes, cumprimentar o nosso mestre Senador Esperidião Amin pelo relatório e já declarar o meu voto favorável à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Alan Rick.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à CCJ.

Em votação o pedido de urgência ao Projeto de Lei 5002, de 2023.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Esperidião, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu gostaria de fazer duas colocações adicionais, além do pedido de urgência. Primeiro, eu lamento que a Senadora Damares não tenha pedido a palavra, ela hesitou, porque ela teria que dizer que a primeira vez que ela rezou por alguém vivo, ela rezou a Deus pelo Amin. Foi uma das poucas vezes que ela ficou com remorso, em 1983, quando ela viu aquele careca apanhando da chuva. E ela confessou que rezou, por pena de mim. Eu sou grato até hoje e digo isso com muita... Porque é essa solidariedade que nós queremos. Só que ela timidamente... Não sei o que houve com ela nesse fim de semana...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Democrática/PSD - GO) – Com a palavra a Senadora Damares.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ameaçou falar, mas não falou.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Mas vai falar agora, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A segunda coisa que eu queria dizer. Para os senhores terem uma ideia do que é o mundo real, eu quero deixar aqui consignado, primeiro, que existe uma Comissão chamada Comissão Mista Permanente – das duas Casas – sobre Mudanças Climáticas. Existe. E eu apresentei, nessa Comissão, uma emenda no valor de R$1 bilhão, para apoio à realização de estudos, projetos e obras dos entes federados para contenção ou amortecimento de cheias, inundações e estiagens. Isso vai para a Comissão Mista de Orçamento... Os senhores sabem quanto é que sobrou do um bilhão? Zero! Certamente isso pode ressuscitar em alguma outra Comissão agora, mas é em nome do mundo real que eu acho que nós temos que colocar em urgência, porque daqui a pouco isso passa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Esquecem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E queria lhe fazer o pedido para que o próximo item, aproveitando a presença do Senador Laércio, que até há pouco estava à *côté* de V. Exa., estava à sua esquerda – não é assim? – fosse priorizado, por favor, em nome da bancada de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu quero cumprimentar o autor e o Relator do projeto e estou tentando ler, encontrar aqui algumas observações. Eu sei que a necessidade de a gente aprovar hoje está aí, está posta, não dá nem para a gente dizer para dar mais um dia para a gente analisar, porque eu não sei como as pessoas lá fora vão entender. Mas a minha preocupação com esse projeto, Senador Marcos Pontes, é a regulamentação depois. Como é que o Executivo vai lidar com isso?

Nessa tragédia específica de Santa Catarina, assim como na tragédia do Acre – eu até conversei com o Senador Alan Rick na época – e, anteriormente, na tragédia na Bahia, nós observamos que há uma ausência dos agentes públicos no acionamento dos protocolos internacionais de proteção da criança durante desastre.

Aqui está de uma forma bem genérica. Se eu tivesse tempo, eu traria mais algumas observações. Não imaginei que a gente fosse votar hoje – estava trabalhando, inclusive, para conversar com o Relator –, mas eu acho que é oportuno votar hoje.

Mas, por exemplo, gente, as crianças estão todas sem identificação lá em Santa Catarina. Claro, os documentos foram embora. Não tem documento, ninguém tem documento. Mas nós tivemos casos na Bahia, Senador Vanderlan, de crianças que estavam sendo transportadas de uma cidade para outra, e o motorista do carro dizia: "É meu sobrinho". E não tem como provar que é sobrinho. Ninguém tem documento; nem ele, nem a criança. Então, nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

observando, em grandes desastres no Brasil, a falta do protocolo internacional de proteção da infância imediata.

Existem outras situações: o direito ao sepultamento, o direito até mesmo ao velório. Como falar em sepultamento num momento como este? Como falar em crianças desaparecidas, em possível tráfico, em possíveis abusos? É muito complexo. Uma tragédia puxa a outra tragédia.

Mas a intenção do Senador Marcos Pontes é extraordinária, assim como o voto do Senador Amin. Se for para Plenário, eu acho que dá tempo de apresentar uma ou outra emenda de redação para melhorar a questão da proteção dos mais vulneráveis.

E a minha preocupação, de fato, é como o Executivo vai regulamentar tudo isto, mas é uma resposta da Comissão, é uma resposta dos membros desta Comissão.

Eu observei que até mesmo o sistema de segurança aqui vai ter trabalho. Eu observei que o sistema de educação também está sendo acionado aqui, saúde, assistência social... Parabéns por terem pensado em todos os sistemas.

Eu me preocupo com a regulamentação depois, mas vamos embora, vamos aprovar aqui e caminhar depois, junto com o Executivo, a possibilidade de regulamentar tudo.

Parabéns, autor e Relator.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ... Senadora Damares.

Senador Alan Rick, com a palavra, Senador.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – A preocupação da Senadora Damares é extremamente pertinente. Nós enfrentamos uma tragédia no Acre recentemente, com as grandes cheias que se avolumam e se sucedem ao longo dos últimos anos.

Eu estive no Município de Jordão, quando o rio subia uma média de 30cm por hora. Quando nós chegamos ao município, levamos cinco bombeiros da defesa civil. Eu fretei um avião pequeno para levar cinco bombeiros pessoalmente e ajudar a Defesa Civil municipal, o Prefeito. É um município pequeno do Acre, em que teve uma inundação rápida, que atingiu 80% da cidade – 80% da cidade ficou debaixo d'água. E, num determinado momento, num dos botes da defesa civil, eu estava com o Prefeito e alguns dos bombeiros, resgatando pessoas que estavam em suas casas, precisando do amparo ali naquele momento, para tirar as pessoas de suas casas, e nós resgatamos um bebezinho de cinco meses, Senadora Damares – um bebezinho de cinco meses –, que estava com outra criança de 11 anos, que depois levamos a casa de uma tia, onde ela pôde ser acolhida. E aquilo mexeu muito comigo, porque eu tenho um filhinho de três anos. E ali era um bote da defesa civil, autoridades estavam ali; mas imagine o que pode acontecer se realmente nós não tivermos o cuidado de estabelecer essas regras, esses parâmetros na regulamentação de defesa da criança e do adolescente.

É pertinente a preocupação da Senadora Damares. E lembrar que nesse momento são as crianças que são as mais afetadas, o sofrimento maior desses seres tão pequenos que precisam do nosso amparo e que são tão vulneráveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senadora Damares pela preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Item 1.

ITEM 1
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI N° 6233, DE 2023
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre atualização monetária e juros; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI N° 1086, DE 2022
- Não terminativo -

Acrescenta o art. 879-B à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para pacificar o entendimento quanto à incidência de correção monetária e juros de mora no ordenamento jurídico pátrio.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável ao PL 6233/2023, nos termos do substitutivo apresentado, com o acolhimento parcial do PL 1086/2022.

Observações: *A matéria se encontra em regime de urgência constitucional.*

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho para a leitura do seu relatório.

Senador Rogério, com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu queria solicitar a V. Exa. para ir direto à análise do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Autorizado, Senador. Por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – De acordo com o art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida.

No que tange à constitucionalidade da matéria, conforme estabelece o art. 48, inciso XIII, da Carta Magna, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações. E, conforme o art. 22, inciso I, da Constituição Federal, compete à União legislar privativamente sobre direito civil e do trabalho. No mais, o assunto em tela não se configura entre as competências privativas do Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

República, previstas nos arts. 61 e 84 de nossa Carta Magna.

Quanto à regimentalidade, as proposições apresentam-se adequadas e, no que concerne à juridicidade, os projetos se afiguram apropriados, porquanto: possuem os atributos da generalidade; são consentâneos com os princípios gerais do direito; afiguram-se dotados de potencial coercitividade; inovam o ordenamento jurídico; e o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado.

No que diz respeito à técnica legislativa, os projetos são dotados de boa técnica de que trata a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001. Todavia, devemos observar que o PL nº 1.086, de 2022, poderia ter a redação do *caput* do art. 1º emendada para melhor refletir as alterações a serem feitas na CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Portanto, os projetos em análise não têm quaisquer vícios constitucionais, tampouco apresentam óbices no tocante à juridicidade e à regimentalidade.

Finalmente, sob o aspecto formal, cabe observar que a matéria não tem implicação direta sobre o sistema tributário e orçamentário, vale dizer, não implica renúncia de receita, nem aumento de despesa fiscal.

Quanto ao mérito, concordamos piamente com as justificativas dos autores das proposições de que o ordenamento jurídico pátrio tem sofrido com graves inseguranças advindas das interpretações conflitantes conferidas às normas legais pelos diversos órgãos e instâncias do Poder Judiciário.

O funcionamento do Poder Judiciário é um dos itens que compõe o custo Brasil. Como custo Brasil entende-se o custo adicional de realizar negócios no Brasil comparado a outros países. O elevado nível de insegurança jurídica em nosso país, gerado por decisões judiciais divergentes, aumentam os riscos e os custos das transações econômicas, que acaba por afetar a competitividade das empresas brasileiras de capital nacional ou estrangeiro.

O alto custo Brasil leva a reduzidos níveis de investimento e inovação. Tais fatores, por sua vez, resultam em baixo crescimento econômico.

Há concordância plena entre os projetos em análise e a jurisprudência quanto à necessidade de se ter a atualização monetária pelo IPCA, ainda que o Supremo Tribunal Federal (STF) e o PL nº 1.086, de 2022, utilizem o IPCA-E, que é uma variação do IPCA, ou seja, uma acumulação trimestral do IPCA-15.

Cabe destacar que o STF, em acórdão no âmbito da ADI 5867, decidiu que, à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho, devem ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam, a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a incidência da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic).

Além disso, também com vistas a uniformizar a aplicação de atualização de valores de débitos com a Fazenda Pública, a Emenda Constitucional (EC) nº 113, de 2021, em seu art. 3º, prevê:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

> Art. 3º Nas discussões e nas condenações que envolvam a Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, de remuneração do capital e de compensação da mora, inclusive do precatório, haverá a incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, do índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente.

Nesse caso, passou-se a aplicar a Selic nos cálculos de juros de mora e correção monetária nas condenações que envolvam a Fazenda Pública, de todas as esferas, para ações de qualquer natureza.

O PL nº 1.086, de 2022, ao propor que, em caso de juros de mora, esses sejam equivalentes à remuneração adicional dos depósitos em poupança, descola-se da finalidade de garantir o patrimônio do credor e, nas disputas trabalhistas, do trabalhador, tendo em vista os reduzidos valores apresentados por esse indexador.

É importante destacar que se espera que a taxa real contida na Selic, ou seja, descontada a atualização monetária dada pela variação do IPCA, como proposto pelo PL nº 6.233, de 2023, seja na maior parte do tempo – está faltando aqui "parte" – maior que a remuneração adicional dos depósitos em poupança. Porém, é forçoso reconhecer que, eventualmente, a Selic pode ser menor do que o IPCA por razões de surpresas inflacionárias sem a antecipação por parte da Autoridade Monetária. A diferença negativa entre a taxa Selic média e a inflação acumulada ocorrida em 2021 por conta dos choques de oferta no período pós-pandemia é um exemplo concreto.

Originalmente, a Presidência da República propunha os juros remuneratórios dados pela taxa de juros real das Notas do Tesouro Nacional. Todavia, o PL nº 6.233, de 2023, aprovado pela Câmara dos Deputados, em análise, propõe a taxa real da Selic (taxa Selic nominal descontada do IPCA) ou a taxa real da NTN-B, a que for menor no período.

Em tese, o juro real da NTN-B de cinco anos é maior do que o juro real da Selic descontada a inflação. Na maior parte do tempo, a taxa real da NTN-B é maior do que a Selic por causa do prêmio de risco da duração de 5 anos do título em relação à taxa Selic, que é determinada para o curto prazo, para a remuneração do depósito interbancário.

Dessa forma, consideramos que o juro moratório mais adequado é a taxa real da Selic, ou seja, a taxa Selic descontada da atualização monetária calculada pelo IPCA.

Em relação aos outros aspectos da proposta do PL nº 6.233, de 2023, particularmente em relação à Lei da Usura, reconhecemos que ela vai pacificar juridicamente o entendimento sobre os juros compostos na economia. Com o presente projeto de lei, as transações entre pessoas jurídicas, mesmo que não sejam instituições financeiras, passam a não ter as limitações impostas pela Lei da Usura, o que incentiva a desintermediação bancária entre as pessoas jurídicas que não necessitarem de instituições financeiras em suas transações de empréstimo. Dessa forma, o PL também melhora o ambiente de negócios ao propor segurança jurídica nesse aspecto.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.233, de 2023, com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

acatamento parcial do PL nº 1.086, de 2022, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº - CAE (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI Nº 6.233, DE 2024

.....

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 389. Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros, atualização monetária e honorários de advogado.

Parágrafo único. Na hipótese de o índice de atualização monetária não ter sido convencionado ou não estar previsto em lei específica, será aplicada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou do índice que vier a substituí-lo". (NR)

"Art. 395. Responde o devedor pelos prejuízos a que sua mora der causa, mais juros, atualização dos valores monetários e honorários de advogado.

....." (NR).

"Art. 404. As perdas e danos, nas obrigações de pagamento em dinheiro, serão pagas com atualização monetária, abrangendo juros, custas e honorários de advogado, sem prejuízo da pena convencional.

....." (NR)

Art. 406. Quando não forem convencionados, ou quando o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, os juros serão fixados de acordo com a taxa legal.

§ 1º A taxa legal corresponderá à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), deduzido o índice de atualização monetária de que trata o parágrafo único do art. 389 deste Código.

§ 2º A taxa legal e sua forma de aplicação serão definidas de acordo com metodologia estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e divulgada pelo Banco Central do Brasil." (NR)

"Art. 418. Se a parte que deu as arras não executar o contrato, poderá a outra tê-lo por desfeito, retendo-as; se a inexecução for de quem recebeu as arras, poderá quem as deu haver o contrato por desfeito e exigir a sua devolução mais o equivalente, com atualização monetária, juros e honorários de advogado." (NR)

"Art. 591. Destinando-se o mútuo a fins econômicos, presumem-se devidos juros.

Parágrafo único. Na hipótese de os juros não terem sido pactuados, aplica-se a taxa legal prevista no art. 406 deste Código." (NR)

"Art. 772. A mora do segurador em pagar o sinistro obriga à atualização monetária da indenização devida, sem prejuízo dos juros moratórios." (NR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

"Art.
1.336. .....
.....
§ 1º O condômino que não pagar a sua contribuição ficará sujeito aos juros moratórios convencionados, ou, não sendo previstos, aos juros estabelecidos no art. 406 deste Código, e à multa de até dois por cento sobre o débito.
....." (NR)
Art. 2º A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:
"Art.
879.....
.....
§ 7º A atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial será feita pela taxa legal de que trata o art. 406 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, que deverá ser aplicada de forma uniforme por todo o prazo decorrido entre a condenação e o cumprimento da sentença." (NR)
"Art. 879-B. Sobre débitos trabalhistas de qualquer natureza, quando não satisfeitos pelo empregador nas épocas próprias assim definidas em lei, acordo ou convenção coletiva, sentença normativa ou cláusula contratual, incidirá atualização monetária acumulada no período compreendido entre a data de vencimento da obrigação e o seu efetivo pagamento, correspondente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou do índice que vier a substituí-lo.
§ 1° Aos débitos trabalhistas constantes de condenação pela Justiça do Trabalho ou decorrentes dos acordos judiciais ou extrajudiciais referentes aos pagamentos resultantes da relação de trabalho, quando não cumpridos nos termos previstos na respectiva sentença ou acordo, serão acrescidos, à atualização disposta no *caput*, juros de mora equivalentes à taxa legal de que trata o art. 406 da Lei nº 10.406, de 2002 – Código Civil, contados do ajuizamento da reclamação ou da celebração do acordo extrajudicial e aplicados *pro rata die*, ainda que não explicitados na sentença ou no termo de conciliação."
Art. 883. Não pagando o executado, nem garantindo a execução, seguir-se-á penhora dos bens, tantos quantos bastem ao pagamento da importância da condenação, acrescida de custas e juros de mora equivalentes à taxa legal de que trata o art. 406 da Lei nº 10.406, de 2002, Código Civil, sendo estes, em qualquer caso, devidos somente a partir da data em que foi ajuizada a reclamação inicial.
Art. 3º Não se aplica o disposto no Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933, às obrigações:
I - contratadas entre pessoas jurídicas;
II - representadas por títulos de crédito ou valores mobiliários; ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

III - contraídas perante fundos ou clubes de investimento.
Art. 4º O Banco Central do Brasil disponibilizará aplicação interativa, de acesso público, que permita simular o uso da taxa de juros legal estabelecida no art. 406 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, em situações do cotidiano financeiro.
Art. 5º Revoga-se o art. 39 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos:
I - na data de sua publicação, quanto à parte do art. 1º que inclui o § 1º e o § 2º no art. 406 da Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil; e
II - sessenta dias após a data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.
Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria está em discussão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, peço vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pedido de vista pela Senadora Damares.

Senador Amin, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Eu acho que a solução do pedido de vista vem ao encontro de uma série de demandas, mas eu gostaria de...

Primeiro, eu vou subscrever o pedido de vista junto com a Senadora Damares. Portanto, passa a ser vista coletiva.

Queria fazer uma pergunta ao Senador Rogério Carvalho. O §1º do citado projeto de lei, que vem a ser o §1º do art. 406, diz o seguinte... E isso aumenta a dúvida que existe sobre qual é o índice que beneficia o credor, digamos assim...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – A Selic...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E qual é o índice que favorece o devedor, mas o §1º realmente está de difícil compreensão.

Veja bem: "A taxa legal corresponderá à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), deduzido ...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É, isso aí também eu não entendi muito bem, não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... o índice de atualização monetária de que trata o parágrafo único do art. 389 deste Código".

Quer dizer, é a Selic menos... O que é? O IPCA?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – O IPCA.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu acho que o IPCA até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dá mais do que a Selic, a não ser numa situação... Por que a Selic? Porque a Selic é administrada pelo próprio Banco Central, enquanto o IPCA é o... Não estou dizendo que o Banco Central não respeita a verdade, mas o IPCA é o registrado, é o verdadeiro, ou é o sentido, como diz o próprio IPCA, pelo consumidor – índice de preços ao consumidor – ampliado, ou seja, ele pega uma lista de componentes e atualiza, segundo aferição normalmente do IBGE. Então, ninguém pode dizer que um é mais exato que o outro, mas, enquanto a taxa Selic... E eu não vou fazer minhas todas as palavras do Presidente Lula; ele acha que é uma cisma do Presidente do Banco Central manter a taxa Selic onde ela está. Mas o IPCA, não; o IPCA é o índice, digamos assim, que se reflete no espelho da inflação observada para aqueles itens.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Na verdade, Senador Amin, sendo muito objetivo, a gente precisa saber qual é o juro real. Neste caso, o juro real é...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É a diferença.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... a inflação... Você desconta a inflação da taxa Selic, aí você vai ter o juro real que deve ser utilizado para fazer a correção – certo? –; o juro real, que é o que deve prevalecer. No fim das contas, é isso que está sendo proposto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas, como já foi feito o pedido de vista, eu acho que teremos oportunidade de...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Amin, Senadora Damares, sobre o pedido de vista feito por V. Exas., esse projeto está com urgência constitucional; o prazo dele na Comissão, na verdade, venceu dia 4. Então, a Mesa Diretora do Senado pode pedir o projeto a qualquer momento para ir para o Plenário. Então, eu consulto V. Exas. sobre se a gente vota aqui ou faz o pedido de vista de uma hora ou duas horas, o que dá um... Se nós dermos um pedido de vista, como é comum, para a próxima semana, creio que, como ele tranca a pauta, a Mesa Diretora do Senado pode requisitar o projeto, pedir o projeto para ir para...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu acho que aí, Presidente, uma coisa não impede a outra. Eu acho que o pedido de vista é regimental. Se a Mesa do Senado, para fazer face a um preceito constitucional, resolver levar para o Plenário, acata-se.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador, já aconteceu isso outras vezes, só que aí vai sem a instrução da Comissão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, eu acho que é o reflexo dos fatos. Foi isso que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, nós...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria, Senador Vanderlan... Eu acho que é importante... O tema traz inovações que requerem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que os Parlamentares possam se familiarizar melhor com o que está sendo apresentado. Nós estamos propondo uma taxa de juros, uma correção para contratos que hoje não têm previsão legal ou que não estão, rotineiramente... não tem uma regra para determinados contratos, para determinadas situações que geram muitas dificuldades do ponto de vista do Judiciário.

Portanto, acate-se o pedido de vista, a gente volta, e o Presidente do Senado vai avaliar como deve proceder.

Tenho que concordar com o Senador Esperidião Amin neste caso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Concedo vista coletiva ao Projeto de Lei 6.233, de 2023.

Item... (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Item 2 da pauta...

Senador Amin, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu queria só reiterar o meu pedido, aproveitando a presença aqui do Senador Laércio. Como houve uma postergação da apreciação do PL 6.233... Perdão, é o item 11, é o 6.012, que é de autoria da bancada de Santa Catarina. O Senador Laércio pediu... na verdade retirou de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não, não retirou, Senador Amin. O Senador Laércio tem o item 3 – se não me engano é o item 3 – e o item 11. O item 11 é terminativo.

Nós vamos já passar... Só vou ler o item 2 aqui. Essa Mensagem nº 4 foi retirada, já que a Mesa requereu o projeto. Então, foi retirado de pauta o item 2.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2
MENSAGEM (SF) N° 4, DE 2024
- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, V, VII e VIII, da Constituição Federal, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Campina Grande, Estado da Paraíba, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, destinada a financiar parcialmente o Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Socioambiental de Campina Grande - TRANSFORMA CAMPINA.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Não apresentado.)

E nós vamos agora ao item 3, Senador Laércio.

Eu consulto os Senadores e as Senadoras sobre se, em seguida, nós podemos ir ao item 11, porque o Senador Amin, que é o Relator... Esse é o pedido de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Ah, o Senador Laércio.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, consulto os Senadores que estão presentes sobre se concordam com essa inversão. (*Pausa.*)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – E o 14, Presidente, na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O item 3 da pauta.

ITEM 3
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 261, DE 2023
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que "institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte", para determinar a atualização monetária anual da receita bruta para fins de enquadramento do Microempreendedor Individual (MEI), da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte para os efeitos da Lei.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Carlos Viana.

Concedo a palavra ao Senador Laércio para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Com os meus cumprimentos, Senador Vanderlan Cardoso, já deixo registrado nos *Anais* desta Casa que eu me dirigi ao Presidente, Senador Vanderlan, e pedi a ele, gentilmente, pela grandeza e pela estatura do Senador Esperidião Amin, que invertêssemos a pauta para poder atender esse projeto tão importante que está no item 11 da nossa pauta de hoje.

Então, com toda a reverência, com todo o respeito e com a aquiescência do Presidente, após a leitura do item 3, nós faremos também a relatoria do item 11.

Louvado seja?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – O.k.

Item 3 da pauta.

Sr. Presidente, eu tenho a honra de ser o Relator e gostaria de pedir a autorização de V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Exa. para ir à análise. É um projeto extremamente importante, que trata exatamente sobre o reajuste dos valores das microempresas, como já foi lido por V. Exa., e para empresas de pequeno porte.

De acordo com o inciso I do art. 24 da Constituição Federal, compete à União, concorrentemente com os estados e o Distrito Federal, legislar sobre direito tributário, financeiro e econômico. Nos termos do art. 48, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União. Outrossim, a matéria não se enquadra entre as competências privativas do Presidente da República previstas nos arts. 61 e 84 do texto constitucional e tampouco viola cláusula pétrea. Ademais, não fere a técnica legislativa, consoante a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, nem apresenta vício de juridicidade.

Quanto ao mérito, é preciso primeiramente lembrar que os principais motivos que impulsionaram a instituição do sistema tributário simplificado para as empresas de menor porte continuam válidos, quais sejam, incentivar a formalização das empresas, fomentar a geração de postos de trabalho, propiciar a inserção no sistema previdenciário, mitigar os altos custos de conformidade com as obrigações tributárias e criar espaço para que haja inovação tecnológica.

Vale dizer: enfraquecer essa política debilita a própria economia nacional. E, de fato, nos parece claro que deixar de atualizar monetariamente os limites de receita para enquadramento nos critérios legais contribui para diminuir o alcance e minar o espírito da norma. Como bem aponta o autor da proposição, o Senador Mecias de Jesus – a quem quero cumprimentar –, entre janeiro de 2018 e outubro de 2023, o IPCA acumulou uma alta de 36,6%, forçando muitos empreendimentos a operar em condições significativamente mais onerosas ou mesmo a submergir na informalidade, especialmente no caso dos microempreendedores individuais.

O voto, Sr. Presidente.

Diante de tudo isso, meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 261, de 2023, e eu aproveito para deixar registrado aqui o acolhimento da emenda apresentada pelo Senador Carlos Viana, que vem a enriquecer o relatório apresentado aqui.

A emenda do Senador Carlos, no art. 2º, propõe:

> I – no caso da microempresa, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$500.000 (quinhentos mil reais); e
> II – no caso de empresa de pequeno porte, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$500.000 (quinhentos mil reais) e igual ou inferior a R$6.700.000 (seis milhões e setecentos mil reais).

Essa emenda enriquece muito o projeto, por promover justiça para uma categoria tão importante, que tanto contribui para a empregabilidade e para o combate à informalidade.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A matéria está em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Sra. Presidente...

Por favor, o senhor me dá licença aqui só para eu ver a Presidente? – desculpe, Senador Carlos Viana.

Eu queria pedir vista, Sra. Presidente, em função de a matéria não ter previsão de substituição, ou seja, de onde vem a receita para poder ampliar o benefício fiscal a todas essas categorias, o que fere a Lei de Responsabilidade Fiscal – nós sabemos disso. O Governo não pode, sem ter uma previsão de receita, abrir mão de outras receitas; ou seja, é preciso ter compensação para que a gente possa fazer isso.

Acho que a gente tem que pedir vista no sentido de a gente poder discutir de que maneira isso vai poder ser compensado, senão a gente vai ter um projeto, uma letra morta, só para poder fazer cena, criando uma expectativa irreal para a população e principalmente para os segmentos, porque, na prática, isso não poderá ser implementado se não houver o apontamento da receita para materializar, tornar realidade a propositura deste projeto de lei.

Então, para que a gente seja muito justo e muito correto com quem a gente representa aqui nesta Casa, a gente precisa ter este cuidado de apresentar de onde vem a receita para conceder, para fazer essa mudança de faixa de benefício ou de mudança em termos de enquadramento dos diversos tipos de natureza jurídica e empresarial.

Era isso o que eu queria dizer, e por isso peço vista para que a gente possa fazer esse debate de forma fraterna e honesta junto à população brasileira.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Para discutir.) – Obrigado, Presidente, Senadora Damares. Meu bom dia a todos.

Eu concordo com o Senador Rogério no sentido de que a gente tenha que apontar, mas nós já temos uma solução: nós temos o fundo do Simples, que, a cada ano, acumula mais e mais dinheiro para o Governo. Nós estamos num embate aqui nesta Casa impressionante de como nós estamos aumentando a carga tributária no Brasil.

Tem uma discussão na CCJ – e eu vim aqui para nós falarmos sobre esse projeto – de que, pela quarta vez, nós estamos aumentando a carga: nós já aumentamos com o *offshore*, ainda que se justifique cobrar dos mais ricos que têm dinheiro lá fora, mas eles já pagam o imposto antes de o dinheiro ir para lá; nós taxamos as apostas, com o que eu concordei plenamente; nós taxamos mais aqueles que recebem incentivos para produzir, ou seja, vão ter que pagar mais imposto em cima do lucro nos subsídios, o que é outra questão, porque ninguém lucra sem trabalhar; e agora nós estamos voltando ali à questão de um DPVAT, que o Governo está dizendo que não é imposto. "Ah, não é contribuição, é um contrato." É um contrato pelo qual a pessoa é obrigada a pagar. E, se você não tem uma segurança pública que proteja seu carro, se você não tem uma segurança que proteja sua casa, você faz seguro para você não ter prejuízo na sua casa, e querem impor a 100%, a 130 milhões de proprietários de veículos o DPVAT. Isso dá quase R$8 bilhões para um DPVAT que, em termos de acidente, todo ano desembolsa R$1,5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bilhão a R$2 bilhões. Nós vamos ter R$5 bilhões... Então, nós estamos falando cada vez mais em dar dinheiro para o Governo. Está bom, mas e para a sociedade? E este é o âmago da economia brasileira: as micro e pequenas empresas.

Esse é um projeto importante – muito importante –, e quero dar os parabéns pelo relatório.

Nós precisamos rever, e rever com urgência. E quem tem que rever é o Parlamento, não é o Poder Executivo, porque da forma como o projeto estava... Inclusive a minha emenda deixou muito claro o seguinte: quem tem que decidir sobre tributação para pequena e média empresa tem que ser o Parlamento, não pode ser o Palácio do Planalto, independentemente do governo que esteja lá de ocasião. É hora de a gente começar a pensar também – e aqui ao Rogério, que faz a defesa do Governo, e falei isso ao Líder Jaques Wagner – que em toda sociedade em que o Governo impõe impostos pesados, arrecadação pesada, a economia não anda, ela não segue.

O Brasil teve agora um pequeno aumento de média de uma das principais empresas de *rating* por conta de coisas que nós fizemos nos quatro anos passados: reforma trabalhista, controle fiscal, a questão de controle em cima de arcabouço. Agora, na próxima não vai acontecer isso, porque hoje, lá fora, quem vai investir no Brasil olha um STF que muda as próprias decisões, não tem mais controle nenhum, limite nenhum, faz o que quer da maneira que quer. E esta Casa aqui, numa frouxidão absurda, não toma nenhuma decisão por conta da Presidência, uma Presidência frouxa para poder decidir sobre o Supremo.

O STJ também entrou nessa onda agora de mudar as decisões passadas, a coisa julgada pode voltar a... Isso chega lá fora assim: "Mas espere aí, o Brasil não tem uma consistência, não tem uma firmeza, uma segurança jurídica?". O Cade... Ah, eu me esqueci do Cade. O Cade, a quinta... São cinco, o Cade, nós passamos a dar a favor, o Governo passou a arrecadar mais.

Então, agora, pelo menos, vamos começar a pensar em favorecer quem produz, quem gera emprego, incentivar quem enfrenta no Brasil o desafio que é você ter uma empresa com empregados – e eu estou falando porque eu já tive empresa com 32 empregados, eu sei o quanto isso é complicado no Brasil em termos de Justiça trabalhista, de regras de impostos, fiscalização. Quando você recebe uma fiscalização, você já é bandido, o sujeito já chega na sua empresa como se você já estivesse cometendo um crime, é uma coisa impressionante.

Então, nessa possibilidade aqui, Senador Rogério, vamos pedir vista para a gente aprimorar, mas o projeto é importante. E nós podemos ter a origem dos recursos no fundo do Simples, isso não vai criar nenhum tipo de dificuldade para o Governo, e a gente favorece as micro e pequenas empresas.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pedido de vista coletiva concedido.

Item 11 da pauta. Projeto de lei número...

Sim?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah, desculpa, Senador.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Para discutir.) – É apenas para contribuir com esse debate inicial, primeiro considerando extremamente meritório tratar dos assuntos que interferem diretamente na vida de quem gera empregos e paga impostos nesse país. Então, as pequenas e microempresas nacionais também têm que ter prioridade absoluta aqui no nosso trabalho, aqui em todo o Senado, Câmara dos Deputados, Congresso em geral. Quando eu olho para os números e vejo que temos hoje mais de 6 milhões de micro e pequenas empresas que estão inadimplentes, é um olhar para o desespero dessas pessoas. Inclusive, essas empresas, a grande maioria delas, a única forma de renda daquele dono da empresa é aquela pequena empresa que ele tem e que precisa ter esse olhar social também.

Então, aqui, pelo que eu observo, é uma atualização que tem, sim, que ser aprofundada para que não se cometam atropelos, mas que tem tudo para atender a um número maior de empresas e fazer com que a economia até seja potencializada.

Inclusive, o Governo, recentemente, há 15 dias, apresentou um plano para fazer com que essas empresas que estão endividadas tenham a possibilidade de renegociar suas dívidas. E o Governo também está entrando com um fundo garantidor para permitir negociações melhores dos juros, principalmente dos juros bancários, das dívidas bancárias. Nesse aspecto, eu tenho certeza de que é um assunto que não vai parar por aqui.

O pedido de vista dá essa possibilidade para que se tenha uma discussão mais aprofundada, mas que, com certeza, vai ganhar todos os méritos pelo fato de tratar de um assunto de extrema importância para a nossa economia, para a geração de empregos e para a vida das empresas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu queria só trazer, primeiro, que foi feita uma citação sobre o DPVAT. O DPVAT foi extinto por uma briga política, no Governo anterior, do partido do Presidente, o PSL. Ele foi eleito pelo PSL, brigou com um membro do PSL e isso gerou, como retaliação, a extinção do DPVAT. A gente precisa relembrar os motivos torpes pelos quais o DPVAT foi extinto. Não ficou nada no lugar e ficou um saldo cobrindo e segurando aqueles que eram vítimas de acidente. E, para muitas pessoas pobres neste país, essa é a única alternativa que elas têm quando ocorre um acidente. Então, é preciso que a gente pontue isto: nós não estamos falando de imposto, nós estamos falando de seguro. E seguro é qualquer operação bancária que qualquer um faz, ali tem embutida uma série de vendas de seguros que, às vezes, são mais caros do que até o próprio DPVAT para a maioria dos brasileiros que tem conta bancária. Então, é importante deixar isso claro.

Segundo, é importante dizer que está, aqui no *Valor Econômico*, se eu não estou enganado, que os investimentos diretos no país são os maiores desde 2017. Mas eu queria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

também chamar a atenção das Sras. e dos Srs. Senadores e, principalmente, de quem está nos assistindo pela TV Senado de que nós queremos fazer um ajuste fiscal neste país, e não é possível fazer ajuste fiscal se não houver equilíbrio das contas públicas, mas não é possível fazer equilíbrio das contas públicas se tudo tem que ser feito ao mesmo tempo. Por exemplo, o Governo corrige a tabela do Imposto de Renda, que não vinha sendo corrigida há alguns anos, para aumentar a taxa de isenção. Então, não dá para, no mesmo período, você fazer uma mudança de posição em relação às empresas.

O Governo está fazendo um programa para melhorar a condição das empresas do ponto de vista de resolver o seu passivo de crédito, das suas dívidas, retomar crédito, melhorar o cenário, o ambiente de negócio para esses empresários, para esse setor empresarial. E isso tem um custo. Então, ou nós estamos querendo que a gente diminua a arrecadação e que a gente volte a cortar, como cortamos da saúde, cortamos da educação, cortamos da assistência social, cortamos de várias áreas, o que gerou no Brasil a volta da fome de mais de 30 milhões de pessoas, a volta da insegurança alimentar que a gente tinha superado.

É isso que a gente quer? Botar a conta para os mais pobres de novo? Ou nós vamos ajustar as questões relacionadas à arrecadação e à questão fiscal cobrando de quem tem que pagar? Esse é um debate que a gente precisa fazer.

Outra coisa que a gente precisa também entender. O Brasil... Senador Esperidião Amin, o senhor que é um homem muito letrado, o senhor sabe que o Brasil abandonou a política tarifária ainda na década de 90, e vem trabalhando, como política para garantir o desenvolvimento da indústria ou a competitividade, sem ter uma política tarifária.

Agora a gente viu claramente como é que a França age diante dos nossos produtos. Eles não abrem mão da sua política tarifária para diversos setores. Nem a Inglaterra, nem a Alemanha. País nenhum do mundo abre mão da sua política tarifária! E nós precisamos discutir. Como forma de estimular e retomar a nossa industrialização, fazer o debate sério sobre política tarifária.

Nós temos aí um ativo extraordinário que é crédito de carbono. Por que a gente não faz uma política tarifária em cima da emissão de gases de efeito estufa? Nós estamos vendo aí o que está acontecendo em Porto Alegre. Nós estamos vendo o que está acontecendo no Brasil inteiro. E nós estamos vendo o que está acontecendo no mundo. Por que a gente não faz uma política tarifária séria e retoma esse debate da industrialização a partir de uma política tarifária, a partir desse tema de emissão de gases de efeito estufa?

O Brasil poderia ser uma grande potência nessa área e a gente recuperar a nossa capacidade de investimento e a nossa capacidade competitiva industrial sem desonerar e sem gerar crise fiscal para o país, e sem colocar a conta na população mais pobre.

A gente reclama, mas eu quero chamar atenção também. Eu tenho vários amigos que escolhem domicílio fiscal no Brasil e são funcionários de multinacionais. Por que eles escolhem o seu domicílio fiscal no Brasil? Sabem por quê? Porque, se o domicílio fiscal deles for na Europa, mesmo trabalhando na Europa, vão pagar 45% de imposto, porque pagarão sobre tudo que produzem, sobre dividendo, sobre participação de lucros. Eles vão pagar imposto sobre tudo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No Brasil, só pagam sobre o salário. Então, em vez de pagarem 27,5%, pagarão 5%, 6%, dependendo do quanto têm de bônus anual fora do país.

Então, a gente precisa fazer um debate mais sério, mais responsável sobre essa questão de tributação no nosso país, tanto para pessoa física quanto para pessoa jurídica. No debate geral, a gente precisa se desarmar e fazer um debate responsável. Que país a gente quer mesmo? Como a gente quer que as políticas públicas funcionem? Porque é muito confortável para quem pode pagar um plano de saúde, para quem pode pagar escola particular, mas não está na fila hoje, nos vários estados deste país, inclusive no meu estado, esperando há oito meses, há um ano, para fazer uma radioterapia, para fazer uma cirurgia de cabeça e pescoço, com um câncer comendo. Isso tem uma causa.

Isso é redução de financiamento e incompetência, claro; mas é preciso resolver a questão do financiamento para não dar justificativa às incompetências gestoras e administrativas.

Então, acho que a gente precisa fazer um debate muito sério sobre equilíbrio fiscal, justiça fiscal, justiça social neste país. A gente não pode simplesmente sair jogando coisas e fazendo discursos que, na maioria das vezes, são discursos populistas, sem nenhum amparo concreto e objetivo para dar sustentabilidade ao que está sendo proposto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

ITEM 11
PROJETO DE LEI N° 6012, DE 2023
- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios e dá outras providências; e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, que institui e regulamenta o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para assegurar que os recursos do Pronampe sejam permanentes.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação, nos termos do substitutivo apresentado.

Autoria: Senadores Esperidião Amin, Jorge Seif e Ivete da Silveira.

Concedo a palavra ao Senador Laércio Oliveira para a leitura do seu relatório.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Agradeço, Senadora Damares.

Esse é um assunto extremamente importante, de um valor enorme, de uma sensibilidade grande dos Senadores aqui já citados por V. Exa., que eu quero cumprimentar mais uma vez.

O relatório tem uma fundamentação valiosa e eu gostaria, com a sua autorização, de ir direto a alguns aspectos da análise, para a gente caminhar para o voto.

O Pronampe foi instituído pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para garantir crédito emergencial às microempresas e empresas de pequeno porte, que, naquele momento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

enfrentavam uma conjuntura econômica desfavorável decorrente da pandemia da covid-19.

Sobre o aspecto econômico e financeiro, é relevante garantir tratamento diferenciado aos pequenos negócios, porque, no Brasil, o acesso ao crédito apresenta restrições estruturais. Consequentemente, sem políticas públicas creditícias como o Pronampe, muitos micro e pequenos empresários não teriam acesso a crédito e, provavelmente, muitos teriam dificuldade em garantir o crescimento de seus negócios por não terem capital próprio suficiente. Portanto, é inegável que o Pronampe traz benefícios econômicos e sociais para o Brasil, sendo uma política pública meritória que merece ser continuada para além de 2025.

O objetivo desse projeto, Sra. Presidente, é que... O final dele estava planejado para 2025, por isso a gente precisa aprovar esse projeto para que ele tenha continuidade.

Pelo exposto, consideramos meritório manter o FGO-Pronampe, garantindo a reversão dos valores oriundos de créditos extraordinários a partir de 2025 e a formação de um fundo próprio ao Programa Pé de Meia a partir do FGO-Pronampe, sem, contudo, inviabilizar sua continuidade a longo prazo. Tendo em vista a supressão do art. 3º da proposição e os ajustes na epígrafe, consideramos adequado propor um substitutivo, que está anexo ao relatório, de modo a integrar todas as alterações.

Ao voto, Sra. Presidente.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e regimentalidade do Projeto de Lei 6.012, de 2023. E, no mérito, votamos por sua aprovação, nos termos do substitutivo já citado aqui.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sra. Presidente. Eu queria pedir vista também, Sra. Presidente, e quero explicar por quê.

Primeiro, o Pronampe foi criado durante a pandemia e era um programa temporário. O Governo mandou, através da Medida Provisória 1.213, o Programa Acredita, que envolve todas essas questões, inclusive crédito, inclusive com menor taxa de juros, ou seja, um programa mais consistente, inclusive, do que o que nós tivemos com o Pronampe, em que os bancos utilizavam o fundo garantidor para emprestar e não para poder alavancar recursos para emprestar ao segmento.

Então, é preciso que a gente... não precisa fazer oposição a tudo. A gente não precisa ser oposição, inclusive é uma política boa que o Governo apresentou sob a forma de medida provisória, porque quer estabelecer uma marca que já foi de um período que nós vencemos, que foi o da pandemia.

E uma outra questão que eu quero chamar a atenção dos brasileiros. O dinheiro para esse projeto deve ser retirado do Pé-de-Meia, programa que o Governo acabou de implantar.

De novo, tira dos pobres para um outro segmento, mesmo o Governo já tendo constituído um programa com mais abrangência, que renegocia dívida, que abre crédito, ou seja, o Governo apresenta um programa completo para substituir o Pronampe, que é o Acredita. E nós estamos aqui querendo ressuscitar um programa e, ainda por cima, retirar o fundo garantidor que vai instituir o Programa Pé-de-Meia.

Vocês, estudantes secundaristas, neste momento, neste debate aqui, estão questionando o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Programa Pé-de-Meia e estão questionando o debate sobre o programa que o Governo Federal apresentou, que é o Acredita. Você, pequeno empresário, empresário individual, empreendedor individual, preste atenção, porque o Acredita é mais abrangente e resolve muito mais o problema do que o antigo Pronampe.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vou conceder vista coletiva, mas eu quero parabenizar o Relator pelo voto e os três autores do projeto de lei. A Bancada de Santa Catarina foi autora desse projeto de lei.

Parabéns, Relator, por esta relatoria e pela relatoria anterior também e ao autor Senador Mecias.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E vamos esperar que o Governo reveja a posição. Sugiro que a Bancada de Santa Catarina converse com o Governo, especialmente neste momento, o Pronampe seria extremamente importante para as pequenas empresas de Santa Catarina.

Senador Alan.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Sra. Presidente, Senadora Damares, querida amiga, solicito a inversão de pauta para a leitura do nosso relatório do item 6, o PL 5.395, de 2023, que estabelece um dos projetos mais importantes para o nosso público estudantil, que é a Política Nacional de Assistência Estudantil. Para a leitura do nosso relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – De fato, é o próximo item da pauta, o item 6.

ITEM 6
PROJETO DE LEI Nº 5395, DE 2023
- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Alan Rick
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela CE.

Concedo a palavra ao Senador Alan Rick para a leitura do seu relatório.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Agradeço à nossa Presidente, Senadora Damares.

Esse foi um tema que nós debatemos com representantes dos estudantes brasileiros, com a Andifes, com representantes dos reitores das universidades federais, da classe estudantil brasileira, até elaborarmos este relatório, de um trabalho muito bem feito pela então Deputada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Professora Dorinha, hoje nossa Senadora, lá na Câmara dos Deputados.

Peço permissão à Presidente para ir direto à análise do projeto.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno da Casa, compete à CAE opinar sobre os aspectos econômico-financeiros das matérias que lhe são submetidas para apreciação.

A proposta não traz qualquer impacto econômico-financeiro para a União, tendo em vista que não há consignação de novas dotações orçamentárias para os programas citados. Alguns programas como o Plano Nacional de Assistência Estudantil (atual Pnaes) e o Programa Bolsa Permanência (PBP) já estão instituídos pelo Governo Federal. Trata-se de mera fixação em diploma legal dos programas, para dar maior segurança jurídica às ações, sem criação, neste momento, de novas despesas. Não se torna, portanto, necessário verificar o atendimento do disposto na legislação sobre finanças públicas, em especial às restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal para políticas que impliquem renúncia de receitas ou aumento de despesas.

Quanto ao mérito, nós concordamos com as autoras. Temos observado nas últimas décadas um grande avanço nos programas de acesso à educação superior, bem como de acesso à educação profissional e tecnológica, tanto via aumento de vagas nas instituições públicas quanto no financiamento das mensalidades dos cursos feitos em instituições privadas.

Porém, apesar de o acesso ter melhorado, os alunos encontram dificuldades crescentes para custear a sua permanência nas instituições de ensino: os gastos expressivos com alimentação, transportes, moradia, compra de livros e de materiais de estudo por vezes são impeditivos para os estudantes vindos de famílias com baixa renda. Estes alunos muitas vezes precisam trabalhar para financiar o seu sustento e seus estudos, encarando longas jornadas que concorrem com o tempo necessário para manter a dedicação e o bom desempenho acadêmico.

Dado esse quadro, não surpreendem os altos níveis de evasão escolar identificados nas instituições de educação superior, profissional e tecnológica. O Mapa do Ensino Superior no Brasil de 2023, elaborado pelo Instituto Semesp, aponta que 55,5% – ou seja, mais da metade dos alunos – que entram na faculdade no Brasil desistem dos cursos antes de se formar; 18,1% dos alunos sofrem atrasos na aprendizagem; e apenas 26,3%, pouco mais de um quarto dos estudantes, se formam no prazo esperado. A evasão é maior nas universidades particulares, chegando a 59%, mas não deixa de ser alarmante nas públicas, onde registra 40,3% de abandono do curso.

Embora a evasão escolar seja um fenômeno complexo que envolva diversas dimensões – como decepção com o curso, dificuldade de adaptação à vida universitária, mudanças na percepção sobre o mercado de trabalho, entre muitos outros – a questão financeira é uma constante em todas as avaliações sobre as causas das desistências.

Em 27 de setembro do ano passado, a Comissão de Educação deste Senado debateu a importância de programas de assistência estudantil na educação superior e ouviu de representantes de alunos, de professores e de universidades públicas a defesa unânime da regulamentação por lei do Plano Nacional de Assistência Estudantil, como forma de reduzir a evasão escolar. Os debatedores alertaram que hoje a assistência estudantil é paliativa, pontual e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fragmentada, e que sua inclusão na lei vai torná-la um direito, em vez de apenas um benefício.

A Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, Márcia Abrahão Moura, destacou na audiência pública uma pesquisa de 2018 que aponta 70% dos estudantes de universidades públicas federais com renda familiar abaixo de um salário e meio por pessoa. Este dado desmonta o argumento de que as universidades públicas são para os filhos dos ricos e reforça a necessidade de apoio para a permanência escolar.

A não permanência dos alunos, inclusive, bota a perder parte dos recursos públicos destinados ao custeio do ensino, uma vez que o objetivo final não é atingido, qual seja, a graduação superior, profissional ou tecnológica, bem como a sua posterior empregabilidade em posições de melhores salários.

O Pnaes atual concede aos estudantes de baixa renda auxílios para moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. A escolha de qual subsídio ofertar e a execução dos recursos são de responsabilidade da própria instituição de ensino.

O projeto que relato agora cria um benefício direto, a Bolsa Permanência, que será paga a estudantes que não recebam bolsa de estudos concedida por órgãos governamentais. O valor não poderá será inferior ao das bolsas de iniciação científica para estudantes de graduação, hoje em R$700, e ao das bolsas de iniciação científica júnior para estudantes de educação profissional técnica e de nível médio, que corresponde hoje a R$300. Estudantes indígenas e quilombolas receberão as bolsas em dobro.

Além do benefício, a política abrangerá dez programas em torno dos principais aspectos que colaboram para o desempenho acadêmico, permanência na instituição e conclusão do curso. Além de combater a evasão, o Pnaes vai melhorar as condições de ensino e desempenho em sala de aula.

É importante lembrar que, apesar de ser majoritariamente voltada para as instituições federais, se houver disponibilidade orçamentária, a política poderá atender ainda a estudantes de mestrado e doutorado dessas instituições ou estudantes de instituições de ensino superior públicas gratuitas de estados, municípios e do Distrito Federal por meio de convênios.

Precisamos enfrentar esse desafio e atuar para auxiliar a permanência dos alunos em sala de aula. Assim, conseguiremos uma progressão de carreira digna e a melhoria da qualificação da nossa mão de obra e da produtividade, temas tão importantes para o crescimento do país e sustento das próximas gerações.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.395, de 2023.

Este é o nosso relatório e o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A matéria está em discussão.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Inclusive, cumprimento aqui a autora, nossa querida Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

Antes, a Presidente registra cumprimentos ao relatório. O seu relatório é lindo, mas assustador. Os números da evasão que o senhor apresenta no relatório assustam. Parabéns pelo relatório e parabéns à autora pela iniciativa. Esse projeto é, na verdade, uma declaração de amor aos alunos. Parabéns! A Comissão hoje dá um passo para fortalecer lá na ponta esses alunos que precisam ficar nas universidades. Parabéns!

Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Sra. Presidente, Senadora Damares, cumprimento os colegas Senadores, em especial o Senador Alan Rick. Na verdade, acho que a aprovação do Pnaes é um sonho antigo; foi um dos meus primeiros projetos quando Deputada. Infelizmente, e aí mostra que não tem ligação com linha ideológica A, B ou C, o projeto, por muito tempo... a nossa ideia era, tinha, existia a ação, mas nós queríamos criar um programa estruturado com garantia orçamentária. Meu estado, o Estado de Tocantins, foi um dos primeiros a trabalhar e receber comunidades indígenas nas universidades, comunidades quilombolas. Mas o programa, primeiramente, garante continuidade, política pública de permanência com qualidade, de respeito a essa permanência. Eu agradeço à Deputada Alice Portugal, que conseguiu recentemente o acordo de votação. Tinha outros projetos; eu mesma apresentei ao longo dos anos alguns projetos que estão apensados. E a nossa expectativa é de que a gente consiga aprovar e que ele se consolide como política pública.

Porque a gente, vez ou outra, avança em relação a políticas de cota, de atendimento, pensando no desafio de formação de professores e em outras áreas tão importantes. O desafio de chegar à universidade é enorme, porque nós temos ainda um sistema de educação excludente, mas só chegar não serve. Como esse jovem, como esse estudante adulto vai permanecer e permanecer com sucesso? E como essa instituição tem condição de dar a condição de acesso, permanência e sucesso dentro do ensino superior?

Então, eu agradeço ao Senador Alan Rick pela sua disposição e gentileza. E a nossa expectativa agora é votar logo para que se transforme em uma política permanente, que vai poder ampliar para os diferentes atendimentos nas nossas universidades públicas. Que, somando tudo isso e o prejuízo para quem não consegue ficar são turmas vazias de alunos que não estão presentes porque não conseguiram e também não vão cumprir sua tarefa na sociedade brasileira. Então, parabéns à UNE, Ubes, todos que se juntaram nessa luta importante.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Alan, antes de o senhor falar, olhe para trás. (*Pausa.*)

Eu quero registrar a presença dos alunos que estão acompanhando a votação aqui no plenário. Muito obrigada por estarem conosco nesta manhã. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*)

Com certeza, com certeza.

Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – A participação dos estudantes demonstra o quanto a matéria, como esta que nós aprovamos hoje, nesta Comissão, é importante. Os números da evasão, os números de desistência são alarmantes, Senadora Damares, nossa Presidente.

Quando me deparei com essa proposta, a pedido da nossa querida autora, Senadora Dorinha, que tanto lutou por esse projeto, desde a Câmara dos Deputados, nós nos aprofundamos, nós mergulhamos nessa matéria, conversamos com representantes dos estudantes, das universidades e chegamos a um consenso, para que a matéria, com o seu texto original, tivesse a sua aprovação por absoluta conformidade de entendimento entre todos os nossos pares nesta Comissão.

Então, mais uma vez, eu parabenizo os estudantes brasileiros por essa conquista do Pnaes. E quero dizer que nós estamos juntos para construir cada vez mais um ensino superior forte, que forme cidadãos nobres, grandes servidores, grandes profissionais, grandes nomes que vão ser o presente e o futuro do Brasil em todas as esferas da sociedade.

Mais uma vez, obrigado.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Pela ordem.) – Presidente, se me permite também aproveitar este momento para parabenizar o Relator, Alan Rick; a autora, Professora Dorinha.

É um tema de grande importância. Já se tem uma dificuldade em chegar ao ensino superior, mas quando se chega, tem uma grande dificuldade e os números foram demonstrados aqui na sua permanência e conclusão.

E aqui eu quero destacar um ponto específico, que é a questão dos transportes para esses alunos do ensino superior. Na grande maioria dos estados, os grandes centros, as maiores cidades, é onde ficam os cursos superiores. E os alunos das cidades mais afastadas têm que se transportar para lá.

E como o ensino superior não é de responsabilidade do estado, não é de responsabilidade do município, muitas prefeituras se recusam a fazer esse transporte, custeando para o aluno de uma maneira que inviabiliza a sua permanência e a sua frequência dentro desses cursos.

Então, além disso, já ouvi várias vezes aqui, de vários reitores dos institutos federais, a questão de quando os alunos estão na sala, quando estão no período de ensino e que precisam fazer uma refeição, precisam fazer sua alimentação, economizam um dia para comer no outro, trazem de casa algumas vezes, mas não conseguem levar sempre a comida.

Todas essas ações, esses movimentos para dar condições – olha só o que nós estamos falando – buscam aqui dar condições para que as pessoas que não podem consigam frequentar com qualidade um ensino superior.

Isso é o maior investimento que o país pode fazer, é no ser humano, o maior investimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

é na educação que, com certeza, o resultado volta, e volta de uma maneira qualificada, volta com uma profissão diferenciada, e o Brasil avança.

Então, eu quero parabenizar, mais uma vez, o Relator e a autora, por esse projeto importante para o país.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigado, Senador.

Antes de ir para o item 8 da pauta, eu registro a presença da Vereadora Eliza, da cidade de João Pessoa, que veio correndo para acompanhar a votação desse projeto. Ela tem uma grande atuação na área da educação também.

Item 8, Projeto de Lei 2.620, de 2019... (*Pausa.*)

Sim, Senadora...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Eu queria só cumprimentar a Manuella Mirella, Presidente da UNE, que está aqui presente; o Vinícius Soares, Presidente da ANPG; e o Marcelo Acácio, Diretor de Relações Institucionais da UNE.

Muito obrigada pela luta. Eles estiveram na Câmara e aqui acompanham no Senado. Parabéns pela representação e luta de vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bem-vindos, muito bem-vindos.

ITEM 8
PROJETO DE LEI Nº 2620, DE 2019
- Não terminativo -

Esta Lei institui o Programa Nacional de Atenção ao Paciente Cardiológico – PROCARDIO.

Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda de sua autoria.

Observações:

1. Em 6/5/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Mecias de Jesus.

2. A matéria será apreciada pela CCJ e, em decisão terminativa, pela CAS.

Autoria: Senador Major Olimpio, saudades.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Cunha para a leitura do seu relatório.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Como Relator.) – Sra. Presidente, inicialmente não há como começar de outra maneira senão mencionando o autor, Senador Major Olimpio, extremamente atuante – algumas pessoas podem imaginar que era apenas na área da saúde, mas em diversas áreas e sempre com muita sensibilidade. E esse projeto é fruto dessa sensibilidade e desse olhar para aqueles que mais precisam. Então, deixou sua marca. Durante o período em que passou aqui no Senado, foi referência para muitos e, com certeza, o legado ainda está sendo construído. E um exemplo é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

uma lei como essa, o projeto que iremos avaliar neste momento.

Conforme exposto pelo autor na justificação, o PL nº 2.620, de 2019, pretende criar programa – denominado Procardio – inspirado no Pronon e no Pronas/PCD, instituídos pela Lei nº 12.715, de 2012, originada da conversão da Medida Provisória nº 582, de 2012.

Tais programas foram propostos pelo Poder Executivo com o objetivo de buscarem nova fonte de recursos, respectivamente, para a prevenção e o combate ao câncer e para a prevenção e a reabilitação da pessoa com deficiência. Para tanto, permitem que sejam deduzidos do Imposto de Renda devido por pessoas físicas e jurídicas o montante das doações e os patrocínios efetuados em favor de associações ou fundações dedicadas à pesquisa das afecções a que se referem.

O Procardio, por meio desse mesmo tipo de deduções no Imposto de Renda, destina-se à captação de recursos para a execução de ações e serviços voltados para as doenças cardiovasculares, como promoção da informação, pesquisa, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação. Destaque-se que o PL nº 2.620, de 2019, exige que os participantes do programa devem prestar atendimento direto e gratuito às pessoas com doenças cardiovasculares. Isso significa que a renúncia fiscal, em verdade, será pelo menos parcialmente compensada pela economia de gastos que o Sistema Único de Saúde teria no tratamento dos pacientes beneficiados pelo programa.

O instrumento utilizado pelo PL nº 2.620, de 2019, é a renúncia fiscal, permitindo que as entidades atuantes na área de saúde se engajem em busca de recursos e que os contribuintes escolham projetos em que possam aplicar uma fração do Imposto de Renda devido.

Concordamos com o Senador Major Olimpio, autor da matéria, que não há necessidade de estimar o impacto econômico-financeiro dos benefícios fiscais propostos, porque o projeto apenas aumenta o rol de doações passíveis de serem dedutíveis do Imposto de Renda, mas não altera os limites da renúncia fiscal.

Não obstante o inegável mérito da proposta, proponho um pequeno ajuste redacional no que se refere à ementa, para tornar a sua redação mais adequada, substituindo o trecho "Esta Lei institui" simplesmente por "Institui".

Então, esse é o voto, Srs. Senadores, pelo qual solicito a aprovação do Projeto de Lei nº 2.620, de 2019.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com emendas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Item 10 da pauta.

ITEM 10
PROJETO DE LEI N° 3723, DE 2021
- Terminativo -

Altera as Leis nos 11.345, de 14 de setembro de 2006 (Lei da Timemania), e 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (Lei das Loterias), para estabelecer critério para destinação dos recursos oriundos do concurso de prognóstico específico e prever a atualização das entidades desportivas aptas a participarem desse concurso.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1.

Observações:

1. Foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

2. A matéria foi apreciada pela CEsp, com parecer favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Cunha, para a leitura do seu relatório.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Como Relator.) – Sra. Presidente, eu peço licença para ir diretamente à análise do projeto, avaliando aqui, principalmente, a importância da segurança para os times que fazem parte da Timemania e para aqueles que podem entrar, considero extremamente meritório esse projeto. Inclusive, observamos que não encontramos nenhum óbice de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade ou técnica legislativa para aprovação do projeto.

A Timemania é uma modalidade lotérica criada em 2007 e vinculada aos times de futebol brasileiros. Ela utiliza a identidade visual dos times para atrair torcedores apostadores e, em contrapartida, permite o pagamento de dívidas tributárias e trabalhistas das equipes por meio de um sistema de parcelamento de débitos. Essa modalidade foi criada como forma de auxiliar os clubes de futebol a quitarem uma dívida com o Governo Federal que, naquele momento, chegava a quase R$1 bilhão.

Inicialmente, 80 clubes foram selecionados para a Timemania, conforme regulamento, divididos em quatro grupos com base em critérios de mérito esportivo, com os clubes do primeiro grupo recebendo mais recursos.

O autor do projeto, o Senador Veneziano Vital do Rêgo, argumenta que a metodologia de distribuição estabelecida ao longo dos anos resultou em uma divisão injusta dos recursos. Um exemplo citado é o do time Treze Futebol Clube da Paraíba, que, apesar de ser frequentemente um dos mais indicados como "Time do Coração", não está incluído no primeiro grupo e, portanto, é excluído da divisão de recursos mais vantajosa para esse grupo. Tal sistema perpetua as dificuldades financeiras de times que têm grandes torcidas que podem manifestar sua preferência e apoiar seus times do coração.

Recentemente, por meio do Decreto nº 10.941, de 2022, o regulamento foi atualizado e os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

clubes reorganizados em dois grupos. O primeiro abrange os times das Séries A, B e C do Campeonato Brasileiro e os mais bem classificados no *ranking* da CBF, totalizando 80 equipes. O segundo grupo é formado pelos times profissionais que participaram da Timemania até 2021, mas que não fazem parte do primeiro grupo.

Os recursos arrecadados com essa modalidade lotérica são distribuídos da seguinte maneira: 11% do total arrecadado em cada sorteio é repartido igualmente entre todos os times dos dois grupos; e outros 11% são distribuídos entre os times do primeiro grupo, proporcionalmente às apostas realizadas no "Time do Coração".

Quando o projeto foi apresentado, a nova regra determinada pelo decreto ainda não estava em vigor. Entendemos que a solução apresentada pelo Senador Alessandro Vieira, consolida um critério de distribuição mais justo, visando a equilibrar a destinação dos recursos, garantindo que uma parte seja distribuída de maneira igualitária entre todos os clubes e outra metade obedeça à proporcionalidade das entidades desportivas mais indicadas pelos apostadores como sendo a de sua preferência, ou seja: o "Time do Coração".

Ademais, com o intuito de evitar as constantes alterações das regras de repartição de recursos promovidas pelas normas infralegais, julgamos importantíssima a edição de lei ordinária com as regras consideradas mais justas, bem como a reabertura bianual para a adesão de novas equipes à Timemania.

E aí, por exemplo, o grandioso Asa de Arapiraca, que vem numa crescente e, a cada dois anos, fazendo uma variação, certamente fará parte da próxima divisão do Timemania.

Por fim, Sr. Presidente, destacamos que o projeto em discussão não acarreta custos orçamentários adicionais para o Estado, como também não implica custos regulatórios.

Diante do exposto, esse é o voto pela aprovação do Projeto de Lei 3.723, de 2021, com o acolhimento da Emenda nº 1 - CAE.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Rodrigo Cunha, parabéns pelo seu relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal. (*Pausa.*)

Já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Rodrigo, o senhor concorda com o projeto? (*Risos.*)

Então vote aí para nós. (*Pausa.*)

Em votação o item 10 da pauta, Projeto de Lei nº 3.723, de 2011, terminativo.

Peço aos Senadores e aos assessores dos Senadores...

Senador Alan Rick, chegou na hora da votação.

Senadora Dorinha; Senador Veneziano Vital do Rêgo; Senador Fernando Dueire; Marcos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

do Val; Senador Randolfe; Senador Carlos Viana; Senador Izalci Lucas; Senador Wellington Fagundes; Senador Rogerio Marinho; Senador Sergio Moro. (*Pausa.*)

Quem vota com o Relator vota "sim". Quem não vota, vota "não", Senador, mas o projeto é meritório. (*Pausa.*)

Senador Carlos Viana. (*Pausa.*)

Senador Izalci Lucas, o Senador da ciência, da tecnologia, da inovação, V. Exa. pode votar pelo aplicativo. (*Pausa.*)

Senadora Margareth Buzetti. (*Pausa.*)

Senador Jaques Wagner. Já votou, Senador Jaques?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O Senador Alessandro Vieira já votou, o Senador Paulo Paim, o Senador Jorge Kajuru.

Chegou agora o Senador Wellington Fagundes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Humberto Costa, Senador Laércio, Senadora Damares. (*Pausa.*)

Qual é o próximo item? (*Pausa.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente Vanderlan...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Wellington, com a palavra, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Enquanto concluímos a votação, informo que nós agora acabamos de votar na Comissão de Educação, a Senadora Dorinha... Votar, não, mas apoiar e aprovar a decisão do Presidente da Comissão de Educação no sentido de os recursos definidos para a Comissão serem nesse momento drenados para ajuda ao Rio Grande do Sul, pela catástrofe que se vive lá.

Todos nós brasileiros devemos também ao povo desbravador principalmente do Cerrado, a todos os sulistas, de um modo geral.

No meu estado, o Governo do Mato Grosso mandou hoje – vai ser votado na Assembleia Legislativa – também uma ajuda de R$50 milhões para poder minimizar essa situação tão difícil que vive a população daquele estado. É claro que sabemos que, principalmente agora, após as enchentes, a dificuldade será maior ainda, não é? Neste momento, é alimento, é roupa. Daqui a pouco, vem muita necessidade de remédio, mas também de reconstrução do estado, das habitações, enfim. E aí, Senador... E V. Exa. teve também uma atuação muito importante aqui na época da pandemia, quando votamos o Pronampe, que foi fundamental, uma iniciativa, inclusive, do Senador Jorginho, que hoje é Governador de Santa Catarina, que fez com que os nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

micro e pequenos empresários pudessem ter sobrevida, isso no Brasil inteiro. A maior transferência de recursos que aconteceu para estados e municípios foi exatamente no Governo Bolsonaro naquele momento da pandemia. E, claro, agora o Rio Grande do Sul vive essa situação em que todos nós temos não só que ser solidários, mas também que fazer a nossa parte.

Eu agradeço imensamente também e sugiro aqui que todas as Comissões possam também ter essa iniciativa.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns, Senador Wellington, por essa iniciativa.

Podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

Votação encerrada.

Peço que abram o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – SIM, 19; NÃO, nenhum.

Aprovado o item 10 da pauta, Projeto de Lei nº 3.723, de 2021.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

EXTRAPAUTA
ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 52, DE 2024

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre o volume de pagamentos feitos pelas Prefeituras Municipais ao RGPS mês a mês nos anos de 2022, 2023 e 2024, a fim de se avaliar os primeiros impactos da política de desoneração da folha de pagamentos dos municípios após a edição da Lei n° 14.784/2023.

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

Em votação o requerimento.

As Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 52, de 2024.

EXTRAPAUTA
ITEM 14
PROJETO DE LEI N° 397, DE 2024

Autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Munícipio, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extremas.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Alan Rick
Relatório: Pela aprovação
Terminativo.
Relatório: pela aprovação do projeto, com as Emendas 1, 2 e 3, da CRA.
Observação: a matéria foi apreciada pela CRA, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas 1, 2 e 3, da CRA.
Concedo a palavra ao Senador Alan Rick para a leitura do seu relatório.
O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, só, pela ordem...
O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sr. Presidente...
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Líder, Senador Jaques.
O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Como é extrapauta... Eu sei da sensibilidade do momento e que por isso o Presidente da República está movimentando todos os esforços – inclusive mandou um PDL, que será provavelmente aprovado hoje à tarde na nossa sessão plenária e já o foi na Câmara dos Deputados no dia de ontem. Então, como já há um esforço muito grande, eu quero só me posicionar: eu vou pedir vista desse projeto.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Alan Rick.
O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Vou prosseguir na leitura do relatório.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, por favor, Senador, se quiser fazer a leitura e ir ao voto...
O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Entendemos aí o Líder Jaques.
Vamos direto à análise.
Principalmente devido a esse momento que o Brasil enfrenta, de crises climáticas extremas, e à situação dramática do Estado do Rio Grande do Sul... E este projeto tem como principal objetivo dar uma mão de ajuda, uma mão amiga ao pequeno produtor rural que perdeu tudo nessa cheia dramática do Rio Grande do Sul e em outras enchentes e secas também no Brasil.
Vamos direto à análise da nossa matéria.
Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE manifestar-se sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário, ou por consulta de Comissão.
Quanto à análise da matéria, em face do caráter terminativo, cabe a esta Comissão se manifestar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito do PL 397, de 2024.
No que se refere à constitucionalidade do projeto, observa-se que a União tem competência comum com estados, Distrito Federal e municípios para fomentar a produção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

agropecuária e organizar o abastecimento alimentar, nos termos do inciso VIII do art. 23 da Constituição Federal.

A matéria não é de iniciativa privativa do Presidente da República e não está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da Constituição.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a opção por um projeto de lei ordinária se revela correta, pois a matéria não está reservada pela Constituição Federal à lei complementar.

No tocante à juridicidade, a proposição também se afigura correta, pelos seguintes motivos: a edição de lei é a forma adequada para o alcance dos objetivos pretendidos, a matéria nela tratada inova o ordenamento jurídico, possui o atributo da generalidade, revela-se compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio e afigura-se dotada de potencial coercitividade.

No que se refere à técnica legislativa, a redação não demanda reparos, estando, portanto, vazada na boa técnica legislativa de que trata a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

No mérito, entendemos que o PL em análise é muito oportuno, uma vez que contribui para aprimorar as estratégias de amparo aos produtores rurais brasileiros em situação de intempéries climáticas, como as estiagens prolongadas que se constatam em diversas regiões do país ao longo dos últimos anos e também com relação às crises de enchentes que aconteceram recentemente em vários estados brasileiros, como o Acre e, agora, o Rio Grande do Sul. Tais medidas se fazem necessárias devido ao fato de que, haja vista as recentes crises econômicas ocorridas no Brasil, constata-se haver considerável descapitalização dos agropecuaristas brasileiros, muitos dos quais ainda não tiveram a oportunidade de aderir às renegociações de dívidas implementadas pelo poder público no período indicado.

A referida renegociação é imprescindível, sobretudo para os pequenos e médios produtores rurais no Brasil, que se encontram em situação alarmante. O alto custo da energia elétrica, dos combustíveis e das despesas com insumos afetam negativamente a rentabilidade, situação agravada pelos recentes problemas climáticos e a queda nos preços dos principais produtos agrícolas, como bem alerta o autor na justificação da proposição.

Nesse contexto, a proposição em tela é oportuna para possibilitar novo prazo para que os produtores rurais tenham acesso à possibilidade de prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do município, Distrito Federal, estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extremas e também com relação às enchentes.

Por esse motivo, recebemos com satisfação a iniciativa constante do PL 397, de 2024.

Entendemos ser fundamental também incluir como alvo da proposição em tela os produtores que sofrem com inundações e, à semelhança daqueles que habitam em regiões com estiagens prolongadas, tiveram significativos prejuízos econômicos ao longo dos últimos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A título de exemplificação dessa realidade alarmante, citamos aqui a triste situação atual do Rio Grande do Sul: o estado enfrenta um dos maiores desastres climáticos de sua história, que atingiu, até a última segunda-feira, ontem, 6 de maio, mais de 870 mil pessoas, desalojou cerca de 150 mil pessoas e provocou mais de 85 mortes, deixando 300 feridos e 111 desaparecidos até o momento. As fortes chuvas afetaram 364 dos 497 municípios gaúchos, sendo que 336 tiveram o estado de calamidade pública reconhecido pelo Governo Federal. Há seis barragens de hidrelétricas em situação de emergência, com risco iminente de rompimento, e as famílias das áreas que podem ser atingidas estão sendo retiradas às pressas. Uma das barragens, localizada entre os municípios de Bento Gonçalves e Cotiporã, já registrou o rompimento parcial.

Não podemos esquecer que há dois meses o Estado do Acre também enfrentou uma das maiores enchentes de sua história, com aproximadamente 20 municípios em estado de emergência – e o estado tem 22 municípios. Em cidades como Brasiléia, cerca de 80% do território chegaram a ficar debaixo d'água, um recorde histórico.

Esses episódios demandam um grande esforço de ajuda humanitária e defesa civil e, quando a segurança da população estiver assegurada, de reconstrução das áreas atingidas e apoio às comunidades que perdem tudo com as catástrofes e perdem seu meio de sustento, como as que se dedicam à atividade rural.

Diante do exposto, concordamos com as emendas aprovadas na CRA, que garantem isonomia aos produtores que sofrem com intempéries climáticas, seja por secas e estiagens prolongadas, seja por excessos hídricos, no acesso à prorrogação das parcelas vencidas e vincendas das operações de crédito rural de que trata o projeto que ora se relata.

O nosso voto.

Portanto, Sr. Presidente, pelo exposto, votamos pela aprovação PL 397, de 2024, bem como das Emendas 1, 2 e 3 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado.

Sr. Presidente, a matéria é meritória. O Brasil assiste a esse momento dramático do Estado do Rio Grande do Sul. O Acre passou por isso recentemente. E, além de toda a população afetada, que deve ser abraçada pelo Governo, neste momento, por todos os órgãos, nós temos o problema do pequeno produtor rural, daquele que perdeu tudo, do produtor rural de uma maneira geral, que não tem acesso muitas vezes a um seguro do financiamento contratado e que, se não tiver uma prorrogação de prazo para pagar essas dívidas contraídas para que possa ter agora a sua produção para pagar o financiamento, ele não tem dinheiro para sustentar sequer a sua família, sem falar nos danos, no prejuízo que ele terá que recompor; ele terá que reconstruir.

Então, estender a mão ao produtor rural neste momento, àquele pequeno produtor, ao médio produtor, a todos aqueles que tiveram perdas nesses graves eventos climáticos que o Brasil enfrenta hoje é o mínimo que se pode fazer.

Então, embora haja esse pedido de vista pelo Governo, eu particularmente não concordo. Acho que neste momento nós todos devemos estar de mãos dadas, inclusive o Governo.

E essa matéria está aqui, o autor é o Senador Mecias de Jesus. Estou falando aqui desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

projeto, Senador Mecias, tão importante para o Brasil e tão oportuno neste momento em que o Brasil enfrenta esses eventos climáticos catastróficos.

Então, o nosso voto é pela aprovação do referido texto. E, obviamente, pedimos que o Governo se sensibilize, para que nós não travemos uma matéria que precisa da mais rápida aprovação, da urgência necessária para atender às pessoas que hoje sofrem com as cheias, as inundações e a perda de toda a sua produção.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Alan Rick, parabéns pelo seu relatório.

Aliás, o senhor passou por essas dificuldades também no nosso querido Estado do Acre, como nós passamos também no Estado de Goiás há cerca de três anos. No mesmo período em que na Bahia teve aquelas inundações, Goiás também sofreu muito.

Pedido de vista coletiva concedido.

Senador Mecias, com a palavra, Senador.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar V. Exa., cumprimentar os colegas Senadores e Senadoras e cumprimentar o Senador Alan Rick, que proferiu um excelente relatório a respeito da matéria.

Ele é conhecedor profundo do país e, principalmente, dessas questões que o projeto tenta amparar nesse momento. O Senador Alan Rick viveu isso agora, recentemente, no estado dele, como eu vivi lá no Estado de Roraima, e o Rio Grande do Sul está vivendo agora. Portanto, é, sem dúvida nenhuma, um projeto que merece a urgência necessária.

É lamentável que o Governo, que se diz preocupado com a situação no Rio Grande do Sul, peça vista de um projeto dessa natureza, dessa magnitude. É lamentável isso, mas o pedido de vista já foi deferido por V. Exa.

Eu quero agradecer a V. Exa. e aos membros da Comissão e parabenizar, mais uma vez, o Senador Alan Rick pela celeridade no projeto, porque ele conhece profundamente essas questões.

E eu fico muito feliz, Senador Alan Rick, e abraço V. Exa. mais uma vez e agradeço pela solidariedade a todos os estados brasileiros, sobretudo esses que vivem essas questões emergenciais, como viveu o seu estado, o meu estado e como vive agora o Rio Grande do Sul.

Nossa solidariedade a todo o povo do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Mecias.

Antes de encerrarmos a nossa reunião, eu quero deixar aqui alguns comentários sobre o que eu estou presenciando, nesses últimos dias, com esse desastre ali no Rio Grande do Sul.

Primeiro, ele está nos ensinando o quanto o brasileiro é solidário: caravanas de caminhões a gente está vendo aí em destino ao Rio Grande do Sul de diversos estados – eu olhava hoje de manhã no jornal –, saindo do Piauí, saindo de Mato Grosso, saindo de Goiás... Sai de tudo quanto é lugar ajuda. A população está se mobilizando, os empresários estão se mobilizando. Estão todos mobilizados. Botes, salva-vidas, canoas, motores, lanchas, aviões, levando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

medicamentos, levando alimentos.

Mas uma coisa me chamou a atenção e eu quero deixar registrado aqui: somos solidários, o brasileiro está dando um *show* aí, mas tem aqueles aproveitadores, Mecias.

Senadora Dorinha, ontem – eu tenho muitos amigos no Rio Grande do Sul, nós vendemos, as nossas empresas ali têm representantes; conversamos com eles; tenho amigos ali, pastores que foram de Goiás para o Rio Grande do Sul –, conversando com alguns ali, eles diziam: "Olha, Senador, mande água, porque nós estamos sem água, e alimento; mas principalmente água".

E nós saímos ali, ligando para alguns. Como água, saindo de Goiás é muito caro o transporte, então fomos buscar ali nas divisas e, pasmem, teve empresa que já aumentou 50%, 70% o preço da água.

E essa minha fala aqui hoje é para que os estados tomem providência para com esses abusadores, como esses maus empresários; e a União também, o Governo Federal.

Mas eu quero registrar aqui também que em meio a tudo isso tem uns bons exemplos. Eu liguei por volta de 10h, e consegui localizar um empresário. Ele é do Paraná, da cidade de Londrina, e ele tem uma engarrafadora de água em São Paulo, próxima à divisa do Paraná. Eu liguei para ele para falar sobre a questão: "Não, nós estamos mandando aqui, Senador, para o Rio Grande do Sul" – para todos os clientes dele. E já estavam saindo mais de 30 carretas com preço de custo, combinado com o supermercadista para repassar esse desconto. Aí quando eu propus para ele: eu preciso mandar algumas cargas para lá para atender a demanda que chegou até nós de alguns municípios, desse pessoal que está fazendo um trabalho maravilhoso. O trabalho das igrejas é fundamental nesse momento, os templos estão lotados de gente, cheio de gente, os relatos são impressionantes. Sabe o que ele me disse, Senador? Ele falou: "Senador, eu vou lhe dar a água, o senhor só vai pagar o frete".

Então eu quero deixar esse registro aqui e mais, falar o nome desse empresário, que é lá de Londrina. A empresa dele se chama Refrico, o Sr. Márcio, que está mandando água para o Rio Grande do Sul e que aqueles empresários, eu falei com uns dois lá do Rio Grande do Sul, não vou mencionar nome, é antiético, mas que esses empresários daquele estado sejam punidos pelo que estão fazendo num momento de dor como esse – num momento de dor como esse, estão explorando a dor!

Outro fato importante, nós estamos carregando alguns... nós fabricamos biscoito, estamos carregando alguns biscoitos para lá. E ao contactar a transportadora, sabe o que ele disse, Senador? "Paga só o óleo. Não vamos cobrar o frete, só o óleo". Então olha como o brasileiro está solidário. Agora nós temos que punir esses maus empresários. Toda área tem, mas esses aí estão abusando num momento tão difícil que está passando aquele estado.

Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Presidente, parabéns pela reflexão. É exatamente isso. V. Exa. toca num ponto crucial. Eu quero aqui reiterar as palavras do autor da matéria desse projeto que nós relatamos ainda há pouco.

É lamentável que o Governo, ao invés de nos ajudar na urgência necessária para aprovar a matéria, peça vista de uma proposta tão importante neste momento em que o povo brasileiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

assiste à maior tragédia humana do Estado do Rio Grande do Sul. Esperamos que o Governo faça uma reflexão e nos ajude a aprovar essa proposta. Essa proposta é fundamental para estender a mão àqueles que mais precisam no momento da sua tragédia mais avassaladora.

Então, conte aqui, Senador Mecias, com o nosso total apoio. Vamos em frente para aprovarmos esse texto o mais breve possível, estendermos a mão de apoio àqueles que precisam neste momento de dor e de sofrimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Alan.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Boa tarde a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dez minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Izalci Lucas, Sergio Moro, Efraim Filho, Fernando Dueire, Plínio Valério, Otto Alencar, Angelo Coronel, Janaína Farias, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Humberto Costa, Jaques Wagner, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda do Senador Beto Faro, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Cid Gomes, Irajá, Omar Aziz e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1859, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.153, de 30 de julho de 2015, que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos; prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação; e dá outras providências, para atualizar e aprimorar seus objetivos e princípios, para estabelecer competências do Poder Público e para proibir a pulverização aérea de agrotóxicos nas áreas que especifica." **Autoria:** Comissão de Meio Ambiente. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta e contrário à emenda nº 1. **Resultado:** Adiado. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 62/2024-CAE de audiência pública para debater a matéria. Fica sobrestada a deliberação da matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2840, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o § 3º do art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e insere o art. 71-D na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a licença-maternidade e o salário-maternidade, em caso de parto antecipado." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho (*Ad hoc*), substituiu Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Favorável, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Após leitura do relatório foi concedida Vista coletiva para a matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 429, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre as custas judiciais no âmbito da Justiça Federal; cria o Fundo Especial da Justiça Federal (Fejufe); e revoga a Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1577, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 321, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Proíbe o custeio com recursos públicos da administração direta ou indireta de iniciativas que não garantam entre atletas homens e atletas mulheres valores idênticos pagos a título de premiação nas competições desportivas que organizarem ou de que participarem." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Janaína Farias. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2406, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que criou o Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC, para atribuir nova fonte de recursos ao Fundo Geral de Turismo - Fungetur." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação com três emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5098, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que, entre outros assuntos, cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, para prever a destinação de recursos para ações de prevenção, monitoramento e combate do desmatamento, das queimadas, dos incêndios florestais e dos desastres naturais." **Autoria:** Senador Jayme Campos (DEM/MT). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1, com uma emenda de redação apresentada. **Resultado:** Aprovado o projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, com 19 (dezenove) votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 5523, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, para permitir que as instituições financeiras utilizem como lastro de LCA de sua emissão, título de crédito representativo de repasse interfinanceiro." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CRA. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 6020, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000 e Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018, para incentivar a pesquisa sobre mobilidade elétrica no Brasil." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao projeto, contrário às Emendas nºs 1 e 2-CCT, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 3, nos termos das três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 6012, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios e dá outras providências; e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, que institui e regulamenta o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para assegurar que os recursos do Pronampe sejam permanentes." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 62, de 2024** que: "Requer a realização de audiência pública para debater o PL 1859 de 2022 que “altera a Lei nº 13.153, de 30 de julho de 2015, que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos; prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação; e dá outras providências, para atualizar e aprimorar seus objetivos e princípios, para estabelecer competências do Poder Público e para proibir a pulverização aérea de agrotóxicos nas áreas que especifica.”" **Autoria:** Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). **Resultado:** Aprovado o requerimento de audiência pública para debater o PL 1859/2022. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/21

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 21 de maio de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 18ª e 19ª Reuniões, realizadas em 14 de maio de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Eu gostaria, Senadora Janaína, Senador Fernando, de iniciar nossa reunião fazendo um breve resumo sobre os números recentes das projeções dos especialistas do mercado para a economia de nosso país constantes do Relatório Focus divulgado ontem pelo Banco Central.

Para a taxa básica de juros da economia, a Selic, as estimativas subiram para 10% para o final deste ano de 2024 e permaneceram em 9% para 2025 e 2026. Já para 2027, o mercado estima também um aumento para 9%. Quanto à inflação, os especialistas subiram a estimativa do IPCA de 2024 de 3,76% para 3,80% e o de 2025 de 3,66% para 3,74%. Já para os anos de 2026 e 2027, não houve alterações e os analistas continuam esperando inflação de 3,5%.

Quanto à evolução do PIB, os economistas estimam uma queda em 2024 de 2,09% para 2,05%, mas mantiveram as mesmas perspectivas de 2% para os três anos seguintes, 2025, 2026 e 2027.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à nossa pauta de hoje, gostaria de destacar dois projetos.

O primeiro projeto tem relação com a tragédia vivenciada nos dias atuais pelo Rio Grande do Sul. O Projeto de Lei nº 5.098, de 2019, altera a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, para prever a destinação de recursos para ações de prevenção, monitoramento e combate do desmatamento, das queimadas, dos incêndios florestais e dos desastres naturais. Esse projeto é fundamental para reforçar as discussões e as deliberações desta Comissão e deste Senado Federal acerca dos desastres naturais. Motivo pelo qual parabenizo o autor do projeto, Senador Jayme Campos, e seu Relator, Senador Carlos Viana.

Gostaria ainda de destacar também o Projeto de Lei 6.012, de 2023, que altera a legislação que instituiu e regulamentou o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios e ainda para assegurar que os recursos desse importante programa sejam permanentes.

Não é novidade e certamente todos aqui já sabem que os pequenos e médios negócios representam cerca de 90% das empresas brasileiras, além de serem responsáveis por mais de 56% dos empregos formais de todo o nosso país. Assim, trata-se de mais um relevante projeto a ser deliberado hoje por esta Comissão, e por isso parabenizo a autora, Senadora Ivete da Silveira, os autores, Senador Esperidião Amin e Senador Jorge Seif, e também o Relator, Senador Laércio Oliveira.

Era o que tinha para o momento.

Pedido de inversão de pauta da Senadora Janaína, por um compromisso externo.

Bom dia, Senador Oriovisto. Senador Rogerio Marinho, bom dia. Senador Líder Otto Alencar, Senadora Tereza...

Item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 321, DE 2021

- Não terminativo -

Proíbe o custeio com recursos públicos da administração direta ou indireta de iniciativas que não garantam entre atletas homens e atletas mulheres valores idênticos pagos a título de premiação nas competições desportivas que organizarem ou de que participarem.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Janaína Farias

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CCJ e CE.

Concedo a palavra à Senadora Janaína Farias para a leitura do seu relatório. Com a palavra, Senadora.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bom dia, Senadora.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Bom dia a todos os colegas Senadores e Senadoras.

Antes de começar, eu queria fazer uma homenagem aqui às nossas atletas do futebol feminino. Nós vamos sediar em 2027 a Copa do Mundo, então eu vim hoje caracterizada aqui, se o Presidente me permitir, com a nossa camisa.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Você fica bem.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Fiquei bonita?

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – De verde e amarelo...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Camisa bonita, Senadora. Bela homenagem.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É uma homenagem aqui às nossas guerreiras. Baseada no projeto, eu queria aqui fazer uma homenagem às nossas mulheres, nossas meninas que estão aí no projeto. Em 2027, estaremos sediando essa Copa.

Então, vou começar aqui, Presidente.

Sr. Presidente Vanderlan, colegas Senadores, colegas Senadoras...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não interrompendo a nossa Senadora, eu queria ressaltar que essa conquista foi uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conquista difícil, de grandes negociações com a FIFA, e estava à frente um caboclo baiano que hoje é Presidente da CBF, o meu estimado amigo Ednaldo Rodrigues, que lutou muito.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Verdade, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu fazia contato com ele lá na Tailândia, ele lá lutando para conseguir essa Copa do Mundo Feminina de Futebol aqui no Brasil. E a Janaína está representando aqui as nossas atletas.

O futebol hoje feminino é muito solicitado em todos os estados, no meu Estado da Bahia também. Nós esperamos que dessa vez o Brasil tenha a capacidade e a condição de ser campeão mundial do futebol feminino. Já tentamos algumas vezes. O exemplo maior é de uma nordestina, é da Marta, a maior jogadora de futebol do mundo, várias vezes...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Onze vezes, parece.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nove vezes.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Nove ou onze...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É a maior e melhor jogadora de futebol do mundo, lá do Nordeste.

Portanto, parabéns à Senadora Janaína por estar aqui vestida com as cores da nossa seleção brasileira, pentacampeã do mundo.

Obrigado e desculpe, Senadora, por ter interrompido para ressaltar a participação do Ednaldo Rodrigues nesse trabalho importante para o Brasil.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Eu que agradeço ao nosso colega.

Na verdade, até tentamos conversar com ele para a gente fazer essa homenagem, dizer que a gente ia fazer essa homenagem, porque coincidiu com a relatoria do projeto...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – E aí eu disse: "Vamos fazer uma homenagem às nossas atletas do futebol feminino".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, queria aqui agradecer, agradecer ao Presidente por também ter antecipado e me permitir estar aqui com essa nossa querida camisa da seleção brasileira feminina.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Então, Presidente, gostaria de agradecer ao Presidente da CAE pela designação como Relatora dessa matéria, de autoria da Deputada Rosangela Gomes, do Republicanos, do Rio de Janeiro, que é tão importante para promover a igualdade e a isonomia ao esporte entre os atletas masculinos e femininos, justamente neste momento em que o Brasil foi escolhido como sede da Copa do Mundo Feminina de Futebol em 2027, com muito orgulho para o nosso Brasil, superando a concorrência das candidaturas conjuntas dos Estados Unidos e México e do trio de países europeus, como a Alemanha, Bélgica e Holanda. A concorrência foi grande, viu, Senador?

Aproveito a ocasião para parabenizar o Governo Federal, sob o comando do nosso querido Presidente Lula, o Ministério do Esporte, todas as mulheres esportistas, em especial a maior jogadora, como já disse o nosso Senador, de futebol feminino, a nossa querida Marta.

Dito isso, em razão da ampla divulgação do nosso relatório, peço licença para ir direto à análise, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fazendo soar a campainha.*) – Pessoal, por favor, a Senadora está fazendo a leitura do seu relatório, é muito importante, vamos prestar um pouco de atenção, por favor, nossos colaboradores aí, nossos assessores. Por favor!

Senadora, com a palavra.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada.

Então, repito, faço uma homenagem à nossa querida Marta, que, conforme já relatado aqui pelo nosso colega, é nordestina, campeã em tudo. Se Deus quiser, nós vamos, em 2027, alcançar esse título. Então, a gente queria agradecer.

Queria pedir a permissão do Presidente para ir direto à análise do projeto.

O Brasil é um país com muitas desigualdades. Nos últimos anos, tem crescido na sociedade brasileira o sentimento de que o Estado precisa dar uma resposta à injustificável desigualdade de remuneração entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Nesse sentido, entre as iniciativas legislativas recentes para mitigar esse problema, está a Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023, que torna obrigatória a igualdade salarial de gênero para trabalhos de igual valor. Então, agradecemos ao nosso Senado, que participou também dessa aprovação. Já passou da hora, então, de esse movimento também ser estendido para os esportes profissionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De forma geral, a falta de incentivos financeiros no início da carreira e as condições precárias de treinamento em equipamentos públicos são fatores determinantes para a desistência da prática esportiva. Para as mulheres, essa situação é ainda mais dura devido à forte presença de comportamentos machistas e estereótipos de gênero, o que acaba se traduzindo em menores premiações e ganhos de imagem.

Até mesmo em grandes competições internacionais, é possível observar diferenças injustificáveis entre os prêmios para cada um dos gêneros. Por exemplo, o valor concedido à seleção campeã do mundo na última Copa do Mundo Feminina de Futebol em 2023 corresponde a aproximadamente US$300 milhões a menos do que foi pago ao último campeão da competição masculina em 2022. Somente a partir da edição de 2018 da Liga Mundial de Vôlei, os campeões de ambas as modalidades passaram a receber o mesmo valor em premiação.

A proposta em análise contribuirá para ampliar a proteção, a igualdade e a isonomia ao esporte, pois impedirá que qualquer entidade pertencente ao poder público patrocine ou preste apoio a eventos que não promovam a igualdade entre homens e mulheres desportistas. Além disso, caso receba recursos públicos e descumpra a regra de igualdade, o promotor do evento estará sujeito a multa, que poderá chegar a até R$200 mil, sendo o valor arrecadado direcionado para ações de combate à violência contra a mulher. Como é possível que a implementação imediata dessa igualdade de premiações interfira na execução de contratos já assinados, também é previsto que os efeitos da lei só entrarão em vigor após um ano da publicação oficial.

Com o aumento de premiações para mulheres nas competições, pode-se esperar um aumento do interesse delas pela prática de esportes. Com a maior presença de atletas femininas consagradas, as novas gerações de meninas poderão se sentir mais motivadas a procurar atividades esportivas, gerando um ciclo virtuoso de crescimento da participação de mulheres nos mais diversos esportes.

Não podemos esquecer também os inquestionáveis benefícios à saúde pública das mulheres que o aumento da prática esportiva pode trazer.

Por fim, destacamos que o projeto não causa nenhum impacto orçamentário ou financeiro sobre as contas públicas.

Voto.

Diante do exposto, manifesto voto favorável ao Projeto de Lei nº 321, de 2021.

Então, eu queria aqui agradecer, Presidente, o voto a favor, agradecer a presença de todos e, mais uma vez, fazer uma homenagem especial às nossas atletas e ao povo brasileiro por esta grande vitória de estar sediando, em 2027, a Copa Feminina de Futebol.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns pelo relatório, Senadora Janaína.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Esta é uma matéria extraordinária! Nós mulheres sonhávamos com esta matéria.

Mas eu queria perguntar uma coisa, Senadora, sobre a qual eu estava aqui conversando com o Senador Rodrigo: o investimento público, o recurso público, o equipamento público ser usado por um time de futebol, por exemplo, vai ser possível? Ele paga diferente para a mulher. Então, não só o aporte financeiro, mas o equipamento público. Vamos supor que um dos nossos ministérios, o Ministério da Mulher, o Ministério de Direitos Humanos, queira fazer uma campanha educativa com os 100, 180, poderá fazer a campanha naquela modalidade que está pagando mais que mulheres...? Eu tenho essas dúvidas. Meu medo é depois judicializarem. É um sonho nosso, mas, na prática, tentarem judicializar. A gente está seguro de que isso não vai acontecer? Dá para a gente aprovar e na regulamentação acertar esses detalhes?

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Perfeito, Senadora. Ele, na verdade, fala de eventos esportivos; ele não se referiu a equipamentos, mas acho que a gente pode... na regulamentação realmente é importante a sua consideração. Ele fala só de eventos esportivos, não se direciona aos equipamentos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Item 1 da pauta.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Tem um requerimento na mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É, tem um requerimento. Vamos passar à leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 62, DE 2024

Requer a realização de audiência pública para debater o PL 1859 de 2022 que "altera a Lei nº 13.153, de 30 de julho de 2015, que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos; prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação; e dá outras providências, para atualizar e aprimorar seus objetivos e princípios, para estabelecer competências do Poder Público e para proibir a pulverização aérea de agrotóxicos nas áreas que especifica."

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)

Autoria: Senador Alan Rick, subscrito pelo Senador Rogerio Marinho...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Tereza Cristina também...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – E a Senadora Teresa Cristina; Senador Fernando Farias também; Senador Otto Alencar também.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para encaminhar.) – Presidente, também subscrevo essa audiência pública, até porque para todos nós aqui que somos do campo – eu sou do campo, a Senadora Tereza Cristina também, todos aqueles que convivem, como eu tenho convivido –, é preciso ter uma normatização para a aplicação de defensivos agrícolas, de qualquer forma que for, por aeronaves, por *drone*, que se usa muito hoje. E, nessas áreas de pouca precipitação de chuva, com aplicação, o que acontece é praticamente a desertificação. Conheço áreas do meu estado em que foi feito de forma desordenada, e é necessário que se faça ordenadamente para não comprometer a produção de alimentos de forma técnica, de forma correta, o que hoje move o Brasil. Eu sou totalmente favorável, dentro daquilo que está pré-estatuído na lei, e que se possa acrescentar mais ainda para não permitir a desertificação.

Então, por exemplo, a aplicação de defensivos agrícolas numa região ou em qualquer tipo de vegetação que, posteriormente a isso, não venha a chuva, não venha a penetração da chuva, nós vamos ter a incapacidade de renovação dos ecossistemas. Não há a menor condição de renovação de ecossistema. E eu não sou, como eu digo sempre, fundamentalista do verde, mas eu defendo uma coisa que hoje o Brasil não tem procurado defender e tem causado todos esses acidentes dramáticos, como o que está acontecendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora no Rio Grande do Sul. Por exemplo, o Rio Grande do Sul tem três ecossistemas. O maior deles é o Pampas. Dois terços do território do Rio Grande são os Pampas. Depois tem a Mata Atlântica e tem as áreas de beira de mar, que são chamadas áreas de mangue. Mas esse desmatamento, sobretudo nos Pampas mesmo, que tem matas ciliares em beiras de rios que foram destruídas, é exatamente uma das causas principais do acidente que aconteceu lá.

Onde tem rio com mata ciliar preservada, dificilmente transborda, tem essas enchentes grandes, enormes, como aconteceu agora, até porque são as matas ciliares que sustentam as margens dos rios, não deixam que venha a acontecer essa expansão com obstrução dos canais dos rios, sejam eles tributários ou calha principal. A diminuição do calado é que alarga o rio. Se a profundidade dele foi comprometida pelo assoreamento, pelo corrimento de terra para dentro do rio onde não tem mata ciliar, ele vai ser assoreado. É claro que um canal profundo tem uma profundidade que deixa que o rio possa correr no seu leito.

O que está acontecendo no Brasil, como aconteceu no meu estado e nós tomamos algumas providências – ainda não definitivas –, no Rio Grande do Sul, na Serra Gaúcha, no Rio de Janeiro, no Estado de São Paulo, em todas as regiões, eu defino com uma frase: obstruíram a passagem do rio. E o rio quer passagem. Se a obstruíram, ele vai destruir para passar no lugar onde, *in natura*, lá atrás ele passava com tranquilidade.

Portanto, isso aí, a construção em beira de rio, as edificações e uma série de fatores que foram feitos sem plano diretor para expansão das áreas urbanas leva a isso. E isso aconteceu no meu estado, está acontecendo e pode acontecer. Acho que passou do momento de se ter no Brasil uma legislação que não permita essas condições que aconteceram agora, que estão acontecendo no Rio Grande do Sul.

Aí as pessoas falam: "Olha, em 1941 choveu menos do que agora". Não. Em 1941 choveu mais do que agora. Só que, naquela época, quando a chuva vinha, ela penetrava no solo, porque são as raízes que dão porosidade ao solo e aí é que penetra a água. No momento em que você corta as árvores, você torna o solo impermeável. Não há a menor condição de penetração e toda a água que bate no solo escorre para dentro de riacho, de afluente, de rio tributário, calha de rio e deu o que aconteceu lá.

É preciso que se tome uma providência no Brasil, com a legislação, que não permita mais o que está acontecendo de forma dramática no Rio Grande do Sul.

Então, esse caso aí de uma audiência pública, eu acho perfeitamente normal. Concordo com a Senadora Tereza Cristina, o nosso Líder aqui Rogerio Marinho, todos que concordam, para debater esse tema, que é muito sensível ao país. O país precisa preservar água, porque só produz água quem planta árvore. E, as destruindo, certamente nós vamos ter grande dificuldade no futuro.

O seu rio lá, o Araguaia, está completamente já assoreado. O meu, o São Francisco, está completamente assoreado. E nós vamos ter muita dificuldade no futuro com a questão da água, porque a água para consumo humano, consumo animal, uso industrial, irrigação e produção de energia, com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumento da população e a diminuição da produção nas nascentes, terá, talvez, um insumo, que já é muito caro hoje, daqui a 10, 15 anos, praticamente inacessível a várias pessoas da população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Otto.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Eu gostaria de subscrever o requerimento desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Laércio pedindo para também subscrever.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 62, de 2024, da CAE.

Eu pediria a V. Exas., que pediram a audiência pública, para apresentarem os nomes e sugerirem a data para a realização da audiência pública.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2840, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o § 3º do art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e insere o art. 71-D na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a licença-maternidade e o salário-maternidade, em caso de parto antecipado.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Favorável, com uma emenda que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Farias, para a leitura do seu relatório *ad hoc*.

Com a palavra, Senador Fernando.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Peço para ir direto à análise.

Nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro das proposições que lhe forem submetidas.

Com relação à regimentalidade e à juridicidade não há óbices que impeçam a matéria de prosperar. O PL visa à inovação do ordenamento jurídico, e o faz pelo instrumento adequado. Estão presentes os atributos de abstratividade, generalidade e imperatividade.

No que diz respeito à técnica legislativa, o projeto é dotado, no geral, de boa técnica de que trata a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001. Apenas se deve corrigir a numeração do art. 71-D proposto à Lei nº 8.213, de 1991, já utilizado pela Medida Provisória nº 871, de 2019, tendo perdido a vigência na conversão para a Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019. Portanto, acrescentamos uma emenda de redação apenas o renumerando para art. 71-E.

No tocante à constitucionalidade, é competência privativa da União legislar sobre direito do trabalho, conforme previsto no inciso I do art. 22 da Carta Magna.

No mérito, somos favoráveis à proposição, que vem dar efetividade à proteção constitucional à maternidade e à infância, constante no *caput* do art. 6º da Carta Magna. Ademais, a matéria vem regulamentar decisão da Suprema Corte que, desde o ano 2020, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6.327/DF, já garante às mulheres com parto antecipado a extensão dos benefícios em tela. Estamos, portanto, atrasados em positivar na CLT e na Lei nº 8.213 tais direitos e, dessa forma, reduzir incertezas que ainda possam atingir as beneficiárias e seus filhos.

Conforme o relator da ADI no Supremo Tribunal Federal, não se verifica critério racional ou constitucional para que o período de licença à gestante e o salário-maternidade sejam encurtados durante a fase em que a mãe ou o bebê estão alijados do convívio da família, em ambiente hospitalar, nas hipóteses de nascimento com prematuridade e complicações de saúde pós-parto. E, ainda, uma interpretação restritiva e literal das normas levaria a que o período de convivência fora do ambiente hospitalar entre mães e recém-nascidos acabasse por ser reduzido de modo irrazoável e conflitante com o direito social de proteção à maternidade e à família. Por fim, o relator reforça a necessidade de compreender o direito da criança à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convivência familiar em sua máxima efetividade. Logo, os 120 dias devem ser contados após a alta hospitalar com vistas a efetivar a convivência familiar.

Segundo dados do Ministério da Saúde, nascem aproximadamente 340 mil bebês prematuros por ano, o que equivale a pelo menos 930 por dia. Ignorar essa realidade seria tratar desigualmente as mães e seus bebês que usufruem da totalidade dos 120 dias daqueles com partos prematuros e que necessitam de internação hospitalar, o que afronta a proteção constitucional à maternidade e à infância.

Em termos econômicos, o convívio reduzido entre mãe e filho recém-nascido acarreta custos. O período da primeira infância, que se inicia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... logo após o nascimento, caracteriza-se por ser um momento crucial em que se dá a aquisição de capacidades fundamentais que permitirão o aprimoramento de habilidades futuras mais complexas.

Estudos na área do capital humano mostram a importância do desenvolvimento na primeira infância na determinação da produtividade laboral futura dos trabalhadores. Crianças que nasceram prematuras frequentemente necessitam de serviços educacionais especiais ou ficam com sequelas que afetam seu desenvolvimento, o que nos mostra a importância de minimizar possíveis impactos negativos futuros advindos do nascimento a termo, sendo o período de convivência entre mãe e filho fundamental para isso. Nesse sentido, garantir que mãe e filhos usufruam da totalidade dos 120 dias e gozem desse período da melhor forma possível produz ganhos econômicos para a família e para a sociedade.

Do ponto de vista financeiro, a proposição não acarretará redução de receitas ou elevação de despesas públicas, tendo em vista que o pagamento do benefício já vem ocorrendo desde 2021 com a edição, pelo Poder Executivo, da Portaria Conjunta Dirben/Dirat/PFE/INSS nº 28, de 19 de março de 2021.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.840, de 2022, com as emendas de redação.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Fernando.

A matéria está em discussão.

Senador Rogerio Marinho com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Talvez esse projeto, que tem uma motivação extremamente importante, de que os partos que sejam antecipados, os partos das mulheres que porventura tenham algum problema e que precisem ter a criança no período...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... anterior aos nove meses convencionais, que a própria natureza coloca como prazo adequado, isso possa ser compensando e não descontado no período de licença maternidade, que é de quatro meses, se eu não estou enganado – quatro meses, exatamente.

Então, eu pediria apenas, sem entrar aqui no mérito do projeto, vista regimental. É possível ainda? É possível? (*Pausa.*)

Pronto. Aí eu me comprometeria, na próxima sessão – só para dar uma olhada com mais cuidado no projeto –, a fazer a votação, sem nenhum óbice, viu, Senador Fernando? Não teria nenhuma dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Concedo vista coletiva ao item 2 da pauta, Projeto de Lei nº 2.840, de 2022. Volta na próxima semana.

Item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 5098, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que, entre outros assuntos, cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, para prever a destinação de recursos para ações de prevenção, monitoramento e combate do desmatamento, das queimadas, dos incêndios florestais e dos desastres naturais.

Autoria: Senador Jayme Campos (DEM/MT)

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1, com uma emenda de redação apresentada.

Observações:

1- A matéria tem parecer favorável da CMA.

2- Em 10/08/2023, foi apresentada a Emenda nº 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em reunião realizada em 14/05/2024, a apreciação da matéria foi adiada.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Viana para leitura do seu relatório.

Senador Carlos Viana.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, pela ordem, por gentileza, antes do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador Rogerio, com a palavra.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Eu agradeço a gentileza de V. Exa. e a compreensão do Senador Relator.

É só uma indagação: os itens 3, 4 e 6 estão sendo retirados de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eles foram retirados a pedido dos Relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 429, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre as custas judiciais no âmbito da Justiça Federal; cria o Fundo Especial da Justiça Federal (Fejufe); e revoga a Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Favorável nos termos do substitutivo

Observações:

1. Foram apresentada as emendas nºs 1 a 9.

2. A matéria será apreciada pela CCJ.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 1577, DE 2020

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável com uma emenda que apresenta

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CDH, CAS e, posteriormente pela CCJ, em decisão terminativa.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 2406, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que criou o Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC, para atribuir nova fonte de recursos ao Fundo Geral de Turismo - Fungetur.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação com três emendas apresentadas.

Observações:

1. A matéria tem parecer contrário da CDR.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Obrigado. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Como Relator.) – Senador Vanderlan, meu bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bom dia, Senador.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Bom dia a todos os Senadores e Senadoras presentes; Senadora Margareth Buzetti, sempre numa elegância ímpar, nossa Ministra.

Em análise nesta Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa, a Emenda nº 1, de autoria do Senador Efraim Filho, ao Projeto de Lei nº 5.098, de 2019, do Senador Jayme Campos, que "altera a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que, entre outros assuntos, cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, para prever a destinação de recursos para ações de prevenção, monitoramento e combate do desmatamento, das queimadas, dos incêndios florestais e dos desastres naturais".

O PL nº 5.098, de 2019, acrescenta o inciso XIV ao §4º do art. 5º da Lei nº 12.114, de 2009, que trata das atividades às quais os recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima podem ser destinados, incluindo as ações de combate ao desmatamento, às queimadas, aos incêndios florestais e aos desastres naturais, em especial por meio de ações de prevenção e de monitoramento.

A Emenda nº 1 objetiva acrescentar as ações de combate à desertificação entre tais atividades. Justifica-se que este desastre natural tem recaído sobre vastas áreas do território nacional, mais especificamente sobre o Semiárido nordestino, onde predomina o bioma da Caatinga, sendo, portanto, fundamental que "os recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima também possam ser utilizados no combate à desertificação de áreas do território nacional, a fim de que possamos mitigar os graves prejuízos que esse fenômeno provoca na qualidade de vida do sertanejo".

Análise.

O Projeto de Lei nº 5.098, de 2019, foi inicialmente apreciado pela Comissão de Meio Ambiente, que, em 5 de fevereiro de 2020, aprovou relatório favorável, apresentado pelo Senador Plínio Valério.

Em 16 de junho de 2023, apresentamos, perante esta Comissão de Assuntos Econômicos, relatório favorável ao projeto, concluindo pela sua constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa; não implicar aumento de despesas, pois apenas inclui nova possibilidade de aplicação dos recursos do FNMC; e pelo seu caráter meritório, em concordância com o entendimento da CMA.

Quanto à Emenda nº 1, apresentada em 10 de agosto de 2023, de fato, a desertificação do Semiárido nordestino, especialmente nas regiões onde predomina a Caatinga, é uma realidade inegável, sendo plenamente justificável que os recursos do FNMC também possam ser utilizados na mitigação de mais este terrível desastre natural que assola nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao acatarmos a Emenda nº 1, torna-se necessário um ajuste na ementa do projeto, em consonância com a boa técnica legislativa, para acrescentar a desertificação entre as ações de prevenção para as quais estamos autorizando a utilização dos recursos do FNMC.

Voto.

Diante do exposto, manifesto voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.098, de 2019, bem como da Emenda nº 1, com a apresentação da seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CAE
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 5.098, de 2019, a seguinte redação:
> "Altera a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que, entre outros assuntos, cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, para prever a destinação de recursos para ações de prevenção, monitoramento e combate do desmatamento, das queimadas, dos incêndios florestais, da desertificação e dos desastres naturais."

Este é o voto, Sr. Presidente, pela aprovação.

Parabéns ao Senador Jayme Campos pela proposta.

Considero que o conceito de prevenção precisa ser aplicado de uma maneira muito firme em nosso país, em todas as ações, especialmente quando falamos de desastres naturais. Boa parte do que está acontecendo hoje – e que nos entristece muito pelo povo do Rio Grande do Sul – lá em Porto Alegre pode acontecer em outras capitais brasileiras. A minha Belo Horizonte, por exemplo, que é uma bacia hidrográfica muito importante dentro de Minas Gerais, é uma cidade vulnerável a esse tipo de desastre natural. Portanto, um fundo que nos permita criar ações de planejamento e prevenção é muito bem-vindo dentro da legislação brasileira.

É o voto e o relatório, Sr. Presidente Vanderlan.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Carlos Viana. Parabéns pelo seu relatório.

A matéria está em discussão.

Senador Jayme, autor do projeto.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente Senador Vanderlan, Sras. e Srs. Senadores, eu quero apenas, antes de mais nada, agradecer ao ilustre Senador Carlos Viana pelo belo relatório, que hoje nós teremos a oportunidade ímpar de votar, em caráter terminativo, aqui nesta Comissão, e que depois será remetido à Câmara Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa preocupação nossa já vem de longe, Presidente Vanderlan, na medida em que os desastres naturais que têm acontecido no nosso país – nós temos acompanhado – são enormes, gigantes e têm trazido sérios transtornos para a população brasileira, prejuízos que nós não temos nem a capacidade de mensurar. Sobretudo, temos acompanhado ultimamente o sofrimento do povo gaúcho.

Lamentavelmente, tudo isso é falta, com certeza, de termos a precaução e a responsabilidade de fazermos a prevenção, que é o mínimo que o Governo, seja federal, estadual, municipal, tem que fazer. Todavia, eu tenho a certeza absoluta de que esses recursos poderão muito bem atender, com certeza, essa demanda que hoje nós temos em todo o território nacional. Por incrível que pareça, têm sido quase uma constante no Brasil essas tragédias, esses desastres, em função das mudanças climáticas, de que todos nós somos conhecedores, sabedores. Agora nós temos que ter a capacidade de fazer uma avaliação para que possamos fazer os investimentos necessários para que isso não aconteça.

Aqui nós estamos votando esse fundo, que terá essa destinação final também, para nós evitarmos isso. O fundo hoje, lamentavelmente, não estava prevendo... Já existe para este ano algo em torno de R$10 bilhões; todavia, não estava prevista, em nosso projeto original a aplicação. Portanto, essa foi a visão nossa, é o nosso entendimento de que nós temos que, com certeza, fazer boas leis aqui para atender a isso, porque hoje um dos maiores problemas do Brasil é essa situação que está sendo criada.

E aqui, Senador Carlos Viana, eu quero apenas fazer uma complementação rápida. Ano retrasado... Em 2020, se não me falha a memória, nós fomos atingidos no Pantanal mato-grossense, tanto no Mato Grosso do Sul, como Mato Grosso, por uma verdadeira tragédia: foram 4 milhões de hectares de terra que verdadeiramente se incendiaram, se perderam. Graças a Deus, aos poucos estão rebrotando e dando a paisagem naquele santuário ecológico da humanidade em que está transformado aquele bioma em nosso estado.

E, desta feita aqui, como eu tinha anunciado há poucos dias – já falei, quando aconteceu a tragédia no Rio Grande –, isso também está previsto, na medida em que nós temos uma seca... Para você ter uma noção, no Mato Grosso do Sul, já foi decretado estado de emergência, Senador Oriovisto – estado de emergência. Por conseguinte, no Mato Grosso, a chuva na região do Pantanal foi muito pouca. Não tem mais aqueles alagamentos, não tem aquelas águas que sempre vinham, sobretudo, no mês de janeiro, fevereiro, março, e vinham agora no mês de maio com a cheia. Então, já estamos prevendo, e as autoridades têm que tomar as devidas providências. Têm que tomar as devidas providências para não acontecer de novo. Quase 28 milhões de animais morreram ali naquele incêndio; seja anta, seja capivara, seja jacaré, seja cobra, etc.

Por isso, eu tenho a certeza absoluta de que este projeto aqui, não por ser da minha autoria, mas é meritório, de tal valia para que possamos, com certeza, buscar mecanismos, instrumentos, recursos para preservarmos o ecossistema brasileiro de uma maneira geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, eu quero agradecer a participação do senhor. Espero que nós possamos votar essa matéria em caráter terminativo hoje na Comissão e que ela seja remetida à Câmara e votada com a maior brevidade possível para que esse recurso também possa ser destinado, para iniciarmos, com certeza, essa política de evitarmos esses desastres que estão acontecendo todos os dias no Brasil.

Muito obrigado, Senador Carlos Viana.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Senadores aqui presentes.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador (*Fora do microfone.*) Jayme Campos.

Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ... em seguida falará V. Exa., mas, antes, vamos abrir o painel de votação, que a gente já vai votando.

Esse projeto é nominal.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Otto, com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. e quero parabenizar o Senador Jayme Campos.

Na verdade, não faltam recursos para a aplicação na preservação de ambientes e biomas do nosso país. Só agora, em abril, o Ministério do Meio Ambiente repassou para o BNDES, que financia esses projetos, R$10,2 bilhões. Então, o Fundo do Clima, que já existe no Brasil, recebeu agora R$10,2 bilhões.

Na verdade, existem os recursos; faltam os projetos para atender aquilo que, com muita propriedade... Porque é conhecedor do tema o Senador Jayme Campos. Ele é do agronegócio, mas eu tenho absoluta certeza, eu sei que ele preserva o meio ambiente, sobretudo naquilo a que eu me refiro sempre, que é a preservação dos biomas que são responsáveis pela produção de água. No estado dele, estão realmente os rios amazônicos, que são rios importantes, mas que precisam ser preservados. Eu acho que os recursos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão lá no BNDES, paralisados. Não tem projetos para isso, e deveria ter, para termos essa condição de dar tranquilidade a esses biomas.

Esses incêndios não acontecem só pela ação do homem. Muito, hoje, é pela ação do homem, mas aconteciam também pela própria natureza: por raios, relâmpagos, que causam os incêndios naturais. Mas, hoje, o grande culpado pela destruição do meio ambiente é o homem, que age de forma desordenada, sem condição técnica, sem propriedades que sejam preestabelecidas pela legislação que existe hoje. Nós temos uma legislação, o Código Florestal, que manda preservar 20% das áreas que são utilizadas para a produção de alimentos, para a produção da soja, do milho, da pecuária, e, em muitos casos, não são preservado s.

O que me chama a atenção é que nós estamos perdendo, por ano – olhem bem, isso é um dado técnico, científico, que posso comprovar –, 352km² de lâmina d'água na Bacia Amazônica. Isso é muito grave. E estamos perdendo por quê? Pelo clima, pelas alterações climáticas? Não; pela ação do homem. Eu não tenho absolutamente nenhuma dúvida a esse respeito. Portanto, este nosso país, que tem 13% – treze vírgula alguma coisa por cento – de toda a água doce do mundo, está perdendo essa lâmina d'água por ação humana. Não há como se desmentir essa realidade, essa verdade.

Portanto, essa questão é uma questão de política do país, política do Brasil, que precisa ser feita.

É importante que alguém tome essa consciência, e tem que partir do Poder Executivo uma ação com os estados e com os municípios, porque é exatamente lá na ponta, no município, onde acontece o crime ambiental e não é detectado, não é identificado, e acontece! Agora mesmo, eu estou falando aqui, e alguém está desmatando beira de rio, alguém está desmatando uma nascente. E, desmatada, ela morre pelo assoreamento. E recuperá-la é muito fácil – o Jayme sabe disso –: me dá uma retroescavadeira, me dá arame farpado, me dá as mudas do bioma que eu vou retirar o assoreamento dela. Quando a terra começar a suar, eu vou cercá-la, vou plantar as árvores. Quando elas estiverem com as raízes grossas, a água torna a brotar de novo, porque a trovoada vem, a água penetra, encontra a rocha, reflui e a nascente brota. Eu tenho essa experiência no meu estado, num programa chamado Fábrica de Florestas, inclusive no oeste da Bahia.

Portanto, esse é um problema do Brasil que certamente, ao longo dos anos, nos próximos, Senador Oriovisto, nos próximos dez, quinze anos, o insumo da água, o *commodity* da água vai ser a coisa mais cara do Brasil. Já tem guerra no mundo por causa da água. E o Governo, o Poder Executivo, em cooperação com os estados e municípios, tem que tomar essa providência, porque nós vamos ter graves problemas no futuro, não comprometendo a minha geração, mas as gerações futuras que virão por aí para maior consumo e menor produção de água.

Portanto, o projeto do Senador Jayme Campos é próprio. Ele conhece bem isso, como eu conheço. E me preocupa muito o Brasil desse desmatamento desenfreado, com os incêndios, com as queimadas de forma desordenada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – ... eu queria apenas fazer um adendo às palavras do ilustre e eminente Senador Otto Alencar. Na verdade, o senhor disse que tem R$10,8 bilhões, mas esse dinheiro, lamentavelmente, não tem chegado à ponta, eu imagino. A dificuldade é tão grande, a burocracia no Brasil é tão grande. Eu vou lhe dar só apenas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu vou dar só um dado para o senhor. Diante do incêndio que tivemos em 2020, no Pantanal, nós fizemos um trabalho exitoso no estado, junto ao Governo do Mato Grosso, para que se instalasse uma base do corpo de bombeiros lá na cidade de Poconé, na entrada do Pantanal Mato-Grossense. Pois bem, primeiro conseguimos os policiais e bombeiros para irem montar uma base lá. Diante dos recursos que eu consegui aqui numa emenda orçamentária, conseguimos adquirir três ou quatro caminhões de combate a incêndio, porque o primeiro enfrentamento que tem que se fazer é estar lá na base. Imaginem deslocar corpo de bombeiros de Cuiabá a Poconé, até chegar lá, já se incendiou praticamente todo o Pantanal.

Por outro lado, nessa legislação atual, não existe nenhuma previsão legal destinando os recursos do Fundo Clima para ações de combate e prevenção às queimadas, etc. Esse é o grande mal. Tem o recurso, mas não tem a previsibilidade dentro dessa lei existente. Por isso, nós estamos fazendo esse complemento através desse nosso projeto de lei para que possamos destinar recursos, Senador Vanderlan. Quando V. Exa. diz aqui que um dos responsáveis, claro, é o ser humano, em relação a alguns incêndios que, naturalmente, têm acontecido no Brasil, pode até ser, entretanto, no Mato Grosso, V. Exa., um estudioso da matéria... Eu participei aqui, quando foi elaborado o novo Código Florestal brasileiro, e o que a lei fala? Mesmo atropelando aquilo que já existia, que estava muitas vezes na matrícula do cidadão lá inscrito: hoje se permite derrubar na Região Amazônica, acima do Paralelo 16, 20% só, ou seja, 80% de quem tem propriedade lá não pode derrubar um pé de árvore. Já no Cerrado, são 65% contra 35% – 65% você pode derrubar, e 35% não.

Mas o pior é o Pantanal. O que acontece? Eu sou Relator da matéria da autoria de uma Comissão Especial que foi formada aqui em relação a um novo Estatuto do Pantanal. Fizeram um projeto em relação ao Estatuto do Pantanal fechados aqui, numa sala com ar-condicionado. Quem conhece de fato, Senador Vanderlan, Senador Otto Alencar, a problemática do Pantanal é o pantaneiro, o cidadão, que nasceu, que lá se criou, que mora lá, que está à mercê, muitas vezes, de uma política pública decente.

O Pantanal é uma vegetação diferenciada – é uma vegetação diferenciada. Quando você vê lá a montanha que se forma de capim do brejo lá, aquilo é um verdadeiro tambor de gasolina, de pólvora que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está lá, não é isso? A árvore que está lá, Senadores, é diferente, a vegetação lá é diferente. E o Governo tem que permitir, com certeza, para fazer o pisoteio lá, a criação de gado extensivo, porque o pantaneiro, de uma maneira geral, hoje não é mais o pantaneiro do passado. Lamentavelmente, hoje estamos em dificuldade pelo valor da terra que tem lá, pelo valor do gado hoje, que praticamente é vendido a preço de banana, com todo o respeito. Então, do que nós precisamos aqui? De dar meios, investir lá no Pantanal através da bioeconomia, levando, com certeza, apoio aos quilombolas que moram ali, aos povos originários de lá e ao pantaneiro.

Para vocês terem uma noção, até o cavalo do Pantanal, Senador Otto, é diferenciado. O senhor não sabia, não, Carlos Viana. O casco dele...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Ele vive dentro d'água.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ele tem que ter o quê? Um casco diferenciado dos demais animais, ou seja, de cavalos de outras regiões do Brasil, caso contrário, não aguenta andar pelas águas, se ficar três, quatro, cinco meses pisando só na água, o casco amolece. Chama-se pantaneiro, a genética dele é diferenciada de um cavalo normal aqui da Região Centro-Oeste, Sul, Sudeste.

De maneira que do que precisamos é de ter apoio dos governos. Só vão nos socorrer lá quando acontece tragédia, como essa que está acontecendo no Rio Grande do Sul, é quando chega a presença do Estado lá. Isso é... Depois que morreu, você chegar com o vidro de remédio, você chegar com o médico, aí é tarde, não é?

Então, nós temos que ter a consciência de que nós temos que ter a prevenção, sobretudo o Governo deve abrir, com certeza, a visão em termos de Brasil, não apenas preservando algumas regiões, preocupado só com a Mata Atlântica, muitas vezes lá com o agreste do Sertão deste Brasil aqui. O Brasil tem essa primazia de ter vários tipos de bioma, não é isso? Isso é uma riqueza que só Deus, a dádiva de Deus que deu a nós, todavia, nós precisamos do quê? De dar meios para esse cidadão. Enquanto o Governo não der meios...

Quando o senhor fala de alguns incêndios maldosos, na Amazônia brasileira moram 23 milhões a 24 milhões de brasileiros, a maioria absoluta não tem acesso ao título da terra, o cidadão vive na clandestinidade. Precisa de o Governo ter uma política de regularização fundiária, dar a eles acesso ao direito também de ter crédito agrícola. Por isso, o desmatamento ilegal que está aí algumas vezes, desses cidadãos à margem da lei, com que nós, nenhum de nós, concordamos, porque não há presença do Governo Federal.

Para vocês terem uma noção, no Mato Grosso temos quase 600 assentamentos, 80% da população dali vive abaixo da linha da miséria. Não tem maneira de comercializar o que se planta ali, uma banana,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma mandioca, um arroz, um feijão, não tem como comercializar. Lá não tem saúde, lá não tem educação, lá não tem estrada, quando tem estrada é precária, quando chove a ponte roda... E onde está o Estado brasileiro, que não dá garantia para esse cidadão? Aí ele começa o quê? A fazer o desmatamento para vender duas, três, quatro, cinco toras, por questão de sobrevivência, Carlos Viana. Isso é real, isso não é *fake news,* não; não é conversa de bêbado para delegado, muito pelo contrário, é coisa real que eu já acompanhei lá, vejo todos os dias as dificuldades.

Mas estou fazendo esse adendo aqui, ilustre Senador Otto Alencar, até porque eu vejo o sofrimento de cidadãos que estão a mercê de um mínimo, apoio por parte de poder público, seja ele estadual, federal, porque eu acho que é atribuição do próprio Governo Federal, mas tudo isso será possível quando tivermos boas leis, e, sobretudo, as decisões cumpridas. No Brasil, tem lei para dar, vender, emprestar e alugar, mas a maioria absoluta não é cumprida, lamentavelmente. O que se percebe é que há um desleixo e, sobretudo, não há priorização daquilo que é importante para o cidadão brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador.

Senador Carlos Viana.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Presidente, aqui também.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Para discutir.) – Rapidamente, aqui, dentro do que o Senador Jayme colocou com relação à renda, Senador Rodrigo, eu quero citar aqui, Senador Otto, uma experiência que eu tenho numa parte de Minas Gerais, da chamada Mata Seca, que pertence ao bioma do Cerrado. Nós temos vários municípios em processo de desertificação. A água desapareceu, terra arenosa, rachada, os municípios enfrentando um problema gravíssimo de desertificação.

O que nós fizemos lá? Por meio da Codevasf, nós utilizamos um orçamento daqui, das emendas, criamos uma cooperativa num projeto piloto de apicultura dentro da região de Mata Seca, numa cidade que se chama Bocaiúva. Esse projeto tem 650 famílias, a maioria ex-carvoeiros, que se utilizavam da mata para fazer o carvão e ter a sobrevivência, porque não tinha outra fonte de renda. Isso foi gerando, trazendo o empobrecimento àquela parte do norte de Minas gerais.

Então, o que nós fizemos? Desenvolvemos uma cooperativa de apicultores com as verbas públicas das emendas, até do chamado orçamento secreto, que foi muito criticado. Nós criamos a cooperativa dos apicultores, demos o treinamento a essa mão de obra, entregamos a eles todos os equipamentos, roupas, entregamos as máquinas para beneficiamento do mel, construímos uma unidade totalmente preparada para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

receber o mel da região, dos vários municípios, com a Epamig, com o trabalho da Embrapa, com os técnicos da Codevasf.

Hoje, dessas 650 famílias, cada uma delas recebe R$2,1 mil por mês, fruto da venda do mel. Nós temos os contratos de exportação com a Alemanha, com os Estados Unidos e, se nós ampliarmos o projeto para três vezes mais, nós vamos ter contrato para três vezes mais mel. Então, a nossa ideia é ampliar o mais brevemente.

Mas o mais interessante é que essa medida de renda para a população inverteu o processo da desertificação, porque, no meio do processo, as famílias são incentivadas a replantar as áreas que foram extraídas, justamente para poder manter o negócio das abelhas. Então, a gente começa a observar que a região se torna verde dentro do período novamente, com uma experiência de geração de renda, utilizando o próprio bioma.

É uma ideia que eu espero ampliar em todas as Minas Gerais e que, com um fundo, a gente pode tornar isso uma política sequente em várias regiões do país, inclusive da Bahia, da nossa divisa do norte com o sul baiano, para mudança na questão da preservação ambiental e da geração de renda.

É um projeto que, com muito orgulho, eu compartilho com os senhores, dentro dessa nossa preocupação e das iniciativas necessárias.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Rodrigo Cunha para discutir a matéria.

Com a palavra, Senador.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Para discutir.) – Sr. Presidente, antes de falar do projeto, que é meritório, falo do autor, o Senador Jayme Campos, que é, sim, do agro, mas aqui sempre tem essa visão de buscar não uma atividade predatória, mas, sim, harmônica.

E aqui é mais um exemplo disto: desde o olhar para o pequeno agricultor familiar até o grande produtor nacional, sem se esquecer do meio ambiente.

Aqui eu quero destacar também que esse projeto não foi apresentado hoje, é um projeto de 2019, ou seja, de quase cinco anos. Então, olhe a importância de a gente criar, de fato, uma metodologia para fazer com que projetos importantes, como é o caso deste, tenham celeridade também ou tenham um fluxo normal. É lógico que o tema do momento é este: é o tema do clima. E o que é que nós podemos fazer? Aqui está uma resposta: nós podemos aprovar um projeto como este. Um projeto que trabalha na linha da prevenção é um projeto inteligente, porque é muito mais barato. Inclusive, se consegue evitar danos muitas vezes irreparáveis se você trabalhar com a prevenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu posso aqui dar o exemplo – também já mencionando o relatório apresentado pelo Senador Carlos Viana e a sua última fala sobre a desertificação –, trazer o exemplo que eu vivenciei no meu Estado de Alagoas, visitando os agricultores familiares que moram à margem do Canal do Sertão, que é uma das maiores obras hídricas deste país. Visitei essas pessoas que não têm assistência técnica para ajudar a conduzir todo o manejo, a produzir mais e a utilizar a água do canal, que inclusive muitos utilizam fazendo gambiarra, puxando por gravidade a água e levando para a sua propriedade. E, sem a informação correta – é importante exemplificar –, causam prejuízos, porque o sistema de irrigação em algumas propriedades era feito de maneira com que a água chegasse em grande abundância, muita água para o local específico, e ali deixava o solo pobre, criava uma salinização, fazendo com que se perdessem os minerais. Isso gera uma desertificação, que é emenda que foi acatada pelo Senador Carlos Viana, que também trouxe um exemplo disso. E depois da desertificação é o quê? Uma região que já era seca vira um deserto. Então, é um custo muito maior para se conseguir reverter, se é que é possível.

Então, quando eu vejo um projeto como este que trabalha numa linha de prevenção, nós estamos amadurecendo, porque há todo um processo lento que, se nós não começarmos a agir de agora, quando chegar ao finalmente, já é algo quase irreversível.

Parabenizo o autor, exemplificando situações em que uma simples orientação e um direcionamento vão fazer com que se evitem danos irreparáveis. E isso acontece em Minas, como foi trazido aqui pelo Senador Carlos Viana, acontece em Alagoas, como estou relatando, e tenho certeza de que várias outras pessoas aqui terão exemplos similares.

Então, que dessa forma a gente possa colocar na mente e na prática que é muito melhor investir em prevenção, é mais inteligente, é mais barato, é aquilo que é o lógico. Esses projetos trazem, sim, melhoria para as próximas gerações, e eu tenho certeza de que essa velocidade de mudança que está acelerada a cada momento ainda vai nos surpreender por muitos anos se nós não começarmos de ontem a fazer o nosso papel.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Com a palavra, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero aqui parabenizar a iniciativa do Senador Jayme Campos num projeto que foi apresentado há cinco anos, mas que é atualíssimo, neste momento em que o Brasil todo vive a angústia do povo gaúcho, do povo do Rio Grande do Sul, nessa maior catástrofe já acontecida no país.

E também, por ser do Mato Grosso, um estado muito extenso, onde temos os três biomas, o Cerrado, a Amazônia e o Pantanal, já está definido, por todas as previsões, por todas as análises do sistema meteorológico, que nós teremos a maior seca no Pantanal dos últimos 154 anos. Há três anos já tivemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um problema sério com as queimadas, impactando diretamente na vida pantaneira do homem pantaneiro, do ribeirinho, do quilombola, do indígena. E o Pantanal é um bioma extremamente importante para a vida no Brasil, não só lá para nós, próximos do Pantanal. A Baixada Cuiabana, a Bacia do Paraguai, toda ela tem uma influência muito grande no Brasil. E o que está previsto agora é uma catástrofe anunciada. Então, se nós não tivermos recursos, fundos como esse para prevenir, nós poderemos estar sempre indo depois do prejuízo.

E é importante, Sr. Presidente, aqui, quando falamos do Pantanal, porque, como o Senador Jayme Campos colocou, é a imagem do Brasil, a imagem da nossa produção. O Pantanal não é uma região de produção agrícola, mas é um bioma patrimônio do Brasil e Patrimônio da Humanidade. Então, quando você vê essas imagens chocantes, como já aconteceu há três anos, claro que isso prejudica muito a imagem brasileira.

Nós instalamos lá o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, o Ministro Marcos Pontes, à época, foi lá, instalou, já está funcionando, mas nós precisamos dinamizar recursos para pesquisa, para fazer um trabalho junto com todas as instituições federais de educação. Criamos também agora uma instituição que envolve a Universidade Federal de Mato Grosso, a Unemat (Universidade do Estado de Mato Grosso), o Instituto Federal de Educação e Tecnologia e também a Universidade Federal de Rondonópolis, que está entre as supernovas. V. Exa. teve um trabalho muito grande, lá em Goiás, criando duas universidades. Então, V. Exa. conhece bem a importância que representa esse trabalho de junção da ciência, da tecnologia, do ensino e da extensão.

Então, esse projeto aqui, além das lutas que eu e o Senador Jayme Campos temos tido de alocar recursos, a implantação do Corpo de Bombeiros em Poconé, a perfuração de poços, agora estamos construindo o primeiro hospital universitário veterinário para fazer triagem desses animais no Pantanal, porque foi Goiás que nos ajudou a três anos atrás na recuperação de muitos animais... Ter lá o hospital é muito importante também por causa do custo disso.

Então, eu mais uma vez parabenizo aqui o Senador Jayme. Claro, ele também é Relator da nossa proposta do Estatuto do Pantanal, que está na Comissão de Meio Ambiente, ele já está com o relatório pronto, e acho que a gente terá condições de aprovar na primeira reunião. Isso também é extremamente importante, porque impacta o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul.

Então, parabéns, Senador Jayme Campos. Com certeza, todos nós...

Peço aqui também para que todos votem favoravelmente e por unanimidade até, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – SIM, 19; NÃO, nenhum.

Abstenção: nenhuma.

Está aprovado o Projeto de Lei nº 5.098, de 2019, nos termos do relatório apresentado.

Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É porque nós fomos informados de que V. Exa. ia fazer o pedido de urgência, mas não cabe o pedido de urgência.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Pois não. Não cabe aqui?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não cabe, porque vai para... (*Pausa.*)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Para a Câmara?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É terminativo, já vai para a Câmara. O.k.?

Próximo item: item 10 da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 6012, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios e dá outras providências; e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, que institui e regulamenta o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para assegurar que os recursos do Pronampe sejam permanentes.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Autoria: Senador Esperidião Amin, Senador Jorge Seif e Senadora Ivete da Silveira.

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto se o Senador Laércio Oliveira gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Presidente, só um pedido de...

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadores.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Só um pedido de informação: o 8 e o 9 foram retirados da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, foram retirados a pedido dos Relatores.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente Vanderlan, esse projeto é um projeto muito importante com o qual esta Comissão trabalha.

Há 15 dias esse relatório foi apresentado e, como já dito por V. Exa., esse relatório foi lido aqui. Infelizmente, surgiu legitimamente, através de um colega nosso, um pedido de vista. A vista foi concedida, e eu me comprometi com V. Exa. de pedir que na semana seguinte a gente colocasse esse projeto de novo na pauta, pela importância que ele tem, inclusive, com o gatilho no dia 31/12 deste ano, quando se encerra o Fundo Garantidor, que traz para as microempresas e empresas de pequeno porte uma condição extraordinária para a sua sobrevivência. São 82 bilhões investidos, desde quando esse programa foi lançado.

Eu me lembro do nosso colega, hoje Governador de Santa Catarina, Jorginho Mello, que dizia que esse projeto, quando foi aprovado, foi uma das iniciativas mais louváveis, porque trouxe uma esperança naquele momento difícil de covid.

Nós vamos enfrentar essa discussão logo, logo, nos próximos dias aqui nesta Comissão. E eu tenho certeza de que tanto esse projeto como o outro projeto desse mesmo viés da discussão do fortalecimento do trabalho desenvolvido pelas microempresas e empresas de pequeno porte... Esse programa tem uma importância muito grande, e esta Comissão também tem a sua responsabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na semana passada, eu estava em missão oficial, conversei com V. Exa. e pedi que fosse postergado para esta semana. Ao chegar de volta aqui ontem, eu recebi uma informação de que o Governo está propondo um entendimento para que a gente avance com esse projeto. É o Governo – espero – reconhecendo a importância dele para essa categoria empresarial tão importante e que tanto faz pelo nosso país, alcançando a empregabilidade e a formalidade em tantos rincões do nosso país.

Então, como Relator deste projeto, eu preciso reconhecer... Nós somos uma Casa Legislativa, e aqui a gente busca o entendimento, que sempre é benéfico para todas as partes.

Portanto, aqui, na presença do Senador Esperidião Amin, um dos autores deste projeto, e respeitando o pedido para que esse entendimento aconteça, eu gostaria de pedir a V. Exa., mais uma vez, encarecidamente, a sua compreensão no sentido de retirá-lo de pauta para que, na próxima semana, a gente volte com ele e, de fato, faça o enfrentamento dessa discussão, com a sua consequente aprovação.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador Laércio.

Senador Amin, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu queria só acrescentar ao arrazoado do nosso querido amigo Senador Laércio Oliveira, primeiro, um aspecto preliminar: o projeto não poderia ser relatado neste momento com mais competência do que o Senador Laércio está fazendo. Ele conhece o assunto e sabe o que o projeto representa do ponto de vista econômico e social. E nós temos que compreender que o Governo se interesse pelos recursos.

Quando foi criado o Pronampe, quem estava aqui na legislatura anterior sabe que foi a Senadora... (*Pausa.*)

De Tocantins...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A nossa Senadora Kátia Abreu foi a Relatora dinâmica do projeto, porque nós estávamos resgatando o que cada um de nós aprendeu.

Como Governador, em 1983, nós criamos o primeiro estatuto de microempresa do Brasil, em Santa Catarina. No final do ano, a Associação de Micro e Pequenas Empresas de Blumenau comemorou os seus primeiros 40 anos. Agora, uma associação no Paraná está completando 40 anos, ou seja, 1983 foi o ano da criação dos programas de microempresas, do conceito e dos créditos.

Nós criamos as primeiras 18 OSCIPs de operação de microcrédito em 1999, que eram clandestinas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O atual Diretor do Banco Central de sobrenome Aquino, baiano, que nós aprovamos no ano passado, visitou Santa Catarina, viu que existiam 18 e que o Banco Central não as reconhecia. Ele cuidou para que o Banco Central acolhesse essa instituição, que, junto com as cooperativas de crédito, junto com outros bancos criados diretamente pela sociedade, mas principalmente cooperativas, opera. Quando você diz que o BNDES vai emprestar R$1 bilhão, o BNDES não faz nenhuma operação de crédito com um microempresário. Eu quero saber qual é a sala de um banco comercial brasileiro a que um microempresário tem acesso. Não existe!

Então, a capilaridade não no sentido de cabelo, o que seria uma ofensa, mas a capilaridade sanguínea de fazer o sangue, o recurso chegar ao microempresário depende das agências próprias, conforme ensinou Muhammad Yunus, que ganhou um Prêmio Nobel da Paz fundando um banco – um caso inédito. Quando é que um banqueiro vai ganhar Prêmio Nobel da Paz? Porque ele criou um banco para operar com essa gente, vamos dizer assim, essa gente que não tem espaço para entrar no banco.

Bom, o Pronampe é tudo isso. Agora, ele teve um erro de execução, o Governo botou R$40,5 bilhões. Sabe quanto é que os bancos emprestaram? Quarenta e um, ou seja, emprestaram o que o Governo garantia; ou seja, não teve fertilidade. E agora neste momento – isso foi na pandemia – ele está operando na razão de cinco por um. O Governo bota um e o agente financeiro tem que emprestar cinco. Por isso que o número está aumentando. Quer dizer, o programa está amadurecendo.

Só que os olhos da cobiça fazem o quê? Na versão original, o dinheiro que o Governo botou voltaria para o Governo – talvez seja o defeito – para pagamento da dívida externa. E este projeto pretende que o dinheiro volte para o Pronampe. Só que neste ínterim entre o projeto e os fatos, nós aprovamos a lei do Pé-de-Meia. Alguém aqui é contra o Pé-de-Meia? (*Pausa.*)

Não. Sem um conteúdo que interesse para o estudante, Senador Oriovisto, ele não vai ficar lá. Se tiver um estimulozinho financeiro, melhor. Se tiver um prêmio, se a sociedade reconhecer, são os três requisitos. O Pé-de-Meia está autorizado por lei a utilizar R$20 bilhões, a partir de 2025, do Pronampe. Já aprovamos. Já é lei. Existem outros "interésses", como dizia o saudoso Brizola, não é? É lógico que, se o dinheiro está aí...

O que nós queremos é chegar com o Governo – agora eu vou terminar – a um percentual. Se vocês já vão usar... Não vou tirar, ninguém quer desmanchar o que nós aprovamos. Vinte bilhões irão para o Pé-de-Meia, mas nós queremos um percentual que fique no Pronampe; senão cada um tira um pedaço, fica o palito e o frango foi embora. Não é verdade?

Um professor que estava conseguindo conceber o frango com três pernas morava lá no Rio Vermelho. Essa história eu conto depois, não é? Porque sempre era uma briga: a filha, a esposa e ele queriam comer a coxa da galinha, e só tinha duas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Presidente, eu acho que esses sete dias que o Senador Laércio construtivamente pede... Essa minha falação só serve para dizer o seguinte: são só sete dias; o Governo tem que dizer quanto é que volta para o Pronampe. Ele tem o poder de império, mas tem que dizer. O risco que nós não vamos correr é aprovar por omissão a extinção do Pronampe, porque, se você deixar o dinheiro sem destinação, com o Governo acossado aí por necessidades que tem... O Governo anunciou microcrédito lá no Rio Grande do Sul. E não vai anunciar? Claro que vai. Eu já passei por isso. Microcrédito vai ter que estender para o crédito rural. E vai ter que bancar na base do troca-troca, do escambo, para que o agricultor volte a plantar. Tudo isso eu conheço, e reconheço. Agora, o microcrédito... Daqui a pouco nós vamos pedir um crédito novo para que o Pronampe não morra.

Então, o que esse projeto pretende? Preservar pelo menos uma parte dos recursos, para prosseguimento do Pronampe, e depois pensar em ampliar, porque o Governo vai perceber que este é o dinheiro que multiplica empregos. E, rapidamente, Senadora, nós sabemos disso. Rapidamente é microcrédito. E... "Ah, mas a inadimplência pode chegar a 8%". Isso é bom. Enquanto a roda gira, a bicicleta anda. Faz a economia girar.

Então, é um apelo, assim, muito consciente que eu faço, sei que estou exagerando no falar, mas são sete dias improrrogáveis. E aí nós vamos decidir: ou deixa morrer ou vamos separar recursos para prosseguimento do Pronampe.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Damares com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu quero fazer coro ao autor do projeto e fazer um apelo ao Relator.

São dois Parlamentares que eu amo e admiro há mais de 40 anos. Para quem não sabe, eu e Laércio somos amigos de infância praticamente. Ele ainda me chama de tia até hoje.

Presidente, são três semanas que eu estou vindo a esta Comissão numa expectativa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Faltou a senhora dizer a causa da nossa paixão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A minha paixão pelo Senador Esperidião é porque eu oro por ele há 40 anos. E tudo por causa de uma imagem que eu vi na televisão, na enchente de Santa Catarina. Um grande homem. Foi um grande Governador, é um grande Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, há três semanas que eu venho com uma expectativa muito grande para voltar o Pronampe e eu preciso fazer esse apelo ao Relator para conversar com o Governo. E, se precisar, eu vou junto, Laércio, conversar com o Governo. O micro, pequeno e nano empreendedor e o MEI são armas poderosíssimas para o fim da violência contra a mulher. Quando o Pronampe veio, também um dos pilares era o empreendedorismo feminino. E, mais do que nunca, elas estão precisando agora, mais do que nunca.

Então, eu precisava fazer esse apelo, Laércio, porque a gente precisa tirar muitas mulheres do ciclo de violência por meio do empreendedorismo. E o Pronampe foi uma mola importante nessa nossa empreitada do fortalecimento do empreendedorismo feminino.

Fica aqui o meu apelo.

Mas eu gostaria muito de dizer um outro aspecto. No meu Distrito Federal, a economia gira em torno do pequeno. Os senhores são de estados enormes. Os senhores são de estados com uma agricultura pujante, um turismo pujante. No nosso Distrito Federal, a economia passa pelos pequenos. O Pronampe, para o meu Distrito Federal, é de extrema importância.

Então, eu trago aqui dois argumentos muito fortes, inclusive me colocando à disposição, Senador Laércio, para a gente ter essa conversa com o Governo e mostrar dados e números, inclusive, se for preciso.

E parabenizo os três autores do projeto.

Mas já que eu estou com o microfone, Presidente, me permita registrar a minha indignação a uma fala, ontem, que eu acabei de receber do Líder do MST. O Líder do MST, o Stédile, esteve ontem com o Papa Francisco e disse as seguintes palavras: "Malditas sejam todas as cercas. Malditas todas as propriedades privadas...". Absurdo. E não é uma fala recortada. É um absurdo. O nosso agro é responsável pela economia desta nação. O nosso agro é responsável por boa parte do PIB. E um Líder sair do Brasil para ir lá falar: "Malditas sejam todas as propriedades privadas," no mínimo está querendo causar aqui na nação uma insegurança jurídica, uma insegurança no campo. Lamento que essa fala tenha sido proferida pelo Líder do MST.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Damares.

Senador Oriovisto, com a palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para dizer que eu concordo com tudo o que disseram os meus antecessores, mas, Amin, não serão apenas sete dias, serão quatorze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Semana que vem, terça-feira tem... não, Corpus Christi é na quinta, mas na terça vai ter Congresso Nacional, é o que está previsto. Se vai ter Congresso, não vai ter Comissão de Assuntos Econômicos, então isso vai para quatorze dias. Não vejo problema nenhum, são quatorze dias; só quero que você refaça a sua fala.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quem tem que refazer é quem pediu uma semana. (*Risos.*)

Senador Laércio Oliveira está com a palavra.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Refaço, Presidente.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Presidente Vanderlan...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone.*) – Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Refaço, sim, Presidente, claro, sempre com a contribuição oportuna do Senador Oriovisto. Se a gente não tiver reunião da Comissão, fica para a semana seguinte; é mais um tempo para se construir. Como o Prof. Oriovisto disse, não altera em nada. O que importa é que a gente se sente aqui e avance com o projeto.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Presidente, para discutir aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Rodrigo, com a palavra, Senador.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Para discutir.) – Presidente, é o seguinte: sempre quando a gente vê uma situação, também é uma oportunidade de verificar o que é que se pode fazer com este momento. Também gostaria de ter votado semana passada esse projeto, mas, de lá para cá, um fato me chamou a atenção. Eu estive com o Ministro Márcio França, da micro e pequenas empresas, falando sobre o Desenrola para as empresas, e surge uma grande preocupação. O Desenrola, que vem junto com o programa que se chama Acelera, veio através de uma medida provisória do Governo Federal. E aí, a gente retoma aquelas situações em que não são instaladas as Comissões para dar seguimento às medidas provisórias. Este é mais um caso que, muito provavelmente, vai chegar à fase final da medida provisória precisando aprovar uma lei.

Então, a expectativa, inclusive conversando com o Líder do Congresso, que é o Senador Randolfe, é que o Governo mande um projeto de lei. E quem sabe, diante dessa situação, a gente consiga aproveitar um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto tão importante como esse e incluir – olha só a importância –, incluir o Acelera. Porque o Desenrola, que está envolvido em uma negociação que pode trazer luz para mais de 6 milhões de pequenas empresas que buscam renegociar as dívidas bancárias, tem como garantia R$7 bilhões, que é o fundo garantidor, vinculado ao Pronampe.

Então, todo o trabalho feito aqui... criar um capítulo específico, que não é um jabuti, é algo já relacionado a esse tema específico, para que se possa já dar uma celeridade. Este Senado dá uma grande contribuição para o Governo, que eu acredito que foi quem pediu para que retirasse hoje de pauta, e chegar robustecido com o elemento esperado que já está funcionando – o Desenrola para as empresas já tem uma semana que está funcionando com grande sucesso. Mas que vai ter, lá na frente, um problema em aprovar a medida provisória, que não vai sair, como várias outras, e o Governo vai ter que mandar um projeto de lei a toque de caixa, e nós podemos, já neste momento, contribuir num projeto terminativo desta Casa para ter um benefício para esses guerreiros que geram emprego, que geram renda; porque a gente sabe, quando se fala em micro e pequenas empresas, que a única forma de ganha-pão do empresário que tem uma pequena empresa é aquele negócio dele. Nós estamos aqui falando para as famílias brasileiras, numa forma de geração de emprego, dando um respiro, acrescentando a toda a discussão algo que vai surgir, através de uma outra lei, mas que vai ter todo um trâmite e que eu tenho certeza que, sendo aprovado aqui, já sairá bem maduro.

Então, só para a gente discutir, Senador Laércio, porque é algo que pode ser acrescentado nesses sete ou catorze dias – o tempo necessário para ser discutido.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

O item 10 da pauta, Projeto de Lei 6.012, é retirado de pauta a pedido do Relator, voltando na próxima reunião.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 6012, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios e dá outras providências; e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, que institui e regulamenta o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para assegurar que os recursos do Pronampe sejam permanentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo)

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (21ª REUNIÃO), PELA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR (3ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (13ª REUNIÃO), EM 21 DE MAIO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às treze horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Eduardo Gomes, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor e a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Izalci Lucas, Efraim Filho, Fernando Dueire, Marcos do Val, Plínio Valério, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Janaína Farias, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Humberto Costa, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Ana Paula Lobato, Eduardo Girão, Jayme Campos, Dr. Hiran, Ivete da Silveira, Leila Barros e Soraya Thronicke, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Cid Gomes, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Rogério Carvalho e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 24/2024 - CAE, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Magno Malta (PL/ES), REQ 54/2024 - CAE, de autoria Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), REQ 39/2024 - CAE, de autoria Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), REQ 30/2024 - CAE, de autoria Senador Eduardo Gomes (PL/TO), REQ 3/2024 - CTFC, de autoria Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), e REQ 22/2024 - CAS, de autoria Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Finalidade:** Instruir o PL 5008/2023, que "dispõe sobre a produção, importação, exportação, comercialização, controle, fiscalização e propaganda dos cigarros eletrônicos, e dá outras providências". **Participantes:** Dra. Alessandra Bastos Soares, Ex-diretora da ANVISA; Senhora Mônica Andreis, Diretora Presidente da ACT Promoção da Saúde.; Senhora Jaqueline Scholz, Especialista em Tratamento de Tabagismo; Senhor Alexandro Lucian, Consumidor, ativista e fundador da instituição Diretório de Informações para Redução dos Danos do Tabagismo - DIRETA.org; Dr. Dirceu Barbano, Ex-presidente da ANVISA; Dra. Stella Regina Martins, Especialista em Dependência Química pela UNIAD/UNIFESP e médica assistente do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo; Dr. Jorge Alberto Costa e Silva, Médico psiquiatra, ex-diretor da OMS e ex-presidente da Associação Mundial de Psiquiatria; Senhor Paulo César Corrêa, Coordenador da Comissão Científica de Tabagismo da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia; Senhor Lauro Anhezini Junior, Conselheiro da Associação Brasileira da Indústria do Fumo (ABIFUMO) e diretor de assuntos científicos e regulatórios da British American Tobacco; Dr. Alcindo Cerci Neto, Representante do Conselho Federal de Medicina; Dra. Ingrid Dragan Taricano, Toxicologista mestre pela Escola Paulista de Medicina, com estudos em toxicologia da reprodução pela Surrey University do Reino Unido e em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toxicologia inalatória pela Fraunhofer-Gesellschaft da Alemanha; Dr. Guilherme Athayde Ribeiro Franco, Promotor de Justiça de Campinas – SP e especialista em dependência Química pela UNIAD/ UNIFESP; Dra. Élida Graziane Pinto, Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo e professora (FGV-SP); Senhor André Luiz Oliveira da Silva, Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária - ANVISA; e Dr. Roberto Gil, Diretor Geral do Instituo Nacional do Câncer - INCA. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Gomes
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/21

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Fala da Presidência.) – Boa tarde!

Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, a 3ª Reunião da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor e a 13ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, que ocorre de forma conjunta, nesta 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 21 de maio de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5.008, de 2023, que dispõe sobre a produção, importação, exportação, comercialização, controle, fiscalização e propaganda dos cigarros eletrônicos e dá outras providências, em atenção ao Requerimento nº 24, de 2024, da CAE, de autoria dos Senadores Eduardo Girão e Magno Malta; Requerimento 54, de 2024, da CAE, de autoria dos Senadores Soraya Thronicke e Eduardo Gomes; Requerimento nº 39, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2024, da CAE, de autoria da Senadora Zenaide Maia; Requerimento nº 30, de 2024, da CAE, de autoria do Senador Eduardo Gomes; Requerimento nº 3, de 2024, da CTFC, de autoria da Senadora Soraya Thronicke; e Requerimento nº 22, de 2024, da CAE, de autoria da Senadora Soraya Thronicke e do Senador Dr. Hiran.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados, que já se encontram assentados: Dra. Alessandra Bastos Soares, ex-Diretora da Anvisa; Sr. Alexandro Lucian, consumidor, ativista e fundador da instituição Diretório de Informações para Redução dos Danos do Tabagismo - Direta.org; Dr. Dirceu Barbano, ex-Presidente da Anvisa; Dr. Jorge Alberto Costa e Silva, Médico Psiquiatra, ex-Diretor da Organização Mundial de Saúde quando das primeiras formulações da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT), membro da Academia Nacional de Medicina e ex-Presidente da Associação Mundial de Psiquiatria; Sr. Lauro Anhezini Junior, Conselheiro da Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo) e Diretor de Assuntos Científicos e Regulatórios da British American Tobacco do Brasil; Dra. Ingrid Dragan Taricano, Toxicologista mestre pela Escola Paulista de Medicina, com estudos em toxicologia da reprodução pela University of Surrey do Reino Unido e em toxicologia inalatória pela Fraunhofer-Gesellschaft da Alemanha; Dr. Alcindo Cerci Neto, representante do Conselho Federal de Medicina.

Sr. Paulo César. R. P. Corrêa, coordenador da Comissão Científica de Tabagismo da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia; Dra. Stella Regina Martins, Especialista em Dependência Química pela Uniad/Unifesp e Médica Assistente do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo; Dr. Guilherme Athayde Ribeiro Franco, Promotor de Justiça de Campinas, São Paulo, e Especialista em Dependência Química, pela Uniad/Unifesp;

Participam, por videoconferência: Sra. Mônica Andreis, Diretora Presidente da ACT Promoção da Saúde; Dr. Roberto Gil, Diretor-Geral do Instituto Nacional do Câncer (Inca); Sr. André Luiz Oliveira da Silva, Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária - Anvisa; Dra. Élida Graziane Pinto, Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo e Professora da FGV-SP; Sra. Jaqueline Scholz, especialista em tratamento de Tabagismo.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que essa reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem as suas perguntas ou comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse momento, também ressalto que fui designado Relator no que concerne à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos. Fiz análise específica nesse sentido, o que não me impediu também de interagir com a Comissão de Fiscalização e Controle e com a Comissão que trata de saúde. Pelo número inicial de sessões desta Comissão, nesta audiência pública, é possível ver o ritmo de funcionamento de cada uma das Comissões pertinentes, e para isso eu chamo a atenção, porque foram 21 sessões da CAE, presidida pelo Senador Vanderlan Cardoso, 13 sessões da Comissão que trata de saúde e 12 da Comissão de Fiscalização e Controle – 13 da Comissão de Assuntos Sociais. Por que eu faço essa ressalva? Para dizer que a importância desta audiência pública é especificamente técnica, já que os Parlamentares terão todo o espaço nos seus questionamentos, no Plenário do Senado e nas votações do mérito dos relatórios. Portanto, me dou por satisfeito com a realização dessa audiência pública, entendendo que cada um dos Parlamentares forma sua convicção, tem noção da realidade brasileira e da importância desse assunto, sendo que a primeira vitória com relação a esse assunto é o fato de discutirmos e deixarmos claro para a população o que cada um pensa e as consequências da regulação ou da não regulação, como é o *status* hoje que o Brasil vive.

Então, que cada um faça bom uso da sua consciência, da sua história política como analista eleito pela população brasileira e que isso ocorra com respeito à divergência, às opiniões divergentes, mas principalmente ao serviço público de debater e colocar a par a sociedade brasileira de uma realidade com que teremos que lidar, de um jeito ou de outro.

Por isso, faço isso com respeito aos meus colegas Parlamentares, cada um com a sua história de vida, cada um com a sua experiência, desde que se respeitem os espaços, as vocações e as suas ideias.

Neste momento, passo a palavra à Sra. Mônica Andreis, Diretora Presidente da ACT Promoção da Saúde, que fará participação inicial por videoconferência.

Passo a V. Sa. a palavra.

A SRA. MÔNICA ANDREIS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Senador Eduardo Gomes. Eu o cumprimento na qualidade de Presidente da sessão, da Comissão de Assuntos Econômicos, e também, em sua pessoa, a todos os demais Parlamentares participantes desta audiência pública.

Eu represento a ACT Promoção da Saúde, que é uma organização não governamental que, há 17 anos, apoia políticas de controle de tabaco no Brasil.

A gente está acompanhando o debate sobre o PL 5.008, da Senadora Soraya Thronicke, bem como o do Projeto de Lei 4.356, de autoria do Senador Eduardo Girão, ambos com proposições diferentes, mas sobre o mesmo tema, que é dos dispositivos eletrônicos para fumar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é do conhecimento, acho, de todos vocês, recentemente, a Anvisa, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, proferiu uma decisão por unanimidade, ou seja, todos os membros da Diretoria Colegiada concordaram em manter a proibição da comercialização dos dispositivos eletrônicos para fumar no Brasil, entre eles o cigarro eletrônico, o tabaco aquecido, assim como a sua fabricação, importação ou publicidade.

Essa norma já existia desde 2009 e foi atualizada agora, por meio desta regulação vigente – portanto, atualmente, no Brasil –, e se, em 2009, quando foi publicada a RDC 46, a resolução foi baseada no princípio de precaução, pela inexistência de dados científicos que comprovassem eficiência, eficácia e segurança no uso e manuseio de dispositivos eletrônicos para fumar, agora, em 2024, a decisão foi baseada num amplo processo de revisão das evidências científicas atualmente existentes, bem como em várias consultas públicas, produção de relatórios técnicos, tomada pública de subsídios. Foram nada menos que cinco anos de extenso processo de revisão, e, nas palavras do Diretor-Presidente da Anvisa, "criar regras para a comercialização legal desses produtos ainda se mostra imaturo, frente a um cenário de ausência de evidências científicas favoráveis".

Essa decisão está de acordo com o alerta da Organização Mundial da Saúde, que, em dezembro de 2023, publicou um chamado à ação aos países em que afirma que cigarros eletrônicos são frequentemente promovidos como uma alternativa menos prejudicial aos cigarros convencionais. No entanto, até a data, a comercialização de cigarros eletrônicos como produtos de consumo não teve benefícios comprovados para a saúde pública – palavras da OMS. Em vez disso, evidências alarmantes sobre os efeitos adversos para a saúde da população estão aumentando.

Está de acordo também com o posicionamento das principais sociedades médicas brasileiras, entre elas a Sociedade Brasileira de Pediatria, que destacou, em nota, a escassez de estudos que comprovem a segurança de uso dos DEFs e os riscos associados à mistura de concentrações variáveis de nicotina com demais compostos para a saúde dos jovens.

A Sociedade Brasileira de Cardiologia revelou que pesquisas indicam uma relação direta entre o uso de cigarro eletrônico e o incremento no risco cardiovascular.

Além disso, o Conselho Federal de Medicina do Brasil e a Associação Médica Brasileira manifestaram-se contrariamente à liberação da venda dos DEFs.

Por ocasião de um debate prévio sobre o tema no Senado, 34 organizações de saúde enviaram uma carta aberta aos Senadores e Senadoras da República solicitando a não aprovação do Projeto de Lei 5.008, que permite a comercialização de cigarros eletrônicos e outros produtos no país, em respeito à Anvisa.

Se o Congresso Nacional deseja debater o tema ou legislar sobre ele, é imprescindível que os Srs. Senadores e Senadoras da República o façam sem desconsiderar o que pensa a maior autoridade sanitária do país, cuja competência para regular produtos fumígenos, derivados ou não do tabaco, é reconhecida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por meio de lei e respeitada nacional e internacionalmente pela responsabilidade no manejo de questões relativas à saúde pública dos brasileiros e brasileiras.

Em ação judicial que corre no Supremo Tribunal Federal, na qual a indústria do tabaco questionou não somente a norma da Anvisa de proibir aditivos, mas a própria autoridade da agência para regular produtos nocivos à saúde, foi inequivocamente reiterada a sua necessidade e competência para tal. Segundo o voto da Ministra Rosa Weber nesse processo, o advento das agências reguladoras setoriais, autarquias especiais que desempenham funções administrativas, normativas e decisórias dentro de um espaço de competências que lhe é atribuído por lei, representa inegável aperfeiçoamento da arquitetura institucional do Estado de direito contemporâneo.

A Lei 9.782, de 1999, instituiu um verdadeiro Sistema de Vigilância Sanitária, do qual fazem parte a criação da Anvisa e a definição das suas competências. E em artigo desta lei: "[...] submete os produtos fumígenos, derivados ou não do tabaco, a regime diferenciado específico de regulamentação, controle e fiscalização pela Anvisa, por se tratar de produtos que envolvem risco à saúde pública". E a agência não se furtou ao debate, colocou o tema na agenda regulatória, democraticamente possibilitou a manifestação de todos, inclusive do setor regulado, usuários, sociedade civil, cientistas nacionais e internacionais, e concluiu, após cinco anos de análises, que não se justifica permitir a venda desses produtos, ao contrário, poderiam representar um risco à população brasileira, especialmente aos jovens.

A norma brasileira veda a comercialização do produto, mas não criminaliza o seu uso. Agora que a RDC 855, de 2024, está vigente, urge que se amplie o conhecimento público sobre essa norma e as capacidades informativas, as campanhas informativas à população. Se a autoridade sanitária do país, junto às mais significativas e respeitadas sociedades médicas do Brasil, tem exatamente a mesma posição sobre os dispositivos eletrônicos para fumar, a quem interessa contrariá-las? Claro está que, dado o enorme interesse econômico envolvido, as empresas do setor de tabaco se unem para tentar questionar a decisão da Anvisa e as evidências que alertam para os riscos desses dispositivos.

São produtos sabidamente viciantes, nocivos à saúde, que por suas características de *design*, tecnologias e sabores, atraem principalmente o público jovem, na maior parte nunca fumantes, como revelou a pesquisa Vigitel, de 2023.

Nós temos, no Brasil, uma meta de redução do tabagismo, no Plano nacional de Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, para níveis próximos a 6% até 2030. Os senhores podem conhecer esse plano, onde está muito clara essa meta para o Brasil, sem precisar substituir o uso de cigarro por *vapes*.

Sabemos o caminho para isso. É preciso elevar os preços, sem ajuste desde 2016. Temos visto na mídia algumas referências a um dado econômico de que o Brasil deixa de arrecadar cerca de R$3 bilhões ao não permitir a comercialização dos dispositivos eletrônicos para fumar. Relacionadas ao tabagismo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

montante que chega a R$125 bilhões ao ano, R$50 bilhões somente por custos diretos, sem contar o custo intangível do sofrimento das pessoas e das famílias, e a arrecadação do setor não cobre nem 10% disso. Pior, por não reajustar o preço mínimo de cigarros e a alíquota específica, ambos pelo IPCA, desde 2016, o Brasil deixou de arrecadar, apenas em 2023, mais de R$4,4 bilhões, ou seja, somente por não reajustar os preços que nós temos atualmente de cigarro no Brasil. O acumulado sem reajuste, de 2017 a 2023, é estimado em R$10,9 bilhões. Vale lembrar que o preço mínimo de maços de cigarros foi ajustado acima do IPCA entre 2012 e 2016. Se tivesse sido reajustado exatamente como foi naquele período, teríamos hoje um valor mínimo de R$12,76 por maço, e continuamos, na verdade, com os mesmos R$5 desde 2016, o que não é justificável.

Não precisamos ampliar o mercado de nicotina e, sim, informar a população, ampliar o acesso a tratamento disponível pelo SUS, combater o mercado ilícito, que já existe, mesmo com o cigarro legalizado, proibir sabores e aromas que facilitam a iniciação ao consumo e, com isto, priorizar a prevenção. Não à toa, o termo escolhido pela Organização Mundial da Saúde agora, em 2024, para celebrar o Dia Mundial sem Tabaco, foi a proteção das crianças contra a interferência da indústria de tabaco. Isso porque, diariamente, crianças e adolescentes são atraídos para o consumo, e o que está em jogo aqui é o futuro. O Brasil avançou no controle do tabagismo e pode avançar ainda mais se seguirmos privilegiando a saúde pública e não interesses comerciais corporativos.

Agradecemos e esperamos contar com a ajuda dos senhores e senhoras para um Brasil mais saudável.

Muito obrigada

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado. Agradeço à Dra. Mônica Andreis.

Neste momento, passo a palavra à Dra. Alessandra Bastos Soares, porém fazendo uma observação que, como fizemos o atendimento igualitário à solicitação dos Srs. Parlamentares...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Solucionado o problema técnico, quero dizer que nós fizemos a distribuição pelas indicações. Os números eram compatíveis, mas, de um volume muito grande de expositores. Fizemos uma seleção entendendo a necessidade de debate, de argumentação equilibrada entre as versões contrárias e a favor, e isso fez com que tivéssemos nove expositores na posição contrária e seis na posição favorável. Então, a Presidência decidiu manter essas exposições todas, sem prejuízo nem corte, para que fosse igual, mas recuperando o tempo de argumentação equivalente também aos expositores favoráveis à regulamentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dessa forma, aqueles que forem identificados nessa corrente, terão o tempo adicionado, até que seja igualado ao tempo dos expositores contrários.

Com a palavra a Dra. Alessandra Bastos Soares, ex-Diretora da Anvisa.

A SRA. ALESSANDRA BASTOS SOARES (Para expor.) – Boa tarde. Alô, me ouvem?

Boa tarde a todos, Sr. Senador. Muito obrigada, Sra. Senadora. Eu quero agradecer... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Já posso ir embora, já estou aí falando... (*Risos.*)

Vou para outra Comissão. (*Falha no áudio.*)

Vamos aguardar alguns minutos; a equipe técnica já está vindo para organizar aqui. (*Falha no áudio.*) (*Pausa.*)

Bom, enquanto arruma o som, vamos tocando aqui.

De novo, eu peço desculpas pelo defeito técnico aí.

Com a palavra a Dra. Alessandra Bastos Soares, ex-Diretora da Anvisa.

A SRA. ALESSANDRA BASTOS SOARES (Para expor.) – Boa tarde a todos; boa tarde, Sr. Senador e Sra. Senadora.

É uma grande alegria poder estar aqui novamente para falar de um tema sempre sensível. Eu agradeço a Deus e à vida pela oportunidade, porque, estando a favor ou contra o que decidiu a Anvisa, me parece que todos aqui têm como cerne da questão a proteção e a promoção da saúde, e isso muito nos alegra.

Eu sou Alessandra Bastos Soares, sou farmacêutica, ex-Diretora da Anvisa – estive lá de 2017 até 2020, à frente da Diretoria de Medicamentos e Alimentos – e hoje eu trabalho como Consultora de Assuntos Regulatórios, e dentre os meus parceiros de trabalho, sim, tem a BAT Brasil, no pleito de uma regulamentação adequada para este tema em nosso país.

E eu vou tratar, obviamente, daquilo que é a minha *expertise*, a grande questão que é uma regulamentação adequada diante do cenário que temos aqui no Brasil.

Alguém pode me ajudar? (*Pausa.*)

Não, não foi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou tratar... É porque está fora do... Bom, enfim, eu vou tratar de alguns temas, que é convergência regulatória... Eu vou tentar seguir aqui para ficar mais fácil e eu não perder tempo. Então, é o seguinte: de fato, como a Dra. Mônica falou, a agência se posicionou no passado – e o Presidente da casa à época está aqui, o Dr. Dirceu Barbano – porque não havia dados para decidir sobre cigarros eletrônicos. E a Anvisa, recentemente, vota pela manutenção desta proibição, que entendemos não ser efetiva. Por que eu digo isso? Estamos falando aqui: diariamente morrem em torno de 443 pessoas, segundo o Ministério da Saúde, por problemas relacionados ao tabagismo – tabagismo, consumo de nicotina através do cigarro convencional.

Obviamente, a Lei 9.782 dá à Anvisa a missão institucional de tratar este tema, mas, diante do posicionamento, que eu particularmente lamento muito, porque eu aguardava, vindo da nossa Anvisa, que atravessou a covid e foi tão difícil, eu esperava de fato uma norma rígida, cautelar, harmonizada, porque eu estou falando aqui de convergência regulatória internacional, e isso muito nos orgulha.

A Anvisa hoje faz parte de muitos fóruns com outras autoridades sanitárias da mesma relevância que tem a Anvisa, e tratam de assuntos como medicamentos, produtos para a saúde, cosméticos, saneantes e outros, portos, aeroportos e fronteiras. Então, quer dizer, o que é a convergência regulatória, segundo dados da OMS? Está aqui na apresentação. É o quê? Quando as autoridades convergem e entendem que uma regra harmonizada... É óbvio que quem fabrica na Noruega vai encontrar dificuldades para fabricar, às vezes, a mesma molécula no Brasil, mas isso são outras questões. A base, o entendimento é o mesmo. E, gente, a regra é: se eu não posso medir algo, eu não tenho controle sobre isso. E estamos falando de quê? De medição, de controle.

Se de 2009 até agora, o que temos no Brasil é um cenário caótico em que certamente o Ipec diz "cerca de", mas, conforme a gente anda pelas ruas, a gente vê que mais de 3 milhões de brasileiros consomem nicotina pelo vaporizador vendido no Brasil de forma ilegal. E, quando a gente olha para outros países que têm a mesma robustez na autoridade sanitária – o que eu estou falando, inclusive, é da soberania do Brasil –, quando eu olho para outros exemplos que já estão funcionando, aí sim eu vejo jovens resguardados, crianças resguardadas, porque se há regra, o setor produtivo tem que seguir aquela regra. Quando a gente fabrica um comprimido de dipirona sódica, todas as empresas que fabricam têm que seguir a mesma regra. E o monitoramento é fundamental. Para quê? Para ver, um, se está funcionando a regra e, dois, se ela precisa ser atualizada. Então, quando eu olho para a Anvisa, eu a vejo sentada na mesma mesa com o FDA, o EMA, Japão, Canadá, Nova Zelândia, são mais de 80 países que têm uma regra para este tema. Os únicos países que proíbem são aqueles que de fato não querem conversar sobre o assunto.

E aí, com todo o respeito ao entendimento de todos os senhores, mas ao que nós estamos assistindo são crianças, de fato, pelo celular de suas mães, comprando coisas a que não deveriam sequer ter acesso. E por que isso? Porque a ilegalidade está nadando de braçada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então vamos seguir aqui... Tentar, não é? Porque a apresentação está fora do esquadro.

Gente, não está funcionando.

Se você puder passar ao próximo eslaide, eu agradeço.

Então, já foi a convergência. Pode passar para o próximo eslaide, por favor. (*Pausa.*)

Não.

FDA, União Europeia, OMS, indefinem vaporizadores e têm regulamentação para isso. Daí vem o quê? Controle e monitoramento.

Quais as implicações para o Brasil hoje? E aí, gente, já que a Anvisa lamentavelmente decidiu pela manutenção da proibição, o que eu muito lamento, eu agradeço imensamente a esta Casa, em especial à Senadora Soraya Thronicke e outros Senadores que sei que estão debatendo o tema com muito critério, porque tem que ser com muito critério. Agradeço pelo PL, porque minimamente foi feito um esforço que não deveria ser desta Casa, mas, sim, da Anvisa, porque é papel da agência, uma agência que muito nos orgulha, com certeza, mas que neste caso, de fato, está sendo omissa. Sem o controle, sem a regra, estamos de pés e mãos atados.

Então, qual é a implicação hoje – hoje – para o Brasil? Adequar, adaptar a sua regra. Proibir é uma regra? Isso é questionável, até porque, gente, eu estou falando aqui do consumo de nicotina, e consumo de nicotina não é proibido. Isso está na nossa Constituição. Eu estou falando de um hábito que não é saudável. Eu não sou fumante, não faço apologia ao fumo, muito menos ao vaporizador. Acontece que, se já foi criada uma forma menos arriscada de consumir a nicotina, por que nós não vamos oportunizar aos consumidores de nicotina, que são tabagistas, que sofrem, que veem os seus familiares adoecendo, acessar produtos seguros vigiados pela mesma Anvisa, que regulamentou o cigarro, e aí sim... Aqui temos uma prova viva: Dr. Jorge, nós tínhamos o quê? De 45% a 39% de fumantes, e caímos para de 9% a 12%. E o que eu faço com essas pessoas? Eu não posso oportunizar algo que resguarde a saúde delas?

Pode passar, por favor.

Mitos e verdades. Gente, isso é só um exemplo, porque a Alessandra não acha nada! Todos os dados que estão aqui expostos e que são mitos e verdades, todos têm *link* e são dados oficiais dos Governos exteriores, Reino Unido, Canadá, Suécia, todos esses que eu já disse aqui. Não é novidade, isso é dado público. Então, se eu nego esse dado, eu estou dizendo que eles estão mentindo?

Pode passar inclusive esse eslaide – pode passar.

Eles estão mentindo sobre os dados? Porque mitos e verdades... São tantos mitos, não é? Um deles, gente, desculpem, é o Evali, que o FDA veio a público para dizer que o Evali não está relacionado ao vaporizador, ele está relacionado ao que foi vaporizado. Então, há muita informação à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou usar um termo que a Dra. Mônica usou: chega a ser uma afronta negar o que está acontecendo ao redor do mundo. E o que está acontecendo? São exemplos internacionais. Eu estou falando de consumidores que, inclusive, se manifestaram, sim. A Anvisa abriu para que nós pudéssemos conversar com ela? Sim, ela abriu a oportunidade. Acho que essa discussão não foi muito transparente, porque não valeu o que o cidadão que consome o vaporizador ilegal no Brasil falou ali. Eu sei que a opinião pública pesa ou não, mas, espere aí, eu estou falando sobre o quê? Eu estou falando com quem? Já perguntaram para mim: "Eu posso levar os meus exames de saúde para os diretores da Anvisa assistirem?". Eu falei: "Não, querido, assim não pode. Tem que ser um estudo". Mas, para que nós possamos fazer um estudo aqui no Brasil, primeiro, é necessário que haja uma regra permitindo a importação, porque nem isso a gente pode. Então, fica muito difícil defender essa decisão da agência frente a tudo isso que tem acontecido. E, quando eu olho países como o Reino Unido, como o Canadá... Como eles abordam? Regulação equilibrada, com forte ênfase em campanhas educativas; regulação rigorosa. Gente, o Canadá ensinou à Anvisa, o Canadá nos ajudou a escrever a regra para cigarro. Então, como é que não ajudaria agora? Eles têm regra para isso.

E, no relatório de análise de impacto regulatório, eu lamento pela fala da área técnica, que diz ser inviável tecnicamente falar sobre o assunto.

Pode passar, por gentileza.

Então, como eles abordam e qual o resultado que tem? São exemplos internacionais. Educação: concordo plenamente, educação é tudo. Vamos educar o jovem, vamos educar os pais, vamos educar os adultos não fumantes, porque muitas pessoas iniciaram a vaporização por quê? "Isso aqui é água com essência!", eu ouvi isso de um delegado, amigo. E eu falei: querido, guarda, porque, se tiver uma foto, fica complicado. Você não pode usar isso. Não é água com essência. Nós não sabemos o que o consumidor está consumindo. Isso é crítico.

Então, gente, fechar os olhos para isso é de uma irresponsabilidade inenarrável. Informação é tudo, clareza, redução de danos. Como é que eu vou dizer que não é? Gente, quem estuda físico-química sabe disso. Carbono, quando passa pela pirólise, isso é um processo físico-químico. Entrega o quê? Fumaça, diferente de vapor. E, se eu não sei o que está vaporizando, como é que eu vou querer controlar? É o pensamento contra... Quando eu ouço os que são... E eu tenho muito respeito por quem defende, porque são trajetórias importantes e interessantes, pessoas que ajudaram o Brasil a avançar neste sentido. E, no fim de tudo, a fala de quem é contrário a uma regulamentação de verdade, além da proibição, no meu entendimento, vocês querem que tenha uma regra, porque as pessoas... Isso é fato, esse comércio já existe.

Pode passar, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, olha, não podemos achar... diminuir a capacidade de compreensão dos nossos consumidores aqui no Brasil.

Pode passar, por gentileza.

Pode passar.

Pode passar, por gentileza.

Esses são *links* em que vocês têm todas essas informações de que a gente fala aqui, é porque o tempo é pouco.

Pode passar, por gentileza.

Pode passar.

Pode passar.

Eu quero frisar num ponto aqui importante da 855. O que foi apresentado num *summit*. Gente, isso aqui é uma angústia. Para nós que trabalhamos com o assunto regulatório é confuso, imagine para o consumidor. Pergunta do consumidor: "Eu posso usar o cigarro eletrônico?". E, aí, a Anvisa diz assim: "O cigarro eletrônico faz mal à sua saúde, e você não deveria usar. A norma brasileira veda a comercialização do produto, mas não o seu uso".

Opa! Então, espere aí, você pode usar, mas eu não deixo ninguém vender alguma coisa vigiada sanitariamente. Então, gente, fatalmente eu estou dizendo o que para esse consumidor de nicotina? "Compre no mercado ilegal." E eu nunca vou apoiar a ilegalidade, nunca vou! Existe uma agência para isso, forte, inteira; existe um Senado para isso – conversem! Academia, converse! Que dado mais falta?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALESSANDRA BASTOS SOARES – Gente, nós temos quantas oportunidades de apreciar o que está acontecendo mundo afora, para resguardar as crianças, para resguardar os jovens, para ter o quê? Acesso, direito do consumidor a ter no mínimo segurança. Isso não sou eu que estou dizendo; é o mundo. E negar o que o mundo está dizendo tem nome, não preciso dizer.

Pode passar, por gentileza.

Pode passar.

Aqui são algumas conclusões. Gente, isso está disponível para vocês. Todos esses mitos e verdades, eu gostaria de ter falado sobre todos, mas não ia dar tempo.

Pode passar, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dúvidas podem me endereçar, por favor. E aqui tem os meus... Quem quiser falar comigo tem *e-mail*, tem rede social. Eu estou à disposição.

E mais uma vez eu agradeço pela oportunidade de me colocar como ex-Diretora dessa casa (Anvisa) que eu prezo tanto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Dra. Alessandra. (*Palmas.*)

Nós vamos atender à solicitação do nosso colega, Senador Eduardo Girão, que pede que passemos a palavra neste momento à Sra. Jaqueline Scholz, especialista em tratamento do tabagismo, que vai participar por videoconferência.

Passo a palavra, então, para a Sra. Jaqueline Scholz. (*Pausa.*)

Registro as presenças da querida Senadora Damares e do Senador Dr. Hiran.

A SRA. JAQUELINE SCHOLZ (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada.

Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Pode.

A SRA. JAQUELINE SCHOLZ (*Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos! É um prazer estar aqui e poder divulgar a nossa experiência com esse produto.

A apresentação eu compartilho ou vocês passam para mim?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – A senhora compartilha.

A SRA. JAQUELINE SCHOLZ (*Por videoconferência.*) – Aqui não está deixando apresentar. (*Pausa.*)

A SRA. JAQUELINE SCHOLZ (*Por videoconferência.*) – Já está apresentado?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Não está.

A SRA. JAQUELINE SCHOLZ (*Por videoconferência.*) – Deixe-me ver se está dando certo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – A senhora quer esperar mais uma apresentação? A senhora pode esperar? É porque aí a gente vê esse problema técnico.

A SRA. JAQUELINE SCHOLZ (*Por videoconferência.*) – Mas já está aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Ah, está aí?

Então, está bom.

A SRA. JAQUELINE SCHOLZ (*Por videoconferência.*) – É, está.

Está apresentando para vocês?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Chegou. Está ótimo.

A SRA. JAQUELINE SCHOLZ (*Por videoconferência.*) – Beleza.

Eu não tenho conflito de interesse...

Está tendo um *delay* aqui.

Posso falar então? É que está tendo um *delay* aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Pode.

A SRA. JAQUELINE SCHOLZ (*Por videoconferência.*) – Bom, em 2022, eu comecei a receber...

Eu faço tratamento de tabagismo no Incor. Eu tenho um programa de cessação, e a gente começou a avaliar...

A gente usa esses aparelhinhos azuis, que é o monoxímetro, para avaliar consumo de cigarro, porque o cigarro tem combustão, e você avalia o consumo através do monóxido de carbono. E começaram a aparecer...

Tem um *delay* aqui. Estou escutando a minha voz junto. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Doutora, eu acho que a senhora tinha que tirar o som...

A SRA. JAQUELINE SCHOLZ (*Por videoconferência.*) – Oi? Estou escutando a minha voz falando atrasado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Acho que a senhora tem que tirar o som, o seu som, o som do computador. (*Pausa.*)

A SRA. JAQUELINE SCHOLZ (*Por videoconferência.*) – Agora eu vou continuar então, tá?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Está ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou recuperar o tempo da senhora.

A SRA. JAQUELINE SCHOLZ (*Por videoconferência.*) – Então, como eu estava falando, a gente usa o monoxímetro para avaliar o consumo de cigarro convencional. Em 2022, eu comecei a receber pacientes que usavam cigarro eletrônico, e, como não existe um protocolo mundial para tratamento da dependência ao cigarro eletrônico, que é uma dependência à nicotina, então eu estava diante de uma necessidade de criar uma alternativa para ajudar essas pessoas que vinham desesperadas, porque, quando se abriu a porta da pandemia, descobriu-se que essas pessoas estavam consumindo cigarro eletrônico de forma absurda. E daí o desespero em querer parar de usar.

Então, aqui estão alguns casos que eu separei de pessoas que eram fumantes. Esses de cima são pessoas que eram fumantes e que fizeram a transição para o eletrônico; deixaram de fumar o cigarro convencional e passaram a usar o cigarro eletrônico. Então, nós temos uma paciente de 32 anos, outro de 38, outro de 47, e o tempo em que eles estavam vaporizando. E o que essas pessoas tinham em comum? Esses são os mais velhos, que antes usavam cigarro convencional. E esses de baixo são os que nunca fumaram cigarro, mas que procuraram por ajuda exatamente pelo alto consumo de cigarro eletrônico, pela percepção de dependência elevada ao cigarro eletrônico. Então, a gente tem um rapaz de 24 anos, um de 17 e um adolescente de 13 anos.

E aí eu dosei a cotinina na urina, que é esse teste rápido que a gente faz, um teste semiquantitativo, porque eu precisava traçar uma estratégia terapêutica para que as pessoas pudessem se livrar da dependência desse produto. E aí, quando eu me deparei, todos esses usuários tinham níveis de nicotina na urina – a cotinina é o metabólito – acima de 600mg por decilitro, o que corresponde mais ou menos a quem fuma 20 cigarros por dia. Então, eu estava diante de umas pessoas que, teoricamente, eram fumantes até de menos cigarro do que isso, outros que nunca tinham fumado e, mesmo com pouco tempo de uso, já estavam apresentando níveis de dependência à nicotina extremamente elevados.

Diante disso, a gente amplificou a pesquisa. Inclusive, eu apresentei em Edimburgo, agora em março, no congresso mundial da Sociedade para Pesquisa sobre Nicotina, que foi na Irlanda, esse trabalho, que é o POS3-40: "Nível de cotinina urinária em usuários de cigarro eletrônico". Aí nós ampliamos essa amostra, e o que aconteceu? Todos acima de 600mg. Então, eu sabia o nível máximo, mas eu não sabia, quantitativamente, quanto era esse máximo. Passamos a dosar, então, o nível quantitativo, e não mais semiquantitativo, e os resultados foram 2,1 mil, 2,2 mil. E, obviamente, essa dependência à nicotina tão intensa e tão rápida só o cigarro eletrônico pode dar; esse que as pessoas querem vender como mais seguro, com redução de danos. Como redução de danos se causa uma dependência tão intensa, tão dramática? Porque as pessoas vêm desesperadas, e eu diria que a intensidade da dependência à nicotina é maior. O sofrimento, a crise de ansiedade que a pessoa tem na abstinência é uma coisa absurda e impede, por demais, a cessação espontânea. Muitas vezes, no cigarro, algumas pessoas até conseguem a cessação espontânea; no eletrônico, elas ficam absolutamente vendidas a essa condição da dependência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, como também se pode dizer que esse produto é menos perigoso, menos ruim, se é um produto diferente? Quando você vai... Os trabalhos iniciais faziam o quê? Pegavam a fumaça do cigarro e o vapor, o aerosol do eletrônico – isso em 2014, era uma outra geração –, e comparavam os produtos químicos de um e de outro. Só que o aerosol do cigarro eletrônico, principalmente agora, a partir de 2017, 2018, com uma nova geração, contendo sal de nicotina, que é outra evolução tecnológica dessa artimanha de vender dependência, é um produto distinto. Então, o que tem no aerosol do eletrônico nem tem no cigarro, ou seja, é outro produto. Então, como se pode falar de redução de danos? Abaixou o monóxido, mas e os outros produtos que esse produto tem? O que vão causar à saúde? Qual o impacto? De um deles a gente já sabe, que é o impacto na dependência, e só por conta disso já não é redução de danos, é agravo de danos, é agravo de dependência, é dificuldade em parar de fumar.

Mesmo assim, vamos ainda continuar. Então, em nicotina, o cigarro eletrônico ganhou: 10 a 0 para o cigarro eletrônico. Vamos falar de nanopartículas, partículas ultrafinas. O cigarro era a maior fonte de poluente de ambiente fechado, tanto é que a gente tem a lei federal, a lei estadual do Estado de São Paulo proibindo de se fumar em ambiente fechado, e, no mundo, ao redor do mundo, há isso também, porque todo mundo sabe que as partículas que a fumaça do cigarro determina no ar são terríveis para a saúde. Além do próprio monóxido, você tem lá material particulado com 10µm, 2,5µm. E, com o eletrônico, gente, aparece outra coisa: partículas ultrafinas, 0,1µm. Sabem o que significa isso? Quanto menor a partícula, maior o risco do dano, pois você inala aquela partícula, ela entra profundamente no seu alvéolo pulmonar e passa para a corrente sanguínea, não tem uma barreira que impeça isso. Isso provoca o quê? Uma grande inflamação.

E, hoje, cada vez nós sabemos que a inflamação é o precursor da doença cardiovascular aguda. Vocês estão vendo isso acontecer. Cada vez pessoas mais jovens têm um evento súbito, morte súbita. É evento provocado por inflamação na parede das artérias, provocando um evento cardiovascular agudo. Cada vez mais pessoas são acometidas por isso.

As nanopartículas, essas partículas ultrafinas, adivinhem quem tem mais, quem oferece mais? Cigarro eletrônico. A gente tem aqui, na figura A, a quantidade de partículas ultrafinas de um produto que libere uma concentração de aerossol de cigarro eletrônico em contrapartida com cigarro convencional. Então, realmente aperfeiçoaram o produto, mas não de uma forma boa.

E, além disso, vamos falar do risco cardiovascular, porque eu sou cardiologista. Tem um trabalho em que eles pegaram o aerossol do produto, o sangue das pessoas e os e-líquidos e colocaram em células pluripotenciais em bancada de pesquisa; colocaram as células do endotélio, que cobre a parede dos vasos, sobre a imersão do sangue dessas pessoas que eram usuários e também nos e-líquidos. O que eles descobriram? Que todos esses componentes que têm nicotina, substâncias de sabor, solventes e tudo mais provocavam uma grande inflamação. A gente, então, sabe que esse modelo está relacionado a risco cardiovascular. Então, como pode ser bom isso? Não tem como ser bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além do que, há também trabalhos mostrando que há aumento da agregação das plaquetas. Além de a própria parede do vaso ter uma inflamação, as plaquetas, que são um componente do sangue, que têm a função de nos ajudar quando a gente sofre uma lesão para parar um sangramento, começam a coagular sem ter muito motivo aparente. Trabalhos comparando não usuários, usuários de cigarro eletrônico, *vapers*, e fumantes de cigarro convencional, todos estão mostrando isso.

E aqui, gente, era o cenário antigo da doença cardiovascular, que é como a placa produzia... As pessoas antigamente, pode-se dizer assim, tinham um processo evolutivo, tinham um processo de envelhecimento que se acompanhava ao longo dos anos. Ia-se depositando colesterol na parede das artérias até que, com o passar do tempo, essa placa se complicava, e o indivíduo lá nos seus 70 anos, 80 anos apresentava o evento cardíaco, como um infarto. Essa era a sequência lógica do processo. Isso tudo se modificou.

Hoje a gente sabe que o grande fator relacionado à doença cardiovascular aguda é uma placa vulnerável, é uma placa, muitas vezes, que nem tem um teor de gordura grande, como tinha no passado, mas que tem um alto componente inflamatório. E o cigarro eletrônico está entre as condições – fora as outras, como microplástico, poluição, comida altamente industrializada, ultraprocessada, e uma série de outras coisas – que promovem essa inflamação da parede dos vasos. O cigarro eletrônico tem a sua parcela de responsabilidade.

Quando você avalia dados epidemiológicos, como os da Califórnia, que mostram claramente qual é o risco cardiovascular entre não fumantes, usuários de eletrônico, usuários de cigarro convencional e usuários dos dois produtos juntos – este usa o ruim dos dois: pega a nicotina elevadíssima do eletrônico e mais a combustão do outro; quando o camarada usa os dois, o negócio está feio –, quando você pega usuários individuais e os compara com não fumantes, o risco é semelhante: é de duas a três vezes maior o risco de infarto naqueles em comparação com quem não fuma, tanto fazendo ele fumar cigarro eletrônico quanto convencional. Só que tem um agravante: a precocidade, o tempo de exposição. O cigarro, que é um grande matador, demorava 20, 30, 40 anos para provocar os abalos na saúde; o eletrônico, não, cada vez mais a literatura médica é inundada por relatos de casos. E a gente mesmo, acompanhando nas mídias sociais, a toda hora você vê alguém tendo um evento cardiovascular ou um evento pulmonar. Quando você vai ver, quem é? Usuário de eletrônico. Recentemente, um rapaz perdeu campo visual. Usuário do quê? Fez um acidente vascular cerebral, perdeu parte da visão do olho, por causa de um acidente vascular cerebral provocado pelo uso de cigarro eletrônico, sem contar outras condições. A cada vez, fica mais evidente.

Quando você pega, então, a taxa de mortalidade – esse é um dado americano – por infarto e AVC, você vê que ela vinha caindo ao longo do tempo. Desde 2010, ela vem subindo, e, em paralelo, o que vem acontecendo? O aumento do consumo de cigarro eletrônico, principalmente em nações que têm esse produto liberado para uso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui é um trabalho bastante interessante que pega exatamente dados de países que têm uma liberação e cuja regulamentação permite a venda do produto com algumas características; e têm países, como o nosso – são 44 –, cuja regulamentação é a proibição da venda. Isso é uma regulamentação. Não se pode vender, não se pode comercializar. Então, fica até mais fácil, do ponto de vista da fiscalização, você descobrir quem está usando, porque é proibido. Obviamente, isso facilita até o processo de fiscalização.

Mas, enfim, quando você vai comparar o número de usuários...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Doutora, o tempo da senhora já se esgotou...

A SRA. JAQUELINE SCHOLZ (*Por videoconferência.*) – ... de cigarro eletrônico com o número de usuários...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Doutora?

A SRA. JAQUELINE SCHOLZ (*Por videoconferência.*) – ... de países que liberam...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – O tempo da senhora... Doutora, por favor.

A SRA. JAQUELINE SCHOLZ (*Por videoconferência.*) – ... a quantidade de pessoas que usam é três a quatro vezes maior. Então, fica evidente que, se você facilita o acesso...

Olha que interessante: os produtos que a classe média hoje... Hoje, o consumo está veiculado a grandes centros e pessoas com alto poder aquisitivo, porque você gasta R$100, R$200, R$300 com esses produtos. Então, quem pode comprá-los? A classe média, média-alta. E essas pessoas consomem os mesmos produtos que em muitos países são proibidos também, mas é a mesma marca. Por quê? Porque, nesses países, como mencionado aqui – Inglaterra, Austrália, Nova Zelândia –, estão sendo banidos esses produtos descartáveis, porque os adolescentes não usam o produto que é regular, que tem o teor taxado de nicotina. Esse ninguém quer. Nem o fabricante quer produzir, inclusive, para a venda. O que as pessoas querem é usar o que tem nicotina, que tem aromas, que é o que acaba atraindo o grande público. O adolescente do Brasil, o jovem usa o mesmo produto que o adolescente está comprando de forma ilegal em outro local.

Então, é importante que a gente deixe bem claro isto: quando você facilita o acesso, você esparrama o consumo, e, como a gente já tem problema com cigarro, que é um produto legal, vocês imaginem o que vai acontecer com a ilegalidade do eletrônico se você o regulamentar. O comércio se abre para o comércio ilegal. E quem vai comprar? Aí tem a questão da equidade. Nós não temos equidade. Então, as pessoas de nível social mais baixo é que vão consumir o produto de pior qualidade. Isso é terrível, é um tiro no pé.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra coisa: nós aqui, inclusive o Instituto do Coração, não sabemos tratar fumantes. A nossa taxa de cessação, inclusive tem as referências...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Passamos cinco minutos do tempo da senhora, fora o tempo que nós recuperamos pelo defeito técnico.

Agradecemos a participação da senhora e deixamos à disposição de todos os Parlamentares a exposição que a senhora fez para colaboração neste debate.

Neste momento, passo a palavra ao Sr. Alexandro Lucian, consumidor, ativista e fundador da instituição Diretório de Informações para Redução dos Danos do Tabagismo (Direta.org).

Com a palavra V. Sa.

O SR. ALEXANDRO LUCIAN (Para expor.) – Sr. Senador, muito obrigado.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite para estar aqui.

Eu sou um brasileiro absolutamente normal, um cidadão, não tenho esse costume de estar em um Plenário como este, então, existe um certo nervosismo, e peço desculpas aos senhores e às senhoras. Não tenho o costume de ter um protocolo, e vou fazer o possível para transmitir a minha mensagem, que é a mensagem dos consumidores.

Então, no painel, a apresentação. Poderiam colocar, por favor?

Perfeito.

Bom, eu acredito que nós consumidores, quando vimos todo o desenrolar na Anvisa, da discussão que acontece desde 2019, com a proibição desde 2009 e com a manutenção dessa proibição, ficamos bastante decepcionados, bastante surpresos.

Vimos a iniciativa da Senadora Soraya Thronicke com excelentes olhos. Ficamos bastante felizes com isso.

Hoje venho aqui despido de títulos, como o de Presidente do Direta, de fundador, de jornalista, etc., porque eu sou um consumidor antes de mais nada. Eu fumei por mais de 15 anos, consumindo três maços de cigarro todo santo dia; são 60 cigarros por dia. Tentei parar com adesivos, gomas de mascar, remédio, acupuntura, tratamento psicológico, tudo que vocês possam imaginar, e não consegui. Somente graças aos cigarros eletrônicos – vou fazer aniversário agora, 30 de maio, e vão ser nove anos longe do tabagismo, essa foi a única ferramenta, a única alternativa que me permitiu isso – saí de três maços diários, após nove anos.

Faço exames regulares, afinal de contas, fui tabagista por mais de 15 anos, então, minha saúde foi impactada, independentemente de eu parar de fumar. Existem pesquisas que dizem que, se a gente parar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de fumar, pelo menos, antes dos 40, existe uma grande recuperação, mas ela nunca vai zerar. E eu faço exames regularmente para verificar minha saúde, e minha saúde é similar à de um não fumante.

Não funciona aqui, gente, para passar o eslaide... Se puder passar manualmente...

Perfeito.

Só que o meu caso não é isolado. Eu não sou o único. Eu não sou um desvio da curva. Milhões de pessoas são iguais a mim no Brasil e fora. Aqui, só no Brasil, eu estou em mais de 45 grupos do WhatsApp, porque me envolvi nisso, e me surpreendi com o que o cigarro eletrônico fez com a minha vida. Então, eu me envolvi muito com as mídias sociais, com as pessoas, com os consumidores. Foi através das mídias sociais que eu descobri como funcionava esse cigarro eletrônico.

E milhares de pessoas têm histórias muito parecidas com a minha: são pessoas que fumavam muito, não conseguiam parar, conseguiram somente graças aos cigarros eletrônicos, e a saúde dessas pessoas melhorou rapidamente – e isso num ambiente de total proibição, onde é uma roleta russa: a pessoa pode tanto comprar um produto aqui no Brasil, de forma ilegal, que foi fabricado com as devidas técnicas de segurança e diretrizes; fabricado no Paraguai, por exemplo, que regulamentou em 2021; quanto saído do fundo de quintal, contaminado com alguma coisa. E, mesmo assim, estatisticamente, as pessoas nas mídias sociais falam que a saúde melhorou e consideram, e eu considero também, que o cigarro eletrônico salvou a vida. Com frequência, eu vejo nos grupos de WhatsApp o pessoal colocando lá espirometria, tomografia computadorizada e tal, comemorando dois anos, três anos, quatro anos sem fumar.

Pode passar, por favor, ao próximo?

Porque para nós, gente, não é só um produto de consumo. Só quem já teve a prisão do vício do tabagismo, da nicotina do cigarro, que é um bicho completamente diferente por todas as questões dos produtos, das 4,7 mil substâncias, do vício, da dependência, é que pode apreciar quando chega um aparelhinho como esse aqui na sua vida, como quem não quer nada, você já tinha desistido de parar de fumar, tentou adesivo, goma de mascar, remédio que botou, e esse troço chega aqui e, da noite para o dia, tira você do cigarro. Para nós não é só um produtinho; isso daqui pode ser a diferença entre você voltar a fumar ou não voltar a fumar e utilizar isso aqui. O.k. Pode ser trocar seis por meia dúzia. Será que é?

Por favor, pode passar.

O cigarro eletrônico, que muitos falam que é só uma estratégia da indústria tabagista – a Dra. Jaqueline falou isso –, não é das tabagistas. As tabagistas não inventaram os produtos. A gente não consome os produtos das tabagistas do Brasil. Se há um dono, gente, somos nós os consumidores. Os cigarros eletrônicos se transformaram mais num conceito, numa tecnologia que eu utilizo para não fumar cigarros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os consumidores, por conta dessa transformação radical, são consumidores muito bem informados. Ao contrário de alguém que usa o celular – eu não sei qual é a minha CPU, o processador do meu celular, eu não sei –, sobre o cigarro eletrônico, a gente vai atrás de pesquisa.

Pode passar, por favor.

O que a gente descobre quando um consumidor informado vai pesquisar lá fora? Falaram que não há evidências científicas. Trago aos senhores e senhoras seis exemplos colhidos num universo muito grande, especialmente selecionados, sem conflito de interesses, sem o dedinho da indústria do tabaco. São pesquisas, grandes revisões. Não adianta chegar com uma... Por exemplo, a Dra. Jaqueline chegou com uma colocação de uma pesquisa, e ela esquece de dizer que aquela pesquisa de que ela falou, que é a *Chronic nicotine impairs the angiogenic capacity*...– é um título imenso – foi feita em ratos, o.k.? Então, quando se faz pesquisa em rato, existe um salto muito grande para chegar ao ser humano. Aqui nós temos grandes revisões científicas que pegam tanto as pesquisas que fazem em ratos, em humanos, em estudos de coorte, eu não vou entrar aqui nas questões técnicas. Os senhores vão receber, claro, isso através do nosso *e-mail*, vamos mandar aos gabinetes e também podem ser consultados pelo QR *code*. Temos 129 referências. Temos os últimos, por exemplo, o Biblioteca Cochrane. Quem é a Biblioteca Cochrane? Instituição padrão ouro de revisão científica, de acordo com a Organização Mundial da Saúde. O que é que eles dizem? Que há alta certeza de que cigarros eletrônicos com nicotina aumentam as taxas de abandono em comparação com a terapia de reposição de nicotina, adesivos e goma de mascar.

Pode passar, por favor?

Temos mais uma, que é o King's College London, 320 referências. King's College London foi a primeira instituição do mundo, lá na década de 60, que falou que os cigarros causavam câncer. Eles falam: "Acreditamos que a estimativa de 'pelo menos 95% menos prejudicial' permanece amplamente precisa [...]". Foi daí que tiramos esse referencial. E eles continuam: "No entanto, agora pode ser mais apropriado e unificador resumir as nossas descobertas usando a nossa outra afirmação firme: que a vaporização representa apenas uma pequena fração dos riscos do tabagismo".

Pode passar, por favor.

E, aí, logicamente, a gente tem por que mais de cem nações estão regulamentando esses produtos. Temos aqui declarações de governos que não só aprovam, como alguns até informam devidamente os seus consumidores, a sua população. Reino Unido: "A curto e médio prazo, a vaporização representa uma pequena fração dos riscos de fumar". "O aerossol do cigarro eletrônico contém menos substâncias tóxicas, e em menor nível, que a fumaça dos cigarros." – dito pelo FDA. Isso é do Governo americano. O FDA americano seria a nossa Anvisa. Isso está no *site* dos governos, não é uma instituição e tal.

Pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu trago apenas – porque falam assim: é porta de entrada ao tabagismo, não ajuda a parar de fumar, não tem evidência – Japão, Nova Zelândia, Estados Unidos, Inglaterra... Não dá tempo de falar todo mundo. Percebam que os gráficos todos estão formando quase um x. Nova Zelândia já formou um x. O que são esses gráficos? Adultos fumantes em cima, adultos utilizando cigarros eletrônicos embaixo. Cai o número de adultos fumantes, aumenta o número de adultos usuários de cigarros eletrônicos. Se existe uma porta para o cigarro eletrônico, é a de saída do tabagismo, não a de entrada. E os dados comprovam. Isso são dados demográficos oficiais dos países. Dizer que não tem dado que comprova que o cigarro eletrônico não ajuda a parar de fumar é um absurdo.

Por favor, pode passar.

E, aí, a gente vê aqui... Nós consumidores olhamos para a mídia brasileira e vemos o quê? O cigarro eletrônico é tão ou mais prejudicial do que os cigarros convencionais; é uma porta de entrada ao tabagismo; há inalação dos metais pesados das baterias – já ouvi pessoa que era especialista falar em rede nacional que a gente inala os metais pesados das baterias, e não é assim que funciona a bateria, não é assim que funciona o mundo real –; um cigarro é igual a cem cigarros; e o cigarro eletrônico causa EVALI.

Pode passar, por favor, porque a EVALI merece um eslaide só dela.

A gente não precisa aqui debater sobre EVALI, basta ir lá no CDC (Center for Disease Control and Prevention), dos Estados Unidos, que é o órgão máximo que combate epidemias, enfim.

O que foi a EVALI? A EVALI é o fruto do crime. Criminosos nos Estados Unidos falsificaram produtos que nem eram de cigarro eletrônico e de nicotina, eram de THC, mas o.k., fabricaram produtos falsificados que continham acetato de vitamina E ou diluíram usando acetato de vitamina E, que causa uma doença pulmonar gravíssima. Safados! Mataram 68 pessoas e hospitalizaram 3 mil. Só que, apesar de não ter ligação com cigarro eletrônico e nicotina, não se enganem, porque, aqui no Brasil, a gente pode ter uma EVALI, se já não está acontecendo, no cigarro eletrônico e nicotina, porque é feito sabe lá Deus de que maneira, com que substâncias. O que aconteceu depois da EVALI? O Governo dos Estados Unidos, que não regulamentava os cigarros eletrônicos, regulamentou, a EVALI acabou e, entre outras coisas, o consumo de jovens americanos caiu 61% desde a regulamentação em 2019, chegou a 27,5% e hoje está abaixo de 10%, que é o menor índice de consumo de nicotina dos últimos 50 anos nos Estados Unidos – e geral: cigarro eletrônico, cigarro, charuto, enfim.

Pode passar, por favor.

E, aí, nós consumidores temos acessos a essas informações. Existe um estudo na Suécia que diz que, se adotássemos a mesma política da Suécia em relação ao tabagismo de saúde pública, nós teríamos o potencial de salvar 1,3 milhão de vidas no Brasil nas próximas décadas. Isso são dados trazidos pela Suécia. A Suécia é interessante, porque eles têm o mesmo consumo de nicotina que outros países da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Europa, eles consomem a mesma quantidade de nicotina, mas eles têm 41% menos câncer e 38% menos morte. Por quê? Porque a nicotina que eles consomem não é pelos cigarros. É pelo tabaco oral, é pelo tabaco aquecido, é pelo cigarro eletrônico, mas não é pela combustão.

Pode passar, por favor.

E aí eu trago aos senhores e senhoras o que os consumidores estão falando e pensando, porque eu fiz perguntas nos grupos do WhatsApp. Falei:" Gente, querem mandar uma mensagem?".

Pode passar, por favor.

Eu trouxe várias, mas, por questão do tempo, grifei uma: "Mesmo sendo proibido, manterei o uso, visto que comprovei através de exames clínicos uma melhora significativa em minha vida e qualidade de vida". Isso é feito num mercado ilegal, o que é uma roleta-russa e, mesmo assim, as pessoas estão conseguindo achar produtos que diminuem os danos na saúde.

Pode passar, por favor.

"Isso é lamentável! A proibição da Anvisa apenas promove o mercado ilegal. Esta suposta decisão tomada por um corpo técnico nunca teve intenção real de proteger os adultos e jovens de nosso país."

"Tive o direito de escolha cinco anos atrás e, depois de 34 anos fumando cigarro analógico [que é o cigarro à combustão], o cigarro eletrônico foi o único equipamento que foi capaz de me tirar desse vício maldito."

Pode passar, por favor.

Eu tive que filtrar bastante coisa, porque o pessoal está bastante indignado, alguns estão bem raivosos, e as palavras não eram tão educadas assim. Inclusive, se qualquer um dos senhores e senhoras quiserem conversar com essas pessoas, eu tirei o nome para não identificá-las, mas a gente pode colocá-los em contato com essas pessoas.

"A manutenção da norma, ainda mais a proibição, não convenceu com os discursos, sendo utilizada como justificativas meias-verdades. Falta de observação e aceitação de diversos estudos, bem como afirmações incorretas completam o discurso parcial."

Ali embaixo: "Homicídio culposo disfarçado de preocupação, nos tirando direito à redução de danos e incentivando o uso desenfreado de produtos sem rastreabilidade e/ou de cigarros tradicionais, nos matando aos poucos".

Pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Enquanto houver proibição e não uma regulamentação justa e baseada realmente em estudos científicos sobre a redução de danos, continuará existindo produtos de qualidade duvidosa, com altas doses de nicotina. Adolescentes continuarão comprando descartáveis e se viciando em nicotina."

É bem interessante, porque a Dra. Jaqueline falou no estudo que ela fez, ela falou assim: "Ah, 600mg por ml de nicotina". Se ela fez esse estudo no Brasil, não faz o menor sentido, porque no Brasil é tudo ilegal. Então, se ela teve acesso a produtos brasileiros, eu não faço a menor ideia se têm 10mg, 20mg, 30mg, 200mg de nicotina. O cigarro regulamentado lá no Reino Unido a gente sabe que tem no máximo 20mg de nicotina. É por isso que nós consumidores apoiamos tanto o Projeto de Lei nº 5.008.

Eu peço que passe mais uma, por favor, porque eu acho que já está naquele momento. Pode passar, por favor. Mais uma, por questão de tempo.

Aqui. Nós temos aqui uma petição, que tem 10.036 votos até a última vez que eu tirei o *print*, que pede a regulamentação, e o Projeto de Lei nº 5.008, da Senadora Soraya Thronicke, que está recebendo um apoio massivo dos consumidores. Temos mais de 17,7 mil votos "sim". São mais de 4 mil votos de diferença do voto "não". Nas mídias sociais, as pessoas nos grupos elogiam: "Finalmente nós teremos regras claras e rígidas". Um dos maiores elogios que os consumidores fazem é em relação à proteção dos jovens, porque o criminoso não está nem aí se a pessoa fuma ou não fuma, se é maior de idade ou não é.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRO LUCIAN – A pessoa pede pelo iFood, não tem comprovação de idade. E o projeto de lei da Senadora Soraya Thronicke dá uma multa altíssima para quem vender para menor. Na verdade, eu acho que tinha que dar cadeia direto, por tempo indeterminado. Quem vende para menor – desculpa, gente, mas eu tenho que falar – é um escroto. Esse cara tem que ser preso na hora, porque são produtos que podem ter menos nicotina...

E, sim, entregam menos nicotina. Isso é muito fácil, a gente tem pesquisa científica: tira sangue antes, tira sangue depois. Essa questão de que tem mais nicotina é mentira. Em qualquer situação, desde que regulamentados, produtos com cigarro eletrônico que contenham nicotina não entregam mais nicotina que o cigarro normal por *puff*. Isso é claro. É só tirar sangue, que coloca lá... Mas, no mercado brasileiro, pode ter, aí sim. No brasileiro, não tem chance de dizer que o cigarro eletrônico é menos prejudicial à saúde. No japonês, tem; no inglês, tem; no francês, tem; mais de cem países podem falar isso. O brasileiro pode dizer que o cigarro eletrônico no Brasil pode ser igual ou pior do que fumar um cigarro. A gente merece isso?

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Agradeço, Sr. Alexandro Lucian.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra, neste momento, ao Dr. Dirceu Abramo, ex-Presidente da Anvisa... (*Pausa.*)

Desculpe. Falarei de novo, Barbano. Abramo é um outro amigo meu que é Dirceu também.

Nós tivemos já duas... Nós temos três expositores a mais na posição contrária. Então, acho que a gente está levando com equilíbrio, fez a mudança na hora em que se pediu. Eu acho que só se se quiser arrumar confusão na audiência, a gente está levando com equilíbrio.

Por favor, tem a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Pela ordem, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, quero lhe cumprimentar pela condução desta audiência.

Acho importante que a gente possa debater de forma científica, tanto é que eu sugeri nomes aqui de pessoas também renomadas que vão falar. Particularmente, eu acredito que este não era o momento, essa é minha opinião; manifestei isso para o Presidente da Comissão. Nós estamos vivendo uma tragédia no Sul do país, sem precedentes, uma catástrofe, e acredito que é inoportuno, num momento como este, a gente discutir algo que, no meu ponto de vista – respeito quem pensa diferente –, vai contra a saúde dos brasileiros.

Queria também lhe ponderar, se assim o senhor achar que é justo, equilibrado: eu sei que nós temos mais pessoas de um lado, porque, com os nomes que a gente chamou de instituições aqui, talvez tenhamos realmente essa repercussão na sociedade, mas o tempo está sendo compensado – não é? –, o tempo está sendo compensado: 15 minutos para quem defende, 10 minutos para quem não defende. Eu só queria ponderar também que eu acho importante que a mesa fosse equilibrada. Na mesa, está só quem é – pelo que eu fui informado – a favor. Então, se a gente puder...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Até agora, foram dois contra, dois a favor. Se V. Exa. deixar eu tocar a audiência, vai ver que vai ser equilibrado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu digo na mesa. Eu digo apenas na mesa!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Exatamente, mas esta é uma mesa também. E assim que as pessoas daqui fizeram a exposição e saírem, outras voltarão. Certamente serão esses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Qual o tempo que os Parlamentares terão para se manifestar?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – O tempo necessário.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está bom, eu lhe agradeço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Até o dia em acabar o debate.

Por favor, o Sr. Barbano...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, eu digo sobre o tempo para fazer perguntas, é o tempo que...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – O tempo que precisar, o tempo que precisar!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Passo a palavra ao Dr. Dirceu Barbano.

O SR. DIRCEU BARBANO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Senador Eduardo Gomes, demais Senadoras e Senadores presentes, eu agradeço imensamente a possibilidade de vir aqui ao Senado, novamente. Eu fui sabatinado por duas ocasiões, nos dois mandatos que exerci como Diretor e Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, uma instituição na qual eu estive presente, muitas vezes, prestando contas anualmente, aqui, aos Senadores do trabalho que nós realizávamos naquele tempo.

É importante deixar bem claro que, dia 12 de outubro, agora, de 2024, vai fazer dez anos que eu deixei a Anvisa. Eu sou um ex-Presidente da Anvisa, já de longa data. Portanto, não falo pela Anvisa e não me manifesto em qualquer sentido, representando qualquer pensamento ou qualquer decisão da Anvisa.

De outro lado também, acho importante deixar bem claro o meu imenso respeito à Diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, aos seus diretores e ao corpo técnico que eu conheço bem. O último grande concurso público que foi realizado na agência foi ainda sob a nossa gestão e a Anvisa precisa, a Diretoria tem chamado a atenção sobre a necessidade de reposição do quadro de técnicos. Sem dúvida alguma, na estrutura do Estado brasileiro, é uma das instituições mais bem preparadas que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos, tanto do ponto de vista da sua ação, na transparência, na maneira como ouve a sociedade, como toma as decisões, sempre buscando reconhecer na ciência aquilo que pode embasar as decisões.

Eu me senti muito honrado, Senadora Soraya Thronicke, porque a exposição, a justificativa do projeto de lei de V. Exa. inicia com uma frase atribuída à decisão que nós tomamos em 2009, 15 anos atrás, quando nós decidimos que aqueles produtos, que eram uma grande novidade no mercado mundial – produzidos, não se sabia como, onde e por quem –, chegaram ao mercado... E naturalmente, como é possível nessas ocasiões onde a dimensão do mercado permite, assim como se faz em situações pandêmicas, a precaução num primeiro momento sempre é de uma barreira sanitária, no sentido de dizer: "Não". Durante a pandemia de covid, nós vimos decisões no sentido de dizer: "Olha, nós não aceitamos viajantes de determinados lugares, a barreira sanitária é importante".

A proibição, naquele momento, era uma barreira, no sentido de dizer que os produtos não chegam e, portanto, a regra gera uma eficácia na medida em que ela consegue fazer uma coisa simples, que é evitar a exposição. E nesse sentido é importante falar um pouco de algo que tem a ver com o projeto de lei e não com a decisão da Anvisa, pois não é ela que está em discussão aqui e sim o projeto de lei.

A regulação sobre tabaco, o Prof. Jorge sabe isso muito bem, é uma regulação diferente daquela que se aplica a medicamentos, a alimentos, a cosméticos, porque nós sabemos – e há um grande consenso na sociedade – que não há padrões seguros de consumo. E se não há padrões seguros de consumo, a medida sanitária, a medida regulatória tem que ter um objetivo claro, que é reduzir a exposição. E nesse caso, reduzir a exposição e reduzir a possibilidade de vício. É para isso que se tomam decisões e é assim que a regulação sobre tabaco vem sendo construída ao longo do tempo.

Então, é importante pensar que quando se discute o projeto de lei, mais do que se discutir numa disputa de quem é contra ou a favor, se se está aprovando ou não dispositivos eletrônicos para fumar no Brasil, o que nós estamos discutindo é um modelo de regulação. E qual é o modelo de regulação que pode ser eficaz para produtos que, de maneira consensual... Não imagino que alguém venha aqui e seja capaz de defender a tese de que cigarro não mata e de que produtos de tabaco fazem bem à saúde. Produtos de tabaco não fazem bem à saúde. É preciso um olhar responsável das autoridades para que as medidas regulatórias tenham eficácia, não no sentido de produzir uso seguro, se não for possível, mas fundamentalmente de restringir a exposição e evitar o vício. É para isso que se regula. A convenção-quadro, quando produziu medidas em várias frentes – fiscais, preços, restrição da propaganda, restrição relacionada ao ponto de venda, restrição para locais autorizados para uso do tabaco –, na verdade, propunha um conjunto de esforços que pudessem gerar estes dois resultados: reduzir a exposição e evitar que as pessoas se viciem.

Há um ponto que precisa ser colocado na mesa: nada dessas medidas faz sentido se não houver uma outra fundamental, que é a questão da educação, que é a questão da clara informação e do esclarecimento profundo das pessoas sobre o que elas estão consumindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós proibimos os cigarros eletrônicos, em 2009, nós deixamos claro para a sociedade que o que se sabia sobre aqueles produtos era muito pouco, que havia um mercado muito restrito e que era possível fazer o controle pela proibição. A medida foi eficaz, em quinze anos, eu arriscaria dizer que por uns oito, nove até dez anos. De cinco anos para cá, nós precisamos pensar se esse modelo regulatório da proibição é eficaz ou não. Parece-nos que não, porque todas as situações desagradáveis, indesejadas que são expostas, veiculadas e divulgadas ocorrem numa regulação de proibição. Se nós tivéssemos uma regulação de autorização de uso e tivéssemos todos esses problemas, talvez nós devêssemos olhar para a proibição e dizer: quem sabe não é eficaz proibir? Mas, se nós temos a proibição e vivemos esse conjunto de problemas, "reproibir" significa uma solução regulatória eficaz?

Esse é o ponto que eu acho importante que se discuta. E imagino que seja esse o ponto que fez com que o Parlamento brasileiro se envolvesse com o assunto e trouxesse para o Parlamento, em uma discussão mais ampla com a sociedade, esse tema.

O fato é que existe um arcabouço legal muito amplo que permite ao Estado brasileiro, pela Anvisa, pelas autoridades de saúde, Ministério da Saúde, secretarias de estado, até secretarias de municípios, adotar medidas restritivas em relação aos produtos de tabaco. E nós tratamos – e, no meu entendimento, assim tem de ser – qualquer produto de tabaco, seja ele usado fumando, com um dispositivo que seja um cachimbo, seja um narguilé, seja um dispositivo eletrônico, como um produto de tabaco, que precisa ser regulado pelo Estado. Há leis que permitem que isso seja feito. E as autoridades conseguiram, ao longo do tempo, essa proeza, que muito bem nos ensina novamente o Prof. Jorge, que foi capaz de trazer de 40% a 39% de fumantes no Brasil para 10%, 12%, que já é extraordinário; lembrando sempre – e nós que lidamos com saúde pública sabemos disso –: é possível e é desejável, é quase obrigatório que índices de mortalidade infantil perto de 10% sejam reduzidos a algo perto de 4%, 5%, mas, ao você chegar a 4%, 5%, para reduzir é muito complicado, porque você tem situações que são da fisiologia humana que praticamente impedem que você evite essas mortes.

Com produtos de tabaco nos parece que tem um padrão global que, quando as autoridades chegam a esse número de 8%, 9%, elas têm muitas dificuldades para reduzir. E você passa a conviver com uma parcela da população que, em países como o nosso que tem 200 milhões de habitantes, 10% da população são 20 milhões de fumantes, o que é o dobro da população de Portugal. E nós temos que tratar dessa situação e enfrentá-la de frente e não imaginar... E eu não tenho a menor dúvida de que toda comparação que se faz de produtos eletrônicos com o cigarro convencional nos remete a pensar: precisamos cuidar muito bem desses dois problemas. E a gente não vê nenhuma discussão hoje propondo a proibição do cigarro, o que talvez seria desejável, porque, certamente, quanto a tudo aquilo que se coloca em pesquisas relacionado aos produtos para serem consumidos usando dispositivos eletrônicos, o problema com o cigarro convencional é maior. Nós não temos nenhuma dúvida disso, nós já conhecemos, são 40 anos de estudo que nos ensinaram exatamente como o cigarro mata, exatamente como eles são trabalhados do ponto de vista de buscar o consumidor, de atingir o consumidor, de viciar o consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, no meu entendimento, é fundamental que a gente aproveite esse consenso de que produtos de tabaco fazem mal à saúde, matam pessoas, de que a regulação ostensiva é eficiente e se mostrou dessa forma ao longo do tempo, aqui no Brasil, muito mais do que em outros países, porque nós fomos ousados ao ponto de adotar as medidas propostas na convenção-quadro. E há um consenso de que o Brasil é um caso de sucesso em relação a isso. E nós talvez tenhamos – olhando a realidade hoje, com esses produtos que chegaram e inundaram o mercado –, talvez nós tenhamos de usar essa engenharia que nós fomos capazes de desenvolver de fazer a boa regulação e de conseguir resultados exemplares para o mundo todo para fazer uma regulação que seja eficiente.

Eu tenho convicção – e essa é uma posição muito particular, com todo o respeito à decisão da Anvisa –, eu posso claramente afirmar que, durante todo esse período de discussão na Anvisa, eu jamais pedi uma reunião com o Diretor da Anvisa, jamais fui falar qualquer coisa com os técnicos, e tomei o cuidado de fazer aquilo que muitas vezes, às vezes, autoridades deveriam fazer que é se recolher e emitir opiniões em situações muito especiais, como essa que eu estou fazendo agora, mas eu não acho que a reproibição traz, para o cenário e para a capacidade que o Brasil tem de regular produtos de tabaco, o melhor de nós. Ela vai continuar oferecendo isso que nós temos visto: uma tragédia, porque nós não sabemos nada sobre nenhum dos produtos que estão sendo consumidos aqui no Brasil.

Eu apenas, Senadora Soraya, tomando a liberdade, e eu não sei não ser desse jeito, li atentamente o projeto e eu já vim a esta Casa defender, na posição de Diretor da Anvisa, isso que eu vou falar agora: eu particularmente acho que o projeto adentra algumas questões técnicas que poderiam ficar sob responsabilidade do órgão regulador. Tem uma questão aqui de modelo regulatório, que legitimamente o Parlamento brasileiro pode e adotará, mas eu penso que as questões técnicas têm uma dinâmica de evolução tão rápida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIRCEU BARBANO – ... que a mudança legislativa não acompanha, e amanhã nós teremos questões técnicas aqui que ficarão já desatualizadas e talvez não façam mais sentido.

A minha sugestão apenas é de que em algum momento alguns pontos aqui sejam reconhecidamente tratados pela competência legal e técnica que nós sabemos que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária tem.

Eu agradeço mais uma vez o convite e me mantenho à disposição para discutir sempre que for chamado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Quero agradecer ao Dr. Dirceu Barbano, ex-Presidente da Anvisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse momento da sessão nós abrimos espaço para interagir com os nossos telespectadores e também os que acompanham pelas redes sociais, através do sistema e-Cidadania, deixando registradas, para oportuna resposta dos expositores – nós teremos um momento na sessão para isso – essas primeiras perguntas.

Pergunta de Rony, de São Paulo: "Qual estudo brasileiro foi feito com grupo de risco para chegarem à conclusão dos malefícios [...] [causados pelo] cigarro eletrônico?".

Gabriela, do Mato Grosso, pergunta: "Como a regulamentação dos cigarros eletrônicos poderia afetar a indústria do tabaco e a economia em geral?".

Ana, de São Paulo, pergunta: "O SUS está preparado para atender a demanda [de pacientes vítimas] dos malefícios (cientificamente comprovados) do cigarro eletrônico?".

E Gustavo, do Distrito Federal, pergunta: "O mercado de cigarros eletrônicos movimenta milhões de reais, por que não regulamentar [...] [essa indústria, melhorando a qualidade do produto e ampliando a arrecadação]?".

Todos terão as suas respostas enviadas. Agradecemos a participação e aguardamos as outras manifestações.

Nesse momento, passo a palavra à Dra. Stella Regina Martins, para o uso do seu tempo.

Em seguida, ouviremos também o Dr. Jorge, assim dando sequência à nossa sessão.

Passo a palavra à Dra. Stella Regina Martins, Especialista em Dependência Química pela Uniad/Unifesp e Médica Assistente do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas do Estado de São Paulo.

Com a palavra V. Sa.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Só antes, Presidente, por gentileza. Aqui, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Pela ordem.) – Eu não acompanhei a sistemática definida por V. Exa. para participação dos Parlamentares. Será ao final?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – O que eu acho que colabora com o debate? Como temos um tempo ainda para a conclusão de todas as exposições, serão então os Parlamentares ouvidos, após todos os expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Estamos dando uma dinâmica maior para que não prejudique a visão de cada Parlamentar sobre as exposições.

Por favor.

A SRA. STELLA REGINA MARTINS (Para expor.) – Eu pediria que colocasse a minha apresentação, por favor.

Eu agradeço muito o convite para que a gente possa, enquanto academia, trazer as evidências científicas desses produtos que estão disponibilizados no mercado.

Conseguiu achar a minha apresentação?

Eu espero que o tempo não esteja correndo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Se estiver nós vamos repor para a senhora.

Pode repor um minuto, por favor.

A SRA. STELLA REGINA MARTINS – Se puder fazer a publicação? (*Pausa.*)

Obrigada.

Pode passar o próximo, por favor?

Bom, eu não tenho nenhum conflito de interesse, nem com a indústria do tabaco, muito menos com a indústria farmacêutica.

O próximo.

Aqui mostrando para vocês, que já estão acostumados a estudarem esse assunto, nós vamos focar mais nos cigarros eletrônicos de terceira e quarta geração, deixando claro que esse produto não poderia estar no mercado mundial, porque, para que o aerosol seja formado, ele precisa de dois componentes, que são o propilenoglicol e o glicerol. Essas duas substâncias são proibidas, em nível mundial, para uso inalatório. Elas só são liberadas para uso em cosméticos e em alimentos. Posto isso, esse produto não podia existir no mundo.

Alguns produtos, existem alguns cigarros eletrônicos com nicotina e outros não, mas a maioria deles, quase todos, a totalidade, têm os aromatizantes, que são os grandes atrativos para as crianças, para os adolescentes e para os jovens. E, infelizmente, já temos, sim, cigarros eletrônicos com a *Cannabis*, com a *Cannabis* líquida, o THC líquido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso quer dizer que a própria indústria do tabaco já deixou claro que os países que regularem a liberação da maconha, vão estar comercializando o cigarro eletrônico, sim, com *Cannabis* líquida.

Próximo.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

Próximo, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não teria como ela passar, não, Presidente?

A SRA. STELLA REGINA MARTINS – Eu acho que seria mais fácil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Se ela puder passar...

A SRA. STELLA REGINA MARTINS – Aí eu vou pedir, mais uma vez, para interromper o meu tempo, porque dez minutos é uma preciosidade.

Esse aqui, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Reponha mais um minuto, por favor.

A SRA. STELLA REGINA MARTINS – Está bem.

Muito obrigada.

Então, o propilenoglicol e o glicerol, como eu estava falando, não podem ter uso inalatório. Por quê? Nós já sabemos que, durante o aquecimento do propileno glicol, ele se decompõe em formaldeído. Está posto que o formaldeído é uma substância classificada no Grupo 1 da Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (Iarc). Por quê? O nexo de causalidade de formaldeído com leucemia já está posto.

Quando a Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (Iarc) classifica uma substância no Grupo 1, ela está dizendo que não existe nível seguro de exposição a essa substância. Então, é muito sério isso.

O glicerol aquecido em alta temperatura se decompõe em formaldeído, um possível carcinógeno; em baixa temperatura, ele vai dar origem à acroleína, que a gente já sabe que causa danos ao pulmão e ao coração.

Interessante notar que essas três substâncias – formaldeído, acetaldeído e acroleína – também existem no cigarro tradicional.

Para onde eu aponto para conseguir passar? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, o.k.

Nós estamos falando de uma nova forma de consumo e de entrega de nicotina, só que, desta vez, no cigarro eletrônico uma nicotina muito mais poderosa, porque a gente está falando de sal de nicotina. No passado, a gente tinha a nicotina de base livre, a *free base*. Nós, que tratamos dependentes de nicotina, vemos que estão até hoje tentando parar de fumar, o discurso do Alexander, dependente da nicotina de base livre, só que ele saiu de uma para uma outra: o sal de nicotina.

O que é o sal de nicotina? À nicotina de base livre, que já é potente na sua forma de adicção, ainda se adicionou o ácido benzoico, e aí se deu origem ao sal de nicotina. Infelizmente, os cigarros eletrônicos que são comercializados não têm só um sal de nicotina, já tem estudos que mostram que existem cinco sais de nicotina. Isso nada mais é o quê? É entregar de uma forma muito mais rápida e muito mais potente uma nicotina muito mais poderosa do que a nicotina de base livre, que existe no cigarro tradicional e que a gente já sabe dos estragos e dos danos que causaram aos seus consumidores.

O sal de nicotina foi colocado não pelas grandes transnacionais do tabaco e, sim, por uma empresa pequena, que era fabricante do juul e começou a comercializar esse produto com 59mg/ml de nicotina, sendo que o juul com mentol tinha 75mg/ml. O cigarro no Brasil é regulado pela Anvisa, não podendo ter mais do que 1mg de nicotina em cada um dos cigarros.

Temos também metais: o alumínio já está posto que causa fibrose pulmonar, e não raro a gente vê usuários de dois anos, três anos de cigarro eletrônico já com sintomas e com exames que comprovam a presença de fibrose pulmonar; e o níquel, classificação 1 da Iarc, câncer de pulmão e do seio nasal.

Aqui é importante fazer um parêntese porque a Inglaterra está separada propagando o cigarro eletrônico como uma política de redução de danos, mas o Reino Unido como um todo – Escócia e País de Gales – não está de acordo com isso e continua tratando o tabagista com as evidências científicas que estão consolidadas. O que acontece? Um descarte de *vapes*. A cada semana, aproximadamente, 5 milhões de *vapes* são descartados, 8 *vapes* por segundo. Por isso, eles vão começar a proibir o uso de cigarro eletrônico descartável.

Os danos precoces à saúde já temos. Estamos falando não mais da nicotina de base livre, estamos falando do sal de nicotina. A nicotina remodula o cérebro, principalmente quando é um cérebro de um adolescente ou de um adulto jovem. Ela faz um impacto nesta região, que a gente chama de lobo pré-frontal – essa região é específica pela capacidade de atenção, de cognição, de julgamento entre certo e errado, "é bom ou é ruim para mim", pela tomada de decisão, pela capacidade de planejamento, nesse cérebro em formação –, e faz, sim, uma alteração na personalidade.

Só que a gente está falando neste momento – por isso que eu coloquei ali uma bomba para explodir – de uma nicotina muito mais potente do que a nicotina de base livre. Isso não pode ser deixado de lado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no julgamento de vocês, Srs. Senadores. Nós estamos aqui para levar para vocês este outro lado que a ciência mostra para a gente.

E os danos? Usuários de cigarro eletrônico que nunca haviam fumado um cigarro antes, que começaram a usar o cigarro eletrônico, eles têm um risco 79% maior para ter um infarto de miocárdio. E se ele faz o uso dual de cigarro eletrônico e cigarro tradicional, o risco aumenta para 300%.

Hoje nós sabemos – e o Paulo vai mostrar isso na aula dele, na explanação dele – que gastamos com assistência médica para cuidar de fumantes que infartaram pelo uso do cigarro tradicional R$10 bilhões.

Em relação ao AVC, usuários de cigarro eletrônico estão tendo acidente vascular cerebral dez anos antes comparado a quem faz uso do cigarro tradicional. E o gasto com o tratamento de AVC, R$2 bilhões para quem usa cigarro tradicional. O risco de DPOC para usuários duais (cigarro eletrônico e cigarro tradicional) aumenta em 246% a chance de ele ter uma DPOC.

Esse estudo é muito interessante, é o estudo mais forte que existe, que é uma corte de chineses que foram acompanhados durante cinco anos. Tinha um grupo que fazia uso de cigarro tradicional, um grupo que fazia uso de cigarro eletrônico e um grupo que fazia uso de cigarro dual. Pré-requisito para entrar no estudo: não podia ter sintoma respiratório nem diagnóstico ou nenhum sintoma de DPOC. Na evolução de apenas cinco anos usando cigarro tradicional: em quem usava o cigarro eletrônico, 8% mais de diagnóstico de DPOC, com cinco anos de uso; e o uso duplo, 10% mais de diagnósticos de DPOC. Então, a gente está vendo que os pulmões dos consumidores de cigarro eletrônico estão sendo afetados de forma precoce.

Aqui cabe uma ressalva, Senadores. DPOC é algo que a gente vê em usuário de cigarro tradicional depois de 30 anos de uso. Nós estamos falando de cinco anos de uso. Olha o risco para a saúde pública! E o tratamento de DPOC custa R$16 bilhões para quem faz uso de cigarro tradicional.

A Síndrome Plurimetabólica nada mais é que o aumento da circunferência abdominal, a obesidade, o aumento da pressão arterial, o aumento da glicemia e a diminuição do bom colesterol. Quem faz uso desses produtos tem um risco – se faz o uso atual – aumentado em 30% para desenvolver essa síndrome, e, se fez uso no passado, continua no risco, com um aumento de 15%.

Considerações finais.

A nicotina de base livre já adoeceu, incapacitou e matou muita gente no mundo. Ainda é um grave problema de saúde pública global, mas a solução, em absoluto, é substituí-la pelo sal de nicotina. Não vou ter tempo de falar da nicotina sintética, que é um outro problema que existe no cigarro eletrônico. Essa nicotina, o sal de nicotina, é muito mais poderosa e ela instala a dependência muito mais rápido. Não raro, a gente ver adolescentes conseguindo consumir três PODs em um único dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consequência...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. STELLA REGINA MARTINS – ... mostrei para vocês, o surgimento das comorbidades. E isso definitivamente não pode ser classificado como redução de danos. Esse termo foi usado, está sendo usado pela indústria do tabaco de forma indevida e inapropriada.

E a solução está posta pela RDC da Anvisa, pela 855, investir em campanhas de educação. E nós ratificamos a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. O Artigo 15 está posto. Nós temos um compromisso internacional. Se a gente aqui está falando que o problema de país que regulou liberando ou país que regulou proibindo esse produto, a solução é investir na implementação correta do Artigo 15, que versa sobre mercado ilícito. Esta é a solução que precisa ser levada adiante como proposta pelos Srs. Senadores. Nós temos realmente que ajudar a Anvisa, a Conicq a implementar essa convenção, porque, nos países que regularam liberando, as crianças, os adolescentes... No Reino Unido, nós temos crianças de nove anos de idade que estão tendo que dar terapia de reposição de nicotina para tratar a dependência do sal de nicotina. Então isso não é redução de danos.

Se nós queremos ganhar dinheiro, e a gente está numa Comissão que versa sobre isso, a solução é investir em material humano e equipamentos para que possa se fazer a fiscalização das nossas fronteiras como um todo, das nossas rodovias, de portos e aeroportos, para fiscalizar a entrada desse produto no Brasil. Só aplicando multas muito altas para que quem está fazendo o comércio ilícito desse produto veja que não vale mais a pena no Brasil comercializar esse produto.

Muito obrigada pela atenção de vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) **–** Eu agradeço à Dra. Stella Regina Martins e passo a palavra, nesse momento, ao Dr. Jorge Alberto Costa e Silva, médico psiquiatra, ex-Diretor da Organização Mundial da Saúde, quando das primeiras formulações da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

Também faço ressalva informando que esta sessão é conjunta: Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Defesa do Consumidor e Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra, V. Sa.

O SR. JORGE ALBERTO COSTA E SILVA (Para expor.) **–** Muito obrigado. Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e demais membros do Congresso brasileiro. É uma honra e uma satisfação estar aqui lidando com um problema que, aos meus 83 anos de vida, eu levei mais de metade dele cuidando disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, como o Dr. Barbano falou aqui, até fiquei satisfeito, porque eu digo que santo de casa não faz milagre, mas, se a Convenção-Quadro existe, se diminuíram os fumantes adultos de 45% para 12%, foi por causa do trabalho que eu comecei em 1978. Em 1978, eu fui membro do Panel of Experts, da OMS, em Genebra, e comecei um dos meus focos, que sempre foi lutar contra o tabagismo, porque sei o mal que ele faz à saúde.

Depois disso, eu presidi a Associação Mundial de Psiquiatria, que dirigi por oito anos, e criei um programa contra o tabagismo lá. Em 1990, assumi a direção de uma diretoria que se ocupava de doenças não transmissíveis, dependências a todas as drogas, a álcool, que é tão grave quanto o tabaco, que mata tanto quanto o tabaco, além de causar enorme prejuízo na sociedade, porque o alcoólatra desestrutura a família, desestrutura o trabalho, desestrutura a sociedade e tem o mesmo índice, vamos dizer, de levar a doenças do coração, do cérebro e do pulmão que o tabaco tem.

Então, ali, quando eu cheguei, nos anos 90, o Diretor do Programa de Tabaco da OMS fumava um charuto. Eu tive que mudá-lo. E foi a minha primeira confusão dentro da Organização Mundial de Saúde, porque a Organização Mundial de Saúde, como todos sabem, ela é um organismo intergovernamental, uma agência da ONU, então tem que obedecer aos países. Os países têm seus interesses. Mas eu consegui demovê-lo, promovi para uma outra posição, e designei o Sr. Neil E. Collishaw, o maior *expert*, na época, em tabaco, um canadense, para vir dirigir. Mudei o nome de tabaco. Era só "*tobacco*", virou "*tobacco or health*", alternativa "ou tabaco ou saúde". E, assim, comecei a lutar contra o tabaco dentro da OMS, com muitos, muitos problemas – muitos problemas –, durante anos.

E aí comecei. Juntei uma equipe, que tinha neuromarketing, tinha estrategista, para criar uma estratégia para lutar contra o tabaco. E vimos que uma coisa importante era acabar com o *glamour*, que era fumar nos cinemas, a elegância da sociedade e tudo. E aí, para isso, tivemos uma estratégia de reduzir o espaço público para fumantes. E aí pensamos: "Como é que nós vamos fazer isso?".

Como eu viajava muito, eu me sentia muito mal em voos fumantes, porque todo voo era fumante, aliás. Metade da direita fumava, metade da esquerda não fumava; atrás fumava, na frente não. Então, eu vivi fumando dentro de avião também, sem ser fumante. Isso me incomodava muito.

Visitei a Swiss Air, sem sucesso, mas convenci o Presidente da Delta, que concordou que aboliria o voo fumante no mundo inteiro, a maior empresa aérea do mundo. E disse para mim – eu dei uma medalha para ele da OMS, nós demos – que ele não merecia, porque não tinha feito isso pela saúde das pessoas, mas pela posição dele de Presidente da empresa, a maior do mundo, porque eles descobriram, fazendo um estudo, que o custo de limpar o ar dentro do avião por causa dos fumantes era caríssimo. O combustível é a coisa mais cara de cada voo: 50% do combustível vai na decolagem e 30% iam para limpar o ar. E aí até tinha inventado classes de ar – primeira classe, segunda classe, terceira classe, executiva – e, realmente, lá no fundo, ninguém mais tinha renovação do ar. E ele falou: "O senhor vai ver que dentro de poucos anos ninguém mais vai fumar dentro de avião". E realmente aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em função disso, eu vim ao Brasil com o Dr. Antezana, representando Diretor-Geral, para visitar o Inca, ali dirigido pelo meu querido amigo, já falecido, Marcos Moraes. Encontrei-me com ele.

E quero aqui render uma homenagem e agradecer à pessoa que deu um grande apoio a isso, que foi o Senador José Serra, na época Ministro da Saúde, que encampou esse projeto, porque não foi fácil. Eu visitei mais de 45 países para tentar convencer os países a adotarem esse projeto de redução de fumo.

E aqui no Inca, com o Dr. Marcos Moraes... Ele já tinha um setor de tratamento de tabagismo, dirigido pela Dra. Vera Luiza da Costa e Silva – Costa e Silva, como eu –. e aí se iniciou um trabalho no Inca. Eu estimulei um serviço que eu tinha na santa casa para criar um programa para tratar de tabagismo com a Dra. Analice Gigliotti; levei-a para Genebra, para ser treinada lá; e o serviço está funcionando até hoje.

Então, eu comecei essa luta de vários anos. Quer dizer, se tem alguém que eu acho que tem também certa competência para falar disso, sou eu, porque não foi fácil: eu fui desmoralizado, os meus pesquisadores foram desmoralizados; eu tive que lutar muito para conseguir aquilo. Fui a 45 países que resistiam. E foi aí que nasceu a ideia de fazer a convenção-quadro, porque nós fomos reduzindo os espaços, e foi dando certo. Ora, nós, com essa política de redução de espaço de propaganda, junto aos Ministérios da Saúde que apoiaram – aqui, o Brasil apoiou, a Avisa apoiou, todo mundo apoiou –, nós reduzimos de 45% – nós, eu repito, porque a primeira vez em que eu ouvi isso no Brasil, todo mundo cita que fui eu que fiz isso, mas eu iniciei isso, não fiz sozinho; lógico, ninguém faz nada sozinho – para 12%. Quantas vidas foram salvas? Quantas vidas foram salvas com essa política? Bom, então, eu continuei entusiasmado. A convenção-quadro levou quase 20 anos para ser assinada por todo mundo, e ainda tem gente que não assinou.

Bom, então, eu me sinto muito à vontade para falar de uma coisa: eu consegui, eu e todos que seguiram isso, sem proibição. Porque, quando eu iniciei o programa, eu queria erradicar o tabaco. A minha luta era essa. E aí a OMS me mostrou, por A mais B, que era impossível erradicar o tabaco, como era impossível erradicar o álcool. E o que nós tínhamos que fazer era arrumar uma maneira, um *modus vivendi* em que fosse feito todo um projeto para que isso aí diminuísse.

E aí vem a parte pela qual eu culpo os governos, que não fizeram as coisas direito, porque a segunda parte da convenção-quadro era o que foi falado aqui, algo com que eu me bati a vida inteira: educar a criança. A criança é o pai do adulto. E aconteceu o seguinte. Você sabe que... Nos anos 90, quando nós fizemos isso, o que nós descobrimos? Quem induzia os pais a parar de fumar eram as crianças. Eram crianças e adolescentes que, quando viravam adultos, não fumavam. Eles induziam os pais, porque eles ouviam tanta propaganda, tanta coisa... Eu falei: vamos utilizar as crianças como um grande veículo educacional. A criança é o futuro adulto. Se ela é educada a não fumar, ela não vai fumar. Quer dizer, um grupo certo vai fumar. Não dá para erradicar porque o tabagismo... Eu sou especialista em cérebro e neurociências, e reclamo que também não foram feitos os estudos que eu solicitei do sistema,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do circuito da recompensa dopaminérgico no cérebro, que é onde a gente pode diminuir essa vontade do prazer com determinadas substâncias específicas que a gente pode até escolher. Eu já falei isto na minha primeira apresentação aqui: faltam as neurociências. Porque o pneumologista fala no fim da linha; o cardiologista, no fim da linha, depois que já está tudo entupido, o cérebro destruído, o pulmão não existe, as fotos de pulmão...

Ora, eu não. Eu quero ver o início da história.

Eu me lembro de que, quando eu era jovem, eu fui atender um paciente aqui no Rio de Janeiro, e eu fui para uma rua que eu não conhecia no subúrbio e, na volta, era 1h da manhã, a polícia no fim, depois de eu andar uns 2km na rua, a 1h da manhã, ela me parou para dizer que eu era um irresponsável, que eu tinha entrado na contramão. Eu falei, mas, quando passou a ser contramão? Essa rua não era contramão. Ele falou: "Não, não, desde ontem é contramão". Então, eu falei: "Eu que vou reclamar, porque o senhor, em vez de estar aqui, no fim da rua para pegar o meu cadáver, devia estar lá na frente da rua para impedir que eu morresse", quer dizer, eu não morri por sorte, porque Deus gosta de mim ou alguma coisa assim.

Bom, então, eu quero dizer que existem métodos, e eu sou um homem da educação. Como psiquiatra, eu sei que a criança é o pai do adulto, o que você lesa na criança vai para o resto da vida. E depois? E o adolescente? Ninguém fala, mas o adolescente é o momento do *pruning* cerebral, quando, a partir dos 13 anos, na puberdade, todas as células começam a morrer no cérebro e ser substituídas pelas células definitivas que vão formar o adulto. Por isso é a idade em que surgem as doenças, a esquizofrenia, as dependências a todas as drogas, quer dizer, tem que ser feito algo nesse momento também, na infância e na adolescência. Eu fui sempre um defensor disso.

Então, eu estou aqui, daí eu vi que estava dividido em lado a favor ou contra. Eu não sou a favor ou contra nenhuma substância específica, não! Eu sou a favor ou contra ao que é bom para a saúde, e eu defendo é a saúde das pessoas, e principalmente daqueles mais desprotegidos. Certo? Eu agora estou com um programa na África que impediu – eu continuo como Consultor da OMS –, impediu a morte de 2,5 milhões de crianças, em cinco anos, de bouba, que é uma sífilis de pele que voltou, foi todo um projeto que eu ajudei a desenvolver, ainda estamos lá, e, em quatro anos, nenhuma criança morreu mais da bouba, na África. Eu continuo empenhado nisso.

Então, o que eu quero dizer, eu estou acompanhando esse processo todo e quero ver como é que eu posso ajudar. A primeira coisa é pedir aos Srs. Senadores aqui que me ajudem a não destruir o programa que eu levei tantos anos lutando por ele, com medidas um pouco, às vezes... Todos os meus colegas que falaram, ótimos. Eu, os meus assistentes, muitos deles, todos contra *vaper*, contra isso... Eu respeito tudo isso. Eu não critico nenhum deles, mas critico a falta de programa de proteção à criança e ao adolescente do Brasil e cobro isso, sim, como cidadão, não é nem como psiquiatra, porque eu sei a importância disso. Vai ajudar não somente na luta contra o tabaco, mas também na luta contra as drogas. Esta me venceu, esta me venceu lá, porque eu também não conseguia fazer nada contra as drogas, porque elas eram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

totalmente ilícitas, não tinha controle nenhum e está crescendo... No mundo, hoje, depois do petróleo talvez, o maior *business* do mundo vêm a ser as drogas ilícitas.

Bom, então, a primeira coisa, a proibição. Eu não gosto dessa palavra, porque, quando você proíbe, você não vê mais o que acontece. E quem se aproveita, quem gosta do ilícito é o ilícito também. O marginal, o bandido, este gosta de tudo que é ilícito. Eu não gosto de nada ilícito, entende? Então, vamos... É a minha posição, não quero que concordem comigo, não, mas é a minha posição, a de alguém que levou metade da vida lutando para isso.

E, para normalizar isso daí – regulamentar – não pode ser feito rápido, é complicado, porque na OMS nós reunimos todos os *players* para...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE ALBERTO COSTA E SILVA – ... acabar com isso daí. Nós conversamos com todo mundo, conversamos depois... Foi muito difícil conversar com a indústria de tabaco, mas conversamos. A OMS hoje conversa com a indústria de tabaco. Temos que conversar com os consumidores, temos que conversar com o agronegócio, pois o Brasil é o primeiro país exportador de folha de tabaco do mundo – nós somos. Eu tive problema com o Governo brasileiro por causa disso.

E eu descobri, graças ao Banco Mundial, que não se podia terminar com agronegócio da noite para o dia. No Zaire e no Zimbábue, hoje República Democrática do Congo, o Banco Mundial criou um programa comigo para fazer um *switchover*, uma saída...

Faltam quantos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE ALBERTO COSTA E SILVA – Ah, em um minuto, eu termino.

Eu quero dizer o seguinte: nós temos que estar juntos nesta luta. Eu estou vendo uma luta fratricida, as pessoas estão brigando umas com as outras. Nós não temos que brigar, nós já estamos com muito problema para brigar, o Brasil está com muito sofrimento, como o Senador falou aqui, no Sul, que está na minha memória – eu tenho um neto que mora lá, que eu quis que viesse, mas ele não quer, porque não quer deixar... Nós estamos com tantos problemas. Vamos parar de brigar, vamos sentar todos, vamos arrumar uma solução para isso, porque eu acredito que, quando há um perdedor, todos perdem – Kofi Annan, Secretário-Geral da ONU, me ensinou. Então, nós temos que colocar todos os lados envolvidos.

Senador, eu vi que o senhor está engajado nesta luta e me dirijo ao senhor como à Senadora Soraya, talvez com posições diferentes: se entendam. Se os senhores e as senhoras aqui, que são responsáveis por isso, não se entenderem, o Brasil vai pagar a conta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu pedido aqui, a minha sugestão é que pensem no que eu falei. Quem falou não tem interesse nenhum. Eu lutei mais da metade da minha vida ou a minha vida mesmo contra o tabaco. O que eu quero... Sim, nós não vamos conseguir reduzir? Tudo bom, mas vamos ajudar pelo menos. Agora, vamos proteger as crianças, vamos proteger os adolescentes e vamos nos unir. Por favor, vamos dialogar. Estão aí representantes dos consumidores, representantes das indústrias, grandes médicos daqui; agora incluam, por favor, especialistas no início do processo que é o cérebro, em que está o início do processo, seja na educação da criança, seja em desenvolvimento de substâncias que podem substituir o tabagismo por outras substâncias, com a própria indústria do tabaco. Por que não? Vamos sentar com ela – ela precisa sobreviver –, com os produtores do agronegócio. O meu pedido aqui é de alguém que, na minha idade, já não quer mais nada da vida, eu só quero ver um pouco de paz. No outono da minha vida, eu vejo notícia ruim o dia inteiro, me deem uma notícia boa! Sentem-se todos, conversem, dialoguem e me achem uma solução.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dr. Jorge Alberto.

Saudando a todos aqui, peço desculpas, porque tive que me ausentar um pouco, pois fui participar de um debate sobre pesquisa clínica num evento internacional.

Quero saudar os nossos Senadores e Senadoras presentes, Senador Rodrigo Cunha, Senador Izalci, Senadora Damares, Senadora Soraya, Senador Girão, minha querida amiga Zenaide Maia.

Antes de passar para o próximo expositor convidado, eu queria pedir a todos os que falaram aqui, que antecederam o Dr. Jorge, que fiquem presentes no evento, porque as nossas questões serão feitas depois da exposição de vocês. Então, eu queria pedir a todos que fiquem aqui, se possível, acompanhando essa sessão de debates, essa audiência tão importante, para que nós, Senadores e Senadoras, depois de encerradas as falas de vocês, possamos fazer as indagações. Muito obrigado.

Feito esse aviso, passo em seguida a palavra para o Sr. Paulo César Corrêa, Coordenador da Comissão Científica de Tabagismo da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, por dez minutos.

Por favor.

O SR. PAULO CÉSAR CORRÊA (Para expor.) – Pois não.

Boa tarde, Senador Hiran.

Já peço ao pessoal técnico colocar a minha apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimentando o Senador Hiran, eu cumprimento também o Senador Girão e todos os Senadores presentes, e cumprimento a Senadora Zenaide e, na pessoa dela, também as demais Senadoras presentes.

Aqui estão todas as coisas que eu faço. Eu sou também membro da Câmara Técnica de Pneumologia do Conselho Federal de Medicina, que não coube no eslaide.

Por favor, eu quero que o tempo fique parado até meus eslaides estarem em condições de rodar de forma contínua, para que o fluxo seja respeitado. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Fique tranquilo, respeitaremos seu tempo. (*Pausa.*)

O SR. PAULO CÉSAR CORRÊA – Pois não, então agora pode contar o tempo. Primeiro, vamos ver se está passando, se tem algum problema aqui... Eu tenho que apontar para onde? (*Pausa.*)

Ah, sim, tem um *delay*. Pois não.

Bom, ao contrário da Alessandra Bastos, que não falou o seu conflito de interesse – estava na última linha do eslaide dela que ela é consultora científica da British American Tobacco no Brasil, que é o novo nome da Sousa Cruz –, eu sou professor, sou pesquisador, então eu desenvolvi materiais educativos e tudo mais, visando a que os médicos aprendam a reconhecer a DPOC (doença pulmonar obstrutiva crônica) e abordar. Então, esse é o único conflito de interesse que eu tenho.

Ao contrário de pessoas que citam grupo de WhatsApp pessoal, eu cito evidências científicas. Então, nós estamos na Comissão de Assuntos Econômicos – não é, Dr. Hiran? –, nós temos que ver evidências econômicas. Essa publicação de maio de 2017 mostra os custos do tabagismo no ano de 2015 no Brasil. Ela foi feita pelo IECS, que é o Instituto de Efetividade Clínica e Sanitária, que é uma instituição séria da Argentina, e pela Fiocruz no Brasil.

Nesse estudo a gente vê... Assim, com aquela história da carochinha que a indústria conta para a gente, dos tais 7,5 bilhões que arrecadariam com o cigarro eletrônico, eles esquecem que eles têm um produto que mata, não é, gente? Esse pequeno detalhe não é considerado. São 156 mil mortes em 2015 – nós vamos atualizar esses dados –, lembrando que os novos produtos de nicotina são mais nicotina. Nicotina é mais: "m" de morte, "a" de adoecimento, "i" de incapacidade e "s" de sofrimento.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Você me permite só uma correção?

O SR. PAULO CÉSAR CORRÊA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Essa audiência não é só da CAE, ela é uma audiência conjunta, então fique à vontade para abordar temas da saúde, da economia e de finanças e tributação, porque ela é conjunta. Só para informar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO CÉSAR CORRÊA – Pois não, obrigado, Dr. Hiran.

Então, aqui eu estou mostrando para vocês, nesse estudo do IECS e Fiocruz, quais eram os custos do tratamento do tabagismo em 2015. Vejam que nós temos custos totais de R$57 bilhões; 70% desses custos são para assistência direta.

Então, vejam, por exemplo, que a DPOC é uma doença que custa extremamente caro: mais de 40% dos custos de assistência direta, em torno de R$16 bilhões, são provocados pela DPOC. E aí todas as doenças juntas custavam, em 2015 – custam muito mais caro hoje em dia –, R$39 bilhões.

Um outro aspecto que às vezes as pessoas...

Nós somos da Comissão de Assuntos Sociais também, não é, Senador Hiran? Então aqui é uma questão social. As indústrias têm uma coisa: o lucro é privatizado e o prejuízo é socializado para a sociedade brasileira. As pessoas não sabem que um funcionário com DPOC luta com uma incapacidade enorme e que o empregador dele gasta US$17 mil por ano, três vezes mais do que um empregador gasta com um trabalhador normal. O paciente com DPOC fica, em média, 4,6 dias de trabalho ausente a cada seis meses. Então, ele tem um absenteísmo aumentado. A gente não costuma pensar a DPOC como uma doença grave, como o derrame, mas ela é uma doença muito grave. De fato, ela só perde para o derrame, para o AVC, em termos de incapacidade, e ganha do câncer e das doenças cardíacas.

Aqui é para chamar a atenção de vocês que os custos relacionados à perda de produtividade, que incluem incapacidade e morte prematura, chegam ao nível de R$17,5 bilhões, em 2015. Não estou colocando o dado atualizado ainda.

E aí nós vemos essa peça que foi divulgada pela Fiemg, alegando que os cigarros eletrônicos produziriam ganho de PIB de 0,2% – eles não falam que mata –; e que, em 2015, eram R$17,5 bilhões só de perda, morte e incapacidade, contra os 7,5, que, se continuar crescendo, que é um dado falso, até 2026, vai provocar R$7,5 bilhões de ganho.

Então, assim, a primeira coisa que é importante a gente falar é que eu sou um professor universitário: eu faço ciência, eu faço pesquisa. Então, nós temos dados oficiais de prevalência de tabagismo com inquéritos, como o Vigitel; o Covitel, que não é um inquérito oficial, mas é da Universidade de Pelotas; o Ipec, que é o novo nome do Ibope, para quem não conhece; e esse Kantar, que eu vou mostrar para vocês quem é. Então são esses os institutos de pesquisa que fazem amostras pequenininhas. Eles então...

Esse Kantar... Vejam lá: eu fui tentar pesquisar para ver a tal da pesquisa, e a pesquisa não existe. Não foram encontrados os resultados.

Para quem não conhece, o Observatório da Fiocruz – já que a interferência da indústria do tabaco em política pública é um problema sério – mostra como que eles influenciam a ciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam os Srs. e as Sras. Senadores o que falam lá no dia 3 de setembro. Isso tudo aponta porque é tão difícil parar de fumar. Então existe uma tal da Foundation for a Smoke Free World, que eu vou mostrar para vocês quem é. Ela tem uma relação com este instituto Kantar, público, e realizou a referida pesquisa. A pesquisa foi feita em diversos países, dentre os quais o Brasil. E vale ressaltar que a Kantar Public é mencionada como contratada para fazer pesquisas em parceria com a Foundation for a Smoke Free World, disse o seu Presidente Derek Yach. E a Foundation for a Smoke Free World, como vocês estão vendo, é ligada a uma grande indústria transnacional de tabaco. Ela já ficou com o filme queimado; então agora ela se chama Global Action to End Smoking. Então os conflitos de interesses estão expressos aqui.

Então é só para poder mostrar que aquele dado de 1,6% da população é falso. Na Pesquisa Nacional de Saúde, de 2019, nós tínhamos 0,6% da população utilizando, o que dá mais ou menos um milhão de usuários. E não existe aumento de 0,4% ao ano. Nós temos os dados aqui mostrando para vocês tanto os do Vigitel, com quatro números, como os do Covitel, mostrando que, na população abaixo de 18 anos, nós temos, de fato, uma tendência de queda no consumo dos cigarros eletrônicos para o Brasil.

Se, em 2015, senhoras e senhores, o cigarro já dava prejuízo, em 2020, quando o Iecs resolveu atualizar essa pesquisa – a Márcia Pinto, que é conhecida de vários de nós, do meio universitário, atualizou –, vejam que os custos diretos já passavam para R$50 bilhões e os custos indiretos foram de R$17,5 bilhões para R$74 bilhões. Porque, na hora de fazer a conta, lá em 2015, eles não consideraram uma coisa importante: os custos dos cuidados dos familiares. Então, só esses custos de absenteísmos familiares etc. são mais R$32 bilhões. Então, na balança que a gente colocou ali, os custos relacionados com o tabagismo, que ainda não incluem os custos ambientais, são R$125 bilhões, e os custos com receita de arrecadação são custos da ordem de R$12 bilhões. Ou seja, a arrecadação não dá 10% do que gasta, mas, de novo, o lucro é privatizado e o prejuízo é socializado para a sociedade brasileira.

Ali é só para mostrar para vocês que o impacto no PIB foi calculado e é de 1,8% do PIB. Então, o cigarro dá um prejuízo, a dependência de nicotina, sob qualquer forma, inclusive a dos cigarros eletrônicos, dá um prejuízo de 1,8% do nosso PIB. Para quem acha que 1,8% do PIB é pouco, é tudo que se investe em ciência e tecnologia neste país.

Então, aqui é para poder chamar a atenção de que, se a indústria está preocupada com a arrecadação, a indústria pare de obstaculizar o aumento de preço dos cigarros, que está parado desde 2017. Aqui vocês veem como que o preço real do maço de cigarros vai diminuindo e como o poder de compra, ou seja, já que o cigarro não aumenta, à medida que o tempo vai passando, o salário médio mensal consegue comprar mais maços de cigarro. Então, a resposta que os Senadores têm que levar daqui, da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Assuntos Econômicos, é muito simples. Vejam que no estudo do Iecs, se houvesse um aumento de 50% dos impostos, a arrecadação aumentaria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais de R$14 bilhões por ano. Então, a solução não está em liberar o cigarro eletrônico, mas tributar, pesadamente, qualquer forma de uso de nicotina, especialmente o cigarro convencional.

Para a indústria, que faz sempre chantagem dizendo que vai aumentar o contrabando etc. e tal, mesmo num cenário pessimista de aumento de contrabando, se economizariam R$92,83 bilhões, seriam salvas 78 mil vidas e evitadas mais de 500 mil doenças.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CÉSAR CORRÊA – Cigarro eletrônico não é meio de redução de danos, essa apropriação indébita que a indústria fez.

Isso é uma carta minha que vai ser publicada na *The Lancet,* em setembro. Isso aqui é um outro *paper* que foi publicado em 2023 na *Pulmonology*, em que a gente discute os princípios da saúde pública – e não vai dar para revisitar Geoffrey Rose.

E aqui minha mensagem final para vocês.

A Gabriela e o Gustavo estavam perguntando... Gabriela e Gustavo, cigarro dá um prejuízo enorme. Cigarro e nicotina, prejuízo de R$125 bilhões, sem contar os danos ambientais.

A gente estimou – esse é um estudo meu também, de mortalidade atribuível ao tabagismo –, em 2019, que, enquanto eu estava falando aqui, cinco brasileiros morreram por causa da dependência de nicotina –, cinco brasileiros estão mortos, graças a esse produto letal. E o novo produto letal chama-se cigarro eletrônico. Cancelem o *vape*, Senadores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Hiran...

Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Desculpe.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Eu vou ter que sair, porque eu estou com outro compromisso ali na...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, querida.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Queria fazer minha fala, depois de ouvir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senadora Zenaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discursar.) – Eu queria dizer o seguinte aqui. É difícil acreditar que o Senado Federal esteja aqui hoje para legalizar o cigarro eletrônico.

Por tudo que eu já ouvi aqui, a primeira coisa que dá é a dependência química e, como falou o Dr. Jorge, tinha que fazer o estudo neurológico. Se você quer destruir a vida de um adolescente, de um jovem, dê-lhe um vício, porque com o vício ele passa a ver só aquilo e vai fazer qualquer acordo para ter o acesso ao cigarro.

Segundo, a gente já sabe! A gente já sabe! O cigarro é essa história. O maior argumento que eu ouço aqui, antes de falar sobre o impacto econômico, é que vai gerar emprego. E a vida, gente? A vida não tem valor? Tem ideia de quantas pessoas, não só no Brasil, mas no mundo, já tiveram a vida ceifada por causa do tabagismo? Pelo amor de Deus! Perguntem ao pai e à mãe de família isso aí. E já se sabe – e não se pode negar – que mata, sim, a curto e a médio prazos. Mata, sim!

Eu sou médica. Qualquer médico, num serviço de hospital, paciente com dor torácica, a primeira pergunta que ele faz: "Fumante?", porque, se for fumante, a gente já sabe que pode ser um infarto. Dá infarto, dá DPOC. Você tem ideia do que é um paciente só poder ir para casa se levar um tubo de oxigênio, gente? Pelo amor de Deus! Por favor, não tem nada a ver. Vamos convencer o agronegócio sobre o tabagismo, eles podem plantar, Dr. Hiran, arroz, feijão, soja, o que quiserem. Como vamos legalizar, porque, na hora em que se legaliza, se facilita, se flexibiliza?

Aqui foi mostrado os danos ao SUS e o prejuízo que dá, mas o que me dói é saber que este Senado está criando uma possibilidade de legalizar o cigarro eletrônico com essa nicotina com sal, com glicerina, que a gente sabe. E não venham com essa história de contrabando. Sabe o que a gente tem que cobrar do Estado brasileiro? Se não tem quem controle o serviço de segurança, vamos contratar mais policiais rodoviários federais, mais policiais federais e vamos fornecer – está ali a CMO – e dar condições de eles terem novas tecnologias, gente, e proibir a entrada disso aí.

Agora, uma coisa é dizer: "Não vamos polarizar". Como não polarizar em defesa da vida? Como vamos destruir a vida de jovens dando-lhes um vício, mesmo sabendo que essa crueldade vai matá-los? Esse vício vai matá-los – vai matá-los! – e muito mais rapidamente, como foi provado aqui, com o cigarro eletrônico.

Eu sei que isto é um Parlamento, e a gente tem que discutir, mas, pelo amor de Deus, gente, misericórdia! Nós vamos agora incentivar, seja por qual for o motivo? Tudo bem, adorei os professores. Ninguém aqui contesta que vicia, ninguém contesta que dá DPOC, infarto, AVC, câncer de boca, de língua, de pulmão, de bexiga. É demais. Do Parlamento, se eu ouvir isso, eu lhes digo, pais e mães de famílias: com certeza, a gente vai ter a defesa aqui da vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mesmo que isso aqui desse bilhões de imposto, esse imposto serviria para que, se você vai perder seu filho, seu marido e vai viciar um adolescente que vai vender tudo que você tem dentro de casa para manter um vício?

Então, Hiran, com todo o respeito aqui, eu sei que este é um Parlamento e a gente tem que discutir, mas essa proposta, para mim, é indecente.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Eu quero aqui informar aos demais Senadores que, à parte de vocês terem direito às suas perguntas, também vou conceder o direito às considerações que quiserem fazer, respeitando o tempo que foi dado também à Senadora Zenaide.

E vou passar a palavra, em seguida, ao Sr. Lauro Anhezini Junior – é isso? –, Conselheiro representante da Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo) e Diretor de Assuntos Científicos e Regulatórios da British American Tobacco (BAT Brasil).

Por 15 minutos, Sr. Lauro.

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Hiran. Boa tarde, Srs. Senadores; boa tarde, colegas de mesa. Muito obrigado pelo tempo que estão dedicando aqui a esse debate extremamente importante para a sociedade brasileira, que é a regulamentação de cigarros eletrônicos.

Primeiro dado importante: quantos são os consumidores hoje no Brasil? São 2,9 milhões de consumidores nos últimos 30 dias. Um crescimento de 2,4 milhões nos últimos cinco anos, 600% de crescimento, e esse é um dado conservador. A pesquisa Covitel chega a 4 milhões de consumidores regulares. A pesquisa Vigitel, feita em capitais, com explosão populacional maior, chega a 3,6 milhões de adultos consumindo regularmente. O que se vai fazer em relação a esse contingente de pessoas, os 20 milhões de adultos fumantes que não têm uma alternativa de menor risco? E aqui vou demonstrar com dados independentes por que são alternativas de menor risco. O que faremos com essas pessoas?

Quando se olham todos os prejuízos que a proibição causa, eles são imensos e transversais. Primeiro, EVALI e óbito neste país, no Brasil; descontrole sanitário e ausência de padrões de segurança; não arrecadação de impostos; perda de faturamento; acesso indevido de crianças e adolescentes nesse país; financiamento de crime organizado, desorganizando de uma forma estrutural todos os serviços públicos; a saúde fica impactada, a segurança pública fica impactada, a economia fica impactada e a política pública, inclusive de controle do tabaco, fica impactada, com uma proibição absolutamente ineficiente, na contramão do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como os Estados Unidos resolveram os casos de EVALI? EVALI foi um surto nos Estados Unidos, no meio oeste americano e isso está documentado pelo CDC, pelo FDA dos Estados Unidos, inclusive replicado na oitava edição do estudo da OMS, do grupo de trabalho de regulação, dizendo o seguinte: 80% dos casos de EVALI eram associados a acetato de vitamina E encontrado em óleo de girassol, em produto ilegal utilizado para diluir THC, um substrato de maconha.

Tanto é assim que a Associação Americana de Pneumologia, que é a homóloga da nossa SBPT aqui, já reconhece no seu *site* e coloca: oficiais de saúde indicam que a causa primária de EVALI foi o uso de acetato de vitamina E. E continuam fazendo pesquisas para descobrir aqueles casos ainda não identificados.

Enquanto isso, no Brasil, uma senhora chamada Crisleide faleceu na Bahia, em 20 de março de 2023, decorrente de EVALI.

O médico que atendeu disse o seguinte: "Os fragmentos tinham muitas células cheias de gordura, com as mesmas causas de biópsia lá nos Estados Unidos de 2019". Os mesmos casos em que a EVALI americana foi combatida, regulada, fiscalizada e hoje quase erradicada nos Estados Unidos, a gente está vendo se reproduzir aqui no Brasil dada a ilegalidade, dada uma ausência de regulamentação.

Quando se fala de descontrole sanitário, lá no Reino Unido o que acontece? Os produtos têm autorização pré-mercado antes de serem comercializados, têm um registro. Escreve o Ministério da Saúde britânico, SUS britânico: "Os produtos de *vape* de nicotina são estritamente regulados para segurança e qualidade". No Brasil o que acontece? Os produtos estão explodindo na boca dos cidadãos. Óleo está sendo encontrado no pulmão dos brasileiros, tudo por causa de ausência de norma sanitária.

Quanto se perde em termos de tributos? São R$3,4 bilhões só em impostos federais, todos eles estão financiando a criminalidade; R$10,5 bilhões são perdidos em empregos; 125 mil empregos no país, dos quais 55 mil na agricultura e 16 mil na fumicultura. Tudo isso poderia ser aplicado em fiscalização, controle, inclusive em pesquisa científica no Brasil com produtos regulares de cigarro eletrônico. Hoje o que se pesquisa nesse país são produtos ilegais e isso é importante marcar muito claramente.

E em relação às crianças? Ora, hoje no Brasil 22,7% dos adolescentes brasileiros de 16 a 17 anos já experimentaram cigarros eletrônicos, senhoras e senhores. Se essa proibição fosse eficiente para evitar que os nossos adolescentes acessassem, nós não teríamos o índice de quase um em cada quatro acessando cigarros eletrônicos. Isso é a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar do IBGE de 2019.

Eu peço aos Srs. Senadores e todos da plateia que digitem no Google "comprar cigarro eletrônico da Frozen". É aquela imagem que vai aparecer. É um *site* do Brasil que entrega na sua casa. Se os senhores digitarem "comprar cigarro eletrônico de chiclete", vai aparecer um outro *site* que entrega na sua casa. E tudo isso é para atrair criança e adolescente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que os Estados Unidos fizeram? Eles entraram com uma regulamentação rigorosa, caiu 61% o consumo de adolescentes lá. Lá nos Estados Unidos hoje não é mais uma epidemia o consumo de menores de 18 anos. Por quê? Dificultaram o acesso, houve política de saúde clara, conscientização, rigor e clareza nas informações. Este tripé é fundamental: regulação, controle e educação. Só isso consegue resolver a situação das nossas crianças e adolescentes. O que nós estamos vendo aqui no Brasil é uma calamidade com um a cada quatro adolescentes acessando cigarros eletrônicos sabor chiclete da Frozen.

Quando se olha, por exemplo, a criminalidade, se olha o exemplo australiano. A Austrália não proibiu cigarros eletrônicos. Eles colocam como um produto prescrito – prescrito por médicos, inclusive –, para a cessação. Então, veja, se não houvesse evidência científica de cigarro eletrônico não é benéfico para a cessação, não teria prescrição médica na Austrália. Acontece que a restrição é tão grande que o mercado legal explodiu.

Dr. Colin Mendelsohn é um especialista renomadíssimo, mais de 30 anos combatendo o tabagismo na Austrália e fala: "A única maneira significativa de reduzir o contrabando na Austrália é criando um mercado lícito". Enquanto isso no Brasil, matéria da Band diz que: "A proibição de cigarros eletrônicos não impede a venda [...]".

Se os senhores atravessarem aqui a rua, vão encontrar cigarros eletrônicos disponíveis; se pedirem no iFood, vão encontrar; se forem à Feira dos Importados, vão encontrar; se forem a tabacarias, vão encontrar. E essa é apenas uma de centenas de matérias a esse respeito.

Por que é que nós afirmamos, enquanto indústria, que os cigarros eletrônicos são de menor risco, por um aspecto científico muito claro: na combustão dos cigarros convencionais, geram-se 100 a 150 compostos tóxicos e potencialmente tóxicos. Traduzam: geradores de câncer, enfisema pulmonar, doença pulmonar obstrutiva crônica, bronquiolite obliterante, dentre outras. Quando se vai para o produto tabaco aquecido, menos de 20 substâncias são geradas e em concentração muito menor. No vaporizador, menos de 5 substâncias e em concentração muito menor. Isso está documentado em ciência publicada, revisada por pares.

Tanto é assim que os Estados Unidos publicaram, duas semanas atrás, no *site* do FDA americano, que é recomendável aos adultos fumantes que migrem para cigarros eletrônicos, porque, desde que a troca seja completa – e não é um produto isento de riscos, isso é muito importante deixar claro –, reduz-se a exposição a substâncias tóxicas. E o FDA ainda afirma: 23 produtos foram autorizados porque apropriados à proteção da saúde pública.

Dr. Brian King, na semana passada, que é o diretor responsável por tabaco do FDA, disse, na semana passada, em uma conferência em Washington, que vai continuar promovendo cigarros eletrônicos para substituição do cigarro convencional, baseado em ciência – e ciência independente gerada por esses países, suas academias nacionais de ciência, dentre outras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que diz o Reino Unido, por exemplo? Há muita confusão a respeito do que está acontecendo no Reino Unido. Falam: "O Reino Unido vai proibir completamente cigarros eletrônicos". O que está acontecendo por lá? Eu vou me abster de falar se o vídeo passar. Eu vou deixar com a palavra o Primeiro-Ministro do Reino Unido, que falou, um mês atrás, a respeito desse assunto.

Por favor, obrigado.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Medidas com as quais nós concordamos.

Esses produtos não são para menores de 18 anos, por isso o Reino Unido está revisando a sua regulamentação, nesse exato momento, para tirar sabor de chocolate, sabor de sobremesa, *design* do copinho da Frozen, dentre outros similares, mas, ao mesmo tempo, deixando disponível ao adulto fumante uma alternativa cientificamente comprovada de redução de risco.

O Canadá, que é um paradigma sempre trazido e um exemplo para o Brasil, tem uma campanha de cessação de tabagismo em que diz: "Se você não consegue parar de fumar com bupropiona, vareniclina, adesivo de nicotina ou a expressão inglesa *cold turkey* [ou seja, parando abruptamente], cogite seriamente migrar para cigarros eletrônicos, porque a sua exposição será substancialmente menor aos químicos do cigarro".

Eu ouvi aqui algumas exposições falando sobre DPOC e doenças cardiovasculares. Eu pediria para que visitassem o estudo do King's College London. O estudo do King's College London foi a maior revisão científica já feita a respeito desse assunto, com mais de 400 estudos científicos. E eles se debruçaram também sobre DPOC. E, em DPOC, eles disseram o seguinte: "Houve uma leve melhora em relação ao grupo de fumantes nos casos de DPOC".

DPOC é uma doença incurável – uma vez que você adquire, não há cura –, mas houve uma leve melhora na condição espirométrica, na medição espirométrica.

Doenças cardiovasculares o King's College London também explorou, e ele disse muito claramente que as doenças cardiovasculares geradas são, em biomarcadores, de menor proposição ou de menor risco em relação aos cigarros convencionais. Então, pelo *net health balance*, ou seja, pelo balanço de saúde geral, o Reino Unido recomenda, como tendo apenas uma pequena fração dos riscos de fumar, que haja migração.

Todos esses dados são independentes e estão públicos. É um estudo de mais de 1,5 mil páginas e não é o único. A própria OMS fez estudos sobre sais de nicotina que foram muito comentados aqui. Leiam a nona edição do relatório da OMS, que fala do grupo de trabalho da OMS sobre regulação de tabaco. Eles dizem que 20mg/ml com sal de nicotina ajuda os fumantes a pararem de fumar, porque isso entrega a satisfação. Está escrito no relatório da OMS. Então, a gente precisa basear esse debate em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ciência; em ciência não só da indústria – nós temos legitimidade para falar sobre o assunto porque a própria Conferência das Partes disse, com todas as letras, que cabe à indústria provar a redução dos riscos de seus produtos –, mas em ciência independente também, como é o caso do King's College, como é o caso da OMS, dentre todos esses outros exemplos que são mencionados.

Por que nós dizemos que os cigarros eletrônicos reduzem a incidência de fumantes na população? Porque a Cochrane, que é padrão ouro de revisão científica, diz, com alto nível de certeza, há mais de quatro anos – eles fizeram a revisão em 2021, 2022, 2023, e essa última foi publicada em janeiro de 2024, com 88 estudos; é alto grau de certeza –, que as pessoas param de fumar com o cigarro eletrônico. E está aqui a curva populacional: a partir de 2019, na introdução mais efetiva no Reino Unido, que tem regulação há dez anos dos cigarros eletrônicos, a taxa de tentativa de parar de fumar aumentou com o uso de cigarro eletrônico mais massivamente, e o abandono do cigarro convencional também aumentou. Está nas curvas estatísticas, provadas por ciência independente.

O Brasil está à frente ou está atrás do mundo nessa discussão? Está atrás do mundo. Esse mapa todo em verde – todo esse mapa – é onde tem comercialização formal, com regulamentação mais ou menos restritiva. São mais de cem países. A gente está falando de Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, 27 países da União Europeia, Japão, até a própria Austrália, que prescreve como medicamento, Japão, Coreia do Sul. Nós estamos ladeados da Argentina – com todo o amor aos nossos *hermanos* argentinos –, México e Índia. A Índia tem indústria estatal de tabaco. Então, há uma dificuldade na Índia em relação ao assunto, que provavelmente será resolvido. Nós vamos ficar para trás. Estamos ao lado apenas de países, infelizmente, que não seguem o mesmo padrão sanitário do Brasil, como muito bem lembrou a Dra. Alessandra. A Anvisa faz parte de um comitê internacional de agências reguladoras.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Por que nós seguimos as melhores práticas no resto do mundo e não seguimos no Brasil?

Parto para a conclusão. Quando a gente fala de regulamentação, a gente está falando de regras; quando a gente fala de proibição, a gente está falando de omissão. Omissão, como país, em relação aos 3 milhões de adultos que estão consumindo produtos ilegais e aos 20 milhões de adultos fumantes que não têm acesso a uma alternativa de menor risco. Quando nós falamos de regulamentação, nós estamos falando de cuidado; cuidar da nossa população. A proibição, do jeito que está hoje, é uma negligência com essas pessoas. Como país, nós estamos sendo negligentes, deixando 3 milhões de adultos à sua própria sorte e 20 milhões de adultos sem acesso a uma alternativa de menor risco.

E, por último, para não estourar o tempo, o que nós entendemos em relação a regras claras?

Nós entendemos que tem que ter uma régua de risco clara; proibido para menores de 18 anos; sabores apropriados para adultos; logística reversa, porque esses produtos têm bateria, esses produtos têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

circuito eletroeletrônico, então é importante que haja logística reversa desses produtos – o Brasil tem uma das legislações mais avançadas do mundo em logística reversa, que é a Lei Nacional de Resíduos Sólidos, agora só fabricantes formais podem cumpri-la, porque o ilegal não cumpre –; vaporizador de sistema fechado para que haja o controle, e já estou concluindo; lista negativa de aditivos para que a gente não tenha casos de EVALI por aqui, como, por exemplo, acetato de vitamina E, diacetil, que causa doença de pulmão de pipoca, entre outras substâncias, como óleos minerais e vegetais que são impróprios para inalação; um alto grau de pureza, nicotina e aromatizantes; mas o mais importante, informação e educação. As pessoas não sabem o que elas estão consumindo e elas estão consumindo produtos que estão fazendo mal a elas. E nós, enquanto país, estamos sendo negligentes ao não cuidar dessas pessoas, mantendo uma proibição que existe há 15 anos e que produz 3 milhões de pessoas consumindo produtos regulares e quase um em cada quatro adolescentes brasileiros experimentando esses produtos.

Muito obrigado, Srs. Senadores, uma boa tarde.

Estou disponível para responder qualquer pergunta que não tenha sido contemplada nos eslaides. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Dr. Lauro.

Antes de passar a palavra para o próximo painelista, que seria o Dr. Alcindo Cerci Neto, meu colega, o Dr. Dirceu Barbano, ex-Presidente da Anvisa, ele me informa que marcou um voo de volta dele às 5h, porque achava que iria terminar mais cedo – a coisa vai longe aqui. Então, eu queria perguntar se alguém, algum dos colegas que vai fazer alguma pergunta quer fazer alguma pergunta a ele. (*Pausa.*)

Você quer perguntar, Soraya? (*Pausa.*)

Pois não, Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Dr. Dirceu, lamento que o senhor tenha que nos deixar, sua contribuição foi muito importante, sua presença é muito importante, mas eu vou me ater apenas à questão que diz respeito ao que o senhor falou sobre o excesso de regulamentação no PL. Concordo e, na verdade, nós nem deveríamos estar fazendo isso. A ideia foi que, na ausência, na omissão da Anvisa, nós déssemos uma sugestão de regulamentação, colocássemos ali as diretrizes apenas e os princípios, o quão nós desejamos que seja bastante restrito à própria regulamentação. Então, concordo que essas questões técnicas não podem ficar amarradas num projeto de lei. Realmente a resolução, que é a forma de normatizar duma autarquia, como é o caso da Anvisa, em regime especial, é muito diferente da lei aqui; a lei é bem mais rígida.

Então, é só nesse sentido. A ideia é: nós colocamos tudo que havia para ninguém dizer – para ninguém dizer – que nós não queremos rigidez. Nós exageramos mesmo, e foi de propósito, e, agora, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatores designados nas três Comissões vão limpar, vão burilar; ele deve ser discutido e, sim, muita coisa deve ser retirada. Como a Anvisa extrapola muitas vezes a sua competência, nós extrapolamos, mas quem pode o mais pode o menos, quem pode o menos não pode o mais, só para explicar, tá?

Agradeço imensamente, a forma do seu raciocínio foi muito produtiva. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Quer fazer, Senador, o senhor...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, eu gostaria também...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador, depois.

Dr. Dirceu, por favor.

O SR. DIRCEU BARBANO (Para expor.) – Senadora Soraya, eu compreendo. A minha fala foi só no sentido realmente de preservar, porque a gente viveu muito essa situação – e vive até hoje – de regulamentos que estão em lei e que acabam por perder o sentido na medida em que a ciência, a técnica avança e o texto legislativo fica preso ao que está escrito. E não se consegue trabalhar com ele. É só nesse sentido.

Obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DIRCEU BARBANO – Mas eu compreendo, compreendo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Rodrigo, quer fazer alguma pergunta ao Dr. Dirceu?

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Para interpelar.) – Presidente, de fato, aqui, a minha intervenção precisaria contextualizar muito melhor, e aí eu iria tomar o tempo todo aqui, e eu acredito que V. Exa. também está fazendo uma programação para que todos possam participar...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sem dúvida.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – ... mas eu ia começar exatamente pelo Dr. Dirceu.

Pelo que eu ouvi aqui, o senhor informou que estava na agência no momento da proibição dos cigarros eletrônicos em 2009. É verdade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIRCEU BARBANO (Para expor.) – Eu era Diretor-Presidente substituto e fui o responsável pela assinatura da RDC 46, de 2009.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Certo.

E o senhor considera essa proibição eficiente? Avaliando hoje aquele fato em 2009 de ter proibido o cigarro, o senhor acha que trouxe eficiência, que isso evitou que mais pessoas tivessem acesso ao cigarro eletrônico?

O SR. DIRCEU BARBANO – Senador, durante a minha fala – eu vou buscar ser muito rápido aqui em respeito a todos –, eu desenvolvi o seguinte raciocínio. Essa proibição tem quinze anos e, certamente, durante um bom tempo, que eu considero de oito anos a dez anos, foi uma medida sanitária eficiente, na medida em que era possível naquele momento pensar que a proibição funcionaria como uma barreira de entrada aos produtos. Ainda havia poucos fabricantes ao redor do mundo, e o mercado era muito restrito. Então, é possível, em situações como essa, que a proibição seja eficiente. Eu assinei outras proibições, por exemplo, a das máquinas de bronzeamento artificial que eram serviços oferecidos em clínicas. A proibição nesse caso, já que o controle sanitário sobre as clínicas é possível de ser feito, é uma barreira importante. Então, enquanto foi possível funcionar como barreira, eu entendo que ela foi uma medida eficiente. Hoje, ela não tem mais o sentido de barreira, porque não é mais...

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Desculpe-me interromper...

O SR. DIRCEU BARBANO – Ela não é suficiente...

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – ... mas era exatamente essa a sequência das perguntas.

Em 2009, foi proibido; em 2024, no mês passado, foi proibido novamente. Então, pelo que eu ouvi o senhor falar, o senhor disse que em 2009 não se tinham tantas informações, era um produto novo que estava chegando. Hoje é algo que está estabelecido. Então, essa proibição do mês passado tem eficácia, tem eficiência do seu ponto de vista? E aí o ouvindo realmente como alguém que vivenciou ali dentro.

Infelizmente, eu não vou poder contextualizar mais, Presidente, mas essas três perguntas diretas para quem já passou em um momento...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É porque, senão, ele vai perder o avião também. E eu vou dizer que o avião dele não estava marcado para o que ele me falou. Então, vamos lá.

O SR. DIRCEU BARBANO – Senador, eu também falei sobre isso. Eu disse que... E isto é uma opinião hoje minha. Não... Reproibir... A gente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É só se tomar como exemplo que tudo isso que nós estamos falando aqui aconteceu e vem acontecendo no Brasil, num ambiente de proibição, fica claro que a proibição não tem mais a eficácia de barreira sanitária como teve naquele momento. É uma proibição que implica outras medidas e outras ações que também não estão colocadas na mesa. E nós não estamos observando que essa medida hoje produz a eficiência em relação a duas coisas que são objetivos básicos da regulação no caso de produtos de tabaco. Uma é evitar exposição, porque, diferentemente de outros produtos, não tem nível seguro – não tem nível seguro. Nós não sabemos ainda também exatamente qual é o nível seguro de uso dos dispositivos eletrônicos. Talvez não exista, como no caso do cigarro. E nós não estamos propondo aqui proibir o cigarro.

Agora, na minha opinião, nós precisamos de uma regulamentação que atinja o objetivo de restringir o uso sem imaginar que nós seremos capazes de fazer agora, amanhã, o que nós não fomos capazes de fazer ao longo desses cinco anos, quando esse mercado se estabeleceu. É ruim? Talvez seja ruim. Olhando pelo outro lado da possibilidade da redução de risco, etc., a ciência tem produzido dados, tem ainda muita controvérsia em relação a isso, tem dados conflitantes, dados que precisam ser esclarecidos, mas a ciência serve para isso, para nos dizer o quanto essa regulamentação pode ser mais ou menos restritiva, o quanto ela deve ser mais ou menos incisiva naquilo que é possível de restringir o dano, naquilo que é possível de restringir o acesso, naquilo que é possível de restringir o vício, e é para isso que a regulamentação de tabaco existe, para restringir mesmo. E o produto eletrônico vai cair e precisa estar nesse mesmo lugar. A restrição pela proibição não se mostrou eficiente ao longo desses cinco anos, na minha opinião.

Desculpa, Senador Hiran. Eu agradeço a deferência de V. Exa. no sentido de abrir aqui as possibilidades para que eu pudesse responder as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado por sua participação e que tenha um retorno seguro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Eu vou prometer ser rápido.

Eu tenho até algumas perguntas para o senhor, mas eu vi que o tempo já está se esgotando. Eu vou fazer só uma aqui para o senhor.

Na pauta desta audiência pública, o senhor aparece como ex-Presidente da Anvisa. Esse fato é indiscutível, já foi abordado pelos meus colegas aqui. Porém, o senhor é sócio da Zion Medpharma, empresa que trata da comercialização da Cannabis. Pergunto para o senhor: correto? Sim ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIRCEU BARBANO (Para expor.) – Não, não trata da comercialização da *Cannabis*, Senador. A informação precisa é... Eu e mais – eu não sou médico, eu sou farmacêutico – seis médicos somos sócios de uma importadora de medicamentos que importa e comercializa em farmácias um produto autorizado pela Anvisa, obtido a partir de *Cannabis*, que é um produto com base... que tem canabidiol, prescrito por médicos e só dispensado...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá.

O SR. DIRCEU BARBANO – ... mediante a prescrição para tratamento de crises convulsivas refratárias aos medicamentos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá. Então o senhor confirma que o senhor é sócio dessa Zion Medpharma.

O SR. DIRCEU BARBANO – Sim. Eu...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

O SR. DIRCEU BARBANO – ... o Dr. Claudio Lottenberg, Dr. Salomão Zoppi, Dr. Luis Otávio Caboclo somos sócios dessa empresa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito. Muito obrigado.

A gente viu aqui, nas apresentações que foram feitas por médicos, que a questão da *Cannabis* é utilizada nos cigarros eletrônicos, é um mercado, inclusive, que tem crescido bastante, a partir do THC, a partir da *Cannabis*.

É importante a gente observar, porque pode configurar um conflito de interesses, já que a regulamentação de cigarro eletrônico – já está demonstrado isso – pode, efetivamente, ter essa coisa.

Eu só faço mais um questionamento para o senhor: de lá para cá, no período em que senhor estava na Anvisa, surgiu alguma confirmação científica de que cigarro eletrônico é uma alternativa ao cigarro tradicional?

O SR. DIRCEU BARBANO – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Qual?

O SR. DIRCEU BARBANO – Senador, eu não poderia deixar de refutar a fala anterior, com todo o respeito a V. Exa., de fazer vínculo das minhas posições aqui em relação à comercialização de um produto legal, obtido a partir da *Cannabis*, que não tem qualquer utilização como fim ilícito. É um produto que é importado da Suíça, de uma indústria farmacêutica suíça e comercializado em farmácias aqui, no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Permite-me um esclarecimento, por favor – eu sou médico.

Quero esclarecer que THC não tem nada a ver com canabidiol. São coisas distintas.

O SR. DIRCEU BARBANO – Perfeito. Obrigado, Senador Dr. Hiran.

Que fique bem claro isso, porque não tem qualquer conflito de interesse falar sobre o que nós estamos falando aqui e essa ligação que o senhor, infelizmente, trouxe a esta sessão.

Em relação à segunda pergunta, existem estudos sendo realizados tentando demonstrar, comprovar uma tese de que seria possível substituir o cigarro por componentes eletrônicos que entregam nicotina e entregam menos outros compostos presentes no cigarro. Muitos estudos foram feitos ao longo desse tempo, alguns mais, outros menos conclusivos. E tem razão quem fala que eles são mais e tem razão quem fala que eles são menos conclusivos, porque a ciência é sempre um ambiente de debate, embora não seja elástica. A ciência não é elástica, mas ela é feita por seres humanos, carregada também de interesses sempre.

O que é verdade é que esses produtos – e esta é uma opinião minha – são tão produtos de tabaco quanto o cigarro. Nós não podemos deixar transparecer que nós convivemos tranquilamente com o fato de que a Anvisa autoriza, todos os dias, vários produtos de tabaco tradicional, cigarro, narguilé, charutos, etc., mediante uma regulamentação, e esses produtos devem se manter fora da regulamentação.

Eu, particularmente – opinião pessoal minha –, não vejo sentido nisso. Veria sentido se nós tivéssemos discutindo a proibição do tabaco. Se nós estivéssemos falando que nós precisamos avançar na restrição e proibir o cigarro no Brasil, eu veria sentido; agora, proibir esse e manter o outro, sem que nós tenhamos falado mal do outro produto aqui, nesta audiência, me parece um tanto quanto contraditório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está bom.

Presidente, eu agradeço. Para mim, um mal não justifica o outro. É como se a gente estivesse descarrilhando numa ladeira – os freios não estão prestando, estão falhos –, e a gente dissesse: "Vamos resolver, tira o freio". Então, eu acredito que a gente precisa ter muita serenidade, porque são vidas, e a gente viu os impactos, os impostos representam 10% dos custos de uma eventual liberação, regulamentação de cigarro eletrônico, se Deus quiser. A população brasileira está conosco nisso, associações médicas, e nós vamos continuar firmes em defesa da vida aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Girão.

Senador Izalci, V. Exa. quer fazer alguma consideração para o...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, para ele não. Eu quero fazer uma consideração para a audiência como um todo, não sei se vai continuar aqui, porque a Ordem do Dia já começou.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, é porque nós temos dois... É que nós temos, na realidade, cinco convidados para falar ainda.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então eu vou e volto, porque eu preciso fazer algumas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Fique à vontade, Senador.

O próximo inscrito é o Dr. Alcindo Cerci Neto, representante do Conselho Federal de Medicina, por dez minutos, Doutor.

O SR. ALCINDO CERCI NETO (Para expor.) – Obrigado, Senador Hiran, e aqui eu cumprimento todos os Senadores, todos os colegas médicos que estão presentes, todos os colegas aqui que são favoráveis ou contrários.

Eu vim trazer essa discussão por uma perspectiva médica. O Conselho Federal de Medicina tem a honra de poder contribuir neste momento e de representar os médicos brasileiros, que são aqueles que recebem aqueles pacientes, aqueles cidadãos que são lesados pelo uso do tabaco e agora pelo novo uso do tabaco numa apresentação diferente e tecnológica.

Talvez eu mude um pouco a minha apresentação, porque eu vou aproveitar o momento pelas falas e falar um pouco de ciência. A construção científica não é imediata. A construção científica se dá ao longo do tempo, utilizando experiências prévias, vários artigos científicos que constroem, ao longo do tempo, o conhecimento e a opinião científica embasada. Isso aconteceu com as decisões da Anvisa. Não foi à toa que a Anvisa manteve a proibição. É porque, nesse tempo de construção científica, aquelas evidências que eram suposições tornaram-se evidências muito mais factíveis. E eu falo isso para os senhores no ponto de vista de quem – sou pneumologista há muito tempo, professor universitário, diretor de um hospital de mais de 450 leitos no SUS, na cidade de Londrina –, todos os dias, junto com os mais de 700 médicos que lá trabalham e que são equipes de saúde da família também, equipes de saúde, enfermeiros, todos os dias se deparam com um paciente que tem algum malefício causado pelo tabagismo. E é verdade, uma das primeiras coisas que nós ensinamos nossos alunos é perguntar sobre critérios epidemiológicos – fuma? –, porque aí você abre um leque de doenças e de prevalências diferentes.

Em relação a conflitos de interesses, eu acho extremamente importante declarar que, talvez, o único conflito de interesse que eu tenha é a perda do meu pai há quatro meses por câncer de pulmão. Ele não fumava cigarro eletrônico, mas o cigarro tinha nicotina. Talvez um outro conflito de interesses que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possa dizer é que eu já tratei mais de 3 mil pacientes com DPOC grave e crônica em uso de oxigênio pelo uso do tabagismo, pelo uso do cigarro, pela nicotina e por diversas outras substâncias que contêm o cigarro.

E assim, voltando na construção científica, é uma coisa muito legal para quem gosta de ciência como eu, como a gente pode utilizar os dados e os números para um lado ou para o outro, como o colega que me antecedeu utilizou.

São fatos os estudos que ele citou, no entanto, os estudos que ele citou são estudos para se parar de fumar. O desfecho primário é a cessação do tabagismo, e não a substituição. E por mais que tenha boa intenção a Senadora Soraya – tenho certeza de que ela tem boas intenções –, nós não estamos discutindo isso aqui. Nós estamos discutindo uma nova maneira de fumar, uma nova maneira de utilizar nicotina, com nicotinas de potências maiores.

O Conselho Federal de Medicina sempre foi muito fechado na questão das evidências e na contrariedade da regulamentação. Já fizemos campanha em 2019, campanha em 2022, auxiliamos na divulgação da EVALI. A EVALI de que se falava lá, aquilo ali foi um princípio de busca de doenças pulmonares, naquele momento se identificou a EVALI, mas existe hoje na pneumologia um grande conjunto de patologias pulmonares intersticiais agudas que estão ligadas ao uso de cigarro eletrônico, eu mesmo já atendi várias. E não são os cigarros... São exatamente os cigarros eletrônicos que você compra na internet, não são esses supostos falsificados ou com descaminho; são esses aí que são oficiais, da Juul e de outros, que você compra. Infelizmente você compra por ineficiência do sistema, que não deveria disponibilizar esses produtos para venda, afinal, querendo ou não querendo, eles são proibidos.

Então, todas as evidências científicas estão... Agora, em fevereiro, o Conselho Federal de Medicina fez um fórum sobre o uso de cigarro eletrônico, foram mais de 25 aulas, tem material técnico no YouTube disponibilizado, com vários profissionais que mostraram as evidências. Então, existem evidências, sim, e o Conselho Federal de Medicina é contrário a essa liberação por conta das evidências científicas. Mas eu vou além de evidências científicas. Do que nós estamos falando aqui? Nós estamos falando de dispositivos eletrônicos de fumar tecnológicos que estão evoluindo, mas eles estão evoluindo não para parar de fumar, mas para incrementar o tipo de tabagismo.

Do que nós estamos falando na verdade, senhores, é do uso de nicotina; independentemente de se é cigarro de combustão, narguilé ou mesmo dispositivos eletrônicos de fumar – a grande maioria tem nicotina –, do que estamos falando é do consumo de nicotina. E não existe dúvida, naquela construção científica de que nós falamos, não existe dúvida das doenças relacionadas à nicotina. Falar que doença pulmonar obstrutiva crônica pode ser menos pior é algo que dói naquele médico, naquele profissional que atende um paciente que usa oxigênio 24 horas por dia. Não existe minimização de risco numa doença instalada. E o detalhe: muitas das coisas que nós não sabemos do cigarro eletrônico, nós vamos passar a saber daqui a 20 anos, e aí será tarde demais, porque doença pulmonar instalada é irreversível. Não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

igual a uma doença infectocontagiosa. Perdeu alvéolo, perdeu bronquíolo, perdeu pulmão, não volta. Isso sem falar de doenças cardiovasculares, câncer, como meu pai teve – 80% dos cânceres de pulmão estão associados ao uso do tabaco. Então, não existem questões técnicas em relação a isso.

Outra questão: sim, quando você compara, quantitativamente, uma aspiração do produto do cigarro eletrônico, pode ser que ela seja menor do que o cigarro de combustão. No entanto, existem outras variáveis que nós precisamos considerar. Primeira variável: a quantidade de tempo que se utiliza o dispositivo eletrônico de fumar. Um refil de 10ml de sal de nicotina a 2%, que é consumido, mais ou menos, em quatro dias, equivale a 2,5 maços de cigarro por dia. Vejam, 2,5 maços de cigarro por dia é muita coisa, não é? O índice que nós utilizamos em doença pulmonar obstrutiva crônica é de 20 maços/ano; em dez anos, ele já vai estar acima de 20 maços/ano e já vai ser um paciente que normalmente demoraria 20 anos para ter uma doença pulmonar obstrutiva crônica ou outras doenças associadas. Quatro dias! E mais: existem ainda produtos de quarta geração de que você fuma 12 maços em dois dias, aí depende. Então, não é só a quantidade de uma aspiração, é o tempo que se utiliza o cigarro eletrônico, é a precocidade do seu uso e a concentração de nicotina.

A gente sabe, hoje, que o uso de cigarro eletrônico também é um fator de risco independente para a experimentação de cigarro de combustão. Nos locais em que foi liberado o cigarro eletrônico, por mais que se queira vender a história da minimização de risco ou da redução de risco, o fato é que você tem um aumento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALCINDO CERCI NETO – Já?

... vertiginoso do número de jovens, adolescentes e crianças. Então, a massa de fumantes, o número de fumantes aumenta. Aumentando o número de fumantes e aumentando o tempo do tabagismo – são dados aqui de fontes fidedignas –, você tem um aumento significativo no número de pessoas, adolescentes *high school* nos Estados Unidos, que começam a fumar e têm o efeito dual.

Do que nós não estamos falando aqui? Nós não estamos falando ainda de intoxicação nicotínica em criança, que já está bem descrita. É aquela criança que pega o líquido que é utilizado no *vape* e o toma, porque ele é gostoso, ele é cheiroso. E as nossas crianças podem tomar aquilo e ter intoxicação nicotínica. Tem vários casos. A gente não fala também das explosões, porque mesmo os regulamentados explodem. Eles explodem, e, sempre quando eles explodem, a indústria fala que é uso indevido do equipamento e não falha do equipamento. Também não vai dar tempo de dizer.

EVALI é uma sigla, mas ele é um conjunto, é uma síndrome, é um conjunto de doenças respiratórias agudas. Nós tivemos exemplos de cantores sertanejos, até Parlamentares que tiveram doença aguda relacionada ao *vape*. Não é uma EVALI, não tem a vitamina, mas, sim, tem lesão pulmonar, gente! Nós vemos isso todos os dias. Nós atendemos pacientes, fazemos broncoscopia em pacientes agudos, cujo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

único fator de risco é o uso de cigarro eletrônico numa balada do final de semana. Eles vão lá, se juntam e utilizam 20 *jus* – *jus* por causa do *juice*, que é a substância – com sal de nicotina; depois, chegam lá no hospital universitário com hemorragia alveolar. Não, tudo bem, os números podem não trazer isso, mas a prática e a experiência trazem. Pergunte para qualquer médico que trabalha num pronto-socorro, num pronto-socorro respiratório.

Então, assim, existem, de fato, essas questões. Não vou entrar em detalhes aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Para concluir, Doutor, por favor.

O SR. ALCINDO CERCI NETO – Hã?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Para concluir, por favor.

O SR. ALCINDO CERCI NETO – Tá, vamos concluir, então.

Então, gente, o que eu queria dizer é que não adianta dizer que a regulamentação vai acabar com o descaminho ou com o contrabando. Não se enganem! Os *vapes* de quarta geração e os de quinta geração, que vão vir, e os de sexta geração, tipo IPhone, esses *vapes* quem vai comprar é quem tem recurso financeiro.

O contrabando dos mais baratos vai continuar e vai ser o Sistema Único de Saúde – só para concluir, Senador – que vai sofrer as consequências. E digo: quando a gente coloca em termos de custo, em termos de imposto, falar aqui em custo direto são 50 bilhões. O que é custo direto? Custo direto é uma IH que você calcula. Onde, na vida hoje, atual, em qualquer hospital público, se gasta o valor de uma IH para tratar um paciente? Isso é muito subdimensionado. Isso é pelo menos cinco vezes abaixo.

Agora, quem vai calcular o sofrimento de uma família que perde um ente querido por conta de uso de uma substância, por conta de um cigarro eletrônico? Como é que se mede isso? Como é que se mede isso em imposto? Não se mede em imposto.

Então, vou concluir por aqui.

Aqui tem a bibliografia.

Agradeço o tempo e peço aos Srs. Senadores que entendam que nós precisamos tratar do Brasil. Nós não precisamos tratar dos países que têm isso regulamentado. A nossa realidade é muito melhor do que a de outros países em alguns aspectos e muito pior do que outros países em outros aspectos. E é isto que a gente tem que levar em consideração: a nossa realidade. Nós não estamos prontos ainda para uma liberação e para um aumento do número de pessoas utilizando nicotina no Brasil.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Dr. Alcindo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Sr. Presidente, só uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – É só para que a gente não fique com essa dúvida.

No começo da fala do Dr. Alcindo, eu entendi que ele estava falando em nome do Conselho Federal de Medicina, ele veio representando o Conselho Federal de Medicina. Aí eu gostaria de saber se essa opinião dele é a opinião de todos os médicos, de toda a classe de médicos. Ele fala em nome de todos os médicos?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Com certeza, não, porque nós somos mais de meio milhão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Pois é. Mas é o que ele disse.

Então, eu gostaria só de esclarecer. Que o próprio Dr. Alcindo esclarecesse. O senhor disse que veio falar em nome dos médicos. Eu gostaria que o senhor colocasse, então, exatamente: o senhor veio falar em nome de quem?

O SR. ALCINDO CERCI NETO – Eu vim falar em nome do Conselho Federal de Medicina, cuja Diretoria do Conselho Federal de Medicina, Dr. Hiran, também passa a mesma mensagem

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É outro Dr. Hiran. É o Dr. Hiran Gallo, nosso querido amigo Presidente.

O SR. ALCINDO CERCI NETO – É outro Dr. Hiran.

Falo em nome do conselho. E tudo isso foi discutido. Inclusive temos uma carta, Senadora Soraya, que, se V. Exa. quiser, posso passar para a senhora. É do nosso Fórum sobre Tabagismo, que reflete exatamente esses dados.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – É que conheço inúmeros médicos que têm uma opinião um tanto quanto divergente. Não para liberar... É convergente em várias questões. Mas, na forma de combater, é absolutamente divergente da de V. Exa.

Mas vamos tocar a reunião. Então, é só para esclarecer. Vamos tocar, porque ainda tem muita gente. A Dra. Ingrid não falou ainda, está esperando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Olha só, eu perguntei para a Dra. Ingrid se ela concederia um pouco do tempo, porque o Dr. Paulo e a Dra. Stella também vão para São Paulo, se não me engano. E eles queriam deixar esse tempo que nos resta aqui para fazer algumas indagações.

Os Senadores que quiserem se manifestar, por favor.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Pela ordem.) – Presidente, deixa só eu fazer uma sugestão aqui.

Nós ouvimos muitos palestrantes. Então, acho que seria o momento, eu tenho aqui um ponto de vista para colocar, a Senadora Soraya também...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu também.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Com certeza.

Escutaríamos, faríamos as perguntas devidas, e continuaríamos aqui.

O Plenário está pegando fogo. Alguns Senadores aqui já levantaram. Então, se permitir, acredito que seria coisa rápida aqui, cada um fazer uma explicação, uma explanação, e dar sequência.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

Então, eu vou passar a palavra para eles, se quiserem fazer...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Eles já falaram. (*Fora do microfone.*) É o caso de eles responderem perguntas, porque eles já falaram.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Vocês querem fazer alguma pergunta a eles?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Eu não. Neste momento não.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Então posso liberá-los.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Eu não.

O Rodrigo quer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Para interpelar.) – Eu gostaria que estivessem aqui, se possível, porque aqui não é nenhuma linha de defesa ou de ataque. O que vou tentar traçar aqui é para buscar o melhor para as preocupações que os senhores têm, que são as crianças, como falam aqui. É a minha preocupação também. A gente tem que avaliar o que estamos analisando aqui, porque eu observei, com muito detalhe, cada explanação.

A pergunta não é se o cigarro é bom ou ruim. O cigarro é ruim. Não se tem dúvidas disso. Aqui muitos dos senhores passaram bastante tempo falando de como é danoso o tabaco.

Então, não direcionando só para os senhores, mas quem era a favor ou contra, falando disso. E a discussão, pelo menos é o que me trouxe aqui... Não é isso. O cigarro é péssimo. Ele faz mal às pessoas. O cigarro faz mal, e tem que se proibir, não só o eletrônico, mas também o tabaco, como nós conhecemos hoje. A bebida faz mal. O refrigerante, sinceramente... Os refrigerantes... Bebam 40 copos de refrigerante, como tem pessoas que fumam 40 cigarros por dia, o mal que faz...

Então, o nosso ponto de partida aqui, no meu ponto de vista, está indo diferente. E aí vem a paixão junto. Vêm os casos particulares, das pessoas que nós perdemos, das pessoas que nós conhecemos, e algumas outras informações que levam essa discussão para um outro caminho. E é nessa linha que eu queria traçar aqui... Por isso que eu perguntei ao representante que estava aqui, o palestrante anterior, porque nós estamos diante de um novo momento. A Anvisa proibiu o que estava proibido, ou seja, reforçou algo que não deu certo. E essa proibição não é o que vai fazer parar, fazer que as crianças não fumem. O exemplo que foi dado aqui de que na Inglaterra, em Londres, uma criança de nove anos estava fumando. Tem uma criança de nove anos que ficou famosa no planeta inteiro porque fumava 40 cigarros por dia, na Indonésia, e não era o *vape*. Ou seja, esses exemplos pontuais existem, e não é para existir.

Então, nessa linha, Sr. Presidente, eu queria deixar claro que deste mundo ideal que seria onde ninguém fumasse, onde ninguém bebesse, não é o que nós estamos tratando aqui. O que nós estamos tratando aqui é: as pessoas bebem e as pessoas fumam. O que é que o Estado pode fazer nesse ponto? Pelo menos é assim que eu estou enxergando. E aí eu já queria dizer que não é questão de estimular. Não é isso. Não é deixar que o cigarro seja entregue na escola. Não é isso. O que eu queria colocar aqui...

O SR. PAULO CÉSAR. R. P CORRÊA – Senador, eu só queria te pedir...

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Não. Quando eu terminar, o senhor conclui.

O que eu queria colocar aqui era o seguinte – aí de acordo com as minhas informações –, eu vejo, nos Estados Unidos, a FDA deu um selo para o tabaco aquecido, que é como o chamam, por ele modificar com menos exposição aquela situação própria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse ponto, Sr. Presidente, eu venho aqui deixar muito claro que o que nós queremos é buscar segurança para as pessoas. O Dr. Alcindo trouxe uma situação. O Dr. Alcindo falou, já no finalzinho: "Olha, estou cansado de receber pacientes, artistas que fumam, que têm problema, lesões pulmonares, pessoas que se juntam numa balada para fumar o *vape*". Aí esta é a minha pergunta: fumar o quê? Essas pessoas foram para lá, muitas vezes, e não sabiam o que estavam fumando. A foto de quem está ali com o pulmão afetado, muitas vezes, está fumando não sabe o quê; não é uma nicotina, são várias outras substâncias, outros produtos que estão ali. E o pior: quem fabricou isso? Quem eu vou responsabilizar?

O que eu quero levar para uma discussão, para o ponto de reflexão nesta audiência pública não é se o cigarro é bom ou ruim – ele é péssimo, o cigarro existe – é o que nós podemos fazer. No meu ponto de vista, é fazer com que essa pessoa que estava na balada tenha o direito de saber o que estava ali fumando, inclusive com percentual de nicotina, seja lá o que for que esteja dentro. Se não for respeitado isso e o laudo do doutor depois atestar, ela vá atrás dos seus direitos e penalize o vendedor daquilo, além da empresa que tem a responsabilidade solidária.

Então, nós vivemos hoje uma situação que não pode nos colocar no mundo de faz de conta. O cigarro está aí. Proibiu novamente agora o que já estava proibido, ou seja, não deu certo, foi essa a minha pergunta a quem estava lá, em 2009. É um outro momento.

Então, essa discussão eleva o nível para tirar as paixões. Confesso aos senhores: o cigarro eu sei que é péssimo, não deve existir como várias outras coisas, mas nesse mundo em que as pessoas que fazem uso são afetadas, o que nós podemos fazer?

Aí vem, sinceramente, uma mulher extremamente corajosa, a Senadora Soraya, porque o que ela está fazendo... Eu estou escutando o que falam nos corredores, com maldade, com maldade, e não é esse o raciocínio. E não só nos corredores, aqui dentro também, eu ouvi as pessoas questionando o motivo dessa discussão. Que discussão? Dentro do Senado Federal, a discussão que nós temos que fazer é exatamente aqui. Então, se é demais para o Parlamento ser ouvido, como foi uma frase que eu estou repetindo aqui, se o debate é indecente, não é assim, é um debate necessário sobre algo real ou, então, iríamos viver amanhã o que estávamos vivendo ontem. Nós estamos tentando mudar essa regra para evitar o quê? Voltando ao nível do início, evitar que as crianças fumem. De que maneira um projeto como esse apresentado pode evitar ou diminuir? Dizendo que não vai ser vendido cigarro neste país que tenha cor, que tenha cheiro, que tenha sabor, porque isso é atrativo para as crianças. Se uma rede social – TikTok, Instagram – permitir que um *influencer* se filme fumando e dizendo que aquilo é legal, não será o *influencer* apenas a ser punido, mas também a rede social, e vai se aplicar uma multa a ser revertida para um fundo específico para criar propagandas contra o uso do cigarro. Ou seja, é a gente encarar o problema de frente, em vez de dizer: "Aqui ninguém vai fumar". As pessoas estão fumando, é liberado no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país o fumo. Ou, então, o cigarro eletrônico é pior? Não é essa discussão de que nós estamos tratando aqui.

Então, quando eu vejo essa discussão, não é, repito, incentivar, mas, sim, ter coragem de discutir, colocando parâmetros técnicos, que se possa ter um controle de fiscalização. Traz o projeto registros necessários – olha só – no Inmetro, na Anvisa, na Receita Federal, até na Anatel – depois eu vou querer saber até por que a Anatel vai fazer esse registro aí, mas eu vi que tinha até lá –, proibindo a manipulação – porque alguns ficam abertos e pode-se ter uma manipulação – e a Anvisa entrando para definir a matéria-prima, a quantidade de substância específica.

Então, são situações que tiram essa atratividade – como eu coloquei aqui – para as crianças, jovens e adolescentes. É terrível hoje ver os seus artistas, ver os *influencers* o tempo todo, o tempo todo, o tempo todo nas redes sociais, e dessa forma, a gente conseguir contribuir. Esse é o aspecto que eu entendo de uma regulamentação, é dizer: "Olha, dessa situação, o menos danoso que nós podemos criar é nessa linha". Agora, se quiser discutir se é permitido ou não, aí é uma outra situação. Se é bom ou não, aí seria em um outro momento.

Então, eu gostaria de ter esse entendimento, inclusive identificando aqui falhas até na própria resolução.

Eu estou aqui até com o projeto da Câmara, que amanhã vai ter uma discussão. A Deputada Gisela Simona estava aqui presente, acompanhou boa parte do tempo. Então, amanhã tem um projeto dela que está sendo discutido, que é em outro sentido, no sentido de tipificar como crime a comercialização, importação e propaganda, ou seja, está tendo uma discussão lá também. Então, são situações. E por que eu chamei a atenção? Ela pediu até para mencionar que amanhã estará havendo essa discussão. A discussão é válida. Ela foi Presidente do Procon durante muito tempo no estado dela. E ela mencionando: "Cheguei, cansei de fazer apreensões de cigarros eletrônicos e, na hora da penalidade, chegava alguém com a Constituição dizendo 'olha, aquilo que não está proibido está permitido' ou então 'não há nenhuma conduta que me obrigue a ir, senão aquilo que estiver escrito na lei ou tipificado'". E aí os advogados conseguem esses argumentos. Lógico que aí é esticar a corda, eu entendo que a resolução – aí é o meu entendimento – pode ter essa eficácia, mas para se ter uma observação da insegurança.

Então, Senador Presidente desta Comissão, Dr. Hiran, que aqui está mediando este debate, eu acredito que estamos evoluindo em trazer à discussão algo que é real, algo que existe, que afeta a vida das pessoas. Eu não quero estimular, eu não acho que seja esse o caminho. Talvez – não digo nem talvez –, com certeza a forma de diminuir toda essa situação que já existe hoje no país seja regulamentando a publicidade, a comercialização, a distribuição e identificando para... O maior absurdo é este: o cigarro, que já tem toda essa liberação desde sempre, tem contrabando de tudo que é jeito, então imagina a gente estar vendendo algo aqui sem saber o que é que está lá dentro. Então, isso é muito sério, é muito grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi isso que me chamou a atenção, não foi o que me atraiu aqui a questão do impacto econômico, dos impostos, do contrabando, não foi isso, foi dizer: "Eu vivo, eu moro em Alagoas, trabalho aqui em Brasília, eu vou para vários ambientes, em todos os ambientes as pessoas fumando algo que é proibido já, que foi proibido de novo, vai ser proibido de novo!".

Então, nesse sentido, o que para mim vai trazer mais eficácia é exatamente buscar uma regulamentação.

Então eu queria deixar aqui esses apontamentos. É essa a minha situação, a minha pontuação.

Sr. Presidente, realmente o pessoal queria falar aqui – mas se fosse esticar, nós todos temos compromissos – para que eu fizesse essa pergunta específica. Não é só um ponto de vista, mas é tentar demonstrar que a discussão aqui não é se o cigarro é bom ou ruim. Cigarro, pelo menos para mim, é algo péssimo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Querido Senador Rodrigo Cunha, Senadora Soraya, eu sou muito parcimonioso, eu sou muito cuidadoso quando vou falar, sou muito paciente também para ouvir. Eu só vou fazer uma consideração agora, porque estou sendo chamado no Plenário – porque estão dizendo que eu fiz um acordo sobre questão de vacina lá, foi um debate na CAS –, tenho que correr lá, depois volto. Mas eu queria dizer a todos vocês, senhoras e senhores, aos que nos acompanham remotamente: sou médico, sou Presidente da Frente Parlamentar da Medicina do Congresso Nacional, já há muito tempo, desde quando era Deputado. Eu não tenho nenhum filho que fuma, meus pais não fumaram, eu não fumo, enfim. Eu acho o cigarro extremamente nocivo, mas, quando vejo uma discussão dessa aqui, eu fico pensando: a gente que conhece tantas pessoas, tem tantos amigos, tantas relações... E aí eu pergunto para as pessoas com que eu tenho em relação, aos meus amigos: "Você sabia que é proibido esse tal de cigarro eletrônico?". Ninguém sabe que é proibido. As pessoas não sabem que é proibido.

Outro dia, eu estava conversando com o nosso Presidente Arthur Lira, e eu até falei para o Arthur, eu disse: "Olha, a gente tem que fazer uma regulamentação disso, porque virou uma coisa absolutamente permissiva, as crianças usando um negocinho cor-de-rosa, cheiroso, não sei o quê". O Arthur disse: "E é proibido?". Eu disse: "É, é proibido". E tem gente fumando aqui dentro, tem gente que fuma aqui dentro do Congresso Nacional. Então eu acho que a gente não pode fazer de conta que isso não existe e que essa proibição está sendo eficaz.

E por isso que eu falei aqui para o Alcindo, o Alcindo sabe da minha história de defesa de tudo que emana do movimento médico, mas eu sou absolutamente contra a utilização desse tal de *vape* aí, tabaco aquecido, tudo isso. Eu sou contra, mas existe. Então, o que a gente tem que fazer? Minimizar os riscos. Dizer que faz mal, fazer uma propaganda eficiente como é feita a propaganda antitabaco no nosso país, é um exemplo para o mundo. Vão na Europa para vocês verem, a gente vai a um restaurante na Europa, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

restaurante está vazio; vai procurar uma mesa e dizem que está lotado. Digo: "Mas cadê o pessoal?". "Não, está todo mundo lá fora fumando, só entra quando for a hora de comer." A gente não vê mais isso aqui no Brasil. A gente não vê mais muitas pessoas fumando em lugares públicos. Por quê? Porque a gente encarou a realidade do uso do tabaco e disse: "Isso aqui faz mal".

Nós temos que realmente taxar, taxar com muita veemência. Nós temos que direcionar tudo que é arrecadado em termos de tributos para o Sistema Único de Saúde, que é sobrecarregado com doenças como foram propaladas aqui, câncer de boca, laringe, pulmão, bexiga, tromboangeíte obliterante, enfim, tudo que acontece de nocivo pelo uso da nicotina.

Mas eu quero dizer a você, minha querida colega Senadora e minha paciente, que você tenha coragem de trazer esse tema, que é um tema que você vai ter muito trabalho para esclarecer às pessoas que você não é a favor de liberar, você é a favor de regulamentar com responsabilidade. E nós precisamos fazer isso aqui. Não adianta a gente ficar fazendo aqui esse discurso de dizer: "Olha, isso é uma indecência". Isso não gera nada. Vai falar no meio da rua isso... Não adianta nada, as pessoas vão continuar usando, vão continuar comprando.

Então, eu acho que tem que realmente haver uma regulamentação adequada: "Proibido para crianças". E tem que se fazer propaganda, como deveria se fazer propaganda também... Viu, meu querido Alcindo? Nós deveríamos fazer propaganda, sabe de quê? De controle de hipertensão e diabetes na América toda. Se a gente fizer uma propaganda – vamos fazer propaganda, não digo nem programa – de controle de hipertensão e de diabetes, a gente esvazia os hospitais, as clínicas de hemodiálise, as clínicas oftalmológicas, porque a gente lida com tantos cegos por retinopatia diabética, e a gente não faz. Se a gente fizesse uma campanha forte – forte! – para vacinar as crianças contra HPV, em 20 anos, nós não teríamos mais câncer de colo de útero, quer dizer, nós temos que enfrentar essas coisas. Agora, dizer: "Isso aqui é proibido"? Se fosse assim, ninguém cheirava cocaína. É proibido – é proibido!

Então, eu acho que, realmente, nós estamos fazendo aqui... E eu sou muito parcimonioso. Peço desculpas aos que precisam falar ainda, mas eu precisava fazer essa consideração, com todo respeito a todos vocês. E que nós possamos, sim, regulamentar, porque por esta Casa já deixar de legislar, muitas outras instituições já o fizeram por nós. A gente precisa, realmente, utilizar essa nossa prerrogativa de criar as leis para proteger o povo brasileiro, enfim, para tornar um ambiente mais saudável no que for possível, porque... Vamos dizer, o álcool faz mal; nós vamos proibir o álcool? O álcool faz mal, mas a gente tenta fazer propaganda, a gente tenta, inclusive, orientar os nossos filhos de que aquilo ali, se usado em excesso, faz mal.

Então, essa era a minha consideração.

Eu vou pedir à minha querida Senadora Soraya ou ao Rodrigo... Se você puder ocupar o meu lugar aqui, porque eu vou lá no Plenário e volto, viu, Rodrigo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, Dra. Ingrid, me desculpa aqui por tomar um pouco do seu precioso tempo, a senhora que está aqui desde que eu cheguei aqui na primeira vez.

Pois não, Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Muito obrigada, Presidente.

Eu faço questão de ouvir todos, justamente para que não haja nenhuma alegação de que nós não ouvimos. É importante ouvir, mas eu não gostaria de perder a oportunidade.

Eu pedi para a Senadora Zenaide estar presente na hora em que eu fosse falar. Algumas pessoas saíram, infelizmente, por horários, mas certas questões não podem ser deixadas de lado, sob pena de parecer que nós não contestamos, ou que nós não perguntamos, ou que nós não defendemos as pessoas.

Eu acho que a questão do colega Girão em relação ao ex-Presidente da Anvisa... A ligação é absolutamente sem mérito nenhum em relação à importadora que ele tem de medicamentos. Não há relação. Ele não comete nenhum ato ilícito. Então, eu gostaria de poder ter feito esse desagravo na frente da pessoa.

E não quero também perder a oportunidade, porque eu não sei como é o horário, como está a agenda do Dr. Alcindo. Mas eu gostaria de saber – para depois, Doutor – quantos atestados de óbito existem no Brasil contendo a *causa mortis* atrelada aos dispositivos eletrônicos de fumar? Quantos atestados de óbito foram assinados por médicos do Brasil inteiro com esta *causa mortis*?

E quero lembrar que crianças... A Alemanha por exemplo, já fez uma exigência para a indústria de que os dispositivos eletrônicos sejam desenvolvidos com senha ou com digital para que crianças não tenham acesso. Porque, pasmem, isso aqui... E não há diferença, Dr. Alcindo, entre os que são vendidos na rua e os da internet; nenhum é regulamentado. Isso aqui é possível adquirir na internet. Olha, parece um sorvete. Olha aqui! No formato de sorvete. Olha isso aqui: em formato de sorvete. Por quê? Porque não é regulamentado. Na verdade, está liberado, porque não está proibido.

A diferença entre liberdade econômica, abertura de mercado é muito grande em relação à anarquia. E muitos de nós aqui não somos anarquistas. Eu não sou anarquista. O que nós queremos é frear, é regulamentar, porque hoje é possível tudo – absolutamente tudo. Olha aqui. Isto aqui é tudo para narguilé: chiclete *tutti frutti* – compra-se à vontade; isso aqui tudo eu fiz questão de adquirir, olha –, *vape*... *vape*... *yoop*... iogurte... *milkshake* de banana... *fresh* açaí... Olha, tem para todo... *cotton candy* – nossa, algodão doce! À vontade. Eu não conheço nenhum projeto de lei – olha, à vontade –, de nenhum colega, proibindo isso ou tomando uma atitude. Uma coisa é falar, outra coisa é tomar uma atitude.

E eu pergunto: eu posso? Eu posso? Alguém aqui que é consumidor... Alguém pode... Alex, você pode fazer uso disso aqui dentro agora, neste minuto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRO LUCIAN (*Fora do microfone.*) – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Por que não?

O SR. ALEXANDRO LUCIAN (*Fora do microfone.*) – Civilidade...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Hã? Civilidade... Vai.

O SR. ALEXANDRO LUCIAN (*Fora do microfone.*) – É, eu tenho uma educação, que me faz...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – É educação, mas em qual norma está que é proibido você usar isto aqui?

O SR. ALEXANDRO LUCIAN (*Fora do microfone.*) – Existem algumas leis estaduais, por exemplo, em São Paulo...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Mas lei estadual não pode...

O SR. ALEXANDRO LUCIAN (*Fora do microfone.*) – Mas não existe federal. Em nenhum lugar aqui diz que eu sou...

Inclusive, tem pessoas – eu não aprovo, mas existem pessoas – que falam assim: "ah, eu uso em qualquer lugar em que eu quiser, mesmo dentro de um *shopping*, porque não existe uma lei".

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Olha só, é aí o ponto – quer falar, Presidente? Este é exatamente o ponto: não está regulamentado, porque, se estivesse... Então, em tese, você poderia, sim, você não estaria cometendo nenhum crime, nenhuma ilegalidade, porque está liberado geral! Quando as pessoas me afrontam dizendo que eu estou aqui fazendo *lobby* para a indústria do tabaco, de uma forma pejorativa, nas minhas costas, sabe como eu respondo? Eles fazem *lobby* para o crime organizado e todas as portas aqui do Congresso Nacional devem estar abertas para quem tem um CNPJ, para quem quer pagar imposto, empregar, para quem quer fazer algo sério, e eu não vi o chefe do crime organizado ser convidado. Cadê? Os *players* foram convidados, estão todos aqui: Abifumo... Está todo mundo aqui! E cadê aqueles mais protegidos, aqueles que estão acima da lei, acima de tudo e de todos, aqueles empresários que têm o benefício da mão do Estado? Eles não pagam impostos, eles não são coibidos, ninguém os prende, porque eles podem tudo, eles podem tudo, eles podem absolutamente tudo neste país! Eu quero saber quem os está protegendo. Eu gostaria muito de ter meus colegas sentados aqui. Eu gostaria que esses colegas tivessem lido o PL 5.008, porque eles falam de coisas que estão no PL. Eles não leram e não têm a vergonha de expor a própria preguiça. É indecente, Presidente Rodrigo, isso é indecente! E, aí, eu, que sou geniosa, quando eu falo. Então, vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trocar aqui. A mulher é geniosa, não é? Grita, não é? O senhor que mexe com a mente humana podia... Acho... Por favor... Mas é aviltante ter que ouvir tudo isso, só que aí, na hora H, todo mundo some.

Portanto, Alex... Ó, galera, está liberado geral, viu? Está liberado geral, pode usar, porque isso aqui não é fumar, tá? No Japão... Nós estamos, estou viajando, estou indo *in loco* entender como é que funciona. São coisas diferentes: tabaco aquecido, tabaco queimado é diferente de vapear; uma coisa é fumar... E aí eu levei uma bronca no evento Beat Smoking Like the Swedes, eu levei uma bronca! Ele falou assim: "Isto não é fumar, isso é vapear".

E o Japão é bem inteligente – não é? –, os japoneses. Acreditem se quiser, eles têm espaços construídos para pessoas que fumam o cigarro convencional, para que elas fiquem todas guardadas dentro de uma caixa lá, no meio da rua. É o contrário, você tem que ir para um local fechado, destinado exatamente para isso, para fumar o tabaco tradicional. E lá, acreditem, o tabaco aquecido – porque lá o *vape* vende-se em farmácia, não é tão utilizado; lá é considerado o tabaco aquecido e o tabaco convencional – pode ser utilizado em qualquer ambiente público. Por quê? Aí, eu pergunto para os *experts* do Brasil: qual é exatamente o risco para o fumante passivo? Qual é? Quantas substâncias são queimadas quando uma pessoa acende um cigarro convencional? Porque, junto com a nicotina, vêm não sei quantas mil substâncias e afetam o fumante e todo mundo ao redor.

Concorda? E o tabaco aquecido? E o *vape*? Qual é o nível em que isto aqui afeta o fumante passivo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Não afeta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Já mediram... Mede-se na... Nos estudos, medem no cigarro convencional, mas neste...

E não estamos dizendo que isto aqui faz bem, só que é menos danoso. E os dados nós não temos.

Eu quero saber do Conselho Federal de Medicina... E eu não estou... Eu só... A única pergunta, Doutor, com todo o respeito... Eu quero ouvir todos, mas eu preciso tocar nesses pontos, vocês vão me perdoar. A pergunta é uma só: quantos atestados de óbitos vocês deram? Ponto. Eu já perguntei, nós já buscamos no Ministério da Saúde, não há dados. Se vocês têm dados e não estão informando o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Saúde, acho preocupante, porque vocês devem estar cometendo uma subnotificação, isso pode dar algum problema para vocês, pois vocês devem notificar.

Agora, eu pergunto: o que é que tem aqui dentro? Se eu chegar passando mal a um pronto-socorro e falo que usei isto aqui, você vai dizer que isto aqui faz mal, que foi isto que fez mal? Como?! Você sabe o que tem aqui dentro? E o que é que tem aqui dentro? E no algodãozinho doce? O que tem aqui dentro? E nessa outra marca? O que tem aqui dentro? Como é que têm a coragem de dizer que foi isto? As pessoas não queimam isto, as pessoas não fumam isto, não inalam este dispositivo eletrônico e, sim, o que tem lá dentro. Como falar mal de uma gama imensa de produtos e achar que nós somos os mais inteligentes do mundo?! Então, o debate é...

Nós temos que partir, realmente, Presidente, de diálogo sempre. É essa a nossa vontade, a nossa intenção.

Doutor, eu só quero saber sobre essa pergunta. E aí a gente vai construir uma política pública a partir do momento que nós temos dados. Eu tenho procurado dados, procurado das pessoas corajosas, das pessoas que têm coragem de ter a certeza de que, quando o paciente chegar, falar que morreu por causa disto. E aí eu quero...

Por que eu não posso processar o dono disto aqui? Porque está liberado geral, porque tem alguém protegendo o contrabandista ou o traficante também... Não sei como enquadrar, porque, se o produto é ilícito... Em tese, aqui eu tenho nicotina – em tese, é nicotina –, mas as pessoas podem estar fumando, inalando qualquer coisa, canabidiol, sei lá o quê. Então, é triste deparar com... Eu acho assim...

Eu comecei, eu não sabia que era proibido, começou por aí. Depois, quando eu soube que... Não, na verdade, não é proibido, é esse limbo. Aí eu virei contra. Depois, eu comecei a estudar. Quando a gente vai estudando, quando a gente passa a ouvir e quando a gente vai lá saber, vai lá viver... Entrei em vários lugares no exterior, comprei, vendo quanto custa isso, como que é isso... E, pasmem, quando a pessoa procura cigarro convencional hoje nos Estados Unidos, é raridade. Eles olham para a tua cara e falam assim: "Você quer cigarro convencional? Você quer ver?". Porque eu fui até lá, nós fomos filmar, comprar, entender, ver quanto custa, porque, senão, eu não posso... Saber e não fazer... Não estou falando em fumar. Eu estou falando da responsabilidade, do peso que é tratar de um tema desse sendo mal interpretada e xingada todos os dias, mas ninguém vai poder dizer que eu não me debrucei sobre o tema.

Então, eu pergunto: quem é que vai para a próxima? Eu estou indo para a Itália para entender o que a Itália está fazendo, porque eu fui recebida pela empresa de tabaco do Japão e foi explicado tudo, tudo, tudo pormenorizadamente. Eu fui, eu estou vendo.

Então, com todo o respeito, ou nós fazemos aí uma bela excursão e vamos todos entender, sem ideologia, sem ativismo, mas na ciência, com dados, números, quantas pessoas morreram de *vape* – é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nome –, morreram de cigarro eletrônico... Qual é a *causa mortis*? Cigarro eletrônico. Mas é só isso aqui, porque a substância que tinha lá dentro cadê? Quantos?

Enfim, perdoe-me, Presidente, por me alongar, mas eu vou ficar, nem que eu fique aí... O senhor é meu Líder. Eu não gostaria de presidir, porque parece que dá conflito de interesse caso... Não o é.

Então, vou ouvir todos, com o maior respeito, mas eu sei que o adiantado da hora não permite que a gente avance com o mesmo prestígio que todos vocês merecem.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Bem, Senadora Soraya, foi muito importante a sua fala, intervenção. É o sentido real. Você pegou os exemplos aqui dos *vapers*. E é isto: ninguém quer que aconteça com uma pessoa querida nossa algum problema de saúde, mas imagine, além de lidar com toda a problemática de uma saúde afetada, você não ter a quem responsabilizar, e um médico atestar que aquilo foi o que deu causa àquele problema específico, se não sabe o que tem aí dentro. Então, para mim, é algo que é lógico. Você trouxe aqui um assunto que é um assunto real, um assunto da vida das pessoas.

Você chegou a fazer uma pergunta aqui direcionada ao Dr. Alcindo

Eu vou passar a palavra ao Dr. Alcindo. Rapidamente, Dr. Alcindo, porque nós ainda temos uma longa fila de pessoas para serem ouvidas.

O SR. ALCINDO CERCI NETO (Para expor.) – Eu vou responder bem objetivamente, Senadora.

Respeito, acho que o Senado tem que legislar, respeito sua iniciativa.

Aqui não se trata de ser a favor ou contra simplesmente por ser a favor ou contra. Trata-se de um debate, uma audiência pública.

Então, eu vou responder a algumas perguntas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALCINDO CERCI NETO – Não, é porque a senhora falou tanta coisa, V. Exa. falou...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – É, mas ela só fez uma pergunta. Ainda temos outras exposições. Ela perguntou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALCINDO CERCI NETO – É porque eu não tenho como responder essa pergunta sem contextualizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declaração de óbito consta em duas partes diferentes. Nunca a Senadora vai ver uma declaração de óbito ali cuja causa imediata está relacionada a qualquer um: ou cigarro de combustão ou cigarro eletrônico, nada, não existe. Aliás, tabagismo passivo do cigarro de combustão nem tem evidência ainda suficiente para dizer que existe. A ciência é isso. A ciência está sendo construída esse tempo todo.

Em relação à responsabilização, Senador, com o maior respeito, mesmo antes da indústria tabagista... Eu não estou falando isso... Eu não sou ativista contra o tabagismo; aliás, já fui fumante, consegui parar e sei a dor de parar, mas, veja: não existe hoje processo judicial que tenha responsabilizado a indústria farmacêutica por um câncer de pulmão, mesmo antes de se colocar no cigarro o alerta de que ele causava doenças, entendeu? Não existe, porque ele é legal.

Então, desculpa, mas a gente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Não se tem o que, que o senhor falou? Não se tem...

O SR. ALCINDO CERCI NETO – Não se tem uma relação causal direta indenizável.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Mas tem ações judiciais contra quem?

O SR. ALCINDO CERCI NETO – Tem, eu já...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Contra fabricante identificado?

O SR. ALCINDO CERCI NETO – É, contra Philip Morris, Souza Cruz. Eu já fui perito de pelo menos oito deles.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Exato, mas a questão é esta: não há um fabricante identificado, não há a quem responsabilizar.

O SR. ALCINDO CERCI NETO – Sim, mas estou dizendo do cigarro de combustão, o tradicional, do maço de cigarro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Sim.

O SR. ALCINDO CERCI NETO – Não estou falando do cigarro eletrônico.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Eu também, mas eu estou dizendo... É exatamente este o sentido: se busca ter quem visualizar para responsabilizar, é saber quem está fabricando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALCINDO CERCI NETO – Só uma última coisa, com o maior respeito à Senadora.

É verdade, o que ela colocou ali, eu não sei o que tem dentro. Agora, as imagens que eu coloquei aqui são de casos dos Estados Unidos, onde se sabe o que tem dentro. Quando a gente colocar um *vape* desses com sal de nicotina – certo? –, que a gente sabe o que tem dentro...

Inclusive, eu li o seu PL, com exame toxicológico, mostrando que tem ali as substâncias, a nicotina causa doenças que matam. Então, mesmo eu sabendo o que tem ali, que é nicotina e a concentração, eu posso, sim, ter doenças relacionadas ao hábito de fumar cigarro eletrônico.

E a Codificação Internacional de Doenças 11 é que agora colocou os *vapes* como CID, como uma codificação. A gente não tinha codificação. Com o tempo, se for aprovado o PL, a gente respeita, porque o Parlamento é quem define. Nós estamos aqui para dar subsídios, favoráveis ou contrários, mas estou aqui para dar uma opinião. Se for aprovado, assim como nós estamos vendo outros dados da Inglaterra e dos Estados Unidos, a gente vai ver do Brasil também.

É só isso, Senadora, mas eu respeito muito a sua posição, acho que a senhora é corajosa, e só temos opiniões divergentes, com o maior respeito e admiração que tenho por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Querida Senadora Soraya, eu ainda tenho aqui a Dra. Ingrid Dragan Taricano, que está aqui desde cedo. Ela é Toxicologista, Mestre pela Escola Paulista de Medicina, com estudos de Toxicologia da Reprodução na Surrey University, no Reino Unido; em Toxicologia Inalatória, na Fraunhofer-Gesellschaft, da Alemanha.

Gostou? Muito bem!

Por 15 minutos.

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO (Para expor.) – Muito boa tarde a todos. Em primeiro lugar, eu queria agradecer muitíssimo o convite.

Não vou mentir: fiquei até emocionada, um pouco incrédula, porque, em todas as discussões que vi até agora, eu não escutei a palavra toxicologia e não vi nenhum toxicologista falando. Então, quando me convidaram, eu disse: "Mas que maravilha, vão me deixar falar alguma coisa". Então, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – E quase não deixam; deixaram você para o final. (*Risos.*)

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO – Não tem problema. Fiquei muito feliz, sou muito grata! Muito obrigada pelo convite!

Parabenizo a Senadora Soraya Thronicke pelo seu art. 6º do projeto, porque também, quando eu leio ali a toxicologia, e uma colocação muito, digamos aqui, inteligente, que eu nem sei se sabe o alcance

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disso, que é o mútuo reconhecimento de dados Brasil-OECD... Vai longe essa história, meus 15 minutos não me permitem falar sobre isso. Mas os meus efusivos parabéns.

Como disse o Senador, eu sou toxicologista, biomédica de formação, mestrado na Escola Paulista de Medicina, doutorado na USP, fiz uma parte de estudos de toxicologia da reprodução na Inglaterra e toxicologia inalatória na Alemanha, mas eu acho que o mais importante aqui é falar que, na minha carreira, eu fiquei por mais de 20 anos trabalhando, construindo laudos para o sistema regulatório, leia-se Anvisa. Eu devo ter feito por volta de 200, mais ou menos. Eu tenho, no meu Lattes, por volta de 180, sobre risco e segurança de produtos, e é sobre isso que eu vim aqui falar, porque qualquer coisa, para ser registrada, precisa desses laudos da toxicologia.

A toxicologia, na verdade, é o pilar do registro, é a base do registro de qualquer produto, seja ele um alimento, um cosmético, um medicamento, o que for.

São quatro os pilares que alicerçam a toxicologia com relação a registro de produtos, obviamente regulamentados: a antecipação, que é a gente poder olhar e identificar quais são os riscos, qual o potencial de risco que aquilo tem; o reconhecimento desse risco, detectar que substância tóxica é aquela, como ela interfere em todo o processo; a avaliação: a gente tem que analisar qual é o impacto que ela tem na saúde. Isso é muito importante. E, claro, como consequência disso, controlar, implementando medidas e sugerindo ao regulatório as medidas que são necessárias para que aquilo possa estar no nosso convívio.

Digamos, com muita clareza, que com toda substância tóxica – aí é uma questão de dose, nós já vamos falar sobre isso – existe uma confusão sobre risco e perigo, e eu adoro esse exemplo aqui.

Eu dei aula por mais de 45 anos na minha vida. Então, toxicologia é uma coisa que a gente precisa ser criativo para explicar e para o aluno poder entender, e esse foi um dos melhores exemplos que eu já consegui.

O que é o perigo? Vamos imaginar que seja um precipício. Então, eu tenho ali um precipício, aquilo é um perigo, se eu chegar ali perto, vou cair, talvez morrer. Mas, como é que eu posso lidar com esse perigo? Bom, eu posso diminuir o risco de alguém cair no precipício. Então, eu coloco um muro. Se o muro for baixinho, o risco diminui, mas o perigo continua lá, porque o precipício não vai mudar de lugar. Se eu subir o muro, eu diminuo o risco – o precipício está lá. Agora, se eu puser o muro aqui, o risco vai ser mínimo, mas não esqueçam que o precipício está lá.

A toxicologia tem essa função: nós identificamos os perigos e dizemos para o regulatório como vai ser minimizado o risco. E é isso que eu vim fazer aqui.

É... Está mudando, será? (*Pausa.*)

Com base nisso... O ponteiro não vai, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com base nisso, vocês imaginem que cada dose provoca um efeito. Quanto maior a dose, maior o efeito. Se vocês seguirem aquela linha ali debaixo, ela vai aumentando, a gente vai subindo a linha conforme a dose vai aumentando. Chega uma hora em que vai aumentando rapidamente, exponencialmente, até que a gente encontre um efeito que definitivamente não é aceitável que seja visto. Aí a toxicologia diz: "Chegou o limite." Esse é o limite. Daqui para frente eu vou considerar os efeitos tóxicos e daqui para baixo, onde está escrito ali doses de menor risco, eu vou considerar doses que oferecem um risco menor. Não esqueça do muro. O abismo continua lá, eu só tenho que dizer qual é o tamanho do muro, e é assim que a toxicologia trabalha.

Eu trouxe um exemplo que é para todo mundo entender, fica bem facilzinho, não precisa viajar na complexidade dos conceitos toxicológicos. Como eu disse, qualquer coisa tem problema, qualquer coisa é tóxica, dependendo da dose. Agora, se a gente pensar, sei lá, na água mineral, essa que está aqui em cima das bancadas, em tudo quanto é lugar, será que ela pode conter aquelas substâncias todas que estão ali? Pode, mas como é que a gente sabe que a gente vai comprar essa água, vai beber essa água e não vai ficar doente? Porque existe uma RDC da Anvisa, que está aí desde 2005, que diz quais são os níveis permitidos de cada uma dessas substâncias.

Então, eu trouxe um outro exemplo, que também todo mundo conhece, o paracetamol. Todo mundo aqui já tomou paracetamol, um dia. Faz a toxicologia. Até um grama é analgésico, antipirético, eficaz, ótimo. Até 4 gramas por dia eu vou ter aquela linha vermelha do gráfico, limite daí para a frente é tóxico. Então a gente vê ali embaixo, acima de 4 gramas, risco de toxicidade hepática. Bom, e se eu chegar a 7? É o finalzinho daquela linha da minha curva: morte. E não foram poucas as vezes que eu vi pacientes no hospital morrendo por *overdose* de paracetamol, mas o regulatório deixou lá a marca de qual é a dose máxima. Aliás, a bula, para que os senhores saibam, uma bula de medicamento é feita com base nas informações da toxicologia, dos estudos toxicológicos.

Aí eu tinha que escolher do que falar aqui. Nós estamos discutindo cigarro eletrônico, então eu pincei algumas substâncias pela questão tempo, e a primeira é a nicotina.

Bom, gente, nicotina é uma substância altamente viciante, nós já sabemos tudo sobre nicotina. Não carece a gente tecer grandes discussões, mas é preciso lembrar, porque, muitas vezes aqui, nesta tarde, eu escutei uma confusão grande entre todas as substâncias que fazem mal no cigarro à combustão, em todas as situações, no charuto, no narguilé, sei lá onde mais, e a nicotina. Então, calma lá. A nicotina é uma substância viciante, e as pessoas consomem nicotina eu acho que desde antes de saber que são pessoas, a gente vai lá para a Idade da Pedra, ou sei lá o quê, das cavernas, e a gente vê isso.

O monóxido de carbono, também vi essa discussão aqui, até anotei, foi logo no começo da tarde. O monóxido de carbono é extremamente perigoso, não permite o transporte de oxigênio pelas células e devemos fugir do monóxido de carbono. E onde ele está presente? Na queima do cigarro à combustão. Se não tiver queima, não tem monóxido de carbono, e isso eu estou falando porque escutei uma coisa um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco diferente aqui hoje à tarde, então carece esse esclarecimento. Acroleína também é um produto da queima do tabaco, é um produto de queima, e também ouvi falar de acroleína aqui esta tarde. Eu vou falar um pouquinho melhor dela daqui a pouquinho, num outro eslaide.

Outras substâncias: a gente escutou aqui falar de formaldeído, de acetaldeído, e todas essas substâncias, sem me alongar, realmente existem – prestem a atenção – num cigarro à combustão. São produtos de queima de tabaco, queima de folhas, queima vegetal; não é só o tabaco, não: queima de produto vegetal. Importante guardar essa definição.

Eu e o negocinho aqui, que não vai. Como faz? (*Pausa.*)

Foi, foi, foi. E agora? Ele passou... (*Pausa.*)

Ah, está bom. Devolve o meu tempinho aqui, hein?

Aí a gente compara. Eu escolhi, para comparar, quatro substâncias que já apareceram na discussão aqui, que eu coloquei na outra tabela e agora eu coloquei para comparar. Então, olhem, formaldeído: no cigarro eletrônico a gente tem até 5,6; e no cigarro à combustão? Vai a 52. Então, eu tenho quantas vezes mais? O aldeído eu tenho até 1,36, e no cigarro tradicional, 828 – 700 vezes mais. E acroleína, de que já foi falado aqui também: de 0,07 a 9; quanto é que tem no cigarro convencional? Até 98, dez vezes mais.

Então, eu não estou aqui para ficar colocando dados, defendendo um lado, defendendo o outro, nada disso. Eu estou mostrando a vocês o que é um e o que é outro. E essa discussão aqui é sobre regulamentação de cigarros eletrônicos, então, inevitavelmente tem que se fazer essa comparação. Não tem discussão.

Aqui nestas condições... E vejam bem, eu estou colocando que é nessas condições por uma questão de transparência. Foi feito um experimento publicado num *journal* chamado *Addiction*, da sociedade que estuda dependências, que compara um cigarro eletrônico de 6,5W com um cigarro tradicional. O que mostra? De novo as mesmas substâncias: nessas condições, 6,5 nanogramas no cigarro eletrônico e 74 no cigarro tradicional. É uma baita diferença. E, quando a gente fala de acetaldeído, não detectado nessas condições, e, no cigarro tradicional, 1.240. Então, não vou ser cansativa e ficar discutindo essa tabela toda em detalhes, mas prestem atenção ali em cima: não identificado, não identificado, não identificado. E embaixo, níveis altíssimos. Então, veja bem, estamos comparando substâncias presentes num e no outro e em que quantidades.

Antes de entrar nesse eslaide aqui, eu só quero chamar a atenção para mais uma coisa que me chamou demais a atenção esta tarde. Gente, não adianta vir aqui com o trabalho X. Veja, não é a Ingrid que está falando, a toxicologia é que está dizendo. Eu, como toxicologista, tenho que dizer isso a vocês. Não adianta chegar aqui com um trabalho feito não sei onde, um trabalho feito não sei onde... Calma, existem... A Senadora Soraya mostrou um monte aqui, existe um monte de cigarros eletrônicos diferentes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com um monte de quantidade diferente de nicotina e outros componentes. Então, não adianta a gente falar: "Ah, foi feito um trabalho com o cigarro eletrônico". Foi por isso que eu trouxe a tabela, mostrei o que era e do que eu estou falando, não é?

A nicotina é cancerígena? Não, a nicotina não é cancerígena. Gente, pare de pegar estudos feitos em animais, em rato, em camundongo, ou em não sei o quê, e sair dizendo que é válido para humanos. Não, isso aqui é um estudo pré-clínico, e estudos clínicos vêm depois, com humanos. Então, não se pode... Eu vi essa confusão hoje também. Gente, eu estava sofrendo ali com algumas coisas, porque eu estou vendo, eu conheço, eu sei do que eu estou falando. Depois de 200 laudos, eu sei exatamente o que está sendo dito. Então, é preciso tomar muito cuidado com isso. A nicotina não é cancerígena, senhores. Esqueçam isso, não é.

Essa comparação, para não deixar o monóxido de carbono para trás, eu trouxe só para deixar bem claro, e, coincidentemente, falaram disto aqui: não tem monóxido de carbono em cigarro eletrônico. Esqueçam. Por quê? Porque tem que ter queima.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO – Já estou terminando, já estou de saída.

E este é o melhor deles, porque a acroleína, gente... Alguém que se sentou a esta mesa disse: "É cancerígena". Eu disse: "Calma lá". A IARC (Agência Internacional de Pesquisa em Câncer) a classifica como 2A. O que quer dizer 2A? Provavelmente cancerígeno para humanos. Mas por que provavelmente? Olha lá, porque foi verificado que causa a formação de tumores em animais. Mas está claro que isso acontece em humanos? Não, não está claro. Então, a IARC, que é seríssima, a classifica como 2A. E, para não deixar sem exemplo – tem um monte de exemplos –, eu procurei trazer os mais acessíveis e trouxe dois: os anabolizantes que são utilizados nas academias, para ficar fortinho, o povo bombado; e a carne vermelha. Gente, sinto muito, mas é o churrasco. Fez churrasco ali na brasa, a gente está formando acroleína. Só que a gente come feliz e nem se dá conta disso, mas isso é verdade. Eu sou toxicologista e trouxe isso aqui.

Para terminar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO – Pois é, infelizmente. O toxicologista nunca traz só boas notícias.

Para terminar, o que eu trouxe aqui? Eu costumo ler tudo e, em um dia, li essa publicação do Inca "Cigarros eletrônicos: o que sabemos?". Ela está um pouco ultrapassada, porque é de 2016, mas esse final dela é um *grand finale* para mim. Falei: vou levar para que vocês levem para casa e pensem sobre isso. São três perguntas que nós temos que fazer quando a gente quer reduzir danos. Dizer que redução de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

danos – eu escutei isso também aqui – é uma fala da indústria, desculpem, mas está escrito aqui no manual do Ministério da Saúde, do Inca... Eu tirei de lá, recortei e colei aí.

Então, quando a gente quer trabalhar com redução de danos, são três as perguntas que devem ser feitas: "Quais os riscos específicos e quais as consequências [...]?; o que causa esses riscos e quais as consequências possíveis?; o que pode ser feito para reduzir esses riscos e consequências?". Essas respostas é que vão gerar as políticas públicas, a ação de gestores, e a legislação também – é claro, legislar sobre isso, mas atenção! –, baseadas em evidências científicas, e não só naquelas que me interessam ler; olhar uma coisa que foi feita em animais e sair gritando aí, fazendo uma confusão. A gente tem que levar isso muito a sério, nesse sentido.

É claro que isso é fornecido pela toxicologia. Desculpe, mas é. Eu fiquei aqui para o fim, mas é verdade: a toxicologia é o pilar de toda essa discussão. Senadora, quem vai ajudá-la a regulamentar os cigarros eletrônicos é a toxicologia, está bem?

Então, eu agradeço a todos. Agradeço, mais uma vez, a gentileza de me terem convidado. Sabendo que o tempo é curto, eu trouxe o meu *e-mail*. Quem quiser literatura, quem quiser artigo, quem tiver pergunta pode escrever que será respondida com todo o prazer.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito bem.

Obrigado, Dra. Ingrid.

Eu passo, em seguida, a palavra ao Dr. Guilherme Athayde Ribeiro Franco, que é Promotor de Justiça de Campinas, São Paulo, Especialista em Dependência Química pela Uniad, Unifesp.

O SR. GUILHERME ATHAYDE RIBEIRO FRANCO (Para expor.) – Minhas saudações ao Senado da República. Eu as faço na pessoa de V. Exa., Senador Dr. Hiran, Presidente desta sessão das Comissões conjuntas. Permita-me saudar todos os Senadores e as Senadoras aqui presentes, demais senhoras, senhores e aqueles que também nos acompanham nas respectivas residências.

Meu nome é Guilherme Athayde Ribeiro Franco. Sou Promotor de Justiça em Campinas, Estado de São Paulo. Não tenho nenhum conflito de interesse. A minha única atividade é de chão de fábrica jurídico. Então aqui, no meio de tantos luminares, eu me coloco como aprendiz e como um operário; antes de ser um operador, como um operário do direito daquilo que se busca como justo.

Para quem é o *vape*? Essa pergunta é uma pergunta que eu respeitosamente faço de uma maneira antecedente, antes mesmo de qualquer tipo de debate sobre a sua regulamentação, como fazem países do Hemisfério Norte, como a sua regulamentação no nosso país, que já foi feita em 2009 e agora recentemente pela RDC 855, de 2024, após um vigoroso processo participativo. Então, para quem é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vape? Os profissionais de saúde são a favor de manter a proibição dos cigarros eletrônicos. Esta é uma publicação da ACT Promoção da Saúde. Então, deixamos já bem claro que é uma reprodução de uma entidade parceira da construção da Política Nacional de Controle do Tabaco.

E a figura de um profissional médico negro é emblemática, porque nós estamos justamente no mês em que tanto nós refletimos sobre a condição da população negra no nosso país, 13 de maio, como também da situação da criança e do adolescente, 18 de maio, que é a data na qual nós lembramos a Araceli, uma garotinha capixaba que foi drogada, estuprada e assassinada; é um crime até agora sem punição. E no dia 31 deste mês é o dia internacional de controle do tabaco. E, como eu já ouvi aqui, quase que em uníssono, temos que reduzir, sim, o consumo da nicotina. E por que não, em vez de plantarmos nicotina, plantarmos alimentos, como falou o Dr. Jorge de programas que são feitos na África? Este é um programa de substituição de lavoura de nicotina por lavoura de alimento.

Quando nós analisamos o processo regulatório da Anvisa, em que pesem posicionamentos em contrário, é a própria Constituição da República, instituidora do SUS, da Anvisa e do e-SUS, que faz exatamente o quê? Faz com que possamos referendar aquilo que a Anvisa já trouxe, porque está nas suas atribuições.

O próprio Dr. Dirceu Barbano disse – foi Presidente da Anvisa e hoje trabalha na importação de produtos pela RDC da Anvisa, que diz respeito, justamente, à importação ou comercialização, em solo nacional, de produtos à base de canabidiol. E é bom esclarecer, o canabidiol não está presente apenas e tão somente na *Cannabis*, mas há pesquisas hoje, no Brasil, desenvolvidas pelas universidades do Rio de Janeiro, no sentido de que o canabidiol pode ser extraído até de plantas nativas da nossa fauna.

E, mais ainda, se me permitem, é pertinente, sim, o debate de se indagar, respeitosamente, se há algum conflito de interesses, porque a marca Ignite, que nós vimos hoje aqui, com o Sr. Alexandro Lucian, é uma marca internacional, tem uma divisão que é a Ignite Cannabis. Podem procurar na internet. Ele trouxe à guisa de debate, mas a Ignite Cannabis existe. Então, essa simbiose da indústria da *Cannabis*, com a indústria do tabaco, já é bastante conhecida. Os próprios *players* da indústria do tabaco deixam isso bem claro.

Então, nós queremos dizer que o PL 5.008 também viola princípios constitucionais, o do não retrocesso... O Dr. Jorge disse: "Não vamos destruir a política nacional de controle do tabaco, que eu ajudei a formatar". Pois eu posso dizer, com certeza, que a aprovação, a legalização, que é, a meu ver, inconstitucional, dos dispositivos eletrônicos para fumar, vai chamuscar e vai fazer, aos poucos, com que essa política nacional de controle do tabaco, que foi construída desde 1979, como nós temos aqui nesta obra capitaneada pelo Dr. Antonio Pedro Mirra, que era um dos pneumologistas da USP, em São Paulo, *Memórias do Tabagismo*... Isso está em jogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando, respeitosamente, o PL 5.008 diz que há ali, logo nos seus primeiros artigos, a possibilidade de aprovação de produtos herbais, ora, nós estamos falando que a *Cannabis* é um produto herbal. Então, por isso que eu digo, abre-se, sim, a porteira eletrônica para incontáveis substâncias psicoativas. É a arma química, com cor, cheiro e sabor, seja lá qual for ela, como também vimos hoje aqui, na explanação de S. Exa. a nobre Senadora Soraya Thronicke.

Então, esses princípios vão ser atingidos: princípios do não retrocesso e da vulnerabilidade presumida do consumidor. A defesa do consumidor tem que ser feita de uma maneira ampla. Eu não poderia trazer, por exemplo, venda de criptonita, por mais que eu quisesse consumir criptonita ou algum outro produto que já é reconhecidamente lesivo ao consumidor. E o norte também é a criança. Eu fiz essa observação, porque, se eu for levar isso a ferro e a fogo, eu vou dizer sabe o quê? Que nós vamos ter que regulamentar fentanil, porque, nos Estados Unidos, o crime organizado, que pega carona no mercado legalizado, produz cigarro eletrônico com fentanil. Essa é uma notícia do DEA.

Então, eu faço questão de dizer que a nossa Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco diz que os cigarros e outros produtos de tabaco são feitos de maneira sofisticada. Então, nós temos que ter esse olhar de saber que a indústria do tabaco, a indústria da nicotina está se sofisticando, e vem essa sofisticação agora para repor estoques de consumidores, porque a nossa exitosa Política Nacional de Controle do Tabaco fez com que houvesse redução expressiva, e o negócio é justamente não só dar essa roupagem eletrônica com cor, cheiro e sabor, mas, mais ainda, agregar outros produtos como os fitocanabinoides. Essa é a realidade que, inclusive, a própria British American Tobacco, citada aqui na BBC, diz: "*Cannabis* é parte do futuro, prevê gigante do tabaco". Na Inglaterra, estão prospectando cigarro eletrônico com canabidiol. Então, não é desarrazoável nós termos esse olhar mais atento também a essa simbiose. Essa é a maior empresa de cigarros dos Estados Unidos, que afirmou que enxerga a maconha como parte de seu futuro, na medida em que deixa de vender o tabaco tradicional.

O fato é que, mesmo no mercado legalizado – e a isso que eu gostaria de chamar a atenção de V. Exas. –, isso aconteceu em Detroit, em um depósito de cigarros eletrônicos legalizado. E o que se fez lá, num depósito legalizado? Foi trazido o gás butano. O que é gás butano? Altamente inflamável é utilizado sabe para quê, senhoras e senhores? Para concentrar THC, para fazer um concentrado, o BTO (Butane Hash Oil), algo assim. Então, isso está acontecendo lá. E sabe o que aconteceu nessa explosão?

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME ATHAYDE RIBEIRO FRANCO – Um jovem, que estava a 400m do local, foi atingido por um desses pequenos mísseis; 100 mil *vapes* e mais frascos de gás butano ali ocasionaram a explosão. Esse é o fato.

Para quem é o *vape*? Nós hoje não podemos deixar que nossos irmãos negros se escravizem novamente. Debret retratava uma tabacaria, há 200 anos, naquele quadro. Hoje, o *vape*... Segundo R. J. Reynolds, executivo da indústria da nicotina, fumar era para os pretos, para os pobres, para os jovens e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para os estúpidos; nós não somos nem pretos, nem pobres, nem estúpidos. A nossa população negra, que, em 13 de maio, precisa ser lembrada, será a vítima, porque é a mais vulnerável. Isto é a prova: a indústria do tabaco sempre mirou a nossa população negra.

O Dr. Mário Rigatto, um dos que construiu a política de controle do tabaco, homenageado naquele monumento, no Rio Grande do Sul, por Glória Corbetta, parecia que até vaticinava que a Política Nacional de Controle do Tabaco um dia seria chamuscada por um equipamento metálico. Não precisamos disso. Cancelemos o *vape* e projetemos a vida!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Dr. Guilherme.

Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Roberto Gil, Diretor-Geral do Instituto Nacional do Câncer, que nos acompanha por videoconferência.

Ele está presente? (*Pausa.*)

Dr. Roberto Gil.

O SR. ROBERTO GIL (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado pela oportunidade de participação.

Para nós, do Instituto Nacional do Câncer, essa questão é fundamental, por todos os aspectos que isso envolve.

Eu vou encerrar aqui para eu olhar para a câmera e vocês poderem me ver.

Mas, como eu falei, eu tenho, além de tudo, uma questão pessoal. Minha mãe foi uma jovem que fumou e, durante muito tempo, como alguns consumidores, também defendia o direito de fumar, até que ela morreu, aos 62 anos, por doenças consequentes do tabaco. E ela não morreu com a mesma impressão que ela defenderia aos 30 ou aos 20, porque ela sabia depois dos malefícios acumulados que o cigarro tem.

Eu vou projetar aqui um pouquinho uma apresentação, porque eu quero também deixar clara a nossa posição. Porque é claro, hoje a gente pode discutir, já foi falado aqui, ninguém discute os malefícios do cigarro. Eu só lembro que, durante muito tempo, a indústria negava completamente isso. Pelo contrário, ela tem incentivado, existem propagandas históricas de médicos incentivando fumar como expectorantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Durante muito tempo, a indústria usou uma palavra que eu ouvi hoje, estranhamente, da Dra. Solange, que é um hábito nocivo. Na verdade, a gente sabe que não é um hábito, que isso é um vício, é uma substância que hoje é psicoativa, com um grande grau de dependência.

Acho que a gente tem que ter a ideia e a concepção de não ser ingênuo em relação à indústria. A indústria, durante muitos anos, negou evidências como esta: uma relação direta entre o consumo do cigarro e o câncer. Ela dizia que não tinha dados suficientes para provar isso, até que se tornou óbvio para todo mundo e, como hoje foi falado, isso não se discute.

Pode passar o próximo, por favor.

Eu acho que temos hoje – para entender do que nós estamos falando –, nós estamos falando do produto que é o maior determinante, é o maior fator de risco conhecido para desenvolvimento de câncer. A gente tem que, quando olhar isso, saber que todas as nossas estratégias que forem possíveis para a erradicação do fumo têm que ser continuadas.

Próximo, por favor.

A gente vê o que o Inca conseguiu fazer. Ao longo do tempo, com políticas públicas, a gente conseguiu essa redução fantástica. Eu fico pensando, o Dr. Jorge hoje colocou que ele foi o idealizador, então ele sabe como esse processo é difícil, ele sabe como a gente não pode abrir nenhuma brecha para que a gente tenha retrocessos nessa prevalência. E infelizmente a gente vem tendo uma estabilização, e essa estabilização é causada, às vezes, por más interpretações.

Próximo.

A gente não pode... Esse é o gráfico, eu quero que todos os Senadores tenham esse gráfico na cabeça. A atitude que a gente tomar agora vai ser determinante na continuidade da inflexão dessas curvas, tanto de mortalidade por câncer de pulmão nos homens, na curva do gráfico acima, como nas mulheres, do gráfico abaixo. Isso quer dizer que nós estamos conseguindo implementar políticas e a proibição da comercialização e da propaganda, entre elas, hoje, têm nos permitido diminuir a incidência. Não foi conseguido com drogas, com cirurgia, isso foi conseguido com políticas públicas.

O próximo, por favor.

Quando a gente olha hoje, a gente reafirma a importância da resolução da Anvisa. E a gente tem que entender que a indústria hoje não está preocupada. É uma balela a redução de risco. Ela hoje está interessada em iniciação dos fumantes, todo o *design*, tudo o que ela faz é para seduzir os jovens à iniciação. Não fosse isso, ela não colocaria aditivos, ela não procuraria um *design* dos produtos atrativos para os jovens, ela não teria essa força. E o que ela está criando de perverso... E hoje eu chamo a atenção dos toxicologistas, uma coisa é você reduzir um pouco o risco, mas você manter adição para a nicotina, o efeito dual é catastrófico. A gente tem uma visão segmentada de uma parcela pequena da população hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que faz o uso e a gente coloca isso como uma grande margem que você tem da população como um todo, o que não é verdade.

Próximo, por favor.

Isso a gente constata nos dados do Vigitel. E, ora, a gente pode discutir, mas os números estão aí. A nossa prevalência de uso dos dispositivos eletrônicos é muito menor do que nos países que têm liberado esses produtos, isso é inegável. E essa adição, essa escravidão pela nicotina vai se perpetuar e isso é facilmente perceptível num ambiente em que se vai na Europa, onde estão os produtos, onde há lojas disso, onde você tem uma propaganda indireta que você faz, quando você permite a comercialização e a divulgação dessas lojas que, por si sós, na sua arrumação dos produtos, já é um convite. Da mesma forma, como é o meio dessa indústria, que diz que está preocupada em diminuir risco, coloca o cigarro convencional ao lado de chocolate, de balas, de tudo. Ela tem a ideia da perpetuação de novos consumidores, porque, quando você tem um pouco mais de serenidade, você começa a perceber os malefícios do cigarro.

Adiante, por favor. (*Pausa.*)

Olha, não estão passando os eslaides que eu estou apresentando aqui infelizmente, isso é uma coisa que prejudica a apresentação, mas eu vou continuar falando para que as pessoas entendam.

A gente tem o cigarro no meio ambiente. O que a gente hoje tem conseguido relacionar, as guimbas de cigarro com o meio ambiente, com a destruição do meio ambiente, é o mesmo processo que a gente terá nos dispositivos eletrônicos. A gente compara que no Japão a gente pode colocar alguma coisa, isso também é desconhecer a realidade atual brasileira. A gente não vai evoluir nesse sentido, e esses produtos serão descartados da mesma forma como a gente não trata o nosso lixo. Então, a gente tem um impacto terrível no meio ambiente.

Próximo, por favor.

A gente hoje ouve muito que a liberação dos DEFs...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Dr. Roberto, permita-me uma interrupção.

Só para informá-lo que, sobre passar os eslaides, quem está remoto é que tem que passar os eslaides, porque a gente não tem como...

O SR. ROBERTO GIL (*Por videoconferência.*) – Nós estamos passando aqui, não sei se foi dada a orientação. (*Pausa.*)

Está tendo um *delay*? É isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Tem um *delay*. (*Pausa.*)

O SR. ROBERTO GIL (*Por videoconferência.*) – Está tendo um *delay* muito grande entre o que eu estou falando e os eslaides projetados. Entendeu? Aí fica difícil eu controlar, porque na minha tela eles vão passando, mas não chegam aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito bem, vamos em frente.

O SR. ROBERTO GIL (*Por videoconferência.*) – Perfeito. É o que eu posso fazer para o não prejuízo do meu próprio raciocínio.

Acho que hoje, quando a gente fala que a gente vai conhecer o produto, de 7 mil produtos que estão... Quando a própria indústria coloca hoje a questão da *Cannabis* como uma possibilidade, ou outros produtos que virão... A indústria negou durante muito tempo, fez propagandas sobre menos alcatrão, mais nicotina, outras reduções, como o filtro, que era redução de lixo da mesma maneira, e que se mostraram só modificadores da expressão do câncer, porque a gente deixou de ter um câncer central, o carcinoma epidermoide, para um câncer periférico, que é o adenocarcinoma. Então, ela já usou esses artifícios.

E eu acho que a gente precisa ser muito ingênuo, o que eu não me permito ser aos 71 anos, vivendo na oncologia durante tanto tempo. Não dá para ser ingênuo, dizendo que a indústria está muito preocupada com seus consumidores, porque é um produto que mata um em cada dois usuários. Então, eu não estou discutindo os malefícios, mas, obviamente, se a gente conhecesse isso no começo do século ou nos tempos tribais, quando isso era uma atividade ritualística, não era um produto industrializado e com toda uma máquina de propaganda... E os mais velhos lembram bem qual era a caracterização que se tinha: era só a de saúde, de vitalidade, de beleza, de *glamour*, de tudo que fosse associado a uma imagem positiva de um produto que só faz prejuízos. Então, hoje, dizer que nós vamos garantir o conhecimento de 7 mil produtos é uma ilusão ou uma ingenuidade que eu não me permito ter. Acho que a gente tem que olhar isso com o olhar crítico que a gente sempre teve.

Indo adiante, também, uma outra coisa que se fala: "Nós vamos tributar e isso vai compensar o sistema público de saúde ou o país das perdas econômicas causadas pelos danos à saúde". Isso é outra balela. A gente arrecada, com impostos hoje, no Brasil, R$12 bilhões – e eu vejo muito dos Srs. Parlamentares, às vezes, dizerem que nós não podemos aumentar o preço do cigarro, porque isso incentiva o contrabando, porque isso seria um problema, porque isso prejudicaria as pessoas –, mas a gente gasta, em economia, R$125 bilhões. Nós não estamos conseguindo pagar a conta do tratamento de câncer. Nós estamos hoje... Em muitas mesas, em tudo que eu participo, eu digo que a gente não está conseguindo pagar esse dano, porque o preço é de R$125 bilhões para uma arrecadação de R$12 bilhões.

Próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente diz que a liberação do comércio proíbe o contrabando. O cigarro convencional é contrabandeado em 37%, mesmo com toda a regulamentação existente.

Próximo, por favor.

A gente diz que os plantadores serão prejudicados, mas eles só sabem arapiraca? Só sabem plantar tabaco? Se a gente tiver estratégias alternativas de cultivo, a gente não oferece alternativas a esses agricultores? Então, a gente está acumulando mitos, inverdades, tentando passar uma regulamentação que terá responsabilidade de ser mantida do jeito que ela está: proibição da comercialização e da propaganda, porque, caso contrário, toda essa conquista que nós tivemos será invertida, será prejudicada. Então, manter a resolução é fundamental.

E só uma informação para a Senadora Soraya: a senhora perguntou se poderia fumar o dispositivo eletrônico ali. Isso é proibido por lei. Está no artigo da nova resolução que você não pode usar produtos derivados do tabaco em qualquer ambiente fechado. Isso está regulamentado, isso é proibido. Se alguém o faz, é pela condição perversa de acreditar que o dispositivo eletrônico não faz mal à saúde. Eu não estou discutindo se ele faz um pouco mais ou um pouco menos mal. Ele é um produto novo e faz muito mal à saúde. Perpetua a escravidão pela nicotina e todas as consequências que advêm disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Dr. Roberto Gil.

O nosso próximo convidado é o Dr. André Luiz Oliveira da Silva, Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária da Anvisa, por videoconferência.

André, por favor. (*Pausa.*)

Bom, eu vou passar para a Dra. Élida Graziane Pinto, Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo e Professora da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, que vai nos fazer a apresentação por videoconferência.

Dra. Élida, a senhora está presente?

A SRA. ÉLIDA GRAZIANE PINTO (*Por videoconferência.*) – Sim, boa tarde a todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Boa tarde.

A SRA. ÉLIDA GRAZIANE PINTO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada pelo convite.

Eu vou já, dado o tempo muito restrito, pedir autorização para compartilhar a tela – não sei se já me foi dada... Ainda não. Eu peço essa autorização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na condição de membro do Ministério Público de Contas, minha análise, além de propriamente jurídica...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Está autorizada a apresentação.

A SRA. ÉLIDA GRAZIANE PINTO (*Por videoconferência.*) – Ah, sim, obrigada. Farei, então, agora o compartilhamento. (*Pausa.*)

Bom, vou tentar colocar no modo tela cheia.

Vocês veem já no modo tela cheia? (*Pausa.*)

Conseguem ver no modo tela cheia? (*Pausa.*)

Bom, a minha perspectiva é exatamente mensurar o custo, do ponto de vista do impacto fiscal, para o SUS. Muito foi dito, inclusive, do ponto de vista de suposta arrecadação, mas também do impacto da despesa. A respeito, inclusive, da necessidade de a gente equalizar o projeto de lei, o debate do projeto de lei a respeito de uma eventual regulamentação que o Congresso faça, eu gostaria de chamar a atenção de V. Exas. para a necessidade de se pensar a dimensão dessa matéria como um risco fiscal.

O tabagismo... Dados da própria Organização Mundial da Saúde apontam que o tabagismo alcança uma dimensão, em número de mortes associadas ao tabagismo por ano, equivalente à da própria covid. Só que o tabagismo opera um efeito silencioso, naturalizado, discreto. E, quanto à repercussão disso para o sistema público de saúde, o parâmetro comparativo com a covid não é gratuito, porque no âmbito da covid nós tivemos uma excepcional capacidade de cobrir esses custos no âmbito do Orçamento de Guerra. Tivemos uma permissão...

Acho que a minha tela está para vocês ainda no primeiro eslaide, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É isso. Há um *delay* aí na sua apresentação. Isso é uma falha do sistema, Doutora – nos desculpe.

A SRA. ÉLIDA GRAZIANE PINTO (*Por videoconferência.*) – Não, tudo bem. Eu vou tentar falar. Obviamente, se os eslaides não se fizerem acompanhar ao meu argumento, como já os encaminhei para a assessoria do Senado, obviamente os argumentos ficarão aí disponíveis para os estudos que V. Exas. e a assessoria do Senado, porventura, tenham o interesse de fazer.

Eu dizia que a pandemia... Do ponto de vista do número de mortos, o tabagismo ocasiona algo em torno de 8 milhões de mortes ao ano – dados da Organização Mundial de Saúde. A pandemia, também, por dados médios consolidados do período de 2020 até o final de 2021, ensejou 7,5 milhões de mortes associadas à covid em todo o mundo. Então, embora o tabagismo não cause aquela mesma mobilização de custeio, de necessidade de enfrentamento, de preparação sanitária – e o tabagismo deveria ensejar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tamanha proporção, equivalência, para o sistema público de saúde brasileira pela repercussão –, precisa ser tratado numa perspectiva de: entendo o impacto fiscal tão grande, estimado em R$50,3 bilhões ao ano, por causa das doenças associadas a ele. E, aí, é só, e tão somente só, a repercussão no sistema público de saúde; eu não estou falando em relação à perda de produtividade, à demanda de familiares sendo cuidadores. Não! Eu estou falando especificamente de atendimento no sistema público de saúde – R$50,3 bilhões ao ano. Durante a pandemia da covid, o Brasil destinou para o sistema público de saúde, o volume do Orçamento de Guerra alcançou, no total, R$700 bilhões, mas, especificamente para o SUS, o volume anualizado do que gastamos durante a pandemia da covid em acréscimo ao que o SUS já tinha, apenas R$23 bilhões.

Eu estou fazendo essa comparação, Excelências, para que a gente tenha a dimensão clara da necessidade de a gente trazer o debate para a perspectiva de como financiar. Eu não vou entrar no juízo de valor que V. Exas. certamente farão a respeito de se se regulamenta ou se mantém a proibição da Anvisa. Pessoalmente – já que vários colegas que me antecederam fizeram declaração de conflito de interesses –, meu único conflito de interesses é que meu irmão recentemente faleceu em decorrência do consumo de tabaco, teve um infarto associado ao consumo de tabaco. Afora isso, também só estou na seara jurídica e oficiando cotidianamente nas prefeituras no Estado de São Paulo, no chão de fábrica do SUS.

E, quando eu trago o debate de, se, durante a pandemia, acrescentamos para a resposta sanitária, especificamente no SUS, R$23 bilhões ao ano e se o impacto do tabagismo, inclusive com a liberação do cigarro eletrônico, poderia trazer um retrocesso regulatório que implicaria R$50 bilhões de pressão de custo, de pressão de mais serviços para o sistema público de saúde, eu gostaria que V. Exas. tivessem claro, em mente, se possível, que quem vai suportar essa pressão de despesa serão os municípios e os estados. Não há – não há – a possibilidade de imaginar que uma arrecadação tributária na casa de R$2 bilhões a R$3 bilhões, como os estudos mais... Toda previsão de receita tem que ser uma previsão de uma receita conservadora. Não podemos jogar para cima o cálculo estimado de arrecadação, por exemplo, de tributação sobre esse produto caso ele venha a ser legalizado. Fazendo, então, uma estimativa de receita conservadora de R$2 bilhões a R$3 bilhões ao ano, mas tendo uma repercussão de custo de R$50 bilhões ao ano para o sistema público de saúde, e não tendo margem, como tivemos durante a pandemia da covid, para financiar a resposta sanitária no âmbito de um orçamento de guerra, quem vai arcar com essa pressão de despesa serão os estados e os municípios.

E, Excelências, do ponto de vista estritamente fiscal, estritamente jurídico, para obrigar os estados e os municípios a absorverem esse volume de gasto adicional que uma eventual regulamentação do cigarro eletrônico traz necessariamente teria que ter estimativa de impacto fiscal.

E o anexo, inclusive, em que a gente poderia começar a trabalhar a ideia seria o Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, previsto no art. 4º, §3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas também, já antecipando uma possível judicialização federativa dessa repercussão para as contas das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prefeituras e dos estados, certamente a medida compensatória prevista no §7º do art. 167 da Constituição, que foi acrescido pela Emenda 128, a partir da regulamentação do piso dos profissionais da enfermagem. V. Exas. sabem: toda vez que o Congresso, claro, em diálogo, na medida do possível, com o Executivo, delibera por impor obrigações de despesa aos estados e aos municípios, desde a Emenda 128, com esse §7º do art. 167 acrescido, ou seja, quando há uma imposição de obrigação que vai ser suportada pelos demais entes da Federação e não pelo próprio Governo Federal, há necessidade de a União já projetar medida compensatória. É inconcebível que, com uma repercussão de R$50 bilhões ao ano, com uma estimativa tão frágil de arrecadação – mais uma vez, necessariamente tem que ser conservadora a estimativa de receita de 3 bilhões ao ano – de receita tributária, os estados e os municípios consigam suportar esse acréscimo de despesa sem um desarranjo federativo colossal.

Excelências, o debate não é um debate que se resume ao Anexo de Riscos Fiscais, à medida compensatória que o Governo Federal teria de promover em relação aos estados e aos municípios e mesmo à natureza jurídica de despesa obrigatória de caráter continuado. O que esse tipo de regulamentação que liberaria o consumo, a produção e o comércio de cigarro eletrônico traria de repercussão para o SUS, traria de repercussão para a política pública de saúde? Eu trago mais a perspectiva, inclusive, da repercussão que poderia ter, a partir daí, do ponto de vista de responsabilidade objetiva do Estado, de retrocesso regulatório, com o quanto aplicamos de recurso na série histórica para reduzir o consumo de tabaco e nos colocar, ao lado da Holanda, entre os países referenciais, indicados pela OMS, como um dos países que mais reduziram o consumo de tabaco no mundo, com o quanto a gente teria de perda, de prejuízo, de potencial dano ao Erário, caso se consumasse essa regulação permissiva neste momento. O retrocesso regulatório também é mensurável como um custo fiscal. O retrocesso regulatório também poderia trazer essa perspectiva de sobrecarga de custeio para os estados e os municípios.

Não é simples a perspectiva, a promessa de que, se houver liberação, vai ser mais fácil promover o esforço de comunicação com os mais jovens, com as crianças, com os adolescentes a respeito do consumo de cigarro eletrônico. Nós bem sabemos que essa vigilância, por essa Anvisa ou por aquela que promove a vigilância sanitária na base dos estados e dos municípios, esse trabalho de controle do consumo por crianças e jovens tenderia a não ser realizado adequadamente. É claro que a proibição tem limites no sentido de que nós precisamos aprimorar, inclusive, todo o controle das nossas fronteiras, todo o controle do acesso a esse item ilícito, mas simplesmente liberar sem mensurar a repercussão para o SUS, sem mensurar a repercussão para os entes subnacionais, sem mensurar a natureza de despesa obrigatória de caráter continuado que isso vai tender a ensejar é agravar o quadro de subfinanciamento da política pública de saúde sem necessariamente trazer uma perspectiva sequer de o poluidor pagador, a indústria tabagista pagar suficientemente o dano que ela enseja, porque a carga tributária que ela suporta hoje é muito aquém do dano que ela causa. Mesmo o debate da tributação do pecado na regulamentação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reforma tributária não é capaz de equalizar essa relação de prejuízo que a sociedade sofre em relação ao consumo de tabaco.

Agradeço a atenção de V. Exas. Mais uma vez, o meu material fica à disposição, é uma pena que ele não tenha sido transmitido durante a minha fala, mas a argumentação é literalmente de considerar, do ponto de vista estritamente técnico, que uma regulamentação que libere a produção, o consumo do tabaco de forma generalizada trará repercussão fiscal e essa repercussão fiscal vai ensejar uma guerra fiscal de despesas na Federação semelhante à do debate do piso da enfermagem.

Mais uma vez, muito obrigada a V. Exas. Fico à disposição para as perguntas ao final.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, doutora. Eu queria só salientar a V. Sa. que a sua exposição foi encaminhada para todos os gabinetes dos Senadores participantes das Comissões e também está na página da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos). Muito obrigado pela sua participação.

Antes de passar a palavra para o último convidado, o Sr. André Luiz Oliveira da Silva, Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária da Anvisa, eu pergunto ao nosso ilustre Senador Girão... Parece que o Senador quer fazer uma pergunta ao representante do Conselho Federal de Medicina.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Meu Presidente, Senador Dr. Hiran, quero lhe agradecer demais essa sua gentileza.

Eu vou esperar. Como tem só mais essa fala...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ótimo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... eu vou esperar concluir, porque aí eu tenho pergunta aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ótimo. Obrigado, Senador.

Então, passo em seguida a palavra ao Dr. André Luiz Oliveira da Silva, Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária da Anvisa, por videoconferência.

Dr. André Luiz, nos acompanha?

O SR. ANDRÉ LUIZ OLIVEIRA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, boa noite – já é quase noite – para todos.

Obrigado pela oportunidade de estar aqui falando em nome da Anvisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, primeiro, de esclarecer que a apresentação que eu ia fazer agora não é sobre o PL em si, mas, sim, sobre quais razões a Anvisa utilizou para a manutenção da proibição. Então, talvez alguém estivesse esperando que a gente fosse fazer alguma crítica ao PL. Não, não é o caso. A gente vem trazer justamente o que nos levou a regular o produto dessa forma indicada na RDC 885, de 2024.

Então, primeiramente, é para esclarecer que os dispositivos eletrônicos para fumar são dispositivos que usam uma matriz de aquecimento, um potencial para aquecer o produto basicamente com três matrizes: uma, líquida – no caso, o exemplo mais conhecido são os cigarros eletrônicos –; uma matriz sólida – aí a gente poderia mencionar como exemplo os produtos de tabaco aquecido –; e os produtos de matriz híbrida, que podem utilizar tanto matrizes sólidas ou líquidas de maneira concatenada ou até mesmo simultânea, dependendo do caso.

Então, quais foram as razões da proibição?

Tentarei ser breve, obviamente não conseguirei expressar os cinco anos de processo que a Anvisa teve conduzindo esse trabalho, mas tentarei fazer o meu melhor.

O primeiro problema que a Anvisa encontrou foi o seguinte: que a literatura científica, especialmente os dados epidemiológicos, observou que, para doenças como infarto do miocárdio, derrame e síndrome metabólica, os danos são semelhantes aos dos cigarros convencionais; e, para doenças como a doença pulmonar obstrutiva crônica, doenças orais e asma, são ligeiramente menores do que os dos cigarros, mas ainda significativos.

Por outro lado, os estudos em animais, em células humanas e animais, mostram, sugerem que você tem danos nesse DNA e que diminui a capacidade de reparo desse DNA. Também alguns estudos apontam que você tem carcinogenicidade em animais.

Eu fico bastante confortável para falar e faço coro com a Dra. Ingrid. Também sou toxicologista, sou biólogo – sou toxicologista pela Fundação Oswaldo Cruz –, sou doutor em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz, sou pós-doutorado pela Universidade da Califórnia. Então, falo também com muita tranquilidade e faço coro com a Dra. Ingrid. Temos que ter mais toxicologistas na discussão, mas eles são um alerta e, justamente, porque muitos dos argumentos utilizados eram de que esse produto era 95% menos tóxico do que um produto convencional, e os dados epidemiológicos sugerem que não. Então, realmente, a gente tem uma questão do impacto na saúde, que ainda tem muito a ser discutido.

Um outro ponto importante: a Anvisa considerou todas as contribuições, mas merecem destaque aqui as contribuições do Ministério da Saúde. Não vou ler nem os trechos, pelo avançado da hora. O Instituto Nacional de Câncer também se manifestou favorável à política adotada pela Anvisa; a Associação Médica Brasileira, que também é uma instituição bastante respeitada no mundo médico e também bastante incisiva quanto à manutenção da proibição; a Sociedade Brasileira de Oncologia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Clínica, que, inclusive, traz alguns dados de carcinogênese ou de possível carcinogênese, indicando que existe risco.

Aí, volto a falar: a questão da carcinogênese vai muito além da questão dose e resposta. Inclusive, eu não posso usar a lógica de dose e resposta quando estou trabalhando com um câncer, ou, por exemplo, com doenças inflamatórias. Então, foge um pouco disso, trazendo mais complexidade para esta discussão.

A Sociedade Brasileira de Cardiologia, pelos estudos, tem apontado danos cardíacos bastante significativos depois do uso desses produtos. A Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia – a Sociedade Brasileira de Pediatria também se manifestou com bastante veemência – apoia a proibição do produto; o Conselho Federal de Medicina, inclusive, o representante se manifestou há pouco tempo.

Uma questão bastante complexa e que preocupa bastante a Anvisa é a questão dos sais de nicotina, porque os sais de nicotina são muito mais palatáveis, ou seja, o que isso significa? Eu consigo colocar quantidades de nicotina nesse produto muito maiores do que em cigarros convencionais ou produtos que usam a nicotina de base livre. Então, seria, de uma maneira bastante didática, como se eu colocasse sal na sua comida. Se eu colocar sal demais, vai chegar uma hora em que ninguém vai conseguir comer, porque está muito salgado, mas, se eu conseguisse bloquear essa sensação de gosto do sal, eu conseguiria colocar uma quantidade de sal que antes não me era permitida – claro, sendo bastante didático.

Outro ponto também: os sais de nicotina têm uma cinética muito parecida com a dos cigarros comuns. E um outro ponto: justamente essa cinética especial, essa nova forma de nicotina, apesar de ter sido pesquisada já há algum tempo, ingressou no mercado relativamente recentemente.

Você tem produtos no mercado, hoje, com 10 mil puffs, com concentrações estáveis. Esses produtos não têm mais ou menos, uma maior ou menor concentração de nicotina por tragada, mas indicam uma coisa muito preocupante, porque limitar a concentração de nicotina em si não significa muita coisa. E por quê? Porque, na verdade, nossa preocupação é o grau de dependência que esses produtos causam. Então, esse produto que tem 10 mil puffs, que, em uma semana, um adolescente consome, equivale à quantidade de nicotina de 50 maços de cigarro, e isso é bastante preocupante, não porque... Ninguém fuma essa quantidade de nicotina porque existe um produto de 10 mil puffs, mas sim porque você tem um grau de dependência estabelecido que, realmente, eu poderia falar que não existe precedente quando a gente discute a questão da dependência à nicotina, do vício à nicotina. E esse produto com 10 mil puffs já seria pelo menos um alerta no mercado. Hoje, você tem produtos com 25 mil puffs, ou seja, quantidades de nicotina que realmente são muito mais altas. E realmente se desconhecem os efeitos desses produtos.

O que, na verdade, a gente tem observado pelos dados internacionais é um nível de dependência estabelecido, principalmente em crianças e adolescentes, que é bastante, bastante elevado, principalmente quando comparado com produtos convencionais do tabaco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro ponto também que mostra que esses produtos são bastante preocupantes: esse gráfico é um gráfico da Inglaterra. Ele mostra que as concentrações de nicotina utilizadas pelas pessoas, com o passar do tempo, vão aumentando. São usuários de cigarros eletrônicos. E o mais interessante é que o maior aumento da concentração do uso de nicotina foi justamente entre aqueles que nunca fumaram. Então, isso também é um dado que é bastante interessante e que traz mais um fato para a nossa discussão, tão legítima, tão válida e tão rica que nós estamos tendo aqui hoje.

Outro ponto também são projeções que indicam que, para cada possível fumante que pare de usar cigarros em função do uso de cigarros eletrônicos, 80 crianças começariam a fumar. Então, também, na hora de você pesar o risco/benefício, isto também tem que ser considerado: o quanto traz de dano para determinado grupo, especialmente para grupos especiais, como crianças, enfim.

Um outro ponto também é uma revisão sistemática sobre o efeito porta de entrada de cigarros eletrônicos para uso futuro de cigarro, e é interessante, porque, quando a gente identifica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA – Ele levantou 17 estudos que mostram que existe uma forte evidência de associação entre o uso do cigarro eletrônico e o uso futuro de cigarros em adolescentes usuários desses produtos.

Outro ponto importante também: nos Estados Unidos, 9 em cada 10 usuários de DEF, principalmente os adolescentes – principalmente não: os adolescentes, e aí eu estou falando da faixa de 11 a 17 anos, 9 em 10 – usam produtos com sabor, que é uma outra preocupação também da Anvisa.

E aqui uma fala da Sociedade Brasileira de Pediatria também, mostrando o risco potencial nos jovens.

Como considerações finais, a maioria de usuários de dispositivos eletrônicos para fumar, na população brasileira, hoje, cerca de 70%, são jovens entre 15 e 24 anos. As pesquisas mostram que houve um crescimento no consumo de DEFs, mas ele vem caindo consistentemente, possivelmente pelas campanhas e as ações que a gente precisa realmente aprimorar, nisso não há discordância.

Outro ponto é que, na Inglaterra, a experimentação de cigarros eletrônicos por crianças e adolescentes foi de 44%, e, no Brasil, esse valor é de 16,8%. Então, a proibição, sim, traz um fator de proteção de experimentação. E, desses que experimentam cigarros eletrônicos, 37% – esses são dados da Inglaterra, que mostram isso – se tornam usuários regulares de dispositivos eletrônicos para fumar.

E um outro ponto também é que hoje as crianças e adolescentes dependentes desses produtos não têm – ou são extremamente reduzidas – as possibilidades terapêuticas para o tratamento da dependência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui também é uma questão em que o Ministério da Justiça se manifestou, indicando que, na verdade, a legalização desse produto, a autorização desse produto não ensejaria o risco de contrabando. Na verdade, poderia aumentar o consumo e, inclusive, aumentar o contrabando, lembrando que o Ministério da Justiça hospeda e abriga a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal, que têm sido parceiras no combate ao comércio ilícito.

E, para acabar, muitas pessoas criticam a Anvisa, dizendo que seria omissa ou que a Anvisa não faz o trabalho dela adequadamente. Quando nós olhamos os gráficos de tabagismo e as ações da Anvisa, principalmente com os países que foram mencionados, o Brasil teve um feito civilizatório fantástico. Por isso, inclusive, o Brasil é um dos quatro países que atingiram as metas do milênio de redução de tabagismo. Quando a gente compara com os Estados Unidos e com a Inglaterra – esses dados não estão incluindo os usuários de *vape*, porque, se fosse incluir, iriam pegar um número que extrapola qualquer estatística que foi mencionada aqui hoje –, se a gente pegar 2% de usuários de *vape* no Brasil, esse número vai estar em 11,1% de dependentes de nicotina. Nos Estados Unidos, são 12,5%, mas eu tenho na população cerca de 8% de usuários, então os Estados Unidos iriam para 20%. Na Inglaterra, eu tenho em torno de 6%, 7%, então, esse número também iria lá para cima. E em outros países mencionados, como a própria Suécia, a Suécia tem 12% de usuários de tabaco mascável, mais 5,9% de usuários de tabaco. Então, na verdade, o Brasil, nesse ponto, deveria ser um motivo de orgulho para todos aqui presentes, muito longe de acharmos que somos os melhores de todos, mas, realmente, esse é um motivo de bastante orgulho para o país, bastante orgulho para os servidores da Anvisa, porque, com certeza, todos têm muito orgulho de contribuir para esse perfil epidemiológico.

Então, agradeço imensamente a oportunidade de ter falado com vocês hoje e me coloco à disposição para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dr. André, que era o último convidado.

Eu passo a palavra, logo em seguida, ao Senador Girão para fazer perguntas que achar conveniente aos nossos expositores.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, meu amigo, Dr. Hiran, Senador, Presidente eventual desta sessão. Quero cumprimentar cada um dos palestrantes que aqui estiveram, que vieram aqui defender as suas teses, em especial aqueles para os quais nós fizemos o convite, associações. Procuramos fazer um convite voltado para instituições que representam a classe médica, e fico muito feliz com tudo o que ouvi aqui, porque me deixa mais convicto de que isso não é bom para a nação, absolutamente.

E vou além, quero deixar isso muito claro para quem está nos assistindo até agora: este não era o momento para o Senado estar debatendo esse assunto. Tem outras prioridades. Essa não deveria ser a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prioridade do Senado Federal, enquanto nós temos o Sul do país arrasado, devastado, a nação cheia de problemas, de todas as ordens – financeiras, questão de violência, questão de saúde, censura, tudo que se possa imaginar. E a gente está debatendo aqui algo que é surreal, algo que de forma muito clara atenta contra a vida das pessoas, a gente está discutindo a possibilidade de liberar...

Eu quero cumprimentar a Anvisa, Presidente, que hoje, através do Dr. André, teve a oportunidade de se manifestar. Isso é um avanço, porque na última vez que eu estive numa Comissão dessas para debater esse assunto, a Anvisa foi impedida de falar. Terminaram a sessão, "não, a Anvisa quer falar", "não, vamos terminar a sessão, vamos concluir a sessão". Deram um traço na Anvisa aqui, que é uma instituição renomada deste país, com embasamento técnico, o que está demonstrado aqui pelo Dr. André, conhecimento, uma análise científica do assunto, e que vai ao encontro da população brasileira, do que pensa a maioria da população brasileira.

Da última vez, a Dra. Glória Latuf não pôde se manifestar. Depois eu falei com o próprio Presidente da Anvisa, Dr. Barra Torres: "O que foi que aconteceu?". Porque foi dada uma justificativa de que ela não iria falar porque não podia se manifestar pela Anvisa, e o Dr. Barra Torres disse: "Não, ela estava autorizada a falar, ela que é a especialista na área, que está à frente do processo". Mas a verdade sempre triunfa, sempre vem à tona.

E o que eu acho mais importante de tudo que nós ouvimos aqui, de um lado e de outro, foi para quem está em casa, principalmente, assistindo, porque isso aqui vai ficar nos *Anais*, como colocou o Sr. Presidente, toda a documentação apresentada aqui por quem fez as exposições vai ficar na história do Senado. E quem acompanhou atentamente viu o impacto que se tem aqui na questão da saúde, viu que não chega nem aos pés, é 10%, quando se vem com argumento financeiro. E quando se fala em vidas, isso é muito delicado de se colocar, mas você viu o balanço ali de que 10% do tributo que seria arrecadado não cobre o impacto na saúde do Brasil, os custos da saúde do nosso país, que já está abarrotada.

Eu vi que um internauta fez uma pergunta sobre a questão: "E o SUS como fica nessa história? Como fica o Sistema Único de Saúde?". Hoje em dia, as pessoas demorando para fazer uma cirurgia simples, meses, anos. Na minha terra, é assim, lá no Ceará. Você imagine a liberação de algo absurdo como isso aqui, em que vai poder fazer propaganda, em que o *lobby*, que já é presente nesse tipo de debate – está muito claro... Como ele vai atuar nisso para a proliferação desse malefício para o Brasil?

Então, Sr. Presidente, eu tenho algumas perguntas aqui que eu queria fazer, mas parabenizo o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... e parabenizo o Senador Eduardo Gomes pela condução muito feliz, muito equilibrada, muito justa, e eu acho que isso é importante.

Eu vejo, conversando com outros Senadores que não puderam vir – porque o senhor sabe que, às terças-feiras aqui, nesse horário, é Comissão por cima de Comissão. Eu tive que sair para ir ao Plenário, e o senhor também –, que nós vamos ter que fazer outras sessões, audiências públicas. Precisamos ouvir, por exemplo, a Associação Brasileira de Psiquiatria. Tem tantas outras entidades que gostariam de ser ouvidas e não dava para ouvir todo mundo aqui hoje. Então, nós precisamos ouvir a sociedade. Fica o alerta para essas entidades médicas todas que aqui se manifestaram, porque dados foram colocados por elas aqui.

Precisamos estar unidos e atentos ao que está acontecendo, com essa tentativa de regulamentação de algo que é nocivo à saúde do brasileiro, de algo que vai gerar mais problemas do que nós já temos.

Eu quero aqui fazer as perguntas, exatamente começando com a Dra. Jaqueline. A Jaqueline está *online*? Eu queria só confirmar com a equipe se a Dra. Jaqueline está *online*. (*Pausa.*)

Então, eu vou fazer, Sr. Presidente, logo, todas as perguntas, e os nossos expositores, se puderem anotar para me responder, seria importante, não é?

A Dra. Jaqueline aqui é exatamente na questão...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Querido Senador Girão, eu pretendo, até em homenagem aos nossos expositores que estão presentes aqui até esta hora, depois que o senhor fizer as perguntas, conceder, a cada um dos que forem perguntados, três minutos para que eles façam a... E depois eu vou passar, para eles fazerem as considerações, dois minutos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... para cada um, até para a gente encerrar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... para que a participação deles seja prestigiada por esta Casa aqui, porque o debate foi muito interessante, e eu acho que todos aqui estamos de parabéns.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito bem! Perfeito.

Então, vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Jaqueline, os resultados da sua pesquisa mostram que há usuários de *vape* com apenas 13 anos de idade. Na sua experiência, quais são as implicações de consumir cigarros eletrônicos na adolescência? Nos países em que esse produto deixou de ser proibido, houve um aumento do consumo? Quais são as principais doenças associadas aos usos desses produtos?

Provas robustas advindas de estudos científicos, relatórios de órgãos de saúde pública, tanto nacionais quanto internacionais, e testemunhos de especialistas na área da saúde demonstram a potencial nocividade dos dispositivos eletrônicos para fumar. De modo inverso, não há nenhuma comprovação de que esses dispositivos são alternativas menos nocivas ao tabaco tradicional.

Diante disso, eu questiono também a senhora: na sua prática clínica, o que mais chama a sua atenção nesses jovens que buscam por ajuda para largarem os cigarros eletrônicos? Como eles chegam ao seu consultório? É vida prática, no dia a dia. Há diferença entre os usuários de *vape* e os fumantes de cigarros convencionais? Então, essas são as perguntas, Presidente, para a Dra. Jaqueline.

Já vamos emendar aqui para fazer perguntas para o Dr. André, que parece que não pôde vir pessoalmente, porque está no exterior. Já o cumprimentando, Dr. André, eu lhe pergunto: a Anvisa atualizou, no mês passado, a regulação do cigarro eletrônico e mantém a proibição; ficou mantida a proibição de fabricar, importar, comercializar, distribuir, armazenar e transportar? E a propaganda de todos os dispositivos eletrônicos para fumar? Como foi feita essa reanálise da matéria? O senhor já deu uma pincelada aí, dentro do tempo que lhe foi disponibilizado, mas eu gostaria de entender quais os critérios utilizados, e o que levou a agência a manter essa proibição.

A Anvisa exerce um papel central na fiscalização e na definição de diretrizes para a comercialização e uso desses produtos. Pergunto: como está o processo de controle desses produtos por parte da agência? Existe parceria com outros órgãos estatais de fiscalização, em especial realizada ao contrabando? Quais são os protocolos utilizados?

Presidente, o pessoal que quer a regulamentação diz: "Ah, mas aí já tem um problema aí de tráfico, tem um problema de contrabando e tal. Vamos resolver". Só que foi liberado o cigarro convencional, e, segundo o Instituto Nacional do Câncer e a própria Anvisa, tem aí mais de 90 marcas que são contrabandeadas hoje no Brasil, mesmo depois de legal, e 40% dos cigarros consumidos no Brasil são contrabandeados. Então, não resolve o problema como estão dizendo: "Vamos regulamentar que vai acabar o contrabando". Parem com isso! Parem de querer enganar! Vamos fazer um debate honesto aqui com relação a esse assunto. Esse é um assunto muito grave.

Pergunta para o Dr. Paulo Corrêa – na verdade, para o Roberto Gil, desculpa, do Instituto do Câncer –: a ascensão dos dispositivos eletrônicos para fumar, conhecidos popularmente como *vapes*, tem suscitado um debate amplo e multifacetado acerca de sua segurança e eficácia como alternativa ao cigarro convencional. A questão central dessa análise reside na ausência de comprovação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Querido Senador Girão, eu fui informado de que o Dr. Roberto Gil teve um compromisso e saiu da nossa reunião.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, vamos lá.

A pergunta aqui para o Dr. Guilherme: a Política Nacional de Controle do Tabaco tem como um dos seus maiores benefícios a expressiva redução do número de fumantes. A indústria da nicotina quer, com os cigarros eletrônicos, recuperar consumidores. Isso é óbvio. E o que é nefasto: atingindo crianças e adolescentes.

Como é a situação do consumo dos *vapes* por crianças e adolescentes nos Estados Unidos e em outros países que legalizaram esses dispositivos? No Reino Unido, uma criança de 12 anos sofreu um colapso pulmonar – um colapso pulmonar, com 12 anos de idade; eu tenho uma filha que está chegando nessa idade – e passou quatro dias em coma induzido. Está aqui, Sr. Presidente. Olha aqui: "Reino Unido pode restringir cigarros eletrônicos após menina de 12 anos entrar em coma". Esse foi um dos motivos de a Inglaterra ter tomado medidas firmes na proibição desse tipo de produto. Qual é a sua visão, Dr. Guilherme, sobre essas medidas?

Outra para o Dr. Guilherme: o Código de Defesa do Consumidor estabelece, nos seus arts. 6º e 8º, respectivamente, os direitos básicos do consumidor, incluindo "a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos [...] considerados perigosos ou nocivos;" e a vedação à colocação no mercado de consumo de produtos ou serviços que se mostrem inadequados aos fins que se destinam ou que diminuam o valor dos bens de consumo. Como jurista e membro do Ministério Público de São Paulo, como o senhor vê essas propagandas realizadas de forma indiscriminada nas redes sociais e na internet? Como fazer para coibi-las? Está se cometendo algum crime?

Há também para o Dr. Alcindo, a quem eu agradeço por ter ficado até este momento – a todos, aliás. Eu queria fazer esta pergunta para o senhor: há uma meta de redução do tabagismo para níveis próximos a 6% no Brasil até 2030, sem precisar substituir o uso de cigarro por *vapes*. Como fazer isso? Isso nos colocaria no mesmo patamar de outros países que buscam redução significativa do tabagismo, mas ainda de uma forma melhor, pois, de fato, seria reduzir consumo de qualquer produto de nicotina e não apenas migrar de um produto a outro?

E a última pergunta aqui, para a Dra. Élida – ela está conectada, não é? Pronto. –: a pressão feita pela indústria tabagista em busca da regulamentação do cigarro eletrônico no Brasil é muito grande. A gente sabe – ex-Parlamentares... – que a indústria que atua é muito poderosa. A senhora já declarou que os que advogam tal liberação sustentam o potencial anual de arrecadação em tributos de R$2,2 bilhões. Todavia, os lobistas da indústria tabagista ocultam seus impactos em termos de pressão do gasto para o SUS, de demanda de cuidados para as famílias dos doentes e da perda de produtividade na economia. Em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contraponto, os custos diretos e indiretos do combate a doenças relacionadas ao uso de produtos derivados do tabaco, em nosso país, seriam anualmente de R$125 bi – "b" de bola, "i" de índio, bilhões de reais –, entre os quais R$50,3 bilhões adviriam expressamente dos tratamentos sanitários, segundo o Instituto Nacional do Câncer, renomadíssimo.

Significa dizer que para o SUS o impacto fiscal estimado do tabaco seria mais do que o dobro do custo anual médio verificado com a covid-19. Qual a sua visão sobre essa enorme disparidade entre a receita e as despesas financeiras e quais seus impactos nas contas públicas?

Senador Hiran, eu sei, aqui está muito claro o interesse de uma comercialização, o interesse de uma indústria poderosa. O que me chamou muito a atenção aqui – e me marcou, eu quero me aprofundar nesse assunto – é a questão de que o lucro... Foi colocado aqui. Não estou me lembrado de qual foi o palestrante, mas foi colocado algo assim: o lucro disso aí é privatizado – está aí a Souza Cruz, estão aí essas empresas todas... foi o Dr. Paulo, não é? –, mas o prejuízo é socializado. E esse prejuízo é de dezenas de bilhões de reais; mas isso aí, em real, é pouco, porque são vidas. Então é um chamado de atenção.

Encerrando já... Olha aqui: "Cigarro eletrônico: após 5 anos de *vape*, mulher de 20 anos descobre que pulmões falharam e não vai passar dos 40 [anos]". Olha isso aqui: "Cigarros electrónicos são 'a nova face da epidemia no século XXI' entre os jovens". E aqui, Senador, a última coisa que eu vou mostrar, uma campanha que foi emocionante, que aconteceu há poucos meses atrás: "Cristo ganha iluminação especial em campanha contra cigarros eletrônicos".

Então o brasileiro defende a vida, tem valores, a gente não pode ter um retrocesso no processo ideológico que vivemos, no processo civilizatório que vivemos. Eu acredito que nós precisamos estar juntos, mais do que nunca, atentos com relação a essa ameaça que são cigarros eletrônicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Girão.

Eu vou aqui passar... Vou ser absolutamente rigoroso com o tempo, porque os trabalhos do Senado já se encerraram no Plenário. Mas, em respeito ao debate, eu vou passar a palavra e, a pedido do Alcindo, eu vou passar primeiro para ele, porque ele também tem voo.

Vou pedir que você seja absolutamente conciso na sua resposta, porque vou ser rigoroso no tempo.

O SR. ALCINDO CERCI NETO (Para expor.) – Serei breve.

Obrigado pela pergunta, Senador Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à prevalência do tabagismo, o Brasil apresentou políticas públicas excepcionais e muito efetivas comparadas aos outros países do mundo para chegar nos níveis atuais. Então, era uma curva descendente. O objetivo de diminuir a prevalência de tabagismo é diminuir a consequência de doenças, principalmente dentro do Sistema Único de Saúde, em que somos nós que pagamos a conta.

Com a regularização, a regulamentação, a disponibilização e a facilitação da venda dos cigarros eletrônicos, certamente, se considerarmos tabagismo como o ato de inalar nicotina, nós teremos rapidamente esse índice aumentando de novo, como os outros países já demonstraram. É o que aconteceu: índices que estavam entre 12%, foram para 17%, 18%, como no eslaide que eu mandei. Então, certamente nós inverteremos a tendência de redução do tabagismo para um aumento do tabagismo no Brasil.

Eu queria aproveitar para me despedir – porque eu realmente preciso ir, senão eu vou perder o voo – e agradecer profundamente o espaço de debate, o respeito às opiniões diversas. Eu não esperaria nada diferente do Senado Federal e dos Senadores que estão aqui e compuseram esta audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, querido colega Alcindo. Transmita ao nosso Presidente Hiran, à toda a diretoria e aos conselheiros o nosso abraço, o nosso respeito e consideração com aquele conselho de que eu por tanto tempo participei. Participo ainda, mas agora só como médico, não mais como conselheiro.

O SR. ALCINDO CERCI NETO (*Fora do microfone.*) – Na frente parlamentar também.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Na Frente Parlamentar Mista da Medicina, sempre.

Boa viagem, vá com Deus.

Dra. Jaqueline – soube que também está entrando no avião. Dra. Jaqueline, tem três minutos para responder as suas perguntas.

A SRA. JAQUELINE SCHOLZ (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito bem, muito obrigada.

Então eu vou primeiro responder à questão da Dra. Soraya. A Senadora Soraya perguntou se existe tabagismo passivo do eletrônico. Existe, e ele é péssimo. Inclusive, em nanopartículas, partículas ultrafinas, ele tem uma concentração maior que a do cigarro convencional. Já existe muito trabalho mostrando isso, e a legislação, inclusive a brasileira, a legislação federal, de 2014, fala de produtos de tabaco, e o cigarro eletrônico está dentro.

Então, em ambiente fechado é proibido consumir cigarro eletrônico. É bom que todos saibam que a lei brasileira é abrangente. Ela foi feita de uma maneira interessante, que incluiu, já vislumbrou esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cenário de novos produtos, porque, na verdade, nós estamos falando de um novo produto que é seguimento do seu antecessor. É por isso que a política pública não pode retroceder.

Em relação aos jovens – a pergunta do Senador Girão –, o que eu percebo: o grau de dependência é extremamente elevado, a intensidade dos sintomas de abstinência vem com um grau de ansiedade extremamente elevado, e a gente precisa tratar e tratar com medicamentos poderosos. Inclusive, a vareniclina, o que vai ser necessário até incorporar no Sistema Único de Saúde, caso haja um pensamento de liberar, porque vai ser uma epidemia de consumo.

Então eu queria aqui colocar o Instituto do Coração até como referência mundial para centros que acham que usar cigarro eletrônico é tratamento de tabagismo. Não é! As nossas taxas de sucesso – eu coloquei na minha apresentação as referências –: nós temos 74%, mais de 70% de taxa de cessação com tratamento em 12 semanas. Não é preciso usar cigarro eletrônico para parar de fumar.

As pessoas conseguem, sim, ver tratada a sua dependência à nicotina com técnica adequada, abordagem que inclui medicamento e técnica comportamental. Então o que eu tenho para dizer é que isso é um retrocesso enorme. O que se quer vender é dependência e os números de tabagismo – ela falou de atestado de óbito... Eu sinto lhe informar, Senadora, que se houver uma liberação do produto, mesmo com regulamentação de quantidade, teor, sal, em cinco anos vocês vão ter muito atestado de óbito, infelizmente.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JAQUELINE SCHOLZ (*Por videoconferência.*) – Em cinco anos, porque a quantidade de consumo... Eu vou aproveitar até a exposição da toxicologista, em que ela comparava um cigarro com 15 tragadas e mostrava que o teor dos eletrônicos, o teor de substâncias tóxicas, era inúmeras vezes menor. Só que quem usa eletrônico dá cinco ou seis vezes mais tragadas do que quem usa cigarro convencional. Isso faz com que a exposição a esses produtos seja massivamente maior. Isso explica porque, precocemente, a gente está tendo infarto, AVC e doenças pulmonares com tão pouco tempo de uso.

Então, se liberar para o consumo, mesmo que regulamentado, como alguns países fizeram, a nossa regulamentação é proibição e impede o comércio. Tem que haver uma restrição e uma campanha de educação, mas eu digo claramente: em cinco anos vai se colecionar testado de óbito de gente jovem.

Muito obrigada. Boa noite a todos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado. Tenha uma excelente viagem, Dra. Jaqueline.

Passo, em seguida, a palavra ao Dr. André, remotamente, por três minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ LUIZ OLIVEIRA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador.

Respondendo ao Senador Girão da maneira mais rápida possível, acho que todos já estão cansados: Senador Girão, basicamente, a Anvisa baseou a formulação da RDC na melhor ciência disponível no momento da publicação da norma, em que a Anvisa pesou o risco *versus* benefício. Nós avaliamos dados globais, avaliamos todas as contribuições recebidas, todos os estudos recebidos e, a partir disso, a agência pondera se esse produto no mercado vai causar mais mal ou menos mal, ou se a proibição dele vai causar mais mal ou menos mal.

O que a Anvisa concluiu – a Diretoria Colegiada da Anvisa aprovou por unanimidade – é que a liberação desses produtos, frente aos dados científicos disponíveis no momento da publicação da norma, seria prejudicial à saúde pública brasileira.

Eu não posso responder por outros países que adotaram ou não, mas posso olhar para outras experiências de outros países, sim. E, no caso, o Canadá, que foi mencionado como um país que deveria ensinar o Brasil... Na verdade, o Canadá tinha os cigarros eletrônicos proibidos, como o Brasil. Eles liberaram o uso de cigarro eletrônico e hoje um em cada quatro estudantes no Canadá usa cigarros eletrônicos.

Então esse é o tipo de dado, por exemplo, que a gente tem que pesar nessa decisão. É claro, foram cinco anos de análise, o Senador Hiran vai me cortar se eu ousar discorrer muito detalhadamente sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não tenha dúvida.

O SR. ANDRÉ LUIZ OLIVEIRA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – E, respondendo a segunda pergunta, Senador Girão, quanto aos acordos de cooperação, a gente, sim, tem trabalhado próximo com a Polícia Federal, com a Polícia Rodoviária Federal, com o Ministério da Justiça, inclusive no âmbito da própria Conicq (Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco), que tem sido uma grande parceira para agilizar essa interação também.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ LUIZ OLIVEIRA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Além dessas ações coercitivas do ponto de vista do mercado ilícito, a gente também tem trabalhado junto com as vigilâncias municipais e estaduais, a gente tem elaborado um programa de capacitação, que vai ser lançado em breve para as vigilâncias.

Ontem, com muita alegria, recebemos uma sinalização positiva do Ministério da Educação. Ele sinalizou que a gente poderia trabalhar com a capacitação dos professores, principalmente do ensino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

básico e do ensino fundamental – fundamental e médio, perdão –, oferecendo a plataforma deles, que tem mais de dois milhões de inscritos.

Então, a gente tem trabalhado, sim, com parcerias. Não existe nada sozinho e, inclusive, contamos com o próprio Senado para nos auxiliar em algumas das ações.

Obrigado, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Dr. André. Um abraço, obrigado pela sua participação.

Passo, em seguida, ao Dr. Guilherme, por três minutos.

O SR. GUILHERME ATHAYDE RIBEIRO FRANCO (Para expor.) – Mais uma vez, agradecido.

Nobre Senador Eduardo Girão, eu vou aqui reproduzir um dos manifestos da Anvisa, do Diretor-Presidente, Barra Torres. Suécia – houve em destaque: "[...] o uso corrente de cigarros eletrônicos por jovens na Suécia [...] [com] um expressivo aumento em pouquíssimo tempo, passando de 5% em 2021 para 20% em 2022 (estudantes de 15 a 16 anos) [...]". A Suécia, nós sabemos que tem uma tradição regulatória excelente.

No nosso país, com elevado respeito, bebida alcoólica vende-se como água mineral, que foi citada hoje; vende-se como o açaí, que também foi citado. Então, nós ainda não fizemos, respeitosamente, a nossa lição de casa com as drogas que já têm maior prevalência, que é o tabaco – que é uma droga pediátrica; a nicotina é droga pediátrica. A iniciação do cigarro, hoje, ainda é uma droga pediátrica. E as crianças não querem mais esse cigarro, porque as políticas públicas mostraram que faz mal à saúde, e as crianças não querem saber de algo que é malcheiroso, é o que as crianças dizem para nós.

Agora, se venderem a mentira com cor, cheiro e sabor, esta mortalha eletrônica e explosiva, esta arma química, no mesmo lugar em que vai haver os cigarros – que ficam estrategicamente perto dos docinhos; é assim que funciona nas padarias –, nós vamos ter, sim, expressivo aumento da prevalência de tabagismo eletrônico nas nossas crianças, coisa que nós não temos hoje.

E aí, eu desafio que se verifique na Austrália, que foi citada hoje: até loja de *toys* vendia cigarro eletrônico, então, eles arrocharam, hoje, a fiscalização.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME ATHAYDE RIBEIRO FRANCO – É isso. Não há mais o que se dizer, porque nós construímos a melhor política de controle da nicotina do planeta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Anvisa é, sim, hoje, quem ensina todos esses países que foram citados. Foi muito bem lembrado, inclusive por aqueles que defendem a legalização dos *vapes*, para deixar bem claro: *vape* é parte de um negócio que vai desaguar na *Cannabis*, na THC. E vai ser, com muito respeito aos senhores, como é em Michigan, onde houve aquela explosão. Isto aqui: *gummy bear*, é isso que vai ser.

Então, as crianças hoje, em Michigan, fazem sabe o quê? *Vape* numa mão e gominha de THC – esta é uma gominha brasileira, graças a Deus, porque o PL 399 não será também aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado. Obrigado, Doutor. Obrigado pela sua participação, Dr. Guilherme. Eu não vou lhe desejar uma boa viagem, porque sei que o senhor vai ficar aqui amanhã participando de uma outra audiência. Muito obrigado por tê-lo aqui no Senado.

Eu vou passar, em seguida, por três minutos, à Dra. Élida. Eu acho que Dra. Élida nos acompanha remotamente.

A SRA. ÉLIDA GRAZIANE PINTO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador Girão, pela pergunta.

Efetivamente, a mensuração do impacto fiscal, eu reitero, é muito importante trazer isso numa perspectiva federativa. A regulação que o Congresso, porventura, vier a fazer a respeito da matéria, não diz respeito apenas à Anvisa ou, especificamente, ao Governo Federal. Quem vai na ponta enfrentar e mitigar os efeitos para a política pública de saúde são os municípios, o Distrito Federal e os estados.

A repercussão de R$50 bilhões anualmente em impacto fiscal de despesa – regulada a partir de uma eventual regulamentação que libere o comércio, a importação, todo o mercado do cigarro eletrônico – efetivamente, vai trazer um ônus que vai ter que ser compensado pelo Governo Federal e que tem uma dimensão análoga, repito, ao piso dos profissionais de enfermagem.

Toda a judicialização, toda a tensão de como pagar essa conta tem que vir à tona. E a perspectiva que há pouco se suscitava, do princípio poluidor-pagador do Direito Ambiental, é de uma certa forma, passível de ser trazida aqui, de forma análoga, para o debate sanitário, porque é um risco.

É a indústria que se beneficia. O colega que me antecedeu bem lembrou essa perspectiva de privatização do lucro e socialização do prejuízo. Na dimensão de risco sanitário, a gente precisa trazer com ainda mais clareza que, no momento em que o país debate até mesmo a redução do piso em saúde, uma revisão reducionista do piso federal em saúde, do piso estadual em saúde, do piso municipal em saúde, mudando o critério de cálculo, de onde vão sair os recursos para financiar?

Todo o debate de regulamentação do imposto sobre o pecado da reforma tributária, inclusive é bastante travado pela própria indústria tabagista que – neste momento em específico, vários falaram sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso – sequer corrige o preço do produto para não impactar no acesso que as pessoas têm a esse produto, que é sabidamente prejudicial para a saúde.

Então, eles manipulam o preço, manipulam a concepção da repercussão de custo e querem empurrar esse risco fiscal que vai se materializar em despesa, vai se materializar em disputa federativa judicializada, em precatórios, em demanda por compensação, e que a gente não pode simplesmente ignorar.

Esses R$50 bilhões são o dobro da repercussão fiscal do que tivemos anualmente durante o auge da covid, com toda a sensibilização que tivemos. A sociedade, naquela ocasião, admitiu fazer toda a reflexão de um orçamento de guerra para a covid. Infelizmente, o tabagismo não traz essa mesma sensibilização.

Vai haver, sim, na verdade, uma repercussão em efeito cascata, com mais fila de espera para os demais procedimentos para o acesso a medicamentos no âmbito do SUS. Vai haver um comprometimento para a qualidade do serviço público de saúde – que hoje já não é adequado para o conjunto da sociedade brasileira – para manter essa pretensão de atualizar os consumidores viciados da indústria tabagista.

É importante resgatar essa perspectiva para que se tenha clareza: ao final da linha, quem paga a conta vai ser, inclusive, o usuário do SUS, com serviço de pior qualidade e com uma disputa federativa por quem vai suportar esse impacto fiscal no seu orçamento.

Obrigada, mais uma vez, pela oportunidade desta importante audiência pública, e espero que a dimensão da repercussão no Orçamento público seja também considerada. Afinal, os projetos de lei, por força do art. 113 do ADCT e do...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Dra. Élida, até por respeito ao espaço dos outros...

A SRA. ÉLIDA GRAZIANE PINTO (*Por videoconferência.*) – ... art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal também têm que ser mensurados.

Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Para concluir, por favor.

Muito obrigado, doutora, pela sua participação.

Eu quero, em seguida, até à guisa de a gente dar oportunidade a todos que estão aqui de se manifestarem. Três... Três, não – um, dois, três, quatro, cinco... seis se manifestaram contrariamente à regulamentação.

Eu vou passar aqui a palavra ao Sr. Lauro Anhezini e, em seguida, para encerrar a nossa audiência, à Dra. Ingrid.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Senador, por esta oportunidade e por esta audiência pública, esclarecedora de algumas posições. Acho que as pessoas estão muito preocupadas com a indústria e pouco preocupadas com as pessoas. Essa é a minha conclusão.

Quando se observam os 3 milhões de adultos que estão consumindo um produto irregular, não vi ninguém aqui discutir isso. As pessoas estão preocupadas com a indústria. Eu não vi as pessoas discutirem os 6,3 milhões de adultos fumantes que estão buscando alternativas de menor risco. Eu não vi as pessoas discutirem os 22,7% de adolescentes brasileiros que já tiveram contato com o cigarro eletrônico – isso em 2019!

As pessoas estão preocupadas com a indústria e não estão preocupadas com as pessoas. Isso é muito preocupante – primeiro ponto.

Segundo ponto: se se diz que vai aumentar o custo do SUS ou das doenças tabaco-relacionadas, ora, por que não se faz um estudo comparativo com o SUS britânico? O que aconteceu no SUS britânico depois de dez anos de regulamentação? O que aconteceu com as doenças tabaco-relacionadas no SUS do Reino Unido? Por que os Estados Unidos, duas semanas atrás, passaram a defender cigarros eletrônicos como alternativa de menor risco? Por que a Nova Zelândia regulamentou cigarros eletrônicos no meio da pandemia da covid, estimulando as pessoas a migrarem do cigarro convencional para cigarros eletrônicos? Por que a União Europeia recomenda cigarros eletrônicos como alternativa de redução de risco? São perguntas que ficam aqui para um posterior debate.

A Suécia tem 41% menos casos de câncer e tabaco relacionados do que os outros países europeus, porque adota alternativas de menor risco.

Quando se fala que o argumento do contrabando não é válido... Vejam, 20% dos medicamentos comercializados no Brasil são falsificados, dados da Anvisa. Então, quer dizer que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – ... se proíbem todos os medicamentos? No terceiro lugar entre os produtos contrabandeados no Brasil estão cosméticos, outro produto regulado pela Anvisa. Então, se proíbem todos os cosméticos? A Anvisa, então, recomenda a todos que fiquem à própria sorte? Porque é o que está no *Q&A* do *site* da Anvisa. Você, consumidor, que está consumindo cigarro eletrônico está à sua própria sorte. Eu não vou cuidar de você. Você pode consumir, mas eu não vou cuidar de você. Nós, enquanto país, estamos negligenciando milhões de pessoas. Isso é muito preocupante.

Quando se fala de protocolos, de fiscalização, a própria Diretora Meiruze, em seu voto, falou que tem nove servidores apenas, na Anvisa, para fazer fiscalização e que, por isso, não poderia regulamentar. Ora, se não pode regulamentar por ter nove servidores, o que se dirá de proibir e fiscalizar algo que não funciona?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu faço um apelo, aqui já concluindo, para ser justo com o tempo de todos. Acho que o que nós observamos hoje é um debate qualificado, mas, infelizmente, negligenciando a ciência. Tem muita ideologia, muito pensamento vinculado contra a indústria e pouco pensamento vinculado às pessoas, que são os principais destinatários das políticas de saúde pública no Brasil. É com elas que nós precisamos nos preocupar.

Muito obrigado, senhores, por essa atenção. E coloco-me à disposição nos contatos que já estão aí para qualquer dúvida.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dr. Lauro, pela sua participação.

Passo, em seguida, a palavra à Dra. Ingrid e vamos encerrar.

Dra. Alessandra, eu achei que a senhora já havia se ausentado, mas eu lhe darei também os três minutos para as suas considerações.

A SRA. ALESSANDRA BASTOS SOARES (*Fora do microfone.*) – Obrigada.

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO (Para expor.) – Muito obrigada.

Eu queria pontuar, vou falar aqui pontuadamente.

Com relação, se não me engano, à Dra. Jaqueline, esclarecendo que 15 *puffs* estariam sendo comparados a... seriam equivalentes, em termos comportamentais, a 15 tragadas de cigarro, nós sabemos que um cigarro não suporta 15 tragadas. Ele vai, no máximo, a dez tragadas, isso com muito treino, porque, normalmente, a média é de seis a sete tragadas por cigarro. Então, deixo claro isso para que a tabela possa ser compreendida de uma forma mais clara.

Ao André Luiz, colega toxicologista, eu queria colocar o seguinte: em momento nenhum, se é que ficou parecendo, eu disse que o câncer ou a probabilidade de desenvolvimento de câncer é dose-dependente, de forma alguma.

Nós, que somos técnicos, sabemos que deve haver uma mutagenicidade, problemas com o mecanismo de reparo e todos esses detalhes, e não vou me alongar aqui, porque são extremamente técnicos, mas que fique claro que a cancerigenicidade, que a genotoxicidade não são dependentes de dose.

Para terminar, eu queria, mais uma vez, falar sobre os cuidados que nós temos que ter com estudos que são desenvolvidos com *vapes,* aqui no Brasil. Isso é uma coisa assim: foi coletado material biológico de usuários de *vape*. Eu volto a perguntar a vocês: de que *vape*?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO – De que marca? Com quanto de nicotina? E o mais importante, que são variações que a toxicologia olha muito: a forma de consumo do *vape*, porque isso varia muito de usuário para usuário. Então, são parâmetros que têm que ser vistos. Não acredito que tenha sido uma pesquisa descuidada, mas isso é preciso ser informado, para clarear.

Por fim, eu gostaria muito de agradecer e de salientar isto: em todos aqueles países que apareceram em verde, ali na tela, será que a medicina deles é tão diferente da nossa? É um caso a se pensar nas próximas discussões, principalmente nos médicos prescritores nos outros países. O que pensam eles? O que pensamos nós?

Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dra. Ingrid.

Passo em seguida a palavra, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, por três minutos, à Dra. Alessandra Bastos, ex-Diretora da Anvisa.

Você quer falar aqui?

A SRA. ALESSANDRA BASTOS SOARES – Eu posso falar daqui mesmo, Senador.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Se você quiser falar daqui também, esteja à vontade. Sai mais bonita na foto. (*Pausa.*)

A SRA. ALESSANDRA BASTOS SOARES (Para expor.) – Bom, eu agradeço a todos que tiveram o fôlego de estar aqui até este momento. Agradeço ao Sr. Senador Hiran, médico, que sempre se posicionou de forma muito clara. Agradeço também a todos os Senadores que se deram ao trabalho de estudar o que está sendo proposto.

E volto a dizer, como ex-Diretora da agência... E aí é uma pena que o meu colega, o Dr. Paulo, não esteja aqui, mas me parece que não há nenhum problema. Eu tenho um contrato de trabalho com a BAT, isso foi anunciado no início da minha fala. Então, eu não faço nada ilegal.

O que eu defendo aqui é, antes de mais nada, a autoridade da Anvisa, a autoridade da regra para que o consumidor, o objeto do nosso cuidado, que é o cidadão brasileiro, o consumidor de qualquer produto que ofereça risco à saúde, tenha acesso a opções, doutor – a opções –, porque nós temos regras muito claras e convergentes, regulatoriamente falando, com o mundo todo, menos para o tabaco. Isso me causa estranheza, isso me causa muita estranheza, porque aí o crime é beneficiado. Eu deixo usar, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não digo quem é vigiado sanitariamente. E, se a regra não valesse, eu não teria hoje ainda medicamentos sendo falsificados e contrabandeados, eu não teria produtos para a saúde, o senhor sabe disso, porque o senhor é da oftalmologia.

Quantas coisas a Anvisa já resolveu! E, desculpa, foi a Anvisa, com todo respeito ao Congresso, ao Senado e à Câmara, e era dela que eu esperava essa voz.

Então, para mim, é uma tristeza profunda assistir, de forma tão refratária, ao posicionamento da área técnica, como sempre foi...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALESSANDRA BASTOS SOARES – ... porque eu fui Diretora desta área.

E assistir a quê? A sensação que eu tenho é que muitas pessoas não entenderam o que está sendo tratado aqui. Ninguém está dizendo que usar o vaporizador ou o cigarro faz bem.

Eu faço das palavras do Senador Rodrigo Cunha as minhas. A sensação que eu tenho é que ele entendeu do que estamos falando. Eu preciso dar o direito à escolha, porque as pessoas já estão utilizando. E o quê? Educar as crianças, educar os pais, educar os jovens.

Isso aqui, pela 855, é proibido. Então, como assim? Que discussão é essa?

Então, fica o meu apelo para que, de fato, esse assunto seja cuidado com muito zelo, porque é preciso humanizar a sensação do hábito de fumar, humanizar a saúde, é disso que estamos falando, e é um direito o acesso a produtos com vigilância sanitária.

Então, parabéns a todos que trabalham por isso.

Eu agradeço infinitamente a cada opinião contrária, porque isso nos faz refletir, e eu não sou uma árvore. Agora, proibir não funcionou e, honestamente, continuará lamentavelmente não funcionando. Então, eu espero que, daqui a 20 anos... Bom, eu vou olhar para trás e sei o que eu fiz, como foi com o *Cannabis*, porque eu estava lá e pautamos também. E é isto: que as pessoas tenham mais responsabilidade ao ler os documentos e ao falar o que estão falando, enfim.

E, como o Dr. Jorge disse sabiamente, que nós todos consigamos ter uma discussão mais fluida e sem dedos apontados, porque a gente está falando de gente, de pessoas que estão querendo largar um hábito ruim utilizando ferramentas que, fato, estão funcionando para outras pessoas em outros países, mas aqui no Brasil ainda temos essa questão para resolver. Então, que seja resolvido com muita parcimônia e com muita responsabilidade.

Muito obrigada, Sr. Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dra. Alessandra.

Eu quero aqui agradecer a todos os nossos convidados e expositores que participaram desta audiência pública.

Eu acho que é uma audiência pública tão importante para que nós possamos aqui formar o nosso convencimento, que nos ajuda a formar o nosso convencimento sobre a importância de criar um marco legal e enfrentar essa matéria com inteligência, com sabedoria, sempre preservando a saúde e a segurança das pessoas. Isso é o mais importante!

Quero agradecer também aos autores dos requerimentos desta audiência pública, que são o Senador Eduardo Girão, o Senador Magno Malta, a Senadora Soraya Thronicke, o Senador Eduardo Gomes, a Senadora Zenaide Maia, a Senadora Soraya, novamente, pela CTFC, e também, de minha autoria e da Senadora Soraya, na CAS.

Não havendo mais nada a se tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

Uma boa noite a todos e a todas.

(*Iniciada às 14 horas, a reunião é encerrada às 19 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e quatorze minutos do dia quatro de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Carlos Viana, Izalci Lucas, Sergio Moro, Efraim Filho, Fernando Dueire, Weverton, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Janaína Farias, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Margareth Buzetti, Lucas Barreto, Paulo Paim, Humberto Costa, Jaques Wagner, Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Alan Rick, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 29, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre normas de seguro privado; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável, nos termos da Emenda nº 14-CCJ. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2840, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o § 3º do art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e insere o art. 71-D na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a licença-maternidade e o salário-maternidade, em caso de parto antecipado." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho (*Ad hoc*), substituiu Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Favorável, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 6211, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 12.304, de 2 de agosto de 2010, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) e dá outras providências, para aperfeiçoar os mecanismos de gestão econômica e financeira dessa empresa." **Autoria:** Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5178, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de pessoa ou cuidador social de pessoa, e altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, nº 13.146, de 6 de julho de 2015, nº 8.069, de 13 de julho de 1990." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4314, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e as Leis nº 7.347, de 24 de julho de 1985, nº 7.797, de 10 de julho de 1989, e nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para destinar o valor arrecadado com o pagamento de multas por crimes e infrações ambientais cometidos na Amazônia Legal ao financiamento de ações voltadas à promoção da agricultura familiar na mesma região." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto e à Emenda nº.1-T, com uma emenda de sua autoria. **Resultado:** Retirado de pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6 - Projeto de Lei n° 429, de 2024 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre as custas judiciais no âmbito da Justiça Federal; cria o Fundo Especial da Justiça Federal (Fejufe); e revoga a Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1815, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências, e a Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o percentual máximo aplicado para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento; altera a Lei nº 14.431, de 3 de agosto de 2022; revoga dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e dá outras providências, para suspender, por 180 (cento e oitenta) dias, o pagamento das obrigações de operações de créditos consignados em benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas abrangidos pelo reconhecimento de estado de calamidade pública objeto do Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da comissão, favorável com as emendas 1 a 3 – CAE. **Observação:** A matéria vai à CAS. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1791, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui a Estratégia Nacional de Gestão e Ação Emergencial em Situações de Desastres Ambientais - ENGD, visando à garantia da segurança e do bem-estar da população na presença de desastres ambientais decorrentes de eventos climáticos e, meteorológicos ou sísmicos, bem da ação humana, e a adoção de medidas para a prevenção, reparação ou mitigação de danos a pessoas, animais e instalações, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 6012, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios e dá outras providências; e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, que institui e regulamenta o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para assegurar que os recursos do Pronampe sejam permanentes." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Lido o relatório. Vista coletiva concedida. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 6020, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000 e Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018, para incentivar a pesquisa sobre mobilidade elétrica no Brasil." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao projeto, contrário às Emendas nºs 1 e 2-CCT, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 3, nos termos das três emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 5523, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, para permitir que as instituições financeiras utilizem como lastro de LCA de sua emissão, título de crédito representativo de repasse interfinanceiro." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-CRA. **Resultado:** Aprovado o Projeto, com a Emenda nº 2-CAE. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 6035, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, com o objetivo de destinar recursos aos Municípios para realização de projetos de eficiência energética nos sistemas de iluminação pública." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Fernando Farias. **Relatório:** Pela aprovação nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo). **Resultado:** Vista coletiva concedida. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/04

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de junho de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 20ª e 21ª Reuniões, realizadas em 21 de maio de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Prezadas Senadoras e prezados Senadores, gostaria de iniciar a nossa reunião falando sobre a PEC 65, de 2023, de minha autoria, que dá autonomia orçamentária e financeira ao Banco Central do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta está hoje em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), deve entrar em discussão nas próximas semanas e tem como Relator o nobre Senador Plínio Valério.

Aproveito a oportunidade para transmitir publicamente meus sinceros sentimentos ao amigo e a todos seus familiares pela partida de sua mãe na data de ontem pela manhã.

Também é relevante agradecer ao nobre Relator pelas tratativas, oitivas e negociações para elaborar o seu parecer à PEC de autonomia do Banco Central, que – nunca é demais lembrar – é uma continuidade da autonomia iniciada por projeto de lei de iniciativa do Senador Plínio Valério.

Sobre a PEC especificamente, gostaria de ressaltar alguns aspectos relevantes.

Começo falando sobre a natureza jurídica que escolhemos para o novo Banco Central: a transformação de autarquia especial em uma empresa pública de natureza especial. Empresa pública é o modelo utilizado por muitos outros países, como Canadá, Estados Unidos, Suécia, Noruega, Austrália, Nova Zelândia, além do Banco Central europeu, por exemplo, Senador Izalci. A forma de empresa pública mantém o Banco Central como uma instituição de Estado. Continua sendo uma instituição integralmente pública, com interesse 100% público, como é hoje o BNDES, que também já foi uma autarquia, transformado em empresa pública, em 1971, pela Lei 5.662.

Essa mudança é importante para dar mais liberdade na alocação de seus recursos e ainda tirar do Governo Federal a obrigação pelo pagamento de seus custos operacionais e administrativos, o que significa um alívio hoje de mais de R$5 bilhões de despesas primárias nas contas da União.

A proposta é interessante, Senador Fernando Farias, para todos: para o Governo; para a instituição Banco Central cumprir suas atribuições de forma mais efetiva; e ainda para seus servidores, que terão direitos garantidos.

Inclusive, uma dúvida que foi trazida a mim e também ao Relator, Senador Plínio Valério, se refere à estabilidade dos servidores, que não consta em nosso texto original, mas que, como já foi dito a todos pelo nobre Relator, irá constar de seu texto, mantendo a estabilidade de que hoje desfrutam os servidores do Banco Central.

Outro ponto importante é que a nossa PEC não altera a relação entre o Banco Central e o Tesouro Nacional, assim como não altera, de forma alguma, a condução das políticas monetária e cambial, nem o sistema de metas de inflação, que, inclusive, continua sendo a meta determinada pelo Conselho Monetário Nacional.

Por fim, lembro que o Banco Central do Brasil é sujeito – e vai continuar sendo – a diversas auditorias internas, externas e independentes, realizadas por CGU, TCU e firma independente contratada por meio de Lei de Licitações. Nada muda nesse sentido. E o Banco Central continuará a ser auditado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a mesma grande rigidez e controle, além de passar a prestar contas de seus gastos ao Congresso Nacional, conforme diretrizes do Poder Executivo.

Assim, minhas nobres Senadoras e meus nobres Senadores, peço que, em nome dos melhores interesses públicos, votem pela aprovação da PEC 65/23, para um Banco Central com autonomia financeira, em prol de toda a nossa sociedade – todos ganharão.

Era o que tinha a registrar.

Boa reunião a todos. (*Pausa.*)

Senador Laércio Oliveira, sobre esse tema ainda, recebi há pouco uma cartilha elaborada pela Associação Nacional dos Analistas do Banco Central do Brasil. Eles fizeram aqui uma cartilha, que achei muito interessante – não tinha visto –, dizendo sobre esse projeto, o que é *fake* e o que é fato. Eu até pedi alguns exemplares dessa cartilha, para serem distribuídos aos nobres Senadores. E aqui explica muito bem o que está sendo distribuído de *fake* sobre esse projeto.

Essa associação representa cerca de 90% dos funcionários do Banco Central, que são, na maioria esmagadora, favoráveis a esse projeto.

Item 1 da pauta...

O Senador Otto já se encontra? (*Pausa.*)

Qual o outro item? (*Pausa.*)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, Senador.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Não poderia ir para o item 9, não, enquanto o Senador Otto não... Para sequenciar, a gente poderia avançar para o item 9 logo, esse projeto de que sou Relator?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Laércio Oliveira, esse item é terminativo, mas eu consulto os Senadores presentes aqui se concordam, não é? Ele é terminativo, tem que ser votação nominal. Nós o deixamos um pouco mais para frente para esperar mais os nossos Senadores.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parece que o Senador Otto se encontra aqui do lado de fora. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Randolfe pediu para tirar de pauta.

O Senador Eduardo Gomes não chegou.

A Senadora Teresa Leitão... (*Pausa.*)

A Senadora Damares Alves...

O nosso Relator, o Senador Otto...

Senador Otto Alencar, item 1 da pauta.

Sejam bem-vindos, Senador e Líder Otto Alencar, Senador Rogerio.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Vou fazer a leitura... Não fiz a leitura ainda, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Não, o Líder da Oposição e meu estimado amigo Rogerio Marinho pede que eu o retire da pauta por oito dias, já que ele não teve ainda conhecimento total do relatório, e eu vou atendê-lo, para que ele possa fazer as avaliações pertinentes. Peço a V. Exa. que deixe para a próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – V. Exa. pede que retire de pauta, ou vai fazer a leitura e dar vista?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, o que o Senador Rogerio Marinho pede – e eu concordo – é que seja retirado de pauta e fique para a próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Retirado de pauta o tem 1, Projeto 29, de 2017.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre normas de seguro privado; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável, nos termos da Emenda nº 14-CCJ

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela CCJ, com Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 11, nos termos da Emenda nº 14-CCJ (Substitutivo), e contrário às Emendas nºs 1 a 10 e 12.)

Senador...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É questão de segundos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Senador Otto, eu queria que você desse uma olhada.

Veja bem, tem algumas coisas em relação a essa questão. É que uma pessoa paga o seguro de vida uma vida toda. E se, porventura, quando essa pessoa vier a óbito, não tiver ninguém para pagar esse seguro? Um exemplo: ele deixa dependentes, e esses dependentes, ao longo do tempo, podem ir antes do assegurado. O dinheiro fica com quem? Porque tem casos específicos, tem contratos com bancos em que você não pode retirar o dinheiro. Você está pagando há dez anos e você vai atrás de retirar esse dinheiro que você pagou por dez anos, e eles não... porque o contrato que você assinou é um contrato leonino. Então, se essa pessoa não tiver ninguém para deixar esse dinheiro, fica com quem esse dinheiro? Porque pode acontecer, como tem acontecido aí a morte de pessoas por causa do seguro de vida.

Então, eu acho que é um momento bom para discutir, Senador Otto, essa questão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Com quem que ficam esses recursos que foram, durante anos, depositados pela pessoa que pediu o seguro de vida para deixar para a mulher ou para os seus filhos, caso não haja ninguém para ser assegurado depois?

E uma outra coisa: esse seguro de vida tem causado a morte de muita gente, viu, Senador Otto? Eu tenho visto muitos relatos de pessoas matarem a pessoa para ficar com o seguro de vida dessa pessoa. Tem acontecido isso sim, isso é uma realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra questão que tem que ser levada em consideração é que aquela pessoa, no dia em que ela não quiser mais pagar o seguro de vida e quiser reaver o seu dinheiro, não pode mais reaver o seu dinheiro, porque o contrato não permite que você reveja o seu dinheiro. Ao longo da vida da gente, muita coisa acontece. Você inicia com o seguro, Senador Rogerio, mas lá na frente você pode dizer: "Não, eu não quero mais esse seguro de vida". E aí? Você não tem o direito de reaver seu dinheiro.

Eu sei que a lei não retroage para prejudicar A ou B, mas é uma questão que tem que ser discutida aqui, e eu acredito que a oportunidade é essa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado.

Senador Rogerio, o senhor pediu a palavra?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Não, eu queria mais era agradecer aqui ao Senador Otto, entendendo aqui as preocupações do Senador Omar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Esse é um assunto extremamente importante para o Brasil, para a economia do Brasil, independentemente de agenda de Governo ou de oposição. Esse é um projeto extremamente relevante. A indústria do seguro, se ela tem higidez, se ela tem segurança, se ela tem transparência, se ela tem previsibilidade, ela dá segurança ao sistema econômico como um todo.

Como o relatório, por um problema, e me parece que do próprio sistema, só foi disponibilizado agora há pouco, sem entrar no mérito o que nós pedimos – e agradecemos aqui a anuência do Senado Otto – é que nos desse um pouco mais de tempo para nos debruçarmos sobre o seu relatório, para fazermos as observações que acharmos pertinentes. Mas, a princípio, a gente tem afinidade com o texto. Nós, inclusive, já discutimos isto aqui anteriormente, de que há uma necessidade de se dar uma autonomia a esse setor, blindar esse setor das influências externas. Ele precisa existir independentemente da conveniência política deste ou daquele governo.

Então, nós queremos apenas ter um pouco mais de tempo, e, por isso, reiteremos o agradecimento aqui ao Senador Otto Alencar.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Otto, com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, este projeto foi debatido na Comissão de Constituição e Justiça por um período

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito longo – e inclusive o Relator foi o Senador Jader Barbalho –, e tanto é que ele chega aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, já tendo passado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, eu vou retirar, para na próxima terça-feira V. Exa. o colocar em pauta. Mas não é uma coisa que não teve... Não é um projeto que não teve conhecimento dos Senadores que participaram lá da Comissão de Constituição e Justiça. A solicitação, a provocação que foi feita, pelo Senador Rogerio Marinho eu vou acatar, sabendo que a Casa já tem muito conhecimento a respeito desse tema.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quanto à colocação do Senador Omar Aziz, a respeito de seguros que não têm nenhum dos componentes da linha sucessória, normalmente esses casos todos são revertidos em favor do Estado. Então, praticamente, todos são revertidos em favor do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Retirado de pauta, volta na próxima semana.

Item 7 da pauta...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Só uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – É revertido, mas se a pessoa estiver viva e precisar do dinheiro, ela não pode retirar, Senador Otto.

Veja bem, o que eu estou colocando aqui...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Você falou sobre... Se ninguém na linha sucessória do seguro, se ficar nenhum dos beneficiários...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – E a pessoa que pagou o seguro esses anos todos, ela, por exemplo, ela não tem... O dinheiro está lá depositado no banco – está certo? – em que ela fez o seguro. Aí não tem ninguém na linha sucessória. Aí ela em vida, ainda, ela não pode retirar esse dinheiro, Senador Vanderlan. Ela tem que morrer para ir para o Estado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eu tenho... Senador Omar, não sei se é o caso, não conheço o projeto, não li o relatório, mas eu já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiz seguro de vida, e ali há a opção, em caso de morte, de quem vai ser o beneficiário, já é dado o nome do beneficiário. A não ser que morre tudo, não é?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Aí é uma fatalidade.

Item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 1815, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências, e a Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o percentual máximo aplicado para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento; altera a Lei nº 14.431, de 3 de agosto de 2022; revoga dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e dá outras providências, para suspender, por 180 (cento e oitenta) dias, o pagamento das obrigações de operações de créditos consignados em benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas abrangidos pelo reconhecimento de estado de calamidade pública objeto do Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável, com três emendas que apresenta

Observações:

1- A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar para a leitura do seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, esse projeto é um projeto da autoria do Senador Paulo Paim, que vem num momento dramático para o seu estado, o Estado do Rio Grande do Sul, para atender todos aqueles que têm empréstimos consignados. Portanto, cabe a Comissão de Assuntos Econômicos analisá-lo em caráter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terminativo. Ele dispõe sobre autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências, de acordo com a Lei 14.509, de 27 dezembro 2022.

Vou para análise do projeto, com a permissão de V. Exa.

Nos termos do inciso I do art. 99, compete à CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro do PL 1.815, de 2024. Antes, porém, cumpre registrar que os requisitos de admissibilidade da proposição, referentes à sua constitucionalidade, regimentalidade, técnica legislativa e juridicidade, serão, em função do rito terminativo, como falei antes, apreciados pela CAS.

Em relação ao mérito econômico-financeiro, trata-se de medida absolutamente necessária, adequada e pertinente para conferir amparo às vítimas da calamidade no Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul passa por problema de grande monta, com as maiores catástrofes naturais de toda sua história, cujo desfecho é uma crise econômica e humanitária que abarca milhões de famílias gaúchas vitimadas pelas intensas e violentas chuvas que atingem o estado.

Em termos quantitativos, as estimativas iniciais para reconstrução do estado giravam em torno de R$19 bilhões, porém cálculos mais recentes citam valores dez vezes maiores para reconstrução da sua estrutura, pela destruição que aconteceu em vários municípios, inclusive na própria capital do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Nesse contexto, medidas destinadas à proteção da produção, do emprego e da renda da população gaúcha são essenciais para mitigar os efeitos deletérios da crise e viabilizar a mais breve possível recuperação econômica do estado.

Assim, aposentados e pensionistas afetados pela calamidade pública terão direito a uma repactuação legalmente fixada para as operações de crédito consignado, conferindo fôlego financeiro de 180 dias para que possam aumentar sua renda disponível neste período e fazer frente às despesas emergenciais que estão sendo obrigados a enfrentar.

Destaca-se que essa repactuação legal se encontra em consonância com a Teoria da Imprevisão que rege os contratos no Direito Civil e que as parcelas inicialmente suspensas serão, posteriormente, reinseridas como prestações adicionais.

Deve-se registrar, ademais, que suspensão similar a essa já havia sido proposta por nós também no enfrentamento do período da covid-19, através do PL nº 1.328, de 2020.

Há, contudo, a nosso ver, uma possibilidade de aprimoramento da proposição. Isso porque o PL, ao acrescentar o art. 6º-C à Lei nº 10.820, de 2003...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... não albergou as operações de créditos consignados sobre benefícios de prestação continuada, ainda que esses benefícios estejam expressamente citados no *caput* do art. 6º da referida lei.

Do mesmo modo, os beneficiários de outros programas federais de transferência de renda, como o Bolsa Família, também podiam realizar operações de crédito consignado até março de 2023, conforme, então, previsto no art. 6º-B da Lei nº 10.820, embora essa possibilidade tenha sido revogada pela Medida Provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023.

Assim, reputamos adequado que a suspensão das parcelas alcance também os titulares de benefícios de prestação continuada e os beneficiários de outros programas federais de transferência de renda, pois esses formam um significativo contingente de pessoas vulneráveis e hipossuficientes, abarcando idosos e pessoas com deficiência.

Por esse motivo, estamos propondo três emendas, que alteram a ementa, o art. 1º e o art. 2º do PL, para inclusão dos titulares de benefícios de prestação continuada e dos beneficiários de outros programas federais de transferência de renda no escopo da suspensão de 180 (cento e oitenta) dias.

Por fim, em atenção ao disposto no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, registra-se que a presente proposição é neutra do ponto de vista financeiro-orçamentário, pois visa tão somente instituir uma repactuação legal de operações de crédito em função de calamidade pública ocorrida no Estado do Rio Grande do Sul e, assim, não repercute sobre a receita ou a despesa da União.

Voto.

Ante o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.815, de 2024, com as três emendas abaixo consignadas, Sr. Presidente.

EMENDA Nº - CAE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei (PL) nº 1.815, de 2024, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e a Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para suspender, por 180 (cento e oitenta) dias, o pagamento das obrigações de operações de créditos consignados em benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas, em benefícios de prestação continuada e em benefícios de outros programas federais de transferência de renda cujos titulares estejam abrangidos pelo reconhecimento do estado de calamidade pública objeto do Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024."

EMENDA Nº - CAE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei (PL) nº 1.815, de 2024, a seguinte redação:

"Art. 1º Esta Lei suspende, por 180 (cento e oitenta) dias, o pagamento das obrigações de operações de créditos consignados em benefícios previdenciários de aposentados e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensionistas em benefícios de prestação continuada e em benefícios de outros programas federais de transferência de renda cujos titulares estejam abrangidos..."

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) –

"... pelo reconhecimento do estado de calamidade pública [...] do Decreto [...] nº 36, de 7 de maio de 2024".

EMENDA Nº – CAE

Dê-se ao *caput* do art. 6º-C da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, na forma do art. 2º do Projeto de Lei (PL) nº 1.815, de 2024, a seguinte redação:

"Art. 6º-C. Em virtude do reconhecimento do estado de calamidade pública em parte do território nacional, para atendimento às consequências derivadas de eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul, ficam excepcionalmente suspensos, durante 180 (cento e oitenta) dias, inclusive nos contratos firmados na vigência do estado de calamidade pública, os pagamentos das obrigações de operações de créditos consignados em benefícios..."

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) –

"... previdenciários de aposentados e pensionistas, em benefícios de prestação continuada e em benefícios de outros programas federais de transferência de renda".

....."

Com essas três emendas, Sr. Presidente, o meu voto é pela aprovação desse projeto de lei, de autoria do Senador Paulo Paim, Senador gaúcho e que conhece muito bem seu estado; vive um momento dramático no Rio Grande do Sul, não só na capital, em vários municípios do Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul tem 497 municípios, e 90% dos municípios foram atingidos pelas fortes chuvas, pelas enchentes, sobretudo os municípios de vale, com destruição de casas, de equipamentos públicos, enfim, uma tragédia que vai merecer, sem dúvida nenhuma, não só o atendimento feito pelo Governo Federal, que vai realocar bilhões e bilhões de reais em parceria com o Governo do estado, para a reestruturação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... do Estado do Rio Grande do Sul, um dos estados mais importantes da Federação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil todo, o meu Estado da Bahia, o Nordeste brasileiro, o Centro-Oeste, o Sudeste, todos hoje vestem a camisa do povo gaúcho pela recuperação daquilo que foi danificado pelas fortes chuvas que aconteceram nesse período, em que os gaúchos vivem uma situação praticamente de catástrofe...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Inclusive, Sr. Presidente, ontem...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pessoal, os nossos assessores, pessoal que está nos acompanhando: o Senador Otto Alencar está com a palavra. Eu pediria a vocês que mantivessem um pouco de silêncio, em respeito ao nosso Relator, que está usando a palavra. Inclusive, já vamos passar para o próximo item, o segundo, e peço o mesmo silêncio para o próximo Relator.

Senador Otto, conclua, por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa.

Normalmente, a Comissão de Assuntos Econômicos tem realmente uma afluência de muitos assessores. Eu concordo com V. Exa. e espero que isso possa ser resolvido, para que nós possamos ler o nosso relatório.

Mas eu concluo, Sr. Presidente, mostrando que o Senado Federal tomou as iniciativas para ajudar o povo gaúcho, através do Presidente Rodrigo Pacheco, através de V. Exa., dos Senadores e Senadoras, e é importante que esse trabalho continue, porque é um estado importante da Federação e precisa realmente da recuperação da sua estrutura. E que ele volte a oferecer ao seu povo os bens e serviços de que eles precisam tanto, em tantas atividades, sobretudo a população mais vulnerável e economicamente mais fraca do estado gaúcho.

Muito obrigado a V. Exa., e meu voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns, Senador Otto Alencar, pelo seu relatório.

Senador Otto, Senadores e Senadoras, da mesma forma que este Senado Federal não faltou na época da pandemia – todos os projetos que chegaram aqui, com relação a liberar recursos e a aprovar para combater aquela covid-19 –, da mesma forma o Congresso Nacional – em especial, aqui, o Senado Federal – está atuando rápido – em especial, esta Comissão – para ajudar o nosso Rio Grande do Sul.

Parabéns ao Senador Paulo Paim, que tem feito um trabalho extraordinário para ajudar, através de projetos de lei, mobilizando todo o nosso país em ajuda ao Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão.

Senador Izalci com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, como bem disse V. Exa., o tratamento que esta Casa deu, no período da covid... É evidente que nós vamos ter que pensar com relação ao Rio Grande do Sul como um todo: tanto o lado laboral quanto o lado empresarial. Da mesma forma, os tomadores de empréstimo e também as empresas, porque vai acontecer agora. Por exemplo, as empresas também estão fechadas. O que vai acontecer? Vão demitir todo mundo? Quem é que vai subsidiar isso?

Então, eu acho que esse projeto é meritório, é óbvio, não tem condição de as pessoas pagarem nesse período, mas a gente vai ter que talvez pensar um pouco mais globalmente, porque a situação é caótica para todo mundo, inclusive para as empresas. Como nós vamos salvar também esse outro lado da economia?

Então, é uma preocupação que a gente tem, porque são 180 dias. E, nesses 180 dias, quanto àquilo que era obrigatório pagar, quem é que vai pagar essa conta? Então, a gente tem que olhar dos dois lados.

Não tem como não votar uma matéria como essa, mas precisamos pensar do outro lado: quem vai pagar a conta.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Omar, com a palavra.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – O Rio Grande do Sul detém hoje o maior percentual de aposentados e pensionistas do Brasil: em torno de 20% da população gaúcha é de aposentados ou pensionistas, que recebem aposentadoria.

É lógico que desse projeto eu sou a favor, até porque nós sabemos muito bem que a situação não é fácil para quem está ali, com as dificuldades em reconstruir a vida. A gente passa uma vida toda para construir uma casa às vezes, e em minutos você perde essa casa. Imagine o sofrimento dessas pessoas ali. E, vindo de uma região que sofre com cheias e com secas, a gente imagina a situação por que hoje os gaúchos estão passando. Por isso que eu voto a favor do projeto.

Eu acho que o contexto que o Senador Izalci coloca é um contexto global. Eu vejo o Governo Federal, através do Presidente Lula, muito preocupado.

Se você for ver, há quase um mês tem ministro morando lá no Rio Grande do Sul hoje. Se você ligar hoje para o Ministro Waldez, com certeza o Ministro Waldez está no Rio Grande do Sul, e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ministros diariamente estão indo para lá e voltando. Quer dizer, é uma preocupação, e eu acho que o Senado Federal e o Congresso Nacional têm que fazer a parte deles, e esse projeto de lei é fazer a parte do Congresso.

Três meses não vão matar ninguém que está com dinheiro emprestado, com consignado, mas vão ajudar as pessoas que estão passando por esse momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado. Os Senadores que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, com as Emendas 1 a 3, da CAE.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Item...

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Margareth, com a palavra.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Presidente, eu gostaria que o senhor colocasse na pauta, porque era para estar nesta semana – estou vendo aqui que não está, mas gostaria que o senhor colocasse na pauta –, o Projeto de Lei 3.670, que dispõe para retirar a obrigatoriedade de cobrança de FGTS e contribuição previdenciária de 5% do total dos empregados aposentados, para que você possa contratar.

Esse projeto foi aprovado na CAS. A Receita Federal teve 60 dias na CAS para discutir, e não discutiu.

Nós achamos uma alternativa, porque o projeto estava muito aberto. Então, achamos uma trava de 5%.

Agora, a Receita veio, retirou na semana passada, pediu uma semana, teve duas semanas, e nós não temos absolutamente nada da Receita até agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, gostaria que o senhor o colocasse na pauta, por favor, porque ele já foi terminativo, esse projeto, e ele voltou.

O.k., eu vi – eu acho – que ele tinha um problema, porque, senão, você poderia contratar só aposentados, não é?

Mas é isto, Presidente: eu gostaria que o senhor o colocasse na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, o pedido de V. Exa. será atendido, o projeto de lei... (*Pausa.*)

É o 36 que ela pediu? (*Pausa.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É o 3.670, na próxima semana, Senadora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Izalci, com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Aproveitando a fala, tem o Projeto 2.838, de 2020, que já foi lido, e houve uma retirada de pauta para audiência pública, que já foi feita há muito tempo. Eu pediria a V. Exa. que colocasse na pauta, não é? É o Projeto de Lei 2.838, de 2020.

E também, Presidente, está pronto para pauta o 1.706, de 2019.

Esses dois projetos estão prontos para pauta. Se V. Exa. pudesse colocar na pauta, agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O pedido de V. Exa. será atendido: PL 2.838...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E o 1.706, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ... na próxima semana.

E qual o próximo, Senador?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É o 1.706, de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O relatório é de V. Exa.?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está pronto o relatório, e, não, eu sou o autor.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O autor.

E o relatório...?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está pronto. Já está pronto em...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Quem é o Relator, Senador?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Qual é o Relator? Quem é o Relator?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pois é...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O Relator eu não sei. Vou dar uma olhada...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Na próxima semana irá para a pauta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 6211, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei n° 12.304, de 2 de agosto de 2010, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) e dá outras providências, para aperfeiçoar os mecanismos de gestão econômica e financeira dessa empresa.

Autoria: Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ)

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CCJ, com parecer favorável ao projeto.

2. A matéria será apreciada pela CI, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, chega ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei nº 6.211, de 2019, de autoria do Senador Arolde de Oliveira, que altera a Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), e dá outras providências, para aperfeiçoar os mecanismos de gestão econômica e financeira dessa empresa.

Peço vênia a V. Exa. e aos colegas Senadores para pular a leitura do relatório, passando direto à análise do voto disponível às assessorias.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Autorizado.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Análise.

Para compreender a razão de ser do projeto, faz-se necessário entender a atuação da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA).

A empresa foi constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com prazo de duração indeterminado. Seu propósito é gerir os contratos de partilha de produção e os contratos de comercialização de petróleo e gás natural da União.

A PPSA vende o petróleo e o gás da União e todos os recursos dessa comercialização vão para o Tesouro Nacional, em particular para o Fundo Social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2023, a PPSA arrecadou R$6 bilhões para o Fundo Social.

Para realizar essas atividades, a PPSA precisa de autonomia orçamentária e financeira, e, para tanto, o art. 7º da Lei nº 12.304, de 2010, assegurou-lhe três principais fontes de receita:

(i) remuneração pela gestão dos contratos de partilha de produção;

(ii) remuneração pela gestão dos contratos de comercialização de petróleo e gás natural da União; e

(iii) parcela do bônus de assinatura.

O autor da proposição ressalta que, hoje, a Lei nº 12.304, de 2010, não permite que todos os custos sejam abatidos da citada receita de comercialização, apenas possibilita a dedução dos tributos e dos gastos diretamente relacionados à comercialização e à remuneração do agente comercializador. Não leva em conta que os demais custos da PPSA também se caracterizam como despesas inerentes à comercialização do petróleo e do gás natural destinados à União.

É importante notar que a legislação atual permite que um agente comercializador contratado pela PPSA seja remunerado por uma tarifa sobre as receitas da comercialização, mas impede que a própria PPSA receba esse montante se ela mesma funcionar como tal. Ou seja: a remuneração do agente comercializador para a execução de suas atividades pode ser deduzida das receitas advindas da venda do petróleo e do gás natural da União, mas as despesas da PPSA, trabalhando diretamente como agente comercializador, não podem.

Atualmente, a PPSA não tem recebido discriminadamente pela gestão dos contratos que celebra em razão da comercialização do petróleo e do gás natural. Essa atividade tem sido entendida como intrínseca às atividades de gestão dos contratos de partilha e a empresa é remunerada por meio de um contrato de remuneração, que representa a contrapartida devida pela União à prestação de serviços pela PPSA. O objeto do contrato de remuneração não é remunerar a PPSA pela execução de suas atribuições legais e, sim, a fixação dos parâmetros e procedimentos para que a remuneração ocorra.

Nesse contexto, a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, celebrou com a PPSA, em 30 de novembro de 2015, o primeiro contrato de remuneração pela gestão de contratos e representação da União, tendo como objeto a fixação de parâmetros e procedimentos para a remuneração da PPSA, posteriormente. Foram firmados novos contratos, sendo que o último prazo de vigência é até junho de 2024.

As receitas advindas do contrato de remuneração são parte dos recursos que, alocados à empresa, buscam garantir a autonomia administrativa, orçamentária e financeira necessária para que a PPSA cumpra com suas relevantes e exclusivas competências legais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando há leilão e venda de blocos de partilha, a PPSA recebe ainda uma pequena parcela do bônus de assinatura. Em 2023, o contrato de remuneração celebrado entre o Ministério de Minas e Energia e a PPSA resultou em repasses que totalizaram cerca de R$90 milhões no ano. Ademais, em 2023, atipicamente, a empresa recebeu R$38 milhões a título da parcela de bônus de assinatura, gerando um lucro contábil de cerca de R$34 milhões, sobre os quais recolherá dividendos para a União.

É preciso reconhecer os riscos, para a empresa e para seu desempenho, dessa forma de remuneração. O fato de os contratos precisarem ser renovados anualmente ou até semestralmente compromete o planejamento de longo prazo da PPSA. Além disso, a negociação periódica dos valores do contrato com o Ministério de Minas e Energia busca cobrir as despesas operacionais da PPSA, o que significa que a empresa só realiza lucros quando recebe parcelas do bônus de assinatura. Consequentemente, há uma forte dependência de novos leilões para recebimento de bônus para complementar a receita da empresa. Por fim, há os riscos atrelados à limitação do orçamento e a contingenciamentos no orçamento do Ministério de Minas e Energia, como já ocorreu no passado.

Ao mesmo tempo em que as receitas da empresa são limitadas, vislumbra-se um aumento nas atividades desempenhadas pela empresa. Até 2018, a PPSA só geria um contrato de partilha de produção. Em 2024, serão 24 contratos, podendo atingir mais de 35 contratos de partilha de produção sob sua gestão em 2025, com as novas áreas aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Energética para ingressar no estoque da Oferta Permanente de Partilha da ANP. Há, ainda, todas as novas atribuições da PPSA no âmbito do programa Gás para Empregar. A empresa terá de duplicar esforços para colocar o gás no mercado e sabe-se que as atividades de comercialização de gás natural no Brasil são complexas e demandam inúmeros contratos de compra e venda e acesso a infraestruturas essenciais.

O crescimento das atividades e da produção é proporcional ao aumento das despesas da PPSA. Quanto mais contratos, maiores são os esforços de estudos, aprovação, monitoramento e auditoria das atividades de exploração, desenvolvimento e produção dos diversos contratos de partilha de produção e seus projetos. No entanto, o crescimento das atividades e da produção não condiz com o contrato de prestação de serviços celebrado entre o MME e a PPSA, que depende da disponibilidade orçamentária do referido ministério.

Como enfatiza o autor do PL, "a gestão da comercialização do petróleo e do gás natural da União, por se tratar de competência exclusiva da PPSA, exige que a empresa esteja devidamente estruturada e dotada de plena sustentabilidade orçamentária e financeira, o que não ocorre atualmente em virtude do atrelamento de sua remuneração exclusivamente a um contrato com o Ministério de Minas e Energia, sujeito a cortes e contingenciamentos".

Por essa razão, propõe que sejam incluídos nas despesas de comercialização a remuneração e os gastos incorridos pela PPSA na execução de suas atividades, tais como despesas de custeio e investimento e o pagamento de tributos incidentes sobre o objeto de sua atividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consideramos, contudo, que é preciso ir além e assegurar a remuneração da PPSA de maneira mais ampla, sem limitá-la às despesas de custeio e investimento e o pagamento de tributos. Para tanto, propomos alterar também o §2º do art. 4º da Lei nº 12.304, de 2010, de modo a determinar que, no cálculo dos recursos que serão destinados ao fundo social, será descontada a remuneração da PPSA.

Propomos igualmente uma nova redação para o §4º do art. 4º da Lei nº 12.304, de 2010, para prever a remuneração da PPSA pelos seus gastos incorridos na execução de atividades relacionadas à gestão dos contratos de partilha de produção celebrados pelo Ministério de Minas e Energia e à gestão dos contratos para comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, sem especificar despesas de custeio, investimento e tributos.

Por fim, sugerimos uma nova redação do §5º do mesmo artigo para determinar que a inclusão, nas despesas de comercialização, da remuneração e dos gastos incorridos pela PPSA, seja regulamentada por ato conjunto dos Ministros da Fazenda e de Minas e Energia.

O PL 6.211, de 2019, ao propor que a PPSA seja remunerada pelos gastos incorridos na execução de atividades relacionadas à gestão dos contratos de partilha de produção celebrados pelo Ministério de Minas e Energia e à gestão dos contratos para comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, assegura-lhe um tratamento igual ao de qualquer agente de comercialização.

Deixando de depender exclusivamente de recursos vinculados a um contrato com o Ministério de Minas e Energia, a empresa estará muito melhor posicionada para cumprir seus desafios.

Voto.

Diante do exposto, nos pronunciamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.211, de 2019, na forma do substitutivo que apresento.

É esse, Presidente, o nosso voto e o nosso relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria pedir vista...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador. Parabéns pelo relatório.

A matéria está em discussão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria, apesar de concordar com o mérito, pedir vista, com as minhas escusas ao Relator, para que a gente possa fazer um ajuste no texto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Certo.

Senador Rogerio. Com a palavra, Senador Rogerio.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro, eu acho que é extremamente importante que a PPSA, que foi criada em 2010, tenha a possibilidade de ser aperfeiçoada na sua governança. A nossa preocupação, Sr. Presidente, é que este projeto, que dá essa possibilidade de uma maior autonomia financeira e orçamentária à empresa, também possa levar em consideração – e a vista solicitada pelo Senador Rogério Carvalho foi importante nesse sentido – a questão da governabilidade do *compliance*.

Nós estamos falando de uma empresa, Sr. Presidente, que tem um valor de mercado maior do que a própria Petrobras, porque detém participação nesses campos de pré-sal sem ter o passivo que a Petrobras tem. Então veja o tamanho, a amplitude e a importância dessa empresa. E nós tivemos uma preocupação da forma como esses recursos foram geridos em tempos pretéritos pelo PT. Então é uma preocupação que nós teremos nesse tempo para nos debruçarmos.

Eu quero aqui cumprimentar o Senador Eduardo Gomes, quero homenagear, *in memoriam,* o Senador Arolde, que é o autor desse projeto pertinente, a ele e à sua família a nossa homenagem.

E, aproveitando aqui a nossa fala, quero adiantar um pedido ao ilustre Relator Eduardo Gomes, que o projeto, que me parece que é o item 6, que trata da questão das custas judiciais no âmbito da Justiça Federal, fundo especial da Justiça Federal, possa ser retirado de pauta, porque nós ainda temos algumas situações a serem discutidas. O Eduardo concorda. (*Palmas.*)

E, por fim, o item 9, que eu vou ter que sair agora, Presidente, eu estou em outra Comissão, eu falei há pouco com o Senador Laércio, se ele puder também retirar de pauta, porque tem uma questão em que o Pronampe estaria sendo utilizado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Eu não concordo. (*Risos.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... estaria sendo utilizado para alavancar o projeto Pé-de-Meia, e nós estamos no meio de uma calamidade lá no Rio Grande do Sul, onde há uma necessidade de aporte de recursos para os diferentes setores da economia que foram colapsados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho inclusive, Sr. Presidente, uma preocupação, porque o Governo está demorando a agir, por exemplo, em restabelecer o BEm, que é um programa importante que foi gestado aqui no Parlamento junto com o Governo anterior, que permitiu o pagamento de salários das empresas que tiveram a sua atividade econômica paralisada em função da dificuldade de circulação de pessoas na época da pandemia.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – E nós estamos aí com várias empresas que estão numa situação de tragédia.

Eu pediria até que o Líder Jaques Wagner tivesse atenção a respeito dessa situação, porque é um problema que já está criado, já existe a lei, e apenas o Governo precisa restartá-lo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu só queria fazer...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogério Carvalho, em seguida, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu só queria fazer uma pequena correção. Eu estou aqui no Senado desde 2019, graças à bondade do povo sergipano, e eu quero dizer que eu acompanhei a pandemia de covid, e eu não vi a mobilização do Presidente da República à época em socorro às vítimas e aos familiares das vítimas da covid. O que eu vi foi um Presidente imitar gente agonizando, demonstrando sua total falta de empatia à vida e aos brasileiros.

E, neste momento, em que a gente vive uma tragédia no Rio Grande do Sul, nós não devemos politizar. O que a gente tem visto são pessoas usando da tragédia para tirar vantagem política, fazendo *fake news*, levando desgraça, mas a gente tem visto um Presidente atuante que liberou R$5,1 mil por família atingida; nós vimos um Governo que liberou um pacote de R$51 bilhões já na primeira semana; e vimos as declarações do Ministro da Fazenda dizendo que precisa ter uma noção real do tamanho do estrago para fazer os investimentos e definir um plano definitivo de reconstrução do Rio Grande do Sul. E vi também esse mesmo Governo tirar do arcabouço fiscal os gastos com a reconstrução do Rio Grande do Sul, o que demonstra o mais claro e total apoio do Governo do Presidente Lula em reconstruir o Rio Grande do Sul sem tergiversação, sem meias palavras, sem meios termos.

Portanto, eu quero aqui dizer: parabéns, Presidente Lula, pela sua coragem, pela sua presença, pela sua altivez diante da maior tragédia climática que este país já viveu, porque muitos têm responsabilidade, principalmente aqueles que resolveram abrir a porteira e deixar passar a boiada, lá atrás, lá atrás, e que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vêm insistindo em deixar passar a boiada na destruição do meio ambiente e das condições que garantem a contenção dos efeitos climáticos.

E quero dizer mais: quem acha que essa situação é uma situação isolada está muito enganado, quem acha que a infraestrutura do nosso país e do mundo está preparada para as novas condições climáticas do mundo está muito enganado, porque o estrago que nós fizemos já foi feito. Agora nós vamos colher as consequências da destruição que nós, enquanto humanidade, enquanto seres humanos, produzimos no planeta.

Então vamos ter clareza de que esse é um desafio de um século para frente de reconstrução da infraestrutura, de adequação, de definição da ocupação do espaço urbano, de racionalidade na exploração dos biomas para garantir a defesa da vida do planeta e da sobrevivência da humanidade dentro deste planeta, porque o que acontece hoje é que nós estamos destruindo Gaia, a nossa nave-mãe que nos leva por esse universo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu não poderia deixar de fazer esse registro, esse registro da responsabilidade, da competência, da diligência, da tomada de posição e da empatia do Governo do Presidente Lula com os brasileiros e com as brasileiras, com os gaúchos e com as gaúchas neste momento difícil.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa., Senador Rogério Carvalho.

Senador Esperidião Amin e, depois, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Bom, em primeiro lugar, como eu estou pacificado com o Senador Rogério Carvalho, eu não vou responder tudo que me ocorre. Só quero dizer o seguinte: nós vamos falar aqui só sobre o aspecto econômico, mas não posso deixar de lembrar que todas, 100%, 100%, extraídas destas... aquelas vacinas importadas que foram aplicadas lá numa garagem de Belo Horizonte e depois... Como se chama quando o remédio... uma panaceia ou um placebo, no caso do remédio, o Presidente Bolsonaro comprou tempestivamente todas, todas as vacinas aplicadas na covid.

Mas vamos falar só sobre a questão econômica. Nenhum Prefeito, nenhuma prefeitura, inclusive as que estavam com o salário atrasado; nenhum estado, inclusive os que estavam com o salário atrasado, quando chegou a pandemia, deixou de pagar todos os seus compromissos até o final de 2022.

Portanto, economicamente, o que eu quero falar é a respeito, primeiro, do projeto do meu amigo, saudoso amigo, querido amigo Arolde de Oliveira, homem de Santo Ângelo, radicado no Rio de Janeiro, uma figura ímpar em matéria de caráter, de linha política. E eu não posso deixar de fazer isso com emoção, porque tratava-se de um amigo muito especial, dos meus tempos, Senador Otto Alencar, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

telecomunicações. Ele foi chefe de escritório da Embratel, responsável pela interligação, Senador Ciro, desta vastidão continental que é o Brasil num processo de nacionalização do nosso país, porque foi a telefonia que permitiu isso da maneira mais democrática possível.

E, segundo, como o Senador Rogerio Marinho já falou e o Senador Eduardo Gomes, num bom voo CAVOK sem nuvem, vai retirar de pauta o PL 429, eu só quero endossar o pedido.

Agora, quanto ao projeto do Pronampe, eu faço um apelo para que não seja retirado, Presidente. Por quê? Porque o dinheiro do Pronampe está sendo visto, como se diz no meu estado, como televisão de cachorro, que é aquele aparelho que assa o frango, a pessoa fica assistindo e o cachorro fica babando. Imagine você ter R$145 bilhões num fundo garantidor! O primeiro bocado eu subscrevi, assinei, aprovei, foi para o pé-de-meia, Senadora Jussara. Alguém é contra o pé-de-meia? Pelo contrário. Eu, como professor minimamente comprometido com a educação desde 1968, quando comecei a lecionar... Pé-de-meia é a salvação do ensino médio, é a salvação emergencial. No futuro, será a qualidade do ensino médio que vai torná-lo atrativo, mas, neste momento, é fazer com que, Senador Izalci, o aluno fique, o professor se habilite e o conhecimento seja interessante para o jovem, senão ele não fica lá.

Então, eu concordo. Claro que votaria de novo hoje. Agora, se nós deixarmos o frango na televisão de cachorro, como se chama lá, cada um vai tirar um pedaço: a Senadora vai tirar uma coxinha do frango, depois vai tirar mais uma e depois vai querer a terceira, e a terceira está em pesquisa lá em Rio Vermelho, Florianópolis. Um professor conseguiu fabricar um frango de três coxas, de três pernas. Mas ele é muito rápido, e o professor não conseguiu pegar o frango para saber se fica bom. Quer dizer, não existe. Então, está faltando. Cada um vai tirar um pedaço: o peito do frango, a moela, enfim.

O que o Senador Laércio Oliveira fez, prodigiosamente, com talento, foi uma proposta, de que 70% fique com o Pronamp. Senhores, quem vai recuperar o Rio Grande do Sul, como já houve em Santa Catarina, vai ser a pequena empresa, inclusive o pequeno produtor rural. É este que vai reconstruir a economia do Rio Grande. Claro que tudo mais vai ser necessário, mas quem gera riqueza é a iniciativa privada. E o do pequeno empresário é o mais rápido reflexo que nós temos.

Então, como Presidente da Frente Parlamentar de Microcrédito e Microfinanças, eu acho que o 70/30 está bem proposto. Vamos discutir? Claro, vamos discutir, mas vamos discutir hoje.

Então, eu não concordo com a prorrogação. Pode até, durante a discussão, chegar à conclusão e prorrogar. Mas tirar de pauta, sem começar a discutir, eu não concordo. Por quê? Porque o frango está lá. E agora que todo mundo sabe que são 145 bilhões... O dinheiro original era 41. Durante a pandemia, os bancos não emprestaram nada deles, só emprestaram, Senadora Tereza Cristina, 41 bilhões – 41 e um pouquinho –, taxa de conversão 1 por 1,06, não chegou a 1,1, ou seja, emprestaram só o que não tinha risco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voltou, corrigiu, está em 145 bilhões. Agora nós vamos tirar do Pronamp, na hora em que um estado como o Rio Grande do Sul, o Brasil, outras regiões, o meu estado e qualquer outro precisam de recursos para aspergir a economia? E precisamos de mais agentes financeiros: crédito de cooperativa, crédito de Oscip, crédito de organização não governamental para fazer esse dinheiro chegar lá. Por quê? No Banco do Brasil, no BNDES e nos grandes bancos do nosso sistema, não tem sala para receber, não tem um interlocutor para conversar com o microempresário. Então é o Pronamp que, com os agentes financeiros já acreditados e outros que surgirão, vai fazer o dinheiro chegar ao pequeno.

Então, neste momento, tem que dizer o seguinte: "Olha, nessa parte do frango, ninguém mexe, fica para o microempresário, ou seja, para crédito ao microempresário", sob pena, daqui a pouco, de tirar a terceira perna, a quarta perna e o frango desaparecer.

Então, vamos discutir, vamos discutir se a Senadora quer 50/50, se o Governo quer... Eu acho que a discussão é legítima, mas a partir do relatório feito com competência, com diálogo, com paciência pelo Senador Laércio Oliveira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra, o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Bom, Sr. Presidente, eu já estava de saída, mas fiquei aqui na mesa para ouvir o Senador Esperidião e também havia ouvido, logo após a nossa palavra, o Senador Rogério.

Quero dizer que nós temos que ter neste momento serenidade e assertividade. É fato que nós temos uma tragédia climática que se abateu sobre o Rio Grande do Sul e que todos nós temos que ter a solidariedade e ser expeditos para levarmos soluções que, ao mesmo tempo que acolham aquela população, permitam que se aponte uma perspectiva de futuro na tese da reconstrução e da retomada da vida normal das pessoas. Isso é um fato.

E nós temos um exemplo recente, que foi a questão da covid. Eu me lembro que, há 15 dias, nós estávamos debatendo, no Plenário da Casa, a questão do veto, na sessão congressual, da Lei de Segurança Nacional, Senadora Tereza. E essa lei, de uma forma bastante vaga, definia que haveria um crime punível, inclusive com cinco anos de reclusão, para quem, eventualmente, apresentasse uma notícia que fosse inverídica. Sob que ótica? Sob a ótica do governo de ocasião. Imaginem, senhores, se isso tivesse concretude, se isso se materializasse. O Governo, qualquer governo, instituiria um órgão, um aparelhamento para dizer: "Olha, a crítica ao meu Governo é uma notícia falsa e, por isso, pode ser punida com a pena de reclusão".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ouvi, por exemplo, se falar aqui que se estava fazendo crítica, estava se ridicularizando quem estava com problema de covid. Isso não é verdade. Na época da covid, se retirou do contexto, de uma entrevista longa, de uma fala longa, quando o Presidente dizia que o seu ex-Ministro da Saúde orientava a população a ficar em casa ao invés de se tratar. Então, se retira do contexto, se massifica uma informação falsa – porque está descontextualizada – e hoje se tem como se fosse uma verdade para um grupo expressivo da sociedade.

O único antídoto contra a desinformação é mais informação, é mais transparência, é mais verdade. Não tenho dúvida de que a liberdade permite que haja excessos – é verdade também –, mas o Código Penal já pune a injúria, a calúnia, a difamação.

Mas, passado esse episódio – até porque nós temos que ter serenidade e foco – e voltando, eu fiz aqui uma fala, dizendo, por exemplo, que há uma necessidade de o Governo restartar uma lei que existe, que foi votada no Congresso, que é a questão do bem. Eu vou lembrar, Senador Otto, Senador Jaques, que está aqui presente, que a covid impediu a circulação de pessoas no Brasil e no mundo inteiro. E quando a população deixou de andar nas ruas, a atividade econômica colapsou. Quando houve o colapso da atividade econômica, principalmente do setor de serviços, o Governo e o Congresso agiram rapidamente e pagaram salário de mais de 11 milhões de trabalhadores brasileiros, o que impediu uma enorme destruição do mercado de trabalho na época, e houve uma retomada célere logo a seguir.

Qual é a analogia que existe com os tempos atuais? Não houve paralisação de atividade de pessoas; houve destruição, houve colapso da atividade econômica, tanto na área agrícola como na área comercial, como na área industrial. Por que não restartar uma lei que está vigente e alocar recursos para impedir que haja demissão em massa no Rio Grande do Sul? Foi essa a sugestão que dei, Líder Jaques Wagner, sem juízo de valor, e pediria, inclusive, que V. Exa. levasse ao seu Governo essa sugestão. É uma lei aprovada aqui, Senador Otto, que continua vigente, para evitar que as pessoas sejam demitidas e que o colapso daquela economia se prolongue por mais tempo do que o necessário.

Em relação à fala do Senador Esperidião Amin, sempre muito lúcida e erudita – aliás, "aspergir", fazia tempo que eu não ouvia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Isso, tem a ver com as questões sacerdotais que sempre o caracterizaram.

Em relação a essa questão, é evidente que a nossa preocupação é de que há um "fundo", entre aspas, extremamente vultoso de recursos, e nós aqui no Parlamento já votamos um projeto de lei em que retiramos do parâmetro do arcabouço fiscal R$6 bilhões ou R$7 bilhões para um programa do Ministério da Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E qual é a minha dúvida, que é razoável? Nós vamos ampliar esse processo? Nós vamos aumentar essa retirada? Ou nós vamos focar no que é importante neste momento, já que um programa já está contemplado – que é o Pé-de-Meia – para socorrer um setor colapsado que é a economia do Rio Grande do Sul, que precisa urgentemente de créditos subsidiados? Foi essa a minha preocupação, Senador Laércio, que, inclusive, comentei com V. Exa. antes de fazer o pedido de retirada de pauta.

Mas, atendendo aqui aos cabelos brancos – ou aos poucos cabelos ou a nenhum cabelo – e a tudo relativo à experiência do Senador Esperidião Amin e me curvando a sua sapiência, eu vou pedir que o Senador Izalci, porque vou ter que sair agora, me represente fazendo um pedido de vista, para que, em uma semana, a gente vote incontinênti aqui, sem mais delongas, dada a celeridade do processo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Rogerio Marinho.

Foi pedida vista ao Projeto de Lei 6.211, do Senador Arolde de Oliveira, a que concedo vista coletiva.

Passo a palavra ao Senador Jaques Wagner, e, logo em seguida, será dada a palavra ao Senador Laércio, após o Senador Jaques Wagner, para a leitura do seu relatório do Projeto de Lei 6.012, de 2023, do Pronamp.

Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Senador Otto, eu queria só me dirigir aos colegas e ao Relator – conversamos um pouco antes – , porque, na verdade, há propostas do Governo que eu acho que poderão construir um consenso entre a preocupação do Senador Esperidião Amin, do Senador Rogerio e de todos.

Eu posso garantir que não há falta de sensibilidade do Governo Federal. Não vou discutir isso aqui – quem tem mais e quem tem menos –, o que eu sei é que não há quem não fique, vamos dizer assim, mexido com a tragédia que aconteceu no Rio Grande do Sul: são brasileiros como nós, um estado importante. Portanto, eu diria até que o Governo disponibilizará o que for necessário.

Vou levar a ideia que o Senador Rogerio Marinho colocou. Evidentemente, tudo tem que ser analisado, porque se trata de dinheiro, em relação ao pagamento de salário, mas, em relação a essa questão, como já está claro que haverá o pedido de vista, eu só me disponho, junto com o Relator, junto com o Senador Esperidião Amin, a construir uma saída que possa atender aos dois lados porque, se depender de dinheiro extra, o Governo Federal colocará para resgatar e reconstruir o Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contabilmente, no fundo, o dinheiro não tem carimbo, é óbvio que a gente tem que orçamentar para poder gastar, por isso há a preocupação de colocar num programa que também servirá aos jovens do Rio Grande do Sul, que é o Pé-de-Meia. Mas, uma vez pedida a vista, nós construiremos o consenso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Passo a palavra para o Senador Laércio, para que ele possa ler o relatório...

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... do projeto...

Pois não.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pela ordem.) – Bem rapidinho aqui, só para o nosso querido Esperidião Amin, quando estava conversando aqui com o nosso Senador Laércio, nosso Líder, na verdade, eu fiz um apelo, porque é importante a ajuda ao Rio Grande do Sul, é muito importante, mas a questão do projeto do Brasil todo, ainda mais especificamente lá...

O Programa Pé-de-Meia tem um resultado, o senhor já falou, da permanência do aluno no ensino médio, e a questão do futuro deles. Então, assim, já é pensando também nesse futuro deles.

Inclusive existe um estudo pelas universidades, de que eles estão na expectativa, universidades privadas inclusive, estão na expectativa de que o programa Pé-de-Meia vai fazer com que a possibilidade de que mais 200 mil alunos anuais vão poder entrar no ensino superior.

Então é uma oportunidade também de eles se tornarem um futuro microempresário.

Então eu fiz esse apelo porque realmente é o futuro do Brasil, e o programa tem isso. Eu estou dizendo que escutei um estudo que foi feito pelas universidades, do potencial que tem o Pé-de-Meia para a ampliação desses alunos, de acesso ao ensino superior. Então foi mais esse apelo, mas claro que a gente... É importante esse pedido de vista, para que a gente possa discutir.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – É para uma intervenção muito rápida. Eu concordo com a preciosidade e com a legitimidade da destinação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vou lhe relatar, Senador Laércio, o nosso Presidente da Fiesc, Mario Cezar de Aguiar, inaugurou, em Joinville, a maior escola de ensino médio técnico do Brasil, vinculada ao Sistema S. Eu sugeri a ele o Pé-de-Meia para isso também. Ele não sabia, ou pelo menos aparentava que não sabia.

Eu sou a favor, portanto, de que qualquer iniciativa de ensino médio que tenha qualidade, e essa indiscutivelmente tem, em Joinville, 5 mil vagas, tenha o direito de usufruir de um benefício para o ensino médio brasileiro, com aquilo que a senhora falou, e eu falei: no momento emergencial, é o que vai segurar o aluno. A qualidade vai segurar no futuro, no mínimo.

Só que o valor que está destinado já é mais de 20 bilhões, 70 a 30, de 145, dão 50 bilhões disponíveis, inclusive para o Pé-de-Meia. Então não há conflito, nem de interesse, nem de valores.

Mas eu acho que essa discussão pode ser feita, como falou o Senador Jaques Wagner, sem dogmatismo.

Esse dinheiro é do micro e pequeno empresário. Num equívoco do projeto, ou na lei original, esse dinheiro voltaria para pagar dívida. Nós queremos que o dinheiro circule, que o dinheiro gire. O ensinamento de Ibrahim Sued: "se o dinheiro não circulasse, não voltaria para mim", disse Ibrahim Sued, com a sabedoria do Rio Jordão.

Então fica para o debate, mas eu concordo com V. Exa. E pelo que a senhora pede, já está atendida.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Laércio, para o item 9, Projeto de Lei 6.012.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 6012, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios e dá outras providências; e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, que institui e regulamenta o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para assegurar que os recursos do Pronampe sejam permanentes.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Eu quero cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Otto Alencar, cumprimentar todos os meus colegas Senadoras e Senadores, cumprimentar todos os assessores, todos aqueles que nos acompanham aqui nesta Comissão.

É interessante, a gente já vem discutindo isso há algumas sessões aqui, e a gente percebe que há uma sintonia perfeita entre os partidos pela importância que tem o Pronampe e pela importância que tem o projeto Pé-de-Meia.

Na discussão e nos estudos que foram feitos para produzir o relatório, é claro que há sensibilidade com referência à importância desses dois temas. Vários colegas aqui falaram, defendendo o ponto de vista com referência ao Pronampe, e é visível que a gente precisa ser rápido com esse projeto, porque ele tem prazo de validade.

Daí, o meu desejo é de que haja um entendimento de todo mundo, porque, como disse o Senador Esperidião Amin, as micro e pequenas empresas vão ser fundamentais. Elas são hoje muito importantes para o Brasil, porque pessoas que empreendiam de uma maneira informal passaram para a formalidade e trazem uma contribuição muito grande para o desenvolvimento do nosso país. E, certamente, essas empresas terão importância vital para a volta do Estado do Rio Grande do Sul à condição anterior, de um estado próspero, rico, de pessoas competentes e trabalhadoras.

Por isso que o meu apelo é nesse sentido, Sr. Presidente, de que a gente avance na discussão desse projeto e que a gente, o mais rápido possível, promova a aprovação desse projeto aqui nesta Comissão, porque ele precisa seguir o rito daqui da Casa para que, logo, logo, seja aprovado e transformado em lei e, definitivamente, a gente tenha uma solução tanto com o Pronampe como também com o Projeto Pé-de-Meia.

Então, com a autorização de V. Exa., Sr. Presidente, eu gostaria de ir à análise do projeto, para que a gente avance nesse relatório.

Quanto à constitucionalidade material, tampouco visualizamos vício, haja vista que o art. 179 da Constituição determina que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios devem dispensar tratamento jurídico diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte. Desse modo, o PL nº 6.012, de 2023, cumpre esse mandamento constitucional ao estender indefinidamente política creditícia diferenciada, cuja vigência se encerraria, na prática, em 2025, com a reversão dos valores disponíveis no Fundo Garantidor de Operações (FGO) para os cofres públicos.

A norma tem coercibilidade e inova o ordenamento pátrio, pois, se não for editada até 2025, haverá, em termos práticos, o fim do FGO-Pronampe. Portanto, atende ao requisito da juridicidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição é adequada aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998. Logo, a técnica legislativa está hígida. Ela também atende aos requisitos regimentais.

O Pronampe foi instituído pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para garantir crédito emergencial às microempresas e empresas de pequeno porte, que, naquele momento, enfrentavam uma conjuntura econômica desfavorável, decorrente da pandemia da covid-19. Dado o sucesso do programa, ele se tornou permanente, por determinação do art. 1º da Lei 14.161. Apesar desse dispositivo, o §2º do art. 6º da Lei 13.999, de 2020, e o §4º do art. 2º da Lei 14.161, de 2021, continuaram a prever a descontinuidade do Fundo Garantidor de Operações a partir de janeiro de 2025, com o retorno dos valores para o Tesouro Nacional. Apesar de ambos os dispositivos preverem o esvaziamento do FGO a partir de 2025, são fundamentalmente diferentes.

No caso do art. 2º, que suprime o §2º do art. 6º da Lei 13.999, de 2020, apresentamos uma nova redação ao dispositivo. Nela, vamos estabelecer ao Governo Federal alocar recursos à permanência e conclusão escolar de estudantes do ensino médio da rede pública, ao mesmo tempo que garantiremos a continuidade do Fundo Garantidor de Operações Pronampe a longo prazo. Nesse sentido, propomos que os valores não utilizados nos períodos a que se refere o *caput* do art. 3º da Lei 13.999, de 2020, isto é, os períodos estabelecidos em ato do Ministro de Estado do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, bem como os valores recuperados, inclusive no caso de inadimplência, sejam alocados ao fundo destinado à concessão de incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, à permanência e à conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público, no montante de 30%, e para garantia de operações contratadas no âmbito do Pronampe, cujo montante será de 70%, a partir de 1º de janeiro de 2025.

Quanto ao art. 3º do PL 6.012, de 2023, que prevê o retorno dos valores não utilizados ou recuperados oriundos de créditos extraordinários, gostaríamos de propor sua supressão. Por se tratar de créditos extraordinários, é preciso que o governo tenha a possibilidade de reaver valores, visto que foram alocados num contexto de urgência e calamidade, decorrente da pandemia da covid-19, o que não subsiste até hoje. Logo, os princípios da boa gestão pública nos ordenam a não deixar recursos orçamentários extraordinários parados num fundo onde não são imprescindíveis; ou seja, o governo deve ter a flexibilidade de reaver esses recursos, logo propomos a supressão do art. 3º da proposição.

Ademais, trazemos três acréscimos à proposição.

Primeiramente, sugerimos autorizar a União a aumentar sua participação no Fundo Garantidor para a cobertura de operações no âmbito do Pronampe até o limite do valor total das dotações oriundas de emendas parlamentares que possuam esta finalidade específica na lei orçamentária anual, independentemente do limite de integralização estabelecido para a União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em segundo lugar, propomos a possibilidade de os estados, o Distrito Federal e os municípios, bem como entidades do setor privado, mediante a celebração de convênios, constituírem participação no Fundo Garantidor, nos termos do respectivo estatuto do fundo. Assim, esses entes, conforme suas disponibilidades, poderão contribuir com os recursos à disposição do Pronampe.

Cabe considerar que o fundo garantidor original tem a participação de recursos de agências de desenvolvimento do Estado de São Paulo e do Estado do Rio de Janeiro. Com a alocação dos recursos, o ente federativo ou a instituição privada poderão incentivar o desenvolvimento de micro e pequenas empresas em sua área de atuação, na forma do convênio.

Por fim, propomos fixar a remuneração do banco administrador do fundo garantidor em 0,5% anual, com a finalidade de aumentar os recursos disponíveis ao Pronampe. Atualmente, o Banco do Brasil, gestor do FGO, é remunerado em 1% do saldo dos recursos alocados.

É suficiente observar que o próprio Banco do Brasil oferece a seus clientes fundos de investimento com taxa de administração de 0,3%. Dessa forma, consideramos que a remuneração proposta é suficiente para incentivar a boa administração do fundo e, ao mesmo tempo, permite que mais recursos estejam disponíveis para empréstimo.

Aqui, gostaríamos de relembrar que a Caixa já chegou a cobrar 5% de taxa de administração do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Esse percentual foi diminuído para 1%, e, com a possibilidade de a Caixa ter que concorrer com outras instituições financeiras para administração do FGTS, por iniciativa do Congresso Nacional, particularmente durante a tramitação da Medida Provisória 889, de 2019, convertida na Lei 13.932, de 11 de dezembro de 2011, a instituição financeira federal diminuiu a taxa de administração para 0,5%.

Também é oportuno relembrar que os bancos administradores dos fundos constitucionais de financiamento, como o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia e o próprio Banco do Brasil, que administra o Fundo de Financiamento do Centro-Oeste, tiveram a taxa de remuneração diminuída de 3% para 1,5%, por força da aprovação da Lei 13.682.

No mais, gostaríamos de saudar a iniciativa dos Senadores Esperidião Amin, Ivete da Silveira e Jorge Seif, que apresentaram o PL nº 6.012, de 2023. O fato de a autoria ser compartilhada por três Senadores de diferentes agremiações políticas revela o caráter suprapartidário da matéria e sua relevância para o país. Em busca do interesse público, os nobres Senadores se uniram, deixando de lado quaisquer divergências partidárias, para o benefício das nossas pequenas e microempresas.

Sobre o aspecto econômico e financeiro, é relevante garantir tratamento diferenciado aos pequenos negócios, porque, no Brasil, o acesso ao crédito apresenta restrições estruturais. Consequentemente, sem políticas públicas creditícias como o Pronampe, muitos micro e pequenos empresários não teriam acesso a crédito e, provavelmente, muitos teriam dificuldade em garantir o crescimento de seus negócios por não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terem capital próprio suficiente. Portanto, é inegável que o Pronampe traz benefícios econômicos e sociais para o Brasil, sendo uma política pública meritória que merece ser continuada para além de 2025.

Pelo exposto, Sr. Presidente, consideramos meritório manter o FGO-Pronampe, garantindo a reversão dos valores oriundos de créditos extraordinários a partir de 2025 e a formação de um fundo destinado à concessão de incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, à permanência e à conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público a partir do FGO-Pronampe, sem, contudo, inviabilizar sua continuidade a longo prazo.

Tendo em vista a supressão do art. 3º da proposição e os ajustes na epígrafe, consideramos adequado propor um substitutivo, de modo a integrar todas as alterações.

E o voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, opinamos pelas constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e regimentalidade do Projeto de Lei 6.012, de 2023, e, no mérito, votamos por sua aprovação nos termos do substitutivo que está posto a seguir.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns, Senador Laércio! Parabéns pelo seu relatório!

A matéria está em discussão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Izalci.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu já me inscrevi também.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Ah, o primeiro inscrito aqui é o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Vamos lá!

Sr. Presidente, eu acho que é extremamente importante a gente mostrar aqui como foi o Pronampe, o sucesso desse programa no momento da pandemia.

Os recursos chegaram à micro e pequena empresa, e felizmente a gente conseguiu manter um mínimo de geração de emprego e que essas empresas não falissem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui foi a grande discussão que tivemos na época da pandemia, de como fazer o recurso circular e chegar ao pequeno empresário, o que é o mais difícil.

O Senador Laércio conhece muito essa área, e eu quero aqui, inclusive, parabenizar o Senador Jorginho, que hoje é Governador de Santa Catarina, porque foi dele a autoria, mas eu acho que aqui todos nós apoiamos, e agora esse projeto também está apresentado pelo Senador Seif, pela Senadora Ivete, pelo Senador Jorginho... Não, Jorginho não: pelo Senador Esperidião Amin; e com o relatório aqui do nosso Senador Laércio.

Quem está lá na ponta sabe a importância que é desse programa e, inclusive, de esse recurso voltar, ser aplicado no próprio reinvestimento do programa.

Eu não sei aqui – eu tentei pesquisar agora – quanto desse recurso foi aplicado também pelos bancos cooperativos. Eu não sei se o Relator tem esses dados. Se tiver, poderia até colocar aqui para nós também, porque eu acho de muita importância os bancos cooperativos, principalmente para o pequeno, para o micro, que está ali na ponta e que, através dos bancos cooperativos, não tem a burocracia que, às vezes, um banco exige tanto.

Não sei se ainda é o tempo, não sei como é que está esse aspecto aí no projeto, se seria possível o Relator ainda destacar essa questão da participação dos bancos cooperativos, porque a gente sabe que, nesse fundo de desenvolvimento, Sr. Presidente, principalmente o Banco do Brasil, no caso nosso lá, que é o FCO, sempre a gente vem discutindo a capilaridade da aplicação desse recurso dos fundos constitucionais.

Foi muito difícil vencer a resistência para o Banco do Brasil também fazer essa participação junto com os bancos cooperativos, e os bancos cooperativos hoje são uma grande realidade no Brasil como um todo.

Então, é essa a observação que eu gostaria de fazer, mas parabenizando aqui o Relator, dada a importância que representa esse programa para esse momento de dificuldade que a gente já está vendo aí. Nas empresas, de modo geral, o volume de recuperação está sendo muito grande, claro, e aqui nós temos uma atenção especial também ao Rio Grande do Sul.

É isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Wellington.

Com a palavra, a Senadora Zenaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu gostaria de falar sobre esse fundo garantidor.

Quando a gente aprovou aqui, no auge da pandemia, a famosa PEC da guerra, irrigamos o Banco Central, irrigamos todos os bancos. E, na hora H, uma coisa que eu nunca entendi, mesmo com o fundo garantidor... Os Senadores Izalci e Esperidião Amin reclamavam, porque, mesmo o Governo garantindo o pagamento, as pequenas, as micro e pequenas empresas tinham dificuldade, sim, Wellington, porque eles me procuravam.

E uma pergunta que nunca quis calar: o Governo tem o recurso, que é o fundo garantidor; por que tem que usar... A pergunta que eu fiz na época – era até o Paulo Guedes o Ministro... O Estado brasileiro tem o dinheiro e vai emprestar aos pequenos e microempresários, de quem eu tenho uma defesa grande, porque é quem emprega 75% dos empregados com carteira assinada... E eles ainda seguraram bastante dinheiro, porque isto era dito todo dia: "Caixa d'água cheia, mas não está chegando lá".

Se eu tenho um recurso, que é do Estado brasileiro, vou emprestar para as empresas e eu sou o avalista, porque, se as empresas não pagarem, sou eu que vou pagar, por que vamos botar o dinheiro nas mãos dos bancos?

Essa pergunta nunca quis calar, porque os bancos ficam, gente... E, acreditem, os pequenos têm dificuldades sim, Presidente. Fica lá botando, enchendo de mil burocracias, porque as pessoas me procuravam.

Eu queria dizer aqui que a Senadora Zenaide é de formação médica, mas nunca entendi, porque, se tem um fundo garantidor...

Quer dizer, aquele avalista que ninguém quer ser – não é, Tereza? –, hoje é avalista, o recurso é do povo brasileiro, do Estado, que garante que o banco pode emprestar aos pequenos, porque sou eu que vou pagar, se os senhores não conseguirem pagar... Por que vamos pagar taxas aos bancos?

Eu sei que viabilizar esse empréstimo direto... Mas, enquanto botar os bancos, eles vão dificultar sim, porque é feito assim. Dificultam, e tem aquele pequeno que não consegue nem chegar lá, porque tem medo de gerente de banco.

Então, eu queria dizer que o Governo empresta com o aval da gente... Fui a favor demais. Não teve nada que fosse para assegurar os empregos que eu não votasse a favor. Mas nunca entendi por que a gente tem que dar 3%, 5%, 1% para os bancos, e eles não terem perigo de nada. Por que quem é que garante? O Estado brasileiro. É uma pergunta que não quer calar. Esta pergunta aqui não quer calar.

Se o pequeno e o micro não conseguirem pagar, quem vai pagar não é o Governo? Vai garantir?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é como se o dinheiro fosse dos bancos, e, na verdade, não é! É o dinheiro com que a gente irrigou o banco, e ainda garante que, se ele não receber... E ele cobra taxa, gente, algo que quem entende mais de finanças deveria explicar, porque isso nunca que...

Nunca eu fiquei calada, porque eu perguntava, e Izalci e o próprio Esperidião Amin diziam: "A caixa d'água está cheia, mas as torneiras fechadas para os micro e pequenos".

Mesmo! É tanto, que sobrou fundo garantidor. E os pequenos cobrando da gente, porque eu não tenho nem dúvida...

Os grandes nem precisam, porque eles chegam lá e já fazem tudo isso.

Uma pergunta que não quer calar: a história da remuneração de sobras de caixa de banco: sai melhor para os bancos não emprestar e remunerar as sobras de caixa, o Governo comprando de novo esses papéis, ou não?

Podem achar que essa menina não entende nada de finança, mas pelo que eu conheço, é isso que a gente vê. Vamos...

Nada que seja a favor de micro e pequena empresas a Zenaide vota contra, porque eu sei que é onde está aquele lutador no dia a dia.

Agora que eu pergunto, porque você... Qual a empresa que tem o dinheiro, vai emprestar, mas ela é a própria que garante? Aí ela vai botar alguém para ganhar dinheiro em cima disso? Essa pergunta não quer calar.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Sr. Presidente...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – É essa a pergunta que eu faço.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Zenaide, a senhora está entendendo muito bem de finanças. Com o que V. Exa. falou aí, a senhora tocou na ferida. A sobra de caixa, que a gente tanto falou aqui, está sendo remunerada. O dinheiro que sobra das nossas contas, que está lá no banco, é remunerado para os bancos. Recurso nosso.

E a senhora tem total razão quando fala que esse recurso, para chegar nos pequenos, a burocracia é grande demais.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Realmente é difícil chegar.

Senador Izalci é o próximo inscrito?

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Eu só quero fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pela ordem... Questão de ordem.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – A Senadora Zenaide colocou um ponto importante sobre o percentual que os bancos que fazem a gestão dos recursos cobram, mas eu quero deixar, para tranquilizá-la um pouco, um enfrentamento que nós fazemos aqui, na aprovação desse projeto, porque, na emenda que eu apresentei, tem um artigo lá em que eu boto assim: "O banco administrador do FGO fará jus à taxa de administração sobre o patrimônio líquido do respectivo fundo, apropriada anualmente na razão de cinco décimos por cento [ou seja, 0,5%], a partir de 1º de janeiro de 2025".

Ou seja: essa emenda aqui vai exatamente em sintonia com a preocupação que a senhora tem com a cobrança.

Essa é uma informação.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Posso só perguntar?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pois não.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Por que os critérios... Já que o Estado brasileiro dará o fundo garantidor, por que os critérios de empréstimos? Essa burocracia é feita pelo banco e não por este Congresso, que está aprovando aqui um fundo garantidor. Por que o banco se acha com direito de selecionar a quem ele deve emprestar ou não, se a responsabilidade é do Estado brasileiro, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Izalci.

O Senador já terminou, Senador?

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Eu só queria complementar, porque a Senadora Zenaide pediu para complementar a informação dela. E, quanto a um assunto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importantíssimo que o Senador Wellington colocou aqui, sobre a ação dos bancos cooperados, eu tenho a informação aqui – os bancos cooperativos – que a Unicred fez 413 operações, o Sicredi fez 157.151 operações, e o Cicob fez 183.787 operações.

O montante de recursos alocados só via os bancos cooperados é da ordem de mais de R$20 bilhões, Sr. Presidente.

Acho que essa informação é importante, exatamente em sintonia, Senador Wellington, com o que o senhor colocou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Laércio, isso mostra a importância que tem o cooperativismo de crédito. São os que mais emprestam hoje; estão ganhando todas as taxas de juros para empresa, para os cooperados, para a área de serviço, e estão crescendo enormemente, graças a Deus, porque nós aqui vivíamos muito na mão desses bancos maiores.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, eu espero que dê tempo ainda de mudar algumas coisas nesse projeto e eu faço um apelo ao Relator.

A situação é a seguinte: o Pé-de-Meia foi criado para atrair os alunos do ensino médio, para que não haja evasão. Esse é o objetivo.

O critério de reprovação, hoje, é apenas falta; o conhecimento não é avaliado hoje nas escolas públicas. O único critério de reprovação é falta. E muitos faltam e exigem e ameaçam os professores para darem presença, mesmo não estando presentes, porque, se eles perderem, eles ameaçam os professores.

O Pronampe tem tudo a ver com empresa, pequenas e médias empresas. Eu vejo que, nesse projeto, esse recurso deveria ser destinado... Pode até ser ao Pé-de-Meia, mas para a educação profissional, porque, veja bem, hoje, no Brasil, nós não chegamos a 10% de jovens fazendo curso técnico. No mundo desenvolvido todo, esse número está em 60%, 50%. Tem países com 70% dos jovens fazendo curso técnico.

O nosso desafio no novo ensino médio, inclusive, foi criar um itinerário profissional. Em 2017 – eu fui o Presidente da Comissão –, nós o aprovamos. E a gente deu cinco anos para implementar o novo ensino médio, com a expectativa de que, com o itinerário profissional, haveria bastante aderência com relação ao projeto; mas, mesmo assim, não teve, até porque está se falando agora em mudá-lo – neste ano, nós estamos discutindo a mudança do novo ensino médio.

Então, o que acontece no ensino médio normal? Acontece que 90% dos alunos saem do ensino médio sem saber matemática – 90%! –; 70% saem sem saber português. Então, vai continuar do mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jeito, porque o fato de dar R$200 para o aluno não significa que ele vai estudar mais ou que a escola vai melhorar. Ele só vai receber R$200 a mais para ficar lá, para marcar presença.

Então, eu acho, em função até do programa, que é o Pronampe, que é de pequenas empresas e microempresas, que esse valor deveria ser destinado – tudo bem –, mas para os alunos que fizeram a opção pela educação profissional.

E a gente vai ter que, uma hora, criar um mecanismo de criar investimento na estrutura das escolas, porque, na educação profissional, o que é que acontece? Não tem infraestrutura. A escola não tem computador, não tem internet, não tem laboratório de ciência, não tem nada! Então, mesmo a educação profissional ainda é muito deficiente.

Se tem alguma coisa que funciona na educação profissional, é Senai, Senac, Senat – o Sistema S – e os institutos federais. Os institutos federais também são muito bons. Mas, fora disso, não tem... As escolas não têm estrutura para dar isso. E não tem instituto federal em todos os municípios, não chega a 10% dos municípios. Então, eu acho que a gente precisava concentrar esse recurso em algo que vá aqui trazer resultado. E o resultado é incentivar os alunos, através desse recurso, para quem fizer o ensino médio profissional, porque as empresas precisam de mão de obra. O Brasil hoje não tem mão de obra disponível no mercado. Na sua empresa, se você quiser mão de obra qualificada, você tem que patrocinar a formação, porque a escola não forma mais para você.

Então, Laércio, quanto ao seu pedido de vista, nós vamos pedir vista, tendo em vista o acordo, o entendimento aqui, mas, se desse para a gente poder ainda manter essa discussão ainda em aberto para poder ter emendas ou alguma coisa assim seria muito, muito importante.

O Laércio mesmo sabe, ele é da atividade empresarial, da dificuldade de mão de obra. Então, eu acho que vale a pena a gente investir esse recurso para a educação profissional. Está certo?

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Izalci.

Concedido o pedido de vista.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tem como pedir vista sem encerrar a discussão, Presidente? Porque tem a questão das emendas, para a gente manter a discussão ainda no...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A discussão não está encerrada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tem como deixar em aberto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não está encerrada a discussão. Foi feito o pedido de vista no início.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, dá para fazer emenda.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, pedido de vista concedido.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está bom, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Volta na próxima semana ou em outra data se o Relator e o autor chegarem a um acordo.

Item 11 da pauta.

ITEM 11

PROJETO DE LEI N° 5523, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, para permitir que as instituições financeiras utilizem como lastro de LCA de sua emissão, título de crédito representativo de repasse interfinanceiro.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-CRA.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela CRA, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CRA.

Concedo a palavra ao Senador para fazer o seu relatório, Senador *ad hoc*, designado *ad hoc*, Senador Laércio Oliveira.

Está com a palavra, Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, com a sua permissão, ir à análise...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Concedida.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – ... e, na sequência, ao voto. Mas antes quero cumprimentar o autor do projeto, o Senador Rogério Carvalho, meu conterrâneo.

E, na condição do Senador *ad hoc*, vamos ao relatório.

Análise.

Cabe destacar que o projeto inova o ordenamento jurídico, não aborda matéria reservada à lei complementar e atende à boa técnica legislativa, de acordo com a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, inicialmente, é importante registrar que a LCA, criada pela Lei nº 11.076, de 2004, tem se consolidado como um relevante mecanismo de levantamento de recursos para o financiamento da atividade agropecuária. Conforme registrado pelo Boletim de Finanças Privadas do Agro, desenvolvido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, o valor total em estoque de LCAs, em dezembro de 2023, correspondia a R$459,03 bilhões, sendo o título mais representativo entre os instrumentos de captação privada de recursos para o financiamento da atividade agropecuária.

Outro ponto que merece destaque é o fato de que a instituição financeira que emite LCA deve direcionar 50% (cinquenta por cento) dos recursos captados ao crédito rural, nos termos da Resolução nº 5.087, de 2023, do CMN. Em virtude disso, no período de julho a dezembro de 2023, 55% do volume das operações de crédito rural contratadas juntos aos bancos públicos e 37% das contratadas junto a bancos privados tiveram LCAs como fonte dos recursos.

Diante disso, é incontestável o mérito do Projeto de Lei nº 5.523, de 2023, ao buscar aprimorar o marco regulatório para esse título do agronegócio e potencializar a capacidade desse instrumento de levantar recursos junto a investidores privados e direcioná-los a investimentos produtivos no âmbito do setor agropecuário brasileiro.

É relevante registrar que a Lei nº 11.076, de 2004, a partir de autorização legislativa inserida pela Medida Provisória nº 725, de 11 de maio de 2016, e posteriormente alterada pela Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, já admite a utilização como lastro para emissão de LCA, no caso de bancos cooperativos, confederações de cooperativas de crédito e cooperativas centrais de crédito, de título de crédito representativo de repasse interfinanceiro em favor de cooperativa singular de crédito integrante do sistema.

A alteração proposta pelo PL aprimora, portanto, o marco regulatório dos títulos de crédito do agronegócio e potencializa a utilização das LCAs como instrumento para captação de recursos destinados ao financiamento privado do setor produtivo agropecuário. Só para se ter uma projeção, em 31/12/2023, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carteira elegível de lastro para emissões de LCA era de R$10,8 bilhões, até 2026, dadas as projeções de desembolsos, a carteira poderá atingir R$26,4 bilhões, o que colocaria no mercado pelo menos R$13 bilhões adicionais para a aplicação em economia verde, em infraestrutura e no setor agropecuário.

A única ressalva, contudo, é o fato de que o art. 2º proposto pelo projeto, ao condicionar a concessão dos benefícios tributários associados à emissão de LCAs à disponibilidade orçamentária, cria condição que pode limitar severamente o alcance desse instrumento de captação de recursos, além de gerar insegurança jurídica a ponto de inviabilizar o instrumento caso os emissores desses títulos não tenham a certeza, de antemão, quanto à disponibilidade dos benefícios tributários associados à LCA.

Para resolver esse problema, e não violar a Lei de Responsabilidade Fiscal ao não apresentar a estimativa da renúncia de receita e seu impacto orçamentário e financeiro, não acataremos a emenda supressiva constante na Emenda 1 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, retomando o texto do art. 2º do projeto original, com uma emenda de redação.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PL nº 5.523, com a emenda de redação que consta do relatório.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns, Senador Laércio, pelo seu relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação, o Projeto de Lei nº 5.523, de 2023, nos termos do relatório apresentado.

Os senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Rogério, se V. Exa. estiver em dúvida, quem vota com o Relator vota "sim".

Senadora Dorinha, estamos em processo de votação do Projeto de Lei 5.523, de 2023, de autoria do Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Dorinha Seabra.

Senador Carlos Viana.

Senador Wellington Fagundes.

Senador Rogerio Marinho.

O Senador Wilder Morais acaba de votar.

Senador Eduardo Gomes.

Senador Sergio Moro.

Senador Efraim.

Senador Fernando Dueire.

Senador Weverton.

Senador Flávio Bolsonaro.

Senador Otto Alencar.

Senador Omar Aziz.

Senador Angelo Coronel.

Senadora Janaína Farias.

Senadora Teresa Leitão.

Senador Sérgio Petecão.

Senadora Zenaide Maia.

Senador Ciro Nogueira.

Senador Mecias de Jesus.

Senadora Margareth Buzetti.

Senador Lucas Barreto.

Senador Humberto Costa.

Senador Jaques Wagner.

Senadora Damares Alves. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria pedir regime de urgência.

Já tem 14 votos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Consulto os Senadores e as Senadoras se já podemos encerrar a votação. (*Pausa.*)

Fernando Farias, o.k.

Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Certíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Certíssimo?

Autor do projeto... Não quer mais votos, não, autor do projeto?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, eu só quero o suficiente.

Eu quero pedir a urgência, Presidente, que a gente aprove a urgência aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Rogério, fui informado aqui que não tem como... Terminativo. A não ser que V. Exa. queira fazer um requerimento para passar no Plenário.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Não precisa, não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A votação está encerrada.

Peço que abra aí o painel. Obrigado, Senador.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Treze SIM, nenhum NÃO.

Está aprovado o Projeto de Lei 5.523, 2023, nos termos do relatório apresentado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 12.

ITEM 12

PROJETO DE LEI N° 6035, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, com o objetivo de destinar recursos aos Municípios para realização de projetos de eficiência energética nos sistemas de iluminação pública.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Pela aprovação nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo).

Observações: *A matéria foi apreciada pela CI, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CI (substitutivo).*

Concedo a palavra ao Senador Fernando Farias, para a leitura do seu relatório.

Senador Fernando, com a palavra.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado aí, Presidente.

Permita-me ir direto à análise? (*Pausa.*)

Presidente, permita-me ir direto à análise e, após o voto...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Por favor, Senador.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Após o voto, já antecipando a vista coletiva, porque tem uns últimos acertos para fazer com a Fazenda, que já estão acatados. Só para fazer a leitura daqui, o.k.?

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE analisar os aspectos econômico-financeiros das propostas que lhe são encaminhadas. Adicionalmente, por se tratar de deliberação em caráter terminativo, é necessário analisar também os aspectos formais da matéria, bem como sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL obedece aos ditames constitucionais. Em especial, nos termos do art. 22, inciso IV, da Constituição, compete à União legislar sobre energia. A iniciativa parlamentar é, portanto, legítima, uma vez que, além de tratar de tema de competência da União, não invade as competências privativas do Presidente da República previstas no art. 61, §1º, combinado com o art. 84, ambos também da Constituição.

Acrescente-se que o PL possui os atributos de novidade, abstratividade, generalidade, imperatividade e coercibilidade, sendo, assim, jurídico.

Sobre a técnica legislativa, o único erro que detectei é sanável e já foi devidamente tratado no substitutivo aprovado pela CI, conforme explicarei adiante. Fora esse ponto, não há outros reparos a fazer sobre o tema, estando o texto conforme o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No que diz respeito aos temas mais atinentes desta Comissão, o PL não traz quaisquer impactos sobre as finanças da União e não cria novas obrigações para nenhum ente. Pelo contrário, o projeto prevê a transferência de recursos financiados pelos usuários de energia elétrica para os municípios, tornando-os financeiramente mais saudáveis. Não há, portanto, o que avaliar em termos de aderência às normas de finanças públicas, em especial, com o disposto no art. 14 e seguintes da Lei Complementar nº 101, de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal.

No mérito, mantenho a mesma avaliação que me motivou a apresentar o relatório pela aprovação na forma de emenda substitutiva junto à CI. Ou seja, o projeto possui mérito, mas deve ser aprimorado nos cinco aspectos descritos anteriormente.

Repiso, rapidamente, a seguir, os argumentos apresentados junto à CI.

No mérito, justificam-se tanto a necessidade de troca de lâmpadas por modelos mais eficientes quanto a transferência de recursos para as prefeituras financiarem tais trocas. De acordo com estudo do Banco Mundial, o parque de iluminação pública no Brasil é estimado em mais de 18 milhões de pontos de luz e representa cerca de 4,3% do consumo total de energia elétrica do país, comprometendo de 3% a 5% do orçamento dos municípios. Tendo em vista esses fatos, creio ser desnecessário discutir a necessidade de uso de lâmpadas energeticamente mais eficientes, bem como a fragilidade financeira que atinge a imensa maioria dos municípios brasileiros.

O PL, com certeza, atende simultaneamente a duas das mais importantes demandas do país: aprimorar as finanças municipais e obter maior eficiência e racionalização no uso da energia.

Recapitulando, o parecer da CI trouxe os seguintes pontos de aprimoramento:

i) sanar erro de técnica legislativa, deslocando do art. 4º para o art. 5º a alteração proposta para a Lei nº 9.991, de 2000;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ii) suprimir o percentual mínimo de 40% de destinação dos recursos dos programas de eficiência energética no uso final para a iluminação pública;

iii) permitir que municípios menores utilizem recursos do Governo Federal, inclusive recursos humanos da Aneel e recursos da própria Lei nº 9.991, de 2000, para formatarem seus projetos de iluminação pública;

iv) prever que as alterações propostas pela lei sejam submetidas à avaliação *ex post*;

v) vedar a exigência de pagamento, por parte das concessionárias e permissionárias, pela atividade de cobrança e arrecadação da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública na fatura de consumo de energia elétrica.

Sobre a primeira sugestão para aprimorar o projeto, o art. 1º da Lei nº 9.991, de 2000, obriga as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica a aplicarem 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em duas áreas de atuação:

i) pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, que deve absorver 0,50% da ROL até 2025 e 0,75% a partir de 2026; e

ii) programas de eficiência energética no uso final, absorvendo 0,50% da ROL até 2025 e 0,25% a partir de 2026.

O PL altera o art. 4º da referida Lei nº 9.991, de 2000. Ocorre que esse art. 4º trata do uso dos recursos para pesquisa e desenvolvimento, ao passo que o objetivo do PL é destinar recursos dos programas de eficiência energética no uso final para municípios. A destinação desses recursos está prevista no art. 5º. Por isso, é necessário corrigir esse equívoco de técnica legislativa.

Sobre a segunda sugestão para aprimorar o projeto, o Programa de Eficiência Energética, regulado pela Aneel, já investe milhões em programas voltados exclusivamente para a iluminação pública. Levando-se em consideração a realização de ações voltadas aos municípios, as diretrizes atuais dos Procedimentos do Programa de Eficiência Energética (Propee), que orientam a realização de investimentos em iluminação pública e são amplamente disseminadas pelas distribuidoras em todas as áreas de concessão do país, entendo não haver necessidade de se fixar um percentual específico para essa destinação. Ademais, a fixação de um percentual mínimo para investimentos em iluminação pública poderia gerar custos transacionais adicionais para as equipes das distribuidoras e desperdício de recursos, pois, para atender ao mínimo previsto, os programas de racionalização do uso de energia poderiam deixar de atender outras prioridades.

Sobre a terceira sugestão de aprimoramento, falta, muitas vezes, para os municípios, principalmente para os menores e mais carentes, capacidade técnica e jurídica para acessar esses mecanismos existentes. Assim, o projeto pode ser aprimorado com a explicitação de que recursos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eficiência energética podem ser utilizados para estruturação e realização de projetos de eficiência energética nos sistemas de iluminação pública. Entendo também que, em função das especificidades de cada município, é razoável permitir que haja requisitos diferenciados, por exemplo quanto ao prazo para apresentação e implementação dos projetos, a serem definidos em regulamento.

A quarta sugestão de aprimoramento decorre da necessidade de se perseguir maior transparência e eficiência com o gasto público. São milhões de reais aplicados anualmente em iluminação pública, sem qualquer exigência de avaliação. Observe-se que no Decreto nº 10.411, de 2020, que regulamenta a Lei 13.874, de 2019, já existe a elaboração de avaliação de impactos regulatórios e a avaliação *ex post* para projetos selecionados. Essa exigência, contudo, é restrita a alterações introduzidas por normas infralegais, não sendo prevista para políticas públicas definidas em lei. Daí a necessidade de a lei prever o AIR.

A quinta sugestão de aprimoramento se relaciona à cobrança da Contribuição do Serviço de Iluminação Pública (Cosip). O parágrafo único do art. 149-A da Constituição permite que o município escolha se a arrecadação da Cosip deve ser cobrada na fatura de consumo de energia elétrica. Ocorre que muitos municípios que editaram leis instituindo a Cosip, com a arrecadação se dando por meio da fatura de consumo de energia elétrica, têm sido obrigados a pagar tarifas para as concessionárias, com cobranças, muitas vezes extorsivas, no meu entendimento, para a realização do serviço. Algumas concessionárias chegam a impor uma taxa de 10% do valor da Cosip.

Para evitar esse abuso de poder, propus, no substitutivo da CI, que fosse vedada a cobrança da taxa em questão por parte das concessionárias e permissionárias. Conforme consta naquele parecer, com tal vedação, haverá mais recursos disponíveis para investimento em iluminação pública.

Estimativas apontam para algo em torno de R$300 milhões por ano adicionais para os municípios aplicarem em novos investimentos.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei 6.035, de 2019, na forma da Emenda nº 1 – CI (Substitutivo).

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns, Senador Fernando.

Senador Fernando, esse projeto vem em excelente hora, principalmente, estava aqui lendo com V. Exa., em relação a essa taxa que é cobrada dos municípios, das concessionárias, das permissionárias, que é um absurdo. E aqui ele limita isso, sobrando dinheiro e mais recursos. Tem município em que, é verdade, eu fui Prefeito, chega a ser 10% a cobrança. E os municípios não cobram deles a taxa, por exemplo, de ter um poste ali nas calçadas. Mas eles cobram esses 10%, chegando a ser 10%, dependendo dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um projeto meritório. Creio que os Senadores e as Senadoras vão votar favoravelmente a esse projeto.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – É isso, Presidente. Quero só dizer que é só inserir, na cobrança que as próprias concessionárias fazem, um itenzinho lá de cobrança dessa taxa. É muito simples.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Isso é simbólico até.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o Substitutivo ao Projeto de Lei 6.035, de 2019, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim". (*Pausa.*)

V. Exa. pediu vista? Vai pedir a vista coletiva?

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – A vista coletiva é porque tem um itenzinho da Fazenda, que já está acatado, que a gente tem que inserir no...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eu peço que cancelem a votação. (*Pausa.*)

Senador Fernando, será concedida vista coletiva.

V. Exa. quer que volte na próxima semana ou fica sem prazo?

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Próxima semana. O.k. (*Pausa.*)

Bem, como esse era o último projeto, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos.

Quero aqui, em tempo, agradecer a presença da imprensa, que esteve nos acompanhando, ao Daniel Marques, da Arko Advice.

Daniel, obrigado pela presença aí.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até a próxima terça.

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas do dia onze de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes, Izalci Lucas, Efraim Filho, Fernando Dueire, Weverton, Plínio Valério, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Janaína Farias, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Jaques Wagner, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Tereza Cristina, Esperidião Amin, Damares Alves e Soraya Thronicke, e ainda do Senador Beto Faro, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Irajá, Sérgio Petecão e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 6211, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 12.304, de 2 de agosto de 2010, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) e dá outras providências, para aperfeiçoar os mecanismos de gestão econômica e financeira dessa empresa." **Autoria:** Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1 - CAE (Substitutivo). **Observação:** A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2840, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o § 3º do art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e insere o art. 71-D na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a licença-maternidade e o salário-maternidade, em caso de parto antecipado." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho (*Ad hoc*), substituiu Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 - CAE (Substitutivo). **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 29, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre normas de seguro privado; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável, nos termos da Emenda nº 14-CCJ (substitutivo), e contrário às Emendas nºs 15 a 18. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3670, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para retirar a obrigatoriedade de cobrança de FGTS e Contribuição Previdenciária sobre a remuneração recebida por empregados que já sejam aposentados, bem como altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 para criar cadastro específico de vagas de trabalho para aposentados junto ao Sistema Nacional de Emprego (Sine)." **Autoria:** Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4314, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e as Leis nº 7.347, de 24 de julho de 1985, nº 7.797, de 10 de julho de 1989, e nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para destinar o valor arrecadado com o pagamento de multas por crimes e infrações ambientais cometidos na Amazônia Legal ao financiamento de ações voltadas à promoção da agricultura familiar na mesma região." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto e à Emenda nº 1-T, com uma emenda de sua autoria. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1-T-CAE e 2 -CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 6035, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, com o objetivo de destinar recursos aos Municípios para realização de projetos de eficiência energética nos sistemas de iluminação pública." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Pela aprovação nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo). **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 1-CI-CAE (Substitutivo), com a Subemenda nº 1-CAE. **Observação:** O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2838, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.196, de 21 de Novembro de 2005 – Lei do Bem." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo), com uma subemenda apresentada. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 397, de 2024 - Terminativo -** que: "Autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Munícipio, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extremas." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Alan Rick. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1, 2 e 3 – CRA. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1706, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre normas gerais para concessão do Passe Livre Estudantil." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, de três emendas que apresentadas e da Emenda nº 1, na forma de uma subemenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 6020, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000 e Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018, para incentivar a pesquisa sobre mobilidade elétrica no Brasil." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao projeto, contrário às Emendas nºs 1 e 2-CCT, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 3, nos termos das três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 596, de 2023 - Terminativo -** que: "Concede remissão dos débitos referentes à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de que trata a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2022, decorrentes da cessação de efeitos, de forma automática ou por meio de ação rescisória, de decisão judicial transitada em julgado." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos ternos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), com uma subemenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 5008, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a produção, importação, exportação, comercialização, controle, fiscalização e propaganda dos cigarros eletrônicos, e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). **Relatoria:** Senador Eduardo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gomes. **Relatório:** Favorável, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 65, de 2024** que: "Requer audiência pública para debater a MP 1227/2024" **Autoria:** Senador Rogerio Marinho (PL/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 66, de 2024** que: "Requer criação de grupo de trabalho" **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 67, de 2024** que: "Requer realização de audiência pública com o objetivo de discutir os impactos econômicos de possível retirada dos terrenos de marinha do domínio da União." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 68, de 2024** que: "Requer adiamento da discussão do PL nº 5008/2023, que "dispõe sobre a produção, importação, exportação, comercialização, controle, fiscalização e propaganda dos cigarros eletrônicos, e dá outras providências", até que seja realizada Sessão de Debates Temáticos no plenário do Senado Federal." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/11

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) - Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data 11 de junho de 2024.
Comunicados da Presidência.
Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos: Mensagem nº 220, de 2024, da Presidência da República, que encaminha relatório de avaliação de receitas e despesas; Ofício nº 491, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2024, do Conselho Federal de Contabilidade; e Ofício SN, de 2024, do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp).
Os documentos, nos termos da Instituição Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no site desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.
Antes de iniciarmos o nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 22ª Reunião, realizada em 04/06/2024.
As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. (Pausa.)
Prezadas Senadoras e prezados Senadores, gostaria de iniciar nossa reunião falando sobre a MP 1.227, de 2024, que revoga as hipóteses de ressarcimento e de compensação de créditos presumidos da contribuição para o PIS-Pasep e da Cofins. Entendo que o melhor para o país, neste momento, é a devolução dessa medida provisória pelo nobre Presidente do Congresso Nacional, o Senador Presidente deste Senado Federal Rodrigo Pacheco.
Devemos lembrar que aprovamos aqui, nesta Comissão e no Plenário do Senado Federal, diversas propostas do Governo, contribuindo para o projeto de país que trouxeram desde o ano passado.
Lembrando, resumidamente, podemos relacionar o novo arcabouço fiscal, o programa Desenrola, o marco das garantias, o Carf, o PL dos juros e correção monetária, fundos exclusivos, aditamentos em operações externas com recurso da União, entre muitos outros de que poderia ficar muito mais tempo aqui falando.
No entanto, o Governo insiste em nos enviar propostas como a MP 1.185, de 2023, sobre as subvenções, que trouxe inúmeros prejuízos e até desinvestimentos a diversos setores da nossa indústria.
Seja bem-vinda, Senadora Tereza!
A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Fora do microfone.) - Obrigada.
10:03
R
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - No entanto, o Governo agora... Com a MP 1.227, de 2024, a perspectiva é ainda mais grave. A medida pega em cheio o início da carreira produtiva, o que faz com que todo o restante da cadeia pague esse ônus e o leve diretamente ao preço final. Além disso, algumas distribuidoras de combustível já têm noticiado o aumento de até 7% em seus preços na bomba, o que também contribui para a elevação do preço de todos os produtos ao brasileiro mais simples. O resultado de todas essas consequências é o incentivo ao crescimento de nossa velha conhecida inflação. E quem paga mais e sofre mais com ela é a população menos favorecida, ou seja, perdem os produtores, perdem os consumidores e perde a população em geral.
Outro assunto que gostaria de trazer aqui hoje é o requerimento que estamos apresentando para constituir um novo grupo de trabalho para os membros desta Comissão discutirem a regulamentação da reforma tributária. Fazemos isso agora em razão de nossa feliz experiência com o grupo de trabalho desenvolvido aqui e que muito contribuiu para a melhoria do texto da PEC da reforma. Vamos repetir a experiência de sucesso para contribuir mais uma vez com o aperfeiçoamento dos textos dos projetos de lei complementar que chegarão em breve a este Senado Federal.
Como procedimento para a constituição do grupo de trabalho pedimos aos nobres Senadores e Senadoras que tiverem interesse em participar do grupo que solicitem às suas respectivas assessorias que enviem e-mail à Secretaria desta CAE nos informando, para que possamos iniciar os trabalhos o quanto antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era o que tinha a registrar.
Boa reunião a todos nós!
Item 1 da pauta.
O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Com a palavra, Senador Eduardo.
O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) - Presidente, gostaria de, primeiro, cumprimentá-lo e cumprimentar todos os Senadores e Senadoras e pedir, Presidente, a junção para votação do item 12 e do item 1, tendo em vista a característica de votação.
E um pequeno histórico gostaria de fazer com V. Exa. sobre o tema do item 12.
Conversei agora pouco com o Senador Mecias de Jesus, falei com ele a respeito da rejeição das duas emendas que ele havia apresentado; e conversei também, agora há pouco, com o Líder Jaques Wagner, contando o histórico dessa nossa tramitação desse projeto do vape.
Essa tramitação, Sr. Presidente, teve um acordo firmado no encerramento da sua discussão para que abríssemos novamente o prazo e fizéssemos, consequentemente, um espaço para audiência pública das três Comissões, Comissão de Saúde, Comissão de Fiscalização e Controle, Defesa do Consumidor e Comissão de Assuntos Econômicos. Assim procedemos.
Então, eu gostaria...
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Senador Eduardo, a informação que eu tenho aqui do nosso assessor, gerente aqui da nossa CAE...
O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Presidente...
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - ... é que a discussão não foi encerrada. Hoje a discussão ainda está em aberto.
É do item 12 que V. Exa. está falando, não é?
O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Não há prejuízo, Presidente. Não é o que está gravado aqui, quando a gente fez, inclusive, a possibilidade de votação contínua, e nós paramos a votação por conta de um acordo de cavalheiros, uma questão de ética com relação ao Líder do Governo, porque ele havia pedido vista, mas havia sido dado o encerramento de discussão.
Mas não tem problema; eu acho que, se quiser discutir, pode discutir. Eu queria só, nesse caso, como temos um debate sobre inteligência artificial aqui no Plenário do Senado, e como sou Relator, e os convidados já estão lá, eu gostaria de fazer a leitura dos dois itens - a votação do primeiro item, e a leitura do segundo item -, sem prejuízo, que seja o último item para a votação, ou qualquer consequência legislativa, que a gente leve em consideração a leitura do relatório.
10:07
R
Já há uma discussão ampla sobre esse assunto, há uma discussão que foi levada a duas audiências públicas, então realmente a gente chegou a um momento em que é preciso deixar a matéria andar. No voto, se ganhar, ganhou; se perder, perdeu, a gente deixar fazer.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Item 1.
O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Senador Eduardo Girão.
O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) - Pela ordem, Presidente Vanderlan.
Paz e bem, queria cumprimentar meus colegas aqui.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Paz e bem, Senador.
O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - ... nesta sessão importante. E só para ratificar, viu, Presidente, esse assunto de cigarro eletrônico é um assunto muito grave, eu participei da sessão em que nós estivemos aqui, ouvindo especialistas. Nós temos aí um calhamaço, Senador Jaques Wagner, de entidades médicas alertando para a arma química que é cigarro eletrônico. Então, eu vou pedir vista, já quero avisar, vou pedir vista, isso aqui, inclusive, está previsto nas notas taquigráficas e gostaria de pedir a V. Exa. que não invertesse essa pauta.
O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Presidente...
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Senador Girão, o item 1... O item de que V. Exa. está pedindo vista é o item 12.
Senador Rogério, com a palavra.
O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) - Eu quero, Sr. Presidente... Primeiro, eu reconheço aqui o argumento do Senador Girão - raramente a gente concorda, não é? E a gente concorda neste assunto, no mérito, no mérito, porque o cigarro eletrônico, apesar de ele parecer menos inofensivo, ele é socialmente acolhido em qualquer ambiente, em qualquer lugar, então as pessoas fumam uma quantidade maior.
A gente sabe que a redução do número de fumantes decorre das restrições que foram sendo impostas aos fumantes, não pode fumar no local de trabalho, não pode fumar em prédio público, não pode fumar em restaurante...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - ... não pode fumar em vários lugares.
O cigarro eletrônico, as pessoas fumam em todos os lugares e, portanto, você tem um aumento do consumo e um aumento na ingesta de fumaça a uma temperatura elevada, que é causadora de um grande mal a quem faz uso desse utensílio que produz fumaça. Mas proibir vai trazer qual o resultado? Diminuição do controle, diminuição da arrecadação, diminuição de controle, inclusive, sanitário, ou seja, da quantidade de substâncias, que substâncias nós vamos ter nesses dispositivos...
Então eu acho que é um debate que a gente pode, até no mérito, concordar, mas, na prática, nós vamos continuar tendo essa comercialização permanente de cigarro eletrônico de forma ilegal, sem gerar contribuição para ninguém, só gerando mal, sem regulamentação, ou seja, se escondendo ou escondendo um problema.
10:11
R
Eu sou do tipo que acha que a gente tem que trazer à luz do dia tudo aquilo que é socialmente aceito e que já é consumido, apesar de eu concordar com você e ter a mesma tese: acho que isso não deveria ser algo que as pessoas consumissem, por conta da falta de restrição que tem e pelo excesso de consumo. Agora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem é que vai controlar isso? Quem é que vai garantir que não vai ter contrabando? Quem é que vai garantir que as pessoas não vão estar com seu aparelhinho, com seu dispositivo na mão, inalando aquela fumaça, sem você saber qual é o conteúdo, qual é a composição daquele conteúdo?
Então, eu acho que, no momento certo, devemos definir como isso deve acontecer.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Com certeza, Senador Rogério.
Vamos ao item 1 da pauta.
Eu queria sugerir aqui a V. Exa. - o item que está até em discussão antes da hora é o item 12 - que a gente, se for sobre a questão do cigarro eletrônico...
Sim, Senador Rogerio.
O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) - Sr. Presidente, na verdade é uma questão de um requerimento extrapauta.
A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) - Sim.
O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) - Então, eu pediria a V. Exa., se fosse possível, incluí-lo e votá-lo em primeiro lugar, porque é uma coisa simples, eu acho que é consensual, todo mundo vai concordar aqui. Seria uma audiência pública com o Ministro Haddad, com os representantes das principais federações que representam a economia do país, para tratar justamente dessa Medida Provisória 1.227. Não tenho dúvida de que o Líder do Governo será favorável, todos aqui, nesta Casa, dada a pertinência, a tempestividade e a importância do tema.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Será atendido.
Vamos... Item...
Senadora Tereza.
A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) - Bom dia, Senador Vanderlan.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Bom dia, Senadora Tereza.
A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) - Bom dia a todos os colegas.
Eu quero me somar a essa audiência pública, me inscrever para também esse pedido, acho muito importante. É um assunto que está movimentando o setor produtivo brasileiro. Existe uma revolta pela maneira com que a medida provisória chegou a esta Casa e com o que ela traz no seu bojo, que é um confisco, na verdade, de um direito do setor produtivo brasileiro, quando você não pode compensar o PIS-Cofins. Então, eu acho que esse assunto é muito importante, deve ser debatido.
Na minha opinião, precisava que o Presidente Pacheco devolvesse essa medida provisória, mas eu acho que nós somos uma Casa do diálogo. Vamos esperar. Ele fez uma entrevista ontem e, ao meio-dia, ele vai dar uma declaração da posição dele sobre a medida provisória. A gente vai aguardar.
(Soa a campainha.)
A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) - Mas acho que esse tema vai passar hoje, o dia todo, na nossa pauta, nas nossas conversas e nas nossas discussões.
Muito obrigada.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Líder Jaques Wagner, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) - Eu sei do - vou chamar assim - do ruído da 1.227. Estive ontem com o Presidente Pacheco, com o Presidente da República, com o Ministro Haddad, tivemos uma conversa, já tive várias conversas com o Presidente da CNI, com outros segmentos da economia.
Eu queria fazer uma sugestão, Presidente: que, se fosse possível, porque eu acho que é premente e a disposição do Ministro Haddad é total para fazer isso... Então, eu não posso só dar o horário, porque eu preciso consultá-lo, mas eu acredito que ele viria de bom grado a esta Comissão hoje ou amanhã.
10:15
R
O que ele está mais fazendo é tentando explicar o que eventualmente não foi bem compreendido. Eu, como já ouvi, prefiro não ser eu a transmitir. Acho que a gente vai ter que separar quem está legitimamente defendendo o seu direito de quem eventualmente exacerbou nesse direito, que é o objeto. Mas eu não quero entrar na discussão, só quero lhe dizer que, se V. Exa. entender assim, eu, ao sair desta reunião, falo com o Ministro Haddad. Ele tem feito isso direto. Então, da minha parte, zero de problema.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Por parte dessa Presidência e eu creio que dos Srs. Senadores e Senadoras da mesma forma, Líder Jaques Wagner. Veja o horário que o Ministro pode vir a esta Comissão, e nós estaremos aqui prontamente para recebê-lo.
Senadora Damares.
O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) - Presidente, só para dizer que os presidentes das federações estão todos em Brasília. Então, se pudesse ser marcada para amanhã, eles poderiam estar presentes também.
A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) - Damares, posso?
(Intervenção fora do microfone.)
A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) - Eu acho que se ele pudesse hoje e fizéssemos aqui, sei lá, porque tem Plenário, mas era importante essa fala dele aqui conosco. Nós, a grande maioria dos Senadores, e a torcida do Corinthians não entendemos essa MP. Então, eu acho que ele precisa realmente explicar os pontos que ele tem, porque há uma incompreensão generalizada. Eu nem sabia que tinha frente parlamentar de rochas raras.
Esse pessoal também, hoje de manhã, me procurou dizendo do tamanho do prejuízo que o setor terá.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Frente parlamentar de quê, Senadora?
A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) - Rochas - rochas especiais.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Rochas especiais.
Senador Jaques Wagner, eu sugeriria...
A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) - E também, Senador Vanderlan, porque nós temos uma data, dia 20 as empresas precisam pagar o PIS-Cofins, que não poderão compensar. Então, existe uma preocupação enorme do setor.
(Soa a campainha.)
A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) - Hoje é dia 11, não é? Amanhã é Dia dos Namorados, hoje é dia 11.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero dizer que realmente é premente que esta audiência pública aconteça o mais rápido possível.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Senador Jaques Wagner, se o Ministro pudesse vir hoje às 14h, eu creio que é um bom horário, não é? Líder Otto, 14h é um bom horário?
O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) - É, pode ser. Depende aí da disponibilidade também do Ministro. Normalmente, convoca-se ou convida-se para o dia seguinte ou depois, não no mesmo dia. Imediatamente é mais complicado.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Foi nos informado que não tem Plenário disponível. E o Ministro sempre nos atendeu muito bem. Eu creio, Líder Otto, que ele vai cancelar alguma agenda que, porventura, tiver para vir aqui, porque nós estamos todos agoniados.
Senadora Damares, com a palavra.
A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) - Presidente, como a gente vai votar o requerimento extrapauta, tem também o meu extrapauta, não quer votar no bloco aí os dois? O meu requerimento é para adiamento da discussão do item 12, sobre os cigarros eletrônicos. É possível votarmos os dois agora? (Pausa.)
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - O requerimento, Senadora Damares, é votado na matéria, tá?
A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) - O.k.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Item extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 65, DE 2024

Requer audiência pública para debater a MP 1227/2024
Autoria: Senador Rogerio Marinho (PL/RN)
Requer audiência pública para debater os impactos da Medida Provisória 1.227, de 2024, na economia brasileira, com a presença dos seguintes convidados: representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA); representante da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia); representante do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP); representante do Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração); representante do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma); e o Sr. Fernando Haddad, Ministro da Fazenda.
10:19
R
Em votação o requerimento.
As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como...
O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Presidente...
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - ... se encontram.
O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) - Pela ordem, Presidente.
Eu gostaria de pedir a inclusão da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - A CNI (Confederação Nacional da Indústria) será incluída.
O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado o Requerimento nº 65, de 2024, da CAE.
Requerimento extrapauta, nº 66, de 2024.

EXTRAPAUTA
ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 66, DE 2024

Requer criação de grupo de trabalho
Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)
Requer a criação de grupo de trabalho com o objetivo de avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional em sua estrutura e seus componentes e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, através da análise dos projetos de lei que regulamentarão a PEC aprovada da reforma tributária.
Em votação o requerimento.
As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram, (Pausa.)
Aprovado o Requerimento nº 66, de 2024, da CAE.
Requerimento... (Pausa.)
Sem número ainda.

EXTRAPAUTA
ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 67, DE 2024

Requer realização de audiência pública com o objetivo de discutir os impactos econômicos de possível retirada dos terrenos de marinha do domínio da União.
Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)
Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos econômicos de possível retirada dos terrenos de marinha do domínio da União.
Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério de Portos e Aeroportos; representante do Gabinete de Segurança Institucional; representante da Secretaria de Patrimônio da União.
Justificação.
O presente requerimento objetiva discutir impactos econômicos de possível retirada dos terrenos de marinha do domínio da União.
Os terrenos de marinha são as áreas situadas na costa marítima, as que contornam as ilhas, as margens dos rios e das lagoas, em faixa de 33m medidos a partir da posição do preamar (maré cheia), médio de 1.831, desde que nas águas adjacentes se faça sentir a influência de marés com a oscilação mínima de 5cm.
Acreditamos não ser técnica e juridicamente viável a distribuição desses imóveis entre os estados, municípios e particulares.
Ademais, a mudança de titularidade dos terrenos de marinha atualmente pertencentes à União e sua extinção pode impactar o Balanço Geral da União (BGU) e as receitas correntes da União, tornando-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental que o tema seja discutido em audiência pública, assegurando-se a transparência e a participação popular do processo legislativo.
Contamos, portanto, com o apoio dos nobres pares à aprovação do presente requerimento.
Sala da Comissão.
Em votação o requerimento pedido pelo Senador Rogério Carvalho.
As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram (Pausa.)
Aprovado.
10:23
R

ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 6211, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei n° 12.304, de 2 de agosto de 2010, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) e dá outras providências, para aperfeiçoar os mecanismos de gestão econômica e financeira dessa empresa.
Autoria: Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ)
Relatoria: Senador Eduardo Gomes
Relatório: Pela aprovação, nos termos do substitutivo apresentado.
Observações:
1. Em 4/6/2024, foi concedida vista coletiva da matéria.
1. A matéria foi apreciada pela CCJ, com parecer favorável ao projeto.
2. A matéria será apreciada pela CI, em decisão terminativa.
Uma vez que o relatório já foi lido, consulto o Senador Eduardo Gomes se gostaria de fazer uso da palavra.
O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) - Sr. Presidente, é apenas para agradecer.
Houve a tentativa de acordo, houve o acordo, não há emenda. É apenas para votação.
Gostaria depois que o senhor me concedesse a palavra por um minuto, só para falar sobre outro item, para eu sair já.
Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Depois da deliberação?
O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Depois da deliberação.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - A matéria está em discussão. (Pausa.)
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
A votação será simbólica.
Em votação o relatório apresentado.
Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CAE (Substitutivo).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
Senador Eduardo.
O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) - Presidente, agradeço a V. Exa.
Com relação ao item 12, nós entramos em entendimento com o Senador Mecias de Jesus pela rejeição das duas emendas. Como eu não estarei aqui, porque estarei no debate sobre o relatório de IA, peço, já que haverá o pedido de vista, já anunciado aqui, que a gente tenha a possibilidade de leitura pelo Relator ad hoc se for necessário, ou, senão, eu volto rapidamente para fazer essa leitura. Não vejo necessidade de maiores discussões.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Por favor, Senador Eduardo, faça o complemento de voto de V. Exa., porque teve emendas. Em seguida, a gente vai conceder vista coletiva, a pedido do Senador Eduardo.

ITEM 12
PROJETO DE LEI N° 5008, DE 2023
- Não terminativo -

Dispõe sobre a produção, importação, exportação, comercialização, controle, fiscalização e propaganda dos cigarros eletrônicos, e dá outras providências.
Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)
Relatoria: Senador Eduardo Gomes
Relatório: Favorável, com uma emenda que apresenta.
Observações:
1. Em 17/04/2024, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do senador Mecias de Jesus.
2. Foi apresentado voto em separado, de autoria da senadora Zenaide Maia.
3. Foi apresentado Requerimento nº 64/2024, de adiamento de votação da matéria.
4. Em 21/05/2024, foi realizada audiência pública para debater a matéria.
5. A matéria será apreciada pela CTFC e, em decisão terminativa, pela CAS.
O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) - Sr. Presidente, pela ordem.
Antes do pedido de vista, meu colega Senador Eduardo, tem um requerimento da Senadora Damares, que é o pedido de adiamento de discussão, e eu tenho um requerimento também de adiamento de votação. Então, eu gostaria de fazer essa solicitação para o senhor, para deixar o pedido de vista para outro momento.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Senador Eduardo Girão, quando o Senador Eduardo fizer o complemento de seu relatório, aí V. Exa. pode... Aí nós vamos fazer a leitura do seu requerimento, o.k.?
O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fora do microfone.) - Está bem. Obrigado.
O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Sr. Presidente...
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Só um momento, Senador, por favor.
O senhor está retirando o pedido de vista, Excelência?
O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Não, é o seguinte: primeiro, tem a solicitação da Senadora Damares, um requerimento dela de adiamento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Nós vamos lê-lo em seguida, após o Senador apresentar o seu voto.
O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Está bom. Muito obrigado.
O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) - Sr. Presidente, chega ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei nº 5.008, de 2023, de autoria da Senadora Soraya Thronicke, que regulamenta a produção, importação, exportação, comercialização, controle, fiscalização e propaganda dos cigarros eletrônicos, e dá outras providências.
Na sessão de 12 de março deste ano, foi lido o relatório e aprovado o requerimento para a realização de audiência pública com o intuito de aprofundar o debate e instruir a matéria. A audiência pública foi realizada no dia 21 de maio, e a matéria retorna à análise desta Comissão.
10:27
R
Tendo em vista que já foi feita a leitura do relatório, peço vênia a V. Exa. e aos colegas Senadores para, na oportunidade, oferecer apenas a consideração acerca das Emendas 1 e 2, apresentadas no dia 17 de abril pelo nobre Senador Mecias de Jesus.
Em relação à Emenda nº 1, da CAE, a proposta sugere que a arrecadação da contribuição para PIS-Pasep e Cofins sobre cigarros eletrônicos seja destinada aos sistemas públicos de saúde. Entretanto, não é possível afirmar que há um nexo de causalidade inequívoco entre uso dos cigarros eletrônicos e doenças crônicas não transmissíveis. Não é possível estimar como o uso de cigarros eletrônicos oneraria o sistema público de saúde. Por isso, sugerimos a rejeição da Emenda nº 1, da CAE.
Por sua vez, a Emenda nº 2, da CAE, propõe a inclusão de um novo capítulo no PL 5.008, de 2023, para tratar da tributação dos cigarros eletrônicos, definindo diversos pormenores, tais como definição de fabricantes e importadores, exclusão das receitas de venda de cigarros eletrônicos do regime não cumulativo, base de cálculo para a contribuição para PIS-Pasep e Cofins, entre outros aspectos.
Entretanto, é preciso destacar que cigarros eletrônicos e convencionais possuem naturezas e impactos diferentes, e aplicar a mesma carga tributária a ambos viola o princípio da isonomia e da capacidade contributiva estabelecidos na Constituição Federal. Além disso, a seletividade do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a não cumulatividade de PIS-Pasep e Cofins não são respeitadas com essa equiparação, o que pode gerar distorções tributárias e administrativas. Tributar igualmente esses produtos pode fomentar o mercado ilegal, prejudicando as políticas públicas de saúde e de controle de tabagismo.
Portanto, a rejeição da Emenda nº 2, da CAE, garante um tratamento tributário mais justo e adequado, respeitando as especificidades de cada produto e os preceitos legais.
Voto.
Diante do exposto, e com vênias ao prezado Senador Mecias de Jesus, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.008, de 2023, pela rejeição das Emendas nºs 1, da CAE, e 2, da CAE, e com a emenda apresentada anteriormente por ocasião da leitura do relatório perante esta Comissão.
É esse o voto, Sr. Presidente.
Nós pedimos apoio dos Parlamentares, tendo em vista que esta matéria foi amplamente debatida e já com duas audiências públicas.
O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) - Sr. Presidente...
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Líder Otto, com a palavra, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) - Para discutir a matéria, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, eu respeito, claro, tanto o Relator como a iniciativa da Senadora Soraya e os bons propósitos dela. No entanto, médico que sou e que já acompanhei tantos pacientes que tiveram a sorte selada pelo uso do cigarro comum e também do cigarro eletrônico... É porque o cigarro eletrônico tem quase a mesma composição química que tem o cigarro comum. O cigarro comum tem nicotina e tem alcatrão. Todas as duas substâncias têm efeito cumulativo no pulmão, ou seja, a nicotina entra com a fumaça... Você vai tragar e jogar a fumaça, mas fica uma quantidade de nicotina nos alvéolos. O cigarro eletrônico, além de nicotina, tem monóxido de carbono, tem formaldeído, tem uma série de substâncias que são tóxicas ao organismo e que podem desenvolver uma série de complicações no pulmão: a atelectasia, o câncer do pulmão...
10:31
R
A nicotina causa o câncer mais grave do pulmão, que é o câncer que liquida um paciente em um ano ou no máximo em dois anos, que é o carcinoma broncogênico do pulmão, causado exatamente pela nicotina, além de uma série de outras complicações.
E o cigarro eletrônico vem na sua fumaça com todas essas substâncias.
Não é porque eu não fume, não. Eu nunca usei cigarro, nunca fumei e respeito quem tem o hábito de fumar. No entanto, eu estou falando aqui como médico que sou e que acompanhei, inclusive, alguns dos meus amigos que eram fumantes, que fumaram 20 anos e que deixaram, por exemplo, de fumar há 10 anos, pensando que, deixando de fumar por 10 anos, com os 20 anos em que se acumulou a nicotina, estariam livres do câncer e não estavam.

(Soa a campainha.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) - E depois desenvolveram essa forma de câncer, que é a mais grave de todas, que é o carcinoma broncogênico do pulmão, que mata em um ano, em um ano e meio ou em dois, que não tem ainda lamentavelmente... O mundo hoje já tem cura para quase 80% das formas de câncer, quando é diagnosticado precocemente, mas para esse não. Mesmo diagnosticado precocemente, ele leva a óbito paciente em um ano, em um ano e meio. Então, eu falo aqui em defesa até da saúde, da vida das pessoas.

(Soa a campainha.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) - Não é uma coisa de interesse meu, pessoal, absolutamente. É a prevenção de tantas doenças que ocorrem pelo cigarro.
Eu encaminho assim o voto contra nesta matéria, respeitando a Senadora Soraya, porque eu tenho uma admiração e respeito muito grande pela iniciativa dela, até para se normatizar isso - quem vai fazer que faça dentro de um regramento de Estado, pois não tem esse regramento -, mas eu me coloco frontalmente pelo que eu já acompanhei ao longo da minha vida. São 52 anos de formado em medicina, de ser especialista em ortopedia e em traumatologia. Na minha época, se formava em medicina. Eu posso ser um bom clínico se tiver os instrumentos para atender um paciente, posso ser um bom pediatra, até porque na medicina o principal instrumento que você deve carregar consigo é a boa vontade, o respeito e a vontade de salvar a vida de quem quer que seja. Portanto, eu falo assim, tendo acompanhado tantos amigos meus, pessoas que fumavam permanentemente, que foram a óbito com 50 anos, 45 anos, até com certa emoção sobre isso, até porque não são todas as pessoas... É porque a droga, sendo lícita ou ilícita, uma bactéria ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um vírus pode me levar a óbito, e outra pessoa pode ter imunidade inata a isso, como foi agora na questão da covid-19. Tem pessoas que têm imunidade inata ao sarampo, crianças que não contraem o sarampo, que não contraem a difteria, mas outras contraem e morrem. Tem pessoas que podem fumar muitos anos e ser uma pessoa resistente, inclusive à nicotina, e não ter alterações pulmonares. Tem outras mais sensíveis que vão a óbito com 40 anos, 50 anos. Isso depende de cada ser humano e da sua constituição, do seu DNA, da sua formação genética.

Diante do propósito de aprovação, eu me coloco contra, respeitando todos aqueles que discordam, mas médico que sou... E recentemente acompanhei um caso dramático de uma pessoa de uma ligação muito próxima a mim, que era fumante e que teve essa complicação. Por isso, eu faço este apelo aqui para que se observe isso, se discuta isso, tragam aqui especialistas para debater o tema de como essa droga, esses elementos tóxicos que eu citei aqui, monóxido de carbono, formaldeído, que tem na fumaça do cigarro eletrônico, como tem no cigarro comum a nicotina, o alcatrão... Que se discuta isso sob o aspecto de saúde pública. E só de ser de saúde pública é uma coisa que realmente me toca profundamente.

10:35

R

É isso que eu queria colocar, Sr. Presidente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) - Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Senadoras e Senadores, olhem, a matéria não está em discussão. O Senador Otto falou pela ordem.

Nós temos um requerimento na mesa da Senadora Damares, que eu vou ler neste momento.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 68, DE 2024

Requer adiamento da discussão do PL nº 5008/2023, que "dispõe sobre a produção, importação, exportação, comercialização, controle, fiscalização e propaganda dos cigarros eletrônicos, e dá outras providências", até que seja realizada Sessão de Debates Temáticos no Plenário do Senado Federal.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Tendo sido apresentado o Requerimento nº 68, de 2024, da Senadora Damares Alves, de adiamento de discussão, coloco em votação preliminarmente o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento de adiamento de discussão permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Fica adiada a discussão.

A matéria está adiada. (Pausa.)

Senador Otto Alencar, V. Exa. poderia assumir esta Presidência, por favor?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fora do microfone.) - Eu sou o Relator do item 3...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Fora do microfone.) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Sim, Senador Rodrigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Pela ordem.) - Sr. Presidente, eu já tinha levantado aqui a mão, inclusive para saber de V. Exa. como é este procedimento. Eu estou acompanhando aqui as intenções, e, de fato, o nosso colega Senador Girão e a Senadora Damares têm uma grande preocupação com a causa, que também é a minha. Eu acho que a gente deve fazer tudo para não estimular o fumo. E, nessa situação, Sr. Presidente, eu tenho aqui um pedido de vista, e é este procedimento que eu queria saber: se é votado junto, se é votado depois...
Por quê? Primeiro, alguma coisa deve ser feita. Eu estou aqui me posicionando, pois, pessoalmente, sou contra o fumo, sou contra o estímulo, e, do jeito que está hoje, tanto o cigarro, mas principalmente agora o cigarro eletrônico, que atinge uma camada da população de 14, 15 e 16 anos de uma forma nunca vista antes... Então, algo deve ser feito. E, no meu ponto de vista, tratar o quanto antes desse assunto, inclusive através de uma regulamentação, pode proteger em vez de não fazer nada, de ganhar tempo, de colocar para uma discussão após o recesso, e aí a gente sabe como é que funciona.
Eu acho que cada um pode se posicionar. E, nesse sentido, o meu pedido é de vista, para que V. Exa. diga qual é o procedimento: se é analisado junto agora, qual é o passo a ser feito...
O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Fora do microfone.) - Já foi retirado de pauta.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Senador Rodrigo, através do pedido do requerimento da Senadora Damares, foi adiada a matéria por até 30 dias. Não cabe mais pedido de vista.
O primeiro pedido que teve aqui foi de vista, feito pelo Senador Eduardo Girão, que foi retirado...
O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Mas eu retiro o pedido de vista, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Já foi retirado.
O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Já foi retirado. É.
O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) - Quando voltar para a pauta, você pede vista.
O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fora do microfone.) - Quando voltar para a pauta, pede vista.
O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) - Exatamente. É importante esclarecer o procedimento. Qual é o procedimento? (Pausa.)
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - A matéria está adiada por 30 dias. Quando voltar à pauta, ela pode ter pedido de vista.
10:39
R
O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Fora do microfone.) - Perfeito. (Pausa.)
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Senador Eduardo Girão, assuma esta Presidência, por favor, Senador Eduardo Girão, que o Senador Otto vai ler o próximo item. (Pausa.)
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Vamos lá.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 29, DE 2017
- Não terminativo -

Dispõe sobre normas de seguro privado; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências.
Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Favorável, nos termos da Emenda nº 14-CCJ (substitutivo), e contrário às Emendas nºs 15 a 18.
Observações:
1. Foram apresentadas as Emendas nºs 15 a 20.
2. A matéria foi apreciada pela CCJ, com Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 11, nos termos da Emenda nº 14-CCJ (Substitutivo), e contrário às Emendas nºs 1 a 10 e 12.
Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar, para a leitura do seu relatório.
O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) - Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.
Esse projeto é um projeto do ex-Deputado Federal José Eduardo Cardozo, de 2017. É uma regulamentação de que realmente o país precisa, e foi avaliado e relatado na Comissão de Constituição e Justiça pelo Senador Jader Barbalho. Foi exaustivamente discutido esse projeto na Comissão de Constituição e Justiça, a respeito de seguros e resseguros no Brasil.
Sr. Presidente, hoje eu tive uma conversa com um dos técnicos que mais conhece dessa questão de seguros e eu tive uma grande tristeza. O drama do Estado do Rio Grande do Sul, a destruição do Estado do Rio Grande do Sul, quando eu percebi aquela destruição, eu entendia que aquelas empresas, aquelas casas, aqueles imóveis, eles tinham uma quantidade grande, um percentual grande de segurados. Só 10% têm seguro - no Rio Grande do Sul. Dez por cento têm seguro no Rio Grande do Sul.
Quando aconteceu o furacão Katrina, nos Estados Unidos, mais quase 90% dos imóveis e das empresas tinham seguro. Quando aconteceu o desastre nuclear de Fukushima, no Japão, quase 100% de todas as empresas, casas e imóveis tinham seguro. Lamentavelmente, no Estado do Rio Grande do Sul, com esse desastre que aconteceu, mais ou menos 10% das empresas tinham seguro.
Portanto, de um prejuízo estimado em quase R$30 bilhões, apenas 10% terão a condição de ter o seu seguro garantido.
10:43
R
Portanto, é uma legislação antiga que nós temos aqui e que precisa ser, naturalmente, revista e renovada, até porque envolve, além de seguros, resseguros.
E eu peço, então, a V. Exa., já que essa matéria foi discutida na Comissão de Constituição e Justiça, foi muito debatida - e o seu Relator lá foi um Senador experiente e muito capaz, que é Senador Jader Barbalho -, que eu fosse à análise do projeto, se assim V. Exa. conceder, até porque já me provocou ali o Senador Flávio Bolsonaro, que vai pedir vista após a leitura do meu relatório.
Então, eu passo à análise ao projeto.
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Autorizado.
O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) - E agradeço a V. Exa. e ao Senador Flávio Bolsonaro pela aceitação de que eu possa ir à análise do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PLC nº 29, de 2017, chega a esta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal após obter parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, que avaliou a proposição como consentânea aos ditames da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.
Esta Comissão de Assuntos Econômicos opinou sobre essa matéria, avaliando, na linha do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, seus aspectos econômicos e financeiros; os problemas econômicos do país e de sua política de seguro; as normas gerais do direito econômico; e outros assuntos correlatos.
Como se sabe, "o contrato de seguro, afinal, prende-se sempre à circulação do risco; à possibilidade de que as consequências danosas da verificação do sinistro caibam, por efeito do contrato de seguro, a um sujeito diverso daquele que é o prejudicado imediato e direto".
Assim, o contrato de seguro, quando disseminado seu uso socialmente, tem o condão de difundir os riscos individuais tanto na coletividade como também no tempo. Vários contratantes pagam o prêmio para, ao final, poucos precisarem ter sinistros indenizados. As seguradoras reservam um valor por anos para, ao final, apenas em alguns eventos os recursos precisarem ser usados. Para se usar uma metáfora, o seguro funciona no sistema social como um banco de sangue no sistema de saúde: difundida a doação de sangue, muitos ajudam, alguns recebem transfusões e todos estão, ao final, protegidos.
Para o sistema de seguros funcionar bem, é importante que o contrato de seguros esteja equilibrado e a negociação de prêmio e riscos se dê na potencialidade máxima do mercado, fazendo com que o risco circule na sociedade e se desconcentre e seja mitigado no espaço e no tempo.
Por isso, é importante começar a análise desta proposição observando que, enquanto o Brasil foi, em 2023, a nona maior economia do mundo - agora já é a oitava -, segundo dados da Federação Nacional dos Corretores de Seguros, esteve apenas na 18ª posição global no mercado de seguros, bem distante daquilo que é o PIB do Brasil hoje no mundo. De acordo com a listagem das dimensões econômicas de um país com base em seu produto interno bruto fornecida pelo Fundo Monetário Internacional, isso equivaleria a ter no Brasil uma atividade econômica de seguro condizente com um país de metade do PIB brasileiro.
10:47
R
Tais dados mostram o quanto a atividade securitária ainda pode se expandir no Brasil, gerando oportunidades para os empresários da linha de frente do mercado, aumentando o produto interno bruto brasileiro e, principalmente, absorvendo os riscos econômicos e os riscos de vida aos quais os brasileiros estão sujeitos. A existência de um adequado marco legal é condição sine qua non para que esse objetivo seja atingido.
Para se ter uma perspectiva mais concreta, vejamos a situação trágica a que me referi agora do Rio Grande do Sul, quando citei, há pouco tempo, que somente mais ou menos 10% dessas empresas terão direito a seguro, porque todas as outras não tinham, e o prejuízo é muito grande.
O ideal seria que o Sistema Nacional de Seguros Privados se aproximasse de absorver quase a totalidade desses riscos. Em mercados mais desenvolvidos, o setor securitário blinda a economia de eventos climáticos, assegurando tanto empresas, lavouras e comércio quanto também fazendo a cobertura da infraestrutura pública, de pontes, da rede elétrica, de estradas, etc.
Do ponto de vista das contas públicas, a ampliação da cobertura securitária desonera o orçamento do Estado, que acaba sendo o segurador de última instância em eventos como esse, como é o caso agora do Rio Grande do Sul, onde toda essa parte que não tinha cobertura terá que ter a mão do Estado para atender, resolver e reerguer esse estado tão importante da nossa Federação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista microeconômico, o seguro possui uma importante função de reduzir ao mínimo o tempo de interrupção de uma atividade econômica em razão de um evento adverso. Ocorrido o sinistro, recebe-se a indenização e recompra-se o maquinário, restaura-se o prédio, replanta-se a lavoura outra vez. Como acontece com um taxista que perde o carro em uma batida, muitas vezes a demora para se ter outro carro para trabalhar causa mais dano ao taxista do que a própria perda desse ativo.
Por fim, do ponto de vista macroeconômico, as coberturas securitárias em larga escala suavizam as flutuações do PIB e do emprego, diminuindo a profundidade de seus vales. Sem equipamentos, lavouras, prédios, pontes e famílias amparadas por indenizações, não se gera riqueza, emprego, consumo e recursos para custear os serviços públicos. O contrato de seguro age como um elo de dispersão do risco no tempo e por toda a economia.
Analisando-se os dados do mercado de seguros, observa-se que a participação da atividade securitária na economia brasileira é de 6,2% do PIB, enquanto que, nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a média é de um percentual de 10% do PIB. Apenas 30% da frota de veículos nacional é segurada, 17% das residências e somente 10% da área cultivada. Ou seja, no agronegócio brasileiro, apenas 10% da área cultivada têm seguro.
Há, dessa forma, um forte potencial de expansão desse mercado, que, em 2022, arrecadou R$549,5 bilhões em prêmios e cobriu sinistros da ordem de R$451 bilhões.
Nesse sentido, as Casas Legislativas detêm um papel fundamental, que é o de modernizar a legislação que rege o contrato de seguro.
Atualmente, o contrato de seguro é regido principalmente pelo Código Civil. O PLC nº 29, de 2017, na forma do substitutivo, revoga esses dispositivos e aprimora institutos importantes desse contrato, conferindo mais equilíbrio para esta relação obrigacional.
10:51
R
O PLC nº 29, de 2017, é resultado de longos estudos, debates, audiências e aperfeiçoamentos na Câmara dos Deputados. Suas origens datam do PL 3.555, de 2004, também dessa Casa Legislativa. No Senado Federal, o projeto foi objeto de amplo estudo e modificação pela Comissão de Constituição e Justiça, que a ele se dedicou durante praticamente o ano de 2023 inteiro.
O resultado disso foi uma significativa melhora do texto pela Emenda nº 14 - CCJ (Substitutivo), que manteve grande parte da redação já aceita pelos Deputados Federais, sem deixar de tornar a técnica legislativa mais precisa, os institutos mais delineados e a relação contratual mais segura do ponto de vista jurídico.
Em primeiro lugar, do ponto de vista da jurisdição e da aplicação da lei, a proposição aqui em análise, na forma do seu substitutivo, torna exclusiva a aplicação da legislação brasileira na regência dos contratos de seguro - com a exceção dos casos de contratação do seguro no exterior - e torna absoluta a competência da jurisdição nacional no seu julgamento, sem impedir o uso de meios alternativos de solução de litígio (arts. 4º, 127 e 128). Isso traz segurança jurídica para as relações contratuais, independentemente da assimetria de poder de mercado existente entre as partes do contrato de seguro, resseguro ou retrocessão.
Há também um grande avanço em comparação com as atuais normas vigentes sobre essa matéria. Essas normas do Código Civil foram, por sua vez, um extremo avanço legislativo na sua época e um importante resultado de discussões sobre cuja origem data do fim da década de 60. O que se faz por meio da presente proposição é a modernização desse legado legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os exemplos de institutos que são modernizados pela proposição em análise são vários, como mostrado a seguir.

Enquanto a atual lei de regência afirma simplesmente que "não terá direito a indenização o segurado que estiver em mora no pagamento do prêmio, se ocorrer o sinistro antes de sua purgação" (art. 763, do Código Civil), o substitutivo não é tão genérico e dedica diversos dispositivos a esta situação. Ele torna mais equilibrada a relação entre segurado e seguradora, pois distingue a mora da prestação única ou da primeira parcela da mora em relação às demais prestações. Naqueles casos, há a resolução do contrato. Nestes últimos casos, a ocorrência da suspensão da garantia e da resolução do contrato, por outro lado, depende de notificação prévia do devedor e do decurso de certos prazos (arts. 20 e 21, do substitutivo).

O Código Civil também afirma que o segurado deve prestar as declarações concernentes ao contrato de seguro observando a mais estrita boa-fé e veracidade (art. 765) e que se estas forem inexatas ou omissas, perderá o segurado... O dever de informar entre os arts. 44 e 47, diferenciando as regras aplicáveis a distintas situações envolvendo essa prática obrigacional... Se o segurado descumpre esse dever de forma dolosa, perde-se a garantia (art. 44, §1º), mas se o descumprimento for culposo, a garantia é apenas reduzida na proporção da diferença que teria o valor majorado do prêmio (art. 44, §2º). A obrigação de prestar informações também é balizada pelas regras ordinárias de conhecimento (art. 45) e deve a seguradora sempre alertar o segurado sobre quais são as informações relevantes a serem prestadas (art. 46).

10:55

R

No caso de agravamento do risco, o Código Civil apenas dita que o segurado perderá o direito à garantia se este agravamento for intencional (art. 768). O substitutivo, por outro lado, ameniza esse efeito afirmando que o agravamento do risco há de ser relevante para ensejar a perda do direito à garantia e define com clareza o que seria um agravamento relevante do risco (art. 13, caput e §1º).

A obrigação de comunicar imediatamente a ocorrência do sinistro para a seguradora aparece explicitamente nos dois diplomas, tanto no que regula atualmente o contrato de seguro quanto na proposição que ora se analisa. Contudo, a consequência imediata, pelo Código Civil, do não atendimento desse dever ou de seu não cumprimento a termo é a perda do direito à indenização (art. 771). No substitutivo, a consequência se distingue se o descumprimento ou o atraso ocorreu dolosamente ou culposamente. No primeiro caso, mantém-se a perda do direito à indenização, mas no segundo caso a indenização apenas é reduzida na medida dos danos decorrentes da omissão, se existirem (art. 64, §§1º e 2º).

Ademais, o PLC nº 29, de 2017, na forma do seu substitutivo, permite, em caso de indenização por responsabilidade civil coberta por um contrato de seguro, que a seguradora seja demandada juntamente com o autor do dano (arts. 99 e 100). Transpassa-se, assim, o princípio clássico da relatividade dos efeitos dos contratos e se caminha em direção ao princípio moderno de sua função social, trazendo para a legislação que um prejudicado por um dano civil possa demandar contra a seguradora, mesmo não integrando ele o contrato de seguro. Atualmente, segundo o enunciado da Súmula nº 529 do Superior Tribunal de Justiça, cuja jurisprudência se baseia nas normas do Código Civil, "no seguro de responsabilidade civil facultativo, não cabe o ajuizamento da ação pelo terceiro prejudicado direta e exclusivamente em face da seguradora do apontado causador do dano". Essa jurisprudência seria alterada pela proposição legislativa que ora se analisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O substitutivo também aprimorou diversos pontos do PLC nº 29, de 2017. Destaca-se, por exemplo, o que foi feito na CCJ, a vedação de o contrato de seguro conter cláusula que permita sua extinção unilateral pela seguradora ou que, por qualquer modo, subtraia sua eficácia além das situações previstas em lei (art. 9º, §5º). Ele também retirou a disposição original do PLC nº 29, de 2017, que permitia a prova do dolo e da fraude contra o contrato de seguro apenas por meio de indícios.
10:59
R
Em relação às emendas apresentadas na Comissão de Assuntos Econômicos, cumpre observar o seguinte.
As Emendas 15 e 17, do Senador Mecias de Jesus, guardam identidade às Emendas 5 e 7, da mesma autoria, apresentadas na Comissão de Constituição e Justiça e lá rejeitadas.
Por sua vez, a Emenda 18, do nobre Senador Rogerio Marinho, busca alterar o projeto da mesma forma como buscava a Emenda n° 2, do Senador Sergio Moro, na Comissão de Constituição e Justiça.
A Emenda nº 19, de autoria do Rogerio Marinho, visa a alterar as competências da Superintendência de Seguros Privados (Susep). No entanto, essa proposta apresenta um vício de iniciativa, pois alterações nas competências de órgãos da administração pública, como a Susep, deveriam ser propostas, exclusivamente, pelo Poder Executivo, e não pelo Legislativo. Isso ocorre porque a Constituição Federal atribui ao Poder Executivo a prerrogativa de propor mudanças na estrutura administrativa e nas competências dos órgãos da administração direta e indireta, já que é um órgão do Ministério da Fazenda. Além disso, a CCJ entendeu que os normativos veiculados por essa emenda precisariam ser instrumentalizados por lei complementar. Portanto, uma iniciativa parlamentar nesse sentido é considerada inconstitucional. Assim, lamentavelmente, eu tenho de rejeitar a proposta do Senador Rogerio Marinho.
Já a Emenda nº 20, do Senador Mecias de Jesus, trata também do capítulo de resseguro e guarda identidade com aquelas que foram rejeitadas na Comissão de Constituição e Justiça.
Adicionalmente, sugere-se a inclusão, no parágrafo, de texto esclarecendo que a interrupção operada pelo aviso de sinistro não deve ser contabilizada na regra da unicidade da interrupção do prazo prescricional prevista no caput do art. 202 do Código Civil. Sem essa regra, em caso de negativa da seguradora, o ajuizamento de uma demanda indenizatória contra a seguradora, bem como o de um protesto interruptivo de prescrição não interromperiam o lapso da prescrição, gerando uma solução manifestamente injusta.
Em segundo lugar, sugerimos uma emenda reposicionando o §2° do art. 49 para §3° do art. 48. Além disso, foi feito um ajuste fino na redação do normativo. O objetivo disso é melhorar a redação do texto e aprimorar sua forma de interpretação.
Em terceiro lugar, sugerimos uma emenda de redação que dá mais clareza aos dispositivos previstos em parágrafos, que, em verdade, deveriam constituir artigos próprios.
No caso dos §§4º e 5º do art. 49, a separação do conteúdo dos dispositivos em artigos autônomos atende ao previsto na Lei Complementar nº 95, de 1998:
Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:
.....
III - para a obtenção de ordem lógica:
.....
c) expressar, por meio dos parágrafos, os aspectos complementares à norma enunciada no caput do artigo e as exceções à regra por este estabelecida;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

11:03
R

Enquanto a relação de complementariedade ao prazo para a aceitação é clara no caso dos §1º, §3º e §6º, não é o caso nos demais parágrafos, que trazem normas sobre outras questões mais relacionadas ao tema geral do capítulo: a formação do contrato de seguro.
No caso do art. 80, a localização do dispositivo não parece ser a ideal. Como se trata de um assunto relacionado ao sinistro - a obrigação do segurado em não alterar o local do sinistro até que a seguradora pode vistoriá-lo -, deveria estar inserido no capítulo XII, "Do Sinistro", não no capítulo XIII, "Da regulação e liquidação de sinistros", relacionado ao desenvolvimento das apurações da seguradora. Nota-se maior sinergia temática, já que a redação atual do art. 80 espelha, basicamente, o previsto no art. 64, sobre as principais obrigações do segurado na iminência ou logo após a ocorrência do sinistro.
Concluo esta análise afirmando que, com uma relação contratual desequilibrada, há um descompasso, seja da oferta, seja da demanda no mercado de seguros, a depender para que lado esse desequilíbrio se inclina. O preço do prêmio se distancia do preço de equilíbrio em um mercado perfeito e, por consequência, da utilidade que esse seguro oferece. Assimetrias como essa, tendem, assim, a reduzir o tamanho do mercado efetivo para o respectivo bem ou serviço em comparação com o tamanho do seu mercado potencial. Por isso que um novo marco legal para os contratos de seguros privados tem um potencial tão significativo para expandir o mercado de seguros, a atividade econômica securitária e a cobertura de riscos das empresas e de todos os cidadãos.
Diante da análise, Sr. Presidente, o voto.
Tendo em vista o aqui exposto, opinamos favoravelmente ao PLC nº 29, de 2017, na forma aperfeiçoada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, motivo pelo qual concluímos pela aprovação da matéria nos termos da Emenda n° 14 - CCJ (Substitutivo) e das emendas abaixo transcritas, rejeitando-se a Emenda n° 15 até a Emenda n° 20 - CAE.
EMENDA Nº - CAE
Inclui-se §4º ao art. 113, da Emenda nº 14-CCJ (Substitutivo), ao PLC nº 29, de 2017, renumerando os demais, com a seguinte redação:
"§4º Se a seguradora, ciente do sinistro, não identificar beneficiário ou dependente do segurado para subsistência, no prazo prescricional da respectiva pretensão, o capital segurado passará à União, na forma estabelecida pela autoridade fiscalizadora."
Essa emenda foi, inclusive, no debate anterior, proposta pelo Senador Omar Aziz, porque faltava um texto mais claro nesse sentido, e nós fizemos um texto mais incisivo e claro para interpretação desse parágrafo.
EMENDA Nº - CAE
Inclui-se §3º ao art. 48, da Emenda nº 14-CCJ (Substitutivo) e suprime-se o §2º, renumerando os demais, do art. 49, ao PLC nº 29, de 2017, com a seguinte redação:
"Art. 48.....
.....
§3º O contrato celebrado sem atender ao previsto no caput, naquilo que não contrariar a proposta, será regido pelas condições contratuais previstas nos modelos que vierem a ser tempestivamente depositados pela seguradora no órgão fiscalizador de seguros, para o ramo e a modalidade de garantia constantes da proposta, prevalecendo, quando mencionado na proposta o número do processo administrativo, o clausulado correspondente cuja vigência abranja a época a contratação do seguro, ou o mais favorável ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurado, caso haja diversos clausulados depositados para o mesmo ramo e modalidade de seguro e não exista menção específica a nenhum deles.
11:07
R
Nós debatemos muito isso com a superintendência de seguro, mostrando que, entre o segurado e o segurador, no curso da discussão, desde que haja um entendimento entre as partes, pode haver alguma alteração. E essa emenda realmente dá essa oportunidade de que seja um debate mais claro.
Outra emenda de redação:
Reescreva no substitutivo (Emenda nº 14 - CCJ) ao PLC nº 29, de 2017, os seguintes dispositivos: o §4º do art. 49, como o art. 50; o §5º, do art. 49, como o art. 51; e o art. 80 e seus parágrafos, como o art. 66 e parágrafos. Renumerem-se os artigos afetados pela mudança com a numeração seguinte, alterando-se a numeração dos demais na sequência. Renumerem-se também os artigos referidos no corpo dos dispositivos, inclusive o referido pelo inciso III, do art. 124, conforme redação e numeração dada pela emenda anterior (art. 64, inciso II).
Esse é o relatório, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Muito obrigado, Senador Otto Alencar.
Eu consulto o Senador Flávio Bolsonaro.
Já vai pedir vista?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - O.k.
Então, fica concedido o pedido de vista coletiva, e agradeço ao Senador Otto Alencar pela leitura do relatório, muito bem embasado pela construção com a sua equipe.
O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Fora do microfone.) - Posso fazer um comentário, Sr. Presidente?
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Claro.
Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.
O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) - Eu quero complementar o Senador Otto Alencar, porque nós estamos diante de uma situação que mostra a fragilidade da nossa população, em relação à contratação de seguros, mas também nós temos uma legislação que está muito ultrapassada e que não garante ao contratante do seguro que ele vai ter o benefício contratado, no momento em que ele mais precisa.
Portanto, essa iniciativa - esse relatório - não só atualiza a legislação como estabelece regras para a relação entre segurado e seguradora, como dá mais segurança para o segurado que contrata o seguro, com a esperança de, em uma sinistralidade, poder ter, pelo menos, o reparo da perda material.
Então, eu acho que essa matéria é urgente. A gente precisa, rapidamente, votar aqui, porque, nesta semana - eu vou contar um caso -, um funcionário daqui do Senado sofreu um acidente de moto, e ele não provocou esse acidente de moto; ele foi fechado por um carro, caiu, e a moto deu perda total.
11:11
R

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A seguradora foi acionada, e ela disse que não pagaria, porque não houve o toque do carro na moto. Não houve o toque para poder evitar um dano maior ao motoqueiro. O motociclista, que é hábil, desviou, mas caiu e deu perda total na moto. Mas, mesmo o seguro sendo acionado pelo terceiro, que foi o causador - quem trancou, fechou e provocou o acidente -, a seguradora disse que, como não houve o toque, não vai indenizar.

Então, nós precisamos, de fato, proteger quem contrata o seguro e aqueles que são abrangidos por um seguro, seja ele de que natureza for.

Parabéns, Senador Otto. Este projeto é de grande relevância e de grande importância para essa relação seguradora-segurado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) - Eu agradeço.

Se o Sr. Presidente me permite...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Claro.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) - ... agradeço ao Senador Rogério Carvalho e devo dizer que essa nova letra de lei submete as resseguradoras à legislação brasileira, que é um ato necessário. E, já há muito tempo, demandava-se que o Brasil tivesse uma legislação dessa.

Conversando com um dos técnicos que conhece mais isso, o Dr. Ernesto - não sei se ele está presente aqui -, ele me falou de uma empresa que teve um sinistro, que tinha um resseguro no valor de quase R$700 milhões e que se submeteu à legislação de resseguro da empresa de outro país. E, depois de exaustivo trabalho e contratação de escritório de advogado, teve uma indenização de cento e poucos milhões e um prejuízo de quase R$600 milhões, que era o seguro, o que a apólice conferia. Isso porque estava submetida a uma legislação de outros países; agora, essas empresas de resseguro de outros países estarão submetidas única e exclusivamente, Sr. Presidente, à legislação brasileira.

Então, elas terão que ter... Deverá ser interpretado e discutido o resseguro no Brasil, e não nos países das principais resseguradoras, que ficam na Europa, na Espanha, na Inglaterra e em outros países onde se rediscutia lá exaustivamente, e não se tinha, na verdade, o pagamento, que eu diria ser correto, do sinistro ocorrido nesses casos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Muitíssimo obrigado.

Bom debate nós vamos ter, com certeza, sobre esse assunto, um assunto que, realmente, precisa ser encarado.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2840, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o §3º do art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e insere o art. 71-D na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a licença-maternidade e o salário-maternidade, em caso de parto antecipado.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria Ad hoc: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como o Relator não está presente, eu vou designar, como Relator ad hoc, o Senador Rogério Carvalho.
11:15
R
Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho para a leitura do relatório ad hoc.
Muito obrigado.
O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) - Obrigado, Sr. Presidente.
O senhor já fez o enunciado do projeto, e eu pediria permissão a V. Exa. para ir direto à análise.
Nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro das proposições que lhe forem submetidas.
Com relação à regimentalidade e à juridicidade não há óbices que impeçam a matéria de prosperar. O PL visa à inovação do ordenamento jurídico, e o faz pelo instrumento adequado. Estão presentes os atributos de abstratividade, generalidade e imperatividade.
No que diz respeito à técnica legislativa, o projeto é dotado, no geral, de boa técnica de que trata a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.
No tocante à constitucionalidade, é competência privativa da União legislar sobre direito do trabalho, conforme previsto no inciso I do art. 22 da Carta Magna.
No mérito, somos favoráveis à proposição que vem dar efetividade à proteção constitucional à maternidade e à infância, constante no caput do art. 6º da Carta Magna. Ademais, a matéria vem regulamentar decisão da Suprema Corte que, desde o ano 2020, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.327/DF, já garante às mulheres a extensão dos benefícios em tela. Estamos, portanto, atrasados em positivar na CLT e na Lei nº 8.213, de 1991, tais direitos e, dessa forma, reduzir incertezas que ainda possam atingir as beneficiárias e seus filhos.
Conforme o Relator da ADI no Supremo Tribunal Federal, não se verifica critério racional ou constitucional para que o período de licença à gestante e o salário-maternidade sejam encurtados durante a fase em que a mãe ou o bebê estão alijados do convívio da família, em ambiente hospitalar, nas hipóteses de nascimento com prematuridade e complicações de saúde pós-parto.
E, ainda, uma interpretação restritiva e literal das normas levaria a que o período de convivência fora do ambiente hospitalar entre mães e recém-nascidos acabasse por ser reduzido de modo irrazoável e conflitante com o direito social de proteção à maternidade e à infância. Por fim, o Relator reforça a necessidade de compreender o direito da criança à convivência familiar em sua máxima efetividade.
Logo, os 120 dias devem ser contados após a alta hospitalar com vistas a efetivar a convivência familiar.
Segundo dados do Ministério da Saúde, nascem, aproximadamente, 340 mil bebês prematuros por ano, o que equivale a, pelo menos, 930 por dia. Ignorar essa realidade seria tratar desigualmente as mães e seus bebês que usufruem da totalidade dos 120 dias daquelas com partos prematuros e que necessitam de internação hospitalar, o que afronta a proteção constitucional à maternidade e à infância.
Em termos econômicos, o convívio reduzido entre mãe e filho recém-nascido acarreta custos. O período da primeira infância, que se inicia logo após o nascimento, caracteriza-se por ser um momento crucial em que se dá a aquisição de capacidades fundamentais que permitirão o aprimoramento de habilidades futuras mais complexas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

11:19
R

Estudos na área do capital humano mostram a importância do desenvolvimento na primeira infância na determinação da produtividade laboral futura dos trabalhadores. Crianças que nasceram prematuras frequentemente necessitam de serviços educacionais especiais ou ficam com sequelas que afetam seu desenvolvimento, o que nos mostra a importância de minimizar possíveis impactos negativos futuros advindos do nascimento a termo, sendo o período de convivência entre mãe e filho fundamental para isso. Nesse sentido, garantir que mãe e filhos usufruam da totalidade dos 120 dias e gozem desse período da melhor forma possível produz ganhos econômicos para a família e para a sociedade.
Do ponto de vista financeiro, a proposição não acarreta redução de receitas ou elevação de despesas públicas, tendo em vista que o pagamento do benefício já vem ocorrendo desde 2021 com a edição, pelo Poder Executivo, da Portaria Conjunta DIRBEN/DIRAT/PFE/INSS nº 28, de 19 de março de 2021.
Contudo, identificamos a necessidade de aprimorar o PL por meio de uma emenda para que ele reflita fielmente a decisão do STF e o procedimento administrativo adotado pelo INSS, de modo a elidir eventuais dúvidas sobre o termo inicial para a prorrogação da licença-maternidade.
Especificamente, apresentamos um substitutivo que confere o direito à extensão da licença-maternidade e do salário-maternidade sempre que houver internação da mãe ou do recém-nascido decorrente de complicações relacionadas ao parto independentemente de o parto ter sido ou não antecipado.
Voto.
Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.840, de 2022, na forma do substitutivo que apresentamos:
EMENDA Nº - CAE (SUBSTITUTIVO)
Altera o art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o art. 71 na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a duração da licença-maternidade e do salário-maternidade em caso de internação da mãe ou do recém-nascido em decorrência de complicações relacionadas ao parto.
Art. 1º O art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:
“Art.392.....
§ 3º Em caso de parto antecipado ou de internações hospitalares decorrentes de complicações do parto, em tempo superior ao que prevê o §2º deste artigo, o prazo da licença-maternidade será prorrogado por período igual ao da internação, a partir da alta da mãe ou do recém-nascido, o que ocorrer por último.
Art. 2º O art. 71-E da Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:
“Art. 71. .....
Art. 71-E. Em caso de parto antecipado ou de internações hospitalares decorrentes de complicações do parto, o benefício previsto no art. 71 desta Lei será prorrogado por período igual ao da internação da mãe ou de seu filho, o que terminar por último. (NR)”
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.
Muito obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Muito obrigado, Senador Rogério Carvalho, pela leitura ad hoc do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão. (Pausa.)
Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.
A votação será simbólica.
Em votação o relatório apresentado.
Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)
11:23
R
Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CAE (Substitutivo).
A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

ITEM 4
PROJETO DE LEI N° 3670, DE 2023
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para retirar a obrigatoriedade de cobrança de FGTS e Contribuição Previdenciária sobre a remuneração recebida por empregados que já sejam aposentados, bem como altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 para criar cadastro específico de vagas de trabalho para aposentados junto ao Sistema Nacional de Emprego (Sine).
Autoria: Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT)
Relatoria: Senadora Margareth Buzetti
Relatório: Favorável ao projeto com duas emendas que apresenta.
Observações:
1. A matéria foi aprovada pela CAS, em decisão terminativa.
2. A matéria vem à CAE por força de requerimento de oitiva.
A autoria é do Senador Mauro Carvalho Junior, nosso amigo, que conviveu com a gente aqui durante um bom tempo, grande Senador.
Então, eu concedo a palavra à Senadora Margareth Buzetti para a leitura do seu relatório.
A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) - Obrigada, Presidente.
Peço licença para ir direto à análise.
A matéria em questão delimita-se à competência exclusiva da União para legislar sobre direito do trabalho e seguridade social, conforme estabelecido nos arts. 22, incisos I e XXIII, e 61 da Constituição Federal de 1988.
Destaco que este projeto foi aprovado terminativamente pela CAS, sendo encaminhado a esta Comissão após a aprovação do Requerimento nº 323, de 2024, pelo Plenário.
A finalidade do projeto de lei é bastante clara: estabelecer normas de fomento à contratação de pessoas da terceira idade - ou da melhor idade, vamos dizer - aposentadas, por meio de incentivo às empresas privadas para a realização de tais contratações e garantir a isonomia no mercado de trabalho.
No mérito, consideramos o Projeto de Lei nº 3.670, de 2023, uma medida conveniente e oportuna.
A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que institui o Estatuto da Pessoa Idosa, estabelece, em seu art. 28, a obrigação do poder público de criar e incentivar programas de capacitação especializada para idosos, visando aproveitar suas habilidades e potenciais em atividades regulares e remuneradas, além de estimular empresas privadas a contratarem pessoas idosas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

11:27
R

Diante disso, propõe-se a isenção das contribuições previdenciárias devidas tanto pelos trabalhadores quanto pelos empregadores nos casos de contratação de empregados ou trabalhadores avulsos já aposentados.
Ademais, a proposta ainda dispensa os empregadores da obrigatoriedade de depositar 8% da remuneração a título de FGTS, bem como de indenizar o trabalhador em 40% do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, em caso de rescisão por iniciativa do empregador.
Com essas ações, entendo que a proposta ora apresentada promoverá desenvolvimento econômico e social com a inclusão de mais aposentados no mercado de trabalho, com estímulo às empresas e ao empregado aposentado, incrementando o bem-estar social.
Além disso, o projeto de lei estabelece ações afirmativas em benefício dos próprios trabalhadores aposentados, exigindo que órgãos estaduais, municipais e distritais, responsáveis pela execução do Sine, mantenham uma lista específica de pessoas aposentadas aptas a retornar ao mercado de trabalho.
Não obstante, verifiquei que o texto aprovado na Comissão de Assuntos Sociais não apresentou qualquer limite ao número de contratações de trabalhadores aposentados, cujos contratos de trabalho terão a isenção do pagamento de contribuições sociais e estarão desobrigados da realização dos depósitos do FGTS. Tal omissão pode acabar privilegiando a contratação de aposentados, em face, por exemplo, de jovens em busca do primeiro emprego, em decorrência do benefício fiscal em discussão.
Desse modo, apresento emenda a este projeto de lei com o objetivo de limitar a 5% do total de empregados da empresa a contratação de trabalhadores aposentados que terão tal benefício tributário.
Além disso, acrescento emenda meramente formal ao art. 4° desta proposição no intuito de renumerar o parágrafo acrescido ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, uma vez que a Lei nº 14.784, de 2023, já acrescentou o §17 ao referido artigo.
Por fim, em face da citada emenda que limitou a contratação dos trabalhadores aposentados, os artigos subsequentes do projeto de lei serão renumerados.
Diante do exposto, consideramos que a proposição merece o apoio total deste Parlamento.
Voto.
Ante o exposto, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.670, de 2023, com as duas emendas abaixo consignadas.
Tem que ler as emendas? Quer que eu leia? (Pausa.)
Estão publicadas as emendas.
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Estão publicadas, não precisa.
V. Exa. já mencionou? É isso?
A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) - Eu só queria acrescentar, Presidente...
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Claro.
A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) - ... que eu resgatei esse projeto porque acho muito importante uma política pública para idosos.
11:31

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R

Nós temos, hoje, menos jovens no mercado de trabalho do menor aprendiz, que vai de 5% a 15% do total de trabalhadores; e esse aqui vai ao limite de 5% do total da folha do ano anterior. Então, não tem um porquê, não tem impacto financeiro.

Hoje, o aposentado trabalha informalmente, fazendo bico, ou não trabalha. Então, nós temos que incentivar a experiência junto com a juventude para ver se conseguimos trazer essa juventude para trabalhar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Eu que agradeço, esta Comissão que agradece, Senadora Margareth Buzetti.

A matéria está em discussão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Sr. Presidente, eu queria pedir vista antes. E queria colocar algumas questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Certo. Você está pedindo pela ordem?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) - Estou pedindo para discutir a matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Com o pedido de vista, eu acredito que fica a discussão para uma próxima, não é isso? Ou já podemos abrir? (Pausa.)

Então, vou abrir a discussão. O seu pedido de vista está acatado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Eu queria justificar o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Claro, claro. Pode justificar.

Depois, eu passo a palavra ao Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) - Primeiro, eu quero trazer uma reflexão sobre a opção constitucional que o Brasil fez no que concerne ao seu sistema previdenciário.

Nós temos um sistema que é de seguridade; não é um sistema de seguro. E, como sistema de seguridade, se trabalha com um conceito de solidariedade, ou de contribuição solidária. Então, quem ganha mais vai ajudar a pagar a contribuição de quem ganha menos. Quando alguém entra no mercado de trabalho, independentemente de qualquer condição, ele é obrigado, pela opção histórica que nós fizemos, e constitucional, a seguir a questão da solidariedade - a solidariedade com os custos e a distribuição das despesas -, que é a base do sistema de seguridade, que não é um sistema de seguro.

Então, aqui tem um problema de constitucionalidade, porque você não pode fazer isso sem cobrar FGTS, sem cobrar a contribuição previdenciária, porque é solidário. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto que a gente precisa lembrar é que este público tem um desemprego de 3% e nós estamos gastando, tendo uma despesa que não está prevista de onde vai sair, de quase R$80 bilhões, o que coloca por terra todo o esforço de equilíbrio fiscal. A reforma da previdência já proíbe isto: a gente fazer esse tipo de concessão sem saber de onde vai sair o dinheiro. É um custo de R$80 bilhões, R$77 bilhões, neste programa, para atender 3% do grupo de desempregados do país, enquanto outros dados mostram que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pobreza no Brasil está entre os mais jovens, entre as famílias que têm filhos e na infância. Sabe por quê? Porque 30% do desemprego está entre os mais jovens.
11:35
R
Então, eu diria que esse projeto tem um grau... Ainda que eu entenda a necessidade de a gente focar em políticas para os idosos, mas essa política, primeiro, fere a questão da solidariedade do sistema de seguridade e vai de encontro a uma regra constitucional que diz que tem que apresentar dinheiro, que não pode tirar dinheiro da previdência, e, três, beneficia um setor que só tem 3% de desempregado, enquanto o outro setor, que é o da juventude, tem 3%... E mais: onde a sociedade tem menos miséria, a parte menos pobre, é entre os idosos.
A miséria, a fome, o desespero do povo brasileiro estão na juventude e estão em famílias jovens, onde tem as crianças. Então, a pobreza no Brasil está na casa onde tem criança e não onde tem mais idoso.
Por isso, a gente pede vista para que a gente possa fazer uma discussão mais apurada sobre o projeto.
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Com a palavra, para discutir, Senador Oriovisto Guimarães.
O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Para discutir.) - Sr. Presidente, eu pedi a palavra para falar sobre esse projeto porque considero o projeto uma questão de justiça, considero o projeto muito bom.
Entendo os argumentos do meu colega Rogério, quando coloca que o nosso regime foi uma opção histórica de ser um regime baseado na solidariedade, mas eu me pergunto onde está a solidariedade dos mais de 5 mil Prefeitos que querem uma tarifa especial para as prefeituras? Onde está a solidariedade dos 17 setores que querem uma tarifa especial? Não; os já aposentados que têm um outro emprego, a esses é que têm que ser solidários. Os Prefeitos não, os 17 setores não.
A nossa previdência fez uma opção por um caminho horroroso, cheio de erros históricos. Ela causa hoje R$300 bilhões de déficit, ou seja, em tudo que se arrecada no regime solidário versus aquilo que se tem que pagar, faltam R$300 bilhões por ano. Nós fizemos um arremedo de reforma na previdência, lá atrás, fazendo concessões às corporações, fazendo concessões a privilégios de aposentadorias integrais, que são uma jabuticaba que não existe em lugar nenhum do mundo, aposentadorias altíssimas para certos setores, muitos do funcionalismo público, e convivemos com esse déficit que corrói as finanças do Brasil.
Se resolvêssemos o déficit da previdência, resolveríamos o déficit primário, os juros abaixariam, a situação do Governo passaria para superávit primário, até o arcabouço seria respeitado e até as previsões do Haddad talvez dessem certo. Não tem dado, ele tem ido até conversar com o Papa, para lhe pedir um milagre, mas o Papa não vai pedir que Deus faça um milagre contra a lógica.
Essa política que aí está não funciona. Nós não encaramos a realidade das coisas e ficamos nos batendo por princípios antigos que a prática já mostrou que não funcionam. Não funcionam!
11:39
R
Eu acho o projeto extremamente válido, acho que nós temos, sim, que pensar em quem já é aposentado e eu estou totalmente de acordo com o espírito de solidariedade, mas não de exigir a solidariedade de quem já foi solidário durante toda uma vida, contribuiu o tempo todo, mas que, na hora em que vai receber minguados R$3 mil ou R$2 mil de aposentadoria, tem quase que a totalidade disso retirada como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuição ao novo salário que ele teve que arrumar, porque senão não poderia viver daquela aposentadoria.
Eu vou dar um exemplo muito claro aqui. Eu, como empresário, recolhi a minha vida inteira, pelo máximo, e sou aposentado pelo máximo que podia ser aposentado naquela época: dá alguma coisa como quatro mil e qualquer coisa. Eu vim ser Senador, optei pelo regime... Não o regime de aposentadoria do Senado, que eu não tenho, eu optei pelo FGTS, pelo INSS normal, pelo regime normal de contribuição. Basicamente toda a aposentadoria que eu tenho nesses quatro anos está sendo paga no novo emprego de Senador que eu tenho. Ou seja, o prêmio por ter me elegido Senador foi perder a aposentadoria nesses oito anos. Não, não estou reclamando disso porque, graças a Deus, não preciso, e tudo bem, pode ficar, e até faria de modo voluntário.
Mas a minha realidade não é a realidade da maioria dos aposentados: a maioria dos aposentados é pobre. E é muito bonito falar em solidariedade quando a solidariedade não implica a pessoa ter que passar fome para poder ser solidário, e uma solidariedade que, se não é espontânea, é na marra, por imposição de lei, fruto de um regime que não deu certo e que precisa ser profundamente reformado.
Eu apoiarei com muito vigor o seu relatório, Senadora Buzetti.
Obrigado.
O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Sr. Presidente, art. 14: eu fui citado pelo Senador Oriovisto.
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Não, eu não vi essa citação, Senador Rogério Carvalho.
O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Ele falou o meu nome: "Senador Rogério".
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Mas não foi com intenção de...
O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Mas é uma coisa muito importante, porque ele está debatendo um tema e ele fez uma contra-argumentação, utilizando-se do argumento que eu usei. Então, se ele...
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Eu só queria colocar o seguinte: eu vou lhe passar a palavra, mas não p4elo art. 14, porque não teve nenhum tipo de citação danosa ao senhor ou com afronta, apenas foi argumento de ideias, foi colocação de ideias.
O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Mas ele citou o nome, e ele podia não ter citado.
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Não, mas isso faz parte do processo democrático.
O senhor tem a palavra.
O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) - Não, sem... Veja só, tem uma contradição: se esse sistema solidário já tem um déficit de R$300 bilhões e aí quer propor mais R$77 bilhões, então tem uma contradição embutida. Se esse sistema solidário foi o mesmo que na reforma da previdência de 2019 foi aprovado, com quem está aqui hoje retirando inclusive parte da riqueza desses beneficiários - porque o benefício médio caiu de R$1,6 mil para R$1,2 mil em média, certo? -, e agora nós estamos aqui questionando, eu não estou conseguindo ver aonde é que a gente quer chegar. Porque, ao mesmo tempo em que se define e se defende a austeridade, se propõe o aumento do gasto público sem nenhum limite, como neste caso aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é preciso que a gente guarde coerência com as falas que a gente tem sobre essa questão da equação fiscal e da responsabilidade fiscal. Porque, na hora em que é para poder desonerar, todo mundo está a favor; na hora em que é para aumentar o gasto, também está todo mundo a favor. Então é preciso a gente ter um equilíbrio aqui nesse debate e um pouco mais - perdoe-me a dureza! - de responsabilidade com o país.
11:43
R
Então, é preciso a gente ter um equilíbrio aqui nesse debate e, me perdoem a dureza, um pouco mais de responsabilidade com o país.
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Obrigado, Senador.
A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) - Peço a palavra, Senador.
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Senadora Margareth Buzetti.
A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) - Senador, eu convido o senhor a4 fazer uma visita ao Lar dos Idosos, para ver a pobreza em que eles estão vivendo com um salário mínimo, e muitos aptos, ali, que poderiam trabalhar, mas não vão. Eles estão desestimulados, estão à mercê.
Na realidade, quando eu contrato um menor aprendiz, eu também não tenho a mesma carga tributária e eu tenho uma limitação de até 15%. O senhor falou que não tem limitação aqui. Tem sim! É de 5% do total de trabalhadores
Então, realmente, o nosso país não trata bem nem as crianças, nem os idosos, nem ninguém. Infelizmente, é isso que eu acho.
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - É só... Eu já vou partir agora.
Foi concedido o pedido de vista. Concedo o pedido de vista coletivo para a gente passar para o próximo item.
Quero só corroborar dizendo que, nos Estados Unidos, por exemplo, o que a gente mais vê lá são pessoas idosas trabalhando, sendo incentivadas ao máximo, porque isso é dignidade. Até ficar em casa é algo que, para o mental, não é saudável, não é? Então...
O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) - Presidente, dentro desse prazo de discussão.
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Com a palavra o Senador Efraim Filho.
O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) - Dentro desse prazo de discussão, Presidente, quero trazer aqui uma visão sobre algo que me parece que ficou claro, talvez, como um dos pontos de convergência dos dois lados que entraram em debate, um debate democrático, de posicionamentos. É que o atual modelo está esgotado. Ele é arcaico, ele é obsoleto, é ultrapassado - está certo? -, já não corresponde mais às expectativas, tanto é que vemos o déficit que está aí; e tem que ser pensado. E, aí, quando se trouxe aqui a visão, por exemplo, sobre um projeto que foi debatido, o da desoneração, ele vai além também. Não é só a arrecadação da receita, mas tem, por outro lado, a preservação de empregos, porque estimula setores intensivos em mão de obra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que está acontecendo hoje? Esse sistema solidário, pelo qual quem se aposenta hoje é pago por mim que estou na ativa e quem vai garantir a minha aposentadoria é quem está vindo atrás de mim, não vai se sustentar, porque a automação está batendo à porta, a robotização está batendo à porta, a inteligência artificial está batendo à porta. Setores que eram intensivos em mão de obra e, portanto, arrecadavam muito para o sistema previdenciário... Vou trazer, por exemplo, o sistema bancário. Todos nós convivemos aqui indo a agências, com centenas de funcionários dentro das agências e, hoje, é no aplicativo. É a modernização! Isso é irreversível! Está certo? Setores da petroquímica, por exemplo, que eram muitos.

Então, apesar de trazer um ganho de eficiência, que é importante, para o sistema previdenciário, ele vai gerando uma bola de neve que, por mais que se tente fazer reformas que, a mais ou a menos, acabaram sendo aprovadas, ele não se sustenta.

Então, acredito que, dentro desse diálogo, é importante, é claro, avançar, ver - e vejo - que tem uma questão de justiça social embutida no relatório da Senadora Margareth, que tem ao lado a nossa sempre Senadora Ana Amélia, cuja presença aqui registro. O Senador Oriovisto trouxe importantes argumentos, que tocam - não é? -, como o lado da justiça social. O Senador Rogério trouxe o tema da responsabilidade, como lidar com esse déficit crescente. Então, fica para a sessão de votação, na próxima, mas o modelo tem que ser repensado.

11:47

R

E veja só, o próprio modelo da desoneração não é isentar, é substituir a contribuição pelo faturamento e não pela folha de pagamento, porque senão você prejudica quem é intensivo em mão de obra: pai e mãe de família com carteira assinada que botam o pão na mesa da sua casa. E aí, fica valendo a pena para mim, que sou empreendedor, o payback de eu substituir por um robô, porque se eu elevo o custo do emprego, substituir pela automação passa a ter um retorno, um payback cada vez maior. Então, acho que o problema está posto, e eu... O parecer da Senadora Margareth está de parabéns por trazer esse olhar de justiça social sobre o problema.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Excelente.

Sem falar também na taxa de natalidade, que, no Brasil, vem caindo.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) - É o que os especialistas chamavam de boom demográfico. Perdemos o bônus demográfico, o boom demográfico, e agora temos que lidar com a conta que não fecha.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Pela ordem.) - Só para complementar, Sr. Presidente, sem citar ninguém, nós temos o maior e mais grave problema do Brasil, que se chama previdência social; não tem um problema maior, e nós não o discutimos. Quando o Macron foi mexer na previdência social da França, os franceses praticamente incendiaram o país. É um tema que o Presidente da República que tiver coragem de enfrentar, provavelmente, nunca mais será eleito nem para Vereador, porque vai mexer com os interesses de todo mundo; é um tema complicadíssimo. Nós fugimos desse tema enquanto Congresso, e aí vamos discutir cigarro eletrônico. Sabe... essa é a questão maior.

O Senador Efraim está corretíssimo nas suas observações: esse modelo solidário caiu, passou, foi superado; a tecnologia superou isso. Então, acho que realmente ficam os avisos todos, e mais uma vez,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parabenizo a Senadora Margareth Buzetti. O sistema... Não tem perigo de que isso vai levar à falência, porque já está falido há muito tempo. Então, seria mais um pingo d'água no oceano, Senadora Margareth.
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Muito obrigado, Senador Oriovisto.
Eu quero registrar a presença da Senadora Ana Amélia, uma inspiração para mim, uma grande Senadora aqui. Seja muito bem-vinda a esta Casa que é sua também.
O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Senador Girão, pela ordem, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Pela ordem, Senador Alan Rick.
O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) - Também cumprimento a nossa querida Senadora Ana Amélia, uma das grandes Senadoras da história desta Casa. Também faço suas palavras as minhas: uma inspiração. E foi como uma mentora para mim, quando estava ainda na Câmara dos Deputados. Congratulo-a e parabenizo pelo grande trabalho, pela grande figura política, por essa grande brasileira, ao lado de outra grande Senadora, Margareth. Parabéns pelo relatório, Senadora Margareth. Justiça Social para aqueles que já contribuíram tanto para este país.
Sr. Presidente, eu venho pedir a inversão de pauta apenas para que eu possa retirar o nosso relatório ao PL 397, que inclusive já foi lido, a pedido - vou só retirar - do Senador Rogério Carvalho, para que o Governo possa ajudar na construção da matéria. Houve um pedido do Senador Rogério; estou, portanto, retirando o nosso relatório, para que a gente construa juntos.
É uma matéria extremamente meritória, que trata do apoio ao produtor rural, Senador Efraim, que perdeu tudo o que tinha diante das enchentes e também das secas que aconteceram em outros estados do Brasil. As enchentes no Rio Grande do Sul, no Acre, e as secas no Amazonas, em Roraima e em outros estados brasileiros.
11:51
R
Portanto, são pequenos produtores que não têm acesso ao seguro, que estão hoje desassistidos, Senador Izalci, e que precisam da mão amiga deste Congresso e do Governo Federal para prorrogar o pagamento de parcelas vencidas e vincendas das linhas de crédito do fomento rural oferecidas pelos bancos oficiais e pelos bancos de fomento.
Portanto, vamos construir esta matéria. Ela é fundamental para que a gente ofereça uma resposta ao produtor rural brasileiro que perdeu tudo, principalmente o pequeno produtor, que precisa dessa mão amiga.
Como há um compromisso do Governo em apoiar a matéria, estou retirando...
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Perfeito.
O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - ... com esse compromisso, para que nós possamos estabelecer, portanto, a votação da matéria e, quando for para a Câmara, não precisará retornar ao Senado porque a gente tem um texto consolidado.
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Perfeito.
Meu querido Senador Alan Rick, outro grande Senador que, para mim, é uma inspiração, que, antes de eu pensar em entrar na política, eu já acompanhava o seu trabalho, pró-vida, pró-família.
Está retirado de pauta o item 7... (Pausa.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 8, perdão.
(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8
PROJETO DE LEI N° 397, DE 2024
- Terminativo -

Autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Munícipio, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extremas.
Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)
Relatoria: Senador Alan Rick
Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1, 2 e 3 - CRA.
Observações:
1. Em 7/5/2024, foi concedida vista coletiva da matéria.
2. A matéria foi apreciada pela CRA, com parecer favorável ao Projeto com as Emendas 1-CRA a 3-CRA.)

E, agora, já vamos dar sequência aqui ao item 6.

ITEM 6
PROJETO DE LEI N° 6035, DE 2019
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, com o objetivo de destinar recursos aos Municípios para realização de projetos de eficiência energética nos sistemas de iluminação pública.
Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)
Relatoria: Senador Fernando Farias
Relatório: Pela aprovação nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo).
Observações:
1. Em 4/6/2024, foi concedida vista coletiva da matéria.
2. A matéria foi apreciada pela CI, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CI (substitutivo).

Então, uma vez que o relatório já foi lido, eu consulto o Senador Fernando Farias se gostaria de fazer uso da palavra.
O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) - Obrigado, Presidente.
Gostaria, sim, para dar um resumo do complemento de voto.
Após a leitura do meu relatório na semana passada, foi dada vista coletiva para ajustarmos a redação de um dispositivo do substitutivo aprovado pela Comissão de Infraestrutura a pedido do Governo. Apenas um ajuste simples que não altera o ponto central do meu relatório, um ajuste do §4º, do art. 5º, para prever a possibilidade de uso de recursos federais para prestação de assistência técnica aos municípios.
Da forma como foi redigido o dispositivo, o Ministério da Fazenda alertou que o texto poderia ser interpretado como criação de despesa obrigatória, o que conflita com o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
Ainda na semana passada, eu enviei para a Liderança do Governo uma sugestão do texto para atender a sugestão e acabei de receber uma resposta positiva do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por orientação da Secretaria da Comissão, estou apresentando um complemento de voto para formalizar o acordo para deixar claro que a União apenas poderá auxiliar os municípios na elaboração de projetos com fornecimento de recursos humanos, técnicos ou de equipamentos. Optei por apresentar uma subemenda para desmembrar o art. 4º em dois, criando o §5º.
11:55
R
Como havia um erro técnico-legislativo, em que a numeração passava do art. 4º para o 6º, não será necessário nomear o art. 6º do referido art. 5º da Lei 9.991, de 2000.
Aproveito a oportunidade para pedir o voto dos Srs. Senadores e Senadoras nesse importante projeto para melhorar a iluminação pública dos municípios.
Há vedação da exigência de pagamento, por parte das concessionárias e permissionárias, pela atividade de cobrança e arrecadação da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública na fatura de consumo de energia elétrica.
No meu relatório, eu esclareço que muitos municípios que editaram leis instituindo a Cosip, com a arrecadação se dando por meio da fatura de consumo de energia elétrica, têm sido obrigados a pagar tarifas para as concessionárias, com cobranças, muitas vezes extorsivas, no meu entendimento, para a realização do serviço. Algumas concessionárias chegam a impor uma taxa de 10% do valor da Cosip.
Com a aprovação dessa medida, haverá mais recursos disponíveis para os investimentos para a iluminação pública. Estimativas apontam para algo em torno de 300 milhões por ano, adicionais aos municípios, aplicáveis em novos investimentos.
O aperfeiçoamento do Programa de Eficiência Energética permite prazos maiores para os municípios elaborarem os projetos e, principalmente, apoio técnico para dar melhores condições para os municípios serem selecionados na chamada pública realizada pela Aneel.
O.k., Presidente. Era o que eu teria a esclarecer.
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Muitíssimo obrigado, Senador Fernando Farias.
Antes de dar sequência, eu queria apenas registrar e lhe agradecer pela cortesia e acolhida que o senhor me ofereceu nesse último final de semana lá. Sei que o resultado não era o que o senhor esperava. O CRB, seu time do coração, venceu com méritos em campo, mas, nos pênaltis, o Fortaleza, o meu time, levou a melhor. Mas eu quero lhe agradecer pela acolhida lá.
O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - O CRB valorizou o título, não é? (Risos.)
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Com certeza.
Eu quero registrar também a presença do meu amigo e irmão conterrâneo, nosso José Maria Philomeno, que está aqui presente na Comissão de Assuntos Econômicos. Seja muito bem-vindo a esta Casa, irmão!
Já vamos agora, então...
A matéria está em discussão, tá? A matéria está em discussão. (Pausa.)
Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.
A votação será nominal.
Atenção, atenção, Senadores aqui da Comissão de Assuntos Econômicos!
Votação do Substitutivo ao Projeto de Lei 6.035, de 2019, nos termos do relatório apresentado.
Os Senadores que votam com o Relator Fernando Farias, o alagoano Fernando Farias, votam "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores já podem votar.
Está aberto o painel.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Peço às assessorias aqui da Liderança, peço também aos colegas Senadores nos grupos de WhatsApp, que todos nós temos, para pedir a votação aos membros da CAE. Peço a essa equipe aqui competente da nossa Secretaria da CAE também para entrar em contato com os Senadores para a gente dar sequência à pauta, que ainda tem vários itens. (Pausa.)
11:59
R
Com a palavra, o Senador Rogério Carvalho.
O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) - Nós estamos chegando a um acordo aqui com o autor do próximo projeto, que é encontrar a compensação para...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - ... a Lei do Bem, certo? Nós já encontramos um termo e, se a gente pudesse ter vista, na semana que vem, a gente já apresentaria com essas alterações e teria acordo para votar favoravelmente, todo mundo.
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Então, Senador Rogério Carvalho...
O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Tudo bem?
O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fora do microfone.) - Deixe-me...
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Senador Izalci, com a palavra.
O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) - Presidente, só para registrar que é evidente que o Governo entende que há um impacto disso. O que a gente precisa urgentemente é convencer o Governo de que determinadas coisas não têm impacto. Neste caso da Lei do Bem, não vejo impacto, porque, na prática, para cada R$1 que se investe na Lei do Bem, já se comprova que tem um retorno de 1 para 5; ou seja, não há redução, há aumento de arrecadação - não é dedução. Mas esse é o conceito que talvez a gente tenha que discutir em outro momento.
Lembro o seguinte: esse projeto já entrou na pauta por algumas vezes. O Senador Jaques Wagner pediu para retirar, para fazer uma audiência pública. Nós fizemos mais uma audiência pública - foram várias já -, e agora está se falando... Lá na Câmara, está tramitando também projeto semelhante, e, segundo o Senador Rogério, já se colocou lá uma contrapartida, uma fonte de recursos para justificar. É o que eles estão propondo apresentar, para a gente poder votar já com o recurso garantido em termos de compensação.
O importante que eu vejo é que as pequenas e médias empresas precisam investir em inovação.
O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Fora do microfone.) - Perfeito. Concordamos.
O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - Não tem sentido... É urgente e é meritório. Quem mais defende o projeto é o próprio Ministério da Ciência e Tecnologia. O Senador Marcos Pontes, quando foi Ministro, também o defendeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

12:03
R
Então, a gente tira de pauta na condição de se colocar na próxima reunião ordinária, para a gente votar essa matéria, independentemente de qualquer coisa. Qualquer coisa, vamos para o Plenário, sei lá, a gente faz um recurso. Mas é lógico, o entendimento é muito melhor.
O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Fora do microfone.) - Também concordo.
O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - Então, por isso, podemos deixar para a próxima reunião, na condição de ter a pauta já garantida, não é?
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Perfeito.
Eu passo a palavra também - ele gostaria de fazer um comentário aqui - ao nosso querido ex-Ministro e Senador, colega, Astronauta Marcos Pontes.
O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) - Obrigado, Presidente.
Eu vim aqui, embora eu não seja membro da CAE, especificamente para falar a respeito desse tema. A Lei do Bem tem uma importância enorme para o financiamento de pesquisa e desenvolvimento no país. Ela corresponde aproximadamente a R$30 bilhões investidos no setor. E por que esse recurso é muito importante? Se a gente observar, sem exceção, todos os países desenvolvidos, todos eles têm uma coisa em comum: eles aplicam em três setores de forma estruturada e pragmática. Um é a educação, educação com recurso, educação com propósito, vamos dizer assim, de forma muito pragmática, e isso inclui educação profissionalizante. Segundo, investimento em ciência, tecnologia e inovação para transformar ideias em novos produtos, serviços, nota fiscal, empregos. Tudo isso acelera a economia, traz o que eles são hoje, que é serem desenvolvidos. Terceiro, eles melhoram o ambiente de negócios das empresas para que as empresas floresçam. A Lei do Bem faz parte desse conjunto. Então, quando a gente vê, como foi falado pelo Senador Izalci, R$1 investido pelo Governo - não é custo do Governo, é R$1 investido - tem um retorno de R$5 do setor privado dentro sistema.
Coreia do Sul, que todo mundo elogia, e fala-se muito a respeito da educação e do desenvolvimento tecnológico rápido que a Coreia do Sul obteve: eu fiz um acordo com a Coreia do Sul no tempo do ministério justamente para verificar o que eles fizeram lá que a gente poderia fazer aqui, e um dos pontos que foi muito claro é a importância de ter sistemas de fomento à pesquisa como a Lei do Bem, porque isso traz pesquisadores também de dentro da academia para fora da academia, para dentro do setor privado. E isso aí resulta no que a Coreia do Sul é hoje.
Então, quando a gente vê uma lei como essa, tipo assim, seria muita burrice, para colocar num termo muito comum, muita burrice do Governo não aceitar isso aí, porque isso justamente ajuda a melhorar a arrecadação, ajuda a melhorar a situação do Governo como um todo, em termos de desenvolvimento do país e produção de recursos aqui.
Portanto, eu esperava que isso já fosse votado e aprovado hoje, mas eu vejo essa possibilidade com esse acordo, não é? Que seja feito, e que se vote com urgência aqui, porque isso ajuda o país como um todo. Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Muitíssimo obrigado, Senador Astronauta Marcos Pontes, conhecedor profundo do tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi feito esse acordo para que na próxima sessão voltasse à pauta. Então, nós estamos concedendo vista coletiva nesse momento, pedido de vista coletiva, com compromisso tanto do Senador Rogério Carvalho, que representa, vamos dizer assim, está representando o Governo aqui, falou em nome do Governo, quanto do Senador Izalci Lucas. Chegaram nesse acordo e, na próxima sessão, na próxima semana, a gente já vai colocar esse item aqui.
Então, nós temos já quórum - agradeço a todos vocês que se mobilizaram aí, assessores, pessoal da Liderança, a Mesa. Nós conseguimos já o quórum necessário.
12:07
R
Está encerrada a votação.
Vamos ao resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - São 20 votos SIM; NÃO, 0.
Também nenhuma abstenção.
Então, o resultado: aprovada a Emenda nº 1-CI-CAE, substitutiva ao Projeto de Lei 6.035, de 2019, com a Subemenda nº 1-CAE.
Ficam prejudicados o projeto e as emendas a ele apresentados.
O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.
Obrigado, Secretaria.
Último item da pauta.

ITEM 5
PROJETO DE LEI N° 4314, DE 2023
- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e as Leis nº 7.347, de 24 de julho de 1985, nº 7.797, de 10 de julho de 1989, e nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para destinar o valor arrecadado com o pagamento de multas por crimes e infrações ambientais cometidos na Amazônia Legal ao financiamento de ações voltadas à promoção da agricultura familiar na mesma região.
Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)
Relatoria: Senadora Damares Alves
Relatório: Favorável ao projeto e à Emenda nº 1-T, com uma emenda de sua autoria.
Observações:
1. Foi apresentada a Emenda nº 1-T, de autoria do senador Mecias de Jesus.
2. A matéria será apreciada pela CMA e, em decisão terminativa, pela CRA.
Então, eu quero conceder a palavra à Senadora Damares Alves, para a leitura do seu relatório.
A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) - Presidente, eu vou direto à análise, inclusive, de forma resumida.
Por ser a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária responsável pela análise terminativa, não apresentaremos considerações sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.
Quanto ao mérito, registre-se inicialmente que o Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo IBGE, apontou que, naquele ano, 3,897 milhões de estabelecimentos agropecuários foram classificados como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agricultura familiar, 77% do total. Foram 3,897 milhões. Em extensão de área, a agricultura familiar ocupava no período da pesquisa 80,9 milhões de hectares, o que representava 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros.
Segundo levantamento do Censo, a agricultura familiar foi responsável por gerar R$107 bilhões, 23% do valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários, no ano pesquisado. A agricultura familiar também empregava mais de 10 milhões de pessoas, o que representava 67% do total de 15,1 milhões de pessoas ocupadas na agropecuária em setembro de 2017.
12:11
R
Registre-se que a Amazônia Legal, área de abrangência pretendida pela proposição, abriga, se considerada a totalidade da área do Estado do Maranhão e os dados do Censo 2017, cerca de 750 mil estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar, sendo este o universo de produtores potencialmente a ser beneficiado com os recursos oriundos das multas ambientais, cujos valores serão destinados às ações e programas na região, conforme a legislação vigente.
Dados mais atualizados só serão disponibilizados após a realização do Censo 2026, espera-se. Mas tais números demonstram a importância desse segmento de produtores rurais para a produção, sobretudo de alimentos de consumo interno.
Infelizmente, é fato que historicamente a grande maioria dos agricultores familiares não consegue acessar as linhas de crédito do Pronaf, simplesmente porque os recursos destinados ao programa, embora crescentes a cada ano, sempre estiveram longe de atender à demanda.
É urgente que se ampliem os recursos disponíveis para a agricultura familiar e para os empreendimentos familiares rurais, sobretudo de fontes que independam da vontade política de cada Governo e de disponibilidades orçamentárias. Esse é o principal mérito do PL nº 4.314, de 2023, ao destinar recursos obtidos com o pagamento de multas por crimes e infrações ambientais cometidos na Amazônia Legal.
A proposição altera o Código Penal, a Lei da Ação Civil Pública e a Lei de Infrações e Crimes Ambientais, para que os valores arrecadados com o pagamento dessas multas e os decorrentes de acordo ou condenação, com fundamento em dano causado ao meio ambiente na Amazônia Legal, passem a ser destinados ao financiamento de programas e ações voltados à promoção da agricultura familiar. E o PL muda também a lei que criou o Fundo Nacional do Meio Ambiente para incluir a agricultura familiar entre áreas prioritárias para a aplicação de recursos financeiros do fundo.
Para adequação da técnica legislativa, é necessária a proposição de emenda, para renumerar o parágrafo único proposto pelo PL ao art. 73 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para §3º. Por oportuno, incluímos, também, emenda ao texto do parágrafo único do art. 73, da Lei nº 9.605, de 1998, na forma do art. 5º do PL 4.314, de 2023, para vedar o repasse de valores arrecadados a membros de organizações que promovem invasão de terras.
O nobre Senador Mecias de Jesus, com a apresentação da Emenda nº 1, sugere que seja considerado agricultor familiar aquele cuja atividade é exercida em prioridades abaixo de quatro módulos fiscais ou que tenha renda mensal igual ou inferior a cinco salários mínimos.
O voto, Presidente.
Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.314, de 2023, com a Emenda nº 1, do Senador Mecias de Jesus, e a Emenda nº 2, que eu apresento.
12:15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R

A Emenda nº 1 faz uma adequação na redação.
A Emenda nº 2 diz:
O parágrafo único do art. 73, da Lei 9.605, de 2 de fevereiro de 1998, na forma do art. 5º do PL 4.314, passa a vigorar com a seguinte redação:
Parágrafo Único. O valor arrecadado com o pagamento de multas por infração ambiental cometida na Amazônia Legal reverterá ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei 7.797, de 1989, e será destinado ao financiamento de programas e ações voltadas para a promoção da agricultura familiar na mesma região, vedado o repasse a membros de organizações que promovem invasão de terras.
Este é o relatório, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Muitíssimo obrigado, Senadora Damares, pela leitura do seu relatório.
A matéria está em discussão. (Pausa.)
Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.
A votação será simbólica.
Em votação o relatório apresentado.
Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1-T-CAE, e 2, também aqui da CAE.
A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente.
Então, não havendo mais nada a tratar, agradeço imensamente a presença de todos e o trabalho competente desta equipe aqui da CAE, da Secretaria...
O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Senador Izalci, com a palavra.
O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) - Antes de encerrar, só para também garantir que, na próxima sessão, o item 8 seja colocado para a gente votar.
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Perfeito.
O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - Itens 7 e 8.
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) - Foi um pedido do Senador Petecão, que é o Relator, não é isso? (Pausa.)
E um projeto do senhor.
Na próxima sessão, será colocado em pauta aqui, segundo a nossa Secretaria.
Então, muito obrigado a todos, que Deus os abençoe e muita paz.
(Iniciada às 9 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e seis minutos do dia dezoito de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso e Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Izalci Lucas, Sergio Moro, Soraya Thronicke, Weverton, Randolfe Rodrigues, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Janaína Farias, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Jaques Wagner, Flávio Arns, Rosana Martinelli, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Beto Faro, Marcos do Val e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Cid Gomes, Irajá, Rogério Carvalho, Sérgio Petecão, Wilder Morais e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 13, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 105,041,704.00 (cento e cinco milhões, quarenta e um mil e setecentos e quatro dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Santos, Estado de São Paulo, e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Macrodrenagem, Acessibilidade, Inovação e Sustentabilidade de Santos - Santos Mais." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação do requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 6035, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, com o objetivo de destinar recursos aos Municípios para realização de projetos de eficiência energética nos sistemas de iluminação pública." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do RISF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 29, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre normas de seguro privado; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável, nos termos da Emenda nº 14-CCJ (substitutivo), com três subemendas que apresenta, e contrário às Emendas nºs 15 a 20. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 14– CAE-CCJ (Substitutivo), com as Subemendas nºs 1 a 3-CAE à Emenda nº 14-CAE-CCJ; contrário Às emendas nºs 15 a 21. **Observação:** Aprovada também a apresentação do requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3670, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para retirar a obrigatoriedade de cobrança de FGTS e Contribuição Previdenciária sobre a remuneração recebida por empregados que já sejam aposentados, bem como altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 para criar cadastro específico de vagas de trabalho para aposentados junto ao Sistema Nacional de Emprego (Sine)." **Autoria:** Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Favorável ao projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiada a discussão pela apresentação do Req. 71/2024-CAE. **ITEM 5 - Projeto de Lei Complementar n° 202, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar n° 167, de 24 de abril de 2019 que instituiu a Empresa Simples de Crédito." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 350, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o Governo Federal deverá definir metas progressiva erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades socioeconômicas, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Janaína Farias. **Relatório:** Favorável ao projeto e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, contrário à Emenda nº 2, nos termos das cinco emendas apresentadas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 3 a 7-CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 953, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 5332, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, e 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispensar o segurado do Regime Geral de Previdência Social e o beneficiário do benefício de prestação continuada da reavaliação periódica das condições da concessão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

benefício quando a incapacidade for permanente, irreversível ou irrecuperável e para determinar a participação de especialista em infectologia na perícia médica de pessoa com síndrome da imunodeficiência adquirida." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2838, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.196, de 21 de Novembro de 2005 – Lei do Bem." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo), com uma subemenda apresentada. **Resultado:** Adiada a discussão pela apresentação do Req. 72/2024-CAE. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1706, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre normas gerais para concessão do Passe Livre Estudantil." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, de três emendas que apresentadas e da Emenda nº 1, na forma de uma subemenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 6020, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000 e Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018, para incentivar a pesquisa sobre mobilidade elétrica no Brasil." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao projeto, contrário às Emendas nºs 1 e 2-CCT, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 3, nos termos das três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 596, de 2023 - Terminativo -** que: "Concede remissão dos débitos referentes à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de que trata a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2022, decorrentes da cessação de efeitos, de forma automática ou por meio de ação rescisória, de decisão judicial transitada em julgado." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos ternos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), com uma subemenda apresentada. **Resultado:** Lido o relatório, fica adiada a apreciação da matéria a partir da apresentação do Req. 74-CAE de audiência pública. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 1107, de 2023 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a indenização pecuniária por tempo de serviço aos servidores comissionados do Poder Legislativo Federal e órgão auxiliar." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 2 a 5-CCJ. **Resultado:** Aprovado o Projeto, e as Emendas nºs 2-CCJ-CAE, 3-CCJ-CAE, 4-CCJ-CAE (com a subemenda nº 1-CAE), 5-CCJ-CAE, 6-CAE (com a subemenda nº 1-CAE) e 8-CAE (com a subemenda nº 1-CAE) por 16 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 858, de 2024 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social – FIIS." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAS, com uma emenda apresentada. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CAS-CAE e 2-CAE. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 71, de 2024** que: "Requer o adiamento da discussão do PL 3670/2023 por 30 dias" **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 72, de 2024** que: "Requer o adiamento da discussão do PL 2838/2020 por 30 dias" **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Projeto de Lei Complementar n° 72, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável à matéria com uma emenda de sua autoria. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 74, de 2024** que: "Requer, com fundamento no artigo 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 596/23, que dispõe sobre a remissão de dívidas relativas à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovada a apresentação de requerimento para realização de audiência pública para instrução da matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/18

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 18 de junho de 2024.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Carta da Fiesp, cumprimentando a Presidência da CAE pela implementação da reforma tributária e se manifestando sobre o Projeto de Lei nº 68, de 2024;

- Ofício nº 43, de 2024, da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, com manifestação sobre o Projeto de Lei 68, de 2024, taxação de bebidas açucaradas no Imposto Seletivo.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar autuação nesse período.

Líder Otto, bom dia. Senadora Zenaide, bom dia. Seja bem-vinda à nossa Comissão, Senadora.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 23ª Reunião, realizada em 11 de junho de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem, só para cumprimentá-lo e cumprimentar também todos os amigos e amigas da cidade de Santos.

O Deputado Paulo Barbosa está aqui para acompanhar a votação do empréstimo do Carf, Deputado Federal pelo PSDB, colega nosso... Então, que ele seja bem-vindo...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Seja bem-vindo a esta Comissão, Deputado Paulo.

Gostaria de iniciar nossa reunião falando sobre alguns projetos importantes que iremos deliberar hoje.

O projeto que trago aqui em destaque é o Projeto de Lei nº 1.107, de 2023, de autoria do Senador Weverton e relatoria da Senadora Damares Alves. O projeto cria indenização pecuniária ao servidor público ocupante exclusivamente de cargo em comissão, com lotação na Câmara dos Deputados, no Senado Federal ou no Tribunal de Contas da União. A proposta preenche lacuna que se perpetua na Justiça para os trabalhadores que são ocupantes de cargo em comissão com responsabilidades relevantes e atribuições específicas a cada área de atuação, mas que não têm tratamento paritário ou equivalente quando comparados com outros trabalhadores ou servidores.

Outro projeto que relaciono como um dos mais relevantes também é o Projeto de Lei nº 6.020, de 2019, de autoria da Senadora Leila Barros e relatoria do Senador Eduardo Braga. O projeto incentiva mobilidade elétrica no país e garantir os recursos necessários para as pesquisas que envolvem a produção de pesquisa necessária para a transição do carro movido a hidrocarbonetos para propulsão elétrica. A proposta visa a garantir o recurso para desenvolvimento de tecnologia de mobilidade elétrica. Estima-se que, atualmente, a União conceda 7,5 a 9 bilhões de benefícios fiscais por meio dos dispositivos previstos na Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018. Isso possibilitaria recurso no montante de 110 a 135 bilhões/ano para pesquisa.

Outro projeto que destaco, da pauta de hoje, é o Projeto de Lei Complementar 72, de 2024, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo e relatoria da Senadora Zenaide Maia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este importante projeto tem o objetivo de dar segurança jurídica para o Ministério da Saúde e destinar recursos discricionários de emendas parlamentares para os hospitais universitários e para entidade pública que detenha atribuição de administrá-los. A proposição prevê ainda a vedação do financiamento de despesas com pessoal e com encargos sociais dessas instituições. Desse modo, intenta-se, por um lado, preservar o orçamento da saúde e, por outro, manter a obrigação de que o Ministério da Educação siga investindo nos hospitais universitários.

Assim, parabenizo a todos e todas autoras e relatoras, autores e relatores, por esses relevantes projetos, que certamente representam avanços significantes em nosso ordenamento jurídico, trazendo benefícios a toda a nossa sociedade.

Era o que tinha a registrar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, o 2.838, a Lei do Bem, nós acertamos já, pela terceira vez...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Aqui só dei alguns destaques a alguns projetos. Dei destaque a três projetos, como a gente está fazendo em toda reunião...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É o item 9...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ... mas o projeto de V. Exa. é muito importante, é o item 9 da pauta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A pedido do Senador Líder Otto Alencar, devido a compromisso fora, pediu só inversão de pauta, e nós concedemos.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre normas de seguro privado; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável, nos termos da Emenda nº 14-CCJ (substitutivo), com três subemendas que apresenta, e contrário às Emendas nºs 15 a 20.

Observações:

1. No dia 11/6/2024, foi concedida vista coletiva da matéria.

2. Foram apresentadas as Emendas nºs 15 a 20.

3. Em 18/6/2024, foi apresentada a Emenda nº 21.

4. A matéria foi apreciada pela CCJ, com Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 11, nos termos da Emenda nº 14-CCJ (Substitutivo), e contrário às Emendas nºs 1 a 10 e 12.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar para se pronunciar sobre a Emenda nº 21, apresentada hoje.

Com a palavra, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

O relatório foi feito anteriormente, foi pedida vista pelo Senador Flávio Bolsonaro, volta à discussão hoje.

Nesse período de vista, foi apresentada apenas uma emenda, da autoria da Senadora Tereza Cristina: o §4º do art. 113 do Substitutivo ao projeto de lei da Câmara. Essa emenda foi analisada, e nós optamos pela rejeição da emenda, com as razões que estão, inclusive, na justificação do projeto de lei que V. Exa. acaba de ler aí para análise dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a emenda foi pela rejeição, ficando o parecer, que foi analisado anteriormente nesta Comissão, inalterado.

Essa é a posição nossa na análise da emenda da Senadora Tereza Cristina.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Otto, obrigado e parabéns pelo seu complemento de voto.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 14, da CAE e da CCJ (Substitutivo), com as Subemendas nºs 1 a 3, da CAE, e a Emenda nº 14, da CAE e da CCJ.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – ... diante do que aconteceu recentemente no Estado do Rio Grande do Sul e em outros estados da Federação, como o caso, por exemplo, lá do Estado de São Paulo, na região de São Sebastião, e de Santa Catarina e outros desastres ambientais dramáticos, essa questão dos seguros é fundamental para esse momento. E essa matéria vai à Câmara dos Deputados.

Eu conversei com o Presidente Rodrigo Pacheco, semana passada, para que, havendo a possibilidade de se aprovar aqui um requerimento de urgência, a matéria fosse ao Plenário para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

votação e depois à Câmara dos Deputados, porque será uma nova letra de lei de seguros, que envolvem sinistros grandes, sinistros que aconteceram no Rio Grande, em que fábricas foram totalmente destruídas. Seria um momento importante para se dar essa nova posição a respeito dos seguros. Parece-me uma matéria que já vejo na Câmara muito estudada, que dá uma outra garantia jurídica aos segurados e também às seguradoras.

Portanto, eu queria colocar um requerimento de urgência para a apreciação dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, desde que V. Exa. aceite a minha proposição.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pois bem, Senador.

Em votação o requerimento apresentado pelo Senador Otto Alencar, pedido de urgência do item 3 da pauta, Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2017.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o pedido permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, uma questão de ordem antes do próximo tópico.

O Presidente Lula acabou de fazer um ataque pessoal ao Campos Neto, Presidente do Banco Central, e ao Banco Central, à autonomia do Banco Central. Eu quero aqui registrar meu repúdio. Ele, inclusive, menciona nesse ataque pessoal ao Campos Neto... E a gente vê que, infelizmente, o Governo está derretendo, o dólar está subindo, as expectativas econômicas estão se deteriorando. Não existe um outro assunto na política que não 2026, a demonstrar aí o fracasso deste Governo. E o Lula, o Presidente busca aí bodes expiatórios, tentando atribuir más intenções à gestão do Banco Central pelo Roberto Campos Neto. E a gente vê o contrário, a liderança do Banco Central atual tem recebido prêmios sucessivos internacionais como melhor Presidente do Banco Central.

Então, nós temos aqui – Presidente, eu tenho certeza de que V. Exa. também é favorável – que aprovar aquela PEC que aprofunda a autonomia do Banco Central, permitindo que ele tenha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o seu orçamento próprio, que ele tenha a sua gestão financeira. Porque a gente está vendo paralelamente a esses ataques pessoais uma asfixia do Banco Central por outros caminhos.

Mas, acima de tudo, eu queria registrar que a minha solidariedade ao Presidente Campos e o repúdio ao ataque pessoal, à falta de institucionalidade que foi manifestada hoje pela manhã pelo Presidente Lula em relação a ele e ao Banco Central, querendo levantar uma cortina de fumaça sobre o fracasso do Governo na gestão da economia. E gostaria de rogar aos nossos colegas – hoje está na CCJ o projeto de autonomia financeira e orçamentária do Banco Central – que nós aprovamos, como a resposta – sim, institucional, deste Congresso, do Senado – a esses ataques desequilibrados do Presidente Lula.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Moro. Inclusive, na CCJ hoje audiência pública está sendo realizada, motivo dessa PEC, que é de minha autoria, com a presença do ex-Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e – não tenho todos os membros que confirmaram presença – o ex-Presidente, também do Banco Central, Gustavo Loyola.

Item 13 da pauta, Senadora Damares, Projeto de Lei nº 1.107, de 2023. (*Pausa.*)

Quero aqui, em tempo, registrar a presença, mais uma vez, do Deputado Paulo Alexandre, que é de São Paulo, do PSDB, veio acompanhar o item 1 da pauta, empréstimo para a cidade de Santos. Não é isso? Então, seja bem-vindo, mais uma vez, Deputado Paulo Alexandre.

Item 13, Projeto de Lei nº 1.107, de 2023...

Nós só estamos aguardando o Relator chegar, o Senador Amin, desse empréstimo.

ITEM 13

PROJETO DE LEI Nº 1107, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a indenização pecuniária por tempo de serviço aos servidores comissionados do Poder Legislativo Federal e órgão auxiliar.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 2 a 5-CCJ.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CCJ, com parecer favorável ao Projeto, com as Emendas n°s 2-CCJ a 5-CCJ e contrário à Emenda n° 1.

2. Em 11/6/2024, foi apresentada a emenda nº 6, de autoria do senador Sérgio Petecão.

3. Em 12/06/2024, foi apresentada a emenda nº 7, de autoria do senador Fernando Dueire.

3. Em 17/6/2024, foi apresentada a emenda nº 8, de autoria do senador Izalci Lucas.

4. Em 17/6/2024, foi apresentado o Req 70/2024-CAE, de autoria do senador Fernando Dueire, de retirada da emenda nº 7.

Relatório: pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 2-CCJ a 5-CCJ, e das Emendas nºs 6 e 7, com a subemenda de sua autoria, as Emendas nºs 4-CCJ, 6 e 7.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise, mas antes informando que a Emenda 7 foi retirada, mas nós tivemos a Emenda 8, eu estou acatando a Emenda 8, que tem o mesmo conteúdo da Emenda 7 anteriormente retirada.

A constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa já foram analisadas na Comissão de Constituição e Justiça, Comissão cuja atribuição precípua inclui opinar sobre os dois primeiros aspectos, o foco da presente análise será sobre o mérito da proposição, nos termos das competências regimentais da CAE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao seu mérito, a proposta deve ser aprovada, porque traz benefícios econômicos não só para os servidores comissionados, que passam a possuir uma forma de proteção social salutar ao seu bem-estar e ao de suas famílias, como também para o próprio Senado Federal, que terá a possibilidade de contar com servidores que trabalharão de forma mais serena, focados em suas atividades e seguros de que não estão desamparados.

A criação de uma indenização pecuniária por tempo de serviço e de uma notificação prévia proporcionarão a segurança necessária para continuarem desempenhando suas funções com excelência.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Além disso, é um passo crucial para o reconhecimento e a valorização do trabalho desses servidores.

O PL, a pedido do Relator na CCJ, o Senador Jorge Kajuru, recebeu uma estimativa atualizada de impacto orçamentário e financeiro, feita pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, por meio da Nota Técnica de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 0027, de 19 de abril de 2024. A estimativa da nota tem como base a média de exonerações dos últimos anos e o valor médio das remunerações dos cargos comissionados. Pelo cálculo, o impacto do projeto no Senado será de cerca de R$19 milhões em 2024, R$20 milhões em 2025 e, novamente, R$20 milhões em 2026.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Os balanços orçamentários do Senado Federal dão conta de que, nos últimos anos, esta Casa tem, de forma reiterada, despendido com pessoal bem menos do que as dotações que a Lei Orçamentária de cada ano lhe permitiu. Em 2022, para o Senado, foram autorizadas dotações em despesas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... com pessoal de R$3,9 bilhões, enquanto as despesas de fato empenhadas chegaram a pouco mais de R$3,7 bilhões, deixando um saldo positivo de R$171 milhões por essa dotação. Em 2023, o mesmo cenário se repetiu, com uma dotação para pessoal de R$4,1 bilhões contra empenhos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que somaram menos de R$3,9 bilhões, deixando um saldo positivo de mais de R$256 milhões no balanço orçamentário.

Por fim, considerando a capacidade de o Senado custear o benefício previsto neste projeto de lei, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos anos de 2022 e 2023 apresentaram geração líquida de caixa e equivalentes de caixa de cerca de R$306 milhões e R$127 milhões, respectivamente. A origem desses fluxos positivos está justamente na sobra de receitas do Senado, cujas despesas estão tão bem controladas, de maneira que a criação de uma indenização trabalhista para atender os ocupantes de cargos comissionados, cujo custo anual chegaria a aproximadamente R$20 milhões, não representaria – atenção, senhores, não representaria – um peso significante para o orçamento da Casa.

Quanto às emendas, concordamos sem reparos com o Parecer nº 42, de 2024, da Comissão de Constituição e Justiça, optando pela rejeição da Emenda nº 1 – CCJ e pela aprovação das Emendas nº 2 a nº 5 – CCJ. Exatamente pelo que explicamos antes, com base na estimativa da nota técnica e nos demonstrativos contábeis, entendemos que a direção adotada pelo Relator da CCJ, de dar mais justiça social ao projeto, cabe dentro do orçamento do Senado Federal, de modo que optamos pela rejeição da primeira emenda.

Entendemos que as emendas aprovadas na CCJ trouxeram aprimoramentos ao texto que resguardam a vindoura lei de questionamentos futuros, bem como adequam as melhores práticas de redação legislativa.

Entretanto, apresento, enquanto Relatora nesta Comissão, uma subemenda à Emenda 4 – CCJ, para que jamais acusem um valoroso servidor do cometimento de fraude no recebimento do benefício, no caso de promoção...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Damares, só um momento.

Pessoal, nós temos a Senadora Damares, que está fazendo leitura do seu relatório, um relatório muito importante. Eu pediria a compreensão de todos. Dá para a gente conversar um pouquinho mais baixo, para não atrapalhar a nossa Senadora na leitura do seu relatório, por favor. O.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, desculpe interromper.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vou voltar para o início do parágrafo.

Apresento, enquanto Relatora nesta Comissão, uma subemenda à Emenda 4 da CCJ, para que jamais acusem um valoroso servidor do cometimento de fraude no recebimento do benefício, no caso de promoção a um cargo superior ao que vinha ocupando, seguida de uma exoneração. Essa subemenda prevê que a remuneração a título de cálculo de indenização deve ser uma média das remunerações recebidas ao longo do período ininterrupto de 12 meses de serviço no Senado.

Em relação às emendas apresentadas nesta Comissão, acolhemos as duas na forma de subemendas, porque concordamos com o mérito de ambas as propostas dos colegas Senadores, mas precisamos fazer pequenos ajustes para que o texto se adeque de forma mais precisa à técnica legislativa.

Sobre a Emenda 6 – CAE, do Senador Sérgio Petecão, consideramos que a sua justificação é acertada ao ressaltar o princípio da proporcionalidade, possibilitando que a indenização pecuniária, após cumprido um período aquisitivo mínimo de 12 meses, seja uma soma de frações das remunerações recebidas.

No entanto, apenas para que a técnica legislativa seja observada de maneira mais precisa, o dispositivo que melhor se adéqua à modificação proposta pelo Senador Sérgio Petecão é um parágrafo e não um inciso. Por isso, acreditamos que uma subemenda à Emenda nº 6 deve acompanhar o parecer da CAE.

Quanto à Emenda nº 8, do Senador Izalci Lucas, concordamos com a sua intenção de deixar mais claro o texto da lei, prevendo explicitamente que os atuais comissionados possam contar, para fim da indenização pecuniária, o tempo de serviço no Senado Federal anterior à vigência da lei. Com o propósito de tornar mais esclarecedor ainda o texto legislativo, acrescento, na forma de uma subemenda, um dispositivo que impossibilita que servidores não mais vinculados ao Senado pleiteiem a indenização, para que os objetivos desta emenda não sejam desvirtuados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumpre salientar que, assim como na emenda anterior, o impacto da Emenda nº 8 está plenamente considerado no cálculo da estimativa apresentada pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Finalmente, por meio desta subemenda à Emenda nº 8, faço um pequeno ajuste na redação, para que a mudança proposta pelo Senador Izalci Lucas e a que acrescentei por subemenda integrem, na forma de parágrafos, as condições para recebimento da indenização pecuniária estabelecidas no art. 1º.

O meu voto, Senador.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.107, de 2023, com as Emendas nº 2 a nº 5, da CCJ, com uma subemenda à Emenda nº 4 – CCJ, e com as Emendas nº 6 e nº 8, ambas da CAE, na forma de subemendas, que já estão devidamente publicadas.

Peço apoio aos pares.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Damares, e parabéns pelo seu relatório.

A matéria está em discussão.

Para discutir a matéria, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero inicialmente parabenizar o Senador Weverton pela iniciativa e a nossa querida Senadora Damares pelo relatório.

Sobre essa matéria, Presidente, eu apresentei um projeto na Câmara estendendo, inclusive, ao Executivo. Eu faço um apelo aí para o nosso Líder do Governo para que reflita também com relação ao Executivo. Por que isso? Porque nós não podemos ter trabalhador de segunda classe. Eu me lembro que nós fizemos um grande debate na Câmara votando a Lei da Empregada Doméstica, exatamente nessa linha que não admite ter trabalhador de segunda classe. E os comissionados, aqui nós temos trabalhadores há 20 anos, 15 anos, aqui na Câmara, no Senado, Tribunal de Contas, nas Câmaras Legislativas, o que realmente é uma injustiça muito grande. Muitos deles saem depois de 20 anos e acabam ainda tendo que pagar, devolver dinheiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dependendo da data em que são demitidos. Então, isso aí faz justiça aos servidores que, com muita competência, trabalham para nós aqui no Senado, na Câmara.

Então, parabenizo a Senadora Damares pelo relatório e já adianto meu voto favorável, agradecendo o acatamento da Emenda nº 8.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eu consulto os Senadores e Senadoras se já podemos abrir o painel, enquanto se discute, já para a gente aproveitar o quórum qualificadíssimo para a gente fazer a votação.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Aprovado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Aprovado, Senador? Aprovado? (*Pausa.*)

Então, peço que se abra o painel, por favor.

Quem vota com o com a Relatora, a Senadora Damares, vota "sim". Então, é "sim" com a Relatora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É "sim", com a Relatora. Então, ela confirmou aqui que é "sim".

Vamos votar.

Senador Alessandro.

Senador Laércio, bem-vindo!

Senadora Margareth Buzetti; bem-vinda, Senadora Margareth!

Senador Sergio Moro, bem-vindo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Tereza – eu só estou cumprimentando; não estou fazendo a chamada aqui, só cumprimentando –, seja bem-vinda, Senadora! (*Pausa.*)

Já está aberto o painel, podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Oriovisto, agora pode votar.

Senadora Zenaide.

Senadora Professora Dorinha, que não está presente aqui, mas já registrou a presença.

Senador Rodrigo Cunha, Senador Alan Rick, Senador Rogerio Marinho. (*Pausa.*)

Senadora Professora Dorinha, Rodrigo Cunha, Rogerio Marinho; Senador Rogerio Marinho.

Senadora Soraya Thronicke.

Senador Angelo Coronel.

Janaína Farias, Teresa Leitão.

Paulo Paim.

Senador Jaques Wagner. (*Pausa.*)

Esta aqui pode... ela vai para o Plenário agora ou vai para outra Comissão? (*Pausa.*)

Então, ela pode pedir... (*Pausa.*)

Ah, tá. O.k. (*Pausa.*)

Podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

A votação está encerrada.

Peço que abra, por favor, o resultado.

(Procede-se à apuração.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Dezesseis SIM; nenhum NÃO.

Parabéns, Senadora Damares!

Aprovado o projeto e as Emendas nºs 2, da CAE e da CCJ; 3, da CAE e da CCJ; 4, da CAE e da CCJ, com a Subemenda nº 1, da CAE; 5, CAE e CCJ; 6, da CAE, com a Subemenda nº 1, da CAE; e 8, da CAE, com a Subemenda nº 1, da CAE.

A matéria será, Senadora Damares, encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 13, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 105,041,704.00 (cento e cinco milhões, quarenta e um mil e setecentos e quatro dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Santos, Estado de São Paulo, e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Macrodrenagem, Acessibilidade, Inovação e Sustentabilidade de Santos - Santos Mais.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra, Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar a Mesa do Senado, deixar aqui um agradecimento público, em meu nome e em nome, certamente, da cidade de Santos e do Brasil, porque Santos está no coração de todos nós, pela cidade, pela história e também pelo futebol.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – O Santos de antigamente, porque esse que está...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Santos... O Santos. O Santos não teve sorte com o Amazonas, por isso o Senador Omar Aziz fica tocando flauta, não é?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Perdeu de 1 a 0 lá, o Santos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas é uma obra, um projeto muito importante. Quem conhece a topografia, a situação do Município de Santos, sabe que plano de macrodrenagem é muito importante para aquela região, que se chama, inclusive, Baixada Santista, compreendendo outros municípios, pela importância do porto, pela importância das obras que o atual Governo pactuou – atual Governo, digo, o Governo do Presidente Lula, do Governador Tarcísio e dos municípios –, uma obra que vai realmente dar uma configuração extraordinariamente atual e futurística tanto para a circulação das águas quanto para a circulação de veículos.

O processo está rigorosamente conforme as circunstâncias previstas na nossa Resolução nº 48, na de 2021 e naquelas que a precederam e que a sucederam, mas especialmente nas que a antecederam, como a 48, de 2007, que ainda rege esse tipo de operações.

O Tesouro Nacional se manifestou, como consta da folha 4 do relatório. Portanto, a União está tomando uma atitude correta e prudente ao oferecer a garantia, que é indispensável. Por esta razão, só quero salientar os detalhes básicos: prazo total de 216 meses; carência de 66 meses; prazo de amortização de 150 meses, portanto é o faltante; periodicidade de pagamento de juros e amortizações semestral; sistema de amortização constante; lei municipal em dia. E a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

satisfação pessoal que eu tenho é de que uma corporação bancária com pluralidade de propriedade na América Latina, Corporação Andina, será o agente financeiro.

Não posso deixar de mencionar também a participação do ex-Prefeito, nosso Prefeito Paulino, que, digamos assim, cumpriu o seu papel de lobista do bem. Todos nós cumprimos, quando temos um caso destes, que interessa ao nosso estado, seja Goiás, seja Bahia, Amazonas ou Santa Catarina, é nosso dever agilizar; neste caso, tanto pelo fato de termos uma eleição municipal neste ano quanto especialmente porque um projeto desse é longevo na sua execução.

Então, o que eu posso dizer é que todos os detalhes políticos, econômicos, de importância das obras que serão financiadas são relevantes e sãos, ou seja, é uma corporação que é constituída pelos países da América Latina, portanto não é um banco privado, pura e simplesmente, é um agente financeiro que opera como se privado fosse, mas é semelhante ao Fonplata, ou assemelhado ao Fonplata, que é outro banco – no caso, presidido por uma brasileira, Luciana Botafogo – que também assiste muito os municípios de médio e grande porte do Brasil.

Portanto, o voto é favorável, e eu já antecipo que, sendo aprovado aqui, eu já faço o requerimento de urgência consequente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Esperidião, obrigado pelo seu relatório.

Além de Santos ser a cidade dos canais, Deputado Paulo Alexandre, que eu conheço muito bem... Quando eu namorava com a minha atual esposa, ela estudava em Santos, então era comum ir para Santos, ir lá para o porto, comprar sardinhas, as melhores sardinhas frescas, ali no Porto de Santos; então, eu conheço.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Há controvérsias, Senador Flávio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Do Rio de Janeiro... Mas é porque o do Rio de Janeiro eu não conheço, o de Santos eu conheço bem. Na década de 80, no meio da década de 80, eu ia para lá comprar sardinha no porto.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

A matéria vai ao Plenário.

Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Só para reforçar o requerimento de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência do item 1 da pauta, a Mensagem (SF) nº 13, de 2024.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o pedido de urgência do Senador Amin permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido.

Senador Omar, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Senador Amin, eu vou fazer uma homenagem à cidade de Santos. É impossível a gente votar contra o relatório do Senador Amin, até porque é a pessoa mais experiente aqui. Experiente; em idade, não, mas experiente: um homem experiente, que nos proporciona o seu conhecimento aqui. Toda fala do Senador Amin é um conhecimento extraordinário.

Então, é lógico que vamos votar favoravelmente e a urgência para votarmos hoje no Plenário, e ver se o Rodrigo Pacheco coloca hoje.

Santos precisa de ajuda. (*Palmas.*)

Inclusive o time do Santos. (*Pausa.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Izalci, com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu indago a V. Exa. sobre o item 9, que é o Projeto de Lei 2.838, sobre a Lei do Bem. Já foi lido, foi retirado de pauta – a pedido do Senador Jaques Wagner – para uma audiência pública, nós fizemos a audiência pública e, depois, na última reunião, o Senador Rogério Carvalho pediu para retirar porque ele iria apresentar uma emenda de acordo com o que foi apresentado na Câmara.

Então, eu indago a V. Exa. se o Governo apresentou essa emenda, para que a gente possa votar isso, porque já há um compromisso de votar isso há algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Izalci, há um requerimento sobre a mesa do Líder do Governo, o Requerimento 72, do Senador Jaques Wagner, Líder do Governo, de adiamento de discussão, que nós iríamos colocar em votação tão logo colocasse... antes de colocar em votação o projeto, que é o item 9 da pauta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Isso, mas deixe-me... V. Exa. quer pronunciar alguma coisa, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, repare, eu quero, na verdade, esclarecer aos Senadores e Senadoras. Nós estamos com o projeto da desoneração dos setores e dos municípios pendente de compensação. Até agora, nem a Casa nem o Governo... Eu sou o Relator, ontem estive no Ministério da Fazenda; nós precisamos de R$16 bilhões, R$17 bilhões, números redondos, para fazer a compensação. Não temos.

Eu, na verdade, me antecipo, Presidente Vanderlan, porque eu estou pedindo também o adiamento da votação de um outro projeto, da Senadora Buzetti, que é a utilização de 5% de funcionários, com uma escala, já aposentados; e, portanto, não teria pagamento, recolhimento de previdência do trabalhador nem do empresário, o que, segundo a Fazenda e a Receita, poderia dar um impacto da ordem de 70.

Da Lei do Bem, do Senador Izalci, o impacto calculado é de R$30 bilhões.

Então, eu estou pedindo o adiamento, pedindo até vênia aos colegas, porque nós estamos, eu repito, com uma suspensão da aplicação de uma liminar por 60 dias, para encontrarmos uma compensação para algo já consolidado na Casa, que foi as desonerações que foram votadas aqui e na Câmara. E eu não quero ficar acumulando, porque aí inevitavelmente vão dizer: "Cadê a compensação? Não cumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal, lá vai o dólar subindo, lá vai o juro se mantendo", e por aí vai.

Então, eu queria insistir que... E olha que eu não sou dos mais fiscalistas, apesar de que o meu estado, quando eu o governei, graças a Deus, sempre deixei... V. Exa. é empresário, com a graça de Deus, a meu convite, na minha Bahia e sabe como é que a gente toca o estado.

Agora, nós ainda não resolvemos um problema, estamos colocando outro. Então, não estou sendo contra por enquanto, eu quero só tempo para resolver um problema e depois a gente discutir os outros. É esse o meu ponto de vista, por isso eu pedi o requerimento de adiamento. Eu peço vênia aos colegas. Não é para procrastinar, é para a gente não acumular problema.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Como nós entramos nesse assunto, vamos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Deixe-me só...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Izalci. Em seguida, o Senador Alessandro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, primeiro o seguinte: em qualquer análise da Lei do Bem, para cada R$1...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Presidente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Para cada R$1...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Presidente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Posso continuar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pode continuar, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Para cada R$1 investido nessa Lei do Bem, retornam R$5. Então, eu não sei, não sei sinceramente onde o Governo acha tanto impacto quanto isso.

Segundo, na reunião passada, quer dizer, nas reuniões anteriores... Inclusive numa delas, o Senador Jaques Wagner pediu uma audiência; fizemos a audiência, com o compromisso de votar a matéria. Quando fomos votar a matéria, em nome do Governo, o Senador Rogério Carvalho disse o seguinte, que, lá na Câmara, já tinha sido colocado – e o Governo concordou – o impacto em cima da redação do projeto da Câmara. E ficou de apresentar, para que hoje a gente votasse. Então, eu gostaria que se levasse em consideração isto também: que tem lá o impacto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, segundo: V. Exa. fala da desoneração. Já vou dizer para V. Exa. – entreguei para V. Exa. e entreguei para o Presidente do Congresso, na reunião de Líderes –: só com relação à adulteração e sonegação de contumazes do setor de combustível, dá mais de R$22 bilhões, que o Governo não arrecada.

O que está acontecendo no setor de combustível é que o tráfico, o PCC e outros tomaram conta, estão comprando postos de gasolina no Brasil inteiro, e o Governo precisa reagir a isso. Se o Governo quer, de fato, buscar recursos, está aí o estudo da Fundação Getúlio Vargas, que foi apresentado. O Governo precisa realmente buscar esse imposto, que dá mais de R$22 bilhões, dá mais do que a desoneração.

Eu pediria ao Senador Jaques Wagner que a gente, então, buscasse uma solução, porque essa Lei do Bem é um investimento, não é despesa. Nós não podemos deixar as nossas pequenas e microempresas sem inovação, só deixando para as grandes empresas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Alessandro, com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, é um apelo que eu faço, em nome, inclusive, do Ministério da Ciência e Tecnologia, que é totalmente favorável.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu me somo ao pedido do Líder Jaques Wagner e acrescento uma situação: as renúncias fiscais no Brasil já se aproximam da casa dos R$700 bilhões, por ano. Então, sugiro a V. Exa. – e vou formalizar esta sugestão – que se monte uma Subcomissão, para que esse montante elevadíssimo seja avaliado: o que faz sentido e o que não faz.

Essa política, particularmente, me parece fazer total sentido, mas, num momento em que você já tem uma sequência imensa de renúncias, de isenções, de incentivos não avaliados – e o TCU tem se debruçado sobre isso –, me parece preocupante, porque nós não podemos cair numa aventura de inviabilizar fiscalmente o Governo. Não interessa, ideologicamente, se você concorda com esse ou com aquele governo; um governo inviável é ruim para os brasileiros. E este Senado tem que ter responsabilidade nas suas escolhas políticas. O orçamento é sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma definição política de alocação. Eu sou favorável à política de incentivos, mas ela tem que ser bem focalizada.

Então, talvez V. Exa. tenha essa possibilidade de, pela CAE, através de uma Subcomissão, um grupo de trabalho – o mecanismo que V. Exa. entenda correto –, passar a limpo esses incentivos para que a Casa da Federação possa orientar o Brasil e dizer: "Olha, realmente faz todo sentido isentar investimentos que gerem emprego e renda". Mas não pode ser uma coisa aleatória, saindo da cabeça de um, da cabeça de outro, com dados que não convençam.

Então, acho que é um bom caminho, Sr. Presidente, e me somo ao pedido de adiamento de pauta dos dois projetos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Alessandro.

Com a palavra, o Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, falo para apoiar o pedido do Senador Jaques Wagner. Acho que a situação do Brasil, a situação fiscal do Brasil é seriíssima. A maior prova disso – eu estava lendo uma reportagem, Jaques –: o real conseguiu perder para o peso argentino.

Nós ficamos em primeiro lugar no mundo em desvalorização frente ao dólar: 15,52%, e o peso argentino é o segundo, com qualquer coisa e 48; ou seja, nós nos desvalorizamos frente ao dólar, nesses primeiros meses de 2024, mais do que o peso argentino. Já estamos perdendo para o peso argentino, em termos de desvalorização frente ao dólar. Isso é um retrato claro de como o mundo está vendo a nossa economia.

E, Sr. Presidente, eu sou tão favorável a que se tenha equilíbrio fiscal neste país que eu fui uma das poucas vozes que votou contra. Votei contra...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – ... a desoneração dos 17 setores, porque entendia que não havia como. Fui contra incluir as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prefeituras, não dá para as prefeituras fazerem compromisso com a previdência, não pagarem e passarem a conta para a viúva. Cada um tem que ter responsabilidade neste país.

Então, eu acho que o momento é seriíssimo. O país, realmente, passa por um momento em que vai ter que rever despesa. Eu tinha ficado muito feliz quando o Haddad e a Simone Tebet, nossa colega, foram falar com o Lula, e o Lula aceitou discutir despesa. Só que, hoje de manhã, Jaques, eu escutei uma entrevista do seu Presidente, na FM da Globo, que me deixou de cabelo em pé. Ele disse que o Brasil está uma maravilha, não tem problema nenhum, o único problema do Brasil é o Banco Central e quem tem que dar a solução para a crise do Brasil não é ele, é o Senado e são os empresários. E que o problema é o Presidente do Banco Central, porque o Presidente do Banco Central, segundo as palavras dele, Sergio Moro, estaria sendo um segundo Moro, agindo com o rabo preso, com compromisso político de ser o futuro Ministro da Economia do Tarcísio.

Então, o país está num momento, realmente, complicado!

Ah, outra coisa que o Presidente disse, Jaques, e que eu gostaria que você me explicasse! Ele disse que é contra o "imposto das blusinhas". Se ele é contra, eu espero que ele vete, mas foi você que propôs o "imposto das blusinhas"... Como é que fica isso? Ele declarou, hoje de manhã, que ele é contra o "imposto das blusinhas"! Então, você está agindo contra a orientação do seu Presidente...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, jamais!

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Então, o seu Presidente faltou com a verdade...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Também não. Explicarei agora.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Meu Deus! Qual é a solução, então?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Art. 14 aqui, Presidente! Fui citado.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Não, deixe-me só explicar, por favor, Senador Moro.

Primeiro, porque é público que ele, no primeiro momento, era contra – e, eventualmente, como pessoa física, ele fosse contra. Eu tive o condão de conversar com ele e outros e convencê-lo... Porque o pessoal queria 60; não foi 60, foi 20. Então, eu quero dizer que eu fiz com anuência dele e que ele não mentiu na televisão, ele disse o pensamento pessoal. O pensamento institucional – ele autorizou o Líder do Governo dele e o Ministro da Fazenda – é óbvio que ele não irá vetar. Estou-me arriscando aqui. Se ele quiser vetar, ele me manda embora... (*Risos.*)

Então, só para terminar...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Mas não foi na TV, foi na rádio, tá?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Terminou, Senador Oriovisto?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Só quero dizer ao colega Sergio Moro que eu apenas repeti as palavras do Presidente. Não são palavras minhas, por favor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sim, com certeza.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Moro, só gostaria de dar uma última explicação.

Na verdade, V. Exa. tocou num outro tema, que diz que o Senado teria que dar. Não, ele não estava se referindo à questão da economia brasileira; ele estava dizendo que o Senado e o Governo – estamos trabalhando para isso –, solidariamente, têm que resolver o problema da compensação da desoneração. Ele não se referia à economia. Aliás, são palavras que repetem as palavras do Presidente da Casa, que, quando devolveu parte da MP, disse que caberia a nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só gostaria de acrescentar uma questão. O que o Senador Izalci falou, e que é verdade, sobre o PCC nas questões de sonegação, não estou dizendo que está certo, porque foi feito de uma forma que chocou e acabou voltando. Mas uma das questões a ser alcançada por aquela MP da compensação do PIS-Cofins era exatamente para cercear esse uso que é feito não só pelo PCC, pelo PCC e por outros que se utilizam, à exaustão, da chamada advocacia tributária, que era isso na bomba de gasolina. Não tem PIS-Cofins aqui, traz o PIS-Cofins lá da refinaria e quer abater.

Então, a conta, realmente, eu concordo com V. Exa., Senador Izalci, sobe muito. É uma sonegação. A Receita sobre isso se debruçou e espero que comece a cobrar de volta esse dinheiro sonegado.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Líder Jaques Wagner, quando V. Exa. falou da MP do PIS-Cofins, eu vi que todo mundo aqui deu uma arrepiada nessa...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu sei. Eu só disse que tinha...

Em nem tudo só tem coisa ruim, Presidente. Tinha um lado que queria combater a sonegação.

Deixe-me esgrimir meus argumentos! (*Risos.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Jaques...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Sergio Moro.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Só para terminar com o Jaques.

Duas coisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu tomei a palavra para apoiar a sua sugestão. Não podemos criar mais confusão. Eu concordo com V. Exa.

Agora, também, nunca mais vou escutar uma entrevista sem pedir a sua interpretação antes, ouviu, Jaques? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Sergio Moro, com a palavra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, só uma referência.

É evidente que o Senador Oriovisto mencionou a fala do Presidente sem qualquer intenção de me criticar ou de me atacar. Eu sei disso, não é, Senador Oriovisto? Mas a gente vê... É lamentável, porque a toda hora aparece uma cortina de fumaça e uma tentativa de transferência de responsabilidade. Em relação à própria questão, muito bem levantada aqui pelo Senador Oriovisto, o Governo é contra ou é a favor da taxação lá das blusinhas? Se é contra, se o Presidente é contra, que vete. Aí fica arrumando desculpa...

Agora a gente está vendo aí o fracasso da política econômica. Por quê? Porque não controla gastos. São 39 ministérios. Está fazendo tudo o que fez errado no passado de novo.

Esta semana nós tivemos aqui notícias de vários veículos de imprensa da influência do Sr. Vaccari Neto na Petrobras, que as nomeações estão passando por ele. Meu Deus do céu! Estamos retrocedendo não só na política econômica, mas na moral pública.

Passou o que passou, a gente olha para frente, mas existem questões de governança importantes. Existe um *compliance* na Petrobras, alguma coisa que identifica essas situações? Isso tem que ser apurado. E se teve, realmente, consulta a esse indivíduo para nomeações da Petrobras, não podem ser nomeados, se teve a posição dele favorável, porque a gente já viu o que aconteceu no passado em relação a isso.

Agora, o que acontece? A economia soçobra. A Argentina é melhor do que a gente hoje em perspectiva, em expectativa econômica, o que é incrível, porque há um ano era um Estado praticamente falido. E hoje nós é que caminhamos para a falência. E, quando o Presidente é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cobrado, em vez de ele fazer o que tem que fazer, cortar gastos, "Ah, vamos deixar para 2025! Vamos deixar para 2026!". E joga a culpa no Campos Neto, na véspera da reunião do Copom, querendo pressionar o Banco Central a descer os juros na marra, quando o Governo não faz a sua parte.

Então, quero registrar mais uma vez aqui, e agradeço a referência, para que a gente possa colocar tudo no devido lugar, porque ele também falou de mim nesse seu discurso. Assim como me atacava para tentar disfarçar que não tinha corrupção lá na Petrobras durante o Governo dele, agora ele ataca o Campos Neto para tentar disfarçar a incompetência da gestão econômica desse Governo, apesar dos talentos aqui, reconheço, da Liderança do Governo, de toda a cordialidade do Senador Jaques Wagner. Mas o fato, Senador, é que o Governo, sinceramente, não está à altura do talento de V. Exa. e da defesa que V. Exa. faz do Governo aqui.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pela ordem, Senador.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não dá para ouvir certas coisas aqui e a gente achar que o cara está falando a verdade.

Senador Moro, o Brasil... A Argentina nunca será maior do que o Brasil nem hoje, nem amanhã, nem daqui a 10 mil anos. Tentam passar uma narrativa para quem está ouvindo como se fosse verdade o que eles estão falando. O que houve foi num curto espaço de tempo, está certo? Falem a verdade, pelo menos. Houve isso... Isso é sazonal, já aconteceu outras vezes. Agora, quem tentou não ter mais indústria neste país não foi este Governo, não, foi o Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passado, a que V. Exa. serviu. Se hoje o PCC comanda os postos de gasolina é porque, há muito tempo, não se faz o combate ao narcotráfico, e V. Exa., como Ministro da Justiça, teve oportunidade de fazer e não o fez. Então, não vamos agora chegar aqui e dizer que o Presidente Lula...

O José Alencar foi Vice-Presidente do Lula durante oito anos. Sabe de qual partido ele era? Do PL, do Valdemar Costa Neto. E pelo que eu me lembre, o PL não mudou o estatuto dele, não. É o mesmo estatuto do Alencar. E o Alencar todo dia criticava duramente os juros altos. Agora, quem tem memória curta acha que o Presidente está expondo.

O Roberto Campos não ganhou eleição, não foi eleito para nada, não tem responsabilidade nenhuma, porque ele não teve voto, ele está lá indicado pelo ex-Presidente. E o atual Presidente, que não quer fazer a mesma política econômica de Paulo Guedes e daquele time medíocre que fazia parte... Porque não é a quantidade de ministérios, 39 ministérios... Trinta e nove ministérios não quebram o país, não, o que quebrou o país foram outras coisas, foi a má gestão. E, quando você tem um terremoto num lugar... Você passa 40, 50 anos para construir uma casa ou uma indústria, e um terremoto, em 30 segundos, destrói tudo. O que houve no país foi um terremoto na área de saúde, na área de segurança pública, na área de políticas sociais, na área de habitação, na área de geração de emprego. E agora a gente tenta reconstruir isso porque a gente tem o agro... "Ah, o agro, o agro...". Ótimo. Mas o Brasil é um país de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, o Brasil não é só o agro, o Brasil não é só o Sul do país.

O Rio Grande do Sul agora está tendo a nossa solidariedade – toda a nossa solidariedade, toda a nossa solidariedade. Imagine, hoje, se a Revolução Farroupilha tivesse dado certo, nós estaríamos ajudando um país amigo, irmão, que seria o país do Rio Grande do Sul. Ainda bem que não deu certo. Ainda bem que o Rio Grande do Sul pertence ao Brasil hoje. Assim mesmo, é comemorada a tentação de sair do Brasil.

Então, pelo amor de Deus, quando a gente for dar uma informação... É verdade, sim, mas é sazonal, Senador Oriovisto. V. Exa. é empresário, já teve altos e baixos. Aliás, como empresário, os oito primeiros anos do Presidente Lula foram muitos bons para a sua empresa. Muito bons.

A Positivo é a maior empresa de componentes e de bens de informática do Brasil hoje e está lá na Zona Franca de Manaus – hoje, o senhor não é mais dono da Positivo, mas já foi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi isso sabe graças a quem? Ao Governo Lula. Ao Governo Lula.

V. Exa...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, não aceito ataque pessoal.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, qual...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu não o ataquei.

O senhor me disse que eu não combati o narcotráfico. Tanto combati, que sou ameaçado até hoje, eu e minha família. Isso são notícias que saem todo dia.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, não, espere aí: qual foi a política...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então V. Exa. vem dizer que eu não combati o narcotráfico?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Qual foi a política que V. Exa. implantou no país...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Isolamos as lideranças do PCC...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Ah, isso aí?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... aprovamos leis...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – As fronteiras nossas estão aí abertas, entrando droga a toda hora...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... instalamos programas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadores...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não admito ataque de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Moro, Senador Omar, por favor, esse é outro momento para ter esse debate.

Senadora Margareth Buzetti com a palavra.

Antes, Senadora Margareth, quero aqui, a tempo, registrar a presença, está nos honrando aqui...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Moro, Senador Omar, está nos honrando aqui com a sua presença o Dr. Jales Benevides, do meu Estado de Goiás. Ele é Diretor de Relações Institucionais do Hospital de Câncer Araújo Jorge.

Nós temos o maior prazer de tê-lo aqui, já que o Hospital de Câncer faz um trabalho não só no Estado de Goiás, mas em todo o nosso Brasil.

E também a Deuba Assunção, que é Gerente de Relações Instituições do Hospital de Câncer Araújo Jorge.

Sejam sempre bem-vindos aqui a esta Comissão.

Senadora Margareth Buzetti com a palavra, por favor.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente.

Eu gostaria de falar ao Líder do Governo, Jaques Wagner, que esse projeto dos aposentados foi aprovado em outubro do ano passado, na CAS, como terminativo. Daí, houve requerimento para ir a Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu li o projeto – o projeto não é meu –, eu fiz uma emenda com 5% do total de trabalhadores do ano anterior que as empresas podem contratar sem imposto. Agora, eu não sei por que, como é que chegaram a esse número de 77 bilhões. O Senador pediu vista, na semana passada, e falou que isso daria um número de 77 bilhões.

Senador Jaques Wagner, nunca! Só que eu acho que vou ter que me filiar ao PT, para ter informação da Receita Federal, porque nós não temos uma informação da Receita Federal. Podemos pedir o que for.

Eles mandaram para a CAE? Mandaram?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não, não mandou.

Nós vamos ler o requerimento e, em seguida, caso aprovado, nós vamos pedir, no prazo de até 30 dias, informação da Secretaria da Fazenda, do Ministério da Fazenda, para que passem para nós, por escrito, o impacto desses dois projetos, o projeto de V. Exa. e do Izalci.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – É, nós estamos falando... Nós estamos falando de algo facultativo. Nós não estamos falando de uma obrigatoriedade.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, mas eles terão que informar, Senadora...

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – É isso...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ... é o que nós podemos fazer.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – ... é isso...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – E eles têm que informar nesse prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Vai ter um prazo de 30 dias, no máximo 30 dias.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – O.k.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Para esclarecer, Presidente Vanderlan, Senadora Buzetti, é evidente que eu não trabalho na Receita. Eu recebo o insumo, estou com o demonstrativo aqui, mas eu vou pedir que eles mandem formalmente para a Comissão o estudo que tiver.

Eu também achei estranho o volume, mas é o número que eu trabalho, que veio do Governo.

Eu vou pedir para formalizarem perante a Comissão, até para a gente ter uma visão clara, que eu acho que é direito de cada um de nós.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Nós temos 23 milhões de aposentados no Brasil, e 5% disso dariam... se todos trabalhassem, porque hoje o aposentado não tem estímulo nenhum para trabalhar e ele trabalha na informalidade. Então eu não sei... Eu, sinceramente... Esse número é absurdamente maior do que é.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 71, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer o adiamento da discussão do PL 3670/2023 por 30 dias

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 71, de 2024, da CAE.

Fica adiada a discussão.

A matéria está adiada.

Somente vamos fazer o pedido do impacto financeiro.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 72, DE 2024

Requer o adiamento da discussão do PL 2838/2020 por 30 dias

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 72, de 2024, da CAE.

Fica adiada a discussão.

A matéria está adiada.

Item...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, eu só peço vênia a V. Exa. porque, como está tendo a audiência pública do Banco Central – é deselegante, a gente chamou os convidados –, eu terei que deixar aqui para... Eu imagino que V. Exa. também está na agonia, porque V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Quero participar, e creio que muitos aqui querem participar, mas...

Está autorizado.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não só o Jaques, mas eu também vou para lá. Eu acho que, na verdade, nós deveríamos, pela importância do assunto lá... Uma sugestão que eu faço: quem sabe adiar os demais projetos para a próxima reunião. Sei lá.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Só o da Zenaide.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Tem o da Zenaide Maia e o item 2 aqui, que é só leitura...

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – E o item 5, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Do Senador Laércio Oliveira.

Eu consulto até os Senadores – e ver com a Mesa se pode – se suspendemos por um prazo de 30 minutos ou 40 minutos para que todos possam ir lá, se V. Exas. concordarem.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Eu concordo, mas não sei se volto.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, vamos dar sequência. Vamos lá.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 6035, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, com o objetivo de destinar recursos aos Municípios para realização de projetos de eficiência energética nos sistemas de iluminação pública.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Fernando Farias

Observações:

Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Esclareço que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Com a palavra, para discutir...

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Risf.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 5

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 202, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 167, de 24 de abril de 2019 que instituiu a Empresa Simples de Crédito.

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Concedo a palavra ao Senador Laércio Oliveira para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

Só quero dizer que vou pedir vista desse processo. Não quero atrapalhar a leitura, mas é um projeto que... Nós aprovamos aqui aquela possibilidade de a pessoa, numa mesma cidade, com capital próprio, fazer uma empresa e fazer empréstimos. Ela está aumentando isso, podendo atuar em várias cidades, podendo tomar dinheiro no mercado, transformando num verdadeiro banco que fica fora da regulamentação do Banco Central. Acho perigoso, gostaria que...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Fica registrado seu pedido de vista.

Senador Laércio, a leitura do seu relatório, por favor.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Pois não, Sr. Presidente. Com sua autorização, vou direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Por favor, Senador.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Em defesa da proposta do nobre Senador, hoje Governador de Santa Catarina, Jorginho Mello, autor do PLP nº 202, de 2021, argumenta que a ampla pesquisa de mercado anteriormente mencionada, que foi realizada após a edição da Lei Complementar nº 167, de 2019, evidencia o sucesso dessa norma. Porém, aponta também uma relevante preocupação na manutenção e subsistência dessas empresas no mercado, tendo em vista grandes limitações presentes na lei, que amarram o crescimento e o desenvolvimento das conhecidas como ESCs como um verdadeiro canal de fomento ao micro e pequeno empresário, visto que tais amarras resultaram no encerramento precoce de 91 dessas empresas, ou seja, aproximadamente 12% das ESCs não resistiram às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

limitações e amarras que impedem o seu amplo desenvolvimento, levando ao encerramento precoce de suas atividades.

Portanto, tornam-se fundamentais os ajustes propostos, sendo que "as alterações em sua grande maioria são de ordem operacional, para dar segurança jurídica às operações".

Diante destes dados, não temos dúvidas quanto ao impacto econômico favorável da proposta e do seu carácter meritório e oportuno.

Importante salientar ainda que, nos termos do inciso VII do art. 22 da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre política de crédito. Ademais, a matéria não está no rol dos temas de iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do §1º do art. 61 de nossa Carta Magna. Portanto a iniciativa parlamentar ao PLP nº 202, de 2021, encontra amparo constitucional.

No tocante à técnica legislativa, no entanto, detectamos uma série de pequenos ajustes:

i) a ementa deveria apresentar a finalidade das alterações propostas;

ii) no próprio *caput* do art. 1º, que apresenta uma pequena falha de concordância entre singular e plural;

iii) a utilização da expressão "do parágrafo acima" no final do §2º do art. 1º proposto à Lei Complementar nº 167, de 2019, quando deveria ser feita uma referência explícita ao dispositivo a ser citado, ou seja, o §1º do referido artigo;

iv) a utilização de "§1º e §2º" no final do §3º do art. 2º proposto à LCP nº 167, de 2019, sendo recomendado utilizar §§1º e 2º;

v) a utilização de um ponto final no meio do §3º proposto ao art. 5º da LCP nº 167, de 2019, quando o correto, em último caso, seria dividir tal dispositivo em dois, mas observamos ser possível uma redação alternativa; e

vi) a apresentação por extenso da sigla "TLIF" no novo art. 10-A.

A necessidade de promover tais ajustes redacionais nos levam à apresentação de uma emenda substitutiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, manifesto voto favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 202, de 2021, na forma da seguinte emenda que discorro aqui no relatório que apresento.

Sr. Presidente, esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – (*Fora do microfone.*) ... pelo seu relatório, muito bem relatado.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais... (*Pausa.*)

Concedo o pedido de vista coletiva, do Senador Oriovisto.

A matéria volta na próxima semana.

Item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 953, DE 2021

- Não terminativo -

Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

A matéria será apreciada pela CCJ, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Nelsinho Trad.

Concedo a palavra à Senadora Tereza Cristina, que vai relatar *ad hoc*.

Com a palavra, Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente Vanderlan.

Eu peço licença para não ler o substitutivo, já que ele é público, está no sistema do Senado Federal, e peço para passar para a análise do voto.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre aspectos econômico e financeiro das matérias submetidas ao seu exame.

Em primeiro lugar, cabe esclarecer que não é necessário o atendimento aos requisitos do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que o programa em tela se refere a débitos de natureza não tributária e o comando da Lei de Responsabilidade Fiscal é claro em exigir estimativas de impacto para benefícios de natureza tributária.

É importante frisar que o PL configura, nos números frios do orçamento, renúncia de receitas não tributárias para a União, porém se trata de créditos de difícil recuperação, que em muitos casos estão com pagamentos suspensos devido a litígios judiciais. Entendo que a mera renúncia de uma parcela das multas e juros, desde que possibilitem o regular recebimento dos débitos e o fim de disputas judiciais sobre os temas, tende a gerar um efeito positivo ao caixa do Governo, além de gerar economia processual e resolução rápida dos litígios.

Cabe ressaltar, inicialmente, que o PRD foi proposto durante o estado de calamidade decretado pelo Governo Federal devido à pandemia da covid-19 e visava a dar condições mais favoráveis para aqueles que foram afetados pela crise sanitária.

Logo, dada a situação atípica vivida pelo país e pelo mundo, com a decretação de *lockdowns* e falência de diversas empresas, especialmente as ligadas ao consumo e serviços em geral, o PRD se propunha a ser uma espécie de “Refis” emergencial de dívidas não tributárias. Porém, com o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

declarado pela Portaria GM/MS nº 913, de 22 de abril de 2022, bem como com o cenário epidemiológico controlado, não são mais necessários os mesmos esforços no combate específico ao vírus. Além disso, o país enfrenta desafios no controle das contas públicas.

Apesar do fim dos esforços específicos com relação à pandemia, entendo que o presente projeto vem socorrer a situação de empresas espalhadas pelo país que têm a boa intenção de realizar os pagamentos dos débitos, mas, infelizmente, foram surpreendidas por circunstâncias econômicas nos últimos anos que majoraram os juros e multas de forma a inviabilizar o pagamento regular. Precisamos auxiliar essas empresas a se reerguerem, retomando o fluxo de pagamentos e, acima de tudo, mantendo os empregos e contribuindo com a atividade econômica do país.

Devido a isso, entendo que o PL, apesar de coerente em suas motivações, precisa de ajustes que minimizem o risco de crédito para a União nos financiamentos, dando maior segurança e previsibilidade aos órgãos credores. Por isso, proponho alguns ajustes no art 1º, no sentido de exigir a demonstração de dificuldades financeiras no pagamento dos débitos integrais por parte dos devedores; e permitir a análise, por parte dos órgãos credores, da capacidade de pagamento dos débitos renegociados, para mitigar o risco de adesão de empresas mal-intencionadas que não tenham intenção de regularizar seus débitos e queiram apenas a obtenção de certidões negativas para operar no curto prazo.

Além disso, ponderando as dificuldades fiscais dos entes da Federação, proponho a redução dos descontos do art. 2º com relação ao projeto original, escalonando-os de forma que o abatimento seja proporcional ao pagamento inicial e à quantidade de parcelas, de modo a compatibilizar os interesses de devedores e credores. Entendo que, dessa forma, são atendidos tanto as necessidades de caixa dos entes quanto o estímulo à regularização fiscal das empresas.

Voto.

Tendo em vista o exposto, votamos pela aprovação do PL nº 953, de 2021, nos termos do substitutivo a seguir.

EMENDA Nº - CAE (SUBSTITUTIVO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal (PGF).

§ 1º Poderão aderir ao PRD pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, inclusive aquelas que estejam em recuperação judicial.

§ 2º O pedido de adesão ao PRD será deferido mediante atendimento das condições previstas no art. 3º e apresentação de pedido expresso, do detalhamento do débito a ser regularizado e das informações contábeis ou fiscais que comprovem dificuldades financeiras dos devedores em honrar com o valor integral dos débitos.

§ 3º Para deferimento do pedido de adesão ao PRD, será analisada a capacidade de pagamento do devedor, mediante requisitos dados pelo regulamento que demonstrem a plena capacidade de honrar com o pagamento das prestações da modalidade de pagamento escolhida pelo devedor dentre as constantes no art. 2º.

§ 4º Podem ser objeto do PRD débitos não tributários com as autarquias e fundações públicas federais, inclusive com as agências de [que] trata o art. 2º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, definitivamente constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, vencidos ou não, desde que as respectivas notificações tenham sido realizadas até a data de publicação da presente Lei.

§ 5º São, também, débitos passíveis de inclusão no PRD aqueles objetos de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, desde que a adesão ao programa seja requerida no prazo de que trata o § 7º deste artigo.

§ 6º Cada autarquia, fundação púbica federal ou a PGF operacionalizará, de forma individualizada, o seu próprio PRD, que englobará a totalidade dos débitos em nome do devedor, consolidados na entidade, respeitando o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 7º A adesão ao PRD ocorrerá por meio de requerimento a ser efetuado no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de publicação da regulamentação operacional a ser estabelecida pelas autarquias e fundações públicas federais e pela PGF, no âmbito de suas competências.

§ 8º A adesão ao PRD implica:

I – a confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do devedor e por ele indicados para compor o PRD, nos termos dos arts. 389 e 395 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil);

II – a aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei;

III – o dever de pagar regularmente as parcelas dos débitos consolidados no PRD;

IV – a renúncia por parte do devedor de participar de qualquer outra forma de parcelamento dos mesmos débitos, ressalvado o parcelamento de que trata o art. 14-A da Lei nº 10.522 [...]; e

V – o cumprimento regular das obrigações com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Em resumo, Sr. Presidente, como eu disse, o substitutivo está disponível nas redes do Senado Federal. Vou dar como lido o substitutivo.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Lido o relatório, coloco em votação... em discussão, coloco em discussão.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Pela ordem.) – Presidente, eu pediria vista desse projeto por uma semana para a gente ver o impacto desse processo aqui.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Pedido de vista feito pelo Senador Fernando Farias.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Presidente Rodrigo, eu queria aqui agradecer, em nome do Senador Irajá, por esse projeto e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatoria do Senador Nelsinho Trad, que me pediu que fizesse a leitura *ad hoc*, e dizer que esse projeto de lei acaba ajudando o Governo, porque ele terá impactos na arrecadação para o Governo, que tanto precisa aí de recursos para discutir desoneração e outras receitas para compensação de débitos.

Então, era isso, e agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Continua em discussão. Mais alguém?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Senador, vista coletiva, então.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Então, concedida vista coletiva ao projeto relatado pela Senadora Tereza Cristina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Com a palavra, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP. Pela ordem.) – Eu relato, Presidente, o item 14 da pauta, que é o Projeto de Lei 858, de 2024, projeto de autoria do nosso colega Senador Confúcio Moura, que cria o Fundo de Investimento em Infraestrutura Social. Num momento mais oportuno em que couber, obviamente sem embargo e prejuízo dos colegas que já estão à frente, peço a V. Exa. a inversão da pauta para fazer a leitura do relatório e, se possível, votá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Compreendido. Há um acordo, inclusive, para um item extrapauta que tem como Relatora a Senadora Zenaide. Vamos passar à leitura deste.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Perfeito, perfeito. Toda a precedência, com toda a honra e glória.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Tem o item 12, que eu havia pedido para o Senador Vanderlan, para a inversão, e tinha sido acolhido. Então, eu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Já tem duas solicitações...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... pedindo vênia ao colega, não é?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – ... tem a do Senador Moro e da Senadora...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Com toda a máxima vênia concedida, eu pedi a inversão sem embargo dos colegas que já estão à frente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, perfeito. Sei da... de V. Exa. É porque também tem...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Então, pela ordem, aqui, tem o Senador Moro, a Senadora Janaína, após a leitura do relatório pela Senadora Zenaide.

Eu passo aqui à leitura do item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 72, DE 2024

Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável à matéria com uma emenda de sua autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De autoria do Senador Vice-Presidente desta Casa, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Dessa maneira, eu concedo a palavra para a Senadora Zenaide Maia fazer a leitura do seu relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu queria pedir licença para ir direto à análise.

Segundo o inciso IV do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE, entre outras atribuições, opinar sobre temas relacionados a finanças públicas e orçamento. Ademais, como a proposição foi distribuída apenas à esta Comissão, compete também avaliar sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Quanto ao mérito, inicialmente, é importante relembrar o histórico da questão, para melhor contextualização.

Em 2012, o Presidente da então Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados, indagou ao Tribunal de Contas da União, o TCU, se determinadas despesas poderiam ser computadas para fins de cumprimento do piso constitucional da saúde, entre elas, as despesas com hospitais universitários, quando realizadas no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais. Esse questionamento ensejou a elaboração do Acórdão 31/2017 – Plenário, pelo qual o TCU reconheceu que o tema era controverso, mas concluiu que as despesas com os hospitais universitários deveriam ser computadas no mínimo constitucional da educação, e não da saúde.

Mais recentemente, em novembro de 2023, a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, perguntada acerca da possibilidade de utilizar a parcela de 50% das emendas individuais que devem ser destinadas a ações e serviços públicos de saúde para atender hospitais universitários, elaborou a Nota Técnica nº 25, de 2023.

Como eu estou mostrando aqui, isso não cria despesa, gente. Apenas vai permitir que a gente – nós, Parlamentares – possa botar nossas emendas para saúde nos hospitais universitários, que todos nós sabemos que é quem faz a alta complexidade para todas as cidades, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a referida nota promoveu um resgate histórico da consulta da Comissão de Seguridade Social e Família e do Acórdão 31/2017 do TCU, estendendo seus efeitos não só às emendas parlamentares individuais, mas também às despesas com o Programa Nacional de Qualificação e Ampliação dos Serviços Prestados por Hospitais Universitários Federais Integrantes do Sistema Único de Saúde, ou seja, elas não poderiam ser computadas para fins de apuração do cumprimento do mínimo constitucional da saúde.

Segundo a argumentação contida nesses documentos, a política pública referente aos hospitais universitários não seria de responsabilidade específica do setor da saúde, pois atuariam sobre determinantes sociais e econômicos incidentes sobre as condições de saúde da população. Assim, apenas o custeio, ou seja, a remuneração pelos serviços prestados por essas instituições deveria ser contabilizada para fins de apuração do mínimo constitucional da saúde. Desse modo, os recursos para fins de investimento nesses hospitais – como a aquisição de equipamentos médicos hospitalares – não deveriam ser contabilizados para fins de apuração do mínimo.

Em que pese esse histórico, existem outros argumentos, em sentido contrário.

Por determinação do art. 45 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde –, os hospitais universitários e de ensino integram-se ao Sistema Único de Saúde, no intuito de aproveitar o potencial desses serviços no atendimento à população, especialmente quanto aos problemas de saúde de maior complexidade, tendo em vista seu alto grau de especialização.

Isso vem ocorrendo de forma cada vez mais acentuada nos últimos anos, como resultado de um novo modelo de financiamento e de centralização, com aumento dos aportes financeiros por parte do Governo Federal – sobretudo do SUS –, vinculando, como contrapartida, o cumprimento de metas, a adesão a políticas prioritárias, a participação nos sistemas de atendimento às urgências e emergências e a implantação de gestão participativa e de controle social. Além disso, cabe destacar o Programa de Certificação de Hospitais de Ensino, que tem como objetivos a melhoria da atenção à saúde, do ensino, da pesquisa e da gestão desses hospitais, bem como a inserção das instituições na rede de atenção à saúde, com participação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efetiva nas políticas prioritárias do SUS, inclusive no que tange à formação de recursos humanos para o sistema.

Essa combinação de políticas e programas – contratualização e certificação dos hospitais de ensino, financiamento para mudança do modelo de formação médica, entre outras – vem contribuindo para que os hospitais universitários federais integrem efetivamente a rede de serviços do SUS, alinhem suas políticas estratégicas e aloquem sua capacidade instalada sob a gestão do sistema.

Assim, atualmente, a regulação da oferta dos serviços prestados pelos hospitais universitários federais encontra-se, em grande parte, sob gestão do SUS. As atividades de ensino e pesquisa ocorrem de maneira concomitante e, ao fim e ao cabo, não existem sem o trabalho assistencial articulado com a rede pública de saúde.

Nesse contexto, o fator financeiro é um componente relevante da indução de mudanças na forma de organização dos serviços e sistemas locorregionais de saúde. Ou seja, a vinculação de repasses financeiros ao cumprimento de determinados requisitos das políticas nacionais de saúde por parte dos serviços é reconhecida como um aspecto importante para a efetivação de ações estratégicas, tais como as relacionadas à atenção ao câncer, às doenças crônicas, à saúde do trabalhador, aos transplantes, bem como o acesso ao apoio diagnóstico.

Nada obstante, a relevância desses hospitais deve ser considerada no cumprimento do mandamento constitucional do direito à saúde tanto no ensino e pesquisa quanto na assistência à saúde da população. Os hospitais universitários federais, que somam 51 serviços hospitalares vinculados a 36 universidades federais, estão presentes em cerca de 40 municípios e na quase totalidade dos estados da Federação, com exceção de Acre, Rondônia e Roraima, sendo que os dois primeiros já possuem projetos previstos no âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento.

Considerando a abrangência e o perfil assistencial dessas instituições – que contam com alto grau de especialização e de incorporação tecnológica –, seria no mínimo contraditório abdicar da possibilidade de induzir o aprofundamento da integração dessas instituições com o SUS por meio de investimentos em equipamentos médico-hospitalares, como aquisição de aparelhos de ultrassonografia, de tomografia ou de ressonância magnética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mesmo sentido, o histórico de subfinanciamento do SUS torna impensável abdicar dos hospitais universitários federais já existentes e construir novas unidades hospitalares próprias ou contratar serviços da iniciativa privada em sua substituição, inclusive pelo fato de que, em várias localidades, eles são os únicos com capacidade técnica adequada para atendimento de alta complexidade à população. Desse modo, afirmar que os hospitais universitários federais realizam apenas atividades de interesse do SUS é diminuir o papel que desempenham como instituições estratégicas para a garantia do direito à saúde.

Assim, não é razoável restringir o repasse de recursos à mera remuneração pela produção de serviços, excluindo-se a possibilidade de realizar investimentos em equipamentos médico-hospitalares, entre outros. Tal conduta levaria a uma situação ilógica, pois implicaria tratar os hospitais universitários federais de modo diverso de todo o resto da rede de hospitais, inclusive dos privados sem fins lucrativos, conveniados ao SUS e que recebem recursos de investimento, os quais são computados para fins de apuração do mínimo constitucional.

Resumindo isso aqui, as santas casas podem receber recursos para custeio e para equipar esses hospitais, e os hospitais universitários não? Só para que todos que estão ouvindo nos entenderem.

Por conseguinte, considera-se que o custeio e o investimento com a atividade assistencial dos hospitais universitários federais devem ser designados como parte das despesas com ações e serviços públicos de saúde, conforme definido pela LCP nº 141, de 2012.

Além disso, o ensino e a pesquisa realizados por essas instituições são essenciais e estratégicos para o SUS, porquanto a formação profissional faz parte do escopo de ações do SUS, com previsão constitucional, inciso III do art. 200, e legal, art. 27, inciso I e parágrafo único, da LOS. Ademais, cabe ao SUS regular a oferta desses hospitais, definindo que paciente e quando terá acesso a um leito de internação, a uma consulta, a um exame, a uma cirurgia.

Por esses motivos, e em vista de o tema ser considerado controverso pelo próprio TCU, o PLP nº 72, de 2024, é meritório, pois altera a LCP nº 141, de 2012, de modo a dispor explicitamente em que hipóteses e para quais finalidades os recursos do SUS podem ser utilizados para investimentos nos hospitais universitários federais e para compor a base de cálculo para fins de apuração do mínimo constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, a proposição merece apenas um reparo, que apresentamos na forma de uma emenda: deixar claro, no inciso XI do art. 4º, introduzido pelo projeto de lei na LCP nº 141, de 2012, que as despesas com remuneração de pessoal ativo da entidade pública responsável pela administração dos hospitais universitários – leia-se Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) –, da mesma forma que o pessoal dos hospitais, não serão computadas para fins de apuração dos percentuais mínimos a serem aplicados em ações e serviços de saúde pública.

Por fim, entendemos que o PLP nº 72, de 2024, é constitucional, tanto do ponto de vista formal quanto material. Atende, também, ao pré-requisito da juridicidade, inovando o ordenamento jurídico. Além disso, a proposição tramita conforme o Regimento Interno do Senado Federal, atendendo ao requisito da regimentalidade. Dessa forma, ela respeita a boa técnica legislativa.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº – CAE
> Dê-se ao inciso XI introduzido no art. 4º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, na forma do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, a seguinte redação:
> "Art. 4º .....
> .....
> XI – remuneração de pessoal ativo dos hospitais universitários ou de entidade pública responsável por sua administração." (NR)

Como eu sou da universidade, eu queria só fazer um resumo: isso foi, primeiro, uma luta da gente de aproximar os hospitais universitários da população, porque a gente fazia... Ou seja, todos, a maioria eram professores, e eles podiam marcar só duas pessoas para atender e para dar aula. E na maioria dos estados, os hospitais universitários é que fazem a altíssima complexidade, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que é que a gente está pedindo aqui? É que não vai aumentar despesa. Nós vamos pedir que as emendas dos Parlamentares, de todos, somem naqueles 50% de saúde, entendeu? Não é criar despesa, é a gente aproximar mais, ou seja, hoje os hospitais universitários têm o ensino, mas têm a assistência à saúde. Se perguntar aos municípios, não tem nenhum município brasileiro que não precise dos hospitais universitários para a altíssima complexidade.

Por isso que essa é a leitura e um pedido que faço aqui. Não sei se já posso agora ou depois da discussão. Queria colocar um requerimento em regime de urgência para a votação desse projeto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Lido o relatório pela Dra. Senadora Zenaide, que demonstrou realmente a grande importância que os hospitais universitários exercem – cada Senador aqui, em seu estado, sabe disso –, coloco aqui em discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP. Para discutir.) – Quero cumprimentar a dobradinha vizinha, Paraíba e Rio Grande do Norte: Veneziano, autor; e Zenaide, a Relatora desse projeto.

A colega Senadora Zenaide, com a experiência que ela tem na luta pela saúde pública em todo o país, relatando esse projeto, traz um grande benefício para os hospitais universitários de todo o país, que, com a aprovação dessa matéria, vão poder computar, no mínimo constitucional, os seus investimentos. E é algo óbvio.

Veja, no meu estado, meu caríssimo Presidente, a principal unidade hospitalar é um hospital universitário. Essa instituição hospitalar, só para dar o exemplo de Macapá, é a maior unidade hospitalar do estado e atende o Sistema Único de Saúde do Amapá inteiro e das regiões ribeirinhas do Arquipélago de Marajó. Essa realidade do meu estado é a realidade de todo o país, do papel que é desempenhado pelos hospitais universitários, seja lá no Amapá, seja no Rio Grande do Sul, seja no Paraná do Senador Moro, seja no Rio Grande do Norte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então incluir os hospitais universitários era algo que já deveria ter sido adotado, no nosso ordenamento, no nosso arcabouço jurídico, há muito tempo – a inclusão dos hospitais universitários no mínimo constitucional para o financiamento da saúde.

É um projeto mais que meritório. Eu queria cumprimentar o autor. E é um projeto, reitero, que será uma alavanca decisiva para o papel que os hospitais universitários já desempenham em todo o país e para ampliar o papel que esses hospitais desempenham em todo o país.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Para discutir, Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Primeiro, quero elogiar o projeto aqui, a relatoria. A gente sabe da importância dos hospitais universitários para o país. Destaco aqui, entre outros, o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, lá em Curitiba, assim como os próprios hospitais universitários estaduais. Destaco aqui o de Maringá, ali no interior do Estado do Paraná.

Sem embargo do mérito do projeto, eu quero pedir vênia aqui à Senadora Zenaide para pedir vista, porque preciso examinar um pouco mais. O texto até não está disponibilizado aqui no computador. Então, com o máximo respeito à Senadora, eu quero pedir vista para poder examinar melhor o projeto. E isso pode ser votado na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Senador Moro, só justificando: o relatório não está no sistema porque ele entrou como item extrapauta. Sem afetar o mérito, mas só justificando por que a Mesa...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não me opus ao ingresso extrapauta, porque o processo é meritório.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Já adiantamos a leitura do relatório e está concedida a vista a V. Exa.

Mais alguém...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Vista coletiva concedida.

Em discussão ainda.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Presidente, só para esclarecimento: na próxima semana funcionaremos remotamente, perfeito?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Eu fiz essa pergunta, mas acredito que será semipresencial.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Perfeito.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Presidente, falo só para parabenizar a nossa querida Senadora Zenaide pelo seu conhecimento nessa área da saúde e cumprimentar os Senadores e Senadoras aqui presentes.

É importante essa matéria, Senador Moro, porque hoje os hospitais universitários recebem recursos do Ministério da Educação. Há uma dificuldade, realmente, com relação ao custeio nos hospitais. Então, há importância de inserir também essas emendas para os hospitais universitários; vai ajudar bastante.

Nesse ano, ano passado, o Ministério da Saúde colocou... Foi uma conversa com o Ministro Camilo e a Ministra Nísia, que são dois Ministros que querem sempre estar investindo com relação à melhoria desses hospitais universitários, e eles chegaram... Já tem um recurso de R$2 bilhões, mas a necessidade é grande. Inclusive, o Presidente Lula lançou, recentemente, o Novo PAC dos hospitais, e vai ser, só de investimento, R$1,7 bilhão.

Então, a gente acha importante que isso possa estar em uma previsão de emendas. Esses hospitais são hospitais de referência no Brasil todo. Nós temos, lá no Ceará, uma maternidade que é referência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente parabeniza aqui a nossa colega, Senadora Zenaide, pela importância desse projeto, para que esses hospitais possam contribuir no SUS, no Brasil todo, e no ensino, que é muito importante.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Senadora Zenaide, com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Eu respeito o pedido de vista do colega, isso faz parte, mas eu queria dizer que apenas a gente está podendo custear os hospitais, coisa que a gente já faz para os hospitais privados sem fins lucrativos – colocar nossas emendas.

Isso, como eu digo, é uma questão de anos de luta, porque todo mundo dizia: "O hospital universitário não chega perto da população". Na hora que a gente bota no SUS – que se pode custear –, como eu posso botar emenda para um hospital universitário? Aí eu tenho que entrar através de um estado, de um município... É tudo complicado. Aqui é o seguinte: não se pode custear pessoal. É claro, porque é um hospital escola e não pode.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Exatamente.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – E tem o recurso que a gente tem, mas não pode mandar para os hospitais universitários. E lhe digo: é 100% SUS e é o único na maioria dos estados. Os estados que têm outros hospitais privados sem fins lucrativos ainda têm essa opção, mas a grande maioria dos estados depende da alta complexidade para poder ter o atendimento do SUS – é 100% SUS. E o que tem de gente na fila...

Se a gente deixar desse jeito, vai ser exatamente como é: a maioria são professores – já tem médico, depois da Ebserh, tem médicos contratados –, e eles só têm a obrigação de dar aula. Na hora em que a gente inclui o investimento, a gente amplia o acesso à população mais pobre e vulnerável deste país, com um atendimento de primeiro mundo, porque você pode ter a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologia que quiser, e nós temos os professores: é botar a academia para atender quem depende do SUS. Só por isso que eu pedi essa urgência, mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Muito bem.

Senadora Janaína, fui informado pelo Presidente que houve um pedido de preferência, pelo Senador Moro, do item 12. Acredito que não há nenhum problema. Ele tinha solicitado quando V. Exa. não estava aqui presente.

Então, sendo assim, já passo à leitura do item 12.

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 596, DE 2023

- Terminativo -

Concede remissão dos débitos referentes à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de que trata a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2022, decorrentes da cessação de efeitos, de forma automática ou por meio de ação rescisória, de decisão judicial transitada em julgado.

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação do projeto nos ternos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), com uma subemenda apresentada.

Observações:

A matéria foi apreciada pela CCJ, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo).

Concedo a palavra ao Senador Sergio Moro para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Eu só queria parabenizar a Senadora. Cada vez mais, nós temos que incentivar os hospitais universitários, porque as nossas faculdades têm dificuldade de dar o aprendizado para os alunos; então, são importantíssimos os investimentos nos hospitais universitários, para que possam atender e, principalmente, dar formação para os nossos recém-formados médicos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – De acordo.

Senador Moro, com a palavra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Perfeito.

Presidente, tendo em vista os pedidos, inclusive o da Senadora Janaína, para acelerar aqui – é compreensível, Senadora, e agradeço aqui o atendimento da inversão –, eu vou para a análise. Vou fazer um resumo, Presidente, porque o relatório é um pouco longo.

Este é o Projeto de Lei 596, de autoria do Senador Hamilton Mourão, que concede remissão dos débitos referentes à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de que trata a Lei 7.689, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2022, decorrentes da cessação de efeitos, de forma automática ou por meio de ação rescisória, de decisão judicial transitada em julgado.

Eu vou à análise e vou fazer um resumo bastante sucinto da controvérsia. Quando foi instituída a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), houve uma intensa controvérsia judicial. Várias empresas entraram na Justiça e conseguiram, em ações individuais, coisa julgada individual ao seu favor, dizendo que não precisavam contribuir.

Em 2007, o Supremo julgou uma ação direta de inconstitucionalidade, dizendo, no entanto, que a contribuição era legal, que era constitucional e deveria ser paga, mas o Supremo não se pronunciou sobre o efeito da decisão que proferiu sobre as coisas julgadas individuais que haviam sido obtidas, em ações específicas, pelas empresas. As empresas que conseguiram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as coisas julgadas, confiando na garantia constitucional da coisa julgada, não recolheram o tributo. Confiavam na decisão que lhes favorecia e entenderam que a decisão do Supremo não as afetava.

O Supremo veio, finalmente, a resolver essa questão, apenas em 2023.

O Supremo acabou entendendo, naquela oportunidade, que deveria haver o recolhimento retroativo da contribuição social sobre o lucro, mesmo por aquelas empresas que tinham coisa julgada individual, ou seja, empresas que ficaram, às vezes, dez anos sem recolher porque confiavam na segurança jurídica da coisa julgada se viram obrigadas a recolher de imediato todos aqueles valores, o que, na prática, para muitas delas, significa a necessidade de recolher milhões e milhões de reais.

No julgamento do Supremo, houve quem defendesse, pela segurança jurídica e pela coisa julgada, que a decisão valesse apenas para frente, ou seja, todas as empresas passariam a pagar a contribuição social. O que o Senador Hamilton Mourão propôs e que estou aqui referendando, apontando que já foi aprovado na CCJ, com o substitutivo, é que, sim, todas as empresas pagam a contribuição social sobre o lucro, e isso não se coloca em discussão, e já estão pagando, mas, em relação àquelas empresas que tinham coisa julgada individual, nós concedemos remissão para as contribuições anteriores a 2016 e, quanto às posteriores, propomos aqui um parcelamento especial, numa forma, inclusive, que já foi adotada por esta Casa, para que elas possam quitar esses débitos a partir, então, dessa nova realidade, destacando, ainda, que, inovando em relação ao que foi votado na CCJ, apresentamos uma subemenda para tratar sobre os depósitos judiciais. Das empresas que depositaram, da mesma forma, recolhem-se os depósitos, converte-se em renda da União a partir de 2016 e, em relação a 2016 para trás, devolve-se a essas empresas, dada a necessidade aí de se prestigiar a segurança jurídica.

Vou destacar aqui, na questão do mérito, o que a meu ver é importante. A falta de segurança jurídica é um dos fatores que mais afasta investidores externos para o Brasil. Da mesma forma, o setor produtivo do Brasil deixa muitas vezes de fazer investimentos, porque lhe falta segurança jurídica. E, veja que interessante, esta semana saiu uma notícia do Supremo Tribunal Federal que julgou constitucional a contribuição previdenciária sobre o 1/3 de férias,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas, como havia uma grande controvérsia a respeito, o Supremo Tribunal Federal, desta feita, teve a sensibilidade e decidiu "Olha, vamos começar a pagar agora só", porque havia uma intensa controvérsia, quando ele afirmou a constitucionalidade, disse: "A decisão passa a valer agora".

O que nós queremos fazer em relação ao caso da contribuição social sobre o lucro é sinalizar ao mundo e também aos brasileiros que somos um país de lei. Somos um país que prestigia a coisa julgada. Somos um país que prestigia a segurança jurídica e, portanto, queremos dar um tratamento adequado a essa questão aqui dentro.

Vou para o voto, então, Presidente, após esta síntese.

Se quiserem, eu leio todo o relatório, leio toda a análise.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Não. Está dispensado.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas eu acho que a síntese diz tudo.

Vou, então, para o voto.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juricidade, boa técnica legislativa do Projeto de Lei 596, de 2023, e, no mérito, pela sua aprovação, na forma da Emenda nº 1 – CCJ, substitutivo, com a subemenda abaixo.

> SUBEMENDA Nº – CAE
> Dê-se a seguinte redação aos arts. 2º e 8º do Projeto de Lei nº 596, de 2023, com redação dada pela Emenda nº 1-CCJ [...]:
> "Art. 2º .....
> .....
> § 5º Os depósitos judiciais e extrajudiciais relativos aos débitos de que trata o *caput* deste artigo serão devolvidos ao depositante na forma do inciso I do § 3º do art. 1º da Lei nº 9.703 [...].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> "Art. 8º Os depósitos judiciais e extrajudiciais relativos aos débitos da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido [...] com fatos geradores ocorridos posteriormente a 31 de dezembro de 2016 serão transformados em pagamento definitivo na forma do inciso II do § 3º do art. 1 º da Lei nº 9.703 [...].
> .....
> § 2º Depois da transformação em pagamento definitivo, de que trata o *caput* deste artigo, poderá o sujeito passivo requerer o levantamento do saldo remanescente, se houver, desde que não haja outro débito exigível.
> ..... "

É o voto, Presidente.

É uma solução salomônica para o Governo e para os contribuintes.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Lido o relatório pelo Senador Sergio Moro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Presidente, há um requerimento sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – ... informo aos Senadores e Senadoras que há um requerimento sobre a mesa. É o Requerimento nº 74, de 2024, que requer a realização de uma audiência pública para debater o Projeto de Lei 596, de 2023, de autoria da Senadora Zenaide Maia, Senador Alessandro Vieira, Senador Lucas Barreto e Senadora Damares Alves.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Presidente, só uma observação. Eu não discordo da audiência pública, ela pode ser feita, embora isso já foi amplamente discutido. A minha sugestão é que ela seja feita na próxima semana ou na seguinte, dado que esse caso envolve uma situação que está pendente. Então, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuinte está esperando uma solução, assim como o Governo. Portanto, não adianta nós, eventualmente, aprovarmos esse projeto daqui a um ano ou dois, porque aí, como se diz a expressão, Inês é morta. Então, apenas meu pedido aqui a esta Casa e igualmente à Senadora Zenaide, que está encabeçando esse requerimento, é para que possa ser realizada o mais breve possível e com toda a rapidez deliberada essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Senador Moro, o requerimento de V. Exa. será direcionado ao Presidente da Casa e ao Senador Vanderlan, que, com certeza, pela necessidade de discussão célere, irão dar um retorno também o quanto antes.

Sendo assim, aprovado o Requerimento nº 74, de 2024, apresentado aqui à mesa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Eu queria só explicar o requerimento para o colega. É o seguinte: a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é que custeia, principalmente, a segurança social, que é onde está a saúde, a assistência social e a previdência. Como uns dizem que isso é uma renúncia fiscal, então os impactos... Uns dizem que é um valor ou outro. Então, é bom que a gente tenha uma audiência pública para chegar a esse termo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Será feita.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Dando sequência, caminhamos para o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 350, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o Governo Federal deverá definir metas progressiva erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades socioeconômicas, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senadora Janaína Farias

Relatório: Favorável ao projeto e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, contrário à Emenda nº 2, nos termos das cinco emendas apresentadas.

Observações:

1. Foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, do senador Mecias de Jesus.

2. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

Dessa maneira, concedo a palavra à Senadora Janaína Farias, que fará a leitura do seu relatório.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Bom dia, Presidente. Bom dia, nossa colega Senadora, Senadores aqui presentes, Moro, nosso Líder, que saiu há pouco.

Vem a exame desta Comissão o PL 350, de 2021, de autoria do nosso Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, que institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o Governo Federal deverá definir metas progressivas de erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades socioeconômicas, e dá outras providências.

Este projeto foi originalmente apresentado pelo ex-Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo, um grande quadro do Partido dos Trabalhadores e da política nacional, a quem eu rendo minhas homenagens.

Dito isso, peço licença, Presidente, para ir direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os avanços nas políticas de combate à pobreza e à redução das desigualdades foram muito significativos desde a década de 1990. A contribuição do Programa Bolsa Família, criado em 2003, na primeira gestão do nosso querido Presidente Lula, documentada em diversos estudos do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), merece destaque.

Uma pesquisa recente do IMDS (Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social) mostra que a maior parte das crianças e adolescentes de cinco a dezesseis anos de idade beneficiárias do Bolsa Família em 2005 já não dependiam do programa em 2019. No entanto, a ausência de uma linha oficial de pobreza e de metas a ela associadas geram desarmonia entre as diferentes políticas públicas e prejudicam sua efetividade e eficiência. Enquanto o critério de acesso ao Bolsa Família é ter renda familiar mensal *per capita* igual ou inferior a R$218, para o benefício de prestação continuada o valor de corte do critério de renda é um quarto do salário mínimo. O Auxílio Gás dos Brasileiros, por seu turno, é destinado às famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo.

A instituição de um critério oficial de pobreza e a definição de metas nacionais e regionais – principais objetivos deste projeto – contribuirão também para o monitoramento e a avaliação das políticas sociais e, consequentemente, promoverão o aperfeiçoamento da intervenção governamental.

As políticas públicas estão em constante evolução, e os diferentes programas e ações tendem a melhorar de acordo com a qualidade do diagnóstico do poder público. Portanto, acreditamos que o projeto deve ser chancelado por esta Casa Legislativa.

Passemos à análise das emendas.

Ademais, concordamos com o teor da Emenda nº 1, de autoria do Senador Mecias de Jesus, que prevê a divulgação tempestiva da metodologia de cálculo. A nosso ver, essa emenda tem o duplo mérito de assegurar a credibilidade dos indicadores oficiais de pobreza e de estimular o aperfeiçoamento das técnicas estatísticas adotadas pelo Governo Federal.

Por outro lado, acreditamos que a Emenda nº 2 é desnecessária e não merece prosperar. Esta determina a divulgação das linhas oficiais de pobreza, das políticas públicas e metas associadas em sítios eletrônicos oficiais do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nossa discordância decorre da observação de que a obrigatoriedade de conferir publicidade a essas informações já consta do art. 8º da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação, de modo que a emenda não apresenta contribuição ao projeto.

Apesar de meritório, o projeto carece de reparos técnicos para que atenda plenamente aos critérios de admissibilidade. De fato, vários comandos do PL precisam de ajustes para sanar vícios de constitucionalidade formal.

Quanto às emendas, não temos ressalvas sob essa perspectiva.

Preliminarmente, destacamos que os apontamentos a seguir estão de acordo com os pareceres ao PLS nº 66, de 1999 – PL nº 2.661, de 2020, na Câmara dos Deputados. Além disso, os ajustes propostos refletem, parcialmente, as tratativas realizadas entre as assessorias do Senador Eduardo Suplicy, autor do PLS nº 66, de 1999, do Senador Paulo Paim, autor da proposição em análise, e desta Relatora.

Vou passar aqui direto para o voto, Presidente, para andar aqui. Eu vou para o voto logo.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do PL 350, de 2021, com as cinco emendas a seguir elencadas, pelo acatamento parcial da Emenda nº 1 e pela rejeição da Emenda nº 2.

Aí eu não vou ler as emendas.

Obrigada, Presidente. Obrigada aos colegas, Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Lido o relatório pela Senadora Janaína, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. (*Pausa.*)

A votação é simbólica e, dessa maneira, o relatório está aprovado.

Sendo assim, caminhamos para o item 14.

ITEM 14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 858, DE 2024

- Terminativo -

Dispõe sobre a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social – FIIS.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAS, com uma emenda apresentada.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CAS, com parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS.

Sendo assim, concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP. Como Relator.) – Presidente, o Projeto de Lei 858, de autoria do Senador Confúcio Moura, dispõe sobre a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social, uma ferramenta necessária para instituirmos e ampliarmos os investimentos em infraestrutura social em nosso país.

O relatório é de conhecimento de todos, Presidente, já foi publicado com a antecedência devida. Então, eu passo direto para o voto.

Tendo em vista o exposto, opinamos favoravelmente ao Projeto de Lei nº 858, de 2024, na forma aperfeiçoada e acatada pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado, acolhendo a Emenda 1-CAS, e apresentando nova emenda, que segue no texto do projeto. Dessa forma, opinamos pela aprovação da matéria, com a emenda aprovada na Comissão de Assuntos Sociais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação, lembrando que aqui é uma votação nominal.

Em votação o Projeto de Lei nº 858, de 2024, nos termos de relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

E aqui eu já peço o apoio do suporte da Mesa para entrar em contato com os Senadores, que, de forma virtual, podem apresentar sua votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP. Como Relator.) – Da mesma forma, Presidente, convido todos os colegas Senadores para manifestarem o voto para aprovação desse importante projeto, que cria o Fundo de Investimento em Infraestrutura Social, de autoria do nosso colega Senador Confúcio Moura.

É óbvio que, após a votação terminativa, ele seguirá para a Câmara dos Deputados. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Bem, atingimos o quórum necessário. Então, vamos encerrar a votação.

A votação está encerrada.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – E obtivemos o seguinte resultado: 11 votos SIM; 2 votos NÃO.

Nenhuma abstenção.

Dessa maneira, estão aprovados o projeto e as Emendas nº 1, da CAS/CAE, e nº 2, da CAE.

A matéria seguirá para a Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo assim, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 21 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dez minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Sergio Moro, André Amaral, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Weverton, Plínio Valério, Otto Alencar, Omar Aziz, Janaína Farias, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Humberto Costa, Jaques Wagner, Flávio Arns, Rosana Martinelli, Flavio Azevedo, Wilder Morais, Flávio Bolsonaro, Romário, Ciro Nogueira, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Cid Gomes, Izalci Lucas, Irajá, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Sérgio Petecão, Eduardo Gomes e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 6235, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD); altera as Leis nºs 13.483, de 21 de setembro de 2017, e 11.076, de 30 de dezembro de 2004; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.366, de 8 de junho de 2022, e 14.440, de 2 de setembro de 2022." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda de sua autoria; e contrário as emendas nºs 1 a 10-U. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 11-CAE; e contrário as emendas nºs 1 a 10-U. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 202, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar n° 167, de 24 de abril de 2019 que instituiu a Empresa Simples de Crédito." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, com voto contrário do senador Oriovisto Guimarães. O relatório passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), ficando prejudicado o voto em separado. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Projeto de Lei Complementar n° 72, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável à matéria com uma emenda de sua autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1- CAE. **Observação:** Aprovada, também, a apresentação do requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 953, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Retirado da pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1577, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1- CAE (Substitutivo). **Observação:** A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1075, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para assegurar aos condutores o direito a ter o exame toxicológico obrigatório custeado pelo empregador." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 6064, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o direito a indenização por dano moral e a concessão de pensão especial à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika ou de Síndrome de Guillain-Barré causada pelo vírus Zika; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e 8.213, de 24 de julho de 1991." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 6012, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios e dá outras providências; e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, que institui e regulamenta o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para assegurar que os recursos do Pronampe sejam permanentes." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação, nos termos do substitutivo apresentado, e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 397, de 2024 - Terminativo -** que: "Autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Munícipio, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extremas." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Alan Rick. **Relatório:** Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação do projeto e das Emendas nºs 1, 2 e 3 – CRA. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1706, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre normas gerais para concessão do Passe Livre Estudantil." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, de três emendas que apresentadas e da Emenda nº 1, na forma de uma subemenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 6020, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000 e Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018, para incentivar a pesquisa sobre mobilidade elétrica no Brasil." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao projeto, contrário às Emendas nºs 1 e 2-CCT, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 3, nos termos das três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 2631, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, para autorizar destinação de percentual de receitas de portos para compensação de Municípios afetados por atividades portuárias." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº1 - CI. **Resultado:** Aprovada a matéria e a emenda n° 1-CI-CAE, por 14 (quatorze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 2764, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para esclarecer sobre a não incidência do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas em relação a valores recebidos a título de pensão alimentícia." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus (*Ad hoc*), substituiu Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Mensagem (SF) n° 14, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco do Nordeste do Brasil - BNB e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste (PRODEPRO)." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Janaína Farias (*Ad hoc*), substituiu Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da CAE favorável a matéria, nos termos do PRS apresentado. **Observação:** Aprovada, também, a apresentação do requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 77, de 2024** que: "Voto de aplauso ao senhor Fabrício de Oliveira, pela vitória na eleição como presidente da Associação Internacional de Lions Clubes." **Autoria:** Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/25

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 25 de junho de 2024.

Comunico que foi apresentada à Comissão o Aviso nº 184, do GPTCU.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar autuação nesse período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 24ª Reunião, realizada em 18 de junho de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão; ocorre de modo semipresencial; e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta, para os Senadores que participam remotamente, o que não é o caso da Senadora Janaína e do Senador Laércio, que estão aqui presentes.

Prezadas Senadoras e prezados Senadores, antes de iniciarmos nossa reunião, gostaria de fazer um registro especial. Hoje está se encerrando a 106ª Convenção Internacional de Lions Clubs, em Melbourne, na Austrália, que elegeu como Presidente da Associação Internacional de Lions Clubs 2024-2025, que atua em 214 países, o Sr. Fabrício Oliveira, brasileiro, natural de Catolé do Rocha, Paraíba. É importante esse registro, pois há mais de 20 anos não temos um brasileiro nessa importante posição. Parabéns à Associação Internacional de Lions Clubs! Parabéns ao Sr. Fabrício Oliveira! Desejo que sua gestão seja de muito sucesso!

Aproveito, então, a oportunidade para informar que apresentamos voto de aplauso ao Sr. Fabrício Oliveira.

Gostaria de iniciar os trabalhos de hoje falando sobre um importante evento realizado ontem, em São Paulo, por iniciativo da Elo e do *Estadão*, para debater os loteamentos urbanos, falando sobre as perspectivas e projeções de 2024. Fui convidado para participar do painel que tratou dos loteamentos e a relação com as prefeituras. O convite foi feito por causa da transformação que realizamos em Senador Canedo, quando fui Prefeito do município: recebemos uma cidade com poucas perspectivas de crescimento, uma verdadeira cidade-dormitório, com diversos problemas estruturais, e com trabalho e planejamento entregamos um município que se tornou referência para o país em diversas áreas, entre elas a habitação. Prova disso é que Senador Canedo é a cidade brasileira que mais cresceu nos últimos dez anos, não só em população, mas também em qualidade de vida. Isso aconteceu principalmente pelo trabalho planejado que realizamos, ao pensarmos a cidade para 30 anos à frente. Com isso, realizamos investimentos essenciais, atraímos empresas, gerando emprego e renda.

Em relação à habitação, nós realizamos uma das maiores regularizações fundiárias da época. Também atraímos loteamentos com foco nas pessoas de baixa renda, colaborando para a aquisição da moradia própria. E, ao levarmos estrutura para os bairros, atraímos novos negócios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a cidade: o loteador passou a ver o município com bons olhos e percebeu que ali era um bom lugar para se investir.

Ao melhorarmos a saúde, educação, segurança pública e infraestrutura, criamos um cenário bastante positivo para novos empreendimentos. E, com o planejamento realizado na cidade, tornamos Senador Canedo atrativa para todos os empreendedores e, principalmente, para a população, pois este sempre foi o foco: as melhorias para a população.

Gostaria, então, de agradecer publicamente ao *Estadão* e à Elo pelo convite e pela oportunidade de falar sobre esse trabalho à frente da Prefeitura de Senador Canedo. E esse cuidado que tivemos para com as pessoas dá orgulho para quem mora naquela cidade.

Antes de iniciarmos nossa reunião, faço o registro de um importante projeto que gostaria de destacar, trata-se do item 9 de hoje, o Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do município, Distrito Federal, estado ou Governo Federal, em virtude da situação de seca ou estiagens extremas, de autoria do Senador Mecias de Jesus e relatoria do Senador Alan Rick.

Todos sabemos da importância da agricultura de nosso país e quantas famílias dependem dela para sobreviver. A estiagem extrema que tem assolado diversos municípios e estados tem provocado dano significativo nas famílias e comunidades que sobrevivem e dependem da agropecuária como única fonte de renda. Os pequenos produtores encontram-se em situação de extrema dificuldade, com suas atividades prejudicadas em decorrência da diminuição dos níveis de água, escassez de produção e redução da capacidade de sustento de suas famílias. Assim, vemos como fundamental e medida necessária a deliberação deste projeto por este Colegiado.

Parabéns aos autores e Relatores dos projetos citados.

Era o que tinha a registrar. (*Pausa.*)

Projeto de Lei nº 6.235, de 2023...

Senador Laércio, o senhor quer usar a palavra?

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Quero, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a V. Exa. Cumprimento mais uma vez o Senador Vanderlan, cumprimento a minha colega Janaína, os demais Senadores e Senadoras que estão participando pelo virtual. Cumprimento toda a equipe desta Comissão, todos que estão nos acompanhando.

Eu sou Relator de alguns projetos aqui hoje nesta Comissão.

O item 8 é o que trata do Pronampe. É um projeto extremamente importante para o país, extremamente importante para as micro e pequenas empresas, uma vez que a lei que rege o Pronampe encerra-se no final do próximo ano e a gente quer torná-la permanente. Mas existe, Presidente, uma ação do Governo para que parte desses recursos seja destinada ao Programa Pé-de-Meia, que é um programa também que a gente entende extremamente importante para o país.

Eu conversei hoje de manhã já com o nosso Líder, Senador Jaques Wagner; com o mestre Esperidião Amin, nós fizemos uma conversa; conversei desde ontem com Janaína sobre o assunto. E eu gostaria de solicitar a V. Exa. para retirar esse projeto e que a gente, na volta do recesso, em agosto, faça uma ampla conversa e definitivamente a gente tente encontrar um equilíbrio para que a gente consiga avançar com esse projeto.

O que é verdade é que a gente precisa, sim, avançar urgentemente com esse projeto, e a gente ainda tem um caminho a seguir. Mas, com a sua aquiescência, eu gostaria de pedir a V. Exa. que a gente retirasse esse projeto de pauta hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O.k.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 6012, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios e dá outras providências; e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, que institui e regulamenta o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para assegurar que os recursos do Pronampe sejam permanentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação, nos termos do substitutivo apresentado, e contrário à Emenda nº 1.

Observações:

1. Em 4/6/2024, foi concedida vista coletiva da matéria.

2. Em 11/6/2024, foi apresentada a Emenda nº 1.)

O Senador Amin estava pedindo a palavra. Senador Amin, com a palavra. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Estou sem...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O microfone de V. Exa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Agora, está aberto. Bom dia, Senador Vanderlan.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bom dia, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Quero cumprimentar os Senadores aí presentes, estou vislumbrando a Senadora Teresa Leitão, Senador Omar Aziz, Senador Oriovisto, não sei se a Senadora Janaína está, mas quero cumprimentar a todos e, inicialmente, eu desejo cumprimentar o Senador Laércio pela sua dedicação e absoluto conhecimento da importância do que esses recursos representam para a economia brasileira.

Todos nos lembramos quando foi apresentado o Pronampe. Na época, o seu autor foi o atual Governador Jorginho Mello – todos nós abraçamos o projeto –, a Senadora Kátia Abreu foi a Relatora. E isso representou uma grande mão no momento da pandemia. Foram R$40,5 bilhões que o Governo colocou à disposição do crédito para a micro e pequena empresa. Não o estou vislumbrando, mas quero me dirigir também ao Senador Jaques Wagner, que tem sido um grande e lúcido parceiro nesta matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, o defeito de origem do projeto é que infelizmente os bancos não multiplicaram o dinheiro, ou seja, o total de empréstimo, Senador Oriovisto, feito com o dinheiro do Pronampe foi 1,1 da garantia, ou seja, os bancos emprestaram a garantia, R$41,5 bilhões dos R$40,5 bilhões – quase nada, portanto. Mas, agora, a última informação que nós temos é que o Banco do Brasil informa que, na média, o dinheiro está rendendo 6,6, ou seja, a disponibilidade financeira do Pronampe neste momento é de R$4,6 bilhões, que vão render R$31 bilhões de empréstimos. Portanto, o dinheiro está começando a procriar e render, porque é da microempresa, é o dinheiro que gera emprego rapidamente, mantém emprego. Então, isso é uma dinâmica muito saudável.

Se você fotografar o Rio Grande do Sul agora, o dinheiro que vai trazer mais alívio para a pequena empresa e, portanto, para o sangue circular, numa sociedade castigada de maneira tão perversa pelas intempéries, vai ser o dinheiro que vai movimentar o pequeno negócio, o microempresário, o empreendedor. Então, por isto é que se travou uma disputa. O Governo acha que uma parte deste dinheiro que vai retornar deve ser destinado ao Pé-de-Meia, que é um grande programa, mas é muito cruel você disputar o dinheiro que foi originalmente destinado a microempresas com um dinheiro muito importante como é o do Pé-de-Meia, aplicado ao ensino médio, principalmente ao profissionalizante. Esse dinheiro vai reduzir a evasão escolar. Imagine, Senadora Teresa Leitão, a nossa evasão escolar no ensino médio é uma tragédia, mas colocar nessa fonte é realmente uma coisa muito cruel.

Então, eu acho que, com o conhecimento dessa escolha de sofia, nós deveríamos conversar sobre esse assunto com mais conhecimento de causa. Daqui a pouco, nós vamos ter recurso do Desenrola, que vai representar ingresso de recurso para o Governo Federal. Outra coisa, os recursos para a educação têm um mínimo constitucional que até o Governo pensa em reduzir ou pensa em fundir com o da saúde, enquanto o da microempresa, se nós perdermos esse dinheiro, nós vamos arrumar onde?

Então, é uma escolha muito difícil. Eu sou obrigado a dizer o seguinte: diante do belo trabalho feito pelo nosso querido companheiro Laércio Oliveira, que conhece o assunto profundamente, e diante da solicitação veemente da Senadora Janaína, que é porta-voz também, nesse caso, dos anseios do Ministério da Educação, eu acho que nós temos que ter um pouco mais de tempo para saber se essa escolha é uma fatalidade ou se nós podemos achar um caminho alternativo – que é o que eu gostaria – para atender, com o mínimo de recursos... O que é o mínimo de recursos? É manter o que é do Pronampe no Pronampe. Então, é 100%, eu não posso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer 50%, 50%. Vamos abrir mão de 50%? Eu não tenho essa condição, eu não tenho essa autoridade moral para abrir mão disso, e também não quero negar recursos para o Pé-de-Meia.

Se vier uma proposta para que os incrementos de recursos do Pé-de-Meia não façam parte do teto de gastos, eu voto a favor. Já votei a favor de outras, já votei a favor da PEC da Transição. Então, eu penso que tem que achar uma solução que responda à necessidade das regras do risco fiscal – isso é uma coisa sagrada –, mas que não vá representar retirar recursos do Pronampe neste momento, para concluir, em que o projeto está sendo mais fértil, ou seja, está conseguindo alavancar seis por seis sobre um, tendo começado com um por um, e o ideal seria que chegasse a dez por um, doze por um, mas é preciso que a roda gire para alcançar essa velocidade.

Então, acho que o menos ruim é retirarmos de pauta.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Oriovisto, com a palavra; em seguida, a Senadora Janaína.

Senador Oriovisto, com a palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente.

É só para colaborar com o meu grande Senador Amin. Eu dizia a ele que, esses dias, eu vi uma estatística e fiquei pensando sobre ela. O autor defendia a importância do lucro. E, sem lucro, realmente a nossa sociedade iria a pique. Ele demonstrava que 70% dos empregos formais no Brasil são gerados pelas pequenas e microempresas; 22%, pelas médias e grandes empresas; e só 8%, pelo setor estatal. Então, quando aparecem alguns dizendo: "Não, o Estado tem que empregar todo mundo", é bobagem, não é? Se nós não tivermos auxílio à micro e pequena empresa, nós estaremos colocando em risco 70% dos empregos formais no Brasil. É muito sério isso.

Então, acho que tem fontes alternativas, sim. A sua ideia de colocar fora do teto eu também votaria a favor, mas tem outras.

Esses dias também li que, de emendas, estamos falando, este ano, em 50 bilhões na LDO. Meu Deus do céu! Tira quatro, cinco dessas emendas e dá para o Pé-de-Meia. Não tem lugar melhor onde um Senador ou um Deputado possa aplicar as suas emendas do que na educação do ensino médio. Então, seria muito bom que isso acontecesse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era só para colaborar com o que o Senador Amin falou.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Esse é o item 8 da pauta. Eu abri a palavra para o Senador Laércio, que pediu vista. Então, quando chegar o item, nós já de imediato... Já anotamos aqui o pedido de vista do item 8 da pauta.

Senadora Janaína, a senhora quer... Não é sobre a matéria, não, essa do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu só... Desculpa, Janaína. É para retirar de ofício.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Retirada de pauta, não é?

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 6012, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios e dá outras providências; e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, que institui e regulamenta o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para assegurar que os recursos do Pronampe sejam permanentes.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação, nos termos do substitutivo apresentado, e contrário à Emenda nº 1.

Observações:

1. Em 4/6/2024, foi concedida vista coletiva da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Em 11/6/2024, foi apresentada a Emenda nº 1.)

Senadora Janaína, a senhora quer usar a palavra para falar sobre o projeto? (*Pausa.*)

Eu vou abrir a palavra para V. Exa. e, em seguida, a gente vai entrar no item 1 da pauta, porque o Relator já está agoniado lá. Parece que o Senador Omar Aziz tem um compromisso.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pela ordem.) – Está certo. Obrigada, Presidente.

Quero cumprimentar aqui o nosso colega Laércio, que está aqui presente, e todas as Senadoras e Senadores que estão nos assistindo neste momento.

É só para dizer da importância desse projeto que o nosso querido Senador Laércio está relatando – e, pela sensibilidade dele, também quero agradecer aos autores do projeto –, importância tanto para a microempresa, mas também para o programa Pé-de-Meia, porque a gente percebe que é um dos projetos importantes para que a gente possa diminuir a evasão de estudantes do ensino médio. Hoje 500 mil alunos deixam a escola no período do ensino médio. Então, é mais para a gente tentar diminuir essa evasão.

O programa Pé-de-Meia tem um resultado... Todo mundo já... O número de matrícula já está crescendo. O interesse... A frequência nas escolas também já está aumentando. E também é um projeto, meu querido Esperidião Amin, em que a gente pode estar incentivando, já que a gente aprovou agora, inclusive, a questão do ensino técnico no ensino médio, esses jovens a saírem do ensino médio, com esse Pé-de-Meia, e trabalharem, abrirem suas microempresas. Então, a gente pode fazer até uma junção dos dois programas aí, para estimular esses jovens que saem do ensino médio com alguma formação técnica para que, através do programa Pé-de-Meia, possam abrir seus pequenos negócios, junto com um grupo de alunos que saiam da escola.

Então, assim, os dois projetos, as duas temáticas são importantes para o Brasil, para o desenvolvimento do Brasil, e a juventude brasileira precisa muito do apoio do nosso Congresso, para que a gente possa ajudar, já que o programa foi iniciativa do Executivo, mas com grande parceria do Legislativo, que é o Programa Pé-de-Meia. Eu já atendi 2,7 milhões de jovens com recurso de 9,2 mil por ano, às vezes é um recurso importante para a família e eles começam a se estimular para estudar, para buscar novas... Então, a ideia também é de ampliar o programa para que a gente possa atender todo o CadÚnico, que dá quase 3,7 milhões de jovens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a atenção e parabenizo o nosso Relator Laércio; agradeço os autores. É importante a gente discutir um pouco mais e talvez convidar aqui tanto o Ministério da Educação, o Ministério da... Fazer uma discussão mais ampla de apresentação da importância. A gente sabe que todos os Senadores e Senadoras sabem da importância do projeto Pé-de-Meia e a gente agradece aqui a compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 6235, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD); altera as Leis nºs 13.483, de 21 de setembro de 2017, e 11.076, de 30 de dezembro de 2004; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.366, de 8 de junho de 2022, e 14.440, de 2 de setembro de 2022.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda de sua autoria; e contrário as emendas nºs 1 a 10-U.

Observações:

1. Foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 10-U.

2. A matéria encontra-se em regime de urgência constitucional.

Concedo a palavra ao Senador Omar Aziz para leitura do seu relatório.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente Vanderlan. Bom dia às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, da Presidência da República, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD); altera as Leis nºs 13.483, de 21 de setembro de 2017, e 11.076, de 30 de dezembro de 2004; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.366, de 8 de junho de 2022, e 14.440, de 2 de setembro de 2022.

O relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, composto por 12 artigos, na forma aprovada pela Câmara dos Deputados.

Os arts. 1º a 7º tratam da instituição da Letra de Crédito do Desenvolvimento, título de crédito nominativo, transferível e de livre negociação, representativo de promessa de pagamento em dinheiro, a ser emitida exclusivamente pelo BNDES ou pelos bancos de desenvolvimento autorizados a funcionar pelo Banco Central, a partir do exercício de 2024, limitado cada banco desse a R$ 10 bilhões por ano por instituição emissora.

Segundo a exposição de motivos do projeto de lei, a LCD é essencial para viabilização de projetos de infraestrutura, indústria, inovação, micro, pequenas e médias empresas, impacto socioambiental, entre outras iniciativas que promovem o acesso ao desenvolvimento sustentável.

Nós temos a LCI e nós temos a LCA. Essa LCD vai pegar uma base maior de aporte de recursos para gerar emprego, oportunidade e trabalho para essas pessoas. Por isso, a importância e a urgência desse projeto. O Governo vai captar esses recursos através de letra de crédito em três bancos de desenvolvimento – e o BNDES é o maior deles. Isso vai dar oportunidade ao pequeno, ao micro, coisa a que hoje você tem muita dificuldade de ter acesso, esses créditos dentro do BNDES.

Há pouco falava o Senador Amin, o Senador Oriovisto sobre o Pronampe, que foi de uma importância muito grande dentro da pandemia, e a gente ajudou muitas pessoas e muitas empresas com isso, e agora, com essa LCD, isso vai se tornar também possível, a gente dar uma continuidade a esse trabalho.

Segundo a exposição de motivos, a lei é essencial.

A proposição estipula que os rendimentos produzidos pelas LCD, inclusive ganho de capital auferido na alienação, sujeitam-se à incidência do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, exclusivamente na fonte, às seguintes alíquotas: (i) 0%, quando: a) auferidos por pessoa física residente ou domiciliada no País; ou b) pagos, creditados, entregues ou remetidos a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

beneficiário residente ou domiciliado no exterior que realizar operações financeiras no País; e (ii) 15%, quando auferidos por pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado, pessoa jurídica isenta ou optante pelo Simples Nacional.

Ademais, o PL estabelece que as emissões de LCD possam ser garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito, por considerar necessário para que o instrumento seja efetivamente utilizado por outros bancos de desenvolvimento.

Por sua vez, o art. 8º introduz a possibilidade de que três outras taxas de juros remunerem o Fundo de Amparo ao Trabalhador, o Fundo da Marinha Mercante e os financiamentos concedidos pelo Tesouro Nacional ao BNDES, além da TLP.

O projeto prevê ainda que, na hipótese de financiamento de projeto de concessão, permissão ou autorização para exploração de serviços públicos, a instituição financeira possa adotar a parcela prefixada da TLP e as taxas prefixadas vigentes na data do respectivo leilão.

A proposição mantém a forma de determinação da TLP constante do texto vigente da Lei nº 13.483, de 2017, e estipula que as taxas prefixadas terão vigência mensal, com início no primeiro dia útil de cada mês, e corresponderão à média aritmética simples das taxas para o prazo de cinco ou de três anos da estrutura a termo da taxa de juros das LTN e das NTN-F, apuradas diariamente, no período de três meses que antecede a sua definição.

O projeto preconiza, ademais, que o BNDES recolherá ao FAT, semestralmente, até o décimo dia útil do mês subsequente ao seu encerramento.

Hoje, já está colocando isto: tem data para ser recolhido ao FAT – antes não tinha uma data específica –, até o décimo dia útil do mês subsequente ao seu encerramento, o valor correspondente à remuneração dos recursos aplicados em operações de financiamento, decorrente da aplicação das quatro taxas de juros – e não mais apenas da TLP.

A seu turno, o art. 9º altera o art. 27 da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, para dispor que as instituições financeiras poderão utilizar instrumento de repasse interfinanceiro para operações de crédito rural, para fins de emissão de Letra de Crédito do Agronegócio (LCA).

O art. 10 estabelece que os entes subnacionais que apurarem excedentes fiscais poderão instituir fundos soberanos subnacionais, na forma dos arts. 71, 72, 73 e 74 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 11 revoga dispositivos.

Já o art. 12 fixa a cláusula de vigência da proposição, ao determinar que a lei resultante, em caso de aprovação da matéria, entrará em vigor na data de sua publicação.

O PL foi distribuído para a CAE e, no prazo regimental, de 13 a 19 de junho de 2024, foram apresentadas dez emendas, das quais há uma emenda do Senador Rogerio Marinho, com quem conversei e a quem expliquei pessoalmente por que é que eu iria retirar, uma do Senador Izalci e outra do Senador Mecias de Jesus, com quem falei ao telefone há pouco, explicando por que eu estava retirando essas emendas e dizendo que, para não atrasar mais isso e voltar para a Câmara, nós teríamos que fazer um projeto de lei separado, que aí atenderia às necessidades dos Senadores com quem conversei para pedir a aquiescência para retirar suas emendas, e eles aquiesceram às nossas argumentações.

Por isso, irei...

Em relação às emendas apresentadas, consideramos que a adoção de qualquer uma delas iria desvirtuar os objetivos do projeto de lei. Devemos reconhecer que todas as medidas propostas, a cada ano, dependem da aprovação orçamentária pelo Congresso Nacional, de forma que o Parlamento sempre poderá restringir ou rever qualquer medida tomada.

Dessa forma, consideramos que as emendas apresentadas devem ser rejeitadas, conforme expliquei há pouco.

Vamos ao voto.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 10 e pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CAE
> Substitua-se, no §4º do art. 27 da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, de que trata o art. 9º do Projeto de Lei nº 6.235, de 2023, o emprego da expressão "observará o disposto na legislação orçamentária" por "estará sujeita à previsão orçamentária".
> "Art. 27 .....
> .....
> §4º A concessão dos benefícios tributários associados às operações de emissão de LCA estará sujeita à previsão orçamentária."

É o nosso relatório, favorável a esse projeto de lei, Sr. Presidente Vanderlan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns, Senador Omar, pelo seu relatório.

A matéria está em discussão.

Senador Oriovisto... Com a palavra, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu entendo... Quero, antes de mais nada, parabenizar o relatório do Senador Omar Aziz, relatório muito bem feito, está tudo correto... Vou votar favorável, já quero antecipar, Senador Omar Aziz, já tem meu voto, mas as observações que quero fazer são apenas observações para que esta Comissão pense sobre esse assunto. Não que vote contra, mas que pense sobre o assunto.

Veja: os bancos de desenvolvimento, notadamente o BNDES, sempre tiveram dinheiro mais barato, dinheiro de Fundo de Garantia, dinheiro do Governo central, e, por ter um dinheiro com um custo mais baixo, eles podiam emprestar com custo mais baixo do que o Bradesco, do que o Itaú, do que qualquer outro banco – qualquer outro banco comercial, melhor não citar nome. Ele e todos os bancos de desenvolvimento vão entrar, pelo que eu estou vendo agora, num esforço para aumentar o *funding* para poder ter mais lastro para financiar o desenvolvimento, o que é louvável; eles vão competir com a LCA, vão competir com a LCI. E, claro, são papéis, todos esses que eu citei e mais a LCD (Letras de Crédito do Desenvolvimento) são isentos de Imposto de Renda, ou seja, o aplicador não vai pagar Imposto de Renda sobre o lucro que vai ter com essa aplicação. Com isso, claro, será um dinheiro mais barato, mas não será mais barato que a LCA, que a LCI e outros *fundings* que já existem aqui. Então, nós vamos ter, sim, um *funding* maior, mas é preciso não perder de vista que vai ser de igual para igual com os bancos comerciais na hora de emprestar isso, a menos que o banco de desenvolvimento assuma que vai ter um prejuízo nessa operação, coisa em que eu não acredito.

É bom, é ótimo, mas não é tão bom quanto o dinheiro que era emprestado antigamente, que, por ser muito mais barato, podia ser emprestado a juros muito mais baratos.

É só essa observação, nada mais.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 11, da CAE, de sua autoria, e contrário às Emendas nºs 1 a 10-U.

A matéria vai ao Plenário.

Senador Omar. Com a palavra, Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Como Relator. *Por videoconferência.*) – É só agradecer, Sr. Presidente, a compreensão das Senadoras e dos Senadores.

Pessoa jurídica irá pagar 15% de Imposto de Renda, Senador Oriovisto; pessoa física não paga, pessoa jurídica, sim.

E, realmente se você for a um banco hoje particular, vão estar em torno de 17%, 18% os juros; e, no BNDES, eles vão girar em torno de 12%, 13% até 14%. É um pouco mais barato realmente no BNDES, mas é uma forma de a gente também expandir a atuação dos bancos de desenvolvimento. Nós temos aí LCI, que é a do imobiliário, nós temos a do agro e agora nós vamos para a do desenvolvimento. A sua preocupação realmente é válida, e eu concordo com V. Exa., quando V. Exa. vê uma... Banco não foi feito para perder dinheiro, nós sabemos que banco foi feito para ganhar dinheiro. Não adianta a gente querer aqui achar que tem alguém bonzinho para distribuir dinheiro sem ter lucro, até porque você tem o *spread*... Não adianta a gente aqui...

E eu pediria só, Presidente, que, como está em regime de urgência, a gente possa pautar hoje à tarde ainda na sessão do Senado Federal. Peço a urgência para V. Exa., Sr. Presidente Vanderlan.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O.k., Senador, Omar. Como ela já está em urgência constitucional, ela já vai direto ao Plenário.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Por videoconferência.*) – Eu agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

MENSAGEM (SF) N° 14, DE 2024

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco do Nordeste do Brasil - BNB e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste (PRODEPRO).

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatoria *ad hoc*: Senadora Janaína Farias

Relatório: Nos termos do PRS que apresenta

Não terminativo.

Relatoria: Senador Jaques Wagner.

Relatório: favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

Observação: a matéria vai ao Plenário.

Concedo a palavra à Senadora Janaína Farias, para a leitura do relatório *ad hoc*.

Com a palavra, Senadora Janaína.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Mais uma vez, quero cumprimentar o Presidente, cumprimentar os Senadores e Senadoras aqui presentes: o Senador Laércio, o Senador André Amaral, a nossa querida Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Margareth, que está aqui, e o nosso Presidente Vanderlan. Então, quero cumprimentar todos os que neste momento nos escutam e o nosso Líder, que não pode estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Janaína, eu queria aproveitar e (*Fora do microfone.*) dar as boas-vindas da nossa Comissão ao Senador André Amaral. Seja bem-vindo, Senador. É uma honra. É o nosso primeiro suplente do Senador Efraim Filho. Seja bem-vindo.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Presidente, Senador Vanderlan, agradeço pelas boas-vindas e aqui estamos com uma responsabilidade muito grande: substituir temporariamente o grande Líder Senador Efraim Filho. Estamos aqui nessa missão e sabemos da responsabilidade.

Agradeço aos pares o carinho como recebem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Seja bem-vindo e conte conosco.

Senadora Janaína, desculpe interromper, mas a causa foi nobre.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Claro, claro Presidente. Claro que eu vou desejar boas-vindas aqui ao nosso colega.

Então, vou ler o relatório.

Vem a exame a Mensagem nº 14, de 2024, da Presidência da República (nº 199, de 21 de maio de 2024, na origem), que solicita autorização para celebração de operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$300 milhões.

Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste (Prodepro), que tem como objetivo geral fomentar o desenvolvimento sustentável da Região Nordeste do Brasil, mediante a redução de gargalos em infraestruturas relevantes para cadeias produtivas estratégicas para a região.

O programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), de que trata o Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017, com alterações, por meio da Resolução Cofiex nº 34, de 13 de setembro de 2022, que autorizou a preparação do programa pelo equivalente a até US$300 milhões de fonte externa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estando a concessão de garantia da União condicionada à apresentação por parte do mutuário de pleito ao Ministério da Fazenda para análise de sua capacidade de pagamento e oferecimento de contragarantia suficiente.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... à referida operação de crédito, haja vista o cumprimento dos requisitos legais para ambos.

A seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação de comprovações requeridas na legislação, visando ao encaminhamento do processo ao Senado Federal para fim de autorização da concessão de garantia por parte da União, ressalvando que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deverá ser verificada a adimplência do BNB, o cumprimento substancial das condições especiais prévias ao primeiro desembolso, bem como seja formalizado o contrato de contragarantia.

As informações financeiras da operação foram registradas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Banco Central do Brasil,

Vou logo para a análise aqui, Presidente.

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal, confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e entidades controladas. Ademais, nos termos de seu inciso VIII, fica atribuída ao Senado Federal a competência para disciplinar os limites e condições para a concessão de garantia da União nas referidas operações.

A matéria sob análise encontra-se normatizada na Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, além de sujeitar-se à Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 2000), notadamente às determinações contidas em seu art. 40.

Nesse sentido, a STN do Ministério da Fazenda, por intermédio do Parecer SEI nº 888/2024/MF, de 8 de abril de 2024, presta as devidas informações, concluindo não ter nada a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

opor à concessão da garantia da União para a operação de crédito externo em questão, desde que observadas as condições para o primeiro desembolso previamente à assinatura do contrato.

Em relação ao custo da operação, a STN, nesse parecer, aponta que o cálculo estimativo do custo efetivo da operação foi realizado com base nas informações fornecidas pelo interessado e nas projeções de mercado para a curva SOFR de seis meses com data de referência em 21 de fevereiro de 2024. A Taxa Interna de Retorno – TIR calculada para a operação foi de 5,20% a.a. com *duration* de 12,23 anos. Considerado o custo de captação do Tesouro no mercado internacional, na data de referência, o custo da operação em análise encontra-se em patamares aceitáveis.

O presidente do BNB, por meio do Ofício Gapre-2023/0248, de 7 de dezembro de 2023, solicitou ao Ministro de Estado da Fazenda a concessão de garantia da União para a operação de crédito, destacando que o BNB disponibilizará, em contragarantia, títulos públicos federais, sob sua custódia, na ordem de 120% (cento e vinte por cento) do valor do empréstimo, equivalente a US$360 milhões.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – De acordo com o supracitado Parecer SEI nº 888/2024/MF, de 8 de abril de 2024, a Coordenação-Geral de Participações Societárias, por meio de nota técnica opinou favoravelmente quanto à capacidade de pagamento do BNB em relação à nova dívida a ser contratada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, tendo como referência a boa situação econômico-financeira do Banco.

Quanto ao limite para concessão de garantia, a STN salienta, no mencionado parecer, que, de acordo com informações obtidas no Relatório de Gestão Fiscal da União para o 3° quadrimestre de 2023, anexo 3, há margem, naquela data, para a União conceder a garantia pleiteada, no que se refere ao limite estabelecido pelo Senado Federal, nos termos do art. 9º da Resolução SF 48/2007.

Por sua vez, a PGFN, por intermédio do Parecer SEI nº 1108/2024/FE, de 15 de abril de 2024, informa que o pleito observa o disposto no art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desta forma, conclui a PGFN pelo encaminhamento do pleito para o exame do Senado Federal, para deliberação quanto à concessão da garantia da União para a operação de crédito em análise, sob a ressalva de que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja verificado o cumprimento substancial das condições especiais prévias ao primeiro desembolso constantes da minuta de contrato de empréstimo, bem como a adimplência do mutuário em face da União e suas controladas, e seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia entre o mutuário e a União.

O voto, Presidente.

Diante do exposto, conclui-se que a operação de crédito a ser celebrada pelo BNB encontra-se de acordo com o que preceituam a Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, e a Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo ser concedida a garantia à operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte projeto de resolução do Senado.

Então, Presidente, é um projeto importante para a nossa Região Nordeste. O Banco do Nordeste, naquela região – não só no Nordeste, mas também no Vale do Jequitinhonha, em Minas, e na região lá do Espírito Santo, onde tem a abrangência do Banco do Nordeste –, tem um histórico de desenvolvimento importante, e a gente coloca aqui o parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora. Parabéns pelo seu relatório!

Com certeza, o Banco do Nordeste ajudou no desenvolvimento de toda essa região. Esse empréstimo vai chegar em boa hora, já que existem muitos investimentos a serem feitos em toda a região onde atua o Banco do Nordeste.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senadora Janaína.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Presidente, a gente queria pedir urgência para o Plenário, se fosse possível, para um projeto importante e dessa magnitude.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

A matéria vai ao Plenário.

Em votação, o pedido de urgência ao item extrapauta, Mensagem 14, de 2024, feito pela Senadora Janaína em relatório *ad hoc*.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 202, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar n° 167, de 24 de abril de 2019 que instituiu a Empresa Simples de Crédito.

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Em 18/6/2024, foi concedida vista coletiva da matéria.

2. Em 24/6/2024, foi apresentado voto em separado de autoria do senador Oriovisto Guimarães.

Em 24/6/2024, o Senador Oriovisto Guimarães apresentou voto em separado contrário ao projeto.

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto o Senador Laércio se gostaria de fazer uso da palavra.

Senador Laércio, com a palavra.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Sim, Presidente, eu queria brevemente fazer alguns (*Fora do microfone.*) registros sobre esse assunto.

Eu queria começar exaltando as falas dos nossos amigos Senadoras e Senadores que me antecederam na fala com referência a esse projeto. É muito interessante, porque fiquei ouvindo atentamente a fala de cada um deles, e todos eles exaltam a importância da micro e pequena empresa.

Este projeto que a gente está discutindo aqui, cujo relatório, que já foi lido, conforme V. Exa. falou na reunião passada, vai exatamente no pensamento dos nossos colegas, que reconhecem a importância... Eu estava conversando com minha colega Senadora aqui agora, e ela falava da importância das micro e pequenas empresas. A gente precisa ter muito cuidado em proteger essas empresas, porque elas representam 70% dos empregos no país. Na verdade, o que a gente está querendo é trazer uma coisa que eu defendo muito aqui dentro, que é a segurança jurídica e a ordem. Este projeto apenas traz uma nova ordem operacional para as empresas simples de crédito. E é muito interessante: a importância desse projeto é que, senão as empresas simples de crédito, quem empresta dinheiro às micro e pequenas empresas? As empresas simples de crédito são empresas clandestinas, que têm um regramento que precisam seguir – e o seguem rigorosamente –, porque, por trás disso, a gente tem um Sistema Financeiro Nacional muito competente.

Então, Presidente, eu queria trazer só esse acréscimo ao relatório que já li na semana passada e eu espero que todos os pares votem favoravelmente à aprovação deste projeto. Ele não é terminativo aqui, infelizmente, segue para outra Comissão, mas nós estaremos acompanhando a tramitação dele até sua aprovação no Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Laércio.

A matéria está em discussão.

Senador Oriovisto, com a palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, eu queria dizer ao Senador Laércio que eu sempre fui e sempre serei favorável a tudo que vier beneficiar o pequeno e o microempresário. Isso eu já expressei hoje e reafirmo.

Agora, estou me posicionando contra este projeto por razões muito claras e que coloquei no meu voto em separado. Não vou cansá-los com toda a leitura, mas o fato é o seguinte: quando essas empresas simples de crédito foram criadas, elas tinham um limite que as tornavam realmente microempresas, pequenas empresas – esses limites estavam muito claros. Este projeto retira esses limites, e, ao retirar esses limites, elas passam a ter um caráter que já não é mais nem de pequena nem de microempresa, elas saem desse campo. E, como atuam sem regulamentação, sem fiscalização do Banco Central, sem muitas garantias, isso se torna um perigo para a poupança pública.

Eu quero salientar o que este projeto faz. Primeiro, ampliação da área territorial de atuação das empresas simples de crédito, antes restrita ao âmbito municipal ou distrital. A nova redação proposta no art. 1º da LCP altera isso. Então, ela passa a ter atuação fora do município, o que já dá um caráter que já não é mais de pequena empresa ou de microempresa, não.

Segundo, possibilidade de utilização de linhas de crédito bancárias pelas empresas simples de crédito, desde que seja respeitado o limite da alavancagem de no máximo 1,5 vez o seu capital realizado. Até aí tudo bem, tem o limite, que é o capital integralizado.

Terceiro, possibilidade de as empresas simples de crédito atuarem como agente repassador ou intermediador de recursos advindos de programas e fundos públicos, bem como bancos públicos e privados, sem aplicação do limite da alavancagem de 1,5 vez – cai o limite – o seu capital realizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quarto, eliminação da exclusividade da constituição da empresa simples de crédito apenas por pessoas naturais – nova redação do *caput* proposta: não é mais só por pessoas naturais.

Quinto, possibilidade de as empresas simples de crédito abrirem filiais – nova redação. Vão abrir filiais, vão se constituir em rede.

E, sexto, possibilidade de as empresas simples de crédito captarem recursos em nome próprio, ressalvada a cessão de carteiras com coobrigação – nova redação.

Isso constitui-se, Sr. Presidente, numa ampliação que descaracteriza aquilo que nós fizemos com empresas simples de crédito. Elas deixam de ser empresas simples de crédito e passam a ser, sei lá, uma *factoring*, uma *fintech*, mas sem os regulamentos da *factoring*, sem os regulamentos da *fintech*; podem tomar dinheiro emprestado de pessoas físicas para repassar; não têm as garantias de vida. Acho isso extremamente complicado e acho que o projeto não merece ser aprovado. Ele invade outras áreas de atuação mais reguladas e pode ter consequências nocivas, até em lavagem de dinheiro e – sabe? – em coisas que não têm um lado bom, não.

Eu acho que é importante fomentar a pequena ou a microempresa, sou totalmente favorável, mas não podemos tirar a proteção do pequeno investidor que vai emprestar dinheiro para essa gente em nome de beneficiar a pequena ou a microempresa, que, na medida em que passa a ter atuação em vários municípios, abrir filiais, repassar uma série de dinheiro de fundos, inclusive de fundos públicos, perde a característica de pequena e microempresa. Aí tinha que ir para a regulamentação mais rigorosa do Banco Central, coisa que não acontece com essas empresas simples, que, se esse projeto for aprovado, deixarão de ser simples, passarão a ser bem complicadas.

Por isso o meu voto é contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Oriovisto.

Senador Laércio. Quer usar a palavra, Senador Laércio?

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Quero sim.

Não vamos fazer um debate aqui, mas quero acrescentar apenas que o projeto é de 2019. O que a gente busca nesta relatoria e neste projeto apresentado pelo Senador Jorginho Mello é tão somente atualizar as informações, ampliar a atuação, sim. Nós estamos falando de empresas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simples de crédito registradas, controladas e fiscalizadas. Não existe a clandestinidade. E o propósito principal do projeto é ampliar a oferta de crédito – volto a dizer, não é fora da formalidade – para micro e pequenas empresas. Esse é o ponto principal que a gente defende na relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Laércio. (*Fora do microfone.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

O relatório tem... Aliás, a votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório. (*Pausa.*)

Registro o voto contrário do Senador Oriovisto.

Aprovado o relatório, com o voto contrário do Senador Oriovisto, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CAE (Substitutivo), ficando prejudicado o voto em separado.

A matéria vai ao Plenário.

Próximo item é o item 3, da Senadora Zenaide, que está desde cedo na nossa Comissão.

ITEM 3

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 72, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável à matéria com uma emenda de sua autoria.

Observações:

1. Em 18/6/2024, foi concedida vista coletiva da matéria.

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto a Senadora Zenaide Maia se gostaria de fazer uso da palavra.

Senadora Zenaide, quer fazer uso da palavra?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Só relembro e explico a importância dos hospitais universitários, que são responsáveis pela maioria dos atendimentos de alta complexidade pelo SUS. Todos os municípios brasileiros e estados brasileiros dependem dos hospitais universitários para esses procedimentos, porque eles têm o privilégio de ter a academia, os melhores profissionais, médicos, enfermeiros, para oferecer um serviço de qualidade. E o que a gente está fazendo aqui é apenas permitindo que esses hospitais que são administrados pela empresa brasileira que administra os hospitais universitários possam receber emendas parlamentares, entrem no PAC, sem aquela grande burocracia de ter que entrar ou pelo estado ou pelo município, dificultando.

Então, queria já pedir aqui o apoio dos colegas para, eu diria aqui, Presidente, salvar vidas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Zenaide, eu quero aqui ressaltar, como a matéria está em discussão, a importância desse projeto que V. Exa. já relatou aqui nesta Comissão. Os hospitais universitários são muito importantes. Em Goiás, nós temos ali o Hospital das Clínicas, e agora o hospital está em processo de transferência; e o Hospital Municipal de Catalão, que está terminando as obras, um grande hospital feito ali pelo Prefeito Adib Elias. Esse hospital está em processo de ser encampado ali pela nossa Universidade Federal de Catalão, e vai atender toda aquela região.

Então, esse projeto chega em boa hora, Senadora Margareth.

A matéria está em discussão, continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Janaína. Com a palavra, Senadora.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pela ordem.) – Presidente, quero só parabenizar a iniciativa. V. Exa. já falou de um hospital, e a importância que a Senadora Zenaide sabe, por ser da área. Inclusive, recentemente o Presidente Lula anunciou o PAC, em que vai ter investimento de R$1,7 bilhão só na ampliação de hospitais universitários, como na consolidação desses hospitais, e isso é uma necessidade. Tem vários, são 8 ou 9 hospitais universitários, seja em construção, seja como o de Catalão, que será adquirido pela universidade federal.

Então, assim, a importância de ter... parabenizar primeiro a nossa querida Senadora Zenaide e a sensibilidade do nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAE.

A matéria vai ao Plenário.

Senadora Zenaide, quer usar a palavra? Senadora Zenaide...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, no dia em que eu fiz a leitura do relatório, eu fiz um requerimento de urgência, e eu acho que foi aprovado no dia, para já ir ao Plenário o mais rápido possível.

E quero aqui parabenizar a Universidade de Catalão, universidade pública que vai incorporar um hospital municipal, e o pessoal daquela região, como o senhor falou, vai ter uma saúde, principalmente a alta complexidade, que é onde os hospitais mais atuam, de primeiríssima qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Ressaltando, Senadora Zenaide, que nos hospitais universitários nós temos verdadeiros doutores, pesquisadores e cientistas. Inclusive, ali no Hospital das Clínicas de Goiânia, que é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hospital universitário, em parceria com a Universidade Federal de Goiás, está sendo ali, através dos nossos cientistas e pesquisadores, desenvolvida a cura para as doenças raras, principalmente a ELA. Então, é através desses hospitais, que carecem de recursos de emendas, que recursos têm que ser repassados para que esses cientistas, esses pesquisadores não parem seus trabalhos por falta de verba.

Senadora Zenaide, nós vamos colocar em votação

Senadora Zenaide, nós vamos colocar em votação seu requerimento, porque o projeto foi aprovado hoje; então, nós temos que colocar. O que foi pedido por V. Exa., na reunião passada, não está valendo.

Então em votação, o requerimento do item 3 da pauta, do Projeto de Lei Complementar 72, de 2024, não terminativo.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o pedido de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido de urgência.

Item 5 da pauta.

Já vejo aí o Senador Paulo Paim. É uma boina? É isso, Senador Paulo Paim? Está muito elegante, com uma boina.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Muita chuva e frio aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – E parece que no Paraná também. O Senador Oriovisto estava com um agasalho que parece que deve estar ali uns 15 graus abaixo de zero. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Aqui não está a 15 graus, mas está a 8 graus.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Oito graus aí, Senador Paulo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Não abaixo de zero, não é? Oito graus. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1577, DE 2020

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

A matéria será apreciada pela CDH, CAS e, em decisão terminativa, pela CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente Vanderlan, esse projeto, na verdade, esse tema eu venho tratando já há um bom período.

O PL 1.577, 2020 – eu estou aqui com o resumo – institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

O relatório a esse projeto de lei foi apresentado em setembro de 2023. Acontece que, em dezembro de 2023, eu fui Relator do PL 2.245, 2023, da Deputada Erika Hilton, que institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua, aprovado nesta Casa – na Câmara e no Senado, no Congresso –, e transformado em lei sancionada pelo Presidente Lula. Então, nós temos hoje a Lei 14.821, ainda de 2023.

Foi votado nesta Comissão o relatório apresentado antes da aprovação do PL da Deputada Erika Hilton.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista que são projetos que tratam da mesma matéria, possuem muitas similitudes, solicitei, então, a retirada de pauta para reanálise e a apresentação de um novo relatório que fosse uma complementação daquele que foi aprovado. Foi necessário, então, adequar o projeto do Senador Contarato à lei aprovada, que também relatei. Por esse motivo, conversando com a Consultoria do Senado, nós construímos um substituto.

Enfim, o presente projeto tem um objeto mais amplo. Ele vem complementar e aprimorar a lei aprovada, ampliando os direitos das pessoas em situação de rua.

Mudanças. Incorporamos também sugestões do Ministério da Justiça para incluir a política antidrogas, haja vista que o consumo das substâncias entorpecentes infelizmente avança nas ruas.

Nesse sentido, alteramos o art. 1º da lei – vou tirar o boné aqui –, adequando a redação. O inciso X do art. 2º, que trata do respeito às diferenças, foi ampliado para acrescentar as palavras: etnia, nacionalidade, pessoas egressas do sistema prisional ou socioeducativo, orientação sexual, sofrimento mental, e pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas. Acrescentamos, então, o art. 2º-A para determinar os objetivos da política.

Aí, no art. 3º da norma, complementamos a lista das diretrizes da política pública, adequamos algumas diretrizes com o objetivo proposto no artigo anterior e incluímos dois parágrafos, determinando o quê? A instituição de comitês gestores intersetoriais por áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas; e a possibilidade de firmar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua.

Depois, avançamos no art. 4º, que determina os eixos estratégicos, apenas adequando o *caput* com a expressão "voltados à consecução dos seus objetivos e diretrizes".

Aí, Sr. Presidente, fomos ajustando. Parte do projeto atual avança em relação ao primeiro, mas todos com o mesmo objetivo.

Por fim, revogamos alguns dispositivos para adequar os textos.

Presidente, é isso, na forma do substitutivo.

Se V. Exa. entende que esse resumo... Já que o projeto vai ainda para a Comissão de Direitos Humanos e também para a de Justiça, poderíamos lá, presencialmente – eu até vou suscitar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatoria, pelo menos, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos –, aprofundar o debate. Depois ainda vai para a CCJ. Eu fiz uma síntese aqui do relatório, porque o relatório é amplo e não quis fazer uma leitura da quantidade, porque são temas conhecidos. Esse complemento é o que já foi aprovado em 2023.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Senador Paulo Paim, antes de colocar a matéria em discussão, eu queria cumprimentar V. Exa. e dizer da minha alegria de rever V. Exa. na condução da política que V. Exa. faz, uma política que tanto orgulho traz a este Senado, ao povo gaúcho e – por que não? – ao povo brasileiro. Portanto, receba o meu carinho e a minha satisfação por você estar de volta, pela sua luta aqui no Senado Federal.

A matéria está em discussão, Sras. e Srs. Senadores.

Com a palavra, a Senadora Teresa Leitão, para discutir.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar a todos e a todas e parabenizar o Senador Paulo Paim – eu sei que ele agora está no Rio Grande do Sul, pelos agasalhos, não é? – pelo seu pronto restabelecimento, isso nos dá muita alegria, mas sobretudo por esse relatório de um projeto de larga evidência social. Certamente na Comissão de Direitos Humanos e na Comissão de Constituição e Justiça, vamos poder nos dedicar mais. Na de Direitos Humanos sobretudo ao mérito e à constitucionalidade desse projeto, que, uma vez aprovado, vai dar melhores condições de vida, de dignidade e de acesso a políticas públicas a essa população.

Parabéns, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado à Senadora Teresa.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Senador Paim, pois não. A palavra está com V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço a todos os Senadores e Senadoras pela confiança depositada. Eu sei que eu não li o relatório na íntegra, mas não tem nenhuma dúvida de que na CDH e na CCJ, tudo aquilo que os Senadores entenderem... Porque ele apenas complementa o outro, não é? Que deve ser alterado ou será alterado, podem ter certeza. Eu serei o Relator na Comissão de Direitos Humanos e teremos mais tempo para debater ali o projeto presencialmente.

Eu estou no Rio Grande do Sul porque estou fazendo o roteiro aqui já, em nome da nossa Comissão Externa, que cuida dessa situação desesperadora do nosso estado. Aqui continua muito grave. Se vocês andassem nas ruas aqui, como eu estou andando, só como exemplo, vocês veriam como se fosse um estado de guerra. Lembra o Iraque, lembra as guerras que houve. São toneladas e toneladas, milhares de toneladas – olhem que eu estou dizendo – de lixo acumulado nas ruas, porque a água vem trazendo e vem acumulando.

Eu vou dar um exemplo. Aqui em Canoas, o Prefeito Jairo Jorge teve que usar o Parque Harmonia – que é um parque enorme, lindo – para fazer depósito, porque não tinha onde botar... Onde vai botar milhares e milhares de toneladas? Embaixo de viadutos, onde fica aquele bolsão do qual o viaduto vai por cima, ali está sendo também usado como depósito, até – claro – que os Poderes constituídos em si, o estado, a União e o município digam para onde vão levar tantas toneladas de lixo. Visitei aqui Encantado, Roca Sales, Lajeado. Estivemos aqui em Porto Alegre, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Esteio, Sapucaia... Enfim, é um desespero total!

Eu agradeço à Comissão de oito Senadores que nos acompanham nesse movimento. Estiveram aqui por duas vezes. Agora, como é o nosso estado, eu estou aqui, como os outros dois Senadores, o Ireneu e o Mourão, estão também se deslocando para outras regiões do estado, representando a Comissão e ajudando a levar informações, levar dados concretos do sofrimento desse povo.

Só vou dar um exemplo para vocês. Nós fomos visitar um agricultor, médio agricultor, no interior de Roca Sales. Ele perdeu tudo! Sabem o que é perder tudo? A plantação dele, a soja, o arroz, o feijão, os porcos, as vacas, o cachorro. Estavam lá ele, pai e mãe, dois filhos e a mulher, que deram depoimento. A terra foi lavada! Aqueles que entendem dessa área sabem. Tiraram todas as proteínas da terra, ele disse. Essa terra valeria – segundo ele – R$1 milhão ou R$1,5 milhão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas hoje não vale 30%, porque ninguém vai dar 30% do valor real por uma terra na situação em que essa se encontra. Então, é grave. Estamos fazendo o que podemos.

Felizmente, eu já estou bem de saúde e agradeço o carinho de todos. Beijo no coração de todos aí. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Senador.

Eu tenho um item extrapauta aqui, que é o Requerimento nº 77. (*Pausa.*)

Antes do requerimento extrapauta, eu quero conceder a palavra ao Senador Rodrigo Cunha.

Por favor, Senador Rodrigo. (*Pausa.*)

Pode falar, Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Pois não.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, amigo Laércio Oliveira, boa tarde. Boa tarde, Sras. Senadoras, Senadores.

Sr. Presidente, eu estou como Relator do item 7. É um item extremamente importante, principalmente para crianças e mães de crianças com microcefalia, porque, nos últimos dez anos, a gente pode totalizar pouco mais de 1,8 mil crianças. Essas mães se reuniram por estados, principalmente aqui, no Nordeste, por uma situação que foi muito grave em Pernambuco e em Alagoas, através de associações, criou-se uma associação nacional, e há anos vêm batalhando para que chegue à tão aguardada aprovação desse projeto, que busca uma justiça social a um dano causado, acredito eu – e todos que avaliarem também vão chegar a mesma conclusão –, por falhas de saúde pública. E essas crianças sofrem – sofreram e sofrem ainda – danos motores, danos psíquicos também, danos físicos, e há uma possibilidade mínima de reparar um pouco desse dano.

Então, nós estamos aqui, apresentando o relatório do item 7, que já está no sistema, mas eu conversei com o Líder Jaques Wagner, no intuito de buscar a eficiência, de buscar não apenas uma vitória do ganha mas não leva, mas, sim, uma vitória por completo, e, pelo fato de ele também não estar presente, neste momento, aqui, em Brasília, e que na próxima semana nós podemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegar a um consenso, tendo em vista que esse projeto já teve vários outros trâmites, já foi debatido com exaustão, inclusive pela Senadora Zenaide Maia também, para conseguir aqui um trecho que atenda a todos e dê uma segurança também desse impacto financeiro, tão pouco diante do prejuízo que é eterno para essas mães e para essas crianças.

Então, diante disso, Sr. Presidente, eu solicito aqui a retirada do item 7, no compromisso de ele retornar na próxima terça-feira. Peço para que todos os Senadores e as Senadoras que estão aqui ouvindo se envolvam, desde agora, para que a gente não venha, na próxima terça-feira, a pedir mais prazos, mais vista, porque não há novidade, e essas mães sofrem bastante. Primeiro, porque elas têm que deixar seus empregos para cuidar dessas crianças – a grande maioria. Infelizmente, de todas com que eu conversei – e não estou me referindo só a Alagoas; no Brasil inteiro, porque estão organizadas –, o marido as deixou. A primeira atitude foi o marido deixar a família. Então, essas mães, neste momento, estão aguardando bastante por isso, para que o Senado faça a sua parte, e a gente busque justiça social para essas famílias.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha. Está retirado o item 7 da pauta o PL 6.064, de 2023, atendendo ao pedido de V. Exa.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 6064, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre o direito a indenização por dano moral e a concessão de pensão especial à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika ou de Síndrome de Guillain-Barré causada pelo vírus Zika; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e 8.213, de 24 de julho de 1991.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria foi apreciada pela CAS, com parecer favorável ao projeto.)

A Senadora Teresa Leitão quer usar da palavra.

Por favor, Senadora.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

É justamente sobre o PL 6.064. Ele foi aprovado na última semana, na Comissão de Assuntos Sociais, depois de uma certa espera, justamente pelos motivos elencados pelo Senador Rodrigo Cunha. É um projeto de longo alcance social.

Aqui em Pernambuco, como bem disse o Senador, foi um dos estados onde os efeitos da zica mais crueldade deixaram nas nossas crianças, e as mães têm atuado de forma muito organizada, criando inclusive associações, o que é muito importante para nós.

Eu ainda era Deputada Estadual quando esse triste fenômeno veio à tona. Nós criamos comissões na Assembleia Legislativa, debatemos com secretarias de saúde, buscando minimizar esse trauma que, como disse o Senador, alterou até constituição de famílias, fora a dedicação integral que se precisa ter.

E, como bem disse a Senadora Zenaide, foi um relatório, Senador Rodrigo, emocionante – o da Senadora Zenaide –, porque ela conseguiu abordar não apenas os aspectos sociais, mas também os aspectos de saúde.

Essas pessoas, via de regra, são pessoas que moram em periferias. Portanto, são pessoas mais vulneráveis e mais pobres, falando-se financeiramente, onde o mosquito geralmente prolifera com mais facilidade, dadas as condições ambientais.

O cuidado com que essas irmãs tratam essas crianças é uma coisa muito relevante, muito emocionante e que, como disse o Senador, merece toda a nossa atenção.

Havia uma grande expectativa para que esse projeto fosse votado hoje, o relatório está pronto, mas eu não tenho como não aceitar o que está sendo proposto pelo Relator, para que a gente possa, sem muita demora mais, convencer, dialogar... Eu me disponho a fazer isso, junto ao Senador Jaques Wagner, para que a gente tenha as condições não só de aprovar, mas de aprovar e executar, porque se trata de uma ampliação do benefício que já é concedido a essas mães.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitas tiveram que mudar ou ainda não puderam mudar a estrutura das suas casas, as cirurgias de quadris demoram muito a serem feitas... É um conjunto de ações, e eu tenho certeza de que o Senado, ao se debruçar sobre elas, vai aprovar o projeto.

Elas estão inclusive, Senador, nos assistindo. Eu expliquei para elas que o projeto não seria retirado sem a sua palavra e acho que a sua justificativa reforça a importância desse projeto para ele ser, de fato, recolocado na pauta no próximo dia 2.

É mais uma semana, a gente se frustra, mas compreende as suas justificativas e sabemos que podemos contar... Como contamos com a Senadora Zenaide, podemos contar com a sua relatoria.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Senadora Teresa Leitão.

Gostaria de saber se o Senador Rodrigo Cunha quer usar da palavra ainda. (*Pausa.*)

Quer falar alguma coisa, Rodrigo?

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, apenas para que a... (*Pausa.*)

Sim, é porque há um *delay* entre o que eu ouço e o que eu falo.

Aqui, eu queria também um compromisso, já que houve um acordo feito com o Presidente da sessão desta Comissão de inserir a matéria – e ele inseriu, cumpriu o seu compromisso – no próximo momento possível, que é esta reunião virtual, para que fique já designado à Mesa para que, na próxima terça, sem falta, esse projeto esteja na pauta. Foi um assunto de que eu tratei com o Líder do Governo, um assunto em que o Presidente da CAE também já tinha assumido – e cumpriu – o compromisso de colocar em pauta, mas que a gente não tenha, na próxima terça-feira, que pedir extrapauta ou algo do tipo e, sim, que seja, de maneira automática, naturalmente, colocado já na próxima reunião.

Eu conversei também com a assessoria da Senadora Mara Gabrilli, que também pontuou a importância de ter uma vitória nesse projeto, que é de interesse de todos aqueles que buscam justiça, sem dúvida nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para as mães que estão assistindo, como a nossa Senadora Teresa Leitão falou aqui, primeiro, vocês estão de parabéns pela demonstração de garra, por ir em busca e, apesar de toda a dificuldade do dia a dia, por não ter desistido e fazer o possível para dar um mínimo de qualidade de vida para a sua família. Parabéns! Chegou o momento, é uma vitória de todos vocês que se reuniram por estado e criaram uma associação nacional também, que, com certeza, mobilizou o Brasil. Então, é uma vitória de vocês.

Eu estou completamente interessado em dar celeridade. Então, o fato de não votar esta semana e votar na próxima é para que a gente tenha uma vitória robusta, para que não venha a ter empecilhos técnicos mais à frente, e com isso puxar o Governo também para o nosso lado. Então, o depoimento tanto da Senadora Zenaide quanto da Senadora Teresa e de todos aqueles que se envolverem nesse tema não pode ser diferente se não querer buscar a justiça social.

Na próxima terça-feira... Esta é a minha solicitação ao Sr. Presidente, assim como foi feito com o Senador Vanderlan na semana passada, que colocou nesta: já que sou eu, como Relator, que solicitei a retirada, que imediatamente, de maneira automática, ele já seja inserido na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha. Obrigado também à Senadora Teresa Leitão. Portanto, o item 7, o PL 6.064, está retirado de pauta.

Tem um item extrapauta aqui que é o Requerimento nº 77, de 2024, e, depois desse requerimento, a gente vai para o projeto de relatoria do Senador Oriovisto.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 77, DE 2024

Requer voto de aplauso lions

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

O Requerimento nº 77 requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de aplausos ao Sr. Fabrício Oliveira pela sua vitória na eleição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como Presidente da Associação Internacional de Lions Clubs pelo biênio 2024-2025, ocorrida em Melbourne, na Austrália.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 77, de 2024, da CAE. (*Pausa.*)

ITEM 12

PROJETO DE LEI N° 2631, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, para autorizar destinação de percentual de receitas de portos para compensação de Municípios afetados por atividades portuárias.

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº1 - CI.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CI, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CI.

Concedo a palavra ao Senador Oriovisto Guimarães, para a leitura do seu relatório.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, essa matéria é bastante simples e é meramente autorizativa, ela não cria nenhuma despesa para os portos.

Basicamente, o que se passa? Eu vou me permitir a explicar o assunto em vez de fazer uma leitura cansativa. Depois eu leio, se for o caso, um pedacinho da análise e o voto.

O importante é que todos entendam do que se trata este projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este projeto autoriza os estados que têm portos por concessão do Governo Federal... Por exemplo, aqui no caso do Paraná, nós temos o Porto de Paranaguá, que é comandado pelo Governo do Estado do Paraná, com uma concessão do Governo Federal, e isso se repete em outros estados da Federação. Esse porto tem uma influência não apenas sobre o município onde ele está instalado, mas as cidades vizinhas ele afeta: ele afeta com poluição, ele afeta a pesca das cidades ribeirinhas, ele afeta com tráfego, ele cria uma série de problemas para municípios próximos. E esses municípios não têm nada, não ganham nada com o porto, só têm prejuízo.

Então, o que nós estamos fazendo aqui? Autorizando que 1,5% – 1,5% – da receita do porto seja destinada a esses municípios vizinhos, mas para isso o estado tem que aprovar uma lei estadual regulando como isso vai ser feito, para quais municípios, em que valores. Evidentemente, se um porto for deficitário, essa lei não se aplica, só se aplica a portos superavitários.

Então, esse é o espírito da lei, é muito simples.

Eu vou me permitir ir direto à análise, Sr. Presidente, que basicamente é a seguinte.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE analisar os aspectos econômico-financeiros das matérias que lhe são enviadas para deliberação. Como se trata de proposição que deverá ser decidida de forma terminativa por esta Comissão, é necessário também avaliar os aspectos constitucionais, de juridicidade e de técnica legislativa.

Conclui-se que o projeto de lei obedece aos ditames constitucionais. Nos termos do art. 22, inciso X, da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre o regime dos portos. Além disso, como não invade as competências privativas do Presidente da República previstas nos art. 61, §1º, e art. 84 da Constituição, a iniciativa parlamentar é legítima.

No tocante à juridicidade, não se enxerga impedimento ao projeto, visto que uma lei é o ato normativo adequado para atingir o objetivo desejado, o tema inova o ordenamento jurídico e está em conformidade com os princípios do sistema jurídico nacional. Com os ajustes feitos pela emenda substitutiva apresentada na Comissão de Infraestrutura, pode-se concluir também favoravelmente à técnica legislativa empregada no texto da proposição.

Com relação ao mérito da matéria, espera-se que a aprovação deste projeto de lei possa atacar uma incômoda injustiça produzida pelas operações portuárias no nosso país. De maneira nenhuma, isso significa diminuir a importância desse modal de transporte de cargas. De acordo com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), em 2022, o setor portuário brasileiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

movimentou 1,2 bilhão de toneladas, registrando a segunda maior movimentação portuária do país desde 2010. Atualmente, 90% dos produtos que chegam e saem do país utilizam a via marítima. Toda essa movimentação estimula a economia, gera divisas e contribui para o equilíbrio das contas externas do Brasil.

No entanto, é necessário que se alerte a sociedade para os impactos adversos que o setor pode trazer, especialmente, para os municípios adjacentes aos portos. Além dos impactos ambientais diretos como maior poluição do ar e das águas, afeta-se também todo o ecossistema marinho da região. Pode-se observar ainda impactos econômicos sobre a pesca e o turismo das áreas e localidades próximas.

Nesse sentido, com base na Lei nº 9.277, de 1996, já existe hipótese de compensação para as localidades que abrigam as instalações portuárias, mas só essas. Entretanto, nada se fala sobre direcionar parte dos recursos arrecadados com a concessão para mitigar os danos causados às cidades vizinhas. Na justificação do projeto, cita-se, por exemplo, o caso do Porto de Paranaguá, no Estado do Paraná, cuja repercussão da sua atividade é sentida em todos os municípios do litoral paranaense.

Dessa forma, a fim de promover maior justiça social e crescimento econômico sustentável, o PL 2.631, de 2022, cria a possibilidade de cobrança de até 1,5% da receita auferida com a delegação do serviço portuário para fins de compensação a municípios afetados. Vale destacar que o estado da Federação que desejar realizar a cobrança só poderá fazê-lo após a aprovação de lei estadual, a qual deverá discriminar os usos para os recursos arrecadados e seus critérios de distribuição. Percebe-se, então, que a disciplina legal a ser criada é bastante razoável e tende a endereçar o problema sob discussão.

Voto.

Sendo assim, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.631, de 2022, nos termos da Emenda nº 1, da Comissão de Infraestrutura, aprovada nessa Comissão.

É esse o voto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Agradeço ao Senador Oriovisto a apresentação do seu relatório, como sempre, muito didático e com muita competência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão.

Com a palavra... (*Pausa.*)

Não, ninguém quer usar a palavra para discutir.

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação, o Projeto de Lei 2.631, de 2022, nos termos do relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que votam com o Relator votam "sim".

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Estamos em processo de votação.

Solicito à Senadora Janaína Farias que vote.

Solicito ao Senador André Amaral o voto – estava aqui presente conosco.

Senadores Margareth Buzetti, Omar Aziz, Zenaide Maia... (*Pausa.*)

Senador Rodrigo Cunha. (*Pausa.*)

Alcançado o quórum de votação, nós a encerramos.

Vamos ao resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – SIM, 14.

O projeto está aprovado; o projeto e a Emenda nº 1-CI/CAE.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido todos a passarem na Secretaria da CAE para nossa comemoração junina.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e oito minutos do dia dois de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes, Izalci Lucas, Sergio Moro, André Amaral, Fernando Dueire, Plínio Valério, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Flávio Arns, Rosana Martinelli, Flavio Azevedo, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Mecias de Jesus, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda do Senador Beto Faro, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Janaína Farias, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 91, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios, para alterar o método de cálculo dos coeficientes individuais de participação no FPMInterior, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1071, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Regula o exercício da profissão de técnico em eletricidade e eletrotécnica e fixa seu piso salarial." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável ao projeto com três emendas de sua autoria. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1075, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para assegurar aos condutores o direito a ter o exame toxicológico obrigatório custeado pelo empregador." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5332, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, e 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispensar o segurado do Regime Geral de Previdência Social e o beneficiário do benefício de prestação continuada da reavaliação periódica das condições da concessão do benefício quando a incapacidade for permanente, irreversível ou irrecuperável e para determinar a participação de especialista em infectologia na perícia médica de pessoa com síndrome da imunodeficiência adquirida." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAE. **Observação:** A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 6064, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o direito a indenização por dano moral e a concessão de pensão especial à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika ou de Síndrome de Guillain-Barré causada pelo vírus Zika; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e 8.213, de 24 de julho de 1991." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 397, de 2024 - Terminativo -** que: "Autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Munícipio, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extremas." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Alan Rick. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da emenda nº 1 – CRA, com duas emendas de sua autoria; e pela rejeição das emendas nºs 2 e 3 – CRA. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CRA-CAE e 4 e 5-CAE. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1706, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre normas gerais para concessão do Passe Livre Estudantil." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, de três emendas que apresenta e da Emenda nº 1, na forma de uma subemenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2764, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para esclarecer sobre a não incidência do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas em relação a valores recebidos a título de pensão alimentícia." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus (*Ad hoc*), substituiu Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3618, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para possibilitar ao doador de recursos aos fundos da pessoa idosa a indicação da destinação desses recursos, na forma que especifica." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senador Sergio Moro (*Ad hoc*), substituiu Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação da matéria e das Emendas nºs 1 e 2-CDH, com uma emenda de sua autoria. **Resultado:** Aprovado o Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH-CAE e nº 3-CAE. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/02

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 2 de julho de 2024.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Ofício nº 124, de 2024, da Fiesp.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar autuação nesse período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, Senador Rodrigo, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 25ª Reunião, realizada em 25 de junho de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Exmas. Sras. Senadoras e Exmos. Srs. Senadores, quem nasceu há mais de 30 anos certamente deve se lembrar das pessoas correndo aos mercados para fugir da remarcação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preços – eu sou dessa época, Senador Rodrigo, mas parece que V. Exa. é bem mais novo, não é? –, do aumento, da carestia e da inflação. Eram tempos turbulentos na economia, de hiperinflação de 80% ao mês. Hoje, quando a gente fala isso, Senador Rodrigo, para as pessoas mais novas, como V. Exa., alguns duvidam de que nós tivemos uma inflação de quase 80% – de quase, não, de 80% – ao mês.

O dólar também oscilava e impactava a economia aqui dentro.

Desde a redemocratização no Governo Sarney, o brasileiro aprendeu a acompanhar, na frente da TV e do rádio, a chegada de planos econômicos – Cruzado, Bresser, Verão, Collor 1 e 2 –, alguns deles bem traumáticos.

A maioria dos brasileiros era obrigada a participar de corridas aos supermercados tão logo recebesse o salário no início do mês, para estocar produtos que aumentavam de preço diariamente.

Alguns poucos que tinham acesso, por exemplo, a contas remuneradas de curtíssimo prazo – o *overnight* – ainda podiam tentar se proteger da inflação.

Nessa época, o cenário macroeconômico, marcado pelo alto grau de endividamento externo, déficits públicos elevados e crescimento baixo, fez com que muitos economistas chamassem os anos 80 de década perdida. Mas aí veio o Governo Itamar Franco e, com o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, criaram o Plano Real. Esse plano estabilizou a economia brasileira, colocou a inflação sob controle, pareou a moeda nacional com o dólar e manteve o poder de compra do trabalhador de baixa renda.

Abordo esse tema aqui hoje, na CAE, porque temos de tirar as lições que a história nos dá a cada episódio. Nossa matéria-prima aqui nesta Comissão é a economia, são as leis, mas nosso objetivo é melhorar o país, garantir a estabilidade, combater a pobreza e fazer o dever de casa interno para conseguir avanços na educação, na saúde, na segurança, no emprego e no crescimento sustentável.

Não é hora de duelos políticos com a economia como pano de fundo para as contendas. Quando os governos erram a mão e afetam nossas instituições, quem paga o preço maior é o desfavorecido, são as famílias, nossos filhos, e ninguém quer isso – acredito que nem a oposição. A direita e a esquerda no mundo querem preservar suas economias.

Não se deve fulanizar a crise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Talvez o maior programa de inclusão social e de combate à fome seja dar estabilidade duradoura à economia brasileira. Isso afeta também nossos amigos, vizinhos e parceiros comerciais.

A CAE tem feito sua parte. Contribuímos com a reforma tributária, no aperfeiçoamento dos mecanismos que instrumentalizam o Estado brasileiro, entre tantas medidas aqui aprovadas e que viraram leis depois.

Dentro do papel de ajudar no aperfeiçoamento de nossas instituições, propus a autonomia orçamentária e financeira do Banco Central. Isso vai contribuir com a condução da política monetária e o controle da inflação por consequência.

Não se segura o dólar queimando nossas reservas. É preciso que os sinais dados pelos governantes ajudem a acalmar a economia de um modo geral, a segurar de novo o dragão da inflação, que volta a bater nas nossas portas.

No que depender da CAE e, tenho certeza, dos colegas Senadores que a integram, vamos ajudar o Brasil a continuar nos trilhos.

A quem nos assiste hoje pela TV e Rádio Senado: conte com a gente. Mande mensagem para a nossa Comissão, interaja com os veículos de comunicação desta Casa.

Não vamos esmorecer.

Muito obrigado.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 6064, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre o direito a indenização por dano moral e a concessão de pensão especial à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika ou de Síndrome de Guillain-Barré causada pelo vírus Zika; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e 8.213, de 24 de julho de 1991.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CAS, com parecer favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Cunha, para a leitura do seu relatório. Com a palavra, Senador Rodrigo.

Seja bem-vindo, Senador Moro.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente Vanderlan, Srs. Senadores, bom dia.

Sr. Presidente, este é um assunto de extrema urgência. É um assunto que já foi bem maturado nesta Casa, na Câmara dos Deputados, e, através deste projeto, vai-se buscar uma justiça social. Vamos falar aqui daquela função do Estado extremamente importante de proteger os vulneráveis. As crianças são vulneráveis, mas as crianças que foram afetadas pelo zica vírus têm uma acentuação enorme dessa tensão necessária para ter o mínimo de dignidade.

Então, essas crianças sofrem danos que são irreversíveis para a sua vida. São milhares de crianças, são cerca de 1,8 mil crianças, principalmente no Nordeste brasileiro, principalmente no eixo Pernambuco, Alagoas e Sergipe, crianças que sofrem as consequências, com microcefalia, epilepsia, problemas de visão, problemas de saúde em geral, de audição, atraso no desenvolvimento, uma lista longa de sequelas que são cruéis.

Além do problema físico, Sr. Presidente, essas crianças também têm um grande problema social, o que traz, consequentemente, problemas econômicos para suas famílias. Por isso, além de sofrer todo um isolamento, discriminação e dificuldade na sua vida escolar, na sua vida social, as famílias também têm incerteza no futuro.

Por isso que esse projeto aqui é extremamente meritório, e eu passo diretamente à leitura da análise.

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE analisar o aspecto econômico e financeiro do PL nº 6.064, de 2023, proveniente da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É bom ressaltar que esse projeto tem como autora a nossa colega, Senadora Mara Gabrilli. É uma grande protetora dos mais vulneráveis e também uma pessoa extremamente humana e coerente com suas atitudes.

Em relação ao mérito, o projeto merece aplausos. O PL institui indenização por dano moral e pensão especial à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus zica ou de síndrome de Guillain-Barré causada pelo vírus zica. Além disso, estende o prazo da licença-maternidade, licença-paternidade e do salário-maternidade nos casos de nascimento ou adoção de crianças com deficiência permanente decorrente das síndromes congênitas associadas ao zica vírus.

Sob a ótica econômica, essas medidas são absolutamente necessárias. Preliminarmente, é necessário reconhecer que as famílias afetadas fazem jus a uma compensação da União diante da responsabilidade objetiva do Estado, que poderia ter evitado tantas contaminações se houvesse adotado as providências necessárias para erradicação do mosquito *Aedes aegypti*.

Sendo assim, a indenização por dano moral e a pensão especial são instrumentos adequados para proporcionar segurança financeira e alguma qualidade de vida às famílias afetadas. Embora não eliminem todo o sofrimento e as limitações causadas pela contaminação, esses recursos contribuirão para o financiamento de despesas médicas contínuas, terapias, equipamentos de mobilidade e outros custos.

A extensão do prazo da licença-maternidade, licença-paternidade e do salário-maternidade também é louvável. Estas medidas permitirão que as mães e os pais possam dedicar mais tempo aos cuidados intensivos que essas crianças demandam nos primeiros meses de vida, sem o risco de redução na renda ou perda do emprego.

Além de meritório, o PL atende aos critérios de admissibilidade.

Quanto à constitucionalidade, o projeto está de acordo com a competência da União para legislar sobre direito do trabalho, prevista no art. 22, I, da Constituição Federal.

A regimentalidade também está hígida, uma vez que o PL segue o rito ordinário, indicado para proposições apreciadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados, e foi encaminhado às Comissões competentes, conforme o Regimento do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante à juridicidade, o projeto apresenta os atributos da lei (novidade, abstração, generalidade, imperatividade e coercibilidade) e está de acordo com os princípios orientadores do sistema jurídico pátrio.

Por fim, no que se refere à compatibilidade e adequação orçamentária e financeira, apresentamos a estimativa de impacto requerida pelo art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

De acordo com o Boletim Epidemiológico Ministério da Saúde, 1.828 casos de síndrome congênita associada à infecção pelo zica vírus foram confirmados no Brasil de 2015 a 2023, destacando-se que a imensa maioria foi registrada em 2015 e 2016, período do surto do vírus zica, e que o número de novas ocorrências é ínfimo desde então.

O valor total a ser pago, a título de indenizações por dano moral, para os casos confirmados será de R$91 milhões.

O valor da despesa anualizada com as pensões especiais, por sua vez, será de R$185 milhões.

Sob essa perspectiva, frisa-se ainda que a indenização por dano moral e a pensão especial – cuja natureza jurídica remonta à de indenização diferida decorrente de responsabilidade civil do Estado – instituídas pelo PL em exame não se enquadram como benefícios da seguridade social. Consequentemente, não se aplica a restrição do §5º do art. 195 da Constituição Federal, que requer a apresentação mencionada.

Então, Sr. Presidente, esse é o voto, para o qual peço a aprovação, ressaltando aqui o trabalho feito pelas mães dessas crianças. São mulheres que, há dez anos, mudaram o ritmo da sua vida, o ritmo familiar, têm como prioridade absoluta buscar tratamento para os seus filhos. A gente não está falando em nenhum tipo de recompensa para que alguém possa trocar o seu automóvel ou investir em uma poupança. Não. O recurso, com certeza, vai para os tratamentos necessários para diminuir todo o dano causado pelo vírus zica.

Então, essas mães se reuniram, através de associações, em estados, criaram uma unidade nacional, percorreram vários gabinetes, estiveram junto ao Governo Federal e hoje estão acompanhando, tenho certeza absoluta, atentamente este momento, mais um passo que é dado rumo a uma indenização justa e a um reconhecimento da forma brava e guerreira... Porque essas mães nunca desistiram não de uma indenização, mas nunca desistiram do amor que têm pelos filhos e, por isso, vão aonde for necessário, para mover montanhas e ter um recurso mínimo, para dar um tratamento digno e uma qualidade de vida melhor aos seus filhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns, Senador!

A matéria está em discussão.

Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Queria, inicialmente, dizer que o projeto conta com o nosso apoio. É um projeto meritório, mas tem uma questão que nos obriga a pedir vista para garantir que ele não seja vetado por conta dos valores, que precisam ter uma origem e uma fonte para que ele possa ser sancionado.

Portanto, eu sei que aqui já tem algumas questões – o que dá para fazer de uma vez, como por exemplo experiência única, como por exemplo valor único, essa contribuição única que é dada para ajudar as famílias –, e também acho meritória a ideia de a gente ter um valor maior a ser pago às famílias para além do BPC, mas é preciso mais um tempo para que o Governo, que também deve sancionar o projeto e quer sancionar o projeto, encontre uma solução em relação à fonte de receita para financiar essa propositura legislativa.

Então, com as minhas desculpas aqui ao nosso Relator e com o meu compromisso de que a gente vai trabalhar para que na semana que vem a gente possa ter uma solução e o Governo sancione na sequência sem vetos, eu peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria...

Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Quero só registrar, apesar do pedido de vista, o meu elogio aqui ao projeto da Senadora Mara Gabrilli e ao Relator.

O zica vírus causou toda uma comoção nacional quando ele apareceu no Brasil: dramas de crianças e mães afetadas. Então a proposta aqui é meritória, e até vejo positiva essa preocupação do Governo com as contas públicas, já que até o momento ele não tem feito isso. Vamos ver se ele começa a fazer isso, mas espero também que não faça essa economia exatamente com quem mais precisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é importante que o Governo devolva essa matéria para deliberação para a próxima semana, mas registro – faço questão aqui de registrar – meus elogios ao projeto e ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Moro.

A matéria continua em discussão.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, é apenas para registrar aqui, primeiro, que V. Exa. de maneira célere fez um ato de colocar em pauta esse projeto, mesmo na sessão virtual que aconteceu na semana passada, e ali foi retirado de pauta a pedido do Líder Jaques Wagner, que conversou comigo e pediu exatamente para que tivesse esse tempo para apresentar hoje a solução – que será apresentada, tenho certeza, pelo compromisso renovado pelo Senador Rogério Carvalho, na próxima semana.

Então, que de forma imediata toda a Mesa aqui já fique atenta para que esse projeto permaneça na pauta na próxima semana. O Senador Rogério também se comprometeu aqui. Isso reforça um passo firme para ser dado na conclusão e no objetivo, que é uma indenização justa a essas mães.

Então, quem está nos acompanhando aqui pode ter certeza de que todo esse zelo está havendo pela Comissão. A vontade era a de que tivesse sido aprovado da semana passada, não resta dúvidas disso, mas às vezes aquela sensação de que pode ganhar hoje e perder mais tempo lá na frente faz com que a gente tenha responsabilidade, e é esse o objetivo também deste adiamento, deste pedido de vista pelo Senador Rogério Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. (*Pausa.*)

Corrigindo, a discussão não está encerrada, porque podem ser oferecidas emendas ainda.

Pedido de vista feito pelo Senador Rogério Carvalho concedido.

Volta na próxima semana.

O próximo item seria o item 2, do Senador Mecias de Jesus. Consulto o Senador Mecias e os demais Senadores: o Senador Rogério Carvalho fez um pedido, Senador Mecias, para que antecipássemos aqui para o item 4, de relatoria dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, consulto Vossas...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu respeito o direito e a idade, portanto V. Exa. pode passar para o Senador Rogério Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Muito bem, Senador Mecias.

Item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 5332, DE 2023

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, e 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispensar o segurado do Regime Geral de Previdência Social e o beneficiário do benefício de prestação continuada da reavaliação periódica das condições da concessão do benefício quando a incapacidade for permanente, irreversível ou irrecuperável e para determinar a participação de especialista em infectologia na perícia médica de pessoa com síndrome da imunodeficiência adquirida.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada.

Observações: *A matéria será apreciada pela CAS.*

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho, para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Quero agradecer também ao Senador Mecias de Jesus pela inversão de pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria pedir permissão a V. Exa. para ir direto à análise.

Compete à CAE, nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre o aspecto econômico e financeiro da matéria que lhe seja submetida.

Não existem vícios de juridicidade, regimentalidade e constitucionalidade. A matéria observa a competência privativa da União preconizada no inciso XXIII do art. 22 da Constituição Federal, quando se refere à seguridade social. Cumpre mencionar que cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, e, adicionalmente, registra-se que não se observa no projeto nenhuma violação às disposições do art. 61 da Lei Maior.

No que diz respeito à técnica legislativa, o projeto está vazado em boa técnica, atendendo ao disposto na Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998. Porém, para não deixar dúvida quanto à não revogação dos incisos do *caput* do art. 101 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, acrescentamos uma linha pontilhada acima do §1º.

O aspecto fundamental da análise que cabe a esta Comissão diz respeito à avaliação do impacto econômico. Entendemos que a exigência da reavaliação periódica dos aposentados por incapacidade permanente, a antiga aposentadoria por invalidez, e das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, quando a condição for permanente, irreversível ou irrecuperável, apenas gera custos econômicos que colocam os indivíduos afetados em pior situação, visto que para eles a reavaliação pode provocar sérios transtornos. E, por outro lado, não gera benefícios para o sistema da seguridade social, ao contrário, também cria custos para a realização da reavaliação. Ressaltamos que permanece a possibilidade de o aposentado e o beneficiário do BPC serem convocados para avaliação quando houver fundamentada suspeita de fraude ou erro.

Ademais, consideramos oportuna a modificação do §5º do art. 43 e a inclusão do §15 no art. 60, ambos da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, para acrescentar, junto aos segurados com síndrome da imunodeficiência adquirida, aqueles com doença de Alzheimer, doença de Parkinson e esclerose lateral amiotrófica com o fim de dispensá-los da avaliação periódica. Infelizmente, até o momento, os avanços da medicina não nos permitiram oferecer cura para essas doenças, de forma que submeter os acometidos por elas a repetidas avaliações se traduz em um fardo a mais a ser carregado por esses beneficiários.

Além disso, a inclusão do §16 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e do §16 no art. 60, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, prevendo a participação de um médico infectologista nas perícias de segurados ou beneficiários do BPC com síndrome da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imunodeficiência adquirida é meritória por conferir maior capacidade técnica aos laudos e evitar possíveis injustiças com os segurados, assim como reduzir as fraudes.

Em termos financeiros, o projeto contempla matéria de cunho essencialmente normativo, não acarretando repercussão imediata direta ou indireta na receita ou na despesa pública.

Por fim, estamos apresentando uma emenda de redação apenas para adequar a terminologia nos arts. 43 e 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, de HIV/aids para síndrome da imunodeficiência adquirida. E, no art. 101 do mesmo diploma normativo, substituímos a menção à aposentadoria por invalidez por aposentadoria por incapacidade permanente.

Voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.332, de 2023, com a emenda abaixo consignada.

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei (PL) nº 5.332, de 2023, a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 43.

.....

.....

§ 5º Os segurados com síndrome da imunodeficiência adquirida, doença de Alzheimer, doença de Parkinson e esclerose lateral amiotrófica estarão dispensados da avaliação referida no § 4º deste artigo.

§ 6º Se a perícia médica constatar que a incapacidade é permanente, irreversível ou irrecuperável, o segurado aposentado por incapacidade permanente estará dispensado da reavaliação das condições que ensejaram o afastamento ou a aposentadoria, concedidos judicial ou administrativamente, salvo quando houver fundamentada suspeita de fraude ou erro." (NR)

"Art. 60.

.....

.....

§ 15. Os segurados com síndrome da imunodeficiência adquirida, doença de Alzheimer, doença de Parkinson e esclerose lateral amiotrófica estarão dispensados da avaliação referida no § 10 deste artigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 16. A perícia médica de segurado com síndrome da imunodeficiência adquirida deverá ter a participação de pelo menos 1 (um) médico especialista em infectologia.” (NR)

“Art. 101.

.....

.....

§ 1º Observado o disposto nos §§ 4º, 5º e 6º do art. 43 desta Lei, o aposentado por incapacidade permanente e o pensionista inválido que não tenham retornado à atividade estarão isentos do exame de que trata o inciso I do *caput* deste artigo:

.....”. (NR)

Eu queria, Presidente, dizer que o voto é favorável ao projeto e que esse projeto vai acabar com a humilhação pela qual quem já sofre de uma doença permanente tem que passar para ter revalidado ou ter a continuidade do recebimento do benefício.

Nós vimos, no passado, pessoas cadeirantes tendo que ir a agências do INSS com escada, sendo arrastadas pela escada para poder fazer essa reavaliação. Então, nós aqui estamos fazendo justiça e tornando o nosso processo mais civilizado. A medicina tem condição e as perícias têm condição de dizer o que é permanente e o que não é permanente.

E eu quero também chamar a atenção para um dado: nós não temos um sistema de seguro social, nós temos um sistema de seguridade social. Esta foi a opção da Constituição de 1988, que diz que o nosso sistema é solidário. Portanto, a seguridade social inclui a assistência social como um dos tripés, como também a saúde e a previdência social. Portanto, nós estamos aqui falando de um tripé da seguridade social que é a assistência social.

O BPC não é uma questão previdenciária, é uma questão de assistência social que está sob o manto do Ministério da Previdência. É uma questão de assistência social, um programa de assistência social que muitas vezes a gente coloca na conta da previdência, mas essa é uma conta da solidariedade do nosso sistema de seguridade, que é um sistema solidário, e a gente precisa começar a compreender isso no Brasil.

Essa disputa entre sistema de seguro social e de seguridade social ainda não foi vencida pelo bom senso da compreensão do que significa seguridade social. Veja a pobreza etária de países ricos como a Coreia do Sul, que tem seguro social, e veja a realidade de países que têm seguridade social, como a vida dos idosos, e não há pobreza etária. No Brasil, a gente vai ver que a pobreza é maior nas famílias mais jovens do que entre os idosos. Por quê? Porque nós temos um sistema de seguridade social solidário, consistente, que precisa ser preservado, e precisamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

buscar cada vez mais alternativas para financiar, inclusive, o projeto que foi apresentado há pouco pelo Senador Rodrigo Cunha.

Nós estamos falando de seguridade social, nós estamos falando de assistência social, e que a gente precisa buscar um pouquinho da contribuição de todos os brasileiros para que a solidariedade, de forma institucional, aconteça no nosso país, e a gente tenha uma sociedade com menos desigualdade, com mais justiça e com mais qualidade de vida para o nosso povo, principalmente para os mais necessitados.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

A matéria está em discussão.

Senador Dueire, com a palavra.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, cabe pouco a acrescentar ao que o Senador Rogério Carvalho, com propriedade, discorreu há pouco, sobre o Projeto 5.332, de 2023.

O sentimento, Senador Rogério, é de que nós estamos atrasados. De fato, é uma humilhação, para as pessoas em estado irreversível de recuperação se submeterem a condições cruéis – o nome é esse, não existe outro – para uma perícia médica, quando seu estado, como aqui foi dito, é irreversível.

Portanto, eu apenas me associo ao relatório do Senador Rogério Carvalho, pedindo aos colegas o apoio ao relatório que foi aqui lido, para que nós possamos dar seguimento, visto que esse projeto ainda deve tramitar na Comissão de Assuntos Sociais.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAE.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 1071, DE 2021

- Não terminativo -

Regula o exercício da profissão de técnico em eletricidade e eletrotécnica e fixa seu piso salarial.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Favorável ao projeto com três emendas de sua autoria

Observações: *A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Mecias de Jesus para leitura de seu relatório.

Com a palavra, Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Vanderlan.

Colegas Senadores e Senadoras, é submetido ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei 1.071, de 2021, do Senador Zequinha Marinho, que regula o exercício da profissão de técnico em eletricidade e eletrotécnica e fixa seu piso salarial.

A proposição possui cinco artigos. O art. 1º especifica seu objetivo, que é a regulamentação das profissões em comento. O art. 2º, por sua vez, estabelece quem são esses profissionais. O art. 3º lista os requisitos necessários para o seu exercício profissional. O art. 4º destaca as atividades inerentes para o exercício profissional. O art. 5º fixa o piso salarial e estabelece parâmetros de correção monetária. Por fim, o art. 6º traz a cláusula de vigência, imediata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação, o autor ressalta que a regulamentação do exercício da profissão de técnico em eletricidade e eletrotécnica é imprescindível para se manter a qualidade e a excelência de bens e serviços que vêm se sofisticando cada vez mais. Desse modo, não permitiria a atividade de terceiros não qualificados tecnicamente e sem formação para o seu exercício. Por fim, relata que o piso salarial proposto estaria condizente com a média do piso salarial do ano de 2021 para tais profissionais com carteira assinada.

A proposição não recebeu propostas de emenda, e foi a mim despachada para apresentação de parecer a esta Comissão de Assuntos Econômicos. Após, segue para a Comissão de Assuntos Sociais, que deliberará de forma terminativa, nos termos do inciso I do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal.

Vamos à análise, Sr. Presidente.

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente do Senado, sendo esta a situação do projeto de lei em comento. Após opinarmos sobre tal aspecto, caberá à Comissão de Assuntos Sociais a deliberação em caráter terminativo dessa proposição.

A finalidade do projeto de lei é bastante clara: regular o exercício da profissão de técnico em eletricidade e eletrotécnica e fixar seu piso salarial.

Com relação à essa regulamentação, destaco que ela desempenha um papel fundamental na proteção e na valorização do profissional, organizando o seu mercado de trabalho e fomentando o seu contínuo desenvolvimento técnico.

Como resultado, a sociedade se beneficia das externalidades positivas que decorrem dessas ações, uma vez que, indubitavelmente, haverá:

i) padronização da qualidade, haja vista estabelecer padrões mínimos de formação, habilidades ou competências;

ii) proteção ao consumidor, pois assegura que os profissionais tenham habilidades e conhecimento mínimos; e

iii) combate à prática ilegal, uma vez que organiza o mercado de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sob o ponto de vista econômico, defendo que a regulamentação profissional pode promover crescimento, melhorar a eficiência e a competitividade nos setores em que os profissionais atuam.

Ao estabelecer padrões mínimos de qualidade e competência, haveria uma diminuição dos riscos e custos associados à contratação de profissionais, haja vista as expectativas estarem claras. Consequentemente, haveria redução dos custos de transação, melhora no ambiente de negócios e estímulo à produção da inovação e da competitividade.

Sobre a fixação do piso salarial para a categoria de R$2.230, destaco que ele apenas reproduz e formaliza, em patamar inferior inclusive, a média dos menores salários pagos para tais profissionais contratados com carteira assinada.

Conforme dados do *site* www.salario.com.br, o qual utiliza dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, em março de 2024, o piso salarial médio nacional dos últimos 12 meses para o cargo de técnico em eletricidade e eletrotécnico foi de R$2.701. Desta forma atualizamos o valor para a adequação da matéria.

Ademais, deve-se ressaltar a pertinência de um ajuste redacional no texto do art. 5º para suprimir a correção anual automática do piso salarial das profissões a serem regulamentadas. Tal supressão se justifica tecnicamente por contrariar interesse público, haja vista ser necessário considerar que tal indexação de salários poderia ocasionar dificuldades à política monetária conduzida pelo Banco Central do Brasil. Ao transmitir a inflação do período anterior para o período seguinte, poderia aumentar a resistência da inflação ao recuo na meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, ainda visando possibilitar a habilitação do profissional, a fiscalização de seu exercício ou mesmo adequações necessárias que possam surgir em face da dinamicidade do setor.

Deve-se acrescentar artigo ao projeto de lei para que o Poder Executivo possa expedir regulamentação para a execução da presente lei.

Por fim, em face da inserção do citado artigo, será proposta uma emenda para se realocar o artigo que traz a cláusula de vigência deste projeto de lei.

Voto.

Sra. Presidente, Senadora Damares, ante o exposto manifestamos pela aprovação do Projeto de Lei 1.071, com as três emendas abaixo consignadas.

Posso fazer a leitura das emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº - CAE
Dê-se ao art. 5º do Projeto de Lei (PL) nº 1.071, de 2021, a seguinte redação:
"Art. 5º O piso salarial do técnico em eletricidade e eletrotécnica é fixado em R$2.701,00 (dois mil, setecentos e um reais)."
EMENDA Nº - CAE
Dê-se ao art. 6º do Projeto de Lei (PL) nº 1.071, de 2021, a seguinte redação:
"Art. 6º O Poder Executivo promoverá expedição de regulamentos, para execução da presente Lei."

A terceira emenda:

EMENDA Nº - CAE
Acrescente-se o art. 7º ao Projeto de Lei (PL) nº 1.071, de 2021, com a seguinte redação:
"Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Senadora Damares, Presidente interina desta Comissão, e colegas Senadores e Senadoras, este é o parecer.

É como voto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Relator.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Eu quero parabenizar aqui o relatório do meu querido Senador Mecias, mas, ao mesmo tempo, a gente tem uma certa preocupação, porque nós temos hoje na Casa mais de 50 pedidos de piso salarial.

Então, a definição de piso pode refletir muito na questão do mercado. Mas, nesse caso especificamente, como o valor é muito baixo, vamos dizer assim, muito próximo do salário mínimo, então talvez não tenha tanta consequência.

Mas a gente tem que ter muito cuidado com relação ao mercado e com o próprio Governo mesmo. Basta ver o exemplo que nós fizemos recentemente, do piso da enfermagem, que até hoje ainda está provocando questões no Supremo, e muitas empresas ainda não o pagam. Então, a gente tem que ter esse cuidado com relação ao piso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que foi definido aqui é que nós não teríamos condições de aprovar nenhum piso se não tivesse realmente a condição de oferecer a contrapartida. Nesse caso, eu não sei com relação ao Governo, não sei se tem algum profissional no Governo, mas, na iniciativa privada, eu acho que é um valor razoável. Mas só temos que ter esse cuidado, porque eu sei que tem mais de 50 projetos de aprovação de piso na Casa.

Mas concordo plenamente, até porque ele fez a média, inclusive, do mercado do ano todo.

Então, Mecias, parabéns pelo relatório, eu vou votar favorável. Só chamo atenção para essa questão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Moro, para discutir a matéria.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – O projeto é tanto muito bem escrito pelo Senador Zequinha, como bem relatado. Eu vou só pedir vênia ao Relator, pedir vista do projeto, Senador, porque eu também sou um pouco refratário a essas regulações de categorias profissionais, e essa intervenção no mercado, embora a gente tenha uma intenção de valorizar a categoria, às vezes tem um efeito contrário.

Então, eu vou pedir vênia a V. Exa. e pedir vista por uma semana, devolvendo na próxima, até para entender se existe um movimento da categoria em prol dessa regulação e como isso está funcionando. Porque, depois que se fixa um piso, há dificuldade de algumas empresas para pagar esse piso, aí tem que mandar embora, aí depois tem a questão também de que é uma profissão que, claro, exige uma técnica, mas envolve também um aprendizado da prática, e muitas pessoas aprendem na prática. Eu vi que tem lá uma previsão de três anos para quem já exerce, mas, enfim, eu tenho algumas dúvidas.

Meu espírito para esses temas normalmente é liberal, então eu vou pedir vista, com a compreensão tanto do autor como do Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vista concedida.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sra. Presidente, nada tenho a me opor com relação ao pedido de vista do Senador Sergio Moro, e também estou feliz aqui pelas considerações feitas pelo Senador Izalci.

Eu tive o cuidado de retirar a indexação que se colocava no projeto, para não prejudicar o sistema monetário e aí vir a provocar a inflação. O projeto do Senador Zequinha, sem dúvida, é bem elaborado. Nós procuramos dar uma enxugada para não criar um ciclo vicioso e vir a prejudicar o sistema monetário nacional. Mas nada há a me opor ao pedido de vista bem colocado pelo Senador Sergio Moro.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Perfeito.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 3618, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para possibilitar ao doador de recursos aos fundos da pessoa idosa a indicação da destinação desses recursos, na forma que especifica.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação da matéria e das Emendas nºs 1 e 2-CDH, com uma emenda de sua autoria.

Observações: *1. A matéria foi apreciada pela CDH, com relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 - CDH.*

Com a palavra, o Senador Sergio Moro para a leitura do relatório *ad hoc*.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Obrigado, Senadora Damares. Então, faço a relatoria *ad hoc*, como me foi solicitada.

O projeto é do Senador Flávio Arns e a Relatora originária é a Professora Dorinha Seabra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deliberação da CAE do Projeto de Lei 3.618, de 2023, que altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para possibilitar ao doador de recursos aos fundos da pessoa idosa a indicação da destinação desses recursos, na forma que especifica.

Vou direto à análise, Senadora Damares.

O art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal estabelece que compete à CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro das matérias que lhe são submetidas por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário ou por consulta de Comissão. Por decisão terminativa, também cabe à CAE analisar a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa.

Em relação à constitucionalidade, o PL trata de matéria de competência da União e não dispõe sobre os temas cuja iniciativa é privativa do Presidente da República.

O PL é uma iniciativa valorosa, pois contribui para o cumprimento do dever compartilhado pelo Estado, por meio da União, que aqui legisla, e pela sociedade, por meio dos doadores e dos conselhos da pessoa idosa, previsto no art. 230 da Carta Magna, "de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida".

Sobre a juridicidade, o PL apresenta todos os atributos necessários à lei: novidade, abstratividade, generalidade, imperatividade e coercibilidade.

Quanto à técnica, apresentaremos uma emenda para alterar a forma de representação do parágrafo no qual se desdobra o art. 3º-A, que o PL insere na Lei nº 12.213. Por se tratar do único parágrafo do novo artigo, em consonância com o inciso III do art. 10 da Lei Complementar nº 95, o sinal gráfico "§" seguido da numeração ordinal deve ser substituído pela expressão "parágrafo único".

Em relação ao mérito, a iniciativa do Senador Flávio Arns de permitir ao doador a participação na decisão sobre o direcionamento dos recursos é exitosa, porque tem a virtude de, ao mesmo tempo, incentivar doações, promover políticas de proteção à pessoa idosa e dar mais segurança jurídica aos doadores.

O PL também é um estímulo à transparência, porque aqueles que disponibilizam recursos para os projetos voltados à pessoa idosa certamente têm interesse em acompanhar a aplicação de suas doações, o que aumentará o escrutínio sobre as políticas públicas desta área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A escolha do doador será possível apenas para projetos aprovados por conselhos da pessoa idosa, garantindo que atendam aos direitos fundamentais e humanos. Assim, o direcionamento não subordinará o interesse público ao privado, mas somente alinhará as doações aos objetivos estabelecidos pelo interesse público.

As mudanças terminológicas que o projeto promove na Lei nº 12.213 também são bem-vindas, por atualizarem a redação legislativa de maneira sucinta e precisa e por isso, também, endossamos as duas emendas de redação apresentadas na CDH pelo Senador Nelsinho Trad, que tornam ainda mais conciso o texto do PL, sem deixá-lo menos preciso, motivo pelo qual acolhemos ambas no parecer.

O PL não implica aumento de despesas ou renúncia de receitas, pois trata somente da redistribuição de recursos doados aos Fundos dos Direitos da Pessoa Idosa.

Vou para o voto, Presidente.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei 3.618, de 2023, e das Emendas nºs 1 e 2, da CDH, com a apresentação da seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº - CAE (De Redação)
> Substitua-se, no início do parágrafo que se desdobra do art. 3ºA, acrescentado pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 3.618, de 2023, o sinal gráfico "§" seguido da numeração ordinal "1º", pela expressão "Parágrafo único".

A mudança é apenas formal. É o voto pela aprovação, um projeto meritório do Senador Flávio Arns, e relatório originário feito pela Senadora Dorinha.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Moro.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

A votação será nominal.

Quero pedir a ajuda da assessoria para avisar aos Parlamentares que não estão no plenário.

Nós vamos abrir a votação.

Em votação o Projeto de Lei 3.618, de 2023, nos termos do relatório apresentado.

Peço aos Senadores que votarem com o Relator votarem "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores já podem votar, está aberto.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Enquanto os senhores vão apertando os botões aí, eu quero fazer um comentário a esse projeto de lei, ao voto – parabéns, Senador Moro! –, e fazer um apelo, Senadores: nós estamos em ano eleitoral. Todos os senhores, com exceção do Izalci, já estão envolvidos no processo eleitoral, e nós ainda temos muitos municípios no Brasil que não têm o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. E o fundo é gerido pelo Conselho Municipal. Nós vamos aprovar uma lei agora em que o doador pode indicar para onde vai a doação do fundo, mas, se não tivermos um Conselho Municipal, vai ser inócuo.

Então, um apelo aos Senadores: conversem com seus candidatos, que eles façam um compromisso público de, assim que eleitos, criarem, em seus municípios, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. É um grande desafio do Ministério dos Direitos Humanos, um desafio por que eu passei nos últimos quatro anos. Nós não estamos conseguindo chegar à ponta com os conselhos. Então, fica aqui uma sugestão, um pedido a todos os senhores. Vamos votar um projeto de lei superimportante hoje, mas ele tem que, lá na prática, ter uma eficácia.

Em votação.

Peço que os assessores nos ajudem. (*Pausa.*)

O Senador Oriovisto estava presente. Ele não votou? Alguém fala com ele? (*Pausa.*)

Já votou. (*Pausa.*)

Falta um? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Podemos encerrar? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

Peço que se abra o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – SIM, 16.

Aprovado o projeto com as Emendas nºs 1 e 2 da CDH e nº 3 da CAE.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

O Senador está falando ainda. (*Pausa.*)

Três minutos? (*Pausa.*)

Então, como o Senador faz questão de relatar... O Senador Izalci já se prontificou a relatar *ad doc*, mas, como ele faz questão de relatar, vamos aguardar esses dois minutos, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Agora dois.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Agora dois. (*Pausa.*) (*Pausa.*)

Fernando Farias...

Senador Flávio, eu gostaria de lembrar que hoje também teremos uma reunião de audiência pública para tratar a respeito da medicina aiurveda, sua regulamentação e o exercício dos profissionais da área. Esse debate é importante para nós conhecermos as possibilidades de investimento na saúde e boa alimentação. Na aiurveda, a investigação diagnóstica leva em consideração, Senador Mecias, os tecidos corporais afetados pela patologia, humores, local em que a doença se manifesta, resistência e vitalidade do paciente, sua rotina diária, e as circunstâncias econômicas, sociais e ambientais em que ele se encontra.

O pedido foi feito pela Senadora Mara Gabrilli, que é a autora do Projeto nº 6.086, de 2023.

Esta reunião tão importante acontece hoje, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, às 14h.

Então, se V. Exas. quiserem se aprofundar nesse debate, nessa audiência pública... Toda audiência pública é muito importante, e nós aprendemos muito nelas.

Tem mais algum aviso? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, para completar os três minutos que faltam para o Senador Alan Rick chegar, eu gostaria de falar um pouco a respeito do projeto de que o Senador Alan Rick é o Relator e pelo qual a gente propõe a prorrogação das dívidas dos produtores rurais brasileiros quando o município, o estado ou a União decretarem estado de emergência ou calamidade pública em casos de estiagem prolongada ou excessos hídricos.

V. Exa., Senador Vanderlan, conhece bem o Estado de Roraima e tem, inclusive, familiares que ainda moram lá. Seus laços com Roraima são, de fato, reconhecidos por todos nós em Roraima como laços afetivos e verdadeiros.

Senador Fernando Farias, o Estado de Roraima passou por uma seca prolongada, uma das maiores da história, e uma estiagem excessiva. E o nosso projeto propõe que os produtores rurais – os pequenos, os médios, os grandes produtores – que tiverem passado por isso e tiverem tido prejuízos – e é o que aconteceu em Roraima, como aconteceu também no Estado do Acre, recentemente, com excessos hídricos – tenham as suas dívidas prorrogadas por até 48 meses para que possam se readequar. Mas o Governo...

Nós tínhamos proposto que os pequenos produtores seriam anistiados. Fizemos um acordo com o Governo, porque o Governo não aceitava a anistia aos pequenos produtores, o que é um contrassenso para mim. O Governo diz defender os pequenos produtores, a gente apresenta uma proposta para anistiá-los, e o Governo é contra. Mas o Senador Alan Rick, como Relator, aceitou o acordo com o Governo. Fica apenas a prorrogação por 48 meses para podermos finalizar essa matéria aqui, encaminhar para a Câmara dos Deputados e votar como emergência lá.

Ocorre, Presidente Vanderlan, Sras. e Srs. Senadores, que, após a seca prolongada no Estado de Roraima, houve um mal muito maior. Chega aqui agora o Relator, o Senador Alan Rick, que vai falar com propriedade, pelo relatório e os estudos que fez. Houve um mal muito maior: ao chegar a chuva, Senador Vanderlan, com as primeiras chuvas, chegou uma praga – inclusive, a imprensa nacional já divulgou – de lagarta. A lagarta invadiu os pastos no Estado de Roraima e nós já tivemos um prejuízo lá de cerca de 20 mil cabeças de gado que morreram de fome – de fome! A lagarta destruiu a pastagem no Estado de Roraima. E quem está tendo prejuízo? O pequeno produtor. E por que o pequeno produtor? Porque o grande, o médio e o grande conseguiram imediatamente comprar veneno, jogar veneno ali de avião, de *drone*, conseguiram comprar feno caríssimo – estão trazendo feno do Estado do Amazonas para o Estado de Roraima para manter o gado – para o gado não morrer de fome. Mas a maioria dos pequenos produtores em Roraima,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobretudo da região norte – do Município de Mucajaí, do Município de Alto Alegre, do Município de Bonfim, de Amajari, do Município de Caracaraí, desses municípios todos –, já perdeu cerca de 20 mil cabeças de gado. É uma tristeza você chegar a uma propriedade de um pequeno produtor que tem cerca de 50, 60 cabeças de gado e ver o seu gado morrer de fome porque a lagarta consumiu todo o capim que ele tinha, e o gado morreu de fome. É um desespero ver um pai de família, uma mãe de família que, com o suor do seu rosto, lutaram anos e anos ali para o sustento da sua família...

Eu espero que esta Comissão reconheça esse projeto e que a Câmara dos Deputados não durma em berço esplêndido sobre ele, mas que possa votá-lo imediatamente e que a gente possa pedir ao Presidente Lula que o sancione e dê aos pequenos produtores brasileiros, sobretudo na região onde teve estiagem prolongada, como é o caso de Roraima, e excesso hídrico, como foi o caso do Acre – o Senador Alan Rick é o Relator do projeto –, que possa dar essas condições.

E esse projeto não ficará apenas para esses dois estados; vai valer para todo o Brasil – para todo o Brasil onde houver esse tipo de calamidade pública. Vai valer para qualquer região do Brasil, mas Roraima foi afetada duas vezes pela seca, com a estiagem prolongada, e pela praga da lagarta, que destruiu toda a pastagem. Quando o pequeno produtor viu chegar a chuva, nasceu nele uma esperança: a esperança de que, com a chuva chegando, o pasto ia rejuvenescer, mas essa chuva chegou junto com a lagarta, destruiu a pastagem, e hoje nós estamos em desespero. Inclusive, o Governador Antonio Denarium já decretou estado de calamidade em função disso. Novamente, estado de calamidade em função disso.

Nós estamos, a cada dia, vendo produtores rurais do Estado de Roraima chamando o governo, chamando as prefeituras, chamando os técnicos e mostrando ali os restos mortais dos animais, as carcaças jogadas no chão, as ossadas jogadas. Eu faço um apelo para que esta Comissão aprove esse projeto de minha autoria, com parecer de autoria do Senador Alan Rick, que está fundamentado, está acordado com o Governo. É uma questão de calamidade pública no Estado de Roraima neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Mecias de Jesus.

Senador Mecias, eu tenho acompanhado a situação de Roraima, não só pelos meios de comunicação. Como V. Exa. mesmo diz, nós temos, eu tenho muitos parentes, amigos ali que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram afetados. E é preciso, sim, não só para Roraima, mas Roraima, como V. Exa. diz, foi afetado duas vezes, o Estado de Roraima. É um estado que começou através do governo do Governador Antonio Denarium e com uma parceria com V. Exas., os Senadores parceiros ali da administração, a atrair investimentos de outros estados para Roraima nos últimos anos. E nós precisamos de uma ação do Governo Federal em ajuda a esses produtores, principalmente os pequenos, que acreditaram e que foram para o nosso querido Estado de Roraima.

Então, tenho acompanhado, não só pelos meios de comunicação, a agonia que estão passando alguns familiares que foram afetados também por essa seca e principalmente por essa onda de destruição causada pelas lagartas.

Eu quero dar as boas-vindas aqui à nossa Comissão ao Senador André Amaral, da nossa Paraíba. Seja bem-vindo! E pediu a palavra. Com a palavra, Senador André.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente; Senador Alan Rick, Senador Mecias de Jesus, oportuno. Eu conheço a problemática. Eu fui Secretário de Agricultura no Estado de Roraima, fui Presidente do Pronaf rural de Roraima e sei, da hipossuficiência, do esquecimento do pequeno, do pequeno produtor.

Então, eu quero parabenizar o Senador Mecias, sempre ocupado, que é um homem de origem do campo, um homem que conhece essa problemática. Nada mais oportuno, Sr. Presidente. É de calamidade pública.

Recebi alguns telefonemas de alguns pequenos produtores chorando, porque tudo o que tinham, o pouco que tinham está perdido. A lagarta lá, comendo tudo.

E parabéns, Senador Mecias, pelo seu brilhantismo, pela maneira oportuna de falar. Falo com conhecimento de causa: é muito mais sério do que se possa imaginar.

Parabéns, Senador Mecias, pela posição, pela representatividade daqueles que são esquecidos e que estão esquecidos e que ocupam aquele recanto do país, inclusive garantindo a soberania nacional. Em vez de serem parabenizados, estão sendo castigados.

Mas, mais oportuna do que nunca a presença do Governo Federal, para salvar aqueles que estão agonizando, aqueles que estão gritando e pedindo socorro, para que não aumente o êxodo rural e abandonem a sua terrinha, onde vivem com sua família.

Parabéns, Senador Mecias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Mecias, V. Exa. já percebeu que, quando a gente começa a falar de Roraima, muita gente já esteve em Roraima, contribuindo com o nosso Estado de Roraima?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Presidente Vanderlan, Roraima é um estado abençoado, e quem vai lá uma vez passa a amar e defender.

V. Exa. morou em Roraima, eu considero V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Catorze anos.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... o quarto Senador de Roraima.

O Senador Alan Rick já morou em Roraima, e o Senador André Amaral, que também é um amigo, já morou em Roraima, conhece Roraima com profundidade, foi secretário de estado lá...

Portanto, fico muito feliz em, neste momento aqui, nos unirmos todos nesta Comissão, pedindo a todos aqueles, inclusive aos que não conhecem Roraima, que venham conhecer Roraima. É um estado abençoado e sempre pronto a servir o Brasil.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone*.) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador.

Com a palavra, Senador André.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Inclusive, Senador Mecias, o Deputado Estadual Meton esteve esse final de semana conosco, na Paraíba, muito preocupado. Recebeu dezenas de telefonemas de pequenos produtores, que falavam desse momento tão delicado.

Então, o senhor, mais uma vez, está de parabéns e tem sido um pontual defensor das causas sobretudo do pequeno no Estado de Roraima

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado.

Item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 397, DE 2024

- Terminativo -

Autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Munícipio, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extremas.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Pela aprovação do projeto e da emenda nº 1 – CRA, com duas emendas de sua autoria; e pela rejeição das emendas nºs 2 e 3 – CRA.

Observações:

1. Em 7/5/2024, foi concedida vista coletiva da matéria.

2. A matéria foi apreciada pela CRA, com parecer favorável ao Projeto com as Emendas 1-CRA a 3-CRA.

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto o Senador Alan Rick se gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Sr. Presidente, certamente... Hoje, eu creio que estamos aprovando uma das matérias mais importantes, num momento em que vários estados brasileiros precisam dar uma resposta a seus pequenos agricultores que perderam tudo, seja nas estiagens em Roraima, no Amazonas, em outros estados brasileiros, seja pelas inundações no Acre, no Rio Grande do Sul e em outros estados brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Mecias de Jesus já tem, em seu nome, a tradução do que representa este projeto para os nossos agricultores. Ele é o Messias, ele é o Jesus desta causa, é o Salvador destes pequenos produtores, muitos deles não cobertos, Senador Mecias e Senador André Amaral, por seguros que são contratados na aquisição de algumas linhas de crédito. A maioria deles não tem essa cobertura. Portanto, além de perderem toda a sua plantação, de perderem todo o seu sustento, além disso, alguns perderam suas casas nas inundações, perderam seus insumos, perderam todo o seu patrimônio.

Portanto, a matéria é extremamente meritória, uma vez que ela estabelece um prazo temporal dos créditos captados entre 2022 e 2024 e estabelece também, Sr. Presidente, um prazo para que o Governo, também nesse período, possa dar aos produtores rurais uma carência de 12, 24, 36 até 48 meses, as condições de se recuperarem, de recuperarem seu patrimônio, de restabelecerem os seus pequenos investimentos. Eu creio que, dessa maneira, nós fazemos justiça a tantos brasileiros que produzem neste país.

Portanto, como o relatório já foi lido, e nós fizemos as emendas na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a qual humildemente presido... Ali nós, juntamente com o Senador Mecias, chegamos a um consenso, o objetivo desta matéria: ampliando para as questões hídricas, as inundações, não apenas as questões de seca, para atender produtores do Brasil inteiro que sofrem com as mudanças climáticas.

Portanto, Sr. Presidente, o relatório está bem construído, bem elaborado, tanto Senadores de oposição quanto Senadores de Governo chegaram a um consenso na matéria, e hoje temos a oportunidade de aprovar esse tema nesta Comissão e trazer, realmente, uma resposta definitiva, com o apoio e o amparo dos Senadores da República aos produtores rurais brasileiros que tanto sofreram com a perda de suas produções, da sua capacidade de investimento devido às intempéries climáticas, às secas, às cheias em todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Alan Rick.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo...

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, o Senador André, para discutir a matéria.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Senador Alan Rick, pelo brilhantíssimo e pela competência, quero parabenizá-lo, como ao Senador Mecias, oportuno.

Isso, Presidente, é muito mais complexo que se possa imaginar. É o efeito dominó, porque o comércio local não consegue receber, não consegue vender, e a inadimplência se multiplica – a inadimplência se multiplica. Para que os bancos não apenas suspendam as cobranças, como também tenham um olhar mais generoso para o comércio local, que tem uma função social relevante e que está sofrendo de maneira solidária com o pequeno produtor que sofre pela estiagem, que sofre pelas inundações... E isso é muito delicado, tem que ser tratado com muito respeito, com muito respeito e muito carinho, muita atenção, assim como o Senador Alan Rick, assim como o Senador Mecias estão tratando. É muito complexo porque o comércio padece, os fornecedores padecem nas pequenas cidades deste país onde as estiagens estão presentes.

Nós vivenciamos no Nordeste – todos conhecem aqui – a seca verde, onde dá uma chuva, tudo fica verde, e, na verdade, está muito seco. Nós estamos sofrendo isso agora com a suspensão de abastecimento de carro-pipa de água em várias cidades da Paraíba. Hoje eu tenho audiência com o ministro para justamente tratar da suspensão do abastecimento de água. Veja como isso é complexo. Isso é uma matéria extremamente importante, que tem que ser tratada com os olhos do Governo, com muita atenção ao pequeno produtor.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Alan Rick, Relator do projeto, com a palavra.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Eu agradeço ao Senador André Amaral, que também tem uma larga experiência de gestão no Estado de Roraima. Eu tive a honra de ali residir durante os anos de 1993 a 1995, tenho família em Roraima e tenho o maior carinho por esse estado.

Aliás, o Estado do Acre, que sofreu, entre fevereiro e março, com as maiores inundações de sua história, que atingiram cidades como Brasileia e Jordão, ficou 80%, Senador Fernando, debaixo d'água – 80% dessas cidades ficaram debaixo d'água. Logo, obviamente, todos os produtores rurais foram afetados. E agora nós sofremos com uma seca histórica. Olha o que se passa na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia hoje: entre fevereiro e março, uma cheia histórica e agora uma seca. A lâmina d'água do Rio Acre, em comparação com anos anteriores, está 1m abaixo. Nós temos um rio hoje bastante seco, com o seu volume de água extremamente baixo, e nós já estamos buscando no Governo Federal apoio para caminhões-pipa, purificadores de água, caixas d'água, para a gente, nas comunidades que mais sofrem hoje com estiagem, levar água potável a essas localidades. Inclusive, estamos fazendo um grande investimento, Presidente Vanderlan, em sistemas de abastecimento de água em várias comunidades rurais do Estado do Acre.

Portanto, a matéria ainda se torna mais relevante e oportuna diante dos cenários de mudanças climáticas graves por que estamos passando em todo o Brasil.

Mais uma vez, quero parabenizar o Senador Mecias de Jesus pelo olhar extremamente corajoso e dedicado ao seu povo e ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei 397, de 2024, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Srs. Senadores já podem votar. Rápido hoje.

Já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em tempo, quero registrar a presença aqui dos nossos amigos da imprensa que dão cobertura: Mariana Carneiro, do *Estadão*. Foi o nome que foi me passado aqui, não sei se tem mais jornalistas aí, mas sejam todos muito bem-vindos e obrigado pela cobertura aqui da nossa Comissão.

Senador Mecias de Jesus, V. Exa. pode assumir aqui por um instante, só para uma ligação um pouco urgente? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Solicito aos assessores que conversem com os Senadores e os convidem para votar pelo aplicativo, os que não estiverem presentes nesta Comissão. (*Pausa.*)

Quero agradecer, mais uma vez, ao nosso querido Senador Alan Rick, Relator dessa matéria, que fez um brilhante relatório, negociou muito bem com o Governo para salvar a matéria, mas, sobretudo, para salvar os nossos produtores.

E quero também cumprimentar o Senador Flavio Azevedo, suplente do nosso querido Senador Rogerio Marinho. Bem-vindo ao Congresso Nacional, bem-vindo ao Senado Federal. Parabéns!

E também quero cumprimentar, mais uma vez, o Senador André Amaral, meu amigo pessoal, amigo da minha família, e parabenizá-lo mais uma vez. Seja bem-vindo ao Senado Federal. Não tenho dúvida de que a Paraíba está muito bem representada aqui com V. Exa. substituindo aqui o nosso eminente Senador Efraim Filho.

Já temos 20.

Algum Senador falta votar? O Senador Paim já votou? (*Pausa.*)

O Senador Paim já votou.

Creio que...

Senador Alan, podemos já encerrar a votação?

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Podemos. Temos quórum.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Votaram SIM 19 Senadores. (*Palmas.*)

Nenhuma abstenção.

Nenhum voto contra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por unanimidade.

Parabéns, Senador Alan Rick, pelo relatório!

Quero agradecer ao Presidente Vanderlan, agradecer a todos os Senadores e Senadoras desta Comissão de Assuntos Econômicos.

Essa votação e a aprovação desse projeto são fundamentais para reerguer o Estado de Roraima, o Estado do Acre, mas principalmente para reerguer famílias que estão desesperadas, neste momento, no Estado de Roraima, que já perderam sua produção, perderam o pasto, perderam o seu patrimônio, perderam o gado – como eu já disse, cerca de 20 mil cabeças de gado morreram lá no Estado de Roraima –, e, claro, os pequenos produtores, como eu já disse. Os pequenos não têm condições de alimentar isso. Lamentavelmente essa praga da lagarta chegou junto com a chuva e destruiu as pastagens.

Nós estamos aqui cumprindo nosso papel como Senadores da República, defendendo Roraima, defendendo o Brasil.

Portanto, mais uma vez, Senador Alan Rick, parabéns pelo relatório!

Obrigado aos colegas Senadores que participaram e defenderam. E conseguimos votar esse projeto por unanimidade.

Senador Alan Rick, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Presidente, primeiramente, quero parabenizar V. Exa. por apresentar uma matéria extremamente relevante e oportuna neste momento em que o Brasil enfrenta tantas crises climáticas, seja por secas ou inundações.

Abraçar o pequeno é abraçar aquele que produz com o suor do seu rosto e que, além de levar a comida para a mesa dos brasileiros, também sustenta sua família.

Quero aqui cumprimentar todos os Senadores. Tivemos uma votação, por unanimidade, de um tema que trata exatamente de uma prorrogação de prazo. Existe aí toda uma conotação econômica também. E, neste momento, é o olhar de amparo que o Senado Federal – esta Casa e esta Comissão –, de forma tão importante, dá ao nosso pequeno produtor rural.

Mais uma vez, Senador Mecias, parabéns! Conte conosco!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Eu que agradeço.

Já quero fazer um apelo a V. Exa. para que, juntos, conversemos com o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Arthur Lira, para pautar, com urgência, essa matéria na Câmara dos Deputados.

Quero agradecer finalmente o Presidente desta Comissão, o Senador Vanderlan, por me permitir presidir a Comissão para finalizar esta reunião, esta sessão vitoriosa para todos nós.

Está encerrada a sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezoito minutos do dia nove de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Izalci Lucas, Sergio Moro, André Amaral, Fernando Dueire, Soraya Thronicke, Weverton, Plínio Valério, Randolfe Rodrigues, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Janaína Farias, Fabiano Contarato, Sérgio Petecão, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Paulo Paim, Jaques Wagner, Flávio Arns, Flavio Azevedo, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Zequinha Marinho e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alan Rick, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Cid Gomes, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Zenaide Maia, Rosana Martinelli e Wilder Morais. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 26° e 27º reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 15, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de € 58.593.750,00 (cinquenta e oito milhões, quinhentos e noventa e três mil e setecentos e cinquenta euros), de principal, entre o Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, e a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado e Sustentável da Cidade de Rio Grande - RIO GRANDE 2030, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 16, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 56,000,000.00, de principal, entre o Governo do Estado do Espírito Santo e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto Saúde para o Norte do Espírito Santo, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda."

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1071, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Regula o exercício da profissão de técnico em eletricidade e eletrotécnica e fixa seu piso salarial." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável ao projeto com três emendas de sua autoria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 6064, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o direito a indenização por dano moral e a concessão de pensão especial à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika ou de Síndrome de Guillain-Barré causada pelo vírus Zika; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e 8.213, de 24 de julho de 1991." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5008, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a produção, importação, exportação, comercialização, controle, fiscalização e propaganda dos cigarros eletrônicos, e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável à matéria, com uma emenda apresentada, e contrário às Emendas nºs 1 e 2. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1548, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2018) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para estender ao farelo e ao óleo de milho o mesmo tratamento tributário concedido à soja relativamente à incidência da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 7 - Projeto de Lei Complementar n° 91, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios, para alterar o método de cálculo dos coeficientes individuais de participação no FPMInterior, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1075, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para assegurar aos condutores o direito a ter o exame toxicológico obrigatório custeado pelo empregador." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 6118, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1.998, e a Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Games e Esports (CBGE) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Favorável á matéria. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1086, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, para estabelecer margem de preferência para os modelos movidos a biocombustíveis ou a hidrogênio nas compras e locações de veículos automotores, bem como para os biocombustíveis e o hidrogênio verde nas compras de combustíveis para o abastecimento de veículos automotores." **Autoria:** Senador Fernando Farias (MDB/AL). **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 2764, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para esclarecer sobre a não incidência do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas em relação a valores recebidos a título de pensão alimentícia." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus (*Ad hoc*), substituiu Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda de sua autoria. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAE. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 85, de 2024** que: "Requer adiamento da discussão do PL 1071/2021." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 85/2024-CAE, de adiamento de discussão, com votos contrários dos senadores Mecias de Jesus, Zequinha Marinho e Soraya Thronicke. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 84, de 2024** que: "Requer adiamento da discusão" **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 84/2024-CAE, de adiamento da discussão da matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/09

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nessa data, 9 de julho de 2024.

Comunicados da Presidência.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Ofício Comsefaz nº 945, de 2024, que trata sobre premissas para medidas de isonomia de tratamento dos estados e do DF no âmbito do debate sobre o Programa Juros por Educação;

- Ofício OF/PRES/AMB/084/2024, posicionamento da Associação Médica Brasileira sobre a regulamentação da reforma tributária; (*Pausa.*)

- Ofício SF242972356223, da Fiesp, sobre o programa Remessa Conforme;

- Ofício SF233280909645, da Fiesp, que encaminha sugestão para a inserção de produtores brasileiros em mercados externos.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 26ª e da 27ª Reuniões, realizadas em 02/07/2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, um dos principais desafios para nós, Congressistas, é estarmos atentos à evolução dos nossos instrumentos de execução orçamentária e, por consequência, há necessidade de seu constante aperfeiçoamento.

Um desses instrumentos, as emendas Pix, tem sido objeto de críticas, denúncias e polêmica desde que foi criado. Esse tipo de transferência de recursos foi concebido como um incentivo legítimo para nos conectar diretamente aos entes federados, independentemente da celebração de convênio ou outro instrumento, mas, no procedimento atual das emendas Pix, há desenhos institucionais que dificultam a fiscalização e incentivam o descumprimento de normas.

Foi por isso que, na sexta-feira passada, formalizei um novo projeto de lei visando à moralização da utilização dos recursos oriundos das chamadas emendas Pix. Trata-se do Projeto de Lei nº 2.759, de 2024, que dispõe sobre a utilização dos recursos das emendas parlamentares individuais – são as emendas do tipo "transferências especiais", previstas no art. 166-A da Constituição Federal. Em resumo, o projeto visa ampliar a transparência e a eficácia da utilização dos recursos dessas emendas, além de viabilizar sua fiscalização pelos tribunais de contas.

A proposição deste projeto de lei surge como uma resposta necessária para preencher as lacunas existentes no arcabouço fiscal. Além disso, estabelece um marco regulatório claro e robusto para assegurar a correta aplicação dos recursos públicos. A ideia central é fortalecer os mecanismos de controle e aumentar a confiança da sociedade na gestão dos recursos públicos oriundos desse tipo de emenda parlamentar.

Para isso, estamos propondo medidas, como: a obrigatoriedade de indicar, na plataforma Transferegov.br, a descrição do objeto a ser executado, com as metas a serem alcançadas dentro de um prazo de 60 dias após o recebimento dos recursos, e a prestação de conta anual individualizada por meio da mesma plataforma; a obrigatoriedade de movimentar os recursos em

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contas correntes específicas; e a obrigatoriedade de compartilhamento de dados entre os tribunais de contas estaduais e municipais e o Tribunal de Contas da União.

É o que tinha a registrar.

Boa reunião a todos nós. (*Pausa.*)

Item 1 da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 15, DE 2024

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de € 58.593.750,00 (cinquenta e oito milhões, quinhentos e noventa e três mil e setecentos e cinquenta euros), de principal, entre o Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, e a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado e Sustentável da Cidade de Rio Grande - RIO GRANDE 2030, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Dueire para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço também por ter me designado para a relatoria desta importante mensagem presidencial, que chega em momento oportuno ao Município do Rio Grande no Rio Grande do Sul, município com cerca de 200 mil habitantes e que foi duramente atingido por toda essa tragédia, que todos nós acompanhamos, e tentamos, de alguma forma, ser solidários com os nossos irmãos gaúchos.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, a Mensagem do Senado Federal nº 15, de 2024, da Presidência da República, contém pleito para que seja autorizada a operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil entre o Município do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no valor de 58.593.750 euros de principal.

Os recursos da operação de crédito pleiteada são destinados ao financiamento do Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado e Sustentável da Cidade de Rio Grande (Rio Grande 2030), como V. Exa., Presidente, agora há pouco citou.

No que tange aos benefícios auferidos com os investimentos no componente meio ambiente, tem-se como um dos principais objetivos o de garantir a preservação ambiental, a conexão da população com áreas verdes e de interesse ambiental por meio de infraestrutura qualificada.

Destaca-se a mitigação dos alagamentos e a ausência de sistemas adequados de drenagem pluvial no município. Além disso, o investimento em mobilidade e transporte público também será contemplado. Nesse aspecto, o projeto traz adequações de infraestrutura para rotas de ônibus, duplicação das principais rotas de acesso à cidade e mobilidade de uma forma mais ampla.

O programa, que devidamente é identificado como passível de obtenção de financiamento de crédito pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), nos dá conforto jurídico-legal para que nós aqui venhamos defender a sua aprovação.

Portanto, com base nessas informações e considerando ainda que se encontram satisfeitas as condições estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, bem como pelas demais normas legais e constitucionais, incluindo a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

101, de 4 de maio de 2000 –, concluímos não haver motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização ao pleito em exame.

Portanto, vamos ao voto.

Diante do exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem do Senado Federal nº 15, de 2024, nos termos do projeto de resolução que apresentamos e que foi devidamente disponibilizado na íntegra.

Era o que eu tinha a relatar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Fernando Dueire, pela leitura do seu relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Com sua permissão e licença, em face da aprovação da proposição por esta Comissão, pedimos urgência, de modo que essa matéria possa ser apreciada ainda hoje no Plenário da Casa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência ao item 1 da pauta, a Mensagem SF nº 15, de 2024.

Os Senadores que concordam com o pedido de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Senador Fernando Dueire passa a ser o mais novo amigo de infância do Município de Rio Grande.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – De Rio Grande, é.

Aprovado...

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Com muito prazer, Senador Amin; com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria vai ao Plenário.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pois não, Senador Fernando.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Pela ordem.) – Eu sou o Relator do item 10 da pauta de hoje. Em razão de compromissos que tenho fora desta Comissão e em outras Comissões, gostaria de submeter aos presentes a possibilidade de inversão de pauta.

O item é o item 10.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com o pedido do Senador Fernando Dueire...

Senador Fernando, iria nos alegrar muito ter o senhor aqui até o final da reunião, mas o senhor tem compromisso fora.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submeto ao Plenário, a pedido do Senador Fernando Dueire, a inversão de pauta.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 10 da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 1086, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, para estabelecer margem de preferência para os modelos movidos a biocombustíveis ou a hidrogênio nas compras e locações de veículos automotores, bem como para os biocombustíveis e o hidrogênio verde nas compras de combustíveis para o abastecimento de veículos automotores.

Autoria: Senador Fernando Farias (MDB/AL)

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Favorável à matéria

Observações: *A matéria será apreciada pela CI, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Fernando Dueire para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, agradeço a inversão de pauta a V. Exa. e também às Sras. Senadoras e Senadores aqui presentes.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei (PL) nº 1.086, de 2024, de autoria do eminente Senador Fernando Farias, que altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, para estabelecer margem de preferência

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para os modelos movidos a biocombustíveis ou a hidrogênio nas compras e locações de veículos automotores, bem como para os biocombustíveis e o hidrogênio verde nas compras de combustíveis para o abastecimento de veículos automotores.

O PL nº 1.086, de 2024, apoia-se em ideias de valorização de modelos de transporte menos poluente, em linha com as pretensões de descarbonização perseguidas por diversos governos do mundo, inclusive o brasileiro. Outrossim, a proposta, ao dispor sobre margem de preferência em contratações públicas para a aquisição ou locação de veículos automotores, híbridos ou não, flex-fuel, ou exclusivamente movidos a biocombustível ou a hidrogênio, compreende evidente incentivo à indústria de biocombustíveis. Isso porque os veículos movidos a hidrogênio ainda se encontram em fase de testes, Sr. Presidente, sem previsão no curto prazo de se tornar realidade. Ao dispor sobre processos licitatórios destinados à aquisição de combustíveis para abastecer a frota pública de veículos automotores, prevendo margem de preferência para a aquisição de biocombustíveis ou de hidrogênio verde, novamente confere incentivo sobretudo aos biocombustíveis.

No âmbito dos biocombustíveis, o tipo mais utilizado para fins de transporte é o etanol, geralmente produzido a partir de plantas ricas em açúcares, como cana-de-açúcar, milho, beterraba e mandioca.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Em vários países, inclusive no Brasil, o etanol é misturado à gasolina em diferentes proporções para criar uma mistura que ajuda a reduzir as emissões de gases de efeito estufa e a diminuir a dependência de combustíveis fósseis, além de aumentar a octanagem da gasolina.

Finalmente, cabe salientar que não há impactos fiscais inerentes à disciplina trazida pelo PL em questão.

Em face do exposto, nosso voto é pela regimentalidade e adequação orçamentária do Projeto de Lei (PL) nº 1.068, de 2024, e, no mérito, pela sua aprovação.

Em conversa com o Senador autor do projeto, Fernando Farias, e com o Líder Jaques Wagner, trazemos aqui uma contribuição e uma observação para substituição no relatório, se

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovado, no sentido de, em vez de termos "hidrogênio verde" no texto, termos "hidrogênio de baixo"...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Baixo carbono.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – "Hidrogênio de baixo carbono".

É essa a contribuição – que nós acatamos de pronto – trazida pelo Líder do Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esse é o voto, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns, Senador Fernando Dueire, pela leitura do seu relatório.

A matéria está em discussão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Só para esclarecer, Senador Dueire, onde estiver escrito "hidrogênio" ou "hidrogênio verde", lê-se "hidrogênio de baixo carbono"?

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – É isso, Senador, é isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É uma substituição?

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – E foi oportunamente sugerido aqui, porque eu acho, inclusive, que houve um equívoco no texto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu não diria que é um equívoco, é uma sutileza do texto, porque a palavra hidrogênio verde poderia dar a ideia de

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absoluto, ou seja, de isenção de carbono. E baixo carbono fica remetido à questão de dosagem, que é um termo subjetivo, mas deve ter o seu sentido e é politicamente ou legislativamente admissível, sem dúvida.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – O senhor, sempre oportuno, mas também sempre muito elegante. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Zenaide.

Com a palavra, Senadora Zenaide.

A matéria está em discussão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – É mais ou menos a pergunta que o Esperidião Amin fez.

Hidrogênio de baixo carbono é porque ele vai ser misturado com outra substância? Essa ideia de hidrogênio verde foi justamente porque essa retirada do H_2O da água para tirar o hidrogênio não ia à frente, porque o consumo de energia era muito grande. Então, quando apareceu essa possibilidade das energias eólicas *offshore*, no mar, já tinha a energia renovável, que possibilita a produção do hidrogênio verde, mas, no caso aqui do projeto, não é para chamar de hidrogênio verde, é hidrogênio de baixo carbono, porque ele pode ser misturado com outras...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Eu sei.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – O.k. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Rogério Carvalho, com a palavra.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Eu queria só esclarecer que o termo "hidrogênio verde" é usado quando a energia utilizada é 100% renovável; e "baixo carbono" é usado quando, para a produção, você possa utilizar energias renováveis ou não, mas que tenha baixa emissão de carbono, produzindo um hidrogênio que valha a pena do ponto de vista ambiental e do ponto de vista da redução da emissão de carbono, porque passa a ser utilizado em massa um combustível que, de fato, para ser produzido, precisa de muita energia.

Então, se você utiliza fontes energéticas que geram baixo carbono, seja ele de energia 100% limpa ou energia renovável, mas que não é 100% verde, como diz, de qualquer forma é um avanço o que o Senador Dueire está colocando.

Esse termo é mais adequado até pela transição, o tempo de transição que precisa ser feito até chegarmos à produção de energia suficiente para que possamos produzir só hidrogênio com fonte renovável de energia.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Obrigado, Senador.

Desculpe, Presidente.

Faço uma sugestão de uma emenda de redação que possa atender ao que ora está sendo colocado, discutido, e esteja recebendo a minha contribuição, de maneira a enriquecer o projeto de lei apresentado pelo Senador Fernando Farias.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Se o senhor vai substituir a expressão, considerando que nós estamos tratando aqui de transição energética... Eu consulto até – eu o estou vendo aqui – o nosso Líder do Governo, Jaques Wagner, que está acompanhando.

Tecnicamente, eu acho que a expressão correta seria "hidrogênio de baixa emissão de carbono". Eu acho que é a expressão técnica, porque ela exprime uma melhora e, se o Senador

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rogério Carvalho concordar, é uma "despiora" também. "Despiorar" é uma mudança, é uma inflexão do sentido da coisa. Pode ser uma flecha, uma pedra, sempre é bom. Se ela vem na sua direção e ela inflete, melhorou muito.

Então, baixa emissão de carbono, hidrogênio de baixa emissão de carbono é a minha sugestão, mas eu concordo com a expressão, uma vez que nós estamos lidando, num país de energia limpa, com uma transição, porque temos fontes de emissão de carbono pesada.

A bandeira amarela que nós temos aí para a energia elétrica é um sinal de que é melhor bandeira amarela do que não ter energia.

Então, acho que é uma expressão realista.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Para discutir a matéria, Senador Flavio.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Presidente, Senador Dueire, é preciso que todos nós tenhamos em vista a enorme diferença entre hidrogênio verde e hidrogênio de baixo carbono.

O hidrogênio verde, no seu sentido explícito da palavra, é aquele que é obtido a partir da fonte energética, que não atinge nem desagrega o meio ambiente sob nenhuma forma, e no Brasil, hoje, nós temos apenas a energia vinda das fontes eólicas e das fontes solares.

A energia hidroelétrica é de baixo carbono, porque ela, pelo menos em termos da legislação europeia, não é uma energia verde, pois ela causa problemas ambientais e ela causa problemas sociais.

Problemas ambientais: mesmo com a tecnologia que se chama hoje de fio de água, a energia hidroelétrica exige uma área inundada, e essa área de inundação, muitas vezes, atinge áreas indígenas, atinge áreas de colonos, quilombolas, etc., etc., etc. Então, é uma energia que não é verde, é de baixo carbono, porque cria problemas de ordem socioambiental. Então, é preciso só deixar isso claro, para sabermos o que nós estamos votando. Nós estamos abrindo mão da energia verde. Esta é que é a grande diferença.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De minha parte, nada a opor. Eu acho que, conforme o Senador Amin falou, fica uma coisa bem definida, dentro do período de transição. É só para deixar claro o entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a emenda proposta pelo Relator. Correto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Fernando Farias, com a palavra – o autor do projeto.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Presidente.

Gostaria de agradecer a relatoria do nosso Fernando Dueire e dizer que isso é uma contribuição para o Governo no projeto de descarbonização.

É um critério de desempate. Então, fica mais fácil, agora, para todos os órgãos públicos fazerem a sua preferência.

E chama atenção o caso, aqui, nosso, do Senado. Não tendo esse projeto de lei, poderia ter comprado os carros nossos *flex*, porque nós estamos, aí, em seis meses, podendo gastar menos, usando etanol em vez de gasolina. Então, é um exemplo, porque o Senado, na época, não poderia comprar de outra maneira. Ele comprou dentro do processo certo da licitação e, agora, vai poder ter essa chance de comprar um combustível mais barato e usar nos carros.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Dueire. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns, Senador!

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 16, DE 2024

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 56,000,000.00, de principal, entre o Governo do Estado do Espírito Santo e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto Saúde para o Norte do Espírito Santo, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para a leitura do seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente, senhoras e senhores.

Mais uma vez eu quero parabenizar V. Exa. pela condução desta tão importante Comissão.

Como o relatório já foi disponibilizado, vou proceder a uma leitura bem rápida sobre o ponto que eu reputo de fundamental importância.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre os requisitos legais e normativos para a concessão de garantia da União:

i) A Comissão de Financiamentos Externos, por meio da Resolução 61, autorizou a preparação do programa, no valor de até US$56 milhões, com contrapartida de, no mínimo, 20% do montante do empréstimo;

ii) O ente não possui operações contratadas de antecipação de receitas orçamentárias, adequando-se, portanto, aos limites exigidos;

iii) O Chefe do Poder Executivo informou que a operação em questão está inserida no Plano Plurianual do ente (PPA);

iv) A Lei Estadual 11.615 autorizou a operação de crédito e a elaboração do contrato de contragarantia junto à União;

v) O Estado do Espírito Santo cumpriu, nos dois exercícios anteriores, os gastos mínimos com saúde e educação previstos nos arts. 198 e 212 da Constituição Federal, conforme certidão do Tribunal de Contas competente;

vi) O Tribunal de Contas competente atestou o pleno exercício da competência tributária pelo ente;

vii) O ente declarou que firmou contrato na modalidade de PPP e que as respectivas despesas situam-se dentro do limite legal;

viii) O saldo total de garantias concedidas pela União encontra-se em 24,35% da RCL, inferior ao limite de 60% previsto no art. 9º da RSF nº 48, de 2007;

ix) De acordo com análise da Coafi/STN, conforme consta no Ofício SEI nº 68.423/2023/MF, as contragarantias oferecidas pelo ente são suficientes para ressarcir a União, caso essa venha a ter de honrar compromisso na condição de garantidora da operação;

x) A operação está inscrita no Registro de Operações Financeiras do Registro Declaratório Financeiro mantido pelo Banco Central do Brasil, sob nº TB127.483;

xi) A Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública manifestou-se favoravelmente quanto ao custo da operação, por meio do Ofício SEI nº 69.706/2023/MF. O custo da operação

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi estimado em 5,53% a.a. para 9,27 anos. Para uma mesma duração, o custo de captação estimado para emissões da União em dólares é de 6,26% a.a.

Em síntese, a STN concluiu que o Estado do Espírito Santo cumpre, por força de decisão judicial, os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF.

Deverá, contudo, ser observado o disposto no art. 21, VI, da RSF nº 43, de 2001, e no art. 10, §4º, da RSF nº 48, de 2007.

A PGFN, por sua vez, por meio do Parecer nº 555/2024/MF, concluiu não haver óbices à contratação em tela. Em especial, destacou que foi observado o disposto no art. 8º da RSF nº 48, de 2007, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

A assinatura dos instrumentos contratuais, contudo, deverá ser precedida das seguintes providências:

(a) verificação do cumprimento substancial das condições especiais prévias ao primeiro desembolso;

(b) verificação pelo Ministério da Fazenda do cumprimento do disposto na Portaria Normativa 500, de 2 de junho de 2023 (adimplência do ente); e

(c) formalização do contrato de contragarantia entre o Estado do Espírito Santo e a União.

Voto: diante do exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem do Senado Federal 16, de 2024, nos termos do que estabelece o projeto de resolução do Senado.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Parabéns pela leitura do seu relatório.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Eu requeiro a V. Exa. o regime de urgência nessa matéria, porque é de fundamental importância para o Estado do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência do item 2, Mensagem (SF) nº 16, de 2024.

Senadores que concordam com o pedido de urgência feito pelo Senador Fabiano Contarato permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Obrigado, Senador.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1071, DE 2021

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Regula o exercício da profissão de técnico em eletricidade e eletrotécnica e fixa seu piso salarial.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Favorável ao projeto com três emendas de sua autoria

Observações:

1. Em 2/7/2024, foi concedida vista coletiva da matéria.

2. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto o Senador Mecias de Jesus se gostaria de fazer uso da palavra.

Senador Mecias, quer fazer uso da palavra?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Vanderlan, caros colegas Senadores e Senadoras, eu gostaria apenas de reafirmar o meu parecer e voto favoráveis a regulamentar a profissão de técnico de eletricista e eletrotécnico.

Eu acredito ser interessante termos pessoas especializadas, preparadas e reconhecidas que fazem um trabalho importantíssimo, em todos os sentidos, tanto em obras governamentais quanto em obras empresariais e em obras residenciais também.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – É bom que tenhamos essas pessoas legalmente reconhecidas, com o piso salarial e a profissão, logicamente, reconhecidos.

Por isso, eu mantenho o parecer e o voto favoráveis ao projeto de lei do Senador Zequinha Marinho.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria está em discussão.

Senador Moro, para discutir a matéria.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, sem demérito ao projeto do Senador Zequinha Marinho e do Senador Mecias de Jesus, eu pedi vista, até para fazer um teste, para ver se alguém iria me procurar para defender a regulamentação dessa profissão, alguma associação, algum técnico... Ninguém veio.

Sinceramente, eu tenho um viés liberal aqui. Acho que interferências na economia têm que ser muito bem ponderadas, inclusive no que se refere à regulamentação de atividade profissional, porque, quando se estabelece uma regulamentação dessa espécie, na prática, acaba se excluindo a possibilidade de que outras pessoas que não se enquadrem ali no rol específico possam exercer a profissão.

Então, por exemplo, fala-se ali em curso, ensino médio, título profissional... E se, por exemplo, for alguém, com curso superior, que fez, de repente, um curso de, sei lá, engenharia eletrônica e daí, eventualmente, não consegue na vida um espaço na altura da profissão que busca, e quer exercer essa profissão?

Do outro lado, por exemplo, coloca-se um piso salarial. A gente está mandando um recado para o mercado de que a negociação dos termos remuneratórios para essa profissão pode ter como baliza esse valor. Isso pode ter um efeito contrário ao pretendido, de se evitar um salário baixo, sugerindo um salário, muitas vezes, inferior àquele que ele conseguiria numa livre negociação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dois. Infelizmente, a gente está vendo um cenário de progressivo descontrole da inflação, Senador Carlos Viana. O Governo Federal não tem feito a sua lição de casa, os juros estão lá em cima e a inflação vai saindo, paulatinamente, do controle.

É claro que ainda são percentuais muito distantes daqueles que nós vimos no passado, mas vão corroer, progressivamente, esse piso salarial. O Relator teve até a sabedoria de aumentar o valor que originalmente estava proposto, dado o tempo transcorrido do projeto, mas não está previsto ali um reajuste; como é correto também, a meu ver – digo aqui –, o voto do Relator, para a gente não estabelecer uma nova indexação salarial automática.

O grande problema é que esse valor do piso, de R$2,7 mil, vai ser corroído com o tempo. Daqui a 5 anos, com essa lei, como vai ser? O piso vai continuar a mesma coisa, com inflação de 5% ao ano?

Sei que o projeto é meritório, sei das boas intenções do Senador Zequinha, sei desse grande trabalho feito aqui pelo Senador Mecias, mas eu creio que nós deveríamos interferir no Congresso, como Poder Legislativo, para regular essa profissão, de fato se houvesse uma necessidade, e eu não a vislumbro nesse caso, até ilustrado pelo fato, Senador Viana, de que eu pedi vista do projeto, até para ver se tem uma demanda da profissão a esse respeito, mas ninguém veio. Não sei se existe isso.

Com todo o respeito ao Relator e ao projeto, a minha intenção é votar contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Moro, para esse item já foi feito pedido de vista. Não cabe outro pedido de vista.

Eu queria dizer que, a título de colaboração, como Presidente, o valor proposto aqui é de R$2,7 mil, por aí, dois mil setecentos e poucos reais, para eletricista e eletrotécnico. Hoje, ninguém mais recebe esses valores.

Um eletrotécnico, hoje, antes de se formar, no curso do Senai ou em outro curso, já está recebendo propostas de R$5 mil, R$6 mil, R$7 mil, R$8 mil. Eu falo isso com experiência, Senador Moro, porque, nas nossas empresas, os nossos eletrotécnicos recebem propostas todos os dias, principalmente das empresas multinacionais.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu só fiquei com uma dúvida aqui. Eu não li o projeto todo, Senador Mecias, mas acredito que o Senador Moro nesse ponto tem razão.

Existe um percentual ou um índice de reajuste anual?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Presidente, nós retiramos qualquer possibilidade de indexação, para não ter esse reajuste, não ter qualquer forma de se dizer que vai aumentar a inflação. Nós retiramos e colocamos o valor de R$2.701, porque isso é o que está previsto hoje, é o que está no cadastro, no Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

Por fim, o Governo Federal vai regulamentar essa lei aprovada aqui. No nosso entendimento, e com a devida vênia e respeito ao parecer do Senador Sergio Moro – eu não posso deixar de concordar com ele em alguns fatos –, os técnicos em eletricidade e eletrotécnica têm uma responsabilidade enorme quando eles vão fazer reparos, vão fazer instalações nas nossas residências, nos comércios. Não se pode pegar qualquer pessoa aí na rua para fazer um reparo na sua casa, ou no seu comércio ou em um órgão público. Uma empresa não contrata alguém para fazer uma obra que não tenha a especialidade e não tenha a documentação. O que falta neste momento é regulamentar isso para dar valor a essas pessoas.

Se nós fôssemos por esse argumento, não se regulamentava a profissão de médico. Tem muita gente aí que não é médico, e se apresenta como se fosse.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só quero fazer uma ressalva aqui, só para deixar claro, de que eu sou favorável a valorizar a profissão de técnico em eletricidade e eletrotécnica. A gente se vale desses serviços diuturnamente, é uma profissão extremamente importante. O meu receio, porém, é ter o efeito contrário do pretendido. Se a gente joga lá uma base salarial, um piso salarial – V. Exa. mesmo disse que está contratando por R$5 mil, R$7 mil –, às vezes a gente joga uma baliza baixa, para dentro do mercado. Se coloca muito alto, gera-se um risco de fomentar desemprego nessa profissão.

É por isso que eu acho que a interferência tem que ser muito cuidadosa na economia...

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... e talvez a minha sugestão fosse que nós pudéssemos debater mais esse tema, embora não caiba mais pedir de vista, para a gente poder refletir mais profundamente sobre ele.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Para discutir a matéria, Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Presidente, saudando o Senador, autor e Relator, eu quero dizer ao Senador Moro que eu não sou – viu, Senador Moro? – liberal tanto quanto V. Exa., porém, eu considero que, toda vez que, num país tão continental quanto o nosso, com realidades tão diferentes, você estabelece um piso nacional, é baixo para São Paulo e eventualmente alto para outros lugares.

Não estou dizendo que seja alto, não, viu Senador Mecias? Estou só ponderando.

Eu só fiz questão de falar por uma questão de filosofia. Toda vez que a Casa ou o Congresso determina um piso nacional... Eu acho que já temos um piso nacional que é o salário mínimo, o.k., ninguém pode ganhar menos que isso. Fora disso, eu acho que é isso que eu acabei de falar. Se V. Exa. atua na Bahia como empresário, é uma realidade. Se eu for para São Paulo, pode ser que a realidade seja diferente e que o que a V. Exa. pague lá em São Paulo não seja suficiente.

Então, o meu problema não é valor quanto à regulamentação. Eu concordo com a regulamentação, porque tem que ter a regulamentação. Não é nem que eu discorde, é que eu acho, Senador Mecias e Senador Zequinha, que às vezes a gente cria distorção. O país – repito – é continental, tem realidades econômicas totalmente diferentes e, quando você estabelece um piso nacional, é como se você uniformizasse.

Então, eu sou a favor da regulamentação, e não gosto da ideia do piso nacional.

Como ainda vai para outra Comissão, eu não vou obstar a nada, mas só fiz questão de fazer o comentário por esse ponto de vista.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Rogério Carvalho, com a palavra. Em seguida, o Senador Girão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, eu quero reforçar a ideia de que a regulamentação proposta é bem-vinda. Acho que essas profissões precisam ter alguma fé pública pela importância que elas têm na vida das pessoas e pelo papel que elas cumprem em várias iniciativas públicas e privadas, do ponto de vista de obras, de infraestrutura – cada vez mais. Então, é importante a regulamentação.

Eu particularmente não vejo problema em estabelecer um piso, até porque, como disse V. Exa., esse piso não artificializa o valor da remuneração desses profissionais. Então, não vejo problemas com relação a isso. Acho que a gente pode aprovar o projeto, considerando, inclusive, o que foi dito aqui pelo Senador Jaques Wagner de que isso quem vai estabelecer é o mercado, mas, de qualquer forma, não vejo isso como algo artificial do ponto de vista da remuneração.

E, como não há correção anual, é fixo, isso, ao longo do tempo, fica congelado, não vai mudar muita coisa do ponto de vista objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Presidente, saudando a todos os colegas aqui, eu queria saudar também o nosso Relator, o Senador Mecias de Jesus, pelo trabalho feito, um relatório muito bem elaborado, criterioso. O Senador Zequinha Marinho está de parabéns pela autoria. A intenção é muito boa, mas eu vi aqui, Presidente, que a matéria será apreciada, depois daqui, pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa, ou seja, não vai nem para o Plenário. Então, a CAE, que é a Comissão que o senhor preside e é uma das mais importantes do Congresso, e o senhor está de parabéns pela sua condução, sempre equilibrada, democrática...

Eu vejo que esse tipo de projeto... Nós tivemos um efeito, há pouco tempo, com o piso da enfermagem. O rolo que deu isso, a confusão que deu isso em nível de país. Inclusive, rodando no meu estado – não sei se em Goiás é a mesma coisa –, a gente viu muita reclamação dos

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próprios enfermeiros que perderam emprego, que chegaram e não tiveram mais... Com essa definição do piso, tiveram o redimensionamento do seu emprego perdido, não conseguiram sustentar.

Então, eu me preocupo muito com esse engessamento, sabe, Senadora? Eu me preocupo muito com esta Casa estar fazendo algo de que pode se arrepender depois, ainda mais porque não vai para um debate de todos os Senadores no Plenário do Senado. É uma decisão final do Senado, praticamente: daqui vai para a CAS e da CAS já vai para a Câmara, se aprovar.

Então, o que eu queria fazer de sugestão aqui, se o nosso querido Senador Mecias me permite... Com todo o respeito ao trabalho e à boa intenção dele, eu acredito que isso possa ser até a regulamentação – o.k. –, o problema é o estabelecimento do piso, que é uma coisa que... Como bem colocou o Senador Sergio Moro, nós estamos vivendo um caos na economia, vendo as coisas degringolarem com a posição do próprio Governo Lula, de falas, de atitudes, de irresponsabilidades, um Governo perdulário, que não dá o exemplo. E a gente já vê os preços subindo. Não é só o dólar, não; você vê já a gasolina, você vê já, no supermercado, as pessoas reclamando. E aí, já vamos começar defasados, já vamos começar equivocados, num preço ultrapassado, num valor ultrapassado de piso.

Então, Presidente, eu queria fazer uma sugestão de que a gente possa adiar essa discussão, decantar um pouco mais esse tema, porque isso eu acredito que não é bom para o Brasil, ressaltando que o exercício da profissão de técnico em eletricidade, eletrotécnica é uma função importantíssima e precisa ser valorizada. Precisamos ter atenção; por isso que a regulamentação, o.k., ainda vai, mas, quando você estabelece o piso, você pode, inclusive, colocar por baixo, fazer um parâmetro por baixo, que não é bom nem para eles, nem para ninguém.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, o Senador autor do projeto, Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou acompanhando aqui; cheguei um pouco atrasado, mas estou acompanhando o debate, que está muito bom.

Eu gostaria de fazer um comentário da vida real. Todos nós estamos sempre precisando, em casa, de um profissional dessa área. Sugerir aqui, num projeto de lei, um salário de R$2.230 para um profissional dessa área realmente não é bom; não é bom porque está muito abaixo do mercado, correto? Quem regula, de fato, isso é o mercado, é a demanda. Lá no Ceará é de um jeito, lá no Pará é de outro, lá no Rio Grande do Sul é de outro, lá no Paraná é de outro jeito. Se for lá para o Paraná, que é o segundo estado do Brasil na economia, nesse negócio todo, esse salário vai passar de R$5 mil, R$6 mil, correto?

É importante fazer menção? É. Nós temos um salário mínimo, que regula a contratação básica do serviço mais simples, e hoje está R$1.412, não é? Feliz é aquele que ainda consegue contratar alguém por um salário mínimo. V. Exa. é empresário, tem negócios em vários estados e conhece essa realidade. Então, o nivelamento aqui está por baixo, porque o teto será feito pelo mercado, na ponta de cima. Então, não vejo por que, a gente, que conhece a vida, que está lá, suado, igual ao técnico de eletricidade também, ter dificuldade para entender como é que funciona isso.

Mas eu gostaria aqui de pedir aos colegas todos que a gente aproveitasse o projeto de lei. Eu acho que deixar para depois e para depois não resolve nada, protelar, empurrar não resolve. A questão aqui não tem risco nem para um lado, nem para outro. Vamos aprovar um projeto, regulamentar a atividade, considerando esse valor muito baixo.

Lá no Pará, que é um estado de economia fraca, renda *per capita* baixa, você não consegue contratar um rapaz desses aqui para fazer isso por menos de R$3 mil, R$4 mil, certo? Então, não faz mal você jogar aqui uma sugestão de salário, corrigido pelo IPCA anualmente, para manter pelo menos isso em termos de ordem. O resto, a parte de cima, o teto, é feito pela demanda, é feito pelo mercado.

Então, vamos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda para discutir a matéria, o Senador Flavio Azevedo. (*Fora do microfone.*) Em seguida, o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Presidente, com toda a vênia ao Senador Zequinha e ao Senador Mecias, a minha preocupação é menos de remuneração e mais de qualificação.

Eu sou do ramo, eu trabalho numa empresa de engenharia, eu sou engenheiro. Até por ser da minha profissão, o termo eletricista é um termo muito discutido. Qual é a qualificação que uma pessoa tem, um profissional tem para escrever, na sua carteira de trabalho, profissional eletricista? São poucas as escolas de formação dessas pessoas no Brasil inteiro. Afora aquelas pequenas empresas que trabalham com qualificação, que são pequenas empresas, somente o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e os institutos federais de educação têm competência para formar um técnico como eletricista ou outra coisa com outro nome que o valha, está certo? Então, existem inúmeras pessoas que fazem isso na prática. Eu tenho uma construtora há 42 anos...

Na hora em que você estabelece uma lei para qualificar isso, vai ser um enorme tumulto, porque 90% dessas pessoas não têm nem como comprovar sua formação. Eles são práticos e exercem aquela profissão na prática. E uma instalação elétrica dentro de uma indústria, ou mesmo dentro de uma residência, é uma coisa perigosíssima, não é? Não é todo mundo que tem a capacidade de fazer isso.

Então, como é que nós iríamos ter a qualificação? Diz aqui o projeto, nos requisitos necessários para o seu exercício profissional, que, além do ensino médio e da formação profissional em nível médio – ora, o ensino médio não qualifica ninguém profissionalmente, o ensino médio é uma escala para o último nível, para se chegar à universidade –, estão aptos aqueles que, à data da publicação da futura lei, vinham exercendo, há mais de três anos, a profissão. Com isso, vão-se deixar, dentro deste projeto, pessoas que tenham capacidade de provar, através de sua carteira profissional, que exercem esse cargo, mas existem inúmeras pessoas que exercem a função sem carteira profissional com esse prazo que está estabelecido aqui no projeto.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a princípio, Senador Zequinha e Senador Mecias, eu sou favorável a essa regulamentação, mas é preciso ter muito cuidado para que isso não se transforme num enorme imbróglio, principalmente para as empresas que vão contratar esses profissionais, porque estarão impedidas de contratar um bom profissional que não tem a capacidade de provar que exercia já essa função há mais de três anos.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão.

Agora vamos ouvir o Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente Damares.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Quero falar.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quero aqui parabenizar o Senador Zequinha e o Senador Mecias, mas dizer aos dois, tanto ao autor do projeto quanto ao Relator do projeto, que, quanto mais o Congresso queira se meter na iniciativa privada, bem ao final, talvez nós acabemos mais atrapalhando do que ajudando.

Eu quero dizer para vocês o seguinte, é muito simples: hoje um assessor aqui do Senado, acho que o que menos ganha, recebe em torno de R$3,5 mil. Aqui tem orçamento para tudo. Agora o que nós temos que pensar, na iniciativa privada... Eu vejo até um projeto de lei que está para entrar aqui no Senado Federal, existe um projeto de lei sobre motorista de caminhão, inclusive colocando salário, colocando que o motorista vai ter que dormir até em hotel. Nem lugar para parar caminhão nós temos, em beira de rodovia, quanto mais motorista ir para hotel. Mas essa vai ser outra discussão à frente.

Quero dizer para vocês que, claro, um salário desses não é um grande salário, realmente é um salário baixo, realmente pela profissão, que não dá nem dois salários mínimos, está dando aí R$2.701, que é o que o Senador Mecias propôs, em vez de R$2.230, que dariam em torno de 1,9 salário mínimo. Não é isso que vai afetar. Agora, nós temos que deixar o mercado... Ele é livre e

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai se regulamentar sozinho. E nós sabemos que essa profissão... Nós também temos milhares de pessoas, Brasil afora, que trabalham como autônomos. Muita gente trabalha autônoma e realmente não ganha só esses R$2,7 mil não; trabalham por 5 mil, por 6 mil, por 7 mil. Tem profissionais aí que ganham até mais de R$10 mil por mês. Sabem por quê? Porque eles não têm nem horário para trabalhar, eles não têm carteira assinada, não têm nada.

Então, eu falo para vocês que quanto mais o Congresso quiser se impor sobre certas coisas, sobre piso salarial, talvez mais atrapalhemos do que ajudemos. Mas o salário não...

Igual o Senador Mecias colocou aqui, que não vai haver nenhum indexador para correção, então já é importante. E eu acho que não vai mudar muito para a profissão se fizer esse piso aí. Se quiserem fazê-lo, eu estarei de acordo, mas eu ainda digo para vocês: vamos deixar que o mercado se regularize e a profissão de cada um seja valorizada cada vez mais.

E nós sabemos que, na iniciativa privada, todos os salários estão baixos, realmente, de quem trabalha, produz, gera emprego e renda neste país.

Um abraço. Obrigado.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra o Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Já que tem aí bastante controvérsia sobre esse tema... E aqui, creio que eu e o Senador Jaques Wagner concordamos no ponto quanto ao risco de estabelecer um piso nacional, eu fiz um requerimento aqui para adiar a discussão, com todo respeito ao Senador Zequinha e ao Senador Mecias, para que nós pudéssemos refletir um pouco mais, até na questão da regulação da profissão, relembrando aqui diplomas que já foram aprovados nesta Casa, inclusive recentemente.

Normalmente, o Senado não fixa piso nacional para o mercado em texto normativo, que pode ter um lado bom, porque ninguém vai receber menos, mas tem o lado negativo, porque

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas vezes pode ser uma baliza para colocar o salário dessa categoria para baixo, além da questão regional, que foi muito bem colocada aqui pelo Senador Jaques Wagner.

Se nós fixamos também o piso para essa categoria, podem ter certeza de que outras vão vir para nós aqui e vão começar a pleitear o mesmo, com todos os problemas que isso gera no mercado.

Enfim, o projeto é bom, é meritório; as intenções são excelentes, mas as consequências podem ser negativas para a categoria.

Temos, sim, que valorizar a profissão de técnico em eletricidade, mas, se nós queremos também adotar uma postura liberal na intervenção da economia no mercado, nós temos que pensar se cabe a esta Casa fixar piso nacional para o mercado para determinada profissão.

Então, fiz um requerimento de adiamento, para que possamos voltar a discutir isso no dia 6 de agosto. E, pedindo a compreensão do Senador Mecias, pedindo a compreensão do Senador Zequinha, tomo a liberdade de colocá-lo aos pares para eventual aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Moro.

Com a palavra, para discutir a matéria, Senadora Margareth Buzetti.

Em seguida, Sr. Senador André Amaral.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Caros Senadores, eu tenho uma preocupação muito grande, como o Jaime Bagattoli falou, com o Congresso se meter na vida da iniciativa privada da forma como está se metendo.

O piso da enfermagem foi por PEC. Agora, imaginem um piso na Constituição Federal: se um tem direito, todos têm direito. Por que foi feito isso? Eu acho isso um absurdo.

Nós temos outro projeto, que está chegando aí, que é do Senador Romário, por quem eu tenho o maior respeito, em que ele coloca uma mensalidade da academia para o *personal* que vai trabalhar na academia. Imaginem vocês: chegar um profissional e não poder cobrar pelo

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tomógrafo, ou um outro médico fazer uma tomografia, e você não poder cobrar pelo aparelho que está sendo usado. Eu acho isso um absurdo. Nós não temos que nos meter na iniciativa privada. Nós temos, sim, que fiscalizar o Governo. E acabou. Eu acho surreal nós estarmos discutindo isso.

Enfim, concordo com a regulamentação, sim; agora, com piso, não.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora.

Senador André Amaral. Com a palavra, Senador.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Presidente, isso é agredir de morte a oferta e a procura do profissional.

Senador Flavio Azevedo vive na prática, assim como eu vivo, Senador Girão. Na prática, eu tenho muitos eletricistas que não sabem nem ler. E, pasmem os senhores, são os melhores eletricistas que eu tenho.

É a exclusão! É a exclusão. Precisamos ter muito cuidado, porque é muito mais delicado, Senador Jaques Wagner. Precisamos ter muito cuidado, porque aí estamos cometendo a exclusão daqueles.

E aí o Senador Flavio Azevedo está aí e pode testemunhar. E ele já falou que, na empresa dele, tem profissionais que não têm o curso. Eu digo que, na minha, tem uns que não sabe ler e que são os melhores profissionais. Eu não estou desmerecendo quem tem o curso.

Aproveito, Senador Jaques Wagner, porque esta é uma pauta importantíssima: que o Governo capacite... Capacite, não; dê condições a que esse pessoal, na verdade, tenha um curso, para que possa dizer que é um profissional com diploma.

É exclusão. Se prevalecer como está, eu entendo que é uma exclusão.

E quanto à regulamentação do salário, como eu falei, é oferta e procura. Graças a Deus, o Goiás é um estado rico, muito rico, que é diferente da realidade da minha querida Paraíba, lá da

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha Lagoa Grande. Eu tenho profissionais que trabalham como eletricista – não é isso, Senador Azevedo? –, que mal sabem ler e que são profissionais brilhantes.

Então aqui, nesta redação, "técnicos em eletricidade e eletrotécnica" é muito delicado. Isso é muito delicado.

Presidente, é só a minha colocação e o meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Mecias, com a palavra.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de dizer que o Senado não está fazendo nenhuma interferência na iniciativa privada – pelo contrário. O Senado está fazendo justiça e reconhecendo a profissão de técnico eletricista e eletrotécnico. É um papel do Senado, é o papel do Congresso Nacional reconhecer isso. Controlar o comportamento da sociedade, reconhecer o que existe na sociedade também é papel do Congresso Nacional. É isso que nós estamos fazendo aqui.

O projeto do Senador Zequinha Marinho é apenas para reconhecer – reconhecer – a profissão de técnico eletricista e eletrotécnico. Não há aqui qualquer tipo de intromissão na iniciativa privada.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Zequinha Marinho, com a palavra pela ordem.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Só lembrando... Eu sei que a turma está passando por um momento de muita

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apreensão, mas esta Casa aqui é uma fábrica de leis. Ninguém está fazendo nada mais do que cumprir com a sua missão, e essa lei é debatida, altamente discutida até se exaurir qualquer tipo de coisa. Então, não tem nada de novidade nisso aqui. Nós já produzimos milhares de coisas aqui, ao longo da existência desta instituição. Não tem nada de novo, não tem roda nova, não tem absolutamente nada novo.

Uma outra coisa: eu queria deixar uma palavrinha aqui com nossos empresários, a gente não pode cultuar o analfabetismo, não é? Se eu tenho um bom servidor na prática, mas não tem formação, vamos dar um jeito para que ou pelo serviço tal ou pelo Senai ou por uma empresa ele evolua, ele cresça, ele se estabeleça. Não posso nivelar por baixo esse tipo de coisa. Este país tem que avançar. Não há mais lugar...

Se você pegar os índices do mundo, você pega o Brasil, aqui na América do Sul, os números do Brasil com relação aos vizinhos são uma vergonha, com relação à Bolívia, com relação aos outros... A gente tem que tentar fazer com que este país avance, melhore. E a empresa, que também tem interesse na melhoria da qualidade do seu servidor, precisa também ajudar de alguma forma para que isso aconteça, não é?

A gente precisa de um país organizado todos os dias, melhor: melhor do que ontem, amanhã melhor do que hoje, e assim sucessivamente.

Por último, Presidente, o Senador Moro apresentou um requerimento para suspender o debate. Mas só para suspender o debate? Tem alguma audiência pública, algum pedido? "Não, vamos chamar alguém para fazer uma exposição, fazer um debate aqui", ou é só empurrar, protelar? "Eu não estou de apetite, eu não quero debater isso" e tal? Esse é um ponto que eu queria questionar a V. Exa.

Por último, a gente vai chegar neste país um dia, não agora, não tão proximamente, mas nós vamos chegar, para atender a Senadora Margareth, num país em que não se vai precisar fazer nada. "Deixa que o mercado se vira e deixa que o mercado regula." Não existe isso, isso é ilusão! Então, tudo neste país passa por aqui, e quando não passa todo mundo chia, não é verdade? Então, vamos enfrentar o debate.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador André, antes de passar a palavra para V. Exa., eu quero, em tempo ainda, registrar aqui a presença, Senador André, da imprensa, que está aqui dando cobertura a esta nossa reunião.

Sr. Kevin Lima, do G1, seja bem-vindo. Marina Agostine, da TV Globo, seja bem-vinda. Elis Barreto, da Arko Advice, seja bem-vinda. Deraldo Goulart, da TV Senado... Sejam todos bem-vindos a esta Comissão.

Com a palavra, Senador André Amaral.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Senador Zequinha, muitíssima vênia, com muito respeito, em minuto nenhum eu estou fazendo apologia à ignorância; pelo contrário. Agora, o retrovisor não dá para trazer a realidade em que nós vivemos. Daqui para a frente, sim, tenho certeza de que serão melhores. Eu tenho engenheiro elétrico, engenheiro mecânico, como eu também tenho mecânicos que não sabem ler também, que trabalham conosco. Esse homem está condenado porque não tem um curso técnico profissionalizante? Esse é o princípio da exclusão.

Essa foi minha colocação. Em minuto nenhum desmereci quem se capacita e quem faz curso; pelo contrário. Na nossa colocação, Senador Zequinha, com todo o respeito, em minuto nenhum fazemos aqui apologia a quem não estuda. É necessário que se estude, é necessário que se capacite. Agora, nós temos no mercado pessoas com essa realidade, que não têm um curso e que estão no mercado e têm desempenhado o seu papel.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – É só mais uma explicação e prometo encerrar para que V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Mecias, nós vamos votar o requerimento.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – ... se achar necessário.

É só para deixar claro que o projeto também protege os que já exercem as profissões. O que já exerce a profissão, o projeto protege, mesmo que ele não tenha esse curso de Técnico em Eletricidade ou Eletrotécnica.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Em votação o pedido de adiamento de discussão – Senador Zequinha, o pedido é de adiamento da discussão – da matéria, na forma do art. 279 do Regimento Interno do Senado Federal, para o dia 6 de agosto de 2024. É de autoria do Senador Sergio Moro.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido, com o voto contrário do Senador Mecias, do Senador Zequinha e da Senadora Soraya.

Aprovado o pedido, fica adiada a discussão para o dia 06 de agosto de 2024.

Item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 6064, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre o direito a indenização por dano moral e a concessão de pensão especial à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika ou de Síndrome de Guillain-Barré causada pelo vírus Zika; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e 8.213, de 24 de julho de 1991.

Autoria: Câmara dos Deputados

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Em 2/7/2024, foi concedida vista coletiva da matéria.

2. A matéria foi apreciada pela CAS, com parecer favorável ao projeto.

Uma vez que o relatório já foi lido – o Senador Rodrigo Cunha não se encontra...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Nós colocaremos a matéria em discussão.

Senador...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Eu acho assim: o relatório já foi lido e está num processo de discussão com o gabinete do Senador Rodrigo Cunha. Longe de mim ou do Governo não reconhecer o drama que é. Só que nós estamos num processo de discussão, porque, infelizmente, hoje, todo mundo quer fazer uma dicotomia: "eles são contra". Eu não sou contra. Eu só estou querendo ponderar, porque acabei de ouvir aqui, há pouco, do Senador Sergio Moro que o Governo não cumpre o seu papel, por isso o dólar isso, a inflação aquilo.

A gente cria sempre, aqui, despesas, inclusive na previdência, sem... E olha eu aqui repetindo: não sou um liberal, mas tenho responsabilidade fiscal.

É nobre? É nobre. Mas é nobre também para outras doenças.

Uma criança como essa já tem o BPC, a mãe ou o pai podem pedir o BPC, então, são dois BPCs, são dois salários mínimos, e, eventualmente, pode ter, dependendo da família, o Bolsa Família.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui o projeto foi concebido pela Senadora Mara Gabrilli quando ela era Deputada, na crise da zika. Eu, por acaso, estava no Governo da então Presidente Dilma Rousseff, estava na Casa Civil, quando convocamos todas as empresas produtoras de repelente. Conseguimos fazer um processo de distribuição dos repelentes, principalmente para as pessoas do CadÚnico. Então, pelo amor de Deus, só não me diga "ele é contra", porque aí a gente minimiza, simplifica e não discute.

Além desses dois BPCs, o projeto propõe uma aposentadoria no teto da previdência, que é de sete mil e poucos reais – se somam os dois BPCs, e eu não estou dizendo que é muito –, que se soma ao BPC e que é vitalícia. Todo BPC é vitalício: enquanto a pessoa vive, é vitalício. Aqui parece que já houve acordo com o gabinete do Senador Rodrigo Cunha de não haver, como está previsto, como veio de lá da Câmara, a transferência, em caso de falecimento da criança que tem a encefalia decorrente do vírus da zica, para a mãe ou para o pai. Eu não consigo entender isso, mas parece que já há um acordo para retirar essa transferência.

Agora eu pergunto... Eu sei que todo mundo é sensibilizado com esse tema e eu também sou. Eu vou repetir: eu estava na Casa Civil quando, infelizmente, o drama da zica aconteceu. Agora, o que eu pergunto? Vamos supor que a gente aprove... Hoje, no Brasil, só mil pessoas ganham o teto da Previdência – só mil pessoas ganham o teto da Previdência, porque, para ganhar o teto, não é tão simples, no Brasil inteiro. Vamos supor que a gente aprove isso, Senadora Damares, e eu vi que V. Exa. queria fazer o relatório. A única coisa que eu pondero é a seguinte: tem muitos casos desses na Bahia e em Pernambuco, mas vamos supor que seja lá no interior da Bahia. Aí nós vamos dar esse dinheiro. Haverá especialistas daquilo de que a criança precisa no interior? Não necessariamente.

Eu, sinceramente, mesmo que fosse mais caro, acho que um projeto mais adequado seria obrigar o Governo a bancar os especialistas que aquela criança... Não é transferência do dinheiro, porque não é isso que vai resolver. Eu acho que seria muito mais nobre a gente transferir essa criança com a família, com ônus, se for o caso, do Governo, para ela estar junto de especialistas que possam tratá-la, porque eu posso transferir o dinheiro e aquilo não ter consequência. Pode ter consequência, óbvio, para a família, que terá uma condição melhor de vida, o que eu acho nobre.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só estou chamando a atenção – e, por favor, não me crucifiquem –, eu só estou querendo ponderar que nós estamos colocando o teto da previdência mas dois BPCs. O BPC é vitalício para a criança e, evidentemente, quando ela falece, não segue com a família. Então, eu estou ponderando isso aqui, porque a gente vive discutindo responsabilidade fiscal, vive discutindo o rombo da previdência. Aí, alguém tem que falar.

Foi aprovado na outra Comissão, porque disseram que o tema de economia era para fazer aqui. Aí, amanhã ou depois, alguém diz: "Bom, mas não apresentou a compensação, então, é inconstitucional, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal". Aí, de novo, vão dizer que é um absurdo, que não tem...

Eu tenho total sensibilidade, recebi várias cartas de várias mães em relação a isso. Estou muito à vontade, porque, quando Governador, a gente ampliou muitos hospitais, etc., etc. Não sei se a melhor solução é esta, a financeira. É isso que eu estou querendo dizer, com esse dado.

Então, como o Relator não está... Eu sei que outras pessoas... Aliás, não dependeria nem de relatoria *ad hoc*, porque, a bem da verdade, nós não temos mais que ler o relatório. Não sei se ainda cabe vista ou não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois é, então, eu preferiria que se adiasse a votação para que a gente continuasse esse debate e pudesse encontrar uma forma de azeitar o projeto como um todo. Esse é o meu ponto de vista, e aqui eu repito, em nome do Governo, que só não quero receber o carimbo de "Ah, ele está contra", porque aí é fácil, e a gente não faz debate nenhum.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, para discutir a matéria, o Senador Flavio Azevedo.

Em seguida, a Senadora Damares.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Presidente, eu estou entendendo que esse projeto é para possibilitar a uma pessoa que tenha esta doença

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meios financeiros apropriados para que ela se cure; essa, a vítima se cure da doença. Aí me preocupa... Eu concordo em parte e quase totalmente com os argumentos do Senador Jaques Wagner. Então, eu não estou entendendo por que é que o projeto estende e transmite ao responsável legal do beneficiário em caso de seu falecimento. Ora, se o motivo é tratar do paciente, na hora em que ele for a óbito, o motivo desaparece; se o motivo desaparece, não tem por que manter o custo disso. Essa é a primeira observação que eu faço.

Segunda, já que o objetivo é tratar daquela doença e foi julgado – de que forma eu não sei – que R$50 mil é um valor suficiente, por que um décimo terceiro, um equivalente ao décimo terceiro sobre isso? É só mais despesas. O Senador Jaques Wagner já se expressou quais são os prejuízos intercorrentes.

Agora, eu declaro: eu sou a favor do conceito, ou seja, para vítimas de zica... E são poucas, Senador Jaques Wagner, isso não influi muito no orçamento, porque a quantidade é pequena. Agora, fazer isso de forma permanente e transformar isso num salário para o pai da vítima, ou a mãe, ou qualquer outra pessoa, e dar um décimo terceiro, eu acho que é onerar o Governo sem maior necessidade prática.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Damares, com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, deixe-me olhar para o Governo, um Governo que não me ama. O Líder me ama, mas o Governo não. E, Senador Flavio, deixe-me explicar.

As regras do BPC são muito claras: a renda familiar passou de um terço do salário mínimo, a família perde o BPC. O senhor sabe disso, todo mundo sabe disso. Manter essas crianças apenas com BPC é injusto, completamente injusto. E aí, Senador Flavio, eu vou lhe responder por que a extensão para o pai, para a mãe, por que não uma pensão especial? Todo mundo reconhece que foi um erro nosso não proteger, não ter medidas sanitárias lá na ponta. É um erro nosso. É o mínimo que o Estado pode fazer.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flavio, a mãe de uma criança dessa teve a vida interrompida. O tratamento da criança, alguns podem dizer "mas já vai ter o tratamento fora de domicílio, já tem o BPC", mas, espere aí, uma mãe de 20 anos que teve uma criança com zica, a vida dessa mãe está interrompida, gente. Acabou faculdade, acabou carreira profissional, acabou. Manter uma criança desta viva com um mínimo de qualidade de vida...

Eu quero que os senhores pensem quanto custa uma cadeira de rodas, uma cadeira de rodas eletrônica. Eletrônica que fala, não é? Mecânica. Tem crianças cujas cadeiras são específicas, desenhadas para elas, específicas. "O Estado vai dar." Dá não, gente. Vai lá no interior: a criança faz um pedido de uma cadeira dessa, Presidente, dez anos depois ela recebe, ela já está com 15 anos.

Então, o mínimo que essa família pode ter é essa pensão especial, para a gente dizer para esta mãe, para esse pai: "Nós reconhecemos que lá atrás nós erramos com as não medidas sanitárias". Esta mãe está pagando um preço, esse pai está pagando um preço.

E eu quero dizer para os senhores que esse projeto é de 2015. A Senadora Mara ainda era Deputada. Essa discussão foi feita com todo mundo, lá na Câmara. Aqui, no Senado, também eu relatei, na semana passada, um projeto semelhante a esse. O assunto não é novo. Nós já reconhecemos que as famílias precisam.

Confesso, Senador Flávio... Isso não vai falir a União. Vamos somar quantas pessoas vão receber essa pensão? Não vai falir a União.

A gente já tem um pacto econômico aqui, mas, hoje, é o mínimo que a gente pode dizer para aquelas famílias: perdão por termos errado como gestores. A família não tem que ficar pagando esse preço a vida inteira.

Por essas mães e esses pais, eu vou dizer uma coisa: uma criança com zica não é só ela, é a família inteira. O estudante mais velho, que já estava em uma escola, também já interrompeu, porque tem que ajudar a mãe.

Gente, transportar uma criança do interior para a capital, eu quero que vocês imaginem a logística que é.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Ah, mas a prefeitura dá o tratamento a domicílio...". Mas não dá para o irmão mais velho ajudar a mãe a carregar, não dá para o pai... A pensão da mãe, lá, às vezes recebe só a mãe e a criança com deficiência, não recebe o irmão mais velho...

Tem crianças que já estão com 60kg, Senador... Elas cresceram! Essas mães não aguentam mais carregar esses filhos no colo!

Então, a pensão, hoje, é um apelo, sim, que eu faço, em nome das famílias!

Eu estou sempre com essas famílias. Eu sei. Essas crianças merecem, no mínimo, qualidade de vida, e essas famílias também! Então, eu faço o apelo que a gente não adie mais a discussão.

De 2015 até hoje... Quantos anos mais vamos ficar discutindo isso? Então, eu acho que não cabe mais adiamento da discussão. Vamos para a votação.

Está aqui o gabinete da Mara. Está aqui o gabinete do Rodrigo. Eles concordam que a votação seja feita hoje. Não dá mais para a gente adiar que a justiça seja feita.

São só 1,8 mil crianças, gente.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Só gostaria de ponderar, Senadora Damares... Repare: a gente teve o advento da covid. Foi culpa do Governo brasileiro, francês ou americano? Não me consta.

É contraditória essa coisa de que a culpa foi do Governo. A culpa é de nós, humanos todos, e de como estamos tratando a natureza. Portanto, estão surgindo essas questões todas.

De qualquer forma, concordou-se com a indenização de R$50 mil.

Senão, cada doença que aparecer, a gente vai dizer que a culpa é do Governo. Não é que a gente não cuidou. Tanto assim, que foram, infelizmente, ainda 1,8 mil atingidos. Se nós não tivéssemos cuidado, o número de pessoas atingidas seria muito maior do que esse. Mas tudo bem, eu diria que é mais um gesto de solidariedade do que assunção de culpa, porque, senão, daqui a pouco, culparemos todos os estados brasileiros por cada doença que surja.

Só para fazer a ponderação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu acho que esse debate é um debate muito sereno, muito tranquilo aqui. Eu estou vendo alto nível de defesa, até de quem pensa diferente, mas, com humanidade, que é o que colocou o Senador Jaques Wagner, que está tendo humanidade com relação a esse assunto.

Eu cheguei a fazer dois documentários sobre esse tema. Olha só... Jamais imaginava estar aqui, no Senado Federal e, em 2015 e 2016, eu fiz esses documentários sobre as famílias que têm filhos acometidos com essa questão do zica vírus. Eu acabei de colocá-los no grupo dos Senadores, o grupo de 81, do Zap. Quem puder assistir... Não sei se essa discussão nossa vai durar muito tempo ainda, mas, quem puder assistir, são dois documentários feitos com muito respeito, de forma muito técnica, ouvindo médicos.

Inclusive, Presidente, já tem sentença na Justiça mostrando que houve falha, sim, na época da questão do enfrentamento ao mosquito. Faltou um cuidado, na época, do Governo, independente de que Governo seja.

Nós não estamos aqui querendo buscar culpados. Nós estamos aqui querendo reparar algo muito, muito pesado que aconteceu no Nordeste brasileiro, sobretudo no Nordeste brasileiro – Ceará, Bahia, Paraíba, Pernambuco.

As famílias têm que se desdobrar, famílias muito pobres a grande maioria, como relatou a Senadora Damares. E está no filme, está no documentário.

Senador Fernando Farias, a sua terra, Alagoas, também tem casos.

Essas mães, a abnegação desses pais, dessas famílias... Vivem em torno da criança.

E está aqui o documentário. Quem quiser assistir...

São imagens fortes, mas, Senador Jaime Bagattoli, imagens de superação. Vocês precisam ver quando a família tem um pouco de condição. Por isso é importante este projeto, esta pensão.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso também é importante que a gente possa reforçar: a criança se desenvolve. Quanto mais cedo ela faça, em clínicas, o seu desenvolvimento, toda a fisioterapia, é impressionante como ela consegue se desenvolver. A vida nunca vai ser normal, mas ela consegue ter uma qualidade de vida um pouco melhor.

Então, Sr. Presidente, eu lhe agradeço o fato de o senhor ter colocado em pauta isto. É um assunto que já está maduro há muitos anos.

A Senadora Mara Gabrilli teve a inspiração de fazer este projeto. O Senador Rodrigo Cunha, com a sua sensibilidade, o aprimorou, ouviu a todos os Senadores.

Então, que a gente possa, hoje, deliberar sobre isso, porque ainda precisa ir ao Plenário da Casa.

Que a gente possa fazer isso até com urgência, porque esse assunto, assim como a fome, urge, e a gente não pode deixar de ter esse olhar humano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Soraya Thronicke, com a palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero dizer aqui que concordo realmente com o relatório apresentado pelo meu Líder Rodrigo Cunha, mas eu gostaria de saber se ainda dá tempo de emendarmos ou apensarmos um projeto de lei que está parado aqui nesta Comissão.

É o Projeto de Lei 2.291, de 2021, de autoria da CPI da Pandemia, cujo primeiro signatário é o Senador Humberto Costa.

Esse projeto visa a pagar uma pensão aos órfãos da covid.

Nós apuramos, sim, falha do Estado na então gestão do Presidente Jair Bolsonaro. São muitas e muitas e muitas vítimas. São muitos e muitos órfãos da covid. Só lá no meu gabinete, são duas crianças órfãs.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, gostaria muito de apensar, de emendar e de que todos os colegas tivessem a sensibilidade também com essas pessoas, enfermeiros, médicos... Conheço órfãos de enfermeiros que não ganhavam nem o piso da enfermagem naquele momento. Cada criança está com um familiar, porque, às vezes, são pessoas humildes e não conseguem levar quatro filhos, por exemplo, para o mesmo lar.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então, o dano moral – o dano – é coisa absurda!

Então, se os colegas realmente querem fazer justiça quando o Estado erra, que façamos justiça para todos e que continuemos com a reforma previdenciária, porque o povo brasileiro está pensando que aquela reforma resolveu o problema, mas não o resolveu totalmente, e vendem como se tivessem sido reformistas.

A conta vai chegar para todos nós na previdência. Então, que sejamos responsáveis em fazer realmente uma reforma da previdência decente, que resolva o problema, porque aquela lá resolveu uma parte, e que os colegas – aí, sim, eu vou respeitar mesmo – incluam, apensem, se for possível, porque aí eu vou fazer um pedido: o 2.291, de 2021. Vamos apensar ou vamos emendar. E sejamos todos honestos e sinceros: para todas as crianças.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Só para esclarecer a Senadora. Permita-me, só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pois não, Senador.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Nesse projeto da covid, a pensão proposta é R$1,5 mil, até os 18 anos. Evidentemente, são casos diferentes, porque ali você está falando de um órfão, mas que está na plenitude da sua integridade física, mas estou dizendo que a propositura, que está ainda aqui nesta Comissão, é de R$1,5 mil, até completar a maioridade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, vou repetir, nós estamos falando de vitalício e transferível para a família. Eu realmente... Bom, temos uma emenda, um destaque, se entrar em votação, para retirar essa transferência automática.

Eu vou repetir, Senadora: eu acho curioso, às vezes, que tudo é aqui no Governo Federal.

É óbvio que o Governo estadual é muito mais próximo dessas vítimas do que o Governo Federal. Então, era melhor ter tabulado quantas crianças tem em cada estado e, nem que fosse nas transferências obrigatórias do Ministério da Saúde, que se transferisse para cuidar da criança. A transferência do dinheiro, evidentemente, vai ajudar a família.

Repare, Senador Girão: eu não vi seu filme, mas eu estava aqui e sei qual é o sofrimento – não vou comparar sofrimento – e é semelhante ao de uma criança que, por um erro no parto, ficou numa cama o resto da vida e também imobiliza a sua família. Ou seja, a gente não pode ficar comparando sofrimento, porque um foi de um jeito, outro, do outro...

Então, reparem: eu estou fazendo aqui até o que eu não gostaria, mas eu estou falando porque, depois, os discursos de irresponsabilidade fiscal são altos. Então, nós temos que encaixar a nossa solidariedade de alguma forma.

Mas tudo bem, se for V. Exa. a decidir... Porque não há nem o cálculo do impacto. Eu não sei se seria o caso de a gente pelo menos pedir um cálculo de impacto, para podermos votar com mais serenidade talvez...

Eu vou repetir que eu estou muito à vontade, porque eu fui Governador. Quando houve a zica, era um Governador do meu grupo e, atualmente, continua sendo.

Eu, por exemplo, vou, até em função deste debate, propor ao Governador do Estado da Bahia que mapeie onde temos crianças baianas nessa condição e pedir que ele assuma o cuidado das crianças, porque o Governo Federal, aqui, a essa distância, não consegue fazer o objetivo do projeto, que seria uma cadeira de rodas ou o que fosse.

Bom, era só para externar a minha opinião e, repito, dentro de um nível em que a gente está debatendo aqui de respeito às ponderações, porque não se trata de contrariedade, trata-se de ponderações.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Soraya, o pedido de V. Exa., para apensar outro projeto, pode ser feito através de requerimento à Mesa do Senado, mas V. Exa. pode apresentar emenda até o final da discussão. Certo?

Com a palavra o Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Senadora Damares, a gente entende essa situação sua, essa preocupação, mas eu quero deixar um relato para vocês aqui.

Eu até nem conhecia essa doença, ossos de vidro. Eu nem conhecia isso, nem sabia que isso existia. Vou falar bem a verdade.

Tem uma criança lá de Porto Velho. Um dia desses, eu estava vindo no avião, Senadora Tereza, e estava essa mãe com essa criança. E eu fui entender isso de perto. Acho que ela recebe um salário desse BPC, e o marido, que trabalha, deve receber um salário mínimo. Sei que é uma situação difícil. O que é que eu fiz? Sinceramente, eu levei para o meu apartamento.

Presidente, aí é que eu fui ver uma criança daquela, e isso foi ano passado. A cada quatro meses, ela vem em Brasília para tomar essa vacina.

Sabemos que é uma criança. O menino hoje tem cinco anos e, segundo os médicos, pode ir a sete, a oito... O dia certo só a Deus pertence, mas sabemos que vai chegar.

Agora, assim como aconteceu essa situação do vírus zica, nós temos outras doenças também.

Agora, o que me preocupa só um pouquinho, Senadora Damares, é essa situação de se aposentar pelo teto máximo. Não sei se isso...

A gente sabe do sofrimento. Eu vi o sofrimento de uma mãe dessas, e a gente se sensibiliza e sabe o quanto é importante a gente ter saúde – nós, que temos saúde. Agora, nós também

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos que analisar a responsabilidade – como falou o Jaques Wagner – sobre o INSS, sobre o sistema da previdência social do Brasil.

Nós sabemos que a previdência social já está, literalmente, quebrada, falida, e está falindo o Estado dia a dia, com essa situação que nós temos na previdência. E nós sabemos que a situação da previdência, não é esse caso aqui que iria quebrar a previdência. Nós temos diversos casos em que houve uma disparidade, houve um desacerto, um desarranjo entre a iniciativa privada e o setor público. Como nós vamos resolver isso? Isso é sobre o que o Congresso Nacional tem que se debruçar.

Agora, Senadora Damares, se pudesse ver essa situação de vitalício e ainda repassar isso para a família – se for isso que eu entendi –, na minha concepção, na minha análise, com todo o respeito, nós precisaríamos analisar só essa situação e repassar isso para os familiares adiante.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Mecias.

Com a palavra, Senador.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, é só para entrar um pouquinho no debate, mas me referindo ao que disse a Senadora Soraya do Projeto 2.291, de 2021, do Senador Humberto Costa, que prevê uma pensão especial para as crianças que tiveram seus pais vitimados por covid.

Se ele não pode ser apensado – eu acredito, de fato, que, neste momento, atrasaria esse projeto –, eu gostaria que V. Exa. designasse Relator a essa matéria para que essa matéria pudesse vir a ser discutida na Comissão de Assuntos Econômicos e, depois, na Comissão de mérito.

É o meu requerimento, Sr. Presidente, porque eu entendo que o projeto, sem dúvida nenhuma, o 2.291, de 2021, é meritoso e merece a atenção especial de todos nós.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Sr. Presidente, só uma...

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Mecias, vamos designar já o Relator para esse projeto, o PL 2.291.

Com relação a apensar o projeto, é um requerimento feito à Mesa do Senado, não é?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Para discutir.) – Eu concordo também com a designação de Relator, porque são assuntos diferentes, mas eles tratam da responsabilidade do Estado; e eu gostaria aqui de avisar a todos os pais e mães dessas crianças aqui, que foram acometidas por doenças em razão do zica vírus, que eu sou favorável, absolutamente favorável. A questão é: nós temos outros problemas também para resolvermos, e o impacto não é tão grande assim, como no caso da covid.

Então, só para tranquilizar: eu sou favorável ao projeto. Apenas gostaria de ressaltar essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado.

Senador Flavio, com a palavra.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Apenas para esclarecer, Presidente, eu não sou contra o projeto; pelo contrário, sou favorável. A minha ponderação é na vitaliciedade, transformar isso mesmo após o óbito, com o argumento que eu respeito, da Senadora Damares, de que a mãe teve a vida interrompida. Esse mesmo argumento pode ser usado, Senadora, para várias outras doenças pelas quais a mãe teve que se dedicar ao filho. São várias outras, muitas doenças, não é só para a zica que a mãe tem que se dedicar e, para usar as palavras de V. Exa., pela qual a vida dela é interrompida. São muitas outras.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na hora em que se aprovar esta pensão mesmo após o falecimento, o óbito do beneficiário, outras doenças, outras vítimas podem alegar também o mesmo motivo, e são muitas doenças que exigem a dedicação exclusiva da mãe.

Então, para esclarecer: eu sou absolutamente a favor da concessão do benefício, mas eu apenas pondero que ele deve ser interrompido quando do óbito da vítima. É só isso. Sou a favor do projeto, menos na permanência.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Ouvindo aqui atentamente todos os argumentos dos Senadores e Senadoras que são favoráveis e contrários ao projeto – ouvi a Senadora Damares atentamente, Senadora Damares, e o Senador e Líder Otto –, ainda não se tem e há dúvidas... Embora alguns até achem que o impacto pode ser mínimo, nós não temos esse estudo do impacto financeiro, que pode ser um impacto muito grande.

Tendo em vista o risco de relevante impacto financeiro e orçamentário da presente matéria, esta Presidência adia a apreciação da matéria e solicita ao Ministério da Fazenda a análise do referido impacto.

E aqui eu já pedi que se fizesse ofício ao ministério...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, tem impacto, tem impacto. Está apresentado o impacto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não do ministério, Senadora Damares, porque as discussões... O Líder Otto disse que o impacto – aliás, o Líder Jaques –, além de não existir, pode ser muito grande.

Eu ouvi aqui atentamente o Senador Jaime e outros Senadores, mas nós vamos requerer aqui, como eu fiz em outros projetos, quando há dúvidas sobre o impacto financeiro – sobre o impacto financeiro –, e o Senador Oriovisto é testemunha disso.

Então, é o Ofício 24, de 2024:

A Sua Excelência o Senhor

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

FERNANDO HADDAD
Ministro da Fazenda
Assunto: Impacto fiscal do Projeto de Lei nº 6064, de 2023.
Senhor Ministro,
Com base no parágrafo 2º do artigo 131 da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022, gostaria de solicitar a Vossa Excelência que encaminhasse ao órgão responsável um pedido para elaborar a estimativa de impacto orçamentário e financeiro relativo ao PL nº 6064, de 2023, em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para o período do exercício em que entrar em vigor e os dois exercícios subsequentes [com memória de cálculo detalhada e correspondente compensação para efeitos de adequação orçamentária e financeira].
[...] [informo, por oportuno, que o teor] da proposição está disponível na página do Senado Federal [...] [na internet, PL 6.064, de 2023].
[...]
Respeitosamente,
Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pois não, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – A decisão do senhor, embora eu discorde, temos que aceitar, o senhor é o Presidente desta Comissão. Eu só digo que essas famílias estão sofrendo. É mais uma agonia, é mais tempo de agonia.

Só peço, pela sua sensibilidade também, que o senhor estipule um prazo, que o senhor possa pelo menos colocar aí, para que, no início de agosto, quando a gente voltar, a gente possa deliberar sobre essa matéria, que já está madura. Só isso, porque senão a gente vai ficar com o tempo indefinido com relação a essa questão que aflige milhares de famílias.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão, uma informação. Ela é no prazo de 60 dias, mas nós vamos pedir ao Ministério da Fazenda o mais rápido possível, no começo de agosto, como V. Exa. está pedindo.

Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, então, se a gente vai aguardar, eu queria pedir à Comissão se a Comissão, a Secretaria pode pedir uma audiência com o Ministro Haddad para mim, o Senador Rodrigo e a Mara; nós vamos os três conversar com ele.

Encaminhe ofício, mas a gente gostaria muito de mostrar para o Ministro Haddad a nossa preocupação de colocar uma equipe, em forma de urgência, para apresentar esse impacto.

As crianças têm pressa. Então, se eu pedir, eu acho que eu não seria recebida, mas a Comissão pedindo, nós vamos, quantos Senadores forem precisos para conscientizar o Ministro, dar uma prioridade a esse estudo.

É um pedido que eu faço à Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Damares, o pedido de V. Exa. será atendido. A senhora tem sugestão de data para que o Ministro atenda?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quando ele puder atender. Quando ele puder atender, estarei lá.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Faço questão de acompanhar essa comitiva.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Projeto...

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Senador Vanderlan...

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Próximo item...

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O meu... Eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador?

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Eu pedi a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador André.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Sou recém-chegado na Casa. Eu não sei se o critério de fala é por inscrição ou por antiguidade. Por antiguidade, eu vou falar muito depois de todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É por inscrição, Senador.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Por inscrição. Fui um dos primeiros...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Ao levantar a mão.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Obrigado.

Senador Vanderlan, eu me associo à propositura do senhor. As famílias mutiladas são uma realidade, mas nós temos que ter responsabilidade para com quem paga a conta.

Indiscutivelmente, o Estado tem responsabilidade, mas, me associando à precisa colocação do senhor, preciso saber qual o tamanho... Eu sou municipalista; por que não os municípios e o estado, o Governo Federal darem condições para que se possam atender essas famílias? E qual o critério dessa pensão, desse valor atribuído? E pós-morte é uma coisa inaceitável, não é verdade?

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A mutilação é lamentável, e, como colocou bem o Senador Azevedo, a mutilação em outras doenças, inclusive a obesidade – em outras doenças.

Então, precisamos ter muito critério nisso.

A instrução... Eu li aqui o relatório, e ele não fala, Senador Girão, com todo o respeito, do tamanho da conta – e nós temos muitas contas.

Eu não estou dizendo que não é justo; é devido. As famílias mutiladas estão aí, mas nós precisamos ter muita cautela, porque nós não sabemos o tamanho da conta.

Então, me associo à propositura de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador André.

Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 5008, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a produção, importação, exportação, comercialização, controle, fiscalização e propaganda dos cigarros eletrônicos, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda apresentada, e contrário às Emendas nºs 1 e 2.

Observações:

1. Em 12/3/2024, foi lido o relatório e adiada a apreciação para realização de audiência pública.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Em 21/5/2024, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

3. Em 17/4/2024, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do senador Mecias de Jesus.

4. Em 11/6/2024, foi apresentado o Requerimento nº 64/2024-CAE, dos senadores Magno Malta e Eduardo Girão, de adiamento de votação da matéria.

5. Em 11/6/2024 foi apresentado voto em separado da senadora Zenaide Maia.

6. Em 11/6/2024 foi apresentado e aprovado requerimento de adiamento da discussão da matéria para o dia 9/7/2024.

5. Em 11/6/2024, foi apresentado voto em separado da Senadora Zenaide Maia e, posteriormente, retirado.

7. Em 9/7/2024, foram apresentadas as Emendas nºs 3 a 9, de autoria do Senador Mecias de Jesus.

Foi apresentado à Secretaria desta Comissão requerimento que será votado preliminarmente.

Saiu, Senadora Tereza! (*Risos.*)

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Senador, eu sou recém-chegado a esta Casa, é uma matéria muito complexa e eu preciso me debruçar sobre ela. Eu gostaria de pedir vista coletiva dessa matéria.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu tenho um requerimento de adiamento de discussão. Eu gostaria que V. Exa. fizesse a leitura e submetesse aos nobres Senadores o adiamento de discussão dessa matéria, tendo em vista ser uma matéria bastante polêmica. Apesar de já ter sido bastante discutida nesta Casa, eu creio que, no momento, o ideal seria adiarmos a discussão. Até fiz o pedido baseado nos mesmos argumentos que já fizeram anteriormente, mas também incluo aqui que as emendas que apresentei não foram analisadas pelo Relator. Então, de comum acordo com o Relator e com a autora do projeto, a Senadora Soraya, nós estamos fazendo o requerimento de adiamento de discussão dessa matéria.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu concordo. E eu gostaria também de concordar com o Senador para que o senhor nos conceda adiamento e vista coletiva, determinando...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Mecias...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Primeiro, é a votação do requerimento, não é, Presidente?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Primeiro, o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Eduardo Girão, nós podemos conceder os dois: o pedido de vista e o adiamento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O Regimento, na verdade, não diz se é um ou outro.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pedido de vista tem prazo; adiamento não tem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Une. Dá para unir, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, vamos fazer a votação, se V. Exas. concordarem, com o pedido de renovação de adiamento de discussão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isso, exato, sem pedido de vista.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Pedido de vista na sequência?

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, não. Votação do requerimento de que foi dada a entrada antes. Se perder, aí sim... Se perder, a gente pede vista, mas não vamos queimar um pedido de vista num assunto tão polêmico que mobiliza a sociedade brasileira, porque nós vamos discutir depois com calma isso aí. Adiamento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão, Senador Oriovisto, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, esse projeto já foi tão debatido, já teve pedido de adiamento acho que duas vezes aqui, conforme lido. Chega-se a um momento em que tem que votar. Não tem jeito. Nós vamos ganhar mais um tempo.

Então, Senador Girão, eu aqui consulto novamente V. Exas. sobre o adiamento e o pedido de vista, para que a gente vote esse projeto no começo de agosto ou na próxima semana, se houver. Mas chega-se a um momento em que o próprio Relator fica agoniado, bem como o autor do projeto, e o voto... Chega-se a um momento em que nós vamos ter que votar!

Então, eu consulto novamente V. Exas. com relação ao adiamento e ao pedido de vista.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, obedecendo ao Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O Regimento não diz se tem que ser um ou outro, o Regimento concede. Aí é a cargo da Presidência, Senador Girão, mas eu estou aqui, de uma forma diplomática, pedindo a orientação de V. Exas. aqui, como um acordo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É porque são coisas diferentes. Uma é o requerimento de adiamento da discussão, que, obviamente – no meu modo de entender, posso estar equivocado –, na hora em que você consegue aprovar o pedido de adiamento, como foi feito pelo Senador Mecias, você pode ter a vista depois. É uma semana a mais, entendeu?

Então, eu acredito, Sr. Presidente, que é prudente que a gente observe o requerimento do nosso colega, Senador Mecias de Jesus, com a preocupação com a saúde pública. Faz esse pedido até porque ele está negociando, ainda. Ele está vendo questão de emenda. Então, que a gente possa fazer esse requerimento agora, votar esse requerimento de adiamento e depois, se perder,

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se for perdido, porque podemos perder aqui, aí a gente pede vista. Agora não tem motivo para fazer esse adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão, há informação que eu tenho do João aqui, e eu o respeito muito porque ele entende tudo de Regimento, certo?

O Senador André pediu vista primeiro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Mas tinha o requerimento protocolado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim. Então, teve o pedido de vista. E nós vamos ler o requerimento. Podem ser concedidos os dois.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas, Presidente, só um detalhe, só para lhe explicar a situação. O João está ali, a gente tinha até conversado com ele antes. Veja bem, o pedido do Senador Mecias foi feito antes. Está protocolado no sistema do Senado antes, bem antes, no começo da sessão. E agora é que veio o pedido de vista do nosso querido Senador André Amaral.

Eu tive o prazer de passar a Presidência do Senado para ele, na semana passada.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Foi feito antes e V. Exa., inclusive, anunciou antes do pedido de vista do Senador André.

Eu creio que o pedido de adiamento, se entendido, Presidente, se aprovado, nos termos como nós fizemos, e o pedido de vista também constar para o prazo que nós fizemos, eu creio que não há problema. O meu pedido de adiamento é para o dia 20 de agosto. Então, o pedido de vista também fica concedido para o dia 20 de agosto, e dia 20 de agosto V. Exa. já traz e em definitivo. Em definitivo! A autora do projeto está concordando e o Relator também concordou comigo.

Então, o pedido de vista e o adiamento, dia 20, definitivamente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Concordo. Tudo que houver dentro do Regimento deve ser usado. Todas as articulações devem ser respeitadas desde que estejam dentro do Regimento. O Regimento não proíbe, pode conceder simultaneamente. O que vai adiantar mais cinco dias, menos cinco dias?

O que vai adiantar mais cinco dias, menos cinco dias? Então, eu concordo. E vai chegar a hora de pautar e votar. Então, sem mais discussões, tranquilo. Nem que a vista seja dada depois, mas não vai mudar nada.

Já com o pedido, juntando...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a concordância da autora, e o Relator não se encontra presente, mas foi dito que o Relator concorda – e eu confio na palavra do Senador –, então nós concedemos vista coletiva.

E passamos, agora, a votação do pedido de renovação de adiamento da discussão da matéria, na forma do art. 279 do Regimento Interno do Senado Federal, para o dia 20 de agosto de 2024, de autoria do Senador Mecias de Jesus.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido, ficando adiada a discussão para o dia 20 de agosto.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1548, DE 2022 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2018)

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para estender ao farelo e ao óleo de milho o mesmo tratamento tributário concedido à soja relativamente à incidência da Contribuição para os

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *1. A matéria foi apreciada pela CRA, com parecer favorável ao projeto.*

Autoria: Senador Cidinho Santos.

Concedo a palavra à Senadora Tereza Cristina para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente Vanderlan.

Caros colegas, eu gostaria de pedir para passar já diretamente para a análise do projeto, já que se encontra disponível aqui o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Por favor, Senadora. Permissão dada.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – De acordo com o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre tributos e o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente do Senado Federal.

Na presente ocasião, por se tratar de SCD ao PLS nº 117, de 2018, e ser a CAE a última Comissão de instrução, cumpre-nos avaliar o PL nº 1.548, de 2022, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito.

No que diz respeito à constitucionalidade, a matéria atende ao ordenamento jurídico vigente, observando os requisitos formais e materiais, não havendo nada a reparar no PL, uma vez que estão atendidos os requisitos constitucionais relativos à competência concorrente da

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

União para legislar sobre direito tributário (art. 24, I, da Constituição Federal); às atribuições do Congresso Nacional (arts. 48 a 52, da Constituição Federal); e à iniciativa (art. 61, *caput*, da Constituição Federal).

Ademais, o PL nº 1.548, de 2022, não fere a ordem jurídica vigente, inova o ordenamento pátrio, tem poder coercitivo e está em conformidade com todas as demais regras regimentais.

Cabe, também, esclarecer que a proposição atende a todos os atributos exigidos pela boa técnica legislativa, em consonância com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Em relação ao mérito, como avaliado em profundidade na CRA, destacamos que o autor da proposição, Senador Cidinho Santos, argumentou que não haveria qualquer justificativa plausível para que se diferenciassem os complexos soja e milho, que contribuem efetivamente de forma equivalente tanto no incremento do emprego de mão de obra direta ou indireta quanto na produção de alimentos para o consumo humano – óleos de soja e de milho – e de insumos para outras cadeias do agronegócio: farelos de soja e de milho para o consumo animal.

Nesse sentido, por uma questão de justiça e isonomia, a CRA, ao analisar o PL original, entendeu que se fazia necessário que fosse estendido ao farelo e ao óleo de milho o mesmo tratamento tributário concedido à soja relativamente à incidência da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público, contribuição para o Pis-Pasep, e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Assim, acompanhamos a opinião, já exarada anteriormente por este Colegiado quando da análise do texto original, no sentido de que o PL apoia a produção agropecuária e se mostra de grande relevância para o Brasil, uma vez que os grãos milho e soja vêm apresentando contínuo desenvolvimento de produtividade no país, com alto potencial de promover o desenvolvimento socioeconômico em muitas regiões.

Portanto, em relação ao mérito, a transformação em lei da proposta diminuirá o acúmulo de créditos de Pis-Pasep e de Cofins de que hoje padecem as empresas que vendem no mercado interno ou exportam produtos do complexo milho, dando concretude à máxima econômica de que não se deve exportar tributos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De outra parte, somos também sensíveis aos ajustes propostos pela Câmara dos Deputados, que visa a excluir o tratamento proposto para o milho em grão, que atualmente, como argumentado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, que analisou igualmente a matéria em profundidade, tem destinação importante para alimentação animal e já conta com adequado tratamento tributário.

Tendo em vista a situação sensível das contas públicas brasileiras, a extensão ao farelo e ao óleo de milho do mesmo tratamento tributário concedido à soja relativamente à incidência da contribuição para o Pis-Pasep e da Cofins deve ser promovida considerando os eventuais impactos potenciais negativos de uma redução de arrecadação do Governo Federal.

Nesse contexto, entendemos necessário o devido exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da matéria, para que o desiderato veiculado no PL possa harmonizar a política tributária de arrecadação fiscal com os benefícios econômicos a serem alcançados. Em outras palavras, a perda tributária associada deve ser compensada pelos ganhos econômicos e geração de emprego e renda para a sociedade como um todo.

A CAE, por meio do Parecer nº 19, de 2022, da lavra da Relatora, Senadora Kátia Abreu, com base no Ofício SEI nº 214/2019/Codep/AAP/GME-ME, de 28 de junho de 2019, do então Ministério da Economia, estimou que a aprovação do PLS nº 117, de 2018, na forma original, teria impacto orçamentário fiscal da ordem de R$28,64 milhões por ano.

Em outra análise, segundo dados da Empresa pública de Pesquisa Energética (EPE), que presta serviços de inteligência energética ao Ministério de Minas e Energia, o setor de etanol de milho, responsável por 100% da produção dos farelos e óleos de milho beneficiados nesta iniciativa, cresceu nos últimos cinco anos 804%, saindo de uma produção de 720 milhões de litros ao ano em 2018 para 5,79 bilhões de litros em 2023, com média anual de crescimento de 160% ao ano, contabilizando 15,8% da produção total deste biocombustível no Brasil. Estima-se que 85% da receita da atividade e, consequentemente, da geração de impostos desta cadeia de negócios se dê no biocombustível, sendo os farelos e óleos resíduos desta operação. Assim sendo, fica bastante explicito que a atividade continua a atrair investimentos, em uma projeção de dobrar a produção até 2032, segundo a EPE.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O setor de etanol de milho terá um aumento de produção de 1,5 bilhão de litros de 2023 para 2024, com uma incidência de R$0,24 por litro de PIS-Pasep e da Cofins, agregado entre produtores e distribuidores, resultando em um aumento de arrecadação de R$360 milhões em 2024, frente a uma renúncia de R$43 milhões em PIS-Pasep e da Cofins no mesmo período, segundo a Nota Técnica 60/2024-Conorf-SF.

Por tudo isso, não há de se falar em perda de arrecadação, e sim em uma isonomia, para que os farelos de milho tenham o mesmo tratamento tributário da soja, por possuírem características e aplicações semelhantes.

Ao estimarmos, no estágio atual, com exclusão do tratamento diferenciado para o milho em grão, o impacto tributário decorrente do PL, em 2024, é de R$43,087 milhões; em 2025, de R$89,448 milhões; e, em 2026, de R$ 92,668 milhões, apurados pela Nota Técnica de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 60/2024-Conorf-SF. Entendemos, desse modo, que o PL está ancorado em pressupostos sólidos para o equilíbrio entre as demandas fiscais e o desenvolvimento econômico do país.

Dessa forma, é razoável, proporcional e isonômico estender ao farelo e ao óleo de milho o mesmo tratamento tributário concedido à soja relativamente à incidência da contribuição para o PIS-Pasep e da Cofins, medida que contribuirá para apoiar esse importante segmento do agronegócio.

O voto.

Portanto, considerando os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa, mérito e, também, o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da matéria, opinamos pela aprovação do PL nº 1.548, de 2022.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Tereza, parabéns pelo seu brilhante relatório.

A matéria está em discussão.

Senador Jaques, com a palavra.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Então, já foi feito um acordo efetivamente, na Câmara dos Deputados, com a Fazenda. A Fazenda hoje me informou que, da borra de cerveja que entrou – e eu confesso que não sei nem exatamente o que é, também tinha entrado –, o impacto é muito pequeno, quase insignificante. Então, nós não temos nada a opor, do ponto de vista do Governo, ao projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Senador Jaime com a palavra.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Parabéns pela relatoria da nossa Senadora Tereza Cristina!

Quero dizer para você, Senadora, que tem que existir o mesmo tratamento tanto para o óleo de soja quanto para o farelo, até porque essas indústrias, hoje, esmagadoras de milho que estão produzindo etanol de milho em larga escala, crescendo praticamente 15% a cada ano que vem se passando, que resolveram o grande problema nosso que era o da produção de milho no Mato Grosso, já sofrendo com a infraestrutura logística que nós temos para exportar milho – nós tínhamos um problema sério. Isso está gerando emprego e renda não só para o Mato Grosso, mas para o Brasil e gerando muita arrecadação de impostos dos biocombustíveis.

Parabéns pela relatoria!

Precisamos de que isso siga em frente e seja aprovado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a construir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Muito obrigada.

Eu acho que esse projeto o Senador Cidinho, quando era Senador pelo Mato Grosso, apresentou. Ele traz uma isonomia entre milho e soja. E, de lá pra cá, desde quando ele apresentou esse projeto, olha o que a indústria de etanol de milho vem fazendo no nosso país: primeiro, tirando os caminhões que saiam lá do Norte e iam para o Nordeste levar milho, então, descarbonizando também, evitando emissão de gás de efeito estufa e fazendo aumentar o nosso volume de etanol; e, importantíssimo, com o farelo agregando valor ao milho, fazendo o farelo, que é parte da ração animal e também parte da alimentação humana, que usa milho para uma série de coisas. Então, quero cumprimentar todos que trabalharam nesse PL que hoje, aqui, a gente vê aprovado.

Presidente, quero pedir para o senhor urgência nele, urgência para que vá à votação no Plenário do Senado Federal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora.

Em votação o pedido de urgência do item 6 da pauta, Projeto de Lei 1.548, de 2022.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O projeto vai, com pedido de urgência, para o Plenário, Senadora Tereza. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 91, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios, para alterar o método de cálculo dos coeficientes individuais de participação no FPMInterior, e dá outras providências.

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria.

Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner, para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu vou direto à análise, que, por si só, já é bem extensa.

O PLP nº 91, de 2019, preenche os requisitos de juridicidade, tais como inovação, coercibilidade, generalidade, abstratividade e imperatividade. Além do mais, ele está sintonizado com nosso ordenamento legal e constitucional. Com efeito, ao disciplinar, por intermédio de lei complementar, os critérios de rateio do FPM-Interior, o projeto pertence ao rol de atribuições legislativas do Congresso Nacional, bem como não se insere entre aquelas que cabem privativamente ao Presidente da República, conforme, respectivamente, o inciso II do art. 161 e o §1º do art. 61, ambos da Lei Maior.

Convém ainda frisar que a técnica legislativa empregada observa os ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

Em relação ao mérito, o projeto em comento dispõe sobre a parcela do FPM conhecida como FPM-Interior, que corresponde a 86,4% do total distribuído. O restante é destinado às

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capitais (10% do total) e a uma reserva para os municípios interioranos com mais de 142.633 habitantes (3,6% do total), inclusive.

Atualmente, o rateio do FPM se dá por faixas populacionais. Aos municípios com população entre 10.189 e 13.584, atribui-se o coeficiente 0,8, e, na medida da subida dessas populações, na forma de escada, distribui-se o restante.

Conforme o Anexo II da Resolução TCU nº 242, de 1990, a participação do conjunto de municípios interioranos de cada estado no FPM é fixa. Assim, no âmbito do estado, a distribuição do FPM-Interior é proporcional ao coeficiente: entes cujos coeficientes sejam iguais a 1,8 recebem 80% a mais do que aqueles cujos coeficientes sejam iguais a 1. Ressalte-se que as cotas-parte dos municípios situados em estados diferentes poderão diferir mesmo que os seus coeficientes sejam idênticos, a depender da quantidade de municípios criados desde 1990 – quanto maior o número de entes criados, evidentemente, será menor a cota-parte.

Com o PLP nº 91, de 2019, os coeficientes deixam de ser constantes ao longo de cada faixa populacional e passam a variar conforme o tamanho da população; ou seja, os coeficientes aumentam com cada novo indivíduo. O método proposto é mais justo, pois é razoável assumir que o custo da provisão de serviços públicos aumenta com o tamanho da população.

A atual descontinuidade – já que são degraus –, pelo contrário, gera situações de extrema iniquidade. No âmbito do mesmo estado, uma prefeitura com 10.188 habitantes, por exemplo, recebe a mesma cota-parte do que outra com 10.187 habitantes, mas menos do que uma terceira com 10.189 habitantes. É uma coisa que eu não sei por que não foi corrigida antes. Eu sempre debati contra isso, porque é uma loucura. O cidadão fica apreensivo na hora do IBGE, porque, se ele cair dez, ele cai de 0,8 para 0,6; se ele subir dez, ele sai de 0,6 para 0,8. Não tem lógica nenhuma, na medida em que isso tem que ser uma rampa, que é o que propõe o projeto do Senador Eduardo Braga, que é muito mais suave, vamos dizer. E, mesmo assim, o projeto prevê dez anos de adequação, porque, evidentemente, alguém poderá perder e outros poderão ganhar no momento da aplicação.

Essas descontinuidades geram pelos menos dois custos de transação. Primeiro, municípios situados no limite superior de uma faixa populacional tendem a buscar, por meios administrativos e judiciais, a recontagem da sua população. Então, com este projeto, isso é sanado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, em que pese o caráter meritório da redação original do PLP 91, que este veio corrigir, baseado em proposta feita pelo IBGE e incorporada, inicialmente, ao PLS 184, de 2010-Complementar, de autoria do então Senador Tião Viana, a análise conduzida pela Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento e Orçamento, juntamente com a Unidade de Auditoria Especializada em Orçamento, Tributação e Gestão Fiscal do TCU, apontou diversas melhoras que merecem ser incorporadas ao projeto em comento. E aí vem uma série de vantagens que eu vou me abster de ler, para economia de tempo.

São sugestões que tornarão a nova norma mais efetiva. Por esse motivo, apresentarei emenda substitutiva contemplando todos esses aprimoramentos. Uma prefeitura com 5.094 habitantes receberá o coeficiente 0,779965, enquanto outra com um habitante a mais (ou seja, 5.095) receberá o coeficiente 0,7800, acrescentando-se um número – eu não vou ler o número, porque é zero, zero, zero lá nas últimas casas – a cada habitante adicional, ou seja, a contagem será por habitante e não haverá o salto de descontinuidade que é absolutamente – perdoem-me a expressão – incongruente. Alguém com menos dez do que o limite recebe x, alguém com mais dez recebe y, ou seja, vinte pessoas de diferença, e a situação do Prefeito é muito melhor. Enquanto aqui, isso passará a ser proporcional à população efetivamente, ou seja, cada indivíduo receberá o seu coeficiente. Então, se eu aumentar dez, não vai aumentar saltado na faixa. Nesse sentido é que eu acho que o projeto corrige falhas anteriores.

Ademais, a cada exercício, calcular-se-á a diferença entre o coeficiente em vigor no momento da implementação da nova norma e aquele obtido por intermédio da nova sistemática, com essa diferença caindo dez pontos percentuais todo ano, cumulativamente. Por isso, eu falei de dez nos, para não dar um choque no começo da aplicação. Você, na verdade, vai fazer a variação de 10%, seja para quem ganha, seja para quem perde. E aí, com dez anos, você completa o processo de transição. No segundo exercício subsequente ao da publicação, a diferença cairá mais dez para mais ou para menos; no terceiro, cairá vinte; e assim sucessivamente.

Quanto à cronologia, a emenda propõe o seguinte:

a) o IBGE publicará a população de todos os municípios referente ao ano x até 31 de dezembro desse mesmo ano;

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

b) os municípios terão até 30 de janeiro do ano subsequente para recorrer;

c) o IBGE enviará o resultado final ao TCU até 28 ou 29 de fevereiro do ano subsequente ao ano da contagem;

d) o TCU, como regra geral, publicará até 31 de março do ano subsequente os coeficientes que vigorarão, na verdade, em relação ao ano referência, no segundo ano pós isso aí.

Convém ainda frisar que o montante a ser transferido é fixo, representando 25,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, conforme o art. 159, inciso II, alíneas "b", "d", "e" e "f", da Constituição Federal. Dessa forma, qualquer alteração nos coeficientes individuais implica ganhos para alguns e perdas para outros, mas nunca mexendo no bolo que cabe ao FPM.

Com a emenda, 3.282 prefeituras serão beneficiadas, enquanto 2.260 serão prejudicadas. Os ganhos e as perdas são uma decorrência do modo como a cota-parte de cada município é calculada, qual seja: (i) inicialmente, somam-se os coeficientes de todos as prefeituras de um mesmo estado; (ii) em seguida, apura-se a participação percentual de cada coeficiente no somatório de todos os coeficientes; (iii) por fim, multiplica-se o percentual apurado pelo montante devido ao conjunto de municípios de cada estado, obtendo-se a cota-parte de cada um. Trata-se de um jogo de “soma zero”, no qual os ganhos e perdas se anulam, mas sempre no âmbito do mesmo estado.

O Senador Eduardo Braga assinala, ainda, acertadamente, que a redistribuição requerida, além de estar sendo bastante diluída no tempo – dez anos –, seria amplamente compensada pela maior previsibilidade quanto ao valor das cotas-partes, uma vez que desapareceria o risco de grandes flutuações nos coeficientes em decorrência da passagem de uma faixa para outra – V. Exa. deve conhecer isso no seu estado, qualquer um de nós conhece. Ademais, a desejada retomada do crescimento econômico no pós-pandemia e o consequente aumento da arrecadação deverão atenuar ou mesmo neutralizar qualquer impacto negativo remanescente.

As aprovações das Emendas Constitucionais nºs 55, de 2007, 84, de 2017, e 112, de 2021, cada qual elevando em um ponto percentual a participação do FPM na arrecadação do Imposto de Renda e do IPI, são claras demonstrações desse último risco. Como as duas leis

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

complementares mencionadas mantêm inalteradas a estrutura em “degraus” do FPM-Interior, nenhuma contribui efetivamente para minorar esse estado de estresse federativo permanente. Somente o projeto em comento tem essa propriedade.

À luz das perspectivas para a demografia brasileira nas próximas décadas, quando o atual baixo ritmo de crescimento populacional acabará virando decréscimo, os nossos municípios interioranos, na sua imensa maioria, continuarão perdendo população em vez de ganhar, o que afetará os seus coeficientes. Mantidas as regras atuais, isso resultará em mais e mais contenciosos administrativos e judiciais e maior insegurança quanto aos valores que serão efetivamente repassados. Nesse sentido, a aprovação do PLP nº 91, de 2019, evitará que um quadro já disfuncional piore ainda mais no futuro próximo.

Em suma, o PLP nº 91, de 2019, é meritório e se reveste de grande importância para o aprimoramento do pacto federativo brasileiro.

Considerando, porém, que a regra de transição introduzida pela Lei Complementar nº 198, de 2023, é incompatível com a nova regra, a emenda substitutiva também proporá a revogação do art. 5º-A da Lei Complementar nº 91, de 1997.

Ressalte-se que a Consultoria Legislativa recém-apontou que esse artigo acabará por prejudicar muitas das prefeituras que pretendia beneficiar, o que torna ainda mais urgente a sua supressão. De qualquer maneira, a nova transição terá como ponto de partida os coeficientes em vigor no exercício em que ser der a publicação do novo marco legal. Dessa forma, não haverá sobressaltos no rateio do FPM-Interior.

Acerca do seu impacto financeiro e orçamentário, o projeto não gera ônus para a União. Eu já disse que a soma é zero. Alguém ganha o que o outro perde, portanto, não se mexe no FPM.

Como apontado anteriormente, o montante rateado pelo FPM é fixo, resultante de uma determinação constitucional. Com isso, não há qualquer inobservância das disposições do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Lei nº 14.791, de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024).

Voto.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em face do exposto, voto pela aprovação do PLP nº 91, de 2019, na forma da emenda substitutiva que apresentei.

Desculpe-me pela pressa com que eu li.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Jaques, parabéns pelo seu relatório.

É uma matéria complexa, corrigindo distorções de décadas.

A matéria está em discussão.

Vou fazer a primeira pergunta para o Senador aqui, para discutir a matéria.

O valor mínimo, hoje, o índice mínimo de repasse aos municípios é de quanto? V. Exa. tem esse número?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É de 0,6%.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É de 0,6%.

O projeto mexe com esse valor mínimo ou só mexe corrigindo algumas distorções tipo: 0,6% é com um número "x" de habitantes, se não me engano, com cinco mil, nove mil habitantes, por aí, não é isso?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É.

No instante zero, depois da primeira contagem do IBGE – portanto, ele só valerá dois anos depois –, evidentemente, se um município está no 0,6%, muito abaixo do teto do 0,6%, pode ser que tenha algum impacto. Por isso se diluiu no tempo, em 10 anos, até porque se move a população de cada município.

Então, é óbvio que quem estiver muito abaixo do teto daquele 0,6% ou de 0,8% ou de 1,0% pode, num primeiro momento, perder.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso a inteligência de diluir em 10 anos, para que exatamente não dê a grita que deu com o Projeto nº 91, porque todo mundo achou que ia corrigir e virou uma grita, porque as perdas foram grandes. Daí a ideia de diluir. A ideia não é prejudicar nenhum município, é dar, eu diria, uma justiça a essa distribuição.

Eu fui Governador. Quando vem uma contagem do IBGE, o pessoal diz: "deixaram de contar, porque vieram contar aqui na época em que o pessoal foi para colheita do café no Paraná, em São Paulo. Por isso eu caí".

Aí você vai ter uma linearidade nessa distribuição. Então, num primeiro momento, terão impactos positivos e negativos, mas serão, eu diria, insignificantes, porque nós diluímos isso em 10 anos, e, em dez anos, essas populações podem mudar.

Como foi dito no próprio relatório, a nossa demografia tem sido de não crescimento populacional – essa que é a verdade – ou, pelo menos, em uma velocidade muito menor. Então, na medida em que caírem as populações de todos os estados, essa distribuição mexerá no coeficiente individual que será criado, ou seja, cada ser humano representa um coeficiente, que é aquele 0,00 não sei quanto. Portanto, desceram dez e subiram dez, não tem o salto do degrau.

Confesso que eu não entendia por que não mudavam isso, porque eu, como Governador por oito anos, vivia com Prefeito na minha porta: "Eu perdi FPM, eu era 1 e caí para 0,8", enquanto o vizinho comemorava que era 0,8 e subiu para 1.

Então eram saltos muito grandes, e nisso aqui você vai ter uma coisa absolutamente racional.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Senador Flavio, com a palavra.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Senador Jaques Wagner, primeiro, meus parabéns pela profundidade do projeto de V. Exa., mas eu quero dizer da minha enorme preocupação, porque nós estamos analisando aqui um substitutivo, que foi dada a entrada ontem.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No projeto inicial, o Rio Grande do Norte perderia 63% da arrecadação de municípios pequenos. Nesse substitutivo, Senador Jaques Wagner, está sendo substituída uma faixa, que é de 0,8, que encostou lá na primeira faixa. Segundo um monte de Prefeitos que estão aí no meu gabinete, isso será um verdadeiro desastre para eles. A Confederação Nacional dos Municípios também está se posicionando de forma contrária.

Então, essa é uma matéria importantíssima, principalmente para os pequenos estados e para as pequenas prefeituras e pode dar uma repercussão enorme.

Eu me permito, com a devida vênia do Senador Jaques Wagner, pedir vista dessa matéria. O nosso gabinete está preparando uma nota técnica para não sermos muito apressados, e essa nota técnica ficará pronta até amanhã. Eu lhe confesso que nós estamos muitíssimo preocupados com isso, principalmente os pequenos municípios dos pequenos estados.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Deixe-me só fazer um comentário.

Evidentemente que a vista sempre é um momento para a gente aprofundar, e eu coloco a assessoria do gabinete e a do próprio Ministério do Planejamento à disposição da assessoria também de V. Exa. para esclarecimento.

Antecipo que não vejo a possibilidade de alguém perder 60%, mas eu prefiro não debater aqui. Era melhor, então, em função da vista, o esclarecimento, porque, óbvio, cada lei tem uma interpretação. Eu acho a vista salutar, da minha parte, até porque é um direito regimental e só estou dizendo que ofereço – estou vendo que tem uma assessora sua aqui – e vou fazer o contato, porque é melhor que cada um que já revisitou a matéria há mais tempo possa esclarecer.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria está em discussão.

Então, foi pedida vista pelo Senador Flavio Azevedo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, concedo o pedido de vista do item 7, Projeto de Lei Complementar nº 91, de 2019.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Itens 8 e 9 foram retirados de pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 1075, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para assegurar aos condutores o direito a ter o exame toxicológico obrigatório custeado pelo empregador.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 6118, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1.998, e a Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Games e Esports (CBGE) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Favorável à matéria.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CEsp, em decisão terminativa.)".

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 2764, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para esclarecer sobre a não incidência do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas em relação a valores recebidos a título de pensão alimentícia.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda de sua autoria.

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Relatório: Pela aprovação do projeto, com emenda apresentada.

Concedo a palavra ao Senador Mecias de Jesus, para a leitura do relatório *ad hoc*.

Com a palavra o Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Obrigado, Senador Vanderlan.

Quero aproveitar para agradecer também a confiança do Senador Randolfe Rodrigues, que me pediu para fazer a leitura desse relatório *ad hoc*, e, já de antemão, parabenizar o eminente

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Fabiano Contarato, pela autoria do projeto, e, claro, o Senador Randolfe Rodrigues, pelo parecer prático, objetivo e enxuto, do qual nós vamos fazer a leitura agora.

Se V. Exa. me permite, Sr. Presidente, vou passar direto à análise.

Consoante o art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a CAE tem competência para opinar sobre o aspecto econômico e financeiro das matérias que lhe são submetidas. Adicionalmente, por se tratar de decisão terminativa, cabe analisar seus aspectos formais.

Nos termos do *caput* do art. 48 da Lei Maior, o Congresso Nacional, com ulterior sanção presidencial, pode dispor sobre todas as matérias de competência da União. De acordo com o art. 24 da Constituição, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário.

O Projeto de Lei 2.764, de 2022, cumpre com o requisito de juridicidade, por ser dotado de abstratividade, coercitividade, generalidade e imperatividade e por inovar o ordenamento jurídico. Quanto à técnica legislativa, encontra-se de acordo com as regras da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a alteração, elaboração, redação e consolidação das leis.

A matéria é meritória, pois, como bem argumentou o Senador Fabiano Contarato, trata-se de atualizar a legislação do Imposto de Renda e coibir qualquer possibilidade de interpretação equivocada sobre o tema. A já mencionada decisão do Supremo Tribunal Federal interpretou o art. 3º, §1º, da Lei 7.713, de 1988, em conformidade com a Constituição Federal, no sentido de se afastar a incidência do Imposto de Renda sobre valores decorrentes do direito de família percebidos a título de alimentos ou de pensões alimentícias.

Cumpre assinalar que a proposição não acarretará diminuição da arrecadação, tendo em vista que o entendimento do Supremo Tribunal Federal já é aplicado pela Receita Federal desde 2022, de modo a constar nos planos orçamentários do Governo Federal.

Nesse sentido, considerando que o presente projeto de lei trata da positivação do entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal, convém a apresentação de emenda para elidir eventuais dúvidas na interpretação do termo "alimento".

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do voto.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei 2.764, de 2022, e, quanto ao mérito, pela sua aprovação com a seguinte emenda – Sr. Presidente, vou ler a emenda –:

> EMENDA Nº - CAE
> O art. 3º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 3º .....
> § 7º Valores recebidos a título de alimentos e pensões alimentícias oriundos do direito de família não estão sujeitos à incidência do imposto [de renda]."

Parabéns ao Senador Randolfe Rodrigues pelo relatório, pelo voto, e é assim que eu entendo e voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Mecias, parabéns pelo seu relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei nº 2.764, de 2022, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim". Os Senadores...

Peço que abram o painel da votação. (*Pausa.*)

Já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Mecias, V. Exa. já manifestou o voto, não é?

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone*.) – Já votei.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Já votou.

Senador Fernando.

Assessoria e os Senadores e Senadoras que estiverem assistindo a esta reunião da CAE, se puderem já votar, estamos em processo de votação nominal.

É do item 11, Projeto de Lei 2.764, de 2022, que altera a Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para esclarecer sobre a não incidência do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas em relação a valores recebidos a título de pensão alimentícia, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que foi relatado – relatoria *ad hoc* – pelo Senador Mecias de Jesus.

Senadora Professora Dorinha Seabra.

Senador Oriovisto.

Senador Carlos Viana.

Senador Izalci Lucas.

Senador Flavio Azevedo.

Senador Eduardo Gomes.

Senador Sergio Moro.

Senador Fernando Farias, com a palavra.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Pela ordem.) – Vou só chamar a atenção a que eu relatei um projeto idêntico a esse, do Senador Braga, aqui. Não sei como é que se faz, se se juntam essas coisas.

Idêntico, idêntico.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Idêntico a este?

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Hã-hã. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É o caso do pedido da Senadora Soraya Thronicke. Tem-se que, Senador Fernando Farias, apresentar um requerimento à Mesa para fazer o apensamento dos dois projetos. (*Pausa.*)

Foi?

Com certeza vai ser apensado na Câmara. Já foi para a Câmara o outro projeto.

Senadores Carlos Viana, Izalci Lucas, Flavio Azevedo.

Senador Flavio Azevedo; bem-vindo, Senador.

O Senador André veio votar. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Eduardo Gomes.

Com a palavra, Senador.

Senador André. (*Pausa.*)

Senador Sergio Moro.

Senador André Amaral está votando. Ainda não foi computado o voto. (*Pausa.*)

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O computador está se familiarizando comigo ainda e não está...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Se quiser votar aqui... Ali vota também, não é?

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Não, mas...

Eu fechei; votei, fechou.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Fernando Dueire, Senadora Soraya Thronicke, Senador Plínio Valério, Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

André Amaral já votou.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone.*) – Está o.k., não é?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Está o.k.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Se chegar em minha casa e disserem que votei duas vezes, não dá certo, não. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Isso já deu problema aqui. (*Pausa.*)

Senador Randolfe Rodrigues.

Um abraço, Senador.

Senador Jaime.

Senador Eduardo Girão.

Senador Rogério Carvalho.

Senadora Janaína Farias.

Senador Fabiano Contarato.

Senador Petecão. (*Pausa.*)

Senador Jaime Bagattoli. (*Pausa.*)

Mais um, pelo menos. (*Pausa.*)

Senadora Margareth Buzetti.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Nelsinho Trad.

Senador Lucas Barreto. (*Pausa.*)

Podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

Votação encerrada.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – SIM, 15; NÃO, nenhum.

Está aprovado o Projeto de Lei 2.764, de 2022. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto e a Emenda nº 1, da CAE.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 08 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5714678754

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezenove minutos do dia dezesseis de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Izalci Lucas, Sergio Moro, Jader Barbalho, Fernando Dueire, Soraya Thronicke, Plínio Valério, Omar Aziz, Janaína Farias, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto, Paulo Paim, Jaques Wagner, Flávio Arns, Rosana Martinelli, Flavio Azevedo, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda do Senador Dr. Hiran, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Cid Gomes, Irajá, Otto Alencar, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Teresa Leitão, Sérgio Petecão e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 429, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre as custas judiciais no âmbito da Justiça Federal; cria o Fundo Especial da Justiça Federal (Fejufe); e revoga a Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável ao projeto, pelo acolhimento integral das Emendas nºs 2, 5 e 6, pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 3, 4 e 8, e contrário as emendas nºs 1, 7 e 9, nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2518, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de oleiro ou ceramista." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1075, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para assegurar aos condutores o direito a ter o exame toxicológico obrigatório custeado pelo empregador." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o requerimento de adiamento da discussão. **Observação:** Adiamento por 30 dias aprovado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2556, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Estabelece diretrizes e parâmetros para a gestão democrática na educação básica pública." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao projeto com oito emendas apresentadas. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 6118, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n.º

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

9.615, de 24 de março de 1.998, e a Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Games e Esports (CBGE) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Favorável á matéria. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5078, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para garantir a execução orçamentária e financeira das programações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pelo arquivamento da matéria. **Resultado:** Arquivado o projeto. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 550, de 2022 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o alongamento de dívidas de crédito rural, e dá outras providências" **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR). **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 16 de julho de 2024. (*Pausa.*)

Comunico que foram apresentadas à Comissão as seguintes manifestações de entidades externas:

- Ofício nº 26, de 2024, do ProBrasil – Proteínas do Brasil; e

- nota oficial da Associação Médica Brasileira.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 28ª reunião, realizada em 9 de julho.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata. Será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais.

Aqueles que não conseguirem – Senador Plínio, Senador Espiridião Amin, Senador Mecias, Senadora Zenaide, que estão presentes virtualmente – registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para uso da palavra poderão ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta, para os Senadores que participam remotamente.

Gostaria de iniciar nossos trabalhos, nossa reunião de hoje, fazendo registros sobre projetos muito interessantes que iremos deliberar hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, o Projeto de Lei nº 2.518, de 2021, que regulamenta o exercício da profissão de oleiro ou ceramista, de autoria do Senador Zequinha Marinho e relatoria do Senador Plínio Valério. A profissão de ceramista precisa da proteção jurídica decorrente da sua regulamentação por meio de lei, visando à necessária organização da categoria e a sua inserção previdenciária e de seguridade social. A aprovação desta proposta fará jus ao trabalho desses profissionais e lhes conferirá o reconhecimento legal que lhes é devido.

Gostaria ainda de falar sobre uma segunda proposta, o Projeto de Lei nº 2.556, de 2023, que estabelece diretrizes e parâmetros para a gestão democrática na educação básica pública, de autoria da Senadora Teresa Leitão e relatoria do Senador Paulo Paim. O projeto pretende estabelecer diretrizes para a normatização da gestão democrática no Brasil, como a democratização das relações pedagógicas e de trabalho com respeito à pluralidade, à diversidade e aos direitos humanos, o fortalecimento das decisões colegiadas e dos processos de interação cooperativa entre os diversos segmentos da comunidade educacional, a valorização das contribuições e da capacidade associativa dos estudantes e a avaliação dialógica e participativa, a autonomia das escolas, transparência e o controle social na formulação e execução da política educacional e da proposta pedagógica.

Parabéns à autora, ao autor e aos Relatores dessas importantes contribuições ao nosso ordenamento jurídico.

É o que tinha a registrar.

Boa reunião a todos nós.

Em tempo, eu quero registrar e agradecer aqui a presença do Deputado Federal Ismael Alexandrino, do meu partido, o PSD, e do meu querido Estado de Goiás.

Seja bem-vindo, Deputado.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2518, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre o exercício da profissão de oleiro ou ceramista.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

Senador Esperidião Amin, V. Exa. pediu a palavra pela ordem? (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin com a palavra. (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin, o seu microfone. (*Pausa.*)

Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Primeiro, quero dar a V. Exa. meus parabéns pelo início desta reunião, como sempre bem comandada e com uma pauta interessante.

O primeiro item da pauta foi retirado por alguma razão especial? É uma pergunta.

E finalmente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Esperidião, o primeiro item foi retirado a pedido do Relator.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Perfeito. Acho que é uma boa providência.

Mas eu me valho da oportunidade, Presidente, para fazer o meu cumprimento tanto ao proponente do projeto do item 2, que é o Senador Fabiano Contarato... Perdão, o Senador Plínio Valério é o Relator e o autor é o Senador Zequinha Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – E assinalar perante V. Exa. que nós temos aqui, na região da Grande Florianópolis, o Município de São José, que tem como símbolo do trabalho o oleiro. E eu aprendi aqui – talvez o Senador Plínio Valério não saiba – quem é o padroeiro dos oleiros. (*Pausa.*)

Nem faz ideia? O padroeiro dos oleiros é o Santo Esperidião, Bispo da ilha de Chipre, que é celebrado no nosso calendário cristão, no dia 14 de dezembro, entre os católicos e, 12 de dezembro, entre os ortodoxos. Portanto, sempre que o senhor enxergar, Senador Plínio Valério, uma peça, uma cerâmica elaborada por oleiro, que é uma figura bíblica, saiba que ele tem um padroeiro que é seu amigo.

Grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador, pela participação.

Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério para a leitura do seu relatório.

Senador Plínio, com a palavra. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Plínio, me ouve? Senador Plínio, saia e entre novamente para ver se o seu áudio é habilitado.

Saia e entre novamente, é uma recomendação que a Mesa está passando. (*Pausa.*)

Senador Plínio, tem como V. Exa. sair e entrar novamente para ver se habilita o seu áudio? (*Pausa.*)

Ainda não estamos ouvindo, Senador Plínio. (*Pausa.*)

Vai?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. *Por videoconferência*.) – Está me ouvindo agora?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Até demais, Senador, muito bom. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Senador. (*Pausa.*)

Habilite sua câmera, por favor, Senador.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – É, estou... Cara, é muito complicado, já estou habilitando, já aparece...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Assim, muito bem.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Acho que foi a surpresa causada pelo santo protetor dos oleiros.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Nós estamos de olho nesse tucunaré que está aí no fundo dessa imagem, Senador. (*Risos.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – É uma escultura que fizemos de uma foto de um tucunaré real.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eu acho que o Santo Esperidião que está aí observando V. Exa. ficou com muita vontade de pegar um tucunaré desses, viu?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Eu vejo a Senadora Margareth, um abraço.

Eu estou indo hoje, tá, Van? Nós temos ainda amanhã aquela história do Banco Central. Eu estou chegando às 8h da noite a Brasília hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Nós estamos te aguardando.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Como Relator. *Por videoconferência.*) – O.k.

Está em exame, nesta Comissão de Assuntos Econômicos – o senhor já disse – o projeto de lei de autoria do Senador Zequinha Marinho, que pretende estabelecer alguns parâmetros e orientações para o exercício da atividade de oleiro e ceramista. São quatro os artigos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro estabelece a liberdade profissional, em todo o território nacional, para o trabalho em olarias e cerâmicas. O art. 2º garante que essas funções sejam exercidas sem prejuízo da competência de outros profissionais e, em quatro incisos, revela em que consistem essas atividades. No art. 3º, o exercício da profissão é facultado aos portadores de diploma e aos que efetivamente exercem a atividade de forma regular, com algum aprendizado, ainda que informal. O art. 4º é a cláusula de vigência.

Segundo o autor, o estabelecimento, em norma legal, de regras para a atividade de oleiro e ceramista é necessário para produzir efeitos importantes no tocante à organização da categoria, à inserção previdenciária e à seguridade social, em sentido mais amplo. A proposta decorre de debates e análises anteriores, relativos ao PLC nº 150, de 2010, do Deputado Wandenkolk Gonçalves. Foram sanados os excessos e os problemas apontados com relação ao texto original e suprimidas as disposições que poderiam conduzir ao entendimento da existência de alguma reserva de mercado. Pretende-se fazer jus ao trabalho desses profissionais e conferir a eles o reconhecimento legal devido.

Análise.

A CAE é o local onde se deve discutir esse assunto.

Com relação à técnica também, está tudo legal.

Quanto ao mérito propriamente dito, entendemos que a proposição merece ser aprovada. Ceramistas e oleiros, embora classificados na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), como 7523-05 (Ceramistas), 8281-05 (Fabricantes de Telhas) e 8281-10 (Fabricantes de Tijolos), além de outros que exerçam atividades relacionadas ou associadas aos produtos de nosso solo ou natureza, merecem um suporte legal e regulamentar para o exercício dessas modalidades industriais ou artesanais.

Certamente eles precisam se organizar para difundir conhecimento, divulgar seus produtos e promover formas de aprendizado. Só para exemplificar, a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (Lei de Produção Industrial), permite a concessão de selos para identificar denominações de origem para diversos produtos, cujas origens também podem ser controladas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há, também, normas ambientais minuciosas que precisam ser observadas para a exploração sustentável dessas fontes naturais.

O Senador Zequinha, do Pará, cita a cerâmica marajoara, que é amplamente conhecida e associada ao turismo, assim como os cristais de murano, vendidos em Veneza, na Itália.

Num mundo cada vez mais plástico e não reciclável, há que se oferecerem alternativas para a construção e mobiliário, preferencialmente artesanais, das residências e estabelecimentos comerciais e industriais. Até os arquitetos e engenheiros precisam de tijolos e telhas de alta qualidade para a montagem de obras de alto padrão. Não se trata apenas de buscar materiais mais baratos para casas populares. Até os cidadãos de baixa renda precisam de durabilidade, permanência e conforto. Estamos falando aqui que a legalidade dessa profissão melhora o produto.

Finalmente, Presidente, os oleiros e ceramistas precisam ser valorizados e reconhecidos. Criando mercados, divulgando arte e beleza e atraindo turistas, eles acabarão por gerar mais empregos, que é uma busca incansável de todos nós. Dificilmente um viajante deixará de levar um exemplar dos objetos oferecidos. Em tempos de empregos precários, mal remunerados, insalubres e com efeitos negativos sobre a sanidade mental dos trabalhadores, o trabalho com cerâmica e olaria pode unir as famílias, garantir a transmissão de conhecimento de pai para filho e de novas abordagens e ideias de filhos para pais.

Vou ao voto, Presidente.

Por todas essas razões, opinamos pela aprovação do PL 2.518, de 2021, de autoria do nosso amigo Zequinha, na integralidade de seu texto, que decorre de estudos anteriores e faz jus aos profissionais desse ramo.

É o nosso voto, Presidente, favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Plínio, parabéns pelo seu relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2556, DE 2023

- Não terminativo -

Estabelece diretrizes e parâmetros para a gestão democrática na educação básica pública.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto com oito emendas apresentadas.

Observações:

A matéria será apreciada pela CCJ, e em decisão terminativa, pela CE;

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente Vanderlan, se V. Exa. permitir, eu vou direto à análise, porque o relatório é longo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Está permitido, Senador. Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu entrando na análise, eu vou da metade para frente.

Análise.

Cabe a esta Comissão, nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno, opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida.

Destaque-se que o art. 205 da Carta Magna estipula que a educação é "direito de todos e dever do Estado e da família". Ademais, como salientado pela própria proponente, o art. 206, VI, requer que o ensino público seja gerido democraticamente, na forma da lei.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, a educação básica pública contava, em 2022, com 38,4 milhões de discentes, assim distribuídos: 23,2 milhões nas redes municipais; 14,8 milhões nas redes estaduais; e o restante na rede federal. Esses alunos estavam matriculados em 137 mil estabelecimentos – 78% municipais, 21,5% estaduais e 0,5% federal. No que tange ao corpo docente, as redes pública e privada contavam com 2,3 milhões de profissionais, a sua ampla maioria vinculada ao setor público. Ademais, a rede pública contava com 124 mil gestores, entendidos como os responsáveis legais pela instituição aos seus cuidados, na condição de dirigente e administrador escolar.

Em termos do vínculo empregatício, 78,2% dos diretores são concursados, efetivos ou estáveis; 20,1% possuem contratos temporários; 1,4% são celetistas; e 0,3% são terceirizados. O Inep também detalha as formas de acesso ao cargo de diretor nas redes pública e privada.

Constata-se que as nomeações determinadas exclusivamente pelo Governo competente predominam na rede pública municipal, respondendo por 66,6% das nomeações. Já os processos eleitorais prevalecem somente na rede pública federal (71,1% das promoções).

Somando-se os pais e outros responsáveis pelos alunos matriculados a esses números, subtraídos os docentes com atuação restrita à rede privada, temos o universo de cidadãos, dependentes, profissionais e entidades afetadas pela presente proposição.

É especialmente reveladora a ampla presença de designações discricionárias de dirigentes escolares pelos Governos municipais. O PL nº 2.556, de 2023, ataca esse problema de forma direta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e consequente e vai para além dele. A sua aprovação permitirá uma melhor qualificação dos processos de escolha e de supervisão dos gestores das nossas escolas e, de forma articulada, fortalece e orienta, nacionalmente, com maior detalhamento, a regulamentação da gestão democrática a partir de diretrizes e parâmetros comuns, nacionalmente válidos, fundamentais no Sistema Nacional de Educação.

Vai longe, Presidente. (*Risos.*)

Posso ir lendo?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Por favor, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se quiser que eu resuma, eu resumo também.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Está a cargo de V. Exa. Se quiser resumir, tem autorização.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sempre tenho este cuidado, Presidente, quando o relatório é muito longo: eu tenho aqui um resumo do relatório.

Onde está o resumo do relatório? Esse é do outro. Ainda tem aqui umas dez páginas. (*Pausa.*)

Vamos para o resumo, Sr. Presidente.

O PL nº 2.556, de 2023, que estabelece diretrizes para a gestão democrática na educação básica pública, é da Senadora Teresa Leitão, que não conseguiu chegar até o momento, mas está vindo para o Senado.

O PL nº 2.556, de 2023 – vou resumir –, define o conjunto de princípios, processos, instrumentos e mecanismos para estimular a participação, a constituição e o fortalecimento de conselhos e instâncias colegiadas de participação e fiscalização da gestão educacional; determina a participação dos profissionais da educação na elaboração de plano estadual, a participação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidade escolar, o provimento em cargo ou função de gestor escolar; garante o funcionamento regular dos fóruns e fortalecimento do relacionamento solidário.

O projeto prevê que a gestão democrática está orientada por inúmeras diretrizes que levem à democratização das relações pedagógicas. Os governos estaduais e municipais deverão garantir a existência e o funcionamento do Conselho de Educação. Compete aos conselhos escolares acompanhar e exercer controle social dos atos praticados pelos gestores.

Os entes federados manterão fóruns. O PL estabelece que as despesas decorrentes da implantação dos fóruns e conferências deverão constar nas leis orçamentárias; prevê a edição de lei específica disciplinando a gestão democrática; assegura a educação escolar indígena; autoriza a instituição de prêmios para identificar, reconhecer e estimular; fixa prazo de um ano para que os entes subnacionais aprovem e adequem leis específicas; vai também na linha da formulação de relatório que for necessário para o melhor procedimento da aplicação.

Devido ao projeto original que chegou, eu ainda propus algumas emendas, Emendas 5, 6, 8 e 9.

Quanto aos gastos de conferências de educação, o art. 10 estabelece que a sua realização pelos entes subnacionais contará com a assistência técnica e financeira da União.

Foram realizados ajustes no sentido de não obrigar os entes com encargos financeiros, prevendo repasse da União para cobrir custos das conferências a serem organizadas. Há previsão de uma cooperação entre os três níveis de Governo.

Acatando sugestões do Ministério da Educação (MEC) e demais sugestões recebidas, realizamos ajustes redacionais necessários – todos redacionais: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8. As alterações propostas caminham no sentido de reforçar a importância da gestão democrática, uma vez que os conselhos escolares são órgãos máximos de tomada de decisões, contando com representante de todos os segmentos escolares.

Sr. Presidente, propus ainda a alteração no sentido de que os entes poderão utilizar critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como garantir a participação direta da comunidade escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao art. 7º, identifiquei uma ambiguidade redacional. Assim, para aclaramento do texto, somente desdobrei o item em *caput* e parágrafo único.

Acrescentamos também o parágrafo único ao art. 10, de modo a assegurar as necessárias pluralidade e representatividade mínima dos colegiados.

Com essas alterações submetidas ao crivo do MEC e da assessoria da autora, a Senadora Teresa Leitão, entendo que aprimoramos o texto, adequando à Lei de Responsabilidade Fiscal e à Lei Orçamentária.

Sr. Presidente, eu consegui – quase que fiz milagre aqui, mas reduzi aqui muito, muito o relatório, com esse objetivo. Com esse resumo, Sr. Presidente, sou pela aprovação nos moldes da justificativa que apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Parabéns pelo seu relatório!

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Paim, fui informado aqui que tem uma emenda do Senador Carlos Viana, e V. Exa. tem que dar o parecer sobre essa emenda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Estou com ela aqui, agora, Sr. Presidente.

> Dê-se ao inciso IX do *caput* do art. 4º do Projeto a seguinte redação:
> "Art. 4º
> .....
> .....
> IX – garantia de perspectiva inclusiva para atendimento às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e respeito à diversidade [aqui está de gênero e ele colocou] de sexo [...]

Essa é a mudança que ele faz no termo. Eu mantive o projeto original.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Rejeitou a emenda.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria está em discussão.

Senadora Damares, com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu peço vista do projeto.

O relatório é muito grande e eu tenho dúvidas com relação aos impactos das conferências, dos colegiados. Então eu quero pedir vista do projeto, se meu colega não ficar triste.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – De fato, o projeto é longo, é um longo relatório. É regimental o pedido de vista. Eu só peço que seja coletivo, porque na outra reunião a Senadora Teresa Leitão, que é a grande mentora desse projeto, vai estar presente. Então acho que... eu quase que diria que estou junto no pedido de vista, para que a autora esteja presente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria continua em discussão. Algum Senador e Senadora pode discutir a matéria. (*Pausa.*)

Fica concedido o pedido.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador, vista coletiva do item 4, que é o Projeto de Lei nº 2.556, de 2023. Concedido o pedido de vista coletivo.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 1075, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para assegurar aos condutores o direito a ter o exame toxicológico obrigatório custeado pelo empregador.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa

Há sobre a mesa requerimento da Senadora Rosana Martinelli.

Senadora, com a palavra. Senadora.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para encaminhar. *Fora do microfone*.) – Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bom dia, Senadora.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós entramos com esse requerimento porque não achamos justo mais um ônus para o empregador. É um impacto financeiro que vai ser em torno de R$514 milhões para a categoria dos empregadores. Estima-se que 2,85 milhões de motoristas serão impactados, incluindo essa categoria C no pedido do exame toxicológico.

E o que nós estamos pedindo é que haja mais 30 dias. E uma alternativa é que o SUS possa ser utilizado para custear esses exames toxicológicos. A realização de convênios com laboratórios, através do SUS, garantiria que tanto empregadores quanto empregados não fossem onerados adicionalmente. Nós entendemos que o exame toxicológico é necessário e nos surpreende, quando tem pedidos e indicações do Governo à liberação das drogas, um pedido desse de mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma carga onerosa em cima dos empregadores. Nós não achamos justo, Presidente, de maneira nenhuma, sendo que só vem essa carga para os empregadores. Então, nós não achamos justo.

Temos que pedir esse adiamento, tem que ser discutido. E nós pedimos que este requerimento seja aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado.

Senador Oriovisto? Pediu a palavra, Senador Oriovisto?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Eu pedi, Sr. Presidente, mas era para o item anterior. Agora, já passou.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Ah...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Fica para a próxima. Não tem problema. Foi dado o pedido de vista, e eu terei chance de discutir posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, perdoe-nos, porque houve essa falha aqui nossa.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Não, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eu vi, há pouco também, só que estava congelada a tela, o Senador Wilder com a mão levantada. Agora não estou vendo mais.

Senador Wilder, se estiver nos ouvindo, tem um pedido de V. Exa. para usar a palavra? (*Falha no áudio.*)

Sim, Senador Wilder. (*Pausa.*)

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco...

Ah, Senador Flavio...

Senador Wilder, agora, sim.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. *Por videoconferência*.) – Não, Presidente, eu estava aqui ouvindo, mas não quero comentar, não. Obrigado pela posição do senhor, mas não tenho nada a comentar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Wilder.

Senador Flavio, com a palavra.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Presidente, eu me alio aos argumentos da nossa Senadora, e fica uma grande questão no ar: como nós vamos conseguir conviver com a liberação do uso da maconha e o exame toxicológico, que, com certeza, detectará o motorista que tiver fumado maconha? Então, como vai se comportar este encaminhamento legal?

Segundo, é um impacto muito forte – estamos com mais de R$500 milhões – para, mais uma vez, o empresário assumir o ônus de que ele pode fazer prova contra si mesmo?

Então, realmente, é um projeto complexo, e eu me alio ao pedido da Senadora para o adiamento, pelo menos, ou para o pedido de vista sobre o assunto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, Senadora Margareth, para discutir.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Na realidade, eu falei até com a Senadora Rosana e com o Senador aqui que já existe uma portaria do MTE obrigando o empregador a fazer esse exame – isso é de abril de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é uma situação que, realmente... E, se ele fumar maconha, por exemplo, nos 40g permitidos? É isso que está em questão agora. Como é que se vai fazer? Não é proibido – não é proibido. Agora, para o motorista de caminhão, é proibido, e o empregador tem que pagar os custos disso. O.k., ele já está pagando a partir de abril de 2024, porém, isso impacta no preço final de todos os produtos. É isso, não tem jeito. É isso que acontece.

Então, eu não sei o que está acontecendo, mas existem uns contrassensos aí, e a gente deveria pensar melhor antes de apresentar algumas questões.

O próprio STF apresentou, fez, regulamentou, está dizendo que o nosso papel não é legal, só o deles... Então, não entendo isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Coloco em votação o pedido de adiamento de discussão da matéria, na forma do art. 279 do Regimento Interno do Senado Federal, até o dia 20 de agosto de 2024.

Os Senadores que concorram permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o adiamento.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente, porque realmente é uma discrepância: como libera o uso de maconha e vai proibir, então... Com certeza vai ter um número expressivo de desemprego, porque não vai ter a possibilidade de contratação. Então, realmente é uma discrepância, um contrassenso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com certeza, Senadora. (*Pausa.*)

Esse projeto deve ter sido apresentado antes dessa decisão do STF, porque não tem cabimento nenhum. Daqui a pouco, pode vir um projeto – para a gente não estranhar – obrigando os empregadores a pagar os 40g. (*Risos.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas ao menos para piloto de avião e cirurgião deveria ser exigido. Já pensou o risco: o piloto puxar um baseado e conduzir um voo aí de 7 horas? Estou preocupada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Item 6 – o nosso Relator acaba de chegar.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 5078, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para garantir a execução orçamentária e financeira das programações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pelo arquivamento da matéria.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CCT, com parecer pelo arquivamento do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Peço a V. Exa. para ir direto à análise do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Autorizado, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Nos termos do art. 97 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos analisar e emitir parecer sobre os assuntos submetidos ao seu exame.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal. Ainda, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República.

Quanto aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, nada há que se opor à matéria, não havendo, portanto, óbices capazes de impedir sua aprovação.

Pode-se argumentar que a proposta traga impacto econômico-financeiro para a União, dado que, em momentos de dificuldade fiscal que não sejam fruto de frustração de receitas, o Poder Executivo não poderá contingenciar os recursos do FNDCT, tendo que contingenciar outras despesas para acomodar os gastos do fundo. No entanto, como a proposta altera apenas as regras de contingenciamento, sem qualquer alteração nas metas fiscais, não se torna necessário verificar o atendimento do disposto na legislação sobre finanças públicas, em especial, das restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal para políticas que impliquem renúncia de receitas ou aumento de despesas.

Quanto ao mérito, concordo com a proposição, pois a inovação é um grande motor para gerar ciclos virtuosos na economia e contribuir para o combate a problemas fiscais pelo lado da Receita. Cercear projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação é limitar o principal fator gerador de crescimento econômico e de redução da pobreza no longo prazo, que é a evolução tecnológica.

Entendo, no entanto, que a Lei Complementar nº 177, de 2021, de nossa autoria (PLP n.º 135, de 2020), já alterou a Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), vedando a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade.

A referida lei alterou também a Lei nº 11.540, de 2007, para modificar a natureza e as fontes de receitas do FNDCT, e incluiu novos beneficiários dos recursos do fundo. Ou seja, legislação em teor semelhante já foi aprovada por esta Casa, de forma que não se faz necessário o prosseguimento da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista isso, o voto, então, Presidente, conforme o exposto, é pelo arquivamento do Projeto de Lei nº 5.078, de 2019, exatamente por já ter matéria que trata desse assunto de minha autoria.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Izalci.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o Projeto de Lei nº 5.078, de 2019, nos termos do relatório apresentado, pelo arquivamento. (*Pausa.*)

Esclareço que a votação em pauta, neste momento, é terminativa. Dessa forma, estamos votando a matéria, e não o relatório. E, como o arquivamento tem o efeito de não dar seguimento ao projeto, os Senadores que votam com o Relator votam "não". Os Srs. Senadores – peço que abram o painel, por favor... Novamente quero esclarecer que a votação em pauta, Senadora Margareth, neste momento é terminativa. Dessa forma, estamos votando, Senador Paim, a matéria, e não o relatório. E, como o arquivamento tem o efeito de não dar seguimento ao projeto, os Senadores que votam com o Relator – Senador Oriovisto, Senador Mecias, Senadora Zenaide, Senador Esperidião Amin, Senador Wilder – votam "não".

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com o Relator, ou seja, pelo arquivamento, votam "não".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com o Relator, votam "não", porque a matéria é terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, eu vou pedir para o pessoal apoio ao voto "não". Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É. Por favor, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem.!

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Os Senadores que votam com o Relator, ou seja, pelo arquivamento, votam "não".

Senadora Zenaide. (*Pausa.*)

Senador Sergio Moro.

Senadora Professora Dorinha.

Senador Carlos Viana.

Senador Mecias de Jesus.

Senador Wilder Morais.

Estamos votando pelo arquivamento do item...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, é importante ressaltar isso, porque é a primeira vez que eu vejo votar "não" a um relatório. Eu achei que era votar com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Nós não estamos votando o relatório; nós estamos votando a matéria, pelo arquivamento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É importante, porque o pessoal pode confundir.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, estou fazendo a chamada e já...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Zenaide, quem vota pelo arquivamento, ou seja, com o Relator, vota "não", Senadora Zenaide.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E o "não" é exatamente porque já existe, a lei já foi aprovada, então...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... não é nenhum problema com o autor nem com a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Consulto os Senadores e as Senadoras se podemos encerrar a votação.

A votação está encerrada.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O resultado: NÃO, 13; SIM, 1.

Está rejeitado o relatório.

Quero aqui fazer a prestação de contas aos Senadores e Senadoras desta Comissão, já que nós estamos encerrando esse semestre.

Nós tivemos aqui, Senador Izalci, Senadora Damares, Paulo Paim, Margareth, Rosana e Senador Flávio, 29 reuniões, 9 audiências públicas e 73 matérias deliberadas.

Matérias aprovadas de especial relevância aqui: o PLP 252, de 2023, que cria um novo modelo de investimento para incentivar o crescimento de *startups*; o PL 3.324, de 2023, sobre a mulher em situação de violência doméstica e familiar entre os beneficiários do Programa Bolsa Família; também o PL 1.874, de 2022, que institui a Política Nacional de Economia Circular; o PL 4.643, de 2020, que permite o pagamento do pedágio de rodovias federais com cartão de crédito e débito; o PL 4.384, de 2023, que institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Familiar (Pronaf), o Plano Safra da Agricultura Familiar, e dá outras providências; o PL 1.246, de 2021, sobre cota para mulheres em conselhos de estatais; o PL 836, de 2021, que aprimora os instrumentos de controle sobre a produção, a venda e o transporte de ouro no país;

o PL 4.809, de 2023, inclui tratamentos para pessoas com diabetes tipo 1 entre as coberturas obrigatórias dos planos de saúde privados; o PLC 42, de 2017, dispõe sobre o tratamento de doenças neuromusculares com paralisia motora no SUS; o PL 2.331, de 2022, regulamenta os serviços de *streaming* de vídeo e os obriga a recolher à Condecine; o PL 1.324, de 2022, reduz a base de cálculo do imposto de renda para prestadores de serviços de transportes autônomos; o PL 795, de 2024, cria a tarifa social de água e esgoto; o PL 3.723, de 2021, trata da distribuição dos recursos da loteria Timemania – falei certo, Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Timemania.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Timemania.

O PL 2.620, de 2019, institui o Programa Nacional de Atenção ao Paciente Cardiológico (Procardio); o PL 5.002, de 2023, determina a Política Nacional de Gestão Integral de Risco de Desastre (PNGIRD); o PL 5.395, de 2023, cria a Política Nacional de Assistência Estudantil; o PL 4.538, de 2020, cria o Programa Nacional de Inclusão Digital para Educação Básica; o PL 5.098, de 2019, visa destinar recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima para ações de prevenção e combate a desmatamentos, queimadas, incêndios florestais, desertificação e desastres naturais; o PL 321, de 2021, incentiva o pagamento de premiações iguais para homens e mulheres em competições esportivas; o PL 2.840, de 2022, amplia a licença maternidade em caso de partos prematuros ou de internações hospitalares decorrentes de complicações do parto; o PL 4.314, de 2023, que destina o valor arrecadado com o pagamento de multas por crimes e infrações ambientais cometidas na Amazônia Legal ao financiamento de ações voltadas à promoção da agricultura familiar na mesma região; o PL 1.815, de 2024, suspende por 180 dias o pagamento de dívidas de crédito consignado para aposentados e pensionistas afetados pelas chuvas no Rio Grande do Sul.

Senador Paulo Paim, uma vitória esse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – E o Otto foi o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O Senador Otto foi o Relator. E o autor, quem foi, Senador? (*Risos.*)

Lógico, foi o Senador Paulo Paim!

O PLC 29, de 2017, dispõe um novo marco legal para o setor de seguros; o PL 858, de 2024, autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Investimento em Infraestrutura Social (Fiis), para investimentos em equipamentos e serviços públicos nas áreas de educação, saúde e segurança pública; o PL 3.618, de 2023, para possibilitar ao doador de recursos aos fundos da pessoa idosa a indicação da destinação desses recursos; o PL 6.235, de 2023, cria a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD); o PLP 72, de 2024, inclui no cálculo do gasto mínimo constitucional em saúde as despesas de custeio e de investimento em hospitais universitários federais; o PLP 202, de 2021, flexibiliza as regras de atuação das Empresas Simples de Crédito (ESCs); o PL 5.332, de 2023, dispensa da reavaliação periódica os aposentados por invalidez permanente – uma grande conquista, Senadora Damares –, irreversível ou irrecuperável; o PL 2.764, de 2022, isenta as pensões alimentícias do recolhimento do Imposto de Renda; as sabatinas de Diretores do Banco Central e Conselheiros do Cade, entre outras matérias aprovadas nesta Comissão.

Agradeço a todos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Izalci, com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Primeiro as damas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Primeiro as damas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Primeiro as damas, Senador, muito bem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu preciso fazer um destaque ao relatório que o senhor apresentou aí. Eu e o Senador Paim ficávamos aqui com muito entusiasmo.

Nós temos sido... O Senado tem sido vítima de tanto ataque, e nós, Senadores, o que a gente vê? "Vocês não estão fazendo nada! Cadê o Senado?". Olhe aí, Presidente. Gente, olhem o número de matérias aprovadas e a qualidade das matérias aprovadas só nesta Comissão. Num momento difícil para o Brasil – e para o mundo, estamos em crise no mundo inteiro –, num momento de muitas brigas no país, o senhor conduziu, este semestre, esta Comissão de uma forma brilhante. Isso aí é muito fruto da sua liderança, da forma como o senhor conduz, e eu me sinto muito orgulhosa de fazer parte deste Colegiado e de a gente ter aprovado matérias que vão mudar a vida de milhões de brasileiros: adequação de legislação, novas legislações...

Então, parabéns, Presidente! Aos colegas aqui, parabéns! Nós somos bons! Desculpem a falta de modéstia; este time aqui é bom! Eu quero cumprimentar a Secretaria, os assessores que ficam ali nos ajudando, os consultores. Eu acho que a gente termina o semestre com uma produtividade incrível.

Parabéns, Presidente, pela forma como está conduzindo esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Damares, mas tudo isso é fruto de um trabalho de todos, gente. O que mais me impressiona na nossa Comissão é que, todas as vezes que a gente chama – não digo nem convocar, mas chamar – a todos para que compareçam, que venham e, quando é destinado às relatorias, que relatem, que devolvam, no prazo, o mais rápido possível, isso tem acontecido. Então, foi a participação de V. Exas. aqui que fez esse resultado e com que esta Comissão fosse produtiva dessa mesma forma.

O Senado Federal, Senadora Damares, como V. Exa. falou, tem contribuído muito com este país. Eu tenho falado isso em reuniões no nosso estado, a quantidade de matérias, e nunca nos furtamos aqui nos momentos difíceis pelos quais o país passou, como foi na época de pandemia, em todas as crises pelas quais passamos, pelo menos neste período em que eu estou no Senado Federal, vai fazer seis anos, nós temos nos dedicado bastante a contribuir com o nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci, com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, quero também fazer das palavras da nossa querida Senadora Damares as minhas; de fato, V. Exa. tem conduzido muito bem esta Comissão.

Mas eu queria reforçar, Presidente, que a gente não abrisse mão de discutir a reforma tributária na CAE. Há muitas conversas de que só passaria pela CCJ. E a forma como foi aprovada na Câmara foi muito ruim: um relatório que foi apresentado num dia, com 700 emendas, que nem sequer foram discutidas.

Tem ainda muitas questões a serem discutidas na reforma tributária. Está aí a questão da construção civil. V. Exa. sabe, o aumento muito grande vai inviabilizar, inclusive, programas sociais mesmo, de moradia. Tem a questão também do imposto seletivo, tem uma série de outros problemas.

Nas reuniões que fizemos aqui, V. Exa. participou de todas elas, ficou muito clara aqui a promessa de um sistema moderno de arrecadação, de controle da reforma, um sistema que não existe. E agora vêm as consequências: foi vendido aqui um produto que não existe, e agora, com o aproveitamento de crédito, querem exigir das empresas que fiscalizem o fornecedor, se ele pagou o imposto, ou não. Quer dizer, isso não é papel de nenhuma empresa.

Eu sei que V. Exa. está formando um grupo – V. Exa. me convidou e eu também pedi que colocasse o meu nome –, mas acho que essa discussão da reforma aqui nesta Comissão é de suma importância.

Então, é o apelo que faço a V. Exa., para que a gente possa conversar com o Presidente, e com quem mais, para que a gente possa discutir muito essa matéria aqui na CAE.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Paulo Paim, com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente Vanderlan, permita que eu me refira a um outro foco – porque eu concordo na íntegra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com tudo que foi dito –, que foi a forma como V. Exa. indica os Relatores. Como eu estou aqui há quase 40 anos, muitas vezes o Presidente de uma Comissão – eu digo Câmara e Senado, não é? – indica o Relator conforme a sua matriz ideológica. E não é o seu caso. V. Exa. não faz essa distinção.

Dou esse exemplo da questão do Rio Grande do Sul. O Deputado Zucco é autor de um projeto que é de interesse do Rio Grande do Sul, o Deputado Zucco e o Deputado Rodolfo Nogueira. Já foi indicado como Relator na CRA o Senador Ireneu, que está fazendo um belo trabalho. E eu solicitei a V. Exa. que eu o relatasse aqui. V. Exa. poderia ter dito: "Vamos ver, quem sabe". Mas, de pronto, disse: "Paim, eu sei que tu vais defender o Rio Grande, não tenho nenhuma dúvida, e o Brasil está solidário com o Rio Grande". E já assegurou que eu também o relatasse aqui.

É um projeto que veio da Câmara dos Deputados – V. Exa. sabe que eu defendo os interesses do Rio Grande –; foi pedido vista agora – viria para cá, se não hoje já – lá na outra Comissão; e esperamos que nesse período, nesse intervalo que deu, a gente construa um entendimento, ou no projeto, ou até numa medida provisória. Mas que tem que atender o Rio Grande, tem que atender! E V. Exa. é parceiro nessa luta, não só do Rio Grande, mas de todos os estados.

Então, parabéns. É um orgulho ser liderado por V. Exa. aqui numa das Comissões mais importantes da Casa, que trata da questão da economia. Parabéns a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Mas V. Exa. aqui tem, como todos os Senadores, um respeito muito grande da nossa parte, Sr. Paulo Paim. Em todas as matérias de que V. Exa. é autor ou Relator, nós sabemos que, quando é de sua autoria, é justo o projeto e, quando é relatado, é muito bem relatado, porque V. Exa. aprofunda bem as matérias.

Eu tenho maior orgulho de estar liderando aqui, por esse período, V. Exa., pode ter certeza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Margareth Buzetti, com a palavra V. Exa., Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Presidente, eu concordo com todas as palavras que foram ditas até agora, mas eu tenho uma preocupação muito grande também com a reforma tributária, porque eu até mandei para V. Exa. o "Ivão", porque agora tem um tal de débito presumido, que foi colocado na Câmara. Você já imaginou o débito presumido? O que será isso?

Então, assim, são questões com que a gente fica muito preocupada. Para onde nós iremos? Para onde o Brasil quer ir? É a minha pergunta. E hoje, na CRA, quando o Senador Beto Faro pediu vista do projeto do Rio Grande do Sul, do Senador Irineu, que estava relatando, eu fiquei triste, mas eu estava presidindo a CRA, então, não me manifestei, porque nós temos que atender, sim, o Governo tem que atender o Estado do Rio Grande do Sul. Não é possível! Nós não podemos deixar o Rio Grande do Sul ao léu.

Eu apresentei projetos aqui que seriam simples, poderiam ser resolvidos até com uma medida provisória, mas não foram resolvidos. E nós vamos ficar aqui agora quase 30 dias até voltar o projeto. Ele não era terminativo, não precisava ter pedido vista, entendeu? Então, assim, parece-me que é para protelar as coisas.

E a reforma tributária eu vi que só vai para CCJ. Eu tenho uma preocupação muito grande com essa reforma. Eu votei a favor da reforma, porque eu consegui deixar o Fethab, que o senhor sabe que era uma das coisas que o nosso Governador pediu, mas eu tenho pontos de... Não há dúvida, eu tenho certeza que para todo o setor de serviços vai crescer assustadoramente a alíquota. Quem vai pagar? É o consumidor final, não tem jeito, porque é um "Ivão" mesmo. Um IVA de 26,5% sobre tudo, sobre bens e serviços. É muito alta a carga tributária! E eles estão falando que, se colocar mais um produto aí, vai aumentar a alíquota.

Então, vamos discutir. A sua liderança é muito importante, e nós precisamos discutir isso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Rosana, com a palavra V. Exa.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Concordo plenamente com a Senadora Margareth, nós precisamos discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falamos em tribuna semana passada, precisa ser revisto esse prazo, não podemos... Tanto que foi discutido na reunião de Líderes semana passada que aqui no Senado tem que ser discutido melhor, porque nós temos que ver se tem jabutis escondidos aí, não é, Presidente? Nós não podemos deixar.

E é uma responsabilidade muito grande, porque nós vamos estar definindo o destino ao longo dos anos... Claro que ela vai ser implementada, mas é muito sério, e nós não podemos de maneira nenhuma...

E nós estamos entendendo que para os prestadores de serviços a carga tributária vai ser muito pesada, principalmente na área médica, que todo setor da área médica, Presidente, já está pedindo para que o Senado realmente reveja, porque os planos de saúde já estão se preparando para aumentar mais – os planos de saúde já estão altíssimos para toda a população.

Nós sabemos que o SUS não consegue atender, seria o melhor dos mundos se tivesse atendimento, mas não consegue. Então os planos de saúde, com uma carga tributária ainda maior, já estão estudando um aumento, e nós não podemos mais aceitar de maneira nenhuma.

Fora os motoristas de Uber, Presidente: todos que a gente pega, todos, pedem pelo amor de Deus, para que realmente se reveja, que se olhe. Nós temos que olhar com calma para que realmente não seja ainda mais penoso para o contribuinte, porque todos nós é que vamos pagar.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Rosana.

Senador Izalci, Senadora Rosana, Senadora Margareth Buzetti, todos nós temos essa preocupação com essa regulamentação.

O fato de já ter sido comunicado que vai passar na CCJ não nos impede de termos aqui as discussões. Foi assim, na primeira fase da reforma tributária, que foi aprovada, nós votamos. Nós criamos o grupo de trabalho aqui nesta Comissão, e esse trabalho que foi feito por esta Comissão, sob a coordenação do Senador Efraim, elevou a discussão a um outro nível, inclusive com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participação do Relator, Senador Eduardo Braga – que é o Relator e que vai ser o Relator agora também. Então ele ouviu a todos da Comissão.

A maioria das emendas apresentadas, que foram discutidas, saiu daqui desta Comissão através de audiências públicas e foram várias audiências que nós fizemos para discutir a reforma tributária. Só eu tive, Senadora Damares, 16 emendas acatadas de um total de 33 que apresentei, e agora não vai ser diferente.

Nós já aprovamos aqui, Senador Izalci, um requerimento de minha autoria para a criação desse grupo de trabalho, no qual V. Exa. já colocou o nome, e coloquei à disposição para toda a Comissão. Para mim seria interessante que todos os Senadores e Senadoras participassem desse grupo de trabalho contribuindo.

Na primeira etapa da reforma tributária, também foi aprovado na Câmara numa semana. Não sei se houve discussão, se deu tempo para haver discussão, mas aqui no Senado foram meses que nós debatemos, que nós discutimos. Tem alguns pontos – não conheço todo o relatório ainda, tudo o que foi apresentado –, tem muitos pontos que nos preocupam, como preocupam a mim e preocupam a V. Exa. E nós temos que discutir, aqui ou em audiência pública, como achar melhor, o grupo de trabalho, como é que a gente vai conduzir esses trabalhos, e nós vamos levar ao Relator, que faz parte desta Comissão. O Senador Eduardo Braga faz parte desta Comissão.

E, com certeza, nós vamos poder colaborar. De que forma?

Aperfeiçoando o que veio da Câmara – aperfeiçoando –, numa discussão madura, com profundidade, já que isso vai impactar as nossas vidas, para frente vão ser todos, principalmente aqueles que geram emprego, geram renda, os trabalhadores. E tem muitos setores muito preocupados, como foi falado aqui: a construção civil, a área de serviços...

O que eu tenho recebido, Senador Flavio, de setores, com as contas, apresentando as contas, o que vai ter de aumento caso permanecer como foi apresentado, é inadmissível. Uma reforma tributária, Senador Paulo Paim, que veio para diminuir a carga tributária, buscar aqueles setores que porventura sonegam... O trabalho tem que ser feito em cima disso, daqueles que não estão contribuindo com o país. Mas não podemos aceitar que alguns setores vão ter um aumento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aí, se permanecer, de mais de 100% na carga tributária. Não tem como absorver isso aí em setor nenhum, nem no meu e nem nos outros setores.

Então, aqueles que querem participar desse grupo de trabalho coloquem os nomes à disposição. Eu ficarei muito feliz se os 27 membros desta Comissão participarem. É uma matéria... Eu vejo alguns falarem: "Mas é uma matéria que não é muito da minha área". Mas nós temos assessoria e é uma matéria muito interessante. A matéria tributária é muito interessante, ela é complexa, mas ela é muito interessante para a gente procurar entender um pouco melhor do que está sendo discutido e que já foi aprovado ou apresentado na Câmara.

Então, essas são minhas palavras.

Já está formado... Aliás, o requerimento já foi aprovado por V. Exas. aqui nesta Comissão. O grupo de trabalho já podemos até formalizar e, inclusive, discutir em reunião quem vai ser o coordenador desse grupo de trabalho, de uma forma democrática. Pode ser por votação mesmo ou por aclamação escolhermos quem vai coordenar esse grupo de trabalho – a primeira parte foi o Efraim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Posso dar uma sugestão, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por idade, porque eu sou o mais velho. É brincadeira, viu? Nem faço parte... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É um excelente nome, apaziguador, tranquilo. Entendeu? Acho que V. Exa. acalmaria muito o Haddad. (*Risos.*)

Senador Izalci Lucas, com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Não, se a gente pudesse marcar logo essa primeira reunião do grupo de trabalho, seria interessante, porque é muita coisa que nós vamos ter que discutir, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Já podemos marcar. Se V. Exas. quiserem marcar tão logo voltemos do recesso, já fica marcado para a primeira semana, pode ser após a reunião da CAE. A gente faz a reunião...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tem que fazer o requerimento de convidados também – não é, Presidente? – para fazer a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Nós decidiremos nessa primeira reunião.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A gente faz o grupo de trabalho para a gente fazer o plano de trabalho, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Até lá já deu tempo também de a gente conhecer melhor o que foi apresentado...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ... foi aprovado na Câmara.

Senador Flavio, com a palavra.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Pelo menos os pontos mais polêmicos a gente vai ter que discutir.

Desculpa, Senador.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Realmente é muito preocupante.

Eu gostaria de acrescentar e deixar um alerta bem firme: do jeito que está, isso propriamente liquida a construção de unidades de interesse social. Eu sou do ramo, os orçamentos são muito apertados, mas quem está fazendo isso, como eu faço, inclusive, há 42 anos, fica preocupado com o seguinte: um dos maiores empregadores de mão de obra não qualificada... Nós temos três grandes empregadores, que são a construção civil e o setor primário. Quem não está... O operário não qualificado que não está trabalhando nem na construção civil, nem no setor primário, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está ou com um balde ou com uma pá, ou com uma arma na mão, porque não resta alternativa. Quando ele sai de casa e deixa o filho e a mulher sem ter o que comer, se ele não tiver o trabalho, ele vai pegar numa arma.

Então, isso é um projeto de enorme responsabilidade – enorme responsabilidade –, porque tudo que foi feito, todo o programa que foi feito para o Minha Casa, Minha Vida vai ter que ser reformulado, porque ele – é meu entendimento, pelo menos – inviabiliza a parte orçamentária do Minha Casa, Minha Vida, e isso tem um impacto social terrível.

Então, eu queria acrescentar esse aspecto, para deixar relevante a importância dessa participação, da participação desta Comissão nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Fernando, com a palavra.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Pela ordem.) – Presidente, eu uso aqui a palavra de uma maneira curta, mas é para me somar ao que a Senadora Damares e o Senador Izalci colocaram agora há pouco.

Faz gosto vir trabalhar aqui na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. A Presidência de V. Exa. é uma Presidência firme, transparente, de diálogo. Nós vivemos aqui momentos agudos, nesta Comissão, durante o primeiro semestre, e V. Exa. teve muito equilíbrio, muito equilíbrio, porque às vezes as visões de mundo são diferentes, mas V. Exa. tenta encontrar uma convergência. Porque, no fundo, no fundo, o que nós precisamos é ir para o mesmo endereço. É natural que nós tenhamos visões de mundo diferentes – formação, doutrina –, mas é fundamental que isso não embote, que isso não crie uma névoa com relação ao destino e ao endereço. E isso V. Exa., com muito equilíbrio, ouvindo, e com muita paciência, sem perder a firmeza... Eu sou uma das testemunhas que vi o senhor, vi V. Exa. aqui exercer com maestria. E, praticamente, no momento do encerramento deste primeiro semestre, foram muito felizes a Senadora Damares e o Senador Izalci de colocarem isso, e eu não podia me omitir. Isso é a primeira coisa.

E segundo, quero me somar também... Porque funcionou o grupo de trabalho no primeiro semestre, o Senador Efraim fez um trabalho muito bom, articulado por V. Exa. e pelo Senador Eduardo Braga, e nós conseguimos realmente encaminhar muita coisa, retrato do que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutido e das audiências que ocorreram aqui nesta Comissão. Mas acredito que seria muito importante que, de alguma forma, nós pudéssemos ter uma participação mais efetiva, se nós pudéssemos levar isso ao Presidente Rodrigo Pacheco.

E, desde já, me coloco à disposição porque me interesso em fazer parte de um assunto complexo, como V. Exa. colocou, mas é um assunto vital para o país.

Muito obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, prometo que é a última vez.

O Senador destacou bem o trabalho do Senador Efraim, que foi fantástico. Eu participei do grupo, ele conduziu com muita firmeza o grupo de trabalho. Eu me preocupo, nesse segundo semestre, com um grupo de trabalho quando estão todos envolvidos com campanha eleitoral, o que é legítimo, que faz parte do nosso processo político aqui no país.

Eu queria fazer uma sugestão para colaborar com a Comissão. Nós temos dois Senadores na Comissão que não têm eleição: sou eu e o Izalci. Eu quero me colocar inteiramente à disposição para até secretariar, fazer ata, se for preciso, para que os colegas participem dentro da possibilidade de todos eles. Mas eu queria sugerir o nome do Izalci nessa coordenação, porque ele não vai ter a preocupação com a eleição municipal. E Izalci é contador, entende de economia, é bom no diálogo. Tu és bom, não é, Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Lógico. (*Risos.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, assim, fica aí uma sugestão apenas para ajudar na condução, porque vai ser difícil fazer o que Efraim fez no primeiro momento. Fica aí uma sugestão para colaborar com a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Ele é da área, é contador.

Então, se V. Exas. concordarem, acredito que a gente já pode sair daqui com o coordenador desse grupo de trabalho. Se V. Exas. concordam e o Senador Izalci também...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Izalci acaba de ser indicado como coordenador desse grupo de trabalho.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está ótimo, é um privilégio, é uma matéria importante.

Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

Secretariado aqui pela nossa querida Damares, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, a ordem do trabalho...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Já vou preparar, já vou propor um plano de trabalho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Esperidião Amin, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu vou muito rapidamente... Muito rapidamente, eu quero complementar e fazer minhas as palavras de todos aqueles que se manifestaram, em primeiro lugar, nesta celebração muito modesta, mas verdadeira, deste primeiro semestre; e, em segundo, quero me congratular com a iniciativa de fazer com que a Comissão de Assuntos Econômicos faça parte do esforço do Senado para cumprir a nossa tarefa de Casa revisora num assunto cuja importância já foi aqui assinalada e eu subscrevo.

Quanto à designação do nosso Senador Izalci para coordenar, eu a subscrevo, assim como subscrevo a palavra de todos aqueles que me precederam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Esperidião.

Senador Izalci, V. Exa. quer, na próxima reunião, já apresentar um plano de trabalho?

Eu estou notando aqui que já está surgindo também um acordo, não para essa eleição, mas para 2026. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Com certeza, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eu quero já, antes de terminar, agradecer aqui ao João, a toda esta Comissão aqui, às pessoas que fazem com que as coisas de fato aconteçam. Muito obrigado a todos vocês. João, obrigado. São os orientadores aqui, aqueles que não deixam o Presidente aqui cometer erros, não é?

Obrigado a todos vocês.

Quero agradecer e registrar aqui, a tempo também, a presença da Emilly Behnke, da CNN, que está participando aqui e divulgando os nossos trabalhos, pois são muito importantes vocês da imprensa; da Gabriella Soares, do Congresso em Foco – obrigado pela presença –; e de Elis Barreto, da Arko Advice. Obrigado aqui pela presença de vocês. Eu não sei se tem mais alguém da imprensa, são os que me passaram aqui. Obrigado pela cobertura dos nossos trabalhos aqui.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 41 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezenove minutos do dia seis de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Fernando Farias, Izalci Lucas, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Paulo Paim, Jaques Wagner, Flávio Arns, Rosana Martinelli, Flavio Azevedo, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Mecias de Jesus e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Wilder Morais, Ciro Nogueira e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1071, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Regula o exercício da profissão de técnico em eletricidade e eletrotécnica e fixa seu piso salarial." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável ao projeto com três emendas de sua autoria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2556, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Estabelece diretrizes e parâmetros para a gestão democrática na educação básica pública." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao projeto com oito emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3670, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para retirar a obrigatoriedade de cobrança de FGTS e Contribuição Previdenciária sobre a remuneração recebida por empregados que já sejam aposentados, bem como altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 para criar cadastro específico de vagas de trabalho para aposentados junto ao Sistema Nacional de Emprego (Sine)." **Autoria:** Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Favorável ao projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas 3 e 4-CAE, e contrário às Emendas 1 e 2. **Observação:** Votam em contrário os senadores Jaques Wagner e Fernando Farias. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara n° 134, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que "regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências"." **Autoria:** Câmara dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2654, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta limite máximo de comissão cobrada pelas empresas de transporte remunerado privado individual." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 876, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Autoriza a realização a distância, utilizando-se de meios ou recursos tecnológicos, de reuniões de Conselhos Fiscais e de Administração de empresas públicas ou privadas, bem como, os conselhos públicos criados por Lei." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Favorável ao projeto com a Emenda nº 1-T e uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5178, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de pessoa ou cuidador social de pessoa, e altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, nº 13.146, de 6 de julho de 2015, nº 8.069, de 13 de julho de 1990." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 414, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 3. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1565, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana), para determinar que as empresas que ofereçam o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros instalem equipamentos de monitoramento nos veículos de seus colaboradores." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável à matéria, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1, na forma de uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 6118, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1.998, e a Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Games e Esports (CBGE) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Favorável á matéria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 429, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre as custas judiciais no âmbito da Justiça Federal; cria o Fundo Especial da Justiça Federal (Fejufe); e revoga a Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável ao projeto, pelo acolhimento integral das Emendas nºs 2, 5 e 6, pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 3, 4 e 8, e contrário as emendas nºs 1, 7 e 9, nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 1726, de 2019 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para considerar despesa médica, para fins de dedução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, o pagamento relativo à instrução de pessoa com transtorno do espectro autista." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 7, de 2022 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a anistia de dívidas oriundas de operações de crédito rural do PRONAF e de dívidas provenientes de operações de Crédito Fundiário contratadas nos estados atingidos pelas enchentes em 2022." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 550, de 2022 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o alongamento de dívidas de crédito rural, e dá outras providências" **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR). **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com três emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 6 de agosto de 2024.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos...

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 29ª Reunião, realizada em 16 de julho de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

Senadora Margareth Buzetti, seja bem-vinda! (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Prezadas nobres Senadoras e prezados nobres Senadores, tivemos ontem a divulgação, pelo Senador Izalci Lucas, do plano de trabalho do grupo de Senadoras e Senadores que irão analisar e apresentar relatório sobre o Projeto de Lei nº 68, de 2024, que regulamenta a emenda constitucional da reforma tributária, promulgada no início deste ano. O objetivo desse grupo é ouvir e refletir, junto com representantes dos diversos setores da economia, os principais aspectos dessa regulamentação e apresentar sugestões aos membros da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), assim como fizemos no grupo de trabalho anterior, sob a coordenação do Senador Efraim Filho. Naquela oportunidade, o Relator, Senador Eduardo Braga, acatou 25 emendas sugeridas pelo grupo de trabalho constituído por nós, daqui, da Comissão de Assuntos Econômicos. Assim, esperamos que novamente esta Comissão desempenhe seu papel com a eficiência e a competência de costume, aprofundando as discussões e levando sugestões que certamente irão enriquecer o texto da regulamentação do nosso novo sistema tributário.

Gostaria também de destacar rapidamente um projeto que iremos deliberar hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se do Projeto de Lei nº 414, de 2022, que propõe o reajuste anual dos valores repassados pelo FNDE para estados e municípios, como base da inflação, assim como o reajuste também anual do valor máximo para a comercialização dos produtos para alimentação escolar, de autoria do Senador Jader Barbalho e relatoria da Senadora Damares Alves. Esses valores não têm sido reajustados anualmente, de acordo com a inflação, o que prejudica a compra dos alimentos, principalmente da agricultura familiar, que compõem a merenda escolar. Dessa forma, fica impossível alimentar com qualidade os alunos integrantes da rede pública de ensino.

Pedimos, então, especial atenção dos nobres Senadores e das nobres Senadoras a essas duas proposições.

Aproveito a oportunidade para parabenizar o autor e os Relatores pela ideia e pelo trabalho realizado.

É o que tinha a dizer. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas, coordenador do grupo de trabalho, para fazer a apresentação dos trabalhos.

Com a palavra, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Bem, a Emenda Constitucional 132, de 2023, denominada Reforma Tributária, alterou significativamente o Sistema Tributário Nacional, ao revogar a contribuição para o PIS, a Cofins, o ICMS e o ISS e criar o Imposto Seletivo (IS) e o IVA Dual, composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

A promessa de mudar a realidade tributária brasileira, conhecida por sua complexidade, burocracia e altos índices de litígio, com o intuito de torná-la mais simples, eficiente e consensual, permeou o debate e atraiu apoio político, culminando em sua aprovação e promulgação, após décadas de espera.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Durante a tramitação da PEC, sempre manifestei minha divergência. Nunca fui contra a reforma tributária, mas contra o texto que foi aprovado.

Sou contador e sei que essa reforma não resultará na simplificação nem na redução de burocracia proclamadas. Ao contrário: a convivência dos novos tributos com aqueles que já serão extintos durante o período de transição ampliará a complexidade tributária no Brasil.

Além disso, não haverá a neutralidade tributária anunciada, pois muitos setores sofrerão aumento significativo de carga tributária. O resultado será aumento de arrecadação às custas de empregos e investimentos privados sem qualquer contrapartida aos contribuintes.

De fato, o que se vê em nosso país é a imposição de uma alta carga tributária associada ao desperdício de recursos, sem que os cidadãos brasileiros consigam usufruir de serviços públicos de qualidade, inclusive os mais básicos, como saúde e educação.

Não obstante, diante das mudanças constitucionais realizadas, cabe a nós, agora, discutir a regulamentação dos novos tributos e garantir que os efeitos deletérios sejam mitigados.

Infelizmente, a redação atual do Projeto de Lei Complementar (PLP) 68, de 2024, não parece contemplar nossas preocupações. Diversos representantes de segmentos econômicos já estão manifestando o descontentamento com o crescimento da carga tributária que sofrerão. Entre eles, posso citar aqui o setor imobiliário, cujo aumento poderá ser superior a 50% da carga atual, o que impactará na oferta de imóveis e, consequentemente, ampliará o déficit habitacional.

Nesse sentido, exalto aqui a iniciativa do nosso Presidente, Senador Vanderlan Cardoso, Presidente da CAE, de criar esse grupo de trabalho, por meio do Requerimento nº 66/2024, daqui da CAE.

A relevância do tema e os impactos sociais e econômicos que o PLP 68/2024 provocará demandam uma discussão aprofundada e cautelosa sobre os assuntos mais sensíveis com a participação de todos, Senadoras e Senadores, sociedade civil, União, estados, Distrito Federal e municípios.

Também agradeço ao Senador Vanderlan Cardoso pela confiança depositada em mim ao indicar-me como coordenador do grupo de trabalho, responsável por elaborar um plano de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho com a descrição das audiências públicas que serão realizadas e, ao final, propor um relatório consignando as conclusões do grupo de trabalho a partir das exposições dos convidados, o qual será apresentado ao Relator do PLP 68, de 2024, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Portanto, submeto este plano de trabalho a esta Comissão, descrevendo os temas que serão abordados nas audiências públicas e os respectivos convidados.

Sugerimos que as discussões aconteçam nas terças-feiras, às 14h. Nos dias em que não houver sessão deliberativa, faremos então na parte da manhã. E, se necessário, nas quartas-feiras, também no período da tarde.

É importante destacar que a aprovação deste documento não impede que sejam acatadas sugestões adicionais, temas e também expositores que, certamente, as Senadoras e os Senadores farão.

O cronograma apresentado é o seguinte:

I) No dia 13 de agosto, na próxima terça-feira, proponho o debate que inicia a partir de uma "apresentação do PLP 68, de 2024, seus aspectos gerais e a garantia de não elevação da carga tributária (neutralidade da reforma): eficácia dos mecanismos constitucionais e legais assegurados do não aumento da carga tributária".

Nós estamos convidando, então, para o dia 13 de agosto:

• Bernard Appy, que é o Secretário-Executivo da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda;

• Robinson Barreirinhas, que é o nosso Secretário Especial da Receita Federal;

• Mauro José Silva, Presidente da Unafisco Nacional (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal);

• Aécio Prado Dantas Júnior, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade;

• Felipe Scudeler Salto, que é Economista-Chefe e sócio da Warren Renascença;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• também a Carolina Brasil Vasques, que é Presidente das Mulheres no Tributário e Mestranda em Direito Tributário na PUC de São Paulo;

• e a Lina Santin, Mestre e Doutoranda em Direito Tributário, Advogada e Professora.

II) No dia 20 de agosto, faremos sobre "não cumulatividade plena da CBS e do IBS (art. 156-A da Constituição Federal) e as indevidas restrições veiculadas pelo PLP 68, de 2024 (art. 28, (art. 28, §2º, I e art. 30, exemplificativamente), o mecanismo de pagamento dividido", com os seguintes expositores:

• Hugo de Brito Machado Segundo, Doutor em Direito, Advogado e Professor da Universidade Federal do Ceará;

• André Mendes Moreira, Doutor em Direito, Advogado e Professor da USP;

• Melina Rocha, Consultora internacional e especialista em IVA;

• Roni Peterson de Brito, assessor do Gabinete da Receita Federal do Brasil;

• Aécio Prado, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade;

• representante da Fenacon (Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis).

III) No dia 27 de agosto, a terceira, nos debruçaremos sobre "o impacto da reforma tributária (PLP 68/2024) sobre a cadeia produtiva da construção civil, desde o loteamento ao imóvel pronto, e as consequências sobre o déficit habitacional no Brasil", com os seguintes convidados:

• Ely Wertheim, Presidente Executivo do Secovi São Paulo;

• Renato Correia, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção;

• Caio Portugal, Presidente da Associação das Empresas de Loteamento Urbano;

• Luiz França, Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias;

• Fernanda Foizer Silva, Embaixadora das Mulheres no Tributário, Sócia do Wilfrido Advogados e Mestranda em Direito Tributário pelo IBDT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IV) A quarta será no dia 28 de agosto, quando faremos a discussão sobre a "Tecnologia e Inovação na Reforma Tributária", com os seguintes debatedores:

• representante da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Federação Assespro);

• representante da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom);

• representante da Federação Nacional das Empresas de Informática (Fenainfo);

• representante da Associação Brasileira de Empresas de Software (Abes);

• representante da Associação Brasileira de Internet (Abranet);

• representante da Associação Brasileira das Autoridades de Registro.

V) Na quinta audiência, dia 3 de setembro, debateremos o impacto da reforma tributária no setor de comércio e serviços. Nós vamos receber:

• representante da Abad (Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores);

• representante da Abras (Associação Brasileira de Supermercados);

• representante da Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes);

• representante da Afrac (Associação Brasileira de Tecnologia para o Comércio e Serviços);

• representante da Anamaco (Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção);

• representante da CACB (Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil);

• representante da CNDL (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas);

• representante da GS1 Brasil (Associação Brasileira de Automação);

• Francine Fachinello, Advogada Tributarista e Mestranda em Direito Tributário na PUC de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VI) Na data de 10 de setembro, trataremos de "*cashback* ('dinheiro de volta') e Cesta Básica Nacional" com os seguintes participantes:

• Eduardo Fleury, Economista e Advogado;

• Rodrigo Octávio Orair, Diretor de Programa da Sert;

• Representante da Associação Brasileira de Supermercados (Abras);

• Giovanni Padilha, Subsecretário Adjunto da Receita Estadual do Rio Grande do Sul.

VII) Em 17 de setembro, o assunto será "Regimes Aduaneiros Especiais, ZPEs e Regime de Bens de Capital" com os convidados a seguir:

• Liziane Angelotti Meira, Doutora em Direito, Professora e Auditora Fiscal da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

• Solon Sehn, Doutor em Direito, Professor e Advogado;

• Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic);

• Representante da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB);

• Dr. Menndel Macedo, Diretor Jurídico da Câmara Brasil-Ásia (CBA).

VIII) No dia 24 de setembro, lidaremos com os "Regimes Diferenciados e Específicos" e os convidados são:

• Maílson da Nóbrega, ex-Ministro da Fazenda;

• Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);

• Representante da Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde);

• Representante do Fórum Brasil de Educação;

• Daniel Loria, Diretor de Programa da Sert;

• Renato de Sousa Correia, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• Luiz Antonio Nogueira de França, Presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias;

• Rodrigo Maia, Diretor-Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras;

• Ana Cláudia Utumi, Doutora em Direito Tributário pela USP, Advogada e Professora.

IX) No dia 1º de outubro, abordaremos "o Simples Nacional, a Zona Franca de Manaus e as Áreas de Livre Comércio" com os seguintes expositores:

• João Bosco Gomes Saraiva, Superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa);

• Heleno Torres, Professor Titular de Direito Financeiro da USP;

• Décio Lima, Presidente do Sebrae;

• Tatiana Lacerda Prazeres, Secretária de Comércio Exterior.

X) No dia 8 de outubro, discutiremos o "Imposto Seletivo" com os convidados:

• Denise Lucena, Procuradora da Fazenda Nacional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... José Maria Arruda de Andrade, Doutor em Direito e Professor da USP;

• Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);

• Márcio Holland, Professor da FGV;

• Instituto Brasileiro do Jogo Responsável (IBJR);

• Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL);

• Dr. Menndel Macedo, Diretor Jurídico da Câmara Brasil-Ásia (CBA).

XI) No dia 15 de outubro, a matéria será "Transição e Fiscalização" com a participação de:

• Camila Tapias, Diretora-Executiva do projeto Mulheres do Tributário;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• Marcus Pestana, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI);

• Manoel Nazareno Procópio, Diretor de Programa da Sert;

• Ana Paula Sampaio Silva Pereira, Secretária-Geral da Secretaria-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU);

• Susy Gomes Hoffmann, Doutora em Direito Tributário pela PUC-SP, Advogada, Professora do Ibet e da Apet e ex-Vice-Presidente do Carf.

No dia 22 de outubro, apresentaremos nosso relatório.

Essa é a previsão dos trabalhos, e estamos deixando as quartas-feiras para a inclusão de novos temas e novos convidados, se forem necessários.

Esse é o plano de trabalho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone*.) – Parabéns, Sr. Coordenador!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Trabalhamos muito.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O plano de trabalho está muito bem organizado.

O programa proposto aqui pelo Coordenador, o Senador Izalci Lucas, vai estar no grupo de trabalho criado para avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional. Ele ficará disponível na página da CAE.

Como foi dito aqui pelo Senador, esse plano de trabalho que ele apresentou, já para adiantar, Senador Flavio, Senador Jaime e Senador Flávio, pode receber também dos Senadores e das Senadoras que compõem o grupo de trabalho sugestões para que outras pessoas – não é isso, Senador Izalci? – e outros temas possam ser ouvidos. Já que é bem complexo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, se me permite, só fazer a composição dos grupos, porque, se algum Senador ainda aqui quiser participar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso – eu estou como Coordenador –, o Senador Efraim Filho, o Senador Oriovisto Guimarães, o Senador Alan Rick, a Senadora Margareth Buzetti, a Senadora Professora Dorinha, a Senadora Tereza Cristina, o Senador Alessandro Vieira, a Senadora Soraya Thronicke, o Senador Laércio Oliveira, o Senador Angelo Coronel, o Senador Eduardo Gomes, a Senadora Damares Alves, o Senador Fernando Dueire e o Senador Rogério Carvalho. Esses são os membros do grupo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eu comunico que outros Senadores, em concordância com o Coordenador do grupo de trabalho, que quiserem participar podem apresentar seus nomes aqui ao Coordenador do grupo de trabalho, Senador Izalci.

Senador Flávio, quer participar?

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Flávio...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Sob a coordenação do Izalci, eu quero participar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Flavio e Senador Flávio Bolsonaro. Senador Flavio Azevedo.

Senador Jaime, Senador Jaime...

Como Presidente desta Comissão, seria excelente se todos os membros da Comissão participassem. Eu já ouvi de alguns Senadores: "Senador, não é bem minha área". É sim, essa área é de todos, não é? É bem complexa, mas é um momento das audiências públicas que nós vamos ter aqui. Eu aprendi muito, Senador Flávio, naquele grupo de trabalho que foi coordenado pelo Senador Efraim, nas audiências públicas. E olha que eu sou um curioso da área há muitos anos, mas pude, Senador Flávio, aprender muito nas audiências públicas. É muito interessante.

Senador Izalci, parabéns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como foi dito aqui pelo próprio Coordenador Izalci, nós não teremos datas, assim, concretas. Vamos marcar a próxima já para a terça-feira, às 14h, mas, devido a muitos setores e muitas pessoas querendo participar, provavelmente, Senadora Margareth, nós vamos fazer às terças, às quartas e, se precisar, às quintas-feiras. O importante é nós debatermos esse tema sensível, mas, ao mesmo tempo, necessário ao nosso país.

Senadora Margareth, com a palavra.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Pela ordem.

Eu devo ter uns 30 pedidos de reuniões de setores para fazer. Eu até mandei fazer um relatório com a empresa sobre qual é o tema, para você poder discutir junto com o Legislativo, porque todo o setor de serviço está desesperado. Essa que é a verdade. Então, nós vamos ter muito trabalho, Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – É verdade.

Presidente, só para informar: é evidente que a gente já vem participando desse debate desde a Câmara Federal – eu fiquei oito anos na Comissão de Tributação lá na Câmara e aqui a gente participou bem da 110, da 45, não é? E o projeto está bem estruturado, teoricamente, foi feito na academia, na PUC, mas o mundo real é diferente, as pessoas não conhecem o mundo real. Então, esse é o debate que nós vamos fazer aqui, para as pessoas saberem, lá na ponta, o que vai acontecer, o que está acontecendo.

Eu tenho certeza de que nós vamos dar grandes contribuições aqui para alterar muita coisa na reforma. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bom, nós não temos quórum ainda, falta somente um, mas nós vamos adiantar o item 3, para a Relatora, Senadora Margareth Buzetti, já fazer a leitura. Então, vamos ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3670, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para retirar a obrigatoriedade de cobrança de FGTS e Contribuição Previdenciária sobre a remuneração recebida por empregados que já sejam aposentados, bem como altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 para criar cadastro específico de vagas de trabalho para aposentados junto ao Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Autoria: Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT)

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Favorável ao projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

1. No dia 11/6/2024, foi concedida vista coletiva da matéria.

2. Em 12/06/2024, foram apresentadas as emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

3. Em 18/6/2024, foi aprovado o Requerimento nº 71/2024-CAE, de adiamento da discussão para o dia 6/8/2024.

4. A matéria foi aprovada pela CAS, em decisão terminativa.

5. A matéria vem à CAE por força de requerimento de oitiva.

Concedo a palavra à Senadora Margareth Buzetti para se manifestar a respeito das Emendas nº 1 e nº 2.

Com a palavra, Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente Vanderlan.

Este projeto já vem sendo discutido há praticamente um ano, com debates aqui na Casa. Nós discutimos, na última vez foi lido o relatório, então eu vou fazer o complemento do voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 6 de junho último ofereci relatório favorável à aprovação do Projeto de Lei 3.670, de 2023, com duas emendas. Na sequência, foi concedida vista coletiva da matéria e, em 12 de junho de 2024, no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foram apresentadas as Emendas nº 1-CAE e nº 2-CAE, do Senador Alessandro Vieira.

Antes de analisar as emendas nesta complementação de voto, cabe destacar que o objetivo deste projeto de lei é estabelecer normas de fomento à contratação de pessoas idosas aposentadas, por meio de incentivo às empresas privadas para a realização de tais contratações, mediante a retirada da obrigatoriedade de cobrança do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e da contribuição previdenciária em relação a essas pessoas.

A primeira emenda estabelece que a decisão de aderir aos incentivos objeto deste projeto de lei é do trabalhador, tendo como justificativa a sua proteção. Desse modo, o Senador Alessandro Vieira estabelece que, "ao incorporar essas salvaguardas na regulamentação, garantimos que a escolha de adesão ao programa de incentivo seja verdadeiramente opcional e protegida contra influências indevidas por parte dos empregadores".

Sobre essa emenda, entendemos o intuito do Senador Alessandro Vieira, autor da sugestão, de proteção dos trabalhadores. No entanto, ao estabelecer essa condicionante ao usufruto do incentivo fiscal, enseja insegurança jurídica e econômica às empresas. Elas não têm a garantia de que, ao contratar um empregado já aposentado, terão incentivos, haja vista depender de seu aval. Logo, a política pública objeto do presente PL pode restar inócua em estimular a admissão de pessoas idosas ao trabalho, o que não estaria alinhado ao Estatuto da Pessoa Idosa (art. 28, da Lei 10.741, de 2003). Diante das razões expostas, optamos por não acatar a Emenda 1.

Por sua vez, a Emenda nº 2, da CAE, objetiva suprimir os arts. 3º e 4º do PL, os quais garantem a isenção de contribuição previdenciária quando da contratação de pessoas idosas aposentadas. Em sua justificativa, o Senador estabelece que "quem está na ativa tem responsabilidade compartilhada com o Estado pelo financiamento do sistema", razão pela qual tal isenção é questionável.

Em relação à segunda emenda, novamente entendemos o intuito do Senador. Contudo, cabe destacar que, nos termos do §2º do art. 18 da Lei nº 8.213, de 1991, o trabalhador aposentado que permanecer em atividade, em regra, não faz jus à prestação da previdência social

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em decorrência do exercício dessa atividade. Logo, a isenção previdenciária para esses trabalhadores seria plenamente justificável economicamente, haja vista serem atendidos pela previdência social apenas em situações excepcionais e terem sido contribuintes por toda a vida laborativa até se aposentarem. Desse modo, ao retirar a isenção da contribuição previdenciária do benefício em análise, poderia tornar inócua a política e não estaria alinhada ao Estatuto da Pessoa Idosa, conforme relatado na análise da Emenda nº 1.

Diante das razões expostas, também optamos por não acatar a Emenda 2.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela regimentalidade, juridicidade e constitucionalidade do projeto e, no mérito, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei 3.670, de 2023, com as emendas do Relator já previamente apresentadas, e pela rejeição das Emendas 1 e 2 da CAE.

Esse é meu voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Margareth Buzetti, parabéns pelo seu relatório, pelo trabalho que V. Exa. tem tido, e pelo zelo com esse projeto, um projeto meritório.

A matéria está em discussão.

Líder Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Bom, Presidente, eu queria dizer que – no meu ofício que eu não diria ser de defender o Governo, mas de me preocupar com os temas estruturantes do país – é óbvio que é meritório no sentido de o projeto alcançar – vou chamar – as pessoas da terceira idade.

Eu queria dar dois dados aqui, para a gente ter noção. Segundo o IBGE, hoje, no Brasil, a taxa de desemprego até 17 anos, 14 a 17, é de 30,2%; de 18 a 24, é de 16,8%; já de 40 a 59 anos, é de 5,2%; e acima de 60 anos, provavelmente quando as pessoas estão aposentadas, a taxa de desemprego é de 3,2%.

Eu estou querendo realçar que hoje, do ponto de vista estruturante, a maior preocupação – e estou à vontade porque também estou na terceira idade, fui de sindicato... Mas hoje, a taxa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de desemprego dessa faixa acima de 60 está na casa de 3%; para jovens de até 17 anos – e pode-se dizer "não, esses estão na escola", mas a taxa de desemprego significa que tem gente procurando e não encontrando, porque a taxa de desemprego é de quem procura –, é de 30%; e acima de 40 anos, até 60, até 59, é de 5,2%.

Então, Senadora Buzetti, eu entendo o espírito da origem do projeto. Eu só chamo a atenção para o fato de que, na verdade, o nosso problema maior, inclusive do descaminho para caminhos errados – e a gente sabe do que eu estou falando –, é exatamente da garotada de até 24 anos, que tem uma taxa de desemprego que vai de 17% a 30%. A gente está fazendo um esforço, porque seria um esforço... Repare, a pessoa já está aposentada, o.k. No projeto de V. Exa., V. Exa. melhorou porque botou limites. Na empresa de até 10 pessoas, seria 10%, porque poderia ter uma, poderia ter uma; de 11 até 20 pessoas, poderia ter duas. Então, chegaria também a 10, no caso de 20. Quem tiver 11, vai ser um pouco mais. E, nas maiores, V. Exa. colocou 5%.

A Receita tinha a conta – eu não estou defendendo a Receita, mas só explicando, porque sei que ela é devedora aqui de informações. Mas a Receita tinha feito essa conta quando não havia essa limitação que V. Exa. colocou. Então, deu uma conta sobre todos os funcionários aí. Porque tirar o fundo de garantia não bole com conta pública, porque é uma conta particular do funcionário. É evidente que o fundo é usado para alavancar muita coisa, inclusive na construção civil, mas é um dinheiro que não é do Estado, então, não afeta a conta pública.

A outra... Eu sei que a pessoa vai dizer: "Não, mas ele já está aposentado". O.k., mas, na medida em que ele toma o lugar de um que não estaria aposentado e estaria contribuindo com a previdência... Só estou chamando atenção para o fato de que, do ponto de vista – vou repetir – daquela que é a preocupação maior, está mais embaixo do que lá em cima "acima de 60 anos". Isso impacta também na previdência.

Então, eu, que já conversei muito com a Senadora Margareth, vou repetir: acho nobre, porque é a preocupação também com pessoas que fazem parte do nosso grupo social e que dependem, só que eu diria que o foco maior hoje do problema não está aí, está em outro lugar.

É evidente que eu tenho que encaminhar contra, mas por conta das contas públicas, em nome do Governo, porque, repito, eu sei que a pessoa já está aposentada e não fará jus a uma nova aposentadoria, mas, na medida em que ela senta no lugar de alguém que não estaria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aposentado ou não está, evidentemente seria menos uma contribuição, e haverá mais problema para a previdência, como a gente sempre bate aqui. Eu sou obrigado a explicar isso.

A Receita ainda não mandou. V. Exa. pediu, eu já cobrei a semana inteira, e hoje me disseram – por isso que eu digo que eu não estou defendendo, estou só explicando – que eles estão refazendo a conta a partir das limitações que V. Exa. colocou. E dizem que vão entregar daqui a dez dias.

Então, eu encaminho contra, Presidente, porque, repito, do ponto de vista do cálculo do impacto sobre previdência – é sobre a previdência que a gente está falando... E eu de novo digo que a gente faz um esforço muito grande pelo equilíbrio fiscal, mas sempre, pelas necessidades imensas que temos no país, a gente bota alguma coisa que acaba caindo na conta pública.

Daqui a pouco vamos ter um projeto – não sei se vai entrar em pauta – do Senador Weverton que fala que, em calamidade, mesmo sem reconhecimento federal, vai para o perdão de dívida de bancos. Os bancos vão cobrar de quem? Do Governo Federal. Aí eu acho que pelo menos tinha que ter o dispositivo do reconhecimento federal, porque, se a conta vai para o Governo Federal... Tudo bem, eu não estou questionando a declaração de calamidade de um município, mas, se não tem uma conferência nem estadual, nem federal, eu estou de novo impactando, levando uma despesa para ele. É aquele ditado: "Em casa que não tem pão, todo mundo grita, e ninguém tem razão". Ou o contrário: ninguém grita, e todo mundo tem razão. É um problema, porque é a tentativa de socorrer quem precisa e a tentativa de manter as contas.

Então, eu peço vênia a V. Exa., mas eu tenho que encaminhar desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Senador Jaques Wagner, eu penso muito na vida real.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O jovem de até 17 anos, que o senhor falou que está na faixa de maior taxa de desemprego, está desempregado porque não quer trabalhar – essa é a verdade –, ele não quer trabalhar. Ele está estudando, ele está fazendo informática, ele está trabalhando na informalidade.

No Mato Grosso, a taxa de desemprego é de 2,6%. Nós estamos em total emprego, nós não temos gente para trabalhar. Agora, fala-se que a taxa de desemprego acima de 60 anos é de 3%. Sabe por quê, Senador? Porque trabalham na ilegalidade – essa é a verdade. Então, quando você faz isso, você quer trazer para a formalidade uma pequena taxa de 5% da folha do ano anterior. Você não pode... A imprensa não pode inventar um número de trabalhadores. É o número de trabalhadores do ano anterior, 5%. Então, eu não consigo entender por que a dificuldade de enxergar, talvez, até a saúde mental dos idosos, que são bem melhores já do que os jovens, que não querem trabalhar. Hoje, os jovens não querem trabalhar – essa é a realidade.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora.

Senadora Rosana, com a palavra.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Obrigada.

Na verdade, Presidente, são 22 milhões de aposentados que nós temos no Brasil, e 7 milhões estão na ativa. E só fortalecendo o dado da questão da sanidade, com muitos problemas mentais, 30% das pessoas que param de trabalhar, deixam de trabalhar estão com problema de depressão. Então, acabam onerando o próprio sistema de saúde no INSS.

Este projeto é importante...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... porque realmente valoriza, deixa a pessoa ativa e está contribuindo ainda com o nosso país. Então, é importante que realmente se dê prosseguimento a ele.

E nós fazemos um pedido de urgência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado.

Com a palavra, Senador Flavio.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Presidente, eu queria mais expressar uma preocupação do que propriamente discutir o mérito do belíssimo voto da Senadora.

A minha preocupação se prende ao seguinte: a previdência social... Em função de todas as razões que nós já conhecemos e sobre as quais o Senador Jaques Wagner argumentou – e eu compreendo, Senador, a preocupação do Governo e as suas razões –, as empresas correm o seguinte risco, que já aconteceu em projetos semelhantes: nada impede de essa lei aprovada ser discutida na sua constitucionalidade. E aquelas empresas que, obedecendo à lei vigente, deixarem de fazer o recolhimento podem ser cobradas posteriormente pelo Governo ou por uma discussão provocada por um partido político ou por outra forma em que a lei possa ser julgada inconstitucional. E, daí, as empresas que deixaram de recolher em função da legislação vigente serão obrigadas a pagar retroativamente. Isso já aconteceu. Eu não vou me alongar, mas, em outras situações – eu sou empresário –, eu fui vítima disso. E não fui uma vítima maior, porque a empresa, mediante esse risco, passou a depositar em juízo. Isso resulta em um não aproveitamento da lei. Se você, com receio de haver uma cobrança posterior em caráter retroativo, passa a depositar em juízo, não existe benefício nenhum, nem para a empresa, nem para o empregado.

E a segunda observação que eu gostaria de fazer, Senador Jaques Wagner, com toda a vênia, é que a faixa de menos idade possui habilidades diferentes das da faixa etária a partir dos 60 anos. Elas não competem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Hoje a maioria dos nossos funcionários das empresas privadas com 60 anos já estão aposentados e no auge – eu, com 78, me permito dizer – da sua capacidade produtiva. O funcionário com 60 anos está apto, mais do que todos, a exercer as suas funções dentro da empresa privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero expressar esta preocupação e quero dar este depoimento de que essas duas faixas etárias não competem nas suas habilidades, de forma que, com toda a vênia, Senador Jaques Wagner, o argumento eu não julgo procedente.

É isso aí.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Senador, mas nós temos o menor aprendiz até 20%. Nunca houve um questionamento de inconstitucionalidade sobre isso. E é uma lei que é do menor aprendiz.

Eu até apelidei a lei de "melhor emprego" agora, porque tinham falado de último emprego, e eu falei: "Não! 'Melhor emprego', pelo amor de Deus". Então, eu não vejo, dessa forma – desde que seja aprovada uma lei com tudo certinho, como tem que ser –, que tenha questionamento. Eu não vejo isso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado.

Senador Jaime Bagattoli.

Com a palavra, Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Quero cumprimentar aqui a Relatora, a Margareth, e dizer para vocês que uma grande preocupação que nós, empresários, temos hoje – eu também me enquadro como empresário neste Brasil... O grande gargalo nosso hoje, Senador Jaques, realmente é um grande problema: a juventude de hoje – vamos falar bem aqui para nós – não quer mais trabalhar.

E outra coisa: nós nos deparamos com esses 21 milhões de Bolsa Família, e não sou contra. Quem sou eu para ser contra o Bolsa Família? Eu acho que o Bolsa Família tem que ser dado àquelas famílias que realmente estão em dificuldades e tal. Agora, como é que nós vamos fazer? Eu não consigo entender como tem 10 milhões, 12 milhões de desempregados neste Brasil. No Norte, não existe mais mão de obra – não existe mão de obra. Eu falo para vocês porque tenho uma grande empresa dentro da cidade, a praticamente 10km, dentro da cidade, tudo dentro das normas, com tudo para que o empregado tenha a melhor qualidade de vida, e não conseguimos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais funcionários. Estamos entrando com empresas terceirizadas, mas temos outros problemas, porque eles não conseguem também ter o funcionário. Então, quando você terceiriza, você assume aquela responsabilidade. O Izalci sabe. Ele é contador e sabe que a responsabilidade passa para a gente, passa para o empregador, para quem contratou. O que eu vejo é que nós vamos ter que arrumar uma situação. Se nós queremos resolver o problema das empresas para nós contratarmos...

A questão do aposentado é verdade. Nós poderíamos até ter mais aposentados trabalhando, porque realmente... O motorista de caminhão. Nós temos muitos motoristas, e eu até concordo, eu fui motorista profissional, dirijo qualquer tipo de caminhão. Uma pessoa da minha idade, acima de 60 anos, realmente não poderia mais ser motorista. É uma profissão que, nesse trânsito intenso que nós temos, realmente não precisa. Vocês olham quantos motoristas tem aí. Eu não tenho essa pesquisa – eu não tenho essa pesquisa –, mas eu não sei se nós não temos mais de 20% dos motoristas hoje no Brasil entre 60 e 80 anos andando nessa rodovia federal. Até acho que não deveria mais uma pessoa acima de 60 anos, mas não tem a mão de obra. Vocês viram que na Europa aconteceu a mesma coisa, na Alemanha, em todos os lugares do mundo. Isso está acontecendo em outros países. Enfim, nós queremos resolver essa situação.

O que mais nós queremos, Senador Jaques Wagner... Nós sabemos a questão da previdência, sabemos que a previdência vai ser o maior problema nosso. Quando você vê essa última estatística aí que teve de que, a partir de 2040, a população chegará em 219 milhões, 220 milhões de pessoas, e nós vamos entrar num processo regressivo. É claro que não vamos sofrer por antecedência, mas dizem que, aproximadamente aí no ano 2100 ou antes ainda, o Brasil sai dos 203 milhões que nós temos hoje, vai a 219 e voltaria para 160, 165 milhões. Aí sim, o Congresso Nacional precisa pensar numa situação seríssima, porque mais de um terço das pessoas vão ser idosas no futuro, e num futuro próximo, daqui uns 30 anos. E aí, como é que nós vamos resolver essa situação?

E hoje, se nós quisermos resolver o problema da falta de emprego para a indústria, para o comércio, para todos os setores, na agricultura, na pecuária, todos os setores de infraestrutura, nós precisamos pensar, rever. Vamos encontrar uma fórmula de como nós vamos fazer com essa situação do Bolsa Família. Nós precisamos trazer essas pessoas, essas pessoas é que nós precisamos qualificar e dar empregos a elas, porque mão de obra não temos mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Jaime.

Senador Izalci, com a palavra para discutir.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Bem, é evidente que é meritório. Não vamos discutir aqui, porque realmente não tem sentido a pessoa aposentada começar a trabalhar e simplesmente continuar pagando a sua aposentadoria, que não vai refletir em nada. Agora, eu discuti essa questão muito na Câmara, inclusive sobre a emenda constitucional que tinha. Em relação à PEC 555, foi discutido muito tempo que tinha que ser uma emenda constitucional.

De fato, esse apelo que o Senador Jaime faz para o Senador Jaques Wagner é muito sério. Realmente, a questão de mão de obra no Brasil hoje é uma coisa que você não encontra mais. Por quê? Porque o Bolsa Família não tem uma porta de saída. Não tem lógica o Governo não buscar uma porta de saída para isso, em termos de qualificação, em termos de oferecer realmente. O que não falta, nos municípios, nos estados, é serviço. Tem muita coisa que pode ser feita com contrapartida. Então, a gente tem que usar a criatividade também.

Já que nós estamos falando de reforma tributária, nós precisamos discutir essa questão da reforma previdenciária, para desonerar, realmente, a folha de pagamento. A coisa mais ignorante que existe no mundo é tributar a folha de pagamento, porque, realmente, incentiva a informalidade, penaliza as empresas, dificulta a contratação.

Então, a gente precisa aproveitar este momento da discussão da reforma tributária, Senador Jaques Wagner, e encarar de frente esse problema de anos e anos que é a questão da previdência com relação à folha de pagamento. Nós estamos discutindo a desoneração, mas nós precisamos desonerar todos os setores e buscar uma alternativa para a gente poder resolver essa questão definitivamente.

É meritório, só tem que ver o aspecto constitucional – que foi muito bem alertado aqui pelo Flavio –, porque, na Câmara, a gente discutia isso como emenda constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ... Senador Izalci.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Tem alguém inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O Senador Fernando Farias. Em seguida, é V. Exa.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para discutir.) – Obrigado.

Presidente, eu diria o seguinte: por que a gente não espera esse prazo de dez dias que Jaques falou, para a gente ver como vota, ver o impacto disso? Só se fala em previdência, que a previdência precisa de reforma, e a gente vai votar aqui sem o impacto?

Então, poderia dar dez dias? É possível?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Fernando, esse é um projeto que já tem sido discutido, já foi dada vista, já foi pedido, já veio de outra Comissão. Nós já pedimos, inclusive, Senador e Líder Jaques Wagner, para facilitar o nosso trabalho e de V. Exa., que, quando esta Comissão requerer os impactos da Fazenda ou da Receita Federal, de quem quer que seja, que eles sejam passados para a Comissão.

Não é só esse projeto. Nós temos vários projetos que estão se intensificando, um mês, dois meses; tem alguns, segundo informação, que já passam de um ano. E é muito importante, para todos os Senadores e Senadoras, nós aqui desta Comissão, analisarmos esse impacto, já que estamos falando de recurso e, principalmente, da Previdência. Mas nós já tivemos aqui pedido de mais prazo, ou de que se passe esse impacto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que o Ministério da Fazenda e a Receita Federal já têm uns estudos até, por setores, para serem apresentados o mais rápido possível, e nós já pedimos aqui algumas vezes. A Relatora Margareth Buzetti já fez esse apelo aqui, já esperou e já foi compreensiva nesse sentido de dar mais esse prazo. Eu não sei, devido a tanto prazo que já foi dado, se, em 10 dias ou 15 dias, virá esse impacto.

Então, acho que hoje é o dia para esse projeto, Senador Jaques Wagner, nós o colocarmos em votação. V. Exa. já colocou o impacto, já colocou a posição do Governo.

Senador Fernando, já demos esse prazo algumas vezes. E precisamos votar, porque nós temos outros projetos aqui na Comissão e precisamos votar, a não ser que a Relatora do projeto concorde com esse prazo pedido aí pela Receita Federal e pelo nosso Líder Jaques Wagner, em conceder esse prazo. Por esta Presidência, nós votaríamos hoje, colocaríamos – já temos quórum – em votação esse projeto.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Senador, como não é terminativo, vamos votar, e aí se discute no Plenário, porque eu tenho dúvidas também de que venha, que a Receita vá dar esse número para nós, porque o projeto dos pneus ficou meio ano, ficou um ano, ficou dois anos e foi para o Plenário sem vir o impacto. E agora está lá na Câmara, e eles estão trancando na Câmara, porque é mais fácil lá. É ruim isto. E eu não vejo como, Senador Jaques Wagner... Você não tira o emprego de alguém, é para emprego novo. Você não vai tirar o emprego de alguém. Não consigo entender. Olha, seria um projeto muito bom para o Governo, para a imagem do Governo. Mas vamos votar. Se perder, perderemos no voto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Líder Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Não, eu só queria reiterar. Eu já disse que acho nobre o objetivo do projeto. Todo mundo está... Eu digo sempre que a melhor política social que se tem é a geração de trabalho, emprego e renda. Eu não conheço nenhuma outra política social que seja melhor do que essa. É melhor do que qualquer uma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Bolsa Família, que foi criado no primeiro Governo ainda do atual Presidente, tinha um valor que, seguramente, não animaria ninguém a ficar só com ele. Com a covid, foi este Congresso mesmo que propôs, no Governo anterior, aquela subida, que acabou, mesmo depois da covid, mantida, e, portanto, o atual Governo também manteve, porque é mais alto. Então, é óbvio... Eu não diria que satisfaz alguém. Eu digo sempre, porque eu fui Governador, também trabalhei em fábrica, que o que dá dignidade mesmo à pessoa é a inclusão produtiva. Ninguém gosta de viver... É um programa do Governo, um programa social, não uma esmola, como alguns tentavam falar, mas eu digo que não é o que satisfaz. Como eu digo lá em todo palanque baiano, o pessoal gosta de botar comida dentro de casa é com o suor da testa e o calo da mão. Essa é que é a verdade.

Essa questão dos jovens é um problema hoje porque, na verdade, com a questão da internet, dos jogos, etc., o jovem está muito mais buscando tentar um trabalho nesse nicho aí. Essa é que é a verdade. Por exemplo, é óbvio que é um trabalho ser ensacador em supermercado. Não é atraente para um jovem fazer aquilo, não é desafiador, que é o que eu quero dizer, como tem outros trabalhos que também não são. Então, o jovem, como é natural, até pela pouca idade dele, quer alguma coisa diferenciada.

Repito que eu não tenho nenhum problema, nem o Governo tem, com a questão, por exemplo, do FGTS. O da previdência é a preocupação, de novo, com o impacto.

Então, Presidente, se V. Exa. vai colocar para votar, é do direito, tudo, na democracia, acaba se resolvendo no voto, mas eu vou encaminhar o voto contrário, não por ser contra o objetivo... Porque, infelizmente, tudo aqui, e não aqui, mas, em geral, na sociedade moderna, vira clichê. "Ah, o senhor é contra?". Bom, mas a vida é assim mesmo. Meu neto, que tem 13 anos e que, infelizmente, acompanha o Instagram, falou: "Mas, meu avô, por que estão falando mal de você?". Eu digo: "Porque a vida pública é isto mesmo: você recebe aplausos de um lado, crítica do outro". Aí a família sofre logo. Ele veio falar: "Mas estão falando mal de você, eu não gosto que falem mal de você". Eu digo: "Mas a vida é assim".

Presidente, eu vou cumprir meu papel, mas V. Exa. encaminhe a votação sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 3 e 4, da CAE.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, eu não vou pedir verificação de votação, não. Senão, minha amiga aqui vai ter um colapso. (*Risos.*)

Eu só quero pedir que registre que, como Líder do Governo, o meu voto é contrário. É só para registrar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Aprovado, com voto contrário do Senador Jaques Wagner.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Fernando, com a palavra...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Também? Voto contrário do Senador Fernando Farias.

Senadora Rosana, a senhora pediu a palavra? Foi feito o pedido?

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Quero parabenizar a Relatora Margareth.

Isso é de cunho realmente social, é um grande benefício para todos os aposentados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E parabéns ao Mauro Carvalho, nosso suplente do Wellington, pelo projeto, pela iniciativa. Parabéns. Acho que vai ser um grande ganho para todos nós, pois, logo, logo, nós também... Quem não está já está... (*Risos.*)

Já estamos precisando. Está todo mundo mais ou menos na mesma faixa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É verdade.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Parabéns!

E muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E parabéns pela Presidência e condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 414, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e dá outras providências.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria será apreciada pela CAS e, em decisão terminativa, pela CE.

2. Em 5/08/2024 foram recebidas as emendas nºs 1 a 3 de autoria do senador Mecias de Jesus.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Bom dia, Presidente. Bom dia, colegas. Estava morrendo de saudade de todos vocês.

Presidente, nos termos regimentais, cabe a esta Comissão opinar sobre propostas que abranjam assuntos de aspecto econômico. Então, este PL atende aos critérios regimentais.

Sob o prisma da constitucionalidade, o PL precisa ser analisado a partir de dois parâmetros. O primeiro diz respeito ao atendimento do art. 208 da Constituição Federal no sentido de garantir o acesso à educação a todos os estudantes brasileiros, principalmente por utilizar a alimentação escolar como um meio de facilitar a permanência dos alunos na escola. O segundo parâmetro está ligado à previsão contida no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, a qual determina que as proposições legislativas que criem ou alterem despesas obrigatórias devem ser acompanhadas de estimativa de impacto orçamentário e financeiro.

Na estimativa do impacto que a proposta em exame teria sobre as despesas da União, a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, por meio da Nota Técnica de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 63/2024, adota a premissa simplificadora de que a nova sistemática será aplicada a partir do Orçamento de 2025. Para o cálculo, parte-se do montante previsto no presente orçamento e utilizam-se as previsões do INPC apresentadas no Boletim Macrofiscal, de maio de 2024.

Assim, nesses termos, o impacto orçamentário-financeiro estimado seria de:

- R$ 192,5 milhões na LOA de 2024, em 2025;
- R$ 176,5 milhões na LOA de 2025, em 2026; e
- R$ 176,1 milhões na LOA de 2026, em 2027.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição é dotada de juricidade, ao inovar o ordenamento jurídico e cumprir os requisitos de abstratividade, coercibilidade, generalidade e imperatividade. Também atende às disposições da Lei Complementar nº 95, de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, de modo que não necessita de ajuste quanto à técnica legislativa.

Quanto ao mérito, a proposição é fundamental para preservar o atendimento universal dos estudantes destinatários do Programa Nacional de Alimentação Escolar, eis que o reajuste pelo IPCA visa à preservação do poder de compra dos valores repassados pela União aos estados, Distrito Federal e municípios.

Nesse sentido, a proposição está alinhada ao que fora idealizado na década de 40 e recebeu inovações capazes de permitir a evolução que temos hoje, cujo principal aspecto é o da garantia de segurança alimentar a todos os estudantes destinatários da política pública.

Com efeito, não há como garantir uma alimentação saudável e universal aos estudantes sem a preservação do poder de compra dos valores *per capita* repassados pela União aos estados, Distrito Federal e municípios, sendo a presente proposição fundamental para que as diretrizes estabelecedoras da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, sejam preservadas.

Assim, nos parece que a medida em apreço é primordial para o atendimento dos objetivos do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Sobre as três emendas apresentadas à matéria pelo Senador Mecias, avaliamos que todas são meritórias e devem ser acolhidas, lembrando que as emendas foram apresentadas hoje, mas deu tempo de analisar e acolher as emendas do meu grande Líder Senador Mecias.

O voto, Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 414, de 2022, de autoria do meu querido Senador Jader Barbalho, com as Emendas 1, 2 e 3, da CAE.

Esse é o relatório, esse é o voto, e peço aos pares que me acompanhem no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Matéria de suma importância. Também quero parabenizar o nosso querido Jader Barbalho pela iniciativa, pelo relatório também da nossa querida Damares Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou abrir agora a palavra para discussão.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, então, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Os demais itens foram retirados da pauta, isso foi solicitado, por falta da presença dos Relatores, principalmente.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1071, DE 2021

- Não terminativo -

Regula o exercício da profissão de técnico em eletricidade e eletrotécnica e fixa seu piso salarial.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Favorável ao projeto com três emendas de sua autoria

Observações:

1. Em 2/7/2024, foi concedida vista coletiva da matéria.

2. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. Em 9/7/2024, foi aprovado o Requerimento nº 85/2024, de adiamento da discussão da matéria, para o dia 6/8/2024.

4. Em 1/8/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, do senador Sérgio Moro.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2556, DE 2023

- Não terminativo -

Estabelece diretrizes e parâmetros para a gestão democrática na educação básica pública.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto com oito emendas apresentadas.

Observações:

1. Em 16/7/2024, foi concedida vista coletiva da matéria.

2. A matéria será apreciada pela CCJ, e em decisão terminativa, pela CE.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que "regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências".

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda apresentada

Observações:

1. Em 04/06/2024, foi recebida a Emenda nº 1, do senador Mecias de Jesus.

2. A matéria será apreciada pela CDR.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2654, DE 2019

- Não terminativo -

Regulamenta limite máximo de comissão cobrada pelas empresas de transporte remunerado privado individual.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda apresentada.

Observações:

A matéria será apreciada pela CI, em decisão terminativa.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 876, DE 2020

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoriza a realização a distância, utilizando-se de meios ou recursos tecnológicos, de reuniões de Conselhos Fiscais e de Administração de empresas públicas ou privadas, bem como, os conselhos públicos criados por Lei.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Favorável ao projeto com a Emenda nº 1-T e uma emenda apresentada.

Observações:

1. Em 19/5/2023, foi apresentada a Emenda nº 1-T, de autoria do senador Mecias de Jesus.

2. A matéria será apreciada CTFC, em decisão terminativa.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 5178, DE 2020

- Não terminativo -

Dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de pessoa ou cuidador social de pessoa, e altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, nº 13.146, de 6 de julho de 2015, nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda apresentada.

Observações:

1. Em 4/6/2024, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do senador Mecias de Jesus.

2. Em 9/7/2024, foi apresentada a emenda nº 2, de autoria do senador Izalci Lucas.

3. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 1565, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana), para determinar que as empresas que ofereçam o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros instalem equipamentos de monitoramento nos veículos de seus colaboradores.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável à matéria, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1, na forma de uma emenda apresentada.

Observações:

1. Em 22/04/2024, é recebida a Emenda nº 1, do senador Mecias de Jesus.

2. A matéria será apreciada pela CSP, em decisão terminativa.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 6118, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1.998, e a Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Games e Esports (CBGE) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Favorável á matéria.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CEsp, em decisão terminativa.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 429, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre as custas judiciais no âmbito da Justiça Federal; cria o Fundo Especial da Justiça Federal (Fejufe); e revoga a Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Favorável ao projeto, pelo acolhimento integral das Emendas nºs 2, 5 e 6, pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 3, 4 e 8, e contrário as emendas nºs 1, 7 e 9, nos termos do substitutivo de sua autoria.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CCJ.

2. Foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 9.

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 1726, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para considerar despesa médica, para fins de dedução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, o pagamento relativo à instrução de pessoa com transtorno do espectro autista.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-CDH (substitutivo).

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CDH, com parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

2. Foi solicitada estimativa de impacto orçamentário e financeiro para a matéria.

ITEM 13

PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2022

- Terminativo -

Dispõe sobre a anistia de dívidas oriundas de operações de crédito rural do PRONAF e de dívidas provenientes de operações de Crédito Fundiário contratadas nos estados atingidos pelas enchentes em 2022.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CRA, com parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 5-CRA (Substitutivo).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Em 5/08/2024 foram recebidas as emendas nºs 6 e 7 de autoria do senador Mecias de Jesus.

ITEM 14

PROJETO DE LEI Nº 550, DE 2022

- Terminativo -

Dispõe sobre o alongamento de dívidas de crédito rural, e dá outras providências

Autoria: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Pela aprovação do projeto com três emendas apresentadas.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CRA, com parecer favorável ao projeto.

2. Foi solicitada estimativa de impacto orçamentário e financeiro para a matéria.

3. Em 16/07/2024, foram apresentadas as emendas nºs 1 e 2, de autoria do senador Mecias de Jesus.)

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e sete minutos do dia treze de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Oriovisto Guimarães, Sergio Moro, Fernando Dueire, Plínio Valério, Vanderlan Cardoso, Irajá, Angelo Coronel, Augusta Brito, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Humberto Costa, Jaques Wagner, Flávio Arns, Rosana Martinelli, Flavio Azevedo, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda do Senador Beto Faro, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Farias, Carlos Viana, Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Teresa Leitão, Sérgio Petecão e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 66/2024 - CAE, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Finalidade:** Apresentação do PLP nº 68, de 2024, seus aspectos gerais e a garantia de não elevação da carga tributária (neutralidade da reforma): eficácia dos mecanismos constitucionais e legais asseguradores do não aumento da carga tributária. **Participantes:** Sr. Roberto Rocha, Ex-Senador da República; Sr. Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária no Ministério da Fazenda (SERT); Sr. Fernando Mombelli, Gerente de Projeto da Receita Federal do Brasil (RFB); Sr. Mauro José Silva, Presidente da Unafisco Nacional – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil; Sr. Aécio Prado Dantas Júnior, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade; Sra. Ana Carolina Brasil Vasques, Presidente do projeto Mulheres no Tributário; e Sra. Lina Santin, Mestre e Doutoranda em Direito Tributário. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/13

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 13 de agosto de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública visando à apresentação do PLP 68, de 2024, seus aspectos gerais e a garantia de não elevação da carga tributária (neutralidade da reforma): eficácia dos mecanismos constitucionais e legais asseguradores do não aumento da carga tributária, em atenção ao Requerimento 66, de 2024, da CAE, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso.

Para este painel, vou ter que fazer duas mesas. Então, vou convidar os primeiros quatro participantes e, depois, a gente convida os demais para participarem aqui da mesa.

Vou convidar o nosso querido Senador Roberto Rocha, que já está aqui conosco.

Obrigado pela presença.

O Senador Roberto Rocha trabalhou essa matéria por anos e anos aqui no Senado. Então, fiz questão de convidá-lo, porque, realmente, ele tem muito a contribuir.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero convidar também o Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, para vir aqui à frente; o Sr. Fernando Mombelli, Gerente de Projeto da Receita Federal do Brasil – por favor, Fernando –; e o Sr. Mauro José da Silva, Presidente da Unafisco Nacional (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil).

Já estão conosco aqui também – daqui a pouco, a gente faz o revezamento – o Sr. Aécio Prado Dantas Júnior, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade; a Sra. Ana Carolina Brasil Vasques, Presidente do projeto Mulheres no Tributário; e a Sra. Lina Santin, Mestre e Doutoranda em Direito Tributário. Informo, também, que foi convidado o Sr. Felipe Salto, Economista-Chefe e sócio da Warren Renascença, que não pôde comparecer a esta audiência. É uma pena, porque também tem grandes conhecimentos.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211 – 0800 0612211. O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que foram utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao final das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para falarem sobre suas perguntas e comentários.

Antes de passar a palavra, eu só quero agradecer ao Senador Vanderlan, Presidente desta Comissão, pela confiança de coordenar este grupo de trabalho. Eu tenho falado sempre que o objetivo dessas audiências, que têm o plano de trabalho já na página, e vamos atualizá-lo daqui a pouco também com novos convidados, novos segmentos... Provavelmente, faremos toda terça e também quarta, porque há uma reivindicação muito grande de vários segmentos para que a gente possa discutir melhor.

É evidente que nós não queremos aqui discutir e voltar a discutir toda a reforma tributária. A ideia é trabalhar muitos pontos, uma coisa muito pontual: o texto da Câmara, a proposta de emenda se houver, e a justificativa, de uma forma muito óbvia, de uma forma que qualquer Senador ou Senadora possa entender, realmente, o motivo da mudança. E o objetivo que nós

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queremos aqui é realmente entregar para a sociedade uma lei com aquilo que foi apresentado: neutralidade, simplificação, sem aumento de carga tributária.

Então, passo imediatamente ao meu querido colega, com quem tive a honra de trabalhar durante esse tempo todo, o Senador da República Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Para expor.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, senhores convidados, senhoras e senhores. Quero dizer da alegria de poder retornar aqui ao Senado, agora na Comissão de Assuntos Econômicos, para discutir um assunto sobre o qual eu me debrucei durante os últimos seis anos. Não sou advogado, não sou contador nem economista, mas me debrucei sobre este assunto de alta complexidade. É um assunto muito árido, por isso, distante do interesse dos políticos, em tese, sobretudo políticos do Nordeste, como é o meu caso e o caso do Deputado Aguinaldo Ribeiro, que foi o Relator na Câmara.

Eu sou apenas um simples cidadão brasileiro – como dizia nosso cantor: "sem parentes importantes e vindo do interior" –, mas consciente do manicômio tributário que nós temos. Não é um sistema tributário, é um manicômio tributário, o pior do mundo, seguramente.

Eu começo dizendo, Senador Izalci, que a PEC 110 desta Casa, da qual eu fui Relator, foi fundamental para dar forma ao que foi aprovado na PEC, que hoje é transformada em lei, que é a Emenda Constitucional 132.

Imaginem vocês: quem é que consegue aprovar uma matéria de altíssima complexidade em poucos meses, na Câmara dos Deputados, onde se renovaram mais de 200 Deputados? É claro que não poderia, se não tivesse todo o trabalho feito anteriormente. Mas, fundamentalmente, o trabalho foi feito... Eu diria aqui, para poder economizar o tempo de todos, dois pontos.

O primeiro ponto é o IVA dual.

Vejo ali a Melina, a quem chamei de prima rica – mora no Canadá. A Melina foi muito importante na construção desse texto que foi feito pelo Senado e que deixamos pronto. Não cabia mais emenda, não cabia mais discussão, não cabia mais vista. O Senado não votou, acabou a legislatura, a Câmara veio e votou.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, o IVA dual – enfrentamos um desafio federalista imenso e o Comitê Gestor, que na época nós chamamos de Conselho Federativo –, nós introduzimos esses dois pilares, que são os pilares da reforma aprovada.

Por que IVA dual? Porque são dois. É um IVA para o Governo Federal, que vai unificar os impostos federais, IPI, PIS-Cofins; e o IVA dos entes subnacionais, que vai unificar ICMS e ISS.

O federal vai se chamar CBS, é "c" porque é contribuição, contribuição não é partilhada pelos entes. E o outro é IBS, é "i" porque compartilham estados e municípios. E por que isso? Nós temos... Eu disse isto, meu querido Izalci, inúmeras vezes aqui nesta Casa, e digo sempre: é difícil demais – eu diria impossível – fazer uma lei para dois países, uma lei altamente complexa.

Nós temos dois brasis, um Brasil da metade para baixo, e um em que a sociedade é maior do que o Governo... (*Fora do microfone.*) Ali é o Governador Rigotto?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – É.

O SR. ROBERTO ROCHA – Ah, eu estou vendo ali o Rigotto. Foi colega meu na Câmara.

O Brasil do Rio Grande do Sul, por exemplo, é um Brasil completamente oposto ao Brasil do Maranhão. Então, um Brasil da metade para baixo e um Brasil da metade para cima, onde o Governo é maior do que a sociedade.

Quantos países no mundo tem essa dimensão territorial, populacional, econômica, com mais de US$2 bilhões de PIB, oito milhões de quilômetros quadrados, 200 milhões de pessoas? São bem pouquinhos, não é? Estados Unidos, China, talvez a Índia e vai parando por aí.

Mas o desafio mesmo é o desafio federalista, não é só o regionalista. O desafio é: quantos países no mundo tem governo federal, governo estadual e governo municipal autônomos? Nenhum, nenhum! O Brasil tem.

Como é que vai fazer um comitê gestor, uma nova Receita Federal para administrar trilhões da União, estados e municípios? Como é que vai fazer para compartilhar isso? É impossível! Com o IVA dual já foi complicado.

Então, nós introduzimos o IVA dual, Governador Rigotto.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou da teoria da água. A água não briga com obstáculos, ela simplesmente os contorna, a água do rio só quer passar. Eu precisei chegar aqui agora aos 40 anos de idade para entender isso.

Ninguém riu, não é? (*Risos.*)

É porque eu estou bem, não é não? (*Risos.*)

Aí é o seguinte, o IVA dual e o Comitê Gestor. O Comitê Gestor tem que ser, na minha visão inclusive, não diria vinculado, mas ele deveria estar mais atrelado ao Senado Federal, que é a Casa da Federação, para Governadores de estados, Prefeitos, representantes dos Prefeitos, enfim, poderem debater aqui qualquer questão em relação a ICMS, ao IBS. Não existe mais ICMS e, por consequência, não existe mais a Lei Kandir, que é um apêndice do ICMS, e que não tem vocação para incentivo fiscal e desenvolvimento de jeito nenhum, já teve no passado.

Muito bem, então, superados esses dois desafios, aí conseguiu-se avançar na discussão da reforma tributária. E eu quero dizer, Senador Izalci, eu vou ter a oportunidade de dizer para inúmeros outros Senadores que o Senado tem agora a oportunidade de corrigir um pouco, eu não tenho cerimônia de dizer, a extravagância feita na Câmara em relação às exceções – muitas exceções. Quanto mais exceções, mais vai ser elevado o IVA, porque não tem almoço de graça. Se um não paga, o outro paga. E quem é que paga? Paga o pobre.

Eu sei o que é pobre, sei melhor do que muitos o que é pobre, porque eu sou de um estado que tem mais pobres no Brasil, infelizmente. Estado rico, mas de muito pobre. Eu sei o que é o sujeito colocar uma caixa de papelão no fogo com água para comer, porque não tem outra coisa. Eu sei o que é um pai de família dividir o peito da mãe com o bebê para poder tomar um leite. Eu sei o que é isso, mas ele paga imposto, embora pense que não paga. Todo mundo paga!

No Brasil, é verdade, ninguém paga direito, ou paga mais, ou paga menos, mas paga. E quem paga, paga os impostos indiretos, aqueles não declaratórios, que não têm carnê: na energia, ICMS, ISS, PIS-Cofins e IPI; aquilo quando você compra o arroz, está no gás, na energia, no combustível, no telefone; está lá o imposto embutido. Empresário não paga imposto, eu sou empresário; o imposto vai para o preço. Agora, quem tem mais condição – como nós que

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos aqui – tem imposto de renda; são três bases, além da previdência, a base tributária no Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO ROCHA – Caminhando para o final da minha participação, Senador Izalci.

São três: base consumo, que é o eixo da discussão da reforma; base renda; e base patrimônio, propriedade.

Nós temos renda, a gente vai lá e declara Imposto de Renda. No meu estado tem 5% da população que declaram imposto de renda, com 7 milhões de pessoas. Quem aqui desconhece que, quando a gente declara uma casa que vale R$1 milhão, está declarado R$300 mil? Quem não sabe disso? Quem não sabe que o IPTU e o IPVA têm carnê, e você deixa de pagar para pagar lá na frente? Mas sobre ICMS, ISS, IPI, PIS-Cofins não têm como.

Então, quando alguém deixa de pagar imposto, os mais pobres no Brasil são os que pagam. Nós fizemos aqui, com os Senadores, muitas exceções, cesta básica, remédio, etc., mas parque de diversão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO ROCHA – ... e tantos outros... Eu confesso que é uma oportunidade que o Senado tem de corrigir.

Senador Izalci, eu concluo, é um tema, como eu disse, extremamente complexo, passaria horas aqui.

Nós fizemos milhares de audiências públicas, somando a PEC do Senado; a PEC da Câmara, a PEC 45 e a PEC da Comissão Mista, da qual eu fui Presidente. Só teve Comissão Mista, eu vou dizer o porquê, para concluir. Sugestão minha, em política normalmente – o Rigotto sabe – quando você não quer resolver uma coisa, você cria uma Comissão, mas esse foi ao contrário. A peteca caiu porque houve um choque da Câmara, o Presidente Rodrigo Maia era muito ativo nessa matéria...

(*Soa a campainha.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO ROCHA – ... e o Governo Federal, o Guedes e o Presidente da República, por quê? Por causa do Comitê Gestor e por causa do Fundo de Desenvolvimento, basicamente o Comitê Gestor.

Caiu a peteca, pronto, morreu... Daí nós levantamos.

Na segunda audiência pública, teve a covid, mas, em determinado momento, até na covid, nós fizemos audiências públicas. Sucede que, na sequência, a PEC 45 foi interrompida, porque foi extinta a Comissão da PEC 45, extinta! Portanto, ela foi para o Plenário sem relatório. Aí nós trouxemos todo o apanhado da Comissão Mista para o Senado. Fizemos um texto conciliando as duas PECs, Câmara e Senado, que foi o texto que baseou a discussão e a aprovação da reforma tributária.

Portanto, eu quero dizer da minha grata alegria e satisfação de ter compartilhado a convivência com os colegas Senadores, como o Izalci, e com tantos – a gente conseguiu receber boas ideias –; ele, que é contador – eu não sou – inspirou muito também; e advogados ilustres, brilhantes, como o Wilfrido, que está aqui, daqui de Brasília; a Carol, que está ali, do Mulheres no Tributário. São dezenas, Izalci, centenas de mulheres que discutem a reforma tributária em várias e várias... Eu já fui a umas quatro ou cinco, convidado para falar sobre o assunto.

Então, muito obrigado a você, obrigado aos Senadores, obrigado a todos, obrigado ao Appy, aos convidados, a todos que estão nos assistindo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, meu querido colega Senador Roberto Rocha.

Aqueles que tiverem algum material, sugestões, podem deixar aqui na Comissão para a gente compartilhar depois com os demais Senadores e Senadoras.

Bem, passo imediatamente, então, a palavra ao Dr. Bernard Appy, que é o Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda.

O SR. BERNARD APPY (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria agradecer o convite para participar desta audiência sobre a reforma tributária, cumprimentar o Senador Izalci, coordenador do grupo de trabalho da reforma tributária da CAE, cumprimentar o Senador Roberto Rocha, que de fato teve um trabalho importantíssimo na elaboração da PEC 110. O Senador Roberto Rocha tem razão ao dizer que o trabalho feito na PEC 110 foi muito importante para o que foi feito depois, na análise da PEC 45, no ano passado.

Quero só dizer, Senador, que esse trabalho na verdade não é nem de agora, esse trabalho é muito mais antigo. A emenda constitucional que foi aprovada agora é resultado de uma discussão que, na verdade, vem desde a Constituinte do Brasil. O Governador Rigotto está aqui presente, fez parte da Comissão Mussa Demes – não é isso, Governador? – que, lá entre 1995 e 2000, discutiu, acho, a primeira proposta de reforma tributária na linha de criação de um IVA no Brasil. O que nós estamos discutindo hoje é o resultado de todo esse acúmulo de vários anos.

Eu tenho uma apresentação aqui, Senador Izalci, mas, como o tempo é curto, eu vou ter que pular alguns pedaços, vou concentrar só em alguns termos. Estou tentando mudar aqui, mas não estou conseguindo. Deixe-me ver se... Ah, foi.

Bom, são dois projetos de leis complementares. O segundo, provavelmente, vai ser votado esta semana, está na pauta de hoje, aliás, da Câmara dos Deputados, o PLP 108. Só um ponto que eu acho que vale a pena, Senador Izalci. Os projetos que foram enviados pelo Executivo para a discussão do Parlamento não são um trabalho exclusivo do Executivo federal, foram construídos conjuntamente entre União, estados e municípios. Nós criamos uma estrutura para a elaboração dos dois projetos de leis complementares que estão em discussão no Congresso agora, com a participação de representantes da União, dos estados e dos municípios. Na elaboração dos projetos, tivemos 19 grupos de trabalho, uma comissão de sistematização, mais de 300 pessoas participando desse projeto de elaboração. Então, esses projetos não refletem apenas aquilo que o Governo Federal acha que deve ser a reforma tributária, mas sim aquilo que União, estados e municípios entendem que deve ser o desenho do novo modelo tributário no Brasil.

Eu acho que isso é uma inovação. Nós estamos tratando de um modelo de IVA dual que vai ter a mesma legislação, a Contribuição sobre Bens e Serviços, Senador, e o Imposto sobre

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bens e Serviços, que é dos estados e municípios, a contribuição da União, e, por isso, é muito importante que esse trabalho seja feito conjuntamente entre União, estados e municípios.

Nós seguimos, Senador, conversando com os estados e municípios nessa discussão da regulamentação da reforma tributária.

Isso daqui eu vou passar muito rápido, as pessoas dizem que é muito complexo. Saiu da Câmara com 515 artigos, e tinha entrado com 499, mas posso lhe assegurar que a legislação atual é muito mais complexa que isso. Apenas o regulamento de ICMS de um único estado é muito mais complexo do que o PLP 68 e o PLP 108.

O PLP 68 trata de várias questões, e uma das mais importantes é as normas gerais do IBS e da CBS, definições, fato gerador, imunidades, momento de ocorrência do fato gerador, local da operação, um ponto muito importante, porque esse é um imposto... O IBS é cobrado no destino, e o local da operação define não só a alíquota que vai ser aplicada, mas, quando é uma operação em que o destinatário é um não contribuinte, uma operação de venda a consumidor final, define também a que ente da Federação pertence a arrecadação. E isso, no PLP 68, buscou-se definir com muita clareza, com muita precisão, porque tem efeitos federativos relevantes o local da operação, que, no fundo, é o que define o destino da operação para fins de distribuição da receita do IBS.

Trata também de questões da definição da base de cálculo, de alíquotas. E aqui é um ponto importante: o projeto de lei complementar, a emenda constitucional já definiu que vai ter três alíquotas de referência, uma federal, para a CBS, e duas, uma estadual e uma municipal, para o IBS. Essas alíquotas de referência vão ser fixadas pelo Senado Federal com base em cálculos feitos pelo TCU e elas são aquelas que mantêm a carga tributária, e elas são adotadas automaticamente. Mantém-se a autonomia dos entes da Federação, ou seja, estados, municípios e União têm autonomia para poder colocar sua alíquota abaixo ou acima da alíquota de referência, mas aquilo que é o *default*, a transição, é adotar uma alíquota que mantenha a carga tributária.

Aqui tem um ponto importante que o Senador Roberto Rocha colocou que é o seguinte: a Emenda à Constituição 132 definiu exatamente quanto que a alíquota vai ser fixada de forma a manter a carga tributária. E, quanto mais tratamento favorecido para um setor se tem, os demais

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

setores de economia vão ter que pagar uma alíquota mais alta para poder manter a carga tributária. Então, isso é um ponto importante a se entender. A emenda constitucional tornou explícito que, se você quer tratar alguém de forma favorecida, os demais vão ter que pagar a conta através de uma alíquota mais elevada. Acho que esse é um ponto importante no debate político da reforma tributária. É um tema que sempre aparece, e, provavelmente, vai aparecer na discussão do Senado Federal, mas eu acho que é bastante importante.

Não cumulatividade plena. Ao contrário que existe hoje, uma série de restrições à recuperação de crédito de ICMS, de PIS-Cofins, no novo modelo, a não cumulatividade é plena. E o modelo de pagamento, Senador, é um pouco diferente do que nós temos hoje. Quanto ao modelo de pagamento, ele compõe várias formas de pagamento. Você pode pagar, liquidar uma operação através de utilização de compensação de créditos, pode liquidar através do recolhimento na liquidação financeira, que é o *split payment* de que nós estamos falando – sei que esse é um tema que vai aparecer aqui –, pode ser feito o recolhimento pelo adquirente, nas hipóteses em que não se admite *split payment*, e tem o pagamento pelo fornecedor.

O que é o *split payment*? Esse é um ponto importante. Os projetos que foram enviados, o PLP 68 sobretudo, foram elaborados com o objetivo de ter um desenho que reduz possibilidades de sonegação, inadimplência e fraude, Senador. Isso é muito importante.

Dentro desse objetivo, tem duas características muito importantes dentro desse modelo. O primeiro é a ideia de que o crédito é vinculado ao recolhimento do imposto na etapa prévia, e isso reduz um enorme problema que nós temos hoje, que é o problema das notas frias, Senador. Só para se ter uma ideia, há alguns meses, uns dois meses atrás, foi pega uma única quadrilha no Brasil que, em dois, três anos, tinha emitido R$17 bilhões de nota fria – uma única quadrilha.

O que é uma nota fria? É um documento que diz que você tem direito ao crédito de um imposto que nunca foi pago, porque esse imposto, na verdade, é uma empresa de laranja que só existe para emitir documento fiscal, mais nada. Esse é um problema muito grande que nós temos hoje no Brasil. A reforma tributária, na forma como ela está desenhada, acaba com esse problema, acaba. Não haverá mais nota fria no novo modelo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao mesmo tempo, esse modelo é complementado pelo *split payment*. Bom, se meu crédito é vinculado ao recolhimento, como é que eu tenho certeza de que o meu fornecedor vai pagar? Aí entra o *split payment*.

O que é o *split payment*? É o imposto recolhido no momento da liquidação financeira da operação. E esse *split payment*, a condição para eu ter certeza de que eu vou ter meu crédito é eu pagar o meu fornecedor. Não há nada de especial nisso.

Falo o seguinte: "Olha, eu quero ter certeza de que eu vou ter meu crédito". Depende do pagamento. "O que eu preciso fazer para isso?" Pagar o meu fornecedor por meio de algum mecanismo que permita *split payment*, que são todas as formas de pagamento eletrônicas, a única exceção é dinheiro e cheque. Tudo: cartão de crédito, cartão de débito, boleto, TED, Pix, tudo permite fazer o *split payment*. É uma novidade e, ao mesmo tempo, reduz muito a possibilidade de sonegação e de inadimplência dentro do novo modelo.

Como é que funciona? Aqui é um exemplo muito simplificado, tá? No tempo que nós temos é mais difícil de entrar em todos os detalhes. Só para dar um exemplo: eu tenho um atacadista fornecedor que vende uma mercadoria por R$100, mais R$26 de imposto, R$126. O varejista vai pagar, então, R$126 para o fornecedor. Na hora em que ele paga, R$26 vão ser recolhidos para a administração tributária, que é a parte correspondente ao imposto; e R$100 são pagos ao fornecedor, que é o valor líquido do imposto daquilo que ele vendeu. Esse varejista vende por R$150, mais R$39 de imposto, dá R$189. Na hora em que o consumidor paga os R$189, o *split payment* faz o seguinte: "Olha, R$39 vão para a consulta na administração tributária, no comitê gestor e na Receita Federal". Quando ele vai fazer a consulta, fala: "Olha, desses R$39, R$26 já foram pagos, porque foram pagos via o crédito daqueles R$26 que pagou anteriormente". Então, nesse processo, retém-se R$13, e R$26 são creditados na conta do varejista. A ideia é que esse modelo funcione automaticamente, certo, Senador?

Então, a ideia do *split* é o que nós chamamos de *split payment*. Tem várias formas, uma delas é o *split payment* que nós chamamos de inteligente: o instrumento de pagamento carrega uma chave que liga o documento fiscal à instrução de pagamento. Na hora de fazer a liquidação financeira, ou seja, de creditar na conta do fornecedor, consulta a administração tributária e vê: "Olha, essa operação já está parcialmente liquidada, totalmente liquidada, ou

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tem nada liquidado, retém apenas a parcela do que falta pagar, e deposita o resto na conta do fornecedor."

Tem um segundo sistema em que você recolhe o imposto, e essa consulta é feita dentro da administração tributária; com o depósito na conta do fornecedor da parcela já paga em, no máximo, três dias úteis, mas a ideia é fazer um tempo menor do que isso.

No caso de venda a varejo, tem um terceiro sistema que nós chamamos de *split payment* simplificado, que é, na verdade, uma alíquota uniforme, independentemente de não ser mais operação por operação, vale para liquidar todas as operações do mês. E essa alíquota reduzida é recolhida automaticamente e faz a compensação de todas as operações do mês, sendo opcional para o varejista aderir ou não a esse modelo. Então, por exemplo, um supermercado vende coisas com alíquota cheia, alíquota reduzida e alíquota zero, então, 26,5%, 10%, 0%, vamos dizer que na média é 20% a alíquota, em princípio, ele teria que recolher, em cada operação, o valor daquele imposto. No *split* simplificado, você define o seguinte: olha, esse supermercado, eu sei que, desses 20 que ele tem a pagar de imposto todo mês, 15 já são pagos via aproveitamento de crédito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARD APPY – Então ele só teria que recolher 5%. Então eu faço o *split payment* de 5%, só de 5%, no valor de todas as operações, isso é recolhido automaticamente e compensa todas as operações do mês de forma mais simples, sendo opcional para o supermercado poder fazer dentro desse modelo. O que é *split payment*? É uma segurança, tanto para o adquirente, de que vai ter o crédito quando pagar ao seu fornecedor, quanto para o poder público, de que vai receber a sua parcela do imposto quando um consumidor fizer uma compra final que não dá direito a crédito.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Secretário, só um minutinho. O Governo está preparado tecnologicamente para fazer isso tudo automatizado?

O SR. BERNARD APPY (Para expor.) – Nós estamos trabalhando para fazê-lo.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ainda não.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BERNARD APPY – Estamos trabalhando, Senadora, estamos trabalhando. Estamos com um grupo de trabalho de técnicos da União, estados e municípios, e do sistema financeiro, que agora, neste segundo semestre, vai ter um trabalho bastante intenso para deixar esse modelo de pé.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k., obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só aproveitando a fala para dizer o seguinte: de cada ponto desse nós vamos fazer uma audiência específica, porque, de fato, essa questão que V. Exa. levanta é uma questão preocupante, mas vamos fazer especificamente para a gente debater exatamente cada detalhezinho do pagamento dividido.

O SR. BERNARD APPY – Bom, tem uma série de outras questões operacionais que o projeto simplifica muito. Um único cadastro, Senador, acabou, não tem mais inscrição estadual, municipal, um único cadastro, CPF, CNPJ, documento fiscal eletrônico para todas as operações, que é uma coisa muito importante. Quem já emite vai ter algumas adaptações; quem não emite, por exemplo, um prestador de serviço que emite recibo vai ser obrigado a passar a emitir documento fiscal eletrônico, só que dá para fazer isso pelo celular. Já está pronto, o sistema já existe, é simplesmente os municípios adequarem suas legislações para poder fazer.

Uma possibilidade, a apuração vai ser mensal, com a possibilidade de a apuração vir pré-preenchida, Senador.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARD APPY – Então, termina o mês, eu tenho até, vamos dizer, dia 10 ou 15 para poder fechar a apuração. No dia 1º do mês seguinte, já tem uma apuração pré-preenchida, eu posso aceitar ou não, posso fazer mudanças.

Grandes novidades em relação àquilo que nós temos hoje. O ressarcimento muito ágil de créditos, ao contrário de hoje, quando se acumula um saldo credor de ICMS, por exemplo, é um inferno para conseguir recuperar. No novo modelo, você vai ter o padrão, para quem está operando em padrão, tipo uma empresa exportadora que sempre exporta, em princípio, 60 dias, se a empresa estiver de acordo com o programa de conformidade, 30 dias de análise do pedido de ressarcimento de crédito mais 15 dias para o pagamento. Quem está fora do padrão, por

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, alguém que acumulou um saldo credor, mas com um estoque, mas que não é comum acumular saldos credores, 180 dias para poder fazer análise do pedido de recuperação.

Uma série de questões relativas ao comércio exterior, eu não vou entrar em detalhe aqui porque é muito rápido. Alguns pontos importantes a mais. *Cashback:* o modelo, o Projeto de Lei Complementar 68 prevê a devolução do imposto para as famílias de baixa renda. Que família de baixa renda? Famílias do Cadastro Único com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo mensal.

O que está no projeto é 100% da CBS para gás de cozinha, energia elétrica, água e esgoto; e 20% do IBS e da CBS para todos os demais casos.

Por que 20% do IBS? Os estados e os municípios é que pediram para colocar uma porcentagem mais baixa para, por lei estadual e municipal, eles poderem ampliar o *cashback* no seu respectivo estado ou respectivo município. Foi uma demanda dos próprios estados e municípios para ter uma alíquota geral mais baixa, uma devolução geral mais baixa, para que eles possam...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARD APPY – ... fazer isso de forma autônoma.

Prevê-se a cesta básica. Essa tabela é anterior à aprovação na Câmara dos Deputados. Já se previa que 35% estariam na cesta básica com alíquota zero; a cesta estendida com a alíquota reduzida – que é 40% da alíquota padrão – seria 30%; e o resto ficaria na alíquota padrão dos alimentos.

A Câmara ampliou a cesta básica através da inclusão de carnes e queijos, sobretudo, e alguns outros itens menos relevantes.

Só para ter uma ideia, na proposta que foi enviada, no PLP 68, já haveria uma redução da tributação de alimentos. Com a mudança que foi feita pela Câmara, essa redução é ainda mais expressiva por conta da ampliação da cesta básica. Na proposta original, já teria uma redução de uma alíquota média de 17% para 13%. Com a reforma... Com o que foi feito pela Câmara, certamente a alíquota – a gente não fez a conta ainda – vai ser menor que esses 13%.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vários regimes diferenciados: redução de alíquota em 30% para profissionais liberais; redução de alíquota em 60% – ou seja, a alíquota será 40% da alíquota padrão– para educação, saúde, dispositivos médicos, dispositivos de acessibilidade, medicamentos – a Câmara dos Deputados decidiu que todos os medicamentos que não estão com alíquota zero estarão com alíquota reduzida; na verdade, essa é uma redução muito expressiva em relação à tributação atual de medicamentos no Brasil, é uma redução bastante expressiva –, composições enterais e parenterais, produtos de higiene e limpeza de famílias de baixa renda.

Se eu conseguir mudar aqui...

Não estou conseguindo mudar aqui.

Se alguém puder mudar aí para mim, por favor. Eu não sei para onde eu tenho que apontar isto aqui. (*Pausa.*)

Alguém consegue mudar aí? (*Pausa.*)

Para lá?

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARD APPY – Ah, foi.

Bom, há vários casos de redução de alíquota de 60%: insumos agropecuários, todos os produtos agropecuários *in natura* e várias outras situações em que eu não vou entrar.

Há várias situações de redução de alíquota a zero: para dispositivos médicos, dispositivos de acessibilidade, medicamentos... Toda farmácia popular e algumas categorias, como medicamentos para câncer, oncológicos, etc. e tal, vão estar dentro da alíquota zero. Inclusive, toda aquisição pública de medicamentos e equipamentos médicos com alíquota zero, toda aquisição pública e mais algumas outras situações, além de alíquota zero para automóveis adquiridos por pessoas com deficiência.

Como eu falei, há vários outros regimes diferenciados, sobretudo o crédito presumido para aquisição por pequenos produtores rurais e transportadores autônomos; e uma série de regimes específicos que estavam previstos na emenda constitucional, sendo os mais importantes combustíveis, serviços financeiros, planos de assistência à saúde e bens imóveis.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil está inovando em vários desses temas, e isso é uma coisa importante, viu, Senador? Em serviços financeiros, nós vamos ter um sistema que tributa serviços financeiros, mas vai dar crédito para a empresa que, por exemplo, contratar uma operação de crédito no banco ou contratar um seguro no banco, ou seja, o imposto pago pelo banco ou pela seguradora vai dar crédito para a empresa que utilizar esse serviço, coisa que não existe no resto do mundo, e, portanto, nós vamos ter um modelo que muito provavelmente vai virar uma referência internacional.

No caso de bens imóveis, tem uma série de redutores, tem o que nós chamamos de redutor de ajuste, em que, basicamente, a ideia é deduzir o valor do terreno na operação com bens imóveis ou o valor da aquisição do imóvel que eu vou revender, e um redutor social de R$100 mil, o que faz com que a tributação nas operações com bens imóveis seja progressiva, tanto no caso de venda de bens imóveis como no caso de aluguéis de bens imóveis. Então, temos um modelo que muito provavelmente vai virar também uma referência internacional. Eu sei que tem uma discussão de alíquota, mas, em termos de desenho de modelo, é provavelmente um dos modelos mais modernos do mundo o que nós estamos discutindo para a tributação de bens imóveis.

Há várias outras situações, como bares, restaurantes, hotéis – nesses casos o projeto de lei complementar prevê a manutenção da carga tributária atual –, e por aí vai.

Na transição, que já é o que está na emenda constitucional, a ideia é, até o ano que vem, aprovar os projetos de lei complementar e regulamentar, uma coisa importante. O processo de regulamentação já está em início, já está começando a ser feito. Assim como o projeto, a parte operacional e tecnológica já está sendo feita, a parte de regulamentação da reforma tributária já está começando também.

O ano de 2026 é um ano de teste, é um ano também que permite alguma flexibilidade, Senador. Então, dentro dessa preocupação, Senadora, sobre se vai estar pronto, em 2026, nós temos ainda alguma flexibilidade ao longo do ano se precisar de alguns meses para poder terminar o processo de implementação da operacionalização, isso ainda é possível.

Em 2027, seria a transição dos tributos federais. Extinguem-se PIS e Cofins, zera a alíquota da grande maioria do IPI, mantém-se só aquilo que é industrializado na Zona Franca de Manaus.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos falando de cerca de 4 mil produtos, e cerca de 300 vão manter alíquota positiva de IPI. Então, tem 4 mil produtos hoje que são tributados por IPI, e só 300 vão manter a tributação de IPI. Cria-se o Imposto Seletivo. Portanto, 2027 é a mudança dos tributos federais.

A mudança dos tributos estaduais e municipais vai de 2029 a 2032.

Em 2033, completa-se essa transição.

Bom, eu vou falar...

A Zona Franca de Manaus mantém seu diferencial competitivo. Acho que vai ter uma audiência aqui específica sobre isso.

Quanto ao Imposto Seletivo, acho que o Mombelli vai falar sobre Imposto Seletivo. Então não vou entrar aqui em questões sobre Imposto Seletivo.

E uma coisa importante, Senador, acho que será o último que eu vou falar – e peço desculpas porque estourei meu tempo –: a emenda constitucional já previu uma avaliação quinquenal. A Câmara dos Deputados definiu que a primeira avaliação quinquenal vai ser feita em 2031 e definiu um pouco mais: definiu que, em 2031, quando nós estivermos no meio da transição – ainda não se completou a transição do IBS; a perspectiva será de que, no final da transição, ou seja, em 2033... –, se a soma das alíquotas de referência, a federal, a estadual e a municipal, der mais que 26,5%, neste caso, a Câmara determinou que o Poder Executivo Federal terá que encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar, na prática, reduzindo tratamentos favorecidos, de forma que, se for aprovado esse projeto, a alíquota fique no nível de 26,5%. Isso é o que foi aprovado pela Câmara dos Deputados.

A avaliação quinquenal permite, pela emenda constitucional, que essas reduções – redução de 60% da alíquota ou de 30% – possam ser revistas. Ou seja, falavam: "A redução não vai ser de 60%; vai ser de 50%". A emenda constitucional permite isso na avaliação quinquenal. E, obviamente, sendo um projeto de lei complementar, podem-se revisitar os regimes específicos de tributação e podem-se revisitar as listas daquilo que está na cesta básica ou outra.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na verdade, ao fazer um projeto de lei complementar, sempre há a possibilidade de se olhar todas as categorias de tratamentos favorecidos dentro desse objetivo. Isso não quer dizer que vai ser aprovado o projeto, mas significa que, no mínimo, o tema terá que ser discutido pelo Congresso Nacional.

Eu acho que é isso. Teve uma série de outras alterações feitas pela Câmara dos Deputados, e eu não vou entrar aqui em detalhes. É isso, Senador.

Eu queria agradecer, só ressaltando uma coisa que eu acho muito importante: todo mundo, às vezes, olha para a reforma tributária, mas só olha para a sua situação atual e esquece o todo. A reforma tributária, no seu conjunto, tem um impacto muito positivo sobre o crescimento e isso favorece todo mundo. E isso se dá de várias formas: via simplificação, reduz custo burocrático de pagamento de imposto, reduz litígio; via desoneração de investimentos e exportações – só isso, Senador, só a desoneração de investimentos e exportações aumenta de quatro a cinco pontos percentuais o PIB potencial do Brasil, só essa parte –; e via correção de muitas distorções na forma de organização da economia.

Hoje, a gente organiza de forma ineficiente a economia. Por exemplo, é muito mais barato fazer um prédio de concreto armado do que um prédio com estrutura pré-fabricada no Brasil hoje. A reforma tributária acaba com isso. Você escolhe o melhor método construtivo, e isso é um aumento, é um ganho de produtividade, leva você a ter um sistema que é mais produtivo do que o de hoje. E isso é muito importante para a gente entender os efeitos da reforma.

Muitas vezes as pessoas falam: "Não, hoje eu pago isso aqui de alíquota. Vai dar um pouquinho a mais. Não, eu vou ser prejudicado". Não vão ser prejudicadas pela reforma tributária. O efeito positivo sobre o crescimento no agregado, eu diria, para basicamente todos os setores da economia brasileira, é positivo, por conta do efeito que ela tem sobre o crescimento econômico.

Eu acho que isso é muito importante para a gente entender, porque, se a gente se apegar ao detalhezinho de cada setor, a gente nunca vai ter um sistema simples. Nosso sistema é só distorção hoje, e a distorção pega todos os setores da economia. Se eu for manter cada uma das distorções que existem hoje, não vou ter um sistema simples. Para ter um sistema simples, eu tenho que ter um sistema que elimina o grau de diferenciação de tratamentos setoriais que

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu tenho hoje, senão eu não vou ter um sistema simples. Acho que esse é um ponto importante, Senador, na discussão da reforma tributária.

Muito obrigado.

Peço desculpas por ter estourado o meu tempo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, eu é que agradeço.

Antes de passar para o próximo, eu quero registrar aqui a presença dos nossos Senadores e Senadoras: a Senadora Damares, a Rosana e aqui o nosso Flavio Azevedo. E vários também estão acompanhando pela internet ou pela TV Senado.

É lógico: para falar sobre a reforma, eu teria que trazer aqui o Appy para falar o dia todo, mas o que nós queremos – e o plano de trabalho está muito bem estruturado – é exatamente isso.

Primeiro, eu acho que, academicamente, tecnicamente, a coisa está muito perfeita. Agora a gente tem que ir muito no mundo real. Como eu sou contador, temos que ver assim: na hora em que você chega lá na ponta, como é que está acontecendo?

Por isso que nós estamos sugerindo e pedindo para que todos os segmentos, todos aqueles que estão acompanhando a reforma tragam assim: "Olha, esse é o texto da Câmara. Essa é a proposta de mudança.", se é que há a proposta, e uma justificativa óbvia, uma coisa com que eu vou chegar para o Appy e o Appy não vai ter como... Se ele contestar, vai ter que apresentar os números mais realistas, porque realmente nós não vamos discutir a parte teórica da reforma.

Então, todos esses dados que foram colocados aqui, esses pontos – o pagamento dividido, em que tem muita preocupação quanto à parte prática; essas questões do *cashback;* etc. –, tudo isso nós vamos ver em cada item, em cada audiência.

Inclusive, agora, o Presidente acabou autorizando que a gente possa fazer toda quarta-feira também – terça e quarta-feira e, se for necessário, quinta, sexta. Nós estamos aqui porque

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente tem que oferecer realmente uma reforma... E todo mundo é a favor da reforma, é unanimidade. Tem algumas divergências com relação ao texto, mas eu vou...

O Roberto parece que quer só falar algo, rapidamente, para eu passar para o Fernando.

O SR. ROBERTO ROCHA – Só um minuto, para fazer uma sugestão, Presidente.

Eu ouvi a Senadora Rosana falar sobre tecnologia, e a Senadora Damares.

Eu quero dizer que nós recolhemos muita luz – tem muito calor, mas recolhemos muita luz – de um catarinense, que eu não vi aqui no dia 28, que vai ser o dia em que se vai discutir a tecnologia da informação. Ele se chama Miguel Abuhab. Miguel Abuhab é a pessoa que eu conheci que mais entende do sistema de crédito e débito. Eu acho que é imprescindível a Comissão ouvi-lo. Quem me falou também dele – que me apresentou – foi o Senador Esperidião Amin, e o Deputado Hauly.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Bem, passo então a palavra ao Sr. Fernando Mombelli, que é o Gerente de Projeto da Receita Federal do Brasil.

O SR. FERNANDO MOMBELLI (Para expor.) – Prezado Senador Izalci Lucas, Presidente desta mesa, na pessoa de quem cumprimento também os demais integrantes deste painel: o Secretário Appy; meu caro Presidente Mauro José Silva, da Unafisco Nacional; e também o nosso Senador Roberto Rocha, grande líder e Relator da PEC 110, uma das precursoras, junto com a PEC 45, dos embriões da reforma tributária. Também aproveito para cumprimentar as Senadoras, os Senadores, o Deputado Lippi, que também está aqui nos prestigiando, as senhoras e os senhores que nos acompanham nesta audiência.

Queria chamar a atenção num ponto aqui da reforma, que é muito importante, que diz respeito aos princípios instituídos pela Emenda Constitucional 132 no nosso Sistema Tributário Nacional: a transparência, o princípio da simplificação, o princípio da cooperação, o princípio da justiça fiscal e o princípio da proteção ao meio ambiente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro dessa aplicação dos princípios, no da cooperação, nós tivemos, através da Portaria MF 34, com a coordenação do Secretário Appy, a participação de integrantes de estados, municípios e União na construção de um modelo de uma proposta de um projeto de lei complementar que acabou se traduzindo no Projeto de Lei nº 68, de 2024, que é a base produzida e trabalhada pela Câmara dos Deputados e que hoje está no Senado Federal.

Dentro desses princípios temos o princípio da proteção ao meio ambiente, que, de acordo com a Emenda Constitucional 132, acabou redundando na criação da proposta do Imposto Seletivo, desde o início administrado pela Receita Federal do Brasil, regulamentado também pela Receita, mas com todo o seu embasamento estrutural composto na lei complementar, que é muito importante para nós.

Também, junto da proteção ao meio ambiente, há a proteção à saúde, taxando aqueles produtos que são prejudiciais à saúde, cuja arrecadação vai substituir uma parte do IPI, a não ser o IPI dos produtos produzidos na Zona Franca de Manaus. Os demais vão ter a sua alíquota zerada, a partir de 2027, com a instituição do imposto seletivo, partilhado entre estados, União e municípios, que é muito importante a sua arrecadação, não é?

Em primeiro lugar, então, sua hipótese de incidência. Ele incide na produção, extração, comercialização ou produção desses bens que são prejudiciais ao meio ambiente e à saúde. A sua incidência é única. Vou dar um exemplo aqui. Se vocês tiverem a produção, a fabricação de uma cerveja, por exemplo, a sua incidência vai se dar no momento do envase, quando ele já está com o produto pronto para o consumidor: já passa a ser a incidência da cerveja, que vai produzir isso num valor comercializado pela fábrica. Depois da saída da fábrica, da incidência do imposto seletivo, não vai haver mais tributação nem no atacadista, nem no distribuidor, nem em supermercado, nem em mais nenhum ponto da cadeia de comércio.

Outro aspecto importante é que é um imposto isoladamente incidente. Ele não dá direito a crédito nem à apropriação de créditos por quem adquire. Esse é um ponto estrutural do nosso imposto seletivo.

O fato gerador – então, nós vemos a comercialização – é geral, quando há comercialização, há venda. Arrematação naqueles casos em que há pena de perdimento de

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algum tipo de produto, por exemplo, que é colocado em hasta pública. Se nesse produto incide o seletivo, na arrematação, ele vai ser cobrado.

Transferência não onerosa de bem mineral, extraído ou produzido: é naqueles casos em que, por exemplo, não houver uma comercialização efetiva com um preço fixado.

Incorporação do bem ao ativo imobilizado: eu sou uma empresa, uma industrial, eu produzo um carro, mas imobilizo esse carro dentro do meu imobilizado. Então, nesse caso, vai haver a incidência pela própria incorporação.

Exportação desse bem mineral extraído ou produzido: que é a única exceção dos demais produtos e serviços. Não há incidência da exportação, mas para os bens minerais há. Na verdade, na extração do produto que vai ser futuramente exportado.

Consumo do Bem pelo produtor-extrativista ou fabricante; e o fornecimento ou pagamento do serviço. Primeiro que é uma regra geral da própria CBS em relação ao fato gerador.

Imunidades de exportação para o exterior – excesso de bens minerais – e a proteção da empresa comercial exportadora. Quando você vende para a empresa comercial exportadora, com o intuito de exportar, não vai haver incidência no imposto seletivo.

Há a vedação constitucional: operação com energia elétrica. Aqueles bens e serviços com alíquota reduzida de 60%, naqueles casos, por exemplo, de produtos agropecuários, produtos alimentares destinados à alimentação humana, que tem alíquota reduzida. Tem uma série de exemplos lá dessa alíquota reduzida, que o Appy passou há pouco aqui, também não vai ter possibilidade de incidência do seletivo. E em serviços de transporte público coletivo e de passageiros, que também estão sob essa mesma hipótese.

É base de cálculo agora.

A base de cálculo pode ser *ad valorem* ou pode ser alíquota específica, dependendo do tipo de produto e o que a lei ordinária expressar. Quando é alíquota específica, vai estar disponível aquela alíquota na unidade de medida apropriada para o seu cálculo. Então, a base de cálculo é o valor de venda. Da mesma forma como nós colocamos lá sobre fato gerador, vai

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

haver a base de cálculo: o valor do arremate, o valor da transação não onerosa, do consumo do bem; valor contábil, quando se incorpora ao ativo imobilizado; e, no caso dos produtos, dos *games* e fantasia, vai incidir sobre a receita própria dessa entidade. Esteja ela aqui no Brasil, esteja no exterior, vai haver tributação do imposto seletivo.

Quando não for possível a aplicação de valor de mercado, ou seja, não há um valor comercializado colocado, naqueles casos em que há uma transferência não onerosa, há uma previsão de um decreto para fazer uma equiparação, um preço de valor de mercado, para que a gente possa definir pela metodologia como é que vai ser a base de cálculo da incidência. E nos produtos como cigarro, como é hoje, nós temos então a base de cálculo preço de venda no varejo, que é o colocado.

Devolução de vendas. O montante da CBS, do IBS, do próprio ISS e o próprio imposto seletivo não incidem sobre a base de incidência do imposto seletivo, nem a CBS, nem o IBS, tampouco o ICMS, até 2032, quando ele deixará de existir. Descontos inconstitucionais também não compõem essa base.

Alíquotas dos veículos. Como vocês sabem, as alíquotas dos veículos, de modo geral, tanto aqueles à combustão, os híbridos, os elétricos, todos eles estão inseridos nessa incidência do imposto seletivo. Primeiro, há uma graduação de dez itens pelos quais vão ser considerados, por exemplo, a eficiência energética, o grau de emissão de CO_2, a potência do veículo, a utilização de bens em produtos, insumos nacionais, tudo isso vai ser utilizado para a graduação, ou seja, quanto mais eficiente for o produto, quanto menos dano ao ambiente, menor vai ser a sua alíquota. E ela é reduzida a zero naqueles casos de motoristas profissionais, nos casos, por exemplo, do motorista autônomo, taxista, e para as pessoas com deficiência física, limitado ao valor de R$200 mil para o veículo, também vão ter alíquota zero do imposto seletivo, assim como tem o benefício na CBS e IBS.

Cigarros. Cigarro tem previsão expressa, assim como tem no imposto de importação, a pena de perdimento quando estiver desacompanhado da documentação fiscal comprobatória e também acarretando a perda do veículo transportador, se for o caso. Alíquotas, alíquota *ad valorem* e é uma alíquota combinada com uma alíquota específica, então temos uma alíquota

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

específica por maço e alíquota *ad valorem* pelo preço do cigarro. Essas alíquotas todas vão ser instituídas por lei ordinária, lei ordinária do Congresso Nacional.

Bebidas. Alíquota *ad valorem* cumulada com alíquotas específicas. Então eu vou ter uma alíquota proporcional ao valor do produto, da cerveja, do vinho, do destilado que vai ser tributado e, ao mesmo tempo, vou ter uma alíquota proporcional à volumetria de álcool que tem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO MOMBELLI – Então, um produto que tem volumetria maior tem presunção de ser mais prejudicial à saúde e, portanto, vai ter uma alíquota específica maior.

Bens minerais, aqui a questão da tributação do ferro, petróleo e gás natural. Uma alíquota máxima, na Constituição se define 1%, mas aqui a alíquota máxima definida pela lei complementar é de 0,25%. Quanto ao gás natural que está inserido também nesses produtos, cuja incidência do seletivo é prevista, se for utilizado como insumo do processo industrial, há o zeramento dessa alíquota e não incidência do seletivo.

Outra questão também do seletivo, não só sobre carros, camionetes, exceto caminhões, caminhões não ingressam, não entram no rol de produtos do imposto seletivo, nós temos o iate com motor, toda uma previsão lá no anexo 18º da lei complementar, e das aeronaves, helicóptero, avião, todas vão ter incidência do seletivo, menos os veículos espaciais expressamente excetuados.

Bebidas açucaradas, o caso dos refrigerantes, por exemplo, produtos com edulcorantes ou aromatizantes, água aromatizada também, nós vamos ter lá na posição específica da NCM/SH, referindo então a possibilidade dessa incidência por serem considerados, pelo legislador, prejudiciais à saúde.

Já avançando para o final, o contribuinte, da mesma forma que eu tinha colocado fato gerador e base de cálculo, o contribuinte é aquele que pratica aquela operação do fato gerador, aquele que comercializou, o importador, o arrematante, o produtor extrativista ou o fornecedor do serviço, e aqui é importante, ainda que residente ou domiciliado no exterior. Quando for no caso dos jogos, também vai ser contribuinte.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apuração e pagamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO MOMBELLI – Apuração mensal, podendo ser reduzida por regulamento. No IPI, já existe isso quando você passa de uma apuração mensal para uma apuração decendial. Há também essa possibilidade. Importante também: da mesma forma que CBS e IBS, apuração consolidada e pagamento centralizado.

Na importação... Isso tudo se revela na importação. Pega-se lá os casos em que, efetivamente, se a importação não estiver gravada, também o seletivo sobre esse tipo de circunstância também não vai ser. Eu dou o exemplo aqui do viajante, na bagagem acompanhada. Se não tem imposto de importação, naquele caso específico, sobre aquele tipo de bagagem, se não tem incidência por uso do bem e produto pessoal, também não vai haver incidência do imposto seletivo.

Então, eram estas minhas considerações.

Muito obrigado. Desculpem-me por ter ultrapassado um pouco o tempo. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Por nada.

Quero registrar a presença da Senadora Tereza e lembrar que nós teremos uma audiência específica sobre o imposto seletivo. Nós vamos entrar nos detalhes disso na audiência pública.

Vou passar, então, para o Dr. Mauro José Silva, que é o Presidente da Unafisco Nacional (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil).

O SR. MAURO JOSÉ SILVA (Para expor.) – Boa tarde a todos!

Eu quero cumprimentar, então, antes de começar a apresentação, o Senador Izalci e agradecer a gentileza do convite. Estamos sempre dispostos a colaborar. Quero cumprimentar o ex-Senador Roberto Rocha, e, na sua pessoa, eu cumprimento todos os membros do Legislativo aqui presentes, as Senadoras e os Senadores aqui presentes e, eventualmente, os Deputados que nos assistem, etc. Eu cumprimento também o Secretário Appy, e, através dele, cumprimento

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todas as autoridades do Poder Executivo, e estendo também um cumprimento ao ex-Governador e ex-Deputado Germano Rigotto.

Receba, ex-Governador, o cumprimento em nome de todo o público aqui. É uma honra e uma alegria dividir este momento aqui com V. Exa. e com todos.

Bom eu quero falar, então, eu já falei algumas vezes sobre reforma tributária e sempre digo que foi fácil. O primeiro consenso sobre o fato de que deveríamos fazer a reforma tributária... Não foi fácil a reforma tributária, mas eu sempre digo que o nosso sistema tributário era aquela casa que tinha teto vazando, mofo nas paredes e o piso trincado. Alguém duvida de que todos nós iríamos querer reformar essa casa? Não. A questão é quem vai pagar a conta da reforma e como sairá a nova casa. Então, é isso que a gente... Vamos trabalhar muito para que tudo isso chegue a um bom termo. E eu digo isto porque a casa a ser reformada tinha algumas características, e a casa nova a gente deseja que tenha neutralidade, que seja mais eficiente, mais transparente, que os fiscos trabalhem com maior cooperação – isso já está tendo um reflexo concreto –, a ampliação da extrafiscalidade ambiental, grande preocupação com isso, entre outros objetivos. Então, essa nova casa deve ter isso. E a casa anterior, o que tinha assim de tão grave? Ela tinha uma multiplicidade de legislações. Como conceber que, num país como o nosso, nós tivéssemos barreira? O caminhão tinha que parar entre um estado e outro, porque a gente não sabia que legislação adotar, eram 27 legislações sobre o tributo, sobre o contencioso. Então, tudo isso nós já conhecemos, e isso temos a esperança de que estejamos ultrapassando.

Essa definição de alíquotas, que eu quero comentar – e o custo da reforma eu disse quem vai pagar a conta da casa nova –, está ali, a parte federal, estadual e municipal: essa alíquota prevista de 26,5%. Foi muito interessante ter colocado um limitador e uma necessidade de se rediscutir.

Lembro que, em 2020, a União mandou um projeto de CBS para o Congresso, com alíquota de 12% – só a CBS era 12% –, com uma base de cálculo maior do que ela é hoje, porque não dava tanto crédito, só que algumas coisas que hoje farão parte da base de cálculo, alguns tipos de, vamos dizer assim, eventos econômicos lá não se capturavam. Muitos dizem, então, que lá era 12% porque muitos eventos econômicos não eram capturados. Então, isso

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compensaria a redução da base de cálculo, porque a Receita, em 2020, naquele projeto, não concedia o crédito tão amplo como concede agora. Então, veja: eu concedo um crédito mais amplo, mas eu quero uma alíquota menor para arrecadar o mesmo, mas me parece então – e já foi demonstrado – que esses novos elementos econômicos poderiam compensar – e aquela alíquota de 12% seria hoje de 8,8% – a ponto de a arrecadação de 2023 de PIS e Cofins foi de 435 bilhões. Então, partimos daí: de 435 bilhões de um PIB de 10 trilhões.

Mas eu quero ir para a classe média.

Eu só deixei esse alerta da questão das alíquotas porque há algumas expectativas lançadas: a alíquota que, em 2020, devia ser 12% e agora é 8,8%, a base de cálculo a gente estreitou por um lado e aumentou os fatos econômicos de outro. Então, estamos com essa crença de que vamos ficar, na parte federal, com 8,8%. Muito bem!

Mas a questão da classe média. Eu quero falar na classe média, porque, apesar da redução em 60% – ou seja, a classe média vai pagar uma alíquota em serviços 40% da alíquota de referência, que vai dar uns 10%, 11%, 12% –, hoje os serviços pagam bem menos do que isso: 5%, por aí, 6%. Então, eu acendi uma luz amarela de que os serviços que a classe média suporta... Eu não estou falando do meio da cadeia, não, porque, no fundo, o imposto sobre o consumo acaba recaindo sobre quem consome mesmo, que é a população em geral. E aí eu estou me focando aqui na classe média – e vocês também vão entender o porquê – porque ela é consumidora de serviços. Então, a escola, o plano de saúde... Houve, então, a preocupação de não se aplicar alíquotas cheias – isso foi importante –, mas a mesma alíquota reduzida ainda dá uma alíquota bem superior à que os serviços suportam hoje, certo? Talvez o dobro do que suportam hoje, principalmente em escola e plano de saúde. Então, eu não vou fazer uma afirmação; vou deixar como uma pergunta: sofrerá a classe média um tarifaço ao final das contas? É uma pergunta, gente, e tenho certeza de que teremos condição de responder a essa pergunta.

E hoje a classe média – e aí eu entro na parte de baixo –, com relação ao Imposto de Renda, está superonerada. A classe média, com a não correção da tabela, paga por ano mais de R$200 bilhões além do que deveria pagar, mais de... A arrecadação do Imposto de Renda, hoje, está próxima de R$400 bilhões; desses R$400 bilhões, R$200 bilhões são indevidos. Indevidos

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque a tabela não foi corrigida, e a classe média, portanto, está pagando R$200 bilhões a mais de imposto por ano, e, obviamente, se ela está pagando a mais, é porque alguém está pagando a menos, não é? Eu não vou entrar nessa discussão; posso voltar aqui em outro momento para discutir especialmente isso.

Então, a classe média, que já está pagando R$200 bilhões a mais de Imposto de Renda, sofrerá – vou deixar como pergunta, e deixo bem claro isso –, como resultado da implantação gradativa da reforma tributária, um tarifaço? Deixará a classe média de pagar 5%, 6% de imposto sobre os serviços que consome para pagar 10%, 12%? É uma pergunta.

Ainda... O tempo voa, não é? Eu vou adiante agora naquela história de custos da reforma tributária. Nós temos dois fundos muito importantes, que poucas pessoas falam: o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais, que tem um custo de R$160 bilhões, e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que não é de R$630 bilhões, isso está errado; ele é, no mínimo, de R$630 bilhões, porque, a partir de, se não me engano, 2043, serão R$60 bilhões por ano – por ano!

Veja que, voltando um pouco à classe média, tiveram a preocupação – e isso é importante – com aqueles empresários que investiram confiando em benefícios fiscais. É óbvio que essa expectativa deles não poderia ser quebrada; não seria correto que o Estado fizesse isso. E aí criaram um fundo para compensar, para dar um tempo para que essas empresas se adaptem a essa nova realidade, praticamente de inexistência de benefícios fiscais.

Justo? Muito correto, para dar estabilidade aos negócios. Agora, é engraçado que, para a classe média, que vai sofrer um aumento de carga tributária, não se pensou em criar um mecanismo, um colchão, como foi criado esse fundo de compensação – eu diria que é um colchão para as empresas passarem o tempo e se adaptarem. Vocês acham que a classe média assalariada conseguirá negociar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO JOSÉ SILVA – ... de imediato, um aumento no seu rendimento? Não. Ela também deveria ter um colchão. Deveria ter, por exemplo, uma possibilidade de a classe média deduzir esse aumento de imposto no seu Imposto de Renda.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, voltando para os dois fundos, quero dizer para vocês que está embutido aí um crescimento real do PIB, porque, se o PIB não crescer de forma real... Veja, eu arrecado R$430 bilhões; para poder pagar lá na frente R$60 bilhões... É porque o PIB tem que crescer em números reais, porque esses valores dos fundos vão sendo reajustados pelo IPCA.

Então, o PIB tem que crescer em termos reais, de modo que haja uma folga nesses R$430 bilhões, para que a arrecadação da CBS seja de R$430 bilhões mais R$60 bilhões lá na frente, de modo que, sem a União poder ampliar as políticas públicas, ela consiga financiar esse Fundo de Desenvolvimento Regional. Então, tem uma grande aposta aí.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO JOSÉ SILVA – É como aquela casa que a gente quer reformar, mas com o dinheiro do vizinho.

Há outras questões, Senador, que eu tenho para apresentar, e talvez possamos em outras oportunidades voltar. Eu pretendia abordar outras questões, até a questão da definição da transação, mas, se tivermos outras oportunidades, a gente volta.

Mas eu queria falar da minha preocupação com a classe média brasileira que está sendo muito pouco tratada nessa questão, ela que já vem muito onerada com o Imposto de Renda. É preciso que esta pergunta seja respondida: sofrerá a classe média um tarifaço com a reforma tributária? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Dr. Mauro.

Eu vou pedir, então... Agradeço já aqui, mas, se puderem continuar aqui para a gente fazer uma inversão agora...

Nós vamos chamar aqui – são três, então, se vocês puderem ocupar o espaço aí na frente... Agradeço a presença de cada um de vocês, Appy. Eu vou chamar aqui, então, o Aécio Prado Dantas Júnior, que é o Presidente do Conselho Federal de Contabilidade; a Ana Carolina Brasil Vasques, que é Presidente do projeto Mulheres no Tributário; e também a Sra. Lina Santin, que é Mestre e Doutoranda em Direito Tributário. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Essa mesa ficou bonita.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ficou bonita agora, não é? (*Risos.*)

Eu vou convidar também o Fellipe Matos Guerra, que é do Conselho Regional do Ceará, que vai compartilhar o tempo com o Presidente do Conselho Federal, o Sr. Aécio.

Eu passo, imediatamente, a palavra ao nosso Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, o Sr. Aécio Prado Dantas Júnior.

O SR. AÉCIO PRADO DANTAS JÚNIOR (Para expor.) – Senhoras e senhores, muito boa tarde.

Gostaria de iniciar agradecendo ao Senador Izalci Lucas e, na sua pessoa, cumprimentar todos os Parlamentares aqui presentes e as demais autoridades. O Senador faz sempre questão de se intitular contador que está como Senador. Então, isso me dá um conforto e uma tranquilidade muito grande, porque estou ao lado de um colega que entende as dores dos contadores e que entende, também, que a discussão da reforma tributária, sem dúvida, deve, sim, passar também pelos profissionais da contabilidade, já que são eles que, ao final, exercem a missão de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AÉCIO PRADO DANTAS JÚNIOR – ... transmitir todas as obrigações acessórias das empresas brasileiras, de todo o serviço público para a Receita Federal. Então, fico muito feliz.

Nós fizemos um trabalho, Senador, extremamente importante para este grupo de trabalho aqui da CAE – uma contribuição do nosso grupo de trabalho da reforma tributária. E eu aproveito para parabenizar o plano de trabalho que foi traçado e que o senhor tem esta oportunidade brilhante de coordenar. Teremos vários momentos de debates e o Conselho Federal de Contabilidade estará aqui sempre presente, mostrando a experiência e o conhecimento prático no dia a dia das questões tributárias, fiscais. Esse trabalho que nós apresentamos ao Senador Izalci foi lastreado em quatro pilares básicos, que nós chamamos de principais preocupações.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira delas: aumento das exceções. Nós sabemos que, ao longo das etapas legislativas, houve um aumento na quantidade de exceções, daquela que foi proposta inicialmente. Essa expansão, ao nosso ver, compromete o objetivo central da reforma, que é a simplificação do sistema, introduzindo novas complexidades, que podem vir a dificultar a implementação da gestão tributária.

O segundo ponto, que alicerçou todo esse trabalho do nosso grupo de trabalho, foi o custo de conformidade. Durante esse período de transição, nós sabemos que isso trará, sem dúvida, a necessidade de gerir dois sistemas tributários distintos simultaneamente, o que inevitavelmente aumentará os custos de conformidade para as empresas e os profissionais da contabilidade. O PLP 68 permite a criação de novas obrigações acessórias, mas não fornece clareza suficiente sobre como o novo modelo operará na prática durante a transição. Então, isso é algo que também nos preocupa do ponto de vista prático.

O terceiro pilar: o adiamento de discussões relevantes para um regulamento futuro. Temos a preocupação com o fato de que muitas discussões importantes estão sendo deixadas para um momento futuro, o que pode, naturalmente, gerar incertezas, desafios operacionais e jurídicos que podem, sim, ser evitados, e momentos como esse são essenciais para que possamos ampliar a discussão desses temas que ficaram para uma regulamentação futura.

Por último, a ausência de demonstrações práticas, e aí a gente demonstra uma preocupação técnica contábil com a falta de demonstrações práticas de como o novo modelo tributário funcionará, especialmente em relação a ferramentas como o *split payment* e a escrituração pré-preenchida. De fato, sem a possibilidade de testar e homologar previamente essas ferramentas antes da aprovação final do texto, a simplificação prometida pode, de alguma forma, correr algum risco.

Então, esses foram os pilares básicos que nortearam o trabalho que foi enviado para esta Comissão de Assuntos Econômicos, formulado pelo nosso grupo de trabalho do Conselho Federal de Contabilidade.

Eu gostaria que o Filipe Matos Guerra, contador...

(*Soa a campainha.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AÉCIO PRADO DANTAS JÚNIOR – ... advogado e Presidente do CRC-Ceará pudesse apenas rapidamente dar alguns exemplos dessas preocupações que hoje envolvem todos os profissionais da contabilidade do Brasil.

O SR. FELLIPE MATOS GUERRA (Para expor.) – Boa tarde, Senador Izalci.

Obrigado pela oportunidade. Obrigado, Presidente Aécio. Cumprimento também a todos que estão aqui presentes nesta audiência pública.

Como o Senador Izalci já vem reforçando desde o próprio documento que constituiu o grupo de trabalho, nós temos uma preocupação com aquilo que será, de fato, aplicado na operacionalização, e nosso estudo e nossas contribuições sempre se pautaram nessa linha, naquilo que seria a aplicabilidade.

O que é que nós conseguimos perceber? Para citar alguns exemplos, nós temos no PLP, no art. 44, a menção à emissão de documentos fiscais, só que no próprio ano passado nós tivemos o advento da Lei Complementar nº 199, de 2023, que criou o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Acessórias e fala sobre a unificação dos modelos de documentos fiscais eletrônicos, que é ignorado no PLP 68. Portanto, o PLP já poderia estabelecer que nós teríamos um modelo único de documentos fiscais eletrônicos para todos os contribuintes.

Por que isso é uma preocupação, apesar de operacional, muito importante? Porque, quando se fala sobre carga tributária, é normal se preocupar com o quanto se paga, mas muitas vezes é fácil se perder naquilo que custa para estar em conformidade com o sistema, que é o que nós chamamos de custo oculto da conformidade tributária, o quanto as empresas gastam, o quanto os cidadãos gastam, para cumprir com as suas obrigações.

Então, é necessário um grande investimento em infraestrutura de *software*, de pessoal e de treinamento e, muitas vezes, e com a oportunidade que nós estamos tendo de discutir agora uma reformulação tão profunda no sistema, isso pode e deve ser aprimorado.

Assim como, também foi citado pelo Presidente Aécio, aquilo que diz o art. 267 do PLP, que fala sobre a possibilidade, a competência que é concedida ao comitê gestor de que ele possa criar novas obrigações assessórias.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vejam bem, nós estamos mirando aqui o modelo tributário pós 2033, mas nós não podemos perder de vista que, daqui para lá, existirá uma transição.

E, se nós temos esse período em que esses dois modelos tributários vão conviver em conjunto, é muito importante que possamos imaginar qual é o modelo mais racional, que custará menos ao contribuinte, para que ele possa se adaptar com segurança e, dessa forma, cumprir com as suas obrigações.

Então, nós temos essas duas pontuações iniciais e temos também questões relacionadas ao *split payment*. Nós conseguimos ouvir aqui a fala do Secretário Bernard Appy, e é muito mais fácil compreender a sistemática operacional do *split payment* quando ele explica do que com aquilo que está efetivamente no texto. Isso acaba caracterizando que aquilo que está positivado na legislação pode gerar insegurança jurídica na sua interpretação e, consequentemente, na aplicação.

É importante que o texto, de fato, traga clareza sobre qual será o modelo. Será o *split* inteligente, como ele mencionou? Será o simplificado? Em quais operações, de fato, será exigida essa utilização? Como se dará essa questão da compensação do crédito? Em vários momentos, a percepção que nós, profissionais da contabilidade, temos é de que o PLP nos pede um voto de confiança, mas, em se tratando de direito tributário, principalmente num país onde a legislação tributária é muito positivada – ou seja, vale aquilo que está posto -, precisamos ter segurança jurídica para poder aplicar aquilo que está sendo proposto.

Então, acredito que vale a pena aprimorar o texto. O Senador já reforçou isso também. Acredito que todos são a favor da reforma tributária e, inclusive, Senador, vale a pena, na presença também do Presidente Aécio, destacar isso. Eu já ouvi, em algumas oportunidades, algumas pessoas dizerem que os profissionais da contabilidade às vezes questionam o projeto porque acham que vai diminuir os seus trabalhos. Pelo contrário, nós estamos enxergando que a sociedade precisará muito de nós, também a administração tributária e os contribuintes, porque, sem a orientação do profissional da contabilidade para direcionar como serão os caminhos necessários para a adaptação, com certeza, teremos dias bem nebulosos, mas, com clareza no texto, uma visualização operacional que traga mais segurança para a prática, mais segurança para a implementação, teremos tranquilidade de auxiliar, dessa forma, a sociedade a

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transitar por esse período e chegar ao final com um sistema que, de fato, alcance os objetivos de ser mais simples, menos burocrático e mais eficiente.

O SR. AÉCIO PRADO DANTAS JÚNIOR (Para expor.) – Senador, só complementando, todas as contribuições do grupo de trabalho foram formuladas nos termos que o senhor nos requisitou, com propostas de alteração do texto, com justificativa. Eu peço que o senhor, dentro do possível, compartilhe com os Senadores, para que sirva realmente de um elemento de apoio.

A gente já se coloca também à disposição para os debates futuros.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ótimo. Muito obrigado, Aécio. Obrigado, Fellipe.

Passo, imediatamente, à Sra. Ana Carolina Brasil Vasques, Presidente do projeto Mulheres no Tributário.

A SRA. ANA CAROLINA BRASIL VASQUES (Para expor.) – Boa tarde a todos.

É uma alegria estar aqui, participando deste momento histórico, tão importante para o nosso país.

Gostaria de agradecer ao Senador Izalci pelo convite, ao Dr. Wilfrido, à Fernanda Foizer por esta ponte, por esta oportunidade de o projeto Mulheres no Tributário estar participando deste momento também. Agradeço à Lina, à Mary Elbe, entre tantas outras mulheres que participaram conosco, desde janeiro, pesquisando. Nós participamos muito dos trabalhos realizados pela coalizão das frentes parlamentares.

E aqui quero parabenizar todos do Governo, o Appy, a Melina, o Senador Roberto Rocha, todos que trabalharam incansavelmente por este projeto, o Eurico Santi.

Não tem um lado. Ultimamente, a gente vive numa polarização tão grande que você escuta: você é contra ou a favor da reforma? Eu acho que todos nós somos a favor da reforma. Todos nós somos a favor do nosso país.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu quero trazer alguns pontos em que nós trabalhamos, pesquisamos, e entendemos que são necessários alguns ajustes para que seja possível alcançar, de fato, os princípios dessa reforma tributária, porque ninguém aqui vai negar que são importantes a simplicidade, a transparência, a cooperação, a defesa do meio ambiente e a justiça tributária. Só que não basta que esses novos princípios constitucionais estejam expressos no texto, nós precisamos de efetividade. Quando nós olhamos para o nosso art. 5º da nossa Constituição, nós vemos a efetividade nos nossos direitos fundamentais? Então, este é o momento de debater, porque nós precisamos acabar com a cultura do litígio, nós precisamos acabar com a insegurança jurídica, porque nós sabemos que isso é nocivo para o desenvolvimento do nosso país.

E aqui eu quero trazer alguns pontos que nós entendemos necessários para o aperfeiçoamento do PLP 68, para que possamos, enfim, ter simplicidade e ter transparência.

A ideia do IVA é trazer similaridade com a tributação da maioria dos países do mundo, é trazer simplificação para o nosso sistema tributário. Como muito bem trouxe o Senador Roberto Rocha, sei que a Melina trabalhou muito com ele também em relação a isso, nosso IVA é dual devido às particularidades da nossa Federação. Então, para respeitar o nosso pacto federativo, nós temos um imposto sobre o valor agregado dual, a nossa CBS e o IBS. No entanto, são tributos gêmeos que correm o risco de ter interpretações distintas.

No art. 317 do PLP 68, existe a previsão da criação do comitê de harmonização. Excelente. É ótimo: temos Receita Federal e comitê gestor participando desse comitê de harmonização. No entanto, nós não sabemos quando haverá essa harmonização. E é fundamental que essa interpretação seja única e obrigatória, para que o contribuinte tenha uma segurança de fato, porque nós temos uma cultura do litígio no Brasil. E nós precisamos aprender com os nossos erros, nós precisamos olhar para trás e ver a nossa história. Esse ajuste seria fundamental no texto, para que, toda vez que houver divergência entre IBS e CBS, essa interpretação ocorra de forma única.

Eu não posso ter um contribuinte falando que o IBS é azul e que a CBS é rosa; senão eu não vou ter uma simplificação de fato, também não terei segurança jurídica.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui um outro ponto que causa um pouco de preocupação é a criação do Fórum da Harmonização Jurídica. Ele pode ser suscitado pelo presidente do comitê gestor e pelo órgão máximo do Ministério da Fazenda.

Isso nos causa um pouco de preocupação, porque ele vincula, ou seja, as decisões dele vinculam as administrações tributárias. Uma centralização de poder, um excesso de interpretação arrecadatória e fiscalista não é o que nós queremos. Nós queremos construir um ambiente, a cooperação é um novo princípio constitucional.

Nós precisamos acabar com esse paradigma de Fisco *versus* contribuinte, até porque a maioria dos nossos contribuintes são bons contribuintes. Nós precisamos aplicar o princípio da cooperação, que é outro ponto que nos chama a atenção, porque a cooperação...

Quero elogiar que nós vimos no texto que foi inserida a devolução dos créditos em 30 dias para o contribuinte que está em programa de conformidade, mas nós sentimos falta, por exemplo, de um aviso amigável, para que o bom contribuinte, antes de ser penalizado ou de ser autuado, tenha a oportunidade de se autorregularizar. Afinal, nós estamos falando em cooperação, em construir um novo ambiente, inclusive uma cooperação que deve ser aplicada entre as administrações tributárias.

Aqui há um outro ponto que causa preocupação. Se estamos falando em simplificação, temos que ter interpretação única obrigatória dos nossos tributos gêmeos, temos que ter uma fiscalização unificada também.

Não estamos falando, em momento nenhum, em acabar com as administrações tributárias existentes, mas, se já temos tanta tecnologia, por que não a utilizar para que haja portal único da fiscalização e que essa fiscalização ocorra de forma integrada? Porque aqui nos causa muita preocupação não só não trazer simplificação, mas como trazer complexidade para o nosso sistema, porque atualmente a nossa tributação é na origem. Então, se eu tenho uma empresa aqui em Brasília, ela está sendo fiscalizada agora pelo Distrito Federal e por Brasília. Agora, se eu tenho uma empresa em São Paulo que está sendo fiscalizada em São Paulo e vai vender para 5 mil municípios, ela passa a ser fiscalizada por esses 5 mil municípios. Da forma como está no texto, ela pode ser autuada por 5 mil municípios. Então, eu posso não só não trazer

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simplificação, como eu posso trazer complexidade para o sistema tributário atual, caso não haja pelo menos um portal de integração para que essa fiscalização ocorra de forma concomitante.

Já existe no PLP 108 uma previsão para que, na troca de documentos, haja um aviso entre as administrações tributárias, mas é preciso que isso seja aperfeiçoado para que, de fato, haja uma simplificação.

Em relação ao contencioso, eu não vou me estender, a maior parte do contencioso está sendo tratada no PLP 108, que inclusive está para ser julgado – eu estou pensando nos processos –, ou seja, está para ser votado hoje.

Não vou me estender, mas também entendemos a necessidade de contencioso único, por quê? Novamente, se estamos falando em simplificação, em segurança jurídica e em transparência, precisamos de uma única interpretação de CBS, de uma fiscalização integrada, nós falamos em fiscalização única, mas não é acabar com as administrações tributárias. E, sim, fazer com que essa fiscalização seja única e conjunta, porque estamos falando do mesmo fato gerador e de contencioso que tenha um julgamento único, porque senão eu também terei uma interpretação, um julgamento para a CBS e outro para o IBS.

E aqui eu também gostaria de trazer que, em relação ao uso e consumo pessoal, eu fico feliz que foi inserida a parte ali do Vale-Alimentação, a parte do plano de saúde. Mas nos causa preocupação, também, que o texto ainda tem que... A previsão abrange, então, o "inclusive". Poderíamos ter outros itens que são inseridos aqui como uso e consumo pessoal. O rol está taxativo, mas não está fechado, então acaba virando um rol exemplificativo. E aí o medo do contribuinte é que essas interpretações comecem a ser arrecadatórias, porque caso nós não tenhamos uma neutralidade, uma não cumulatividade plena nesse novo sistema tributário, falando numa alíquota de 26,5%, nós podemos inviabilizar a atividade econômica de diversos setores. Então, essa não é uma causa de um setor, não é uma causa do agro, não é uma causa da indústria, é uma causa geral de toda a nossa economia. É um ponto de preocupação.

Sobre a questão do IPI, do uniforme, entendemos que o texto melhorou muito. Está o "inclusive" ali e não "entre outros", porque nós temos um histórico que também temos que olhar. Olhem para o PIS e a Cofins, quem aqui vai ousar dizer o que é essencial e relevante? Há

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alta litigiosidade do PIS e da Cofins. Quantas interpretações arrecadatórias nós temos em relação...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA CAROLINA BRASIL VASQUES – ... ao PIS e à Cofins. Então, são esses os pontos.

Em relação à saúde, ficamos muito felizes em ter o plano de saúde incluído.

Um ponto de preocupação é a questão da esterilização, da alocação de equipamentos médicos, do *home care*, entre outros itens ali dos serviços de saúde que não estão nesse rol taxativo. Lembrando que muitos dos serviços de saúde são prestados para entidades imunes, para as santas casas, que nós temos aí por todo o nosso país, por todos os nossos estados. Então, é fundamental pensar nisso porque quando nós temos uma entidade imune não se gera crédito. E aí nós vamos acabar onerando o nosso próprio estado. Sabemos que a saúde pública no Brasil é caótica, que o nosso SUS não funciona. Isso pode ser um grande dano a toda a população.

Eram essas as minhas contribuições. Fico à disposição, o projeto Mulheres no Tributário também.

Agradeço a oportunidade.

Boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Ana.

Bem, passo imediatamente a palavra a Sra. Lina Santin, que é Mestre e Doutoranda em Direito Tributário.

A SRA. LINA SANTIN (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas. É um prazer estar aqui. Agradeço o convite da CAE, na pessoa do Senador Izalci. Também agradeço ao Dr. Wilfrido por ter feito essa ponte e por nos ter aberto tantas portas aqui em Brasília. Como coordenadora científica, também, desse assunto, dentro do Mulheres do Tributário, parabenizo aqui a nossa Presidente. Também aproveito para parabenizar todos aqui presentes, reconhecendo o árduo trabalho que já foi feito durante a tramitação da PEC 45 e que será feito diante do projeto, do

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PLP 68. Todos aqui têm a oportunidade de torná-lo ainda mais preciso e condizente com os princípios constitucionais que foram aprovados pela Emenda 132.

Também tenho feito questão de ressaltar, nas minhas falas, que essa não é uma reforma partidária, não é uma reforma setorial, não é uma reforma ideológica. Essa é uma reforma técnica em prol do país. Eu acredito que a Emenda Constitucional 132 foi muito exitosa em enfrentar esse maior problema atual da nossa tributação sobre o consumo, colocando o Brasil em bases universais, em bases mundiais de tributação, através da adoção de um modelo IVA, atendendo a recomendações de organismos internacionais, contribuindo para uma melhor segurança jurídica, e também para melhoria do ambiente de negócios.

Esse projeto foi entregue num tempo recorde, ele tem bases muito sólidas, é pautado nas melhores práticas e tem como maior mérito retirar, de fato, o sistema tributário como entrave do nosso desenvolvimento econômico.

Nesse aspecto, também reitero a parabenização aqui feita pela Carolina ao Secretário Appy e toda a sua equipe, que tanto se dedicaram para que fosse possível um projeto tão bom quanto esse, para que a gente pudesse discuti-lo.

Com relação ao princípio do meio ambiente, eu trago aqui uma discussão específica dentro do imposto seletivo. A meu ver, a gente tem uma oportunidade de criar um *carbon tax,* através do imposto seletivo, como é previsto já nas hipóteses de incidência da Constituição.

A gente tem dois projetos que estão nesta Casa, o Paten, que é o Programa de Aceleração da Transição Energética, e também a regulação do mercado de carbono – que, a meu ver, poderiam estar junto com essa discussão de uma tributação de um *carbon tax* no Brasil. O Mover também acabou de ser aprovado para o setor automobilístico e não me parece que nós estejamos fazendo ou atendendo as melhores práticas ao tributar os veículos, embarcações e aeronaves pelo imposto seletivo. Acho que a gente deveria tributar combustível e outros meios mais eficazes de se aferir qual é, de fato, a poluição que é emitida.

No Brasil, quando a gente fala de carro elétrico, carro elétrico ainda é um item de luxo, a gente nem sequer tem postos de abastecimento em lugares que saem dos centros urbanos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também acredito que, se a gente for manter o imposto seletivo, seria interessante a gente retirar aqueles operacionais, os veículos operacionais, e não apenas os caminhões – o que também é uma incongruência, já que são quem mais poluem –, desse imposto.

Continuando, com relação à isonomia, que é um princípio que nos é muito caro dentro do sistema tributário, nós temos uma previsão, hoje no texto que traz uma possibilidade de gradação do imposto seletivo para bebidas alcoólicas. A meu ver, isso é uma falácia muito grande. Álcool é álcool, não importa o tipo e o teor alcoólico que estejam dentro do recipiente, o que vai definir é o consumo excessivo, ou não, dessa bebida.

Então, a gente tem uma recomendação inclusive, a Recomendação 4, de 2024, do Conselho Nacional de Saúde, para que se tributem todas as bebidas alcoólicas de forma igual. Foi incluído, no último minuto da aprovação do PLP 68, um dispositivo, o §4º, para que eventualmente tenha uma gradação de acordo com o teor alcoólico. Isso é uma falácia, e a gente vai repetir. Nós já temos hoje por IPI. E isso significa uma perda arrecadatória muito grande de um mercado potencial, considerando os dados de consumo do nosso país.

Com relação à importação temporária, nós tivemos uma evolução muito grande com a inclusão do art. 91, que suspende o IBS e a CBS na importação temporária. De fato, eu estou importando temporariamente, o bem não vai ser nacionalizado, então, não tem que incidir; no entanto, o art. 92 prevê a incidência proporcional ao tempo de permanência do bem.

E aqui, o que acontece? Geralmente, essas importações temporárias são concomitantes a um arrendamento mercantil, ao *leasing*. Eu vou pagar tanto na importação temporária, por esse período que o bem está no Brasil, quanto pelo *leasing*. Então, eu vou ter essa dupla incidência que, a nosso ver, é muito ruim, porque diminui a capacidade de investimento das empresas, e também eu não estou falando de uma importação definitiva, ao passo que a maioria dos países adotam um sistema em que ou tributam a importação ou tributam o *leasing*. No nosso caso, a gente está tributando os dois.

Então, para a gente não encarecer esse tipo de operação, seria importante deixar isso claro no texto.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda com relação aos bens de capital, que é um ponto bastante importante para o Brasil, o Brasil ainda é muito carente em investimento em infraestrutura; a gente ainda precisa desenvolver e investir cada vez mais.

Nós também tivemos uma evolução muito grande no texto, na tramitação da Câmara. Foi incluído o art. 105, que prevê que um ato conjunto irá deliberar quais serão os bens de capital com a suspensão do IBS. E o §5º traz que aqueles maquinários pesados e outros já terão a suspensão automática.

Nesse sentido, eu faço aqui uma regressão de que, de novo, a gente está partindo para uma lista e para um ato conjunto futuro; e isso traz alguma insegurança e deixa em aberto. E aqui a gente pode dar exemplos de listas que estão sendo necessárias para atender os regimes que foram aprovados pela Emenda Constitucional 132, que também podem dar problema.

O que eu estou querendo dizer com isso? A emenda constitucional trouxe algumas exceções.

Eu era defensora da PEC 45, no seu sistema mais isonômico possível, mas não foi isso que foi aprovado. Foi aprovado um regime com exceções, com redução de alíquota para saúde, para educação, para atividades desportivas. E, agora, a gente tem uma lista, um anexo, dizendo quais são os serviços de saúde sujeitos a essa redução, quais são os serviços de educação. E eu tenho muito receio de que a gente tenha contencioso, por conta daqueles itens que ficaram de fora.

A Carolina trouxe alguns exemplos de saúde, como o *home care*, o atendimento domiciliar, e a gente tem outros na educação: as escolas de línguas estrangeiras não foram contempladas na lista para a redução de 60%.

Também temos ali nas atividades desportivas inúmeros exemplos. Vou dar um exemplo básico: a bicicleta que a gente aluga no parque; é uma atividade desportiva. A gente poderia estar usando isso, inclusive, como um plano público de incentivo para que isso ocorra e seja bom para a saúde de todo brasileiro, mas a gente não está olhando, e isso está ficando de fora e pode onerar também essa atividade.

Já partindo para o final, eu só tenho mais dois itens para falar. A gente tem uma questão, aqui, no Brasil, do transporte internacional. Hoje, o transporte internacional é totalmente

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desonerado, e no projeto está vindo uma disposição para que a gente faça um regime parecido com o regime da Índia, que, dentre as grandes economias, é a única que tributa uma perna desse serviço.

Ao passo que a Índia usa alíquotas de 5% para o transporte internacional, na categoria econômica, e 12%, na categoria *business*, na *first class*, a gente vai usar esse mesmo racional, aplicando os 26,5%. Isso nos preocupa bastante; o setor está bastante preocupado com o encarecimento dos bilhetes e das tarifas, que já são caras. Então, é possível que isso se torne ainda mais inacessível para a população de baixa renda e que a gente tenha uma retração no mercado.

Nós temos um estudo da LCA Consultores que demonstra isso, essa preocupação. Então esse é um aspecto político que deveria ser debatido, a meu ver, nesta Casa; e qual será a decisão? A gente vai, de fato, onerar o transporte internacional brasileiro? A gente vai criar essa barreira no livre transporte? A gente vai fazer diferente da maioria das economias do mundo?

E, por fim, um aspecto que a gente conversou bastante, não é, Deputado Vitor Lippi? Lá ainda na tramitação da PEC 45, também tive oportunidade, na época, com o Aguinaldo... ele não tem tanta relação com a reforma tributária, mas como a gente regulamentou uma hipótese de crédito para a revenda de bens usados, e há uma preocupação muito grande com as concessionárias com relação ao mercado informal de venda de veículos usados, que é o que acontece nas garagens e outros em que não há a formalidade dessa negociação, e é como se ocorresse entre pessoas físicas.

Então, a sugestão é que se torne o Renave obrigatório. Isso é muito bom do ponto de vista arrecadatório, a gente vai aumentar a base, vai tirar todo mundo da informalidade e acabar também com problemas concorrenciais.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LINA SANTIN – E como o meu tempo já está acabando, eu gostaria novamente, então, de parabenizar os trabalhos desta Casa, todo o plano de trabalho das próximas audiências públicas que serão feitas aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, todos os Senadores e Deputados presentes, e me colocar à disposição.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho certeza de que a reforma tributária que nós estamos implementando no Brasil vai nos colocar num cenário internacional de tributação e vai trazer um impacto muito positivo para toda a economia brasileira.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Bem, antes, feitas, então, as considerações aqui pelos nossos convidados, eu vou passar agora a palavra aos nossos Senadores e Senadoras – está inscrita aqui a Senadora Damares –, mas eu vou ler aqui algumas perguntas que chegaram só para já adiantar.

Vou cumprimentar o meu querido Senador Efraim, que está chegando agora aqui e que já foi o grande coordenador dessas mudanças que estamos fazendo na área tributária também.

O Ernani, lá de Rondônia, diz assim: "Como o grupo de trabalho pode contribuir para a simplificação do sistema a tributário e a redução da carga tributária?"

Bem, só para reforçar, quero dizer que o grupo foi criado para fazer o debate. Vamos depois finalizar com o relatório, com a sugestão para o Relator, mas o Relator é que vai ter essa possibilidade de acatar ou não?

E por falar em Relator, o prazo das emendas termina exatamente quinta-feira. Então, Senadores e Senadoras que pretendem apresentar emendas, o prazo é quinta-feira, ou seja, depois de amanhã.

O Lucas, do Paraná: "Como a criação [desse] [...] grupo de trabalho pode garantir que as mudanças sejam implementadas de forma eficaz e transparente?"

No debate vão aparecer muitas sugestões aqui para a gente apresentar ao Relator.

A Alice, de São Paulo: "Como esta reforma será implementada [...] [de forma homogênea] em um país [...] [extenso] como o Brasil [...]?"

Alguns já falaram sobre isso, mas durante essas audiências é importante acompanhar.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Víttor, de São Paulo – não é o Vitor Lippi, não, mas o Víttor, de São Paulo –: "Quais são os indicadores-chave que o grupo de trabalho usará para avaliar a eficácia da reforma tributária?"

Nós vamos ouvir e sugerir algumas alterações.

O Júnior, do Rio de Janeiro: "Como o grupo de trabalho avaliará a eficácia do sistema tributário nacional pós-reforma e quais métricas serão usadas?"

Esse grupo é só exatamente para a discussão da regulamentação aqui. Depois... isso aqui é a Comissão de Assuntos Econômicos, o grupo é apenas de sugestão.

O Marcelo, do Rio Grande do Sul: "Que autoridade terá [...] [o] grupo para alertar e corrigir desvios do processo da reforma? Seria importante transformar grupo em conselho".

Não, na prática, esse grupo faz parte da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), que vai acompanhar essa reforma e outros projetos que interfiram na questão tributária.

Vou passar a palavra à nossa querida Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Presidente, na verdade, eu não vou deixar nenhuma pergunta, mas eu quero fazer uma consideração sobre essa nossa primeira audiência... primeira reunião.

Eu acho que foi extraordinária. Mas deixe-me cumprimentar, antes, a nossa Deputada Mariana Carvalho, que está aqui, do Maranhão, nossa futura Prefeita de Imperatriz, se Deus quiser.

Senador, eu acho que a gente acertou na constituição desse grupo nesse exato momento. Acertamos! E acertamos muito para a gente, talvez, fazer esse choque de realidade entre o mundo real e o mundo imaginário. E a gente quer fazer isso com muita serenidade; não cabe mais agora nenhuma briga política. O que cabe, agora, é a gente trazer o Parlamento, de uma forma muito madura, para essa discussão. E a gente vai ter que cumprir e fazer esse dever de casa.

Pelo que os senhores viram, tem muita gente acompanhando esta audiência; a participação na internet está, assim, incrível. O Brasil inteiro está sabendo desse grupo de

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho e está alimentando muita expectativa. Os cidadãos estão alimentando muita expectativa nesse grupo de trabalho, e a gente vai conduzir dessa forma muito serena.

A escolha do Senador Izalci, como coordenador, foi, inclusive, estratégica. Nós estamos no período eleitoral, e a maioria dos nossos Senadores está lá na ponta, neste momento, correndo muito com as eleições municipais. O Senador Izalci daqui – mesmo a gente tendo aqui no entorno municípios concorrendo nas eleições – está muito envolvido, mas não se compara a um Senador de São Paulo, por exemplo; e eu vim como Secretária dos Senador Izalci, então, são dois aqui, 24 horas conversando. E os segmentos estão batendo à nossa porta. E nós estamos recebendo todo mundo de forma muito transparente, e tudo isso vai subir aqui para o *site* da nossa Comissão; vocês vão acompanhar os documentos que estamos recebendo. E aí, nós estamos um tantinho preocupados.

Quando eu vi o Secretário falando e depois o Mombelli também falando, eu parecia estar sendo transportada para um mundo mágico. E aí vêm os eslaides do Mombelli... Sr. Fernando Mombelli, quem fez aqueles seus eslaides é um educador, e, de certo, trabalhou com educação infantil, que sabe que a visualização, o material visual, tem um efeito muito grande. De repente, parecia que eu estava no O Fantástico Mundo de Bobby; só faltava uma musiquinha lá no fundo.

Nós não vamos deixar isso acontecer, não vamos. Nós vamos trazer o Brasil de verdade para essa discussão. Nós entendemos a necessidade da reforma, isso é óbvio, e foi um sonho quase que impossível. Eu estou no Congresso Nacional; eu estive como assessora 24 anos. Quantas vezes fiquei ali atrás, vendo este nosso sonho sendo perseguido, e agora eu estou aqui na condição de legisladora; mas eu vou fazer o papel do incômodo, eu vou dizer de vez em quando: desçam, pisem aqui, pisem aqui no chão. Meu país é mais diverso do que se possa imaginar. E a gente está disposto a fazer esse diálogo.

Então, aos que vieram na primeira audiência, muito obrigada. Muito obrigada, Sr. Fernando Mombelli. Continue com seus eslaides lindos, continue.

O Secretário, acho que já foi. (*Pausa.*)

Está aqui?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ele está aí.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Secretário, vou te dar um abraço aí depois. Grande é o teu desafio; que Deus te dê sabedoria, Secretário, mas a gente vai estar aqui para conversar, e conversar com o pé no chão.

Senador Izalci, parabéns pela primeira reunião.

Aos internautas que estão nos acompanhando, nós temos um corpo técnico no grupo de trabalho. Os membros do grupo do trabalho, estão fornecendo assessores para acompanhar esse trabalho.

O Senador Izalci tem grande conhecimento da área, e temos Senadores que entendem muito do tema no grupo de trabalho.

E esta Comissão é espetacular. A CAE está com uma composição nesta legislatura. Desculpem a falta de modéstia, porque sou membro da CAE agora, mas uma composição incrível, com um Presidente extremamente sensato, Senador Vanderlan.

Mas, assim, este grupo de trabalho aqui não é para marcar tabela e não é apenas para mostrarmos, lá para a ponta, que estamos preocupados com a reforma tributária, não. Nós vamos incomodar, mas queremos incomodar com o diálogo e queremos chegar a um consenso.

Então, parabéns, Senador Izalci. E vamos trabalhar, porque tem muita coisa para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Senadora Damares.

A Senadora Damares traduziu muito bem, realmente, o espírito deste grupo de trabalho. A gente tem muito essa preocupação do mundo real. Acho que o nosso Fellipe falou muito bem, nosso contador, sobre a preocupação com o mundo real, a hora de fazer, de botar a mão na massa.

Quando eu chego para fazer uma compra, Appy, com o meu cartão de crédito, boto na maquininha, tiro rapidinho, e já está resolvido meu problema. Agora, quando você bota o cartão e vai entrar num sistema que não existe ainda, que vai ver qual é o crédito que eu tenho – no supermercado, eu tenho 50 itens –, se eu tenho crédito, se não tenho para depois...

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, nós vamos fazer, inclusive nessa próxima... Já anunciando aqui, dia 20 de agosto, é a próxima reunião, e tem tanta gente que vamos fazer na terça e na quarta. É exatamente sobre o pagamento dividido, que é o objetivo aqui.

Então, já tem representante do Governo, da contabilidade... Tem muita gente boa aqui, e nós vamos fazer na terça à tarde e na quarta à tarde.

Tem vários convidados aqui, inclusive quem faz o sistema, porque tem o sistema do Governo, mas tem o sistema também dos operadores, que vai ter que adaptar isso, porque é diferente. Mas vamos discutir no dia 20.

Quero falar do objetivo desta primeira audiência, mas antes quero registrar que o Fernando Farias está com a gente aqui, o nosso Senador, e também o nosso querido Efraim, que estava na campanha.

Efraim, você que é um ícone aqui na área tributária, por favor, dê a sua contribuição aí.

O SR. EFRAIM FILHO (Para interpelar.) – Meu caro Senador Izalci, Senadora Damares, Senador Fernando, Senador Moro, que eu vi por aqui...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ah, o Moro está aqui também – viu, Moro? Desculpa.

O SR. EFRAIM FILHO – O Moro está ali também, na ponta esquerda.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Na ponta esquerda. Na minha direita aqui.

O SR. EFRAIM FILHO – E, claro, da nossa Bancada do União Brasil.

Quero saudar o Secretário Bernard Appy, o sempre Senador Roberto Rocha, e, em rápidas palavras, uma saudação, a presença aqui, é um gesto, Senador Izalci, como a Senadora Damares falou, o fator de estar aqui presente no Distrito Federal, em tempo integral. Não ter as eleições municipais, para não dividir esse foco, foi essencial na sua designação para coordenar esse grupo de trabalho, para que nos desse a exata tranquilidade de que será um trabalho bem-feito, bem conduzido, com quem tem *expertise* na área, contador...

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já dividi com o Senador Izalci outras missões. A primeira, do próprio grupo de trabalho da PEC, que tive a oportunidade de coordenar, e o Senador Izalci foi um dos grandes contribuintes das discussões que tivemos, sempre muito claro e transparente. São dois fóruns diferentes. A CCJ, com a relatoria do Senador Eduardo Braga, como foi na PEC, e a CAE numa missão de abrir esse espaço, gerar comunicação, diálogo, acolher propostas, e algo que é importante, que tem efetividade: na PEC, o maior número de emendas aprovadas saiu da CAE – foram 21 emendas sugeridas pela CAE, que foram acolhidas no relatório do Senador Eduardo Braga.

Então, esse fórum, como fez questão de enfatizar a Senadora Damares, é, sim, um ambiente de diálogo propiciado pela CAE, mas com efetividade para acolher as melhores sugestões, transformá-las em propostas de emenda e poder contribuir com um texto de melhor qualidade, porque é isto que nos une a todos: a vontade de aperfeiçoar. Não existem mentes brilhantes que, dentro de quatro paredes, consigam visualizar tudo. A oportunidade de dialogar – e é a isso que se presta o processo legislativo – é para trazer essas contribuições.

O tema de que o Senador Izalci falava há pouco, o *split payment*, foi um dos temas sobre o qual o Senado, em particular, se debruçou bastante, porque foi um tema que chegou da Câmara ainda um pouco incompreendido e se procurou aqui discutir para avançar nessa percepção.

Outro tema – tenho certeza da mesma forma e não vou me antecipar aqui no mérito – de que o Senador Izalci falou e foi objeto das falas é a questão do processo administrativo-tributário; ou seja, é ali onde está o contencioso. E aí eu e o Senador Izalci – a Senadora Damares também participou – temos aqui a Comissão de Modernização do Processo Administrativo-Tributário com nove PLs, com a participação ativa da Receita Federal do Brasil, da PGFN, da AGU e de outros órgãos da administração que participam desse debate. Então, eu acredito que serão debates que não se conflitarão, mas se complementarão e, em alguns casos, até se suplementarão para que a gente possa avançar, até porque é no contencioso em que está muito do custo Brasil, da burocracia.

Enquanto a PEC teve essa noção, vamos dizer assim, mais programática, promocional, diretrizes, princípios, balizar as discussões, agora a gente parte para os detalhes, e é nos detalhes em que mora o perigo. Por isso, toda a preocupação para avançar num modelo,

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci. De todas as discussões, Senador Moro, que nós tivemos aqui – claro que existem pontos de vista diversos; divergências fazem parte do processo –, agora tem uma convergência, tem algo com que praticamente todo mundo concordou: o atual modelo é obsoleto, é arcaico, é ultrapassado, só atrapalha quem quer produzir, joga-nos nas últimas posições do *ranking* do *in business* como um dos piores ambientes para se fazer negócio no mundo. Então, precisava, sim, haver uma mudança de modelo. Não inventamos nada – não é, Secretário Appy? –, fomos buscar no IVA aquilo que é praticado nas economias mais desenvolvidas do mundo.

Claro que no Brasil até para copiar dá trabalho. A gente foi buscar um IVA dual para atender a três níveis da Federação, e isso tem suas peculiaridades que precisam ser adaptadas, mas é do processo legislativo, foi esse o caminho escolhido, mas os princípios do IVA permanecem.

A nossa missão com essas leis complementares é chegar a esse consenso, melhorar o nosso modelo que, com certeza, é mais simples, menos burocrático e o mais importante: facilita a vida de quem produz. Reforma tributária não é para resolver a vida dos governos; reforma tributária é para facilitar a vida de quem produz, e é essa missão que esta Comissão terá.

Agradeço-lhes.

Conte comigo, Senador Izalci. Total confiança na condução de V. Exa. à frente desse grupo de trabalho pelo qual tanto me dediquei na PEC e contará comigo também neste momento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Senador Efraim.

Senador Sérgio Moro. Quero registrar a sua presença. V. Exa. também quer fazer alguma ponderação?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Só quero agradecê-lo e cumprimentá-lo pela iniciativa.

Acho que temos que discutir esses assuntos na CAE. Há muitos setores preocupados com a reforma tributária. E aqui não vai uma crítica, mas uma preocupação natural com a perspectiva

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de elevação da carga tributária. A própria professora, aqui, colocou o exemplo do transporte internacional. Todos os Senadores aqui, eu tenho certeza, têm recebido provocações dos mais diversos setores.

Precisaríamos ter um momento para discutir, perante a Comissão, Senador Izalci, quais desses pleitos se justificam por uma peculiaridade da regulamentação ou que podem gerar um impacto econômico significativo naquele setor e quais, eventualmente, não se justificam. Porque, claro, todo mundo quer pagar menos tributo. Esse é um movimento natural, desde que exista a relação Fisco-contribuinte. Mas existem algumas situações que, realmente, são preocupantes. Em particular, eu tenho recebido muitas provocações do setor imobiliário, de compra e venda, de locação e de arrendamento de móveis. Acho que a Comissão tem que se debruçar sobre isso.

No mais, é importante que a CAE estude esses temas para que nós possamos chegar com isso mais digerido quando for a votação, seja na CCJ, seja no Plenário ou perante as Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Só lembrando também que haverá uma reunião específica de toda a cadeia da construção civil.

Senador Fernando, alguma...

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Ah, Izalci, só para dizer que a CAE está muito bem representada por você e que não podemos ter pressa nessa... Agora que vêm os detalhes, não é? Para os detalhes não precisamos ter aquela pressa de aprovarmos hoje ou amanhã. Vamos dar um tempo para termos os detalhes bem passados.

É uma reforma que tem que vir – eu tenho um número aqui – para substituir uma reforma que hoje tem de contingência tributária R$6 trilhões. Então, tem que reformar, porque isso é um número muito grande. É um número que a gente vê que não tem sentido ficar com essa relação antiga. Então, só vem para melhorar. É isso aí.

O SR. EFRAIM FILHO – Permita-me só um aparte, Senador Fernando. Por favor.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pois não.

O SR. EFRAIM FILHO – Estou pedindo só um aparte porque é um tema que é correlato, Senador. Você também acompanhou de perto a discussão sobre a desoneração da folha de pagamento, que se espera que esteja, inclusive, presente na segunda fase da reforma tributária, que trata sobre patrimônio e renda. Mas, como autor do PL, do projeto da desoneração da folha de pagamento, quero comunicar – V. Exa. também já deve ter tomado conhecimento – que foi anunciado um acordo para que a gente consiga avançar, depois desse imbróglio que durou todo este ano, para que o PL possa avançar sem a necessidade, neste momento, do gatilho de aumento da CSLL, o que era uma demanda do Congresso Nacional. Porque sob a visão do setor produtivo, não adiantava dar com uma mão e tirar com a outra, não adiantava oferecer a desoneração e, por outro lado, encarecer o crédito com o aumento da CSLL.

Então, a gente espera que haja esse acordo, que seja levado ao Plenário, e que possa ser votado. Eu sei que, com V. Exa. ao meu lado, fizemos várias defesas na frente parlamentar do comércio, do setor de serviços, do empreendedorismo, da indústria, do agro. Todos os setores acompanham de perto essa discussão que tem a ver com a redução da carga tributária e com a valorização de quem produz no Brasil.

Era esse o aparte.

E agradeço ao Senador Fernando. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Senador Efraim.

A gente deve estar votando hoje. Deve estar na pauta já de hoje para amanhã a votação da desoneração com acordo, não é? Parabéns a V. Exa.

Eu só quero registrar, mais uma vez, a presença aqui também do Deputado Vitor Lippi, do nosso Germano Rigotto, que foi, inclusive, Governador do Rio Grande do Sul e Deputado por muito tempo, no início da discussão da reforma tributária. Estou vendo também aqui o Senador Armando Monteiro, que contribuiu muito com essa discussão da reforma tributária.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar rapidamente para a consideração final.

O Senador Roberto Rocha teve um problema e teve que sair, mas vou passar para o Dr. Bernard Appy, para fazer as suas considerações finais. Appy, agradeço a sua presença. Nós vamos precisar de você aqui durante muito tempo, porque o debate vai ser ponta a ponta; ali, na ponta do lápis, como eu sempre usei aqui, viu?

O SR. BERNARD APPY (Para expor.) – Obrigado, Senador Izalci. Acho que o diálogo é fundamental na construção de uma boa reforma tributária para o Brasil. Desse ponto de vista, quero elogiar o trabalho que está sendo feito aqui no grupo de trabalho da CAE.

Acho que não entraram muitas questões específicas. Algumas questões o Dr. Mauro Silva trouxe aí dizendo que a classe média vai pagar. Não é verdade. Eu queria deixar isso claro. O impacto da reforma tributária sobre a renda é muito maior em todas as classes sociais do que qualquer mudança de preços relativos. Então, acho que isso é muito positivo.

Acho que tem uma preocupação que apareceu muito aqui, Senador, a da questão operacional. Quero dizer que essa é uma preocupação nossa também. Já estamos trabalhando nisso. Na verdade, já estamos trabalhando em duas frentes: em uma frente operacional técnica e tecnológica; e, dentro dessa frente, uma é um subitem do *split payment*. Não é só o *split payment*. Tem várias outras questões importantes. Acho que isso vai ser detalhado aqui. Vai ter uma audiência específica sobre questões tecnológicas.

E já estamos trabalhando também na regulamentação. É óbvio que, para a regulamentação, vai depender do texto final aprovado. Mas, com base no que já temos hoje, já estamos trabalhando junto com estados e municípios no trabalho de elaboração do regulamento da reforma tributária, do consumo, para que, aprovado o projeto de lei complementar pelo Congresso Nacional, isso possa ser regulamentado, no prazo mais curto possível, indo muito na preocupação do Dr. Aécio de que haja tempo, sim, para que qualquer questão operacional tenha tempo para poder ser testada. A ideia é essa. A ideia não é nunca chegar e falar: "Ó, temos um sistema novo, que vai entrar em vigor amanhã". Não é assim que funciona. A gente sabe que não é. O ideal é fazer isso o mais cedo possível. Mas, como eu disse, temos aí até o ano de 2026 ainda como um período que permite alguma acomodação. Mas o ideal é até antes já poder estar com os sistemas o mais pronto possível. Eu acho que é isso.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há algumas preocupações da Dra. Carolina Brasil sobre a possibilidade de autuação de 5 mil municípios. Na verdade, a coordenação da fiscalização está no PLP 108, não está no 68. Mas não tem esse risco, não, tá? Quando tiver alguma fiscalização de uma empresa, pelo menos do lado do IBS, vai ter que ser uma só. E quem tiver interesse tem que participar conjuntamente desse processo de fiscalização. Não vai ter, para a mesma empresa, o mesmo fato gerador, 5 mil fiscalizações. Não tem esse risco. Eu queria deixar isso claro.

Se quiserem melhorar a redação, ótimo. Estamos à disposição para tudo. Eu acho que isso é importante. Na tramitação da Câmara, eu acho que até já melhorou em vários pontos a redação do PLP 68: ficou mais clara, em alguns pontos, do que o projeto mesmo que nós mandamos. Pode melhorar ainda no Senado, não tem nenhum problema, mas quero só dizer que essa possibilidade não existe.

A Senadora Damares – Senadora, prazer em encontrá-la aqui! – falou que é fundamental ter uma conversa pé no chão, e estamos 100% de acordo com isso.

Então, quero dizer que a minha Secretaria e o Ministério da Fazenda de forma geral, o Mombelli está aqui, mas acho que eu posso falar também em nome da Receita, nós estamos 100% à disposição para atender a todos os Senadores em todas as dúvidas técnicas que tiverem, com relação à reforma tributária.

E acho que, como eu comecei ao falar aqui, essa interlocução é absolutamente fundamental, Senador.

Então, estamos à disposição.

Acho importante, quando o senhor... Só um ponto. Eu acho que é importante. À medida que os senhores ouvirem o setor privado, ouçam também o Governo. Às vezes, a gente tem contas um pouco diferentes um de outro. Ouçam os dois, conheçam os dois e tomem a sua decisão!

A decisão é sempre política. Nós respeitamos as decisões políticas. Se me perguntassem: "Do ponto de vista técnico, o texto que foi aprovado é o ideal?". Para mim, não, não é. Do ponto de vista técnico, não é...

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARD APPY – ... mas é o texto possível politicamente, e nós respeitamos a política. Eu acho que isso é muito importante.

Agora é fundamental que as decisões políticas sejam tomadas de forma fundamentada. Eu acho que isso é o fundamental. A decisão política tem que ser respeitada. Nós a respeitamos. Quero deixar isso muito claro, mas eu acho que é importante que ela seja tomada de forma fundamentada.

Temos tentado fazer um trabalho técnico desde o início, com quantificação, com discussão técnica de alternativas. Tem muita discussão por trás desse texto que foi enviado para o Congresso Nacional. Ele não é um texto que foi tirado do colete, inventado do nada. Tem muita discussão técnica por trás dele, mas eu acho que é fundamental o diálogo para que as decisões sejam tomadas de forma mais fundamentada.

Mais uma vez, muito obrigado, Senador, pelo convite.

É muito importante esse diálogo entre o Legislativo e o Executivo se nós quisermos ter um sistema tributário melhor para o país.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Appy, eu é que agradeço e quero não só a presença de vocês sempre nas audiências, mas, se possível, que já nos encaminhem ou já se preparem com relação às questões desses dados.

Nós estamos pedindo para todas as atividades, todos os segmentos que estão questionando que nos apresentem dados, porque é o que nós queremos fazer. É o que eu disse no início: nós queremos ver o texto da Câmara, a proposta de mudança de cada parágrafo ou artigo e a justificativa, mas uma justificativa que tenha dados concretos, que a gente possa debatê-los realmente com vocês.

Então, já posso adiantar. Da construção civil, nós precisamos desses dados do Governo para a gente já confrontá-los. Nós vamos ter uma audiência específica da cadeia, toda a cadeia da construção civil, desde o loteamento até o aluguel, que é uma coisa que eu não entendo,

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque para mim aluguel sempre foi renda, não foi consumo. Não sei nem por que está nesse negócio. Mas, de qualquer forma, é uma questão sobre o qual nós temos que avaliar os números.

Da mesma forma, nós vamos ter uma audiência específica também da área de tecnologia, porque realmente a gente está num sistema que ainda está sendo feito e que tem reflexo também nas instituições. E também toda a cadeia de serviço, principalmente a de eventos, a gente acabou de discutir a questão do Perse aqui, mas tem toda essa questão dos eventos, dos bares, e restaurantes, essas coisas todas. Eu digo assim, para irem se preparando.

Eu quero até agradecer à Receita, que sempre disponibiliza os dados, mas agora a gente precisa confrontá-los, porque nós temos hoje... E pedimos isso, assim, com muita ênfase, para que os segmentos que nos procurassem apresentassem os seus números. E que eu possa chegar na Receita, chegar no Appy e dizer: "Olha, cara, apresente os seus para a gente debater realmente, porque nós queremos contribuir, mas com o mundo real". E o contador, coitado, porque a gente trabalha, trabalha, e quem ganha dinheiro são os advogados. (*Risos.*)

Mas os contadores são escravos do Governo, vocês sabem disso. E quem vai fazer tudo isso somos nós, não é? Nós é que vamos fazer. Vocês imaginam uma coisa maravilhosa, tudo bacana, mas, na hora de fazer mesmo... A Receita mesmo recebe tudo mastigado ali, os dados todos, não é?

Obrigado, Appy.

Senadora Margareth, V. Exa. quer fazer alguma fala? (*Pausa.*)

O Senador Fernando Dueire acabou de chegar.

Obrigado.

Eu sei que vocês estão acompanhando de perto isso.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para interpelar.) – Exatamente.

Boa tarde! É um prazer estar aqui.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ouvi um pouco do gabinete, mas a gente está recebendo muitos segmentos, muitos segmentos. Hoje foi... Olha, vou dizer uma coisa para vocês: tem uma relação imensa de segmentos. E é isso que eu digo: nós temos que pensar na vida real, não é? Uma coisa é o papel, outra coisa é a vida real, quando você traz a empresa para o mundo real... e é assim que ela tem que ser.

Eu já discuti com o Appy várias vezes. Então, eu nem vou mais discutir com ele. (*Risos.*)

Mas obrigada, obrigada por estar aqui, obrigada a todos que estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu só vou pedir aos Senadores e Senadoras – esses segmentos estão procurando todos os Senadores e Senadoras – que eles apresentem realmente os dados concretos, os dados, os números.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – A construção civil foi uma que trouxe dados de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Vamos confrontar com os dados do Appy, que são um pouco diferentes, mas vamos trabalhar nisso.

Você quer falar alguma...? (*Pausa.*)

Aliás, eu vou passar para as suas considerações finais. Aí, você já aproveita e já fala também, não é?

Então, Ana Carolina, suas considerações finais.

A SRA. ANA CAROLINA BRASIL VASQUES (Para expor.) – A única observação que eu gostaria de fazer é em relação... Então, já que no 108 realmente existe essa possibilidade do Comitê Gestor disciplinar essa atividade de fiscalização integrada do IBS, é uma preocupação que ainda não está disciplinada, mas esperamos que ocorra aí da melhor forma, mas que no PLP 68 não existe aquela previsão da possibilidade da fiscalização com aquele pequeno valor, porque aquilo ficou um pouco... Não está claro que é em relação a CBS e IBS, e aquilo talvez fique um pouco contraditório.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto de observação que eu não trouxe e que eu gostaria de destacar: o PLP 68, quando fala, em alguns momentos, sobre prazo, não fala em prazos em dias úteis; já, no PLP 108, que eu não quis entrar aqui, ele fala em dias úteis. Então, eu acho que seria importante ter esse alinhamento também para não ter nenhuma divergência e nenhum problema lá na frente.

Acredito que eu já tenha destacado todos os pontos que nós entendemos necessários. Essa necessidade da interpretação única no Comitê de Harmonização, obrigatória, o Fórum de Harmonização, com essa concentração de poder e podendo ser suscitado apenas pelo Ministro da Fazenda e pelo Presidente do Comitê Gestor, é um ponto de preocupação também. E essa questão da fiscalização, que o ideal seria IBS e CBS concomitantes, porque o fato de o IBS ter a fiscalização integrada não afasta o problema de uma fiscalização que vai gerar uma autuação diferente de CBS e IBS, que seria contrário à simplificação.

Eram esses os meus pontos.

Eu agradeço novamente.

Boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Ana.

Vou passar também para o Fernando Mombelli, que é o nosso Gerente de Projeto da Receita Federal.

Fernando.

O SR. FERNANDO MOMBELLI (Para expor.) – Só para agradecer a atenção dos senhores e dizer que essas audiências complementares que estão previstas com temas específicos vão esclarecer muito melhor a questão do modelo de apuração, do modelo tecnológico.

Lembro, como bem disse o Secretário Appy, que não vai haver instauração do modelo de apuração simplificado sem ter um programa piloto, sem ter um teste piloto, um teste piloto sério, inclusive com implementação gradual também do próprio *split payment*. Então, é algo que está sendo pensado do modo mais seguro possível, com participação das empresas, dos contadores, de todo mundo nesse processo.

Obrigado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem, Fernando.

Passo então... O Mauro está aí ainda?

Mauro, suas considerações finais.

O SR. MAURO JOSÉ SILVA (Para expor.) – Quero agradecer mais uma vez.

Quero agradecer o esclarecimento do Secretário Appy sobre a questão da classe média. Os eslaides da secretaria que ele representa, da Receita Federal sempre bem-feitos. A gente espera, de repente aqui, em homenagem a esta Comissão, que essa demonstração de que a classe média não sofrerá um tarifaço venha para cá de maneira bem didática, que a gente possa então esclarecer isso. Porque eu acho que a Comissão está aqui para esclarecer e eu tenho certeza de que a secretaria dele tem essa resposta. Vamos traduzir isso de maneira que todos nós possamos compreender, e essa demonstração com certeza irá tranquilizar todos nós. Vamos aguardar. Tenho certeza de que todos que nos ouvem aguardam isso.

Agradeço mais uma vez, Senador, a confiança. Colocamo-nos mais uma vez à disposição para outros pontos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Passo a palavra rapidamente também para o Fellipe Guerra fazer suas considerações.

O SR. FELLIPE MATOS GUERRA (Para expor.) – Senador, quero apenas agradecer e parabenizar pelo início dos trabalhos.

Eu acredito que... Eu tive a oportunidade de participar da CAE na discussão da PEC 45. O senhor estava aqui também presente, e eu recordo bem que algumas considerações da classe contábil foram levadas ao texto final, que culminou na promulgação da Emenda Constitucional 132. A nossa expectativa é que agora, novamente, as nossas contribuições possam aprimorar este momento da reforma tributária, buscando sempre trazer as discussões, como o senhor bem frisou, para o mundo real, para aquilo que, de fato, será aplicado, para que, de fato, nós possamos alcançar os objetivos da reforma, de simplificação e de racionalização.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é só para reforçar a contribuição dos profissionais da contabilidade, e nos mantemos à disposição dessas discussões.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Fellipe.

Nosso Presidente Aécio Prado.

O SR. AÉCIO PRADO DANTAS JÚNIOR (Para expor.) – De igual forma, Senador, quero colocar o Conselho Federal de Contabilidade e toda a contabilidade brasileira e o nosso grupo de trabalho da reforma tributária à disposição.

Já apresentamos hoje algumas propostas de emenda, inclusive com redação. Nós nos preocupamos realmente, como foi colocado pelo Secretário Appy, com todas as questões operacionais, com testes, mas a gente tem a certeza de que a Receita Federal fará esse chamamento para a classe contábil, para que a gente possa discutir toda a operacionalização desse processo, assim como já ocorre hoje com algumas obrigações acessórias que são implementadas e nas quais a classe contábil vem sendo ouvida e, quando não é ouvida – não é, Senador? –, a gente bate lá na porta e faz com que a gente possa manifestar toda a nossa preocupação.

Parabéns pelo trabalho e a classe contábil está à disposição da sociedade brasileira. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Aécio.

Vou passar então para a nossa querida Lina Santin para fazer também suas considerações finais.

A SRA. LINA SANTIN (Para expor.) – Obrigada.

Também gostaria de agradecer o tempo de todos e o convite aqui da CAE. É um prazer estar aqui.

Quero relembrar que a gente está vivendo realmente um momento muito importante para o nosso país. Há muitos anos tentávamos essa reforma tributária e finalmente ela foi aprovada

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela Emenda Constitucional 132, com muito mérito, e agora dentro da Casa aqui com essa implementação via lei complementar.

Um aspecto bem importante que eu tenho falado também, e que sei que é uma preocupação aqui da Casa, é com relação à alíquota e à carga tributária como um todo. Acho que é importante lembrar que a gente já tem essa carga tributária, que a ideia é só realmente substituir os atuais tributos e manter a arrecadação atual de acordo com a trava inclusive que foi colocada na emenda constitucional aqui por esta Casa.

Então, apesar de assustar muito essa alíquota de 26,5%, é importante que a gente tenha transparência sobre o que a gente está pagando, porque hoje a gente já paga isso muitas vezes e muito mais, dependendo do item que estamos consumindo, e não há transparência, não há qualquer consciência dos nossos cidadãos a respeito disso. Então, além de a gente estar contribuindo pela melhoria do ambiente de negócios, nós também estamos inaugurando uma nova era na tributação sobre o consumo no Brasil, que é trazer transparência, que é permitir a evolução da nossa cidadania fiscal, é fazer com que cada cidadão comum saiba exatamente quanto está pagando sobre qualquer item que está consumindo, então, esse é mais um ganho e, talvez, do aspecto da cidadania, o maior ganho que essa reforma está trazendo.

É importante lembrar que os 26,5% não é a reforma que está trazendo, na realidade a reforma só está dando transparência para a carga tributária que já existe hoje.

Essa era a minha fala final, Senador, muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Lina.

Tem a questão do serviço, que não é bem essa carga, mas isso é uma compensação geral.

Mas eu queria, meu querido Appy, porque foi colocado aqui já – se você pudesse já fazer um trabalho sobre isso – a questão das Santas Casas, porque, realmente, como elas são imunes à tributação e não podem aproveitar os créditos, elas vão ter problemas com relação ao custo aí, então, isso inclusive é ruim para o Governo.

São pontos assim que a gente vai discutir depois em cada item.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só lembrando que na próxima reunião, do dia 20 de agosto – vão ser dias 20 e, também, 21, são duas, vamos ter duas audiências, dia 20, às 14h, e 21, às 14h –, nós vamos falar sobre a não cumulatividade plena do CBS e do IBS, as indevidas restrições veiculadas no PLP nº 68 e a questão do pagamento, tudo isso dividido com vários expositores de várias representações, então, estão todos convidados.

Acho que em cada ponto desse vai ser muito importante a gente trazer os números do Governo, já traz os números para a gente também já apresentar aqui.

No mais, eu quero agradecer a presença de cada um de vocês todos que compareceram a esta audiência.

Nada mais havendo a tratar, então, eu declaro encerrada a presente de reunião.

Obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 27 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9882717363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e nove minutos do dia vinte de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Sergio Moro, André Amaral, Jader Barbalho, Giordano, Castellar Neto, Vanderlan Cardoso, Otto Alencar, Omar Aziz, Augusta Brito, Sérgio Petecão, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Humberto Costa, Flávio Arns, Rosana Martinelli, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Ciro Nogueira, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Beto Faro e Dr. Hiran, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Irajá, Angelo Coronel, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Zenaide Maia e Flavio Azevedo. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 66/2024 - CAE, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Finalidade:** Debater a não cumulatividade plena da CBS e do IBS (art. 156-A da CF/88) e as indevidas restrições veiculadas pelo PLP 68/2024 (art. 28, § 2º, I e art. 30, exemplificativamente), e o mecanismo do splitpayment ("pagamento dividido"). **Participantes:** Sr. Márcio Schuch Silveira, Representante do CFC - Integrante do Grupo de Estudos para acompanhamento da Reforma Tributária do CFC; Sr. Diogo Chamun, Diretor de Políticas Estratégicas e Legislativas da Fenacon; Sra. Mary Elbe Queiroz, Pós-Doutora pela Universidade de Lisboa, Doutora pela PUC-SP e Mestre em Direito Tributário; Sr. Hugo de Brito Machado Segundo, Doutor em Direito, Advogado e Professor da Universidade Federal do Ceará; Sra. Melina Rocha, Consultora internacional e especialista em IVA; Sr. Moisés de Sousa Carvalho Pereira, Procurador-Geral Adjunto Tributário; Sr. Marcos Flores, Auditor Fiscal Receita Federal do Brasil (RFB); e Sr. Lucas Ribeiro, Advogado Tributarista, professor de Direito Tributário e CEO da ROIT. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/20

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de agosto de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a não cumulatividade plena do CBS e do IBS, art. 156-A da Constituição Federal, e as indevidas restrições veiculadas pelo PLP 68/2024, art. 28, §2º, inciso I, e art. 30, exemplificativamente, e o mecanismo do *split payment*, pagamento dividido, em relação ao Requerimento 66, de 2024, da CAE, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso.

Nós vamos fazer duas mesas, porque nós temos hoje oito expositores.

E, antes de chamá-los aqui, eu só quero reforçar mais uma vez o objetivo principal dessas audiências. Nós já marcamos todas as terças e quartas, até dia 22, que é a data da entrega do relatório, e já estão tomadas para os seus expositores. A procura é muito grande, sinal de que as pessoas estão fazendo as contas agora, pelo jeito, e vendo o reflexo disso, porque, de fato, o projeto é maravilhoso na academia, teoricamente; agora, no mundo real, a gente precisa definir bem claramente isso.

Então, reforçando, o que nós precisamos fazer aqui? Nós queremos, assim: "Olha, o texto da Câmara é esse, a proposta de mudança é essa e as consequências se a gente não conseguir mudar". Uma coisa bem objetiva, com dados inquestionáveis, porque a Receita vai questionar todos os

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dados. Então a gente tem que ter aqui dados concretos. O objetivo não é discutir aqui a teoria da reforma tributária; isso aí já está superado. A gente tem que fazer de uma forma muito objetiva e muito clara. E eu quero, assim, que o Senador pegue a emenda e diga: "Caramba, realmente eu preciso votar nessa emenda porque não pode continuar assim". Então tem que ser uma coisa muito com o pé no chão, vamos dizer assim.

Por isso é que eu fiz questão de chamar os contadores também para participarem dessas audiências, porque, no fundo, no fundo, quem paga a conta, quem vai fazer tudo isso são os contadores. E aí a coisa fica, muitas vezes, inviável.

Então eu já convido aqui para participar da mesa da primeira rodada:

– o Sr. Márcio Silveira, que é o representante do Conselho Federal de Contabilidade, integrante do grupo de estudos de acompanhamento da reforma tributária do Conselho Federal de Contabilidade. Márcio, que bom que você está aí, muito bom. Sei que vai pegar realmente e botar a mão na massa, não é?

– o Sr. Diogo Chamun, Diretor de Política Estratégica e Legislativa da Fenacon, que é a federação nacional de contabilidade também. Como é que está você? Tudo bem? Vejam que a gente está bem municiado aqui com quem vai tocar a coisa para funcionar.

– a Sra. Mary Elbe Queiroz, que é pós-Doutora pela Universidade de Lisboa, Doutora também pela PUC de São Paulo e Mestre em Direito Tributário. Mary, tudo bem? Como é que está você? Tudo bem? Seja bem-vinda!

– e também o Sr. Hugo de Brito Machado Segundo, Doutor em Direito, Advogado e Professor da Universidade Federal do Ceará. Tudo bem, Hugo?

E, na próxima rodada aqui, quando eles terminarem, nós vamos falar com a Melina Rocha, que é consultora internacional e especialista no IVA; o Moisés de Sousa Pereira, que é Procurador-Geral Adjunto Tributário; o Marcos Flores, que é Auditor Fiscal da Receita Federal; e o Lucas Ribeiro, que é Advogado tributarista e também Professor tributário.

Então, acho que está bem representado aqui este dia de hoje. Amanhã a gente continua ainda nesse tema, que é um tema preocupante e relevante que nós queremos debater bem claramente.

Então, sem mais delongas, eu vou passar logo... Eu vou passar na ordem inversa aqui, dentro desses quatro aqui... (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, vamos chamar na ordem.

Primeiro o Márcio Silveira, que é representante do Conselho Federal de Contabilidade.

O SR. MÁRCIO SCHUCH SILVEIRA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Inicialmente quero cumprimentá-lo, Senador, e agradecer o convite.

Seguirei as orientações definidas no início desse trabalho, indo direto aos pontos principais que nós destacamos.

Bom, inicialmente eu quero dizer para vocês que este é o olhar desse trabalho. E aqui eu vou já antecipar que farei destaque em três pontos, Senador, que entendemos ser bastante relevantes no que se refere realmente ao modelo de pagamento e também à questão da não cumulatividade, observando, é claro, os princípios que já estão definidos lá da nossa reforma.

Eu iniciarei com o *split payment*, que eu acho que é um ponto bastante relevante para todos nós, e aqui é um olhar realmente de quem lê o texto e tenta imaginar como isso vai funcionar na prática. Então, eu trago para vocês aqui alguns pontos.

É apresentado por todos que elaboraram essa reforma os pontos positivos do *split payment:* redução de inadimplência, simplificação do processo, avanço no desenvolvimento econômico, e sempre também são colocados, faça-se justiça, possíveis desafios na implementação. E eu destaco aqui os possíveis desafios, porque esse é o ponto principal da minha apresentação.

Se puder passar aí para mim, porque eu acho que não... É para cá? (*Pausa.*)

O.k.

O ponto um, que eu quero colocar para vocês, é uma avaliação que precisa ser dita: melhoria para administração tributária. Eu acho que isso é inquestionável. A gente pode verificar a própria celeridade da arrecadação no momento da operação, mas é preciso constatar também que se vai gerar um maior encargo para os contribuintes. De uma forma muito simples, eu posso dizer aqui para vocês que hoje a apuração dos tributos, pensando em ICMS, ISS, PIS e Cofins, está relacionada à nota fiscal. E aí nós temos dois pontos: crédito, nota de entrada – então, a partir da nota a gente tem o crédito –; e o débito é a nota de saída. São os dois pontos principais que geram a apuração do tributo.

Com o modelo do *split payment*, nós passamos a ter outros eventos que irão compor também essa, entre aspas, "apuração", como eu vou chamar aqui, porque aqui há um outro ponto

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante a destacar: nem toda movimentação será financeira por meio eletrônico. Existem outras formas também de as empresas terem seu recebimento. E, por isso, vai-se exigir do contribuinte um controle que hoje ele não faz, que é a vinculação de pagamentos com a nota fiscal. Eu vou dar um exemplo prático disso para vocês. Nós temos, no Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, a implementação da obrigatoriedade de o cartão de crédito ser vinculado à nota fiscal, que já é o primeiro tubo de ensaio do que seria um *split payment*, porque hoje, atualmente, na maioria das operações, não existe essa vinculação entre nota fiscal e pagamento. Já no cartão de crédito, a administração tributária buscou esse primeiro avanço, que é vincular a operação de cartão de crédito ao momento da emissão da nota. Então, nós temos, na prática, que, na hora em que o varejo faz a venda hoje, ele precisa ter a sua máquina de cartão de crédito vinculada ao sistema de emissão de nota fiscal, o que obviamente favorece a administração tributária no seu acompanhamento, mas traz um encargo para o contribuinte, primeiro, pela questão do sistema e, segundo, com a limitação desse processo em algumas operações. E aqui eu quero trazer exemplos bem práticos para vocês, porque é o que se vivenciou e está se vivenciando lá no Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, com a implementação desse modelo.

Senador, ainda existem varejos que fazem venda no crediário, em que a pessoa vai lá, leva a mercadoria e vai fazer o pagamento em um momento posterior. No momento em que você está na loja e pega mercadoria, você a leva com a nota fiscal, e não necessariamente naquele momento há detalhadamente a informação de pagamento. Existem também algumas vendas que não são em instrumentos eletrônicos, como a própria venda em dinheiro, e alguns dos pontos que dificultam esta vinculação. Um exemplo prático também é a questão de uma tele-entrega. Quando a gente pede uma *pizza* em casa, pede um hambúrguer, normalmente o entregador vai com o equipamento para o pagamento com cartão de crédito e é preciso que, naquele momento, já tenha também a emissão da nota fiscal. Ela não pode ser emitida antes do pagamento, quando a pessoa da loja fez o pedido e saiu, e depois com cartão de crédito, porque ali não tem vinculação direta. Então, na prática, hoje existe uma alternativa, que a Fazenda do estado utiliza, que é um meio de redundância em que posteriormente se registra o pagamento.

Então, aqui é um ponto que eu trago para vocês de uma forma muito clara. Sim, *split payment* traz benefícios para a administração tributária, mas nós temos, sim, desafios, enquanto contribuintes, em fazer esse controle que hoje objetivamente não é feito, de nota fiscal vinculada a pagamentos. Não necessariamente toda a operação vai ter isso definido no momento da emissão da nota fiscal, em algumas operações isso pode vir a acontecer depois. E aqui eu não tenho para vocês a solução. Eu deixo a pergunta, e vamos acompanhar aqui também aqueles que

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão trabalhando no projeto do *split payment*. Não é um posicionamento contrário, é um alerta trazendo alguns pontos que precisam ser esclarecidos nesse projeto, porque aqui nós estamos vendo realmente a questão prática do *split payment*.

Além disso, varejo com diversos produtos, alíquotas diferenciadas, alguns com isenção e pagamentos em momentos distintos. Então isso teria que ter uma proporção. Naquele momento, retém quanto de tributo? Isso é tributado, isso não é tributado. Enfim, são alguns desafios que nós entendemos que precisam ser esclarecidos.

Além disso, eu quero trazer um outro alerta também, que é sobre a questão do acompanhamento disso pelos contribuintes. Os contribuintes vão precisar, sim, isso está no texto... Está prevista lá a disponibilização do acesso aos contribuintes para a vinculação de notas fiscais e pagamentos para saber o quanto já foi apropriado de crédito, o quanto já foi apropriado de débito e por quem. Isso é relevante, isso é importante, mas observem que, de uma forma muito simples, a gente já identifica aqui que o volume de dados e volume de operações com que a Receita Federal – ou o sistema do ambiente da nota fiscal – vai ter que trabalhar é muito maior do que hoje já trabalha. E hoje nós já temos algumas dificuldades de acesso a esse sistema, que ainda não faz esse agregamento do pagamento, esse controle adicional.

Então, a pergunta é: como resolveremos isso operacionalmente também, para que a gente não tenha algumas limitações como, por exemplo, nós já vivemos hoje, como o próprio sistema do Serpro e da Receita Federal como projeto? E a gente entende os argumentos da Receita: "Olha, o volume de informações é muito grande, nós temos que investir muito em sistemas", a ponto de cobrar acesso à consulta de notas fiscais, dependendo do volume daquele que está fazendo acesso". E a gente já discutiu isso diversas vezes e entende o propósito disso, mas, mais uma vez, se nós estamos partindo da premissa que o volume de dados vai aumentar de forma significativa, que a necessidade de o contribuinte ter acesso às informações é importante, como que nós iremos superar isso sem que o encargo venha para o contribuinte, que tem que, em alguns casos, inclusive, fazer um pagamento ao Serpro ou a algum outro provedor dos sistemas de apuração de tributos para ter acesso a essa informação? Esse é mais um questionamento que a gente deixa aqui.

Por fim, colocamos então para isso, Senador, uma proposta, a proposta 1, que é a maior participação da sociedade nas mudanças. Em que sentido? No sentido de inseri-la. Aqui já está o texto que nós estamos colocando: quando nós falamos lá da harmonização do IBS e da CBS, a participação do Conselho Federal de Contabilidade quando for discutido o tema obrigação

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acessória. Nós entendemos que isso é importante, e é importante no momento da reunião do conselho. Não é importante – também é importante, mas menos importante – isso depois, porque muitas vezes a gente acaba sendo comunicado e informado. Mas, quando o assunto for discutido, quando a pauta for obrigação acessória, mesmo como convidado – e não estamos pedindo aqui necessariamente voto nesse conselho –, a participação para que, no momento da reunião, da assembleia, a gente possa levar os nossos argumentos, a gente possa sensibilizar o conselho, e, se ele entender que os nossos argumentos são válidos, acatar as nossas decisões ou sugestões, porque, depois de tomada a decisão, é muito mais difícil voltar atrás, é muito mais difícil voltar à obrigação acessória.

E a gente tem inúmeras situações como essa que poderíamos elencar aqui, mas eu me dispenso, Senador, e me coloco obviamente à disposição, porque a gente sabe que isso seria relevante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO SCHUCH SILVEIRA – Estou me encaminhando para o encerramento.

Então, aqui a questão das obrigações acessórias; está aqui o texto da participação no Comitê de Harmonização.

E, por fim, eu quero trazer para vocês mais dois pontos, rapidamente aqui, Senador. Estou acelerando aqui para tentar cumprir o tempo.

Nota fiscal de serviço eletrônica. Nós não identificamos, no texto legal, uma obrigatoriedade de que os municípios façam adesão ao ambiente nacional. Tem uma obrigatoriedade de usar o modelo do ambiente nacional, mas não utilizar o ambiente. E ainda se permite que os municípios possam ter sistemas próprios de emissão de nota fiscal. Isso é um grande problema, na nossa leitura. Na ponta, lá na base, isso causa uma situação em que prefeituras têm sistemas precários e mudar um sistema, mudar a contratação, mudar a licitação... Nós entendemos que o sistema nacional é o ideal, esse tem que ser utilizado, e é preciso, nesse momento, já colocar isso com uma força mais coercitiva do que deixar que os municípios possam fazer essa escolha, porque a gente sabe que, na prática, isso vai prejudicar o ambiente econômico e a evolução desse sistema.

Por fim, realmente, Senador, aproveitando aqui os dez minutos com todo o tempo possível, aquilo ali já são os textos que nós vamos deixar aqui para vocês. O ponto três é sobre a não cumulatividade. Aqui eu trago uma análise: o impacto da não cumulatividade para as empresas do Simples. E eu sei que o tema Simples não é pauta desta reunião, mas não cumulatividade é, e,

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no texto onde nós tratamos a não cumulatividade dos créditos, há a previsão de possibilidades de crédito presumido para determinados setores. E eu deixo aqui uma sugestão: que um setor específico da nossa sociedade, que são os pequenos prestadores de serviços, que no texto, como estão, têm que escolher...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO SCHUCH SILVEIRA – ... entre estar no Simples e estar no sistema geral, poderiam fazer uma opção híbrida e não impedir que eles sejam contratados por grandes empresas; porque aqui tem um dano ao ambiente econômico, uma dificuldade às pequenas e médias empresas que a gente pode superar com um pequeno ajuste, com a criação desse crédito presumido, que, na nossa leitura, tem pouquíssimo impacto em termos de arrecadação dos tributos.

Então, Senador, são três pontos – procurei ser o mais objetivo possível aqui para cumprir o tempo – que nós entendemos bastante relevantes e que irão, sem dúvida nenhuma, contribuir com esse processo.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Márcio.

E lembro que essas apresentações estarão disponíveis depois na página da Comissão.

Vou passar agora, então, para o Diogo, que é também Diretor de Políticas Estratégicas e Legislativas da Fenacon.

O SR. DIOGO CHAMUN (Para expor.) – Muito boa tarde a todos.

Inicialmente, também eu quero parabenizar o Senador pela iniciativa e também agradecer a oportunidade de a gente estar aqui trazendo um pouquinho as nossas preocupações e também algumas reflexões.

Eu também, Senador, vou tentar ser o mais objetivo possível.

O que o CFC traz, a gente trabalha em conjunto, então não vou ficar redundando. Então, a gente vai tentar avançar aqui no que for mais...

Então, do *split payment* já foi falado. A gente pode perceber que, nos objetivos, ele é muito eficiente na questão de arrecadação, sonegação, transparência, e a simplificação a gente também

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entende que sim. Só tem que ver esse custo de implementação, o que vai envolver isso, tanto para o poder público, para o agente fiscalizador, quanto para a iniciativa privada. É uma questão que nos traz um pouco de receio, até pelo desconhecido, de que maneira, de que forma essa implementação se dará. A gente traz aqui algumas visões de fora deste modelo. E nós percebemos que – sem precisar fazer leitura – as implementações ou são setorizadas ou são direcionadas, não como está sendo proposto aqui no Brasil de fazer de uma forma ampla para todos.

Diante disso, a gente entende ou propõe – isso está no material que fizemos em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – direcionar o contribuinte que estiver enquadrado na condição de devedor contumaz, porque se vai atacar diretamente essa questão da omissão, do débito, então seria bem certeiro nesse movimento. E, também, em segmentos que têm um índice de fraudes mais elevados, aí, sim, atuar direto no foco, e não precisar, de repente, numa virada de chave, colocar todas as empresas, todos os setores nessa questão de incerteza, com todas as preocupações que o Márcio trouxe aqui para nós.

Então, seria uma ideia, um caminho nesse sentido.

Outro aspecto que nos preocupa: a gente também entende a questão de que esse pagamento dividido vai fazer controle sobre esse aspecto do crédito do fornecedor da etapa anterior, mas é uma outra forma de controle, como o Márcio bem colocou. E aí nós temos que voltar à origem, Senador. Essa reforma... E aqui eu represento a Federação das Empresas de Serviços Contábeis e, em todas as empresas de contabilidade do Brasil que nós representamos, nós estamos no meio dessa burocratização, desse sistema tributário complexo, que é de conhecimento de todos. Então, a gente defende com unhas e dentes essa questão da simplificação como premissa principal da reforma, e me parece que esta é a linha de todos os segmentos. A gente não pode se afastar disso de forma nenhuma. Então, em qualquer movimento que se faça, qualquer medida que se tome dentro das regulamentações – já que a emenda constitucional já está aprovada aqui, não há o que fazer –, precisamos buscar sempre o sentido da simplificação, ou não ir de encontro, nós não podemos contrariar a simplificação. E aqui estaríamos criando mais um controle, colocando o contribuinte a fiscalizar o seu fornecedor. Entendo que o *split payment* vai fazer esse acompanhamento da grande parte, mas tem operações que, mesmo que mínimas, não farão parte do *split payment*, como operação em dinheiro e cheque, e também há que se ter um controle, porque a gente não pode delegar toda apuração da nossa empresa, dos nossos tributos a um controle automático. A gente precisa ter esse tipo de controle. E isso nos preocupa, porque pode estar gerando uma necessidade interna das empresas perante esta apuração.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também na questão do uso e consumo pessoal, ali nós temos, no PLP, o art. 30... A emenda constitucional proibiu, então, a geração de crédito para os bens e serviços de uso e consumo pessoal, mas o PLP 68, no art. 30, excetuou algumas atividades importantes, o aqui a gente saúda, porque realmente fazem parte da operação da empresa – entendemos justo gerar o crédito –, como uniformes, fundamentos, EPI, serviços de saúde, planos de assistência, vale-transporte, vale-refeição, isso já... Vale-transporte não, desculpa; vale-refeição, vale-alimentação. Isso, então, já está contemplado, permitindo geração de crédito. O que a gente propõe? Que se avance um pouquinho mais – e não é muito –, porque são também despesas, gastos vinculados à operação da empresa a parte de capacitação e também os deslocamentos, que são despesas totalmente ligadas à questão da operação da empresa.

Também, na linha do que o Márcio colocou, quando falamos de não cumulatividade plena, a gente precisa falar do Simples Nacional – e aqui eu só vou reforçar a fala dele –, porque aqui a gente está falando de um universo muito grande de empresas, a grande maioria das empresas no Brasil. E essas empresas que já têm um dispositivo, um tratamento diferenciado benéfico na Constituição estão sendo colocadas numa situação de opção. Então, ou elas permanecem como são, sem aderir ao novo modelo – e por conta disso gerariam um crédito proporcional nas vendas no meio da cadeia –, e isso tiraria a competitividade dessas empresas, porque, afinal de contas elas vão gerar um crédito menor – crédito é dinheiro –, ou elas optam pelo novo modelo e vão, a partir daí, apurar em dois sistemas. Está muito longe de ir ao encontro da simplificação apurar dois sistemas, dois modelos – um seria dos tributos remanescentes do Simples e o outro os tributos contemplados do IBS e da CBS – paralelamente.

Então, não entendemos isso ser uma medida salutar, até por se tratar das pequenas empresas, empresas que têm uma dificuldade maior de estrutura, de orçamento, e trazem um resultado. Vamos lembrar, Senador, que, em 2006, foi o início de uma grande reforma tributária o Simples Nacional, que deu supercerto. Então, daqui a pouco, essa medida pode estar trazendo uma situação prejudicial. E aí entendemos que isso tinha que ser revisto para não trazer um desequilíbrio tanto na questão econômica para essas empresas ou de burocratização. Eu não estou nem entrando aqui na questão de, em se aderindo ao IBS e à CBS, um eventual aumento de carga tributária. Eu não estou entrando nesse aspecto, mas há de se fazer cálculos e a tendência é que isso ocorra também.

Também, dando uma reforçada aqui na questão da não cumulatividade plena, no setor de serviços, isso é amplamente discutido, debatido, acho que é pacífico a todos. Então, com

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações que temos, os aumentos são muito expressivos, e me parece uma coisa muito clara no sentido de que, se nós pegarmos atividades de características diferentes – aqui a gente pode comparar com o setor da indústria, por exemplo –, há uma mesma alíquota por uma estrutura de creditamento totalmente diferente, em que a indústria tem desde a matéria-prima, beneficiamento, frete, outras tantas despesas, mais as despesas que estão permitidas a partir da emenda constitucional da reforma, e as empresas do Simples não, pagando uma mesma alíquota.

Então, essa simulação é muito conservadora, considera que 40% do que a empresa fatura é direcionado à folha de pagamento e seus encargos. Simulou-se que 20% do que fatura fica como resultado, e o restante dos 40, de despesas que geram crédito. Convenhamos, é bem conservadora, é bem pró-Fisco essa comparação. E, mesmo assim, em relação ao que temos hoje, seria um acréscimo expressivo de 7 pontos percentuais na alíquota e um aumento de 40% com toda essa estrutura conservadora.

Aqui, nesse aspecto, em termos de proposição, talvez um crédito presumido, talvez um crédito em função da proporção da folha de pagamento, assim como é o fator R do Simples Nacional. Então, nós teríamos essas possibilidades, já que me parece que a alíquota a gente não consegue avançar por questões legais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIOGO CHAMUN – Então, Senador, eram essas minhas contribuições. Eu tentei esse objetivo, porque senão ia redundar com a apresentação do CFC, com o qual a gente trabalha em conjunto em várias frentes.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Diogo. Muito bom. Vocês vão ver o quanto é importante a presença dos contadores aqui nesse debate, porque eles é que vão fazer tudo isso.

Passo imediatamente a palavra, então, à Sra. Mary Elbe Queiroz, que é a nossa Pós-Doutora pela Universidade de Lisboa, Doutora pela PUC de São Paulo e Mestre em Direito Tributário.

A SRA. MARY ELBE QUEIROZ (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Quero dizer da grande honra de estar aqui nesta Casa. Sempre que eu venho ao nosso Congresso, eu fico feliz e renovo a esperança de que aqui nossos pleitos sejam ouvidos e sejam considerados, porque até agora nós tivemos preocupações com a arrecadação, com a

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administração tributária, com a fraude, o que é muito justo, apesar de que fraude se combate com o aparelhamento da fiscalização, com modernização e não com mudança no sistema tributário, e ninguém até agora pensou no pagador do imposto. Nós não somos contribuintes, somos pagadores de imposto por conta de uma obrigação.

Obrigada, Senador, por essa oportunidade, Senadora, nosso Deputado Lippi.

Quero colocar para vocês as seguintes questões. Já foram colocados os princípios que devem alimentar qualquer norma, qualquer questão relativa à regulamentação: simplicidade – essa foi a promessa que foi feita ao povo, foi feita a esta Casa. Então, tudo o que for feito tem que ser nesse sentido. Não podemos ter uma regulamentação que vá complicar a vida do povo, do pagador de imposto. E pagador de imposto é todo mundo.

O primeiro ponto, que já foi tocado pelo colega – e foi bom, porque hoje nós temos aspecto bem prático de quem vai estruturar realmente e aplicar –, é a questão do condicionamento do crédito. Esse é um dos pontos mais frágeis da reforma tributária. Ele vai contra o princípio que seria a não cumulatividade plena. E aqui eu já quero, de imediato, distinguir do *split payment*. *Split payment* é o pagamento, é exatamente a segregação entre fornecedor e Receita Federal e comitê gestor. Isso é uma coisa – aqui nós esperamos que tenha um sistema moderníssimo, com uma tecnologia eficientíssima, para resolver essa questão –, mas o condicionamento ao pagamento é um outro tema, ou seja, qual é o fundamento da não cumulatividade? É que da indústria à distribuidora, até o consumidor final, seja compensado. Não vou entrar na questão do uso e consumo próprio, porque o que me interessa são situações práticas. Compra à vista: é pago o tributo. E venda a prazo? Tem crédito e não tem débito. Esse crédito vai ficar acumulado – como hoje já existe essa acumulação – e sem prazo de devolução.

Um outro ponto também bastante sensível...

Senador, desconta aí o tempo, porque esse negócio está demorando aqui.

Compra a prazo não tem crédito e venda à vista tem que pagar o tributo. Ou seja, isso vai afetar o fluxo de caixa, sim. E aí me parece o seguinte: isso vai se assemelhar muito a quê? Quando você compra à vista e já paga... A nossa antecipação de tributo, que já existe hoje, é o cancro do nosso sistema tributário, que é exatamente a acumulação de crédito que depois ninguém devolve. E aqui não tem prazo, porque o prazo de três dias é no *split payment*, certo? Então, isso aqui teria que ser alterado, porque vai ter um impacto muito grande.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão: se o contribuinte discordar do valor que foi apurado, ele ou paga, ou entra com um mandado de segurança?! Espere aí, um dos objetivos era evitar a litigiosidade. Então, estão se abrindo portas e mais portas, porteiras, exatamente no sentido da litigiosidade. E aí, como advogada, eu até gostaria de muitos processos, mas aqui é a cidadã, a professora, que está querendo aperfeiçoar o sistema, para que ele atenda à promessa de quê? De simplificação, de melhoria, de atrair investimentos e de gerar empregos.

Prosseguindo aqui, o condicionamento ao pagamento tem a seguinte questão: afeta o fluxo de caixa das empresas, sim. Veja, não é o *split payment*... Menino, onde é que eu boto esse negócio que não... Aí.

Acúmulo de crédito nas empresas, e aqui é interessante. Os estados se preocuparam tanto com a arrecadação, mas, nesse caso aqui, eles vão ser afetados também. Por quê? Porque, na arrecadação, o pagamento vai direto para o comitê gestor, e ele vai esperar exatamente que haja o débito para compensar. Então, isso precisa ser corrigido, e essa é a oportunidade de a Casa ajustar.

Retira valores do giro da economia e se assemelha muito à questão do regime de antecipação, que é a coisa mais absurda que nós temos hoje.

Muito bem. Qual é o outro alerta? Já foi tocado pelo colega aqui, mas veja só: o fornecedor adquirente foi transformado em fiscal. Ora, se é para simplificar a vida dele, para ele se concentrar no negócio, como é que ele vai ser responsável? E aqui é muito mais grave. Ele vai ser um fiscal do recolhimento, tanto no *split payment*... Aqui, ele diz: não afasta a responsabilidade do sujeito passivo.

Então, veja só: o cara lá faz a opção por fazer o recolhimento, e eu, que sou a empresa, não recebo porque ele vai fazer o recolhimento. E aí eu tenho que ficar preocupada se ele fez, porque, se ele não fez, eu vou ser responsabilizada por algo que eu nem recebi. Então, veja que isso aqui é uma sistemática para simplificar e para facilitar, e aqui está punindo. E aí você vai chegar ao ponto de ter alguém que não recebeu o valor e vai ser responsabilizado por essa cobrança desse tributo.

Recolhimento pelo adquirente. Tem lá também no §2º: o adquirente é solidariamente responsável. Não pode! Se a lei dá a opção, ele não pode ser responsabilizado. É questão de fiscalização. Então, isso aqui vai contra o objetivo central, que era simplificação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja, não sou contra a reforma; a reforma já foi. O que eu quero trazer aqui são pontos de reflexão sob pena dessa sistemática, quando implantada – não sei se os colegas concordam... Daqui a cinco anos, Senador, ou estaremos aqui debatendo a nova reforma, ou estaremos todos reclamando de que ela não atendeu.

Então, veja, limitação do poder regulamentador. Se a gente olhar, aqui diz: compete ao comitê gestor, ao Poder Executivo regulamentar. Gente, se esse poder for ilimitado como está, nós vamos ter a realidade atual.

Por que o PIS e Cofins têm milhões de processos no Judiciário? Porque, a cada medida provisória, aparece um ajuste no PIS e na Cofins, e isso causa problemas. Eu sei que o Estado precisa arrecadar, precisa de recursos, mas precisa ser transparente, que é o outro princípio, e não punir o bom pagador de imposto com mais obrigações.

Vejam só: recentemente, agora em maio, saiu uma lei – a 14.873 – limitando compensação de créditos. Então, se nós dissermos: "Vai poder regulamentar do jeito que quiser, como quiser", isso vai acontecer frequentemente e, em vez de 39 milhões de processos e R$5 trilhões em litígio, vamos ter muito mais com relação a isso.

Legislação PIS-Cofins é a legislação mais prostituída que existe. Eu não conheço uma medida provisória que não tenha uma alteração de PIS e de Cofins. Então, aqui precisa haver um limite a esse poder regulamentador. (*Pausa.*)

Menino, este negocinho aqui...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – A gente desconta esse tempo.

A SRA. MARY ELBE QUEIROZ – Ai, que bom.

Outra coisa que eu acho um absurdo: nós temos uma só lei, é um só tributo; não tem esse negócio de tributo gêmeo. É um só: mesmo fato gerador, mesma hipótese de incidência, mesma lei. Saiu o IVA dual para arrecadação. Eu não posso punir o contribuinte porque houve uma escolha do IVA dual de arrecadação, por conta de questões dos entes federativos; ou seja, mais uma vez pensou-se nos entes federativos, e ninguém pensou no que ia sobrar para o pagador de imposto.

E aí vem a seguinte questão: "fiscalização do cumprimento das obrigações principais e acessórias [...] da Receita Federal [...] [e do] IBS". Em seguida, vem: "A RFB e as administrações tributárias [...] poderão utilizar em seus respectivos lançamentos as fundamentações e provas [...]

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

[do] outro". Teremos mais de uma fiscalização; a mesma lei sendo fiscalizada por autoridades diferentes.

Com todo respeito – eu fui auditora da Receita Federal durante 27 anos –, mas é cabeça de gente: cada um vai dar sua interpretação, cada um lavra seu auto, e é uma lei só! E eu, contribuinte, vou me defender disso tudo. Então, eu posso ter mais autuações, porque está aberta aqui a porteira; ou seja – inclusive, o Deputado Lippi, que trabalhou no PL 108, está aqui –, tem que haver uma conexão do outro, não pode um ser uma coisa e o outro ser outra. Nessa questão da fiscalização, tem que haver uma uniformidade, senão, quem vai ser punido? O contribuinte. E aí, sim, os advogados vão deitar e rolar em processos, o que não está correto. Por quê? Porque a nossa promessa era um sistema para simplificar, um sistema que facilitasse, tirasse; então, uma só lei, uma só interpretação.

Nós temos o seguinte: não podemos ter três fiscalizações – federal, estadual e municipal –, ou 5 mil em cada município. Imaginem uma empresa que tem filiais em todo o Brasil. Como é que vai ser essa questão? Aí, entra uma coisa mais grave, que não foi regulamentada nem no PLP 68 nem no PLP 108: quem do Judiciário vai julgar isso? Não tem! Ou seja, vai ser o juiz estadual para o IBS, vai ser o juiz federal para o CBS. Imaginem isso tudo chegando ao tribunal do estado, ao tribunal federal.

É isso. Esta matéria aqui é omissa no PLP 68; no 108, ele diz expressamente: aqui não tratamos disso. E quem vai tratar? Senadores, esse projeto de lei não pode sair daqui sem especificar o que... A não ser que tenhamos mais outra lei, e isso vai ser um aumento de litígio. Se a promessa era simplificação e redução de litígio, isso não pode acontecer.

Aqui, entramos também na questão da harmonização. O colega disse que não queria voto – tem que haver voto, sim! O pagador de imposto tem que estar presente nesses órgãos. Por quê? Porque a visão do Fisco é corretíssima do lado dele, de arrecadação; mas e do lado de quem paga? Quem vai lá defender seus interesses? Esses projetos de lei foram elaborados por colegas competentíssimos, gente da mais alta qualidade, mas com uma única visão: arrecadação. Vamos arrecadar, mas vamos pensar que quem paga quer o quê? Simplificar.

Então, veja que o comitê gestor, a Receita Federal e a Procuradoria vão ter Comitê de Harmonização, com gente da Receita dos estados, Fórum de Harmonização, e o contribuinte não está em canto nenhum.

Então, colega...

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARY ELBE QUEIROZ – ... eu quero sugerir não só convites, eu quero exigir voto.

E aí tem uma coisa mais grave: quem pode suscitar questões relevantes para harmonização? Só os Fiscos. E o pagador do imposto, se tiver, vai ter que ir para o Judiciário. Então, isso aqui precisa ser revisto e olhado e está com a responsabilidade de vocês. E o princípio da cooperação e o da simplicidade, que hoje estão expressos?

Um grande avanço foi a apuração assistida, a declaração pré-preenchida. Isso foi um grande avanço, por quê? Porque não pode deixar na mão do contribuinte. Mas vamos ver só: "Compete ao Comitê de Harmonização [...] deliberar sobre obrigações acessórias e procedimentos [...]", esses artigos todos é dando poder ao poder regulamentador, ou seja, não é da lei. Cada um que for regulamentar vai poder botar suas regras. E quem vai cumprir todas as regras? É o que existe hoje: o caos, o manicômio tributário, etc. Então, isso aqui precisa ser revisto, não pode ser delegado todo esse poder ao poder regulamentador.

Exemplo, recentemente, em junho, teve a Instrução Normativa 2.198, que dispõe sobre a declaração. Então, quando estamos tratando de declaração, de simplificação, foi criada uma nova declaração. E aí os colegas podem me dizer: "Onde é que estão esses dados?". No STF, não sei onde mais lá. Bastava uma solução tecnológica para dizer "Do Campo 30 junta para o Campo 20, etc.". Mas se jogou em quem? A responsabilidade e mais uma declaração para o contribuinte. Esses aqui são exemplos da prática, gente. Não é ilusão, não é terrorismo, nada. É a prática do que acontece hoje. Se tem necessidade de resolver uma nova obrigação, se tem necessidade disso, retiram direito.

Então, senhores, a nossa reforma tributária tinha como princípio simplicidade e cooperação. Não se pode jogar novamente toda a obrigação para o contribuinte, para o pagador de imposto.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARY ELBE QUEIROZ – E aí, colegas, acho que até a gente gostaria, porque advogado vai ter processo, vocês vão ter mais trabalho, mas nós somos aqui cidadãos. E a responsabilidade, Senador, está com V. Exas. de ajustarem o texto para que ele resulte em cumprir a promessa que foi feita, e não simplesmente que ele seja uma reforma tributária que, daqui a pouco, tenha que ser reformada e, ao contrário do que se pretendia, venha complicar a vida do pagador do imposto, com interferência na economia, na atração de investimentos e no emprego.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada pela oportunidade, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Nós é que lhe agradecemos muito.

Vou passar imediatamente a palavra ao Sr. Hugo de Brito Machado Segundo, que é Doutor em Direito, Advogado e Professor da Universidade Federal do Ceará.

O SR. HUGO DE BRITO MACHADO SEGUNDO (Para expor.) – Muito boa tarde a todos.

Agradeço, Senador Izalci, o convite. Parabenizo a Casa por esta iniciativa de trazer esses debates, de publicizar os debates. E agradeço também a oportunidade que me dá de participar aqui, ainda que modestamente, dessas elevadas discussões.

Quanto ao voto – Profa. Mary Elbe, permita me intrometer na sua exposição –, esse Comitê de Harmonização vai editar normas que serão vinculantes aos órgãos de julgamento. Então, esse Comitê de Harmonização vai dizer: "A lei se interpreta assim, o regulamento se interpreta assim", e depois o órgão de julgamento vai ter que seguir aquilo. E de que vai adiantar o órgão de julgamento ser paritário e o contribuinte poder indicar representantes que têm voto, se ele vai ter que votar seguindo a orientação do de Harmonização, que só tem fiscal. Então, é claro que tem que ter voto – ou então não pode vincular a órgão de julgamento de um dos dois, senão a paritariedade não vai adiantar nada.

Mas também queria parabenizar, Senador, o fato de estarmos ouvindo contadores que vão lidar com o problema na prática, com a realidade brasileira. O direito é uma realidade viva, como a natureza, como os seres vivos. Se a gente traz uma planta de fora, quando chega ao Brasil, ela vira uma praga ou então ela morre. A mesma coisa acontece com ideias que a gente traz do direito estrangeiro: a gente tem que conhecer como as coisas funcionam aqui também, para saber o que vai funcionar e o que não vai.

Meu saudoso pai, que faleceu no ano passado, foi contador antes de ser advogado. Ele dizia que o contador era o para-raios da desgraça. Na empresa, assim que acontecia um problema, a primeira coisa que acontecia era cair na cabeça do contador. Então, é importante que os contadores estejam aqui, porque eles sabem os raios que eles já levaram na cabeça e já imaginam os que eles vão levar quando eles veem essas normas.

Mas eu vou me concentrar em não cumulatividade e em restrições à não cumulatividade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante a gente estudar a história, porque nós já tivemos promessas não cumpridas com o ICMS: quando ele ganhou o "s", prometeu-se que o crédito seria amplo. Basta lermos o art. 33 da Lei Kandir, Lei Complementar 87, de 1996. Só peço isto: leiam o art. 33. Quando eu peço isso para os meus alunos da universidade federal, eles começam a rir quando eles leem o art. 33. É a primeira promessa não cumprida.

Tivemos também com o PIS e com a Cofins e o conceito de insumo: veio uma norma infralegal, como lembrou a Profa. Mary Elbe, e restringiu o conceito de insumo para PIS e Cofins.

Com o IBS e com a CBS, nós temos a promessa de crédito amplo – de novo, pela terceira vez –, mas, se a gente ler o texto do PLP, o texto do PLP tem alguns pontos em que parece que nós vamos ter crédito amplo, mas em alguns outros nós temos as brechinhas por onde o crédito pode deixar de ser amplo, como ele deixou das vezes anteriores. E eu vou tratar de três dessas brechinhas.

A primeira: o elo anterior ter que, primeiro, pagar o tributo para o elo seguinte poder se creditar. Isso nunca aconteceu antes na nossa tradição. Sempre se considera que o tributo gera crédito quando ele incide na operação anterior, porque a incidência já gera o custo. Ainda que haja inadimplência na etapa anterior, a incidência já gera o custo tributário, que é repassado no preço, mesmo quando não há o recolhimento. E aí se diz: "Ah, mas é preciso combater fraude, etc.". Sim, mas sem violar os princípios constitucionais. A Constituição só autoriza que a operação anterior só gere crédito quando há pagamento, quando há *split payment* ou quando há pagamento pelo adquirente. E nós vemos no PL várias disposições que parecem contradizer isso; que condicionam, sobretudo na parte dedicada aos serviços financeiros, o pagamento a que se gere crédito para a operação seguinte.

E, além dos problemas que foram mencionados muito bem pelos meus colegas que me antecederam, nós temos mais outro: quando o elo anterior não paga, ele não vai ser perdoado, não vai haver remissão da dívida; o Fisco vai continuar cobrando dele. Só que o elo seguinte já não se creditou, já teve que pagar o imposto mais alto porque não usou o crédito. E o Fisco, depois de um ano, de seis meses, de dois anos, de cinco anos, quando finalmente receber aquele tributo, vai receber o tributo do qual o outro elo não se creditou e já pagou, então o Fisco vai receber duas vezes. Vai haver uma evidente acumulação.

Com relação ao *split payment*, que é o único ponto que pela lei e pela Constituição poderia gerar esse condicionamento: além de tudo o que foi mencionado antes, temos ainda o problema da opacidade do algoritmo e o chamado viés da autoridade do algoritmo. Vai ser um sistema que

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai calcular quanto vai ser pago e vai ser um sistema que depois vai informar ou vai creditar para o contribuinte o tributo incidente das operações anteriores. Então, para além dos problemas de fluxo de caixa que foram apontados, nós vamos ter o problema de "e se o sistema calcular errado?". Se o sistema fizer tudo corretamente, será muito bom; mas, se todos fizerem tudo corretamente sempre, a gente nem precisa do direito. Então, se houver uma desconfiança contra quais critérios o sistema vai seguir... Quem vai programá-lo? Quem vai programá-lo vai seguir a lei? Quem programá-lo vai seguir o decreto, o regulamento, vai seguir a instrução normativa? E, se for necessário impugnar a retenção que o sistema fez via *split payment*, onde isso será feito? Como isso será feito? É preciso que haja alguma transparência em relação a isso; é preciso que o projeto de lei ou a lei complementar disponha sobre a participação da sociedade civil, dos contadores, por exemplo, enfim, de um órgão da sociedade civil na programação dos sistemas que vão fazer esse recolhimento automatizado.

E, por último, a questão dos bens de uso e consumo. Bens de uso e consumo a lei tenta definir indicando quais são aqueles bens que sempre se consideram como sendo de uso e de consumo pessoal, que são a única hipótese, Senador, em que a Constituição permite que não se gere crédito. Não se pode aproveitar crédito de operação anterior, se aquele bem é usado ou consumido de forma pessoal.

Esse não é um problema, inclusive, de IBS, isso é um problema de Imposto de Renda, porque uma empresa não pode abater despesas que não digam respeito à atividade, despesa que seja uma despesa pessoal do sócio – a empresa não pode para Imposto de Renda lucro real.

Esse é um problema também de direito societário: se eu compro ações de uma companhia, eu não quero que o diretor da companhia gaste o dinheiro da companhia pagando a escola do filho dele, pagando a viagem que ele faz com a família. Então, esse não é um problema de IBS, isso é um problema de direito comercial, de direito societário e de direito ligado ao Imposto de Renda. Então, bastaria dizer que não gera crédito a despesa relacionada a bem e serviço que não guarde pertinência com a atividade tributada, ponto.

E a lei poderia exemplificar alguns casos em que se presume que não há essa relação e em que o ônus da prova da relação caberia ao contribuinte, mas, não, a lei prefere já, desde logo, elencar vários bens. Não importa como sejam usados ou consumidos, considerar-se-á que eles são sempre de uso ou consumo pessoal, como é o caso, e eu cito aqui alguns exemplos, de obras de arte. "Ah, mas obra de arte, se a pessoa compra, é para uso e consumo pessoal". Mas se for um museu? Os museus são contribuintes do IBS e da CBS; se comprarem obra de arte, não se

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

creditam. Se for um hotel, que coloca os quadros na parede da suíte, também não pode se creditar, embora seja contribuinte. Por falar em hotel, hospedagem também não gera crédito. E eu fiquei pensando nas companhias aéreas que têm pilotos, aeromoças, comissários de bordo, que se hospedam em todo lugar onde os aviões param: elas não vão poder apropriar o crédito de IBS, porque é considerado uso e consumo pessoal. Educação também. Comunicação no mundo pós-covid, pós-pandemia, no século XXI, nós não permitimos que serviços ligados à comunicação sejam apropriados como crédito de PIS-Cofins, embora sejam tributados, por questão de uso e consumo pessoal.

Parece-me que, nesse caso, há também, Senador, uma violação à não cumulatividade. Então o ideal seria que se respeitasse o que consta da Constituição e realmente só se limitasse o crédito em relação a bens de uso e consumo pessoal.

Eu fui muito favorecido pelo fato de os meus colegas que me antecederam já terem explicado diversos pontos ligados ao *split payment*, ligados à restrição de creditamento. A Profa. Mary Elbe tratou do ponto importantíssimo, ligado ao processo e ao Comitê de Harmonização, que tem que ser visto sob pena de processo administrativo se tornar letra morta.

Então, esses são os pontos – eu não precisei voltar a eles – que eu gostaria de destacar aqui, e agradeço mais uma vez a oportunidade de trazê-los a debate.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Hugo.

Eu vou agora recompor aqui a mesa, pedir aos expositores para tomarem posição ali e convidar, ao mesmo tempo, para assumir aqui a mesa a – eu que agradeço – Melina Rocha, que é Consultora Internacional e Especialista em IVA – vem cá, Melina – (*Palmas.*); o Sr. Moisés de Sousa Carvalho Pereira, que é Procurador-Geral Adjunto Tributário (*Palmas.*); o Sr. Marcos Flores, que é Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil (*Palmas.*); e o Sr. Lucas Ribeiro, que é Advogado Tributarista, Professor de Direito Tributário e CEO da Roit. (*Palmas.*)

Eu já passo imediatamente a palavra à Sra. Melina Rocha, nossa Consultora Internacional e Especialista em IVA.

A SRA. MELINA ROCHA (Para expor.) – Senador Izalci, muito me honra o convite de mais uma vez participar desse debate da reforma tributária. Muito obrigada.

Eu tenho uma apresentação, em que pretendo ser rápida.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci, eu vou falar um pouco sobre a questão do texto da não cumulatividade, a questão da restrição do creditamento de bens de uso e consumo pessoal, assim como a própria tributação desses bens de uso e consumo pessoal.

Eu quero explicar por que é importante, do ponto de vista do modelo IVA e do ponto de vista do novo princípio que a gente tem na nossa Constituição, que é o princípio da neutralidade, restringir esses créditos para uso e consumo e, ao mesmo tempo, fazer a tributação quando esses bens de uso e consumo são fornecidos para partes relacionadas. Então, o meu ponto aqui é mostrar que, internacionalmente, eu acho que é muito importante nós olharmos, sim, para os nossos modelos internacionais, porque a gente passou tanto tempo, tanto atraso e chegou a esse caos tributário justamente porque a gente não seguiu o melhor padrão internacional de tributação sobre o consumo. Então, é muito importante que a gente veja, sim, o que os outros países estão fazendo e aplique aqui na nossa reforma tributária.

E aí, Senador, eu queria começar falando aqui sobre o texto da não cumulatividade. Se a gente olhar o texto que está na Emenda Constitucional 132, está falando que todas as aquisições realizadas pelo contribuinte dão direito ao crédito. É uma redação ampla e mais ampla do que a gente vê em outros países. Isso foi feito de forma proposital, Senador Izalci. Essa redação, especificamente, foi incluída no texto do Senador Roberto Rocha, que a gente recebeu aqui semana passada, na PEC 110. O Deputado Aguinaldo Ribeiro, vendo como a redação era ampla e garantia o crédito efetivo, adotou na redação da PEC 45 e foi aprovada, finalmente, essa redação. Então, foi propositalmente colocado ali um crédito totalmente amplo, diferentemente de outros países.

Aqui eu trouxe exemplo da União Europeia, do Canadá e da Nova Zelândia, em que o creditamento está sempre submetido a certo critério, que é justamente a utilização das aquisições para operações tributadas, para atividades comerciais ou para fornecimentos tributáveis. Ou seja, em todos os países, a redação é: pode-se tomar crédito quando as aquisições tenham relação com a atividade comercial. O texto da nossa Constituição é mais amplo que isso, porque permite a tomada de crédito de toda e qualquer aquisição, salvo as aquisições para bens de uso e consumo pessoal e aquelas expressamente previstas na própria Constituição e regulamentadas na lei complementar.

Então, veja, a gente não tem esse critério que os outros países têm, de modo que a nossa redação é muito mais ampla do que a de outros países – e isso foi feito de forma proposital.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, por que a gente precisa restringir o crédito de bens de uso e consumo? Porque aquisições de bens e de serviços para uso pessoal, seja do próprio contribuinte, seja de pessoas relacionadas ao contribuinte, são consumo final. Isso é consumo final, ou seja, é um consumo que é feito por meio da empresa, mas que, na verdade, deve ser tributado como qualquer outro consumo, já que o IVA é um tributo sobre um consumo. Então, essas aquisições não têm relação com as atividades econômicas do contribuinte e por isso o crédito do IVA pago nessas aquisições não é devido, já que se trata de consumo final.

Inclusive, há uma disposição nesse artigo, no PLP 68, falando que, caso esses bens que são relacionados – joias, pedras preciosas, obras de arte, bebida alcoólica – façam parte da atividade do contribuinte, caso seja um contribuinte que venda bebida alcoólica, obviamente ele vai ter direito a crédito. Então, se é um contribuinte que compre e venda obra de arte, obviamente a atividade comercial vai dar direito ao crédito. Então, há um dispositivo expressamente falando isso no PLP 68.

E isso é muito comum em outros países, Senador Izalci. Eu trouxe aqui o exemplo da França, do Canadá, só para trazer alguns exemplos. Não vou ler aqui, não tenho tempo, mas, na França, bens fornecidos gratuitamente a empregados não dão direito a crédito; despesas de habitação, como foi colocado aqui, não dão direito a crédito; despesas relativas a veículos e serviços de transporte de passageiros não dão direito a crédito. No Canadá, a mesma coisa: bens ou serviços destinados ao consumo e uso pessoal de empregado; locação, arrendamento, licença para pessoa relacionada ao inscrito; e veículo de passageiro, aeronave, bebida, entretenimento, nada disso gera crédito. Então, a gente não está inventando nada aqui, não é uma restrição indevida do creditamento; pelo contrário, a gente está seguindo o que é o padrão internacional.

E aí, Senador Izalci, também há uma outra forma de tributar esses consumos que são feitos de forma pessoal, que é através da tributação. E esse é o modelo da Nova Zelândia, que tributa o que a gente chama de *fringe benefits*, que é você dar bens e serviços, por exemplo, ao empregado, diretores ou pessoas relacionadas ao contribuinte de forma gratuita. É por isso que é preciso que seja feita essa tributação da mesma forma que se esse empregado tivesse adquirido determinado produto ou serviço de um terceiro, diretamente do fornecedor e não através do seu empregador. O PLP 68 também trouxe essa previsão expressa em alguns casos, está lá no art. 39: habitação, veículo, serviços de comunicação, saúde, educação, alimentação e bebidas.

E aí eu trouxe um exemplo prático, já que o senhor pediu para trazer um exemplo prático, para demonstrar que é preciso fazer essa restrição do creditamento ou a tributação dessas

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operações. No primeiro exemplo, a gente tem a pessoa A, ela é empregada dessa empresa A e recebe um salário de R$10 mil. Além do salário de R$10 mil, essa pessoa A recebe um automóvel na empresa, um celular da empresa, um serviço de saúde, e sobre tudo isso incide o IVA, quando a empresa adquire esses produtos. E, portanto, ela paga, essa pessoa... Ah, desculpa, no exemplo primeiro, ela está adquirindo diretamente do fornecedor. Então, ela recebe o salário de R$10 mil; ela adquire o automóvel, aluga o automóvel por R$1 mil, então ela, pessoa, paga R$260 de IVA; ela adquire um celular de uma companhia de celular, ela, pessoa física, está pagando R$260; e ela adquire um plano de saúde, um serviço qualquer de saúde, por R$1 mil, ela está pagando R$106. No final do mês, essa pessoa A, que recebe um salário de R$10 mil, também pagou o IBS e a CBS no seu consumo no valor de R$627, porque ela adquiriu cada um desses bens e serviços diretamente do fornecedor. Então, isso foi um consumo pessoal dela.

No exemplo B, essa pessoa está recebendo exatamente os mesmos bens e serviços, mas através da empresa. A empresa diminui o salário dela para R$7 mil e fornece exatamente as mesmas coisas que a pessoa A usufruiu durante o mês: o automóvel, o celular, a saúde. Mas, nesse caso, porque a aquisição foi feita por meio da empresa, se a empresa tiver direito a crédito sobre isso, vai ser devolvido o imposto que a empresa pagou, e isso quer dizer que a pessoa B vai pagar zero no consumo desses bens e serviços durante o mês.

Então, veja a diferença se a gente não restringir o creditamento dessa empresa ou se a gente não tributar essa saída de bens e consumos para uso pessoal do empregado. No exemplo A, a gente tem uma pessoa pagando R$627, por mês; no exemplo B, a pessoa vai pagar zero. E isso fere frontalmente o princípio da neutralidade, que foi incluído na nossa Constituição Federal, cujo intuito maior, justamente, é tributar essas duas situações similares de forma igual.

Então, é por isso que a gente tem que ter a restrição ao creditamento ou a tributação da saída desses bens e serviços para uso e consumo pessoal, para que essas duas pessoas sofram o mesmo tipo de tributação no final do mês e assim seja respeitado o princípio da neutralidade.

Então, com isso, Senador, eu acabo a minha apresentação, justamente para demonstrar que a gente precisa manter no texto, como foi mantido pela Câmara, tanto a restrição ao creditamento de bens de uso e consumo pessoal quanto essa lista de tributações de operações não onerosas, que são tributadas pelo IBS e CBS.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Melina.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra ao Moisés, eu só pediria ao Moisés, ao Marcos e ao Lucas, que são representantes da Receita, Procurador e advogado, que, na medida do possível, se pudessem, respondessem ou falassem alguma coisa sobre o que foi dito antes aqui pelos contadores. A gente agradece muito.

Então, eu vou passar diretamente para o Sr. Moisés de Sousa Carvalho Pereira, que é o Procurador-Geral Adjunto Tributário.

O SR. MOISÉS DE SOUSA CARVALHO PEREIRA (Para expor.) – Obrigado.

Boa tarde a todas, boa tarde a todos. Boa tarde, Senador Izalci.

Antes de começar, eu não posso deixar de parabenizá-lo pela iniciativa e agradecer por poder estar aqui. É sempre uma honra participar desse processo e trazer a visão da PGFN para contribuir na formação da vontade política, que é quem vai, em última análise, resolver realmente os rumos do país. A gente quer aqui contribuir para o melhor do nosso país, sem dúvida alguma.

Eu vou tentar, aqui, em minha fala, Senador, ir respondendo a alguns pontos bem importantes que foram colocados aqui na mesa anterior.

Eu vou começar pelo tópico inicial, o tópico proposto, que é a não cumulatividade. A fala da Melina é bem salutar, porque eu vou complementar aqui em minha apresentação – eu vou já colocar a apresentação ali – alguns pontos que ela coloca, trazendo-os para a nossa realidade.

Não sei se a apresentação já está aí? (*Pausa.*)

Está chegando lá.

Mas o que é importante, Senador, de a gente aqui tomar como premissa, como ponto de partida? Antes da apresentação, ela fica lá em modo normal.

A gente tem que lembrar o modelo que a gente vive hoje, dos tributos sobre consumo, aonde a gente chegou e se a gente quer permanecer nesse quadro.

Qual é a realidade hoje dos tributos sobre consumo, ICMS e PIS-Cofins? Como colocado aqui na mesa anterior, é tenebrosa. Nós somos campeões de litígios, e uma das grandes fontes de litígios em relação aos tributos do consumo é justamente a questão do creditamento. Então, Senador, o creditamento condicionado ao destaque, que é a realidade nossa ao longo de vários anos, simplesmente deu errado. Deu errado e gerou o quê? Ele gera litígios para o contribuinte, para o pagador de impostos, como colocado pela Dra. Mary Elbe. Ele gera também, do ponto de

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vista dos Fiscos, fraudes, o que gera a necessidade de constantes de fiscalizações, e isso é custo administrativo, não é de graça você ter constantes fiscalizações. Então, esse custo também deve ser levado em conta.

E qual o ponto aqui? Hoje, em nossa Emenda 132, o que se tenta fazer é superar esse quadro. De que modo? Eu vou dar, de um lado, o creditamento amplo para o contribuinte, e mais amplo, inclusive, do que previsto em vários países, como a Melina colocou aqui – a isso é importante chamar a atenção –, com pouquíssimas exceções. E qual o outro lado da moeda? Porque nada é de graça nessa vida, tudo tem uma contrapartida. O outro lado da moeda, para a conta fechar, é o creditamento vinculado ao pagamento, com poucas exceções. E, aí, por que poucas exceções? Aqui é importante a gente voltar de novo para o texto da emenda aprovada por esta Casa, para demonstrar que a emenda autoriza expressamente o creditamento condicionado ao pagamento. De que modo? Desde que haja o implemento de duas condições alternativas: ou que o tributo possa ser recolhido pelo sistema de liquidação financeira, o *split payment*; ou que o tributo possa ser recolhido pelo adquirente.

O PLP, Senador, garante rigorosamente ambas as condições. Quais são as exceções a isso? Operações com combustíveis e serviços financeiros. Por quê? Por questão de praticabilidade, por questões operacionais. Eu não posso, em serviços financeiros e em operações com combustíveis – e, no caso de combustível, a tributação é monofásica –, fazer esse casamento. Nos outros casos, o PLP busca garantir, sim, aqui essas condições.

Então a isto é importante chamar a atenção: qual a base jurídica, porque isso aqui não saiu do nada, nenhuma opção feita por interesse de arrecadação. Não é isso; é algo construído a partir da vontade desta Casa, inclusive.

E aí, a gente parte aqui para as vantagens e desvantagens – desafios, melhor dizendo –, para passar aqui ao ponto para...

Pode passar aí, por favor, o eslaide para facilitar aqui? (*Pausa.*)

Eu agradeço, muito obrigado.

Então, indo aqui para o ponto central da apresentação, quais são as vantagens? Isto já foi dito aqui, é reconhecido amplamente: a gente vai ter um modelo que vai incentivar o creditamento, e aí eu não posso separar de forma alguma esta modalidade de creditamento condicionado ao pagamento ao *split payment*. O *split payment* vem justamente garantir o pagamento do tributo e, Senador, o creditamento. Então, eu não posso separar as coisas, elas

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caminham de mãos dadas. Isso está no texto constitucional, tanto que é uma condição para eu exigir o creditamento vinculado ao pagamento. Não é possível fazer essa separação.

Então, com isso, eu incentivo o creditamento, eu reduzo litígio.

E aqui um ponto fundamental. Ao afastar a inadimplência e reduzir as fraudes – nós convivemos, durante vários anos, com fraudes de "noteiras", por exemplo, e isto vai ser eliminado em nosso sistema: você criar empresas para gerar notas fiscais e créditos falsos –, ao fazer isso, Senador, o que acontece?

Eu vou reduzir o hiato de conformidade, ou seja, eu vou reduzir o *tax gap*, a diferença entre aquilo que poderia ser pago, ou melhor, que deveria ser pago, e o que efetivamente é pago. Esse ponto aqui gera o quê? Ele gera uma diminuição de carga tributária para todos os pagadores de imposto. Então, vejam, essa medida não favorece apenas o interesse de arrecadação. Quando eu faço cada contribuinte pagar o tributo devido, quando eu evito fraude... Ou, dizendo de outra forma, cada fraude praticada por um contribuinte que deveria pagar o tributo é um tributo que vai ser pago por todos nós. Essa é a realidade. É um custo que vai ser arcado por toda a sociedade. E esse sistema do modelo novo tenta acabar com isso. Então, essa redução do hiato de conformidade, Senador, entra, inclusive, no cálculo da alíquota de referência, da alíquota que vai ser a básica. Então, para isso é importante chamar a atenção. É um elemento crucial do novo modelo. Eu não posso desfazer o modelo de creditamento baseado no pagamento sem que tenha uma repercussão disso na alíquota que vai ser cobrada de todos nós.

Em resumo, para fechar aqui esse ponto, nós temos aqui uma verdadeira condição para assegurar a não cumulatividade plena concebida no PLP 68. Mas, claro, há também desafios – e aí, se puder passar, por favor, a apresentação –, desafios bem colocados aqui nas mesas anteriores e desafios, Senador, que já foram, em boa parte, superados na Câmara dos Deputados. Quais são eles? Primeiro, a questão do fluxo de caixa. Isso foi realmente bem trazido em vários debates e houve uma resposta para isso. Agora, nós temos o *split* inteligente. Não há mais a possibilidade de haver pagamento em duplicidade. O pagamento feito no momento da operação vai ser compensado posteriormente. Então, há um casamento, não há prejuízo mais para o contribuinte. Isso já foi previsto no substitutivo.

Já vi a previsão, desde o PLP original, do *split* simplificado, que é justamente para você evitar a aplicação do *split payment* para situações mais simples, que demandem menos complexidade, ou seja, já é um sistema adaptável por natureza. Então, esse problema do fluxo de caixa, na nossa visão, já é superado com o *split* inteligente. Não haverá, Senador, de forma alguma, pagamento

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em duplicidade. O pagamento feito no momento anterior vai ser considerado quando o agente pagador for liquidar a operação e vice-versa. Então, há um casamento. Não há a desconsideração do que foi pago no momento anterior. Esse é o *split* inteligente.

Uma outra questão: "Ah, mas o sistema... Como eu vou confiar em algo que nem existe hoje?". Isso é natural do ser humano – é totalmente natural. Como nós podemos conviver com isso? Tratando medidas no PLP para, por exemplo, garantir um orçamento específico para o sistema de *split payment*, assegurando que haverá uma implementação gradual – então, não vai ser algo implementado do nada – e, mais importante, a adoção facultativa, inclusive, em hipóteses em que o *split* não seja, digamos assim, razoável de ser aplicado. Então, há essa possibilidade hoje já no PLP. A ideia não é aplicar o *split payment* do dia para a noite para todo tipo de operação. Não é isso. Não é isso de forma alguma.

Então, Senador, aqui eu fecho essa parte da não cumulatividade e passo para um ponto que é muito importante, que foi trazido aqui pela Dra. Mary Elbe, pelo Prof. Hugo de Brito Segundo e também pelos representantes do CFC, que é a questão da harmonização normativa. Esse ponto é bem relevante realmente para entender, primeiro, porque esses comitês hoje não têm participantes dos contribuintes com direito a voto – e há uma razão para isso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MOISÉS DE SOUSA CARVALHO PEREIRA – ... e entender a diferença entre esse comitê no PLP 68 e no PLP 108, que trata do contexto administrativo.

Para tentar ser bem sintético, esses comitês foram criados no PLP 68 no plano da harmonização normativa. Para fazer o quê, Senador? Para fazer as atividades que os auditores fiscais e os procuradores fazem hoje. O comitê de administrações tributárias vai fazer o quê? Ele vai harmonizar a interpretação da legislação, ele vai regulamentar, ou seja, vai expedir INs, vai resolver consultas, ele vai tratar de obrigações acessórias, temas que hoje são feitos em que lugar? No plano da União, aqui, na Receita Federal do Brasil.

Por que o contribuinte não tem um lugar natural nesse fórum? Porque esse fórum, Senador, é exatamente como hoje nós temos a PGFN e a Receita Federal. É um fórum que vai tratar de atribuições típicas da administração. Isso quer dizer que a sociedade não pode participar dos fóruns? De modo algum. Eu acho a sugestão do colega do CFC muito oportuna de se abrir canais de diálogo entre a sociedade e esses fóruns. É realmente uma decisão muito mais legítima e muito

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais bem fundamentada você tomar uma decisão sabendo o que a sociedade pensa daquele tema.

Mas há um motivo para esses fóruns não terem voto para o contribuinte. E aí é muito, mas muito importante, já partindo para a conclusão, diferenciar a atividade de harmonização normativa do PLP 68 da atividade de uniformização da jurisprudência, que foi colocada agora no PLP 108 como a nova competência do comitê de administrações. Nessa nova atribuição do comitê, ele vai exarar decisões que vão vincular os órgãos administrativos. Mas a partir de quê, Senador? A partir de decisões divergentes entre o contencioso do IBS e o Carf, ou seja, ele não vai criar normas para vincular esses tribunais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MOISÉS DE SOUSA CARVALHO PEREIRA – Os atos do comitê de administração que são vinculantes em termos de harmonização normativa são chamados de resoluções lá no PLP 68, não são decisões. Então, é outro tipo de ato. São resoluções que, primeiro, só vinculam os próprios auditores fiscais às resoluções do comitê de administrações; e as resoluções do fórum de procuradorias só vinculam a nós, os procuradores – a não ser que esses órgãos se reúnam e expeçam um ato conjunto onde haverá vinculação tanto de fiscais quanto de procuradores. Mas, de novo, eu destaco: essa atribuição não pode ser confundida com a atribuição de uniformizar a jurisprudência. Lá são decisões, e aí sim, vinculantes para os órgãos administrativos.

Então, dito isso, eu encerro aqui a minha fala. Agradeço mais uma vez a oportunidade e fico à disposição para eventuais dúvidas e esclarecimentos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ótimo. Agradeço, Moisés.

Eu só quero aproveitar, até para a população que nos acompanha, quem paga o imposto... Essa é a dificuldade que nós temos, porque não tem nada de graça, como você disse, você tem que ter o contraponto. O que a população esperava também era ter o contraponto da arrecadação, quer dizer, nós deveríamos ter uma educação de qualidade, uma saúde de qualidade, um transporte de qualidade, coisa que não tem. Esse é o grande questionamento da população, que paga o imposto e não tem de volta as coisas. Mas, só para...

O SR. MOISÉS DE SOUSA CARVALHO PEREIRA (*Fora do microfone.*) – Não. Estou de acordo também.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bacana.

Bem, eu vou passar agora, então, a palavra ao Sr. Marcos Flores, que é Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil.

O SR. MARCOS FLORES (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Muito obrigado, Senador, pelo convite e pela oportunidade de apresentar a visão da Receita dessa parte da reforma tributária.

Acho que a apresentação já está lá, mas eu vou acabar, durante a fala, mudando um pouquinho o que seria o planejamento inicial, para tentar responder aos colegas do CFC, da Fenacon, os doutores que nos brindaram aqui com a sua visão.

Então, vamos tratar do *split payment* na reforma tributária. E a primeira coisa que eu acho importante é a gente ter noção de que isso não é uma jabuticaba, não é uma invenção brasileira que não tem paralelo no mundo. Não. Isso é o que a OCDE recomenda para as administrações tributárias mundiais. Veja, não é o que as administrações tributárias da OCDE, Itália, Romênia, conseguiram implantar, é o que é recomendado para que eles implantem – e nós também. Então, o que a gente está seguindo é isso.

Eu acho sensacional, porque a grande ideia é que a gente tenha um sistema tributário aderente incorporado ao sistema natural do contribuinte e, com isso, reduzir enormemente as obrigações acessórias, que pesam para o contribuinte, mas quem tem que fazer o trabalho de quebrar pedra é o contador, que vai ter que lapidar para conseguir encaixar. Então, a ideia é essa, é com esse objetivo, para que realmente a gente esteja aderente ao sistema natural, o sistema de faturamento, o sistema de cobrança, o sistema de venda do contribuinte.

Nesse sentido, não é a primeira vez que a gente está na vanguarda mundial. Lá em 1965, quando a gente criou o ICM, ainda não tinha o S, nós fomos um dos dez primeiros países do mundo a criar, no final da década de 1960. O Brasil... Não tinha dez ainda. E eu acho sensacional o que era... O imposto era não acumulativo e a alíquota do imposto era uniforme para todas as mercadorias, então, algo que não se manteve e acabou deturpando o sistema, obrigando-nos com o crédito presumido, com a alíquota reduzida, com uma série de artifícios que deturparam e tornaram o sistema complexo e inclusive criaram litígio.

Seguindo adiante, o que a gente está fazendo agora? Qual é a grande virada de página? O crédito não é mais escritural, crédito escritural não é relevante, o que é relevante é o crédito

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeiro e o débito também. Então é muito simples: pagou, tem crédito; não pagou, não tem crédito. Isso tira uma complexidade de apuração do crédito e do débito, é pelo pagamento, isso tira fora possibilidades enormes de litígio. Não adianta litigar para aquele que quer apenas procrastinar, porque ele não vai dar crédito para a etapa seguinte. Para dar crédito, ele tem que recolher. E se ele não recolher? Não tem crédito. Pode litigar? Pode, mas a procrastinação não faz mais sentido. Não dá mais para empurrar com a barriga.

O contribuinte pode ter uma interpretação diferente do fisco. Não tem problema, ele recolhe do jeito que ele entender, isso é possível, mas ele só dá crédito daquilo que ele recolheu. Então, a complexidade se reduz enormemente, eu não tenho que fazer... A apuração é uma e o pagamento é outro? Não, são a mesma coisa, são aderentes, é aderente ao sistema de venda, de faturamento, de cobrança, é tudo aderente. O crédito dele, a escrituração, é aderente ao pagamento. E se escriturou e não pagou? Não deu crédito; não tem débito, ele vem como pagamento. Isso simplifica enormemente o sistema.

Mas, claro, à medida que a gente vai criando novas alíquotas e novas exceções, o PLP já tem 23 anexos, 80 páginas, se eu não me engano, de tabelas de alíquotas, de exceções, de tratamentos diferenciados.

Então, não faz sentido aumentar esse tratamento, porque eu vou dar um tratamento melhor para um segmento, para outro segmento, mas eu vou tornar o sistema mais complexo, e eu começo a minar o sistema, como aconteceu com o ICM, de 1965. Então, alíquota igual para todos facilita enormemente...

Opa, não está querendo funcionar agora... Vou pedir para passar o eslaide aqui. Pronto. Eu já estava aqui, não é?

Reduz litigância. Não adianta eu litigar, porque eu não vou passar crédito para a etapa seguinte. Se eu tenho direito, eu posso litigar, mas eu só vou passar o crédito sobre o que eu recolhi. Eu preciso recolher para passar o crédito. Então, aquela litigância apenas para procrastinar desaparece. Quando o contribuinte tem razão, claro, ele vai litigar e deve ganhar.

Reduz autuações. Qual o sentido de autuar no meio da cadeia uma empresa que fornece para outra, porque ela tem uma interpretação um pouco diferente, deu ali 0,5% de diferença, foi uma interpretação, mas o crédito foi menor também. Então, não faz sentido, não tem um sentido econômico. Vamos lá: acaba com a indústria do litígio e com a indústria da multa, supostamente. Não faz mais sentido econômico. O sistema vai de acordo com o crédito financeiro.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reduz a concorrência desleal. Esse é um grave problema que a gente tem hoje de concorrência desleal. É nota fria, é contribuinte que arruma uma discussão judicial, que escritura de outra forma ou de qualquer motivo. De boa ou de má-fé; não é apenas fraude. Pode ser de boa-fé, mas ele faz a coisa de uma forma que o tributo não é recolhido, e ele concorre de forma desleal com aquele que recolhe o tributo. Isso acaba com a reforma.

Reduz a alíquota total. Gente, se hoje é possível escriturar, litigar, emitir a nota e não recolher, a alíquota total tem que ser mais alta. Se só dá crédito quando é recolhido, a alíquota total pode ser mais baixa, e o PLP prevê uma revisão da alíquota. Claro, quanto mais exceções tiver, quanto mais tratamento diferenciado, pior, mais alta tem que ser a alíquota para os demais que não estão na exceção.

E, por fim, reduz o *gap* tributário, o quanto deveria ser recolhido se todos cumprissem a norma e não é recolhido. Veja: o *gap* tributário não é simplesmente fraude, sonegação; é desentendimento mesmo, não sabia que tinha que recolher, não sabia que tinha que cumprir obrigação acessória daquele jeito. Então, isso tudo fica mais fácil.

Qual é a precondição? O Brasil tem um sistema robusto de notas fiscais eletrônicas, de mercadoria, de conhecimento de transporte, emitida pelos estados, de serviço, emitida pela União, também por alguns municípios – pela União para os municípios. Por que eles não estão obrigatoriamente usando o sistema que a Receita disponibilizou? Porque eles têm autonomia. Então, assim, não caberia à Receita obrigá-los a utilizar o nosso sistema. Está disponível, continua sendo desenvolvido e colocado à disposição. Se eles não se integrarem ao sistema nacional, a partir do mês seguinte, não recebem o repasse de um fundo, e isso acaba prejudicando-os. Pela conversa que a gente está tendo com a Abrasf e com o CNM, acredito que todos devem aderir sem grande problema, sem grande estresse aqui.

E aqui tem uma outra grande vantagem: eram dois sistemas que não se comunicavam. As notas de mercadorias emitidas pelo estado, de serviço emitidas pelos municípios, por sistema da Receita, separados, sem conversar; e agora eles começam a conversar, e é algo natural, um PGDAS-D pré-preenchido.

Então, é a simplicidade para o contribuinte do Simples Nacional, que já vai ter a sua declaração pré-preenchida. Claro, ele pode alterar, como a gente pode alterar na Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física, ela vem pré-preenchida. Só que no caso do Simples Nacional, o pré-preenchimento vai muito além, a tributação é sobre a receita, não é renda. As notas estarão todas lá classificadas. Ele pode alterar, classificando daqui para lá ou dizendo por que foi

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cancelado. Mas isso é muito mais simples. Ainda vai existir, pelo menos nessa etapa, a obrigação acessória do PGDAS-D, porém, com uma simplicidade enorme para ser cumprido. E é o PLP que está trazendo essa possibilidade, porque ele faz...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS FLORES – ... as administrações tributárias conversarem.

Vou correr.

Tem que voltar um aqui.

Esse aqui é um modelo do que nós teremos aqui no portal do contribuinte. O que ele vai enxergar? Aqui tem três notas: na primeira, o crédito está ativado, foi pago o tributo; na segunda, o crédito tem ativação parcial, foi pago parcialmente, não sei, ele vendeu em duas parcelas, teve um *split payment* só da primeira parcela, da segunda ainda não, a ativação é parcial, ele já tem o crédito parcial; e o terceiro não foi ativado, não foi pago nem no *split payment* nem por ele mesmo no vencimento. Nesse sentido, muito claro para ele enxergar. Isso aqui dá para fazer através de uma API e disponibilizar para o contribuinte fazer as suas verificações. Então, ele vai interligar com a sua contabilidade, vai auditar isso daqui. Fica muito claro. Pode discordar? Pode. Esse... Conta-corrente também vai poder, nessa apuração assistida, fazer as alterações que ele entender pertinentes.

Na hora de emitir a nota, é disponibilizada uma calculadora para calcular, conforme a interpretação do Fisco, qual é o tributo devido. Se ele quiser, ele usa a calculadora dele, o sistema de auditoria dele e calcula de outra forma. O sistema avisa que não está conforme, diz: "Opa...". É como a Declaração de Imposto de Renda, está amarelinho, não dá. Em alguns vai ser vermelhinho, "desse jeito, não tem condições mesmo, aqui não dá", mas é quando a coisa é muito impossível. O normal é dar o aviso para o contribuinte. Então, facilita a vida dele, mas dá plena autonomia para ele fazer o que ele entende que deve ser.

Já existem diversas configurações de *split payments*: *marketplaces*, APPs, o DAS e o DAE.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS FLORES – Eu tenho mais um minutinho só? Eu vou correr. Um minuto.

O DAS e o DAE são *split payments* dentro das administrações tributárias, o contribuinte nem enxerga. Mas eu trouxe... Isso é administração tributária falando, vamos ver o que os outros falam.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou pedir para passar o eslaide, porque ele não quer passar comigo aqui. Pronto.

O que o Sebrae diz? Ah, embaixo está o *link*. No primeiro eslaide também tinha o *link* que levava ali para a OCDE para a gente ver a origem. *Split payments* leva a crescimento de vendas, operações transparentes, gestão tributária, controle de pedidos e redução de custos. Reduzem custos para micro e pequenas empresas. O Sebrae recomenda que elas usem *split payments* nas suas vendas. Então, não é um bicho de sete cabeças, é uma solução. Já existe no mercado, não é... Gente, a gente tem que usar o que é feito no *marketplace*.

Por fim, várias empresas usam.

Tem mais da apresentação, mas, em respeito ao tempo, eu vou encerrar por aqui. Não vou adiante, eu tentei responder um pouco das dúvidas que foram levantadas.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Marcos.

De qualquer forma, é muito importante disponibilizar toda a apresentação para a gente poder...

Bem, passo a palavra agora ao Lucas Ribeiro, que é advogado tributarista e professor de direito tributário.

O SR. LUCAS RIBEIRO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

É uma satisfação enorme estar aqui com vocês. Senador Izalci, obrigado pela oportunidade, e Senadora Margareth Buzetti, sempre muito preocupados em buscar os números, os dados. E eu trago aqui hoje vários dados reais de empresas a partir do processamento do Sped.

Eu sou sócio de um escritório de contabilidade, além de ser tributarista; então, a gente vive as dores do dia a dia – não é, Senador? –, daquilo que nós precisamos colocar nas obrigações acessórias, da efetividade das notas fiscais, daquilo que vai para a apuração, mas também vai para o caixa, para a conta da empresa, para ela pagar e para arcar com tudo isso.

E vou mostrar aqui a vocês: nós fizemos a análise com 837 empresas da nossa base, olhando para o Sped e para os documentos fiscais – então, NF-e, CT-e, NFS-e, faturas das mais diversas. Essas empresas hoje faturam ao ano R$470 bilhões. Então, isso é uma base bastante representativa. E aqui já destaco a vocês que a alíquota não é o mais importante da análise. Para quem estiver

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos acompanhando, inclusive, vale destacar que o mais crítico, de fato, é como nós vamos olhar para a base da tributação. Estamos falando muito da alíquota, mas a base vai interferir brutalmente.

Nós fizemos essa análise olhando para o PLP 68, obviamente, e nós precisamos fazer o cálculo correto de impactos. E nisto Bernard Appy nos ajudou bastante – não é, Senadora Margareth? – em muitas oportunidades em que estivemos com ele, de dizer para nós o seguinte: dos preços de compra nós precisamos tirar a tributação em cadeia. Então, quando esse equipamento foi comprado, ele foi comprado de uma distribuidora, provavelmente de uma revenda que não veio com o IPI. Mas, lá atrás na cadeia, ele teve a incidência desse IPI, e eu preciso considerá-lo na reprecificação. E essa reprecificação vai mudar os preços de compra para mais ou para menos. Alguns itens vão ficar mais baratos, enquanto outros itens, Senador, vão ficar mais caros, naturalmente. Esse é o jogo da neutralidade que se persegue com a reforma tributária. E eu preciso isolar essa análise dos preços de compra dos créditos tributários.

Muito está se falando da neutralidade, do aumento da base de créditos, mas os créditos não valem absolutamente nada se nós não estendemos a relação deles com os débitos. O que vale ao final é o quanto nós vamos recolher, e não quanto nós temos só dos créditos. Nós precisamos fazer essa análise de maneira conjunta, e é isso que eu vou mostrar a vocês também.

E o que fica para o contribuinte, para a empresa poder tomar as suas medidas é o preço de venda. É aqui que ela vai poder determinar, então, esta reorganização da sua sistemática de definições de preços de compra e preços de venda na relação com os seus clientes, porque, se o fornecedor aumentou ou reduziu os seus preços, o crédito ela não controla, porque é da lei, e nem os débitos, porque está também na Constituição Federal e agora no PLP 68, como nós estamos vendo. Então, que preços de venda devem ser esses?

E aqui eu trago um exemplo real de uma empresa específica, uma indústria, pois até então nós estamos tratando a indústria como a grande beneficiada, a grande beneficiária da reforma tributária, e nós vamos ver que não é bem assim a realidade. Essa indústria fatura só em vendas de mercadorias R$23 bilhões ao ano, é uma grande indústria. E ela vai passar a faturar menos, então, se nós tirarmos os tributos atuais e colocarmos os novos tributos, porque agora o tributo já não está mais por dentro do preço, o tributo está por fora. Então, ela passaria a faturar R$22 bilhões. Para quem está acompanhando na tela, é a primeira linha, ou seja, uma redução de 1,6%.

Quando nós colocamos a análise, a lupa sobre as entradas, sobre as compras de mercadorias e de serviços dela, vocês vão ver que ela teve uma redução nos preços de compra das mercadorias,

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que é esperado, mas tem um aumento de tributação e logo um aumento de preço na aquisição dos serviços.

Quando nós vamos apurar, então, o tributo efetivo, que é o que nos interessa, o quanto nós vamos recolher entre créditos e débitos dessas empresas, aí, sim, nós temos a grande surpresa de um aumento tributário de 9,2% nessa empresa. Números reais, pessoal! Isso aqui é a vida lá fora, é como as empresas estão olhando para a reforma tributária e vão determinar as suas ações a partir de então. Elas estão mudando as suas estruturas de compras, de vendas, as suas estruturas logísticas, em razão desses números e não apenas daquilo que se está interpretando ou dizendo sobre a lei. E vejam que essa empresa perderia R$300 milhões se o cálculo fosse esse, ou seja, nós não podemos partir de uma premissa de que os preços estão soltos no sistema. As empresas não querem perder com a reforma tributária. Então, é lógico que ela não vai topar fazer isso. Então, se todos os fornecedores repassassem a redução ou o aumento de preço de acordo com a nova tributação, qual seria esse novo preço, então, para manter a venda?

Vejam que essas empresas, agora, sim, unificadas – todas aquelas da análise, da base que nós fizemos aqui de quase R$500 bilhões de faturamento total – estão aumentando o seu preço de mercadoria em 2,86% e em 14,38% as suas vendas de serviços para que elas possam agora, com o novo sistema tributário e com o repasse dos descontos dos preços de compra dos seus fornecedores, resultar zero, ou seja, elas não perdem e não ganham com a reforma tributária. Essa é uma das premissas.

É claro que há empresas que querem ganhar com a reforma, é claro que há empresas dispostas a reduzir sua margem porque estão no mercado de *commodities*. Há muitas outras variáveis aqui nesse conjunto de análise, mas nós precisamos partir de uma premissa, e a premissa é de que ela não ganha nem perde. Esse resultado é antes de aplicar a folha e vários outros encargos obviamente dessa empresa que não vêm na análise da reforma tributária sobre consumo; eles estariam lá nas outras análises ainda da nossa DRE ou do nosso balanço.

Então, os preços precisam ser ajustados para cima ou para baixo, item a item, operação por operação, estado por estado, município por município. É assim que se faz o recálculo dos preços e não um chute no escuro, uma aventura de cálculo matemático em que as empresas jogariam os números para cima e descobririam os novos com a reforma. Isso não existe. Nós precisamos olhar o número real. Isso leva tempo e é trabalhoso. Existe esforço comercial de renegociação, de definições de contratos, além do impacto tributário e do impacto na contabilidade que são óbvios aqui.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam que nós levantamos nesse estudo todos os itens que terão aumento de preço. São 583.184 itens que vão ficar mais caros, enquanto nós teremos outros 1.190.590 itens que vão ficar mais baratos. Mas quais são os que ficam mais caros e quais são os que ficam mais baratos? A quem, Senador Izalci, os empresários vão recorrer para saber fazer essa conta? Quem vai ser onerado com isso? São os contadores, obviamente. E os empresários que não conseguirem se adaptar a tempo? E os contadores que não conseguirem entender sequer a legislação em tempo e, quem dirá, adaptar sistemas num curto espaço de tempo? Para a Receita Federal é muito fácil, porque ela tem dinheiro infinito para fazer adaptação e desenvolvimento sistêmico e tem pessoas muito competentes, mas essa não é a realidade da maior parte das empresas, essa não é a realidade do Brasil.

Muito bem. Então, vamos ver só. Falar que temos mais créditos é uma grande ilusão, porque, para muitas empresas, isso não é uma verdade, e também tem o aumento do débito. Então, só olhar crédito não adianta, como eu já disse aqui. E, se gera mais crédito, também gera mais desembolso de caixa.

Muito se falou aqui antes, os que me antecederam, sobre esse impacto. Nós calculamos. Vejam que nessas empresas da análise são R$2,8 bilhões de impacto de capital de giro, dinheiro que custa, porque o dinheiro não é de graça. Ah, não é só pagar antes para o Fisco, e depois volta. Isso custa, e custa muito dinheiro, às vezes mais do que o próprio tributo.

Vamos olhar, então, agora, essa cadeia crítica que existe aqui, porque muitos também que me antecederam falaram do Simples Nacional, e eu trago números: 236.082 empresas são fornecedoras destas aqui que foram analisadas, ou seja, as empresas da análise compram de fornecedores do MEI e do Simples Nacional e, se elas não fizerem nada – elas compram hoje R$6,4 bilhões de reais –, perderão R$1 bilhão de créditos.

Os senhores acham realmente que essas empresas estão dispostas a perder R$1 bilhão de créditos? É lógico que não! Elas vão mudar de fornecedor ou elas vão exigir que essas empresas do Simples Nacional migrem de regime tributário. E parece fácil quando a gente diz: "É só fazer a opção; migre, então, para o sistema, para o regime regular".

Senhoras e senhores, são 6 milhões de empresas no Simples Nacional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS RIBEIRO – ... hoje no Brasil, 6 milhões de empresas que não estão habituadas... Nunca, na história delas, elas fizeram créditos e débitos. E agora nós vamos dizer a elas que podem

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operar a partir de amanhã, como se fossem uma empresa do lucro real. Fácil assim. Não é. Isso exige sistemas, cultura, processos, isso exige investimento, isso exige conhecimento também, para que elas façam. Não vou nem entrar no tema de clientes aqui, mas também é um grande impacto.

Quero falar que o Secretário Bernard Appy é brilhante. Isso é inquestionável. Muitas das suas colocações técnicas, seus estudos, seu desdobramento, sua resiliência, nada disso aqui está em discussão. Muito pelo contrário, é uma análise matemática, numérica. E quero aqui parabenizar, inclusive, todos que participaram e participam da construção. Mas ele disse aqui ao senhor, na última audiência, Senador Izalci: "Serviço financeiro tributa, mas dá crédito. Sistema mais inovador, referência internacional" – palavras dele nessa audiência pública.

Bom, mas e as pessoas físicas que não tomam crédito? E os 15 milhões de MEIs que não vão tomar crédito? E esses 6 milhões de empresas no Simples Nacional ficam só com o débito? É isso mesmo? Nós as deixamos, então, de lado, porque elas podem pagar mais, claro; o que não pode é as empresas grandes pagarem mais pelo custo financeiro. Isso é um absurdo! Nós temos que tirar isso emergencialmente do PLP 68 para que a gente não onere toda a cadeia. É isto aqui que nós estamos vendo hoje, uma série de discussões sobre a alíquota, e a alíquota de 26,5% que nós consideramos, de fato, reduz o recolhimento se nós considerarmos as mesmas bases. Eu vou mostrar isto a vocês.

Isso aqui é a cadeia quando a gente olha para os fornecedores daquelas empresas do estudo. Essas empresas, então, saem de R$470 bilhões de venda, vão passar a vender para o cliente dela R$486 bilhões, e, na prática, saem de 20,5% sobre a receita bruta para 18,1%.

Eu trouxe o líquido também, porque o nosso 26,5% é líquido, mas não é 26,5%. Você tem uma série de reduções do 26,5%.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS RIBEIRO – Então, é importante a gente observar todos eles na conta final. Bom, 26,5%, então, não serão suficientes para manter a arrecadação. Esse é um fato matemático aqui, não tem achismo.

Qual é o número para que se mantenha a arrecadação? É 30,3%, sem o *split payment*. Com o *split*, estima-se que são R$100 bilhões do *gap* que existe, então, do hiato de conformidade.

Se for de R$200 bilhões a arrecadação, melhora o nosso número, mas o fato é que, com R$100 bilhões, nós caímos para 27,98%, ou seja, 28% de alíquota de IBS e CBS, uma alíquota

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

altíssima para fazer frente a tudo isso. Mas garanto a todos que estão aqui, escrevam, anotem, gravem: vai haver aumento de arrecadação. Eu não tenho a menor dúvida disso. São 28 páginas no PLP 68 e mais de 20 artigos para definir cálculo.

Senhoras e senhores, coloquem aquelas 20 páginas no Excel. É impossível mapear a fórmula de cálculo dessas alíquotas. Então, a base foi tão ampliada que nós estamos colocando locação, nós estamos colocando comodato, nós estamos colocando bonificação, brindes, programas de fidelidade, senhoras e senhores, os pontos dos programas de fidelidade vão tributar IBS e CBS. Então, a base vai ficar tão ampla que eu não tenho a menor dúvida de que vai haver aumento de arrecadação.

Aqui, então, senhores, para terminar, não há tempo suficiente para entendimento e adequação dos sistemas nas empresas. Nós temos 16 meses. Para o Fisco dá para entregar, mas o Bloco K demorou muito mais tempo para ser desenvolvido e implementado, o eSocial demorou muito mais tempo para ser desenvolvido e implementado. Por que nós acreditamos que o *split payment* será entregue em apenas um ano, que vai funcionar e ser implementado para todas as empresas, em um passe de mágica, Senador Izalci, para todos os sistemas de contabilidade e RPS do Brasil? Então, nós temos mais de 50 ações hoje mapeadas em que as empresas já precisam atuar.

Digo a vocês, o nosso IVA não é IVA; o nosso IVA é um "Ivão". Com todo respeito a vocês e a todos aqueles que construíram e participaram disso, ele se identifica como simples, ele se diz bonitinho e tudo mais, mas ele dança carnaval, ele pula carnaval, ele come feijoada, ele bebe caipirinha, é um IVA muito diferente, é um IVA muito especial, é um IVA brasileiro e nós temos que tomar todos os cuidados com ele.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem.

Bem, esta audiência continua amanhã, porque tem vários atores, mas nós vamos fazer agora nas considerações finais...

Eu vou passar para a nossa Senadora e depois, nas considerações podem...

Eu acredito que o ideal seria que vocês todos que fizeram a exposição e não conseguiram absorver a justificativa que pudessem fazer realmente as perguntas e, nas considerações finais, darem então as respostas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É evidente que tem várias demandas com relação à questão do sistema. É evidente que todos nós torcemos para um sistema maravilhoso que não existe ainda e espero que exista e que seja confiável e que, chegando ao supermercado, você, a tempo e a hora, receba a resposta do seu crédito, sem nenhuma dificuldade.

Eu me lembro da implantação da nota fiscal eletrônica, não foi fácil, havia muita gente inclusive com dificuldade financeira de implantar a nota fiscal eletrônica. O Governo vai financiar isso? Vai ter incentivo fiscal para os programas? Quem vai pagar a conta de todos os sistemas que serão modificados? Seja no cartão de crédito, seja nos sistemas contábeis, sejam nos sistemas... Essa preocupação da autonomia do município e do estado também vai entrar na mesma plataforma.

Então, tudo isso é dúvida para a qual a gente precisa ter pé no chão para não apressar a coisa. O apressado come cru. Então, a gente tem que ter muito cuidado. Não adianta dizer que vai fazer de forma gradativa e opcional. "Ah, vai ser cartão, vai ser boleto, vai ser isso, vai ser aquilo." Não! O que for iniciar, o resto quebra; vão quebrar tudo isso. Então, essas são algumas preocupações. É evidente que tem mais de mil emendas que foram apresentadas.

Inclusive no dia 1º e no dia 2 de outubro já está programada a audiência relacionada ao projeto que foi aprovado ou está sendo aprovado na Câmara do comitê também, que é outra coisa que vai ser discutida. Acho que vai ter um poder maior do que o próprio Congresso Nacional, e esse não era o espírito inicial, mas, pelo que está saindo lá, nós vamos ter um Superconfaz, com poderes maiores do que o Senado e o Congresso Nacional, mas isso aí nós vamos discutir lá depois.

Eu quero, então, aqui, na ordem inversa, tendo em vista aqui as colocações que foram feitas... Inversa, não. Eu vou voltar à ordem que foi colocada, para aquilo que foi respondido aqui, principalmente pela Receita Federal, pelo Procurador – se os contadores estão contemplados e acham que a coisa vai funcionar, assim, de uma forma mais tranquila.

Com relação ao crédito, a indagação que foi feita aqui, muito clara, é a seguinte: eu vou comprar do fornecedor, ele não vai pagar, mas, quando eu vender, eu tenho que pagar, e consequentemente eu não pude compensar o meu crédito. Como que é isso? Essa é uma pergunta, é uma dúvida que a gente precisa também responder.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar, então, para o Márcio – viu, Márcio? –, como representante do Conselho Federal, para suas considerações finais, e até perguntas, se for o caso, no sentido de a gente poder esclarecer o máximo e buscar uma solução para isso.

O SR. MÁRCIO SCHUCH SILVEIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Eu quero primeiro esclarecer que nós não somos contra o *split payment*, e eu acho que a própria proposta que nós colocamos de participar do fórum – e acho que foi muito bem colocado pelo Moisés – é um ponto muito importante para nós.

A gente sabe e reconhece as competências da autoridade tributária, inclusive as suas responsabilidades com a nação, que são de fato fazer a arrecadação tributária, que é relevante e é importante para o nosso sistema econômico, mas eu preciso dizer que a gente tem um histórico realmente – eu acho que o Lucas trouxe alguns exemplos aqui, o próprio Bloco K, o eSocial – de inovações altamente tecnológicas, teoricamente perfeitas e que tinham um discurso inicial fantástico em termos econômicos, de controle e de diminuição, é claro, daquilo que todos nós aqui queremos, como diminuição das fraudes, diminuição do *gap* tributário, e isso é senso comum entre todos aqui neste ambiente.

O que eu coloco – e essa é a nossa proposta ali – é a maior participação da sociedade, de fato do Conselho de Contabilidade, para que a gente possa acompanhar de perto isso. O nosso histórico realmente... E a gente precisa reconhecer isso, Marcos. Eu quero trazer aqui um ponto que é da realidade prática, e eu acho que a minha colega que me antecedeu trouxe também, que eu ia falar e com o tempo acabei não falando. Nós temos um exemplo prático e recente da Dirbi. Aliás, um dos itens da nossa proposta, Senador, é a vedação da criação de obrigação acessória de fato anterior à sua publicação, que é o que nós tivemos agora.

Então, essa autonomia, essa responsabilidade que nós entendemos da administração tributária sempre foi assim – acho que o Moisés colocou muito bem, sempre foi assim –, mas é o momento de mudarmos isso, Senador. É o momento em que a sociedade tem que estar junto, sim, da autoridade tributária na hora de pensar a viabilidade.

A nossa proposta fala em audiência pública, fala em demonstração da viabilidade e do impacto dessa regulação, antes da entrada em vigor, porque realmente nós temos alguns exemplos de obrigações acessórias, de metodologias que tiveram...

(*Soa a campainha.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO SCHUCH SILVEIRA – ... depois de muito tempo, de ser revisitadas, recuadas, simplificadas, mas aqui tem um ponto que eu quero deixar para o final.

Nós levamos a mensagem aos empresários, e o empresário que quer atender ao Fisco, que quer estar em conformidade, investe em capacitação e investe em sistema. Ele tem esse custo. E aí, quando chega próximo à implantação, ele perde esse valor, Senador, porque a gente consegue, depois de muita luta, demonstrar que aquilo que foi idealizado não era viável. Isso acaba criando um descrédito no sistema tributário. Então, a gente não pode arriscar – e eu quero deixar esse pedido aqui registrado – que isso seja mudado. Sim, a gente entende a competência, entendemos a autonomia, mas a gente precisa participar lá...

E eu quero só trazer um último ponto: o Serpro já está discutindo com a Receita Federal, o sistema já está avançado, e a gente não participou disso, a gente não acompanhou da forma detalhada.

Então, esse é o meu pedido para que a gente possa ter sucesso nessa simplificação, para que a gente possa ter essa melhoria do ambiente econômico, que é o que todos nós queremos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só reforçando aqui o que o Márcio falou, eu estive recentemente na Receita, junto com o conselho e com os contadores, quando foi, através de uma instrução normativa, criada a Dirbi – a declaração. E é evidente que, além de colocarem a obrigatoriedade, ainda multam os contadores. Essa multa sempre cai nos contadores, porque tem escritório que tem 200 empresas, e o empresário não quer saber; quer saber se o contador fez ou não fez. Se não fez, a responsabilidade é dele. E aí, inclusive, o que nós conseguimos foi que até setembro não tivesse multa, que é muito pouco. E são coisas que deveriam estar dentro das obrigações acessórias já existentes, porque não basta apenas criar o formulário, porque você tem que mudar todos os sistemas contábeis do Brasil todo, de várias empresas que tem sistemas diferentes.

Então, essa ponderação é totalmente razoável. E é preciso mesmo... não tem condição de você criar obrigações para os outros sem... nada de nós sem nós, foi o que eu aprendi aqui. Não se cria obrigação acessória sem se discutir com quem vai fazer a declaração. Então, é bom a Receita absorver: nada de nós sem nós, porque é importante.

Eu vou passar para o Diogo.

Margareth, você pode assumir para mim só um minutinho aqui, por favor.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIOGO CHAMUN (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu acho importante, primeiro, nós colocarmos que a classe contábil é parceira das melhorias – é evidente que sim –, até porque a classe contábil, a contabilidade não surgiu para calcular imposto e para fazer obrigação acessória; é uma posição muito mais nobre do que isso, e que, nos últimos anos, nas últimas décadas, veio puxando para esse lado.

Nesse aspecto – eu vou convergir com o Márcio aqui e reforçar o que ele falou –, a gente não tem uma boa experiência, porque, quando entrou o eSocial, era para a Gfip cair, e não aconteceu. As promessas acabam não acontecendo.

E aqui, na matéria de ontem, na *Folha de S.Paulo* – deixe-me achar aqui –, o Ministro Dias Toffoli afirmou: "É evidente que a reforma tributária trará mais judicialização". Então, isso nos deixa cada vez mais inseguros.

E também, sobre a questão que eu queria trazer do crédito pessoal dos bens de uso e consumo, a sua colocação é perfeita. É assim que nós entendemos também. É assim que funcionam, na apuração do lucro real, por exemplo, despesas intrinsecamente ligadas à operação da empresa. Eu acho que aí não há discussão. A questão, depois, são as vírgulas, os parênteses e as interpretações que trazem situações ligadas à operação da empresa que possam não ser atendidas ou possam não ser interpretadas dessa forma.

Então, nesse aspecto, nós estamos a favor das melhorias. Inclusive, quanto ao *split payment* estou saindo aqui bem mais convicto do que cheguei. Ainda assim, entendo que há melhorias, há incertezas, mas a gente tem, sim, um avanço na questão de controle. Isso é positivo. É positiva sua colocação, Moisés, perfeita a questão: se a gente tiver redução de fraudes, omissões, nós vamos ter uma alíquota geral melhor. Isso é muito positivo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIOGO CHAMUN – Mas a gente ainda tem essas dúvidas e incertezas que nos trazem essas últimas décadas de atuação na área em relação ao Fisco.

Era isso, Senador.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Diogo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou aproveitar e fazer a leitura aqui... Há muitas pessoas mandando aqui perguntas. Aí, nas considerações finais, quem puder respondê-las já ajuda.

O Anderson, lá do Ceará, pergunta assim: "Que métricas e indicadores [...] servirão de base para [...] [avaliar] o desempenho e a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional?".

A Cíntia, do Rio de Janeiro: "De que forma a reforma tributária pretende simplificar o processo de arrecadação e cumprimento das obrigações fiscais para os contribuintes?".

Helena, do Paraná: "Como a criação deste grupo de monitoramento pode garantir maior justiça, simplicidade e transparência na arrecadação de impostos?".

Manuela, da Bahia: "Como seria garantida a imparcialidade [...] [nesse processo de fiscalização]?".

A Cláudia, de Santa Catarina: "O Comitê Gestor terá mecanismos [...] [aplicados aos entes federados e aos contribuintes para facilitar o acompanhamento da arrecadação]?".

O Mateus, do Rio Grande do Sul: "Como evitar que o sistema tributário volte a se tornar [...] [caótico] em um curto [...] [espaço de tempo]?".

O Ramon, de São Paulo: "O grupo de trabalho terá participação direta da sociedade através de representantes dos contribuintes? E das administrações tributárias?".

E o Jefferson, de Santa Catarina: "[...] [Qual a forma de seleção desse grupo de trabalho? Será por meio de] provas, eleições, concursos ou indicações?".

Passo a palavra agora à nossa querida Mary Elbe Queiroz, nossa Pós-Doutora pela Universidade de Lisboa, com grande experiência na área tributária.

A SRA. MARY ELBE QUEIROZ (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Gostaria de agradecer a honra de estar aqui mais uma vez e gostaria de lembrar a V. Exas. a responsabilidade desta Casa porque, depois daqui, está aprovado e vai partir para a execução. Então, se não forem efetuados os ajustes, eu posso lhe assegurar, com toda a prática de anos – já se vão mais de trinta e poucos anos –, que nós teremos muito litígio e não teremos simplificação.

Reconheço o esforço da Receita Federal, dos nobres colegas, da qual eu já tive a oportunidade de pertencer, mas nós temos um grande mistério com a reforma tributária. Até agora, falamos em uma alíquota de 26,5%; hoje eu amanheci com a notícia de que era 28%; e o

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colega ali traz 30%. Como é que nós vamos aprovar uma reforma tributária saída desta Casa sem saber quanto vamos pagar de imposto? Eu acho que isso é um ponto para parar tudo e partir para identificar: quanto será esse imposto?

O Banco Mundial tem até um programa que, se a gente for brincar lá... Bota assim: muda não sei o que lá, aí sobe 2% na alíquota; tira não sei mais lá... ou seja, eu tiro isso como uma brincadeira, porque quais os estudos sérios, colega da Receita Federal, da Secretaria, Dr. Moisés, que eu conheço de longos anos, brilhantemente? Senador, como vamos saber quanto vamos pagar de tributo antes de a reforma ser aprovada? E aí vem o terrorismo: "Ah, e se der mais um benefício, sobe tanto". Com base em quê? Onde estão os estudos? Eu tenho certeza de que devem existir estudos sérios nisso e isso tem que ser pensado.

Tem que haver uma mudança de mentalidade das próprias autoridades fiscais.

Eu conheço as autoridades fiscais, brilhantes, colegas, Procuradoria da Fazenda, auditores fiscais, mas nós temos lá... Eu nasci em Ipubi. Como é que o auditor fiscal de Ipubi vai interpretar isso? Nós temos que limitar o poder de regulamentar e de criar obrigações acessórias. Um único tributo simplificado e aquela declaração simplificada: ele vai, confere, vê de que discorda, não bota. Mas por que criar novas obrigações acessórias? Por quê? Por que isso vai pesar? Tudo bem, vai pesar para o contador, mas vai pesar no bolso do pagador. Ele vai ter esse custo. Então, esta é uma coisa que eu gostaria de ressaltar: essa limitação do poder de regulamentar e de criar novas obrigações acessórias, porque, se não tiver escrito... Se escrito ainda é desobedecido, imagine não escrito.

Dr. Moisés, especificamente para o senhor, falando do comitê, eu acho interessante a sua justificativa de não ter representante do pagador dos impostos, porque é como hoje funcionam as INs, as interpretações. E é exatamente com base nisto: de quantas INs nós já tivemos que entrar com mandado de segurança e bater no STJ para mudar essa interpretação? Então, por que não já anteciparmos e podermos participar e opinar, com toda a experiência que todas as pessoas têm, para evitar o quê? O litígio.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARY ELBE QUEIROZ – Então, Excelências, eu gostaria mais uma vez de dizer que as discussões corporativistas de arrecadação e de combate à fraude não podem ser o norte que alimenta a nossa grande reforma tributária. Queremos mudar radicalmente o sistema.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro dia o Deputado Hauly disse que nós temos 20% de fraudadores. Então, por conta de 20% de fraudadores, nós vamos mudar o sistema e punir 80% dos bons pagadores? Então, eu acho que é isto que tem que ser o norte: uma nova relação tributária entre o contribuinte e o Fisco, com uma nova mentalidade. Cometeu fraude comprovada? É questão de fiscalização e punição. Mas o bom pagador não pode ser punido com complexidade por conta daqueles 20% de mal pagadores.

Agradeço.

E parabenizo, Senador, seu interesse e o interesse desta Casa em realmente termos a verdadeira reforma tributária que o povo quer.

Obrigada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Sra. Mary Elbe.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pergunto: essas observações já estão contidas em emendas? É importante mandar para a gente as sugestões das emendas para a gente poder... Tendo uma boa justificativa, a gente consegue mudar.

Eu tenho pedido para todos que apresentaram emendas – e agora vai abrir o prazo novamente, porque tirou-se o prazo de urgência –, para que a gente faça uma emenda, assim... O principal de uma emenda é a justificativa com os dados, para você convencer os Senadores da importância de se aprovar a emenda.

Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para interpelar.) – Boa tarde a todos, é um prazer recebê-los aqui.

Desde o começo dessa reforma tributária, eu estou brigando muito, discutindo muito com o nosso setor, que é... Quem conhece aqui reforma de pneus? (*Pausa.*)

Quem sabe o que é uma recapadora de pneus? (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou falar para vocês: são 1,6 mil empresas e indústrias, que reformam 14 milhões de pneus por ano e que economizam, a cada pneu reformado de caminhão, 54 litros de petróleo e dão uma economia ao transporte de R$7 bilhões ao ano. É uma empresa que deveria ser olhada. Ela gera um ativo ambiental gigante, mas o Governo não nos enxerga.

Eu estou discutindo com o Ibama, com o Meio Ambiente e com o Ministro Alckmin, que eles têm que nos tirar da lista de altamente poluidoras. Nós estamos no meio da cadeia.

Sinceramente, eu tenho dúvidas de que a Receita Federal, em alguns casos, consiga enxergar as coisas como realmente são, porque eu já fiz audiência pública aqui e já denunciei, nessa audiência pública, com todos os presentes, que os transportadores compravam 53% a mais de pneus do que consumiam e vendiam sem nota fiscal. Compravam para uso e consumo, se creditavam de todos os créditos, inclusive do ST, do Imposto de Renda, do PIS e da Cofins, e nada aconteceu. Sou Presidente da Associação Brasileira de Reforma de Pneus. Eu estou denunciando há cinco anos. O que a Receita fez? Nada.

Então, vocês querem me provar que essa reforma vai ser melhor do que isso que nós temos? Não consigo acreditar. Eu não consigo enxergar, porque, se eu comprar ou vender para o Simples, eu vou pagar mais caro; se eu comprar ou vender para a pessoa física, eu vou pagar mais caro, porque eu não vou poder dar crédito. Então, o Simples vai desaparecer, a pessoa física vai ter que desaparecer; e o meu produto, para ficar exatamente igual – porque é uma prestação de serviço em cima do pneu de cliente – fica 15% mais caro.

Então, nunca pensei, Izalci, em sair do Brasil. Sou uma apaixonada pelo país, mas nós estamos pensando seriamente em sair do país e ir para os Estados Unidos, porque hoje o nosso país está trazendo pneu importado de baixa qualidade, de baixíssima qualidade, que nem reforma dá, deixando um passivo ambiental gigante, e não nos enxerga. Os Estados Unidos proibiram a entrada de pneu chinês, o México proibiu. O que aconteceu no Chile? Não tem mais reformadoras de pneus. E os Estados Unidos são o primeiro mercado mundial: nós reformamos 14 milhões; e eles, 22 milhões. Então, eu fico cheia de dúvidas. Não sei... Eu coloquei emendas desde o começo. Não aceitaram – não acatam, não aceitam. Vamos ver o que vai dar, mas vontade de ficar no Brasil eu não tenho mais. Sinceramente, não tenho mais.

É isso.

Obrigada.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Magareth. Muita gente também deve estar pensando isso.

Temos que aproveitar essa matéria aqui para a gente tentar fazer o melhor texto possível, para que a gente possa preservar os empregos e os investimentos.

Vou passar agora para o Hugo de Brito Machado, que é o nosso Advogado e Professor no Ceará. Muito bem.

O SR. HUGO DE BRITO MACHADO SEGUNDO (Para expor.) – Obrigado, Senador. Muito obrigado.

Eu ouvi, muito atentamente, as exposições que se sucederam e eu cheguei a pensar que a gente estava falando de PLPs diferentes, porque eu concordo com todos eles, com o que eles disseram, mas não é isso que está escrito. É por isso que fica uma preocupação.

Existe, Senador, no direito tributário, em particular... Os juristas gostam de falar que o direito de um país é como uma pirâmide: a Constituição está no topo, as leis complementares estão abaixo, depois vêm as leis ordinárias, os decretos, as portarias, até chegarmos às normas menos importantes e mais minudentes e específicas, as instruções normativas, as portarias e assim por diante.

Nós observamos, no direito tributário, que existe um princípio que não é jurídico, é um princípio sociológico: quanto mais a gente desce, na pirâmide, mais as normas vão ficando arbitrárias. A gente lê a Constituição, ela é linda! O contribuinte, no Brasil, é muito bem tratado. Quando chega a lei complementar, já começa a ficar um pouco mais arbitrária... Vem a lei ordinária e aí vai piorando.

Então, se a gente, diante do PLP, já começa a enxergar coisas diferentes, e se o PLP delega tanta coisa para o regulamento, coisas, inclusive, como fixação de alíquota... Alíquota do combustível não está no PLP; vai ser divulgada pelo comitê gestor. Ninguém sabe onde é que essa alíquota vai ser fixada, e ela vai ser divulgada pelo comitê gestor. Tem vários outros capítulos assim.

Então, a preocupação é porque, por exemplo, quanto aos bens de uso e consumo pessoal, que a Dra. Melina expôs – e eu concordo com cada palavra que ela disse na exposição dela –, está escrito em vários artigos do PLP: "Fica vedada...". Eu coloquei aqui para o Word procurar "Fica vedada", e ele encontrou dez hipóteses de "Fica vedada". Claro que algumas são repetições ou

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são parágrafos, mas, por exemplo: "Fica vedada a apropriação de créditos de IBS e CBS pelo adquirente dos serviços de hotelaria". Então, mesmo que seja essencial a atividade, como eu mencionei, da companhia aérea e tenha a aeromoça que se hospedar e o piloto também, mesmo assim está aqui: fica vedado, ponto. Em serviços financeiros, também tem vários exemplos: fica vedado, ponto.

A própria redação do artigo que cuida dos bens de uso e consumo pessoal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUGO DE BRITO MACHADO SEGUNDO – ... permite também esse espaço. A mesma coisa para o pagamento como condição para o creditamento: não está claro que vai ser só para as hipóteses de *split payment*. Se for, ótimo; mas é importante que isso fique claro.

Foi só essa mensagem que eu quis trazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Hugo.

Eu preciso dessas dúvidas todas em forma de emenda, com a justificativa, para a gente tentar mudar e deixar claro isso. Lógico, o Dr. Moisés, daqui a pouco, vai falar sobre isso, mas a gente precisa, de fato, que tenha uma redação que todos entendam, para não dar margem a interpretações que podem gerar conflito depois.

Muito bem colocado.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para interpelar.) – Presidente, eu só gostaria de fazer uma complementação.

Um pneu reformado trafega quilômetro rodado, por isso que o pneu chinês, se você fizer o quilômetro rodado, é um desastre – ele dá 0,61, 0,62 de reforma. E o pneu brasileiro chega a dar duas reformas. Ele chega a rodar a mesma quilometragem, até 20% a mais. Isso é estatística. Não sou eu que digo, é o meu cliente. Então, eu não consigo ver aonde que o Brasil quer chegar com a história do meio ambiente. Ele fala tanto em meio ambiente, a gente fala tanto de ativo ambiental, de passivo ambiental...

E agora eu fiquei sabendo que se vai abrir uma fábrica, que estão disputando uma fábrica nova aí. Nem me lembro o nome. O maior vendedor de pneus do Brasil ninguém conhece –

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ninguém conhece. O cara tem três *tradings*, você não imagina o que é. Agora, ele vai abrir uma fábrica, junto com a China, aqui, e vai...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Provavelmente na Bahia. Não sei ainda, não, mas provavelmente.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Mas eles estão disputando bastante.

Eles querem produzir 25 milhões de pneus, que é três vezes o que o Brasil consome. Estão certos os Estados Unidos, está certo o México, porque eu sempre fui uma liberal, mas você tem que ser liberal dentro do que você consegue controlar no seu país, para não destruírem o seu país. E o que nós estamos fazendo é destruir o nosso país de várias formas.

Então, era isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Margareth.

Bem, então, para as considerações finais, a Dra. Melina Rocha.

A SRA. MELINA ROCHA (Para expor.) – Bom, eu queria só fazer três comentários aqui sobre o que foi dito.

O primeiro é sobre o Simples. Eu acho que a Emenda Constitucional 132 é bem clara, Senador – e os senhores aqui a aprovaram –, de que tem a opção de ficar no Simples, para fins de IBS e CBS, de sair e recolher o IBS e CBS, tomar crédito integral e passar crédito pelo valor cheio do IBS e da CBS. Eu acho que essas são as opções, não há uma opção ali, a meu ver – e o Dr. Moisés pode falar melhor do que eu –, de conceder um crédito presumido. Aí você teria o melhor dos mundos, Senador, com todo o respeito, mas o Simples já tem uma alíquota reduzida. Como é que, ainda, você vai admitir um crédito presumido da alíquota integral? Essa é uma opção para a qual não há previsão constitucional e, a meu ver, qualquer tipo de proposta nesse sentido vai contra a nossa Constituição e ao que foi aprovado aqui nesta Casa.

Com relação ao *split payment,* Senador, eu acho que é muito interessante a gente falar que o que está sendo proposto é um *split payment* inteligente. Por que isso? Porque já teve essa oportunidade de se implementar *split payment* em outros países sem que ele fosse inteligente. Aqui no Brasil, o que está sendo proposto no PLP 68 é que, no momento do *split payment*, vai se fazer uma consulta ao comitê gestor e à Receita Federal e, caso o fornecedor tenha crédito na sua

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conta, o que foi muito bem apresentada aqui para o nosso colega da Receita Federal, o *split payment* não vai ser feito. E o fornecedor vai receber esse dinheiro sem que tenha impacto no fluxo de caixa dele.

Então, o sistema foi aprimorado com relação aos modelos internacionais, de modo que os problemas que foram vistos nesses países, que o Dr. Moisés mencionou aqui, não vão ocorrer no Brasil porque o sistema foi aprimorado, tendo em vista essas críticas e esses problemas que ocorreram em outros países, principalmente com relação ao fluxo de caixa. Então, não vai ter acúmulo de crédito, porque vai ser feita essa consulta através do *split payment*...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MELINA ROCHA – ... inteligente e, por isso, nós vamos superar todas essas críticas que estão sendo colocadas aí no debate. Eu tenho total confiança nisso.

Por fim, só para finalizar, a questão da carga tributária. Também está na Emenda Constitucional 132 uma trava da carga tributária. Está lá claramente dito, inclusive com a participação do TCU no cálculo dessa alíquota. Então, a alíquota tem que ser calibrada de modo a manter a arrecadação atual, a carga tributária dos atuais tributos. Isso é um dispositivo constitucional. Então, se o colega aqui visualizar um aumento de carga, eu acho que, através da associação, através dos atores legitimados, ele pode recorrer ao tribunal, ao STF, para falar: "Olha, essa trava da carga tributária não está sendo respeitada, mas há uma trava e essa trava tem que ser respeitada". Então, ao falar que vai haver aumento de carga tributária, você está duvidando da própria regra constitucional de trava tributária.

E, só para finalizar, Senador, a Câmara, inclusive, para complementar essa trava da carga tributária, colocou lá a questão da trava da alíquota, que é diferente da trava da carga tributária.

Acredito que os Senadores têm a oportunidade aqui de aprimorar esse texto da trava da alíquota, de modo que, se a alíquota passar a um certo patamar – o que foi colocado ali é de 26,5% –, eu acredito que seja de bom tom fazer uma revisão de todos os regimes diferenciados e alíquotas reduzidas que foram incluídas e que impactaram no aumento de alíquota. Eu acho que esse tipo de medida é muito salutar e acredito que os senhores têm a oportunidade aqui de melhorar esse texto para que, efetivamente, isso seja implementado.

Então, muito obrigada, Senador Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só lembrando que esse sistema, pelo menos, que eu saiba, ainda não está pronto. Não existe ainda esse sistema ideal. Espero que dê tudo certo e que funcione perfeitamente como está sendo colocado.

Mas, Melina, se tiver sugestão de emenda para aperfeiçoar, o momento é exatamente esse.

Passo, então, agora ao Dr. Moisés de Sousa Carvalho, que é o nosso Procurador-Geral Adjunto Tributário.

O SR. MOISÉS DE SOUSA CARVALHO PEREIRA (Para expor.) – Obrigado, Senador Izalci.

Eu vou focar aqui, Senador, em uma crítica construtiva – eu acho que as críticas construtivas sempre vêm para contribuir com esse processo – colocada pelos colegas do Conselho Federal de Contabilidade e também secundada pela Dra. Mary Elbe, que é a questão da participação da sociedade nesse processo todo, especialmente no comitê de harmonização. Eu acho, Márcio, que esse é um ponto realmente, e a gente pode evoluir nesse sentido. Eu consigo diferenciar totalmente a participação das entidades da sociedade ouvidas por esse comitê e a participação de um integrante que vai ter voto. E, como você bem lembrou, quem faz uma IN e quem vai fazer esses atos têm uma responsabilidade envolvida.

Então, eu acho que é muito saudável haver esse canal de diálogo. Isso pode ser alterado, por exemplo, através dos legitimados para instarem tanto o fórum jurídico das procuradorias quanto o comitê de harmonização e também na participação das reuniões.

E, Senador, esse ponto é crucial, porque ele diz respeito à superação do ambiente em que a gente vive – na verdade, do ambiente em que a gente foi formado – de desconfiança entre Fisco e contribuintes, com que a gente convive há muito tempo. A gente tenta superar esse ambiente para um ambiente de cooperação.

E aí, Márcio, eu dou um exemplo de hoje já, dos dias atuais: nós na AGU temos a Csjam (Câmara de Segurança Jurídica), que serve exatamente para essa função. Para que, Senador? Para ouvir as queixas, os pontos da sociedade; para ouvir o que a Senadora Margareth colocou aqui com propriedade; para ouvir esse tipo de informação, porque quem sabe mais são os envolvidos, e não apenas quem está fazendo a norma.

Então, eu vejo um caminho, sim, para isso ser resolvido, para haver um aprimoramento do PLP em relação a isso, sem necessidade, Dra. Mary Elbe, de que haja necessariamente uma votação, de que os participantes da sociedade votem nesse comitê.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MOISÉS DE SOUSA CARVALHO PEREIRA – Mas, sim, que sempre haja uma participação para trazer decisões mais legítimas e mais aceitas também por toda a sociedade.

E aí, fechando, eu pego aqui um gancho colocado em uma pergunta: "Ah, o que é a reforma vai trazer de bom para o contribuinte?".

Senadora Margareth, a gente não vai conviver mais com substituição tributária. Nós vamos encerrar diversos regulamentos de ICMS.

Imagine, Senador Izalci, uma empresa que hoje opera no Brasil como um todo. Ela é obrigada a conhecer diversas legislações de ICMS, de ISS, além do próprio PIS-Cofins, que é um cipoal por si só.

Nós estamos trocando milhares de normas por um tributo, um tributo – IBS-CBS –, compartilhado com apenas uma legislação. Isso é simplicidade. Só nisso já há um avanço enorme.

Nós saberemos, Senador Izalci, quanto pagamos de fato de tributo. Transparência. Hoje, ninguém sabe, de fato, apesar de haver dados e tentativas de se chegar a isso, quanto nós pagamos realmente sobre o consumo. Só sabemos que é uma tributação altamente regressiva.

Então, há, sim, grandes avanços. É sempre importante a gente lembrar do que a gente vive hoje. O Brasil é campeão mundial de contencioso. Então, nós temos, sim, uma oportunidade de melhorar. E as críticas construtivas que vieram aqui hoje realmente contribuem nesse sentido.

Lembro que tudo o que foi dito aqui está escrito no PLP, são pontos que a gente trouxe e estão nas apresentações, estão no PLP. Se há alguma dúvida realmente de interpretação, claro que é importante haver essa conversa para que haja essa uniformização da interpretação.

Mais uma vez, Senador, agradeço muito pela oportunidade.

A PGFN sempre está à disposição para esse tipo de debate.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, muito importante essa.... Porque está escrito no texto, mas na interpretação da Receita.

O SR. MOISÉS DE SOUSA CARVALHO PEREIRA (*Fora do microfone.*) – Sim...

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A gente precisa ter uma linguagem para que os advogados das empresas e os contribuintes tenham também esse mesmo entendimento. Então, eu acho muito importante isso aí.

E, de fato, a participação dos contadores na elaboração dessas coisas é fundamental. Independentemente se vão votar ou não, têm que participar.

E essa sugestão de audiências aí também é muito interessante. Antes de fazer as coisas, e a gente só ser surpreendido pelo *Diário Oficial* ou pela...

Bem, Deputado Vitor Lippi, eu ia passar para o Marcos, mas eu vou passar a V. Exa., que acompanha essa reforma desde criancinha, vamos dizer assim.

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP. Para expor.) – Obrigado, Senador Izalci Lucas. Fico muito feliz de estar aqui. Eu tenho aprendido muito nesses últimos anos, com muitas reuniões, muitas audiências.

Todos nós estamos muito preocupados com o Brasil. Eu estou convencido, depois de muitas reuniões, de pensar muito neste país, de que nós estamos discutindo exatamente o maior desafio do país, Senadora. Esse é o maior e mais grave problema do ambiente de negócio do Brasil. É o que mais atrapalha as nossas indústrias, as nossas empresas, o crescimento do Brasil, a competitividade do Brasil. E não é fácil, porque, há 30 anos, a gente tenta isso.

E eu poderia dizer, com muita franqueza, porque tenho ouvido muito, até mais do que falado, que nós estamos no caminho certo, mas nós precisamos fazer esses ajustes, porque muita coisa que foi dita aqui merece o crédito na construção desse nosso sistema.

Nós temos o pior sistema tributário do mundo, todo mundo sabe disso. É o mais confuso, o mais complicado, o mais complexo, o mais judicializado do mundo. E isso consome grande parte dos nossos recursos e da nossa competitividade.

Então, nós precisamos entregar isso ao Brasil. Eu estou convencido de que muitas coisas já foram solucionadas. Algumas questões precisam... Como a senhora trouxe muito bem, é um setor específico que parece estar sendo prejudicado, que precisa ser solucionado.

Pela complexidade de tudo, eu fiquei feliz. Embora eu queira que isso seja entregue o mais rapidamente para o Brasil, eu confesso que eu achei bom tirar agora o regime de urgência para a gente ter um pouquinho mais de tempo. Muita coisa já foi solucionada, mas ainda tem questões importantes que podem ser aperfeiçoadas no texto, e eu acho que esta Casa está cumprindo o

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seu melhor papel. É isso. É ouvir muito, é discutir muito, é entender os problemas e entregar a melhor solução ao Brasil.

Só para trazer especificamente para a senhora, que, de uma certa forma, acompanha a indústria, nós vamos ter algo que hoje nós não temos, que é a questão da desoneração dos investimentos. Isso é muito importante para o Brasil. Acontece no mundo, não acontece aqui.

Hoje nós temos a cumulatividade aqui no Brasil, os setores... Inclusive, Sr. Lucas, é difícil calcular hoje, a gente vê muitos cálculos: "Ah, hoje nós pagamos tanto e agora vai subir". Não dá nem para calcular.

Os estudos que a gente já viu de diversos setores, inclusive do setor de máquinas e equipamentos, dizem que a cumulatividade no Brasil varia de 8% a 10% do setor – você não consegue calcular isso. Então, às vezes, você fala: "Não, eu estou pagando 12", não é verdade, você está pagando 20 hoje e você não sabe, não tem como calcular isso.

Então, é muito difícil porque hoje o nosso sistema não tem transparência, não traz parâmetros para você saber o que você está pagando. E o pior de tudo: na hora de a gente exportar, Senadora, o Brasil é o único país do mundo que exporta imposto porque, por conta da cumulatividade, você não consegue tirar o imposto na hora de exportar, então a gente acaba exportando de 8% a 10%. Isso vai mudar, inclusive para o agro.

Então, todo mundo vai ganhar. Nós precisamos agora ajustar isso. Eu acho que foram ditas aqui contribuições importantes, e é possível, Profa. Melina, a gente avançar nisso, construir, ter alguns cuidados.

Essa questão, inclusive... Às vezes, a gente traz algumas teorias da isonomia, mas, às vezes, não é o que está acontecendo hoje, então vamos ajustar isso.

Acho que agora nós vamos ter um tempinho um pouco maior aqui, e eu estou muito feliz de participar disso. Tenho certeza de que nós vamos enfrentar o maior e mais grave problema e nós vamos ter também, nossa Profa. Mary Elbe, um sistema infinitamente melhor do que nós temos hoje.

Com tudo isso que foi dito aqui, ainda dá para a gente melhorar, não é isso? Acho que esse é o esforço do Senador Izalci, que é um craque, é uma pessoa que sabe ouvir muito, conhece muito e sabe da importância do que a gente está fazendo aqui.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar todos vocês. Nós vamos estar aqui atentos, anotando, fazendo o que é possível para a gente, e este é um compromisso nosso com o Brasil. Não adianta reclamar do Brasil, porque...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP) – ... esta solução está nesta Casa de Leis, e a gente espera avançar muito mais nesse trabalho.

Parabéns a todos vocês que estão construindo esse sistema, porque pode ser que a gente passe do pior sistema tributário do mundo para ser o mais avançado do mundo. Eu acredito que isso é possível, vamos trabalhar para isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Lippi.

Lembro até que eu estive recentemente dialogando com a Receita e uma das coisas que está acontecendo também na Receita – a gente precisa de dados e simulações, e quem pode fazer é a Receita – é a falta de pessoal. Nós temos uma deficiência imensa de auditores fiscais, de pessoas, no quadro da Receita Federal. Então, a gente também tem que ponderar isso para que haja realmente, sei lá, um concurso ou que, sei lá... Eu sei que estão faltando muitos profissionais lá para nos dar essas respostas que a gente precisa, sem contar o Serpro também, para o qual, normalmente, falta orçamento.

Então, daqui a pouco você está em cima de um sistema maravilhoso, mas que não tem nem recurso para ser programado.

Vou passar agora, então, para o Dr. Marcos Flores, que é o nosso Auditor Fiscal da Receita Federal.

O SR. MARCOS FLORES (Para expor.) – Vamos lá, vamos começar pela melhor parte aqui, mas, nossa, a Fenacon e o CFC já estão convidados, de pronto, para a gente discutir e encontrar soluções, soluções muito práticas. Isso já vem acontecendo com a Dra. Angela Dantas, o Dr. Haroldo; isso já é uma prática em que a gente conversa e encontra soluções práticas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Esqueceram só a Dirbi, na hora de chamar. Quando eles viram no *Diário Oficial*, já estava pronto, mas, de vez em quando, chamam, sim.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS FLORES – A Dirbi, a Dirbi agora eu vou... Mas, antes de apanhar, Senador, eu gostaria de saber cadê aquele orçamento ilimitado da Receita Federal, porque, ano após ano, é só corte, esse orçamento ilimitado eu até hoje estou procurando, não achei.

Mas vamos lá. A Dirbi, por que não, dentro das obrigações acessórias já existentes, é o que a gente tinha de antigo, não o que a gente está propondo. O que a gente está propondo é algo aderente ao sistema natural do contribuinte. Então a Dirbi vem até para que a sociedade e o próprio Congresso possam saber o tamanho das desonerações, dos benefícios fiscais, dos tratamentos privilegiados ou necessários para um ou para outro setor. Isso é tão complicado, tem tanta exceção que, sem essa obrigação acessória, não se conseguiria fazer. Ah, dá para colocar dentro da ECF? Dá, mas não é todo mundo que preenche a ECF. Então assim, é complicado.

Não é a forma como está nascendo o IVA. O IVA está nascendo junto com o sistema natural do contribuinte, junto com o pagamento, é muito mais simples. Então eu espero que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Doutor, não querendo interromper, já interrompendo, deixe-me só dizer uma coisinha aqui que é importante dentro dessa linha. A questão da Dirbi é importante, ninguém questiona a Dirbi. A questão é o seguinte, é a forma como foi feita. Você faz um negócio para hoje, para entregar no mês seguinte uma coisa que é inviável, e ainda multa as empresas por não fazer. Então, da mesma forma, quando se tem uma declaração dessa, você tem que mudar todos os sistemas de contabilidade das empresas, que são diferentes, e não dá nem prazo, porque o sistema não é dos escritórios, são empresas de tecnologia que demandam dois meses, três meses, sei lá, para fazer o sistema. Como vai acontecer agora. Com a implantação do IVA, esses sistemas terão que ser todos adaptados, porque a contabilidade não é um sistema único no país. Cada escritório tem o seu sistema, que vai ter que ter o *link* e a ligação com a Receita. Mas é só para dizer que a gente precisa ter esse tempo e uma coisa confiável, que esteja funcionando, porque também não dá para, no improviso, implementar determinadas medidas dessa forma. Mas desculpa interromper, só para contribuir aí com a resposta.

O SR. MARCOS FLORES – Justa reclamação, Senador. Eu até abri dizendo que eu ia apanhar na Dirbi, mas realmente não é o que se está propondo para a CBS e o IBS. É importante separar, reconhecer esse problema e separar. Não é o que se está propondo agora.

Eu gostaria de responder uma pergunta. Como vão me creditar se meu fornecedor não pagou? Simples, *split payment*. Paga via *split payment*, vai se creditar, é garantido o crédito, não tem risco, não precisa verificar se o fornecedor pagou ou não pagou. Opta pelo *split payment*.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Opta, é uma opção do contribuinte para garantir o crédito. Então o contribuinte para se creditar não é obrigado a fazer o *split*.

O norte dessa reforma é a simplificação, ela vem para simplificar.

Tem aumento de alíquota? Bom, com 80 páginas, 23 anexos de exceção, a alíquota base tem que ser mais alta para manter a carga no mesmo patamar. Tem previsão de entrar aos poucos, são dez anos de reforma tributária. Em 2026, ela é, vamos dizer assim, opcional, porque vai abater do PIS e da Cofins, até estar plenamente implementada em 2033. Então há um tempo para a transformação, há um tempo para a sua implementação.

Por fim, quanto ao Simples Nacional, isto aqui é muito importante, gente: o Simples vai dar crédito. Se o contribuinte ficar no Simples, é um valorzinho que hoje é PIS e Cofins, que vai virar ali dentro, está dentro do DAS, está dentro do documento único. Aquele valorzinho vai ser o crédito. Se o Simples optar por recolher por fora CBS e IBS, ele vai ter crédito e débito, os dois lados, tá? E a apuração vai ser complicada? Não. O PGDAS-D é pré-preenchido. A gente viu o módulo de apuração, vem automaticamente com as notas fiscais, então é muito mais simples do que o que a gente tem hoje.

O Simples deixa de romper o elo da cadeia de não cumulatividade, desculpa, de cumulatividade, e o tributo passa a ser não cumulativo, inclusive desonerando as exportações. Isso vai ser plenamente possível.

E aí eu vou fazer um gancho na questão do pneu. Eu confesso que eu não conheço profundamente o setor de reformas de pneu, mas a princípio é um serviço, pegando as suas palavras, não indústria. A reforma vem beneficiar principalmente bens industriais, que é onde a gente sofre a concorrência de importação desleal. E, quanto a pneu, infelizmente eu não estou com estudo aqui, eu ouso dizer que está entre os três maiores volumes – cigarro, agrotóxico e pneu. Ouso dizer, eu não tenho os números aqui.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para interpelar.) – De sonegação?

O SR. MARCOS FLORES – Não, de entrada ilegal pela fronteira.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Não, mas, com certeza, ilegal e sonegação também.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS FLORES – Em volume. Uma coisa puxa a outra, mas aqui eu estou olhando mais volume do que valor, tá? E isso acaba perturbando o mercado interno. Eu não consigo afirmar, por não ter vindo preparado para tratar do setor de reforma de pneus, que a reforma vai melhorar o problema a ponto de a gente não ter mais esse incentivo econômico para o contrabando e para o descaminho dessa mercadoria, mas com certeza, a reforma coloca numa situação melhor o produtor nacional de pneu em relação ao produtor importado. Não vai resolver problema do pneu de baixa qualidade, que não tem aprovação do Inmetro, mas ela já dá passos nesse caminho.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Os Estados Unidos, uns dois meses atrás, fizeram uma festa – Bridgestone, Goodyear, junto com um Deputado e uma empresa –, para lançar, com o Governo, um crédito. Não sei bem se era um crédito, mas é algo como se fosse o Governo assumindo que o pneu tem que ser reformado para ser verde, entendeu? E isso o Brasil aqui não consegue ver, não consegue enxergar.

Não adianta nós ficarmos falando de crédito carbono, porque isso aí é história, tá? É muito polarizado, muito diversificado. Eu tenho 1,6 mil indústrias, mas eu tenho 5 mil indústrias na cadeia. É muita coisa. Então você não consegue. Talvez através da associação e tudo, mas é muito mais complexo...

Agora, simplesmente isso. É ser você valorizado, e o que aconteceu nos últimos tempos...

Por isso, Marcos, a reforma está indo toda para a informalidade. É um pecado.

Mas, enfim...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu sugiro, inclusive, Marcos, que se possa dar uma atenção para ver especificamente o que está acontecendo nesse – e deve ter mais alguns setores também nessa situação –, para a gente buscar uma solução, não é, Senadora Margareth?

Mas, olha...

Ah, ainda tem mais um ainda. Eu ia já anunciar...

Amanhã a gente continua com este mesmo tema.

Nós vamos receber aqui amanhã o Ricardo, que é o Vice-Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito; o representante da Federação do Comércio de Bens e Serviços do Estado de São Paulo; o Robson, que tem mestrado, doutorado também na PUC de São Paulo

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e que é Coordenador-Geral; Eduardo Lopes, que é da Zetta; a Luciana Marques Oliveira, que é Procuradora do Distrito Federal, representando o Vicente Martins, Presidente da Anape; e o Rubens Rizek, da Associação Nacional de Pesquisa da Economia Energética, continuando nesse tema ainda que nós estamos discutindo hoje.

E aí, dia 27, nós vamos falar sobre a cadeia toda da construção civil.

Bem, com a palavra, então, o Dr. Lucas, para as considerações finais.

O SR. LUCAS RIBEIRO (Para expor.) – Muito bem.

Deputado Lippi, os dados a gente consegue, de fato, pelo Sped, pelas notas fiscais. Mesmo nos tributos cumulativos, eles estão definidos em lei.

Então, quando a gente tem acesso a esses dados, o que não é fácil, a propósito, se a Receita Federal disponibilizasse ou fosse gerar a partir desses sistemas que ela já tem disponíveis... Porque ela já pediu tudo isso para as empresas. Uma ou outra empresa não fornece em uma obrigação, mas está em outra ou está na nota. E aquilo que não está nas notas fiscais não está no sistema. Está no hiato de conformidade.

Então, fazer essa conta é possível, de forma censitária, para a Receita Federal. Para nós é a partir das empresas que temos e de cada empresa que olha e faz a sua, porque ela vai precisar tomar a definição de como vai renegociar os seus preços, como vai atuar daqui para frente. É uma necessidade para ela essa adaptação, não é?

Simples Nacional. Tanto a Melina quanto o Marcos nos colocaram, aqui, também a questão do Simples, de que, quando ele vende para uma empresa, ele transfere o crédito no montante em que ele realmente recolheu. O.k. É isso, está na Constituição, vamos seguir, é o que tem para hoje, mas é fato também que, quando ele adquire, ele não toma o crédito. Então, ele acaba retendo essa tributação.

Uma empresa no Simples Nacional meio de cadeia vai adquirir. Ela é fim de cadeia neste caso. Ela absorve todo o tributo e não repassa esse tributo.

O SR. MARCOS FLORES – Se me permite, ele pode optar.

O SR. LUCAS RIBEIRO – Ele pode optar. Sim, nós falamos sobre isso.

O SR. MARCOS FLORES – Ele pode optar por continuar no Simples...

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCAS RIBEIRO – Sim, sim. Eu sei, pessoal. Eu sei. Está tudo certo.

O SR. MARCOS FLORES – E passar a ser meio de cadeia.

O SR. LUCAS RIBEIRO – E eu sei que a Constituição é clara. E a Constituição...

O SR. MARCOS FLORES – Então, ele faz a opção do que é melhor para ele.

A SRA. MARY ELBE QUEIROZ – Quando optar, isso implica aumentar preço.

O SR. LUCAS RIBEIRO – A Constituição diz...

O SR. MARCOS FLORES – Não, não. Não é optar sair do Simples.

A SRA. MARY ELBE QUEIROZ – Não, não. Eu sei.

O SR. MARCOS FLORES – É optar continuar dentro do Simples.

O SR. LUCAS RIBEIRO – Ele continua no Simples em regime regular. Ele apura créditos e débitos.

Apurar créditos e débitos hoje é uma particularidade de 3% das empresas brasileiras. Três por cento das empresas sabem apurar créditos e débitos e estão preparadas sistemicamente para apurar créditos e débitos.

Mas vamos lá.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS RIBEIRO – Aumento de arrecadação e trava de alíquota.

Pessoal, as alíquotas vão aumentar e, se aumentar a arrecadação, como a Melina disse, a gente recorre ao Judiciário, recorre ao STF.

Bom, nós vivemos num país de inconstitucionalidades. Então, recorrer ao STF vamos combinar que não é lá muito fácil.

Mas vamos guardar esse tema para uma outra...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCAS RIBEIRO – Pois é.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas vamos lá. Vamos imaginar que a gente tem travas que sejam efetivas de alíquota e da arrecadação em si.

Quando nós vamos exigi-las, Senador Izalci? Quando as empresas já estiverem mortas em 2028, 2029, 2030? Porque, afinal de contas, a alíquota aplicável em 2027 é uma alíquota que nenhum de nós sabe, Mary Elbe, como a senhora muito bem colocou aqui, nos trouxe esse tema que é tão crítico, porque as empresas não sabem como vão lidar. Nós estamos partindo de pressupostos de alíquotas em potencial.

Mas vamos lá. Ainda nós temos a questão da anterioridade. Nós estamos hoje, no texto do PLP 68, com a anterioridade nonagesimal apenas, não estamos com a do próximo exercício. Então, podem ser aumentadas as alíquotas dentro do mesmo ano e nós vamos ter que adaptar todos os custos, todos os preços de compra e de venda dentro de um mesmo exercício, o que torna isso também muito desafiador para todas as empresas.

E quem está olhando para o texto... É muito fácil para a Receita, para aqueles que estão construindo a reforma tributária ou que participaram dela, olhar para os contribuintes sonegadores. Eu concordo que eles precisam ser punidos, precisam ser notificados, precisam ser autuados, multados, etc. Ótimo, que assim seja, Senadora Margareth, isso é importante para garantir a competitividade, mas quem é que está olhando para a receita daquilo que ela não vai aumentar a tributação? Porque tudo o que nós temos visto nos últimos meses é aumento de arrecadação, é mudança de entendimento, é alteração daquilo que não se poderia alterar.

Será que nós vamos viver a mesma coisa, porém, agora com outro elemento na equação, Senador, o elemento da reforma tributária? Porque, afinal de contas, interpretar 20 páginas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS RIBEIRO – ... para fazer conta não é lá muito fácil nem para a Receita, quem dirá para nós, que não conhecemos esse texto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – O objetivo dessas audiências, e dessa aqui em especial, é exatamente que a gente possa, com as contribuições de todos, melhorar o texto, para que a gente possa realmente ter um texto de que não haja interpretações diversas, que seja o mais simples possível. Simplificação, neutralidade – foi vendido isso.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqueles que puderem contribuir com sugestões de emendas para aperfeiçoar o texto e também com procedimentos e segmentos, esse é o objetivo nosso das audiências, porque no dia 22 de outubro nós estaremos oferecendo ao Relator Eduardo Braga, da CCJ, as nossas sugestões de mudanças, mas eu vejo que as mudanças só irão acontecer se tivermos realmente uma grande justificativa com dados incontestáveis, porque eu não quero e não gostaria de trazer dados e a Receita questionar os dados. Então, a gente precisa ter esse... Não sei se a Receita também vai ter esses dados todos de que a gente precisa, mas, de qualquer forma, agradeço imensamente as contribuições aqui e a presença de cada um de vocês.

Amanhã continuaremos esse tema, às 14h. Convido todos a participarem.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 47 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3857426207

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e dezoito minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Sergio Moro, André Amaral, Jader Barbalho, Giordano, Weverton, Plínio Valério, Angelo Coronel, Augusta Brito, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Jaques Wagner, Flávio Arns, Flavio Azevedo, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Fabiano Contarato, Sérgio Petecão e Rosana Martinelli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 66/2024 - CAE, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Finalidade:** Debater a não cumulatividade plena da CBS e do IBS (art. 156-A da CF/88) e as indevidas restrições veiculadas pelo PLP 68/2024 (art. 28, § 2º, I e art. 30, exemplificativamente), e o mecanismo do splitpayment ("pagamento dividido"). **Participantes:** Sr. Ricardo de Barros Vieira, Vice-presidente da Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito; Sra. Sarina Sasaki Manata, Representante da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo; Sr. Robson Maia Lins, Coordenador-Geral do Mestrado e Doutorado em Direito da PUC-SP; Sr. Eduardo Lopes, Presidente da Zetta; Dra. Luciana Marques Vieira da Silva Oliveira, Procuradora do Distrito Federal (representante de: Sr. Vicente Martins Prata Braga - Presidente da Anape); Sr. Rubens Rizek, Presidente da ANPEEN - Associação Nacional de Pesquisa da Economia Energética; e Sr. Paulo César Teixeira Duarte Filho, Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos - ABIPAG. **Resultado:** Audiência pública realizada com a presença dos convidados: Sr. Ricardo de Barros Vieira, vice-presidente da Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito; Sra. Sarina Sasaki Manata, representante da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo; Sr. Robson Maia Lins, coordenador-Geral do Mestrado e Doutorado em Direito da PUC-SP; Sr. Eduardo Lopes, presidente da Zetta; Dra. Luciana Marques Vieira da Silva Oliveira, procuradora do Distrito Federal; Sr. Rubens Rizek, presidente da ANPEEN - Associação Nacional de Pesquisa da Economia Energética; Sr. Paulo César Teixeira Duarte Filho, Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos - ABIPAG. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/21

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 21 de agosto de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de debater a não cumulatividade plena da CBS e do IBS, art. 156-A da Constituição Federal de 88; e as indevidas restrições veiculadas pelo PLP 68, de 2024, art. 28, §2º, inciso I, e art. 30, exemplificativamente; e o mecanismo do *split payment,* pagamento dividido, em atenção ao Requerimento 66, de 2024, da CAE, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso.

Eu já convido para compor a mesa aqui o primeiro grupo, com que nós vamos fazer a primeira rodada; e, depois, a gente chama a segunda mesa.

Vou convidar aqui para compor o Presidente da Anpeen (Associação Nacional de Pesquisa da Economia Energética), Rubens Rizek, por favor; Ricardo de Barros Vieira, Vice-Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito; Sra. Sarina Sasaki Manata,

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Representante da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo; Eduardo Lopes, que é o Presidente da Zetta.

Bem, só para reforçar a fala nossa de ontem, isto daqui ainda é uma continuidade da audiência de ontem.

Como foram vários pedidos de participação, a gente acabou tendo que dividir em dois dias.

O que a gente está pedindo, evidentemente, são sugestões.

Já foram apresentadas mais de mil emendas, mas o objetivo nosso, da Comissão, é, depois, apresentar para o Relator um relatório já com os pedidos de mudança da lei, mas de uma forma muito óbvia, muito objetiva.

Nós não vamos rediscutir aqui a reforma tributária. A gente tem que ver o ponto objetivo, o mundo real, na prática, como é que fica, porque, na teoria, está tudo maravilhoso. Tudo o que a gente deseja é uma reforma daí, mas não o texto exatamente como está aqui.

Então, tem alguns ajustes para fazer.

Reabriu-se o prazo de emendas. Consequentemente, quem tiver que apresentar alguma emenda que o faça de uma forma bem objetiva, com uma justificativa bem clara, com exemplos incontestáveis, com números concretos, para a gente ter chance de mudar. Sem isso, a gente não vai conseguir alterar muita coisa.

Peço que sejam bastante objetivos, com coisas mais pontuais, para a gente poder ter um bom resultado da reunião.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação de interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por 10 minutos.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares e também para as considerações finais.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já passo, imediatamente, a palavra ao nosso convidado Dr. Rubens Rizek, da Associação Nacional de Pesquisa da Economia Energética.

O SR. RUBENS RIZEK (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Antes de mais nada, agradeço a V. Exa. a oportunidade, o convite.

Agradeço, enormemente, como cidadão brasileiro, o trabalho que o senhor faz aqui. O senhor é um Senador que é um exemplo de trabalho parlamentar. O senhor é presente, o senhor é disponível, o senhor tem uma prática de ouvir os setores com muita inteligência, lucidez.

Fica aqui o meu registro, Senador.

Em nome da Anpeen e de todo o setor de energia elétrica, os nossos agradecimentos pelo seu trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Vou lhe dar dois minutos a mais pelo elogio. (*Risos.*)

O SR. RUBENS RIZEK – Eu acho que eu não vou nem usar os 10 minutos, porque, pelo recado aqui, eu vou cumprir rigorosamente a sua orientação, Presidente.

Faço um registro ao seu chefe de gabinete, o Dr. Ignacio. Na pessoa dele, cumprimento toda a serventia da Casa, da Comissão, da CAE, do seu gabinete.

São muito importantes. É um gabinete muito qualificado. E a Secretaria da CAE também, extremamente qualificada e atenciosa.

Precisava fazer esse registro.

Senador, cumprindo rigorosamente a sua orientação, vou ser objetivo, vou ser pontual.

Eu represento aqui, como Presidente da Associação Nacional de Pesquisa da Economia Energética, a cadeia de energia, mais especificamente de energia elétrica.

O primeiro ponto, que sempre é importante lembrar, é a importância da cadeia de energia para a nação brasileira e para qualquer país. Energia é a base, a base do desenvolvimento, é o insumo básico. A energia abundante, de boa qualidade e a preços competitivos é determinante no progresso.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além da importância estratégica para a nação, há a importância econômica da cadeia. A cadeia de energia hoje... se nós formos somar todas as operações de compra e venda e transações no mercado de energia hoje, estamos falando de um número que se aproxima a um terço do PIB. Então, além da importância estratégica para a nação, e isso é real, é intuitivo, temos uma importância econômica, são centenas de milhares de pessoas diretamente envolvidas na cadeia.

E, assim como o senhor nos deu, esta Comissão, a oportunidade, durante a tramitação da Emenda Constitucional da Reforma Tributária, de vir aqui falar em nome da energia, agora, novamente, o senhor está nos dando a oportunidade. Naquela primeira ocasião, eu fiz o alerta de que o setor de energia elétrica mereceria – e isso é técnica, e é assim no mundo inteiro – ser tratado de forma especial na reforma tributária, mas não foi.

A reforma foi aprovada, não tem problema, todos nós apoiamos, queremos e concordamos com o senhor de que ela é fundamental, um momento histórico do Brasil, mas também pelo tamanho e importância do setor nós não podemos deixar aqui de fazer – e, seguindo a sua recomendação, de forma muito pontual – pequenos ajustes nesta oportunidade – são pequenos ajustes, mas que são fundamentais para que o setor não padeça.

Então, eu fiz aqui, Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RUBENS RIZEK – Obrigado, muito obrigado.

A reforma tributária institui o imposto, os tributos sobre o valor agregado, IBS e CBS. E, nas cadeias normais de bens tangíveis, bens, produtos, bens econômicos, você tem desde a matéria prima. Então, temos a matéria prima, que alguém compra para transformar – a matéria prima. Credita-se, paga-se o imposto sobre o valor agregado – se credita. Aí ele transforma, vende para outro que vai transformar novamente; aqui ele se credita, paga o imposto, que vai para um revendedor, que vai para um distribuidor, até o consumidor final. Esta é a cadeia, a cadeia é valor agregado, e aí nós temos o...

Pode ficar na próxima, porque eu já vou chegar na próxima.

Nós temos...

Sou eu quem está passando?

(*Intervenção fora do microfone.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS RIZEK – Ah, bom, então, estou passando tudo errado.

Agora foi, muito obrigado.

Então, as cadeias são de fácil compreensão.

Nós pegamos aqui este caderno. Este caderno tem a turma da celulose, que vai vender para a turma do papel, que vai vender para a turma da encadernação, que vai vender para a Kalunga, que vai vender para nós, consumidores. E aí a cadeia é clara, nós temos o mecanismo de *split payment*, que é, na verdade, uma modernização do sistema brasileiro tributário fiscal – isso existe no mundo. Ele conecta a parte fiscal à parte financeira, e nós, nesse particular, só temos que aplaudir.

Só que a energia elétrica, e eu preciso enfatizar isso, não funciona assim – não funciona assim –, é completamente diferente.

Esta energia que nós estamos consumindo aqui, agora, neste momento – esta energia, esta luz –, está sendo gerada, produzida neste exato momento. Então, a energia que nós estamos consumindo está sendo produzida agora. Esta energia que nós estamos consumindo aqui, agora, está sendo produzida neste microssegundo, mas nós não sabemos por quem. Pior, ela pode estar sendo fornecida para nós aqui, nessa sala do Senado Federal, por diversas gerações espalhadas no Brasil inteiro, inclusive, energia importada. Nós não sabemos. Então, aqui nós podemos ter um conjunto de elétrons vindo de Itaipu, outro vindo de uma usina eólica no Nordeste e outro vindo de uma usina solar no interior de São Paulo, ao mesmo tempo, neste exato momento.

Muito bem, Senador Izalci e prezados colegas, a quem eu cumprimento – os da mesa e os que vão falar também –, isto daqui é uma simulação real. Está aqui o escritório Bichara Advogados, que me ajudou a fazer essa simulação, não é? É uma simulação real. Esta energia que nós estamos consumindo aqui, agora, que a gente não sabe onde está sendo gerada, que não tem rastreabilidade, está passando, em média, por pelo menos cinco operações de compra e venda de energia agora, aqui – cinco operações –, porque um comercializador vende para o outro, o outro faz uma posição; o outro, que está na mesa de energia, compra energia antecipada; o outro vende energia; o outro vende para o outro comercializador, que compra a posição do outro.

O mercado de energia hoje, Senador, é muito semelhante ao mercado de capitais, ao mercado financeiro. Quando a gente vai em Bolsa, compra e vende lá uma ação da Petrobras, por exemplo, a gente pode fazer isso a descoberto ou não, a gente pode fazer uma operação com pagamento futuro ou não, a gente pode fazer uma compensação com outras contas, dentro de

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um mercado secundário. E com a energia é a mesma coisa. Então, ela não obedece absolutamente... Isto é técnica, isto é verdade, isto é real: ela não obedece à lógica de uma cadeia de produção de valor agregado. Era este o recado, Senador, que fica muito claro, a gente percebe isso. O que está faltando é alertar V. Exas. de que se precisa fazer esse ajuste.

E aí eu vou além, Senador. O senhor disse: "Estamos aqui já indo para a conclusão da reforma". Então não tem mais espaço para rediscutir o mérito do *split payment* ou o mérito do... Sim, nós temos ajustes para fazer. E é por isso que o senhor está se dispondo aqui a isso, e que, como cidadão, novamente, eu lhe agradeço muito, porque este ajuste é fundamental, senão o sistema entra em colapso.

Nós conversamos, inclusive, com o Governo, com o pessoal da Secretaria da Fazenda, com Receita Federal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUBENS RIZEK – Vou concluir. E veja, Senador, que não há perda de arrecadação. O que nós estamos pedindo é o deferimento, para ser como é na história brasileira de décadas: antes da Constituição de 1988, era imposto único de energia. Era imposto único. Então, o consumidor final ali pagava o imposto e era para a cadeia inteira. Passou 88, veio o ICMS, foi criado o ICMS. Hoje, como é que nós pagamos imposto sobre energia, há décadas, no Brasil? Todo mundo sabe: por causa disso.

O consumidor final, seja ele indústria, seja ele o consumidor pessoa física, etc., paga a conta e paga o imposto da cadeia inteira – aliás, energia é o maior contribuinte de tributo do país. Agora, se nós formos instituir a mesma lógica, em cada transação, num mercado que não tem a lógica do valor agregado das cadeias normais, nós vamos ter problema de sonegação, nós vamos ter problema de... Vamos ter o contrário, a antítese da reforma tributária, que é a complicação e não a simplificação; nós vamos precisar de um outro *data center* para processar a quantidade de transações o tempo todo, o dia inteiro, com *split payment,* na energia.

Muito bem. Para concluir – e aí eu concluo –, das várias emendas que foram propostas, Senador, eu queria destacar a Emenda nº 79 – que eu queria registrar, aqui, para a sua assessoria –, do Senador Eduardo Gomes, que ficou muito bem feita; louvo essa iniciativa. Ele, em duas inserções no texto, resolve o problema do diferimento do pagamento do tributo; não perde um tostão em arrecadação; ao contrário, evita a sonegação, simplifica e faz o país melhor, e deixa de

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

correr o risco de inviabilizar o setor básico, fulcral, fundamental para o progresso do nosso querido Brasil.

Senador, muito obrigado pela oportunidade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RUBENS RIZEK – A Emenda 79, eu tenho aqui... Ah, não, no vídeo, aqui, não tem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUBENS RIZEK – Está bom?

Muito obrigado, Senador.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RUBENS RIZEK – Passo, sim, senhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Podem aplaudir, não tem problema, não, até porque, depois do almoço... (*Palmas.*)

Vou passar imediatamente a palavra ao Ricardo de Barros Vieira, que é o Vice-Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito.

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA (Para expor.) – Onde é que passa? Aqui? (*Fora do microfone.*) (*Pausa.*)

Boa tarde a todos.

Eu queria começar agradecendo, Senador, a gentileza do convite...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Queria agradecer ao Senado e à CAE por essa atenção e pela possibilidade de a gente estar aqui e tentar contribuir para a discussão da reforma tributária. A indústria, como as demais indústrias, é amplamente favorável ao êxito da reforma.

Só uma rápida contextualização: a Abecs é uma associação que tem mais de 95 associados, tem mais de 53 anos. Temos 44 emissores, que correspondem a mais de 80% de todo o mercado de emissores de cartão, bancos. Temos 25 credenciadoras associadas, que representam mais de

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

90% do mercado das maquininhas, como é conhecido, e temos 6 bandeiras, instituidores de arranjo e associados, que representam 98% da indústria.

Então, a gente representa fortemente uma indústria por meio da qual se deve transacionar, este ano, mais de um terço do PIB, mais de R$4 trilhões. Nós estamos falando de uma indústria que captura e processa 50 bilhões de transações por ano. São 5 mil transações por segundo, que se tem que capturar, processar... A parte que todo mundo enxerga é quando volta na maquininha, mas por trás tem todo um complexo de atividades para garantir que o banco pague à credenciadora, que a credenciadora pague ao lojista certo, na data certa, que haja controle disso tudo. É uma indústria muito forte; 60% do consumo das famílias brasileiras é feito por meio de um cartão de crédito-débito ou pré-pago.

Com essa contextualização – e sendo extremamente objetivo, na linha que o senhor colocou –, nós temos oito pontos para comentar. Nós não estamos pedindo exceção em nada, os nossos pontos são para evitar judicialização, para clarificar o que são atividades, porque a expressão utilizada é muito curta, muito genérica e pode dar margem a duplas interpretações.

Então, indo direto para elas, a primeira providência é a seguinte: a indústria não é responsável por arrecadar, a indústria está sendo chamada para colaborar nesse esforço e está disposta a colaborar, mas a gente não quer ter responsabilidade sobre essa colaboração. Se a Receita Federal ou alguém mandar reter 4% e gente retiver 4%, se estiverem errados os 4%, o problema é de quem definiu os 4%. Nós não queremos ter esse tipo de responsabilidade, seria muito gravoso para a indústria assumir essas responsabilidades.

Claramente, os nossos querem fazer essa questão, ficar com o risco da sua própria atividade. Se é para recolher 4%, a gente recolheu 3%, nós erramos, então isso a gente corrige.

A outra forma é que não dá para, na subida da transação, quando você está fazendo a transação, sob pena de parar o Brasil, tentar consultar a Receita para ver qual é a alíquota do momento em que você faz a transação. São 5 mil transações por segundo – vai ter um eslaide no final que mostra o grau de complexidade –, então nós estamos querendo que se faça no momento da liquidação. Quando o dinheiro começa a circular no sistema, que é um dia depois, que se faça toda a retenção e se faça o encaminhamento. Então, esse é basicamente o primeiro ponto.

O segundo ponto é o mais complicado, e eu talvez tenha que pular para o último eslaide para mostrar para os senhores. A gente é favorável ao *split*. A gente fez muitas discussões com a

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

secretaria especial da reforma tributária, com o Appy, com o Loria, e chegamos a um consenso que em D, seja D 2026, é impossível implantar aquilo que eles chamam de *split* superinteligente.

Então, nós combinamos, e, aliás, o Appy coloca isto em matérias de jornal: é um processo evolutivo, começa-se com uma forma mais simples e evolui. A gente está querendo deixar isto registrado na lei, de que se começa de uma forma mais simples e evolui para o *split* definitivo.

Se eu conseguir mostrar só uma última lâmina fora de ordem, senhores... (*Pausa.*)

Este é o *split* superinteligente, nada do que está dentro do quadrado amarelo, vermelho e do lado direito existe. Nada existe daquilo. Acreditar que tudo isso vai ser construído em menos de um ano para conseguir responder 5 mil transações por segundo é meio utópico, corremos o risco de paralisar. Do lado do cartão, como eu disse, é só o *front-end*; tem toda uma estrutura por trás que não está mostrada ali que exige grande complexidade para alteração.

O cartão funciona porque funciona de uma forma idêntica no mundo inteiro, então essas transações correm no mundo. Um cartão do exterior tem que ser usado no Brasil, então tem regras mundiais que a gente tem que alterar para implantar o *split*.

Então, nós acreditamos que é viável fazer o *split* simplificado, mas, evolutivamente, trabalharmos o *split* superinteligente, como ele coloca.

Aqui basicamente nós estamos dizendo isto, que é um processo evolutivo, e estamos aqui explicando a forma conforme a gente combinou nas discussões da Sert com o Loria. É um *download*, nós temos capacidade de recolher um imposto por empresa, desde que ele mande um arquivo para a gente dizendo "o CNPJ é tanto". Uma vez por mês, nós temos, em cada momento de transação, em cada uma daquelas 5 mil transações por segundo, condições de separar o valor certo. Isso a gente está disposto a fazer. E para aqueles que não têm, por exemplo o consumidor final, tem que se criar uma alíquota inicial fixa, seja ela qual for, para permitir que seja processado, até que a gente desenvolva o *split* superinteligente.

Outra coisa: isso vai custar... A indústria está sendo chamada a colaborar, em um esforço gigantesco, a que está disposta, mas não existe previsão de ressarcimento dessas despesas de investimento. Nós estamos falando aqui de centenas de milhões de reais que vão ser investidos pela indústria. E nem de manutenção desses sistemas, no futuro, há previsão legal. A gente não quer definir, colocar faca no peito de ninguém, dizendo que tem que ter o preço tal. Nós só queremos ter a previsão legal de que haverá um ressarcimento e de que haverá, combinada entre as partes, uma remuneração pelo serviço eventualmente prestado ao final.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa que nos preocupa é que trabalhamos muito na questão da isonomia concorrencial: todos os arranjos estão obrigados a participar do *split payment*. Se deixarmos um de fora, o que ficar de fora vai ser, em seis meses, o arranjo dominante no mercado brasileiro. Vou dar um exemplo: cobrança. Se obrigarem todos os outros arranjos, Visa, Master, Elo, Amex, Pix, e todos os outros, a entrarem e deixarem cobrança do lado de fora, em seis meses você vai ter uma migração absurda de tudo para a cobrança, porque o imposto lá é diferido e não é retido na fonte. Eu, se fosse comerciante, ia preferir ir lá, não mexe no meu fluxo de caixa. Então, aqui o pedido é simplesmente para retirar aquela expressão no que for possível. A regra que foi imposta para um tem que ser para todos ao mesmo tempo, para não definir ganhadores e perdedores. Tem várias emendas indicadas ali.

Sétimo. Aqui nós estamos preocupados com a definição. O que é arranjo de pagamento? Terão participantes de arranjo? O que são atividades inerentes a arranjo de pagamento? Nós pedimos aqui a indicação – e nessas emendas isso foi muito bem contemplado – de uma especificação não exaustiva dos principais serviços inerentes à atividade de meios de pagamento que envolvam serviços de pagamento, parar evitar uma judicialização absurda. Porque, senão, os técnicos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – ... das diversas – já estou terminando – instâncias vão autuar a indústria de uma forma impossível de administrar.

Então, querendo mitigar eventuais ações judiciais, no futuro, a gente está pedindo só uma clarificação. Nós não estamos acrescentando nem subtraindo nenhum conceito aqui, é só uma explicação.

O último item. Tem serviços que são prestados, na indústria de cartão, no mundo inteiro. Eu costumo dar o exemplo seguinte: você pode estar em Nova York e sacar com o seu cartão num ATM direto da sua conta corrente, ou você saca no seu cartão de crédito. Você está fazendo uma operação no seu cartão de crédito do Banco do Brasil, em Nova York. Isso é um serviço prestado no exterior. Para que não haja migração, para que seja mantido o sistema em equilíbrio, nós estamos pedindo que esse serviço seja tributado da igual forma como são tributados os serviços prestados no Brasil porque senão a gente pode ter uma migração, novamente um fluxo migratório de serviços.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente quer manter o equilíbrio, então a gente está propondo basicamente que nós não discutamos a alíquota nem a forma de tributação da indústria financeira brasileira, mas a gente quer que esse tipo seja isento lá fora e esse serviço tributado de igual modo às instituições financeiras no Brasil, para não ter migração e não ter assimetria.

Esse é o *split* simplificado, novamente à direita.

Senhores, aprovada a lei, as duas medidas provisórias promulgadas, não conseguimos avançar um milímetro. Depois de constituído o grupo técnico, a partir das primeiras definições desse grupo técnico é que a gente pode começar a desenvolver as mudanças no sistema.

Nós estamos no final de 2024...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – ... e esse grupo, se for constituído em 2025, é para um *split* que se pretende começar em 2026. Então, são urgentes as discussões, é urgente a constituição da figura da entidade que vai conduzir essas discussões, e é primordial que ela faça essa construção junto à iniciativa privada.

Obrigado pela tolerância.

Por fim, eu queria só registrar que a gente foi muito bem acolhido com as nossas sugestões de emendas aqui no Congresso. Eu queria agradecer ao Senador Astronauta Marcos Pontes, ao Senador Izalci, ao Senador Hamilton Mourão, ao Senador Veneziano, ao Senador Irajá, ao Senador Mecias pela gentileza com que nos receberam e nos apoiaram em alguns desses pleitos, apresentando diversas emendas.

Agradecendo ao senhor, agradeço a todos os colegas do senhor por essa gentileza.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Ricardo.

Bem, passo imediatamente à Sra. Sarina Sasaki Manata, que representa aqui a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo.

A SRA. SARINA SASAKI MANATA (Para expor.) – Bom, boa tarde a todos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senador Izalci, pelo convite. É uma honra a Fecomercio poder contribuir com este debate. Lembro que a Fecomercio não representa apenas comércio, mas também o setor de prestação de serviço e o de turismo.

E aqui, apesar de ser advogada, Senador, tenho família de contadores – pais e irmãs –, trabalhei mais de dez anos em escritório de contabilidade e sei bem o quanto uma reestruturação impacta o dia a dia de todo mundo e de quem lida com os problemas diários, que é o setor contábil.

Acompanhei, inclusive, a audiência pública. Então, várias das dores que a gente traz da Fecomercio têm relação com os pontos já levantados, inclusive ontem, pelo setor contábil.

A gente concorda que houve avanço já desse texto. A gente teve uma completa reestruturação do sistema constitucional e a gente tem uma espinha dorsal para ser seguida, mas do lado do contribuinte a gente tem sempre a preocupação de aumento da carga tributária. Cerca de 32% do PIB a gente paga de impostos. Então, imaginar qualquer reestruturação que vá aumentar ainda mais é sempre uma preocupação.

E, falando de não cumulatividade, a gente verificou dois avanços já na Câmara. O primeiro é esta questão do *split payment*. Pelo menos foi inserido um dispositivo de que, se essa ferramenta nova e tão revolucionária não funcionar, vai ser garantido, então, o crédito do tributo devido e não recolhido.

Acho que outro avanço que a gente precisa destacar é em relação à definição de uso e consumo pessoal. Foi inserida a possibilidade, então, de deduzir os créditos com despesas de plano de saúde e despesas também com vale-refeição e vale-alimentação, mas, na verdade, a não cumulatividade plena que nos foi prometida não está sendo observada.

A gente verifica, em todo o decorrer do PLP 68, que, a todo tempo, está sendo mitigada aos créditos. A promessa era: tudo o que eu comprei vai gerar um crédito para mim, e a gente não verifica essas situações.

Primeiro, há restrição em relação ao tributo efetivamente pago. O comercio, na verdade, é contrário a essa restrição. A emenda constitucional não trouxe isso. É uma possibilidade, e o PLP vem cravar que só vai tomar o crédito do tributo efetivamente recolhido.

Já teve, inclusive, várias emendas apresentadas nesse sentido. Cito, aqui, como exemplo, as Emendas 16, 41, 151, 275 e 656, mas é claro que a gente sabe que alterar essa sistemática é uma

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte muito difícil, a gente conseguir avançar nessa pauta, apesar de diversos Senadores terem sido sensíveis à questão dessa restrição ao tributo efetivamente recolhido.

Então, o que a gente pede – e a gente tem propostas concretas para apresentar – é que se restrinja esse sistema, um sistema, como meus colegas falaram, extremamente revolucionário. Quer dizer, país nenhum adota isso, dessa forma que a gente está pretendendo, de uma forma ampla para todo mundo. Quer dizer, por conta de maus contribuintes, a gente vai mudar toda a estruturação dos créditos. Acredito – tenho certeza, aliás – que os maus contribuintes são a minoria, então, fazer essa restrição...

A gente deveria, pelo menos, já que é um sistema revolucionário e novo, limitar essa sistemática aos maus contribuintes, aos devedores contumazes. Então, primeiro, vamos aplicar essa sistemática toda complexa que a gente quer fazer com relação a *split payment*. Como o colega falou, não é, simplesmente, dividir os pagamentos, é uma sistemática de débito e crédito a todo tempo. Com certeza, não será, acredito eu – não entendo muito de informática –, que, tecnicamente, seja possível, só que enfrenta desafios, não é? Todo sistema novo enfrenta desafios.

Então, a primeira sugestão da Fecomércio é que, pelo menos, se avalie aí, como alternativa que seja restrita, a aplicação do *split payment* dessa forma, que ela seja aplicada de forma restrita.

Há outra questão que eu acho que precisa evoluir, em relação, também, à restrição de uso e consumo pessoal. Como eu disse, a gente já evoluiu, mas acho que ainda é preciso contemplar as despesas com deslocamento dos funcionários e bolsa de estudos. Diferentemente do que foi falado ontem, eu acho que a gente não tem que comparar. Claro, os exemplos internacionais são importantes, mas a gente não pode, pura e simplesmente, comparar, porque a nossa realidade é outra.

Os empresários não pagam plano de saúde e bolsa de estudo para os seus funcionários, na maioria das vezes, porque ele quer, mas, primeiro, porque não tem um sistema eficiente público, então as pessoas acabam tendo que se socorrer de sistemas privados. Querer comparar a realidade dos outros países não me parece o mais adequado.

Então, a gente entende que deveria se ampliar e, nesses pontos, também, a gente tem já Senadores que apresentaram emendas nesse sentido. Cito, aqui, como exemplo, a Emenda 789, da Senadora Dorinha. Inclusive, conversamos, hoje, com o assessor, pela manhã, parabenizando-a, porque não basta pedir, a gente tem que parabenizar as iniciativas, também, dos Senadores.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em relação à não-cumulatividade desses pontos essenciais e, inclusive, à permissão dessas despesas, eu acho que a gente a minimiza o impacto no setor de serviço. Eu acho que ninguém tem dúvidas de que o setor de serviço, considerando a carga tributária que ele tem, hoje, será o mais penalizado. Então, você permitir que se credite essas despesas com os seus funcionários é essencial e minimiza o impacto no setor de serviço.

E falar também que não vai ter impacto no fluxo de caixa das empresas a gente entende também que não é verdade. Por quê? Porque há regras distintas entre débito e crédito. Para eu tomar crédito, eu vou adotar o regime de caixa. Eu só me credito do que foi pago. Só que, na hora de apurar quanto eu vou pagar, a minha empresa vai pagar, eu vou adotar o regime de competência. Então, eventualmente, eu não recebi aquele crédito, porque ele foi pago parcelado ou a prazo, só que, na hora da minha apuração, de saber quanto eu vou ter que pagar, eu vou considerar um mês de competência. Então, independentemente de se eu recebi ou não, eu vou ter que apurar. Isto causa um grande impacto no fluxo de caixa da empresa, e acho que isso não foi solucionado.

Então, acho que esses pontos são relevantes. A gente desenhou um sistema tributário, uma emenda constitucional criada em dois princípios fundamentais, da transparência e da justiça tributária, e eu acho extremamente relevante que a gente contemple essas questões.

E aqui, por último, mas não menos importante, a questão do Simples Nacional. Há uma grande preocupação, especialmente da Fecomércio, com relação a essas empresas, que são a grande maioria dos empresários. Mais de 90% das empresas são micro e pequenas empresas. Então, apesar de você dar a possibilidade de ela excluir desse sistema os novos tributos, não nos parece a solução mais adequada. Então, na verdade, ela vai ficar... Essas empresas, micro e pequenas empresas, estão em duas situações, não é, Senador? Ou ela se mantém integralmente dentro do Simples Nacional... E aí, se ela estiver no meio da cadeia, ela pode, sim, perder competitividade, e a gente cita alguns exemplos aqui como o contador. O contador que for optante pelo Simples, ele presta serviço para uma empresa... Então, imagina uma grande empresa. A gente está falando de alíquota de 26%, talvez 28%, ontem falaram em, talvez, 30%. Então, a gente não sabe quanto é, mas fato é que a alíquota é extremamente elevada. Então, com certeza, haverá uma grande corrida pelo crédito e pelo crédito integral, e a micro e pequena empresa nessa situação não vai transferir o crédito integral, mas vai transferir um percentual muito pequeno. Então, acho que é importante ter esse olhar.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro exemplo é a lavanderia, a lavanderia que presta serviços para hospitais, lavanderias industriais... Elas estão no meio da cadeia e podem, sim, ser penalizadas. Especialmente, falo também do setor de serviço. Essas empresas, micro e pequenas empresas, são, especialmente, empresas do setor de serviço.

Então, a gente também tem uma emenda com relação a isso. Se a gente falar que a gente está trabalhando com tributos efetivamente pagos, então, uma alternativa que a Federação apresenta é que se dê o crédito total pago do Simples Nacional, não restrito ao IBS...

(*Soa a campainha.*)

... já vou concluindo, Senador – e à CBS, mas que permita. Então, tudo que a micro e pequena empresa pagou na DAS, no recolhimento, que seja permitido esse crédito a fim de minimizar essa perda de competitividade.

E, por último, só falando em relação ao sistema, como falaram bastante aqui desse sistema, eu queria lembrar – ontem se lembrou também o sistema do eSocial – que a ideia era só unificar todas as informações e simplificar. Essa foi a promessa. E o Congresso Nacional teve que intervir nessa questão do eSocial porque criou um monstro. A questão da simplificação... Nem precisava de legislação, era simplificação.

Então, há uma grande preocupação, claro, dos empresários, dos contribuintes, quando a gente fala em simplificação, desse aumento da obrigação acessória e também dessa questão da declaração pré-preenchida. Claro, é fantástico você ter uma declaração pré-preenchida e o Imposto de Renda é um exemplo do quanto isso facilita. Mas a gente tem que criar também mecanismos para discordar, quer dizer, vão vir débitos e créditos, em uma declaração pré-preenchida para o contribuinte e ele pode discordar? Pode, mas assim como na declaração de imposto de renda da pessoa física, se ele discordar e estiver divergente das informações do Fisco, ele pode ter problema.

Então, todas essas questões, apesar desse sistema parecer fantástico, eu acho que é importante ter a cautela de fazer esses ajustes.

Parabenizo, mais uma vez, a CAE pela iniciativa desses debates e a Fecomercio vai apresentar suas propostas para vocês.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sarina.

Eu vou passar, então, para o Eduardo Lopes, que é o Presidente da Zetta.

O SR. EDUARDO LOPES (Para expor.) – Obrigado, Senador, Izalci, pelo convite, pela oportunidade e pela iniciativa das audiências públicas, que são importantes.

Eu queria cumprimentar os colegas de mesa também, é uma satisfação estar aqui com vocês hoje. Eu falo aqui em nome da Zetta. Senador, a Zetta é uma associação sem fins lucrativos que representa as *fintechs*.

Então, é a nova economia no setor financeiro, são bancos digitais, empresas de meio de pagamento e a gente foi responsável, nos últimos anos, por uma injeção de muita competitividade no setor, por muita inclusão financeira, por aumento do setor como um todo, barateamento dos serviços, melhoria dos serviços. Isso foi feito com base em muita inovação, trazendo muita gente para dentro do sistema que estava excluída e que não estava conseguindo ser bem atendida.

Eu não estou conseguindo passar aqui os eslaides... (*Pausa.*)

Bom, aqui já falei um pouco sobre a Zetta. Aqui é um pouco do nosso quadro de associados, temos quase 30 associados. Hoje somos bem mais novos que a Abecs, a qual o Ricardo apresentou, mas a gente já representa *players* que estão entre as maiores plataformas de serviços digitais do mundo e esse acho que é um orgulho nacional, é um orgulho da Zetta poder representar essas associadas.

Aqui é um pouco dos nossos dados de impacto, como eu vinha falando, de barateamento de tarifas, de quantas pessoas passaram a economizar uma vez que as *fintechs* forçaram o sistema como um todo a se aprimorarem, a inovarem e isso trouxe muita gente para dentro do sistema financeiro.

Bom, eu não vou repetir aqui os dados que o meu colega Ricardo trouxe, mas eu queria só reprisar alguns deles. Então, quando a gente pensa em cartão de crédito ou em cartões, a gente está falando de uma indústria que movimenta mais de R$4 trilhões.

O Ricardo mencionou, são dezenas de bilhões de transações sendo feitas anualmente. Quando a gente pensa em *split payments*, além de cartões e de todos os arranjos que a gente quer que entrem ao mesmo tempo, tem o Pix também. E quando a gente pensa em Pix, no mês de julho deste ano, houve o recorde de que em um dia apenas foram 224 milhões de Pix feitos no mês de julho, ou seja, a gente está falando... Esse é o tamanho da responsabilidade que a gente

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem aqui na nossa mão. Eu acho que o setor financeiro, como um todo, entende os benefícios que o *split* pode trazer nesse contexto em que a gente está refundando o Sistema Tributário Nacional. É da maior importância, mas a gente tem na mão uma responsabilidade que não é menor.

Não se trata de um aspecto operacional parcial e trivial, muito pelo contrário. Toda reforma, de certa forma, vai passar pelo *split payment*, com um nível de complexidade e com uma indústria que hoje movimenta mais de um terço, quase 50% já do PIB em valor de transações.

Bom, para ser bem sintético aqui e não reprisar, os pontos já foram trazidos pela Abecs, mas eu queria destacar três pontos fundamentais. O primeiro deles é a questão do modelo. Então, foi dito aqui sobre um modelo simplificado, um modelo superinteligente. Da forma como está redigido o PLP hoje, a gente já está partindo para um modelo mais ousado e um tanto quanto inédito no mundo inteiro. Ele parece idealmente ser muito bom mesmo, do ponto de vista de eficiência, mas ele traz uma série de desafios. A gente ouviu aqui desafios do setor energético, desafios do setor de comércio e serviços, mas tem o desafio da operacionalização disso, que cabe ao sistema financeiro. Então, nós é que vamos ter que fazer com que tudo isso aconteça de maneira instantânea, inequívoca e à perfeição, porque, do contrário, a gente compromete toda a movimentação do PIB nacional.

Então, quando a gente pensa num modelo simplificado, a gente não está falando que está excluindo de forma permanente o modelo superinteligente, mas a gente acredita que não há hoje estudos de impacto suficientemente feitos sobre um modelo inteligente. Essa é uma experiência quase que inédita.

Então, se a gente for visar chegar a um modelo superinteligente, que isso seja uma visão de mais longo prazo. Ao nosso ver, a implementação no modelo simplificado já é desafiadora o suficiente para a gente começar por ela. E, quando a gente pensa, a Sarina mencionou o exemplo do eSocial, mas a gente pode olhar para o caso do Pix. O Pix foi discutido internamente pelo Banco Central, antes de ele ter esse nome, antes de nós sabermos que ele viria a existir, por alguns anos.

Quando o Pix foi lançado, em 2020, ele já previa uma agenda evolutiva de muitos anos, e a gente ainda está vivendo essa agenda evolutiva. Agora mesmo o Banco Central anunciou que, para 2025 – e isso foi adiado dadas as complexidades de se executar essa agenda –, o Pix automático, aquele que vai de certa forma substituir ou competir com o débito automático, vai vir só no ano que vem, ou seja, a gente já está falando de um produto que está no mercado há

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitos anos e ainda está com uma agenda de desenvolvimento acontecendo. Isso porque a gente tem que ser realista. Por mais que os modelos ideais sejam muito bons e tragam muito impacto, a gente tem que evoluir de maneira progressiva sob pena de colocar em risco um bem muito maior.

Então, acho que o primeiro ponto é essa questão do modelo. A gente acha que devemos começar por um modelo simplificado, ainda que a visão de longo prazo seja a de evoluir para um modelo inteligente. Mas isso tem que estar claramente escrito. Do contrário, a gente vai ficar num ambiente de incerteza, tendo que desenvolver algo que a gente não sabe como é que vai ser ainda.

O segundo ponto também foi mencionado aqui, mas é a questão da remuneração pelo desenvolvimento. Então, a gente está falando de um sistema que é complexo. São os diferentes tipos de arranjo. O cartão de crédito é de um jeito, o de débito é de outro, o Pix é de outro, o boleto é de outro. A gente está falando de uma série de arranjos que são diferentes e os operadores vão ter que fazer isso tudo acontecer e de maneira, como eu falei, muito inequívoca para que não tenha nenhum tipo de erro e para que não se parem as transações financeiras. Isso tudo vai ter um custo muito elevado.

Quando eu olho para as associadas da Zetta, que eu represento aqui, a gente está falando de empresas que trabalham com margens muito apertadas, que estão entrando para competir com *players* que estão há décadas aí no setor, que já têm uma consolidação muito maior, uma base de produtos muito maior. Então, o impacto para o setor entrante para os bancos digitais é ainda mais desproporcional.

Então, eu acho que aqui não se trata de se escusar de responsabilidade, de querer transformar isso num produto lucrativo, mas, muito pelo contrário, simplesmente, é assegurar que isso tem um custo muito grande e que esse custo tem que ser ressarcido para quem vai desenvolver e operar esse sistema e isso tem que estar com clareza na legislação que a gente vai aprovar.

E o último ponto que eu queria destacar, eu selecionei só três aqui, é a questão da responsabilização. Acho que houve uma evolução no texto em relação à não responsabilização tributária. Eu acho que não havia muita dúvida quanto a isso, mas acho que tem a questão da responsabilidade civil. O Ricardo já mencionou aqui e, de fato, é muito importante isso. A gente sabe que, às vezes, se há um erro na operação por conta de um comando que foi dado indevidamente para nós operadores, a gente vai acabar sendo arrolado como corresponsável.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tem que estar muito claro no texto que essa responsabilidade civil não vai haver. Se nós dermos causa ao erro, obviamente somos responsáveis e devemos pagar por isso. Agora, se outros, terceiros, o comitê gestor, quem quer que seja dê causa a um erro, nós não podemos ser responsabilizados, e isso tem que estar dito com clareza para que nós tenhamos a devida segurança jurídica, porque já teremos uma responsabilidade muito grande de operar o sistema. A gente só quer ter a certeza de que não seremos responsabilizados pelo que não é de nosso dever, de nossa obrigação.

Esses são os pontos que eu queria trazer aqui. Quero dizer que, para além, quando a gente olha para os modelos, da falta de um estudo mais elaborado sobre o superinteligente, um outro ponto que preocupa bastante é a questão do prazo. Então, a gente está diante de um prazo muito apertado para a execução disso; a gente precisa pensar com muito carinho nessa questão. Do contrário, a gente não vai conseguir cumprir o objetivo.

É muito importante também reforçar o ponto de que a discussão, de fato, precisa ser retomada. Então, a gente precisa voltar a se reunir: o setor financeiro, o Governo, o Parlamento, se for o caso, também participar dessas discussões mais técnicas, para a gente já começar a desenhar esse modelo e já começar a partir para a execução dele, porque senão não vai dar tempo. Então, obviamente, a gente está aqui no Senado ainda deliberando, Senador, sobre qual vai ser o texto final, como é que vai passar a reforma, mas a gente, em paralelo, já tem que começar a trabalhar nisso. Do contrário, não vai dar tempo. A gente está disposto a fazer isso, a gente quer fazer isso e a gente gostaria que esse movimento acontecesse.

Para encerrar, queria agradecer, fazer referência à Emenda 865, que foi apresentada pelos Senador Izalci Lucas. Ela endereça boa parte desses pontos que estão trazidos aqui. Então, queria pedir apoio a todos para essa emenda, que a olhem com atenção. Quero agradecer muito ao Senador e à equipe dele pela abertura, por terem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO LOPES – ... entendido os nossos argumentos e terem acolhido e proposto a emenda.

Quero dizer que são várias emendas, que foram citadas aqui também pelo colega Ricardo, e dizer que já há um entendimento entre vários Senadores de que há pontos a endereçar em torno do *split*. Então, a gente queria chamar a atenção a que não se trata de acabar com o modelo ou de reinventar, mas simplesmente fazer ajustes que são pontuais, mas são muito importantes.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria agradecer também à Senadora Soraya Thronicke e à Senadora Tereza Cristina, que também foram muito receptivas aos nossos pleitos.

Queria reforçar o pedido de apoio à Emenda 865 e agradecer pela oportunidade de estar aqui falando hoje.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Eduardo.

Eu vou pedir que vocês... Vamos fazer uma troca aqui, vocês irem para lá e a gente recompõe a mesa.

Agradeço, e daqui a pouco a gente vai para as considerações finais, para que vocês possam também fazer as suas ponderações.

Convido aqui o Sr. Robson Maia Lins, que é Coordenador-Geral do Mestrado e Doutorado em Direito da PUC de São Paulo; a Dra. Luciana Marques Vieira da Silva Oliveira, que é Procuradora aqui do DF; e também o Sr. Paulo César Teixeira Duarte Filho, da Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos (Abipag). (*Pausa.*)

Eu vou imediatamente já passar a palavra ao Dr. Robson Maia Lins, que é o nosso Coordenador-Geral do Mestrado e Doutorado em Direito da PUC de São Paulo. (*Pausa.*)

Muito bem, Robson.

O SR. ROBSON MAIA LINS (Para expor.) – Presidente Izalci, obrigado pela palavra.

Quero cumprimentar meus companheiros de mesa e os que me antecederam nesta mesa.

Eu estou preocupado com um ponto aqui: em todas as discussões, o que se vende lá fora, Senador Izalci... Eu não represento nenhum setor aqui, eu estou representando a academia – professores e alunos de Direito. O que se vende nas universidades, no setor econômico, é que essa base toda, de que falavam aqui os dois colegas que me antecederam – essa base tecnológica, essa base sobre a qual o novo sistema tributário vai girar – já estaria pronta, que seria um processo de simplificação e que nisso nós poderíamos confiar como se fosse um dogma.

E o que se expõe – eu acompanhei as reuniões da Câmara dos Deputados e do Senado, ontem – é que há uma dúvida sobre quem vai pagar, como vai funcionar, o prazo... E acho que o

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado Federal, como órgão que fiscaliza o Sistema Tributário Nacional, deveria, imediatamente, adotar um sistema de incubadoras. Pode-se começar agora. Não precisa ser escolhido compulsoriamente, como disse a colega que me antecedeu, faz-se um bloco de cinco, seis, dez empresas e faz-se o teste – voluntário. Todas estão aí, à disposição, para saber como é que funciona o sistema, se vai funcionar, de uma forma voluntária.

Então, o Senado Federal pode ser o palco de teste do sistema, principalmente do s*plit payment*, que está sendo vendido nos discursos das universidades e nos discursos para as empresas que têm dificuldade de acesso a Brasília, dificuldade de acesso a São Paulo, como mecanismo de simplificação, de que tudo é só acessar o celular: fez a operação, pagou a operação, o crédito vai aparecer automaticamente na sua conta. E não é assim que nós sabemos que o sistema funciona.

Eu vou começar pelo meu último eslaide para mostrar que o sistema, aqui...

Algumas omissões do PLP 868.

Regramento especial para operações que envolvam contribuinte e fornecedor que: obtiver decisão judicial provisória favorável.

No início do sistema, com as falhas, nós vamos ter uma enxurrada de ações judiciais, por que alguém não tomou o crédito ou tem um crédito para compensar; a compensação não foi homologada... E se ingressa...

É preciso conversar com o Judiciário, para que o Judiciário tenha acesso a essa base de dados e insira a decisão judicial, para que na hora que eu ponha o CNPJ e imprima, para saber o valor que eu vou pagar, a decisão judicial – isso tem que ser com o CNJ – esteja lá registrada.

Não sejamos ingênuos. O sistema vai passar por um momento de estresse, de confusão para poder ter acomodação. Nós temos as regras e o Judiciário está fora deste debate, por incrível que pareça. Eu vejo o CNJ participando, mas eu vejo os juízes perdidos, os tribunais perdidos. Como é que isso vai funcionar, como é que vai ser o acesso?

Depois: "Eu quero realizar o depósito, eu não quero pagar, a alíquota está errada, eu vou depositar em juízo". Essa comunicação do juízo... Vejam que eu sou advogado, e dá para ver que eu sou um pouco litigante, mas eu tenho que pensar assim, eu tenho que pensar sobre o que, no sistema, vai dar errado. O que está certo está ótimo, está em céu de brigadeiro, eu não preciso me movimentar. Eu preciso pensar no problema.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – É de advogado do diabo que eles chamam.

O SR. ROBSON MAIA LINS – Eu tenho que ser advogado do diabo: deu errado, e aí? Como é que funciona?

O CNJ – e aqui nós temos um colega do CNJ presente – precisa estar atento a essas discussões, para poder alimentar todo o Judiciário integrado nessa base do Comitê Gestor.

Depois: pretenda realizar o depósito; logrou repetição do indébito – repetição do indébito, hoje, representa 30% das ações em andamento. Supostamente, com o sistema novo em andamento, nós não teríamos repetições de indébito, porque nós não teríamos cobrança. Ledo engano!

Com o sistema de *split payment,* na hora em que o adquirente tiver uma dúvida sobre o fornecedor, principalmente sobre o fornecedor pequeno – se ele vai pagar, se ele não vai pagar –, ele vai se antecipar, se tiver capital, e pagar para tomar o crédito. E aí vai começar o problema de duplo pagamento. "Não, eu já paguei, paguei em seu nome". O sistema, nesse ponto, fica complicado, porque a relação fornecedor, adquirente, Comitê Gestor aqui, e o sistema de pagamento aqui no meio... Então, nós temos novos atores; portanto, novas regras processuais são necessárias.

Estou indo de trás para frente.

No art. 56, já há uma emenda nesse ponto. Eu já fiz a emenda chegar ao gabinete da CAE. "Na hipótese de que trata o *caput* deste artigo, o adquirente será solidariamente responsável pelo valor do IBS e da CBS incidentes sobre a operação". Eu vou adquirir de uma grande empresa que tem um *compliance* tributário perfeito, eu vou adquirir de uma média empresa ou eu vou adquirir de uma pequena empresa que tem um contador e, às vezes, um parente do dono, como advogado, para orientar? Eu vou adquirir da grande. Eu vou verticalizar a cadeia, esqueça o pequeno.

É preciso se atentar para isso. Nós temos as regras do Simples Nacional, mas, quando você joga essa solidariedade do jeito que está aí... E aí vêm as sugestões: um portal, um programa ou um canal unificado que permita, de forma simples e célere, como se fosse uma transferência bancária, da forma que eu faço, fazer essa checagem; regras que permitam ao adquirente, assim, proceder sem maiores resistências ou represálias; e elucidação da hipótese de responsabilidade tributária: opção pelo pagamento do IBS e da CBS *versus* mera realização de pagamento mediante instrumentos do *split payment*.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então vai ficar... No início, vai ser estressante, não tenho a menor dúvida. Eu me arrepiei quando eu ouvi os representantes aqui do setor financeiro dizerem: "Olha, a gente tem condições, mas vamos começar com *split* simples; depois, a gente avança para o complexo". Já deveria estar começando agora. Se lançar um edital de teste para fazer uma incubadora de *split*, eu tenho certeza de que várias empresas que estão interessadas na simplificação, na transparência e na efetivação do novo sistema tributário vão se dispor, amanhã, a fazer esse laboratório para que, no próximo ano, ou, pelo menos, em 2026, a gente já tenha informações concretas do que funcionou, do que deu certo, do que não deu certo; e aí possa alimentar o Senado, que é a grande casa que vai fiscalizar esse novo sistema.

Outro problema que ainda me deixa perplexo é o inciso II do art. 54: "Nas operações com bens [...] [e] serviços com pagamento parcelado pelo fornecedor, a segregação e o recolhimento do IBS [...] deverão ser efetuados, de forma proporcional, na liquidação financeira de todas as [...] [operações]". Eu assisti aqui, há pouco tempo, o Ricardo, que estava falando – está ali presente –, e eu fiquei pensando nessas empresas que têm essa sazonalidade toda, como as de chocolate, que compram no período X e vendem na Páscoa, no Natal. Ela vai, acumula um monte de crédito aqui, e vende parcelado, quatro, cinco meses depois – vai e vende parcelado. Então, ela vai ter a despesa toda aqui, o fluxo de caixa dela, de empresa que não tem o plano de compra e venda bem unificado e que depende dessa sazonalidade... O pessoal do vinho no Rio Grande do Sul, da uva, da pesca. Quem tem um período de defeso tem um período de compra e um período de venda com parcelamentos. Se essas pessoas forem esperar receber efetivamente a liquidação financeira para poder aproveitar o crédito, nós vamos ter um problema seriíssimo no fluxo de caixa dessas empresas. Eu acho que isso aqui já é objeto... Nós já temos aqui uma proposição, que será encaminhada, uma redação, com dois parágrafos, para sugerir à Comissão e, de certa forma, contribuir com os Relatores.

E, por último, aqui nós temos uma sugestão, Senador Izalci, que era o meu primeiro eslaide.

> Art. 51.....
> §1º Atos conjuntos do Comitê Gestor do IBS e da RFB disciplinarão o disposto nesta Subseção

Aqui tem que ter um outro comitê de órgãos técnicos para assessorar tanto o Senado quanto o comitê, porque o Senado vai acompanhar a implementação e vai fazer as correções que forem necessárias.

(*Soa a campainha.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBSON MAIA LINS – Nós temos que criar um comitê técnico composto, democraticamente, pelas entidades – Abecs, Abes, Abipag, Bacen, CFC, Febraban e todos esses órgãos – para que, de certa forma, forneçam esses dados para o comitê gestor e para o acompanhamento que o Senado vai fazer dessa implementação da reforma tributária.

Esse comitê aqui me parece que vai ter uma função importante de conversar com o comitê gestor, com o Senado, com o Executivo e também com o Judiciário, com o CNJ – e está aqui presente um dos assessores mais importantes do CNJ. Então, sobre esse comitê, nós fizemos também uma redação, que será encaminhada para a apreciação desta Comissão.

Eu agradeço imensamente, mas fiquei muito preocupado, porque eu achei que o avião já estava pronto para decolar, e, na verdade, a gente está fazendo ainda muitas partes, muitas baterias para o avião decolar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Robson.

Bem, passo a palavra agora à Dra. Luciana Marques Vieira da Silva Oliveira, que é a nossa Procuradora aqui do Distrito Federal.

A SRA. LUCIANA MARQUES VIEIRA DA SILVA OLIVEIRA (Para expor.) – Boa tarde a todos os presentes.

Gostaria de agradecer a V. Exa., em nome da Anape, instituição que represento aqui dos procuradores de estado como Procuradora do Distrito Federal.

O meu papel aqui, Excelências, será passar a visão das procuradorias estaduais – tem aqui a nossa colega Daiane também –, que consideram o *split payment* fundamental para mudar o diagnóstico da tributação do consumo brasileiro, porque o que nós vemos é que a teoria e a prática de um IVA e o que ele se pretende – ser neutro e não cumulativo – são muito diferentes. Nós, como procuradores, vivenciamos isso no dia a dia e entendemos que a adoção obrigatória dele para toda a cadeia vem para realmente melhorar esses processos de fiscalização e cobrança.

Para comprovar o que eu estou afirmando, eu gostaria de ir direto ao ponto, que é o seguinte: o modelo tradicional do IVA, que nós adotamos e que o mundo todo adota, não entrega o que ele se pretende: ser neutro e autofiscalizável, e ele não entrega, Excelências, por um vício estrutural nos processos de cobrança, fiscalização e conformidade do IVA.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de mostrar aqui qual é esse vício nos processos de cobrança e fiscalização do IVA tradicional que nós temos. Por quê? O que é um IVA, Excelências, e o que é a neutralidade tão falada e preconizada aqui na reforma tributária?

A neutralidade tem que ser entendida em duas vertentes: a primeira delas é a vertente vertical da neutralidade de que, independentemente do número das etapas da cadeia de produção, o tributo incidente sobre o produto final seja o mesmo para todos. E a neutralidade horizontal, para que eu peço a especial atenção de V. Exas. aqui, é a seguinte: é que o tributo, por onerar exclusivamente, dever onerar exclusivamente o consumidor final, ser integralmente repassado ao consumidor final, não deve onerar nem a produção nem a comercialização, e por isso deve ser neutro em relação à concorrência. Então ele não deve ser um diferencial concorrencial. Esse conceito é muito importante.

Mas vejam, Excelências, como é que funciona o modelo tradicional de IVA criado na segunda metade do século XX, que à época era incremental aos tributos existentes plurifásicos e cumulativos, mas que entendo que hoje não são mais eficientes e tampouco condizentes com os incrementos tecnológicos que nós temos à nossa disposição hoje. Como é que funciona o modelo tradicional de um IVA? Nós temos a venda da mercadoria, do serviço, e, após a ocorrência dessa venda, um prazo determinado na lei, que no Brasil é mensal, o vendedor vai declarar ao estado e recolher aquele montante declarado. Mas, Excelências, aqui reside o visto estrutural deste processo de cobrança e fiscalização, que é o seguinte: trata-se, segundo o que fala a própria economia, de uma relação com assimetria informacional e conflito de interesses. E isso é um prato cheio para o que a economia chama de risco moral e comportamentos oportunistas. E por que, Excelências? Porque o quanto for declarado será o quanto pago pelo comerciante, então o Fisco do estado naturalmente tem uma tendência a desconfiar de que aquela declaração não está correta. Então o que faz o Fisco aqui, e alguns colegas aqui do Distrito Federal não me deixam mentir, qual é a fiscalização que existe hoje por parte das secretarias de estado no ICMS? Eu não confio na declaração do vendedor, então eu busco essa informação de terceiros que participam dessa operação comercial. E quem são esses terceiros, Excelências, se não os operadores de meio financeiro, os operadores de meios de pagamento. Então hoje a fiscalização do ICMS consiste em cruzar livros fiscais eletrônicos, a declaração do contribuinte, com as informações que eu obtenho dessas operadoras de meios de pagamento.

Então, Excelências, esse é o método que existe hoje, baseado no método do IVA tradicional. Mas o que acontece? Se eventualmente eu detecto uma diferença entre o valor declarado e pago, eu vou detectar essa diferença depois que a operação já ocorreu, que o valor já foi pago e que o

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributo já entrou no cofre da empresa. Então eu agora falo, da minha parte como Secretaria de Fazenda e Procuradoria, para reaver esse tributo que já entrou no cofre da empresa, precisarei fazer o quê? Ajuizar uma execução fiscal, que é o método de cobrança mais ineficaz e caro que existe, de que a gente é dependente hoje, por parte disso, e justamente porque os contribuintes sabem dessa fragilidade, desse *enforcement* baixo, por parte do estado, dessa cobrança, surgem dois comportamentos oportunistas muito claros no Brasil que são os responsáveis pelo maior rombo arrecadatório, que hoje no ICMS gira em torno de 20% e 27% do que deveria ser arrecadado e não é.

E quais são essas fraudes, Excelências? A primeira delas ocorre nas operações B2B entre contribuintes, que é o seguinte: como se sabe que no método tradicional o creditamento não é condicionado ao pagamento do tributo, mas apenas e tão somente à emissão de notas fiscais, o que fazem alguns empresários de má-fé? Geram empresas fantasmas, que são empresas noteiras, que emitem notas fiscais documentalmente verdadeiras, mas que não representam operações reais. E elas o fazem justamente porque só é condicionada a emissão da nota fiscal. Mas, e aí, o que isso gera de consequência? Elas conseguem reduzir a sua carga tributária e afetar aquela neutralidade concorrencial que foi tão falada e que o IVA se pretendia fazer com isso.

E o que a emenda constitucional com o *split payment* faz para resolver esse problema das notas frias? A Emenda Constitucional 132 traz a seguinte questão: eu posso condicionar o crédito ao pagamento desde que eu tenha duas possibilidades. A primeira delas é o quê? É eu permitir ao contribuinte que está comprando, ou seja, ao adquirente, que ele próprio recolha aquele tributo em nome do fornecedor. E a segunda hipótese é que, se essa operação for feita por meios eletrônicos, fazer o *split payment* que evita a sonegação e já gera o crédito.

E vejam, Excelências, por que esse condicionamento – e eu trabalhei isso na Câmara, inclusive, foram essas duas hipóteses? Porque, se nós mantivermos esse tributo da forma como é hoje, eu não tenho como condicionar o crédito ao pagamento. Por quê? Eu, quando adquiro a mercadoria, não sei se daqui a 30 dias o meu fornecedor vai pagar ou não, ou seja, não estava na minha esfera de responsabilidade, tampouco de atuação, fazer alguma coisa para que esse tributo fosse recolhido. Mas a emenda conserta isso, permitindo que ele próprio recolha ou que o recolhimento seja retenção, como ocorre em outros tributos, como, por exemplo, IOF-Câmbio, quando nós fazemos compras no exterior, já é retido no cartão de crédito.

E qual é a segunda fraude? Esse foi o objetivo porque fui ao mestrado estudar; meu tema de mestrado, que acho que não comentei, foi *split payment*, concluído na FGV de São Paulo, ainda

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em 2022, quando nem sequer se falava em *split payment* nem na adoção pela reforma tributária. E fui lá justamente porque, como Procuradora de Estado, eu fico indignada de ver a atuação de alguns devedores contumazes que prejudicam a concorrência e os bons pagadores de impostos.

Então, eu fui estudar esse caso porque... O que faz o devedor contumaz? É na última etapa do consumo. Ele vende ao consumidor final, que arca integralmente com o ICMS, e ele, em vez de recolher aquele ICMS ao Estado, se apropria daquele montante, declara ao Estado, sabe que o Estado vai apenas ajuizar a execução fiscal, que é morosa e ineficiente, se apropria daquele montante, e ganha concorrência, exclui outros concorrentes que são honestos e que pagam seus tributos em dia. Então, ele pega aquele tributo, que deveria ser neutro, não cumulativo, e afeta essa neutralidade, afastando os bons *players* do mercado.

Então, como que o *split payment* resolve essa fraude do devedor contumaz? Fazendo exatamente o pagamento direto do tributo, quando da liquidação financeira, em que você não tem a possibilidade sequer de não pagar.

Então, eu pergunto: qual é a grande evolução que nós estamos aqui fazendo e corrigindo? À época em que criaram esses processos de fiscalização e cobrança do IVA, metade do século XX, não tínhamos um paradigma de confiança. Veja, nós tínhamos a possibilidade de confiar no Estado. Em relação à confiança – essa autora inglesa trata exclusivamente sobre confiança –, ela fala que evoluiu de um paradigma em que eu só fazia negócio com quem eu conhecia, uma confiança pessoal, para uma evolução de confiança institucionalizada no Estado, no direito, no Poder Judiciário. E agora, ela evoluiu para uma confiança baseada em tecnologia distribuída, que é como funciona, Excelência, a economia digital. Por quê? Como que uma Amazon ou, uma Airbnb consegue fazer negócios, em diversos países, sem depender de comportamento ético, voluntário, daqueles que estão ali negociando com elas, e sem depender do *enforcement* de cada estado, de cada país em que negocia, fazendo com que os contratos e a lei entre as partes sejam cumpridos por meio do sistema, por meio do próprio código? É o que a gente chama de *compliance by design*. O código é a própria lei. E é isso que o *split payment* vem fazer, tornar a adimplência tributária a regra do sistema.

E de que forma, Excelência, isso vai melhorar para todos, não só para aqueles que dizem que isso deveria ser só para quem é devedor contumaz? Sendo Procuradora, eu digo: não, isso vai beneficiar principalmente aqueles que são bons pagadores, que não vão ter que se preocupar com a possibilidade desses que usam da ineficiência do setor de cobrança, de execução fiscal, para ter vantagens financeiras sobre isso.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA MARQUES VIEIRA DA SILVA OLIVEIRA – Acho que o *split payment*, ao tratar dessas três hipóteses, o PLP nº 68, das três hipóteses de *split*, ele realmente evolui em vários dos problemas que foram verificados nesses países que estudaram o *split payment*, especialmente na questão do fluxo de caixa.

Então, Excelência, só para resumir, gostaria de falar das vantagens principais que eu vejo. A primeira delas é a redução do custo de conformidade e do custo de fiscalização, porque, veja, eu não vou precisar mais ficar cruzando informação de meio de pagamento – e fazer o meio de pagamento me fornecer essa informação, que é custosa para ele –, e não vou precisar mais de livro fiscal eletrônico. Nós vamos usar apenas o documento fiscal para ter essas declarações pré-preenchidas.

Eu terei fiscalização e cobrança em tempo real, adaptados à era da tecnologia da informação. E eu vou buscar a capacidade contributiva que eu quero, que é o consumo, sem intermediário, que tem simetria informacional e conflito de interesses. Por fim, eu vou reduzir, drasticamente, o número de devedores contumazes e de empresas noteiras. Com isso, eu vou ter um mercado com maior justiça fiscal e melhor competição.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA MARQUES VIEIRA DA SILVA OLIVEIRA – E aqui está o ponto crucial que eu entendo, Excelência, e já há alguns estudos, pela equipe de quantificação da reforma tributária, de que isso gerará um aumento natural da arrecadação por um aumento de eficiência.

Se eu fecho o rombo de 27% que eu tenho hoje, de sonegação e de devedor contumaz, eu posso reduzir, inclusive, a alíquota e manter a mesma tributação hoje de arrecadação.

Hoje já há estudos de que, mantida a questão, pode ser, a alíquota de referência, até baixada em 3% – tive informações da equipe de quantificação –, se você não tem essa inadimplência e essa evasão.

Desculpando-me por ter estourado meu tempo, agradeço imensamente pela oportunidade de trazer aqui, Excelência, a visão das procuradorias, do quão importante é essa questão para o Estado brasileiro.

(*Soa a campainha.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUCIANA MARQUES VIEIRA DA SILVA OLIVEIRA – Agradeço pela iniciativa e parabenizo porque juntos vamos construir, realmente, o melhor sistema tributário para o país., (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem, Luciana.

Passo a palavra agora ao Paulo César Teixeira Duarte, que é da Associação Brasileira de Instituições de Pagamento.

O SR. PAULO CÉSAR TEIXEIRA DUARTE FILHO (Para expor.) – Senador Izalci Lucas, muito obrigado pela palavra.

Queria agradecer também aos colegas da mesa pelos ensinamentos que me trouxeram aqui hoje.

Luciana, a gente não diverge de você. A gente veio aqui trazer, na verdade, como fazer, do ponto de vista de mercado.

A gente acha que quanto mais pessoas pagarem tributos de forma correta, menos todo mundo vai pagar. Gente, é matemático! Quem gosta de Excel aí, simplesmente coloque lá os números, quanto mais pessoas pagarem para chegar numa soma, com certeza todo mundo vai pagar menos, isso é fato!

Agora, o sistema de *split payment*, como ele está hoje, não é factível. Eu não vou repetir o que meus colegas Eduardo, da Zetta, e o Ricardo, da Abex, trouxeram, porque a gente compartilha as mesmas dores neste momento e eles já trouxeram de maneira muito apropriada quais são as nossas dores, o que eu vim trazer foram alguns fundamentos para suportar aquilo que eles trouxeram.

Existe um material não ferroso que se chama barrilha, o senhor conhece? (*Pausa.*)

Carbonato de sódio.

O carbonato de sódio, para quem não conhece, vem para fabricar vidro, quem já colocou ajinomoto em sua comida está ali e se você saiu daqui e foi ao banheiro lavar as mãos, no seu sabonete tem barrilha. Agora, além dessas aplicabilidades da barrilha, que são do nosso dia a dia, a barrilha também vai para fazer bomba e, por aqueles criminosos, vai para o refino de cocaína; então, tudo depende da sua aplicação e dosagem.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente acha que a dosagem da bula do *split payment*, como está no PLP, não funciona para o propósito que a gente quer perseguir, que é acabar com a fraude e melhorar o fluxo de caixa do Governo com a arrecadação. A gente acha que isso pode acontecer, mas, para chegar lá, precisamos de estudo, de investimento, de teste e de tempo. Achamos, sim, que vamos conseguir, mas não para agora.

E em que isso fere a Constituição? A Luciana trouxe muito bem o princípio da neutralidade. Gente, a neutralidade parece uma coisa tão etérea, tão no mundo das ideias, mas vamos pensar o seguinte: quando você vai lavar uma vasilha e você pega o seu detergente amarelo, você pode olhar no rótulo que ele é neutro. E por que ele é neutro? Ele tem o pH neutro. É para não alterar o pH ou a composição daquilo que se está lavando. Quando você vai dar banho num bebê, você utiliza o sabonete neutro.

Aliás, eu odiava lá em casa, Senador, porque minha mãe, quando eu chegava lá no seu banheiro, tinha um monte de xampu cheiroso e tal. E eu chegava no banheiro do meu pai, para tomar banho, e só tinha um sabonete neutro, sem cheiro, sem nada. O sabonete neutro é justamente para a gente não alterar o pH, para a gente não criar influência naquilo que a gente está aplicando.

E, trazendo para o mundo jurídico, o que é a neutralidade? O sistema tributário não pode influenciar a decisão do consumidor. Então, se o sistema tributário influenciar o consumidor a escolher uma caneta pela outra, eu quebrei a neutralidade. Se o sistema tributário influenciar uma decisão econômica da empresa, ele quebrou a neutralidade. E em que o *split payment* hoje, como está colocado, pode quebrar a neutralidade?

Minha esposa tem uma marca de pijamas, uma pequena empresa. Não vou falar aqui porque não é o momento, mas, para quem quiser seguir, depois da minha fala eu passo o @ e tudo. Em um dia determinado, deu um pique na plataforma e a plataforma de compras ficou cinco segundos fora do ar. Gente, cinco segundos. O que você faz em cinco segundos? Tem gente que muita coisa, mas cinco segundos. E 33% daqueles que estavam visitando e colocaram compras no carrinho abandonaram o carrinho. Quer dizer, não efetuaram a compra. Cinco segundos.

Os nossos meios de pagamento hoje exercitam a operação em frações de um segundo. Se eu desenvolver um sistema de *split* que não consiga acompanhar o sistema dos meios de pagamento, eu não vou criar um problema só para o Fisco, eu vou criar um problema para a economia. Eu não vou conseguir desenvolver a economia. E mais, quem vai ser mais prejudicado é o pequeno.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, se o sistema de *split* for tão complexo que demandar, inclusive dos estabelecimentos comerciais, um investimento em sistema, quem mais vai sofrer será o pequeno. O grande tem dinheiro para investir, o pequeno não tem.

O que a gente propõe, e isso foi também objeto de proposta de emenda e também foi colocado pelos meus colegas da Abex e da Zetta, é que se faça um modelo simplificado por passos, *steps*, graduação. E à medida que o sistema esteja apto para ser implementado da maneira como se pretende, que é o *smart split*, aí sim, mas hoje isso não é possível.

Eu vou colocar mais alguns outros pontos que os meus colegas não colocaram, que é o seguinte. A gente hoje tem alguns arranjos de pagamento, foi falado aqui do cartão de crédito, foi falado do Pix, da TED, mas esses meios não são estanques. Não é que hoje esses meios existem, amanhã não existirão novos meios. Não. Todos os dias novas tecnologias estão sendo implementadas no Brasil. E o texto, como ele está proposto, limita e atrasa a instituição de novos meios.

Então, quando a gente pega na bandeira do Brasil aquela frase, aquelas duas palavras positivas de ordem e progresso, o excesso de ordem, a destempo e "desdosadamente", está causando o problema daquela palavra que vem depois do "e", que é o progresso. Se a base é a ordem, o fim é o progresso.

A gente precisa alterar esse texto, para deixar claro que os novos meios que venham a ser inseridos no nosso sistema sejam contemplados e abarcados.

Quero deixar mais um ponto muito importante para reforçar o que o Ricardo falou, que vem também suportado pelo princípio da neutralidade. Lembra lá do sabonete neutro. Se eu permito que o *split payment* seja inserido apenas para parte dos meios de pagamento, e não para todos os meios de pagamento, eu estou destruindo aquele setor da economia.

Gente, a economia é igual à água, a economia é líquida: ela vai procurar buraco. Não adianta, não adianta lei, não adianta norma. A economia é líquida: ela quer efetivamente ter menos ruído na sua cadeia. Então, é importante e essencial, se for implementado o *split*, que ele seja para todos no mesmo momento.

Aproveito o meu um minuto e vinte segundos para reforçar uma coisa muito importante: financiamento. Quem vai pagar esse investimento? Gente, não é um investimento simplesmente... Eu ouvi infelizmente...

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CÉSAR TEIXEIRA DUARTE FILHO – ... nos corredores do Congresso, a frase: "Ah, é simples, é só fazer um boleto com o pagamento para as duas contas." Gente, assim, é muito simplista essa visão. Nós estamos falando de milhões de operações por dia. Nós não estamos falando de um tributo só, como existe na Europa, que lá tem um IVA, aqui nós temos dois. Aqui nós temos três entes para os quais o produto desse recolhimento vai... Tudo bem que tem o *pit stop* no Comitê Gestor. Mas mesmo assim, depois, vai para estados e municípios. Nós não temos uma alíquota só, nós temos várias alíquotas. Então, estamos falando de algo muito complexo, que não sai da noite para o dia, que precisa de muito investimento. E a gente precisa de segurança jurídica e que o texto comporte as linhas de financiamento da concepção do sistema e da sua manutenção, porque não é "Ah, está pronto", começa a funcionar, e não tem manutenção. A gente sabe que todo o sistema precisa de manutenção, precisa de atualização.

Para finalizar, aí eu deixo aqui um pedido não só da Abipag, mas de toda a sociedade. Nós acreditamos que o sistema possa funcionar, embora não hoje. Nós somos plenamente a favor de combatermos fraude, de melhorarmos a gestão dos tributos, de irmos atrás de quem não paga, de protegermos quem paga, mas gostaríamos e precisamos estar nas mesas de discussão da implementação desse *split payment*.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CÉSAR TEIXEIRA DUARTE FILHO – Muito obrigado.

Essas são as palavras que eu tinha para agora. Eu só vim trazer alguma cor diferente também para o que os meus colegas da Abex e da Zetta trouxeram. É muito preocupante o sistema como está montado, mas acreditamos que o sistema simplificado, pelo menos nos curto e médio prazos, possa resolver o problema que a gente está tentando resolver.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem, só complementando. Nós estamos falando aqui no sistema do Governo, que será desenvolvido, sei lá, pelo Serpro, estamos também falando dos sistemas que serão desenvolvidos pelas plataformas de cartão, etc., mas nós temos também todo um sistema contábil, que é utilizado por diversas empresas, e cada uma utilizando um sistema diferente.

Então, todos esses sistemas, inclusive dos Governos, dos estados e municípios...

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO CÉSAR TEIXEIRA DUARTE FILHO – Olha, o *split payment* não estava funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Já estava com problema. (*Risos.*)

... terão que ser também contemplados nisso.

Quando falam quem vai pagar a conta, não sei. Mas que vai ter muita coisa, muita mudança, vai. Sem desmerecer nada, só para traduzir aqui o que eu sempre disse sobre a reforma tributária, que durante anos a gente discutiu na Câmara e, agora, no Senado. Está aqui o exemplo da nossa querida Luciana, que é aqui do DF, e é representante dos Procuradores, e estão aqui os outros, o Paulo César em especial, que foi o último a falar.

Eu sempre disse: "Olha, o projeto da reforma tributária, academicamente, na teoria, é maravilhoso". A Luciana falou isso muito bem aqui. Por acaso, ela fez mestrado na FGV de São Paulo, que foi a origem da reforma. Então, é maravilhoso academicamente. Agora, o mundo real – aí vem o Paulo, que falou sobre o mundo real –, é o lá da ponta, como é que a coisa vai acontecer. Então, a gente percebe um sistema maravilhoso, que não existe ainda. Foram colocados aqui pelo Ricardo os detalhes, ainda, do sistema inteligente, superinteligente, não sei, que é tudo o que a gente quer. Agora, será que na hora de botar o cartãozinho vai dar tudo certinho, em alguns milésimos de segundos? Será que vai saber qual é o crédito? Será que vai jogar na conta do Governo e jogar na conta do empresário? Então, essas são... Lógico, nós queremos isso, ninguém é contra. Só que, realmente, hoje, com qualquer declaraçãozinha a Receita Federal já tem problema, todo mundo tem problema, imaginem com um modelo desse aí. Então, eu acho que é por aí.

Hoje eu falei com o Líder do Governo – a Senadora Damares está aqui. Eu disse: "Olha, o Governo tem que acompanhar isso bem detalhadamente", as audiências, porque isso que está sendo falado aqui a gente está conduzindo também de uma forma muito objetiva, do mundo real, para não ficar só na teoria. E não vai ser assim. Então, a gente precisa mudar. Esses detalhes todos que estão sendo ditos aqui são fundamentais.

Então, de uma forma muito especial, acho que ficou muito clara aqui, hoje, a dificuldade de manter o texto que está aí. Agora, para mudar o texto é o que foi dito aqui e o que eu também disse, no início. Você tem que ter uma emenda com uma justificativa que qualquer Senador que não entenda de tributo dê uma lida na justificativa e pense assim: "Caramba, tem que votar mesmo,

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tem lógica isso aqui não". Então, tem que ser uma coisa assim. Por isso é que é importante quem está na ponta, no mundo real, colocar assim um exemplo prático, um número que não seja contestável, porque nós vamos ter esse embate com a Receita Federal. Muito bom.

Eu vou fazer algumas perguntas, antes de passar para a Senadora Damares. A gente vai fazer as considerações finais, mas tem várias perguntas que chegaram aqui que, na medida possível, nas considerações finais, se puder responder alguma coisa...

Ernani, de Rondônia: "Como a sociedade civil pode participar ativamente do processo de acompanhamento e avaliação da reforma tributária?"

Primeiro, acompanhando as audiências públicas. É o primeiro passo.

Guilherme, de São Paulo: "Os relatórios produzidos pelo grupo de trabalho seriam disponibilizados ao público? Os pareceres teriam algum peso ou seriam apenas opinativos?"

Também lembrando que todas as apresentações estão aqui no portal da CAE, do Grupo de Trabalho. Nós vamos, no final, dia 22 de outubro, fornecer um relatório, de sugestão, para o Relator acatar ou não as emendas. Por isso é que é importante a justificativa, para a gente ter, realmente, um documento bastante consistente e óbvio até. Alguém pode dizer: "Isso é o óbvio". Isso aí para a gente poder tentar mudar.

Danilo, de Minas Gerais: "Quais as alternativas para adequação da sistemática de tributação da energia elétrica?"

Como foi colocado aqui, também vai estar aí a apresentação.

Danielly, de Rondônia: "Como o grupo de monitoramento garantirá a transparência e simplicidade do sistema tributário pós-reforma, evitando o aumento da carga tributária."

É o que nós estamos fazendo, não é?

Cíntia, do Rio de Janeiro: "De que forma a reforma tributária pretende simplificar o processo de arrecadação e cumprimento das obrigações fiscais para os contribuintes?"

Helena, do Paraná: "Como a criação desse grupo de monitoramento pode garantir maior justiça, simplicidade e transparência na arrecadação de impostos?"

Anderson, do Ceará: "Que métricas e indicadores concretos servirão de base para julgar sobre o desempenho e a funcionalidade do sistema tributário nacional?"

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Júnior, do Rio de Janeiro: "Como o grupo de monitoramento abordará possíveis problemas de fiscalização e incertezas jurídicas no sistema tributário pós-reforma?"

E André, de São Paulo: "É preciso fazer um acompanhamento não só dos impostos sobre consumo, mas também sobre patrimônio e herança para que haja justiça tributária."

Aqui, nós estamos falando apenas do imposto de consumo. O IVA, fatalmente, receberemos também a reforma do Imposto de Renda, do patrimônio e etc. posteriormente.

Mas, antes de passar, então, na ordem para as considerações finais, indago à Senadora Damares se quer fazer alguma colocação.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quero, sim.

Eu quero agradecer aos senhores que aceitaram o convite para estar conosco nesse grupo de trabalho. E eu até, um desses dias, ouvi uma pessoa perguntando assim: "mas acabou o prazo de emenda. Vocês estão fazendo o que com esse grupo de trabalho?" Nós estamos levando isto aqui muito a sério – muito a sério.

O grupo de trabalho, na primeira fase, lá na reforma... Nós tivemos um grupo de trabalho aqui dentro também. Ele acabou influenciando muito no relatório, mesmo pós-emendas, e no debate lá no Plenário. E esse é o nosso objetivo aqui. Desde o primeiro momento, o Senador Izalci conduziu de tal forma que aqui seja o mundo real. Nós estamos discutindo o mundo real. A gente já teve discussões aqui em que só faltava cair uma nevezinha, uma música de fundo... Era o maravilhoso mundo de Bob que o Governo quis apresentar, e não existe um maravilhoso mundo de Bob.

E a gente quer fazer essa conversa. Com a conversa, nós afastamos – o Senador Izalci é muito sensato – toda e qualquer disputa política nesse processo. Aqui, a gente está, de fato, pensando lá na ponta, pensando em quem gera emprego, pensando no contribuinte, pensando no desenvolvimento do nosso país, em facilitar, porque a ideia da reforma era simplificar e a cada instante, como a gente viu, parece que a gente está atrapalhando mais que ajudando.

E aí eu quero lembrar aos senhores que o PLP teve mais de 1.080 emendas. Eu não sei se os senhores viram a tramitação. Como é que uma proposta aprovada na Câmara poderia passar aqui, no Senado, de uma hora para outra se, só no primeiro momento, ela já recebeu mais de 1.080? O Izalci apresentou mais de 80 emendas. Só o Izalci apresentou mais de 80 emendas. Eu apresentei,

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu acho, 27 ou 28. E aí ficou aí numa média, mais ou menos, de 12 emendas por Senador, mais ou menos isso.

Deixe-me perguntar uma coisa para vocês: que texto foi esse que veio para cá?

Então, a gente está, de fato, aqui conduzindo isto aqui com o coração. Eu não estava aqui porque eu estava... Porque os segmentos continuam nos procurando. Eu estava em reunião no gabinete exatamente sobre reforma tributária por conta das pessoas com doenças raras e das pessoas com deficiência. Por mais emendas que tenham sido apresentadas e por melhor que tenham feito lá na Câmara, ainda nós temos muitas brechas, muitas. E eu estava recebendo, inclusive, o seu colega procurador para a gente falar sobre isso.

Então, eu quero agradecer. Talvez alguns dos senhores podem ter se sentido frustrados porque os Senadores... Esta é uma semana atípica, estamos no remoto, mas acreditem, senhores, o nosso lazer de noite, de madrugada, é assistir a audiência pública que a gente não conseguiu ver aqui durante a tarde. Tem sido esse o nosso exercício.

E o grupo de trabalho está formado com pessoas muito comprometidas e muito preocupadas. Desculpem a falta de modéstia, mas a gente tem uma legislatura aqui extraordinária. E a CAE, a composição desta Comissão aqui, se os senhores pegarem, é uma composição, assim... Desculpem-me a falta de modéstia de novo, mas parece que todo mundo que se reuniu nesta legislatura nesta Comissão – os novos que chegaram e os que já estavam na Casa – e com o nosso Presidente, com a forma como o Senador Vanderlan conduz tudo aqui...

Então, obrigada pela contribuição. Vou assistir com calma ainda hoje, nessa madrugada, a fala de cada um que eu não consegui... Obrigada. Mas que não encerrem aqui a participação dos senhores, e nos acionem, falem conosco.

O Senador Vanderlan e a Comissão foram muito felizes em colocar o Senador Izalci na coordenação nesse período eleitoral, porque nós estamos aqui, gente, a gente mora aqui. Então, nós estamos à disposição de vocês 24 horas. Que a participação de vocês e a contribuição não se encerrem numa exposição de 10 minutos, mas venham falar com a gente. Provoquem a gente, tragam contribuições.

O que o Izalci falou de uma justificativa muito clara, porque o poder do convencimento... Nós vamos ter talvez pouco tempo para ter esse poder de convencimento do outro colega que não participou do grupo de trabalho ou das reuniões. Então, tragam numa linguagem muito clara os textos de vocês também, para a gente ganhar esse tempo e não ficar gastando muito tempo

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tentando explicar o que é o óbvio – por ser escrito de uma forma tão bonita que o óbvio não ficou tão claro.

Então, muito obrigada – muito obrigada.

Nós temos consciência da nossa responsabilidade, que a decisão que nós vamos tomar aqui vai influenciar milhões de vidas e por muito tempo. Então, a gente não vai baixar a guarda. Nós estamos com vontade mesmo de acertar, e eu agradeço a participação de todos os senhores.

Presidente, eu não vou fazer nenhuma pergunta, porque eu não assisti às exposições, mas eu fico à disposição também para a gente continuar essa conversa depois.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Senadora Damares.

Bem, antes de passar para as considerações, estou só lembrando que dia 27, na próxima terça-feira, nós vamos fazer um debate sobre a questão do impacto na cadeia toda da construção civil, desde o loteamento do imóvel até o déficit habitacional do Brasil e tudo mais; e, no dia 28, na quarta-feira, nós vamos falar sobre a tecnologia da informação na reforma tributária – na área de tecnologia.

Bem, então, para as considerações finais, eu passo a palavra rapidamente para o nosso querido Ricardo de Barros Vieira, que é o Vice-Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Cartão de Crédito.

Ricardo.

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA (Para expor.) – Senador Izalci, falando daqui mesmo, só queria reiterar o meu agradecimento, Senador, e dizer que o mercado financeiro, o mercado de meios de pagamento está à disposição. Só estamos pedindo os ajustes para termos a segurança de que não seremos imputados em riscos que não são da nossa atividade, não é? Que haja uma preocupação com o equilíbrio, com a simetria e se garanta que todos estejam sujeitos às mesmas regras. Nos arranjos existentes, qualquer que seja o arranjo, ou entra todo mundo com as mesmas regras, ou não entra ninguém com regra alguma – os arranjos que existam e que venham a existir.

Os outros pedidos nossos são só de clarificação do texto para evitar judicializações futuras.

Por fim, a gente quer trabalhar e desenvolver um *split*, mas um *split* que seja possível. O *split* perfeito, desenhado no art. 53, é para o futuro. Nós acreditamos na implantação e nos

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprometemos a trabalhar para ver se conseguimos colocar, em 2026, um *split* simplificado, que já está previsto na lei, para a gente construir junto, evoluindo.

Para isso é preciso que as reuniões técnicas comecem ontem, porque não basta aprovar a lei, tem que ter discussões técnicas. A gente não entende nada de tributo, a gente não entende nada de Receita, mas os técnicos do Serpro e da Receita também entendem pouco de meios de pagamento. A gente precisa se sentar, conversar, para ver como é que essas paralelas se encontram, como é que a gente rabisca e desenha um sistema que funcione para que não trave a economia do país.

Nós estamos falando, Senadora, de 5 mil transações por segundo, que não podem ser impactadas com um sistema do Governo que ainda não começou a ser desenvolvido. Então é por isso que a gente defende um modelo simplificado.

A gente está, na associação, à inteira disposição do Congresso para as discussões que se fizerem necessárias, quantas vezes for necessário. Meus dados estão aí. A gente está totalmente alinhado e buscando construir e apoiar o Governo naquilo que é o melhor para a sociedade. Que se tenha um *split payment*, que é a nossa parte, eficiente, justo, equilibrado, simétrico e bom para todos.

Obrigado, mais uma vez, pela gentileza do convite.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Ricardo.

Passo a palavra também, para as considerações, à Sarina Sasaki.

A SRA. SARINA SASAKI MANATA (Para expor.) – Só reforçando, Senador, a fala última do senhor com relação à questão, ainda, de as empresas terem que ter sistema, por mais que a gente fale que vai ter um sistema que apresente, pré-preenchido, o valor que o contribuinte tem que pagar, fato é que, mesmo na declaração de Imposto de Renda, a gente pode ter divergência. Então, o contribuinte tem que ter um sistema para ele fazer esse cálculo também, porque a responsabilidade no final, mesmo, dessa confirmação, dessa declaração pré-preenchida, continua sendo do contribuinte.

Então, eu acredito sim que ainda vai ter a necessidade de o contribuinte ter esse sistema, até para verificar se essa declaração pré-preenchida está correta e, se estiver incorreta, ele ter argumentos, porque não basta ele discordar. Como é tudo sistema, se estiver divergente no

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistema do Governo e eu simplesmente alterar, eu vou ainda continuar com uma divergência em relação a esses valores; vou ter que resolver esse problema de forma definitiva.

Hoje, não tive a oportunidade de falar em detalhes da proposta da Fecomercio em relação ao Simples, mas gostaria até de reforçar que, dia 1º de outubro, vai ter uma audiência específica do Simples.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Isso.

A SRA. SARINA SASAKI MANATA – A gente já encaminhou um ofício para o senhor, e eu queria reforçar a participação da Fecomercio para trazer em detalhes esse pleito com relação ao Simples Nacional.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só lembrando que, na exposição de ontem, a Receita Federal se manifestou um pouco sobre isso. É bom ver o que eles falaram para, na reunião do Simples, vocês terem o contraponto da Receita, que já, pelo que eles colocaram, está maravilhoso, mas...

Obrigado, Sarina.

Passo, para as considerações, ao Eduardo Lopes, da Zetta.

O SR. EDUARDO LOPES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Queria agradecer à Senadora Damares e cumprimentá-la, e agradecer, novamente, o convite em nome da Zetta.

Fazendo referência à metáfora do Dr. Robson, ele falou que achou que o avião estava pronto para voar, e ele está vendo que, talvez, agora faltem umas baterias. Eu diria que, na verdade, a gente está desenhando ainda o avião. A gente tem capacidade. É um projeto importante para o país, mas a gente precisa desenhar esse avião de maneira muito consciente, com calma; testá-lo para que ele voe bem, em segurança, e para que a gente tenha um voo de cruzeiro muito feliz para o país e para o nosso sistema tributário.

Em nome da Zetta, eu queria reforçar os três pontos que nós trouxemos, que é que a gente inicie por um modelo simplificado, ainda que com uma visão de chegar a um modelo superinteligente; que isso seja feito de modo gradual e evolutivo, porque é importante dizer que o setor financeiro está a favor do *split payment*. Acho que aqui as três entidades que representam

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o setor financeiro trouxeram uma mensagem muito parecida e muito alinhada, embora, entre as empresas das nossas entidades, às vezes haja competição. Mas aqui, isso mostra que é uma preocupação comum e que está refletido em diversas emendas que já estão aqui acolhidas pela Casa.

Então, acho que o ponto é justamente este: que a gente faça algo de maneira segura, porque jogar a favor do *split payment*, jogar a favor da eficiência da reforma tributária é justamente conseguir começar por um modelo que funcione. Porque, se a gente for um modelo muito ousado, aposto que tem gente – obviamente, não é a Procuradoria de Estado – que vai dizer assim: "Ah, vamos botar um modelo extremamente complexo e ele nunca vai acontecer [talvez os devedores contumazes queiram isso], vamos botar um modelo extremamente complexo, inexequível, para que isso nunca aconteça, e eu continue aqui protegido". Então, jogar a favor do *split payment* é justamente pensar num modelo que comece de maneira simplificada e permita uma evolução para a gente chegar a essa eficiência máxima, que vai nos permitir combater a sonegação, aumentar a arrecadação, diminuindo a alíquota que todo mundo paga. Então, essa é a nossa visão.

O segundo ponto é a questão do ressarcimento das despesas. Isso vai ter um custo muito grande para desenvolvimento e manutenção; então, o setor precisa ter a garantia de que vai ser ressarcido por esses custos.

E o terceiro ponto é a limitação da responsabilidade civil, para que nós não sejamos imputados com responsabilidades que, como meros operadores do sistema, não temos.

Por fim, obviamente, o ponto também que foi mencionado é que todos os arranjos entrem ao mesmo tempo. Então, a gente tem que garantir também essa neutralidade, essa simetria entre os diferentes arranjos.

Novamente, agradeço muito a oportunidade e digo que a Zetta também espera poder voltar para, quando a gente for debater aqui em audiência pública, debater o regime específico para o setor financeiro. Estamos totalmente à disposição para o que esta Casa precisar.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Eduardo.

Eu até acho que foi o Robson que colocou aqui a possibilidade de se fazer uma *startup*, uma incubadora. Quer dizer, tem as concorrências e tal, mas, evidentemente, num sistema como esse,

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

talvez fosse interessante todo o sistema se juntar e fazer um sistema que possa atender. Não sei se é viável, mas, de qualquer forma, é uma sugestão interessante para que a coisa possa acontecer de forma, talvez, mais eficiente e mais econômica, porque nós vamos ter resistência em relação à questão de orçamento. Dificilmente alguém vai querer bancar isso, pelo que eu sinto. A gente sempre conhece um pouco a Receita Federal e tal. É complicado, mas é uma sugestão.

Vou passar logo para o Robson também, para fazer suas considerações. Obrigado.

O SR. ROBSON MAIA LINS (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Senadora Damares, obrigado. Eu me senti muito acolhido aqui e represento aqui a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Eu teria uma... O texto que veio para o Senado é um texto ruim. O texto que veio da Câmara não é um texto bom. Mas tem o tempo da política...

O tempo da política na Câmara, infelizmente, não foi o tempo da maturação. Teve que se aprovar por n razões e mandar o texto ao Senado. Eu fico imaginando, Senadora Damares, que para se fazer uma bula de um remédio, quando o lançam os grandes laboratórios, aquela bula leva tanto tempo quanto o desenvolvimento do remédio em si. Eles morrem de medo de serem responsabilizados por uma bula equivocada. Um ministro do Supremo ou do STJ, para fazer uma súmula, julga o processo com 10, 15, 20, 50 mil páginas. Julgar o processo é mais fácil do que redigir aquela súmula de julgamento, a ementa de julgamento, com aquela linguagem que vai ficar regulando condutas.

Quando chegou à Câmara – eu participei de algumas audiências lá –, eu percebi que havia um tempo da política em que as ideias jurídicas e da base, da ponta da economia, não estavam mais ecoando. O projeto veio para cá, foi aprovado lá e veio para cá.

Então, agora, é o tempo da política no Senado. Esse tempo está sendo... Tomara que seja respeitado, eu estou aprendendo muito nas audiências. Eu escutei, ouvi e vi todas as audiências da Câmara e do Senado, para aprender e, de certa forma, fazer as contribuições, mas a gente sabe que o tempo da política não é o tempo que a gente, às vezes, espera. Às vezes é mais rápido; às vezes, mais demorado; às vezes, não acontece, mas eu espero, também, e aí o colega que falou sobre o meio de pagamento, que fez referência... Eu tenho muito medo.

O *split payment* é a bateria, aquela bateria do avião. Lembram que a Boeing teve que baixar os aviões, deixar todos, em uma fila, porque uma bateria esquentava, em um determinado

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento do voo. Caiu um, caíram dois... A Boeing foi obrigada a mandar pousar todas as aeronaves e fez um novo projeto da bateria.

O que está se discutindo aqui, em relação ao *split payment*, é para que essa bateria não sofra esse estresse e faça com que a Boeing tenha que ficar pagando... A empresa Boeing, hoje, está com problemas financeiros decorrentes daquele pouso forçado de todas as aeronaves que tinha, até ganhar autorização para voar, novamente, com a nova bateria.

Então é isso que está sendo discutido aqui. Eu espero que se chegue a bom termo. Nós vamos mandar as emendas de tudo o que foi falado hoje, as propostas, com um quadrinho comparativo e a redação sugerida para a Comissão.

Eu fico muito agradecido por ter sido ouvido, e também nos colocamos à disposição desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Robson.

Passo, então, para a Luciana Marques, que é a nossa Procuradora, aqui do DF, e Presidente da associação.

A SRA. LUCIANA MARQUES VIEIRA DA SILVA OLIVEIRA (Para expor.) – Faço só o registro de que o nosso Presidente é o Vicente, mas estou, aqui, representando a Anape, a nossa Associação Nacional dos Procuradores dos Estados.

Eu gostaria de agradecer, imensamente, Senador, pela acolhida porque, realmente, nós sentimos que as Procuradorias de Estado precisam ser ouvidas nesse processo de reforma tributária, porque, afinal de contas, somos nós que estamos, ali, na linha de frente, e vemos a frustração que é saber que alguns contribuintes lidam com a ineficiência de métodos que nós temos, hoje, como a execução fiscal, para, realmente, usar o tributo como um diferencial concorrencial.

Isso me é muito caro. Como eu disse, foi uma das grandes razões pelas quais eu fui estudar como consertar esse erro que eu entendo estrutural, porque o método tradicional do IVA não consegue garantir essa neutralidade, especialmente a neutralidade concorrencial, para a tributação do consumo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu gostaria também de registrar que eu concordo com várias das posições que aqui foram colocadas sobre um período de teste de um *split*, em setores, de uma forma simplificada – inclusive foi uma sugestão minha no mestrado, algo muito similar ao que o Prof. Robson colocou. Inclusive, o Pix que nós temos, que é um orgulho para o Brasil, foi construído entre Governo e sociedade civil, entre as empresas. Eu acho que a gente tem que tomar isso como exemplo. Por quê? Porque, quando você antecipa esses problemas, é o que a gente chama, nas *startups*, daquele produto mínimo viável. Você estressa ali já todas as possibilidades de erro, do que pode dar errado, não é? E eu sinto, eu participei do grupo que estava trabalhando a questão do sistema operacional e o *split payment* com uma visão jurídica, é verdade, mas eu sei que o Serpro, a Receita Federal e as secretarias de Fazenda estaduais e municipais têm tido várias reuniões com Mastercard, com Visa, enfim, com vários *players* de mercado para que, realmente, essa visão do que é viável e não prejudicial ao mercado – porque isso é importantíssimo – seja implementada de uma forma gradativa, que vá testando essa implementação, mas eu fiquei muito feliz aqui de ouvir que, realmente, é um consenso hoje, porque, quando eu comecei a estudar, no mestrado, em 2020, a proposição disto, do *split payment*, todos falavam "não, não, não, isso aí nunca vai passar, isso não faz sentido", e hoje virou quase uma certeza que o *split* é bom. O que nós precisamos é apenas modelar a implantação dele para que a gente tenha o mínimo de estresse possível, tanto para o sistema tributário quanto para o sistema econômico.

Então, eu gostaria, realmente, de agradecer a oportunidade de falar um pouco da nossa visão de Procuradoria. Se eu pudesse fazer uma sugestão... Eu falo, por exemplo, que o nicho de devedores contumazes é um nicho que, normalmente, se concentra ali numa cadeia final, ali no consumidor final, e que só de eu, por exemplo, não ter que ajuizar centenas de milhares de execuções fiscais contra alguém que declara que deve e simplesmente ri da cara do Estado e fala: "Mas eu não vou pagar; eu declaro, eu devo, mas eu não vou pagar".... Só de eu não ter que ajuizar isso, porque vai ser retido ali na fonte, já é um ganho enorme para o Estado, porque, infelizmente, Excelências, hoje é mais comum a inadimplência programada desse devedor contumaz do que aquele que sonega de fato, que não declara, justamente por esse cruzamento tão importante que existe hoje entre os meios de pagamento e as declarações fiscais contábeis.

Então, agradeço a oportunidade, parabenizo de verdade. E quero parabenizar, Senadora Damares, pela dedicação que a gente tem visto realmente daqui dos Senadores desta Comissão no sentido de entender o ponto de vista de cada setor da sociedade para construir realmente esse sistema tributário da melhor forma possível.

Muito obrigada.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Luciana.

Bem, todos que fizeram apresentação deixaram aqui as apresentações. Se quiser deixar sua tese de mestrado também...

A SRA. LUCIANA MARQUES VIEIRA DA SILVA OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) – Ah, sim, está disponível.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Você deixe aí para o pessoal, para ficar disponível.

Bem, passo também, para suas considerações, ao Paulo César, que é o nosso Presidente da Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos.

O SR. PAULO CÉSAR TEIXEIRA DUARTE FILHO (Para expor.) – Eu queria, primeiro, elogiar a Casa por este momento, a CAE. Sem dúvida nenhuma, a gente está construindo o futuro do país porque, sem dúvida nenhuma, a gente está falando de um sistema que vai perdurar por décadas e décadas, com ajustes, espero... (*Risos.*) Mas que, sim, que a gente esteja indo para um sistema melhor.

E também quero deixar registrado que a equipe técnica do Governo Federal que nos atende e que tem ficado em contato conosco é uma equipe fantástica. O Daniel Loria, o Roni, são pessoas fantásticas. O que a gente está trazendo mesmo, Senador, é a nossa perspectiva da prática, como funciona no mundo real, no mundo das coisas – se, no momento que eu for pegar um táxi, eu vou conseguir passar o meu cartão; se, no momento que eu for fazer uma compra *online*, eu vou conseguir fechar aquela compra. É isto que a gente está trazendo: a gente está trazendo riqueza ao debate para que o texto seja o melhor possível.

E, mais, com o Ricardo ali, a gente concorda em 99% das coisas, mas esse 1% é no futebol, esse que a gente não concorda, porque ele é atleticano e eu sou cruzeirense. E saindo...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só para falar, eu também sou atleticano, mas há dois anos, eu também torci para o Cruzeiro: na primeira divisão, eu era Atlético, e, na segunda divisão, eu era Cruzeiro. (*Risos.*)

O SR. PAULO CÉSAR TEIXEIRA DUARTE FILHO – Mas não é possível, eu acho que eu vou acabar a minha fala por agora. (*Risos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas até saindo desse mundo de futebol, a nossa sensação é que o plano que se tem é daquele atacante fundista, em que o goleiro dá aquele chutão para frente para tentar fazer com que o atacante saia correndo o campo inteiro para conseguir pegar a bola. E aí nós temos dois possíveis resultados que efetivamente acabam acontecendo na maioria das vezes: a bola sai, quer dizer, a bola vai correr tanto que vai sair na linha de fundo do outro lado, ou o jogador não vai ter fôlego para chegar até a bola.

O que nós estamos propondo é mudar esse planejamento de jogo. Goleiro sai na zaga, passa para o meio de campo, faz a jogada, passa para o atacante, entra na grande área, chuta e faz o gol. Isso leva tempo, isso leva planejamento, isso leva esforço, isso leva investimento; então é este ponto que nós estamos tentando colocar. Todos queremos fazer gol, o Governo e nós do mercado; só quanto ao caminho para chegar até o gol é que a gente está divergindo.

Um outro ponto que eu gostaria de deixar é que a gente respeite o que foi decidido e aprovado pelas duas Casas no ano passado. O principal princípio, o fundamento do IVA, como a Dra. Luciana falou, é a neutralidade, e a gente não pode se esquecer da neutralidade. Vamos lembrar do meu exemplo lá do sabonete neutro, vamos lembrar do detergente amarelo. Toda vez que vocês pensarem em neutralidade lembrem-se da cor amarela, ela não pode influenciar decisão de consumo e decisão de investimento.

É isso, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Estou achando que você falou com o Pedrinho lá do Cruzeiro, porque melhorou bastante o planejamento. (*Risos.*)

Bem, gente, agradeço imensamente a participação de cada um de vocês. Falaremos, na próxima reunião, da questão da construção civil, da cadeia da construção civil e, depois, da tecnologia da informação, mas qualquer sugestão depois da audiência, se quiserem encaminhar, ainda temos prazo nas emendas, porque foi retirado, estão retirando o regime de urgência. Então, se faltou – nessas mil e poucas emendas aí – algum detalhe, a hora é agora.

Então, nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 16 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3865163897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Sergio Moro, Otto Alencar, Omar Aziz, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Jaques Wagner, Flávio Arns, Rosana Martinelli, Flavio Azevedo, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Romário, Ciro Nogueira, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Beto Faro e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Cid Gomes, Irajá, Angelo Coronel e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 38, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado de Mato Grosso e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto Aprendizagem em Foco Mato Grosso (Mato Grosso Resilient, Inclusive, and Sustainable Learning Project)." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 39, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 80,000,000.00 (oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado de Mato Grosso e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar de Mato Grosso." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5061, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, para dispor sobre o pagamento continuado do abono natalino." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5178, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de pessoa ou cuidador social de pessoa, e altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, nº 13.146, de 6 de julho de 2015, nº 8.069, de 13 de julho de 1990." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1726, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para considerar despesa médica, para fins de dedução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, o pagamento relativo à instrução de pessoa com transtorno do espectro autista." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Mensagem (SF) n° 35, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa Estadual de Habitação - Estado do Paraná - Projeto Vida Nova." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai ao Plenário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/27

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de agosto de 2024.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Ofício SEI nº 31.875, de 2024, do Ministério da Fazenda, que informa, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43, de 2001, a publicação no sítio do Tesouro Nacional dos demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, em abril de 2024, bem como das tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;

- Mensagem nº 613, de 2024, da Presidência da República, que encaminha, nos termos do disposto no art. 71 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, referente ao terceiro bimestre de 2024;

- Ofício SEI nº 39.733, de 2024, do Ministério da Fazenda, que informa, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43, de 2001, a publicação, no sítio do Tesouro Nacional, dos demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito deste ministério, em maio de 2024, bem como das tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Ofício nº 15.148, de 2024, do Banco Central do Brasil, que encaminha, em obediência ao disposto do art. 11 da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, os relatórios de inflação de dezembro de 2023 e de março de 2024, bem como o Relatório de Estabilidade Financeira de abril de 2024;

- Ofício SF249280059940, da Câmara Municipal de Vereadores de Nonoai, Moção de Apoio nº 09/2024, referente à anistia das parcelas das dívidas públicas do Estado do Rio Grande do Sul e de seus municípios com a União, pelo período de 36 meses, a fim de proporcionar alívio às suas finanças;

- Ofício SF249313068392, da Câmara Municipal de Chapecó, Santa Catarina, proposição para que viabilizem as medidas para que os valores movimentados via Pix, em uma escala gradual de valores, acima de R$1 mil, não possam ser movimentados em uma escala gradual de tempo;

Senador Izalci, depois V. Exa. simplifica isso aqui para nós, o que quer dizer isso, porque V. Exa. é contador.

- Ofício SF247583862922, da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc), que solicita apoio para a rápida aprovação do PL nº 1.009/2024.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa de leitura e a aprovação das Atas da 33ª, 34ª e 35ª Reuniões, realizadas em 20/08/2024 e em 21/08/2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta, para os Senadores que participam remotamente.

Gostaria de iniciar nossa reunião informando que já realizamos quatro audiências públicas sobre a regulamentação da reforma tributária no âmbito do grupo de trabalho desta Comissão dedicado a estudar e propor sugestões de melhorias aos textos de projeto de lei encaminhados pelo Poder Executivo. Aproveito então a oportunidade para agradecer ao nobre Senador Izalci Lucas pela habilidosa condução dos trabalhos de nosso grupo de trabalho, atendendo aos setores envolvidos e selecionando os participantes das reuniões.

Informo ainda que hoje e amanhã realizaremos mais duas audiências públicas, a quinta e a sexta, de uma série estimada de cerca de 16 encontros com especialistas para debater essa etapa da reforma tributária.

Gostaria também de destacar os três projetos que temos hoje em nossa pauta para a deliberação deste Colegiado.

Em primeiro lugar, lembro o Projeto de Lei 5.061, de 2020, que determina o pagamento em dobro do benefício de Bolsa Família no mês de dezembro de cada ano, de autoria do Senador Jader Barbalho e relatoria da Senadora Damares Alves. Todos aqui, certamente, sabem que o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda e atende famílias em situação de pobreza extrema identificadas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ou seja, beneficia apenas famílias com baixa renda e real necessidade de ajuda do poder público. Adicionalmente, na justificativa do projeto, o autor lembra que há um efeito positivo na economia nacional com a injeção desses recursos.

Ressalta que estudos diversos, como o dos pesquisadores Daiana Silva e Joaquim Ferreira Filho, com o título Impactos dos Programas de Transferência de Renda Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Bolsa Família sobre a Economia Brasileira: uma análise de equilíbrio geral, mostram que o Bolsa Família aumenta o consumo real das famílias, em especial das mais

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pobres, impulsionando consequentemente o crescimento da economia. Portanto, é inquestionável a importância da concessão desse auxílio adicional a milhares de famílias brasileiras em estado de vulnerabilidade, que traz, ainda, reflexos positivos para a nossa economia.

O segundo projeto que gostaria de destacar é o Projeto de Lei nº 5.178, de 2020, que regulamenta a profissão de cuidador social de pessoa, de autoria do Senador Paulo Paim e relatoria da Senadora Teresa Leitão. Essa proposta se mostra de extrema relevância na medida em que a consolidação e a evolução da prática profissional desses trabalhadores ampliaram consideravelmente o escopo de sua atuação para além do acompanhamento domiciliar de idosos tão somente, passando a incitar o acompanhamento de diversas pessoas com necessidades especiais – e não apenas em casa, mas no âmbito de instituições de acolhimento de diversos tipos.

Destaca-se que a presente proposição surgiu da discussão travada com as associações profissionais de cuidadores, de maneira a englobar as necessidades atuais da profissão e da sociedade. Entendo que a aprovação da presente medida representará um passo importante para a defesa de trabalhadores e pacientes e uma importante medida de justiça social.

Por fim, destaco o Projeto de Lei nº 1.726, de 2019, que torna integralmente dedutível da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física despesa com instrução de pessoa com transtorno do espectro autista, qualquer que seja a instituição de ensino prestadora destinatária de pagamento, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo e relatoria do Senador Eduardo Braga.

O transtorno do espectro autista é caracterizado por déficit persistente na capacidade de interação e de comunicação social por uma série de padrões e comportamentos restritos repetitivos e inflexíveis, que produzem significativo impacto na vida do paciente e de seus familiares. Não há medicamentos que possam curar o TEA ou tratar os sintomas principais. No entanto, existem terapias que ajudam a melhorar alguns sintomas. Medicamentos são indicados para melhorar o déficit de concentração, tratar depressão e prevenir crises convulsivas. Enfim, é indiscutível que são pessoas que, juntamente com suas famílias, necessitam de uma atenção

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especial do Estado, adotando medidas para atenuar o impacto financeiro que os programas de educação têm sobre os orçamentos de família de pessoas com TEA.

Esses eram os projetos que destaco para o dia de hoje, parabenizando os autores e Relatores desses relevantes projetos, que irão beneficiar milhares de cidadãos de nosso país.

E agora, ao final, gostaria de expressar minha profunda solidariedade às populações dos estados e municípios atingidos pelos recentes incêndios, principalmente nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, em nosso Estado de Goiás.

É o que tinha a dizer. Boa reunião a todos nós.

Item 1 da pauta. (*Pausa.*)

Item 2.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 39, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 80,000,000.00 (oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado de Mato Grosso e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar de Mato Grosso.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Nos termos do PRS que apresenta

Relatório favorável, nos termos do projeto de resolução que apresenta.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Margareth Buzetti para leitura de seu relatório.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente Vanderlan.

Eu gostaria de pedir permissão para ir direto à análise.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu meios de controle, pelo Senado Federal, das operações financeiras externas de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, consoante o art. 52, incisos V, VII e VIII, tendo a Câmara Alta disciplinado a matéria mediante as Resoluções nºs 48, de 2007, e 15, de 2021, e alterações. O último normativo desobriga as operações de crédito contratadas no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) do cumprimento dos requisitos constantes das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001. Isso vale, inclusive, para o disposto no art. 15 da Resolução nº 43, de 2001, que veda a contratação de operações de crédito nos 120 dias anteriores ao final do mandato do chefe do Poder Executivo.

O Programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), de que trata o Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017.

A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito, haja vista que o mutuário do Brasil cumpre todos os requisitos legais para ambos. Adicionalmente, informou que o mutuário recebeu classificação “A” quanto à capacidade de pagamento.

A seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação de comprovações requeridas pela legislação, visando ao encaminhamento do processo ao Senado Federal para fim de autorização da operação de crédito em tela, bem como à concessão de garantia por parte da União, ressalvando que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser verificado o disposto na Portaria Normativa MF nº 500, de 2 de junho de 2023 (adimplência do ente), o

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimento substancial das condições de efetividade previstas no contrato de empréstimo, bem como seja formalizado o contrato de contragarantia.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional manifestou anuência à conclusão exarada pela Secretaria do Tesouro Nacional no Parecer SEI Nº 1315/2024/MF, de 30 de abril de 2024.

Ademais, a Secretaria do Tesouro Nacional apontou que as informações financeiras da operação foram registradas por aquela secretaria no Sistema de Registro de Operações Financeiras do Banco Central do Brasil, sob o nº TB138665 (SEI 41587458).

Cabe ainda enfatizar que a PGFN atestou, em seu parecer, que o contrato negociado não contém cláusulas de natureza política, atentatórias à soberania nacional e à ordem pública, contrárias à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que impliquem compensação automática de débitos e créditos.

Fica amplamente evidenciada não só a importância do empréstimo, cuja aprovação iremos propor nesta data, como a sua inserção na agricultura familiar. Trata-se de iniciativa que, com certeza, trará enormes ganhos ao Mato Grosso.

Voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Presidência da República encontra-se de acordo com o que preceituam as normas do Senado Federal relativas à matéria em análise, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte...

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Eu gostaria só de complementar que eu fiz uma busca e encontrei essa modalidade de produção da agricultura familiar, um pilar fundamental para a segurança alimentar do nosso povo, sendo responsável por aproximadamente 70% dos alimentos consumidos no país. Recentemente, tomei conhecimento de um belíssimo trabalho desenvolvido no Paraná, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Os dados são da nutricionista Andrea Bruginski, que há 14 anos atua na gestão das compras institucionais da agricultura familiar para alimentação escolar. E o que eles fizeram lá hoje: 30% dos recursos destinados à merenda

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolar são utilizados na compra de produtos da agricultura familiar. São 20 mil famílias que produzem alimentos e já sabem que terão a quem vender. Isso fomenta a agricultura familiar e garante comida fresca e de qualidade para os alunos. É uma iniciativa sensacional o que o Estado do Paraná fez.

Acho que é importante tratarmos disso em uma Comissão como esta, a CAE, porque, normalmente, quando falamos em produção de alimentos, vêm à nossa mente grandes produtores. A atual gestão do Governador Mauro Mendes fez o maior investimento na agricultura familiar da história do nosso estado: 582 milhões em cinco anos. O Governo ainda implantou hortas em 329 escolas estaduais, entregou mais de 1.245 máquinas e veículos para melhorar as estradas e a agricultura familiar das cidades.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – É um estado, Presidente, que tem responsabilidade com o dinheiro, principalmente com o dinheiro público. Pelo segundo ano consecutivo, liderou o *ranking* de competitividade dos estados, com a melhor gestão fiscal. Portanto, é mais do que justo que tenhamos acesso a esses 80 milhões de dólares do Bird, que serão fundamentais para que o estado seja reconhecido, não apenas pelas grandes empresas do agro, mas por cuidar daquele trabalhador que está lá no campo, de sol a sol, com a família inteira, trabalhando para colocar o alimento na mesa dos brasileiros.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Margareth, parabéns pelo seu relatório!

A matéria está em discussão.

Senador Jayme Campos, que levantou a mão; em seguida, Senadora Rosana.

Senador Jayme, com a palavra. O seu microfone, Senador Jayme, está fechado. (*Pausa.*)

Agora, sim.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir. *Por videoconferência*.) – O.k.

Sr. Presidente, querido amigo, Senador Vanderlan, ilustre Senadora Margareth, Rosana, que estão nesta nossa Comissão tão importante, que é a CAE.

Eu quero apenas, Sr. Presidente, manifestar o meu apoio a essa Mensagem 39, de 2024, que autoriza essa contratação de crédito internacional junto, naturalmente, ao Bird.

Esse recurso é muito importante, na medida em que vai destinar a financiamentos de projetos, desenvolvimento sustentável, à nossa agricultura familiar aqui em Mato Grosso.

É um projeto de extrema importância, para alavancar o apoio, naturalmente, dos agricultores familiares do nosso estado.

Como homem público, Sr. Presidente, sempre acreditei na força do campo, principalmente no potencial dos pequenos produtores.

A agricultura familiar, como já bem se referiu a ilustre e querida Senadora Margareth, é a base da economia. São 90% dos municípios do nosso país, até uma população de 20 mil habitantes, de acordo com o censo, que se sustentam através, naturalmente, da agricultura familiar, e o próprio setor representa 77% de todas as propriedades do nosso país.

Em Mato Grosso particularmente, Sr. Presidente, nós temos 162 mil propriedades rurais enquadradas como agricultura familiar, com a produção de certificados de grãos, frutos, verduras e legumes, de forma que eu quero, aqui, como homem que sempre defendi também o pequeno agricultor deste nosso estado aqui, com certeza louvar a iniciativa do Governo do estado, na medida em que está pleiteando esse financiamento para fazer esse investimento nessa área tão importante.

Portanto, eu quero parabenizar a ilustre Senadora Margareth Buzetti pelo belo parecer apresentado nesse projeto oportuno e que, certamente, é muito acertado.

E eu entendo – é a minha visão, particularmente, Presidente Vanderlan – que promover, fortalecer a agricultura familiar é fundamental para abastecimento e para a preservação do nosso meio ambiente, entretanto, é bom que se esclareça – V. Exa. também é conhecedor

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profundo dessa matéria, desse assunto: nós temos que fortalecer também a extensão rural no Brasil. Lamentavelmente, temos pouco investimento na área da questão da extensão rural, que é apoio técnico, e sobretudo na comercialização dessa produção. Hoje nós vivemos à mercê.

Particularmente, eu acho que nós temos que ter mecanismos, instrumentos para fortalecer a comercialização da produção da agricultura familiar. Mato Grosso, particularmente, aqui nós temos a certeza e a convicção de que é um assunto, é uma atividade que tem tudo para dar certo.

Eu vou só lhe dar um fato aqui para encerrar, para ser breve: nós temos umas regiões aqui, particularmente, que são bacias leiteiras. Temos região que tem, assim, vários assentamentos. É o caso da região noroeste do nosso estado.

Tem um município aqui, Senador Vanderlan, Presidente Vanderlan, que tem... Chama-se Colniza. Lá se produz café. Esse café tem sido muito bem comercializado.

É uma região próspera, é uma região que precisa de infraestrutura – hoje está chegando asfalto, que é a MT-170, da gestão do Governador Mauro Mendes, que vai melhorar sobremaneira a questão de logística –, e, entretanto, nós temos que apoiar um segmento como esse.

O café Sião, o senhor que o resultado foi altamente positivo. Talvez tenha sido uma das melhores atividades do campo brasileiro. O que chegamos a vender de saco de café nessa região do Mato Grosso, imagine, distante dos grandes centros consumidores, mais de 1,6 mil quilômetros... Chegamos a comercializar a R$1 mil o saco. Chegou ao ponto de se vender a até R$1,2 mil.

Agora, precisamos ter o quê? Para mim, uma bela comercialização, a infraestrutura, e tudo isso, com certeza, vão gerenciar, vão fazer através desses investimentos.

De maneira que eu quero concluir, cumprimentando V. Exa. pela sua bondade, generosidade – como sempre, foi um homem que tem compromisso com o nosso país – de colocar essa matéria para ser votada. Entretanto, estamos aguardando agora, para a semana que vem, o outro projeto que V. Exa. me designou, que é de US$100 milhões para a educação de Mato Grosso. Semana que vem, nós já teremos relatado, e, naturalmente, vou pedir que seja, em

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regime de urgência urgentíssima, encaminhado para o Plenário da Casa, para que possamos votar.

Feito isso, o Governo do estado poderá fazer a contratação e, lá para 2025, com certeza, começará a aplicar, não só na agricultura familiar, mas sobretudo também na educação, aprimorando, melhorando, qualificando, preparando os nossos mestres aqui para levar uma boa educação, de uma boa qualidade, ao nosso estado.

Queria falar parabéns, viu, Margareth? Belo relatório! Você está com a Rosana aqui, e particularmente o ilustre, querido futuro Prefeito de Goiânia, aqui, meu querido amigo Vanderlan, estamos juntos.

Obrigado, e vamos aprovar a matéria.

O voto meu é "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Jayme.

Com a palavra a Senadora Rosana, do nosso querido Estado de Mato Grosso.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Realmente é um projeto extremamente importante para todo o nosso estado, e principalmente a nossa Região Centro-Oeste, que dependemos da parte de comprar dos grandes centros. Principalmente, todo o nosso hortifruti vem uma grande maioria de São Paulo, do Ceasa, e nós temos que mudar essa realidade, Presidente. Com esse recurso, nós temos a certeza de que vai alavancar, vai dar mais oportunidade.

Eu quero falar a minha experiência de quando Prefeita de Sinop, em que nós comprávamos aproximadamente 40% de tudo o que se consumia da nossa merenda da agricultura familiar. E, realmente, é muito importante, como a Margareth falou, a questão da qualidade de produtos principalmente orgânicos, que você pode cobrar para que as crianças

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenham um produto melhor, que você tem condição de cobrar dos pequenos produtores, mesmo porque a secretaria do município consegue monitorar.

Eu acredito que esse recurso, como o Senador Jayme mencionou, vai alavancar toda a agricultura, tanto a bacia leiteira como novas agriculturas, pequenos... A exemplo – que ele deu – do café, porque nós somos um estado muito novo, e nós temos ainda muito a fazer; há muito a construir.

Então, com certeza, esses recursos vão ser de extrema importância para o desenvolvimento da agricultura familiar do nosso estado.

Muito obrigada, Presidente; e, se possível, coloque na urgência de ser aprovado ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria continua em discussão, remotamente.

Senador Amin, o senhor pediu a palavra?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, o assunto que eu tenho para falar é...

Presidente, o assunto que eu tenho para falar é estranho à matéria. O senhor desconsidere, por favor.

Um bom dia...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bom dia!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – ... e um bom trabalho! Sucesso! Vitória!

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Amin.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero só, Margareth, fazer um comentário aqui sobre este projeto e a importância dele.

Quero parabenizar o Governador Mauro Mendes por essa atenção à agricultura familiar, parabenizar também V. Exa. por esse relatório.

Eu quero aqui destacar um papel importante que é feito, e essa ajuda que a Codevasf dá em assistência chega diretamente aos pequenos produtores de agricultura familiar, através das emendas parlamentares ou com recursos direcionados à Codevasf.

No meu Estado de Goiás, Senadora Margareth, em tão pouco tempo que nós temos ali a Codevasf, pela maneira ágil de entregar os equipamentos, patrulhamento, patrulha rural, aliás, que chega aos pequenos produtores, às associações de pequenos produtores, aos nossos assentamentos.

Em Goiás e Mato Grosso, que eu conheço muito bem, Rosana e Margareth, a reforma agrária, que foi feita para os pequenos produtores e agricultura familiar, começou ali na década de 70, 80, e começou ali por Mato Grosso, Amazônia Legal. Eu acho que V. Exa. nem tinha nascido ainda, Senadora Rosana. Então, começou ali em Barra do Garças, chegando a vários estados da Amazônia Legal, até Roraima. Em muitos desses assentamentos, essas pessoas foram colocadas ali, mas não tiveram o devido tratamento e ajuda; foram esquecidas. Então, quando se tem um Governo que volta a atenção para agricultura familiar, para esses pequenos produtores, isso é louvável. Nem todos são assim, mas esse pessoal tem feito a diferença. Estão aí os números: cerca de 70% do que é consumido é produzido pelos pequenos produtores, ou seja, agricultura familiar.

Então, eu fiz questão de fazer esse aparte aqui no seu projeto para dizer que eu sou entusiasta da agricultura familiar, dessas associações, dos nossos assentamentos. Através desses assentamentos e da agricultura familiar, meu Estado de Goiás já é o segundo em produção de mel, só está perdendo lá para o Piauí. E meu desafio é chegar ao primeiro lugar. E há a produção de peixe, fruticultura, aí vem a piscicultura, que é o peixe, e tudo mais.

Então, parabéns!

Não havendo mais quem...

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, só... Também não poderia deixar...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, Senador Izalci, nosso coordenador do grupo de trabalho da reforma.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Obrigado.

Eu também não poderia deixar de parabenizar o Governador por essa iniciativa. Realmente acho até que mais de 70% do que a gente tem na mesa hoje de alimento vem da agricultura familiar, e a gente precisa realmente valorizá-la.

Aqui mesmo, recentemente, destinei parte das emendas para criação de tilápias na agricultura familiar, com 60 tanques que foram distribuídos agora recentemente.

Nós temos aqui as rotas da agricultura familiar. A gente precisa dar uma atenção especial, porque eles têm muita dificuldade com relação ao escoamento da produção, à simplificação das compras, porque também é uma burocracia muito grande. E realmente a gente precisa ter uma atenção com relação à questão de escola, com relação ao acesso à qualificação profissional, à questão também do asfalto, porque hoje a terra, com muito buraco, acaba comprometendo muito a produção no transporte. É uma área que merece todo o nosso apoio e acredito que seja em todos os estados. Aqui a gente tem uma atenção muito especial à agricultura familiar, porque a maioria dos grandes produtores exportam; quem coloca mesmo a comida são os pequenos.

Então, parabéns à nossa querida Margareth, Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Margareth, o Senador Oriovisto quer discutir a matéria. Em seguida, eu passo para V. Exa.

Senador Oriovisto, com a palavra.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu não quero discutir a matéria; eu quero apoiar o que foi dito.

Eu só queria avisar que estava sofrendo até agora para entrar e finalmente consegui entrar pelo telefone. Então, estou pronto para relatar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Já, já vamos passar para o próximo item, que é o que V. Exa. vai relatar, extrapauta.

Senadora Margareth, com a palavra.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Presidente Vanderlan, a gente discutiu com o Governador e com os técnicos por que não ter um aplicativo para que essas pessoas lá da agricultura familiar façam uma venda direta, recebam o Pix. Hoje todo mundo sabe fazer um Pix. Ele vende diretamente, ele recebe diretamente, ele não tem intermediário. Isso tem que se tornar uma realidade – sabe? –, porque nós vamos tirar o atravessador, que leva uma parte do dinheiro, e o cara que quer comprar vai buscar, ele busca, ele paga, o cara recebe...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com o preço sendo menor, com certeza ele vai.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Exatamente, exatamente. É isso que tem que fazer. É a concorrência, a livre concorrência. E eu acho que eles têm que entrar nessa seara para que a tecnologia também...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É verdade.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – ... vá até eles para que eles possam facilitar a vida deles, a compra e a venda.

Obrigada.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário.

Em atenção ao pedido feito pela Senadora Rosana, de urgência ao Plenário, consulto os Senadores e as Senadoras se concordam com o pedido de urgência.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 2 da pauta, Mensagem nº 39, de 2024, vai ao Plenário, com pedido de urgência.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 35, DE 2024

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Paraná e o

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa Estadual de Habitação - Estado do Paraná - Projeto Vida Nova.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Nos termos do PRS que apresenta

Relatório: favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

Observações: a matéria vai ao Plenário.

Concedo a palavra ao Senador Oriovisto Guimarães para a leitura do seu relatório.

Senador Oriovisto, com a palavra. (*Pausa.*)

Senador Oriovisto...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Agora sim.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado por ter incluído como extrapauta. Este é um assunto realmente importantíssimo para o Governo do Estado do Paraná, que já há algum tempo está lutando por essa bandeira.

E eu vou me permitir, Sr. Presidente, em respeito ao tempo de todos, ao invés de uma exaustiva leitura, eu vou fazer uma explicação inicial e depois eu faço a leitura do projeto de resolução e do voto.

Então, para que todos saibam, esse é um empréstimo de US$150 milhões, que o Governo do Estado do Paraná está tomando junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). É um dinheiro que tem uma contrapartida do Governo do Estado do Paraná na ordem de US$37,5

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões. Então, é um projeto cujo total vai a US$187,5 milhões e destina-se a um programa de habitação popular para atender diversos bolsões de populações carentes que nós temos no Estado do Paraná.

É um programa, do ponto de vista social, extremamente meritório. São casas populares, e as pessoas terão um prazo longo e juros quase nulos para poder adquirir e pagar. E o Governo do Paraná está tomando esse dinheiro com um prazo para pagamento de 24 anos e meio – 24 anos e meio –, então é muito longo o prazo, e tem seis anos de carência. Tem todo um cronograma de desembolso, tanto por parte do BID, quanto por parte do Governo do Estado do Paraná.

O Governo do Estado do Paraná assinou também, em toda a análise que está aqui, vários documentos com o Governo Federal, caso não honre o pagamento, coisa que não vai acontecer, porque o Paraná está com uma classificação "b", muito boa, com a base do estado, então não há qualquer dificuldade nisso.

O projeto de resolução diz o seguinte:

> PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2024
> Autoriza o Estado do Paraná a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).
> O SENADO FEDERAL resolve:
> Art. 1º É o Estado do Paraná autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).
> Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Estadual de Habitação – Estado do Paraná – Projeto Vida Nova".
> Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º desta Resolução deverá ser realizada nas seguintes condições:
> I – devedor: Estado do Paraná;
> II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

III – garantidor: República Federativa do Brasil;
IV – valor: até US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
V – valor da contrapartida: US$ 37.500.000,00 (trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América);
VI – juros: taxa SOFR (*secured overnight financing rate*), acrescida de margem aplicável para empréstimos do capital ordinário do BID;
VII – atualização monetária: variação cambial;
VIII – cronograma estimado das liberações: US$ 13.000.000,00, em 2024; US$ 44.440.000,00, em 2025; US$ 50.420.000,00, em 2026; US$ 34.080.000.00, em 2027; e US$ 8.060.000,00, em 2028;
IX – cronograma estimado das contrapartidas: US$ 4.790.000,00, em 2024; US$ 9.800.000,00, em 2025; US$ 12.490.000,00, em 2026; US$ 8.990.000,00, em 2027; e US$ 1.430.000,00 em 2028;
X – prazo total: até 294 (duzentos e noventa e quatro) meses [isso dá vinte quatro anos e meio];
XI – prazo de carência: até 72 (setenta e dois) meses [seis anos de carência];
XII – prazo de amortização: até 222 (duzentos e vinte e dois) meses;
XIII – periodicidade de pagamento dos juros e amortizações: semestral;
XIV – sistema de amortização: constante;
XV – comissão de crédito: até 0,75% [...];
XVI – despesas de inspeção e vigilância: até 1% [...].
Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos e contrapartidas em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.
Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Estado do Paraná na operação de crédito externo referida nesta Resolução.
Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* deste artigo fica condicionada ao seguinte:

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I – que sejam cumpridas pelo Estado, de maneira substancial, as condições especiais prévias ao primeiro desembolso;

II – que seja verificada, pelo Ministério da Fazenda, a adimplência financeira do Estado com a União e a sua regularidade em relação ao pagamento de precatórios; e

III – que o Estado celebre contrato com a República Federativa do Brasil para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das cotas ou parcelas da participação do Estado na arrecadação da União, na forma do disposto nos arts. 157 e 159, incisos I, alínea *a*, e II, da Constituição Federal, bem como das receitas próprias a que se refere o art. 155, igualmente da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Então, com o voto favorável, Sr. Presidente, é esse o relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Oriovisto, e parabéns pelo seu relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário.

Senador Oriovisto, com a palavra.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Queria pedir também para incluir com urgência para ir ao Plenário, se possível, ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação, o pedido de urgência do item extrapauta, a Mensagem nº 35, de 2024.

Senadores e Senadoras que concordam com o pedido de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vai ao Plenário.

Aproveito aqui, Sras. e Srs. Senadores, que o Senador Izalci está presente e é o coordenador do nosso grupo de trabalho. Senador Izalci, um breve relatório aí dos trabalhos que V. Exa. está conduzindo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, fizemos a primeira reunião com a participação do Governo, expondo realmente o projeto. E, na segunda audiência, nós falamos também sobre a questão do pagamento dividido, a questão dos cartões de crédito, questão que foi muito, muito importante e preocupante ao mesmo tempo, porque, de fato, o que a gente observa... Ontem mesmo, eu fiz um debate na OAB, com a presença do Appy e do Hauly. E, lógico, o projeto é maravilhoso, espetacular na parte teórica e na parte acadêmica; agora, na hora de colocar em prática, a coisa não é tão simples assim. Quem dera! Todo mundo torce para que a coisa funcione perfeitamente, mas a gente sabe das limitações: o Governo fazer um sistema, que não existe ainda, que está no Serpro ainda sendo desenvolvido; depois, é preciso um prazo para as empresas de cartões também fazerem o seu sistema; e, lógico, todas as empresas contábeis vão ter que adaptar seu sistema tributário e contábil. Então, não é coisa da noite para o dia. Implantar o sistema inteligente, dito por eles, porque são dois sistemas, um simplificado e um inteligente, de imediato, é um risco muito grande, e o prazo é muito curto para implementar. Ontem, inclusive, alegaram a questão do Pix, mas o Pix está sendo discutido há anos, não foi feito da noite para o dia. Então, as pessoas

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deviam botar um pouquinho o pé no chão e conhecer um pouco mais o mundo real para não ficar alimentando muito essas coisas.

Hoje à tarde, nós faremos audiência também com toda a cadeia da construção civil, e o Governo, veementemente, é contrário a qualquer modificação. É muito importante as pessoas da construção participarem aqui, porque vai de loteamento até incorporação, construção, aluguel... Há dúvidas, como na questão do aluguel, que para mim é renda, não é consumo, mas são coisas que a gente... É uma jabuticaba brasileira esse IVA – apesar de usar termos americanos, é uma jabuticaba brasileira.

Amanhã, nós vamos falar sobre tecnologia da informação, também com toda a cadeia da tecnologia, para mostrar realmente os desafios que nós temos para implementar essa política.

E, daqui para frente, em toda terça e quarta, estão comprometidas todas as tardes. Inclusive, nós já entramos um pouquinho na quinta à tarde.

E tem aí uma proposta para a gente fazer, no dia 12 de setembro, de manhã, às 9h da manhã, quinta-feira, sobre toda a questão da saúde, porque a saúde estava dividida em vários momentos, mas são tantos probleminhas... Eu estive na Anvisa, num debate lá sobre toda a questão de medicamentos, equipamentos... A reforma traz uma relação de equipamentos, o que inibe a questão da inovação. Todo dia vai mudar a tabela da reforma tributária?! É porque todo dia vai ter um equipamento novo que não estará na relação ou um medicamento novo. Então, são coisas que a gente precisa mudar.

E na prática... A teoria é bacana, mas o texto em si tem que ser modificado para dar segurança jurídica e tal. Lógico, como eu tenho falado sempre aqui e a gente reafirma... A nossa intenção é o quê? Vamos pegar o texto da Câmara, a proposta de mudança e uma justificativa óbvia com que qualquer Senador vai dizer: "Caramba, tem que mudar mesmo, realmente houve um equívoco aqui". A gente precisa realmente ter muitos dados. Por isso, foi importante aqui a participação dos contadores. E espero que eles participem em todas as reuniões, porque eles é que vão botar a mão na massa do negócio.

Está indo muito bem, só que a gente vai acabar... E é necessário, até porque vão aprovar agora, tem um destaque ainda para ser votado... Nós vamos votar também a questão do comitê,

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque na teoria é uma coisa e na prática do que está redigido é outra. Do jeito que está lá, ele vai ter um poder maior do que o Senado, maior do que o Congresso. Então, a gente tem que ter muito cuidado com isso aí.

A gente provavelmente vai ocupar toda terça, toda quarta e algumas quintas-feiras aí.

Esse é o relato, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns, Senador Izalci, pela condução dos trabalhos.

Eu estou vendo a participação maciça aí dos companheiros Senadores e Senadoras.

Senador Oriovisto... Com a palavra, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu quero me congratular com o trabalho do Izalci, com o trabalho desta Comissão, da qual eu também faço parte, e quero lembrar que, durante 2023 e de boa parte de 2024, eu passei alertando que essa reforma era exatamente isso que o Izalci acabou de dizer: muito bonita na teoria, mas que, na prática, ela daria uma grande complicação para todo o país. Eu até ouso dizer que ela não é só uma complicação contábil, financeira... Ela é o maior tiro no pé, em termos de política, que eu já vi um governo dar.

Olha, as pessoas agora estão se conscientizando. As pessoas, agora, estão fazendo conta. Todo o setor de serviço, quando faz as continhas, percebe que vai aumentar a carga tributária.

O Senado está virando um muro de lamentações.

Eu tenho pena do Senador Eduardo Braga. Tenho pena, assim, digo isso com sinceridade. Ele vai ter que fugir do país, para não atender a todo mundo.

Eu, que não sou Relator, já recebi dezenas e dezenas de setores, que vão com as contas feitas, que mostram a complicação, que não sabem o que vão fazer...

Por exemplo, a Uber eu recebi. Do que a Uber pagar para o motorista de Uber, 75% é custo dele, com combustível e outras coisas – manutenção, etc. Ele vai pagar 26%. É mais do que o que ele tem de margem.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Setor imobiliário eu recebi, setor de aposentadoria complementar... Olha, eu já recebi setores de tudo quanto... Hotelaria; turismo...

Todo mundo tem grandes preocupações, não só porque vai pagar mais, mas porque também vai ficar dez anos – dez anos! – fazendo duas contabilidades, não é Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – É.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Vai ter que ter duas equipes.

Então, eu acho essa reforma mal concebida.

Nós tínhamos uma proposta outra, que era o Simplifica Já, que poderia ter implantação imediata, que era fácil de entender... Mas, enfim, perdemos por quatro votos. Quatro votos. E perdemos, perdemos, agora isso é coisa do passado, não quero me apegar a isso, mas o Izalci está cheio de razão, e não há razão nenhuma para o Senado ter pressa, porque isso só vai entrar em vigor, qualquer coisa para o Governo, em 2027. Vai começar lá com 1%... Aliás, 2026, porque o ano que vem seria só para adaptar esse tema. E começaria com 1%.

Olha, não sei... Vamos ter que discutir muito.

E eu espero que, desta vez, o trabalho da Comissão, da CAE, não seja ignorado pelo Relator, como aconteceu da vez anterior, em que ele ouviu, mas não ouviu o quanto nós gostaríamos que tivesse ouvido.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Oriovisto.

Senador Oriovisto, está tendo tanto frio aí para esse agasalho todo, é?

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Está. Está frio.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Está.

Quando eu acordei hoje, estava 1 grau.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Misericórdia!

Aqui está mais quentinho.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu queria, sobre essa reforma tributária... Eu também estou dizendo que todos os setores que mais empregam neste país – serviços e a ponta de quem gera mais emprego e renda – estão reclamando dessa reforma tributária. Minha formação é médica, mas eu sempre me debruço... Acho que unir essa quantidade de imposto, que era a proposta inicial, seria algo importante; mas, na verdade, do jeito que está a proposta, está difícil.

Eu queria aqui, antes, falar sobre esse projeto, esse empréstimo de que o Oriovisto falou. Eu acho bastante interessante que o Governo desse estado tenha se preocupado com isso, porque a gente sabe que a construção civil gera emprego e renda e abrange desde o homem braçal – do trabalhador braçal – até o engenheiro, e todos. Então, esse é um empréstimo, Oriovisto... E sem falar que vai criar residências para as pessoas – a gente tem um déficit habitacional assustador – e ainda gerar emprego e renda. Esse é um empréstimo no qual a gente vê contrapartida, resolutividade rápida na geração de emprego e renda, e dá uma moradia justa e digna para as pessoas.

Então, é um empréstimo que... Eu queria elogiar esse empréstimo relatado pelo Senador Oriovisto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Esse é, Senadora Zenaide, (*Fora do microfone.*) um empréstimo justo, um empréstimo que vai beneficiar milhares e milhares de pessoas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns ao Relator Oriovisto.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Presidente... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A senhora pediu a palavra novamente, Senadora Zenaide?

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Não, eu que falei aqui. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador... Ah, está aqui, Senadora Margareth.

Desculpe, Senadora.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Não, eu só... Complementando o que o Senador Izalci falou, é tão grave essa reforma tributária – e o que o Oriovisto falou –, é um tiro no pé, assim, monstruoso. Desde a primeira vez que eu falei isso, eu estava superpreocupada com ela...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É verdade.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – ... você sabe.

Eu trouxe o problema dos serviços todos. A construção civil é uma lamentação só. A construção civil é a que mais emprega no país. O meu setor é, assim, altamente prejudicado. A gente colocou emenda, ninguém aceitou, fizeram o que quiseram, não deram a menor atenção ao trabalho nosso, ao que a gente fez.

Então, eu quero morder a língua dez vezes e estar errada, porque eu torço pelo meu país, mas eu não acredito nisso. Eu não acredito nessa reforma do jeito que ela está sendo colocada. Porque é o que o Izalci falou: a vida real é uma; agora, a acadêmica, aquela que é exposta ali, que é pensada no ar-condicionado por homens com ternos bem cortados... Não acredito – não acredito.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em tempo, eu quero registrar a presença aqui da imprensa, que divulga os trabalhos aqui desta Comissão e que sempre está aqui conosco. Hoje nós temos a presença da Elis Barreto, que é da Arko Advice – Elis, obrigado pela presença aqui de você –; da Gabriela Mestre, do Portal XP Investimentos – meus agradecimentos –; da TV Senado, com transmissão ao vivo da nossa reunião. Então, a todos vocês, nossos agradecimentos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 04 minutos.)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8928609150

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e vinte minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Sergio Moro, Giordano, Weverton, Plínio Valério, Vanderlan Cardoso, Irajá, Angelo Coronel, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Jaques Wagner, Flávio Arns, Rosana Martinelli, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Romário, Ciro Nogueira, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Dr. Hiran, Beto Faro e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz e Flavio Azevedo. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 66/2024 - CAE, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Finalidade:** Impacto da reforma tributária (PLP 68/2024) sobre a cadeia produtiva da construção civil, desde o loteamento ao imóvel pronto, e as consequências sobre o déficit habitacional no Brasil. **Participantes:** Sr. Ely Flávio Wertheim, Presidente Executivo do Secovi São Paulo; Sr. Renato de Souza Correia, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção; Sr. Caio Carmona Cesar Portugal, Presidente da Associação das Empresas de Loteamento Urbano (AELO); Sr. Luiz Antonio França, Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc); Sra. Fernanda Foizer Silva, Embaixadora das Mulheres no Tributário, Sócia do Wilfrido Advogados e Mestranda em Direito Tributário pelo IBDT; Sr. Gilberto Alvarenga, Consultor Tributário pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); e Sra. Melina Rocha, Consultora internacional de IVA. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/27

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de agosto de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir o impacto da reforma tributária, PLP 68, da 2024, sobre a cadeia produtiva da constituição civil, desde o loteamento ao imóvel pronto, e as consequências sobre o déficit habitacional no Brasil, em atenção ao Requerimento 66, de 2024, da CAE, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso.

Eu já convido para tomar assento à mesa os seguintes convidados: Sr. Ely Flávio Wertheim, Presidente-Executivo do Secovi de São Paulo. Pode aplaudir, porque, depois do almoço, é bom dar uma... (*Palmas.*)

Convido também o Renato de Souza Correia, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, que compartilhará o tempo com o Sr. Fernando Guedes Ferreira Filho, Vice-Presidente Jurídico da CBIC; e o Sr. Caio Carmona Cesar Portugal, Presidente da Associação das Empresas de Loteamento Urbano (Aelo).

Depois, nós faremos a segunda mesa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, reforçando aqui o nosso objetivo deste grupo de trabalho, nós entendemos que nós estamos diante de uma reforma tributária importante para o país – muito importante –, acadêmica e teoricamente perfeita.

Eu, realmente, sonho com essa reforma da forma como está elaborada, mas o texto apresentado tem que ser corrigido em algumas distorções que ocorrem.

O que nós queremos fazer aqui é exatamente mostrar uma proposta de mudança ao texto da Câmara, com uma justificativa óbvia, com muita clareza, com muito didática, para que qualquer Senador entenda exatamente o porquê da mudança. Esse é o nosso desafio, porque, daqui, nós vamos entregar o relatório ao Relator da CCJ, que deve ser o Eduardo Braga, para que ele seja sensibilizado a acatar o nosso trabalho. Para isso, a gente precisa ter muitos dados, muita informação e números incontestáveis.

No caso da construção civil, já há um debate antigo lá na Câmara e também com o Governo, por diversas vezes, e há uma incompreensão ou uma distorção de números. O Governo apresenta um número, o segmento apresenta outro. Ontem mesmo, eu tive um debate na OAB, com a presença do Appy e do Hauly, que contestam veementemente os dados que serão apresentados.

A gente precisa mostrar claramente o porquê da distorção dos dados, porque eles têm um dado e nós temos outro, para que possamos realmente justificar e convencer os nossos Parlamentares e Senadores de que o cálculo correto é o do segmento. A gente tem que ter muito esclarecimento de informações para a gente não ser contestado.

Lógico que deve ter alguém aqui do Ministério da Fazenda. O Appy disse que está acompanhando cada reunião. Espero que esteja mesmo e que seja convencido disso.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que muitas coisas nós teremos que mudar no texto dessa reforma, que, na prática, é uma coisa e, na teoria, é outra.

Sem mais delongas, eu já vou passar imediatamente ao nosso...

Tem ainda duas pessoas que estão de forma virtual: o Sr. Luiz Antonio França, da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias; na segunda mesa, tem outro.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar, primeiro, para ele, que está virtualmente, porque fica mais fácil.

Vamos passar, primeiro, ao Luiz Antonio França.

Não está conectado, não? (*Pausa.*)

Luiz França, tente conectar.

Vamos passar, então, ao Ely, para que ele possa fazer sua apresentação. Depois, a gente retoma ao Luiz Antonio França.

Com a palavra, então, Ely Flávio.

O SR. ELY FLÁVIO WERTHEIM (Para expor.) – Bom, boa tarde a todos.

Boa tarde, Senador Izalci. Muito obrigado pela oportunidade que o setor tem para colocar. Muito obrigado.

Eu, antes de começar a minha apresentação, gostaria só de pontuar um fato importante. Nós temos, com a equipe econômica do Governo e, em especial, com o Secretário Appy, uma excelente relação. Nós temos trabalhado com ele nesses anos todos, todas as entidades, com muita boa vontade dele, de parte a parte. Então, aqui eu queria também prestar essa homenagem a ele. No entanto, a gente tem alguns pontos em que a gente não tem concordância. Um deles é um número. E eu vou me ater somente, Senador, àquilo com que a gente não concorda. Com as outras questões a gente já concordou.

Então, vamos lá.

A primeira coisa: o setor imobiliário fez dois trabalhos, um com a Derraik e outro com a Tendências, para chegar ao embasamento dos argumentos que a gente usa para trazer os nossos números. Essas duas consultorias são de reconhecido renome e fizeram duas coisas basicamente: primeiro, calcularam a carga tributária no nosso setor e o impacto das n propostas da reforma tributária no setor. Então, nós não achamos. Nós calculamos. Nós usamos duas consultorias para defender. E é por isso, inclusive, a nossa não veemência, mas a nossa convicção, porque acreditamos muito nesse trabalho.

Esse é um ponto.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo ponto é que, segundo os nossos cálculos, segundo essas duas assessorias – e a gente está disposto a ouvir outras argumentações –, este é o impacto na carga tributária, à esquerda, sobre os imóveis; e, à direita, sobre, por exemplo, loteamento, administração, intermediação.

O que significa isto aqui? Na nossa visão, na visão dessas duas consultorias, nós vamos ter um aumento do preço da habitação. Nós não estamos preocupados com o imposto que as empresas pagam. Nós estamos preocupados com o preço do imóvel, para que não suba. E mais do que isso: que se mantenha a neutralidade, que foi, desde o início, prometida para o setor. Então, é disso que a gente fala. E nós temos essa convicção técnica por conta de tudo isso.

E o que significa isso? Vai subir o preço da habitação, vai subir o preço de um loteamento, que é uma habitação também – o Caio vai falar –, vai subir o custo de administração de imóvel. Quer dizer, vai subir o condomínio. Todos nós que moramos em condomínio, seja de casas, seja de prédios, vamos ter um aumento. Essas empresas que prestam serviços para nós vão ter que cobrar mais. E na intermediação também: cada vez que nós formos comprar ou vender um imóvel, os corretores vão ter que cobrar mais, porque eles estão sendo onerados no seu imposto.

O segundo ponto sobre o qual eu quero falar é o seguinte, a gente tem ouvido muito, principalmente agora que o Ministério da Fazenda... A equipe econômica até soltou uma nota dizendo que, quando você tem um desconto numa determinada alíquota, você influencia a alíquota modal. É verdade, mas não no caso do setor imobiliário.

O próprio Senado, no final do ano passado, quando recebeu a reforma tributária e fez dezenas de questionamentos... Eu lembro muito bem que o Senador Eduardo Braga falou: "Olha, a gente não pode avançar sem conhecer os estudos". E o Senado questionou a Fazenda. Um dos questionamentos que ele fez foi justamente como se chegou à conta. O Ministério da Fazenda, através de um comunicado próprio, escreveu que os regimes diferenciados – ou seja, os regimes que foram considerados diferenciados – não entraram no cálculo da alíquota modal.

Então, hoje nós temos o seguinte. Nós temos a imprensa falando alguma coisa, nós temos a equipe econômica falando outra, mas, na verdade, o que está escrito é isto aqui: o setor imobiliário não tem influência sobre a alíquota modal. Não foi considerado, na construção da

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alíquota modal, o setor imobiliário. Não sou eu que estou falando, quem está falando é a Fazenda.

O outro ponto que eu quero colocar é o seguinte: sempre se fala que o setor imobiliário paga pouco imposto. Muito bem. Por quê? "Ah, o setor imobiliário só paga 4%, por exemplo, do RET de imposto". Bom, mas todo mundo no Brasil, Senador, paga 35% ou 40% de imposto e o setor imobiliário paga só 4%? Deixe-me explicar os 4%. Os 4% são sobre a receita bruta, independentemente de ter lucro ou prejuízo em um determinado empreendimento, independentemente do custo. Esses 4% sobre a receita bruta, que pode não ter inclusive lucro e o incorporador tem que pagar, correspondem a uma margem de 10% a 12%, que são o lucro de um empreendimento. Quando ele ocorre, corresponde de 35% a 40% da margem. Então, nós estamos dizendo que esses "poucos 4%", abro aspas, de que se fala, são 35% ou 40% da margem de um negócio imobiliário. E outra: a mecânica de recolhimento é extremamente simples e fácil. Você faturou, recolhe e acabou. No mês seguinte, dia 20 e tal, recolhe-se o negócio, cruza-se com a informação do comprador; o comprador fala: "Olha, eu comprei uma habitação da empresa X", e ele coloca na sua declaração de Imposto de Renda.

Para o senhor ter uma ideia, Senador, a Receita Federal adora o RET, essa mecânica simples. A gente, de vez em quando, fica se perguntando: "Para quê mexer em algo que está funcionando, que é simples, que aumentou a arrecadação, que é uma inovação dos últimos 20 anos". Isso não é novo; não é antigo. Então, o.k., a reforma tributária é muito importante, mas precisamos ver.

Tem um detalhe, nós não estamos falando contra a reforma tributária, porque, na reforma tributária do IVA, em todos os países do mundo que adotam o IVA, o setor imobiliário tem um tratamento específico; não privilegiado, é específico. Isso está no comando constitucional. A aprovação da reforma tributária traz isso. Por privilégio, não, porque em todos os países do mundo é assim. Por que é assim? Porque o setor imobiliário, dada a sua complexidade, a cadeia produtiva, não é feito para o IVA. O IVA não funciona no setor imobiliário, dada a sua complexidade.

Um outro detalhe, que me parece um pouco óbvio, o IVA é um imposto sobre o consumo. Imóvel não é consumo, para a nossa grande infelicidade, porque nós adoraríamos que toda

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semana alguém fosse comprar um pãozinho e um apartamento, mas não é assim que funciona. Imóvel é investimento, é patrimônio, não é consumo. É por isso que, em todos os países do mundo, o mercado imobiliário não é considerado no IVA.

Eu não sei quanto tempo eu tenho, mas já estou encerrando.

Nós temos aqui nove pontos...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Mais quatro minutos.

O SR. ELY FLÁVIO WERTHEIM – Tenho quatro minutos.

Então, nós temos aqui nove pontos, mas eu vou me ater ao item 1, ao item 2 e ao item 3, porque outros amigos vão entrar nesses outros itens.

O primeiro item é esse redutor de que nós estamos falando, de 60% para a construção e 80% para a locação.

Na locação, se o senhor me permite, eu queria perder um tempo. Existe uma questão muito séria na locação. A reforma tributária, do jeito que está proposta, mexe com a locação de pessoas físicas. O Governo argumenta que não, mas não é verdade, vale o que está escrito. E está escrito o quê? Se, de forma preponderante, o sujeito vive de locação, ele vai ser enquadrado no IVA. Isso não existe em nenhum lugar do mundo! Vou dar um exemplo: o sujeito tem R$2 mil por mês de aposentadoria, e, com o suor do trabalho de 40, 50 anos da vida dele, comprou dois apartamentos, e tem lá R$3 mil por mês de locação. Bom, qual a atividade preponderante desse cidadão? Locação, porque ele ganha R$2 mil de pensão e R$3 mil de locação.

Imaginem uma outra situação, e eu até sempre brinquei com isso com o Secretário Appy. O sujeito terminou lá, está no final da vida profissional – não gosto dessa palavra, mas está lá no final da sua vida profissional –, fechou o seu consultório, o seu escritório de advocacia, gastou menos do que arrecadou ao longo de sua vida, tem lá uma poupança que está aplicada e ele tem, então, o rendimento desse dinheiro. Ele não tem mais o escritório, não tem mais o

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consultório, então ele vive de receita financeira. Por acaso ele é banqueiro? Não, ele não é banqueiro, ele apenas é um sujeito que tem aplicações financeiras.

Então, a reforma tributária está tratando diferentes de forma igual, e esse é um equívoco que vai mexer no mercado de locação e vai deixar as pessoas físicas em pânico. E a gente não consegue compreender o porquê de mexer no mercado de locação, que hoje é uma forma de combater o déficit habitacional. Muitas empresas compram imóveis e estão botando para locar. Combater o déficit habitacional da ordem de 7 milhões não é só dar a casa própria, é também prover locação social. Isso vai ser destruído, uma série de investimentos que estão sendo feitos no Brasil inteiro, em especial na cidade de São Paulo. Essas empresas vão embora.

A segunda questão é a transição. O setor imobiliário tem uma série de problemas com a transição.

Os senhores imaginem o seguinte: compra-se um terreno, demora um ano; para aprovar o projeto, demora mais um ano, dois anos; mais dois, três anos para construir; e só vai entregar o imóvel dali a quatro, cinco anos de quando essa história começou, só que nós vamos ser tributados nessas alíquotas crescentes. Então, naquilo em que a gente tem crédito, só na parte que tem crédito, e, eu lembro, não é em 100% do preço do custo que se tem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELY FLÁVIO WERTHEIM – ... crédito, nós vamos ser tributados com alíquotas pequenas. E, ao final, quando nós formos receber 80% do preço na entrega das chaves, nós vamos ser tributados numa alíquota maior. Qual o cálculo desse Imposto de Renda? Infinito. É incalculável, é infinito. Então, a transição para nós é importante.

E a questão do regime de caixa. Imaginem o seguinte: na locação, se você alugar um apartamento em 30 meses, independentemente de esse inquilino pagar a alocação, você vai ter que recolher o imposto, mesmo que você não tenha recebido. Então, eu aluguei um apartamento para o Renato por R$1 mil por mês, no 12º mês o Renato parou de pagar, mas eu sou obrigado a recolher o imposto dele por competência. Isso não existe em nenhum lugar do mundo, isso é uma inovação. "Ah, mas na indústria é assim!". Mas na indústria são 30 dias, são 60 dias, ela vive desse jeito.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esses são os pontos que eu queria colocar, sempre ressaltando, Senador, que a gente tem uma alta relação com a equipe econômica, mas temos discordâncias importantes.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Obrigado, Ely.

Na medida do possível, alguém que ainda vai falar, se puder falar primeiro – porque ontem, no debate, de forma muito jocosa, até, eles disseram: "Não, mas apartamento de R$2 milhões, R$3 milhões vai passar de 8% para 12%, só quatro pontinhos" e tal... Então, qual é a relação dos imóveis de valor maior com o Minha Casa, Minha Vida e outras coisas. E outro...

O SR. ELY FLÁVIO WERTHEIM (*Fora do microfone.*) – O senhor quer que eu responda?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Se os outros não forem falar sobre isso, talvez seja interessante.

Há a questão também do aluguel. Para mim, é renda, não é consumo, então não deveria nem estar sendo cobrado aqui. São distorções que a gente vê que acabam afetando, comprometendo, inclusive, os princípios, não é? São princípios básicos tributários.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Lógico! Daqui a pouco, vão tributar o IVA e ainda vai vir o Imposto de Renda em cima de uma renda de aluguel.

São coisas que...

O SR. ELY FLÁVIO WERTHEIM – Agora, se o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só... É que este ponto realmente é importante, porque é o argumento que eles têm lá: é essa questão do imóvel acima de R$1 milhão e essa questão também dos R$100 mil de abatimento do custo social.

Se você puder falar, rapidamente...

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELY FLÁVIO WERTHEIM – Na primeira questão, é o seguinte: se nós teríamos a neutralidade, o próprio Governo admite que não tem neutralidade, porque vai subir o preço do imóvel em 3% ou 4%, ainda que no andar de cima.

Ponto dois: o andar de cima subsidia o de baixo, e são as mesmas empresas, por vezes. Quando a gente destrói o andar de cima, a gente tira o subsídio do andar de baixo. Por exemplo, em São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É só para... (*Fora do microfone.*) Nesse negócio de andar, às vezes o cara acha que é o de cima para o térreo, vamos falar, da minha casa...

O SR. ELY FLÁVIO WERTHEIM – Perdão, perdão; pensei que era uma reunião de negócios, assim, na empresa, então... (*Risos.*)

Os apartamentos mais caros, fora do Minha Casa, Minha Vida, pagam uma série de tributos e de outorgas onerosas para o direito de construir, que são as que subsidiam os incentivos e os cheques de subsídio para os apartamentos do Minha Casa, Minha Vida, em especial, lá embaixo. Esse é o segundo ponto.

Terceiro ponto: a equipe econômica considera de mercado imobiliário alguns dados que não são de mercado imobiliário. Por exemplo, ela considera o FAR. O FAR é prestação de serviço, não é mercado imobiliário. Então, eles leem que o mercado imobiliário tem um valor muito baixo. Vou dar um outro exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Explica o que é o FAR, aí, só para...

O SR. ELY FLÁVIO WERTHEIM – O FAR é o Fundo de Arrendamento Residencial, que é um programa importante, social, mas ele não é atendido pela iniciativa privada. Ele é praticamente o Governo, o Estado, que contrata uma construtora para, por serviço, fazer... Por quê? Porque a iniciativa privada não consegue operar nos imóveis extremamente baratos, então é claro que o Estado tem que entrar – e é legítimo que faça isso para atender a essa camada.

Eles entendem que isso é mercado imobiliário. Não, isso não é mercado imobiliário.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra questão é a seguinte: quando a gente fala em aumentar 3%, 4%, nós estamos falando de um imposto de 4% sobre o RET; nós estamos falando em dobrar o imposto.

Outra questão: essa é a conta deles, não é a nossa. Dado o devido respeito, estamos aqui para ouvir a conta deles. Até hoje, em nenhum momento, apesar do relacionamento maravilhoso, nunca vimos nenhum estudo da equipe econômica sobre esses dados. Nós apresentamos dois estudos; aliás, eles reconhecem que talvez seja o setor que tenha tido mais conteúdo. Não quer dizer que nós estamos certos, em absoluto; estamos dispostos a discutir, só que nós estamos falando sozinhos, porque eles não apresentam nada, fica o nosso... É o achismo contra o cálculo. Como a construção civil, em geral, é um bando de engenheiros, a gente fica nos números, porque o engenheiro tem esse "defeito" gravíssimo. Então, é essa a questão.

E o RET, quando aumenta só 4%... Só para encerrar, o sujeito compra um apartamento, digamos, de R$1 milhão e ele tem, digamos, R$800 mil de financiamento aprovado. Nesses "só 4%", nós estamos falando de R$40 mil, R$50 mil a mais no imóvel. Ele não vai conseguir botar no financiamento, é na entrada, e essa entrada ele pode não ter. Ele pode não ter, porque o banco não vai financiar na mesma proporção, porque o crédito dele está dado.

Então, nós estamos destruindo o apartamento acima de um R$1 milhão, mas, no final do dia, Senador, nós estamos destruindo o subsídio para os apartamentos mais baratos, para pessoas... Quando o Secretário entender essa lógica, talvez ele mude de opinião.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só me desculpe, mas é um tema importante, não é? Uma das questões que também foi levantada é a questão que um trabalha com financeiro, outro trabalha com quantidade, há uma distorção nisso. Por quê?

O SR. ELY FLÁVIO WERTHEIM – Eu acho que ele quis dizer de valores e de quantidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Não, você fez o cálculo em cima de valores...

O SR. ELY FLÁVIO WERTHEIM – É, exatamente, mas aí eu acho que tem uma questão de critério. Quando estamos falando em imposto, nós não podemos falar em quantidade de

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apartamentos, nós estamos falando em dinheiro. Quem paga imposto é dinheiro, então quem paga mais imposto é a parte financeira, não quantos apartamentos a gente vende.

O mercado imobiliário do Brasil é 50% em unidades de apartamentos e 80% de valores quando a gente fala fora do Minha Casa, Minha Vida. A gente costuma chamar de VGV, valor geral de vendas. Valor geral de vendas é 80% outros mercados que não são Minha Casa, Minha Vida, mas, em unidades, é 50%. Como não se paga imposto em cima de unidades, paga-se em cima de dinheiro, é natural que se faça conta de dinheiro!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado. É só para os Senadores e as Senadoras entenderem. O Governo alega que tem um cálculo e que, na conta deles, o impacto seria de 41%, que deveria ser a alíquota. O setor chega em 56%, 58%, e é por isso que está colocando em termos de 60%. Então, há essa distorção de 41% para 56% que precisa ser... Temos que sentar e ver quem é que tem razão nisso aí. Contra números, realmente, não tem argumentos, mas vamos conversar sobre isso. Ontem, foi uma coisa muito incisiva, assim, a gente vai ter que brigar muito por isso.

Bem, vou passar imediatamente... O Luiz França já está conectado? (*Pausa.*)

Luiz França, da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias. (*Pausa.*)

Está mudo aí. Tem que liberar o seu microfone aí, Luiz. (*Pausa.*)

Luiz, o seu microfone...

O SR. LUIZ ANTONIO FRANÇA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Já está liberado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Perfeito.

O SR. LUIZ ANTONIO FRANÇA (*Por videoconferência.*) – Muito obrigado.

Se pudessem colocar a apresentação, eu agradeceria, mas, enquanto colocam a apresentação, eu queria agradecer muito aos Senadores e Senadoras. Infelizmente, eu estou, aqui, virtualmente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu gostaria de deixar muito claro que a Abrainc está perfeitamente alinhada à reforma tributária, assim como as outras entidades.

Se puder ir para primeira parte da apresentação, eu agradeço.

Próxima página.

Acho que ainda está travada na primeira.

Eu não estou enxergando aqui. Alguém está enxergando?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Agora, sim.

O SR. LUIZ ANTONIO FRANÇA (*Por videoconferência.*) – Perfeito.

Muito obrigado.

Eu gostaria, primeiro, de, rapidamente...

Agora, perdeu de novo.

Se puder voltar para a página em que estava, eu agradeço.

Exatamente aqui.

Bom, primeiro, eu gostaria de contar o histórico, que é muito importante. Nós estamos trabalhando esse assunto desde (*Falha no áudio.*)... Costumo dizer para todo mundo o que aconteceu.

Em 2019, eu conversei com o Deputado Aguinaldo Ribeiro, está certo? E, explicando sobre o setor, ele fez uma pergunta para mim que eu fui incapaz de responder para ele. Ele falou: "França, qual que é o IVA equivalente à tributação que vocês pagam hoje?". Como eu não tive resposta, nós iniciamos o estudo com o escritório Derraik & Menezes, um estudo muito detalhado, onde nós pegamos 16 empreendimentos, foi pego nota por nota para nós chegarmos na alíquota equivalente.

E a alíquota equivalente, que mantinha o mesmo valor de tributação, era de 8%. Então, esse estudo depois foi refeito e, conforme o Ely falou, também houve um estudo de uma outra entidade, que é a Tendências, por outra metodologia, e chegou-se ao mesmo número.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, em 2024, tivemos várias conversas com o Bernard Appy e o Fernando Haddad, o que foi muito importante. Participamos do grupo de trabalho da Sert e nós temos dois pontos aqui que são importantes: a transição e, o que já foi dito aqui, a alteração do redutor de 40% para 60%.

Se puder mudar de página, eu agradeço. (*Pausa.*)

Ainda não teve alteração da página, se puder passar para a página da frente (*Pausa.*)

Muito obrigado.

Então, o regime de transição, na verdade, é complexo, o Ely já falou, e eu acho que esse assunto está bem endereçado.

Eu queria só acrescentar algumas coisas no redutor da alíquota e algumas coisas que eu tenho que repetir aqui, o que ele falou.

De acordo com o Ministério da Fazenda, o pressuposto da reforma para os setores é que não haja a mudança na arrecadação atual. Tivemos aqui o Secretário Bernard Appy, inclusive no jornal *Valor*, em 16 de julho, que disse que eles tinham um número redutor de 20% e depois chegaram a uma carga atual de 40%. E o item 3 é muito interessante porque ele explica a diferença de 40% para 60%.

Eu entendo que os nossos estudos estão muito bons, o Governo e o Appy. No entanto, existe uma divergência entre os nossos estudos. Quando você faz os estudos, precisa saber o valor médio dos imóveis. E nós, nos nossos estudos, pegamos uma empresa que se chama Brain, que faz isso há anos, estudos do Brasil todo, e nós chegamos a um determinado valor.

O Governo pegou a Dimob, e eu respeito muito os dados da Dimob. No entanto, infelizmente, os dados da Dimob não são tão precisos. Senador, se o senhor comprar um apartamento junto com a sua esposa, estarão na Dimob dois apartamentos. A vaga de garagem também, que custa muito menos do que o apartamento, estará lá como se fosse um imóvel. Portanto, a diferença que a gente tem é uma diferença de base de dados. Então, se nós conseguirmos entender isso e ter um alinhamento, o Governo chegará no nosso número de 60%.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos muito convictos disso, e eu sempre falo para todo mundo, nós não estamos aqui negociando. Nós somos engenheiros, nós gostamos de número, e, se as nossas planilhas tiverem qualquer problema, nós não nos frustramos em alterar. No entanto, até hoje, ninguém discutiu nossas metodologias ou as nossas planilhas. A única divergência é essa base de dados.

Se superada essa divergência, ficará muito claro que o desconto sobre a alíquota modal é de 60%. Então, esse é um ponto crucial, importante que continuemos a discutir e que eu gostaria de reafirmar.

Indo para a última parte, aqui eu sei que é óbvio, mas eu gostaria de falar o óbvio: a importância de nós termos um redutor adequado.

Nosso setor, realmente, tem uma importância enorme no Brasil. Primeiro, ele mexe com 97 subsetores da economia. Então, qualquer redução que ocorra, nós não estamos falando só de uma redução no setor específico, nós estamos falando de 97 subsetores da economia. É importante lembrar: nós geramos 15% dos empregos formais do Brasil em 2024, segundo a Caged, e nós temos uma representação de 7% do PIB. Não é à toa que o Banco Central do Brasil e o Banco Central de todos os países olham os dados do setor imobiliário para analisar o crescimento dos países. Então, eu acho que é fundamental a gente ter isso, realmente, como meta e entender a importância do setor – ressaltando, porque eu sei que os senhores já sabem, mas eu me sinto na obrigação de falar isso.

Segundo, a elevação do valor do imóvel. Eu não vou voltar a isso porque o Ely já foi muito claro. Eu só queria dizer uma coisa para completar o que o Ely falou. Nós temos dois mercados: o mercado do Minha Casa, Minha Vida e o mercado chamado médio e alto padrão. Onde você tem o maior número de funcionários é no mercado de médio e alto padrão. Além do que o Ely explicou, do VGV, o mercado de médio e alto padrão tem o maior número de funcionários, a maior mão de obra e, qualquer desaceleração que haja nesse mercado, a consequência a gente já sabe, e não esperamos que ocorra uma consequência dessa.

A importância é também... há um trabalho que tem sido feito há anos no Brasil, neste Governo continua, que é combater o déficit habitacional, que, infelizmente, ainda é um déficit de 6,7 milhões de moradias. E, nos próximos dez anos, nós vamos precisar construir mais 11 milhões de moradias. Portanto, para nós é fundamental que só mantenhamos a carga tributária

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existente e nada mais, para que nós possamos continuar sendo uma máquina que puxa o PIB brasileiro.

Eu não trouxe o gráfico aqui, mas quando o senhor olha um gráfico e vê a evolução do PIB brasileiro... o PIB brasileiro quando cresce, o PIB da construção civil é muito mais alto, e puxa o PIB para cima. Então, essa importância tem que ser mantida para o bem e para o futuro do crescimento do PIB brasileiro.

Senhores, eu fiz uma apresentação curta, a apresentação anterior foi muito detalhada, e estou aqui se os senhores tiverem alguma dúvida com relação ao que nós estamos discutindo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Luiz França. (*Palmas.*)

Acho que está fácil agora de a gente chegar a um acordo, porque a questão são os dados e, como tem dois dados conflitantes e foi explicado aqui como é que foram elaborados os dados em que o Governo se baseou, deve-se exatamente colocar a família em como se fossem dois imóveis, mas, na prática, é um imóvel único, e também a garagem como outro imóvel. É questão de conversar mesmo.

Então, com o representante do Appy aqui – não é? – vamos conversar sobre esse ajuste aí.

Vou passar rapidamente para o Renato de Souza Correia, que é o Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, que vai compartilhar o tempo com Fernando Guedes, que é o Vice-Presidente da Cbic

O SR. LUIZ ANTONIO FRANÇA (*Por videoconferência.*) – O senhor me permite?

Se o senhor me permite, eu só queria ressaltar – e o representante do Barnard Appy está aí – que ele tem tido conversas muito claras e objetivas, e é o único ponto que está faltando.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Isso.

O SR. LUIZ ANTONIO FRANÇA (*Por videoconferência.*) – Então, eu acho que, com um bom entendimento, nós vamos conseguir chegar ao número correto. Não é o número que nós queremos ou o que o Governo quer, é o número correto. É só disso que a gente precisa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É só porque foi ontem à noite... Então, realmente, não estamos convencidos ainda. Precisamos acertar isso de hoje para amanhã.

Obrigado, Luiz França.

Renato, por favor.

O SR. RENATO DE SOUZA CORREIA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Eu tenho também uma apresentação muito curta, são dois eslaides.

Antes disso, eu queria cumprimentar o Senador Izalci e agradecer a oportunidade de estar participando dessa audiência pública.

Cumprimento o Ely e o França, pela apresentação; e o Caio e Fernando Guedes aqui por compartilharem a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Cumprimento aqui a nossa querida Tereza e a Senadora Damares.

O SR. RENATO DE SOUZA CORREIA – A Senadora Tereza e a Senadora Damares estão na sequência aqui. Cumprimento a Senadora Damares, que nos recebeu muito bem lá no seu gabinete, a Senadora Tereza Cristina, que tem feito um grande trabalho pelo Brasil – é um prazer tê-la aqui para ouvir nossas argumentações –, o Deputado Lippi, e os demais presentes.

Nós somos a Câmara Brasileira da Indústria da Construção. Somos 96 entidades em todos os estados dessa Federação. Somos responsáveis por três milhões de empregos e por mais de 140 mil empresas. Como ele bem disse – e o França também –, é um setor extremamente complexo.

Se nós avaliarmos o que aconteceu de 2004 para 2024, Senador Izalci, éramos 2% do PIB em crédito imobiliário, hoje estamos próximos de 10%, e ainda estamos longe dos padrões internacionais. O Brasil tem uma carência de habitação enorme, apesar do Minha Casa, Minha Vida ser um excelente programa e produzir muitos resultados. Tem um *funding* de FGTS, que é uma jabuticada brasileira, e que funciona muito bem, e tem também problemas com infraestrutura, com investimento em construção. É um país carente de infraestrutura.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que temos que olhar com muita, muita cautela. A conquista que foi feita, ao longo dos anos, com alienação fiduciária, com Lei do RET, com o Minha Casa, Minha Vida, com a Bolsa de Valores, com Lei de Distrato. É um setor muito sensível.

Eu vou falar rapidamente, antes de passar para o Fernando.

Um ano atrás, nós tínhamos muito poucos lançamentos do Minha Casa, Minha Vida, por desenquadramento de renda e avaliação de imóveis. Por muito pouco, o aumento de subsídio, o reenquadramento aos R$350 mil, tornou essa indústria, um ano depois, muito ativa e empregadora. São detalhes. Então é um setor que tem que ser olhado no detalhe.

Agora eu vou partir para a apresentação e vou só reforçar um ponto que, para nós, é basilar e que já foi dito tanto pelo França quanto pelo Ely.

Eu queria poder passar ao próximo eslaide.

Esse é o eslaide da neutralidade tributária, requerida pelo Senado à Receita Federal e à Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária para, ao calcular a alíquota modal, definir os incrementos na alíquota em função das concessões e dos benefícios.

Essa alíquota sai de 22%, canto à direita, e chega a 27%, na última linha, à direita, no cenário conservador. No cenário factível, a 25,45%. E, em amarelo, nós estamos lendo aqui que operações com bens imóveis.... Impacto desses regimes específicos pressupõem a manutenção da arrecadação atual.

Pessoal, desde o primeiro dia, o nosso setor quer manter a arrecadação. A nossa discussão não é por benefício; a nossa discussão é sobre que cálculo que mantém a arrecadação. É nisso que nós estamos nos batendo. E, modéstia à parte, esse é um setor que conhece o setor. Nós temos números, pesquisas, acompanhamos profundamente, porque isso é a nossa sobrevivência. Daí a nossa confiança nos números que nós apresentamos.

Eu vou fazer contas muito simples aqui, e vocês vão me compreender, eu tenho certeza absoluta.

Os 8,11% que estão ali em azul são a tributação atual, demonstrada aqui pelo Ely, feita por duas fontes diferentes, a Derraik e a Tendências; 8,11% aplicados sobre a receita é o total de

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributos. Quais tributos? PIS e Cofins representam 2,08%, e os 6,03% que completam a conta representam ICMS, ISS e IPI sobre a cadeia. Não há dúvida de que essa é a nossa tributação.

Agora, vamos para a conta da direita, que está em alaranjado ali. Vamos pegar um imóvel de R$1 milhão, porque facilita a conta, não que ele seja mais importante do que os outros.

Nós temos, na nova legislação, que fazer uma conta para a base de cálculo. Nós temos que chegar à base de cálculo para aplicar a alíquota daquele setor. A base de cálculo no setor imobiliário tem dois redutores sobre o preço de venda: um é o redutor social de R$100 mil, e o outro é o chamado redutor de ajuste, que eu posso simplificar, que são os custos com terrenos. Em um imóvel de R$100 mil, o custo com terreno equivale a 10%; num imóvel de R$1 milhão, o custo com terreno equivale a 10%. Para facilitar nossa conta, então, eu tenho um redutor social de R$100 mil, de 10%, e um redutor de ajuste, que equivale ao terreno, de 10%. A minha base de cálculo de R$1 milhão passa a ser de R$800 mil. Guardem aí essa conta: R$800 mil reais é 80% do preço, a base de cálculo.

Qual alíquota eu vou aplicar, Deputado Lippi? A alíquota com 40% de desconto, que é a alíquota do PL 68. Tem uma alíquota de 26,5%; aplicados 60% dessa alíquota, que equivale a 40% de desconto, cai para 15,9%. Essa é a alíquota de referência do nosso setor, com 40% de desconto. Aplicado em 80% do preço, esse número cai para 12%, que é o número que está ali. Uma conta que dá para fazer de cabeça. E 12 é 50% maior do que 8. Não tem dúvida de que há aumento de carga tributária para o nosso setor com um desconto de 40%.

E mais ainda: o que nós estamos pleiteando também é visível. Nós pleiteamos mais 20% de desconto na alíquota. Mais 20%, se eu tenho 60, equivale a um terço da alíquota vigente.

Se eu olhar os 12% e tirar um terço dos 12%, que é o reflexo – é uma conta direta: se eu diminuo um terço da alíquota, eu diminuo um terço da carga tributária –, eu vou para 8%.

Gente, não tem dúvida. (*Risos.*)

Qual é a conta que está errada nessa conta?

Bom, da forma como nós estamos propondo, ainda tem o imposto progressivo, que é defendido pelo Governo. Apartamentos menores serão tributados, ou quase não serão

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributados; apartamentos de valores maiores serão tributados. Com 60% de desconto, dá um acréscimo de 10% da tributação em apartamentos mais valorosos.

É isso.

Queria encerrar a minha apresentação e passar para o Fernando poder fazer algum complemento.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Renato.

Vou passar para o Fernando.

Mas, antes, só dizendo assim, o que foi vendido é que haveria neutralidade. Na prática, a gente vê que não há neutralidade não só na construção civil, como também em vários segmentos não existe neutralidade.

Com a palavra, nosso querido Fernando.

O SR. FERNANDO GUEDES FERREIRA FILHO (Para expor.) – Obrigado, Senador e demais Parlamentares.

Sendo rápido aqui, porque o tempo também está curto, é exatamente isto, Senador: o nosso setor não tem neutralidade, declaradamente, por conta da regra colocada no PLP 68.

Então, o que acontece? Nós pagamos a nossa própria conta, vamos dizer assim. Nós não pagamos conta dos outros e nós não interferimos na conta dos outros setores, ou, pelo menos, não deveríamos. Por isso, o setor da construção e do mercado imobiliário é o único com a condição de aplicação da alíquota progressiva, que vai contra até o princípio originário do IVA de neutralidade, de não interferir nas relações de consumo. Está, inclusive, previsto no art. 2º do PLP 68. Então, acho que essa informação é importante, porque demonstra, claramente, independentemente até mesmo dos números, que nós já estamos em uma situação em que – insisto e repito – nós nos pagamos, vamos falar assim.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero também só completar o que foi falado anteriormente, Senador, para dizer o seguinte: primeiro, já foi colocado que se se aumentar a carga de 8% para 12%, independentemente da faixa de imóveis de que nós estamos falando, a gente tem aí, de fato, um aumento bem significativo de 50%, como o Renato colocou agora.

Nós não podemos esquecer que isso também se impõe aos imóveis comerciais, de que a gente não fala muito, porque eles poderão aproveitar o crédito disso, mas haverá um desembolso de caixa no momento da contratação da construção ou da compra do imóvel, o que pode, de fato, influenciar na operação dele.

E, finalmente, Senador, quero falar que o setor imobiliário é o único setor envolvido na reforma tributária que ainda paga um terceiro imposto, que é o ITBI. E quem paga, na verdade, é o consumidor. Então, a gente está falando de ITBI e ainda das taxas cartorárias, etc., e tudo aquilo que é...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO GUEDES FERREIRA FILHO – Pois é, ainda tem isso, Senadora; tem as taxas cartorárias. E, como bem falado aqui, isso tudo é encargo do comprador. Então, qualquer 1%, 2% ou 3% que vier a mais pode interferir, sim, na decisão de compra dele, porque ele já tem vários outros encargos que tem que quitar, à vista, no momento da compra do imóvel, independentemente do seu financiamento.

Tempo curto, Senador. Eu agradeço.

Só queria deixar esse recado aí, complementando o que os outros falaram.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Fernando.

Passo imediatamente ao Caio Carmona, que é o nosso Presidente da Associação das Empresas de Loteamento Urbano.

O SR. CAIO CARMONA CESAR PORTUGAL (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de mais nada, gostaria de agradecer ao Senador Izalci Lucas, à Senadora Tereza, à Senadora Damares, ao Deputado Lippi e a todos aqueles que estão aqui.

Eu sou aqui do segmento de loteamentos. Que segmento é esse?

Se puder pôr só a apresentação...

É o primo pobre do mercado imobiliário. Por que ele é o primo pobre? Porque, primeiro, a gente não acessa os recursos do crédito imobiliário do selecionado para a produção; e, quando a gente acessa para a comercialização, é só no caso dos loteamentos prontos. O que significa dizer: com os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, ainda que financiem a habitação, há uma proibição legal de financiar a produção do lote urbanizado. E o que é o lote urbanizado? É a cidade. É a cidade formal e regular.

A nossa entidade – a entidade mais longeva dos loteadores – representa, nacionalmente, 1,1 mil empresas em 21 estados. A gente fez uma pesquisa com as cidades onde essas empresas atuam, e a gente chega a um percentual entre 70% e 80% do tecido urbano formal que foi feito por essas empresas. E o que essas empresas fazem? Saneamento básico, abertura de vias, galerias de águas pluviais, pavimentação asfáltica, eletrificação e iluminação pública.

Quando a gente foi comparar como o IVA de outros países tratam esse setor, ou ele tem uma opcionalidade, ou seja, ele não é contribuinte do IVA; ou, quando ele é contribuinte do IVA, ele tem uma alíquota diferenciada, um regime diferenciado. E é fácil entender: quando você constrói uma cidade, as pessoas constroem suas casas unifamiliares; essas casas são demolidas, são feitos os prédios multifamiliares; esses prédios são demolidos e podem ser construídos *shoppings*, hospitais, etc. O terreno é o mesmo; o terreno não é consumido. Então, por que os outros países tratam dessa forma? Porque os outros países entenderam que o terreno não é consumido. Está certo? A gente brinca, como loteador: "Deus fez a terra e o homem divide". O que o loteador faz é dar o acesso democrático à terra urbanizada.

Por que eu estou fazendo este preâmbulo? Porque, apesar de tudo isso, o setor de loteamentos entende que a reforma tributária – e a gente está olhando a floresta – é importante para o nosso país, porque ela vai significar, de fato, uma justiça tributária no sentido de que a

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente vai trazer mais gente para fazer a arrecadação correta dos impostos incidentes sobre o consumo.

Só que há necessidade de se ter um tratamento diferenciado sobre setores que tenham uma estrutura de funcionamento que não conversam com o IVA. O setor imobiliário, de uma forma geral, não conversa com o IVA. Por quê? Porque suas relações são de longo prazo.

Só para se ter uma ideia, a implantação de um loteamento – entre a emissão das diretrizes, em que a prefeitura fala "Eu aceito que você faça um loteamento aqui ou não"; até a conclusão da aprovação do projeto, o que significa licenças urbanísticas e licenças ambientais – demora, em média, 48 meses. A gente brinca que o setor de loteamento é uma política de Estado, ela nunca é uma política de governo. Se eu comecei um projeto de loteamento sob a égide de um Prefeito, com certeza vou terminar a aprovação sob a de outro, e vou entregar essa obra sob a de outro Prefeito. Então, se não for tecnicamente correto, ambientalmente correto e não tiver todas as características que preservem o meio ambiente e façam a correta inserção urbanística, ele não vai acontecer.

Dito isso, indo para a questão da reforma tributária – eu vou até ultrapassar aqui –, da mesma sorte que a Cbic, o Secovi-SP, a Abrainc, a Aelo também foi buscar os estudos, com base na Derraik e na consultoria Tendências, para entender: o que a gente tem que comparar? É carga tributária contra carga tributária. O setor não quer redução de carga tributária, o que ele quer é manutenção da carga tributária, porque a simplicidade – desculpem-me por dizer, Senadores – a gente já perdeu.

O nosso setor era muito simples: no caso da incorporação imobiliária, eles tinham o RET. No caso do loteamento, a gente não tem o RET, e é um dos pleitos nossos, mas a gente tem o quê? A simplicidade do lucro presumido. O regime do lucro presumido e os impostos incidentes sobre a nossa receita, os impostos sobre o consumo, são unicamente o Pis e a Cofins.

E por que gera tanta distorção? Por que a reforma tributária trouxe dois componentes, o redutor de ajuste e o redutor social? Porque, na hora que você traz resíduo tributário – que é o que o Renato bem disse, que são insumos e produtos que as empresas da construção civil, do mercado de incorporação e de loteamento usam para produzir o seu produto final –, em que há incidência de IPI, ICMS e ISS, eles incidem sobre insumos, não sobre a sua receita. Como você

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não se credita desses insumos, dos impostos que estão sob esses insumos, eles viram o chamado resíduo tributário.

Se o resíduo tributário, na incorporação imobiliária, é da ordem de seis e alguma coisa sobre a receita bruta, os estudos nossos dizem que, na área de parcelamento do solo, de loteamento, é de 2,67%. E por que é menor? Por óbvio, porque a cadeia de produção de um lote urbanizado envolve menores itens. Lógico que envolve itens de grande monta, mas menores itens. Então, o resíduo dele é menor.

Por outro lado, a gente tem que levar em conta – isso não está sendo dito, e a gente tem isso como alerta dos nossos estudos – que, quando a gente faz o estudo dos itens que compõem o loteamento, ou mesmo a incorporação imobiliária, a chamada curva ABC dos nossos custos, a maior parte desses custos são o quê? Oligopolizados. Se a gente for ver, cimento é oligopolizado, aço – a gente acabou de ver um aumento do imposto de importação sobre o aço chinês... Onde isso tem impacto? Tem impacto na indústria imobiliária e na construção civil. Se a gente for pegar, ainda, loteamento, é petróleo. Petróleo é a base para o betume que vai fazer a pavimentação. E, se você for pegar ainda a parte de insumos para fazer um tubo de PVC, hoje a gente só tem um único produtor desse insumo que é a Braskem.

Então, na hora que você faz essa conta e entende o novo cenário da tributação, o que vai acontecer com os preços relativos? Quem disse que, por conta de o imposto ser por fora, que é a lógica da tributação, essas indústrias não vão recuperar margem?

E a gente não precisa ir muito longe. Vamos lembrar da pandemia. O que aconteceu na pandemia? Houve uma quebra de todas as cadeias produtivas. O que aconteceu com o setor da construção civil? Os custos de produção subiram de uma forma muito intensa. E mesmo agora, quase dois, três anos passada a pandemia, esses preços não retornaram aos valores que a gente tinha. Por outro lado, o que a gente tem na outra ponta? O comprador desse lote. O que aconteceu com a renda do comprador desse lote? Diminuiu.

Então, com o que a gente tem que se preocupar do ponto de vista de uma reforma tributária? Como dito pelos meus pares aqui, o que a gente quer é a neutralidade. A gente não quer benefício fiscal, a gente não quer nada disso. O que nós arrecadamos, a gente quer continuar arrecadando.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, indo já para o final, onde a gente entende que tem correções, é importante dizer que, no âmbito da Câmara, o Deputado Lippi é testemunha disso, a gente sabe que houve, por força do grupo de trabalho, ajustes no texto que veio do Governo. Inclusive, o nosso setor teve um ajuste muito importante, que foi, primeiro, a criação do redutor social para o lote. Assim como foi criado um redutor de R$100 mil para a unidade habitacional construída, foi criado um redutor social de R$30 mil para o lote.

E um segundo item fundamental também diz respeito a uma importância de comportamento para o setor, que é o desconto da base de cálculo das áreas públicas que um loteamento doa. Toda cidade, quando faz um loteamento, por exigência da lei federal, obriga o loteador, como contrapartida, além do investimento em infraestrutura, a doação do sistema viário, das áreas verdes, dos sistemas de lazer e das áreas onde o município vai construir os equipamentos públicos coletivos, onde vai construir escola, posto de saúde e outros itens.

Esse percentual houve muito por bem a Câmara dos Deputados entender que deve ser deduzido. Por quê? Porque eu não agrego valor. Se o conceito é de agregar valor, eu estou agregando valor ao produto da venda. O produto da venda é o lote, não é a área pública. A área pública é uma externalidade que o setor doa a quem? À sociedade como um todo. Então, não seria justo existir tributação sobre isso. E mais: há um concerto ainda de que, se essa área pública for descontada da base de cálculo, o valor da gleba bruta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAIO CARMONA CESAR PORTUGAL – ... não pode ser descontado dessa base de cálculo.

Tudo isso é para a gente chegar a quê? Apesar de tudo isso, e pela criação, ainda que tenha, do redutor social, estudos que a gente contratou junto com a Tendências, já em cima do texto da Câmara, nos dizem o seguinte: como você tem uma progressividade que diz respeito a um redutor social e ao percentual da área pública, lotes com preços de venda acima de R$250 por metro quadrado... E, diga-se, hoje nem no interior do Brasilzão a gente encontra lote vendido com preço de venda de R$250 por metro quadrado. Só para traduzir em números: em lotes de 200m^2, a gente estaria falando em R$50 mil um lote. A gente não acha mais, seja pelo preço da terra, seja pelo custo da infraestrutura. Acima desse preço, há aumento de carga.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com um redutor de 40%, o pleito do setor de loteamento, em consonância com os demais pares aqui que falaram, é uma regra de transição, porque, se ela é ruim para a incorporação, você imagine para o loteamento. Produzi um loteamento sobre uma carga tributária, fiz a venda desse lote e vou receber, na média, em 200 meses, ou seja, ele vai ultrapassar a vigência da transição e ainda vão ser lotes a receber sobre a vigência completa da reforma tributária. Se a gente fizer isso, o que vai acontecer? É um desincentivo econômico para esse setor.

E o que significa não fazer terra urbanizada? Significa mais custo para a sociedade e para a regularização fundiária. Não que seja ruim. Pelo contrário, esse setor trabalhou muito pela regularização fundiária. Mas quem é o grande fornecedor de infraestrutura para a regularização fundiária? É o setor formal. Então, à semelhança do que foi dito aqui em relação aos apartamentos de maior valor, em relação ao Minha Casa, Minha Vida, o mesmo pode acontecer com o setor de loteamentos.

Então, os nossos pleitos são basicamente três: uma regra clara de transição; o mesmo redutor de 60% no desconto da alíquota; e o Regime Especial de Tributação para o loteamento. Por quê? Porque foi criado o patrimônio de afetação para o setor de loteamentos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAIO CARMONA CESAR PORTUGAL – Então, à semelhança da incorporação, a gente precisa ter essa garantia. Para quê? Para a segurança da própria sociedade, porque o PIS e a Cofins vão ser extintos, e vai criar-se a CBS. Então, precisa existir essa comunicação, sob pena de a gente ficar num limbo sem saber como a gente vai tributar essa atividade.

Peço desculpas pelo tempo ultrapassado, mas era o recado a ser passado aqui.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Caio.

Bem, vamos fazer aqui uma troca da mesa, e gostaria que vocês continuassem conosco aqui – depois, nós vamos ter as perguntas.

Obrigado pela exposição de todos vocês.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu convido, então, para compor a segunda mesa: a Sra. Fernanda Foizer Silva, que é Embaixadora das Mulheres no Tributário, Sócia do Wilfrido Advogados e mestranda em Direito Tributário pelo IBDT.

Podem aplaudir a Fernanda também, gente! (*Palmas.*)

Gilberto Alvarenga, que é Consultor Tributário da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, e também a Melina Rocha, consultora internacional de IVA, que já esteve aqui com a gente.

Cadê a Melina? (*Pausa.*)

Ah, a Melina está *online*. O.k.

Então, vamos imediatamente passar a palavra para a Fernanda, para a sua exposição.

A SRA. FERNANDA FOIZER SILVA (Para expor.) – Cumprimento todos aqui presentes.

É uma honra estar representando as mulheres do tributário – sou sócia do Wilfrido – e ter aqui as Senadoras é um prestígio.

Somos do grupo Mulheres no Tributário, buscamos representatividade. Então, estamos aqui desde a reforma tributária, desde o início, desde a PEC 45, trabalhando com afinco na Câmara dos Deputados e aqui agora trazendo as considerações para a cadeia produtiva da construção civil.

Então, eu vou começar daqui a pouquinho a apresentação. Estou obedecendo bem ao que o Senador Izalci trouxe. Eu vou trazer números, porque contra números não há argumentos. Vou começar aqui a minha apresentação.

Vou trazer um pouquinho desde o art. 246, que trata sobre a tributação de bens imóveis, que fala sobre alienação de bens imóveis, sessão, locação, serviço de administração, serviço de construção. São aproximadamente 25 artigos tratando só de tributação de bens imóveis.

Por incrível que pareça, no IVA europeu não se tributa venda e locação de imóveis residenciais. Por que aqui no Brasil a gente está trazendo essa tributação de imóveis residenciais e de venda também residencial? Então, isso nos causa um pouco de... Ficamos assustados

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, nesse cenário agora, está sendo tributado e não tem nenhuma exceção quanto a isso. Inclusive, fui atrás do Secif para verificar os estudos da cidadania fiscal e verificar o que está sendo tratado. Eles citam, várias vezes, a respeito desse jurista indiano, tributarista, Poddar. Ele fala que, quando a gente cria um IVA, a gente tem que levar em consideração potencial de arrecadação, neutralidade, impacto distributivo e simplicidade operacional. E será que estamos fazendo isso para a cadeia da construção civil? Essa é a nossa pergunta.

A emenda constitucional deixou muito claro que temos que obedecer o princípio da neutralidade. Eu trago um conceito aqui até do meu professor Fernando Zilveti. Ele diz que muito se fala sobre o princípio da neutralidade, mas ninguém explica o que de fato seria. O princípio da neutralidade, na verdade, é você não causar distorção, é você não ter a cumulatividade; então é não cumulatividade, é você ter a isonomia. Será que nesse cenário agora para a construção civil estamos tendo, estamos obedecendo a esse princípio da neutralidade?

Eu fiz bem didaticamente aqui os impostos. Eles são, muitas vezes, citados, mas não são trazidos de forma bem específica. No arrendamento hoje, no Brasil... A gente só tem 3% dos registros aqui no DF. Então, não tinha nem demanda de nota fiscal, nada nesse sentido. Agora, de repente, depois de uma reforma tributária, vamos ter que ter nota fiscal, vamos sair de uma alíquota de 3% no DF, e vamos por uma de 3% mais 10,6%. Então, muito bem trouxe o Senador Izalci a Emenda 730, a respeito da redução que sai de 60% e vai para 80%, que é uma proposta de emenda muito válida e que deve ser pensada, até porque o arrendamento, Senador – até o senhor perguntou –, que ontem estava nos debates, e não é trazido, não tem creditamento. De onde que vem o creditamento para não ter a não cumulatividade igual é dito? O arrendamento é o início da cadeia. Então, esse é um argumento que a gente não pode deixar passar.

Na locação também de pessoas jurídicas – porque de pessoas físicas eu já até falei que em outros lugares do mundo nem é tributado –, hoje a gente tem o IPTU, tem o Imposto de Renda, que também já foi trazido aqui, dizendo que a locação é Imposto de Renda e geralmente é lucro presumido, e PIS/Cofins de 3,65%. Nem se pagava ISS e ICMS e não demandava também nota fiscal. A gente vai passar, então, para um sistema que vai ter IPTU, vai ter Imposto de Renda, IBS e CBS. Então, a gente sai aproximadamente de uma alíquota de 3%, de 13%, mais ou menos, e a gente vai para uma alíquota de quase 22%.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, realmente eu trago ali um quadro comparativo em cores, porque é absurdo o aumento que vai crescer para a cadeia de produção. Trago também da construção civil, os serviços na construção civil.

Aqui eu não estou falando do regime especial do RET, eu estou trazendo quem não optou pelo RET. Então, eu trago aqui a construção civil, que recolhe o PIS/Cofins de 3,5% e ISS Empreitada de 2%. Com a redução que hoje a gente tem do IBS, considerando uma alíquota de 26,5%, a gente cai para 15,9%. Mesmo assim, a gente sai de serviço na construção de 6%, 7% – vamos considerar alto –, para 15,9%, o dobro. Então, uma redução realmente trazida na Emenda 730 de 60% é uma coisa que tem que ser considerada, temos que refletir.

A comercialização também, na alienação do imóvel de pessoa jurídica, hoje a gente paga o ITBI, o Imposto de Renda quando tem o ganho de capital, porque nem sempre tem o ganho de capital na alienação, o PIS e Cofins de 3,65%, não paga o ISS ou ICMS e não demanda nota fiscal. E, mais uma vez, a gente está indo para um regime que não é tão simplificado quanto estava, ele está indo para um regime que vai ter que ter nota fiscal, IBS, CBS de 15,9%, Imposto de Renda e ITBI de 3% aqui no DF. Então, realmente a gente tem que considerar a redução de 60% trazida na emenda.

E, muitas vezes, são trazidos os redutores de ajuste como justificativa de que estamos preservando a não cumulatividade. E eu fui analisar, fui sentar, ler o artigo, entender o que está sendo trazido, e o redutor de ajuste é só na alienação do bem imóvel e é considerado com o valor atualizado do bem imóvel, etc., para a base de cálculo – até trago ali como se fosse uma subtração e um resultado positivo –, que é um redutor que vai ser extraído. Só que se a pessoa não é sujeita ao IBS e CBS, se ela não é contribuinte, vai ter só a redução do valor de aquisição, ela não vai ter a atualização, etc. Então, e as pessoas físicas, e o Simples Nacional? Inclusive, o Senador Izalci Lucas também trouxe uma emenda sobre isso, sobre o creditamento de pessoa física e de Simples Nacional, porque, então, pelo menos que essas pessoas, as pessoas físicas, se elas vão ser tributadas nesse formato que pelo menos elas possam se valer do crédito.

Esse formato aqui, inclusive, exclui as pessoas físicas da venda na alienação. Então, eu trago porque sempre é trazido: "Não, tem o redutor de ajuste, tem o redutor social". (*Pausa.*)

Travou aqui. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora o redutor social – isso já foi muito bem trazido – é um redutor utilizado nos imóveis de R$100 mil, que é na base de cálculo e é só para imóvel residencial ou lote residencial. Então, mais uma vez, não favorece a construção civil. Inclusive, eu também vi uma emenda do Senador Izalci sobre essa redução também da locação de R$400. Por que esse valor de R$400, se ele nem é proporcional aos valores que estão sendo considerados no valor do bem imóvel e do lote residencial? Então, mais uma vez, a gente vê o setor da construção sendo prejudicado. E a gente volta: e a proporcionalidade, tudo que está acontecendo, toda a falta de neutralidade?

Encerrando aqui já a minha fala, eu trago: será que a gente vai ter de fato uma neutralidade ou a gente vai ter uma distorção de mercado, um aumento do déficit habitacional, um aumento da informalidade? Quem vai conseguir pagar esses impostos para manter uma construção, para manter um setor?

Então é isso. Eu agradeço a oportunidade de estar aqui e uma boa tarde a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Fernanda.

Passo a palavra, então, ao Gilberto Alvarenga, que é Consultor Tributário da CNC.

O SR. GILBERTO ALVARENGA (Para expor.) – Boa tarde a todos!

Eu fiz uma apresentação, que vai ser colocada aqui e que está também bem alinhada com o que foi dito anteriormente.

Eu queria, inicialmente, agradecer ao Senador Izalci, pela participação da CNC, também saudar aqui a presença da Senadora Damares, da Senadora Tereza Cristina e do Deputado Lippi. É muito importante que os Senadores estejam aqui presentes para ouvir o que o setor tem a dizer e as nossas ponderações. Eu acho que só dessa forma a gente vai conseguir uma reforma tributária justa e desenvolvimentista, que é o que todos queremos. A gente não quer a diminuição dos tributos pagos; a gente só quer uma razoabilidade. Eu acho que esse é o pedido, Senador.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a gente precisa entender uma questão inicial: a mesma alíquota não é a mesma tributação.

O discurso inicial da reforma tributária é que a gente vai ter uma simplificação, e a simplificação viria por tributar da mesma forma todas as atividades de todos os setores. Isso é cativante, isso parece romântico, mas, do ponto de vista prático e até mesmo econômico, isso gera distorções na economia, principalmente se a gente fala em setores que... Comparando setores, por exemplo... Nada contra, mas eu acho que é a indústria, que tem muitos insumos e, em um regime não cumulativo, teria um favorecimento pelo abatimento desses insumos, *versus* setores que têm muita mão de obra, uma atividade geradora de emprego muito significativa, e essa mão de obra não dá direito ao creditamento. Isso é um fato importante a se observar.

Então, se a gente tem no cenário atual pequenas alíquotas, não quer dizer que a gente tem uma pequena carga tributária. A gente tem um regime cumulativo, que simplifica o setor, mas que significa uma carga tributária razoável e adequada à sistemática atual; e, como bem dito anteriormente, isso é algo que facilita a arrecadação, é dinâmico, tendo em vista a realidade do setor, e por isso se adéqua a uma sistemática tanto de locação quanto de construção.

Em um primeiro ponto, a gente está falando aqui do setor imobiliário; mais do que isso, a gente está falando aqui no direito constitucional à habitação. Isso é muito importante e deve ser considerado. A gente não pode tratar a produção de automóveis da mesma forma que a gente trata a construção de imóveis, principalmente a locação de imóveis. Ninguém compra um automóvel ou automóveis para a sua aposentadoria.

A habitação, o setor habitacional, muitas das vezes, é um planejamento de vida de uma pessoa para que, no futuro e quando ela queira diminuir e precise diminuir o seu ritmo de trabalho, possa, a partir de então, contar com uma renda extra que foi amealhada e conquistada durante toda a sua vida. A partir do momento em que a gente gera um acréscimo do custo habitacional, a gente gera uma dificuldade de previdência e uma dificuldade de poupança que a previdência social não tem condições de suprir – isso é uma verdade –, a gente gera um aumento do custo habitacional e a gente gera uma dificuldade no acesso das pessoas à habitação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente dificulta a renda, porque a gente está tributando como se o consumo fosse uma renda, e a gente dificulta o acesso à habitação que, no fim das contas, é o maior investimento de todas as pessoas. Na vida do cidadão médio, a aquisição de um imóvel é a sua maior conquista.

E a gente fala – e eu vou citar aqui um ponto: existe um dispositivo, que eu vou até ver porque não me recordo de cabeça – que a base de cálculo, por exemplo, do IVA não é o valor do imóvel, é o valor do imóvel acrescido dos juros. Provavelmente, pela interpretação que teremos, um cidadão vai pagar o ITBI e o IVA no começo, ou seja, o IBS e a CBS, quando adquirir o imóvel, e, quando ele quitar esse imóvel, daqui a 35 anos, vai ter uma diferença entre o valor de aquisição e o valor que ele pagou, porque obviamente dos juros existe uma incidência. Então, a gente tem um desestímulo ao sistema habitacional no sistema atual. Isso é um fator de muita preocupação.

Como ponto final, trago um exemplo. Isto foi algo que me veio à tona agora: quando a gente fala da majoração do custo dos imóveis mais caros, isso inegavelmente vai gerar um aumento dos custos dos imóveis mais acessíveis. E aí eu trago um exemplo empírico para os senhores: Portugal tem um incentivo chamado Golden Visa. Toda pessoa que quiser comprar um imóvel de mais de 500 mil euros passa a ser, automaticamente, cidadão português. Isso fez com que os imóveis que valiam 500 mil euros passassem a valer 550 mil euros. O cidadão que tem um imóvel que vale 450 mil euros olha para aquele imóvel e fala: "Poxa, o meu também vale 500 mil euros". O cidadão que tem um imóvel que vale 350 mil euros fala: "Não, acho que o meu vale 450". Esse benefício em Portugal foi extinto por conta da inflação imobiliária gerada. Isso é notícia de jornais. Se os senhores pesquisarem, isso vai estar disponível.

Então, a gente tem aqui situações que geram por si só um desequilíbrio do acesso à previdência e do acesso à habitação que precisam ser contornadas e tangenciadas.

Eu até tomei bastante tempo na minha exposição inicial e vou trazer aqui agora para os senhores a questão das emendas. Eu sabia que anteriormente...

A CNC está muito alinhada com os demais setores imobiliários, e o Secovi faz parte do sistema da CNC. Então, a gente tem um alinhamento muito grande.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria trazer aqui só agora as emendas. A gente tem ao todo 1.081 emendas – esse número já aumentou, porque algumas emendas foram apresentadas há pouco –, 83 emendas afetas ao setor imobiliário e 41 emendas que representam os pleitos que a CNC, alinhada com os Secovis, trouxe.

Então, eu queria chamar a atenção dos senhores para essas emendas, eu vou passar direto a elas. (*Pausa.*)

Então, eu vou divulgar o material para os senhores depois.

As emendas estão aqui.

Está tendo um *delay,* acho que tem que apontar para lá.

Isso aí.

Entre essas emendas, a gente tem três questões principais.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GILBERTO ALVARENGA – Não, acho que já vai.

Eu já aprendi aqui como é a sistemática.

É difícil olhar para lá e passar para cá, é algo complicado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GILBERTO ALVARENGA – Isso, pronto, obrigado pela ajuda.

Então, a primeira questão é do critério da atividade preponderante.

Foi o que eu disse para os senhores. Um cidadão... E foi dito aqui pelo Ely, representante dos Secovis.

Um cidadão tem uma renda da previdência pública, que é algo em torno de R$2 mil, e tem um aluguel de dois imóveis, que dá R$3 mil. Pelo conceito cru que está na lei, a atividade preponderante dele é imobiliária e ele vai pagar IBS e CBS nas operações dele.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso é algo que precisa ser contornado. O ideal é que não seja, que haja minimamente critérios objetivos – eu apontei para lá de novo –, e a gente colocou aqui a previsão de critérios objetivos para que haja o conceito dessa preponderância. Deixar a cargo de interpretações da Receita Federal ou do comitê gestor é temerário.

A outra questão.

Por favor, me ajuda aí, passa mais um, me rendi, me rendi. (*Risos.*)

Dois, o redutor da base de cálculo.

Da mesma forma, numa locação não se tem muitos créditos a serem deduzidos. É importante que a gente tenha uma redução da alíquota.

Vejam, senhores, a locação hoje é tributada a zero com relação a ICMS, ISS e, na maioria das vezes, eu falaria 99% das vezes, a 3,65% de Cofins na pessoa jurídica. Na pessoa física, zero, zero.

Um redutor seria adequado e razoável.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILBERTO ALVARENGA – Passe a próxima, por favor.

Mais um.

Não, desculpe, desculpe, era esse mesmo, pode voltar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GILBERTO ALVARENGA – Isso.

O redutor das alíquotas, efetivamente.

Estudos informaram que a redução proposta atualmente é ineficaz, não vai retratar o sistema atual. A gente vai ter uma elevação do custo habitacional no país. É preciso que haja um redutor de 60% para a atividade imobiliária em geral e de 80% para as atividades locatícias.

O próximo, por favor.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais um.

E aí, no regime... Existe um equívoco ali, é o regime optativo, mas faz referência ao RET.

Esse momento de transição, que não é curto, é um momento efetivamente longo, vai gerar um grande prejuízo à atividade imobiliária. É preciso que o legislador – e aí eu estou na Casa certa e no momento certo –, que os senhores observem esse momento de transição para que a gente construa uma adequação do que se tem hoje, do que vai existir amanhã, porque minimamente vamos ter um hiato de construção nos próximos dez anos, por exemplo, e o déficit habitacional não vai ser suprido e vai ser aumentado, no fim das contas.

Pode passar.

Aí é o projeto em si, o conteúdo do projeto.

Pode passar até o final, por favor.

Bem, senhores, o meu tempo já se esgotou. Eu acho que a gente está no momento certo de fazer uma adequação da estrutura de uma reforma tributária à realidade setorial. A gente não pode deixar-se seduzir por uma alíquota modal que vai ser de 26%, 28%, 30%. A gente tem que observar situações peculiares que não são um privilégio, são uma situação de adequação da alíquota, do tratamento à realidade setorial, para não prejudicarmos o direito à habitação, a previdência que todos fazem, o rendimento, e a indústria da construção civil, que emprega e muito no Brasil.

Muito obrigado a todos. Uma boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Passo imediatamente a palavra à Melina Rocha, que é Consultora Internacional de IVA.

A SRA. MELINA ROCHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos. É um prazer e uma honra estar aqui novamente.

Eu vou compartilhar uma apresentação aqui, Senador Izalci, para a gente ver um pouco essas questões, mas também vou responder um pouco do que foi dito aqui, porque, a meu ver, há uma certa impropriedade em algumas informações que foram ditas. Eu queria muito

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esclarecer, como consultora internacional, dando apoio à reforma tributária, ao pessoal do Ministério da Fazenda, à Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária.

Eu acho que a primeira questão que deve ser colocada aqui no debate, que foi colocada tanto pelo Dr. Ely quanto pela Dra. Fernanda, é que o IVA não se aplica a operações com bens imóveis, à compra e venda de bens imóveis, à locação. A Dra. Fernanda deu o exemplo do IVA europeu. Eu queria dizer, Senador Izalci, que isso não é verdade. O IVA europeu pode não aplicar o IVA nas operações com bens imóveis, mas outros países... E aqui eu trouxe uma lista de países que eu conheço – e fiz o levantamento justamente para dar apoio ao Ministério da Fazenda na regulação, na elaboração do modelo dessa tributação sobre bens imóveis –, como o Canadá, a Nova Zelândia, o Japão, a Índia e a Austrália. São alguns dos países com IVA moderno, que são aqueles IVAs que foram introduzidos a partir da década de 90, que tributam, sim, venda de imóveis residenciais, venda de imóveis comerciais, locação comercial. Então não é verdade que o IVA não se aplica a transações com bens imóveis, pelo contrário. Os melhores modelos internacionais, que a gente está considerando nessa reforma tributária, tributam, sim, operações com bens imóveis.

Então acho que isto deve ser uma página virada: essa questão de que o IVA não se aplica sobre bens imóveis, tendo em vista que inúmeros países – os países que aplicam, que têm os melhores modelos de IVA – aplicam, sim, o IVA sobre operações imobiliárias. Então não é verdade o que foi dito.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Melina, sem querer te interromper, já te interrompendo, só para a gente ficar sabendo aqui, o IVA do Canadá é 5%. Mas tudo bem, vamos lá.

A SRA. MELINA ROCHA (*Por videoconferência.*) – Isso, como o IVA do Canadá, ele se aplica a operações com bens imóveis, a venda de imóvel residencial, venda de imóvel comercial, locação comercial. E é o caso também da Nova Zelândia, do Japão, da Índia e Austrália. Então se aplica, sim, não é?

O IVA europeu é muito antigo, Senador. Ele realmente não é modelo para a nossa reforma. Nós não levamos em consideração, em nenhum momento, o IVA europeu, justamente porque ele é um IVA muito atrasado; ele não tributa, por exemplo, operações financeiras, que é algo

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente está tributando, e os novos IVAs também tendem a tributar, pelo menos parcialmente, os serviços remunerados por tarifa ou comissão. Então, é um exemplo de modelo que a gente não deve levar em consideração, muito menos citar no debate, porque é um modelo ultrapassado, criado na década de 60, Senador. Aqui, essa era uma primeira questão que eu queria esclarecer.

Uma segunda questão que eu queria esclarecer, Senador, é a questão, a que eu vou passar aqui, das projeções. Foi dito que a projeção do Governo é que... A secretaria extraordinária divulgou uma nota falando que as projeções são que vai haver uma redução para imóveis populares, porque, como foi dito aqui, há uma série de redutores de base de cálculo – que são o redutor de ajuste, o redutor social –, o que vai fazer com que a base de cálculo efetiva da tributação – do IBS e da CBS – seja reduzida, para que efetivamente seja capturado o valor agregado. Então, com a aplicação desse redutor de ajuste e do redutor social, o Governo Federal estimou que vai haver uma redução para imóveis populares e um aumento muito pequeno – como o senhor comentou, porque o senhor falou desse evento ontem, em que mencionaram de 3% a 4% – em imóveis de alto padrão, e nós estimamos que esse efeito no preço final é marginal.

Quando se fala em princípio da neutralidade, o princípio da neutralidade não significa manter a carga tributária, exatamente, para todos os setores, porque o senhor imagine: se nós fôssemos manter a carga tributária exata para todos os setores que a gente tem hoje da economia, nós precisaríamos de inúmeras alíquotas diferenciadas, de sistemas e regimes específicos, o que não é o caso; então, a neutralidade, o princípio da neutralidade não significa manutenção exata da carga tributária. No caso do setor, o Governo estima que vai haver uma redução para imóveis populares, principalmente por conta do redutor social, que vai trazer mais progressividade para a nossa tributação, Senador, o que significa que os imóveis que são comprados por famílias de baixa renda vão ser tributados menos do que os imóveis que vão ser vendidos para famílias de alta renda, que podem pagar o tributo. Por isso, mesmo que haja um aumento, o efeito no preço vai ser marginal.

E aí, Senador, eu queria deixar claro que houve um diálogo muito próximo, em termos de comparação dos cálculos. Nós temos o Rodrigo Orair, que fez os cálculos pela Secretaria Extraordinária. Ele inclusive enviou os cálculos para um representante do setor; houve troca de

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

planilhas, ao contrário do que foi dito, de que nunca o Governo mostrou nenhuma planilha. Houve troca de planilhas com o setor; houve um diálogo muito próximo do Rodrigo Orair, que faz essas estimativas e esses cálculos pela Secretaria Extraordinária, com o pessoal do setor.

A conclusão a que se chegou, Senador, foi que a amostra desses cálculos que são utilizados pelo setor é uma amostra muito restrita; é uma amostra que só tem um nicho específico de imóveis, e muito mais imóveis de alto padrão. E, como o senhor bem sabe, nós temos no nosso país um setor, uma situação muito desigual entre imóveis de alto padrão e de baixo padrão, e aí essa amostra que é utilizada para o cálculo do setor é uma amostra mais restrita a esse nicho de imóveis de alto padrão e de incorporadoras, que está sujeito a esse regime especial, que é o RET, que tem uma tributação menor.

Então, se a gente pega uma amostra que está mais restrita e só abrange e reflete esses imóveis de alto padrão e que são sujeitos ao RET, tem que levar em considerações outros imóveis de baixo padrão, outras incorporadoras que não estão sujeitas ao RET e que, portanto, são submetidas à alíquota cheia de 3,65, que foi o que o Governo fez. O Governo utilizou uma amostra mais ampla, considerando todos os tipos de imóveis e não uma amostra restrita, como foram feitos pelos cálculos do setor, que são cálculos bem-feitos, são cálculos, digamos assim, bem elaborados, mas que não refletem a amostra nacional. E aí, por isso, não refletem a realidade do setor, e por isso que há essa diferença de porcentagem do redutor de ajuste entre os cálculos do setor e o cálculo elaborado pela Secretaria Extraordinária de Reforma Tributária. É devido à diferença de amostra, porque os cálculos do Ministério levam em consideração uma amostra maior com diferenças do tipo da incorporadora e do regime a que elas estão sujeitas.

Então é isso que a gente tem que levar em consideração, Senador. Eu tenho certeza que a Secretaria vai estar disposta para mostrar essas diferenças e esses cálculos para os Srs. Senadores verem exatamente onde está a diferença.

Eu queria também esclarecer, pois aqui foi muito dito sobre a questão da pessoa física. Eu acho que está ali, no PLP, dito que esse regime de tributação – está lá no primeiro artigo, que abre esse regime específico – só se aplica a contribuintes que são sujeitos ao IBS e CBS, ou seja, esse regime especial, esse regime de tributação do IBS e da CBS só serve para pessoas que tenham atividade de incorporação, de parcelamento de solo, de compra e venda e alocação de

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imóveis; ele não se aplica para pessoas físicas que eventualmente vão vender um imóvel ou dois ou três, ou vão alugar um, dois, três imóveis. Esse tipo de operação não está abrangida num regime específico e, portanto, não são tributadas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MELINA ROCHA (*Por videoconferência.*) – Então, a Dra. Fernanda ficou se perguntando..

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MELINA ROCHA (*Por videoconferência.*) – ... ali sobre o redutor de ajuste, sobre o crédito para pessoa física. Eu realmente não entendi muito bem e não sei se ela entendeu o texto tal como o setor está entendendo e nós estamos entendendo. Mas as operações realizadas por pessoas físicas que não tenham por atividade operações imobiliárias não estão sujeitas ao IBS e CBS, não são tributadas. Isso é uma *fake news* que se coloca aí no debate para justamente criar confusão.

E por fim, só para acabar, eu queria só deixar claro, no meu eslaide final – tem vários eslaides aqui –, explicando como que vai se dar a tributação. Eu vou deixá-los disponibilizados para os Srs. Senadores, se tiverem qualquer dúvida. Mas o setor imobiliário vai ganhar com a reforma tributária. Eu não tenho a menor dúvida. É porque hoje – e os representantes do setor podem falar melhor do que eu – a construção no Brasil é toda determinada pela questão tributária. A forma como se constrói hoje no Brasil é determinada pelo tipo de tributo que vai incidir sobre os insumos: se é serviço ou se é o ICMS, que é sobre mercadorias.

Então há todo um incentivo para você fazer todo o processo de construção dentro da própria obra, justamente para que seja tributado pelo ISS, numa alíquota menor, já que o setor imobiliário não pode ter nenhum crédito, nem de ISS, nem de ICMS, nem de PIS-Cofins. Então, o setor é sujeito a um grande resíduo tributário na cadeia, que vai ser simplesmente eliminado com a reforma tributária, porque a reforma tributária vai fazer com que incorporadoras, pessoas jurídicas que têm como atividade a locação, parcelamento de solo, tudo isso seja possível. Há o creditamento de todos os insumos, materiais e serviços que são utilizados na obra, eliminando esse...

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MELINA ROCHA (*Por videoconferência.*) – ... enorme resíduo tributário que o setor hoje tem e que determina o padrão da construção.

Então, com a reforma tributária, o setor inteiro vai adotar métodos construtivos mais eficientes que são utilizados em outros países. A tributação vai deixar de ser parâmetro para a escolha da forma de construção e, com isso, o setor vai ganhar em produtividade e em eficiência.

Tudo isso deve ser levado em consideração também nesses cálculos. Quando você tem um padrão melhor de construção, você pode diminuir os seus custos, vai eliminar os seus resíduos tributários e, obviamente, vai ter também uma diminuição da carga tributária.

Por fim, meu último comentário, acho que é inapropriado também você comparar alíquotas que estão submetidas hoje, no regime de tributação – se é PIS-Cofins, etc., com a alíquota do IBS e da CBS – sem levar em consideração todo esse resíduo tributário. Nós temos um resíduo tributário, que são as aquisições realizadas pelo setor, que simplesmente não são recuperadas. Isso é tributação final e incorre em custos maiores para o setor.

Então é inapropriado você dizer: "Ah, hoje só tributa 3,65%, ou tributa pelo RET e daí vai passar para uma tributação maior com o IBS, CBS, mesmo com o redutor." Não é assim que as contas são feitas. Você tem que levar em consideração também, nessa carga tributária atual do setor, todos os resíduos tributários que são aplicados na cadeia e que o setor não pode recuperar por conta da cumulatividade.

Com isso, Senador, acabo a minha apresentação. De novo, eu tinha uma apresentação mais extensa, que infelizmente não deu tempo, mas eu deixo à disposição para os senhores a minha apresentação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Melina.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou chamar aqui, para ficar à frente, para facilitar, tem duas cadeiras aqui, o Ely e o Renato.

Renato, está aí?

Renato, senta aqui.

Ely...

Não sei se o Caio...

Responde daí, Caio, porque sua participação é importante.

Bem, eu acho que o Luiz Antonio França deu a entender que houve mais diálogo lá com o Appy. Então, não sei se ele recebeu os dados, mas, de qualquer forma, o Governo disse que tem esses dados, em torno de 41, e vamos disponibilizar esses dados aqui para a Comissão, que é importante, para que a gente possa comparar aqui os dados, lembrando que temos aí algumas questões.

Primeiro, habitação mexe com o sonho das pessoas, então não dá para brincar com isso.

Segundo, grande parte da população, uma questão cultural, já se prevenindo para uma aposentadoria, foi comprar um imóvel para alugar. Isso aí, grande parte daqueles que tiveram oportunidade fizeram. Então, não podem ser agora surpreendidos com a questão do... E que não tem crédito nenhum para recuperar no aluguel, que para mim é renda, não é consumo. Mas eu vou deixar isso para...

Vou passar aqui para as nossas queridas e competentes Senadoras, a Tereza e a Damares, para fazerem as suas ponderações e, na sequência, vamos para as considerações finais, atendendo isso aí.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pode...

Um segundinho, Tereza?

Então, vamos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar.) – Bom, primeiro, Senador Izalci e Senadora Damares, agradeço por esta audiência pública.

Lá no meu estado, já me reuni com o setor, com os seus pares, lá no Mato Grosso do Sul. Tem uma preocupação de todos com a reforma tributária, e os pontos são, praticamente, os mesmos que vocês trouxeram aqui.

De tudo o que eu ouvi, traz essa preocupação previdência, que é uma coisa que nem está muito no nosso radar, quando se fala, mas, realmente, os brasileiros investem muito em uma habitação, além da sua própria, muitos investem para ter um complemento de renda na sua velhice. Então, isso é importantíssimo.

Segundo, a transição. Essa transição longa, para alguns setores, vai trazer um custo a mais, porque vai ter que fazer uma contabilidade, Izalci, paralela, porque nós vamos ter um regime e o outro que vai acontecer; então, traz custo.

Para vocês, tem aí uma coisa pior. É um setor que, no seu caso, Caio, dos loteamentos, em que 200 meses é um prazo médio, você disse – eu até achei que era o prazo total, mas médio –, para se fazer a compra de um lote, então, realmente, nós vamos ultrapassar, perpassar o prazo de 2030, 2033.

São coisas, são peculiaridades de cada setor que a gente tem que olhar. Então, essa é a minha preocupação com essa reforma tributária, além do custo que está claro... Eu não concordo com a Dra. Melina quando ela fala que neutralidade não é só ter o mesmo custo. Tudo bem, mas também não é aumentar esse imposto demais! A gente está vendo que vai ter aumento, e isso vai gerar inflação... Além de afetar o setor na parte de vendas e dificultar – vamos dizer – a entrada que as pessoas têm que fazer, para a compra de um imóvel, você vai ter aí os custos de cartórios, todos serão aumentados, e o aumento dos custos é em cadeia, então nós vamos ter aumento de custo e aumento de inflação, dificultando o acesso à habitação, em um país onde nós temos 6,5 milhões de déficit habitacional. E o déficit não é só para a faixa de renda mais baixa. Nessa o Governo tem que intervir, tem que trabalhar, tem que colocar recursos, para poder atender, mas não pode também você esquecer que tem uma faixa média e alta... Vamos falar da renda média do brasileiro... esses serão, também, altamente, afetados.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero, aqui, dizer que nós temos que trabalhar, Senador Izalci, com muita calma, agora, porque essa reforma é muito profunda, vai mexer com a vida de todos os brasileiros, nos mais diversos setores. Então, eu acho que o setor tem que ser ouvido, porque vocês sabem, também, onde aperta o calo, onde é o calo no sapato de cada um dos setores.

Aqui, para a gente, está claro que não são muitas coisas que o setor quer. O setor quer ter previsibilidade e não quer ter esse aumento de carga tributária, o que eu acho que é justo num setor crucial para a população brasileira.

Essas eram as minhas considerações.

E o Senador Izalci vai trabalhar, nós vamos trabalhar junto ao Senador Eduardo Braga para que o setor seja ouvido e para que a gente possa melhorar o texto para que a gente possa trabalhar a justiça tributária e social.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Tereza.

Inclusive, o que a gente precisa é dar uma redação... É porque o que vale é o que está escrito, não é o que pensam. O Supremo não vai perguntar aqui nem para o ministério qual é a interpretação. Então, quando você fala "preponderante"... De "preponderante" foi dado o exemplo aqui... Essa questão de que não haverá tributo não é o que está escrito. Então, tem que mudar a redação. Esse negócio de "inclusive", em que pode ser e pode não ser, de "provável"... Essas coisas de que está cheio o texto precisam mudar para não dar margem a essas interpretações.

É o caso, e se falou aqui – ontem, eu estive lá no debate na OAB –, dos advogados. É lógico, os advogados vão partir também de 3,65% para 26%; como vai ter 30%, vai para 18% – de 3% para 18%. Aí alguém diz assim: "Não, mas não tem impacto nenhum, porque você vai emitir a nota, e o cliente vai aproveitar o crédito. Então, não vai ter impacto nenhum". De fato, pode até ser que para o advogado, não, mas quem está lá na ponta tem condição de absorver o preço e repassá-lo para o consumidor? Esse é o problema, porque quem vai pagar essa conta é o consumidor, de todos esses segmentos aqui. Além de o nosso consumidor já pagar muito,

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não dá para ele assumir muita carga que está vindo aí, ainda mais quando não tem de volta nada, nem educação, nem saúde, nem segurança, mas isso aí é outra...

Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Senador, eu acho que esta audiência cumpriu o seu objetivo.

Quero agradecer a presença de todos que foram convidados e que vieram, mas eu tenho uma preocupação e eu vou tentar deixar muito clara a minha preocupação. E, depois que eu manifestar a minha preocupação, eu gostaria muito que os senhores falassem.

Ontem, eu também assisti a uma entrevista em que, quando se chega ao setor de habitação, ao setor mobiliário, eles já gritam alto: "Não! Estão preocupados com os grandes empreendimentos". E isso me preocupa, porque, de uma certa forma, desqualifica a minha preocupação com o segmento. Eu não sei se foi o Gilberto que ia apresentar aqui o nome dos Senadores que apresentaram as emendas, mas eu fui ali e olhei. São Senadores muito sérios! Por favor, vocês não venham colocar a suspeição de que a gente está aqui defendendo os grandes empreendedores, porque a gente tem interesse nos grandes empreendedores. Não! E, se estivéssemos defendendo só os grandes empreendedores, não seria injusto, não, porque os grandes empreendedores pagam tributos e geram empregos. E, quando a gente começou a conversar sobre a forma como o setor seria alcançado, nós nos preocupamos com o imóvel de pequeno valor também. Que isso fique claro! Não tem nenhum Senador aqui que provocou esta audiência ou que apresentou emendas, porque está ganhando com isso! Cuidado, Governo, quando forem falar, porque vocês sabem que também o pequeno imóvel será alcançado. Então, que isso fique muito claro. Não coloquem suspeição sobre a nossa preocupação com relação ao segmento.

E eu gostaria muito de que os senhores esclarecessem de novo, porque a população está nos assistindo. Esta audiência pública aqui está tendo acompanhamento da sociedade, e a sociedade está olhando.

E eu vou dizer uma coisa: há um time de bolsonaristas muito preocupado com o segmento, e um time de bolsonaristas não se vende, vocês sabem disso! Nós temos aqui um

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

DNA Bolsonaro anticorrupção, e a gente não se vende, a gente não negocia. Perguntem ao segmento – foram aos nossos gabinetes – qual foi o nível de conversa: "Vai gerar emprego? Vai gerar renda? Estão sendo injustiçados?".

Nós não podemos aprovar, Izalci, uma reforma em que o cidadão seja injustiçado, seja ele rico, seja ele pobre. Essa reforma vai alcançar todos, mas não é a primeira vez... Inclusive, a Melina, na hora de apresentar aqui, novamente traz o imóvel de alto padrão. Nós estamos preocupados com o imóvel de alto padrão, porque o construtor de alto padrão está gerando emprego. Vocês mostraram que o maior número de empregos é no imóvel de alto padrão. Estamos preocupados com geração de emprego, mas eu estou preocupada com a aquisição do imóvel mais barato também. Aquela pessoa que está sonhando em comprar um imóvel de R$200 mil, de R$300 mil, de R$400 mil, eu estou preocupada também com ela. Então, eu precisava deixar isso muito acertado aqui, Izalci.

Essa roda de debate com os diversos segmentos é, de fato, para a gente apresentar um relatório em que o mínimo de justiça seja garantido nesse processo todo – o mínimo de justiça. Chega! E vamos lembrar que, aqui no Senado, nós não vamos trabalhar no tempo que eles querem. Vai ser no tempo de que nós precisamos e no qual nós vamos ter condição de dar resposta.

Eu gostaria muito que os senhores, novamente, para quem está lá na ponta nos assistindo... Quem apresentou emenda aqui está preocupado com o grande e com o pequeno, com o imóvel de alto padrão e com o imóvel menor. E nós estamos preocupados, sim, com o segmento que é o que mais gera emprego. E aí, Izalci, é a minha praia. É lá na construção civil que a pessoa com menos qualificação arranja emprego; é lá que o analfabeto está empregado. Eu não vou permitir que esse segmento seja tão prejudicado, porque, lá na ponta, é o mais pobre que será prejudicado.

Essa era a minha manifestação.

E eu gostaria muito de ouvi-los sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Damares.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como foi falado em emendas, é importante ressaltar que nós tínhamos um prazo de urgência e que, lá atrás, o último dia era na semana passada, alguma coisa assim; nós apresentamos todas as emendas que foram demandadas, independentemente até muito do mérito, por questão de ser o último minuto; e, agora, foi retirado o prazo. E sabemos que poderíamos apresentar novas emendas, talvez de uma forma com justificativa com dados mais concretos e aperfeiçoados, porque, de fato, a gente vai ter uma discussão melhor. Já são 1.084 emendas, mas provavelmente vamos reabrir... Que sejam 2 mil, não tem dificuldade nenhuma. O importante é que tenha uma justificativa bem fundamentada com os dados para a gente poder avaliar.

Eu vou ler... (*Pausa.*)

Ah, não. A Senadora Margareth... Quer fazer alguma ponderação, Senadora? O Amin está aqui, mas estou esperando ele se sentar ali para passar para o Amin.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para interpelar.) – Boa tarde.

Obrigada, Presidente.

Rapidamente, quando o setor esteve comigo lá, a preocupação foi com imóvel de baixo custo, foi com Minha Casa, Minha Vida, que sobe de 12% a 15%. Essa reforma não era para simplificar e nós pagarmos menos tributo? Ela não simplificou nada; ela tumultuou tudo. Não teve um segmento que chegou lá – e eu recebi mais de 30 no meu gabinete, está lá a relação – e que dissesse: "O meu impacto é esse, está aqui, está calculado".

E a trava, Izalci? Uma trava que nós vamos pôr em cima do valor que era arrecadado ou em percentual? Porque é muito diferente isso. Se você puser uma trava "ah, eu recebia R$1 trilhão em tributos, até R$1 trilhão" ou "não, mas, se eu puser uma trava em percentual", isso aí é infinito, gente! Nós vamos morrer pagando imposto, que é o que nós já fazemos hoje.

Nós temos que ter muito cuidado mesmo.

E eu volto a dizer: eu já discuti demais sobre essa reforma tributária, já estou cansada dela, não acredito nela, enfim. Vamos ver no que vai dar.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Margareth.

Duas coisas que foram vendidas – é importante as pessoas saberem – foram exatamente simplificação e neutralidade.

Simplificação não existe, isso é conversa. Pode ser que, daqui a 12 ou 15 anos, simplifique. Nos próximos dez anos, não há simplificação, muito pelo contrário: haverá tudo que acontece hoje, que já é uma loucura, com mais tudo que foi introduzido de novidade aqui, que é mais novidade. Então, não tem simplificação.

Neutralidade a gente percebe aqui que não é por segmento, não é por setor. O serviço está pagando o pato, com reajuste de 300% ou 200% para cobrir outro segmento. Então, a neutralidade prometida não é, por exemplo, para o setor. Não há neutralidade. Haverá, sim, um aumento.

Eu vou passar para as considerações finais, mas antes tem algumas perguntas e participações aqui.

O João, de Goiás: "Qual é o impacto da reforma tributária na construção civil [...] [no que tange à] construção de habitações sociais [...] [para garantir a] qualidade de vida?".

O Haroldo, do Paraná: "Os juros para financiamento habitacional, apesar dos incentivos, [e o valor da entrada] são [...] [muito elevados]. Haverá mudanças [nesse sentido]?".

O Carlos, de São Paulo: "Como evitar a estagnação no mercado imobiliário e da construção [civil], com o aumento do imposto devido à reforma tributária?".

O Rodrigo, de Minas Gerais: "Se o objetivo é garantir superávit habitacional, não seria mais interessante discutir leis que protejam o mercado contra especulação?".

A Giulia, de Rondônia: "Como o PLP 68/2024 propõe mitigar os impactos econômicos na construção civil?".

A Luciene, do Rio de Janeiro: "Como promover uma reforma de maneira que a carga tributária não venha a incidir sobre as políticas públicas de aquisição de imóveis?".

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Jackson, de Rondônia: "[...] [Como] a reforma tributária pode alterar a atratividade de investimentos no setor de construção civil?".

O Henrique, de Tocantis: "Com a reforma tributária, quais os impactos financeiros e operacionais para construtoras que hoje utilizam o sistema de lucro presumido?".

A Ruth, aqui do Distrito Federal: "De que maneira a reforma tributária pode afetar os custos de construção e, consequentemente, os preços dos imóveis no país?".

A Isabella, do Espírito Santo: "Como o PLP 68/2024 afetará a construção civil e o déficit habitacional, especialmente no acesso à moradia para populações de baixa renda?".

O Lucas, de Minas Gerais: "De que [...] [maneira] a reforma tributária pode influenciar o crescimento econômico a longo prazo?".

E o Rosemberg, do Distrito Federal: "Como a incerteza durante a transição para o novo sistema tributário pode afetar o planejamento e a execução de projetos de construção?".

São as perguntas para que, na medida do possível, vocês possam responder, mais as indagações.

Eu vou passar logo para o Renato fazer as suas considerações finais, Renato, esclarecendo esses pontos que foram colocados, mais a apresentação dos colegas.

O SR. RENATO DE SOUZA CORREIA (Para expor.) – Eu agradeço a oportunidade, Senador Izalci.

Quero cumprimentar a Senadora Margareth, não tinha a cumprimentado.

Eu queria começar pelo fim, colocando um pouco de informação, porque a Senadora Damares perguntou como os imóveis de alto padrão impactam nesse processo, para a gente explicar para quem está nos ouvindo.

Acontece da seguinte maneira. Na legislação, normalmente municipal, o imóvel de alto padrão paga impostos adicionais pela exploração do solo: paga outorga onerosa do direito de construir, paga transferência do direito de construir, às vezes faz doação de área para habitação de interesse social... Existe uma série de requisitos que as cidades, normalmente, nos planos

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diretores, aplicam à habitação de mais alto valor para subsidiar e preencher um fundo, normalmente um fundo municipal de desenvolvimento urbano. Lá nesse fundo municipal de desenvolvimento urbano, uma parte é destinada, pelas prefeituras, à habitação de interesse social.

O Governo percebeu essa possibilidade e fez o Minha Casa, Minha Vida Cidades, que congrega um modelo de agregar os subsídios municipais, estaduais e o federal. Isso potencializou muito à população mais carente obter a entrada, porque o grande problema da população brasileira para ter acesso à moradia é a entrada, não tem renda, não tem poupança. A maioria da população brasileira ganha pouco e não consegue poupar. Essa foi uma saída recente em alguns estados. Nós estamos invocando os outros estados e municípios para que adotem isso. Nós temos que fazer um combate ao déficit habitacional e ao problema habitacional do Brasil, coletivo. Isso não é um problema de Governo A ou B, é problema de todos nós. Por isso, a reforma tributária tem que proteger, sim, a habitação em todos os níveis. Nós entendemos que é até possível, usando, vamos dizer assim, o pensamento democrático, flexibilizar.

O nosso setor, em momento algum, foi contra a reforma. Ele foi a favor da reforma em que pese o nosso setor ter sido atingido por um grau de complexidade a mais. Eu vou citar dois bem rapidamente: o primeiro é a progressividade, isso torna mais complexo o cálculo do tributo; o segundo é a tributação por unidade habitacional, pois, hoje, a gente tributa por cada real que cai na conta, que tem um percentual de tributo, pela receita, mas, agora, um empreendimento com 200 apartamentos ou 200 lotes terá que calcular unidade por unidade. Então, nós, compreendendo a importância deste momento no Brasil, fomos a favor, inclusive, de absorver essa complexidade em favor de um processo mais coeso. Eu vejo a dedicação de toda a equipe do Governo que trabalha nisso, o amor pelo tema, as horas gastas. A Melina é uma pessoa que eu conheci *online*, nunca tive oportunidade de estar com ela, só em algumas reuniões, mas a gente vê e respeita a dedicação.

Em que pese não concordar com alguns dos pontos que ela comentou, eu queria trazer para vocês que nós estamos aqui para discutir a reforma tributária do consumo aliada à preocupação com a habitação. Nós temos que entender o que está impactando no bolso do comprador do imóvel. E os cálculos aqui demonstram claramente o aumento de tributação nos

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imóveis, em várias faixas, pelo aumento do tributo que o comprador está pagando. Ela abordou algumas vantagens que a reforma, no longo prazo, pode trazer ao setor. Nós até apostamos que haverá uma industrialização – o mundo já viveu isso –, mas ela não é plena, não é no Brasil inteiro, aumenta um percentual de participação da industrialização e permite, eventualmente, algum ganho de produtividade. Mas nós vamos discutir a composição de custo das empresas ou nós vamos discutir a carga tributária para o consumidor? Porque, se nós formos discutir composição de custo, créditos que vêm para o setor, nós temos que discutir aumento de custo de insumos por preços relativos que podem acontecer; nós temos que discutir qual será a taxa de juros no futuro, a taxa de juros do financiamento, uma série de itens que nós vamos correr o risco com esses insumos à frente, quando formos definir, mas é uma questão de tomada de risco.

Aqui nós não estamos para discutir as dúvidas de como empreender no futuro, mas a carga para o consumidor acho que é um negócio que precisa ficar muito claro nessa discussão, e o que a gente está apresentando aqui é a carga para o consumidor. Haverá o momento de a gente poder discutir os custos do nosso setor.

E, por fim, um aumento de 4% em imóveis acima de R$1 milhão, acima de R$800 mil representa 20% da entrada, 15%, 20%, que é o grande dificultador da compra do imóvel no país. Certamente vamos retirar famílias da compra desse imóvel, e o que a gente está pedindo é reflexão sobre isso.

Sobre a base de dados, da mesma maneira que o Senado pediu a apresentação, eu acho que deveria, sim, fazer essa solicitação, aprofundar na base, fazer confrontação, porque realmente a nossa base é uma base, vamos falar assim, de inteligência estatística amostral, que leva em conta a correção do valor no tempo; eu não sei se a Dimob leva ou não.

Então, a gente precisa compreender, e, uma vez compreendido, pela relação que temos tido de respeito, de reconhecimento mútuo e de trabalho em função desse tema, certamente haverá um ponto de encontro.

É isso que eu tinha para contribuir.

Agradeço-lhe, mais uma vez, a oportunidade. (*Palmas.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Renato.

O meu aqui saiu do ar. O França ainda está aí? (*Pausa.*)

Ah, porque o meu caiu aqui. Está bom.

Vou passar, então, para o Ely, para que ele faça também as suas considerações finais.

O SR. ELY FLÁVIO WERTHEIM (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Vou tentar responder algumas questões que foram colocadas aqui.

Primeiro, são 350 mil imóveis, aproximadamente, produzidos no Brasil. As grandes empresas, que não passam de 20, correspondem a menos de 7%, 8% da produção desses imóveis. Todo mundo aqui deve conhecer um amigo construtor, um amigo loteador. É o setor mais pulverizado do Brasil, não são cinco bancos. E se tem empresas que aguentam 3%, 4% de aumento no imóvel são as grandes. Nós estamos aqui falando de uma imensa massa de empresas, pequenas e médias, que produzem mais de 90% da habitação do Brasil, que estão fadadas ao fracasso. Esse é o primeiro ponto. Então, esse é um dado.

O segundo dado é o seguinte: o que é ser rico? Quer dizer, apartamentos de R$500 mil, R$600 mil, R$800 mil, classe média, por exemplo, não são pessoas, não empregam, não pagam dinheiro, não pagam impostos, não podem viver numa boa habitação, apenas as pessoas que compram apartamentos de até R$350 mil? Quem não compra um apartamento de R$250 mil não almeja um dia comprar um de R$500 mil. O Brasil é um país de cidadãos empreendedores. As pessoas querem progredir na vida; não há crime nenhum nisso. Então, penalizar pessoas que progridem, penalizar pessoas que querem progredir, eu acho que nós vamos contra o DNA do Brasil.

Outra questão é a seguinte: precisa ampliar a discussão, como já foi colocado aqui. Se os números do setor estão equivocados, o.k., vamos nos sentar.

E uma resposta objetiva com relação à planilha do Governo: nós aplicamos, na planilha do Governo – nós eu digo o setor, essas duas consultorias –, algumas premissas diferentes da deles, e aí se trata também de aceitarem outras hipóteses de premissa, não temos só as nossas,

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ninguém é dono da verdade... Nós chegamos na planilha do Governo a 54% de redução da alíquota.

Então, se trata de política, se trata de querer saber se a reforma tributária vai onerar o imóvel, ou não vai onerar o imóvel, essa é a decisão. E, do jeito que está colocada, vai onerar. O comprador vai ter que pagar mais. Nós não estamos errados. Uma pessoa, não é possível, não é possível que uma única pessoa, ou algumas poucas pessoas estejam certas e todo mundo esteja errado.

Isso me faz lembrar, se o senhor me permite, eu sou de São Paulo, 7h da manhã, num trânsito desgraçado, e o sujeito lá da rádio x dizendo que tinha um cara na contramão, porque de fato tinha um cara na contramão na marginal, às 7h da manhã. O Lipe, que é de Sorocaba, sabe do que eu estou falando. Ele ouviu o repórter do rádio falando: "Olha, tem um sujeito aqui na contramão". Ele, indignado, ligou para a rádio e falou o seguinte: Eu queria protestar, tem 300 mil na contramão".

Então, o que nós estamos falando é o seguinte: um Governo, uma equipe econômica, um estudo contra todos esses estudos. Estamos errados? O.k., mostrem, demonstrem. Deus queira que estejamos errados, mas não tenham dúvida, o preço do imóvel vai subir.

E vai subir por um outro fator que o Caio falou e eu queria falar. Os preços relativos vão mudar. Não existe a possibilidade de alguém que cobra R$100... E a Dra. Melissa parte desse princípio, é um princípio, eu respeito a opinião dela, mas está muito mais vinculada a uma sala universitária, a um laboratório onde temperatura e pressão funcionam normalmente, do que na vida como ela é.

Então, imagine o seguinte: um fornecedor que cobra R$100 vai tirar, desses R$100, o imposto, digamos, de 20% que seja a carga tributária atual. Sobre esses 80, ele vai aplicar a nova carga. Não há registro na humanidade de que isso vá acontecer, a não ser num laboratório, está certo? Com temperatura e pressão absolutamente... Claro que haverá uma recuperação de preço.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós não somos contrários à reforma tributária, em absoluto. O que nós estamos achando é que essa reforma tributária talvez não seja a melhor reforma tributária. Então, não se trata de criticar a reforma, se trata de debater esta reforma.

Não tenham dúvidas, nós temos provas científicas, matemáticas para comprovar: o preço da habitação vai subir. Se é essa a decisão da sociedade, *no problem*, vida que segue. Ninguém vai morrer por causa disso e a vida vai seguir.

Agora, no futuro, o PIB vai crescer, a reforma tributária vai ser maravilhosa e o país vai se desenvolver? Não sei se eu vou estar aqui nesse dia. Mas, enquanto isso, o que a gente faz?

Então, eu queria agradecer ao Senador Izalci e a todos os presentes, pela oportunidade de a gente demonstrar... E, de novo: estamos abertos a mostrar os nossos estudos, mas a nossa convicção vem dos nossos estudos e não da nossa arrogância.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Ely.

Bem, eu acho que um ponto é importante aqui. Eu acho que foi conversado lá atrás, com a equipe econômica, que esse setor não teria impacto, que seria neutro.

Essa talvez seja a confusão, porque o setor já demonstrou, e não precisa nem demonstrar, todo mundo sabe – por esses cálculos – que haverá aumento, com certeza. O Governo também reconhece que vai ter aumento. Então, essa neutralidade não está sendo discutida, porque de fato os números demonstram realmente esse impacto.

Agora, de fato, havendo o aumento, quem vai pagar a conta é o comprador, é o consumidor – o comprador, e não o consumidor, porque ninguém consome um imóvel, mas é o comprador. E a conta vem aí, seja para o grande, seja para o pequeno. Então é isso.

Eu vou passar logo para a Melina, para que ela também faça as suas considerações.

É lógico que é uma reforma brasileira, que tem característica aqui que eu acho que não tem lugar nenhum, mas a gente precisa entender que o nosso IVA, de que foi falado em 26% alguma coisa, já está se falando em 28% e pode chegar a 30%, 50%, não sei, porque, se já está

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em 28% – um terço da Câmara –, e a gente tem diversas observações de vários segmentos, vai chegar a 40% já já... Agora, esses números a gente precisa conhecer.

Então, peço ao Governo que encaminhe para a Comissão aqui todos os dados, para a gente poder realmente confrontar, para a gente poder fazer realmente uma redação aqui, uma proposta de emenda que seja compatível com o mundo real.

Eu vou passar à Melina Rocha para as suas considerações.

A SRA. MELINA ROCHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Claro, Senador Izalci, obrigada novamente.

Eu queria mais uma vez ressaltar, então, que o Governo Federal, a Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, o Secretário Bernard Appy e o Rodrigo Orair, que está fazendo esses cálculos, se colocam à disposição, com certeza, dos senhores, para apresentar essas diferenças entre os cálculos feitos dentro do ministério para os cálculos feitos pelo setor.

Como nós colocamos aqui, acredito que, para imóveis de baixo padrão, vai haver uma redução da carga tributária, e a redução vai ser muito pequena para imóveis de alto padrão, e, Senadora Damares, não é nada contra – pelo contrário – imóveis de alto padrão; a gente não está acusando ninguém aqui pela defesa de imóveis de alto padrão, é só uma questão de que essa redução que foi colocada aí de 40% tem esse resultado, que pode ser comprovada também por meio desses cálculos de novo.

Eu acho que a questão toda está envolvendo os cálculos, e obviamente os Senadores vão avaliar os cálculos tanto do setor quanto do ministério e vão tomar a decisão política, obviamente, que acharem melhor para a reforma tributária.

E eu queria também só falar: que bom que vocês receberam a planilha, porque eu acho que você tinha falado que não teria... Então, é muito bom ver que vocês receberam a planilha do Governo e, inclusive, utilizaram outras premissas em cima dessa planilha, e eu acho que essa é a posição que tanto o ministério quanto o próprio setor estão tendo de imenso diálogo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que esse setor foi o que mais teve diálogo com o Ministério da Fazenda, tanto para ajustes na redação do PLP 68... Agora, com certeza eu acho que essa questão da transição é importante para o setor.

Então, são justamente essas discussões com relação à transição específica para o setor, que não foram incluídas na Câmara, mas no Senado há a possibilidade de vocês, Srs. Senadores, colocarem essa questão da transição para o setor imobiliário, e eu, do ponto de vista técnico, acredito que, sim, é importante que haja essa transição.

E, com isso, queria então me colocar à disposição de todos, do ponto de vista técnico, do ponto de vista dos números, para os ajustes que são necessários para que todos fiquem contentes e para que, obviamente, não haja um aumento de carga tributária, como está sendo colocado pelo setor, o que a gente já acredita que não há com esses redutores que foram colocados pela Câmara.

Muito obrigada pela oportunidade e agradeço mais uma vez a presença nesta audiência. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Melina, só para reforçar o pedido para que seja encaminhado para nós, aqui da Comissão, esse estudo a que vocês, você e o Governo, tiveram acesso, para a gente estudar esses números. E também só reforçar que o que está escrito aqui, com relação ao aluguel de imóvel de pessoa física, é predominante. Então, no caso de um aposentado... Foi dito aqui o exemplo do cara que ganha R$2 mil e tem um imóvel alugado por R$3 mil, o preponderante é o aluguel, aí tem o IBS. Então, é evidente que tem que mudar a redação, e o Governo precisa entender isso.

Então, peço ao representante do Governo que encaminhe, o mais rápido possível, aqui para a nossa Comissão, os dados com relação à questão da construção civil. E eu sugiro a todos os segmentos que procurem os seus Senadores em cada estado para que os seus Senadores tenham um conhecimento melhor de cada região. É importante.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Izalci, veio essa tabela comparativa oficialmente para vocês?

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ainda não, vamos pedir. Nós estamos pedindo aqui. É o que estou reforçando aqui para vir aqui.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu, antes de passar... É só para informar o seguinte: todas as apresentações estão disponíveis aqui na página da CAE, no *site* aqui da Comissão Especial.

Eu vou passar, então, para o Caio Carmona também fazer suas considerações.

O SR. CAIO CARMONA CESAR PORTUGAL (Para expor.) – Senador Izalci, primeiramente quero agradecer a oportunidade que a gente tem de dialogar aqui com o Senado.

Fico feliz que o Senado entende que essa reforma precisa de tempo para ser discutida, não há necessidade de açodamento. Acho que a gente necessita, inclusive, de um prazo muito maior para discutir. Acho que tem vários setores que estão sendo atingidos. Ninguém é contra a reforma, como disse ali, como disse o Renato, como dissemos todos; o que a gente é contra é o texto dessa reforma e os cuidados que ela não levou em conta.

Eu vou abrir um parêntese. Por que é que gera tanta discussão essa distorção do redutor social, do redutor de ajustes? Porque estão criando um novo imposto, que está trazendo ICMS, ISS e IPI, que hoje é um resíduo tributário para a cadeia da indústria imobiliária e da construção, que poderia ser resolvido simplesmente com uma opcionalidade: na atividade imobiliária da construção civil e da alocação continua sendo contribuinte da CBS, mas é imune ao IBS.

Há um entendimento de que, por força da retirada desse resíduo tributário, numa pedra de toque, o setor da construção civil vai trabalhar tudo com construção *off-site*. O que isso quer dizer? A gente vai ter um sistema pré-fabricado, uma indústria toda industrializada e, da noite para o dia, num toque de mágica, todo o setor vai ser industrializado na construção civil.

Tem uma série de dificuldades que vão muito além da tributação, tem uma série de estruturas de educação, de inclusão, de preparo das cidades, de preparo das cadeias produtivas... Então, não dá para utilizar esse argumento como sendo o argumento que vai fazer

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o condão de mudança no nosso sistema de produção habitacional. É lógico que é o desejável, é lógico que todos nós buscamos fazer o quê? Com maior produtividade, com menores custos, cada vez mais acessível; esse é o desejo de qualquer segmento econômico.

Então, fica aqui, como proposta, haja vista que a gente não tem a simplificação: por que não tratar da questão da opcionalidade? Nós levamos isso na PEC, nós levamos isso no PLP 68. E eu acho que toda esta discussão diz respeito a uma simples conta: resíduo tributário vezes IBS, que nunca incidiu na receita dessas atividades e vai passar a incidir sobre essas atividades. E aí exige redutor, existe uma complexidade de contabilidade e, pior, exige essa questão da progressividade.

É só à guisa de a gente pensar... Porque o Senado pode e deve corrigir, com o apoio da sociedade, a reforma tributária que a gente ainda pode fazer. A gente tem tempo para fazer, a gente não tem açodamento, a gente não tem essa necessidade.

A gente tem necessidade de discutir, de trazer números, de discutir textos e, principalmente, estão aqui os tributaristas para falar, de segurança jurídica, porque você imagine a hora que você tiver três auditores tratando sobre uma operação, e não houver entendimento sobre isso. Vai desaguar onde? No Judiciário.

Agradeço mais uma vez a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Caio.

Quero aqui fazer um apelo ao Governo, porque, de fato, a gente não pode comprometer a reforma tributária. E, da forma como a gente está vendo que está acontecendo, pode acontecer de ter problema aqui no Senado.

O Governo precisa dar uma atenção especial para o mundo real. Não dá para fazer uma reforma somente com acadêmicos, teóricos, e muito menos com fiscais, ou apenas com pessoas que foram secretário de fazenda, não sei de onde, sem ouvir realmente quem está lá na ponta, quem produz, e quem paga o imposto. Nada de nós, sem nós.

Então, eu gostaria muito... Eu discuti essa reforma há dez anos, então eu gostaria muito de aprová-la. Agora, vamos botar o pé no chão, e sem demagogia, sem essas...

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, vou passar aqui para a Fernanda também fazer as suas considerações.

Fernanda.

A SRA. FERNANDA FOIZER SILVA (Para expor.) – Eu agradeço a oportunidade.

Trazendo um pouco sobre o IVA, e eu fui citada, inclusive. Eu utilizei o IVA europeu, mas até no IVA moderno, que é utilizado como base para a reforma tributária, que é adotado no Canadá, na Austrália, na Nova Zelândia, a construção e a primeira venda de imóveis residenciais recém-construídos são tributadas; mas a revenda, assim como a locação de imóveis residenciais, é isenta.

Então, assim, trazendo a consideração que eu trouxe do IVA europeu, que foi tratado como desatualizado, agora eu estou trazendo também situação do IVA moderno, utilizado como base. Eu sei que o nosso IVA é um IVA dual, ele é diferente, mas a gente tem que levar em consideração, já que a construção civil está sendo impactada.

Quando eu trouxe também os dados, e eu levei em consideração outros impostos, é porque o adquirente vai sofrer com todos os impostos. A gente não vai estar só sofrendo com o IBS e o CBS, a gente vai estar sofrendo com os outros impostos. Pode ver que, como redutor, que foi utilizado, pode ter até exclusão de ITBI, de taxa ambiental. São impostos que são considerados, sim, por quem está elaborando a norma, como algo que vai impactar, sim, no adquirente.

Então, essas são as minhas considerações. Eu respeito muito todos que estão aqui presentes, trouxe fatos que estudei, e estamos debruçando também sobre a norma.

Agradeço a oportunidade de estar aqui falando sobre um assunto tão relevante para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Fernanda.

Bem, passo agora então para o Gilberto Alvarenga, que é o nosso Consultor Tributário da CNC.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO ALVARENGA (Para expor.) – Este debate foi muito importante. Eu acho que a gente teve aqui uma oportunidade de ver o lado do setor de imóveis, ver a informação – e aqui embasados em números.

Eu fico muito preocupado com isso, porque, quanto a esse projeto, parece que a gente vai tomar um medicamento sem qualquer estudo clínico, sem qualquer embasamento e: "Confie em mim que vai dar certo". Eu acho que é isso.

Não pode ser assim a prática. A gente pode não estar falando de saúde, mas a gente está falando de vida de pessoas, de emprego, de economia, e isso pode ter um desdobramento muito sério na vida de todos nós.

Pelo que eu estou vendo, a base do pensamento do projeto é que a gente vai mudar, como foi dito aqui, o funcionamento da construção civil, que hoje é a construção de uma parede dentro do canteiro de obras, dentro do próprio loteamento, dentro do próprio imóvel, para a industrialização desse item. Eu acho muito difícil a gente conseguir fazer essa virada de forma tão rápida e especializar as pessoas para isso. Vai ser muito mais fácil importarmos paredes da China, infelizmente.

Então, aquele emprego que hoje é gerado na construção civil vai ser substituído pela importação de um item que vai ser adotado na construção civil. É a economia – infelizmente, é a economia –, e a gente não pode fazer nada para controlar isso, a não ser tratar uma realidade que é desigual... O que eu vou falar agora responde a todas as perguntas feitas. A gente precisa tratar a realidade da construção civil, que não é igual à dos demais setores, de uma forma desigual, a fim de gerar um equilíbrio e uma igualdade. Então, a gente precisa tratar de forma desigual o setor, porque o setor tem características desiguais, visando a atingir um equilíbrio e uma igualdade.

Por fim, um ponto importante, não é um dado meu, é um dado do Secovi, mas eu acho esse dado impressionante pelo trabalho desenvolvido... Eu acho que isso merece ser falado aqui e eu peço licença ao Ely para citar: os imóveis de R$200 mil sofrerão um aumento de 15%; os imóveis de R$1 milhão sofrerão um aumento de 50%. Quando a gente fala de R$200 mil, 15% disso, a gente está falando de R$30 mil. Somado a um empréstimo bancário, que é como 99%

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das pessoas donas de imóveis de R$200 mil os adquirem, a gente vai ter uma majoração substancial do custo desses imóveis.

Mais uma vez, a gente achar que o imóvel mais caro aumentar de preço não vai fazer com que o imóvel mais barato também aumente de preço, e já vai aumentar... Achar que o mais barato vai aumentar em 15% e o mais caro vai aumentar em 50% é um pensamento que não é adequado, porque todo ser humano quer evoluir na vida. Se o imóvel que eu quero adquirir sofrer um aumento de 50% de preço, eu vou tentar vender o meu imóvel o mais caro que eu puder e eu vou ter uma inflação nos imóveis mais baratos para atingir esse fator. Isso é inerente à economia – isso é inerente à economia.

Então, a gente vai somar uma majoração dos custos, um aumento do custo de financiamento, um aumento do custo tributário. Eu acho que a receita disso vai ser muito prejudicial a todos nós, e, mais uma vez, vamos ferir o direito constitucional de garantia à habitação.

Muito obrigado a todos e boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Eu vou indagar aqui o meu querido amigo Vitor Lippi, que acompanhou essa reforma na Câmara e que está acompanhando aqui no Senado, também, todas as audiências, um entusiasta da reforma – viu, Lippi? –, para as suas considerações finais.

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP. Para expor.) – Quero, na sua pessoa, Senador Izalci, cumprimentar todos os presentes, nossas Senadoras, enfim, todos os apresentadores e os setores aqui.

Tem sido uma vivência incrível esse desafio. Nós precisamos fazer essa reforma há 40 anos. Não é fácil, a gente sabe disso, eu sou testemunha aqui, Senador.

Eu acho que muita coisa a gente conseguiu com muito bom senso, com muito respeito, a gente conseguiu construir, mas ainda faltam alguns problemas. Até eu vi que a nossa Senadora Margareth falou: "Eu recebi 30 pessoas, as 30 reclamaram". Naturalmente, são os insatisfeitos e vamos tentar melhorar isso, mas a grande maioria dos setores foi contemplada.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de dar algumas premissas, porque eu participei da comissão na Câmara, também naquela fase da nossa PEC, e a gente tinha uma assimetria no Brasil – para quem está nos ouvindo. O Brasil, além de ter o pior sistema tributário do mundo – com uma série de problemas aos quais eu não preciso voltar aqui –, mas a gente também tinha uma coisa diferente em relação ao mundo. O IVA, no mundo, que está em 89% dos países, tanto em serviços, quanto em produtos, ou seja, aquilo que vem da indústria, é igual. No Brasil, não era assim. A indústria era próxima de 40, e serviço era próximo de 12 ou 13. Como a gente ia fazer isso?

É um desafio, porque, se a gente quiser ir para o IVA, é uma alíquota única. Então, como a gente ia fazer isso? Nisso nós quase apanhamos do setor de serviços; imaginem as primeiras reuniões foram quase... Nós fomos nos adequando com a participação do Governo, com as comissões, a gente trabalhou muito...

Então, o que foi feito? Eu vou contar alguns números para vocês que mostram que nós estamos no caminho certo aqui para discutir a construção civil, que não foi ainda, talvez, tão contemplada quanto deveria, mas a gente partiu de premissas, pegando conceitos internacionais. Eu quero aqui reconhecer o esforço do Governo, porque ele tem um papel a cumprir, mas sempre se senta para discutir, para que a gente não aumente os impostos dos setores importantes da sociedade. Não tem sentido você falar: "Eu vou trazer uma reforma tributária que vai prejudicar a sociedade". Não, nem é... Eu entendo, e a gente está trabalhando muito, Senadora, nisso.

Isso não é para aumentar o imposto, é para melhorar o ambiente de negócio no Brasil, como foi dito aqui, em respeito aos empregos, aos investimentos, para reduzir o custo do Brasil. E aí? O que aconteceu que eu acho que vai ser aplicado aqui e eu espero o mesmo conceito... Pode ver no setor o que aconteceu.

Como esses setores, serviço era tudo 12 ou 13, por aí... Vocês eram um pouco menos, mas 12 ou 13. Então, foi aplicado o redutor de menos 60; se você pegar 26,5 e aplicar menos 60, vai dar 11, por aí... Então, quem foi contemplado? O setor de comércio, desculpe-me, o setor de turismo, bares, restaurantes, hotéis, cultura, saúde, educação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os setores foram sendo contemplados, a maioria das empresas brasileiras tem o Simples, que é um regime especial. Enfim, foi acomodando a maioria, mas ainda tem essas questões da construção civil, que era um regime especial, tal como a questão dos planos de saúde é regime especial, tal como o setor também financeiro é regime especial. Sobre esses é preciso discutir. Inclusive, para eles, em vez de simplificar, complica um pouco mesmo, porque eles pagavam em cima de um valor, agora eles vão ter que fazer o cálculo de tudo que eles compram etc.

O que eu quero dizer é o seguinte: eu acho muito justo o pleito de vocês. Eu acho que o grande objetivo é a gente não aumentar imposto, independentemente do que está acontecendo fora do Brasil. A gente tem que procurar respeitar a nossa história – a condição –, porque todos os setores são muito importantes, empregam milhões de pessoas. Eu acho que isso está sendo construído aqui. Não há dúvida de que, com a demonstração dos dados, etc., a gente vai conseguir, certamente, contemplar o setor, que é um setor estratégico, e que não haja aumento de custos para a sociedade, porque sempre...

Isso aqui é imposto sobre consumo, quem paga o imposto sobre o consumo é o consumidor. E mais: nós estamos falando de um setor muito específico, porque isso aqui não é consumo – como foi dito – um imóvel é um investimento, e é a renda da pessoa, muitas vezes, quando ela faz a alocação.

Então, é um setor especial, tem que merecer essa discussão do Senado.

Quero cumprimentar todos vocês. Estamos no caminho certo, agora vamos ajustar, Senadora, esses que ainda estão insatisfeitos. Pode ter certeza que tinha milhares, agora nós temos dezenas. Vamos trabalhar essas dezenas. Eu acho que a gente está no caminho certo para construir um bom sistema tributário para o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

O Senador Amin está no virtual. Senador Amin? (*Pausa.*)

Eu estou fora do ar aqui. Amin levantou a mão aí? (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin? (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais alguma consideração?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Oi?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Oi?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Senador Amin, ouvindo bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Estou aqui tentando ajeitar a máquina.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Essa foto é antiga. Acho que era Deputado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Não, não, essa foto foi quando o senhor se matriculou também na escola. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mais ou menos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Só que o senhor já estava repetindo. Já estava sendo professor de contabilidade.

Eu não estou conseguindo desmaterializar aí a imagem.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas a voz está muito boa. Pode...

Tem como ajudá-lo ou não?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Então, vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, só depende aí, Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Então, vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Acho que o pessoal aqui não faz milagre, não, mas...

Aí, já está resolvido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Não melhorou nada, mas é a verdade.

Presidente, eu só queria... Acompanhei praticamente toda a reunião. Tive que me ausentar, mas ainda consegui ouvir o nosso Prof. Lippi, não sei se ainda está presente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está presente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Que me apresentou ao único médico que ele conheceu que ficou torcendo para que a paciente estivesse realmente morta, porque, se ela não tivesse morrido, esse médico que ele me apresentou ficaria numa situação muito complicada do ponto de vista da sua competência.

Portanto, o Lippi sabe inclusive ressuscitar e sabe tratar esse fenômeno. É um grande companheiro.

Eu só queria informar que este tema – eu, inclusive, sou um dos proponentes desse debate – afeta... Não é à toa, o Ministério da Fazenda, como o próprio Deputado Lippi manifestou, o próprio Governo, todos aqueles preocupados com a economia e com os impactos da reforma

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributária na economia têm muito cuidado, pelo efeito multiplicador da cadeia produtiva. Vamos chamar do *cluster* inteiro, ou seja, desde a compra do terreno, que é uma atividade não industrial, até a produção dos componentes, os estudos, os projetos, a adequação à lei e finalmente a incorporação e a utilização do imóvel, seja como aluguel, seja como casa, seja para fins comerciais.

É um *cluster* vital para a sociedade brasileira. Mexer nisso aí é complicado, porque se desarranjar a indústria da construção civil, em qualquer das suas etapas, das suas subetapas, enfim, o detalhamento da cadeia, é uma coisa muito complicada. E todas as crises do mundo tiveram na construção – vamos chamar a indústria da construção, no *cluster* da construção – um componente terrível.

É só lembrar da crise financeira americana de 2008. Lendo textos de economistas, de políticos, se você ler a biografia do Barack Obama, final do Governo Bush, início do Governo de Obama, e o que aquele *crash* havido na construção civil representou para a economia americana, o sofrimento para a sociedade, vai ver como mexer nisso aí é uma coisa complicada.

Agora, alterar profundamente as formas de tributar, como foi aqui descrito, é um risco muito grande. Eu apresentei, de qualquer maneira, três emendas – que não são exatamente o perfil da minha contribuição para a reforma tributária – para evitar... São as Emendas 989, 990 e 991, que eu ofereço para crítica e que têm como objetivo reduzir o que eu considero – posso estar errado – como impacto e oneração do *cluster*.

É sobre isso que eu gostaria de me fixar, não no sentido de criar excepcionalidade, porque eu acho que a grande dificuldade que nós temos hoje está exposta nos melhores editoriais do país: nós já atingimos 27,97%, ou 28% de carga tributária. Isso não é bom. E o que é pior: temos algumas emendas, que também são do setor de serviços – no caso, a exportação, da reunião de hoje –, que estão escritas de maneira ambígua.

Então, vejam bem: quais são os objetivos da reforma tributária? Número um: simplificação. Neutralidade, neutralidade na carga tributária, na arrecadação. Só que a temperatura varia de 0 a 90 – você fica com 90 e eu fico com 0. Alguém vai morrer. Não adianta dizer que a média deu 45. Isto é uma das maiores mentiras que a estatística e – se me permite, Senador Izalci – a contabilidade nos oferecem: "Olha, está entre... A banda é de 0 a 9." Bom, se

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu ficar empoleirado nos 90, provavelmente eu vou morrer de calor; e se for 0, eu vou morrer de frio – como nós estamos vivenciando aqui no Sul do Brasil, onde 0 grau virou piso; não, virou teto. Então, a minha ponderação é essa.

No caso da construção civil, essas advertências que nós ouvimos hoje são suficientes para dizer o seguinte: nós temos que ter muita cautela. Felizmente, nós não embarcamos naquela canoa da urgência: "Tem 15 dias para votar". Absolutamente, com todo o respeito à Câmara dos Deputados, que fez um trabalho muito bom, seja com o Relator Aguinaldo Ribeiro, seja com essa Comissão criada pelo Deputado Arthur Lira, que nós respeitamos. Mas, alto lá: quando você não tem convicção sobre os efeitos e recebe as advertências que nós temos recebido, se não tiver cautela, você é autor – não é coautor, é autor –, porque talvez os primeiros autores não tenham tido a advertência, a dádiva da dor, como ensinou um médico que trabalhou na Índia chamado Philip Yancey. A dor, às vezes, é uma dádiva, porque ela permite que você perceba aquilo que pode se transformar na causa da morte.

Então, eu acho que essa cautela é necessária, que essas reuniões na Comissão de Assuntos Econômicos são fundamentais. Eu acho que a gente vai recolhendo aí dados para a cautela, Deputado Lippi, para não dar como morta uma paciente que daqui a pouco vão dizer que ressuscitou porque soltou uma lágrima. E o médico passa a torcer: "Pelo amor de Deus, para a minha reputação não ficar mal, espero que ela esteja morta". Para nós não ficávamos nessa situação. Eu não conheço esse médico, mas recebi um relato muito circunstanciado do Deputado Vitor Lippi que me deixou muito preocupado com esses diagnósticos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Amin.

Eu quero aqui agradecer a participação de todos os expositores, realmente foi uma audiência importante para que o Governo possa entender que precisamos mudar algumas coisas, não dá para votar do jeito que está.

Eu convido todos para virem aqui fazer uma foto, registrando.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença e declaro encerrada a presente da reunião.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 14 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 50 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7000045510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia três de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Oriovisto Guimarães, Sergio Moro, Fernando Dueire, Randolfe Rodrigues, Vanderlan Cardoso, Omar Aziz, Angelo Coronel, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Humberto Costa, Jaques Wagner, Flávio Arns, Rosana Martinelli, Flavio Azevedo, Tereza Cristina, Esperidião Amin, Laércio Oliveira, Damares Alves e Fabiano Contarato, e ainda do Senador Alan Rick, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Soraya Thronicke, Cid Gomes, Irajá, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 66/2024 - CAE, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Finalidade:** Debater os impactos da Reforma Tributária (PLP 68/2024) nos setores de comércio e serviços. **Participantes:** Sr Antonio Paulo Solmucci Júnior, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL); Sra Karoline Lima, Coordenadora de Relações Institucionais e Governamentais da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL); Sr. Roberto Giannetti da Fonseca, Economista; Sr Pedro Rezek Andery Altran, Consultor Tributarista da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (ABAD); Sr Rodrigo Segurado, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS); Sr. Halim Abud, Consultor Jurídico da Associação Brasileira de Tecnologia para o Comércio e Serviços (AFRAC); Sr. Cassio Schiavo Tucunduva, Presidente da Associação Nacional Comerciantes Material Construção (ANAMACO); Sr Anderson Trautman, Vice-Presidente Jurídico da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB); Sr Felipe de Sá Tavares, Economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Sr. Gustavo Brigagão, Presidente Nacional do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (CESA); e Sr. Felipe Kertesz Renault, Diretor da Associação Brasileira de Direito Financeiro - ABDF. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e oito minutos. Após

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/03

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de setembro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater os impactos da Reforma Tributária (PLP 68/2024) nos setores de comércio e serviços, em atenção ao Requerimento 66/2024 – CAE, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso.

Já convido para tomar o seu lugar à mesa Rodrigo Segurado, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras). Podem aplaudi-lo, para o pessoal acordar. (*Palmas.*)

Depois do almoço...

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido também o Sr. Antonio Paulo Solmucci Júnior, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel). (*Palmas.*)

Convido também Halim Abud, Consultor Jurídico da Associação Brasileira de Tecnologia para o Comércio e Serviços (Afrac). (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Cássio Schiavo Tucunduva, Presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Anderson Trautman, Vice-Presidente Jurídico da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil. (*Palmas.*)

Está conosco também, virtualmente, o Sr. Pedro Rezek Andery Altran, Consultor Tributarista da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (Abad). Ele vai participar por videoconferência.

Essa é a primeira mesa; depois, nós teremos mais cinco expositores: um da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas; um da Confederação Nacional do Comércio; um também do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados; um da Associação Brasileira de Direito Financeiro; e o Sr. Roberto, Economista, todos na segunda rodada.

Eu já vou passar, imediatamente, a palavra ao Anderson, que é o Vice-Presidente Jurídico da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil.

O SR. ANDERSON TRAUTMAN (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente. Na sua pessoa, quero saudar os demais Parlamentares aqui presentes.

É uma honra participar de mais uma audiência pública desse que é um tema tão relevante para o nosso país.

Saúdo os demais colegas de mesa – Rodrigo Segurado; o nosso companheiro de Unecs, Paulo Solmucci; o Halim; o Presidente Cássio, da Anamaco –, saudando essa união que temos na Unecs (União de Entidades do Comércio e Serviços) voltada a esse tema.

Não posso deixar, Presidente, de saudar o nosso Presidente da CACB, aqui presente, Alfredo Cotait Neto, também o nosso Presidente da Associação Comercial de São Paulo, Roberto Ordine, e também o Eduardo Lafraia.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Cotait, é uma satisfação tê-lo aqui para debater esse tema tão relevante para o nosso país.

A CACB, Presidente, tem participado ativamente desse debate. A CACB representa as associações comerciais, empresariais, de comércio e serviços, indústria, agronegócio, tecnologia de mais de 2 mil municípios de todo o país e traz a sua contribuição não apenas, Presidente Ordine, na linha de contribuir com um determinado segmento, mas com uma visão transversal, que reúne todos os setores da economia.

Temos feito isso ao longo desse debate, Presidente, trazendo contribuições que aprimoraram desde a proposta de emenda à Constituição que redundou na Emenda Constitucional 132, trazendo a possibilidade do crédito aos optantes pelo Simples Nacional; a possibilidade de termos hoje uma cesta básica nacional; a instituição, Presidente Paulo, de um teto de referência à carga tributária, o limite global, portanto, na tributação sobre o consumo, decorrente da instituição dos novos tributos; e também, no âmbito desta Casa, Senador, em relação à exclusão da incidência do Imposto Seletivo sobre energia elétrica e telecomunicações, que são insumos do setor produtivo. Então foi algo sobre o que fizemos ainda o debate há um ano, recordava aqui há pouco, neste mesmo ambiente, nesta mesma sala, debatendo a então Proposta de Emenda à Constituição nº 45 e tendo a sensibilidade dos Senadores em relação a esse tema; e conseguimos também, mais recentemente, o afastamento do condicionamento ao crédito, dentro do regime não cumulativo do IBS e da CBS, do efetivo recolhimento do tributo. Então são avanços que demonstram que essa interação entre o Congresso Nacional e o setor produtivo é, sem dúvida nenhuma, importante, fundamental para que tenhamos de fato uma reforma tributária que contribua para o desenvolvimento econômico e social do nosso país.

Presidente Alfredo, um dos pontos mais importantes que temos numa reforma sobre consumo, o núcleo da reforma, Senador, é justamente a chamada não cumulatividade plena. E aqui trago o primeiro ponto, que já é objeto de emendas – todos os pontos que vou apresentar rapidamente às senhoras e aos senhores já são objeto de emenda –, que é a supressão do art. 30. Nós temos uma única oportunidade de não geração de crédito ao adquirente que é a caracterização como um bem de uso e consumo pessoal e temos uma previsão no art. 30 de determinados itens que, *a priori*, já são considerados bens de uso e consumo pessoal. Entendemos que se, *a priori*, exceto quando necessários à realização do negócio, que

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efetivamente esse dispositivo não tem que estar no texto da regulamentação, ele pode ser objeto de discussão posteriormente, na medida em que o grande objetivo da reforma é justamente a geração de crédito. Então o primeiro pleito é a exclusão do art. 30.

Segundo pleito, o afastamento da incidência em dualidade sobre aqueles fatos que já são objeto da incidência de outros tributos. Como as senhoras e os senhores podem ver, temos diversos artigos que tratam sobre base já escolhida pelo Constituinte originário como fundamento para incidência de tributos previstos na Constituição, de modo que a tributação sobre consumo viria a incidir pela segunda vez, a chamada bitributação. Então estamos postulando também a exclusão.

Em relação às obrigações acessórias, que não são tratadas e por isso não se esgota no PLP 68 a disciplina sobre a matéria, teremos ainda a disciplina por parte dos estados, da União e dos municípios em relação a cada uma dessas obrigações, mas já temos, Senador, um amplo debate, travado nesta Casa, inclusive, que redundou na Lei Complementar 199. Então nosso pleito é justamente no sentido de acolhermos essas normas, essas regras, que já foram objeto de debate por esta Casa, pelo Congresso Nacional.

E aqui, Presidente Ordine, o senhor que é um grande batalhador deste tema: o Simples Nacional. A CACB, Presidente, teve, ao longo da discussão, desde o início da tramitação da PEC 45, junto com as demais entidades que compõem a nossa Unex, uma pedra de toque, um trabalho incessante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDERSON TRAUTMAN – ... em relação ao optante pelo Simples Nacional.

Conseguimos avanços. A possibilidade de crédito é decorrente, Presidente, desse trabalho, mas esse crédito é limitado hoje ao valor que for recolhido pelo optante do Simples dentro do regime especial e favorecido, mas ele deixará, Presidente Cotait, de ser favorecido, em relação ao sistema atual, se o mantivermos como está, porque esse optante pelo Simples Nacional estará em condições piores, no que tange à geração de crédito, do que as da situação atual, o que provavelmente gerará, inclusive, litígios, que são justamente o que a reforma visa a combater.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a nossa proposta é o apoio à Emenda 606 e o apoio à Emenda 1.042, para que, no mínimo, tenhamos o crédito integral em relação à CBS no novo regime.

O Imposto Seletivo também é base de discussão. Temos o caso das bebidas açucaradas, e aqui temos a necessidade de estabelecer o critério diferenciador, Senador, porque, assim como temos açúcares em bebidas, temos em diversos outros itens que não estão incluídos na incidência do Imposto Seletivo. Então, a nosso ver, inclusive para evitar esse contencioso, caberia a exclusão das bebidas açucaradas da incidência do Imposto Seletivo; por isso estamos apoiando as emendas ali referidas.

Além disso, foi estabelecido um limite, um teto – é chamado de teto à carga tributária, que de teto não tem nada –, um limite a partir de alíquotas de referência, lembrando a sistemática da emenda constitucional, que é um cálculo, com base na arrecadação dos tributos que são extintos, e que, a partir daí, o Senado Federal estabelecerá as alíquotas de referência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDERSON TRAUTMAN – ... para o IBS e a CBS, mas preservando a autonomia, amigo Brigagão, dos entes federados para estabelecer a sua alíquota, o que pode ser além das alíquotas de referência. Então, a nossa proposta é que, efetivamente, esse limite seja obedecido, ou seja, como ocorre hoje com o ISSQN, para que seja um teto, efetivamente.

Não vou me estender aqui em relação à cesta básica, porque a Abras está aqui muito bem representada pelo Rodrigo Segurado, que vai aprofundar o debate sobre a cesta básica, que foi uma vitória bastante representativa dos pleitos trazidos pela Unecs.

Representantes comerciais também é um pleito para a inclusão na alíquota reduzida de 30%.

Finalizo aqui tratando sobre as associações sem fins lucrativos. Estamos aqui na bancada, vejo aqui colegas representando diversas entidades e, Presidente Cotait, no âmbito de uma reforma tributária, teremos as nossas entidades sendo tributadas. É uma reforma sobre consumo, em que nós teremos as nossas operações também sendo tributadas.

Então, Presidente, Senador, eu não posso deixar de me referir a essa Emenda 227, que afasta essa tributação para essas organizações da sociedade civil, que visam a contribuir com o

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debate, com a representatividade de setores importantes da nossa economia e, mais uma vez, que não se submetem à geração de consumo, não têm como pressuposto operações comerciais.

E, para finalizar de fato, não há dúvidas de que, sem avançarmos na reforma administrativa, estaremos aqui, logo em seguida, daqui a cinco anos, quando tivermos que revisar a reforma que está sendo aprovada, mais uma vez, amigo Brigagão, debatendo aumento de carga tributária, porque o tamanho do Estado é o definidor do tamanho da nossa carga tributária. Se não reduzirmos o tamanho do Estado, não teremos redução dessa carga tributária nem avanços que beneficiem a sociedade.

Então agradeço a gentileza do convite, mais uma vez, Presidente, renovo a importância deste debate e pugno aqui que nós tenhamos avanços no debate no Senado com o aperfeiçoamento dessas medidas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quero lembrar aqui que nós, no dia 10 de setembro, na próxima terça-feira, também às 14h, vamos tratar exatamente do *cashback* e da cesta básica nacional. Então esses dois temas serão objeto de uma audiência específica. E também, nos dias 8 e 9 de outubro, terça e quarta, nós falaremos sobre o Imposto Seletivo. Então são datas importantes da participação de vocês também.

Eu tenho falado sempre nas audiências que o nosso objetivo do grupo de trabalho é oferecer à CCJ, ao Relator do PL, sugestões de mudanças. O que a gente precisa deixar muito claro nessa proposta de mudança é qual o texto atual da Câmara, qual é a nossa proposta de mudança e uma justificativa quase que óbvia, de forma que qualquer Senador, porque é um tema bastante complexo, que leia o documento, a justificativa: "Caramba, realmente, vou ter que votar porque erraram isso aqui". Então a gente precisa ser muito prático nessa questão, bem objetivo, a gente tem que ir no ponto para convencer os Senadores a fazerem essa mudança. Só uma observação porque outro dia eu recebi quase que um livro para falar sobre um tema e, cara, não tem a mínima chance de eu ler isso aqui. Então tem que ser uma coisa de no máximo um A4, colorido, de preferência, com a foto e uma justificativa bem didática e pedagógica.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar imediatamente então... O Pedro está conectado?

Pedro Rezek, Consultor Tributarista da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (Abad).

Pois não, Pedro.

O SR. PEDRO REZEK ANDERY ALTRAN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Olá, pessoal, cumprimento em especial o Senador Izalci, meus colegas da Unecs, que estão juntos nessa pauta desde a PEC, em nome do Presidente Leonardo Severino, e agradeço o convite.

Estou aqui representando a Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (Abad), uma associação integrante da Unecs.

Eu vou ser bem breve na minha fala. Gostaria inicialmente de destacar a relevância da reforma tributária no desenvolvimento econômico do Brasil, mas também ressalto que, para a gente conseguir atingir o que é esperado, que é a simplificação, desburocratização, transparência fiscal, não interferência das relações comerciais, etc., a gente precisa caminhar ainda, aperfeiçoar o texto, para que a gente não tenha pontas soltas e não aumente o contencioso e a insegurança jurídica.

Gostaria de reforçar alguns pontos que foram muito bem abordados pelo Dr. Anderson. O primeiro deles é a não cumulatividade. Toda proposta da reforma tributária foi criada com base nesse princípio. Até mesmo porque para que o IVA, por si só, seja efetivo – e é isso que o mundo demonstra –, é necessário que seja concedido crédito amplo, irrestrito e imediato, possibilitando que o contribuinte recupere integralmente esse valor que foi pago da CBS e do IBS ao longo da cadeia produtiva. Então, restrições ao crédito podem gerar distorções e aumento de custo operacional para as empresas. E, como o Anderson bem trouxe, nós temos hoje o art. 30 do PLP, que traz uma vedação a esse aproveitamento de créditos de serviços.

E esse crédito, Senador, para ser bem específico, pode gerar impacto negativo, porque todo o custo de investimento e modernização da empresa não vai gerar crédito,

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consequentemente eu não consigo utilizar a sistemática não cumulativa de débito e crédito. E essa limitação resulta em aumento de custo operacional, que eventualmente é repassado ao consumidor; e, com o aumento de custo do consumidor, a gente tem inflação e impacto na competitividade dos nossos produtos. Então, para que o IVA seja de fato um IVA, e não nasça com limitações do direito creditório, a gente pede que seja considerada essa proposição e suprimido o art. 30. Vale lembrar que hoje os nossos tribunais, sejam administrativos, sejam judiciais, estão tomados por discussões que envolvem os créditos, e certamente não é esse o intuito da nossa reforma tributária, ou seja, que se mantenham essas discussões sobre o crédito.

Então, sobre a não cumulatividade, esse é o ponto.

Um segundo assunto que é muito importante para o setor é o imposto seletivo sobre bebidas açucaradas. Todo mundo sabe, mas acho que vale lembrar, que o imposto seletivo tem como intuito desestimular o consumo de determinados bens, com base em ser prejudicial à saúde e ao meio ambiente, e a previsão da sua incidência sobre bebidas açucaradas acaba sendo um contrassenso. Se a gente pensar bem, o açúcar é desonerado na sexta básica porque é um item essencial para a população, mas o açúcar no refrigerante ou no chá... Então, se eu pego um copo d'água, despejo açúcar e um chá e misturo, ele passa a ser prejudicial à saúde? Então, a gente precisa aproveitar essa reforma tributária para acabar com os conflitos legislativos e as contradições legais. Então, é muito importante que seja revisto esse ponto das bebidas açucaradas no imposto seletivo, porque eles se tornam até regressivos e não são eficazes para diminuir o consumo, seja do refrigerante, como mencionei, seja do chá gelado. Doenças crônicas, como a obesidade, têm múltiplas causas. Não é o aumento da tributação sobre a bebida açucarada que vai evitar isso. Então, o intuito disso é evitar criar-se uma realidade paralela para justificar o aumento da carga tributária sobre determinado produto. Então, é necessário que a gente proponha que sejam melhoradas as questões de política de saúde pública, de maneira que não se onere desproporcionalmente o setor de bebidas, que representa uma quantidade significativa das indústrias no Brasil.

E, por fim – isso foi um pleito que a Abad trouxe, pelo qual nós estamos lutando em conjunto com a Unecs –, cito os representantes comerciais. Hoje nós temos que os representantes atuam como um elo entre as empresas e os clientes basicamente. São os representantes comerciais que saem às ruas, buscam oportunidades de negócio, negociam os

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contratos, apresentam o produto e fecham a venda. Então, eles fazem a roda girar entre o atacado, o distribuidor e o mercado, o minimercado ou o que quer que seja, os varejistas. Estima-se que eles são responsáveis por cerca de 30% de todos os negócios realizados no Brasil.

Então, a gente não pode esquecer também que, quando eu falo que eles saem à rua, é uma profissão que tem peculiaridades: tem o deslocamento constante, a alta quilometragem, a remuneração é variável. Então, justifica-se a necessidade de, entre aspas, um "alívio" para o setor. Assim, a nossa proposta é que essa atividade de representação comercial seja incluída no rol das profissões com a redução de 30%, para que a gente consiga tornar o ambiente mais competitivo.

Encerrando brevemente aqui a minha fala, reforço a questão da não-cumulatividade do art. 30, que precisa ser suprimido para que a lei, a nossa reforma, não nasça com vedações ao crédito, não nasça com vícios que nós estamos tentando tirar de hoje; a retirada do imposto seletivo sobre bebidas açucaradas; e a questão dos representantes comerciais.

Mais uma vez, eu agradeço ao Senador pelo convite, aos demais presentes pela atenção e pelas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Pedro.

Quero registrar aqui a presença do nosso querido Senador Sergio Moro, há outros participando virtualmente, mas quero registrar a presença dele, que está superpreocupado também com esta reforma.

Vou passar imediatamente ao Sr. Rodrigo Segurado, que é o Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados.

O SR. RODRIGO SEGURADO (Para expor.) – Boa tarde a todos. Senador Izalci, obrigado pelo convite.

Venho representando o Presidente João Galassi, que é Presidente da Abras (Associação Brasileira de Supermercados), com uma mensagem muito clara sobre o grande avanço que a Câmara dos Deputados promoveu com a reforma tributária de consumo, com a criação da cesta básica nacional de alimentos: houve grandes conquistas da população brasileira em relação a

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso. Porém, nós trazemos algumas sugestões de aperfeiçoamento desse projeto ao Senado que nós gostaríamos de destacar.

Eu gostaria de começar com uma informação sobre a carga tributária do setor supermercadista, em que a nossa sugestão é a de neutralidade, porque isso se transfere em preço ao consumidor, mas há necessidade de um reequilíbrio entre os diversos regimes fiscais que o IVA propõe.

O IVA não é uma alíquota única no Brasil, é uma alíquota de vários regimes, e só a combinação desses regimes por toda a economia é que pode produzir um resultado em que uma alíquota de 25% ou 26,5%, como teto ou como fixa, é irreal porque nós não conseguimos enxergar a composição de todos os setores e todos os produtos da economia para podermos nos fiar de que esse é um teto ou uma alíquota de referência fixa.

Portanto, aqui na primeira coluna, nós trazemos os volumes da cesta básica nacional de alimentos, das frutas, legumes, verduras e ovos, outros alimentos com redução de 60%, higiene e limpeza. E veja que, na primeira coluna, que é o PLP aprovado na Câmara, a nossa proposta da Abras, que é a segunda coluna, é de reidratação dos produtos de alimentos de consumo humano com 60% de desconto. Todos os alimentos de consumo humano, segundo o comando constitucional, devem ter 60% de desconto da alíquota padrão. E, no projeto do PLP 68 aprovado na Câmara, houve uma desidratação dos alimentos de consumo humano, que deveriam ter 60% de desconto.

Então, nós estamos propondo a recomposição e inclusão desses produtos alimentares com 60% de desconto, mantendo neutra a taxa, a carga tributária do setor supermercadista, que hoje é de 13,8%. Caso contrário, nós teremos 38% de incremento da carga tributária do setor que se transferirá, inevitavelmente, em preço ao consumidor. Então, a nossa primeira mensagem clara é essa.

Outra dúvida que a gente quer tirar é de que recentes declarações da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária de Consumo no Brasil estavam alegando que carnes e peixes e queijos iam incrementar o IVA de 26,5% para 28%. Isso não é verdade. Então todos os nossos estudos e outros estudos que serão apresentados hoje aqui mostram que o impacto da

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carne é 0,18 ponto percentual de incremento, e o queijo é 0,06 ponto percentual de incremento no cálculo do IVA 26,5%.

Mas nós não conhecemos o cálculo do IVA 26,5%. Não foi demonstrado para a sociedade brasileira, nem para vocês Senadores, como foi construído 26,5%, quais são os elos da cadeia, quais são as cadeias produtivas, os produtos e serviços e qual o impacto de cada um. Então não é a carne ou o queijo que vai mudar o IVA brasileiro, a alíquota padrão, e vai tornar a reforma tributária inviável. Não será isso. Então esse é um outro ponto de destaque.

Está aqui então, nossos estudos todos estão à disposição dos Senadores para comprovar esses cálculos. Nós estamos aqui a serviço da população brasileira, não de um setor ou de um produto da economia. Setenta e quatro por cento das famílias brasileiras são de baixa renda. Então nós estamos promovendo aqui acesso da população brasileira a alimentos, aos 33 milhões de famintos, agora 20 milhões de famintos, vulneráveis, que precisam ter acesso, através de preço menor, aos produtos essenciais à vida.

Vamos relembrar só quatro pontos fundamentais da reforma tributária de consumo ligado à Cesta Básica Nacional de Alimentos. O primeiro é a segurança alimentar; o segundo é a diversidade regional e cultural da alimentação; o terceiro, alimentação saudável e nutricionalmente adequada; e alimentos destinados a consumo humano, 60% de desconto.

Vamos um por um, só para deixar claro para vocês qual é o sentido de cada ponto desse. A segurança alimentar significa acesso da população brasileira aos alimentos. Acesso depende de disponibilidade e preço. Se não tiver preço e disponibilidade, isso também depende da sazonalidade e da distribuição. Se ele não tiver acesso a um produto, ele tem que ter produtos alternativos àquele produto principal que ele gostaria de consumir. Isso significa que a Cesta Básica Nacional de Alimentos é ampla e não restrita, porque não tendo um item, ele pode trocar por outro, porque o preço está caro, ou não tem a disponibilidade daquele produto, ou é um produto sazonal. Então a segurança alimentar depende de ampla quantidade de produtos e alimentos para poder atender a população com acesso e distribuição e disponibilidade.

A questão da diversidade regional e cultural da alimentação do país não significa apenas aqueles produtos típicos de cada uma das regiões, o mate no Sul, a carne seca no Norte, a tapioca no Nordeste. Não exatamente. A diversidade regional e cultural da alimentação do

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro significa o volume atual de consumo de alimentos que ele tem hoje no Brasil. E nós usamos a base nacional de dados da Abras para fornecer quanto de cada produto de consumo alimentar o brasileiro consome. Isso é o reflexo da cultura da população brasileira. E é a essa quantidade e diversidade de produtos que nós devemos estar atentos.

Em relação à saudabilidade e alimentos nutricionalmente adequados, nós e a comunidade científica internacional não acreditamos no conceito de processado, minimamente processado e ultraprocessado. Todos os produtos são garantidos, na sua segurança e no seu valor nutricional, pela Anvisa, pelo selo do Ministério da Agricultura, o SIF, pelo Inmetro, pelo Procon. Então se usa o termo processado, minimamente processado e ultraprocessado para tirar os alimentos de 60% de desconto da lista.

Acho que disse todos os pontos aqui.

E alimentos destinados ao consumo humano têm 60% de desconto da alíquota.

Dito isso, aqui estão os produtos que já estão aprovados na cesta básica nacional de alimentos, e o nosso pleito é a inclusão dos produtos regionais que estão faltando e de vinagre, que está ali, no último da lista. Já foram aprovados, no texto atual, esses outros alimentos dentro da cesta básica nacional de alimentos.

Vou mostrar, rapidamente, a quantidade de alimentos que são alimentos de consumo humano não inclusos na cesta básica nacional e não inclusos em 60% de desconto. É uma quantidade grande de itens que deveriam estar com 60% de desconto e estão com a alíquota cheia.

E aqui está a questão dos produtos com redução de 60% e 100% – os produtos de cuidados básicos da saúde menstrual, que foram aprovados; higiene pessoal e limpeza. Então: absorventes higiênicos, tampões higiênicos e calcinhas absorventes foram inclusos como cuidados básicos à saúde menstrual, foram aprovados.

Nos produtos de higiene pessoal foram aprovados sabões de toucador, dentifrícios, escova de dentes e papel higiênico. Não foram incluídos protetores solares, xampu, enxaguante bucal, repelentes e inseticidas, fraldas descartáveis e desodorantes – estamos sugerindo que sejam inclusos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nos produtos de limpeza, apenas foram aprovados, no PLP 68, água sanitária e sabão em barra. Detergente líquido, sabão em pó para lavar roupas, desinfetantes, inseticidas e repelentes, não – estamos sugerindo que sejam inclusos.

Essas são, então...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO SEGURADO – ... as nossas recomendações.

Muito obrigado, Senador, e gostaria de agradecer, em nome do Presidente João Galassi, as emendas que o senhor sugeriu ao projeto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Rodrigo.

Bem, além de registrar a presença da Senadora Damares, eu quero informar que esta reunião é interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet – o endereço é www.senado.leg.br/ecidadania –, ou pelo telefone 0800 0612211 – 0800 0612211.

Quero dizer também que o relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Passo a palavra imediatamente ao Sr. Paulo Júnior, Presidente Executivo da Abrasel.

O SR. ANTONIO PAULO SOLMUCCI JÚNIOR (Para expor.) – Boa tarde, Senador Izalci, Senadora Damares, Senador Moro.

Nós estamos aqui com a alegria de três Senadores muito próximos da Abrasel, dos bares e restaurantes.

Já começo, Senador Izalci, agradecendo ao Parlamento, tanto Câmara quanto o Senado, na primeira passagem da reforma tributária, porque nos concederam alíquota especial.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, a gente corrigiu na Câmara três importantes pontos: a exclusão da gorjeta, porque ela não nos pertence, ela pertence aos empregados; a exclusão do *delivery*, porque esse dinheiro não fica conosco, fica com as plataformas; e tomamos créditos dos produtos que compramos.

Então, nós estamos bastante satisfeitos com a atenção que o Parlamento nos deu, até por que não esperávamos algo diferente, porque sabemos que somos um setor que gera mais de 5 milhões de empregos. Somos 2,1 milhões, Senador Moro, de empreendedores – o maior número de empreendedores do Brasil, porque tem muitos microempreendedores presentes no Brasil inteiro e servindo à população como um todo, nas suas várias formas.

O que a gente também entende é que esse reconhecimento da essencialidade da alíquota especial alinhou o país com as boas práticas. É assim no mundo inteiro: na Europa como um todo... De um modo geral, é assim, porque é um setor que gera muito emprego e tem uma relação com a cadeia produtiva, especialmente com os pequenos negócios, muito próxima.

E como é que funciona o tema que faltou regulamentar, Senador Moro, Senadora Damares e querido amigo Senador Izalci? A questão da alíquota. Em toda a Europa, nós temos uma média de desconto de 60% sobre a alíquota cheia. Tem exemplos até mais intensos, por exemplo, se eu não errar aqui, Luxemburgo, que chega a ter 82% de desconto da alíquota cheia para o setor de bares e restaurantes. Por quê? Porque é um forte gerador de empregos, porque é quem recebe os jovens. É o maior gerador de primeiros empregos no mundo. No caso do Brasil, nós somos o setor, também, que abriga o maior número de mulheres, o maior número de pardos e negros. Somos a atividade econômica mais importante nas favelas. Tudo isso faz com que, mundialmente, o setor tenha esse reconhecimento, assim como houve no Parlamento brasileiro.

Agora faltou o que nós achamos que é simplificar. Nós saímos com um texto da Câmara... Inclusive havia uma conversa nossa com o Bernard Appy de que isso, possivelmente, ia ser retirado, talvez tenha sido um esquecimento nosso ou da articulação de alguém. Nós não temos nenhum critério. Nós saímos, Senador Moro, com a seguinte definição: daqui a seis meses, depois de aprovada a reforma, vai-se formar um fórum de estados e União para discutir o critério de qual será a alíquota do setor, sabe-se lá considerando que fatores. E olhem por que é

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

difícil imaginar isso: porque no nosso setor, infelizmente, nós temos diversas alíquotas nos estados. Tem estado onde você tem alíquota de não sei quanto, outros um pouquinho mais, um pouquinho menos; uns têm limite para o Simples, outros não têm limite. Então, ficou difícil. O próprio Appy disse que nem foi possível fazer esse cálculo.

O que nós estamos pleiteando ao Senado, em especial a este grupo aqui e o faremos também junto ao Relator Braga – já conversamos, até antecipo, com o Governo, e o Governo está sensível a isso –, é que sigamos o padrão mundial, uma alíquota que o Brasil já adotou, que é de 60% de desconto, porque aí nós tiramos a incerteza do setor e, inclusive, o risco de litigar, porque vocês imaginem a hora em que se for discutir, num ambiente de dupla governança – estados e municípios, União Federal –, a carga desse setor e aí os estados: no meu é um pouquinho mais, no meu é um pouquinho menos. Nós estamos precisando simplificar a vida, Senador Moro, de quem empreende. O senhor conhece muito bem a turma lá no nosso Paraná e tudo. Nós precisamos simplificar.

Nós temos, hoje, 70% das empresas operando sem lucro e 40%, quatro em cada dez, com dívidas atrasadas. Dessas 40% atrasadas, Senador, setenta e poucas já devem impostos federais. Então, não faz o menor sentido pensar em aumento de carga. Nós também não queremos redução, nós estamos satisfeitíssimos com simplificar, nós estamos satisfeitíssimos com tirar fora a gorjeta, estamos satisfeitíssimos com tirar fora a questão do *delivery*. Agora, queremos sair daqui do Senado com a clareza de quanto vamos pagar, como os demais setores têm.

Se não me falha a memória – pode ter sido algum outro setor –, nós somos o único, ou talvez haja mais um outro setor, que não tem uma alíquota definida. Nós queremos definir a alíquota. E é seguindo o padrão mundial, é seguindo tudo o que a gente conversou, na Câmara, em todos os momentos. Então, é um pleito que a gente considera razoável, simples e facilitador do empreender no nosso setor, reforçando o agradecimento.

É importante para nós também da Unecs... Inclusive, quero cumprimentar aqui a Unecs na pessoa do Presidente Cassio, do Presidente Alfredo Cotait e dos demais colegas. É óbvio que a gente quer uma reforma que seja coerente nos seus princípios. E como foi destacado aqui pelo Pedro, da Abad, e por outros, não faz o menor sentido, a nosso ver, a tributação seletiva só das bebidas açucaradas, de algumas delas – nós escolhemos chás e refrigerantes –, jogando

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preconceito para cima de uma bebida, porque, se esse copo d'água virar um saquinho de açúcar, vira um pecado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO PAULO SOLMUCCI JÚNIOR – Mas já uma bebida que venha lá "achocolatada" está isenta; na cesta básica, está isenta. Então, nós reforçamos esse nosso pleito, que também é o dos demais, e, de novo, o apoio ao art. 30, a supressão dele, que é a não cumulatividade, e o cuidado com o Simples. Isso, para nós, é importante também nas emendas.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Paulo.

Passo a palavra agora ao Sr. Halim Abud, que é Consultor Jurídico da Associação Brasileira de Tecnologia para o Comércio e Serviços.

O SR. HALIM ABUD (Para expor.) – Boa tarde, Senador. Boa tarde a todos.

É bem desafiador!

Primeiro, quero saudar a todos aqui na pessoa do Senador Izalci.

Acho que minha apresentação... (*Pausa.*)

Também quero saudar e cumprimentar nossos colegas da Unecs. Temos diversos desafios em relação à questão da reforma tributária. O avanço que teve, Senador, em relação à Câmara foi positivo, mas a gente já verificou algumas questões que realmente necessitam de um aprimoramento do texto.

Lembro que a Afrac tem sua fundação em 1987. A gente congrega, na verdade, diversos setores, inclusive para uma questão que é transversal, de interesse de todos: fabricantes de equipamentos, de automação, de periféricos, *soft houses*, distribuidores, revendas, empresas de suprimentos, segmentos de papel, coleta automática de dados, radiofrequência, mobilidade, meios de pagamento, *startups*, certificado digital, além do comércio varejista.

Aqui – já ficam todos convidados –, a gente tem uma feira anual, a maior da América Latina e uma das principais do mundo, no setor de automação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, caminhando rápido, em razão do tempo apertado, a gente tem, dentro do que o Anderson já traçou dos principais temas da Unecs, o que toca mais a questões relacionadas ao setor da Afrac, em especial, e que também é o da sociedade: obrigações acessórias, responsabilidade do desenvolvedor de *software* e bens e serviços na questão da cibersegurança.

Senador, a gente debateu muito a questão da simplificação das obrigações acessórias, que culminou na aprovação, na sanção do Projeto de Lei Complementar 199, e, infelizmente, o texto vindo da Câmara foi muito tímido as questões relacionadas às obrigações acessórias.

Infelizmente, como o Paulo já comentou, existe a questão da harmonização do IBS-CBS, a operacionalização. Mas, no tema específico das obrigações, que é um custo elevadíssimo em relação ao custo de conformidade, nada foi traçado em relação à Lei Complementar 199. Qual é a nossa sugestão? Exatamente absorver os dispositivos que estão na Lei Complementar 199. E já é, inclusive, Senador, fruto de uma emenda apresentada pelo Senador Jorge Seif, que é a Emenda 506.

Passando aqui para o segundo ponto, e eu acho que esse aqui traduz bem aquele provérbio em que a gente coloca a questão: "O diabo mora nos detalhes". É exatamente o dispositivo aqui do inciso IV do art. 24, pessoal.

Olha só, o texto por si só traz uma segurança jurídica em relação ao recebimento do IBS-CBS. Olha, ele responsabiliza os desenvolvedores ou fornecedores de programas baseado em conduta dolosa, mas isso não está no texto. Ele deixa de uma forma extremamente abrangente, com risco tremendo em relação a todos os ecossistemas que desenvolvem ou fornecem programas e aplicativos.

A solução, Senador, simples: desde que tenham contribuído dolosamente ao seu uso. Já é também pauta, já apresentada na Emenda 230, pelo Luis Carlos Heinze.

Por fim, não menos importante, a gente está buscando a questão da isonomia, por conta exatamente do que é uma judicialização em relação ao tema, e tem uma alíquota reduzida de 60% das alíquotas de IBS-CBS no fornecimento à administração pública direta, autarquias e fundações públicas. Ora, está criando aí uma distinção em relação ao fornecimento direcionado

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a um setor. Obviamente, a gente está trazendo a informação para que isso não tenha dentro do texto legal e traga a possibilidade de o setor privado também ser incluído dentro da redução da alíquota de 60%, independentemente de estarem relacionados à segurança nacional ou soberania.

Eu acho que esse é um tema fundamental em relação ao nosso setor, até porque, Senador, fato gerador, como todo mundo sabe, é o início da questão tributária. E a gente, de uma certa forma, está inserido nesse ecossistema das obrigações acessórias, das atividades do comércio, serviço e da indústria. E a base principal dessa informação vai ficar restrita com uma redução só para o setor público? Eu acho que não faz muito sentido. Então, a gente está pedindo aí a extensão, que, inclusive, como também se passou nos outros temas, já é fruto de emenda já apresentada, a 229.

Caminho aqui para o final.

Eu acho que o Anderson e os demais colegas da Unecs já abordaram, o Paulinho também: a não cumulatividade plena, a bitributação, a delimitação do conceito de serviço, a alteração do fato gerador. O Simples Nacional é fundamental para o nosso setor também. Diversas empresas, *soft houses*, estão no Simples Nacional. Isso vai criar, de fato, um problema de competição em relação ao nosso ecossistema.

O imposto seletivo, limite da carga tributária, cesta básica, material de construção, que está com o Cassio aqui, representantes comerciais, investimentos do Brasil e também a desoneração das receitas das atividades de associações sem fins lucrativos.

Fica aqui nosso agradecimento. Estamos certos de que o trabalho da CAE será fundamental para a melhoria do texto. E espero que isso, de fato, seja agregado dentro dos trabalhos do Senado.

Agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Halim.

Passa a palavra agora ao Cassio Tucunduva, que é o Presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CASSIO SCHIAVO TUCUNDUVA (Para expor.) – Senador Izalci, prazer em falar com o senhor. Senadora Damares.... Senador Moro deu uma saída agora.

Como o senhor pediu, Senador, vou procurar ser bem breve, uma mensagem curta e grossa, porém muito clara, precisa, embora concisa.

Eu venho falar aqui da construção... (*Falha no áudio.*)

É um prazer estar aqui na mesa, em companhia do senhor, com os companheiros da União Nacional das Empresas, Comércio e Serviços, que representa algo em torno de 50% do PIB nacional.

Represento aqui a Associação Nacional de Material de Construção que, dentro disso, colabora com algo em torno de 9%. Estamos falando da construção civil, tanto pública quanto privada – é uma representação muito grande.

No momento, eu venho falar principalmente, Senador, da casa própria; não da construção como um todo, mas da casa própria. E, nos trabalhos realizados pela Câmara dos Deputados, nesse tema, Senador, realmente – ao contrário do que o companheiro Paulinho, da Abrasel, falou, que realmente conseguiu grandes avanços – não conseguimos grandes avanços e esperamos agora conseguir via Senado.

Não é só, digamos, colocar que a Câmara não fez o trabalho correto. Sim, fez; fez o possível. Cabe a nós agora comprovar a necessidade de algumas medidas para que a casa própria realmente seja valorizada nesses trabalhos agora aqui no Senado.

É assegurado na Constituição Federal de 1988 o direito à moradia, dizendo que é uma competência comum de União, estados, municípios, através de vários projetos habitacionais, como o Minha Casa, Minha Vida, etc., mas não é só isso. Existe a autoconstrução, existe aquele que compra o seu material de construção na minha loja, que vai lá e compra três, quatro sacos de cimento, cinco, dez barras de ferro para fazer a sua casa. É deste que eu vim falar aqui, Senador. Não vim falar daqueles que hoje compram lá apartamentos de R$5 milhões. Eu vim falar deste pequeno que tem direito à casa própria, pois é um cidadão brasileiro e temos que tomar conta dele.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um déficit habitacional hoje, com dados de 2022, de 6,3 milhões de casas próprias. São pessoas que fazem um puxadinho, pessoas que vão morar na casa da sogra – difícil morar na casa da sogra, não é, Senador? –, e o que acontece? A pessoa quer ter a sua casa própria, mas, às vezes, não consegue devido a essa realidade. E se não fizermos nada agora, esse déficit habitacional irá aumentar.

Nós temos a nossa cesta básica de material de construção, pelo Decreto-Lei 11.158, de 2022, Senador, e diz a reforma tributária que não pode haver aumento em tributação, mas está havendo. Isso tem que ser revisto agora para que seja feita justiça, realmente.

Com isso, nós tínhamos, então, a nossa cesta básica de material de construção, que são insumos básicos: cimento, ferro, fiação, uma pintura, peças de banheiro, revestimentos, é o básico realmente, nada entrando muito a fundo em acabamentos tão profundos. Nós tínhamos, mas perdemos agora com essa falta de desoneração que não atingimos. Estamos aqui para isso.

Fomos até o Senador Mourão, que se sensibilizou com o nosso caso e fez, então, a emenda que ele próprio batizou de "emenda da casa própria", Senadora Damares, "emenda da casa própria", que levou o nº 388. Essa emenda, eu solicito ao Sr. Senador, à Senadora Damares, a todos os presentes que possam realmente fazer algo e lutar para que essa emenda seja aprovada.

É importante, é algo humano. O ser humano precisa comer, vestir e morar, e o morar é o mais caro de tudo. Quantas parcelas vai pagando esse ser humano, esse brasileiro, esse cidadão, por 30 anos ou mais? E quanto mais vai pagar, se não passar essa emenda? Em vez de comprar lá dez barras de ferro, vai comprar nove; dez sacos de cimento, vai comprar nove ou oito também. Nós precisamos ajudar isso a passar. Para o comerciante como eu, tudo bem, é uma questão de colocar um percentual lá. Mas não é isso. É algo realmente que vai além. E isso ajuda toda a cadeia a ter uma habitação mais barata, a aumentar o PIB habitacional do país, que, segundo o companheiro do Sinduscon, teria que ser até o dobro do que é hoje, para se aproximar de países do nosso nível, da nossa economia, de um país rico como o nosso.

Nosso pleito, então, final, é o acolhimento a essa emenda, Sr. Senador, Sr. Senadora, aqui presentes, e contrário, logicamente, ao aumento desse déficit habitacional.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito agradecido pela palavra.

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Cassio.

Bem, eu vou desfazer essa mesa, para a gente fazer a segunda rodada. Então, eu agradeço aqui aos expositores. No final, a gente vai abrir para as considerações finais e também para algumas perguntas. Então, obrigado. Vocês podem tomar assento ali à mesa.

Eu já convido aqui, então, a Karoline Lima, que é Coordenadora de Relações Institucionais e Governamentais da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Felipe de Sá Tavares, Economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. (*Palmas.*)

Convido também Gustavo Brigagão, Presidente Nacional do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (Cesa). (*Palmas.*)

Convido também o Felipe Kertesz Renault, Diretor da Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABD), e o Roberto Giannetti da Fonseca, economista. (*Palmas.*)

Bem, já passo imediatamente a palavra a Karoline Lima, que é a nossa representante da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). (*Pausa.*)

A SRA. KAROLINE LIMA (Para expor.) – Agora sim.

Muito boa tarde a todos! Senador, na sua pessoa, cumprimento toda a mesa, todos os presentes, os que estão nos assistindo. Represento hoje aqui o Presidente da CNDL, José César da Costa. Vou começar aqui também indo bem direto ao ponto, viu, Senador.

Bom, falando brevemente quem nós somos, a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas está presente em pelo menos dois mil municípios através das Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDLs).

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São mais de 0,5 milhão de associados, empresas, mais de 1 milhão de pontos de vendas no Brasil todo e 90% são micro e pequenas empresas.

Bom, somos membros da Unecs (União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços), e também da Frente Parlamentar do Comércio e Serviços, da qual o Sr. Senador é membro e atuante também.

Representamos aí alguns números do setor.

São pelo menos 27 milhões de empregos e 80% das empresas ativas no país.

Também fazemos, aqui todos devem conhecer, o Dia Livre de Impostos. Se hoje nós temos uma reforma tributária aquecida – com certeza é um pleito de todo mundo, mas a CDL jovem, as CDLs nos municípios e aqui em Brasília, todo final ali do período de arrecadação, a gente vai para as ruas, coloca gasolina lá embaixo e vende produtos, considerando quanto teriam de imposto. Então, é um movimento que balança o Brasil todo, e é nosso.

E este ano chegamos. Tivemos aí uma reforma tributária que, realmente, avançou.

A CNDL é composta, Senador, por vários segmentos associados, que utilizam nossos serviços para que a empresa se desenvolva, desde o SPC Brasil e outras soluções.

Aqui nós estamos representantes de vários segmentos que estão sendo contemplados. Destaco a questão – não é, Senadora? – da igualdade de gênero. Afinal de contas, produtos que são consumidos por mulheres realmente têm um custo maior. Foi uma vitória que a gente faz questão de reconhecer.

O ponto aqui hoje, o destaque que a CNDL vem trazer, é o Simples Nacional na reforma tributária. Por quê? Como eu falei, a gente tem inúmeros segmentos associados ao sistema CNDL e a maioria deles está no Simples Nacional. E qual é o efeito? A reforma manteve o Simples, então, o novo regime regular do IVA (o IBS e a CBS), não vai alcançar quem está no Simples?

Não é isso. A nossa preocupação, e a gente já tem debatido isso no comitê aqui da Unecs e também no nosso comitê jurídico do sistema CNDL – e aí neste momento até cumprimento a todos que participam, e estou aqui em nome deles, também, falando...

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A PEC, Senador, realmente trouxe a garantia do Simples e o creditamento. Só que o creditamento, para quem comprar do Simples, uma empresa média e grande, vai ser um valor menor, o da alíquota paga dentro do Simples Nacional. Ou seja, as empresas que mais serão afetadas serão justamente aquelas empresas do Simples que têm como clientes empresas do lucro real e presumido.

Atualmente, as empresas do lucro real e presumido têm ali o crédito na integralidade do PIS e da Cofins em 9,25%, a integralidade. Comprou do Simples, vai ter direito a esse crédito. A reforma, passando a substituir esses impostos pela CBS, acaba com essa possibilidade. E, aqui, eu trago números, Senador. O senhor pediu: traga números, traga tabela, traga dados! Foi feito pelo nosso contador, especialista em tributário, Rerison Viana – viu, Senador?

Quero trazer aqui como está hoje.

Então, ali, o creditamento de uma empresa do lucro real e presumido que compra de uma empresa do Simples Nacional. A alíquota, que eu falei para vocês, de PIS e Cofins, está ali, 9,25%. Olha o crédito que é repassado: mais de R$3 mil.

O que o PLP nº 68 está fazendo?

Aqui, vai tirar essa possibilidade de ser a alíquota integral do PIS e do Cofins, porque vai ser a CBS, e vai somente a alíquota reduzida paga no Simples Nacional, ou seja, vai ser bem menor.

Olha a diferença, Senador? Se hoje uma empresa do Simples tem a possibilidade de repassar o crédito, para a empresa do lucro real, de R$3 mil, vai ser R$594. É muito baixo. Então, a gente traz aqui a emenda, que já foi defendida, e eu venho abrir esse problema aqui para vocês, destacando realmente por que estamos defendendo o Simples Nacional.

A emenda que a gente coloca, a Emenda 606, vai projetando que a CBS represente 12% da alíquota. Claro que nós sabemos que isso ainda está sendo definido, mas olhem o crédito, então, que vai ser possível à empresa que comprar do Simples Nacional ter direito: mais de R$4 mil, se essa for realmente a alíquota, mas vai ser um pouco mais, um pouco menos. Provavelmente seja um pouco menos, mas vai continuar mantendo a empresa do Simples Nacional competitiva no mercado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma média e grande empresa faz planejamento tributário, coloca na conta dela, quando ela vai comprar de um fornecedor, o quanto que isso vai reverter em crédito para ela. Vocês acham que, na hora, no dia a dia mesmo – na teoria aqui, é fácil falar –, mas, no dia a dia mesmo de abrir uma conta, de fazer um planejamento de contratações, você acha que isso não vai pesar na decisão de uma média e grande empresa? Vou comprar do Simples ou vou comprar de outro? Ou vou comprar de fora?

Enfim, estamos aqui realmente trazendo este problema e colocamos, de maneira clara, na Emenda 606, Senador, o artigo que o senhor pediu: art. 28, § 10, inciso III. A gente mexe no II e III terceiro para destacar, pelo menos, o tratamento diferenciado nesse quesito da CBS, para que o crédito seja correspondente...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KAROLINE LIMA – ... ao valor pago para quem não é optante; para que o valor que o não optante paga, que ele tenha direito a esse crédito.

Então, aqui está claro para todos o que nós estamos defendendo. E não somos só nós.

Com base em quê? Já tem uma decisão da Receita Federal, uma decisão de 2007, que garante esse direito em relação ao PIS e à Cofins. E por que tirar esse direito no novo modelo da reforma tributária que está vindo aí? Quando eu digo que não somos só nós CNDL e não somos só nós Unecs, é uma rede de grandes instituições importantes.

E eu destaco, Senador – o senhor também é contador –, a gente faz questão de trazer isto: as entidades, como contabilizei, e representantes de contadores que estão no dia a dia das empresas que operam, de fato, o Simples Nacional estão com a gente nesse manifesto, está bom, Senador? E já virou matéria, já está repercutindo. O *Correio*, o *Poder*, várias mídias já estão dando essa preocupação que a CNDL...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KAROLINE LIMA – ... justamente traz aqui para todos vocês.

Para finalizar, Senador, o Simples Nacional precisa aumentar o teto, o sublimite. Não é só esse o problema. E alerto: a adesão ao Simples Nacional é anual, não é verdade? Como é que a

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PEC coloca para a gente que vai ser opcional creditar-se no valor do IVA e da CBS? Vai ter que cobrar por fora, vai ter que fazer por fora para creditar-se.

Como é que o optante do Simples, que escolhe anualmente o regime, vai se aproveitar desse benefício se ele está no regime do Simples? Ele teria que sair do Simples para aproveitar o creditamento. Então, tem uma lacuna também que não está clara, e a gente está trazendo luz a isso. É preciso tirar a possibilidade de ser somente anual a adesão do Simples, para aproveitar os créditos.

Está preocupante, está realmente gerando uma repercussão. Não vou reforçar essas bandeiras aqui, que já foram faladas por todos os nossos outros colegas, Senador, pela questão do tempo, mas, realmente, eu tinha deixado aqui, caso tivesse mais possibilidade...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KAROLINE LIMA – ... de explanar outros assuntos que já foram colocados aqui pelos nossos colegas.

É isso.

Muito obrigada pela atenção de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Karoline.

Vamos passar, agora, então, ao Felipe de Sá Tavares, Economista-Chefe da Confederação Nacional do Comércio, Serviço e Turismo.

O SR. FELIPE DE SÁ TAVARES (Para expor.) – Boa tarde. Muito obrigado pelo espaço. É um prazer estar aqui, Senador. É uma honra poder discutir este tema tão importante para o setor produtivo e para a economia brasileira.

Vou destacar só um ponto, porque às vezes a gente entra diretamente no assunto e esquece. O Brasil não é um país fácil de se prosperar em negócios; não é tão fácil abrir um CNPJ e conseguir ter um negócio próspero no nosso país. Grande parte dessa dificuldade é causada porque os impostos são elevados e o sistema tributário é muito caótico.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente começou a discutir a reforma tributária, era esperado que a reforma tivesse um efeito de diminuir impostos, simplificar o sistema e reduzir judicialização. A gente alcançou a simplificação – não há dúvida –; a gente vai ter menos normativos e um sistema mais enxuto e mais fácil de lidar, mas a diminuição de impostos a gente não alcançou. O Brasil vai alcançar agora a posição não muito feliz de primeiro colocado do mundo em termos de alíquota de IVA; a gente vai ter a maior alíquota de IVA do planeta. E judicialização muito provavelmente a gente também não alcançou, especialmente porque a gente tem uma regra de transição longa de dez anos, e isso significa que o passivo tributário brasileiro de 75% do PIB continuará existindo. Então, perdemos duas das três batalhas, mas ganhamos uma importante.

Então, hoje, o nosso papel na CNC é tentar diminuir esse efeito negativo da majoração da carga tributária sobre um setor que é o principal empregador e gerador de valor para a economia brasileira. O setor terciário como um todo, no qual a CNC está incluída, representa mais de dois terços do PIB brasileiro. Só a CNC, especificamente, está representando algo próximo de 30% do PIB brasileiro, o que é muito significativo em termos de geração de riqueza. E toda essa dificuldade está sendo muito traduzida na nossa dificuldade em crescer. O Brasil cresce pouco – nos últimos 10 anos, 0,7% ao ano em média.

E, falando de números, com a proposta da reforma e esse aumento do IVA, a gente calcula que o setor de consumo – o varejo brasileiro – vai ter um aumento de tributação na casa de 18%, e o setor de serviços, que é um leque muito grande, varia entre um aumento de 80% a até 230% nos piores casos – aumento de tributação. Isso não quer dizer que é só difícil para esse empresário fazer negócio; isso quer dizer que toda a cadeia que depende do varejo ou que depende do setor de serviços será impactada via sua estrutura de custos ou perda de dinamicidade nas suas vendas.

Por isso, a gente tem alguns pontos que a gente acha que seriam muito relevantes para o país, tendo alteração na reforma tributária. O primeiro deles é uma flexibilização maior e um melhor entendimento sobre os itens de uso e consumo pessoal, alterando-se o art. 5º e o art. 39 do PLP, porque ficou uma linha muito tênue do que realmente é uso e consumo pessoal, e isso pode ter um efeito muito negativo sobre a geração de valor e a dinâmica dos negócios.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente acha que esse ponto tende a gerar mais pontos de judicialização e tirar mais valor da sociedade do que realmente contribuir com algo, porque, lembrando: a gente criou e foi vendida uma proposta de que a gente vai ter um IVA, que a gente vai conseguir tomar crédito, que o país vai ser muito melhor, mas, se no texto a gente começar a limitar todas as possibilidades e dificultar um empresário de tomar o crédito na sua operação, o nosso IVA não servirá de nada, porque a gente vai ter uma tributação de quase 28% na ponta, a depender do segmento, a depender das dificuldades de tomada de crédito. Então, tem que se observar, para a gente ter um pouco mais de flexibilidade, um pouco mais de garantia e previsibilidade na tomada de crédito.

Outro ponto importante, aí olhando os setores bem transversais, parte de operações imobiliárias. A gente entende que seria importante ter uma redução da base de cálculo das operações imobiliárias, porque todos os segmentos precisam fazer contratos imobiliários, seja de locação, arrendamento, compra, venda, isso é algo inevitável na economia. Por isso, a gente vê essa possibilidade de redução da base de cálculo das operações imobiliárias ali no art. 253-A.

Outro ponto nas operações de mercados imobiliários é a redução de alíquota em 60% nas operações com pessoas jurídicas; e, nas operações de locação, arrendamento e afins, uma redução de 80% da alíquota. Por que isso? A gente não está focando só no setor que vai operar transação imobiliária, mas a gente está olhando para todos. Todo mundo precisa alocar ou arrendar uma terra para plantar, precisa alocar um galpão logístico, um prédio, uma sala comercial. Então, começar a trazer custos de transação, aumentando ali as transações de operações imobiliárias, tende a deteriorar muito a competitividade do empresário brasileiro, que sabe que muitas vezes é difícil honrar com seus compromissos, porque a nossa margem é baixa. O país tem atividades características de ter margem baixa, então não dá para correr muito risco aumentando o custo sem pensar muito bem.

No segmento de bares e restaurantes, a gente vê nos arts. 272 a 275 uma grande possibilidade de alteração, para conseguir ter melhor definição do regime específico de bares e restaurantes, e também conseguir uma redução de alíquota em 60%. Isso, de novo, não é só olhando o empresário, porque, quando você aumenta o tributo do bar e do restaurante na emissão da nota, isso vai encarecer ao pai de família e ao trabalhador conseguir almoçar no seu dia a dia de trabalho; isso encarece o custo para as empresas, porque vai pressionar o vale-

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

refeição, o custo da mão de obra; isso vai pressionar o trabalhador a tomar a decisão de aceitar uma proposta de emprego numa localidade ou outra, porque às vezes aquele valor pago pelo empresário não vai mais fechar a conta; e isso vai tornar mais difícil ao empresário, que luta tanto para abrir sua lojinha, o seu restaurantezinho, o seu barzinho, tentar ofertar ali um serviço diferenciado e um serviço importante para a população, mas que, por uma questão de custo, talvez não seja mais viável. Então, a gente vê com uma grande sensibilidade esse setor também da nossa base.

Na parte de hotéis e parques de diversão, nos arts. 280 e 157, a gente vê uma necessidade de redução da alíquota de tributação. E aqui eu faço um parêntese: bares, restaurantes e hotéis fazem parte de serviços e atividades caracteristicamente turísticas. Então, se a gente fala o setor de turismo, a gente está englobando isso tudo. O setor de turismo é o setor mais exposto à competição internacional irrestrita, porque o turista, quando vai tomar a sua decisão de ir para um país ou para outro, não tem barreira comercial, não tem acordo tarifário, acordo bilateral entre países. Se a conta começar a ficar muito cara para esse cara se hospedar no país, começar a fazer os passeios, ter a sua alimentação no país, se isso ficar mais caro, ele deixa de vir ao Brasil. E essa é uma grande oportunidade perdida para o nosso país, porque a gente tem vocação natural, e o setor de turismo é um grande vetor de desenvolvimento socioeconômico.

Existem regiões do país em que a única esperança de desenvolvimento e de crescimento da renda e de bem-estar das pessoas é via turismo, é via pousada, é via passeios turísticos, é via bares e restaurantes, porque não tem outra opção de a gente conseguir dinamizar aquela região que não seja via turismo. Então, aqui a gente vê uma certa urgência da redução da alíquota.

Ponto do Simples Nacional. Essa é uma outra grande preocupação. Lembro que a gente representa grande parte do PIB, só que 97% das empresas varejistas brasileiras têm até 50 funcionários. Esse é um dado muito alarmante, que mostra como é difícil crescer e se desenvolver no país. Então, todos os pontos já falados pelos colegas da importância de a gente trazer maior direito e maior previsibilidade na tomada de crédito é fundamental.

(*Soa a campainha.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE DE SÁ TAVARES – E, por fim, para complementar com o turismo, em todas as políticas de *tax free* que foram propostas no PLP isso não está muito claro, e estão querendo criar dificuldades para que o turista só possa aproveitar esse *tax free* na saída do país e está limitado a US$1 mil.

Então a gente precisa repensar essa medida, porque, quando a gente gera *tax free* e garante uma possibilidade de diminuição de preço para o turista que quer consumir no Brasil, isso significa emprego e renda dentro do nosso país. Os outros países da Europa, Canadá e outros fazem políticas de *tax free* não porque são bonzinhos, é porque eles veem a sensibilidade, porque, automaticamente, quando você tira o imposto e torna o seu produto mais competitivo, você vende muito mais. Então você só tem aquela escolha, ou você vende para aquele turista naquela data ou você nunca mais vai vender para ele. É muito importante a gente gerar condições de geração de negócio e prosperidade para o nosso país.

E, para arrematar, a gente entende que é importante defender todas as utilidades públicas e serviços transversais, como alguns outros, como eu citei, para a gente não gerar uma pressão interna no país de aumento de custos generalizados, porque, às vezes, a gente só olha a transação lá da ponta, mas, se a gente encarecer logística, luz, água, esgoto, combustíveis, hospedagem, etc., toda a estrutura de custos de todos os negócios, de todos os segmentos vai ser aumentada. E quem vai pagar essa conta é a população, e quem vai perder essa conta é o empresário, que não vai conseguir mais vender.

Então, esses são os pontos da confederação.

Peço desculpas por ter me estendido um pouco no tempo.

A gente segue à disposição, lutando pelo setor produtivo, pelo setor de comércio de bens, serviços e turismo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Felipe.

Só quero reforçar aqui que, no dia 11 de setembro, nós vamos falar sobre o setor de hotelaria, parque de diversões, parques temáticos e cultura. No dia 12, nós vamos falar sobre a

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão da saúde e da educação. Além disso, vamos falar, no dia 1º de outubro, sobre o Simples Nacional.

Eu só gostaria... As pessoas que vão participar nesses dias... Porque, veja bem, a Karoline falou aqui sobre a questão do Simples. Na primeira audiência, ou na segunda, não me lembro, o Secretário da Receita Federal respondeu a todas as dúvidas com relação ao Simples, de que não precisaria sair etc. Então, só para, nesse dia desse debate, se tiver, levar ou pelo menos assistir às apresentações que foram feitas, para a gente ter já uma definição na hora de fazer o relatório, porque, pela Receita Federal, essa questão estava superada. Só vai poder compensar o que é pago, mas o Simples vai poder optar, sem sair do Simples, pelo pagamento. Então, é só para dizer isso. Nós vamos discutir esse tema, é muito importante vocês levarem isso em consideração, para a gente poder realmente ter um relatório bem debatido e bem simples aqui.

Vou passar, imediatamente, ao Presidente Nacional do Centro de Estudos da Sociedade de Advogados, Gustavo Brigagão.

O SR. GUSTAVO BRIGAGÃO (Para expor.) – Senador Izalci Lucas, muito boa tarde. Cumprimento em sua pessoa toda a mesa; a Senadora Damares; eu cumprimento toda a plateia.

Aqui nós vemos, pelos nossos antecessores, a começar pelo Dr. Anderson, que tratou tanto de não cumulatividade, agora as questões de bens de uso e consumo, que nós temos realmente, que é muito recomendável que haja uma atenção focada nesses dois PLPs, porque a sua elaboração, tanto de um quanto de outro, não contou com a participação efetiva daqueles que pagam a conta, que são os contribuintes.

Então, muitas vezes, quando olhamos para aqueles 400 artigos que marcam um dos PLPs e outras centenas que marcam o segundo, nós vemos ali quase que um regulamento de ICMS. São grandes as perplexidades que existem sobre os mais diversos temas: de não cumulatividade, no que diz respeito ao condicionamento do crédito ao pagamento pela ala anterior da cadeia – inclusive, isso não existe em lugar algum no mundo; a questão do *split payment*, que não deu certo na Europa, e, se fosse aplicado, deveria ser somente em alguns pouquíssimos setores onde há um nível de sonegação muito alto, jamais para todos, porque isso quebra o fluxo de caixa das empresas; na questão dos bens de uso e consumo, que foi tão bem explorada aqui pelos que me antecederam, cria-se um verdadeiro imposto sobre doações,

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

havendo ali uma invasão de competência dos estados. Não é porque a competência do IBS é compartilhada que se possa concluir que nós estamos compartilhando as duas competências integrais de estados e municípios, portanto, negócios jurídicos que estão sob a competência dos estados – exclusiva dos Estados – não podem ser tributados pelo IBS, nem do município! O ITBI, por exemplo; as transferências de bens imóveis sendo objeto de incidência do IBS é uma afrontosa invasão de competência dos municípios.

Então, são aspectos como esses, como o Imposto Seletivo, com milhões de problemas, que só vai ser discutido em um dia específico aqui; o 108, que traz uma aberração, que é a incidência do imposto sobre transmissão de doações sobre distribuição desproporcional de lucros. Isso vai pegar todas as sociedades civis. Isso não é doação. Quando se faz uma distribuição de lucros, não se está doando nada para ninguém. Pelo amor de Deus! Então, quer dizer, é muito preocupante. Senador, desculpe a ênfase, mas é que, realmente, esse assunto me desperta os instintos mais primitivos.

Mas o que eu gostaria de acentuar aqui é o art. 24, inciso V, do PLP 68. Esse art. 24 atribui responsabilidade solidária aos consultores sobre a informação contábil. Se o senhor faz uma assessoria a uma empresa, dizendo como o senhor entende que a empresa deve se portar em relação às regras tributárias, por esse dispositivo, o senhor pode ser responsabilizado, solidariamente, com o não pagamento, o não cumprimento dessa obrigação tributária. Isso não existe.

Nós temos, no Código Tributário Nacional, nos dispositivos que tratam da responsabilidade, muito bem delineada como essa responsabilidade pode ser atribuída. Ela pode ser atribuída quando houver um interesse próprio no fato gerador, por parte do responsável, ou, então, por aqueles que têm uma relação interna com a pessoa jurídica e ajam, contrariamente, à lei e ao contrato social. Nessas circunstâncias, há que se falar em responsabilidade. Agora, um mero consultor que seja um contador, um advogado, um economista, um administrador, pela mera prestação de uma assessoria em que ele indique o que ele entende que deve ser a melhor interpretação da legislação tributária, isso jamais poderá fazer com que lhe seja atribuída qualquer responsabilidade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O máximo que se poderia fazer, e que não dependeria disso, seria responsabilizar aquele que ajudasse, que estivesse cooperando com a prática de um ato que pudesse configurar crime. Obviamente, se eu tiver um consultor desses fraudando uma nota fiscal ou então fazendo uma simulação, esse consultor não só será responsabilizado pelo tributo que deixou de ser recolhido como pagará nos termos da legislação criminal. Mas isso não é necessário estar aqui para que haja essa responsabilização; ela já existe.

Então, nós estamos apresentando, Senador, uma proposta de emenda ao PLP 68 que faça exatamente essa ressalva e retire essa possibilidade de responsabilização do consultor.

Outro aspecto que sempre, muito em razão dessa questão da inserção da carne na cesta básica... O que muito se diz é o seguinte...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO BRIGAGÃO – Se disso decorrer um aumento de carga tributária que supere essa alíquota de 26,5%, que nós não sabemos de onde saiu, se houver uma superação dessa alíquota, nos regimes diferenciados que, exatamente, são aqueles que se aplicam às sociedades profissionais de médicos, dentistas, engenheiros, arquitetos, contadores, enfim, a redução de alíquota será diminuída – como se isso fosse possível! Não, não é.

A Emenda Constitucional 132 determina que essa diminuição da redução do regime diferenciado das sociedades profissionais só pode existir se, num prazo quinquenal, verificar-se que o custo-benefício daquele regime diferenciado especificamente não se provou bom. Então, o que há é, de cinco em cinco anos, uma verificação do aproveitamento, do bom aproveitamento da redução. Atingiu seus fins? Então, não há redução alguma. Não atingiu seus fins? Então, a redução pode ser diminuída. Agora, jamais um mero aumento de carga tributária por outros motivos que não os relacionados ao próprio regime diferenciado! Isso está sendo... Eu não estou vendo debates em relação a isso, e isso me preocupa, porque vai passar dessa forma, e dessa forma está equivocado. Não foi esse o gatilho que se deu ao aplicador da lei para fazer essa diminuição dos regimes diferenciados.

Enfim, eu trago aqui a V. Exa. e vou apresentar depois à Secretaria a proposta. Fica o recado para o 108. Eu sei que o que se examina aqui é o 68, mas o 108 traz essa...

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO BRIGAGÃO – ... tributação de distribuição de lucros desproporcional, que é inadmissível.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Lembrando que faremos também, no dia 2 de outubro e no dia 3 de outubro, sobre a questão do PLP 108, um debate. Então, é muito importante que essas dúvidas... Viu, Karoline? Você e os demais: todas aquelas dúvidas que ainda existem, se vocês puderem, mandem para a Comissão, para que a gente possa discutir com a Receita Federal de uma forma mais pontual. Pode ajudar muito, porque já esclareceram algumas coisas, e, se permanecer ainda a dúvida, reforça. Mandem para nós as perguntas, os pontos, para que o Governo, a Receita, etc. possam nos responder, para a gente poder realmente fazer uma proposta, no nosso relatório, compatível e que seja aceita pelo Relator.

Bem, eu vou passar imediatamente a palavra ao Felipe Renault, que é Diretor da Associação Brasileira de Direito Financeiro.

O SR. FELIPE KERTESZ RENAULT (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Izalci, muito boa tarde.

Cumprimento a mesa na sua pessoa, Senador, agradecendo muitíssimo o convite. Também cumprimento a plateia na pessoa da Senadora Damares e também do Dr. Ignácio, que representa a Assessoria Legislativa, que é tão cara a esta Casa e também é representação do povo, de forma técnica. Também cumprimento a Dra. Francine Fachinello, Presidente do Mulheres no Tributário, que tanto contribuiu na Câmara dos Deputados e, com certeza, contribuirá aqui no Senado Federal.

Muito já foi dito hoje, então não vou me alongar. Eu serei muito pontual, Senador, e tentarei esgotar os pontos em tempo inferior ao que me foi concedido, mas eu não posso deixar de tocar em pontos que me parece que foram eventualmente tangenciados, mas que merecem uma reflexão um pouco maior.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, faço alusão ao art. 10, inciso I, do PLP 68, que trata como fato gerador não só as operações com bens e serviços, mas também o pagamento. "O pagamento" é extremamente vago. Dizer que o pagamento é fato gerador de tributo me causa alguma estranheza jurídica, Senador.

Veja que há serviços prestados de forma continuada – e aqui eu cito, só como exemplo, o serviço de educação – em que há um contrato anual, por exemplo, em que se paga mensalidade e o regime naturalmente é de competência, não é de caixa. Se o serviço ou o comércio, as empresas de serviço e de comércio eventualmente prestam o serviço ou fornecem a mercadoria e não recebem o valor do pagamento, ou seja, na hipótese de inadimplência, o tributo incide, porque é regime competência. É regime caixa para incidir e é regime competência quando o contribuinte não recebe o preço; então, me parece não só incoerente como inseguro. "O pagamento" me causa muita estranheza e me parece que, se não houver fornecimento de bens ou de serviços, como reza a Emenda 132, não há que se falar em fato gerador de tributo. Acho que isso precisa passar por uma reflexão.

Também faço alusão ao art. 28 do PLP 68, Senador, tentando contribuir com uma análise objetiva: crédito sujeito ao pagamento. Foi muito bem dito aqui, pelo Dr. Gustavo e pelos demais que me antecederam, que crédito sujeito ao pagamento é uma invenção brasileira. Na verdade, se eu tenho uma tributação sobre valor agregado, eu tributo aquilo que eu acresço ao preço. Se eu dependo do pagamento na cadeia anterior, eu tenho um regime cumulativo – e não não cumulativo – que premia com crédito a cadeia que paga em dia os seus tributos.

Então ou nós temos uma tributação sobre valor agregado ou nós temos uma tributação cumulativa que premia com crédito. Não me parece ser compatível com o sistema de IVA o crédito sujeito ao pagamento na etapa anterior, porque isso... Agora, também faço alusão, Senador, ao art. 2º do PLP 68, que trata da neutralidade, e aos arts. 51 ao 55, do *split payment*, que nos trazem uma realidade preocupante, e aqui eu falo tentando agregar ao debate.

Vejam as seguintes hipóteses.

Hipótese A: sou uma empresa capitalizada. Sou o Roberto, economista, e acabei de receber um investimento externo. Estou absolutamente capitalizado, vendo minhas mercadorias, presto os meus serviços e recebo em 10 vezes, parcelo em 10 vezes para as fontes pagadoras.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu pago o meu tributo em dia, quem compra mercadorias ou para quem eu forneço serviços tomará o crédito integral, mesmo pagando em 10 vezes.

Hipótese B: sou uma empresa brasileira, tenho 15 anos de mercado, sofrendo as dificuldades das oscilações econômicas brasileiras – eventualmente juros altos –, tive que pegar dinheiro no banco e vendo também em 10 vezes, mas não estou com o tributo em dia. Eu vou conceder um décimo do crédito proporcionalmente a cada parcela.

O mercado vai comprar de quem: da empresa em dificuldade ou da empresa capitalizada? Isso vai gerar centralização de mercado. Eu não posso ter tratamentos diferentes para contribuintes numa cadeia de consumo. O que vai acontecer na prática é que aquele que consome vai começar a escolher de acordo com a capacidade financeira de quem fornece, e isso é violação direta à neutralidade. A neutralidade nada mais é do que não interferir na cadeia de consumo através do sistema tributário. Se eu digo para o mercado: "Se você comprar de A, você vai ter crédito pagando em 20 vezes e, se você comprar de B, você não vai ter crédito integral, mesmo pagando em 3 vezes", eu causo distorção. Então me parece que esses artigos precisam urgentemente ser revistos.

Também faço alusão ao art. 37 do PLP 68 – Senadora Damares, muito me preocupa o artigo 37. Nós já temos uma dificuldade no Brasil, por força do art. 66 do Código Tributário Nacional, para viabilizar a restituição de tributos tidos como indiretos, por conta da obrigatoriedade de se comprovar a não repercussão do ônus ou do encargo financeiro. O art. 37 vai além. Ele diz o seguinte: nas hipóteses de pagamento indevido, ou seja, notadamente, quando o contribuinte pagar um tributo que não deve, ele só vai receber aquele tributo de volta caso aquele pagamento não gere crédito na cadeia – então, já excluo a cadeia inteira até aquele que vende ao consumidor final, que é o único que terá alguma esperança de receber de volta – e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE KERTESZ RENAULT – ... desde que observado o art. 66 do CTN. Então, vejam, o art. 66 já é quase intransponível, se eu ainda tenho uma restrição se eu gerar crédito na cadeia, o que basicamente o texto do PLP está dizendo é que quem pagar o IBS ou a CBS

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indevidamente não vai ter a restituição em alguma hipótese – é como eu leio e me parece que precisa ser revisto.

Para finalizar, Senador Izalci, nos 30 segundos que me restam, o senhor falou que a saúde será tratada num dia específico e, claro, eu não vou aqui gastar muita energia com a saúde, mas também chamo a atenção para a restrição conceitual à saúde. O PLP 68 desonera a saúde, mas, quando vem o Anexo 3, ele estabelece 27 itens, como se a saúde brasileira se restringisse a 27 itens. E eu dou como exemplo aqui o serviço de esterilização e reprocessamento, por exemplo. Não existe um hospital que não tenha uma CME (Central de Material e Esterilização), ou seja, toda e qualquer cirurgia precisa ter...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE KERTESZ RENAULT – ... aquele material cirúrgico esterilizado, senão não tem cirurgia; os hospitais públicos e privados geralmente terceirizam esse serviço. Houve uma tecnia no Anexo 3. Vejam que se optou, no Anexo 4, por esterilizar a máquina que esteriliza; também, nos anexos, se desonerou a mão de obra e a enfermagem, mas o serviço de esterilização não está desonerado, ou seja, nós vamos ter um aumento...

Isso é só um exemplo de vários outros serviços que cercam a saúde, e esse setor eu conheço bem, porque nesse não estou falando como acadêmico, eu atuo profissionalmente também. Será falado no dia, Senador, mas é só para exemplificar que nós temos distorções e precisamos trabalhar essa lista da saúde que o Governo optou por estabelecer como *numerus clausus*, para não impactar deveras o orçamento, mas isso vai impactar a classe média e as classes mais baixas, que vão ter a saúde encarecida, além do SUS, porque os hospitais públicos geralmente contratam por OS, não contratam diretamente, e as OSs geralmente são imunes e não tomam crédito, ou seja, elas vão repassar esse custo cheio.

Então, dito isso, Senador, agradeço muito. Desejo uma boa tarde e bons trabalhos hoje. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, só para reforçar, dia 12 de setembro, nós vamos falar sobre a saúde. Evidentemente que o ideal é acabar com a lista, porque todo dia vai ter um equipamento novo e um remédio novo, então tem que buscar uma redação que exclua a lista definitivamente.

Com relação à questão que foi falada de aproveitamento de crédito, na primeira reunião também a Receita deixou muito claro. Nós temos hoje o sistema escritural e hoje realmente o índice de sonegação fiscal é muito grande em função disso, porque muita gente emite a nota, aproveita o crédito, mas não paga. Então, o foco principal dessa reforma, segundo a Receita Federal, é que você só aproveita o crédito à medida que vai sendo feito o pagamento e, evidentemente, só paga o imposto também daquilo que for recebido. Mas isso é uma discussão, por isso que eu digo que é importante que vocês façam alguns questionamentos para nós aqui, para a gente reforçar isso com a Receita Federal, mas é importante ver o que já foi dito para a gente poder realmente ter mais consistência na briga aqui pela modificação do texto da Câmara.

Vou passar para o Roberto Giannetti da Fonseca, Economista, um pedido especial da nossa querida Senadora Tereza.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA (Para expor.) – Muito obrigado, boa tarde a todos.

Eu queria cumprimentar o Senador Izalci, Presidente da mesa, Senadora Damares, todos os integrantes da mesa que me antecederam, os que estão aqui agora, especialmente o Anderson e o Rodrigo, trabalhamos juntos no projeto na Câmara dos Deputados.

Eu tomo aqui a liberdade, Senador, de dizer que eu vim falar aqui não em nome de alguma associação ou de alguma instituição, mas em nome do cidadão brasileiro e dos economistas, tentando trazer um pouco de razão e lógica ao debate.

Como tenho o privilégio de ser o último a falar nesse grupo, acho que eu não preciso repetir aquilo que já foi dito, mas tentar focar naquilo que eu acho que é essencial.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só, sem querer interromper, já interrompendo, só lembrando a todos que, terça-feira que vem, dia 10 de setembro, nós vamos falar exclusivamente do *cashback* da cesta básica nacional.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Eu sei disso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só para dizer que nós teremos ainda um tempo para discutir essa matéria que é importante.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Eu sei disso. Eu coloquei aqui a questão da cesta básica, mas a coisa é um pouco mais ampla que isso, porque eu acho que foram colocadas aqui, nessa discussão complexa que é a reforma tributária, várias deficiências, inconsistências que têm que ser corrigidas. É natural mesmo, porque não é um assunto simples. Mas, entre outras, eu considero uma das mais graves o conceito da neutralidade tributária, que é um pacto entre Governo e sociedade de que nessa reforma tributária não haveria nem aumento, nem redução da carga tributária, por questões fiscais de um lado e por questão também, do ponto de vista da cidadania, de que o cidadão já está exaurido da sua capacidade contributiva. Ninguém quer mais aumento de imposto. E esta Casa mesma sabe disso.

Muito bem. Quando se fala agora, então, da trava de 26,5%, do IBS e da CBS, aqui se tem um grande equívoco, porque, primeiro, como já foi dito aqui, esses 26,5% não têm consistência técnica, não têm planilha de cálculo. Como nós podemos acreditar num número ilusório, que é jogado na mesa, e a gente obrigado a, em cima dele, construir uma reforma tributária? Em primeiro lugar, esse número para mim é ilusório. Ele não deveria ser considerado como base para qualquer decisão do Senado.

Segundo, na hora em que você coloca que qualquer aumento além dos 26,5% vai ter a redução... Como falou o meu companheiro Brigagão aqui, perfeitamente, como é que você vai reduzir os regimes privilegiados ou mesmo a cesta básica com base nessa ilusão de que de 26,5% passe para 28%? Há planilha disso? Há base técnica nisso? Que a Fazenda mostre! Até agora não mostrou nada. E eu estive nas reuniões dos grupos técnicos lá na Câmara, pedimos a eles que mostrassem, e eles não mostraram, por incompetência ou por má-fé, não sei dizer.

Bom, o fato é que... Eu queria colocar aqui, então, o que deve ser considerado como neutralidade. Esse é o ponto fundamental. A soma dos cinco impostos de consumo hoje na economia brasileira representa uma arrecadação de R$1,38 trilhão, em 2023 – prestem atenção neste número: R$1,38 trilhão –, em cima de imposto de consumo, o que dá uma média ponderada de 20,3% no consumo da sociedade brasileira. Como eu calculo esse número? É

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito fácil: pega-se o PIB; dentro do PIB de R$10,9 trilhões a gente tem 0,63%, que é o consumo das famílias, que é a renda tributável – portanto, então, isso dá R$6,8 trilhões de renda tributável –; em cima disso, se nós estamos recolhendo de impostos 1,38%, 20,3% é a alíquota média do IVA. Esse é o número importante, Senador Izalci, porque, quando se fala numa alíquota de referência, Senadora Damares, não se está falando que esse é o IVA do Brasil. Isso é uma ilusão que estão criando. Na verdade, o que vale são os 20,3% da alíquota ponderada. Por quê? Se você tem mais produtos com zero, é evidente que o teto vai subir – é óbvio –, para dar a ponderada igual, para dar o mesmo valor.

Então, essa decisão não é do Ministério da Fazenda, de dizer o que é mais essencial ou menos essencial para o povo brasileiro; é do Congresso Nacional, que nos representa. E foi por isso que eu fiz questão – e agradeço o convite da Senadora Tereza Cristina – de vir esclarecer esse ponto, porque é isso que precisa ser levado em conta, e não os 26,5%, que é um número jogado na mesa, sabe-se lá por quê.

E aqui quero dizer da minha indignação por essa campanha insidiosa que está sendo feita agora pela Sert, do Ministério da Fazenda, ameaçando aumentar os impostos dos outros setores, falando que vai precisar de menos exceções para a tarifa não ir para 28%, que é a maior tarifa do mundo. Existe uma campanha midiática em cima disso que precisa ser denunciada. Está errado! O Governo não pode fazer isso tentando induzir a opinião pública e os Senadores ao erro, porque não é essa a forma de calcular. Tecnicamente está errado.

Ensinou-me – eu quero lembrá-lo aqui, um homem que foi Parlamentar nesta Casa, um dos maiores economistas do Brasil – o Delfim Netto, que morreu há pouco tempo: é preciso olhar com objetividade, com clareza, com números que realmente tenham base de cálculo, e não simplesmente com ilusão, como está sendo feito pela Sert.

E, aqui, quero colocar, para terminar, e vai ser muito rápido, cinco pontos de inconsistência que acho que tem que ser colocados aqui.

Primeiro, essa questão, então, da cesta básica, a inclusão da proteína animal de 0,58: não é esse o número, a Abras já falou disso, eu não vou repetir, é um número que já está visto como... o Paulo Rabello já falou disso, o Gesner Oliveira, eu mesmo já falei, esse número está errado, está mal calculado e está mal explicado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo ponto, desculpe, acho que pulei um aqui. Aqui tem um outro problema importante também: quando se aumenta o imposto de um determinado produto em relação ao que era, cai o consumo, isso se chama elasticidade de preço, é um conceito básico de economia. Eles calculam como se o volume continuasse o mesmo, tudo mais constante do que a gente costuma colocar, não é assim que se calcula.

Então, tem que pegar o trabalho de elasticidade de preço e jogar no cálculo, a ponto de, se o imposto aumenta, como é o caso de alguns produtos do imposto seletivo... Se aumentar demais o imposto em alguns produtos, como é o caso dos açucarados, o que vai acontecer? Cai a arrecadação tributária nominal porque vai cair o consumo, a um ponto em que você vai arrecadar menos do que se cobrasse menos. Eu me lembro do famoso caso do etanol em São Paulo, em que era 25%, passou para 12% e aumentou a arrecadação. O Vice-Presidente Geraldo Alckmin é testemunha disso.

Terceiro ponto, aqui tem outro problema ideológico. Imagina só que a Sert falou o seguinte: "Se a gente der redução de imposto, o setor produtivo vai se apropriar da isenção". Ora, meu Deus do céu, parece que nós estamos em um regime de controle de preços. Nós estamos em um regime competitivo de mercado, com alta competitividade. Quantos supermercados são? São...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Quatrocentos... São mais de cem mil pontos de supermercado, milhares de frigoríficos, grandes, pequenos e médios, e vem falar que o produtor vai se apropriar? E pecuaristas, então, que são 3 milhões, Senador? Como é que eles vão se apropriar da isenção? Isso não existe; isso é ideologia contra o regime de mercado, contra o regime capitalista. Nós acreditamos na economia de mercado, na livre concorrência e no sistema de preços como a melhor forma de definir a economia. Não vamos voltar para a época do CIP do regime militar.

Finalmente, aqui ainda temos o item 4: o mecanismo de devolução do *cashback* – eu sei que vai ter uma outra coisa de *cashback* – é extremamente ineficiente. Eu faço só essas perguntas aqui embaixo, que são as seguintes: qual é o custo de processamento do mecanismo de *cashback*? Certamente serão centenas de milhões, senão bilhões de reais. Quem irá processar

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso? Quem irá processar esses recursos, se vai ficar com *floating* disso? Como serão evitadas as possíveis fraudes ao sistema? Nossa senhora, o que tem de possibilidade de fraude nesse *cashback*! Nós já vimos no Bolsa Família existir isso, muito mais vai ter no *cashback*.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – E a avaliação de custo-benefício disso para a proteína animal? Todas essas perguntas nunca foram respondidas, e vêm jogando esse *cashback* goela abaixo também.

Item 5 e final: a tentativa de fazer uma política distributiva através da discriminação de consumidores de baixa, média e alta renda na reforma tributária. Aqui tem o seguinte, na teoria econômica, há uma regra clássica que diz o seguinte: imposto de consumo diferencia produtos pela sua essencialidade.

Então, aqui nós temos produtos mais essenciais com zero; outros, menos essenciais, com 60% de redução; outros então, menos ainda essenciais, com replena; e os seletivos e tal.

O Imposto de Renda diferencia pessoas. Então, essa ideia de tentar fazer, misturar pessoas dentro do imposto de consumo é outro erro clássico, que não dá certo. Nenhum país faz isso. Por que é que nós vamos inventar uma jabuticaba que é convite ao erro, à judicialização? Isso não funciona assim.

Então, no Brasil, nós temos, sim, que nos preocupar de criar uma estrutura tributária menos regressiva, e isso, a partir de uma mudança da arrecadação do IVA e do Imposto de Renda, na relação de um com o outro. Nós temos o inverso do que o resto do mundo tem. Nós temos 40% da arrecadação total de imposto de consumo e 20% de Imposto de Renda. Deveria ser ao contrário, 20% de imposto de consumo e 40% de Imposto de Renda.

E alguns empresários me perguntam: "Dr. Giannetti, mas isso é do nosso interesse?". Eu falo: se a economia crescer 4%, 5% e você tiver um lucro excepcional porque aumentou sua base de consumo e sua base de resultado, é melhor você pagar um pouco mais de Imposto de Renda tendo um lucro maior do que eventualmente você ter um Imposto de Renda menor em cima de prejuízos. Então, é questão de avaliação macroeconômica. Isso é que eu queria colocar.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há uma série de outras recomendações, então, que eu deixo aqui. Já são um pouco repetitivas, não vou gastar tempo com isso, são as mesmas coisas que eu já falei, mas agora, aqui, de uma forma objetiva, dizendo o que é que eu acho que poderia ser levado em conta pelo Srs. Senadores na discussão, no debate, para aprovação de um aprimoramento desse PLP, para que a gente, de fato, possa ter, na reforma tributária, aquilo que a gente imagina: algo mais justo, com mais equidade, com neutralidade, simplificação, como foi imaginado desde o começo.

E, se ela for realmente boa, como parece ser, o quanto antes for, melhor. Essa questão dos dez anos, nem vou entrar nisso aqui, mas dá para ser melhorada e encurtada bastante se houver uso de tecnologia, o que não foi colocado aqui ainda em discussão.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Dr. Roberto Giannetti. Acho que está tendo um probleminha na economia: assim como em matemática não ensinam mais tabuada, acho que na economia também não estão ensinando uma série de coisas. Agradeço.

Nós temos aqui a Renata Menescal, que é Diretora Jurídica da Associação Brasileira de Energia Limpa. Só lembro também que dia 18/09 nós vamos falar sobre energia, sobre infraestrutura nacional. Eu vou passar a palavra a V.Sa. e depois também ao pessoal da beleza, que também tem uma demanda para transformar na saúde, porque faz parte da saúde, e foram esquecidos. Eu não sei quem vai falar pela...

O Hélio está aí? Quem é o Hélio? Alguém da beleza que vai falar? (*Pausa.*)

Ah, sim.

Então, eu passo para a Renata Menescal.

A SRA. RENATA MENESCAL (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Izalci.

Agradeço a todos os presentes à mesa.

Senadora Damares, obrigada também por abrir esta Casa para a presença de todos os setores.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Especificamente dia 18, vai ter justamente essa discussão sobre infraestrutura, então eu acredito que eu não devo tomar o tempo dos senhores aqui. Eu só vou falar rapidamente que a Abragel representa empreendedores: são 291 associados, que têm empreendimentos no Brasil, empreendimentos de geração de energia hidráulica até 50MW. Então nós temos grandes grupos, mas também temos os pequenos, que produzem energia para a sua fazenda, para a sua produção. E, nesse caso, o que a gente só vai falar aqui, rapidamente, é que nosso caso é de uma geração de energia firme, é uma energia que não é intermitente, então a gente é complementar à eólica e à solar, e a gente é uma geração de energia renovável e limpa.

Então, nesse sentido, a gente entende que o fórum de infraestrutura, a discussão de infraestrutura é mais cabível para a gente poder debater o tema. A gente já apresentou uma emenda, a nossa emenda é a 664, e é, especificamente, sobre a necessidade de assegurar o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, porque quando a gente participa de um leilão, a exemplo do de energia, quando a gente tem esse contrato celebrado, por exemplo, após a edição e a publicação da lei, muitas vezes, o leilão pode ter ocorrido antes. Então, o empresário, quando faz a proposta nesse leilão, não estará considerando ainda as alterações, porque a lei ainda não foi publicada. A nossa emenda, basicamente, trata de assegurar esse direito a essas propostas que forem feitas antes da publicação.

E há uma questão simples também, que é tentar assegurar, de alguma forma, a retirada de exigência de documentos que comprovem regularidade trabalhista fiscal, porque uma coisa é o direito a você ter a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a outra é a regularidade trabalhista fiscal, porque as próprias agências, as concessões exigem essa regularidade, isso não deveria estar no texto da lei.

O restante da nossa emenda, que a gente vai trazer com uma apresentação mais específica, é com relação a prazo em que os órgãos precisam analisar – a gente tem uma sugestão de prazo, que já é praticado pela própria Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) –, e a questão de: enquanto a agência analisa, ou o órgão analisa, nesse período de análise, é necessário que o empreendedor também possa fazer o repasse dessa majoração do tributo, caso aconteça, nas próprias tarifas ou no seu custo de energia.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a gente vai trazer essa apresentação que eu tenho aqui no dia 18, para um debate amplo e mais direcionado, para não ocupar o tempo dos senhores aqui.

Agradeço muito. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Renata.

Bem, nesses três itens que você mencionou já foram apresentadas emendas, e a justificativa está bem clara, é uma coisa até muito óbvia.

A SRA. RENATA MENESCAL – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, é isso que nós precisamos mesmo: apresentar uma coisa bem pontual, que vai convencer todos os Senadores a fazer a mudança.

A SRA. RENATA MENESCAL – Senador, só para complementar: eu acho que é essencial a gente entender que a justificativa tem que vir muito bem-feita. A gente tem assessoria de diversos escritórios, não só jurídicos, institucionais, para fortalecer e trazer subsídios, e a gente busca essa atuação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Como é o nome do senhor?

O SR. JOSÉ AUGUSTO NASCIMENTO RIBEIRO DOS SANTOS (*Fora do microfone.*) – José Augusto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – César Augusto?

O SR. JOSÉ AUGUSTO NASCIMENTO RIBEIRO DOS SANTOS – José Augusto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – José Augusto, pois não.

O SR. JOSÉ AUGUSTO NASCIMENTO RIBEIRO DOS SANTOS (Para expor.) – Muito bem.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria cumprimentar o Senador Izalci pela oportunidade e a Senadora Damares Alves, parceira já desde quando era Ministra do Ministério da Mulher, onde teve a oportunidade de implementar um programa muito bonito nos salões de beleza, o Salve uma Mulher, que veio trazer uma esperança para aquelas mulheres com agressão doméstica, com algum tipo de dificuldade, e os salões puderam acolher isso, seus profissionais puderam, de alguma forma, escutar e encaminhar algumas grandes dificuldades que elas nos relataram.

Também a Cristiane Britto, também no Ministério da Mulher, nos ajudou bastante, principalmente com relação a um programa de trazer mulheres carentes para a área da beleza. Na área da beleza a gente sofre uma falta de mão de obra severa.

No nosso setor hoje, mais de 80% são mulheres, uma boa parte delas mulheres carentes, uma boa parte também são manicures, e o Ministério da Mulher, na pessoa da Damares e da Cristiane sempre foi presente nas nossas demandas.

Também quero parabenizar e citar aqui a D. Janine. Quem conhece o salão Jacques Janine, com 67 anos de existência, está aqui do meu lado a D. Janine, que veio aqui nos acompanhar nessa demanda que nós temos.

Assim como também o Helio Nakanishi, quem não conhece o Helio Nakanishi aqui de Brasília, um dos salões mais tradicionais aqui de Brasília, também junto com a gente nessa demanda.

E o Bigonha também, Presidente da FecomercioSP, do setor de serviços, também nos apoiando e trazendo ferramentas para nos ajudar nessa demanda.

Eu também não quero me alongar, já estou até meio abalado com o que eu escutei aqui hoje, porque realmente o que nós estamos vendo nessa reforma, pelo menos no meu ponto de vista, é que ela deveria ser mais bem estudada.

Parabéns à explanação do doutor aí, essa última explanação foi brilhante com relação aos impactos e como, de alguma forma, estão se atropelando algumas situações.

Especificamente o nosso setor, o que aconteceu com o nosso setor? Ele não foi contemplado. Nosso setor é serviço, saúde e bem-estar. E na reforma esqueceram de colocar o

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso setor, nesse anexo, o Anexo 3, que fala aí dos serviços de saúde, que tem aí uma alíquota diferenciada. E é esse basicamente o nosso pleito hoje.

A Senadora Damares já colocou essa emenda, nós temos essa emenda pleiteando justamente para que se coloquem no Anexo 3 os salões de beleza, que é o serviço de saúde, beleza e bem-estar, de que todos nós aqui usufruímos de alguma forma.

Inclusive, na época da pandemia, a gente foi reconhecido como um serviço essencial, naquele momento lá, pelo Presidente. Infelizmente, alguns estados não o reconheceram dessa mesma forma, o que acabou até gerando as pessoas fazendo o serviço de beleza de forma clandestina, mas tinha que se fazer, as pessoas tinham que, de alguma forma, comparecer nos seus trabalhos, mesmo que remotamente.

E é isso. Então, o nosso pleito, resumidamente, Senador Presidente, é que a gente consiga estar, que essa emenda da Senadora Damares seja realmente acatada, que a gente possa estar dentro desse Anexo 3. É o que nos resta neste momento, estar nesse Anexo 3 – se ele não for extinto, como foi até colocado que ele é até restrito demais, poderia ter mais atividades. Mas, enquanto ele estiver vigente, a gente gostaria que isso fosse incluído, uma vez que não foi contemplado, no nosso ponto de vista, equivocadamente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, José Augusto.

Vou passar também, rapidamente, para o Luis Cesar Bigonha, que é o Presidente da Federação de Comércio de Bens e Serviços de São Paulo.

Está aí? Cadê o... Pois não.

O SR. LUIS CESAR BIGONHA (Para expor.) – Muito obrigado pela oportunidade.

Minha fala é rápida, sobre o Simples Nacional, sobre um risco tremendo que nós temos hoje, que é o não crédito para o Simples Nacional.

Hoje qualquer empresa que contrata o Simples Nacional pode absorver esse crédito – esse prestador de serviço – desse contribuinte. E nesse novo texto, o Simples deixa de dar

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crédito, ou seja, nós deixamos de ser competitivos. Nenhuma empresa vai querer contratar um Simples Nacional depois desse texto, Senador.

Então, eu gostaria, em nome da Fecomércio, de um apoio à nossa Emenda 284, que conserta esse texto e traz, de uma forma justa, a competitividade do Simples Nacional para o mercado, só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu insisto com relação a essa questão do Simples... porque o que foi dito pela Receita Federal é que evidentemente você não pode dar um crédito que você não pagou – esse é o argumento deles – , mas que há possibilidade de o Simples, mesmo não desenquadrando, fazer o pagamento. Mas, de qualquer forma, esse é um tema que nós vamos discutir, o Simples, em um dia específico, que está marcado. É o dia... O Simples vai ser no dia 1º de outubro, terça-feira.

Então, a gente precisa colocar de uma forma mais clara para a Receita para eles poderem responder – a Receita que eu digo é o Ministério da Fazenda –, para ver de que forma realmente objetiva a gente pode contornar isso, porque, de fato, haverá, sim, um prejuízo muito grande na concorrência.

Eu vou passar a palavra agora à nossa querida Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – Presidente, eu não vou fazer nenhuma pergunta. Hoje está um dia ruim, inclusive, para ficar aqui e se concentrar. O Brasil está passando por um momento difícil, muito difícil. Estou muito preocupada com o que está acontecendo, especialmente com algumas decisões do Supremo Tribunal, que acabam alcançando, inclusive, o setor econômico do meu país, como é o caso de uma decisão em que, para se pegar uma pessoa, também se bloqueou o CNPJ de uma outra empresa. E eu estou muito preocupada com os senhores no futuro, se tudo isso continuar acontecendo no Brasil.

Mas eu quero agradecê-los pela participação. À medida que os senhores iam falando, eu ia acompanhando as apresentações aqui, que estão riquíssimas! Não dá tempo de explorar as

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentações, mas os conteúdos que estão nelas, impressos, estão espetaculares. Eu creio que nossas assessorias e consultoria terão muito trabalho para ler tudo.

E saibam, senhores, eu sempre repito isso, pode não ter um Senador sentado aqui agora, mas os seus gabinetes estão ligados, acompanhando todos os membros desta Comissão. E eu costumo falar que o nosso lazer de madrugada, de noite, quando a gente chega em casa, é assistir tudo de novo, assistir às audiências públicas. É assim que a gente trabalha.

Então, parabéns! Hoje, eu me senti na mesa algumas vezes. Vou falar aqui só do setor de material de construção. Na audiência passada, a gente falou dos imóveis de grande padrão, do Programa Minha Casa, Minha Vida, e eu não estava na mesa.

Hoje, ele vem e me desafia: "o autoconstrutor, aquele que compra o material..." Pronto, é isso! Então, hoje, já debateram muito construção civil, mas hoje ele trouxe uma pessoa daquela construção civil, que é aquele que está construindo a sua casa, que não é o grande construtor e nem está nos programas habitacionais.

Então, veja, Senador, cada um que a gente traz para a mesa traz aqui uma preocupação que nos faz acreditar que essa reforma vai precisar... Esse PLP vai ter que ser muito mais debatido. E vou dizer uma coisa, senhores: se esse grupo de trabalho não estivesse funcionando, muita coisa iria ficar solta. E da forma como o Senador Izalci Lucas está conduzindo – parabéns, Senador! – teremos muito, muito trabalho nos próximos dias. E a gente vai continuar aqui, firmes, firmes, fazendo exatamente este papel a que o grupo se propôs: botar o pé no chão, falar a realidade, e mostrar o que está de fato acontecendo.

E aí, Senador Izalci, peço uma atenção especial, pois mesmo esses que não estão aí indicados no requerimento para vir estão vindo. Quantos segmentos estão se sentando aqui e pedindo um minuto para falar, para colocar exatamente o que eles pensam e do que estão precisando. Eu vi, na semana passada, alguém do Governo falar: "Mas vocês vão trabalhar com tantas exceções?" Hã? Vamos! Vamos sim. A gente vai ouvir as exceções e a gente vai colocar todas elas na mesa.

Então, parabéns pelas apresentações. Muito obrigada por estarem colaborando conosco nessa grande discussão.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente vai continuar firmes aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Senadora Damares.

Olha, é muito importante também que, em cada data dessa, em cada evento desse, nós estaremos fazendo já um pré-relatório sobre isso. Então, se ficou alguma dúvida lá atrás, com todas as audiências que foram feitas, o que precisar ser esclarecido, clareado, a hora é agora, porque nós estamos elaborando uma proposta de cada audiência que foi feita, para ver com quais emendas realmente nós vamos conseguir convencer os Parlamentares de votarem pela mudança. Então, essa justificativa bem didática e pontual é muito importante para nós.

Eu vou passar a palavra agora, na ordem, para as considerações finais, pois já estamos quase entrando na Ordem do Dia.

Vou passar para o Rodrigo, nosso Vice-Presidente da Abras (Associação Brasileira de Supermercados), para fazer as suas considerações finais.

Pois não, Rodrigo.

O SR. RODRIGO SEGURADO (Para expor.) – Senador, eu só queria agradecer pela oportunidade e dizer que a Associação Brasileira de Supermercados ratifica em gênero, número e grau, as recomendações e pleitos da Unecs (União Nacional de Comércio e Serviço). Nós estamos juntos nisso. É importante: se não incluirmos os produtos alimentos com redução de 60%, como diz o texto constitucional, a gente pode ter incremento da carga tributária dos alimentos no Brasil de 38%. Isso vai se refletir a preço. Então, o equilíbrio que a gente está apresentando como sugestão deveria ser acatado pelo Senado, caso contrário, e o mesmo ponto que o Roberto Giannetti da Fonseca falou do IVA – 26,5 – é ficção científica. A gente precisa desses cálculos claros. E não é a carne e o queijo que fazem o IVA explodir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, eu ainda quero reforçar aqui o pedido para a Receita Federal, para o Secretário Appy, para que encaminhe para esta Comissão realmente a planilha detalhada do que de fato são os 26,5, para

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente começar a ter noção disso. Não dá para aceitar simplesmente esse patamar aí sem saber os detalhes e a composição desse índice.

Com a palavra, então, o Sr. Paulo Júnior.

A Abrasel está aí ainda? O Paulo? (*Pausa.*)

E o Halim Abud está aí? (*Pausa.*)

Halim.

O SR. HALIM ABUD (Para expor.) – Senador, boa tarde novamente a todos. É só para agradecer. Acho que o intuito foi atendido. Eu esqueci e acabou passando despercebida a questão de que estou representando o Edgard de Castro, Presidente da Afrac.

Fica a atenção em relação à questão do Simples, a questão da responsabilidade do desenvolvedor de *software*. Realmente, o texto, hoje, da forma que está, traz uma abrangência e um risco tremendo em relação à questão de interpretação, em relação ao texto, e, obviamente, a questão da isonomia e da neutralidade, como o professor colocou; em relação também à alíquota reduzida de 60%, quando destinado ao setor da segurança nacional e cibernético.

Então, de novo, agradeço.

As emendas já foram apresentadas. Peço aqui o apoio dos demais Senadores presentes para que a gente consiga emplacá-las.

Obrigado, Senador.

Bom trabalho para todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O mais importante da emenda é a justificativa com os dados, assim, bem pontuais, não é? Só lembrando.

O SR. HALIM ABUD – Está super pontual.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só lembrando.

Obrigado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Karoline Lima.

A SRA. KAROLINE LIMA (Para expor.) – Obrigada.

Quero agradeço a oportunidade da participação aqui e sensibilizo que, realmente, o nosso pleito, enquanto Sistema CNDL, e estamos com lojas e serviços de todos os segmentos, Senador, é a garantia de emprego. É a micro e pequena empresa que gera emprego neste país. O pequeno empreendedor, que desenvolve o seu negócio nos cantos mais distantes, mais remotos, e nos centros do país, é que gera ali um desenvolvimento econômico na sua região.

Tirar a possibilidade daquela pequena empresa de ser competitiva, a gente está falando, de destruir empregos e destruir a possibilidade de desenvolvimento econômico.

Estou sendo bem incisiva aqui, Senador, porque a gente já participou de várias reuniões com o Ministério da Fazenda, com o Ministério do Empreendedorismo, com as micro e pequenas empresas, com o Sebrae, e não estamos vendo essa sensibilização para as micro e pequenas empresas. Não está tendo. A resposta que a gente recebe é: Não, isso não vai entrar porque simplesmente é outro modelo que a gente está propondo.

O outro modelo está vendo a realidade do país, a realidade das micro e pequenas empresas? Essa é a questão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Karoline.

Felipe de Sá Tavares.

O SR. FELIPE DE SÁ TAVARES (Para expor.) – Primeiramente, quero agradecer o convite, Senador. Foi um prazer. O senhor conduziu de forma brilhante toda a exposição, na Mesa.

Quero agradecer aos outros Senadores, Senadora Damares e Senador Sergio Moro, que passaram por aqui.

Para fechar, só queria falar que, quando a reforma tributária começou, a alíquota inicial, considerando zero exceções, era de 25%.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se vocês resgatarem na mídia as matérias, os pronunciamentos, era 25% a alíquota, com zero exceções.

A gente não chegou em 28% porque tem muita exceção e o setor produtivo foi muito faminto nos pedidos, porque isso aumentou em três pontos percentuais a alíquota, na estimativa. Conforme os nossos colegas falaram, a gente nem tem a memória de cálculo para saber se realmente é isso.

O que gerou essa alíquota completamente elevada e excessiva foi o gasto público descontrolado, que cresce 12% ao ano, ano após ano, há algumas décadas.

Então, essa situação de um gasto público elevado, de uma máquina pública inchada, ineficiente e muito custosa está estrangulando o setor produtivo. E a discussão da reforma tributária, que lida com a arrecadação, simplesmente escancarou algo que a gente já sabia, que a conta está muito cara e que é impagável.

Hoje, o setor produtivo está sendo acusado de ser o culpado, por uma exceção ou outra, mas não foi ele que causou, ele vive a consequência, porque ele está sendo estrangulado por isso.

Então, acho que é um ponto que a gente precisa recuperar, para a gente não culpar a picanha, a cesta básica, o esmalte, um item ou outro, porque eles não são, o setor produtivo não é o culpado disso, não é um item que é culpado disso.

O culpado são os R$2,5 trilhões de gasto e a crescente desse gasto, que não dá mais para fechar essa conta.

Então, é isso. Agradeço o espaço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Felipe.

Passo para o Gustavo Brigagão, do Cesa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO BRIGAGÃO (Para expor.) – Bom, em nome do Cesa (Centro de Estudos das Sociedades de Advogados), eu queria agradecer-lhe a iniciativa da audiência e parabenizá-lo pela condução, Senador.

Reforço os dois pontos que foram os principais da minha fala, quais sejam: em primeiro lugar, que a responsabilização dos consultores não seja feita na forma como proposta. Essa responsabilização só poderá ocorrer nas situações em que esses consultores concorram para a prática dos atos contrários à ordem tributária.

Na mera apresentação de uma conclusão sobre uma consulta feita, essa responsabilização não pode ocorrer de forma alguma.

Em segundo lugar, reforço, lembro a todos que o gatilho para a diminuição das reduções concedidas aos regimes diferenciados só pode ocorrer se, em relação a esses regimes, houver a comprovação de que o custo-benefício da concessão daquele regime diferenciado não foi atingido. O nível não é o ótimo.

O mero aumento de carga tributária não pode ser aplicado como gatilho. Por isso, como bem disse o Giannetti, essa alíquota de 26,5% não tem o menor fundamento, não pode servir de parâmetro para isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Gustavo.

Lembro que tem essa demanda realmente dos consultores, dos contadores, que, hoje, já respondem, mas também das empresas de aplicativos de tecnologia que vão desenvolver, que também não podem concorrer com a responsabilidade.

O SR. HALIM ABUD – Só para fazer um complemento, é o inciso IV do art. 27 que trata exatamente da responsabilidade dos desenvolvedores de *software* ou aplicativos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim, arts. 24 e 27.

Com a palavra, agora, o Felipe Renault, da ABDF.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE KERTESZ RENAULT (Para expor.) – Agradeço muito, Senador, mais uma vez.

Encerro, fazendo um breve comentário.

Senador, o senhor falou, de fato, sobre a Receita Federa.

E nós ouvimos o Bernard Appy e a Sert repetindo isto diversas vezes: que as três premissas principais da reforma tributária seriam o combate à sonegação, à fraude e à inadimplência.

O problema é que são coisas absolutamente distintas. A fraude e a sonegação são condutas criminosas, dolosas, que têm que ser combatidas tal como são.

A inadimplência depende de inúmeros fatores econômicos, não depende da vontade do empresário, muitas das vezes. E não pode servir de retórica para o creditamento condicionado ao pagamento. É punir a sociedade brasileira inteira pelo crime de alguns. Toda estrutura composta por seres humanos tem desvios. Que os desvios sejam combatidos através dos meios próprios. Temos polícia, temos Receita Federal, temos todos os órgãos que combatem criminalidade. O sistema tributário não pode ser pautado por essa retórica, me parece. Isso foi dito durante toda a apresentação da reforma, sempre como se fosse a mesma coisa, tudo no mesmo balaio.

Então, me preocupa sobremaneira.

No mais, Senador, só ratifico o que já disse.

Agradeço muito e parabenizo o senhor e todos os demais Senadores desta Casa, pelo brilhante trabalho que vem sendo feito.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Felipe.

Passo agora, então, para o Dr. Roberto Giannetti.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu queria primeiro dizer do orgulho de estar participando desta Mesa, com sugestões tão lúcidas, tão pertinentes, que contribuem para o aperfeiçoamento da reforma tributária no Brasil; e eu espero, Senador Izalci, que isso realmente seja levado ao debate interno dos senhores na

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão da formulação do parecer e da votação em Plenário, porque são realmente demandas críticas da sociedade brasileira para que a gente possa continuar funcionando com equidade, com justiça tributária e com segurança jurídica. Hoje, a segurança jurídica está em risco por essas novas normas que estão sendo discutidas, por exemplo, como meus dois colegas aqui ao lado acabam de dizer.

Eu quero focar finalmente em dois pontos; e é para desmistificar essa farsa da alíquota de referência de 26,5%. Isso tem que ser esclarecido, porque, a partir daí, está se armando uma armadilha de narrativa, para trazer ao Senado uma ameaça de que, se aumentar de 26% para 28%, tem que mexer, então, nos produtos, nas alíquotas diferenciadas e nas chamadas exceções. Este é o segundo ponto que eu quero colocar.

Não existe exceção; o que nós temos são alíquotas múltiplas. E no imposto de consumo, no mundo inteiro, as alíquotas múltiplas são aplicadas no critério da essencialidade dos produtos. Aquilo que é mais essencial tem que ter alíquota zero; aquilo que é menos – eu já falei – tem uma alíquota reduzida, e assim por diante. E outra coisa: quem paga o imposto – isso tem que ficar muito claro – é o consumidor. Nós mudamos o regime de pagamento na origem para o destino; no destino é o consumidor. Então, não há setor beneficiado; isso não existe. "Ah, o setor X foi beneficiado, tem um *lobby*, tem não sei o quê". Escutem: o benefício é do consumidor, que, ao ter a redução do imposto em determinado produto, vai poder consumir mais. Não é o setor que ganha; o setor recolhe o imposto que foi pago pelo consumidor. No regime do IVA, é assim que funciona.

Então, fica muito claro que o imposto é do consumidor, que não há exceção e que as alíquotas múltiplas são um sistema consolidado, um sistema definido hoje nas melhores economias do mundo, na OCDE, e é isso que nós devemos tentar copiar no Brasil – aquilo que deu certo.

Então, desmistificar os 26,5% e desmistificar essa questão de exceção é muito importante, para que aqui não se caia no discurso equivocado, enviesado por ideologia, que está se levando à tomada de erros e a direções equivocadas na reforma tributária.

Essa é a minha contribuição, Senador.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Bem, nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 28 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471173003

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e dezessete minutos do dia quatro de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Fernando Dueire, Dr. Hiran, Weverton, Plínio Valério, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Augusta Brito, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Humberto Costa, Flávio Arns, Rosana Martinelli, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Romário, Tereza Cristina, Esperidião Amin e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Beto Faro, Cleitinho e Jayme Campos, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alan Rick, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Sérgio Petecão, Flavio Azevedo, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 66/2024 - CAE, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Finalidade:** Debater os impactos da Reforma Tributária (PLP 68/2024) nos setores de comércio e serviços. **Participantes:** Sra Francine Fachinello, Advogada Tributarista e Mestranda em Direito Tributário - Puc/SP; Sra. Márcia Sepulveda, Coordenadora Tributária e Fiscal do Observatório Político do Setor de Serviços; Sr Eduardo Fleury, Economista e Advogado; Sr. Victor Teixeira Nepomuceno, Consultor de Processo Legislativo da Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação – FEBRAC.; Sr Ariel Uarian, Diretor de políticas públicas do Movimento Inovação Digital (MID); Sr. Wagner Ferreira, Consultor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE; Sr Erminio de Lima Neto, Vice Presidente Institucional da Fenaserhtt – Federação Nacional dos Sindicatos de Empresas de Recursos Humanos, Trabalho Temporário e Terceirizado; Sr. Luigi Nese, Presidente da Confederação Nacional de Serviços; e Sr Ricardo Fiúza Neto, Advogado da Associação Brasileira das locadoras de equipamentos médicos - ABLEM. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/04

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de setembro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos da reforma tributária, o PLP 68, de 2024, nos setores de comércio e serviços, em atenção ao Requerimento 66, de 2024, da CAE, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso.

Convido para compor a mesa a Sra. Francine Fachinello, Advogada Tributarista e Mestranda em Direito Tributário da PUC de São Paulo.

Podem bater palmas para ela, para animar aqui. (*Palmas.*)

Convido também Márcia Sepúlveda, Coordenadora Tributária e Fiscal do Observatório Político do Setor de Serviços. (*Palmas.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Victor Teixeira Nepomuceno, Consultor de Processo Legislativo da Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac). (*Palmas.*)

Convido também Ariel Uarian, Diretor de políticas públicas do Movimento Inovação Digital (MID). (*Palmas.*)

E está conosco também, de forma virtual, o Sr. Eduardo Fleury.

Bem, daqui a pouco a gente vai fazer a segunda rodada, com a presença também de outros palestrantes ou expositores.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal eCidadania, na internet, no endereço www12.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211 – 0800 0612211.

O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado terá sete minutos, e, ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos, para fazerem suas perguntas e comentários, e, na sequência, faremos a segunda rodada.

Bem, eu já vou passar imediatamente a palavra para o Eduardo Fleury, economista e advogado, que está de forma remota.

Eduardo Fleury.

O SR. EDUARDO FLEURY (Para expor. *Por videoconferência.*) – O.k., nós estamos aqui.

Eu tenho uma apresentação. Eu só gostaria de verificar se vocês estão me ouvindo e se a apresentação já está disponível.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Estamos ouvindo bem, e a apresentação você mesmo pode compartilhar.

O SR. EDUARDO FLEURY (*Por videoconferência.*) – Eu posso compartilhar?

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo bem, vou compartilhar. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

O SR. EDUARDO FLEURY (*Por videoconferência.*) – Eu pergunto: estão vendo a tela inteira?

Só checando...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim.

O SR. EDUARDO FLEURY (*Por videoconferência.*) – Sim. O.k.

Bom, eu queria agradecer o convite da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, e, na pessoa do Senador Izalci Lucas, agradecer a todos os demais Senadores, a quem cumprimento.

Mais uma vez, é uma satisfação enorme estar aqui, para poder tentar colaborar um pouco com a discussão sobre a regulamentação da reforma tributária.

Como a gente tem aí um tempo obviamente sempre limitado, porque nós temos muitas pessoas, a gente resolveu apresentar uma pesquisa que a gente chegou a fazer, anteriormente, sobre tentar dimensionar, digamos assim, qual a parcela do serviço, do setor de serviços – agora especialmente do setor de serviços –, que poderá ser impactada pela reforma tributária.

Então, só para a gente entender isso em grupo: como é que a gente fez esse cálculo? A gente tem um dado. A Receita Federal tem uma tabela, que infelizmente só vem até 2018; então, a gente usou dados até 2018, portanto, sujeitos aí a melhores detalhamentos. Então, a gente usou essa tabela, e lá eles têm por Cnae, e, no Cnae, você consegue pegar o faturamento de todas as empresas daquele Cnae, daquele código de atividade econômica, e consegue pegar também o número de empregados. Então, a partir daí, a gente usou... A gente deu esse exemplo aqui da tela, que é apenas um recorte da tabela, para vocês entenderem como é que a gente pegou: a gente pegou a receita bruta e pegou a receita na quantidade de empregados.

A partir daí, a gente deu uma limpeza nos dados. Por exemplo, tirou aquelas receitas que não seriam números, como televisão aberta, associações, e tudo o mais, e aí a gente pegou o total e, de cada Cnae, a gente fez uma análise, dizendo assim: "Olha, quanto desse Cnae, desse

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tipo de atividade econômica, é faturada para o consumidor final ou ela vai ser faturada para uma outra empresa que também é contribuinte do IBS/CBS?".

Por que é que a gente fez isso? Porque, se você está naquilo que a gente chama de "no meio da cadeia" e você está faturando para outra empresa, para outro contribuinte do IBS/CBS, o imposto pago pelo fornecedor de serviço vai ser considerado como um crédito, e não como um custo, para o tomador desse serviço. Então, aí acaba não tendo, impacto do ponto de vista do setor, porque isso daí não é um custo para a próxima etapa, e sim um crédito. Já quando o faturamento é feito diretamente para a pessoa física, o consumidor, aí sim.

Se você tem, portanto, um prestador de serviço que está vendendo para o consumidor final e estiver sujeito a uma alíquota padrão, que pode hoje atingir 28%, a gente vai assumir que ele estará tendo um impacto, vamos dizer assim.

Então, a gente classificou as atividades econômicas, dizendo: "Olha, para essa atividade econômica, começamos assim, 100% estão no meio da cadeia, ou 75% estão no meio da cadeia, ou 50% estão no meio da cadeia, ou 25% estão no meio da cadeia, ou 0%". Zero por cento significa que eu estaria faturando totalmente para o consumidor.

Nós fizemos isto aqui com base em diversos critérios, que, obviamente, concordo que podem ser avaliados, questionados. É uma estimativa, mas é um formato em que a gente consegue chegar a um valor.

Assim, olhando, a gente dividiu, portanto, receitas que estão no meio da cadeia e receitas que estão no final da cadeia, no consumidor final. E também consideramos as alíquotas reduzidas que podem ser aplicadas para algum tipo de serviço.

Aí, somando os números, nós temos aqui um total de receita do setor de serviços, como podemos ver aqui, de serviços de R$2,5 trilhões.

Cuidado, isso não é o PIB do setor de serviços, porque tem muito faturamento que é custo para outra empresa e, portanto, está o quê? Duplicado. Então, você calcula esse valor. O faturamento de uma empresa é o custo da outra, que entra na receita dessa outra empresa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para a gente entender: para cada empresa, para cada setor, a gente tem R$2,5 trilhões de faturamento.

E a gente tem aqui, sim, número real: 11.614.000 funcionários que estão empregados no setor de serviços, segundo dados da Receita Federal, sempre lembrando de 2018.

E aí, com aquela divisão que a gente fez, nós encontramos que, no meio da cadeia e, portanto, sofrendo menos impacto – ou melhor, não seria sem sofrer impacto –, você teria 64% do faturamento e 57% dos empregados.

Já no final da cadeia – e aí, sim, sujeito ao impacto –, você teria 36% do faturamento do setor de serviços, e 43% do número de empregados estariam numa atividade de uma prestação de serviço que vai ser vendido para o consumidor final, portanto, sujeito a aumento de carga tributária.

E aí a gente resolveu dar uma olhada no final da cadeia. Quem são esses caras que estão no final da cadeia?

E aí a gente chega aqui e verifica que, desses 36 – o número anterior é arredondado –, 8,9%, quase 9%, são empresas dos Simples, que, portanto, não vão ser afetadas. Quando falo em 8,9%, não falo em quantidade; eu falo, sim, em faturamento.

Vocês vejam que o número de empregados é bastante substancial no setor de serviços.

Então, vocês veem que o setor de serviços das empresas do Simples está empregando cerca de 23% desse total.

Depois disso, a receita de final de cadeia também, que são os serviços que estarão sujeitos à alíquota reduzida, como educação, saúde, equivale a 14,81% do faturamento e 13% de mão de obra.

E aí, nesta letra C aqui, a gente tem efetivamente aquela receita final de cadeia, que sofrerá a alíquota padrão de 28%. Esse total aqui chega a 12%. Então, 11,97% e 6,38% da mão de obra são quase 12% do faturamento do setor de serviços, e 6,38% da mão de obra trabalharão para setores que vão faturar com 28%.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Retirando os serviços de telecomunicação, que provavelmente terá uma redução de preço, o resultado final – já que estamos ao final, realmente é o final da minha apresentação – é aquele setor de serviços que estará vendendo para o consumidor final, com a alíquota padrão de 28%, a qual equivaleria a 7,4% do faturamento total.

Então, a gente pode dizer que quase 8% do faturamento do setor de serviço, ou do setor de serviços, será afetado por essa alíquota de 28% e poderá ter um aumento de preço.

Em termos de números de empregados, a gente chega a 6%, ou seja, praticamente 6% dos empregados, funcionários, poderão estar sujeitos a esse aumento de preço.

A ideia aqui é – e a gente acaba aqui a apresentação – dimensionar bem qual parte do setor de serviços ou o volume do setor de serviços. Não é exatamente qual parte, porque a gente está falando que tipo de atividade, especificamente, aqui, sobre o resultado final, mas é o volume da prestação de serviços que estaria sujeito a um impacto de aumento de preços.

Então, basicamente, caros Senadores e demais membros da mesa, era isso que a gente tinha para apresentar, e agradeço mais uma vez a presença.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Eduardo.

Com a palavra, o Senador Espiridião Amim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Gostaria... Mas o que eu quero trazer, eu já lhe trouxe intervenção pessoal... E eu queria deixar registrado...

Causou-me grande impressão – e positiva – a apresentação de que participaram os nossos queridos Luiz Carlos Hauly e o Miguel Abuhab, em que o emprego do *cashback*, por exemplo, no caso de cesta básica ou de outra natureza de despesa referida a alguém, por exemplo, no CadÚnico, alguém que esteja incluído no CadÚnico, essa...

O volume que poderia ser devolvido a esses contribuintes – de baixa renda, no caso – poderia ser um alívio na carga tributária, que nós estamos vendo subir a cada intervenção bondosa do Congresso Nacional. Cada vez que se atende, que se faz uma bondade, vai aumentando a alíquota final. Os vasos comunicantes são perversos e fatais.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De todas as sugestões que eu ouvi, foi a mais tentadora, porque, após, se nós pudermos nos assegurar que o atendimento será socialmente defensável e, com isto, utilizando a tecnologia, o *cashback,* nós conseguirmos reduzir a alíquota final, será uma bela indulgência para todos nós, só que eu tenho dúvida se os dados e porcentuais apresentados são idôneos. Não que as pessoas não sejam idôneas, mas eu quero saber se alguém autentica e legitima a informação.

Então, esse é o pedido que eu quero deixar registrado. Vale para aquela audiência, ou seja, vale "pratrasmente", como diria o Odorico Paraguaçu, e vale "prafrentemente". Quem apresentar um dado, uma solução auspiciosa como essa, por favor, tem que terminar como terminavam os nossos teoremas – CQD (conforme queríamos demonstrar) –, senão, nós não teremos legitimidade para dar consequência àquilo que nos parece, pela exposição, bom e adequado.

Essa era a observação que eu queria fazer, explicitamente, louvando o seu trabalho de coordenação e todas as participações que nós estamos tendo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu vou aproveitar essas considerações de V. Exa., para reforçar, junto ao Governo. Ontem mesmo, na audiência que fizemos, houve contestações dos números.

Primeiro, o Governo precisa encaminhar para esta Comissão o detalhamento dos 26 que ele alegou, os 26,5.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Exatamente. Porque, ontem, foi feita uma apresentação, alegando que se chegaria a 20... vinte vírgula alguma coisa, então, há uma diferença muito grande.

O impacto do *cash back* da cesta básica, colocado pelo Governo, que chegaria a 28, foi também colocado, aqui, ontem, o que representa zero vírgula alguma coisa. Então, nós precisamos ter os dados que sejam incontestáveis, por isso é que a gente reforça... Eu até vi, no elevador, o pessoal da Receita Federal – não sei se estão aqui –, mas nós precisamos desses dados, caso contrário, nós vamos considerar o que temos, aqui, daqueles que forneceram os dados.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No caso do *cash back*, tem que ser admitido também um teto de despesa. Não posso, estando no Cadastro Único, apresentar uma despesa anual de R$20 mil de cesta básica... Aí está havendo terceirização da compra, não é? Então, tem que ter um limite, como é na tarifa social, por exemplo, de energia elétrica.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem.

Então, foi boa a colocação, para a gente reforçar isso, porque, de fato, números, dois e dois são quatro. Não tem discussão. A gente está vendo muitos dados que foram retirados, durante a pandemia, depois da pandemia, antes da pandemia, que são totalmente distorcidos com a realidade de hoje. Então, estou reforçando, para o Governo, para que não haja problema, depois, de aprovação do projeto.

Bem, vou passar a palavra, agora, a Francine Frachinello, que é advogada tributarista e mestranda em Direito Tributário da PUC de São Paulo.

Eu estou alertando sempre que é objetivo dessas audiências e da Comissão de Assuntos Econômicos, a gente, de uma forma muito didática, muito pedagógica, colocar o texto da Câmara, qual é a nossa proposta de mudança e uma justificativa que seja inquestionável. Qualquer Deputado, entendendo ou não de tributos, vai dizer: "Caramba, realmente, está errado, tem que votar". Se não for assim, a gente não vai conseguir mudar o que está aí.

Então, acho legal esses dados que foram apresentados aqui, mas a gente precisa, realmente, ter uma coisa mais objetiva, no sentido de mostrar qual é o artigo, qual é o parágrafo, quais são os números e qual é a sugestão de mudança, para que a gente possa ter sucesso, até porque a gente vai ter que apresentar o relatório e, depois, encaminhar para o Relator ainda. Tem que ser um relatório bem convincente. A gente está preparando, a cada audiência, uma análise e uma proposta já de acatamento das emendas, então, é muito importante vocês apresentarem as suas dúvidas, encaminharem alguns dados, independente de qualquer coisa, para a gente poder analisar, passar isso para o Governo, em forma, inclusive, de perguntas e respostas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se tem dúvida, vamos oficializar essas perguntas para que o Governo e a academia, que fizeram o projeto, possam responder a isso.

Então, com a palavra, a Francine.

A SRA. FRANCINE FACHINELLO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Cumprimento primeiramente o Senador Izalci. Agradeço o convite.

Hoje eu estou aqui representando o projeto Mulheres no Tributário. É um projeto em nível nacional. Eu tenho a honra e a alegria de ser uma das fundadoras desse projeto. A gente visa trazer mais mulheres para a área tributária, promovendo *networking* e conhecimento técnico de qualidade.

Tivemos uma abertura, através das frentes parlamentares do empreendedorismo, para trabalhar ativamente no processo legislativo de regulamentação da reforma tributária na Câmara dos Deputados; e agora estamos tendo aqui, graças ao Senador Izalci, também a palavra e a oportunidade de poder contribuir para um sistema tributário mais justo e igualitário.

Venho falar com vocês um pouquinho – vou ser breve também – com relação ao setor que é o maior setor do PIB brasileiro, que é o setor de serviços. Nos últimos três anos, foi o setor que mais cresceu. No último ano, em 2023, cresceu 2,3%. Segundo pesquisa do Caged, 60% dos empregos formais com carteira assinada são advindos do setor de serviços. Ele cresce dessa forma proporcional ao desenvolvimento e à industrialização local, ou seja, o crescimento e a urbanização concentram uma maior necessidade do setor de serviços.

Hoje, a gente tem no Brasil, dentro do setor de serviços: construção civil, logística, transporte, advocacia, *telemarketing*, saúde. Então, é um dos setores mais importantes e com maior impacto na carga tributária.

Hoje, uma empresa prestadora de serviços, no lucro presumido, recolhe 8,65% sobre o faturamento de impostos, incluídos aí ISS, PIS e Cofins. Com o IVA, a alíquota vai passar a 26,5%. Nós estamos falando de um aumento de mais de 17%, e estamos falando de uma reforma tributária sobre o consumo. Ou seja, esse valor, esse percentual vai ser repassado ao consumidor. Vai dar um impacto diretamente no consumidor. Então, é necessário, sim, um olhar

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atento para que nós possamos tentar diminuir os impactos de um setor tão importante para a economia brasileira.

Haverá não cumulatividade? Sim, haverá. O débito dos impostos pagos sobre as notas fiscais de venda vai poder ser deduzido do crédito pago nas compras, mas nós estamos falando de um setor em que o principal insumo é a mão de obra, e o IVA não incide sobre a folha de pagamento. Então, não vai dar direito a crédito, não vai gerar direito a crédito.

Aí, sim, entra também a questão do *split payment*. Hoje, no sistema cumulativo, a gente já tem um imposto descontado diretamente com a emissão de nota fiscal. No entanto, a grande questão do *split payment* no setor de serviços é que nós vamos falar... Hoje a gente fala de uma alíquota de 8,65%. Nós estamos falando da incidência de uma alíquota muito maior, 26,5%, e, como falado anteriormente, não dando direito a crédito, porque o IVA não incide sobre a folha de pagamento.

Então, trago todos esses dados, mais uma vez, para dizer que é um setor cuja tributação vai sofrer um aumento muito significativo. Nós precisamos ter esse olhar atento do legislador para justamente diminuir esse repasse ao consumidor final e garantir o futuro da economia no Brasil.

Então, são essas as minhas contribuições.

Agradeço mais uma vez. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem, Francine.

Passo a palavra agora à Márcia Sepúlveda, que é Coordenadora Tributária e Fiscal do Observatório Político do Setor de Serviços.

A SRA. MÁRCIA SEPULVEDA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Boa tarde a todas, boa tarde a todos.

Eu falo aqui – como já me apresentou o Senador – representando o Observatório Político do Setor de Serviços. Falarei muito aqui em reforço do que já foi dito.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O observatório é uma entidade que agrega associações, que agrega representantes de proteção, de fomento, de estímulo ao setor de serviços e que subsidia as atividades da Frente Parlamentar Mista do Setor de Serviços. Eu componho o grupo de trabalho técnico tributário e fiscal da frente parlamentar. Esse trabalho é liderado pelo nosso Secretário-Executivo, Hélzio Mascarenhas. Também compõe comigo o meu trabalho o meu colega Eduardo Muniz.

A ideia aqui, Senador, é pontuar rapidamente alguns aspectos que, como minha querida colega que me antecedeu aqui trouxe, são especificidades do setor que acabam sendo igualadas, que acabam perdendo luzes quando são igualadas numa reforma tributária, que acertadamente pretende trazer simplificação para a incidência tributária.

Eu gostaria de ressaltar dois pontos específicos que são importantes relativamente ao setor, quando se fala de uma reforma que tem, como pontos estruturantes da sua construção de incidência tributária e de creditamento, cadeias de circulação que são mais longas, que são mais estruturadas e mais afetas à relação de produção e circulação de bens e mercadorias. Uma frente de atuação, uma frente de estruturação econômica é diferente do que é o setor de serviço. De fato, o setor de serviço é marcado por duas características que eu acho que aqui são importantes de serem ressaltadas.

Primeiro, cadeias mais curtas. Para a maioria dos casos, a prestação de serviço, seja no B2B, seja no B2C, é marcada por uma cadeia de circulação mais curta, em que esse viés do creditamento perde significativa força. Essas cadeias, às vezes, são inclusive disformes, o que dificulta um tanto parametrizar como elas se apresentam, para que possam ser mensurados os impactos na carga tributária, por exemplo. A despeito disso, é importante e relevante, já que o creditamento está posto, a forma de creditamento está posta baseada nos insumos considerados pela reforma, ressaltar alguns pontos, Senador, que foram tratados inclusive ontem aqui e recorrentemente têm ganhado ressonância, preocupações com os efeitos concretos da não cumulatividade plena. Esses efeitos precisam ser assegurados; o PLP 68 precisa efetivamente prestigiar essa não cumulatividade plena, primeiro, porque ainda para os setores de ampla cadeia o impacto é importante, especialmente para o setor de serviços, que se vale de menos insumos ainda.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso me traz também a necessidade de ressaltar a importância de prestígio à neutralidade tributária, que já tem um conceito amplo pela reforma até aqui e que é muito importante para que os ambientes de negócios possam ser estruturados e ter previsibilidade.

O segundo ponto é que, também como já dito aqui, na fala que me antecedeu da minha colega Francine, é uma marca muito forte do setor de serviços ter, como seu principal insumo, a mão de obra. Esse é o insumo do setor de serviços e essa é uma dor. É uma dor, porque a carga tributária sobre a folha de pagamentos é relevante, é pesada. E é sabido que a própria emenda constitucional foi ciente da importância do tratamento da carga tributária sobre a folha, tanto é que previu, determinou que o Poder Executivo encaminhasse, em 90 dias, nos termos do art. 18 da Emenda Constitucional 132, uma reforma tributária para a folha de pagamento.

Essa leitura fragmentada é importante, a reforma do consumo é importante, mas especialmente é uma dor do setor de serviço a preocupação com os efeitos concretos dessa reforma pelo impacto da carga que vai, sim, ser elevado, associada a outras dores, a outras preocupações que precisam ser agregadas de uma forma conjunta e mais complexa para que se possa fazer uma leitura mais global do que, de fato, está se tratando aqui especificamente para o setor.

É claro que estou falando de um setor que agrega diversas frentes, diversas economias, diversos formatos, mas, para o Observatório, é importante que essa leitura geral seja apresentada aqui sempre que se for tratar de qualquer atividade relativa ao setor de serviço, porque essas são características que permeiam, de um modo geral, todo o setor, todas essas frentes a que eu me refiro.

E aqui eu poderia pontuar diversas outras demandas que são agregadas, que precisam ganhar luzes, como por exemplo as questões relativas ao desdobramento da regulamentação dos regimes específicos para as atividades do setor financeiro, para as operações com bens imóveis, assim como os pleitos que vêm sendo apresentados, reiterados e defendidos para os consórcios, para as atividades de cobrança, que são extremamente importantes para a sustentação, para a recuperação de crédito, para essa economia B2B.

O tempo é curto, então a minha preocupação aqui é de trazer, de fato, esse panorama para que ele possa, como eu disse, jogar luzes para o tratamento de cada uma das emendas

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentadas, Senador, especialmente para que essa reforma possa trazer concretamente a previsibilidade. A previsibilidade é um fator importante para a reforma...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MÁRCIA SEPULVEDA – ... é importante para a economia e é ela que vai assegurar que atividades, tais como a do setor do serviço, possam gerar de fato renda, crescimento, desenvolvimento econômico. E, para isso, o Observatório se coloca à disposição.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade. Parabenizo-o pela condução dos trabalhos, nesta Casa Legislativa, em um momento que é histórico na construção não só da tributação do consumo, mas das novas relações entre o contribuinte, o Fisco e o sistema tributário como um todo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Márcia.

Já passo a palavra ao Victor Teixeira, que é o Consultor de Processo Legislativo da Febrac (Federação Nacional das Empresas Preservadoras de Serviço de Limpeza e Conservação).

O SR. VICTOR TEIXEIRA NEPOMUCENO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Sr. Presidente Senador Izalci, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, agradeço a oportunidade de poder contribuir um pouquinho aqui, no contexto do setor de serviço, para a reforma tributária, especialmente no contexto do PLP 68, que trata de uma parte da regulamentação da reforma tributária, da Emenda Constitucional 132.

Presidente, vou fazer uma breve apresentação aqui da Febrac.

A Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac) foi fundada há 41 anos, participa do Sistema S, então CNC, Conselhos do Sesc, Senac, Cebrasse, CBST e WFBSC. O setor de serviços hoje é responsável por cerca de 70% do PIB brasileiro. São 44 mil empresas, aproximadamente, em todo o Brasil que estão sob o manto hoje da federação. São 2,5 milhões de trabalhadores. Então, o guarda-chuva que a Febrac representa é um guarda-chuva que agrega hoje 2,5 milhões de empregos. Ela é, de fato, uma federação

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que participa do setor intensivo de mão de obra, justamente pela característica das empresas que fazem parte do seu ecossistema.

O ponto que a gente quer trazer hoje são as características específicas desse setor, que está sofrendo as agruras de um aumento de carga, se esta Casa não aperfeiçoar o PLP 68 para que haja uma adequação. Vejam só, as empresas de terceirização de mão de obra trabalham com margens muito apertadas, porque o custo hoje de folha de pagamento é um custo muito alto, a tributação de folha de pagamento é uma tributação muito alta. Então, qualquer modificação no sistema tributário implica um aumento de carga razoável, que pode chegar ao ponto de inviabilizar algumas empresas, ao desemprego ou a uma redução do crescimento ou mesmo a um aumento do desemprego. E aí, como minhas colegas que me antecederam já trouxeram, realmente o grande insumo do setor de serviço é a folha de pagamento, e isso não vai gerar crédito. O que vai acontecer? Diferentemente de outros setores acomodados na reforma tributária, o benefício da utilização de crédito para o setor de serviço será muito pequeno, então, isso, via reflexa, vai representar um aumento efetivo no custo fiscal, na carga tributária do setor. E aí é que chega a questão – vou só passar aqui um pouquinho...

Só um parêntese aqui antes de continuar na questão numérica. Isso é um dado legal: a Febrac, as empresas que estão sob o manto da Febrac são as empresas que mais empregam mulheres, pessoas com mais de 50 anos e pessoas com baixo nível de escolaridade. Então, realmente, as empresas que estão nesse guarda-chuva trazem consigo também uma proposta social na geração de empregos.

Essa planilha, Presidente, é uma planilha que foi rodada no sistema Modetax e eu vou me ater às duas primeiras colunas, porque as colunas posteriores por ora não são importantes. De acordo com a planilha, a estimativa de aumento de carga para o setor de serviços, em especial os que fazem parte da Febrac, vai chegar a 8,8% de aumento real. Esse é o piso, é o mínimo de onde o aumento partirá.

Eu tenho uns pontos que vão estar na apresentação.

Com o PLP... O PLP está representado naquela linha laranja e o sistema como é hoje na azul. Então, ele sempre está acima aqui, no setor de serviços, que é o da ponta, e vai implicar o aumento real de carga. E aí nós temos o seguinte ponto: esses 8,8% não exprimem a realidade

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do setor inteiro, porque alguns setores sofrerão aumentos expressivos de acordo com o sistema, e esses aumentos... Eu vou pegar aqui os mais expressivos deles: nos Correios e em outros serviços de entrega, a expectativa é de um aumento de 16,9% na carga; no desenvolvimento de sistemas, 24,8% de aumento; no serviço de vigilância, segurança e investigação, a variação prevista é de 41 pontos, ou seja, a gente está falando de quase 50% de aumento de carga tributária. O que isso quer dizer? Isso quer dizer ou o repasse absoluto de preço para o consumidor final, do custo, ou a gente vai ter de fato aí um problema de desemprego, um colapso do sistema.

E aí, Presidente, já me encaminhando...

O Senador Laércio, no contexto da Emenda Constitucional 132 – vou passar aqui, porque são várias páginas –, conseguiu, com uma emenda, a aprovação desta Casa – e saiu desta Casa – para a inclusão, como a Dra. Márcia bem pontuou, do inciso III no art. 18 da Emenda Constitucional 132...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICTOR TEIXEIRA NEPOMUCENO – ... para dizer o seguinte – eu peço permissão para ler –: "Até que a lei disponha sobre a reforma da tributação da folha de salários, de que trata o inciso III do art. 18 da Emenda Constitucional nº 132, a redução prevista"...

Perdão, eu li aqui artigo... O texto da Emenda Constitucional 132... Perdão, cadê?

Ele está aqui...

O Governo Federal enviará em 90 dias proposta... Aqui, é aquela mesma: o Governo Federal enviará "em até 90 (noventa) dias [...] projeto de lei que reforme a tributação da folha de salários".

E o Senado estava atento a isso. Naquele momento em que esse texto foi inserido na Constituição, ele estava atento, porque fazia muito sentido que isso estivesse presente. O maior gargalo do setor de serviços é a folha de salários. Então, a emenda constitucional acabou antevendo o problema que hoje nós estamos enfrentando no PLP, que é um problema de aumento expressivo da carga. E esse texto veio justamente para, em paralelo, legitimar e regulamentar a reforma tributária.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador, só para finalizar, o Senado Laércio apresentou uma emenda, que é a Emenda 158-U, ao PLP 68 – que é o encaminhamento que a Febrac solicita –, com o seguinte texto: "Até que a lei disponha sobre a reforma da tributação da folha de salários, de que trata o inciso III do art. 18 da Emenda Constitucional [...], a redução prevista no *caput* [...] será aplicada às empresas do setor de serviços intensivo em mão de obra".

Esse ponto é uma solução transitória, porque é até que a lei defina a reforma da folha de salários, porque o setor de serviços vai amargar um grande aumento nas suas mais multifacetadas formas de atuação no ecossistema econômico brasileiro.

Obrigado, Presidente. Desculpe-me aí pelo alongamento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É mais um ponto importante de o Governo estar atento, porque está na emenda constitucional, e nós estamos regulamentando a emenda. E o objetivo é fazê-lo de forma completa, e não só naquilo que interessa para o Governo, não é?

Obrigado, Victor.

Já passo, então, a palavra ao Sr. Ariel Uarian, Diretor de Políticas Públicas do Movimento Inovação Digital.

O SR. ARIEL UARIAN (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Cumprimento todos os presentes na figura do próprio Presidente, o Senador Izalci, que tem conduzido muito bem esta discussão da reforma tributária aqui na CAE.

Parabéns, Senador! Tanto agora nesta condução quanto até na discussão anterior das emendas constitucionais, o trabalho do senhor tem sido fundamental neste debate como um todo. Olhando pelo setor produtivo, a gente só tem a agradecer ao senhor.

O MID é uma associação sem fins lucrativos que congrega mais de 180 empresas nativamente digitais. São empresas médias, pequenas, grandes, mas todas têm o elemento digital como essencial no exercício da sua atividade.

Em relação à reforma tributária como um todo, acho que a gente tem que separar a questão das emendas constitucionais, porque o trabalho do Congresso foi muito louvável. Era

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma reforma que gerava, em todo mundo, uma ansiedade, uma vontade de que ela se realizasse. E isso, de fato, aconteceu. Então, a gente tem que louvar.

Em relação à regulamentação, que é o PLP 68, a gente tem três considerações, e as três considerações que a gente vai colocar são, basicamente, sobre a caracterização das plataformas digitais, a responsabilização solidária das plataformas digitais e a responsabilização solidária dos desenvolvedores de *software*.

Em relação à caracterização das plataformas, a redação dos §§1º e 2º do art. 23 é problemática. Por quê? Porque ela inclui dois elementos que contradizem o próprio texto do PLP 68. Ela coloca, entre vários, dois elementos de caracterização das plataformas digitais: o pagamento e a cobrança, ter o controle desses dois elementos. Entretanto, o inciso II do mesmo §2º exclui a atividade de processamento de pagamentos das plataformas digitais, que não incide. E a alínea "b" do inciso V do art. 54 exclui expressamente a responsabilidade dos prestadores de serviços de pagamento sobre operações cujos pagamentos elas liquidem. Então, você cria uma responsabilidade solidária ao mesmo tempo em que, para os liquidadores de pagamento, você exclui essa responsabilidade.

E qual é o cerne dessa problemática? É na caracterização das plataformas digitais, porque é um conceito novo.

Qual é a nossa proposta, como MID? Utilizar um conceito que já existe e já está consolidado no direito, que é o conceito estabelecido no marco civil da internet. A gente entende que trazer isso daria mais segurança e afastaria a insegurança jurídica e a eventual judicialização desse tema. Então, essa é a primeira questão.

A segunda questão é em relação à responsabilidade solidária. O inciso I do art. 23 determina a responsabilidade solidária das plataformas quando o contribuinte não registrar a operação em documento fiscal. Aqui, a gente precisa deixar claro que o MID e o setor que representamos não somos contra a responsabilidade solidária, mas ela tem que ser atinente ao que as plataformas têm de ingerência. Hoje, as plataformas, sejam as de vendas de mercadoria, sejam aquelas que fazem a intermediação de serviços, não têm o controle total da cadeia. Não têm ingerência sobre a contabilidade e a escrituração dos vendedores e dos compradores. Basicamente, eu gosto de fazer uma metáfora para utilizar do mundo digital para o mundo

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

físico. Seria como se a gente quisesse responsabilizar os classificados de jornal por um vendedor de imóvel que não registrou sua escrituração contábil no imposto de renda. Muitas vezes a plataforma – muitas vezes, não, na quase totalidade das vezes – não tem essa ingerência.

Então, o que a gente está solicitando aqui? Que haja uma alteração de que a responsabilidade solidária só se dê a partir do momento em que as empresas não prestem informações ao Fisco. Diferentemente, para usar o exemplo que eu dei dos classificados de jornais, a gente entende que as plataformas têm acesso a informações que os classificados não têm, e eu acho que, por isso, a gente não se furta de apresentar essas informações ao Fisco, mas ela não pode ser responsabilizada por algo sobre o que ela não tem ingerência, sobre o que ela não tem controle.

Por fim, é este o nosso pleito: uma alteração nesse inciso I do art. 23, para que conste que a responsabilidade solidária só se dê em caso de a plataforma não apresentar ao Fisco as informações solicitadas.

E, finalmente, a questão da responsabilidade solidária dos desenvolvedores de *software*. O inciso IV do art. 24 do PLP 68 impõe uma responsabilidade solidária para os desenvolvedores de *software* utilizados no registro de operações fiscais e que permitam a utilização em desacordo com a legislação tributária. O que quer dizer isso? É difícil, uma redação bem confusa, que dá uma embananada na cabeça. É o seguinte: o desenvolvedor de um *software* que faz aquele controle de notas fiscais, se, eventualmente, for utilizado para fins em desacordo com a legislação tributária, ele teria responsabilidade solidária, e, com todo o respeito, não faz sentido. O que a gente está solicitando é basicamente o seguinte... É como você pedir que uma pessoa faça um programa e depois o usuário fazer um...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARIEL UARIAN – ... mal uso disso e ele ser responsabilizado. O que a gente solicita? Que, na verdade, inclua-se aqui o elemento dolo. Novamente, nós não somos contra a responsabilidade solidária, mas que isso só ocorra quando o desenvolvedor de *software* ou de aplicação faça isso de forma dolosa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesses três casos, a gente entende que se mantém a higidez da reforma, a estrutura, sem mudar muito esses aspectos, e se mantém o objetivo central da reforma como um todo.

Dito isso, por fim, para terminar ainda no meu tempo, agradeço novamente, Senador, pela oportunidade e todos os participantes pela discussão e pelo alto nível que vem sendo travado aqui no Senado.

Parabéns, Senador.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Ariel.

Bem, já tem as emendas apresentadas, acho que isso já é uma reivindicação antiga de várias audiências.

Vamos fazer essa mesa. Vamos chamar aqui, agradecendo a vocês... Daqui a pouco a gente vai entrar nas considerações finais, mas eu peço que vocês assumam ali essas cadeiras da frente.

Eu convidaria, então, para que se assente à mesa aqui: o Wagner Ferreira, que é o Consultor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, a Abradee; o Ricardo Fiúza Neto, Advogado da Associação Brasileira das Locadoras de Equipamentos Médicos...

Podem bater palma para eles também, porque senão fica chato, não é? (*Palmas.*)

Também o Erminio de Lima Neto, Vice-Presidente Institucional da Federação Nacional dos Sindicatos de Empresas de Recursos Humanos, Trabalho Temporário e Terceirizado; e Luigi Nese, Presidente da Confederação Nacional de Serviços.

Lembrando que nós temos algumas audiências já marcadas. Como tem representante aqui dos equipamentos médicos, é só para dizer que nós temos uma audiência, no dia 12 de setembro, quinta-feira, às 9h da manhã, em que nós vamos discutir a reforma tributária e, especificamente, o impacto na saúde e na educação. Então, nós vamos tratar muito bem dos assuntos de saúde aqui. Energia elétrica também: nós vamos trabalhar a energia elétrica, na área de... Tem aqui também de energia... No dia 18 de setembro, nós vamos falar sobre a infraestrutura nacional, sobre infraestrutura.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O.k., vamos em frente.

Eu passo a palavra já, de imediato, ao Wagner Ferreira, nosso representante da Abradee.

O SR. WAGNER FERREIRA (Para expor.) – Boa tarde, boa tarde a todos. Senador, na sua pessoa, saúdo todos os presentes.

Agradeço a oportunidade de estar aqui hoje, nessa fase da reforma, trazendo um debate que já vem desde lá atrás, não é? Senador, estivemos juntos em vários momentos falando sobre esse processo, que é uma travessia de longuíssimo prazo, em que a gente não sabe muito bem aonde é que a gente vai chegar, mas certamente, com boa informação, com capacidade analítica, a gente tende a construir um bom caminho.

Eu represento aqui a Abradee. A Abradee tem um papel importante hoje no mercado nacional, porque representa o segmento de distribuição de energia elétrica, e energia elétrica tem a ver com todos nós, tem a ver com todas as empresas, tem relação direta com o preço dos produtos, dos serviços, tem a ver com os investimentos, tem a ver com a nossa prosperidade, tem a ver com aquilo que a gente quer construir no país do amanhã. De certa forma, a Abradee, a partir da sua capilaridade nacional, está presente, por suas distribuidoras, no Brasil inteiro, em 99,8% dos lares e domicílios do país. Daí a importância de a gente ter sempre um olhar atento aos impactos dessa reforma sobre uma atividade tão vital, tão primária na nossa construção.

A gente entende que a reforma tributária é virtuosa, tem uma característica de trazer uma revisão bastante completa do atual imbróglio tributário que a gente tem, mas a gente precisa sair, do outro lado, mais forte. Eu acho que o nosso papel, desde a emenda constitucional, tem sido o de trazer uma visão específica para o setor de energia, mas que perpassa por todo o interesse nacional; daí o nosso papel de trazer um pouco mais de informação e de estar sempre junto, aqui, com o Senador, que tem, além de tudo, uma visão contábil e fiscal sobre as coisas, o que ajuda bastante a compreensão desse impacto.

Não é demais dizer que a energia elétrica é base de tudo, não é? Então, a gente precisa ter um olhar muito firme sobre o que vai acontecer com a resultante tributária sobre o fornecimento de energia elétrica. A gente entende que a reforma tem uma virtude conceitual, porque, como o setor elétrico tem uma cadeia muito longa, você tem um processamento muito

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande de compensação, mas também existe uma série de questões específicas do setor que precisam ser olhadas, e é isso que eu quero trazer hoje aqui, para esta fala.

Por trás da minha fala, a gente precisa ter sempre a clareza da segurança jurídica. Transparência. Então, é muito importante que a gente tenha qualificação sobre os dados com que a gente trabalha, para que a gente tenha uma instrumentalização segura e, com isso, impacte positivamente a sociedade brasileira. Simplicidade. A gente já tem um modelo esgotado e sabe que a simplicidade é mandatória nesse novo processo. Maior isonomia e, principalmente, uma adaptação sistêmica bastante grande em todos os negócios, todas as atividades comerciais de serviços e financeiras, mas, fundamentalmente, do ponto de vista fiscal. As empresas – todas elas: pequenas, médias ou grandes – precisarão ter uma adaptação sistêmica bastante robusta, principalmente no setor elétrico, onde as corporações são altamente reguladas, altamente auditadas, com processos comerciais muito intensos e muito densos.

Aquele ali sou eu; então, eu não vou falar sobre mim, não. Deixe-me voltar aqui para...

Aqui é o seguinte: isso aqui é um quadrinho – e, aqui no Senado, acho que isso tem sido bastante claro – e em cima está o céu, embaixo está o inferno. Percebam que a tela é a mesma, quem vai fazer a diferença sobre isso somos nós. Se a gente quer um modelo tributário que faça prosperar a nossa sociedade, cabe aqui à gente, no Senado – coube à Câmara, um pouquinho mais atrás –, fazer a diferença nesse processo e, principalmente, agora, numa fase de regulamentação. Então, aqui é uma reflexão sobre a verdadeira intuição e propósito das nossas ações e dos nossos pontos de vista, olhando o Brasil daqui a cinco, dez ou quinze anos. É preciso que a gente tenha responsabilidade com o resultado dessa reforma tributária.

Passado aqui este quadro, nós temos alguns pontos de aprimoramento que são muito relevantes para o setor de energia. Não custa lembrar que, hoje, 30% da conta de luz dos brasileiros é de imposto federal e estadual, isso inibe a competitividade, isso impacta o preço, isso impacta o serviço e nos coloca numa condição secundária de competição em relação ao mundo. A reforma pode mudar isso, o conceito da reforma tributária é para mudar isso. A precificação do setor de energia, na reforma tributária, traz essa visão.

Só que tem alguns gatilhos, Senador, que precisam ser devidamente cuidados. Eu vou dar um deles aqui. A atividade principal de uma distribuidora é prestar o serviço de energia elétrica,

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porém, cada município brasileiro institui a Cosip, que é uma contribuição municipal para a prestação dos serviços de iluminação pública. E a cobrança dessa contribuição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WAGNER FERREIRA – ... é, quando facultada e quando assim acordado, inserida na conta de luz pela distribuidora, mas isso não é atividade da distribuidora. A Cosip é um tributo; portanto, esse tributo não pode ser base de cálculo da CBS e do IBS, porque essa atividade não tem relação com o serviço de energia elétrica. Tem um dispositivo na emenda constitucional que fala claramente que são os tributos associados à operação, e a Cosip não é. Se a gente não tiver clareza sobre isso, o que vai acontecer é que, provavelmente, o Fisco vai admitir essa interpretação pela mais favorável ao Fisco e teremos um conflito, um contencioso sobre essa questão.

É preciso dar clareza. Já tivemos várias falas nesse sentido, mas o fato é que, se não estiver instrumentalizado no dispositivo, é muito provável que a gente avance em sentido contrário, na direção do inferno, como eu coloquei lá. A gente tem que ter clareza de propósito na largada.

A segunda coisa que é importante é o furto, e aqui é uma característica específica do setor elétrico. A distribuidora de energia precisa comprar energia suficiente para entregar a cada um de nós. Só que, no meio do processo, você tem furto. Então, se eu tenho um mercado de 100, eu preciso comprar 120, 140, 180, dependendo até 200. Porque tem um problema de entrega dessa energia que não está, muitas vezes, no controle de quem opera esse serviço, porque é um problema de segurança pública, é um problema de ausência de Estado. Mas pensem, percebam que a distribuidora precisa comprar 100% desse insumo que vai ser entregue ao consumidor, logo, a creditação, o creditamento desse tributo tem que ser sobre a parcela completa, não pode ser só sobre a parcela faturada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WAGNER FERREIRA – ... porque no meio do processo eu tenho uma atividade, que eu não controlo, que faz com que a minha atividade principal, a qual sou obrigado a assegurar, fique prejudicada.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é muito importante, nesse art. 28, a gente traz um dispositivo, Senador, como uma sugestão, e vamos fazer um trabalho específico com o seu gabinete, com a CAE e com outros gabinetes, para que a gente possa introduzir um dispositivo que ressalve essa oportunidade. Isso, inclusive, protege os consumidores, porque, dentro da tarifa, já tem um pedaço da tarifa que está destinado ao furto, àquilo que se considera ordinário, mas tem uma parcela extraordinária que não está. Essa tem que ser objeto de compensação, na nossa visão, para que você não sobreonere aquele que paga a conta e, consequentemente, não sobreonere o preço da energia e gere toda a consequência disso.

Tem ainda outros pontos – eu já vou terminar, dez segundos. Falou-se aqui de *split payments*. Nossa preocupação principal é sobre a adaptação. Mais do que o conceito, que eu acho que é um problema mais geral, é uma questão mais geral, tem uma questão de sistematização e tem um efeito de caixa altamente relevante. O nosso setor é um setor com um nível de custo muito alto. Para uma conta de energia, cada 80% dela é de custo. Então, caixa é algo muito importante. Se você fizer uma retomada do *split payment* e do D+1, você pode ter um impacto de 700, 800 a R$1 bilhão por mês de custo excessivo por conta do descasamento de caixa. Isso é custo. Isso vai para a tarifa de alguma forma. Então, na largada do *split payment,* é fundamental que a gente seja ouvido e que essa operacionalização tenha um espaço suficiente para equilibrar esse efeito.

Era isso. Muito obrigado. A gente está à disposição de vocês para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tem emenda também com relação a isso?

O SR. WAGNER FERREIRA – Temos emenda. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem, Wagner.

Passo a palavra ao Ricardo Fiúza Neto, da Associação Brasileira das Locadoras de Equipamentos Médicos.

O SR. RICARDO FIÚZA NETO (Para expor.) – Boa tarde a todos os presentes, em especial ao Senador Izalci e a todos os telespectadores.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, represento o Ablem (Associação Brasileira das Locadoras de Equipamentos Médicos). A Ablem reúne hoje as principais empresas do setor no Brasil.

O que se busca hoje é a correção dos arts. 126 e 139 do PLP 68, de 2024, para fins de inclusão da locação nas hipóteses de redução de alíquota – que já são previstas na reforma tributária – para operações com dispositivos médicos. Referidos artigos apresentam inconstitucionalidade na sua redação a partir do momento em que eles excluíram a locação dessa hipótese de redução de alíquota.

A Emenda Constitucional 132, que deu origem à reforma tributária, não faz distinção entre venda e locação. Nesse sentido, Deputados, Senadores, membros da sociedade civil já reconheceram essa inconstitucionalidade, apresentando emendas, através de artigos, dando publicidade a essa inconstitucionalidade.

A redação proposta pela Ablem, para que não haja inconstitucionalidade, seria substituir a palavra "venda" por "fornecimento", englobando tanto a venda quanto a locação, seguindo o que traz a Emenda Constitucional 132, que é superior ao PLP 68, de 2024, dando isonomia às duas modalidades de operação.

Essa redação é completamente plausível, até porque segue o que já consta em outros artigos da reforma tributária, como os arts 124, 125, 128. O art. 127, inclusive, que trata de dispositivos para acessibilidade, usa a expressão "fornecimento". Nada mais justo do que, nos arts. 126 e 139, essa expressão também ser utilizada.

A alteração da redação da reforma em momento algum vai impactar a alíquota geral. Nesse sentido, a Ablem, como forma de provar essa alegação, contratou a Tendências Consultoria, uma consultoria superrespeitada, uma das maiores do Brasil. A Tendências constatou: a grande renúncia fiscal é a redução de alíquota para as operações de venda; o setor de locação ainda representa uma fatia muito pequena do mercado, não impactando na alíquota geral.

Se essa alteração não for feita, vai causar-se um efeito catastrófico, principalmente para as entidades beneficentes, as santas casas e para o setor público. Todas essas entidades citadas atendem em torno de 80% da demanda do SUS, são custeadas pelo SUS, ou seja, elas não se

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

creditam e não vão se creditar da CBS e do IBS, ao contrário do setor privado. O setor privado vai se creditar, e, no fim das contas, o custo final do setor privado para locação será muito mais barato do que o do setor público. Futuramente, a sociedade vai cobrar do Congresso essa distorção, que beneficia o ente privado e prejudica o setor público.

A título de conhecimento, a locação hoje é tributada em torno de 3,65%...

Senador, passou demais.

Voltando ao eslaide anterior, para que fique claro, com a redação atual da reforma, o setor público vai sofrer bastante, tendo um custo real muito maior do que o do setor privado.

A locação hoje é tributada em torno de 3,65%, enquanto a venda é tributada em torno de 28%. Com o projeto da reforma, com a redação atual, se não for substituída a palavra "venda" para "fornecimento", a locação passará a ser tributada em 26,5%, enquanto a venda passará a não ser tributada.

Com isso, o Brasil fica preso a um modelo retrógrado, um modelo que não vai permitir que o Brasil supra a necessidade de equipamentos médicos que a população demanda.

Ao observar o gráfico ao lado, de países superdesenvolvidos como o Japão, os Estados Unidos, a Alemanha, pode-se observar que o Japão, para cada 1 milhão de habitantes, tem 110 máquinas de ressonância; os Estados Unidos, para cada 1 milhão de habitantes, tem 40 máquinas de ressonância. Já a Alemanha, para cada 1 milhão de habitantes, tem 35 máquinas de ressonância. Já o Brasil tem uma média de 24 máquinas para cada 1 milhão de habitantes.

A gente precisa melhorar isso no país, e o país está longe de ter a quantidade de máquinas ideal.

Mais assustador ainda é quando analisamos o gráfico por região.

A Região Norte tem incríveis 9 máquinas para cada 1 milhão de habitantes. Já a Região Sul, 20 máquinas para cada 1 milhão de habitantes.

E esse problema não será resolvido com a compra ou venda de equipamentos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil não tem capacidade financeira para suprir a necessidade interna. A saída para isso é a locação.

Inclusive, a Ablem preparou um exemplo, para mostrar que pequenos municípios conseguem ter acesso a um equipamento de última geração.

Vamos supor: um equipamento de última geração de ressonância custa em torno de R$3 milhões, R$4 milhões, R$5 milhões. Às vezes, o município não tem acesso a esse valor ou é difícil conseguir esse valor. A locação viabiliza que esse município tenha acesso. Como?

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO FIÚZA NETO – O próprio giro do equipamento vai pagar o valor referente à locação, através do repasse que o SUS faz aos hospitais por cada exame feito.

Outro benefício da locação é a questão da manutenção.

Existem em torno, hoje, de 30 mil equipamentos no SUS ociosos, por falta de manutenção, dinheiro público imobilizado, dinheiro público malgasto, um cemitério de equipamentos que poderia ser evitado, se esses equipamentos fossem objetos de contrato de locação.

No contrato de locação, a responsabilidade pela manutenção é do locador, e o locador não tem interesse em que seu equipamento pare, porque ele vai perder a receita de aluguel.

Isso, querendo ou não, aumenta a vida útil do equipamento, contribuindo também para o meio ambiente.

A solução para tudo isso já foi dada. Queria agradecer ao Senador Fernando Dueire, à Senadora Damares Alves, à Senadora Soraya Thronicke, ao Senador Marcos Rogério e ao Senador Dr. Hiran pelas emendas apresentadas nesse sentido.

Essas emendas sugerem, propõem a alteração do texto, nesse caso englobando a locação nas hipóteses de redução da alíquota.

E queria agradecer imensamente ao Senador Izalci e ao Senador Fernando Dueire, que nos ajudou a chegar até aqui, agradecer o espaço, e pedir o apoio desta Comissão, para que as emendas apresentadas possam ser aprovadas, o texto da reforma alterado, e para que a gente

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possa dotar o país de uma legislação que contribua para o desenvolvimento social e econômico do país.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Ricardo.

Quero registrar a presença aqui da nossa Senadora Magareth.

Passo a palavra, imediatamente, ao Erminio de Lima Neto, que é o Vice-Presidente do Instituto da Federação Nacional dos Sindicatos das Empresas de Recursos Humanos, Trabalho Temporário e Terceirizado.

O SR. ERMINIO DE LIMA NETO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Boa tarde, Senador Izalci, que coordena este grupo de trabalho de suma importância neste momento, Senador, porque o Senado, neste momento, tem a chance de nós fazermos realmente uma reforma tributária moderna e objetiva, consertando poucas coisas daquilo que foi aprovado.

Eu acho que é uma reforma perfeita, que pode atender ao setor produtivo, ao setor de governo... Poucos pontos a gente pode acertar com essa reforma.

Acho que foi um grande passo esse projeto, sem dúvida alguma, e nós apoiamos essa reforma, com algumas mudanças.

Quero cumprimentar o Senador Vanderlan, Presidente desta Comissão, que tem dado todo o apoio para que a gente possa tocar; o Senador Laércio Oliveira, que teve a presteza de nos convidar para fazer parte deste debate; e agora a Senadora Margareth, que nos honra com a presença.

Muito obrigado, Senadora. A senhora também é muito importante no trabalho da defesa do empreendedorismo.

Bom, a Fenaserhtt é uma federação que congrega... É superintensiva de mão de obra. Falam muito intensiva de mão de obra, mas essa é uma federação, como várias outras que

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram aqui, cujo pessoal... Quer dizer, ela trabalha mais com margem com pessoal do que com equipamentos. Então, nós representamos o trabalho temporário, a terceirização, os serviços contínuos.

Hoje, as empresas não podem ficar sem essas atividades, que agregam valor às empresas, dando mais flexibilidade para que elas possam competir no mercado altamente competitivo e globalizado. Então, as empresas de terceirização e de trabalho temporário agregam valor e dão sustentação a isso.

A Fenaserhtt foi fundada em 2004. Hoje nós somos 32 mil empresas, que são filiadas à CNS (Confederação Nacional de Serviços), à Cebrasse (Central Brasileira do Setor de Serviço), à Fecomercio de São Paulo e à Confederação Mundial do Emprego.

Nosso Presidente não pôde estar presente, Senador, o Vander Morales, porque hoje nós estamos fazendo o lançamento de um livro muito importante para nós, empreendedores. O Dr. Otavio Calvet, que é um juiz do trabalho, lançou um livro com o seguinte tema: *Ilusionismo trabalhista*.

É exatamente esse o problema da Justiça do Trabalho no Brasil. Hoje nós temos uma Justiça que é praticamente um tribunal de exceção contra o empreendedor, principalmente a Justiça do Trabalho, e esse juiz está tendo a coragem de lançar um livro e está sendo muito combatido pelos seus pares por isso. E ele coloca exatamente essas mazelas.

Então, quem tiver a oportunidade de ler esse livro, seria muito importante.

O nosso setor também é o setor que mais emprega pessoas com baixa escolaridade e que ganham até dois salários, ou seja... Dentro do nosso setor, isso representa 66%. Na sociedade, quem ganha até dois salários mínimos representa quase 80%. Portanto, é um setor de superimportância para se encarar dentro da reforma tributária.

E é um setor em que hoje, Senador, está faltando mão de obra. Hoje não tem mais esse tipo de mão de obra, está muito difícil a contratação. E a prova disso... Tem um mutirão lá em São Paulo, organizado pela UGT todos os anos, é o Mutirão de Emprego, e este ano, para se ter uma ideia, nós tivemos só 3,7 mil candidatos, e no ano passado foram 7,4 mil. E pior: a oferta de

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emprego foi a maior de todas, foi um recorde. Esse mutirão ofereceu 25 mil vagas de emprego, e, vejam os senhores, só foram preenchidas 200 vagas.

Então, é um setor importantíssimo da economia do país e que hoje está sofrendo com esse...

As Casas Pernambucanas, para citar um exemplo, apresentaram cem vagas, levaram cem vagas ao mutirão, pagando um salário de R$2 mil, mais comissões, e só conseguiram preencher cem vagas.

Então, nós estamos hoje num apagão de mão de obra nessa área, o que está muito difícil.

E tem várias explicações, e uma delas, sem dúvida alguma, Senador, é o Bolsa Família. Os benefícios sociais estão tirando muita gente do trabalho, e esse nosso segmento é um segmento que pode ser a porta de saída para o Bolsa Família, que tem um problema tão sério, que é a saída, não é? Você entra no programa de benefícios, e a saída é muito difícil, e esse setor pode ajudar e muito, e é isso que também nós colocamos. É muito importante que se possa falar isso.

É um setor que atua de maneira transversal: todos os outros segmentos da economia contratam a nossa atividade. Portanto, qualquer modificação de custo na nossa atividade pode influenciar todos os outros setores da economia também. Basta ver como é que é o processo de terceirização no Brasil.

O custo da folha de pagamento, para nós, é de 70,6%, Senador; isso é o custo da... Já foi dito aqui, várias vezes, que o grande problema, o grande gargalo do setor de serviços é a folha de salário. Eu acho que esse é um debate...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERMINIO DE LIMA NETO – ... que tem que ser prioritário nesta discussão, Senador: como fazer com essa folha de salário.

Tivemos a discussão aqui da desoneração da folha, em que também ninguém entende, claramente, o porquê de 17 setores. Por que é que 99 dos outros setores têm que contribuir para resolver o problema de 17 setores? – o que é um problema da reforma também!

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós defendemos que a reforma tem que ser isonômica. Eu acho que todos nós temos que pagar igual e pronto. Se você quer tratar algum setor diferentemente, trate-o diferentemente, está certo?

Nós estamos falando aqui sempre em saúde e em educação. Concordo plenamente que nós temos que privilegiá-los, mas de que saúde nós estamos falando? Da saúde do Albert Einstein, do Sírio-Libanês, ou da saúde daquele hospital lá, da periferia, que atende...? Você vai ter um *cashback*, por exemplo... Um *cashback*, não; no caso, aqui, é um desconto de 60%, de maneira geral. Eu acho que isso é muito injusto.

Escola? Nós estamos falando da escola da periferia ou da escola lá em São Paulo, por exemplo, do Santo Américo, que cobra uma mensalidade de R$6 mil? Todos vão ser beneficiados?

Então, eu estou, com coragem, falando isso aqui, porque eu acho que essa reforma tem que pensar nisso, Senador. Ela tem que ser isonômica, e a isonomia tem que ser: todos pagam; se quiser tratar algum setor diferente, que o trate diferentemente, que tenha uma lei, etc., etc.

Nós temos um estudo, só para falar, de salários: se nós desonerarmos o salário de até dois salários mínimos, uma alíquota de 1,4% sobre o faturamento bruto resolve o problema da contribuição social patronal. E, coincidentemente, tem um estudo do Ministério da Fazenda, em atendimento a um requerimento do Senador Laércio Oliveira, que aponta que você pode substituir toda essa contribuição patronal, Senador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERMINIO DE LIMA NETO – ... por uma alíquota de 1,4%.

Eu não consigo entender por que é que o Governo não trouxe isso à tona ainda! Esse estudo está aí; o senhor mesmo tem cobrado do Governo respostas, informações... Como se falou ontem: de onde nasceu essa alíquota? É um espectro? A mesma coisa é nesse caso. Quer dizer...

Então, o Governo... Por que é que o Governo não... Ele apresenta um estudo ao Senado, Senador, de 1,4%, e isso é muito importante para nós resolvermos a questão da desoneração da folha.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que essa ideia do *cashback*, como falou o Senador Amin, é importante, ou uma ideia parecida. Isonomia para todo mundo, e cria-se um *cashback* para quem realmente precisa e pronto, ou algum outro plano para quem está precisando mais.

É um setor que foi muito prejudicado na época do PIS e Cofins. Aumentou violentamente.

E, para terminar, Senador, nós pedimos então – resumidamente e objetivamente, como o senhor sempre pede – o apoio às Emendas 364, 365, 358 e 359, do Senador Laércio Oliveira, e 532, da Senadora Soraya Thronicke.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Erminio.

Vou passar a palavra agora ao Luigi, que é o Presidente da Confederação Nacional de Serviços.

O SR. LUIGI NESE (Para expor.) – Obrigado, Senador; obrigado, Srs. Senadores e pessoal aqui presente e que nos está assistindo.

Senadores, muito obrigado por dar esta oportunidade para o setor de serviço de se manifestar, coisa que a gente pede há muitos anos, e não consegue. Nós, pelo menos, estamos pedindo há 24 anos essa participação, e é a proposta básica que todo mundo falou aqui exatamente sobre a folha de pagamento, que eu vou apresentar em nossa proposta que há 24 anos estamos propondo, não só hoje, na mudança do sistema tributário.

Ela é tão extensa, Senador, que eu vou lhe entregar um documento, porque não dá para fazer a apresentação hoje, mas é um documento completo, e a apresentação resumida que eu tenho e pretendo fazer.

A importância do setor de serviço já foi falada, mas vou só repetir: 70% do PIB e 78% do emprego, e nós vamos ser contemplados exatamente pelo aumento da carga tributária sobre esse setor, Senador.

Estão falando de 26, mas já falaram em 28, já falaram em 30... Provavelmente ninguém sabe, porque o Sr. Bernard Appy nunca apresentou nenhum dado. Sempre cobrei dele, durante

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse tempo todo da reforma. Nunca apresentou ele pessoalmente um dado, dizendo "25%, 20%, essa é a alíquota que vai ser necessária". E faz bem o senhor em pedir à Receita Federal, saber de onde eles buscaram essas informações, porque não são corretas. Até hoje não são corretas.

O que é que a gente está propondo? Em função da necessidade de desonerar o trabalho e desonerar exatamente a carga tributária sobre o serviço, nós estamos pedindo para acoplar isso ao regime, à mudança do regime de arrecadação para a previdência. Por quê? Porque o nosso regime hoje está deficitário e vai continuar deficitário. Portanto, nós poderíamos somar a mudança da base tributária sobre o regime tributário de previdência e transformar isso numa contribuição sobre a movimentação financeira, para pagar exatamente a necessidade dos fluxos do RGPS.

Os três grandes problemas que nós temos hoje são estabilidade de emprego, formalização do trabalho...

Essas informações todas, Senador, estão dando, em 12 meses, um déficit de R$345 bilhões, em 12 meses, e isso tem crescido exponencialmente. Nós estamos falando de reforma tributária, mas estamos esquecendo que a previdência é a maior absorvedora de recursos do Estado. E isso é o que a gente quer mostrar, ou seja, se fizermos uma mudança da base tributária e fizermos uma mudança de diminuição da carga tributária, de eliminação da carga tributária sobre o trabalho, a gente teria as duas coisas contempladas: o aumento da economia, o déficit da previdência e o aumento do emprego.

De um déficit de 34% de despesas, durante a pandemia esse déficit alcançou 45%. Isso demonstra o seguinte: enquanto a gente ficava em casa – e fomos obrigados a ficar em casa –, o aumento da despesa da previdência não parou, continuou. Por quê? Porque era sobre o salário das pessoas. Em sendo sobre o salário das pessoas, sem trabalho eles não estavam ganhando, portanto o déficit foi aumentando. Agora, se você fizesse isso em outra base, você teria uma melhoria.

Outra coisa importante é o seguinte: nós temos cada vez menos pessoas trabalhando para sustentar cada vez mais os velhinhos – e eu sou um deles, viu, Senador? (*Risos.*) Então, eu estou preocupado com a minha manutenção.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIGI NESE – Na relação de pessoas em idade de aposentadoria, em 2020 a gente já estava com 20 pessoas, e nós estaremos com 27 até 2030. Isso tem aumentado, essa participação. Em 2010 estávamos com 15; passará para 57 em 2060. Quer dizer, vai aumentar nessa proporção em 50 anos, o que torna impagável a previdência se não tomarmos conhecimento disso.

O que a gente está propondo, Senador? – o senhor já conhece mais ou menos essa informação; eu vou só repeti-la rapidamente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIGI NESE – É diminuir a carga tributária: acabar com o INSS sobre folha de pagamento; diminuir em três pontos percentuais o INSS do trabalhador, para que o trabalhador celetizado não pague a contribuição sobre movimentação financeira, como estou propondo; e acabar com o Incra e o salário de educação.

Por exemplo, na cidade de São Paulo, o pessoal paga Incra. Só se a reforma for no Ibirapuera, a reforma agrícola, porque não é possível manter o Incra sobre a folha de pagamento de quem trabalha na cidade. São as distorções.

Nós apresentamos uma PEC, criamos a Proposta de Emenda à Constituição 63, que é exatamente essa que pedimos que o Senado aprove e apoie – a 63 –, em que nós criamos a contribuição sobre movimentação financeira e, depois, regulamentamos essa desoneração da folha como um todo.

A base para nós conseguirmos a alíquota necessária para uma contribuição sobre movimentação financeira, que chamamos de CP – contribuição previdenciária, porque vai diretamente à previdência –, é a base sobre R$43 trilhões, que era a antiga CPMF. E, com 0,66% hoje, a gente arrecada os R$250 bilhões que hoje são arrecadados sobre folha de pagamento – apenas com 0,66%, Senador. Isso tem aumentado... tem diminuído cada vez mais porque a base é mais ampla e tem condição de arrecadar mais.

O que nós teríamos de vantagem com isso? O aumento do PIB em 1,2%, o aumento do emprego em 1,6% e a redução do custo em 0,6%. Quer dizer, nós temos tudo aquilo que o

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo está querendo fazer agora. Simplesmente mudando a base tributária sobre a movimentação financeira, a gente alcançaria isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIGI NESE – Fim da sonegação. O que isso representa? Fim da sonegação, redução do custo do Brasil, aumento nas exportações, aumento da competitividade, aumento dos investimentos, crescimento econômico, aumento do emprego e aumento da formalidade. E outra coisa, esse é um imposto praticamente "insonegável". Até os bandidos pagariam esse imposto. Aqueles 50 milhões que foram achados num apartamento lá na Bahia, que até agora não sei onde foi parar esse dinheiro, esse dinheiro, pelo menos quando foi sacado do banco, pagaria pelo menos a CPMF... pagaria o INSS e nós estaríamos garantindo que parte dos 50 milhões foi para a previdência.

Isso mostra a condição de você ter uma arrecadação, através da CPMF, de uma base mais ampla, e a arrecadação sobre folha de pagamento é constante. E ela aumenta... Nós teríamos hoje, por exemplo, se nós tivéssemos tido... nos últimos... desde 2024, a gente teria feito um superávit de 103 bilhões, coisa que a gente tem um déficit hoje, de 240 e tantos bilhões. Isso também, Senador, resolve o problema das prefeituras, do que as prefeituras querem de benefício. Esse sistema aumentaria, garantiria que as prefeituras também fossem beneficiadas. Portanto, haveria um ganho não só das prefeituras, como dos estados e municípios, em todos... Não precisa ser baseado num nível de população, mas em todos os municípios a gente teria benefícios.

E uma coisa que a gente vai querer, para encerrar a minha fala, é que nós gostaríamos que o Senado trancasse a pauta de discussão sobre a reforma tributária se não fizesse uma emenda constitucional e regulamentasse a folha de pagamento, conforme foi estabelecido na PEC. Tem que ser travado. O Senado tem que travar essa possibilidade de crescimento ou de alteração do sistema, se não fizer a modificação, porque foi prometido que seria feita em 90 dias uma emenda com relação a isso. Eu acho que esse travamento da pauta vai obrigar o Governo, pelo menos, a colocar na mesa a discussão novamente, a referência à Contribuição sobre Movimentação Financeira, e discutir também a desoneração da folha de pagamento, que é o

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gargalo de que todo mundo falou aqui, que é exatamente para o setor de serviços. Se não fizer isso aqui, não teríamos benefícios nenhum.

A reforma da desoneração da folha, Senador, é minimizar o impacto que vai ter, violento, sobre o setor de serviços.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIGI NESE – Essa é a nossa proposta.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, agradeço a participação de todos.

Vou fazer... Se alguém quiser fazer as considerações finais, vou somente passar para essas considerações, porque também está abrindo já a ordem do dia. Mas a Francine está aí, Francine? Márcia, alguma consideração?

A SRA. MÁRCIA SEPULVEDA (Para expor.) – Não, Senador, apenas reiterar os agradecimentos mesmo pela oportunidade, por essa tarde tão proveitosa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Victor?

O SR. VICTOR TEIXEIRA NEPOMUCENO (Para expor.) – Senador, só reiterar os agradecimentos também e reforçar a necessidade da emenda do Senador Laércio, que é a Emenda 158.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

O Ariel?

O SR. ARIEL UARIAN (Para expor.) – Só agradecer também, Senador, pela oportunidade e pelo alto nível do debate travado, tanto hoje quanto anteriormente, nessa Comissão. Parabéns e obrigado.

E reforçando também os pleitos do MID em relação aos arts. 23 e 24 do PLP 68.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Wagner Ferreira?

O SR. WAGNER FERREIRA (Para expor.) – Quero agradecer a oportunidade para falar em nome das distribuidoras de energia elétrica do país, colocar o nosso segmento à disposição e dizer que a gente tem um corpo técnico muito qualificado para poder contribuir com o seu gabinete e com a CAE.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Ricardo Fiúza.

O SR. RICARDO FIÚZA NETO (Para expor.) – Quero agradecer mais uma vez a esta Comissão pela oportunidade dada a Ablem e reiterar o nosso pedido de correção dos arts. 126 e 139 do PLP 68, no sentido não de beneficiar o setor privado, mas de beneficiar a população que mais precisa, a população carente do nosso país, que tanto precisa de atenção.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Ricardo.

Erminio.

O SR. ERMINIO DE LIMA NETO (Para expor.) – Também agradeço a oportunidade da Fenaserhtt, tendo o Sindeprestem estado presente aqui, Senador.

Só queria dar uma sugestão rapidinho. Estão sendo regulamentados aqui os jogos, as apostas *online*, e há uma previsão de arrecadação desses jogos de R$130 bilhões. Será que os jogos não poderiam auxiliar o emprego formal, substituindo a previdência?

E quero sustentar aí, mais uma vez, as Emendas 364, 365, 358, 359, do Laércio, e 532, da Senadora Soraya.

Muito obrigado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Luigi.

O SR. LUIGI NESE (Para expor.) – Quero reiterar o agradecimento, Senador Izalci, e reforçar exatamente que a reforma tributária não pode andar para frente se não resolvermos o problema da desoneração da folha de pagamento para o setor de serviços. Vai ser um desastre total. Nós vamos regredir e vamos fazer com que, no momento... Por enquanto as pessoas não estão sabendo, mas, na hora em que tiverem que colocar a mão no bolso para tirar o dinheiro para pagar imposto, aí vai ser uma revolta total. Aí sim, nós voltaremos à MP 232, que o senhor lembra muito bem, quando nós colocamos centenas de pessoas no gramado aí para lutar contra a MP 232, que era exatamente a reoneração do sistema tributário naquela época, lucro presumido. O Bernard Appy queria acabar com lucro presumido, e é uma coisa que ele quer fazer hoje, e pressionar a classe média a pagar o imposto. Isso eu acho que é uma coisa lamentável que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Luigi.

Bem, tinha algumas perguntas aqui que eu acabei não lendo.

A Ana, aqui do Distrito Federal: "Quais medidas estão sendo planejadas para mitigar possíveis efeitos negativos e garantir uma transição justa e equilibrada?". É o que nós estamos fazendo aqui, tentando melhorar o texto, porque de fato é uma transição bastante longa, tem coisas aqui com transição de 50 anos, 20 anos, e a maior em dez anos.

Bruno, do Rio Grande do Sul: "Quais as principais alterações propostas pelo PLP 68/2024 em relação ao sistema tributário atual?". Nada de simplificação e muito aumento de imposto para o consumidor – para as cadeias, até o Governo diz que não tem, porque tem o crédito, mas o consumidor vai pagar essa conta.

Willian, de Rondônia: "Quais incentivos fiscais serão mantidos ou alterados para os setores de comércio e serviços sob o novo regime tributário?". Bem, os incentivos fiscais serão mantidos... Aqueles que têm prazo ainda em vigor, vão ter que ser respeitados esses prazos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hillary, de São Paulo: "Qual a previsão dos impactos diretos no dia a dia do brasileiro, com as questões mais simples como alimentação básica?". Bem, vamos discutir semana que vem ainda a questão da cesta básica. Evidentemente que tem o cashback, que a gente precisa ainda melhorar o texto para ver isso aí.

Só para lembrar, dia 10 agora, nós vamos falar exatamente sobre *cashback e* a cesta básica nacional, dia 10 de setembro; dia 11 de setembro, nós vamos falar de cultura e o setor de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos; dia 12, do impacto na saúde e na educação; dia 17, nós vamos falar sobre regimes aduaneiros especiais, ZPEs e regime de bens de capital; dia 18 de setembro, infraestrutura nacional; dias 24 e 25 de setembro, terça e quarta-feira, regimes diferenciados e específicos; dia 1º de outubro, nós vamos falar sobre o Simples Nacional, a Zona Fraca de Manaus e as áreas de livre comércio; dia 2 de outubro, quarta-feira, às 14h e, dia 3 de outubro, quinta-feira, às 9 da manhã, nós vamos debater o PLP 108, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços – ainda tem destaque na Câmara pendente, mas, de qualquer forma, até lá acredito que já tenha sido votado –; dia 8 e 9, nós vamos falar sobre o Imposto Seletivo; dia 15 e 16, transição e fiscalização; e, no dia 22 de outubro, a entrega do relatório da CAE ao Relator na CCJ.

Bem, feitas essas considerações, então, agradeço muito a presença de todos e declaro encerrada esta sessão.

Obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 49 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5191839374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e trinta minutos do dia dez de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Sergio Moro, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Oriovisto Guimarães, Izalci Lucas, Dr. Hiran, Plínio Valério, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Daniella Ribeiro, Rosana Martinelli, Wilder Morais, Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda do Senador Jorge Seif, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Soraya Thronicke, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Flavio Azevedo, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 134/2024 - CAE, de autoria Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Finalidade:** Debater a suspensão do X e Starlink no Brasil. **Participantes:** Sr. Helio Beltrão, MBA em Finanças pela Columbia University e Presidente do Instituto Mises Brasil; Sr. Paulo Rabello de Castro, Economista; Sr. Gerson Ribeiro, Professor e Diretor de instituição que trabalha na área social na região do Amazonas com indígenas; Sr. Arthur Igreja, Especialista em tecnologia, escritor e palestrante; Sra. Oona Castro, Diretora de Desenvolvimento Institucional do NUPEF; Sr. Paulo Rená da Silva Santarém, Pesquisador do Instituto de Referência em Internet e Sociedade - IRIS. Doutorando em Direito, Estado e Constituição na Universidade de Brasília - UnB.; e Sr. André Boselli, Coordenador do Programa de Ecossistemas e Tecnologias de Informação e Comunicação Artigo 19 Brasil. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sergio Moro
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/10

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos. Bom dia a todos que nos acompanham presencialmente e também virtualmente nesta audiência.

Esta audiência pública foi requerida por mim e igualmente pelas Senadoras Tereza Cristina e Damares Alves e o objetivo dela é debater os impactos econômicos dessas decisões judiciais que suspenderam a rede X no Brasil para 22 milhões de usuários brasileiros e igualmente congelaram as contas da empresa Starlink, afetando suas atividades aqui dentro do Brasil.

Quero deixar claro aqui o nosso respeito às instituições e que nós não concordamos com ataques ou ofensas pessoais a qualquer autoridade, seja magistrado do Supremo ou autoridades dos outros Poderes. Agora, isso não significa que as decisões judiciais ou quaisquer outras políticas públicas são imunes a debate e críticas. E esta Comissão do Senado cumpre seu papel ao convocar esse debate trazendo aqui economistas renomados, especialistas em tecnologia e até mesmo também conhecedores das realidades de lugares ermos do país para os quais essas coberturas do serviço da Starlink e da própria rede X são fundamentais.

Havendo número regimental, declaro aberta então a 43ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de setembro de 2024.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A audiência visa a cumprir o Requerimento 134, de 2024, que foi aprovado na última sessão.

Temos aqui, entre os palestrantes que falarão presencialmente ou a distância: o Sr. Gerson Ribeiro, Professor e Diretor de instituição que trabalha em área social na região do Amazonas, participará por videoconferência. O Sr. Helio Beltrão, que tem MBA em Finanças pela Columbia University, Presidente do Instituto Mises Brasil, que vai falar por videoconferência. O Sr. Arthur Igreja, Especialista em Tecnologia, Escritor e Palestrante, que participará por videoconferência. O Dr. Paulo Rabello de Castro, que participará aqui presencialmente e é um Economista renomado do país, extremamente conhecido. A Sra. Oona Castro, Diretora de Desenvolvimento Institucional do Nupef, que participará por videoconferência. Temos aqui também o Sr. Paulo Renà da Silva Santarém, Pesquisador do Instituto de Referência em Internet e Sociedade, Doutorando em Direito, Estado e Constituição na Universidade de Brasília; e o Sr. André Boselli, Coordenador do Programa de Ecossistemas de Tecnologias de Informação e Comunicação, que participará por videoconferência.

Cumprimentando aqui os Senadores presentes, faço referência especial ao Senador Flávio Bolsonaro, aqui ao meu lado, vamos começar, de imediato, esta audiência.

Eu vou passar a palavra inicialmente aqui ao Dr. Paulo Rabello de Castro, como disse, Economista multiconhecido no Brasil, Professor, tem todos os predicados para nos fazer uma exposição técnica sobre os impactos econômicos dessas decisões judiciais.

Eu dizia aqui antes, Senador, que nós somos contra ofensas ou ataques pessoais a magistrados ou autoridades, mas isso também não significa que políticas públicas ou decisões judiciais não possam ser debatidas, inclusive criticadas, e esta Comissão, a CAE, e o Senado fazem seu papel ao chamar a debate esse tema tão sensível aqui dentro do nosso país.

Passo a palavra inicialmente ao Dr. Paulo, agradecendo, Dr. Paulo, mais uma vez a sua disponibilidade em comparecer a este ato.

Cumprimento também o Senador Jorge Seif, aqui presente presencialmente, e também os colegas que nos acompanham virtualmente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lhe concedo inicialmente, Dr. Paulo, prazo de dez minutos, com a liberdade que o assunto exige, já considerando a sua complexidade.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Bom dia a todas e a todos.

Agradeço as elogiosas referências. Com tantos predicados, vai ser difícil fazer as entregas no nível em que o senhor colocou o nosso currículo, mas, de qualquer maneira, vamos tentar.

Eu gostaria – e até imaginei que o Senador Sergio Moro fosse fazer alusão a isso – de falar da urgência do convite, porque não só o assunto da suspensão do X e empresas coligadas é novo, é novíssimo, como também, para fazer uma análise como o economista gosta – que é uma análise baseada em fatos e principalmente em dados –, existe um desafio inapelável, que é o tempo para fazer o levantamento de todas as informações necessárias a não ficarmos só no debate, vamos dizer, embora lógico, mas meramente conceitual.

Então, eu peço desculpas e já deixo claro ali que essa análise de impactos é uma avaliação preliminar. É uma avaliação, eu diria, até corajosa, porque ela prefere incorrer em algum eventual desvio de valor efetivo da conta que nós vamos fazer do impacto econômico dessa suspensão, mas pelo menos atendemos ao convite da CAE, o que nos dá um prazer e uma honra muito grandes.

Aproveito para, então, também cumprimentar todos os Senadores na pessoa do Senador Flávio Bolsonaro, que também está aqui na mesa, e os demais Senadores aqui presentes e colegas que também nos acompanham e que participarão do debate.

Vamos então começar fazendo uma apreciação do que será o âmbito desta minha fala.

A natureza dos impactos dessa decisão de suspensão das atividades do X, incluindo empresas coligadas no mesmo grupo, trará inúmeras considerações no campo jurídico – portanto, principalmente constitucional, dos direitos fundamentais, não só pessoais como de empresa –, mas o economista irá se ater às questões fundamentalmente no campo econômico. Então, já ficarei, depois, de plateia, muito curioso, para ouvir também as outras fundamentações.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Haverá impactos, e já ocorrem, diretos na empresa? Estes são o que normalmente a gente consideraria para fazer a conta: empregos prejudicados, lucros cessantes e, no caso da suspensão também da Starlink, impactos de empresas do grupo. E eu já faço a ressalva: nem cogitei fazer essas considerações, porque nós teríamos que começar a levantar dados sobre a quantidade de usuários da Starlink e o valor desses serviços prestados. Acho que é uma linha de trabalho, Senador Sergio Moro, muito interessante de ser pesquisada, mas com um outro tempo, um outro *timing*. Se a própria CAE tiver interesse, nós poderíamos continuar aprofundando isso.

Existem os *stakeholders*, esse é o assunto que nos parece mais interessante. São milhões de usuários. O Senador Sergio Moro mencionou 22 milhões de usuários, e nós vamos chegar nisso. São usuários regulares e usuários *premium*.

Existem também efeitos que chamo, diria, terceiros, que são aqueles que ocorrem na cabeça dos investidores externos – tanto aqueles que aqui já estão quanto aqueles que têm prospectiva de vir para o Brasil –, porque nós passamos a ter dúvidas quanto a esse precedente, no campo jurídico, quanto a uma suspensão surpreendente, e surpreendente na mão pesada que aparentemente ela apresentou, ou seja, eventualmente, o caráter não módico da mão do julgador. E também um efeito muito importante no campo econômico, mas difícil de ser avaliado *a priori*, que são os efeitos sobre expectativas – e aí expectativas tanto do exterior quanto do Brasil – quanto à segurança jurídica daqueles que estão dentro do processo empresarial brasileiro. Nós temos segurança quanto aos contratos? Nós temos segurança quanto ao nosso CNPJ, Senador?

Então, nós vamos nos ater – notem bem – apenas a um dos quatro blocos dessa avaliação possível, que são os *stakeholders*. Portanto, quando chegarmos a um número preliminar, embora final, tenham em mente que a natureza do custo total da suspensão é sempre algo mais ou algo muito mais do que esse que nós estamos calculando.

Então, o que é que fizemos nas primeiras horas depois do pedido urgente do Senador Sergio Moro? Um mapeamento de informações. Isso já foi muito útil porque, em primeiro lugar – e isso já um aspecto muito interessante –, nós estamos muito sensíveis para a questão do efeito mordaça, ou seja, a impossibilidade de um usuário se manifestar, exercer o seu direito de

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

livre falar, a livre expressão, mas o economista está mais interessado no direito do livre ouvir – que talvez não esteja nem em consideração constitucional –, o direito à audiência, o direito à audiência inclusive lida. Ou seja: a suspensão ocorre em momento em que profissionais das mais diversas especialidades perdem o contato com a comunidade científica internacional.

E, para não ir mais longe, eu liguei para o meu diretor e economista chefe, e ele me disse: "Eu estou meio perdido, porque todas as minhas fontes internacionais quanto a mercados de Nova York, Londres, Ásia, etc. e tal estão, a partir de hoje, cortadas. É óbvio que eu vou repor isso, mas não necessariamente com os mesmos opinadores de mercados que eu costumava consultar. Eles continuarão escrevendo no X. Eles nem sabem que eu não estou mais sendo elegível a esse acesso, mas eu estou com tapa-olhos".

E uma outra informação muito interessante abaixo é que os usuários do Twitter, segundo um avaliador dessas mídias sociais, passam 32 minutos por dia na plataforma, em média, o que é uma avaliação interessante. Eu diria até módica – tem gente aí gastando mais tempo que isso –, mas, numa grande média, nós temos aí uma quantidade de usuários totais... O Senador Moro já até mencionou 22. Vamos usar um número bem menor...

Mas eu queria que vocês guardassem, basicamente, estes dois conceitos: não se trata simplesmente de haver um jogador cortado fofoca numa mídia social. Não. São trocas científicas, informações às vezes também do dia a dia sobre clima e sobre outras informações importantes no agronegócio, na indústria, etc. e tal, todas absolutamente cortadas, e mais pelo efeito de não poder acessar com os olhos, ou seja, o efeito tapa-olhos, nem tanto o efeito mordaça, que é um efeito que sensibiliza mais no campo jurídico – você não poder opinar –, mas ao economista interessa um pouco menos do que o de aprender.

Quanto é o valor desta informação? Já falamos, portanto, que existe um valor das informações bloqueadas, que eu estou chamando de VIB – valor das informações bloqueadas –, e nós economistas precisamos atender ao Senador Sergio Moro e tentar colocar um número nesse valor. Portanto, vou me interessar mais pelo conteúdo das informações acessadas, aquilo que o usuário usa. Portanto, as perguntas são: "Quanto vale isso?". "Vale pouco?". "Vale muito?". "Em cima de quantos usuários?". "Como é que eu calculo isso?".

Senador, aparentemente intratável, não fosse o desenvolvimento, décadas atrás...

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – ... por um grande professor, Prêmio Nobel de Economia de 1992, o Prof. Gary Becker, com quem eu tive a honra e o privilégio de estudar... O aluno, está até uma foto ali, no... Acho que é no antigo Antiquários, do Leblon, que já não existe, saudoso Antiquário, Senador Hamilton Morão. Ali o mestre e o aluno em 93, ali era um típico quadro negro do Prof. Gary Becker na nossa Universidade de Chicago ao final de uma aula de uma hora e pouco. E "matematiqueiras" à parte, apenas para lhes dizer que a "chutometria" desse humilde economista que se apresenta aqui é menos apenas uma "chutometria", mas por trás tem um método.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Exatamente.

E esse cálculo prático do valor de informações bloqueadas do VIB é baseado no método de cálculo do valor do tempo ou – até está faltando ali uma palavrinha-chave – o valor da alocação do tempo. Esse é o pulo do gato para a gente atender o Senador Sergio Moro com a presteza necessária.

Nós vamos medir esse valor da informação pelo valor do tempo que o usuário gasta para obter a informação, independentemente do valor cogitado daquela informação econômica ou científica, etc. Isso seria muito mais difícil de apurar. Mas o valor do tempo em média desse usuário, sabendo que ele gasta 32 minutos, pegando o rendimento médio dos brasileiros, aí um rendimento que alguns dos senhores e senhoras já diriam assim: "R$2,8 mil por mês não é exatamente o perfil desse usuário que usa o Twitter econômica, negocial e cientificamente". Não, mas aí vai ter gente com menos de R$2.880 e vai ter um grupo mais reduzido de pessoas, de renda média de R$15 mil, R$20 mil, que vão gastar às vezes meia hora ou às vezes até uma hora. Portanto, na grande média, que é para atender a uma urgência de uma avaliação preliminar, são R$2,8 mil por mês, que é o rendimento atual do IBGE, vezes, façamos uma média de 30 minutos, que vai me dar um maço, não de cigarro, mas vai me dar um, é curioso, um maço de informação diária.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É como se os usuários, Senador Flávio Bolsonaro, fumacem um maço de informações. Também é fumaça, porque é invisível, mas ela é muito mais saudável do que o cigarro e é um número que faz sentido. Qualquer um gastaria eventualmente R$8 por dia na média. E aí a pergunta final é saber por quantos milhões de usuários eu calculo isso. Seriam os 22? Aí a minha turma lá na RC Consultores argumentou que tem muito robô. Muito robô pode ser 10%, 20%, não havia tempo de a gente fazer essa avaliação. Então, vamos fazer uma avaliação daquela muito grosseira. As informações sobre os usuários regulares, Senador, não são de 22, que é o número, vamos dizer assim, teórico, mas cerca de 14 milhões de usuários no momento atual do X. E aí, sobre esses 14 milhões, nós fizemos uma apara grossa de 50%, 7. Mas depois ficamos com medo de ser talvez ainda um número que não respeitasse a modicidade, então nós não queremos errar para mais, temos que errar para menos nessa conta, mais 50% de redução. Vamos chegar a um número de 25% apenas daquele total de 14 milhões de usuários, que já é mais modesto que os 22, e chegamos a 3,5 milhões. Tem muito ator aí da Globo que tem mais de 3,5 milhões de seguidores.

Então, 3,5 milhões de pessoas usando o X é um número perfeitamente módico. O que não é módico é a multiplicação.

Hoje de manhã, ainda acordei cedo... O senhor me traumatizou, porque eu fiquei revisando esse número, não acreditando nele. Aliás, essa é uma medida que o bom economista procura fazer, que é desacreditar os seus próprios resultados, principalmente quando têm que ser entregues com urgência. Mas infelizmente – eu diria infelizmente para o país – são esses 10,8 bilhões, resumidamente R$10 bilhões de valor de informações bloqueadas, errando para baixo; e ainda não está completa a conta. O pior é isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Não, por ano. É por ano. Por mês, já seria um escândalo absoluto. Mas esses R$10 bilhões por ano já são um escândalo, sim, se a gente se perguntar se isso aí é compatível com o tipo de, vamos dizer, feito judicial que está em mãos do julgador. Quer dizer, o julgador obviamente tem que enquadrar uma determinada empresa que deixou de ter representante legal, que eventualmente está em curso em algum tipo de insubordinação. Suspeitemos disso, mas será que isso corresponde à necessidade de impor um

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejuízo? Aí não é à empresa. Como veem, eu não estou falando da empresa, muito menos das empresas sociais; estou falando da sociedade brasileira, que vai pagar R$10 bilhões.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Para completar, tem um detalhezinho: se não suspensa a decisão de suspender, obviamente nós passaríamos um ano, dois, três... Eu calculei cinco anos até que os usuários brasileiros meio que se readaptem e se esqueçam do X e utilizem outras fontes de informação.

A valor descontado, para não me alongar – acho que a maioria dos senhores e senhoras tem essa informação de que o economista, quando calcula ocorrências no tempo, desconta o que está no futuro –, os R$5 bilhões do ano que vem, mais uns R$2,5 bilhões de prejuízo no terceiro ano, etc. Quem não gostar dessa conta também não precisa chegar aos R$17,9 bilhões de prejuízo total olhando cinco anos à frente; pode ficar com os R$10 bilhões, olhando apenas um ano à frente.

Eu gostaria que esse esforço de compreensão do fenômeno dessa suspensão orientasse, através das recomendações desta Comissão, que os julgadores, ao menos na leitura jornalística do que nós estamos debatendo aqui, se sensibilizassem e fizessem a pergunta com a qual encerro essas considerações: isso é módico? Isso é razoável? Isso é modulado?

Não estou entrando no mérito como vem da discussão jurídica e conceitual.

E aí muita gente pergunta por que nós no Brasil estamos acostumados a verdadeiros absurdos... Eu coço a minha língua para falar nisso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Não falo, mas não consigo, falo, lembrando que um país que está acostumado a ler, que gasta R$850 bilhões, que é o custo atual de juros de rolagem de uma dívida pública, sem fazer uma reunião aqui nesta CAE...

Já a provocação às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores: que examinem a natureza desses R$850 bilhões que os brasileiros têm que pagar anualmente; quando chega no dia 31 de dezembro, a bandeirada troca, e nós temos que gastar outra quantidade de oitocentos e tantos

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bilhões de juros. Mas nós não debatemos isso, porque o orçamento relevante para o Congresso Nacional é só o orçamento primário, e nós passamos por cima de toda a mecânica de rolagem da dívida pública brasileira, que é constitucionalmente uma afetação do Senado Federal.

Já, desculpe, fiz a minha propaganda patriótica do que precisamos debater muito, independentemente de Banco Central. Nós não podemos supor que o Presidente e os Diretores do Banco Central estão velando pelo país. Quando eu, como bom mineiro, tenho que enfrentar uma conta de R$850, eu já começo a me perguntar se está correto, quanto mais de R$850 bilhões e também de R$18 bilhões, por uma mera suspensão, quando o total dos custos apurados pela Confederação Nacional de Municípios daquela gravíssima situação climática da enchente enfrentada pelo Rio Grande do Sul, segundo a CNM, estaria acostado – que deixa ali – em cerca de R$11 bilhões, que é um grande número, Senador Hamilton Mourão – e causou muito sofrimento e algumas mortes, infelizmente, no nosso querido Estado do Rio Grande do Sul.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – No entanto, o cálculo final é inferior a uma única canetada, numa única manhã ou tarde, de uma decisão de um julgador. Olha, isso é que é poder, o resto é brincadeira.

Então, eu concluo – a conclusão –, para não me alongar mais, com três frases de reflexão.

Eu considero que essa destruição de valor da informação – ou seja, esse VibX – parece ser muito superior ao efeito de recompor o império da lei. É porque houve algumas declarações na imprensa, e eu li que o império da lei é uma entidade sacralizada, sobre a qual pagaremos o preço que for, inclusive, eventualmente, com a morte de todos os brasileiros. Não é bem assim. A manutenção do império da lei é essencial na sociedade civilizada, mas ela exige uma modularidade dos preços a pagar por isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – A segunda reflexão é que um VibX da ordem de R$10 bilhões, se quiser, ou de R$17 bilhões, se a gente aprofundar por cinco anos de suspensão, não soa como uma multa eficiente. Estamos aqui na presença de pessoas que já aplicaram

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

multas. Um dos aspectos essenciais da multa é uma relação com o feito. E não me parece que esse número, Senador Sergio Moro, tenha nada que ver com uma eficiência de uma penalidade, muito menos sobre a parte da sociedade que nada tem a ver – elas simplesmente estavam usando a informação.

Portanto, concluo dizendo a todas as Sras. e Srs. Senadores, agradecendo pelo convite, que a sociedade brasileira continua pagando muito caro pela repressão que faz ao direito à informação no Brasil.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Muito bem. Parabenizo aqui o Dr. Paulo Rabello de Castro pela apresentação.

De fato, testemunhei o esforço hercúleo do economista para fazer esses cálculos, que são estimativas, e também constatamos de pronto a seriedade do trabalho, porque são estimativas conservadoras, como é próprio do economista evitar especulação e evitar qualquer espécie de juízo que não tenha uma base empírica, e ainda assim, sendo conservadoras, os dados são alarmantes.

Eu sempre tenho falado isso também, que a grande preocupação é o impacto para a população. Não somos defensores do Elon Musk, não somos defensores do X ou da Starlink, nós aqui representamos a população brasileira.

Nós temos os outros expositores...

Eu quero agradecer a presença aqui da Senadora Rosana, do Senador Hamilton Morão, do Senador Marcos Rogério, do Senador Esperidião Amin.

Esperamos os outros expositores? Quer fazer algum pronunciamento?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Acho que melhor ouvir os expositores, senão todo mundo vai falar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou ter que sair.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – A ideia era falarem ao final todos, mas se quiser fazer uso da palavra brevemente, perfeito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Eu queria, Presidente Sergio Moro, apenas fazer um registro aqui, elogiando a iniciativa desse debate, desta audiência pública. Eu estou no meio de uma tarefa que eu preciso concluir, não vou poder ficar até o final, mas eu queria deixar registrado aqui votos de louvor pela iniciativa, pela fala inicial do Prof. Paulo Rabello de Castro, um economista que trouxe aqui uma apresentação que me lembrou uma tese de mestrado pela linguagem, pela formatação, mas, ao mesmo tempo, por uma clareza que faz com que todos nós compreendamos a dimensão dos impactos econômicos, sociais, políticos, jurídicos dessa decisão, que impactou não apenas o X no Brasil, mas impactou a sociedade brasileira, impactou a economia do país, de modo que nós temos que fazer esse enfrentamento, fazer esse debate, para além das questões que motivaram a decisão do magistrado.

E aí, quando a gente vai falar da decisão do Ministro Alexandre de Moraes, a gente não pode levar em consideração apenas o recorte pontual da desobediência, é preciso olhar para o filme inteiro para compreender algumas questões. É preciso também olhar para o devido processo administrativo, porque de fato a legislação, o Código Civil, estabelece como regra a necessidade de empresas internacionais, que tenham sócios majoritários internacionais, terem representação no Brasil.

Agora, nós temos no Brasil muitas outras empresas que atuam no Brasil e que não têm representação no Brasil, e a esfera própria para se determinar a regularização disso obviamente que não é o Judiciário, de maneira incidental. O que aconteceu ali foi algo que atropela a legislação pátria, que atropela o devido processo legal.

E mais do que isso, ele focou na questão econômica, os impactos que o Professor trouxe aqui foram em relação aos usuários diretos, ou aos *stakeholders*, os grupos de interesse, e eu diria que o impacto indireto é algumas dezenas, centenas, milhares de vezes maior do que o que é apresentado pelo Professor aqui. Por quê? Quando você tem um efeito de portabilidade da decisão... O que eu quero dizer com portabilidade da decisão? A decisão é contra o X e contra o seu representante maior. Mas, quando ele busca, para satisfazer a pretensão de atingir

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o X, uma empresa em que o Presidente do X é sócio, faz parte de uma *holding*, aí ele escalou o tamanho do impacto. E aí o impacto é para a credibilidade do Brasil. Aí o impacto é com relação ao risco Brasil. O investidor que está lá fora, quando olha para o Brasil, vai precificar o custo do investimento dele com o risco que ele tem em investir num país que não tem segurança jurídica, que não tem previsibilidade.

Então, a contribuição que o Professor traz aqui, ao mostrar o impacto direto, é muito importante e nos faz refletir de forma mais profunda com relação ao que nós temos como obrigação enquanto Senado da República. Mas há o impacto indireto que nós teremos aqui com relação aos futuros investidores ou mesmo àqueles que já investem no Brasil e que, de repente, neste momento, estão a precificar o custo do risco de permanecer com seus ativos no Brasil. Ou não é isso? Porque é uma decisão que daqui a pouco... Se a Justiça trabalhista adota a métrica utilizada no caso X, acabou a segurança jurídica no Brasil. Acabou! Há uma empresa, uma personalidade jurídica, uma pessoa jurídica, mas que daqui a pouco o cidadão é membro de uma outra empresa, é sócio ou faz parte de uma *holding*, alguma coisa... Você tem a portabilidade jurídica como alternativa. Então os efeitos dessa decisão são desastrosos.

E eu queria cumprimentar mais uma vez o Prof. Paulo por sua grande contribuição e por nos abrir a mente ainda mais, com os dados, com as comparações, com a métrica que V. Sa. nos apresenta aqui, e parabenizar a Comissão por esse debate importante. E sugerir que a gente avance nesse debate e, após o debate, a par das informações, que nós estudemos, enquanto Senado Federal, enquanto Comissão de Assuntos Econômicos, medidas efetivas e concretas para resguardar o interesse nacional.

E o interesse nacional aqui, para além da questão da censura, que já é por si só muito grave e uma ofensa direta à Constituição Federal, o interesse econômico do Brasil, que não para apenas no impacto direto com relação ao X; o impacto indireto com relação à segurança para o investidor, a ausência dessa segurança, para mim me parece um ponto que deve ter de todos nós uma atenção redobrada.

Mais uma vez, parabéns a todos os expositores.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Obrigado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu diria que o custo estimado a R$10 bilhões por ano não é nada trivial, mas os custos são maiores. Agora o aspecto que o senhor mencionou, da liberdade de informação... Porque são 106 milhões de usuários dos Estados Unidos. Então, de repente, nós estamos privados de receber informações de lá; de 69 milhões no Japão, alguns que eu anotei aqui, estamos privados de receber. E essas pessoas, ainda que todos os brasileiros migrem para uma outra rede, essas pessoas não vão migrar. Então, fica prejudicado.

Vamos ouvir os demais, mas concedo a palavra para breves considerações.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, muito rapidamente também, faço o registro aqui de parabenizar V. Exa. pela iniciativa dos impactos dessa decisão sobre a ótica econômica.

Parabenizo o Prof. Paulo Rabello, que frisou muito bem. Ele pegou um pequeno segmento e, de forma célere e rápida, conseguiu estimar, com base no valor do minuto trabalhado de uma quantidade de 3,5 milhões de usuários do X, apenas uma das centenas de variantes que possam existir sobre isso.

Veja que curioso, Professor, nesse dado que o senhor traz, de quase R$18 bilhões em cinco anos, só isso, Senador Amin, é o que o Governo estima de impacto anual na desoneração da folha de pagamentos para os 17 setores que mais empregam no Brasil. Só isso.

E não está considerada ainda...

Eu queria – já que o Professor se ofereceu, a gente não pode abrir mão dessa ajuda – que esta Comissão formalizasse a ele um pedido patriótico, quase inglório, de se estimarem as outras possíveis variantes, porque eu acredito que passe da casa do trilhão.

A gente não está falando aqui desse impacto que o senhor colocou de se mensurarem os possíveis investimentos que pisam no freio: "Olha, acendeu a luz amarela, não vou investir no Brasil"; "qualquer coisa que aconteça comigo aqui, num CNPJ, pode refletir num outro CNPJ que não tenha absolutamente nada a ver com isso".

O Presidente Bolsonaro deixou, de um Governo para o outro, R$1 trilhão contratado só para obras e infraestrutura, contratado, assinado, que estão gerando emprego até hoje, entre

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras medidas estruturantes como a independência, a autonomia do Banco Central. O Presidente Lula, mais uma vez, surfa na onda daqueles que fizeram um Governo austero. Sem falar, como o senhor falou, na quantidade de informações, o que é mensurável também, não apenas daquilo que você coloca em rede social, como daquilo que você recebe de informações.

Enfim, é um mundo que existe para se estimar de impacto dessa decisão que foi feita em uma canetada. É como se, para satisfazer o ego de um Ministro do Supremo Tribunal Federal – eu venci a briga contra Elon Musk! –, ele entrasse aqui: "Olha, nesta sala aqui, está todo mundo falando mal de mim. Vamos fazer o seguinte: sai todo mundo da sala que eu vou lacrar essa porta, a Comissão não funciona mais". A rede X nada mais é do que uma praça de debates, uma praça pública, onde ninguém é obrigado a ficar elogiando aquilo com o que não concorda.

O impacto, do ponto de vista econômico, já é um desastre; do ponto de vista de imagem que passa para fora do Brasil, de insegurança jurídica, é gigantesco. Eu acho difícil de se mensurar.

Fica aqui, Presidente, essa minha consideração inicial, para agradecer ao Prof. Paulo Rabello por essa estimativa. Se possível, que nos ajude, porque isso pode impactar, inclusive, numa possível reforma dessa decisão.

Eu tenho a convicção de que o próprio Ministro Alexandre de Moraes não fez esse impacto. Ele colocou a sua vaidade à frente dos impactos econômicos e, tendo a possibilidade de saber o real alcance de uma decisão absurda e arbitrária como essa – mais uma vez, para concluir, Presidente Senador Moro –, ele desconsidera, ele inventa, na verdade, um critério para tomar essa decisão, que não existe na legislação, nem no marco civil da internet, nem no Código de Processo Civil, para obrigar uma empresa de internet a ter uma sede no Brasil.

Essa regra vale para empresas que têm outros tipos de serviços e empreendimentos no nosso Brasil, que têm que ter uma sede fixa no Brasil, mas não diz respeito a *sites*, a portais como o X, como não se exige para *sites* de apostas esportivas, por exemplo. Estão todas funcionando.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na própria medida provisória aprovada por esta Casa, não tem uma exigência de se ter essa sede física no Brasil, não tem exigência de se ter um credenciamento no Ministério da Fazenda.

Então, ele inventa leis, inventa punições, estende os efeitos dessa decisão aos usuários, que absolutamente nada têm a ver com esse processo, que não fazem parte do processo, mais uma vez, na ânsia de impor a sua vitória moral a Elon Musk, quando os brasileiros não têm absolutamente nada a ver com isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Peço a compreensão dos demais colegas, se a gente puder prosseguir para os demais, porque me disseram que o pessoal tem horário também.

A não ser que seja uma breve consideração, Senador Seif.

Então, seguindo o meu critério aqui, eu estou dando preferência, embora nós estejamos honrados com a disponibilidade de todos os convidados evidentemente, mas eu vou dar preferência também para o presente, o Sr. Paulo.

Sr. Paulo, o senhor pode vir aqui na mesa?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Fique à vontade.

Então, o Sr. Paulo Renã da Silva Santarém, Pesquisador do Instituto de Referência em Internet e Sociedade (Iris), doutorando em Direito, Estado e Constituição na Universidade de Brasília (UnB), agradeço a V. Sa. aqui pela presença e vou-lhe conceder dez minutos inicialmente, tá, Sr. Paulo? Muito obrigado.

O SR. PAULO RENÃ DA SILVA SANTARÉM (Para expor.) – Muito obrigado, Exmo. Senador Sergio Moro, na pessoa de quem cumprimento as demais pessoas presentes na mesa e Senadores e Senadoras aqui nesta Comissão; cumprimento também todo mundo que nos

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assiste presencialmente e *online;* e agradeço pela oportunidade de participar desta audiência pública.

É com muita satisfação que falo em nome do Instituto de Referência em Internet e Sociedade (Iris), um centro de pesquisa independente e interdisciplinar, fundado em 2015. Dedicamos esforços para produzir e comunicar conhecimento científico sobre os temas de internet e sociedade e defendemos e fomentamos políticas públicas que avancem os direitos humanos na área digital.

Aproveito para manifestar minha satisfação por falar logo depois também de um economista que faz uma abordagem científica do conhecimento, isso qualifica bastante a nossa participação.

Eu sou Paulo Renà, Pesquisador do Iris e doutorando em Direito, Estado e Constituição na Universidade de Brasília, onde pesquiso as transformações na ordem social e econômica com foco na regulação de políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação.

Também, entre 2009 e 2010, fui gestor do processo de elaboração coletiva, citado pelo Senador, marco civil da internet, quando atuei na Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça.

Fica aí o contato para quem quiser manifestar qualquer tipo de dúvida ou pergunta posteriormente.

Eu estruturei minha fala em três eixos: primeiro um panorama dos acontecimentos prévios; depois a gente olha para os impactos econômicos e jurídicos da suspensão do X; e, terceiro, quero falar ainda das questões econômicas e estratégicas relacionadas à Starlink.

Então, fazendo essa breve apresentação do cenário judicial, primeiro eu quero lembrar que estamos no contexto de uma série de inquéritos e procedimentos de investigação que têm sido conduzidos pelo Supremo Tribunal Federal com o protagonismo do Ministro Alexandre de Moraes, mas com o respaldo do Colegiado, seja pelo Plenário da Corte, seja mais recentemente pela Primeira Turma.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, mesmo na limitação de segredo de justiça, que é uma restrição séria, mas é de conhecimento amplo que as decisões judiciais, ora em debate, foram precedidas de uma escalada de ordens judiciais de modo que tanto a suspensão do X quanto a constrição do patrimônio da Starlink estão num ponto extremo, mas de uma sequência de outras medidas investigativas que se mostraram frustradas.

Terceiro, e essa frustração vem de uma postura que a gente não pode ignorar do proprietário do X e sócio-fundador da companhia SpaceX, da qual Starlink é uma divisão, natural da África do Sul, naturalizado estadunidense, o Sr. Elon Reeve Musk, que tem adotado uma postura incoerente, ignorante e insultiva – incoerente, pois se nega a realizar no Brasil procedimentos que ele já realizou em outros países, como a Índia e a Turquia; ignorante, pois demonstra desconhecimento sobre a realidade política e jurídica do Brasil, não só questionando a legitimidade de um Ministro do STF, indicado pelo Executivo e sabatinado por esta Casa, mas também demonstrando não saber distinguir entre o conceito de Estado, do qual faz parte o Poder Judiciário, e governo, constituído por representantes políticos eleitos como as excelências aqui presentes; e insultivo, por se referir de modo pueril à pessoa do Ministro Alexandre, com ofensas de caráter individual e pautado por características físicas, negando-se a dialogar propriamente sobre o mérito da controvérsia.

Passo então às questões centrais que nos trazem aqui. A partir dessa contextualização, quero olhar para os temas centrais desta audiência pública, considerando em especial os impactos do ponto de vista econômico, o respeito à soberania tecnológica do Brasil e a manutenção da integridade do nosso sistema jurídico.

Então, com relação aos impactos econômicos e jurídicos da suspensão do acesso ao X, o antigo Twitter, com certeza ele se mostrou originalmente como um cenário valoroso de uma tecnologia aberta para a inovação social. Ele permitiu o contato direto com autoridades – acho que já interagi diretamente com pelo menos um dos Senadores aqui presentes –, contato com empresas, contato com celebridades e contato com pessoas de qualquer estado social, diretamente. Era um meio de comunicação muito rápido, ágil, escalável – quer dizer, uma mensagem pode chegar a qualquer lugar do mundo – e relevante. Apesar do baixo número de pessoas proporcionalmente utilizando, notícias eram geradas pelas manifestações no Twitter frequentemente. Então, ele se convertia também num termômetro instantâneo da comunicação

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundial. Isso para esportes, para entretenimento, para eventos culturais e, claro, para a vida política tanto nacional quanto global.

Entretanto, a aquisição do X pelo Elon Musk, até com a conversão do nome de Twitter para X, que a gente pode chamar da morte do símbolo máximo ali, que era o pássaro, gerou um enfraquecimento, primeiro, das ferramentas de moderação de conteúdo. Por uma decisão do Elon Musk, a moderação de conteúdo foi reduzida. Foram eliminadas estruturas de combate a discurso de ódio, *spam*, desinformação e outros conteúdos nocivos. Ele demitiu equipes que eram relevantes para a observância dos direitos humanos. Tinha uma equipe lá de *trust and safety* que foi simplesmente eliminada, e não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Isso gerou um crescimento de mensagens hostis, apologia ao nazismo, racismo, misoginia, *spam*, etc. Qual foi a consequência? Uma redução da confiança dos usuários e a fuga dos anunciantes, inclusive com uma briga assumidamente comprada, de novo com ofensas pueris, aos próprios anunciantes. Elon Musk falou que os anunciantes poderiam ir se lixar – para usar um verbo cabível neste espaço. Isso gerou um declínio do valor econômico da rede social, que foi adquirida por um valor astronômico e se converteu no pior investimento desde a crise de 2008 para os bancos que emprestaram dinheiro para essa aquisição.

Então, foi um tiro talvez no passarinho, talvez no próprio pé do Elon Musk, mas isso porque ele não fez um investimento, o que ele comprou foi um megafone.

De qualquer forma, apesar do interesse dele em se manifestar por meio da plataforma, a gente teve um efeito lesivo à liberdade de expressão que era proporcionada pela plataforma. O aumento do ruído com todas essas mensagens não moderadas compromete as tantas discussões produtivas. Imagine que a gente estivesse aqui e de repente entrassem pessoas com faixas, cartazes ou – para usar a metáfora do meu xará – pessoas que entrassem aqui fumando charutos e botando fogo no carpete. A segurança desta Casa teria que tomar uma atitude, e o que o Elon Musk fez foi desmobilizar a segurança da sua própria plataforma. Isso atrapalha as conversas relevantes da plataforma. O prejuízo econômico já estava se manifestando em termos de divulgação e de *marketing*. As pessoas com milhões de usuários já percebiam que não valia mais a pena fazer divulgação por meio do Twitter e as empresas reduziram os investimentos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente tem ainda uma... Quero lembrar aqui que é importante reduzir a toxicidade do ambiente, olhar para essa possível migração dos anunciantes para outras plataformas, eventualmente por meio da redistribuição de investimentos e impulsionando novas redes mais seguras. Até dialogando com o Dr. Paulo, na sociedade da informação atual, nas chamadas relações líquidas, eu desconfio, Doutor, que o decaimento será muito mais ágil e que talvez esse número não leve cinco anos para tender a zero...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO RENÁ DA SILVA SANTARÉM – ... mas no máximo talvez cinco semanas.

O Bluesky tem apresentado números de crescimento exponenciais que sugerem que o Twitter se torará irrelevante em menos de um mês. Os números de *downloads* e uso do *app* subiram em outros 22 países que nunca tinham tido relevância na plataforma. O Brasil é mais relevante que o X e a riqueza está conosco, não com a plataforma.

De qualquer forma, diante de um valor tão elevado, 17 bilhões em cinco anos, não seria melhor que o multibilionário Elon Musk simplesmente pagasse as multas e indicasse um representante no Brasil se ele entende que a liberdade de expressão e o acesso à informação é um valor tão caro?

Bom, quero defender que a atuação judicial está tendo espaço na infeliz omissão legislativa. Seria uma oportunidade para o Brasil voltar a protagonizar debates como fizemos na época da aprovação do marco civil da internet. Lembro, o Senado rapidamente aprovou o PL 2.630, em 2020. A Câmara dos Deputados já leva mais de quatro anos e o projeto não anda. Gostaria de poder contar com a colaboração dos Senadores para dialogar com a Casa irmã para que esse processo traga para quem é de direito, quem é legítimo fazer o debate desses temas, que é o Congresso Nacional.

A gente tem um conceito chamado constitucionalismo digital, que, em resumo, vai dizer que, diante dos desafios que a tecnologia traz para o direito, o papel do Estado tem que ser afirmar os direitos humanos também na internet, inclusive a liberdade de expressão, e equilibrar os Poderes. E o que a gente tem visto é um desequilíbrio em favor de uma empresa privada.

(*Soa a campainha.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO RENÁ DA SILVA SANTARÉM – Para falar do meu último tópico, que é o congelamento dos ativos da Starlink, quero lembrar que o bloqueio não chegou a ser realizado do ponto de vista tecnológico e que houve esse reconhecimento do grupo econômico de fato e uma postura prática que originalmente ratificava, apesar das ponderações do Exmo. Senador Marcos Rogério, um reconhecimento, de fato, de um grupo econômico. Houve um recuo da empresa, e possivelmente esse ponto vai ser levado em conta em relação a esse congelamento e a esse reconhecimento dos grupos econômicos. Aí lembro: decisões judiciais são passíveis de recursos, são passíveis de revisão. Isso deve acontecer pelo plenário do STF.

Em termos de infraestrutura privada estrangeira, a Starlink é crucialmente importante para regiões remotas do Brasil, para conectar escolas, centros de pesquisa, a Petrobras, o Exército e a Marinha. E aí eu trago...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO RENÁ DA SILVA SANTARÉM – Peço dois minutos, Senador. Acho que eu consigo concluir.

... a questão dos riscos para a nossa soberania tecnológica, e isso é um problema. É uma realidade: a Starlink é crucial, mas eu questiono que isso tem que ser encarado como um problema e não como uma solução. A gente depende dela estrategicamente; a gente não tem autonomia nas comunicações, em vários locais, para as Forças Armadas; a gente tem limitação não só tecnológica e no desenvolvimento, mas também na economia! A gente fica sujeito a decisões privadas, empresariais. Na Rússia, ele cortou o acesso à internet da Starlink com uma decisão. O Brasil não pode ficar sujeito a esse tipo de situação.

Outra coisa: vulnerabilidade na nossa segurança. A gente tem uma infraestrutura crítica oferecida por uma empresa privada estrangeira! O Brasil ficaria impotente se a Starlink resolvesse mudar qualquer coisa no seu funcionamento. A gente tem uma influência corporativa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO RENÁ DA SILVA SANTARÉM – ... sobre a capacidade militar e a eventual comunicação emergencial numa crise, num acidente, como foi no caso do Rio Grande do Sul.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente necessitaria fomentar uma infraestrutura pública, como a RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa), que já existe, para que a gente pudesse ter controle nacional sobre recursos essenciais.

É urgente a gente valorizar a conectividade significativa, ter investimentos locais e públicos para promover essa autonomia e ter novas oportunidades para a economia, tanto em termos de negócio quanto até para a criação de empregos.

Concluindo, vejam a necessidade de equilibrar a questão da soberania, da regulação e da economia. Um país soberano e democrático como o Brasil não pode permitir um descumprimento reiterado de decisões judiciais, nem a ausência de um diálogo institucional de boa-fé. Vejam que o Bluesky não tem representante no Brasil, mas por que ele não foi bloqueado? Porque eles estão dispostos a um diálogo de boa-fé.

Os impactos econômicos emergentes, que são reais, podem ser mitigados no curto e no médio prazo não só pelo mercado, mas por políticas públicas adequadas e iniciativas que promovam a nossa soberania tecnológica e a segurança digital. Oportunidades podem emergir de uma regulação mais firme e da criação de alternativas em ambos os casos: plataforma digital X e conectividade pela Starlink.

Insisto na importância de o Congresso Nacional avançar, como fez com o marco civil da internet, como fez com a LGPD. De novo, parabenizo o Senador pelo seu trabalho à frente deste assunto de proteção de dados pessoais, foi muito importante. E a gente tem debates agora sobre a inteligência artificial, debates sobre a LGPD penal e o Código de Processo Penal... Há vários temas digitais que esta Casa pode e deve contribuir de forma valorosa, são legitimados para isso. A aprovação do PL 2.630, de 2020, é também um tema central que poderia oferecer parâmetros e barreiras para uma decisão como essa do Ministro Alexandre de Moraes. É a falta de critério legal que abre espaço para decisões abusivas.

Com isso, agradeço pela oportunidade e fico à disposição dos senhores e das senhoras.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Quero me inscrever, Presidente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu agradeço aqui as ponderações. E, claro, a audiência...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Presidente, quero pedir um minuto de direito de resposta.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Está bom.

Eu diria aqui que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Fraterno, fraterno.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Evidentemente, pela ideia de uma audiência pública, é normal ter divergentes pontos de vista, sem nenhum problema, e os comentários de V. Sa. são muito bem-vindos. Só tomo a liberdade aqui de fazer uma reflexão, já que o Congresso foi mencionado por uma suposta omissão em relação ao PL 2.630.

Eu creio que falo aqui pelos colegas que a grande resistência da nossa parte, Prof. Paulo, é porque o Governo queria definir um órgão administrativo como o censor da rede social e da sociedade, e o Congresso não aceita que o Poder Executivo assuma esse papel de dizer o que pode ser dito ou não pode ser dito, pois é um risco às liberdades fundamentais, mas não existe nenhum problema, nenhuma resistência em ter uma regulação, mas não nesse formato pretendido pelo Governo Federal.

De todo modo, sobre a questão relacionada ao Elon Musk e ao próprio Ministro Alexandre, como eu disse aqui no início, não é nosso objetivo fazer ataques pessoais, ofensas pessoais ou julgar aqui os comportamentos, embora façam parte da discussão, mas discutir os aspectos econômicos dessa decisão.

Agradeço as considerações de V. Sa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, o senhor permite?

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Nós só teríamos que ir para os próximos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin para uma breve consideração.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Um pouco menos, porque V. Exa. já falou uma parte que eu queria.

O PL 2.630 é, inclusive, contagioso, porque os arts. 13 e 15 da lei de inteligência artificial querem fazer aquilo que nós não queremos que aconteça, que é exatamente...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Contagioso, gostei.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não só é um vírus, um ataque – nós aprendemos um pouquinho mais –, um *ransomware*, como ele infecta...

E os arts. 13 e 15 da lei de inteligência artificial, que é uma ferramenta, foram contaminados pelo mesmo propósito de censura que o PL 2.630, contra o qual eu votei – votei contra esse projeto de lei e votarei de novo enquanto ele tiver essa mancha.

Segundo, eu gostaria que o senhor fizesse um retrospecto, em homenagem ao que você falou, de como é que nós tratamos o WhatsApp quando o WhatsApp não tinha representante legal no Brasil. E quem comprou o WhatsApp? O Twitter. O WhatsApp só passou a ter... Prestem atenção em como o incidente se repete com variantes. Em 2017, o WhatsApp entrou na CPI dos Crimes Cibernéticos, de que eu tive a honra de ser o Relator. Não tinha representante no Brasil e foi flagrado distribuindo cocaína. Não havia intervenção judicial. E não tinha representante do Brasil.

Só coloque isso no seu trabalho, que está muito benfeito.

E desculpem se eu passei de um minuto.

Obrigado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Perfeito. Deixamos a questão para ser respondida adiante, por conta dos outros convidados.

Eu vou, agora, passar para os participantes por videoconferência.

Convido, primeiro, o economista Helio Beltrão para fazer a sua exposição. Ele tem uma apresentação também – peço que coloquem. Helio Beltrão é economista renomado, MBA em Finanças pela Columbia University, Presidente do Instituto Mises Brasil, também comentarista da CNN, pessoa por todos nós conhecida e respeitada.

Eu lhe concedo também, por dez minutos iniciais, Dr. Helio Beltrão, a palavra.

O SR. HELIO BELTRÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia!

Vocês conseguem ver a apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sim, sim.

O SR. HELIO BELTRÃO (*Por videoconferência*.) – Muito bem.

Muito obrigado, Senador Sergio Moro.

Bom dia a todos!

Agradeço o convite desta ilustre Comissão e do Senador Sergio Moro, a quem cumprimento, assim como os demais membros da mesa, os Senadores e Senadoras presentes, o Senador Flávio Bolsonaro, os expositores – um grande abraço ao amigo Paulo Rabello – e os demais presentes. É uma honra muito grande estar aqui com vocês.

Por questões de saúde que estão claras para vocês até pela minha voz, lamentavelmente, eu não pude estar presencialmente com vocês, conforme planejado, mas não creio que isso vá afetar a apresentação.

O tema dos custos econômicos da suspensão do X e do bloqueio de ativos da Starlink, que inclui não apenas as contas correntes da Starlink, mas também a apreensão de automóveis, aeronaves e outros equipamentos, é da maior importância, porque, Senador, afeta a credibilidade do Brasil perante investidores estrangeiros, mas também junto a investidores e

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresários brasileiros, que sempre podem optar por investir no exterior em vez de deixar aqui o seu capital.

Eu considero que houve dano institucional no país, o que eu vou procurar demonstrar, porque há, depois desse episódio, a percepção de mais insegurança jurídica e de questionamentos contra a observância do devido processo legal, ou seja, a percepção de quebra das regras do jogo. Isso já está inevitavelmente em processo de causar graves prejuízos à economia, aos investimentos, ao nível de emprego, em particular ao pequeno, que usa o X como apoio ao seu negócio, e aos mais de 200 mil clientes da Starlink.

É muito cedo para mensurar os danos com rigor econométrico, como o caro Paulo Rabello mencionou, por dois motivos, apenas para a gente mencionar. Em primeiro lugar, as decisões de investimentos empresariais de médio e longo prazo não são tomadas no calor do momento. A gente sabe que as decisões tendem a ocorrer ao longo de um período de anos após os eventos danosos, que são percebidos como havendo risco adicional, e os empresários pensam em décadas, não pensam em meses. Então, necessariamente, há um *lag*, um efeito retardado. E número dois: um estudo decente, como o Paulo Rabello mencionou, que isole adequadamente os efeitos dos eventos danosos que a gente está discutindo hoje, demandaria meses, talvez anos, de compilação de dados.

Um estudo relevante, eu sugiro aqui, Senador Sergio Moro, vai avaliar estatisticamente o impacto disso nos juros de prazos mais longos, no risco Brasil e, principalmente – aqui é o ponto principal –, no custo de captação das empresas, seja em instrumentos de dívida, seja em ações, ou seja, o aumento do custo de capital para todas as empresas do Brasil, mas, não obstante arriscando, portanto, colocar um número – porque a gente precisaria de todos esses estudos –, a gente pode ter uma ideia, sim, do tamanho do problema.

E eu quero colocar aqui o exemplo da China. Principalmente a partir da implacável perseguição do Governo Xi Jinping contra o empresário Jack Ma, do Alibaba e da financeira Ant Financial, a partir de 2020, principalmente, da suposta cruzada anticorrupção que ele tem feito como método para expurgar seus críticos, expurgar competidores, a China foi gradualmente, mas severamente *downgraded*, ou seja, ela foi reavaliada negativamente por investidores. Então – para dar um número –, desde então, a participação de empresas chinesas nesse prestigioso

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

índice que eu estou mostrando aí no eslaide, que é o Índice de Ações de Mercados Emergentes, o MSCI Emerging Markets Investable Index, caiu de 40% em 2020 para 21% hoje. Esse índice, hoje, vale em torno de US$9 trilhões. Em 2020, esse índice valia um pouquinho menos, mas a China, então, teria algo como, sei lá, 3,5 trilhões e caiu para 1,8 trilhão de participação.

O Brasil participa com cerca de 4% do índice e já está em declínio há muitos anos, porque a gente, aqui, já não está fazendo o melhor para os investidores.

Por aí você vê. Só falando, Paulo, de empresas grandes, cotadas em bolsa, já é um impacto tremendo, da ordem de bilhões de dólares. Se você considerar as empresas médias, as empresas pequenas e todos os instrumentos de dívida que fazem parte da captação de empresas, você veja o tamanho de um impacto que isso pode ter.

Essa experiência chinesa, caros Senadores, é extrema, sem dúvida, mas algo um pouco mais moderado que isso, mas na mesma direção, está ocorrendo no Brasil, pelo fato de aumentar o custo de capital de todas as empresas brasileiras, não apenas as que são cotadas em bolsa, como as do índice que eu mencionei. Então, o aumento do custo de capital das grandes, das médias, das pequenas, isso pode, sim, ter um impacto da ordem de centenas de bilhões de dólares, na linha do que o Senador Flávio Bolsonaro estava indicando.

Uma outra experiência relevante, que está acontecendo agora, é a do México – está acontecendo agora, nos últimos meses –: o Amlo, o López Obrador, está empurrando uma reforma do Judiciário que tem sido percebida como sendo contra o Estado de direito e que até elimina certos órgãos independentes. Só a possibilidade de isso passar – o que ainda não aconteceu – já causou uma tremenda desvalorização do peso. O dólar subiu 20% contra o peso nos últimos três meses. Isso deixa o país todo mais pobre. Então, a gente vê que esse tipo de intervenção causa impacto, muitas vezes, tremendo e, às vezes, de curto prazo, como no caso do México.

Agora, o Elon Musk, recentemente, tomou uma difícil decisão de contestar judicialmente essas ordens sigilosas de bloqueios de perfis, que, a juízo dele, não representavam ameaça à segurança de ninguém e que, a juízo dele, violam a Constituição brasileira e a lei – no caso, o marco civil da internet.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É verdade que o Brasil é pequeno economicamente para o grupo X do Musk, mas, se o Musk resolvesse não contestar judicialmente essas ordens, ao custo que ele tem tido de acumular multas milionárias enquanto recorre, ele seguiria lucrando, ele seguiria investindo, gerando emprego com os seus empreendimentos brasileiros. E isso é, por sinal, o que as demais redes optaram por fazer, com o foco utilitário em resultados financeiros.

Agora, nesse próximo eslaide, o ponto é que não resta dúvida de que estamos falando em prejuízo para o Brasil de centenas de vezes o prejuízo eventual a que o Elon Musk foi submetido. O investidor, empresário, brasileiro e estrangeiro, pensa, só para fazer uma hipótese: "Peraí, se o STF decidir, por exemplo, fechar as Lojas Americanas, envolvidas na fraude contábil, ou fechar empresas que tiveram desastres ambientais como a Vale", é o tal do risco do CNPJ que o Paulo estava falando, "ou empresas associadas a escândalos de corrupção". E ele pensa assim, o empresário: "Casos assim não são julgados na primeira instância como sempre foram?". Ele pensa: "E comigo, se houver algo percebido como um desrespeito à lei, a minha empresa pode ser fechada por decisão monocrática de um Ministro do Supremo Tribunal Federal?". E, por exemplo, o que eu devo pensar quando o Brasil agora faz parte desse seleto grupo de países muito estranhos que baniram o X? Isso tudo é uma complicação muito grande para a atitude empresarial, que é o que traz investimentos e empregos.

Agora, os bloqueios ao X e à Starlink também parecem atentar contra o direito internacional em alguns quesitos. Vou falar algumas coisas assim, a meu juízo. Primeiro, passivos não podem ser transferidos de uma entidade para outra, assim, exceto em casos especialíssimos, de acordo com o direito internacional. Segundo, não é permitida uma punição discriminatória, que aqui ocorreu contra o X por não ter apontado um representante legal em 24 horas, ao passo em que centenas de companhias estrangeiras de internet são usadas por brasileiros sem importunação, mesmo sem ter um representante legal no Brasil. Então, houve uma punição discriminatória. Em terceiro lugar, os acionistas da Starlink, que não possuem ligação nenhuma com o X, foram indevidamente punidos, sem devido processo. Eu lembro que o Elon Musk tem apenas 40% das ações da SpaceX, que controla a Starlink. Ele tem sócios com 60% que não têm nada com isso. E lembro também que a Starlink é estratégica para o Governo americano, porque deslocou a empresa russa Soyuz para lançamento de foguete ao espaço.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre esse eslaide, que tem uma reação institucional preocupante. Logo em seguida, a Embaixada americana emitiu uma nota mostrando preocupação com a liberdade de expressão. Isso é bastante, temos que prestar atenção nisso. E também a Anatel americana, a Federal Communications Commission, enviou uma carta duríssima à Anatel questionando o cumprimento de ordens ilegais e inconstitucionais, aparentemente, segundo a FCC americana, além de colocar várias outras questões. Sugiro a leitura dessa carta da FCC.

Investidores. A gente viu um dos maiores, um dos investidores mais respeitados mundialmente, que é o Bill Ackman. Ele argumentou que o Brasil possivelmente deixou de ser um país investível, ou seja, ele não poderia nem estar fazendo parte daquele índice que eu mencionei antes, o MSCI, porque aí não se poderia investir, não se consideraria o Brasil minimamente seguro para investir. E a opinião do Ackman, a gente tem que lembrar que afeta grandes, médios, pequenos empresários; todos levam isso em conta quando um investidor como esse fala.

Finalmente, a mídia internacional tem sido muito crítica ao que tem ocorrido, como nessas matérias da imagem do *The Wall Street Journal*, que diz que o Elon Musk está lutando pela liberdade de expressão no Brasil; a matéria do *The Washington Post*, que diz que, nessa luta pela liberdade de expressão, o X, do Elon Musk, marcou a posição correta; e a própria *The Economist* dizendo que, agora que o Brasil baniu o X, quem vai falar pela liberdade de expressão? É uma reflexão.

Em suma, as medidas adotadas pelo Supremo Tribunal Federal atuam contra o interesse nacional, que é criar um ambiente propício aos negócios, à liberdade de expressão, com respeito ao ordenamento jurídico, ao direito internacional. Há uma degradação institucional, a percepção de maior risco aos empresários brasileiros e estrangeiros. O risco Brasil tende a crescer com o tempo, o custo de captação de empresas fica mais caro.

E aí tem a questão da Starlink, que é gravíssima e foi mencionada brevemente pelo outro expositor, o Paulo. Penalizam-se indevidamente brasileiros diversos, desde microempreendedores ao Exército, à Petrobras na Amazônia, a escolas, à agricultura do Nordeste, que depende desses mais de 200 mil clientes da Starlink e que estão sendo usados para punir o Elon Musk, embora o Elon Musk, de novo, só tenha 40% das ações dessa empresa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é isso.

Eu agradeço a todos vocês e fico à disposição para perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agradeço a brilhante exposição do Dr. Helio Beltrão, também economista, e registro aqui a presença dos queridos Senadores Carlos Portinho e Damares Alves, que inclusive também é subscritora do requerimento inicial para a audiência pública.

Vamos passar a palavra agora para o Sr. Arthur Igreja, que é especialista em tecnologia, escritor e palestrante muito conhecido nessa área das *big techs*.

Está no vídeo?

Então, muito obrigado, Sr. Arthur, pela sua disposição em contribuir para o debate.

Eu lhe concedo dez minutos iniciais para a sua exposição.

O SR. ARTHUR IGREJA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Quero agradecer o convite. É uma honra, um prazer estar aqui. Agradeço a todas as autoridades, a todos os participantes e também a quem nos acompanha *online*.

Eu não vou fazer projeção de nenhum material. Então para esses dez minutos eu selecionei uma série de tópicos aqui sobre o lado tecnológico, complementando os aspectos econômicos que já foram debatidos.

Antes de mais nada, parabenizo a iniciativa. Parece-me que esse assunto da tecnologia precisa ser cada vez mais embasado, mais discutido.

Então a minha primeira análise sobre o assunto é a seguinte: perdem todos, especialmente os usuários, aqueles que criam negócios, aquelas empresas que tentam se conectar com o seu público. Sabemos que hoje esse é um canal absolutamente fundamental, então me parece que o impacto vai muito além do tempo de tela. Então foi muito bem exposto na primeira apresentação, mas os impactos secundários são muito difíceis de serem mensurados. Por exemplo, há empresas que fizeram investimentos durante anos para alcançar

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua audiência, para ofertar serviços, para aumentar aquilo que se chama de *awareness* e que agora não conseguem mais alcançar o seu público.

Além disso, nós precisamos pensar, refletir sobre o fato de que as pessoas, sim, têm menor acesso a determinadas informações. Então imagine alguém que de repente não consome uma informação, não tem um *insight,* e, portanto, não muda o seu negócio – isso vai impactar a sua produtividade.

Então, esse efeito borboleta é muito difícil de ser mensurado, vai muito além do tempo de tela. Só podemos imaginar o que poderia acontecer se decisão similar fosse tomada, por exemplo, com a Meta, penalizando WhatsApp, Instagram, Facebook e Threads.

Então, me parece que não se pode analisar esse assunto de forma fragmentada. Nós precisamos entender tudo o que aconteceu e por que esse assunto é extremamente inédito, extremamente importante. Então, o Brasil já viveu uma situação parecida com essa, que é a reserva de mercado tecnológica, quando a população fica privada de acesso a uma tecnologia global, e os efeitos foram absolutamente terríveis. Todos sabem do que eu estou falando.

Então, o que eu quero dizer é o seguinte, que esse episódio tem uma série de aspectos inéditos. Por exemplo, nós temos que lembrar essa conexão entre X e Starlink, é uma coisa não usual. Além disso, nós temos o X numa situação de uma empresa que fecha o seu capital e que passa a ter muita personificação na figura do Elon Musk. Personificação é uma palavra-chave aqui, neste debate, porque infelizmente foi o que aconteceu dos dois lados: a personificação parece um antagonismo entre STF, na figura de Alexandre de Moraes, e X, na outra ponta, com Elon Musk. E justamente assuntos que se tornam não objetivos e não baseados em critérios tendem a sofrer esse tipo de coisa.

Então, aquilo a que eu queria chamar a atenção no começo é o seguinte, para dois aspectos. Primeiro, não vai ser o último episódio desse tipo. Parece-me que é o primeiro grande episódio dessa natureza, mas basta ver o que está acontecendo na França com o Telegram. Nós temos que lembrar que as *big techs* têm atuação global, uma influência social maior do que muitos Estados. Então, só para trazer alguns números rapidamente, nós falamos muito sobre a superlativa população da China e da Índia, com 1,4 bilhão de pessoas. Essas populações são razoavelmente tímidas perto da população de usuários mensais da Meta, de 3,59 bilhões de

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas. Quando nós falamos no PIB do Brasil, de US$2,2 trilhões, também fica razoavelmente abaixo do *market cap* do valor de mercado da Apple. São grandezas diferentes, mas, enfim, de toda forma, é interessante comparar isso. O *market cap* atual da Apple é de US$3,4 trilhões.

Então, o que acontece é que nós temos questões que precisam ser compactuadas. A primeira delas: existe, sim, um aspecto jurídico importante de a empresa não ter o seu representante legal no Brasil, de uma série de decisões, de notificações, de uma série de multas que não foram atendidas; por um outro lado, nós temos também... Eu falei isso em algumas entrevistas, e pode soar muito estranho, mas tristemente ambos os atores levaram o conflito para um ponto em que ambos provaram o seu ponto, ou seja, o STF mostrando que ele é capaz de tirar uma empresa do Brasil e a outra empresa mostrando que não precisa atender uma decisão legal no Brasil, algo que seria absolutamente impensável para qualquer brasileiro, para qualquer empresa.

Então, por um segundo, se nós tirássemos o termo X ou Elon Musk e se isso fosse enquadrado como uma empresa que simplesmente não atendeu aspectos legais no Brasil e se recusa a atendê-los, me parece que, se fosse feita uma pesquisa de forma ampla, sem mencionar o nome da empresa, teríamos uma resposta a favor da soberania nacional, porque é preciso ponderar isto, uma empresa não pode atuar absolutamente sem atender os critérios legais no Brasil. Agora, o que aconteceu nessa escalada tem muito pouco a ver com isso.

Então, eu gosto... Quando muitos falam que nenhuma regulamentação, nenhuma regulação se faz necessária, é preciso lembrar que o Código de Trânsito é uma regulamentação, então você estabelece parâmetros razoáveis para o convívio.

Então, você tem limitações de velocidade, determinações de áreas, determinações de determinados comportamentos. O que nós vemos hoje não só no Brasil, mas em inúmeros territórios, é uma série de espaços não ocupados.

Permitam-me fazer aqui uma comparação bastante grosseira, mas quando nós não temos critérios objetivos, acontece essa personificação. A metáfora que eu trago aqui é uma metáfora futebolística. Nós temos o estabelecimento da regra do impedimento, mas aí, a partir do momento em que acontece um lance polêmico e nós temos que considerar a interpretação do juiz que está em campo, é justamente aí que nós temos um grande problema quando nós não

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos *accountability*, quando nós não temos o VAR, para trazer um critério objetivo e falar o seguinte: esse jogador estava à frente ou não. Então, justamente quando fica nessa zona cinza, quando não se tem esse *accountability*, que é uma palavra difícil de traduzir para o português, da decisão judicial tomada e desse espaço não ocupado do critério objetivo dessa escalada é que acontece um desastre como esse.

Então, eu classifico o que aconteceu nas últimas semanas como um verdadeiro desastre, basta ver que outros episódios com outras empresas tiveram uma outra trajetória. Basta citar o que aconteceu recentemente com a Meta, justamente com o seu mecanismo de inteligência artificial generativa, que passou a usar os dados dos usuários sem avisá-los, ao contrário do que aconteceu na União Europeia, onde os usuários tinham o consentimento. O que aconteceu foi que a Autoridade Nacional de Proteção de Dados notificou a empresa, estabeleceu uma linha objetiva mostrando que isso não poderia acontecer. Bom, basicamente o que aconteceu é que, por volta de um mês depois, ambas as partes chegaram a um acordo. Traduzindo: era de interesse da Meta continuar no mercado brasileiro, os usuários passaram a ter esse recurso, passaram a ser notificados, então qualquer pessoa que abrir a sua ferramenta, por exemplo, do Instagram, vai ver lá uma nova notificação, e tudo isso passou por diálogo, passou por critérios objetivos, coisa que não aconteceu no episódio do X.

Bom, quando eu falo desse ineditismo, dessa intersecção, é aqui que as coisas começam a ficar ainda mais confusas. No caso da Starlink, a sua representatividade vai muito além dos 200 mil usuários, porque pode ser que nós pensemos que 200 mil usuários são 200 mil pessoas ou 200 mil negócios individuais, mas quando nós pensamos no impacto no agronegócio, nos impactos em comunidades remotas... Há duas semanas eu estive em Santarém, no Pará, para um evento, e lá eu pude ver agências que levam inclusão financeira, que levam a participação do sistema financeiro e levam crédito, levam acesso para alavancar negócios usando antenas da Starlink em agências móveis. Quer dizer, essa intersecção é uma coisa que parece absolutamente incompreensível, o bloqueio de contas e também o perigo, porque caso a Starlink tivesse tomado uma decisão... E aqui só podemos conjecturar que ela tomou a decisão justamente por ter outra característica, ser uma empresa ligada à SpaceX, de capital aberto e decisões menos personificadas, mas, se ela decidisse não cumprir a decisão da Anatel,

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderíamos ver uma escalada desse conflito ainda pior – muito pior, aliás – e colocar o Brasil num escuro de conectividade.

Então, o que acontece é que nós temos aspectos técnicos, como a decisão de uso de VPN, que é ainda pior, aquela multa fixada de R$50 mil, o termo mencionado, métodos, subterfúgios tecnológicos para poder fazer o acesso, quer dizer, VPN pressupõe privacidade e não rastreabilidade. A pergunta do ponto de vista técnico é: como é que esses usuários seriam monitorados? Como é que eles seriam multados, se isso vai contra o preceito tecnológico? Isso me lembra a época do Napster, em que de forma exemplar – com muitas aspas – algumas pessoas foram multadas em vários países por baixar MP3, justamente porque não existia uma legislação, uma regulamentação adequada em relação a uma nova tecnologia, em relação aos direitos autorais, e tudo isso foi pacificado ao longo do tempo, tanto que hoje usamos esses *streamings* de áudio.

Então, só para finalizar a minha exposição, me parece que é um precedente terrível, temos uma série de espaços não ocupados e a pergunta que fica é como evoluiremos daqui para frente, como avançaremos nessa discussão, porque, volto a dizer, não gostaria de falar isso, mas esse é o primeiro evento dada essa crescente influência das empresas de tecnologia no tecido social, na nossa vida, na forma como nós vivemos, senão eu não conseguiria fazer essa participação remota, inclusive, neste momento, usando transmissão e conectividade de ponta e uma ferramenta, como eu estou usando agora para poder falar com os senhores.

Isso tem tudo a ver não só com o lado técnico, tecnológico, mas com segurança e previsibilidade, ou seja, ter esses *frameworks*, ter essas linhas estabelecidas é o que reduz a atuação de juízes, enfim, de atores que deveriam ter uma atuação muito mais discreta no final das contas. Então, me parece que o ponto é avançar nesses critérios objetivos, nesse debate, para que, quando uma decisão for tomada, caso ela não respeite esses critérios, isso fique imediatamente claro, mas também para que as empresas possam saber quais são esses critérios. É isso que atrai investimentos, segurança, previsibilidade, aquilo que é essencial para o nosso país, assim como já também foi exposto em algumas das apresentações anteriores.

Agradeço o tempo, agradeço o convite e me coloco à disposição para qualquer dúvida ou esclarecimento.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agradeço a sua exposição, Sr. Arthur Igreja. Só um breve comentário. Achei fantástica a referência, se compreendi bem, à lei da informática, em que o país se fechou por questões ufanistas e iria desenvolver sua própria tecnologia, e aquilo prejudicou o desenvolvimento do nosso país enormemente. Da mesma maneira, talvez essa ideia de fechar o Brasil para o mundo... Evidentemente, a rede social tinha um papel importante na nossa inserção no contexto internacional e pode ter um efeito deletério que vai muito além daqueles cálculos diretos estimados. Achei esse *insight* bastante interessante da parte do expositor.

Eu vou convidar agora o Sr. Gerson Ribeiro para fazer sua apresentação. Sr. Gerson, está no vídeo?

O SR. GERSON RIBEIRO (*Por videoconferência*.) – Pois não?

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sr. Gerson, então agradeço a sua presença virtual, sua disponibilidade para fazer sua apresentação. E eu tenho aqui a referência de que o senhor é professor e diretor que trabalha em região do Amazonas, com população indígena. Então, agradeço mais uma vez a sua presença e lhe concedo o tempo inicial de dez minutos para sua exposição.

Muito obrigado.

O SR. GERSON RIBEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Meus cumprimentos a V. Exa., Senador Sergio Moro; ao Flávio Bolsonaro, que parece que já deixou a mesa; a Damares Alves; ao Senador Mourão; e a todos que compõem a mesa. É um privilégio falar com vocês.

Realmente, eu sou Diretor do Instituto Ibraema e trabalho no terceiro setor. Nós trabalhamos na área de alfabetização de jovens e adultos, também em projeto de cidadania. Temos um projeto de empreendimento – Empreender é coisa de mulher sim! – e de educação financeira. Nós atuamos nessa região há mais de dez anos.

Mas, primeiro, quero dizer que cheguei à Região Amazônica no século XX, século passado, em meados de 1975. Foi quando eu tive contato com essa região tão maravilhosa, em que nós vivemos, onde cabem várias inglaterras, holandas, portugais, e é um dos maiores símbolos da nossa soberania nacional e da biodiversidade mundial. Eu me deparei, viajando, subindo de

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Belém para Manaus, com cidades como Humaitá, Lábrea, Itacoatiara, Tefé, Porto Velho, Rio Branco, Maués, Parintins, Roraima e tantas outras em que nós transitamos, e notei que estávamos desconectados do resto do Brasil. Eu estava lá no meio das árvores, no meio da floresta, trabalhando com a população ribeirinha, e o sentido que eu tive – embora eu seja um amazônida por adoção, eu vim do sul do Brasil – é que eu estava desconectado do resto do mundo. E, somente agora, no século XXI, eu percebi que se abriu uma nova fronteira no Brasil, com a chegada da Starlink, iniciativa da então gestão da Presidência da República do Presidente Bolsonaro. E foi, assim, uma coisa incrível ver que, já em setembro de 2022, 90% dos municípios da região já estavam conectados. Essas regiões deixaram de ser remotas.

Vocês vão perceber que, na minha fala, eu não vou me prender muito ao prejuízo econômico e etc., mas eu quero me prender ao prejuízo moral que isso trouxe à nossa região.

A antena é muito simples. Como o Arthur, que me antecedeu, falou, a mobilidade pode ser feita em carros e em tantas outras coisas. E nós vemos hoje, na Região Amazônica, que inclusive em barcos a antena pode ser instalada, porque ela resiste a água da chuva, sol, intempérie e uma série de coisas.

Hoje, pequenas empresas estão sendo beneficiadas: assim como escolas, socorristas, órgãos públicos, como já foi mencionado aqui, Forças Armadas, tribunais eleitorais, povos indígenas e também as comunidades tradicionais, como os quilombolas. Há pouco tempo, no Município de Acará, no Pará, nós fizemos a instalação de uma antena lá. E a expressão geral foi: "Agora nós fazemos parte do Brasil, estamos nos comunicando".

E não somente isso, mas a instalação dessas antenas é uma questão de sobrevivência, é uma questão de vida ou morte, porque, diante de qualquer problema de saúde, eles podem pedir socorro, sair de barco ou de avião e, no local aonde eles chegam, já ter uma ambulância esperando para levá-los ao hospital. Isso pode custar uma vida, então é crucial também o direito até de telemedicina. Eu já fiz telemedicina, eu não podia ir para um grande centro e, através da telemedicina, eu fui atendido e o meu problema foi resolvido. Então, não é somente uma questão de saúde, é um direito que reza na nossa Constituição, é também um direito de educação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presença do X, da Starlink, na Amazônia é uma questão até de direitos humanos, é referendar esses direitos aos que vivem na Amazônia, porque consta na carta dos direitos humanos que todos somos iguais. No sul tem fibra ótica, mas isso vai levar décadas para chegar na Amazônia, e eu nem sei se é possível a infraestrutura para chegar naqueles rios, nos igarapés.

Então, eu estive numa reunião no Havaí, fui convidado para falar na Universidade das Nações. Quando eu expliquei a situação da Amazônia, eles me disseram: "Como nós podemos te ajudar?". E eu disse: "nos ajude a investir na comunicação". Comunicação é essencial, os direitos básicos de educação, tudo isso vai ser afetado.

Pouco tempo atrás, eu estive com os iauanauás. Se você quiser viajar e conhecer o iauanauás, você vai ter que pegar um avião em Brasília, viajar três horas para chegar em Rio Branco. De Rio Branco, você vai dirigir de carro até Tarauacá. Se a estrada estiver boa, serão três horas. Eu fiz em quatro da última vez, porque a estrada estava ruim. De Tarauacá, você viaja mais uma hora para a Ilha de São Vicente. Lá na Ilha de São Vicente, você está na beira do Rio Gregório; ao longo do Rio Gregório, existem 11 aldeias iauanauás. A minha sobrinha é casada com o chefe da aldeia, o Tashka. Eu enfrentei a rabeta quatro horas para chegar numa dessas 11 aldeias. Eu já estou falando aí de 3 a 15 horas de viagem, e lá nós implantamos uma classe de alfabetização, porque havia a possibilidade de eles entrarem na internet e aprenderem como se ministra uma classe de alfabetização.

Isso é essencial para os povos indígenas, para os povos quilombolas, é essencial para nossa segurança, como já foi mencionado aqui, as Forças Armadas. São direitos que nós temos, nos direitos humanos e dentro da nossa Constituição: liberdade de pensamento, de expressão, para um mundo justo, um mundo livre.

Então, a Starlink, o X permitiu ao cidadão brasileiro das regiões remotas ter direito à sua Constituição, à sua fala, à sua voz, à informação, à educação, à saúde. Não é moralmente correto que nós privemos essas populações de acesso à comunicação.

Eu estou me lembrando de uma frase que disse Thomas Sowell, que é economista e também sociólogo: "a questão mais básica não é o que é melhor para todos, mas quem deve decidir o que é melhor". Ninguém deve decidir para o cidadão da Amazônia o que é melhor para eles. Ele deve decidir, ele deve saber o que é certo e errado. E nós não podemos isolá-los,

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles têm voz! Nós não podemos decidir para eles o que é certo, o que é errado, o que é mentira, o que não é. Eles de *per se* devem ter essa autonomia moral, um direito que lhes é dado pelos direitos humanos, que lhes é dado pela Constituição do Brasil. Comunicação é essencial.

Eu gostaria de terminar a minha fala com um exemplo. Uma vez, na década de 80, na Região Amazônica, eu convidei um navio de médio porte que fazia assistência à população carente. Esse navio operava no Pacífico e no Caribe. Ele cruzou o Canal do Panamá, desceu até Belém, de Belém subiu a Manaus, e nós fomos atendendo a população carente. Nesse navio havia pessoas de 34 países do mundo. Sabe o que mais impressionou a população amazônica naquela época? Não foi o que eles fizeram para eles em termos de doações, em termos de médicos, de odontologia que foi praticada. Eu notei que o pessoal ribeirinho dizia: "Estamos conectados com vocês. Vocês vieram de longe para nos atender. Somos iguais". É o que diz a carta dos direitos humanos: todo ser humano é igual. Somos iguais e estamos conectados com você. Hoje não se faz mais necessário trazer um navio do Pacífico, porque estamos conectados através da Starlink, estamos conectados através do X. Eu me prendi não a um prejuízo econômico, mas a um prejuízo moral, e nós não podemos roubar isso da população que vive na Amazônia.

Muito obrigado a todos e estou também disponível para alguma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu agradeço ao Sr. Gerson Ribeiro pelas belas palavras, inclusive esse retrato sobre a situação na Amazônia em particular e a importância – não só lá, mas especialmente lá – das conectividades através da Starlink.

Eu creio que, como disse no início aqui da nossa apresentação, ninguém aqui é advogado do Elon Musk e ninguém também aqui tem mandato em relação à defesa do Supremo Tribunal Federal. A grande questão aqui são os usuários, os brasileiros que utilizam a rede, que utilizam a Starlink.

E, aqui, neste caso, embora a gente pense na parte econômica, há o aspecto moral muito bem salientado aí por V. Sa. Agradeço a sua participação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só registro aqui a presença também do nosso Senador Jaime Bagattoli, presente na Comissão.

E passo a palavra à Sra. Oona Castro, Diretora de Desenvolvimento Institucional do Nupef. Agradeço à senhora também pela disponibilidade em participar desta audiência pública. Eu lhe concedo inicialmente também dez minutos, Sra. Castro. Muito obrigado.

A SRA. OONA CASTRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Exmos. Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Eu peço permissão para seguir um pouco um roteiro que eu preparei. Não sei se vocês conseguem me ver e me ouvir bem.

Obrigada pela confirmação.

Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer o convite para contribuir com esta audiência pública. É muito salutar que uma instituição democrática como o Senado abrigue debates tão caros, de temas tão caros à democracia como esse. E como é importante que a gente preserve essas instituições – não é mesmo? – para que possamos continuar fazendo esses debates com essa diversidade de visões, de opiniões, de análise de dados e tudo que a gente precisa para promover um debate rico e qualificado.

É com grande responsabilidade também que eu me dirijo a esta Casa para tratar dessa questão crítica para o futuro da nossa democracia e da proteção dos direitos fundamentais no ambiente digital.

Eu sou Codiretora do Instituto Nupef, que é uma organização que trabalha desde 2005 promovendo o uso seguro das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil. A gente também investe na criação de tecnologia, especialmente infraestrutura local e infraestrutura para o terceiro setor, para as organizações sem fins lucrativos, movimentos sociais.

Nós integramos a Coalizão Direitos na Rede, que é uma coalizão que congrega dezenas de organizações que defendem direitos humanos no ambiente digital. E todas elas têm contribuições muito importantes sobre esse assunto. Eu não vou conseguir dar conta de representar toda a visão diversa do terceiro setor, então fico muito feliz de ter ouvido também o

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colega Gerson Ribeiro, o colega Paulo Rená e ainda ouvir mais um representante do terceiro setor, porque eu imagino, eu percebo que o terceiro setor mesmo não é um setor, digamos, uníssono em relação a essas questões. Então existe a diversidade mesmo dentro dele, não é mesmo?

Eu vou passar um tanto pela questão da suspensão do X e das questões judiciais, mas minha formação é: sou jornalista, fiz pesquisa em economia política da comunicação e da cultura, já por muito tempo, estudamos e dissecamos, quase vinte anos atrás, a maneira como eram coletados e divulgados dados sobre pirataria no Brasil; tem um livro, inclusive, que a gente publicou sobre isso; mais tarde eu fiz um estudo sobre economia da cultura, a importância da cultura para a economia do país e sobre os conceitos de economia criativa e economia da cultura, e neste momento sou Codiretora do Instituto Nupef, promovendo a inclusão digital, uma das maiores bandeiras da nossa organização.

Então, obviamente, apesar de a gente acompanhar e ter um olhar muito preocupado para a pauta das redes sociais e de como a suspensão de uma rede social pode impactar o debate público no Brasil, a gente entende que esse ponto a que chegamos é resultado de uma escala, de um contexto de escala de uma série de descumprimentos, de não cumprimentos de decisões judiciais, que foram se somando e que resultaram nessa medida um pouco mais drástica, que, por sua vez, ganhou relação com a Starlink simplesmente pelo fato de que o administrador, o CEO do X recusou que a Starlink bloqueasse o X.

Quer dizer, não é... Em algum momento, um dos palestrantes trouxe essa decisão como se fosse um problema da decisão judicial, só que ela independe da decisão judicial, porque o fato é que a Starlink recusou-se a suspender o X. Então, é a partir desse momento que a Starlink entra na história. Não é uma questão de uma perseguição a uma ou outra pessoa, a questão é que foi a mesma pessoa que se recusou a fechar, a suspender as contas dentro do X, que depois recusou-se, também, a suspender o X, e que controla duas empresas. Então, tem aí uma propriedade, vamos assim chamar, que acontece em camadas diferentes: uma coisa é a propriedade da infraestrutura que provê a internet, outra coisa é a propriedade da aplicação que provê a rede social.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro do campo da governança da internet, a gente pode entender a internet dividida mais ou menos em camadas, e existem aqueles que estão...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só que eu vou fazer uma pequena observação, Sra. Oona. Desculpe-me por interromper, mas aqui eu preciso fazer a observação de que, em realidade, o bloqueio, o congelamento das contas da Starlink precedeu a recusa da Starlink em suspender o acesso pelo X, tá? Esses são fatos.

Então, houve a decisão para bloquear as contas da Starlink – como uma forma de pressão sobre o X, ou para pagar as multas –, depois é que veio a ordem para a Starlink suspender o X...

A SRA. OONA CASTRO (*Por videoconferência*.) – E não suspendeu.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... aí, a Starlink colocou uma posição inicial de que não suspenderia o X enquanto não liberadas as suas contas e depois voltou atrás nessa decisão, mas a ordem cronológica é essa.

Eu preciso fazer essa retificação, porque os fatos são esses.

A SRA. OONA CASTRO (*Por videoconferência*.) – Sim, sim, perfeito. Muito obrigada.

De qualquer maneira, a posição de concentração da propriedade coloca uma questão para o próprio proprietário, sim? A ordem dos fatos está correta, mas, de qualquer maneira, houve sistemáticas recusas de cumprir decisões judiciais, e essa conexão foi usada a partir do momento em que o proprietário era, sim, o mesmo.

Eu vou voltar para o roteiro que eu tinha programado e mais dizer que quero fazer uma ressalva em relação à decisão judicial sobre algo preocupante, que nos parece bastante preocupante, que é o bloqueio das VPNs, que nos pareceu desproporcional, porque o bloqueio das VPNs em si não representa uma punição à empresa que ignorou outras decisões da Justiça brasileira e impede o acesso a uma tecnologia que tem um papel importante para a segurança e a privacidade dos usuários. Mas de onde, de qual lugar a gente fala, principalmente? As preocupações que chegam para o Nupef, para o trabalho que a gente executa, vêm direto das populações tradicionais, comunidades e povos indígenas com quem a gente trabalha.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nos últimos cinco dias, a gente recebeu uma série de... Nós trabalhamos com inclusão digital no Norte e no Nordeste, inclusive na Amazônia Legal, e a conectividade sempre foi um desafio ali. Nós vínhamos tentando conectar mais comunidades, a despeito da precaríssima infraestrutura disponível de acessos, e os números de expansão da banda larga não refletem, pois, em dado momento, parecia que a gente tinha expandido bastante a banda larga naquele país, mas não refletiam o que a gente via na realidade. Então, desde 2010, nós temos uma série de planos de universalização da banda larga, e a gente não conclui esse trabalho.

Essas populações que estavam sem cobertura de internet, com satélites... A única opção que a gente tinha eram satélites geoestacionários que ofereciam um serviço... que oferecem um serviço caro, uma velocidade baixa, uma internet bastante limitada em termos de franquia também, um pacote limitado em termos de franquia, e essa brecha digital virou também uma brecha de mercado.

Quando a Starlink chega ao Brasil, oferecendo uma internet rápida, sem limite de franquia inicialmente, depois impôs um limite de franquia, ainda assim mais amplo, ela ganha uma relevância absolutamente significativa na região, como o colega Gerson relatou. Então, para muitas comunidades, a Starlink virou o canal de acesso à internet, ao que a gente chama de conectividade significativa, que significa poder usar aquela internet de maneira contínua, sem interrupção, como prevê o marco civil da internet inclusive, e com qualidade e com custo menores, pois apesar de o custo inicial para a instalação ser alto, continuamente o custo é menor, a mensalidade é mais baixa.

Porém, a gente não pode, em nosso entendimento também, se fixar no fato de que essa provedora hoje, essa empresa, é que provê o serviço que atende a essas populações. Nós precisamos multiplicar, nós estamos aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, e eu queria trazer uma perspectiva da concorrência.

Preocupa-nos muito que o crescimento da Starlink esteja sendo tão rápido, tão exponencial e que nós não estejamos colocando nenhuma contrapartida, nenhuma responsabilidade social, que a gente não esteja exigindo dos provedores de internet no país uma presença. Quais são as condições de respeito às leis brasileiras? Em que medida os

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reguladores, a Anatel e o Governo, estabeleceram parâmetros de contrapartidas sociais para a exploração dos serviços comerciais no país, como outras operadoras enfrentam e oferecem?

Outras operadoras de telefonia têm obrigações diante do Estado brasileiro de ampliar infraestrutura, de compartilhar infraestrutura, de oferecer, de ajudar o país na expansão do acesso à banda larga. Inclusive, existe um problema de fiscalização de se essas obrigações estão sendo cumpridas ou não, mas elas estão comprometidas com... Então, nos parece que os desafios de conectividade e inclusão digital são muitos, e a entrada em nossas vidas da internet muda profundamente a maneira como a gente vive, como a gente se relaciona, o tempo das coisas.

O primeiro palestrante abordou exatamente a questão do tempo de tela, que na verdade é um custo. A gente oferece... Esse é um trabalho que todo usuário de internet está gerando – lucro dentro de uma empresa. As horas que a gente dedica, a audiência que a gente dá para a economia política da internet mostra que o nosso tempo é de grande valor para as empresas, para o capital da informação, para as *big techs* e as redes sociais.

A gente sabe que a gente tem um mundo de oportunidades e serviços também que se abrem para a internet, de possibilidade de a gente se comunicar, de a gente se articular, de a gente fazer coisas juntos, de nós nos comunicarmos, de eu colocar a minha opinião no mundo, ler a opinião do outro no mundo, de ouvir o outro, mas, para todas essas coisas, a gente precisa de um ambiente saudável. Não basta para nós que tenhamos a internet, porque a internet também traz aumento de vulnerabilidade, insegurança... A gente aprendeu com um quilombola colega que ele precisou, num dado momento, para garantir a segurança dele, desligar a internet. Então, essa é uma metáfora, quase, de como, em alguns momentos, nós precisamos entender que nem sempre a internet é o canal para o aumento da segurança das nossas vidas, ou do meio ambiente, ou da proteção do território em que a gente vive. Às vezes, nós precisamos defender o nosso território desligando, sim, a internet. E a democracia precisa de um ambiente de informações verídicas. Então, o contexto em que a gente vem, em que está vendo isso acontecer, é um contexto de muita desinformação.

A gente sabe também que o funcionamento da internet é muito diferente do da radiodifusão, mas a gente precisa voltar e não pode permitir que a concentração de poder e o

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desrespeito à lei continuem impunes. As empresas estrangeiras que operam no Brasil precisam operar sob a legislação nacional. A recusa em acatar decisões judiciais não pode ser tolerada, não é razoável isso. A gente está falando de um bloqueio temporário, a gente não está falando de fechamento de empresa, a gente não está falando de desligamento de plataforma para sempre. A gente está falando de uma punição, que é para que uma empresa entenda que ela precisa acatar a legislação nacional.

E a concentração de poder na mão de poucas empresas de comunicação é uma ameaça, representa uma ameaça direta à pluralidade, à liberdade de expressão, de informação e à democracia.

Eu estou tentando... Eu sinto muito que estou agora lendo mais, mas eu quero só finalizar dizendo que a gente precisa estimular a concorrência, a entrada de novos agentes econômicos também de pequeno e médio porte, em especial, na Amazônia. E a gente precisa revisar as regras de uso compartilhado de infraestrutura. Por exemplo, quando houve as chuvas desastrosas no Rio Grande do Sul, uma das medidas que as empresas adotaram foi compartilhar as torres de infraestrutura que elas tinham para que empresas concorrentes pudessem acessar as mesmas torres.

A Starlink solicitou autorização para lançar novos 7,5 mil satélites na baixa órbita do Brasil. A gente vai precisar olhar para esse pedido de autorização e rever as condições em que ela está entrando no Brasil. Ela está respeitando a legislação nacional? Ela vai se submeter às condições, às leis que nós estabelecemos, que estas Casas, que as nossas Casas Legislativas estabeleceram? Ela vai ter contrapartida social? Ela vai oferecer condições de acesso para as populações quilombolas? Ela vai conectar as escolas do Brasil? Quais são as condições que a gente vai estabelecer para novo lançamento de 7,5 mil satélites da Starlink no país?

Então, acho que abriram muitas questões.

Eu sinto muito pelo...

Eu não quero extrapolar o tempo de fala. Eu agradeço a oportunidade. E acho que existem muitos subtemas, dentro desse mesmo tema, que a gente pode explorar e continuar abordando no debate.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu agradeço à Sra. Oona Castro pelas contribuições e pelas perspectivas apresentadas e passo, desde logo, a palavra ao Sr. André Boselli, que é o Coordenador do Programa de Ecossistemas de Tecnologias de Informação e Comunicação da Artigo 19 Brasil – é a qualificação que eu tenho aqui.

Sr. André, muito obrigado pela presença, pela disponibilidade, e lhe concedo dez minutos para a sua exposição inicial.

O SR. ANDRÉ BOSELLI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito.

Agradeço, Senador.

Primeiro, queria checar se vocês me escutam bem. (*Pausa.*)

Perfeito. Obrigado.

Bom dia, Sras. Senadoras, Srs. Senadores; bom dia a todas as pessoas que nos acompanham também.

Primeiro, eu queria parabenizar a iniciativa de realização desta importante audiência pública e, claro, agradecer a oportunidade de participação.

Como disse o Senador Sergio Moro, meu nome é André Boselli. Eu sou jornalista e advogado e trabalho na organização Artigo 19 Brasil e América do Sul, onde coordeno então esse programa, que é o Programa de Ecossistemas de Tecnologias de Informação e Comunicação.

A Artigo 19 é uma organização não governamental de direitos humanos. Foi fundada em Londres, em 1987, e busca promover e defender a liberdade de expressão e o direito de acesso à informação.

O seu nome, Artigo 19, é, claro, uma referência ao Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que prevê justamente que todo ser humano tem direito de acesso à

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informação e o direito à liberdade de opinião e de expressão, sem interferências externas indevidas.

A gente tem várias linhas de atuação, e, para o que aqui interessa, eu queria destacar duas. Uma delas são atividades para discutir a relação entre integridade eleitoral e liberdade de expressão, especialmente na temática de tecnologias de votação e como esse tema – tecnologias de votação ou sistema eletrônico brasileiro de votação – é discutido na área pública, e a outra linha é sobre regulação econômica de plataformas.

Sendo eu aqui a última pessoa a fazer uso da palavra – acho que tem vários pontos que já foram mencionados anteriormente –, eu tinha um roteiro programado, mas vou me permitir tentar ir mais direto ao assunto que ainda não foi tão discutido assim, que é justamente o aspecto concorrencial das plataformas digitais, das redes sociais, conforme bem frisou a minha colega Oona, que me antecedeu. Eu acho que esse é o ponto fundamental da discussão e que passou um pouco, talvez, despercebido aqui nesta discussão.

Mas, antes disso, eu só queria também fazer algumas ressalvas e algumas contextualizações.

Eu acho que o tema objeto desta audiência aqui, a suspensão do X e o bloqueio das contas da Starlink, tem que ser analisado enquanto um processo, enquanto uma cadeia de acontecimentos, ou então, nas próprias palavras do Senador Marcos Rogério, como um filme, e não como uma fotografia congelada dessa decisão, como se ela tivesse surgido do nada. Então, eu pretendo fazer essa contextualização, por meio da proposição de algumas premissas que eu queria compartilhar, e acho que, se houver o entendimento, um acordo sobre essas premissas, a gente, sim, depois, num momento posterior, vai conseguir evoluir para uma discussão mais substantiva.

Eu passo, então, a essas premissas que eu gostaria de compartilhar.

A primeira é em relação à figura do proprietário do X, do próprio principal acionista da Starlink. Eu acho que seria apropriado dizer que ele não é, exatamente, um defensor da liberdade de expressão. O próprio colega, o Paulo, que nos antecedeu aqui, deu alguns exemplos da Índia e da Turquia, países nitidamente com traços autocráticos, nos quais decisões

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

judiciais e decisões do próprio Poder Executivo determinaram remoção de conteúdo, remoção de perfis, e isso não foi contestado pelo proprietário do X; muito pelo contrário, ele ratificou que a empresa deveria seguir a legislação desses países talvez um pouco autoritários aí, para dizer o mínimo.

Também acho que é importante analisar a concentração econômica nesse segmento, e nesse caso específico a gente está falando de uma figura que é multibilionária, talvez um cidadão que esteja muito além do cidadão Kane, muito mais além do cidadão Kane, que é detentor de uma empresa oligopolista, que, portanto, tem o poder – essa empresa – de controlar esses fluxos de comunicação, aliás, como outras redes sociais. Então, quando a gente fala de liberdade de expressão, eu acho que é importante ter isto em conta: são essas empresas que são as controladoras de acesso desses fluxos comunicacionais. Então, ao se falar de liberdade de expressão nesse ambiente, tem que se considerar esse fato e tem que se considerar que talvez essas práticas estejam longe de parâmetros internacionais de liberdade de expressão.

A segunda premissa que eu queria compartilhar diz respeito ao fenômeno da desinformação. Eu acho que é uma discussão bastante intrincada, não quero adentrar muito aqui, mas eu queria apenas citar um caso específico para dizer que, sim, existem certos fenômenos atuais, sociais, econômicos, políticos, que são constituídos para subverter a democracia, para manipular o debate público e assim por diante.

Cito o caso pontual, portanto, do consultor político Fernando Cerimedo, um argentino que, logo após a eleição de 2022, ano retrasado, começou a difundir uma série de narrativas via Twitter, aliás, à época, segundo as quais, essas narrativas, a eleição teria sido fraudada – falsamente, a eleição presidencial. Eu posso asseverar com bastante tranquilidade, eu analisei essa suposta auditoria que foi publicada, analisei minuciosamente, publicamos uma nota técnica a respeito, portanto posso afirmar com tranquilidade que não havia um pingo de verdade ali, era uma tentativa grotesca de distorção da realidade. Isso foi feito de maneira orquestrada. Inclusive, há evidências, aliás, não vou nem dizer evidências, mas há fortes indícios de que essa campanha de desinformação teve relação com o pedido do Partido Liberal para tentar impugnar o resultado da eleição presidencial. Portanto, é um fenômeno que existe e que tem que ser considerado quando a gente está falando desse assunto.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, então, à terceira premissa, que tem a ver com o modelo de negócios das plataformas digitais, das redes sociais. Vou ser muito sucinto, é um modelo de negócios baseado no capitalismo de dados, ou seja, a moeda corrente desse segmento econômico são os dados pessoais dos usuários, que são usados pelas plataformas para vender publicidade direcionada. E aí isso gera o fenômeno da chamada economia da atenção. Então, é preciso que as pessoas, os usuários fiquem cada vez mais conectados para gerarem mais dados, para gerarem mais lucros para essas redes sociais. É por isso que reafirmo que essas empresas são consideradas *gatekeepers*, são consideradas controladoras de acesso de direitos humanos, além de serem controladoras de acesso econômico também. Elas obstam, elas impedem o acesso de outros agentes econômicos a esse setor. E acho que esse também é um ponto fundamental para ser discutido numa Comissão como esta.

Passo, então, à outra premissa, que é sobre o que fazer em relação a isso. Aí já me reporto ao caso específico brasileiro. A gente sabe que, sim, o Judiciário, especialmente o Supremo Tribunal Federal e o próprio TSE, tem tomado a iniciativa de tentar fazer frente a esse estado de coisas. Entendemos, Artigo 19, que essa não é a melhor estratégia. Talvez possamos entender por que isso aconteceu, mas não é a melhor estratégia por vários motivos: primeiro, como já colocado aqui, inclusive, porque o Judiciário brasileiro não tem parâmetros muito claros sobre liberdade de expressão. Isso é uma constatação de uma pesquisa que nós, Artigo 19, fizemos, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas. Portanto, se esses parâmetros inexistem, é provável a hipótese de decisões casuísticas, decisões arbitrárias.

Segundo, tem a questão da própria transparência do Judiciário. É um segmento do poder que tem gozado de tanta transparência assim em alguns quesitos. Aí eu estou falando também especificamente do próprio fato de muitas decisões judiciais determinando suspensão de conteúdo, determinando banimento de contas serem sigilosas. Então a gente não consegue exatamente saber o que está acontecendo, não consegue sequer saber qual é a magnitude do problema.

Quanto a isso, eu me somo ao colega Paulo Renó também, que falou – e aqui eu digo isso muito respeitosamente – de uma espécie de mora legislativa sobre o assunto. De fato, a gente tem uma lacuna regulatória e, diante dessa lacuna, a gente corre esse risco de o Judiciário, sem

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses parâmetros legais estabelecidos, passar a decidir sobre algo que não foi objeto de legislação.

Por fim, falo do chamado teste tripartite, para determinar se uma restrição à liberdade de expressão é ou não legítima. Muito resumidamente, esse teste, estabelecido pela jurisprudência do direito internacional dos direitos humanos, diz que qualquer restrição à liberdade de expressão deve estar: 1) previamente prevista em lei; 2) atender ao objetivo legítimo permitido pelo direito internacional dos direitos humanos; e 3) ser necessária em uma sociedade democrática, cumprindo com os requisitos de adequação, necessidade e proporcionalidade.

Parece-nos que a decisão objeto dessa discussão, determinando a suspensão do X e o próprio boqueio de contas da Starlink, não passaria nesse teste, principalmente no teste de proporcionalidade. É uma decisão desproporcional, porque atinge milhões de usuários; portanto, obsta o direito de acesso à informação e de expressão de milhões de usuários. E também, além disso, talvez sequer consiga atingir o objetivo a que essa decisão se propõe, que é impedir certas coisas. Então, a gente sabe que, se correta a hipótese de que existem certos grupos promovendo crimes e ilegalidades no ambiente digital, esses mesmos grupos podem continuar fazendo isso em outros ambientes digitais.

E aí, sim, para concluir, eu retomo aqui a discussão sobre modelo de negócio e sobre concorrência econômica. Eu acho que, sim, existe a discussão sobre o PL 2.630, uma discussão importante, regulatória. Não vou entrar no mérito disso, mas tem uma outra discussão que ainda é muito incipiente no Brasil, e em outros países nem tanto, principalmente na Europa, que é a discussão sobre regulação econômica. Se isso não for discutido, a gente vai correr o risco de sempre ter que discutir, ou, no mais das vezes, ter que discutir, que discursos são ou não permitidos. Portanto, a gente vai ter que discutir, no limite, moderação do conteúdo. Isso é perigoso para a liberdade de expressão, e não só é perigoso como nem sequer vai na raiz dos problemas, que são problemas notoriamente econômicos, de concentração econômica, de concentração, portanto, de poder político também.

Então, para que essa raiz seja colocada na mesa e seja escrutinada e discutida, é importante falar de regulação econômica, para que, quem sabe, num ambiente digital mais competitivo, a gente possa ter mais pluralidade, mais diversidade, mais inovação tecnológica e

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma série de outros requisitos, uma série de outras circunstâncias que, de alguma maneira, vão mitigar os efeitos perniciosos que essa atual arquitetura de redes tem gerado no Brasil e no mundo.

Eu acho que, em linhas gerais, é isso.

Eu agradeço mais uma vez pelo convite e me coloco à disposição para debates e esclarecimentos adicionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu agradeço aqui ao Dr. André Boselli pela explanação.

Acho que um ponto fundamental da sua exposição, com que eu tomo a liberdade de dizer que também concordo, é a questão da desproporcionalidade, porque, a meu ver, há problemas de ambos os lados, mas os grandes prejudicados aqui são os usuários brasileiros, que, de repente, veem o seu direito de se expressar e de se informar, através da rede, com o mundo inteiro, e não só entre nós, tolhido pela suspensão.

Então, agradeço, Doutor, as suas exposições e eu abro a palavra aqui aos nossos Senadores para considerações ou para perguntas.

Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Senador Sergio Moro, inicialmente, eu elogio a sua iniciativa e a condução desse debate. É muito importante a gente aprender a construir com as diferenças.

Eu confesso que assisti com muita atenção, sou fã do economista Paulo Rabello de Castro – ele sabe. Em muitas oportunidades, já estivemos juntos, discutindo. É uma das pessoas que mais pode contribuir com a minha cidade do Rio de Janeiro, com o meu estado e com o país. Mas eu confesso que eu fixei justamente no lado oposto, porque um bom debate é assim, essa é a mágica da democracia. E serve para a gente refletir e poder avançar.

Eu já vou iniciar dizendo que o maior problema disso tudo é a inércia do Congresso Nacional. A gente errou e erra o *timing*. E também é compreensível – quero deixar claro –,

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque a tecnologia avança em uma velocidade de que o ser humano e principalmente o Congresso vão estar sempre correndo atrás. Foi assim com o marco das *startups*, de que eu fui Relator: já havia todo um ecossistema, e a legislação veio depois – nesse aspecto, positivamente. Foi assim com o marco das criptomoedas, e a gente já viu que inclusive uma emenda minha, que foi negada, a gente precisa trazer de volta, que era a segregação do patrimônio, que hoje é um apelo de todos. E a gente vai amadurecendo nesse debate. Então, são dois exemplos curtos, mas poderia dar aqui tantos outros.

A gente está aqui discutindo inteligência artificial. E é importante a gente buscar não ideologizar o tema. A tecnologia é própria: ela não é de um partido, não é da esquerda, não é da direita; ela é uma forma de manifestação.

Eu quero registrar aqui que eu acho que talvez seja da nossa Constituição hoje o artigo mais importante, além do art. 5º, o art. 220. O Constituinte foi tão brilhante, que, em 1988, sem prever que teríamos hoje as redes sociais, ele colocou ali que é livre a manifestação por qualquer meio, forma ou veículo. E as redes sociais são um veículo de comunicação.

Nesse aspecto, quero também destacar falando do dano coletivo dessa decisão. Eu, por exemplo, nunca leria o jornal *O Tempo,* de Minas Gerais, não porque eu goste ou desgoste. Eu sou do Rio de Janeiro, não há circulação do jornal *O Tempo* no Rio de Janeiro. E no X eu era um leitor assíduo do jornal *O Tempo*. O jornal *O Tempo* perdeu um leitor, dentre outros vários.

A própria TV tradicional, os canais de mídia tradicional se valem das redes sociais, e aí eu posso citar alguns programas esportivos que repercutem opiniões, inclusive *posts* de redes sociais: o próprio SporTV, da Globo, da GloboNews, do G1, da Globo, ele repercute. E posso dizer também que as redes sociais repercutem os veículos tradicionais, é um grande canal de acesso à informação de que se valem os veículos tradicionais. Eu fiquei muito impressionado aqui, e está certo, quando dizem que esses também perderam a audiência. Quantos seguidores tinha o jornal A, o jornal B, e eles perderam? Perderam, e talvez não voltem, mesmo se a rede X voltar. Então, o dano coletivo é enorme.

Senador Sergio Moro, na verdade, parece aquela piada do amante que chega em casa, e encontra lá o... ou do marido que chega em casa, encontra o amante da mulher, ou poderia ser o inverso, a discussão não é de gênero, poderia ser o inverso, e resolvem fazer o quê? Tirar o

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sofá da sala. O que o Ministro Alexandre de Moraes fez foi tirar o sofá da sala. Por quê? Nós somos de outra geração. E é muito óbvio para mim que tanto o Presidente Lula – isso não é uma crítica pessoal, é porque é uma pessoa de outra geração; eu também sou, tenho dificuldade com a tecnologia – quanto o Ministro Alexandre de Moraes e muitos outros brigam com a tecnologia.

Meus amigos, a tecnologia é inexorável. Quem não entender isso vai ser atropelado pela história, vai ficar marcado pela história, porque essa evolução tecnológica está associada à evolução da própria humanidade. Eu achava o fax, a máquina do fax, uma das coisas mais impressionantes que se criaram na história, naquela época em que veio o fax. Como é que você passa um documento do lugar A para o lugar B, a distantes quilômetros, e sai lá todo impresso, não é? Já era isso a tecnologia. E hoje a gente vê o que a gente faz com o avanço dessa tecnologia – como, para o meu avô, o telefone, a TV colorida. Então, a tecnologia é inexorável. A gente está brigando com a tecnologia.

E, mais do que isso, o Poder Judiciário, o STF em si, está não só brigando porque trouxe para ele essa discussão – e também não vou fulanizar, poderia ser qualquer outro ministro, e eu estaria fazendo a mesma crítica, e a minha crítica contundente –, mas também ele está brigando com a tecnologia. E a gente está falhando, porque quando a discussão vem aqui para o Congresso, aí a gente entra, aí sim, numa discussão ideológica, que é o que nos diferencia, mas a gente tem que aprender a construir com as nossas diferenças. Muitos aqui querem mais estado, outros querem menos estado. Isso é uma discussão, aí sim, ideológica, econômica e tem outras repercussões, mas ela tem uma origem ideológica de mercado, de comunismo, de Estado, de liberdade econômica. Eu falo de liberdade econômica, não só liberdade de expressão.

Então, assim, essa é uma discussão que a gente precisa amadurecer, porque, na hora em que ela chega aqui no Congresso, a gente está discutindo se deve ter um conselho da verdade. Olhe como é que a gente está enviesando essa discussão para o lado errado e não saindo do lugar. Ninguém é dono da verdade, ninguém é dono da informação, ninguém é dono da comunicação.

A tecnologia, a comunicação hoje é tal qual o ar que a gente respira. É essencial o que disse um dos palestrantes sobre o que está acontecendo, essa aproximação dos estados, das

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regiões mais distantes do nosso país com a civilização, com o mundo. Porque também não dá para ficar atrás nisso, o que está acontecendo com a Amazônia, com as tribos. Eu vejo o trabalho bacana do Senador Plínio, que estava me contando que ele compra as *starlinks* e distribui as antenas, que eles fazem um consórcio nas tribos.

Por isso eu digo que é inexorável a tecnologia. A gente não pode segregar essas pessoas ao passado, quando o mundo hoje está absolutamente conectado. A tecnologia é uma ponte, é uma ponte que liga territórios, e as redes sociais são uma ponte, através da tecnologia, que liga territórios e liga pessoas.

A gente fala tanto em democracia participativa, e eu tenho até uma monografia a respeito disso. Quando não havia redes sociais, eu escrevi: como é que a gente traz para o mundo de hoje as arenas da Grécia, onde a população se reunia para discutir, para debater? E lá devia ter opiniões que alguns consideram ignorantes, tóxicas; mas o debate faz parte. A gente não pode, nessa discussão de mais Estado e menos Estado, achar que o Estado vai tutelar o que você pensa. "Ah, isso é tóxico! Então tira o sofá da sala". Não!

Eu, na minha *timeline* lá do antigo X, eu tinha muita coisa que eu não queria nem ouvir, eu passava adiante. Meu filho outro dia estava vendo no YouTube... Porque parece que é só o X, mas todas as redes sociais podem ter – vou usar este discurso agora, até apropriado pela esquerda – algo de tóxico. Meu filho outro dia estava vendo um canal de extrema direita sobre os militares, e eu tive que intervir e dizer: "Calma, não é assim, os militares prestam um papel importantíssimo para o país no desenvolvimento tecnológico, na indústria de defesa, na pesquisa, na questão nuclear", e estavam, nesse caso, analisando se foi correto o socorro ao Rio Grande do Sul, e como se isso fosse definir a importância da defesa, das Forças Armadas. Mas eu tive que interceder. Como um amigo da escola: mesmo sem rede social, ele poderia influenciar mal o meu filho, e eu iria interceder, os pais vão interceder, os pais vão ter que controlar mais com as redes sociais. É um desafio, mas é um desafio do nosso tempo! É inexorável.

Aí, falando dessa questão tóxica, eu queria, antes até de concluir, avançar aqui rapidamente e fazer uma pergunta, que pode ser ao Paulo ou a qualquer outro que nos assiste, que souber. Dizem que o X é uma rede tóxica, com conteúdos de ódio. E eu falei aqui tanto da

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importância da informação de canais que eu acesso, que eu não acessaria regularmente. Aí eu faço a pergunta. Tem um estudo do quanto, depois dessa liberação aí do X, ou esse menor filtro que ele colocou...? O que é tóxico? Qual é a percentagem do que é considerado tóxico? Embora eu não vá nem entrar nessa discussão de como é que a gente define qual é a natureza, eu só queria saber assim, percentualmente, um número. O que é tóxico? É mais de 50%? Isso é uma pergunta só para eu concluir depois.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não quer fazer todas as perguntas? Porque eu não sei se a Senadora... Ele responde primeiro?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Ele responde primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Está bom.

Talvez para o Paulo então?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para o Paulo.

Paulo, é só porque você está aqui, mas, se tiver outra pessoa assistindo que queira responder, alguém que tenha um estudo do que é tóxico... Porque senão parece que tudo que está ali é tóxico, e não é.

O SR. PAULO RENÁ DA SILVA SANTARÉM (Para expor.) – Senador, obrigado pelas perguntas.

Primeiro, só para dialogar com o Senador Esperidião Amin, que já se ausentou da sala, quero registrar que o WhatsApp foi adquirido pelo Facebook, não pelo Twitter. Depois a empresa mudou de nome, passou a ser Meta, e o Facebook hoje é um dos produtos que essa rede oferece. E a gente trata de um problema eminentemente econômico que é justamente a concentração. Na minha época, a gente aprendeu que era a *holding* e o truste. Nesse caso, a gente está tendo um truste, porque é uma empresa que detém a atuação em várias áreas econômicas diferentes – a Meta tem o Instagram, tem o WhatsApp e tem o Facebook. E a gente tem certos problemas que decorrem desse cenário, em especial do ponto de vista nacional, porque a gente está lidando com uma empresa que não é brasileira. E todos esses recursos,

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como bem apontou a Oona, que a gente concede à plataforma não retornam diretamente para os bolsos dos brasileiros, não retornam diretamente para o Brasil.

Um aspecto, Senador, muito direto em relação à plataforma X são as propagandas não controladas de jogos de apostas: a gente não consegue ter números, porque a plataforma fechou o acesso à API que permitia o controle dos números. Até o ano de 2022, quando o Elon Musk adquiriu a plataforma, o Twitter tinha uma ferramenta, uma API, que permitia que jornalistas, especialmente jornalistas de dados, monitorassem o fluxo das plataformas. A empresa fechou essa ferramenta, então é impossível fazer essa medição. O que a gente consegue registrar é que houve um aumento em termos de pessoas reclamando a respeito dessa falta de moderação.

O Iris, do qual eu faço parte, fez uma pesquisa recente, que está prestes a ser publicada, em relação às reclamações no Reclame Aqui – foi o termômetro que a gente conseguiu encontrar – de pessoas que protestam contra a forma de moderação das plataformas. Uma das reclamações é que as empresas não removem certos conteúdos. Que tipo de conteúdo que eu estou classificando como conteúdo de ódio? Nazismo. E esse é um exemplo grave, é o exemplo caricato do que é um absurdo, e que a plataforma está admitindo. A plataforma X está repleta de conteúdo nazista. A gente tem até GIFs exaltando o nazismo. É um absurdo, é uma coisa absolutamente insustentável. E, infelizmente, em uma rede que a gente já teve desde situações mais lúdicas, como o "Cala a boca, Galvão", até situações como a Primavera Árabe, ou enfim, monitoramentos de momentos como as eleições no Brasil, enfim, a gente hoje convive com uma rede que não veda a divulgação de conteúdo nazista. Esse é o problema.

Na metáfora da ponte, a gente tem diversas pontes para poder fazer essa comunicação, e infelizmente tem uma ponte que está furando o pneu dos carros. Tem uma ponte que as pessoas estão quebrando o vidro dos carros. E o Estado pede ao dono da ponte: "Garanta a segurança da sua ponte", e o dono da ponte está xingando, como se fosse uma criança, o destinatário dessa mensagem.

Concordo, a mensagem poderia ser pautada por normas legais. Isto é um problema: o fato de a gente não ter essas normas legais que digam os limites da decisão judicial.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu vou chegar agora na questão jurídica, mas fica claro que primeiro não há um percentual do que é tóxico, não há definição do que é tóxico. Quando fala do nazismo: "Ah, sim, nazismo todo mundo sabe o que é", mas e o comunismo? E o fascismo? E as ofensas que chamam Deputados, Senadores de fascistas?

Eu vi na sua própria fala a dificuldade em controlar o direito de expressão. Eu, pessoalmente, sou um liberal extremo nesse aspecto, porque eu acho que não tem que ter controle nenhum. O controle é seu, o controle é meu, na minha casa, do que eu leio, do que eu vejo com os meus filhos, do que eles estão vendo. É um dever meu, até do pátrio poder...

O SR. PAULO RENÁ DA SILVA SANTARÉM (*Fora do microfone*.) – Senador, o problema é...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Porque, ao ter alguém para controlar, a gente caminha aí, sim, para uma discussão ideológica que não está tirando a gente desse lugar, a gente não está avançando nisso.

O SR. PAULO RENÁ DA SILVA SANTARÉM – Justamente o problema, Senador, é que a rede tem interferido no controle individual. Originalmente no Twitter, você poderia moderar a sua linha do tempo e dizer o que você quer ver e o que você não quer ver.

Hoje no Twitter, por exemplo, a conta que foi criada para expor as decisões do Ministro Alexandre de Moraes aparece para todo mundo, mesmo para quem bloqueia e mesmo para quem não segue.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas as pessoas podem passar adiante, e isso daí é informação.

O SR. PAULO RENÁ DA SILVA SANTARÉM – O dono da rede está impondo...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A gente está aqui discutindo exatamente as decisões.

O SR. PAULO RENÁ DA SILVA SANTARÉM – Mas o dono da rede está impondo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Alguns nem leram, estão discutindo decisão, mas tudo bem, a gente continua discutindo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO RENÁ DA SILVA SANTARÉM – Sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Deixa eu só avançar aqui, porque...

O SR. PAULO RENÁ DA SILVA SANTARÉM – Pois não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

A minha pergunta era objetiva: se tinha algum percentual de o que era tóxico, e a dificuldade em se estabelecer isso.

Agora eu vou para a questão jurídica. Primeiro, vejam como é que censuraram o direito que eu tenho porque o Senador Marcos do Val, segundo o Ministro Alexandre de Moraes, não teve suas redes excluídas; porque a filha de um jornalista exilado – a pena está transpassando para outra pessoa – não teve a sua rede excluída, o que é uma decisão completamente teratológica, absurda, contestável. Por causa disso, tiraram o sofá da sala, e todos nós, até aquele que postava borboletas e girassóis foi excluído.

As redes de informação eu tenho certeza de que proporcionalmente são muito mais *posts* de informação do que de desinformação – ainda que a gente não tenha o conteúdo do que é desinformação, não é? Mas todos foram. E aí o Ministro Alexandre de Moraes proíbe de usar o VPN, que até em ditaduras é usado, é tolerado.

E aí eu pergunto: eu fui citado dessa decisão? Eu sou parte do processo? Nem o Presidente do Senado Federal que pediu para ser parte no processo contra... Processo não, que não tem nem processo, é inquérito, não tem denúncia, não tem julgamento, não teve instrução, não teve nada. É inquérito. Nem o Senado Federal que pediu para ingressar no processo, o Ministro aceitou! Praticamente fechou a porta e deu um pé na bunda do Presidente Rodrigo Pacheco!

Agora, eu tenho que cumprir uma decisão de um processo em que eu não sou parte e que eu não fui citado, eu não sei nem qual é o teor da decisão. Eu estou ainda refletindo, a gente inclusive decidiu que a gente vai voltar pelo VPN, sim, porque eu não sou parte.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a questão primeira é jurídica. E olha a interferência – agora eu estou falando em questão jurídica, eu sou advogado e agora vou jogar no meu campo – na vida das pessoas que o Poder Judiciário, o Estado, está promovendo: citação por rede social... Desculpa, mas eu quero lembrar aqui que o Twitter não cumpriu uma decisão do Ministro da qual ele tomou conhecimento por um *post* numa rede social. O STJ, Senador Sergio Moro, tem já uma jurisprudência pacífica de que é proibido. E isso cria... Essa decisão, ao arrepio da lei, do Ministro de fazer uma citação por rede social cria insegurança jurídica e permite que, em relações trabalhistas, tributárias, de processo civil, seja feita, porque a lei vale para todos, não é uma exceção, a não ser que vamos admitir o que eu tenho dito: estamos vivendo num estado de exceção. Vale para uns, não vale para outros. Mas o juizinho da comarca lá de X, Y, Z vai pegar essa decisão e vai citar uma empresa por rede social. Há segurança jurídica nisso? O STJ já disse que não. É uma decisão, então, ilegal e contra a jurisprudência pelo menos – ilegal, porque não está na lei a previsão; e contra a jurisprudência do próprio STJ, um conflito entre Poderes.

Grupo econômico. Olha que a Justiça do Trabalho já até ampliou conceitos de grupo econômico. Não há na lei esse conceito elástico, mas, agora, vou te contar! Realmente, é como se eu tivesse algum problema e tivesse 40%, 20%, 10%, 5% de ações de uma outra empresa. Vamos lá, a Petrobras. Eu comprei na bolsa de valores e agora a Petrobras vai responder pela minha outra relação jurídica, só porque eu sou sócio da Petrobras. Aí eu ouvi, Paulo, e você falou, porque é tão absurdo que até quem defende já diz: "Não, isso aí, quando chegar lá na turma, vai ser derrubado". Então que se derrube logo, porque isso também tem reflexos em outras relações jurídicas, em grupo econômico no âmbito tributário, gravíssimo, insegurança jurídica, nas relações civis, nas relações de trabalho, ainda mais elástico.

E aí a gente falou: essa discussão é ideológica, mais Estado e menos Estado, e que o Brasil deveria ter uma rede própria, porque as Forças Armadas se valem da Starlink e tal. E quem é que tem o satélite lá em cima? A RNP vai contratar a Starlink? Pelo amor de Deus, não é? Ou o Brasil vai gastar uma fortuna para mandar sete... Só agora são 7 mil satélites, imagina quanto já se tem lá. Se eu não me engano, a Starlink representa quase 60% dos satélites em órbita. Eu li isso em algum lugar, posso estar equivocado, depois chequem o número, mas é um número, assim, extravagante. E vamos criar uma concorrência do Estado com a iniciativa privada.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu digo o seguinte: essa semana agora, produtores de flores de Nova Friburgo, produtores de morango de Nova Friburgo, produtores rurais de Campos dos Goytacazes me procuraram porque a tecnologia 5G não chega lá. Eu fiz o contato com uma empresa específica de comunicação, e ela falou: "Não está no cronograma, eu tenho aqui na Anatel prazo para fazer isso". Aí eu digo: a velocidade tecnológica... Você não tem isso, vai ser atropelado. É lógico que vão usar a Starlink, se nem a Anatel é capaz de montar. A gente está em pleno século XXI, em 2024, e não tem sinal de celular?

Quem está aí rodando o seu estado, em campanha, está sofrendo, que nem eu, nas rodovias. Numa rodovia federal, não tem sinal de celular; o produtor rural, que é quem alimenta as cidades, não tem... Aí, pronto, derruba a Starlink. A gente não quer o mal do país, mas dá vontade de falar: "Então vai lá, derruba meu amigo, derruba porque aí você vai cair", porque vai cair todo mundo.

Falaram também de questão jurídica: "Ela não tem representantes no Brasil". Até o Paulo agora falou do problema dos anúncios das *bets* nas redes sociais. Primeiro, eu votei contra as *bets* e posso dizer: derrubaram justamente essa regulação de propaganda. Agora o Conar soltou o Anexo X, que ainda não atende; o Governo vai soltar uma portaria, que provavelmente não vai atender, porque as crianças estão sendo... E não é na rede social, não, tá? As crianças estão sendo vítimas do anúncio das *bets* sem nenhum controle na televisão normal. Então vamos parar de achar que tudo é na rede social. Olhem o mundo como ele é – porra! –, olhem a realidade!

Outra questão jurídica – e aí tem a ver com o que a gente já tratou aqui –: eu também acho que aí que a gente teria que avançar. Não dá para um juiz, um ministro legislar. Ele reduz o papel do Senado, e o Senado se conformou com isso. É uma vergonha! O Senado hoje é desse tamanhinho, falando português claro. Por quê? Porque está faltando – o Senador Sergio Moro sabe – uma dosimetria dessas penas, elas estão extrapolando. Você primeiro deve ser advertido, deve pagar a multa, depois a sua rede cai e, por último, um cataclismo: cai a rede social inteira de todo mundo. Não dá para começar derrubando a rede social de todo mundo, porra! É inacreditável! A gente viu aí no período eleitoral. O cara tinha lá um *post* da ópera a que ele assistiu, e caiu junto com o *post* de que o ministro não gostou. Isso é inconcebível! O cara que apague o *post*, mas não derrubem a rede social dele inteira. Apague o *post* quantas vezes forem

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessárias e, depois de tantas vezes, aí, sim. Falta a dosimetria, falta uma agradação de pena. A gente está falando de pena, de matéria penal. Eu não sou nem especialista, mas eu aprendi que toda pena, sanção, tem a sua gradação. Aí, tiram o sofá da sala.

E por fim... Por fim, não, ainda tem mais uma outra questão, a questão da concorrência. Como é que o Cade ainda não se manifestou sobre essa decisão? Eu não entendo! Porque agora todo mundo está migrando para a única que sobrou e que – prestem atenção – não é um modelo de negócio dela, não é esse, é completamente diferente da outra. Embora sejam redes sociais concorrentes, no X você faz postagens curtas; o Instagram é aonde eu vou para ver fotografia, para ver viagem, para ver culinária, para ver... O modelo de negócio é outro e ele está concentrando tudo lá. Acho que nem o Instagram quer tanta política nele. Inclusive, quem me seguia, do jornalismo, não me segue. Eu não estou postando, eu estou com uma dificuldade, Senadora Damares, porque eu postava no X para dar o norte do que a minha equipe nas outras redes deveria pautar. Agora eu não estou pautando no X e eu estou tendo que rever tudo isso. Eu imagino quem ganha dinheiro com isso. Eu não ganho dinheiro com isso. Perdi lá 50 mil seguidores, era a rede em que eu tinha mais seguidores. Eu não sou o meu querido colega Flávio Bolsonaro nem o Presidente Bolsonaro. Eu estava ali construindo isso. Tem um dano.

E, por fim, aí sim, a insegurança jurídica dessas decisões em uma canetada. Olha, se eu fosse um investidor no Brasil, eu ficaria muito preocupado, porque, se um ministro tem o poder de, numa canetada, arruinar um negócio, um investimento bilionário, imaginem o que vai poder acontecer com a sua empresa de menor porte. E pior: como não é respeitada a competência originária nessas discussões, o que deveria, até porque há outros meios de reparação contra a honra, contra as mentiras – o Código Penal tem lei suficiente para isso –, o cara não tem nem onde recorrer. Ele já está sendo julgado em última instância. Ele não é Senador, não é Parlamentar, não tem foro privilegiado, e está lá em última instância. Ou seja: é um *show* de horrores e de insegurança jurídica!

Agora, se a gente quiser fulanizar: "Ah, é o Ministro Alexandre de Moraes". Não é, não. É o cara que dá a canetada. Se fosse qualquer outro, eu estaria aqui fazendo a crítica, porque esse daí realmente abusou da nossa democracia. "Ah, é a rede X, o Elon Musk, e eu não gosto dele, ele é isso, ele é aquilo". Não interessa, porque é um veículo de comunicação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 220 diz: por qualquer meio ou veículo e de qualquer forma. Esse é um direito constitucional! Não gostaram? Mudem a Constituição! Quero saber quem é o Parlamentar que vai apresentar uma PEC para mudar o art. 220. Ponha a cara à tapa! Está muito fácil se esconder atrás do Ministro Alexandre de Moraes e dos seus abusos autoritários.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Contribuição, palavras robustas, jurídicas.

Como tenho dito, acho que os prejudicados são os 22 milhões de usuários, que não têm nada a ver com essas brigas e que postavam os mais variados assuntos. Eu usava a rede X para me comunicar com os meus eleitores, mas eu confesso também que entrava até por lazer, para me informar. Tinha alguns *sites* que eu seguia, culturais, históricos, e me informava pelos jornais também. Agora, todos os 22 milhões de brasileiros estão privados disso, porque a filha do Oswaldo Eustáquio postou algo que não agradou o Supremo ou porque o outro Senador postou. Fazendo uma metáfora: em carros, automóveis, tem pessoas que violam a lei, furam o sinal, passam o radar em alta velocidade. As leis existem, a regulação existe, mas, mesmo assim, as pessoas continuam descumprindo. Vamos acabar com todos os carros! Tirem todo mundo daí e ninguém vai descumprir a legislação relativa aos carros.

Querida Senadora Damares Alves, tem a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu não vou fazer nenhuma pergunta, não, mas eu estou muito feliz com o resultado da audiência.

Nós estamos na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. É a Comissão certa para discutir o impacto das infelizes decisões de um semideus, de um homem que se sente semideus, os impactos das decisões do Ministro Alexandre de Moraes, os impactos econômicos.

Eu acrescentei ao requerimento do Senador Moro duas apresentações de dois outros expositores, porque eu já queria começar a fazer uma discussão sobre os impactos sociais, os impactos em vidas, lá na ponta, que podem estar sendo perdidas.

Nós vimos um dos oradores que veio, que foi o Gerson. O Gerson colocou a importância da internet na integração de um povo. Uma frase muito forte que ele ouviu quando esteve na

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidade quilombola Acará, lá no Pará, a que ele levou a primeira antena, que os membros da comunidade disseram: "Agora, nos sentimos parte do Brasil". É muito forte isso, é muito forte.

Senador Moro, eu acho que não tem aqui no plenário outra pessoa, além de mim e do senhor, mais atacada no Brasil, inclusive na rede X. Eu tenho 2,4 milhões de seguidores só no X e eu estou morrendo de saudade deles – morrendo de saudade –, mas é a rede em que eu mais apanho. É a rede em que o senhor mais apanha também.

As coisas mais cruéis que o senhor possa imaginar, Dr. Paulo – prazer, viu, Paulo? Eu queria muito te conhecer pessoalmente –, as coisas mais cruéis eu sofro naquela rede. Os nazistas de esquerda vão na minha rede e desejam a minha morte todos os dias. Eles desenham a minha morte. Inclusive, já me desenharam sendo empalada, queimada em fogueira – eu e minha filha –, as mortes mais terríveis já desenharam e encenaram naquela rede para mim. Eles me odeiam, dão risada todo dia do estupro que eu sofri aos seis anos de idade. Eu sou a louca da goiabeira naquela rede. Nas outras redes eu tenho até um pouco de carinho, mas no X... Eu fui recomendada muitas vezes: "Não leia os comentários; como te machucam naquela rede!"; mas eu queria tanto aquela rede no ar que de maneira alguma eu diria: "Retirem essa rede do ar". Eu sou uma das pessoas que mais apanham no X – sou eu –, mas eu queria tanto hoje estar com a minha rede no ar. Sabe por quê, Dr. Paulo? Nós estamos no Setembro Amarelo. No meu mandato, eu faço uma campanha de prevenção ao suicídio no Setembro Amarelo. No Maio Laranja, eu faço da prevenção ao abuso sexual. No Outubro Rosa... Eu falo com pessoas e eu sei que mesmo aqueles que me odeiam recebem as minhas mensagens. E vidas são salvas nas minhas redes!

Os Srs. Senadores estão me acompanhando em casa. Eu estou com uma menina na minha casa cujo filhinho de sete meses foi estuprado pelo pai e assassinado de uma forma cruel, um caso que eu soube por meio de uma rede social. Eu postei e cheguei na menina. Ela tem só 20 anos de idade. Sabem o que eu fiz? Achei a menina: "Vem para a minha casa". Ela queria se matar. E aí, Dr. Paulo, aconteceu uma coisa tão incrível com essa história: quando a menina chegou na minha casa... Ela era filha de um casal de missionários – eu não sabia quem era essa menina! – que eu conhecia. Quando a menina chegou na minha casa, Dr. Paulo, para a surpresa – e os Senadores sabem o que está acontecendo com a minha vida esses dias –, a menina é

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prima-irmã de minha filha. Esse casal de missionários adotou uma menina indígena há 20 anos, e eu adotei uma menina indígena há 20 anos. As duas são do mesmo povo. Uma rede social me levou a uma menina cujo bebê foi estuprado e assassinado. Foi o X. A menina está lá em casa há um mês, eu estou cuidando dela. Uma mãezinha destruída, que queria se matar, porque o bebê foi assassinado dessa forma – estuprado e assassinado dessa forma.

Eu não queria a rede fora do ar, por mais que eu sofra lá, por mais que eu sofra! Eu queria muito estar falando com meus 2,4 milhões de seguidores hoje sobre suicídio.

A gente veio aqui discutir os impactos econômicos, e a gente começa essa discussão sobre quantas vidas eu posso perder por conta de uma decisão impensada de um ministro dentro do gabinete, raivoso, seguido de auxiliares que querem atender o comando daquele homem.

Aí eu estou lá na Amazônia. A Starlink levou saúde, levou educação, levou interação, levou integração. O telessaúde é uma realidade no Norte, Senador. Eu trabalho com povos indígenas. Eu estive no Marajó quando a primeira antena foi colocada numa comunidade. Na primeira transmissão, via Facebook, todo mundo estava na rua. Na primeira transmissão, eu estava na cidade maior, Breves, e uma comunidade fez a primeira transmissão. Eu chorei porque eles choravam. Choravam ao vivo porque foi a primeira transmissão, a primeira vez que a internet chegou à comunidade.

Meus meninos do Marajó podiam ter acesso à educação de qualidade – e estão tendo –, acesso à faculdade e à EaD, estão tendo. Então, os impactos de uma decisão dessa do Ministro Alexandre nas vidas humanas, vidas que nós vamos perder por causa do telessaúde, crianças que não terão mais uma internet para ir no Disque 100 pedir socorro, as comunidades que não pedirão mais socorro porque era o único instrumento, a aposentadoria que você pode pedir via internet... Eu cheguei uma vez a uma comunidade, Senador, com o barco da Caixa Econômica. E tinha um senhorzinho – essa é uma das cenas que mais me emociona – que ficou na fila do barco. Ele tinha um papelzinho na mão, uma mão calejada, e estava há muito tempo no sol, numa fila enorme. Eu cheguei para ele e disse, "o que o senhor quer nessa fila?", ele, "meu aposento". Destruiu-me. Falei, "seu aposento?", eu entendi o que ele queria. "O que o senhor tem na mão?". Ele tinha um batistério. Ele não tinha certidão de nascimento e no batistério

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constava que ele tinha 75 anos. Há quantos anos ele já tinha direito a um benefício social? E, dentro daquele barco, ele nasceu, teve a identidade, a carteira de trabalho, o CPF. Entrou no barco, nasceu e já saiu do barco com o benefício. E por que ele não buscava o benefício, Senador Moro? Porque ele não tinha dinheiro para sair da comunidade e ir até a capital, Belém.

A internet está levando para esse povo dignidade, direitos humanos, vida; está integrando esse povo. E na hora que o Ministro deu uma decisão que pode tirar lá da ponta esses serviços, eu fiquei muito indignada e fui à tribuna. Eu estou mais serena. Eu ouvi aqui muita coisa. Obrigada aos expositores que vieram, trouxeram uma colaboração incrível para a gente continuar esse debate. E eu uma vez fui lá à tribuna, muito brava, e briguei muito com o Ministro Alexandre. E eu vou continuar brava, mas as reflexões que foram trazidas aqui, hoje, acho que vão nos dar norte – nos dão norte.

Uma pessoa de dentro de um gabinete, Senador Moro, não pode tomar uma decisão para uma nação deste tamanho, diversa, plural; uma nação continental, que é o Brasil. Uma decisão tem que ser muito bem tomada. Essa nação é atípica, tem as suas especificidades que não podem se amoldar à letra fria da lei – não podem! – e à mente doente de um Ministro.

Então, assim, eu quero agradecer muito. Nós alcançamos os objetivos desta audiência. Obrigada, Senador Moro, por esta iniciativa. Todas as reflexões que foram trazidas vão nos ajudar muito no debate daqui para frente. A gente vai continuar fazendo essa análise dos impactos econômicos por uma decisão indevida como esta, mas a gente vai trazer uma outra abordagem: quantas vidas estão correndo risco por causa de uma decisão indevida?

Muito obrigada aos expositores por terem colaborado conosco, mas eu estou morrendo de saudade dos meus 2,4 milhões de seguidores, mesmo daqueles que me machucam tanto. Era hora de eu dizer para eles agora: "Procurem ajuda se estiverem em depressão".

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu vou caminhar aqui para o encerramento, dado o adiantado da hora e...

O SR. PAULO RENÁ DA SILVA SANTARÉM (Para expor.) – Se permite o registro do dado que o Senador Carlos Portinho tinha questionado, o centro para a contenção do ódio digital registrou, em 2022 – então, antes da mudança tecnológica –, já sobre o Musk, que o uso diário

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de jargões racistas foi o triplo da média e o uso de calúnias aumentou entre 58% e 62%, dependendo do tipo. E também a Liga Antidifamação publicou um relatório com dados que mostram um aumento no conteúdo antissemita na plataforma e a diminuição na moderação dessas postagens antissemitas. São dados que estão numa matéria da CNN Brasil de dezembro de 2022.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O dado diz que aumentou, mas a gente não tem o dado bruto de qual é o percentual tóxico para o percentual de informação, de coisas boas, que certamente é muito maior, porque, na minha rede também, às vezes, vêm os *haters*, mas faz parte, nós somos pessoas públicas. O Ministro Alexandre de Moraes é uma pessoa pública, ele toma decisão, ele está sujeito a agradar e a desagradar. Não é? Então, não seja pessoa pública, não entre na rede social!

E, só para concluir, eu acabei não falando, quando eu falei das *bets*, nenhuma delas tem representantes no Brasil, das grandes. Vão ter a partir do ano que vem e tal, mas, enquanto isso, estão tomando dinheiro de todo mundo – não é? – levando o sujeito à morte.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu quero registrar aqui, primeiro: Senadora Damares, eu tenho certeza de que, apesar dos ataques injustificados feitos a V. Exa. nas redes, tem muito mais cliques naqueles coraçõezinhos do que comentários negativos, e muito mais compartilhamentos das suas postagens do que comentários negativos.

É um ambiente de livre debate, eu também infelizmente sou vítima desses ataques, mas eu nunca defendi o fechamento de imprensa, de rede. Eu acho que até existem remédios para isso, que são ações individuais, calúnia, difamação, dano à honra. São essas as medidas necessárias. Se forem medidas mais drásticas, ameaças, até investigações policiais são cabíveis. Mas eu sou muito atacado – e V. Exa. também o é – desde a época da Lava Jato, em que a gente combateu a corrupção neste país, mas infelizmente os corruptos são fortes, são poderosos e muitas vezes conseguem também distorcer os fatos. Mas eu jamais cheguei ao ponto de defender fechamento de blogue, de jornais, de imprensa, ou coisa da espécie.

Eu acho que ninguém aqui tem a procuração para defender o Elon Musk ou para defender ali a decisão judicial especificamente, mas nós temos um mandato para defender os 200 milhões

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de brasileiros, ou os 22 milhões, ou naquela estimativa mais conservadora, muito mais conservadora dos 3 milhões que são ativos na rede. E até entendo, sim, tem conteúdos deploráveis. Jamais apelei ali para ofensas de baixo calão, ou propaguei conteúdos que não eram republicanos dentro da rede, muitas vezes também fazendo críticas veementes ao Governo, como é natural dentro de uma democracia. Mas a grande questão é esta: tolhidos os direitos de 22 milhões de usuários; tolhidos os direitos de 200 milhões que não podem acessar a rede; e os danos à nossa reputação internacional.

Esses dias recebi uma mensagem de um amigo que estava na China, Senador Portinho, que disse: "Estou na China acessando o X e o WhatsApp, que eu não acesso normalmente aqui, mas não tem ninguém me fiscalizando ou me multando, ou pelo menos não tem aquele *enforcement* em relação a isso". E nós nos aliarmos, ficamos perfilados com China, com Coreia do Norte, com Rússia, com Venezuela, no que se refere a essas liberdades ou ao direito de informação, como foi muito bem colocado aqui pelo Dr. Paulo, que fez a estimativa de um dano de dez milhões por ano nesse primeiro ano de suspensão da rede, ilustram que o Supremo Tribunal Federal deveria, a bem do direito desses cidadãos brasileiros que foram privados, rever a decisão, reformar essa decisão, sem prejuízo de persistir, se entender que juridicamente é cabível, penalizando a empresa, impondo multas ao X, não a outras empresas, evidentemente, ou ao seu próprio titular, ou àqueles que eventualmente são responsáveis por postagens que não seguem as regras. Mas privar todos os brasileiros de acesso ao X, sob pena de multa, como se fosse legislativo, e não é, e, do outro lado, danificando a reputação e a imagem internacional do Brasil, como nós temos visto as críticas que têm sido feitas ao mundo, realmente não é um passo na linha da sabedoria. E não se justifica, a pretexto de salvar a democracia. Não existe aqui, a meu ver, qualquer risco real atual à democracia brasileira. Censurar a liberdade de expressão e direito de informação jamais podem ser compreendidos nessa linha de defesa da democracia, ou nós estamos completamente errados em relação a quais são os fundamentos da democracia.

Então, a desproporção da decisão, sem entrar no mérito do debate, sem entrar na questão do excesso, que, a meu ver, houve de fato por parte do proprietário da rede, mas o fato são os milhões de brasileiros aqui privados dos seus direitos; esse é o ponto fundamental. E, para eles, nós temos o mandato para defender.

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer aqui à Senadora Damares Alves, ao Senador Carlos Portinho, por suas considerações; agradecer aos expositores por seus brilhantes posicionamentos, ainda que tenham pontos de vista divergentes em alguns assuntos.

Recebi perguntas aqui pelo e-Cidadania: Kelvin no Paraná; Douglas, de Pernambuco; Allan, do Rio de Janeiro; João, do Rio Grande do Norte; e muitos outros, mas o conteúdo das perguntas já foi aqui respondido pelos expositores.

Muito obrigado. Com isso, eu encerro esta audiência pública.

(*Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 23 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1303578517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e quatro minutos do dia dez de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, Sergio Moro, André Amaral, Giordano, Dr. Hiran, Weverton, Plínio Valério, Angelo Coronel, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Alessandro Vieira, Jaques Wagner, Flávio Arns, Rosana Martinelli, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Beto Faro e Jayme Campos, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Flavio Azevedo e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 66/2024 - CAE, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Finalidade:** Debater o "cashback ('dinheiro de volta') e Cesta Básica Nacional" no contexto da reforma tributária. **Participantes:** Sr. Eduardo Fleury, Economista, Advogado, Mestre e Doutor em Tributação; Sr. Rodrigo Octávio Orair, Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária (SERT); Sr. Paulo Rabello de Castro, Representante da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS); Sra. Lana Borges, Procuradora-Geral Adjunta de Representação Judicial; Sr. Ênio Alexandre Gomes Bezerra da Silva, Procurador da Fazenda Nacional; Sr. Marcos Ferrari, Presidente-Executivo da CONEXIS BRASIL DIGITAL; Sr. João Batista Ferreira Dornellas, Presidente- Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA); Sr. Luiz Henrique Barbosa, Presidente- Executivo da TELCOMP; Sr. Rodrigo Shuch, Presidente da Associação NEO; Sr. Gesner Oliveira, Sócio Executivo da Go Associados; e Sr. Luiz Cláudio Carvalho, Representante da Abiec. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/10

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberto a 44ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de setembro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública que objetiva debater o *cashback* (dinheiro de volta) e a cesta básica nacional no contexto da reforma tributária, em atenção ao Requerimento 66, de 2024, da CAE do Senador Vanderlan Cardoso.

Convido para comporem a mesa os seguintes convidados: o Eduardo Fleury está *online;* Sr. Rodrigo Octávio Orair, Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária. Podem aplaudi-lo, porque depois do almoço... (*Palmas.*)

Cadê ele? Não está aí, não? O Rodrigo não chegou ainda?

Então, retirem as palmas. (*Risos.*)

Paulo Rabello de Castro, representante da Associação Brasileira de Supermercados (Abras). (*Pausa.*)

Também não? (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Giovanni Padilha, Subsecretário Adjunto da Receita Estadual do Rio Grande do Sul.

Também não confirmou.

Sra. Lana Borges, Procuradora-Geral Adjunta de Representação Judicial. (*Palmas.*)

Aí, pronto.

Sr. Ênio Alexandre Gomes Bezerra da Silva, Procurador da Fazenda Nacional. (*Palmas.*)

Muito bem.

Marcos Ferrari, Presidente-Executivo da Conexis Brasil Digital. (*Palmas.*)

João Batista Ferreira Dornellas, Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos. (*Palmas.*)

Por enquanto, é só.

Vamos depois fazer a segunda rodada.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação de interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Registro a presença do nosso ex-Senador Anibal Diniz. Seja bem-vindo.

Vou passar imediatamente a palavra à Sra. Lana Borges, Procuradora-Geral Adjunta de Representação Judicial.

A SRA. LANA BORGES (Para expor.) – Boa tarde, Senador Izalci.

Muito obrigada pelo convite, pela presença.

Cumprimento também o Dr. Ênio Alexandre, meu colega de Procuradoria da Fazenda Nacional, o Sr. Marcos Ferrari e o Sr. João Batista Ferreira Dornellas. Cumprimento todas as senhoras e os senhores que estão aqui presentes.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de tudo, é importante falar sobre a importância deste tipo de audiência que faz a Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu e o Dr. Ênio, que trabalhamos nestas questões do *cashback* e da cesta básica dentro da Procuradoria da Fazenda Nacional, dividimos a exposição aqui em duas vertentes: eu vou falar, inicialmente, sobre os aspectos sociais; e o Dr. Ênio depois, em seguida, falará sobre os aspectos mais jurídicos.

Senador Izalci, é importante trabalharmos antes de tudo... Sabemos todas as polêmicas que a reforma tributária traz consigo. Afinal de contas, são 30 anos de debate sobre reforma tributária; são pelo menos mais de cem artigos alterando a Constituição, com a Emenda Constitucional 132, mais de cem artigos no PLP 68 e mais de trezentos artigos no PLP 108. E tudo isso para, na verdade, não realizar uma reforma tributária, mas uma revolução tributária, uma revolução tributária que traz, como seus princípios, justiça tributária, proteção ao meio ambiente, cooperação, transparência e simplicidade. É isso que a Emenda 132 coloca no §3º do art. 145 da Constituição. É a primeira vez, então, que a Constituição traz princípios tributários. E é importante lembrar que esses princípios tributários nada mais são do que resultado de anos de estudos acadêmicos, de trabalho dos advogados, da comunidade jurídica e também da comunidade civil.

Falando especificamente sobre o *cashback*, muito se fala sobre se vai dar certo ou não vai dar certo e que o procedimental é complexo, mas nós temos aqui duas realidades que precisam ser consideradas.

Número um. Há países com realidades sociais e econômicas muito próximas das realidades do Brasil, que são Equador, Colômbia, Argentina, Bolívia e Uruguai, e, nesses países, o *cashback* funciona e tem um histórico positivo. É perfeito, Senador Izalci? Não é perfeito. Nenhum instituto jurídico que se volta a questões sociais e também políticas alcança a perfeição. Afinal de contas, somos todos – estudiosos e Parlamentares – seres que estão ainda em construção constante. Para além disso, dentro do próprio Brasil, existe um programa desenvolvido pelo Estado do Rio Grande do Sul que é o Devolve ICMS. O que diz o Devolve ICMS? O Devolve ICMS funciona atingindo mais de 600 mil famílias – é um número extremamente significativo. Precisamos também recordar que o Brasil tem hoje, de maneira

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infeliz, mais de 60 milhões de pessoas consideradas em zona de pobreza, para não falarmos de mais de 30 milhões de pessoas que estão em situação de insegurança alimentar – passam fome, não têm os nutrientes necessários. O *cashback*, então, segundo o instituto Pra Ser Justo – e é muito interessante este destaque que o instituto faz –, teria hoje... Segundo a análise feita por esse instituto, 65% dos beneficiados seriam pessoas com renda mensal de até R$178 – eu vou repetir: renda mensal de até R$178 –; 23% das pessoas atingidas, alcançadas pelo *cashback*, uma vez implementado, seriam pessoas que recebem de R$178 até meio salário mínimo mensal; e 12% seriam pessoas que recebem de meio salário mínimo a três salários mínimos por mês... Perdão, que recebem mais de meio salário mínimo por mês. Ao todo, nós teríamos 46,8 milhões de brasileiros e brasileiras que seriam alcançados.

E aí existe um ponto muito relevante do ponto de vista social: quais são as famílias que seriam alcançadas, que seriam beneficiadas pelo *cashback*? Famílias de mulheres pretas e de mulheres que chefiam os seus núcleos familiares. O estudo também aponta que 72% das pessoas às quais seria redirecionada essa política são pessoas negras, ou seja, é uma política que alcança aqueles objetivos contidos no art. 3º da Constituição: uma sociedade livre, justa, solidária e sem distinção de nenhum tipo. Apenas para complementar, então, entre as divisões de gênero, 57% das pessoas seriam mulheres. Ao todo, nós teríamos – este número é o que mais nos traz para que olhemos com óculos positivos em relação à reforma tributária, especificamente ao *cashback* – 84% das famílias brasileiras beneficiadas por essa política gerada pela reforma tributária. É um número altíssimo, é um número em relação ao qual nós comunidade jurídica, nós Parlamentares, nós estudiosos da reforma tributária não podemos fechar os olhos ou ignorar.

Para falar desses aspectos políticos, vou dizer que, além do *cashback*, também a questão da cesta básica regionalizada e com as alíquotas diferenciadas – alíquota zero – seria uma questão que compõe a estrutura político-social de um país que quer ver transformações. Transformações geradas por que tipo de institutos jurídicos? Por todos os institutos jurídicos. E, principalmente, neste momento de máxima sensibilidade, transformações sociais que sejam oriundas, que sejam resultado da reforma tributária.

(*Soa a campainha.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LANA BORGES – Eu vou repetir: a reforma tributária, na verdade, é uma revolução.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem.

Eduardo Fleury não está no...

Vou passar a palavra ao Ênio Alexandre Gomes Bezerra da Silva, que é Procurador da Fazenda Nacional.

O SR. ÊNIO ALEXANDRE GOMES BEZERRA DA SILVA (Para expor.) – Boa tarde.

Gostaria de cumprimentar a mesa na pessoa do Senador Izalci Lucas e da minha colega Lana Borges; os presentes na pessoa do Rodrigo Orair, que trabalhou bastante nesse projeto também; e todos aqueles que estiverem nos assistindo.

O que a Dra. Lana Borges falou se comunica, de maneira perfeita, com o que a gente tem na Constituição e com os princípios que foram já definidos na sua origem: a construção de uma sociedade justa e solidária, a erradicação da pobreza e das desigualdades, a dignidade da pessoa humana, a capacidade contributiva e a igualdade. Todos esses princípios são concretizados pelo instrumento da devolução dos tributos.

A gente está falando de algo totalmente novo. Não é uma devolução como a devolução do Imposto de Renda ou... Embora tenha algumas similaridades com os programas do Rio Grande do Sul e mesmo com os daqui do Distrito Federal, ele é um instituto jurídico novo. Ele tem as suas características próprias; ele está presente diretamente na Constituição; ele trata da devolução de tributos. E, na construção desse PLP, a gente levou esses princípios e essas características em consideração.

Foi pensada a necessidade de definição de limites e dos beneficiários. Isso pode ser facilmente percebido na leitura do texto, que eu não vou fazer aqui, dada a limitação temporal, mas é importante falar também que a dimensão da devolução dos tributos da CBS e do IBS vai impactar na alíquota de referência. Então, na medida em que for definida aqui uma maior ou

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menor dimensão desse *cashback*, isso vai interferir na alíquota de referência que vai ser definida *a posteriori* e vai impactar na carga tributária geral.

Um aspecto importante também que vale trazer é a exclusão dos itens que estão sujeitos ao imposto seletivo. Então, na formulação, pareceu-nos que estaria alinhado à Constituição excluir, por exemplo, bebidas alcoólicas, cigarros... Esse foi um dos dispositivos incluídos no PLP que também é de bastante relevância e se alinha ao sistema que foi proposto.

Um aspecto dos mais relevantes que vale mencionar é a natureza jurídica desse instituto. É preciso distinguir a devolução de tributo dos programas gerais de transferência de renda. A gente está falando de institutos distintos. Uma das preocupações foi deixar isso claro também no PLP em função dos impactos financeiros que podem gerar. Então, sem o desenho do PLP, poderia existir um risco remoto. Houve uma discussão a respeito da natureza financeira ou tributária do instituto. Isso impactaria no teto de gastos, algo que não ocorre com o desenho que foi dado no PLP. Então, a gente buscou proteger e garantir que essa devolução sempre ocorresse, e o desenho caminhou nesse sentido. O dispositivo que trata da anulação de receita previsto no PLP fala justamente disso.

Outro aspecto que vale mencionar, como falou a minha colega, é que esse *cashback* é voltado à redução das desigualdades de renda e também impacta nas desigualdades regionais. Então, vale mencionar que o art. 149-B da Constituição, aprovado pela emenda, trata da uniformidade das regras dos tributos. E a devolução de que a gente está tratando não está lá prevista. Essa também foi uma preocupação: se a devolução precisaria ser uniforme ou se cada ente poderia fazer o seu próprio montante de devolução. Lendo novamente a Constituição – a necessidade de redução de desigualdades regionais, assim como a própria capacidade de diferenciação de alíquotas por entes –, isso nos levou a entender que o caminho mais correto a seguir no PLP era a definição de autonomia, para cada ente definir o seu próprio montante de *cashback*, de acordo com a sua realidade.

Mais um aspecto que merece ser tratado é que a estrutura do tributo é composta pelo próprio *cashback*. Então, nós nos preocupamos em entender se estaríamos falando de um benefício tributário ou se estaríamos falando de uma norma que faz parte da estrutura do tributo. Assim como as faixas do Imposto de Renda e as deduções fazem parte da estrutura do

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imposto de Renda, o *cashback* faz parte da estrutura da CBS e do IBS. Esse aspecto – juntamente com a previsão constitucional e a inclusão dele na parte tributária – nos faz entender que não estamos diante de um benefício tributário, e isso permite que ele tenha uma concretização maior e atinja todos os objetivos sociais e os objetivos principiológicos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ÊNIO ALEXANDRE GOMES BEZERRA DA SILVA – ... que foram delineados na nossa Constituição.

Finalmente, eu vou falar, rapidamente, sobre a cesta básica, sobre a qual também me foi pedido para falar. Ela consta do art. 8º da Emenda Constitucional 132 e apresenta um desafio bastante intenso, que é a definição de alimentação saudável e nutricionalmente adequada. E acabou se optando por uma lista. Existe muita controvérsia, como, inclusive, se a própria bebida alcoólica seria ou não capaz de reduzir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ÊNIO ALEXANDRE GOMES BEZERRA DA SILVA – ... alguns problemas cardíacos – até brinco com um amigo meu que a minha cerveja, então, está liberada, e ele diz que há controvérsias. De toda forma, acho que este é um dos grandes desafios para esta Casa: discutir quais são esses alimentos e, junto a esses especialistas, buscar o melhor para a sociedade e o melhor para a população brasileira.

Assim, eu gostaria de encerrar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem. Obrigado, Ênio.

O objetivo de chamar o Giovanni Padilha, Subsecretário Adjunto da Receita Estadual do Rio Grande do Sul, era exatamente para falar um pouquinho sobre a experiência do Rio Grande do Sul, mas parece que ele não confirmou presença. Vamos ver se a gente consegue alguém da Receita de lá para vir aqui em um próximo momento.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, vou passar para o Eduardo Fleury, que está *online*, Economista, Advogado, Mestre e Doutor em Tributação.

Vamos lá, Eduardo!

O SR. EDUARDO FLEURY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá!

Mais uma vez, obrigado pela oportunidade.

Cumprimento os Senadores presentes.

Acho que essa questão do *cashback* é um ponto bastante importante.

Só lembrando, cumprimento também os demais membros da mesa, os demais painelistas que vão apresentar e já estão apresentando informações sobre este importante assunto.

A gente esteve envolvido numa pesquisa junto ao Banco Mundial no ano passado sobre o impacto do *cashback* e como a gente pode, vamos dizer assim, trabalhar a alíquota zero, a alíquota reduzida para alimentos em comparação com o *cashback*. Quais são os efeitos? E esse estudo a gente já apresentou anteriormente. Eu quero pegar essa oportunidade para me centrar em alguns conceitos, em alguns números básicos sobre o *cashback* – está certo? –, e sobre o quanto se consome de alimentos, sejam nas classes mais baixas, seja nas classes mais altas.

Então, colocando aqui uma apresentação bem rapidinho, porque a gente tem um prazo sempre mais curto aqui.

Colocando a apresentação... (*Pausa.*)

Então, começamos aqui, isso.

Eu já estou vendo que a apresentação está aparecendo.

Então, o que a gente pega para trabalhar com esses dados aqui? Quais informações a gente procura utilizar? A gente vai pegar as informações da POF (Pesquisa de Orçamento Familiar), feita pela IBGE e a última disponível é a de 2017 e 2018. Aqui a gente tem as faixas de renda das famílias.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A POF é a Pesquisa de Orçamento Familiar e ela diagnostica, pesquisa o quanto as famílias gastam em tudo, desde alimentação, passeios, automóveis, tudo o que é orçamento familiar e o quanto ela gasta por cada um dos itens divididos por faixa de renda. Então, é uma pesquisa muito importante para a gente poder medir o impacto do *cashback*.

A gente começa aqui dizendo quais são as faixas de renda ou uma das faixas de renda que a pesquisa escolhe. Então, começa de rendimentos mais baixos, de famílias com até R$2.635. Eu estou corrigindo o valor das faixas de 2018 para cá através do IPCA. Aí eu tenho uma população de 45 milhões aqui e, por outro lado, aqueles que estão lá na ponta, que são os mais ricos, que ganham mais de R$32 mil, são o equivalente a 5 milhões de habitantes. O total da população considerada aqui da qual a gente está falando é de 207 milhões de habitantes.

Para alimentação, o que a gente colocou nessa última faixa aqui, nessa última linha? Essa última linha está me dizendo o quanto cada grupo de famílias encaixadas nessas faixas de renda, o quanto eles estão gastando de alimento em relação ao total do consumo deles. Então, você olha aqui, nas classes mais baixas, você tem 18% do consumo concentrado em alimentos. Nas classes mais altas aqui, a gente tem 5% do consumo concentrado em alimentos. Então, lógico, isso é intuitivo, isso está demonstrado aqui.

Um ponto importante que a gente precisa entender é que, se você pega as outras POFs anteriores, você vê que a importância do alimento era maior do que hoje. Hoje a gente tem o consumo, mesmo das classes mais baixas, muitas vezes, o consumo, por exemplo, de compra de parcela de pagamento de motos ou mesmo de bicicletas que eles usam para o trabalho, às vezes, são mais importantes, por exemplo, do que o consumo de arroz e o de feijão. Só para vocês terem uma ideia de que o perfil do consumo também é um pouco diferente hoje.

E aí vamos a alguns números que eu tenho aqui para dimensionar essa questão do *cashback*.

Considerando aqui uma população com renda mensal de até R$2.635, eu digo que eu tenho 21%, 22% da população. Agora, com uma renda mensal acima de R$13 mil familiar, eu tenho 12%, 13% da população. Qual é o gasto com alimentação? Agora, cuidado, esse número aqui é em relação ao total de gasto com alimentação. Então, as famílias com renda até R$2.635 são responsáveis por 14% do total de consumo de alimentação; já as classes mais altas, com

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

renda acima de R$13 mil, gastam 23% do total. Então, só intuitivamente aqui, a gente já vê que, quando eu dou um benefício fiscal, que a gente chama de gasto tributário, ou uma redução de alíquota, nesse sentido, eu estou gastando 23% desse total com 12% da população de classe mais alta e 14% com 22% da população de classe mais baixa. Então, eu já estou dando mais dinheiro para a população de classe mais alta.

Quando se pega, por exemplo, gastos com carne de boi de primeira, você tem que apenas 9% do total gasto vêm dessas famílias com R$2,6 mil de rendimento máximo. Então, quer dizer, a gente está falando aqui de 21%, 22% da população absorvendo 9% dos gastos do Governo; já as classes mais altas estão absorvendo 30% desse gasto. Quando eu falo gasto, uma vez que você não arrecada, é o que a gente chama tecnicamente de gasto tributário. Então, ao dar esse benefício de alíquota zero para a carne de primeira, por exemplo, eu estou dando 30% desse gasto para 12% da população mais rica e apenas 9% para a população de renda mais baixa.

Então, esse é um ponto que a gente chama... Com a carne de segunda, também é muito parecido. O que a gente vê? A gente vê que é um típico produto em que o *cashback* funcionaria muito melhor. Então, esse é um ponto em que, com o *cashback*, eu dou dinheiro para quem precisa, que vai continuar podendo consumir qualquer tipo de carne e vai receber o dinheiro de volta, do que você pegar e simplesmente distribuir esse dinheiro de uma forma concentrada para aqueles que são mais ricos.

Para o caso do exemplo do frango poderia até se justificar uma alíquota reduzida ou uma alíquota zero. Por quê? Porque uma boa parte do total do consumo de frango realmente fica com as classes mais baixas, e as classes mais altas o consomem menos. Então, aí você até pode fazer um balanço: talvez carne de boi pode ir para o *cashback* e carne de frango talvez para uma alíquota reduzida ou alíquota zero.

Enfim, a gente cita aqui o efeito distributivo dessa reforma. Se eu for pegar uma alíquota padrão e aplicar para todos os produtos, as classes mais baixas vão pagar 2,2% do total arrecadado e as classes mais altas, os 10% mais ricos vão pagar 36,9%. Se eu adoto uma alíquota zero para a cesta básica, eu reduzo, sem dúvida, e melhoro a posição das pessoas de classe mais baixa. No entanto, melhor ainda é quando eu pego uma cesta básica reduzida e faço

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o *cashback*. Aí a classe mais baixa realmente vai ficar com 1,2, apenas, do total arrecadado, enquanto as classes mais altas vão pagar mais, como deveria ser feito.

A gente tem uma segunda, uma outra observação entre a diferença da alíquota zero e o *cashback*. O *cashback* devolve o dinheiro à população, então ela recebe esse dinheiro na conta dela, ela vê a redução da alíquota. No entanto, quando você tem uma redução de alíquota somente... Pesquisas feitas na União Europeia e em vários outros países, nos últimos 10, 15 anos, têm fartamente demonstrado que a redução das alíquotas de IVA, de Imposto sobre Valor Adicionado, não são repassadas aos preços ou são pouco repassadas aos preços e, muitas vezes, alimentam os lucros das empresas. Tal conclusão está demonstrada nessas pesquisas, nesses dados. É importante a gente entender que isso não é um julgamento moral, é um mecanismo de mercado mesmo que acaba gerando essa conclusão.

Então, o *cashback* tem a vantagem dupla: atinge as pessoas que realmente precisam e, ao mesmo tempo, consegue efetivamente atingir. É mais eficiente para reduzir preço, vamos falar assim, do que a alíquota zero, porque a alíquota zero ou qualquer alíquota reduzida nem sempre é repassada aos preços.

Basicamente, são esses os pontos que eu gostaria de colocar aqui nessa apresentação a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Eduardo.

Bem, passo a palavra imediatamente ao Marcos Ferrari, que é o Presidente-Executivo da Conexis Brasil Digital.

O SR. MARCOS FERRARI (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Quero, primeiramente, agradecer ao Senador Izalci pelo convite de estar aqui, cumprimentar também toda a mesa. Quero cumprimentar todo o setor que está aqui presente cumprimentando os meus colegas Rodrigo Shuch, Luiz Henrique. Também não poderia deixar de cumprimentar os meus colegas Paulo Rabello de Castro e Rodrigo Orair, colegas de profissão. Algumas vezes trabalhamos juntos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, vou tentar ser breve aqui, Senador, eu sei que o tempo é curto.

Pode passar, por favor.

Bem, nós representamos as grandes operadoras de telecomunicações. Então, aqui estão Claro, Oi, Tim, Vivo, Sercomtel e Algar, que são as maiores empresas do país. Nós, enquanto sindicato patronal, as representamos nesta audiência.

Eu trago aqui um dado que eu acho que é bastante importante. Hoje, nós temos 345 milhões de acessos – celulares, banda larga fixa, TV por assinatura e ainda o telefone fixo. O que nós observamos nessas colunas invertidas é que existe uma desigualdade na distribuição dos acessos no Brasil. Nós temos as Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul com mais acessos – ali é número de acessos por cada 100 habitantes – enquanto o Norte e o Nordeste têm uma baixa densidade de celulares. A mesma coisa se repete com a banda larga fixa. Então, há uma alta concentração de acessos nas regiões mais ricas e, assim mesmo, nessas regiões ainda há pessoas sem internet, seja via celular, seja via banda larga fixa.

O preço das telecomunicações no Brasil não é caro. Quando a gente compara com os outros países, nós reparamos que o preço, no Brasil, é competitivo, não obstante – que é o eslaide seguinte –, termos uma altíssima carga tributária.

Aqui, nós fizemos o cálculo, Senador, exatamente pegando a carga no sistema que é hoje e transpondo da maneira que foi aprovado no ano passado na reforma tributária. E aí nós notamos que o Brasil tem a terceira maior carga tributária, incluindo – há de se fazer uma observação –, incluindo os fundos setoriais. Desses 29% de carga tributária, já calculado, repito, no novo sistema, 4% são fundos setoriais, aqueles fundos de que até hoje, Prof. Paulo Rabello, apenas 10% foram aplicados em política pública. Então, nós temos 25% de alíquota, somando IBS mais CBS, mais quatro pontos de fundos setoriais que tributam o setor. Então, tem um caráter arrecadatório, uma vez que não é usado para política pública.

Bom, só um detalhe: a média da carga tributária nos 15 países que mais acessam internet no mundo é de 11.8. Então, nós estamos bem distantes dessa média e ficando atrás apenas de Paquistão e Bangladesh.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, o que nós vamos trazer aqui hoje é justamente a defesa pelo *cashback* para o setor. O dado que nós apresentamos anteriormente, e considerando esse gráfico, que é um gráfico importante, retirado da Pnad, ou seja, são dados do IBGE, que mostram o seguinte: ainda há 7,3 milhões de domicílios sem acesso à internet no Brasil. E, quando a gente faz recorte por faixa de renda, a população com até um salário mínimo, 22% não têm acesso à internet.

Quando nós vamos para o gráfico à direita, o que nós reparamos é que, nessa faixa de até um salário mínimo, a população dispende 11,5% com telecomunicações; ou seja, o *cashback* pode justamente ajudar a incluir pessoas promovendo, como nós sempre falamos, a famosa inclusão digital. Hoje, nós não vivemos sem celular, não vivemos sem internet. Tudo que nós fazemos, todos os setores que aqui irão falar, de alguma maneira, utilizam o serviço telecomunicações, seja o seu consumidor direto, seja o seu próprio setor que faz jus ao uso da internet.

Dados esses gráficos, o setor se mobilizou para apresentar emendas sobre o *cashback*. Então, o senhor mesmo... E nós agradecemos o esforço que o senhor fez para apresentar uma emenda. Temos duas emendas do Senador Eduardo Gomes justamente para permitir que o setor de telecomunicações seja equiparado aos setores de energia, gás, água e esgoto no que diz respeito à devolução do *cashback*, para a população de baixa renda. Nós defendemos e acreditamos de maneira veemente que é o instrumento que consegue fazer a política focalizada. Nós entendemos que fazer uma política abrangente custa, mas o *cashback* é justamente o instrumento para fazer a política focalizada e atender aquela faixa de população que, de fato, precisa ser ajudada.

Pois bem, qual o impacto disso, de colocar o *cashback* para a telecom, igual aos outros setores que já estão previstos? Nós fizemos um cálculo, e o colega Orair conhece bem esses cálculos, nós pegamos as contas nacionais, com os dados da Receita, e chegamos a esse cálculo.

De maneira resumida, nós temos aqui pouco tempo, para o que eu queria chamar a atenção? Na penúltima coluna, temos ali o peso do consumo da população abaixo de meio salário mínimo, que é o que está previsto no PLP 68. O peso do consumo dessa população na economia é de 4,3%. Na coluna da direita, quando eu pego telecomunicações, o peso do consumo dessa população em telecomunicações é de 0,1%, é muito baixo. E aí, usando o nosso

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simulador, que nós desenvolvemos, chegamos a uma alíquota um pouquinho maior, Orair, do que a de vocês, 27,9%. A nossa é um pouquinho maior porque a gente foi conservador nos efeitos de *compliance*, a gente foi mais conservador e deu uma alíquota um pouco maior, de 28,32%. O impacto de colocar telecom no *cashback* é de 0,01%, ou seja, nulo. Esse dado, esse simulador que nós criamos, que dá esse impacto de 0,01%, corrobora a calculadora criada pelo Banco Mundial, cujo impacto é nulo. Por que lá não apareceu o 0,01? Porque lá só vai até a primeira casa decimal depois da vírgula. Então o que nós estamos aqui defendendo é que, de fato, telecom mereceria um atendimento diferente do que foi dado no que diz respeito ao *cashback*.

Nós, ano passado, junto aqui com as outras associações, fizemos um trabalho para tentar ter uma alíquota reduzida, dado que nós temos uma carga tributária elevada para o setor, e não vamos nos enganar, o futuro é digital.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS FERRARI – Então nós precisamos ter uma política condizente no que diz respeito à inclusão digital de pessoas, para que possam ter acesso à educação, à saúde, a todos os serviços e benefícios que a conectividade oferece. E a população de baixa renda é justamente uma população que pode ser beneficiada com o *cashback*. Eu acredito que, caso a gente siga nesse caminho, estaremos dando um grande passo para promover a chamada inclusão digital, inclusão socioeconômica, para que mais pessoas possam se beneficiar desse serviço, que é essencial para a Lei Complementar 194, aprovada nesta Casa em 2022.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Marcos.

Bem, passo a palavra agora ao João Batista Ferreira Dornellas, que é o Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos.

O SR. JOÃO BATISTA FERREIRA DORNELLAS (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Izalci. Na sua pessoa, eu gostaria de cumprimentar todos os colegas da mesa, todos os demais Senadores e Deputados presentes aqui, e, na pessoa da Dra. Lana Borges, cumprimentar todas

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as pessoas que estão aqui no Plenário nos acompanhando e também todas as pessoas que nos acompanham pelos canais digitais.

Senador, eu venho falar em nome da indústria de alimentos. O Brasil tem 41 mil indústrias produzindo alimentos de norte a sul do país, 94% desse total de empresas são micros e pequenas empresas. O total dessas empresas produz 270 milhões de toneladas de comida, 73% desse total ficam no Brasil e 27% são exportados para 190 países. Por que eu começo falando desses números? Porque o Brasil, infelizmente, voltou ao mapa da fome. A Dra. Lana já mostrou alguns números aqui, mas o fato é que, nos últimos dois anos, nós tivemos qualquer coisa entre 9 e 33 milhões de pessoas em situação de fome. Hoje, estima-se, os melhores institutos dizem que 65 milhões de pessoas convivem com algum grau de insegurança alimentar.

Então, veja bem, o Brasil é conhecido, no mundo inteiro, como o celeiro da humanidade, e já é conhecido assim há muitos anos. Nós somos assim porque temos um campo muito forte. Hoje, além de ser o celeiro da humanidade, podemos nos orgulhar, como brasileiros, de dizer que nós somos também o supermercado do planeta, porque nós passamos, em 2023, a ser o maior exportador de alimento industrializado do mundo. Nós exportamos para 190 países e ultrapassamos os Estados Unidos. Sempre competimos, ali, com os Estados Unidos, pelo primeiro lugar, e o Brasil os ultrapassou em 2023.

Ora, se nós temos um campo forte e temos uma indústria forte, a verdade é que nós não devíamos ter ninguém passando fome no nosso país, ninguém em situação de insegurança alimentar. Aqui eu acho que não importa se são 9 milhões ou 33 milhões, não devíamos ter um brasileiro sequer. Acho que um brasileiro passando fome, em um país que produz, tanto no campo como na indústria, de maneira brilhante, deveria ser motivo de vergonha para todos nós.

Agora, o que acontece, Senador, é que, se nós temos tanta produção de alimentos – só a indústria produz 270 milhões de toneladas de alimentos por ano –, e nós temos tanta gente em insegurança alimentar e tanta gente passando fome, chegamos à conclusão de que não falta alimento: falta renda para as pessoas terem acesso a esse alimento.

A gente sabe que tem vários grupos de pressão neste momento, no momento da reforma tributária, quando nós estamos brigando para ter alimento mais barato, na mesa do brasileiro. Tem grupo de pressão aqui pedindo aumento do preço do alimento, seja por não estar na cesta

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

básica ou alguns, inclusive, propondo que se pague um imposto seletivo sobre alguns alimentos.

A Abia tem defendido, claramente, desde a fase da PEC, que todo alimento deveria ser mais barato no Brasil – todo alimento –, o alimento da indústria, o alimento da feira livre e o alimento das quitandas, tanto o que você compra no supermercado, compra na quitanda ou compra na indústria. Por que a gente defende isso, Senador? Porque quando alguns grupos de pressão vêm, no Senado, no Congresso, fazer pressão sobre Parlamentares, tentando constranger Parlamentares, dizendo que estão preocupados com a saúde, para oferecer uma vida mais saudável, combatendo a obesidade... Imaginem só, hoje a indústria brasileira de alimentos paga a segunda maior carga tributária do planeta! A gente paga 24,4%, em média, considerando, inclusive, os básicos, o arroz, o feijão... Ora, se nós temos a segunda maior carga tributária do planeta, não precisaríamos nem discutir mais imposto, já deveríamos ser a segunda população menos obesa do planeta ou a segunda população mais saudável do planeta, e não é assim. Convivemos, inclusive, com esse cenário de fome.

Nós, quando defendemos que todo alimento deve ser mais barato... Quando as pessoas que vêm fazer pressão dizem que o alimento da indústria devia ser mais caro para que o outro fosse mais barato – o *in natura* fosse mais barato –, não existe essa relação... Infelizmente, não existe essa relação.

Toda vez que a gente tem uma adversidade trágica, como pode ser a queimada, como pode ser a inundação, como pode ser uma guerra entre Ucrânia e Rússia, como pode ser a pandemia, o alimento *in natura* é o primeiro a sofrer, tanto com a falta dele, e, em função da falta, com a inflação.

Nesse primeiro semestre de 2024, para que se tenha uma ideia, o alimento *in natura* teve uma inflação de 14%, ao passo que o alimento da indústria teve uma inflação de 1,3%. Por que a indústria consegue fazer isso? Porque a indústria trabalha com planejamento. A indústria compra durante o ano inteiro, processa durante o ano inteiro, distribui e vende durante o ano inteiro.

Por isso, nós defendemos que o alimento, todo ele, devia ser mais barato, e nós defendemos uma cesta básica o mais ampla possível, e nem pensar em imposto seletivo, para

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhum tipo de alimento e para bebidas não alcoólicas. A gente se pergunta, por que a cesta básica não poderia ter carne, por exemplo? Por que a cesta básica não deveria ter os pescados, a sardinha enlatada, por exemplo, se o pescado *in natura* está na cesta básica? Por que não deveríamos ter, por exemplo, os biscoitos Maria e Maizena, que são amplamente consumidos por toda a população brasileira? Deveriam, sim, estar na cesta básica: as carnes, os biscoitos, os pescados.

O fato de ser processado, no caso do peixe, que eu estou comentando aqui... Imaginem: o processamento de alimentos é benéfico ao ser humano. O que o processamento faz é transformar o produto em um alimento seguro, ao contrário do que dizem várias pessoas que jamais pisaram numa fábrica de alimentos ou que não conhecem tecnologia de alimentos. O propósito do processamento é transformar o alimento em alimento seguro e dar acesso à população a esse alimento – acesso durante o ano inteiro.

Imaginem, por exemplo... Vamos citar o caso do tomate: se não existisse a indústria de alimentos, se não existisse o processamento de alimentos, nós só teríamos acesso ao tomate na época da safra do tomate. Graças à indústria e graças ao processamento, nós temos o extrato de tomate, temos o molho de tomate, presente nos supermercados durante o ano inteiro.

O tomate é um caso bastante interessante: no ano passado, na cidade de São Paulo, o tomate sofreu uma variação no supermercado – variação de preço – de R$4,80 a R$28,50, durante a safra e entressafra, ao passo que, quando você compara o molho de tomate, ele variou de R$2,50 a R$3,80, com uma variação muito menos ampla, exatamente por isto: a indústria trabalha com planejamento.

Então, Senador, para não alargar muito o nosso tempo aqui, visto que temos vários debatedores, eu comecei falando aqui da segurança alimentar. Não existe maneira de ter segurança alimentar sem ter segurança do alimento. Esses são conceitos que nós temos que entender bem claramente: a segurança alimentar trata de disponibilidade, de que o consumidor possa ter o acesso, tenha condições de comprar, tenha condição de ter acesso, na quantidade e na qualidade que ele precisa; na segurança do alimento, nós estamos falando de fatores intrínsecos ao alimento – que ele seja biologicamente seguro, físico-quimicamente seguro. E aí, quem entende de segurança do alimento é a indústria. E por que a indústria entende? Porque a

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indústria trabalha com processamento de alimentos e o processamento dá segurança ao alimento.

Então, Senador, a gente está diante de uma oportunidade, que é a reforma tributária, que para nós, da Abia, é uma oportunidade única para o Brasil realmente promover justiça social através do alimento, colocando o alimento na mesa do pobre. Não tem sentido a gente ser um país – volto a dizer – que tem um campo tão forte e uma indústria tão forte e termos gente passando fome. O Brasil não pode perder essa chance.

Portanto, a gente defende todo alimento mais barato, uma cesta básica o mais ampla possível, a maior quantidade possível de alimentos com a redução de tarifa de 60% e nenhum alimento ou bebida não alcoólica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO BATISTA FERREIRA DORNELLAS – ... no imposto seletivo.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, João.

Quero agradecer a vocês que já compuseram aqui a primeira mesa.

Vou pedir para a gente fazer uma inversão aqui, para vocês tomarem assento ali na outra.

E vou chamar aqui o Rodrigo Octávio Orair, que já ficou sensibilizado com as primeiras falas aqui. (*Risos.*) (*Palmas.*)

Venha cá, Orair.

O Rodrigo Orair é Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária.

Convido também o Sr. Paulo Rabello de Castro, que é o nosso representante da Associação Brasileira de Supermercados.

Luiz Henrique Barbosa, que é Presidente-Executivo da Telcomp.

Rodrigo Shuch, Presidente da Associação NEO. (*Palmas.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, nós vamos dar a palavra também depois para o Gesner Oliveira, que é economista, e para o Luiz Cláudio Carvalho, representante da Abiec.

Mas vamos passar a palavra imediatamente... Aliás, vou deixar o Rodrigo Orair por último. (*Risos.*) Para ele ficar mais sensível com os demais.

Vamos lá.

Vou na ordem inversa aqui. Vou passar para o Rodrigo Shuch, que é o Presidente da Associação NEO.

O SR. RODRIGO SHUCH (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos e a todas, em especial aqui ao Senador Izalci, que permitiu que pudéssemos estar aqui. Eu queria fazer uma referência também aqui ao Deputado Vitor Lippi, que nos acompanha, um amigo que vem tratando de muitas pautas aí do setor de telecomunicações. Eu queria também aqui, na pessoa do Senador Izalci, parabenizar todos aqui que nos assistem, os colegas painelistas, as assessorias que aqui estão e também quem nos assiste *online*. Agradeço a oportunidade por estar aqui hoje e por poder trazer um pouco do que a Associação NEO pensa a respeito da reforma tributária.

O Brasil é um país de múltiplas realidades e com dimensões continentais. E no que se refere aos serviços de telecomunicações oferecidos nas cidades do nosso país, independente de tamanho ou região, temos cada vez mais opções disponíveis aos consumidores, graças à atuação das prestadoras de pequeno porte, que, na banda larga fixa, por exemplo, já representam mais de 50% de acessos no Brasil.

A Associação NEO é uma entidade de representação de cerca de 200 dessas empresas, com 25 anos de atuação na defesa incansável de um ambiente regulatório fiscal com condições estáveis, claras e justas de competição.

É notório reconhecer o avanço da conectividade em nosso país. Embora ainda existam desafios, dados internacionais mostram que, na banda larga fixa, alcançamos, em 2023, a densidade de 23,2 acessos a cada 100 habitantes, acima da média mundial de 19 acessos a cada 100 habitantes.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Durante a pandemia da covid-19, experimentamos o quão essencial o serviço de conexão é na vida das pessoas e empresas, pois foi possível levar serviços de saúde a locais antes inalcançáveis, potencializar o ensino à distância, democratizar e facilitar o acesso à educação, formação técnica e cultural, além de desenvolvimento e manutenção de negócios. Não restam dúvidas de que o desenvolvimento social e econômico da sociedade passa pela garantia de acesso e conexão à internet, sendo inclusive um dos objetivos do desenvolvimento sustentável na agenda de mobilização mundial criada pela ONU.

Dado recente divulgado na mídia informa que, segundo o levantamento da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, o Brasil tem hoje 68 milhões de inadimplentes, e a mesma pesquisa mostra que o risco de ter o serviço cortado faz uma grande parcela de inadimplentes se apressar em quitar a dívida. Mas não é qualquer uma, não. Quando tem que escolher entre o que dá para pagar, a pesquisa revela que a maioria dos consumidores escolhe manter a conta de internet em dia, porque ela é ferramenta de trabalho essencial no dia a dia.

O serviço de telecomunicações é essencial, assim reconhecido pela Lei Complementar 194, de 2022, reforçado pelo entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, e, apesar de não ter sido contemplado no texto constitucional com alíquotas reduzidas, requer especial atenção nos impactos que a reforma tributária pode trazer, beneficiando muito a população ou excluindo parte significativa dos brasileiros do mundo digital e do acesso à informação.

É importante esclarecer que o setor de telecomunicações no Brasil tem a terceira maior carga tributária do mundo – o colega, o Ferrari, já estava aqui apresentando. A gente tem a terceira maior carga tributária do mundo: enquanto a média dos 15 países com o maior número de acessos é de 11,8%, aqui somos taxados em 29%, quase o triplo.

Portanto, a essencialidade dos serviços de telecomunicações é um fato, não há mais que se discutir. O que temos que discutir é a distorção que temos hoje, pois a essencialidade dos serviços de telecomunicações não está refletida no atual texto do PLP 6.824. Por isso, pedimos que o Senado Federal corrija tal distorção. Apesar de todo o trabalho setorial realizado na Câmara dos Deputados, o serviço não está contemplado no texto aprovado pela Câmara.

Por esse motivo, o pleito da Associação NEO e do setor é de que o Senado promova a alteração no texto para incluir, no inciso I do art. 110, o setor de telecomunicações entre os

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviços listados para o *cashback* e o sistema que favorecerá as pessoas inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, e crie um crédito com base no valor pago por eles em impostos, que poderá ser utilizado para a aquisição futura de outros produtos e serviços.

Termino aqui e agradeço a oportunidade, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Rodrigo.

Passo a palavra agora, então, ao Luiz Henrique Barbosa, que é o Presidente Executivo da Telcomp.

O SR. LUIZ HENRIQUE BARBOSA (Para expor.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador Izalci, obrigado pela oportunidade de estar aqui participando deste debate. Quero cumprimentar também o Deputado Vitor Lippi, que tem apoiado o setor e que está aqui se fazendo presente, a Procuradora Lana e os demais debatedores aqui do painel.

Então, agradeço pela oportunidade de falar um pouquinho do setor de telecomunicações, da essencialidade dos nossos serviços e por que a gente tem apoiado essas emendas para a reforma tributária.

Trouxe uma breve apresentação aqui da Telcomp, eu vou passar rapidamente porque o tempo é curto. Basicamente, nós representamos aproximadamente 60 empresas do setor de telecomunicações. Precisamos entender que o setor é um setor diverso, a gente tem mais de 20 mil prestadores de serviços de telecomunicações no país, então, se de um lado tem quatro grandes empresas, a gente tem aproximadamente cem empresas de porte médio. Dessas cem empresas, aproximadamente 60 delas a Telcomp representa, e na ponta a gente tem mais de 20 mil prestadores; aproximadamente 7 mil deles reportam acessos dos serviços à Anatel e o restante presta serviço e tem um grau de informalidade alto, fruto, inclusive, da questão de renda do nosso país.

Avançando aqui, para que todos possam entender, o setor telecom é diverso, a gente pode distribuir a cadeia de valor de telecom de diversas formas. Eu costumo apresentar uma visão da cadeia do ponto de vista da banda larga fixa, já que, na banda larga fixa, os prestadores de pequeno porte hoje, no país, representam aproximadamente 60% dos acessos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que a gente tem dentro de telecom? Se a gente olhar do ponto de vista da cadeia, o Brasil se conecta com o resto do mundo por meio de cabos submarinos, que estão representados aí na imagem que vocês estão vendo, e nós representamos algumas dessas empresas.

Também, depois, o país tem redes de transporte interligando os diversos estados. Então, telecomunicação se faz com redes de longa distância. E a gente tem no Brasil empresas verticalmente integradas, mas também empresas especializadas provendo serviços de atacado com redes de longa distância. E, na ponta, nós temos o serviço de telecomunicações sendo prestado para pessoas físicas, pessoas jurídicas, de diversas formas.

É importante entender que a universalização dos serviços de telecomunicações, do ponto de vista de oferta, foi alcançada. Então, onde quer que as pessoas estejam, hoje existe uma grande operadora, uma empresa média, ofertando serviços, ou uma prestadora de pequeno porte ofertando serviços de telecomunicações. Então, de alguma forma, a gente alcançou isso, especialmente agora com o leilão de 5G, que endereçou os últimos *gaps* de oferta. Tem talvez alguma dificuldade em algumas rodovias, mas a oferta dos serviços de telecomunicações onde a população está concentrada se faz presente. O grande drama nosso é a demanda, quer dizer, é um serviço essencial, só que tem lugar em que as pessoas não têm renda. E a gente está falando aqui de um mecanismo de *cashback* justamente para beneficiar as classes D e E.

Então, eu não vou repisar os argumentos que foram apresentados aqui pelos colegas Marcos Ferrari, da Conexis, e Rodrigo Shuch, da NEO, mas vou justamente mostrar um termo interessante. No caso das cidades de pequeno porte, com 30 mil habitantes ou menos, o acesso à internet hoje é oferecido basicamente por prestadoras de pequeno porte; muitas optantes do Simples, outras que trabalham de maneira informal. E o salto do Simples para o lucro presumido e lucro real é tamanho que a gente tem uma proliferação de empresas no Simples. Isso é uma disfunção que a gente precisa combater, e entendemos que, dentro da estratégia de *cashback*, a gente pode ser de alguma forma bem-sucedido em combater essa disfunção, porque isso é uma disfunção em termos, inclusive, de competição no nosso setor: de um lado, você tem empresas que estão no lucro real ou lucro presumido, pagam impostos, recolhem contribuições; de outro lado, você teria até um grupo de empresas no Simples que teria legitimidade para estar no Simples, mas o salto do Simples para o lucro presumido é tamanho que a gente sabe

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de grupos econômicos que têm dez, quinze empresas no Simples. Por quê? Porque, ao se tornar lucro presumido ou real, o salto é enorme.

Dito isso, telecom – acho que já é chover no molhado – tem sido considerado serviço essencial desde o julgado do STF de 2019. Também, depois, o próprio Congresso entendeu que tinha que ter uma lei a esse respeito, e a Lei 194, de 2022, trouxe essa questão da essencialidade do serviço de telecomunicações; tivemos julgados no Supremo Tribunal de Justiça; e, inclusive, a covid, a pandemia trouxe essa essencialidade. Ela aflorou na medida em que esse foi o setor que possibilitou que a sociedade continuasse funcionando.

Então, a gente está aqui para justamente apoiar as emendas que foram apresentadas pelos Senadores Eduardo Gomes e Izalci, que está presidindo esta audiência, para que seja aplicada restituição via *cashback* de 100% para CBS e 20% para a IBS. Como foi mostrado aqui, o impacto é quase nulo. A gente está falando de uma parcela da população que não teria acesso a esse serviço, que é essencial. A gente está falando de uma parcela da população para a qual, hoje, quando usa o pré-pago, no dia 10 do mês acaba o crédito. E aí a gente tem o quê? Um caçador de *wi-fi*. O coitado está lá, não tem acesso à internet, então ele caça *wi-fi* onde quer que esteja. Só que *wi-fi* às vezes está disponível numa área de renda mais alta. Então, nas comunidades, nas favelas, em lugares mais ermos, ele não tem outra situação.

Então, é uma iniciativa louvável.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ HENRIQUE BARBOSA – Entendemos que o impacto disso é pequeno, e faz todo sentido esse mecanismo para beneficiar as classes D e E.

Então, de maneira bem resumida aqui, tendo a aprovação, desta Casa, dessas emendas, a gente, de alguma forma, vai ajudar na promoção da universalidade, de fato, dos serviços de telecomunicações, porque a oferta está dada de maneira universal; o nosso problema é renda para as classes D e E.

Estamos falando de uma tributação mais justa, foi discutido aqui também, os impostos para o serviço essencial nas diversas classes de renda. Isso vai criar um incentivo para a formalização de provedores. Novamente, a gente tem 20 mil provedores. É difícil fazer uma

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estimativa, porque a gente está falando de um mercado informal, mas com certeza tem uma parcela que passa de milhar atuando na informalidade, outros tantos fazendo uso abusivo do Simples.

Então, quer dizer, o mecanismo de *cashback* corrige essa distorção, é uma maneira de corrigir a distorção com um custo baixo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ HENRIQUE BARBOSA – ... com baixa fiscalização e, de alguma forma, vai promover uma competição justa, melhorando a qualidade dos serviços e dando um serviço essencial para aqueles que a gente tem falado que são os caçadores de *wi-fi*, infelizmente.

Dito isso, eu queria agradecer pela oportunidade e me colocar à disposição. E a gente acredita que a aprovação dessas emendas se faz necessária para corrigir essa distorção. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado. Eu já agradeço ao Rodrigo e ao Luiz Henrique. Eu pediria para que eles se sumissem ali, para a gente chamar aqui também o Sr. Gesner Oliveira, economista, e Luiz Cláudio Carvalho, representando aqui a Abiec. Obrigado, Luiz. (*Palmas.*)

E já passo imediatamente aqui a palavra ao Sr. Paulo Rabello de Castro, representante aqui da Associação Brasileira de Supermercados.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO (Para expor.) – Muito boa tarde a todos e a todas. Aqui estamos com o chapéu do Presidente João Galassi, da Associação Brasileira de Supermercados, que, por estar embarcando, neste dia de hoje, numa missão empresarial à França, pede desculpas pela ausência e pede paciência ao auditório por uma má substituição pela minha pessoa. E, ao mesmo tempo, encaminha um cordial abraço ao Senador Izalci Lucas, ao Senador Vanderlan, Presidente desta Comissão, e demais Senadoras e Senadoras que estão debruçados sobre este importante tema.

Eu gostaria pessoalmente de cumprimentar todos os colegas aqui presentes, em particular, colegas da Kaduna Consultoria, que tem ajudado a RC Consultores nesse trabalho de subsidiar tecnicamente a Abras em todas as contas que faz para subsidiar a Secretaria Especial da

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reforma Tributária, o Ministério da Fazenda e principalmente o Congresso Nacional, agora o Senado.

Eu gostaria de iniciar, desde já, apresentando qual é a principal dificuldade que a Abras encontra neste atual estágio do PLP, após ter tido uma parte das suas reivindicações e pleitos atendida na fase da Câmara Federal. Isso fica muito claro com esse eslaide em que a gente demonstra, inclusive com a insistência aqui do colega Rodrigo Orair, que corretamente pediu um recálculo, à época, dessa alíquota efetiva paga por supermercados, que, na época, postulavam ser 12%.

Eles detectaram a falta de um elemento, que era a substituição tributária, e a alíquota revisada efetiva atual, quando um consumidor, em média, é o consumidor médio brasileiro, no meio de uma multitude de situações variadas, por estágio de renda, por estado e por município, mas a grande média é 13,8%.

E o que nós queremos demonstrar é que no atual estágio do PLP, que vem para o Senado Federal, apesar de ser atendida parte do pleito, que deveria considerar carnes e peixes dentro dessa alíquota zerada, que é a chamada cesta básica nacional, e que está exatamente no lado da Abras, o PLP 68 desidratou a lista de alimentos que, não estando na cesta básica, deveriam estar contemplados no artigo seguinte da emenda constitucional. Ora, o da cesta básica é o art. 8º, no artigo seguinte, no 9º, se estabelece que os alimentos terão redução de 60%, e não há qualquer ressalva para a população majoritariamente mais pobre. Isso também é válido para o art. 8º, que não faz tal ressalva. É um direito constitucional de cesta básica universal para todos os brasileiros.

Ora, o imposto devido no PLP atualmente, Senador, está em 19%, e isso precisa ser corrigido, e a correção tem que vir por causa da diferença na pizza embaixo, dos alimentos de consumo humano, que, no pleito da Abras, correspondem a 24% do carrinho de supermercado e que, na atual lista, no atual anexo do PLP, está reduzido para apenas 7%.

Então, os senhores já receberam esse pleito sob a forma de uma emenda, ela é muito clara, e vocês podem observar também – embora essa seja mais uma observação quase que estética – que a Abras foi conscienciosa no sentido de que não preencheu com cesta básica, que é a parte verde da pizza, tudo que poderia de alguma forma ser alimento, acompanhando o

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensamento do Dr. Dornellas, que aqui disse que os alimentos, inclusive industrializados e autorizados pela Anvisa, como o leite UHT, que tem uma condição de maior durabilidade, são triunfos da indústria.

Apesar disso, fomos conscienciosos e colocamos na cesta básica o equivalente a 36% do gasto de supermercado, 24% na alíquota reduzida, alíquota reduzida essa, Senador Izalci, é bom lembrar, que, como a nossa alíquota de referência se aproxima de 30%, a alíquota dita reduzida no Brasil se aproxima de 12%, que corresponde à alíquota cheia na média mundial de todos os países que usam alíquota única.

Portanto, é uma curiosidade: quando a gente enche a boca para falar que estamos tendo uma redução de 60%, é redução de 60% em cima da conta no pico do Everest, e, portanto, esses 12% já são, na média dos países, uma alíquota cheia para alimentos, e não há que falar em redução propriamente dita. Aí é uma indução ideológica de que alguma coisa está sendo reduzida.

E, vendo a *pizza* do lado de cá do PLP, está visivelmente amarelada, ou seja, a alíquota cheia permeia 65% do carrinho de supermercado. Eu acho que, politicamente, esse não é o mandato que é recebido pelo Congresso Nacional. Ponto. Eu acho que precisamos corrigir isso, e essa correção está feita.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Entretanto, e já me acelerando, existe ainda uma celeuma sobre carnes, que voltou à baila aqui entre o que é que o mais rico consome e o que não consome. E a controvérsia persiste, porque o Governo acabou de soltar uma nota técnica com as contribuições de que, supostamente, carnes fariam para o aumento da alíquota de referência, 0,56 e os queijos, 0,13, dando um impacto de 0,69 E aí a nossa alíquota passa de 26,5 – aliás, já passou – e vai para 27.

Os cálculos da Abras que, com todo respeito aos cálculos alternativos do Governo, tiram o efetivo, ou seja, são baseados na base nacional de vendas de quase R$1 trilhão, com os impostos efetivamente arrecadados. A gente não tem essa arrecadação e não terá esse impacto.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O impacto efetivo é de 0,18 nas carnes; 0,06 nos queijos; 0,24 no total e, portanto, a alíquota. Embora ela tivesse que fazer um ajuste, é um ajuste de 26,5 para 26,74.

Óbvio que tudo contribui para uma alíquota que, inicialmente, e com toda a consideração, porque também apoio a reforma tributária... Eu muito debati e, inclusive, no meu próprio escritório, recebi a gentil visita do Bernard Appy e de outros campeões dessa reforma, que apoiamos, e ele dizia: "A alíquota vai ser 20%."

A gente já esquece e começa o raciocínio com 25%, mas ele sonhava com a alíquota de 20% quando ele não sonhava ainda em receber o impacto, e eu estou lhes dando, assim, um impacto visual do que é isso: a quantidade de setores, de grupos que são atendidos nos seis regimes distintos do IVA.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Nós temos, na realidade, seis regimes específicos. O sonho de uma alíquota única não existe. Não existem propriamente exceções; existem regimes agravados, quando têm imposto seletivo; um regime geral; três regimes diferenciados, ou, na realidade, três níveis diferenciados no regime diferenciado: 60%, 30% e 100% de dedução; tem os imunes; tem os específicos; e ainda tem o grupo favorecido, que acabou de ser mencionado aqui, pelo Barbosa, o Simples.

Portanto, não há que falar em alíquota única, não há que falar em exceções. A que nós temos que dar apoio ao Senado Federal e depois à Câmara, na volta, é para que haja um entendimento de que reforma é essa. Essa reforma é um conjunto enorme de situações diferentes que precisam de ser acomodadas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Portanto, quando nós vimos aqui o debate sobre *cashback*, foi um debate diminuto quando ele trata de alimentos; foi inadequado quando se trata de alimentos, porque, diferentemente da postulação que... Aí não a Abras, mas particularmente, no caso das telecomunicações, apoio por um motivo, sem me estender demais: é porque, tanto na telecomunicação quanto na energia elétrica, água e esgoto e até o botijão de gás, a gente pode associar o boleto e a condição do consumidor – em geral é um boleto

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mensal – a essa distinção por faixa de renda. Isso, no caixa do supermercado, é virtualmente impossível.

Além do mais, o comando constitucional é por comer bem, gente. O art. 8º ordena que os brasileiros se preocupem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – ... com se alimentar bem e não diz que é o Senador Izalci, de alta renda, que vai ter que pagar mais e se alimentar, talvez, um pouquinho menos. Não há essa distinção, é um direito universal ao bem de capital essencial, porque, também, com os bens de capital é zerado. O bem de capital da população qual é? Do consumidor, do ser humano? É o alimento, antes de ser o medicamento é o alimento. Esse é o seu bem de capital e, portanto, é zerado. Entretanto, não é todo zerado; uma parte fica, inclusive, com 60% de redução, que é, no fundo, uma líquida cheia internacional. Portanto, é completamente descontrolado o argumento de que nós temos...

Espera aí, vamos voltar aqui.

A parte que é atingida pelo *cashback* é uma parte que não condiz...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – ... com as necessidades, com uma boa parte da classe de renda baixa, da renda média baixa. E se incluirmos o conjunto da renda média, Gesner, nós temos um conjunto da população que pagará ou 12% ou perto de 30% sobre o seu bem de capital energético, que é o alimento.

Então, Senador, eu gostaria de fazer uma proposta, é a proposta da Abras: que a gente desconsidere ao comando do PLP que limita em 26,5%. Parece-me que o Relator da matéria também tem dificuldade de entender esse teto em 26,5%. Ele não será 26,5%. E nós propomos o controle da carga tributária – que precisa ser feito na reforma tributária do consumo – pela carga efetiva. O que é a alíquota efetiva? Ela é a média ponderada de todos esses diferentes regimes...

(*Soa a campainha.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – ... e, portanto, é essa informação que precisa surgir do Ministério da Fazenda, que não é disponível. Nós aqui fizemos um exercício forte, mas um exercício ainda preliminar.

Tenho a seguinte curiosidade, Gesner, e com isso eu encerro. À medida que a alíquota vinha de 20% para 25%, 26,5%, 28% e talvez uns 29%, ao final, há uma irrelevância da alíquota de referência, mas há uma total relevância e constância da alíquota efetiva. Nisso a equipe do Appy fez um excelente trabalho. Ela conseguiu, heroicamente, manter a constância de uma alíquota efetiva, e é isso que precisa continuar a ser feito, porque o eu sei que o senhor vai ter que atender a mais pressões.

Os pleitos da Abras se resumem a isto: controle da carga tributária pela alíquota efetiva; manutenção da alíquota efetiva atual do supermercado em 13,8% e não nos 19%, que aí sim seria o supermercado com maior carga tributária do mundo – no Reino Unido, por exemplo, é quase zero –; a ampliação da lista dos alimentos com 60% de redução que, como eu disse, é um eufemismo, não há redução alguma, vai ser perto de 12% de taxação, uma das maiores taxações do mundo em matéria alimentar; e a ampliação dos itens – aí é um complemento na cesta básica – e a ampliação, também, da lista dos produtos de higiene e limpeza.

Com isso, eu fico por aqui, pedindo perdão pelo excesso na hora.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Vou passar para o Gesner Oliveira, economista, muito bem indicado pela nossa Senadora Tereza Cristina.

O SR. GESNER OLIVEIRA (Para expor.) – Cumprimento todos na pessoa do Senador Izalci Lucas. Que prazer estar aqui! Para mim, é sempre uma honra pessoal estar aqui.

Fui sabatinado duas vezes por esta Comissão para servir ao Cade e, para mim, é uma grande honra, sempre, voltar aqui.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, trago aqui coisas que eu sei que podem contribuir para a formação da convicção do Senado, dos Senadores, para o debate. Trago aqui um estudo da GO Associados. É um estudo que preparamos com cinco pontos que, acredito, vão contribuir para esse debate.

Queria dizer que, como o Dr. Paulo Rabello colocou de maneira muito boa, e também a Dra. Lana Borges colocou de maneira muito pertinente, muito boa, reforma tributária é um grande marco na economia brasileira. Reforma tributária é comparável ao salto que a economia deu com o Plano Real. Existe antes e depois.

Também louvo o trabalho extenuante e diligente da equipe do Bernard Appy nessa condução. Não é fácil, numa federação democrática, complexa, com um sistema tributário desorganizado, infernal, fazer uma reforma.

Então, vou centrar em cinco pontos, para chamar a atenção para alguns achados que entendemos ser importantes.

Esses são os cinco pontos.

Chamaria a atenção que é falso o argumento, vou dizer de uma maneira muito informal, de que a carne é a vilã do aumento da alíquota. Isso, simplesmente, não é verdade.

Como o Dr. Paulo acabou de trazer um número, nós também fizemos um cálculo. Os cálculos não precisam bater na segunda casa decimal, mas é importante é trazer os números, a metodologia aberta, para que a Comissão se debruce sobre eles.

O cenário de alíquota reduzida, comparada à alíquota de 0%, implica um aumento dos preços médios de 8,5% nas carnes. Nós procuramos ver qual seria o aumento de preço: 8,5%. O impacto da elevação no preço da carne é seis vezes maior para os mais pobres do que para os mais ricos. Se estamos preocupados com esses impactos, é preciso levar isso em consideração.

O *cashback* pode ser uma solução em outros segmentos? Pode. Eventualmente, pode. Nessa questão, é absolutamente ilusório pensar que o *cashback* poderia proteger os mais pobres. Cerca de 90 milhões de brasileiros pobres estariam desprotegidos pelo *cashback*. Apenas o Cadastro Único não é suficiente. Nós teríamos cerca de 90 milhões de brasileiros sem proteção.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um impacto sobre o mercado também. O aumento da carga tributária no mercado contrai o mercado, prejudica os pequenos produtores, concentra e diminui a concorrência em prejuízo de todos os consumidores.

Ouvi aqui os argumentos e prestei muita atenção ao argumento levantado pelo Dr. Fleury, a respeito de que uma redução de alíquota não seria repassada. Essa é uma questão que depende de elasticidade de preços, de demanda e oferta; não há nenhuma evidência a esse respeito. Para o caso brasileiro, eu analisei, Dr. Paulo, centenas de casos ligados à cadeia de carne no Cade e não vi evidência nesse sentido; quer dizer, eu acho que a gente precisa parar de achar alguma coisa e lançar como ideia.

A Comissão precisa de números, de dados, de evidências e do debate. Nós podemos estar equivocados, mas vamos debater esses números. Então, rapidamente vou passar por cada um desses pontos.

Nós não usamos um modelo abstrato e hermético para chegar à conclusão de que a carne não é vilã. Nós trabalhamos com os dados oficiais, com as Tabelas de Recursos e Usos do IBGE, de 2019. Nós chegamos a 0,28 ponto percentual de acréscimo, maior do que o acréscimo mencionado pelo Dr. Paulo, mas metade...

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO (*Fora do microfone.*) – O seu caminho foi diferente.

O SR. GESNER OLIVEIRA – É diferente.

... metade daquele que foi apresentado na nota da Fazenda, cuja metodologia não me pareceu muito clara.

Nós fizemos todo o percurso para chegar ao valor adicionado tributável. Fazendo todas as deduções, evitando qualquer tipo de distorção, chegamos a esse número de 0,28. Portanto, repito: a carne não é vilã de acréscimo de alíquota. Isso ficou sendo publicizado erroneamente.

Segundo ponto: o aumento de preço. Se nós compararmos alíquota zero com redução de alíquota – que não é bem redução de alíquota –, o impacto sobre preço médio, Senador, é de 8,5% na média. Aqui está a abertura desse impacto no pescado, nas aves, no suíno e na carne bovina. Esse impacto – e aqui o 0,3 particularmente importante – é seis vezes maior na chamada

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inflação dos pobres. Nós não inventamos a inflação dos pobres; nós usamos a metodologia do Ipea, com a inflação para a classe de renda alta, classe de renda média e classe de renda baixa, e usamos algo que é a chamada Lei de Engel – não o Engels do Marx, mas um outro Engel da microeconomia.

A Lei de Engel diz aquilo que o Dr. Fleury acentuou, que os ricos gastam menos; no orçamento dos ricos as carnes pesam menos – isso é sabido. Para os grupos de renda mais baixa é fundamental, é um item essencial. E naturalmente isso dá uma mudança, desde a renda muito baixa até a renda mais alta, nos percentuais; quer dizer, a proporção de renda gasta com carne pelos mais ricos é muito maior do que aquela dos mais pobres, o que dá no índice de inflação um peso muito maior para essas carnes na inflação dos mais pobres. Nós mostramos aí como o impacto no IPCA é muito maior para a inflação dos mais pobres do que para os mais ricos.

Bom, para tudo isso alguém poderia dizer: "Bom, mas o *cashback* resolve". Neste caso, não resolve. O *cashback* é uma grande ilusão nesse caso, por uma simples razão: 90 milhões de brasileiros pobres que precisam muito desse tipo de preço mais barato para um item essencial na sua cesta não terão proteção do *cashback*.

Eu não estou nem falando dos outros problemas, do custo de gestão do sistema, do perigo de fraude.

Eu acompanhei a Nota Fiscal Paulista...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GESNER OLIVEIRA – ... acompanhei a experiência mexicana e, de longe, a experiência do Sul – que vai ser muito interessante mostrar aqui –, porém é outro jogo. Nós estamos falando de 150 milhões de pessoas que deveriam ter algum tipo de proteção.

Aqui, qual é esse contingente? Vamos detalhar um pouco esse contingente, que é de quem ganha mais de meio salário mínimo *per capita,* como renda domiciliar, e menos do que R$1.887, que é a renda média baixa do Ipea, *per capita* domiciliar. Essas pessoas são pobres, e as carnes, no orçamento dessas famílias, é essencial. O impacto é brutal, então é óbvio que eles precisam ter algum tipo de proteção.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Onde eles estão? Nós vemos que, em todas as regiões do país...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GESNER OLIVEIRA – ... esses 90 milhões representam mais de 40% da população; em algumas regiões, como no Sul, 47%, quase metade da população dessa região. Então, nós vemos o grau de desproteção do *cashback*.

Aqui, a gente mostra por estados. Eu não vou entrar em detalhe, para cumprir aqui o tempo, mas chamo atenção para o fato de que não é suficiente, é limitado, é ineficaz o *cashback* para proteger essa elevação de preço das carnes, que é particularmente dura sobre os mais pobres.

Finalmente, o aumento do preço da carne contrai o mercado. Contração do mercado exclui quem? Os menores. Isso leva a quê? A maior concentração. A maior concentração está associada a quê? A menor competição, a menor concorrência, a maiores preços.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GESNER OLIVEIRA – É ruim para todos os consumidores, ricos e pobres.

Consequentemente, e relembrando aqui os principais pontos, a carne não é vilã. Um cenário de "alíquota reduzida", entre aspas, gera um aumento de 8,5%. Esse impacto é seis vezes maior sobre os mais pobres. O *cashback* não dá a proteção necessária nesse caso. E, finalmente, a estrutura do mercado fica prejudicada com o aumento da maior carga tributária. Então, esses são os pontos que uma equipe multidisciplinar trabalhou para trazer aqui.

E, com essa disposição ao debate, Senador, tão importante neste fórum, a gente tem mantido esse diálogo técnico com o Ministério da Fazenda, com o Governo, visando contribuir para aquilo que será, sem dúvida, um marco para a economia brasileira, que é a reforma tributária.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Dr. Gesner.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro a presença do meu querido e competente Senador Esperidião Amin.

V. Exa. quer fazer alguma fala imediata, Senador?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Primeiro, quero cumprimentar V. Exa., Senador Izalci, os nossos convidados já expostos. Não sei se teremos mais alguém.

Tive satisfação por ouvir, pelo menos, a parte final presencialmente do Dr. Gesner, que conhecemos de outras épocas, até de outra estética, melhorou muito. Com o Dr. Paulo já falei hoje de manhã.

Eu me interesso muito por esse assunto, tenho acompanhado tanto remotamente quanto desde a reunião em que, talvez mais objetivamente, esse assunto tenha sido trazido aqui, com a presença do Miguel Abuhab, que eu vejo que não está aqui, e do Deputado Hauly. Eles praticaram aqui uma união, pudera que fosse duradoura, dos dois lados do Rio Jordão, lado "a" e lado "b".

Eu fiquei um pouco, não fiquei convencido, mas acho que os argumentos do Dr. Gesner são bastante convincentes e fundamentados, de que o *cashback* não seria a solução para este caso. Eu só ouvi a parte relacionada à carne, até porque os outros itens da cesta básica já estão zerados. Mas eu quero dizer para o senhor que tem o outro lado da balança. Com 28% de carga tributária, esta reforma tributária não será aprovada – não será aprovada. E vai nos colocar numa posição igualmente contraditória, porque ela está sendo feita para simplificar, reduzir litígios e melhorar a nossa competitividade. Com o esgarçamento produzido pelas exclusões, aliás, nisso também nós estamos ironizando a expressão, o privilégio será para os excluídos da lista. Toda exclusão é que está provocando isso, de forma que a busca do *cashback* como forma de reduzir ou neutralizar esse efeito, eu considero necessária a busca, e os argumentos têm que ser todos eles sopesados, de forma que eu cumprimento, mas ao mesmo tempo eu insisto: nós não vamos ter sucesso aprovando uma reforma tributária – se for aprovada, tenho dúvida, neste ano, não será com esta carga tributária; alguma forma tem que ser imaginada. Como eu não sou palestrante, eu sou inquiridor, eu não vou falar sobre as alternativas, mas a alternativa *cashback* não pode ser descartada sem que haja alternativas. Para quê? Para produzir uma redução dessa carga tributária e nós mesmos consertarmos alguns textos de redação,

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

retificarmos, para deixar mais claro o que está, o que consta do projeto de lei, que dá margem à dúvida, insegurança jurídica e, portanto, se for aprovado como está, vai gerar mais litigiosidade.

Muito obrigado, Presidente. Vou continuar acompanhando aqui na medida do possível, e a minha equipe está acompanhando *full time*.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Amin.

Bem, vou passar agora ao Sr. Luiz Cláudio Carvalho, que é o representante da Abiec.

A SRA. LUIZ CLÁUDIO CARVALHO (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde a todos.

Senador Izalci, gostaria de agradecer a oportunidade de falar; gostaria de cumprimentar o Senador Esperidião Amin, que chega neste momento; o Deputado Vítor Lippi; e queria fazer um especial agradecimento ao meu colega de mesa, Rodrigo Orair, na pessoa de quem eu cumprimento também todos aqueles que me antecederam.

Eu explico o porquê, Rodrigo, desse reconhecimento. Não é fácil assumir a função que você assumiu, de liderar, enquanto técnico, a construção da proposta do Governo e de tramitar e defendê-la, como está fazendo, ao nosso lado.

Eu também tenho o privilégio de ser o penúltimo a falar, portanto eu consigo fazer um grande resumo de todos aqueles que me antecederam, e vou direto ao ponto. Parafraseando a Dra. Lana e o Dr. Gesner, a reforma tributária é o avanço institucional mais importante do nosso país desde o Plano Real. Aguardada e discutida há três décadas, há mais de 30 anos, chegamos a este ponto. E a inclusão ou exclusão da carne na cesta básica e o consequente *cashback* como forma de equalizar a situação é o ponto mais polêmico da reforma institucional mais importante do país nas últimas três décadas; ou seja, Senador Izalci, eu poderia dizer que nós estamos participando do mais importante debate, ou pelo menos o mais polêmico, o mais acompanhado nesses meses todos.

Vou direto ao ponto. Então, vou discutir a inclusão ou a exclusão das carnes na cesta básica e o *cashback* como forma de recomposição.

Muito rapidamente, eu trago o art. 8º, literalmente, não para discutir os aspectos jurídicos e constitucionais dele, mas para dizer que, politicamente, houve uma escolha do Parlamento

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro, da sociedade brasileira representada aqui pelo Congresso Nacional, quando aprovou a emenda que diz que a Cesta Básica Nacional de Alimentos deve considerar a diversidade regional e cultural e uma alimentação saudável e nutricionalmente adequada. É disso que nós estamos falando, é isso que a gente busca.

Pois bem, o texto aprovado na Câmara, agora em discussão aqui, o PLP 68, traz a inclusão das carnes na cesta básica, portanto com alíquota zero. Fora a discussão de números, de metodologias econômicas e de apuração dos valores, o fato é que há pelo menos dois números na mesa: o Governo calcula que a inclusão da carne na cesta básica majorou a alíquota padrão em 0,58%; a GO Associados – o Dr. Gesner acabou de nos colocar aí –, 0,28%; Paulo Rabello, um pouco menos, 0,18%, se eu não estou enganado. O fato é que o que está em discussão aqui é a proposta do Governo de que as carnes saiam da cesta básica e vão para a alíquota reduzida de 60%. É esse o ponto principal, e é sobre isso que eu quero me debruçar.

Como contrapartida, temos o *cashback* para devolução para os beneficiários do Bolsa Família. E aqui há um ponto importante que não foi abordado por ninguém. O art. 112 do PLP 68, no texto aprovado pela Câmara, coloca um limite para a devolução do *cashback* em 20% dos tributos. Há o art. 113, que diz que os entes federados poderão alterar esse limite de 20%. O fato é que ele está lá colocado. Portanto, o *cashback* não devolverá todo o imposto que incidirá sobre as carnes se elas forem para os 60%.

Outro ponto importante, na situação atual, na tributação atual, PIS e Cofins são isentos por uma lei federal, e os estados, em sua maioria, têm alíquota nominal de 7%. Todos os senhores e as senhoras sabem dos benefícios fiscais do país inteiro, o que faz ser impossível de a gente saber exatamente qual é a alíquota efetiva da carne, mas é algo entre 0% e 2%, se chutarmos alto, 4%. Portanto, hoje, as carnes pagam 4% dos impostos sobre consumo, que serão extintos – dos tributos, melhor dizendo.

Acho que este é o grande ponto que eu queria mostrar a todos também, tomando o que o Gesner nos colocou. A primeira faixa de renda... E aí cada economista também chega a um número, portanto eu não quero discutir as metodologias, mas sim o conceito. Quem tem renda até R$1.908 em média, atendido pelo Bolsa Família, portanto, é elegível ao *cashback*. Todas as demais faixas de renda não são elegíveis ao *cashback* e pagarão a alíquota de 10,2%.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, eu até volto um minutinho, acabou não passando ali, mas a alíquota padrão estimada pelo Governo, como já colocado, de 26,5%... 40% de 26,5% vai dar seus 10,6% de alíquota sobre as carnes.

Pois bem, então a primeira faixa de renda receberá, por *cashback*, o reembolso de 20% desse imposto. As outras faixas de renda não receberão *cashback*, portanto pagarão 10,6% de alíquota e não receberão nada. Se pegarmos as duas faixas seguintes, as em amarelo, elas somam 103 milhões de pessoas desassistidas pelo *cashback*, pagando 10,6%. Lembrando que hoje pagam de 0% a 2%, se quisermos, 4%.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUIZ CLÁUDIO CARVALHO – Outro ponto extremamente importante que não foi debatido até agora, ninguém trouxe à mesa: qual é o custo de gestão do *cashback*? Quanto custa para se administrar uma máquina desse tamanho? Outro, mais importante ainda: qual é o custo de *compliance* desse *cashback*? Como se combaterão as fraudes?

E aí eu vou fazer um argumento de autoridade: eu fui Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo e o Estado de São Paulo foi o primeiro a criar o Programa de Cidadania Fiscal, chamado Nota Fiscal Paulista, a história do CPF na nota. Chegou-se, em um momento, a ter sequestro de urna de papel destinada às entidades assistenciais, as pessoas roubavam a urna e pediam resgate da urna para a entidade assistencial, o X% daquilo que estava dentro da urna. Isso era papel, era outra época, etc., o fato é: fraudes existem e teremos que gastar dinheiro para combater essas fraudes.

Portanto, aí vem o mais importante de tudo: mesmo que recebendo de volta o *cashback*, a população não gastará dinheiro comprando comida, como hoje não gasta; gastará dinheiro com *bet*, gastará dinheiro com bebida, gastará dinheiro com cigarro e não receberá. Uma das propostas que o governo tem colocado é que na boca do caixa ele receberá esse imposto de volta.

Pois bem, primeiro que, de um ponto de vista tecnológico, e eu não sou especialista, isto me parece extremamente difícil de se fazer: o pagamento no caixa do supermercado já com desconto ou com recebimento do *cashback*. E, mesmo que isso aconteça, na gôndola a carne estará majorada em 10,6%.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, na escolha do produto a ser comprado, a população não escolherá a carne. Portanto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ CLÁUDIO CARVALHO – ... aquele dispositivo constitucional esculpido no art. 8º não será atingido. A gente não terá uma alimentação nutricionalmente adequada, nem diversificada e nem culturalmente atendida. Eu acho que esse é o grande ponto.

Agora vou para um pouquinho de economês, mas é muito rápido. Aqui são tabelas de elasticidade e preço. Para aqueles que não são economistas, eu explico muito rapidamente o que é elasticidade e preço. É um conceito econômico que relaciona a avaliação do preço da mercadoria *versus* o consumo. A primeira faixa ali, classe até R$1.908 de renda, um aumento de 10% no preço da carne resultará numa redução de 8,76% de consumo. Pois bem, essa classe será atendida pelo *cashback*, ainda com essas restrições todas que eu coloquei.

Mas vamos para a segunda. Os mesmos 10% de aumento significarão 8,25% de queda no consumo.

Para concluir, aqui eu trago muito rapidamente também a elasticidade cruzada, ou seja, na eventualidade de aumento do preço de um produto, qual é o comportamento por substituição em relação ao outro. Pois bem, vamos lá, primeiro exemplo: a carne bovina subindo 10%, isso reduz – aqui a diferença desse quadro para o outro é que aqui o cálculo é geral –, reduzirá 4,085% no consumo.

Agora, o segundo é mais importante. Na eventualidade de termos 10% de aumento da carne de frango, teremos apenas um aumento de 1,89% de carne bovina. Isso significa dizer que, no geral, se consumirá menos carne.

E mais ainda, se subir o preço da carne bovina, vai subir o preço de tudo, de todas as carnes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ CLÁUDIO CARVALHO – Portanto, nem o efeito de substituição haverá.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para concluir, Senador Izalci, eu quero dizer o seguinte: não há cabimento aumentarmos a tributação da carne sob o pretexto de devolver pelo *cashback*. O *cashback* em si não é uma solução ruim; o que não é bom é aumentar a tributação para supostamente devolver por *cashback*.

E aí, eu concluo com uma última colocação: a salsicha é considerada um alimento ultraprocessado, o Dornellas está aqui na minha frente. Ela não está nem na cesta básica, nem na redução de 60%; portanto, a salsicha pagará 26,5% de imposto, e a população brasileira come salsicha, porque não acessa outro tipo de carne.

Concluo. Obrigado pela atenção e fico à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Luiz.

Bem, agora o nosso...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A salsicha, Presidente, foi muito mal falada pelo Bismarck. Foi ele que disse: "Se o povo soubesse como são feitas as leis e são feitas as salsichas, não respeitaria as primeiras e não comeria as segundas". (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, vou passar agora para o nosso representante da Sert, que é o Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, Rodrigo Octávio Orair.

O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR (Para expor.) – Bom, boa tarde. Agradeço, Senador Izalci, agradeço e cumprimento os presentes. Luiz Cláudio, Paulo Rabello, Gesner.

O senhor brincou, dizendo que eu me sensibilizaria. Eu digo que eu estou sensibilizado, mas por outro motivo: por fazer parte desse momento histórico. É uma reforma histórica, institucional, travada. Eu tenho muito orgulho de ter sido convidado pelo Bernard Appy – eu estava no Ipea – para participar desse processo e ter participado da construção do PLP, em particular, no que diz respeito ao *cashback*.

Como o tempo é curto, eu vou focar aqui no *cashback*, mas não tem como ouvir algumas provocações e não dar umas devolvidas, mas com muita cortesia.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer também a uma série de pessoas que foram importantes nesse processo. Está aqui o Deputado Lippi, guerreiro do debate da reforma tributária, e queria cumprimentar, na pessoa dele, todos os Parlamentares. O Ênio, que está aqui também, da Casa Civil, ajudou nas várias soluções jurídicas no desenho do *cashback*. E queria também cumprimentar, Lana, na sua pessoa – e queria que agradecesse a todos –, toda a equipe também que participou, da PGFN – Fernanda, Nubia –, que encontraram – eu venho do lado econômico soluções jurídicas para a gente colocar esse que eu acho que é um instrumento revolucionário, que é você conseguir ter um instrumento para mitigar a regressividade inerente e favorecer os mais pobres dentro do modelo da distribuição, dentro do modelo do IVA.

O objetivo da reforma é crescimento – eu vou focar mais aqui nos melhores momentos, como ela é longa –, mas ela tem um efeito de impacto de desigualdade, e esse impacto vem por dois motivos. O primeiro deles: uniformização de alíquotas. Benefícios tributários em geral, aqui e no resto do mundo... E aqui se o senhor quiser, Senador, eu posso passar para o gabinete do senhor extensa literatura mostrando que, em geral, seja no Brasil ou no resto do mundo, benefício tributário concentra renda. Qual é o problema? As pessoas querem uma solução dentro do próprio IVA para mitigar essa regressividade, e é isso que o *cashback* fornece. O que ele faz é a substituição – não vou entrar aqui muito –, mas ele não promove aumento da carga tributária.

O que a reforma tributária faz? A carga é a mesma, nós vamos substituir um sistema, um cipoal de tributos ineficientes e injustos por um sistema eficiente e justo, que arrecada a mesma carga tributária.

Então, deixa eu passar direto aqui. Esses são os nossos números.

Quero dizer o seguinte: eu não sei se dá para entender, mas, se a gente não tivesse tantas exceções, poderia, sim, ter uma alíquota perto de 21%, poderia. Hoje, a modal está lá perto de 34%. Sem as exceções que entraram, poderia estar aqui.

Estar aqui ou estar lá é uma decisão política. Do ponto de vista técnico, há um consenso de que quanto menos exceções, mais crescimento e mais equidade. Quanto mais exceções, menos crescimento e menos equidade. E eu vou chegar no fundo, no final, e mostrar algumas dessas coisas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como se chega nesse número aqui? E aqui eu acho que é bom entender, porque houve várias provocações metodológicas.

O que é o grande problema do sistema tributário atual? Você não pode... Na tributação de bens e serviços, você tem que entender que o produto nasce na agricultura, passa pela indústria de alimentos, passa pelo comércio e chega na mesa da família – na gôndola do supermercado ela compra. Para entender a tributação de um IVA você tem que entender todas essas etapas, tá?

Infelizmente, hoje, como a gente está com esse vício do sistema cumulativo atual, as pessoas estão olhando para o seu setor. Então, o supermercado tem um número de 14%, a indústria de alimentos tem um número de 24% ou 23% que você falou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR – É de 24% para os alimentos.

Então, a gente precisa de uma metodologia que olhe toda essa cadeia. Eu pesquisei todos os modelos que eu tive ao meu alcance e me deparei com um modelo que se chama *tax gap*, do FMI. Não vou entrar aqui em detalhes, mas, Senador Izalci, se quiser fazer, assim, uma sabatina – outra porque já teve uma na Câmara –, mais uma, a gente vem e explica o modelo.

É uma metodologia consolidada, com base na metodologia do FMI, adaptada para o Brasil, com base de dados, com banco de dados, com informações da Receita que ninguém tem. Por quê? Porque você só consegue entender a base tributável desse modelo, se você souber o que está na agricultura, base tributável, medida de evasão, medida de elisão e uma série de outras coisas que as outras metodologias não conseguem enxergar. Por isso, é com esse modelo que a gente chega a esses números aí.

E o que é o alerta? Aquilo ali é uma decisão política. Mais exceções, menos crescimento, menos equidade.

É justamente o *cashback* que permite, então, alcançar objetivos distributivos sem distorcer tanto o sistema tributário e alcançar quem de fato precisa

Eu tomei emprestado aqui...

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu cometi uma injustiça, porque, para além dos colegas da Casa Civil, quero também agradecer ao pessoal do Programa de Assessoramento Técnico da Reforma sobre o Consumo, porque não foi só a Sert. A Sert mediou, mas teve participação dos auditores estaduais, auditores municipais, representantes do Governo Federal – entre eles o Giovanni Padilha, que é considerado o pai do *cashback* e que está por trás da experiência do Devolve ICMS.

Cashback, a nossa reforma vai transformá-lo em algo paradigmático, vai ser realmente um *case* de estudos pela escala, mas nós estamos nos baseando em experiências que já existem hoje, que funcionam e que estão colhendo bons frutos: Rio Grande do Sul, Equador e várias outras que a gente estudou a partir dos contatos com o BID, entre outros.

Mas, para entender, o que é o *cashback*? Ele não é uma transferência de renda. Ele é uma alternativa às diferenciações – esse é o ponto importante. Outra coisa, ele é simples, ele é simples operacionalmente, e o custo administrativo e de fiscalização é muito, muito, muito menor do que o das diferenciações e complexidades no sistema tributário.

Como ele funciona?

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR – As famílias vão realizar seus gastos, elas vão declarar os seus CPFs, o comitê gestor faz a operação, entrega para o agente financeiro, o agente financeiro devolve. Simples.

Se for na conta, é mais simples ainda. Conta de água, conta de esgoto, energia elétrica, é direto na conta, desconta ali.

Se for numa localidade com problemas operacionais, lá no PLP está prevista uma devolução por estimativa, caso a família tenha dificuldade de acessar.

"Ah, é difícil fazer de forma automática?" Não, nosso vizinho Equador faz.

Então, a reforma tributária catapulta uma série de transformações, e essa é uma delas.

E a família? A família, claro que a gente está falando de um público de alta vulnerabilidade, mas ela vai ter lá um aplicativo, vai ter um portal em que ela vai acompanhar. Ele vai ser unificado, ela vai saber quanto devolveu. Vai servir ali para a finalidade até de

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organizar seu orçamento doméstico. Vai saber quanto gastou de roupa, vai saber quanto gastou de energia elétrica, vai saber quanto gastou... É um instrumento de cidadania, muito mais eficaz e eficiente.

Eu, quando criança, gostava de jogar dardo... Nossa, tem que falar tão rápido aqui, porque tem... Nossa, é tão difícil, cara. Tinha que ter mais tempo nessas audiências, a gente fazer várias aqui...

E o que é a lógica do *cashback*? Ele chega no bolso, no bolso da família – ela recebe. Tem erro de exclusão? Tem. Tem algum erro de inclusão, mas ele é pequenininho, você joga dez, e acerta nove.

O que são as diferenciações? Elas não alcançam isso. E aí também tem, para quem quiser, recentemente saiu no NBR, que é uma série importante norte-americana, um texto chamado "Anomalias da Incidência Tributária". Diz ele que aquele modelo convencional... Bom, é economês, não é? Economista é dureza, não é, Gesner? Aquele modelo tradicional das elasticidades não tem funcionado nem aqui nem em lugar nenhum do mundo. As experiências de redução de imposto não têm repassado integralmente para o consumidor final. Nós temos experiência no Brasil de PIS-Cofins e de ICMS, e nenhuma delas encontra repasse integral. E essa resenha da literatura mostra que, também na Argentina, também na Dinamarca, também numa série de experiências europeias ao redor do mundo, isso não acontece.

Então, você tem dois tipos de vazamento: primeiro, não repassa para o preço integralmente, quando repassa os mais ricos consomem mais em quantidade e em produtos mais caros. Então, você tem um vazamento e você quase não acerta o alvo. Aquelas lá são as diferenciações e essa é a alternativa do *cashback*.

Vou passar bem rapidinho.

Por todos esses motivos, ele não distorce o funcionamento. Veja o seguinte, nas diferenciações, agora eu vou ter produtos dentro da gôndola do supermercado com quatro alíquotas diferentes: problema de classificação; ressarcimento de crédito, porque está entrando com insumo aqui e saindo de lá; brecha pela elisão, brecha pela evasão, você vai ter dificuldade de fiscalização. Com o *cashback*, você tem a renda da família, o consumo da família, e você

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consegue fazer uma regra muito mais simples de monitoramento e de mitigar essa evasão. É muito, muito mais barato. Do ponto de vista administrativo e de fiscalização, não tem nem comparação uma coisa com a outra.

Público beneficiário – a Lana falou sobre representação de gênero e raça. O que mais me impressiona é o seguinte: o potencial do *cashback* é de um terço da população brasileira. Nesses domicílios, residem 55% das crianças em primeira infância. Então, nós estamos falando de um terço da população, de 55% das crianças em primeira infância.

O desenho do *cashback* é esse. Acho que não vou entrar tanto, mas é a devolução de 100% da CBS, tal como está hoje, para o gás, conta de água, conta de luz, esgoto.

E o piso mínimo. Por quê? Porque foi uma demanda dos entes. A gente até gostaria, no grupo de trabalho, de colocar o piso mais alto, mas foi uma demanda dos entes eles terem autonomia e fazerem o seu próprio *cashback*. Aí eles querem ter essa autonomia para aumentar a alíquota.

Em geral, o procedimento é esse. Aí tem uns procedimentos simples. Esse de válvula de escape eu não vou explicar aqui pelo pouco tempo. Eu não quero também ser desrespeitoso com o tempo aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR – Estímulo à formalização e às regras de controle, mecanismo de mitigação de fraudes. A ideia também é de ter um mecanismo unificado para a devolução e para o controle por parte das famílias.

Aqui eu ia mostrar um exemplo didático. Isso aqui é um simulador do Banco Mundial muito bem-feito. Qualquer pessoa pode entrar na internet e digitar lá: SimVAT. Isso aqui eu tentei simular. O que é isso? Hoje, a tributação no Brasil é regressiva sobre o consumo. O que é isso? A alíquota sobre o mais pobre é maior do que sobre o mais rico. A reforma está empinando isso. Mesmo com todas as exceções que foram introduzidas, a gente está ficando mais ou menos linear, exceto para os mais pobres, então, a alíquota sobre os mais pobres média tende a cair. Esse é o primeiro impacto do *cashback*. Segundo, Devolve ICMS: um empírico e bem-feito *paper* publicado internacionalmente mostra o efeito na formalização e no consumo

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das famílias. As famílias que recebem o *cashback* estão comprando mais nos negócios formais, desincentivando a concorrência desleal e incentivando a formalização. E este é o dado para mim mais impressionante do Devolve ICMS, este aqui: onde a família devolve o recurso que ela recebeu de *cashback*? Oitenta e três por cento em supermercado, açougue e padaria. Nós estamos falando da população de baixa renda.

Sinceramente, você dar uma desoneração de carne nobre para mim, Rodrigo, não vai voltar necessariamente para o supermercado. Eu, Rodrigo, vou comer o meu meio quilo de carne nobre e vou guardar esse dinheiro para poupar, deixar um legado para os meus filhos, quem sabe viajar no final do ano, etc. Se você devolve recursos para a família de baixa renda, onde que eles entram? Em supermercado. Representantes dos supermercados, pelo amor de Deus, olhem esse número aqui: 80% voltam para o supermercado ou para a farmácia, quando muito, para o posto de combustível.

Aqui são alguns impactos econômicos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR – Eu convido vocês a trazerem... Eu vou deixar aqui, mas esse artigo aqui é bem provocador, é do Edson Domingues.

Ele atualiza os impactos da reforma tributária e mostra como o efeito das diferenciações mitiga o potencial de crescimento da reforma; também, como o efeito distributivo da reforma vem pelo *cashback*, e como a introdução de diferenciações – entre elas, as carnes – também mitigou.

Com isso, agradeço ao Senador e fico à disposição para, eventualmente, participar de outros debates e contribuir com essa reforma; em particular, com o *cashback*, que é a figura dos meus sonhos aqui dentro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Rodrigo.

Bem, antes de passar para as considerações finais, vou ler aqui algumas perguntas e comentários. Nas considerações finais, quem puder abordar alguma coisa...

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

André, de São Paulo: "[Existe a possibilidade de o cidadão] utilizar o *cashback* para a [compra] [...] de títulos do Tesouro Direto?".

O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR – Quer que eu responda?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pode responder já direto.

O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR (Para expor.) – Ele vai voltar para a família. Ele pode usar com o que quiser. Só que não tem devolução em título do Tesouro, porque não incide IBS e CBS no título do Tesouro. Ele pode comprar o que ele quiser. Mas a nossa experiência ali é que, normalmente, as pessoas vão comprar os itens de necessidade, vão para o supermercado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Gabriel, de Minas Gerais: "Quais medidas serão tomadas para garantir a equidade na tributação de produtos essenciais, como os da cesta básica [...]?".

Humberto, de São Paulo: "A reforma vai criar [...] [alguns impostos específicos] para os produtos como bebida alcoólica, ultraprocessados, refrigerante e cigarro?".

Gutemberg, do Espírito Santo: "Quais medidas o Senado pretende adotar para que não haja fraudes na modalidade *cashback* [...]?".

Jackson, de Rondônia: "De que maneira a reforma tributária pode influenciar a competitividade do mercado de produtos essenciais e dos programas de *cashback*?".

E alguns comentários.

André, do Rio de Janeiro: "O *cashback* é manter o cidadão refém. Não deveriam existir impostos sobre bens essenciais e seus apoios como transporte e combustíveis".

Ariel, do Distrito Federal: "Pequenas empresas precisam de suporte e incentivos fiscais para evitar falências e promover crescimento econômico em meio a reformas [...]".

José, do Rio Grande do Sul: "A reforma tributária deveria reduzir os impostos. A criação do *cashback* é mais uma exceção no Brasil. [...]".

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar para as considerações, lembro que amanhã, quarta-feira, às 14 horas, vamos debater os impactos da reforma tributária na cultura, no setor de hotelaria, parques de diversões e parques temáticos e, na quinta-feira, de manhã, às 9h, dia 12 de setembro, quinta-feira, vamos discutir como a reforma tributária impactará a saúde e a educação. Nós vamos trabalhar isso.

Bem, vou passar aqui para as considerações finais. Acho que o Eduardo Fleury não está mais aqui. Tudo bem.

Vou, na ordem inversa, Luiz Cláudio.

O SR. LUIZ CLÁUDIO CARVALHO (Para expor.) – Bom, Senador, queria reiterar o agradecimento pelo convite, pela possibilidade de participação e, também, que o *cashback* continua não nos parecendo alternativa viável para o aumento da tributação da carne, incidente sobre a carne.

Hoje – um ponto que eu esqueci, que eu queria mencionar e encerrar –, o Governo Federal não cobra nada de PIS e Cofins, e passará a cobrar CBS, ou seja, o Governo Federal aumenta a sua tributação sobre a carne em relação ao que acontece hoje.

O modelo atual é péssimo? Não há discussões quanto a isso: complexo, injusto, benefícios fiscais... Bom, uma série de distorções. Agora a gente não pode, no meu entender, buscar a simplificação à custa do aumento do imposto sobre comida. Nós estamos falando de comida!

É isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Luiz Cláudio.

Eu passo também para o Gesner fazer suas considerações finais.

O SR. GESNER OLIVEIRA (Para expor.) – Senador, reitero os meus agradecimentos. É realmente um privilégio ouvir este painel e todas as contribuições aqui.

Eu enfatizaria a nossa disposição em trazer evidências – em trazer evidências.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu discuto o *paper*, que foi citado, do Edson Domingues. Acho que ele tem várias hipóteses absolutamente heroicas que não correspondem e que chegam a resultados que não me parecem corresponder à realidade. Acho muito ineficiente você taxar e, depois, devolver. Quando se trata de uma conta, de uma coisa específica, de uma utilidade pública, já tudo cadastrado, é muito mais fácil. Quando se trata de bilhões de transações pulverizadas, é absolutamente ineficiente, mas eu o respeito. Ouvi com muita atenção e admiro o Dr. Rodrigo. Tenho certeza de que a gente, cotejando as várias evidências, vai avançar e trazer elementos para a Comissão.

Eu chamaria muito a atenção para o fato de que, quando você tenta focar, é muito difícil. Nós analisamos e estudamos, por exemplo, o CadÚnico, e, infelizmente, ele está repleto de distorções. Nós encontramos distorções na ordem de 9 milhões de pessoas. Quer dizer, há uma dificuldade muito grande.

Então, basear a tributação e a reforma em uma proposta desse tipo me parece muito ineficaz, muito ineficiente, há alta probabilidade de fraude, quase 100% de probabilidade de fraude. Então, realmente, parece-nos ilusório, mas, de novo, eu acho que nada melhor do que o debate e o cotejo das evidências. Certamente, aqui os painéis, liderados pelo Senador, trouxeram vários elementos muito importantes.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Gesner.

Rodrigo Shuch, Presidente da NEO, para as suas considerações finais.

O SR. RODRIGO SHUCH (Para expor.) – Bom, primeiramente, agradeço-lhe, Senador Izalci, novamente pela oportunidade e o parabenizo pela coragem de trazer um tema tão sensível.

Observando aqui o eslaide do Rodrigo, a cadeia de valor que ele gera ali, toda aquela cadeia que ele desenhou, toda ela tem conectividade. Em todos aqueles itens que estavam desenhados, tem conectividade. Mais uma vez, coloco a importância da conectividade na inclusão digital, que até aqui está excluída, e a gente, de fato, requer isso aí.

Obrigado, Senador.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Rodrigo.

Passo para o Luiz Henrique Barbosa.

O SR. LUIZ HENRIQUE BARBOSA (Para expor.) – Agradeço-lhe, Senador Izalci, pela oportunidade e o parabenizo pela realização desta audiência.

Reforço aqui o pleito de telecom e o apoio às emendas apresentadas. O impacto é basicamente nulo. A gente está falando das classes D e E; 30% da população dessas classes não acessam o serviço essencial para renda. No Brasil, nós temos 20 milhões de brasileiros que precisam de internet para conseguir auferir renda – são GetNinjas, Uber, enfim. Então, é um serviço essencial até para obter renda, e o impacto é nulo. Então, a gente entende que merecem todo o apoio essas emendas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – João Batista Ferreira.

O SR. JOÃO BATISTA FERREIRA DORNELLAS (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Senador, eu vou me ater a uma pergunta que foi feita a respeito de alimento ultraprocessado ter imposto seletivo. Nem a PEC nem o PLP 68 tratam de alimentos ultraprocessados. De fato, a indústria de alimentos não ultraprocessa nada; ela processa na medida necessária para transformar a matéria-prima em alimento industrializado. Essa classificação que criou essa terminologia de ultraprocessado, de fato, vem sendo cada vez mais combatida no mundo inteiro por três razões óbvias.

Primeiro, etapas de processamento ou presença de aditivos alimentares não têm absolutamente nada a ver com a composição nutricional de um alimento. Só para você ter ideia, muita gente fala assim: "Ah, mas tem aditivos". Os aditivos, antes de serem usados pela indústria, são liberados pelo órgão competente do Brasil, a Anvisa – nos Estados Unidos é o FDA; na Europa é o EFSA –, e, antes de ser liberado pela Anvisa, pelo FDA ou pelo EFSA, são liberados pelo OMS, através de um órgão que existe há mais de 70 anos, que é o Jecfa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo ponto: essa classificação é tão ampla que põe no mesmo balaio uma fórmula infantil, um iogurte e uma bala de goma, uma jujuba, por exemplo, e trata todos como se fossem da mesma maneira. De fato, quando você olha a classificação do que chamam de ultraprocessado, seria quase todo produto que passa pela indústria, à exceção daqueles produtos de ingrediente único. O sal, o açúcar, a farinha e o fubá não seriam; o resto todo – praticamente aquilo que você tem na sua geladeira ou que você tem na sua despensa – seria chamado de ultraprocessado. E é uma classificação tão confusa que, se você pergunta para 500 nutricionistas, vai ter 501 respostas diferentes. Agora, eles dizem o seguinte: "São aqueles altos em sódio, açúcar e gordura". Ora, um pastel de feira livre, por mais gostoso que seja, é alto em gordura, é alto em carboidrato, é alto em sódio, e, se você tomar com uma garapa, então, ele é altíssimo em carboidrato.

E o terceiro: ela não tem consenso da comunidade científica internacional.

Então, acho que essa classificação, acertadamente, não entra na PEC e não entrou no PLP 68, de forma que, para comparar, como fez a pergunta aí, se vai haver imposto seletivo para cigarro, álcool e esses alimentos que são chamados de ultraprocessados, é preciso saber.

Eu fiz essa apresentação para o Presidente Lula, e ele ficou impressionado. O que chamam de ultraprocessados são aproximadamente 5,7 mil produtos. Imaginem, todos os pães de forma, todos os iogurtes, todos os requeijões estão ali dentro; e, teoricamente, para quem criou essa classificação, eles fazem mal para a saúde na mesma categoria, todos juntos e da mesma forma.

Então, é uma classificação confusa, controversa e que não encontra respaldo na ciência e na tecnologia de alimentos. Eu volto a dizer: a indústria não ultraprocessa nada; a indústria processa na medida necessária para transformar a matéria-prima em alimento seguro.

Obrigado, Senador, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, João.

Passo para o Marcos Ferrari.

O SR. MARCOS FERRARI (Para expor.) – Bom, Senador, quero só reiterar meus agradecimentos por estar aqui hoje participando desta audiência pública.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei se eu não tinha visto que o senhor chegou depois, mas queria cumprimentar o Deputado Vitor Lippi, que é um líder na Câmara e que defende o nosso setor, e também queria reforçar um ponto.

O Rodrigo apresentou aqui justamente o que eu disse na minha fala, que o *cashback* é uma política focalizada que permite atender exatamente àquela população que nós queremos, que é a de baixa renda. O impacto que nós calculamos é exatamente igual ao do Banco Mundial, ou seja, impacto nulo ao colocar telecomunicações com devolução de 5% da CBS e 20% do IBS. E o mais importante: para essa faixa de renda abaixo de meio salário mínimo, a redução na carga é de meio ponto.

Então, é um impacto muito grande para essa faixa que nós consideramos que vai justamente na linha da inclusão digital, do desenvolvimento econômico, cada vez mais pessoas conectadas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Passo a palavra, agora, para o Ênio Alexandre fazer também as suas considerações.

O SR. ÊNIO ALEXANDRE GOMES BEZERRA DA SILVA (Para expor.) – Gostaria de agradecer, mais uma vez, ao Senador Izalci pela oportunidade de participar desta audiência e a todos os palestrantes. Ajudou muito a compreender, ainda melhor, todas as discussões. Gostaria de agradecer, particularmente, ao Rodrigo Orair, com o qual eu tive a oportunidade de trabalhar na construção desse projeto, e quero parabenizar o Congresso como um todo, o Senado, a Câmara, por essa discussão, pelo amadurecimento desses pontos. Tenho certeza de que o que está sendo feito aqui vai transformar este país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, quero registrar também aqui não a indignação, mas a desconsideração do Giovanni Padilha com a CAE, citado como o grande mentor do Rio Grande do Sul, que foi convidado, não mandou nenhuma resposta e poderia esclarecer um pouco mais da experiência do Rio Grande do Sul.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra, agora, para o Paulo Rabello também fazer as suas considerações.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO (Para expor.) – ... o convite.

Gostaria também de cumprimentar o Deputado Vitor Lippi. Há muito mais gente dedicada a acertar na reforma tributária. Eu queria registrar que o Deputado foi o primeiro a nos procurar no Instituto Atlântico, fizemos uma reunião de tarde inteira; portanto, o Brasil inteiro, de certa forma, além da corajosa equipe do Bernard Appy, estamos todos dedicados a acertar naquilo que é a principal reforma econômica e política do país.

Para isso, Senador – e não me alongando –, eu queria deixar um recado de que não são propriamente supermercados. Ele é um recado que deixa o grande não convidado, porque ele não pode ser convidado. Eu acho até que nem tem uma associação nacional dos consumidores.

O supermercado está aqui representando as centenas de milhares de consumidores que, diariamente, entram no supermercado para fazer uma compra. Os supermercados no Brasil, que são mais de mil entidades, fazem o seu lucro na última linha e, quando conseguem 2% sobre o faturamento, é muito.

Portanto, Gesner, chega a ser bizarro, para nós que entendemos – eu acho que entendíamos um pouco de teoria econômica –, imaginar essa multitude de empresas concorrenciais ao extremo que assim vão ficar, porque existe um *paper* na Europa – aliás, na Europa, a concentração, se se for a Portugal, não passa de quatro grupos, e aí pode ser que seja diferente. Não aqui!

Aqui eu apostaria o meu diploma em como esse repasse é praticamente integral, e será integral, o que diverge da situação da aplicação do *cashback* ao tema alimentos, porque ele não pode ser deduzido da própria conta. E é por isso que fiz a ressalva: apoio tecnicamente a utilização em energia, em água, em telecom, onde quer que a gente tenha uma nota de cobrança mensal e a identificação do indivíduo na faixa de carência, até com nível de consumo de carência, o que diverge completamente de uma senhora entrando no supermercado e comprando um litro de leite. A gente não sabe se ela é rica, se ela é funcionária de uma pessoa que é rica ou se ela está comprando para ela. A confusão é total, multiplicada por 200 milhões de pessoas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma obsessão, quase que médica, da nossa valorosa equipe com esse assunto de *cashback* aplicado para alimentos.

Mostramos aqui, Senador, uma nuvem. Não são cinco ou seis, nem vinte ou trinta. É uma nuvem de ditas exceções. E não são exceções. O nosso sistema é de taxas múltiplas, são seis regimes distintos de IVA. Eles são complexos. Tem a vantagem de que estamos nacionalizando as legislações, o que já é excelente passo. E aí reitero aos senhores o seguinte, muito preocupado com o que disse o Senador Esperidião Amin, quando ele diz que não passa uma alíquota de... Não passa uma reforma, imagina depois de todo esse esforço, porque a alíquota de referência é 28%. Pena que ele não estava, quando apresentamos o argumento, embora rápido... Eu gostaria de reiterar isso depois em outra oportunidade aos senhores... "Ah, alíquota de 28 vai para 29, provavelmente, se não for para 30". Está feita aqui já a profecia, que não é profecia nenhuma. A modal foi dita aqui, já é 34.

Não precisa ser tanto. Nós podemos acomodar todas essas demandas complementares, inclusive as da Abras, porque a principal é que nós temos... Nós não podemos fazer a salsicha pagar 30% de alíquota. Gente, nós enlouquecemos? O consumidor deixa aqui registrado o seu protesto. Não é o supermercado, é o consumidor. Logo a salsicha... Eu vivi comendo salsicha lá em casa o tempo todo, misturada com macarrão, e agora a salsicha vai a 30%, porque ela é ultraprocessada, porque ela é isso, porque ela é aquilo, se não pagar o Seletivo? Nós enlouquecemos como sociedade!

O art. 8º é claro: o direito universal à boa alimentação é zerado neste país. Isso constitui uma revolução que não pode ser abortada neste momento. Agora, nós temos que fazer uma coisa. A valorosa equipe tem que começar a trabalhar em cima da alíquota efetiva, que é 20%. E não a de referência.

Faço aqui uma sugestão prévia. Nós daríamos uma parada no Senado. Não se fala mais de alíquota de referência. A alíquota de referência é a efetiva, em 20%. Dois níveis de redução, inclusive zero; zero e mais um, diferenciados para baixo, e dois níveis referenciados para cima. Inclusive pode eliminar o Imposto Seletivo. A alíquota majorada superior fica como sendo também o IVA, inclusive com a possibilidade de *ad rem*.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, sim, o Senado Federal daria brilhantemente uma solução para esse problema, e o Presidente Lula ia tirar uma onda, dizendo: "Eu reduzi de 28% para 20% essa alíquota". Aliás, não foi ele que reduziu; a realidade já reduziu. Essa alíquota esteve sempre constante em 20% e assim permanecerá.

Brasileiros, temos que ter coragem de concluir esta reforma tributária com alíquota em 20%!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Paulo.

Bem, passo pelas considerações agora o nosso querido Rodrigo Orair. (*Pausa.*)

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP. Para expor.) – Bem, eu quero cumprimentar todos e dizer que é um privilégio ouvir todos esses debates, sabendo que esta é realmente – como foi dito por todos aqui – a mais desafiadora e a mais necessária reforma do ambiente de negócio do Brasil.

Então, nós estamos com uma expectativa muito grande. Não somos nós que falamos, são os investidores internacionais, as empresas internacionais que entendem que esse é o maior e mais grave problema de competitividade deste país.

Então, a gente não consegue competir. Aqui é 20% mais caro de produzir do que nos outros países, 40% mais caro que na China, e nós convivemos com o pior sistema tributário do mundo, que é chamado também de "manicômio tributário". E dizem também que nós nos acostumamos com o inferno, e a gente não vê a hora de poder se livrar desse inferno, que tem prejudicado muito o crescimento econômico e a competitividade do Brasil, tanto é que o Brasil teve a desindustrialização mais rápida do mundo. O Brasil tinha a oitava indústria mais importante do mundo nos anos 80, passou para a nona, passou para a décima, passou para a 11ª, passou para a 12ª, passou para a 13ª, passou para a 14ª, e nós estamos em 15º por enquanto, se não fizermos a reforma tributária daqui a pouco, meu querido Paulo Rabello, Gesner, Orair, da Secretaria Especial, meu queridíssimo Senador Izalci Lucas, sempre muito prestativo, muito precioso nesse tema, e todos vocês que estão ajudando a construir a reforma tributária...

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu participei, desde o começo, dessa questão, porque a gente queria se livrar disso. A gente sabia que ia ser complicado, porque há 30 anos que estão tentando e nunca conseguiram. Se fosse fácil, já teria sido feito. Mas como é que a gente ia fazer isso? Então, a gente foi buscar o IVA, que hoje está em 89% dos países do mundo, em todos os países da Europa e da Ásia... Tem meia dúzia de países do mundo que não têm ainda o IVA, nem o Brasil, nem os Estados Unidos e alguns países desconhecidos da África e tal.

Muito bem. Então, esse era o IVA, e ninguém saiu do IVA até hoje. Então, queremos crer que ele é realmente, hoje, um sistema já, vamos dizer, aceito internacionalmente como um padrão mundial.

E, lógico, fomos ouvir muito, discutir muito, enfim, muita gente fazendo o cálculo para a gente pode acertar nesse grande desafio. E a gente tem disfuncionalidades aqui, no Brasil. Por conta de ser o pior, o 184º pior sistema tributário do mundo, segundo o Banco Mundial, ele tem algumas distorções absurdas. Agora, imagine que, trazendo isso para o Congresso, a gente vai fazer o que a gente quer? Não, a gente vai fazer o que é possível, porque isso tem que ser uma construção coletiva com a Câmara, com o Senado, com os Deputados, com as frentes parlamentares.

Imagine o Brasil, querido Prof. Paulo Rabello, onde nós temos algumas assimetrias muito distantes do resto do mundo. Aqui, por exemplo, uma indústria brasileira, um produto que passa por uma indústria, em média um bem produzido no Brasil tem 40% de imposto, praticamente. O carro tem 43%, peças, etc. O mundo tem 20%. Então, olha que loucura! É lógico que a nossa indústria não vai sobreviver nunca nisso, nós vamos importar cada vez mais coisas, porque é impossível competir nisso.

Bom, além disso, o que acontece? Os serviços, no Brasil, são 12%, e a média do IVA do mundo é 20%. Então, olha só que coisa interessante: a gente tinha serviço com quase metade, e os bens produzidos na nossa indústria com quase o dobro. Então, é verdade, 20% era a alíquota média, mas você consegue falar... Para a indústria, beleza, está mais próximo do mundo se for 27%. Agora, vocês que estão no comércio ou, sei lá, em todos os serviços do Brasil, que é a grande parte, hoje, inclusive, dos empregos, vão pagar o dobro. Tudo bem? Não, não tem tudo bem.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos que construir isso com as frentes parlamentares, com o agro, com a Frente Parlamentar de Comércio e Serviços, e aí o que aconteceu na prática? Isso poderia ser 20%? Se fosse linear, falaria: "Pessoal, vamos combinar o jogo. Todo mundo topa 20%?" "Beleza". Mas não dá para aprovar isso. Não precisamos de dois terços dos votos para mudar a Constituição brasileira com uma emenda constitucional.

Então, o que aconteceu na prática? O que aconteceu na prática? Essa alíquota, que era de 20%, foi subindo devagar. Por quê? Porque a gente foi dando esse redutor de menos 60% em cima de 27% ou de 26,5%. Menos 60% são 12%, é mais ou menos o que hoje os serviços têm. Então, não aumentou para serviços, porque, senão, eles não iam aprovar.

Você acha que o serviço ou o agronegócio iria topar pagar mais do que hoje? Não, não ia. Então, a gente teve que construir isso, até para ficar mais fácil a compreensão, porque o pessoal falava "por que não é 20?". Não é 20 porque não iria ser aprovado nunca 20. Então, ficou bom para a indústria, melhor, obviamente, porque ainda está bem acima da média do mundo; se a média do mundo é 20 e a indústria for para 27, é bem melhor do que 40, melhorou muito. Ainda é alta, mas está mais próxima agora da média do mundo. E os serviços no Brasil vão ficar parecidos com o resto do mundo, porque também eles têm redutores para serviços lá. Então hoje, se é 12, nós vamos ficar com 11, 12, que está mais...

Então, isso foi toda uma construção que, às vezes, quem faz o cálculo em casa, fala "Por que vocês não fizeram isso?". É porque democracia não é assim. Na democracia, a gente conversa, conversa com frente parlamentar, há centenas de reuniões. Vocês não têm ideia do que já foi conversado aqui. Primeiro, as pessoas não queriam nem falar sobre reforma tributária. A gente ia falar para serviço e ouvia "vocês vão acabar com o serviço, vai acabar tudo". Calma, vamos acomodando. E assim foi acomodando, acomodando, e a gente já chegou até aqui. Tem ainda a salsicha, que está fora dessa história, mas a grande maioria das coisas estão muito adequadas, quer dizer, quase ninguém vai pagar mais imposto do que hoje.

A salsicha talvez possa ser uma exceção a ser corrigida, mas, nas outras áreas que a gente está acompanhando, Prof. Paulo Rabello, para os bens do país, os bens produzidos, a indústria vai reduzir e vai chegar mais barato isso. E mais, nós vamos conseguir desonerar investimento, o que hoje a gente não consegue, é o único país do mundo em que não se desonera

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimento, vai incentivar indústrias, empresas a investir, a comprar caminhão, comprar equipamento, comprar máquina, enfim, atualizar o parque industrial brasileiro. Nós vamos acabar com a cumulatividade do Brasil, que hoje é de 8% a 10%, dependendo do setor, inclusive do agro, e nós tivemos que mostrar isso para eles. Todo mundo fala "eu pago 11", "você não paga 11, você está pagando 18, é que você não sabe, não dá para você calcular hoje".

Então foi uma construção de muitas informações, e a gente vai conseguir também corrigir algo que é dramático para o Brasil: o Brasil é o único país do mundo que exporta imposto. Como você tem imposto cumulativo, é o único país do mundo que tem imposto cumulativo, de 8% a 10%, na hora em que o agro vai exportar ou as nossas indústrias, com muita dificuldade, você tem 8% a 10% no produto, isso não existe no mundo. Isso tudo vai ser corrigido, por isso o nosso entusiasmo, mas eu acho que algumas coisas precisam ser ainda adequadas, para que a gente possa livrar o Brasil desse mal e a gente possa ter um nível de crescimento econômico acima da média do mundo, que era onde a gente deveria estar, não abaixo da média do mundo.

A Índia fez essa mesma reforma do IVA em 2017, eles estavam com muitos problemas, tinham um péssimo sistema tributário também, até pela complexidade da Índia. O IVA, nos primeiros dois, três anos, foi meio mal, depois veio a pandemia, ruim; aí passou tudo isso, e o IVA se ajustou lá, modernizou, simplificou. Sabe o que aconteceu? Hoje a Índia tem o maior crescimento do mundo, passou a China.

Portanto, nós estamos no caminho certo, vamos construir juntos, fazer as adequações.

Eu fico muito feliz de estar aqui.

Parabéns, Senador Izalci, e a todos vocês que estão dedicando o seu tempo para entregar a principal e mais importante reforma deste país, que vai recuperar o crescimento econômico, a competitividade, reduzir o custo Brasil, simplificar, acabar com a maior judicialização do mundo.

Nós temos uma judicialização hoje, o nosso contencioso fiscal é de R$7 trilhões, é 70% do PIB, Prof. Paulo Rabello. Sabe qual é a média do mundo? De 1% a 2%. É por isso que o Brasil não cresce. Isso cria uma insegurança total nas empresas, um passivo tributário terrível, e o Governo não recebe esse dinheiro.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, meu querido Rodrigo Orair, tantas pessoas decidiram que esse ia ser o tema a ser enfrentado este ano pelo Congresso, e estou muito feliz, muito privilegiado, porque a Câmara, o Senado e o Governo resolveram colocar isso hoje como principal na pauta econômica do país.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Lippi.

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP) – Estão no caminho certo. Parabéns a todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PL - DF) – Eu tenho que fazer um pouco o contraponto, porque o Lippi tem entusiasmo demais da conta. Eu também sou entusiasmado com esta matéria, até porque também, como Deputados, a gente ficou lá 16 anos discutindo esta matéria, mas, como contador que coloca a mão na massa, a gente sabe que o mundo real tem uns ajustes para fazer. Eu espero que a gente consiga fazer esses ajustes, inclusive atendendo à própria emenda constitucional, que diz – acho que no art. 18 – que precisa encaminhar para esta Casa a questão da previdência, da folha de pagamento, porque 70% do custo de uma prestação de serviço são mão de obra. Então, pagar esse aumento, alguns com 150% de aumento, mais os 25% sobre a folha de pagamento, em que outras coisas incidem, mais imposto de renda, mais patrimônio, mais...

E aí, quando você vê que a reforma administrativa não saiu, quando você vê que 44%... Agora na LOA de 2025, que foi encaminhada para cá, as despesas cresceram 44% em relação a 2022 – as despesas –, e a gente não tem de volta a educação, a saúde e a segurança funcionando. Então, é lógico que você também tem que levar isso em consideração.

Tem 500 mil coisas aqui que são bastante relevantes e importantes, mas precisamos ainda ajustar alguns pontos aqui, viu, Lippi?

E eu vou aproveitar, antes de passar para o Rodrigo fazer as suas considerações, tem uma senhora aqui, a Simone Arede, que é Presidente da Associação Mães Metabólicas, que fazer uma fala rápida.

Pois não, Simone.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE AREDE (Para expor.) – Primeiro, quero agradecer ao senhor por dar a oportunidade de eu falar e pedir desculpas porque eu não consigo falar dessa maneira tão técnica como vocês. Eu vou falar como uma mãe.

Eu tenho um filho que tem uma doença rara, chamada homocistinúria. Depois que a gente descobriu, eu montei a Associação Mães Metabólicas. A gente pega no grupo várias doenças que precisam fazer dieta de proteína. São doenças raras e são bem graves. Os pacientes que não têm a alimentação correta, no mínimo, vão ter uma deficiência intelectual grave e podem ir a óbito. Por isso, eles passam por cegueira, passam por AVC, por trombose, por todas essas coisas.

E o que eu estou fazendo aqui, pedindo para vocês? Como eles não comem proteína, eles fazem uso de uma fórmula que a gente chama de fórmula metabólica. Essas fórmulas aqui no Brasil têm um gosto, um sabor, horrível, o cheiro, tudo é horrível – a gente já fez audiência pública aqui mesmo no Senado, e os Senadores que provaram tiveram essa experiência. E o nosso filho usa isso cinco vezes por dia.

Fora isso, eles usam também uma farinha especial e um macarrão especial para eles, que é com baixo teor de proteína. Nós não temos produção nacional para eles, os alimentos são importados e são muito caros: 1kg da farinha deles custa R$80 reais, então, a maioria das famílias não pode, a maioria dos pacientes tem algum tipo de sequela por causa disso.

Então, a gente conseguiu que a Mara Gabrilli fizesse uma emenda para que se botasse essa farinha e o macarrão deles dentro da reforma, na isenção, para poder ficar mais barato, e a gente está pedindo apoio para que essa emenda da Mara seja aprovada, porque é muito difícil para a gente como mãe.

Eu sou mãe, eu abri mão de tudo; hoje, eu abro mão de tudo para que meu filho tenha acesso a esses alimentos. A gente gasta muito dinheiro para isso, mas eu sei que essa não é a realidade da maioria das pessoas, porque a maioria das pessoas não tem do que abrir mão; elas já não têm nem o básico, quanto mais uma alimentação assim cara.

Apenas eles podem comer legume, verdura e frutas controladamente, é um pouquinho à toa só, não podem comer muito. Então eles ficam com fome. E uma criança com fome, ou um

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adulto, ninguém fica. Se você tem alguma coisa dentro da geladeira ou no armário, você vai lá, vai pegar e vai comer. E é isso que está acontecendo.

No Brasil, quando a gente junta todos os pacientes, a gente não chega a ter 3,5 mil pacientes, no Brasil inteiro. Então, no Brasil inteiro, nós somos um número muito pequeno. E é um número de um paciente com doença rara cujo tratamento é comida. Porque todo mundo, quando fala doença rara, pensa logo na medicação. O nosso não é medicação, o nosso é a comida deles.

Então a gente está pedindo o básico do básico, para que eles consigam ter uma vida melhor, com um pouquinho mais de qualidade de vida, porque é muito difícil você chegar de tarde... eles têm uma cota por dia, tá? Vamos falar da fenilcetonúria, que a maioria conhece, que já está na triagem neonatal já há 20 anos. Um exemplo: um paciente pode comer 400mg de fenilalanina. A gente ouve esse relato das mães constantemente. Aí ela deu, lá de manhã, uma tapioca, que tem muito pouco; na hora do almoço, deu aquele pouquinho de legume e tal, mas ela não tem a alimentação especial. Quando chega de noite, ela já chegou a essa cota dos 400, e o filho está com fome. A gente vê isso muito no nosso grupo, de a mãe falar: "Meu filho está com fome, o que é que eu faço? O que eu vou dar para ele comer?" Porque não tem, não dá. Se você der, você sabe que aquela criança vai não ter uma deficiência intelectual muito grave, porque ele já começou o tratamento desde pequenininho, mas ele vai ter ansiedade, depressão, uma série de coisas assim. Eles ficam com características de autismo, com TDAH, um monte de coisa, porque eles não têm os alimentos que eles precisam para poder ter uma vida boa.

Então é só isso que a gente está pedindo, que a emenda dela seja aceita, para que a gente possa ter esses produtos um pouco mais baratos. A gente está com muito medo, porque essa questão do ultraprocessado, e os alimentos deles praticamente, não sei, eu não entendo muito o que é ultraprocessado, mas eu acho que é, porque não é um alimento natural, não é? Então esse é o nosso medo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Simone.

Bem, vou passar para as considerações finais.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Rodrigo Orair.

O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR (Para expor.) – Senador, posso ver as perguntas dos internautas?

Bom, primeiro cumprimento, agradeço a oportunidade, presto minha solidariedade.

Cumprimento, mais uma vez, o Deputado Lippi, e na pessoa dele, todos os Parlamentares que participaram desse processo. O Deputado Lippi foi um dos primeiros guerreiros lá do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária, no ano passado, mas que desde as outras... E eu acho que é importante o seguinte. Eu trabalhei na Instituição Fiscal Independente, sabe Senador? E acompanhava o debate da reforma tributária no ano de 2018. Foi quando tinha a Emenda Mendes Thame e a PEC do Hauly, 293. Depois ela virou... Aí se foi, 2019, avançou, avançou a 110. Então foi um trabalho muito árduo, de muita gente.

E eu acho que a classe política mostrou que uma ideia abstrata de uma reforma, de uma promessa de crescimento com equidade pode se tornar em algo concreto, politicamente viável, a partir do trabalho e da democracia.

O nosso papel na secretaria é dar subsídios técnicos e um pontapé inicial. Quem tem legitimidade de fazer as escolhas é quem tem voto, são os senhores. E aí nós estamos à disposição para todos os subsídios técnicos.

Deixe-me te dar uma apontadinha, Dr. Paulo. Encaminho os estudos de PIS/Cofins e de ICMS, porque não houve repasse integral, tanto na cesta básica, como também na cesta básica do PIS-Cofins, como também as experiências de ICMS. Mas não quero polemizar aqui, de novo, não. Acho que eu tenho que prestar contas – sou servidor público – para quem merece, para quem eu acho que é importante, que são os internautas que fizeram perguntas.

Então, Gabriel, sobre equidade na tributação de produtos essenciais, como os da cesta básica: a cesta básica está prevista no PLP. Então, têm alíquota zero: arroz, feijão, café, agora as carnes – todos estão lá com alíquota zero. Está previsto esse mecanismo.

Ele pergunta, João Dornellas, sobre a questão do imposto específico. Sim, tem um imposto seletivo, destinado a incidir sobre produtos danosos à saúde e ao meio ambiente. No

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caso dos alimentos, somente bebida alcoólica, cigarro e refrigerante, bebidas açucaradas. No PLP que está hoje não tem previsão de incidência sobre ultraprocessados – o senhor já respondeu, não é?

O Gutemberg, do Espírito Santo: [...] [como se iria garantir que não há fraudes no *cashback]*? O *cashback* não está vindo do nada, não. Existem experiências que estão funcionando. Uma delas é a do Rio Grande do Sul.

Deixe-me pedir desculpas pela ausência do Giovani. O Giovani está no exterior com uma questão familiar, mas pode ter certeza de que ele vem, com o maior prazer. Inclusive, se quiser marcar uma outra alternativa...

Mas lá eles têm um esquema que é um esquema de conta corrente. Eu não vou entrar aqui no tecnicismo, mas é muito mais fácil você, hoje... Ao contrário do que as pessoas dizem, o Cadastro Único das políticas sociais, em particular do Bolsa Família, é um dos programas mais bem focalizados do mundo. Todas as avaliações de política pública mostram isto: é extremamente bem focalizado. O pessoal ao redor do mundo fica abismado. E o *cashback* usa isso, um cadastro bem construído, a despeito... A gente tem que ter orgulho dele. A gente tem um sistema de pagamentos que funciona, um agente financeiro que consegue chegar à população de baixa renda; nós temos um fisco informatizado, que emite notas fiscais eletrônicas; e nós estamos aproveitando todas essas pontes para construir algo viável.

Como é feito lá? Como você sabe a renda da família, a declarada, e você consegue monitorar o consumo, você sabe se está incompatível ou não, e aí você liga um alerta para verificar. Então, tem mecanismos, tanto de controle como também de mitigação de fraudes. E as mitigações de fraudes vão também... Aí tem um tecnicismo que se chama interoperabilidade. Hoje, no Cadastro Único, você consegue cruzar a informação de vários programas sociais, de renda formal, e, agora, de consumo. Então, você consegue bater o liquidificador e descobrir as informações, aquelas que são discrepantes. É muito mais barato do que fiscalizar o sistema tributário, pode ter certeza.

E por fim: "De que maneira a reforma tributária pode influenciar a competitividade do mercado de produtos essenciais e dos programas de *cashback*?" Aqui é o seguinte: o *cashback* tem uma das grandes virtudes, que é justamente o incentivo à formalização. Você incentiva as

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

famílias a irem à boca do caixa, a comprarem com nota e a declararem o CPF. Esse é um incentivo muito importante para combater a concorrência desleal – aquele que vende sem nota ou aquele que vende na informalidade. Então, ele tende a colocar em pé de igualdade quem está... Na alíquota, quem está fraudando, sonegando, *vis-à-vis* àquele que vai dar direito a uma redução de imposto.

Então, uma das grandes virtudes dele também é essa. Ele é um instrumento não só de cidadania fiscal – a família vai lá e pede a nota fiscal, recebe no aplicativo, olha, controla –, mas também é um instrumento de incentivo à formalização, à emissão de notas e de combate à concorrência desleal.

Espero ter respondido a contento, e me coloco à disposição para outros esclarecimentos.

Obrigado, Senador, pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Obrigado, Rodrigo.

Lembrando, então, amanhã, às 14h, nós vamos debater o impacto da reforma na cultura e no setor de hotelaria, parques de diversões e parques temáticos; e, na quinta de manhã, às 9h, vamos discutir o impacto da reforma tributária na saúde e na educação.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 41 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866371469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia onze de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, André Amaral, Jader Barbalho, Giordano, Dr. Hiran, Plínio Valério, Augusta Brito, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Jaques Wagner, Flávio Arns, Rosana Martinelli, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Marcos do Val e Jayme Campos, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Fabiano Contarato, Flavio Azevedo, Wilder Morais, Ciro Nogueira e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 66/2024 - CAE, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Finalidade:** Debater os impactos da reforma tributária na cultura, no setor de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos. **Participantes:** Sra. Daniella Galvão, Mestre em Direito tributário e Advogada do Coletivo 215; Sr. Manoel Linhares, Presidente da Associação Brasileria da Indústria de Hotéis (ABIH); Sr. Murilo Pascoal, Presidente do Sistema Integrado de Parques e Atrações Turísticas (SINDEPAT); Sr. Ricardo Dias, Presidente da Associação Brasileira de Eventos (ABRAFESTA); e Sr. Eduardo Fleury, Economista, Advogado, Mestre e Doutor em Tributação. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5164496192

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/11

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de setembro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater os impactos da reforma tributária na cultura, no setor de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, em atenção ao Requerimento 66, de 2024, da CAE, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso.

Convido, então, para tomar assento à mesa a Sra. Daniella Galvão, mestre em Direito Tributário e advogada do Coletivo 215; Ricardo Dias, Presidente da Associação Brasileira de Eventos (Abrafesta); Manoel Linhares, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis. (*Pausa.*)

Informo também que foi convidada a Sra. Lara Iwanicki, Gerente Sênior de Advocacy da Oceana, que não pôde comparecer a esta audiência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal eCidadania, na internet, no www12.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 061 2211 – 0800 061 2211.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5164496192

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Bem, já passo imediatamente a palavra, então, ao nosso querido Manoel Linhares, que é o nosso Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis.

O SR. MANOEL LINHARES (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos.

Queria cumprimentar esse grande Senador, meu amigo, Izalci, cumprimentar todos que estão participando, que estão nos acompanhando, cumprimentar meu Vice-Presidente, Sérgio Gaspar, da ABIH Nacional, as Sras. e os Srs. Senadores desta Comissão de Assuntos Econômicos e prezados colegas do turismo. Quero cumprimentar meu amigo Senador Izalci Lucas, que está organizando esses importantes debates acerca da reforma tributária aqui no Senado Federal, que permite que os setores possam expor o impacto da reforma tributária, essencial para criarmos uma norma justa e isonômica. Quero também agradecer a todos os Senadores e Senadora desta Comissão. Por fim, agradeço a V. Exas., que nos dão espaço para esse debate democrático, um debate que não trata apenas de números, mas, sim, do futuro do Brasil.

Quero agradecer ao Sr. Senador Izalci pela maneira como o senhor está olhando para essa reforma tributária, dando exemplo para todos os setores. Nossa eterna gratidão.

A reforma tributária vem em um momento crucial; modernização de nosso sistema fiscal, contudo a modernização só será verdadeira se ela não deixar para trás setores estratégicos, como o turismo. Estamos falando de um setor que movimenta 8% do PIB, que emprega milhares de brasileiros e que mantém viva a economia de municípios pequenos – repito: que mantém viva a economia de municípios pequenos, muitas vezes esquecidos pelas grandes políticas públicas.

Senadores e Senadoras, o turismo não está defendendo favores ou privilégios. O turismo pede justiça fiscal. O que o setor defende é uma não oneração ainda maior no setor, o que pedimos é segurança jurídica, é simplificação – é isso que esta reforma tributária defende –, e, para nós, a regra que veio da Câmara dos Deputados não está clara. A nossa regra de tributação diz que haverá um cálculo da alíquota que será uma razão matemática dos impostos pagos entre os anos 2017-2019 divididos pelo faturamento das empresas no ano, ou seja, cálculo

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5164496192

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

totalmente confuso, que poderá dar mais judicialização e que não é transparente para o setor de turismo e evento. Por outro lado, se colocarmos no texto a redução de 60% da alíquota do IBS-CBS, vamos manter uma proximidade com a carga tributária atual e teremos uma definição clara e segura do quanto de IBS e CBS iremos pagar.

Estamos aqui para garantir a segurança jurídica. É apenas isto: soluções simples, claras e previsíveis para toda a sociedade e segurança para o Governo.

O Congresso Nacional já reconheceu a importância estratégica do turismo ao inserir na Emenda Constitucional 132/2023 a possibilidade de regime específico de tributação para hotéis, parques, agências de viagem e alimentação fora do lar. Esta norma dispõe que o turismo tem direito a um tratamento diferenciado e justo. Agora é hora de transformar essa previsão em realidade.

Senhoras e senhores, a matemática não mente. Hoje, Senador Izalci, o turismo brasileiro é tributado em 5% de ISS, em 3,65% de PIS e Cofins, com pouquíssimo crédito de ICMS, PIS e Cofins. Com a nova proposta, na carga já teremos desvantagem, por ser um setor que não tem crédito, porque somos intensivos em geração de emprego e mão de obra, e vamos ter um prejuízo se a regra de cálculo da alíquota ficar para depois.

Não podemos permitir que o Brasil se torne um país em que os próprios brasileiros não conseguem viajar, porque o custo fica inviável. Se não formos competitivos, estaremos exportando ainda mais os nossos turistas para outros países.

Enquanto países como Portugal aplicam um IVA de 6%; a França, 10%, no turismo, estamos propondo uma carga de 28%? Isso não é justo, 28%! Isso é condenar o turismo nacional; é estagnar o empobrecimento. É medida do IVA de 11,5.

Isso significa que, se não fizermos nada, vamos perder para esses mercados. O Brasil precisa ser competitivo.

Como vocês sabem, nós temos um país imenso. Nós temos o Norte, com o Amazonas; Centro-Oeste, com o Pantanal; o Nordeste, com essas belezas de praia; o Sul e o Sudeste, com essas belezas naturais.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5164496192

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somos o primeiro país do mundo, Senador, em belezas naturais. Somos o oitavo em cultura. O que se está precisando é olhar para essa indústria, porque, de cada quatro empregos, um é do turismo.

Tenho certeza de que, se todo governo – municipal, estadual ou o Federal – olhasse para o turismo, tenho certeza de que, no nosso país, não teria ninguém desempregado.

Senadores e Senadoras, o turismo não é luxo. O turismo é desenvolvimento; é geração de emprego.

Entre 2012 e 2023, o setor cresceu 37,4% em ocupação. Em estados como Alagoas, Amapá, esse crescimento ultrapassou a 120%.

Em municípios menores, o turismo é a principal fonte de renda de trabalhadores de baixa escolaridade. É um setor que acolhe os jovens, as mulheres, os trabalhadores informais. Se o turismo não cresce, o Brasil também não cresce.

Portanto, a proposta que trazemos é clara: é a redução de 60% da alíquota do IBS e CBS.

Para o setor de turismo, isso não é uma concessão; é uma estratégia nacional. Deveria ser uma política de Estado, para garantir que o Brasil continue a ser um destino competitivo, um destino desejado. No mercado internacional, uma estratégia para gerar mais emprego, mais renda e mais desenvolvimento social.

É isso que nos prometeram no art. 180 da Constituição Federal. Naquele artigo, há a promessa de que os estados brasileiros iriam promover e incentivar o turismo como fonte...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MANOEL LINHARES – ... de desenvolvimento social e econômico.

O futuro do turismo está na mão desta Casa. O Brasil não pode perder esta oportunidade de ouro.

O que estamos pedindo é o mínimo: é condição justa para competir com o cenário global e segurança jurídica.

Vamos fazer o que é certo para o turismo, para a hotelaria e para o Brasil.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5164496192

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem, Manoel.

Bem, já estão conosco, por videoconferência, a Daniella Galvão, o Ricardo Dias, Eduardo Fleury, Murilo Pascoal e Elizabeth Guedes.

Bem, vou passar a palavra para o Ricardo Dias. Depois a gente retoma aqui.

O SR. RICARDO DIAS (Para expor.) – Senador, antes de mais nada, meu grande agradecimento por participar dessa audiência pública e pela inclusão do setor de eventos, o qual emprega mais de dez milhões, quase dez milhões de profissionais, de forma informal ou formal.

O setor de eventos é um ecossistema, são uns 50 e poucos segmentos: espaços de eventos, bufês, locadoras, audiovisual. É enorme. Muitos bilhões de reais com movimentos econômicos para o país inteiro.

O que a gente entende sobre o setor? Que ele impulsiona. É a força motriz do turismo porque impulsiona toda a cadeia, ele movimenta os hotéis, os aviões, as vans, os restaurantes. Então, em um festival grande, ele está sempre movimentando; em um casamento, ele faz o *destination wedding*, onde ele vai para todos os lugares. Os aniversários... Estamos falando de um milhão de casamentos por ano. Os aniversários, as festas, enfim, os eventos sociais. Então, a gente entende que ele é uma força motriz para o turismo, que acaba lotando os hotéis e impulsionando toda a economia.

Nós representamos 4% do PIB, dez milhões de profissionais invisíveis e visíveis, trabalhando nessa parte dessa legislação, que faz parte de a gente estar enquadrando esses profissionais carregadores, garçons, técnicos de som, floristas, estandes, montadores, etc.. Então, eu acho que o IVA veio muito num momento super favorável, porque hoje a maioria dos nossos segmentos, nossos associados, do setor de eventos como um todo, são simples nacional, e eles têm que passar por uma situação muito mais apropriada. Então, no caso do locador de gerador, quando ele loca o gerador, por exemplo, num evento grande como o Coldplay, ele gasta 60 mil litros de óleo diesel e já tributou. E ele é ou um presumido, no caso, ou ele é uma empresa

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5164496192

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menor como o simples nacional. Então, fica bitributando e gerando uma situação desconfortável para os empreendedores do segmento.

Eu acho que o IVA serve muito para chegar nesse momento. Óbvio que a gente tem uma transição grande. Os nossos empresários precisam entender que vai ser muito benéfico para o segmento, mas eles precisam estar dentro de uma líquida reduzida igual nós temos em outros países, como Dubai, que tem ali o petróleo e que pode transferir para o turismo e trazer uma economia gigantesca para o nosso segmento.

Então, eu acredito... Nós fizemos algumas inclusões das emendas para o evento social, porque o social emprega demais. Quando você vai falar de um artista, quantos eventos vocês fizeram como um *show*? "Ah, nós fizemos tantos *shows*, mas nós fizemos tantos casamentos, tantos eventos corporativos e tudo mais". Aqui a gente pede a inclusão do Cnae do setor social, que não está na nossa reforma.

Então, o social, que tem os aniversários e tudo mais... Os eventos de feiras de negócios já estão, mas o social não está. Então, depois de uma feira de negócios tem um jantar, e esse jantar movimenta toda a cadeia.

Então, é importante ter a inclusão do social e a inclusão dos bufês e dos locadores, porque um bufê vai fazer toda a parte de alimentos e bebidas e todo mundo tem a parte dos pratos, cadeiras, toalhas, locação de equipamentos. Então, é a importância da inclusão desse segmento, desses três segmentos: o social, que não faz parte da cultura, ou melhor, nós realizamos eventos culturais, mas o montador, o carregador, o técnico estão realizando um evento, não um evento cultural. O evento cultural vem depois. Só para a gente entender um pouco da analogia, a montagem dos eventos e a formação de tudo isso vêm dessa parte, desses empregadores que precisam estar nessas empresas, que precisam estar dentro dessa alíquota reduzida.

Então, seria mais ou menos isso que a gente está pleiteando para esses dez milhões de profissionais de eventos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5164496192

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Ricardo.

Eu até convido já o... Manoel tem compromisso agora, tem um voo agora. Eu convido aqui o Gustavo Tavares também para sentar aqui para sua exposição.

Enquanto isso, eu vou passar aqui para a Daniella Galvão também fazer a sua exposição.

A SRA. DANIELLA GALVÃO (Para expor.) – Obrigada. Bem, boa tarde a todos.

Muito obrigada ao Presidente Izalci Lucas. De fato, para nós também da área de artes visuais, que pertencemos ao segmento cultural, é muito importante estar aqui neste momento debatendo este tema.

Aqui eu estou representando o Coletivo 215, que congrega a Associação Brasileira de Arte Contemporânea (Abact), a Associação das Galerias de Arte do Brasil (Agab), a SP–Arte, a ArtRio e galeristas do Brasil inteiro, que são agentes da economia criativa que trabalham com produção cultural e artística e viabilizam o desenvolvimento de artistas e a difusão da cultura brasileira no Brasil e no exterior.

O Coletivo tem acompanhado essa discussão de reforma tributária desde o momento de discussão da emenda constitucional, e nós sempre nos posicionamos no sentido de que a reforma é extremamente importante e com certeza vai beneficiar o Brasil como um todo, porque deve reduzir carga tributária em algumas cadeias. No entanto, temos preocupações quanto ao impacto negativo no setor cultural, e eu vou explicar brevemente.

Historicamente, o setor cultural conta com políticas fiscais para estimular o seu desenvolvimento, em consonância com o art. 215 da Constituição, que garante o quê? O pleno exercício dos direitos culturais, a difusão das manifestações culturais e o acesso à cultura. Pelo viés tributário, como é que isso é colocado em prática? Isso é feito por meio de programas de incentivos fiscais, que têm base em renúncia fiscal – renúncia fiscal de ICMS, renúncia fiscal de ISS – por estados e por municípios. Além disso, existem isenções específicas que beneficiam o setor.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5164496192

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso específico de artes visuais – esse é um tema que não é muito conhecido pelo público –, quando o artista plástico vende uma obra de arte, a saída dessa obra de arte, da pintura, da escultura, é realizada com isenção de ICMS, não tem tributação.

Se a venda é realizada diretamente para quem está adquirindo, para um colecionador, não tem ICMS, ou seja, não tem tributação do consumo. Essa receita vai ser tributada pelo artista, mas vai ser tributada no âmbito do Imposto de Renda. Então a gente está falando de uma operação que é isenta, uma operação de consumo de bem cultural, mas que é isenta. Essa operação é acompanhada. Quando ela é praticada, por exemplo, por uma galeria de arte, existe também o benefício do crédito presumido de ICMS. A obra entra na galeria sem ICMS, porque tem isenção e, na saída, ainda tem crédito presumido.

Com a reforma tributária, esses incentivos fiscais e as isenções estarão extintos. Então nós estamos falando aqui de um segmento que sempre foi beneficiado dentro da lógica de que o Estado incentivará o desenvolvimento da cultura e o acesso à cultura. Então o que acontece? Nós partimos desse pressuposto e estamos aqui encarando essa reforma tributária, e a gente vai, então, verificar quais são as possibilidades.

Eu gostaria só de um auxílio aqui para avançar, porque eu vou demonstrar.

A emenda constitucional, quando tratou do setor de produção cultural e artística, disse que a lei complementar poderá prever os regimes diferenciados para assegurar o quê? A aplicação de alíquota reduzida, ou seja, operações beneficiadas com redução de 60% dentre as relativas a determinados bens e serviços. É isso que está na emenda constitucional que foi aprovada nesta Casa.

Pois bem, na regulamentação – e aí eu peço a gentileza só de ir para o eslaide seguinte –, quando o PLP 68 trata do regime diferenciado, o art. 134 limita. Ou seja, não está sendo dado integral cumprimento ao art. 9º da emenda constitucional, que trata o quê? De bens e serviços. Acontece que o art. 134, que trata do regime diferenciado para produções culturais e artísticas, só alcança o quê? Fornecimento dos serviços e licenciamento, ou cessão de direitos relacionados no Anexo X. Então você tem uma diminuição, restringiu, não alcança operações com bens. E o rol de serviços também é muito restrito.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5164496192

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se puder avançar.

Eu só queria que vocês olhassem, por isso que eu estou trazendo esse material, para entender que somente 11 serviços classificados naqueles códigos estão compreendidos. Essa restrição que vem no Anexo X, no fundo, traz uma ineficácia normativa.

O que é a eficácia da norma? Existe uma previsão na norma, e a eficácia é o efeito concreto dessa norma na realidade. O que a gente espera com o regime diferenciado? É que concretamente as produções culturais e artísticas sejam beneficiadas com uma redução de alíquota. Aqui eu tenho o quê? Serviços de autores, dentre os quais escultores, pintores. Aí eu pergunto a vocês: quando se compra uma obra de arte, está se comprando um serviço? Não, compra-se um bem.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELLA GALVÃO – Então você compra um quadro...

Eu tenho que concluir por aqui a minha exposição?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DANIELLA GALVÃO – Muito bem.

Então o que você compra é uma operação de compra e venda. Especialmente no campo de artes visuais, são essas as operações que devem ser contempladas. E isso não está contemplado na atual redação do art. 134 e muito menos no Anexo X.

Aliás, eu gostaria de complementar. O colega Ricardo mencionou a questão dos eventos culturais. Esses serviços são os únicos que são previstos no anexo. Se a gente pegar um outro setor, como, por exemplo, o de produção de teatro, são esses serviços destinados à produção teatral, só que a produção teatral, se a gente olhar os serviços, consome muito mais serviços que não estão previstos. Na produção teatral, você tem serviço de cenografia, de montagem do... enfim, cenografia, figurino, montagem e desmontagem de equipamentos, sonorização, iluminação...

(*Soa a campainha.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5164496192

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELLA GALVÃO – ... e nada está previsto no anexo. Então, o fato é: nós estamos aqui diante de uma regra que vai trazer uma ineficácia normativa. Ela não garante que, para o setor cultural e artístico, sejam, efetivamente, asseguradas as reduções de alíquota. E, mais que isso, o texto não garante alíquota reduzida para os ingressos.

O que acontece, por exemplo – eu gostaria só que avançasse –, no caso das atividades desportivas, eu trago o art. 136, esses aqui são os licenciamentos e os direitos, mas enfim... Eu vou só avançar mais um pouquinho. Oque está fora? Bem, o art. 136: para as atividades desportivas, por exemplo, está prevista a redução...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELLA GALVÃO – ... inclusive de venda de ingressos. O que está fora? Bens tangíveis, serviços não contemplados no Anexo X e outras operações.

Então, nós solicitamos, pleiteamos a esta Casa, ao Senado, que faça as alterações necessárias no art. 134 para assegurar a aplicação do regime diferenciado ao setor de produção artística e cultural, retomando os termos do que está previsto no art. 9º da emenda constitucional.

Obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Tem a emenda já?

A SRA. DANIELLA GALVÃO – Temos uma emenda e encaminharemos ao grupo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem.

Bem, o Eduardo Fleury está por videoconferência.

Eduardo. (*Pausa.*)

Está sem som.

O.k.

O SR. EDUARDO FLEURY (Para expor. *Por videoconferência.*) – Estão me ouvindo?

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5164496192

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está bom.

O SR. EDUARDO FLEURY (*Por videoconferência.*) – Estão me ouvindo agora?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim, estamos ouvindo.

O SR. EDUARDO FLEURY (*Por videoconferência.*) – O.k.

Bom, mais uma vez, obrigado pelo convite feito pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Eu cumprimento o Senador Izalci Lucas pelo dia de hoje. É uma honra para mim estar aqui. Cumprimentando o Senador Izalci, eu cumprimento todos os demais Senadores presentes na Casa, os demais Deputados que eventualmente estejam também presentes e os demais membros do painel que a gente está apresentando hoje.

Hoje, a gente vai falar sobre o setor de turismo.

Eu precisaria que me habilitassem aqui a fazer a apresentação. Eu não posso dividir a minha tela, eu preciso me habilitar.

Então, nós vamos falar sobre o setor de turismo, especialmente sobre hotéis, parques e *resorts*.

Eu ainda não consigo habilitar a minha tela aqui.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k. Estão ajustando aqui.

O SR. EDUARDO FLEURY (*Por videoconferência.*) – Está bom.

O que acontece, cabe a gente lembrar, é que o setor de turismo – hotéis, parques e *resorts*, – foi incluído no regime específico, e tem uma razão para isso. O regime específico foi criado com a ideia de que a gente deveria ter... Em alguns setores, em alguns tipos de serviços ou fornecimentos, o IVA não funciona, digamos assim, perfeitamente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5164496192

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está liberado, aí, Eduardo.

O SR. EDUARDO FLEURY (*Por videoconferência.*) – Obrigado.

Então foi colocado no setor específico porque o IVA não funcionaria muito bem. E, no caso do setor de turismo, qual é o problema do IVA aplicado ao setor de turismo? O problema que é enfrentado por todos os países do mundo é a questão da tributação no destino. A regra geral de um IVA, de um imposto sobre o valor adicionado, do nosso IBS, CBS, é a tributação no destino. O que significa isso? Quando estou vendendo uma mercadoria para, por exemplo, a França, o consumidor francês que vai comprar o produto é que vai pagar o imposto, porque quando a gente exporta, a gente livra de imposto totalmente, quer dizer, o Brasil fica sem imposto, mas o consumidor que está lá na França, por exemplo, que compra esse produto do Brasil, ele vai pagar o imposto de acordo com a alíquota da França, no caso é 20%. Então, ele vai pagar aquele imposto com base na alíquota de 20% e ele não vai fazer distinção se ele vai comprar esse produto da França, se ele vai comprar o produto dentro da França, se ele vai comprar do Brasil, se ele vai comprar da Espanha, da Argentina, por quê? Porque ele sempre vai pagar os 20%. E aí você evita o que a gente chama de guerra fiscal.

Então é esse o objetivo do princípio do destino quando a gente está falando do quê? A gente está falando de uma relação internacional.

No caso dos serviços de hotelaria, parques e *resorts*, o nosso problema é que o IVA não funciona bem, e todos os países adotam o que a gente chama de tributação na origem. Então, se eu tenho aqui um turista que vem ao Brasil se hospedar num hotel, por exemplo, ou acessar algum parque de diversão, ele terá que pagar o imposto para o Brasil. Por que isso ocorre? Simplificando um pouco para a gente colocar...

Deixem-me só mexer aqui... (*Pausa.*)

Simplificando um pouco, a questão que aparece é que é muito difícil você identificar se aquela pessoa que está se hospedando num hotel é uma pessoa residente no exterior ou não. Não importa se ele for estrangeiro, precisa saber se ele é residente no exterior ou não para aplicar a chamada ou o que seria isenção na exportação. Então, na prática, todos os países

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5164496192

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cobram imposto. E aí aquele consumidor lá na França, quando ele vai olhar onde ele vai fazer o turismo, ele vai olhar não só a alíquota que tem na França, como também a alíquota que vai ter no Brasil, ou a alíquota que vai ter na Argentina, ou a alíquota que vai ter em Madri. Quando ele tiver que escolher o setor, o local para viajar, ele vai analisar o preço, obviamente, as preferências, e dentro do preço está embutido o imposto. Então, obviamente, isso vai influenciar a decisão dele. E aí é que surge a chamada tributação na origem. Então, os hotéis, parques e *resorts* vão pagar imposto hoje para o Brasil, mesmo que o turista seja um turista estrangeiro.

Isso é uma regra que não é só para o Brasil, não; vale em todo lugar do mundo. E ela afeta duplamente o setor de turismo, não só porque o estrangeiro pode resolver não vir para cá, em função de uma alíquota mais alta, mas pelo inverso, ou seja, o turista brasileiro, ao fazer a escolha, se você tem um imposto mais barato em outro país, ele pode ir para outro país e não ficar no Brasil. Então, no final do dia, você afeta não só a demanda de estrangeiros para visitar o país, mas também a demanda de residentes brasileiros por destinos nacionais. Eles podem optar por irem para outro país.

Essa característica de tributação na origem gera aquilo que nós chamamos de guerra fiscal, que funciona semelhantemente ao que a gente tinha na guerra fiscal do ICMS. E o resultado é que, dos 32 países que nós pegamos, e a maioria é da OCDE e europeus, nós temos 28 países com alíquotas reduzidas para o setor; desses 28 países que têm alíquota reduzida, 20 têm alíquotas inferiores a 50% da alíquota padrão, e a média aritmética desses países é de 10,3. E só para lembrar o exemplo que eu dei, da França, até agora, a alíquota padrão lá é 20%, mas a alíquota para o turismo é de 10%.

Então, veja, a gente tem uma razão, uma razão técnica, uma razão técnica do IVA, para tratar o setor de turismo, digamos assim, com um regime específico. Então, isso tem razão e o Governo reconheceu, colocou na emenda constitucional e também colocou no PLP.

Agora, como é que ele vai determinar a alíquota?

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO FLEURY – Esse é um probleminha que a gente enfrentou. Eu tenho feito diversos cálculos, não só para esse setor, mas para diversos setores que estão no regime

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5164496192

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

específico. E, nesse regime específico, como calcular essa alíquota? Não é fácil. Ela é uma determinação muito complexa. Alíquota significa o quanto pagar, e o quanto pagar tem que estar claramente determinado pela lei. Lembrando que os serviços de hotéis, parques e também de *resorts* são serviços que não incluem alimentação. Portanto, um restaurante, dentro do hotel, estaria sendo tributado pelo regime específico de restaurante. Somente aquela refeição, aqueles alimentos fornecidos pelos hotéis e que estão incluídos nas diárias ou eventualmente no *ticket* do parque de diversão é que poderão ser tributados por esse regime específico. Os demais fornecimentos de alimentação serão tributados pelo regime de restaurantes.

Então, olhando aqui, como é que eles falam? "Olha, vamos calcular essa alíquota com base numa carga tributária equivalente." E como é que eles chegam a isso? Eles falam assim: "Ó, peguem essa carga tributária [que nós vamos ver daqui a pouco como é calculada] e dividam pela receita do estabelecimento". Agora, eu pergunto: que receita? Receita bruta? Receita líquida? Intuitivamente a gente pode dizer: olhe, o novo sistema é pela receita líquida, não é? O IBS vai ser sobre a receita líquida, mas a gente está falando de lei, a gente tem que ter essa definição na lei. Então, a gente já tem o primeiro probleminha que a gente enfrenta para fazer esse cálculo.

O segundo problema vem desse cálculo da carga tributária, que você vai dividir pela receita do estabelecimento. Como é composta essa carga tributária? Ela é composta por dois elementos: um, o imposto que você paga quando você está fornecendo o serviço de hotelaria ou de *resorts*, ou de parques, então, o imposto incidente nessa operação. Para começar, a redação aqui já está errada, a gente precisa corrigir isso. Não tem incidência de ICMS hoje em dia nos serviços de hotéis.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO FLEURY – Nos serviços de hotéis, pode ser que no restaurante do hotel tenha, mas não no serviço de hotelaria. Hoje, sobre as diárias de hotéis, se paga somente ISS. A gente chama a atenção para isso aqui. Então, você vai calcular o ISS e o Pis/Cofins incidente sobre a venda do serviço.

E o segundo elemento da carga tributária é o elemento daquele imposto que foi faturado pelo fornecedor dos hotéis, dos parques e dos *resorts* e que não foi utilizado como crédito por

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5164496192

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas empresas. Então, ele fala assim: "Olha, vamos pegar [aí, sim] esse ICMS, ISS, IPI, PIS/Cofins, etc., incidentes direta ou indiretamente". Quer dizer, isso já cria uma dificuldade bastante grande.

Eu vou precisar de um pouquinho mais de tempo – viu, pessoal? –, porque realmente essa é uma questão um pouco mais complexa.

Então, o que a gente tem aqui é esse incidente direta e indiretamente... É uma dúvida: o que é direta e o que é indiretamente?

Então a gente tem uma dificuldade – digamos assim –, muito grande para conseguir definir e fazer os cálculos. Apesar de tudo, pegamos e utilizamos os dados do IBGE para 2017, 2018 e 2019, excluímos o fornecimento de alimentação cobrado em separado e fizemos o cálculo de como seria a alíquota do IBS e da CBS se você fosse utilizar um cálculo em que a gente fez uma série de estimativas... uma série de estimativas, não, uma série de pressupostos, de hipóteses que tivemos que fazer para poder chegar a esse cálculo. Então veja o quanto isso é bastante complicado.

Então a gente chegou a uma alíquota de 11,40% se eu dividir a carga tributária pela receita bruta; se eu dividir a carga tributária pela receita líquida, a alíquota seria de 12,20%. Mas, repito, esse formato é muito complicado. Eu digo a vocês que seria muito mais tranquilo se a gente utilizasse uma redução da alíquota-padrão, do que utilizar essa redação. Essa redação dá oportunidade de você ter diversas interpretações.

Então eu chamo a atenção, por exemplo, para que hoje a alíquota reduzida em 60% já está em 11,2%, porque a alíquota projetada seria de 28%. Então, ao utilizar a alíquota reduzida em 60%, não só estaríamos muito próximo da carga tributária aqui calculada, mas também estaríamos atendendo outro ponto, que é o "defeito" – que a gente fala, entre aspas – do IVA sobre o setor de turismo. A gente estaria sendo competitivo, porque infelizmente a gente tem uma guerra fiscal no setor de turismo. A gente demonstrou, inclusive eu deixo disponíveis aqui as tabelas para vocês verem, as alíquotas que são utilizadas pelos demais países. Mesmo países que não têm redução, às vezes já têm uma alíquota mais baixa, a alíquota-padrão deles já é mais baixa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5164496192

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, veja, claramente, o centro da disputa é uma alíquota que vai entre 10%, a média aritmética a que nós chegamos é de 10,5%. Então, veja, é necessário que se dê um tratamento, digamos, equiparado para fim de você poder competir com esses demais países. Repito, é uma "falha" – digamos assim, entre aspas – que o IVA não funcione igualmente para os demais produtos e serviços. Então, por isso que a gente alega que seria interessante a gente trabalhar com uma alíquota reduzida em 60%, porque está muito próxima da carga tributária que a gente já tem hoje.

Muito obrigado, mais uma vez, pela oportunidade. Espero ter esclarecido os pontos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Passo a palavra agora ao Murilo Pascoal, também virtualmente, por videoconferência. O Murilo está...

O SR. MURILO PASCOAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Boa tarde, Sr. Presidente. Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim.

O SR. MURILO PASCOAL (*Por videoconferência*.) – Boa tarde, Sr. Senador Izalci. Muito obrigado pelo convite, pela oportunidade de estar aqui presente com os senhores. Cumprimento os senhores, demais Senadores e Deputados. Agradeço a oportunidade de estar discutindo esse assunto tão importante.

Agradeço à pessoa que falou antes de mim, o Fleury – Eduardo Fleury. Acho que explicou muito bem e em muitos detalhes a importância do nosso pleito aqui, Senador, que é essa alíquota de 60% de redução que, a princípio, parece uma redução de 60%, mas não é uma redução do ponto de vista efetivo, e, sim, apenas uma forma de a gente atender o que foi lá atrás considerado e combinado no início da reforma tributária, que era a gente ter esse equilíbrio.

E o Fleury é um especialista de altíssimo padrão, de altíssima qualidade. Acho que as informações que ele trouxe são muito importantes. Ele fez esse estudo para a gente por muito tempo. Então, o que eu queria ressaltar desse estudo é a consequência para a nossa economia do turismo, Senador.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5164496192

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A economia do turismo no Brasil e no mundo é cada vez mais importante, mais relevante. Vários países têm investido, como a gente tem visto. Países ali do Oriente Médio, onde tem muito petróleo, com a perspectiva de o petróleo acabar, têm investido muito em turismo e têm visto resultado. E outros países do mundo inteiro têm investido. O Brasil, infelizmente, ainda fica atrás nesse sentido, mas, mesmo assim, nós temos uma... O turismo representa 8% do PIB nacional, do PIB brasileiro, mas o Brasil recebe somente 6 milhões de visitantes internacionais por ano. Para a gente ter uma referência, o país que recebe mais visitantes é a França, com 100 milhões, e o México, que é um país mais ou menos do nosso tamanho, recebe mais de 40 milhões de visitantes por ano, Senador.

E, quando o Fleury fala dessa questão da competitividade e da questão tarifária que a gente teria com essa reforma, a gente teria uma grande desvantagem tarifária e uma grande dificuldade para competir com os outros países e para conseguir crescer. Apesar de outras dificuldades todas que nós temos, que nós sabemos, no Brasil, que são outros desafios, a gente conseguir fazer o turismo crescer com essa dificuldade seria como uma bola de ferro amarrada no pé para a gente correr essa corrida com os outros países.

Acho que isto é o ponto central aqui da minha fala: a importância de o país não criar essa dificuldade para o desenvolvimento do turismo. A decisão do turista é muito rápida e muito fácil. Muito diferente de uma importação, em que tem um processo relativamente longo de pesquisa, de pesquisa de empresas, de compra, de transporte, no turismo, você decide ir de um lugar para outro com muita facilidade – e, hoje em dia, com todos os meios *online*. Nós temos essa característica que também deixa o tema ainda mais volátil, com o que é ainda mais rápida uma decisão. Isso vale tanto para os turistas internacionais, que não vêm para o Brasil ou que vêm pouco para o Brasil ainda, infelizmente, quanto para os turistas brasileiros, que, quando fazem comparação de preço com destinos internacionais, muitas vezes, a condição é melhor. E, se tiver uma condição tributária ainda pior para as operações nacionais, essa distância vai aumentar. O que acontece é que o nosso turista brasileiro vai para o exterior, vai levar recursos brasileiros para o exterior. Isso só traz uma desvantagem para a balança comercial brasileira. Então, eu queria ressaltar esse ponto, que acho que é o ponto principal, e reforçar a importância da redução da alíquota em 60% para ficar adequado com o que a gente tem e ficar mais simples do que o que está na redação atual.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5164496192

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso. Não gastei meu tempo todo. Vou emprestar um pouco de tempo para o Fleury.

Muito obrigado mais uma vez pela atenção, Senador, e obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Vou passar a palavra agora ao Gustavo Tavares, representante aqui das agências de turismo.

O SR. GUSTAVO TAVARES (Para expor.) – Boa tarde, Senador Izalci Lucas, boa tarde a todos. Primeiramente, queria agradecer ao Senador por franquear a palavra ao nosso setor de agenciamento turístico.

Hoje eu tenho a honra de representar aqui as entidades do setor, que são a Associação Brasileira de Agências de Viagens, a Abav Nacional; a Associação Brasileira de Agências de Viagens Corporativas, que é a Abracorp; a Associação Brasileira das Operadoras de Turismo, a Braztoa; e a Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos, que é a Clia Brasil.

Senador Izalci, em primeiro lugar, gostaríamos de reforçar que as agências de turismo reforçam o pleito de todo o setor de turismo quanto à necessidade de manutenção da carga tributária. Como os expositores que me antecederam aqui falaram, se a gente tiver o risco de um aumento de carga tributária, isso significará exportação de turistas, porque isso certamente impactará o preço, e o Brasil vai perder competitividade com outros destinos. Isso sem contar na perda de empregos e de renda. Tem cidades, do Nordeste principalmente, que mais de 70% da população ocupada está ocupada no turismo. Então, se os destinos deixam de ser frequentados, isso impactará certamente no emprego e na renda dessas pessoas e também no desenvolvimento regional desses locais.

O agenciamento turístico é um elo fundamental da cadeia turística porque conecta a demanda por serviços turísticos com a oferta desses serviços. Então, apenas a título de exemplo, no caso da aviação, 60% dos bilhetes aéreos são comercializados por meio das agências. Dos bilhetes internacionais, isso vai para 80%. No caso da hospedagem, mais de 50% das reservas são feitas por meio das agências de turismo. Dos cruzeiros marítimos então esse número é maior: 80% dos cruzeiros são comercializados pelas agências. Além disso, as agências de viagens têm o papel de tornar o turismo mais acessível, por exemplo vendendo passagens

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5164496192

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que as pessoas podem dividir em até dez vezes, seja por meio do cartão de crédito, seja por boleto bancário. Então, se não fosse isso, muitas famílias jamais teriam acesso ao turismo, mesmo porque 70% dos pacotes de viagens são comercializados para famílias das classes C, D e E. Então, as agências têm esse papel de popularizar também o turismo e as viagens.

Por isso mesmo que o Senado, reconhecendo a importância das agências de viagens, incluiu as agências no regime específico da reforma tributária. Quando o texto saiu da Câmara, no ano passado, na PEC 45, as agências não estavam contempladas pelo regime específico de tributação. O Senado Federal fez essa correção de rumo e incluiu também as agências. Ocorre que o projeto de regulamentação da reforma tributária, o PLP 68, cometeu um equívoco ao separar as passagens aéreas dos demais serviços intermediados pelas agências. Pelo texto do projeto, lá no art. 288, as passagens aéreas são tratadas como venda pelas agências de viagens; então, são tributadas assim como as companhias aéreas são, tendo as mesmas regras da base de cálculo, com alíquotas aplicáveis também. Acontece que as agências de viagens não vendem passagens aéreas, assim como não vendem reservas de hotel; as agências de viagens apenas intermedeiam esses serviços. Elas não vendem diretamente, elas fazem apenas a intermediação.

Por isso, a nossa sugestão em relação a esse tópico específico da intermediação é que seja suprimido o art. 288, com o devido ajuste no art. 289, para que todos os serviços intermediados pelas agências de viagem sejam tratados como intermediação de fato. Inclusive, esse objetivo já é alcançado pelas emendas apresentadas até o momento, que já são oito: são as Emendas 50, 216, 367, 372, 802, 986, 1.121 e 1.195.

Existem outros ajustes de natureza técnica que nós entendemos que aprimorariam a redação do texto, como a conceituação devida do local de destino, para que o local de destino seja o local do adquirente do pacote ou de qualquer serviço – isso vale não apenas para os serviços turísticos, mas para todos –, para que fique claro qual é o conceito de local de destino, já que isso vai impactar todo o sistema tributário; é uma das bases que a tributação será da origem para o destino.

Um outro ponto que nós defendemos é que haja um esclarecimento de que as agências de viagens não podem ser enquadradas como plataformas digitais, porque nós não temos controle sobre o serviço que o hotel vai prestar, o serviço que a companhia aérea vai prestar,

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5164496192

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

então, por isso seria interessante para nós que houvesse expressamente o esclarecimento de que nós não somos considerados plataformas digitais. Mas esses outros temas nós vamos endereçar devidamente para o gabinete do Relator e também ao grupo de trabalho como um todo, para consideração.

Por fim, aproveitando...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUSTAVO TAVARES – Emendas, exato; para os outros temas também temos emendas.

E, por fim, quero reforçar o que já foi exposto pelos convidados anteriores a respeito da manutenção da carga tributária, que, como o Fleury apresentou, não é uma questão de redução, não é um benefício, e o Murilo falou a mesma coisa: a redução em 60% serve para manter a carga tributária atual, que é justamente o que foi apresentado pelo Fleury em seu estudo. Nós entendemos também que isso seria a maneira mais adequada de manter a carga tributária atual – e que isso seja previsto expressamente no texto, não que fique como uma intenção genérica, como está colocado agora, passível de muitas interpretações. Isso também já está contemplado, inclusive, numa emenda de autoria do Senador Izalci, que é a Emenda 719, e há outras emendas no mesmo sentido.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem.

Não vão bater palmas para ele, não, pessoal? (*Palmas.*)

Vou passar para as considerações finais aqui.

Acho que a Daniella quer fazer algumas ponderações, então, para as suas considerações finais, Daniella.

A SRA. DANIELLA GALVÃO (Para expor.) – Muito obrigada, Presidente.

É oportuno verificar que os nossos colegas aqui de mesa mencionaram o quê? Que querem manter o mesmo nível de tributação. No caso do setor cultural e artístico e de artes

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5164496192

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

visuais, nós já estamos considerando que haverá aumento da carga tributária. De acordo com algumas simulações que nós fizemos, no caso de compra e venda de obras de arte por galerias para venda a consumidor final, o aumento será de cerca de 83%. No caso de intermediação, em que a galeria só fica com parte do valor, o aumento é ainda maior, por quê? Porque a venda é realizada hoje com isenção. Então, a gente sai de uma situação de isenção para uma situação de tributação com alíquota reduzida.

Os nossos colegas também mencionaram alguns países que adotam tributação reduzida. No caso de serviços culturais e artísticos, existe um trabalho, feito pela Ernst & Young, que mapeou o IVA em diversos países: cerca de 12 países têm isenção para esses serviços, isenção de IVA, ou, se não, alíquota reduzida. Na França, no Reino Unido, na Bélgica, na Alemanha, a alíquota varia de 5% a 8%. E por que é tão baixa a alíquota?

No ano passado, eu tive a possibilidade de discutir aqui essa questão do impacto da reforma para o setor cultural. E o Secretário Bernard Appy disse que o impacto negativo seria minimizado em razão do princípio da neutralidade, assegurando a regra da não cumulatividade. Só que na regra da não cumulatividade, o uso de crédito, faz sentido dentro de um processo de uma cadeia de consumo complexa, em que existem transações sequenciais, em que existem cobrança de imposto e crédito de imposto. Só que no setor cultural e artístico isso não se observa, ou seja, essa lógica não se aplica a esse setor.

Quando é realizada uma obra e a venda, a venda é praticamente direta: o artista pinta o quadro, o escultor faz a escultura e existe a venda. Mesmo numa produção, por exemplo, teatral, um espetáculo, uma exibição, existe a produção e é realizado o consumo direto. Mediante o quê? Compra de ingresso – não existe uma cadeia extensa. Por conta disso, esses países preveem isenção e alíquotas reduzidas.

É com base nisso que a gente quer, então, o quê? Que o Senado reveja a disposição do art. 134, para que se assegure efetivamente uma redução ampla da alíquota do IBS e da CBS para o setor cultural e artístico, que contemple operações com bens, que contemple os ingressos a esses eventos culturais, porque isso também está fora, de forma a assegurar o acesso à cultura. Caso contrário, haverá aumento da carga tributária – isso nós já estamos considerando –, as produções culturais e artísticas sofrerão com o aumento da tributação, e isso

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5164496192

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai ser repassado para o consumidor final, para quem consome arte, para quem consome cultura.

Então, deixo aqui, enfim, essas minhas considerações, estou à disposição para quem queira conversar a respeito. Os nossos materiais também já foram compartilhados com os grupos de trabalho. Nós temos uma emenda em andamento. E agradeço novamente ao Senador pela oportunidade de participar aqui na audiência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Bem, tem algumas perguntas aqui que eu vou, na medida do possível, responder.

A Giulia, de Rondônia: "Quais os impactos [esperados] da unificação dos tributos sobre o preço final do serviço oferecido por hotéis e parques temáticos?".

O impacto foi apresentado aqui, e o objetivo é exatamente reduzir esse impacto, para que haja neutralidade, para que haja pelo menos a manutenção dos impostos atuais, mas, se não forem aceitas as modificações, haverá com certeza impacto muito grande.

Thaynara, de Minas Gerais: "A simplificação tributária [...] [beneficiará] os setores de cultura e entretenimento ou o aumento dos impostos [...] [deverá] inibir investimento e consumo?".

Da mesma forma que foi dita aqui, se não houver mudança, evidentemente que haverá impacto no preço e, com certeza, isso acaba inibindo investimento e consumo.

Gustavo, do Pará: "Como a reforma tributária poderá incentivar práticas econômicas sustentáveis no setor de turismo?".

Para incentivar, para ter competitividade com os outros países, é preciso manter uma carga compatível.

Atila, de São Paulo: "[...] [É possível] esperar algum benefício fiscal para o setor de hospedagem [com essa reforma tributária]?".

É o que está se propondo aqui, de fazer algumas alterações.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5164496192

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jackson, de Rondônia: "Quais os potenciais desafios para os setores de cultura e entretenimento na adaptação do novo regime tributário?".

Também foi explicado aqui nessa audiência.

O Otávio, do Rio Grande do Sul: "A Lei Kandir será revista na reforma tributária? A tributação de bens e serviços será minimamente equalizada?".

Esperamos que sim, mas a área de serviço está tendo realmente uma carga bastante significativa, e é por isso que nós estamos aqui ouvindo todos os segmentos para ver o impacto de cada um.

Daniel, do Ceará, pergunta se os impactos se estendem a produtoras e a distribuidores de conteúdo audiovisual; em caso afirmativo, qual impacto esperado para esse setor. Haverá impacto, com certeza. Estas audiências são exatamente para esclarecer, para que todos os Senadores saibam o que está acontecendo para tomar uma decisão de acatar ou não as emendas apresentadas.

Isabel, da Paraíba: "Quais são as principais preocupações que os especialistas têm em relação à aplicação [...] dos novos impostos previstos para os setores?". A preocupação é que não haja aumento de carga, que já está muito alta.

Gabriel, de São Paulo: "Como a reforma tributária proposta [...] afetará a competitividade e a sustentabilidade financeira dos pequenos e médios negócios nos setores [...] [em questão]?". Haverá algum impacto. É evidente que a reforma mantém o Simples, então as pequenas empresas poderão sofrer problemas de competitividade em função do crédito, mas será mantido o Sistema Simples normal.

Daniel, de Minas Gerais: "A reforma irá acabar com os financiamentos de projetos culturais [...] [que substituem as contribuições] de ISS e ICMS? Qual o impacto disso na cultura?". Foi colocado isso aqui. Hoje há muitos incentivos que a reforma não está contemplando. Por isso a demanda aqui de fazer as mudanças na reforma.

Bernardo, do Rio Grande do Sul: "[Diversas] entidades culturais fundamentais para a cultura brasileira têm dependido das isenções fiscais. [...] [Esse incentivo permanece com a

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5164496192

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reforma]?. A maioria, pelo que está no texto, não; a expectativa é que haja sensibilidade para que haja a manutenção do incentivo.

Thais, do Rio de Janeiro: "[...] [Qual será o] impacto da reforma sobre o mercado de trabalho no setor cultural, especialmente para *freelancers* e profissionais autônomos?". Também foi colocado aqui que a demanda é que seja também uma tabela diferenciada, para que seja também de 60%, para manter a carga atual, mas, não mantendo, evidentemente que haverá aumento de preço para o consumo. Quem pagar a conta é o consumidor.

Eu quero comunicar aqui que, nas próximas terças-feiras, ou seja, dia 17/09, dia 24/09 e dia 1º de outubro, as audiências públicas desse grupo de trabalho ocorrerão no horário da reunião ordinária da CAE, às 10h. Então, as reuniões das terças-feiras que estavam no plano de trabalho vão acontecer então de manhã em 17/09, 24/09 e 1º/10, mas as de quartas-feiras serão mantidas às 14h. Então, as terças-feiras acontecerão às 10h e, nas quartas, acontecerão a partir das 14h.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 35 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5164496192

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às oito horas e cinquenta e nove minutos do dia doze de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Alan Rick, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Rosana Martinelli, Flavio Azevedo, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Tereza Cristina e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 66/2024 - CAE, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Finalidade:** Debater os impactos da reforma tributária sobre os setores da saúde e da educação. **Participantes:** Sr. Leandro Pinheiro Safatle, Secretário Adjunto da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde; Sra. Letícia Fernandes de Barros, Advogada e Consultora Tributária da Unimed do Brasil; Sr. João Caetano Muzzi Filho, Consultor Jurídico da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Sr. Renato Nunes, Advogado e Representante da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos; Sra. Hella Gottschefsky, Consultora Tributária da Aliança Brasileira da Indústria Inovadora em Saúde - ABIIS; Sr. Márcio Bósio, Diretor Institucional da ABIMO - Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos; Sr. Fernando Silveira Filho, Presidente-Executivo da ABIMED - Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde; Sr. Nelson Mussolini, Presidente Executivo do Sindusfarma - Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos; Sr. Sérgio Mena Barreto, Presidente da Associação Brasileira de Farmácias e Drogarias - Abrafarma; Sr. Rodrigo Gatti Pinheiro, Representante e filiado à Associação Brasileira de Hospitais Veterinários (ABHV); Sr. Emerson Casali, Consultor Institucional Brasil Educação e Associação Brasileira de Academias (ACAD Brasilera); Sr. Tadeu Puretz Iglesias, Mestre em Direito Tributário; Sra. Elizabeth Guedes, Presidente da Associação das Universidades Particulares (ANUP); Sr. Emerson Casali, Consultor Institucional Brasil Educação e Associação Brasileira de Academias (ACAD Brasil); Sr. Vanderlei Vianna, Advogado e mestre em direito tributário; Sr. Diogo Penha Soares, Representante do Ministério da Saúde; e Dr. Heleno Torres, Doutor em Direito e Professor Titular da USP.. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/12

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que é realizada nesta data, 12 de setembro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater os impactos da reforma tributária sobre os setores de saúde e de educação, em atenção ao Requerimento 66, de 2024, da CAE, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso.

Convido para compor a mesa Letícia Fernandes de Barros, Advogada e Consultora Tributária da Unimed do Brasil. (*Pausa.*)

Podem bater palmas para ela, para animar. (*Palmas.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

João Caetano Muzzi Filho, Consultor Jurídico da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Tudo bem? (*Palmas.*)

Convido também Renato Nunes, Advogado e representante da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos. (*Palmas.*)

Sra. Hella Gottschefsky, Consultora Tributária da Aliança Brasileira da Indústria Inovadora em Saúde.

Tudo bem? (*Palmas.*)

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211 – 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Passo imediatamente a palavra à Letícia Fernandes de Barros.

A SRA. LETÍCIA FERNANDES DE BARROS (Para expor.) – Eu cumprimento os componentes da mesa, o Presidente da audiência, todos que nos assistem, e agradeço a oportunidade de apresentar o cooperativismo de saúde, especificamente o sistema Unimed, suas peculiaridades, necessidades para uma correta tributação no âmbito dessa reforma tributária, para que assim consigamos garantir o valor constitucional da saúde.

É uma honra estar aqui hoje representando 339 cooperativas, quase 120 mil médicos cooperados, 19 – quase 20 – milhões de beneficiários no mercado, mais de 20 mil hospitais, clínicas e serviços credenciados, desses, 163 hospitais próprios, com quase 150 mil empregos apenas diretos. E aqui o mais importante: com uma capilaridade de alcance de 92,5% da cobertura territorial do Brasil. Esse é o grande ponto do cooperativismo que permite a fixação do médico cooperado no interior. No Brasil não faltam médicos, mas é necessário que eles estejam nessa capilaridade que o sistema Unimed, através do cooperativismo, permite.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante termos em mente que aqui há uma ambiguidade harmônica. Temos cooperados reunidos societariamente no formato de cooperativas, cooperativas essas que atuam no mercado econômico no formato de operadoras de planos de saúde para que assim possam angariar o trabalho médico para os seus cooperados.

E o acerto do Constituinte ao prever, na Constituição, no capítulo da ordem econômica, que seria estimulado e apoiado o cooperativismo para o desenvolvimento do Brasil se mostra acertado quando analisamos números como os que trago aqui – o material para aprofundamento vai ser disponibilizado aos senhores –, mas, quando analisamos aqui municípios onde a cooperativa está presente – e aqui fazendo essa análise municipal justamente pela sua capilaridade –, há um acréscimo no PIB por habitante em relação à média dos demais municípios, da mesma forma dos empregos formais e, além disso, da própria massa salarial, isso porque o cooperativismo é um modelo de distribuição de riqueza, é um modelo onde o resultado é destinado aos cooperados de forma democrática e não necessariamente onde está a concentração dos meios de produção. Por isso, o sucesso dessa capilaridade, que se torna essencial quando pensamos na saúde.

Pensando nas UNIMEDs como cooperativas, é importante ter em mente que a Emenda Constitucional 132 validou ainda mais a não incidência, a não tributação do ato cooperativo, e aqui é entendido ato cooperativo como relacionamento entre as cooperativas, relacionamento da cooperativa com os cooperados. E, no PLP 68, temos a não tributação, numa inversão para se garantir, para se evitar essa duplicidade tributária, numa inversão, temos a não tributação do cooperado nessa realidade. Esse é o panorama quando pensamos na Unimed como uma cooperativa. Nós precisamos lembrar que nós estamos aqui, como eu disse, tratando de uma dualidade, e o que temos aqui para poder enfrentar, que será mais aprofundado em outros momentos, são justamente limites – essa harmonização da previsão em relação às cooperativas encontra limites quando pensamos na Unimed como operadora de plano de saúde.

Quanto à tributação das operadoras de plano de saúde no que se refere à reforma tributária, optou-se para que fosse feita no formato de tributação de receita, isso porque as operadoras de plano de saúde, por força da própria lei que rege o segmento, atuam por conta e ordem do beneficiário, elas são intermediárias entre o mercado e os prestadores de serviço de assistência à saúde. Por essa razão, a sua receita da sua atividade é a receita da intermediação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Optou-se, então, por um modelo muito semelhante ao que se tinha em relação ao PIS-Cofins, que tributava justamente a receita, com algumas alterações.

Então, temos, nessa lógica da tributação, a busca do que seria a receita da intermediação. Então, eu tenho os ingressos decorrentes desse plano de saúde e devo retirar dele aquilo que foi um repasse para essa assistência à saúde. Mantém-se essa lógica da tributação da receita da operação de plano de saúde, agora acrescida de uma receita que foge dessa operação, qual seja, a receita financeira dos ativos garantidores das reservas técnicas que tenham sido realizadas: aquelas reservas que existem não por opção da cooperativa, mas por imposição do seu órgão regulamentador, a ANS, que a regulamenta justamente porque ela está gerindo recursos de terceiros. Então, passa-se a tributar aqui um resultado de reservas que lhe são obrigatórias, mas não desejadas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LETÍCIA FERNANDES DE BARROS – Em relação às deduções, persiste a dedução em relação ao que foram esses gastos com assistência à saúde, valores pagos a outras operadoras, mas se retira justamente a dedução das provisões técnicas. E esse é um dos pontos que aqui merece ser corrigido. Essas provisões, esse ingresso que eu tenho de recursos, que eu não tenho disponibilidade sobre eles, hoje passa a ser tributado nessa modalidade.

Portanto é necessário que se corrija a proibição de dedução das provisões técnicas, que já vinham deste modelo PIS-Cofins, que tanto se assemelha ao que temos no IBS-CBS. Foram incluídas outras deduções de corretagem, intermediação e um limite – e aqui o ponto que eu disse do problema da falta de harmonia entre cooperativas e operadoras, que vai ser mais tarde melhor aprofundado –, qual seja, a limitação de dedução daquilo que foi repassado para o cooperado em apenas 50%, enquanto operadoras fazem a dedução total, sendo que, caso a operadora opte por negar o seu regime de cooperativa (lembre-se de que ela é dual), ela poderia, aí sim, fazer o recolhimento sobre a dedução da totalidade dos repasses aos cooperados.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LETÍCIA FERNANDES DE BARROS – Isso em números, e é o que eu gostaria de mostrar aqui para vocês, tem um impacto muito grande.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No regime atual, trazendo números verdadeiros, trouxemos aqui a média das grandes cooperativas, e temos um resultado, um custo tributário total, de R$18 milhões, o total das deduções, porque eu tenho uma alíquota ali de 7,65% que era do PIS.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LETÍCIA FERNANDES DE BARROS – Na realidade da nova tributação, 10,6%. A base de cálculo diminui porque eu tenho ali um pouco mais de deduções, mas o meu custo tributário aumenta em 26%. Se eu também sou cooperativa e faço as deduções que me são permitidas e, portanto, fico com a limitação do 50% que se pretende que não persista, eu passo a ter um aumento tributário de 147%. O meu custo tributário total passa a ser R$45 milhões, porque eu só posso deduzir 50% do que foi repassado ao cooperado.

Quando eu penso nisso, incluindo o restante do custo tributário – e é necessário que isso se faça, porque a Constituição traz a proibição, a necessidade de que a sua competitividade seja resguardada –, quando eu incluo aqui que o meu cooperado, ao contrário do prestador de serviço das demais operadoras, que normalmente é a pessoa jurídica...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LETÍCIA FERNANDES DE BARROS – Vou apenas terminar esse eslaide.

... se submete a uma tributação de 27,5% de Imposto de Renda, os números ficam ainda mais gritantes. O que se tem aqui, na realidade de uma operadora comercial, que pode fazer dedução de tudo aquilo que é o repasse... E pode, única e exclusivamente – não é benefício –, porque ela precisa de tributar a sua taxa de intermediação. Com isso, ela tem ali um custo tributário total, no exemplo que trouxemos aqui, de R$98 milhões, ao passo que uma operadora cooperativa que negue sua realidade de cooperativa, que não entre no seu regime específico de cooperativa, para que possa fazer a dedução de 100% dos valores que são repassados aos cooperados, terá um acréscimo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LETÍCIA FERNANDES DE BARROS – ... de 83% na sua tributação, porque o seu cooperado – aqui estamos pensando como todo, tributação cooperado mais cooperativa – se submete à alíquota de 27,5% de Imposto de Renda mais o IVA. E, caso se opte pela não

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributação no cooperado e se tenha a trava que foi posta e que precisa ser derrubada de 50% de deduções, temos aqui um aumento, ainda assim, de 61% do custo tributário em comparação com as demais operadoras de planos de saúde. O preceito constitucional de manutenção da competitividade das cooperativas operadoras de saúde, nos termos colocados pelos dispositivos que eu citei, não está mantido.

A grande preocupação é que com isso se tenha um aumento do custo dos planos de saúde. E aí o que vai ocorrer é uma evasão da saúde suplementar, que hoje representa... Estudos mostram isto: quem não tem plano de saúde não tem ou porque perdeu o direito e tinha um plano coletivo ou porque não tem condições financeiras de tê-lo.

E os números, portanto, são... Enquanto estamos aqui, eu trago qual é o impacto disso, quanto esse modelo de saúde suplementar hoje economiza ao cofre público. Vejam os números: R$656 bilhões de gastos, isso em 2023, com a saúde, custo assistencial. E aqui a projeção do que se teria nessa tributação. Estamos falando, então, de menos de 2%, que é o impacto dessa tributação, que aqui se mostra a majoração prejudicial que se pretende que seja corrigida, e que pode trazer a uma migração desse custo que hoje é suportado pela atividade do sistema de saúde suplementar, pode trazer essa transferência para a saúde pública. É isso que eu quero mostrar a vocês. Temos aqui menos de 2%, que é o custo tributário em relação à totalidade do que é o custo assistencial que quer se evitar que migre para a saúde pública.

Obrigada pela extensão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Letícia.

Bem, eu talvez não tenha explicado antes aqui, mas é muito importante: esse grupo de trabalho tem como objetivo sensibilizar a CCJ, o Relator, a fazer algumas alterações. Então, o que a gente precisa deixar muito claro aqui é qual é o texto da Câmara, qual é a proposta do texto do Senado que vocês querem mudar e a justificativa para isso.

Então, vamos direto ao ponto, para a gente ser bastante específico.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É lógico que aqui tem uma distorção muito grande, é óbvio que alguém que está cuidando da receita por parte do Governo também vai entender que está totalmente distorcida essa questão que foi apresentada agora.

Vou passar rapidamente para o João Caetano, que é o Consultor Jurídico da OCB, das cooperativas brasileiras.

O SR. JOÃO CAETANO MUZZI FILHO (Para expor.) – Exmo. Senador Presidente Izalci Lucas, na pessoa de quem eu cumprimento os demais Senadores e demais presentes aqui.

A Dra. Letícia facilitou muito o meu trabalho. Eu vou tentar ser bastante pontual e objetivo, a despeito da gravidade do assunto.

Existe uma distorção muito grave que precisa ser muito bem avaliada, porque nós estamos falando da sobrevivência de um sistema que sustenta, só na saúde suplementar, mais de um terço dos usuários de saúde no país.

Aqui, pela OCB, Sr. Presidente, eu estou representando o Sistema Unimed, o sistema Uniodonto e as demais operadoras que não estão incluídas nesse modelo, mas basta destacar – e isso será apresentado no material que será encaminhado a V. Exas. – que nós estamos falando, muito orgulhosamente, dos dois maiores sistemas cooperativistas do mundo. O maior sistema cooperativista de saúde do mundo é o Sistema Unimed e o maior sistema cooperativista odontológico do mundo é o sistema Uniodonto. Então, a sobrevivência desse modelo, enquanto operadora, está sendo discutida aqui agora no bojo da reforma.

Nossa proposta não é discutir a viabilidade, a essencialidade, a necessidade da reforma tributária, mas se criou uma distorção muito grave dentro desse modelo.

Pior do que ter um aumento de tributo é ter um aumento desigual na cadeia do tributo para *players* diferentes, e é isso que a gente busca evitar, porque aqui houve, de forma muito clara, um aumento totalmente desproporcional para as cooperativas em relação aos demais *players* do mercado.

Aqui é o texto constitucional, e, pelo curtíssimo espaço de tempo, eu não vou me ater muito sobre ele, mas basta dizer que o art. 156-A, inscrito pela Emenda Constitucional 132,

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

talvez seja o texto constitucional mais moderno do mundo, em relação ao cooperativismo, garantindo a competitividade das cooperativas.

Cooperativa não quer favor, não quer benefício; ela quer garantir a sua competitividade no ambiente econômico no qual ela atua.

E aqui veio o Projeto de Lei 68, de 2004. Quando ele trata das sociedades cooperativas, a grande realidade, Sr. Senador, Sr. Presidente, é que, no modelo cooperativo, quando se fala da não incidência sobre o ato cooperativo, é simplesmente para evitar uma bitributação.

Quando um médico cooperado atende, através de uma Unimed, a Unimed não está comprando o serviço do médico cooperado; ela está captando serviço para o médico cooperado no mercado, ele atende a esse serviço no mercado, o mercado paga a ele, por intermédio da Unimed, e tributa-se nele. O que não pode acontecer é tributar na Unimed e tributar nele também.

A mesma coisa se dá com um produtor de café: se eu encaminho meu café para uma cooperativa, eu não estou vendendo meu café para a cooperativa. A cooperativa pega meu café, aliena e me repassa o produto dessa alienação. Eu pago o tributo, e não a cooperativa, porque ela não é produtora de café.

Então, é para constatar – e a Constituição Federal fez isso – que, na questão do ato cooperativo, há um deslocamento da incidência tributária. Por quê? Porque quem recebe a riqueza do ato é o cooperado pessoa física.

Mas o projeto de lei optou, para evitar essa bitributação, por um caminho diferente – não que a gente critique isso, mas que se faça de forma ampla. Ele optou, para evitar a bitributação, que eu não tribute no cooperado, mas tribute na cooperativa. Inverteu-se essa lógica. Esse é o 270.

Então, dentro dessa lógica, que nós não estamos discutindo agora, nós vamos falar um pouco do Sistema Unimed.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é o Sistema Unimed, enquanto operadora de plano de saúde? É uma operadora que vende um serviço para o usuário e faz pagamento aos prestadores, por conta e ordem do usuário, como determina a lei. E, de todo aquele grupo ali, ela paga por conta e ordem disso.

Todas as despesas daquele grupo ela está pagando pelo usuário, e não é a receita dela; a receita dela é aquela taxa de administração. E a cooperativa, dentro daquele grupo, faz o repasse de atendimento aos médicos cooperados.

Ali é o ato cooperativo, que sofre a incidência em tese.

Nesse caso – e a Dra. Letícia já me facilitou muito a exposição –, ela mostrou a distorção que tem na base de cálculo. De uma maneira geral, aquela promessa de que a saúde do Brasil não vai ter um incremento de custos tributários não é tão efetiva dentro do projeto de lei. E aqui, Sr. Senador, basta dizer: se nós estamos falando de desoneração da cadeia da saúde, se não tivermos muito cuidado com as operadoras, tudo aquilo que está atrás das operadoras nessa cadeia, toda aquela desoneração é inócua.

E a operadora, nesse modelo – que fique claro para todos os Parlamentares –, tem um tributo IVA cumulativo. Ela tem um tributo IVA que a gente apelidou de IVA "pisão-cofinsão". É o modelo PIS e Cofins com alguns ajustes. Operadora de plano de saúde tem o IVA cumulativo – que fique claro. Ela tem um crédito bastante insignificante só sobre aquilo que ela retém de taxa de administração. A gente sabe que a taxa de administração das operadoras talvez seja menos de 10% do ingresso bruto. Então, ela só tem crédito sobre esse ingresso, e esse ingresso serve para suportar basicamente custos de mão de obra, e mão de obra não dá crédito.

Então, ela tem um crédito diminuto, passa para o seu adquirente um crédito diminuto, e há uma distorção nesse adquirente também, porque plano de saúde está sendo considerado como bem de uso e consumo. Isso é uma preocupação. E aí não é uma preocupação do sistema Unimed: é uma preocupação para a saúde nacional.

A imensa maioria dos beneficiados da saúde nacional estão acobertados por plano coletivo. Quando eu considero um plano como bem de uso e consumo, o adquirente desse produto plano de saúde vai ter que pagar novo IVA – novo IVA –, exceto se eu conceder esse plano para empregado e esse plano for acordado numa convenção coletiva de trabalho. Ou

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja, eu emparelhei o debate sobre o direito constitucional sagrado de saúde à negociação sindical, Sr. Presidente. Eu tenho um desequilíbrio de forças no início da operação. O sindicato começa com um desequilíbrio diferente.

E, segundo, eu só posso fornecer a empregados. Pergunto: os demais trabalhadores não empregados não têm o direito constitucional à saúde? E os familiares desses empregados? Não têm o direito constitucional à saúde?

Volto a dizer: a imensa maioria – a imensa maioria, a massacrante maioria – dos planos do país são planos coletivos empresariais.

É isso que, então, Sr. Presidente, eu até antecipei um pouco.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO CAETANO MUZZI FILHO – É no art. 39 que a gente pede alteração.

Agora, no 229 é que a distorção é clássica e muito efetiva.

O 229 diz que, se uma operadora que for cooperativa optar pelo regime de cooperativa, é como se ela não fosse cooperativa, quando na verdade ela é. Ou seja: para eu evitar a bitributação de eu não ter que tributar na cooperativa e no cooperado, eu tenho que estar no modelo cooperativo. Eu estou no modelo cooperativo, eu ganho um brinde, eu ganho um pedágio. Qual é esse pedágio? Eu diminuo em 50% as deduções a que eu teria direito. Disso eu gosto. Eu ouso afirmar que torna totalmente não competitivo o sistema Unimed.

E a Dra. Letícia disse muito bem qual seria o custo Unimed nessa operação: ao passo que as operadoras comerciais ou uma Unimed que opte por não ser cooperativa pagariam, no exemplo que foi dado pela Unimed no Brasil, R$22 milhões de tributo, essa Unimed que opte pelo regime das cooperativas pagaria R$44 milhões de tributo.

Esse gráfico, Sr. Senador, é muito elucidativo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO CAETANO MUZZI FILHO – Ele mostra a cadeia, a incidência tributária na cadeia como um todo. E aí, quando eu falo de incidência tributária na cadeia, é bom deixar claro

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o seguinte: como a cooperativa é uma entidade sem fins lucrativos que transfere riqueza, quem paga tributo é o cooperado. E aqui fica clara a tributação do cooperado na cooperativa e a tributação na distribuição do lucro numa empresa, numa sociedade comercial.

Mas, para fazer o exemplo de forma mais clara, nós colocamos na conta a tributação do médico numa operadora comercial em PJ.

Nós estamos falando de uma carga tributária de quase 100 milhões nas comerciais, nós estamos falando de uma carga tributária de 158 milhões nas cooperativas que optem pelo regime cooperativo e numa cooperativa não optante, de 180 milhões, quando, na verdade, a emenda que foi apresentada, Sr. Senador, pede para pagar isso aqui: 136. Nós não estamos pedindo para pagar os 98; estamos pedindo para pagar os 136.

O material todo será encaminhado a V. Exas.

Isso aqui é a questão que eu já disse do plano de saúde como bem de uso e consumo. Está lá no gráfico: 14 milhões de planos no país, médicos e odontológicos, são individuais, e 70 milhões são planos coletivos, sendo que 60 milhões são coletivos empresariais. Esse é o espectro de abrangência desse art. 39, em função da saúde brasileira, que se espera que este Senado tenha sensibilidade de ajustar, sob o ponto de vista constitucional.

Então, a grande reflexão, a reflexão final que o tempo me permite, Sr. Senador, e ante a gravidade da questão, é que o sistema cooperativista está aqui não para pedir favor; o sistema cooperativista está aqui para que tenha garantida a sua sobrevivência. E, aí, o ponto nodal disso é que o art. 39, que considera planos de saúde como bem de uso e consumo, vai sim impactar toda a saúde.

E me permita a consideração de todos aqueles nobres colegas que falarão depois de mim: não adianta, sob o ponto de vista do consumidor usuário, ter nas cadeias deles – todas – desonerado o custo, se, quando chegar a uma operadora, o custo for aumentado, porque eu vou incorporar esse custo e vou vender para o consumidor final com o custo majorado.

Lembrando, Sr. Senador, que quase 81% das receitas dos hospitais privados no país vêm de uma operadora de plano de saúde. Está aí a gravidade, o tamanho do problema.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao Sistema Unimed – já indo para a conclusão –, ao impedir que eu tenha uma dedução integral do repasse que eu faço, como todas as operadoras comerciais têm, eu tenho praticamente dobrado o meu custo tributário, eu me torno totalmente anticompetitivo, quando o texto constitucional exigiu exatamente o contrário.

O texto constitucional, no novel art. 156-A, me garantiu competitividade. E nem precisava disso, porque o 174 fala que a lei vai apoiar e estimular o cooperativismo. Eu não sei qual é o apoio e o estímulo dobrando a carga tributária dentro do modelo IVA e, portanto, abaixo.

Então, as emendas propostas para alteração do 39, §2º, inciso IV, que fala do plano de saúde como bem de uso e consumo, e as emendas propostas para alteração do §3º do 229, que impede a dedução integral... Volto a dizer: todas as operadoras deduzem integralmente o seu custo assistencial. O sistema cooperativista que opera planos deduz 50%. Uma parte das emendas é pela supressão do §3º do art. 229, e outra parte das emendas é pela nova redação do §3º, colocando que, em vez de 50%, a dedução será de 100%.

Volto a dizer: o que na prática aconteceu com esse projeto de lei, no que tange aos 50%, foi uma assimetria concorrencial, em face do modelo societário, e o Brasil não pode abrir mão do maior sistema cooperativista de saúde do mundo, que está presente em 92,5% do território nacional.

Com essas palavras, Senador, em face da exiguidade do tempo, eu agradeço a gentileza do convite e fico à disposição para eventuais esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, João.

Passo imediatamente ao Renato Nunes, Advogado e representante da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos.

O SR. RENATO NUNES (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Bom dia a todas e a todos.

Gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui representando a Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Brasil.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a oportunidade de fala ao Senado, à Comissão de Assuntos Econômicos, na pessoa do Senador Izalci Lucas, e também gostaria de agradecer a oportunidade à CMB, na pessoa do seu Presidente, Mirócles Véras, e também à Associação Nacional de Hospitais Privados, que está apoiando a CMB nesse pleito.

Muito bem.

A importância das entidades filantrópicas, na área de assistência social, educação e também de saúde, no Brasil, é incontestável. Basta a gente ir a qualquer cidade, para a gente ver a importância dos atendimentos dessas entidades. Nós temos milhares de hospitais Brasil afora que fazem chegar a assistência à saúde à população por meio dos hospitais filantrópicos. Então, nada é mais justo que o Constituinte – historicamente, isso foi reiterado na Constituição de 1988 – tenha previsto a imunidade tributária para essas instituições, o que eu gostaria de enfatizar que não se trata de favor. É uma extensão de uma obrigação do poder público, que vem sendo empreendida já há séculos por essas instituições.

Eu lembro aqui a vocês que a Santa Casa de Santos, a primeira aqui do Brasil, foi construída em 1543. Então, vejam o papel importante e histórico dessas entidades na promoção da assistência à saúde no nosso país.

Só para a gente situar aqui a questão, a Emenda Constitucional 132 reiterou a imunidade das entidades filantrópicas em relação ao IBS e à CBS – nem poderia ser diferente disso –, e um aspecto muito importante, que é o que vai ser debatido por nós, aqui, com S. Exas., é que a Constituição autoriza a manutenção de créditos de IBS e CBS pelas entidades filantrópicas.

Então, eu repito aqui: essa autorização é expressa, ela autoriza que entidades imunes que efetuem aquisições sujeitas ao IBS e à CBS mantenham os créditos correspondentes a esses tributos.

No âmbito do Projeto de Lei Complementar 68, nós temos aqui – nem poderia ser diferente – a confirmação dessa imunidade no Projeto de Lei 68, mas, no que tange aos créditos, houve aqui uma previsão negando a tomada dos créditos pelas entidades filantrópicas, o que nos causou espécie.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente poderia até dizer "ah, mas isso já é assim hoje em dia", mas a gente está diante aqui de um sistema absolutamente diferente: agora, a regra vai ser a não cumulatividade.

Nós temos a esperança de finalmente ver, aqui no sistema tributário brasileiro, o princípio da neutralidade, Senador, efetivamente surtindo efeitos.

Isso já era discutido na Emenda Constitucional 18, de 65. Os objetivos acabaram sendo frustrados, ao longo da nossa história do IPI, do ICMS e depois do PIS-Cofins, e agora nós renovamos a esperança e temos certeza de que esta Casa vai acolher esse importante pleito das instituições, que é autorizar o creditamento e modificar essa previsão do Projeto de Lei Complementar 168.

Aqui, como exemplo, veja, o pleito não está sozinho, não está desacompanhado. O projeto de lei, Senador, já prevê essa possibilidade para as operações de exportação.

Esse é um debate antigo. Então, a mensagem das operações de exportação já vem bem consolidada, isso desde os tempos da Lei Kandir, e agora a gente finalmente vê o pleito devidamente acolhido.

E aqui eu gostaria de ressaltar que não se está desmerecendo nenhuma dessas concessões, dessas previsões que foram feitas para outras situações, mas, no mínimo, dizer que os serviços prestados pelas entidades filantrópicas merecem igual prestígio que foi reconhecido a essas outras situações.

E aqui, Senador Izalci, eu faço uma menção: essa previsão está corrigindo também um erro histórico.

Essa previsão foi introduzida para operações com livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão; de novo, repito, uma correção de um erro histórico. Atualmente, em relação ao ICMS, por exemplo, as operações com esses produtos não permitem a manutenção dos créditos. Então, finalmente, vamos ter o devido reconhecimento efetivo, no âmbito tributário, da importância desses itens.

E, finalmente, aqui, Senador, essa autorização de manutenção de crédito foi reconhecida para o serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de recepção livre. Então, a TV aberta, o rádio vão poder manter o crédito, então, a Rede Record, por exemplo. Aqui, de novo, não se está a desmerecer o papel que essas entidades exercem aqui no Brasil, elas vão poder manter o crédito. Então, por que motivo – por que motivo – uma santa casa, que exerce uma atividade fundamental à população que ela assiste, não vai poder também manter o crédito? Então, eu acho que as motivações, Senador, são claras, são seculares aqui no nosso país, e hoje nós temos o legislador já concedendo isso para outras atividades e setores, no mínimo, igualmente importantes.

Bom, as consequências. Nós vamos ter, Senador, por incrível que pareça, um aumento de carga tributária para as entidades filantrópicas, quando o que se buscou, ao longo da tramitação da reforma, foi uma manutenção de neutralidade no mínimo de tratamento, uma perda de competitividade por conta desse aumento de carga. E também, devo registrar aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO NUNES – ... um prejuízo também à indústria nacional. Nós vamos repetir um erro cometido já há décadas, em relação à indústria nacional, privilegiando a contratação, as aquisições no exterior, em prejuízo aqui ao nosso mercado local.

E aqui, bem rapidamente, Senador, nós fizemos esse estudo baseados aqui no estudo promovido pela LCA Consultores a pedido da Confederação Nacional de Saúde; esse estudo circulou bastante ao longo da tramitação da reforma. Nós temos um resíduo tributário atualmente, no serviço de saúde, de 4,4% sobre a receita bruta, Senador; não é sobre os custos e despesas – é sobre a receita bruta! –, isso é uma carga elevadíssima. E com a reforma tributária, a prevalecer a alíquota de 27,97%, agora indicada pelo Governo, esse aumento vai para mais de 5,5%, aliás, perdão, esse resíduo tributário vai para mais de 5,5%, Senador, um aumento de carga de 27%...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO NUNES – ... uma completa inversão aqui da ordem das coisas.

No caso aqui, para as contratações públicas junto a entidades filantrópicas, Senador, para se preservar um valor de serviço de R$1 mil, por exemplo, teriam que ser acrescidos R$55,70

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

correspondentes àqueles 5,7%, Senador, um aumento de custos que vai inclusive impactar os cofres públicos. Não tem sentido nenhum isso, a gente só vai trocar de bolso.

E finalmente, aqui em relação à indústria nacional, de novo, atualmente nós temos essa questão. As entidades, quando adquirem itens do exterior não pagam o ICMS, não pagam o PIS-Cofins, não pagam o IPI por força de sua imunidade. Diga-se: não é algo injusto, não é nada disso. Nós estamos falando de um reconhecimento secular da importância dessas entidades. E a gente vai manter isso, essa distorção, se não autorizar o creditamento.

Aqui, Senador, já me encaminhando para o encerramento – e peço desculpas aqui por ter extrapolado o tempo –, isso já vem encontrando amplo apoio aqui do Senado, diversos Senadores apresentaram emendas tentando encaminhar esse tema: a Senadora Damares, o Senador Heinze, o Senador Flávio Arns e aqui o próprio Senador Izalci. Aliás, nessa emenda, Senador – eu gostaria também aqui de dar um destaque –, V. Exa. teve a preocupação de também dar o tratamento para os créditos acumulados por essas instituições, determinando a sua restituição automática, para que isso não comprometa o fluxo de caixa das instituições.

Com isso aqui, eu encerro as nossas colocações, Senador, já indicando aqui as emendas que atenderiam aos interesses do setor.

Muito obrigado, mais uma vez.

E um bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Renato.

Passo imediatamente para Hella, que é Consultora Tributária da Aliança Brasileira da Indústria Inovadora em Saúde.

A SRA. HELLA GOTTSCHEFSKY (Para expor.) – Obrigada, Senador Izalci.

Cumprimento os demais colegas de mesa.

E, antes de mais nada, parabenizo a condução que o Senado está dando para uma discussão democrática em relação a estes temas que são amplamente importantes e que vão ter impacto na vida de todo cidadão brasileiro. Então, ter a oportunidade de discutir este tema

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui nesta Casa é algo que merece ser aplaudido. E eu deixo aqui, então, os meus parabéns ao Senado Federal pela forma como está conduzindo a discussão nesta Casa.

Neste momento, eu represento a Abiis (Aliança Brasileira da Indústria Inovadora em Saúde) e falo especificamente em relação a dispositivos médicos.

Muitos de vocês talvez não utilizem no dia a dia a expressão "dispositivo médico", como a gente utiliza a expressão "imóvel" ou como a gente utiliza a expressão "cooperativa" ou como a gente utiliza a expressão "imunidade", mas "dispositivo médico" é uma expressão que designa um objeto que tem existência própria, que tem regulação própria e que representa todos aqueles materiais que se fazem necessários à saúde. Antes de mim, brilhantemente falaram a Dra. Letícia, o Dr. João e o Dr. Renato, todos trazendo o posicionamento de entidades assistenciais de saúde, de entidades hospitalares de saúde e mostrando como a reforma tem impacto para a prestação de serviço dessas respectivas entidades. E eu ouso dizer que não existe serviço de saúde se não tiver dispositivo médico, se não tiver insumo para que essas entidades possam prestar o seu serviço de saúde.

Dessa forma, eu peço atenção de vocês para perceber que, no âmbito da emenda constitucional que aprovou esta reforma tributária, nós tivemos a previsão de criação de regime diferenciado para educação – está lá no inciso I – e saúde, e, logo após, a gente tem dispositivos médicos, dispositivos de acessibilidade, medicamentos. Não existe proteção de serviço de saúde se não tiver insumo para que a saúde seja protegida.

Dito isso, eu queria trazer três pontos que são importantes, que estão endereçados nas respectivas emendas das entidades aqui ao Senado, mas que são pontos que exigem a atenção de todos nós, porque os reflexos serão sentidos pelo consumidor e pelo consumidor que está fazendo uma compra que não é uma compra opcional. Ninguém compra uma prótese porque quer, ninguém compra um raio-X porque quer; essa não é uma compra opcional, é algo necessário à manutenção da saúde. Dito isso, eu queria, então, tocar em três pontos que são pontos essenciais, cujo texto na regulação da reforma tributária acaba por trazer uma distorção para esse segmento.

O primeiro ponto é que, ao regular operações com dispositivos médicos que deveriam fazer parte de um regime diferenciado e, portanto, com uma alíquota menor de 60%, como a

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emenda constitucional havia previsto, acabou se optando por um cenário de trabalhar com listas: uma lista para dispositivos que teriam 60% de redução de alíquota, uma lista para dispositivos que teriam alíquota zero. E todo o universo dos outros dispositivos que fazem parte desses insumos necessários à preservação da saúde seriam integralmente tributados e essa distorção precisa ser corrigida.

A emenda constitucional previu que haveria um regime diferenciado para as operações com dispositivos médicos – com todos os dispositivos médicos –, porque, de novo, não são compras opcionais. E eu volto para o ponto que muitas vezes foge a este debate: quando nós estamos falando de IVA, nós estamos falando de tributação sobre o consumo. O preço do dispositivo é pré-fixado. Esse dispositivo custa R$100, *plus tax*, R$100 *plus* CBS e IBS. Não estamos aumentando ou falando de lucratividade da cadeia. A gente está falando do preço que vai ser destinado ao consumidor.

Logo, quando nós estamos tributando dispositivos médicos, nós não estamos mexendo no preço ou na lucratividade do produto. Nós estamos mexendo exclusivamente no custo tributário que haverá em cima desse produto. Logo, todos os dispositivos médicos devem necessariamente ter a redução prevista na emenda constitucional de 60% da sua alíquota, sob pena de nós acabarmos gerando uma distorção ainda mais grave nos cenários que foram apresentados aqui. Porque vejam: vai ser a Unimed, vai ser a Santa Casa, vai ser o hospital da nossa cidade ou do nosso município que vai adquirir esse dispositivo médico – 100%tributado. Nós estamos falando do consumo hospitalar ser 100% tributado e não poder efetivamente deduzir todo esse custo que efetivamente haverá com essa aquisição.

Em última instância, nós, cidadãos, pessoas físicas, vamos sofrer um impacto extremamente elevado em função dessa distorção em que o produto é tributado a 100%, mas o serviço de saúde, o serviço hospitalar vai ter uma redução de 60% das suas alíquotas.

O segundo ponto, que é extremamente importante para o segmento de dispositivos médicos, é o ponto de que a tributação deve incidir sobre as operações que efetivamente acontecem. A gente não pode ter uma distorção em que a tributação é que interfere nas operações comerciais que fazem parte desse segmento.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse segmento está intrinsecamente relacionado com o regime de remessa para os hospitais de produtos, retorno desses produtos e, após a auditoria do hospital, efetivamente a venda ou faturamento desses produtos. Se nós passarmos a tributar essas operações intermediárias que não estão expressamente previstas como não incidentes, a gente vai ter de novo uma distorção bastante grave dessa cadeia e uma oneração desnecessária, porque, no modelo de hoje, já não há tributação em relação a isso.

Logo, alterar o texto que veio da Câmara, trabalhar de forma a garantir que os dispositivos médicos efetivamente tenham uma redução de 60% na alíquota, conforme foi previsto na emenda constitucional, e garantir que essas operações intermediárias não sejam tributadas é essencial para a manutenção da estabilidade do sistema e para não gerar um efeito adverso daquele pretendido. Nós queremos proteger a saúde, nós não queremos onerar excessivamente a saúde.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. HELLA GOTTSCHEFSKY – E o último ponto que eu gostaria de trazer para todos que estão aqui presentes é o relativo à eventual necessidade de atualização dessas listas. Partindo do pressuposto que listas sejam mantidas, a forma de atualização dessas listas é algo que traz, mais uma vez, um prejuízo não pretendido para o Brasil.

A atualização dessas listas pressupõe que somente poderá ser postulada a inclusão de um dispositivo médico nessa lista se esse dispositivo não existir na data da atualização da lista. Gente, a criação de um dispositivo, o ciclo de tornar esse dispositivo útil ao consumo, a inovação pretendida dentro do segmento da saúde, inovação que todos nós queremos. Todos nós queremos diagnósticos mais rápidos para doenças, nós queremos possibilidade de tratamento e intervenção útil...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. HELLA GOTTSCHEFSKY – Se nós tivermos um dispositivo tributário que veda a inovação, que desestimula a criação de novos produtos, que impede a atualização dessas listas com produtos que sejam úteis e necessários à saúde, nós, enquanto tributaristas, enquanto pensadores da reforma tributária, que estamos levando a cabo, vamos estar trazendo para o Brasil um grande desserviço, porque nós vamos ter inovação no resto do mundo, mas a

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indústria brasileira, que deveria inovar, que deveria crescer, não vai acontecer e aqueles produtos fantásticos do exterior dificilmente vão chegar a estar à nossa disposição aqui no Brasil por uma distorção tributária não pretendida.

Dito isso, eu agradeço a todos, agradeço ao Senador pela palavra. E corri para me manter dentro do tempo previsto. Bom trabalho a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Eu quero agradecer e já pedir para a gente fazer aqui uma... Vocês ocuparam ali as cadeiras.

Eu vou convidar aqui para participar o Márcio Bósio, que é o Diretor Institucional da Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos; o Fernando Silveira Filho, da Abimed (Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde); o Nelson Mussolini, Presidente Executivo do Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos). Convido também o Reginaldo Arcuri, que é, inclusive, uma indicação lá do nosso querido Senador Eduardo Braga.

Já passo imediatamente a palavra ao Márcio.

O SR. MÁRCIO BÓSIO (Para expor.) – Bom dia, Senador Izalci.

Gostaria de cumprimentar, na sua pessoa, os demais Senadores e Deputados aqui presentes. Gostaria de agradecer o convite e cumprimentar também essa plateia que está aqui, meus colegas de mesa e todos que nos acompanham de maneira virtual.

O setor...

Pode passar, por favor. Não sei se sou eu que passo.

Bom, a Abimo é a Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos, é a maior associação da indústria brasileira, temos mais de 60 anos de atuação na defesa e na construção do setor. O que é este setor? É um setor composto por mais de 100 mil itens que estão todos os dias nos nossos serviços de saúde.

E aqui é importante destacar, Senador, que ninguém escolhe: ah, hoje eu vou acordar e vou lá colocar uma prótese. Isso é decorrente de uma necessidade. Então, a nossa Constituição

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabeleceu ao Estado o dever da saúde. E, se nós conseguirmos identificar e trabalhar essas tecnologias de maneira a tornar mais resolutivos os nossos atendimentos, dando qualidade de vida, dando agilidade, isso é o que a gente busca.

Vou falar um pouquinho do setor. É um setor que emprega diretamente em torno de 80 mil trabalhadores, e indiretamente mais de 300 mil, é um setor que envolve alta tecnologia. E hoje a produção brasileira é R$24 bilhões, essa é a produção brasileira, de um total de quase R$60 bilhões, ou seja, temos uma margem importante de crescimento para esse setor no Brasil, atraindo tecnologias, gerando emprego e principalmente gerando qualidade de vida para as pessoas. E aí, depois, na sequência eu vou explicar essa diferença que a produção local acaba sofrendo, e muito disso o Dr. Renato já colocou, que é um problema das imunidades tributárias.

Bom, ao passo que, como já vimos anteriormente, tem um déficit crescente nesse setor, porque 70% das compras, perdão, dos atendimentos em saúde são feitos por entidades filantrópicas imunes, essa entidade filantrópica, se ela importar um produto, a Receita reconhece a imunidade; se ela comprar esse produto fabricado no país, não reconhece. Então, a produção local é incentivada com cerca de 30% de imposto atualmente no Brasil.

O que a gente está defendendo, Senador, para ser bem objetivo e aí já agradecendo e falando que a solução está em uma emenda apresentada por V. Exa., a Emenda 717, que estabelece exatamente o que a emenda constitucional trouxe, ou seja, 60% de alíquota reduzida para o setor e uma lista – que hoje está no Anexo XII, que a gente precisa atualizar, porque alguns itens ficaram fora dessa lista, itens importantes – em 100%.

E aqui a questão das compras do SUS. O que a gente defende? Que todas as compras do SUS sejam desoneradas, sejam elas por entidades públicas, sejam por entidades sem fins lucrativos, detentoras do Cebas – e aí aqui fica um controle muito objetivo do Estado. O Ministério da Saúde é extremamente criterioso ao conceder o certificado; então, com isso fica permanentemente atualizada essa lista.

Essa ação contribui para o atendimento de 175 milhões de brasileiros que hoje têm a saúde pública como único espaço de tratamento da saúde; e também estabelece a isonomia tributária para os fabricantes locais. Isso é efetivamente política industrial para a produção local.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, para concluir, já economizando o meu tempo, o Sistema Único de Saúde robusto, eficaz e sustentável só será possível se o complexo econômico industrial da saúde brasileira for igualmente forte, inovador e conseguir atender às demandas da população, com acesso equânime e sustentável. É isso que a gente busca.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial estabeleceu uma meta de, até 2026, 50% dos dispositivos serem fabricados no país e, até 2033, 70%. Se não conseguirmos trabalhar estes temas na reforma tributária – e nós estamos pensando uma reforma tributária para 20 e 30 anos; e é um setor que rapidamente incorpora tecnologias nos seus produtos –, essas metas dificilmente serão atingidas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO BÓSIO – Então, agradeço esse espaço e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Márcio.

Passo imediatamente ao Fernando Silveira, que é Presidente da Abimed (Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde).

O SR. FERNANDO SILVEIRA FILHO (Para expor.) – Obrigado, Senador. Bom dia. Na sua pessoa, quero cumprimentar todos os Parlamentares, membros desta Casa; e cumprimentar as senhoras e os senhores aqui da plateia e aqueles que nos acompanham de forma remota.

Acho que meus colegas de entidades coirmãs cobriram uma ampla gama de aspectos relativos à reforma. A Dra. Hella colocou muito bem aspectos relativos à abrangência. Márcio falou de alguns pontos específicos. Eu só queria trazer alguns pontos adicionais.

Primeiro, vou trazer um pouco de informação do que é a Abimed. A Abimed congrega 200 empresas de todas as origens de capital dos quatro cantos do globo. Representamos 65% do mercado daqueles 60 bilhões que o Márcio mostrou anteriormente no eslaide apresentado. Isso é para dar uma noção clara da abrangência que tem no mundo o setor de dispositivos e equipamentos médicos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos, aqui no Brasil, um *gap* tecnológico de aproximadamente oito anos em relação aos países mais avançados por diversas razões, seja por questões de incorporação, seja por questões de validação, seja por inúmeros aspectos relativos a essa desatualização.

Com relação especificamente à reforma tributária – não quero aqui repetir o que já foi apresentado –, fato é que acho importante guardarmos alguns aspectos.

O primeiro deles: do jeito que está o PLP 68, vai haver aumento de carga tributária no setor de dispositivos médicos, porque mais de um terço dos cem mil produtos regularizados na Anvisa está colocado hoje sob a alíquota plena, tal qual está colocado no PLP aprovado na Câmara.

Um segundo ponto que é importante enfatizar – e essa foi uma posição inicial da Abimed que depois outras entidades do setor de dispositivos também vieram acompanhar – é que nosso pleito inicial nunca foi para ter alíquota. Nosso pleito inicial sempre foi para alíquota zero. Nós entendemos que saúde no Brasil deveria estar *pari passu* com as principais economias da OCDE, que têm alíquotas baixíssimas ou zeradas para os seus mercados. E isso por uma razão muito simples: quando você tem 60%, 70% da população atendido pelo SUS, você querer tributar é a mesma coisa que você inibir o acesso. E isso, para a Abimed, em si é um contrassenso, além de ser absolutamente contrário ao nosso propósito, que é buscar de forma continuada ampliar o acesso das pessoas às tecnologias de saúde.

Então, em função disso – e aí, Senador e demais presentes, é que surge o ponto de convergência –, eu acho que, em muitos anos de existência das entidades, nunca as entidades de dispositivos médicos coincidiram tanto sobre alguns aspectos como aqui na reforma tributária. Não vou repetir a maioria, mas acho que, de novo, eu quero ser bastante específico na questão do que está colocado hoje.

Então, dado que não foi possível avançar com o pleito de zero para toda a cadeia, nós entendemos que, de acordo com o disposto na Emenda Constitucional 132, de 2023, 60% para todos os itens de redução da alíquota de referência e para uma lista de que também não gostamos... Nós achamos que lista, ao longo do tempo, se deteriora e cria problemas de atualização de forma permanente, haja vista o que acontece com tabela SUS, listas de medicamentos e outros exemplos bastante concretos que nós temos, que trazem um atraso

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exponencial para o desenvolvimento da saúde no Brasil. Então, o pleito é este: 60% para todos os dispositivos médicos e, mesmo sendo contrários à lista, para uma lista específica de produtos, lista essa que atende o que hoje já é desonerado para o setor e, principalmente, atende também alguns pleitos específicos do próprio Ministério da Saúde, 100% de redução. Para tanto, o próprio Senador nos honrou com a colocação da Emenda 717; igualmente, o Senador Fabiano Contarato colocou a Emenda 587; Dr. Hiran, Emenda 615; Senadora Mara Gabrilli, Emenda 756; e o Senador Mecias de Jesus, 1.182.

Um último ponto que eu gostaria de colocar, que eu acho extremamente relevante, é a questão da inovação no nosso país. O Brasil, em que pese termos uma participação bastante expressiva como economia global, a nossa posição em inovação sempre oscila, nos últimos cinco, dez anos, entre 45º, 43º, 44º país inovador no mundo, e isso simplesmente porque temos uma produção intelectual alta, não porque tenhamos inovação aplicada sendo efetivamente desenvolvida no país.

A reforma tributária, quando iniciou as discussões nessa fase atual – ela começou há 40 anos –, se propunha a ser um instrumento gerador de segurança jurídica e atração de capitais de qualquer nacionalidade para o sistema de saúde no Brasil, principalmente dentro do complexo econômico industrial da saúde, como o Márcio salientou. De novo, para dispositivos e equipamentos médicos, do jeito que está consolidado... E eu trago aqui um dado de um levantamento interno junto às nossas associadas. Todas que estavam em processo de avaliação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO SILVEIRA FILHO – ... de investimentos colocaram essas avaliações em estado de observação até que seja definido qual vai ser realmente o critério a ser adotado na reforma tributária, tanto em termos de alíquota quanto em termos das reduções que serão aplicadas ao setor.

Temos perdido, nos últimos anos, regularmente. Para cada cinco plantas investidas na América do Sul, estamos perdendo três plantas para o México, uma para a Colômbia ou para algum outro país da América Latina. Então, isso faz com que o *gap*, que já é de oito anos, se

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

torne ainda maior e nos torne ainda mais passíveis de ter problemas no desenvolvimento do país.

Por fim, só para citar mais um dado que é extremamente relevante, dispositivos e equipamentos médicos, em que pese o volume de negócios que têm – muito aquém de outros mercados, evidentemente –, têm uma participação na arrecadação do Estado pequena, ou seja, qualquer concessão feita para o setor de dispositivos e equipamentos médicos não tem o condão de alterar a magnitude da alíquota de referência. Hoje nós representamos aproximadamente 0,2%, 0,3% do volume arrecadado no Brasil em termos de tributos. Isso, como a gente costuma dizer em empresa, vem duas casas ou três depois da vírgula, ou seja, falar em onerar o setor é simplesmente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO SILVEIRA FILHO – ... trazer uma variável que só vai inibir o desenvolvimento do Brasil em termos de saúde.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Passo imediatamente ao Sr. Nelson Mussolini, que é o Presidente da Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos).

O SR. NELSON MUSSOLINI (Para expor.) – Senador Izalci, Senadores que nos acompanham de forma remota, Senador Esperidião Amin, Senador Laércio, Deputados aqui presentes – Deputado Vitor Lippi e Deputado Edinho Bez, que acabou de sair –, bom dia.

Bom dia a todos os presentes, bom dia às pessoas representantes das entidades de classe aqui, que eu cumprimento na pessoa do Reginaldo Arcuri.

Senador, eu acho que a Dra. Hella colocou uma coisa perfeita. Eu estava sentado ali quando ela falou que esse novo imposto que nós estamos discutindo na reforma tributária está criando imposto para quem? Não é imposto para a indústria. É imposto para o consumidor. É o consumidor que vai pagar esse imposto. Acho que o exemplo que ela deu é perfeito: dos R$100, para a indústria são R$100, ponto final; para o consumidor, vão ser R$100 mais alguma coisa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podem ser 28%, 26%, podem ser, se tiver as reduções, 10,6%, no caso dos medicamentos, mas é o consumidor que vai pagar.

Então, diferentemente de outros setores que estão brigando para ter reduções de alíquotas, o nosso setor está olhando redução de alíquota e alíquota zero para quem? Para o consumidor. O acesso pouco vai mudar, porque o nosso bem, diferentemente de um refrigerante ou de um cigarro, o consumidor precisa comprar. Nós não temos um bem de consumo; nós temos uma necessidade de consumo. É diferente dos outros bens que estão aqui brigando violentamente para ter suas reduções. O nosso, não. A nossa redução tributária, se a gente consegue reduzir a carga tributária sobre um medicamento, vai desonerar o consumidor que está ali comprando; se ele não for desonerado, ele vai para onde? Vai para o Sistema Único de Saúde, que está desonerado. Perfeito.

Então, nós temos que pensar um pouco, e é por isso que o Ministério da Saúde, inclusive, tem corroborado. Eu passei para o senhor um artigo, e a Ministra, todas as vezes que se refere a alguma questão tributária, menciona esse artigo. A reforma tributária tem que desenvolver a saúde no nosso país. A reforma tributária pode; e aí está na mão agora, efetivamente – quero cumprimentar a Senadora Damares, que acabou de chegar –, do Senado, está na mão desta Casa. E nós temos alguns problemas muito graves quando a gente está discutindo a reforma do jeito que ela veio da Câmara.

Foi uma discussão muito boa na Câmara.

A Câmara teve um avanço maravilhoso, quando reduziu a alíquota em 60% para todos os medicamentos, e isso deveria ser feito. E a defesa que o Sindusfarma faz, que é a entidade que engloba todas as indústrias que estão no Brasil, independentemente da sua origem de capital, é que deveria ser 100% de redução para todos os produtos, porque a redução tributária não é para a empresa. Isso tem que ficar muito claro!

Tem alguns empresários que ainda não entenderam isso. Eles acham que a redução tributária é para eles. Não é! A redução tributária é na ponta, é no consumidor. Os R$100 deles continuarão sendo R$100, com redução tributária, ou se resolverem falar assim: "Não, o medicamento agora vai ser tributário em 30%, 40%". Não muda nada na vida do empresário. O que muda é na vida do consumidor.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que tomar cuidado – estamos empurrando o consumidor hoje no Brasil, os mais de 60% que pagam a saúde do seu próprio bolso –, se nós vamos empurrar todo esse pessoal para dentro do SUS sem que o SUS tenha capacidade de financiamento para abrigar a todos. Seria maravilhoso se o tivesse, mas nós sabemos as dificuldades que tem. Então, nós temos que tomar muito cuidado.

Tem duas emendas, Senador Izalci, que estão correndo nesta Casa: uma da Senadora Mara Gabrilli, e a outra, do Senador Eduardo Gomes. Nós apoiamos essas emendas. Nós entendemos que essas emendas começam a trazer algumas clarezas.

Falou-se de listas aqui. A indústria farmacêutica tem exemplos sofridos em listas.

A lista positiva de PIS-Cofins, o senhor não acredita o problema que isso causa. Causa uma falta de concorrência, um critério de concorrência desleal, em razão de questões tributárias. Isso é a pior coisa que pode acontecer dentro de um país. Então, nós temos que acabar com essa lista.

O Anexo XV, que veio da Câmara, é um atraso para a saúde do Brasil, e nós sabemos bem disso, porque nós temos a lista positiva de PIS-Cofins, que foi editada, a primeira vez, em 2003, depois ela foi reformada em 2007 – perfeito, seguiu o que estava escrito na lei, que a cada cinco anos ela tem que ser revista – e, depois, só em 2014! E, mesmo assim, porque teve um fato excepcional para acontecer essa redução. Foi um fato muito pontual à época.

De 2014 para cá, ela não teve nenhuma inovação, nenhuma reforma, nenhuma inclusão de produtos. Isso está gerando um problema sério para todas as empresas, independentemente da origem do seu capital.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON MUSSOLINI – Então, nós não podemos ter lista.

E, junto com uma proposição que veio, inclusive discutida com o Ministério da Saúde e que estava muito bem discutida também com o Ministério da Fazenda, é a que está na emenda da Senadora Mara Gabrilli, que é nós tratarmos das questões de linhas de cuidado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, doenças raras... Nós não podemos tributar doenças raras. Doenças negligenciadas? Nós não podemos tributar essas doenças.

A oncologia é um problema no país, e é só crescente.

Eu era amigo do Brentani, que foi um grande oncologista do Hospital do Câncer de São Paulo, e ele falava: "Problemas de câncer todos nós teremos, vai só depender da idade".

Então, nós não podemos tributar a oncologia, não podemos tributar diabetes... HIV/aids, hoje, é totalmente desonerada; nós não podemos onerar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON MUSSOLINI – Saúde da mulher, métodos anticonceptivos, doenças incapacitantes, doenças cardiovasculares, doença renal crônica. Nós temos que olhar isso com muito cuidado.

Senador, é um apelo que a indústria farmacêutica faz, não em seu próprio nome; nós estamos fazendo apelo a esta Casa em nome do povo brasileiro, daquele que compra medicamento.

A redução de 60% foi muito boa, mas, mesmo assim, nós continuaremos sendo até o quarto país com a maior carga tributária sobre medicamentos; na maioria dos países desenvolvidos é zero. E a gente tem que brigar, e esta Casa tem que defender o zero. Para quê? Para que a gente amplie a saúde e reduza o custo do SUS.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Nelson.

Registrando a presença aqui da nossa querida Damares, o Esperidião Amin também, que está virtualmente.

Eu vou passar imediatamente ao Reginaldo Arcuri para sua exposição.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGINALDO ARCURI (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Queria também, na pessoa da Senadora Damares, saudar os demais Senadores, o Deputado Vitor Lippi, grande amigo que trabalha sempre conosco nesses temas, e os demais Deputados.

Muito rapidamente, Senador, e agradecendo esta oportunidade e todo o trabalho que o senhor tem tido junto conosco, que tem representado avanços significativos para a indústria farmacêutica brasileira, quero dizer um pouco aqui, como mineiro, que, desde a Inconfidência, os mineiros não gostam muito do imposto. Tivemos, inclusive, reiteradas ações contra os impostos em tese, mas temos que trabalhar com o mundo real. Então, embora realmente o ideal fosse que a gente tivesse exoneração total, não só dos medicamentos, mas de tudo aquilo que envolve a saúde, principalmente porque, no Brasil, o gasto mais sistemático, o volume maior de gastos com a saúde não é do Governo, é das famílias, é de cada um dos cidadãos brasileiros...

Então, o tema é extremamente sensível, como o Mussolini corretamente mencionou, para os consumidores – ou seja, cada um de nós –, mas nós achamos que houve, depois de um trabalho muito intenso na Câmara, uma decisão de equilíbrio extremamente relevante – quer dizer, não foi possível ter a exoneração total, mas o percentual foi muito significativo –, assim como se manteve a isenção de 100% para aquilo que são, como disse corretamente o Mussolini, as listas de cuidados, quer dizer, aquilo em que realmente há que se ter um trabalho muito mais sistemático de redução do custo para o consumidor, e, obviamente, em duas linhas a redução para o sistema público, porque não pagará quando for compra pública e também porque evita que você tenha uma sobrecarga para o sistema.

Eu não vou me estender demais.

Vou tomar a liberdade, Senador, de deixar essa apresentação como subsídio de dados para a Comissão, mas, por qualquer um dos indicadores que nós temos das contas nacionais, o que nós vemos é isto, quer dizer, tratar a questão do acesso à saúde tem um impacto direto no que está sendo discutido da reforma tributária. Então, o grau de complexidade das questões que a Casa revisora está tratando é diretamente derivado disso, e por isso é que a gente acha que é extremamente relevante ter processos de aperfeiçoamento nesta Casa e muito cuidado, porque nós não podemos também elidir a questão de que há...

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor mesmo, outro dia, se reportou ao Ministério da Fazenda, pedindo uma definição de quais contas levam ao patamar que está sendo discutido, ou aos vários patamares que estão sendo discutidos, da chamada alíquota modal.

Então, a gente acha que, neste momento, repito, da revisão, é muito importante que nós consigamos avançar ao máximo, para atender tanto à saúde pública quanto ao consumo privado de bens de saúde – obviamente que os chamados equipamentos e processos de acoplamento entre medicamentos e sistemas serão feitos –, para que a gente possa, sim, preservar aquilo que é essencial e que representou um cumprimento daquilo que também nesta Casa foi aprovado, que foi Emenda 132.

Como o Fernando mencionou, o pressuposto é que haverá tratamento diferenciado para medicamentos, equipamentos de saúde, etc. Esse nos parece que é o princípio básico que deve presidir ambas as Casas, mas muito especialmente, neste momento, o Senado Federal.

Então, eu não vou repetir, eu acho que o Mussolini, como sempre, foi muito preciso e muito feliz na exposição, mas quero dizer isto: nós temos uma visão de que manter o equilíbrio é a grande conquista que nós podemos ter neste momento, para que essa longeva – esperamos todos – reforma tributária possa realmente produzir os seus efeitos, como até agora nós temos conseguido.

Então, tentando ser breve para agradecer, mais uma vez, a possibilidade de estar aqui, eu encerraria deixando, repito, um conjunto maior de dados aqui para a Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Bem, vou passar agora, por videoconferência, para o Sérgio Mena Barreto, que é da Abrafarma (Associação Brasileira de Farmácias e Drogarias).

Sérgio.

O SR. SÉRGIO MENA BARRETO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bom dia.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO MENA BARRETO (*Por videoconferência.*) – Bom dia, Senadora Damares, Senador Esperidião Amin, que estão acompanhando aqui *online*, todos os demais Parlamentares, colegas de bancada.

Uma fala rápida, apenas para seguir a posição da indústria.

Senador, nós temos 92 mil farmácias no Brasil. Nós temos mais farmácias que unidades básicas de saúde: temos 60 mil unidades básicas de saúde, temos 92 mil farmácias. Dessas 92 mil, eu represento 10 mil, as maiores, e essas 10 mil dispensam 56% de todo o medicamento dispensado no Brasil. A gente faz 1,1 bilhão de atendimentos.

Então, eu vou falar da vida real; eu vou falar do cidadão que encosta a barriga no balcão, traz uma receita médica com quatro itens e, como não tem dinheiro para comprar os quatro itens, pergunta: "Qual o remédio que tira a minha dor?". E o farmacêutico fala: "Mas o médico passou antibiótico, o médico passou esse outro produto que é importante para o senhor". "Não, eu não tenho dinheiro. Eu quero o que tira a minha dor".

Esse é o Brasil, esse é o Brasil profundo, esse é o Brasil do dia a dia da farmácia. Esse é o Brasil que várias pesquisas já apontaram que tem um abandono de tratamento de 54%, aquelas pessoas que vão a um médico, e o médico fala: "Olha, você tem um problema de coração, você tem um problema de hipertensão, você vai tomar remédio o resto da vida". Dessas pessoas, 54% abandonam o tratamento depois de seis meses. E a principal causa – existe em vários estudos – é justamente o valor do produto.

Apesar de termos genéricos, apesar de termos uma ótima competitividade no Brasil, nós temos uma iniquidade, que é o fato de o cidadão pagar sempre, na maioria das vezes, em 90% das vezes, do próprio bolso. E isso pesa, isso pesa. Ele tem que fazer escolhas.

Então, a gente vem num sistema que é um sistema que não funciona. A gente tem uma das maiores cargas tributárias do mundo e a gente tem um cidadão que paga do bolso e que abandona o tratamento.

Isso incorre em agravos. Esse mesmo cidadão, que pediu só um remédio para dor, vai ser aquele que vai estar numa máquina, infelizmente, tendo um problema renal, vai estar numa máquina fazendo hemodiálise, vai abrir o peito para poder colocar uma ponta de safena...

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente ficou muito espantado, pois, lamentavelmente, tristemente, perdemos 700 mil brasileiros na pandemia de covid, e quase 700 mil brasileiros morrem todos os anos de mortes evitáveis, pois não cuidam de coisas básicas como diabetes, hipertensão e outras doenças muito básicas.

Então, o Brasil precisa avançar. O Brasil precisa avançar.

O Brasil tem a maior carga tributária do mundo, e a proposta é que isso agora se reduza – 60% da base, e a gente tem alguns itens, algumas famílias de produtos que vão ter isenção de 100% –, mas eu acho que esta Casa, que representa os cidadãos brasileiros, pode fazer justiça e pode avançar naquilo que a gente já conseguiu.

E 60% é um bom avanço? É um bom avanço, mas nós teríamos é que isentar os medicamentos! Nós temos que isentar a lista positiva, ou seja, todos os medicamentos que têm tarja no Brasil, que são os de uso contínuo. Nos demais, a gente pode colocar 60%, o que também atende, mas a gente tem que dar um passo a mais.

Na verdade, esta reforma tributária está dando um passo atrás, porque, lá em 2003... E eu acompanhei isso com o então Ministro José Serra. Vai ser uma coisa da época de 2003. Conseguimos a implantação da lei do PIS-Cofins, isentando uma parte dos medicamentos de uso contínuo. E agora, se a gente sai da isenção e sobe para 60%, na verdade, nós estamos piorando, nós estamos dando um passo atrás num país em que as pessoas dizem que só podem comprar o medicamento de dor, porque não têm o dinheiro para comprar os demais remédios.

Então, temos várias emendas correndo no Senado, na proposta do PLP 68, e acho que nós temos que dar um avanço.

Quando tivemos a reunião no Ministério da Fazenda, em que eles apresentaram as listas, a gente disse: "Olhe, gente, a gente tem que fugir das listas".

Mas a gente precisa dar um avanço, a gente precisa dar um passo a mais, porque a gente está pensando num Brasil que vai funcionar nos próximos 30 anos, nos próximos 40 anos, e, claramente, a fórmula atual não está funcionando. A fórmula atual de taxar medicamentos, de isentar só um pouco – porque a gente já tem uma isenção do PIS-Cofins –, de taxar medicamentos demais e de não ter uma visão diferenciada sobre essa importante classe de

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtos, que é a vida das pessoas, não está funcionando. As pessoas estão abandonando o tratamento. Então, a gente tem que dar um passo a mais.

Então, a minha mensagem aqui para o Senado é: ótimo, já temos um bom texto, mas esta Casa poderia dar um passo a mais e mostrar para a sociedade brasileira a iniquidade que é isso, a importância que seria todos os medicamentos tarjados estarem liberados, estarem isentos de impostos. Assim, a gente superaria, de uma vez por todas, essa iniquidade que a gente tem no nosso país.

Então, é só reforçar as posições anteriores, agradecer a abertura que esta Casa tem dado para a gente.

Vamos lembrar das inúmeras pessoas que não têm condições e que, todos os dias, chegam às nossas farmácias brasileiras.

Essa é a oportunidade; essa é a oportunidade de implantar gradativamente o sistema que vai acabar com essa iniquidade no nosso país.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Sérgio.

Bem, eu quero agradecer aos expositores, vamos fazer mais uma rodada.

Assim como tem a cesta básica hoje e também o *cashback*, acho que a gente poderia estudar isso também na área de medicamento, não é? Acho que seria interessante.

Bem, eu agradeço e convido aqui para compor a mesa o Sr. Rodrigo Gatti Pinheiro...

Obrigado, mestre.

O Rodrigo Gatti Pinheiro é representante da Associação Brasileira dos Hospitais Veterinários.

Emerson Casali, Consultor Institucional do Brasil Educação e Associação Brasileira de Academias (Acad Brasil); Tadeu Puretz Iglesias, Mestre em Direito Tributário; e, por

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

videoconferência, Elizabeth Guedes. E quero convidar também aqui o Vanderlei Viana, do Fonif. (*Pausa.*)

Passo imediatamente a palavra, então, ao Emerson Casali, que é o nosso Consultor da Acad (Associação Brasileira de Academias) e Consultor Institucional do Brasil Educação.

O SR. EMERSON CASALI (Para expor.) – Bom, Senador, bom dia a todos. Queria começar cumprimentando o senhor e, na sua pessoa, cumprimentar aqui os demais participantes; cumprimentar a Senadora Damares, Deputado Lippi, Senador Laércio, enfim.

E aqui, Presidente, em nome da Acad Brasil, do Presidente Ailton Mendes, das 30 mil academias, quero agradecer essa oportunidade, agradecer a sua assessoria, bastante competente, e agradecer, em nome de toda a saúde e educação, o trabalho que o senhor tem feito na reforma tributária. Quando a gente lembra que a gente estava discutindo aqui em 2022 que seria apenas colocar um favorecido no CBS, hoje a gente tem limites claros que garantem dar segurança para os setores de saúde e educação, mostra esse papel, e o senhor teve um papel muito decisivo nessa luta.

E dentro disso, Senador, aí vem uma questão: faz sentido desonerar, reduzir a carga de saúde e educação? É claro que faz, isso é muito lógico e felizmente a reforma avançou nessa direção. Saúde, educação, esporte, tudo isso desonera o Estado brasileiro. Aí a pergunta que fica, Senador, é faz sentido? Tudo isso faz sentido, agora faz sentido a gente reduzir a carga na parte de tratamento, na parte de medicamentos e aumentar na parte de atividade física, que é uma parte totalmente voltada à prevenção de saúde? Talvez não faça sentido isso daqui, porque isso tem um reflexo muito grande no próprio sistema de saúde.

Bom, dito isso, eu vou fazer uma rápida apresentação aqui. Nessa nota técnica, quem diz que a gente tem que ter política tributária que favoreça as atividades de condicionamento físico, porque isso é importante para a saúde, é o Ministério da Saúde. É uma nota técnica, de 2023, da Ministra Nísia, muito em linha com o que pensa a OMS, muito em linha com o que todos os países estão acordando para isso. A gente tem que estimular a atividade física, isso tem um reflexo muito grande, como a gente vai ver.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O resumo da ópera aqui é que a população, todo mundo sabe, está envelhecendo, ela está engordando e ela está muito sedentária. O nível de inatividade física no Brasil é muito alto. Hoje a gente tem mais de 10 milhões de pessoas nas academias, e a gente talvez precisasse ter 20 milhões, 30 milhões de pessoas. E, quando a gente fala de 10 milhões, 20 milhões, 30 milhões de pessoas, a gente tem que lembrar o que é a população brasileira. A população brasileira é classe C, D e E. As classes A e B, os ricos teoricamente, são 7,5% da população; 92,5% são C, D e E, e é neles que tudo isso vai fazer muita diferença.

Sem entrar nesses pontos, claramente a atividade de condicionamento físico traz um conjunto de benefícios muito grandes, um conjunto de ganhos diretos, quem pratica tem um conjunto de outros ganhos na saúde física e mental. Diante disso, ela é vista hoje como algo fundamental na atenção primária à saúde, na questão da prevenção.

Os números são muito grandes. Aqui é a inatividade física no Brasil, um dado calculado pela Deloitte, num relatório internacional: ela custa R$28,5 bilhões para o sistema de saúde. Em produtividade do trabalhador, a gente perde 163 milhões de dias úteis de trabalho em função da inatividade, o que dá R$56 bilhões. Ou seja, é um desafio nosso melhorar isso.

Teve um número que foi citado aqui: o Brasil perde 700 mil pessoas por doenças crônicas não transmissíveis por ano, é um número muito alto. E o que se observa é o seguinte: na parte de doença crônica não transmissível, a inatividade física é um fator que a gente consegue modificar, é um fator de risco modificável.

Bom, o mundo tem acordado para isso, há muita gente cada vez mais praticando alíquotas reduzidas de IVA.

Aqui eu já comentei: a nossa população tem um perfil de classe C, D e E, quem mais frequenta academia são as classes C e D. E aqui, se sair de R$100 para R$110, o sujeito já sai da academia, porque isso daqui já pesa no orçamento dele.

A reforma contemplou as atividades desportivas, nas quais as academias se inserem, mas o PLP não trouxe a redução de 60%. E aqui vem um problema muito parecido com os dispositivos médicos, por exemplo, em que você tem a reforma constitucional, que dá um comando claro, e depois isso não se reflete no PLP.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, o senhor que tem toda a formação em contabilidade, aquilo dali é assustador. Uma academia do Simples que fatura R$150 mil vai pagar de CBS e IBS 7,4% aproximadamente. Uma academia no lucro real ou presumido vai pagar 26,5%, quase 20% de diferença sobre o faturamento. Aí você ainda tem a diferença no IRPJ e CSLL e ainda tem a folha pela CPP no Simples. É impossível. Aí, o senhor também conhece bem, isso inviabiliza as academias fora do Simples e as do Simples não vão crescer. E aí começam todos os efeitos colaterais que a gente conhece. O sujeito tem cinco academias no Simples, cada uma no nome de um e por aí vai. E a perda de arrecadação é real, porque a arrecadação vem muito do lucro real e presumido e aqui não vai ter como competir.

Bom, fechando aqui, a gente gostaria, Senador, no inciso das atividades desportivas, de inserir ali uma emenda para ter a redução. Tem oito emendas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EMERSON CASALI – ... de oito Senadores diferentes nesse sentido. A gente fez uma estimativa, é muito complexo realizar esse cálculo.

E o impacto – esse é um setor em que as academias de lucro real e presumido ali, fora do Simples, arrecadaram em 2022 R$3,68 bilhões – é muito pouco do ponto de vista econômico, gerando um impacto absolutamente insignificante. Se o Brasil tomar essa decisão de que ele quer estimular a prevenção, a atividade física, vai ser 0,01%, ou seja, não impacta a alíquota.

Enfim, queria aqui mais uma vez agradecer, Senador, a oportunidade de trazer este debate, e até trazer no âmbito da questão de saúde – o Ignacio propôs isso, e eu acho muito pertinente aqui. E queria agradecer também o apoio da Senadora Damares, que também tem dado uma boa atenção aqui ao setor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Bem, passo imediatamente ao Rodrigo Gatti Pinheiro, que é da Associação Brasileira dos Hospitais Veterinários.

O SR. RODRIGO GATTI PINHEIRO (Para expor.) – Bom dia a todos. Tudo bem?

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria primeiro começar agradecendo ao Senador Izalci a oportunidade de poder expor a pauta, e agradecer a presença de todos os convidados.

Então vamos começar. Acho que queria começar explicando qual é a nossa pauta.

A nossa pauta é muito simples: considerar os serviços de saúde veterinária como saúde. Saúde veterinária foi um dos únicos prestadores de serviço de saúde defendidos pelo Ministério da Saúde que foi desconsiderado dentro do rol de serviços de saúde; portanto, os que têm a redução de alíquota de 60%.

A gente vai explorar hoje acho que quatro grandes prismas: o impacto dessa decisão sobre a saúde em si, o impacto dessa decisão sobre a classe médico-veterinária, o impacto dessa decisão sobre a população geral, e o impacto dessas consequências como um todo para o próprio Governo, para o próprio poder público.

Então, eu queria começar defendendo quem é a nossa autoridade de saúde: é o Ministério da Saúde, é a OMS no nível internacional. E nós temos o conceito de saúde única. O Ministério da Saúde defende a saúde única, que basicamente é defender que a saúde humana, a saúde ambiental e a saúde animal estão interconectadas. E eu acho que a gente está vivendo momentos catastróficos no país que mostram isso. Em relação às queimadas, a gente trouxe algumas fotos aqui, que viralizaram nas redes sociais, de animais que foram completamente carbonizados, animais que estão passando dificuldade. As fotos do Rio Grande do Sul, onde tivemos crises zoonóticas de doenças como leptospirose, que acabaram aumentando logo após, e em torno de 20 a 30 mil *pets* abandonados. E acho que o pior exemplo de todos é a própria covid, cuja teoria mais aceita é de que veio de origem animal. Então, fechar o olho à saúde veterinária, é fechar o olho à saúde como um todo. E isso daqui não sou eu que estou dizendo, não são os veterinários que estão dizendo, é o próprio Ministério da Saúde.

Explorando um pouco ainda mais essa dicotomia, quando a gente olha hospitais veterinários, por exemplo, que estão em uma mais alta complexidade, eles são estabelecimentos de saúde que mexem com materiais radioativos, amostras biológicas, agentes patógenos, drogas controladas, são fiscalizados pelas secretarias de saúde e regidos também pelo conselho de classe. Trouxemos aqui algumas fotos de comparação de infraestrutura de hospitais humanos de ponta e de hospitais veterinários de ponta. Os equipamentos são exatamente os

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmos, as drogas são exatamente as mesmas, os fornecedores são exatamente os mesmos. Quando a gente olha e compara licenças, alvarás e orientações regulatórias, são todos exatamente iguais. E fica explícito como é que isso não é considerado serviço de saúde.

Vamos olhar o impacto sobre a classe médico-veterinária. Hoje 50% dos médicos veterinários do país têm uma renda inferior a R$5 mil, uma renda média de R$4 mil, e em muitas cidades do país o R$ por hora produzido pelo médico-veterinário é menor do que o do motorista de aplicativo; 60% dos médios veterinários já pensaram em abandonar a profissão e 89% se sentem completamente esquecidos pelo poder público.

E do que a gente precisa para poder fazer essa mudança? Basicamente de uma isonomia legal. Nós temos os deveres de saúde e nós pedimos os mesmos direitos de saúde. Nós precisamos dessa isonomia. Precisamos de segurança jurídica para atrair investimentos no setor e aumentar a produtividade médica. Como muitos dos meus colegas falaram aqui hoje, é impossível prestar saúde sem investimento. É impossível fazer um laudo sem uma tomografia, sem um raio-X. Os equipamentos são necessários, as drogas são necessárias. E somente por meio de investimento e aumento de produtividade é que a gente vai conseguir mudar essa realidade de 200 mil brasileiros, aumentando a remuneração médica.

Falando um pouco agora sobre a população, o gráfico aqui ilustra o que todos nós aqui sabemos. Se eu pedisse para todos os participantes aqui que levantasse a mão quem tem *pet* em casa e quem tem filho, muito provavelmente a quantidade de mãos de quem tem *pets* seria maior. E é o que esse gráfico aqui diz. Esses são o número de filhos por casais e da população *pet* no país ao longo das últimas décadas. E a gente vê uma clara inversão, desde os anos 2000, e uma boca do jacaré, vamos dizer assim, que só vem aumentando. Hoje 53% de todos os domicílios do país têm *pet*. Nós temos mais *pets* do que crianças de zero até dezoito anos.

E, como já ouvi muito aqui na Câmara e no próprio Senado, "Mas isso é um problema de classe A e B, é um problema de classe abastada", e não é o que os números mostram. A grande maioria dos *pets* estão alocados na classe popular.

E 83% dos tutores hoje enxergam seus *pets* como filhos, como membros da família. E isso faz com que... Imaginem vocês na situação: sem renda, chega ao hospital com seu filho na mão e você não consegue pagar por um serviço. O que vai acontecer? Pressão sobre o poder

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público. E é o que vem acontecendo nos municípios. Então, a gente teve, nos últimos oito anos, um crescimento de 58% no número de hospitais públicos veterinários. E como o hospital público veterinário não é considerado saúde? Essa verba já sai da saúde, já sai dos municípios. E, hoje, é triste, mas o poder público já mais gasta do que arrecada com serviços veterinários. E eu vou mostrar o porquê.

Aqui nós temos um pouco do impacto fiscal, porque acho que estamos sendo bastante questionados de adotar a saúde veterinária como saúde. Qual é o impacto fiscal? É zero. Na verdade, ele é negativo. E por que isso acontece? A saúde veterinária foi esquecida no país por muitas décadas. Então, quando a gente olha no nosso gráfico, o índice da arrecadação é mísero.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO GATTI PINHEIRO – Estamos falando de R$300 milhões no ano de 2022. Só que estamos falando de um mercado de R$20 bilhões. A linha verde com o percentual é o índice de formalização, o inverso disso é a sonegação; ou seja, desde 2020 e 2021, 90% da receita do setor era sonegado. A partir da reforma tributária e do mínimo de segurança jurídica no setor, essa formalização saiu de 10% para 25%, ou seja, o poder público saiu de uma arrecadação de R$79 para R$300 milhões pelo crescimento do mercado, que vem crescendo acima do PIB faz mais de décadas, mas sobretudo pelo aumento da arrecadação. Quando o investimento entra, os hospitais se desenvolvem, os planos de saúde se desenvolvem, isso gera uma formalização em cadeia. O que a gente precisa é que os médios se formalizem, que os fornecedores se formalizem. É aí que o Governo ganha.

Na nossa projeção, o Governo abriria mão, em não adotar essa medida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO GATTI PINHEIRO – ... de 3,6 bilhões até 2027 e, entre 2028 e 2031, 5 bilhões – só para encerrar, Sr. Presidente –, e isso gera para a classe veterinária crescimento tanto em número de empregos quanto no salário, que aumentou 6% em índices reais, acima da inflação. Ou seja, essa é a história de sucesso, de 2020 a 2023, pelo mínimo de segurança jurídica. E é isto aqui que está em jogo: devolver para o mercado veterinário, para a classe veterinária, projetar um futuro tão sombrio quanto foi o passado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, para concluir, eu queria reforçar que o poder público já gasta mais do que os serviços veterinários e passar um pouco da dinâmica dos hospitais, que estão no final da cadeia, atendendo o cliente B2C e todos os seus fornecedores são de saúde. A medicação, os equipamentos, tudo que nós compramos são de fornecedores de saúde humana.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO GATTI PINHEIRO – Então, eu não tenho meu crédito e ainda por cima sou tributado na minha alíquota cheia. Isso gera a inviabilidade de investimento no setor, gera um aumento de carga tributária de três vezes e isso o inviabiliza completamente.

Nós montamos estudos completos para apresentar, para guiar os Senadores e Congressistas como um todo a tomarem a melhor decisão pelo país. Analisamos de todos os prismas, fornecemos todas essas informações para o Ministério da Fazenda e estamos à disposição para poder discutir.

Temos a emenda. A nossa proposta basicamente é riscar saúde humana e levar em consideração a saúde única, que é o que o próprio Ministério da Saúde defende, e adicionar no anexo os serviços veterinários.

Agradeço o tempo. Agradeço novamente, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Vou passar a palavra agora ao Vanderlei Vianna, do Fonif.

O SR. VANDERLEI VIANNA (Para expor.) – Bom dia! Bom dia a todos! Bom dia, Senador.

Quero agradecer e, na sua pessoa, cumprimentar também a Senadora Damares, que, daqui, foi uma das primeiras... Assim que chegou aquele calhamaço lá da Câmara dos Deputados, a Senadora e o Senador foram os primeiros a, imediatamente, propor uma emenda para esse projeto.

Quero cumprimentar os demais que falaram aqui anteriormente.

Senador, V. Exa., antes de ser Senador, é um educador, um professor, um contador. V. Exa. mesmo diz que é um contador que está Senador, não é? Os contadores contam as dores. Nós

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viemos aqui contar as nossas dores e V. Exa. está contabilizando aí todos os nossos dilemas, por isso eu quero agradecer.

Há duas certezas na vida, como já dizia Benjamin Franklin: a morte e os impostos. Todos nós temos que pagar os nossos impostos. Há um dever fundamental, inclusive, de pagar impostos, porque a Constituição fala muito dos deveres e direitos fundamentais, mas nós precisamos destacar o dever fundamental do brasileiro: pagar imposto, de todos nós: pagarmos impostos.

Então, estamos aqui em nome do Fórum Nacional de Instituições Filantrópicas. O Dr. Custódio faz um agradecimento especial à V. Exa., à sua assessoria – Ignacio, obrigado por ouvir o Fonif!

Esta audiência pública fala de educação e também de saúde, mas parece que tem mais gente da saúde aqui. Queria só, como V. Exa. é educador...

Antes de entrar na vida pública aqui no Distrito Federal – digo para aqueles que não sabem –, o Senador Izalci criou o Cheque-Educação para exatamente aquelas vagas ociosas nas escolas privadas. E isso foi embrião do Programa Universidade para Todos (Prouni).

Então, V. Exa. sabe muito bem o dilema dessas entidades as quais nós representamos.

O Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas representa algumas entidades. Estou vendo aqui o Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas, Pastor José Carlos Silva, que está aqui conosco. Estou vendo aqui também alguns amigos da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (Anec). Estou vendo aqui o Dr. Kildare Meira também, que representa o Semesp e outras áreas importantes da educação. Estou vendo aqui o José Luiz Spigolon, representando também a CMB – sofremos juntos também com isso –, e demais entidades que estão nos vendo. Nesta quinta-feira de manhã, enquanto estamos aqui com a sala lotada, muitas pessoas, centenas de pessoas estão nos canais oficiais do Senado Federal nos vendo. Só no YouTube, temos centenas de pessoas.

Então, veja só como esse tema é um tema que está chamando a atenção do país, Senadora, porque recebemos aqui 511 artigos, o Senado recebeu um livro, um livro de mais de

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

400 páginas. Aqueles que leram esse livro inteiro sabem que o Brasil morre no final. Vou dar um *spoiler* aqui: se a gente não mudar, se o Senado não fizer algo, vai ser muito prejudicial ao país.

Eu, como V. Exa. tem visto nessa sequência de audiências, tenho assistido a todas elas, e V. Exa.: "Vá ao ponto". Então, vamos ao ponto.

O Fonif representa 27 mil estabelecimentos sem fins lucrativos no país. Hoje, de cada R$1 – R$1 – que o setor filantrópico recebe em benefício fiscal, devolve em contrapartida quase R$10 – isso é uma pesquisa.

Só na área... Como o pessoal da área de saúde está em preponderância aqui, eu destaquei a área educacional. Somos hoje, Senador Izalci, 780 mil bolsas de estudos. Eu sou advogado, líder da educação adventista no Brasil: nós temos quase 300 mil alunos e temos 60 mil bolsas de estudos. Então, é importante ver o impacto disso aqui também.

Na área de assistência social, nós temos 625 mil vagas para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Estão matriculados, somente nessas escolas sem fins lucrativos – escolas confessionais católicas, espíritas, evangélicas e tudo mais –, mais de 2,6 milhões de alunos: 18% do total de alunos da rede privada está numa entidade filantrópica; 12%, no ensino superior, e assim por diante.

São, portanto – repito –, 778 mil bolsas de estudos. São dados oficiais do Ministério da Educação, dados que foram fornecidos a pedido do Tribunal de Contas da União ao Ministério da Educação. Ele falou: "As bolsas de estudos são esse total".

Existe hoje uma lei complementar, que passou inclusive aqui no Senado Federal – a lei que regula a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas) –, e ela diz que, a cada cinco alunos pagantes, Senador, você tem a obrigação de dar como contrapartida uma bolsa integral. Então, essas entidades não fazem filantropia porque são boazinhas, é porque a lei realmente determina, é porque é uma política pública votada pelo Constituinte originário lá em 1988.

Vamos ao que interessa na reforma tributária aqui.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na assistência social, temos também mais de 8 mil entidades voltadas. Elas devolvem, de cada R$1 que recebem de benefício fiscal, R$12,75.

Vamos, então. Olhem só. O que aconteceu com a reforma tributária? O texto da Constituição, no ano passado, no finalzinho do ano, foi mudado. Então, foi a Emenda Constitucional 132 que colocou o seguinte ali, no art. 156, a respeito da isenção e da imunidade: "I - não implicarão crédito para compensação com o montante devido nas operações seguintes", ponto. No entanto – essa é a leitura que a gente faz –, o inciso II diz que: "acarretarão a anulação do crédito relativo às operações anteriores, salvo, na hipótese da imunidade [...]".

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLEI VIANNA – Veja só, inclusive com relação ao inciso XI, que fala das comunicações, então o crédito está protegido para as emissoras de rádio e televisão – está protegido – quando determinado em contrário por lei complementar. Então, é lamentável que a lei complementar que chegou lá da Câmara dos Deputados ao Senado Federal não traga essa imunidade também. E rapidamente alguns Senadores, destaco aqui a presença de V. Exa. e também da Senadora Damares, que imediatamente querem corrigir isso daí, fazendo algumas emendas. Então, eu destaco esta condição: a própria Constituição Federal autoriza que a lei complementar venha também contemplar essa imunidade do creditamento.

Vou ao final, porque meu tempo já está chegando ao final. Só um exemplo. Uma entidade imune no meio de uma cadeia de consumo. Uma universidade confessional, por exemplo. Temos aqui várias universidades que estão aqui nos vendo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLEI VIANNA – Essa universidade confessional compra vários insumos, desde uma simples caixa de giz, um quadro negro, uma moderna lousa virtual ou qualquer outra tecnologia assistiva para auxiliar alunos com deficiência, seja o material que for. Como o serviço dela é imune, aquele imposto que foi pago na etapa final, na etapa anterior, não dá crédito. Ora, se não dá crédito, já fica evidente que o aluno vai ter, no preço que ele está pagando, o imposto que a universidade pagou na aquisição e que ela não conseguirá se

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

creditar, ou seja, a universidade pagou imposto sobre cada aquisição sua. Como a saída dela não é tributada, aquele imposto se torna custo para a universidade.

Então, realmente nós estamos trazendo aqui essa preocupação. E eu gostaria de, como sugestão, dizer o seguinte. O que diz o art. 150, alíneas "b" e "c"? Porque às vezes o pessoal da Fazenda Pública vem aqui dizer: "olha, essas entidades estão"... mas não. Esse artigo da imunidade envolve as entidades religiosas, os templos de qualquer culto, as organizações assistenciais, os hospitais e Santas Casas de Misericórdia, as escolas e universidades católicas e evangélicas, os sindicatos e também os partidos políticos. Ora, onde estão os assessores jurídicos dos partidos políticos? Eles serão afetados também! Onde é que estão os sindicatos, que não vieram aqui falar? Eles serão afetados também.

Graças a esses argumentos, a Câmara dos Deputados tirou do texto o art. 460, que afetava essas entidades também. Então, nós queremos e pleiteamos que o Senado Federal também faça essa mudança. E eu quero colocar aqui no final esta que é a sugestão da emenda, inclusive da emenda de V. Exa., que eu coloquei: em relação a essas organizações, não acarretará a anulação dos créditos.

Muito obrigado, Senador. Muito obrigado a todos por esse tema, e que o Senado Federal tenha a sensibilidade de contemplar esse tema importante para as nossas entidades.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Vanderlei. (*Palmas.*)

Vou passar de volta para o Emerson Casali, que vai falar sobre a questão da educação.

O SR. EMERSON CASALI (Para expor.) – Senador, trocando agora o chapéu e falando um pouquinho aqui da educação, eu queria em nome do Prof. Celso Niskier, em nome da Profa. Amábile Pacios, em nome da Profa. Lúcia Teixeira, enfim, em nome de todos que compõem esse Fórum Brasil Educação... É um Fórum Brasil Educação que é irmão do Fonif, ou seja, algumas entidades participam, as filantrópicas participam do Fonif e também participam aqui, quem faz educação. Então, tudo que a gente pensa, até na parte filantrópica, é muito alinhado com o que o Dr. Vanderlei brilhantemente aqui expôs. E trazer, Senador, em nome de todos eles, o agradecimento pelo trabalho que o senhor fez ao longo de todos esses anos em prol da

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação e na reforma tributária, muito firme. Eu já citei a PEC 110, em que a gente tinha ali que ia ser favorecido só na CBS, e hoje a gente tem a clareza de limites dentro da CBS e do IBS, tem a clareza da imunidade, tem a clareza... Então, agradeço muito, em nome deles.

Bom, a gente acha que a reforma, no geral, de uma forma geral, deu um tratamento justo para a educação. A educação é muito diversificada, a gente tem milhões de matrículas nas filantrópicas, milhões de matrículas no Simples, milhões de matrículas em universidades privadas com fins lucrativos, em escolas dos mais diferentes tipos, enfim, ela tem uma diversidade muito grande. E todos esses pontos a gente teve que trabalhar ao longo do processo.

A preocupação principal aqui foi a discussão justamente do aumento de carga sobre as com fins lucrativos. E aí a gente foi fazendo as contas todas certinhas, de olhar resíduos tributários, de fazer a conta por fora. Isso aqui é absolutamente exemplificativo, mas para dizer o seguinte: a reforma, no geral, foi equilibrada para as com fins lucrativos. Ela vai ter uma ou outra escola que está num lugar que tem 2% de ISS e vai ter um pequeno aumento, uma ou outra que vai ter uma pequena redução, mas no geral a reforma trouxe um equilíbrio. Ali foram alguns cálculos que foram feitos com o apoio do Semesp, do Rodrigo Capelato, e a gente viu que realmente o ensino básico vai pagar um pouco mais, o ensino superior, um pouco menos, mas, assim, dentro do geral da reforma, ela foi razoavelmente equilibrada para o setor. E uma grande vitória que foi o Prouni estar dentro da própria Constituição.

Bom, como eu disse, os diferentes tipos, do ponto de vista da tributação, quanto a eles, mais ou menos, a reforma preservou a neutralidade, seja no Simples, enfim, até as sem fins lucrativos. Nas filantrópicas tem essa discussão justamente do crédito, da questão do quanto também o aumento do custo dos serviços, dos impostos sobre os serviços impacta na questão das filantrópicas. Mas, assim, voltando, de uma forma geral, a reforma atendeu razoavelmente bem o setor.

E a gente tem aqui os aperfeiçoamentos finais. Aqui tem duas emendas que a gente está pleiteando, que são a parte de bolsa de estudo. Senador, a gente hoje sofre com o problema de tributação de bolsa de estudo, que aparentemente não faz sentido, mas sofre. A Câmara trouxe algo dizendo que as bolsas de estudo para empregados não seriam tributadas, o que trouxe um alívio, mas se colocou lá "desde que esse benefício seja oferecido a todos os empregados,

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorizada a diferenciação em favor dos empregados de menor renda...". Aí você começa a criar um conjunto de inseguranças que desestimula... Às vezes, uma escola que poderia dar menos bolsas, enfim, mas daria algumas bolsas, vai acabar sendo desestimulada.

Tem a questão do Prouni. Então, hoje, fiscalização do Prouni vai lá e tributa a parte do incentivo fiscal, cobra ISS, multa de 400 mil, enfim... Aí, a gente tentou na Câmara, e disseram: "Não, isso daí é preciosismo".

Não é preciosismo, é realidade, a gente vive isso. Então, a gente tem que trazer para o texto.

Quanto às filantrópicas, a gente trouxe aqui uma sugestão de emenda, junto com os itens 4 e 6 também, ter a devolução dos créditos...

Aqui também a gente agradece muito à Senadora Damares, que também apresentou emenda nesse sentido, enfim, na defesa do tema...

Eu não preciso falar tudo o que o Vanderlei falou aqui do quanto qualquer coisa que a filantrópica faz traz retorno para a sociedade, e ela ainda paga imposto através de bolsa, praticamente.

Eu sei que, do ponto de vista jurídico, é uma aberração o que eu estou falando, mas, de fato, ela tem uma contrapartida muito clara. Então, é algo que tem um valor para a sociedade gigantesco – a filantropia.

Aqui, a gente está ainda querendo, Senador, apresentar algumas sugestões finais...

Essa daqui tem a ver com serviços.

Por exemplo, na parte de um contraturno, se você der aula de futebol de salão, são 60% de desconto; se você der aula de robótica, é tributado integralmente; se você der aula de artes, é menos; se você der aula de inglês, é mais.

Isso não faz muito sentido. Então, seria no sentido de que as instituições de ensino possam manter os 60% de desconto para os seus alunos.

O Dr. Kildare fez uma provocação muito importante...

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. EMERSON CASALI – ... do semestre para a questão do... Ninguém está muito de olho nisso, mas a gente tem 60% de desconto. Se a avaliação futura disser que tem que sair dos 60%, porque não vale a pena, é sair de uma vez. Então, ele sugeriu uma emenda ali, Senador, para que possa justamente essa saída de algum setor, se eventualmente ocorrer, ser de forma gradativa, bem como serem os termos assinados e os contratos respeitados.

Por fim, quero agradecer mais uma vez ao senhor por tudo que faz pela educação; agradecer à Senadora Damares também, que apoia muito o setor; agradecer a toda a assessoria aqui e a atenção de todos.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Bem, eu vou passar a palavra ao Tadeu, que é Mestre em Direito Tributário.

O SR. TADEU PURETZ IGLESIAS (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Começo agradecendo aqui o convite ao Senador Izalci Lucas.

Quero agradecer a presença da Senadora Damares, do Deputado Vitor...

É um prazer estar aqui.

Esse é um tema que é fundamental para todo o Brasil. Independentemente de qual setor a gente está falando, a reforma tributária posta altera o sistema, a lógica da tributação no Brasil, impactando todas as pessoas que vivem neste país. Então, o tema é fundamental, e eu agradeço muito a oportunidade de estar aqui falando um pouco sobre ele.

Eu não trouxe a apresentação, porque vou fazer uma fala rápida.

Quero dividi-la em três partes.

Há uma primeira parte, inicial, em que eu pretendo analisar dois dispositivos constitucionais que foram citados várias vezes aqui, ao longo das brilhantes exposições que foram feitas, para identificar, para investigar se o que a gente está discutindo aqui, o que todos

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós estamos discutindo aqui, é possível ou não. A gente precisa pedir o que a gente está pedindo ou a Constituição determina que se faça?

Então, vamos lá.

A gente está falando do setor de saúde e de educação.

Eu ouvi já, algumas vezes, nas exposições que me antecederam, a seguinte expressão – que obviamente repete a Constituição Federal: "O art. 205 e o art. 196 da Constituição Federal falam que saúde e educação são um direito de todos e um dever do Estado".

A gente sabe que existe uma diferença muito clara entre o que é o texto e o que é a norma. O texto é aquilo que a gente lê; a norma é aquilo que a gente extrai, aquilo que o Constituinte quis dizer.

Quando o Constituinte disse que saúde e educação são deveres do Estado e direitos de todos, o que é que ela está querendo dizer na realidade, na prática? Ela está querendo dizer que o Estado – quando digo Estado, digo em *lato sensu* – não pode dificultar, inviabilizar, atrapalhar a atividade relacionada à saúde e a atividade relacionada à educação.

No art. 6º da Constituição, lá no início da Constituição, há uma menção expressa no sentido de que a saúde é um direito social. Ela estar no art. 6º geograficamente mostra a importância desse tema para o legislador. Os princípios estruturantes, aqueles que pautam a base do Estado, geograficamente estão na parte de cima da Constituição.

E qual é a grande diferença dos princípios estruturantes dos demais princípios? Os estruturantes não podem ser balanceados, ser colocados numa balança; eles são a base do Estado. Quando eles entram em conflito com qualquer outro princípio, eles se sobrepõem.

Então, eu acredito que muito do que a gente está discutindo aqui, como se a gente estivesse fazendo um pedido ou algo do tipo, na verdade, é uma determinação constitucional.

Claro, a reforma tributária, como eu disse, mudou o sistema tributário. É complexo, é longo, é difícil a gente conseguir, daqui de dentro, identificar todas as possibilidades de operações possíveis de cada setor, e é por isto que nós estamos aqui: é para contribuir mesmo,

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é para trazer aquilo que eventualmente, aqui, escrevendo o projeto, não foi visto, o que é natural, em razão da complexidade.

Então, ultrapassado esse primeiro momento, eu queria citar duas coisas.

A primeira é que a gente está diante de uma tributação, de uma reforma, de um projeto que versa sobre tributação sobre o consumo, que, como já foi dito aqui várias vezes, é necessariamente um valor que é repassado ao consumidor final. Aqui a gente não está discutindo Imposto de Renda, não é tributação da empresa; aqui é tributação repassada ao consumidor final.

Dois dos princípios mais relevantes desta reforma tributária são a neutralidade e a não cumulatividade. O que quer dizer não cumulatividade especificamente? Olha, quando se aplica a não cumulatividade de forma adequada, o que a gente tem por efeito é que a tributação não cumulativa acaba pressupondo que toda a cadeia produtiva é mera antecipadora do tributo que vai ser devido lá na frente. Então, o cuidado com que tem que ser analisado esse tema é gigante. E, nesse ponto, o PLP 68 – e a Constituição já vinha nesse sentido também – fez bem em trazer as reduções que trouxe para o setor.

Eu queria contribuir com dois pontos.

O primeiro ponto é uma contribuição relacionada a um item que eu senti falta, ao analisar o Anexo 3 do PLP, que é o item esterilização.

Pode ser que ele tenha sido esquecido mesmo, até porque a instrumentação de material está prevista.

A esterilização de material médico não é só importante, mas é obrigatória. Então, não estou aqui defendendo que pode acontecer, que pode, eventualmente... Vai acontecer. É obrigatório. Todos os hospitais têm que seguir as regras de esterilização. Elas não estão hoje previstas no PLP.

Isso onera toda a cadeia, e, no final das contas, como é tributação sobre o consumo, é repassada ao consumidor final.

(*Soa a campainha.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TADEU PURETZ IGLESIAS – Nesse sentido...

Queria registrar a presença do Prof. Heleno Torres, meu professor do Largo São Francisco.

Ademais, toda a cadeia produtiva, justamente pelos motivos que eu acabei de mencionar um pouco antes, por ser, de fato, algo protegido pela Constituição, deve ser desonerada.

Se eu tenho, no meio da cadeia, um elo que está sendo onerado, aquele elo certamente está sendo prejudicado. E, claro, isso é repassado, como eu disse, ao consumidor final.

O segundo ponto que eu queria mencionar, e eu queria fazer referência a esse ponto, que já foi mencionado várias vezes, mas eu queria fazer a relação com o tema que eu trouxe, a esterilização, é que o art. 156-A, §7º da Constituição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TADEU PURETZ IGLESIAS – ... ele, de fato, trouxe essa ideia de que os créditos serão anulados nas operações anteriores, nos casos em que a gente está diante de uma entidade imune.

Talvez essa seja a maior disparidade. Tanto, que foi citada tantas vezes, foi citada muitas vezes aqui neste momento, e eu não vou me estender nesse ponto. Eu queria só levantar o paradoxo que é uma cadeia em que, por conta dessa anulação de créditos, se você tiver uma entidade imune, no meio da cadeia, fica mais caro do que se você não tiver, sendo que a imunidade é uma regra de não competência tributária ou de incompetência tributária, em que o Constituinte não deu permissão aos entes federais para instituir imposto sobre.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TADEU PURETZ IGLESIAS – Então, é um total contrassenso. Eu reforço aquilo que já foi mencionado.

E, para finalizar, eu queria só fazer um comentário rápido, porque a gente discutiu aqui, e para contribuir sem maiores delongas, sobre a discussão da lista. A lista é ruim ou a lista é boa?

Olha, a gente tem que pensar que a lista pode até ser ruim, mas a lista elenca expressamente o que a gente tem.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem o problema de atualização, é verdade, mas a outra opção é uma cláusula geral, que também tem problemas, principalmente no que se refere à judicialização, uma série de problemas relacionados à judicialização, e à complexidade que isso gera.

Então, eu gostaria de fazer esses comentários.

E, por fim, as emendas.

A gente encontrou a Emenda 01175, Senador Dr. Hiran, e a 01178, Senador Flávio Bolsonaro, que incluem, na lista do Anexo III, a seguinte expressão: "serviço de esterilização e que se soma ao de instrumentação cirúrgica". O que é absolutamente lógico e louvável, considerando a importância dessa atividade e o comando constitucional no sentido de que a saúde deve ser protegida. O Estado não pode dificultar, atrapalhar ou inviabilizar o setor de saúde nem a educação.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Tadeu.

Eu vou passar agora para a Elizabeth Guedes, que está por videoconferência, que é a Presidente da Anup (Associação das Universidades Particulares). (*Pausa.*)

Tem que liberar o microfone.

Aí...

A SRA. ELIZABETH GUEDES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Meu áudio está fechado.

Agora abriu. Obrigada.

Bom dia, Senador Izalci. Muito obrigada pelo convite.

Quero cumprimentar a minha querida Senadora Damares, que está aqui presente conosco, e o Senador Esperidião Amin – é a segunda audiência pública, nesta semana, em que nos encontramos. Bom dia, Senador.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se, porventura, algum Deputado estiver no Plenário, porque eu não enxergo, bom dia também.

Bom dia a todos que nos assistem e àquelas pessoas que me antecederam.

Senador Izalci, falar com o senhor sobre educação é meio como ensinar pai-nosso ao vigário. O seu mandato é um mandato inteiramente dedicado à educação, por todas as posições que o senhor já ocupou em defesa da educação – básica, superior, enfim –, mas eu vou tentar não o deixar muito chateado com a repetição.

Eu quero começar retomando duas palavras que a pessoa que me antecedeu disse, que foram a questão da não cumulatividade e a questão da neutralidade.

Essa foi a razão pela qual a Anup se juntou, fez a união saúde-educação, em fevereiro de 2020, com a CNSaúde, com a Abramed, com a Abrapp, com a Federação Brasileira de Hospitais, buscando exatamente isto: neutralidade, em razão, inclusive, de sermos tão parecidos e termos uma não cumulatividade que não era expressiva para nós.

Nossas cadeias são curtas, nós temos poucas coisas para acumular crédito, dado que a folha de pagamento não nos permite fazer isso, e nós somos setores de mão de obra intensiva. Então, nós nos juntamos em busca dessa neutralidade.

Calculando as alíquotas que precisaríamos, em conjunto com o Semesp, sentamos os nossos técnicos, fizemos a mesma metodologia e chegamos à conclusão de que o nosso redutor deveria ser de 60% – sabendo que para a educação básica a Abreduc, que estava conosco e que é a entidade que congrega a educação básica, achava que pagaria um pouco mais –, que 60% seria um redutor que nos atenderia.

O Deputado Aguinaldo foi muito companheiro nosso nessa jornada, e nós, então, temos hoje o redutor de 60%.

Nós lutamos também pelo Prouni.

Como disse o Emerson, o Prouni hoje está na Constituição. Nós não temos mais aquele sofrimento de estar, de dez em dez anos, pensando se vai renovar ou não vai renovar. Isso foi ótimo para nós.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, agora, o que a gente luta no Senado é para que o IBS não recaia sobre as bolsas do Prouni, como disse o Emerson.

E o nosso último pedido, que nós também conseguimos, foi a imunidade para os livros: eles têm alíquota zero. Isso é muito importante para o sistema de ensino, é muito importante para a educação do Brasil, de uma maneira geral, e para a cultura, porque os livros estão a serviço da cultura também, de uma forma muito importante na formação dos nossos alunos.

Então, nossas três metas foram alcançadas e nós ficamos muito felizes com esse resultado.

E, agora, aqui no Senado, Senador, o que nós pedimos ao senhor, dentro desses pontos que o Emerson já citou, quer dizer, a não incidência do IBS sobre as bolsas do Prouni...

Hoje o Prouni é um programa consolidado, com mais de 20 anos, vai fazer 20 anos agora, ele é desde 2005. Nós tivemos alunos... O perfil de alunos está cada vez mais próximo do que é o recorte da população brasileira: a maioria de mulheres, pardas que estão fazendo a sua primeira graduação, em famílias que não têm, ainda, pessoas formadas no ensino superior; e, muito interessante, uma pequena parcela, mas crescente, de homens pretos fazendo na idade certa. Então, isso mostra a virtude do programa, no sentido da inclusão e no sentido da efetiva introdução de mais meninos que não têm condição de estudar, que deixam de trabalhar e que vêm então estudar na idade certa, dentro do Prouni.

A outra coisa é a atividade do contraturno. Quanto às atividades de contraturno, nós temos que pensar que as escolas de educação básica são milhares, milhares de pequenas escolas de educação básica no Brasil inteiro, não adianta a gente pensar nas redes, nem nas redes de educação superior, nem nas redes de educação básica, porque são exceções. O grande número de escolas que nós temos espalhadas pelo Brasil são de pequenas instituições que não suportariam um aumento de mensalidade. E aí, Senador, é preciso que a gente chame a atenção pelo seguinte: o redutor de 60% era para uma alíquota de 24%. Então, o Ministério da Fazenda já está falando de 26%, e, quando ele fala em 26%, 60% já não é neutralidade tributária. Nós vamos estar pagando mais do que a gente pretendia. Perdão, não é porque a gente pretendia, mas é porque a gente paga hoje. A nossa intenção nunca foi reduzir a nossa carga tributária, mas foi pagar o que pagávamos sem aumento, apesar da OCDE, como já citado por um palestrante anterior, que coloca alíquota zero ou alíquotas muito reduzidas para saúde e

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação, e o expositor antes de mim de forma muito feliz colocou a leitura da Constituição: somos deveres do Estado e direito da população. Daí porque nos juntamos com a saúde nessa jornada.

Temos também, Senador, nessa questão do contraturno, estas atividades que são ofertadas pelas escolas – e, de novo, pequenas escolas do Brasil inteiro –, como judô, aula de inglês, xadrez, matemática, etc., as atividades de contraturno estão em CNAEs diferentes. Nós precisamos que elas sejam objeto do mesmo redutor, porque senão elas vão impactar as mensalidades de qualquer maneira. E na educação, se os alunos saírem das escolas de educação básica, eles vão para a rede estadual ou municipal, no caso da educação básica; e na educação superior, eles ficarão fora da escola, porque não há vaga nas universidades públicas. Então é muito importante que esse contraturno também seja protegido por esse redutor.

E, por último, a questão dos livros...

Bom, a questão das bolsas, o Casali já falou também. A questão das bolsas não é só o aspecto de que isso inibe a vontade de conceder as bolsas, é também a questão de que algumas bolsas, ou muitas delas, são fruto de acordo sindical, elas são obrigatórias. Se eu não conseguir que elas sejam também incluídas no regime da escola, eu vou ter aumento de mensalidade por força de oferta de bolsas para funcionários, por força de acordo sindical.

E, por último, a questão dos livros. Nós, de novo, queremos pedir pelos livros. Os livros estão isentos, estão com alíquota zero, mas as operações de crédito anteriores não estão sendo consideradas. Elas estavam ou estariam incluídas na Câmara, mas aqui, agora, quando nós estamos fazendo a regulamentação do que foi decidido lá, esses créditos anteriores não estão sendo considerados. Isso terá um impacto de 16%, direto, em livros de toda espécie – e aí não estou falando só de material didático, mas também de material didático.

Então, Senador, eu gostaria de pedir a sua atenção e a atenção do mandato da Senadora Damares, tão ligada à questão da educação. Gostaria de pedir aos senhores que vissem esses quatro pontos: contraturno, livros, Prouni e... E esqueci o último. É: contraturno, livro, bolsa de estudo e Prouni. É isso.

Muito obrigada e me desculpe essa falha de memória no final.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Beth.

Bem, tem mais dois expositores aqui. Eu vou pedir para que também façam o seu registro, porque são pontos que acho que ficaram fora da reforma.

O Prof. Heleno Torres, Doutor em Direito e Professor Titular da USP, vai falar um pouquinho sobre a questão dos cemitérios e da saúde.

Pois não, Professor.

O SR. HELENO TORRES (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Izalci Lucas, queria saudá-lo e, na sua pessoa, a todos que estão aqui presentes; e saudar a Senadora Damares também, aqui ao meu lado.

E queria dizer que é uma satisfação voltar a este Plenário para tratar do tema da reforma tributária, como fiz no ano passado, na primeira audiência pública. E ali apontamos algumas questões que foram muito bem acatadas – quero destacar –, o que revela a importância e a utilidade destas audiências públicas.

Eu acredito que o capítulo dos serviços de saúde ganha uma dimensão fundamental na medida em que o constituinte derivado entendeu muito bem que excluir regimes, ou melhor, estabelecer regimes com alíquotas diferenciadas não eliminaria a importância e a relevância da reforma tributária naquilo que concerne à sua simplificação e à forma de eliminação de créditos acumulados na cadeia. Isso é o primeiro ponto importante.

E as alíquotas diferenciadas têm como base serviços essenciais à sociedade, serviços que são aqueles para os quais a própria Constituição reservou capítulos importantíssimos, como educação, como saúde. Então, não é uma alíquota diferenciada baseada em interesses pontuais de agentes econômicos; é uma diferenciação baseada em fundamentos constitucionais. Por isso, a Emenda Constitucional 132, a meu ver, andou muito bem ao criar esses tratamentos.

Porém, um aspecto que salta os olhos é a forma redutora, por meio de uma classificação, dos serviços que estariam abrangidos por esse serviço de saúde. E, nesse ponto, realmente revela-se, de forma muito peculiar, a exclusão nesse grupo justamente de serviços que estão

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diretamente vinculados à saúde, mesmo que os códigos que seriam pertinentes à sua aplicação não estejam nessa classificação, ou pelo menos não vieram no PLP 68, que são exatamente esses relativos aos serviços cemiteriais, de crematórios, funerários. Muitas vezes há um preconceito na sociedade de se falar sobre isso, mas o destino de todos nós é a morte. Todos nós iremos para algum destes serviços: crematório, algum enterro, algum destino teremos, infelizmente.

O serviço de saúde atende, excetuados os casos de prevenção de saúde, justamente quem está enfermo, aquele que está enfermo, que está com alguma moléstia e que, ao final, pode resultar no evento morte. Pois bem. A peculiaridade é que essa redução de alíquota termina aqui, termina no momento em que a pessoa passa à condição de morto, como se os serviços todos que se sucedem não estivessem vinculados diretamente a esse serviço de saúde, ou seja, saúde pública – porque os cemitérios não podem ser construídos sem o controle da saúde pública –, e também a preocupação em relação a tudo que envolve, logicamente, aqui, uma imunidade.

Então, nós temos uma diferenciação, Senador, gravíssima: se o cemitério for público, ele estará abrangido por uma imunidade tributária; se o cemitério for de uma entidade filantrópica, por exemplo, estará abrangido por uma imunidade tributária – e filantrópico eu quero dizer também religioso, se for uma entidade confessional etc. –; agora, se for privado, não, tem toda carga tributária sem nenhuma redução. Isso me parece desproporcional – me parece desproporcional – e me parece também conflitar com a legislação de saúde. Se nós formos à legislação de saúde do Município de São Paulo e de vários municípios, esses serviços estão incluídos no conceito de serviço de saúde.

O Supremo já disse em várias decisões que os serviços cemiteriais, crematórios, funerários estão atrelados diretamente às competências municipais. É por isso que o IBS, que é um imposto que realmente vem para resolver uma série de problemas dos mais graves da nossa economia, a meu ver, também não pode ter como resultado, ao tributar certos serviços que antes eram tributados em alíquota de 2%, 5%, que, nesses casos, não têm crédito algum, porque os créditos aqui são pífios, não têm um grande consumo de bens, então, consequentemente, haverá uma agregação de mais de 200% de alíquota para quem for o titular desses planos funerários ou para quem tenha que prover ou fazer uso desses serviços na sociedade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é nesse sentido que nós entendemos que atende muito bem aos propósitos da reforma tributária a inclusão desses serviços no Anexo III, dos serviços de saúde, submetidos a essa redução de 60% justamente estes itens: serviços funerários, de cremação, de embalsamamento e também dos planos funerários. É um tema, realmente, que parece, aos olhos do Governo, estar criando mais uma exceção; mas não, essa não é uma exceção, essa é uma continuidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELENO TORRES – ... material do serviço de saúde. A interpretação como exceção é da cabeça de quem quer construir como exceção, mas aqui o que se tem é literalmente uma continuidade do que é considerado pela Agência Nacional de Saúde, considerado por legislações municipais algo inerente ao contexto, ao conjunto dos serviços de saúde. Por isso, não se pode tratar essa questão como uma dimensão de privilégio e muito menos de exceção à alíquota geral.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Heleno.

Vou passar agora para o nosso representante do Ministério da Saúde, Sr. Diogo Penha Soares.

O SR. DIOGO PENHA SOARES (Para expor.) – Bom dia, Senador. Obrigado pelo convite, pela oportunidade de falar aqui.

Demais Parlamentares presentes, membros do setor, colegas meus no Ministério da Saúde também e demais membros do Governo, como já colocado por outros palestrantes antes de mim, o Governo tem uma meta de aumentar a produção nacional, irrelevante no consumo de saúde no país. Nós temos a meta de chegar, até 2026, final deste Governo, com 50% do consumo de saúde no país sendo produzido nacionalmente e de, até 2033, aumentar isso para 70%.

Nós temos mecanismos internos lá no Departamento do Complexo Econômico do Ministério da Saúde para fomentar essa produção nacional – medicamentos e dispositivos

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

médicos, falando mais especificamente. Nós temos mecanismos de transferência de tecnologia, de desenvolvimento e inovação local e de investimento direto em desenvolvimento de capacidade produtiva e infraestrutura no parque tecnológico do país, só que esses instrumentos que a saúde detém não são suficientes para produzir. Eu vou dar um exemplo. Nós temos no país o maior acordo de compensação tecnológica, como é chamado de *offset*, em saúde do mundo, que é para a produção de aceleradores lineares aqui no país, para apoiar o Plano de Expansão da Radioterapia. Foi feito esse acordo, então, em que seria instalada por uma das únicas empresas que produzem aceleradores lineares no mundo uma fábrica aqui no país, para a produção dessa tecnologia. Foi instalada, foi construída a fábrica, foi construído o primeiro equipamento. Na hora de faturar, de vender para o Governo e faturar, descobriu-se que tinha que pagar quase 40% de imposto e percebeu-se que era mais barato produzir fora e importar. E, como a gente vive numa lógica de compras públicas priorizando, principalmente, o menor preço, preferiu-se, então, produzir lá fora e continuar importando. Hoje a fábrica está aqui instalada como um galpão em um centro de treinamento. Ou seja, sozinhos, nós vamos conseguir chegar a essa meta de produção nacional de tecnologias para a saúde.

Aliado a isso, a gente tem que trabalhar com uma regulação ágil e aliada à inovação, um ambiente econômico favorável de cadeia global de valor e também a reforma tributária.

Quando fomos chamados a debater a reforma tributária e a contribuir com ela, nós vimos uma oportunidade de corrigir um sistema que para a gente é disfuncional, muito ruim. Ele foi construído ao longo do tempo, privilegiando principalmente interesses econômicos por vezes individuais. No caso mesmo de dispositivos médicos, que sou eu quem coordena, a lista de isenção foi construída, ao longo do tempo, com inclusões individuais, conforme o pleito individual de cada um. Para medicamentos, nós temos uma lista que está desatualizada há década, que causa distorções entre tecnologias que servem à mesma finalidade terapêutica: umas com isenção, outras sem isenção.

Então, nós vimos uma oportunidade de corrigir isso e nós já conseguimos avançar bastante no texto que foi aprovado na Câmara. É importante ter em mente que a gente não pode retroagir, de forma alguma, nos avanços que já foram alcançados, mas aqui nós temos a oportunidade de avançar mais ainda com relação principalmente ao anexo de isenção de 100%.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso de medicamentos, como já foi colocado aqui também antes, nós temos defendido a criação das linhas de cuidado, em que, sendo a finalidade daquele medicamento aderida a uma linha de cuidado, ele está isento do IVA: medicamentos para cuidar de doenças raras, negligenciadas, vacinas e soros, oncologia, DST/aids, diabetes, entre outros. E também é uma grande oportunidade para corrigir algumas distorções, alguns erros que ficaram de fora, na premissa já adotada mesmo pela própria Receita, para dispositivos médicos para não criar uma oneração ao que já tem desonerado no setor hoje. Essa linha que a gente tem adotado é de levar as necessidades de saúde para a discussão, nortear a discussão da reforma tributária conforme as necessidades de saúde e não mais somente por interesses econômicos.

Outro ponto que foi colocado aqui também anteriormente foi a questão das santas casas e identidades filantrópicas. Hoje elas são responsáveis por 60% da produção do SUS, seja ambulatorial ou hospitalar, em média e alta complexidade. Então, eu nem entro tanto na discussão da questão da isonomia tributária, na importação é desonerado, na compra nacional é onerado, mas a questão da desoneração do orçamento da saúde. O orçamento da saúde é limitado e tem um crescimento limitado ao longo dos anos. Então, tudo que a gente consegue desonerar em saúde vira investimento e vira geração de valor e de qualidade de vida para a população. Quando a gente está desonerando a aquisição de equipamentos, por exemplo, para santas casas, nós estamos indiretamente desonerando o orçamento do SUS. É o SUS que compra esses serviços, não é o SUS que está comprando diretamente os equipamentos, então não é ele que está sendo desonerado, mas, se a compra da santa casa for onerada, o orçamento do SUS é onerado também.

Então, a gente tem levado essa discussão, a gente tem recebido todos os pleitos do setor, entendido quais são as necessidades de saúde e levado para uma discussão na Fazenda. É claro que o Governo tem que entrar em um acordo em questão de pressão de alíquota e fazer esse balanço fino, que é muito delicado; mas o que a gente tem feito e para o qual a gente tem sempre estado aberto à discussão e ao debate é de levar as necessidades de saúde para a discussão da reforma tributária dentro da Fazenda. Com isso, nós temos alcançado grandes avanços e esperamos que...

(*Soa a campainha.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIOGO PENHA SOARES – ... aqui a gente consiga avançar mais ainda.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Diogo, tem as emendas já, não é? Tudo isso que você falou, já tem as emendas apresentadas?

O SR. DIOGO PENHA SOARES – Tem as emendas aqui apresentadas também, mas também há uma discussão dentro do Governo sobre como tratar isso dentro do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

Vou passar a palavra à nossa querida Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – A campainha vai tocar? (*Risos.*)

Bom dia, senhores.

Bom dia, Presidente.

Eu quero, primeiro, agradecer a todos os senhores que vieram nesta manhã. Nesta manhã, a gente fez um passeio pelos *pets*, pela educação física, pelos hospitais, pelas escolas, pelas aulas. Fomos até o Ministério da Saúde hoje e fomos parar no cemitério. (*Risos.*)

Eu quero agradecer demais a apresentação de todos os senhores. E eu sei que nós estamos com recorde de audiência hoje, recorde de audiência pela TV Senado, pela internet. Quero cumprimentar também, como professora, a forma didática das apresentações. E digo para os senhores que esse material vai ficar por muito tempo à disposição dos pesquisadores, dos estudiosos. Eu consigo ver estudantes do Brasil inteiro acessando o material de vocês, os advogados.

Apresentação didática e bonita, aquela da educação física em que eu quase dei um pulo aqui – e começar amanhã minha academia. Muito lindo. E isso é importante para nós, é importante, porque esta audiência aqui se perpetua, ela se perpetua e vai provocar o Congresso Nacional a grandes reflexões – a grandes reflexões.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero cumprimentar os amigos que estão aqui, o plenário está cheio de pessoas muito interessadas. E aí, Presidente, a cada instante eu me convenço da importância desse grupo de trabalho, como ele foi oportuno e necessário. Eu só não sei como a gente vai conseguir compilar tantas informações importantes e como a gente vai convencer o Governo de todas essas excepcionalidades que nós estamos trazendo para essa discussão.

Teve um certo momento no grupo de trabalho em que eu disse assim: "Ah, a legislação é dinâmica, o Congresso Nacional está aqui, o que a gente aprovar agora depois a gente muda, a gente vai adequando, é para isso que estamos aqui". Mas tem coisa que não pode ser ignorada – eu estou falando de remédio. A vida não espera, eu não posso me conformar em a gente aprovar uma legislação com a esperança de que, depois, eu posso aperfeiçoar lá na frente, na próxima legislatura. Aquela pessoa que está na farmácia comprando remédio não pode esperar. A vida não espera, a saúde não espera. Então, eu não posso me acomodar com essa máxima que está todo mundo nos corredores, os colegas falando, "é o que é possível agora, depois a gente melhora". Não! Não vamos nos enganar. Tem pessoas que não podem esperar e a gente vai ter que fazer o dever de casa, Senador – vai ter que fazer!

Então, assim, eu estou preocupada. Gente, eu estou muito preocupada com tudo que foi trazido aqui hoje. E confesso que está difícil amar os publicanos, está difícil. Meu maior problema como ministra no outro Governo era amar os publicanos, porque parece que eles estão virando verdugos. Eu estou muito preocupada com isso, preocupada com o que a gente está apresentando para o Brasil. Só tinha um deles que eu dizia todo dia... Nós tínhamos o grupo de ministros, e eu todo dia acordava de manhã e escrevia assim: "Bom dia, Paulo Guedes, eu te amo". "Bete, diga para ele que eu continuo amando ele".

Mas, assim, gente, nós vamos ter que conversar com eles. O Governo vai ter que conversar, Presidente. Não dá, não dá. Eu estou, de fato, muito preocupada.

E aqui, gente, o que eu quero dizer para todos os senhores: essa preocupação não é só minha. Talvez alguns dos senhores estejam sentindo falta aqui dos Senadores. Nós estamos numa semana semipresencial e foi uma semana muito complicada no Congresso Nacional. Acho que os senhores acompanharam, inclusive, o que aconteceu na Câmara ontem com relação à desoneração. Está tudo muito difícil, gente. Está tudo muito difícil. Mas mesmo aqueles

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores que não estão de forma presencial, seus gabinetes estão acompanhando, eles estão de longe acompanhando. À primeira mesa eu assisti de longe, vim correndo para dizer aos primeiros expositores "parabéns pela exposição de vocês". Mas, assim, gente, e o que fazer daqui para frente? Não dá.

Eu estava conversando aqui com o Dr. Heleno assim: vamos segurar um pouco isso. Governo, por favor, vamos segurar. Dá para a gente ficar aí mais um tempo discutindo. Vamos deixar isso para o ano que vem, Presidente. O nosso povo está muito envolvido com a questão da eleição. Tem coisas que foram trazidas aqui que eu acho que eu não vou ter tempo de falar com alguns colegas e tem coisas que eu não posso deixar de falar.

Então, eu continuo manifestando a minha preocupação com o tempo, Senador Izalci, e manifestando a minha preocupação de a gente poder atender a tudo que foi trazido aqui hoje.

Parabéns, senhores, parabéns! Desculpem-me os publicanos, eu sei que vocês estão fazendo o papel de vocês. Mas por que estão fazendo esse papel, em que, às vezes, são algozes?

E aí, Deputado Lipp, talvez esteja na hora de a gente mudar a lógica de pensar. Precisamos arrecadar, porque, cada vez mais, esse Estado está gigante.

Nós estamos com um Estado gigante. Nós estamos dando atribuições ao Estado que não são do Estado, gente. A gente vai ter que começar a pensar num Estado menor, mais enxuto. Nós vamos ter que começar a pensar. Tudo é responsabilidade do Governo?

Eu tenho uma assessora que é formada em economia, e tem dia em que eu tenho que entrar escondida pela porta, para ela não me ver, porque ela briga toda hora comigo. Ela está me assistindo agora – ela é terrível, gente, terrível! –, e, cada hora em que eu venho para uma Comissão e eu aprovo mais uma atribuição para o Estado...

Eu aprovo projetos de leis incríveis aqui, campanha... E aí, quando eu aprovo uma campanha linda, que eu sei que vai salvar o cachorrinho lá, está lá: mais uma responsabilidade para o Estado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será que não está na hora de a gente pensar a lógica de tudo ser responsabilidade do Estado?

Quanto mais responsabilidade eu dou para o Estado, mais esse Estado vai ter que arrecadar para desenvolver as suas atribuições e as responsabilidades que nós estamos aqui, muitas vezes, em nome do bom senso, de querer salvar vidas, de querer salvar os *pets*, de querer...

A gente está dando tanta responsabilidade para esse Estado, nós estamos inchando tanto esse Estado de atribuições, e esse Estado vai ter que ter dinheiro para cumprir as atribuições que nós estamos dando.

Vamos repensar, Deputado Lipp, se não está na hora de a gente pensar no que é mesmo obrigação e responsabilidade do Estado. E, muitas vezes, estamos tirando da iniciativa privada a responsabilidade da iniciativa privada e trazendo-a para nós, Estado.

Então, eu fico esperando. Talvez seja um sonho, mas quem sabe a gente possa começar a provocar, Dr. Tadeu, pensar um Estado diferente, para ele cumprir realmente as suas obrigações, e aí os publicanos vão deixar a gente mais em paz, o setor produtivo trabalhar, as instituições filantrópicas trabalharem, e vam'bora.

Eu gostaria muito que a gente começasse a pensar na lógica. Será que eu não estou querendo aqui resolver, minimizar os problemas, e não é esse meu papel, é mudar a forma de pensar o todo?

Então, senhores, vocês estão nos provocando, estão nos provocando a pensar diferente, e está na hora de a gente começar a pensar diferente.

Parabéns, Senador! Inclusive, eu quero aqui lhe fazer um convite.

Eu assisti à audiência de ontem esta madrugada – gente, nós, Senadores, chegamos em casa e assistimos às audiências, que não deu tempo, porque são dez ao mesmo tempo –, e aí, Senador, eu queria convidá-lo, Senador Izalci: hoje à tarde, teremos uma reunião com o Supremo Tribunal, exatamente por causa da decisão sobre os remédios de alto custo para as

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas com doenças raras. Se o senhor puder me acompanhar nesta reunião – tem poucos Senadores na Casa –, gostaria que o senhor fosse comigo, às 16h.

Parabéns aos expositores.

E vam'bora agora ver o que é que a gente pode resolver, o que é que a gente pode amenizar nesse texto absurdo, que eu considero absurdo.

Obrigada, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Senadora Damares.

Deputado Lipp, quer fazer alguma ponderação?

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP. Para expor.) – Obrigado.

Bem, quero cumprimentar a todos.

Mais uma vez, quero cumprimentar o Senador Izalci, que tem sido muito atento a tudo, anotando, dando esta oportunidade desta discussão tão importante para o país; a nossa Senadora Damares; todos os outros Parlamentares; as mulheres aqui presentes.

Quero agradecer a todos os expositores.

Não é uma construção fácil, com certeza. Eu acho que o grande objetivo da reforma tributária é a gente melhorar o ambiente de negócio do Brasil, ser mais competitivo, ter um sistema mais simples do que nós temos hoje, acabar com a cumulatividade que só existe aqui, no mundo, possibilitar desoneração de investimento, o que só aqui existe no mundo... Tudo isso vai melhorar o ambiente de negócio e reduzir o custo Brasil.

O Brasil perdeu competitividade nos últimos anos por ter o pior sistema tributário do mundo. Esse é um diagnóstico nacional e internacional de investidores.

As nossas indústrias não conseguem competir. O agro ainda consegue, porque ele tem muitas vantagens comparativas que os outros países não têm, mas, quando você vai produzir alguma coisa, a gente tem qualidade, mas não tem custo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o maior responsável por isso é o péssimo sistema tributário que a gente tem, que penaliza gravemente a produção de bens. Por isso nós exportamos *commodities* e não conseguimos produzir aquilo que é o bem agregado, que pode oferecer cadeias produtivas, cadeias tecnológicas, empregos de qualidade, e isso faz muito mal ao Brasil.

O Brasil tem crescido menos do que a média do mundo, nos últimos anos, e isso é absolutamente inaceitável. Ele deveria estar acima da média do mundo, não abaixo da média do mundo. Então, nós sabemos que essa é a maior assimetria que nós temos em relação ao custo do país e ao que vem fora do país.

E corrigir isso não é fácil, porque é o sistema mais complexo, mais complicado do mundo.

Têm sido apontadas aqui questões relevantes, com que eu concordo também, que acho que a gente precisa fazer. E, quando a gente fala em fazer o possível, é lógico que a gente gostaria de corrigir todas as questões do país, mas tem princípios que nós estamos seguindo e que são da OCDE.

Nós ouvimos os países que têm mais experiência do mundo. O IVA, cuja ideia nós estamos trazendo para cá, está em 89% dos países do mundo; é um sistema muito conhecido que nós estamos trazendo.

E esses outros países também têm alíquotas, não existe alíquota única. Todo mundo fala: "Ah, por que é que não foi 20% para tudo?". É porque não existe isso em lugar nenhum no mundo. Todos os países têm três, quatro, cinco e, às vezes, seis, sete alíquotas, exatamente porque tem serviços essenciais, tem coisas que são estratégicas, e assim por diante.

Nós estamos construindo isso, e é absolutamente legítimo que todos venham e coloquem.

E hoje nós vimos algumas questões que nos preocupam muito, como, por exemplo, essa questão das listas que foram apresentadas aqui.

Se você contemplar lista, isso significa só o que está na lista. Ou seja: tudo que é inovação, que é novo, vai pagar mais imposto. Isso não faz o menor sentido! É exatamente impedir que você tenha modernização e inovação no país.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa também, eu acredito, entre as coisas importantes que foram ditas aqui, é a questão de como é que você pode trazer dispositivos de fora pagando zero de imposto, sendo que aquele que produz no Brasil vai pagar 30% de imposto, 27%. Não faz sentido um negócio desse! É preciso corrigir isso, é uma grande oportunidade.

Outra questão aqui também é a questão da saúde animal. Não faz sentido aumentar o custo. Isso não é significativo hoje para o país, mas vai dar impacto nas famílias. Então, acho que contemplar com menos, 60% também, como na saúde humana, faz sentido, na coerência de que hoje os animais fazem parte realmente do custo da família, porque eles são considerados membros da família.

Outra questão que foi colocada aqui também muito relevante foi a questão das cooperativas de saúde. Essa, para mim, foi a maior e a mais grave distorção que eu vi, porque, quando nós discutimos, no ano passado, lá a legislação, nós tínhamos regras para tudo, mas tinha alguns regimes especiais.

E o que eu vi é exatamente que os regimes especiais, que são áreas bastante estratégicas, mas específicas, tiveram muito mais dificuldades, porque aí você não consegue adaptar o IVA internacional e aí você tem que entrar com mais detalhes. Não houve tempo para discutir isso como deveria. Então acho que agora é o momento aqui.

A cooperativa... Imaginem vocês uma cooperativa de saúde, a Unimed, que é a maior cooperativa de saúde do mundo, que tem um terço dos médicos do Brasil em 90% das cidades brasileiras. É inestimável. Mais de 20 milhões de brasileiros têm assistência completa de qualidade com os médicos que se organizaram para fazer isso no Brasil inteiro. Imaginem vocês que eles, pelo que foi apresentado aqui, vão ter um aumento de 156% do imposto. E pior: vão pagar o dobro de imposto do que os planos de saúde comerciais. Quer dizer, isso é absolutamente inconstitucional, porque a nossa Constituição diz que as cooperativas devem ser contempladas, valorizadas. Então são coisas que precisam ser corrigidas aqui e certamente há outras, como na construção civil.

Mas acho que nós estamos no caminho certo, vamos adequar as coisas, e eu fico muito feliz de estar aqui, fico muito feliz porque a democracia é isso mesmo. Dá um trabalho danado, mas é o melhor regime que existe, e a gente vai construir juntos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP) – Vocês podem ter certeza, isso vai reduzir o custo Brasil. Não sou eu quem está falando isso, são os japoneses, são as agências internacionais, investidores internacionais.

Se você olhar, por exemplo – eu vou dar um exemplo aqui –, a Toyota, ela é a empresa que eu conheço que mais planeja no mundo. Ela é extremamente conservadora, tem 54 indústrias – ela nunca fechou uma indústria no mundo –, é hoje a líder mundial em venda de veículos, é a *benchmarking* internacional em planejamento e gestão de qualidade, portanto, é uma referência para todos nós.

Por exemplo, lá na minha cidade, Sorocaba, está lá a Toyota, e ela vai dobrar a produção. Por que ela vai dobrar a produção? Porque ela gosta do Governo que está aí? Não, porque ela fez contas e ela viu que agora vai valer a pena investir no Brasil e exportar, porque eles vão ter competitividade para competir e exportar o que é produzido aqui. Isso está mostrando que nós vamos poder participar das cadeias globais de valor, inclusive medicamentos, se a gente fizer isso direito aqui...

Hoje o Brasil importa, Senadora Damares, 75% do que consome de dispositivos de saúde. Isso não faz o menor sentido. Nós somos um dos países mais importantes do mundo, um dos maiores do mundo, em qualidade, inclusive, exportamos muita coisa aqui de alto valor agregado para o mundo inteiro. Agora, não temos um bom custo. Então, conclusão, vem de fora porque é mais barato, só isso. Por sinal, muita coisa que vem de fora tem muito menos qualidade do que o que é produzido aqui.

Para terminar, o que se espera, talvez, com a reforma tributária e com mais algumas questões, é que o Brasil inverta isso, e a gente passe a produzir 75% aqui em vez de trazer 75% de fora. Isso vai gerar muito emprego aqui, é possível fazer isso, mas só com a reforma é que dá para fazer e tem que se debater muito.

Vamos continuar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP) – Eu agradeço muito todas as contribuições, nós estamos no caminho certo, tem coisas ainda a serem corrigidas, sim, mas eu quero ser um entusiasta da causa e obrigado pela oportunidade de estar aqui.

Parabéns pela contribuição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Lippi. (*Palmas.*)

Bem, acho que a Damares e o Lippi deram um resumo da importância dessas audiências. Evidente que a cada audiência dessa a gente está trabalhando para sugerir as mudanças para a CCJ, para o próximo Relator.

Só lembrando aqui, gente, que, no dia 17, vai ser terça-feira, vai ser de manhã. Nós vamos falar sobre regimes aduaneiros especiais, IBS e regime de bem de capital. E, na quarta, à tarde, nós vamos debater sobre a infraestrutura nacional na reforma tributária.

É evidente que a audiência, Damares, é agora de manhã, mas à tarde eu devo ter uma fila... Até às 20h, eu estarei atendendo individualmente outros segmentos, porque tem muita gente, muito segmento ainda com alguns probleminhas. Então, não sei consigo ir lá contigo, mas vou acompanhando.

Bem, gente, tem algumas perguntas aqui, que vou citar rapidamente.

Guilherme, de São Paulo: "Como ficará a questão da tributação de serviços [...] [relacionados aos] planos [...] [de saúde] e consultas médicas particulares?".

Bem, foi dito aqui por todos que a gente vai ter que ajustar para não ter aumento significativo, porque aumento haverá com certeza, mas tem que amenizar, com essas ponderações que foram feitas aqui.

A Isadora, do Rio Grande do Sul: "Como a reforma tributária pode garantir recursos suficientes para saúde e educação sem comprometer o acesso e a qualidade?".

Espero que a gente possa fazer a reforma administrativa, mas também as outras reformas, e que a gente possa ter uma política de Estado e não de governo, principalmente para a saúde e

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a educação, porque cada governo que entra faz questão de acabar com tudo e começar de novo, não é?

A Thaís, do Rio de Janeiro: "Como a reforma [...] pretende garantir que as mudanças na carga tributária não resultem em aumento das mensalidades nos setores?".

Exatamente, nós estamos buscando aqui a neutralidade que foi prometida na reforma. Então os ajustes que estão sendo feitos são para exatamente evitar que haja aumento das mensalidades.

André, de Rondônia: "Como a reforma tributária [...] [vai afetar] o financiamento das escolas públicas e universidades [públicas]? Quais são os impactos [...] [esperados] no SUS?".

Estamos tentando evitar que haja impacto negativo no sentido de onerar ainda mais com a aquisição de equipamentos e consumo.

Ícaro, da Bahia: "Quais são os principais desafios para garantir que a reforma tributária não eleve os custos de serviços educacionais e de saúde?".

Estamos tentando aqui, na medida possível, ouvir todos os segmentos para poder amenizar tudo isso.

Daniel, do Rio Grande do Sul: "A reforma tributária prevê ajuste anual para o financiamento de saúde e educação de forma a vencer [...] perdas [...] [inflacionárias]?".

Se for essa carga toda, é possível que sobre recurso aí, não é, gente?

Gustavo, do Pará – agora alguns comentários –: "A cobrança do imposto seletivo sobre os alimentos ultraprocessados poderia contribuir para financiar os serviços públicos de saúde".

Foi dito aqui ontem sobre a questão do ultraprocessado, que não existe esse termo ultraprocessado, são processamentos que são feitos para garantir a qualidade dos produtos. Então, provavelmente, não haverá. Coitada da salsicha, não é? Falou-se tanto da salsicha aqui ontem. O brasileiro come muita salsicha, o pessoal está querendo tributar a salsicha, e não tem sentido isso.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo, do Rio de Janeiro: "Sugiro isentar a cobrança de impostos para equipamentos, materiais e reagentes químicos destinados aos laboratórios de escolas públicas".

Também queremos isso, não é? E algumas das propostas que estão a...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, o Brasil todo.

Bem, gente, eu quero muito agradecer a participação de cada um de vocês.

Nós estaremos debatendo vários e vários temas ainda. Até o dia 22 de outubro, a gente ainda tem audiência, para encaminhar depois para a CCJ.

E, de fato, a Damares levantou uma preocupação muito grande. Fico imaginando se a gente tivesse que aprovar isso com regime de urgência, com esse tanto de problema que nós estamos detectando aqui. A cada audiência, surgem temas, e coisas óbvias, não é? Essa questão mesmo de isentar na importação e produto nacional é brincadeira, não é?

De fato, essas audiências são muito importantes e vão melhorar bastante a reforma tributária.

Então, eu quero agradecer a cada um de vocês e declarar também encerrada a presente reunião.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Vamos tirar uma foto aqui, com todo mundo aqui.

(*Iniciada às 8 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9503584484

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 47ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezenove minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Cid Gomes, André Amaral, Jader Barbalho, Fernando Dueire, Dr. Hiran, Augusta Brito, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Flávio Arns, Rosana Martinelli, Wilder Morais, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Beto Faro, Confúcio Moura, Marcos do Val e Marcelo Castro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Fabiano Contarato, Sérgio Petecão, Flavio Azevedo, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 66/2024 - CAE, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Finalidade:** Debater os impactos da reforma tributária sobre os Regimes Aduaneiros Especiais, ZPEs e Regime de Bens de Capital. **Participantes:** Sra. Liziane Angelotti Meira, Doutora em Direito, Professora e Auditora Fiscal da SRFB; Sr. Solon Sehn, Doutor em Direito, Professor e Advogado; Sr. Fábio Pucci Martins, Secretário-Executivo do Conselho da Zonas de Processamento de Exportação (CZPE) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); Sra. Dayane do Nascimento Lima da Silva, Coordenadora do Comitê Técnico Tributário da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB); Dr. Menndel Macedo, Diretor Jurídico da Câmara Brasil Ásia (CBA); Sr. Roberto Rocha, Ex-Senador, presidente da Comissão Mista da Reforma Tributária e relator da Pec da Reforma Tributária (PEC n.º 110/2019); Sra. Melina Rocha, Consultora Internacional do BID; Sr. Helson Cavalcante Braga, Presidente da Associação de Processamento de Exportação (ABRAZPE); Sr. Mário Sérgio Carraro Telles, Superintendente de Economia da CNI; Vice-Almirante Amaury Calheiros Boite Junior, Diretor Presidente da Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron); e Sr. Marcelo Reis, Coordenador-Geral da Secretaria de Comércio Exterior - MDIC. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/17

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de setembro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater os impactos da reforma tributária sobre regimes aduaneiros especiais, ZPEs, e regime de bens de capital, em atenção ao Requerimento 66, de 2024, da CAE, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso.

Convido para tomar assento à mesa os seguintes convidados: Vice-Almirante Amaury Calheiros Boite Junior, Diretor-Presidente da Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron).

Podem aplaudi-lo para animar a audiência. (*Palmas.*)

Convido também Sr. Fabio Pucci Martins, Secretário-Executivo do Conselho da Zonas de Processamento de Exportação (CZPE), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. (*Palmas.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido também o Marcelo Reis. (*Palmas.*)

Convido também Sra. Liziane Angelotti Meira, Doutora em Direito, Professora e Auditora Fiscal da Secretaria da Receita Federal do Brasil. (*Palmas.*)

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Já passo, imediatamente, então, a palavra ao nosso Vice-Almirante Amaury Calheiros Boite Júnior, Diretor-Presidente da Empresa Gerencial de Projetos Navais.

O SR. AMAURY CALHEIROS BOITE JUNIOR (Para expor.) – Sr. Senador Izalci Lucas, senhores convidados, bom dia a todos.

Agradeço a oportunidade que nos foi aberta pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado para trazer a esta Casa a solicitação da Emgepron de aperfeiçoamento do texto do PLP 68, de 2024, que regulamentará a reforma tributária, tendo em conta as consequências dessa reforma estruturante para os atuais e futuros projetos estratégicos desta que é uma das mais importantes empresas estratégicas de defesa do Brasil.

Sou o Vice-Almirante Calheiros, Diretor-Presidente da Emgepron, que é a empresa de gerenciamento de projetos navais.

A Emgepron, senhores, é uma empresa pública independente do orçamento fiscal, vinculada ao Ministério da Defesa por meio do Comando da Marinha.

Sobre a Emgepron, eu gostaria de destacar duas de suas três finalidades legais, a saber: promover a indústria militar naval brasileira e atividades correlatas, incluindo a pesquisa e o desenvolvimento, e gerenciar projetos integrantes de programas aprovados pelo Comando da Marinha do Brasil. No bojo dessas duas finalidades legais e, por conseguinte, estatutárias, atualmente a Emgepron gerencia o Programa Fragatas Classe Tamandaré, cujo objeto é a construção de quatro navios-escolta modernos e tecnologicamente complexos, os quais,

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando entregues à Armada brasileira, colocarão a Marinha do Brasil no nível operacional e doutrinário das Marinhas mais poderosas do planeta.

O programa de construção das fragatas classe Tamandaré é um poderoso indutor do desenvolvimento brasileiro, cujo escopo envolve mais de mil empresas nacionais e a geração de cerca de 23 mil novos empregos em vários estados da Federação. O orçamento do programa é da ordem de R$13,6 bilhões, dos quais R$4,8 bilhões serão aplicados em conteúdo nacional, com uma estimativa de arrecadar cerca de R$1,1 bilhão em impostos.

No âmbito do Programa Fragatas Classe Tamandaré, a primeira unidade já foi lançada às águas do Rio Itajaí-Açu no mês de agosto último e espera-se concluir sua construção até dezembro de 2025. As outras três unidades serão lançadas, uma por ano, a partir de 2025, até 2027. O programa se encerrará em 2030, quando todas as unidades estiverem testadas e entregues à Esquadra brasileira plenamente operacionais.

Assim, por conta da moldura temporal do programa e dos seus relevantes desdobramentos para uma enorme cadeia produtiva de âmbito nacional, é de se esperar que este venha a ser impactado pelo PLP 68 no seu formato atual. Nesse contexto, a Marinha do Brasil, visando buscar a necessária neutralidade tributária para a sustentação orçamentária do Programa Fragatas Classe Tamandaré, apresentou seis propostas de emendas ao PLP 68, nomeadamente as propostas 252 a 256 e a proposta 414.

O Capítulo III do texto do PLP 68, que trata Dos Regimes de Bens de Capital, aborda aspectos importantes para o poder marítimo nacional na Seção I, Do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária, e também na Seção II, que trata Do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, mas o PLP não abordou o Regime Especial de Tributação para a Indústria de Defesa, o Retid, como é conhecido. O Retid é um mecanismo que possui a finalidade de eliminar a diferença de tributação entre os produtos de defesa nacionais e importados, protegendo a base industrial de defesa brasileira, com reflexos na indústria naval.

Prezados senhores, posso lhes afirmar que o Retid é um elemento essencial para a viabilidade financeira do Programa Fragatas Classe Tamandaré, bem como foi para a viabilidade de vários outros projetos estratégicos da Emgepron, como, por exemplo, o projeto de

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construção de um novo navio polar para apoiar o Programa Antártico Brasileiro, que atualmente se desenvolve no Estaleiro Jurong Aracruz.

Neste ensejo, aproveito para chamar a atenção para outro item de grande importância para a Emgepron e para a Marinha do Brasil, que é o art. 137 do PLP 68. Nitidamente, o art. 137 teve o objetivo de desonerar as compras públicas destinadas à soberania e à segurança nacional, à segurança da informação e à segurança cibernética. Em que pese o referido artigo ter incluído as aquisições da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas, deixou de fora, talvez por um lapso do legislador, as empresas públicas de defesa.

Repiso, então, senhores, que a Marinha e a Emgepron procuram contribuir em todas as situações e projetos com o desenvolvimento nacional, com a geração de empregos e, em especial, com o fortalecimento da indústria naval do Brasil. Isso ocorre por meio da priorização da construção no país dos meios operacionais e de apoio que a Marinha do Brasil precisa para cumprir suas atribuições legais. É o caso dos submarinos e dos navios-patrulha que estão sendo construídos em Itaguaí, Rio de Janeiro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AMAURY CALHEIROS BOITE JUNIOR – ... do navio-polar, em construção no Espírito Santo, e das fragatas já mencionadas que estão sendo construídas em Santa Catarina.

Tendo em vista que muitos dos projetos atuais da Marinha são conduzidos por intermédio da Emgepron, é nosso entendimento que, para se cumprir com plenitude o objetivo do art. 137 do PLP 68, é extremamente necessário que as empresas públicas de defesa sejam incluídas no texto. No caso concreto da Emgepron, essa providência é essencial para a própria sobrevivência da empresa como uma estatal independente.

Concluo, portanto, esta minha intervenção agradecendo mais uma vez a oportunidade de contribuir para o debate sobre o aperfeiçoamento dessa importante reforma tributária, trazendo aos senhores o legítimo pleito de uma empresa pública da área de defesa que se dedica a servir ao Brasil para que este disponha de uma Marinha à altura da estatura política estratégica do Brasil e que seja capaz de proteger a nossa Amazônia Azul, patrimônio de todos nós brasileiros.

Obrigado. (*Palmas.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Dr. Amaury.

Passo imediatamente a palavra ao Fabio Pucci Martins, que é o Secretário-Executivo do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

O SR. FABIO PUCCI MARTINS (Para expor.) – Bom dia, Senador, obrigado. Obrigado e bom dia a todos.

O tempo é bem restrito, então eu optei aqui por avaliar o painel de perguntas constante da página da audiência. Eu observei muitas perguntas, muitas dúvidas sobre o regime de ZPE. Eu selecionei três perguntas que sintetizam os principais pontos de dúvida que foram levantados pelos interessados.

Primeiro ponto, a grande pergunta que estava sendo colocada, acho que a dúvida de todos, é o texto do PLP, como está hoje, altera fundamentalmente o regime de ZPE, deixa de conceder, reduz, altera concessões tributárias, outros benefícios para as empresas instaladas em ZPE? A resposta é não – não –, muito pelo contrário, o texto mantém, recepciona todas as regras existentes e ainda traz algumas inovações incrementais, que até trazem novos benefícios para o regime.

E aí eu passo para a segunda pergunta, que é: o que então muda? Para explicar melhor o que acontece, basicamente a gente tem, resumidamente, uma atualização e duas inovações que são incrementais para benefícios ao regime. A atualização é a essência do texto, o que está no capítulo II sobre o regime, nesse PLP, basicamente atualiza os impostos antigos, os tributos antigos, para os novos tributos e nomenclaturas, mantendo as mesmas regras. Então basicamente onde está sendo mencionado anteriormente, ou atualmente, PIS-Cofins, IPI, ou até referência ao ICMS, acaba sendo substituída por CBS e IBS. Demais regras seguem, em essência, como estão atualmente.

E onde temos inovações incrementais – dois pontos que são bastante interessantes e importantes para o regime?

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, há uma previsão já trazida que institui a desoneração sobre a energia elétrica destinada à produção de energia limpa em ZPE, incluindo hidrogênio verde, hidrogênio de baixo carbono e a amônia. Esse é um ponto interessante, porque a energia elétrica é equiparada à matéria-prima nessa situação específica, e nessa situação poderá obter os benefícios atribuídos à matéria-prima para a finalidade específica.

Segundo ponto incremental, redução a zero para serviços de transporte de bens que venham até a ZPE e bens que partem da ZPE para exportações. Então, ativo mobilizado comprado ou insumos que são recebidos na ZPE para utilização pelas empresas que estão instaladas e usufruindo do regime passam a ter isenção no serviço de transporte, e o serviço de transporte aplicado aos bens que saem exportados também passam a ter esse benefício. Então, é mais um incremento às regras já atuais do regime.

E aí passo para a terceira pergunta: como fica a atratividade do regime de ZPE após a reforma tributária em geral? Então, o que eu falei até agora aqui, a gente está olhando para dentro. O texto que toca especificamente o regime em si traz essas novidades, essas atualizações.

Mas, considerando todo o panorama do regime, como fica a ZPE? Continua sendo atrativa ou não como um regime especial diferenciado e que se presta a fins específicos?

Primeiro, há dois grandes pontos, olhando para fora.

Ativo mobilizado. A gente tem nova regra, já prevista no texto do PLP, que traz a desoneração para a aquisição de bens de capital. Esse é um benefício que não existia antes fora, não existe atualmente fora do regime de ZPE, na regra geral – estamos falando aqui da regra geral –, mas existe em ZPE. Passa a haver um benefício para isso na regra geral...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIO PUCCI MARTINS – ... mas não para todos os impostos. Então, Imposto de Importação e AFRMM continuam sendo beneficiados no regime especial de ZPE. Então, ainda representa um benefício adicional de atratividade para o programa.

E o segundo ponto – e aí eu já caminho aqui para finalizar, Senador – é quanto ao ressarcimento de créditos tributários. Hoje, as empresas importadoras têm uma grande

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dificuldade para a obtenção desses créditos; quando elas exportam, não conseguem recuperá-lo, têm dificuldades para a recuperação desse crédito. A nova regra geral do regime permite que o ressarcimento possa acontecer num prazo de 30 até 180 dias, mas isso impacta 30 a 60 dias de um giro de capital, ou seja, ainda tem algum custo financeiro. Apesar de ser um grande avanço, comparativamente à ZPE em que a isenção ou a suspensão já é imediata, não há nem esse impacto em fluxo financeiro, em custo de capital para isso. Então, é mais um ponto que ainda reforça o quanto o regime continua atrativo.

Enfim, num sobrevoo, acho que o tempo é curto, mas acho que são pontos bem importantes a destacar num panorama geral sobre como fica o regime à luz do texto que está aqui hoje, e não nos furtaremos a continuar acompanhando as discussões e, eventualmente, a trazer novas propostas que possam aprimorar ou manter a atratividade do regime.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Fabio.

Já passo a palavra ao Marcelo Reis para a complementação.

O SR. MARCELO REIS (Para expor.) – Obrigado, Senador Izalci Lucas pela oportunidade de falar em nome da Secretaria de Comércio Exterior.

A minha fala vai ser bastante rápida, compartilhando aqui o tempo com o meu colega Fabio, do Mdic.

A gente tem uma apresentação. Eu acho que aponta para cá? (*Pausa.*)

Eu vou passar direto para o tema da sessão de hoje, que é relacionada a *drawback*, aliás, a regimes aduaneiros. Nós estamos tratando de regimes aduaneiros na sessão de hoje.

Em relação ao *drawback*, que é um regime de suspensão dos tributos que são cobrados na aquisição de insumos voltados para processamento de mercadorias que serão exportadas, a gente saúda o texto do PLP 68, porque ele traz uma inovação muito importante, que obviamente tem que ser mantida, que é a extensão do tratamento da suspensão de tributos não só para as mercadorias importadas, mas também para as mercadorias que são fornecidas, claro, por nossos produtores nacionais.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes, na configuração – na verdade, atualmente, até essa reforma ser implementada –, os fornecedores nacionais ficam em desvantagem em relação aos fornecedores estrangeiros, o que é uma grande estranheza, tendo em vista que o ICMS não é coberto pelo *drawback* suspensão, no caso de aquisição no fornecimento interno. Então, esse é um avanço muito importante para sanear essa lacuna, essa questão que levava a uma falta de isonomia entre fornecedores nacionais e estrangeiros. Esse é um ponto muito importante.

Tem uma referência à questão da imunidade tributária nas compras públicas no eslaide, mas não faz parte aqui do tema, deve ser tratada em outra sessão.

Outro ponto relacionado ao *drawback*...

Acho que não está indo...

É desse computador ou não é? (*Pausa.*)

Ah, foi. Ah, não, exportação de... É outro tema...

Outro tema que é bastante caro, também, para o Mdic, para a Secretaria de Comércio Exterior, é a questão do *drawback* voltado para a prestação de serviços. Existem muitos serviços que estão atrelados ao processamento de mercadorias e a eventual exportação.

Em 2022, a gente havia conseguido passar uma legislação atualizando a Lei 11.945, permitindo que o *drawback* também fosse utilizado para determinados serviços que têm uma associação bastante estreita com exportação. Acontece que o texto que foi apresentado, primeiramente, lá na Câmara dos Deputados, havia extirpado, havia retirado essa disposição que a gente tinha conseguido emplacar na Lei 11.945. Depois de muita negociação, a gente conseguiu demonstrar que se trata de uma ferramenta que é utilizada na Europa – existe diretiva da União Europeia para essa suspensão tributária –, que o México também utiliza – a gente usa o México por conta de ser um país similar, com potencial econômico similar – e que seria uma pena a gente deixar de fora do projeto de lei.

Então, a gente conseguiu, ainda na Câmara dos Deputados, restabelecer a previsão legal a respeito de *drawback* de serviços, de maneira a favorecer, até mesmo, esse processo de servicificação da economia. Cada vez mais serviços são embarcados...

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO REIS – ... nas mercadorias que nós exportamos.

Creio que era, em resumo, tudo o que eu tinha para falar a respeito das nossas preocupações no âmbito do Mdic.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Marcelo.

Bem, passo a palavra, então, para a Liziane Angelotti Meira, que é Auditora Fiscal da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A SRA. LIZIANE ANGELOTTI MEIRA (Para expor.) – Bom dia.

Inicialmente, agradeço ao Senador Izalci Lucas pelo convite. É uma satisfação poder estar aqui, neste âmbito de discussão, com vistas ao aprimoramento do nosso processo de reforma tributária.

Cumprimento, também, meus colegas de mesa e a todos os demais que acompanham presencialmente e, também, à distância.

Eu preparei alguns eslaides, mas alguns dos temas aqui eu acho que já foram bastante desenvolvidos pelos meus colegas de mesa, então, tendo em conta também nosso tempo, eu vou me ater a alguns pontos que eu julgo mais importantes.

Bom, nós estamos num momento em que temos uma reforma tributária que, apesar de receber algumas críticas, da minha perspectiva, traz grande aprimoramento na questão do comércio exterior, principalmente permitindo uma desoneração mais efetiva e mais rápida das exportações e não comprometendo o regime de caixa das empresas. Ao mesmo tempo que esse aprimoramento ocorre com a mudança e a simplificação tributária, nós temos também regras relativas aos regimes aduaneiros especiais e aos regimes aplicados em áreas especiais. E, pela primeira vez, nós temos essa matéria prevista na Constituição como uma garantia de se manterem esses regimes.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na minha perspectiva, o sistema tributário se simplificando, os regimes vão deixar de ser dessa forma que é bastante complicada, digamos, e burocrática. Eles vão deixar de ser a única forma de desoneração, talvez deixem de ser algo tão importante no nosso comércio exterior, como o *drawback*, que representa mais de 20% do nosso comércio exterior, mas, ao mesmo tempo, nós não podemos abrir mão deles. Eles têm que continuar disponíveis, eficientes e, nessa perspectiva de reforma tributária, aprimorados.

E eu acho que é essa a discussão que está aqui, que é extremamente importante, porque nós falamos em inserção do Brasil em nível internacional, nós estamos discutindo acordos internacionais. Seja a entrada do Brasil na OCDE, seja o acordo com a Europa, são processos que demoram, mas para os quais nós precisamos estar preparados. Se nós não estivermos em condições de competitividade – e uma delas é o comprometimento dessa competitividade, que certamente veio de um sistema tributário excessivamente complexo –, nós não vamos ter ganhos com abertura comercial, nós vamos ter desindustrialização. Então, essa é uma preocupação bem importante.

Bom, dentro dos regimes – nós já conversamos aqui, nós já ouvimos sobre ZPE, ouvimos também sobre a questão do *drawback* e bens de capital –, eu vou trazer algumas questões mais gerais. Eu, pessoalmente, estudo os regimes aduaneiros especiais desde a última década do milênio passado, em termos acadêmicos, tive a oportunidade de trabalhar nessa matéria na Receita Federal, participei da elaboração do Código Aduaneiro do Mercosul e, no momento, estou no Carf, onde também essas questões são decididas. E, nesse tempo todo, que são aí mais de 20 anos, algumas questões permanecem e talvez fosse o momento de pensar um pouco melhor sobre essas questões básicas e fundamentais para tratar melhor os regimes aduaneiros especiais.

Nós temos regime comum, regimes aduaneiros especiais e regimes aplicados em áreas especiais. Nós temos definições legais, mas definições que vêm de um sistema. Esses regimes vêm de fora muitas vezes, vêm de uma estrutura que é adotada mundialmente e regulamentada, principalmente na Organização Mundial das Aduanas, mas, ao mesmo tempo, chegam aqui ao Brasil e são adaptados às nossas realidades, principalmente o *drawback* brasileiro. É uma jabuticaba, é muito diferente do *drawback* mundo afora e muito importante, porque, com o nosso sistema tributário, se o *drawback* existisse só para desonerar as

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importações – isso já foi dito aqui –, nós teríamos impedimento à produção de insumos nacionais, porque seria muito desigual.

Então, nós temos esses três tipos.

A principal questão... E aí nós temos vários regimes, e são importantes, sendo que alguns, como *drawback*, Recof, são extremamente importantes para o comércio exterior.

Além dos regimes aduaneiros especiais, nós temos também os regimes aduaneiros aplicados em áreas especiais, onde está a Zona Franca de Manaus, extremamente importante, garantida expressamente na Constituição Federal, nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, e também tratada na reforma tributária, para que seja mantida; temos as áreas de livre comércio; e temos as Zonas de Processamento de Exportação.

A minha observação é que – aí um pouquinho do *drawback* –, na verdade, nós temos três modalidades de regimes de *drawback* – suspensão, isenção e restituição –, sendo que a última eu vi pouquíssimas vezes na minha experiência profissional. Não vou dizer que nunca vi, mas vi duas vezes, nessas décadas, utilizar o terceiro tipo. Mas o primeiro e o segundo são utilizados, e é interessante que, no PLP, tenhamos somente o de suspensão.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LIZIANE ANGELOTTI MEIRA – Então, fica uma dúvida se esse tratamento estaria afastando a isenção.

E bem interessante também é que o PLP traz regras sobre os regimes, mas, se formos observar, são regras para CBS e IBS. E como ficam os tributos que continuam na transição, o IPI – que, em alguma medida, fica – e também o Imposto de Importação? Será que eu tenho que colocar no mesmo arcabouço jurídico de CBS e IBS, que agora tem regras com muito mais força em termos de hierarquia, Constituição, e é aprovado por PLP – é lei complementar?

Aqui é uma referência também à Zona Franca de Manaus, que, no Brasil, é um regime que se distingue bastante do conceito internacional de Zona Franca de Manaus.

Participei da discussão do Código Aduaneiro do Mercosul e discutimos muito isso, para mostrar que a nossa zona franca faz parte do território aduaneiro e tem uma vocação diferente,

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente de destinação de uma grande parcela ao mercado interno, algo que nós precisamos manter e deixar claro – que ela difere das zonas francas estrangeiras.

ZPE nós também ouvimos.

O que eu observo, em relação ao ZPE, é que nasceu muito próxima de um conceito de zona franca – para ser uma área delimitada, no território, regiões menos desenvolvidas – e me parece que hoje está se aproximando muito mais do Recof. Então, talvez, ela esteja caminhando para ser um regime aduaneiro especial, que vem sendo adotado no Brasil afora.

Aliás, eu peguei na CZPE, não está totalmente atualizado, é de 2020, eu coloquei, mas a gente pode ver que tem ZPE no Brasil inteiro.

Então, essa discussão de o que são as ZPEs, quais são os benefícios, o que a distingue dos outros regimes, eu creio que seja um ponto importante também.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LIZIANE ANGELOTTI MEIRA – Bom, eu vou passar já para as minhas conclusões.

No PLP, em relação aos regimes, nós temos um tratamento como suspensão, e essa é uma questão que é pouco tratada. Se é uma suspensão do pagamento, seria também uma suspensão da exigibilidade do crédito tributário; se é suspensão de exigibilidade, teria que estar em lei complementar, e em lei complementar só está para CBS e IBS.

Parecem questões acadêmicas, mas elas acabam impactando na discussão dos regimes, no tratamento na hora da internação, nas penalidades aplicadas. Nós não sabemos muito bem o que eles são e temos tratamentos diversos em função das características de cada regime, esquecendo, muitas vezes, que eles seriam o mesmo instituto.

Então, aqui, eu acho que o PLP faz um trabalho importante, mas ainda fica essa questão do que eles seriam e de como ficam os regimes nas regras antigas. Estariam sendo revogados? O Imposto de Importação teria que entrar aqui nessas novas regras, o IPI e os demais impostos, enquanto ainda subsistirem?

Eu acho que passou meu tempo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são essas as minhas observações.

Eu acho que a alguns pontos talvez tenhamos que voltar: estabelecer se, efetivamente, o tratamento como suspensão do pagamento é o mais adequado, verificar se as regras entre os regimes estão equilibradas, se os regimes continuam muito importantes para a manutenção e até conquista da nossa competitividade internacional e sem comprometer sempre a produção nacional.

Então, esses regimes criados, "jabuticaba", aqui no Brasil precisam ser entendidos e talvez tratados de forma mais uniforme. Fica essa a minha sugestão.

Eu agradeço novamente pelo convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Liziane.

Vou passar agora, por videoconferência, à Sra. Melina Rocha, Consultora Internacional do BID. (*Pausa.*)

Melina...

A SRA. MELINA ROCHA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador.

Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim.

A SRA. MELINA ROCHA (*Por videoconferência.*) – Está bom.

Eu vou compartilhar aqui, então, a minha apresentação.

Quem está responsável aqui poderia... O.k.

Bom, eu queria agradecer mais uma vez o convite de estar aqui, Senador, com o senhor, os demais Senadores e todos para discutir essa questão da importação.

Na minha apresentação, Senador, eu vou focar mais em uma outra questão, que é a importação de bens imateriais, serviços e remessas postais.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que esse tema é importantíssimo para a questão da reforma tributária, e aí foi dado um tratamento que se alinhou muito aos modelos internacionais, conforme eu vou mostrar aqui.

Eu participei desse GT1 do PAT-RTC, dei apoio e assistência técnica, pelo BID, ao pessoal da Secretaria Extraordinária de Reforma Tributária e, especialmente nessa parte de importação e exportação, que estava sob a responsabilidade do GT1, eu acompanhei de perto, com colegas da Receita Federal e das receitas estatuais e municipais, para chegar a esse modelo que foi colocado aí.

Queria só fazer um esclarecimento nessas dúvidas que foram colocadas agora pela Liziane.

A ideia desses regimes aduaneiros que foram colocados ali no PLP 68 seria mais dar o tratamento do IBS e da CBS dentro desses regimes. Eu acho que um pilar que norteou os trabalhos, com relação a essa parte, foi justamente não trazer a regulamentação desses regimes aduaneiros que são regimes aduaneiros próprios do Imposto de Importação. Então, a ideia não é trazer a regulamentação e o detalhamento para a lei complementar do IBS e da CBS, porque esse detalhamento e a regulação estão na legislação aduaneira, mas trazer somente como o IBS e a CBS vão ser aplicados dentro desses regimes aduaneiros.

Então, a ideia e o pressuposto foram estes, dentro da construção do PLP 68: julgou-se que não seria adequado trazer um detalhamento, porque esse detalhamento é de competência da legislação aduaneira, mas somente como o IBS e o CBS vão ser aplicados quando os bens ou as operações estiverem dentro, submetidas a esses regimes aduaneiros. Então, foi essa ideia, e por isso é que não se trouxe o detalhamento completo para a lei complementar.

Mas, passando para minha apresentação, Senador, eu acho que é muito importante a gente ter em mente que o IVA, esse modelo IVA, ele se aplica sobre todos os bens, materiais, serviços, bens de pequeno valor. E aí, quando a gente tem um fornecimento feito por um não residente, se o fornecedor estiver fora do país, o grande desafio é como eu vou tributar essa operação, não é? Então, em todo mundo se tem discutido – pelo menos desde o final da década de 1990 e início da década de 2000 – como é que eu vou fazer com que o fornecedor não residente fique sujeito ao sistema IVA, aplique o IVA sobre suas operações, já que ele está

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fora do país. Como é que eu vou fazer o *enforcement*, não é? Como é que eu vou fazer com que ele recolha o IVA aplicável a essa operação?

Como todos sabem, o IVA é um imposto no destino; então, qualquer importação, seja de bem material, imaterial, serviços, deve ser tributada adequadamente no país. Então, o grande desafio que todos os países do mundo têm enfrentado é justamente isto: como fazer com que essas operações feitas por fornecedores não residentes sejam tributadas adequadamente no Brasil.

O grande desafio é quando esses fornecedores remetem produtos, vendem materiais ou serviços para um consumidor final, porque, se é para outro contribuinte, se é para outra empresa, essa empresa vai tomar crédito, e, quando ela toma crédito, o impacto então é zero, em termos de arrecadação – não é? –, porque tributa e toma crédito, e, então, o impacto na arrecadação é zero.

Então, o grande desafio é como principalmente tributar nessas operações para consumidor final, já que o consumidor final não tem crédito e é realmente aquela operação que vai gerar receita pública para os entes federativos, não é? Então, discute-se em todo mundo esse controle e fiscalização dessas operações para consumidor final.

E, aí, tem soluções trazidas por relatórios da OCDE, da União Europeia e de outros países que adotam o IVA, que têm implementado essas soluções, que são quais? Para serviços intangíveis, obriga-se que o fornecedor não residente, mesmo não tendo qualquer presença física no país, qualquer representação, nada no país, não tendo absolutamente nada, inscreva-se no IVA e aplique o IVA nas operações para residente no país. E, ao mesmo tempo, também exige a responsabilidade das plataformas na coleta e na arrecadação desse IVA, quando forem feitas as operações por meio do seu intermédio.

Também esse mesmo tipo de solução de inscrição do fornecedor não residente e das plataformas digitais são soluções para importações de pequenos valores, essas importações que estão remetidas, seja através de *courrier*, seja através dos próprios correios... Então, para essas importações de pequeno valor também se exigem a inscrição do fornecedor não residente e a responsabilidade das plataformas digitais.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, Senador, isso daqui, esses dados que são da OCDE, de 2020, 2022, já tinha 76 países que adotavam esse tipo de solução para o comércio internacional. Então, a gente tem 175 países do mundo com IVA, e quase metade já adotou esse tipo de solução.

E, só para dar uma ideia do volume dessas transações, em 2020, 62% dos US$29 trilhões do comércio digital mundial foram feitos pelas dez maiores plataformas – 62,7% de todo o comércio digital é feito pelas dez maiores plataformas. Então, basta que essas plataformas se inscrevam, recolham o IBS e a CBS nas operações realizadas por fornecedores não residentes, que o Brasil já pegaria 62% do comércio que é realizado internacionalmente.

As *top* três plataformas são responsáveis por 62,6%, e as cem maiores plataformas correspondem a mais de 95% do *e-commerce*.

Então, é muito importante essa responsabilização de plataformas, seja para operações com imateriais, seja para serviços, mas principalmente com relação às remessas postais, porque grande parte do comércio internacional é feito por essas plataformas.

E, aí, eu queria só deixar claro o que o PLP faz, rapidamente passando pelas regras do PLP.

Nós temos o IBS e a CBS, que são cobrados no destino. Então, a gente tem que ver se a operação ocorreu dentro do território nacional ou fora do território nacional.

Geralmente, nós temos regras no PLP 68 quando há uma importação de serviço ou de bem imaterial. Então, quando é um fornecimento que é realizado por não residente... Vamos supor uma Netflix, por exemplo. Se a Netflix não tivesse nenhuma residência ou presença física no Brasil, então ela estaria fornecendo como não residente para um adquirente que está localizado no país, no Brasil, para consumo no país, mesmo que essa prestação de serviço ou fornecimento de bem imaterial sejam feitos a partir do exterior.

E, aí, o que é que o PLP também fala? O que é esse consumo – porque está escrito "para consumo no país"? Consideram-se consumo de bens imateriais e serviço a utilização, a exploração, o aproveitamento, a fruição ou o acesso.

Então, se essa pessoa no Brasil está comprando uma inscrição na Netflix, se ela está acessando a Netflix desde o Brasil, isso quer dizer que ela está consumindo no Brasil, e isso é

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma importação de bem imaterial, porque *streaming* é considerado, segundo o PLP 68, um bem imaterial.

Isso quer dizer o quê, Senador? Quer dizer que essa fornecedora não residente tem que se inscrever para o IBS e a CBS e, quando estiver fornecendo a Netflix, o *streaming*, para o consumidor brasileiro, ela tem que aplicar o IBS e a CBS e recolher aos cofres públicos – seguindo o modelo internacional, como eu já disse.

Além disso, nós temos ainda regras de importação de serviço, quando essa importação, por exemplo, for executada no país, esse serviço for executado no país.

Então, vem um não residente do exterior, executa algum serviço presencialmente no país, e isso faz com que haja uma importação de serviço. Por isso o IBS e a CBS têm que ser recolhidos. Ou, quando essa prestação de serviço é relacionada a um bem imóvel ou a um bem móvel que estejam localizados no país, ou a algum bem móvel que vai para o exterior para execução de algum serviço, então o equipamento vai para o exterior, para ser consertado, para uma manutenção, e depois retorna ao país, após a sua conclusão, e isso também é considerado importação de serviço.

E aí eu queria deixar bem claro aqui uma coisa que é muito importante: nesses casos, o fornecedor não residente vai ser contribuinte do IBS e da CBS e ele deve se inscrever no regime regular, porque ele está prestando um serviço, realizando uma operação no país. Isso é considerado importação e, portanto, quem é contribuinte é esse fornecedor não residente no país. Além disso, as plataformas digitais são responsáveis também, caso o fornecedor seja não residente. Se o fornecedor for não residente, as plataformas que intermediarem essas operações vão ter que tributar, aplicar o IBS e a CBS. E ainda há uma regra de que, se o fornecedor residente domiciliado no exterior não for inscrito, o adquirente é solidariamente responsável pelo pagamento nessas aquisições de bens imateriais, direitos e serviços.

Eu queria passar então, Senador, rapidamente para a questão dos bens materiais, que são essas remessas de pequeno valor, remessa postal, porque agora se discute muito a taxa das blusinhas, o imposto das blusinhas sobre o sistema hoje que existe no país. Qual foi o tratamento que foi dado pelo PLP 68? Quando há essa remessa internacional, que é aquela remessa que é submetida ao regime simplificado, que hoje já existe – e há todo um tratamento

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

através do programa que se chama Remessa Conforme, da Receita Federal –, nesse caso os fornecedores de bens de procedência estrangeira submetidos a esse tipo de regime simplificado também vão ser contribuintes do IBS e da CBS, a plataforma digital que está vendendo esses produtos vai ser responsável também pelo pagamento do IBS e da CBS. E, caso o fornecedor não residente nem a plataforma, no caso de eles serem responsáveis, serem contribuintes, o destinatário também vai ser solidariamente responsável caso não tenham sido recolhidos o IBS e a CBS.

Então, isso também é mais ou menos algo que a gente já tem hoje no Remessa Conforme, da Receita Federal, atende aos padrões internacionais. E, Senador, só para terminar, porque eu sei que o meu tempo acabou, é muito – muito – importante esse tipo de medida para garantir a competitividade dos produtos nacionais da indústria brasileira, porque, se a gente não tributa esse tipo de importação, a indústria brasileira ou o comércio brasileiro vai ser prejudicado, porque eles vão ser submetidos à tributação normal, enquanto aqueles produtos que vêm do exterior não vão ter tributação nenhuma. Então, assim, a tributação da blusinha que eu compro por meio dessas plataformas digitais residentes no exterior tem que ser exatamente a mesma tributação da blusa que eu compro na loja da esquina, porque, senão, a gente vai ter um problema de competitividade da indústria nacional, do comércio, e isso impacta a economia nacional.

Com isso eu acabo, Senador Izalci, novamente agradecendo a minha presença aqui e o convite feito pela CAE para participar deste debate.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Melina.

Vou passar agora para o Dr. Menndel Macedo, que é Diretor Jurídico da Câmara Brasil Ásia (CBA).

O SR. MENNDEL MACEDO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, pessoal. Bom dia.

Primeiramente, agradeço o Senador Izalci e todos os integrantes da Comissão por este momento e esta oportunidade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou compartilhar aqui o material e eu vou tentar fazer de forma bem objetiva para não forçar... Só um minuto aqui. Deixe-me só colocar...

Pronto, vocês estão visualizando?

Tudo certo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

O SR. MENNDEL MACEDO (Para expor.) – Certo.

Primeiramente, bom dia, meu nome é Menndel. Eu falo em nome da Câmara Brasil Ásia e também vou falar de alguns pontos aqui em que a Federação Nacional dos Operadores Portuários tem interesse, está bem, pessoal?

Eu vou tentar focar. Eu fiz uma tabela comparativa para a gente ser mais objetivo, explicando um pouco como esses regimes vão ficar, como eles estão atualmente e como eles devem ficar de acordo com o PL 68.

Eu vou focar em especial no Repetro, no Reporto, no Reidi, nas ZPEs e nos bens de capital. Todos esses regimes aduaneiros especiais tendem a incentivar a aquisição de produtos importados e produtos nacionais para posterior exportação ou mesmo para produção interna no Brasil. Em que todos esses que estão previstos no PL 68 se assemelham? Tanto o Repetro, quanto o Reporto e o Reidi são esse incentivo ao próprio processo do setor industrial, ao setor de infraestrutura brasileiro. O Repetro é voltado para importação de bens, para atividades de petróleo e gás. O Reporto é voltado para modernização de infraestrutura portuária e ferroviária. O Reidi é voltado especificamente para a execução de projetos de infraestrutura e aí a gente está falando de energia, saneamento e outros bens específicos.

Atualmente – a nossa legislação atual que trata sobre esses temas –, eles estão em legislações esparsas, tanto em leis complementares quanto em instruções normativas da Receita Federal. Atualmente, pessoal, quando a gente faz uma análise do cenário como está atualmente e de como ele se dará, a gente vê, de certa forma, uma série de benefícios e uma série de incentivos econômicos no decorrer do tempo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A preocupação maior desses setores é o período de transição desses processos, em especial porque a gente está tratando sobre um benefício fiscal que tende a finalizar e o setor tende a criar um pouco de insegurança e incertezas quanto a esse prazo final. Se a gente observar, por exemplo, como funciona atualmente o Repetro e o Reporto, este é via restituição por compensação de tributos pagos na importação de bens para essas atividades de petróleo e gás. Como se dará essa situação no PL 68? Vai haver uma suspensão de tributos com uma conversão de alíquota a zero por um período determinado. A gente tem o Repetro e o Reporto que são de cinco anos. Sobre o Reidi, eu achei bastante prudente ter colocado que a manutenção da suspensão dos tributos é até a conclusão do projeto com a conversão para alíquota zero. Essa é uma das críticas que eu faço em relação ao Reporto e ao Repetro, de que deveria ser mantida essa mesma estrutura. Não por um período anual, mas por um período de conclusão de projetos em setores de infraestrutura, o que daria uma facilidade e uma clareza maior a esses projetos que envolve, em que são incluídos tanto o Reporto quanto o Repetro.

E a gente tem essa parte das ZPEs. Essas ZPEs incentivam em especial essa parte de exportação. Claramente você tem que ter uma quantidade X de faturamento para poder exportar, para poder ser enquadrado nessas zonas de processamento de exportação, e o PL 68 está prevendo a mesma margem de 70%.

Para os bens de capital certamente ele traz esse tipo de incentivo, porque ele mantém essa situação. Antes a forma de você utilizar esses bens de capital para amortizar a questão do IRPJ, CSLL, PIS e Cofins era no ativo imobilizado. Com essa nova redação do PL 68, ele mantém essa suspensão dos tributos com conversão para alíquota zero, após os cinco anos de utilização.

Quando a gente faz uma melhoria, quando a gente faz uma análise das melhorias, a gente percebe que, em especial, o Repetro tem essa questão da alíquota zero após os cinco anos, eles supostamente já estão prevendo uma simplificação de processo. No Reporto a gente vê essa prorrogação até 2028, que trata especificamente sobre essa tentativa de simplificação na habilitação.

Aqui, já no Reporto, eu falo em nome da coalizão portuária e aeroportuária, em que existem duas emendas, a 490 e a 491, que preveem a extensão dessa prorrogação até 2032, e ele abrange um pouco a cadeia de importação desse processo do Reporto. A crítica que o setor

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faz é da possibilidade de extensão da inclusão desse benefício do Reporto em toda a cadeia portuária até a finalização desses projetos portuários ou ferroviários.

O Reidi é a melhoria que ela traz, essa maior clareza nas regras de conversão da suspensão, mas as pioras... Quando a gente pega todos os setores e pega principalmente os relacionamentos internacionais que a gente tem com o mundo asiático, a gente percebe que é de forma unânime a situação dessa insegurança jurídica quanto à aplicação futura e também essa complexidade na tentativa de se conseguir esses benefícios, esses regimes aduaneiros especiais.

Atualmente, a gente trabalha em todos esses setores, está, pessoal. A gente já trabalha há muitos anos na inclusão desses benefícios de Repetro, Reporto, Reidi, e, sinceramente, há uma dificuldade hercúlea até você conseguir esse benefício, esse regime aduaneiro especial. Então, a maior crítica que o setor faz é de, por que não, a partir desse PL 68, a gente trabalhar com simplificações maiores, porque acaba que só as grandes corporações ou as grandes empresas conseguem se enquadrar nesse tipo de benefício, por conta do excesso de regras. Então, por que não trabalhar em cima desse PL 68 numa tentativa de facilitar um pouco, de desburocratizar e seguir a essência da reforma tributária, porque a manutenção desses regimes aduaneiros especiais no PL 68, como está atualmente, acaba não trazendo o processo basilar da reforma tributária, que é essa simplificação tributária. Se a gente simplesmente mantiver esses regimes, mas não trouxer processos de simplificação, a gente ainda continua trazendo esse tipo de regime especial aduaneiro só para uma classe muito pequena de empresas. Então, essa é uma crítica que se faz.

E uma outra crítica que se faz também, pessoal, é porque até então, Repetro, Reporto, Reidi sempre tratavam das tributações federais. Com o PL 68, existe a inclusão tanto de um CBS, que é um tributo federal, quanto de um IBS, que é um tributo estadual. O problema maior é porque a gente acaba não tendo uma certeza de como os estados lidarão com essa situação, porque para que haja a implementação desses benefícios e a extensão para os IBS, a gente tem que entender que os estados vão ter que concordar de alguma maneira. E como vai haver essa concordância? Por meio de outras leis ordinárias? Os estados, para concordarem com essa suspensão e transformação de alíquota zero da questão do IBS, isso não fere um pouco a competência dos estados e municípios em gerir o seu próprio tributo, porque o IBS é um

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conglomerado tanto do ICMS quanto do ISS? Então são dúvidas que o setor fica em relação ao tema, por a gente não saber de forma clara como esses benefícios fiscais tratarão, como é que serão lidados daqui para frente, está certo?

Eu não sei se vocês estão me ouvindo aí, porque saiu a tela. Vocês estão conseguindo me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está o.k., está muito bom.

O SR. MENNDEL MACEDO (*Por videoconferência*.) – Pessoal, é essa a crítica. Na questão do Reporto, principalmente as Emendas Constitucionais 490 e 491, eu acredito que o PL 68 poderia ser um pouco mais esmiuçado quanto a esse detalhe sobre essa competência federativa entre os estados e a União.

A Lei Complementar 68 prevê essa suspensão da CBS, ou seja, mantendo como sempre foi a questão dos regimes aduaneiros a tributos federais, mas o tributo estadual traz um pouco de estranheza nessa questão de suspensão e conversão de alíquota zero, porque, para que isso funcione na prática, os estados vão ter que chancelar esse tema de alguma maneira. Eles vão fazer o quê? Replicar a lei complementar por meio de lei ordinária? Será que vai ter que ser feito um trabalho em cada um dos estados para a concordância com essas suspensões, desses regimes aduaneiros especiais ou dessas ZPEs? Ou vai ter que se ter uma discussão no Poder Judiciário, em nível de STF, para se entender se, de fato, essas suspensões serão estendidas à CBS ou não.

Bom, pessoal, de forma bem objetiva, eu preparei um material um pouco mais robusto, mas, como o tempo é curto e muita gente já expôs boa parte do que eu gostaria de falar, eu encerro agradecendo, em especial, ao Senador Izalci e a toda a Casa por esse convite, e agradeço imensamente por poder enriquecer este debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Menndel.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, aproveito... Antes de passar a palavra para o próximo expositor, o objetivo maior desse grupo de trabalho é a gente já trabalhar de uma forma muito pontual em cima daquilo que já foi aprovado. Então, nós temos um texto da Câmara, que já foi aprovado, e o objetivo aqui é vocês apresentarem uma proposta de mudança com uma justificativa muito óbvia, muito clara, que qualquer Senador entenda. Olha, realmente precisamos mudar, porque o nosso objetivo não é discutir a reforma de uma forma muito... porque já foi muito discutida, a gente precisa ir direto ao ponto: tal artigo, tal parágrafo têm que ser alterado por isso e por aquilo, para a gente tentar convencer sobre a mudança.

Então eu gostaria de reforçar, para que a gente possa apresentar, no dia 22, uma proposta para o Relator da CCJ, com as mudanças que nós vamos sugerir. Mas a gente quer muito ver o mundo real, ver lá na ponta o que está acontecendo, porque a gente percebe que a reforma está muito bacana, bonita, teoricamente bacana academicamente, mas, na ponta, tem algumas distorções. Por exemplo, aqui, a empresa pública, é uma coisa tão óbvia, e por que a empresa pública ficou fora? Não sei, alguém esqueceu na redação, mas é uma coisa fácil: está aqui, no artigo tal, a empresa pública ficou fora, então vamos colocar, então tem que ter uma emenda para colocar. Qualquer Senador vai entender isto: empresa pública tem que entrar.

Então esse é o objetivo maior do nosso grupo de trabalho, porque, só com a discussão em si, nós não vamos chegar a lugar nenhum, a gente não vai conseguir fazer as mudanças que nós pretendemos.

Bem, ainda temos, por videoconferência, o Sr. Solon Sehn, Doutor em Direito, Professor e Advogado.

O SR. SOLON SEHN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Izalci Lucas. Eu quero agradecer pelo honroso convite.

Eu quero cumprimentar todos os Senadores que estão presentes e demais autoridades, em especial os membros da mesa, notadamente a Profa. Liziane Meira, que é uma amiga de longa data, e a Profa. Melina Rocha.

Bom, Senador, eu tenho estudado esse tema, eu retornei sexta-feira da Europa, onde eu tenho procurado estudar bastante o IVA, principalmente na parte do comércio exterior. O

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comércio exterior é uma área em que o Brasil precisa investir, o Brasil precisa se abrir para o comércio exterior, porque hoje o comércio exterior do mundo movimenta cerca de US$18 trilhões, e o Brasil participa com menos de 2% desse montante. E, apesar disso, o comércio exterior é 40% do nosso PIB. Então, imaginem os senhores o quanto nós temos de potencial se subirmos de 2% para 4%; então, é uma coisa extraordinária. E os regimes aduaneiros especiais fazem parte disso.

De uma forma muito geral, vou fazer algumas considerações gerais bem rápidas, vou fazer uma sugestão pontual que eu considero muito importante e depois eu vou explicar.

Bom, sobre o aspecto geral, eu sou entusiasta da reforma, eu acho que a nossa reforma tributária é muito boa, o IVA brasileiro – CBS e IBS – vai ser o mais moderno que existe no mundo – eu não tenho dúvida nenhuma disso –, e, no âmbito do comércio exterior, especificamente nos regimes aduaneiros especiais, nós vamos ter um ganho de simplificação.

Hoje, no Brasil, nós temos 22 regimes aduaneiros especiais, com uma legislação confusa, uma legislação muitas vezes contraditória. O regime aduaneiro especial mais importante que é o *drawback*, o mais importante, responsável por mais de 20% das exportações brasileiras, tem um emaranhado regulatório, é muito difícil de compreender, até para quem é estudioso dessa matéria é difícil entender, então imaginem os senhores para o empresário que vai tentar se aventurar a exportar mercadoria usando o *drawback*. Nós vamos substituir esses 22 por 4 grandes grupos de regimes aduaneiros, isso é um ganho muito grande.

É claro que o projeto de lei complementar não vai entrar em detalhes, ele está estabelecendo as balizas e depois vai acontecer uma regulamentação. Se essas regulamentações forem adequadas, como o projeto em geral, desde a aprovação da emenda constitucional, está sendo, eu não tenho dúvida de que o Brasil vai ter um grande ganho.

O que eu gostaria de destacar pontualmente, Srs. Senadores? Dentro do regime de aperfeiçoamento especificamente do *drawback*, que é, a meu ver, o regime aduaneiro mais importante – a maioria dos países dedica especial atenção ao *drawback*, ele é um regime aduaneiro que foi teorizado no século XVIII por Adam Smith, que já ressaltava a importância no tratado *A riqueza das nações* –, esse regime aduaneiro precisa de um ajuste aqui no Senado Federal. No que especificamente? Hoje a CBS e o IBS têm uma base de incidência ampla, esse

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi o modelo aprovado no nosso país e é um modelo adequado. Dentro dessa base de incidência ampla, ele incide sobre operações com bens e operações com serviços.

Ocorre que, na hora em que está sendo prevista a desoneração das aquisições dos insumos que são importados no drawback para produzir mercadorias que posteriormente vão ser exportadas, o PL desonera apenas a aquisição de bens – não está ocorrendo a desoneração dos serviços –, e isso gera uma incoerência com o próprio regime de incidência, porque, veja, se o tributo incide sobre bens e serviços, a desoneração tem que também abranger os serviços.

E isso é relevante porque já é uma demanda antiga da indústria brasileira. Um estudo que foi feito pela CNI mostra que os serviços participam com quase 25% da agregação de valor da indústria brasileira. Todos os países do G20 desoneram os serviços no âmbito do *drawback*. Os próprios Estados Unidos, com a tributação monofásica no consumo, fazem essa desoneração. E, da forma como está sendo aprovado hoje o projeto, nós vamos perder essa oportunidade – vamos engessar também, porque a lei complementar requer um quórum mais restritivo. E, uma vez aprovada essa lei complementar sem a inclusão dos serviços nesse regime aduaneiro, vai ser muito difícil essa alteração.

Então, a sugestão que eu faço – e já encerrando a minha participação – muito objetivamente é esta: eu acredito que tem que ser alterado o *caput* do art. 88. Eu me coloco à disposição, depois, se a assessoria quiser entrar em contato, para fazer uma exposição de motivos bem sucinta e uma proposta de alteração. É alterar esse art. 88 para prever a extensão do *drawback* também para as operações com serviços. Isso vai ser um grande ganho que nós vamos proporcionar ao nosso país, e nós vamos ter uma regulamentação completa para que realmente a reforma tributária produza os seus efeitos desejados.

Então era isso, Senador e demais integrantes da mesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Solon. A gente vai... A gente agradece realmente. É importante a sua contribuição com relação a essa sugestão, que pode ser encaminhada aqui para a Comissão. Acho que é importante.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei se o... Marcelo, você quer falar alguma coisa sobre isso aí, por favor? Pode apertar aí...

O SR. MARCELO REIS (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Em relação ao *drawback*, à inclusão dos serviços no *drawback*, como eu havia comentado a Lei 11.945, de 2009, foi alterada por uma outra lei em 2022 para incluir justamente os serviços nesse regime aduaneiro especial. É claro que houve muita resistência para passar esse dispositivo legal. E, na verdade, o que foi incluído ali foram os serviços que estão diretamente atrelados ao processo exportador. Então é serviço de transporte internacional, é serviço de despacho, e tem até um serviço relacionado a treinamento para o uso daquelas mercadorias ou aqueles equipamentos que vão ser exportados. Então é uma lista restritiva.

É claro, como o Dr. Solon comentou, muito mais serviços podem estar ali relacionados a bens, podem estar embarcados, podem estar incorporados ao bem final que vai ser exportado, e, de repente, essa lista pode ser trabalhada. É claro que, se ela ficar em nível de lei complementar, vai acontecer o que o Doutor comentou: ela vai ficar engessada, porque para modificar uma lei complementar é bastante mais complexo.

Então, talvez uma solução para isso seria, em vez de se estampar no texto principal do PL, colocá-lo como um anexo – mas isso tem que ser pensado –, um anexo que, de repente, poderia ser alterado por ato infralegal, por um ato menos engessado do que uma lei complementar, para permitir essa fluidez em relação ao serviço.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Marcelo; obrigado, Solon.

Solon, quer complementar?

O SR. SOLON SEHN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim, só uma complementação aqui. A Lei 14.440 desonera o PIS-Cofins, que é um tributo que vai acabar em 2027. Nós temos que inserir na reforma tributária, no PL aqui, a desoneração do IBS e da CBS. E, como destacado pelo colega, a desoneração tem que ser coerente com o regime de incidência. Então, como nós temos um regime de incidência amplo, nós temos que desonerar todos os serviços que são utilizados para produzir mercadorias que vão ser exportadas pelas empresas brasileiras, sem

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecer uma lista. Porque se nós estabelecermos uma lista, nós vamos ter um problema: o contencioso para saber se um serviço se enquadra ou não naquela lista, e até a própria desatualização. Serviços é um conceito muito amplo, a cada dia a economia dinâmica se altera, surgem novas atividades. Se a cada momento tivermos que discutir a inclusão ou não, nós vamos criar um engessamento.

Então, a ideia que eu tenho é a desoneração total dos serviços na linha, de forma coerente com a incidência.

Era isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Solon.

Bem, eu vou pedir aqui aos colegas Liziane, Fabio, Amaury e Marcelo para a gente fazer uma troca aqui agora.

Vou chamar para compor a mesa aqui a Dra. Dayane do Nascimento Lima da Silva, que é Coordenadora do Comitê Técnico Tributário da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

Podem aplaudi-la também, não é, Dayane? (*Palmas.*)

Também o Sr. Helson Cavalcante Braga, Presidente da Associação de Processamento de Exportação. (*Palmas.*)

O Sr. Mário Sérgio Carraro Telles, Superintendente de Economia da CNI. (*Palmas.*)

Registro a presença da nossa Senadora Rosana Martinelli.

Obrigado, Rosana.

Bem, eu passo imediatamente a palavra, então, à Dayane do Nascimento Lima.

A SRA. DAYANE DO NASCIMENTO LIMA DA SILVA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar a mesa, na pessoa do Senador Izalci, e em nome da Presidência da AEB, mais uma vez, agradecer o convite para participar desta audiência.

A Associação de Comércio Exterior do Brasil representa o setor exportador há mais de 50 anos e desde a criação do GT 1, pelo Ministério da Fazenda, no âmbito do PAT-RTC, tem

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuído com as discussões sobre a regulamentação dos regimes especiais aplicáveis ao comércio exterior.

E objetivamente a mensagem da AEB na audiência pública de hoje é enfatizar dois pontos que não foram plenamente contemplados no PLP 68 e que são pontos essenciais para garantir a competitividade das empresas brasileiras no mercado internacional. O primeiro ponto diz respeito ao regime do preponderantemente exportador.

Nós tivemos a manutenção de grande parte dos regimes especiais, mas, na redação atual do PLP 68, o regime do preponderantemente exportador não foi contemplado. E o que é esse regime? Os exportadores do Brasil, que hoje possuem pelo menos 50% do seu faturamento obtidos com atividades de exportação, estão autorizados a adquirir insumos com suspensão de PIS, Cofins e IPI. E qual é o objetivo dessa suspensão? É a desoneração, é evitar um acúmulo de créditos fiscais na cadeia produtiva do setor exportador, é desonerar o exportador brasileiro para que ele tenha a melhor condição de competir com outros países no cenário internacional.

Usando as palavras do Secretário Extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, um dos principais objetivos da reforma tributária, no âmbito do comércio exterior, é a completa desoneração da cadeia de exportação, passando, inclusive, pela manutenção dos regimes especiais que são aplicáveis ao comércio exterior.

Então, hoje os exportadores brasileiros que adquirem matérias-primas, produtos intermediários, materiais de embalagem fazem isso com suspensão dos tributos PIS, Cofins e IPI. A prevalecer a atual redação do PLP 68, eles passarão a ter de recolher IBS e CBS. Ao contrário do que se possa imaginar, isso não significa um aumento de arrecadação para a Fazenda. Por quê? Em se tratando de um produto final exportado, não haverá incidência de IBS e CBS nessas saídas. Então, esses recolhimentos que foram feitos nas etapas anteriores terão de ser ressarcidos ao exportador pela Fazenda.

Então, na verdade, o que nós estamos criando, com o texto atual do PLP, é um ônus para ambos os lados: para o exportador, que passa a ter um prejuízo financeiro, um impacto de fluxo de caixa de 27,9% sobre as suas aquisições de insumos – lembrando que esse percentual é a última estimativa da alíquota padrão do IVA, que foi divulgada pelo Ministério da Fazenda, 27,9% –, e para a Fazenda haverá o ônus de ressarcir esses créditos para o exportador.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vejam: se uma das principais bandeiras da reforma, se não a principal bandeira, é justamente a simplificação, não me parece que nós estejamos aqui simplificando esse ponto. Então, não faz sentido haver a extinção do preponderantemente exportador. Esse ponto precisa ser revisitado no texto do PLP 68 para que, a exemplo do que acontece hoje com PIS, Cofins e IPI, haja também a suspensão de IBS e CBS nas aquisições desses insumos que eu mencionei.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Tem já a emenda?

A SRA. DAYANE DO NASCIMENTO LIMA DA SILVA – Sim, nós temos proposta de emenda.

O segundo e último ponto, em função do tempo, é a questão do imposto seletivo ser incluído nos regimes aduaneiros especiais.

Aqui um breve parênteses, nesse primeiro *bullet* do meu eslaide, que é a questão da incidência do seletivo sobre as exportações. Nós sabemos que existe uma audiência pública específica para o seletivo, mas nós não podemos deixar de mencionar esse ponto porque ele é de extrema importância. O seletivo, no texto atual do PLP, está alcançando a exportação de bens minerais, e a nossa percepção é que isso fere frontalmente o que está disposto na Emenda Constitucional 132, lá no art. 153, §6º, inciso I, no qual está expressa a premissa para o seletivo de que ele não vai incidir sobre as exportações.

Mais adiante, no inciso VII desse mesmo dispositivo, quando nós temos uma previsão específica para o seletivo na extração, por uma interpretação lógica, o que nós temos é, na verdade, uma alíquota máxima de 1% para o seletivo na extração de bem mineral, independentemente da destinação de uso desse bem mineral. Nós não estamos falando aqui de uma destinação geográfica, se para a venda no mercado interno, ou se para a exportação; nós estamos falando aqui de uma destinação de uso. Então, é fundamental que esse ponto seja observado, sob pena de nós criarmos um novo resíduo tributário para o exportador; e, como bem sabemos, precisamos exportar serviços e produtos, não tributos. Esse é um ponto muito importante que nós não poderíamos deixar de mencionar.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, voltando ao último ponto da nossa colocação aqui, há a questão da inclusão do seletivo nas importações, como eu mencionei. Sendo o imposto seletivo um imposto não recuperável, o que acontece? Ele acaba acrescido ao preço final do produto que vai ser exportado. Então, quando nós inserimos o seletivo nos regimes especiais, a exemplo do que acontece com o IBS e com o CBS, nós estamos eliminando esse resíduo na cadeia exportadora, nós temos uma melhor condição mínima de competir com os grandes *players* internacionais. Nós sabemos que existem países, hoje, que até mesmo subsidiam os seus exportadores e nós não podemos ir na contramão disso, criando um novo entrave para os exportadores brasileiros. Eu não preciso dizer aqui da importância desse setor para o Brasil, para a balança comercial, mas vale pontuar que, hoje, a participação do Brasil no cenário internacional é de pouco mais de 1%. Segundo o último relatório divulgado pela OMC, o Brasil amarga a 24ª posição no *ranking* mundial dos maiores exportadores. Então, nós precisamos mudar essa realidade, desonerando completamente a cadeia exportadora do Brasil.

Em função do tempo, eu encerro aqui a nossa participação, Senador. Nós temos, sim, material preparado, disponível nesse sentido, com sugestões de emendas. Ficamos à disposição, inclusive, das assessorias técnicas e legislativas.

Pela atenção de todos, meu muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Dayane.

Passo imediatamente ao Sr. Helson Cavalcante Braga, Presidente da Associação de Processamento de Exportação.

Ao mesmo tempo, registro a presença da Senadora Damares, que esteve aqui e já saiu, porque tem um compromisso.

O SR. HELSON CAVALCANTE BRAGA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Eu queria agradecer penhoradamente a oportunidade que nós temos, a Abrazpe, de participar deste debate. Eu queria cumprimentar a todos os presentes e ir direto ao ponto, conforme sugeriu o Senador Izalci.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão em discussão aqui as sugestões de mudanças do PLP 68. Mas, antes de entrar exatamente nesses pontos, eu gostaria de focar duas coisas: primeiro, a importância que a Abrazpe atribui a essa questão, até porque, durante 30 anos, foi ela que, basicamente, segurou esse bastão no desenvolvimento desse projeto no Brasil. Então, é com muita satisfação que a gente vê que, finalmente, no Brasil, hoje, as ZPEs estão acontecendo, nós temos um marco legal hoje já competitivo, nós temos um Governo comprometido com a implementação efetiva desse programa, como bem ressaltou aqui o nosso Secretário Fábio Pucci, e nós estamos em processo de formar uma parceria efetiva, para que possamos ter um projeto de ZPE que contribua, como a gente espera, para o desenvolvimento do país.

De uma maneira não muito diferente, como esse mecanismo tem feito no resto do mundo? Se você der uma olhada nos outros países, existem mais de 150 países no mundo que utilizam intensivamente esse mecanismo: China, sobretudo, e os Estados Unidos, enfim. O Brasil está muito atrasado nisso: nós passamos 30 anos para chegar nesse ponto que nós estamos. Mas hoje já existe um consenso de que esse programa é importante para o país e vários estados estão empenhados em implantar suas ZPEs. Nós temos 14 ZPEs criadas no Brasil, temos duas já em funcionamento, no Ceará e no Piauí, estamos já inaugurando uma ZPE em Cáceres, várias outras já estão no processo de implantação, e há alguns outros projetos também de criação de novas ZPEs. O Brasil será certamente diferente, daqui para frente, com a efetiva implantação das ZPEs.

Dito isso, eu gostaria de ressaltar alguns aspectos desse nosso mecanismo. As ZPEs criam empregos, atraem investimentos, desconcentram a nossa base industrial e sem pedir recursos do Governo Federal. As ZPEs estão sendo implantadas, nós estamos fazendo todos esses benefícios para a política econômica sem requerer recursos do Governo Federal. As ZPEs são investimentos privados e em alguns casos minoritariamente de governos estaduais. Então, a gente pode dizer com absoluta tranquilidade que ela tem uma contribuição pesada, positiva e sem contraindicações do ponto de vista dos recursos públicos.

As ZPEs têm um outro tipo de aspecto que vale a pena destacar aqui: elas são compatíveis com absolutamente todas as outras políticas de desenvolvimento e muito particularmente a gente pode afirmar que não afeta, não implica perda de receita para o estado. As empresas que estão em ZPEs não apenas não sacrificam a política de controle da nossa dívida pública, mas

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também é importante destacar isto: não representam nenhuma ameaça para a indústria nacional, na medida em que, de todas as vendas que serão feitas no mercado doméstico, as empresas ZPEs vão pagar integramente todos os impostos existentes, mais uma multa... Na verdade, as empresas serão tratadas até com mais rigor do que as importações normais, que criam empregos lá fora, quando deveriam criar empregos aqui. Então, é muito importante fixar esse ponto de que as ZPEs têm uma contribuição pesada, significativa para o nosso desenvolvimento e sem contrapartidas.

Eu queria, na sequência, ir diretamente na sugestão do Senador Izalci. Quais são os pontos que nós imaginamos que precisam ser aperfeiçoados nesse projeto que veio da Câmara?

Eu acho que a gente pode ir já direto, até porque o tempo é curto. Então, muitas coisas que eu estou falando aqui estavam mais detalhadas nessa apresentação, mas, como o tempo realmente é curto, eu quero exatamente ir ao final.

Eu até mostrei, em alguns exemplos, onde existem as ZPEs no mundo: nos Estados Unidos; nos nossos *hermanos* aqui, na Argentina, no Uruguai; temos no México, na Colômbia, enfim... Nós só estamos muito atrasados aqui no Brasil, mas outros países foram lúcidos o suficiente e estão implantando pesadamente esse mecanismo. E aí se perdem várias oportunidades.

Por favor.

Aqui.

Esse PLP que veio da Câmara precisa de algumas correções, e eu vou só mencionar isso aí. E, na sequência, então, a gente pode explorar um pouco mais por que nós estamos colocando essas mudanças, essas correções necessárias ao PLP que veio da Câmara.

Primeiro, é muito importante a gente destacar este aspecto: tanto o IBS quanto a CBS são dois tributos que se concentram no conceito de bem material, que é muito mais amplo do que a categoria de produtos e itens que são objeto de suspensão de tributos quando a gente fala nas ZPEs. As ZPEs falam em matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem. E, no PLP 68, nós falamos em bens e bens materiais, que é uma categoria muito mais ampla. E permanece essa categoria muito mais ampla para os outros regimes aduaneiros especiais, mas mantém a restrição, dentro das ZPEs, a só utilizarem esses três itens, que são muito mais

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

limitados. Então, há uma necessidade de que, na inserção das ZPEs, também se utilize o conceito de bens materiais em substituição ao antigo, essa tríade de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem. É fundamental se fazer isso, senão as ZPEs ficam em desvantagem em relação a outros regimes especiais que concorrem de certa forma com as ZPEs. Então, é fundamental a gente ter a percepção disso e fazer esse tipo de correção. Nós estamos trabalhando nessa direção.

A outra coisa é uma multa que já existe há muito tempo aí. As vendas, porque agora a nossa versão permite venda no mercado doméstico, no passado não eram assim. As empresas já foram proibidas de vender no mercado doméstico; depois se admitiu uma parcela de vendas no mercado doméstico, mas manteve-se uma parcela de 80% da produção para ter que ser vendida no exterior. Isso acabou pela lei que nós temos hoje. Então, a venda no mercado doméstico deixa de ser uma hipótese proibida, ilegal; é uma possibilidade permitida pela legislação. Por consequência, não faz nenhum sentido aplicar uma sanção, uma multa, quando você vende no mercado doméstico. Isso já existe em reconhecimento pelo Tribunal Superior de Justiça. E esse é um ponto que a gente precisa consertar também, aproveitando esse PLP.

E, por último, esse art. 6º-D. A nossa legislação já permite que as empresas ZPEs adquiram matérias-primas e serviços também no mercado doméstico, com suspensão dos tributos aplicáveis, mas a redação que veio da Câmara retira essa isenção – isso foi até levantado aqui pelos expositores que me antecederam –, retira essa possibilidade de suspensão de tributos nas aquisições de serviços no mercado doméstico. Isso obviamente é um retrocesso que o PLP está fazendo em relação à lei ordinária das ZPEs que já existia, então a gente precisa consertar isso também, Senador.

Por favor.

Aqui.

Bom, nós estamos colocando aqui que se aproveite essa oportunidade, na lei complementar, de fazer uns aperfeiçoamentos que nós não conseguimos fazer até agora na lei ordinária que nós temos. Daria, evidentemente, muito mais segurança se a gente colocasse esse aperfeiçoamento dentro de uma legislação complementar, que é essa aí.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veículos e embarcações que são incorporados no ativo fixo das empresas precisam ser objeto também, isso vale muito e o Senado vai atentar para isso aí... E também... Bom, uma coisa que já está pacificada é a necessidade de que a suspensão do IBS e da CBS também atinja, alcance a energia elétrica e também a água, que são insumos fundamentais, especialmente para aproveitar melhor essa grande oportunidade que se apresenta para o Brasil hoje que é a utilização das ZPEs como *locus* preferencial para a implantação de projetos de hidrogênio verde.

A questão do hidrogênio verde e de seus derivados constitui hoje uma das grandes oportunidades de desenvolvimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELSON CAVALCANTE BRAGA – ... do Brasil daqui para frente. E o local onde esses projetos serão implantados no Brasil inteiro, não tenho nenhuma dúvida disso, serão as ZPEs. Então, as ZPEs serão o instrumento preferencial para que o Brasil possa aproveitar essa grande oportunidade que tem hoje de desenvolver uma economia limpa e ter um potencial de desenvolvimento disponível para o nosso empresariado.

Acho que vou parar por aqui porque meu tempo está encerrado.

Evidentemente, estamos à disposição para esclarecer qualquer outro ponto que deixou, pela restrição de tempo, de ser tratado aqui.

Muitíssimo grato a todos.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Sr. Helson.

Vou passar agora a palavra ao Senador Roberto Rocha, que está também por videoconferência. Ele foi Presidente da Comissão da Reforma Tributária, que analisou a PEC 110.

Meu amigo Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Presidente. Bom dia, companheiros, companheiras.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou me fazendo ouvir? Está boa aí a chegada da mensagem?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está ótima.

O SR. ROBERTO ROCHA (*Por videoconferência*.) – Muito bem.

Ao tempo que cumprimento o Senador Izalci, que dirige este trabalho desta Comissão importante do Senado Federal, cumprimento todos os convidados, que eu tive o privilégio de ouvir aqui há pouco. E cumprimento, de modo especial, meu estimado amigo Mário, da CNI, que vejo aí na mesa, como sempre, muito atento às questões relativas ao desenvolvimento industrial brasileiro, notadamente em relação à reforma tributária, que me ajudou muito na construção de um texto que ajudou o Brasil, por meio da Câmara e do Senado, a aprovar a PEC 45. Tenho muito orgulho disso, Senador Izalci.

Agora estamos discutindo a regulamentação dessa PEC. A Câmara acaba de votar o PL 68, que agora está em discussão no Senado Federal.

Estamos em ano eleitoral. No Brasil, quando não estamos em ano eleitoral, estamos em ano pré-eleitoral, porque temos eleição de dois em dois anos. Daí por que é difícil matérias de alta complexidade como essa serem votadas na urgência que se pretende no Brasil.

Em relação especificamente à questão das ZPEs, eu quero fazer, se me permite o Presidente, os convidados, todos, uma rápida contextualização histórica.

Em 1989, o Presidente Sarney, quando visitava a China, na condição de Presidente da República, ele descobriu, percebeu, testemunhou, presenciou uma alavanca de desenvolvimento naquele país.

À época – é importante ressaltar –, o PIB do Brasil era maior que o da China, bem maior que o da China. Nós estávamos na véspera de criar os Brics, e o Brasil era o maior entre os Brics.

Vejam o tanto de prejuízo que a ausência de um sistema tributário decente, que dialogue com o mundo digital, trouxe ao Brasil. Nós temos um sistema analógico num mundo digital. É um absurdo completo. Por isso essa reforma não poderia ser só clássica; ela tinha que ser tecnológica – como, de fato, ela o é.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Presidente Sarney, então, quando chegou ao Brasil, apresentou um projeto de lei, para que o Brasil pudesse ter, nos seus quase 8 mil quilômetros de costa, as ZPEs. Ou seja: tal como aquele programa que o Deng Xiaoping chamou, na China, de "portas abertas", que fossem também abertas as portas do Brasil para o mundo.

Pois muito bem.

Essa lei foi aprovada, não na forma como desejava o então Presidente José Sarney. Tanto isso é verdade, que, ao longo de todos esses anos, só tínhamos uma ZPE funcionando, a ZPE de Pecém, em Fortaleza. Ela, sozinha, dobrou o PIB do Ceará, fez Fortaleza ultrapassar até Salvador. Fortaleza é hoje uma capital pujante do Nordeste brasileiro.

É bem verdade que não é só a ZPE, mas a ZPE foi e é uma alavanca para o desenvolvimento daquele estado.

Muito bem.

Eu carreguei nos meus ombros, durante 19 anos no Congresso Nacional, o projeto que cria um novo marco legal das ZPEs no Brasil, combinado com a reforma tributária – caminhei com esses dois projetos juntos. Nós, ao final de 19 anos, três mandatos de Deputado Federal e um de Senador, aprovamos o texto.

É a lei que está em vigor. É a lei que permitiu, por exemplo, ao Governador Wellington Dias apresentar um projeto, no governo passado, para criar a ZPE de Parnaíba.

Eu ajudei na criação daquela ZPE. Eu fui a Parnaíba para fazer uma palestra, a convite do então Governador Wellington Dias – meus cumprimentos ao Wellington e a seu Governo. Fez o Piauí avançar bastante, e está fazendo.

Agora, nós precisamos compreender uma coisa, Senador Izalci: o ano que vem nós temos a COP 30 na Amazônia, em Belém. A Amazônia responde sabe por quantos por cento do PIB do Brasil? Por 0,1% do PIB brasileiro, que já é um PIB muito baixo.

Eu ouvi aqui a exposição anterior – perdoe-me. Eu não me lembro aqui do nome da palestrante, muito competente, por sinal... –, dizendo que o Brasil participa com só 1% do PIB mundial.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil tem acho que 11,5% do PIB nas exportações, contra 29,5% da média mundial. A Amazônia, que é a maior biodiversidade do planeta, tem 0,1%. Por quê? Porque a Amazônia não tem uma porta aberta para o mundo, para o comércio exterior e para que seja feita a exploração econômica sustentável e correta dos nossos bioativos. Não tem.

Vocês acham que tem tanta ONG na Amazônia por quê? É para melhorar a vida dos amazônidas? E por que é que não tem ONG no Nordeste, que não tem nem água? Claro que o países ricos já estão na era da biotecnologia, e nós não conseguimos sequer entrar na era da indústria, no caso do Nordeste.

Só tem um jeito de emancipar o Nordeste, não tem outro: é se a gente abrir as portas do Nordeste para o mundo, porque, da população mundial, quase 10 bilhões de pessoas, 9 bilhões estão no Hemisfério Norte, da Linha do Equador para cima, e 1 bilhão, apenas 10%, estão da Linha do Equador para baixo, no Hemisfério Sul, e o Nordeste está muito mais perto dos mercados econômicos e tem logística – que, nesse caso, é porto e ferrovia.

E por que não fazer isso? Por que continuarmos com dois brasis absolutamente antagônicos, um em relação ao outro?

Essa foi a motivação que me fez carregar, durante 19 anos, repito, o novo marco legal das ZPEs aprovado.

Eu espero que a gente tenha, Izalci... Não dá para a gente conversar aqui, nesse pequeno espaço de tempo, sobre algumas anotações que fiz. A Câmara, eu até pensei que ela tivesse feito algumas alterações substanciais na nossa lei em vigor, mas não fez. Pelo contrário: até onde eu tenho conhecimento, o que se fez foi acrescentar benefícios, como por exemplo o da energia elétrica.

É preciso saber que, com a reforma tributária, é claro que as ZPEs ou o próprio apetite por ZPEs vão se reduzir um pouco. Por quê? Porque, desse manicômio tributário, só tem uma saída para fugir dele no Brasil: é com as ZPEs, porque as ZPEs não se submetem a esse sistema tributário brasileiro atual. Então, com um sistema tributário mais moderno, nós teremos os ambientes de negócio das ZPEs parecidos com os ambientes de negócio do Brasil.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que nós estamos falando de exportação. Nós temos que preservar o compromisso exportador. É claro! Nós temos que preservar a nossa indústria nacional. Claro!

Agora, se é preciso fazer algum tipo de correção para ajustar, para melhorar, muito bom, vamos fazer, mas eu tenho convicção, Izalci, que o Senado brasileiro vê – como viu. Tanto, que aprovou – essa matéria com muita simpatia, com muito gosto.

Eu espero em Deus que, no ano que vem – e digo isto para caminhar para o final –, o mundo possa testemunhar a Amazônia sendo um motor do desenvolvimento da humanidade – um motor de desenvolvimento da humanidade. E, quando a gente fala da Amazônia, nós estamos falando de nove estados. Um deles é o nosso Maranhão, que, aliás, tem a melhor logística entre todos os nove estados, porque tem um complexo portuário, o do Itaqui, o melhor das Américas, e tem a condição de ser da Amazônia, junto com Alcântara, que é da base aérea que fica em frente de São Luís.

Então, eu penso que é chegada a hora de a gente refletir bem sobre as nossas potencialidades e não permitir que o mundo continue patenteando os bioativos da Amazônia, como recentemente queriam patentear o açaí. Acredita? O açaí!

A macaúba, por exemplo: lá em Dubai, na última COP, se a gente tiver que traduzir aquela reunião que reuniu líderes do mundo todo, milhares de pessoas em Dubai, em uma palavra, essa palavra se chama "macaúba". A macaúba é nativa do Maranhão – nativa.

Então, a Bahia, o norte de Minas, já estão produzindo muita macaúba. Os cientistas do Brasil e do mundo estão estudando as espécies de macaúba – no Brasil, nós temos cinco. No Maranhão, é nativa.

Então, tem produtos que só existem no Maranhão, porque o Maranhão está na faixa de transição entre o Semiárido e o semiúmido.

Por exemplo, babaçu: de 17 milhões de hectares no Brasil, o Maranhão tem 13 milhões de hectares. É um combustível, tem um teor para o combustível de aviação, para o SAF, extraordinário, assim como a macaúba.

Muito bem.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero me despedir.

Eu quero contribuir com a Comissão, Senador Izalci, meu amigo. Eu vou mandar para a mesa, para a sua assessoria, alguns apontamentos que fiz sobre esse tema, para deixar pontuada a minha contribuição ainda maior nesse debate.

Gostaria muito de estar em Brasília, presente nesta audiência fisicamente. Contudo, por problemas pessoais – eu passei quase dois meses em Brasília direto, nos últimos dias; cheguei a São Luís na sexta-feira –, eu, aqui e agora, estou sem poder sair, mas eu não poderia deixar absolutamente de participar desta audiência pública, que discute dois dos temas mais caros nos meus oito anos como Senador: reforma tributária e ZPE.

Muito obrigado a você e a todos que me dão o privilégio da audiência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Senador Roberto Rocha, meu amigo.

Todos têm certeza aqui da sua contribuição no avanço da reforma tributária.

Vou passar agora, então, para o Mário Sérgio, que é o Superintendente de Economia da CNI.

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES (Para expor.) – Bom dia.

Obrigado, Senador Izalci, pela oportunidade de a CNI trazer aqui os seus pontos com relação à reforma.

Quero cumprimentar especialmente o Senador Roberto Rocha, o Senador Armando Monteiro, que também está presente...

E vamos lá, por causa do tempo.

Não estou... Ah, está no final.

O senhor me desculpe, mas entrou pelo fim aqui.

Vamos lá.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro ponto, Senador: eu acho que a gente precisa pontuar que, para a CNI, o que chegou aqui da Câmara é uma reforma tributária muito boa. Acho que o principal ponto é que o PLP 68 preserva o que nós temos chamado, na CNI, do bom funcionamento do IVA e, com isso, elimina uma série de distorções, e muitas delas já foram faladas aqui nesta audiência pública.

Agora, permanecem alguns problemas, e ali, no final, eu vou trazer para o senhor aqui, ponto a ponto, o que a gente acha que precisa ser melhorado.

Uma das distorções que permanecem é a questão dos regimes aduaneiros especiais, e aí eu vou fazer coro aqui com o Marcelo, na questão da equiparação, mas vou falar um pouquinho mais à frente.

E temos que chamar a atenção, Senador, embora não seja o tema específico desta audiência, à questão da ampliação das exceções. Então, esse é um ponto também negativo.

Com relação aos pontos positivos, só para destacar, o bom funcionamento do IVA está garantido por esses elementos.

Desculpe-me, porque passou mais do que é aqui.

Primeiro, garantia do crédito amplo: aí, sim, nós vamos ter a completa desoneração das exportações, com esse crédito amplo, e uma série de outras vantagens.

Então, as empresas têm direito ao crédito amplo, podem usar esses créditos de forma ampla também, quanto aos seus débitos – o que não acontece hoje, por exemplo, com o ICMS, substituição tributária, que o senhor conhece muito bem – e, usados os créditos, que são amplos, se tem saldo credor, tem que devolver rápido o saldo credor. O senhor sabe muito bem que hoje nós temos bilhões de reais em créditos acumulados. E eu não uso mais a palavra crédito acumulado, eu acho que todo mundo tinha que tirar isso da sua fala. O que vai acontecer na reforma é geração de saldo credor: gerei o saldo credor, apurei no mês, os nossos contadores, devolve rápido. Hoje, a previsão geral é de 75 dias. Em relação ao que tem hoje, é excelente, mas a gente precisa melhorar isso, esse é o ponto principal aqui que eu gostaria de trazer para o senhor.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora acho que tem que enfatizar também alguns pontos que não entraram – e ainda bem que não entraram – lá no texto da Câmara. Um deles é a substituição tributária. O ICMS substituição tributária não foi transferido para os novos tributos. Nossos mecanismos agora de combate à sonegação vão ser outros: o *split payment*, a vinculação do crédito ao efetivo pagamento do tributo... A substituição tributária é péssima, não entrou na Câmara e eu espero também que não entre aqui no Senado. Há também a ausência, não foram introduzidas restrições à devolução dos saldos credores. Porque se pensavam algumas questões: "Ah, a mercadoria ainda está em estoque", não devolve o saldo credor, uma série de questões. Isso não entrou, acho que a gente precisa colocar aqui.

Mas vamos então para as alterações – viu, Senador Izalci e todos que nos acompanham. O primeiro, para o qual eu gostaria de chamar a atenção, e talvez seja o principal, que vai resolver uma série de questões que nós ouvimos aqui. Hoje, o prazo para a devolução do saldo credor, a partir do momento em que a empresa fez o pedido de devolução é de 75 dias: 60 dias para o Fisco analisar aquele pedido e 15 dias para pagar, então nós chegamos a 75. Precisamos reduzir isso, Senador Izalci. Nós estamos sugerindo que, para começo de conversa – se o senhor conseguir e quiser, a gente apoia que seja mais rápido, tá? –, no mínimo, 30 dias para analisar o pedido e 15 dias para pagar, para a gente reduzir de 75 para 45 dias. Só lembrando que não é nada impossível: a Irlanda devolve em 22 e a França em 25, e lá não tem vinculação do crédito ao efetivo pagamento do tributo, não tem *split payment*, não tem nada disso.

Por que isso é importante? Primeiro, reduz o custo financeiro das empresas – que o senhor conhece muito bem – de o senhor ficar com um ativo que não está disponível para o uso da empresa. E segundo... Muito importante aqui, a Liziane falou uma coisa com a qual eu concordo. No futuro, vários desses regimes especiais que estão sendo mantidos vão ser diferentes ou vamos perceber que não tem necessidade, mas para isso tem uma coisa que é importante: devolução rápida do saldo credor. Então, se são 30 dias, com mais 15, poderíamos até querer mais, lembrando o caso da França e da Irlanda. Reduzir o prazo da devolução do saldo credor é importante agora para beneficiar as empresas e vai ser importante lá na frente. Hoje nós estamos mantendo uma série de regimes especiais porque ninguém acredita, está todo mundo tentando pegar o que tem hoje no sistema tributário e colocar no novo. Então vamos deixar por enquanto, já está decidido...

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – ... mas lá na frente, se a gente começar a devolver rápido os saldos credores, vão perceber que não precisam de uma série de regimes especiais que estão sendo mantidos.

E aí o ponto em que eu queria fazer coro aqui com o Marcelo: não está garantida a equiparação do tratamento à produção nacional à importação. Por quê? Dos regimes aduaneiros especiais haverá suspensão do IBS/CBS nas importações e poderá haver nas aquisições no mercado interno. A gente está defendendo uma mudança muito simples ali, Senador: "deverá". Então, suspende na importação, suspende na aquisição no mercado interno, já que a opção foi incluir o IVA dentro dos regimes aduaneiros especiais. Aí, sim, vai estar garantida a isonomia.

Tem um ponto aqui... Só lembrando que... Muita gente duvida da evolução do saldo credor, viu, Senador? Mas o que acontece lá no IBS, que é o imposto dos estados e municípios? Não adianta eu reter mais o dinheiro, porque está dito na Constituição e no PLP que o valor informado pelas empresas que é saldo credor vai ter que ficar retido no comitê gestor, não vai para o estado e para o município, para depois voltar a sair do caixa. Ele não vai para o caixa. Essa é a garantia da devolução do saldo credor, mais até do que o prazo. Não adianta eu reter, porque: ah, eu vou reter para ganhar Selic. Mas, agora, desde o início, tem Selic. Se não devolver no prazo, incide Selic desde o início. Então, eu vou ganhar e perder Selic se eu ficar retendo o saldo credor.

Agora, para a União não tem isso. Então, nós estamos sugerindo um mecanismo semelhante. No caso da CBS, o que as empresas informarem de saldo credor, esse valor fica retido lá na conta única do Tesouro, não pode custear a despesa. Por quê? Para não ter de novo uma 1.227 tentando fazer espaço fiscal em cima da não devolução de saldo credor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – Já estou acabando.

Com relação ao imposto seletivo, nós tivemos muitos pontos positivos na Câmara, mas tem um que resolve... Essa coisa: vai colocar o seletivo no *drawback*? Não. Vamos regulamentar

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a alíquota zero. Já caiu para 0,25, não é um mais, já está em 0,25. O que a CNI defende é a alíquota zero no seletivo sobre minerais. Por quê? Porque é cumulativo, está na cadeia produtiva de tudo que existe na economia, e uma das coisas que nós queremos com a reforma em que o Senador Roberto Rocha tanto trabalhou é desonerar completamente as exportações. Com esse seletivo, nós não vamos desonerar completamente as exportações.

Tem uma série de melhorias no Fundo de Compensação de Incentivos Fiscais, Senador, mas eu não vou passar. Eu passo para o senhor aqui.

E tem o ponto de atenção das exceções. Olha, colocamos uma série de questões na Constituição e agora está todo mundo tentando se encaixar ali para conseguir uma redução ou uma alíquota zero. Lá está escrito: produtos e hortícolas à alíquota zero. Nós colocamos flor como produto hortícola e flor vai pagar zero agora no novo sistema tributário brasileiro. Lembrando que roupa, calçado, móveis – só olhando tudo que está aqui – pagam a alíquota normal. Então, a flor paga zero e a roupa paga 28. E essas exceções que nós introduzimos lá na Câmara levaram a alíquota de 26,5 para 28, que é a estimativa do Ministério da Fazenda, mas nós na CNI já tínhamos soltado a mesma estimativa.

Tem um outro ponto, Senador, muito objetivo. A alíquota da CBS vai ser calculada para reproduzir a arrecadação de 2012 a 2021. Isso foi uma mudança lá na Câmara, porque o PLP entrou como? Eu vou calcular a alíquota da CBS para reproduzir a arrecadação de 2024 a 2025.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – Esta mudança aumenta em 0,4 ponto percentual a alíquota da CBS. Por quê? Porque a arrecadação do Pis/Cofins, neste ano e no ano que vem, em relação ao PIB, vai ser menor do que a daquela média. Então, só aqui nós contratamos mais 0,37 de alíquota.

Aquela previsão de alíquota máxima é uma boa intenção, não é, Senador? É o Parlamentar de hoje dizendo para o Parlamentar de 2031 fazer a maldade. Eu acho que o senhor vai ser Governador, não vai estar aqui nessa época, mas os que estiverem vão ter que fazer a maldade.

Para terminar, o regime de bens de capital é uma preocupação. Vai ter uma lista – e já foi colocado aqui, eu não sei se foi pelo Solon –: fica um dentro, e outro, fora. É um problema. Qual

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a melhor solução que a CNI defende para desonerar bens de capital? É aquela, lá do início: incide, devolve rápido o saldo credor. A gente não precisa ficar fazendo lista, porque aí uma coisa fica dentro, outra fica fora, e é assim que o mundo faz.

E aí eu terminei.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, nós temos alguns pontos ainda com relação a percentual de referência, a taxa efetiva. Há uma discussão desses 26,5%. Defendemos também que o Governo não pode acreditar que a gente vai adaptar sempre os percentuais em cima do que ele precisa gastar sempre. Nós temos que definir uma alíquota, e o Governo tem que se adequar a ela. Não dá para ficar sem limite, e o Governo aumentando despesa todo dia, sem cortar despesa, mas é um assunto sobre o qual a gente vai ainda debater.

Como a matéria é muito técnica e muito polêmica até, eu vou passar para as considerações finais. Como foi dito aqui – eu não sei se a Liziane tem algumas considerações com relação ao que foi dito também –, eu vou passar para cada um de vocês para, se quiserem, complementar ou questionar ou sugerir alguma coisa.

O Amaury está aí ainda? Amaury, você tem alguma observação, considerações finais? Não?

O Fábio. Onde está o Fábio? Não. Também não?

Liziane.

Todo mundo entendeu direitinho? Está tudo certo? (*Risos.*)

Vá lá, Liziane.

A SRA. LIZIANE ANGELOTTI MEIRA (Para expor.) – Está funcionando?

Eu só queria mencionar as questões, que até se desenvolveram depois, dessa preocupação realmente em termos regimes que tragam esse aprimoramento. Então, as alterações pontuais

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são alterações visando à nossa maior competitividade no exterior, sem tirar características que permitem a incorporação de insumos nacionais.

Eu acho, Dr. Mário, que as suas observações vieram muito nesse sentido, não é? Nós precisamos contar ainda com os regimes, precisamos de alterações e aprimoramentos para garantir a competitividade da indústria brasileira. Somos muito competitivos no agronegócio, mas queremos, sem deixar o agronegócio de lado, exportar produtos com mais valor agregado.

Eram essas as observações.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Liziane.

Dayane, tudo certo?

Helson, alguma consideração?

O SR. HELSON CAVALCANTE BRAGA (Para expor.) – Só pegando esse ponto da Liziane, esse objetivo de aumentar o valor agregado, o instrumento que o mundo esperto desenvolveu são exatamente as ZPEs. É muito bom a gente exportar *commodities*, mas, se a gente pegar parte disso, processar e agregar valor, a gente vai ganhar mais dinheiro e vai gerar mais emprego.

Uma parcela do mundo desenvolvido e inteligente lá fora já percebeu isso há muito tempo. Está na hora de a nossa ficha cair também.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Melina, alguma consideração? Melina, Menndel e Solon, Roberto Rocha também?

Melina?

A SRA. MELINA ROCHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim, Senador.

Quero só rapidamente ressaltar que o PLP optou justamente pela manutenção desses regimes aduaneiros, mesmo que, como foi dito, não fosse necessariamente o ideal, porque, em outros países, a gente não tem esse tanto de regime. A gente teve que criar no Brasil todos

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses regimes aduaneiros, de certa forma, para diminuir os impactos negativos do nosso atual sistema. Então, foi a opção do PLP 68 manter para o IBS e a CBS exatamente esses mesmos regimes aduaneiros que existem hoje. E, de novo, não é a intenção do PLP dar um tratamento detalhado do funcionamento dos regimes, mas, sim, somente regular como vai se dar a incidência do IBS e da CBS dentro desses regimes que já existem: Reporto, Repetro e Reidi.

Então, como foi dito aqui pelo Mário Sérgio, pela Liziane, talvez no futuro cheguemos à conclusão de que a devolução rápida dos créditos acumulados... Quando há a aquisição de um equipamento, de um maquinário, se houver a devolução rápida e quase imediata desses créditos tributários, não será preciso haver esses mecanismos de suspensão do IBS e da CBS.

Outra coisa só que eu queria ressaltar... Eu acho que foi dito ali pelo colega, eu esqueci o nome dele, o advogado ali da Câmara do Brasil e China, que ficou na dúvida com relação a como essa suspensão vai se dar no âmbito do IBS, já que hoje esses regimes aduaneiros são federais. E aí ele colocou se haveria uma legislação ordinária ou não.

A princípio, toda a legislação relacionada ao IBS, assim como à CBS, por mandamento constitucional, deve ser feita de forma idêntica, por meio da lei complementar, que é justamente este PLP que está sendo discutido hoje no Senado. Não vai haver uma legislação ordinária de estados para justamente garantir essa suspensão. A suspensão já está sendo dada pela lei complementar. O que vai haver é um regulamento que pode dar um maior detalhamento. Esse regulamento, a princípio, no que diz respeito às questões comuns da CBS e do IBS, deve ser também idêntico, mas não haverá uma legislação ordinária, não há espaço, nem constitucional, nem mesmo na lei complementar, para que haja um detalhamento em meio ordinário de como vai se dar a suspensão. Está ali na lei complementar que vai ser suspenso e que o tratamento da CBS e do IBS vai ser feito de forma idêntica, caso os contribuintes estejam sujeitos a esses regimes aduaneiros especiais.

Então, foi só esse esclarecimento. E agradeço já, de novo, Senador Izalci, o convite de estar aqui participando deste debate.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – De nada.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Menndel, alguma colocação? Menndel, Roberto Rocha? (*Pausa.*)

Não?

Vou passar, então, ao Mário Sérgio, para as suas considerações.

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES (Para expor.) – Obrigado.

Primeiro, desculpe-me, minha amiga Melina, esqueci-me de cumprimentá-la. Eu aprendi muito com ela, Senador, por isso a gente falou a mesma coisa aqui.

Faltou um ponto. Na questão do regime de bens de capital, o que acontece com a suspensão? E, por isso, não é um bom mecanismo. Eu suspendo na aquisição do bem de capital. "Ah, porque eu não quero esperar 75 dias para receber meu dinheiro de volta". O.k! Aí eu passo o pepino para o vendedor do bem de capital, porque aí ele vende com suspensão. Vai gerar o saldo credor, e é ele que vai esperar. Então, é um mecanismo ruim.

Eu volto a insistir no ponto de que nós precisamos que a desoneração seja feita com a devolução rápida dos saldos credores. Acho que esse é o único ponto que eu gostaria aqui de acrescentar.

Muito obrigado pela oportunidade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Deixe-me... Chegaram algumas perguntas, eu acabei não lendo aqui.

Se alguém puder responder, ajuda.

O Carlos, aqui do Distrito Federal: "Essa reforma impacta de alguma forma compras internacionais por meio de *sites* como AliExpress ou Shein?"

Nossa Liziane, você que é a nossa Receita Federal, essa reforma impacta isso?

A SRA. LIZIANE ANGELOTTI MEIRA (Para expor.) – Não sei a mudança dos tributos que incidem atualmente para eventualmente CBS e IBS, mas, na forma atual, se for regime de tributação de imposto de importação, não altera.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O João, do Ceará: "Como a reforma auxiliará na produção de bens de alto valor agregado através da simplificação e da não cumulatividade, por exemplo"?

Você que é da indústria, fale ao João.

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES (Para expor.) – Obrigado.

João, a CNI está apostando muito na reforma para ajudar nesse processo de retomada da industrialização da economia brasileira. O fato é que o sistema tributário atual retira a competitividade da indústria brasileira de diversas formas. Uma que nós falamos aqui é o problema da cumulatividade. É o fato de o meu fornecedor pagar imposto e eu não poder me creditar porque ele vira custo para a minha empresa.

Quando eu vou exportar, a gente tenta que exportar imposto. Acho que foi a Dayane que falou: "Nós temos que exportar produtos e serviços, não impostos". É o que o resto do mundo faz. No Brasil, o nosso cálculo na CNI... É que, na indústria, o resíduo representa – o resíduo é esse imposto que fica na cadeia e não tem como desonerar na exportação – 7,4% do preço líquido de venda de um bem industrializado. Então, a gente tenta exportar 7% de imposto, Senador. E o pior, gente, quando o importado chega aqui, ele vem do país dele sem resíduo, paga aqui o nosso imposto, a Receita Federal cobra os estaduais e as alíquotas nominais, e o nosso produto chega na ponta, pagando as alíquotas nominais e mais os 7,4% que ficam pelo caminho. Então, a gente concorre aqui dentro também em desvantagem com relação ao importado. Então, esse é um ponto fundamental.

Segundo: desoneração de investimento. A reforma desonera o investimento. Hoje, se eu faço um investimento, eu contrato uma terraplanagem, o cara lá paga ISS, e eu não me credito, vira custo para mim.

Sobre PIS e Cofins, eu tomo o crédito imediato, mas só depois que a empresa entrar em operação. Até lá eu fico carregando os créditos, sabe, Senador? E ICMS, eu tomo os créditos, mas em 48 meses, sendo que as empresas se financiam hoje, o senhor sabe, é caro carregar mais de 20% em média, o custo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, desoneração de investimento, desoneração da importação, isonomia na competição com o importado, redução de custos administrativos. Hoje as empresas têm um batalhão de gente para tentar calcular certo o imposto, porque aí calcula errado e tem um contencioso gigantesco no Judiciário.

Para resumir, a reforma vai trazer uma competitividade muito grande para o nosso setor industrial, porque é aquele setor que concorre com o estrangeiro, tanto aqui dentro como lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Melina, você está ainda aí? Ou não? Porque, nesta próxima aqui, o Marcone, lá do Pará, pergunta: "A criação do comitê gestor na reforma tributária não irá enfraquecer o pacto federativo?".

Vá lá, Melina, você que...

A SRA. MELINA ROCHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, Senador Izalci, sim, claro, nós temos o comitê gestor, que foi criado...

Estão me ouvindo, gente?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Estamos ouvindo. O.k.

A SRA. MELINA ROCHA (*Por videoconferência*.) – Tá.

O comitê gestor foi criado exatamente para garantir a autonomia de estados e municípios. Primeiro, a escolha do IVA dual, que foi introduzido nas discussões pelo Senador Roberto Rocha... Aqui a minha homenagem ao Senador Roberto Rocha, porque foi ele que introduziu o modelo de IVA dual na PEC 110 e que tornou possível a aprovação da reforma tributária. E aí esse modelo de IVA dual foi justamente para garantir a autonomia de estados e municípios de administrar o seu próprio tributo de forma separada e de não ficar submetidos à União Federal em nenhuma instância. E, por isso, para administrar esse tributo compartilhado entre estados e municípios, se criou o comitê gestor de forma a garantir, de novo, a autonomia de estados e municípios para poderem ter a administração do seu próprio tributo sem ficar submetidos à União Federal. Então, pelo contrário, tanto o modelo de IVA dual quanto o comitê gestor

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviram para garantir a autonomia federativa e a independência dos entes, estados e municípios, com relação à União Federal. Então, a meu ver, não impacta e não fere o pacto federativo; pelo contrário, garante a autonomia desses entes.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

A SRA. MELINA ROCHA (*Por videoconferência.*) – Só para responder àquela pergunta da questão das compras internacionais e adicionar ao que a Liziane já falou, Senador, hoje nós temos a incidência de Imposto de Importação, de ICMS sobre essas compras internacionais. Como eu falei, a gente tem um regime especial, que é o Remessa Conforme, em que esses fornecedores e plataformas digitais são obrigados a aplicar os tributos aplicáveis na venda. E esse regime que já existe vai ser reproduzido na reforma tributária, claro, com alguns ajustes para torná-lo mais próximo do modelo internacional, mas, em geral, não vai mudar o que já hoje se tem com o Remessa Conforme na tributação desses produtos de pequeno valor do exterior. Está bom?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Vou fazer várias aqui, e aí, Mário, você responde porque é mais com relação às empresas.

Hanna, de Goiás: "De que forma a reforma tributária poderá influenciar a competitividade das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) e o regime de bens?".

Vou fazer todas aqui e depois você já...

"Quais serão os benefícios para a exportação dos produtos?", do João, lá do Maranhão.

O Ruben, de Minas Gerais: "No caso de abastecimento de carros elétricos, teríamos diferencial [...] [de quilowatts] desse consumo como acontece com tarifas de energia de baixo consumo?".

Guilherme, de São Paulo: "Como a reforma tributária criará ambiente favorável para a entrada de capital externo mediante exportação? Os MEIs e MPEs estão inclusos?".

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Yris, do Ceará: "Como a reforma tributária vai garantir a competitividade das empresas que utilizam esses regimes para importar insumos sem tributação?".

E o Cyro, do Rio de Janeiro: "As alíquotas de importação de pequenos produtos essenciais e não produzidos no Brasil terão uma percentagem menor para importação?".

Dá para responder a tudo isso aí? Ou não?

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES (Para expor.) – Vou tentar lembrar. (*Risos.*)

Algumas perguntas... Vamos ver lá.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – *En passant*, assim só para...

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – A questão da competitividade das ZPEs está mantida, já foi bem dito aqui.

Agora, eu concordo com o Senador Roberto Rocha que, na medida em que a gente melhora o sistema de quem está fora da ZPE, o diferencial de estar dentro da ZPE vai se reduzir, mas aí eu acho que é uma coisa boa, não é? A gente não pode prejudicar todo mundo que está fora para aumentar o benefício de quem está dentro das ZPEs; mas elas estão mantidas, tá?

Exportação aqui, o João, não é? Os benefícios para exportação. Sendo bem rápido, vai haver a efetiva desoneração das exportações. Hoje, no nosso sistema, é impossível desonerar as exportações de fato, como o resto do mundo faz, tá? No caso de abastecimento de carros elétricos, teria um diferencial no quilowatt desse consumo, como acontece com as tarifas de energia de baixo consumo? Eu entendo que não, que a alíquota é a mesma, mas, se eu estiver enganado, peço ajuda aqui aos meus colegas. Eu não vejo... eu não sei onde... Não tem essa diferença não.

É um ambiente favorável para entrar de capital externo, tá? Aqui é o Guilherme, de São Paulo. Acho que a entrada de capital externo vai acontecer na medida em que você vai dar mais competitividade à economia brasileira. Então, o Brasil vai ficar mais atraente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje o Brasil não é fonte para as chamadas cadeias globais de valor. O cara não vem aqui produzir para exportar, justamente porque exportar a partir do Brasil é muito difícil, não é?

As MEIs e MPEs estão inclusas? Para a MPE nós deveríamos... Já teve aqui uma audiência pública ou vai ter, não é? Mas, só para resumir, a minha visão é que as MPEs vão ganhar muito com a reforma tributária. Quem está na ponta da cadeia fica lá dentro e vai ter talvez até vantagem em relação a quem está fora, principalmente no caso de haver aumento da tributação de quem está fora do Simples, porque quem está no Simples na ponta, vendendo para o consumidor final, fica lá dentro e não sai. Quem está no meio de cadeia vai ser beneficiado, porque hoje tem uma cumulatividade enorme no Simples, de que ninguém fala, porque não toma crédito, e ainda paga um pouquinho na saída, paga na entrada e paga na saída, e, quando ele migrar para o débito e crédito, ele vai deixar de ter essa cumulatividade.

Só para trazer uma informação aqui, nós fizemos um estudo com a LCA. Se todas as empresas que estão no meio de cadeia do Simples optarem por pagar por débito e crédito, sabe o que acontece com a alíquota? Dois pontos a mais de alíquota lá na ponta. Por quê? Porque acaba de ter aquela tributação no meio da cadeia, que tem hoje. Porque eu vendo para o Simples, eu pago imposto e ele não se credita lá. Então é uma receita, arrecada aqui. E as estaduais também, não vou falar que é só você não. E depois, lá na ponta, arrecada de novo. Quando eu acabo com essa tributação no meio da cadeia, sobra só a ponta para tributar. Então lá tem que ter uma alíquota maior, já que não vai reduzir a carga, não é, Senador?

Então aqui deixe-me ir rápido... Como a reforma vai garantir a propriedade das empresas que utilizam os regimes para importar insumos sem tributação? Aqui foi falado. Os regimes aduaneiros vão continuar existindo.

E as alíquotas de importação de pequenos produtos essenciais e não produzidos no Brasil terão um percentual menor para a importação? Não. É a mesma alíquota do mercado interno.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Bem, agora só comentários. Tem dois comentários aqui.

O Luiz, de Santa Catarina: "Toda tributação representa um prejuízo real para o cidadão [...] na ponta do pagamento, por ser o destinatário [final] de qualquer bem tributado".

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a Mariana, da Bahia: "Adaptar-se a essas mudanças será crucial para maximizar os benefícios e as oportunidades oferecidas pelos novos parâmetros tributários".

Você quer falar? Fale aqui pertinho, Helson.

O SR. HELSON CAVALCANTE BRAGA (Para expor.) – Só um ponto que o Mário mencionou, na sequência de uma observação da Liziane, que é: abrindo a economia, melhorando o sistema tributário, o diferencial da ZPE vai diminuir e, com o tempo, desaparece.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HELSON CAVALCANTE BRAGA – Fica igual... O diferencial desaparece.

Existem países, como Taiwan, por exemplo, que começaram, na década de 70, com o título "*export processing zone*". E foram implantando as ZPEs, viram que a coisa funcionava e foram passando para o resto do país as mesmas vantagens, as mesmas coisas que tinham feito dentro da ZPE. E o país foi ficando mais parecido com a ZPE. Eles evoluíram do conceito de *export processing zone* para *export processing country*. E ficar mais parecido com ZPE foi a forma mais evidente de que o país tomou jeito e fez as coisas corretas. Então, a gente não tem problema nenhum em que o Brasil tome jeito e fique parecido com ZPE. A gente está torcendo e contribuindo para isso.

Outro ponto que eu queria aproveitar para dizer aqui é o seguinte: esse projeto, o PLP 68, passou pela Câmara sem receber emendas, praticamente, porque não houve tempo. Há óbvios pontos que a gente precisa aperfeiçoar aqui no Senado. Então, Senador, um pedido que a gente gostaria muito de colocar para o senhor é: cuidar para que a gente tenha a oportunidade de introduzir emendas nesse projeto, nessa avaliação no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

Bem, está aberta aí a questão das emendas. Basta terem uma justificativa de forma bem didática.

O Alexandre, que é Deputado Federal, do PT, do Rio Grande do Sul, está aqui com a gente.

Deputado... Cadê o Alexandre?

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alexandre, você quer falar alguma coisa?

Depois eu passo para o Fábio também.

Cadê? O Armando não está aí não, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O Armando Monteiro deu uma saída.

O.k., Alexandre.

O SR. ALEXANDRE LINDENMEYER (PT - RS. Para expor.) – Você está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim.

O SR. ALEXANDRE LINDENMEYER (PT - RS) – Excelência, é uma satisfação eu estar aqui nesta Casa Legislativa, no Senado, perante esta Comissão. Quero parabenizar pela iniciativa.

E um dos temas que nós traríamos aqui pela Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval, que tem a ver com a pauta que é apresentada nesta data, já foi apresentado de forma muito eficaz através do Vice-Almirante, que aqui estabeleceu as preocupações pelo fato de a empresa pública não estar sendo mencionada no texto do PLP 68, especificamente a empresa pública de defesa, que é o que nos preocupa. E, a persistir o texto tal e qual como ele está, talvez se coloque em risco todo o Prosub, programa dos submarinos e das fragatas brasileiras, e assim por diante.

Outro tema que também nós trazemos aqui através desta frente, que é representativo tanto dos segmentos da indústria, representada pelos mais variados segmentos, como também dos trabalhadores e da Câmara Federal, é relacionado à extinção do REB (Registro Especial Brasileiro), que é uma política que foi criada em 1997, que deu certo; que vem, ao longo desses anos todos, gerando milhares de postos de trabalho; que construiu inúmeras embarcações; e que acabamos não vendo ser contemplada na nova reforma tributária – tão esperada e que nós comemoramos sim. Mas conseguimos, através do Senador Omar Aziz, a apresentação de uma emenda nesse sentido. E aqui a gente faz toda uma justificativa para a existência desta emenda.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro ponto, Presidente – e aí já encerrando, porque eu sei que o senhor está, digamos, criando uma excepcionalidade no Regimento da Casa –, é em relação ao art. 105, §5º. Nós estamos defendendo que seja criado um sexto parágrafo, que é a possibilidade, no que diz respeito aos equipamentos de autopropulsão de grande porte, que, a persistir o texto tal qual como está, vai permitir que se importem equipamentos, navios de fora, em detrimento da construção naval no nosso país. Sendo que, pelo que está hoje, a tributação seria em torno de 45%. A persistir a redação desta nova legislação, reduziria talvez na casa de 14%, 15%, o que impactaria de forma frontal em relação à existência da indústria brasileira.

Então, agradeço a deferência que o senhor está me dando, me concedendo, e, ao mesmo tempo, só reitero que as duas emendas já estão propostas pelo Senador Omar Aziz, e tem esta proposta que também nos preocupa, referente à empresa pública de defesa, que já está apresentada também por uma Senadora e por um Senador desta Casa.

E lhe agradeço por ter me oportunizado esta fala. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Deputado Alexandre.

Bem, já tem as emendas, acho que não tem nenhuma dificuldade. Aquelas que têm uma justificativa razoável e bem didática, que as pessoas entendem bem, acho que não teremos nenhuma dificuldade de a gente colocar no nosso plano de trabalho.

Bem, gente, agradeço muito a presença de cada um de vocês e declaro encerrada a presente reunião.

Antes, porém, o Fábio Eu me esqueci. Desculpe-me.

O SR. FÁBIO PUCCI MARTINS (Para expor.) – Sem problemas. Obrigado, Senador.

Só uma última consideração bem rápida, um pouco mais ampla sobre o regime de Zonas de Processamento de Exportação, porque acho que aqui nós estamos avaliando tecnicamente um aspecto muito estrito, que é a questão tributária. E, de fato, acho que todos os pontos colocados aqui são muito válidos. O regime se presta muito, com essa abordagem tributária, a contornar dificuldades do sistema atual. Isso foi bastante discutido aqui. Mas acho que é

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante não perder de vista que o regime é mais amplo do que isso, ele não é meramente somente o regime para benefícios tributários.

A Lei 11.508 prevê benefícios tributários, cambiais, administrativos para se buscarem objetivos específicos por meio desse instrumento.

Então, o art. 1º da Lei 11.508, de 2007, indica objetivos a que o instrumento se propõe: desenvolver cultura exportadora, promover difusão tecnológica, reduzir desequilíbrios regionais e promover desenvolvimento econômico e social. Então, acho que é interessante pontuar que o instrumento também se preza a outros objetivos, inclusive maiores, e que busca, por meio da conexão com outras políticas públicas prioritárias, atingir, por exemplo, missões na Namíbia, adensamento industrial, desenvolvimento econômico e regional, por meio de outros e do pacote de benefícios também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Fábio.

Lembrando também que, amanhã, nós vamos fazer o debate sobre a questão da infraestrutura brasileira na reforma tributária – dois, quatro, seis, oito, dez, doze, quatorze –, quatorze expositores.

Gente, obrigado pela presença.

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 37 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7348310284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas do dia dezoito de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, Sergio Moro, André Amaral, Jader Barbalho, Dr. Hiran, Plínio Valério, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Flávio Arns, Rosana Martinelli, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Jayme Campos, Jorge Seif e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Sérgio Petecão, Flavio Azevedo e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 66/2024 - CAE, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Finalidade:** Debater os impactos da reforma tributária na infraestrutura brasileira. **Participantes:** Sra. Alessandra Brandão, Consultora Tributária da CNT; Sr. Davi Ferreira Gomes Barreto, Diretor-Presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF); Sr. Mário Povia, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI); Sr. Marco Aurélio de Barcelos, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR); Sr. Márcio Roberto Alabarce, Diretor MoveInfra; Sr. Fábio Rogério Carvalho, Presidente da Associação dos aeroportos federais privados (ABR); Sr. Alexandre Lopes, Vice-Presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico (FASE); Sra. Renata Menescal, Diretora Jurídica e de Regulação da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Sra. Daniela Martins, Diretora Institucional Conexis Brasil Digital; Sr. Claudio Loureiro de Souza, Diretor-Executivo do Centro Nacional de Navegação Transatlântica (CENTRONAVE); Sr. Marcello Cabral, Diretor de Novos Negócios da ABEEólica; Sra. Marina Cyrino, Representante da ATGás; Sr. Euripedes Abud, Consultor Econômico da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores - FENAVIST; Sr. Matheus Rocca, Assessor Sert/MF; Sr. Jesualdo Conceição da Silva, Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários; e Sra. Christianne Dias Ferreira, Diretora da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/18

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberto a 48ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 18 de setembro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater os impactos da reforma tributária na infraestrutura brasileira, em atenção ao Requerimento nº 66, de 2024, da CAE, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso.

Antes de convidar os nossos expositores, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo de todas as manifestações será disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Convido a ocupar a mesa a Sra. Alessandra Brandão.

Pode aplaudi-la aí, gente, para animá-los depois do almoço. (*Palmas.*)

A Alessandra Brandão é Consultora Tributária da CNT, Confederação Nacional do Transporte.

Convido também Davi Ferreira Gomes Barreto, Diretor-Presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF). (*Palmas.*)

Convido também Mário Povia, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI). (*Palmas.*)

Marco Aurélio de Barcelos, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR). (*Palmas.*)

E também o Sr. Márcio Roberto Alabarce, Diretor da MoveInfra. (*Palmas.*)

Já vou passar a palavra imediatamente, então, à nossa Consultora Alessandra Brandão.

A SRA. ALESSANDRA BRANDÃO (Para expor.) – Boa tarde a todos!

Senador Izalci, em primeiro lugar, a CNT gostaria de agradecer-lhe e parabenizá-lo por esta oportunidade de estarmos aqui. Uma reforma tributária dessa dimensão precisa de muita discussão, de muito ajuste, e é impossível que se faça isso de forma bem-feita na celeridade que às vezes se quer imprimir ao processo.

Então, com relação ao transporte, nós já tivemos vários avanços e vários amadurecimentos nesse processo legislativo, mas tem algumas questões ainda que causam alguma preocupação pelos impactos que isso tem, inclusive, na economia.

O primeiro ponto que causa preocupação da CNT é com relação ao transporte internacional de cargas. Hoje, quando uma transportadora brasileira é contratada por uma empresa exportadora brasileira, ela é totalmente isenta de PIS-Cofins e ICMS, tanto quando ela pega a carga no Brasil e entrega no exterior quanto quando ela traz do exterior para o Brasil. De

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acordo com o PLP 68, contrariando toda a teoria da reforma, que é a desoneração das exportações, se uma empresa brasileira contratar um transportador brasileiro, vai ter incidência dos tributos. Então, vai passar a incidir CBS e IBS.

A princípio, eles colocaram uma solução intermediária, que era um pedido de um regime especial para a suspensão dos tributos, só que esse regime vai ser pedido pelo exportador. Então, o exportador não tem nenhum estímulo para fazer isso, porque isso tem um custo de conformidade alto, ele vai ser fiscalizado, vai ter que apresentar documentação e, se incidir o tributo, ele vai se creditar disso e para ele não tem prejuízo nenhum. Então, ele não tem nenhum interesse nessa suspensão dos tributos. E, se se mantiver a tributação, nós temos uma concorrência totalmente desleal entre o transportador brasileiro e o transportador estrangeiro. Então, vai ser muito melhor para as empresas exportadoras contratarem transportadores principalmente dos países do Mercosul, porque o preço deles vai estar menor – como eles exportam esse serviço, o custo deles é menor, eles não têm tributo. Eles não têm custo de conformidade, não têm que pedir regime especial, não têm que fiscalizar, não têm nada. E ainda, nesse caso, a empresa que comprar esse serviço do exterior vai se creditar da mesma maneira. Então, com essa tributação, nós temos uma concorrência totalmente desleal e um prejuízo para as transportadoras brasileiras. Elas não estarão competitivas com as empresas que estão aqui, principalmente no Mercosul, pela proximidade com o Brasil.

Uma outra questão, superada essa questão do transporte, é que o art. 68, o artigo que determinou a isenção do transporte urbano, semiurbano e metropolitano, utilizou estas palavras: "transporte urbano", "semiurbano" e "metropolitano". Só que, em alguns estados, em alguns municípios, usa-se uma expressão diferente para designar o metropolitano, usa-se a expressão "suburbano". Então, como as isenções são interpretadas de forma restrita, é preciso que no texto se contemple a expressão "suburbano" para abarcar todas as modalidades que estão dentro dessa mesma realidade, que é esse transporte metropolitano nos grandes centros e também dentro da cidade, dentro do município.

Um outro ponto que diz respeito ao transporte é com relação ao transporte rodoviário e ferroviário de passageiros, àquelas viagens que são entre municípios e entre estados.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O transporte intermunicipal e interestadual de passageiros já tem um regime – ele já tem, eu acho que está havendo uma falta de compreensão nesse sentido – reduzido. E qual que é a redução deles? O PLP 68 determina que se faça uma proporção entre o que eles pagam de tributo hoje com o faturamento. Então, nós fizemos essa conta nas empresas de transporte. A alíquota deles varia de 8% a 13%, que é uma alíquota reduzida se a gente considerar os 26,5%. Só que, como isso varia muito de estado para estado, porque tem estado que tem isenção de ICMS, tem estado que não tem, então o setor de transporte se sentiria mais seguro e seria mais transparente se fosse feito da mesma forma como foi feito com o transporte aéreo e se tivesse um percentual já definido. Como essa redução é da ordem aproximada de 60%, que esses 60% ficassem definidos na legislação, assim como foi feito com o transporte aéreo, porque, da forma como está, o transporte aéreo vai concorrer com o transporte rodoviário, que já sofre outros tipos de concorrência hoje com transportes alternativos. Então, seria um prejuízo muito grande para eles.

Nós temos... Eu acredito que hoje, por ser um dia de uma audiência pública da infraestrutura, todos os meus sucessores falarão dos regimes especiais que foram concedidos nos contratos de longo prazo. Então, seria muito importante, no período da transição, principalmente, que esses regimes especiais que foram concedidos para contratos de longo prazo fossem mantidos, porque os investimentos foram feitos considerando essa realidade. Então, é preciso que seja observada essa questão dos contratos de longo prazo e da manutenção dos regimes.

Uma outra questão importante com relação ao transporte é relativa às locadoras de veículos. As locadoras de veículos, com a reforma tributária, vão fazer um esforço grande. Hoje, elas não são contribuintes do ICMS e do ISS, elas têm plena consciência e já estão absorvendo esse impacto nas suas atividades, mas o período de transição tem sido muito oneroso para elas. E, através dessas discussões do processo legislativo, foi concedido um crédito presumido para quando elas venderem um veículo. Então, quando elas venderem um veículo para uma pessoa física, elas terão um crédito presumido de CBS e IBS para compensar os desajustes, porque elas vão comprar o carro com uma alíquota e vão vender com uma alíquota maior, porque, nesses dois anos, que é a média que elas compram e vendem, elas compram com uma alíquota mais

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

baixa, e a alíquota vai aumentando progressivamente no período de transição, então elas vão vender...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALESSANDRA BRANDÃO – ... com uma alíquota maior. E aí elas têm esse crédito presumido quando elas vendem para pessoa física. Então, é importante que esse crédito nas vendas para a pessoa física também seja aplicado para as pessoas jurídicas.

Então, esses são os nossos pleitos. Agradecemos mais uma vez a atenção do senhor. Nós vamos entregar o material escrito. Eram essas as nossas principais considerações.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Alessandra.

A gente começou com a CNT, que engloba praticamente quase todos do transporte, mas deve ter aqui outros que vão falar também individualmente cada ponto desses.

Bem, o objetivo dessas reuniões que nós estamos fazendo aqui... E eu tenho falado sempre assim, que a gente quer ir muito ao mundo real, na prática, porque na teoria isso aí já está bem consolidado, o projeto; teórica e academicamente, está maravilhoso. Agora, no mundo real é que a gente quer que vocês nos coloquem de uma forma bem pontual: sobre o artigo tal, na Câmara, nós queremos a modificação do artigo, e aí vem a justificativa. Que seja uma justificativa muito óbvia, para a gente poder convencer os Parlamentares, e de uma forma bem pedagógica, bem sintética. Então, como foi dito aqui, no caso da exportação, é uma coisa tão óbvia que fica fácil, depois que se apresentou a emenda, a gente debater isso de uma forma muito clara; porque o objetivo é exatamente desonerar a exportação, então não tem sentido cobrar o frete, o transporte sendo onerado.

São coisas assim que nós queremos pontualmente: qual artigo... Lá tem as emendas já, todas elas, não é?

A SRA. ALESSANDRA BRANDÃO – Tem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, vou passar então agora para o Davi, que é o nosso Diretor da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários.

O SR. DAVI FERREIRA GOMES BARRETO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Presidente Senador Izalci, quero primeiro agradecer pelo convite e, ao mesmo tempo, parabenizá-lo por esta audiência pública. A reforma tributária, certamente, é um dos temas legislativos mais importantes em discussão hoje no Congresso e é crucial para o setor de infraestrutura, para o setor de transportes.

A ANTF, Senador, representa as concessionárias de ferrovia de carga do país. São 14 concessões, sete principais grupos, que administram algo como 30 mil quilômetros de ferrovia; transportam aí mais de 500 milhões de toneladas por ano, o dobro do que foi feito no início do processo de estatização e que investiu aí mais de R$170 bilhões na história do setor privado de carga. Para você ter ideia, Senador, em 2023 foram investidos R$10 bilhões em ferrovias e 99% desse investimento foi privado.

E é um setor que é fundamental, Senador, para o nosso âmbito econômico, social, ambiental. Acho que todo mundo concorda que mais ferrovia é importante para o país. Mas, para atrair investimento privado, Senador, é necessário estabilidade, segurança jurídica, um ambiente de negócios atrativo para esse investimento. E acho que a reforma tributária vem muito nesse caminho. Como o senhor falou, teórica e academicamente, ela é perfeita. Acho que todos concordam com o avanço que a reforma tributária traz para os nossos investimentos em infraestrutura e para o setor ferroviário também, seja pela simplificação dos tributos, seja pela não cumulatividade, pela cobrança no destino. A reforma manteve os regimes especiais, preservando o princípio da desoneração dos investimentos em bens de capital; para o setor de infraestrutura também há regras específicas de reequilíbrio dos contratos de concessão.

Agora, o diabo mora nos detalhes. Então, tem alguns aspectos práticos que a gente gostaria, como setor, de trazer para a consideração do Parlamento, tendo em vista os efeitos concretos que eles trazem, de fato, para o nosso negócio, para o nosso dia a dia e, consequentemente, para os investimentos do país e para a nossa capacidade de fazer mais ferrovia, investir em infraestrutura.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E são três pontos, que eu vou colocar de forma muito breve. Nesses pontos, a gente vai também já trazer em formato de propostas de emenda e trazer aqui para a Comissão, para este grupo de trabalho, especialmente para o senhor.

O primeiro desses pontos que eu gostaria de trazer, Senador, trata sobre o processo de creditamento de PIS-Cofins, os créditos acumulados de PIS-Cofins. Então, a reforma traz, abraça o princípio da não cumulatividade, e isso é muito bom, por óbvio; o PLP traz as regras de aproveitamento dos créditos de IBS, CBS e também dos créditos de PIS-Cofins, o que para a indústria exportadora é muito importante. Então, há muito crédito acumulado de PIS-Cofins em alguns setores.

No entanto, o projeto de lei é silente quanto ao prazo de aproveitamento desses créditos. E o nosso receio é que isso seja confundido com a regra geral de aproveitamento do prazo de IBS e CBS, que é de cinco anos. Isso pode ter um impacto muito grande para o setor, porque o volume de créditos é muito grande e é bem provável que não seja possível aproveitar esses créditos nesse período de cinco anos, inclusive trazendo um risco para o operário de ter que ressarcir esse crédito em espécie. Então, a nossa proposta é fazer um ajuste no texto para deixar o prazo de validade desses créditos indefinido até que haja o seu completo aproveitamento, preservando, por óbvio, o princípio da não cumulatividade.

Um segundo ponto, Senador, que também acho superimportante – provavelmente outros colegas aqui vão tratar de pontos semelhantes – trata sobre a desoneração de bens de capital. Então, acho que a reforma incorpora esse princípio ao manter os regimes especiais até 2027, vedando a criação de novos regimes. Mas existe, após esse período, a previsão de que haja um ato conjunto entre o comitê gestor e o Poder Executivo para traçar as regras de como vai ser a desoneração de bens de capital daqui para frente. Isso é muito bom.

Então, qual é o receio que a gente tem? É que não há um prazo para isso. Não há um prazo para que, nesse comitê gestor, esse ato conjunto seja editado. Então, é possível que, após 2027, instrumentos importantes, como o Reidi, o Reporto, que hoje são essenciais para os investimentos de infraestrutura – inclusive, como a Dra. Alessandra colocou, foram base dos contratos de concessão pactuados ao longo do tempo –, passem a não ter mais nenhum tipo de valor. Então, também fazemos uma proposta de uma emenda ao texto de que, na hipótese de

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse ato não ser editado, haja uma desoneração nos moldes do que é feito atualmente para os ativos fixos dos bens de concessão.

Um outro aspecto dentro da desoneração de bens de capital trata do Reidi. O Reidi é um regime superimportante para a infraestrutura, está previsto no PLP, mas existe até mais um ajuste temporal, um ajuste pontual que seja importante. Apesar de as regras do Reidi terem sido transpostas de certa forma para o PLP, não está claro qual é o prazo de usufruto do Reidi. Hoje em dia, esse prazo é bem definido no Decreto 6.144, de 2007, que não foi incorporado ao texto do PLP. Então, a proposta que fazemos é incorporar o trecho desse decreto, que é a situação jurídica atual, para dar mais segurança jurídica de como isso vai ser feito ao longo do tempo.

E o terceiro e último ponto, Senador, que eu gostaria de deixar aqui para avaliação dos senhores trata da questão do reequilíbrio dos contratos. Então, os contratos de concessão são contratos de longuíssimo prazo, geralmente envolvem investimentos bilionários e são pactuados em uma equação econômico-financeira que considera a realidade tributária atual. Novos contratos terão uma nova realidade tributária, mas os contratos que foram pactuados até a data da reforma foram feitos à luz de uma nova realidade tributária. E, certamente, a reforma vai ter efeitos para mais ou para menos nos diferentes contratos. O PLP traz mecanismos para isso.

Foi muito feliz a redação do PLP que traz alguns aspectos relacionados a isso, mas tem dois pontos que eu acho que são importantes, talvez, ter em mente, Senador, e que a gente também propõe como oportunidade de melhoria.

O primeiro é que o PLP...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DAVI FERREIRA GOMES BARRETO – Um minutinho. Eu concluo, Senador.

... é que o PLP condiciona o reequilíbrio à comprovação de regularidade fiscal e trabalhista em todos os entes federados, e isso pode se revelar impossível na prática. Questões trabalhistas são comuns, questões tributárias são comuns, principalmente considerando instrumentos previstos em contratos lineares como ferrovia, que passam por milhares de municípios, centenas

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de municípios, milhares de municípios às vezes. Então, esse é um ponto que nós entendemos que deveria ser excluído.

E um segundo ponto – e o último ponto que eu falo – é que a lei trouxe prazos definidos para que os reequilíbrios sejam feitos, mas, pela nossa experiência como regulados, por mais que as agências tenham se aperfeiçoado bastante, fazendo um trabalho de excelência, e nós reconhecemos isso, reequilíbrios sempre são muito complicados de ser implementados, e geralmente demoram anos para ser implementados. Para o senhor ter ideia, a última revisão tarifária do setor ferroviário foi em 2012, e até hoje não há reequilíbrios, por exemplo, para a questão da covid, porque é um assunto realmente complexo, demanda um instrumental e um trabalho muito grande do regulador. Então, também fazemos um pleito de, na hipótese de os prazos não serem atendidos, de se revelarem prazos impróprios, que sejam possíveis reequilíbrios cautelares, para que os fluxos financeiros das concessões não sejam prejudicados, inviabilizando a própria concessão e, consequentemente, o próprio serviço público.

Então, esses são os principais resumos, Senador. Já encerro e agradeço pela oportunidade, e vamos deixar todas as propostas, as justificativas de emendas com o senhor e com o grupo de trabalho, com o Senado. Está bom?

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Davi.

É importante apresentar logo as sugestões, as justificativas e a modificação, para a apresentação da emenda.

Vou passar para o Mário, que é o diretor do Instituto Brasileiro de Infraestrutura.

O SR. MÁRIO POVIA (Para expor.) – Obrigado, Senador Izalci.

Quero cumprimentar a todos aqui na mesa.

Senador, primeiramente quero parabenizar e agradecer ao senhor pela iniciativa de promover esta audiência e atender o nosso pleito. Basicamente, as nossas demandas são muito em linha com a CNT, com a ANTF, com o que a MoveInfra deve colocar também, com a ABCR, o Centronave que está aqui, a ABR. Enfim, nós entendemos que há uma preocupação muito

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande com os reequilíbrios de contrato, e ter um reequilíbrio cautelar seria muito importante para a estabilidade desses contratos. Também os contratos de transporte que têm esta vertente de interface internacional – e isso é muito importante –, que essa rubrica fique no Brasil, porque de nada adianta a gente onerar aqui a tributação e essa rubrica ficar no exterior. O resultado disso é perverso.

E sempre a palavra de ordem eu acho que hoje é tornar o Brasil mais competitivo. Não seria um outro motivo senão essa simplificação tributária, para trazer um ambiente de negócios mais favorável, segurança jurídica, estabilidade regulatória, mas também para reduzir custo Brasil – simplificação tributária – e deixarmos o país mais competitivo.

E talvez a grande rubrica seja a produtividade. Nós precisamos fazer mais com o mesmo, dada a dificuldade que nós temos de prover novas infraestruturas no país, seja a tempo e de modo adequado, e principalmente a questão envolvendo a nossa interface com o comércio exterior. O Brasil é um grande exportador de *commodities* e é por aí que nós vamos trazer as divisas e efetivamente dar as respostas para a sociedade.

A outra questão é que nós temos um esgotamento de recursos públicos para o setor de infraestrutura. Nós dependemos basicamente, e o PAC que aí está revela isso... Em grande medida, os investimentos postos à mesa são de natureza privada, daí a importância de se manterem, nesses contratos de concessão de longo prazo, as regras que foram pactuadas. Então, essa transição teria que estar harmônica em relação a essas questões.

Eu tinha uma apresentação para fazer, ela está lá na... Eu vou falar muito rapidamente, eu só não sei para onde eu aponto. Para cá? (*Pausa.*)

Está bom, podemos começar por aí.

A primeira lâmina falava do Instituto Brasileiro de Infraestrutura, ligado à Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos. Acho que é desnecessário a gente tecer maiores comentários sobre o instituto.

A nossa ideia aqui é tratar basicamente de três temas, até para não ser repetitivo em relação aos anteriores. O primeiro é a repotencialização do retroporto dentro do regime do Reporto. O Reporto hoje atende a terminais autorizados e terminais que estão hoje em áreas

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primárias do porto. A nossa ideia é promover todo o *cluster* portuário. De nada adianta nós deixarmos no estado da arte aqueles que estão em área primária quando nós dependemos de um carrossel, de uma estrutura toda funcionando harmonicamente, portanto, se essa engrenagem não estiver azeitada, funcionando harmonicamente, nós vamos ter ali parte do setor trabalhando com plena potência e gargalos em retroárea. Então, a nossa ideia é estender o regime, e o mais importante dessa proposta de extensão é que ela tenha um efeito fiscal zero. Na verdade, há uma rubrica orçamentária para isso, e a nossa proposta é apenas que ela seja distribuída para uma base de interessados maior. E dentro da nossa exposição de motivos, depois, Senador, o senhor verá que não há nenhum tipo de resistência a essa proposta. Com isso nós vamos gerar postos de trabalho, vamos promover essa agenda de descarbonização.

O senhor consegue passar?

De novo, a questão da eficiência, aumento de produtividade: vamos, ao substituirmos frotas e equipamentos, aumentar a produtividade, aumentar o faturamento, e o próprio delta no aumento de faturamento provocará um aumento de arrecadação que em muito irá superar a pretensa renúncia fiscal, muito embora essa base, como eu disse ao senhor, seja zero. A questão da modernização da frota está em linha com o processo de descarbonização, portanto também com os nossos compromissos de redução de emissões.

Podemos ir em frente.

Basicamente seria esse o primeiro ponto dessa extensão. Por que nós estamos tratando disso e não estamos tratando na lei específica? Porque como a reforma tributária traz ali a lista exaustiva, é uma possibilidade que nós temos de aproveitar este momento e efetuar esta inclusão.

A outra questão é da extensão do Reporto. O Davi já abordou um pouco essas questões. A nossa ideia seria ir para o andar de cima e não tributar investimentos.

Eu acho que o Brasil é dependente de produtividade e esta seria talvez a proposta dos nossos sonhos: sempre que envolvesse aí bens de capital, a questão da produtividade, que isso não fosse onerado, ou seja, um estímulo ao investimento em prol desse compromisso da

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtividade. Mas, ainda que isso não ocorra, a ideia é que nós tenhamos aí um horizonte de tempo para as adaptações, para harmonizar todos os contratos existentes.

E, por fim, a questão do incentivo à navegação de cabotagem. Nós temos a lei que regula esse setor, a Lei 9.432, de 1997...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO POVIA – ... e nessa lei, Senador, já é estabelecida a paridade de preços das embarcações que demandam o *bunker*, as embarcações internacionais com as nacionais que fazem a cabotagem. A lei diz que o preço será o mesmo, só que não. A Petrobras, que é a principal fornecedora do *bunker*, pratica o mesmo preço, em tese, o mesmo valor contábil, mas aplica os impostos de uma forma diferenciada.

Nós temos, diferentemente do setor aéreo, no setor de navegação, essas embarcações concorrendo na costa brasileira. Quando eu não tenho a embarcação nacional disponível, eu permito que o estrangeiro faça esse frete na cabotagem. Eu tenho 22% a mais de combustível pago pelas empresas nacionais, portanto, há uma concorrência imperfeita aí. A ideia é que isso apenas ajuste uma previsão legal que já existe desde 1997 e que até então não foi observada.

Não vou nem entrar na questão trabalhista, que é uma outra questão, que piora ainda mais esse contexto, mas a ideia é desonerar esse *bunker*. O efeito fiscal é muito baixo, tem aquele número lá, 0,03, é o impacto, acho que, com base no Estado de São Paulo, que é o maior fornecedor, esse seria o impacto do ICMS e, de novo, a desoneração pagaria praticamente toda a questão envolvendo a renúncia fiscal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO POVIA – Por fim, um pouco da questão envolvendo as questões por conta da manutenção de infraestrutura por modal. A gente vai, de novo, apresentar para o senhor isso na forma prevista dentro da modelagem dos artigos.

Agradeço muito a atenção do senhor. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Mário.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, então, para o Marco Aurélio, que é o Diretor da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias.

O SR. MARCO AURÉLIO DE BARCELOS (Para expor.) – Muito boa tarde, Senador Izalci. Queria, em primeiro lugar, cumprimentá-lo, parabenizá-lo pela iniciativa de promover este fórum, que é um fórum de auscultação e de aprimoramento, como o senhor bem colocou, em relação à regulamentação da reforma tributária.

Eu vou ser bastante objetivo, Senador, mas não posso deixar de iniciar sem dizer que o setor de concessão de rodovias no Brasil é um dos que mais cresce atualmente. Apenas em 2023, as concessionárias de rodovias aportaram no país algo próximo a R$20 bilhões e há a expectativa de que o setor dobre de tamanho nos próximos cinco anos, ou seja, nós temos aí um desafio grande de promover a atratividade dos novos leilões. E qual é o primeiro ingrediente que costuma tipicamente ser apontado como o tempero, como o molho, como esse chamariz para os investimentos no Brasil? Segurança jurídica. Logo, nada mais justo que nós debatamos a reforma administrativa sob o prisma da segurança jurídica.

E o tema, Senador, que eu vim trazer é um tema que já foi apontado aqui pelos meus colegas e que orbita a ideia de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

E eu queria demonstrar a todos que nós tivemos importantíssimos avanços implementados pelo PLP 68, mas remanesce, eu diria, um pilar, Senador, cuja ausência vai fazer com que a engenhosidade legislativa, que subjaz o tema do reequilíbrio econômico-financeiro no PL, se desmantele. Se nós não nos acautelarmos, se nós não prestarmos atenção a esse terceiro pilar, todo esforço terá sido em vão, e nós nos alimentaremos de frustração e de insegurança jurídica.

Pois muito bem, quais são as inovações que nós testemunhamos no âmbito do PL 68? A primeira – eu disse que os impactos ocasionados pela mudança da alíquota ensejarão processos de reequilíbrio econômico-financeiro que tramitarão em caráter prioritário –: a prioridade que o legislador sinaliza para o equacionamento dos impactos é fundamental. Isso é extremamente inovador, isso foi ao encontro dos anseios do setor produtivo, de quem investe em infraestrutura.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns ao Congresso Nacional.

Primeiro pilar, primeira inovação.

Segundo pilar, segunda inovação.

Eu diria, Senador, que isso já vinha sendo um pleito, uma expectativa, fonte de diversas interlocuções, e apareceu até mesmo num projeto de lei que também tramita aqui no Congresso e que visa a alterar a lei de PPP e de concessões no nosso país. Nós tivemos, como segundo pilar, a previsão de prazos para que os reequilíbrios pudessem ser viabilizados. Este é o sonho dourado de quem investe no país: a possibilidade de contar com um cenário, com um horizonte, em que um problema regulatório vai ser equacionado.

O art. 376, §1º é brilhante em relação a esse aspecto, e ele abre um precedente legislativo fundamental, estruturante, para o ambiente de negócios públicos no Brasil. O segundo pilar, portanto, é uma grande inovação, precisa evidentemente ser preservado. O que falta?

Pois muito bem, se nós tivermos, Senador, um processo de reequilíbrio deflagrado em razão dos impactos perpetrados pela reforma, pelo aumento de alíquota, ainda que fosse dado tratamento prioritário em agências reguladoras no Brasil, que sofrem de níveis de amadurecimento ou de maturidade distintos, aliás, em alguns casos, sequer há agências reguladoras para tratar desses problemas, se eu disparo um processo de reequilíbrio, ainda que ele tramitasse prioritariamente, transcorridos os 90 dias, prorrogáveis por mais 90, a pergunta que não quer calar é: o que acontece? Nada. Não há nenhuma sequência, nenhuma consequência – nada!

Logo, de que adiantou a previsão da prioridade? Nada, Senador. De que adiantou a previsão dos 90 dias, o sonho dourado de quem investe e quer que os problemas regulatórios tenham cadência e previsibilidade? Nada! Se nós não considerarmos uma consequência para o não cumprimento desse prazo, nos alimentaremos de frustração.

Qual é a nossa proposta diante desse problema, diante desse cenário? E já há pelo menos oito emendas que endereçam isso, a possibilidade de que, diante da inércia dos reguladores ou de quem gerencia o contrato, que os efeitos do reequilíbrio já pudessem ser implementados pelas próprias concessionárias. Esse é o preço que se paga pela lentidão, pela inação. Já há

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emendas, Senador, que se orientam nessa direção; precisam ser avaliadas, precisam ser consideradas.

E, suplementarmente, tomando de empréstimo proposta que hoje já existe no mencionado PL que visa a mudar o marco legal das concessões e PPPs, seria interessante, Senador, se o senhor me permite a alegoria, lançar luz ou acender as luzes para o apagão das canetas. Nós não podemos ter gestores públicos que se acovardam diante de problemas complexos, como são os casos de reequilíbrio econômico e financeiro. É bem verdade que nós não podemos generalizar. Existem agências reguladoras seriíssimas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCO AURÉLIO DE BARCELOS – ... comprometidas com prazo, mas, por outro lado, existem gestores, órgãos públicos que não têm qualquer compromisso. Eu poderia citar exemplos que roubariam o prazo de todos que ainda vão falar.

Resumidamente, qual é a nossa sugestão de suplementar a possibilidade do ajuste automático? A previsão de que aquele órgão ou aquele gestor público responsável pela tomada de decisão ou pela instrução do processo, em havendo não observância do prazo de maneira infundada, que ele responda administrativa e civilmente pelo atraso que ocasionar e pela mácula que vai lançar sobre a percepção de segurança jurídica e pela frustração que vai concretizar sobre o ideário que consta do art. 376, inciso II, §1º e §4º do PL 68.

Essa é a nossa sugestão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Marco.

Já passo imediatamente para o Márcio Roberto, que é o Diretor da MoveInfra.

O SR. MÁRCIO ROBERTO ALABARCE (Para expor.) – Senador Izalci, caros colegas, cumprimento todos, meu amigo Marco, Davi, Mário Povia, minha colega Alessandra.

Novamente, a gente vem aqui agradecer o espaço que esta Casa traz e dá à infraestrutura, para falar um pouco a respeito dos impactos da reforma tributária na infraestrutura. O Marco comentou que existem temas que gravitam em torno da reforma. Eu diria que o que gravita em

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação à infraestrutura é um belo de um meteoro que, se alguns ajustes não forem feitos, vai atingir em cheio a viabilidade de diversos contratos atualmente em vigor no nosso país.

A gente trouxe aqui uma breve apresentação, e vou direto a ela. Como comentado pelo Senador, são ajustes pontuais que sugerimos. Um ano atrás, também nesta Casa, estávamos aqui para apoiar a iniciativa da emenda que se converteu na Emenda 132, dando apoio institucional àquela importante e corajosa iniciativa do Parlamento no país de reformar o sistema tributário nacional totalmente caótico, e o que a gente traz, na verdade, são sugestões de correção de rumo, aperfeiçoamento para que a emenda não fique pior do que o soneto, para que ajustes sejam feitos.

Em relação a este primeiro item, para que o regime especial – e os regimes especiais, Senador Izalci, têm sido criticados de forma geral, existem setores muito respeitáveis da indústria e de outras atividades que vêm criticando a ampliação dos regimes especiais... O que a gente aqui traz é uma questão muito pontual: meritória que seja a introdução do regime especial da construção civil... E veja, Senador, construção civil é item mais do que relevante na cadeia de valor da infraestrutura. Marco comentava há pouco que quase R$50 bilhões de investimentos futuros, infraestrutura, boa parte desses valores serão canalizados em obras de construção civil, que estarão amparadas nesse regime especial se assim for o desejo do Parlamento.

Mas o que trouxe o PLP tal qual aprovado na Câmara dos Deputados? Uma disposição extremamente meritória de redução de base de cálculo para parte de serviço de construção civil, mas uma disposição adicional dizendo que o empreiteiro não poderá apropriar crédito sobre os materiais por ele adquiridos e aplicados nas obras de um lado e também não vai repassar IBS, CBS sobre a parcela desses materiais que faturaram ao dono da obra. Então, de um lado, ele não tem o débito e, de outro lado, não tem o crédito. Na aparência parece que a conta fecha, o problema são os detalhes, porque é uma questão bastante técnica, Senadora. A gente traz aqui um mero exercício matemático. Os valores são totalmente estimados. Eles não têm – exceto na matemática, na fórmula, na equação – compromisso com nenhum contrato considerado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui a gente traz uma situação em que um empreiteiro contratado para executar uma obra, com a prestação do serviço de aplicação de materiais, faz aquisição desses materiais, digamos, no mercado por um valor de R$100. Como o IBS e o CBS são calculados por fora – e aqui a gente está acreditando ainda na alíquota de 26,5% dos dois tributos, a alíquota referencial que está posta em dúvida –, então, o total desses fornecimentos de materiais será de R$126,50. Pela regra tal qual aprovada – é uma vedação lá do art. 262 do PLP –, esses 26,50% sobre os materiais não serão creditados pelo empreiteiro. Ele vai calcular os impostos sobre a parcela de serviço, que ali no nosso exemplo é de R$50, calcula o IBS com a redução de base de cálculo, repassa o valor desses materiais ao dono da obra a seu cliente. Cogitemos que seja um cliente contribuinte regular do imposto, pode ser a construção de uma planta fabril, de uma estrada, de um terminal portuário – está aqui o nosso colega Jesualdo que falará mais adiante –, de um aeródromo, de algum concessionário do setor aeroportuário, mas esse repasse se fará sem o débito, e o empreiteiro não teve o crédito. Mas qual é o problema? É que aquele imposto dos materiais terá virado custo nesse momento. Então, um imposto que deveria gerar crédito ao longo da cadeia até o consumidor final vai ter o seu ciclo interrompido por conta desta regra do art. 262 do PLP.

Ali no último quadrinho o que a gente mostra? Qual é o crédito nesse exercício que o dono da obra vai ter: R$7,95 justamente aquele IBS e o CBS calculado pelo empreiteiro, mas o preço, o custo da obra foi muito maior. Ele pagou pelo serviço que veio com o IBS e também pelos materiais que lhe foram repassados e, para esta última parcela, não tomou crédito. Quando a gente calcula os impostos recolhidos e não creditados, o total do custo aqui vai ter sido de R$34,45, nesse exemplo matemático, o tal resíduo fiscal. E foi justamente esse resíduo o mote para que se aprovasse a reforma tributária de 76%. Novamente, Senador, o exercício 76% é ilustrativo. A proporção entre materiais e serviços poderia ser outra e o resultado seria diferente. O exercício aqui só mostra que existe uma violação à não cumulatividade muito grave, muito flagrante, muito gritante nesse regime especial e uma indução aqui, o setor de construção civil e de infraestrutura...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO ROBERTO ALABARCE – ... altera sua estrutura de contratações e isso viola a neutralidade. Esse é o principal ponto que eu gostaria de trazer hoje, Senador.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, em relação a esse tema, existem já emendas apresentadas e que propõem de formas um pouco diferentes, correção desse regime.

Outra questão, Senador, aí subscrevendo aqui as falas do colega Davi e do Dr. Marco, é a respeito da importância de aperfeiçoamento do regime de reequilíbrio cautelar. É essencial que haja uma garantia do que acontecerá se os prazos não forem previstos. Existem inúmeras alternativas: responsabilização pessoal do agente público omisso no cumprimento dos prazos; permissão de que o operador, o contratado da administração implemente, ainda que de forma gradual, estimada, esses ajustes; ou, inspirado, por exemplo, no regime das medidas provisórias, algo como um instrumento de trancar a pauta das agências...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO ROBERTO ALABARCE – Isso não seria apropriado; seria aí, sim, algo muito grave. Por outro lado, é essencial que esse regime tenha alguma efetividade.

Agradeço novamente, Senador, a oportunidade de endereçar essas falas aqui...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Márcio. Eu agradeço.

Já os convido a ocuparem a fileira aqui da frente para a gente chamar aqui os novos expositores.

Aí eu já chamo imediatamente o Fábio Rogério Carvalho, que é o Presidente da Associação dos Aeroportos Federais Privados.

Pode aplaudir também, gente. (*Palmas.*)

Alexandre Lopes, Vice-Presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico. (*Palmas.*)

Christianne Dias Ferreira, Diretora da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto. (*Palmas.*)

Renata Menescal, que é Diretora Jurídica e de Regulação da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa. (*Palmas.*)

Daniela Martins, Diretora Institucional da Conexis Brasil Digital. (*Palmas.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já passo logo para o Fábio Rogério já fazer as suas considerações.

O SR. FÁBIO ROGÉRIO CARVALHO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Boa tarde. Boa tarde a todos e a todas.

É uma satisfação para a ABR estar nesta oportunidade aqui.

Quero dizer que a ABR representa hoje 59 aeroportos federais concedidos. Isso corresponde a 93% dos passageiros transportados. E, para além disso, é sempre importante marcar que a ABR ou esse conjunto de operadores no Brasil opera pelo mundo mais de 250 aeroportos, de modo que, quando a gente traz uma contribuição aqui para manifestação e avaliação desta Casa, a gente leva em consideração também a experiência internacional em matérias como esta, matérias tributárias, matérias de grande importância e interesse para a gente.

A reforma é de nosso interesse. Nós a defendemos, entendemos que ela é importante, ela é um remédio para a sociedade, mas, como todo remédio, ela precisa ser calibrada para que também não se torne uma causa de problemas em vez de causa de solução.

Para a tarde de hoje, agradecendo mais uma vez a oportunidade, a gente traz três pontos. O primeiro é explicar que a aviação é uma indústria de rede, e o setor aeroportuário, assim como outros setores, só vai bem se toda essa cadeia vai bem. O segundo, que eu acho que é importante pontuar e dizer que isso é um consenso entre todas as associações, é a questão de que contratos desequilibrados geram problemas estruturais. E isso pode ser resolvido via reequilíbrio concomitante ou cautelar, que a gente tem defendido. E um terceiro ponto, que é bastante pontual da nossa indústria, é a questão do imposto seletivo do diferimento, a ausência de diferimento que não foi contemplada aqui na questão das lojas francas.

Primeiro ponto, então, que eu acho que é importante trazer, como eu dizia: a aviação é uma indústria de rede. Então, para que o aeroporto performe bem, para que pessoas possam viajar, é importante que nós tenhamos companhias aéreas voando no Brasil. O primeiro ponto é esse. E a ABR faz um trabalho de tentar atrair novas companhias aéreas, dado que isso atrairia também maior concorrência, menor preço, mais brasileiros poderiam voar.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Toda vez que a gente vai discutir isso, três são as perguntas que a gente ouve sobre uso de companhias aéreas e todas as três são importantes para a gente responder. Vou citar as três e falar da de hoje. A primeira é assim: resolvemos a questão da bagagem ou não resolvemos? O *low cost* precisa disso. A segunda: como é que está a questão da judicialização no Brasil? E a terceira é: qual vai ser o impacto da reforma tributária para uma companhia aérea?

Dito isso, é importante dizer que uma associação que é também setorial aqui da aviação, ABA, fez um estudo interessante da LCA que comparou a carga tributária de 37 países. Dos 37 países, só um tem uma carga tributária superior a 25%. De todos esses países também, mais de 20 têm uma carga tributária inferior a 15%. Por que isso é relevante? No mundo da aviação, por óbvio, o avião voa, e ele voa em qualquer lugar do mundo. Se ele não voar no Brasil e se tiver uma condição mais benéfica para voar em outro lugar, essa frota, esse arranjo entre os aviões e as companhias aéreas e os aeroportos vai migrar para outro lugar do globo onde existe uma situação um tanto quanto melhor. Então, o primeiro ponto é este: se a gente onera esse sistema, a gente acaba afastando a concorrência, aumentando o preço e deixando a aviação brasileira sempre um privilégio para muito poucos, o que a gente não quer.

O segundo ponto, então, que a gente traz hoje e faço questão de reforçar é a questão do reequilíbrio concomitante, entendendo que isso é uma necessidade. Nós estamos em linha, assim como as associações que já falaram, mas mais de 14 associações subscrevem uma carta que foi direcionada à Comissão, a esse grupo de trabalho, que reforça a importância disso. Então, faço questão de registrar que nós também entendemos que esse equilíbrio é essencial por vários motivos, mas eu vou ficar em apenas dois. Primeiro, a gente não tem aqui um problema de liquidação do tamanho do reequilíbrio, que geralmente é uma coisa que demora muito. Nós sabemos qual é a carga tributária atual, nós sabemos qual é a carga tributária que teremos que pagar dali para frente, motivo pelo qual ele pode ser dado na cabeça, pode ser dado na saída. Se houver algum problema, pode ser corrigido em outro ano. E isso é fundamental porque, se esses contratos ficarem desequilibrados aguardando o exame de reequilíbrio, eles se tornam, como a gente chama, contratos estressados, contratos que ficam desequilibrados. Contrato desequilibrado gera um ativo estressado; o ativo estressado gera incapacidade de execução; incapacidade de execução gera fim antecipado de concessão; fim antecipado de concessão vira um problema para toda a sociedade, vira um problema para a

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infraestrutura nacional. Então, a gente trabalha para que isso não aconteça. O reequilíbrio cautelar, o reequilíbrio concomitante resolve isso.

O último ponto nosso é a questão do imposto seletivo para bebida e tabaco, que precisa ser diferido em lojas francas. Pela redação atual, não há diferimento de alíquota, ou seja, os *duty free* brasileiros deixam de ser *free*. Eles continuam sendo *duty*, mas não são *free,* posto que teriam que pagar exatamente a mesma quantia, o mesmo valor de imposto que é cobrado em outros estabelecimentos que não estão naquela área. Seria uma surpresa muito grande tanto para turistas quanto para a própria indústria que também comercializa, a indústria nacional que comercializa produtos nesses locais, e impactaria também toda uma cadeia, consequentemente os aeroportos, que dependem dessas lojas para o seu bom funcionamento. É importante dizer que, em termos de estrutura e impacto, isso é mínimo, essas vendas não correspondem a 0,1% do consumo nacional a respeito desses produtos.

Ou seja, repassando os três pontos que a ABR traz e que são fundamentais: aviação é rede, aviação só vai bem se a cadeia toda vai bem; a questão do imposto seletivo precisa ser resolvida e pode ser endereçada agora e corrigida, o que nós entendemos que deve ter sido muito mais um esquecimento, no afã de tantas matérias que estavam sendo analisadas; terceiro e mais importante para todos nós, o reequilíbrio concomitante é uma necessidade. Contratos desequilibrados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO ROGÉRIO CARVALHO – ... gerarão novos problemas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Fábio.

Passo, imediatamente, ao Alexandre Lopes, Vice-Presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico.

O SR. ALEXANDRE LOPES (Para expor.) – Obrigado, Senador. Boa tarde e parabéns pela iniciativa!

Eu trouxe uma apresentação. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu venho hoje, aqui, em nome do Fase (Fórum das Associações do Setor Elétrico), que representa toda a cadeia do setor elétrico – geração, transmissão, distribuição, comercialização e consumo –, além de fabricantes também de equipamentos. O objetivo nosso aqui hoje é trazer três pontos de consenso do Fase, temas que já foram endereçados, já foram apresentados. O primeiro é relacionado ao diferimento ao consumidor final. Esse é um ponto que eu vou abordar bastante na apresentação, porque é o tema central nosso, que impacta as operações do mercado. O segundo tema é a questão da base de cálculo dos impostos do IBS e da CBS. A proposta do Fase é excluir os encargos setoriais, em que são incluídos vários subsídios e repasses dentro da conta de luz. Eu vou trazer algumas reflexões sobre isso. O terceiro e último ponto é a questão do *cashback*. A proposta nossa é que o *cashback* seja dado na própria fatura do consumidor, que as devoluções sejam feitas, de forma instantânea e integral, na fatura do consumidor.

Eu queria me concentrar no primeiro ponto, o diferimento, que é um ponto crucial que une todo o setor elétrico. Bom, vou tentar explicar isso de uma forma pragmática. Diferentemente de outros produtos... Como é que funciona uma cadeia produtiva tradicional? Você tem a extração do insumo, esse insumo é vendido para a indústria, a indústria leva um tempo para processar esse insumo, fabricar algum produto, esse produto é transportado, distribuído e vendido até o consumidor do final. Isso demora tempo, ou seja, do início do processo produtivo até o efetivo consumo do consumidor final, você vai ter um, dois, três meses ou até mais, dependendo do tipo de produto. No setor elétrico, não. No setor elétrico, a gente tem uma peculiaridade muito grande, porque geração e consumo, a produção e o consumo são instantâneos ou quase instantâneos – na velocidade da luz, digamos assim –, mas eles ocorrem de forma simultânea.

Então, quando a gente traz a cobrança dos tributos para o mundo comercial do setor elétrico, afastando-se do mundo físico, a gente gera uma série de complexidades. No mundo comercial do setor elétrico, diferentemente do mundo físico, a energia é transacionada diversas vezes dentro da cadeia do setor elétrico. Então, o gerador vende para um comercializador, que vende para outro comercializador, que vende, eventualmente, para um próprio gerador, para um outro comercializador, até chegar no consumidor final. Há n tipos de contratos: contratos com

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

flexibilidades, contratos de opções... Muitas vezes, a energia é vendida antes de ser comprada ou de ser produzida.

Como é que funciona hoje a cobrança do ICMS? A cobrança do ICMS é feita hoje com base na transação com o consumidor final. Então, em uma venda de um gerador para um comercializador ou entre comercializadores, por exemplo, não incide o ICMS; mas, quando a venda é para o consumidor final, para o efetivo consumo, aí, sim, há a cobrança do tributo.

E, além disso, além de toda essa complexidade do setor elétrico, a gente ainda tem a questão do mercado de curto prazo, que é operacionalizado pela CCEE, pela Câmara de Comercialização, onde todas as sobras e déficits de compra e venda de energia, de geração e de consumo são liquidadas, e liquidadas de uma forma multilateral. Ou seja, a gente não consegue identificar quais são as contrapartes vendedoras e compradoras de cada transação. A gente simplesmente tem um rol de agentes que são credores, um rol de agentes devedores, e esses pagamentos são feitos de maneira centralizada. Então, não aplicar o diferimento para o setor elétrico gera uma complexidade muito grande e não aplicar o diferimento no mercado de curto prazo traz, inclusive, uma impraticidade, porque não é possível identificar quem é o vendedor.

Então, resumindo aqui a nossa proposta, primeiro, quero reforçar isso, quer dizer, não há *delay* na arrecadação dos tributos, porque a energia elétrica é gerada e consumida dentro do próprio mês, dentro do próprio segundo, digamos assim. No ambiente contratual, que engloba tanto a venda ao consumidor final quanto a troca de energia das empresas e o próprio mercado de curto prazo, a energia circula várias vezes, chega a circular mais de cinco vezes, em média, essa energia. A proposta que a gente traz de diferir a cobrança dos tributos para o consumidor final não impacta os cofres públicos, porque, assim como é feita a cobrança do ICMS hoje, ela é feita num sistema não cumulativo. Então, toda essa venda intermediária gera, sim, um trabalho operacional tanto por parte das empresas quanto por parte do próprio Governo, do Fisco, de fiscalizar essas operações, mas os créditos são efetuados ao longo da cadeia, e, no final, a cobrança é feita efetivamente em cima do consumo.

Então, a proposta que a gente traz aqui do diferimento não altera a arrecadação, nenhum centavo na arrecadação fiscal e nenhum *delay* no pagamento; ela simplesmente reduz o custo

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de transação, tanto para as empresas quanto para o Estado, e também resolve a questão da liquidação multilateral do mercado de curto prazo. Então, sempre que um consumidor livre, no caso, estiver comprando energia no mercado de curto prazo, haveria também a incidência dos tributos em cima desse consumidor, assim como é feito também com o ICMS atualmente.

O segundo ponto aqui, só para uma reflexão, é a questão dos encargos setoriais. A gente tem, dentro do setor elétrico – os senhores já devem ter ouvido falar –, a questão da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que foi uma conta criada lá atrás com outros fins e que hoje engloba uma série de subsídios que são colocados dentro da conta de luz...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE LOPES – ... subsídios para carvão mineral, para cooperativas, para energias renováveis, enfim, para uma série de custos que são alocados na tarifa do consumidor.

Então, a reflexão que a gente traz aqui é: faz sentido um consumidor que está aqui em Brasília, por exemplo, pagando subsídio para o carvão no Rio Grande do Sul pagar tributo ainda em cima desse subsídio que ele está pagando dentro da conta de luz ou para um consumidor que está no Nordeste pagando subsídio para uma cooperativa que está lá em Santa Catarina? Faz sentido ele pagar tributos em cima desse subsídio? Faz sentido a gente pagar tributos em cima do custo administrativo e financeiro que a CCEE tem para administrar esse encargo? São essas reflexões que a gente traz aqui também em relação à cobrança dos tributos em cima da CDE.

Por fim, só quero manifestar que o Fase já se posicionou em várias oportunidades em relação a esse entendimento e reforçar a Emenda 79, que foi apresentada pelo Senador Eduardo Gomes, que trata especificamente dessa questão do diferimento, que é uma questão crucial dentro do setor elétrico.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Alexandre.

Passo agora para a Christianne Dias Ferreira, Diretora da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CHRISTIANNE DIAS FERREIRA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Também tenho uma apresentação. (*Pausa.*)

Podemos? Está bom.

Boa tarde a todos e todas. Agradeço à Comissão pela oportunidade. Obrigada, Senador, pela oportunidade também de estar aqui, de poder falar pelo setor.

Primeiramente, eu queria me apresentar. Sou Christianne, Diretora Executiva da Abcon, que é a associação que reúne as concessionárias do setor privado dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mas hoje aqui eu posso dizer que estou representando todo o setor de saneamento. Inclusive, estou trazendo aqui e entregando para o Senador uma carta manifesto. Está assinada por três associações, a Abcon, a Abes e a Aesbe, junto com diversas outras concessionárias e empresas estaduais de saneamento, porque todos nós, tanto setor público como setor privado, Senador, estamos aqui juntos nessa luta pelo reconhecimento do pedido que nós vamos apresentar aqui para o setor de saneamento.

Basicamente, hoje nosso setor é contribuinte de PIS-Cofins e nós não somos contribuinte de ISS e ICMS, que estão apenas embutidos nos preços dos insumos ao longo da cadeia. Com a reforma, nós passamos ali de uma alíquota de 9,25% para 26,5%. Então, de acordo com o estudo que foi contratado pelo setor público e pelo setor privado, pela GO Associados, nós hoje somos contribuintes de 9,74% e nós vamos ter ali um aumento muito grande na nossa tarifa, um aumento de 18% com a nova tributação. O que isso significa? Aumento de 18% na tarifa final com o novo imposto, uma vez que a gente não teve nenhum tratamento especial, entendendo a reforma do jeito que ela se encontra hoje.

Isso gera muitos impactos. O primeiro impacto ali, menos 3,07% no PIB do setor; como eu já havia falado, o aumento da tarifa em 18% ou uma diminuição de 26% nos investimentos do setor. Então, um impacto bastante significativo. Isso significa o quê? Aumento na conta de água do cidadão brasileiro, justamente no momento em que o setor dá os primeiros passos rumo à universalização. É importante lembrar que, apenas há quatro anos, a gente aprovou o marco legal do saneamento. Estamos sendo bem sucedidos com a implementação, na medida em que

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realizamos já 49 leilões e houve a aplicação, incluindo outorgas, de aproximadamente R$150 bilhões em investimento até o momento, mas há muito o que ser feito também.

Nós temos também um impacto social. Hoje há uma alternativa que foi dada para mitigar esse efeito, que foi o *cashback*, mas não é suficiente, na nossa avaliação, para neutralizar o aumento da tarifa. Inclusive, a Abcon, junto com a Aesbe, chegou à conclusão de que o impacto da nova reforma tributária aumenta em 6,5% as tarifas para baixa renda.

Então, na verdade, o nosso pedido aqui é que os serviços de água e esgoto sejam equiparados aos serviços de saúde, o que para a gente já é bastante óbvio. A gente pensa muito em saúde quando a gente fala em remediar, mas a gente tem que pensar também em saúde pública quando a gente fala em prevenir. E a gente sabe exatamente os impactos que a falta de água potável causa em todas as esferas, não é? É um impacto realmente transversal, inclusive e especialmente para a saúde pública: as crianças que não conseguem frequentar as escolas, o absenteísmo no trabalho, o impacto econômico, enfim.

Nós também fizemos um levantamento ali de que, se houver a universalização do serviço até 2040, nós teremos uma economia de 25 bilhões de gastos em saúde pública.

Hoje nós contamos também com o levantamento de 330 mil internações anuais por doenças relacionadas à falta de saneamento e 740 milhões de despesa anual com essas internações. Posso acrescentar também aqui o número de 210 mil óbitos.

Então, o setor vem pleitear esse reconhecimento do saneamento como um serviço de saúde. Este é um dado que já foi apresentado muitas vezes, mas vale a pena ressaltar: a Organização Mundial da Saúde estima que, para cada US$1 investido no saneamento, economiza-se 5,5. Então, essa medida de equiparação ao serviço da saúde é a medida com a qual nós conseguimos alcançar a neutralidade tributária. Então, para a gente, essa questão da transição da reforma tributária... Enquanto para outros setores vai surgindo um novo imposto e aqui vai compensando, para a gente não, só faz assim, porque a gente não é contribuinte de ISS e ICMS. Então, o impacto é muito grande. Impacta a alíquota de referência? Sim, a gente fez ali também um estudo de que o impacto na alíquota de referência seria de 0,2 ponto percentual.

(*Soa a campainha.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CHRISTIANNE DIAS FERREIRA – Nossa! Precisa, hein?

Obrigada pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Depois que toca, ainda tem mais um minuto; é só para alertar que está acabando.

Obrigado, Christianne.

Passo imediatamente à Renata, que é a Diretora Jurídica e de Regulação da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel).

A SRA. RENATA MENESCAL (Para expor.) – Eu também tenho uma apresentaçãozinha.

Quero agradecer ao Senador Izalci...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só para lembrar: o saneamento deve ter sido um esquecimento, porque não tem sentido, neste país, tributar água e esgoto – é uma coisa maluca.

A SRA. RENATA MENESCAL – Bom, quero agradecer aqui ao Senador Izalci por abrir a Casa para a nossa participação nesta audiência pública.

Quero aqui dizer que minha fala ficou muito facilitada depois do Davi Barreto, da ANTF, e do Marco Aurélio, da ABCR, porque de certa forma vocês falaram de alguns pontos que eu já vou falar aqui claramente.

Eu sou Diretora Jurídica, represento a Abragel (Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa).

A Abragel...

Vamos aqui. Opa. Vamos ver. (*Pausa.*)

Ah, sim.

Opa! Voltando um pouquinho.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Abragel representa 291 associados, são usinas de geração de energia hidrelétrica de até 50 megas, são 316 empreendimentos que representamos e também fazemos parte do Fase. Então, também aqui facilitou muito a nossa conversa, porque o Fase também está aqui falando hoje conosco.

Para ser bem direta e, como o Senador Izalci falou, para ter uma forma direta e prática, eu vou falar rapidamente aqui dos benefícios das centrais hidrelétricas, porque a gente tem que entender o que a gente representa aqui e a relevância do que a gente representa. É um setor em que a gente possibilita geração de energia firme e não intermitente, que é complementar às eólicas e às solares, de forma que a gente consiga manter nosso sistema com energia renovável e limpa.

A energia hidrelétrica de até 50 megas é para projetos de menor porte. Então a gente tem diversos benefícios ambientais, porque a gente tem áreas de preservação permanente, a gente tem uma melhora de qualidade de água, a gente tem baixas emissões de gases de efeito estufa e, de certa forma, os benefícios econômicos são muito relevantes, porque são projetos que têm tecnologia 100% nacional – a nossa, tanto a operação, a manutenção quanto os equipamentos são nacionais –, e isso possibilita não só um aumento de geração de emprego, de renda, mas principalmente de geração de imposto e receita, porque nós os empreendimentos pagamos esses impostos diretamente aos estados e municípios.

Essa é uma representação muito grande das hidrelétricas de até 50 megas. E a gente queria deixar aqui, claro, para vocês também, alguns atributos, porque, além desse impacto menor ambiental que a gente fala dessas pequenas centrais, a gente também tem benefícios socioeconômicos que foram avaliados, inclusive por estudos internacionais, que informam que esses municípios que tiveram essas PCHs implantadas tiveram o IDH aumentado, a renda *per capita* também teve ampliação e o índice de emprego e renda também aumentou. A gente entende que são atributos relevantes de a gente falar dessas pequenas centrais, porque é uma necessidade do país focar nessas pequenas centrais. E agora então, em que a gente está neste momento de seca, a gente vê a relevância e a importância desses empreendimentos, que de certa forma são essenciais para que a gente tenha uma energia de menor custo, mas de forma constante, e que possa ser complementar às eólicas e às solares, fazendo um *grid* de fato renovável para o país.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, para ser direta, a gente já teve uma oportunidade de falar rapidamente com o Senador Izalci quando eu estive aqui presente para uma audiência e ele abriu o microfone para a gente, mas agora eu vou nos pontos específicos de que o Davi e o Marco Aurélio já falaram também. O nosso ponto – na verdade, é o primordial, apresentado pela Abragel – é a alteração no art. 376. Nossa justificação ao projeto é bem direta, didática – o Senador Izalci já tinha comentado sobre essa justificação e que isso ajuda os Senadores a terem um entendimento bem claro –, e a nossa justificação é para possíveis alterações no artigo, que trata do reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Como o Davi e o Marco Aurélio já falaram, a gente entende que, para os contratos vigentes, no caso do setor elétrico, a gente tem leilões de energia e esses leilões podem ocorrer antes da entrada em vigor da lei; quem faz o lance, o empreendedor que faz aquele preço não sabe qual vai ser o impacto, porque a lei pode ser promulgada após esse lance, após essa proposta. E o que a gente pretende é, para esses casos, cuja proposta tem sido apresentada antes da entrada em vigor da lei, que o concessionário, que o agente, que o autorizado possa ter o direito ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro se esse contrato for assinado depois da lei. Então, na proposta anterior, ele não tinha noção de quanto teria para fazer esse lance, de quanto seria o valor para fazer esse lance, e depois ele teria esse reequilíbrio caso o contrato fosse assinado depois.

Quanto ao prazo, a gente também entende que é uma conquista ter um prazo. O prazo previsto é de 90, prorrogável por mais 90, e o que a gente sugere aqui é um prazo que já é exercido pela Aneel, que é um prazo de 90 dias. Então, a gente também sugere uma alteração de prazo, mas também que, durante esse período...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RENATA MENESCAL – ... cautelarmente, a gente possa fazer esses acréscimos às tarifas, porque de nada adianta ter um prazo caso aquele responsável pela alteração, pelo reequilíbrio econômico demore e a gente não consiga ter o reflexo nessa tarifa, nesse preço de energia que foi dado. Então, de forma cautelar, que a gente possa fazer essa reflexão, possa já colocar no valor esse ajuste da diferença do tributo no preço e que, por óbvio, fique assegurado ao final uma apuração mais definitiva e se faça esse equilíbrio no final.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último item, o que a gente pensa é a exigência de documentos de regularidade trabalhista e fiscal. A gente entende que é fora mesmo do tema. Esses documentos já são exigidos pelas próprias agências reguladoras; então, não é necessário estar dentro de uma lei para que isso seja cumprido pelos agentes. Então, seria a sugestão de retirada dessa exigência de documentos de regularidade trabalhista e fiscal.

Senador, agradeço. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Renata.

Passo rapidamente para a Daniela Martins, da Conexis Brasil Digital.

A SRA. DANIELA MARTINS (Para expor.) – Muito obrigada, Senador. Obrigada também, na pessoa do senhor, a toda a equipe do seu gabinete e da CAE, que nos recebe para esta sessão de hoje.

Eu também tenho uma apresentação e pediria o apoio. (*Pausa.*)

Essa é a última página. (*Pausa.*)

Obrigada. Perfeito.

Então, eu também gostaria de me apresentar. Eu sou Daniela Martins, Diretora de Relações Institucionais e de Comunicação da Conexis Brasil Digital.

A Conexis Brasil Digital é a entidade que reúne as empresas do setor de telecomunicações e conectividade. A gente está falando da infraestrutura digital do país. Então, nós representamos as seis principais operadoras de telecomunicações: Algar, Claro, Oi, Sercomtel, TIM e Vivo.

Eu queria mais uma vez aqui falar um pouco sobre por que estamos aqui numa sessão sobre infraestrutura, não é, Senador Izalci? Primeiramente, uma informação imbatível: é a infraestrutura mais bem avaliada hoje no *ranking* de competitividade do Fórum Econômico Mundial, ou seja, a telecomunicação muitas vezes não é vista como infraestrutura e somos não só uma infraestrutura de futuro, somos uma infraestrutura de presente, que hoje responde por quase 2,5% do PIB, com mais de 1,3 trilhão investidos nos últimos 25 anos. E a gente está

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando de uma carga tributária muito alta para um setor de infraestrutura como somos, pagando cerca de 60 bilhões em tributos por ano e gerando quase 2 milhões de empregos.

Aqui falando um pouco, Senador... A gente teve a oportunidade de falar um pouquinho mais sobre *cashback* na nossa última participação. Então, eu queria falar sobre outros dilemas tributários, encerrando com o tema do PLP em discussão, falando um pouquinho sobre o que é o setor de telecom. Ele é um setor hoje que abraça mais do que a população brasileira, a gente está falando de 345 milhões de acessos, a gente tem cerca de 107 celulares a cada 100 habitantes, ou seja, muitos usuários têm mais de um aparelho.

Mas isso significa que a nossa capilarização é enorme: a gente chega a toda a população brasileira com os nossos serviços de telefonia móvel, telefonia fixa, banda larga fixa e também TV por assinatura. E, como a gente fala dessa capilarização, a gente está falando de uma tributação que chega a todos os brasileiros e de uma carga tributária – até ouvindo as outras entidades aqui presentes – que também está muito descolada até de um setor que é visto como infraestrutura. A gente está falando aqui no Brasil, com a terceira maior carga tributária dos maiores mercados do mundo; a gente está falando de uma carga hoje de 29% contra uma média que não chega a 12% no mundo. A gente está falando de um Brasil que quer se tornar cada vez mais digital, mais democrático, mas com o desafio de tributação.

Apesar dessa tributação alta, que chega a responder por 30% do valor da conta do cidadão, a gente está falando de um pacote de serviços, no caso dos móveis, entre um preço muito mais baixo do que a média, seja Europa, seja Estados Unidos. Em outras palavras, o setor aqui está fazendo a sua parte, oferecendo para o cidadão um pacote de serviços com um preço muito acessível, mas a tributação está no outro polo, muito mais alta do que essa média que a gente quer colocar em xeque aqui dentro dessa discussão sobre reforma tributária.

E a gente fala de um outro ponto que não está sendo discutido na reforma tributária, Senador Izalci: fundos setoriais. A gente está falando de um recolhimento ao ano de cerca de R$5 bilhões para os fundos setoriais. E, quanto a esses fundos, apesar desse volume massivo, a gente está falando de uma utilização de menos de 10% desses valores nos últimos 20 anos – um contingenciamento de todos esses fundos de que a gente fala, Fistel, Fust, Condecine, Funttel e

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CFRP –, além de uma utilização muito baixa para o próprio setor de telecomunicações, que é a destinação legal e constitucional dos fundos e das CIDEs.

Então, aqui é importante destacar que, especialmente o Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), que foi alvo aqui do Senado e da Câmara dos Deputados de uma revitalização para a gente conseguir oferecer políticas públicas de telecomunicações, só foi utilizado pela primeira vez na história, no ano passado. A gente está falando do Fust com menos de 1% de utilização para o setor.

Então, a gente traz este desafio: a reforma ainda não está dialogando com os fundos setoriais. Além do IBS e do CBS, a gente está falando que o setor de telecomunicações vai ter mais 3,9% de carga tributária para o seu usuário. Ou seja, a gente está falando de uma mochila de tributação que, no fim das contas, torna ainda mais difícil essa digitalização do Brasil. Então é importante a gente debater esse tema e não onerar ainda mais o cidadão.

Seguindo para um outro desafio também, seja na ótica regulatória, seja na ótica de mercado, seja na ótica tributária, a gente fala um pouco sobre a sustentabilidade e as assimetrias nesse novo ecossistema digital. A gente está falando de uma infraestrutura que vai enfrentar uma evolução de tráfego de dados móveis na casa de 360% nos próximos quatro anos. É um desafio em que a gente tem que considerar uma infraestrutura que tem que estar parruda para dar conta e lidar com serviços hoje que prestam categorias de serviços semelhantes, mas com enquadramentos tributários, enquadramentos regulatórios diferentes. Então, a gente tem alguns exemplos sobre exigência de realização de investimentos de infraestrutura, exigência de obtenção de autorizações para serviços que são parecidos na prática, mas que na ótica formal são tratados de forma totalmente diferente.

Então, a gente aqui defende um pagamento justo pelo uso das redes de telecomunicações. O acordo entre entes privados, a gente está falando de um setor hoje privatizado, que leva esse serviço cada vez mais barato aos cidadãos aqui no Brasil. E é fundamental discutir o direito fundamental à comunicação, que hoje vai ser sustentado por uma infraestrutura de redes sustentável no Brasil.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indo aqui para a reta final da minha fala, a gente também lida com assimetrias tributárias: como eu falo, serviços parecidos com categorias tributárias até então diferentes até a reforma tributária.

Então, a gente falando aqui do serviço de telecomunicações considerando tributação de ICMS, PIS-Cofins, além de fundos setoriais e às vezes outros serviços comparáveis e concorrentes tendo uma tributação muito menor. A gente está falando aqui de cerca de 15% para outros serviços que são concorrentes com setor de telecomunicações; enquanto para o setor de telecomunicações, como falei, cerca de 30% de tributação. A gente precisa discutir a justiça tributária e a concorrência para gerar esse equilíbrio tributário e justiça social no país.

E aqui, Senador, falando um pouco sobre o *cashback*, é uma das ferramentas que a gente enxerga, neste momento da tramitação do PLP 68, como um caminho de se discutir a justiça social para o cidadão. A gente discute aqui, inclusive, uma emenda apresentada muito importante pelo Senador Izalci, mas também pelo Senador Eduardo Gomes, para inclusão dos serviços de telecomunicações no *cashback* de 100% para a CBS e 20% para o IBS. Isso dialoga, óbvio...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELA MARTINS – ... com a questão da progressividade da tributação dos bens e dos serviços, exatamente porque essa perspectiva do *cashback* é focada para os cidadãos hoje mais carentes, para essa fatia do CadÚnico que vai estar sendo endereçada pela política pública, e também para reconhecimento do setor de telecomunicações como um serviço essencial. Então, a gente aqui – vou pedir uma atenção nesses 40 segundos finais para o impacto dessa medida – está falando de se fazer justiça tributária, social, atenção ao consumidor de baixa renda com um impacto praticamente nulo, Senador. A gente está falando aqui de um impacto que, se contabilizado, ficaria em algo de cerca de 0,01%, ou seja, a gente está falando de um serviço essencial para o cidadão, que faz parte da cesta básica, do uso dele, que a gente tem que reconhecer que poderia ter uma carga tributária menor, mas agora a gente fala de desenhar justiça social para o cidadão e para o usuário nesse mundo de desafios para o desenvolvimento da infraestrutura de conectividade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, encerrando, o setor é essencial, estamos na cesta básica de serviços do cidadão. É importante ter atenção aos temas que estão aqui, Senador, no PLP, e também a esses outros temas tributários e regulatórios que vão continuar na pauta e que a gente consiga garantir conectividade, expansão, melhoria de serviço com justiça social e tributária a todos os brasileiros.

Obrigada, Senador, e obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Daniela.

Bem, eu agradeço os expositores e os convido para fazer mais uma rodada.

Convido aqui logo o Claudio Loureiro de Souza, que é o Diretor-Executivo do Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave). Está aí? Tudo bem, Claudio. (*Pausa.*)

Marina Cyrino, Gerente de Assuntos Jurídicos da Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasoduto. (*Pausa.*)

Euripedes Abud, Consultor Econômico da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist). (*Pausa.*)

Marcello Cabral, Diretor de Novos Negócios da Associação Brasileira de Energia Eólica. (*Pausa.*)

E ainda, por videoconferência, o Jesualdo Conceição da Silva, que é Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários, e o Matheus Rocca dos Santos, Assessor da Sert/Ministério da Fazenda.

Muito bem. Vou passar logo a palavra para o Claudio fazer as suas considerações.

O SR. CLAUDIO LOUREIRO DE SOUZA (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas. Muito obrigado, Senador, pela oportunidade.

Meu nome é Claudio Loureiro de Souza, sou Diretor-Executivo do Centronave (Centro Nacional de Navegação Transatlântica), uma entidade que, desde 1907, representa armadores que operam no longo curso principalmente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje somos compostos por 19 armadores e transportamos cerca de 97% do total da carga em contêineres do comércio exterior brasileiro, somando exportação e importação. Operamos cerca de 350 navios e o nosso investimento aqui, no total dos ativos, é perto de US$50 bilhões. Nesses US$50 bilhões, Senador, não tem um centavo de dinheiro público, é tudo dinheiro privado. E são esses US$50 bilhões que viabilizam o comércio exterior brasileiro na área principalmente de bens industrializados e grande parte do agronegócio.

A nossa grande preocupação aqui se concentra num dos pontos do PLP 68, que é a questão de não dar a imunidade que se dá à exportação em fases que antecedem o próprio processo internacional de movimentação física da mercadoria. É importante que a legislação tributária tenha visibilidade sobre a indivisibilidade da cadeia logística. Hoje não existe mais uma distinção entre o que é parte marítima, o que é parte aérea, o que é parte rodoviária ou até ferroviária; o que existe é uma cadeia que congrega todos os modais e que se arruma de acordo com as necessidades e demanda do mercado. Se o senhor fizer uma compra hoje, através da internet, de um livro, é possível que o senhor esteja comprando de uma empresa sediada em Seattle, que saia de um depósito em Austin, no Texas, fisicamente vai para Memphis, no interior dos Estados Unidos, com uma pernada para Miami International, que, por sua vez, vem para Guarulhos e depois há uma última pernada rodoviária, e o senhor recebe em casa aquele produto sem ter noção do encadeamento dessas pernadas todas. É exatamente o que ocorre na exportação hoje, no porta a porta na cadeia logística. Então, até chegar ao porto e até embarcar num navio de longo curso, várias fases precedem esse momento. E essas fases não estão equiparadas no PLP, a imunidade que a exportação tem.

Qual o impacto que isso pode ter? Nos nossos primeiros cálculos, algo em torno de R$50 bilhões ou mais de acréscimo ao custo da exportação, ou seja, perda de competitividade do produto brasileiro, perda de competitividade do transporte e perda de competitividade de emprego e renda aqui, além de todos os problemas que já enfrentamos em termos de competitividade e de produtividade internacional na nossa comparação com os mercados externos. Assim como o nosso colega aqui disse que o avião voa, o navio navega também. Hoje somos apenas 1,5% a 2% do comércio mundial e o navio irá aonde for mais atrativo. Se aqui houver uma perda de corrente de comércio por conta de tributação excessiva ou por conta de exportação de imposto, certamente vai haver uma diminuição de carga e o navio vai migrar

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para outros lugares também. Então também a navegação marítima é uma indústria de rede que congrega não só o modal marítimo, mas vários outros modais, fisicamente falando, armazenagem e transporte terrestre em todas as suas variações.

Então o impacto da regulação, na nossa visão, Senador, da forma como está proposto, deteriora a competitividade da exportação brasileira e tem um impacto direto no consumidor nacional e no consumidor internacional, ou seja, quando eu faço a regra ou mantenho a regra, que é restritiva na nossa visão da consumação do serviço no exterior, então a consequência disso é que, se eu excluir essa consumação e só considerar a consumação no exterior, eu estaria onerando, porque a parte desse serviço que vai compor o preço e a exportação vai ocorrer em território nacional. O inverso também é verdadeiro. Ou seja, para que aquele produto importado chegue da China, como por exemplo, na época da pandemia, respiradores, uma série de fatos antecederam o embarque marítimo, que, após 35 dias, chegaram aqui; e aqui também houve uma distribuição, houve uma utilização de outros modais, e a questão da tributação é essencial para que a gente mantenha a correta tributação na nossa visão, para que a gente mantenha a competitividade da exportação.

Então a nossa visão é de comércio exterior, que é claro, nos interessa como transportadores, porque quanto maior o comércio exterior, maior vai ser a nossa participação e a nossa atividade. Então, o ponto central é ter visibilidade sob essa indivisibilidade da cadeia logística. A cadeia logística começa no portão da fábrica, começa no portão da fazenda e só termina no destino final. Todo o resto são fases de uma mesma sequência, de uma mesma cadeia.

(*Soa a campainha.*)

E, sendo muito objetivos, nós vamos apresentar ao senhor essas propostas de alteração do art. 11 e art. 84, que falam exatamente da inclusão de serviços portuários, transporte, movimentação, armazenagem e logística de carga, contratados por residentes ou domiciliados no exterior em continuidade ao transporte internacional. Ou seja, manter essa isenção, ou melhor dizendo, essa imunidade, que já é mantida para exportação.

Esse é o nosso ponto focal e é nosso grande interesse e na nossa visão um grande potencial de aperfeiçoamento dessa grande proposta que é a reforma tributária.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Claudio.

Passo imediatamente à Marina, que é a nossa Gerente de Assuntos Jurídicos da Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasoduto.

A SRA. MARINA CYRINO (Para expor.) – Boa tarde, Senador Izalci; boa tarde a todos os presentes. Agradeço o convite para estarmos aqui hoje. Eu prometo que eu vou ser bem breve e objetiva.

O Senador Izalci comentou que queria escutar um pouco do que a gente está buscando no mundo real, na prática. Posso falar que estamos buscando hoje que a legislação tributária se adeque ao que está presente na Lei do Gás. A Lei do Gás... A gente trata do transporte de gás por gasodutos, então não é um transporte como é feito o transporte de carga por caminhão. E a legislação tributária busca tratar o transporte de gás por gasoduto como um transporte de caminhão.

No transporte de gás por gasoduto, a gente tem uma contratação de uma capacidade de entrada do sistema e uma contratação de uma capacidade de saída do sistema. E as partes que contratam a entrada e a saída desse sistema são partes diferentes. Às vezes, um contratante contrata: "Eu tenho o direito de injetar, eu botei os baldes de água, de colocar um grande balde de água aqui dentro", mas três outros vão contratar a saída da mesma quantidade de água, que seria o gás, para sair desse espaço.

A molécula não é carimbada, não é identificável, é contratada a energia do produto. Então, por isso que a gente está buscando trazer isso para vocês, trazer essa proposta.

A gente não está buscando nenhuma redução de alíquota. Não altera, para o estado e o município que recebem o valor final, porque o valor vai ser recolhido e vai para o comitê gestor e só no final da cadeia isso vai para o estado e para o município, isso não é alterado. O destino da operação é alterado, é definido para poder diferenciar esses dois contratos que estão previstos na lei do gás. E também a gente pede para mudar um pouco a questão do prazo de emissão de documentos fiscais. Como está na proposta do PLP hoje? Trata de novo como se

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fosse uma venda de transporte por caminhão, então os documentos fiscais deveriam ser emitidos a cada operação.

Como existe um fluxo contínuo no gasoduto, o gasoduto não para de operar, o contratante da entrada está o tempo inteiro, o produtor está produzindo o gás, o gás vai entrar no gasoduto, não tem como fechar a porteira, não existe essa possibilidade. Por conta desse fluxo contínuo, existe um acordo entre os estados para que os transportadores e os contratantes do sistema de transporte de gás, os carregadores, emitam os documentos fiscais sempre no quinto dia útil do mês subsequente. E a gente está pedindo para que isso não esteja somente, como está hoje, numa regulação do Confaz, mas que esteja presente na lei tributária.

Essa emenda já foi apresentada pelo Senador Laércio Oliveira, a proposta de Emenda 354 ao PLP 68, e a gente tem o apoio hoje oficial dos contratantes do sistema do transporte de gás por gasoduto, que fazem parte de um conselho, que se chama Conselho de Usuários. Então isso vai beneficiar a cadeia de gás como um todo, facilitando e reduzindo os custos de transação, porque a gente vai ter uma redução e simplificação das obrigações acessórias nesse setor.

É isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem, Marina.

Vou passar imediatamente a Euripedes Abud, Consultor Econômico da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores.

O SR. EURIPEDES ABUD (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Cumprimento o Senador Izalci, a quem agradeço muito pela oportunidade, e ao Senado como um todo, através da sua pessoa, cumprimento os membros da mesa e os demais palestrantes.

Meu nome é Abud, sou conhecido por Abud, sou consultor econômico da Fenavist (Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores). Nós somos um segmento intensivo empregador de mão de obra de baixa remuneração. Então, as propostas

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que traremos envolvem e ajudam também todos os setores que empregam mão de obra de baixa remuneração, que, numa estimativa, gira em torno de mais de 14 milhões de pessoas.

Como temos uma representatividade da mão de obra de baixa remuneração muito grande, 80% do nosso preço final é mão de obra, então a capacidade de aproveitamento de crédito da cadeia é quase nenhuma. Então, esses 26,5% que venham ou 28%, a gente não sabe ainda, vão ser um aumento na veia. Hoje as nossas empresas representadas recolhem de 5,65% a 8,65% sobre o preço final, vão passar a recolher praticamente 28%, porque tem praticamente zero de crédito, gerando um aumento que varia de 240% a 280% na carga tributária e um acréscimo no preço final que vai de 12% a 20%.

Apesar das inúmeras tentativas que fizemos, nós não tivemos nenhuma mitigação, nenhum efeito de mitigação, tanto na aprovação da EC 132 quanto na recente aprovação das mudanças ao PLP feita pela Câmara, que melhorasse essa situação que nós estamos apresentando para vocês. Então, restou para nós garantir que o reequilíbrio dos contratos se dê de maneira plena. Então, as propostas de ajustes que nós vamos trazer aqui vêm nesse sentido e eu entendo que elas vão acabar... Elas representam, elas tentam dar mais legalidade e objetividade ao reequilíbrio e precisão no reequilíbrio. E acredito que isso vai ajudar a todos os segmentos, e não somente o nosso.

O art. 374 do PLP prevê o reequilíbrio dos contratos ou a revisão dos preços dos contratos com base na implementação do IBS e da CBS, mas ele coloca em vermelhinho, no final, "nos casos em que o desequilíbrio for comprovado". A nossa proposta bastante objetiva, como pediu o Senador, é que saia esse "nos casos em que o desequilíbrio for comprovado" e entre no lugar "na mesma proporção da comprovada repercussão nos preços provocada pelos tributos". Parece uma questão semântica, mas não é. Nós temos já essa questão da revisão do preço prevista na lei de regência, que é a Lei de Licitações, a Lei 14.133, de 2021, que, em seu art. 134, diz que os preços contratados serão alterados, é um comando, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais. Então, é uma condição objetiva, não é uma condição subjetiva. Se nós deixarmos como está, justamente o nosso setor, que está sendo bastante impactado, nós podemos ficar na mão do poder discricionário de uma autoridade, como já foi falado aqui anteriormente. Então, além da questão do prazo, nós temos essa

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão fundamental. Nós sabemos quais são os impostos que vão sair e quais são os impostos que vão entrar, e as alíquotas dos que vão sair e dos que vão entrar. Portanto, sabemos calcular qual é o impacto, e esse impacto tem que ser repassado. Então, este é o primeiro pleito.

O segundo ajuste que nós temos aí é no sentido de fazer o seguinte: nós queremos, através da introdução do inciso VI, do §2º do art. 12, que os montantes do IBS e da CBS sobre as operações não se constituam em base de dissidência da retenção do INSS patronal nem do IR da contribuição social que vem nas faturas. Por que o que vai acontecer? Como nós vamos ter um aumento de preço final muito grande, e é um aumento de preço que não decorre de um aumento da operação, é um aumento fictício, que decorre, unicamente e exclusivamente, do aumento da tributação, se nós continuarmos retendo 16,8%, que são os 11% de INSS, que hoje são das faturas, os 4,8% de Imposto de Renda e 1%, nós vamos ter 16,8% retidos em cima de um preço muito maior, sem qualquer geração adicional de operação para nós. É uma retenção muito grande que vai gerar muito pedido de restituição e que vai acabar com o capital de giro, que já é muito baixo de segmento. Então, esse é um outro pleito que nós fazemos.

Essa é uma coisa que nós já apresentamos para os economistas da Sert, eles concordaram conosco, mas até agora nós não vimos nenhuma medida nessa aprovação da Câmara. Acho que a lei de origem, a Lei 8.212, também vai precisar ser corrigida nesse sentido. O §2º do art. 373, que fala também de reequilíbrio, diz que os contratos privados permanecem sujeitos às disposições da legislação específica. A gente concorda com isso, só que a gente tem uma questão, que já vem desde a época da introdução da não acumulatividade de PIS-Cofins, em que a Cofins passou de 3% para 7% e o PIS de 1% para 1,65%: nem os tomadores públicos nem os privados repassaram ao preço. Então, nós...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EURIPEDES ABUD – ... temos uma preocupação muito grande com o seguinte: que haja um abuso do poder econômico. A gente gostaria de introduzir aí que os contratos privados permanecem sujeitos à legislação de origem, mas que quaisquer alterações das condições comerciais que se configurem abuso de poder econômico... Tem um risco lá que não existe na minha... Configura abuso de poder econômico a imposição de quaisquer alterações das condições comerciais com justificativas na implantação do IBS e na CBS que não sejam aquelas

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decorrentes da revisão dos preços contratados na mesma proporção causada pelos referidos tributos, respeitadas as mesmas regras do art. 373. A justificativa é a contenção do abuso do poder econômico, o que já está previsto na Lei 8.884, lei da defesa da ordem econômica, mas, assim como o reequilíbrio, que está previsto na lei de regência, voltou a ser atacado aqui, como nós vamos ter uma mudança de preços relativos em toda a economia, eu acho que é importante que os três Poderes da República enfatizem essa questão.

É isso que eu tinha para falar.

Nós também apoiamos totalmente as emendas do Senador Laércio Oliveira, que nós vamos elencar no trabalho que vamos deixar com a Secretaria. O Senador Laércio vem do segmento de prestação de serviços e conhece bem nossas aflições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Euripedes.

Passo imediatamente ao Marcello Cabral, que é o Diretor de Novos Negócios da Associação Brasileira de Energia Eólica.

O SR. MARCELLO CABRAL (Para expor.) – Obrigado, Senador Izalci. Muito obrigado. E parabéns por promover um debate tão importante aqui nesta Casa.

Queria ressaltar que nós já entregamos – e fomos muito bem recebidos no seu gabinete – três propostas de emenda visando contribuir com a reforma tributária.

Eu queria aqui manifestar o pleno apoio à proposta apresentada pela Alexandre Lopes, representante do Fase, em especial na questão do diferimento. Foi muito bem explicado que energia elétrica não se trata de um produto que você consegue estocar, que você tem acúmulos de crédito na cadeia. Iria totalmente de encontro com o que se propõe a reforma tributária, que seria a simplificação. Então, essa proposta do diferimento é essencial para a manutenção, a organização e o andamento do setor elétrico como um todo.

Eu queria também citar duas outras propostas, de forma bem simples. Uma é a questão do hidrogênio verde. Para ficar em linha com o que foi aprovado recentemente por esta Casa

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também no programa de hidrogênio verde, seria essencial também que dentro da lei da reforma tributária fosse previsto que, para aquisições de energia, para produção de hidrogênio verde, IBS e CBS também fossem suspensos, que fosse dada essa desoneração para a produção de hidrogênio na aquisição de energia elétrica. E um outro e último ponto é com relação à ZPE. Seria interessante também que houvesse uma previsão de desoneração para empresas que já estão autorizadas a funcionar como uma ZPE e dando um destaque relevante para a energia elétrica como insumo para essas empresas. Parece que isso aí também vai totalmente ao encontro do que está sendo proposto na reforma tributária.

São esses pontos, Senador, que eu queria deixar, de forma bem simples e sintética, agradecendo mais uma vez.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Marcello.

Passo, agora, então, para o Jesualdo Conceição da Silva, que é o Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários, que está por videoconferência. (*Pausa.*)

Está mudo o seu... O seu está mudo, Jesualdo.

O SR. JESUALDO CONCEIÇÃO DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado.

E me ouve agora?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

O SR. JESUALDO CONCEIÇÃO DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Senador, primeiramente eu gostaria de parabenizá-lo por esta excelente iniciativa. Mais uma vez o Senado, o Congresso Nacional se mostra, de fato, uma verdadeira Casa do debate dos principais temas do setor, especialmente V. Exa., que é uma pessoa da área de infraestrutura.

Eu o cumprimento e, na pessoa de V. Exa., cumprimento também todos os Parlamentares do Congresso Nacional. Na pessoa do amigo Claudio Loureiro, que falou há pouco e está aí à

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesa, eu cumprimento todos os demais participantes desta audiência, quer esteja presencialmente, quer esteja de maneira virtual.

Eu tenho uma apresentação, Senador, e parece que vou fazê-la a partir daqui. Só um minutinho, que eu estou compartilhando.

Está aparecendo aí agora?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

O SR. JESUALDO CONCEIÇÃO DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador.

Então, dando continuidade aqui, meu nome é Jesualdo Silva. Eu falo em nome da Associação Brasileira dos Terminais Portuários, mas, antes, eu gostaria só, rapidamente, de falar da relevância do setor portuário. Eu vou falar com relação à reforma tributária diretamente, aqui, de um tema específico.

O setor portuário é responsável por mais de 95% do fluxo do comércio internacional brasileiro em termos de movimentação, sendo que 100% do nosso agronegócio e também dos líquidos, da nossa exportação de líquidos é feita pelo setor portuário. Em 2023, tivemos uma movimentação de mais ou menos 1,3 bilhão de toneladas. Então, Senador, não canso de falar: o setor portuário é o setor que é responsável, sem dúvida nenhuma, pela soberania nacional.

No Brasil, com essa vasta extensão territorial de área costeira, nós temos cerca de mais de 400 terminais de portuários em toda essa extensão do Brasil para atender esse comércio internacional.

A ABTP (Associação Brasileira dos Terminais Portuários), da qual eu sou o Diretor-Presidente, hoje, representa 97 empresas desse setor. Essas empresas possuem 249 terminais portuários. Nós estamos presentes em 22 estados, os nossos associados têm um impacto no PIB da ordem de 19% e, de toda aquela movimentação portuária, nós somos responsáveis – os associados da ABTP através de seus terminais são responsáveis – por 76% da movimentação.

De início, Senador Izalci, eu gostaria de já manifestar aqui o apoio às falas dos colegas que me precederam, em especial da representante da CNT; do amigo Davi Barreto; do Mário Povia;

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Marco Aurélio, da ABCR; do Fábio Rogério também e, por fim, do Claudio Loureiro. Nós fazemos coro a todas as questões que foram colocadas por eles com relação ao reporto, com relação ao reequilíbrio, mas o assunto que me traz, aqui, tem muito a ver com o que foi falado, recentemente, pelo Claudio Loureiro, com relação à exportação de serviços.

Nós sabemos, Senador, que é um dos pilares dessa reforma tributária desonerar a exportação, para que o custo Brasil seja palatável, para que nós consigamos colocar os nossos produtos, a um custo adequado, no exterior, mantendo, como eu disse, logo no início, a nossa soberania nacional. Mas, diferentemente da mercadoria, que é um bem tangível, porque nós podemos acompanhá-la e saber, de fato, onde ela está, se chegou ao exterior ou não, a prestação de serviço, a exportação de serviço, não é uma coisa, aparentemente, tão simples assim de se ver, mas, obviamente, para o agronegócio sair lá do campo e chegar ao exterior, para onde ele vai, tem toda aquela logística envolvida, e toda essa cadeia precisa ser olhada, com essa desoneração, para não afetar o custo Brasil.

Então, a declaração de que há ou não a exportação de serviço tem a ver muito com o que o legislador pensa. Atualmente, no Brasil, nós temos visões diferentes com relação a esse conceito. O ISS define que o serviço exportado é quando o resultado é verificado no exterior. É uma definição subjetiva e, não é à toa, é cheio de litígios, na justiça, em cima disso, com cada tipo de serviço querendo provar se é ou não exportação de serviço.

No caso do PIS-Cofins, a definição que foi dada é uma definição bastante objetiva que fala o seguinte: serviço é exportado quando o tomador é residente no exterior e o pagamento é realizado com ingresso de divisa. Então, o legislador, quando foi falar sobre PIS-Cofins, a visão dele foi a visão econômica, no fato de entrar divisas para o Brasil. Essa tem tido sucesso, porque é uma interpretação bastante objetiva.

Acontece, Senador, que a reforma tributária, no art. 84, traz um conceito muito parecido com o do ISS. Fala o seguinte: para considerar exportação de serviço por adquirente ou destinatário residente ou domiciliado no exterior, mas, para consumo no exterior...

Como foi muito bem explicado pelo amigo Claudio Loureiro, os serviços, vamos dizer, no caso, o serviço portuário, que é executado, nos portos aqui no Brasil, para pegar as cargas e colocar as cargas no navio – estou falando de uma forma bem objetiva –, obviamente, é feito

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui no Brasil, mas ele só existe e só está sendo feito para atender aquela exportação. Então, esse serviço faz parte da cadeia logística, como outros serviços também correlatos, no caso da navegação de apoio, que vai ter que encostar o navio, a própria praticagem também, que vai ter que levar o navio, conduzi-lo. Então, isso tudo, dessa forma como está sendo redigida no art. 84, volta àquela definição do ISSQN. De fato, a gente já sabe que vai haver um grande nível de litígio com relação a isso.

Nesse caso, Senador, o que acontece? Com aquela interpretação, não há dúvida nenhuma de que esse serviço estará sendo onerado. Hoje, a gente só paga uma taxa de 2% a 5%, em algumas cidades, em alguns portos, em função do ISS, pela forma de interpretação. Permanecendo essa interpretação que está no art. 84, com o IBS e a CBS, nós vamos passar a pagar 26,5%. Então, o que vai ocorrer? Pegando essa gravura do terminal portuário, o serviço é executado, aqui no Brasil, mas, de fato, a carga vai lá para o estrangeiro. Eles é que vão nos pagar.

De fato, vai haver entrada de divisa, esse tomador lá não vai ter o crédito tributário, obviamente, porque o dinheiro está entrando lá fora. O que vai acontecer com isso? Se a gente repassar para ele esse tributo, obviamente ele vai cobrar. Ele vai passar esse tributo para o frete e vai acabar cobrando do agente exportador. E, naqueles casos em que nós não conseguirmos passar, se não conseguirmos passar para esse tomador do serviço, obviamente nós vamos estar passando aqui também para o exportador, para a carga. Então, na realidade, acaba não acontecendo a cumulatividade, e, de fato, a gente, ao invés de exportar serviço, está exportando tributos. Essa é a realidade.

Então, a proposta, Senador... Existe uma emenda do Deputado Beto Martins que vai justamente nesse art. 84, no inciso III: além de transporte, ele acrescenta a movimentação, a armazenagem e a logística dessa carga. Com isso, ele consegue pegar toda a operação portuária. E colocou também um inciso IV, que traz de volta aquele conceito do PIS-Cofins. Uma alternativa, caso haja dificuldade na permanência desse inciso IV, uma alternativa seria a gente... Há também a possibilidade de trabalhar numa alteração em que o inciso III e o IV a gente fundiria num só e criaria esse art. 3º – transporte e suas atividades auxiliares –, que aí pega toda a questão de agenciamento, pega toda essa questão de rebocadores, pega toda essa questão de praticagem e outros temas aí que foram muito bem falados pelo colega Claudio Loureiro.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador, a colocação aí da ABTP para este momento, em nome do setor portuário, é bastante objetiva: fazer com que esses serviços que hoje já são reconhecidos como serviços exportados, serviços que são desonerados porque estão diretamente ligados às exportações... A gente precisa alterar esse art. 84 para que esse entendimento hoje, que vai ao encontro dos pilares da reforma tributária, seja mantido.

Agradeço, Senador, mais uma vez, o espaço, e eram essas as considerações aqui da ABTP pelo setor portuário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Jesualdo.

Registro aqui a presença da Senadora Damares.

O próximo expositor agora é o Matheus Rocca dos Santos, que é assessor da Sert, do Ministério da Fazenda.

Matheus, é muito interessante a sua participação por último, e eu gostaria até que você participasse de todas as reuniões, de todas as audiências, para que você possa esclarecer, talvez, para os nossos expositores algumas dúvidas.

Bem, eu não sei, você deve ter assistido a toda a audiência, mas ficou muito clara aqui a questão do saneamento, que ficou de fora. Não tem sentido aumentar imposto de água e luz, pelo menos no meu entendimento, mas é importante falar sobre o saneamento. Quanto à questão do transporte aéreo, navegação e gasoduto, a lei não trata do transporte de gasoduto, trata como se fosse de transporte rodoviário. É muito importante. A questão do equilíbrio dos contratos também foi muito colocada aqui. Não adianta ter prazo se não tiver consequência nenhuma. Nós temos que botar alguma coisa que garanta que esse prazo será cumprido, sob pena de ter que reajustar os preços, independentemente da posição do ministério. E, ainda, se puder esclarecer também esse transporte de valores, porque, realmente, acho que dá para você explicar um pouquinho com relação a... Ele diz que a maioria dos serviços, que hoje pagam 5,65, vão pagar 27, 28. Se você puder explicar isso, principalmente com relação à retenção, porque é quase 16% de retenção que existe hoje na nota fiscal.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, eu vou até aproveitar e já vou ler rapidamente algumas perguntas. Se você também puder abordar algumas e responder, seria ótimo, as perguntas aqui dos internautas.

O Gustavo, lá do Pará: "Os serviços de saneamento básico são considerados essenciais. Logo, a reforma tributária prevê alíquotas mais baixas para esse setor?". Uma pergunta que ele faz. Muito pelo contrário, está aumentando.

Eliane, de São Paulo: "Com o peso da carga tributária, o desenvolvimento e a manutenção de serviços essenciais pode entrar em algum tipo de colapso?".

A Renata, de Minas Gerais: "Como será a transição do IBS e a sua implementação como imposto único? Qual será o impacto para o contribuinte brasileiro?".

Daniel, de Santa Catarina: "Já é possível mensurar se a redução do custo Brasil atualmente existente compensará o aumento da carga tributária desenhada?".

E o Marcone, do Pará: "Quais são os benefícios fiscais que podem contribuir para que haja incentivo de investimentos na infraestrutura brasileira?".

E o Rene, de São Paulo: "Por que não reduzir tributos de veículos elétricos para substituir uma frota poluidora, incentivando o investimento em transporte e energia?".

E a Gabriela, de Minas Gerais: "De que maneira a reforma tributária pode influenciar a atração de investimentos privados para o setor de infraestrutura?".

Jonathan, de Rondônia: "[Considerando os impactos previstos,] como o Governo planeja gerar empregos para os técnicos industriais no setor de infraestrutura [...]?".

O Takechi, de São Paulo: "Como a reforma tributária impactará os modelos de financiamento da infraestrutura e quais serão os efeitos na eficiência do desenvolvimento?".

Narciso, do Piauí: "Quais medidas da reforma podem assegurar que os recursos [...] [serão destinados] à infraestrutura prioritária e à proteção da população vulnerável?".

O Allan, do Rio de Janeiro: "Como a reforma tributária afetará o desenvolvimento e a manutenção da infraestrutura de transporte, energia e saneamento no Brasil?".

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Edison, do Rio Grande do Norte: "Qual é o impacto esperado da reforma tributária sobre a capacidade dos estados e dos municípios de realizar investimento em infraestrutura?".

É contigo, Matheus. Está mudo o seu celular... O.k.

O SR. MATHEUS ROCCA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Está me ouvindo agora?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k. Está bom.

O SR. MATHEUS ROCCA (*Por videoconferência*.) – Boa tarde. Agradeço a oportunidade, Senador Izalci. Cumprimento todos os presentes na figura do Senador e agradeço essa possibilidade também de vir por último, porque aí a gente consegue ouvir melhor todos os pleitos, todas as explicações. Parabenizo todos os expositores que vieram antes de mim.

Eu preparei uma apresentação, só para não fugir muito do roteiro e do meu tempo. Vou compartilhar aqui e depois eu posso partir para as perguntas que o senhor fez. (*Pausa.*)

Estão vendo minha tela?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ainda não.

O.k.

O SR. MATHEUS ROCCA (*Por videoconferência*.) – Bom, só dando um contexto geral de como foram elaborados os projetos de lei complementar: o PLP 68 já foi aprovado na Câmara e o 108 ainda está em aprovação. Como a emenda constitucional determinou que seriam de iniciativa do Poder Executivo os projetos de lei complementar que instituiriam IBS/CBS e o imposto seletivo, a forma mais federativa que se encontrou de fazer isso foi por meio de um programa de assessoramento da implementação da reforma tributária em que participaram diversos servidores tanto da União quanto dos estados e dos municípios. Então, acho que o contexto geral que eu quero passar aqui é que esse não é um projeto só da União, e isso é extremamente relevante para o tema que eu vou trazer hoje, que é o do reequilíbrio de contratos administrativos, que, como foi muito bem exposto aqui pelos outros palestrantes, envolve todos os setores regulados da infraestrutura, de concessões da União, dos estados e dos municípios. Então, a abrangência aqui foi realmente muito grande e foi realmente muito importante essa participação de servidores de todos os entes federativos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu trago um eslaide só para demonstrar visualmente como vai ser feita essa transição do IBS e da CBS. Então, a gente pode ver aqui a partir de 2026, que é um período de teste já da CBS, e a partir de 2027, que é a extinção plena do PIS-Cofins e cobrança da CBS. Então, para todos os fins, 2027 vai ser o ano-chave de mudança de um regime tributário que hoje é composto por PIS-Cofins, ICMS, ISS e IPI para um regime que vai unificar esses tributos em IBS e CBS. A partir de 2029, tem um aumento gradual das alíquotas de IBS e uma redução gradual das alíquotas de ICMS e ISS. E a gente chega ali, a partir de 2033, na vigência plena.

Bom, foi nesta Casa, no Senado, que se viu a necessidade de incluir, no projeto de emenda constitucional, que a lei complementar que instituísse IBS e CBS preveria instrumentos de ajustes em contratos firmados anteriormente às leis que instituíssem esses tributos, chamando a atenção para, inclusive, concessões públicas. Não é sem razão, porque, justamente nesses contratos administrativos, há essa regulamentação do setor, é uma carga tributária indireta que já é considerada tanto na determinação das margens da tarifa e dos preços que são cobrados pela população.

As leis infraconstitucionais, como já foi bem colocado aqui pelos expositores, já garantem esse reequilíbrio na alteração de carga tributária quando não decorrente de Imposto de Renda. O que acontece muitas vezes é realmente uma demora nesse processo de reequilíbrio, porque o reequilíbrio não decorre somente de alteração da carga tributária, mas de qualquer tipo de modificação no cenário fático que possa resultar em um desequilíbrio econômico-financeiro. Então, num processo ordinário de reequilíbrio econômico-financeiro, são diversos temas e fatores que são analisados e não só o tributário.

Os contratos privados não foram incluídos nesse regime de ajustes para o reequilíbrio econômico-financeiro justamente porque decorrem mais da autonomia de vontade das partes e não se chegou a um consenso de uma solução que se aplicaria para todos os contratos. Então, tem contratos com um regramento muito específico, por exemplo, locação, todos os contratos com consumidor, e não faria sentido prever uma regra expressa simplesmente alocando no preço do contrato, para uma ou para outra parte ou dividindo no meio, qualquer alteração na carga tributária. Então, isso realmente fica ali na autonomia da vontade das partes.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os demais expositores já, acho, resumiram bem qual foi o instrumento encontrado no PLP para endereçar essa questão do desequilíbrio. Então, é feito um pedido prioritário específico para tratar da reforma tributária.

E aqui eu quero comentar alguns ajustes que a Câmara fez que aperfeiçoaram o texto. O primeiro deles é que, havendo uma redução da carga tributária, que é o que vai acontecer para alguns setores, esse processo de reequilíbrio é feito de ofício pela administração pública, mas sempre é assegurada a manifestação das concessionárias. Nem poderia ser diferente, pois o poder público não poderia simplesmente impor um aumento sem a oitiva das partes. Então, isso foi muito bem-vindo no texto que saiu da Câmara dos Deputados, para assegurar que esse procedimento de ofício vai ter uma manifestação das contratadas.

Partindo agora ao cenário de aumento de carga, que eu acho que é o mais preocupante aqui da nossa reunião, como eu disse, vai ser um pedido prioritário específico, então desvinculado de outros tipos de fatores que poderiam causar um desequilíbrio econômico-financeiro. E a Câmara introduziu a possibilidade de implementação provisória desse reequilíbrio, de endereçar provisoriamente esse reequilíbrio, um pouco na linha do que os expositores já comentaram, mas sem garantir um reequilíbrio cautelar 100% em favor das contratadas. Esse tema foi muito debatido no âmbito do PAT-RTC com os profissionais da União, dos estados e dos municípios. A Sert teve uma função de gerenciar, de conciliar ali os interesses, e não se chegou a um consenso de permitir um ajuste cautelar que já conferisse 100% do pedido de reequilíbrio para as contratadas, sem a manifestação firme da administração pública. A gente sabe que há setores que sofrem com essa morosidade no processo de desequilíbrio, mas também não se chegou a um meio-termo de permitir ainda que uma parte do reequilíbrio de forma cautelar... por diversas questões práticas.

Uma questão prática que se discutiu foi que eventual cobrança a maior do reequilíbrio, que seria proposto por uma contratada, não seria automaticamente restituída para a população que usa aquele serviço público. Dando um exemplo básico de pedágio, quem passou num pedágio e teve um acréscimo na tarifa do pedágio em razão do reequilíbrio econômico-financeiro não necessariamente seria restituído por isso. Então, esse foi um ponto que foi muito debatido no PAT-RTC.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outro ponto foi também que não há um exemplo de cautelar administrativa em que a administração pública simplesmente não tem manifestação alguma. Ela sempre parte da manifestação de a administração pública permitir esse reequilíbrio, essa cautelar. E teria, então, o risco de essa cautelar não ser, enfim, definitivamente calculada depois.

E, por fim, sobre o último ponto que entrou na Câmara dos Deputados, que foi esse requisito de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, aqui na Sert a gente concorda que não faz sentido exigir esse requisito para o pedido de reequilíbrio, justamente porque a ideia é que seja um pedido mais simples e voltado unicamente para a reforma tributária. Então, nesse ponto, tem acho que total concordância aqui da secretaria em relação à supressão desses parágrafos, §§6º e 7º do 376.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Matheus, sem querer te interromper já interrompendo, é evidente que não chegaram a um acordo, mas nós vamos ter que decidir isso aqui, não é? Existe o prazo de 90 dias previsto, mas não está condicionado e nem tem penalidade nenhuma se não acontecer. Nós vimos aqui um exemplo de que estão aguardando há 12 anos aqui o equilíbrio; quer dizer, a gente precisa ter uma redação que possa atender e dar segurança jurídica para os novos investimentos.

O SR. MATHEUS ROCCA (*Por videoconferência*.) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, é só para alertá-los de que a gente precisa buscar um entendimento com relação a isso, já que tirar essa questão trabalhista já é consenso. Nós vamos trabalhar para retirar, não é?

O SR. MATHEUS ROCCA (*Por videoconferência*.) – Se eu puder fazer mais um comentário só sobre a cautelar...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, você tem todo o tempo do mundo aqui hoje. Nós vamos lhe dar um tempo suficiente para responder a tudo. (*Risos.*)

O SR. MATHEUS ROCCA (*Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Izalci.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que um comentário que é cabível nessa parte da cautelar é o seguinte: essa inversão do ônus de um setor que é regulado, dos preços regulados por um motivo, justamente também em atendimento ao princípio da modicidade tarifária, não é sem razão. Então, acho que a gente consegue chegar a um meio termo de implementação da cautelar, mas que ainda não seja 100% do solicitado. Essa é uma opinião pessoal minha, não necessariamente do Ministério da Fazenda, porque a gente também não pode fazer cortesia com o chapéu alheio dos estados e dos municípios.

Mas uma coisa que não pode ser jogada fora foi conseguir colocar esse prazo, ainda que impróprio, na legislação, porque o que a gente percebe é que muitas agências, muitos municípios... Às vezes, nem sempre as agências... Às vezes, as agências querem dar o reequilíbrio, mas simplesmente, por questão orçamentária, por questão política, não conseguem implementar. Então, colocar um prazo na lei já é algo que não existe hoje e que não deve ser visto como pouca vitória, porque hoje não existe esse prazo. Então, às vezes, a concessionária se vê obrigada a ingressar no Judiciário, e o Judiciário simplesmente se omite de conferir esse reequilíbrio, de endereçar esse reequilíbrio, porque não há um prazo também na própria legislação. Seria uma questão de ato administrativo discricionário, e o Judiciário nem sempre quer se meter ali na administração pública. Então, esse prazo, ainda que não tenha uma consequência prevista de cautelar, já é uma vitória. Eu considero que já é uma vitória. E foi reduzido na Câmara dos Deputados, era um prazo inicial de 120 dias, prorrogável por mais 120 se precisasse de documentação suplementar, e agora tem um prazo de 90 dias, prorrogável também por 90 dias.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

Matheus, você pode falar alguma coisa sobre a questão do serviço de exportação?

O SR. MATHEUS ROCCA (*Por videoconferência.*) – Esse ponto do serviço de exportação já foi trazido aqui para a secretaria. Eu não estou cuidando pessoalmente desse ponto, mas o que eu posso dizer é que a gente está trabalhando em ajustes no texto. Obviamente, agora a bola está com o Senado, mas a gente presta a nossa assessoria técnica para chegar a um texto que permita essa desoneração da exportação, independentemente de quem é o contratante, porque hoje realmente exige uma contratação diretamente do exterior e a gente sabe que não é isso

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que acontece na prática. Então, acho que, em termos práticos, esse tema já tem sido trabalhado aqui internamente no Ministério para propor uma solução ao Senado.

Se eu puder falar um pouquinho também do pleito do setor elétrico, que foi repetidamente feito aqui...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pois não.

O SR. MATHEUS ROCCA (*Por videoconferência.*) – A gente está em discussão com o setor também. A gente entende que infelizmente não dá para carimbar os elétrons e acompanhar qual elétron está sendo comercializado, não é assim que funciona no mundo real. Então, a gente já está em discussão com o setor para chegar a um texto que seja razoável aqui ao setor de energia elétrica, que é altamente complexo, que envolve geração, transmissão, comercialização, distribuição. Acho que já temos algumas agendas marcadas com as associações e com o corpo técnico também que tem assessorado essas associações, e esse é um tema que, com certeza, vai ser aperfeiçoado no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, já que você falou em energia, tem a questão também do transporte do gasoduto, que é uma coisa diferenciada do transporte rodoviário. Então também é uma demanda que foi falada aqui que merece uma atenção aí de vocês, não é?

O SR. MATHEUS ROCCA (*Por videoconferência.*) – Sim, eu até já pedi licença para marcar uma agenda com a Marina Cyrino, que foi a representante da ATGás, eu anotei aqui os pontos que ela trouxe. A gente tem trabalhado também nesta questão do destino para o setor de energia elétrica e também de saneamento, e é muito importante a gente ter esse *input* do setor, para chegar a um texto que seja aplicável na prática, não é? Como do mesmo jeito que na transmissão de energia elétrica não há exatamente uma contratação direta da energia elétrica que é transmitida na rede básica no Sistema Interligado Nacional, no setor de gás e no de gás encanado principalmente há também essa particularidade. E a gente vai entrar em contato aqui com a Marina Cyrino para marcar uma reunião para tratar especificamente disso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Matheus, tem como você explicar um pouquinho sobre essa questão do transporte de valores que ele disse aqui, de que a maioria dos serviços, que hoje paga PIS-Cofins, 5,65%, agora vai para 27%, 28%, e tem uma retenção de 16%, com relação aos 11% mais Imposto de Renda. É só para o pessoal entender um pouco melhor isso, esse impacto disso, não?

O SR. MATHEUS ROCCA (*Por videoconferência*.) – Sim, a gente teve uma reunião, acho que antes da aprovação na Câmara ainda, sobre esse ponto, e esse ponto não surgiu ainda no projeto de lei complementar porque talvez não seja uma questão do projeto de lei complementar para ser endereçada aqui, já que se trata da retenção de contribuição previdenciária. Mas eu acho que faz todo o sentido poder excluir da base da retenção o valor de IBS e CBS, como é o pleito do setor. Acho que a gente pode marcar mais uma agenda para discutir esse tema e verificar qual é o caminho mais adequado – e talvez não seja na lei complementar, e sim nas outras leis.

Mas eu me ponho à disposição aqui também da Fenavist.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

Matheus, na próxima terça-feira, às 10h, e no dia 25, na quarta-feira à tarde, nós vamos falar sobre regimes diferenciados e específicos, não é? Então é muito importante você ou outra pessoa da Sert participar conosco, para poder exatamente esclarecer um pouco melhor aqui para nós. Se for possível, já agendar, viu?

O SR. MATHEUS ROCCA (*Por videoconferência*.) – Com certeza, a Sert fica à disposição.

O regime específico foi dividido aqui em diversos responsáveis, mas a gente consegue aqui na pauta pegar quem são os responsáveis de cada setor e dar aqui os esclarecimentos necessários.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

E, aproveitando também, na equipe aqui de assessoria, os consultores aqui do grupo de trabalho, a ideia agora é a gente pegar cada audiência e se sentar aí com a Sert, para vocês verem o que dá para a gente chegar num consenso e a gente já ir acertando as emendas que nós vamos apresentar no nosso relatório. Então seria interessante organizar isso também.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu tenho até um comunicado aqui aos Parlamentares.

O grupo de trabalho da reforma tributária na CAE tem sido muito procurado pelos Senadores e Senadoras, que vêm demonstrando suas preocupações com o futuro do sistema tributário brasileiro em razão das discussões em torno do PLP 68, de 2024. Os Parlamentares têm manifestado a intenção de contribuir de maneira efetiva e concreta com os importantes debates promovidos nas dezenas de audiências públicas promovidas pelo grupo de trabalho.

Sensíveis ao pleito dos nobres Senadores e Senadoras e cientes do nosso desafio de coordenar as discussões e conclusões deste Colegiado, em tão boa hora, comunicamos, por iniciativa do Presidente da Comissão, o Senador Vanderlan, que está aberto então o prazo de envio das contribuições e aprimoramento pelos nobres Parlamentares. A fim de otimizarmos o processo, nós solicitamos que seja enviado um *e-mail* à Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos, por meio do endereço eletrônico cae@senado.leg.br, com o assunto "aprimoramentos ao PLP-68 - reforma tributária".

As contribuições das Senadores e Senadores serão remetidas à coordenação do GT para a elaboração do relatório final do grupo de trabalho da reforma tributária da CAE.

Por fim, comunicamos que o prazo de encaminhamento das prioridades dos nobres Parlamentares está aberto a partir de hoje, dia 18 de setembro, até o próximo dia 10 de outubro.

Antes de encerrar, também gostaria de lembrar a todos que, no próximo dia 24 de setembro, terça-feira, às dez horas, e, no dia 25 de setembro, quarta-feira, às 14 horas, nós vamos debater os regimes diferenciados e específicos.

Esses são os nossos comunicados.

Bem, eu só vou perguntar se há algum dos expositores que quer fazer alguma consideração final. A gente dá um minutinho aí só para...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Vou passar para a nossa querida Senadora Damares.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode ser à Senadora mais bonita do Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Isso.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Como sempre eu quero agradecer a participação dos expositores. Quero pedir desculpas por não ter chegado a tempo, eu estava num voo, vindo de Imperatriz, atrasou um pouco, mas a minha assessoria estava acompanhando todas as anotações. E eu vou ter dever de casa e assistir vocês hoje à noite. É isso que a gente faz: a gente, quando não consegue acompanhar daqui, a gente faz isso de casa.

E lembrando, senhores, que esta audiência fica gravada, as apresentações, à disposição de toda a população brasileira.

E acreditem, senhores, essas reuniões estão tendo uma repercussão enorme no Brasil. Eu estive viajando ontem, final de semana, por onde eu passo, eu encontro alguém de um dos segmentos que já se sentou ali na mesa. E como eles estão felizes com essa oportunidade de fazer o debate... Tudo que está sendo dito está sendo muito, muito bem recebido pelo grupo de trabalho. Nós temos uma equipe técnica, gente.

E me permitam fazer aqui os elogios aos consultores do Senado Federal. Os consultores do Senado Federal são os melhores do mundo. Desculpem-me, mas são os melhores do mundo. E nós temos também, em nossos gabinetes pessoais, pessoas muito preparadas. Então, tudo o que está sendo dito aqui não é apenas para cumprir tabela não, gente. Está sendo muito, muito absorvido por todos nós. Esse grupo de trabalho vai apresentar um relatório. Eu tenho certeza de que será ouvido. Nós seremos ouvidos, sim, com certeza.

E aqui, agradecimentos a cada um de vocês que falou. Eu tenho certeza de que os estudantes de Direito Tributário estão acompanhando essas audiências. Vocês viram que as perguntas vieram do Brasil inteiro ali, quando o Senador leu, cada exposição. O Izalci é muito bravo, ele deixa ali os cinco minutinhos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu desconsiderei e dei três minutos a mais para o senhor, está? Eu sou boazinha. Da primeira vez eu vou para lá.

Mas cada apresentação é uma aula de Direito para nós. Cada apresentação dos senhores nos inquieta. Então, assim, muito, muito obrigada.

Eu gostaria muito de só fazer um pedido ao menino bonito do Governo. O Governo manda uns meninos bonitos para falar aqui, falam bonito, são bonitos de aparência, mas, assim, não nos encanta só a beleza deles não, a gente quer mais, a gente quer respostas. E aí eu sugeri a um menino do Governo... Eu os chamo de publicanos, a Bíblia os chama de publicanos, eu acho interessante e eles estão sendo muito acessíveis, estou brincando com eles, mas, se eu fosse Governo eu também colocaria os mais bonitos aqui para virem falar. Mas seria interessante... Eles têm sido muito acessíveis, têm nos ouvido muito, eu tenho problemas com equipe econômica, tenho, quem trabalhou na área social, quem foi ministro da área social, nosso maior problema sempre é a equipe econômica, mas tenho problemas com eles há muitos anos, muito antes de ser ministra, mas o corpo técnico do Governo é muito bom.

Então se eles pudessem estar presencialmente... Porque tem toda uma interação aqui. Este finalzinho de audiência, poder sentar ali, ouvir, fazer uma pergunta, seria interessante. Eu sei que eles estão cheios de serviço lá, mas, se eles pudessem vir presencialmente, seria muito bom, muito bom. Obrigada pelas respostas. A gente quer mais respostas, mas a presença deles aqui acho que tem um efeito muito maior.

Então, Presidente Izalci, mais uma vez, parabéns pelo seu trabalho, pela forma como está conduzindo tudo isso. Aos expositores, mais uma vez, muito obrigada por estarem colaborando com este grupo de trabalho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Senadora.

Rapidamente, algumas perguntas que foram feitas e não foram respondidas.

A Gabriela, de Minas: "De que maneira a reforma tributária pode influenciar a atração de investimentos privados para o setor de infraestrutura?". Vai depender da reforma da segurança jurídica, como foi dito aqui, e da desoneração, principalmente desses setores.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Como o governo planeja gerar empregos para os técnicos industriais no setor de infraestrutura, considerando os impactos previstos?". Quanto melhor a reforma, mais investimentos, consequentemente, mais empregos.

"Como a reforma tributária impactará os modelos de financiamento da infraestrutura e quais serão os efeitos na eficiência do desenvolvimento?", Takechi, de São Paulo. É o que nós estamos fazendo aqui, aperfeiçoando exatamente para dar condições de segurança para que haja mais investimento.

Narcizo, do Piauí: "Quais medidas na reforma tributária podem assegurar que recursos vão para infraestrutura prioritária e protejam a população vulnerável?". É o que nós estamos concertando aqui, tentando, principalmente com relação ao saneamento. Não dá para aumentar... O aumento do saneamento, pelo documento que recebi aqui, o impacto é muito alto no saneamento, água e esgoto. Então não tem sentido isso.

Allan, do Rio de Janeiro: "Como a reforma tributária afetará o desenvolvimento e a manutenção da infraestrutura de transporte, energia e saneamento no Brasil?". Estamos exatamente tentando amenizar a situação do texto para melhorar, para diminuir realmente essa insegurança e esse aumento de carga tributária que está acontecendo.

Gustavo, do Pará: "Os serviços de saneamento básico são considerados essenciais. Logo, a reforma tributária prevê alíquotas mais baixas para esse setor?". É o que a gente quer fazer, mas, na prática, o que está no texto faz aumentar o imposto. A gente precisa corrigir isso.

Eliane, de São Paulo: "Com peso da carga tributária o desenvolvimento e a manutenção de serviços essenciais podem entrar em algum tipo de colapso?". Sim, se aumentar muito a carga, vai reduzir investimento; reduzindo investimento, diminui emprego e também pode dar mais problemas.

Renata, Minas Gerais: "Como será a transição do IBS e a sua implantação como imposto único? Qual será o impacto para o contribuinte brasileiro?". Bem, não haverá imposto único. O IBS será de forma gradual, até 2033, de forma parcelada.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daniel, de Santa Catarina: "Já é possível mensurar se a redução do custo Brasil atualmente existente compensará o aumento da carga tributária desenhada?". Por enquanto, ainda não se reduz o custo Brasil. Espero que no final a gente consiga reduzir a burocracia e o custo.

Marcone, do Pará: "Quais são os benefícios fiscais que podem contribuir para que haja incentivo de investimentos na infraestrutura brasileira?". Exatamente o que foi colocado aqui, hoje: redução da carga, segurança jurídica, simplificação, tudo isso.

Edson, do Rio Grande do Norte: "Qual é o impacto esperado da reforma tributária sobre a capacidade dos estados e municípios de realizar investimentos em infraestrutura?". Bem, foi visto aqui que a maioria dos investimentos são iniciativa privada. Então, espero que os estados possam aumentar investimento com a desoneração da carga.

Eu vou passar, então, rapidamente para aqueles que quiserem fazer alguma consideração, para a gente poder, então, encerrar em função da Ordem do Dia.

Alessandra, alguma consideração?

A SRA. ALESSANDRA BRANDÃO (Para expor. *Fora do microfone.*) – Não só quero agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado pela presença.

Davi. (*Pausa.*)

Davi. Cadê o Davi? (*Pausa.*)

Está bom, está satisfeito. Está todo mundo satisfeito aqui.

O Mário Povia, do IBI. (*Pausa.*)

O.k.

Marco Aurélio. (*Pausa.*)

Márcio Roberto. (*Pausa.*)

O.k.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fábio Rogério. (*Pausa.*)

Alexandre Lopes.

O SR. ALEXANDRE LOPES (Para expor. *Fora do microfone*.) – Só quero agradecer, Senador, a gente está conversando com a Sert...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Christianne, Christianne Dias. (*Pausa.*)

Renata Menescal. (*Pausa.*)

Tranquilo?

Daniella Martins.

A SRA. DANIELA MARTINS (Para expor.) – Senador, só para agradecer e só um registro. O senhor fez menção agora ao final, sobre as cargas que estão se elevando, mas também é importante destacar as cargas que já são muito altas, que precisam desse olhar especial neste momento, para a gente conseguir ter uma evolução, mas muito obrigada pela iniciativa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Daniela.

Claudio Loureiro.

O SR. CLAUDIO LOUREIRO DE SOUZA (Para expor. *Fora do microfone*.) – Quero agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k., Claudio.

Marina. (*Pausa.*)

O.k., Marina? Já marcou também a reunião, não é? (*Risos.*)

Eurípedes.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EURIPEDES ABUD (Para expor.) – Senador, nosso agradecimento. E só lembrando que somos intensivos empregadores de mão de obra de baixíssima remuneração. Nosso aumento de carga vai ser violento. As nossas três propostas são no sentido de a gente conseguir repassar essa carga de maneira mais simples e objetiva. E as propostas nossas acabam beneficiando e atendendo nessa legabilidade e objetividade a todos os segmentos que estão aqui. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Marcello Cabral.

O SR. MARCELLO CABRAL (Para expor. *Fora do microfone*.) – Só quero agradecer ao senhor, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bacana.

Jesualdo, alguma consideração? Não?

O SR. JESUALDO CONCEIÇÃO DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Não, muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

Matheus, queremos agradecer à Senadora Damares, que o achou muito lindo – não é, Damares? (*Risos.*)

O SR. MATHEUS ROCCA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado pelas palavras. E a Sert se mantém à disposição. E agradeço o espaço, ainda aqui virtualmente, para contribuir um pouco com esse debate muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Matheus.

Bem, nada mais havendo a tratar, então agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta audiência. Obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 27 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5978966652

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia quatorze de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Damares Alves, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Leila Barros, Izalci Lucas, Alan Rick, Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Fernando Dueire, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Fabiano Contarato e Dr. Hiran, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Ana Paula Lobato, Romário, Eduardo Girão, Wilder Morais e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 2840, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera o § 3º do art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e insere o art. 71-D na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a licença-maternidade e o salário-maternidade, em caso de parto antecipado." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3489, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para agravar as penas dos crimes de peculato, concussão, corrupção passiva e corrupção ativa, quando a conduta tiver impacto sobre ações de enfrentamento de pandemia ou epidemia, enquanto esta perdurar." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5331, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a produção nacional de medicamentos e de insumos farmacêuticos ativos estratégicos para o tratamento de doenças negligenciadas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAE (de redação), 2-CAE (de redação) e uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAE-CAS (de redação), 2-CAE-CAS (de redação) e 3-CAS (de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redação). **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5653, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de parâmetros internacionais nas pesquisas de emprego e desemprego." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 807, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para que se inclua na Carteira Nacional de Habilitação informações a respeito do tipo sanguíneo e do fator Rh do condutor de veículo automotor." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 6202, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Médico Ultrassonografista." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1088, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui o mês de conscientização sobre doenças inflamatórias intestinais – doença de Crohn e retocolite ulcerativa –, denominado “Maio Roxo”." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 8 - Projeto de Lei Complementar n° 2, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, para dispor sobre o enquadramento dos startups, mecanismos de fomento à inovação e de estímulo à performance em startups, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora para reexame. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 570, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta inciso ao art. 97 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e ao art. 473 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), para determinar a concessão, ao servidor ou ao empregado, de abono do dia em que comprovar a vacinação de filho ou dependente menor." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora para reexame. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 5302, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para assegurar a proteção aos créditos trabalhistas na falência ou recuperação judicial." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 598, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.131, de 30 de março de 2021, para dispor sobre acréscimo de 5% (cinco por cento) ao percentual máximo para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento até 31 de dezembro de 2022." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 70, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater Políticas Públicas de Prevenção e Combate às Doenças Cardiovasculares, em comemoração ao Mês de Setembro." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 79, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a problemática dos jogos de azar na visão social." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/14

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada. E será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente: correspondência eletrônica do Conselho Nacional do Trabalho, a qual encaminha relatório da Comissão de Peritos da Organização Internacional do Trabalho sobre a aplicação dos convênios e recomendações para o Brasil em 2024.

O expediente se encontra à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação das Senadoras e dos Senadores, a fim de que seja analisado pelo Colegiado.

Caso não haja manifestação, o documento será arquivado ao final do prazo.

A presente reunião se destina à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de as Senadoras e os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, tanto nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que os itens 7, 8 e 9; e Projetos de Lei 1.088, de 2024; 2, de 2022; e 570, de 2024, foram retirados de pauta a pedido dos Relatores, Senador Marcelo Castro e Senadora Ana Paula Lobato.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1088, DE 2024

- Terminativo -

Institui o mês de conscientização sobre doenças inflamatórias intestinais – doença de Crohn e retocolite ulcerativa –, denominado "Maio Roxo".

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 8

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 2, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, para dispor sobre o enquadramento dos startups, mecanismos de fomento à inovação e de estímulo à performance em startups, e dá outras providências.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 570, DE 2024

- Não terminativo -

Acrescenta inciso ao art. 97 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e ao art. 473 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), para determinar a concessão, ao servidor ou ao empregado, de abono do dia em que comprovar a vacinação de filho ou dependente menor.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

1- A matéria consta da pauta desde a reunião de 07/08/2024.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

Senador Paulo Paim, se desejar fazer uso da palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Rapidamente, Senador Humberto Costa, Presidente da nossa Comissão de Assuntos Sociais.

Eu cheguei aqui 10h20, perguntava por V. Exa., e foi-me dito de imediato: "Ele está vindo, 10h30 ele está aqui." E 10h30 o senhor estava aqui para abrir a sessão. A sua assessoria me informava, nesse período, que V. Exa. estava numa sessão da Câmara dos Deputados, em homenagem ao inesquecível e querido Eduardo Campos, que foi um líder nacional da mais alta qualidade, com compromisso com a justiça, com a liberdade, com a democracia, com os direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanos, com o social. Era um daqueles homens que a gente pode dizer que fazia o bem sem olhar a quem.

V. Exa. estava nos representando lá. Eu diria representando, inclusive, o próprio Senado, sendo Presidente desta Comissão tão importante.

Fica aqui a minha solidariedade à família. É uma perda inesquecível do Brasil, que completou dez anos no dia de hoje, e a Câmara faz uma justa homenagem.

Então, cumprimento V. Exa. por ter estado lá. E fica aqui um abraço carinhoso, respeitoso a todos os familiares, ao próprio PSB. O Eduardo Campos, que se apresentava inclusive como um dos candidatos à Presidência da República, e tenho certeza de que ele seria muito bem votado.

Então, um abraço à família. E parabenizo V. Exa. por ter representado o Senado naquele evento.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Agradeço a V. Exa. pelas palavras generosas em relação a esse grande pernambucano que nós perdemos há dez anos. Como V. Exa. disse, eu estive lá na sessão de homenagem na Câmara dos Deputados, e estamos aqui para a retomada dos nossos trabalhos.

Pois bem, o item 1 da pauta é o turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.840, de 2022, que tem caráter terminativo.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR AO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI Nº 2840, DE 2022

- Terminativo -

Altera o § 3º do art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e insere o art. 71-D na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a licença-maternidade e o salário-maternidade, em caso de parto antecipado.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório:

Observações:

1- Em 07/08/2024, foi aprovado o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2840, de 2022, ora submetido a turno suplementar nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

2- Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

3- Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Portanto, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não há vendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

O Item 2 da pauta é um projeto do qual eu sou Relator.

Eu queria pedir à Senadora Damares Alves que pudesse assumir temporariamente aqui a Presidência dos nossos trabalhos para que eu possa fazer o relatório. (*Pausa.*)

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3489, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para agravar as penas dos crimes de peculato, concussão, corrupção passiva e corrupção ativa, quando a conduta tiver impacto sobre ações de enfrentamento de pandemia ou epidemia, enquanto esta perdurar.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Relatório.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 3.489, de 2023, do Senador Astronauta Marcos Pontes, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para agravar as penas dos crimes de peculato, concussão, corrupção passiva e corrupção ativa, quando a conduta tiver impacto sobre ações de enfrentamento de pandemia ou epidemia, enquanto esta perdurar.

O art. 1º do PL, mediante modificação nos arts. 312, 316, 317 e 333 do Código Penal, cria quatro figuras qualificadas, respectivamente, para os crimes de peculato, concussão, corrupção passiva e corrupção ativa. Todas as novas figuras típicas são punidas com pena de reclusão, de dez a 20 anos e multa.

O art. 2º prevê vigência imediata da lei.

Em sua justificação, o autor do PL menciona as enormes dificuldades enfrentadas pelos governos durante a pandemia global de covid-19 e defende a necessidade de uma punição mais rigorosa para os agentes públicos e privados que participem de atos de corrupção e desvio de verbas públicas destinadas ao enfrentamento das mazelas decorrentes de epidemias e pandemias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não foram oferecidas emendas nesta Comissão no prazo regimental.

Análise.

A Comissão de Assuntos Sociais possui competência para analisar a matéria, por se tratar de tema ligado à proteção e defesa da saúde, nos termos do art. 100, II, do Regimento Interno desta Casa.

Quanto ao mérito, a medida proposta é, mais do que conveniente, imprescindível para reforçar a tutela penal das verbas públicas destinadas ao enfrentamento de problemas gravíssimos de saúde pública, como é o caso das epidemias e pandemias.

Não há dúvida acerca da reprovabilidade e, consequentemente, do maior merecimento de pena do agente que desvia verbas públicas durante uma pandemia ou epidemia, momento em que a aplicação efetiva e eficiente das verbas públicas para o seu combate pode ser o fator decisivo para a vida ou a morte de milhões de pessoas.

Em um país continental como o Brasil, onde dezenas de milhões de pessoas dependem dos serviços públicos de saúde, os atos de corrupção e desvio de verbas destinadas ao enfrentamento de doenças epidêmicas ou pandêmicas tornam-se ainda mais odiosos. O desvalor desses desvios equivale, na prática, ao de dezenas de homicídios. Merecem, por conseguinte, ser punidos de modo bastante rigoroso.

Destaque-se que o reconhecimento da maior reprovabilidade do agente que se vale de situações semelhantes para o cometimento de delitos não é uma novidade no ordenamento jurídico nacional.

Nosso Código Penal já pune, como agravante genérica de qualquer delito, o seu cometimento “em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública” (Código Penal, art. 61, inciso II, alínea “j”). Também prevê um crime específico de subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento “por ocasião de incêndio, inundação, naufrágio, ou outro desastre ou calamidade” (Código Penal, art. 257, *caput*). Finalmente, o crime de interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública tem suas penas aplicadas em dobro “se o crime é cometido por ocasião de calamidade pública” (Código Penal, art. 266, §2º).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Em face do exposto, nosso voto é pela aprovação integral do PL nº 3.489, de 2023, do Senador Astronauta Marcos Pontes.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à CCJ.

Devolvo a Presidência ao Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa., Senadora Damares Alves, pela gentileza de ter aqui me substituído para votação desse projeto.

Eu vou tomar a liberdade, Senador Paim, de fazer uma pequena inversão na pauta para que o Senador Nelsinho Trad possa apresentar o seu relatório sobre o Projeto de Lei 6.202, de 2023. É um projeto terminativo e institui o Dia Nacional do Médico Ultrassonografista. Logo em seguida, seguiremos com a pauta e com os projetos que V. Exa. relata.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 6202, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui o Dia Nacional do Médico Ultrassonografista.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Humberto Costa. Vamos direto – com a permissão de V. Exa. – à análise.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 6.202, de 2023, da Deputada Flávia Morais, que institui o Dia Nacional do Médico Ultrassonografista.

No que diz respeito ao "critério de alta significação" previsto na Lei nº 12.345, de 2010, que "fixa critério para instituição de datas comemorativas", deve-se destacar, para além da notável significação da atividade alvo da homenagem, a realização de audiência pública sobre a matéria, realizada nas Comissões de Legislação Participativa e de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, no dia 27 de novembro de 2018. Dessa forma, considera-se atendido o critério.

No mérito, da mesma forma, o parecer é favorável.

A instituição do dia 21 de agosto como o Dia Nacional do Médico Ultrassonografista visa reconhecer a importância fundamental desses profissionais na área da saúde, ressaltando suas contribuições inestimáveis para o diagnóstico e tratamento de inúmeras condições médicas.

Os médicos ultrassonografistas desempenham um papel essencial no sistema de saúde. Utilizando a ultrassonografia, uma técnica de imagem não invasiva, esses profissionais são capazes de visualizar órgãos, tecidos e estruturas internas do corpo humano com alta precisão. Essa capacidade é crucial para a detecção precoce de doenças, acompanhamento de gestação, avaliação de condições agudas e crônicas, e orientação de procedimentos médicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a identificação precoce de doenças, aumentam-se, significativamente, as chances de tratamento bem-sucedido e a redução de complicações. Ademais, os médicos ultrassonografistas monitoram a saúde materna e fetal ao longo da gestação, assegurando a identificação de anomalias e eventual intervenção oportuna. Esses profissionais auxiliam em biópsias, drenagens e outras intervenções, guiando os procedimentos com precisão e segurança. Verifica-se, assim, que a ultrassonografia é um método acessível e seguro, amplamente utilizado em diversas especialidades médicas, contribuindo para um atendimento mais abrangente e eficaz.

O dia 21 de agosto foi escolhido para homenagear os médicos ultrassonografistas, pois coincide com a data de fundação da Sociedade Brasileira de Ultrassonografia. Instituir essa data como o Dia Nacional do Médico Ultrassonografista proporcionará uma oportunidade anual para destacar a importância da ultrassonografia na medicina, além de promover a educação continuada e incentivar a pesquisa e inovação na área.

A instituição desse dia proporcionará reconhecimento profissional, valorizando e motivando os médicos ultrassonografistas.

Ante o exposto, Sr. Presidente e demais colegas, o voto é pela aprovação do PL 6.202, de 2023.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão o relatório do Senador Nelsinho Trad sobre o projeto em debate. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Coloco em votação a proposta.

Ele é terminativo, portanto, exige a votação nominal.

Declaro já aberta a votação e peço não só aos Senadores que aqui se encontram, mas aos que estão remotamente para que possam votar nessa proposta.

(Procede-se à votação.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Enquanto isso, nós vamos para o item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5331, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a produção nacional de medicamentos e de insumos farmacêuticos ativos estratégicos para o tratamento de doenças negligenciadas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAE (de redação), 2-CAE (de redação) e uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente Humberto Costa, é um projeto simples.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 5.331, de 2023, da Deputada Laura Carneiro, que altera a Lei nº 8.080, de 1990, para dispor sobre a produção nacional de medicamentos e de insumos farmacêuticos ativos estratégicos para o tratamento de doenças negligenciadas.

Eu fiz uma síntese, Sr. Presidente, e, se V. Exa. me permitir, eu vou para a síntese.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL 5.331 trata de alterar a Lei Orgânica da Saúde para dispor sobre a produção nacional de medicamentos e de insumos farmacêuticos ativos estratégicos para o tratamento de doenças negligenciadas.

Essas doenças com esse nome complicado são aquelas causadas por agentes infecciosos ou parasitas, consideradas endêmicas e associadas à situação de pobreza, às precárias condições de vida e às desigualdades sociais da saúde, como, por exemplo, doença de Chagas, dengue e malária.

O termo "doenças negligenciadas" vem sendo substituído de forma natural por "doenças determinadas socialmente", pois ele se adéqua melhor às doenças abrangidas. Essa é a forma utilizada atualmente pelo Ministério da Saúde.

O PL estabelece que os laboratórios farmacêuticos públicos que tiverem condições técnicas deverão dedicar parte de seus recursos para a produção e o fornecimento de ingredientes ativos necessários para o tratamento das doenças determinadas socialmente. Os laboratórios públicos poderão desenvolver projetos e celebrar acordos ou convênios nacionais e internacionais para a transferência de tecnologia para a produção dos fármacos.

O projeto se deve à necessidade de importação de insumos farmacêuticos e outras dependências externas, o que tem causado uma vulnerabilidade quanto à oferta de medicamentos a essa população. A autonomia do país na capacidade de produção doméstica de princípios ativos dos medicamentos é estratégica para a saúde dos brasileiros.

O PL foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, sob minha relatoria, por unanimidade.

Nesta Comissão, mantenho o mesmo parecer aprovado na CAE, com apenas uma emenda de redação, para corrigir a referência no art. 19-X da Lei Orgânica de Saúde.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

Por esse motivo, peço a aprovação dos meus pares.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão, o relatório do Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Coloco em votação.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agradeço a V. Exa., Senador Paulo Paim, pelo relatório.

O item 4 também é da relatoria do Senador Paulo Paim.

O relatório do Senador é contrário ao projeto.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 5653, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de parâmetros internacionais nas pesquisas de emprego e desemprego.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com parecer contrário ao Projeto.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim, para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Eu pedi a ajuda dos universitários, dos nossos concursados, porque o meu painel não abriu. Agora eu consegui abrir isso aqui. Eu leio e já voto. Pode ser?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou sintetizar também.

Resumo, Sr. Presidente, até porque é pelo arquivamento do projeto.

O PL 5.653, de autoria do ex-Deputado Federal Daniel Coelho, dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de parâmetros internacionais nas pesquisas de emprego e desemprego.

O projeto tramitou na Comissão de Ciência e Tecnologia, onde foi aprovado o parecer do nosso Senador desta Comissão, o Senador Izalci Lucas, pela rejeição.

Nesta Comissão, também apresentei relatório pela rejeição do projeto.

O intuito do PL era incorporar resolução sobre estatísticas de trabalho, ocupação, subutilização da força de trabalho, criada pela 119ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho – pesquisas brasileiras –, de 2013. Entretanto, atualmente essa resolução já é adotada pelo IBGE nos padrões de pesquisas mais recomendadas no mundo.

Destacamos que o IBGE já implementa as recomendações e organizações internacionais do trabalho da OIT, e é referência internacional em pesquisa. O IBGE precisa manter sua autonomia, juntamente com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação Seade).

Por essas razões, com todo o carinho e respeito ao nobre Deputado, entendemos que a matéria está vencida e, por isso, o nosso relatório é pela rejeição do projeto.

O parecer é pela rejeição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

O parecer do Senador Paulo Paim é pela rejeição do projeto de lei.

Eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, que é pela rejeição do projeto de lei.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Aqui é um outro projeto, o item 5 da pauta.

Deixe-me me localizar aqui.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 807, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para que se inclua na Carteira Nacional de Habilitação informações a respeito do tipo sanguíneo e do fator Rh do condutor de veículo automotor.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria *ad hoc*: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Relatoria é do Senador Eduardo Girão, e eu nomeio *ad hoc* como Relatora a Senadora Damares Alves.

Com a palavra, V. Exa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise.

Não há vício de constitucionalidade e tampouco de iniciativa.

No mérito, o desiderato da proposição é mais do que bem-vindo. Aliás, consideramos que o mérito da matéria vai além do salvamento e pronto socorrismo de feridos no trânsito. A informação disseminada do tipo sanguíneo e do fator Rh na população brasileira através do seu registro na CNH poderá ser útil para utilização de médicos e paramédicos em diversas ocorrências cotidianas atendidas pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e outros serviços médicos.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, entre 2010 e 2019, ocorreram cerca de 392 mil mortes em acidentes de transporte terrestre, incluindo atropelamentos, sinistros com bicicletas, motocicletas, automóveis, caminhonetes, caminhões, ônibus, veículos de serviço e fora de estrada. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estima em 45 mil mortes e mais de 300 mil pessoas com lesões graves anualmente. As Regiões Nordeste e Norte concentraram o maior crescimento do número de mortes, com cerca de 45% de aumento nos óbitos. Ainda, a morte de usuários de motocicleta cresceu cerca de 150% em relação à década anterior. Por sua vez, o crescimento da frota de automóveis e motocicletas contribuiu para o aumento da mortalidade nessas regiões.

Em termos de custos, observou-se que os acidentes em rodovias custam à sociedade brasileira cerca de R$40 bilhões por ano, enquanto os acidentes nas áreas urbanas, em torno de R$10 bilhões, sendo que o custo relativo à perda de produção responde pela maior fatia desses valores, seguido pelos custos hospitalares.

Dessa forma, diante dos elevados números de acidentes de trânsito, ações de prevenção como o desenvolvimento de políticas públicas de conscientização, educação no trânsito e melhoria nos sistemas de transporte público são extremamente relevantes, bem como o acesso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imediato a informações cruciais como o tipo sanguíneo e o fator Rh das vítimas, uma vez que essas informações podem ser determinantes para agilizar transfusões de sangue e garantir tratamentos mais eficazes, especialmente em situações de emergência, em que cada segundo conta.

Nosso voto.

Por todo o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 807, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa., pelo relatório, e coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

A votação nominal já atingiu o quórum necessário. Portanto, declaro aqui encerrada a votação e peço que seja aberto o painel, para que possamos aqui conferir o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – São 11 votos favoráveis; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Quórum de 12.

Então, aprovado o projeto, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos aqui um requerimento de autoria do Senador Dr. Hiran, que é subscrito pela Senadora Damares Alves, a quem eu peço que faça a leitura do requerimento do item 12 da pauta.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 70, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater Políticas Públicas de Prevenção e Combate às Doenças Cardiovasculares, em comemoração ao Mês de Setembro.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR) e outros

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, nos termos regimentais, requeremos a realização de audiência pública com objetivo de debater políticas públicas de prevenção e combate às doenças cardiovasculares, em comemoração ao mês de setembro.

Para a audiência, propomos que sejam convidados o Sr. Adriano Massuda, o Sr. Aristides Vitorino de Oliveira Neto, o Sr. Weimar Sebba Ramalho e a Sra. Márcia Alves.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, as Sras. e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro que amanhã, às 10 horas, teremos reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a instruir o Projeto de Lei nº 610.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, tem um extrapauta do Senador Girão que eu quero subscrever, é o 79. É uma audiência pública também.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É o requer audiência pública com o objetivo de debater a problemática dos jogos de azar?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 79, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a problemática dos jogos de azar na visão social.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Nos termos regimentais, peço a realização de audiência pública com objetivo de debater a problemática dos jogos de azar na visão social e, para tanto, apresentamos o nome de dez convidados. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só faço uma sugestão a V. Exa.: que possa desdobrar em duas essas audiências.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Inclusive, tenho interesse de acompanhar; se possível, estarei lá.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Como eu dizia, amanhã teremos uma reunião extraordinária da Comissão, em forma de audiência pública, destinada a instruir o Projeto de Lei 610, que institui a Campanha Nacional de Incentivo à Doação de Cabelo a Pessoas Carentes em Tratamento de Câncer e Vítimas de Escalpelamento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos e a todas.

(*Iniciada às 10 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e três minutos do dia quinze de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Leila Barros, Izalci Lucas, Jussara Lima e Nelsinho Trad, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rosana Martinelli, Augusta Brito e André Amaral, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Giordano, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Paulo Paim, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Romário, Eduardo Girão, Wilder Morais, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 129/2023 - CAS, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 610, de 2021, que "institui a Campanha Nacional de Incentivo à Doação de Cabelo a Pessoas Carentes em Tratamento de Câncer e Vítimas de Escalpelamento". **Participantes:** Lúcia Brugnera, Presidente do Instituto Hera Artemisul (Casa da Mulher Paulistana); Paula Elaine Diniz dos Reis, Coordenadora-Geral da Liga de Combate ao Câncer da Universidade de Brasília; e Lenize Baseggio, Coordenadora do Acolhimento da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brasília. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/15

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 129, de 2023, da CAS, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei 610, de 2021, que institui a Campanha Nacional de Incentivo à Doação de Cabelo a Pessoas Carentes em Tratamento de Câncer e Vítimas de Escalpelamento.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão, Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211 e do e-Cidadania, por meio do Portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Inclusive perguntas já estão chegando de todo o país, o que mostra que o assunto chama a atenção pela sua delicadeza e pela sua importância.

Nesta audiência pública nós temos convidados. Nós temos uma convidada que está presencial, está aqui conosco no plenário, que é a Lenize Baseggio, Coordenadora do Acolhimento da Rede Feminina de Combate ao Câncer aqui de Brasília. E nós temos convidados *online*. Nós temos a Paula Elaine Diniz dos Reis, Coordenadora-Geral da Liga de Combate ao Câncer da Universidade de Brasília. Muito obrigada, Paula. E temos a Lúcia Brugnera. Eu acho que eu acertei, não é, Lúcia? Presidente do Instituto Hera Artemisul (Casa da Mulher Paulistana). É um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituto com que eu tive a alegria de trabalhar enquanto Ministra também, com esse instituto. Queremos agradecer a presença das três.

E vai ser uma audiência muito rápida, direta, porque qual é o nosso objetivo aqui, ilustres convidadas? É a gente decidir sobre o projeto de lei. Cabe a mim a relatoria, e a legislação estabelece que eu preciso ouvir o segmento. A legislação está construída.

A gente entende que a autoria do projeto, a motivação da autoria do projeto é muito nobre. Mas nós precisamos ouvir vocês que estão lidando com o tema todos os dias, para que o voto seja preciso, assertivo, para que o voto inclusive venha melhorar o projeto de lei, modificar, acrescentar algum outro dispositivo.

Então nós estamos cumprindo hoje, com esta audiência, uma etapa estabelecida pela legislação. Os segmentos precisam ser ouvidos em propostas legislativas dessa natureza. Então nós vamos ficar muito com o foco no projeto de lei.

Nesse sentido, eu quero já passar a palavra para a nossa querida Lenize.

Lenize, as convidadas terão dez minutos para exposição, podendo ser prorrogado um pouquinho mais.

E nós vamos fazer o seguinte: nós vamos ouvir as três e, à medida que os Senadores vão trazendo perguntas, nós fazemos as perguntas no final. Temos perguntas já dos internautas. Assim que a Lenize fizer a primeira exposição, eu já apresento as perguntas dos internautas, e poderão, nas considerações finais, respondê-las, está bom?

Muito obrigada, senhoras incríveis, que fazem, lá na ponta, um trabalho tão lindo, tão extraordinário. Eu acho que esta audiência hoje é uma audiência de muita sensibilidade.

Eu estava falando para a Lenize que hoje a Casa está pegando fogo. Está todo mundo brigando. Tem muitos temas extremamente polêmicos sendo discutidos aqui nas Comissões ao lado. Mas vem esta Comissão, a Comissão de Assuntos Sociais, trazer um tema leve, que é o coração, a generosidade, a solidariedade.

Então eu estou muito feliz de estar com as três nesta nossa audiência pública.

Lenize, seja bem-vinda. Dez minutos para a sua exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LENIZE BASEGGIO (Para expor.) – Obrigada pelas suas palavras. E eu serei bem breve também.

Primeiro, eu quero agradecer o convite, em nome da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brasília, na qual eu trabalho justamente no acolhimento, que é, vamos dizer assim, a nossa porta de entrada, aonde chegam as pacientes que recebem a sua notícia de que estão com câncer, não é? Então eu conheço bastante essa realidade, estou bem próxima dela.

E também parabenizo a todos os envolvidos que trabalharam na consolidação desse projeto de lei que trata dessa instituição, dessa campanha nacional de incentivo à doação de cabelo a pessoas carentes em tratamento de câncer e vítimas de escalpelamento. É muito importante que, com essa campanha, a gente consiga a conscientização sobre a importância da doação dos cabelos para recuperar a autoestima dessas mulheres principalmente, porque lá, inclusive, a gente consegue atender até homens que perdem o cabelo em função do câncer, mas todos são atendidos.

É importante também a população saber quais são os procedimentos para uma doação de cabelo e onde elas podem entregar essas doações. E eu creio que aumentar a conscientização das pessoas, com certeza, vai aumentar a doação de cabelos, porque, para fazer uma peruca hoje em dia, a gente precisa mais ou menos de 11 metros de cabelo. Onze metros que eu digo é espalhar o cabelo, porque eles são costurados, até a gente poder formar, no vai e vem, uma peruca.

E é muito importante que também, consequentemente, em função de tudo isso, a gente vai poder amenizar um pouco da dor dessas mulheres que sofrem com a perda dessa parte visual tão importante para todo mundo, mas eu digo principalmente para a mulher, porque geralmente ela gosta desse cuidado com o cabelo. Faz parte do impacto da imagem que ela vai passar para as outras pessoas.

Então, o que eu também constato lá no dia a dia, quando a gente entrega uma peruca, é que essa campanha vai também contribuir para a gente aumentar a autoestima dessas pessoas que estão recebendo a peruca, porque elas voltam a se enxergar como eram antes, ou muito parecidas a como eram antes. Ela favorece psicológica e emocionalmente a saúde dessas pessoas, pois ameniza um pouco a agressão que elas já estão tendo da doença, que acarreta essa perda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do cabelo, e também favorece uma melhor qualidade de vida, porque quase que a maioria das pessoas que perdem o cabelo e não têm uma peruca se retraem. Elas deixam de ir ao convívio social com outras pessoas, têm dificuldade de ir a um trabalho, a um estudo ou até de sair de casa para fazer uma compra, justamente porque elas não têm o cabelo.

Pode-se até dizer que cabelos que se transformam em perucas contribuem para o melhor enfrentamento da doença, porque, no momento em que essa pessoa passa a ter uma peruca, a se sentir mais, entre aspas, "normal", ela está se sentindo melhor. E, quando a pessoa tem essa autoestima vamos dizer assim preservada, aumentada, com certeza, isso contribui para a melhora de um tratamento de uma doença.

Um ponto que eu cito nesta campanha, justamente por isso que é uma campanha de conscientização, é a preparação do cabelo para doação. Primeiro, a gente precisa ter um cabelo com mais ou menos 25 centímetros de comprimento para que permita fazer uma peruca que tenha um caimento. O cabelo precisa ser lavado, estar seco, porque há muita gente que lava o cabelo e, com ele molhado, já faz um rabo de cavalo e o corta. Só que isso prejudica o cabelo. Depois, a gente tem que secá-lo. Só que aí ele tem que estar solto.

Então, na campanha, se for possível conscientizar sobre a forma de cortar o cabelo, também vai nos ajudar muito.

Eu vou citar aqui um bom exemplo. Recentemente, aqui no Distrito Federal, foi promulgada a Lei 7.533 – foi agora, recentemente; foi em julho, eu acho –, que criou o selo Salão Amigo de Pacientes em Tratamento de Câncer, que concede um reconhecimento público aos salões onde são cortados os cabelos, para que – naquele mesmo local onde a pessoa corta os cabelos – esses salões já possam acondicioná-los para o encaminhamento às instituições que produzem as perucas.

Já para finalizar, eu reitero os parabéns à instituição dessa importante campanha de doação de cabelos, e eu deixo aqui um apelo para análise, indo um pouquinho mais além, que seria uma proposta de quem sabe, futuramente, implementação do fornecimento de próteses capilares pelo SUS, visto que o Ministério da Saúde, hoje, já oferece órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção para reabilitação visual, auditiva, física e ostomias. Então, já que são fornecidos coletes, calçados ortopédicos, cadeiras, bengalas, andadores, por que não se ter uma prótese

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capilar também ofertada pelo nosso serviço de saúde? Seria uma merecida e equalitária forma de tratar essas pessoas que já têm essas deficiências, recebendo esses tipos de órteses e próteses, também incluindo as pessoas que perdem os cabelos por câncer, alopécia, lúpus e outras doenças que provocam a queda do cabelo.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Lenize, obrigada.

Olha, às vezes as pessoas perguntam assim: "Há necessidade de uma audiência pública para debater tudo?". Observem a colaboração que a Lenize trouxe aqui agora: por que a gente não está junto ao SUS trabalhando a doação da prótese? Nós que trabalhamos em regiões muito distantes – e aqui o pessoal da Casa da Mulher Paulistana me ajudou com as escalpeladas lá do Marajó – sabemos que, se a gente não levar daqui, das instituições para lá... Não tem instituições locais fazendo as perucas; não tem! Mas, se fosse uma obrigação do SUS, elas teriam acesso mais rápido, não tirando o trabalho das instituições lindas como a de vocês, que fazem, porque a demanda é grande...

A SRA. LENIZE BASEGGIO (*Fora do microfone.*) – Sim, com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É bom dizer, porque tem muita gente perguntando: "Mas pede-se tanto cabelo...?" – gente, a demanda é grande, porque a peruca de uma nem sempre pode ficar para outra; a gente tem que entender isso, não é? Tem que entender isso.

Mas a pergunta que eu vou lhe fazer, Lenize, já que você foi tão sucinta e que tem gente perguntando aqui, é: Por que cabelo? Por que não as perucas, todas sintéticas? Por que essa importância do cabelo?

Explique aí, porque tem gente que não entende a qualidade, a diferença entre uma peruca sintética e uma peruca de cabelo. Explique para os nossos internautas que estão perguntando.

A SRA. LENIZE BASEGGIO – Explico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, na rede feminina, a gente trabalha com os dois tipos de peruca: a gente recebe da indústria as perucas sintéticas; e, através da doação de cabelos, nós mesmos é que produzimos as perucas.

Em uma peruca de cabelo humano, você consegue tratar esse cabelo da mesma forma como você trata o cabelo que tem na cabeça. Você consegue lavar, passar um secador, passar uma chapinha, fazer um *babyliss*, igualmente, do mesmo jeito, lavar, passar xampu, da mesma forma.

Uma peruca sintética, embora muitas vezes fique mais assentada à cabeça, ela tenha um pouquinho mais de brilho até do que o cabelo humano... A peruca sintética não pode nem passar perto de um secador de cabelo, porque, se você esquentar aquele fio, ele é sintético. Vamos dizer assim, ele é quase como, para que todo mundo possa entender, é quase um plasticozinho, é um cabelo de boneca. Então, se você esquentar esse cabelo, ele vai derreter.

A sintética nasceu daquele jeito, ela vai ficar daquele jeito. Você vai poder lavar as duas perucas da mesma forma, só que uma nasce e morre daquele jeito; e a outra, que é de cabelo humano, é mais flexível no sentido de você poder trabalhar esse cabelo, mudar o cabelo, o formato desse cabelo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Eu acho que está esclarecido. Muita gente tem essa dúvida e está chegando pergunta nesse sentido.

A última pergunta que eu vou te fazer, Lenize, e aí a gente já pode dar, assim, por satisfeita a sua exposição, apesar de que eu vou ler as perguntas dos internautas, é o seguinte, o projeto de lei estabelece uma campanha nacional, e essa pergunta, inclusive, já direciono às outras duas expositoras.

Então, o que eu preciso aqui decidir com o segmento? O autor do projeto de lei, o Deputado Vinicius, indica que a campanha seja feita na semana do dia 27 de novembro – e é isso que eu preciso ouvir de vocês.

A gente continua com essa data, 27 de novembro? Alguma objeção do segmento, de vocês que estão lá na ponta, trabalhando com as pessoas com câncer? Porque dia 27 é um dia sagrado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para vocês, é um dia sagrado, quando vocês chamam a atenção do Brasil inteiro para a prevenção do câncer, para o combate ao câncer.

A pergunta é, essa campanha, da forma como o autor apresentou... E a Câmara dos Deputados já aprovou, tá? Eu quero dizer que essa matéria já foi decidida na Câmara dos Deputados. Nós, como Senado, estamos sendo a Casa revisora. Nós estamos aqui dizendo sim, ou não, à matéria.

A pergunta é: a decisão dos Deputados pode permanecer, essa campanha pode ser na semana do dia 27 de novembro?

A SRA. LENIZE BASEGGIO – Eu acredito que sim. Eu acho que já termos uma data, em que se ressalta a questão do câncer... A gente associar justamente nesse mesmo período uma campanha de incentivo, eu acho totalmente pertinente. Eu acho que ela está adequada, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Obrigada, Lenize.

Além dessa pergunta que eu fiz, e eu gostaria que as duas também se manifestassem sobre a data, eu vou ler perguntas que chegaram da internet, que foram selecionadas, são muitas, mas a Secretaria seleciona algumas.

E, se essas perguntas já puderem ser respondidas pelas próximas expositoras, e se Lenize quiser falar de alguma dela também...

Lucas do Paraná pergunta: "Quais são as principais estratégias para engajar a população na campanha? [Uma excelente pergunta.] E para garantir a qualidade e segurança dos cabelos doados?". Isso aqui é uma pergunta em que com certeza muita gente está na dúvida agora.

Ângelo do Rio Grande do Sul: "Quais são as possíveis parcerias e colaborações previstas no âmbito do PL 610/2021 para expandir a atuação dessa campanha [...]?". Essa eu já vou responder.

Aprovada a campanha, ela vai para um calendário oficial no Brasil, ela fica lá instituída como lei, e aí o que a gente vai fazer? Que lá nos municípios isso se repita, e os Vereadores entrem com a campanha municipal, aprovem a campanha municipal na mesma data; os Vereadores, as instituições lá na ponta. Estando essa campanha num calendário municipal, as instituições podem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

buscar parceria do poder público, e a campanha ir para as escolas e estar nas instituições públicas e privadas. Então, eu acho que eu já respondo dessa forma.

Luccas, do Maranhão: "Quais medidas [serão adotadas] para que esse apoio atinja toda a população com câncer no Brasil e vítimas de escalpelamento?".

Danielly, de Rondônia, pergunta: "Como será o gerenciamento dos cabelos doados [novamente a preocupação com a qualidade], assegurando que sejam corretamente processados e distribuídos conforme as necessidades?".

E Alexandra, do Rio de Janeiro: "A autoestima ajuda imensamente no tratamento, portanto é importante usarem as plataformas digitais [fantástico!] para incentivar a doação".

Na sequência, nós vamos ouvir a Lúcia.

Lúcia, seja bem-vinda à nossa sessão de audiência pública para discutir um tema tão importante e que sei que faz parte da sua história, da sua vida.

Dez minutos, Lúcia, e, se precisar, a gente estende um pouquinho mais.

A SRA. LÚCIA BRUGNERA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia! Ainda não me acostumei, Senadora ou Ministra, não é?

Eu tive o privilégio de conhecer a Senadora Damares nesse projeto magnífico que estamos fazendo aqui em São Paulo, nessa questão da mulher com câncer, lúpus ou qualquer tipo de patologia em que a mulher venha a perder o cabelo. E também, desde 2019, iniciamos, até então com a Ministra Damares, esse trabalho na Região Norte do Brasil, com as vítimas de escalpelamento; e que demos continuidade, Senadora.

Dia 28 de agosto é o Dia Nacional da Vítima de Escalpelamento; já está aí no calendário. Então, todo mês de agosto, a Casa da Mulher Paulistana vai até a Região Norte do Brasil para fazer esse trabalho. Inicialmente, começamos esse trabalho com a doação das perucas. Bem como a Senadora comentou, realmente esse trabalho não chega até essas mulheres ribeirinhas, porque o acesso é muito difícil.

Na época, tínhamos o projeto de ensiná-las a confeccionar perucas, porque ficaria mais fácil. Atualmente, nós enviamos pelo correio durante todo o ano. As perucas da Casa da Mulher

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulistana são 100% personalizadas, principalmente no caso das vítimas de escalpelamento. Por quê? Porque o acidente realmente deforma o formato da cabeça, e como elas moram numa região muito quente e úmida, há a necessidade de essa peruca ser personalizada através das medidas, para que não machuque o couro cabeludo, que, devido ao acidente, fica muito sensível. Por ser um ambiente muito quente e úmido, acaba machucando essa mulher.

Agora, Senador, estamos com uma parceria com a Marinha do Brasil e com o MP do Pará. No dia 26, estaremos em Portel e em Oeiras, mas não só para doação de perucas. Com certeza, a Lenize já falou sobre a necessidade da peruca, então não há a necessidade de eu me prolongar nesse assunto, mas, realmente, a peruca levanta a autoestima da mulher.

Tem mulheres, principalmente as vítimas de escalpelamento, que ficam realmente deformadas. Elas não saem de casa, não conseguem trabalhar; muitas vezes, perdem o marido, porque o marido as abandona. Então, realmente, a peruca acaba contribuindo não só para a sua autoestima, mas também para a própria sobrevivência da sua família, porque ela consegue sair de casa, trabalhar e sustentar os seus filhos, porque acabam virando mães solo.

Mas, agora, estamos com um projeto, no dia 26, em que vamos levar capacitação para essas mulheres: cursos rápidos, profissionalizantes, na área da beleza; cursos que elas conseguem fazer até em casa, e ter a sua geração de renda. Eu acho, no caso das vítimas de escalpelamento... Na época, acho que já tinha debatido esse tema aí em Brasília, da questão não só da necessidade da peruca, mas também do depois disso, de como ela sobrevive depois de um acidente. Então, isso é um tema, também, que eu acho muito importante, não só para as vítimas de escalpelamento, mas também para as mulheres com câncer. Graças a Deus, já existem as leis que beneficiam essas mulheres com câncer ou com qualquer patologia, mas, para as vítimas de escalpelamento, ainda não saiu essa lei que abrace essa mulher, para que ela, realmente, tenha esses direitos como a mulher com câncer, graças a Deus, já tem hoje.

Esse projeto foi iniciado pela Senadora Damares, aí teve a interrupção, uma paradinha, mas eu fiquei muito feliz, Senadora, em revê-la e por que a senhora tenha voltado com esse tema tão importante e tão necessário para as mulheres – não só mulheres, porque hoje o que a gente vê muito são meninas, adolescentes, a maioria das vítimas de escalpelamento, e meninos também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com esse trabalho nosso na Região Norte, a gente vê que o leque aumenta: não são só mulheres, são crianças, são adolescentes, são meninos, são jovens, são homens.

Eu acrescentaria, nessa nossa pouca experiência – mas a gente está se aprofundando –, realmente, que a Senadora, com os Parlamentares, Senadores, criassem esse acolhimento, essa lei para as vítimas de escalpelamento também, tão necessária. Porque essas mulheres... A mulher com câncer, graças a Deus, um dia volta a ter o cabelo, mas as mulheres vítimas de escalpelamento nunca mais terão cabelos. Então, elas precisam desse acolhimento. E a Senadora põe em pauta novamente essa lei que, em 2020, a Senadora colocou, para que realmente cuidasse dessas mulheres.

Então, a minha contribuição, como a nossa colega já falou bastante da mulher com câncer, é realmente esta: que se crie uma lei também, como tem a mulher com câncer, para as mulheres vítimas de escalpelamento, que elas tenham esse apoio dos Parlamentares. Eu acho importantíssimo esse acolhimento à mulher vítima de escalpelamento, que ainda, infelizmente, é deixada de lado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Obrigada, Lúcia. Obrigada por ter trazido para o protagonismo as nossas mulheres escalpeladas, homens, meninos – às vezes a gente fala do escalpelamento e se esquece dos meninos também.

E você trouxe algo extremamente interessante, que as pessoas não entendem: em cada acidente de escalpelamento, o crânio fica de um formato. Tem pessoas que é de um lado só que ficaram machucadas, elas têm cabelo de um outro lado, é um complemento; e, se você colocar uma peruca inteira, vai esquentar demais. Então, são esses detalhes de personalizar a política por cabelo.

Eu fico imaginando uma peruca sintética lá no Pará, 40 graus, como ela aquece. Então, que as pessoas entendam que o cabelo, a peruca de cabelo tem um outro significado, tem uma outra função. As perucas sintéticas fiquem aí para quem quer ficar bonita, quem quiser usar suas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perucas. Também as pessoas com câncer usam as perucas sintéticas, mas existem situações em que precisa ser, de fato, a peruca de cabelo.

Lúcia, eu estava aqui conversando com a Lenize enquanto você falava. As perguntas aqui todas sobre a segurança e qualidade do cabelo. É bom a gente deixar claro: não é objeto desse projeto de lei, mas as instituições de vigilância sanitária no Brasil estão atentas a isso. E essa campanha vai ser direcionada no seguinte: doe o cabelo, mas esse cabelo vai lá para as instituições sérias, como a Casa da Mulher Paulistana, a Rede Feminina de Combate ao Câncer, porque elas sabem quem confecciona com qualidade e o processamento deste cabelo.

Lembro que, hoje, todo mundo está falando: "Ah, mas tem aquelas coisas tenebrosas, do cabelo que foi roubado lá no cemitério". Isso é crime! Isso é crime! Isso tem que ser denunciado, isso é crime.

Existe também a questão ética, que eu estava falando com a Lenize: "Eu vou vender meu cabelo". Gente, cabelo se doa. Não se vende rim, não se vende fígado. Não se vende cabelo, cabelo se doa.

Então, gente, olhem só quanta coisa uma campanha dessa, instituída, poderá fazer, em forma de conscientização no Brasil inteiro.

Parabéns, Lúcia, pelo trabalho com as mulheres escalpeladas.

Obrigada por não ter desistido delas.

A SRA. LÚCIA BRUGNERA (*Por videoconferência.*) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Que Deus abençoe vocês!

Sair de São Paulo para cuidar da mulher na região da Amazônia!

Parabéns!

É assim que as instituições no Brasil fazem. É assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É desse jeito que a rede, os institutos, as instituições fazem.

É amor puro, é solidariedade, é empatia.

Na sequência, vamos ouvir a Paula. A Paula é Coordenadora-Geral da Liga de Combate ao Câncer da Universidade de Brasília.

Prazer, Paula.

Muito prazer.

Eu acho que eu não estive pessoalmente com você ainda.

Obrigada por ter aceitado o convite.

E você já entendeu, o objeto é a campanha, o período, a data, a importância.

Isso vai ficar registrado em notas taquigráficas para justificar o acolhimento ou não do projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados.

Paula, dez minutos.

A SRA. PAULA ELAINE DINIZ DOS REIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Tenho muito prazer em estar aqui com vocês, Senadora Damares.

Eu cumprimento a senhora, todos os senadores presentes, quem está assistindo a essa audiência pública – extremamente importante – e as minhas colegas de luta, porque realmente é uma luta muito importante essa de trazer novamente o empoderamento para essas mulheres que sofrem tanto.

Eu sou Professora do Departamento de Enfermagem da Universidade de Brasília e aqui a gente acompanha bem de perto essas pacientes. Nós fazemos anualmente a entrega dessas perucas para as pacientes, então nós temos uma parceria com a Roberta Andrade, que é cabeleireira aqui no Distrito Federal. Ela perdeu a mãe com câncer de mama e desde então criou um projeto que se chama Perucas do bem e vem entregando, confeccionando as perucas.

Eu até pedi permissão ao pessoal para poder mostrar uma foto para vocês. Eles me autorizaram a compartilhar a tela para eu conseguir mostrar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês estão vendo minha tela?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, estamos vendo.

Acho que agora vai entrar.

A SRA. PAULA ELAINE DINIZ DOS REIS (*Por videoconferência.*) – Então, é esta aqui que eu queria mostrar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, não, espere.

Não estamos vendo a imagem ainda, eles estão...

Só um instantinho, Paula.

A SRA. PAULA ELAINE DINIZ DOS REIS (*Por videoconferência.*) – Está bom.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós temos a imagem?

Feche que nós vamos exibir a imagem daqui, Paula.

A SRA. PAULA ELAINE DINIZ DOS REIS (*Por videoconferência.*) – Ah, que ótimo!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós temos a imagem.

A SRA. PAULA ELAINE DINIZ DOS REIS (*Por videoconferência.*) – Só um minuto.

Deixe-me voltar aqui.

Bom, eu vou adiantando enquanto isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ótimo.

A SRA. PAULA ELAINE DINIZ DOS REIS (*Por videoconferência.*) – Essa imagem pretende mostrar para vocês a diferença que faz de fato uma peruca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A peruca de cabelos naturais, com certeza, tem um impacto muito grande, não só por essas questões de ser sintética, de ser quente, mas é também porque é um cabelo natural, o qual elas podem arrumar do jeito que querem e também por poder se aproximar do que era o cabelo delas.

Quando a gente vai fazer uma peruca, a gente sempre pergunta: "Como era o cabelo?". "O cabelo era liso, era de qual cor, era enrolado?". Então aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A imagem está sendo exibida.

A SRA. PAULA ELAINE DINIZ DOS REIS (*Por videoconferência*.) – Ah, ótimo!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A imagem já está sendo exibida.

A SRA. PAULA ELAINE DINIZ DOS REIS (*Por videoconferência*.) – Perfeito.

Essa imagem aqui mostra exatamente uma das campanhas que a gente fez num Outubro Rosa, aqui no Hospital Universitário de Brasília. E vocês podem ver que nós fizemos o antes e o depois. E a diferença, se vocês olharem cada foto... eu acho que essas fotos têm muito significado e até me emocionam muito, porque você vê a transformação, e a gente consegue enxergar essa transformação exatamente no momento. É um processo tão lindo.

Se alguém um dia quiser participar, a gente sempre abre para voluntários que queiram ajudar, que queiram participar desse momento.

No decorrer do processo de escolha das perucas, porque a gente coloca as perucas no balcão e começa a conversar, a perguntar como era e como ela quer o cabelo, e essa forma de escolher a peruca, de encaixar na cabeça, de arrumar como vai ficar é muito emocionante. E a gente vê, assim – elas começam a contar a história delas, o que elas passaram –, olha, por meio dessas fotos... eu acho que essas fotos dizem realmente o quanto essa peruca significa para essas mulheres.

E aí, Senadora Damares, eu gostaria também, assim como minha primeira colega, de ir um pouquinho além. Eu sei que aqui, este momento é de fato de a gente dizer o quanto é importante a entrega, a campanha para a arrecadação de cabelos, mas algo para que eu gostaria de chamar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a atenção dos Senadores e de outras pessoas que possam contribuir é que o custo para se fazer uma peruca é altíssimo. Então, muitas vezes, nós temos entrega de cabelo. Lá no HUB, a gente recebe cabelo o ano inteiro. A gente recebe também lá na Universidade Brasília. Na minha sala, as pessoas vão lá e entregam.

Então, assim, eu tenho geralmente, durante quatro vezes ao ano, o meu carro cheio de caixas de peruca, que eu vou lá entregar para a Roberta fazer. Mas o problema é que a tela para fazer a peruca é caríssima, e a mão de obra para fazer a peruca é uma mão de obra especializada, porque a gente tem que costurar cada mechinha de cabelo naquela tela para poder, de fato, fornecer.

Então o que a gente faz ao longo do ano é: nós fazemos camisetas, vendemos camisetas, fazemos jornadas científicas e retornamos esse dinheiro para a confecção de perucas. Então é outra coisa para que a gente precisaria também fazer uma ação de capacitação de pessoas, para que elas possam fazer perucas. Poderia ser um projeto de voluntariado, pessoas que vão lá para costurar a peruca na tela.

E a gente também precisaria angariar fundos para comprar as telas para fazer as perucas, porque a doação de cabelo é importantíssima, o cabelo também é algo extremamente caro. Se alguém fosse comprar um cabelo natural, com certeza seria algo que não está disponível e acessível para a nossa população hoje. Mas nós também precisamos tentar traçar estratégias para angariar fundos para comprar telas e para capacitar pessoas para a produção de perucas.

Então esse é um pedido que eu gostaria de fazer, além deste momento.

E gostaria de agradecer muito a oportunidade que vocês estão nos dando de falar sobre algo que é tão importante e tão caro para as nossas pacientes. Eu vou dizer para vocês, eu fico lá no hospital, atendendo pacientes e, muitas vezes, elas falam: "Não foi a perda da mama que mexeu comigo. Não foi meu marido me abandonar quando soube do diagnóstico que mexeu comigo. O que mexeu comigo foi eu ficar sem cabelo", porque isso realmente impacta muito. O cabelo é a moldura do nosso rosto e você se olha no espelho todos os dias e, com aquilo, se sensibiliza muito, não é?

Então, muito obrigada pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, de coração, por este momento e pela oportunidade de falar um pouquinho sobre as nossas experiências.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Paula, muito obrigada. Muito obrigada.

Você traz aqui mais um elemento, não é? Se a gente vai ter uma campanha instituída por lei e, segundo o projeto de lei, ela vai ser sob a coordenação do Ministério da Mulher ou do órgão que cuida da política da mulher que, passa governo, é um ministério, no outro, não é mais ministério, é secretaria, eu acho que vou adequar a redação, tão somente dizendo "o órgão responsável pela política pública destinada a mulheres". E aí, Paula, se a gente vai ter uma política coordenada por um ministério, esse ministério vai ter que ter dinheiro para a campanha, o.k.? E não se faz uma campanha sem parceria.

Eu acho que você toca num ponto aí de a gente começar a abrir um leque e pensar, por exemplo, até mesmo em recursos de emendas parlamentares lá na ponta, para incrementar a campanha. E você trouxe um elemento assim muito interessante. Pode ser uma forma de renda: se a gente qualificar pessoas para fazerem as perucas, a gente pode estar gerando emprego também.

Então, a gente trouxe elementos aí bem importantes na sua fala e acho que a instituição dessa campanha pode abrir leques.

Eu entendo, Paula, que não é só confeccionar. Esse cabelo tem que vir tratado. Depois vocês têm que processá-lo, vocês têm que higienizá-lo. Isso é custo. Depois vocês têm que costurá-lo, fazer.. É custo. Onze metros para fazer uma peruca. Depois tem a distribuição, que é o grande problema da Lúcia. A Lúcia faz a peruca para o Marajó, mas quem vai levá-la para lá? Como é que isso vai ser enviado? E não é só enviar, tem que ter uma pessoa na hora para testar, colocar na cabeça da usuária, tudo. Então, existem custos e a gente vai conversar sobre isso.

Instituindo a campanha, Paula... Paula, Lúcia, Lenize, acho que a gente pode depois ter aí reuniões bem pontuais, sobre, por exemplo, como a gente vai trabalhar custos, recursos para a campanha? Como a gente pode trabalhar, lá na ponta, com as instituições que já estão fazendo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, gente, Brasil, quem está acompanhando via internet, são três instituições extremamente sérias, que têm um trabalho há anos. Instituições que a sociedade ama.

Então, são instituições que estão trazendo aqui a colaboração para a gente instituir a campanha. O.k. Agora a gente tem o apoio do segmento. Pode ser a data, pode ser, sim, da forma como está proposto no projeto de lei, mas trouxeram outros elementos. Por que não, Paula, a gente já sair daqui com o encaminhamento de a gente fazer uma indicação ao SUS da distribuição das perucas via SUS, da prótese, como a Lenize falou? Por que não já começarmos a pensar no apoiamento de verbas públicas para a campanha e para vocês que estão aí na ponta, cuidando do nosso povo?

Nós já estamos indo para o encerramento. Eu disse que seria uma audiência bem rápida, mas a gente tem a possibilidade de ainda ouvir, por um ou dois minutos, se alguma de vocês quiser fazer, uma consideração final.

Quer fazer uma consideração final, um agradecimento, Lenize?

Fique à vontade.

A SRA. LENIZE BASEGGIO (Para expor.) – Quero agradecer muito, mas muito, por trazer à tona esse assunto que, eu digo, para a maioria da população não existe.

E eu acredito que, agora, com essa implementação, com essas contribuições dadas pelas instituições parceiras, ele possa ser melhor trabalhado. E que a gente possa dar – eu falo mulheres, porque é a maioria – essa autoestima, essa qualidade de vida.

Para quem vive esse dia a dia – e eu falo voltada a pacientes com câncer –, essas fotos mostradas ali, eu digo assim, não têm preço.

E o trabalho que a gente faz é um trabalho voluntário. Todo mundo acha assim: "Ai, é voluntário...". Gente, eu ganho tanto fazendo esse trabalho voluntário, em ver o sorriso de uma mulher que chega lá, que muitas vezes tem vergonha de tirar o lenço da cabeça para provar a peruca. E, quando você consegue dar a ela... Às vezes ela já põe na cabeça e já quer sair; sem preço.

Então, assim, muito obrigada por esta audiência, e por tudo que vai decorrer dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Lenize, obrigada.

Vamos ouvir, na sequência, a Lúcia para agradecimentos e considerações finais.

A SRA. LÚCIA BRUGNERA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, sem palavras, Senadora. Desde que eu a conheci, sou sua fã, pelas suas iniciativas sensíveis e que realmente impactam a vida das mulheres aqui do nosso grande país, Brasil.

Acho a consideração da Paula... Hoje, na casa, nós já temos o curso de confecção de perucas, para geração de renda. Então, a gente já tem a ideia. A princípio, lá em 2019, era levar para a Região Norte do Brasil esse curso, para que elas não fiquem dependentes de São Paulo; e que elas, além de confeccionar para elas, também tenham a geração de renda.

Quanto à questão financeira, a Paula comentou, a Lenize também, realmente nós somos voluntárias. Para todas essas nossas viagens à Região Norte, nós pagamos a nossa passagem. Nós não temos ajuda financeira de nenhum órgão, é realmente voluntário. Nós bancamos tudo.

Então, realmente pesa. É importante a gente ter esse recurso. É lógico que, sem a campanha do cabelo, nada é possível – precisa do cabelo. O cabelo natural devolve a autoestima, a mulher consegue se olhar no espelho e se ver novamente como mulher.

Essa personalização do cabelo, como ela era antes... Às vezes, acontece que a mulher quer trocar, tinha cabelo crespo e quer liso, mas muitas vezes elas querem voltar a ser como elas eram antes. O cabelo natural propicia que ela tenha o cabelo parecido com o que ela tinha antes.

E isto é levantar a autoestima: a mulher se olhar no espelho e se ver novamente como mulher. Isso é extremamente importante. Por isto a campanha do cabelo é importante, porque realmente nós precisamos – a gente usa o termo – de quatro cabeças para fazer uma peruca.

As pessoas, às vezes, cortam o cabelo antes da queda e dizem, "ah, eu quero fazer uma peruca!". Não dá! Então, a gente costuma misturar os cabelos dela, os que eram cabelos dela, para formar uma peruca. Realmente precisa-se de muito cabelo; é muito complicado confeccionar uma peruca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu deixo aí também esta dica: que a gente leve realmente esses cursos, para todo o Brasil, de confecção de perucas, e podem contar com a Casa da Mulher Paulistana. Enfim, a gente também tem o custo com os Correios, porque a gente envia peruca para a Bahia, para o Sul, para todo lugar do Brasil. Então, a gente também, além da confecção, tem o custo do envio, mas a gente faz isso com muito carinho e não tem nada que pague você olhar para uma mulher e vê-la restabelecida e com esperança de vida. E realmente o importante: quando se levanta a autoestima, melhora o tratamento – e isso é cientificamente comprovado –, porque ela encara a doença de uma outra forma.

Então, gente, peruca, cabelo é vida! Para todos que estão nos assistindo, vamos doar e vamos ajudar essa campanha. É um pouquinho que você dá de você, mas que vai fazer uma grande diferença, não só na vida da mulher, mas na de toda a família dela.

Muito obrigada pela oportunidade, Senadora. Sou uma admiradora sua! Obrigada por essa iniciativa, com pautas tão sensíveis e tão importantes hoje em dia. Obrigada! Obrigada e parabéns às colegas!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Lúcia.

Paula, para os agradecimentos finais e considerações.

A SRA. PAULA ELAINE DINIZ DOS REIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço a oportunidade de estar aqui e concordo com a fala das minhas queridas colegas, Lúcia e Lenize.

Fico muito feliz, Lúcia, em saber que você já está um passo à frente e que já tem um curso de capacitação. Nossa, que coisa boa! Quem sabe a gente poderia compartilhar isso com várias instituições no nosso país, capacitar em massa e dar oportunidade para outras mulheres ajudarem outras mulheres.

E eu só gostaria de acrescentar algo que eu não tinha falado, mas que eu vi que estava nas perguntas das pessoas que estão participando desta audiência pública: é sobre a segurança. O que a Lúcia trouxe foi importantíssimo, porque eu acho que é importante ficar claro. Às vezes as pessoas vêm com uma mecha de cabelo e falam: "Olha, eu quero doar o meu cabelo" – vêm com uma mecha grande, às vezes de 30cm, porque resolveu cortar curtinho e entregar. E aí elas vêm,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no dia da entrega da peruca, querendo ver a peruca com o cabelo delas. Mas não é assim, de fato, porque é preciso muitas mechas para poder fazer a volta da franja, fazer o comprimento... Então, uma só mecha, por mais que seja o cabelo todo que a pessoa doou, cortou curtinho... Vai ser preciso muito mais para poder, de fato, fazer toda a cabeça.

Então, foi muito bom a Lúcia ter esclarecido isso, e eu acho que vem nesse sentido da pergunta da segurança, que as pessoas perguntaram: "Mas há segurança de que eu vou doar esse cabelo e ele vai de fato para essa finalidade?". E o que a gente pode dizer é o seguinte: pesquisem, pesquisem essas instituições que têm história, que estão há longo tempo entregando perucas, e entreguem para quem vocês já sabem. Aqui, no DF, nós temos o Hospital Universitário de Brasília, temos o Hospital de Base, a Rede Feminina; nós temos outras instituições, como o Fio de Luz. Então, pesquisem e vejam, conheçam a história e confiem, porque vocês vão ajudar muitas outras mulheres.

Novamente, então, Senadora Damares, muitíssimo obrigada pela oportunidade de estarmos aqui falando sobre nossas experiências e, também, sobre uma questão, de fato, como a Lúcia falou, tão sensível para as mulheres, tanto vítimas de câncer quanto vítimas de escalpelamento.

É uma excelente ideia juntar realmente essas frentes aqui, contem comigo, contem aqui conosco, no que nós pudermos ajudar, para continuar essa ação tão linda.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Obrigada, Paula.

A gente já vai para o encerramento.

Eu me comprometo que, no dia da votação do PL, aqui na Comissão, eu comunico as senhoras para acompanharem. E, no dia em que estiver lá no Plenário, para encerrar, eu as convido para estarem comigo no Plenário – estarem lá comigo no Plenário. Está bom?

Muito obrigada por terem separado esse tempo para a gente discutir um assunto tão sensível. Num dia de tanta confusão aqui, a gente trouxe leveza para o Senado Federal. Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pelo trabalho das três instituições, das três organizações. Vocês são incríveis! O Brasil ama vocês. Muito obrigada.

Em nome de toda a Comissão de Assuntos Sociais aqui do Senado Federal, obrigada.

Em nome do nosso Presidente, Senador Humberto Costa, que já foi Ministro da Saúde, que entende a necessidade, a importância de ter trazido e de ter me nomeado Relatora, porque sabe essa sensibilidade que a gente tem com o tema... Obrigada, Senador Humberto, por ter me dado a oportunidade de relatar este projeto de lei.

E os Senadores, muitos não estão aqui, hoje está todo mundo dividido, mas os gabinetes estão acompanhando *online*. Depois os Senadores assistem, de madrugada. O nosso *lobby* é assistir audiência pública que a gente não pode ir presencialmente. Muito obrigada.

Obrigada aos internautas que acompanharam a audiência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e que Deus abençoe vocês, meninas.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e vinte e três minutos do dia vinte de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Izalci Lucas, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Otto Alencar, Vanderlan Cardoso, Fabiano Contarato, Wilder Morais, Magno Malta, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Beto Faro e André Amaral, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Humberto Costa, Romário e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 75/2024 - CAS, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE). **Finalidade:** Debater sobre a reforma tributária e seus impactos para a saúde. **Participantes:** Courtney Ivins, Representante da World Bank Health, Nutrition, and Population Global Practice Latin America; Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda; Mônica Andreis, Diretora-Presidente da ACT Promoção da Saúde; Vera Luíza da Costa e Silva, Secretária Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco e de seus Protocolos (Conicq); Francisco Mata Machado Tavares, Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Sócios-Fiscais da Universidade Federal de Goiás e do Observatório da Reforma Tributária; Letícia de Oliveira Cardoso, Diretora do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças não Transmissíveis do Ministério da Saúde; Gabriel Squeff, Coordenador-Geral de Informações em Economia da Saúde do Ministério da Saúde; e Lilian dos Santos Rahal, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/20

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 75, de 2024, da CAS, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a debater sobre a reforma tributária e os seus impactos para a saúde.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, pela Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211 – 0800 0612211 – e pelo Portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania – www.senado.leg.br/ecidadania –, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, convidados e convidadas para esta audiência pública e todos que nos acompanham presencialmente ou pelo sistema de comunicação do Senado Federal, antecipo-me pedindo desculpas a todos por eu estar usando máscara. Eu estou um pouco resfriada. Não sei se estou resfriada. Estou um pouco congestionada e, por precaução e também por proteção aos nossos expositores e a todos os que estão aqui presentes, optei por usar máscara só para reforçar os cuidados.

A presente audiência pública tem por objetivo tratar de um tema que considero fundamental para o bem-estar da nossa nação: a reforma tributária. Não se trata, entretanto, de analisar meramente os seus impactos e aspectos econômicos, já que são amplamente discutidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e conhecidos por todos nós na Casa. Trata-se de chamar a atenção desta Casa e da sociedade para um aspecto crucial dessa reforma: o seu papel na promoção da saúde pública.

A reforma tributária tem como objetivo a simplificação do sistema fiscal brasileiro. Com foco no consumo, a proposta impactará a vida dos brasileiros em diversos aspectos, entre eles social, meio ambiente e saúde. É de extrema importância discutir e observar tais aspectos, visando a melhorar a qualidade de vida da população, reduzir as externalidades negativas e garantir o acesso a direitos humanos fundamentais.

É possível, através da reforma tributária, promover uma alimentação saudável a partir da cesta básica e da desoneração de alimentos essenciais, tornando-os mais acessíveis. É possível também desestimular o consumo de produtos nocivos à saúde, como o tabaco e as bebidas alcoólicas, por meio do imposto seletivo, e ainda vincular os recursos arrecadados ao financiamento do SUS.

Outro ponto crucial é a redução das desigualdades. Um sistema tributário mais justo e progressivo, que possa cobrar melhor dos que podem mais, permite ao Estado redistribuir recursos de forma mais equitativa, fortalecendo a atenção à saúde das populações mais vulneráveis. Isso se traduz em menos desigualdade, mais inclusão e, consequentemente, melhores indicadores de saúde para toda a população.

Enfim, senhoras e senhores, desenhar uma reforma tributária que promova a saúde da população exige uma abordagem multifacetada, em que o sistema tributário seja utilizado como uma ferramenta não apenas para arrecadação, mas também para incentivar comportamentos saudáveis e desincentivar práticas prejudiciais à saúde.

São muitos os exemplos de boas práticas nesse sentido que merecem registro e que eu espero que sejam analisados pelos nossos debatedores. Entre eles, estão: tributação de produtos nocivos à saúde; incentivos fiscais para produtos saudáveis; incentivos para empresas promoverem a saúde; tributação de práticas prejudiciais; redistribuição equitativa dos recursos; progressividade tributária; investimentos em infraestrutura de saúde; educação e conscientização fiscal; incentivos à pesquisa e à inovação na saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhoras e senhores, ao combinar essas estratégias, a reforma tributária pode se tornar um instrumento poderoso para melhorar a saúde da população, ao mesmo tempo que promove justiça social e eficiência econômica. O desafio está em desenhar uma reforma que seja equilibrada, eficaz e capaz de alcançar esses objetivos de maneira sustentável. E, nesse sentido, com toda a tranquilidade, eu tenho absoluta certeza de que nós vamos ter uma excelente audiência pública.

Eu agradeço, inicialmente, a todos os que foram convidados, aos nossos expositores, que aceitaram prontamente estar conosco aqui nesta audiência pública. O e-Cidadania já está bombando (*Risos.*), com todo o respeito. Depois, eu leio um pouco das perguntas e passo para os nossos expositores.

Então, nós vamos começar a nossa primeira mesa, já pedindo desculpas pelo meu atraso, porque eu ainda estava na dúvida se eu iria comandar ou não, mas estou muito feliz de estar aqui, porque eu estou super empolgada de escutar os nossos expositores.

E, para a nossa primeira mesa, eu convido:

Sra. Courtney Ivins, representante da World Bank Health Latin America; (*Palmas.*)

Sr. Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda; (*Palmas.*)

Sra. Mônica Andreis, Diretora Presidente da ACT Promoção da Saúde; (*Palmas.*)

Sr. Francisco Mata Machado Tavares, Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Sócios-Fiscais da Universidade Federal de Goiás e do Observatório da Reforma Tributária. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Bom, inicialmente, nós vamos dar a palavra por dez minutos, mas quero deixar os nossos expositores à vontade. Nós vamos ter um acréscimo de mais três. Enfim, vamos ter a tranquilidade para que cada um consiga fazer a sua exposição.

Vou passar a palavra, agora, para a Sra. Courtney Ivins, representante da World Bank Health Latin America. Desculpem-me, gente, meu inglês é daquele jeito. (*Risos.*)

Seja muito bem-vinda, Sra. Courtney.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. COURTNEY IVINS (Para expor.) – Vocês conseguem me ouvir?

Boa tarde.

Muito obrigada pelo convite para participar desta audiência.

Cumprimento as autoridades aqui na mesa e todos os participantes.

Hoje, vou apresentar o estudo que realizamos sobre os impactos distributivos de uma possível tributação de produtos ultraprocessados no Brasil. E, também, quero ressaltar que tivemos a oportunidade já de apresentar esse estudo no seminário conjunto no Congresso da Reforma Tributária 3S: Saudável, Solidária e Sustentável, que foi realizado em junho. E é um prazer poder trazê-lo novamente aqui para vocês.

Nesse estudo, analisamos os impactos distributivos em termos de três dimensões: gastos com produtos; anos de vida perdidos, expressados em termos de renda; e gastos médicos relacionados.

É importante aqui já antecipar que constatamos um perfil progressivo nessas três dimensões, ou seja, que essa tributação incentivaria um consumo mais saudável e teria um impacto positivo nas finanças públicas e na renda das famílias, proporcionalmente maior para as faixas econômicas mais pobres.

Então, esses achados podem ter uma contribuição importante no debate em curso sobre o potencial de agregar os ultraprocessados no escopo do imposto seletivo.

Rapidinho, sobre a nossa metodologia, quero destacar que, para fins desse exercício, estimamos o impacto de um aumento de 20% no preço dos produtos processados e ultraprocessados e usamos três fontes principais de dados: a Pesquisa de Orçamentos Familiares, o Sistema de Informações Hospitalares do SUS e o *Global Burden of Disease Study*.

Para contextualizar, é importante lembrar que as doenças não transmissíveis são responsáveis por 75% das mortes no Brasil e isso tem fortes associações com a dieta. E tem um crescente corpo de evidências, a nível global, mostrando que os ultraprocessados são claramente associados a essas doenças: obesidade, mortalidade precoce, doenças cardiovasculares,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hipertensão, câncer, entre outras. Então, esses produtos são nocivos à saúde e é importante ter políticas públicas que desincentivem o seu consumo.

Nesse sentido, a reforma tributária poderia reforçar também outras políticas públicas existentes no Brasil. Por exemplo, a limitação da disponibilidade dos ultraprocessados nas escolas e a rotulagem de alimentos.

Aqui vemos o perfil de consumo de alimentos por decil de consumo, com base na classificação chamada de Nova. Essa classificação é uma inovação que vem do Brasil. Foi desenvolvida pela Universidade de São Paulo, no fim dos anos 2000, e tem servido como base de uma boa parte da literatura global sobre esse tema, inclusive como guia alimentar para a população brasileira. Essa classificação divide os alimentos em quatro categorias: os alimentos *in natura* ou minimamente processados; os ingredientes culinários; os processados; e os ultraprocessados, que são basicamente formulações com ingredientes de uso exclusivamente industrial.

Em termos dos perfis de consumo, por um lado, observamos que, em todas as faixas econômicas, os alimentos *in natura* representam mais que 50% do consumo, com exceção do decil de consumo mais alto, ou seja, o grupo dos 10% da população mais rica. Em outras palavras, os decis mais baixos ou mais pobres tendem a consumir menos ultraprocessados como proporção da sua dieta. Isso é um achado interessante para o Brasil.

Notamos também que o consumo de ultraprocessados ainda não representa mais que 30% do consumo de alimentos em todas as faixas e isso diferencia o Brasil de alguns países de alta renda, como os Estados Unidos, onde os ultraprocessados já representam quase 60% do consumo energético.

No entanto, outros estudos mostram que essa tendência está se revertendo no Brasil e o consumo de ultraprocessados vem aumentando muito rapidamente. Depois, vai ficar difícil reverter esse padrão. Então, temos uma janela, que é limitada, para criar e reforçar políticas públicas para evitar que essa transição tenha impactos negativos na saúde da população.

Aqui vemos o perfil de consumo por estado. Novamente, podemos observar que os estados mais ricos, em termos de renda *per capita,* como Santa Catarina, Paraná, DF, São Paulo, também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tendem a consumir mais ultraprocessados – o segmento aqui roxo no gráfico –, comparados com os estados de renda *per capita* menor, como o Maranhão.

Passando para as três dimensões da nossa análise, em termos de elasticidade de preço da demanda, ou seja, a mudança de demanda em produtos em relação à mudança em seus preços, vemos aqui que a elasticidade é alta. Então, todas as faixas econômicas ganhariam com a redução de consumo de ultraprocessados. E as faixas mais pobres, sendo mais sensíveis a mudanças de preço, tenderiam a gastar ainda menos com produtos ultraprocessados, permitindo o aumento no consumo de produtos mais saudáveis. Observamos também que o consumo de todas as faixas econômicas, em particular dos mais pobres, é mais sensível ainda a mudanças de preço de comidas *in natura*. Então, medidas que facilitam o acesso à comida saudável teriam um impacto também positivo e progressivo.

Em termos de anos de vida perdidos, novamente cada faixa apresentaria ganhos, com aumento de esperança de vida. De novo, os decis mais baixos têm ganhos de renda significativamente maiores. Vemos aqui que a curva é bem acentuada.

Devido à diminuição dos problemas de saúde derivada do consumo reduzido dos ultraprocessados, os gastos médicos também se reduziriam mais para os decis mais pobres. Embora a nossa análise não permita estimar os impactos fiscais precisos nos SUS, ela sugere que uma tributação sobre os ultraprocessados, então, teria um impacto positivo em termos de redução das despesas médicas.

Em resumo, como a Senadora ressaltou, esse estudo ressalta que a reforma tributária não é apenas uma política fiscal. É também uma política de saúde.

E a taxação de ultraprocessados teria um perfil progressivo, isto é, pessoas nos decis mais baixos apresentam ganhos maiores em termos de consumo, anos de vida perdidos e gastos médicos.

E o consumo de ultraprocessados vem aumentando rapidamente no Brasil. Então, tem uma janela limitada para desincentivar o consumo desses produtos e promover acesso à comida saudável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para concluir, reitero que a evidência global mostra que a tributação de produtos nocivos à saúde pode gerar um ganho triplo, melhorando os resultados de saúde, diminuindo despesas médicas e gerando recursos adicionais para políticas públicas

O Banco Mundial está à disposição para continuar a contribuir neste debate no que for possível.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Somos nós quem agradecemos, Sra. Courtney, representante do Banco Mundial.

Agora, eu vou passar para o Sr. Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda.

Seja bem-vindo, Sr. Bernard.

O SR. BERNARD APPY (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora.

Agradeço o convite para participar deste debate.

Cumprimento os meus companheiros de mesa, a Courtney, a Mônica, o Dr. Francisco.

Bom, quando a gente está falando de impacto da reforma tributária na saúde, nós estamos falando aqui de duas dimensões, eu acho. Uma são produtos e serviços de saúde, que estão com alíquotas reduzidas. Então, os serviços de saúde ficaram com a alíquota reduzida, que vai ser 40% da alíquota padrão, ou seja, uma redução de 60%. Medicamentos vão ter uma redução significativa de tributação dentro do escopo da reforma tributária.

No projeto original enviado pelo Governo para o Congresso, já havia uma redução em relação à situação atual. No projeto aprovado pela Câmara, a redução é ainda maior. Então, desse ponto de vista, tem também uma tributação bastante reduzida no uso de serviços de saúde e de medicamentos.

Alguns medicamentos vão ficar com a alíquota zero, basicamente farmácia popular e algumas categorias como medicamentos oncológicos. Os demais medicamentos, pelo texto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovado na Câmara, vão ficar com a redução de 60% da alíquota. Essa é uma dimensão do impacto da reforma tributária sobre a saúde.

A outra dimensão, que eu acho que é o foco mais do debate aqui hoje, tem a ver muito com a tributação de alimentos.

Aqui, nós temos, dentro do desenho da reforma tributária, três categorias de tributação no âmbito do Imposto sobre Bens e Serviços e da Contribuição sobre Bens e Serviços. Alguns alimentos estão na cesta básica, com alíquota zero; alguns alimentos, com alíquota reduzida, ou seja, 40% da alíquota padrão; e alguns alimentos, com alíquota cheia, que é a própria alíquota padrão.

Além disso, existe a discussão sobre o imposto seletivo como um tributo que tem, explicitamente, pelo texto constitucional, o objetivo de desestimular o consumo de produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Bom, quando a gente olha o desenho da reforma tributária, vamos olhar, primeiro, alimentos *in natura* e minimamente processados.

Quando o Governo mandou o projeto para o Congresso Nacional, adotaram-se, como referência para a elaboração dos produtos que estariam na cesta básica e com alíquota reduzida, a cesta básica do PIS-Cofins e todos os demais produtos *in natura* e minimamente processados que não estavam na cesta básica do PIS-Cofins.

Tirando casos muito específicos, de alimentos muito concentrados em pessoas de altíssima renda, que acabaram indo para a alíquota cheia, tipo *foie gras*, esse tipo de coisa assim, os outros todos foram distribuídos. Nesta distribuição entre a alíquota zero e alíquota reduzida, no projeto original, optou-se por adotar uma política com um viés mais social.

Primeiro, todos os produtos hortifrutigranjeiros, quer dizer, hortícolas, verduras, legumes, frutas e ovos, todos eles já estavam, pela emenda constitucional, na alíquota zero. E optou-se, nas demais partes da cesta, por alocar aquele que tinha o consumo mais concentrado nas famílias de baixa renda, mas dominantemente consumo de produtos *in natura* e minimamente processados, dentro da alíquota zero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí foi construído um indicador. A gente pegou duas faixas de renda: em uma, basicamente, as famílias do Cadastro Único; em outra, as demais famílias. E dividiu-se o valor do gasto com cada alimento sobre o valor do gasto total com alimentos, nessas duas categorias, dividiu-se um pelo outro. Então, se você divide o das famílias mais pobres sobre o das famílias mais ricas, se o valor é maior que um, significa que o consumo é mais concentrado em famílias de menor renda; se é menor que um, é mais concentrado em famílias de alta renda.

Na tramitação da Câmara dos Deputados, todos sabem que, nesse desenho que foi feito, as carnes acabaram ficando na alíquota reduzida. Na tramitação da Câmara dos Deputados, uma mudança que foi adotada foi a inclusão das carnes na cesta básica. Todas as carnes basicamente, com pouquíssimas exceções, estariam dentro da cesta básica.

Agora, o que eu acho importante é dizer que, desde o começo, nessa preparação do projeto, que, grosso modo, foi mantido, os alimentos *in natura* e minimamente processados estão com alíquota reduzida e o grosso deles está na alíquota zero. Eu acho que esse é um ponto importante.

Já os alimentos ultraprocessados estão, quase todos, não todos, mas, quase todos, na alíquota cheia. A principal exceção, se eu não me engano, é margarina. Tem alguma outra, mas a mais relevante é a margarina, que é um produto de consumo popular muito intenso que acabou ficando na cesta básica, mas os demais alimentos ultraprocessados, quase todos, estão na alíquota cheia.

Então, nós estamos falando aqui de uma diferença de tributação que não é pequena. Nós estamos falando de alíquota cheia, pelos cálculos do projeto enviado ao Congresso Nacional, de 26,5%; de alíquota reduzida de 10,6%; de alíquota zero, zero. Nós estamos falando em relação aos produtos que estão na alíquota zero, mas em um diferencial de mais de 26% de tributação. Em relação aos produtos que estão na alíquota reduzida, de um diferencial de 16% de tributação. Não é um diferencial pequeno.

Então, de fato, já existe, dentro do desenho... Eu sei que existe uma demanda de inclusão dos alimentos ultraprocessados no imposto seletivo, mas o que eu queria colocar é que o desenho que foi enviado para o Congresso já contempla uma diferenciação de tributação que não é pequena entre alimentos ultraprocessados e uma boa parte dos processados que ficaram na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alíquota cheia e os alimentos *in natura* e minimamente processados, que ficaram – a maior parte deles – com alíquota zero e alguns com alíquota reduzida.

Então, já existe essa diferenciação. Acho que é importante a gente entender isso, dentro do desenho que foi colocado. Chega, inclusive, a um nível próximo do que a Courtney falou, que fez o estudo com 20%: no caso da cesta básica, um pouco mais; no caso da alíquota reduzida, um pouco menos, mas fica próximo disso.

A gente sabe que houve essa discussão de incluir dentro do imposto seletivo, mas eu acredito que a diferença que existe agora já é relevante. Pode-se até melhorar, talvez, esse desenho entre a alíquota, do ponto de vista da saudabilidade, entre alíquota zero, alíquota reduzida e alíquota cheia. É um tema que pode ser trazido, mas já existe essa diferenciação. Então, eu queria deixar claro que não é um tema que foi esquecido quando foi enviado o projeto para o Congresso Nacional.

No imposto seletivo, aí, sim, tem produtos claramente nocivos à saúde e meio ambiente. Fumo e cigarros estão no imposto seletivo. Inclusive, agora, está tendo um processo de aumento na tributação de cigarros. Bebidas alcoólicas entraram na tributação do imposto seletivo e refrigerantes, que são uma das categorias de alimentos ultraprocessados, entraram dentro do imposto seletivo. Então, já tem produtos que estão no imposto seletivo. Esse, sim, tem uma tributação mais alta. São produtos claramente nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Quer dizer, acho que vai ter o debate, hoje, mas só quero dizer que esse tema não foi desconsiderado dentro do desenho. Não foi considerada, na definição da distribuição dos alimentos, nas várias categorias, apenas a questão da saudabilidade, mas ela foi um dos parâmetros mais importantes considerados nesse desenho. O critério de saudabilidade e o critério de impacto distributivo foram considerados dentro do desenho da reforma tributária. Então, acho que esse é um ponto importante.

Além desse impacto, a reforma tributária, segundo vários estudos, inclusive do Banco Mundial, tem um impacto positivo, do ponto de vista distributivo, que acho que é um ponto importante de a gente entender, não só pela composição da distribuição dos produtos entre várias categorias de alíquotas, mas também pelo *cashback*, que, aliás, nós do Ministério da Fazenda, do ponto de vista distributivo, consideramos um instrumento mais eficiente até do que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alíquotas reduzidas e outros instrumentos. Na soma, tem um impacto distributivo do ponto de vista positivo.

Obviamente, isso acaba tendo um impacto positivo na saúde a longo prazo, porque, certamente, para as famílias mais pobres, o poder de compra é, sim, um determinante da saúde dessas pessoas, sem dúvida nenhuma.

Eu acho que é isso.

Acho que é muito importante este debate, Senadora, que está sendo feito aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARD APPY – Apenas ressalto que este é um tema que não foi desconsiderado no desenho da reforma tributária. Posso falar: não foi o único tema considerado, mas foi um dos determinantes na escolha da distribuição dos alimentos entre as três categorias de tributação.

Muito obrigado pelo convite e parabéns pela iniciativa. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Grata pela participação, Sr. Bernard Appy.

Vou passar, agora, para a Sra. Mônica Andreis, Diretora-Presidente da ACT Promoção da Saúde.

Obrigada.

A SRA. MÔNICA ANDREIS (Para expor.) – Bom, boa tarde.

Primeiro, agradeço também, Senadora, pela oportunidade de estar aqui.

Cumprimento também todos os colegas de mesa, especialmente o Sr. Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária, do Ministério da Fazenda.

A gente reconhece esse trabalho de fôlego que foi feito durante bastante tempo para poder discutir e aprovar uma reforma tributária no Brasil e a abertura sempre ao diálogo que a gente encontrou junto à Secretaria e, agora, aqui nesta Casa.

Então, agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço licença para cumprimentar todos os presentes. Muitas pessoas aqui estão participando também de um seminário da ACT, que é um seminário anual que a gente realiza. Neste ano, nós temos 160 participantes de todo o Brasil, e todos apoiando, acompanhando e atuando pela promoção da saúde.

Então, gostaria também de agradecer.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Aproveito, em nome do Senado Federal, para cumprimentá-los todos.

Sejam bem-vindos à Casa. (*Palmas.*)

A SRA. MÔNICA ANDREIS – Grata.

Bom, eu vou apresentar um pouquinho, então, do trabalho da ACT.

A gente tem apoiado a reforma tributária, especialmente no que se refere à questão do imposto seletivo para produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Também apoiamos nesta discussão em relação à desoneração de produtos saudáveis e à composição da cesta básica. No caso do imposto seletivo, os produtos como tabaco, álcool, bebidas açucaradas. E defendemos a inclusão de outros ultraprocessados.

Nós sabemos que isso contribui para a melhoria dos indicadores de saúde, para a redução dos gastos no Sistema Único de Saúde e também contribui para arrecadação e economia para investimentos sociais no país.

É urgente que a gente possa reverter a tendência de que produtos saudáveis são menos acessíveis à população do que produtos não saudáveis. Aliás, produtos saudáveis acabam sendo menos acessíveis do que produtos não saudáveis.

Vemos algumas matérias e estudos que falam a respeito disso em que, por exemplo, alimentos saudáveis têm aumento de preço superior ao de ultraprocessados no Brasil. Esse tipo de tendência precisa ser revertido. A gente precisa ter mais acesso realmente aos produtos, aos alimentos saudáveis e não aos ultraprocessados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro estudo mostra que o preço de arroz e feijão, por exemplo, subia mais que cerveja e cigarro, que eram produtos que estavam discutidos na questão do imposto seletivo, o que também é uma tendência a ser revertida.

E aqui eu acho que eu pulei um, mas... Não, era já esse aqui, então.

O preço do cigarro agora está tendo um aumento, mas na verdade a gente teve oito anos sem um ajuste nos preços de cigarro, o que é injustificável. Durante esse período, inclusive tem estudos mostrando que o salário mínimo subiu 50% de 2016 a 2023 e o reajuste do preço mínimo de cigarro foi zero. Então, agora a gente está tendo, como o senhor mencionou, um reajuste, porém ainda tímido, diante do que poderia ter sido ajustado, e é importante que a gente tenha, então, a oportunidade da reforma tributária para tributar mais esses produtos que têm um impacto nocivo muito claro na saúde. São mais de 30 anos de discussão de uma reforma tributária no Brasil, então acho que a gente não pode perder esta oportunidade de realmente fazer uma reforma que não só simplifique o sistema tributário, mas também beneficie a população e a saúde da população, assim como a economia.

Ali é a Dani já mostrando a faixa, que é o que a gente sempre tem defendido: se faz mal para a saúde, tem que ter mais imposto.

Então, o Brasil tem essa oportunidade única de transformar o futuro, e aí a gente vê que a experiência de vários países tem mostrado que a adoção dos impostos seletivos é eficaz, porém a oposição vem muito das empresas e setores que não querem ver prejudicados seus lucros, que são exorbitantes, deixando o ônus apenas para a sociedade.

Então, aqui também a gente vê, para ter uma ideia desse ônus, o impacto econômico de alguns desses produtos. Então, no tabagismo, por exemplo, em relação ao tratamento de doenças ao tabaco relacionadas, como afastamentos etc., a gente tem um total de R$153,5 bilhões ao ano, num estudo que foi realizado pelo Iecs em conjunto com a Conicq – depois a Dra. Vera vai estar aqui presente para mencionar também –, e a arrecadação tributária foi de apenas R$8 bilhões em impostos federais, valor que equivale apenas a 5,2% das perdas causadas pelo tabagismo. Em relação ao álcool, somente o tratamento de casos de câncer associados ao consumo de álcool custou R$1,7 bilhão ao SUS em 2018, e, no caso de bebidas açucaradas, tem esse estudo também mostrando que o custo anual é de R$2,995 bilhões por ano e que, então, são produtos realmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com alto impacto. Por isso é totalmente justificado que a gente tenha imposto seletivo para esses produtos.

Então, aqui, uma breve avaliação. Nós entendemos que o texto aprovado na Câmara dos Deputados manteve a previsão de imposto seletivo sobre esses produtos, propôs a desoneração de cesta básica, impediu a inclusão de produtos ultraprocessados em sua composição, então isso foi positivo. É importante também essa adoção do modelo misto para a tributação de tabaco e álcool. Por outro lado, nos preocupou a mudança de redação, retirando a previsão de reajuste anual das alíquotas específicas, porque, como eu mencionei, por exemplo, em relação ao cigarro, nós tivemos oito anos em que esse produto não foi reajustado, então é importante essa previsão; e existia, saiu do texto.

O SR. BERNARD APPY (*Fora do microfone*.) – Saiu o IPCA, mas vai ser reajuste anual.

A SRA. MÔNICA ANDREIS – Menciona, mas fala que vai depender de lei ordinária. Então, para a gente, até seria realmente melhor manter a proposta do Governo, que já definia que teria essa previsão de reajuste anual pelo IPCA, para garantir que a gente tenha isso incluído.

E também nos preocupou essa não inclusão dos outros produtos ultraprocessados no imposto seletivo, sobretudo aqueles com maior teor de açúcar e mais consumidos por crianças e adolescentes.

Definições importantes ficaram para a lei ordinária, como a alíquota a ser definida para cada produto, que deve ser alta o suficiente para gerar os resultados esperados para a saúde e arrecadação tributária. Então, esse é um outro período que nós vamos ter de acompanhamento e discussão, muito importante.

No caso do tabaco, a gente defende que a tributação deve incidir mesmo sobre todos os produtos, ter estrutura mista e esse mecanismo de reajuste de indexação associado. Defendemos também esse texto original com ajuste anual pelo IPCA, porque, pela forma como ficou, ainda não se define o mecanismo e sequer se garante que a lei ordinária o estabelecerá. A gente também não deixa claro se ela vai estabelecer o critério ou se vão acabar entendendo que teria que ter uma lei ordinária a cada ano para definir isso. Essa é uma das preocupações de se deixar o mais definido possível agora para evitar qualquer tipo de interpretação equivocada no futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, como eu mencionei, as alíquotas têm que ser adequadas e projetadas de modo a garantir que se alcancem os objetivos desse imposto seletivo.

No caso dos produtos alimentícios, os produtos com maior teor de açúcar e mais consumidos por crianças e adolescentes – e aí, balas, gomas de mascar, doces, biscoitos recheados etc., néctares e outras bebidas artificiais – deveriam ser incluídos também no imposto seletivo, apenas os refrigerantes estão contemplados. Dados alarmantes mostram que crianças e jovens consomem mais ultraprocessados que adultos. A Courtney mencionou na pesquisa que ainda a gente tem no Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, por exemplo, uma proporção um pouco mais baixa de consumo de ultraprocessados, mas preocupa que crianças e adolescentes estejam consumindo mais ultraprocessados que adultos. Não à toa, também a gente está vendo um crescimento no índice de sobrepeso e obesidade nessa população. Então, produtos altos em açúcar, gordura, sódio e com aditivo alimentar definidos pela autoridade sanitária competente também devem ser considerados.

E recomenda-se também a inclusão de mais alimentos da sociobiodiversidade...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MÔNICA ANDREIS – ... na lista de produtos com desoneração de 60%, como farinhas, oleaginosas, castanha-do-pará, baru etc. Então, aqui também ficam algumas recomendações por parte da ACT.

Para finalizar, acho que as decisões de hoje é que vão moldar o Brasil de amanhã, então, de fato essa reforma tributária tem um potencial extremamente importante de mudar a configuração do que a gente quer, do que a gente busca para a população brasileira. E aqui, então, dados que acho que nos fazem refletir e justamente também apoiar essas medidas que vão trazer uma redução de consumo, um desestímulo ao consumo de produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente, ao mesmo tempo que podem estimular o consumo de produtos mais saudáveis.

Eu estou passando rapidamente algumas fotos somente para incentivar que é isto que nós queremos, um futuro em que a gente tenha um Brasil mais saudável, solidário e sustentável.

Obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Mônica Andreis, pela explanação e a participação.

Agora eu passo a palavra para o Sr. Francisco Tavares, Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Sócio-Fiscais da Universidade Federal de Goiás e do Observatório do Sistema Tributário.

O SR. FRANCISCO MATA MACHADO TAVARES (Para expor.) – Muito boa tarde a todas e a todos. Gostaria de agradecer imensamente o convite, a oportunidade, Senadora Leila.

Gostaria de cumprimentar os demais integrantes da mesa, Courtney, Mônica, o Secretário Appy, e saudar, claro, as pessoas que aqui estão e que participam do seminário da ACT, que merece tanta admiração de toda a sociedade civil pelo nobilíssimo trabalho que empreende.

A ideia da minha fala é tentar discutir, em alguma medida, por que não fazem sentido ou não encontram respaldo na bibliografia, na literatura especializada, algumas objeções frequentes apresentadas contra uma tributação seletiva em relação a produtos como tabaco, álcool, ultraprocessados, e nesse gênero, portanto, bebidas açucaradas. Eu vou apresentar um levantamento que foi realizado pelo Observatório Brasileiro do Sistema Tributário em que a gente foi buscar as melhores evidências empíricas acerca dos impactos na realidade das chamadas *excise taxes, sin taxes* em outros países.

Para a gente começar essa conversa, é preciso estabelecer um consenso que há na bibliografia sobre finanças públicas, sobre tributação, e que, muito frequentemente, não chega até os debates da nossa sociedade civil. Talvez a última ou a menos relevante das funções de um tributo em determinada sociedade seja a arrecadação de recursos para o custeio da máquina pública. Há correntes, por exemplo, na ciência econômica, como a Modern Monetary Theory, que vão dizer que essa função, aliás, poderia ser suprida de outras maneiras. Mas os tributos cumprem, do ponto de vista civilizatório, em países que optam por ser democráticos e constitucionais, outras funções muito relevantes. Eu destaco aqui duas delas: reprecificação – tributos, portanto, tendem a ajustar preços ao tipo de impacto, prejuízo, problema social que determinadas atividades podem suscitar – e regulação ou regulamentação de mercados.

Pode surpreender algumas ou alguns de vocês que os mais libertários, os menos intervencionistas dos autores, o caso, por exemplo, de Friedrich Hayek, que é um austríaco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bastante refratário a qualquer forma de regulação, reconhecem no tributo algum tipo de finalidade regulatória. Portanto, isso é um consenso. E dizer, então, que o imposto seletivo é uma ofensa à neutralidade dos mercados, que o imposto seletivo vai criar uma artificialidade sobre relações que correm eficientemente sem a mão estatal é algo que destoa seja da teorização econômica, seja de evidências empíricas produzidas ao longo de muitos decênios.

Bom, este é um debate, portanto, que, ao longo da história, separou duas grandes correntes: aquela do Pigou, que diz que há tributos pigouvianos, extrafiscais, regulatórios, e aquela de um autor chamado Ronald Coase. A verdade é que a evidência empírica entre a proposição de que o Estado não deve regular a atividade econômica por meio de tributos e a evidência empírica dizendo que, ao contrário, o Estado deve tributar para aproximar preço de mercado de bens e serviços do seu custo social, a evidência empírica em favor da ideia de se aproximar esses preços de custo social é acachapante. Eu compro hoje um maço de cigarros, eu compro hoje um pacote de um salgadinho ultraprocessado, pago ali R$10, R$15 – esse é o preço de uma relação contratual bilateral entre dois agentes privados de mercado. Mas há um custo que foi terceirizado, há uma externalidade que foi terceirizada para pessoas que nem participam dessa relação, que é a saúde pública, que é a família de quem adoece, que é a longevidade da população, que é o bem-estar coletivo. E este é um custo que pode ser medido, e cabe precipuamente ao aparato regulatório estatal, por meios tributários, tentar aproximar uma coisa da outra. Isso é um consenso na bibliografia contemporaneamente.

A partir disso, a gente pode enfrentar a questão do imposto seletivo e dos seus impactos. Muito se diz, principalmente aqui no Brasil, que "vai gerar desemprego, vai onerar os mais pobres". A evidência do Banco Mundial – e a Courtney, que me antecedeu, trouxe – não é exatamente essa, mas muito se diz que uma série de problemas vai surgir.

A pergunta que a gente fez é: o que a literatura, que mediu empiricamente os impactos de tributos seletivos sobre bebidas açucaradas, bebidas alcoólicas e produtos do tabaco, produtos fumígenos, indica em relação aos seus efeitos na sociedade e na economia? Para responder a essa pergunta, nós fomos a uma população textual composta de artigos científicos publicados no chamado primeiro quartil do CiteScore, ou seja, artigos publicados em periódicos de alto impacto. Com isso, a gente evita aquilo que não foi tão bem arbitrado, aquilo que eventualmente é um artigo que consegue emplacar num periódico a partir de *lobby* empresarial e assim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sucessivamente. O que a gente encontrou na bibliografia? E é claro que isso tudo está disponível no nosso *site*, etc., para vocês replicarem o que a gente encontrou.

Primeiro, há uma conclusão intuitiva, mas que se confirma: tributos seletivos aumentam o preço dos produtos tributados. Então, isso é um dado tanto para álcool quanto para tabaco, como para bebidas açucaradas. Esse resultado era intuitivo.

A gente vem agora para um segundo, no âmbito comportamental. Tributos seletivos fomentam mercados ilegais? E a resposta é: não há evidência nesse sentido. Pode ser que você cite um artigo que foi publicado numa revista classificada como B3 aqui no Brasil, que dois economistas fizeram e que é muito citado por uma associação cujo presidente trabalhou a vida inteira para a indústria tabagista. Se vocês forem nesse artigo, nas referências bibliográficas, eles dizem que a evidência é fruto de uma comunicação verbal de um instituto de pesquisa. Lá na minha universidade, se não é replicável, não é ciência. Chamem-me os próximos argumentos. E o que diz a bibliografia lá no primeiro quartil do CiteScore, controlada metodologicamente e replicável? Não há correlação entre aumento de mercados ilegais e impostos seletivos. O que pode acontecer, eventualmente, é um aumento de *market share*: vendiam 100 cigarros, 20 eram ilegais; passaram a vender 30 cigarros, 10 são ilegais. Reduziu-se tudo, mas alguém vai dizer "olhe, a pirataria subiu de 20% para agora 50%", só que o mercado todo diminuiu. E é a diminuição desse mercado que se espera quando se quer promover a saúde.

Em segundo lugar, o que se percebeu é que esses tributos funcionam melhor quando são mais amplos. No caso do México, por exemplo, de bebidas açucaradas, isso fica muito claro. O consumidor tende a alterar o seu comportamento pelo produto mais próximo que não está tributado. Se eu tributo a bebida açucarada, mas não tributo a bolacha, aí a criança começa a comer mais bolacha para compensar. Então, você tem que ter um espectro amplo, como se fosse um tratamento com um espectro maior para alcançar várias condutas. E funcionam melhor, principalmente nesses casos de produtos que viciam, de demanda inelástica, com alíquotas consideravelmente altas. Foi isso que a gente encontrou na bibliografia.

"Ora, mas alguém me disse que isso pune os pobres, que esses tributos têm efeitos regressivos." Tem um mantra em termos de monitoramento e avaliação de políticas públicas que diz que políticas produzem efeitos combinados e multissetoriais. A regressividade ou a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

progressividade ou o efeito positivo ou o negativo do ponto de vista distributivo de uma política de imposto seletivo, isso deve ser pensado em conjunto, por exemplo, com o impacto na saúde, com o impacto na longevidade. E a evidência é muito clara.

Eu cito aqui um só texto, que é de 2023, de Manderson e Jewett no sentido de que doenças não transmissíveis associadas a tabaco, associadas a álcool, associadas a produtos ultraprocessados não são as chamadas doenças de estilo de vida, mas são doenças de pobreza. Portanto, à medida que se reduz o consumo desses produtos, a população mais afligida pelos males que eles causam é beneficiada.

Em qualquer cálculo de progressividade ou regressividade, é justamente esse tipo de conta que tem que entrar em operação. Portanto, não é apenas se aumentou um pouco o gasto com o produto que já consumia, como no estudo do Banco Mundial, aliás, que, brilhantemente, quem me antecedeu expôs.

Pois bem, isso posto, a gente ousa, lá na UFG, na Faculdade de Direito, no Observatório Brasileiro do Sistema Tributário, fazer algumas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO MATA MACHADO TAVARES – ... sugestões – para concluir, aproveitando que o Secretário está aqui – para o PLP 68, na redação que fora aprovada na Câmara e que aqui está, no Senado, aproveitando também a presença de V. Exa., Senadora Leila Barros.

A primeira é, para evitar aquele problema da substituição que a evidência empírica indica, uma alteração no §1º do art. 393 do PLP que regulamenta a reforma tributária, abarcando produtos ultraprocessados em geral.

Em segundo lugar, ao tratar das alíquotas, a gente propõe que as alíquotas a serem definidas em lei ordinária deverão atender a valores mínimos, aptos a alcançarem os efeitos em termos de promoção da saúde e de redução de enfermidades esperados. E isso pode ser feito tranquilamente com bons critérios de avaliação e monitoramento de políticas públicas.

E, finalmente, talvez por haver na nossa equipe muitas pessoas da ciência política para além do direito, nós entendemos que a maneira mais eficiente de se conseguir esse resultado é também pensando em um painel de avaliação – assim como há o Comitê Gestor para resolver problemas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

federativos –, aberto à sociedade civil, que monitore, que pense, que reflita periodicamente sobre os efeitos da tributação seletiva: se a alíquota está adequada ou deve aumentar, se a abrangência está adequada ou deve aumentar. Que haja um foro participativo permanente para a gestão do imposto seletivo.

É isso, gente.

Os dados estão lá no www.observabr.org.br.

É uma honra estar aqui.

Muito obrigado, gente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Grata pela participação, Prof. Francisco Tavares.

Nós encerramos esta primeira mesa já agradecendo aos nossos expositores.

E eu pergunto... Acho que até vou aproveitar: eu gostaria de dar, para algumas considerações finais aqui de vocês, os quatro que já estão aqui, três minutos para cada um de vocês, para a gente trocar a mesa, porque eu sei que todo mundo tem horário.

Eu vou passar, primeiro, a palavra para a Sra. Courtney, que é representante do Banco Mundial.

A SRA. COURTNEY IVINS (Para expor.) – Não tenho muito a agregar. Achei excelentes as falas e a oportunidade de estar aqui, de presenciar este debate tão importante para o Brasil.

Como o Secretário mencionou, já houve muito avanço no intercâmbio com o Ministério da Saúde, o de finanças e a sociedade civil, já embutido na reforma como está, no sentido de preços relativos serem diferentes para os ultraprocessados, mas há um quadro amplo de legislação que pode apoiar isso, reforçar isso, para que faça a diferença no consumo da população e para que isso seja equitativo também.

Muito obrigada pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Nós é que agradecemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda.

O SR. BERNARD APPY (Para expor.) – Mais uma vez, agradeço o convite, Senadora.

Eu acho o debate que nós estamos fazendo muito importante.

Acho que, em termos de objetivos, tem uma convergência muito grande – em termos de objetivos, do que deve ser. Obviamente, quando você desenha a política pública, existe o ideal e existe o possível politicamente. A gente tem que trabalhar – a senhora sabe disso perfeitamente – dentro desse equilíbrio. Achei muito interessante a discussão.

Eu talvez faria uma ressalva só, Francisco, com relação ao seu ponto. A questão de mercados ilegais é uma preocupação, sim, na calibragem do imposto seletivo. Acho que esse é um ponto que a gente tem que ter em mente, ou seja, a gente tem, sim, por exemplo, no caso dos cigarros, no Brasil, um problema sério de contrabando, e existe, sim, uma correlação entre a tributação de cigarros e o nível do contrabando. É óbvio que o ideal é combater o contrabando – todo mundo está de acordo –, mas, mesmo assim, nós temos limites no que temos que fazer. Então, nós temos o desafio de encontrar a maior tributação possível do ponto de vista de desestímulo do consumo de cigarros, e esse é claramente um objetivo, mas, ao mesmo tempo, de ter uma preocupação de fazê-lo de uma forma que não estimule demais o contrabando, porque o contrabando foge de qualquer controle. É óbvio que existe o mundo ideal e... No mundo ideal, não tem contrabando, você consegue combater 100% do contrabando. Nós não vivemos no mundo ideal, nós vivemos num mundo em que, apesar de um esforço grande, existem essas restrições. Então, eu acho que, nesse desenho, sobretudo, do imposto eletivo, é importante considerar essa dimensão também; acho que é uma dimensão que não pode ser esquecida dentro do desenho da reforma tributária.

Fora isso, temos convergência total com relação ao que foi colocado aqui, tendo, obviamente, que respeitar as restrições políticas do que a gente consegue fazer dentro desse desenho.

Mais uma vez, obrigado e parabéns pela iniciativa.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – A Sra. Mônica Andreis, Diretora Presidente da ACT Promoção da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MÔNICA ANDREIS (Para expor.) – Primeiro, quero agradecer novamente, também, pela oportunidade e destacar que eu acho que represento aqui a sociedade civil e tantas outras pessoas que estão aqui conosco. Acho que essa possibilidade de participação, contribuindo para o debate, em todo o espaço que a gente tem aqui, é extremamente importante para que a gente possa levar em conta o que as organizações que trabalham com o tema também vêm desenvolvendo. Então, agradeço também especialmente por isso e espero que isso permaneça ao longo de todo o período de debate aqui no Senado.

Quero dizer que a gente tem também alguns estudos que trazem essa preocupação em relação ao mercado ilegal. Por exemplo, a Universidade Católica, aqui de Brasília, tem desenvolvido estudos muito interessantes em relação a isso, justamente mostrando que não há essa correlação direta, fazendo a simulação, inclusive, com as alíquotas de reforma tributária. Então, acho que são estudos que precisam ser amplamente divulgados, porque analisam o contexto específico do Brasil. Também acho que a experiência internacional nos traz alguns dados sobre isso, lembrando que um aspecto extremamente importante é: a gente tem também o protocolo para combate ao mercado ilegal no Brasil, que precisa ser plenamente implementado. Acredito que talvez a Dra. Vera, que vai também participar desta mesa, traga um pouco dessa experiência, uma vez que a Conicq vem desenvolvendo o trabalho justamente nesse sentido, para que a gente tenha medidas eficazes de combate ao mercado ilegal que não sejam por via tributária, que a gente sabe que tem, como um fator extremamente importante na redução de consumo dos produtos nocivos, sido considerada uma das políticas mais eficazes, justamente para a gente ter uma melhora dos indicadores de saúde e uma redução do consumo de produtos como tabaco, álcool e ultraprocessados. Então, esse é um debate que precisa estar realmente bem claro, usando-se todas as evidências, tal como trouxe também aqui o Francisco.

Agradeço mais uma vez...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MÔNICA ANDREIS – ... e espero poder estar presente, acompanhar e subsidiar com o que for necessário.

Obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Grata, Mônica Andreis.

Vou passar agora a palavra para o Prof. Francisco Tavares, que é o Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Sócio-fiscais, da Universidade Federal de Goiás, e do Observatório da Reforma Tributária.

O SR. FRANCISCO MATA MACHADO TAVARES (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora. Eu agradeço imensamente a oportunidade de estar aqui.

Quero dizer que esta conversa só pode acontecer hoje por força do protagonismo e da belíssima atuação de muitas das pessoas e das entidades aqui representadas. Até pouco tempo, nós falávamos em um tributo que era cobrado na origem, cobrado por dentro; seletividade em função da essencialidade era outro nome para *lobbies* corporativos absolutamente opacos; nós vivíamos num quadro de desarranjo federativo em que 27 estados e milhares de municípios competiam freneticamente; e era impossível associar a tributação sobre o consumo a qualquer objetivo constitucional ou direito fundamental com o mínimo de seriedade. O trabalho do Secretário Appy, o trabalho do Parlamento, aqui representado pela Senadora Leila, e o trabalho da sociedade civil, aqui representado pela Mônica e por todas as pessoas que assistem, permitiram que nós cruzássemos essa ponte e alcançássemos um sistema tributário sobre o consumo, racional.

Quando o Secretário Appy, lá no Ccif, levantava essas ideias, apareciam economistas, aparecia muita gente da minha área do direito dizendo: isso é impossível diante do federalismo brasileiro, isso nunca vai acontecer. O Secretário confiou nas evidências empíricas disponíveis, levou a sério este projeto, e hoje ele é realidade.

Secretário, as evidências empíricas disponíveis não apontam correlação positiva entre aumento de pirataria e tributação de tabaco. Confie novamente nessas evidências, e chegaremos a resultados tão históricos como os que o senhor até hoje almejou para nós.

Muito obrigado, gente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – O debate é muito interessante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer demais aos participantes desta primeira mesa e dizer que estamos à disposição, a Casa está debatendo. Em especial, agradeço ao Bernard Appy, que, em todas as solicitações que até o momento tivemos aqui na Casa, sempre esteve presente, sempre no debate, sempre representando muito bem o Governo.

A intenção aqui é de fato despertarmos a Casa para essa questão que eu julgo muito importante como mulher, como mãe, enfim, como uma cidadã que só quer o melhor, mais do que uma legisladora, para o meu país. E acho que este debate é muito importante, porque nós entendemos o impacto, que será positivo, se de fato tratarmos com bastante responsabilidade essa questão dos ultraprocessados, dos açucarados, do tabaco, do álcool, que já está dentro do escopo, mas que a gente pode discutir mais, aprofundar mais, caso a gente consiga de fato provocar a Casa e despertar o interesse dos demais colegas. Vejo que existe, sim, o interesse de debater mais, aprofundar e, quem sabe, melhorar o texto, não é, Secretário?

O Secretário já está cansado, mas é um guerreiro aqui representando o nosso Governo. Muito obrigada, Bernard.

Grata aos primeiros expositores desta primeira rodada.

Vou agora passar para a segunda mesa.

Muito obrigada. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Vamos agora para a nossa segunda mesa.

Convido agora a Sra. Lilian dos Santos Rahal, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. (*Palmas.*)

Convido também a Sra. Vera Luíza da Costa e Silva, Secretária Executiva da Comissão Nacional para a Implementação da Conversão Quadro sob Controle do Uso do Tabaco e de seus Protocolos. Seja bem-vinda. A presença está confirmada... Ah, está aqui. Está confirmada aqui. Que bom. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Sra. Letícia de Oliveira Cardoso, Diretora do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças não Transmissíveis do Ministério da Saúde. (*Palmas.*)

E o Sr. Gabriel Squeff, Coordenador-Geral de Informações em Economia da Saúde do Ministério da Saúde. Seja bem-vindo. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Está bombando! Depois eu faço as perguntas ao final. Acho que o importante, neste primeiro momento, é ouvir os nossos expositores, mas já passo para os que estão nos acompanhando que, ao final, eu vou ler as perguntas, os comentários. Eu acho bacana que todos tenham ciência aqui do interesse da população, daqueles que estão acompanhando a nossa audiência pública sobre o tema.

Vou passar a palavra agora para o nosso primeiro expositor, que é o Sr. Gabriel Squeff, que é o Coordenador-Geral de Informações em Economia da Saúde do Ministério da Saúde.

O SR. GABRIEL SQUEFF (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde, Senadora.

Muito obrigado pelo convite.

Obrigado a todos pela presença.

Senadora, eu vou fazer uma dobradinha com a minha colega Letícia. Eu vou fazer apenas uma introdução com uma contextualização do que é o Sistema Único de Saúde numa perspectiva comparada, porque esse é um elemento importante para a gente ter em mente na discussão sobre a reforma tributária, porque ela, ao fim e ao cabo, no final do dia, está mexendo com o sistema tributário, e, como todos aqui sabem, o sistema tributário brasileiro é algo que está intimamente ligado às despesas com ações de serviços públicos de saúde, porque nós temos os mínimos constitucionais de saúde, que são aplicados em cima da receita própria dos entes federados.

A primeira coisa que é importante a gente ter em mente, Senadora e demais, é que, numa perspectiva comparada, o gasto público, o investimento público em saúde no Brasil é muito baixo comparativamente aos demais países, sejam aqueles que têm um sistema universal de saúde, sejam aqueles que não têm um sistema universal de saúde. Do gasto total como proporção do PIB, que é uma métrica boa para a gente comparar a priorização que se dá para a saúde, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos o Brasil com 9,6% do PIB, sendo que a maior parte desse recurso vem do setor privado – desses 9,6%, 5,1% vêm do setor privado.

Se você pegar um extremo, como a Alemanha, que é o país que tem um dos maiores gastos como percentagem do PIB, 12%, você tem uma situação que evidencia que, ainda que nós tenhamos o maior sistema público de saúde do planeta, em termos de cobertura populacional, nós gastamos 9% do PIB com uma população de 200 milhões de habitantes e os alemães gastam 12% do PIB com uma população de 80 milhões de pessoas. Então, nós temos uma população muito maior e um gasto significativo menor, sobretudo se considerada a perspectiva do gasto público em saúde, e é disso que se trata a discussão que estamos fazendo aqui, que é relacionada à reforma tributária. Se a gente olha em termos *per capita*, essa diferença ainda fica mais latente. Nós temos o Brasil com um gasto de US$610 por ano, considerando aqui público e privado, comparativamente a US$7,4 mil. Os alemães gastam mais de dez vezes, em termos *per capita,* com o seu sistema público de saúde, e não têm um sistema universal de saúde. Então, é uma dimensão que inevitavelmente perpassa a questão da sustentabilidade do Sistema Único de Saúde brasileiro.

Para isso, é importante ter um olhar muito atento da parte do Legislativo e do Executivo com relação a como vai se dar o desenho dessa reforma, porque grande parte dos impostos que estão sendo alterados, dos impostos e das contribuições que estão sendo alterados, são base para o cálculo dos percentuais mínimos em saúde, seja do Governo Federal como dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Se a gente olha numa perspectiva, agora, não mais entre países, mas sim ao longo do tempo, o que a gente constata é que o gasto público, o investimento total em saúde, no Brasil, tanto feito pelos governos das três esferas como pelo setor privado e pelas famílias, tem uma leve tendência de aumento como porcentagem do PIB – parte de 8% e chega a 10% do PIB no contexto da pandemia, de todo o esforço para combater o novo coronavírus – e se estabiliza em torno de 9%, 9,7% do PIB. Mais uma vez, o que a gente vê aqui é que a proporção público-privado pesa muito mais em favor do privado, ainda que nós tenhamos um Sistema Único de Saúde. Eu vou repetir isso porque salta muito aos olhos nesse tipo de comparação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma coisa que foi colocada, que é a parte dos medicamentos – eu não trouxe essa informação aqui –: quando a gente olha, em perspectiva internacional, o quanto as famílias colocam da renda própria para a aquisição de medicamentos, o Brasil destoa enormemente. É o maior comprometimento de renda das famílias com medicamentos, em perspectivas comparadas, o que nós temos no mundo, mesmo tendo o Farmácia Popular, mesmo tendo toda a parte de apoio governamental para o fornecimento de insumos, de medicamentos.

Bom, eu quero fechar aqui a minha fala – como eu disse, estou fazendo uma dobradinha com a minha colega Letícia, do Ministério – só destacando que, com o fim do teto de gastos, voltou a valer a regra de que o mínimo aplicado em saúde pelo Governo Federal é de 15% da receita corrente líquida. Dessa receita corrente líquida, Senadora, fazem parte o IPI, a Cofins, a CSLL. Então, são todos impostos que vão ser alterados no decorrer desses anos até transitar toda a reforma tributária. Isso requer uma atenção muito especial da nossa parte para manter os recursos que são aplicados em saúde.

Então, esse crescimento que a gente tem, grande, na virada de 2023 e 2024, é a expressão dessa volta à regra anterior que substituiu o teto de gastos, que está aqui, que nos coloca aí com mais ou menos um terço do orçamento público federal destinado às ações e serviços públicos de saúde.

Para finalizar, eu coloco e reforço a importância, a premência de priorizar recursos para o Sistema Único de Saúde. Não só a pandemia evidenciou isso, mas todo o nosso arranjo federativo requer que a gente tenha um sistema único descentralizado e forte para fazer frente às demandas que serão crescentes.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigado. Grata pela participação e exposição, Gabriel Squeff.

Agora, eu passo a palavra para a Letícia de Oliveira Cardoso, que é a Diretora do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças não Transmissíveis do Ministério da Saúde.

A SRA. LETÍCIA DE OLIVEIRA CARDOSO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês me ouvem? (*Pausa.*)

Obrigada.

Quero cumprimentar a Senadora Leila pela oportunidade, por puxar essa audiência e promover o debate. Quero cumprimentar meus colegas de mesa: o Gabriel, meu colega de Ministério; Lilian, do MDS, tão parceira nessa pauta em que a gente tem trabalhado junto, muito proximamente, do MDS; a Dra. Vera, da Conicq, já estamos também desde o início trabalhando juntas nessa gestão para a prevenção do tabagismo e promoção da saúde da população, mas não só.

Eu venho aqui, em nome do Ministério da Saúde, fazer algumas reflexões e trazer algumas contribuições.

Quero dizer, em primeiro lugar, que o Ministério da Saúde tem trabalhado muito proximamente do Ministério da Fazenda, Senadora, para a construção dos parâmetros técnicos na formulação do Imposto Seletivo. Como o colega da mesa que me antecedeu, professor da universidade de Goiás, comentou, esse debate e essa construção coletiva é possível porque nós estamos num espaço democrático e num Governo que valoriza as relações tanto com a sociedade civil como com a academia e o Ministério da Saúde, que prioriza a ciência. Então, em nome da nossa Ministra Nísia, eu estou reforçando aqui a valorização da ciência, do espaço democrático e ouvindo todos os setores que têm interesse comum na prevenção das doenças crônicas não transmissíveis.

Próximo, por favor.

Vou trazer... Eu que passo? (*Pausa.*)

Ah! Obrigada.

Eu vou trazer alguns números, alguns já são conhecidos pela maioria da plateia – quero cumprimentar os participantes do seminário da ACT –, para reforçar a magnitude do problema das doenças crônicas no Brasil. Elas hoje vitimizam mais de 700 mil brasileiros por ano. Como a Courtney disse, são 75% dos óbitos, é a primeira causa de óbito na população adulta brasileira. Nós não podemos esquecer que essa é a primeira causa de óbito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sessenta por cento da população têm excesso de peso, seis em cada dez, e eu vou fazer um parâmetro aqui com adolescentes. Entre adolescentes, são 15% os que têm excesso de peso e obesidade – minto: obesidade e excesso de peso, na casa dos 30%.

Quando a gente fala de crianças pequenas, Senadora, nós temos hoje 10% das crianças menores de cinco anos com excesso de peso, 3% com obesidade, ou seja, crianças que estão crescendo, que estão num ritmo acelerado de crescimento, e já estão apresentando obesidade. Das crianças de cinco a nove anos, nós estamos com dados desatualizados. Nós temos dados de 2008/2009 que mostram que 10% já apresentavam obesidade em nosso país, trazendo aí uma preocupação, porque de lá para cá o consumo de ultraprocessados só aumentou e a gente tem uma preocupação com as doenças crônicas, porque elas se iniciam nos diferentes ciclos da vida. Então, a infância é um espaço, eu gostaria de marcar, em que também a gente tem que ter atenção na prevenção das doenças crônicas e da obesidade.

Quero dizer dos fatores de risco que roubam anos de vida de nossa população: em primeiro lugar, continua o tabagismo, com a atualização do Global Burden of Disease Study 2021; os riscos dietéticos são o segundo; o terceiro, a má nutrição; e o quarto, o uso excessivo de álcool.

Eu vou falar um pouco do tabaco e outros produtos fumígenos, mas não vou adentrar nisso dada a presença da Dra. Vera, que vai poder contribuir muito mais aqui com a sua *expertise*, mas vou trazer alguns pontos que julgo importantes.

Como a Mônica mencionou, recentemente, nos últimos anos, nós estamos observando que, além da ausência do aumento do preço do tabaco, nesse mesmo período recente em que a gente não teve aumento, houve uma estagnação em nossas taxas de tabagismo. O Brasil é reconhecido mundialmente pela implementação de várias políticas da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e por essa queda expressiva do tabagismo em nossa população. E o que a gente vem observando nos últimos anos é que a gente tem estagnado nessa queda e isso nos preocupa.

Justamente esses produtos não têm sofrido aumento e geram custos estrondosos para o nosso Sistema Único de Saúde. O que a gente tem observado é que a arrecadação cobre cerca de 10% dos custos gerados por esses produtos na saúde da nossa população. Então, é necessário a gente ampliar mesmo as medidas de taxação para esses produtos para não só reaver o prejuízo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos últimos anos, mas também para voltarmos a ter queda do consumo desses produtos em nossa população.

Quando a gente fala de produtos fumígenos, estamos falando não só de cigarro, mas de todos os produtos que têm nicotina em sua composição, líquida ou não. Então, um avanço da reforma tributária é considerar todos os produtos fumígenos.

E não podemos deixar de falar do cigarro eletrônico, porque volta e meia a gente está aqui tendo que enfrentar tentativas de voltar à discussão de que não faz mal, de que é para regulamentar, que é melhor isso do que o cigarro contrabandeado. O Ministério da Saúde é totalmente contra a regulamentação da venda no sentido da permissão da venda, publicidade, transporte, qualquer natureza de uso e distribuição desses dispositivos eletrônicos de fumar.

A Anvisa já fez consulta pública com diversos tomadores de opinião de todos os setores e manteve a decisão de proibição e o Ministério da Saúde é totalmente favorável à manutenção da proibição desses dispositivos eletrônicos de fumar, que têm tantos danos para a saúde, inclusive, maiores do que os do próprio cigarro em muitos casos.

Um pouquinho sobre as bebidas alcoólicas, só para deixar registrado. A gente tem observado nos últimos anos um aumento crescente do consumo abusivo de bebidas alcoólicas entre adultos no país – são dados das nossas pesquisas de monitoramento desses fatores de risco para doenças crônicas –, em especial, entre as mulheres e, especialmente também, nos anos pós-pandemia, com um aumento acelerado no consumo abusivo das bebidas alcoólicas. Estão relacionadas aí um conjunto de doenças crônicas: câncer, doenças relacionadas também à saúde mental, violência, acidentes de trânsito e muitos agravos para a nossa população.

Queremos chamar a atenção para isto: entre os jovens, também, de 13 a 17 anos, 63% – dados da nossa última Pesquisa Nacional de Saúde Escolar, feita em parceria com o IBGE – já experimentaram bebida alcoólica uma vez na vida. Nós estamos atualizando esses dados – a PeNSE acabou de terminar sua coleta de dados agora em 2024 –, vamos ter atualização dessas informações para esse grupo etário também.

Não podemos esquecer que, infelizmente, as indústrias das bebidas alcoólicas vão inovando para tentar, cada vez mais precocemente, trazer consumidores para os seus produtos. Então, aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é um dado recente: o consumo da cachaça cresceu 44% na última década, ultrapassando o de várias outras bebidas, porque está vindo com uma roupagem...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LETÍCIA DE OLIVEIRA CARDOSO – ... mais atraente para os jovens e está angariando novos consumidores.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Fique à vontade.

A SRA. LETÍCIA DE OLIVEIRA CARDOSO – Sim, sim.

Então, só reforçando: como também já foi falado, aumentar os impostos para esses produtos que causam mal à saúde e ao ambiente está previsto dentro das estratégias *Best Buys* propostas pela OMS como estratégia mais custo-efetiva para a redução do consumo desses produtos. Quem tiver interesse pode acessar o documento. Então, não é por falta de evidência. A gente tem evidências robustas nessa linha.

Quero dizer que a gente tem acompanhado... Além da questão da promoção da saúde, da promoção da alimentação saudável por meio da cesta básica, a prevenção desses fatores de risco vai gerar outros benefícios para a saúde da população como um todo.

E quero deixar esse último eslaide aqui dizendo que a gente teve muitos avanços com a proposta geral da reforma tributária e essa discussão da lei complementar, mas tem alguns pontos para os quais a gente gostaria de chamar a atenção. Há a questão, que a Mônica comentou, da necessidade de a gente prever esse reajuste com um parâmetro palpável para que a gente não padeça de novo período com reajustes pífios, de modo que a gente não consiga aumentar o preço de tabaco e de álcool; que produtos prejudiciais à saúde não sejam objeto de alíquota zero ou de incidência de benefícios tributários que geram um saldo de devolução, como, por exemplo, *cashbacks;* e outros pontos que a gente também já levou junto para a Fazenda.

Eu acho que a gente está num momento em que a gente teve muitos avanços até agora. A questão das bebidas açucaradas são um ponto dentro de um conjunto de alimentos ultraprocessados que é importante ter reduzido o consumo pela população. E a gente gostaria de entender, na oportunidade, agora, da discussão do projeto de lei no Senado, que se pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trazer a ampliação desse debate para os alimentos ultraprocessados, em especial, para alimentos que são prejudiciais à saúde infantil, que estão relacionados à obesidade infantil e aos cânceres infantis. Então, a gente traz aqui essa discussão, agora, ao Senado, como uma etapa em que a gente pode complementar a discussão sobre os alimentos ultraprocessados e não somente sobre as bebidas açucaradas.

Então, quero agradecer a oportunidade e trazer aqui o abraço da nossa Ministra e da nossa Secretária Ethel e a contribuição nesse tema. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Grata pela participação, Letícia Cardoso, assim como ao Gabriel.

Já deixo aqui meu abraço à Ministra Nísia, uma Ministra muito comprometida e que realmente tem feito um belíssimo trabalho diante dos desafios que temos dentro do Ministério da Saúde, pela questão orçamentária... Enfim, ela realmente tem se superado. Tenho acompanhado muito a luta dela junto com todos vocês do quadro técnico. Então, um abraço aqui, de todo o Senado, à nossa Ministra e ao corpo técnico do Ministério da Saúde.

Vou passar a palavra agora para a Sra. Vera Lúcia da Costa e Silva, representante da Conicq.

É melhor falar assim, não é Vera?

Todos entenderam...

A SRA. VERA LUÍZA DA COSTA E SILVA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Queria começar agradecendo muito à Senadora Leila Barros e dizendo que estou aqui representando a Conicq, que é a comissão nacional para a implementação do tratado, e também que sou pesquisadora do Cetab/Fiocruz, onde também trabalhamos não só na área de tabaco, mas também na área de prevenção do consumo de bebidas alcoólicas. Falo, então, em nome desses dois chapéus, desses dois bonés que estou usando neste momento.

Queria começar falando um pouco sobre o que esta Casa viveu, hoje de manhã, com a entrada do PL nº 5.008, da Senadora Soraya Thronicke, em discussão na CAE e dizer que é absolutamente essencial que esta Casa, que este Senado, não resolva passar a limpo o trabalho que a Anvisa fez tão bem de uma forma ruim para a sociedade brasileira, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que país a gente quer? Que sociedade a gente quer? A gente quer um país com uma geração toda dependente de nicotina? Se é esse o país que a gente quer, a gente faz o discurso da indústria.

E aí eu me remeto à época em que a gente era alvo – muita gente aqui não lembra, mas a gente era alvo – da propaganda de cigarros, de produtos do tabaco. Existia quase uma normalização pela sociedade de que isso era um produto muito bacana, que era legal, fazia parte do divertimento, do lazer, do estilo de vida etc. Se vocês se lembram dessas propagandas, elas vendiam isso tudo como um estilo de vida bacana. Essa mesma indústria tem entrado em todos os gabinetes para falar com todos os secretários e ministros, para dizer a eles que a reforma tributária vai aumentar o comércio ilícito de produtos do tabaco e dos produtos do álcool. Gente, isso é papo da indústria. Isso não tem nenhuma evidência científica, nenhuma comprovação, mas sabe como é: "água mole em pedra dura tanto bate até que fura". Você vê fiscais, você vê policiais, você vê as pessoas repetindo a mesma linguagem, a mesma conversa da indústria, porque é aquele negócio que fica sendo batido, batido, batido, e a gente tem que se pautar na ciência, no conhecimento existente, na pesquisa existente e naquilo que é bom para a população brasileira, e não no que é bom para o bolso da indústria, dos industriais.

Então, nesse sentido, a gente tem trabalhado muito no sentido de fazer com que todas as pessoas que estão envolvidas com essa reforma tributária vejam o que é importante nela e de trazer a público o que é bom para o país, o que é bom para a nossa população. E a gente sabe que o imposto seletivo é essencial. Por quê? Porque aumentar impostos e preços de produtos de tabaco, de álcool, de ultraprocessados, de bebidas açucaradas reduz o consumo – é simples assim –, e eles não têm uma relação linear com o contrabando.

Na década de 90, a Receita Federal resolveu diminuir os impostos sobre produtos do tabaco para reduzir o contrabando. Reduziu? Claro que não! Claro que não! Ai a indústria vem a público e fala assim: "Olha, os DEFs, não sendo liberados, o que vai acontecer? Vai aumentar o contrabando". Os produtos legais têm um contrabando alto e é por que eles não são liberados? Eles são legalizados no país. Por que eles têm problema de contrabando, e os outros que não são legalizados vão ter porque não são legalizados? Entendeu? Não existe um discurso coerente nem conciso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esse aumento de impostos e preços, na verdade, leva a um ganho triplo: você aumenta a arrecadação, você reduz o consumo e você melhora a saúde pública. E esse termo "ganhar, ganhar" foi um termo cunhado pelo Banco Mundial, já na década de 90, quando foi negociado um tratado, que é esse nome comprido, que está relacionado com o meu nome, que é a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Logo depois disso, surgiu a estratégia global para reduzir o uso do álcool, e o Brasil trabalhou num plano estratégico de enfrentamento de doenças e agravos não transmissíveis.

E é brincadeira, gente! A gente arrecada R$8 bilhões e gasta R$150 bilhões. É dessa conta que a gente está falando, fora o sofrimento, fora a dor, fora a disrupção da sociedade que acontece, e a gente continua com esses problemas como grandes problemas.

O que a indústria faz? Ela se reinventa. Então, no caso do tabaco, a indústria está tentando se reinventar com os DEFs. A Anvisa os proibiu, mas a indústria vem e vem de novo, ela vai tentar até o fim da vida. Por quê? Porque está diminuindo o consumo mundial de cigarros, e a maior parte do mercado brasileiro vai para fora. Do que a indústria precisa? De novos produtos no mercado, pois ela tem que manter o ganho dela.

Quando ao consumo de bebidas alcoólicas, nós estamos na fase pré-histórica, ainda, em relação a políticas públicas para reduzir esse consumo. A gente vê a garotada tomando cerveja, a gente vê propaganda de cerveja na televisão, o que é uma coisa absolutamente injustificável, porque a cerveja, do ponto de vista de publicidade, não é considerada bebida alcoólica – só produtos a partir de 13 graus são considerados bebida alcoólica.

Então, como é que a gente reduz esse consumo? Pensando fortemente em políticas públicas. E como é que a gente faz essas políticas públicas? A gente faz aumentando imposto e preço, a gente faz reduzindo a disponibilidade, a gente faz monitorando o que a indústria está fazendo, porque a indústria não é parceira, ela trabalha exatamente no sentido oposto do ponto de vista da sociedade.

E o imposto seletivo entra nessa conjuntura de uma maneira extremamente importante para equilibrar a balança do consumo no sentido de reduzir o consumo do álcool e tirar o consumo do tabaco dessa estabilidade em que ele se encontra, fazendo uma redução que deve ser continuada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até o câncer de pulmão, que, no início do século passado, era uma doença rara, é uma doença extremamente frequente, é um câncer muito comum. A gente tem que fazer esse câncer de pulmão voltar a ser uma doença rara com a redução do consumo para abaixo de 5% no país.

Essa tributação tem que acontecer com impostos fixos, *ad valorem*, e precisa haver um preço mínimo também. A gente tem, no imposto seletivo, as duas taxas já enfocadas para produtos do tabaco e do álcool, e a gente deve manter, e não só manter, mas também garantir que isso seja atualizado anualmente. É uma coisa que, se for depender de lei ordinária, vai esbarrar na burocracia do Congresso, vai esbarrar nos *lobbies*, vai esbarrar na dificuldade, e a gente vai passar, de novo, seis anos, oito anos, dez anos sem atualizar o preço desses produtos no Brasil.

No caso das bebidas alcoólicas, a gente tem que aumentar todos esses impostos. Os impostos sobre bebidas alcoólicas no Brasil são baixíssimos, e os preços são extremamente baratos. Então, para reduzir esse consumo, é importantíssimo que a gente aumente esses preços.

Eu queria concluir, mais ou menos, meu raciocínio dizendo que a gente precisa se concentrar muito nesses produtos, a gente precisa garantir que as alíquotas moldem o consumo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERA LUÍZA DA COSTA E SILVA – ... que não sejam pensadas nem feitas em consulta com as indústrias, mas em consulta com quem tem a ciência, com quem trabalha na academia, com quem não tem conflito de interesses em relação a esses impostos. E que, no momento seguinte, numa lei ordinária, essas alíquotas sejam fortes e estruturadas, sejam atualizadas regularmente e aumentem a arrecadação nos cofres públicos.

Enfim, era isso, mais ou menos, o que eu queria falar.

Muito obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Muito obrigada, Sra. Vera Luíza da Costa e Silva, representante da Conicq.

Bom, eu só gostaria de reforçar aqui, acompanhando os nossos expositores, que os números são estarrecedores – estarrecedores! Pensar que o consumo, entre as mulheres, desde a pandemia, subiu 95% – o consumo de álcool – e que 70% dos óbitos no país são derivados das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doenças crônicas, em que um dos principais fatores é o consumo de ultraprocessados, de álcool, de tabaco.

Então, assim, é muito preocupante a obesidade infantil, porque quem dá o alimento para a criança é o adulto. E a gente sabe que ultraprocessados, esses produtos são mais fáceis. Ninguém tem... Com a vida, com o dinamismo, com a vida que nós temos, são poucas as mães, as pessoas dentro da casa que vão lá fazer o suquinho de laranja e tudo.

Então, realmente a situação aqui é muito séria. Nós temos que realmente fazer, nos debruçar, trazer o Governo, o Ministério da Saúde, o Ministério da Fazenda, enfim, a sociedade civil, todos que estão aqui conosco, nesta audiência pública, porque, assim, está muito tranquilo para defender isso aqui, em Plenário.

Eu vou dizer para vocês, consumo de cachaça: subiu 44% na última década.

Realmente espero que os meus colegas estejam acompanhando, suas assessorias, porque esta audiência pública está sendo muito rica no sentido do entendimento da importância de estarmos aqui debatendo essa reforma na questão da saúde.

Então, quero agradecer a todos os expositores que, até agora, foram muito didáticos, com domínio total do que está acontecendo. Para nós aqui, que somos Legisladores, que estamos definindo, decidindo os rumos do país, é de suma importância essa troca. Eu quero agradecer muito o trabalho de vocês aí.

Vou passar agora a palavra para a Sra. Lilian dos Santos Rahal, que é Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Seja muito bem-vinda, Sra. Lilian.

A SRA. LILIAN DOS SANTOS RAHAL (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora Leila, e à Comissão de Assuntos Sociais, por promover esta audiência. Também queria cumprimentar meus colegas aqui do Ministério da Saúde, Gabriel e Letícia, e a Vera, por aceitar esse desafio de ser Secretária Executiva da Convenção-Quadro, que é tão importante e um parâmetro necessário para a gente entender os males do consumo de tabaco e de outros aí que seguem nessa esteira, como os ultraprocessados, com os quais nós estamos nos deparando cada vez mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, Senadora, eu queria usar o tempo que nós temos aqui, agora, restante, para falar da nova cesta básica de alimentos, que foi criada este ano, em março, por meio da publicação do Decreto 11.936, de 2024, pelo Governo Federal. Nesse decreto, que é baseado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar, que é uma lei lá de 2006, e que procura dialogar com diversas políticas do Governo Federal, mas de forma geral, com políticas de promoção da alimentação saudável, nós estabelecemos um conjunto de alimentos que busca garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável, considerando que o nosso foco da segurança alimentar é um foco da segurança alimentar promotor do direito humano à alimentação adequada, e também um conjunto de alimentos que busca garantir a saúde e o bem-estar da população brasileira.

Então, a ideia do Governo Federal, ao publicar essa nova cesta básica, é ter um parâmetro claro para orientar as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional nas suas diferentes dimensões, sejam políticas de produção de alimentos, sejam políticas de abastecimento ou acesso aos alimentos, sejam políticas de consumo de alimentos.

Na cesta básica, nós definimos dez grupos de alimentos, que seriam os alimentos promotores da alimentação saudável, e são todos alimentos *in natura* e minimamente processados e ingredientes culinários, conforme definido no Guia Alimentar para a População Brasileira, e nós estabelecemos que se evite ou que não se considerem os alimentos ultraprocessados nessa cesta básica.

Pois bem, eu já falei aqui que a cesta é baseada, então, nos critérios listados e definidos no Guia Alimentar para a População Brasileira e também na publicação do Ministério da Saúde que define os alimentos regionais brasileiros, além da lista de produtos da sociobiodiversidade de valor alimentício publicada por uma portaria do Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Agricultura, em 2021.

Bom, nós temos trabalhado, desde a publicação do decreto, mas um pouco antes ainda, tentando dialogar com diversas políticas da produção ao consumo, como a gente costuma dizer, da segurança alimentar. Então, recentemente nós tivemos a publicação do anúncio e das diversas medidas do Plano Safra da Agricultura Familiar com linhas de crédito específicas para fomentar produtos de alimentos saudáveis, fomentar a produção, a assistência técnica e produção de alimentos que dialogam com os grupos da cesta básica, promotora da alimentação saudável, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós também dialogamos bastante com a equipe do Ministério da Fazenda que elaborou a proposta de reforma tributária e vem trabalhando aqui com o Congresso Nacional. Agora encaminhou a lei complementar e está dialogando aqui com o Congresso Nacional para que sejam definidos os parâmetros da cesta básica prevista na reforma tributária, da cesta básica isenta e dos alimentos que terão a sua alíquota reduzida.

Bom, nós apoiamos esse grupo, como o Secretário Appy comentou, na definição dos alimentos que entraram para a cesta básica isenta e para a cesta básica reduzida, praticamente todos os alimentos *in natura* e minimamente processados, de acordo com o decreto da cesta básica. E temos buscado uma série de estudos, indicadores, que nos mostram – assim como outros estudos já foram apresentados aqui, o estudo do Banco Mundial e o que a Letícia coloca também um pouco aqui e o Secretário Appy, de alguma forma –, cada vez mais, o quanto os alimentos ultraprocessados têm sido indutores de doenças.

Tem aí uma série de estudos que foram já catalogados, mostrando o quanto os alimentos ultraprocessados são indutores de obesidade, de ambientes obesogênicos e da obesidade, de uma forma geral, o quanto o consumo de alimentos ultraprocessados foi responsável por mortes prematuras, o quanto os alimentos ultraprocessados incidem sobre desfechos de saúde, como mortalidade, câncer, saúde mental, doenças respiratórias, cardiovasculares, gastrointestinais e metabólicas, e o porquê de, para nós, do ponto de vista federal, do ponto de vista do impacto da saúde e da segurança alimentar, ser importante que esses alimentos sejam evitados e o quanto é importante que eles não façam parte de nenhum tipo de cesta básica, seja a cesta básica isenta, no caso da reforma tributária, sejam os alimentos com alíquota reduzida, especialmente em função dessa combinação que foi definida pela proposta da lei complementar, de fomentar, entre os mais pobres, o consumo de alimentos saudáveis, e não apenas trabalhar com o chamado retorno tributário, o *cashback*, como o Secretário Appy falou.

Tem uma discussão grande do quanto a desoneração ou a redução das alíquotas na cesta básica chega, de fato, para os mais pobres, mas acho que o Legislador foi bem claro ao optar pela combinação da redução dos tributos com o *cashback,* para que a população mais pobre possa ter acesso aos alimentos saudáveis, mas também possa ser beneficiada com o retorno de parte do que gasta para consumo de alimentos e alguns itens essenciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos aí as informações sobre por que os ultraprocessados devem ser evitados. Além das doenças e do favorecimento à obesidade, o desconhecimento sobre a composição e a forma como esses produtos incidem sobre a nossa saúde ainda.

Bom, para isso, nós também fizemos um levantamento que corrobora um pouco o que o estudo do Banco Mundial mostra, que a população mais pobre ainda consome majoritariamente alimentos *in natura* e minimamente processados, ingredientes culinários e um pouco de alimentos ultraprocessados, perdão, de alimentos processados, e o quanto os alimentos ultraprocessados ainda são minoritários no consumo da população mais pobre. Esses são dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares, que é uma das fontes que foi usada pelo estudo do Banco Mundial também e que nós resgatamos aqui, para mostrar que o consumo dos alimentos ultraprocessados aumenta conforme aumenta a renda da população.

Além disso, recentemente foi publicado um estudo nos *Cadernos de Saúde Pública,* da USP, com base nos dados da POF, já olhando para essa nova cesta básica e para a promoção da alimentação adequada e saudável. Foi publicado um estudo mostrando a aquisição de alimentos que compõem a nova cesta básica pelas famílias brasileiras de baixa renda, e esse estudo demonstra claramente que, em algumas regiões, como no caso da Região Norte, mais de 80% das calorias consumidas pela população mais pobre são compostas por alimentos da nova cesta básica já, ou seja, alimentos *in natura*, minimamente processados, ingredientes culinários, alguma coisa de processados e praticamente nada de ultraprocessados.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LILIAN DOS SANTOS RAHAL – Então, a gente vê que, como a Courtney falou aqui, nós estamos ainda numa janela de oportunidade, que está se fechando, porque o aumento do consumo de ultraprocessados vem sendo acelerado junto à população mais pobre.

E a gente até vai deixar aqui, desse estudo recentemente publicado, a participação média de calorias para cada um dos grupos da cesta básica. E embaixo, na última linha, a gente tem as calorias totais por região. Então a gente vê, por exemplo, que, na Região Norte, 88% das calorias consumidas pela população mais pobre são de alimentos da nova cesta básica, e a região que tem o percentual menor é a Região Sul, com 79%, mas isso quer dizer que o consumo de alimentos ultraprocessados ainda não é majoritário entre a população mais pobre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é essa necessidade de a gente ter um olhar específico para a cesta básica aqui na reforma tributária, seja para os alimentos que serão isentos, seja para os alimentos que terão a alíquota reduzida.

Bom, a gente tem uma série de dados aqui que mostra um pouco tanto a aquisição quanto o consumo da população mais pobre e da população mais rica, segundo quintil e segundo quartil de renda, e que ficam aqui para o trabalho de vocês posterior.

E eu quero concluir só indicando que, do ponto de vista da segurança alimentar, para nós é bem importante que os alimentos que terão isenção, os alimentos da cesta básica, sejam essencialmente alimentos *in natura*, minimamente processados, tal como a proposta colocada aqui pelo Secretário Appy, e que nos alimentos do Anexo VIII, que são os alimentos que terão a alíquota reduzida, nós não tenhamos alimentos ultraprocessados, como bebidas e compostos lácteos – que não são minoritários. Nós temos uma série de bebidas e compostos lácteos que são importantes e que pesam na cesta básica que estão com a alíquota reduzida –, assim como massas alimentícias. Por exemplo: faz sentido a gente ter a alíquota reduzida para macarrão instantâneo, que é um produto ultraprocessado, claramente, cujo consumo vem sendo ampliado? Em função da redução do preço, faz sentido a gente manter a alíquota reduzida para macarrão instantâneo? Faz sentido a gente manter a alíquota reduzida para bebida láctea, que é soro de leite com diversos outros produtos que a gente não sabe direito nem o que são? Faz sentido a gente manter a alíquota reduzida para compostos lácteos nos quais a gente não consegue nem enxergar direito quais são os ingredientes?

Então, nesse sentido, a gente chama atenção para o que vai entrar, o que vai permanecer na alíquota reduzida...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LILIAN DOS SANTOS RAHAL – ... lembrando que a importância é de a gente desincentivar o consumo dos ultraprocessados e ter uma reforma tributária que amplie o acesso da população brasileira toda, mas especialmente dos mais pobres, aos alimentos saudáveis.

Muito obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Acelerou bem, Lilian, no final. (*Risos.*)

Deixe-me falar sobre essa regulamentação, esse trabalho junto com o PLC 68: eu acho que o trabalho de vocês hoje, nesta audiência, trazendo evidências, números, nos respalda muito para esse debate aqui na Casa. Então, nós temos um longo caminho. Não é longo, mas é um caminho sério, um caminho que está respaldado pelos números, pela exposição de todos vocês, e eu gostaria muito de agradecer.

Realmente, eu saio muito convencida, convicta, já olhando para a minha equipe aqui, porque nós vamos ter que trabalhar bastante para ir ao debate. Acho que a Casa é para isso.

Estamos à disposição mesmo, e tenho certeza de que terei outros Senadores aqui que entendem a importância dos números, das evidências que foram trazidas aqui para nós, hoje, nesta audiência pública, viu?

Muito obrigada.

O e-Cidadania bombou, não é, Saulo? Tem mais? Tem não? (*Pausa.*)

Ótimo.

Nós temos algumas perguntas aqui, e já adianto para as pessoas que estão nos acompanhando, os internautas, que nós não vamos dar fala para que os nossos expositores façam as respostas, mas nós vamos entregar para vocês – quem sabe, na medida do possível, se vão poder responder? Nós vamos encaminhar para cada um dos expositores.

O João, de Rondônia: "Como uma reforma tributária focada em consumo, saúde e sustentabilidade pode equilibrar simplificação fiscal com justiça social?".

O William, de São Paulo: "Quais as medidas para que a desoneração de impostos nos alimentos essenciais seja realmente efetiva e chegue [ao consumidor] final?".

O Ernani, de Rondônia: "Como a reforma tributária pode contribuir para a redução das desigualdades sociais e a promoção da saúde pública no Brasil?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algumas já foram até respondidas aqui e bem. Eu acredito que aqueles que fizeram as perguntas já se sentiram absolutamente contemplados aqui.

Anderson, do Paraná: "Como a reforma ajustará tributos para promover práticas empresariais mais sustentáveis e reduzir [os] impactos ambientais?".

Lara, de Minas Gerais: "Qual o papel do contador na aplicação da reforma tributária?".

Isso aí depois eu passo para os universitários aqui.

Luciani, de São Paulo: "Por qual motivo [as] armas de fogo não foram incluídas no imposto seletivo?".

Esse é outro debate. Esse é outro debate.

Comentários.

Graça, do Distrito Federal: "O tabaco, as bebidas alcoólicas e os refrigerantes deveriam ter uma taxação alta, visto que são [...] prejudiciais à saúde".

Já foi respondida.

Raquel, do Rio de Janeiro: "Alimentos sem glúten, sem lactose e sem açúcar são essenciais para as pessoas com restrição alimentar. Deveriam ter isenção".

Marina, de São Paulo: "Qual será o papel dos Fiscos municipais e estaduais responsáveis pela arrecadação do [Imposto Sobre Serviços] ISS e do [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços] ICMS?".

Renato, do Rio de Janeiro: "A reforma precisa descentralizar a arrecadação e mudar o foco [da taxação sobre o consumo para a renda]. [...] Essa reforma ajudará nisso?".

Tem inúmeras perguntas aqui.

A última: José, do Distrito Federal: "Quais mecanismos de compensação serão adotados para garantir que os entes federados não sejam prejudicados pela perda de receitas?".

Comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcos, do Distrito Federal: "No Brasil, nós temos uma tributação [que é] feita em cima do consumo, mas deveria ser feita [...] sobre serviço, [como os países de primeiro mundo]".

Márcio, de São Paulo: "É um absurdo que as armas não sejam taxadas. Deveriam ser taxadas com a alíquota mais alta possível".

Rosemberg, do Distrito Federal: "A alta carga tributária sobre produtos básicos penaliza os [...] pobres".

Roman, do Paraná: "Apenas [...] falam em aumentar impostos. A reforma fiscal em nenhum momento propõe reduzir impostos [ou] simplificar a vida dos empresários".

Luiz, de São Paulo... Estou lendo todas.

Luiz, de São Paulo: "O pior ponto é a centralização dos impostos pelo Governo Federal. [Isso] vai tirar a competitividade dos estados menos favorecidos".

Esta é a Casa da democracia. A gente tem que ouvir e falar por todos.

Vou dar agora, nesses momentos finais, três minutos para os nossos expositores da segunda mesa.

Vou passar a palavra para o Gabriel Squeff, que é Coordenador-Geral de Informações em Economia da Saúde, do Ministério da Saúde. Três minutos.

Obrigado, Gabriel, pela participação.

O SR. GABRIEL SQUEFF (Para expor.) – Obrigado.

Quero agradecer à Lilian, à Vera e à Letícia pelas ótimas exposições e também parabenizar a senhora, Senadora, por essa mesa, que muito me alegra, repleta de mulheres, não é, com predomínio de mulheres. Eu sei que essa é uma pauta que a senhora defende e que me alegra muito de estar participando numa situação, numa mesa como essa.

Eu quero finalizar apenas destacando que é importante...

Nessa discussão da reforma tributária, a gente focou muito aqui num aspecto mais micro dela, no que diz respeito à tributação, ao imposto seletivo – e isso é fundamental, porque o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impacto sobre a saúde é imediato, e os números foram eloquentes nesse sentido –, mas eu pontuo e destaco, Senadora e demais colegas, a importância também de a gente considerar os aspectos mais macro da reforma, no que tange ao financiamento da saúde.

É muito importante ter um olhar acurado e acompanhar, de maneira pormenorizada, como vai se dar essa transição dos impostos que estão deixando de existir, vão se consolidar no IBS, e a mesma coisa das contribuições, porque diversos desses pontos que o e-Cidadania, que os participantes colocaram, como simplificação tributária, justiça social, combate às desigualdades, são dimensões que precisam ser endereçadas olhando para o financiamento do Sistema Único de Saúde e as demandas crescentes que ele vai ter, sejam aquelas inexoráveis, como o envelhecimento da população, mas também aquelas outras que podem ser evitadas por meio do imposto seletivo.

Então, eu chamo a atenção para isto, a relevância e a premência de olhar com lupa para como vai se dar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL SQUEFF – ... o financiamento do Sistema Único de Saúde e da saúde pública no Brasil, com foco nas reduções das desigualdades, nos vazios assistenciais e na promoção do bem-estar da sociedade brasileira.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Gabriel.

Vou passar a palavra agora para a Letícia Cardoso, também representante do Ministério da Saúde, Diretora do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis, do Ministério da Saúde.

A SRA. LETÍCIA DE OLIVEIRA CARDOSO (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora.

Somando as minhas palavras às do meu colega Gabriel, do Ministério da Saúde, a gente enxerga a reforma tributária e a implementação de imposto seletivo – não só o imposto seletivo, mas com a redução da alíquota para alimentos saudáveis – como uma oportunidade de promover

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a saúde, prevenir doenças crônicas, promover a alimentação saudável em todos os ciclos da vida da população.

Diante desse cenário epidemiológico que a gente mostrou, a gente tem que aproveitar essa janela de oportunidade para ter medidas mais incisivas, porque essas doenças são muito importantes para o nosso país, elas oneram muito o Sistema Único de Saúde não só na atenção primária, mas na atenção especializada também – câncer, doença renal crônica, diabetes –, em toda a cadeia de insumos que são necessários para cuidar dessas pessoas.

Então, é muito mais custo-efetivo a gente prevenir essas doenças, é muito mais custo-efetivo, não só sob o ponto de vista da saúde, mas sob o ponto de vista social. Se a gente quer uma sociedade saudável, economicamente ativa, num projeto de sociedade que visa a aumentar a longevidade com qualidade de vida, a gente precisa prevenir esses fatores de risco, que estão cada vez mais precoces na nossa população.

Então, o Ministério da Saúde também está à disposição desta Casa para todos os insumos teóricos, números... Tudo o que vocês julgarem importante para o debate, a gente também está aqui à disposição.

Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Letícia Cardoso, que, assim como o Gabriel, é representante do Ministério da Saúde.

Vou passar a palavra agora para a Vera Luíza da Costa e Silva, que é representante da Conicq.

A SRA. VERA LUÍZA DA COSTA E SILVA (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora.

Eu quero aqui também agradecer. Eu acho que foi um debate estimulante. Muito bom a gente ter podido participar e ver essa enxurrada de argumentos bons para esta Casa, para que ela realmente faça diferença na reforma tributária.

Eu queria aqui falar em nome do Instituto Nacional de Câncer e da Fundação Álvaro Cruz também, no sentido de que continuam e serão sempre instituições de peso na saúde pública brasileira e que vão promover sempre toda essa questão do imposto seletivo, toda essa taxação sobre esses produtos e todas as políticas que, na verdade, atendam aos interesses reais da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população, e não aos interesses das indústrias, que têm um interesse só, que é o de vender seus produtos.

Agradeço mais uma vez. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Vera Luíza.

Vou passar a palavra agora para a Lilian dos Santos Rahal, que é a Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

A SRA. LILIAN DOS SANTOS RAHAL (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Mais uma vez, eu queria agradecer o convite para o nosso ministério para que nós pudéssemos estar aqui hoje colocando um pouco do nosso trabalho de promoção da segurança alimentar e da alimentação saudável, especialmente a partir da publicação do decreto da cesta básica, que nos coloca este desafio, que é um desafio do Governo brasileiro, do Governo do Presidente Lula, de tirar o Brasil do Mapa da Fome com comida de verdade.

Nós não queremos que as pessoas, especialmente a população mais pobre, sejam inundadas por ultraprocessados e sejam levadas a onerar o nosso sistema de saúde a partir do consumo de produtos que não são produtos adequados, que não são produtos que possam vir a ser promotores de bem-estar e de saúde da população.

Nós estamos com uma oportunidade única de, nesta reforma tributária, cuja tramitação inicia aqui nesta Casa, ter um olhar específico para essa cesta básica que está sendo proposta, com alimentos *in natura* e minimamente processados, e também um olhar específico para os alimentos que terão sua alíquota reduzida. Eles precisam ser alimentos que dialoguem com a nova cesta básica, que dialoguem com essa ideia de promoção da saúde, de promoção de ambientes alimentares saudáveis. Não pode ser uma reforma tributária fomentadora do consumo de alimentos ultraprocessados, que levam a diversas doenças e problemas decorrentes da má alimentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senadora, estamos à disposição no Ministério do Desenvolvimento Social – a nossa equipe. Para quaisquer dados que sejam necessários, para qualquer trabalho que possa vir a complementar a análise de vocês, a nossa equipe está toda à disposição, para vir aqui quantas vezes forem necessárias, para apoiar essa mudança nessa janela de tempo que nós temos, como colocou o estudo do Banco Mundial, para que nós não oneremos a nossa população e o nosso sistema de saúde com uma inundação de produtos ultraprocessados, que, claramente, comprovadamente, são maléficos à saúde da população.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Gente, uma salva de palmas para os nossos expositores. (*Palmas.*)

Olha, eu adoro audiência pública. Se há uma atividade que a gente tem na Casa e que, para mim, como legisladora, estando aqui no meu segundo quadriênio no Senado, acho de suma importância para nós é este momento aqui, em que a gente pode trazer todos os atores interessados e aqueles que dominam o assunto para subsidiar o nosso trabalho aqui.

Então, quero agradecer demais a participação dos expositores da primeira mesa, assim como a da segunda mesa, a todos que, de alguma forma, de forma interativa ou presencial, estiveram conosco nesta sessão.

Vamos para a terça-feira, sessão plenária.

E quero agradecer a todos vocês.

Certamente será a primeira de algumas que teremos aqui na Casa e certamente iremos convocá-los. Não é nem um convite; é uma convocação.

E, nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

Boa terça para todos e muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e trinta e três minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Janaína Farias, Paulo Paim, Teresa Leitão, Flávio Arns, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Humberto Costa, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Mecias de Jesus, Otto Alencar e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Marcelo Castro, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Zenaide Maia, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 24/2024 - CE, de autoria Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), e REQ 26/2024 - CE, de autoria Senadora Janaína Farias (PT/CE). **Finalidade:** 1ª Audiência Pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 5.230/2023, de iniciativa do Poder Executivo, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e define diretrizes para a política nacional de ensino médio. **Participantes:** Sr. Alexsandro do Nascimento Santos, Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica, da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC); Sr. Luiz Antônio Caruso, Consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Sra. Marlova Jovchelovitch Noleto, Diretora e Representante da UNESCO no Brasil; Sr. Daniel Cara, Professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e representante do Coletivo em Defesa do Ensino Médio de Qualidade; Sr. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE); Sra. Rosilene Corrêa, Diretora da Secretaria de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); e Mauricio Holanda Maia, Secretário da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino do MEC (SASE/MEC). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/16

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, nesta data de 16 de abril de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei 5.230, de 2023, de iniciativa do Poder Executivo, que, abrem-se aspas, "altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e define diretrizes para a política nacional de ensino médio", em atenção ao Requerimento nº 24, de 2024, de minha autoria, e ao Requerimento nº 26, de 2024, de autoria da Senadora Janaína Farias.

Convido para tomar assento à mesa os seguintes convidados: Sr. Alexsandro do Nascimento Santos, Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica, da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação; Sr. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Coordenador do Fórum Nacional de Educação; Sra. Rosilene Corrêa, Diretora da Secretaria de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Sr. Daniel Cara, Professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e Representante do Coletivo em Defesa do Ensino Médio de Qualidade; Sr. Luiz Antônio Caruso, Consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); e Sr. Mauricio Holanda Maia, Secretário da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino do MEC, a Sase. (*Pausa.*)

Participa desta audiência, de forma remota, a Sra. Marlova Noleto, Diretora e Representante da Unesco no Brasil. Eu não vou arriscar o segundo nome, porque não consigo. (*Risos.*)

Informo também que foram convidados o Conselho Nacional de Educação e o Conselho Nacional de Secretários de Educação, que não puderam comparecer a esta audiência e justificaram a ausência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Já temos algumas perguntas do e-Cidadania.

Alexandre, do Rio de Janeiro: "Há algum plano para padronizar, assim como a BNCC [Base Nacional Comum Curricular], as disciplinas ofertadas pelos itinerários formativos?".

Ana, do Rio Grande do Sul: "Por que não utilizar os cursos dos institutos federais com professores capacitados e bem remunerados como modelo para o ensino médio?".

Angélica, de Minas Gerais: "As diretrizes para a educação no ensino médio preparam o jovem para a iniciação ao ensino superior ou tecnológico visando o mercado digital?".

Bruno, de São Paulo: "Como equilibrar a demanda por mais cursos técnicos profissionalizantes com a necessidade de formar cidadãos críticos e conscientes?".

Maria, do Rio de Janeiro: "Quais medidas serão mantidas e/ou modificadas para a manutenção e criação de escolas de tempo integral?".

A Keysa, de São Paulo: "Considerando a importância do inglês na formação acadêmica e profissional, garantir a oferta em prol da justiça social não seria preferível?".

Luciana, de São Paulo, é um comentário: "Ao lado da expansão da oferta de vagas no ensino médio, acredito ser necessário também aumentar a oferta de vagas no período noturno".

Luiz, do Rio de Janeiro, também um comentário: "Devem ser inseridos [nesta pauta] o EAD e o *homeschooling* [...]".

Agradeço a presença do querido Deputado Federal Padre João, do PT, de Minas Gerais. Colega de muito tempo e de muitas lutas na educação. Bem-vindo sempre.

Com a palavra o Sr. Alexsandro do Nascimento Santos, Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC).

O SR. ALEXSANDRO DO NASCIMENTO SANTOS (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Dorinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um prazer estar aqui nesta audiência e quero sublinhar o quanto é importante que o Parlamento seja esse espaço de diálogo com a sociedade na busca dos consensos necessários para a gente produzir as melhores políticas públicas de educação.

Nós precisamos valorizar o Parlamento porque ele é um pilar estruturante da democracia e quando o Parlamento assume a discussão de uma temática tão relevante quanto o ensino médio é um sinal de saúde da democracia.

E eu estou muito feliz com a escolha da senhora para Relatora do projeto aqui na Casa. Acho que é uma Senadora que tem um longo histórico de serviços prestados à educação pública, e isso nos deixa muito seguros, seguras de que teremos uma boa tramitação aqui no Senado Federal.

Quero dizer que a Secretária Katia, a Secretária de Educação Básica, não pôde estar aqui hoje, ela esteve com o Ministro em audiência pela manhã, e estou aqui então representando a Secretaria de Educação Básica. Quero saudar os meus colegas aqui da mesa também e o Deputado Padre João, com quem falamos sobre a inclusão das escolas, das casas familiares rurais no Programa Pé-de-Meia; conseguimos avançar, ficamos muito felizes.

Bom, o Ministério da Educação liderou, no primeiro semestre do ano passado, no segundo semestre do ano passado, um processo de consulta pública bastante heterogênea, com muitas estratégias para escutar as diferentes vozes que tinham a dizer sobre os rumos do ensino médio brasileiro. Como pesquisador da área de educação, eu costumo dizer que o ensino médio, desde a Constituição de 1988, experimentou seis reformas curriculares, o que é um sinal de que talvez as questões não sejam somente curriculares. Talvez a gente precise colocar na mesa que, para transformar o ensino médio e conferir a ele a qualidade social que nós queremos, a gente precisa fazer uma reforma curricular ancorada em outras reformas, que deem conta de melhorar a infraestrutura física das escolas, as condições de trabalho e remuneração dos professores, o currículo operacionalizado na escola, o que significa pensar insumos pedagógicos existentes ou não nos territórios. Nós precisamos pensar a origem social e os desafios que os nossos estudantes experimentam fora da escola. Um estudante que vive situações de vulnerabilidade social, que vive acossado pela violência urbana, que vive parametrizado por horizontes de expectativas que não são as melhores, aproveita menos o ensino médio que se oferece a ele. Então, não bastam reformas curriculares, é preciso uma Política Nacional de Ensino Médio que dê conta de outras dimensões que não o currículo.

Mas esse debate que nós fizemos com a sociedade apresentou uma série de desejos da sociedade a partir do questionamento da arquitetura curricular do ensino médio. A consulta pública revelou alguns consensos bastante significativos. O primeiro deles tem a ver com a recomposição da formação geral básica dos estudantes do ensino médio para o patamar pelo menos idêntico àquele que existia antes da Lei 13.415. O que eu estou dizendo com isso? Antes da Lei 13.415, todos os jovens e adultos matriculados no ensino médio tinham direito a uma formação geral de 2,4 mil horas idêntica para todos. E na Lei 13.415 nós incidimos sobre isso e limitamos a 1,8 mil horas de formação geral básica. A consulta pública revelou que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a sociedade quer retomar o patamar anterior de 2,4 mil horas, e isso, então, foi endereçado num projeto de lei, construído com o Fórum Nacional de Educação, o Consed, o Foncede, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; um projeto de lei que tentou construir consensos em torno das pessoas que operacionalizam e vivem o ensino médio.

Então, a primeira coisa que, no ensino médio, parece que a sociedade deseja é retomar as 2,4 mil horas de formação geral.

Uma segunda questão que apareceu na consulta pública foi a perda dos componentes curriculares importantes na formação dos jovens que existiam, estavam presentes no currículo do ensino médio antes e que foram eliminados ou no mínimo fragilizados, sobretudo componentes curriculares como filosofia, sociologia, artes. Então, na consulta pública, apareceu uma demanda da sociedade da retomada dos componentes curriculares que historicamente faziam parte da formação dos jovens. Isso também foi proposto no projeto de lei encaminhado pelo Executivo, a retomada dos componentes curriculares que existiam antes e que foram fragilizados de alguma forma e até eliminados quando da reforma da Lei 13.415.

Particularmente aqui apareceu um debate público sobre a retomada da obrigatoriedade da língua espanhola. Havia uma lei, antes da Lei 13.415, que preconizava a oferta de língua espanhola de maneira obrigatória a partir das capacidades de cada ente, e essa lei foi revogada na reforma, houve um clamor na consulta pública de retomar a língua espanhola no ensino médio.

A solução de consenso no PL foi apresentar a língua espanhola como uma língua importante, mas não introduzir a obrigatoriedade imediatamente, permitir que os entes pudessem fazer a escolha para a inclusão de uma segunda língua, preferencialmente o espanhol. Todas as outras voltaram no projeto de lei para dentro do ensino médio.

O terceiro ponto é que os jovens brasileiros desejam que o ensino médio tenha aquilo que a Constituição Federal prometeu, aquilo que a LDB prometeu, um ensino médio que prepare para o exercício pleno da cidadania, para a continuidade de estudos no ensino superior, mas também para o mundo do trabalho. As juventudes brasileiras, os professores, os gestores escolares não querem uma dicotomia entre a formação para o mundo do trabalho e a formação para a cidadania. É preciso que o ensino médio seja capaz de dar conta dessas três finalidades.

O modelo que a sociedade brasileira mais aposta, isso está no comentário de um dos nossos da audiência, é o modelo que o Instituto Federal conseguiu produzir, que faz uma formação integrada com a formação geral e a formação para o mundo do trabalho em cursos consistentes, de qualidade. Todavia, o modelo do Instituto Federal apresenta um limite para o orçamento que nós temos em educação. É um modelo que custa, do ponto de vista financeiro, um pouco mais do que uma escola convencional que oferta o ensino técnico. Então, o horizonte de qualidade é o modelo do Instituto Federal, o ensino médio que integre formação geral e formação para o mundo do trabalho. Esse processo de construção dessa escola precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

olhar para esse horizonte de qualidade e fazer os modelos possíveis dentro de cada rede. O que significa isso? A sociedade reprovou os cursos técnicos de baixa qualidade que foram oferecidos no contexto da reforma. Cursos de duração reduzida, sem conexão com o mundo do trabalho; então, isso não. É preciso ter cursos de qualidade aí na oferta. E, para dar conta dessa oferta dos cursos técnicos, nós temos outra limitação que é a seguinte: no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, um curso técnico que ofereça uma profissão tem entre 800 horas e 1,2 mil horas.

Então, nós precisávamos encontrar, dentro da carga horária do ensino médio, no mínimo 800 horas para oferecer um curso técnico que ofereça uma certificação profissional.

Por isso, nós construímos um consenso, que acabou vigorando na tramitação da Câmara, de que, nas situações em que a escola oferecer um curso técnico com certificação e que esteja no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, a gente vai poder usar um pedaço da formação das 2,4 mil horas para garantir essa carga horária necessária para ofertar um bom curso técnico.

Não pode comprometer essa carga horária se não for um curso técnico que esteja no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e se não for um curso técnico que ofereça para o jovem uma certificação. Eu queria pedir esse cuidado ao Senado de não permitir que, por causa dessa flexibilização, a gente abra a porta para ofertas de cursos de qualificação profissional de baixa qualidade. Que a gente garanta que sejam os cursos que estão no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e que tenham aquela configuração curricular.

Também identificamos dois problemas em relação aos itinerários. Primeiro, a fragmentação e a oferta desregrada de diferentes tipos de itinerários com disciplinas meio fora do campo de formação dos professores e que, por isso, comprometem a formação dos jovens.

O que saiu de solução para o PL? Primeiro, haverá um parâmetro nacional para a construção dos itinerários. Essa era uma pergunta feita pela audiência. Sim, no projeto de lei está estabelecido que o Ministério da Educação vai liderar, em parceria com os entes, a construção de um parâmetro nacional para que os itinerários tenham qualidade. E, nesse parâmetro nacional, a gente vai convergir as ofertas que existem no território nacional em torno de um conjunto de requisitos de qualidade.

E a outra coisa é que os itinerários devem dialogar, devem expressar as disciplinas do ensino médio. Então, dentro do itinerário, é para a gente oferecer aprofundamento de sociologia, de filosofia, de matemática, de história, de geografia. Essa é a natureza do itinerário, aprofundar a formação geral básica.

O que aconteceu no tempo de implementação da Lei 13.415 é que essa ideia de aprofundamento foi, de certa forma, corrompida e foram ofertadas dentro do itinerário diferentes coisas que nada dialogam com essa formação do ensino médio. Então, isso também está no PL.

E perdão, Senadora, só mais uma ideia. Também está no PL uma atenção para precarização da oferta em EaD no ensino médio. Nós entendemos isso. Apareceu na consulta pública que a oferta de educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mediada por tecnologia deve ser uma excepcionalidade para contextos em que hoje o Brasil tem dificuldade de chegar com uma boa oferta presencial.

E a excepcionalidade não deveria compor a Formação Geral Básica. A Formação Geral Básica deve ser ofertada integralmente de maneira presencial. E os itinerários podem ser ofertados com educação mediada por tecnologia em regime de excepcionalidade, quando assim se demonstrar.

Eu sei que isso é complexo, porque a excepcionalidade pode abrir porta para muita coisa, mas a regulamentação posterior à lei pode garantir que a gente faça um bom ajuste nisso. Eu acredito, acredito na sociedade brasileira, nos professores e professoras, nos ativistas do campo da educação e acredito nos bons gestores públicos, que querem uma boa oferta de ensino médio.

Os outros pontos podem ficar para um segundo momento, então vou devolver a palavra para a Senadora e já registrar a chegada do Secretário Mauricio, da Sase, que também representa o Ministério da Educação.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Cumprimento o Secretário Mauricio, que já está conosco aqui.

Passa a palavra agora ao Sr. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE).

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Dorinha.

Boa tarde a todos, a todas, a "todes". Quero saudar a Senadora Dorinha, o Senador Flávio Arns. Quero saudar e cumprimentar a todos que estão aqui nesta exposição, nesta audiência pública. Quero também cumprimentar os meus companheiros do Fórum Nacional de Educação, nas pessoas da Profa. Andressa e do Alisson Araújo. Quero cumprimentar os meus colegas trabalhadores e trabalhadores da educação, o Diogo, a Eliana e o João Monlevade, e quero cumprimentar a todos os ativos, aposentadas e aposentados da educação básica pública brasileira. Também quero saudar o Padre João pela presença aqui nesta audiência pública.

Quero dizer que trago aqui, nestes dez minutos, um resumo da posição do Fórum Nacional de Educação, que hoje tem uma representação de 64 representações no fórum, sendo 14 do Ministério da Educação, 50 entidades da sociedade civil, do setor público, do setor privado, da educação básica, profissional e superior.

E, na nossa organização interna, temos grupos de trabalhos temporários sobre os temas ligados às políticas educacionais, já que é atribuição do Fórum Nacional de Educação, nos arts. 5º e 6º da Lei do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Plano Nacional de Educação em vigor, ter a responsabilidade de debater as políticas educacionais e apresentar propostas ao Ministério da Educação em um processo de acompanhamento, de avaliação, de monitoramento do Plano Nacional de Educação, mas também apresentar propostas para o plano futuro.

Nesse tema e nessa distribuição das políticas educacionais, o nosso grupo de trabalho temporário sobre o ensino médio se debruçou sobre o tema desde a recomposição do Fórum, em março de 2023, e divulgamos diversas contribuições ao debate e às reformulações necessárias à Lei nº 13.415, de 2017.

Eu vou passar aqui a leitura desse roteiro breve, para que possamos discutir sobre o que nós, do Fórum Nacional de Educação, queremos para os estudantes da educação básica do nosso país.

Então, a nossa leitura é de que nós precisamos da Lei do Sistema Nacional de Educação para dar uma visão sistêmica para a educação brasileira. Nós não podemos fragmentar as políticas. A educação tem que ser pensada da creche à pós-graduação, de forma simultânea com políticas que integrem essas ações.

Por isso, para a nossa juventude e o papel que nós temos na educação escolar, nós queremos uma formação geral básica integrada à formação profissional, com base na construção coletiva do conhecimento, relacionado com a realidade social que nós vivemos, uma escola e uma formação aos nossos estudantes que garantam o que o Estado brasileiro prometeu para a nossa juventude e para a população brasileira: garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, art. 205 da Constituição Federal, com igualdade de condições, liberdade de aprender e ensinar, com pluralismo de ideias e com a gestão democrática, uma gestão participativa, art. 206 da Constituição Federal, com igualdade de condições, liberdade de aprender e ensinar, com pluralismo de ideias e com a gestão democrática, uma gestão participativa, art. 206 da Constituição Federal.

Além disso, a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Isso é importante, que já é uma determinação da nossa Lei de Diretrizes e Bases.

A lei que estamos discutindo, de 2017, e o relatório que foi aprovado não trazem a perspectiva de solidariedade humana para a educação; trazem a linha de um processo de competição dentro do espaço da escola e entre as redes, entre as escolas. Nós precisamos atender àquilo que nós já construímos na legislação brasileira.

Em que condições nós do Fórum Nacional de Educação indicamos essa formação aos nossos estudantes? Em uma escola democrática, cidadã, emancipadora e solidária; que elabore e execute sua proposta pedagógica; que crie processos de integração da sociedade com a escola; que institua o Conselho Escolar Democrático e Deliberativo, também determinação do art. 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Uma escola que tenha garantidos os graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, art. 15 da LDB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trazemos esses elementos para cá porque a decisão dessa lei e da Base Nacional Comum Curricular, que também foi aprovada sem a nossa efetiva participação, num processo de construção, impede essa autonomia e esse direito de construirmos um currículo que venha de acordo com a nossa realidade social em cada escola, em cada território deste país. Por isso, chamo a atenção para esse processo.

Queremos, para dar garantia à formação dos estudantes, que os profissionais da educação, junto com os nossos estudantes, definam um currículo integral, para garantir uma formação intelectual, física e cultural que estimule reflexões sobre a vida e o mundo. Não é à toa que, em 1988, o Capítulo III da Constituição Federal trata de educação, cultura e desporto. Nós não estamos isolados desse processo. Então é importante integrar essas ações, essas políticas, para garantir um currículo comum enquanto nação, mas também garantir a parte diversificada exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos e educandas, que são os objetivos principais a serem alcançados nessa formação dos estudantes. Então é importante reconhecer essa realidade, para que a gente possa atuar e influenciar sobre ela, respeitando também o que está no art. 26 da LDB.

Nesse sentido, trazemos aqui a posição do Fórum Nacional de Educação, que é: a Lei 13.415, de 2017, e esse quinto relatório, aprovado na Câmara e apresentado pelo Deputado Relator, não atende às determinações legais da educação brasileira e nem tampouco às demandas levantadas na consulta pública coordenada pelo Ministério da Educação, como já foi dito aqui e vou repetir, junto com o Fórum Nacional de Educação, o Consed, o Foncede, a Ubes e o Conselho Nacional de Educação. Então, aí nós temos um conjunto de representações dos segmentos da comunidade escolar (profissionais, gestores, conselheiros) que estão atuando e que propuseram uma construção do Projeto de Lei 5.230.

Essa construção não foi respeitada na Câmara dos Deputados e das Deputadas. Por isso estamos, neste momento, fazendo aqui a entrega, à Senadora Dorinha, de toda a documentação produzida pelo Fórum Nacional de Educação, de modo a ajudar a assessoria da Senadora Dorinha a retomar aquilo que, coletivamente, foi elaborado pelos segmentos que compõem a educação em nosso país.

Coletivamente, nos debruçamos sobre esse processo. Ajudamos a coordenar a consulta pública, participamos da consulta pública. Após a consulta, nos reunimos para elaborar o projeto de lei. Juntos, entregamos o projeto de lei ao Presidente da República, que respeitou a construção coletiva e mandou, da forma como nós apresentamos, ao Congresso Nacional.

É nesse sentido que estamos reivindicando ao Senado Federal que, respeitando essa construção...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO – ... coletiva, possa encaminhar a recomposição do projeto original que foi entregue à Câmara Federal. Por quê? Porque os dados nos mostram que o que aconteceu em 2017 não atende a nossa juventude.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Rede Escola Pública e Universidade (Repu) e o Grupo Escola Pública e Democracia acabaram de lançar um parecer com os dados concretos sobre os três anos de aplicação da Lei 13.415, de 2017. Os dados são alarmantes para a nossa juventude: 64,5% não cursaram os itinerários prometidos no processo de discussão que foi apresentado ao Brasil, de que o estudante poderia escolher o seu itinerário formativo, mais de 64% tiveram que estudar o que a escola tinha a oferecer e não o que eles puderam escolher; 81,5% estão insatisfeitos com os componentes curriculares da lei; 85% desses alunos não se sentem preparados para fazer o Enem e tampouco outros vestibulares; 61,8% não frequentam as aulas de expansão de suas escolas, porque a lei colocava que a tecnologia ia complementar com a educação à distância e a escola não tem essa tecnologia, deixa que o aluno faça em casa e o aluno não acompanha essas aulas; 87,2% rejeitam o currículo da Lei 13.415, de 2017 e 92,7% defendem que a Lei 13.415, de 2017, seja cancelada ou revogada.

Então, o que nós construímos no PL nº 5.230 não foi a revogação, não foi o cancelamento, mas os ajustes necessários e mínimos para garantir a formação da nossa juventude. São esses ajustes que nós fizemos com a Lei 5.230 e que nós reivindicamos ao Senado Federal: que respeite a vontade da maioria; que garanta esse processo; que possa fazer as alterações – aquilo que nós apresentamos – e que nos ajude com o projeto para que, ao voltar para a Câmara, prevaleça aquilo que foi apresentado pela maioria.

Agradeço a atenção.

Agradeço o convite e o trabalho também feito pela Senadora Dorinha, que sempre respeitou essa opinião diversa, sempre buscou construir coletivamente essas posições e temos a certeza, pelo Fórum Nacional de Educação, de que ela vai continuar nesse ritmo de construção e de atendimento às demandas sociais e populares da nossa população brasileira, dos que fazem a educação pública e privada em nosso país.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

A exposição do Coordenador do Fórum Nacional de Educação, o Sr. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho.

Quero agradecer a presença aqui do nosso Presidente da Comissão de Educação, o Senador Flávio Arns.

É uma honra tê-lo aqui conosco.

Agradeço também a presença dos Consultores do Senado e do Consultor da Câmara, os Consultores Issana Rocha, Marden Ribeiro e Luana Bergmann e o Consultor da Câmara Jefferson Chaves. Muito obrigada por estarem aqui conosco, acompanhando esse processo de arranjo, discussão e democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar e já passar a palavra para a Sra. Rosilene Corrêa, Diretora da Secretaria de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

A SRA. ROSILENE CORRÊA (Para expor.) – Boa tarde.

Boa tarde, Senadora. É um prazer estar aqui representando trabalhadores da educação no Brasil, do sistema público de ensino.

Boa tarde a todos os componentes da mesa e a todos que estão aqui presentes acompanhando este debate tão importante. E considero que a nossa audiência certamente está alta, porque hoje é uma preocupação de muita gente o que esta Casa, que tem uma responsabilidade gigante, fará neste debate.

Então, quero aqui parabenizar a Comissão de Educação e a Senadora por esta oportunidade. Já temos uma outra também na próxima semana, enfim. E acho que esta Casa, com o papel que tem, de Casa que vai cumprir com a tarefa de revisora... O Presidente Heleno apresentou aqui todo esse histórico, mas eu queria ir um pouquinho além, exatamente falando das reformas para a educação brasileira, em que momentos da história do Brasil isso normalmente acontece ou tentam fazer com que aconteça.

Agora, recentemente, quando nós recuperamos, digamos assim, com mais capricho, tudo que nós temos na nossa história, de lamentar na nossa história com a ditadura vivida no nosso Brasil, então, dos 60 anos da ditadura, junto a isso também sempre vem ali esse momento recuperando o que a educação também sofreu e as tentativas, inclusive, de reforma do ensino médio, também na ocasião.

Não por acaso, o Brasil recentemente viveu um golpe – muita gente, inclusive, nas ruas pedindo a volta da ditadura – e também há aí uma reforma do ensino médio, que é uma política neoliberal para atender a essas demandas.

Então, quando a gente discute educação, nós estamos falando de que sociedade nós queremos, do que nós pretendemos.

Por isso, isso é bastante preocupante, porque quando se pensa no ensino médio para a educação pública nós estamos pensando em um público da educação pública, portanto, numa juventude majoritariamente periférica, embora a gente tenha todos os cuidados com os termos, mas é isso. Nós estamos pensando em uma juventude que precisa se preparar para o mercado de trabalho? Obviamente sim. Então, nós somos defensores do ensino médio integrado, sim, com o técnico, o profissionalizante; não é essa a discussão e nem é disso que nós discordamos. Agora, nós não podemos preparar essa juventude para ela permanecer onde ela está.

Acho que essa é a grande questão, sabe, Mauricio? Sabermos o que nós queremos ou não queremos transformar a partir da educação. Nós queremos ou não queremos que essa juventude tenha as mesmas oportunidades? Nós não queremos combater a desigualdade social e educacional neste país? Então, nós não podemos ofertar o ensino médio que condene essa juventude a permanecer onde ela está; nós queremos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ela caminhe, que ela tenha oportunidades, que ela saia dessa condição de aprofundar essa desigualdade, portanto.

Por isso é que nós estamos aqui, com muita expectativa, Senadora e Senador, de que esta Casa cumprirá com essa tarefa; de não reafirmar o que a Câmara fez, mas de aprofundar esse debate, de ouvir, de ter a capacidade, inclusive, de considerar o que foi ouvido na consulta popular que foi feita com os representantes – não só dos trabalhadores, mas, sobretudo, dos estudantes. As manifestações apresentadas pelos estudantes mostram e comprovam: quem tem a maior legitimidade para avaliar o que tem sido esse novo ensino médio são os estudantes. Nós não estamos aqui fazendo um debate meramente corporativista; nós estamos fazendo o debate – mais uma vez vou dizer – de que sociedade nós queremos e do que nós queremos de fato transformar a partir da educação – e, no caso específico aqui, do ensino médio.

Então, nós apresentamos – e a Senadora já deve ter recebido também no seu gabinete, mas eu vou deixar aqui... Na CNTE, nós estamos com um trabalho: todas as semanas, estamos visitando todos os gabinetes, reafirmando a nossa posição – e acho que vale a pena; eu tenho certeza de que o Daniel falará a mesma coisa –, que é pela revogação do novo ensino médio. Mas aqui nós estamos fazendo um debate de onde estamos, e hoje nós estamos com um projeto tramitando aqui nesta Casa; então, é daqui que nós precisamos fazer essa discussão. E acho que ainda é tempo do debate, sim, e da revogação; mas, considerando todo o trâmite – acho que foi muito bem apresentado aqui pelo Prof. Heleno, e, como a CNTE é uma das entidades do fórum, ele falou também pela CNTE, então reafirmamos aqui essa posição – e os itens que nós tivemos, eu diria que fomos desconsiderados pela Câmara Federal, mas, na possibilidade, aqui, neste documento – neste panfleto, na verdade, mas que nós já documentamos para a Comissão de Educação –, nós reafirmamos o que consideramos como avanços – para que permaneçam, portanto –, e mais os pontos que nós destacamos, que é o mínimo que nós precisamos fazer com que esta Casa considere.

E aí eu quero destacar a preocupação que foi colocada aqui pelo Alexsandro, que é uma preocupação grande que nós temos, Senadora, com o notório saber. Nós entendemos que, se nós estamos falando de cursos técnicos profissionalizantes, é cabível que as pessoas adquiram esse conhecimento? Sim; mas nós estamos falando de um processo de aprendizado, então, se nós vamos discutir e criar mecanismos de controle – porque de fato este profissional vai passar por uma formação mínima pedagógica, uma complementação? Ele vai ter o mínimo de conhecimento do que é uma sala de aula? Porque nós estamos falando de sala de aula, de escola. Não é porque é técnico profissionalizante que não é uma escola – é. Então, nós precisamos encontrar formas de um controle mínimo disso, sabe, Senador? O meu notório saber me capacita, mas eu vou assumir uma condição ali, ainda que temporária, de um educador.

Nós precisamos criar, portanto, essas condições de um processo seletivo, de ter controle. É preciso controlar minimamente, porque, senão, daqui a pouco, nós vamos ter notório saber de português, de matemática, as coisas tendem a andar livremente, e isso não costuma dar muito certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós precisamos pensar nestas condições: De que escolas estamos falando? O que cada um vai encontrar? E sabemos – o Alexsandro colocou muito bem – dos cursos que estão no catálogo, porque essa complementação é outro ponto que nós destacamos nesse documento; senão, daqui a pouco, essa complementação vai se dar também sem nenhum critério, e o que o estudante apresentar estará valendo para se cumprir a carga horária, que é indispensável e importante para a formação. Nós estaremos fazendo de conta que estamos ofertando e garantindo os direitos dessa juventude. É isso que nós não podemos permitir.

Por isso que, se nós não vamos ainda revogar, não vamos abrir, iniciar totalmente uma reestruturação, nós precisamos fazer e já era... Eu ouço muito o Daniel falar que essa discussão de uma reforma do ensino médio é lei antiga, e é verdade! Nós sempre dissemos que o ensino médio, assim como muitas outras etapas, precisa, sim... Agora, nós precisamos renovar o ensino médio para melhorar a qualidade, para ter mais investimento. E é isto que nós não podemos, portanto, permitir, nesse momento: que esta Casa reafirme o que a Câmara fez.

Aqui o que nós queremos definitivamente colocar é que não atendem à educação pública, não atendem aos estudantes do ensino médio, não atendem aos trabalhadores e às trabalhadoras, não atendem à sociedade brasileira as condições em que o projeto chega aqui.

O mínimo, reafirmando o que foi dito, é que o 5.230 seja considerado e respeitado nas condições em que o Executivo, a partir de uma construção coletiva, ainda que não...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSILENE CORRÊA – ... contemplando completamente as nossas demandas, mas que atente minimamente para o momento, que esse debate terá que continuar a ser feito, porque nós precisamos de muitas mudanças na educação pública como um todo, e é indispensável que esta Casa, portanto, cumpra esta condição hoje que é a de não permitir mais retrocesso.

E volto a insistir que nós definimos que sociedade nós queremos a partir de que educação a gente cumpre e o Estado oferece, cumprindo, portanto, a sua obrigação constitucional.

Então, é dizer, Senadora, do tamanho – e aí eu sei muito bem do compromisso da senhora com a educação deste país... Estamos aqui depositando muitas expectativas de que esta Casa atenderá e ouvirá, como a democracia nos coloca, o que foi apresentado na consulta popular.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Vocês estão devendo palmas para a Rosilene, viu, gente? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSILENE CORRÊA (*Fora do microfone*.) – É, também achei.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Quero agradecer o documento e a participação da Profa. Rosilene Corrêa, Diretora da Secretaria de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Passo a palavra para Daniel Cara, Professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), e representante do Coletivo em Defesa do Ensino Médio de Qualidade.

O SR. DANIEL CARA (Para expor.) – Boa tarde a todas e todos.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Senado Federal pela oportunidade de tratar de um tema que é o tema, hoje, mais importante no debate público na área de educação.

Então, quero agradecer especialmente à Senadora Professora Dorinha, que, já como Deputada Federal e, antes disso, como Secretária de Educação de Tocantins, tem feito um trabalho em defesa do direito à educação. E quero também cumprimentar o Senador Flávio Arns, que também foi Deputado Federal, Senador da República e foi Secretário de Educação. Então, a gente está aqui entre Senadores que, de fato, entendem do tema e sabem da importância de criar uma política de ensino médio que corresponda à necessidade do povo brasileiro, especialmente dos nossos estudantes.

Vou falar em nome do Coletivo em Defesa do Ensino Médio de Qualidade, que é um coletivo que reúne pesquisadores e professores da educação básica, em especial da educação básica tecnológica de nível médio, profissionalizante de nível médio, e quero dizer que aqui eu represento o coletivo, mas também a Campanha Nacional pelo Direito à Educação em minha própria universidade, a Universidade de São Paulo.

Bom, eu organizei uma apresentação pautada numa rodada de conversas que nós fizemos no Senado Federal. Fomos gentilmente recebidos por vários Senadores da República, e eles trouxeram dúvidas que a gente busca sanar nessa apresentação.

Em primeiro lugar, o Coletivo em Defesa do Ensino Médio de Qualidade compilou 142 pesquisas científicas publicadas entre 2021 e 2024, ou seja, a gente praticamente esgotou tudo aquilo que foi feito em termos científicos, em termos de evidências científicas em relação à reforma do ensino médio. A conclusão é de que a reforma do ensino médio gerou esvaziamento das disciplinas escolares, a fragmentação curricular com centenas de novos componentes pulverizados – o Alexsandro trouxe essas duas questões, que também se refletiram na consulta pública. Então, a ciência brasileira caminha em conjunto com aqueles que participaram da consulta pública.

E como o Heleno bem trouxe aqui, 85% dos estudantes de primeira geração de concluintes apontaram que não se sentem preparados para o Enem e para os vestibulares, ou seja, a reforma do ensino médio gera uma situação de total insegurança em relação aos estudantes sobre a continuidade deles nos estudos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é importante frisar que – e eu falo disso com muita atenção, sou pai de um estudante de ensino médio público da rede estadual de São Paulo – não tem como considerar que Enem e vestibular não são importantes para o estudante. O estudante deseja entrar na universidade. Aliás, essa é uma promessa que o Brasil não consegue ainda cumprir, mas vem avançando, criando novas universidades, expandindo as universidades, reestruturando o Enem e o Sisu, que é o sistema de ingresso à educação superior. Então, esse ponto é um ponto muito caro aos estudantes.

Para finalizar, as pesquisas também mostram que não existe liberdade de escolha em relação à reforma do ensino médio na prática. Muitas instituições de ensino só têm um itinerário formativo. Nós tivemos a oportunidade de circular por vários estados da Federação e a gente viu essa realidade na luta para corrigir a reforma do ensino médio. E o ensino médio, tal como é aprovado em 2017, distancia-se do ensino médio integrado, que é, de longe, a melhor oferta de educação pública do Brasil.

Eu posso dizer com bastante propriedade: sou egresso desse sistema, estudei em escola pública de ensino médio integrado no início da década de 90. E, hoje, o meu filho cursa essa modalidade que a gente brigou para que ele tivesse, de fato, dedicação, prestasse o vestibulinho e de fato faz toda a diferença. Ou seja, há uma oferta de qualidade na educação pública e ela é feita pelo ensino médio integrado.

Uma outra questão, há uma enorme insegurança para as comunidades escolares em relação à reforma do ensino médio, há um problema de desprofissionalização docente. Quero agradecer ao Sepe, que está aqui presente e inclusive entregou aqui para várias pessoas uma cartilha que fala sobre a reforma do ensino médio, depois eu vou passar aqui para a Senadora Dorinha. Essa cartilha traz o tema da desprofissionalização docente, que é um problema concreto que a reforma traz para o ambiente, para a comunidade educacional brasileira.

E, por último, a conclusão concreta das pesquisas científicas é que os estudantes não se sentem preparados para a vida em sociedade, nem para a continuidade do estudo e nem para o mercado de trabalho, ou seja, a reforma do ensino médio, de fato, tornou um caos a educação básica brasileira na sua etapa terminativa.

As evidências científicas, por final, destacam que a implementação da política não foi apenas falha, mas essencialmente um caminho que naturaliza desigualdades, especialmente em escolas públicas, escolas privadas ou escolas públicas de qualidade e as demais escolas públicas.

Diante desse cenário, o que a gente traz aqui, Professora Dorinha? A gente traz uma apresentação que tem três pressupostos fundamentais.

Em primeiro lugar, estabelecer um ensino médio sólido; em segundo lugar, respeitar o texto da Câmara dos Deputados, mas aperfeiçoar esse texto, corrigindo os problemas que resultaram da sua aprovação; e apresentar soluções que sejam, ao mesmo tempo, equilibradas e factíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à revogação, é importante dizer que aperfeiçoar a reforma do ensino médio e mudar o modelo da reforma do ensino médio na prática significa constituir um novo modelo que revoga o anterior, ou seja, o texto da Câmara já faz isso parcialmente, a gente pode melhorar aquilo que, de fato, hoje atrapalha a sociedade brasileira e os estudantes.

Quais são os desafios do ensino médio brasileiro e para o PL 5.230? Em primeiro lugar, superar a exclusão escolar; em segundo lugar, recuperar o aprendizado não realizado nos anos finais do ensino fundamental – vou falar sobre isso; preparar o estudante para o mercado de trabalho em relação à educação profissional; e preparar o estudante para o ingresso na educação superior.

Esses são os quatro desafios que eu vou me dedicar aqui rapidamente, eu vi que o tempo já está passando fortemente ali.

Em primeiro lugar, antes de começar, sobre a exclusão escolar, é importante dizer que 41,7% dos 9 milhões de estudantes, de jovens, melhor dizendo, que estão fora da escola, estão fora da escola porque sentem a necessidade de trabalhar; 25,5% porque têm desinteresse pela educação; e 23,1% devido à gravidez na adolescência.

Como a gente pode resolver essa questão? Vários Senadores da República perguntaram qual é a relação entre a reforma do ensino médio e os resultados do Brasil no Pisa. Eu quero destacar aqui para vocês que o Pisa não avalia a etapa do ensino médio, mas ele traz alguns indicadores, alguns indícios de qual é o caminho que a gente deve trilhar.

Rapidamente aqui, normalmente, quando se fala do Pisa, as pessoas se preocupam com a média. O Brasil é aquele pontinho vermelho ali, ele está bem abaixo do pontinho amarelo, que são os países da OCDE. Só que se a gente olhar para as médias, a gente não vai chegar à conclusão nenhuma. O mais importante é observar o nosso nível de proficiência. O Brasil é a segunda coluna, ali do quadro do eslaide, e vocês observam que a maioria dos estudantes brasileiros têm baixo desempenho em relação ao aprendizado de matemática, o mesmo acontece em relação à leitura e a mesma realidade se coloca em relação à ciência.

Então, o grande desafio que nós temos no ensino médio é conseguir fazer com que aqueles que não tiveram o aprendizado adequado recuperem o aprendizado no ensino médio. Então, o ensino médio tem que ser tão bom a ponto de ser capaz de recuperar o aprendizado.

E, se a gente analisar o histórico de proficiência no Pisa, a gente vai observar que matemática e leitura na pandemia caíram, mas a curva do Brasil não era boa, era muito abaixo da média da OCDE. Como resolver essa questão? Este é o ponto que eu considero fundamental: como resolver essa questão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, o primeiro ponto é que a reforma do ensino médio, como bem colocou o Alexsandro, desestruturou os componentes curriculares que eram estruturados. Se você tem uma etapa em que precisa recuperar o aprendizado não realizado, a pior coisa que você pode fazer é desorganizar essa etapa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL CARA – Então, esse ponto precisa ser corrigido.

Em segundo lugar – e, Senador Flávio Arns, eu quero chamar a atenção para uma iniciativa do senhor aqui –, especialmente em matemática e na leitura, o que nós descobrimos em relação ao último Pisa é que as questões intraescolares, ou seja, a presença do aluno na escola influencia mais até do que em ciências o aprendizado do aluno. Então, o que você precisa fazer é melhorar as condições de oferta do ensino. A resposta para isso é o Custo Aluno Qualidade Inicial e o Custo Aluno Qualidade, mas também o PL 5.288, que o senhor leva a debate no Senado Federal – a Relatora é a Professora Dorinha, e, se não me engano, vai ser deliberado na CCJ, do Senado Federal, amanhã –, rediscute a infraestrutura escolar na educação brasileira.

Bom, quais são as questões que a gente precisa desenvolver para aprimorar o PL 5.230, tal como veio da Câmara dos Deputados?

Em primeiro lugar – o Alexsandro, o Heleno e a Rosilene apontaram isso –, a formação geral básica precisa ser respeitada, e, no texto da Câmara, na prática, as 2,4 mil horas para a formação geral básica não foram recompostas. Aqui eu trouxe um gráfico do Senado Federal, e eu fiz um "x", ali em vermelho, porque não estão cumpridas, de fato, as 2,4 mil horas. Qual é a solução para esse problema?

No art. 35-C, da Câmara dos Deputados, diz: "A formação geral básica, com carga horária mínima de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, ocorrerá mediante articulação de Base Nacional Comum Curricular e da parte diversificada de que trata o *caput* do art. 26 desta Lei".

Para corrigir esse problema, a gente tem que olhar o art. 26, que vai dizer: "Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada [...]".

Ou seja, isso vai além da Base Nacional Comum, e a nossa defesa, observando aqui esse infográfico que foi feito pela Agência Senado, é que, de fato, nós tenhamos 2,4 mil horas de formação geral básica.

E a nossa proposta, para o art. 35-C, é recompor a formação geral básica, dedicada exclusivamente à Base Nacional Comum. E, em relação à preocupação trazida tanto pelo Alexsandro como pelo Heleno, a gente precisa garantir que os cursos técnicos sejam pautados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos com 800 horas para o itinerário de formação profissional, ou seja, a gente adapta ao texto da Câmara dos Deputados para, de fato, garantir aquilo que, na opinião pública, tem-se dito sobre a recomposição das 2,4 mil horas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo problema: o ensino médio integrado, que foi o que eu cursei, que meu filho cursa, que é o que gera qualidade, tem 782.129 matrículas. Ele precisa ser recomposto. Aqui nós trouxemos uma tabela que não consegue ser vista com muita clareza. Todos os estados da Federação têm ensino médio integrado. Então, a ideia de que ele é uma matrícula não relevante em termos numéricos não é real.

Como a gente faz para recompor o ensino médio integrado?

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL CARA – Já estou acabando. Rapidamente aqui, Senadora Dorinha.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DANIEL CARA – Então, pronto. Vou terminar aqui com tranquilidade, mas vou procurar ser rápido, breve.

A ideia é, no §2º do art. 35-C – incluindo o novo parágrafo, portanto –, dizer que a educação técnica profissional de nível médio articulada e desenvolvida na forma integrada, prevista no inciso I do *caput* do art. 36-C da LDB – ou seja, já está disposto na LDB, a gente só precisa regular –, tem que ter oferta de carga horária mínima total de 3,2 mil horas, com 2,4 mil horas de formação geral básica, mas estabelecendo uma unidade curricular entre habilitação profissional e formação geral básica.

Outra questão que a gente traz, também repercussão da Agência Senado – e quero agradecer e parabenizar a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e várias entidades que tratam do combate ao trabalho infantil –: o art. 35-B acabou, no projeto de lei da Câmara, permitindo, inclusive, uma brecha que pode gerar trabalho infantil. Então, a gente regula essa questão exclusivamente tratando dos créditos escolares para formação técnica profissional em estágios.

Uma outra sugestão de emenda, e essa foi da nossa audiência: nós acreditamos que, para resolver o problema do não aprendizado no ensino fundamental, que precisa ser realizado no ensino médio, é necessário retomar os componentes curriculares e torná-los obrigatórios, gerando um processo de equilíbrio na oferta desses componentes curriculares. Então, são as disciplinas tradicionais que são demandadas pelo povo brasileiro, como o Alexsandro trouxe, o que significaria: Artes, Educação Física, Língua Espanhola, Língua Inglesa, Língua Portuguesa e suas literaturas, Matemática, Biologia, Física e Química, Filosofia, Geografia, História e Sociologia.

Outro problema, e esse problema chamou muito a atenção dos Senadores e é importante reiterar: o projeto de lei da Câmara dos Deputados criou um Enem que nós consideramos um Enem injusto e vestibulares também que são injustos, porque ele vai dizer que o Enem e os vestibulares têm que ser compostos tanto na Base Nacional Comum Curricular, como também nas diretrizes nacionais de aprofundamento das áreas do conhecimento. O Enem existe desde 2009. Hoje, todo estudante brasileiro tem total condição de prestar o Enem não no sentido de que ele esteja preparado efetivamente para a prova,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas ele sabe como funciona a prova. E alterar uma coisa que está dando certo, pensando que, em 2027, a gente pode ter um novo Enem, na prática, significa tensionar o Inep, que é responsável pelo Enem, reestruturar todo o processo de ensino nas redes públicas e colocar em insegurança os estudantes. Então, a nossa proposta é para garantir que as matrizes de referência e conteúdos programáticos dos exames ou provas de acesso à educação superior sejam baseados obrigatoriamente nos componentes curriculares da formação geral básica, ou seja, aquilo a que todo mundo tem que ter acesso e que deve ser parte inerente do processo de ensino-aprendizagem.

Uma outra questão que nós consideramos importante é corrigir as avaliações de larga escala também no projeto de lei, dizendo que elas têm que ser pautadas na Base Nacional Comum Curricular.

E, por último – aliás, não por último, antepenúltimo –, o ensino médio a gente acredita que deve ser feito de maneira presencial, ressalvadas as excepcionalidades emergenciais de caráter temporário, o que foi abordado aqui também pelo Heleno, pelo Alexsandro e pela Rosilene.

E agora, sim, por último, em relação ao notório saber, nós temos duas possibilidades aqui que nós trouxemos para o debate. Uma, que envolve as universidades e também o Conselho Nacional de Educação, para regular a questão do notório saber em extrema excepcionalidade; e outra, que dá a possibilidade do Conselho Nacional de Educação regular essa matéria. Por que isso é necessário? O notório saber se tornou uma grande desorganização do processo de atribuição de aulas em relação à educação profissional. E, se não houver nenhuma regulação, na prática, as desigualdades entre os estados vai prejudicar efetivamente o direito à educação. Esse ponto é importante porque o direito à educação é uma atribuição nacional na nossa Constituição e é, inclusive, uma prerrogativa da União determinar as diretrizes e bases da educação nacional. E a questão do notório saber para a educação profissional nós consideramos essencial.

Bom, hoje nós lançamos, e eu peço até para que a Andressa Pellanda entregue para o Senador Flávio Arns formalmente e eu vou entregar para a Senadora Dorinha, uma nota técnica do Coletivo em Defesa do Ensino Médio de Qualidade – Catarina, poderia entregar também para a Consultoria Legislativa, que também é representante aqui do nosso coletivo – que teve, além da nossa assinatura, 73 outras assinaturas da comunidade científica brasileira, que defende aperfeiçoamentos ao Projeto de Lei 5.230, propondo, inclusive, a redação de algumas emendas aqui, de sete, oito emendas. Então, entrego aqui para a Senadora Dorinha formalmente – nós solicitamos à Comissão de Educação que coloque no *site* do Senado Federal esse material – e também entrego para a Senadora Dorinha, peço licença ao Sepe, a cartilha que já foi entregue, mas reitero aqui a entrega da cartilha, sobre o novo ensino médio.

A gente se coloca à disposição para o debate, para a construção coletiva, para a melhor construção, mais ponderada, mais acertada, para que os estudantes brasileiros tenham um ensino médio de qualidade.

Então, muito obrigado a todos e todas, especialmente à Senadora Dorinha, pela gentileza em permitir que eu concluísse minha apresentação um pouco fora do tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada. Agradeço as contribuições.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Pois não, Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É só para lembrar ao Daniel que todo material apresentado, assim como as falas e o debate que se seguir à exposição, tudo ficará no *site* da Comissão de Educação e Cultura. No Senado, propriamente, eu desconheço que se possa fazer isso, mas, na Comissão de Educação, todo o material ficará disponível para quem quiser acompanhar ou refletir um pouco mais, discutir e ver com mais detalhe aquilo que foi apresentado.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Passo a palavra para o Sr. Luiz Antônio Caruso, Consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

A Sra. Marlova não pôde ficar em virtude de outros compromissos.

Então, Caruso, ganhou o tempo completo.

Por favor.

O SR. LUIZ ANTÔNIO CARUSO (Para expor.) – Obrigado.

Boa tarde a todos e a todas.

Exma. Senadora, Exmo. Senador, Deputados, em primeiro lugar, essa Pesquisa Nacional sobre a Implementação da Reforma do Ensino Médio, em cima da Lei 13.415, de fevereiro de 2017, foi feita no âmbito de um acordo de cooperação com o MEC e também no âmbito das consultas públicas que foram realizadas naquele período. Então, o momento a que a gente está se referindo é um momento um pouco anterior, inclusive, a este debate, mas talvez tenha ainda alguns pontos que sejam importantes para a contribuição aqui neste momento.

Então, o objetivo central foi identificar a percepção de gestores, docentes e estudantes sobre a implementação e mudanças decorrentes do novo ensino médio. Para isso, foi feita uma pesquisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quantitativa no período de 23 de junho a 6 de outubro de 2023. Fizemos entrevistas presenciais, em sua grande maioria, e algumas telefônicas, com questionários aplicados em dispositivos eletrônicos. E esses questionários foram desenhados justamente para isto: para captar a percepção de gestores, docentes e estudantes, tanto estudantes, gestores e docentes sempre referidos à escola pública. Também aqui se refere à matrícula do primeiro ano do ensino médio. Então, em 2022, eles estavam no primeiro ano do ensino médio, ou o teriam cursado; também, os docentes foram que os ministraram aulas no primeiro ano de 2022; e os gestores também na primeira série do ano de 2022. Portanto, a gente foi identificar a percepção desses atores em relação ao início da implementação, vamos dizer, regulamentar que estava prevista para a lei.

Os resultados, então, por estudante. Eu vou passar muito rapidamente sobre esses pontos. São 48% do sexo feminino; 60% pretas e pardas; de 15 ou 16 anos, nós tínhamos 84% dos jovens, e, aqui, um primeiro aspecto que nos chama a atenção: 26% estavam, no momento da pesquisa, ou seja, naquele período de 2023, trabalhando fora de casa. A pesquisa é amostral e representativa. A gente tomou todo o cuidado durante todo o processo de entrevista para não ter, ou para reduzir ao mínimo, os vieses que poderiam ter um tipo de pesquisa como essa. Então, 26% desses jovens, considerando que 84% tinham entre 16 e 17 anos, é de fato um percentual altíssimo; e 55% estavam mal informados sobre o novo ensino médio e fizeram as suas escolhas a partir desse ponto aí que a gente está revelando. Participaram de atividades de projeto de vida 80%; 64% participaram de alguma atividade de disciplina eletiva; e 32% de algum aprofundamento. Esse percentual é o mais reduzido. Naquele período do primeiro ano, ainda não era obrigatório.

Com relação à área de conhecimento de maior interesse dos estudantes, formação técnica profissional apareceu com 86%, e linguagens com 72%; 55% dos estudantes se mostraram insatisfeitos com as mudanças decorrentes do novo ensino médio.

A percepção dos estudantes sobre algumas das mudanças: 63% mostraram-se insatisfeitos ou consideraram que foi uma mudança ruim ou péssima o aumento da carga horária. Esse também é um outro fator que chama a atenção, mas parece que converge com muito do que já foi falado aqui, porque o conteúdo que foi ofertado provavelmente contribuiu para esse resultado de considerar que a mudança no aumento da carga horária é ruim ou péssima, mas é um ponto de atenção também que a gente deveria observar.

Para 73% dos alunos, o novo ensino médio promove o acolhimento das diversidades, e, para 65%, contribui para o fortalecimento do protagonismo juvenil.

Aqui um rápido resumo. Portanto, 55% estavam insatisfeitos; 63% insatisfeitos com a mudança na carga horária. Aqui nós fizemos o cruzamento entre o estudante que trabalhava fora de casa e a insatisfação, e o que aconteceu é que existe uma tendência muito forte de os estudantes que trabalhavam fora de casa serem muito mais críticos em relação às mudanças no novo ensino médio do que os estudantes que não trabalhavam fora de casa, em particular com o aumento da carga horária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um outro aspecto que chama muito a atenção. Quer dizer, na verdade, tudo indica que a gente tenha que reduzir esse trabalho fora de casa durante o período de formação escolar. Eu acho que esse é o ponto que mais se ressalta, porque, senão, nós continuaremos a encontrar esse tipo de percepção, de que o aumento da carga horária, para aqueles que trabalham, prejudica quem está querendo trabalhar fora de casa, mas, na verdade, com essa idade entre 16 e 17 anos, ele deveria estar estudando. Claro que não é um fenômeno novo, tampouco é um fenômeno especificamente decorrente do novo ensino médio, mas é algo a que a gente precisa ficar bastante atento.

Um outro aspecto: estudante mal informado e insatisfeito foi uma outra correlação forte que apareceu. Claro que não bastava e não basta você só informar, e vai aumentar o grau de satisfação do estudante, porque aí tem um conjunto de outros fatores que contribuíram para a insatisfação, mas chama a atenção também essa forte relação entre a informação, o conhecimento sobre o novo ensino médio e a insatisfação.

E um outro aspecto é que 86% dos estudantes elegeram a formação técnica profissional como uma das áreas de interesse do ensino médio, enquanto 28% dos gestores informaram ter ofertado essas disciplinas.

Com relação aos docentes, eu vou passar agora bem mais rápido, porque parece que está faltando um minuto – dois minutos.

Cinquenta e dois por cento mostraram-se insatisfeitos. Perdão, o conhecimento com relação ao novo ensino médio era insuficiente no momento da implantação.

Aqui é a parte do que eles lecionaram. Eu vou passar um pouquinho.

Com relação às formações, sobre a implementação da BNCC, 59% mostraram que essas formações foram inadequadas, e, com relação a itinerários eletivos, projetos de vida, 64% dos docentes mostraram que essas formações foram inadequadas; 76% dos docentes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ANTÔNIO CARUSO – ... se mostraram insatisfeitos com as mudanças do novo ensino médio. Foi o maior percentual. Portanto, para 59%, a parte de formação foi a que se revelou a mais importante com relação à visão dos docentes, tanto a BNCC quanto os itinerários, eles mostraram que foram inadequados, e 52% também se mostraram com conhecimentos insuficientes.

Aqui também apareceu uma correlação forte entre docente insatisfeito e docente com grau de conhecimento sobre o ensino médio. Então, isso também não significa que basta dar mais conhecimento que os docentes vão melhorar a satisfação com o novo ensino médio, porque a gente já viu que tem um conjunto de outros fatores associados a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação aos gestores, os conhecimentos sobre o novo ensino médio, no momento da implantação: 42% mostraram que os seus conhecimentos eram insuficientes.

Aqui é a parte de oferta que eles fizeram.

Aqui é um outro ponto que chama muito a atenção: a quantidade de aprofundamentos que eles ofertaram. Então, entre um e dois, 23%; entre três e quatro aprofundamentos, 20%; de cinco a nove aprofundamentos, 7%; e mais de dez aprofundamentos, 5%. Parece que é uma proporção, uma disparidade muito grande, porque parece que o gestor não tinha como fazer algum tipo de critério para fazer essa oferta. Então, foram ofertando vários aprofundamentos. A gente não tem ideia da qualidade desses aprofundamentos, mas isso certamente interfere no perfil do aluno e também na capacidade de gestão e na docência.

O itinerário de formação profissional a gente já viu que foram 28%.

Qual foi o maior desafio enfrentado? Formação continuada para docentes e gestores – esse foi o maior. Claro que teve problemas de infraestrutura, apoio técnico, material didático.

Sessenta e seis por cento dos gestores mostraram-se insatisfeitos com as mudanças decorrentes do novo ensino médio e 64% acham que contribui para o fortalecimento do protagonismo juvenil.

Então, aqui um resumo. Basta destacar que dez dos doze desafios listados para a implementação do novo ensino médio foram assinalados por mais de 50% dos gestores. Então, realmente foram...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ANTÔNIO CARUSO – É uma proporção enorme de gestor que identifica que só teve desafios, entre eles a formação continuada para gestores.

E um ponto que eu gostaria de destacar é que, apesar de haver uma certa convergência do aumento do protagonismo juvenil, tanto na visão do gestor, do docente como do estudante, isso provavelmente ampliou, e muito, essa oferta, que se tornou muito variada, de aprofundamentos, rotas e trilhas. É convergente com o protagonismo, mas pode ter introduzido uma heterogeneidade enorme nos perfis dos alunos e na complexidade para a gestão e a docência.

Muito obrigado.

Era isso que eu queria falar no momento.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Esse sistema pressiona, não é, Caruso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ ANTÔNIO CARUSO (*Fora do microfone*.) – Pressiona. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Mas muito obrigada pelas contribuições.

Eu passo agora para o Secretário Mauricio Holanda Maia, Secretário da Secretaria de Articulação Intersetorial e com Sistemas de Ensino (Sase).

Obrigada.

O SR. MAURICIO HOLANDA MAIA (Para expor.) – Grato, professora.

Uma boa tarde a todos e todas, sobretudo aos que também nos escutam por via remota.

Quero cumprimentar esta Casa e esta Comissão, inicialmente na pessoa do seu Presidente, Senador Flávio Arns, mas também na sua pessoa, que agora veio fortalecer esta Comissão com seu compromisso e com sua competência na área.

Eu vou começar. Eu acho, aliás, que vou fazer um registro público de merecimento ao Prof. Alexsandro e ao Prof. Gregório Grisa, que tiveram um papel muito importante na construção do texto da proposição do MEC.

Eu vou fazer aqui algumas considerações para ver como eu dou conta dos meus 40 itens em 20 minutos. (*Risos.*)

Bom, o primeiro é o seguinte: políticas de educação de ensino médio são, incontornavelmente, necessariamente, políticas de juventude e políticas intersetoriais. A gente precisa levar em conta isso, porque isso traz demandas, por exemplo, de como se preenche uma jornada de tempo integral, de como se constrói diálogo com o mundo do trabalho ou de como se trabalha para integrar escola e comunidade.

Quero ressaltar que todo esse processo de consulta, de construção coletiva de um texto a ser oferecido ao Congresso, e o processo que já foi construído no Congresso até aqui é fruto, inicialmente, de uma responsabilidade do GT de transição, que recomendou que não houvesse revogação total, "revogaço", como se chamou; senão, que se fizesse uma consulta maior.

E isso tem, entre outros motivos, um motivo muito relevante: é preciso considerar, nessa nossa estrutura federativa, cada vez mais, a dinâmica dos estados que são responsáveis, como o Poder Executivo, pela implementação do ensino médio. Então, considerá-los, ouvi-los e respeitá-los é da maior importância. É da maior importância ouvir professores, ouvir sindicato, ouvir alunos... A gente precisa levar em conta todo o esforço que já tinha sido feito pelos gestores.

A segunda coisa é que, justamente nesse sentido, a gente precisa enaltecer tudo que foi feito até aqui no Congresso e as construções que vêm sendo feitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boas negociações raramente são negociações que contemplam plenamente uma só das visões. Uma negociação é necessária justamente porque há visões diferentes e há respeito pelos diferentes. Senão, não seria negociação e, senão, não seria democrático. Então, a negociação que está se construindo é uma negociação que tem sido feita de maneira muito respeitosa, e com concessões de ambos os lados, como precisa ser.

E, nesse sentido, o que a gente quer ver é um processo de agilização da aprovação dessa lei pelo Congresso e de sua sanção, porque alunos e alunas, professores e professoras, técnicos e técnicas das secretarias de educação precisam, querem a definição, o mais rápido possível, do que é que vai ser o ensino médio daqui para frente. Então, a gente precisa também levar em conta essa necessidade. E, nesse sentido, acho que o espaço, o Senado, a Senadora Dorinha, que é muito... É uma característica dela, inclusive, de ser muito autônoma, não se deixar pautar, ela vai fazer o seu trabalho, com certeza, da maneira mais criteriosa possível, mas ela mesma já expressou que tem muita consciência, por conta desses pontos que eu coloquei, da importância de que essa lei não demore, de que esse processo não demore, no que, da nossa parte, a gente fica muito grato.

Ditas essas coisas, eu quero pontuar alguns aspectos da lei, alguns até já brilhantemente pontuados aqui, mas que eu quero, talvez, reiterar.

Um deles é a EAD, porque lá está dito uma coisa muito importante, que as condições de oferta da EAD serão feitas em regulamento – em regulamento significa decreto federal –, com a escuta dos sistemas estaduais de ensino. Então, não pode ser um decreto federal que baixa, assim, da ideia de alguém, então é construído junto, mas é vinculante, é vinculante para todos os sistemas.

Uma outra coisa importante, que eu acho um ponto de atenção que o Prof. Daniel levantou, é essa coisa do trabalho remunerado. Chama a atenção porque tem estágio, que é algo que já se conhece bem, tem aprendizagem, que é algo que o país já faz, tem participação em projetos de extensão, mas, no meio disso, tem essa menção a trabalho remunerado, que realmente suscita um sinal amarelo.

Entendemos que o 35-C são as flexibilizações necessárias mesmo, e nós não podemos deixar de considerar que os alunos também querem chances de flexibilização. Talvez não da forma como a Lei 13.414 falou, mas querem. E eu me lembro de ser aluno de tempo de médio integrado, na Escola Técnica Federal do Ceará, e eu gosto de todas as matérias, mas eu gosto principalmente de Literatura e História, e eu gostaria de ter podido aprofundar essas matérias, assim como tem gente que gosta de Ciências da Natureza e, certamente, gostaria de ter, em algum momento, podido aprofundar essas matérias. Agora, num país que tem uma das menores cargas horárias do mundo, é melhor aprofundar essas matérias ampliando também a jornada.

Uma outra coisa que eu quero é só fazer uma nota. Talvez eu tenha lido com muita pressa, mas os consultores aqui, extremamente competentes, podem me esclarecer depois: eu não vi uma revogação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

explícita ao 35-A, e, no 35-A, por exemplo, tem o §5º, que fala ainda daquele veto da carga horária de FGB não poder ser maior do que 1,8 mil. Então, se não há a revogação explícita...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURICIO HOLANDA MAIA – ... não há também... Fica uma atecnia na lei. Mas eu nem tenho certeza. É uma coisa para checar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURICIO HOLANDA MAIA – Revogou?

Está certo.

E, finalmente, eu quero enaltecer também... O Padre João parece que já saiu, mas acho extremamente relevante e adequada a extensão dos benefícios da escola pública brasileira às escolas comunitárias do campo.

As escolas de alternância são a melhor coisa que já se fez no Brasil, pedagogicamente, para dar uma solução para as escolas do campo, e a fundamentação em lei desses dispositivos é muito bem-vinda.

Os meus quereres, por falar de contexto, vão ter que ficar para outro dia, mas quero dizer uma coisa, concordando com o Prof. Daniel: o que a gente tem que fazer, em relação ao ensino médio, à educação brasileira como um todo, é muita, muita coisa, mas a gente caminhou. A gente caminhou... Por exemplo, dos anos 2000 a 2010, o ensino médio era feito de carona nas escolas de ensino fundamental, nas salas de fundamental I. O fundamental I e o fundamental II eram nas escolas municipais, e o médio era carona no noturno dessas escolas.

Então, a gente precisa também se alegrar com as conquistas que o nosso país já tem feito.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) **–** Na verdade, eu tinha te dado mais minutos, você ia fazer uma proposta... Como agora a gente faz a rodada final, com cinco minutos, se quisesse terminar a sua exposição... Só que aí já falaria.

O SR. MAURICIO HOLANDA MAIA – É, já ganhei as parcas palmas que... (*Risos.*)

... que o pessoal ainda tem vontade de fazer aí de análise...

É o sexto palestrante, não é?

Eu faço as considerações depois.

Muito obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Então está certo.

Consulto o nosso Presidente, Senador Flávio Arns, se gostaria de fazer alguma intervenção.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Na verdade, o Mauricio falou nas parcas palmas... Porque, habitualmente, a gente até não bate palmas. (*Risos.*)

Então, as parcas palmas são melhores do que nenhuma palma, não é? (*Risos.*)

Mas é brincadeira.

Eu só quero dizer que estou apreciando bastante também as ponderações.

Há desafios, eu acho que grandes. O que queremos, desejamos e é necessário é entregar para a sociedade um debate bem feito, um documento bem elaborado, que aponte alternativas seguras, necessárias... Há desafios grandes...

Por exemplo, quando o Luiz Antônio colocou que 26% trabalham, é um percentual grande, não é? Trabalham ganhando um salário mínimo, provavelmente, percebendo um salário mínimo. Alguém que esteja no ensino médio, trabalhando em torno de um salário mínimo...

Como?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É isso mesmo, não é?

E lembrando, inclusive, que há um percentual grande de alunos do ensino fundamental que nem se matricula no ensino médio. Quer dizer, você perde um percentual gigantesco, quase 30... Está em torno de 30% – não é, Daniel? –, por aí, vinte e tantos, 30%. Então, somando com os 26 que trabalham, então você tem um percentual gigantesco.

Às vezes eu fico pensando como é que você pode associar o ensino médio bom, de qualidade, com formação geral básica, itinerários de aprofundamento, com mudar a perspectiva do aprendiz, para que o aprendiz seja educacional – educacional. Porque, lá no aprendiz, ele teria a percepção de um salário mínimo mais ou menos, porque é hora/salário mínimo, se não me engano, sair da área do trabalho e entrar na área educacional, porque, aí sim, ele faria o ensino médio, faria a profissionalização e estaria recebendo o salário mínimo.

Na verdade, o que acontece no final do ensino fundamental é que o pai e a mãe chegam para o filho e filha e dizem: "Olha, tem que trabalhar". "Tem que trazer dinheiro para casa aqui, que a gente tem que comprar as coisas e tal".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Pé-de-Meia, por exemplo, considero uma iniciativa importante, porém, é uma alternativa. A gente não pode ficar numa só também, tem que ter um leque aí de opções, mas é um recurso que vai para a casa ou para a pessoa, dependendo do que fizer, depois de três anos. Então, a pessoa precisa do dinheiro hoje.

Eu falo isso, porque, como Secretário de Educação do Paraná, já faz alguns anos, eu vi inúmeras iniciativas em que o pessoal estudava – na época, fazia o ensino médio, fazia o ensino técnico profissionalizante, de acordo com o catálogo, em sintonia com a comunidade, para não se formar em algo inexistente... Porque senão é só gestão, gestão, gestão, gestão, e o pessoal se cansa de gestão, e nem tem tanta vaga para se colocar em gestão. Mas em sintonia, recebendo o salário mínimo. E, quanto ao pessoal do ensino médio noturno – noturno, temos que pensar nessa área –, 98% de conclusão do ensino médio, profissionalização. Depois, naturalmente, alguns vão trabalhar, encerram por aí ou param durante algum tempo, depois vão para o ensino superior. Então, o ensino médio é um desafio.

Essa questão do ensino à distância (EaD) no ensino médio – o Daniel também colocou isso, e a gente sempre conversa – tem que pensar em conjunto, mas eu imagino: lá no Paraná, ainda temos dificuldades nas ilhas, por exemplo. O pessoal das ilhas não consegue sair das ilhas para ir a uma outra escola: é chuva, é temporal, é barco, é perigoso, é isso, é aquilo. Então, é uma situação excepcional que tem que ser avaliada pelo sistema estadual lá – conselho estadual, secretaria –, mas eu, naquela época, falava muito com o pessoal do Amazonas: "Como é que vocês fazem com as comunidades isoladas?". Aí tem uma coisa: uma coisa é aula gravada; outra coisa é aula *online*, por vídeo, direta, trocando ideias com o aluno – é outra coisa. Então, tem que pensar nessas situações.

Agora, também tem que discutir bem com os municípios tudo. Às vezes, o pessoal pergunta o que o município tem a ver com o ensino médio: tem tudo a ver, porque o transporte escolar, por exemplo, é feito pelos municípios, e, se você diminui uma hora ou aumenta uma hora, como é que fica? Mas já aconteceu esse debate. E você não tem infraestrutura nos municípios; muitas vezes, o único prédio escolar é municipal ou estadual. Se for estadual, aconteceu no Paraná de o pessoal dizer: "Olha, agora tem itinerário formativo, o município tem que sair desse prédio". E aí o município não tem prédio escolar, quer dizer, ficou sem escola. Eu falo, às vezes, para o Prefeito: "Não, isso é prioridade absoluta, o município tem que ter escola, não um espaço precário". Então, essa questão até tenho que discutir com o FNDE. Já colocamos para o FNDE que tem algumas situações que você tem que ver, mas tudo isso faz a gente refletir sobre o que fazer. As preocupações com o notório saber acho que são extremamente pertinentes também, têm que ser vistas.

Eu considero, assim, um debate bem interessante também, com sugestões. Que o material que foi utilizado fique aqui com... Lógico que vai ficar, e vai estar disponível aqui, na Comissão de Educação, a pesquisa também, que eu acho que é algo muito interessante, importante.

Enfim, o Alexsandro... Alessandro ou Alexsandro?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O Alexsandro também levantou muitos pontos importantes.

Agora, a preocupação, eu diria, dos Senadores e da Comissão é essa formação geral básica, lógico, essa flexibilidade, para não deixar largado, quer dizer, o aprofundamento dessa formação geral básica, mas o ensino técnico profissionalizante. E isso está muito marcado aqui, inclusive com testemunhos a toda hora do Paulo Paim, que é egresso, ou do Marcos Pontes, que é egresso do ensino técnico profissionalizante, ou aquela... Eu até vi o depoimento, recentemente, numa iniciativa lá no Paraná, de uma pessoa negra, quer dizer, pobre, vulnerável, cuja mãe pediu pelo amor de Deus para que ele entrasse lá no ensino técnico profissionalizante. E o aprendiz, quando eu falo, não é mais com 14 anos; a gente podia até mudar isso para 16 anos, para ficar na escola e ter uma perspectiva também. E ele dizia: "Eu fiz o ensino técnico profissionalizante, fiz o ensino médio, fui para a faculdade, fiz mestrado, fiz doutorado e estou aqui para dizer para vocês que vale a pena". Então, é um incentivo dizer que 98% concluem o ensino médio, mas eu sempre digo que tem que haver essa combinação, porque tem o pessoal que vai fazer o Enem, vai para a faculdade, não quer o profissionalizante, tem que ter o caminho, mas que não seja menos do que aquele que vai para a faculdade, porque nisso a gente poderia até dizer que seria uma coisa de segunda categoria: não, a primeira categoria vai para a universidade; a segunda categoria faz o técnico profissionalizante.

E tem que pensar depois, e o Enem? Eu concordo com o Daniel também que a gente não deve... Quer dizer, estabelecer uma cultura, vamos dizer, um pensamento... Todo mundo sabe o que é o Enem, e agora a gente vai mudar o que é o Enem? Não, tem que continuar numa determinada linha, porque senão teria que ter inúmeros testes para itinerários formativos. E o pessoal que vai para a engenharia teria que fazer o itinerário formativo de matemática? Não pode fazer literatura e ir para a engenharia, por exemplo? Por que não? Ficaria até bom para a engenharia, com o lado metódico do cérebro, ter um equilíbrio nos vários pontos do cérebro.

Enfim, vamos chegar, pelo debate, pela discussão, a conclusões possíveis e boas.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Flávio Arns.

Primeiro, quero agradecer as contribuições. Eu sei que o tempo é muito curto. Diferentemente da Câmara, aqui a gente não manda nas campainhas, elas vão tocando programadas, mas eu me coloco à disposição, os documentos estão disponíveis.

Eu já tenho conversado com algumas instituições, que pediram momento de diálogo, já me reuni também com os consultores do Senado, já estive com o Ministro Camilo. O primeiro desafio foi deixar isto claro, que eu não tenha compromisso de manter o texto da Câmara para poder votar logo. Agora, isso quer dizer que, no que veio da Câmara como um avanço reconhecido e que está presente nos documentos, nosso interesse é superar e, daí para frente, ver o que a gente consegue ajustar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao mesmo tempo, eu chamei a atenção. O Senador Flávio Arns, nosso Presidente da Comissão de Educação, na semana passada, na reunião, fez questão de deixar claro que nós temos um grupo de trabalho que trata do ensino médio, foi proposto pela Senadora Teresa Leitão, eu sou Relatora. Nós estamos separando o debate, porque tem questões que aparecem lá a partir das audiências públicas e que não se esgotam nessa legislação, de forma que eu entendo, acho que é claro para todos nós que lidamos com educação.

Chamo a atenção, porque o problema do ensino médio, o desafio do ensino médio não se resume a revoga ou não revoga a reforma, vamos avançar ou não; nós temos o desafio do ensino médio em relação ao seu desenho, aos resultados, e eles são muito anteriores à reforma. Por isso, eu fiz parte de um grupo em que nós discutimos, por dois anos – eu acho que nosso Presidente era o Reginaldo Lopes –, esse tema do ensino médio, a quantidade de disciplinas, o currículo feito um cardápio de disciplinas diferentes, a questão do tempo, a inadequação da estrutura física das escolas, o problema da formação dos professores que a pesquisa reforça – e nós temos um problema grave em relação à questão da formação – e, ao mesmo tempo, essa identidade do ensino médio.

Então, eu entendo que nós estamos fazendo uma tarefa, e ela precisa ser urgente pelo sistema; a urgência não é por pressão de A, B ou C, mas pelos alunos. Nós já perdemos o ano de 2023, o ano de 2024 ainda está em debate, nós temos prazos para cumprir em relação à questão de escolha de livro didático. O PNLD foi... Segundo a Secretária, ela teve que assinar o processo de escolha do livro didático do ensino médio. Nas escolas, a realidade que nós temos em muitos municípios do país – acho, sem medo de errar – é que mais de 70%, 80% têm uma única escola de ensino médio. Então, quando a gente fala: "Ah, que lindo, tem uma formação geral básica e tem os itinerários", quando a gente votou a reforma em 2017, qual é o desenho das escolas de ensino médio? Em muitos casos, é o ensino médio noturno, em muitos casos é o ensino médio compartilhado com prédio, sim, de maneira inadequada, sem biblioteca, sem laboratório, com professores sem formação para atuar nas disciplinas já tradicionais, que estão na base curricular.

Ao mesmo tempo, a gente tem abertura para fazer as parcerias da educação profissional com quem já tem *expertise*. Quem é que está presente na maioria dos estados? Eu não estou falando aqui do Paula Souza, eu não estou falando aqui do Sistema S; estou falando do meu estado, que o que tem presente é o instituto federal, cujo desenho seria o que a gente gostaria de ter replicado. Qual é a condição que nós temos de ganhar escala, na realidade ou em termos de financiamento? O próprio Sistema S, que tem bons resultados, para um recorte específico, para um desenho específico, para o modelo também sem condição de replicar, pelos mesmos motivos. Vamos olhar qual é o custo do Sistema S em termos de educação profissional.

Mas dizendo isso, eu queria só fazer uma... Mesmo que não seja possível agora para quem está conosco na mesa, mas as outras instituições também... Há alguns pontos que não foram, na nossa visão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resolvidos na Câmara, ou que têm chegado à preocupação em relação ao momento do Senado, que é a questão da língua espanhola.

Desde quando eu fui Secretária – eu saí em 2009 – para a questão da língua espanhola, que acabou inclusive sendo revogada, sempre a justificativa era não ter professor qualificado: "Não temos professores formados". Não é tirando o ensino do espanhol que nós vamos resolver esse problema, ou dizendo que a gente tem professor de francês, de alemão, de italiano disponíveis. Então, tem uma série de elementos que a gente precisa enfrentar. Qual a ligação da língua espanhola com o Brasil? Quais são os acordos internacionais que o Brasil firmou?

Se fôssemos pensar só na questão da qualidade, nós teríamos que tirar a língua inglesa do currículo também, porque a nossa realidade... A grande maioria não aprende, dentro do ensino médio regular, a língua inglesa, porque esse modelo... Falei isso com o Ministro. Inclusive, ele fez uma cobrança à Secretária Kátia da questão do modelo dos centros de língua e outras... Porque é o desenho. Duas aulas de inglês dentro de uma estrutura semanal de língua inglesa, sem oportunidades de imersão... Ou às vezes até o professor que terminou de fazer a sua graduação numa universidade federal, nos melhores casos, é professor – às vezes – na universidade federal e não tem a condição do domínio do ensino da língua inglesa. Então, nessa questão da língua eu vou me dedicar a pensar no formato, em relação à questão da língua espanhola.

Eu tenho uma grande preocupação sobre a questão da formação geral básica e a pesquisa da Unesco reforçou. Na maioria dos documentos, a leitura que nós temos da demanda que vem do aluno do ensino médio – e nós vamos ouvi-lo, parte dos estudantes – mostra esse desejo da formação integral; a formação profissional integrada ao ensino médio. Essa é a grande demanda, quando a gente fala dos itinerários e da formação. Então: como a gente consegue ver esse desenho na estrutura que vai ficar?

E também o risco do modelo dual, do propedêutico e da formação profissional, de não ter... Como a gente consegue ter esse desenho e ao mesmo tempo garantir a flexibilidade e a autonomia para os sistemas e para que a gente corresponda ao que o jovem de diferentes cidades que chegam ao ensino médio espera dessa etapa de formação dentro da educação básica.

Notório saber. Eu divido as mesmas preocupações, embora reconheça... E aqui eu não estou falando do esquema do tempo do João Monlevade – não é, João? – Como era chamado? Do Esquema 1? Era isso? Da formação do professor que fez... De quem é engenheiro e que vai atuar e que tinha formação pedagógica. O notório saber tem um leque tão amplo que a gente não se limita a essas situações específicas. Como a gente pode enxergar essa especificidade, mas ao mesmo tempo ter critério, controle, formação, certificação? Quem é esse profissional? De quem nós estamos falando? Porque muitas vezes eu escuto as pessoas dizendo assim: "Ah, é um bom mecânico, que conhece muito a área". Está. Mas ele conhecer muito não quer dizer que ele esteja atualizado com o conhecimento dele, não quer dizer que ele tenha condição de atuar como professor. Como a gente pode fazer essa regulamentação, esse filtro, é uma preocupação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós vamos falar de tempo integral? O texto não tratou disso, da correspondência de carga horária entre a formação geral básica e os itinerários. Se vale para a gente trabalhar em torno de 70, 30, não é? É isso? 80, 20, não é? Ficou parecendo a questão do Código Eleitoral. Mas quando a gente está trabalhando no tempo integral, qual é a correspondência que nós vamos conseguir garantir? Talvez definir uma proporcionalidade em termos percentuais aqui na legislação.

Educação à distância. Eu divido a mesma preocupação, eu acho que tem que estar com muito cuidado no texto, com mais cuidado ainda do que já veio da Câmara. E quero aproveitar para colocar, pegar carona para dizer que falei isso para o Ministro e eu espero que a gente enfrente isso. Nós não podemos permitir o que está acontecendo com a formação de professores no Brasil, que está sendo feita com educação à distância e as universidades públicas, principalmente as federais, ignorando a formação de professores. Esse desenho de formação de professores é tão grave quanto o que nós estamos falando aqui, da presença da educação à distância dentro do ensino médio. Quem é o professor que o Brasil está formando? Quem está lidando com a formação dos professores no Brasil?

Hoje falei rapidamente com o Presidente do Inep e o Inep está convidado. Até me preocupou a resignação do Presidente Palácios sobre a questão desse desenho das avaliações em larga escala. Eu não consigo enxergar essa loucura desse desenho do exame proposto, é uma coisa em que eu possa até ser vencida, mas eu não... Convencida eu não estou. Mas o formato que está pensado aqui, de trabalhar com a parte da formação geral básica e pensar em quatro ENEMs diferentes, com os itinerários, eu não consigo ver que sentido tem para as avaliações em larga escala.

E há preocupação também com as atividades extraescolares contarem na carga horária letiva. Eu fiz uma brincadeira que aqui eu não posso fazer, mas fiz com os consultores, em relação ao trabalho supervisionado voluntário. Eu disse que o único caso que conheço é o do meu marido, porque ele tem um trabalho voluntário supervisionado na minha casa. Aqui a gente precisa ter muito cuidado com que categoria nós estamos criando. Do que a gente está falando de verdade, que tipo de abertura está colocada; como a gente pensa nisso e todo cuidado que nós precisamos ter.

Nós vamos ainda ouvir as audiências públicas. Obrigada pelos documentos que já chegaram, que para nós vão ajudar muito nesse desenho de dar conta dessa legislação tão importante para nós.

Eu volto agora pedindo as considerações finais de quem quiser, quem já se sentir contemplado.

Passo a palavra para o Alexsandro do Nascimento Santos, Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica, da SEB, para suas considerações finais.

O SR. ALEXSANDRO DO NASCIMENTO SANTOS (Para expor.) – Bom, foi muito bom ouvir todo mundo. Eu ouvi a síntese brilhante que a senhora fez, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem dois pontos que eu gostaria de abordar, aqui nas considerações finais, que são preocupações pensando o projeto de sociedade que o Brasil declarou nas urnas. E quero fazer referência aqui àquela fotografia que ficou famosa no mundo inteiro, da posse do Presidente Lula subindo a Esplanada e representando toda aquela diversidade das pessoas que compõem o Brasil. E a reforma proposta em 2017 talvez tenha sido descuidada em relação a certos grupos sociais que compõem a sociedade brasileira e que são vulnerabilizados. Eu estou falando das pessoas que vivem nas terras quilombolas, dos povos originários do Brasil, das pessoas que vivem com deficiência, das pessoas que vivem no campo, porque o desenho da reforma pensou em uma escola padronizada, urbana, com certas características, e isso produziu efeitos muito drásticos na oferta de educação escolar quilombola, indígena, de educação de jovens e adultos.

O modelo da reforma de 2017 não dialoga com a educação de jovens e adultos. Quando ele diz, por exemplo, que a carga horária mínima para formação geral básica são 1,8 mil horas, ora, em muitos lugares do Brasil, a EJA do ensino médio total tem 1,8 mil horas, três semestres. Então, é preciso que a gente traga, Senadora Dorinha, aqui para o debate legislativo, esse cuidado em reconhecer as múltiplas diversidades das juventudes brasileiras que estão nas escolas e que podem ser muito impactadas se a gente errar a mão no desenho que sairá dessa legislação.

Quero reforçar o que o Senador Flávio Arns disse. Acredito que a Lei da Aprendizagem pode ser um instrumento poderoso para a gente melhorar a política do ensino médio. É uma lei importante que faz o enfrentamento tanto ao trabalho infantil quanto ao trabalho precário que muitos dos nossos jovens acabam vivenciando, porque são as únicas oportunidades de trabalho que existem.

E quero dizer que, para além da discussão aqui no Congresso, Senadora Dorinha, o Ministro Camilo nos orientou, a Secretária Kátia nos orientou a pensar nos outros elementos da Política Nacional do Ensino Médio. Não basta apenas aprovar uma lei aqui ajustando as questões curriculares. Então, nós estamos desenhando um programa de formação para todas as equipes técnicas das 27 secretarias estaduais, para que elas possam desenhar a implementação das decisões que o Congresso Nacional vai tomar, porque, sem esse processo formativo das equipes, a gente pode ter muita desigualdade em como cada estado vai implementar a legislação.

Também estamos olhando para o passado, quando a gente foi muito feliz, em 2012. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, de 2012, traziam uma visão de formação, para as juventudes brasileiras, muito arrojada, muito qualificada, e a gente vai precisar rever as diretrizes curriculares quando a gente aprovar o texto aqui no Congresso. E essa é uma tarefa que vai envolver o Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Educação (Consed). E outro aspecto que também remonta ao nosso passado mais feliz é quando nós desenvolvemos, em parceria com as universidades brasileiras, o Programa Ensino Médio Inovador, de formação, que contou com a participação de pesquisadores, de pesquisadoras das universidades, formando professores e professoras do ensino médio, gestores e gestoras.

A ordem do Ministro Camilo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXSANDRO DO NASCIMENTO SANTOS – ... foi que ele quer 100% dos gestores escolares com formação adequada para implementar as transformações do ensino médio na ponta. E ele quer 100% dos professores com formação para implementar as decisões que nós tomaremos, porque, como a pesquisa da Unesco mostrou, não adianta a gente desenhar uma reforma que parece muito boa e abandonar os professores, as escolas e os sistemas de ensino à própria sorte, para a fazerem acontecer de verdade. Nós cometemos esse equívoco no passado e não temos o direito de cometer esse equívoco de novo, sob pena da gente prejudicar mais uma geração de estudantes brasileiros.

Então, para além daquilo que o Congresso vai produzir, nós do Ministério da Educação estamos com a encomenda de pensar infraestrutura das escolas, no que o MEC vai fazer para apoiar 5 mil escolas que estão na UTI, formação de professores, formação de gestores, formação das equipes das secretarias. E o Secretário Mauricio está liderando estas duas frentes importantíssimas – o Sistema Nacional de Educação e o Plano Nacional de Educação – para dar um contorno para tudo isso.

Muito obrigado. Quero agradecer mais uma vez o convite e elogiar a Comissão de Educação, o Senador Flávio Arns e a senhora pelo exercício democrático que nem sempre a gente conseguiu fazer no passado.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Passo a palavra agora para o Sr. Heleno Manoel Gomes Araújo, Coordenador do Fórum Nacional de Educação.

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO (Para expor.) – Mais uma vez, obrigado, Senadora Dorinha.

Quero também saudar a Profa. Roberta Guedes, que está aqui conosco, da Associação Nacional de Educação Católica e uma das coordenadoras do nosso grupo de trabalho temporário, do Fórum Nacional de Educação, no tema ensino médio.

Na última lâmina que apresentei, tinha colocado como título "Por um ensino médio inclusivo". Eu acho que as falas aqui da mesa mostram isso. As preocupações levantadas aqui pela Senadora Dorinha com relação à estrutura e às condições do ensino médio também são importantes, acrescentadas também pelo Alexsandro. E eu quero chamar também a atenção para alguns outros pontos que nós entendemos que precisam ser atacados para a gente ir à raiz do problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Alexsandro, na primeira fala dele – e ele reforçou agora – disse que cuidar só do currículo, como os dados mostram, não resolveu. Então, como nós vamos enfrentar uma concepção de educação que de fato venha a atender a essas demandas? Por quê? Porque eu quero lembrar que, no meu Estado de Pernambuco, 22 anos atrás, foi criada uma fundação privada chamada Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. E essa fundação terminou tomando conta do Ginásio Pernambucano, que tinha 2,2 mil estudantes; e, depois da reforma, só puderam retornar 300 alunos para a escola. Então, se observamos esse modelo, que foi aplicado lá em 2005, em Pernambuco, e olharmos para a lei de 2017, tem muita semelhança.

E o que está acontecendo em nosso país? Qual o cenário que nós temos, depois de 22 anos de uma concepção de educação que é diferente daquilo que nós defendemos e que não ajuda a atender as nossas demandas? Se olharmos a composição de quem fez o Movimento pela Base, encontramos fundações privadas disputando conteúdo, currículo e estrutura que são aplicados no ensino médio e na educação básica.

O que nós temos depois desse período de 22 anos de atuação dessas fundações? Que 25% dos professores que lecionam Matemática, Senador Flávio Arns, não foram formados na área de Matemática; 26% que lecionam Língua Portuguesa não foram formados em Língua Portuguesa. Então, por exemplo, um aluno que tem um professor que não é formado naquela área: de que qualidade e de que atuação estamos falando?

A formação de professores com educação à distância: chegamos a 81% de matrículas em 2022. A formação à distância para a nossa categoria... O que significa isso na influência para os nossos estudantes?

Ainda: 53% dos professores no Brasil são contratados em forma temporária, desrespeitando a Constituição, que diz que deve ser exclusivamente por concurso público. Então, como nós vamos também tratar dessa questão para ter um quadro efetivo e permanente que de fato dê conta de alcançar os objetivos e cumprir o papel da escola?

São 31% dos jovens entre 15 e 24 anos que nem estudam nem trabalham. Acho que o dado trazido aqui pelo Caruso preocupa, mas isso também preocupa muito nesse processo. E 72 milhões de brasileiros e brasileiras a partir de 18 anos de idade não concluíram a educação básica.

E, quando falamos do concurso público, muitos gestores dizem que não vão fazer concurso para ficar com um professor 35 anos, porque a taxa de natalidade está caindo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO – E esse povo todo fora, que tem o direito à educação, e não foi concluído esse direito à educação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com esses dados, com esse cenário posto ainda em nosso país, volto à questão inicial: precisamos de um olhar sistêmico para a educação. O ensino médio tem que ser cuidado, mas ele tem que ser cuidado a partir também da creche, da pré-escola e do ensino fundamental.

Nós precisamos aprimorar esse olhar para a educação brasileira, cuidar dos projetos que estão tramitando que busquem dar essa visão sistêmica para a educação. E as expectativas que nós do Fórum Nacional de Educação colocamos, Senadora Dorinha, são no sentido de que, para esse ponto específico do ensino médio com o Projeto 5.230, que no mínimo a gente tenha garantido o que foi construído coletivamente para esse projeto chegar ao Congresso. Sei que o seu desejo, a sua experiência, o seu conhecimento pode levar a mais. E aí tem documentos, tem posições que podem ajudar bastante.

Então, confiamos e temos uma expectativa muito grande, pois, das poucas e dos poucos trabalhadores da educação que de fato compõem o Congresso Nacional, a senhora está entre eles e elas. E essa confiança é grande para que o seu relatório possa se aproximar o máximo possível das nossas demandas e das nossas expectativas. Contamos com isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – As parcas palmas, não é?

Passo a palavra para a Sra. Rosilene Corrêa, Diretora de Finanças da CNTE.

A SRA. ROSILENE CORRÊA (Para expor.) – Então, Senadora, acho que aqui fica claro o tamanho da preocupação que todos nós temos com a educação e o tamanho da responsabilidade. E a gente vem para debater ensino médio e acaba que a gente fica numa angústia, querendo falar de tantos problemas que temos.

E o Alexsander coloca muito bem isto: de que Brasil estamos falando? É olhar e tentar enxergar esse Brasilzão que a gente tem, com as suas particularidades, enfim, e tudo que é responsabilidade de todos nós. Então, acho que a gente não pode perder a oportunidade de ir àquilo que nos compete, por isso que eu digo que, nesse momento, esta Casa não pode abrir mão da sua prerrogativa e da oportunidade que está tendo de melhorar essa condição.

A Senadora apresentou aqui todos os itens que dialogam com as preocupações que foram apresentadas aqui. Isso, de certa forma, nos tranquiliza, porque são exatamente os pontos – aí o Presidente da Comissão – que neste momento... Como eu disse, se é a partir daqui que nós vamos discutir – não é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo ainda, não é o que gostaríamos, mas é isso que neste momento é possível –, esses pontos são fundamentais para que possamos avançar.

Quando lembramos aqui – e o tempo todo, aliás, estamos falando desta condição – o alto número de contratações temporárias Brasil afora, como do seu estado a senhora acabou de comentar aqui, que é uma das aberrações que temos, eu fico pensando: por que, para outras profissões, há um esforço danado? Famílias pagam cursinhos e tal, para encarar o vestibular e fazer onde é melhor, para garantir a qualidade, para exibir o diploma... E tem que ser assim mesmo, porque quer ser o melhor, porque quer competir no mercado de trabalho, porque quer ser o melhor médico, porque quer ser o melhor engenheiro. Por que será que não querem ser o melhor professor? Não querem: "É o que é possível"; "Ser professor não vale a pena neste país, então para que também que eu vou me esforçar para ser o melhor, para fazer o curso na melhor universidade?".

Então, precisamos de muito tempo para debater isso aqui, porque são muitas as razões, mas isso mostra o abandono que a educação sofre historicamente. É por isso que eu acho que nós não podemos, como eu falo, abrir mão desse momento, do que a gente pode fazer, porque nós estamos aqui debatendo de futuro de gerações – não vou nem dizer no singular, de gerações!

Então, esse ensino médio é determinante para o que a gente quer para este país, por isso nós precisamos ter esse cuidado. E eu tenho certeza de que aqui todos querem não só o ensino médio, mas uma educação pública brasileira que vá contrariar um projeto neoliberal. É isso que nós queremos e pretendemos aqui.

Muito obrigada. Quero agradecer aqui, em nome de todas as trabalhadoras e trabalhadores da educação pública do país e da Direção da CNTE, pela oportunidade.

Estamos à disposição para essa construção, para garantir o melhor não só para a nossa juventude mas para a nossa população.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Quero esclarecer o que eu falei do meu estado: em 2009, que foi quando eu saí, tinha sido feito concurso; e, só no ano passado, 13 anos depois, é que foi feito novamente um concurso. Então, essa questão da temporalidade às vezes tem durado... Tem gente que se aposenta como professor temporário. E eu fiz o único concurso que teve para a educação indígena, específico. Nunca mais nem houve lá e nem sei como está isso no Brasil.

Eu passo a palavra agora, para as suas considerações finais, ao Daniel Cara, Professor da USP e representante do Coletivo em Defesa do Ensino Médio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANIEL CARA (Para expor.) – Bom, acho que como conclusão desta audiência pública, da minha participação nesta audiência pública, eu fico muito satisfeito pelo domínio que foi expressado, foi reiterado dos Senadores em relação aos principais temas que nós temos em relação ao ensino médio. As falas foram convergentes de todos que se pronunciaram.

As falas foram convergentes de todos que se pronunciaram, e isso também é ótimo, significa que a gente está num bom caminho, mas o que eu fico imaginando é, depois da votação aqui no Senado, retorno para a Câmara dos Deputados, deliberação da Câmara dos Deputados e da sanção presidencial, é qual é o recado que a gente tem que dar para a sociedade brasileira em relação ao ensino médio.

Um fato a pesquisa feita pela Unesco, pela Repu, pelo Gepud já deixa evidente para toda a sociedade brasileira: o ensino médio hoje no Brasil vive uma enorme crise, decorrente, inclusive, da reforma. A reforma do ensino médio, ao invés de resolver problemas, ampliou problemas. Eu acho que já não dá mais para a gente evitar tratar desse tema. Agora, para o cidadão brasileiro, a discussão não é essa. As pessoas querem ter educação de qualidade, os professores querem ter chance de poder lecionar com condições de trabalho, querem ter clareza do que eles vão lecionar no começo de cada ano.

Senador Flávio Arns, o senhor não tem ideia de quantas mensagens eu recebi de professores e professoras, muitos deles com doutorado, que de repente tiveram que lecionar uma disciplina – no caso do Rio de Janeiro, para falar aqui da representação do Sepe, uma disciplina que se chama "O que rola por aí". Uma pessoa com doutorado em Física tendo que lecionar uma disciplina que não faz nenhum sentido. Eu brinquei com o Senador Flávio Arns e com a Senadora Dorinha – tinha vários assessores ali junto conosco, inclusive – que a brincadeira entre todos os professores é quando eles têm que lecionar "Educação financeira, torne-se um milionário". Quer dizer, esse caminho não pode ser percorrido pelo Brasil.

Então, qual é a imagem, qual é a resposta que a gente tem que dar e qual é a convergência que a gente tem que construir? A gente tem que construir uma convergência com a qual, ao final dessa tramitação, a gente diga para os alunos que eles vão ter de fato 2,4 mil horas de formação geral básica, para aqueles que escolherem o ensino propedêutico. E, Secretário Mauricio Holanda, as outras 600 horas são da parte diversificada. O que é importante é garantir as 2,4 mil de verdade, aquela que faça diferença para o ingresso no vestibular.

Para o estudante da educação profissional, o que é ideal ser manifestado? Que ele vai ter 2,1 mil ou 2,2 mil horas de formação geral básica, mas que ele vai ter um curso técnico com uma habilitação de fato, reconhecido pelo Catálogo Nacional de Cursos, o que significa pelo menos 800 horas de formação técnica.

A gente vai ter que dizer para o futuro professor – eu trabalho com 2 mil professores na Universidade de São Paulo, com a formação de professores em Licenciatura, que são os especialistas, que pegam anos finais de ensino fundamental e ensino médio, eu leciono para eles – que eles vão ter chance no mercado de trabalho da educação porque de fato a disciplina pela qual eles estão se formando, o curso que eles estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazendo, por exemplo, o curso de Química, o curso de Física, de Biologia, vai ser a referência do concurso público.

A gente precisa dizer para o estudante... E vocês podem ter certeza, eu acompanho todo o Enem, eu acompanho, dou entrevista para a imprensa, muitas vezes eu faço o Enem – é uma prática estranha de quem gosta da docência a de fazer o exame, para testar o exame e ver como ele está, como ele está caminhando. Não faço o Enem oficialmente, faço a prova depois que ela é divulgada. Mas é importante frisar, e eu acompanho bastante os estudantes, que qualquer mudança no Enem é desesperadora para os estudantes. Você pode dizer que vai ser em 2027, o desespero vai continuar para quem já está no ensino fundamental e está pensando na universidade.

E a gente tem que dizer de maneira muito clara...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL CARA – ... para o estudante que está no ensino médio integrado, que são 700 mil matrículas, mais de 700 mil matrículas, quase 800 mil matrículas – se somar com o curso Normal (Magistério), dá 800 mil matrículas hoje no Brasil –, que essa matrícula que tem qualidade vai continuar tendo qualidade e que ela faz a junção entre a formação geral básica e a educação profissional.

O grande segredo do ensino médio integrado não é só a carga horária, é o fato de que o estudante entra num curso... Por exemplo, no curso que eu cursei, de Processamento de Dados – agora é Informática ou Desenvolvimento de Sistemas –, eu aprendia, por exemplo, matemática orientada à minha formação. Então, eu tive uma disciplina que era Lógica Booleana e outra disciplina que era Geometria Aplicada, e isso fez toda a diferença na minha vida, e estava vinculada à formação que eu tive como técnico de informática, que foi o que me subsidiou fazer depois a Universidade de São Paulo. Essa matrícula não pode deixar de existir, e o texto da Câmara dos Deputados prejudica essencialmente o ensino médio integrado.

Então, nós temos um desafio, eu acredito, de poder dar recados claros para a sociedade brasileira. E aí depende efetivamente da tramitação aqui no Senado Federal, porque é a Casa revisora, e depois a Câmara dos Deputados delibera sobre se concorda com a posição do Senado ou não. O que a gente não pode deixar de fazer – e fiquei muito feliz com as falas tanto da Senadora Professora Dorinha como também do Senador Flávio Arns, que tiveram experiência na Câmara dos Deputados –, a gente não pode deixar de avançar em relação àquilo que veio da Câmara dos Deputados, tentando criar uma convergência de texto que interesse ao povo brasileiro.

Muito obrigado a todas e todos. Estou muito feliz com o resultado desta audiência, especialmente pelo fato de que nós tivemos uma convergência entre os expositores. Eu acho que a gente está de fato construindo um consenso capaz de fortalecer o ensino médio brasileiro. Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Passo a palavra para o Sr. Luiz Antônio Caruso, Consultor da Unesco.

O SR. LUIZ ANTÔNIO CARUSO (Para expor.) – Obrigado.

Eu vou rapidamente mencionar uma pesquisa que nós fizemos em 2022, dois minutos só, que foi a identificação da percepção dos jovens sobre a educação profissional e tecnológica. Eram alunos do 9º ano do ensino fundamental. A gente perguntou para eles o que eles pensariam em fazer durante o ensino médio e após o ensino médio; com isso, a gente identificou algumas transições escola-trabalho. Eram muitas, mas a gente consegue sintetizar em três principais: um grupo de alunos queria terminar o ensino médio e trabalhar – tem uma história anterior ali, mas eu vou destacar esse aspecto –, o outro grupo queria trabalhar e ir para a faculdade, e o terceiro grupo queria ir só para a faculdade. Agora, a formação profissional e tecnológica estava presente nas três transições principais. E mais: dois terços dos alunos que escolheram fazer a formação técnica e profissional também queriam ir para a faculdade. Eles não queriam, eles não querem que a formação técnica profissional seja o final de linha; em alguns casos, eles querem ter a formação profissional e ir para o mercado de trabalho para poder financiar a sua faculdade. Então, eu gostaria de destacar esse ponto.

Essa pesquisa está publicada, está na página da Unesco. Se a Senadora quiser também, depois a Profa. Rebeca, Coordenadora do Departamento de Educação da Unesco, pode passar essa informação para vocês.

Agradeço ao Senador e à Senadora e a todos os colegas pela oportunidade.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada. Nós queremos, sim, e a outra pesquisa também, para a conversa nossa com os consultores, a gente gostaria de ter acesso, para nos ajudar nessa tarefa e em outras em relação à questão da educação.

Passo às considerações finais do último membro da mesa, o Sr. Mauricio Holanda, Secretário do Ministério da Educação, da Sase.

O SR. MAURICIO HOLANDA MAIA (Para expor.) – Mais uma vez, muito obrigado.

Quero começar fazendo aqui um mea-culpa, porque eu fui ali checar, e o 35-A está revogado. Na verdade, tem um artigo que é todo de revogações, é o "revoguinho". (*Risos.*) E, para a minha tranquilidade, não é só o §5º, é todo o artigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As falas aqui, sobretudo, em seguida, da senhora e do Senador Arns, foram muito pertinentes, trouxeram pontos que são os pontos de atenção de todos nós, e temos certeza de que sairá daqui uma lei aperfeiçoada, um projeto de lei ainda melhor.

Eu quero mencionar dois pontos que acho que são do cerne dessa questão. Um é tempo integral. O tempo integral não é óbvio em si mesmo quando a gente pergunta aos alunos, pelo menos na nossa consulta, que eu não vou chamar de pesquisa porque não foi amostral, mas tem 100 mil respostas, quando a gente pergunta só sobre tempo integral, a avaliação deles, a apreciação deles fica em torno de 50%. Agora, quando a gente pergunta o seguinte: "Quanto tempo mais você teria disposição de ficar na escola para ter formação profissional?", aí a média dos 100 mil é três horas a mais. Isso dizer que... A gente teria que fazer outra pergunta: "Se o tempo integral for junto com a educação técnica profissional, quantos de vocês teriam interesse nisso?".

E o outro aspecto que eu considero muito importante, que eu fico feliz de ouvir do Senador, é Lei da Aprendizagem. Eu fico muito espantado como é que a gente tem um Ministério do Trabalho aqui na Via Norte, ou, desculpa, na Via Sul... Não, é na Norte. Deixe-me me encontrar: nós temos o Ministério da Educação aqui na Norte, na N1, o Ministério do Trabalho na S1, e a gente não conseguiu perceber que a aprendizagem é um caminho educacional, Lei da Aprendizagem. É muito impressionante isso. E diga-se: nós temos apenas 50% das vagas da Lei da Aprendizagem preenchidas. Então, eu penso que nossas respostas têm que ser múltiplas, e a aprendizagem também precisa ser levada em conta.

Fico muito feliz com a ideia, com a notícia de que os estudos da Subcomissão sobre Ensino Médio agora também continuam na forma de um GT, e um GT que não vai se circunscrever a uma questão imediata. Eu acho que o Brasil precisa de um olhar que não é um olhar imediato sobre o ensino médio. Eu acho que é nesse sentido a primeira afirmação que eu fiz, de que política para o ensino médio é política intersetorial de juventude. É tudo que eu sonho. Se eu pudesse participar do GT, eu viria. (*Risos.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURICIO HOLANDA MAIA – Essas são as duas coisas mais importantes.

Mais uma só: nós precisamos no Brasil ter mais cuidado no nosso fazer legislativo com regras de transição e acompanhamento gradativo da implementação. Nós não podemos, o país não tem como, na sua diversidade, no seu tamanho, implementar as coisas todas de uma vez, e não pode ser do mesmo jeito. E a outra coisa é: quando a gente muda uma regra, a gente precisa dar o tempo para a nova regra se consolidar.

Então, são essas as considerações. Mais uma vez, quero agradecer por essa bela oportunidade de conversarmos sobre esse assunto de uma maneira tão qualificada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – As palmas agora não foram tão parcas, não é, Mauricio? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Eu agradeço a todos que estão conosco aqui na mesa e a quem está nos acompanhando.

Quinta-feira nós teremos uma nova audiência pública.

Agradeço pela colaboração de todos e aos consultores.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quarenta e um minutos do dia dezessete de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Janaína Farias, Paulo Paim, Flávio Arns, Sérgio Petecão, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Angelo Coronel, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Marcelo Castro, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 1/2024 - CE, de autoria Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Instruir o PL 1572/2021, que "institui o Dia Nacional do Motociclista Profissional". **Participantes:** Sr. Rodrigo Lopes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Entregadores, Empregados e Autônomos de Moto e Bicicleta por Aplicativo do Estado de Pernambuco (SEAMBAPE); Sr. Nonato Alves, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Motociclistas Profissionais e Autônomos (FENAMOTO); Sr. Alessandro da Conceição Calado, Presidente da Associação dos Motofretistas Autônomos do Distrito Federal (AMAE-DF); Sr. Carlos Eduardo Couto De Souza, Diretor da Associação dos Motofretistas Autônomos do Distrito Federal (AMAE-DF); e Sra. Letícia de Oliveira Cardoso, Diretora do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis do Ministério da Saúde (DAENT/MS). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de abril de 2024.

Objetivos e diretrizes desta reunião: a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 1.572, de 2021, que institui o Dia Nacional do Motociclista Profissional, em atenção ao Requerimento nº 1, de 2024, da CE, de minha autoria e de autoria do Senador Flávio Arns.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: Sra. Letícia de Oliveira Cardoso, Diretora do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis, do Ministério da Saúde – por favor, Letícia –; Sr. Alessandro da Conceição Calado, Presidente da Associação dos Motofretistas Autônomos do Distrito Federal; Sr. Carlos Eduardo Couto de Souza, Diretor da Associação dos Motofretistas Autônomos do Distrito Federal (Amae). (*Palmas.*)

Parece que tem dois remotos, não é? Participam de forma remota os seguintes convidados: o Sr. Rodrigo Lopes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Entregadores, Empregados e Autônomos de Moto e Bicicleta por Aplicativo do Estado de Pernambuco – inovaram lá, até bicicleta entra aqui; o Rodrigo está remoto –; e Nonato Alves, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Motociclistas Profissionais e Autônomos (Fenamoto).

Neste momento, dando sequência aqui, quero informar também que foi convidado o sr. Fabricio dos Reis Brandão, advogado, que não pôde comparecer a esta audiência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Sra. Letícia de Oliveira Cardoso, Diretora do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis do Ministério da Saúde.

Por favor, Letícia.

A SRA. LETÍCIA DE OLIVEIRA CARDOSO – Boa tarde, vocês me ouvem? Sim?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) **–** Pegou, pode ir.

A SRA. LETÍCIA DE OLIVEIRA CARDOSO (Para expor.) **–** Boa tarde, Senador Zequinha.

Muito obrigada pela oportunidade de estar aqui conversando com vocês hoje. Eu queria dizer que eu sou a Letícia, sou diretora de um departamento de vigilância de doenças crônicas e agravos não transmissíveis que incluem os acidentes. Então é uma grande preocupação nossa, é um tema que é prioritário na nossa agenda política desta gestão: cuidar da saúde e prevenir acidentes com motociclistas. Então por isso que eu quis muito estar aqui hoje e agradeço a oportunidade.

Queria trazer para vocês, então, o meu cumprimento ao Senador e a todos os profissionais que estão aqui presentes nesta audiência pública e aos Parlamentares que aqui estiverem também.

Quero dizer para vocês que os sinistros de trânsito hoje ocupam a primeira causa de morte entre jovens no Brasil, trazem muita preocupação para a gente, porque ceifam vidas de uma população que está economicamente ativa, que produz recursos e que são pais de famílias, muitas vezes, e deixam seus lares, e, quando não vão a óbito, têm consequências muito graves para a saúde, para a previdência, para o SUS e consequências emocionais, psicológicas que a gente tem que levar em consideração também.

Hoje a gente tem cerca de 43 mil mortes no trânsito. O Brasil é signatário de um conjunto de compromissos internacionais e nacionais para a mortalidade no trânsito, mas a gente sabe que, nos últimos anos, especialmente no cenário pós-pandêmico, a gente tem observado uma estabilização dessa mortalidade entre os motociclistas e até um aumento dessa mortalidade no trânsito. Internação, então, aumentou 60% o número de pessoas internadas nos nossos hospitais por conta de acidentes com motociclistas.

É um tema que nos preocupa, que gera mobilização aqui em torno do assunto. A gente sabe que esse aumento de mortes e internações tem algumas razões, a razão de a gente estar ocupando um espaço de trabalho e, por isso a importância de demarcar essa profissão e instituir o Dia Nacional do Motociclista Profissional, que eu acho que é um passo importante para a gente avançar nas discussões de proteção social e legislação trabalhista para esses profissionais.

A gente sabe que no cenário pós-pandêmico muitos jovens e muitos homens também se voltaram para essa atividade profissional como um meio de sustento para suas famílias. E, como você tem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumento de pessoas trabalhando com moto, sendo motociclistas, a gente aumenta a probabilidade de acidentes, então esse é um dos principais motivos.

A gente também sabe que tem um outro motivo, que é a vulnerabilidade. O motociclista, quando cai, ele não tem proteção. Ele é mais vulnerável dentro do trânsito. Então a mortalidade é maior também, porque, dentro dos componentes do trânsito, ele é um componente mais vulnerável e, por isso, também nossa preocupação.

Eu queria dizer aqui que a gente tem trabalhado, o Ministério da Saúde integrado ao Ministério dos Transportes e ao Ministério das Cidades, que tem sido um grande parceiro na discussão de mobilidade urbana segura e de ruas calmas, e advogando para a gente diminuir as velocidades das vias de uma maneira em geral, porque a gente sabe que a redução de velocidade é um dos principais fatores protetores para a gravidade do acidente e a mortalidade no acidente. Em todo acidente, se você está sem capacete, se você está sem cinto, se você bebeu, quando junta o componente da velocidade, ele é pior, é mais severo, é mais grave.

Então a gente tem trabalhado em conjunto com esses outros ministérios e com a Casa Civil para a gente facilitar a tramitação de leis que reduzem a velocidade das vias, especialmente as vias urbanas, e também incentivando o uso das medidas protetivas, como capacete, não beber ao dirigir e outras medidas que a gente sabe que previne. Então eu estou aqui para saudar essa iniciativa, valorizar essa iniciativa de instituir o Dia Nacional do Motociclista Profissional.

Quero dizer que o Ministério da Saúde é um parceiro. Tenham o Ministério da Saúde, enxerguem o Ministério da Saúde como um parceiro para a categoria profissional de vocês.

Muito obrigada, era isso que eu queria falar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Letícia.

De fato é muito importante isso. E ter um dia para você, além de comemorar, mas também empreender grandes campanhas, estabelecer metas para ir melhorando.

Eu sou do Estado do Pará e moro na capital, mas moro também no sudeste do Pará, sul-sudeste. Nós chegamos a ter, nas UTIs dos hospitais, frequentemente, 80% dos leitos de UTIs ocupados por gente vinda do acidente de moto. Quando não morrem, ficam entre a vida e a morte. Aí o desdobramento disso para a saúde pública, para a previdência e para a família, que termina sendo... Então tem que aprender realmente a pilotar com segurança, com tranquilidade e buscar essa cultura que, às vezes, o motoqueiro lá na ponta é muito atrevido, muito ousado e esquece o quão frágil ele é ali naquele momento em alta velocidade.

Muito obrigado, Letícia, mais uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra agora, Sr. Alessandro da Conceição Calado, Presidente da Associação dos Motofretistas Autônomos do Distrito Federal. (*Palmas.*)

O SR. ALESSANDRO DA CONCEIÇÃO CALADO – Boa tarde a todos e a todas. Vocês me ouvem bem?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) **–** Está bom, pode falar.

O SR. ALESSANDRO DA CONCEIÇÃO CALADO (Para expor.) **–** Está bom, não é?

Senhoras e senhores, é com grande honra que me dirijo a vocês hoje para falar de uma profissão que é a espinha dorsal da nossa economia: os motofretistas profissionais.

No dia 29 de julho, celebramos o Dia Nacional dos Motofretistas, uma data que reconhece a importância desses profissionais, desses trabalhadores incansáveis, que, faça sol ou faça chuva, estão nas ruas garantindo que as nossas necessidades sejam atendidas com eficiência e dedicação.

No entanto, enquanto celebramos essa data, comemoramos essa data, dia 29, como dia dos profissionais, dos trabalhadores profissionais, a gente não pode deixar de fechar os olhos para as adversidades enfrentadas por esses profissionais: a falta de projetos, incentivos governamentais para a categoria é uma realidade que não pode ser ignorada. É essencial que o Governo reconheça a necessidade de investir em infraestrutura, segurança e benefício para esses trabalhadores, que arriscam suas vidas diariamente nas estradas e ruas de nosso país.

Além disso, nós somos trabalhadores, a maioria por aplicativo e, ano passado, foram arrecadados mais de R$25 milhões somente de gorjetas dos clientes para nós trabalhadores. Essas gorjetas ajudam demais esses trabalhadores, porque a gente está aí no sol, na chuva, e muitos clientes reconhecem a nossa luta, o nosso trabalho. Só que, infelizmente, as empresas de aplicativos não estão sendo transparentes nesse repasse das gorjetas.

Esse mês, agora, nós tivemos muitos clientes dando gorjeta para os trabalhadores, e essas gorjetas não estavam sendo repassadas para nós. Seguraram as gorjetas demais no aplicativo e os clientes dando. Tivemos provas disso, muitos trabalhadores que têm provas registraram a doação das gorjetas, e essas gorjetas não foram repassadas para os trabalhadores. As gorjetas muitas vezes representam um complemento significativo na renda desses trabalhadores. E, quando não são entregues a quem de direito, é uma injustiça que não pode ser tolerada e uma violação de confiança do consumidor e do direito do trabalhador.

Portanto, faço um apelo às autoridades e à sociedade para que olhem com mais atenção para esses guerreiros das estradas. Que o Dia Nacional do Motofretista não seja apenas uma data no calendário, mas um lembrete da nossa responsabilidade para com esses que são fundamentais para o funcionamento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa cidade. Vamos juntos lutar por melhores condições de trabalho, segurança, reconhecimento para os motofretistas profissionais. Nós merecemos todo o respeito e a gratidão de todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Alessandro. Até nisso tem problema, não é, Alessandro? Não basta os outros, não é?

Quero conceder a palavra agora ao Sr. Carlos Eduardo Couto de Souza, que é Diretor, deve ser seu colega de trabalho aqui na Associação dos Motofretistas Autônomos do Distrito Federal.

Carlos Eduardo.

O SR. CARLOS EDUARDO COUTO DE SOUZA (Para expor.) – Boa tarde, boa tarde a todos. Estão me escutando? (*Pausa.*)

Boa tarde a todos.

Primeiro, quero agradecer, Sr. Zequinha, primeiramente a Deus acima de tudo. Quero agradecer ao senhor, Sr. Zequinha, pela oportunidade que o senhor está dando, abrindo espaço nesta Casa, a todos os que estão aqui, aos associados da Amae-DF, a todos os motofretistas, mototaxistas do Brasil, de todos os estados, cidades, regiões do Brasil; quero agradecer à minha família que também está em São Paulo neste momento: família dos Couto.

Como o nosso amigo Sorriso falou, eu sei que é um dia importantíssimo este dia 29 para todos os motofretistas do Brasil, e nós estamos muito orgulhosos, Sr. Zequinha, de estar participando deste dia, desta data.

Eu também queria ressaltar, referente às gorjetas, que os aplicativos não estão repassando para os entregadores, e isso é inaceitável. O trabalhador trabalha com sol, chuva, tempestade... Daí chega o cliente, passa uma gorjetinha, como uma forma de reconhecimento porque o trabalhador subiu lá para entregar sua marmitinha quentinha, e os aplicativos não estão repassando. Então, eu peço desde já, Sr. Zequinha, que o senhor possa ajudar a gente a marcar uma reunião com os aplicativos, para eles também darem a explicação deles, porque eles não estão repassando, e isso daí é inaceitável.

Só quero ressaltar mais uma coisa aqui... Só um minutinho. (*Pausa.*)

Quero só ressaltar que todos os motofretistas enfrentam grandes desafios cotidianos de trabalho, com trânsitos intensos e condições precárias nas ruas de São Paulo e do Brasil inteiro. Muitos têm problema de saúde; muitos trabalham de oito a catorze, quinze, dezoito horas por dia, sabe? E aqueles trabalhadores no final do dia chegam cansados, às vezes não têm nem tempo para os filhos, para a esposa; chegam exaustos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em cima disso ainda, é inaceitável o aplicativo... E vamos falar a verdade: não é só o iFood; são todos os aplicativos. Então, tem que ter transparência total, sabe? Isso daí não está tendo. Como eu falei, isso daí é um negócio seríssimo – seríssimo.

Então, eu só agradeço a oportunidade, Sr. Zequinha. E, se precisar de nós, da gente da Amae aqui... Nós agradecemos por este espaço.

E eu também gostaria de registrar as pessoas que não vieram aqui, os nossos amigos: o Leandro, que faz também frente da Amae; a Joicinha; o Wesley, que está aqui.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Carlos Eduardo.

Vocês não bateram palma para o rapaz! (*Palmas.*)

O SR. CARLOS EDUARDO COUTO DE SOUZA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Eu quero chamar agora, remotamente, o Sr. Rodrigo Lopes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Entregadores, Empregados e Autônomos de Moto e Bicicleta por Aplicativo – isso eu não tinha visto ainda – do Estado de Pernambuco, logo ali.

Cadê o Rodrigo?

O SR. RODRIGO LOPES (*Por videoconferência.*) – Opa! Estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – "Bora", Rodrigo!

O SR. RODRIGO LOPES (*Por videoconferência.*) – "Bora", Senador! Boa tarde. Tudo bem com o senhor, aí?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Graças a Deus, ótimo! Estou aqui com sua turma.

O SR. RODRIGO LOPES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Essa galera aí eu conheço de perto, viu? O companheiro Sorriso, o companheiro Du Colt. O Du Colt é um cara incrível, muito recepcionista, igual a nós pernambucanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senador Zequinha, por essa iniciativa importantíssima, que é dar uma atenção a esses trabalhadores, o que hoje é fundamental para que nós possamos representá-los, para que eles possam ser vistos de maneira profissional.

Aqui em Pernambuco, Senador, a gente aprovou um PL – e eu faço um apelo para o senhor também – do Dia do Motofretista em Pernambuco, pelo Deputado Estadual João Paulo, ex-Prefeito. E a gente incluiu os que atuam de *bike* também, que também são profissionais, são pais de família.

Hoje, Senador, a precarização dessas empresas está tão grande, que o trabalhador vende a sua moto e compra uma bicicleta para poder se manter. E o entregador que atua de *bike* um dia quer ter motocicleta. Então, veja como estão as coisas, não é? Estão virando ao contrário. Então, para essa data comemorativa, eu queria pedir ao senhor para incluir os que atuam de *bike* também, que são nossos companheiros também, nossos amigos e trabalhadores também.

Mas eu quero trazer um dado aqui, Senador, muito relevante, e vale a pena a gente pautar aqui o quanto é grande essa atenção que o senhor está dando para esses trabalhadores. Segundo a AACD, que é uma entidade que cuida de traumas, teve um aumento de 53,2% em atendimentos de traumas e mutilações aqui em Pernambuco. E quem são essas pessoas? São motociclistas. Hoje, no Brasil, Senador, morre muito mais gente no trânsito do que pelo tráfico de drogas. Não estou dizendo que não temos que dar atenção ao tráfico – temos que dar, sim, temos que combater, sim –, mas no trânsito também morre muita gente. No ano passado, de 2022 para 2023, teve um aumento de 13,2%, Senador. Então, veja, cada vez mais está aumentando o índice de mutilações, de mortes com esses trabalhadores. Segundo os institutos de doação de órgãos, as pessoas que mais doam órgãos são os motociclistas, Senador. O senhor, com as suas ferramentas, pode pesquisar todos esses dados, para a gente poder ter mais força naquilo que a gente está querendo constituir.

Então, Senador, é de extrema gratificação estar aqui participando desta Comissão; de extrema importância fazer parte e história no Brasil nesse Dia Nacional do Motociclista Profissional. Agradeço demais a sua compreensão, a sua determinação; aos colegas que estão aí, Sorriso e Du Colt, pois estamos lutando desde 2020 pelo mínimo sequer de reconhecimento profissional, pelo mínimo sequer de direito social para essas pessoas que hoje sobrevivem sobre duas rodas, tanto de moto quanto de *bike* – por isso que o nome é tão longo –, os trabalhadores de *bike* por aplicativo, porque tem muita gente que assim trabalha, não somente aqui em Pernambuco, mas no Brasil todo, e também merece esse reconhecimento.

E, para finalizar, Senador Zequinha, eu faço este apelo ao senhor, para que inclua esses trabalhadores de bicicleta, que pedalam quase 50km por dia, trabalham 12 horas, embaixo de sol ou de sereno, e que também merecem ser reconhecidos. Está bom, Senador?

Muito obrigado pela participação e fico muito representado pelos companheiros que estão aí.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Rodrigo.

Rodrigo, não vá embora, porque, daqui a pouco, tem que passar de novo, não é?

Antes de chamar o Nonato Alves, que é o Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Motociclistas Profissionais e Autônomos (Fenamoto), eu cito aqui alguns internautas que fazem questionamentos e também comentários.

Do Rio de Janeiro, o Igor diz o seguinte: "Como fica a questão do aumento para até 35% de etanol [misturado] na gasolina quando a maioria dos modelos de moto é movido só a gasolina? [...]".

Antônio, lá do Rio Grande do Sul: "Teremos [direito a] um seguro de vida, seguro de motocicleta, [além de] subsídios para [...] [compra] de novo veículo semelhante aos taxistas [...]?".

O Nonatão deve estar anotando tudo isso aí.

Há dois comentários aqui.

Luiz, aqui do Distrito Federal, comenta o seguinte: "Para [garantir a] segurança dos motociclistas nas estradas é preciso criar faixa exclusiva [...] e [...] [permitir o] uso das *tags* [...] [nos pedágios]".

A SRA. LETÍCIA DE OLIVEIRA CARDOSO (*Fora do microfone*.) – Eu posso comentar esse da faixa.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Segure aí, e esse você comenta, está bom?

Valdemagno, lá de Pernambuco – deve ser de Recife também –, diz o seguinte: "O [...] [Código de Trânsito Brasileiro] deveria [...] [tornar obrigatório o uso] de calças e jaquetas infláveis para pilotar motos, bem como treinamento de quedas no [...] [Centro de Formação de Condutores]". Tem que saber cair, não é? O dublê aprende, não é verdade? Aqui e acolá, o cara tem também que ser esperto. Gostei deste comentário aqui também!

Vamos avançar?

Quero chamar o Nonato – não sei onde ele está; deve estar em Belém –, Nonato Alves, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Motociclistas Profissionais e Autônomos (Fenamoto), que participa também de forma remota.

O SR. NONATO ALVES (*Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Boa tarde, Nonato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NONATO ALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – (*Falha no áudio.*) Mas quero agradecer a sua iniciativa, toda a pauta da categoria, no Estado do Pará, através da federação, e de outros estados, desse dia importante, que é para lembrar a importância da profissão dos motociclistas profissionais.

Quero agradecer à Dra. Letícia, que tem uma preocupação muito grande... (*Falha no áudio.*)

Quero agradecer ao Sorriso e ao Du Colt por representarem presencialmente todos os trabalhadores.

E quero dar um abraço fraterno no nosso amigo, que é paraense também, trabalha no ministério... (*Falha no áudio.*) ... muito importante e que nos orientou com a melhor política para tentar sobreviver nesse local.

Senador, para mim é uma honra. Eu sei que o debate é complicado, mas eu falo o debate do Dia Nacional do Motociclista Profissional.

Daqui em diante, nós vamos começar a fazer a discussão de uma política pública voltada para a categoria de *bike* e de moto.

Na verdade, quando nós começamos o debate da Lei 12.009, lá atrás, em 2001... (*Falha no áudio.*) Ela veio de Goiás, do Senador Mauro Miranda, que foi o autor do projeto de lei que... (*Falha no áudio.*) Depois nós do Pará, do Maranhão, do Norte e Nordeste... (*Falha no áudio.*)

E o debate hoje já chegou também aos profissionais, e agora é uma realidade, não é? Mas, então, o estado não reconhece... (*Falha no áudio.*) ... se o Estado decide cumprir a sua parte aí para lutar e dar condições para todos nós trabalharmos. (*Falha no áudio.*)

Depois da aprovação dessa data, a gente vai conseguir... (*Falha no áudio.*)

Com relação à segurança... (*Falha no áudio.*)

Eu quero parabenizar o senhor e todos os Senadores que abraçaram essa causa. Para nós trabalhadores é uma importante vitória termos um dia oficial, dentro do calendário nacional, que representa a luta dos motociclistas profissionais.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Nonato. Permaneça por aí. Daqui a pouco, nós temos que voltar rapidamente para as considerações finais.

Eu já li aqui o que os internautas questionaram, por exemplo, sobre o negócio da máquina da moto, todos os modelos são para gasolina. Eu acho que não tem alteração. Vocês já discutiram sobre isso? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eduardo.

O SR. CARLOS EDUARDO COUTO DE SOUZA (*Fora do microfone*.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Ainda não, não é? Vamos aguardar para as próximas essa informação, mas, no meu ponto de vista, o motor que só pega gasolina hoje vai pegar essa gasolina com etanol e não vai ter alteração. Vamos aguardar.

Direito a seguro de vida e tal, isso é uma questão que deve ser embutida no custo operacional, o custeio da própria moto. É um negócio a ser discutido com a Fenamoto, e a gente vai entrar nisso, daqui uns dias, com a presença do Nonato aqui conosco.

A Letícia queria comentar sobre a questão da *tag*, não é?

A SRA. LETÍCIA DE OLIVEIRA CARDOSO (*Fora do microfone*.) – Da faixa exclusiva.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – "Para [garantir a] segurança dos motociclistas nas estradas é preciso criar faixa exclusiva [...] e [...] [permitir o] uso das tags [...] [nos pedágios]".

Letícia, por favor.

A SRA. LETÍCIA DE OLIVEIRA CARDOSO (Para expor.) – É importante esse comentário que o Luiz, do Distrito Federal, fez, porque a gente tem uma iniciativa em São Paulo, que é a inclusão da faixa azul na capital do país, que se iniciou primeiro numa via única, com uma faixa exclusiva. Foi feito um estudo inicial e, a partir desse estudo inicial, se expandiu essa faixa para outras vias. O que a gente tem acompanhado, junto com a Secretaria Nacional de Trânsito, o Secretário Adrualdo – estava até com ele hoje de manhã –, é o quão efetivo de fato é. Por que a gente avaliar somente aquela via e não registrar? A gente tem que comparar isso com as demais vias com o mesmo porte de trânsito. Eu não posso comparar uma via que tem determinado porte de veículos com uma via com menos veículos, porque a probabilidade de acidente é maior ou menor a depender do fluxo, do nível de velocidade, da quantidade de veículos. Então, o estudo está sendo feito para a gente saber se de fato isso é seguro para poder expandir isso nacionalmente. Está em fase de expansão nas vias de São Paulo para a gente poder expandir, se for efetivo, para outras vias.

Mas eu quero voltar a falar da velocidade, gente. Hoje, pela Organização Mundial de Saúde e todas as agências correlatas de trânsito, a principal medida que protege a gravidade do acidente e a morte é a velocidade. Então, não adianta a gente ter uma faixa exclusiva e o motociclista andar a 120. A gente precisa ter um limite de velocidade compatível com a vida. Não pode ter um limite de velocidade, e o motociclista é o mais exposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por isso a necessidade também não só da faixa exclusiva, mas uma discussão séria sobre limite de velocidade nas cidades, nas vias urbanas.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Poderia fazer as suas considerações finais?

A SRA. LETÍCIA DE OLIVEIRA CARDOSO – Eu posso fazer, sim.

Então, eu quero de novo agradecer a oportunidade de estar aqui, colocar o Ministério da Saúde à disposição. A gente sabe do impacto para o SUS econômico, produtivo que a mortalidade e as lesões no trânsito causam para a população brasileira. Esse dado que o colega que está *online* trouxe é verdadeiro. A gente tem um percentual altíssimo de internação na rede de trauma, com acidentes de moto.

A gente no SUS tem uma preocupação imensa, porque a gente aumenta leito, aumenta o número de médicos, expande a rede, mas está parecendo que a gente está enxugando gelo, porque a gente não consegue dar vazão às filas por conta do crescente número de acidentes e acidentados, e a maior parte são os motociclistas. Então, a gente está preocupado com isso, é um assunto prioritário no nosso departamento, na Secretaria de Vigilância, que, em conjunto com o Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência, também tem se dedicado a um pronto atendimento mais qualificado para as vítimas de trânsito, inclusive os motociclistas.

E estamos nos mobilizando intersetorialmente, junto ao Ministério dos Transportes, ao Ministério das Cidades e ao Ministério do Trabalho, o que é muito importante para vocês, para a gente fazer avançar determinadas pautas, porque a gente sabe que vocês precisam de uma maior seguridade social e trabalhista.

Então, isso também é nossa agenda no Ministério da Saúde. Está certo? Eu queria deixar nosso compromisso aqui.

Obrigada, Senador, pela oportunidade.

Parabéns aos profissionais que trabalham todo dia para fazer suas entregas e sustentar suas famílias!

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Obrigado, Letícia. Essa questão do Ministério do Trabalho nós vamos tentar trazer para cá, porque precisa ter boa vontade também, não é?

A SRA. LETÍCIA DE OLIVEIRA CARDOSO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Não tem como você estornar da sociedade brasileira o trabalho.

A SRA. LETÍCIA DE OLIVEIRA CARDOSO – Claro!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) **–** Vão ter que aprender a conviver e encaixar...

A SRA. LETÍCIA DE OLIVEIRA CARDOSO – Tem que incluir...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) **–** ... incluir para poder dar a proteção de que o trabalhador precisa.

Eu percebi, há muito tempo tentando ajudar aqui, a falta de vontade. Entendeu? Não é esse negócio de: "Por que eu não quero". Não, o negócio está presente. Não tem como você tirar do convívio social uma faixa de trabalhadores que são milhares, milhões.

A SRA. LETÍCIA DE OLIVEIRA CARDOSO – Jovens.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) **–** Jovens, todo mundo. Nós não temos outra atividade para dar emprego para eles. Eles encontraram esse mercado; é o mercado que os mantêm. Cabe ao Governo, cabe ao Parlamento encontrar uma forma de legalizar isso e amparar. É a nossa obrigação, mas eu tenho percebido dificuldades quando a gente tenta ver de que forma se disciplina isso legalmente.

Para fazer algum comentário e suas considerações finais, o Alessandro Calado. Não se cale, Alessandro! Pode falar. (*Palmas.*)

O SR. ALESSANDRO DA CONCEIÇÃO CALADO (Para expor.) **–** Então, em cima da fala da Letícia, referente à faixa azul lá em São Paulo, a qual está em teste, a gente está acompanhando também e a gente está vendo um pouco o resultado disso, que está ajudando realmente os motofrentistas de lá. A azul fez fluir o trânsito melhor e está salvando vidas. Eu percebi que se está reduzindo o número de acidentes, o número de vítimas fatais no trânsito lá, com essa faixa exclusiva... Não é uma faixa exclusiva, mas é uma faixa que orienta melhor os motociclistas a trafegar e a fluir o trânsito melhor.

Aqui em Brasília, nós também já demos entrada na Câmara Legislativa, aqui de Brasília, pedindo, solicitando uma faixa. Nem que comece por um teste também, para a gente ver o resultado disso, porque a gente acredita que é importante, que qualquer mecanismo que ajude a salvar vidas ou a nos proteger, a nós que estamos sobre duas rodas no trânsito, é bem-vindo. Tem a tecnologia também nos carros, quando têm um sensorzinho, que é um sensor do ponto cego; aquele sensor ajuda demais. Quando estamos no corredor e o motorista não consegue nos ver, o sensorzinho avisa que ali tem um motociclista. Então, toda tecnologia, tudo que for mecanismo para ajudar vai ser bem-vindo.

Referente à regulamentação que o Governo está tentando fazer, o que a gente quer é valorização. A gente sabe que estão morrendo milhares de *motoboys* e entregadores profissionais nas ruas, e o resultado disso é a falta de uma regulamentação que realmente seja justa para nós, porque as empresas de aplicativo querem números de trabalhadores trabalhando para elas, mas não estão focadas realmente na vida desses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores, na saúde desses trabalhadores. Quando uma empresa pega uma pessoa, um trabalhador que quer trabalhar sem qualificação e o coloca na plataforma, na profissão perigo para arriscar a vida dele ali, é a mesma coisa que está dando uma gilete para uma criança; sem preparo nenhum, ela vai acabar se machucando, se ferindo.

Então, o que a gente quer é que as empresas junto com o Governo procurem, achem soluções para poder preparar, capacitar esses trabalhadores para poderem trabalhar melhor e realmente valorizem a questão de salário, que a gente possa ganhar um salário melhor, um reajuste de taxa justo para nós, que dê a real autonomia para esses trabalhadores, porque para maioria de nós é um modelo novo de trabalho. Nós somos trabalhadores autônomos e queremos que as empresas de aplicativo nos deixem ser autônomos de verdade, que tirem esses mecanismos que não nos dão autonomia: escore, pontuação, recusa de entrega. Se nós somos autônomos, nós temos que ter o direito de recusar quantas entregas quisermos, temos que ter o direito de logar na hora em que quisermos. A gente gosta desse modelo de trabalho, de ter essa liberdade, mas o que a gente procura é que seja uma regulamentação justa para nós, que foque realmente na valorização do trabalhador, que a gente ganhe um valor justo, e não que as empresas só pensem no lucro delas, o Governo só pense em arrecadar impostos, mais impostos e, em contrapartida, não ofereça nada para o trabalhador, não ofereça capacitação, não ofereça nenhum benefício em troca disso. Então, essas são as minhas considerações finais.

Agradeço imensamente aqui ao Senador Zequinha e a todos os demais presentes aqui nesta audiência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Vocês ouviram o Alessandro, não é? De Calado só tem o nome. (*Risos.*)

Foi com o dedo no lugar certo.

Vamos ouvir agora também para algum comentário ou apenas para as considerações finais o Carlos Eduardo, que é Diretor da Associação do Distrito Federal.

O SR. CARLOS EDUARDO COUTO DE SOUZA (Para expor.) – Agradeço a oportunidade, Senador Zequinha.

Não tem como não falar sobre a regulamentação. Algumas pessoas não querem, outras querem, mas, igual ao que os senhores falaram assim: "Já que vem uma regulamentação, que seja uma regulamentação justa". Se não for justa, não tem outro caminho que não seja colocar o povo na rua, todas as motocas do Brasil, de duas rodas, de quatro rodas. Esse é o momento de nós nos unirmos e ainda ficarmos mais fortes.

Inclusive, só quero ressaltar que eu faço parte também de um grupo em que há federação, sindicato, associações e cooperativa. Nós nos unimos, deixamos todos os nossos orgulhos de lado, Senador Zequinha, as diferenças, para estarmos lutando por melhores condições de trabalho para o trabalhador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Parabéns!

O SR. CARLOS EDUARDO COUTO DE SOUZA – Então, não tem outro caminho. Se não vier uma regulamentação justa, o povo na rua, com peso total ainda.

Eu agradeço a oportunidade, Senador Zequinha. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Eu quero aqui escalar a Marta – não sei se a Marta está aqui agora. A gente precisa convidar o Ministério do Trabalho aqui, viu, Letícia? Nós passamos um período muito apertado com a finalização da janela partidária, tudo foi para isso, e agora a gente está reequilibrando a agenda e vamos retomar as coisas. Então, precisamos conversar aqui sobre... É muito importante essa regulamentação.

Antes de ouvir os dois que estão remotos ali, eu quero dar a palavra rapidinho para o nosso Presidente da Força Sindical aqui no DF.

O SR. MIGUEL EDUARDO TORRES – Não. Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Nacional.

Pode usar o microfone. Pode ficar sentado aí. De onde estiver, pode ligar e meter bronca.

O SR. MIGUEL EDUARDO TORRES (Para expor.) – Obrigado, Senador. Quero parabenizá-lo pela audiência e cumprimentar aqui as companheiras, os companheiros presentes, a doutora.

Eu fiquei sabendo da audiência hoje cedo, porque o Raimundo Nonato me pautou. Eu tinha agenda hoje no Supremo, então, vim de lá correndo para cá. Não poderia deixar de participar e parabenizar a iniciativa do Senador, porque a gente sabe o quanto é sofrida essa categoria, o quanto é discriminada essa categoria.

Nós temos que achar um caminho que leve ao que os companheiros estão falando aí: justiça, que tenha uma regulamentação que seja justa, que consiga atender as necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras, e não ficar só na mão dessas empresas que muitas vezes você não sabe nem onde ficam, ficam numa nuvem. Nós precisamos achar caminhos que tragam a responsabilidade, sim, para as empresas que exploram.

Conte com as centrais sindicais. Nós estamos nessa luta também junto com os companheiros. Buscamos um mínimo de regulamentação, porque a gente sabe da autonomia que vocês têm e querem ter, mas nós não podemos deixar nas coisas mínimas. Nós temos que ter uma previdência social, nós não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podemos deixar os companheiros sendo acidentados, mutilados, e ficando à mercê. Nós temos que ter um caminho... Não estou falando de aposentadoria, porque, praticamente, ninguém se aposenta mais, mas a assistência social tem que estar presente. Isso ajuda a gente a ter isso. E a empresa tem que pagar a parte dela, como todas as empresas do Brasil pagam, e essas não querem pagar. Então, nós temos que achar caminhos.

Conte com a gente nesse debate que, como a gente viu, foi tão importante, trouxe à tona esses problemas que a maioria da população brasileira sabia, mas não queria enxergar, da necessidade dessa regulamentação, do respeito aos companheiros e companheiras que expõem a sua vida, a sua segurança diariamente, com jornadas de trabalho de 12, 14, 16 horas, sem tempo de se alimentar, sem poder se alimentar daquela comida que ele está transportando, porque não têm condição financeira de estar fazendo aquela refeição que deveria.

Então, eu quero agradecer e parabenizá-lo, Senador, de quem eu tenho ótimas referências. O Nonato fala muito do senhor, da sua preocupação com o social. Então, conte com a gente. E vocês trabalhadores e trabalhadoras também.

E, para nós trabalhadores, quero deixar um recado aqui no Senado. É sempre bom a gente lembrar que não existe direito para trabalhadores e trabalhadoras no Brasil que não venham da luta, não existe um, todos os direitos vêm da luta. Então, para nós, trabalhadores e trabalhadoras, só a luta faz a lei.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Agradecemos a sua participação.

Agora, sim, remotamente, Rodrigo Lopes, para comentar, responder a alguma coisa que foi colocada aqui pelos internautas e fazer as suas considerações finais.

Rodrigo, por favor.

O SR. RODRIGO LOPES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador. Obrigado a todos e a todas por mais uma oportunidade.

Eu vou concordar e vou comentar o que a companheira do Ministério da Saúde falou. Não adianta somente botar faixa azul se os motociclistas vão continuar andando a 120km/h. E eu vou além, companheira: a gente precisa qualificar essas pessoas, a gente precisa educar essas pessoas. Esse é o caminho para a gente reduzir, tirar esses trabalhadores, em primeiro lugar, da condição de doadores de órgãos, porque eles morrem sempre jovens.

E quero agradecer e parabenizar pela fala o Miguel, uma fala fundamental. Parabéns, Presidente, pela sua fala sobre essas empresas por aplicativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este Governo que hoje está aí foi o único Governo que teve coragem de iniciar o debate de um assunto que envolve toda a sociedade sim.

Senador Zequinha, só para a gente entender um pouco a gravidade dessa regulamentação, hoje esses trabalhadores ficam expostos mais de 12 horas por dia, trabalham hoje para comer amanhã. E o medo dessa regulamentação, Senador Zequinha, é de que se espalhe para outros setores. Então, quando o PL do Governo for para essa Casa, Senador Zequinha, é um pedido que eu faço ao senhor, de coração, e eu falo aqui em nome de todos os trabalhadores e trabalhadoras deste Brasil... Já pensou, Senador Zequinha, se o chapeiro que está trabalhando em uma lanchonete só ganha por um hambúrguer frito? Já pensou se o recepcionista de um hotel só ganha por quarto ocupado, e não pelo seu tempo disponível, Senador? Onde é que nós estamos?

O que o Miguel falou aí foi fundamental. Tudo que nós temos hoje foi conquistado na base de muita luta, de muita batalha, de muito sangue. E hoje a gente não pode jogar tudo para o alto por conta dessas empresas por aplicativo.

Então, Senador, agradeço a oportunidade. Conte comigo, com a minha experiência – eu tenho mais de 15 anos em cima de duas rodas, sei muito bem do que eu estou falando, tenho total segurança, estou na luta há sete anos, com muito orgulho. E acredito que, nesta Comissão, com este diálogo, este debate com a sociedade e com a categoria em si, nós vamos proteger quem mais precisa, Senador, cuidar de quem mais precisa de apoio e de atenção.

E não é somente uma comemoração, como o senhor sempre pontuou. É um dia de respeito. Chegou a hora de a gente respeitar e cuidar desses trabalhadores e trabalhadoras tanto de motocicleta como de bicicleta, Senador.

Muito obrigado pela oportunidade.

Parabenizo todos vocês que estão aí presentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Obrigado, Rodrigo Lopes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Entregadores, Empregados e Autônomos de Moto e Bicicleta por Aplicativo do Estado de Pernambuco.

Nonato Alves, Presidente da Fenamoto, para suas considerações finais.

O SR. NONATO ALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador.

Eu quero, primeiro, parabenizar pela participação o nosso Presidente Miguel Torres, que é Presidente da Força Sindical Nacional, uma das principais centrais do Brasil, na qual ele sempre defendeu, sempre lutou, junto com os motociclistas profissionais, motoristas de aplicativos, ACSs, pescadores, por pautas que, desde o ano de 2000, eu venho defendendo. Então, quero parabenizar pela presença o nosso Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, eu quero dizer ao senhor e a todos que nós temos uma frente parlamentar mista, de que o Senador Zequinha é Presidente, que foi fundada no ano de 2020. Então, quero pedir a todos que estão ouvindo, assistindo à gente, que comecem a cobrar do seu Senador, do seu Deputado que reagrupem com o Senador para a gente poder fazer essa discussão. O Senador está aí à disposição, fazendo esse debate, fazendo toda essa luta em defesa dos trabalhadores, de seus direitos, e por isso eu quero agradecer.

Então, para mim, é uma felicidade chamar o Ministério do Trabalho para fazer esse debate, para fazer parte dessa discussão. Vamos fazer isso.

Quero só agradecer ao senhor e a todos. Vamos juntos. Semana que vem eu estou em Brasília, vamos tentar fazer movimentações para a gente chegar a algum ponto e conseguir resolver esses grandes debates.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Obrigado, Nonato. Na próxima vinda a Brasília, passe aqui para a gente sentar e falar sobre esse tema.

Estou pedindo aqui ao pessoal do setor para tirar uma foto logo que terminar.

Vou encerrar a sessão aqui agora.

Venha para cá também, Miguel. Nós dois somos os mais novos dessa turma toda, então temos que ficar à frente.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente audiência pública.

Um abraço a todo mundo. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quarenta e um minutos do dia dezoito de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Confúcio Moura, Carlos Viana, Leila Barros, Plínio Valério, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Janaína Farias, Paulo Paim, Jaques Wagner, Wilder Morais, Romário, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 24/2024 - CE, de autoria Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Finalidade:** 2ª Audiência Pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 5.230/2023, de iniciativa do Poder Executivo, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e define diretrizes para a política nacional de ensino médio. **Participantes:** Sr. Rubens Campos de Lacerda Júnior, Diretor de Avaliação da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira(Inep); Sr. Ricardo Tonassi Souto, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (FONCEDE); Sr. Gabriel Barreto Corrêa, Diretor de Políticas Públicas do Todos pela Educação (TPE); Sra. Jade Beatriz, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); Sr. João Paulo Cêpa, Gerente de Articulação do Movimento pela Base; Sr. Pedro Flexa Ribeiro, Coordenador do Colégio de Assessores Pedagógicos da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) e representante do Fórum Brasileiro da Educação Particular; Sra. Luzia Matos Mota, Coordenadora da Câmara de Ensino do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF); Sra. Monica Ribeiro, Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CAMPANHA); Sr. Haroldo Rocha, Coordenador-Geral do Movimento Profissão Docente; e Sr. Rafael Lucchesi, Diretor-Superintendente do Serviço Social da Indústria (SESI). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 18 de abril de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei 5.230, de 2023, de iniciativa do Poder Executivo, que, abro aspas, "altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e define diretrizes para a política nacional do ensino médio", em atenção ao Requerimento nº 24, de 2024, de minha autoria.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: Sr. Rubens Campos de Lacerda Júnior, Diretor de Avaliação da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); Sr. Rafael Lucchesi, Diretor-Superintendente do Serviço Social da Indústria (Sesi); Sr. Pedro Flexa Ribeiro, Coordenador do Colégio de Assessores Pedagógicos da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) e representante do Fórum Brasileiro de Educação Particular; Sra. Jade Beatriz, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes). (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Participam, de forma remota: Sr. Ricardo Tonassi Souto, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede); Sr. Haroldo Rocha, Coordenador-Geral do Movimento Profissão Docente; Sr. Gabriel Barreto Corrêa, Diretor de Políticas Públicas do Todos pela Educação; Sr. João Paulo Cêpa, Gerente de Articulação do Movimento pela Base; Sra. Luzia Matos, Coordenadora da Câmara de Ensino do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); Sra. Monica Ribeiro, Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações dos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá ter uso da palavra por até dez minutos. Ao final das exposições, a palavra será concedida, se houver algum Parlamentar inscrito, para as minhas considerações, e retorno para a rodada final dos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Sr. Ricardo Tonassi Souto, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede), que participa de forma remota.

O SR. RICARDO TONASSI SOUTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito boa tarde, Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Boa tarde.

O SR. RICARDO TONASSI SOUTO (*Por videoconferência*.) – Boa tarde.

Saúdo a todos da mesa, na figura do meu querido Conselheiro Pedro Flexa, que é um Conselheiro Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Quero dizer do meu orgulho, mais uma vez, de me dirigir à Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal. Não posso deixar de saudar a grande figura do Senador Flávio Arns, que tem uma relação absolutamente republicana com todos nós.

Vou procurar não me estender mais do que o tempo necessário. Peço já desculpas pelo ambiente em que me encontro, que é em trânsito. Realmente hoje eu saí de Florianópolis, da reunião do Conselho Nacional de Educação, para o Rio de Janeiro, e fiz questão de participar dessa audiência.

Senadora, é necessário que eu tente fazer uma cronologia dos fatos que nos trouxeram até aqui, para que a posição do Foncede fique muito clara. Nós, em meados do primeiro semestre do ano passado, fomos convidados a integrar um grupo de trabalho, num convite proveniente do Ministério da Educação, para tratar da possibilidade de reformulação da legislação que tratava do ensino médio. Junto conosco encontrava-se a Ubes, da minha querida Jade que está aí; encontrava-se o FNE, coordenado pelo Coordenador Heleno; o Consed, com o Presidente Vitor; o Conselho Nacional de Educação, com o Presidente Curi; e nós do Foncede, com a minha presença como Presidente do Foncede representando a instituição.

E, ao longo de meses de trabalho, de discussões, de apontamentos, quando chegou ao mês de agosto do ano passado, o Foncede, junto com o CNE e com o Consed, os secretários estaduais de educação, o Conselho Nacional de Educação e o fórum, que representa os conselhos estaduais e distrital de educação, nós preparamos uma nota, um posicionamento, uníssono dessas três instituições e associações, e nos posicionamos especificamente com relação a quatro pontos: a carga horária, em que entendíamos que a formação geral básica deveria ser assegurada até 2,1 mil horas, das 3 mil, e que das 900 horas restantes, 300 horas deveriam estar voltadas à base comum dos itinerários formativos. O meu posicionamento foi algo que foi acatado posteriormente pelo Deputado Mendonça, no seu substitutivo, mas nós tivemos dissonâncias na elaboração final do projeto. E a nossa participação era uma participação em que nossos posicionamentos não eram vinculantes. A discussão final, o posicionamento das instituições não era vinculante. Então, o posicionamento da proposta foi do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso, inclusive, foi dito por mim, pelo Secretário Vitor e também pelo Presidente Curi, na reunião que tivemos com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, na entrega simbólica do projeto, mas tínhamos, obviamente, consonância em alguns aspectos, mas dissonância em outros, mas, no substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados, parece que o nosso posicionamento foi levado em consideração pelo Relator e pelo Plenário da Casa.

Outro posicionamento que deixamos claro, por escrito, em documento entregue ao Ministério da Educação, era sobre o ensino mediado por tecnologias de informação e comunicação. Nós entendíamos e continuamos a entender que a manutenção da possibilidade de oferta flexível do ensino médio, com ensino mediado por essas tecnologias de informação e comunicação, é fundamental, inclusive, para chegar aos recantos mais longínquos do país. Nós não consideramos a ideia de que ela deveria ser exterminada, mas utilizada de forma excepcional, com controle, com bom senso.

O outro ponto que tratamos foi da própria figura dos itinerários formativos, que também foi mantida. Por fim, uma regra de transição para que, em quaisquer hipóteses, essas normas entrassem em vigor em 2025.

Todos esses pontos, que foram concatenados por essas três instituições em que tínhamos um alinhamento uníssono, foram contemplados no substitutivo do Deputado Mendonça.

Eu quero fazer um parêntese aqui e deixar claro o posicionamento democrático e republicano do Ministro Camilo Santana, que convidou instituições normativas da educação brasileira, instituições executivas da educação brasileira para tratar disso. Isso foi debatido intensamente, numa postura absolutamente não só republicana e democrática, mas o trato do Ministro Camilo com todos nós sempre foi de uma forma muito cordial, muito gentil, que eu faço questão de registrar.

Depois de todos esses apontamentos e da proposta votada e aprovada na Câmara, eu faço questão de colocar aqui, pelo menos, um aspecto que acho que deveria ser revisto no Senado, porque nós não chegamos a discuti-lo. E eu não consigo vislumbrar a necessidade de modificação do texto da LDB nesse sentido. E é justamente no que trata dos conselhos estaduais de educação, pelo menos inicialmente.

Há uma modificação no art. 36 da LDB, no seu §8º, e ele seria revogado; essa foi a votação que foi realizada na Câmara. E o §8º do art. 36 diz o seguinte: "A oferta de formação técnica e profissional a que se refere o inciso V do *caput*, realizada na própria instituição ou em parceria com outras instituições, deverá ser aprovada previamente pelo Conselho Estadual de Educação, homologada pelo Secretário Estadual de Educação e certificada pelos sistemas de ensino". A LDB menciona os conselhos estaduais de educação em dois momentos: no §7º e no §8º do art. 36. E a proposta aprovada na Câmara revoga o §8º.

Outro apontamento que eu queria fazer, também no artigo 36, é a previsão do §6º, que revogou o inciso I e o inciso II.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, numa leitura rápida aqui, para não cansá-los, o §6º diz:

> §6º A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará:
> I - a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre a aprendizagem profissional;

Obviamente que eu não vou aqui querer, principalmente com o Rafael Lucchesi na mesa, tratar de uma forma mais profunda sobre a educação profissional e a aprendizagem profissional, mas não vejo, não vislumbro, a necessidade de escantearmos as vivências práticas do trabalho, no setor produtivo, com essa modificação que tratamos do ensino médio, principalmente porque uma das grandes defesas que fiz, não só eu, mas as outras instituições, é a preservação do quinto itinerário, que era do ensino técnico profissional.

Quando os alunos foram ouvidos, 80% deles, na pesquisa realizada pelo MEC, desejavam realizar ou ter a possibilidade de escolha de um ensino profissional ou profissionalizante.

Por fim, para não me estender, também menciona a discordância da revogação do inciso II, do §6º, desse artigo 36 da LDB, que diz, mais uma vez, o §6º:

> §6º A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação, com ênfase técnica e profissional, considerará:
> (...)
> II – a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade.

No momento em que o mundo vive uma mudança de postura com relação às certificações e que caminhamos celeremente para as microcertificações, que são absolutamente importantes – e isso já acontece na Europa, isso já acontece nos Estados Unidos –, não consigo vislumbrar a necessidade de revogação de um inciso, dentro da LDB, que trata justamente da concessão de certificados intermediários.

Então, sem querer me alongar mais do que isso, faço aqui uma defesa ardorosa do quinto itinerário que, na minha leitura, é o que seria a pedra de toque dessa mudança do ensino médio, porque ele é capaz de modificar, verdadeiramente, a vida de meninos e meninas que precisam trabalhar, que precisam ajudar suas famílias, que precisam sobreviver.

Então, queria deixar aqui, mais uma vez, a saudação, Senadora Professora Dorinha, pelo seu trabalho árduo pela educação brasileira, e agradecer o convite para que o Foncede, mais uma vez, venha se manifestar junto ao Senado Federal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Agradeço ao Sr. Ricardo Tonassi Souto, Presidente do Foncede, que fez um esforço para estar conosco, trazendo a posição do Foncede.

Passo a palavra ao Sr. Haroldo Rocha, Coordenador-Geral do Movimento Profissão Docente, que participa de forma remota.

Bem-vindo, Haroldo.

Com a palavra.

O SR. HAROLDO ROCHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora Dorinha.

Quero agradecer muito a oportunidade de poder participar desta audiência, representando o Movimento Profissão Docente.

Queria saudar a todos os componentes da mesa, a todos que estão, como eu, de forma virtual, e a todos que nos assistem.

Queria, Senadora, começar lembrando que, no próximo mês de maio, nós completamos 12 anos que a Câmara compôs a Comissão Especial de Reformulação do Ensino Médio, Comissão da qual, inclusive, a Senadora, na época, como Deputada Federal, fez parte. Lembro que essa Comissão foi proposta e coordenada pelo Deputado Reginaldo Lopes, de Minas Gerais, relatada pelo Deputado Wilson Filho, da Paraíba, e lembro também o trabalho que essa Comissão fez, que foi a origem dessa mudança do ensino médio.

Lembro da figura do Prof. Eduardo Deschamps, à época Secretário de Santa Catarina e Presidente do Consed, que foi ativo nesse debate, e do Secretário Rossieli, que presidiria o grupo de ensino médio do Consed. Ressalto esses dois nomes porque o Conselho de Secretários representa as secretarias estaduais, que são as organizações que mais têm responsabilidade no ensino médio.

De 2012 a 2014 foi o trabalho da Comissão, que deixou um relatório muito inspirador.

Eu lembro também que, já em 2015, quando eu assumi a Secretaria de Educação do Espírito Santo, o grupo do Consed já trabalhava intensamente, planejando a implementação.

Em setembro de 2019, foi levada ao Congresso, à Câmara, a MP 746, que promoveu um debate intenso, principalmente envolvendo jovens das escolas.

Eu me recordo muito bem da mobilização dos jovens. Obviamente, uns contra, outros a favor, mas foi um debate muito importante.

Em fevereiro de 2017, tivemos a Lei 13.145 e, no final de 2018, a BNCC do ensino médio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De 2019 a 2021, foi o período de construção dos currículos a partir da base. Eu participei disso como Secretário-Executivo do Estado de São Paulo, junto com o Secretário Rossieli, e o país inteiro, nas redes estaduais, com o apoio do Movimento pela Base – veio aqui o João Paulo –, passou a construir os currículos e, a partir de 2022, alguns até 2021, como foi o caso de São Paulo, já começaram a implementar. Então, é importante recordar isso.

Eu me lembro também de falas, da época da mudança do ensino médio, que diziam que essa era a mudança mais relevante para a educação brasileira depois da LDB, e essa etapa de ensino é a etapa mais desafiante para as juventudes brasileiras. Basta ver, na série do Ideb, que o ensino médio é o que menos consegue avançar.

É um diagnóstico, eu não quero retomar aqui as dificuldades que o ensino médio antigo tinha de acolher os jovens, e nós avançamos, e não só na concepção, nessa arquitetura do novo ensino médio.

Também os governos avançaram no apoio à expansão do ensino médio integral. Em 2013, nós tínhamos 4,5% das matrículas do ensino médio no integral. Em 2019, já eram 12%. Em 2023, 21,9% dos jovens já frequentam o ensino médio.

Então, eu recordo toda essa trajetória para comemorar esse momento que nós estamos passando, essa reta final, penso eu, de mudança do ponto de vista legislativo do ensino médio brasileiro.

É óbvio que um ponto que eu quero ressaltar aqui – e eu vi isso, Senadora, nas suas manifestações e nas de todos os Senadores envolvidos com a educação – é que é urgente, precisa de um sentido de urgência na finalização dessa legislação, obviamente o Senado fazendo o trabalho dele, porque são 7,7 milhões de jovens brasileiros que estão matriculados e dependem dessa decisão.

Nós pensamos que esse novo projeto aprimorou já várias coisas. Claro que ainda tem pontos a serem melhorados – o Ricardo falou aí de pontos importantes –, mas eu ressalto que o currículo está explicitado: ele tem que ter como referência a Base Nacional Comum Curricular; a expansão da carga horária, seja para cinco horas, seja para o integral – e está colocado aí –; os itinerários formativos, que sofreram algumas modificações, a meu ver, positivas, nessa nova opção; e a educação profissional.

Nós nunca tivemos tantos jovens declarando que pretendem fazer a educação profissional, e isso se refletiu já nas matrículas que o Censo de 2023 trouxe nesse ano.

Então, aumentou a oferta – por inspiração, por mobilização – do novo ensino médio e aumentou a demanda dos jovens. Isso é muito importante.

Então, quando a gente pensa na arquitetura toda do ensino médio, as pesquisas mostram que os jovens querem mais, estão mais conscientes da importância para a vida deles da educação profissional e desse ensino médio, que lhes dá opção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Gabriel certamente vai falar – eu o estou vendo aqui na tela –, mas a pesquisa do Datafolha, que o Todos pela Educação encomendou recentemente, mostra que 65% dos jovens matriculados aprovam esse novo desenho, essa nova arquitetura do ensino médio.

Então, assim, eu acho que, como nação, como país que precisa cuidar melhor dos seus jovens, esse é um passo fundamental. Nós estamos próximos não de um arcabouço jurídico e de uma arquitetura de ensino médio perfeita, completa, pois tudo tem que ser aperfeiçoado ao longo do tempo, mas daí, Senadora, quando a gente fala do sentido de urgência, é porque, sendo essa lei aprovada e finalizada no Senado e sancionada, há um conjunto de medidas que as escolas e as redes estaduais têm que adotar – a Senadora Dorinha foi Secretária de Educação, por vários mandatos, ela sabe de que eu estou falando –, desde a questão de organizar a matrícula, o transporte escolar; enfim, tem uma série de medidas, mas eu queria me ater a duas questões que me parecem essenciais e que podem, eventualmente, ser aperfeiçoadas no texto da lei ou no relatório da lei, para chamar a atenção dos agentes.

São dois pontos para eu terminar a minha manifestação.

É absolutamente essencial, e, aí, já pensando na implementação: o Senado vai fazer o seu trabalho – e vai fazer o melhor, eu tenho certeza –, aprovou a lei, aí tem que implementá-la. E aí, já pensando na implementação, tem dois pontos, como eu já disse: o primeiro é que é absolutamente essencial uma coordenação ativa do MEC.

Eu acredito que boa parte dos problemas que tivemos na implementação decorreu dessa falta de coordenação naquele momento ali em que estava se construindo os currículos 2019 e 2021 e começando a implementação. Não houve coordenação do MEC, e isso fez muita falta.

É óbvio que a gente está vendo que o MEC está ativo, o projeto de lei saiu do MEC, tem várias ações, mas eu acho que é sempre bom falar disso, e eu destaco duas ações que são principais.

O MEC precisa dar apoio técnico e financeiro aos estados para que eles reorganizem o currículo, enfim, preparem as redes para implementar essa nova versão, essa versão atualizada do novo ensino médio. Isso é fundamental.

E penso que o MEC deveria também, junto com os estados, os 27 estados, construir – eu vou chamar provisoriamente – um pacto nacional de expansão do ensino integral, porque tem desafios que não são possíveis de resolver com o ensino regular e o integral. Como eu disse, o Brasil já passou de 20%, e isso é evidência de que é possível.

E, por fim, uma coisa que nos preocupa muito é a formação de professores, por quatro motivos: os professores, certamente todos, já conhecem a BNCC, mas vão ter que revisitar a BNCC para se adaptar a esse novo modelo. Eles vão precisar de apoio, de um apoio que olhe para as suas dúvidas, para as suas incompreensões da BNCC, para superar isso. Isso é uma ação fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A BNCC e a própria lei do novo ensino médio trabalham com a ideia de área de conhecimento e interdisciplinaridade. Isso é um desafio, a gente sabe. Não é simples juntar professores de componentes específicos para trabalhar por área de conhecimento. Aí tem um desafio para o qual os professores também precisam muito de apoio.

Um outro ponto que vem dessa lei, da nova versão que essa lei traz, é a questão do itinerário de aprofundamento. Ora, aprofundamento não é aquilo que os professores já fazem; é algo a mais, é algo específico para grupos de alunos. Então, aí também os professores precisarão ser muito bem preparados.

E, para finalizar, eu disse que é fundamental a educação profissional, e a educação profissional comporta tanto convênios, acordos, com organizações que não são públicas, mas que podem apoiar esse itinerário nas redes públicas, como também a contratação de especialistas para também compor o quadro docente desses itinerários. E aí me parece óbvio, mas é importante ressaltar, que esses profissionais, parte deles, não têm formação pedagógica, têm muito conhecimento técnico, mas não têm formação pedagógica. Eles vão precisar receber algum tipo de formação pedagógica das redes de ensino. E, além disso, eles vão precisar passar por um processo programado, estruturado, de integração às equipes das escolas, porque senão o ensino médio vai ficar desfigurado, com pessoas que não estão devidamente integradas e capacitadas pedagogicamente para cumprir essa missão.

Então, esses quatro pontos me parecem essenciais na formação de professores. Obviamente, isso não depende da aprovação da lei, mas eu acho que, na lei, no relatório, pode se chamar atenção para esses pontos, para que os estados, com o apoio do MEC, possam se preparar adequadamente para o ano de 2025.

Muito obrigado, Senadora. Obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Agradeço a presença dos Consultores do Senado Issana Rocha, Marden Ribeiro e Luana Bergmann, e, ao mesmo tempo, a do Consultor da Câmara Jefferson Chaves. Obrigada pela sua presença nessa ideia nossa de tentar construir um texto o mais harmônico possível entre as duas Casas.

Agradeço a participação do Haroldo Rocha, colega Secretário e hoje Coordenador-Geral do Movimento Profissão Docente.

Passo a palavra para o Sr. Rafael Lucchesi, Diretor-Superintendente do Serviço Social da Indústria (Sesi).

E agradeço também a presença aqui do Diogo, representando o nosso Presidente da Comissão de Educação, o Senador Flávio Arns. Muito obrigada.

O SR. RAFAEL LUCCHESI (Para expor.) – Bom, boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria começar saudando a Senadora Professora Dorinha, com quem nós já estamos discutindo essa questão do ensino médio há muito tempo. Lembro que ainda debatíamos sobre, se não me engano, o PL 6.840, em debate da TV Câmara, junto com o Deputado Reginaldo Lopes.

A reforma do ensino médio, que foi aprovada depois desse longo processo de discussão, de debate – ela foi aprovada –, tinha os cinco anos do ciclo de implementação, foi sendo postergada e, agora, estamos diante do PL 5.230.

É importante, porque o Brasil tem um grande problema sobre o qual nós precisamos discutir: nós precisamos de cinco trabalhadores brasileiros para equivaler à produtividade de um trabalhador norte-americano. Temos um grave problema de produtividade. E, segundo: nós temos um problema já de um adiantado processo de transição demográfica. Isso coloca, com urgência, o debate sobre a educação como uma agenda de país, como uma agenda de longo prazo, como uma visão estratégica de sociedade.

Se nós olharmos a reforma, ela coloca alguns pontos interessantes que convergem para os sistemas educacionais mais modernos, que permitem resultados muito melhores do que os brasileiros. Nós temos a flexibilidade do currículo, o que é algo interessante... O ensino médio é um período de transição em que parte dos estudantes vão continuar seus estudos no ensino superior, parte tem ali uma lógica terminativa dos seus estudos, e há a parte do itinerário de formação técnica e profissional, que talvez seja a grande conquista dessa reforma, porque isso antes estava dividido.

Na verdade, grande parte do debate ainda está com o retrovisor de uma sociedade excludente em que a discussão das formações e profissões técnicas, que é algo que tem um sentido de pertencimento na maior parte dos sistemas educacionais e sociedades no mundo, não tem no Brasil. E eu acho que isso traduz um problema de um preconceito seminal na sociedade brasileira, que está associado aos 350 anos de escravidão no Brasil; um certo desprezo às profissões técnicas.

E, também, você criar uma Base Nacional Comum Curricular organizada em quatro itinerários. A grande agenda, quando a gente olha para a matriz educacional brasileira, é certamente trazer para dentro, de maneira inclusiva, de maneira democrática e com uma grande agenda de equidade, a educação profissional; mas de forma verdadeira, de forma realística.

O que nós temos no Brasil? Nos países desenvolvidos, na matriz educacional, aproximadamente 50% dos jovens fazem formação técnica e profissional. Nos nossos vizinhos latino-americanos: no México é 35%, no Chile é 33%, na Colômbia é 28%, no Brasil é 11%. Talvez seja a meta de que nós estejamos mais distantes no Plano Nacional de Educação, que fixa em 40%, 50% na matriz pública.

Nós temos que entender que, no Brasil, 79% dos jovens não vão para a universidade, na realidade de hoje. E, quando nós criamos essa enorme adversidade para a educação técnica e profissional, isso é o maior programa de sabotagem e exclusão social que nós podemos fazer no país. Porque certamente as pessoas de maior renda, de maior escolaridade e renda – que têm uma correlação lógica no país chamado Brasil –, vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prioritariamente para a universidade; e aqueles que não vão têm os seus projetos de vida e carreira enormemente prejudicados por não se dar uma lógica de terminalidade. O sistema educacional me deu identidade social: eu sou um economista, depois professor. Mas, na sociedade brasileira, a maior parte dos brasileiros vão construir o seu projeto de vida e carreira fora do sistema educacional, baseado numa lógica preconceituosa e excludente, que nós temos que discutir. É um elemento-chave nesse processo.

Oitenta por cento dos alunos que estão hoje no ensino médio estudam em tempo parcial; 72% pretendem estudar e trabalhar; e 48% têm a necessidade de conciliar. O Ricardo falou aqui: se nós pegarmos o desejo dos jovens – dos jovens –, em todas as pesquisas com os jovens, ao redor de 80% desejam educação técnica e profissional. Agora, é possível fazer uma educação técnica e profissional com 600 horas? Categoricamente, não. Então, a discussão de você fixar 2,4 mil horas para a formação geral é muito ruim e muito danosa, porque ela persegue esse modelo de exclusão, que nós deveríamos reconsiderar, porque isso é muito ruim. Ainda que você possa ter dois sistemas – e aí isso cabe numa segunda discussão –, se eu tiver duas matrizes no sistema educacional – a Professora Dorinha pode relatar isso muito melhor do que eu –, é muito mais difícil você gerenciar a enturmação disso, sobretudo nas redes públicas, dada a enorme dificuldade.

Então, na verdade, ninguém se coloca contra o ensino técnico e profissional, mas, na prática, você inviabiliza a educação técnica e profissional. E por que eu digo isso? Se nós olharmos hoje, mais de 70% dos cursos no Catálogo Nacional vão precisar de mais de 900 horas e mais de 63% estão ali no limite acima de 1,2 mil horas. Mas é claro que nós temos aqui uma oportunidade de aperfeiçoamento. Certamente, se você ampliar a do mínimo de 1,8 mil horas para um patamar de 2,1 mil, de 2,2 mil, você avança no sentido da razoabilidade, de você ter um alargamento da formação geral, ainda que, é importante a gente lembrar, na regulação do sistema de 2,4 mil horas, eram 70% para a básica e 30% para a diversificada na carga horária. Então nós precisamos ter clareza que já não eram 2,4 mil horas para a formação geral. Isso é alguém que não analisou direito até o marco legal que regulava o sistema educacional, sobretudo para aqueles que propunham revogar a reforma do ensino médio. Eram 70 a 30 e iam dar mais ou menos 1.680 horas de formação geral. Era isso que se defendia, as 1.680?

Então há contradições quando a gente radicaliza e polariza o debate sem fazer uma discussão que vá ao encontro do interesse da juventude. Nós precisamos discutir muitas coisas no Brasil. A principal delas é para a construção de um projeto de país. A educação tem que estar no pilar fundamental de construção de uma visão de futuro. O Brasil tem enormes possibilidades na transição energética, na indústria verde e hoje assistimos a uma lógica de desindustrialização precoce, de especialização regressiva, que, na prática, gera no país um oceano de desemprego, de desalentos ou de empregos com baixa qualificação. Será que a nossa pretensão de economia digital é apenas ao entregador de iFood e ao motorista de Uber?

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL LUCCHESI – Acho que a gente tem que ter pretensões maiores. Para isso nós precisamos avançar no estímulo direto na discussão dessa reforma, que possa colocar o debate brasileiro alinhado às principais conquistas, às principais referências internacionais. Eu acho que fazer um ensino médio que avance na direção da EPT, da educação técnica profissional, é uma grande conquista para a sociedade brasileira. E nós temos que pensar em estímulos para que a gente faça a correção de uma sociedade profundamente desigual que cria a desigualdade na estrutura do sistema educacional. Certamente – e aí nós temos uma lei recentemente promulgada, a Lei 14.465, que assegura a avaliação da EPT –, é claro que o Saeb tem que fazer também a avaliação dos itinerários técnicos profissionais, bem como o Enem tem que criar um sistema com maior equidade para que nós não estabeleçamos desigualdades institucionalizadas pela matriz educacional. Nós temos que construir – e para isso servem as políticas públicas – algo que trabalhe na direção da equidade, que valorize estímulos que vão nessa proposição. Inclusive, nós defendemos que haja uma bonificação para aqueles alunos que façam uma EPT no seu processo de avaliação terminativo do ensino médio, como um estímulo necessário para corrigir as desigualdades que nós temos.

O Brasil pode dar uma resposta importante em torno desse debate. Eu sinto que o Ministro Camilo tem abertura ao debate. Acho que o Congresso Nacional tem criado esse espírito colaborativo de entender como são os elementos-chaves que possam se constituir numa política de Estado, para além do fla-flu, e que a gente possa enxergar nesse debate uma oportunidade importante para nós transformarmos o Brasil numa sociedade mais justa, em algo que impulsione também a realização do projeto de vida e carreira das juventudes brasileiras e que possa também ser algo que dialogue com a quarta revolução industrial, com a digitalização, com o emprego do futuro e com as oportunidades econômicas que o Brasil tem que gerar para o futuro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Sr. Rafael Lucchesi, Diretor-Superintendente do Serviço Social da Indústria (Sesi).

Com a palavra o Sr. Gabriel Barreto Corrêa, Diretor de Políticas Públicas do Todos pela Educação, que participa de forma remota.

O SR. GABRIEL BARRETO CORRÊA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas e todos.

Queria começar cumprimentando e saudando a Senadora Professora Dorinha, Relatora do projeto de lei que discute o novo ensino médio no Senado.

Quero comentar, Senadora, que nós do Todos pela Educação, assim como vários outros atores do campo educacional, ficamos muito contentes com a designação da senhora como Relatora desse projeto de lei, assim como foi destacado por outros atores nesta audiência e na audiência de terça-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero saudar também o Senador Flávio Arns – estou aqui virtualmente, mas representado aí pelo Diogo, com quem temos ótimas trocas –, Presidente da Comissão de Educação; e também cumprimentar meus colegas de mesa fisicamente e virtualmente.

O que eu vou trazer aqui, Senadora – eu trouxe uma apresentação –, são as contribuições do Todos pela Educação para o estágio atual do debate do Projeto de Lei 5.230. São considerações e a visão, a posição do Todos pela Educação sobre o que foi aprovado, muito no sentido de contribuir com os debates que a senhora e os demais Senadores e Senadoras estão promovendo na Casa.

Vou começar minha apresentação com o ponto principal: no Todos pela Educação, a gente enxergou o projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados como um grande avanço. Isso por dois grandes motivos: primeiramente, por preservar os princípios da reforma efetivada em 2017, como outros debatedores aqui já trouxeram, que não foram princípios introduzidos pela reforma, pois, desde 2012, na própria discussão das diretrizes curriculares de 2012 e, depois, na discussão do projeto de lei, vários desses princípios já estavam em debate – então, é a preservação desses princípios –, o que não era algo óbvio e dado no começo do ano passado, no então estágio do debate educacional –; e, mais do que preservar esses princípios, trazer essas múltiplas melhorias frente ao desenho original.

Está em vigor e tem, sim, vários problemas. E aqui, no Todos pela Educação, a gente tem frisado que há problemas, e muitos, de implementação, sim. Vale lembrar e destacar o ponto que o Haroldo trouxe da ausência de coordenação, mas também a preparação, o planejamento para uma implementação que se deu na pandemia, em 2020 e 2021. Então, houve, sim, e há muitos problemas de implementação, mas a gente destaca que também há problemas de desenho. E, por isso, há tempos, o Todos pela Educação já defende, com diversos outros atores do campo educacional, que essas mudanças, esses avanços na lei são tão necessários. E que bom que a gente está avançando nesse sentido.

Então, esse é o primeiro grande ponto, mas eu queria destacar também, além desses avanços técnicos – saudando também o Relator do projeto de lei na Câmara dos Deputados, o Deputado Mendonça, os consultores legislativos e todos que contribuíram para esse texto que avançou muito diante da reforma atual –, a convergência política em torno do tema, a convergência política em torno do texto aprovado. Porque, mais do que um texto melhor, mais do que um texto normativo e vários outros documentos que ainda precisarão ser feitos para a gente ter um desenho melhor do novo ensino médio, pelo menos um desenho curricular, é a convergência política que busca essa parte de pacificação, de convergência, para que a gente tenha uma reforma implementável, para que não haja ganhadores e perdedores, para que os ganhadores sejam os estudantes. Então, que essa convergência política que foi construída com celebrações do Governo Federal, que teve um papel muito importante, mas também do Consed, do Foncede, dos Deputados da Câmara, seja mantida e preservada, e por isso essa tramitação, esse diálogo para uma construção harmônica, como a Sra. Senadora Professora Dorinha acabou de mencionar, é tão importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além desse grande avanço, destaco a necessidade de urgência. A gente defende uma tramitação célere, que é viabilizada, e isso não significa discussões rasas, porque o próprio Senado Federal tem um acúmulo muito grande das discussões sobre o novo ensino médio e, como eu estava dizendo, as convergências já construídas no texto. Destaco aqui uma frase da Senadora Professora Dorinha, na audiência de terça-feira, que disse que há, sim, urgência; não por pressão de A, B ou C, mas pelos alunos brasileiros que hoje demandam e esperam definições sobre esse modelo dessa etapa tão importante das suas vidas.

O que eu vou trazer nos meus próximos poucos eslaides é um resumo da análise do Todos pela Educação a respeito do projeto de lei que foi aprovado. Isso que eu trago é um resumo. As posições mais detalhadas estão numa nota técnica à disposição no *site* do Todos pela Educação, que colocamos também à disposição do Senado Federal e da Comissão de Educação.

Em primeiro lugar, vou trazer duas grandes partes: a primeira são os pontos positivos que a gente viu no projeto de lei, que é grande parte da minha apresentação aqui; e, depois, sugestões e contribuições para o debate a ser feito no Senado Federal.

Quanto a essa questão dos pontos positivos, eu trouxe no meu primeiro eslaide a preservação dos princípios da reforma original – estou passando rapidamente, porque isso já foi bem colocado pelo Lucchesi e pelo Haroldo.

Em primeiro lugar: a expansão da carga horária mínima – isso já foi um grande avanço –, das 2,4 mil para as 3 mil horas. Isso precisa ser dito e é um princípio preservado.

Em segundo lugar: a ideia da organização curricular flexível que também já vinha lá de trás, não é uma inovação de 2016 e 2017, mas foi efetivada na reforma, trazendo uma parte comum e trilhas formativas para os estudantes. E aqui eu abro um parêntese para destacar duas pesquisas de opinião recentes com estudantes: uma, do Datafolha, que diz que 65% dos ingressantes no ensino médio, em 2024, dizem preferir um modelo de escola em que tem uma parte comum e uma parte em que eles escolhem se aprofundar ou fazer um curso técnico; e a própria pesquisa da Unesco, trazida na audiência pública de terça-feira, em que quase 86% dos estudantes que fizeram o 1º ano do ensino médio em 2022 percebem como ótima ou boa essa possibilidade de escolher parte das disciplinas.

E, por fim, a busca – o que vem sendo melhorado, e isso é muito importante – pela maior atuação da formação técnica e profissional com o ensino médio, como o Ricardo, do Foncede, trouxe, como o Lucchesi acabou de trazer e como o Haroldo também já tinha trazido.

Então, esses princípios foram preservados. Isso era um debate importante no começo do ano passado, mas o avanço da discussão, felizmente, preservou essa estrutura do novo ensino médio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, como eu disse, o novo ensino médio tinha problemas – tinha problemas no seu desenho, tinha problemas na sua implementação –, e, a nosso ver, o projeto de lei trouxe melhorias importantes diante desse desenho original da reforma.

De forma breve, quais são essas melhorias, ante esse desenho original da reforma? A nosso ver, em primeiro lugar, quando a gente olha para a carga horária da formação geral básica e dos itinerários formativos, a substituição do teto de horas da formação geral básica por um modelo de dois pisos: um piso para a formação geral básica e outro piso para os itinerários formativos.

Isso, a nosso ver, é muito positivo, reverteu essa redução acentuada da formação geral básica, ao mesmo tempo em que garante uma carga horária para a parte flexível e também dá possibilidade de se elevar a formação geral básica com o crescimento da carga horária total, por exemplo, nas escolas de tempo integral.

Um segundo ponto muito importante de melhoria que foi feita no projeto de lei aprovado na Câmara é a organização curricular da formação geral básica, especialmente ao manter...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL BARRETO CORRÊA (*Por videoconferência.*) – ... essa formação geral básica orientada pela BNCC, que tem quatro áreas do conhecimento, mas apontando os componentes que integram essas áreas, algo que a Base Nacional Comum Curricular já faz, mas trouxeram para o texto da lei essa definição. Isso foi muito positivo também, a nosso ver.

E um terceiro elemento é a organização curricular dos itinerários formativos, talvez um dos pontos que tenha dado mais confusão, problemas e desafios no cotidiano escolar de estudantes e professores. O projeto de lei prevê que os itinerários formativos agora sejam compostos de aprofundamentos das áreas do conhecimento ou da formação técnica e profissional, também mencionando as diretrizes curriculares da educação profissional e tecnológica e o catálogo nacional de cursos técnicos.

Mais dois minutinhos e encerro a minha apresentação.

Além disso, cito a previsão de que toda escola tenha que garantir no mínimo dois itinerários para dar a opção de escolha para os estudantes, considerando todas as áreas do conhecimento – muito positiva –, e a ideia de se terem diretrizes nacionais de aprofundamento, construídas pelo Ministério da Educação, para dar essas diretrizes, dar esses parâmetros, para todas as Secretarias de Educação, do que são esses itinerários formativos.

Outro ponto definido – podemos dialogar mais na próxima parte – é a questão do notório saber, a não revogação do inciso IV do *caput* do art. 61. A nosso ver foi muito positiva essa não revogação que chegou a ser proposta. Para a ideia do ensino mediado por tecnologia, o Todos pela Educação defendia uma posição até mais restrita, mas a ideia de o texto da lei de permitir, com excepcionalidade, mediante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamento que será construído, foi uma saída e uma convergência muito positiva. E a ideia de que o Enem vai considerar as competências da base e das diretrizes nacionais de aprofundamento, a nosso ver, é também muito positiva, mas falo sobre isso no meu próximo eslaide.

Em termos de pontos... Concluo com pontos para discussão no Senado Federal, para eventuais ajustes no projeto de lei.

O primeiro deles é aprimorar o modelo proposto para a compensação de horas da formação geral básica. Hoje se diz que a formação geral básica é de 2,4 mil; para estudantes que vão fazer o itinerário da formação técnica profissional, 2,1 mil, podendo compensar até 300 horas da BNCC. A gente acha que esse modelo pode ser aprimorado.

Tem um segundo ponto que defendemos, que é o percentual mínimo de formação geral básica, para quando se expande a carga horária, para a gente garantir que, na expansão da carga horária, a gente também expanda a carga horária da formação geral básica. Isso pode ser feito garantindo um percentual mínimo nessa expansão feita, da FGB, algo que a gente julga muito positivo.

Um terceiro ponto, que é uma grande discussão, é de como a gente induz, como a lei induz mais os estados a avançarem, no que a própria lei diz, da carga horária indo para 4,2 mil horas no ensino médio. Eventualmente, uma indução de cada sistema de ensino tem que definir sua meta de tempo integral. Acho que é uma discussão a ser feita no Senado Federal.

E o quarto, como eu disse antes, é aprimorar a redação sobre o Enem. A gente ainda acredita que o inciso ou o parágrafo que fala sobre isso engessa muito para o Inep pensar o melhor formato de Enem, diante do que ainda vai ser construído – que vai ser aprovado na lei, mas depois vai ser construído – pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Então, com isso eu encerro, Senadora, agradecendo o convite ao Todos pela Educação, saudando novamente aqui o debate democrático que a senhora e os demais Senadores e Senadoras têm promovido a respeito da pauta.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Gabriel, do Todos pela Educação.

Passo a palavra remotamente para o Sr. João Paulo Cêpa, Gerente de Articulação do Movimento pela Base.

Quero só lembrar: para quem está extrapolando no tempo eu vou descontar na segunda parte do tempo.

João Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO PAULO CÊPA (*Por videoconferência*.) – Vocês me escutam bem?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sim. Bem-vindo.

O SR. JOÃO PAULO CÊPA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora Professora Dorinha. Na sua pessoa, quero saudar a todos, agradecer pelo convite, pela oportunidade de trazer uma contribuição em nome da Secretaria Executiva do Movimento pela Base. Então, agradeço o convite.

Quero também destacar o papel importante do Legislativo neste momento, de olhar para o aprimoramento de uma política tão importante para o Brasil, como é a do ensino médio.

Quero também saudar todos os colegas que estão compondo a mesa, seja de maneira virtual, seja de maneira presencial.

Eu vou passando aqui... Quero só descobrir como é que eu passo aqui os meus eslaides. Só um momentinho aqui. (*Pausa.*)

Ah, agora foi.

Então, como nós temos dez minutos, e o meu tempo já avança, eu vou pular esta parte de apresentação do Movimento pela Base, mas dizer que o movimento tem acompanhado, desde o início, o debate sobre a construção do ensino médio, sobre a construção da BNCC do ensino médio e também das demais etapas. O movimento, desde 2013, vem contribuindo com pesquisas, análises, estudos sobre a BNCC do ensino médio. E temos um observatório, onde acompanhamos e monitoramos a implementação, tanto da BNCC quanto do ensino médio. Então, trata-se de um espaço importante de acúmulo de conhecimento sobre o tema, e quero dizer que todo esse conhecimento está à disposição da Casa, para que possam utilizá-lo e para apoiar as próximas reflexões.

E, para eu não repetir pontos que foram trazidos pelos demais colegas, acho que vale destacar, em primeiro lugar, o quanto que toda a discussão que começou em 2012, com a participação de muitos que foram citados aqui... O Haroldo fez uma ótima linha do tempo sobre o processo, e eu quero começar dizendo que toda essa linha do tempo, que culmina onde nós estamos hoje, é uma tentativa de vencer desafios históricos dessa etapa da educação brasileira, que é o ensino médio, para que a gente pudesse avançar em relação ao currículo rígido, fragmentado, em uma etapa com altas taxas de evasão, defasagem de aprendizagem, uma etapa que fortalecia a desigualdade, sejam desigualdades regionais, sejam também desigualdades relacionadas à juventude brasileira, sobretudo às juventudes mais vulneráveis, e acho que todo o debate que estamos fazendo hoje parte de um consenso de que o ensino médio precisava mudar e precisava avançar para algo que fosse de fato significativo e motivador para os nossos estudantes.

Aqui eu quero destacar, muito rapidamente, que a gente sabe todos os desafios que trazem a gente para a mesa e nos motivam a fazer esse debate sobre o aperfeiçoamento da política do ensino médio, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que vale destacar – como o secretário Maurício destacou na primeira audiência pública – o quanto a política avançou: a implementação está acontecendo, com todos os desafios; e o papel das redes estaduais, dos secretários, do Executivo estadual, em tocar essa bola para frente com a pandemia, com a falta de coordenação nacional – como o Prof. Haroldo trouxe...

Então, acho que vale começar destacando que existe uma implementação em andamento, e esse debate amplo, que considera também o Executivo, é bem importante.

Quero seguir aqui reforçando o quanto o PL... Acho que já foi trazido por outros também, por isso eu não vou me estender tanto. Foi trazida por todos a importância de esse PL – dessa tramitação – manter pilares, alavancas, que, na visão do Movimento pela Base, são essenciais para que a gente possa avançar numa política que responda aos desafios da juventude.

Então, destaco uma formação geral básica ancorada na BNCC, que garanta um conjunto de aprendizagens essenciais para todos os estudantes – e aqui quero ressaltar a importância de uma formação geral básica que traga direitos de aprendizagem da BNCC, igualmente, para todos os estudantes do ensino médio. Acho que isso nos leva a um debate sobre a carga horária da formação geral básica para os itinerários propedêuticos e o itinerário de educação profissional e técnica, o quanto é importante a gente refletir sobre ter estudantes que tenham a mesma carga horária de formação geral básica e que eles possam ter as mesmas oportunidades de acesso a essa formação dentro das quatro áreas de conhecimento.

Já foi falado bastante em relação à flexibilidade, à possibilidade de escolhas: uma arquitetura curricular que permita que os estudantes possam olhar para aquilo que lhes salta aos olhos; a ampliação do tempo integral: já foi destacada aqui a importância de um pacto por uma ampliação do tempo integral, e provavelmente muitas das discussões que estamos tendo aqui não estariam na mesa se tivéssemos o tempo integral na maioria das escolas brasileiras; e – por último, e não menos importante – a integração do ensino médio, a aproximação do ensino médio com o mundo do trabalho, já que muitos dos dados justamente já trazem isso, dados que já foram destacados aqui.

Então, eu quero destacar, basicamente, dois dados aqui nesse momento. Um, relacionado à própria BNCC, para dizer que hoje... Na verdade, é uma pesquisa feita pelo Caed – à época, a pedido do Ministério da Educação –, que fazia uma análise de percepção da implementação da BNCC no ensino médio, e mostrava que 71% dos professores apresentam uma percepção positiva em relação à base na sua mudança de cultura profissional. E, quando a gente vai para a pesquisa da Unesco e olha para os pontos de percepção dos professores em relação à sua prática, a gente consegue perceber que 71% dos professores percebem que houve mudanças na sua prática e que passaram a adotar, por exemplo, metodologias ativas; 75% ampliaram seu repertório de materiais didáticos, de recursos didáticos, para além do livro didático; 68% utilizam tecnologias. Quase 70% trabalham com abordagens de projetos. São abordagens inovadoras que estão ancoradas, também, nos princípios fundantes da BNCC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que aqui é retomar o quanto que é importante que a BNCC seja vista como uma mola propulsora da qualidade para a formação geral básica e o quanto, ao longo do tempo, ela tem apoiado os professores também na sua mudança de práticas.

Não menos importante é o dado, que já foi trazido por várias pessoas, sobre o quanto os estudantes têm uma alta percepção do quanto é importante que eles possam escolher parte das disciplinas que vão cursar ao longo do ensino médio.

Então, fecho essa primeira parte – eu sei que a gente tem pouco tempo – dizendo o quanto nós entendemos aquele movimento, que o projeto de lei avança em preservar os pilares e alavancas fundamentais da política, como o Gabriel também trouxe, avança em relação àquilo que precisava ser melhorado na política, desde a sua implementação.

Eu quero também fazer uma mudança de foco, para a gente olhar para a pós-sanção do projeto de lei.

A gente sabe que a reforma é curricular, mas não somente curricular. Então, o Movimento pela Base precisou entender um pouco mais qual é o desafio dessa política como um todo.

E aqui eu vou destacar um estudo que o movimento apoiou, a elaboração foi no ano passado, um estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas, chamado "Ensino Médio Brasileiro: reflexões, análise e recomendações". Foi um estudo que partiu de uma análise de 60 artigos acadêmicos, de 2017 a 2023, e de uma rodada de entrevistas com gestores de escolas e técnicos de secretarias de estado. Ao final, foram construídas 34 recomendações técnicas, com necessidades e especificidades de aprimoramento, com base num olhar para os estados.

E aí, Senadora, eu queria deixar esse material à disposição também da Casa, para que apoie os aprimoramentos, as reflexões e o relatório. Ele já está lincado aqui na apresentação e, obviamente, quero destacar o quanto esse olhar para além da aprovação do PL já está no radar, no seu radar, no grupo de trabalho do Senado, para a política.

O Prof. Alexsandro, na primeira audiência, também falou sobre o papel do MEC de olhar para a política do ensino médio de uma forma maior. O que nós trazemos aqui é uma contribuição para esse olhar mais amplo. Obviamente, que não vamos trazer os 34 pontos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PAULO CÊPA (*Por videoconferência.*) – ... mas a gente quer fazer um recorte considerando os próximos passos mais imediatos, dado que está feita a aprovação da lei.

Então, algumas coisas precisam acontecer: os ajustes nas diretrizes curriculares nacionais, a elaboração dos parâmetros para os itinerários formativos, como é que tem uma política de apoio técnico-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeiro para os estados. Os estados têm que desenhar seus planos de ação e, obviamente, também, a elaboração dos indicadores e padrões de desempenho, pensando no Saeb e pensando no Enem.

E, fazendo um recorte bem específico, a gente entende – aqui do lado do movimento – que algumas dessas recomendações precisam ser vistas, nesse primeiro momento, de uma forma mais especial.

E aí eu quero destacar, em primeiro lugar, que esse olhar para a implementação das mudanças da política se volte para a importância de se comunicar com nitidez essas mudanças para as escolas, porque o que a pesquisa que a FGV fez a nosso pedido encontrou? Não é nenhuma novidade, mas acho que é um endosso importante de que houve uma dificuldade de compreensão da comunidade, e a pesquisa da Unesco mostrou isso também, o que é o ensino médio e como deveria acontecer isso nas escolas. E outros estudos que eu referenciei aqui abaixo, que eu não vou citar, também trazem dados que mostram a dificuldade de compreensão em relação à política.

E, retomando o ponto que o Prof. Haroldo trouxe, a importância da formação de professores como um desafio para essa etapa.

Na escuta que fizemos com gestores e nas escolas, os gestores estaduais percebem a ausência de uma formação de professores que os prepare, de fato, para trabalhar com o ensino médio, que não sejam formações pontuais, que não sejam formações à distância. Existe um desafio do descompasso da formação inicial continuada com o currículo do ensino médio, a dificuldade de pensar na interdisciplinariedade, o impacto da pandemia na formação, que empurrou o modelo de formação para o EaD por uma questão de escala, mas o que a gente vem percebendo é que não é o formato ideal...

Então, a formação de professores junto com a comunicação são duas barreiras importantes que são desafios anteriores à reforma, mas que precisam ser vencidas no âmbito desse novo ciclo da política.

E aqui eu já vou avançando para o final por conta do tempo.

Só quero dizer as quatro recomendações que o movimento traz em termos de próximos passos para a implementação das mudanças que virão do projeto de lei.

Primeiro é o aperfeiçoamento da comunicação, pensando secretaria de educação, gestores e profissionais da escola, de modo que isso seja a informação que vai e a informação que volta, para que a gente tenha uma formulação e implementação de política que considere o que está acontecendo de fato na escola, não só uma via de mão única.

A gente precisa assegurar uma formação continuada para os profissionais do ensino médio, e o que a gente percebe nas escutas e nas pesquisas é que eles querem formação para a BNCC, pensando na formação geral básica, para os itinerários e para a educação profissional e técnica; formação para os gestores; e também uma formação que olhe para o desenho da política como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos que é importante para alimentar o processo que haja um monitoramento da implementação da BNCC do ensino médio, e acho que o Executivo avançou em construir um Comitê que olha para a política do ensino médio, mas precisamos também ter um olhar específico para a implementação da BNCC, para que a gente tenha um olhar específico para a formação geral básica.

E, por último, e não menos importante, que nós possamos adequar o Exame Nacional do Ensino Médio à realidade do ensino médio, para que a gente possa vencer esse temor de que aquilo que acontece dentro da escola não será cobrado ao final do ciclo, ao final da etapa no exame.

Então, aqui eu finalizo.

Agradeço novamente o convite e a oportunidade de o movimento poder conversar com esta Casa, e nos colocamos sempre à disposição. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Bom, agradeço as contribuições.

Acho que é importante destacar que nós temos um acompanhamento através do e-Cidadania. Vou falar algumas das perguntas e, obviamente, ao final, antes de fazer a última rodada, eu farei algumas considerações.

Paulo, de Rondônia: "Quais são os mecanismos propostos no PL para avaliar e monitorar a implementação das novas diretrizes do ensino médio?".

"Qual o investimento necessário para equalizar e elevar o nível educacional nas diferentes e desiguais regiões do país?".

Victor, do Rio de Janeiro: "A educação deve ser norteadora para o desenvolvimento de carreiras de cada indivíduo. Será que essa nova base contemplará [...] [essa questão]?".

O Guilherme, de São Paulo: "O aumento da carga horária de ensino não poderia [...] [representar um obstáculo] [...] para a prática da fixação do aprendizado?".

A Grasiella, do Mato Grosso: "A preocupação da população é: o novo ensino médio vai [realmente] preparar os alunos para o Enem e para o vestibular?".

A Selma, de São Paulo: "O novo ensino médio dispensou disciplinas importantes para a formação do pensamento crítico e social, [...] [como a Filosofia]. Qual é a avaliação de vocês [a respeito]?".

A Ana, do Rio Grande do Sul: "Por que não utilizar [...] [o modelo dos institutos federais] para o ensino médio de todo o país [...]?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Clara, do Rio de Janeiro: "Como o MEC pretende harmonizar os interesses e as necessidades dos educadores e dos estudantes [...] [diante do reduzido apoio ao novo ensino médio]?".

Passo a palavra agora, para sua fala, ao Sr. Pedro Flexa Ribeiro, Coordenador do Colégio de Assessores Pedagógicos da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) e representante do Fórum Brasileiro da Educação Particular, para suas considerações.

O SR. PEDRO FLEXA RIBEIRO (Para expor.) – Muito obrigado.

Boa tarde a todos, Senadora Sra. Professora Dorinha, Prof. Arns, meus colegas de mesa.

Saúdo especialmente o Prof. Tonassi, do Foncede, Presidente do Conselho Estadual do Rio de Janeiro.

Saúdo também a representante, aqui, dos estudantes, em nome de quem tudo isso está sendo feito.

Bom, vamos lá.

É um desafio grande... É uma honra estar aqui, poder dirigir a palavra aos senhores, e é um grande desafio representar um setor privado em educação, um setor tão relevante quanto diverso, quanto complexo, quanto plural.

Em linhas gerais, eu venho... A minha fala é uma fala de defesa da reforma, e eu vejo que converge com muito do que já foi dito aqui hoje – acho que isso pode abreviar um pouco do que eu traria.

Mas, dentro do que eu quero trazer... Normalmente, quando a gente vê os argumentos trazidos acerca da reforma do ensino médio, a gente vê alegações de três ordens de argumento. Alguns argumentos são de ordem estrutural e se remetem a dificuldades crônicas do sistema de ensino e da realidade das escolas brasileiras. Outros argumentos são de ordem circunstancial – por exemplo, o impacto da pandemia, perdas de aprendizagens e todo o enorme desafio que isso trouxe para o país. Mas nenhum argumento da primeira ordem, nem da segunda, deve obnubilar ou tirar de foco a importância de a gente poder colocar em pauta, realmente, a discussão acerca do currículo que interessa aos estudantes brasileiros; aos atuais e aos futuros, que virão pelas próximas décadas.

É no contexto de revolução midiática e digital que isso tudo se passa. Essa reforma, essa discussão sobre o currículo é antiga, arrasta-se há décadas, mas o que a gente tem que pensar é que, nos últimos 30 anos, realmente, a gente está... A sociedade, as escolas; sistemas de ensino do mundo inteiro estão sob o impacto violento de uma reforma tecnológica, das mídias, que está impactando as escolas de fora para dentro, à revelia de educadores do mundo inteiro, trazendo mudanças às quais a gente está tendo que responder em tempo real.

E aí por que é importante a diversidade, flexibilidade curricular? Porque é na flexibilidade curricular que escolas do mundo inteiro estão podendo experimentar e inovar. É aí que está a brecha e que está a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade para que as escolas se atualizem, para que as escolas mudem de figura, deixem de ser as escolas em que estudamos no século XX e se tornem realmente organizações aptas a receber os brasileiros, os jovens que vão atuar pelos anos 2040, 2050, 2060. Não há de ser mantendo e conservando o mesmo currículo que nos formou que nós vamos poder formar as próximas gerações. É um momento de virada dramático que a gente está vivendo e que a gente tem que enfrentar.

Foi dita aqui pelos colegas a questão de uma tradição de centralização e de uma aversão à formação para o trabalho. E aí não é somente uma questão pós-Descobrimento da história do Brasil, mas eu diria que é uma questão cultural que vem de uma tradição ibérica, em que realmente, no contexto da Reforma Religiosa, da Contrarreforma, os governantes – Coroa e Igreja – tentaram ter um controle muito rígido acerca de tudo que se ensinava e de tudo que se aprendia. Eu acho que, de alguma forma, a gente trouxe essa marca na nossa história, que atravessou a Monarquia, atravessou a República, o século XX inteiro. Gerações de educadores que nos antecederam debateram esses pontos ao longo até dos debates que antecederam as LDBs anteriores. Isso tudo nos traz aqui hoje. Não é uma discussão que começa em 2017 e nem mesmo na LDB de 1996. Ela é muito anterior, marca todo o século XX da história da educação no Brasil.

Enfim, é fundamental a gente superar o currículo único e centralizado e investir em flexibilidade curricular. A lei original acerta ao apontar 60% do conteúdo para a formação geral básica e deixar livres 40% da carga horária para itinerários formativos. É ali que a gente atende ao direito dos estudantes de fazer escolhas e a gente abre para a escola, para o gestor, para o professor a possibilidade de experimentar e de inovar.

A LDB é de 1996, completa 30 anos em 2026, nós estamos em 2024, ainda aqui nesse ponto, e a gente ainda não conseguiu entregar a diversidade prometida. A questão é: o que mais falta acontecer?

Aí eu trago aqui essa pesquisa da *Folha* que demonstra... Ela já foi trazida por vários de meus colegas, não vou mais me deter nela. Tem aí uma grande convergência, que é, enfim, um sinal de encontro aí...

E também já foi mencionada a importância do Enem. E aí me dirijo aqui ao meu colega de mesa o Prof. Rubens Lacerda. De fato, não tem jeito, a mudança do Enem é fundamental para que a gente possa avançar e evoluir, sobretudo no que se refere à questão da formação geral básica, que, me parece, tem sido o pomo da discórdia, tem sido razão de impasse, tem sido tão complicado.

Eu arrisco dizer, do meu ponto de vista de gestor, acompanhando isso já desde muito tempo, que é a primeira versão do Enem. O Enem que vigorou até 2009, que tinha 5 competências, 21 habilidades, aquela estrela, talvez fosse o modelo que valesse a pena ser revisitado, porque, na sua simplicidade, na sua ligeireza, ele cobria muito bem a formação geral básica e as grandes competências necessárias para que qualquer jovem brasileiro possa ter garantido esse seu direito básico de aprendizagem. No fundo, é uma capacidade de leitura ampla de mundo e uma capacidade de intervir com produção textual, com fluência textual e, é claro, com matemática, enfim, com tudo que, de fato, é básico, é geral, é essencial e que tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ser garantido a todo e qualquer jovem estudante brasileiro. Isso está lá na matriz do Enem, que vigorou até 2009. É só a gente revisitar.

Na perspectiva das escolas, o que se passou depois de 2010 foi uma centralização. Aí, sim, o Exame Nacional único, que impôs a todos uma camisa de força única, nos centralizou demais. E daí talvez venha o impasse que nós estejamos vivendo, depois de 13 anos de um ensino tão enrijecido. E o contexto atual é este, gente: o mundo deu muitas voltas. A LDB é de 1996, e agora a gente tem internet, *smartphone*, inteligência artificial... A juventude é outra. Não cabe mais aquele mesmo currículo.

A pergunta que a gente faz, quando a gente entra na questão dos aprofundamentos, resolvida a formação geral básica, quando a gente vai pensar nos itinerários, é: a quem interessa que os itinerários sejam também eles desenhados por áreas de conhecimento? Vamos lembrar que as áreas de conhecimento já estarão contempladas na formação geral básica. Então, se a gente quer um ensino médio que seja aderente para o aluno, que tenha como eixo central o seu projeto de vida, o trabalho de orientação profissional, eu diria que o mais sensato seria que os itinerários tivessem como contorno áreas de atuação profissional. Isso não necessariamente coincide com as áreas de conhecimento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO FLEXA RIBEIRO – Vamos lá. Convergindo, então, com... Aqui tem mais uma pesquisa que demonstra aí as dificuldades do ensino médio.

E, só para ilustrar, há aqui a carga horária de uma semana. Vamos imaginar um gestor que tem que distribuir sua carga horária em uma semana escolar. Se a gente fica no primeiro modelo, a gente dedica, supostamente, os três primeiros dias da semana, de segunda a quarta-feira, para dar conta da formação geral básica; restam, para os itinerários e até para o ensino técnico, a quinta e a sexta-feira. Isso seria no primeiro modelo da lei. Agora, a gente está arriscando, passando por este projeto de lei, a ter estendida a formação geral básica de segunda a quinta-feira, restando apenas a sexta para itinerário. É insuficiente. Isso não resolve.

Aqui, há um retrospecto de todos esses anos, com idas e vindas, é o que nós vivemos.

Enfim, de novo, esses parâmetros, diretrizes, tudo isso apontando... E agora, finalmente, a lei de 2017, que nos autoriza... E é preciso partir para diante...

A sociedade brasileira é variada demais, é ampla demais, nenhum currículo único nos atenderá a todos. A reforma atende à sociedade de modo geral e, sobretudo, aos estudantes, aos atuais estudantes e aos futuros, aos próximos que virão pelas próximas décadas. No fundo, a possibilidade de escolha é um direito de cada um, inalienável. E a liberdade de ensino é um fator promotor de democracia.

É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada pelas contribuições.

Passo a palavra à Sra. Luzia Matos, Coordenadora de Câmara de Ensino do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal (Conif), que está participando de forma remota. (*Pausa.*)

A Luzia não está conosco? Caiu? (*Pausa.*)

Luzia, nós não ouvimos você. (*Pausa.*)

Não... Continuamos... (*Pausa.*)

Eu vou passar para outro expositor enquanto o pessoal olha a questão do seu som.

Passo à Monica Ribeiro, representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que participa também de forma remota.

A SRA. MONICA RIBEIRO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada.

Começo, gente, dando boa tarde.

Na pessoa da nossa Senadora Professora Dorinha, eu agradeço a possibilidade de estar aqui.

Cumprimento também o Senador Flávio Arns, coordenador desta Comissão e meu colega de departamento, já não ativo, na Universidade Federal do Paraná.

Cumprimento também todas as pessoas da mesa. Foi muito bom ouvir todos, com essa diversidade de opiniões e impressões. É um debate muito oportuno.

Externo meu agradecimento à Dra. Andressa Pellanda, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, pela concessão deste espaço. Nós temos trabalhado juntos no Coletivo em Defesa do Ensino Médio de Qualidade. Eu, lá, represento o Observatório do Ensino Médio, que é o grupo de pesquisa que eu coordeno na Universidade Federal do Paraná, e também represento a rede nacional EMpesquisa, que é uma rede de pesquisadores, de pesquisas científicas que contempla 30 grupos pelo Brasil todo.

Também externo, de partida, o agradecimento à Senadora Teresa Leitão e ao Senador Contarato pelas emendas apresentadas, que convergem com as análises que temos feito.

Obviamente, o intuito desta sala e de todos, creio eu, é o de colaborar e contribuir com o aperfeiçoamento do PL 5.230, que foi aprovado na Câmara dos Deputados, e também sensibilizar a Relatora e quem mais fizer intervenções a este PL. Eu vou destacar seis pontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro deles diz respeito à carga horária. Falando aqui pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, falando pelo coletivo, falando pela rede EMpesquisa, nós consideramos como ponto mais positivo do PL, desde o encaminhamento pelo ministério, a ampliação da formação geral básica para 2,4 mil horas. E por quê? Porque o Brasil é um país de imensas desigualdades: sociais, educacionais... E a nossa LDB, acertadamente, em 1996, colocou a necessidade de uma base nacional comum justamente para tentar dirimir as desigualdades. E a minha preocupação aqui não é com as escolas particulares, mas com os 6,6 milhões de estudantes do ensino médio público no Brasil – 85% da nossa matrícula são da rede estadual – que é onde incidem as condições menos favoráveis da oferta educacional. Há uma enorme desigualdade de acesso, permanência e conclusão nas escolas públicas. É preciso lembrar que, quando a LDB fala em base nacional comum, ela não está falando, obviamente, da BNCC, mas ela assegura também uma parte diversificada.

É fundamental que se assegure, na carga horária da formação geral básica de no mínimo 2,4 mil horas, uma formação científica, humanística e que se definam, sim, na lei, quais são os componentes curriculares obrigatórios, inclusive porque os exames de seleção para o ensino superior são feitos com base nesses componentes curriculares e não nas trilhas dos chamados itinerários formativos. Ainda que haja quem defenda a terminalidade precoce no ensino médio, nós não podemos roubar da nossa juventude mais pobre o direito de sonhar com a educação superior. Foi-se o tempo em que isso era privilégio da classe média, da classe média, alta e branca, que frequentava escolas particulares. A educação superior não é mais um nicho do privilégio, ela é direito, haja vista a lei de cotas.

Outro ponto que eu gostaria de mencionar e que é crucial – e aí eu peço especial atenção e sensibilidade da Relatora, dos Senadores e Senadoras – diz respeito à educação profissional. Num país como o nosso, em que apenas um pouco mais de 16% de quem conclui ensino médio, a cada ano, têm acesso ao ensino superior, a educação profissional é fundamental. Sobre isso, creio que não há divergência entre nós, mas não se trata de qualquer educação profissional, mas de uma educação profissional de qualidade. E uma educação profissional de qualidade precisa assegurar habilitação profissional. Não é com cursos de qualificação como os cursinhos FIC de curta duração, que, quando muito, oferecem cursos para cabelo e maquiagem e coisas que tais, que nós incluiremos a nossa juventude, sobretudo a mais vulnerável socialmente, no mercado de trabalho. Nós temos que ter responsabilidade com a educação profissional técnica de nível médio. Por isso, é fundamental assegurar neste projeto de lei a carga horária mínima que consta do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos para a formação técnica e profissional. A carga horária mínima é de 800 horas, e a carga horária ideal para uma formação mais completa em áreas mais estratégicas é de 900 horas. Portanto, não vamos nos iludir que oferecendo cursos de curta duração estaremos profissionalizando.

É fundamental que, na lei do ensino médio, se assegure a não possibilidade de cargas horárias no itinerário técnico de cursos FIC, de cursos de curta duração. Insisto nisso. E que se mantenha a forma mais qualificada que tivemos até hoje, dada pelo Decreto 5.154, de 2004, que é a forma integrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na mesma direção, sobre a formação técnica e profissional, vale a pena mencionar o quanto professores com o chamado "notório saber" não dão conta dessa formação qualificada. Estudo educação e trabalho e educação profissional há 30 anos, e temos pesquisas do ponto de vista da ciência – e não da pesquisa de opinião – assegurando o que significa a docência da educação profissional, o que é ser docente em cursos técnicos em segurança do trabalho, em administração, em química industrial, etc. Isso atesta a inviabilidade para que se tenha qualidade de se ter a presença do "notório saber", que deveria ficar na mais extrema excepcionalidade, bem como nos cursos na modalidade à distância, que se batizou agora de "mediados por tecnologia", mas nós precisamos, para isso, de um diagnóstico honesto e sincero do grau de acesso ou de exclusão digital que recai sobre a juventude mais pobre. É sobre essa juventude que eu estou falando aqui.

Outro ponto de preocupação diz respeito ao que está no projeto de lei que veio da Câmara sobre o reconhecimento de saberes, habilidades e aprendizagens também para o ensino médio de tempo integral não profissionalizante. Isso é extremamente preocupante, e eu diria que isso gera uma farsa de tempo integral, porque parte dela seria cumprida totalmente fora da escola sem qualquer assistência pedagógica. Então, eu sugiro retirar esse item do projeto de lei.

Há preocupação também, o que foi incluído no PL – não estava no PL do MEC, mas foi incluído na Câmara –, com os processos seletivos que dizem recair sobre o Enem e sobre os itinerários formativos. Ora, ainda que se prevejam umas diretrizes curriculares dos itinerários formativos e, sim, que sejam, pelo menos, aprofundamento da ciência básica, da arte, da formação científica qualificada – é o mínimo que nós podemos oferecer de ensino médio de qualidade para a nossa juventude –, ainda que se tenha isso, os processos seletivos precisam recair somente sobre a formação geral básica, porque nós precisamos, inclusive, assegurar aos estados, às redes estaduais a autonomia para pensar a parte diversificada. Isso sempre esteve nas LDBs. Basta estudar um pouquinho as leis anteriores que nós veremos esta figura: parte comum e parte diversificada. Como é que se fará um exame nacional sobre a diversidade das 27 unidades da Federação?

Isso tem a ver com um ponto de uma pesquisa que eu mesma acabei de concluir para o CNPq, que diz respeito a uma contradição que nós temos que enfrentar nessa nova arquitetura, como alguns gostam de dizer, porque se fala e propala em torno de flexibilidade e, ao mesmo tempo, se amarra com a Base Nacional Comum Curricular. Ao mesmo tempo, hoje mesmo, aqui, ouvi vários discursos sobre a modernidade, a flexibilização, que tem que ser flexível. Ao mesmo tempo, dizem: "desde que se vincule à BNCC". Então, eu penso que esse é um ponto para amadurecermos no debate.

Com isso, eu reitero meus agradecimentos e o meu carinho, inclusive, à Senadora Professora Dorinha, com quem dialogo desde 2013, sempre de forma muito respeitosa, sobre o PL 6.840. Coloco-me sempre à disposição por ser alguém que se dedica, há 32 anos, à pesquisa sobre o ensino médio no Brasil.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Profa. Monica – como ela disse, nós já debatemos, há muito tempo, a educação –, obrigada pelas contribuições.

Eu vou fazer um teste agora, chamando a Luzia Matos novamente, Coordenadora da Câmara de Ensino Superior do Conif.

A SRA. LUZIA MATOS MOTA (*Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora.

A senhora me ouve?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Agora, sim!

A SRA. LUZIA MATOS MOTA (*Por videoconferência*.) – Graças a Deus!

Deixe-me colocar a apresentação. (*Pausa.*)

Vocês conseguem observar a apresentação?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Agora, sim; está na página inicial.

A SRA. LUZIA MATOS MOTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Pronto! Está agora para apresentação.

Senadora Dorinha, eu gostaria de agradecer-lhe pelo convite para representar o Conif nesta audiência, que, para nós, é muito importante, tratando aí do PL 5.320, que afetará e impactará, de forma muito forte, a rede federal e a educação profissional no país como um todo.

Os vários colegas que estão participando desta audiência eu também já cumprimento e agradeço-lhes pelas falas, que foram bastante importantes, trouxeram elementos importantes para o debate.

Eu tentarei me manter na pauta, na agenda da educação profissional, por conta da representação do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional.

Então, Senadora Dorinha, eu gostaria, primeiro, de tratar um pouco – passando rapidamente, por causa dos dez minutos... Falo pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que vem se expandindo, ao longo das últimas décadas, e que, agora, neste momento, tem uma nova expansão, a quarta fase da expansão, com mais cem novos institutos por todo o Brasil. Nós trabalhamos, então, com uma capilaridade muito grande no território brasileiro e essa capilaridade nos permite cumprir com várias funções sociais. A primeira de todas, a mais importante, o nosso carro-chefe, é a inclusão social através da educação profissional, da formação profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos hoje, na rede federal, 1,5 milhão de estudantes, 45% desses estudantes são negros, negras e indígenas, e a renda familiar dos estudantes dessas matrículas da rede federal é de até 1,5 salário mínimo. Significa que trabalhamos, então, com uma população vulnerável, de alta vulnerabilidade. São esses estudantes e são essas estudantes que a rede federal forma a cada ano para o mundo.

Além dessa missão, que é inclusão social através da educação profissional, nós também fazemos a integração do território nacional a partir da capilaridade que nós temos com os nossos quase 700 *campi* espalhados por todo o Brasil. Somos uma rede que, das instituições federais, está ali entre a quarta e a quinta rede com maior capilaridade no território nacional. Isso nos permite, a partir das atividades de ciência, de tecnologia, de extensão, trabalhar e garantir a soberania nacional a partir da produção do conhecimento dentro das nossas instituições, conhecimento esse produzido não apenas pelos nossos pesquisadores, pelos nossos docentes e pelos nossos servidores, mas também pelos estudantes, inclusive estudantes do ensino médio. E a formação humana integrada ao desenvolvimento local faz muita diferença no papel que nós cumprimos dentro do sistema de educação brasileiro.

E, é claro, também que, a partir de todas essas etapas, além de formarmos estudantes para o mundo do trabalho, formamos também lideranças comunitárias que cumprem um papel no desenvolvimento de suas comunidades. Então, a rede pública federal tem, hoje, um modelo da educação profissional no ensino médio ainda mais relevante. Nós defendemos o modelo do ensino médio integrado desenvolvido na rede federal, e não como um modelo, mas como uma experiência a ser analisada e ser também utilizada para as outras redes públicas e também privadas. Essa é a nossa defesa, e foi a nossa defesa, ao longo de todo esse processo que refletiu, que avaliou e que mobilizou a respeito do ensino médio.

Todos nós aqui temos um acordo que é uma agenda prioritária para o Brasil e essa agenda prioritária nós precisamos também, como a Profa. Monica falou, levar em consideração, que é uma agenda (*Falha no áudio.*) ... mas, ao mesmo tempo, é uma agenda que tem sido tratada com muita instabilidade, com muitas indefinições.

No ensino médio, em todo o século XX, e já estamos a um quarto do século XXI, o que nós observamos é a ausência de um modelo de ensino médio que cumpra o papel de desenvolver o país, ou seja, de ter um alinhamento com um projeto nacional, e é isto que nós precisamos, dentro dessa nova oportunidade com o PL 5.320, garantir, através dos debates, através de um consenso honesto entre nós: qual o modelo que está mais alinhado com o desenvolvimento do país, qual o ensino médio que nós queremos para as gerações futuras.

Para tanto, o ano de 2023 foi um ano bastante importante para o ensino médio; foi um ano de reflexão, de avaliação, de mobilização. O Governo que assumiu em 2023, assumindo também o compromisso de rever o modelo de ensino médio que foi aprovado pela Lei 13.415, realizou uma série de ações com o intuito de encontrar as soluções necessárias para o ensino médio. E todas essas ações feitas pelo Governo, a partir de consultas públicas, de seminários, através do Fórum Nacional de Educação, que foi novamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trazido para a cena da educação brasileira, resumiu tudo, sintetizou tudo em um PL que foi encaminhado para o Congresso Nacional e que discutimos agora. Sabemos que o PL, ao passar pela Câmara dos Deputados, conseguiu manter uma série de avanços, mas também sabemos que, dentro do Senado, pode haver um aprimoramento do projeto de lei. E precisamos, realmente, Senadora e colegas que assistem a esta audiência, aprimorar o que foi aprovado na Câmara dos Deputados, porque nós estamos tratando aí de 7,7 milhões de jovens, que precisam de um ensino médio que garanta para eles tanto a elevação da escolaridade e a entrada no ensino superior como também a imediata entrada no mundo do trabalho.

Então, tratamos aí não de dois modelos para a mesma terminalidade do ensino médio, ou seja, não estamos tratando de dois tipos de ensino médio, um ensino médio regular e um ensino médio profissional. O que nós estamos debatendo é uma etapa, a última etapa da educação básica, que tem um caráter formativo, e não um caráter preparatório. E nós precisamos no Brasil inteiro desenvolvê-lo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUZIA MATOS MOTA (*Por videoconferência.*) – ... de uma forma que seja igual para todos, que tenha as mesmas possibilidades para toda a juventude.

Então, nós saudamos os aspectos que foram mantidos da consulta, uma consulta que foi feita amplamente com estudantes, com pesquisadores, com professores, com trabalhadores da educação. E saudamos a recomposição da carga horária, que na Lei 13.415 estava com um máximo de 1,8 mil horas, para o mínimo de 2,4 mil horas, como ficou agora, além da parte diversificada que já existia na LDB – não é uma novidade para nós –, que garante uma formação geral básica, porque não há educação profissional sem uma formação básica; e também a questão dos componentes curriculares, que voltaram, e a previsão de uma diretriz nacional, que vai regulamentar os itinerários formativos.

Claro que também aí nós sabemos que estão hoje no PL alguns elementos que comprometem a experiência escolar, como essa dualidade entre a formação regular e a formação profissional, a questão do notório saber, o uso da educação à distância e a organização do acesso ao ensino superior através do Enem, como a Profa. Monica e outros colegas aqui também colocaram.

Em relação à educação profissional, eu trago, Senadora e colegas, a experiência dos institutos federais com ensino médio integrado. É sobre isso que eu gostaria de me ater um pouco. Já passou o meu tempo aí, mas eu retiro lá do segundo momento.

Nós fazemos o ensino médio integrado, que tem uma formação geral básica e a parte da formação profissional. E o nosso objetivo é preparar a juventude para o exercício tanto da cidadania como para o trabalho. É nisso que nós fazemos uma diferença bastante grande, que é exatamente nós termos uma parte de formação geral que garante a base para a formação profissional. E essa formação profissional... É importante lembrar que, na Meta 11 do Plano Nacional de Educação, fala-se na ampliação da oferta do ensino médio com a formação profissional de 50%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Conae de 2024, nós inserimos na meta 100% de ampliação dessa oferta. Hoje a oferta é de 794 mil matrículas. A nossa possibilidade é a de triplicar esse número de matrículas para o ensino médio integrado à educação profissional.

E esse modelo de ensino médio integrado à formação profissional não pode ser pensado apenas para um tipo de juventude, mas para todas as juventudes, porque, se nós pensarmos o ensino médio do jeito que hoje está no PL, que, primeiro, mantém dentro da legislação a dualidade estrutural da educação, que garante uma quantidade de horas para a formação geral básica para o ensino médio regular e diminui essa formação geral básica para a educação profissional, nós estaremos permitindo que a juventude trabalhadora, a juventude mais pobre deste país tenha uma formação na última etapa da educação básica aquém do que ela deve ter, do que ela merece ter e do que o país precisa para que essa juventude possa efetivamente ter um alinhamento com o desenvolvimento do país. Então, da forma como hoje está na legislação, eu chamo a atenção para o fato de que a formação geral para aqueles que vão optar pela formação técnica e profissional pode descer a quantidade de horas que hoje está prevista na Lei 13.415, porque, além de ser rebaixada de 2.400 para 2.100, ela também permite que, dentro das 2.100 horas da formação geral básica, 300 horas possam ser retiradas para a formação profissional. Isso vai impactar fortemente a formação que nós temos que garantir, como nação, a todas as juventudes, que é essa formação humanística, científica, tecnológica, mas também nós vamos comprometer a formação profissional, porque, sem uma base na formação geral, nós não conseguimos fazer uma formação profissional adequada.

E eu digo isso, Senadora, porque dentro do catálogo – e é pelo catálogo que nós temos que nos guiar para fazer a oferta dos nossos cursos técnicos – tem cursos de 800 horas, cursos de mil horas e cursos de 1,2 mil horas, que extrapolam um pouco as 3 mil horas, que são o marco do ensino médio total. Veja que, dentro do catálogo, 65% dos cursos ofertados são de 1,2 mil horas, e os eixos tecnológicos ligados à produção industrial, ligados a recursos naturais, são todos de 1,2 mil horas.

Então, isso inviabiliza uma formação geral básica adequada para as juventudes, principalmente a juventude que vai para as escolas públicas, que adentra a última etapa da educação básica pelas redes estaduais e pela rede federal.

Já terminando, Senadora, o ensino médio integrado não pode ser tratado como uma etapa preparatória de mão de obra; ele precisa ser tratado como a última etapa da educação básica, como a última oportunidade que a juventude vai ter de ter acesso – aqueles que não vão para o ensino superior – a uma formação adequada, que garanta a emancipação desse trabalhador que vai para o mundo do trabalho, e essa trabalhadora também.

Então, eu deixo aqui a perspectiva que o Conif defende de ajustes no PL 5.320, que é um pouco como a manutenção do projeto original que foi encaminhado pelo Governo, que é: para os cursos técnicos – aqueles que estão dentro do catálogo nacional de cursos técnicos – com duração acima de mil horas, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os sistemas de ensino possam adotar a organização curricular que permita a extensão da jornada escolar para além das 3 mil horas.

Veja, Senadora Dorinha, que isso não está longe do passo adiante, que está no próprio PL, que é a educação integral. A educação integral nós estamos visando que chegue a 4,2 mil horas. Então, a tendência do ensino médio é ter essa ampliação de carga horária.

O que nós estamos solicitando como ajuste, como aprimoramento do PL 5.320, é que seja possível, para o itinerário da educação profissional, a manutenção da carga horária de formação geral básica com a mesma base do ensino médio regular para os aprofundamentos nos outros itinerário, ou seja, termos uma formação geral básica que seja a mesma em todo o território nacional, para todos os percursos, todos os itinerários, e que, para os cursos técnicos acima de mil horas que serão integrados a essa formação geral, nós tenhamos uma possibilidade de flexibilização da jornada.

Dito isso, Senadora, eu acabo a minha apresentação, agradecendo, e me coloco à disposição para esse segundo momento. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Luzia, pelas suas contribuições, com certeza registradas.

Passo a palavra para a Sra. Jade Beatriz, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), para as suas considerações.

A SRA. JADE BEATRIZ (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Boa tarde a todos e a todas.

Eu sou a Jade Beatriz, sou a Presidenta da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, entidade que representa mais de 44 milhões de estudantes de ensino médio, técnico, ensino pré-vestibular e ensino de jovens adultos.

Queria começar saudando toda a mesa, na pessoa da Senadora Professora Dorinha, nossa grande parceira na defesa da educação, já há alguns anos.

Saúdo também o Sr. Pedro Flexa, que infelizmente desconhece a realidade das escolas brasileiras. E, quando eu digo isso, eu estou falando das escolas públicas, porque falar sobre a flexibilização do currículo é uma frase bonita para falar sobre a elitização do ensino superior, sobre o que é a juventude brasileira sendo jogada no subemprego com a implementação do novo ensino médio.

Dito isso, eu queria primeiro valorizar o processo de construção desse projeto, tanto no processo de mobilização, em mais de 50 municípios de todo o Brasil, mas também o processo de formulação, a que nós não nos furtamos. Nós da Ubes construímos uma nota técnica, e isto aqui é o diagnóstico do que o novo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ensino médio fez com a juventude brasileira, a juventude que está dentro das escolas públicas, a juventude pobre e a juventude preta.

Essa nota técnica foi entregue ao Ministério da Educação – e foi construído o projeto de lei baseado na nota técnica –, foi entregue à Câmara dos Deputados, a todos os secretários de educação dos estados no Brasil e, agora, eu gostaria de entregá-la à Senadora Professora Dorinha. (*Pausa.*)

Essa nota técnica diz o que o novo ensino médio fez com a geração de jovens brasileiros, mas também aponta o norte para garantir que o ensino público brasileiro, o ensino médio brasileiro consiga cumprir o seu papel de combater as desigualdades sociais.

Dito isso, eu gostaria de dizer que a nossa defesa dos estudantes brasileiros, não só dentro da nossa nota técnica, mas também no que foi o processo de consulta pública e de audiências públicas ao redor de todo o país, é da defesa das 2,4 mil horas para a formação geral básica, de caráter propedêutico, não só para que o ensino médio brasileiro consiga cumprir o seu papel de incentivar a formação do pensamento crítico, mas também para garantir que o ensino médio brasileiro não seja o processo final de formação dos jovens, mas que os incentive a conseguir ter e preparar-se para um curso subsequente, técnico, que os prepare para a universidade e prepare para o mercado de trabalho qualificado.

E é importante dizer isso, porque hoje os mais de 400 itinerários formativos ao redor do Brasil jogam a juventude brasileira no subemprego e principalmente na desigualdade social, além de garantir e aumentar a divisão do trabalho, fazendo com que meninas tenham aulas de consultoria de cosméticos, aulas de como fazer brigadeiro caseiro ou bolo de pote, e meninos, cursos de robótica, de mecânica. Então, nós não acreditamos nesse projeto de educação, de modelo educacional em que haja essa divisão de trabalhos e que esse projeto de lei consiga seguir na mesma linha.

Por isso é que nós defendemos as 2,4 mil horas, não só para a formação geral básica, mas também para garantir que o estudante do Brasil consiga pavimentar os seus caminhos até a universidade, assim também para o ensino técnico brasileiro. Nós sabemos a importância que o ensino técnico profissionalizante cumpre. Eu sou estudante de escola técnica. O ensino técnico não pode ser de mentira, não pode ser de faz de conta, o ensino técnico brasileiro não pode ser estrangulado. Ele precisa ser um ensino técnico integrado que consiga não só cumprir o papel de garantir que esse estudante vá para o mercado de trabalho, mas que consiga também contribuir para o desenvolvimento nacional, o que é muito importante.

Para além disso, também, a gente garante, dentro dessa nota técnica, a defesa dos ciclos formativos, a redução e, principalmente, a regulamentação deles. Os itinerários formativos que hoje são colocados no novo ensino médio são completamente soltos e desconexos com a realidade do nosso país. Entender que estudantes de ensino público que vivem em uma casa com renda de um salário mínimo, com quatro ou mais pessoas, tenham aulas de como aprender a ser um milionário é completamente desrespeitoso, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completamente desconexo com a realidade dos estudantes brasileiros. Então, nós precisamos ter essa redução e a regulamentação dos ciclos formativos, entendendo que os percursos de aprofundamento precisam ter os componentes curriculares das matérias tradicionais, isto é, aprofundamento em Matemática, aprofundamento em Química, em Física, entendendo que os itinerários acabam retirando os horários da formação geral básica. Isso é uma coisa urgente.

E existe uma realidade posta: não cai itinerário formativo no vestibular, gente! Falar isso é dizer que, nos últimos anos, a maior parte das notas mil no Enem é de estudantes da rede particular. E por quê? Isso parte também de um processo de enfraquecimento da educação brasileira, durante o Governo do Bolsonaro, mas o novo ensino médio e a proposta do novo ensino médio acabam fazendo com que isso também aconteça.

Sobre a defesa do Espanhol como 13ª matéria obrigatória, o Brasil é o único país da América Latina que não fala Espanhol. Entendendo também que existem estados fronteiriços, que fazem fronteira com outros países da América Latina, para existir uma integração latino-americana e caribenha no nosso país, existe a necessidade e a importância de ter o Espanhol, dentro das escolas públicas, como 13ª matéria obrigatória.

Dito isso, gente, o que nós queremos aqui é a garantia da escola pública cumprindo o seu papel: cumprindo o seu papel não só de alimentar essa esperança dos estudantes de conseguirem viver em um país mais justo, mas a esperança dos estudantes de terem acesso a um ensino superior, de terem acesso a um mercado de trabalho digno e, principalmente, de transformarem este país, de terem a escola pública como instrumento palpável de combate às desigualdades sociais. E o novo ensino médio vai contra, completamente, tudo isso que a gente defende. O novo ensino médio aprofunda, cada vez mais, as desigualdades sociais entre os estudantes que são filhos da classe trabalhadora, que são estudantes pobres, e os estudantes que são ricos, os estudantes que estão dentro do ensino privado.

Então, o que nós queremos aqui é a garantia de uma escola pública gratuita de qualidade, em que o estudante faça parte da construção do modelo de educação que vai ser executado para a transformação do nosso país.

É isso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Jade, pelas contribuições e pelo documento aqui entregue. Com certeza, fará parte do nosso estudo.

Passo a palavra para o Sr. Rubens Campos de Lacerda, Diretor de Avaliação da Educação Básica do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

O SR. RUBENS CAMPOS DE LACERDA JÚNIOR (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, saúdo a Senadora Professora Dorinha e, na pessoa dela, saúdo todos os representantes da mesa.

Saúdo também o Professor e Senador Flávio Arns e, na pessoa dele, o Wilson, cujo representante aqui constituído é o Diogo, com quem tive o prazer de tratar sobre outro PL algum tempo atrás.

Eu vou tratar, Senadora, sobre três dos sete pontos que a senhora mencionou na última audiência. Só para a gente resgatá-los rapidamente, na sua síntese sobre quais são os grandes temas do PL – acho que vale a pena a gente rapidamente tocar nesse assunto –, são: língua espanhola; formação integral; notório saber; tempo integral; a discussão sobre o EaD, que toca tanto no ensino médio propriamente dito, mas também na formação de professores; o formato do Enem – que eu acho que é por isso que eu vim para cá hoje (*Risos.*) ; e a sétima seria as atividades extraescolares contarem na carga horária eletiva.

Então, eu, rapidamente, vou falar um pouquinho sobre a questão do EaD e a da língua espanhola e, por último, eu entro no formato do Enem.

Com relação ao EaD, eu percebo que ele foi citado tanto na audiência passada quanto mencionado, também, hoje aqui, de certa maneira, quando se discutiu a formação de professores, pelo Prof. Haroldo e pelo Prof. João, do Movimento pela Base.

Qual é a posição do Inep e como o Inep pretende entrar nesse debate? Nós estamos passando, neste momento, por uma mudança no Enade, que é o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. É uma atribuição de outra diretoria, mas, rapidamente, a gente precisa frisar esse ponto, porque ele tem uma interface muito clara com a educação básica, que é justamente começar as transformações do Enade pelas 17 áreas das licenciaturas.

O Enade tinha uma característica muito específica, no caso das licenciaturas e do bacharelado, nas áreas de física, química, linguagens, sociologia, que eram duas provas muito parecidas, e ela dava uma ênfase muito grande ao bacharelado. Então, a Diretoria de Avaliação da Educação Básica, a pedido do Presidente, Prof. Manuel Palácios, que, inclusive – esqueci de dizer –, pediu desculpa por não estar pessoalmente aqui hoje... Mas ele foi convocado para uma reunião de urgência no MEC. Por isso, ele não está aqui, e eu o represento. O Prof. Manuel Palácios solicitou que se começasse justamente a alteração do Enade pelas áreas de avaliação, porque essa é uma discussão que o MEC tem trazido com muita ênfase, que é justamente preocupar-se com essa formação inicial dos professores. Então, o momento em que esse estudante está terminando o seu curso de graduação é o momento ideal para se começar a discutir essa avaliação. Essa é a maneira como o Inep se coloca e pretende contribuir, dando novos subsídios, novos elementos para a formação de professores por meio das evidências que o Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) proporcionará.

Sobre a língua espanhola, e já entrando de certo modo na discussão do Enem, é importante mencionar que 52% dos inscritos nos últimos anos foram participantes que escolheram fazer a língua espanhola dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Enem. Então, a manutenção do espanhol é muito importante. Se ela vai ser uma matéria obrigatória, se ela vai ser uma matéria opcional, enfim, isso é uma discussão que eu deixo com os legisladores, mas é importante frisar que, no que diz respeito ao Enem, não há por que nós retirarmos a língua espanhola do exame. Ela é hoje opcional. Então, qualquer estudante pode escolher entre o inglês e a língua espanhola, e assim nós recomendamos que permaneça. Isso garante essa oportunidade de escolha e garante uma justiça, já que se trata de uma segunda língua, para que eles possam optar por uma das duas.

E aí eu faço uma defesa da língua espanhola, de forma muito rápida, reconhecendo a importância dessa língua no cenário das nossas relações internacionais com os nossos países vizinhos e também no intercâmbio cultural que ela nos proporciona aqui na América Latina.

Agora, eu vou me aprofundar no assunto que diz respeito à discussão do Enem.

Eu vou começar tratando da pergunta de uma cidadã brasileira que é a Grasiella, que perguntou se o ensino médio vai preparar para o Enem e para os vestibulares. Eu vou, Grasiella, com todo respeito, inverter a sua pergunta: o Enem vai estar preparado para o novo ensino médio? Eu acho que essa é que é a questão – se você me permite; perdão, Grasiella –, porque existe uma grande diferença entre o Enem e os outros vestibulares. Tradicionalmente, cada instituição de educação superior tinha o seu modelo de avaliação e de processo seletivo. E aí cada instituição pensava: qual é o melhor estudante que eu quero para o meu projeto de educação superior da minha universidade, da minha instituição de educação superior? O Enem faz uma pergunta completamente diferente. O Enem se pergunta: qual foi a formação que obteve o estudante que acabou de sair do ensino médio? Vamos tentar medir esse desempenho e vamos criar uma oportunidade para que todos os jovens brasileiros egressos do ensino médio possam acessar a educação superior. Então, é uma outra maneira de olhar para a questão: na verdade, o Enem é que precisa se preparar para essa discussão que estamos fazendo aqui hoje – e já é feita há algum tempo – sobre o ensino médio e como o Enem vai estar preparado para lidar com essa situação.

Eu acho que o debate hoje foi bastante interessante e proporcionou uma série de reflexões, porque tivemos posições bastante diferentes ao longo desta tarde. E eu gostaria de frisar, especialmente, uma pergunta que a Profa. Monica Ribeiro nos deixou: como avaliar a diversidade de cursos? É no sentido de como avaliar todas essas diferentes formações na área de EPT (educação profissional e tecnológica), também com a diversidade dos itinerários formativos no interior do teste. Eu adoraria saber a resposta para essa pergunta, porque meu trabalho ficaria muito mais fácil. (*Risos.*) Acho que essa é a primeira questão que a gente precisa colocar.

Voltando, Professora Dorinha, a uma fala sua na última audiência, quando a senhora menciona que o Prof. Manuel Palácios estava muito resignado com relação ao PL, a como ele já estava constituído, eu não sei se é exatamente resignado, mas é um profundo respeito pelo Congresso Nacional e pela posição que está estabelecida hoje. Hoje, o PL nos coloca uma série de desafios, e nós, de forma republicana, precisaremos – se ele permanecer desse modo – atender ao que esta Casa, junto com a Câmara dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados, definir. Então, nesse sentido, republicanamente nos resignaremos, mas, como ainda estamos no momento do debate, eu acho que é importante trazer algumas considerações importantes sobre, principalmente, os itinerários formativos.

Na parte da formação geral básica, eu não vou avançar muito, porque essa é a parte que o Inep conhece muito bem; essa é a parte que a sociedade brasileira conhece muito bem. Hoje, no Inep, no desenho em que o Enem está constituído hoje, nós já conhecemos o que é avaliado e como avaliar; não há muita surpresa para ninguém nesse sentido.

Com relação aos itinerários formativos, esse cenário muda bastante. Acho que cabe lembrar que o Inep tem um processo muito longo para construir seus instrumentos de avaliação. Quando a gente está falando em 2027 – que é o que o PL propõe hoje –, na verdade, para o Inep, 2027 é amanhã ou depois de amanhã, no máximo. (*Risos.*) A gente já está pensando hoje na questão de como resolver o problema para 2027. Se a gente pensar em construir matriz de referência, uma validação com a sociedade de forma ampla, pública, com um debate democrático, para depois construir um instrumento com o desenho dos itens, como esses itens vão estar dentro dessa matriz, esse constructo, que é o nome bonito que a gente dá para a teoria que amarra todo esse desenho, essas são questões para ontem. Então, para a gente, esse já é um tempo muito limitado.

E, se a gente entender que em 2027 nós teremos a primeira geração desse novo itinerário concluindo o ensino médio, nos parece de certo modo preocupante que já em 2027 tenhamos uma avaliação de itinerário formativo. Essa é uma primeira questão. O ideal seria que o itinerário só fosse avaliado depois que já conhecêssemos como ele foi implementado, porque essa implementação, se a gente pegar como referência os últimos anos, como foi esse período da lei anterior de um outro novo ensino médio que foi proposto – vamos colocar assim –, deu-se de forma heterogênea, de forma desigual. E existe, inclusive, uma estratégia que foi adotada por algumas instituições de deixar para o terceiro ano somente do ensino médio o itinerário e tratar, no primeiro e segundo anos, somente da formação geral básica. O que significa que talvez nós só tenhamos realmente uma condição de conhecer o que é o itinerário formativo desse novo ensino médio proposto em 2027.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUBENS CAMPOS DE LACERDA JÚNIOR – Em 2027, a prova do Enem já está pronta, gente. A prova para o Enem de 2027 já está pronta no início de 2027. Então, não há tempo de o Inep trabalhar em cima disso. Essa é uma primeira questão que precisa ficar bem clara para todos e todas.

O segundo ponto, que é até um aprofundamento... Nesse primeiro cenário, eu estou tentando trabalhar ainda com a possibilidade dos itinerários formativos, mas eu preciso também destacar aqui como os itinerários são um desafio para o Inep. Como é que o Inep entende hoje a nossa matriz de referência? Nós temos uma base, uma referência curricular, um conjunto de competências que nós avaliamos, e toda a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade, independente de qual estado em que a pessoa esteja, reconhece esse instrumento. Então, ele é um instrumento comum, pode ser debatido, pode ser ampliado. Daqui a pouco, com cinco anos da... Ele já poderá passar por um novo debate – e esse dia já está chegando. Então, esse é o lugar franco de debate e de discussão para construir um instrumento de avaliação.

Isso significa que o Inep é de alguma maneira contra o itinerário formativo? De maneira alguma. Nós só entendemos que não é o melhor lugar para avaliar o itinerário formativo o Enem ou mesmo o Saeb. Na prática, seria muito mais adequado que as próprias escolas, as próprias redes municipais e estaduais fizessem as suas avaliações formativas com relação a essa parte do novo ensino médio. Então, isso garante a flexibilidade que é a proposta do PL, que é a proposta de todo o debate do novo ensino médio. Se nós desejamos um instrumento que é flexível, nós precisamos respeitar a construção dessa parte do currículo e permitir que cada rede faça essa avaliação da maneira que achar mais adequada. Se a gente traz isso para o Inep, nós corremos um sério risco de engessar o elemento flexível do currículo.

E por que eu estou dizendo isso com uma convicção muito grande? Vamos pegar o exemplo da redação do Enem. Nós temos aqui atrás a servidora Patrícia Vieira, que é a Coordenadora-Geral responsável pelo Enade, que é Doutora em Linguística. Ela falaria com muito mais propriedade do que eu sobre isso, mas eu vou tentar resumir o assunto de uma forma mais clara possível para vocês, que é a seguinte. Quando o Enem estabeleceu a redação da maneira como ela é hoje, muitas pessoas, muitos professores começaram a se preparar para esse modelo de redação. O Inep involuntariamente criou o que se chama hoje de um gênero textual específico: redação do Enem. Hoje, esse gênero é reconhecido, nós temos teses de doutorado, dissertações de mestrado escritas para explicar para a sociedade o que é o gênero textual redação do Enem. Ele serve para quê? Para passar no vestibular.

Isso eu estou dizendo de uma forma muito caricata, porque logicamente, como o Enem é indutor de práticas, é importante para a sociedade. Quando a redação do Enem surgiu em 2009 no modelo que ela tem hoje, sem dúvida, ela foi fundamental para uma discussão de melhoria da produção textual do jovem e da jovem brasileira, mas já se passaram 15 anos. Então, é preciso entender que, se o Enem não se modifica também, isso também começa a gerar um certo engessamento e começa a gerar que esse efeito indutor deixa de ser benéfico e começa a ser prejudicial. Então, estou dando esse exemplo, porque isso pode acontecer com os itinerários formativos – e é muito provável que aconteça.

O que é um exame em larga escala como o Enem? É um instrumento padronizado. Nós precisamos padronizar nossa medida. E aí estou falando de uma forma talvez muito estatística, mas eu queria abranger a parte pedagógica disso. Qualquer medida educacional que vai ser avaliada para 3,9 milhões, para quase 4 milhões de pessoas, como no ano passado – já chegamos a 8 milhões, e tomara que possamos voltar para esse patamar num futuro não muito distante –, precisa padronizar o seu instrumento de avaliação. Nós precisamos ter clareza do que nós estamos avaliando e precisamos ter clareza da proficiência que nós estamos medindo. É por isso que o Enem faz pré-teste e é por isso que o exame é comparável entre as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

edições. Se a gente começa a abarcar elementos muito flexíveis, nós vamos ter que enquadrar essa flexibilidade dentro do instrumento. É impossível para o Inep, voltando à pergunta inicial da Grasiella, se adaptar ao itinerário formativo. Na prática, infelizmente, o itinerário formativo vai ter que se adaptar ao Enem. É isso que nós queremos como sociedade, como política pública? Eu imagino que não. Então, eu faço uma defesa neste sentido de que o itinerário formativo não seja uma parte do Enem, que seja, sim, uma parte importante do currículo, que seja, sim, uma parte para discutir como... E acho que a Jade falou brilhantemente aqui quando falou sobre a importância da educação técnico-profissional de qualidade, que permita ser um exercício da cidadania, mas o Enem não é esse local, não é esse momento.

Só para finalizar, eu gostaria de trazer de novo o Enade para discussão, em paralelo com o Enem. Uma das críticas que o Enade recebe, ao longo dos anos, é como ele avalia os cursos superior de tecnologia. E a educação técnica e profissional abarca tanto a educação básica quanto a superior nesse sentido. Isso é muito importante. Qual é a crítica que é feita sobre os cursos superiores de tecnologia no Enade: como é que eu vou avaliar um curso que é prático numa prova escrita? A mesma pergunta vale para o Enem, no caso dos itinerários formativos de EPT. Como é que eu vou, numa prova escrita, avaliar essa experiência dos estudantes? E digo mais. O Catálogo de Cursos Técnicos é muito extenso. Essa variedade de cursos, que vai chegar à parte de tecnologia, de informática, de sustentabilidade, de meio ambiente, de gestão, é muito distinta. As competências entre eles são distintas e precisam ser distintas. É para isso que elas existem. Se a gente traz isso para o Enem, vai ter que ser feita uma escolha. E essa escolha vai empobrecer a avaliação dessas formações. Ela pode, inclusive, gerar um efeito contrário, que é pasteurizar, vamos dizer assim, que é homogeneizar essa formação dos cursos técnicos ou essa parte técnica dentro do currículo do ensino médio. E é tudo que eu acho que ninguém deseja aqui hoje. Tudo o que foi discutido é: se nós queremos uma formação cidadã, se nós queremos jovens produtivos para a sociedade – e isso não é uma dicotomia, acho que tem que ficar muito claro –, nós precisamos que o itinerário seja flexível e que ele possa ter o seu próprio caminho. Então, eu só faço esse apelo para que a gente tenha esse cuidado e não acabe, no inciso II daquele novo art. 44, engessando e tendo o efeito contrário de tudo o que a gente deseja.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada pelas contribuições.

Se eu fosse parafrasear o Mauricio, de ontem, as pautas estão ficando cada vez mais parcas. (*Risos.*)

A mesa, com bastante representação... Logicamente, em virtude da agenda, algumas pessoas já se retiraram, mas acho que a maioria das questões já foi abordada.

Eu só quero referenciar que, como eu disse na audiência de terça-feira, nós temos alguns pontos de maior preocupação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um dos maiores desafios nossos é fugir do que nós vimos na implementação da reforma aprovada em 2017, com uma ausência total do Ministério da Educação no apoio aos estados nesse processo. Para uma mudança no ensino médio, é natural que precisasse de ajustes, mudanças, organização, monitoramento. É um país diverso, cujo desenho federativo reserva aos estados autonomia, e precisa ser assim. Então, há todo um processo de implementação, ainda com todo esse período de debate sobre o ensino médio. Muitos estados estavam bastante avançados – redes privadas também – em relação à implementação do modelo aprovado em 2017. Por isso, a nossa urgência em relação à questão da aprovação, para permitir que as redes tenham segurança e que os estudantes tenham segurança. A gente recebe muitos questionamentos dos estudantes sobre o Enem, sobre o que vai acontecer na rede, sobre a questão da transição, que é uma das principais seguranças que a gente precisa passar para as redes. Há a transição, o período de implementação... As redes precisam se organizar, porque elas precisam tomar medidas locais para organizar o seu currículo – e eu vou devolver a palavra para todo mundo –: como vão organizar esse currículo, como vão lidar com os itinerários? Há a questão do professor, da formação de professores...

Nós falamos com muita incidência com o Ministro Camilo, na nossa reunião, que o foco do ensino médio não deve se resumir a esta discussão da lei da reforma curricular, em especial. Quando nós começamos o debate, há dez anos, eu fazia parte dessa Comissão, junto com o Deputado Reginaldo Lopes, o desafio do ensino médio já era maior em relação à educação básica. E não mudou. Se olharmos os dados, os resultados das avaliações nacionais, o ensino médio é ainda a etapa que requer maior esforço das redes.

Eu ouvi aqui vários dos membros desta mesa falando do cuidado com a questão da dualidade. Então, esta é uma preocupação: em relação à dualidade.

Ao mesmo tempo, há a questão da educação à distância, que foi uma das coisas que eu mencionei; o excessivo número de disciplinas e, principalmente, de itinerários formativos. Eu brinquei aqui com o Rubens que acho que eu sou uma das mais preocupadas com essa proposta, no desenho que veio da Câmara, sobre o Enem, sobre esse monte de recortes que veio. Eu não consigo visualizar.

Eu falei isso com o Palácios, e eu o achei muito resignado. Ele disse: "Não, nós já estamos pensando... Não sei...". Então, ele está fazendo um milagre de pensar em alguma coisa muito complicada. E entendo que não é só pensar – tem lógica –; é preciso fazer um esforço em relação a esse desenho dos vários ENEMs. Um Enem já é muito caro, mas não é só isso, é como fazer esse desenho. E, lógico, no Brasil, quem lida com a educação sabe que o Inep, as avaliações nacionais, se consolidaram antes da questão curricular. Primeiro, vieram os exames nacionais; primeiro, o Inep conseguiu avançar em relação às avaliações nacionais; depois, é bem recente, vários estados começaram a fazer suas propostas curriculares – isso é recente. O meu estado, em que eu era Secretária, foi o segundo ou o terceiro. São Paulo e Rio de Janeiro não tinham proposta curricular.

E concordo com a sua fala, Rubens, que, se o Enem tomar... Com o desenho que ele tomar, ele acaba dirigindo a rede. Foi isso que aconteceu em grande medida. Acho que, de qualquer forma, nós temos muitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desafios. Tenho recebido muitas manifestações em relação à questão do ensino do espanhol. Acho que a língua tem uma ligação, na verdade, ela faz parte do nosso desenvolvimento, do ponto de vista econômico e cultural, pela nossa localização, pelos acordos e pactos assinados pelo Brasil. Agora, o que eu disse para o Ministro, e ontem disse a mesma coisa para os embaixadores – recebi acho que 14 embaixadores –, foi que, mais do que colocar o espanhol, nós precisamos de um esforço de política pública, de atuação, de preparação para o espanhol nas nossas escolas. Não basta trazer aqui para o texto. E falei isso para o Ministro também, porque, se fosse só pela questão de professores e da sua qualificação, nem o inglês a gente poderia ter hoje dentro das nossas escolas. Requer um esforço, um desenho e alternativas para esse ensino.

Em virtude do tempo, eu vou me reservar só a esta fala, mas quero deixar para todas as instituições que estiveram conosco, àquelas que não entregaram documentos, que, se quiserem enviar alguma contribuição formal sobre os principais pontos, nos ajuda muito a tomar decisão, lembrando que o Senado é a Casa Revisora. Nós vamos avançar em relação a uma proposta, a um desenho, só que o texto volta para a Câmara.

Por isso, mais uma vez, agradeço a presença do Consultor da Câmara, o Jefferson. Tenho mantido contato também com o Relator, o Deputado Mendonça Filho, com quem falei, rapidamente, na terça-feira à tarde, sobre esse desejo de a gente avançar um pouco aqui nas nossas audiências, na produção, e tentar fazer um trabalho integrado, Câmara e Senado, para ganhar o tempo que não é para nós, eu tenho dito, o tempo é para a rede, para os estudantes, porque o ano letivo, para se organizar para 2025, requer... Nós já estamos atrasados. Falando aqui do Enem 2027, já está atrasado o exame, o Enem, e tudo mais.

Eu vou pedir só que quem tiver considerações e quiser falar, são três minutos.

Como eu disse, agradeço e coloco a Comissão e o gabinete à disposição para receber as contribuições e sugestões em relação ao texto.

Estou informada de que o Ricardo não está mais conosco, nem o Haroldo e nem o Rafael Lucchesi. Então, eu passo a palavra para o Gabriel Barreto Corrêa, para as considerações finais. Ele representa aqui o Todos pela Educação.

O SR. GABRIEL BARRETO CORRÊA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora.

Gostaria de cumprimentar todos os colegas que participaram da audiência e terminar frisando a importância da fala do Rubens, do Inep, sobre o Enem, que foi um ponto final da minha fala que eu tive que fazer muito correndo, mas para a lei não engessar o Enem sem sequer termos o que serão as diretrizes para os itinerários, por exemplo. Então, foi uma fala muito importante que eu queria reforçar aqui no nosso posicionamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como consideração final, gostaria de valorizar o processo que foi feito até aqui nesta discussão, especialmente a partir de 2023, com a abertura da consulta pública pelo Ministério da Educação, a formação de um grupo de trabalho, com a Ubes, com o Fórum, com o Conselho Nacional de Educação, o Consed, o Fonced, a escuta de estudantes, professores, a participação da sociedade civil, dos secretários e secretárias estaduais da educação, todo o debate que teve na Câmara.

Então, se lá atrás tínhamos e havia, no debate, posições muito mais divergentes, nos parece que o processo político conseguiu criar bons consensos. Talvez não os consensos ideais para cada um de nós, mas os consensos possíveis.

Eu queria fechar valorizando o processo que também está sendo conduzido no Senado, de não tomar como dado o texto da Câmara, mas, realmente, partir dele, entender o consenso que está construído, essa construção harmônica que vem sendo feita, para ajustar e avançar.

Então, gostaria de parabenizá-los por isso, agradecer e nos colocar, como sempre, à disposição do Senado Federal e da Sra. Senadora Professora Dorinha, para continuarmos no diálogo em torno desse projeto de lei.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Gabriel.

Passo a palavra para João Paulo Cêpa, Gerente de Articulação do Movimento Pela Base.

O SR. JOÃO PAULO CÊPA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora Professora Dorinha, quero agradecer, novamente, a Comissão de Educação e Cultura e, na sua pessoa, os demais componentes da mesa, a oportunidade de a Secretaria Executiva do Movimento Pela Base poder participar de um debate republicano muito importante que está direcionando e dialogando um desafio fundamental para a nossa juventude.

Olhar para o ensino médio brasileiro é olhar para o futuro do nosso país, e aí abro parêntese para dizer que falo como membro da Secretaria Executiva do Movimento, falo como professor da educação básica, que sou, há mais de 15 anos, e como ex-Secretário Municipal de Educação. Na época, já convivi com os desafios da implementação da reforma como um membro da municipalidade e vi a importância de a gente olhar para essa política com um olhar de melhoria e de aprimoramento. Acho que é isso que está acontecendo.

Gostaria de destacar, de todo o processo que o Gabriel já trouxe, o quanto nós conseguimos avançar para a convergência importante de que precisamos preservar os pilares e as alavancas fundamentais dessa política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Novamente, precisamos de um olhar para a formação geral básica igual para todos, presencial, ancorada na BNCC, que seja fortalecida por uma política nacional e subnacional de formação de professores, para que, de fato, essas mudanças cheguem no chão da escola, cheguem na sala de aula, que nós preservemos o direito à escolha dos estudantes e que isso aconteça com base em parâmetros factíveis, para que não aprofundemos a desigualdade. Muitas falas aqui colocaram isso.

É importante, então, que esses itinerários aconteçam com qualidade, que a gente consiga avançar no ensino médio, que olhe também para a formação de educação profissional técnica e que possa avançar, fortemente, na ampliação da jornada de tempo integral, para que nós possamos ampliar as oportunidades de formação integral, da educação integral e das próprias experiências previstas na BNCC para os nossos estudantes.

No mais, quero agradecer-lhe a oportunidade.

O Movimento pela Base também se coloca à disposição para seguir contribuindo com esse debate, agora, na lei, e também, após as discussões, na sua implementação.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Prof. João Paulo.

Passo, em seguida, a palavra para o Sr. Pedro Flecha Ribeiro, Coordenador do Colégio de Assessores Pedagógicos da Fenep.

O SR. PEDRO FLEXA RIBEIRO (Para expor.) – Obrigado, Professora.

Eu queria também agradecer-lhe a oportunidade e este momento, saudar a convergência que está surgindo, mas pontuar que o interesse da escola pública é uma causa que nos une a todos; todos nós queremos uma escola pública no país que funcione e que seja plenamente confiável. Esse é o propósito de cada um de nós também na rede privada. E o que a gente espera é que, também na escola pública, assim como acontece em nossas escolas, a gente tenha sempre quem responda pelas escolhas do que é proposto aos alunos. Em cada escola, há professores, há gestores nos quais a sociedade quer, deve, merece e precisa confiar. Todos os cidadãos brasileiros têm interesse em que a escola pública funcione, e isso eu acho que é uma causa que nos une. Não vejo razão para a gente ter esse tipo de estranhamento. Nós temos que caminhar para isso.

Nesse sentido, a reforma acerta, mais uma vez, quando confere, concede ao professor e ao gestor, também da rede oficial, reconhece-lhes o discernimento que podem ter de cada um deles entender o que é necessário para o aluno que ela atende, para a realidade daquele aluno, para a sua condição de vida, para a sua perspectiva de vida. Eu acho que é nisso que a gente deve apostar e acreditar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou me permitir, só comentando, de novo, sobre o Enem, sobre a realidade dos itinerários propedêuticos – eu vou me permitir – discordar aqui um pouquinho. O Enem ajudará muito a reforma a ser implementada – e aí eu estou falando dos propedêuticos –, na medida em que a gente possa ter, no segundo bloco do Enem, alguma coisa organizada, como em outros processos seletivos já existe. A Unicamp é um exemplo. Ela tem um vestibular com, no primeiro dia, uma prova geral e, no segundo dia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO FLEXA RIBEIRO – ... por áreas de atuação profissional. Isso existe, não é impossível ser feito. Isso vai, sim, dar alguma engessada, é verdade, mas vai ser uma engessada organizada pelo projeto de vida do aluno, por uma coisa alinhada com a orientação profissional. Isso seria coerente para uma imensidão das escolas e não traria grande engessamento para a reforma, não, acredito eu. É o que eu posso trazer com a minha experiência de 30 anos de gestor.

Agora, o Brasil precisa fazer algo diferente do que tem sido feito há 60 anos, 70 anos.

Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada pelas contribuições.

Passo a palavra para Luzia Matos, representante do Conif.

A SRA. LUZIA MATOS MOTA (*Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora.

Vocês me ouvem? Sempre temos essa dúvida quando estamos remotamente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sim.

A SRA. LUZIA MATOS MOTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora, quero agradecer a todos e à senhora principalmente, que está liderando esse processo, que vai garantir a construção dessa Política Nacional de Ensino Médio.

O que todos nós desejamos é que essa política sustente um modelo de ensino médio que seja estruturado, que seja duradouro, que seja estável, que nós deixemos de lado essa série de reformas do ensino médio que nós estamos acompanhando durante todo esse percurso e nós tenhamos efetivamente um modelo de ensino médio que sirva a todas as juventudes do país e que sirva a um projeto nacional mais inclusivo, que enfrente as desigualdades com que nós temos aí convivido. Isso é, acredito, o consenso que existe entre nós.

Agora, em relação à educação profissional, Senadora, eu gostaria de pedir um pouco de atenção em relação à contradição que envolve a oferta da educação profissional, que, como nós vimos aqui, é tratada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por todos como necessária, como urgente, como uma possibilidade de sustentabilidade para gerações futuras. Mas ao mesmo tempo, essa educação profissional que é saudada, que é desejada por 80% dos estudantes do ensino médio nas pesquisas a que nós temos acesso, não pode ser rebaixada a apenas uma formação, uma qualificação. O que nós desejamos é uma educação profissional que seja formativa. É a formação básica, uma formação que garanta...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUZIA MATOS MOTA (*Por videoconferência*.) – ... a emancipação desses sujeitos associada, integrada a uma formação profissional que permita que essa juventude possa ter a capacidade, as habilidades, as competências em um sistema produtivo que muda a cada momento.

Então, a educação profissional, a formação profissional tem que estar ancorada em uma formação geral básica adequada. E, para tal, nós precisamos de uma estrutura curricular que garanta isso.

O que nós defendemos como rede federal é um olhar para o que nós estamos fazendo integrado nos institutos federais, para que possa servir como uma experiência positiva e que agregue a essa nova legislação do ensino médio essa positividade que nós trazemos dentro das nossas instituições.

Muito obrigada, Senadora.

O Conif se coloca à disposição para qualquer outro debate acerca do tema.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Nós agradecemos, Luzia, pelas contribuições do Conif.

Com a palavra a Sra. Monica Ribeiro, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

A SRA. MONICA RIBEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, estamos finalzinho aí. Então, também agradeço a possibilidade de participação, de poder ouvir todas as pessoas que hoje estiveram aqui nesta audiência.

Quero reforçar algo iniciado agora pela Senadora Professora Dorinha a respeito da insuficiência de uma reforma curricular se nós queremos um ensino médio de qualidade. É preciso superar o subfinanciamento, inclusive porque fica bastante estranho quando as pessoas comparam os modelos internacionais com o Brasil. Por exemplo: a Alemanha, que, de fato, tem 50% na formação técnica e profissional, tem um gasto aluno-ano de US$12 mil por aluno, e o Brasil não chega a US$3 mil. Então, não é suficiente, obviamente, copiar o modelo curricular ou citar percentuais como o de 50% na Alemanha, onde a educação profissional, o ensino secundário é profissionalizante. Mas o ensino secundário profissionalizante na Alemanha inicia-se aos 11 anos de idade, com três trajetórias distintas. E aquela que não dá acesso ao ensino superior é o que chamamos ali de ensino dual. O ensino é dual porque ele é cumprido metade da carga horária na empresa, metade da carga horária na escola, mas esse estudante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

começa matriculado, supervisionado pelo Estado alemão, ganhando, no mínimo, mil euros por mês. Então, nós não podemos ficar comparando abstratamente países, sem compreender a dinâmica interna desses países.

E de fato, nós precisamos construir, sim, uma política articulada, que considere políticas de permanência estudantil, melhoria das condições de trabalho docente, formação inicial e continuada de professores, condições materiais da escola. E isso, portanto, envolve superar o subfinanciamento. E, por isso, uma discussão curricular é necessária – qual o currículo para nossa juventude –, é fundamental, mas é insuficiente. E a Senadora vai se lembrar de que essa é a posição que temos defendido desde 2013, quando da discussão do PL 6.840.

Sobre a questão da profissionalização – é o último dado que eu gostaria de trazer –, a questão do tempo integral é fundamental, mas nós não podemos nos esquecer de que nosso país tem em torno de 2 milhões de jovens de 15 a 17 anos que estudam e trabalham. Dois milhões de jovens que estudam e trabalham, o que inviabiliza para eles a permanência na escola se ela for de tempo integral. Então, nós temos que também pensar o tempo integral à luz da realidade da juventude brasileira.

Eu me despeço, gente, mais uma vez, colocando-me também à disposição e agradecendo muito carinhosamente à nossa Relatora, tamanha a responsabilidade, pela oportunidade de, mais uma vez, conversar aqui.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Profa. Monica.

Passo a palavra para a Jade Beatriz, Presidente da Ubes, para as suas considerações.

A SRA. JADE BEATRIZ (Para expor.) – Mais uma vez, eu gostaria de valorizar a construção deste espaço, nossa Relatora, Professora Dorinha, e dizer que o projeto de lei do ensino médio precisa estar alinhado com a realidade do jovem brasileiro e a realidade que a gente quer alcançar, ou seja, qual o Brasil que nós queremos.

E eu finalizo perguntando: a quem interessa defender um modelo de educação em que o rico fica mais rico e o pobre fica mais pobre? A quem interessa defender um modelo de educação em que o filho do rico vai para a universidade e o filho do pobre vai vender brigadeiro caseiro no sinal?

É isso. Não é o Brasil em que a gente acredita.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Jade, Presidente da Ubes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra, para as considerações finais, a Rubens Campos de Lacerda Júnior, Diretor de Avaliação da Educação Básica do Inep.

O SR. RUBENS CAMPOS DE LACERDA JÚNIOR (Para expor.) – Senadora Professora Dorinha, agradeço novamente a oportunidade de estar aqui, em nome do Inep. Saúdo este momento democrático neste espaço de debate. Reconheço a importância deste momento para a gente poder discutir o futuro do ensino médio.

E gostaria de enaltecer o direito de divergirmos, Prof. Pedro Flexa. Acho que isso é muito saudável, muito salutar. E isso é um símbolo, de certa forma, deste espaço que nós temos aqui hoje. É a importância de a gente poder conversar harmonicamente, debater ideias e divergirmos eventualmente, apesar de que me parece que o consenso é cada vez maior, e eu acho que isso é o mais importante, por mais que, em um ou outro ponto, a gente ainda não tenha chegado a esse consenso.

Por fim, acho que falta fazer somente uma saudação, que vou fazer agora, à atual Consultora Legislativa aqui do Senado, Luana Bergmann, que era servidora do Inep. É um prazer vê-la aqui de novo. Quero dizer que ela já esteve nesta cadeira como Diretora de Avaliação da Educação Básica, então vê-la aqui é um momento de alegria.

Muito obrigado por este momento e obrigado por esta oportunidade de ter esse debate franco, aberto, livre, de ideias. Tenho certeza de que o resultado disso para o ensino médio será o melhor possível.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Agradeço a todos os consultores, a todos que estão nos acompanhando aqui nesta quinta-feira e às pessoas que estão nos acompanhando remotamente. O nosso interesse é contribuir com a construção desse texto, cujo desafio é enorme.

Muito obrigada a todos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença e declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Leila Barros, Plínio Valério, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Janaína Farias, Paulo Paim, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Carlos Portinho, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Randolfe Rodrigues, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Carlos Viana, Cid Gomes, Jussara Lima, Teresa Leitão, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2650, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, para instituir a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos (Precoce), e para determinar prioridade de atendimento em programas de visitas domiciliares a crianças com necessidades especiais, nos termos que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas nº 1-CDH e nº 2-CDH. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4662, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para conceder o direito aos idosos com setenta anos ou mais, que comprovadamente não tenham curso superior completo, o acesso ao ensino superior nas instituições federais de ensino superior, sem necessidade de processo ou concurso seletivo." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1 - CDH, com uma subemenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2219, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para incluir, na Política Nacional do Livro, medidas de estímulo à criação, à manutenção e à atualização de bibliotecas públicas e escolares, e as Leis nºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e 12.462, de 4 de agosto de 2011." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 4660, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para incluir, na Política Nacional do Livro, medidas de estímulo à criação, manutenção e atualização de bibliotecas públicas e escolares." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 2219/2022, com duas Emendas que apresenta, e pela rejeição do Projeto de Lei nº 4660/2019. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3455, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a transformação do campus de Oiapoque da Universidade Federal do Amapá em Universidade Federal da Fronteira Norte (UNIFRON)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senadora Janaína Farias (*Ad hoc*), substituiu Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4088, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Bases da Educação Nacional), para incluir educação política e direitos da cidadania como componente curricular obrigatório da educação básica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5764, de 2023 - Terminativo -** que: "Declara a cidade de Santa Gertrudes, no Estado de São Paulo, Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1846, de 2022 - Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional do Doce ao Município de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1572, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Motociclista Profissional." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senador Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1051, de 2022 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Maceió, no Estado de Alagoas, o título de Capital Nacional do Sururu." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho (*Ad hoc*), substituiu Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1461, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere o título de Berço Imperial da Cerveja ao Município de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 6207, de 2023 - Terminativo -** que: "Declara o Município de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, como a Suíça Brasileira." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 1434, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional do Incentivo às Microempresas e Pequenas Empresas ao Município de Três Rios, no Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 27, de 2024** que: "Requer Audiência Pública para debater a instituição do Dia Nacional de Conscientização e Enfrentamento da Policondrite Recidivante e do mês de Janeiro como Mês de Conscientização e Enfrentamento da Policondrite Recidivante." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 28, de 2024** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater os desafios e perspectivas para a atual situação do financiamento das Universidades Federais, programas de Pós-graduação e o fomento à pesquisa no Brasil." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 29, de 2024** que: "Requer realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com o objetivo de discutir os desafios do ensino médico no Brasil, incluindo o crescimento no número de escolas médicas, a qualidade do ensino, a atuação interprofissional na competência médica e o papel da tecnologia na medicina." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 32, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 25/2024 - CE, sejam incluídos os seguintes convidados: Representante do Tribunal de Contas da União - TCU e Representante da Controladoria-Geral da União - CGU." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 33, de 2024 que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4088/2023, que "altera o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir educação política e direito a cidadania como componente curricular obrigatório da educação básica."" **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/23

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 23 de abril de 2024.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Relatório Geração Brasil 2023: condições de infraestrutura escolar das crianças e adolescentes brasileiros, produzido pelo Centro de Inovação para a Excelência das Políticas Públicas (Ciepp);

- Ofício nº 1, de 2024-FACE/ADM/PPGA, encaminhado pela Universidade de Brasília, que apresenta uma proposta de acordo, com parceria técnico-pedagógica, entre a universidade pública e o Senado Federal, com o objetivo de ofertar uma turma exclusiva de doutorado profissional em administração pública para o aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos desta Casa Legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será encaminhado, em nome da Comissão de Educação e Cultura, um ofício ao Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, solicitando apoio para que sejam avaliados os aspectos técnicos e jurídicos do acordo pela administração do Senado, dentro do que já preceituam as normas legais e regulamentares.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das seguintes reuniões: 15ª Reunião, realizada em 16 de abril de 2024; 16ª Reunião, realizada em 16 de abril de 2024; 17ª Reunião, realizada em 17 de abril de 2024; 18ª Reunião, realizada em 18 de abril de 2024; 19ª Reunião, realizada em 18 de abril de 2024; 20ª Reunião, realizada em 19 de abril de 2024; e 1ª Reunião, evento externo, audiência pública realizada em Joinville, Santa Catarina, em 19 de abril de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Informo que os itens da pauta que tratam das matérias relativas a assuntos honoríficos e exigem quórum de maioria absoluta para a sua aprovação serão votados nominalmente, em bloco, com a abertura do painel eletrônico. Se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco também os demais itens que exigem votação nominal.

Ficam retirados de pauta os itens 2, 3, 11 e 12, a pedido dos Relatores.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 4662, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para conceder o direito aos idosos com setenta anos ou mais, que comprovadamente não tenham curso superior completo, o acesso ao ensino superior nas instituições federais de ensino superior, sem necessidade de processo ou concurso seletivo.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1 - CDH, com uma subemenda que apresenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDH.

2. Em 9/4/2024 foi concedida vista coletiva à matéria.

3. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.)

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI N° 2219, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para incluir, na Política Nacional do Livro, medidas de estímulo à criação, à manutenção e à atualização de bibliotecas públicas e escolares, e as Leis nºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e 12.462, de 4 de agosto de 2011.

Autoria: Câmara dos Deputados.)

(É o seguinte o item retirado de pauta:

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI N° 4660, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para incluir, na Política Nacional do Livro, medidas de estímulo à criação, manutenção e atualização de bibliotecas públicas e escolares.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 2219/2022, com duas Emendas que apresenta, e pela rejeição do Projeto de Lei nº 4660/2019.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.)

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 11

PROJETO DE LEI N° 6207, DE 2023

- Terminativo -

Declara o Município de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, como a Suíça Brasileira.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação, com uma emenda que apresenta.)

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 12

PROJETO DE LEI N° 1434, DE 2019

- Terminativo -

Confere o título de Capital Nacional do Incentivo às Microempresas e Pequenas Empresas ao Município de Três Rios, no Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação.)

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 1846, DE 2022

- Terminativo -

Confere o título de Capital Nacional do Doce ao Município de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação.

A autoria é da Câmara dos Deputados, da Deputada Maria do Rosário.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidenta Senadora Professora Dorinha.

Se V. Exa. entender que eu tenho que ler todo o relatório, eu o leio; se não, vou para a análise. Para mim, é indiferente. Posso lê-lo todo? (*Pausa.*)

Para a análise.

Análise.

Nos termos do disposto no inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre homenagens cívicas, a exemplo da proposição em debate, da Deputada Maria do Rosário, sobre a nossa querida cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, foi confiada à Comissão de Educação a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe compete apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 24, IX, CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, apresentam-se igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que concerne ao mérito, vem em boa hora a presente proposição, que busca conceder o título de Capital Nacional do Doce ao Município de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.

Ambrosia, arroz de leite, papo-de-anjo, bem-casado, marmelada, quindim, pessegada, ninho, camafeu, figo em calda, ameixa recheada, abóbora cristalizada e tantas outras delícias fizeram com que a Pelotas ficasse conhecida por sua cultura doceira. Mais do que iguarias, esses doces representam um importante contexto histórico e cultural, um elemento que amarra a diversidade de grupos étnicos e sociais que formaram a cidade.

Pelotas está no epicentro de uma região doceira que abarca uma multiplicidade de saberes e identidades sob a forma de duas tradições: a de doces finos, ou "de bandeja", e a de doces coloniais. As duas tradições surgiram entrelaçadas ao desenvolvimento da sociedade local, ligadas a processos históricos e culturais, de abrangência regional e nacional. Essa vinculação, bem como o fato de terem se desenvolvido em uma área do país que nunca produziu açúcar, são particularidades que distinguem tanto as tradições doceiras quanto a própria região de sua ocorrência e sua estreita relação com o patrimônio edificado da cidade, que ensejou a inscrição do Conjunto Histórico de Pelotas no Livro do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Tais razões, entre outras, levaram as Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas a serem reconhecidas, desde 2018, como Patrimônio Cultural do Brasil, decisão tomada por unanimidade pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Hoje, a tradição e a cultura doceira movimentam a economia de Pelotas e elevaram a cidade a referência na confeitaria nacional, além de importante polo cultural e histórico.

Dessa forma, consideramos pertinente e meritória a iniciativa ora proposta e somos, no mérito, favoráveis à concessão do título de Capital Nacional do Doce ao Município de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.

A Fenadoce, como é chamada a festa, ocorre entre os meses de maio e junho de cada ano.

Por último, não podemos deixar de reconhecer a importância da iniciativa da Deputada Maria do Rosário em, uma vez mais, valorizar a memória e a tradição cultural do Rio Grande do Sul.

Voto.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do projeto de Lei 1.846, de 2022.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Sr. Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e em bloco.

Na próxima vez que V. Exa. relatar um projeto desta natureza, que trata de uma cidade doceira, e não trouxer nenhum doce para nós, nós não vamos votar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A culpada é a autora, Maria do Rosário, minha querida amiga. Vou lembrá-la.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Lembre. Pelotas está devendo doce para nós.

Parabéns pela relatoria.

Vamos votar em bloco.

Item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 1572, DE 2021

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Motociclista Profissional.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria: Senador Magno Malta (Substituído por *ad hoc*)

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Em 17/04/2024, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

A relatoria seria do Senador Magno Malta.

Eu consulto o Senador Paulo Paim se pode ser o Relator *ad hoc* desta matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com muito orgulho, Presidenta Professora Dorinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Eu o faço já na presença do autor, Senador Zequinha Marinho.

Eu vou direto à análise, se V. Exa. me permitir.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A iniciativa é do Senador Zequinha Marinho. O relatório principal é do Senador Magno Malta, e eu vou fazer o relatório *ad hoc*.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar em proposições que versem sobre a instituição de datas comemorativas.

Compete ainda a esta Comissão, por ser a única Comissão a se manifestar sobre a matéria, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

De fato, a matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Carta Magna.

Ainda, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República. Igualmente legítimo é o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, uma vez que a Constituição não reserva o tema à esfera de lei complementar.

Na mesma linha, estão atendidos no projeto os requisitos de juridicidade, pois a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas.

De acordo com a referida lei, a instituição de datas comemorativas deverá obedecer ao critério da alta significação para os diferentes segmentos que compõem a sociedade brasileira. A definição de tal critério far-se-á por meio de consultas ou audiências públicas, devidamente documentadas, realizadas com organizações e associações legalmente reconhecidas e vinculadas aos segmentos interessados.

Em atendimento às determinações legais, no dia 17 de abril deste ano, esta Comissão de Educação e Cultura realizou audiência pública com o objetivo de instruir a matéria. Ressalta-se que a reunião também ocorreu de forma interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A audiência foi realizada em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2024, desta Comissão, de que participaram representantes da sociedade civil e grupos de interesse, entre os quais representantes do Ministério da Saúde, da Associação dos Motofretistas Autônomos do DF, do Sindicato dos Trabalhadores e Entregadores Empregados e Autônomos de Moto e Bicicleta por Aplicativo do Estado do Pernambuco e da Federação Nacional dos Trabalhadores Motociclistas Profissionais e Autônomos.

O mérito da proposição é inegavelmente louvável, buscando homenagear os valorosos profissionais em transporte que fazem da motocicleta seu instrumento de trabalho: o motoboy, o mototaxista, o motofretista e o motovigia.

Esses profissionais desempenham um papel fundamental na dinâmica urbana, proporcionando agilidade e eficiência em suas tarefas diárias, seja entregando alimentos, documentos ou garantindo o deslocamento rápido de pessoas.

Sua presença é crucial para a economia e a comodidade de muitos. Além disso, esses profissionais enfrentam desafios únicos em suas atividades, desde as condições adversas do trânsito até os riscos inerentes à condução de motocicletas.

Instituir uma data que celebre o Dia Nacional do Motociclista é uma oportunidade para conscientizar a sociedade sobre a necessidade de valorizar e respeitar esses trabalhadores. Muitas vezes, sua dedicação passa desapercebida, e é fundamental reconhecer o esforço e a importância de seu trabalho para o funcionamento de nossa sociedade. Também serve como lembrete para a promoção de políticas públicas que visem melhorar as condições de trabalho e segurança desses profissionais, garantindo-lhes, assim, dignidade e qualidade de vida.

Voto: ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.572, de 2021, projeto de autoria do Senador Zequinha Marinho.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim, como Relator *ad hoc*.

A matéria está em discussão.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Peço a palavra, Presidente.

Cedo à minha colega Senadora Damares Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Senadora Dorinha, Presidente, eu não podia deixar de parabenizar a iniciativa e a relatoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou apaixonada por esse time. Sou apaixonada por esse grupo.

E nós temos tantos subgrupos no grande grupo de motociclista. Eu quero destacar os grupos que pregam o Evangelho por meio das motos. Eles são incríveis. Eles são maravilhosos.

Então, eu cumprimento o Senador Zequinha, que teve uma iniciativa extraordinária.

Eu até gostaria, Senador Zequinha, de a gente trazê-los todos aqui na Comissão, para a gente agradecer ao Relator pelo voto tão lindo e para fazer um grande evento.

Obrigada, Presidente.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Presidente, só para fazer algumas considerações.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para discutir.) – E também trazer algumas informações que justifiquem a preocupação de se estabelecer uma data para se lembrar, talvez não seja ainda para comemorar, mas para que a gente se lembre desse grupo muito grande Brasil afora que são os motociclistas, que a gente chama de mototáxi e de motofretista, uns conduzem pessoas e outros conduzem objetos, encomendas, passam o dia todo nas ruas, se expondo de todas as maneiras.

Aparentemente, eles apareceram quando surgiu a ideia, naquele confronto com os taxistas.

Não sei se V. Exa. se lembra, lá no passado, de que era aquele conflito.

Eu tentei, muitas vezes, apaziguar a briga, dizendo que o mercado ia encaixar isso e que cada cliente ia procurar – o táxi era o táxi; o mototáxi era o mototáxi –, até porque têm preço diferente, conforto e comodidade diferentes.

Graças a Deus, superou-se aquele momento de dificuldade, e, hoje, todo mundo trabalha.

Dois: na pandemia, aí, sim, nós tivemos um trabalho em que essa turma teve uma visibilidade. Antigamente, ou antes, era uma profissão meio invisível, para a qual não se dava tanta importância. Mas, no momento crítico da pandemia, esse profissional entrou para história, prestando um serviço. Enquanto a gente estava recolhido, eles estavam levando alimentos, estavam levando soluções, enfim, fazendo a ida e a volta de tanta coisa.

Eu peguei um dado aqui interessante. Naquele período, nós tivemos um acréscimo de 7% em relação a óbitos provocados por acidentes desses profissionais, o que a gente lamenta profundamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Citando um período maior, um período mais abrangente, digo melhor, constata-se que, entre os anos de 2000 a 2021, em 21 anos, o trânsito brasileiro matou cerca de 200 mil motociclistas. No mesmo período, morreram 180 mil pedestres e 170 ocupantes de automóveis, conforme os dados do Datasus, do Ministério da Saúde.

Em homenagem a esses trabalhadores, trabalhadores brasileiros raiz, que vivem na periferia, que levam a vida mais comum possível, elaboramos este projeto de lei, estabelecendo a data de 29 de julho para que a gente possa continuar lembrando o que fizeram, o que estão fazendo, mas também lembrando do que vão precisar.

O Brasil ainda não conseguiu encaixar, do ponto de vista da previdência social, esse trabalhador. Aí é importante – aqui, está o nosso Senador Paulo Paim, que tem uma história maravilhosa no reconhecimento dos direitos – trazermos, Senador esse debate aqui para dentro, principalmente na sua Comissão, para que a gente possa fazer justiça e para o Governo promover as adequações que se precisam nas questões trabalhistas, para que se possa ter um mínimo de amparo na área previdenciária para esse trabalhador.

O número 3 de tudo isso aí é, digamos assim, desburocratizar tudo, alinhar a legislação Brasil afora, porque um município faz de um jeito; um estado, às vezes, faz; outros não fazem. E o Governo Federal ainda não se encontrou.

Então, é preciso muita disposição para a gente, digamos, pacificar, normatizar e permitir que esse povo trabalhe.

Por último, faço a consideração e a ponderação sobre a necessidade de os Poderes, tanto aqui, o Governo Federal, pelos seus instrumentos, quanto os estaduais e os municipais, promoverem a capacitação.

Lá no Pará a gente tem uma verdadeira diferenciação entre o motociclista independente que corre e o profissional de mototáxi ou o motofretista: ele é treinado, e pouca gente se envolve em acidente por causa do treinamento, enquanto o outro toda hora tem um acidente, tem um problema, corta pela direita, faz alguma coisa precipitada e termina morrendo, termina se acidentando, dando prejuízos à previdência, à saúde, enfim, à força de trabalho do país, do estado ou daquele município.

Então, esse dia por enquanto vai ser lembrado por tudo que já aconteceu e pelas grandes lutas que ainda precisamos enfrentar para que a gente dê a essa categoria de profissionais um mínimo de reconhecimento e de enquadramento na legislação brasileira, para que possam trabalhar e viver com tranquilidade e dignidade.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Parabéns ao Senador Zequinha Marinho pelo alerta e ao mesmo tempo pelo destaque do crescimento dessa área profissional, que demanda, com certeza, leis de trânsito, organização da cidade, quem sabe linhas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de financiamento e qualificação, porque eles prestam excelente serviço em todo o país, nas grandes e pequenas cidades. Então, parabéns pela sua iniciativa.

A matéria ainda está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e em bloco, ao final.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 5764, DE 2023

- Terminativo -

Declara a cidade de Santa Gertrudes, no Estado de São Paulo, Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (Substituído por *ad hoc*)

Relatório: Pela aprovação

O Relator é o Senador Astronauta Marcos Pontes. Consulto o Senador Paulo Paim se pode ser Relator *ad hoc* dessa matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Concedo a palavra ao Senador, para leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Muito obrigado pela indicação, Senadora Professora Dorinha.

Eu vou direto à análise, como orientação de V. Exa.

Nos termos do disposto no inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre homenagens cívicas, a exemplo da proposição em debate.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, foi confiada a esta Comissão a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, apresentam-se igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Não vislumbramos, ademais, vícios de injuridicidade.

A matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que concerne ao mérito da proposição, parece-nos plenamente justificada a concessão do título de Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos ao Município paulista de Santa Gertrudes.

O Brasil é um dos protagonistas no mercado de revestimentos cerâmicos, com uma indústria que ocupa a terceira posição no *ranking* de maiores produtores do mundo. Boa parte dessa produção sai da região centro-leste do Estado de São Paulo, mais especificamente do Município de Santa Gertrudes.

A instalação das primeiras indústrias na região ocorreu no final da década de 20, através da manufatura de tijolos e de telhas paulistas e francesas por famílias italianas. Posteriormente, por volta da segunda metade do século, diversificaram-se os produtos de base argilosa, quando também passaram a ser confeccionados tubos e pisos cerâmicos.

A diversidade de recursos minerais existente na região, como argila, areia, rocha para brita e calcário, foi apenas um dos fatores que determinou o desenvolvimento dessa atividade e atraiu a vinda de muitas mineradoras. A abundância de matéria-prima de alta qualidade, a localização geográfica privilegiada e a extensa infraestrutura rodoviária impulsionaram a instalação da indústria de cerâmica vermelha, tradicional na região, levando ao desenvolvimento da atividade ceramista.

No decorrer da década de 80, a produção artesanal foi substituída por sistemas mais tecnológicos, que permitiram que a fabricação de pisos atingisse os padrões nacionais e, nas décadas de 1990 e 2000, atraísse novas empresas, levando o Polo de Santa Gertrudes a ser responsável, em 2020, por 70% da produção nacional e 92% de toda a produção estadual de revestimento cerâmico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, consideramos pertinente e meritória a iniciativa ora proposta e somos, no mérito, favoráveis à concessão do título de Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos ao Município de Santa Gertrudes, no Estado de São Paulo.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.764, de 2023.

Eu termino só dando meus cumprimentos tanto ao autor da matéria como também ao Relator principal, o Senador Astronauta Marcos Pontes. O projeto original é do Deputado Ricardo Izar.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada ao Senador Paulo Paim pela disposição em nos ajudar a tocar essa nossa reunião.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A votação será nominal e em bloco.

O próximo item da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 3455, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a transformação do campus de Oiapoque da Universidade Federal do Amapá em Universidade Federal da Fronteira Norte (UNIFRON).

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato (Substituído por *ad hoc*)

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 20/02/2024.

A relatoria é do Senador Fabiano Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu consulto a Senadora Janaína Farias se pode ser a Relatora *ad hoc*. (*Pausa.*)

Concedo a palavra à Senadora Janaína Farias para a leitura do relatório.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Presidente, vou para a parte de análise. Pode ser? (*Pausa.*)

De acordo com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre instituições educativas, como é o caso do PL em apreço.

Com efeito, as universidades federais desempenham missão de relevo – é que eu estou sem óculos – na promoção do desenvolvimento regional, além de contribuir expressivamente na produção científica e tecnológica do país e na expansão do acesso à educação superior.

Nesse último aspecto, cumpre registrar que, segundo o Censo da Educação Superior de 2022, as matrículas na rede federal de educação superior atingiram mais de 1,3 milhão em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, com participação cada vez mais consistente de segmentos populacionais de baixa renda e historicamente desfavorecidos.

Assim, a rede federal tem dado importante contribuição ao esforço para cumprir a Meta 12 do Plano Nacional de Educação vigente, que busca ampliar até 2024 as taxas bruta e líquida de matrículas nesse nível de ensino em relação à população de 14 a 24 anos, para 50% e 30%, respectivamente.

No caso de que trata o PL em análise, a justificação apontou com propriedade o significativo papel exercido pela Universidade Federal do Amapá no desenvolvimento estadual. Já – é porque estou sem lente – o desmembramento de seu *campus* de Oiapoque para a criação da nova universidade constitui evolução natural do processo de expansão da rede federal de educação superior e das demandas educacionais e de desenvolvimento da região.

Ademais, a cooperação entre o Brasil e a Guiana Francesa de fato tende a galgar novos patamares em decorrência da criação da nova universidade no lado brasileiro dessa fronteira viva, cujo potencial de desenvolvimento é bastante expressivo.

Desse modo, ressalvados os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade do projeto, a serem analisados pela CCJ, nossa manifestação é favorável ao acolhimento da matéria pela Comissão de Educação.

O voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.455, de 2023, do nosso autor, Senador Randolfe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Sra. Relatora.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão de Educação.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Presidente, só um rápido comentário.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP. Pela ordem.) – Quero só agradecer a V. Exa. e ao Senador Flávio Arns e, ao citar o Senador Flávio Arns, faço uma referência: S. Exa. encontra-se no Paraná, acompanhando a sua esposa, que está enferma. Ficam aqui as nossas orações para a breve e rápida recuperação da esposa do nosso querido Senador Presidente desta Comissão. Mas, cumprimentando V. Exa., o Senador Flávio Arns e a minha querida Relatora, Senadora Janaína, quero agradecer a aprovação dessa matéria, que constitui um marco para o ensino superior no meu estado e eu diria para as relações do Brasil com a França, do Amapá com a Guiana Francesa.

O Município de Oiapoque é o quarto município do Estado do Amapá; 52% da população do município são de povos originários, são karipunas, galibis, galibis kalinãs, galibis marwornos, palikures, inclusive um dos primeiros povos remanescentes do povo aruak, que ocupou a margem esquerda do Amazonas. O *campus* da Universidade Federal do Amapá, na fronteira, que, com o objetivo desse projeto, pretende se tornar Universidade da Fronteira, abriga a possibilidades de cursos com a participação dos povos originários. Então, a aprovação dessa matéria tem muito significado para a região, para o Amapá e sobretudo para a nossa relação com a Guiana Francesa, para a relação do Brasil com a França.

Quero agradecer a V. Exa., ao Presidente Flávio Arns, à nossa Senadora Janaína e a todos os colegas membros desta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada. Ao mesmo tempo, eu o parabenizo, porque, com a transformação em universidade, dotada de autonomia, com certeza ela ampliará muito os serviços oferecidos em toda a região, de pesquisa, extensão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

graduação e pós-graduação, com o *status* de universidade que ela passa a adquirir. Com certeza, ajudará muito toda a região, não só o Amapá, mas todo o Brasil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – E só completando, também quero agradecer ao Senador Fabiano Contarato, que elaborou o relatório; tanto a ele quanto à colega Senadora Janaína.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – E uma outra situação é que, talvez, pelo perfil da região, cursos possam ser criados lá para atender inclusive a outros estados, no desafio da formação da população indígena.

Quando eu fui Secretária, acho que fui uma das poucas que fez um concurso próprio para professores na área indígena, e para isso a gente precisava de formação específica.

Parabéns pela iniciativa.

Muito obrigada à Senadora Janaína pela relatoria e ao Senador Contarato.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 4088, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir educação política e direitos da cidadania como componente curricular obrigatório da educação básica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Defesa da Democracia, com parecer favorável ao Projeto.

Autoria da Câmara dos Deputados, Deputada Renata Abreu.

Concedo a palavra ao Senador Styvenson Valentim para a leitura do seu relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Vice-Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei se os outros Senadores estão com a demanda de Vereadores aguardando em gabinetes.

Então, peço a autorização da senhora para a gente partir para a análise, já que o projeto, de autoria da minha Presidente partidária, Renata Abreu, está em conformidade com o Regimento Interno do Senado.

No mérito, a matéria tem valor indiscutível e está intrinsecamente ligada aos fundamentos da educação brasileira. De fato, a preparação para o exercício da cidadania é um dos objetivos centrais da educação em nosso país, como estabelece o art. 205 da Constituição Federal e reafirmam diversos dispositivos da LDB, especialmente os arts. 2º, 22, 27, 32 e 35. Nesse sentido, convém lembrar que a preparação para a cidadania no contexto educacional não se dá apenas por meio de conteúdos curriculares inseridos nos processos de ensino e aprendizagem, mas pela própria afirmação de princípios educacionais basilares referidos no art. 3º da mesma LDB, tais como a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; a gestão democrática do ensino público; a valorização da experiência extraescolar; a consideração com a diversidade étnico-racial; e o respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdocegas e com deficiência auditiva. De fato, esses princípios devem permear não só as salas de aula, mas também todos os demais tempos e espaços de convivência e socialização envolvendo alunos, professores e comunidade nos estabelecimentos escolares.

No contexto dos currículos, especificamente, a LDB traz diversos dispositivos relacionados a educação política e direitos de cidadania. Por exemplo, o *caput* do art. 26 explicita a obrigatoriedade do estudo da realidade social e política, especialmente no contexto nacional. O §9º desse mesmo artigo prevê conteúdos relativos aos direitos humanos como temas transversais. O art. 26-A aprofunda a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afrobrasileira e indígena, fundamental para a educação para a formação de uma cidadania inclusiva e antirracista. Já o art. 27 expressamente determina que os currículos da educação básica observem, como diretriz, a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.

Vê-se, assim, que a educação política e os direitos de cidadania já fazem parte do arcabouço normativo da educação brasileira. A novidade trazida pelo PL é a afirmação de um lócus curricular específico para essa temática (o estudo da realidade social e política, especialmente do Brasil), e sua explicitação como componente curricular obrigatório. A nosso ver, essa inovação contribui para assegurar que esses temas sejam efetivamente abordados nas salas de aulas de todas as escolas, de modo a fortalecer os dispositivos mais gerais que a LDB já prevê.

Por fim, no tocante à juridicidade e constitucionalidade, não vislumbramos óbices para a aprovação do PL nº 4.088, de 2023, da Deputada Renata Abreu.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação, Sra. Vice-Presidente, do Projeto de Lei nº 4.088, de 2023 (PL nº 1.108, de 2015, na Câmara dos Deputados).

Eu peço – é um pedido da minha Presidente, Senadora Professora Dorinha – que esse PL siga com urgência para o Plenário para ser aprovado.

Se não houver nenhum tipo... Se não tiver... (*Pausa.*)

Isso. Até a inteligência artificial está também solicitando essa urgência, se for possível, claro.

Obrigado, Presidente. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram, (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 1051, DE 2022

- Terminativo -

Confere ao Município de Maceió, no Estado de Alagoas, o título de Capital Nacional do Sururu.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL)

Relatoria: Senador Efraim Filho (Substituído por *ad hoc*)

Relatório: Pela aprovação

Relatoria do Efraim.

Consulto o Senador Zequinha Marinho se pode ser o Relator *ad hoc* desta matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Pois não, Presidente. Estou à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho para a leitura do relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Solicito autorização para ir direito à análise.

Compete à CE opinar sobre proposições que versem sobre temas relacionados à cultura, conforme o art. 102, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

O sururu, molusco bivalve que se encontra em vasta área do litoral brasileiro, integrou-se de modo marcante à vida e à alimentação dos alagoanos. Destaquemos, primeiramente, a atividade extrativista a ele relacionada ao longo de séculos, tão marcante para as populações que vivem às margens das lagoas e rios. A pesca do sururu tem, pela elevada carga proteica e de ferro do molusco, relevância para a subsistência de seus praticantes – tradicionalmente, os pescadores e as marisqueiras –, além de se sobressair como importante fonte de renda ao ser comercializado. Desse modo, o sururu chega à mesa da maioria das famílias alagoanas e aos bares e restaurantes, que irão servi-lo, em diferentes receitas, para seus frequentadores locais e para os turistas, etc. Entre os pratos mais apreciados estão o caldinho de sururu, o sururu ensopado no leite de coco, a fritada de sururu e, por fim, o sururu de capote, famosa especialidade da culinária estadual.

Só de ler este negócio aqui eu quero ver se eu vou lá provar isso, Presidente. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – É bom demais!

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Deve ser ressaltado o significado cultural que o sururu detém para os alagoanos e as alagoanas; em particular para os que habitam a faixa litorânea, mas também, mais abrangentemente, elevando-se à condição de um dos símbolos do Estado. Valoriza-se, assim, um elemento natural de suas famosas lagoas, bem como um modo de vida descontraído e integrado à natureza, sendo tudo isso celebrado pelo compartilhamento à mesa das já nomeadas iguarias do sururu.

Presente nas expressões artísticas da terra, a exemplo de criações do poeta e romancista Jorge de Lima e do músico Djavan, o estimado molusco inspirou também, em 2015, o lançamento do Manifesto Sururu, que busca valorizar as expressões mais autênticas e populares da cultura alagoana.

Não podia deixar de ser Maceió, a bela capital de Alagoas, a cidade que mais bem representa a presença do sururu no estado, em suas dimensões social, econômica e cultural. Mostra-se meritória, portanto, a iniciativa de nomeá-la a Capital Nacional do Sururu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Homenagens como esta que ora se propõe tendem, ademais, a reforçar a obrigação do poder público e da população mesma de se empenharem na defesa do equilíbrio do meio ambiente, que oferece, no presente caso, um produto animal saboroso e nutritivo, além de simbolicamente rico, por sua impregnação no imaginário alagoano.

Considerando, por fim, que esta Comissão deve emitir uma decisão terminativa, cabe salientar que não há óbices relativos à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e de adequação regimental da proposição.

Do voto, Presidente.

Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.051, de 2022, de autoria do Senador Rodrigo Cunha e de relatoria do Senador Efraim.

Era o que continha.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Sr. Relator.

Acho que vou sugerir ao nosso Presidente que votações dessa natureza sejam feitas num único dia, com degustação, não é, Senador Zequinha Marinho?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, hoje seria o dia perfeito: sururu no almoço e os doces do Paim, depois, de sobremesa. Seria o dia perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Vamos fazer essa reivindicação, viu, Andréia?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas, Presidente, deixe-me só falar do sururu...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Pois não, Senadora.

Em discussão

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Eu só discordo do Senador Rodrigo. A capital nacional do sururu tinha que ser Aracaju, e não Maceió, mas, no relatório, o Senador Zequinha falou das marisqueiras, e eu queria muito aqui fazer uma homenagem às marisqueiras, essas mulheres incríveis que passam suas vidas catando os mariscos, às vezes tão injustiçadas – tão injustiçadas.

Há poucos anos agora, três anos, que nós conseguimos elevá-las à categoria de pescador, para poder receber pelo menos o seguro-defeso, mas nem a isso elas tinham direito, poucos anos atrás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essas mulheres passam o dia no Sol.

Inclusive, Presidente, elas têm um braço maior do que o outro, porque a forma de pegar o sururu é com um braço e guardando com o outro, e esse exercício deixa um braço maior, mais forte que o outro.

Elas sentam-se no chão com as suas saias e colocam o sururu no colo, para poder separar aquele que está bom do que não está bom, e essas mulheres têm problemas de saúde por conta disso. Passam o dia no Sol, câncer de pele...

São guerreiras, são guerreiras, e que precisam ser mais acolhidas por nossa nação.

Então, fazendo hoje essa homenagem a Maceió, eu acho que a gente faz também homenagem a essas mulheres marisqueiras do Nordeste do país.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Senadora Damares.

Eu queria até fazer uma proposta para V. Exa., que nós, as Senadoras que tiverem interesse e, obviamente, os Senadores também... Nós poderíamos fazer, marcar uma ida para a nossa querida Deputada Tereza Nelma, que é Secretária hoje da Aquicultura. Ela, recentemente, me reportou algumas situações de graves problemas de saúde para as mulheres que, nessa retirada, como marisqueiras, estão enfrentando muitos desafios, condições de saúde e debilidade. Tem, inclusive, uma lacuna, do ponto de vista legislativo. Quem tiver interesse, depois, fale comigo, porque a gente poderia tratar disso. Pela própria forma de catar, elas têm problemas gravíssimos em relação à saúde da mulher.

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e ao final do bloco.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Senadora Dorinha, só uma questão de ordem. Eu vou ter que sair, porque tenho que tomar um medicamento.

Na sexta-feira, eu fiz uma audiência pública sobre um projeto que a Senadora Leila tirou da pauta, mas eu queria deixar que foram dois pontos, com unanimidade, com relação a esse projeto de ocupar as vagas ociosas das universidades federais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há duas coisas que precisam ser modificadas. Primeiro, é preciso adaptar ao Estatuto do Idoso – não 70 anos –, mas de acordo com o Estatuto do Idoso. Segundo, Presidente, a UnB inaugurou, agora recentemente, o vestibular para maiores de 60 com a prova de redação. Tem, então, a sugestão de que se colocasse também, pelo menos, uma redação para classificar o aluno. Não dá para você admitir um aluno que tem ensino médio, que às vezes fez o EJA, ou fez a prova do supletivo apenas, para entrar em um curso, sem, realmente, nenhum critério de seleção. Foram as duas sugestões apresentadas na audiência pública de sexta-feira.

Então, eu não sei se a assessoria da Leila está aqui, mas depois eu vou falar com ela. São esses dois pontos que eu gostaria de pedir para ajustar.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Senador Izalci. Com certeza, a Andréia também pode reportar essa recomendação ou alerta que o Senador Izalci apresenta.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2650, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, para instituir a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos (Precoce), e para determinar prioridade de atendimento em programas de visitas domiciliares a crianças com necessidades especiais, nos termos que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas nº 1-CDH e nº 2-CDH.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 1-CDH e nº 2-CDH.

2. Em 9/4/2024 foi concedida vista coletiva à matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A autoria é da Deputada Erika Kokay.

Em 22/04/2024, o Senador Confúcio Moura apresentou um novo relatório ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador Confúcio Moura para a leitura do seu relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Sra. Presidente, em relação ao PL 2.650, de 2022, registro que, após a leitura do relatório, no dia 9 de abril, foi concedida vista coletiva. Desta forma, entendemos ser positiva a aprovação do PL 2.650, de 2022, com rejeição das Emendas nºs 1 e 2, recebidas na CDH, uma vez que, em nosso entendimento, elas ficam contempladas nas emendas de redação oferecidas por este Relator.

Essas emendas de redação foram registradas por pertinente sugestão do Ministério da Educação, com objetivo de aprimorar termos do PL: "atenção precoce", "crianças da Educação Infantil apoiadas pela Educação Especial" e "crianças da Educação Infantil com sinais de alerta para o desenvolvimento"

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.650, de 2022, pela rejeição das Emendas nº 1 e nº 2 da CDH, e pela aprovação das seguintes emendas de redação:

Emenda nº - CE
Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei nº 2.650, de 2022:
"Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, para instituir a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos (Atenção Precoce), e para determinar prioridade de atendimento em programas de visitas domiciliares a crianças da Educação Infantil apoiadas pela Educação Especial e crianças da Educação Infantil com sinais de alerta para o desenvolvimento, nos termos que especifica. (NR)"

Emenda nº - CE
Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei nº 2.650, de 2022:
"Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, para instituir a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos (Atenção Precoce), e para determinar prioridade de atendimento em programas de visitas domiciliares a crianças da Educação Infantil apoiadas pela Educação Especial e crianças da Educação Infantil com sinais de alerta para o desenvolvimento." (NR)

Emenda nº - CE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dê-se a seguinte redação aos arts. 3º, 14 e 16, da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei nº 2.650, de 2022:

"Art. 3º .....

§ 1º Fica instituída a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos (Atenção Precoce), viabilizada por meio da criação e da articulação de serviços multiprofissionais e intersetoriais de atenção precoce destinados a potencializar o processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos em cooperação com os serviços de saúde e assistência social, preferencialmente.

§ 2º A Atenção Precoce priorizará as crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos que necessitem de atendimento educacional especializado e os bebês que tenham nascido em condição de risco, como os prematuros, os acometidos por asfixia perinatal ou que apresentarem problemas neurológicos, malformações congênitas, síndromes genéticas, entre outras." (NR)

"Art. 14 .....

§ 6º Os programas de visita domiciliar deverão dar prioridade de atendimento às crianças referidas no § 2º do art. 3º desta Lei, com o objetivo de identificar de forma precoce necessidades específicas de atenção e promover o desenvolvimento integral dessas crianças, encaminhadas, inclusive, por meio de serviços estruturados de atenção precoce." (NR)

"Art. 16 .....

.....

§ 2º Os serviços de atenção precoce atinentes à faixa etária de 0 (zero) a 3 (três) anos, expressão do atendimento educacional especializado em uma perspectiva inclusiva, serão realizados em espaços físicos adequados ou adaptados às necessidades da criança, que contarão com infraestrutura e recursos pedagógicos e de acessibilidade apropriados ao trabalho a ser desenvolvido, bem como com profissionais qualificados.

§ 3º Os serviços de atenção precoce e sua operacionalização deverão ter como eixos a perspectiva inclusiva e o processo de aprendizagem global das crianças e deverão fixar objetivos pedagógicos, enfatizar a construção do conhecimento e desenvolver trabalhos coletivos direcionados à aquisição de competências humanas e sociais." (NR)

É esse o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Confúcio.

Em discussão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente... Posso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Com a palavra, para discutir, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Senador Confúcio, na sua segunda emenda, o art. 3º, §1º, diz: "em cooperação com os serviços de saúde e assistência social, preferencialmente" – não "obrigatoriamente"; o senhor trouxe "preferencialmente".

Eu só tenho uma dúvida, Senador Confúcio. Essas crianças que serão atendidas pelo programa precisam estar laudadas, com laudos comprovados, ou a educação ao identificar já as incluiria nos programas?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Aqui no relatório, na descrição, o artigo já cita, Senadora Damares: "Fica instituída a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos [...], viabilizada por meio da criação e da articulação de serviços multiprofissionais e intersetoriais de atenção precoce destinados a potencializar o processo de desenvolvimento [...]". Logicamente, com essas equipes profissionais intersetoriais, virá o laudo competente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Esclarecido, Senadora?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É... Eu não sei como lá, na prática, a gente vai fazer isso acontecer. Isso aqui é um sonho. O que o senhor trouxe aqui para nós eu acho que é um sonho para todas as famílias brasileiras. Porém, Senador Confúcio, aqui no DF, capital do Brasil, eu estou com milhares de crianças na fila esperando diagnóstico. E o que a gente vê do educador? "Sem o diagnóstico, não posso incluí-las em nenhum programa específico." E a gente perde janelas de aprendizagem por conta disso, da necessidade e da dependência do diagnóstico. E o profissional de educação pode observar algumas necessidades e deficiências, e já esse grupo técnico aí habilitá-las para participar do programa.

Eu achei interessante o senhor colocar "preferencialmente" e não "obrigatoriamente".

Eu só queria parabenizá-lo, e a gente dará uma atenção muito especial a esse projeto de lei, para ver como é que ele vai funcionar lá na ponta, a eficácia dele lá na ponta. Mas ele é muito bom. Parabéns, Senador!

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senadora, na verdade ele altera dentro do programa da primeira infância, não é? Então, ele vai entrar dentro do escopo do marco legal da primeira infância, e dentro desse marco legal já tem algumas condições de atendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão do preferencialmente é porque, como é interfederativo, o município... No caso aqui, Brasília, pela sua natureza de capital federal... Mas, nas demais localidades, há possibilidade de articulação com centros de atendimento.

Concordo que é um grande avanço e que precisa ser monitorado principalmente pela... Nós temos uma frente e tem um grupo de trabalho em relação ao marco legal da primeira infância e seu cumprimento.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Senadora Damares...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senador Relator.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... a senhora tem toda a razão de questionar, porque a gente sabe que fazer lei é fácil. Colocar no papel palavras bonitas é muito fácil, mas, lá na ponta, no município, faltam esses profissionais. É uma dificuldade imensa, principalmente nos municípios médios e pequenos, e os prefeitos às vezes falam que não têm o recurso para contratar um neuropediatra, um especialista em neurocirurgia ou cirurgia neurológica ou neurologia, e termina ficando esses meninos assim naquele empurra-empurra. Você tem toda razão de colocar na lei o ideal. Aí cabe logicamente às prefeituras irem se adequando, ou sozinhas, ou em consórcio, ou regionalizando esse atendimento para esses meninos, essas crianças comprovadamente com déficit neurológico. Mas a senhora está cobertíssima de razão de entender o Brasil como ele é. A gente sabe que é difícil mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A votação será simbólica.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 3-CE, nº 4-CE, e nº 5-CE; e contrário às Emendas nº 1-CDH e nº 2-CDH.

A matéria vai ao Plenário.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Presidente, só antes de...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senadora Janaína.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pela ordem.) – Quero agradecer aqui ao nosso Relator, o Confúcio, que acatou o que a gente solicitou: que houvesse um diálogo mais próximo ao Ministério da Educação, porque a gente, como a Senadora Damares colocou – e a própria Presidente e o Senador Confúcio –, há uma dificuldade realmente de executar. Mas é um projeto muito importante, e tinha-se que conversar com os entes que vão estar na execução. Inclusive, o ministério lançou um projeto nacional, mas a gente sabe da dificuldade e tudo mais. A gente só reforça a importância dessa política, principalmente para os municípios, que é onde acontece lá.

Então, queria só agradecer aqui a Presidência por ter aceito o pedido de vista na sessão passada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 1461, DE 2019

- Terminativo -

Confere o título de Berço Imperial da Cerveja ao Município de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação

A autoria é da Câmara dos Deputados, do Deputado Vinicius Farah.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Portinho para a leitura do seu relatório.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, meus colegas.

Vou seguir a leitura do parecer ao PL 1.461, de 2019.

Considerando que o relatório foi previamente publicado, eu peço vênia para ir direto à análise.

Nos termos do disposto no inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado manifestar-se a respeito de proposições que tratem de assuntos referentes a homenagens cívicas, tema afeto ao projeto de lei em análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Também estão igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria.

No que concerne ao mérito da proposição, é plenamente justificável conferir o título em questão ao Município de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro.

Conhecida como Cidade Imperial, título recebido por meio do Decreto 85.849, de 27 de março de 1981, Petrópolis possui marcante herança cultural e histórica, destacando-se como pilar da Região Serrana fluminense e pela tradição cervejeira.

O município ostenta a maior população, o maior produto interno bruto e o mais elevado índice de desenvolvimento humano da Região Serrana. Além de sua notoriedade arquitetônica e histórica, Petrópolis alberga uma tradição profundamente enraizada na produção e apreciação da cerveja, uma arte trazida ao Brasil pelos monarcas portugueses no início do século XIX e robustecida pela influência de imigrantes alemães desde 1840.

A proposta legislativa em questão, que visa conferir a Petrópolis o título de Berço Imperial da Cerveja, surge como um reconhecimento merecido a um município que não somente preserva sua rica história cervejeira, mas continua a desempenhar um papel central na indústria da cerveja brasileira, com uma produção que abrange desde métodos artesanais a uma escala industrial de produção.

A presente homenagem, portanto, não só celebra a contribuição histórica de Petrópolis para a cultura cervejeira nacional, mas também promove o desenvolvimento econômico e turístico da região, reconhecendo e valorizando suas tradições, incentivando o turismo e a preservação do patrimônio histórico.

Por essas razões, e fazendo realmente Petrópolis jus a esse título de Berço Imperial da Cerveja, pela sua história imperial e pela sua história na produção da cerveja que é distribuída em todo o Estado do Rio de Janeiro – e, acredito, também em muitos estados do país –, eu voto: conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto 1.461, de 2019.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Senador Carlos Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Essa eu não daria para tomar aqui, não é? Mas o convite continua valendo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Junto com a camisa do Fluminense – eu não esqueci, está lá para ser autografada – eu vou lhe mandar uma cerveja Imperial.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Está certo.

Muito obrigada. Obrigada pelo relatório.

Nós agora abriremos a votação nominal, em bloco, dos seguintes itens: 6, 7, 8, 9 e 10 da pauta. Solicito à Secretaria que abra a votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Em votação, as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 5.764, de 2023; PL 1.846, de 2022; PL 1.572, de 2021, PL 1.051, de 2022, e PL 1.461, de 2019.

Os Senadores que votam com os Relatores votam "sim".

Que abra a votação. (*Pausa.*)

Enquanto nós procedemos à votação, já foi aberto? Já.

Item 14.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 28, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater os desafios e perspectivas para a atual situação do financiamento das Universidades Federais, programas de Pós-graduação e o fomento à pesquisa no Brasil.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP) e outros

Subscrito pela Senadora Damares Alves.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves, subscritora do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, o requerimento é para a realização de uma audiência pública em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação e Informática para debater os desafios e perspectivas da atual situação do financiamento das universidades, do programa de pós-graduação e fomento à pesquisa.

O autor está propondo que estejam presentes: a Dra. Adriane Todeschini, um representante Ministério da Educação, um representante Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; um representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); um representante do CNPq, um representante do Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa, um representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior e um representante Academia Brasileira de Ciências.

Esse é o requerimento, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu queria só reportar a importância desse debate, na verdade, dessa audiência pública, em virtude da situação das universidades e, ao mesmo tempo, o investimento realizado e a importância tanto na área da graduação quanto da pesquisa em extensão.

Nós temos que aguardar isso, não é? (*Pausa.*)

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 29, DE 2024

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com o objetivo de discutir os desafios do ensino médico no Brasil, incluindo o crescimento no número de escolas médicas, a qualidade do ensino, a atuação interprofissional na competência médica e o papel da tecnologia na medicina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP) e outros

Autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, subscrito pela Senadora Damares Alves, a quem concedo a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Mais uma audiência pública em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, que tem como objetivo a discussão sobre o ensino médico no país, visando a garantir a qualidade da assistência à saúde no país e aprimorar a formação médica na nação.

Estão sendo propostos os seguintes convidados: um representante do MEC, um do Ministério da Saúde; um do Supremo Tribunal Federal; a Dra. Eliete, Presidente da Academia Nacional de Medicina; o Dr. José Hiran Gallo, Presidente do Conselho Federal de Medicina; o Dr. José Luiz Gomes do Amaral, Vice-Presidente da Associação Paulista de Medicina; o Dr. Giovanni Cerri, Professor titular da Faculdade de Medicina da USP; ainda o Dr. César Eduardo Fernandes, da Associação Médica Brasileira; a Dra. Irene, do Conselho Regional de Medicina de São Paulo; e o Dr. Armando Lobato, Presidente da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular.

Só justificando, a presença do Supremo Tribunal Federal no debate é porque a matéria também está sendo discutida no âmbito do Judiciário.

Este é o requerimento, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senadora Damares Alves.

Requerimento de minha autoria.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 32, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 25/2024 - CE, sejam incluídos os seguintes convidados: Representante do Tribunal de Contas da União - TCU e Representante da Controladoria-Geral da União - CGU.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este requerimento que eu apresentei foi sobre a questão das obras que estão sobrestadas pela relatoria do Ministro Walton Alencar, do FNDE, de 2020, 2021 e 2022.

Então, a Presidente do FNDE já está convidada, e aqui nós estamos sugerindo representante do Tribunal de Contas e da Controladoria-Geral da União. Acho que é muito importante a gente destacar, principalmente, que aqui nós não estamos tratando só de recursos extras que foram denominados RP 9, nós estamos colocando também obras previstas no orçamento, dentro da ação do FNDE, e que agora estão suspensas, muitas delas com mais de 60%, 70%, 80% de empenho realizado.

Então, nessa audiência eu estou incluindo o TCU e a CGU.

Eu queria só reforçar um convite. Amanhã, em Plenário, tem vários cartazes, tem uns totens espalhados aí no Senado, nós realizaremos uma sessão de debates no Plenário do Senado sobre o Plano Nacional de Educação. Várias entidades estão convidadas. Nós não vamos esgotar, com certeza, Senadora Damares. V. Exa. sugeriu, inclusive, várias entidades.

Nós temos mais ou menos umas, sei lá, dez, quinze entidades, além das que nós já incluímos. Mas, em uma fala em Plenário, com o Presidente Rodrigo Pacheco, nós colocamos a importância... E o debate sobre o Plano Nacional de Educação começa pela Câmara. O último PNE ficou por dois anos na Câmara e, quando veio para cá... Normalmente o nosso tempo de debate é pequeno, a exemplo do que está acontecendo no ensino médio, pela urgência em relação ao Plano Nacional de Educação.

Faço o convite a todos, para que possam nos acompanhar, e aos Senadores, amanhã, dia 24 de abril, às 9h, no Plenário do Senado.

E, ao mesmo tempo, quero reforçar: eu sou autora de um projeto de lei, cuja relatoria está com o Senador Esperidião Amin, de ampliação da vigência do atual plano. O Plano Nacional de Educação atual termina sua vigência agora em junho e, a contar pelo histórico do debate dos outros planos, e o documento deste novo, a proposta do plano nem chegou ainda ao Congresso, nós precisamos manter o plano nacional em vigor. Então, é a manutenção da vigência do atual plano, com o respectivo monitoramento das metas que foram pactuadas no Brasil pelos estados, municípios e União e, ao mesmo tempo, que a gente possa monitorar o alcance em relação às metas de cobertura da educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, tempo integral, remuneração de professores, formação.

Então, faço o convite a todos que nos acompanham, em especial à Senadora que acompanha de perto essa questão da educação e do Plano Nacional de Educação. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – SIM, 13; nenhum NÃO.

Aprovados os projetos de lei, nos termos dos relatórios apresentados ao PL. 5.764, de 2023; ao PL 1.846, de 2022; ao PL 1.572, de 2021; ao PL 1.051, de 2022; e ao PL 1.461, de 2019.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Passaremos agora à votação dos requerimentos lidos anteriormente.

Item nº 13, Requerimento nº 27, de 2024, do Senador Romário; item 14, Requerimento nº 28, de 2024, do Senador Astronauta Marcos Pontes; item nº 15, Requerimento nº 29, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes; item 16, Requerimento nº 32, de minha autoria; item extrapauta, Requerimento nº 33, de autoria do Senador Styvenson Valentim; item extrapauta, Requerimento...

Não, em votação os requerimentos.

Os Srs. e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia sete de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Janaína Farias, Paulo Paim, Teresa Leitão, Flávio Arns, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Astronauta Marcos Pontes, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Marcos do Val e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Magno Malta, Jaime Bagattoli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 25/2024 - CE, de autoria Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), e REQ 32/2024 - CE, de autoria Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Finalidade:** Prestar os devidos esclarecimentos sobre convênios suspensos nos Estados, nos municípios e no Distrito Federal, em virtude do Acórdão 2371/2023 e de todos os pleitos de RP2, RP6, RP7 e RP9 (em cláusula suspensiva), que vieram para o Congresso Nacional e que estão no texto do Aviso 03/2024, referentes aos anos 2020, 2021 e 2022. **Participantes:** Sra. Fernanda Mara de Oliveira M C Pacobahyba, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Sr. Ivo Ferreira Nosralla, Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU); e Sr. Silvestre Henrique Ferreira Cerejo, Coordenador-Geral de Auditoria de Obras da Controladoria Geral da União (CGU). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/07

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberto a 23ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 7 de maio de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de prestar os devidos esclarecimentos sobre os convênios suspensos nos estados, nos municípios e no Distrito Federal em virtude do Acórdão 2.371, de 2023, de todos os pleitos de RP 2, RP 6, RP 7 e RP 9 (em cláusula suspensiva), que vieram para o Congresso Nacional e que estão no texto do Aviso 03, de 2024, referentes aos anos de 2020, 2021 e 2022 e em atenção aos Requerimentos nº 25 e 32, de 2024, de minha autoria.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: Sra. Fernanda Mara de Oliveira Pacobahyba, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Sr. Ivo Ferreira Nosralla, Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU); Sr. Silvestre Henrique Ferreira Cerejo, Coordenador-Geral de Auditoria de Obras da Controladoria Geral da União (CGU).

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadaniasenado ou pelo telefone 0800 0612211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo de todas as manifestações estará disponível com todas as apresentações que houver. Na exposição inicial, cada convidado tem o tempo de 10 minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas. Há algumas perguntas já do eCidadania que podem ser tratadas na exposição inicial.

Simone, do Paraná, pergunta quais os fatores que levaram à suspensão desses convênios.

Karoline, do Rio Grande do Norte: "Quais [..] os critérios adotados para a seleção e priorização das 3.873 obras cadastradas no pacto?".

Bruna, do Mato Grosso: "Como a [...] descontinuidade [..] dessas obras pode influenciar a qualidade da educação oferecida nas escolas envolvidas?". E "Quais são os principais desafios enfrentados pelos estados, municípios e [pelo] Distrito Federal devido à suspensão de convênios de obras do FNDE?"

A Sra. Isabele, da Bahia: "Os cortes na área da educação refletem o atraso do Brasil em pesquisas e, consequentemente, desenvolvimento [...]".

Clara, do Rio de Janeiro: "[...] [Na perspectiva de oferecer uma educação de qualidade], o FNDE deve buscar solucionar os problemas de gestão na transferência de verbas".

Eu gostaria, antes de passar a palavra para a nossa primeira expositora, de fazer alguns esclarecimentos que acho que são necessários.

Queria começar parabenizando a Presidente Fernanda Pacobahyba pela condução à frente do FNDE, tentativa a atendimento. Ao mesmo tempo, a importância do FNDE para o funcionamento da educação pública brasileira, é o pulmão financeiro do Ministério da Educação, não cabe ao FNDE definição de políticas públicas, mas, para que elas saiam do papel, aí sim o FNDE é uma etapa, é uma condição para que o trabalho aconteça nos nossos municípios e nos nossos estados.

Eu fui Secretária de Educação por quase dez anos. Então, eu conheço muito o FNDE do lado de lá, sei do enorme esforço do FNDE, e, ao mesmo tempo, entendo que tem dificuldades enormes, pelo volume de ações, de projetos que estão hoje na responsabilidade do FNDE. Temos um problema grave, eu sou Presidente de um conselho ligado ao Conselho Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretários de Educação, que reúne os ex-Secretários de Educação, preocupação com prestações de conta, com a morosidade na análise das contas, às vezes, quando uma conta vai ser analisada, até as letras já sumiram do papel – quando eram processos impressos. Então, a pessoa fica lá em aberto dez anos, quinze anos e, às vezes, para medidas que são solicitadas, sequer existe mais a informação. Já morreu, o ônibus se existia, não tem mais nem o chassi, enfim, uma série de problemas.

Por que eu estou colocando isso? Nós sabemos dos enormes desafios, do que o FNDE precisa, e, na minha opinião, o FNDE precisa ser enxergado como uma estrutura que precisa de melhor condição de trabalho, inclusive, com mais gente, mais equipe, melhores salários, melhor estrutura, pelo tamanho do FNDE e pela importância gigantesca que tem. Quando a gente olha a situação do FNDE, o número de prestações de conta que tinham, que entram por ano e o quanto se consegue analisar... Então, acompanhei de perto o esforço da mineração, da chamada mineração, da tentativa de desburocratizar e, ao mesmo tempo, a boa vontade que os servidores têm, mas vejo como uma conta impossível de fechar no desenho que tem hoje.

E, de igual forma, a questão desta convocação é específica. Nós sabemos da situação que foi parar no TCU em relação à questão das obras que tinham sido empenhadas com menos de 15%, então, nós sabemos que isso foi uma notícia, de uma ação de outro presidente, não é essa a situação. O que nos tornou bastante preocupados foi que o acordão veio muito além do que estava sendo discutido, o acordão pegou vários anos que não estavam em discussão, e não só aquelas que não tinham um percentual que havia sido arbitrado, de 15%.

Tem escolas que estão suspensas, que, na verdade, caíram no limbo – não fomos ouvidos no termo – que tinham 60%, 70%, 80%, e que, em virtudes das idas e vindas, estavam em cláusula suspensiva.

Em muitos casos, os municípios já compraram os lotes, os municípios já fizeram investimento, fizeram projeto. O tempo de que nós estamos falando, que é tão raro no FNDE, em virtude do volume de serviço, já foi perdido, porque o FNDE já fez quantas análises? Quantas análises já foram feitas daquele processo em andamento? E simplesmente voltar tudo para estaca zero?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero colocar ainda uma outra situação. No ano de 2022, o orçamento do FNDE inteiro – inteiro! Não foi recurso de acordo de bancada, de acordo de Deputado, Senador, não –, o orçamento que foi votado nesta Casa ficou inteiro em RP 9. Então, é como se a gente pegasse, com esse acórdão, na minha leitura, e rasgasse todo o ano de 2022. Foi anulado, numa negligência, na minha opinião, com a educação, porque não foi escolha do FNDE, foi o RP 9.

O RP 9 existia, estava consolidado, e foi colocado. Houve prejuízos enormes para a execução, porque teve escola, em que a obra estava em andamento, que ficou o ano inteiro sem receber. Porque, se eu não tinha RP 9 para poder pagar aquela obra que estava em andamento, a escola não recebeu, com a obra andando ou paralisada.

Então, acho que tem problemas muito sérios e nós pedimos essa audiência. O meu convite inicial era para a Presidente Fernanda. Depois do entendimento, aqui, na própria Comissão, entendemos que era necessário vir o TCU e a CGU. Nós vamos tentar encontrar a solução, porque, na minha opinião, quando se jogou tudo no mesmo conjunto, se trouxe um problema grave para a educação brasileira e nós estamos aqui na luta para acabar com as obras, para finalizar as obras inacabadas.

Eu tenho muitas cidades – o Deputado Gaguim é do meu estado, quero cumprimentá-lo por estar aqui conosco –, a gente tem várias cidades em Tocantins em que o único prédio que tem na cidade é uma creche na acabada. Os meninos estão estudando em casas, casebres e outros lugares, e está lá, no meio da cidade, aquele elefante que não foi... Nem é elefante branco, porque hoje está tudo quebrado. Foram muitos anos, e, na minha opinião, por problemas, inclusive nossos, de questão de órgãos de controle, de Tribunal de Contas, de posição em relação a isso.

Quem está pagando a conta é o aluno. Quem está pagando a conta é a comunidade. E hoje nós estamos nessa tentativa, com a lei aprovada, com recursos aprovados, para tirar essa situação dessas escolas e creches inacabadas – eu digo inacabadas, mas tem paralisadas, várias categorias –, mas nós estamos com um pacote aqui, um outro pacotão de situações em que não são as mesmas cidades. Então não dá para dizer assim: vamos acabar com essas aqui primeiro para depois cuidar disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem escola que não está na situação das obras inacabadas ou paralisadas, mas aquela única escola que ia sair naquela cidade agora entrou nesse pacote, ao qual eu não quero nem dar nome, porque eu não acho que é bom, mas entrou nesse outro pacote de prejuízo para a educação.

Então, por isso, a nossa vontade de ouvir, entender e ver que medidas têm que ser tomadas pelo Congresso, pelos órgãos de controle, pelo próprio Executivo.

Foi só uma abordagem inicial, então nós vamos seguir o que está na...

Gostaria de falar, Deputado?

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO. Para expor.) – Quero só parabenizar a nossa Senadora, a nossa Presidente do FNDE, e o corpo técnico que está aqui, o Dr. Ivo e o Dr. Silvestre, pela vinda aqui a esta casa, ao Senado.

É de grande importância o que a nossa Senadora disse, porque temos a cidade de Lizarda, 200 km de estrada de chão. Lá tem uma creche e um colégio inacabados, não tem como. A Prefeita, coitada, já veio ao FNDE e já... Essas obras, eu me lembro – a Senadora era Deputada também – são do Senador João Ribeiro, ele era do Conselho Político do Presidente Lula, depois da Dilma. Ele alocou, parece-me que 80 creches – não é, Senadora? – lá paro o Tocantins.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Dentro do PAC, não é?

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) – Era PAC ainda naquela época.

E com essas obras aí os Prefeitos não sabem o que fazer. Então, seria importante, seria importante fazer.

Do RP 9, eu estava na Comissão de Orçamento, como a Senadora. A gente tem um acesso muito grande a essa Comissão. E, como eu disse, a gente colocou em RP 9 para a cidade de Gurupi, para outras cidades, uma dificuldade para arrumar o terreno, para arrumar documento, para fazer projeto, começar a obra, e está paralisada. Então, gostaria de celeridade nesse processo, porque é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Tocantins, a principal meta nossa é a educação. Nos nossos ônibus, a gente cadastrou muitos ônibus, e a gente chegou a ter mais de 400 ônibus sendo entregues no Tocantins pelo FNDE, num trabalho espetacular dos funcionários do FNDE.

Então, é isso o que a Senadora disse. O que precisamos é chegar a um meio termo para que essas obras do PAC que vão ser lançadas... É esperar essas obras um pouco, pegar o dinheiro do PAC. No ano passado, eu estava no Orçamento, na CMO, a Professora Dorinha também. Este ano, eu estou na coordenação, pelo União Brasil, e a gente está à disposição para ajudar para que essas obras do Brasil inteiro possam ter andamento, prosseguimento.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Deputado Gaguim.

A título de esclarecimento, o Relator dessa matéria, desse acórdão, foi o Ministro Walton Alencar e hoje, em grau de recurso, está com o nosso ex-Senador e atual Ministro Anastasia. Então, nós estamos acompanhando.

Esta conversa nossa, esta reunião em audiência pública tem um propósito de procurar entender a que atores e que medidas nós podemos encaminhar para resolver, de maneira mais rápida, célere, a situação da educação no Brasil.

Então eu...

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) – Eu estou como titular da Comissão da Educação. A gente faz questão de estar sempre lá na Comissão, como titular.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Com a palavra a Sra. Fernanda Pacobahyba, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A SRA. FERNANDA MARA DE OLIVEIRA M C PACOBAHYBA (Para expor.) – Boa tarde Senadora, boa tarde a todas e todos.

Eu queria iniciar a minha fala, Senadora, prestando aqui a nossa solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul. Nós estamos profundamente impactados com tudo o que estamos vendo. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Camilo está liderando, no âmbito do Ministério da Educação, também, as medidas de apoio, junto com o Presidente Lula, mas a gente gostaria de deixar registrado aqui, eu ainda não tinha tido essa oportunidade de fazê-lo publicamente.

Queria começar também fazendo a minha áudio descrição. Eu sou uma mulher branca, de 1,60m, cabelo loiro, estou vestindo uma roupa laranja, e uso óculos. É isso.

Gostaria de iniciar, Senadora, agradecendo a oportunidade aqui, o convite da Comissão de Educação e parabenizando a senhora também pela incrível liderança no âmbito da educação.

A Senadora Dorinha, sem sombra de dúvida, é um dos nomes mais relevantes quando a gente fala em educação no Brasil, ainda mais em educação básica, porque consegue conciliar um conhecimento técnico, por ter vivido, por ter liderado isso no âmbito do Estado, por ser professora, mas também por ter uma incrível trajetória política que a credenciou a estar aqui na Câmara Alta do nosso Congresso Nacional, já, desde sempre, atuando aqui na Comissão de Educação.

Muito obrigada, Senadora.

Gostaria de também cumprimentar aqui os nossos colegas da CGU, do TCU, sempre também órgãos muito parceiros que têm nos ajudado a promover essa melhoria do FNDE, daquilo que nós acreditamos que é possível e absolutamente necessário.

E quero agradecer também aqui a toda a nossa equipe do FNDE. As pessoas estão ali na última fileira, Senadora. Estão todos ali, o pessoal, especialmente, da Digap, que é a nossa diretoria de obras, mas também nosso Procurador-Chefe, nosso auditor de Controle Interno; o Allan, que é nosso Diretor, enfim, a Patrícia, que é a nossa Diretora Substituta da Digap, toda a nossa equipe do gabinete com a Dra. Juliana.

Só para tocar num assunto sobre que a senhora falou aqui agora, acerca das prestações de contas, e trazer até uma boa notícia, Senadora... Agora, na semana passada, nós aprovamos uma resolução no Conselho...

Olá, Senador Flávio. Boa tarde. Eu não o tinha visto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós aprovamos, no âmbito do Conselho Deliberativo do FNDE, a Resolução nº 7, de 2024, que eu digo que estanca o problema das prestações de contas no FNDE, porque acaba com essa prestação de contas no sentido tradicional. Nós estamos migrando os nossos programas para a plataforma BB Gestão Ágil e não vai ter mais esse momento de passar o ano recebendo recurso, enfim. Realmente, o problema das prestações de contas no âmbito do FNDE era um dos problemas mais graves que nós tínhamos, e aí estancamos isso daqui para frente, porque nós passamos a ter uma possibilidade de transparência e de monitoramento em tempo real dos nossos programas e estamos alinhados com a CGU e com o TCU. Inclusive, amanhã temos audiência, temos uma reunião com o pessoal do TCU para resolvermos sobre um legado.

Nós assumimos o FNDE com 270 mil prestações de contas, que é isso que nós temos nos nossos escaninhos. Nenhum órgão da República tem nada que chegue nem perto. A Saúde, que executa mais do que o dobro da gente, tem 20 mil prestações de contas. Então, é um problema realmente gravíssimo no âmbito do FNDE. Esperamos, sim, é uma determinação do Ministro, que nós resolvamos esse problema. Nós acreditamos, o Ministro Camilo já esteve com o Presidente Bruno Dantas, e nós temos plena convicção de que vamos resolver esse problema. Mas, de qualquer forma já estancamos o problema daqui para frente.

Eu fiz uma pequena apresentação, Senadora. Basicamente, essa apresentação só tem excertos dos julgados, basicamente da situação que nós recebemos com esse julgamento do TCU. É um julgamento, enfim, é algo de que a sociedade brasileira se apropriou de alguns fatos ocorridos na última gestão no FNDE e a imprensa chamou aquilo que estava acontecendo de escândalo das escolas *fakes*. Essa foi uma expressão cunhada pela imprensa brasileira e que compreende algo que está documentado a partir de um julgado específico que reúne alguns processos no âmbito do Tribunal de Contas da União.

E aí, basicamente, o que foi que aconteceu? Realmente houve denúncias. O julgado... esse relatório, é um relatório extenso, de quase cem páginas. Ele está aqui com a gente e é público. E houve, por conta dessas denúncias, uma ação específica, uma inspeção no MEC, no FNDE, no período compreendido entre 7 de abril de 2022 e 10 de junho de 2022 também. Basicamente, as denúncias veiculadas – aí estou trazendo *ipsis verbis* o que está no relatório do TCU –:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, basicamente, segundo os fatos, havia a participação de alguns religiosos, alguns pastores, que solicitavam, como vantagens indevidas para o narrado, direcionamento indevido de recursos, pagamentos em dinheiro, doações para igrejas e até mesmo pagamentos em barras de ouro. Isso foi algo que foi bastante noticiado pela imprensa brasileira.

E aí, junto com esse processo, que é o chamado Processo dos Pastores, que está sendo investigado, inclusive, pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, foram apensados dois outros processos: um, relacionado às supostas irregularidades praticadas por um consultor externo do FNDE, e um outro processo que aponta a prática reiterada no órgão de realizar empenhos irrisórios para a construção de escolas em diversos municípios. Vou trazer alguns exemplos do que seriam esses empenhos irrisórios.

E aí, basicamente, o TCU caiu em campo, foi ao FNDE, pegou relatos de reuniões – quem estava presente nessas reuniões, onde eram essas reuniões, enfim –, e foram levantados dados de reuniões acontecidas tanto no MEC quanto no FNDE, nos próprios municípios e em outros locais, o TCU fala em hotéis e restaurantes, em que, em tese, cita o nome dos dois pastores e de uma senhora também, e o TCU passou a associar a data dessas reuniões a empenhos que aconteciam no âmbito do FNDE.

Dentro dos achados de auditoria – tem um capítulo que fala especificamente de achados de auditoria –, ele diz o seguinte: "Apesar de não ter sido possível verificar uma relação direta entre as reuniões realizadas no MEC e no FNDE das quais se teve conhecimento e a liberação de empenhos e a execução de pagamentos [...] que participaram [...], constatou-se a existência de ambiente propício no FNDE para a ocorrência de direcionamento de recursos a entes federados [...]".

E aí uma coisa que fica muito clara também, que o TCU sempre bate muito no julgado, é a "Não utilização do ranqueamento dos entes federados para atendimento das demandas cadastradas no âmbito do PAR".

A senhora, que conhece muito a educação brasileira e obviamente conhece o PAR, sabe que temos resoluções no âmbito do FNDE que estabelecem alguns critérios, e o TCU a todo instante fica apontando no julgado que não consegue identificar, na escolha dessas obras, algum critério técnico. Ele diz que "o ranqueamento elaborado não é usado pelo FNDE para [...]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

priorização; boa parte dos recursos da Autarquia são destinados a entes indicados pelos autores de emendas parlamentares [...], as quais não precisam atender aos critérios estabelecidos; e o orçamento discricionário sob o controle do FNDE [que é o RP2] [e aí Silvestre ele aponta o RP2] é direcionado a entes federados escolhidos pela alta gestão da autarquia, não tendo sido apontados critérios técnicos objetivos utilizados para a seleção desses entes a serem beneficiados com os recursos por meio do PAR.

Ele ainda vai mais além, nesse primeiro momento... Porque esse dado aqui, quando começa essa auditoria, Senadora, também, e me parece que ao longo da leitura dessas quase cem páginas, o TCU começa abarcando um período que vai, de 2020 até maio de 2022.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FERNANDA MARA DE OLIVEIRA M C PACOBAHYBA – Já acabou meu tempo? (*Pausa.*)

Ah, tudo bem.

E, depois, ele acaba buscando abranger os anos todos, de 2020 até 2022, mas aqui, a auditoria, acho que a área técnica, já fez um levantamento da quantidade de termos de compromisso.

Para o relatório técnico, àquela época, eram 3.356 termos de compromisso relacionados a essas obras, totalizando quase R$9 bilhões. E, desse montante, eu me lembro do montante que foi empenhado, que era um R$1,298 bilhão. Então, você tem R$8,8 bilhões de comprometimento orçamentário a princípio, mas você só garante, via empenho, R$1,3 bilhão.

Esse é o dado mais chocante, porque, em tese, a gente está hoje, e a senhora falou muito bem, no âmbito de um processo de retomada, que é um processo complicadíssimo, porque, a cada ano que passa, vai ficando mais complicado retomar uma obra, porque ela vai se depreciando, mas é óbvio que a gente não pode ser a gestão, também, que vai fazer com que outras obras inacabadas e paralisadas aconteçam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Casa, o Congresso Nacional já exarou relatórios... E, dentre as principais causas para obras inacabadas e paralisadas no país, eu destacaria duas: primeiro, projetos de engenharia de má qualidade, e, segundo, a falta de recursos orçamentários para que essas obras sejam finalizadas.

Então, realmente, anuir com obras sem que você tenha orçamento, daqui a pouco a obra para, porque não tem orçamento, e vai acrescer ao nosso desafio, que já não é pouco, dentro das obras a retomada.

O TCU também traz um elenco de alguns desses termos de compromisso, e aí, Senadora, eu queria deixar bem claro aqui também, que esses termos de compromisso, tudo aquilo... Porque existe o termo de compromisso com cláusula suspensiva que, em tese, é uma expectativa de contratação, ele não é a contratação ainda realizada. E por que esse termo é chamado assim? É porque ele é firmado com cláusula suspensiva para que, durante um determinado tempo – e o tempo utilizado pelo FNDE, à época foram 36 meses, o que, inclusive, foi criticado também pelo TCU por ser um tempo muito largo para resolver essas questões –, durante esse tempo o ente, o município ou o estado, teria para acorrer com toda a documentação necessária.

Tudo que a gente está falando aqui... Nada do que eu estou falando aqui está relacionado a obras em andamento. Se ele virou obra no âmbito do FNDE, ele superou todas as condicionalidades. E todas as nossas obras nós estamos pagando, desde 1º de janeiro de 2023, de forma, eu diria, bem próxima e, eu diria, diminuindo esse prazo de pagamento.

O Ministro Camilo – no dia em que esteve aqui, na vez mais recente, acho senhora estava aqui também – falou do quanto nós nos empenhamos. Inclusive pagamos, ano passado, mais do que o dobro do que havia sido pago em 2022, porque, ao assumirmos o FNDE, nós tínhamos R$700 milhões em dívidas do FNDE. Isso é causa, e aí não demos mais causa para que novas obras atrasassem por falta de pagamento.

Mas o que é que, nesses termos de compromisso... Alguns exemplos – e aí o TCU traz aqui o número do termo –: o termo 2021 43020-1. Ele é um termo de R$20 milhões, R$20,58 milhões, e foram empenhados R$50 mil; então, é um percentual de 0,24%. É um percentual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absolutamente irrisório para fazer com que essa obra consiga ter a sua sustentabilidade orçamentária garantida.

Aqui, o TCU faz uma breve anotação sobre as emendas individuais e também alerta para esse risco de que os investimentos assumidos em função dessas emendas não fossem objeto de aportes em novos exercícios futuros. Porque imagine: você aporta de emenda parlamentar um determinado valor, e o Congressista, no outro ano, não está ou não é reeleito. Quem é que vai bancar o restante da obra? Então, o TCU também aponta isso no tocante às emendas parlamentares.

E aí aqui, especificamente aos termos gerados em 2021: é a maior quantidade de termos gerados; são 2.657 termos em 2021. E quando a gente vê aqui a média do percentual empenhado em 2021 é de 4,7%. Então, realmente, é um percentual... Vamos imaginar: o total de termos de compromisso firmados dá R$6,215 bilhões, e só teve R$293 milhões de aporte de orçamento.

Aqui tem um panorama distribuindo, basicamente, esses termos de compromisso. Tem como origem de recursos o RP 2, que é uma despesa discricionária do FNDE; o RP 9, com as ressalvas aqui que a Senadora Dorinha já fez; RP 6 e RP 7, emenda individual e emenda de bancada.

E aí, entrando, o relator desse processo era o Ministro Walton Alencar, que exarou o seu voto, e o Ministro Walton faz essa separação aqui, de fato, apontando a importância do RP 2, porque quando se via – e quando eu conhecia desse caso, ainda fora do FNDE –, a impressão que dava era que grande parte dessas obras tinham como fonte de recurso o RP 9, mas não era: grande parte das fontes de recurso eram de RP 2; quer dizer, eram obrigações que estavam sendo assumidas pelo FNDE para serem custeadas no próprio orçamento do órgão nos anos vindouros.

E aí o Ministro faz essa observação...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Na própria gestão.

A SRA. FERNANDA MARA DE OLIVEIRA M C PACOBAHYBA – ... na própria gestão:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Ocorre que a assinatura desses termos está acompanhada de baixíssimo percentual de empenho em comparação com o valor das obras, fazendo com que o valor empenhado, com o qual a autoridade compromete parcela da dotação orçamentária disponível, não seja suficiente para liquidar, de forma integral, o compromisso assumido.

E aí o Ministro Walton diz mais. Ele fala muito, durante o voto dele – e também a comissão técnica –, ele se perlustra no tocante ao risco fiscal de serem aprovados, de forma definitiva, os valores referentes aos compromissos firmados em 2021, porque a autarquia teria obrigações financeiras correspondentes, àquela época, a 14 vezes o valor da dotação para o mesmo ano.

E aí também ele diz que:

> [...] carecem de amparo legal as justificativas apresentadas pelos gestores no sentido de que os empenhos parciais serviriam para sinalizar as iniciativas de obras que possuem condições de serem analisadas.

Então, ele faz essa crítica também.

Pelo voto do Ministro Walton, ele determina:

> [...] que sejam adotadas as medidas para anular os termos de compromisso que versem sobre construções, ampliações e reformas para escolas, quadras esportivas, coberturas de quadras e outras obras congêneres em que não tenha havido aprovação definitiva do termo de compromisso pelo FNDE.

Pelo voto do Ministro Walton, ele determina:

> [...] que sejam adotadas as medidas [...] para anular os termos de compromisso [...] verse sobre as construções, ampliações e reformas [...] pré-escolas, escolas, quadras esportivas, coberturas de quadras e outras obras congêneres, em que não tenha havido a aprovação definitiva do termo de compromisso pelo FNDE.

Depois, nós chegamos, por fim – já estou finalizando, Senadora –, no Acordão 2.371, que, com o voto do Ministro Walton, foi a plenário, e os ministros basicamente trouxeram algumas determinações relacionadas a isso, a principal delas no item 9.2 e no item 9.3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira delas:

> 9.2. determinar ao [...] [FNDE] [...] que [...] adote critérios técnicos e objetivos na definição de quais entes [...] serão priorizados/beneficiados [...] por meio do [...] [PAR] [...] [garantindo] maior lisura no processo [...].

E eu volto já a tratar desse tema.

E segundo, no item 9.3 – esse aqui eu acho que talvez seja o mais importante para o debate aqui, Senadora –:

> 9.3. determinar que o [MEC] e o [FNDE] indiquem à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional [conhecida pela sigla CMO] os termos de compromisso com cláusula suspensiva [veja aí, é tudo aquilo que não é obra definitiva. A gente não está falando de parar nenhuma obra no Brasil. Nada disso aqui tem um tijolo em qualquer parte do Brasil, tá gente? Eu concordo com a Senadora que houve realmente o engajamento de vários Prefeitos no sentido de adquirir terreno, com toda certeza, isso aconteceu. Mas aqui nós não estamos falando de parar obras que se iniciaram. A gente só está falando de termos de compromisso com cláusula suspensiva. Aí ele fala], assinados entre 2020 e 2022, mas ainda não aprovados definitivamente pelo FNDE [porque se tivessem sido aprovados definitivamente pelo FNDE, já virariam obra, não estariam abarcados aqui] que poderão receber o reforço [então, ele autoriza, porque pelo voto do Ministro Walton deveria... o voto do Ministro Relator seria anulado, e o Plenário houve por bem admitir a possibilidade de] receber o reforço orçamentário com recursos de emendas parlamentares para serem integralmente executados [...].

Então, precisa dessa garantia orçamentária da integralidade para a execução, porque, de fato, o FNDE não dispõe desse orçamento hoje. E a parte final que foi, Senadora: "anulando os demais termos cuja fonte de custeio seja com os recursos do MEC ou do FNDE", quer dizer, a determinação de anulação de tudo aquilo que for proveniente de RP 2.

E aí o que é que nós fizemos? Até agora eu só relatei coisas do processo que ou são da época antes de assumirmos, ou o julgamento, que se deu durante todo o ano de 2023, esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

julgamento foi prolatado já, acho que, se não me engano, em dezembro de 2023, ele é bem recente, e, ao longo disso, logo ao assumirmos, eu encaminhei esse ofício para o TCU, solicitando a quebra do sigilo do processo, porque esse foi um processo que correu sob sigilo.

Então, assim, a nossa preocupação era de termos os dados, porque estávamos iniciando a nova gestão e precisávamos saber onde que a gente estava pisando ali, de repente, para aclarar os nossos caminhos e não cometemos nada semelhante a isso. Nós solicitamos a quebra do sigilo, mas ela foi negada; logo depois, o sigilo foi aberto, foi quebrado, com o julgamento definitivo.

No tocante ao indicador, nós criamos um indicador com definição de critérios técnicos e objetivos para distribuição de recursos, inclusive esse indicador foi utilizado há pouco no âmbito do PAC, nos editais do PAC. É um critério técnico que leva em conta indicadores relacionados à infraestrutura da educação.

Então, hoje nós conseguimos avaliar a qualidade da infraestrutura da nossa educação com base em critérios, a gente consegue dizer quem tem a melhor estrutura, quem tem a menor estrutura. Isso facilita também, eu diria, a indicação no sentido técnico de onde que vai, por que essa escola vai para esse município tal e não para o município qual.

Então, foi dessa forma que nós já agimos no âmbito do PAC, agora mais recentemente, e encaminhamos, por conta dessa determinação contida no item 9.3, esse ofício ao MEC, com a lista das obras a serem indicadas à CMO para complementação integral.

Esse daqui foi um ofício encaminhado ao Ministro Camilo Santana, porque a determinação é para o FNDE e para o MEC. Nós encaminhamos para o MEC para ele encaminhar, obviamente, para o Congresso Nacional, e protocolizamos recursos junto ao TCU.

Esse recurso nosso só tem um único... Na verdade, é um recurso que tinha várias páginas, com toda aquela coisa de fundamentação jurídica. Eu, conversando com o nosso procurador, então, decidi deixar só uma única pergunta. Porque quando a gente vê aqui – vou voltar aqui para o julgado –, no item 9.3, Senador, ele diz: "anulando os demais termos cuja fonte de custeio seja com os recursos do MEC ou do FNDE". Aqui, de fato, o Plenário do TCU, ao que nos parece,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não se ateve à questão de percentual, ele determinou a anulação de todos, logicamente dentro do período de 2020 a 2022, que é o que, ao final, foi conjugado no acórdão do TCU.

E a nossa pergunta foi: "Mesmo aqueles frutos de RP 2 que têm um empenho acima de 15%?". Por quê? Porque nós constatamos alguns empenhos de RP 2 – não são muitos, mas nós temos – com 50% do orçamento já garantido, com 60% do orçamento garantido. E aí a nossa pergunta foi: "Inclusive esses devem ser anulados?". Então, esse processo hoje só tem essa única pergunta.

No tocante a RP 6, RP 7 e RP 9, já estão aqui no Congresso Nacional para fins de complementação e, no tocante a RP 2, de fato, a pergunta subsiste, agora nas mãos do Ministro Anastasia, se os acima de 15% também devem ser anulados, já que o julgado, nos parece, não fez nenhum tipo de detalhamento com relação a isso.

Então, Senadora, eu queria finalizar aqui com a senhora dizendo também que eu acho que é importante, porque nós estamos cumprindo integralmente a decisão do TCU e acreditamos que a decisão do Ministro Anastasia deva ocorrer a destempo, é importante que venha, mas estamos também aguardando, pois cada um desses termos de compromisso firmado tem um prazo para execução, que é um prazo de 36 meses. Esse prazo é importante ser observado também porque, findos os 36 meses, em tese, não se superaram as condições que a legislação compreende como necessárias para que eles possam prosperar.

Mas, de qualquer forma, temos dialogado muito. Esse acórdão foi muito debatido no âmbito das nossas equipes técnicas, que aqui estão, junto com a CGU, que tem sido uma parceira nossa também, e a nossa interlocução com os órgãos de controle ocorre da melhor forma.

No tocante também ao orçamento hoje, o FNDE tem uma, eu diria, restrição que, em se encaminhando, nós precisaríamos superar, que é a questão orçamentária. Todo o orçamento do órgão, do FNDE, que foi aprovado pelo Congresso Nacional em 2023, que nós estamos usando agora em 2024, só prevê orçamento para as obras incluídas no âmbito do PAC. Então, caso essas obras venham a prosperar, a gente precisa tomar as providências no sentido de garantir o orçamento e de incluí-las na lista do CGPAC, que é o Comitê Gestor do PAC, para que elas consigam acessar os recursos que, este ano, no FNDE, são destinados, exclusivamente, a obras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do PAC, o que não significa que sejam apenas as do PAC Seleções, as novas. Nossa lista de obras em andamento já está no âmbito do PAC, foi publicada, e outras que venham precisam seguir esse mesmo trâmite.

É isso. Estou às ordens.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Bom, agradeço a exposição.

Eu consulto o nosso Presidente Flávio Arns se gostaria de fazer alguma intervenção. (*Pausa.*)

Não.

Então, nós vamos seguindo.

Acho que, sobre algumas coisas, é interessante o comentário, mas, mesmo não tendo sido obra, são obras que têm um termo de compromisso gerado. Houve demora dos dois lados, não só dos municípios, mas também do FNDE em análise. Não é por acaso que ficam um ano, dois anos...

Eu tenho obra, inclusive com emenda impositiva, que eu não consigo tirar do papel. Acho até que deve ter problema com a água de Palmas, porque o pessoal de lá não consegue aprovar creche. Com dinheiro garantido, com emenda impositiva completa do recurso, e a gente não consegue finalizar. Então, só pode ter algum problema com a merenda lá da minha cidade, porque o povo não consegue aprovar a obra.

Então, tem morosidade. Essa questão de RP 2... Sobre a maioria dos recursos, foi interessante o esclarecimento. A gente tem problemas, porque hoje o preço está só com os municípios e os estados, o preço de não ter a obra. E tem até obras de que o caminho... Parece que eu não consigo nem enxergar, porque também quem está no FNDE sabe que houve muito atraso nos pagamentos, muito atraso. Muitas das obras foram paralisadas, porque o Governo não pagava a obra durante o ano. Um ano inteiro sem pagar uma obra! Que obra que caminha desse jeito num orçamento apertado? Porque o orçamento do FNDE, das obras, é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orçamento ajustado, no limite. Se qualquer empresa começa a construir uma obra e não consegue terminar, porque ela fica um ano sem receber... Isso não funciona nem para construir o muro da minha casa. Se eu não estiver pagando, quem vai terminar? Imagina uma obra pública!

Empenhos irrisórios feitos pela administração. De novo, quem está pagando o preço é quem está na ponta. Na minha opinião, tem erro administrativo grave de gestão.

Mas nós vamos voltar a conversar.

Eu agradeço muito. Foi muito clara e muito importante a exposição da nossa Presidente.

Eu passo a palavra, agora, para o Sr. Ivo Ferreira Nosralla, Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU).

Muito obrigada pela sua presença.

O SR. IVO FERREIRA NOSRALLA (Para expor.) – Obrigado, senhora, pelo convite.

Boa tarde, Senadora, demais Senadores, demais Parlamentares, demais presentes, pessoal da mesa.

Bom, a Presidente do FNDE praticamente falou tudo sobre o processo. Essa foi, na verdade, uma inspeção feita dentro de uma representação por conta das denúncias que apareceram de interferência indevida na liberação de recursos do FNDE. E o TCU fez uma fiscalização em que, basicamente, encontrou essa falta de utilização de critérios que estão previstos nas resoluções do FNDE, que propuseram essa determinação para que atualizasse, e encontrou, principalmente no ano de 2021, esses empenhos irrisórios, que são o que eu até ia mostrar...

Primeiro, é importante reforçar a tese dessa cláusula suspensiva. (*Pausa.*)

O FNDE, em 2019, havia alguns... O que a gente identificou? Havia vários empenhos de valores relevantes do FNDE que não estavam vinculados a termos de compromisso. Então, em 2021, eles passaram a utilizar – tem a menina do FNDE aqui, que ajudou a gente –, celebrar termos de compromisso com cláusulas suspensivas. O que são esses termos de compromisso com cláusulas suspensivas? Você firma o termo de compromisso, libera o empenho. Esse termo de compromisso é firmado sem nenhum critério técnico, por indicação do Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não precisa de nada. É só alguém que... A gente mandava um e-mail, eles selecionavam, eles firmavam os termos de compromisso. O próprio prefeito, gestor, é quem confirma, libera o empenho, firma o termo de compromisso, ao qual eles ficam vinculados. E o gestor tem 36 meses para conseguir a aprovação técnica do projeto, que é basicamente – eu não sei se o FNDE confirma – ter o direito de propriedade sobre a obra, muitas vezes, é reforma, nem precisa disso, porque já tem um projeto.... Lembrando que o FNDE tem projetos padrão. Eles precisam basicamente ajustar o projeto padrão ao local. E, eventualmente, quando é o caso – tem muitas escolas indígenas –, a licença ambiental. Então, eles têm 36 meses para... Mas, enquanto isso, forma-se o empenho, libera-se o empenho, sem nenhum critério, e fica 36 meses.

O TCU, bom, do ponto de vista de regularidade disso, não há uma previsão no FNDE. Eles falaram que usariam uma portaria ministerial, que é uma portaria que regula a transferência de recursos da União. Realmente existe essa portaria interministerial, mas ela não prevê 36 meses para aprovação de projetos pendentes. Ela prevê que até o ano seguinte sejam aprovados esses projetos. Também prevê – já começa a prever – que seja indicada a fonte orçamentária para execução do projeto. E sobre essas cláusulas suspensivas não prevê nada. Então, a partir daí a gente fez... Ela até mostrou esse... Esses são termos de compromisso... A partir dessas... Termos de compromisso com cláusula suspensiva, que permitia a liberação de empenho, sem nenhum documento, começaram a aparecer os empenhos irrisórios que a gente tem... É importante esse...

Em 2021, os empenhos... Esses não são todos os termos de compromisso firmados em 2021. Lembrando que havia empenhos de 2019, com valor mais relevante, era da base de 50% da obra, mas esses são os empenhos de 2021 firmados no FNDE.

Olha isto: os empenhos firmados com os recursos de RP 2 foram 1.175, eles corresponderam a 3% da obra, a média.

Ela mostrou alguns que eram 0,25; mas a média é 3. E ela falou que as obras correspondiam a 14 vezes o valor de empenho. Não, os de 2021, 3; é 33 vezes o valor da obra. Mesmo no caso de RP 9, a gente vê um número bem menor, o valor dos empenhos também, mas é 5% e dá 20 vezes o valor da obra. E, no caso de RP 7 e RP 6, não; você vê que o percentual do empenho é maior, é relevante e eles são regulamentados. Essas emendas não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saem do outro jeito, porque elas são regulamentadas, foi regulamentado na Constituição Federal e aqui, nas resoluções do Congresso, ela prevê que tem que liberar uma parte relevante da obra, o empenho, e já prevê as fontes seguintes, que normalmente são as de bancada ou parlamentares.

Então isso mostra o que aconteceu lá. E, a partir disso, o tribunal, tirando as questões orçamentárias e fiscais que envolvem esse tipo de empenho, de execução do orçamento, as questões, o risco fiscal que isso envolve, a gente estava falando de falta de recursos, isso aí é um exemplo, claro que pode faltar recurso na execução da obra. Nós não estamos falando de obra nenhuma ainda, nós estamos falando da aprovação da obra. A aprovação da obra para a liberação do recurso, mas eles empenham. Primeiro é interessante mostrar que, apesar disso, isso compromete o orçamento da FNDE. Olha lá, só nessas emendas irrisórias, foram 230 milhões empenhados com muitos, a gente sabe que muito disso não vai resultar em obras.

Além disso, o TCU achou que estava sendo, além de todo o risco fiscal, irregularidades, achou que também era mais importante o FNDE usar esse orçamento para construção, finalização de obra, continuação das obras, do que ficar nesses empenhos irrisórios, nessa pulverização de empenho que aconteceu em 2021, uma pulverização. Essa é outra razão do tribunal e, em razão disso, é que saiu aquela determinação do tribunal. Na verdade, aquela determinação do tribunal, que é a página seguinte, que é a determinação mais importante, que ela já apresentou, a Presidente do FNDE, foi uma oportunidade para que sejam complementados nos casos. A senhora falou de empenhos, olha, nós temos empenhados 50% da obra, 60%, é uma oportunidade para complementar, inclusive pode ser com recursos do FNDE, é a oportunidade de complementar.

O TCU não quer parar obra, nem, pelo que eu entendi do acórdão, não é uma questão de paralisar obra; é evitar risco fiscal, dar prioridade para obras em andamento, se for o caso, e não utilizar o orçamento nisso, porque a gente sabe que falta recurso. A senhora falou de falta de recurso, demora, é falta de recurso também, que falta no FNDE. Então, dar uma oportunidade para que fosse complementado, nos casos. Há casos, como a senhora também comentou, de uma escola em que já cuidaram das questões de direito de propriedade, que é um dos requisitos para a aprovação técnica...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVO FERREIRA NOSRALLA – Sou eu?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. IVO FERREIRA NOSRALLA – Já passou? Nossa, eu ia... É pouco, não é? E é uma oportunidade para que complemente...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Não fui eu que apertei não, é automático. (*Risos.*)

O SR. IVO FERREIRA NOSRALLA – Para que se peguem os orçamentos, os termos de compromisso relevantes e completem.

No caso da primeira parte, quer dizer, ele não falou em anulação das emendas parlamentares. Muito embora, isso é uma questão minha, eu não sei como que nós... Isso é uma questão que eu não sei mesmo agora. Nos casos, como eu comentei aqui, RP 7 e RP 6 têm...

No caso de RP 9, eu não sei o que acontece quando do empenho de 0,5% da obra, o FNDE consegue aprovar a realização da obra. Eu não sei se... Não existe um comprometimento – nas outras tem – de a própria bancada destinar recurso orçamentário para a conclusão da obra.

De RP 9 eu não sei se, liberando meio, o FNDE vai ter que usar do RP 2 dele ou vai ser mais RP 9?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IVO FERREIRA NOSRALLA – Então, o TCU, voltando à determinação, deu uma oportunidade para que se complementem os termos de compromisso, lembrando que não existe obra, não existe nada.

E no caso, eu acredito, a segunda parte está anulando os demais termos cujas fontes de custeio... Isso tem recurso, está sob recurso, vai ser julgado e eu vou dar minha opinião. Eu acho que os termos de compromisso assinados, não. Os que resultaram em obras, eu acredito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FERNANDA MARA DE OLIVEIRA M C PACOBAHYBA (*Fora do microfone*.) – Isso aí está mantido.

O SR. IVO FERREIRA NOSRALLA – Então, são aqueles que até agora não resultaram em obras. Basicamente é isso. A preocupação do tribunal não é com paralisar a obra. É a preocupação orçamentária, preocupação com outras prioridades do FNDE e eu acredito nisso. E é basicamente isso.

O TCU determinou também que adote critérios. Eu estou sabendo que o FNDE já está adotando critérios para a destinação, porque não existia critério nenhum. Era um *e-mail* que o diretor mandava. Era assim: havia um *e-mail*, o diretor mandava, o técnico colocava em cláusula suspensiva, gerava-se o empenho e gerava-se o termo de compromisso e pronto. Ficam esses milhares de... e em seguida, ali, dar ciência ao FNDE.

Com relação à cláusula suspensiva, o TCU acha que eventualmente pode ser usada, mas com observância da... ah, mas aí está, é que eu não... no 942 tem que observar a necessidade de se indicar, no caso, indicar qual vai ser a fonte depois da aprovação da cláusula suspensiva e um prazo, que não é de 36 meses, porque a norma prevê o fim do exercício seguinte a firmar a assinatura do termo de compromisso.

Então, eu não sei se... Mas era isso que eu tinha para falar. Qualquer coisa, qualquer dúvida... Eu terminei.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu agradeço.

Na verdade, eu tenho algumas perguntas, mas a gente quer essa questão. Porque, na verdade, o TCU anulou tudo no pacote.

(*Intervenção fora do microfone*.)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Tudo de RP 2, mesmo o que tinha 80%, 90%. Tem casos.

E, ao mesmo tempo, a minha pergunta é: quando começou a figura do empenho parcial? O Tribunal de Contas acompanhou isso? Porque o FNDE empenhava tudo, depois passou a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empenhar parcial. Não é o Prefeito, não é o Parlamentar que escolhe o percentual de empenho, é a administração, é a gestão. Então, tem questões sobre isso.

Outra coisa: hoje, então, qualquer obra que for empenhada tem que ser empenhada 100%. Depois eu vou voltar para...

E quero lembrar aqui do PAR. Eu conheço o PAR do início, porque eu era Presidente do Conselho de Secretários de Educação à época, quando o PAR foi criado. E o PAR era proposto. Ele só foi criado pelo ministério para os municípios, os estados estavam de fora. Nós, o Consed, propusemos, fizemos uma proposta, um desenho e, a partir daí, foi criada uma estrutura, mas os estados propunham as suas prioridades. Então, era o critério de prioridade e, a partir disso, então tinha um critério de... Em algum momento, se perdeu esse critério; em algum momento, começaram a ter outras decisões; em algum momento, faltou o monitoramento, porque, se o critério deixou de existir... Alguém acompanha a gestão pública. Quem não acompanhou a gestão pública... Quando o critério se perdeu?

A SRA. FERNANDA MARA DE OLIVEIRA M C PACOBAHYBA (*Fora do microfone.*) – A partir de 2019.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Então, a partir de 2019. É isto que eu estou dizendo: tem problemas e não vêm só desse período. Grande parte dessas obras inacabadas e paralisadas estão no FNDE, hoje, para retomar, mas estão lá no TCU. Elas têm tomada de conta, elas tiveram dinheiro desviado, porque o modelo era transferência total de monitoramento. Então, tem muitos problemas administrativos e de acompanhamento e de monitoramento. Parece-me que tem muito a questão do próprio critério, de ter critério. Eu estava falando aqui com a Presidente sobre o PAC: que Parlamentar, hoje, vai botar dinheiro no PAC? As escolas são selecionadas... Quer dizer, todos os municípios fazem o seu PAR, é o que a gente sempre orienta. No seu PAR, você vai mostrar que praticamente, eu acho, 0%, Dr. Ivo, reforma, porque sempre foi priorizada a construção por todo o aparato técnico de análise de uma reforma e, ao mesmo tempo... Então, isso não existe. Existe obra nova. Por tudo, é o que tem.

Numa situação do PAR, o município faz o seu planejamento, não é só o planejamento do que ele vai buscar de dinheiro do Governo Federal. Em tese, foi um estímulo ao planejamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de cada ente federado, para ele dizer: "Isso aqui eu vou buscar dessa forma, para isso eu vou mexer com a minha rede, nisso eu vou buscar o apoio do Estado". Mas, à medida que o PAR foi elaborado, ele tinha um critério de... E, independentemente de ter o critério do PAR, podia ter critério político, desde que obedecesse àquele crivo das prioridades, das necessidades.

Então, eu acho que tem muitas coisas sem respostas e tem muitas ausências públicas, talvez até do TCU.

Porque, se nós chegamos a uma situação dessas, depois de 2019, 2020, 2021 e estamos chegando a 2024, com escolas que estão nessas idas e vindas... não é tão simples aprovar um projeto do FNDE?

Eu dei esse exemplo da creche, que é uma emenda impositiva, mas são idas e vindas, e são muitas. E eu não estou colocando que é culpa do FNDE ou da equipe do município, não, mas é falta de estrutura também, tanto técnica – na ponta – quanto aqui.

Não tem cabimento eu ter o empenho de 80% que, às vezes, na época era de quase 100% – vocês sabem disso –, aí o valor atualizou, o percentual caiu, porque eu não consigo aprovar um projeto das idas e vindas do ponto de vista técnico. Então, não é uma coisa simples: "É simples, é só preparar dois ou três itens", não é isso. Para um projeto ser aprovado são muitos critérios, além de ter a área, o projeto de implantação, toda a parte de documentação... o FNDE analisa, volta para o estado, o estado corrige, manda, analisa de novo, tem um item que não foi...

Então, não é por acaso que tem escolas que estão há três anos esperando, que estavam com 100% ou 90%, mas não conseguiram assinar, e hoje entraram no pacotão, e hoje vai ser difícil, inclusive, achar o dono – quem é que vai querer colocar recurso naquela obra –, porque era um recurso administrativo do FNDE que, por problemas administrativos, não virou início de obra, e agora simplesmente o TCU disse: "anule-se tudo".

É uma coisa bem complexa para quem está na ponta.

Eu passo a palavra agora para o Sr. Silvestre Henrique Ferreira Cerejo, Coordenador-Geral de Auditoria de Obras da Controladoria-Geral da União, a quem já agradeço a presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILVESTRE HENRIQUE FERREIRA CEREJO (Para expor.) – Primeiramente, agradeço o convite, agradeço aos presentes.

É muito bom a gente ter um tempo para conversar sobre obras da educação. A gente está gastando bastante energia neste Governo, tentando apoiar o FNDE, no processo de retomada de obras, no regramento das novas obras. A gente está estruturando uma portaria do PAC. Aos moldes que é a Portaria 424, que foi citada ali no acordão do TCU, para que não existam mais esses prazos de cláusulas suspensivas muito díspares, que todos os ministérios usem mais ou menos o mesmo regramento lá na ponta, porque a gente sabe a dificuldade das prefeituras e de cada ministério. É um procedimento, tem suas particularidades. A gente tem gastado esforços tentando fazer essa padronização.

A gente está com o FNDE desde a edição da Medida Provisória 1.174, de retomada das obras paralisadas, que foi convertida no Projeto de Lei 14.719, e tem grande parte dos recursos – tanto humanos, do FNDE, como orçamentários – empenhados nessa ação de retomada dessas obras paralisadas, que remontam a uma década, praticamente.

A LDO, também, neste Congresso, tem dado sempre prioridade para a destinação de recursos para as obras em andamento, e é indiscutível – já foi bastante exposta a questão do acórdão, tanto pela Fernanda, quanto o Dr. Ivo – que houve alguns atos de gestão ali que distam um pouco do que está previsto na LRF, nos arts. 15, 16 e 45, nesse sentido de se priorizarem as ações que estão em andamento, as obras que estão em andamento, e não se impedir que os recursos venham a ser pulverizados com outras obras novas e impedir o andamento regular daquelas que estão já contratadas. Então, nesse sentido técnico, não tem muito que fazer o reparo na questão do acórdão.

Acho também que a solução dada parece realista. Se tem uma dúvida de como foi feita essa decisão de iniciar essas novas contratações, assumir esses termos de compromisso... Se há uma dúvida de legitimidade, de uma questão de legalidade, está-se dando uma chance para a gestão atual e para o Congresso empenharem os valores devidos, para que essas obras possam ser concluídas.

Eu acho, nesse sentido, apesar de a redação ali não ser tão clara, Dr. Ivo, eu acho que, da leitura do que a unidade técnica colocou – o que foi discutido no voto do relator e depois do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

revisor, com algumas divergências ali entre eles –, a leitura do dispositivo final é que, se forem completados os recursos orçamentários, para essas obras, mesmo com essas questões iniciais de algum desvio, o Congresso, a gestão atual, está convalidando aqueles atos em que pairou alguma suspeita ou teve alguma falha. Então, a gente acha isso prudente.

É lógico que o remédio é amargo, porque está tratando 1.727 instrumentos da mesma forma, praticamente. A gente entende que está em grau de recurso no TCU – pode ser que ainda tenha alguma alteração do entendimento –, mas a posição da CGU é assim: a decisão que for proferida no acórdão é o que a gente vai acompanhar o FNDE para cumprir.

A gente está à disposição do Congresso Nacional para buscar alguma solução, porque a gente sabe que, realmente, por mais que tenha os critérios técnicos do FNDE e a gente viva numa democracia, a decisão da alocação orçamentária é política também. Então, o Governo eleito e os Congressistas têm o direito de indicar aquelas parcelas do orçamento para aquelas obras que eles entendam prioritárias, usando os critérios de legalidade que estão postos. A gente não pode questionar determinada obra só porque tem origem de dinheiro parlamentar, a gente tem que tratar igual às obras de RP 2.

E, por fim, no que cabe à CGU – não é minha área, é a área de corregedoria – quanto à apuração de responsabilidade dos gestores passados: eu não posso comentar processos de andamento, mas um processo já foi arquivado porque o consultor externo citado não é servidor público, não tem nenhum vínculo com a União. Então, não temos como fazer um PAD e mandá-lo embora. A gente recebeu o processo e já arquivou esse caso – como já está arquivado, eu posso divulgá-lo. As outras ações de cunho correicional a gente não pode comentar aqui.

Então, basicamente, o que a CGU tem a contribuir nesse caso é isto: estamos dispostos a fazer uma solução e o monitoramento da determinação que for dada pelo tribunal e da decisão de alocação de recursos do Congresso Nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Agradeço as contribuições do Sr. Silvestre Henrique Ferreira Cerejo, Coordenador-Geral de Auditoria de Obras da Controladoria-Geral da União.

Consulto o nosso Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para interpelar.) – Da minha parte, eu quero cumprimentar a Dra. Fernanda, o Dr. Silvestre, o Dr. Ivo, a nossa Presidente, estimada pela Comissão e pelo Congresso, Professora Dorinha Seabra, e também todo o pessoal do FNDE aqui presente.

Eu diria o seguinte: na minha opinião, nós nunca vamos ter uma solução. É impossível. E nós estamos falando, pela soma, de R$6 bilhões – de R$6 bilhões ou R$7 bilhões. É muito complicado.

E eu diria que essa não é a tarefa do MEC. Talvez fosse, antigamente; mas, hoje em dia, eu acho que há necessidade de se rever isso. Primeiro por conta do quadro do FNDE. Eu já discuti com a representação, inclusive fui a uma audiência com a Ministra Esther reforçar o pedido do Ministro Camilo pela ausência total de quadros, pelo esforço todo que fazem – porque eram mais de mil funcionários, hoje são 200, 300 funcionários no MEC –, com tarefas extraordinariamente grandes e importantes.

Se a gente pensar no Fundeb, por exemplo, a complementação da União é de... Não sei quanto está hoje. É de R$45 bilhões. E nós não fazemos discussão nenhuma do... Claro, sempre tem uma confusão num município ou em outro que tem que ser investigada, mas imaginem se a gente fizesse essa discussão de R$45 bilhões, como a gente faz de R$6 bilhões, em relação a obras.

O programa da merenda escolar é um programa gigantesco, bom, conduzido pelo FNDE, pelo Ministério, e envolve também uma quantia importante.

A SRA. FERNANDA MARA DE OLIVEIRA M C PACOBAHYBA (*Fora do microfone*.) – São R$5,5 bilhões.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Quanto?

A SRA. FERNANDA MARA DE OLIVEIRA M C PACOBAHYBA (*Fora do microfone*.) – São R$5,5 bilhões.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – São R$5,5 bilhões. Então, R$45 bilhões mais R$5 bilhões já são R$50 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Programas de transporte, quer dizer, a complementação do recurso do PDDE, por exemplo, Programa Dinheiro Direto na Escola. Pode dar confusão, como sempre dá, onde o ser humano está agindo, sempre tem que haver um sistema de controle, de fiscalização, obviamente, não só no MEC, mas na sociedade toda. Então, é um recurso extraordinário.

O Congresso contribui muito com essa confusão, no sentido de ter emenda de relator, emenda de bancada, emenda disso, emenda daquilo, e acaba complicando a vida toda. Mas eu diria que não é tarefa do MEC dizer ao Prefeito para vir de lá do Amazonas para cá para falar com o Deputado ou falar com o Senador que ele precisa da creche. Eu acho que ele, aí, já está gastando um dinheiro que, praticamente, poderia construir parte da creche. Não é verdade? Ou ele vai chegar aqui e dizer, como a Professora Dorinha colocou, eu não quero uma creche nova, eu quero mais duas salas, arrumar a cozinha, o banheiro, uma área coberta. "Não, isso não pode, tem que ser a creche nova ou nada".

Não dá certo isso, não é? Ou eu quero reformar a escola. Tem escola sem esgotamento sanitário. Tem escola sem quadra de esporte, sem água potável, sem energia elétrica. E isso tudo... Até a Professora Dorinha foi a Relatora do Fundeb na Câmara e eu, aqui no Senado, mas trabalhamos muito juntos na tramitação. Já está lá o VAAT, para ver aí como é o critério do Valor Aluno Ano Total, quer dizer, ver a condição do município, quanto arrecada, quanto não arrecada. Só que esse trabalho, que é importante, que a turma do FNDE faria, o corpo de servidores, não faz porque não tem tempo, porque falta o terreno lá na ilha, ou porque os terrenos são irregulares, ou isso, ou aquilo. E nós estamos discutindo R$6 bilhões. E, naturalmente, para Deputados e Senadores, sempre o Prefeito vem perguntar: "Não, vou indicar a escola, vou indicar aqui a ampliação, a creche nova e tal".

Então, isso, politicamente, até para a gente construir uma política saudável, não deveria ser desse jeito. Agora, o que falta nisso tudo? Falta o MEC articular tudo isso com estados e municípios. Eu sempre digo: é o Sistema Nacional de Educação, cuja lei foi aprovada aqui, foi para a Câmara, para o MEC sentar – cinco representantes do MEC, cinco de estados, um por região... cinco dos municípios, um por região do Brasil – e dizer: "O que nós vamos fazer juntos?". Articular. O MEC tem plantas. Ótimo! Então, a planta é para orientar projetos. Planta, projeto. Projeto de escola. O município, às vezes, não sabe como fazer, olha, tem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, qual é o papel do MEC? O papel do MEC na educação básica é suplementar, complementar, porque o dinheiro é do estado, é do município, essencialmente. O MEC vai complementar. Então, qual é o papel do MEC? Articular, coordenar, estabelecer esse debate, a discussão, porque senão fica gastando um tempo, assim, na minha opinião, extraordinário junto com o Tribunal de Contas, que está cumprindo o seu papel, a Controladoria-Geral. E o FNDE também não é uma, assim...

Eu sei que é uma situação que vem, não é, Dra. Fernanda? Eu não estou querendo fazer uma crítica ao FNDE, porque eu conheço a qualidade do corpo técnico, da senhora também, do Ministro, a quem eu respeito muito, quero dizer, mas eu acho que chegou na hora, sim, de a gente repensar isso tudo e dizer: "Olha, vamos estabelecer um sistema. Nós temos R$6 bilhões aqui. Como é que, com critérios técnicos – critérios técnicos, obviamente –, como é que...".

Mas isso tem que se combinar com estados e municípios e essa combinação é essa articulação tripartite – União, estados e municípios –, porque o MEC não é só a educação básica. O FNDE é educação, mas nós temos o ensino superior, e é claro, falta dinheiro para o ensino superior. Existe a necessidade de mais recursos, mas a gente nunca ouve sobre confusões no ensino superior. Falta dinheiro, falta orçamento, falta recurso. Precisamos de mais recursos para isso, para aquilo. Mas, obviamente, aí sim a União tem que discutir bem com... porque a tarefa constitucional da União é discutir com o ensino superior.

Agora, isso não é culpa... também não quero colocar, porque tivemos muitos problemas nesses anos passados, e eu penso que vai ser uma tarefa inglória, e daqui a dois anos vão dizer: "Não, vamos arrumar tudo." Aí vem alguém e desarruma tudo de novo. A gente não pode correr esse risco.

Então, a merenda está funcionando já faz quantos anos?

A SRA. FERNANDA MARA DE OLIVEIRA M C PACOBAHYBA (*Fora do microfone.*) – Oitenta.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois é, a merenda está funcionando faz 80 anos. O PDDE, eu acho que já faz pelo menos uns 20 anos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por aí, 20 anos, ninguém fala de confusão no PDDE. Pode ter a confusão, então vamos arrumar, vamos fiscalizar, vamos acompanhar.

Agora, obras... tudo obra nova. Eu fui Secretário de Educação também, e quantas vezes que eu vim falar no FNDE, por causa do PAR, porque a gente dizia: "Preciso reformar a escola, ampliar a escola". "Não, não pode, tem que construir escola". Eu dizia: "Não, não quero construir escola, quero só arrumar banheiro, arrumar cozinha, fazer uma escola mais bonita, acolhedora". "Não, não dá".

Então, tem que achar mecanismos, e talvez nem seja a função do FNDE, nesse sentido, construir, porque isso tem que ser pactuado no tripartite, que é o Sistema Nacional de Educação; tem que pactuar, que quem faz educação básica são os estados e municípios que colocam mais de R$200 bilhões no fundo contábil do FNDE... do Fundeb, fora os 5%. Agora, estados e municípios se ressentem muito.

Que tipo de escola eu quero hoje? Hoje tem hora-atividade do professor; como é a sala do professor para ter hora-atividade? Como é o tipo de escola para ter educação em tempo integral? Quer dizer, este debate, essa discussão, eu diria, numa Comissão tripartite, levando para todas as regiões, o pessoal do FNDE, sob a coordenação sua, faria isso com... não faz porque não dá tempo. Tem tantas coisas para ver de processo, de terreno, disso, daquilo. Tem as normas, está dentro das normas, esquece, não faz mais, e coisas semelhantes.

Eu, olha, francamente... a Professora Dorinha falou, não em relação ao FNDE, mas em relação a outros ministérios, porque daí você acaba também com a má política, nesse sentido. Acaba que, às vezes, a gente tem que ter instrumentos para exercer esse papel bonito da política, de ser um instrumento de transformação da sociedade.

Mas em outros ministérios, emendas que a gente fez, impositivas para outras coisas, depois de quatro anos não tinha nada ainda, estavam lá. Por isso que eu, a contragosto, mas espero que o Tribunal de Contas faça isso, optei pelas transferências especiais. Por quê? Porque não dá, não vai, não...

Assim, o Executivo tem o papel principal de fiscalizar, de orientar, de fazer, não de executar, mas de criar essas condições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que 6 bilhões dão margem a tudo que é tipo de problema e a gente tinha que achar algum caminho, se me permite, Dra. Fernanda, dizer isso de pensarmos em outro, resolver o passivo e dizer "Vamos pensar para frente de um jeito diferente", mas tem que ter um sistema, quer dizer, um sistema que está previsto na Constituição, na LDB, no Plano Nacional de Educação, em todos os sentidos. E aí combina com estados e municípios para dizer "Vai ser assim, vai ser assado, tal...", porque olhando assim eu digo: "Meu Deus, é complicado isso".

Você não acha também? Permita-me chamar de você...

Enfim, uma sugestão nossa, e eu já fui do Executivo, e sei que não é fácil também, não é fácil, mas eu acho que uma das tarefas, desafios principais nossos é construirmos novos caminhos.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu vou voltar para as considerações finais, mas eu quero perguntar sobre isso.

Hoje, qualquer obra vai ser empenhada 100%? A questão do PAR e PAC, eu acho que já tem um critério PAR e PAC, e ouvi aqui a fala do Silvestre dizendo: "Olhe, a chance da gestão atual e do Congresso completarem". Parece-me absurdo, porque a gestão atual não tem condição, nem número, para fazer esse completar, porque ela recebe um passivo sem planejamento e que não tem condição.

Ao mesmo tempo, o Senador me ajudou com um argumento, embora ele tenha mais atrapalhado do que me ajudado no meu argumento de pessoal, quando o senhor disse da equipe do FNDE. A demora dos três anos, em grande parte, é a sobrecarga do FNDE também, de não conseguir em tempo analisar.

Ao mesmo tempo, Senador, tem um critério, o PAR é o planejamento, foi essa a ideia. O mecanismo, com o sistema funcionando, pode estabelecer um outro critério, mas isso não é diferente do que acontece hoje na saúde, e lá tem sistema. Por isso, eu acho que tem problemas de gestão graves, tem problemas de gestão graves, e não é da gestão da Presidente Fernanda, é o modelo de gestão que o Brasil assume, como ele vai lidar com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Congresso... Seria cômodo se fosse uma coisa para o Congresso decidir. "Ah, não, ele vai pegar o dinheiro e vai botar nessas obras que estão lá." Pode ter obras que não seriam prioridades, não que não fossem necessárias, mas não seriam prioridades pelo volume de recursos que tem, porque se não for obedecido o PAR como critério, porque em tese o par tinha até número, tinha contagem, só que, em determinado momento, ele virou de gaveta, virou, foi para a gaveta. Assim como, na minha opinião, o Plano Nacional de Educação é de gaveta, porque eu nunca vi um tribunal de contas reprovar a conta de um ministro, por não ter colocado orçamento nas metas que estavam comprometidas no Plano Nacional de Educação.

Então, é um instrumento, como eu ouvi de um ministro: "É fictício, é de gaveta". Acho que a gente faz muita coisa de gaveta. E aí, a minha... Também é a mesma coisa, se a maioria de que eu fui informada, que vocês foram, para Presidente... Eu achava que era mais de RP9, mas muito de RP2, é de gestão.

Então, houve erros de gestão. E que, de novo, eu falo que é quem está na ponta, porque nenhum prefeito vai dispensar uma creche que alguém ligou para ele e disse: "Olhe, você tinha no seu PAR um pedido de creche, estou conseguindo empenhar a creche". Ele assinou, ele começou a mexer, tem caso lá que vendeu não sei o quê para comprar, porque não tinha área; enfim, tem muito...

Não é uma coisa tão simples – simples de a gente falar assim: vamos pegar esse pacotão e colocar debaixo do tapete –, porque é muita coisa, envolve muita gente em situações reais.

Então, eu acho que eu estou na... Essa provocação precisa ser feita. Eu vou falar com o Presidente Rodrigo Pacheco, a CMO, quem vai lidar com isso; porque nós estamos perdendo tempo. É preciso ter um rumo para saber o que vai ser feito, até porque tem situações, tem escolas que estão hoje pré-selecionadas – e aí é a minha pergunta, sobre PAC e PAR –, mas de novo o Governo Federal pede para nós colocarmos orçamento. Se vai separar, e Parlamentar não mexe com dinheiro de FNDE e de obra, por que estão pedindo para eu escolher a obra aqui do meu, para eu colocar um dinheiro no PAC? Para fazer uma creche e receber uma outra creche dentro das elegíveis – é isso? Selecionadas, não é?

Então, na verdade, precisa amarrar isso direito; essa coisa precisa estar muito clara, porque, quando não está clara, ela dá espaço para acontecerem alguns problemas que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos aqui. E eu coloco claramente, no meu caso, no meu estado mesmo, não é obra nem que eu coloquei, na cidade de Gurupi – a Presidente sabe –: é uma escola que já chegou a ter, sei lá, 80%, 90%, e está nesse pacotão. A prefeita de uma cidade – que é a terceira maior cidade do estado, então não estou falando de uma cidade cuja equipe técnica não tenha preparo nenhum – não conseguiu começar e agora está no bolo; está no meio do conjunto das obras que estão, pelo TCU, canceladas? Ou qual é o termo que...?

A SRA. FERNANDA MARA DE OLIVEIRA M C PACOBAHYBA (*Fora do microfone*.) – Para serem complementadas.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Para serem complementadas. Quem é que vai querer colocar esse dinheiro lá, não é?

O SR. IVO FERREIRA NOSRALLA (*Fora do microfone*.) – Na RP 2...

A SRA. FERNANDA MARA DE OLIVEIRA M C PACOBAHYBA (*Fora do microfone*.) – Na RP 9.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – É tudo; é RP 9 que não existe mais, aí alguém vai ter que adotar essa escola e pegar, agora, uma escola que custava R$13 milhões e que hoje está R$22 milhões. Eu vou ter que pegar do meu recurso de R$22 milhões e vou colocar numa única escola?

O SR. IVO FERREIRA NOSRALLA (*Fora do microfone*.) – A RP 2 não será anulada...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – A RP 2 foi anulada...

O SR. IVO FERREIRA NOSRALLA (*Fora do microfone*.) – A RP 9 não...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu vou devolver, aí o senhor esclarece melhor, quem sabe.

Eu agradeço e me coloco à disposição, principalmente da Presidente, que é a gestora, está com o Executivo, para o que a gente puder ajudar. Eu tenho recebido, de igual forma, esses pedidos de socorro – o que não é de hoje – do FNDE, ao longo dos anos foi esvaziando o FNDE, não tem condição de funcionamento. Por muito tempo, foram alternativas: contrata via Unesco,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

via não sei o quê, outras entidades; não resolve o problema. Então, qual é a situação do FNDE, que é grave? Não é uma questão de falta de preparo técnico ou de boa vontade; é uma questão matemática, necessária.

Eu passo a palavra, para as considerações finais, à Sra. Presidente do FNDE, Fernanda Pacobahyba.

A SRA. FERNANDA MARA DE OLIVEIRA M C PACOBAHYBA (Para expor.) – Vou fazer umas observações, se o senhor me permite, Senador.

De fato, a sua fala é um *roadshow* do que a gente vive no FNDE. Só para você ter uma dimensão: nosso orçamento este ano está em torno de R$100 bilhões. R$45 bilhões estão no complemento da União ao Fundeb; R$20 bilhões, quase, no salário da educação – então você já tem aí R$65 bilhões. Nada disso me dá trabalho; nada. O que me dá trabalho se chama orçamento discricionário, R$2 bilhões. Dos R$100 bilhões, nada me dá trabalho; o que me dá trabalho são R$2,6 bilhões. O resto todo... É impressionante como eu vivo para R$2,6 bilhões.

Os outros R$100 bilhões eu diria que são muito bem estruturados, de fato; e ainda mais, isso que a gente recebeu no começo da gestão, isso, eu diria, que está espelhado nesse acórdão é algo extremamente desafiador, para dizer o mínimo, porque é algo de que nós não participamos, eu não tenho a menor ingerência com relação a nada disso, mas eu estou sendo premida, óbvio, porque o órgão não funciona na base do Presidente, e eu sou a pessoa da vez que, em tese, tem que fazer a máquina girar e dar desdobramento aos processos.

Então, numa linguagem popular, eu diria que é um abacaxi gigante para a gente descascar, diante de todos os outros... mas eu acho, Senador, também que a nossa gestão... e o ano passado praticamente é um ano em que a gente conta nos dedos de uma mão as coisas novas que foram inauguradas, que foram processos novos disparados no FNDE. Nós realmente... assim, foi uma sinalização muito firme de que íamos priorizar aquilo que o FNDE já havia começado nas outras gestões. Nós cumprimos absolutamente todas as obras, independentemente de partido, independentemente de lugar, independentemente de região, nós pagamos absolutamente tudo e todos, seguindo critérios técnicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu chegava em eventos com mil pessoas, 2 mil, e desafiava quem tinha dívida com o FNDE, que era um dado histórico, porque essas dívidas, sim, fazem com que daqui a pouco o nosso produtor... o nosso construtor das obras na educação básica não são empresas grandes não, gente, é empresa optante pelo Simples Nacional, é microempresário, é empresa de pequeno porte, que às vezes, pela falta de uma parcela, vai desmobilizar todo o canteiro e para mobilizar de novo o custo é extraordinário e ele não vai voltar àquela obra.

Então, é determinação do Presidente Lula, do Ministro Camilo não ter mais obra com atraso. Às vezes, acontecia e levantava um, dois, três... procurem-me pessoalmente. O meu WhatsApp o Brasil todo acho que, praticamente, tem. Eu acordo todo dia com alguém falando "cadê a medição tal", me cobrando. Hoje, as pessoas colocam a nota no FNDE ontem e, no outro dia, já estão acordando dizendo "cadê meu pagamento?" Então, assim, a gente tem colocado.

E quando nós temos problema e ainda vez ou outra acontece: "olha, esse aqui, esse pagamento está atrasado três meses". Quando a gente vai ver, é algum problema que a gente tem no Simec, que realmente é um sistema antigo e que, vez ou outra, dá uns *bugs* aí, e a gente precisa fazer requisições de tecnologia, pedir para organizar.

Então, a nossa gestão está absolutamente, eu diria, vocacionada e bem intencionada no sentido de melhorar a qualidade dessa gestão. E diria até o PAC agora, essa terceira edição do PAC liderada pelo Presidente Lula foi uma edição em que nós realmente fomos fartos na utilização de critérios técnicos. Então, assim, eu acho que está muito claro. E justamente para quê? Para não ter, assim... não tem mais sentido essa coisa do "vou lá no FNDE, que Fernanda vai dar uma...", não existe isso. Acho que ninguém pode abrir a boca para dizer absolutamente nada, não existe isso, não aconteceu. Por quê? Porque o que a gente tem foi ofertado no edital, com critérios claros, divulgados pela Casa Civil, que é a líder do PAC dentro do Governo, e a partir daí está tudo publicizado.

Então, assim, das duas uma, ou é coisa nova, e está dentro do PAC, seguindo estritos critérios técnicos, ou então é um passivo – nós recebemos muita coisa, óbvio –, e cumprimos absolutamente todos os contratos, todos. A gente não escolhe, não. Isso não é de pouca coisa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque nós assumimos o FNDE com 700 milhões em dívidas. Então, "paga para um, mas não paga para o outro, paga para o...". Então, nós não fazemos isso, isso não existe, tá?

Então, eu acho que nisso aí, o que o senhor falou é super importante, para gente dar, assim, o teor gigante do FNDE.

Porque a gente fica muito concentrado nessa parte das obras e esquece de ver – acho que diria assim – 97% dos recursos que estão transitando e que estão irrigando os municípios e os estados.

Obviamente, a gente sempre tem, eu diria, uma pretensão de melhorar, como fizemos agora com a prestação de contas. Eu tenho três metas de gestão estratégica para 2024.

Para mim, o maior problema que a gente tinha para resolver em 2024 eram as prestações de contas no FNDE. Acho que o senhor não estava aqui quando eu falei no começo. São 270 mil prestações de contas no FNDE. E, a partir de agora, nós migramos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FERNANDA MARA DE OLIVEIRA M C PACOBAHYBA – ... para a solução BB Gestão Ágil para estancar isso. Nós não teremos essa prestação de contas no sentido tradicional e estamos trabalhando junto com CGU e TCU para resolver esse passivo.

Realmente, é algo que tira o sono, porque o gestor vai para casa, e, quando dá 15 anos depois, chega alguém e diz: "Ah, aquele dinheiro". Às vezes, o gestor já morreu, e isso impacta o gestor de agora que, muitas vezes, deixa de receber um dinheiro de um programa por conta de três gestores atrás, e o cara nem está mais lá. Você pede o documento, não tem mais, porque, especialmente, às vezes, no município, tem essa dificuldade de guardar.

Então, nós não acreditamos nesse modelo e já tomamos medidas. Conversamos com a alta gestão do Banco do Brasil e estamos totalmente alinhados ao BB Gestão Ágil. Precisamos resolver o legado, mas o Sistema Nacional de Educação é fundamental – absolutamente fundamental – para a gente, eu diria, reforçar tudo isso.

Aí, Senadora Dorinha, a senhora pergunta: "Então, qualquer obra, a partir de agora, vai precisar de 100%?" Não. No julgamento do TCU, quando a gente o lê na íntegra, o problema é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguinte: ficou claro que não havia orçamento aqui, e não foi comprovado orçamento para os exercícios vindouros. Por isso, agora o TCU chega e diz: "Precisa comprovar os 100%". Porque nem tinha no passado, porque era pouquinho, nem se colocou nos outros orçamentos.

Eu vou dar um exemplo do PAC agora. O Presidente lançou um PAC. Existe uma lei, um decreto. Existe todo um plano plurianual, então você não precisa empenhar o PAC hoje 100%. Existe um compromisso – esse compromisso está legislado – de que a parcela vai atender etapas, que é o normal. Até pelo próprio princípio da anualidade do orçamento, nenhuma obra começa e termina em um ano, então não existe obrigação nenhuma de se colocar 100%. Para essas agora, o acórdão deixa claro que precisa de 100%? Porque nem foi garantido atrás, nem foi colocado nos orçamentos subsequentes; então, para efetivar agora... Foi um compromisso daquele Governo, não foi do nosso Governo. Esse impacto orçamentário agora está sendo necessário de 100%... Eu acredito que seja por isso o fundamento do julgamento do TCU. Parece-me que sim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. FERNANDA MARA DE OLIVEIRA M C PACOBAHYBA – É. Por quê? Porque, no orçamento atual e no plano plurianual, não tem previsão de orçamento para essas obras.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. FERNANDA MARA DE OLIVEIRA M C PACOBAHYBA – Em tese, não tem lastro orçamentário. Então, ou se tinha, e não se teve, tem 0,24%, tem 3%; ou então...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Na verdade, eu estou falando das obras do PAC, de que foi aberto para os Parlamentares colocarem recursos. Pelo menos o que eu fui informada pelo meu pessoal de orçamento, é que, se eu quisesse adotar uma escola, eu teria que colocar 100% do orçamento.

Para o Congresso, pelo menos foi isso o que foi colocado.

A SRA. FERNANDA MARA DE OLIVEIRA M C PACOBAHYBA – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Orçamento de 100%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FERNANDA MARA DE OLIVEIRA M C PACOBAHYBA – Ah, eu pensei que a senhora estava falando das do TCU.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não, as do TCU eu entendi. E, como eu disse, eu acho absurdo casos que tinham 100%, não andaram; agora, chegaram a 80, e eu tenho que completar o restante.

Para mim, é uma coisa absurda, mas eu estou dizendo agora.

A SRA. FERNANDA MARA DE OLIVEIRA M C PACOBAHYBA – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Se daqui para a frente, para eu adotar uma escola ou uma creche, eu tenho que botar 100%?

A SRA. FERNANDA MARA DE OLIVEIRA M C PACOBAHYBA – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – É o que foi informado.

A SRA. FERNANDA MARA DE OLIVEIRA M C PACOBAHYBA – Sim, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Então, vale 100%, tem que empenhar 100%.

A SRA. FERNANDA MARA DE OLIVEIRA M C PACOBAHYBA – Sim, sim. Para o PAC, dentro das escolas chamadas habilitadas.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Isso.

A SRA. FERNANDA MARA DE OLIVEIRA M C PACOBAHYBA – O PAC trouxe duas categorias de escolas. As escolas selecionadas, que vão ser bancadas com orçamento do próprio FNDE/MEC, e essas escolas... Eles fazem parte de um plano plurianual.

Então, tem todo um escalonamento já de recursos previamente definidos. E tem outro escopo de escolas habilitadas. Elas não foram consideradas, digamos, as mais prioritárias dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do nosso indicador. Mas são escolas que, em tese, ou seja, são municípios que, em tese, têm aptidão para receber uma creche. Elas precisam.... Nós não temos.... Perfeitamente.

Se nós tivéssemos orçamento discricionário de dez anos atrás, que o nosso orçamento discricionário do MEC vem caindo, caindo, o Ministro Camilo, acho que apresentou aqui no Senado, é uma curva descendente. Na mesma medida, o senhor bem falou, o Fundeb vem aumentando, inclusive a curva, a senhora é pós-doutora nisso, sabe o quanto vai aumentar até 2026 também. O Fundeb está levando esse orçamento discricionário, em larga medida, tirando aqui e está ofertando para os municípios uma parte, em tese, que deve ser utilizada em infraestrutura.

Mas, basicamente, o orçamento discricionário, o dado de realidade é que o orçamento discricionário do FNDE tem caído muito. Então, nas habilitadas, sim, já que a emenda parlamentar e o orçamento que o FNDE/MEC tem é para as selecionadas, tem que se colocar, sim, 100% de empenho.

Então, esse foi o desenho feito pela SRI junto com a Casa Civil para as escolas e para os ônibus que também foram considerados habilitados.

Senadora, quero agradecer e me colocar sempre à disposição. Quero agradecer ao nosso Senador Flávio, a todos que nos escutam.

O FNDE está sempre à disposição para esses esclarecimentos. Quero agradecer a CGU, ao TCU e a nossa equipe do FNDE por nos acompanhar aqui.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Passo a palavra para o Sr. Ivo Ferreira Nosralla.

O SR. IVO FERREIRA NOSRALLA (Para expor.) – Eu gostaria de agradecer o convite e comentar sobre a determinação do tribunal, que fala...

Está ligado? Está. Eu falo baixo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela pede recursos.... Não, me desculpe, está aqui.

Ela pede recursos para que as obras sejam integralmente executadas. As regras orçamentárias dizem que precisa ter empenho de parcela relevante e uma previsão para os anos seguintes.

Isso está, inclusive, aqui na... A regulamentação da RP 7 faz isso. Ela diz que as que duram mais de um exercício etc. Fala em... A Lei de Responsabilidade Fiscal também fala sobre parcela relevante e a previsão dos anos, uma vez iniciada a obra, sobre quem é que vai bancar. Não fala em 100%. A decisão do TCU fala que poderão receber o reforço com recurso de emenda para ser integralmente... Eu não vejo que precisasse de 100%. De toda forma...

A SRA. FERNANDA MARA DE OLIVEIRA M C PACOBAHYBA – É bom vocês esclarecerem. Então, indicar de onde vai sair do orçamento do FNDE.

O SR. IVO FERREIRA NOSRALLA – De toda forma, essa restrição persiste com relação à segunda parte de RP 2, pelo que está aqui, que está sendo objeto de recurso e que o tribunal pode vir a discutir...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. IVO FERREIRA NOSRALLA – ... do que seja a parcela relevante e as previsões de...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Não é relevante, não?

O SR. IVO FERREIRA NOSRALLA – Normalmente, o que eu vejo...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – O que estou colocando é porque eu estou dando esse exemplo de obra de 60%, 70%, 80% já tem um relevante, cujo empenho cancelado, esse dinheiro vai para onde? Ele não vai para a educação. A educação perde, a ponta, e perde o próprio Governo Federal. Então, quem tem uma obra que tem 80% de empenho já tem um percentual relevante; ela não deveria estar no bolo de cancelamento, não é? Eu entendi agora com a sua...

O SR. IVO FERREIRA NOSRALLA – Isso é objeto de recurso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comento que a gente fez, recentemente, uma auditoria de governança da gestão do PAR, que era, originalmente, a ideia inicial quando saíram essas denúncias, mas, como foi necessário fazer essa inspeção, a gente fez uma auditoria de governança da gestão do PAR e da liberação de recursos.

O PAR tem muita coisa e funciona – aqui nós estamos falando só de obras novas, e ainda tem problema com obras em execução –, mas o PAR tem tanta coisa que funciona, os ônibus, coisas mais fáceis do que essa questão de obra que exige uma aprovação técnica. A gente vê a dificuldade deles quando a gente foi ver a questão da obra. Como existe essa aprovação técnica, é mais difícil, mas, apesar de na nossa auditoria a gente ter visto que a partir de 2019... falta governança na gestão, aliás, no FNDE todo – havia até as normativas etc., mas não têm sido observadas –, a gente vê também que o PAR funciona em boa medida e tem muitas ações que funcionam bem, não é?

Eu quero agradecer o convite e dar um abraço em todos.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada ao Sr. Ivo pela presença e também pela disposição.

Passo a palavra, caso queira, para as suas considerações finais, ao Sr. Silvestre Henrique Ferreira Cerejo, Coordenador-Geral de Auditoria de Obras da Controladoria-Geral da União.

O SR. SILVESTRE HENRIQUE FERREIRA CEREJO (Para expor.) – Basicamente, quero só agradecer o convite à Senadora e colocar a CGU à disposição sobre esse assunto ou sobre qualquer outro assunto relacionado à governança e gestão dos recursos públicos.

E só um comentário: eu acho que o caso do PAR de que vocês trataram aqui, Senadora, ilustra bem a situação em que a gente se encontra no momento. A gente tem necessidades muito maiores do que a gente consegue, e aí eu acho o papel do Congresso Nacional relevante nessa questão da priorização. Então, gostar-se-ia de fazer muito mais obras no PAR, porém existe uma categoria ali de obras habilitadas que, se forem incluídas com emendas parciais, vão acabar comprometendo uma parcela dos recursos do FNDE que não será possível executar; por isso, foi tomada essa decisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, é muito importante o papel da boa política, como o Presidente falou, de equalizar essa questão das necessidades com um entendimento técnico, e o mandato que vocês têm aqui como representantes da nossa sociedade de definir, em última instância, as prioridades do país.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Lógico que não tem tempo, mas eu vou ler o que foi colocado, até porque algumas refletem coisas que nós já dissemos aqui.

Um fala: "Como a suspensão dos convênios do FNDE está afetando a realização de obras de infraestrutura para a educação infantil e fundamental [no país]?".

"Qual o papel do Congresso diante de um tema tão importante como esse?".

"De que maneira o FNDE pretende aprimorar a eficiência [na aplicação] dos recursos?".

A outra pergunta é da Leila, do Ceará: "Já [...] [foram mapeadas] as condições e necessidades dos municípios, se precisam ou não de mais escolas?".

E o André, de Pernambuco, fala: "Quais são as principais áreas de risco identificadas pela Controladoria-Geral da União nos convênios do FNDE?".

Fica para outra oportunidade.

Eu agradeço e entendo que essa situação precisa ainda de muito esclarecimento, porque ela não é uma coisa simples, afeta de perto os municípios brasileiros e a educação, principalmente a educação básica.

Eu só quero esclarecer, quando a Presidente colocou do Fundeb, que o orçamento discricionário do MEC não é pressionado pelo Fundeb. No Fundeb, a sua complementação não entra dentro da composição do orçamento.

Eu estou falando isso como um alerta, porque agora, na discussão do arcabouço fiscal, nós, Casa, Senado, ficamos falando sozinhos, sem apoio de ninguém, porque a gente queria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manter a complementação do Fundeb fora do arcabouço. Sozinhos porque nem o MEC nos ajudou, dizendo que isso não afetaria, porque a complementação do Fundeb já era carimbada, mas a nossa preocupação é o que iria comprimir as outras despesas.

E, agora, é só acompanhar a fala da Ministra Simone Tebet, que está de novo voltando a tratar disso, de jogar a complementação do Fundeb dentro do piso, do teto orçamentário. Isso é um grande problema!

Os R$45 bilhões, que hoje são o complemento, não podem entrar nos recursos do Ministério da Educação como cumprimento do percentual, porque é inapropriado. Agora, o orçamento do MEC é comprimido, sim, e grande parte hoje pelo desenho, pelo pessoal e, principalmente, pelo ensino superior.

Então, essa conta não é nossa da educação básica, não, o Fundeb.

Muito obrigada.

Agradeço à toda a equipe do FNDE que está aqui presente e que atua de maneira bastante comprometida no FNDE, agradeço ao nosso Presidente, Senador Flávio Arns, sua presença aqui já mostra o seu compromisso com a educação, à nossa Presidente Fernanda Pacobahyba, na pessoa de quem eu cumprimento toda a equipe do FNDE, o Sr. Ivo, Auditor Federal de Controle Externo, e o Sr. Silvestre, da CGU, Coordenador-Geral.

Muito obrigada a todos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Leila Barros, Jussara Lima, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Janaína Farias, Paulo Paim, Teresa Leitão, Flávio Arns, Fabiano Contarato, Wellington Fagundes, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Damares Alves, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Jaques Wagner e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Carlos Portinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5665, de 2023 - Terminativo -** que: "Prorroga, até 31 de dezembro de 2028, a vigência do Plano Nacional de Educação aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o projeto e a Emenda nº 1. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 6294, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para disciplinar o intercâmbio internacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Aprovado o relatório, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CE. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4168, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Reconhece o cristianismo como manifestação cultural nacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o relatório, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1 - CE. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5982, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o dia 19 de dezembro como o Dia Nacional da Aromatologia e da Aromaterapia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório pela aprovação do projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 52, de 2024** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4168/2021, que "reconhece o cristianismo como manifestação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cultural nacional”." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/28

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza na data de 28 de maio de 2024.

Comunico que foi recebido o Ofício nº 0225, de 2024, encaminhado pela Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, que trata sobre os impactos da catástrofe climática no patrimônio cultural do referido estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, solicito e submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 28ª Reunião, realizada em 21 de maio.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão e ocorre de maneira semipresencial. Contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou pelo *chat*, para os Senadores que participam remotamente.

Vamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 6294, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para disciplinar o intercâmbio internacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com parecer favorável ao projeto.

A autoria é do Deputado Carlos Henrique Gaguim, do União Brasil, do Tocantins, da Câmara dos Deputados.

Eu sou a Relatora.

Eu passo a Presidência ao Sr. Senador Izalci Lucas, para que eu possa fazer a leitura do meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra para a leitura do seu relatório. (*Pausa.*)

Senador Amin. (*Pausa.*)

Está mudo... Ah, o.k.

Senador Amin, pode...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Agora o senhor me liberou a palavra, não adianta o senhor dizer que eu estou mudo se o senhor não me dá a palavra, se mantém o meu microfone desligado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Com a palavra, o Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Isso aí é alguma tática de interrogatório que o senhor aprendeu lá na contabilidade.

Um bom dia para todos.

A Senadora Dorinha tentou falar comigo, eu agora entendi do que se trata: é a questão do prazo solicitado pelo Governo. Eu estou pronto a discutir o assunto e, se for possível, formular um acordo com o qual a Senadora Dorinha concorde; eu concordo também.

Mas agora vamos ouvir o relatório da Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k. Com a palavra, a Senadora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Estou *online* – estou *online* se o Izalci não desligar o meu microfone. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está bom.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Nos termos do art. 102 do Regimento Interno – e passo direto à análise do mérito – e como já sustentei no relatório aprovado na Comissão de Relações Exteriores, a vivência no exterior é capaz de proporcionar experiência incomum à vida acadêmica dos que tenham a oportunidade de ir estudar em outro país.

Tanto o fluxo de estudantes brasileiros no exterior quanto o de alunos estrangeiros em nosso país propiciam importante troca de experiências e colocam os intercambistas e seus colegas diante de diferentes culturas e formas de pensamento. O estudante que vá para fora do País, sem dúvidas, passa por uma experiência enriquecedora de sua formação, aprimora os conhecimentos de língua estrangeira e ainda tem a oportunidade de formar uma rede de contatos profissionais e pessoais em nível internacional, todos fatores que favorecem a ampliação de seus horizontes e incrementam sua empregabilidade futura. Assim, nada mais justo que o intercâmbio seja equiparado ao estágio para todos os efeitos, uma vez que este é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos (art. 1º, *caput*, da Lei do Estágio).

Ainda, o intercâmbio de estudantes entre instituições brasileiras e estrangeiras contribui para o estreitamento dos laços de cooperação entre diferentes instituições e entre os diferentes países. É de suma importância que as instituições de nível superior tenham a capacidade de atrair estudantes de fora do país e que também possam enviar seus estudantes para fora do Brasil, já que a diversidade é fundamental no ambiente universitário. A falta dessa diversidade é,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a propósito, uma das questões que mais contribuem para as universidades brasileiras não ficarem bem colocadas nos *rankings* internacionais.

Nesse sentido, a proposição em análise contribui para que as instituições de ensino superior daqui passem por um processo também de fortalecimento e internacionalização, abrindo suas portas para o mundo, ao enviar e receber estudantes, estimulando a mobilidade estudantil, indispensável para que se tenha maior intercâmbio cultural em nível internacional.

Por fim, considerando o estágio avançado em que se encontra a proposição, entendemos importante melhorar a redação do inciso II do §2º do art. 9º da Lei nº 11.778, de 2008, com redação dada pelo art. 1º da proposição. Isso porque nem todo "estudante brasileiro residente no exterior" é intercambista. Como pode haver estudante que tem nacionalidade brasileira, mas mora permanentemente no exterior ou faz o curso todo no exterior, achamos mais apropriada a menção explícita a “estudante brasileiro intercambista”.

O nosso voto, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.294, de 2019, com a emenda de redação apresentada a seguir:

> EMENDA Nº - CE (DE REDAÇÃO)
> Dê-se a seguinte redação ao inciso II do § 2º do art. 9º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, nos termos do art. 1º do PL nº 6.294, de 2019:
> Art. 1º
> .....
> “Art. 9º
> .....
>
> § 2º
> .....
> II – em que se realizar o intercâmbio, no caso de estudante brasileiro intercambista.”

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CE.

A matéria vai ao Plenário.

Devolvo a Presidência à Professora Dorinha.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Agradeço ao nosso colega Senador Izalci a contribuição.

Gostaria de retomar então o item 1, que trata da ampliação, da prorrogação da vigência do Plano Nacional de Educação.

O nosso objetivo, como autora do projeto, eu já disse isso inúmeras vezes e faço questão de repetir... O Plano Nacional de Educação é um dos instrumentos mais importantes para dirigir a política pública na área da educação no âmbito dos municípios, dos estados e do país. Nós sabemos que ele tem vigência constitucional de dez anos.

Após a aprovação do Plano Nacional, os estados devem elaborar os seus planos e os municípios, respectivamente, também, seus planos. O processo de elaboração e de aprovação dos planos segue a realização das conferências municipais, estaduais e nacional, como um dos instrumentos de escuta e de análise da sociedade, mas, durante todo o processo de implementação, várias instituições monitoram o cumprimento do plano, das metas, então, relatórios são apresentados – o TCU, o próprio Congresso, através da Câmara e do Senado, o Inep, instituições não governamentais. Por quê? Esse plano não deve ser um instrumento de gaveta, como eu já ouvi de ministros anteriores. Ele não é só para um rito de passagem – a gente faz, elabora e põe na gaveta –, ele é um instrumento em que o país assume um compromisso público com a educação. Lá são estabelecidas as metas, as diretrizes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Plano Nacional dirige o plano estadual, que vai para a Assembleia. Os planos municipais são aprovados nas Câmaras. E eu acho que o país não leva com seriedade nem o Plano Nacional, nem o estadual, nem os municipais. Por vezes, a gente vê planos copiados, em que, às vezes, nem o nome da cidade é trocado.

Eu realizei uma audiência pública aqui, Senador, e o senhor esteve conosco lá na Câmara, na elaboração desse último plano, que tramitou durante quatro anos – quatro anos o Congresso debateu o Plano Nacional de Educação –, e, na audiência pública que nós realizamos, eu convidei o TCU, a Atricon, que reúne os tribunais de contas municipais, porque nós precisamos avançar na consequência do não cumprimento do plano, porque senão ele vai continuar sendo um plano de gaveta. E todo mundo ignora – quando eu digo todo mundo, são os entes públicos.

Os órgãos de controle e monitoramento e fiscalização – e aí fica a minha menção aos tribunais de contas, onde houver, municipais, ao Tribunal de Contas da União e aos estaduais – precisam acompanhar. Se eu tenho metas a cumprir que vão do processo de expansão de vaga, atendimento, formação de professores, financiamento, estrutura física, metas palpáveis, quantificáveis, como o ente governamental elabora o seu orçamento e ignora a meta que ele se comprometeu em fazer? Ele tem que ser responsabilizado. Por isso ele precisa ter consequência. À medida que ele tenha consequência, e um dos elementos que tinha previsto no plano era inclusive a lei de responsabilidade educacional, que nunca conseguiu sair do papel, mas o meu discurso em relação ao plano e por que da elaboração é porque, de verdade, eu acredito que quer seja com o nome de plano nacional ou um pacto nacional pela educação, o Brasil precisa avançar. Não dá para cumprir um rito e elaborar um documento que depois vai para gaveta de novo.

Eu acompanhei o plano anterior, como Presidente do Conselho de Secretários de Educação, depois já como Deputada Federal, e sinceramente eu não quero fazer parte de um teatro para elaborar um novo plano que vai de novo para gaveta, em que a gente nega o direito a milhares de crianças e jovens à educação de qualidade, nega o direito de aprender. Esse teatro não pode continuar, quer seja através do plano – a gente fez essa fala em Plenário com o Presidente Pacheco –, quer seja através de um pacto, e vários países fizeram isso, sem terem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

plano nacional, mas têm um pacto pela educação, suprapartidário, independentemente de quem está à frente da gestão do Ministério.

Em alguns casos nós temos a troca de quatro, cinco ministros diferentes numa única gestão, e cada ministro que entra, entra carregando o que sonha. Ele pode sonhar na casa dele. Nós estamos falando para o Ministério da Educação, é institucional; a gente não tem que sonhar para a educação, nós temos um compromisso público. E esse é o meu chamamento, e por isso a importância da discussão do plano. Se nós vamos levar um ano, dois anos, eu penso que mais do que correr para elaborar um plano, para dizer "cumprimos o nosso combinado e fizemos parte do rito" – não vou fazer teatro porque é feio –, mas o rito, não é isso, não é essa a ideia, e sei que não é a ideia do Ministro Camilo, não é a ideia da maioria dos Parlamentares, mas nós estamos falando da nossa ideia, de novo a gente está falando de país.

Então, ao ampliar ou colocar esse prazo, porque eu imagino que a gente precisa ter tempo para construir um documento que seja um documento em que o país, independentemente de ser o Presidente Lula, de ser o Presidente Rodrigo Pacheco ou o Presidente Arthur Lira, é o país que está assumindo um compromisso, com quem não tem voz, com quem muitas vezes não tem sequer seu direito respeitado.

Então para mim o que menos importa agora é o prazo, porque, se a gente fosse olhar prazo, o plano tinha que estar aqui já aprovado, porque a vigência do atual termina agora em junho, então se tivéssemos observado os prazos, e eu não me refiro a este Governo somente, o plano tinha que estar aqui já aprovado, mas o que eu gostaria é que a gente aproveitasse para construir um pacto pelo país, pela educação. Se vão ser 5 metas, 10 metas, 15 metas, que ele seja levado a sério, e que a gente possa monitorar o cumprimento e a responsabilidade de cada Prefeito, de cada Prefeita e de cada Governador, cada Governadora e do país com este plano. Não adianta eu só dizer "vou ampliar a educação infantil para 60%, para 70% do atendimento", e a gente não faz nada concretamente. É essa a ideia.

Por isso que eu apresentei o plano, e agradeço muito a disposição do Senador Esperidião Amin nesta construção. Coloquei o prazo de quatro anos, porque foi o prazo do último num contexto político muito diferente, inclusive, mas, se nós conseguirmos construir – quando o documento sair do Governo e vier para cá, porque não veio ainda – um consenso de um pacto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

através do plano nacional; se forem seis meses, muito bom; se for um ano, eu consideraria um fator político. Este ano é um ano eleitoral, então todos nós sabemos do nosso calendário, como é que ele funciona, mas a ideia é que se consiga dar esse passo à frente e não fazer um documento de gaveta, porque, como eu disse, eu já ouvi, não foi de qualquer um, foi de um ministro, que disse isto: "Ah, o plano nacional a que você está se referindo... mas isso é um instrumento de gaveta".

Eu não quero participar de um teatro para a construção de um instrumento de gaveta. Então, acho que é uma oportunidade que nós temos de separar as nossas diferenças ideológicas. Eu não estou entrando aqui para falar se foi feito assim ou assado, as conferências, que tipo de documento... Porque o documento pronto, vindo para o Congresso, está na nossa mão construir um documento que represente o que nós queremos alcançar na educação.

Então, há uma Comissão especial feita na Câmara, o Presidente Pacheco concordou em formar, ao mesmo tempo, o Senador Izalci, uma Comissão especial aqui, para que a gente não espere, tente trabalhar de maneira articulada, não espere a Câmara terminar...

É esta a nossa ideia, não é uma queda de braços para dizer quem vence ou convence, mas que a gente entenda que é uma oportunidade suprapartidária para construir um pacto pela educação, em um país cujas crianças – mais de 60%, chegando, em alguns momentos, a 70% – não aprendem a ler, nos dois anos, três anos iniciais, não podemos fazer de conta que estamos dando conta da nossa tarefa. Os meninos estão terminando o ensino fundamental, no 9º ano, com conhecimentos que deveriam ter adquirido no 5º ano do ensino fundamental. Quanto às metas do ensino médio estabelecidas, a gente tem avançado de maneira muito gradual, em todas as modalidades.

Então, não se trata, como eu disse, de uma queda de braços – se é um ano, se é dois anos, se é três anos –, até porque a proposta apresentada, Senador Esperidião Amin, pelo Senador Cid Gomes, é até o final de dezembro de 2025, o que daria um ano e meio, se o projeto vier. Para mim, não faz diferença, porque, se chegar ao final de um ano e meio e não tivermos conseguido, nós vamos ter que mexer. O que eu quero é que não tenha lacuna, porque, se o plano termina a vigência agora em junho, sem outro plano, como ficaremos quatro anos sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um instrumento? Se o atual já é de gaveta, imagine quando a gente não tiver nada... Então, esse não é o tempo.

Eu gostaria de fazer este apelo. Na minha opinião, como autora, eu não me importo em colocar para dezembro de 2025, com o compromisso do Governo de aprovar na Câmara, porque a gente aprova aqui, ele é terminativo, na Comissão, e vai para a Câmara. Que o próprio Governo nos ajude a aprovar, que envie, rapidamente, o plano que está em processo de elaboração, que está vindo, há muito tempo, já era para estar aqui há bastante tempo, mas a gente compreende que passa em vários ministérios, é um plano, como eu disse, complexo.

Chegando, que a gente tem a condição de fazer um trabalho articulado – Câmara e Congresso –, diferente, como o Senador Flávio Arns e eu, com a ajuda de vários colegas, Senadores e Deputados, conseguimos construir um Fundeb, que não era o que eu queria, não era o que o Senador Flávio Arns queria, como eu disse. De novo, a gente quer as coisas na casa da gente. Tínhamos muitas ideias diferentes, mas nós construímos juntos um plano possível em que a complementação da União vai mais do que dobrar, coisa que nunca aconteceu, em todos os anos, de todos os Governos, nunca colocaram mais do que 10%, e nós vamos chegar, em 2026, em 23%.

Só para ilustrar, porque eu não tenho nenhuma dificuldade, eu gostaria de fazer este apelo ao Senador Esperidião Amin: que, neste acordo do Governo, de apoio e, ao mesmo tempo, de ajuda, nesse processo de construção, o Plano Nacional de Educação, para ser construído, não seja um rito burocrático para cumprir – como é que a gente fala? – aquele tiquinho, não é? O compromisso é ticado ali. Não, eu quero uma construção, e eu acho que a gente precisa. Nós não temos o direito de continuar negando, infelizmente, a milhares, na verdade, milhões de brasileiros que chegam às nossas escolas o principal direito deles: o direito à educação, o direito de aprender. E é de uma forma muito sorrateira, porque ele vai para a escola, ele tem vaga na escola, ele vai todo dia, ele tem alimentação; passa um ano, passam dois anos, três anos, e a gente nega o direito de aprender. Neste país, eu gostaria que a gente pudesse aproveitar essa construção suprapartidária e política dessa construção do Plano Nacional de Educação.

Então, na verdade, para mim o que menos importa aqui é correr com o prazo, mas, sim, assegurar que a gente vai fazer uma discussão séria. Então, é esse o meu apelo ao nosso Relator,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Esperidião Amin, que sempre demonstrou ser extremamente favorável, também, da mesma forma, como ele assegurou, colocou logo como uma condição, para que a gente continuasse monitorando. Se demorar um ano e meio, se for um ano, se forem dois, se forem seis meses, excelente! Para nós não importa o prazo, importa construir um pacto nacional pela educação pública brasileira. É esse o nosso desejo.

Então, essa é a minha... como autora. Ao mesmo tempo, agradeço muito a disposição extremamente construtiva do Senador Esperidião Amin.

Muito obrigada, eram essas as colocações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Dorinha, não foi lido o relatório ainda, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, porque eu quero discutir depois; então, depois de lido o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu não estou vendo o Sr. Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Eu vou passar a palavra para o Relator, Senador Esperidião Amin.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5665, DE 2023

- Terminativo -

Prorroga, até 31 de dezembro de 2028, a vigência do Plano Nacional de Educação aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1

Observações:

1. Em 14/05/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2. Em 15/05/2024, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do Senador Cid Gomes (PSB/CE).

Em 20/05/2024, foi recebido novo relatório pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1, que era o processo de construção.

Eu passo a palavra ao Senador Esperidião Amin para as suas considerações e para a leitura do seu relatório, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu peço só que...

Muito obrigado, Presidente.

Eu vejo que a Senadora Teresa Leitão está pedindo a palavra. Pode ser que seja uma... Não sei qual é a ponderação, mas eu acho que seria importante que ela tivesse ocasião de falar antes da leitura. Eu posso começar a qualquer momento. Eu estou aqui à disposição, mas eu consulto se V. Exa. não poderia levar em conta esse pedido de intervenção da Senadora Teresa Leitão. Caso contrário, eu estou a postos.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Está certo, eu não vejo nenhum problema.

Eu passo a palavra para a Senadora Teresa Leitão, para que possa falar. (*Pausa.*)

Teresa, está aberto.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Meu som está ativado?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Está, está! Pode falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – É que eu não escutei a Senadora Presidenta, a Senadora Dorinha.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Bom, eu fiz a leitura para chamar...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Não escutei o senhor.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Bom, escutou. O problema é no seu som, porque aqui seria para ouvi-la.

O que eu fiz foi só o chamamento e não sei...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu acho que a Senadora Dorinha tem que ativar o seu microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não, ela está falando ali e nós a estamos ouvindo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Porque nós não a estamos ouvindo.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – É. O meu está ativado. Está me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu também estou ouvindo e acho que estou falando, mas a Senadora Dorinha está no *mute*.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – É. Eu estou esperando autorização da Presidência, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Está autorizada, Senadora. Está tudo aberto. Nós estamos ouvindo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – A Senadora Dorinha está com o microfone desativado.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – É. Nós que estamos *online* não estamos ouvindo a Senadora Dorinha.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – E todo mundo está me ouvindo... Vocês estão com problema...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Agora, sim! Agora, sim!

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Agora, sim! (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu expliquei, Senadora...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Não, eu ouvi a explicação; eu só não ouvi a parte em que o Senador Esperidião Amin propôs que eu falasse agora. Eu estava esperando a posição de V. Exa. na condição de Presidente da sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – É. Eu já tinha passado a palavra para suas considerações e estava explicando o nosso interesse de avançar em relação à construção.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Está bem!

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Então, pode falar, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Está bem.

Eu acho que a palavra inicial da Presidência é muito bem-vinda, não é? Eu pedi para falar, porque eu não consegui, no Sedol, assinar o destaque, como Vice-Líder do PT, na proposta do Senador Cid Gomes, que é justamente a proposta de alteração do prazo de extensão da lei atual: no projeto original da Senadora, vai até 2028; e, como ela própria disse, no do Senador Cid Gomes, vai até final de 2025. Esse é o destaque.

E concordo com muito do que foi dito pela Senadora. Em uma proposta dessa monta, dessa amplitude, dessa importância, nós temos que ter muitas convergências de ação, de intencionalidades políticas, pedagógicas e educacionais, e o momento exige isso de nós.

Eu acompanhei, não como Parlamentar federal ainda, mas acompanhei como militante da educação todo o processo do Fundeb. Foi um processo muito rico, do qual nós colhemos pontos extremamente positivos. Tentamos fazer algo semelhante, não com tanta amplitude, mas com um bom ritmo de debate, com a proposta de reformulação do ensino médio – estamos nesse ritmo –; tivemos uma série de audiências públicas com a Subcomissão do ensino médio, da qual eu fui Presidente e a Senadora Dorinha, Relatora; e acho que esses exemplos devem servir, sim, para o Plano Nacional de Educação.

Pelo que eu estou acompanhando, Senadora, pelo ritmo interno do MEC, eu acho que, se a gente ajusta uma proposta dessa Comissão Especial e desse diálogo já desde o início com a Câmara dos Deputados, o prazo proposto pelo Senador Cid Gomes pode nos ser suficiente. Por quê? Como foi a formatação da proposta que virá?

Nós tivemos a conferência, uma conferência com cerca de 2 mil participantes, precedida das conferências municipais, das conferências regionais e estaduais e da conferência distrital.

O documento referência foi para o MEC, que já fez a adaptação, digamos assim, do conteúdo para o formato de projeto de lei, já passou pela Casa Civil e já está no Ministério da Fazenda, que é a última instância. Eu acho que, de posse da aprovação desse projeto de V. Exa., nós precisamos, conjuntamente, ir ao Executivo para pedir que acelere e quebrar um pouco esse rito que a gente sabe que existe em muitas administrações de que coisas da educação só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interessam a quem é da educação, ao Ministro da Educação, aos Senadores da educação, à Comissão de Educação. Um plano dessa natureza é um plano para o país. Como V. Exa. disse, ele encerra, nas suas próprias nuanças, nos seus próprios dispositivos, um pacto, sim, um pacto pela educação, e nós somos imprescindíveis nisso. Nós militantes educadores somos imprescindíveis, mas nós somos insuficientes, nós precisamos de todos e de todas para que a educação deste país avance.

Então, isso poderia ser feito na hora certa, que seria o momento da discussão, mas, como eu não consegui – deu um travo aqui no aplicativo – assinar o destaque da emenda, Senador Esperidião Amin, eu o estou fazendo agora. É um destaque para a emenda do Senador Cid Gomes.

E agradeço a oportunidade de ter falado neste momento, Senadora Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – A Senadora está apresentando um destaque. Depois, eu vou passar a palavra para o Relator. Então, vai ter discussão.

O Senador Izalci quer falar agora, ainda assim?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu quero fazê-lo no momento certo da discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Tudo bem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Acho que é melhor ler o relatório, e a gente entra no debate.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Isso.

Bom, então, eu passo a palavra ao Senador Esperidião Amin, para que ele possa fazer a leitura do seu relatório, e aí nós seguimos para a discussão em relação ao texto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu acho que assim fica correto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Então, com a palavra, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Acho que estamos bem balizados, tanto pela sua fala, abrangente, necessária e útil, quanto, também, pela colocação da Senadora Teresa Leitão.

Mas esta não é a única divergência: se nós vamos estabelecer 2025 ou 2028. Eu acho que a situação é um pouco mais séria e mais difícil de ser controlada, porque nós temos duas variáveis que nós não dominamos. A primeira: dia 25 de junho nós ficamos sem Plano Nacional de Educação. Então, temos que ter uma lei, portanto, dispondo sobre essa *vacatio legis* que se inicia no dia 25 de junho. A aprovação desse texto, seja ele qual for, com ou sem destaque, do agora subscrito também pela Senadora Teresa Leitão, não muda o incontrolável, porque depende da manifestação da Câmara.

Então, eu acho que a primeira parte do compromisso do Governo é que tem que ser cumprida. Quando é que esse plano vai chegar aqui? Foi o Governo, através do Ministro da Educação, que solicitou aqui que nós não deliberássemos enquanto não chegasse o novo texto, o que, convenhamos, não tem nada a ver com a nossa decisão, e nem sabemos se chegará antes do dia 25 de junho, o que também não muda nada do ponto de vista institucional.

O que eu gostaria de ressaltar antes da leitura é o seguinte: o plano será ou não de gaveta se a avaliação não chegar. Eu vou aqui antecipar o último relatório do Inep, o último relatório de monitoramento; leia-se: a avaliação do PNE, do MEC, é de 2022. Não temos o de 2024, eu não tenho, o meu relatório não contempla isso. E no de 2022, que é o último relatório, eu queria chamar a atenção para três afirmações.

Segundo o último dos relatórios do Inep, publicado em 2022, o nível de execução do PNE 2014/2024 é de cerca de 40%, ou seja, menos da metade das suas ambições, mas não são ambições ou sonhos pessoais: 40% dos compromissos do país com a educação. Isso é muito ruim.

E vou mencionar mais duas questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A cobertura do ensino fundamental para as crianças brasileiras, em 2020 e 2021 – é verdade que nós estávamos sob a pandemia –, foi de apenas 95,9%, abaixo dos 96,9%, de 2013. Repito, nós estávamos com a pandemia a pleno vapor, mas nós tivemos uma regressão. Ou seja, a meta em questão trata de garantir, pelo menos, 95% dos alunos que concluam o ensino fundamental na idade recomendada, mas, segundo o Inep – ou seja, concluir o ensino fundamental na idade que está prevista e consignada como adequada –, o índice alcançado no mesmo período foi de apenas 81,1%, um *gap*, uma distância de 14 pontos percentuais em relação aos 95% que era nossa obrigação ou nosso desejo.

Então, eu vou sintetizar o relatório para dizer da absoluta importância do plano e da fundamental e crucial necessidade de avaliação, porque ele só sairá da gaveta se houver acompanhamento e se nós, primeiro, nos escandalizarmos, ficarmos envergonhados por não acompanharmos aquilo que é nosso compromisso legal – nós, como sociedade, e o Congresso, com a sua responsabilidade diferenciada.

Segundo, enquanto nós não temos a lei de responsabilidade educacional, muito bem lembrada pela Senadora Dorinha, ninguém será molestado pelo não cumprimento da meta, ninguém. Fica um sonho não realizado.

Isso não é papel de lei, muito menos de uma lei que se chama Plano Nacional de Educação. Leia-se: o Brasil vai ser melhor ou não? E para isso é fundamental que a educação evolua, e evolua segundo indicadores, e evolua positivamente e, se possível, cumprindo aquilo que consta do seu plano.

Então, partindo para a formalização da leitura, nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, é da competência da nossa Comissão tratar deste assunto com prioridade. Cabe-nos também analisar a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade.

A proposição do Plano Nacional de Educação, e mais, deste projeto de lei da Senadora Dorinha, não é apenas... O projeto de lei não apenas cumpre as formalidades, mas cumpre uma obrigação nossa de, antes do dia 25 de junho, tratarmos da questão do plano, atualizado ou não, mas sempre avaliado. Sem avaliação ele não vai nem ser de gaveta, ele vai ser de lixo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque não existindo, não atualizando e sem avaliação, pelo menos para nos indicar como é que vamos e nos alertar, nós vamos ficar sem qualquer bússola e sem qualquer parâmetro.

Neste sentido, é interessante mencionar o trabalho realizado pelo Inep. Nós poderíamos falar de outras instituições, como o Tribunal de Contas, mas o Inep é, até pelo seu patrocínio de Instituto Anísio Teixeira, um dos pais da nossa educação moderna... Portanto, eu chamo a atenção para essa *performance* já apurada pelo Inep no seu último relatório e renovo a única exigência, Senadora Dorinha, que eu fiz ao Senador Flávio Arns e a V. Exa. para me prestar a esse honroso encargo de relatar o seu projeto de lei: a obrigação de avaliação é ininterrupta, com plano ou sem plano, ou seja, é da responsabilidade do Inep como instituição e de todos nós, Ministério da Educação, Governo Federal, Parlamento, Judiciário, sabermos que estamos avaliando, sejam bons ou não os resultados, estamos avaliando aquilo que estamos produzindo em matéria de educação.

Há de se lembrar, nesse contexto, que permanecem atuais e imprescindíveis (e não cumpridas na sua totalidade) as dez diretrizes anotadas no art. 2º da norma que instituiu o plano em 2014, a saber: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; melhoria da qualidade da educação – e tudo isso tem indicador, tudo isso tem número, tem objeto, tem objetivo a ser alcançado –; formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; promoção do princípio da gestão democrática da educação do País; estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; valorização dos (as) profissionais da educação; e promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Há mais um outro ponto muito significativo que torna apropriado o projeto de lei em tela, da Senadora Professora Dorinha. Trata-se do fato de que ainda não foi enviada ao Congresso Nacional, pelo Poder Executivo, proposição que trate do PNE a ter vigência a partir de junho de 2024. Esse envio deveria ter sido realizado, nos termos do art. 12, até o final do primeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semestre do nono ano de vigência do PNE antigo, ou seja, deveria ter sido encaminhado até 30 de junho de 2023, mas ainda não ocorreu.

Ora, ainda que esse PL seja enviado em breve – nós não temos data –, parece-nos importante reconhecer que não será possível discutir e votar nas duas Casas um texto dessa magnitude, até 25 de junho. Isso está completamente... Nós chegamos a uma situação de inviabilidade de uma solução racional. Então, temos que partir para uma solução política que contemple o estágio irracional em que nós estamos, porque, no dia 25 de junho, perde vigência a atual Lei do PNE, e, sinceramente, acho que a maior perda será se nós perdermos a obrigação de avaliar. Levou quatro anos para ser consolidada a lei, entre idas e vindas entre as Casas legislativas. Eu participei disso – acho que a Senadora Dorinha também, enquanto Deputada Federal, como eu – e se exigiu um esforço hercúleo para se consubstanciar em documento que realmente expressasse os anseios de diferentes grupos da sociedade civil e das instituições brasileiras, bem como manifestasse os consensos possíveis àquela época.

Incluo o Senador Izalci Lucas, enquanto Deputado Federal, e creio que a Senadora Zenaide Maia, que eu estou vendo aqui, na nossa tela. Desconheço se a Senadora Teresa Leitão, neste momento, acompanhou como Parlamentar. Peço desculpas se estiver apenas me omitindo.

Parece-nos, assim, bastante razoável que se estenda, porquanto o prazo... Não serei eu, e a Senadora Dorinha já falou com muito bom senso... Isso não é uma matéria crucial, se vai ser em 2025 ou vai ser em 2028. O importante é que seja resultado de um consenso, que se espera alcance a Câmara e o Senado, mas que seja liderado pelo Executivo.

Nessa margem para discussão de um tema tão relevante para a educação brasileiro, se é 2028 ou 2025, não é o número que é fundamental; o importante é que haja uma discussão, um debate, a fim de que se evitem açodamentos, bem como um eventual vácuo ou vazio normativo.

Por isso, nós temos que andar rápido, lutar com a Câmara e ter o apoio do Governo, para evitarmos o que representará a ausência de norte, de uma bússola para a educação nacional. Trata-se de um prazo exequível para a aprovação do novo Plano Nacional de Educação que considera a complexidade da dimensão do trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, neste momento, eu interrompo o meu relatório, para dizer o seguinte: se houver, aqui, a nossa disposição de considerar isso um compromisso do Governo... Senadora Teresa Leitão, se é um compromisso, não pode ser pessoal, seu ou meu, nem mesmo da Comissão; se for um compromisso de Governo, eu já entendi a fala da Senadora Professora Dorinha – ela pode retificar, se eu tiver entendido errado –, eu subscrevo que seja 31 de dezembro de 2025. Não há nenhum problema, mas que isso seja consequente e que nós deixemos claro, pelo menos, nesta ata, que todos estamos comprometidos a conhecer o relatório de monitoramento do Inep e a usar todos os mecanismos da atual legislação do Plano Nacional de Educação para avaliar as metas e diretrizes do atual Plano Nacional de Educação na inexistência de um novo plano.

De sorte que eu deixo, em branco, a data, seja 31 de dezembro de 2028, seja junho de 2028 ou 31 de dezembro de 2025. A data para mim não é problema, e creio que eu estou interpretando também o que a Senadora Professora Dorinha expressou.

Incluo o Senador Izalci nisso, V. Exa., Senadora Teresa Leitão, e a Senadora Zenaide. Acho que um acordo entre nós tem que ter o compromisso do Governo para ter algum significado.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Quanto ao Coordenador da Aspar do MEC, Leo de Brito, ele tem falado com o Senador Flávio Arns desse compromisso; aqui, Nathália está representando a assessoria do MEC. Eu fiz as mesmas colocações e entendo que é um compromisso público, porque os prazos são curtos.

Eu não tenho dúvida de que nós conseguiríamos aprovar nesse desenho, mas, como eu disse, o que menos nos importa aqui é o prazo, se vai ser mais um ano ou dois, o que interessa é que nós tenhamos um esforço de país. Então, a Nathália está confirmando esse compromisso do Ministério da Educação, na tramitação, com urgência, na Câmara dos Deputados, nessa aprovação. Se conseguirmos construir com prazo menor, obviamente, é nosso interesse, mas acho que tenho clareza de que o que nós estamos fazendo aqui é uma situação que vai muito além dos pactos de partido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como a Senadora Teresa Leitão é a autora, eu gostaria de saber se ela se sente contemplada com a alteração do próprio relatório do Senador Esperidião Amin, para que possamos proceder, seguir todo o rito que nós temos que seguir.

Eu tenho aqui inscrito também o Senador Izalci, mas acho que, primeiro, a Senadora Teresa deve manifestar se se sente contemplada com essa alteração, assumindo esse compromisso, uma vez que V. Exa. é a autora do destaque.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Nesse sentido, o destaque seria colocado em discussão, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Pelo que eu...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não, porque o Relator está aceitando fazer, obviamente, com o compromisso que foi firmado aqui...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – ... pela assessoria e pela própria assessoria Aspar, do Ministério, e V. Exa., como autora e representando o Governo, obviamente aqui, nesse esforço.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – É.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – É nesse sentido.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Nós não precisamos votar o seu destaque. O próprio Relator faria a alteração.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – O próprio Relator faria a alteração. Estou plenamente contemplada.

Eu acrescento um dado importante. O nosso Presidente da Comissão de Educação é um dos Vice-Líderes do Governo. Eu proponho, Senadora, que nós possamos nos reunir na próxima semana, fazer essa proposta ao nosso Presidente e nos reunirmos com o MEC – V. Exa., o Presidente da Comissão, o Relator, quem quiser da Comissão, eu também –, para dizermos de todo esse processo. É evidente que o MEC está acompanhando toda essa tramitação; tem uma representação do MEC aí.

O que me foi dito também, quando eu solicitei esse compromisso público e peguei o que externei, na minha intervenção anterior – o trâmite interno no Governo: saiu do MEC para a Casa Civil; da Casa Civil para o Ministério da Fazenda –, foi que a gente possa também, em uma reunião com o ministro, expor todo esse processo rico de debate. Tudo o que a gente levantou nessa reunião, tudo o que a gente se dispõe a construir, mas, evidentemente, premidos e necessitando de que o MEC dê a celeridade que ele se comprometeu, de fato, a nos dar, porque aí esse prazo, sim, do final do próximo ano, pode nos ser suficiente, mas, sem esse compromisso que já está firmado, a gente pode colocar outros elementos nessa conversa. Eu acho que seria um complemento importante.

Agradeço muito a V. Exa., agradeço muito ao Relator essa sensibilidade, porque acho que essa sensibilidade é um indicador fundamental para a gente construir o que é necessário construir na tramitação desse plano.

Eu acato plenamente; é apenas um adendo ao que a gente discutiu: irmos todos juntos, com o nosso Presidente, o Senador Flávio Arns, relatar todo esse esforço que nós fizemos, tendo como foco o projeto de V. Exa., para que a gente não tenha nenhum problema adicional na tramitação do PNE.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Passo a palavra para o Relator, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Eu só gostaria, Senadora, de dizer que, inclusive, me disponho a participar dessa vilegiatura. Antigamente se chamava assim esse *lobby*. Fica mais bonito, não é, vilegiatura do que *lobby*? A senhora não concorda, Senadora Teresa Leitão? É mais bonito: vilegiatura confunde com legislatura.

Então, o último parágrafo do meu relatório passa a ser o seguinte: com apresentação da Emenda nº 1, da Comissão de Educação, do nobre Senador Cid Gomes, com o endosso... Eu ia colocar "reforço", mas é capaz de o Senador Cid Gomes se sentir melindrado por ter a sua palavra sido reforçada por uma mulher; então, pode ser que ele reaja. Eu tenho um pouco de preocupação com as reações dele. Então: com o endosso da Senadora Teresa Leitão. Endosso fica mais doce, inclusive. Prossigo: parece razoável que estendamos esse prazo só até 31 de dezembro de 2025, o que seria suficiente para lidarmos com o possível vácuo normativo, como já tivemos. Trata-se, assim, de um prazo exequível, que considera a complexidade e a dimensão do trabalho, motivo pelo qual entendemos por bem acatar o prazo sugerido, a despeito das nobres intenções expressas na Emenda nº 1, da Comissão de Educação.

Portanto, eu estou acolhendo. E, diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei 5.665, de 2023, da Senadora Professora Dorinha, e da Emenda nº 1-CE, de 2024.

É o voto, portanto. O.k.?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sim. Senador Izalci...

O.k. Muito obrigada pelo relatório.

Eu vou passar para o Senador Izalci, que está inscrito para a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Olha, é evidente que no parecer aqui estava "até" – não é, Dorinha? –, o projeto era até 2028, o que poderia ser agora: 2024, 2025, 2026. É exatamente isso.

Porque eu vejo – e isso me preocupa muito, Dorinha – que o Plano Nacional de Educação deveria ser realmente uma bíblia para a área de educação, para todo mundo seguir corretamente. A gente que participou, nós levamos o quê? Dois, três, quatro anos discutindo o Plano Nacional de Educação, o último. Eu era Deputado junto com a Dorinha, não é? E ficamos no plano das intenções. A gente só vai conseguir realmente consolidar esse plano se a gente definir – e não foi fácil e talvez por isto é que a gente ficou no plano das intenções – a Lei de Responsabilidade Educacional, e não conseguimos avançar. Se não tiver uma lei de responsabilidade atribuindo a responsabilidade dos atores que não cumprem e não se preocupam em criar condições para atender à meta, nós não vamos a lugar nenhum. Nós estaremos apenas fazendo o que fizemos no último plano.

Da mesma forma, o Custo Aluno Qualidade. Até hoje a gente não tem ainda uma definição. Tinha o Custo Aluno Qualidade Inicial, depois o Custo Aluno Qualidade, porque...

Primeiramente, como fazer um plano se a gente não tem nem a ideia do que vai ser a questão da reforma tributária? Porque isso exige recursos, exige investimentos. Planejar por planejar? Se não tiver esses fatores aí de avaliação e até de premiação também, esse plano vai ficar nas intenções.

A gente fica, assim, de certa forma preocupado, porque é o seguinte. Todo mundo diz que apoia a educação: "Prioridade total!". Quando se discute a melhoria de infraestrutura e investimento, faltam sempre recursos. Está aí a universidade em greve há 40 dias – institutos federais e universidades –, porque não tem recurso. Os professores não são valorizados. E a formação está um caos. Não há mais formação de professor: os alunos hoje fazem faculdade à distância, a R$1,99, terminam o curso e vão direto para a sala de aula, e não têm a mínima condição de dar uma aula.

Quem realmente precisa de recurso para alavancar a educação é a educação infantil. Tem que universalizar. Nós não conseguimos nem... Houve um retrocesso no ensino fundamental nos últimos anos. Tudo bem que teve a covid e tal, mas, se não houver realmente um investimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

maciço na infraestrutura, passando recursos para os municípios para construção de creche e escola de educação infantil, a gente não vai a lugar nenhum.

Agora, se for para aprovar um plano de intenção, não precisa ser "2025", pode ser "2024". Então, eu vejo com muita preocupação a forma da condução do plano nacional. E acho que o fato de eu ter colocado, no projeto, "2028" não impede, evidentemente, de entregar tudo isso em 2025. Agora, colocar "2025" eu tenho certeza absoluta de que não vai resolver o problema. Mas, se há compromisso do Governo de encaminhar... Nós estamos no ano eleitoral, só temos 2025 para aprovar – para discutir e aprovar –, inclusive para discutir nos municípios, nos estados, como a gente fez no passado. Eu acho, assim, temerário botar "2025", mas também nada impede de pedir prorrogação de novo. A minha preocupação é a lei de responsabilidade educacional. Sem penalidades ou sem premiação, vamos dizer, para os resultados positivos, a gente não vai a lugar nenhum; vai ficar no plano de intenção novamente.

Quem tem o poder a gente sabe que é a União, que é responsável pelo ensino superior; depois vêm os Governadores, pelo ensino médio; e aqueles que não têm dinheiro nenhum, que são os municípios, que estão todos quebrados, ficam com a responsabilidade da primeira infância, que é a fase mais importante da educação.

Então, se for para fazer de conta, acho que não vai ter dificuldade nenhuma. Agora, se for realmente para fazer um plano com metas que sejam viáveis, mas que têm que ser ousadas, porque nós estamos muito atrasados, e com compromisso orçamentário, apesar de que nós... Eu tive o privilégio de ser o Relator do Fundeb, em que a gente colocou – não foi, Dorinha? – 23%, inclusive colocando educação infantil e educação profissional.

Educação profissional é outro problema. Se a gente não colocar aqui uma meta ousada e com recursos para o ensino médio... Porque esse novo ensino médio profissional foi um desastre. Foram cinco anos para implementar, e agora já vão mudar. Quais são os incentivos que o Governo Federal vai dar realmente para os estados implementarem a educação profissional? Nós temos aí 22% dos jovens entrando na universidade; 78% estão fora das faculdades e universidades. E aí é uma geração nem-nem – nem estuda, nem trabalha; não tem formação profissional. E o mercado está precisando: só na área de tecnologia, tem 400 mil vagas, e não tem profissional. Por quê? Porque não tem educação profissional prevista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Dorinha, eu acho que a sua proposição é a mais adequada: 2028... até 2028 – ninguém está falando aqui que não se pode entregar antes. Mas, se o Governo, através da nossa querida colega Senadora, acha que tem como encaminhar imediatamente e que o Congresso vai aprovar isso rapidamente, tudo bem. Agora, eu gostaria muito que o Governo encaminhasse junto a lei de responsabilidade educacional, porque sem ela vamos ficar no plano das intenções novamente.

Era isso, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Estou meio rouca, Presidente, mas não consigo ficar só ouvindo.

Eu sou da opinião de que deve ser até 2028, gente. Até porque, se a gente tiver a capacidade de acelerar, a lei não vai valer a partir da publicação ou para o próximo ano. Entendeu? O que me preocupa, e eu acho que a você também, é justamente: por que a gente vai ter essa lacuna, se não aprovar, como já tivemos em experiências anteriores em que se demorou muito a aprovar? Se aprovar até o ano de 2028, qual o problema se a gente aprovou antes? Entendeu? Quero só dar essa opinião aí, de que eu acho que a gente deveria botar "2028", com toda essa responsabilidade, pensando nos recursos. Porque tem algo que eu ouço muito desde o Fundeb: o que falta é a gente botar o aluno na Comissão Mista de Orçamento, no Orçamento deste país.

Nós temos o exemplo dos institutos federais, que têm uma educação técnica e tudo de primeiro mundo, oferecendo isso. A gente tem essa experiência. Não precisa, mesmo que a gente fosse... Eu concordo com tudo que foi dito aqui. Isso não pode ser um plano, isso tem que ser um compromisso, como é no Todos pela Educação. Agora, essa para 2028 eu acho que não era nem para estar em discussão. Até porque, se o Governo apresentar rápido, e nós aqui no Congresso tivermos a capacidade de convergir no que for convergir, e acelerar, como o Esperidião Amin mostrou aí, a gente... Na hora em que a gente aprovar lei, e não vai ser promulgada e não pode ser; se for antes, melhor. Agora, se a gente bota no final de 2025, aí eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pergunto: vamos fazer outro projeto de lei para poder cobrir a lacuna, já que não fomos capazes de convergir e aprovar esse plano?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Bom, na verdade, quando eu apresentei, foi com essa ideia, foi de um "até" para esse tempo de tramitação. Eu estou entendendo aqui uma resistência do próprio Governo e, ao mesmo tempo, essa compreensão. Eu acho que o que a gente está assumindo aqui é um compromisso público dos Senadores, das Senadoras e do Governo, obviamente, de que a gente faça essa tramitação de maneira muito rápida na Câmara dos Deputados, para que a gente não perca a atual vigência. O texto foi assim mesmo, Senadora Zenaide, para que a gente tivesse esse intervalo. Obviamente, na medida em que o texto for aprovado – que seja daqui a seis meses, um ano e meio, dois anos –, ele revoga o anterior. Então, é uma situação óbvia.

Essa é uma construção política, de que também eu faço a leitura, de que a gente não sinalize com um prazo tão longo para que o Congresso também tenha um ritmo, talvez, menos rápido do que o que todos nós queremos. O que nós queremos é que tenha um novo plano balizado nas condições. Então, eu vejo que, neste acordo, embora eu tenha feito o texto nessa tentativa de deixar uma margem para que a gente tivesse essa segurança, como o Senador Relator acordou, a gente faz essa votação contando com esse compromisso, inclusive, de todos nós – base, Governo, os independentes, pois o que nós estamos falando aqui é de educação como um conjunto – de que a gente consiga dar esse salto, porque não adianta, como eu disse, elaborar um plano de gaveta.

Eu, em particular, acho que é muito difícil esse cumprimento de prazo em virtude das conjunturas – este ano é de eleição municipal e tudo mais –, mas vamos fazer esse trabalho, no formato em que o próprio Relator trouxe, com uma grande preocupação em monitoramento e acompanhamento.

E eu acho que um grande passo foi a sinalização do Presidente, o Senador Rodrigo Pacheco, de que a gente não espere a tramitação na Câmara para começar o trabalho aqui no Senado, com a formação de um grupo de trabalho que já comece a discutir o texto base que virá, e fazendo esse trabalho conjunto para que... Obviamente, como começa na Câmara, pelo rito legislativo voltaria depois para a Câmara, mas que a gente possa ganhar esse tempo num

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compromisso que tem que ser liderado pelo Ministério da Educação, obviamente. Então, é uma construção.

Não havendo mais quem queira discutir, vou encerrar a discussão. (*Pausa.*)

O Senador pediu a palavra? (*Pausa.*)

Não. Não pediu, não.

O povo está vendo, Amin, você levantar a mão.

Em votação, o Projeto de Lei 5.665, de 2023, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Senadores já podem votar.

Por favor, peço para abrir o sistema. É uma votação nominal.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Fica, então, prejudicado o Requerimento 51, de 2024, de autoria da Senadora Teresa Leitão, que requer o destaque de votação em separado da Emenda nº 1 ao PL 5.665, de 2023.

Eu gostaria de consultar o Senador Esperidião Amin, que é o Relator do próximo item, para que ele pudesse... para que nós começássemos enquanto a votação nominal ocorre.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4168, DE 2021

- Não terminativo -

Reconhece o cristianismo como manifestação cultural nacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1

Observações:

1. Em 16/05/2023, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2. Em 02/06/2023, foi apresentada a emenda n° 1, de autoria do Senador Magno Malta (PL/ES).

3. Em 21/03/2024, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

Autoria do Deputado Vinicius Carvalho, Republicanos, de São Paulo.

Eu concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin para a leitura do seu novo relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Pois não, Senadora.

Muito obrigado.

Vem à análise da Comissão de Educação e Cultura o projeto de lei do Deputado Vinicius Carvalho, que reconhece o cristianismo como manifestação cultural nacional.

Para tanto, o art. 1º da proposição determina o reconhecimento do cristianismo como manifestação cultural nacional, ao passo que o art. 2º estabelece vigência imediata para a lei resultante do projeto.

O autor ressalta, na justificação, a diversidade cultural e religiosa do país, argumentando que é justo que se considerem a importância do cristianismo na formação do Brasil bem como sua predominância em nossa população como fé religiosa até os dias de hoje.

Na Casa de origem, a proposição foi inicialmente encaminhada, em caráter conclusivo, à Comissão de Cultura e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, mas terminou por ser submetida diretamente ao Plenário, onde foi aprovada com emenda.

No Senado Federal, o PL foi encaminhado unicamente à CE, tendo sido apresentada a Emenda nº 1, pelo Senador Magno Malta, que aperfeiçoa a redação do art. 1º com o objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de evitar possíveis interpretações que poderiam limitar a liberdade de culto preconizada na Constituição.

Se aprovada, a proposição deverá ser submetida ao Plenário.

Nos termos do disposto no art. 102, inciso I, do Regimento Interno, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem acerca de normas gerais sobre cultura, tema presente no projeto em análise.

Em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, cabe a esta Comissão pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade.

No que tange à constitucionalidade formal do projeto, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verifica-se ser concorrente com os estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

É igualmente legítima a iniciativa parlamentar.

Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico.

No que diz respeito ao mérito, a proposição merece prosperar.

Deve-se destacar que o art. 216, *caput*, da Constituição da República expressa que os bens imateriais portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira são considerados patrimônios culturais brasileiros.

Já o *caput* do art. 215 atribui ao Estado o dever de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, além de proteger aquelas fruto das culturas populares. O §1º do art. 215 da Constituição, por sua vez, determina que o Estado protegerá as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, assim como das culturas de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Nesse sentido, deve-se ressaltar que não apenas a religião cristã era adotada por vários dos grupos que participaram de nosso processo civilizatório, como ela mesma foi um dos fatores mais essenciais para modelar nossa sociedade e a nossa cultura, não só nas cidades e povoados onde a vida social passou a se adensar, mas também nos rincões mais distantes, o cristianismo sempre esteve presente como um dos principais eixos que concediam unidade a uma sociedade étnica e culturalmente pluralista.

A mensagem cristã, com seu núcleo divino e sua inegável vocação universalista, é vivida e transformada pelos diferentes grupos e sociedades conforme o tecido cultural que os constitui. No Brasil, decerto, isso não se deu de modo diferente. Desde o início da colonização, passando pelos séculos seguintes de nossa história, a fé cristã e católica esteve presente com suas igrejas e capelas, seus santos e festividades, sua arte sacra e sua música em um amálgama singular e único, próprio da vivência brasileira e da alma da nossa gente.

Neste momento, por exemplo, aqui na região litorânea de Santa Catarina, nós estamos vivendo o ciclo das Festas do Divino, que faz parte da cultura desta região de Santa Catarina, repito, especialmente em face da participação portuguesa, açoriana, aqui no nosso litoral. Com um dos muitos reflexos da expressividade e excelência da cultura cristã no país, podemos recordar o período histórico do ciclo do ouro na região de Minas Gerais, em que se forjou uma produção artística que se afastou de modo mais nítido da tradição portuguesa. Essa arte foi conduzida pela inspiração genial do Aleijadinho, do pintor Manuel da Costa Ataíde, e de vários outros arquitetos e artistas plásticos, além dos músicos que compõem a trilha do barroco mineiro.

Na arte propriamente popular, o cristianismo finca raízes profundas, abrasileirando-se nos Pastoris e Reisados, assim como nos Ternos dos Reis do meu estado, na Festa do Divino – que eu já mencionei –, em suas diversas manifestações regionais, e em tantos outros momentos do congraçamento da fé e da alegria. Eu nem vou falar da festa de São João, que é talvez a mais prolongada festa derivada do cristianismo como manifestação cultural. Eu nem vou falar até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque estou vendo o sorriso da Senadora Zenaide, da Senadora Teresa aqui, que já estão ficando – me perdoem a expressão – assanhadas, só pela lembrança da festa de São João.

Desde o século passado, quando as denominações evangélicas passam a se expandir por todas as regiões, assistimos a um outro relevante processo de vivência brasileira dos cultos cristãos, com um papel muito importante concedido à música de louvor. Se de um lado os fiéis trazem sua voz e sua experiência de vida aos cultos, eles também levam para o seu cotidiano uma prática renovada pela palavra do Evangelho. Decerto, tudo isso não são mais do que pinceladas. Eu não vou aqui percorrer todas as nossas longitudes e latitudes, mas a participação da religião cristã na vida popular brasileira é tão ampla e profunda que mal podemos nos dar conta da sua totalidade.

O caráter profundamente cristão de nossa cultura se expressa, e deve se expressar ainda mais, pelo respeito e pela convivência fraterna com manifestações religiosas de outras origens, com o merecido destaque das religiões afro-brasileiras, elas mesmas marcadas, em diferentes graus, pela influência e pela equivalência do cristianismo.

Estamos igualmente de acordo com a sugestão do nobre Senador Magno Malta, nos termos da emenda. A emenda é bastante pertinente, na medida em que, sem alterar o sentido da proposição, aperfeiçoa a redação e delimita, para além do aspecto religioso, as vertentes culturais do cristianismo, de modo que apenas o reflexo do exercício público e de sua influência possam vir a ser considerados manifestação cultural. Claro, ninguém está aqui pretendendo expressar o conteúdo religioso, exclusivamente, mas, sim, a manifestação cultural derivada da prática e dos ensinamentos do cristianismo.

Deve-se destacar o amplo debate público acerca da redação. Essa redação, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, foi muito debatida. Eu sempre imaginei que esse projeto passasse frouxo, como se diz, mas ele passou com um escrutínio muito responsável, pelo Senado Federal. Eu queria destacar, ainda que esteja aparentemente ausente, a grande vigilância da Senadora Damares Alves. Cada vez que eu a encontro, eu digo: "Cristianismo também é cultura, Senadora". Até para lembrar que não são divergências, são peculiaridades que ela suscitou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, em 21 de março de 2024, foi realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública, a fim de instruir a matéria, por meio de requerimento apropriado elaborado e apresentado pela Senadora Damares Alves, conforme eu mencionei.

Os participantes da audiência pública contribuíram enormemente para a elucidação de um ponto aparentemente simples, mas que guarda importância crucial: embora o cristianismo tenha gerado manifestações culturais, ele não é uma mera manifestação de cultura. Está certo, o cristianismo é muito mais do que isso, mas nós estamos aqui nos referindo às manifestações culturais dele derivadas.

Ao longo da audiência, os participantes, entre eles Ives Gandra Martins; Thiago Rafael Vieira, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito e Religião; Padre Luciano da Silva Roberto, da CNBB; Edna Zilli, Presidente da Anajure; e Pastor Douglas Baptista, Presidente do Conselho de Educação e Cultura da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, foram unânimes em relação a esse ponto e à necessidade de aprovar o PL com a emenda apresentada pelo Senador Magno Malta. Ademais, defenderam que a emenda poderá evitar possíveis interpretações que, em tese, limitariam a liberdade de culto preconizada na Constituição Federal.

Novamente, destaque-se que a emenda não altera o sentido original da proposição, tratando-se, assim, de emenda meramente redacional, tornando o texto apto para análise do Plenário desta Casa e, sendo aprovado, encaminhado para a sanção presidencial.

De acordo com o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.168, de 2021, e pelo acolhimento da emenda do Senador Magno Malta, conforme manifestei.

Eu gostaria ainda, se V. Exas. me dão mais alguns segundos... Eu tenho o hábito de ler, às vezes sem prazo, livros que me lembram da minha época em que eu pretendia ser padre e jesuíta, e quero aqui apresentar um livro, especialmente para as senhoras que estão assistindo: *Mariologia Social*. Ele é de autoria do frei catarinense Clodovis Boff. Ele é da Ordem dos Servos de Maria e irmão do conhecidíssimo teólogo Leonardo Boff, que também é nascido aqui, em Santa Catarina, ambos em Concórdia.

Neste livro *Mariologia Social: o significado da Virgem para a Sociedade*, ele consegue separar a figura religiosa como nós separamos aqui, em Santa Catarina. Catarina era uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

filósofa. Ela debatia, é a padroeira dos navegadores, dos descobridores, das bibliotecas, ou seja, uma mulher que se associou à cultura, à filosofia. De muito mais amplitude é a inspiração que Maria, mãe de Jesus, infunde não apenas como aspecto religioso, mas como aspecto cultural, o que ela representa em termos sociológicos para as mulheres. Eu até recomendo... Estou vendo aqui a curiosidade da Senadora Zenaide Maia, cuja formação cristã eu conheço bem. O Frei Clodovis Boff, autor de livros extraordinários, menciona claramente a arte cristã, menciona a cultura cristã; ou seja, são manifestações culturais derivadas seja da personagem, seja da religião, que fazem parte do nosso dia a dia independentemente de profissão de fé. Isso pode se estender perfeitamente à umbanda, pode se estender a outras religiões mesmo as não cristãs, como, por exemplo, o judaísmo, o islamismo, para falar apenas das monoteístas, ou seja, das igrejas que, em conjunto, têm uma orientação de um só Deus. De sorte que eu acho que esse projeto vai enriquecer o debate no Plenário e nesta Comissão também.

Por essa razão, o meu voto é, claramente, a favor do projeto e a favor da recepção da emenda oferecida pelo Senador Magno Malta, que, digamos, expunge, retira do projeto qualquer viés que possa contrariar a condição de laico, prevista na nossa Constituição para o Estado brasileiro.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada ao Senador Esperidião Amin.

Eu encerro agora a votação do Projeto de Lei anterior, o 5.665, de 2023.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Foi verificado o resultado de 16 SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Quórum de 17.

Aprovado o Projeto 5.665, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Em discussão o Projeto de Lei 4.168, de 2021, de autoria da Câmara dos Deputados, do Deputado Vinicius Carvalho, do Republicanos de São Paulo, cujo relatório já foi lido, bastante... com uma discussão, pelo Senador Esperidião Amin.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da Comissão de Educação.

A matéria vai ao Plenário.

O Senador Esperidião Amin pediu a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Primeiro, é para agradecer a confiança das Sras. Senadoras, que eu vejo, e dos demais membros da Comissão de Educação.

E, se cabível, já que está aprovado e o próximo passo é o Plenário, eu gostaria de requerer urgência, pelo menos para que fizesse parte da pauta, e que a mesa, quando for adequado, coloque na Ordem do Dia, mas o requerimento de urgência eu gostaria de apresentar, se for possível.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu aproveito para agradecer a grande disposição e o apoio realizado no PL...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – No 5.665.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – ... 5.665 e no tempo que... atendendo à solicitação, para que seja dada a urgência ao Projeto 4.168, de 2021.

Muito obrigada, Senador Esperidião Amin.

Aprovado o relatório, vamos pedir a urgência.

Item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 5982, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o dia 19 de dezembro como o Dia Nacional da Aromatologia e da Aromaterapia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação

A autoria é da Câmara dos Deputados, do Deputado Giovani Cherini, do PL do Rio Grande do Sul.

Eu concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia, para a leitura do seu relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Por videoconferência*.) – Sra. Presidente, eu queria pedir para ir direto à análise.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem acerca de datas comemorativas, caso do projeto em análise.

Além disso, por ser a única Comissão a manifestar-se sobre o tema, compete-lhe, ainda, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspetos, nada há que se opor ao projeto.

De fato, a competência da União para dispor sobre o tema decorre do comando contido no art. 24, inciso IX, da Carta Magna.

Ademais, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não incidir, na espécie, reserva de iniciativa. Igualmente adequada é a veiculação do tema por meio de lei ordinária, já que não há exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

A matéria apresenta, também, técnica legislativa apropriada, em consonância com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Por fim, foram cumpridas as exigências previstas na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas. Com efeito, a alta significação da data foi tema de audiência pública realizada em 20 de março de 2016, em Belo Horizonte (MG), durante o II Congresso Internacional de Aromatologia e o I Congresso Internacional de Medicina Complementar Integrativa. Naquela oportunidade, a ideia da proposição foi amplamente discutida e apoiada pelos participantes do evento, que se mostraram favoráveis à apresentação de projeto de lei para instituir o Dia Nacional da Aromatologia e da Aromaterapia. As informações constam da justificação do projeto.

No mérito, da mesma forma, somos favoráveis ao projeto.

A aromatologia é a ciência que estuda os óleos essenciais, suas propriedades, origens e aplicações, e os princípios que norteiam seu uso terapêutico e holístico. Ela envolve uma abordagem científica e multidisciplinar, contribuindo para o avanço do conhecimento sobre o assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A aromaterapia, por outro lado, é a prática terapêutica que utiliza óleos essenciais para promover bem-estar, equilíbrio emocional, saúde e qualidade de vida. Ambas desempenham papéis complementares e essenciais nos campos da saúde e do bem-estar.

A instituição do Dia Nacional da Aromatologia e da Aromaterapia é uma demonstração do compromisso do Congresso Nacional com a promoção da saúde e do cuidado integral com o ser humano.

A aromaterapia é uma abordagem terapêutica natural que tem sido utilizada em todo o mundo para aliviar sintomas de diversos problemas de saúde, incluindo ansiedade, insônia, dores musculares e estresse.

Além disso, os óleos essenciais também têm aplicações na estética, na promoção da concentração, na melhora do sono e na criação de ambientes agradáveis e saudáveis.

A aromatologia, por sua vez, é uma ciência que embasa a prática da aromaterapia com sólidos fundamentos científicos. Ela envolve estudos aprofundados sobre os óleos essenciais e suas propriedades químicas e terapêuticas, bem como sua aplicação segura. Tal ciência contribui para a compreensão e o desenvolvimento de protocolos terapêuticos baseados em evidências, proporcionando uma abordagem mais segura e eficaz na utilização dos óleos essenciais.

Finalmente, a instituição do Dia Nacional da Aromatologia e da Aromaterapia promove a disseminação do conhecimento nessa área, incentivando a pesquisa científica, a formação de profissionais qualificados e a conscientização sobre os benefícios que essas práticas podem oferecer à sociedade. Essa medida representa um avanço significativo na promoção da saúde e do bem-estar da população brasileira.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.982, de 2019.

Sra. Presidente, eu queria só dizer que foi instituído o dia 19/12 porque foi em 19 de dezembro de 1881 que nasceu Réne-Maurice Gattefossé, que foi quem criou o termo aromaterapia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senadora Zenaide. Parabéns pelo seu relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

Essa matéria vai ao Plenário. (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Eu acho, Presidente, que nós esquecemos de pedir urgência para o seu Projeto 5.665.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Esperidião, ele é terminativo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Pois é, é terminativo.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Ele já vai direto para a Câmara.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Bom, e tem o período de recurso, não é? E tem o período de recurso ainda?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não, ele não pode... Não precisa pedir a urgência porque...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Não precisa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não, não precisa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Tem razão.

Ele tem que cumprir o período de recurso dele.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Perfeito.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada mais uma vez pela disposição.

Obrigada aos Senadores e Senadoras que nos acompanham, a todos que estão aqui acompanhando presencialmente ou remotamente a reunião da Comissão de Educação.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e vinte minutos do dia cinco de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Professora Dorinha Seabra e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Jussara Lima, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Janaína Farias, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Wellington Fagundes, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Damares Alves e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Weverton, Fernando Dueire e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Cid Gomes, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Flávio Arns, Carlos Portinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 46/2024 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Debater a greve dos servidores técnico- administrativos em educação das universidades e institutos federais. **Participantes:** Sr. Daniel Lucas Soares Souza Farias, Coordenador da Coordenação Jurídica e de Relações de Trabalho da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA); Sr. Leewertton de Souza Marreiro, Membro da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE); Sra. Jennifer Susan Webb, 1ª Tesoureira do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN); Sr. Mario Barbosa, Diretor do Departamento de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Sr. Carlos David de Carvalho Lobão, Coordenador-Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE); e Sra. Jussara Cardoso Silva Freitas, Subsecretária de Gestão Administrativa do Ministério da Educação. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Professora Dorinha Seabra
Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/05

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 5 de junho de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de uma audiência pública com o objetivo de debater a greve dos servidores técnico-administrativos em educação e dos professores das universidades e institutos federais, em atenção ao Requerimento nº 46, de 2024, de autoria do Senador Flávio Arns.

Boa tarde a todos.

Eu convido para tomar assento à mesa: o Sr. Mario Barbosa, Diretor do Departamento de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; o Sr. Daniel Lucas Soares Souza Farias, Coordenador da Coordenação Jurídica e de Relações de Trabalho da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra); o Sr. Leewertton... "Liverton"? "Leverton"?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEEWERTTON DE SOUZA MARREIRO (*Fora do microfone*.) – "Liéverton".

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – "Liéverton"?

O SR. LEEWERTTON DE SOUZA MARREIRO (*Fora do microfone*.) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – ... o Sr. Leewertton de Souza Marreiro, membro da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe); o Sr. Carlos David de Carvalho Lobão, Coordenador-Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe); a Sra. Jennifer Susan Webb, Tesoureira do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN).

Informamos que o Ministério da Educação foi convidado, mas não enviou representante.

E, antes de passar a palavra para os nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou ainda pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos, se houver, ou as perguntas que tiverem chegado pelo e-Cidadania ou comentários poderão ser debatidos.

Eu assumo aqui a Presidência em nome do Senador Flávio Arns, que foi o autor do pedido de audiência. Eu, como Vice-Presidente, também já tinha tratado desse assunto numa reunião da Comissão de Educação, colocando a necessidade de conversar, de debater, em virtude do prejuízo enorme para a educação e, logicamente, para os servidores – nenhum servidor escolhe fazer greve; isso não é escolha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com a palavra, o Sr. Daniel Lucas Soares Souza Farias, Coordenador Jurídico e de Relações de Trabalho da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra).

O SR. DANIEL LUCAS SOARES SOUZA FARIAS (Para expor.) – Muito boa tarde a todos.

Queria muito agradecer à Senadora pela oportunidade de manifestação aqui, principalmente neste momento que a gente está vivendo, de greve da educação federal.

Agradeço também ao Senador Arns, que foi o propositor desse requerimento para esta audiência pública, para tratar sobre a greve dos servidores da educação.

Eu queria falar um pouquinho, primeiramente, fazer uma discussão sobre...

Eu me chamo Daniel, como foi falado pela Senadora, representante da categoria dos trabalhadores técnico-administrativos em educação, Coordenador da Fasubra. Neste momento aqui, eu gostaria de primeiramente fazer uma explicação para o público, para os Senadores e para os Parlamentares que estão acompanhando esta audiência, sobre quem nós somos, porque infelizmente a nossa categoria hoje é muito invisibilizada tanto na mídia quanto também dentro das nossas instituições, universidades, instituições federais, em todos esses ambientes em que os TAEs (técnicos-administrativos em educação) estão presentes.

Então, primeiramente, o que nós somos? Hoje, os técnicos-administrativos em educação (TAEs) – e eu vou falar muito essa sigla e vocês vão entender que se trata dos técnicos-administrativos em educação –, nós estamos presentes hoje em mais de 500 municípios, dezenas e centenas de instituições e universidades públicas federais, mas nós não somos somente um cargo: nós somos um plano de carreira e de cargos em que existem várias profissões, vários cargos, entre eles enfermeiros, psicólogos, pedagogos, intérpretes de libras, administradores, assistentes sociais, assistentes administrativos, jornalistas. E, diga-se de passagem, os jornalistas hoje, essa profissão dentro da nossa carreira, ela está vedada de provimento, o que é uma incoerência que a gente acredita dentro do Governo neste momento, das dezenas de incoerências que a gente vai apresentar para vocês aqui, das quais a gente não tem respostas efetivas do Governo. Por exemplo, dos jornalistas: por que o Governo até o momento não fez, não vedou, não derrubou o decreto, tanto do Governo Temer quanto do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bolsonaro, que dificultava e suspendia a contratação desses profissionais? E a incoerência está no momento em que o Governo promove a expansão da rádio e da comunicação nas universidades e não revoga esse decreto que proíbe a contratação de servidores que vão trabalhar nesses locais.

Então, a gente já percebe uma incoerência. E a gente faz essas perguntas para o Governo quando a gente está nas mesas de negociação e não obtém respostas. E, nesse sentido, eu acredito que a audiência hoje é muito importante para que a gente possa pedir ajuda dos Parlamentares, da Senadora que está aqui, dos Senadores que estão nos assistindo e da população, para entender qual é efetivamente a política que o Governo está querendo para as universidades, para a educação como um todo.

É importante também a gente entender, neste momento – deixe-me eu só passar aqui –, que hoje a nossa categoria, a dos TAEs, ela tem (isto infelizmente passou a longo dos últimos anos) uma política de empobrecimento da nossa categoria. Hoje, a categoria dos TAEs é que tem a pior remuneração no serviço público federal. Para vocês terem uma noção, hoje um servidor que entra no nível médio da carreira recebe menos de dois salários mínimos. Isso não tem precedente no serviço público federal. Até em pequenas prefeituras hoje, nos municípios que a gente vê ao longo do território brasileiro, a gente percebe que essa não é uma característica dos servidores em geral; quando vai para a iniciativa federal, isso é maior ainda, extrapola o limite do razoável para um servidor público que faz um trabalho tão complexo quanto o do servidor hoje dos técnicos-administrativos em educação.

Isso se agrava mais ainda quando a gente passa para a carreira no quadro de nível superior. Hoje a gente tem quadros altamente capacitados, e a gente sempre faz essa colocação porque a carreira hoje dos técnicos-administrativos em educação, dos TAEs, é uma das carreiras mais qualificadas que existe no serviço público federal. A gente sempre faz uma comparação, por exemplo, com a carreira que tem aqui no Ministério da Gestão e da Inovação, algum de vocês devem ser familiarizados, com a EPPGG, que é uma carreira considerada elite do funcionalismo público, mas que tem uma qualificação muito menor de doutores. A nossa categoria hoje no nível superior tem acima de 12% de doutores, enquanto nesta carreira EPPGG, que tem uma remuneração muito maior, que lida com complexidade, às vezes, de política em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nível nacional, tem uma qualificação menor do que a nossa. Então, aí já se demonstra uma incoerência.

A nossa categoria hoje no nível superior tem acima de 12% de doutores, enquanto nesta carreira EPPGG, que tem uma remuneração muito maior, que lida com complexidade às vezes de política em nível nacional, tem uma qualificação menor do que a nossa. Então, aí já se demonstra uma incoerência.

Mas vamos lá.

Com o passar dos anos, a nossa carreira sentiu uma perda no poder de compra muito grande. Desde 2010 para cá, a gente teve quase metade do poder de compra corroído pela inflação. Para se ter uma noção, em 2010 a gente ganhava 3,5 salários mínimos – a categoria – no nível médio; hoje, ganha menos de 2 salários mínimos. Então, é surpreendente como a categoria vem sofrendo ao longo desses últimos anos.

Então, isso tudo, somado aos baixos salários, à desvalorização da nossa categoria, um grito de socorro foi dado com essa greve, para chamar a atenção para essa problemática que envolve todos esses servidores, que não são poucos.

Deputada, para você ter uma noção, hoje a nossa categoria é a maior do serviço público federal, chegando a quase 230 mil servidores. Então, esses 230 mil servidores têm sentido o impacto dessa política de empobrecimento ao longo dos anos.

E, hoje, qual é a situação da nossa carreira dentro das instituições federais de ensino?

Como vocês podem ver nesse quadro, hoje 82% dos cargos da nossa carreira estão extintos ou suspensos. Esse levantamento foi feito inclusive junto com os reitores das universidades federais. Esse dado foi levantado pelo Forgep, que é o Fórum de Gestão de Pessoas das Universidades Federais, cujo quadro, hoje, está tão crítico, que deixou de ser um problema somente do trabalhador e passou a ser um problema da gestão de dentro das universidades.

Hoje, quem perde é a população. É difícil, hoje, a gente conseguir ter todos os serviços prestados com excelência, dentro da universidade, porque não tem servidores. Hoje não se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consegue mais reter os talentos, reter servidores, por conta principalmente dos baixos salários, e a situação nas universidades, hoje, para além do orçamento delas, que está muito difícil, é de terra arrasada, quando se diz, quando se fala a respeito dos servidores tais.

Esse quadro se agrava muito, como eu falei para vocês, com a dificuldade de reter servidores. Para se ter uma ideia, em 2023 chegamos ao absurdo – é inacreditável esse valor – de 75% de pedidos de exoneração da nossa carreira. Hoje, de cada dez servidores que entram, sete saem da carreira para prestar outros concursos ou até para ir para a iniciativa privada, que hoje paga muito mais do que estando na carreira do PCCTAE.

É um absurdo, a população perde muito com isso, com a falta de prestação de serviços, e a gente pede, faz esse apelo, para que vocês entendam que a situação é crítica.

Se nada for feito hoje, dentro das universidades, com a carreira dos Técnicos Administrativos em Educação, as instituições vão entrar em colapso.

E aí, com toda essa conjuntura que eu mostrei para vocês, a gente viu, numa plataforma do próprio Governo, uma possibilidade de que ele nos escutasse. Então, quando foi lançada a plataforma no Brasil, participativa, em que o Governo iria aplicar os recursos do plano plurianual em algumas propostas que a própria sociedade iria escolher, a gente entrou de cabeça nessa campanha, fez uma campanha muito grande com a população, mostrou a necessidade de valorização dos Técnicos Administrativos em Educação.

Ficamos em primeiro lugar no tema educação, entre todas as propostas. Conseguimos, num primeiro momento, ter uma relevância na mídia, no Governo, o Governo nos atendeu naquele momento, mas, efetivamente, para a valorização da carreira com o aporte orçamentário, isso não aconteceu.

Então, para nós foi uma decepção muito grande com o Governo, porque nós ficamos muito bem colocados, acima de outras carreiras, e a gente viu, ao longo dos meses, nesse quase um ano de mobilização da nossa carreira, que o Governo pouco se importou com toda essa mobilização. Pelo contrário, ele colocou outras carreiras na nossa frente. É sempre bom lembrar que a carreira hoje dos técnicos administrativos em educação foi a primeira mesa a ser instaurada pelo Governo, mas isso não quer dizer que fomos os primeiros a ser atendidos. Pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrário, muitas carreiras, como eu falei para vocês, passaram na nossa frente, a exemplo da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL LUCAS SOARES SOUZA FARIAS – ... que têm uma condição, às vezes... Eles são necessários, é uma profissão que é necessário ser valorizada, mas eles têm uma condição salarial muito melhor do que a da nossa carreira, que, por todos os momentos que eu trouxe para vocês aqui, essas falas que eu mostrei para vocês de desvalorização financeira, está muito pior. A situação está bem mais complicada.

E aí a gente teve uma intervenção do Ministro da Educação, do Ministro Camilo, para tentar fazer com que as coisas andassem mais rapidamente. E foi feito um relatório junto com o Governo, que a gente chama de Grupo de Trabalho Reestruturação da Carreira, em que a Ministra Esther esteve envolvida, em que também o Ministro de Relações, José Celso, esteve envolvido. E todos eles assinaram um relatório com soluções para essas problemáticas que eu apresentei para vocês sobre a carreira, mas, infelizmente, Senadora e Senadores que estão acompanhando, o Governo ignorou o próprio trabalho que ele fez. E a gente não tem respostas – e a gente queria novamente pedir ajuda de vocês – da Ministra sobre o motivo, o porquê de esse trabalho ter sido ignorado. Foi um trabalho técnico que foi feito com os servidores do Ministério da Gestão e da Inovação, com os servidores do Ministério da Educação, com as entidades representativas e com os gestores das universidades federais, mas infelizmente nada foi levado em consideração. Pelo contrário, o Ministro Jose Feijóo apresentou propostas que nem sequer constavam desse relatório. Foi muito surpresa para quem estava presente nas reuniões quando ele apresenta coisas que nem as entidades pediram. Então, a gente quer entender. E eu acredito que esta audiência vai servir para isto: para que sejam esclarecidos os motivos de o Governo não estar efetivamente dando prosseguimento nas negociações para a nossa carreira.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Daniel, pela sua participação.

Algumas perguntas foram feitas, eu vou lendo à medida que forem chegando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Elenice, do Mato Grosso: "[...] por que [...] [o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviço Público não fez] previsão de recomposição salarial e de orçamento da educação federal na proposta do teto orçamentário?".

Antônio, da Bahia: "Por que não existe um planejamento de atualização da remuneração dos [...] [técnicos administrativos em educação], sendo que é uma atividade vital para as [...] [instituições federais de ensino superior] funcionarem?".

A Fernanda, do Rio de Janeiro: "Quais medidas serão adotadas para reduzir o impacto da greve [...]?".

José, de São Paulo: "Qual a importância dos profissionais das [...] [instituições federais de ensino superior] na formação da população de baixa renda no Brasil?".

Gustavo, de Rondônia: "Como a greve dos servidores está afetando diretamente o aprendizado e a experiência acadêmica dos estudantes? Estão relevando essa questão?".

Em seguida, passo a palavra para o Sr. Leewertton de Souza Marreiro, membro da Comissão Nacional de Supervisão de Carreira, do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe).

O SR. LEEWERTTON DE SOUZA MARREIRO (Para expor.) – Muito boa tarde a todos os companheiros e companheiras que estão aqui presentes no plenário e às mais de 2 mil pessoas que estão acompanhando neste momento através da TV Senado.

Eu queria agradecer à Senadora Dorinha, ao Senador Flávio Arns, pela oportunidade, Senadora, porque é muito importante trazer para a população brasileira a realidade que estamos enfrentando nesse momento.

Muitas pessoas, às vezes, olham para a greve e dizem: "Mas por que a greve? O que está acontecendo? Por que essas pessoas estão tomando essa decisão? Por que os meus filhos estão sem aula?".

Eu me chamo Leewertton Marreiro, o nome é mais fácil de falar do que escrever. A senhora não se preocupe porque minhas avozinhas faleceram e não aprenderam a falar meu nome, então está tudo bem. As pessoas costumam errar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou aqui, Senadora, na posição de servidor, eu estou aqui na posição de aluno e eu estou aqui na posição de pai de aluna, porque eu sou servidor do Instituto Federal da Paraíba há quase 14 anos, minha filha mais velha faz faculdade na UFPB de Ciência da Computação e eu sou aluno do curso de mestrado da rede federal. Então sobre todos os aspectos aqui eu posso falar e sobre todos os prejuízos que uma greve traz para a sociedade, isso é inegável, mas infelizmente é um recurso que a gente tem que lançar mão quando as negociações com o Governo não avançam. Nós não queríamos fazer a greve, Senadora; nós somos forçados a fazer a greve.

Nós tentamos negociar com o Governo Lula – que fique bem claro, o Governo que eu apoio – durante um ano ininterrupto. Nós montamos a nossa proposta, nós entregamos, nós protocolamos, fizemos inúmeras reuniões, mas infelizmente o processo não avançou, não restou outra solução ao conjunto dos trabalhadores da educação, técnicos, administrativos e docentes, a não ser fazer a greve.

Eu participei basicamente de todas as mesas de negociação com o Governo Federal lá no MGI. A primeira palavra que o Secretário José Feijóo falou na primeira mesa de negociação foi a seguinte – nós não estávamos de greve ainda, diga-se de passagem –: "O objetivo desse Governo é corrigir as disparidades existentes entre as carreiras do serviço público federal". Essa foi a promessa.

O que acontece hoje, Senadora? A nossa carreira é de fato uma carreira complexa, porque a atividade do ensino por si só é complexa, as nossas universidades e institutos formam os profissionais que vão trabalhar nesse país em diversas áreas, então nós precisamos de ter diversas especialidades dentro do PCCTAE, mas a nossa carreira recebe um terço, metade do que outras carreiras administrativas recebem para fazer o mesmo trabalho. Nós somos responsáveis por executar, talvez, o segundo maior orçamento da União. Nós somos quem compramos, quem fiscalizamos os contratos, nós trabalhamos na pesquisa, na extensão, no ensino, dentro dos laboratórios, dentro das unidades acadêmicas e administrativas. Em qualquer situação, dentro de universidade ou instituto federal, existe um técnico administrativo – em qualquer trabalho, em qualquer fazer. Mas, quando a gente para para pensar quanto é que estão ganhando os nossos colegas... E não estou falando aqui que eles ganham muito, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitos deles inclusive já estão em campanha também, pedindo reajuste salarial. A nossa afirmação de fato é que nós ganhamos muito pouco.

Eu entrei na rede, Senador, em 2010. O meu cargo na época, cargo de nível médio – embora a grande maioria de nós tenha formação superior ao que é exigido no cargo –, recebia de vencimento básico três salários mínimos e meio. Quatorze anos se passaram, hoje quem faz um concurso para a universidade federal recebe menos de dois salários mínimos de vencimento básico. Não tem prefeitura nesse país pagando tão pouco a um trabalhador. E as universidades e institutos federais estão com esses salários.

Nossos profissionais de nível superior – e aí eu falo de analistas de informação, falo de engenheiros, de arquitetos, de enfermeiros – não chegam a ganhar quatro salários mínimos.

Existe uma fuga de cérebros das instituições federais de ensino. Os nossos servidores, Senador, estão saindo do seu ambiente de trabalho e indo fazer Uber, porque o que eles estão ganhando não está dando para pagar as contas da casa. A carreira está numa situação de calamidade. E, muitas vezes, as pessoas ficam chateadas e dizem assim: "Mas o servidor federal dizendo que está passando dificuldades?". Sim, nós estamos passando dificuldades. Essa é a realidade dos servidores da educação.

A grande maioria das carreiras do Executivo federal hoje paga de salário inicial o que os nossos trabalhadores não recebem depois de 22 anos e meio de dedicação ao serviço público. Nós acreditamos na fala do Governo quando disse que ia corrigir as disparidades entre as carreiras do Executivo, mas o fato é que, antes mesmo de nós entrarmos em greve, isso não se deu. E as negociações que foram feitas pelo Governo Federal, muito pelo contrário, ampliaram essas distorções. A nossa mesa foi a primeira mesa conquistada com esforço e com a batalha de cada trabalhador e trabalhadora, o que nos colocou em terceiro lugar no Brasil Participativo, em primeiro lugar nas demandas do MEC.

Senadora, eu não tenho nada contra nenhum colega meu servidor público. Eu acho que todos devem ser bem remunerados, sejam lá da saúde, da segurança pública, mas é muito difícil engolir que para todas as outras categorias o Governo tem investido em média R$50 mil por servidor e para as carreiras de educação ele não tem investido um terço disso. Então, quando a gente pega os acordos que o MGI fechou, inclusive com pagamento de parcelas para o ano de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2024, Polícia Rodoviária Federal... Nada contra os policiais rodoviários federais, a não ser o fato de alguns terem nos impedido de votar na eleição. Mas, para cada policial rodoviário federal, o Governo investiu R$43,5 mil na sua reestruturação de carreira. Para os técnicos administrativos em educação, ele ofereceu R$14 mil.

Polícia Penal... Olha só que... Às vezes é óbvio, mas a gente tem que falar. Qual é o trabalho da Polícia Penal? Tomar conta dos presídios, onde as pessoas que infringiram a lei estão pagando suas penas. O nosso trabalho é dar condição aos jovens brasileiros para que eles não cometam crimes. Então, eu penso que o nosso é muito mais importante. A gente trabalha na prevenção, a gente trabalha na construção de sonhos e oportunidades que vão impedir, muitas vezes, que jovens desse país entrem na criminalidade. Mas, para cada policial penal, o Governo investiu R$53 mil; para o professor, ele investe R$28 mil; para o técnico, ele investe R$14 mil.

E aí, muitas vezes algumas pessoas falam assim: "Não se comparem com as polícias, vocês só falam nas polícias, falem nas carreiras administrativas, vocês não falam que a gente reestruturou ATPS, que a gente reestruturou ANM e outras carreiras". Falamos, sim. Sabe quanto foi investido em cada ATPS (Analista Técnico de Políticas Sociais)? Quarenta e dois mil reais. Para nós, foram investidos R$14 mil, foram oferecidos R$14 mil. "Ah, mas ATPS é uma carreira que é feita apenas de profissionais de nível superior". Noventa e quatro porcento da nossa categoria tem nível superior – 94% da nossa categoria. "Não, mas os cargos são de nível médio." Sim! Nós temos 48% de cargos de nível médio e quase 40% de cargos de nível superior. Vamos recortar o nível superior? Foram investidos R$17 mil para os cargos de nível superior nesse processo.

Então, a nossa vinda aqui, infelizmente, é para afirmar o óbvio. Nós somos, hoje, Deputada, em relação aos técnicos administrativos – Deputada não, Senadora, mil perdões; é que eu participei de uma audiência na Câmara dos Deputados e fica o vício –, Senadora, 225 mil trabalhadores espalhados em mais de 500 municípios desse país, em 687 *campi* de institutos federais e mais de 183 *campi* de universidades federais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEEWERTTON DE SOUZA MARREIRO – É uma categoria que não se pode deixar de lado. A categoria dos técnicos administrativos em educação é a maior categoria de servidores públicos do país. É uma categoria que sempre esteve do lado da democracia desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país, sempre defendeu os valores democráticos, mas hoje, infelizmente, não está tendo a atenção merecida e necessária por parte do Governo Federal. A gente espera muito, inclusive, que os Parlamentares do Partido dos Trabalhadores, os Parlamentares do campo progressista possam nos apoiar, todos os Parlamentares de todos os campos, que possam olhar para essa carreira e impedir a extinção dela, porque é o que está dado se o Governo não resolver melhorar as propostas nas mesas de negociação.

Às vezes é duro falar isso, mas é necessário. A gente espera no decorrer – eu acho que o meu tempo acabou – ir deixando mais cristalinas as dúvidas que possam surgir no debate.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Leewertton, pelas suas exposições. Realmente a situação é bastante grave no que se refere à carreira, e principalmente uma carreira estratégica. Na minha leitura, o funcionamento dos institutos e das universidades é um conjunto, os trabalhadores e os profissionais da educação, os professores, pesquisadores. Eu me lembro quando eu estudei na Universidade Federal de Goiás, eu peguei um período parecido com isso, os professores que não tinham... Os aposentados, que estavam com uma enorme defasagem, e os servidores técnicos administrativos e professores... Então, uma carreira que não motiva a permanecer, embora o profissional se atualize e se prepare, é bastante grave para a qualidade do serviço e, logicamente, pela natureza profissional, que precisa ser respeitada.

Eu passo a palavra para o Sr. Carlos David de Carvalho Lobão, Coordenador-Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica.

E faço a leitura de uma pergunta do Allan, do Rio de Janeiro: "Como a greve nas universidades e institutos federais evidencia a necessidade de melhores condições e valorização?".

A Tatiana, do Distrito Federal, com um comentário: "Quando se trata de educação, é mais vantajoso para o governo (de qualquer partido) que as pessoas tenham acesso restrito para não pensarem".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a Gabriella, de Minas Gerais: "Não é levado em conta que antes deste governo o último acordo de reajuste foi em 2015? Salários ficaram defasados por 8 anos".

Com a palavra, o Sr. Carlos David.

O SR. CARLOS DAVID DE CARVALHO LOBÃO (Para expor.) – Boa tarde a todos, a todas. Boa tarde, pessoal.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. CARLOS DAVID DE CARVALHO LOBÃO – Boa tarde, Senador, boa tarde, Senadora. Agradecendo ao Senado, na figura do Senador Flávio Arns, da Senadora Dorinha, em fazer essa atividade, eu gostaria de parabenizar a todas e a todos os servidores públicos federal da educação que estão fazendo greve neste momento. Nós estamos aqui... (*Palmas.*)

Nós estamos aqui porque essa greve existe. Parabéns a cada um, a cada uma.

Nós fazemos essa greve como continuidade natural do processo que nós disputamos na sociedade para derrotar a direita e o fascismo deste país. Passamos quatro anos sobre um Governo de direita que queria destruir o serviço público. E esses servidores que aqui estão foram protagonistas de uma das lutas mais importantes que causou a única derrota da direita fascista neste Congresso Nacional: a não votação da PEC 32.

Parabéns a cada uma, a cada uma que fez essa luta. (*Palmas.*)

A nossa greve é a greve da esperança. Nós elegemos Lula para derrotar Bolsonaro, para ter o direito de fazer a luta, para ter o direito de lutar. Nós repudiamos qualquer uso das nossas imagens, dos nossos discursos, das nossas greves por essa direita fascista que não merece um pingo de consideração dos servidores públicos federais deste país. Nós não dialogamos com esse setor, nós não queremos desse setor qualquer tipo de relação, porque eles são os inimigos do serviço público, porque eles são os inimigos dos servidores.

A nossa greve é a greve do fortalecimento da educação federal, a nossa greve é a greve do fortalecimento do servidor público. E isso é uma pauta da esquerda em todo o mundo, e nós temos muito orgulho de tê-la nas nossas mãos. Essa é a nossa greve, essa é a nossa luta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós gostaríamos de dialogar com a sociedade dizendo, respondendo inclusive alguns questionamentos: falar do Instituto Federal a qual nós representamos é um orgulho muito grande. Fundado em 2008, esse instituto foi responsável por mais de dez anos consecutivos como primeiro lugar na aprovação do Enem; responsável direto pela mudança do perfil nas universidades federais deste país que começou a absorver alunos das escolas públicas negros e filhos de pobres.

Nos nossos institutos, mais de 90% dos seus alunos são provenientes de famílias que ganham no máximo dois salários mínimos. E alguém aqui podia dizer: "Mas essa greve está prejudicando a vida deles". Foi no período de 2010 a 2016 que nós fizemos esse instituto ter o maior índice de aprovação no Enem, o maior índice de qualidade do seu trabalho. E, pasmem, foi nessa época que nós fomos parar no portal da ONU como a terceira melhor escola de ensino médio do mundo, só perdendo para Singapura e pra Finlândia.

Naquela época tínhamos investimento, o que prejudica os nossos filhos, trabalhadores e a nossa escola não são as nossas greves, porque nesse período fizemos greve: fizemos greve em 2011, fizemos greve em 2012, fizemos greve em 2014, fizemos greve em 2015 – porque nós repomos a greve; o que prejudica, pessoal, é a falta de investimento, e nos quatro anos de Bolsonaro nós vimos a destruição da nossa rede e saímos da terceira melhor escola do mundo para hoje não estarmos pontuado entre nem as 100 melhores escolas do mundo. Isso é triste. O que prejudica a nossa rede é a falta de assistência aos nossos alunos. Eu sou professor de adolescentes. Esses alunos chegavam à escola e, antes de ir para a sala de aula, eles iam para o refeitório tomar um café da manhã. Como filho de pobre, aquele café os ajudava muito. Hoje eles chegam à escola e vão direto para a sala de aula, porque não tem mais dinheiro para tomarem o café da manhã. Eles vão para a aula com fome e ninguém aprende com fome.

Então, falar dessa escola, falar do Instituto Federal nos orgulha muito, porque essa escola, quando teve investimento, mostrou o maior retorno que a educação federal deste país pode ter dado, que a educação pode ter dado. Nós tivemos uma resposta fantástica, que nos orgulha muito. Então, o Instituto Federal é, na sua história, o que há de melhor na educação desse país, e isso não pode ser destruído. O Governo Lula tem a responsabilidade de recompor esse orçamento. Essa recomposição está tímida, está pequena. Nós queremos que ela se dê de forma mais célere e de forma mais contundente. Nós queremos voltar àquele investimento que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivemos em 2014: para cada aluno, sendo investidos US$ 9 mil dólares anuais para ele, porque a resposta que nós demos quando tivemos esse investimento foi muito forte.

A segunda coisa, pessoal, é dizer que nós, servidores, não estamos em greve porque simplesmente queremos fazer uma paralisação. Essa greve é produto de um trabalho pelo qual nós nos sentimos responsáveis, de mostrar à sociedade brasileira, mostrar ao povo brasileiro que a educação tem que ser prioridade não só no discurso. O Governo tem que reconhecer que o discurso feito, de que essa educação é uma obsessão, de que a educação é prioridade, não está condizente com o dia a dia e a sua prática. Nós não estamos sendo bem recebidos.

É triste relatar aqui que, desde o começo desta greve, nós pedimos, nós cobramos ser recebidos pela Ministra Esther Dweck, e até hoje não fomos recebidos. É lamentável isso. É lamentável saber que o Governo prepara uma atividade no Palácio do Planalto com os reitores, gestores das nossas instituições para discutir a sua expansão, para discutir o seu crescimento, a retomada do orçamento, e não convoca os sindicatos. É lamentável. Nós queríamos estar lá. Nós queríamos estar lá dizendo a nossa pauta, da necessidade dessa recomposição.

E aí, Senadora, nós gostaríamos de mostrar qual é o cenário que nós estamos vivendo hoje e a necessidade de ter o apoio de vocês. Nós estamos com a greve no Sinasefe há dois meses, e o pouco avanço que tivemos nessas negociações não permite que a gente termine essa greve. Nós gostaríamos muito que o Senado intermediasse esse processo e nos levasse até a audiência com a ministra para que a gente pudesse pautar aquilo que nós estamos reivindicando, aquilo que nós estamos exigindo, aquilo que nós estamos pedindo.

A possibilidade de chegarmos a um acordo na reunião do dia 11, na reunião do dia 14, está nas mãos do Governo. O Governo colocou lá: vamos discutir as questões pendentes dos docentes. Nós estamos dizendo quais são as questões pendentes, nós queremos um reajuste para 2024. Nós não entendemos por que vários outros servidores têm direito e nós não. O Governo teve várias oportunidades de conceder esse reajuste para a gente: na construção da LOA, R$5,7 trilhões, zero real para a gente. Nos R$15,7 bilhões oferecidos, liberados por este Congresso, zero real para a gente. E, agora, nos desbloqueios de R$2,9 bilhões, zero real para a gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Governo pode acabar com essa greve respondendo a essa pendência. Nós queremos a revogação da 983, porque o professor EBTT tem que ter o direito de fazer pesquisa em extensão.

Então, nós queremos esse direito. O Governo tem que revogar essa 983. Essas são as pendências da greve da educação no que diz respeito aos docentes.

E o PCCTAE? Os componentes já expuseram aí. Não dá pra fazer reestruturação de carreira sem dinheiro. Nós queremos dinheiro – simples assim. A maior categoria do servidor público federal, aquela que está mais endividada, aquela que tem o maior índice de suicídio, aquela que tem o maior índice de afastamento, ela está pedindo dinheiro para recompor a sua vida. E o dinheiro que ela está pedindo não é muito, porque nós trocamos qualquer exigência nossa pelos acordos assinados que o Governo fez com as outras categorias. Nós trocamos. Leve a proposta maravilhosa que entregaram para a gente! Dê-me a peça que entregaram ao Banco Central! A gente troca agora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS DAVID DE CARVALHO LOBÃO – Então, companheiros e companheiras, o final dessa greve está na mão do Governo, dia 11 e dia 14. E nós conquistamos com muita luta, com muita determinação, porque o Governo chegou lá querendo operar o fim de uma greve. E nós dissemos "não, quem termina a greve somos nós, em assembleia, a partir de uma possibilidade de assinar o acordo. Nós estamos dispostos". Estou com a caneta na mão para assinar o acordo. Basta responder a nossas pendências.

Viva a luta da classe trabalhadora, pessoal! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Passo a palavra à Sra. Jennifer Susan Webb, 1ª Tesoureira do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Andes.

A SRA. JENNIFER SUSAN WEBB (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Quero cumprimentá-la e, como primeira ação nesta mesa, quero entregar à senhora aqui, que é anfitriã deste momento, o nosso jornal e a nossa pauta de greve e um símbolo também da nossa luta, e, com isso, dar também conhecimento das nossas pautas. Quero dizer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente que as nossas pautas não são exclusivamente financeiras. Elas tratam de salário, mas elas têm uma amplitude, e uma amplitude que envolve essa sociedade como um todo, não só os servidores. E quero agradecer pelo espaço. Ocupamos este espaço, e aí eu começo dizendo, com muito orgulho, que ocupa este espaço nesta mesa na condição, também, de voz feminina do sindicalismo brasileiro, do sindicalismo que está se transformando e trazendo também a voz das mulheres. E saúdo, portanto, quem está presidindo a Mesa que é uma mulher, e todas as mulheres lutadoras que estão aqui nesta sala também, em especial. (*Palmas.*)

E aí passo a falar, então, de forma bem resumida, nesses dez minutos aqui, que são fundamentais para ocupar este espaço, para dizer para as pessoas que estão aqui e para dizer também para o Senado Federal e para a sociedade toda as razões pelas quais a educação pública federal neste país está de greve. E aí a gente precisa fazer um pequeno histórico, porque a gente precisa, sim, responsabilizar quem de fato é responsável por essa greve, e não somos nós. Nós estamos em greve porque queremos resolver situações que, como eu disse agora aqui, tratam de toda a sociedade brasileira, porque quem está aqui representado está representando também o ensino, a pesquisa, a extensão e, portanto, a ciência deste país. E nós vivemos, de fato, um momento histórico que negligenciou isso, e já falamos várias vezes que neste momento histórico nós reivindicamos retomar a valorização, de fato, da educação. E aí é importante dizer que neste novo momento histórico, que é marcado pela eleição do Presidente Lula, nós, de 2023 para cá, fizemos, sim, uma campanha salarial e assinamos um acordo, e aí eu digo aqui em nome do Andes, o sindicato nacional, que em 2023 assinou um acordo por meio do Fórum dos Servidores Públicos Federais, o qual continha um avanço que foi a recomposição salarial do período anterior, mas parcialmente.

Nós chegamos ao índice no Fonasefe (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais), mas nós, num processo de diálogo, chegamos ao acordo dos 9% em maio de 2023 e, mais do que isso, a um compromisso por parte deste Governo de retomada da pauta desses servidores, mas, infelizmente, a Mesa Central de Negociação se encerrou sem o avanço efetivo desse compromisso, e é importante registrar isso.

Depois disso, sabe por que nós tivemos que entrar em greve? Porque efetivamente nos processos de negociação que a gente tem feito com o Governo – e volto a registrar a importância de ter espaços de diálogo – nós não negligenciamos essa fala, nós reconhecemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso e falamos isso aqui para a sociedade, para o Governo, para o Senado, que são os representantes legítimos dessa população. Nós não vamos nos esquecer disso, mas, mais do que abrir o espaço, é importante e fundamental efetivar um processo de negociação, especialmente com as entidades legítimas e representativas dessa categoria.

E aí o que a gente diz?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JENNIFER SUSAN WEBB – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu peço licença porque tenho que ir à CMO, para uma discussão de orçamento, e o Senador Esperidião Amin segue aqui na Presidência. Terminando, eu retorno para audiência a seguir.

Eu podia ter feito uma suspensão, mas, em virtude da importância do tema, preferi... consegui o nosso colega Esperidião Amin, que é da universidade também...

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Boa tarde para todos.

Quero só cumprimentá-los rapidamente e dizer que estou aqui para cumprir um dever, como integrante da Comissão de Educação, e, em respeito ao empenho sempre feito com muita exação pela nossa Senadora Professora Dorinha, prosseguir na audiência e, como diz a própria palavra, mais ouvindo do que falando.

Quem é que estava com a palavra? (*Pausa.*)

Por favor.

A SRA. JENNIFER SUSAN WEBB – Obrigada, Senador.

Também cumprimento a sua chegada, então. Que bom que possa também estar aqui para nos ouvir. É mais um para se somar, a dar eco à nossa voz, porque é para isso que a gente está aqui, é com o objetivo de dar eco à nossa voz, porque a gente está tendo uma compreensão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, de fato, a nossa voz não está chegando aonde deve chegar, e a gente quer que chegue, sim, aos ministros; a gente quer que chegue, sim, ao Presidente Lula e por isso a gente se coloca aqui, mais uma vez, enfatizando que o que queremos é o diálogo – que o que queremos é o diálogo.

Nós estamos em busca, e nos colocando nesse processo de mesas de negociação, do diálogo. Se chegamos à greve foi porque, infelizmente, a gente não conseguiu avançar.

E aí faço um registro importante, Senador, de que essas entidades aqui representadas... A Fasubra vai completar 90 dias de greve no dia 11, o Sinasefe completou 60 dias de greve no último dia 3, o Andes Sindicato Nacional também vai completar 60 dias de greve agora, no dia 15 de junho, e esperamos não precisar estar mais de greve. Esperamos que, de fato, no dia 14, o Governo aqui – o Mário pode confirmar na sua fala – abra ou reabra mais uma vez o processo de diálogo que a gente tanto reivindica.

A gente tem, à mesa, a possibilidade, sim, de avançar nessa negociação, e não somos nós os intransigentes. É importante que a sociedade que está nos ouvindo agora possa entender isto: não é a categoria da educação pública federal que, neste momento, quer fechar, de forma unilateral, a negociação. Nós estamos aqui, queremos e precisamos negociar para sairmos desta greve, mas precisamos avançar na pauta que, como eu disse, é uma pauta que não está exclusivamente relacionada à recomposição salarial. E eu vou repetir esta palavra: recomposição salarial. Nós não estamos pedindo aumento salarial neste momento. Nós estamos pedindo que o nosso salário seja corrigido, seja recomposto. E isso é importante para a sociedade também entender, porque parece que a gente está numa causa injusta e o que queremos é recompor os nossos salários.

Mas não é só isso. Nós também queremos a recomposição dos orçamentos das instituições públicas de educação neste país que foram corroídos nos últimos anos, especialmente nos últimos dez anos. E é essa recomposição desse contingenciamento de verbas que nós também temos na nossa pauta, nessa categoria. Sabem por quê? Porque isso precariza o serviço público que é oferecido nessas instituições. E sem servidor público não tem como ter serviço público de qualidade. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, reivindicamos que possamos lutar não só pelos servidores, mas também que a nossa luta seja pelo serviço público. É isso que nós estamos pedindo.

Nós temos também, na nossa pauta, a revogação de algumas medidas. E quero aqui enfatizar que, infelizmente, nesse contexto, ainda temos, após a superação do último Governo nas urnas, mais de dez interventores atuando neste país. Isso é um absurdo! Isso é inaceitável! (*Palmas.*)

E isso é pauta da nossa greve, isso a gente pede para o Governo atender. Revogar a nomeação desses reitores é algo que está na nossa pauta, isso não diz respeito ao orçamento. Então, isso é possível, sim, de ser atendido. Isso é um marco histórico que precisamos superar.

Outras coisas que não têm relação direta com a questão orçamentária são algumas portarias que a gente reivindica que sejam revogadas, tais como as que o Lobão aqui já falou, como a 983, que diz respeito ao trabalho dos docentes do ensino básico, técnico e tecnológico. Portanto, nós temos aí uma via...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JENNIFER SUSAN WEBB – ... de mão dupla. Ela é uma via em que a negociação não pode se encerrar de um lado, ela tem que ser em comum acordo. Sabem por quê? Nós fomos chamados para negociar e, em comum acordo, começamos a negociação, e agora não é só o Governo que vai dizer que acabou.

E vou dizer, para ir aproveitando aqui os últimos minutos: com muito respeito, mas com muita indignação, eu quero dizer ao MEC, eu quero dizer ao MGI que não vão ser a Andifes e o Conif que vão terminar com a nossa greve. (*Palmas.*)

E, infelizmente, vergonhosamente, o Governo, o Presidente Lula está atendendo a Andifes e o Conif como convidados e sequer recebeu as entidades representativas desta categoria, os sindicatos que representam a categoria em greve!

Não vão ser os reitores e reitoras dessas instituições que vão nos tirar dessa greve... (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... o que vai nos tirar dessa greve, o que vai encerrar essa greve é um processo de negociação justo, que a gente reivindica, e é somente a base, é somente a categoria docente e técnico-administrativa que vai deliberar sobre isso. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Posso dar como concluída a sua apresentação?

A SRA. JENNIFER SUSAN WEBB (*Fora do microfone.*) – Claro...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Bom, nós ouviremos agora...

Quero mais uma vez saudar a todos, muito respeitosamente. Só vou fazer uma pergunta: tem alguém de Santa Catarina aqui? (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Manifestação da plateia.*)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Eu sou de Ouro Preto, mas estudei em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu só estou perguntando pela circunstância de que, não tendo nenhum, eu tenha que me apresentar. Eu sou Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, aposentado – até porque eu já passei da compulsória (*Risos.*) –, concursado em 1975, e ministrei aulas em estabelecimento de ensino médio; na Faculdade de Educação, a saudosa Faculdade de Educação; na Esag, que é na Universidade Estadual; e na Universidade Federal de Santa Catarina até 2011. Então, não me considerem um estranho.

Com essas breves palavras de apresentação, eu gostaria de passar a palavra ao Sr. Mario Barbosa, que é Diretor do Departamento de Relações de Trabalho no Serviço Público e representa aqui o Ministério da Gestão e da Inovação do Governo Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra.

O tempo previsto é de dez minutos.

O SR. MARIO BARBOSA (Para expor.) – Aqui está ligado? Está, não é?

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a Senadora Dorinha, que esteve na abertura dos trabalhos, e o Senador Esperidião Amin, que ocupa neste momento a Presidência da mesa. Quero cumprimentar também os vários colegas que me antecederam aqui, interlocutores com os quais tenho estado nas mesas de negociações: o Lobão; a Jennifer; o Daniel, que não está mais aqui; o Leewertton também; e alguns e algumas de vocês, que estão aí na plateia, que também já estiveram na mesa de negociação conosco nesse processo, mesmo, de construção de uma proposta que leve em conta os pleitos da categoria, tanto dos docentes... e a outra mesa também dos TAEs, que me parece é o objetivo principal dessa audiência aqui hoje.

Esse processo de negociação tem a ver muito com o momento que estamos vivendo. Depois de sete, oito anos de obscurantismo, de negacionismo, de medidas de destruição do Estado, das categorias e das políticas sociais, foi possível retomar um espaço democrático, onde se exerce o direito ao diálogo, a negociação efetiva e cada parte, naturalmente exercendo esse direito nos limites que compete a cada um e que a própria realidade impõe.

Entretanto, eu queria destacar inicialmente que o que é emblemático nesse processo é justamente a recuperação do espaço de diálogo e negociação, representado na Mesa Nacional de Negociação Permanente, que foi criada em 2003 e interrompida em 2016, e agora foi reinstalada a partir de 2023. Trata-se de um sistema de negociação onde na mesa central se discutem os pleitos de interesse geral da categoria, que se aplicam de forma linear, como foram os 9% em janeiro de 2023, que tiveram aplicação em maio de 2023. E esse sistema de negociação, além da mesa central, tem dois outros espaços, que é o espaço das mesas setoriais, que são organizadas por órgão e onde a bancada sindical, que tem representação no órgão, e os representantes do órgão nessa mesa de negociação trazem os temas que não têm impacto orçamentário, os temas que são relativos a condições de trabalho de forma geral. É um processo que está em curso, muitas entidades ainda não fizeram sequer solicitação de abertura dessas mesas nos órgãos, mas já tem um movimento bastante expressivo de mesas, inclusive, já instaladas. E as mesas específicas, chamadas específicas e temporárias, são justamente onde se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutem os pleitos sobre restruturação de carreiras, todas as demandas dos pleitos por categoria.

É importante registrar que, em julho de 2023, nós tínhamos 85 pedidos de instalação de mesas específicas e temporárias, justamente para discussão de carreiras, ou seja, o resultado de todo um período onde não havia espaço de diálogo, não havia canal de diálogo e muito menos de negociação.

O MGI, por meio da Secretaria de Relações de Trabalho e da Secretaria de Gestão de Pessoas, iniciou um movimento de olhar, examinar esses pleitos e dar vazão, no sentido de organizar a instalação das mesas. Então, desde agosto de 2023 até este momento, mais de 20 mesas já foram, enfim, instaladas e tem cerca de 14 ainda a serem instaladas. Uma vez que, com esse número grande de 85, a gente conseguiu um movimento de aglutinar aquelas que tinham temas similares para discutir numa mesma mesa.

Uma característica dessa mesa específica e temporária é justamente a premissa de que é uma mesa de negociação que tem começo, meio e fim, diferente da mesa nacional, que é negociação permanente, ou seja, todo ano, enfim, ela se renova. Então os acordos que foram firmados até agora, cerca de 14, obedeceram justamente a esse processo: foram duas, três, quatro, às vezes cinco reuniões. E uma vez esgotados os limites daquilo que o Governo podia oferecer, então se firmava ou não um acordo em relação ao pleito.

Especificamente, dentro desse panorama, quero destacar a questão do que já falei dos 9% em 2023. Em 2024, nós tivemos inicialmente uma sinalização de apenas 1,5 bilhão para a questão de atendimento destes pleitos das várias categorias do serviço público e um empenho e uma dedicação enorme, pessoal, da Ministra Esther, o que permitiu, em algum momento, alargar esse valor para cerca de três bilhões. Mas é o que temos até hoje: até este momento, são três bilhões para atendimento do conjunto das reivindicações. De modo que...

Aqui foi falado dos docentes. Para os docentes, efetivamente, foi desenvolvido esse trabalho, esse processo negocial com foco mais na questão da campanha salarial, assim como para as demais categorias também e, em alguma medida, buscando atender também pleitos relativos à reestruturação de carreiras. Entretanto, não esgotamos para nenhuma delas – e não vamos esgotar para a educação também – a questão da reestruturação de carreira, que terá que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser retomada num segundo momento. Uma vez vencido esse nosso compromisso, assumido na mesa central, de até o mês de julho instalar todas as mesas que ainda não foram instaladas e concluir os processos de negociação que estão em curso, num momento seguinte, então retomaremos as pautas de carreiras e de reestruturação, enfim, para que possam ser efetivamente trabalhadas e dadas respostas a esses pleitos.

Não é verdade é que o Governo ignorou aquilo que foi resultado do GT, no MEC, do qual o MGI também participou, por meio da SGP, e os representantes do Sinasefe e Fasubra. Alguns pleitos foram efetivamente atendidos, como é o caso da verticalização com unificação em matriz única da tabela em 19 padrões; a diminuição do interstício de 18 para 12 meses, para progressão; o tempo, para atingir até o topo da carreira, também em 18 anos; e a correlação também entre os níveis A, B, C e D, em relação com o nível E, que também teve uma importante movimentação. Tanto que, na manifestação de alguns sindicalistas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO BARBOSA – ... houve um reconhecimento, efetivamente, desses avanços.

Então, só para concluir: a proposta salarial, que inicialmente era de 4,5% e 4,5%, em 2025 e 2026, evoluiu, posteriormente, para 9%, em 2025, e mais 3,5%, em 2026.

Nós temos, neste momento, inclusive, como já foi lembrado aqui, duas questões.

A primeira é em relação à questão dos docentes, em que, efetivamente, o MGI, do ponto de vista da oferta, da proposta salarial, não vê mais nenhuma condição de evolução. Isso já foi reafirmado em mais duas reuniões com os docentes.

Na questão dos TAEs...

Os docentes têm uma nova conversa para examinar exatamente esses pleitos – sem possibilidade de examinar, atender os pleitos, sem impacto, como é o caso da 983 e outras – no dia 14, no MEC.

No caso dos TAEs, a continuidade do processo negocial tem uma reunião marcada, uma mesa agendada, como vocês sabem, para o dia 7...

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARIO BARBOSA – ... desculpem-me, para o dia 11 –, para explorar ainda o que é possível fazer do ponto de vista dos TAEs, lembrando que a proposta de 9%, em maio, e 5% em 2026 evoluiu de uma proposta que era igual à anterior também, que era de 3,5% em 2026 e passou para 5%.

Então, finalizando, nós temos total compreensão e entendimento da legitimidade dos pleitos da educação, do compromisso do Governo Lula, da Ministra Esther, do nosso Secretário Feijóo, de todos nós é de, efetivamente, chegarmos a um bom termo, como já se chegou com outras categorias. Não é verdade que a gente privilegiou categorias de poder aquisitivo mais elevado. A gente buscou...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. MARIO BARBOSA – É uma interpretação possível. Entretanto, o primeiro acordo...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou pedir licença, para que a gente ouça. Pode-se não concordar, mas é nosso dever ouvir as palavras do Sr. Mario Barbosa, e eu vou repor o tempo.

O SR. MARIO BARBOSA – Apenas para lembrar: o descontentamento é natural, uma vez que os pleitos não estão atendidos de maneira satisfatória. Entretanto, nós buscamos mesclar a instalação de mesas, tanto das mesas de categorias que têm maior poder aquisitivo, maior poder de pressão, com outras; tanto que o primeiro acordo foi com a Funai, o segundo foi com a ANM, o terceiro foi com ATI, ATPS.

Então, é uma demonstração de que estamos trabalhando, e hoje estamos trabalhando, muitas vezes realizando três mesas de negociação por dia. Esse compromisso está mantido e o respeito às demandas da educação que continuarão sendo tratadas da forma como aqui foi explicado.

Muito obrigado.

Desculpe-me por passar o tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tenho que transmitir uma informação que eu recebi há pouco. Está a caminho de participar desse encontro a Sra. Jussara Cardoso... (*Pausa.*)

Já chegou, então?

Eu pediria que fosse colocada mais uma cadeira, porque seria a sua oportunidade de também, dispondo dos mesmos dez minutos dos anteriores, Subsecretária de Gestão Administrativa do Ministério da Educação, representar o ministério-fim neste encontro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não sei se a senhora precisa de um tempo para aquecimento ou se pode entrar direto. (*Risos.*)

O SR. LEEWERTTON DE SOUZA MARREIRO (*Fora do microfone.*) – Aqui é jogadora profissional.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Concedo a palavra, igualmente por dez minutos, à Sra. Jussara.

A SRA. JUSSARA CARDOSO SILVA FREITAS (Para expor.) – Boa tarde a todos. Meu nome é Jussara Cardoso, sou Subsecretária de Gestão Administrativa do MEC.

Primeiro, desculpem-me o atraso. Eu atuei ativamente no processo dos estudos que foram feitos no âmbito da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira dos TAEs, onde foi apresentado um conjunto de propostas que já foi analisado pelo MGI e, praticamente na sua totalidade, foi acatado. E o que ficou para discussão, no âmbito da mesa, foram os percentuais de reajuste.

Do ponto de vista do MEC, há também uma luta de apoio às duas categorias: dos docentes e dos TAEs. E o MEC tem feito toda uma articulação com o MGI, para tentar chegar a uma solução para todo o problema. Especificamente, eu acompanhei mais de perto a mesa e tenho acompanhado a dos TAEs, dos técnicos administrativos.

Não sei se o senhor quer que especifique mais alguma coisa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Olha, a senhora pode abrir mão do tempo de exposição...

A SRA. JUSSARA CARDOSO SILVA FREITAS – Ou abrir para perguntas, se quiserem perguntar...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E eu vou prosseguir...

Não sei se eu não os vejo, ou não temos nenhum Parlamentar que queira usar da palavra e esteja presente. (*Pausa.*)

Como não temos, eu passo para as perguntas via e-Cidadania. Temos alguma? (*Pausa.*)

Eu vou ler todas e suponho que devam ser respondidas pelo Dr. Mario dos Santos Barbosa...

O SR. MARIO BARBOSA (*Fora do microfone.*) – Nem todas. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... como regra e, como toda regra tem exceção, subsidiariamente pela Sra. Jussara; aliás, eu acho que pela Sra. Jussara ou por qualquer outro que se sinta em condições de responder. Só pediria que, dos integrantes da mesa, alguém se habilitasse.

Eu vou ler todas primeiro, pelo menos todas da primeira página.

Gustavo, de Rondônia: "Como a greve dos servidores está afetando diretamente o aprendizado e a experiência acadêmica dos estudantes? [...]". Essa questão está sendo levada em consideração?

Allan, do Rio de Janeiro: "Como a greve das universidades e institutos federais evidencia a necessidade de melhores condições e valorização?".

Eu até interpreto quais são as condições e os aspectos de valorização que a greve evidencia – eu mesmo recebi aqui um resumo disso –, mas eu deixo a palavra livre para quem desejar responder.

Para não sermos repetitivos, uma pessoa responde cada pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tatiana, do Distrito Federal: "Quando se trata de educação, é mais vantajoso para o Governo (de qualquer partido) que as pessoas tenham acesso restrito, para não pensarem".

E, finalmente, Gabriella, de Minas Gerais: "Não é levado em conta que, antes deste Governo, o último acordo de reajuste foi em 2015? Salários ficaram defasados por 8 anos".

São questões a serem consideradas, e eu pergunto se alguém deseja se habilitar para responder alguma dessas questões em particular.

Eu acho que o Dr. Mario é...

Pois não.

O SR. MARIO BARBOSA (*Fora do microfone.*) – Talvez, em relação à questão de a greve estar afetando o ensino e tal, talvez ela...

A SRA. JENNIFER SUSAN WEBB – Senador, a primeira questão eu posso responder. Eu me disponho.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então são respostas concorrentes.

A SRA. JENNIFER SUSAN WEBB – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A senhora pode usar da palavra primeiro.

O SR. CARLOS DAVID DE CARVALHO LOBÃO (*Fora do microfone.*) – Eu posso responder à segunda.

A SRA. JENNIFER SUSAN WEBB (Para expor.) – Então, pronto.

Respondendo à primeira questão, que diz respeito a como a greve atinge a categoria discente, a nossa resposta é a seguinte: sabe o que atinge a categoria discente? Sabe o que atinge os estudantes neste país? É a precarização das instituições de educação.

É isso que, sobretudo, prejudica os alunos e as alunas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está aqui para dizer que a nossa greve, inclusive, é para a garantia não só do acesso, mas da permanência, com qualidade, desses estudantes, dessas estudantes nessas instituições.

É muito importante dizer que, quando a gente defende a qualidade da educação nesses espaços, a gente está defendendo os estudantes e lutando por eles.

Não é a greve, em si, que vai determinar a aprendizagem, que vai determinar um prejuízo ou não ao conjunto dos estudantes deste país, especialmente da educação pública federal em greve, mas, sim, as condições em que essa educação está, efetivamente, acontecendo neste país.

E os tetos estão caindo na cabeça dos estudantes. E os estudantes estão chegando a essas instituições, e, como o Lobão bem lembrou aqui, sem ter acesso a restaurante universitário, sem ter acesso à possibilidade de materiais, sem ter acesso à internet, sem ter acesso a condições de pesquisa e de desenvolvimento da sua aprendizagem, efetivamente.

Então, é por isso, também, que nós estamos em greve. E, para que eles possam sair formados, com qualidade, e para mudar não só a sua atuação, mas também mudar a sociedade, é que a gente defende o direito de greve por eles também.

Então esse discurso, pessoal, que diz que greve prejudica aluno é um discurso falacioso, porque o que prejudica aluno é a falta de condição...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JENNIFER SUSAN WEBB – ... dentro dessas instituições, para poder desenvolver ensino, pesquisa e extensão. (*Palmas.*)

O SR. CARLOS DAVID DE CARVALHO LOBÃO – Posso responder à segunda?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vou passar a palavra, primeiro, para o Dr. Mario e, depois, para o Leewertton. E depois, finalmente...

O SR. MARIO BARBOSA (*Fora do microfone.*) – É porque ele pediu para responder à segunda questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois não, mas eu tenho que passar, primeiro, a palavra para o senhor, a respeito da questão que o senhor apontou, depois para o Leewertton e, finalmente, para o Sr. Carlos Lobão.

O SR. MARIO BARBOSA (Para expor.) – Então, com relação ao tema da recomposição salarial, além dos 9% que já foram falados aqui, em 2023, e que têm efeitos até maio de 2024; portanto, não significa que em 2024 não tenha nenhum reajuste novo, porque até maio tem um reajuste que está vigente. A partir daí, nós teremos, naturalmente, para 2025, não um ano sem reajuste, porém parte dele.

Também, na mesa central, foi possível, por meio desse movimento de R$1,5 bilhão para R$3 bilhões, por iniciativa da Ministra Esther, que a gente pudesse praticar um aumento dos benefícios, em geral, em nível de mesa central, para todos os servidores, que passaram de R$600 para R$1 mil – um valor de R$1 mil no vale-alimentação...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. MARIO BARBOSA – ... no auxílio-alimentação, o que representa, principalmente para as categorias de menor salário, um importante aporte. Isso temos que reconhecer.

Agora, o que acontece? No momento em que vários acordos já tinham sido efetivados por categoria, decidiu-se, no dia 15 de março, no âmbito da mesa central, que não seria justo se definir, naquele âmbito, um novo reajuste linear para todas as categorias. Por quê? Porque havia aquelas que já tinham tido um ganho nas mesas específicas, e não seria justo para as outras que tivesse essa disparidade em relação aos demais. Então, foi feito um movimento de deslocar para as mesas específicas todos os pleitos em relação ao reajuste salarial. É o que está acontecendo neste momento, com um compromisso de, até julho, concluir esse processo.

Agora, é importante destacar que um dos compromissos centrais é que – olhando para todo o estrago que foi causado nos últimos sete anos –, entretanto, há um compromisso de que, durante o Governo Lula, não haverá perda para a inflação para nenhuma categoria. Todos os acordos que estão firmados agora e aqueles que estamos apontando também para o futuro próximo são no sentido de reposição da inflação. Há uma projeção de cerca de 18%, e todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acordos superam 20%, portanto, além da reposição da inflação, há mais um aumento salarial real efetivamente garantido para todas as categorias.

Em relação à questão do direito de greve, finalizamos, neste momento também, por meio de um grupo de trabalho, uma proposta de regulamentação da Convenção 151, da OIT, porque, anteriormente, ao ratificá-la, foi garantido o direito de organização sindical para os servidores públicos, entretanto o direito de greve e negociação não estavam assegurados. Então, isso que estamos fazendo agora, inclusive, já é preparar o terreno para, no advento da regulamentação da Convenção, já ter, efetivamente, uma cultura de negociação instalada. No grupo de trabalho, construiu-se um consenso tanto em relação aos aspectos gerais quanto efetivamente à questão do próprio direito de greve.

Então, em breve, será encaminhado um PL para o Congresso para que se possa também consagrar efetivamente no Brasil a Convenção 151, da OIT, que garante, além da organização sindical, o direito à negociação e o direito de greve, que é legítimo, e este Governo reconhece isso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Passo-lhe a palavra agora para comentar qualquer uma dessas quatro perguntas.

Eu preciso de uma certa celeridade para poder ler as demais.

O SR. LEEWERTTON DE SOUZA MARREIRO (Para expor.) – Tudo bem!

Eu fiquei com a pergunta da Gabriella, lá de Minas Gerais. O que ela faz, na verdade, é um comentário de que não é levado em consideração, em conta que estávamos há oito anos com os salários congelados. E aí eu vou responder aqui à Gabriella, mas tentar dialogar com o Mario.

E, Mario, eu queria falar que, lá no meu interior da Paraíba, a gente aprende que o portador não merece pancada. Então, meu irmão, não é para você, mas, infelizmente, não dá...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O mensageiro não merece pancada.

O SR. LEEWERTTON DE SOUZA MARREIRO – É, o mensageiro não merece pancada.

Infelizmente não dá para a gente concordar com que está sendo colocado aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, em 2024, o Governo ofereceu zero! Não tem meia conversa com isso. Ofereceu zero para nós, mas ofereceu para outras categorias reajustes. Nós começamos a negociar com o Governo antes de todas essas outras carreiras.

Mas vamos lá! Dialogando com a Gabriella: Gabriella, eu costumo falar que o PCCTAE tem a tempestade perfeita sobre ele: é a carreira que tem a pior remuneração do serviço público; era a carreira que estava há mais tempo com os salários congelados; e era aquela carreira que teve o pior acordo de 2015. Nós ficamos com duas parcelas apenas, enquanto as outras carreiras do Executivo estavam com quatro. Isso nos causou uma defasagem e uma disparidade imensas. E o Governo nos deu 9%, linear, em 2023. Isso significou avanços para quem estava, há sete anos, com os salários congelados? Significou avanços, mas avanços para o PCCTAE? Você sabe qual foi a maior parcela de remuneração que esses 9% deram ao PCCTAE? R$370! Não dá para tratar de forma linear carreiras que têm tantas disparidades. Enquanto um auditor da Receita Federal recebeu R$3 mil de reajuste, eu tenho servidores que não ganham isso por mês, mesmo depois dos 9%.

Então, companheiro Mario, com todo o respeito, como eu falei, portador não merece pancada, mas essa atitude merece pancada. Não dá para nos tratar dessa forma! Não dá para dizer que 0% de reajuste em 2024 é justo.

Gabriella, tem que se levar em conta, sim, que nós não estamos apenas congelados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEEWERTTON DE SOUZA MARREIRO – ... há oito anos, mas estamos defasados há oito anos. Se o Governo não entender que nós precisamos de justiça no tratamento – tratar de forma desigual os que são desiguais –, nós não vamos sair desse fosso.

Equidade! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Concedo a palavra ao Sr. Lobão e, a seguir, vou ler mais perguntas.

O SR. CARLOS DAVID DE CARVALHO LOBÃO (Para expor.) – O Allan pergunta sobre a questão da valorização, e a pergunta dialoga muito com aquilo que o Mario colocou aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Mario disse que o Governo se comprometeu em não permitir que os servidores públicos federais tivessem, durante os quatro anos do Governo Lula, perdas salariais. É verdade, Mario, essa foi a primeira proposta. Mas qual foi a proposta da campanha? Como foi que nós fizemos a construção deste Governo? Era a de que nós iríamos, simplesmente, rever todas as maldades que o Governo fascista fez contra os trabalhadores. Acabou essa promessa?

Qual foi o maior agravo que o Governo Bolsonaro fez contra os servidores públicos federais? Porque a PEC 32 nós derrotamos, não deixamos ela ser votada! O maior agravo foi a granada no nosso bolso. Vocês se comprometeram em tirar essa granada do nosso bolso. Paulo Guedes disse, em uma reunião em que abraçou o servidor, se fez de amigo e botou uma granada no bolso dele: "Congelei o salário". Vocês não têm compromisso com essas perdas salariais? É de 26% a inflação dos quatro anos do Governo Bolsonaro. Vocês querem que a gente fique com isso para a gente? Com essa granada no nosso bolso? Não.

O discurso de Haddad era que ele tiraria essa granada do nosso bolso, no lançamento da Mesa Nacional de Negociação. Querem tirar o pino? Aí eu fico com a granada no bolso sem o pino? O perigo é bem maior...

"Ah, não, nós atendemos quase tudo da carreira PCCTAE...", foi isso dito aqui por Mario.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. CARLOS DAVID DE CARVALHO LOBÃO – Não, não atenderam o RSC... "Ah não, o RSC não, o RSC não atendemos mesmo".

Não, a lateralização, que era 40 e 60, também não atenderam. "Ah não, essa aí também não atenderam."

A recomposição das perdas também não atenderam.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS DAVID DE CARVALHO LOBÃO – Atenderam o quê? A formalidade?

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS DAVID DE CARVALHO LOBÃO – Então me perdoe, Mario... Não atenderam, Mario! Não atenderam! (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado.

O SR. CARLOS DAVID DE CARVALHO LOBÃO – Aqui foi afirmado: "Nós não temos mais nada para os docentes". Isso não acaba a greve. Aqui foi afirmado isso.

Os docentes querem, sim, mais. Esperamos que o Governo, no dia 14, faça um esforço brutal, porque o que fizeram, nesse processo de negociação, não pode ser repetido.

Até a Justiça do Trabalho, quando uma categoria de trabalhador entra em greve, o que faz? Pega o processo da categoria em greve, coloca na frente de todos os outros e vai negociar para acabar aquela greve.

Nós ficamos 32 dias esperando uma mesa de negociação – 32 dias! –, de uma mesa para outra, sem negociar com o Governo, e em greve. Se existe alguém aqui responsável por essa longevidade da greve, chama-se Governo! Ninguém da gente é responsável por isso. Nós estávamos dispostos a negociar dia após dia. O Governo é que fez 32 dias de uma reunião para outra.

Eu espero, Mario, que a responsabilidade ainda seja pulsante neste Governo e que ele leve, para mesa do dia 14, e leve, para mesa do dia 11, propostas efetivas, para a gente acabar com essa greve. Nós queremos acabar com essa greve e nós precisamos de uma resposta que dialogue com aquilo que nós apresentamos como resposta à contraproposta do Governo. Dia 11 e dia 14 serão decisivos. Com essa postura, a greve não acabará. Nós precisamos de uma resposta efetiva ao que nós protocolamos e que o Governo tem nas suas mãos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou, agora, ler todas as outras perguntas e vou considerar encerrado o recebimento de perguntas, uma vez que nós temos várias repetidas, mas vamos prestigiar todos aqueles que se dirigiram à sessão.

Fernanda, do Rio de Janeiro: "Quais medidas serão adotadas para reduzir o impacto da greve [...]?". É lógico que isso é uma outra pergunta sobre um tópico já abordado, mas que, respeitosamente, eu deixo aqui à disposição da mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Elenice, do Mato Grosso: "[...] por que [...] [o Ministério da Gestão e da Inovação – portanto essa é uma pergunta dirigida] não [...] [fez] previsão de recomposição salarial e de orçamento da educação federal na proposta de teto orçamentário?". É uma pergunta objetiva. (*Palmas.*)

O aplauso é para a Elenice, de Mato Grosso. (*Risos.*)

Não vou agora achar que estão me aplaudindo ou a qualquer dos outros, não é? Vamos aplaudir a quem de direito.

Antônio, da Bahia: "Por que não existe um planejamento de atualização da remuneração dos técnicos administrativos da educação, sendo que é uma atividade vital para as instituições federais de ensino superior funcionarem?". É um detalhamento da pergunta anterior, também endereçada ao Ministério da Gestão e da Inovação.

José, de São Paulo: "Qual a importância dos profissionais das instituições federais de ensino superior na formação da população de baixa renda no Brasil?". Essa é uma pergunta sobre educação.

Gustavo, do Pará: "Se [...] [as bases] do desenvolvimento de qualquer nação [...] [é constituída por] educação, ciência e tecnologia, por que não valorizar esses profissionais?". (*Palmas.*)

Vou repetir... Já que o aplauso é livre, desde que seja breve, vou repetir o nome do aplaudido: Gustavo, do Pará – a quem de direito.

Rodrigo, do Rio de Janeiro: "Embora [...] [a Justiça já tenha reconhecido a greve como legítima, há] espaço no orçamento para uma justa recomposição salarial?". A pergunta é endereçada ao Ministério da Gestão e da Inovação.

Paulo, de Rondônia: "Quais são as principais dificuldades [...] [enfrentadas no processo de negociação] e como podem ser superadas?".

Ao final, eu tenho uma breve mensagem da Senadora Dorinha para ler.

Melissa, do Mato Grosso: "A situação é complexa e envolve muitos fatores. É importante que todas as partes envolvidas continuem o diálogo [...] [em busca de] uma solução".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A propósito disso, eu vou fazer, então, a comunicação da Senadora Professora Dorinha.

Eliza, de Minas Gerais: "Os servidores técnico-administrativos merecem uma remuneração que represente o verdadeiro valor que eles têm para a educação pública". É um depoimento de Eliza, de Minas Gerais.

E a última, do Fabilson, da Paraíba...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No começo ele fala mal de ti, mas essa parte eu não vou ler. (*Risos.*)

"Servidor desmotivado é prejuízo para a sociedade." Isso é inquestionável.

Eu apenas gostaria de, antes de passar a palavra, transmitir uma comunicação que tem a ver com qual é o passo seguinte. Além dos dias mencionados aí, 11 e 14, como dias cruciais, a Senadora Dorinha me pede para transmitir o seguinte: o requerimento para esta audiência foi feito pelo Senador Flávio Arns, que não está aqui porque foi acometido de dengue, que é uma coisa muito séria e cada vez mais grave. Eu sei, porque já tivemos lá em casa essa visita. É muito indesejável, muito pesada. E quanto mais experimentado for o paciente, mais riscos de dor e de sequela. Então temos que rogar que ele volte em breve aqui ao nosso convívio.

Então, está sendo agendada – esta é a informação que eu presto – uma audiência com a Ministra Esther Dweck, no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para tratar da reestruturação da carreira dos docentes e dos técnicos administrativos em educação. Essa é a manifestação. (*Palmas.*)

Eu não tenho condições de informar a data, porque eu não recebi informação.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu não tenho condição de informar a data, porque isso não me foi passado. Mas eu quero transmitir a vocês que a última disciplina que eu lecionei na Universidade Federal de Santa Catarina – várias turmas acorreram, participaram; eu fazia grupos interdisciplinares – foi Empreendimentos, até aí nenhuma novidade, e Modelos de Negociação. Eu aprendi muito com os meus alunos. E cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

experiência dessas é um aprendizado para nós, porque há modelos de negociação discutidos no mundo inteiro, mas existe um denominador comum: eu tenho que ter a capacidade de me colocar no lugar do outro. Se eu não tiver essa capacidade, a negociação vai ser mais prolongada e mais dolorosa.

O que eu vou recomendar... Se eu puder, vou participar da comitiva da Comissão de Educação, que eu integro, que será uma Comissão mista, pelo que me foi esclarecido – Senadores, Senadoras e representantes das categorias, que são duas, na verdade: docentes e técnicos administrativos. Basicamente é isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não é assim?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então eu não posso nem organizar, nem aprazar a data, mas posso dizer que essa providência está sendo tomada. Eu só não posso dizer se ela será oportuna para o dia 11 ou para o dia 14, porque, em primeiro lugar, eu acho que é fundamental que o Senador Flávio Arns possa, pelo menos, estando em condições, como nós esperamos, participar e liderar. Ele é o Presidente da Comissão. A Senadora Dorinha é a Vice-Presidente. Eu sou apenas membro da Comissão. Então essa é uma informação preliminar que eu passo.

Qual é o passo seguinte? O passo seguinte é isto: o que nós, do Senado, podemos fazer? Nós não somos membros da mesa de negociação, não é assim? Nem temos esse... Não temos esse direito e não devemos, porque nós somos o Legislativo, que tem que legislar e fiscalizar. Isso é um modelo de fiscalização. É uma intercessão. Os mais religiosos sabem o que quer dizer intercessão. É uma palavra na língua portuguesa. Intercessão significa dizer que nós gostaríamos de favorecer uma negociação bem-sucedida, que tudo que fosse possível se transformasse em algo aproveitável.

Feitas essas observações, eu consulto se os membros da mesa desejam comentar, em linhas gerais, essas indagações, que não são inéditas, mas que talvez possam merecer dos senhores, individualmente, uma manifestação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos começar pelas mulheres, mulheres primeiro.

Profa. Jennifer.

A SRA. JENNIFER SUSAN WEBB (Para expor.) – Obrigada.

Ainda bem que chegou a companheira também do MEC para estar aqui junto, e não ser só eu aí nessa condição de mulher.

Agradeço aí...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No meu estado, que é o único estado feminino do Brasil, a mulher está em todas.

A SRA. JENNIFER SUSAN WEBB – Então, pessoal, até para também cumprimentar – acredito que essa seja a nossa última intervenção – e agradecer mais uma vez o espaço na Comissão de Educação do Senado. É muito importante o reconhecimento por parte desta Casa e desta Comissão, em específico, para que se possam abrir mais espaços também para a gente vir aqui e conseguir dialogar com o conjunto da sociedade. Eu falei, na minha fala inicial, que esses espaços que a gente tem ocupado nesse momento são espaços muito importantes que dão vozes à nossa fala no diálogo com a sociedade, porque, principalmente, nós temos aí uma disputa de narrativa em que, muitas vezes, o nosso movimento, a nossa greve, a nossa luta é até criminalizada. Então, esses espaços em que a gente pode, de fato, dialogar, mostrar as causas, mostrar a forma como a gente tem construído esse movimento e dizer para todos vocês e para toda a sociedade que a gente está em busca de diálogo, em busca de negociação e que não há espaço de intransigência, isso é muito importante.

Então, esse envidar de esforços para que também a gente possa ter, nas palavras do Senador, a intercessão desta Casa nesse processo de diálogo com os ministros, com o próprio Presidente Lula é muito importante para todos nós. Sabe por quê, Senador? Porque a gente tem protocolado: nós já protocolamos pedidos de reunião com a Ministra Esther Dweck, protocolamos pedido de reunião com o Ministro Haddad, com o Ministro Camilo nem se fala. Foram inúmeras as vezes que esse conjunto de entidades tem solicitado, em todos os canais possíveis, oportunidades de dialogar com o conjunto dos ministros, especialmente com o Ministro da Educação deste país, e, infelizmente, até este preciso momento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JENNIFER SUSAN WEBB – ... nós ainda não fomos atendidos. E, nesse sentido, a gente reforça a importância de todos os espaços e de todas aquelas oportunidades em que realmente a gente acredita que os Senadores também são interessados na causa da educação. Por isso, a gente reivindica, então, de fato, que essa intercessão ocorra, para que a gente possa avançar nesse processo, ser ouvido, mas, como eu falei e mais uma vez, não só ser ouvido. É importante o espaço de ser ouvido. A gente sabe que a gente estava num período em que a gente não tinha as portas desses lugares abertas para a gente – a gente reconhece e sabe disso. Mas, de fato, para além de ouvir, é importante fazer o esforço para que a gente avance num processo de negociação, para que a gente avance na saída dessa greve, porque todos nós que estamos aqui, essas categorias aqui representadas querem sair dessa greve, mas precisamos de resposta efetiva por parte do Governo. É isso.

Muito obrigada pelo espaço. O Andes Sindicato Nacional agradece e se mantém na luta, como sempre foi nos seus 43 anos de existência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Concedo a palavra, então, ao Prof. Lobão.

O SR. CARLOS DAVID DE CARVALHO LOBÃO (Para expor.) – Obrigado, querido...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Professor de quê?

O SR. CARLOS DAVID DE CARVALHO LOBÃO – Matemática.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A melhor definição é a linguagem de Deus. Tudo no universo é explicado pela matemática.

O SR. CARLOS DAVID DE CARVALHO LOBÃO – Pela matemática, não é?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E a minha mulher é bacharel em Matemática. Ai de mim se... (*Risos.*)

O SR. CARLOS DAVID DE CARVALHO LOBÃO (Para expor.) – A matemática é uma ciência muito bonita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá. Eu vou aproveitar este encerramento, estes três minutos, para dialogar sobre algo que está muito presente nas nossas vidas. O Governo tem que reconhecer que há uma greve na educação federal, ponto. O Governo não dialogou com a gente como se existisse uma greve na educação federal. E não é uma greve de vanguarda, é uma greve de massa. Os trabalhadores estão parados; as universidades, os institutos federais não estão funcionando na sua grande e enorme maioria. E por que você disse que o Governo não está reconhecendo a greve? Porque ele negocia no mesmo patamar de qualquer outra categoria que não tem greve. A greve tem que ter uma celeridade maior, a Justiça do Trabalho faz isso. A greve tem que ter uma consideração maior. O Governo tem a responsabilidade de mergulhar neste mundo da nossa greve, de ver o que a categoria dos servidores públicos federais da educação está fazendo em todo o Brasil.

Não. Bater o pé e dizer que não vai mais dar nada não é o melhor caminho. É o caminho da intransigência, é o caminho da falta do diálogo. Tem margem, sim, para ir buscar mais; é possível, sim, buscar mais. E nós, trabalhadores em greve, queremos e exigimos mais, porque foi muito pouco o que foi oferecido até agora.

O Governo está lá no ofício dele querendo discutir as pendências. Estão ditas as pendências quais são. Em 2014, 0%? Eu não aguento. Eu quero o reajuste de 2024. A 983 tem que ser revogada, porque os trabalhadores EBTT têm direito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS DAVID DE CARVALHO LOBÃO – ... a fazer pesquisa em extensão. Então, essas são as pendências dos docentes. Tem que se responder a isso, Mario. O Governo tem que fazer um esforço para responder a isso, ele tem que se movimentar.

Os companheiros PCCTAE têm uma pendência muito forte. A pior carreira do serviço público federal está esperando dinheiro, botaram muito pouco dinheiro nessa história – muito pouco –, e nós queremos, para a maior carreira do serviço público federal, dinheiro. É simples assim. Quando o Governo fala "Mas dar dinheiro a vocês é difícil, porque vocês são grandes, são 18% dos servidores públicos federais deste país", é bom mostrar ao Governo que, quando você soma o custo dessa carreira, não se chega nem a 7%. Então, não é justo. Aí a matemática não fecha – a matemática não fecha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pessoal, o único recado que nós podemos dar a essa categoria – brava categoria –, que mostrou disposição, luta e coerência, é: sangue nos olhos, faca nos dentes e vamos para os dias 11 e 14 com a esperança de que a nossa luta vai nos levar à vitória. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com a palavra, Lucas, você que tem nome de médico, na Bíblia, não é? Lucas médico.

O SR. DANIEL LUCAS SOARES SOUZA FARIAS – Daniel Lucas.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Daniel escapou até dos leões, não é?

O SR. DANIEL LUCAS SOARES SOUZA FARIAS – Exatamente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E o Lucas é médico. Então, você é forte.

Com a palavra.

O SR. DANIEL LUCAS SOARES SOUZA FARIAS (Para expor.) – Rapidamente, é um questionamento. E eu trago um anseio muito grande da minha base para entender algumas contradições – e é, no caso, no âmbito do Ministério da Gestão e da Inovação. Conversando com o Mario, que é o mensageiro hoje aqui do Ministério da Gestão e da Inovação e vai tentar resolver, pelo menos... Na verdade, eu queria estar falando e tirando esses questionamentos diretamente com a Ministra. Eu fico muito feliz que a gente vai conseguir, ao que tudo indica, essa reunião com a Ministra. Até o momento, a gente não tinha diálogo nenhum com ela; estava bem complicado, os servidores da educação não conseguiam essa conversa franca, para entender quais eram as diretrizes que o MGI queria adotar, mas é bom que a gente vai ter isso agora.

Nesse sentido, eu queria trazer para vocês um questionamento dos mais de 224 mil servidores hoje do PCCTAE, que têm ecoado essas perguntas pra nós, que os representamos, e a gente as tem levado para a mesa de negociação, mas não tem obtido uma resposta clara. Eu queria trazer pra vocês, primeiro, uma informação, uma pergunta sobre a carreira dos técnicos-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administrativos do Inmetro, do PGPE, do PST, do INSS e de agências reguladoras: qual a semelhança entre essas carreiras de que eu falei agora, neste momento?

Eu já trago pra vocês que não é o salário: neste quesito, a nossa carreira é a pior carreira; no quesito remuneratório, é a que tem a menor remuneração, dessas que eu citei. Também não é a greve: nenhuma dessas carreiras, fora a dos Técnicos-Administrativos em Educação, está em greve. A única semelhança entre essas carreiras é a proposta que o Governo deu pra elas, ou seja: para todas essas carreiras de que eu falei aqui; se estão em greve, se não estão em greve; se ganham bem, se ganham mal; o Governo, no âmbito do MGI, não levou em consideração nada disso. Ele deu um ajuste linear para todos, de 9% em 2025, de 5% em 2026...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL LUCAS SOARES SOUZA FARIAS – ... e não fez... Pelo menos o discurso na ação não se transformou, porque o discurso inicial de transformar, de levar as carreiras que ganham menos, de dar um aporte maior, de tratar os desiguais na medida das suas desigualdades – como foi falado aqui: equidade – não está sendo levado em consideração no Ministério da Gestão e da Inovação.

Nesse sentido, eu faço essa pergunta para o Mario. Não sei se ele vai conseguir responder aqui, mas, se ele não conseguir, espero que ele leve para a Ministra, para saber qual é a diretriz que o Ministério da Gestão e da Inovação está levando para as carreiras neste momento – porque tratar com equidade não é! Isso já ficou claro para nós enquanto trabalhadores.

Então fica essa pergunta, dos mais de 225 mil servidores TAEs. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou permitir, excepcionalmente, que ele responda, depois de ouvirmos o Leewertton e depois de eu transmitir a última informação que me cabe transmitir. Nós ainda vamos dar uma repescagem para a sua pergunta, porque você já tinha o desejo de fazê-la antes e não teve a oportunidade.

Por favor, Lee.

O SR. LEEWERTTON DE SOUZA MARREIRO (Para expor.) – Bem, pessoal, eu acredito que esta seja a minha fala de despedida da audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria agradecer muito aos Senadores que se fizeram aqui presentes: ao Senador Flávio Arns, pela sensibilidade de marcar a audiência; à Professora Dorinha, que estava aqui; e ao Senador Esperidião Amin, colega nosso que está aqui presidindo a sessão.

Bem, senhores, vamos lá.

Eu gosto muito do que eu faço. Eu costumo dizer, em todos os lugares a que eu vou, que eu amo o que eu faço. Eu tenho pouca idade, mas já pude ver a transformação que os institutos e universidades federais têm feito na vida das pessoas, eu sou fruto dessa transformação.

Eu fui aluno e hoje sou servidor. E eu só fui aluno e hoje sou servidor graças ao processo de expansão que foi implementado neste país, a partir do ano de 2002 – o Reuni, a expansão da rede federal de educação básica e tecnológica. Nós atendemos hoje, Senador, a quase mais de dois milhões de alunos em 500 municípios, na sua grande maioria, nos interiores, nos rincões deste país.

Você sabe o que é você pegar uma menina jovem, de uma família pobre de agricultores, e saber que ela hoje trabalha no Vale do Silício, lá no Google? Eu tenho ex-aluna assim. Sabe quando é que ela ia conseguir isso?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Não foi uma reportagem no Fantástico?

O SR. LEEWERTTON DE SOUZA MARREIRO – Sim, sim, sim, sim.

Sabe quando...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu acompanhei isso, foi uma reportagem na televisão.

O SR. LEEWERTTON DE SOUZA MARREIRO – Sim.

Sabe quando é que a gente conseguiria isso, Senador, sem a expansão da rede federal de ensino? Nunca. Isso era um sonho, pessoal, para essas pessoas.

Só que, nos últimos anos – e é bom destacar esse lapso temporal –, nós fomos atacados de todos os lados. Os nossos orçamentos foram cortados, os nossos salários foram congelados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu disse lá na Câmara dos Deputados que tem dois sentimentos que movem a humanidade: a esperança e a revolta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEEWERTTON DE SOUZA MARREIRO – E hoje, no Senado Federal, eu quero falar a mesma coisa.

Nós elegemos este Governo com a esperança de os tempos áureos da educação federal deste país voltarem. Mario, como eu lhe disse, meu irmão, o portador não merece pancada, e você tem o meu respeito, assim como a Jussara, que tem sido uma parceira nesse processo. Mas eu queria que estivesse aqui a Esther Dweck e o Camilo Santana para a gente, olho no olho, dialogar sobre o que tem sido feito pela carreira da educação. Eu queria aqui o Fernando Haddad, que foi responsável, Ministro da Educação, no processo de expansão. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

Queria que ele viesse explicar aos mais de 420 mil trabalhadores da educação porque a arma está valendo mais do que o livro, porque é isso que está dado até aqui neste Governo, e isso me entristece, eu já falei isso uma vez.

Eu espero que a gente, esta categoria, mostre ao Governo que a gente ajudou a eleger os trilhos corretos da história, e a arma tem que voltar a valer mais do que o livro neste país, porque se não for assim, a gente...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. LEEWERTTON DE SOUZA MARREIRO – A arma, não; o livro! Perdão! (*Risos.*)

Perdão, perdão, perdão!

O livro tem que voltar a valer mais do que a arma nesse país. É porque a gente escutou tanto isso nos últimos anos que a gente, às vezes, pensa em desistir. Mas a gente não vai desistir, não.

Então, ao pessoal do recorte, o livro tem que voltar a valer mais do que a arma neste país. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*)

Enquanto isso não acontecer, essa greve não acaba, não, viu, Senador. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Bom, eu, antes de passar a palavra para o Daniel Lucas... aliás, a sua pergunta já foi feita.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Então, eu vou passar a palavra para o Mario, rapidamente, dar sua...

O SR. MARIO BARBOSA (*Fora do microfone.*) – A Jussara quer falar ainda?

A SRA. JUSSARA CARDOSO SILVA FREITAS (*Fora do microfone.*) – Depois.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois não. Por favor, Jussara.

A SRA. JUSSARA CARDOSO SILVA FREITAS (Para expor.) – Eu queria fazer só um contraponto aqui com a fala da Jennifer, tá?

Jennifer, é o seguinte, o MEC tem...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. JUSSARA CARDOSO SILVA FREITAS – Tá baixo?

O MEC tem empreendido todos os esforços, inclusive com as categorias. O Ministro já recebeu os docentes, recebeu os TAEs. Nós instituímos um grupo de trabalho, claro, para atender mais especificamente as demandas dos TAEs no âmbito da CNS.

A Portaria 983, que o Lobão citou, está no âmbito das tratativas do acordo. O MEC também tem atuado nas mesas setoriais, de que os docentes também participaram junto com os TAEs. O Ministro tem feito reuniões recorrentes com a Ministra Esther e tem uma participação da Setec e da Sesu nesse processo. Então, assim, é só no contexto de que há, sim, uma sensibilização e há toda a conscientização, no âmbito do MEC, de que a gente precisa adotar medidas para tentar dar fim à greve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu queria só deixar esse destaque do...

A SRA. JENNIFER SUSAN WEBB (*Fora do microfone.*) – Mas o Ministro não atendeu os docentes, só os TAEs.

A SRA. JUSSARA CARDOSO SILVA FREITAS – Não, os TAEs sim, porque eu estava nas duas ocasiões em que o Ministro atendeu os TAEs. Vou só confirmar a dos docentes. Só se não estava o Andes, né?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARIO BARBOSA – Bem, eu queria então agradecer a oportunidade de a gente ter esse diálogo aqui hoje, e dizer tanto ao Lucas quanto ao Leewertton, num diálogo fraterno, que eu realmente não estou hoje aqui como mensageiro e sim como representante do Governo. Falo em nome do Secretário Feijó, que, por sua vez, tem mandato da Ministra Esther e do próprio Presidente Lula, numa entrevista recente que falou, enfim, da função do Feijó hoje.

Para mim, pessoalmente, que hoje estou na função de Diretor de Relações do Trabalho, a minha sensibilidade pelo tema que nós estamos tratando aqui hoje não se trata apenas de uma questão de empatia, mas também faz parte da minha própria vida, ou seja, eu fiz o meu primário – na época era primário, hoje parece que é fundamental – em três escolas diferentes, porque eu...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Você é antigo hein!

O SR. MARIO BARBOSA – São 76 anos.

É porque eu precisava do auxílio da chamada Caixa Escolar, para ter uniforme e para ter calçado para ir para a escola.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARIO BARBOSA – São 76.

No dia que eu passei no primeiro ano, no segundo, já fechou a Caixa Escolar Cardeal Mota. Aí eu me mudei para a Gomes Cardim, por conta da Caixa Escolar, e depois terminei num

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terceiro colégio também público. Então eu conheço aquilo que o Leewertton fala, das agruras que a gente enfrenta.

E também, na própria trajetória sindical, eu fui membro da comissão de fábrica dos trabalhadores, na Volkswagen, de 1984 até 2003. Fui membro da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, inclusive contemporâneo do companheiro Feijó e do companheiro Lula também. O Feijó também na Ford. Então, quer dizer que a gente tem também conhecimento de causa em relação a essa trajetória e sabe muito bem o que significa deflagrar, segurar e sustentar uma greve.

De modo que também todas as greves a gente sabe que têm começo, meio e fim. Nós tivemos greve também de 40 dias, quando era descontado ponto, que se mantinha no fundo de greve, que era por meio de arrecadação de alimentos que a população, que tinha simpatia pela greve, levava cestas básicas, essa coisa toda, para a gente se segurar.

Enfim, o próprio Lula diz: "Os servidores apresentam aquilo que consideram legítimo e o Governo exerce a sua competência e todos os movimentos necessários no sentido de atender à medida das suas possibilidades", ou seja, eles pedem o que entendem que é legítimo, o que é necessário e o Governo atende no limite do que pode.

Hoje, efetivamente, estamos vivendo também uma situação de sérios constrangimentos fiscais e orçamentários que o Senador Esperidião Amin, as Senadoras e as Deputadas que acompanharam também algumas reuniões conosco conhecem perfeitamente sobre os limites que não são colocados pelo MGI, mas que são, efetivamente, colocados e com que a gente não tem como trabalhar ou superar esses limites que nos são colocados.

Então, só terminando com a pergunta do Lucas sobre quais as diretrizes, efetivamente... Hoje, desde os primeiros meses de negociação, que têm sido marcados por trabalhar as propostas dentro de um projeto de diretrizes para a melhoria das carreiras, no caso da estrutura das carreiras, a gente tem se orientado, primeiro, pela harmonização das funções, atribuições e cargos...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARIO BARBOSA – ... equalização e aprimoramento das estruturas remuneratórias; alongamento das carreiras para 20 níveis, padronizando em 20 níveis; gratificações para atendimento de políticas públicas em situações de difícil provimento em algumas categorias; transversalização também dos cargos permitindo maior mobilidade, ou seja, para que o servidor não fique emparedado num órgão, porque foi aquele órgão que fez o concurso, para que ele tenha a possibilidade de movimentação em nível também de outros órgãos.

E, com isso, Senador, eu o agradeço e agradeço também a todos. Encerro aqui a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu pus três minutos? Não, mas eram três minutos para mim.

O SR. MARIO BARBOSA – Perfeito. É porque eu realmente preciso sair para um outro compromisso, mas eu fico para...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Antes de encerrar, eu primeiro quero dizer que eu tenho que me retirar, porque, daqui a pouco, vamos ter votação, e eu não tenho como deixar de acompanhar a sessão plenária. Mas eu quero dizer que fico muito honrado por ter sucedido aqui, no assento, a Senadora Dorinha, cujo trabalho eu acompanho desde Deputado, já fui parceiro dela em várias iniciativas que eu não vou aqui relembrar.

O importante é o que temos a fazer. E eu não posso marcar a data, mas vou participar do esforço com ela e com o Senador Flávio Arns, que, para o orgulho meu, é neto de uma catarinense que nós temos como símbolo, a Zilda Arns. Ela nasceu em Forquilhinha, em Santa Catarina.

E quero fazer dois comentários pessoais e dar uma informação. Nós estamos aqui com o Prefeito de São Lourenço do Oeste, do oeste de Santa Catarina, e com seus assessores. Ele deve estar estranhando muito, talvez nunca tenha participado de uma assembleia tão comportada, que tem opinião, mas que tem a cordialidade para discutir. E isso é muito importante, porque nós já tivemos grandes conflitos e discussões, especialmente no oeste de Santa Catarina, que eu não vou rememorar agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste final de semana, eu fiz uma visita ao Instituto Federal, *campus* de Concórdia, em Santa Catarina. Como todos sabem, Concórdia é o berço da suinocultura brasileira – foi lá que nasceu a Sadia, que hoje faz parte da BRF –, tem uma história. Hoje nós somos os maiores exportadores de carne suína e estamos às voltas com as consequências em termos de redução de danos em matéria de poluição.

No IFC, eu vi neste sábado o trabalho de dois professores no aterro sanitário da escola, antiga Escola Técnica Federal Agrícola, e, hoje, o IFC.

Primeiro: gás a partir da parte orgânica do aterro sanitário. Não é novidade, mas está lá o gás incubado... Encubado ou incubado? Incubado. Não está na forma de tubo, está incubado. Nós aprendemos isso na pandemia, não é? Intubar ou entubar? Intubar. Entubar é dar a forma de tubo.

Está lá o gás incubado, abastecendo o veículo automotor a combustão. E, com o plástico – isso é que foi a novidade – produzindo gasolina C, ou seja, a de mais baixa qualidade; mas é gasolina, pode engasgar um pouco, porque tem pouca octanagem, mas é gasolina.

Isso é um trabalho feito no local certo, com o cliente certo e com a necessidade certa.

Então, isso é só para valorizar ainda mais esse esforço que nós temos que fazer. E os dois comentários pessoais são: primeiro, assim como eu tenho a mesma idade dele, 76... A única diferença é que eu não tenho cabelo branco. (*Risos.*) É um ônus a menos.

Eu tenho muito orgulho de ter sido alfabetizado, de seis para sete anos de idade, pela dona Leonor de Barros – para quem não se situa, a irmã da Antonieta de Barros. E é com emoção que eu lembro isso, porque imagino o que aquela mulher não enfrentou, e a irmã. Negras, a irmã foi a primeira Parlamentar do Brasil, num território diferente daquilo que se considera a média de presença do afrodescendente – na Bahia seria mais natural –, numa cidade, numa região menos notabilizada pela presença do afrodescendente. Eu fui aluno, aprendi as primeiras letras com ela, com a irmã da Antonieta de Barros.

E, finalmente, quero dizer que eu tenho uma dívida com a educação que eu nunca poderei pagar. Acho que o que eu consegui fazer de diferente na minha vida, como filho de imigrantes que eu sou... Nem meu pai, nem minha mãe nasceram no Brasil. Meu pai nasceu no Líbano e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha mãe, cuja família fugiu da Itália na Primeira Guerra, nasceu num país vizinho. Se encontraram em Florianópolis.

Então, eu devo muito à educação que eles me propiciaram, e, teimoso que eu sou, mesmo depois de ser Governador, além de professor da universidade, eu fiz o mestrado em Administração e o doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento.

Então, quero colocar essa minha dívida à disposição de vocês na marcação dessa agenda e fazer votos de que ela seja útil.

Finalmente, eu vou disponibilizar... Aliás, é você que vai disponibilizar para os quatro representantes, dois professores e dois técnicos, a Ata da Reunião da Comissão de Educação de 16 de abril – olhe bem –, de 16 de abril. Nas páginas 42 e 43 das 60 páginas da reunião, que vocês vão receber em meio digital, lá pelos dois terços das páginas, há uma fala do Ministro Camilo Santana sobre a greve que eu acho que estava se iniciando ou ia acontecer.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso foi dia 16 de abril.

Eu não vou ler o conteúdo, mas vou disponibilizá-lo. E eles me autorizaram a entregar para você esta versão datilografada, porque tem algumas coisas interessantes.

Dito isso...

O SR. MARIO BARBOSA – Senador, eu preciso sair, peço permissão.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vou dispersar, vamos sair juntos. Você vai me proteger, e eu vou protegê-lo. (*Risos.*)

O SR. MARIO BARBOSA – Não será necessário.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Você é o meu guarda-costas; e eu, o seu.

O SR. MARIO BARBOSA – Uma boa-tarde a todos. Nos vemos em breve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia doze de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Janaína Farias, Paulo Paim, Teresa Leitão, Flávio Arns, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Eduardo Gomes, Wilder Morais, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Weverton, Ciro Nogueira, Angelo Coronel e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 44/2024 - CE, de autoria Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), e PL 4029/2021, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Instruir o PL 4029/2021, que "institui o Dia Nacional do Pastor Evangélico". **Participantes:** Pr. Gibson Santos, Secretário Regional da Sociedade Bíblica do Brasil e Pastor Auxiliar na Assembleia de Deus em Sobradinho (ADS); Pra. Cynthia Espírito Santo Soares Pereira, Pastora da Igreja Vila da Graça; Pr. Lourival Dias Neto, Presidente da Assembleia de Deus do Campo de Sobradinho Ministério de Madureira; Pr. Harbety Carvalho Júnior, 3º vice-Presidente Campo da Catedral - Ministério de Madureira; e Bp. Robson Rodovalho, Fundador e Presidente da Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/12

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Meus queridos, boa tarde a todos, paz do Senhor Jesus. Uma alegria muito grande poder vê-los aqui. Sejam todos muito bem-vindos.

E eu os convido, antes de abrir a sessão, para que fiquemos de pé e a gente ore ao Senhor nosso Deus pedindo a sua bênção sobre esta audiência pública, que tem um motivo muito especial para todos os ministros do Evangelho.

Eu quero convidar, para fazer essa oração, o Pastor João Adair, por favor.

Pode levantar aí o sonzinho, que é bem rapidinho, e já...

O SR. JOÃO ADAIR – Cumprimento a todos, com a paz do Senhor. Então, vamos orar.

Senhor nosso Deus, Pai Celestial, nós queremos, ó Deus, nesta tarde, te louvar, te agradecer por esta oportunidade que o Senhor nos concede de estarmos aqui juntamente com o Senador Zequinha Marinho, com os demais Senadores e Deputados que estarão chegando, Deus, para participar desta audiência pública. Nós queremos te louvar pela presença de todos que já chegaram e que o Senhor possa se fazer presente nesta audiência pública. Nós queremos te agradecer em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amém.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Amém!

Muito obrigado, Pastor João Adair.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de junho de 2024.

Objetivos e diretrizes desta reunião.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 4.029, de 2021, que institui o Dia Nacional do Pastor Evangélico, em atenção ao Requerimento nº 44, de 2024, da Comissão de Educação, de nossa autoria.

Convido, para compor a mesa, os seguintes convidados... Poderiam se sentar todos? Eu fiquei em pé porque eu já estava em pé mesmo. Em pé ou sentado, eu não faço muita diferença. (*Risos.*)

Quero convidar o ilustre amigo e parceiro de trabalho, que foi meu chefe de gabinete na Câmara Federal – não lembro mais o ano, mas nós dois somos jovens, não vamos pensar que faz tempo –, o Pastor e Deputado Distrital Daniel de Castro, por favor (*Palmas.*) – senta por aqui, Danielzinho, por gentileza, meu irmão. Quero convidar agora o Pastor Gibson Santos, Secretário Regional da Sociedade Bíblica do Brasil e Pastor Auxiliar da Assembleia de Deus em Sobradinho (*Palmas.*) – por favor, Pastor Gibson. Eu gostaria que o ajudassem a procurar... Quero convidar também a Pastora Cynthia Espírito Santo Soares Pereira (*Palmas.*) – Pastora em Espírito Santo até no sobrenome; que maravilha! –, Pastora da Igreja Vila da Graça. Convido ainda o Pastor Lourival Dias Neto, Presidente da Assembleia de Deus do Campo de Sobradinho – Ministério de Madureira. (*Palmas.*) Maravilha! Quero convidar... O Pastor Robson Rodovalho não chegou, o Bispo Robson. No lugar do Bispo Robson, quero convidar o Pastor Harbety, por favor. Se ele chegar, nós vamos dar um jeito aqui para ficar todo mundo junto, mas, como eu conheço o Rodovalho há uns 30 anos para cá, ele não vai chegar tão cedo. (*Risos.*)

Vamos sentar todo mundo. Está todo mundo ficando em pé. Eu vou sentar também.

Deixe-me seguir aqui.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados pelo Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos senhores expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Bom, primeiro, gratidão a Deus e pela presença dos amados todos aqui. Esta audiência pública é bem formal de um lado, mas bem informal por outro. Agradeço a cada um e a todos vocês pela gentileza de, num horário, assim, meio complicado, poderem estar aqui.

Mas é regimental, quando se tem um projeto de lei tramitando na Casa, se chamar o público interessado para discutir, debater, ouvir, a fim de que o projeto cumpra a sua missão, digamos assim, de movimentação dentro da Casa, a fim de que possa avançar.

Então, é o PL que cria o Dia Nacional do Pastor Evangélico, um PL da nossa autoria, ainda lá de 2021, e a gente gostaria de que isso avançasse, se consolidasse, sendo – naturalmente, depois de aprovado nas duas Casas – sancionado pelo Presidente da República, a fim de que a gente possa ter um dia nacional para celebrar agradecendo a Deus e homenageando os amados pelo trabalho. Quanta gente ilustre, quanta gente que entregou a vida, tudo, tudo, tudo, e, de repente, cai num certo esquecimento entre nós mesmos. E a gente precisa corrigir esse tipo de ocorrência, porque a Bíblia diz: "[...] a quem honra, honra". Temos que honrar, honrar nossos pastores, aqueles que ministram sobre nós, que zelam, que choram e que lutam por nós. Isso deve ser uma atitude, no mínimo, que se possa fazer disso uma cultura, correto?

Então, gratidão a Deus pela vida e pela presença de todos os senhores. E eu queria, antes de ouvir aqui os convidados que terão sua palavra, que o nosso Deputado Distrital, o Pastor Daniel Castro, usasse da palavra para externar seus sentimentos.

O SR. DANIEL DE CASTRO SOUSA (Para expor.) – Obrigado, querido Presidente desta sessão, meu amigo bem particular, pessoa por quem eu nutro a maior satisfação de poder dizer que o senhor é meu amigo, Senador da República e de quem eu tive o prazer de ser chefe de gabinete, quando Deputado Federal. Eu sempre falo, por onde ando: eu conheço um pequeno grande homem, pequeno na estatura, mas grande na moral, na ética; no trabalho, nem se fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu brincava com os pastores ali, ainda há pouco – não é, Pastor Lourival –: eu nunca trabalhei com um líder que trabalha como o Zequinha. Tive a oportunidade de acompanhá-lo nesse Pará, que é imenso, é enorme, nos seus trabalhos lá, e eu pude presenciar de perto o tanto que ele é disposto ao trabalho.

Então, meus cumprimentos. Na pessoa de V. Exa., eu cumprimento toda a douta mesa aqui posta, é uma honra poder estar aqui. Cumprimento todas as autoridades aqui presentes nesta tarde deste dia tão especial para nós, de uma forma especial, todos os meus companheiros do Ministério de Madureira: Pastor Lourival, Pastor João Adair, Pastor Wellington, Pastor Gilson, que são os Presidentes de Campo do Ministério de Madureira, acompanhados dos seus pastores, que, nessa feita, todos eles representam aqui a maior autoridade dessa nação. Nosso querido Pastor Ivan Bonfim também, que é o Presidente do Campo de Cidade Ocidental. Ajude-me se tiver mais algum Presidente... Campo Madureira.

Esses homens representam aqui neste momento o nosso querido Bispo Primaz, Dr. Manoel Ferreira; nosso Presidente Executivo Nacional, Bispo Dr. Samuel Ferreira; nosso Segundo-Vice-Presidente da Convenção Nacional do Ministério de Madureira, nosso Bispo Dr. Abner Ferreira, que é o Presidente do Estado do Rio de Janeiro; e também o nosso querido Terceiro-Vice-Presidente do Ministério de Madureira, Bispo Oídes José do Carmo, que é o Presidente da nossa igreja em Goiás. Esses homens representam esse ministério chamado Ministério de Madureira.

E, pela ordem dos nossos bispos – e aí é a ordem mesmo –, nós estamos aqui representando esse digno ministério, que é o Ministério de Madureira, que tem crescido no Brasil e no mundo. Estamos presentes em 107 nações no mundo. Então, é uma honra fazer parte desse ministério.

Sou Deputado em Brasília, Senador Zequinha, V. Exa. sabe disso. O meu gabinete é uma congregação do Ministério de Madureira na Câmara Legislativa do Distrito Federal, na qual sou Primeiro Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – É uma miniconvenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANIEL DE CASTRO SOUSA – É uma miniconvenção lá. Aliás, quem manda lá está aqui dentro, eu sou só um servo desses homens que estão aqui.

Mas quero dizer dessa satisfação que eu tenho de acompanhar este dia, porque me incomodo. Vira e mexe a gente abre o zap, aí alguém está mandando para nós: "parabéns pelo seu dia". Que confusão que tem o Dia do Pastor! Domingo passado eu creio que muitos de nós comemoramos o Dia do Pastor, recebemos homenagem, mas eu creio que muitos aqui recebem homenagem em diversos dias. Então, quero parabenizar V. Exa. por estabelecer um dia específico.

Talvez não sejam esses o momento ideal e o foro ideal, posto que já passou pela Câmara e já está na Casa decisória, mas quero, para todo efeito, a pedido dos nossos pastores que aqui estão, que compõem o Ministério de Madureira, que, se fosse possível, esse dia fosse estabelecido como o dia 30 de maio, em uma grande homenagem ao nosso maior líder, o Bispo Primaz Dr. Manoel Ferreira. É o dia do seu natalício. O dia em que ele completou, agora, 92 anos de idade. Tenho certeza de que, para o Brasil e para o mundo, uma referência mundial.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – São 92 de idade e 80 de ministério...

O SR. DANIEL DE CASTRO SOUSA – É por aí. Já pensou? É muita lenha, não é?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Pastor Firmino Gouveia. (*Fora do microfone*.) Já ouviu falar desse nome lá no Pará?

O SR. DANIEL DE CASTRO SOUSA – Já.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Esses dias nós o homenageamos porque ele completou 99 anos de idade e 65 de ministério e está lá. É claro que já fala algumas coisas assim... Mas eu fui lá à casa dele levar uma homenagem um dia desses, e foi muito bom poder ver uma pessoa... a pureza dele. Porque é o seguinte: a pessoa nasce uma criança e vai, vai, volta; aí depois você a encontra quase virando de novo uma criança, com toda aquela simplicidade, com todo aquele jeito. Mas fiquei muito feliz por vê-lo naquela situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive a oportunidade – não interrompendo tanto você – de conviver aqui, em um mandato, com o Deputado Manoel Ferreira.

O SR. DANIEL DE CASTRO SOUSA – Foi, foi.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – A gente era muito amigo, e dou um testemunho particular aqui. Tinha dias em que a Câmara ia até 4h da manhã, em longos debates, naquela luta toda, e ele lá. Eu dizia: "Pastor, vá para casa". Não abria mão, não. Ficava até 4h da manhã conosco lá, desse jeito. Um guerreiro, uma pessoa de um espírito imbatível.

Muito obrigado. Continue.

O SR. DANIEL DE CASTRO SOUSA – Obrigado, Sr. Presidente.

Obedecendo aqui ainda o meu tempo regimental, eu não estou conseguindo me localizar ali pelo... Ah lá, está ali. Recompôs. Cinco minutos eu tenho; 4min56.

Mas eu falava sobre isto aqui: a honra que é pertencer a esse ministério e solicitar a V. Exa., se possível, considerar esse pedido em nome do Ministério de Madureira. Falo isso porque o nosso líder... o senhor acabou de falar o que ele representa. O mandato de Deputado Federal para ele, com a devida vênia, de Senador, de Presidente, é muito pequeno. Nosso líder é maior do que qualquer mandato desse que possa ser eletivo, porque ele já é eleito como um profeta de Deus aqui na terra.

Eu lembro, João Adair, a gente estava junto, quando uma vez nós perguntamos para ele para que ele quis ser Deputado? Ele falou assim: "Eu queria dar uma orientação para os que vêm depois de mim, todos precisam ter. É preciso ter Parlamentares da Igreja nas Casas de Leis, para estar de frente, combatendo tudo que vem contra as nossas Igrejas, principalmente". E ele estava certo – não é, Pastor João Adair? –, porque no tempo que nós estamos vivendo, lá atrás, há mais de 15 anos, ele já falava sobre isso. Então ele falou assim: "Eu quero ser a porta de instrução, de orientação, de ensinamento, que os crentes precisam, sim, e ter atividade política". Tanto é que ele só disputou um mandato, finalizou o seu mandato, foi embora e deixou a porta aberta para todos quantos quiserem ser candidatos e instrui. Você vê que, nessa idade de 92 anos, ele faz questão de instruir a todos que nós precisamos exercer atividades parlamentares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Afinal de contas, sou fruto dessa instrução dele, tenho certeza de que este mandato que hoje exerço tem eminentemente a mão dos nossos bispos, de uma forma especial do próprio Bispo Primaz, tem o seu envolvimento. Os pastores aqui que estão no Ministério de Madureira sabem disso – não é, Nicol? –, do que ele fez. Ele saiu da sua residência no Rio de Janeiro e veio para Brasília, Senador, fazer campanha para esse Deputado aqui que vos fala, para o senhor ter ideia do que ele fez de orientação. Então louvo a Deus por fazer parte desse ministério.

E quero parabenizar V. Exa. por trazer à pauta, à baila esse projeto para que a gente possa unificar e fazer uma grande comemoração, porque ser pastor é receber um convite especial de Deus. A Bíblia vai dizer, em Jeremias: "Dar-vos-ei, pastores, segundo o meu coração". A Igreja é do Senhor, mas o Senhor dá pastor para a Igreja. Olha a função do pastor! Então, sobre todos nós temos uma delegação de competência dada pelo próprio Deus de cuidar da Igreja dele. Então esses homens, pastores, pastoras, merecem mais do que nunca ter um dia especial e serem honrados nesses dias, porque são homens, são mulheres abnegadas que dedicam a sua vida, muitas vezes, muitos deles, até a família passa a ser secundária, posto que eles colocam o ministério acima de qualquer coisa, porque eles estão cuidando de algo que foi o próprio Deus que entregou na mão deles. Então eles merecem ser honrados.

Ficam aqui meus parabéns a V. Exa. por essa propositura e que Deus abençoe a todos nós que estamos aqui nessa tarde.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Deputado Daniel de Castro.

Só registro mais uma vez a presença do Pastor Adair; do Pastor Cleyton Mariano; do Pastor Harberty, que está aqui conosco à mesa; Carlos Eduardo Oliveira; Ivan Bomfim; Isaac Bonfim; Pastor Vasconcellos; Pastor Elias Castilho; Mário Souza; Samuel dos Reis, Adalgiso Reis; Gilson Campos; Daniel de Castro, que está aqui, Pastor e Deputado Distrital; Lourival Dias; Antônio Oliveira; Adriano Oliveira; Marcos Antonio; André Gabriel...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – ... Natan Cabral, José Davi, Josias de Oliveira, Wellington da Silva e Antônio Pereira.

Daqui a pouco, com certeza, teremos mais registros aqui. (*Pausa.*)

Pastor Marlan. (*Pausa.*)

Quem tem uma esposa assim defende na hora. (*Pausa.*)

Queridos, levando em consideração esse momento, em Timóteo, Capítulo 3, versículo 1, diz-se: "Se alguém deseja o episcopado, excelente obra deseja".

Sabemos da importância dos nobres pastores e das pastoras por esse Brasil. Instituir o Dia Nacional do Pastor Evangélico em lei federal é também valorizar a dedicação de todos os nossos líderes, em especial dos meus pastores do Pará e do Brasil. Muitas são as investidas contra a igreja, mas estamos aqui, firmes, mantendo a nossa fé em Cristo, buscando o reino de Deus.

O IBGE já indica que, a partir de 2032 – não falta tanto tempo, não, é, Gilberto? –, seremos a maioria da população brasileira. Amém? (*Palmas.*)

E como os nossos pastores, todo dia, têm uma importância maior nesse contexto da sociedade. Deus capacite cada um nesta missão de levar suas ovelhas a Cristo, com sabedoria, santidade e direção de Deus.

Antes de passar aqui ao nosso querido Deputado Gilberto Nascimento, meu amigo, meu irmão, formos Deputados juntos e somos do mesmo partido, que está aqui conosco.... A gente vai dar um jeito aqui de esticar esta mesa, arrumar um jeito aqui. É coração de mãe esta mesa aqui.

Minha querida Senadora, pastora pesada e militante, Pastora Damares está aqui também.

Aos dois que chegaram agora... Vamos aplaudir os dois? (*Palmas.*)

Muito bom.

Eu gostaria de fazer um comentário rápido. Como a reunião, a audiência pública...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja bem-vindo aqui, meu Deputado e pastor. Estamos esperando uma cadeira aqui, minha Senadora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Não, não, ela vai ficar aqui perto de mim. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Só está faltando o milagre da cadeira.

Vamos lá, algumas perguntas aqui rapidamente pelo e-Cidadania.

Carlos, aqui do Distrito Federal, pergunta: "Quais seriam os impactos desse feriado no cotidiano do cidadão brasileiro?". Alguém falou em feriado aqui? Não, não é?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Mas tudo bem, ele perguntou. Eu não vou responder nada aqui. São os expositores que, durante a exposição, vão se referir a essas perguntas e vão respondê-las.

O Felipe, que é da terra aqui do Deputado Gilberto Nascimento, São Paulo da garoa, diz o seguinte: "Qual a base legal para esse ato e qual a relevância para a democracia brasileira? Esse projeto não esbarra na questão do Estado laico [...]?".

Está vendo? Respondam, por favor, meus...

Aí tem alguns comentários. Essas são duas perguntas. Comentários são os seguintes: a Márcia, aqui do Distrito Federal, diz o seguinte: "No meu ponto de vista, não deveria ser feriado religioso [...], acho [...] irrelevante e desnecessário".

José, lá do Ceará. Tem algum cearense aqui?

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Diz que lá no Ceará não tem disso não, é verdade? Vamos lá.

O José, lá do Ceará, diz: "Excelente iniciativa pra reconhecer esse papel tão importante na sociedade. Parabéns a todos os pastores e idealizadores dessa ação".

Marcele, lá da Bahia: "O Estado é laico. Se criar o dia nacional do pastor evangélico, seria necessário criar um dia nacional [...] [para os outros líderes religiosos]". É claro, não é? A democracia está aberta. É só usarem seus representantes aqui.

Então, esses são os comentários. Eu dou a palavra agora, começando pelo Pastor Gibson, Secretário Regional da Sociedade Bíblica do Brasil e pastor auxiliar da Assembleia de Deus em Sobradinho.

Pastor, tem até dez minutos para a sua exposição. Muito obrigado.

O SR. GIBSON SANTOS (Para expor.) – Muito obrigado. Saúdo a todos com a paz do Senhor Jesus Cristo. É muito bom estar aqui com os irmãos nesse momento tão solene e importante que propõe instituir o Dia Nacional do Pastor.

Senador Zequinha Marinho, eu quero agradecer a Deus pela liderança e experiência que V. Exa. possui, porque são fundamentais para a discussão que vai ser proposta agora e vai tratar sobre a importância de instituir o Dia Nacional do Pastor. Eu vejo e a Sociedade Bíblica do Brasil também vê isso, o compromisso do senhor com a fé bíblica, com a sociedade e a sua visão de futuro também. Essa visão que o senhor tem é inspiradora, porque ela merece o nosso respeito.

E, cumprimentando os senhores, eu também cumprimento a todos os Parlamentares, Deputados Federais, Senadores, Deputados Distrital, como nosso querido Deputado Daniel de Castro, também o cumprimento na sua pessoa.

Pastor Lourival Dias, eu quero cumprimentar na sua pessoa todos os pastores da nossa querida Assembleia de Deus de Madureira, de que sou membro e com a qual também coopero em Sobradinho. Quero saudar todos os pastores, na sua pessoa, e agradecer a Deus pela sua presença aqui também. A sua liderança e a experiência pastoral que o senhor possui, elas são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamentais para a discussão da importância do dia que nós iremos propor e debater hoje aqui.

Senhoras e senhores, é com grande honra e responsabilidade que me dirijo a essa Comissão nesta tarde. Eu venho aqui defender uma figura essencial para a sociedade brasileira, o pastor. É um prazer estar aqui hoje para discutir sobre a relevância e a importância do Dia Nacional do Pastor. Esse tema nos oferece a oportunidade de tratar sobre a importância da figura do pastor tanto para a Igreja quanto para a sociedade brasileira também.

Como líder religioso que sou também, é fundamental que eu aborde esse tema de forma teológica, bíblica e um pouco acadêmica, para que possamos entender a profundidade e o impacto que o pastor tem sobre a vida das pessoas.

E aqui eu quero fazer uso da obra do Pastor Claudemir Pedroso, autor do livro *Ministério Pastoral e Liderança*. Ele vai nos oferecer uma história que nos ajudará a introduzir com clareza a relevância do ministério pastoral. Ele conta que, certo dia, na cidade de Londres, um jovem, tendo se deparado com uma encruzilhada vocacional, dirigiu-se ao grande Pastor e pregador Charles Spurgeon, em busca de uma orientação e um aconselhamento. E o jovem perguntou a Charles Spurgeon: "O senhor acha que devo me tornar um pastor, o senhor acha que devo me tornar um pastor?". Spurgeon respondeu: "Apenas se não puder evitá-lo". Embora a resposta do Príncipe dos Pregadores possa parecer rude aos nossos ouvidos, a resposta foi sábia, pois as joias mais caras do ministério pastoral são aqueles indivíduos que um dia sentiram que não poderiam fazer outra coisa senão atraídos que foram pelo chamado de Deus.

Então, a vocação pastoral não é um chamado quando todas as outras portas se fecham, senhores, mas, segundo John Jowett, em seu livro *O Pregador: sua Vida e Obra*, vocação pastoral é quando todas as outras portas estão abertas, mas você só anseia entrar pela porta do ministério. A vocação pastoral são algemas eternas; a vocação pastoral é fogo no peito, é fogo no coração, mas nós precisamos atravessar melhor o aprofundamento sobre a importância do pastor e da sua vocação, porque não vai haver paz no coração de alguém chamado ao pastorado enquanto ele não se render à vocação de ser pastor.

Não há, senhores, posição maior do que ser pastor. A vocação pastoral não é terrena, ela é celestial; a vocação pastoral é a mais sublime de todas as vocações. É por isso que não,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simplesmente, para ser pastor, é suficiente o desejo de ser. Não há voluntariado no pastorado; há um chamado. Se alguém aqui neste recinto – e eu digo isso de forma muito respeitosa – ficar satisfeito sendo psicólogo, sendo jurista, professor, pedagogo ou até mesmo político, por favor, siga seu caminho e seja feliz, porque qualquer homem genuinamente vocacionado ficaria enfadado e impaciente se não seguisse a carreira que Deus lhe propôs. Isso é o pastorado. Se nós formos apenas aventureiros no ministério, poderemos estar certos de que seremos infelizes e incapazes de suportar o perfil abnegado exigido para um pastor, principalmente no Brasil. Sem vocação, o indivíduo ou desistirá da luta ou seguirá insatisfeito contaminando o rebanho e a sua própria vida.

A vocação pastoral deve ser assunto da mais fervente oração, deve resultar da mais profunda reflexão. Qualquer homem ou mulher verdadeiramente chamado para o pastorado tem a capacidade de rejeitar as mais tentadoras ofertas de riqueza e comodidade por sua resolução do chamado do alto. É por isso que não é admissível confundir fantasia com inspiração, nem desejo infantil com o chamado do Espírito Santo. Se os senhores perceberem qualquer outro interesse que não seja a glória de Deus e a salvação das almas, se afastem de ser pastor ou pastora, porque o Senhor se aborrece da presença de vendedores e mercenários em seu templo. A vocação pastoral é totalmente desinteressada, mas, se a chama que aquece a sua chamada pastoral for de origem celestial, eu recomendo aos senhores: aceite o bordão e o cajado, apascente as ovelhinhas do Senhor Jesus Cristo.

O Reverendo André Bueno, pastor quadrangular em São Paulo, diz que ser pastor é muito mais do que ser um pregado, está além de ser administrador de uma igreja, muito além de ser professor conferencista, ser pastor é algo da alma, não apenas do intelecto. É por isso que, a partir de agora, eu gostaria de tratar com os senhores aqui a relevância do pastor, e, em seguida, propor esse dia instituindo o Dia Nacional do Pastor no Brasil.

Existe o critério do Novo Testamento, e, nesse critério, Jesus é o paradigma, é o modelo do serviço pastoral. Jesus jamais falou de si mesmo como pregador, senhoras e senhores, bispo ou presbítero, mas ele gostava de pensar em si mesmo como pastor, e a ideia de pastor estava sempre presente na mente de Jesus. O senhor Jesus se autodeclarou como o bom pastor. Ele disse em João, Capítulo 10, versículo 11: "Eu sou o bom pastor", e Ele se apresenta como um pastor modelo, cuja essência está em seu amor pelas ovelhas, a ponto de entregar a sua vida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por elas. Ao contemplar as multidões que o seguiam, Ele as comparou com ovelhas que não têm pastor. Ao falar da sua vinda ao mundo, Ele dizia que tinha sido enviado como pastor a ovelhas perdidas da casa de Israel. Jesus não só escolheu esse título para si, mas Ele também o deu aos seus apóstolos. Isso é muito importante citar, dada a relevância do pastor aqui no Brasil.

Para Pedro, por exemplo, um modesto pescador, Jesus lhe disse: "Apascenta as minhas ovelhas". E parece que Pedro aqueceu isso em seu coração e guardou em sua memória, tanto que ele registra em sua carta à Ásia Menor o seguinte: "Porque vocês estavam desgarrados como ovelhas; agora, porém, se converteram ao pastor e bispo da alma de vocês."

Ou seja, a ideia de pastor que dá sentido ao Novo Testamento, que dá sentido à vida dos apóstolos, é o principal ofício que é resgatado na pessoa do Senhor Jesus Cristo. Então, o nosso ofício é supraimportante, porque o pastor modelo do Novo Testamento, que é Jesus Cristo, assumiu o título que nós estamos assumindo e defendendo hoje.

No Antigo Testamento há algo importante a se citar. O eterno Deus é chamado de meu pastor. Ele é o pastor pessoal. Vale destacar que o pronome pessoal utilizado por David, aqui no Salmo 23, é um pronome possessivo, é o meu: Ele é o pastor pessoal; Ele é o pastor que se identifica com a ovelha. Se esse pastor está presente, é certo que nós seremos escoltados pelo vale da sombra da morte, mas com a presença desse pastor querido, que nos trará segurança em toda a caminhada.

Existe uma pequena ilustração que relata um concurso público realizado por uma rádio americana. E, nessa rádio americana, o concurso público exigia que a competição fosse formulada através do Salmo 23. E muitas pessoas técnicas da oratória foram convidadas a declamar o Salmo 23. Todos declamaram com muita técnica, até que apareceu um pequeno senhor velhinho de voz arranhada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GIBSON SANTOS – ... e ele começou a declamar da forma como ele poderia fazer isso. Foi quando um dos competidores bateu no cotovelo do outro e perguntou: "Olha, o que acontece que a plateia passou a chorar quando esse velhinho de voz arranhada declamou o mesmo Salmo que nós estamos declamando? Foi quando outro colega dele disse: "Olha, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecemos o Salmo do pastor, mas esse velhinho de voz arranhada conhece o pastor do Salmo.".

Então, existe uma relevância pertinente à pessoa do pastor no Brasil. Existem pastores nesse momento que estão no Rio Grande do Sul, abrindo mão de seus recursos, abrindo as portas de suas igrejas para receber pessoas desabrigadas e, em socorro delas, saciar a necessidade física e a necessidade espiritual através de seus ministérios.

Então, nesta tarde eu quero deixar claro aqui a relevância desse Dia Nacional do Pastor, que todos nós possamos aprová-lo. A Sociedade Bíblica do Brasil entende a relevância, e eu tenho certeza de que todos os pastores que estão aqui presentes também concordam com isso.

Que Deus abençoe a todos, em nome de Jesus. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Amém.

Excelente discurso. E, quando ele falou: "em nome de Jesus", era o 01; ali, acabou.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Parabéns, meu querido Pastor. A Sociedade Bíblica do Brasil está muito bem representada.

Senadora Damares, para suas considerações, comentários, enfim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – É só que quarta-feira é um dia muito complicado para todos nós no Senado: estão acontecendo inúmeras Comissões ao mesmo tempo, mas eu quero receber, com muito carinho, todos os pastores que estão aqui no plenário, receber com muito carinho todos os expositores.

O Senador Zequinha Marinho escolheu a dedo os expositores. Parabéns.

Amo todos vocês: o Pastor Gibson, que eu conhecia pouquinho; o Pastor Daniel, nosso Deputado, meu amigo, amigo de todas as horas, de campanha, de trio elétrico, de tudo; o Pastor Lourival, casado com a pastora mais linda do Brasil; o Pastor Harbety – Deus te abençoe! –; a Pastora Cynthia; todos que estão aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No plenário, eu queria fazer um destaque especial, Senador Zequinha, porque está conosco – com muita alegria a gente o recebe – o Pastor John David Martin, fundador da Igreja Verbo Vivo no Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Cadê ele?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aqui. Esse grande líder nacional...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Bem-vindo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fica aqui, inclusive, uma orientação para os pastores: quando estiverem cansados, desanimados, vão lá passar um dia com ele. Ele tem o ministério de cuidar de pastores também. Ele fez isso comigo recentemente, ele e a família – a Pastora Sara, a filha dele, que está aqui.

Pastor John, é uma alegria recebê-lo aqui no Senado.

E o meu Pastor João Adair também está aqui.

Deputado, esta audiência pública acontece em cumprimento a uma norma que nos é imposta pela legislação. Para se instituir uma data nacional, a legislação nos obriga a ouvir o segmento, se o segmento concorda ou não com a data.

Esse projeto de lei nasceu na Câmara dos Deputados. O autor do projeto de lei é o nosso querido Deputado João Campos, também da Assembleia de Deus. O projeto tramitou na Câmara por algum tempo, passou, veio para o Senado. E hoje o nosso Relator no Senado é o nosso Senador Zequinha Marinho – não podia ser outro senão o Zequinha Marinho.

Mas eu preciso trazer a minha preocupação com relação ao projeto de lei, e a gente vai precisar falar sobre isso. Numa rápida busca aqui no Google, o Dia do Pastor na Igreja do Evangelho Quadrangular é 1º de outubro; o Dia do Pastor na Igreja Presbiteriana é 17 de dezembro; O Dia do Pastor na Igreja Batista coincide com a data do projeto, que parece que é o Dia do Pastor também na Assembleia de Deus; mas, na Metodista, é o 2º de domingo de abril.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vê que essas datas estão muito consolidadas nas suas denominações. A gente vai instituir um dia nacional e vai precisar ter muito essa preocupação com esse dia nacional, para que a gente não cause, lá na ponta, uma confusão na mente daquela criança que está na escola dominical e vai receber o calendário da escola, porque, um dia desse, instituído, vira dia oficial; não é feriado, mas é um dia oficial. Ela vai receber lá na escola um calendário, vão homenagear, vão falar do pastor lá na escola, mas, na igreja dela, não é aquele dia.

Então, eu trago aqui as minhas preocupações, inclusive se a gente vai ouvir todas as denominações, se a gente vai continuar nessa direção. Qualquer modificação que a gente fizer aqui no Senado, este projeto de lei vai voltar para a Câmara e vai tramitar mais um tempo lá. O ideal seria não ter nenhuma modificação, para que ele fosse aprovado aqui, mas eu trago uma outra preocupação também: é que essa é uma nação...

Na Igreja Quadrangular, por exemplo, que é a minha igreja de origem, mais de 58% são pastoras. Nós temos inúmeras denominações com pastoras. A própria Igreja Assembleia de Deus... Recentemente eu estive, este final de semana, com a Assembleia de Deus de Manaus, que está ordenando mulheres. A Batista já está ordenando mulheres.

Eu sei que para nós, conservadores, "todos" é todos, tá? Então, a gente não usa "todos e todas", tampouco "todes", não é? E a gente se sente contemplado com o Dia do Pastor, mas eu fiz questão de indicar para a mesa uma pastora. Se a gente instituir o Dia Nacional do Pastor, seria redundância a gente homenagear e a gente colocar em homenagem essas mulheres aguerridas, que estão lá na ponta.

E aí fica a minha sugestão, Senador Zequinha, que eu quero trazer aqui. Eu estou lá na ponta, o senhor está lá na região ribeirinha; a gente chega em cidades em que não tem um pastor, mas tem uma pastora. Essa é a realidade do Brasil. A gente tem diferenças teológicas de aceitar ou não pastoras em algumas denominações, mas elas existem e elas são milhares de milhares.

Então, eu traria aqui esse levantamento de dúvida. Eu não tenho aqui uma certeza se todos nós ficaríamos contemplados com apenas a palavra "pastor". Inclusive, eu vi o auditório lotado de pastores e eu fiquei muito brava; eu queria isto aqui lotado de pastoras também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faltou a gente fazer mais divulgação. Também não caberia, não é? Se a gente colocasse isso aberto, isto aqui ia explodir de pastores e pastoras, o Senado não ia comportar.

Mas fica aqui, Senador Zequinha, a minha pergunta. Inclusive, eu quis fazer essa pergunta antes, porque os demais expositores vão falar. Eu vou precisar sair – tem uma audiência agora que fui eu, inclusive, que provoquei –, mas eu queria provocar o debate. Nós vamos ficar todos contemplados com o Dia Nacional do Pastor, ou a gente poderia homenagear essas mulheres incríveis com o Dia Nacional do Pastor e da Pastora, sem querer ir para uma ala ideológica, mas por homenagem, por reconhecimento.

Mas, se a gente trouxe a palavra "pastora", vai ser uma emenda de redação, e aí não volta para a Câmara; ou, se a gente trouxe a palavra "pastora", muda o mérito e volta para a Câmara? Se voltar para a Câmara, eu recuo aqui na minha sugestão.

E também há a minha preocupação com a data, Senador. A gente vai instituir o segundo domingo do mês de junho. Eu sei que a grande maioria da Igreja Evangélica é a Assembleia de Deus no Brasil. Vocês são a maioria esmagadora, mas as outras denominações não consideram esse dia.

Então, fica aqui esse levantamento de dúvida, a minha sugestão e a minha provocação aos demais oradores.

Claro que vou acompanhar o voto do Relator, o que o Relator decidir, porque quem manda aqui em mim é o Senador Zequinha. Em tudo, em todas as Comissões é ele meu Líder, que me orienta. Estamos juntos há muitos anos. Muitos anos atrás, ele era Vice-Governador. Em tudo o Senador Zequinha tem mais experiência, é o nosso grande Líder aqui na Casa.

Então, eu gostaria de trazer as minhas colaborações para este debate, agradecer à Pastora Cynthia por ter aceitado o desafio de ser bem-aventurada e cumprimentar todas as pastoras, todos os pastores, especialmente os pastores que votaram em mim, que estão aqui, e os que não votaram não vão para o céu. (*Risos.*)

Se for de Brasília e não tiver votado em mim, não vai para o céu.

Que Deus abençoe todos vocês!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou muito feliz com este evento. À Secretaria da nossa Comissão de Educação, obrigada pelo trabalho.

Deus os abençoe. E continuem firmes, meus pastores. Ai do Brasil se não fossem os senhores. Ai desta nação se não fossem os nossos pastores e pastoras. Que Deus os abençoe! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senadora.

Lá no Pará, não tem problema: quem não votou pode se redimir na próxima.

Agora, o Bispo Rodovalho.

Seja muito bem-vindo.

Vamos aplaudi-lo? (*Palmas.*)

Por favor, Bispo, chegue para cá. (*Pausa.*)

... Pastora Cynthia Espírito Santo – tudo a ver, não é, pessoal?

Eu quero registrar – não sei se vou repetir, porque levaram a outra lista; ela sumiu aqui – a presença do Pastor Abner Santos.

É da Madureira, Pastor Abner Santos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Tu vais concorrer com o outro? Com o Ferreira?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Pastor Heder Henrique, Pastor Rodrigo Oliveira, Pastor Matheus Silva, Pastor Jackson de Jesus, Pastor Diego Armando – não é Maradona – Estevão, Pastor Josias de Oliveira Filho, Pastor Marcos Alcantara Arcanjo, Pastor André Luiz da Silva Felix, Pastor Ismael Almeida, Pastor Marco Antônio Oliveira, Pastor Marcos Aquino de Alencar, Pastor Rodrigo Pereira Nunes, Pastor João

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ricardo de Oliveira Lemos, Pastor Joaquim Fernandes, Pastor... Está complicado aqui, mas é... Maquetum?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Maquechetum. Era em reverência àquele cara lá do outro lado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Era. E aí botou no português aqui?

Pastor Jackson Santana, Pastor Jobson Kassio da Silva... E aí tem um nome aqui difícil: Pastor Ben...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Bentilho.

Sintam-se todos bem-vindos, abraçados, a esta reunião.

Meu querido Bispo Rodovalho, saudações aqui!

Já ouvimos um dos apresentadores, expositores, e vamos ouvir – a nossa irmã Pastora Damares, Senadora, teve que sair para outra reunião – agora a Pastora Chyntia Espírito Santo. Está bem?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Segure aí, pois o senhor é daqui a pouquinho.

Registro ainda a presença do Pastor Egmar... Cadê o Pastor? Ei, rapaz, fique em pé direito! (*Risos.*)

Vamos lá aplaudir o Egmar. (*Palmas.*)

Deus abençoe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou pedir para Madureira levantar o braço aqui, porque, senão, vai esmagar a gente. (*Risos.*)

Deixe quieto, não é? Deixe quieto, deixe quieto.

Pastora Cynthia.

A SRA. CYNTHIA ESPÍRITO SANTO SOARES PEREIRA (Para expor.) – Meu querido, eu estou só um "tiquinho" preocupada. Posso externar a minha preocupação? É porque assim: Pastora e dez minutos é um negócio que... Eu não sei como é que nós vamos fazer, não!

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Corre que já...

A SRA. CYNTHIA ESPÍRITO SANTO SOARES PEREIRA – Não! Pare esse trem aí que eu nem comecei. (*Risos.*)

Eu trouxe humildemente uma apresentação a vocês, meus irmãos.

Eu não sei nem se eu vou conseguir ler meus agradecimentos, porque o trem já está correndo. O Senhor vai ter que dar um jeito nisso, porque Deus é o Senhor do Tempo, não é? Então, Ele vai ter que me dar graça.

Meu Bispo querido, eu vou começar pelo senhor...

Para ser mais rápida, eu vou ler, porque, se eu falar, complica.

Boa tarde a todos.

Que a paz de Cristo esteja no coração de todos aqui neste lugar.

É um prazer estar aqui com esse propósito hoje.

Na pessoa do Bispo Rodovalho, eu cumprimento a todos os irmãos em Cristo que compõem este honroso dispositivo.

E agradeço ao Senador Zequinha Marinho e à Senadora Damares pelo convite e pela oportunidade de ressaltar, em nome de todas as minhas irmãs que, assim como eu, estão na linha de frente do ministério de Jesus, levando a palavra da salvação, a relevância do cuidado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do amparo, do pastoreio que exercemos na grande comissão de Jesus Cristo em sua ordenança de levar as boas novas do Evangelho da paz.

Eu vejo como a mão de Deus esta oportunidade. Por quê? A oportunidade que este projeto trouxe instituindo o Dia Nacional do Pastor como um momento de trazer a reflexão nesta minha fala justamente para trazer a consciência do papel, da importância e da legitimidade da mulher na Bíblia e na sociedade...

Quando eu crescer, eu quero ser igual ao senhor, Pastor Gibson, para ser tão assertivo e tão rápido na sua colocação.

E, antes de iniciar a minha apresentação, eu gostaria de fazer alguns agradecimentos, porque, sem essas mulheres de honra, essas mulheres de valor, eu não estaria aqui: é claro que eu tenho que começar pela minha mãe, a primeira geração da minha família a se converter, a D. Tânia, que é um exemplo de perseverança, de comprometimento com a família e com os valores do reino; à Missionária Maria de Lurdes e a seu esposo, ambos já na casa do Pai, por terem sido os mensageiros da palavra do Senhor e o meu primeiro contato com o corpo de Cristo; à Bispa Lúcia Rodovalho, que conheci ainda Pastora no início do seu ministério em Brasília, lá em 1992, na Asa Norte, a quem devo toda a iniciação no crescimento e conhecimento da palavra, igreja onde fui acolhida, discipulada e onde fui ordenada Pastora junto com meu marido, Pastor Marlan – Dia dos Namorados numa audiência pública, não é, bem? –, meu líder e companheiro há 37 anos; ao Ministério Sara Nossa Terra, Bispo, toda nossa gratidão e honra; à Senadora Damares, que já se ausentou, mulher que em 2001 foi usada por Deus para despertar a realidade do papel político da igreja no meu coração e juntas no Fenasp – não é, Bispo Alves? –, uma iniciativa louvável, mais uma vez, do Bispo Rodovalho, de envolver a igreja na responsabilidade que todos nós temos como cidadãos. Atuamos como voluntárias e colaboradoras, cada uma com seus talentos e dons a serviço do reino.

Minhas irmãs de sangue, Tatiana, Maitê e Débora, que amo profundamente, vocês são admiráveis.

Às minhas irmãs de causa do Flores de Aço, meu muito obrigada por todas as aventuras que temos vivido nessa jornada chamada vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha querida Pastora e amiga Cláudia Mineu...

E, para finalizar, minhas filhas, Luíza e Natália, minhas netas, Luna e Helena, é por vocês, nossa descendência, que seguimos na brecha para deixarmos um Brasil melhor.

Eu quero registrar a presença da Apóstola Mary Angela Alves, fundadora e líder do Commfe (Conselho Federal de Mulheres Ministras do Evangelho e Femininas), que veio da Bahia especialmente para esta audiência.

Esses agradecimentos são apenas uma introdução, somente para enfatizar que ninguém faz nada sozinho. E eu me sinto extremamente acolhida com tantos homens de valor, com tantos homens de honra aqui em defesa da família, em defesa das nossas crianças, em defesa da própria Igreja. Poderia me sentir um pouquinho constrangida, não é? Eu até cheguei a contar quantas mulheres tem aqui e eu falei: "Cadê as meninas, pelo amor de Deus", mas, vendo pelo lado da função e do papel de cada um de vocês de serem os provedores, de serem os protetores, eu me sinto extremamente segura e acolhida por esta audiência extremamente qualificada.

Então, para começar – e eu vou ter que correr, correr, correr, correr –, eu gostaria de colocar... Onde que eu aponto? Para cá? Então, vamos falar rapidinho sobre a mulher na Bíblia. E, longe da abordagem acadêmica – tá, Pastor Gibson? –, eu quis ser o mais leiga possível, para que todas as pessoas pudessem entender. Trouxe algumas referências, trouxe fatos históricos somente para construir uma linha de raciocínio.

Deus nos criou lá em Gênesis e nos disse: "enchei a terra, e sujeitai-a; dominai". À sua semelhança, Deus nos criou, não é? À semelhança de Deus, homem e mulher, Deus os criou. Deus viu que era bom. O que não era bom era que ele estivesse só, o homem. O homem... Deus nos tirou da costela de Adão, ou seja, ao seu lado. Não foi de outro órgão acima nem de outro órgão abaixo, foi ao lado. Por quê? Porque nós estamos juntos nessa missão.

O engano veio. Existem teses diversas, não é? O fato é que Eva estava sozinha no momento do engano. A queda teve consequência para todos. Para a serpente, maldição, inimizade, a derrota. Para a mulher, nós sabemos, dores, muitas dores. Eu sou mãe de três, todos partos normais, foram difíceis para caramba, vivi isso aí na pele. Para o homem, a terra foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amaldiçoada: de dores, sofrimento, suor, trabalho, fadiga vem o sustento. Ou seja, pelo erro, todos somos afetados, mas Deus, em sua infinita misericórdia – espere aí, que aqui está na ordem errada –, trouxe o quê? Um plano de reconciliação com a humanidade através de uma mulher. Jesus teve que passar... Apesar de Deus, ele abriu mão de sua deidade e foi hóspede de Maria. Ele foi gerado pelo Espírito Santo, mas ele esteve nas entranhas de uma mulher. Ele passou pelo nascimento carnal, ele foi amamentado por Maria.

E as mulheres no ministério de Jesus? Maria... Gente, vamos contextualizar... Olha lá aquilo: 2min40. Vai dar certo isso não, Zequinha. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

Vou correr. Maria aceitou o desafio. Se coloquem no lugar de uma menina de 16, 17 anos, uma criança praticamente, dentro já, prometida, e ela sabe que vai ser mãe e não mãe dentro de um contexto natural. Ela foi uma guerreira da fé.

Para os que defendem o aborto, olha que coisa mais linda, o encontro de João Batista e Jesus ainda no ventre de suas mães. Isso é sobrenatural.

Jesus, durante o ministério, existem várias passagens em que ele resgata meninas, ele resgata mulheres, ele traz, inclui para dentro, ele inclui para dentro da sociedade que, infelizmente, muitas vezes, as deixava de fora. Todos os irmãos aqui sabem, são várias as referências.

As mulheres mantenedoras, nós temos aqui um grupo de mulheres que mantinham o ministério de Jesus, a importância delas desde sempre. As mulheres acompanharam a crucificação. Elas foram quem viram primeiro, não só os anjos, mas o próprio Senhor insurreto. E não é porque somos fofoqueiras, queridos, é porque nós temos mais sensibilidade para ver essas coisas. (*Palmas.*)

Por favor, irmãs. Já falei.

E o apóstolo Paulo coloca muito bem: "Sujeitem-se uns aos outros, por temor a Cristo".

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CYNTHIA ESPÍRITO SANTO SOARES PEREIRA – "Mulheres, sujeitem-se cada uma a seu marido, como ao Senhor." "Marido, ame [...] a sua [...] [esposa], [...] como Cristo amou a igreja e entregou-se por ela." Esse é o papel de cada um dentro, mas andamos juntos. Porque para Deus não há distinção entre homem e mulher. Nós fomos comissionados com a função do governo, ambos homem e mulher.

Para reflexão. São todos os ministérios que o Senhor nos apresentou através de Paulo, em Primeira aos Coríntios. Ou seja, cada um tem o seu lugar, cada um tem a sua função dentro do ministério do Senhor: identificação de diversidade de dons, importância da unidade, hierarquia e ordem, chamada ao serviço, dependência mútua, valorização da diversidade. Vou deixar esse *link* para vocês conferirem depois.

E o ministério feminino. Aqui entram vários atributos em que nós contribuímos: a formação e inclusão, o modelo de fé, empatia e sensibilidade. Tem coisas que só a mulher realmente tem: sensibilidade, tem como acolher, tem como se ter essa empatia realmente com tudo o que acontece; diversificação de perspectivas. Deus nos fez diferentes. Nós temos características diferentes e nós nos somamos, e, dentro dessa somatória, nós alcançamos a plenitude que Deus desejou.

Mulheres inspiradoras, eu trouxe algumas para poder mencionar. Jarena Lee, uma evangelista afro-americana do século XIX; em 1819 foi a primeira a ser autorizada pela Igreja Metodista a pregar. Na sequência, vem Catherine Booth, que foi a cofundadora do Exército da Salvação, mãe do Exército da Salvação. Depois vai ficar disponibilizada essa apresentação para vocês conferirem. Antoinette Brown Blackwell, a sua ordenação foi um marco histórico, porque desafiou as normas da época – apesar de a Bíblia ter essa equidade, a gente sempre passou por preconceitos –, ela foi ordenada em 1853 na Igreja Congregacional, em South Butler, Nova York. Frida Vingren, não tem como falar de Assembleia de Deus sem falar da cofundadora Frida Vingren, ela se tornou uma das mais importantes líderes femininas. Aimee, aqui como a Senadora mencionou, a fundadora, uma evangelista da Igreja do Evangelho Quadrangular, em 1923.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí entram algumas discrepâncias, gente, e aqui esta audiência mostra bastante o que esses números dizem. Éramos 18 mulheres e... Eu nem sei, na audiência é quanto a lotação aqui do Plenário, 80 pessoas? (*Pausa.*)

Cem pessoas. Então, tirem aí: de 15 mulheres, o restante homens.

Então, nós temos aqui 31% de representação da população brasileira – evangélicos, segundo o IBGE –, 58% são mulheres. Em algumas igrejas pentecostais, esse número chega a 69% da membresia. Em sua grande maioria, elas são pardas e negras, 48% recebem até dois salários mínimos. Isso é um retrato do Brasil, isso é um retrato da nossa comunidade cristã.

Aqui eu vou incomodar a todos vocês, me perdoem. Não foi à toa que a Senadora falou que eu sou corajosa, porque é um dado muito importante. Nós precisamos de todos vocês, homens, homens de fé, homens de valor, para mudar esse panorama: 40% das mulheres vítimas de violência são cristãs. Não necessariamente os agressores sejam cristãos, existem vários casamentos mistos, mas a igreja é uma emergência. É uma emergência da alma. Nós recebemos pessoas de todos os estados – estados, que eu digo, emocionais. Dos 205 signatários da Frente Parlamentar Evangélica da Câmara dos Deputados, 25 são mulheres.

Eu ouvi aqui o irmão falando do incentivo à representatividade da mulher, da representatividade no Parlamento. E eu pergunto: as igrejas estão incentivando as mulheres a isso? Nós precisamos desse olhar feminino, nós precisamos da alma feminina em todos os lugares.

Aqui tem a matéria, tem o *link*.

Dos 513 Deputados, 399 se identificam com confissão religiosa, 233 são católicos, 83 Deputados de identidade cristã, 76 são de confessionalidade evangélica. Isso é uma tendência também no Parlamento.

Essa matéria, gente, é novinha, foi publicada hoje: "Perseguição a cristãos atinge níveis alarmantes em 2024". Quem são os mais vulneráveis nessa perseguição? Mulheres e crianças. Mulheres e crianças estão sendo mortas e assassinadas. Homens também, claro, mas aqui nós estamos falando de vulnerabilidade, de quem precisa ser cuidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A coisa está feia, para resumir.

A pesquisa sobre as mulheres na política. Toda essa nossa ambientação reflete na hora do voto também. Nós precisamos educar a nossa audiência, nós precisamos conscientizar as mulheres em relação à sua responsabilidade cidadã.

Líderes cristãs da atualidade – eu vou passar rápido aqui –: Pastora Joyce Meyer; Apóstola Valnice Milhomens – eu preciso citar essas mulheres, elas são guerreiras, têm feito um trabalho fantástico ao longo dos anos, precisam de reconhecimento de vocês, homens, de todas as congregações –; Bispa Lúcia Rodovalho; Pastora Elizete Malafaia – infelizmente não tem como esgotar, são muitas, eu trouxe algumas para poder ilustrar –; Bispa Sônia Hernandes; Bispa Dirce Carvalho; Bispa Keila Campos; Pastora Ana Paula Valadão; Pastora Cassiane, que não poderia deixar de citar; Apóstola Mary Angela, que está aqui fazendo um trabalho fantástico com esse conselho; Pastora Damares Alves, eu acho que é inegável, eu não sei nem se eu preciso comentar sobre a vida, sobre a atuação dessa mulher ao longo desses últimos 30 anos, onde Deus a trouxe e como Deus tem usado sua vida.

E aqui a minha homenagem singela a esta mulher, que é o exemplo de liderança cristã feminina... Se tem uma pessoa que sintetiza Provérbios 31, é a Michelle Bolsonaro, e ela tem impactado toda uma geração. Levem isso em consideração em suas pregações, em seus ensinos, nas escolas, porque a mulher tem, sim, um papel legítimo na Bíblia. E eu estou aqui justamente para dar uma cutucada, incomodar um tiquinho vocês, porque a gente precisa do apoio, do reconhecimento e da força de todos os homens, de todos os pastores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Pastora Cynthia. Não tem problema, os homens perdoam todas as mulheres. (*Risos.*)

A SRA. CYNTHIA ESPÍRITO SANTO SOARES PEREIRA (*Fora do microfone*.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Obrigado pela sua participação. É muita honra tê-la aqui, a senhora representa aqui 52% da população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria que ficasse de pé, olhando para o público ali, nossa Apóstola Mary Angela, do Conselho Federal de Mulheres Ministras do Evangelho. Pode ficar em pé, Irmã. (*Palmas.*)

Aí! A senhora veio de longe, não foi? Da Bahia?

A SRA. MARY ANGELA BRITO ALVES (*Fora do microfone.*) – Feira de Santana

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Feira de Santana, na Bahia. Seja muito bem-vinda, sinta-se abraçada e acolhida.

Eu quero também registrar a presença do Pastor John David Martin. É americano ou não é? (*Pausa.*)

Saiu? Então tá.

Bispo Alves. Dá-se a mão ali. Abençoado. O senhor o conhece, Pastor, Bispo... (*Pausa.*)

Já o viu algumas vezes.

Muito obrigado, meu amado. É uma satisfação e uma honra tê-lo aqui conosco neste momento.

Meu querido Deputado Otoni de Paula, que está ali. Quem pode aplaudir o Deputado? (*Palmas.*)

Bem-vindo, querido.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/MDB - RJ. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Meus sentimentos. Que Deus continue te dando força e graça todos os dias.

Reverendo Bispo Rodovalho, para a sua exposição nesta tarde. (*Palmas.*)

Obrigado pela presença. É uma honra tê-lo aqui. Que Deus te abençoe todo dia mais.

O SR. ROBSON RODOVALHO (Para expor.) – Eu quero, primeiramente, cumprimentar a todos os irmãos. Quero saudar o Presidente, Senador Zequinha, pela importante iniciativa deste dia, e também a Senadora Damares, que ainda falava quando cheguei. Quero cumprimentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os pastores, irmãos, missionários, apóstolos, bispos, como eu. Algumas igrejas têm uma terminologia um pouco diferente. Quero cumprimentar a Pastora Cynthia, na pessoa de quem eu cumprimento as pastoras; e a Pastora Mary também, que acabou de se apresentar. Quero cumprimentar nossos queridos Parlamentares cristãos, evangélicos que estão aqui presentes.

E quero dizer que é extremamente importante aos meus olhos, Senador Zequinha, esta homenagem e este evento para homenagear essa categoria de profissionais. Não gosto desse título, porque a gente não está numa profissão; a gente está numa doação, numa missão – em parte, ela é profissão, mas, em parte, 90%, é coração. Todos nós somos missionários, todos nós sonhamos com uma causa, estamos aqui por amor ao nosso chamado.

Quero cumprimentar alguns amigos – o Pastor Egmar e outros que aqui estão – e dizer, queridos, que, num momento como este, nós estamos provavelmente lutando a maior batalha espiritual do nosso século e do século passado. Nós não tivemos nenhum momento até hoje, desde o Avivamento da Rua Azusa, no qual nasceu a Assembleia de Deus e muitas das nossas igrejas que foram filhas, netas, bisnetas daquele mover de Deus, até hoje nós não tivemos um momento tão acirrado de guerra, batalha espiritual como o que estamos vivendo.

Hoje, o número dos evangélicos é gigante, eu vi a estatística que a Pastora Cynthia trouxe – 31%, segundo os dados do IBGE –, mas eu pessoalmente discordo veementemente, Senador Zequinha, e quero deixar registrado aqui que eu tentei três vezes oficialmente, por órgãos oficiais, conseguir este índice de evangélicos da última pesquisa de 2022, cujo Presidente era Bolsonaro. Até hoje nós não temos esse índice, não saiu, não existe nada oficial, eles estão sobrestando esses números, não sabemos por que motivo – quer dizer, sabemos –, provavelmente a igreja é mais de 37%, talvez até 40%, e, por causa disso, não é bom que esse número venha à tona. Provavelmente a frente, Senador Zequinha, poderia fazer um gesto de convocar o Presidente do IBGE para que ele pudesse explicar por que é que esse número ainda não está disponível ao público. Nós tivemos um número de 150 mil igrejas e congregações, contra 70, 80 mil bares. E o dia em que eu vi isso, esse índice, eu quero dizer que eu chorei, porque a minha vida inteira, desde que eu me converti, na minha adolescência, eu jejuei e orei para um dia em que o Brasil tivesse mais igrejas que bares e boates, e esse dia chegou. (*Palmas.*)

Graças a Deus esse dia chegou – e chegou oficialmente, e chegou oficialmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – O senhor me permite um parêntese?

O SR. ROBSON RODOVALHO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Não é regimental interromper o discurso.

O SR. ROBSON RODOVALHO – Não, pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – O senhor conhece um pouco do Estado do Pará, não é?

O SR. ROBSON RODOVALHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Graças a Deus, tem uma igreja uma abençoada. Tem município no Pará em que nós somos mais da metade da população. O IBGE me traz um resultado dizendo que nós somos apenas 26,7% da população. Isso me deixou também... Queria aqui me solidarizar com o seu sentimento.

O SR. ROBSON RODOVALHO – Muito obrigado.

Eu acho que precisaríamos fazer algum movimento em direção ao IBGE e ao atual Presidente – embora isso não seja responsabilidade dele, porque o formulário foi feito no Governo do Presidente Bolsonaro, as pesquisas foram em campo naquela época, e eu falei com o Presidente Bolsonaro pelo menos umas três vezes sobre o cuidado –, porque esse índice é muito importante, esse índice estabelece todas as políticas públicas em que qualquer um dos ministérios – da Economia, da administração, da Cidadania, Ministério da Saúde – se baseia, verbas, inclusive, para convênios com entidades que nós não sabemos por que, qual a necessidade disso, qual é o público que isso representa.

Enfim, eu acho que essa é uma batalha que a gente tem que tratar no âmbito da academia. Nós não queremos discutir religião. Nós queremos discutir integridade de órgãos governamentais. Nós queremos discutir política íntegra e imparcial num país que se diz laico, sem preconceito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que aparentemente parece é que do outro lado não pode ter preconceito, não é? É proibido, é crime... Mas, contra os evangélicos, pode tudo: pode sobrestar números, pode fazer piada, pode fazer preconceito. Nós vencemos e estamos quebrando esse estigma contra o Evangelho no Brasil e vamos quebrar.

Porque no ano de 2031... E agora eu quero falar um pouquinho até mais como matemático e físico que sou, e eu participei desse projeto. Já está estabelecido que em 2031, provavelmente entre os meses de julho e agosto, a curva de crescimento, se continuar como está, definitivamente... Isso é apenas estatística, não tem nada de torcida nem de fé. Em 2031, de junho a agosto, a Igreja Evangélica será mais de 50%, 50,3%, 50,5%, 50,8%. Então, tem dia e hora para isso acontecer.

E nós precisamos avançar não só com um número, não adianta a gente avançar em números, em estatísticas, pelo trabalho missionário de cada um dos pastores, dos amigos, dos irmãos que aqui estão. E essa igreja é valente, entra em morros, sobe morro, entra nas favelas, vai para as prisões, vai para os hospitais. A igreja não tem limite. Ela não precisa de verba pública; ela precisa só de uma coisa: da graça de Deus e do poder do Espírito Santo.

Então, eu quero deixar os parabéns pela sua excelente iniciativa. Por isso eu estou aqui e fiz um esforço de agenda, como muitos dos nossos irmãos que aqui estão. E quero dizer que a gente precisa ter momentos como este, para que a gente possa pensar o Evangelho.

Outra coisa: pastores, amigos e irmãos de ministérios, não basta apenas nós termos o poder da fé e o poder da palavra em nossos templos. Nós temos que cuidar, Senador, também da educação cristã. Porque, se nós falamos na alma dos jovens, das crianças, do nosso povo, mas quem faz a cabeça deles é um professor da escola, da universidade esquerdista ou ateu, será que nós vamos ganhar essa guerra? Os meninos de 14 a 18 anos saem da igreja... Porque aí: "pai, você não manda mais em mim; pai, eu é que sei o que eu quero para mim; o meu professor falou que isso não é...".

Eu, depois que saí da política, me entreguei no ministério, num chamado muito árduo, que é fazer uma participação na chamada *Bíblia Científica*, que é apenas trabalhar alguns pequenos ajustes nas linguagens das bíblias mais modernas e nas traduções, porque ficou algum *gap* do ponto de vista da ciência, e isso me preocupou demais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gênesis: tarde e manhã, o primeiro dia; tarde e manhã, o segundo dia; tarde e manhã, o terceiro dia; mas o sol só aparece no quarto dia. Sem sol, você não pode falar que teve tarde e não pode falar que teve manhã. Isso descredibiliza cientificamente o Livro de Gênesis. É uma preocupação, simples, é apenas um problema de tradução...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBSON RODOVALHO – Já encerro.

A melhor palavra ali é "houve desordem" e "houve ordem", porque a palavra é idêntica. Podia colocar tanto "tarde" quanto "desordem", tanto "ordem" quanto "manhã".

Enfim, eu acho que nós temos que pensar não com a nossa cabeça apenas. Vamos pensar no Evangelho para os meninos que têm 14 anos, 12 anos, 16 anos, 20 anos, que nasceram na Igreja e muitos estão saindo, vamos criar uma Igreja que tenha inteligência para liderar nossa geração. Nós não podemos nos dar por satisfeitos de termos números; nós podemos nos dar por satisfeitos para que tenhamos conhecimento, sabedoria e profissionais competentes para liderar nossa geração.

Eu quero parabenizar as pastoras e dizer que ponha meu nome, Cynthia, no abaixo-assinado. Assino com você e com a Damares. A Damares passou aqui para pedir minha assinatura. (*Palmas.*)

Eu falei: "Damares, minha mulher é pastora desde que eu fui. Nós fomos ordenados junto, as comunidades, não era nem Sara, estavam juntas nesse projeto de marido e mulher." Eu sei que nem todas as denominações têm esse costume e eu respeito profundamente, mas é uma benção ter uma mulher que enxerga junto com a gente, porque, às vezes, a mulher enxerga até mais que o marido.

Senador, obrigado. Obrigado pela palavra. Desculpe passar alguns minutos. Deus abençoe. Deus abençoe todos e parabéns aos pastores. Levantem as mãos todos os pastores.

Senhor, nós abençoamos nossos irmãos, nós abençoamos todos que gemem no altar, que trabalham levando a Sua palavra em nome de Jesus. Amém.

Obrigado, meu Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Amém. Muito obrigado, Bispo Rodovalho. Obrigado mesmo por ter se esforçado tanto para chegar até aqui e estar conosco nesse momento. Deus o abençoe e recompense em tudo.

Vamos avançar ouvindo agora nosso último expositor, Pastor Lourival Dias Neto, Assembleia de Deus Madureira de Sobradinho.

O SR. LOURIVAL DIAS NETO (Para expor.) – Eu quero cumprimentar aqui o Senador Zequinha Marinho, Presidente desta Comissão. Cumprimento aqui todos os pastores e pastoras: as pastoras, na pessoa da Pastora Cynthia, que fez uso aqui da palavra; cumprimento aqui todos os pastores na pessoa do Pastor João Adair, Presidente da nossa Catedral Baleia.

E quero dizer da minha alegria de ser voz aqui nesta tarde do nosso colegiado de bispo: Bispo Primaz Manoel Ferreira; Bispo Samuel, nosso Presidente Executivo; Bispo Abner Ferreira, da nossa Igreja Mãe; e o Bispo Oídes José do Carmo.

Meus queridos irmãos, aqui está uma verdadeira Igreja. A criação de uma data específica para celebrar o Dia Nacional do Pastor se respalda num lastro muito grande de razões. Senão, vejamos: em 2010, segundo o IBGE, nós éramos 190 milhões de habitantes, uma população evangélica de 42 milhões de pessoas, ou seja, 22,16% da população, isso em 2010. Já em relação ao censo de 2022, os dados ainda estão em fase de apuração e análise, mas é perfeitamente plausível, com todas as ressalvas, afirmar que somos hoje no mínimo 30% da população. O Bispo Rodovalho projeta aí que nós estamos próximos dos 40%.

Considerando a população já divulgada do censo de 2022, 203 milhões de habitantes, seríamos hoje nada menos do que 61 milhões de evangélicos, em um cálculo bastante conservador. Ainda segundo o IBGE, há 5.570 municípios no Brasil e não há um município sequer da nossa nação em que não tenha pelo menos uma igreja, um templo. Logo, há pastores em todo o território nacional. A julgar pelo número de evangélicos no Brasil, é incalculável o número de pastores atuando não apenas nas grandes cidades mas em todos os rincões da nossa nação.

O ofício pastoral tem raízes milenares. Ele remonta às primeiras comunidades religiosas, especialmente no contexto do judaísmo e do cristianismo primitivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No judaísmo, os líderes religiosos, como os sacerdotes e rabinos, desempenhavam funções pastorais, orientando a comunidade tanto em questões espirituais quanto em questões práticas. Esse ofício ganha expressão máxima na pessoa de Jesus Cristo, o Pastor dos Pastores, que falou de si mesmo: "Eu sou o bom pastor".

Ao longo do tempo, o ofício pastoral sofreu o impacto das mudanças culturais e contextuais, mas preservando a sua essência quanto ao cuidado, orientação e ensino espiritual, que constituem os eixos da ação pastoral.

Se fôssemos substituir a palavra "pastor" por outra expressão, com certeza, a palavra que melhor caberia seria "cuidador", porque pastor é cuidador por excelência. Mais do que um título, pastor é uma vocação, é um ofício designado por Deus como extensão do cuidado do próprio Deus com a sua criação. No cumprimento da sua árdua chamada, o pastor leva até as últimas consequências o desejo de servir a Deus e ao próximo. Servimos a Deus servindo ao próximo.

Uma análise detida e cuidadosa nos fará entender que o mandato pastoral extrapola em muito a ideia do tempo, ou seja, a ação pastoral acontece todos os dias, todas as horas, nos mais diversos espaços e nas mais variadas situações. Quem não se lembra da pandemia? Foram tempos de aflição social em que os pastores se desdobraram para levar alento e conforto às famílias brasileiras.

Vale lembrar que, no inconsciente coletivo, há uma ideia estereotipada de que pastor está dentro da igreja. Não, pastor anda, pastor escuta, pastor dialoga, pastor ora, pastor chora, pastor se cansa, pastor se alegra, pastor se envolve. Ser pastor é fazer parte do cotidiano das pessoas. O pastor é um ser anunciador das boas novas do Evangelho, que tem em si o poder de transformar vidas.

Os nossos templos estão repletos de gente de todas as classes sociais que encontraram cura para a alma, sentido para a vida. A gratificação do ofício pastoral está em ver as pessoas se erguendo na vida. O pastor, acima de tudo, é um profeta, que, em suas palavras, anuncia tempos de esperanças. Ele não é um indivíduo pessimista, anunciador do caos, ele é o homem da esperança e o homem da fé. É um sonhador. Ele acredita que o amor e a justiça podem andar de mãos dadas. O pastor, acima de tudo, é um ser que se faz presente nos momentos de crises

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e de dificuldades por que as pessoas passam. Nesse sentido, ele é um conselheiro por excelência, que dá suporte e apoio espiritual, apoio emocional e psicológico aos membros da igreja.

Quantos pastores, no desejo obsessivo de potencializar a sua ação pastoral, buscam formações complementares, como forma de atender melhor a sua comunidade? Os gabinetes pastorais são frequentados por gente machucada pela própria vida, que busca no pastor uma escuta empática, uma escuta qualificada e sabe que o pastor dedicará os melhores esforços para ajudá-la a encontrar uma resposta para a vida.

Nas recentes catástrofes que abalaram o Estado do Rio Grande do Sul, houve uma cruzada muito grande de pastores daquele estado. Nós chegamos a enviar pastor ao Rio Grande do Sul para poder ajudar, junto com as comunidades locais, a fazer um trabalho voluntário, um trabalho de assistência às famílias desabrigadas.

O pastor, muitas vezes, vai aonde o Estado não consegue ir. Ele sobe os morros, ele vai aos lugares mais terríveis, onde estão aqueles que o Estado às vezes deixou de lado. O pastor acredita: o pastor acredita que o traficante pode mudar; o pastor acredita que a pobreza pode ser transformada em riqueza. O pastor, na verdade, é um grande sonhador. Eu sou um desses sonhadores.

Ser pastor é ser um visitador por natureza, visitar membros doentes, nos hospitais ou nas suas casas, oferecer apoio e conforto às famílias enlutadas. Na sua atuação, o pastor também é um agente que trabalha por justiça social, desenvolvendo projetos na área educacional. O pastor, mais do que ninguém, se preocupa com a juventude brasileira, trabalhando na prevenção das drogas.

Concluindo a minha palavra, eu diria que é plausível afirmar que nenhum outro labor exige tanto do ser humano como a atividade pastoral. Não é sem razão que muitos pastores enfrentam cansaço, estresse, muitos enfrentam a síndrome de *burnout*, exatamente por conta de uma atividade extenuante. Por isso mesmo, ser pastor é um sacerdócio. Do nascimento à morte, o pastor se faz presente, acompanhando o rebanho, desde a apresentação de uma criança no altar até uma cerimônia fúnebre, lá está o pastor. Ou seja, ele cobre o ciclo da vida das pessoas, oferecendo orientação, amparo e conforto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ter uma data dedicada, Sr. Presidente, Senador Zequinha Marinho, a celebrar o Dia Nacional do Pastor é um reconhecimento público do trabalho de um pastor, muitas vezes silencioso. Assim como outras profissões têm seus dias de celebração, os pastores fazem jus a um dia específico para o seu dia. Um dia para dar visibilidade ao trabalho de milhares de pastores anônimos, que trabalham dia e noite a serviço da vida.

Concluo aqui a minha palavra com uma breve exposição, advogando aqui a iniciativa do nobre Deputado João Campos – que gostaria de estar aqui, falei com ele ao telefone antes de essa audiência se iniciar –, que propôs o PL 4.029/2021, que certamente está ancorada num profundo senso de justiça e de reconhecimento pelo trabalho do pastor na nossa nação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LOURIVAL DIAS NETO – Ao celebrarmos o Dia do Pastor, estaremos promovendo uma cultura de gratidão por aqueles que muito têm feito pelo bem-estar pessoal e coletivo de toda a nossa nação.

Obrigado, Senador Zequinha, que tão bem tem conduzido esse tema tão importante e tão caro para todos nós. Deus o abençoe. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Pastor Lourival. Bela exposição, muito obrigado. Bela exposição.

O SR. LOURIVAL DIAS NETO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Eu queria registrar a presença do Deputado Pastor Eli Borges, Presidente da frente parlamentar na Câmara Federal, e abrir a palavra para que V. Exa. pudesse se manifestar.

O SR. ELI BORGES (PL - TO. Para expor.) – Meu querido Senador Zequinha, nas batalhas da nossa peregrinação neste Parlamento, eu tive o cuidado de estar aqui, mesmo atrasado, primeiro, para parabenizá-lo pela iniciativa desta convergência; segundo, também para dar um pitaco da minha participação nesse projeto, que acredito que o senhor está conduzindo aqui, uma vez que fui o Relator desse projeto na Câmara Federal, do nosso querido Deputado João Campos; e terceiro para dizer que a figura do pastor na rotina do ser humano é imprescindível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às vezes, digo que nós temos pelo menos sete professores no mundo. O primeiro é o pai e a mãe. O segundo é um pastor, ou, dependendo da opção, um outro líder religioso, mas a igreja, onde a figura do pastor é imprescindível na orientação. Em terceiro lugar, naturalmente, nós temos a escola, que nos ensina muito. Em quarto lugar, nós temos o mais cruel dos professores, mas talvez um dos que muito ensina, quando as pessoas não se rendem aos três primeiros, que é o mundo lá fora – aí, com a decisão e a escolha, lições virão, positivas ou negativas. Em quinto lugar, naturalmente, nós temos a figura do cônjuge, a esposa, o esposo; a gente acaba se moldando mais ainda. Em sexto lugar, naturalmente, vêm os filhos, que mexem muito com a gente. Eu ainda não estou na fase dos netos, mas disseram que o sétimo professor são os netos.

Mas, voltando aqui, à figura do pastor. Eu nasci em lar cristão, tenho 63 anos e conheço V. Exa. – éramos jovens pregando ali naquela região de Guaraí, Colmeia, Conceição do Araguaia –, que também é muito fiel a Deus. A figura do pastor presente em todas as convergências da igreja é um diferencial muito grande, primeiro, porque o pastor gera segurança – quando nós estudamos a figura da ovelha e do pastor que conduz a ovelha, o pastor promove a segurança dessa ovelha –; em segundo lugar, porque o pastor faz uma intermediação importante na questão do nosso relacionamento com Deus; e em terceiro lugar, o pastor também é esta figura que faz uma doação exemplar. Por isso que a Bíblia diz: "Eu vos darei pastores segundo meu coração", porque Deus, na sua essência e na sua grandeza, consegue penetrar na divisão da alma e do espírito e sabe quem deve cumprir esta missão.

E aqui vou terminando, Presidente, até fazendo... Eu não sei, eu não chamar isso de desabafo, mas de um desejo que eu não cumpri. Quando pregávamos ali naquela região, eu queria ir para Pindamonhangaba virar...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Era um sonho.

O SR. ELI BORGES (PL - TO) – Era um sonho, não é? Pindamonhangaba.

Eu acabei não indo e entrei no Banco do Brasil, como V. Exa. entrou no Basa. E eu me envolvi numa certa itinerância, andei pregando muito, etc., mas nunca pude efetivamente pastorear, a não ser líder de jovens por quase dez anos. Mas ali eu percebi como é importante a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

figura do zelo espiritual que um pastor dá para uma ovelha, ou que um líder, mesmo não sendo pastor, mas que, de alguma forma, na mesma função, faz quando se doa para ajudar alguém.

Eu me lembro – e aqui termino com isto – de uma senhora em crise, em Goiânia, já tem muitos anos, e ela olhou para mim e disse: "Eu já sei o que você vai dizer, mas para mim não tem mais jeito". E eu disse: "Tem! Eu queria te chamar para você virar a sua atenção para a cruz de um Jesus que morreu". Ela disse: "Não adianta mais. Eu já estive envolvida nesse sentimento pastoral seu". Eu disse: "Espere, dê um tempo aí na sua alma, alguns segundos para o Espírito de Deus trabalhar". E, de repente, eu notei que o rosto dela se transformou, e ela disse: "Interessante, eu estou sentindo que ainda tem jeito para mim". É uma história que se repete aos milhares e aos milhões no Brasil.

E aqui termino com... Aqui tem batistas ou outros pastores, mas, quando o nosso Daniel Berg foi convidado a adentrar as matas do Pará, ele foi porque uma irmã queria cantar um hino para ele, um hino que um anjo tinha cantado para ela – é uma história muito linda. Então, ele chegou lá, ele sabia, mas ela não sabia que aquele hino era cantado no mundo todo. E o hino era esse. Ela estava doente, sentia dores nas pernas, e ela disse: "Eu vou cantar para o senhor, missionário, um hino que um anjo cantou para mim". E ele disse: "Cante". Ela começou a cantar: "Mais perto quero estar, meu Deus, de ti – mais perto quero estar, meu Deus, de ti! –, inda que seja a dor que me una a ti".

Então, o pastor é essa figura, vivendo muitos momentos: o momento em que a pessoa está partindo, o momento em que se apresenta uma criança, acaba sendo uma versatilidade muito grande, mas extremamente necessária. Uma pena que nós estejamos vivendo uma tentativa de destruir os valores cristãos do torrão pátrio e também da visão pastoral, sacerdotal. Mas uma coisa eu digo aqui – eu gosto da Bíblia, já li a Bíblia oito vezes, os senhores já devem ter lido muito mais –, eu me lembro de uma expressão: " E o semeador saiu a semear. E o semeador dormiu e o inimigo semeou o joio". Infere-se, portanto, que, se o semeador não dormir, o inimigo não semeia o joio. Por essa razão e essa atenção dos líderes religiosos do Brasil e de pessoas de Deus aqui neste Parlamento, nós vamos conseguindo romper no tempo de negror espiritual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E termino, meu querido, grande, Senador Zequinha, pedindo desculpas, porque eu tenho que sair, mas pedindo aos senhores que olhem pelo Brasil. Hoje à noite estaremos votando o projeto da urgência da assistolia fetal, que não se pode praticar nem em animais. Hoje se vota na CCJ a questão da proibição do uso de drogas. E vai indo assim. Aqui é assim, o Senador Zequinha sabe: toda semana a gente tem que vencer aqui umas duas ou três guerras. Não tem uma semana que é diferente. Então, eu estou lançando um projeto de clamor nacional acerca dessas pautas nossas para que a gente possa triunfar, tipo essa que temos hoje no Ministério da Justiça, em que querem proibir o proselitismo religioso, o que para nós é essência, convidar para aceitar Jesus.

Meu querido Zequinha, que Deus o abençoe – meu querido pastor que comentou, em nome do meu querido Pastor João Adair, que sempre me recebe na Baleia, e não sei por que ele tem tanta coragem de me botar para pregar na Baleia, mas, sempre que vou lá, tem um espaço para eu pregar.

Que Deus abençoe a todos.

Muito obrigado, muito obrigado mesmo, e parabéns.

Permita-me sair um pouco antes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Gratidão, Pastor Deputado Eli Borges; obrigado mesmo.

Estamos caminhando para o encerramento da nossa reunião, mas eu gostaria de facultar a palavra.

Cadê o Egmar? O Pastor Egmar já saiu? (*Pausa.*)

Saiu, não é?

Pastor João Adair, o senhor pode ligar o microfone aí mesmo se quiser se manifestar.

O SR. JOÃO ADAIR FERREIRA (*Fora do microfone.*) – Deixa eu transferir para o Pastor Harbety.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Pode ser?

O SR. JOÃO ADAIR FERREIRA (*Fora do microfone*.) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Então, pronto.

A juventude está aqui. Tomem, pela fé, aí, a bênção.

Pastor Harbety.

O SR. HARBETY CARVALHO JÚNIOR (Para expor.) – Amém.

Eu quero cumprimentar todos aqui com um boa-tarde na paz do Senhor Jesus, e, em especial, o Senador Zequinha Marinha, Presidente desta Comissão e desta sessão tão importante.

Estou aqui falando como um jovem pastor que também é representado aqui. E estou debaixo da bênção dos nossos colégios de bispos do Ministério de Madureira, em especial, do meu líder direto, que é o Pastor João Adair Ferreira, que tenho o privilégio de ladear. Ele, como um legítimo pastor, se abstém da sua glória pessoal, investe em novos discípulos e, ao invés de ser honrado numa tribuna como esta, prefere preparar a próxima geração.

O Dia do Pastor deve a sua importância a pastores legítimos, verdadeiros, como o meu pastor, João Adair, a quem agradeço pela honra desta participação e também aos nossos demais pastores do campo da Catedral Baleia, representados aqui pelo Pastor Heder Pains e pelo Pastor Davi Terto.

Eu queria apenas, nesses minutos que me foram confiados pelo Pastor João Adair e pelo Senador Zequinha, dizer que a justificativa desse projeto de lei é realmente muito importante, está em conformidade com a Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para a instituição de datas comemorativas. Visto que, na participação *online*, buscaram saber da relevância do Dia do Pastor, nós vemos então que há legítima base legal e constitucional para essa data de suma importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse sentido, a gente afirma aqui a alta significação dos pastores para a sociedade brasileira, já que a população que se declara evangélica, como todos já disseram aqui, deve ultrapassar, pela primeira vez, o total de católicos no país a partir de 2032.

Nós queremos ressaltar também que os pastores, também chamados de presbíteros, foram instituídos para substituírem os apóstolos com o intuito de cuidarem do rebanho como subpastores do Supremo Pastor, Cristo Jesus, até a sua volta. Inclusive, o próprio Apóstolo Pedro se intitula como pastor e, em sua primeira carta, dirigida aos cristãos perseguidos, confirma isso ao dizer:

> Rogo, pois, aos presbíteros que há entre vós, eu, presbítero como eles, e testemunha dos sofrimentos de Cristo, e ainda coparticipante da glória que há de ser revelada: pastoreai o rebanho de Deus que há entre vós, não por constrangimento, mas espontaneamente, como Deus quer; nem por sórdida ganância, mas de boa vontade; nem como dominadores dos que vos foram confiados, antes, tornando-vos modelos do rebanho. Ora, logo que o Supremo Pastor se manifestar, recebereis a imarcescível coroa da glória.

Então, nós percebemos a importância e a singeleza do ministério pastoral, que deve ser exercido de boa vontade, destacando-se seu aspecto voluntário. Inclusive, Jesus, o Supremo Pastor, nos diz a principal característica do pastorado ao descrever a si mesmo como aquele bom pastor que dá a sua vida por suas ovelhas.

O papel do pastor, então, é o papel daquele que, como o Pastor Lourival nos disse, é um papel de cuidador; é aquele que conhece, cuida, caminha ao lado das ovelhas; aquele que se dedica à oração e ao ensino da palavra e que é chamado para alimentar o rebanho. O papel do pastor, além do mais, é *sui generis*, é singular, não é um papel administrativo apenas, não é terapêutico apenas, não é midiático, muito menos mercadológico. O pastor é o teólogo público de um povo específico, a Igreja do Senhor. Nesse sentido, o pastor também se revela como agente importante na sociedade brasileira.

Para aqueles que ainda duvidam da relevância legal do Dia do Pastor, é importante que nós destaquemos o pastor enquanto instrumento de aplicabilidade, inclusive da Constituição, por exemplo, no trabalho desenvolvido por pastores no sistema prisional. Além de estar prevista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na lei de execução penal, estudos apontam que a experiência religiosa nas prisões colabora para o reequilíbrio das personalidades desajustadas, auxiliando na recuperação de vícios e depressões. Ademais, a pesquisa sobre assistência religiosa em prisões do Rio de Janeiro, que é um estudo a partir da perspectiva de servidores públicos, presos e agentes religiosos, realizado pelo Iser, revelou que em 100 instituições com assistência espiritual aprovada pela Secretaria de Administração Penitenciária, 81 são igrejas evangélicas, 47 de denominação pentecostal, 20 de missão e 14 de outras origens.

Ressalta-se, então, mais uma vez, a importância do pastor para a sociedade brasileira, ao cumprir seu papel como líder religioso, visto que, conforme afirma, inclusive, o Bispo Rodovalho, em um de seus livros, o físico e o Pastor Rodovalho diz que a ciência só pode responder às perguntas pontuais como o quê, quando e como. E, por mais investigativa que seja a ciência, ela não consegue a chegar ao porquê da existência nesse mundo. Os pastores, portanto, são agentes de transformação social, levando as pessoas ao seu propósito de vida.

E, para encerrar, quero apenas falar um pouco sobre o segundo domingo de junho. Há um registro histórico sobre essa data, que está na edição de *O Jornal Batista*, em 14 de junho de 1981. E, nessa versão da revista e de *O Jornal Batista*, mostra-se, sobre o dia 5 de maio de 1955, em que foi publicado um artigo falando sobre o Dia do Pastor. O pedido que se fazia era de uma oferta especial para a caixa de socorros, para ajudar os pastores com sua aposentadoria pequena. E há outros que nem aposentadoria tinham na junta de beneficência. Constatando, então, a ineficácia do trabalho, sugeriram que se mudasse o nome Dia da Junta de Beneficência para Dia do Pastor, visto que tudo girava em torno dos chamados para a obra do ministério da palavra de Deus. E como o mês de maio era dedicado às mães, sugeriram, então, que se transferisse o Dia do Pastor para o segundo domingo de junho, e este, então, seria o mês do pastor.

Percebe-se, então, que a própria data alusiva ao Dia do Pastor destaca o espírito altruísta do mesmo e visa honrar aqueles que dão a vida por suas ovelhas, a despeito de muitos não receberem ainda uma digna aposentadoria, posto que são voluntários. (*Palmas.*)

Então, eu gostaria apenas, para encerrar, de fato, de dizer que nós devemos nos lembrar da orientação ao escritor aos hebreus, no Capítulo 13, versículo 7, que diz: "Lembrai-vos dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vossos pastores, que vos falaram a palavra de Deus, a fé dos quais imitai, atentando para a sua maneira de viver".

Então, a despeito de algumas datas alusivas a esse dia serem instituídas por cada denominação, ressalta-se a importância de um dia nacional unificado, que deu respeito e honra aos pastores. Como o apóstolo Paulo afirma: "Esta é uma palavra fiel: se alguém deseja [...] [ser pastor], excelente obra deseja". Obra tão excelente que pastores estão dispostos a darem sua vida para completá-la com o seu ministério.

Que o segundo domingo de junho, então, sirva para motivar os vocacionados à excelente tarefa do pastoreio, e que o pastor nunca se esqueça de seu modelo, Jesus Cristo, de modo que seja sempre sintonizado com as necessidades do mundo, movido por compaixão e comprometido em manifestar o amor de Cristo.

Como diz Charles Bridges, se tivesse mil vidas, de boa vontade as gastarias no trabalho pastoral; e, tivera eu igualmente tantos filhos, de boa vontade os dedicaria a Ele.

Que o Senhor Jesus abençoe a todos, que os Pastores sejam devidamente honrados e que, sobretudo, não sejamos apenas ouvintes da lei, mas sejamos praticantes da mesma. De modo que, se a legislação for instituída e os pastores não se derem o devido respeito de imitar o Supremo Pastor que é Cristo, a nossa relevância não será efetiva para a sociedade que carece da pregação do Evangelho liderada por nós.

Muito obrigado.

Que Deus abençoe a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Valeu. Parabéns!

Muito bem, Pastor João Adair, o senhor escolheu um bom rapaz. Muito bom. Não esqueçam que os pais desse rapaz são lá da terrinha do açaí, o Pará, viu?

Queridos, eu quero devolver a palavra ao Pastor Gibson, porque, em nome da SBB, ele gostaria de fazer algumas homenagens aqui rapidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GIBSON SANTOS (Para expor.) – Querido Senador, mais uma vez eu agradeço aqui, em nome da Sociedade Bíblica do Brasil, esta oportunidade que o senhor nos concede.

Eu quero reiterar aqui o seu trabalho, o seu papel enquanto apoiador da causa da Bíblia. Já tomei conhecimento, inclusive, de que o senhor já recebeu uma certificação lá com o nosso querido Pastor e amigo Adriano Casanova, em Belém, numa bela festividade, honrando também o aniversário da Sociedade Bíblica do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Maravilha, exatamente!

O SR. GIBSON SANTOS – Juntamente no Brasil, em várias Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, a Sociedade Bíblica do Brasil realiza o seu aniversário. Neste ano, estamos celebrando 76 anos de fundação da instituição, mas nós sempre celebramos com a presença dos pastores e pastoras. Então, com a sua autorização, eu gostaria de celebrar aqui também, inclusive trazendo um certificado em reconhecimento ao seu trabalho. Eu tenho outros nomes aqui que eu quero também mencionar.

Com a sua autorização, eu gostaria de convidar os Pastores Elias Castilho e Bruno Silva, que são membros da SBB, para me auxiliar aqui neste momento honroso, por favor. (*Palmas.*)

Tenho aqui em mãos o certificado emitido pelo nosso Diretor-Executivo, Dr. Erní Seibert. O certificado diz o seguinte, para que todos tomem conhecimento: "A Sociedade Bíblica do Brasil e as igrejas cristãs expressam sua eterna gratidão ao Senador Zequinha Marinho pelos incansáveis anos de apoio à causa da Bíblia. A semeadura da palavra de Deus transformou e continuará transformando muitas vidas. Brasília, Distrito Federal, 12 de junho de 2024".

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. GIBSON SANTOS – Pastor Elias, por favor. (*Palmas.*)

Muito bem.

Senador, parabéns! Deus abençoe o seu mandato.

Muito bem. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos também, Senador, certificado e endereçado ao nosso querido Pastor João Adair Ferreira, nosso Presidente da Catedral Baleia. (*Palmas.*)

Pastor Elias, por favor.

E com toda a honra devida também!

Vamos às fotos? (*Pausa.*)

Muito bem.

Parabéns, Pastor João Adair! O senhor tem o carinho da Sociedade Bíblica do Brasil também. Muito obrigado por ser acolhedor.

E também a Pastora Cynthia Soares Pereira, representando aqui as pastoras evangélicas do Brasil, recebe o seu certificado. (*Palmas.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. GIBSON SANTOS – Muito bem. Parabéns, Pastora!

E, não só porque eu sou uma ovelha obediente, mas em reconhecimento ao meu pastor, a Sociedade Bíblica do Brasil também concede o certificado de reconhecimento ao Pastor Lourival Dias Neto. Muito bem! (*Palmas.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. GIBSON SANTOS – E aqui também temos, em representação a todos os demais pastores que estão aqui... E eu peço que gentilmente vocês se sintam contemplados também, porque vocês formam a Sociedade Bíblica do Brasil. Eu quero prestigiar o Pastor Elias Castilho, nosso Presidente de Diretório, em nome de todos os pastores presentes, com o certificado também. (*Palmas.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. GIBSON SANTOS – Senador, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Pastor Gibson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de, neste momento aqui também de homenagens, registrar... Congresso Nacional, Senado Federal, certificado de voto de aplausos, por requerimento de nossa autoria: foi inserido em ata da sessão deliberativa do Senado Federal de ontem. Foi voto de aplausos à Sociedade Bíblica do Brasil, que completou 76 anos em 10 de junho de 2024 e se mantém firme em seu objetivo de promover a difusão da Bíblia e a sua mensagem como instrumento de transformação e desenvolvimento integral do ser humano. A Bíblia Sagrada é um verdadeiro manual para a vida, que promove desenvolvimento espiritual, cultural e social de todos.

Então, eu quero aqui, em nome do Senado Federal, homenagear essa casa que para nós... Não é, Pastores? Se não fosse a SBB... Não é verdade?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – É, foi uma semente de Deus que prosperou e que hoje abençoa não só o Brasil... Quantos países ainda lá fora?

O SR. GIBSON SANTOS (*Fora do microfone.*) – São 149 países...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – São 149 ou 148, pois um é o nosso. Ao redor do mundo, a SBB tem estendido as suas mãos e não só feito a impressão da palavra, mas também distribuído, incentivado e levado a mensagem do Evangelho, que é poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê.

Queira receber aqui – e transmita aos nossos diretores nacionais – a nossa homenagem e os aplausos do Senado Federal concedidos na data de ontem. (*Palmas.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Meus queridos, deixem-me voltar aqui às formalidades. (*Pausa.*)

Eu quero aqui agradecer a presença dos nossos expositores que aqui vieram, alguns já tiveram que ir embora, mas nossa gratidão eterna a cada um e a todos pelo trabalho, pela consideração de estar neste momento aqui para que a gente possa instruir o projeto de lei a fim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de que ele se torne uma realidade. Ele está na Comissão de Educação, em que sou Relator, e, por último, certamente passará pela CCJ.

Aquelas considerações da Senadora Damares nós vamos discutir de que forma se fazem. Eu acho que cada denominação, pela sua história, pela história dos seus pastores... Não tem nenhum problema, nenhuma contradição ou não gerará nenhuma confusão comemorar, no nível daquela denominação, o dia do seu pastor. Eu acho que tem que continuar honrando, mas o Dia Nacional do Pastor será um, e aí todos os pastores de todas as denominações certamente nos uniremos para celebrar, agradecer a Deus e fazer a reflexão do papel do pastor e do papel da Igreja na sociedade.

Só quero lembrar um fato, e nós temos bons professores aqui, não é? Nós temos um problema. Vamos ter que... Como disse o Deputado Eli Borges, tem dia em que você tem que matar um leão de manhã e outro de tarde. O Governo está trazendo aqui, para esta Casa, um projeto de lei que será o Plano Nacional de Educação para os próximos dez anos. De dez em dez anos, se aprova um plano de educação para o país. E foram feitas conferências estaduais. Dizem também que foi feita conferência municipal, mas eu não encontrei nenhuma. Mas tudo bem. Então, foram feitas conferências municipais, foram feitas conferências estaduais de educação e aqui, no dia 28 de janeiro – 28, 29 –, foi feita a Conferência Nacional. Nós não fomos lá, mas coletamos todas as informações possíveis a respeito do evento. E ficamos assim, assustados, com relação ao que ocorreu lá. Isso é muito desafiador para a Igreja – muito desafiador –, porque tem coisa que desafia o Governo, desafia um determinado segmento, mas essas coisas que impactam a sociedade... Como nós somos a Igreja, o sal da terra, a luz do mundo e tal, todo esse contexto que Cristo colocou... Preste atenção, nessa conferência não se tratou de educação, mas de militância política de alguns segmentos. Por exemplo, quem protagonizou uns dois ou três movimentos lá? Primeiro, o Movimento Sem Terra (MST). Claro que o MST tem pai de família lá, e pai de família certamente tem todo o direito de se manifestar sobre educação, é convidado, mas o MST em si... Eu fico meio preocupado, porque eu não sei o que o MST tem para ensinar a menino, a jovem, a ninguém, pelo menos de coisa boa, útil. É muito espantoso para todos nós. Todo mundo sabe a missão do MST. Não pode ter um CNPJ porque é clandestino – não é verdade? – e comete os seus crimes em nome de um movimento. Um outro movimento muito forte lá dentro e que foi para provocação, frente a frente, dizendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da necessidade de fazer a militância política para fortalecer a sua ideia, foi o movimento LGBTQIA não sei o que lá +.

Então, a Conferência Nacional de Educação, protagonizada por entidades reconhecidamente de um comportamento que a gente tem dificuldades até para conviver... Então, esperem, daqui a uns dias, um grande debate. E aquele debate que não aconteceu nos municípios, para que a gente, o pai, a mãe, as associações, enfim, pudessem estar ali e contribuir, vai ter que acontecer aqui no Congresso Nacional, não é verdade?

Vai ter que acontecer aqui. Então, quero dizer aos amados que certamente, na hora em que... Porque primeiro passa lá pela Câmara e depois passa aqui pela Casa revisora, e aí certamente estaremos convidando os irmãos para esses debates, porque isso nos afronta – isso nos afronta. Isso afronta a Igreja, afronta o cristianismo e traz um mal-estar geral.

A minha expectativa é de que pelo menos – e aí tem uma proposta em andamento – se prorrogue o plano vigente, em vez de aprovar esse novo que está querendo chegar. Então, teremos que ter um posicionamento muito seguro, muito contundente com relação a isso, porque vocês sabem que a educação pega nosso menino com a cabecinha nova, e é muito fácil de jogar ali dentro tudo que não deve.

Claro, a esquerda tem um projeto. É a mesma coisa, por exemplo, se no lugar desse prédio aqui eu tenho um projeto completamente diferente, um prédio com arquitetura completamente diferente, o que eu tenho que fazer com esse? Demolir. Tenho que demolir esse para construir o outro. E esse é o projeto posto, quer dizer, esse modelo de sociedade que temos, em que nascemos, vivemos, que queremos preservar, é objeto de demolição por parte de um outro projeto para que se construa no lugar dele alguma coisa esquisita.

Então, nos preparemos para esse embate e, por favor, alertem as famílias da igreja, prestem atenção no que está acontecendo dentro do colégio, seja ele público ou privado. Antigamente o colégio privado tinha uma postura, mas hoje, lamentavelmente, tanto o público quanto o privado estão praticamente do mesmo jeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus queridos, gratidão a cada um e a todos. Obrigado por tirarem parte do seu tempo para vir aqui, para estar com a gente. Gratidão aos nossos expositores, e que Deus os abençoe e os recompense.

A sessão está encerrada.

(*Iniciada às 14 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e quinze minutos do dia seis de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Leila Barros, Jussara Lima, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Paulo Paim, Sérgio Petecão, Rosana Martinelli, Carlos Portinho, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Flavio Azevedo, Damares Alves e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, André Amaral, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Teresa Leitão, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4050, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a oferta do profissional de apoio escolar em instituições públicas e privadas de ensino." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação com três emendas que apresenta e pela rejeição da emenda nº 1. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1709, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para dispor sobre a aceleração de estudos para alunos com altas habilidades ou superdotação." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4662, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para conceder o direito aos idosos com setenta anos ou mais, que comprovadamente não tenham curso superior completo, o acesso ao ensino superior nas instituições federais de ensino superior, sem necessidade de processo ou concurso seletivo." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1 - CDH, com uma subemenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2992, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a validação de diplomas da educação superior expedidos irregularmente." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1912, de 2024 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Antônio Gonçalves da Silva, o Patativa do Assaré, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senadora Janaína Farias (PT/CE). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*ad*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoc), substituiu Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3605, de 2023 - Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional da Moda de Inverno ao Município de Farroupilha, no Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4987, de 2019 - Terminativo -** que: "Denomina a cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, Capital Nacional das Startups." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*ad hoc*), substituiu Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 68, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao REQ 61/2024-CE, para incluir o Secretário Executivo do Consórcio, senhor José Eduardo Pereira, como participante da audiência pública, com o objetivo de debater as possibilidades dos consórcios públicos na área da educação no contexto da cooperação federativa e do Sistema Nacional de Educação (SNE)." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 69, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o "Projeto Na Moral - Integridade, Ética e Cidadania" desenvolvido pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 70, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 61/2024 - CE seja incluído convidado." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 71, de 2024** que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a implementação da educação escolar quilombola no país." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 72, de 2024** que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 62/2024 - CE, do REQ 63/2024 - CE e do REQ 64/2024 - CE seja incluído convidado." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA) e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 73, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Camilo Santana, Ministro da Educação, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a distorção de 2,7 bilhões, apontada pela CGU, nas contas do Ministério da Educação, referentes ao ano de 2023." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 74, de 2024** que: "Requer que na audiência pública sobre educação escolar quilombola, objeto do REQ 71/2024 - CE, sejam incluídos novos convidados." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 75, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, o aditamento ao REQ 73/2024 - CE, a fim de que sejam incluídas informações sobre: 1) as tratativas acerca do processo de negociação, junto ao MDI, do anteprojeto de lei de reestruturação das carreiras do INEP e FNDE, visando ao fortalecimento dessas suas importantes autarquias federais da educação brasileira; 2) o processo de construção e elaboração da proposta, recentemente encaminhada ao Congresso Nacional, do novo Plano Nacional de Educação (PNE); 3) perspectivas e desafios de implantação das regras do novo ensino médio para o ano que vem (2025); e 4) custeio e financiamento das universidades federais, mediante comparativo dos recursos ao longo dos anos, porque muitos reitores afirmam que as verbas orçamentárias das instituições públicas de ensino superior vêm decrescendo significativamente nos últimos anos." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 41ª e 42ª reuniões, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 6 de agosto de 2024.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Ofício nº 068/2024, encaminhado pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que solicita apoio na aprovação do PL 5.102, de 2023, que dispõe sobre a transformação dos centros federais de educação tecnológica de Minas Gerais e do Rio de Janeiro em Universidade Tecnológica Federal de Minas Gerais e Universidade Tecnológica Federal do Rio de Janeiro;

- Ofício 147, de 2024, encaminhado pela Câmara Municipal de Tangará da Serra, Mato Grosso, que solicita celeridade na tramitação e aprovação do PL 2.531/21, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais dos quadros de pessoal técnico e administrativo da educação básica;

- Moção 112, de 2023, encaminhada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que solicita apoio ao PL 5.414, de 2016, que proíbe o incentivo do desenvolvimento e veiculação de programas de ensino à distância em curso da área da saúde;

- Ofício 662, de 2024, encaminhado pela Câmara Municipal da Estância Turística de Guaratinguetá, São Paulo, que requer apoio ao PL 2.894, de 2024, de autoria da Senadora Mara Gabrilli, que inscreve o nome de Francisco de Paula Rodrigues Alves no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que os itens da pauta que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos exigem quórum de maioria absoluta para a sua aprovação e serão votados nominalmente, em bloco, com a abertura do painel eletrônico. E, se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os demais itens que exigem votação nominal.

Passamos ao item 1 da pauta.

Quero destacar a presença do caro Senador Flavio Azevedo – que bom tê-lo aqui na Comissão. É uma honra, uma alegria.

Senador Veneziano Vital do Rêgo, Senadora Damares Alves, sempre bem-vindos...

Nosso Vice-Presidente do Senado, Senador Veneziano, que, aliás, fez aniversário noutro dia, sempre muita saúde, muita paz, tudo de bom para V. Exa.

V. Exa. havia solicitado a palavra, não?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Se o senhor me permitir, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... eu quero, evidentemente, saudá-lo e, saudando-o, saudar a todo o nosso Colegiado, nas pessoas da nossa querida Senadora Damares, do nosso conterrâneo nordestino, Senador Flavio Azevedo, cumprimentar o nosso corpo consultivo, que nos secretaria de forma tão distinguida, a todos os presentes e, evidentemente, a todos os brasileiros que nos acompanham.

Presidente, eu peço desculpas a V. Exa. porque o pedido que eu vou lhe dirigir – e evidentemente também a S. Exa. a Senadora Damares – foge daquilo que é regimental, porque, afinal de contas, essa deliberação estava prevista pós pedido de vista, portanto já estaríamos ou já estamos com a necessidade de deliberá-la, aprová-la ou não. Mas eu encareci a V. Exa. – e evidentemente se a Senadora Damares não se sentir prejudicada pela condição de Relatora que é – que nós tivéssemos apenas mais uma semana a fim de que alguns pequeníssimos pontos pudessem ser dirimidos, qualificando evidentemente o texto que está proposto em balha. Se V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exa. se sentir à vontade e também a Senadora Damares, eu encareço essa atenção para que nós pudéssemos fazê-lo na semana vindoura.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. V. Exa. como Relator...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não, não; a Relatora é a Senadora Damares.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ah, não, desculpe.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – É o item 1.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ah, sim, o item 1.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – A nossa relatoria é no item 2.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, no item 2.

Eu passo a palavra obviamente à Relatora, Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Bom dia, Presidente. Estava morrendo de saudade do senhor.

Presidente, eu não me importo de a gente suspender por mais uma semana. Eu sei que o pessoal do MEC também quer conversar comigo, mas eu gostaria muito que fosse essa semana mesmo. A gente pode se reunir, a equipe toda, a minha equipe. Até conversei com o Flávio aqui para nos ajudar também. As nossas equipes se reúnem e a gente faz as adequações necessárias. Não tem problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Bem, com o apelo de V. Exa., Senador Veneziano, e com a aquiescência da Relatora, Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Damares Alves, o item nº 1 fica retirado de pauta até a próxima semana, para que os acordos e conversas e diálogos aconteçam.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4050, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a oferta do profissional de apoio escolar em instituições públicas e privadas de ensino.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação com três emendas que apresenta e pela rejeição da emenda nº 1.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

2. Em 03/07/2024, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do Senador Carlos Vianna (PODEMOS/MG).

3. Em 5/7/2024, foi apresentado novo relatório, com voto pela aprovação da matéria com três emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda n.1.

4. Em 09/07/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.)

Obrigado.

Passamos ao item nº 2 da pauta. Projeto de Lei nº 1.709, de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só um minutinho. Houve um pequeno acidente de trabalho, os meus óculos quebraram. Eu estou solicitando que um outro par de óculos chegue aqui para que eu possa ler adequadamente e não errar as datas ou o conteúdo do projeto de lei.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1709, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para dispor sobre a aceleração de estudos para alunos com altas habilidades ou superdotação.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 02/07/2024.

Concedo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo para a leitura do relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Muitíssimo agradecido, Presidente Flávio Arns. E duplamente devo fazer esse agradecimento, por V. Exa. ter me oportunizado a condição de relatar essa proposta de iniciativa do Senador Confúcio Moura.

Se V. Exa. e os nossos companheiros, Sras. e Srs. Senadores, me permitirem passar à leitura da análise... Ela é breve, até porque a discussão permitiu o aprofundamento para que nós chegássemos, a mim me parece, a um bom termo. Se V. Exa. me permitir...

De acordo com o art. 102, inciso I, do nosso Regimento, compete a esta Comissão opinar sobre matérias que versem sobre diretrizes e bases da educação nacional, como é o caso da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposição em análise. Dado o caráter terminativo do projeto na Comissão de Educação, este parecer aprecia sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, além do seu próprio mérito.

Com efeito, o projeto de lei trata de diretrizes e bases da educação nacional, matéria de competência privativa da União, nos termos do art. 22, inciso XXIV, da Constituição Federal. Também é admissível a iniciativa de membro do Congresso Nacional, pois não se constata na proposição a presença de assunto de iniciativa reservada ao Presidente da República, conforme dispõem os arts. 61 e 84 da Constituição.

Igualmente, não há reparos a fazer à constitucionalidade material, à juridicidade e à técnica legislativa do PL em exame.

No que se refere ao mérito educacional, cumpre assinalar que a LDB, ao tratar da verificação do rendimento escolar nos ensinos fundamental e médio, prevê a possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar. Ao mesmo tempo, no capítulo sobre a educação especial, a LDB dispõe que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes superdotados ou com altas habilidades "a aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar", isso está previsto no art. 59, inciso II.

Assim, a possibilidade de aceleração de estudos para alunos com altas habilidades ou superdotação já é garantida pela legislação nacional.

Entretanto, cabe a ressalva de que a menção à aceleração de estudos no art. 24 da LDB apenas para alunos com atraso escolar parece não se comunicar com a referida disposição do capítulo da educação especial, que assegura essa medida para os estudantes com altas habilidades ou superdotação.

Nesse sentido, Presidente, senhoras e senhores, torna-se justificável o aperfeiçoamento introduzido pelo projeto em exame – que foi identificado diante da sensibilidade do Senador Confúcio Moura – que reforça, ainda, a competência dos sistemas de ensino para estabelecer normas e procedimentos para garantir a aceleração de estudos para estes alunos.

Também constatamos coerência na outra mudança efetuada pelo PL, que, conforme mencionado, permite a classificação dos alunos em qualquer série ou etapa do ensino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental e do médio. A restrição atual da 1ª série do ensino fundamental efetivamente colide com a possibilidade de aceleração dos estudos que a própria LDB assegura. Se o aluno demonstra capacidade de avançar no percurso escolar, não há razão para que seja obrigatória sua matrícula na 1ª série do ensino fundamental. Como norma geral, trata-se de uma retenção inadequada, que deve ser suprimida.

Em suma, as sugestões trazidas pela proposição em análise aprimoram a legislação e devem ser acolhidas, ao nosso ver, por este Colegiado.

O voto, Presidente Flávio.

Em vista do que nós expusemos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.709, do atual ano.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item 4 da pauta.

Quero saudar a presença, também, do Senador Mourão, aqui presente – sempre presente –, e do Senador Carlos Portinho, que é, inclusive, o Relator do item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2992, DE 2019

- Terminativo -

Dispõe sobre a validação de diplomas da educação superior expedidos irregularmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Eduardo Gomes (MDB/TO)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Concedo, então, a palavra ao caro colega atuante, muito atuante, no Senado Federal, Carlos Portinho, para a leitura do relatório.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Sr. Presidente, pela ordem, o Senador Veneziano me antecipou aqui um pedido de vista. Não há nenhum problema, esse é um tema muito sensível com relação à emissão de diplomas e a não fiscalização, pelo Governo, de algumas universidades, principalmente nos casos de ensino à distância. Até no meu texto, estou me resumindo aos cursos de graduação, porque aí tem um universo de estudantes jovens lesados, não por vontade própria, e a gente tem que dar alguma resposta a eles. Os cursos de pós-graduação, etc., eu os estou deixando de fora do projeto, só antecipando aqui.

Eu leio o relatório, e se dá vista ao Veneziano, vista coletiva?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso. Exatamente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Já antecipando...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O tema é sensível, e eu prefiro até... Veneziano, você sempre muito cuidadoso e dedicado, gostaria que pudesse ter vista, sim; o Senador Mourão também e a Senadora Damares, porque é um tema muito próprio a ela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos lá.

Parecer para a leitura do PL 2.992, de 2019. Peço vênia para ir direto à análise.

Consoante o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre normas gerais da educação, como é o caso do PL 2.992, de 2019.

De início, cumpre registrar que não se constata ocorrência, na proposição, de matéria de iniciativa reservada à Presidência da República, conforme dispõe o art. 61 da Constituição Federal. Igualmente, não identificamos nenhum óbice de inconstitucionalidade material, nem de injuridicidade no projeto.

No que se refere ao mérito do projeto, somos levados a concordar com o argumento presente em sua justificativa de que o Estado não pode ficar indiferente à situação de milhares de estudantes fraudados em sua busca por diplomas de nível superior, devido à precariedade da fiscalização das autoridades competentes contra a proliferação de cursos irregulares, principalmente nas modalidades de ensino à distância.

Nota-se que o país tem empreendido esforços para atingir metas determinadas no Plano Nacional de Educação vigente. Em relação à graduação, a Meta 12 estabelece a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33%, da população entre 18 a 24 anos.

Projeções do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e do Tribunal de Contas da União (TCU) indicam os índices de 44,4% e de 29,5%, respectivamente, para as taxas bruta e líquida de 2024, não atingindo, portanto, as metas previstas no PNE. É preciso, assim, que o poder público apoie os cidadãos que buscam elevar a sua escolaridade. Esse contexto corrobora a relevância de se procurarem meios para apoiar os estudantes lesados por irregularidades que o poder público não foi capaz de coibir, conforme sinaliza a proposição.

O PL 2.992, de 2019, determina que seja observado, em relação aos diplomas expedidos irregularmente, processo semelhante ao da revalidação de diplomas de instituições estrangeiras, deixado a cargo das universidades públicas, nos termos da Lei 9.394, de 20 dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a lei conhecida como LDB. Contudo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

julgamos mais apropriado remeter a regulamento a decisão sobre as instâncias responsáveis pelo processo de validação. Ademais, avaliamos que a medida deve se limitar aos cursos de graduação, uma vez que a expressiva parcela dos estudantes prejudicados é bem jovem, muitas vezes recém-saída do ensino médio, sendo, portanto, mais suscetível a dolos dessa natureza.

Em decorrência dessas mudanças, propomos a apresentação de substitutivo ao projeto de lei em exame. Assim, no que concerne ao mérito educacional, julgamos que a matéria deve ser acolhida pela CE com as alterações sinalizadas e já publicadas.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação da Lei 2.992, de 2019, na forma do substitutivo apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Carlos Portinho.

O substitutivo já está disponível também junto com o relatório. Há solicitação – não é, Senador Veneziano – de vista?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, eu quero, primeiro, dizer ao meu irmão e amigo Senador Carlos Portinho que o propósito do pedido de vista não é absolutamente postergatório, mas apenas para que nós dirimamos uma pequena dúvida que subsiste. Na próxima semana, estaremos inteiramente à disposição para fazer...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – E minha assessoria fica a sua disposição, Senador Veneziano, para qualquer ajuste ou acréscimo que seja necessário a gente alinhar.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, meu irmão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom.

Então, vista coletiva concedida ao Plenário.

O tema, o item voltará à pauta na próxima reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item nº 5 da nossa pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1912, DE 2024

- Terminativo -

Inscreve o nome de Antônio Gonçalves da Silva, o Patativa do Assaré, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE)

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação.

Consulto o Senador Veneziano Vital do Rêgo se pode ser o Relator *ad hoc*.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Com grande gosto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, concedo a palavra a V. Exa. para a leitura do relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Muito obrigado pela confiança de V. Exa. e, evidentemente, do seu Relator, o Senador Cid Gomes.

À análise, Sr. Presidente, se V. Exa. nos permite.

Decorre do comando contido no nosso art. 102, II, do nosso Regimento, a competência deste Colegiado para análise de homenagens cívicas, a exemplo da proposição em debate, que tem como autora S. Exa. a colega Senadora Janaína Farias.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos incisos I dos arts. 49 e 91, foi confiada à Comissão competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qual lhe cumpre apreciar seu mérito. Ademais, por ser a única Comissão a se manifestar sobre a matéria, compete a ela, ainda, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspectos, nada há de se opor ao PL 1.912, do atual ano.

Com efeito, a matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, IX, da Carta Maior. Ainda, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República. Igualmente legítimo é o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, uma vez que a Constituição não reserva o tema à esfera de lei complementar.

Não se vislumbram óbices de natureza jurídica ou regimental, estando o projeto redigido de acordo com a boa técnica legislativa, em conformidade com o que determina a Lei Complementar 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Além do mais, a proposição está em consonância com os pressupostos da Lei 11.597, de 2007, que trata sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Nos termos da referida lei, são merecedores e merecedoras da distinção brasileiros e brasileiras, individualmente ou em grupo, que tenham oferecido a vida à pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo, desde que decorridos dez anos de sua morte ou presunção de morte, exceção feita aos brasileiros mortos ou presumidamente mortos em campo de batalha.

Patativa do Assaré faleceu em Assaré, no ano de 2002, portanto há 22 anos.

No mérito, a matéria também merece a sua acolhida.

Patativa do Assaré, cujo nome de batismo é Antônio Gonçalves da Silva, foi um dos poetas populares mais emblemáticos do Brasil, nascido em 5 de março de 1909, no Sítio Serra de Santana, pequena propriedade rural próxima ao Município de Assaré, no interior do Ceará. Desde cedo, enfrentou a vida árdua do Sertão nordestino, marcada pela pobreza e pela seca, que influenciaram profundamente sua obra.

Trovador do Sertão, Patativa capturou a alma do Nordeste ao tecer seus versos com a sensibilidade dos grandes sábios. Sua obra é um tecido ricamente bordado com as cores da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resistência e da resiliência, descrevendo a vida do povo nordestino por meio de uma lente que valoriza tanto a luta quanto a festa, tanto o pranto quanto a risada.

O poeta, mestre das rimas, também era um semeador de consciências, criticando as desigualdades sociais com a força de quem conhece a opressão. Seus versos, como farpas fincadas contra a injustiça, são um chamado ao combate pela dignidade. Patativa versava não apenas para denunciar, mas para congregar e fortalecer.

Sua obra também é um relicário de tradições, em que festas, comemorações e o cotidiano rural ganham ares de epopeia. *Ispinho e Fulô* é um compêndio de histórias que celebram a simplicidade e a sabedoria popular, ensinando, entre risos e lágrimas, que cada criatura e cada planta do sertão têm seu valor e seu encanto.

Exaltar Patativa do Assaré é cultivar um legado de amor à cultura brasileira. A preservação da memória desse ícone literário garante que o canto de Patativa continue a ressoar pelas veredas do tempo e converta-se em um perene convite para que as futuras gerações reconheçam a riqueza e a profundidade de sua arte.

Seu testamento é um tesouro imortal, um hino contínuo em louvor ao nosso país, cantando sempre a beleza de sua gente e a dignidade de suas tradições. Iniciativas como esse projeto asseguram que o Sertão de Patativa, repleto de histórias e sabedorias, nunca seja esquecido.

Não temos dúvida, portanto, de que a inscrição de Patativa do Assaré no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria representará o devido reconhecimento à sua obra e à sua excepcional dedicação ao nosso país.

Nosso voto.

Portanto, Sr. Presidente, senhoras e senhores, diante do que nós expusemos, o voto é pela aprovação do projeto de lei de iniciativa de S. Exa. a Senadora Janaína Farias, que teve como Relator o Senador Cid Gomes, de que tive a honra de poder *ad hoc* fazer a leitura e defesa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Veneziano por fazer a leitura *ad hoc* do relatório.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item nº 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3605, DE 2023

- Terminativo -

Confere o título de Capital Nacional da Moda de Inverno ao Município de Farroupilha, no Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

Autoria: Deputado Federal Bibo Nunes.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Hamilton Mourão, para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Bom dia, Presidente; bom dia, Senadora Damares e demais colegas aqui presentes.

Peço permissão a V. Exa. para ir direto à análise.

De acordo com o inciso II do art. 102 do Regimento Interno do nosso Senado, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre homenagens cívicas, a exemplo da proposição em debate.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, foi confiada a esta Comissão a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 24, inciso IX, da Constituição), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da Constituição) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, também da nossa Constituição) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, apresentam-se igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Não vislumbramos, ademais, vícios de injuridicidade.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Em relação ao mérito da proposição, reconhecemos a importância do projeto.

O Município de Farroupilha, Sr. Presidente, conta com mais de 400 pontos de venda, somando 38 mil clientes atendidos ao mês no polo têxtil, com uma produção mensal de 450 mil peças e 71 marcas próprias – é o paraíso das mulheres, Sr. Presidente; viu, Senadora Damares? –, sendo 59% com permanência superior a dez anos no mercado.

Nada menos que 79% do setor é composto por fabricantes de malhas e confecções. A indústria abrange desde pequenas empresas familiares até grandes empresas do setor e gera mais de 3 mil empregos diretos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O clima frio da região garante a qualidade do produto que, unida à estética aprimorada, dita a moda que repercute em outros centros urbanos espalhados pelo país.

A cidade ainda abriga feiras e eventos relacionados ao setor, nos quais os fabricantes e estilistas têm a oportunidade de apresentar suas coleções e estabelecer contatos comerciais. Esses eventos contribuem para fortalecer o setor e desenvolver ainda mais outros setores econômicos da cidade e região.

A oficialização do título trará inúmeros benefícios ao setor, sobretudo de mídia, e consolidará a cidade como o mais importante polo do segmento no Brasil, atraindo compradores, investimentos e propiciando ainda mais eventos.

Por tais razões, consideramos pertinente e meritória a iniciativa ora proposta e somos favoráveis à concessão do título de Capital Nacional da Moda de Inverno ao Município de Farroupilha, no Estado do Rio Grande do Sul.

Cumprimento, Sr. Presidente, o Deputado Bibo Nunes por essa iniciativa.

Destaco ainda que essa região abriga inúmeras vinícolas e a área da uva moscato, onde se pode degustar um dos melhores espumantes fabricados não só no Brasil, mas no mundo.

Por isso, o nosso voto, ante a argumentação exposta, é pela aprovação do PL nº 3.605, de 2023, mandando também um abraço para o Prefeito Feltrin, Presidente, que é um *cover* do Elvis Presley. Eu acredito que o senhor goste também do Elvis.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Quanta coisa boa, não é? Ser o *cover* do Elvis Presley é algo muito interessante. Temos lá em Curitiba também. Meu filho, quando criança, tinha guitarra e procurava imitar o Elvis Presley.

Quero cumprimentar Farroupilha também e dizer que os espumantes gaúchos são muito bem-vindos, muito apreciados. Pelo menos lá em casa a gente tem uma proximidade muito grande com os espumantes do estado.

Parabéns pelo relatório, pelas referências, e parabéns para Farroupilha também! Que bom!

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada em bloco.

Passamos ao item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 4987, DE 2019

- Terminativo -

Denomina a cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, Capital Nacional das Startups.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

Autoria: Deputado Federal Carlos Chiodini.

Relatoria: Senador Esperidião Amin.

Consulto também o Senador Hamilton Mourão se pode ser Relator *ad hoc*. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, concedo a palavra a V. Exa. para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente, pela designação.

Solicito permissão a V. Exa. para ir direto à análise.

De acordo com o art. 102, inciso II, do Regimento Interno do nosso Senado, compete a este colegiado opinar sobre proposições desta natureza.

Seguindo essa mesma norma, está estabelecido no art. 49, inciso I, e no art. 91, §1º, inciso IV, foi confiada à Comissão a competência para decidir terminativamente sobre o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete a este colegiado, subsidiariamente, substituir a CCJ para pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos e, em especial, no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verifica-se que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre cultura, conforme está no art. 24, inciso IX, da nossa Constituição. O art. 48, *caput*, do texto constitucional, torna legítima a iniciativa parlamentar, haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa.

Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente inatingidos pela proposição quaisquer dispositivos constitucionais, não havendo, portanto, vícios materiais de inconstitucionalidade a apontar.

Assim, não observamos, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade do tema, tampouco identificamos falha de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto está de acordo com as normas estabelecidas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Quanto ao mérito da proposição, parece-nos, de fato, justificada a concessão do título de Capital Nacional das Startups ao Município de Florianópolis. Essa cidade, localizada no Estado de Santa Catarina, nosso vizinho, espremida entre ambos os estados – não é, Senador Flávio Arns? – destaca-se como uma referência nacional em inovação e empreendedorismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com uma infraestrutura tecnológica de ponta, dotada de parques tecnológicos e centros de inovação, a capital catarinense reúne diversos *hubs* de inovação, oferecendo suporte técnico e logístico às *startups*. O ambiente de negócios em Florianópolis é extremamente favorável para o surgimento e a consolidação desse tipo de empresa. A cidade oferece uma série de incentivos fiscais e programas de apoio ao empreendedorismo, que facilitam o acesso ao crédito e reduzem os custos operacionais, permitindo que essas empresas invistam mais em pesquisa e desenvolvimento e menos em burocracia e impostos.

Florianópolis congrega atualmente numerosos eventos de inovação e empreendimento. Além disso, a presença de aceleradoras e incubadoras oferece suporte essencial para o crescimento e a internacionalização das *startups* locais.

Essas empresas não apenas geraram emprego e renda, mas também alçam Florianópolis ao mapa global da inovação. Reconhecer a cidade como a Capital Nacional das Startups representa, de um lado, medida que faz jus à realidade e, de outro, um exemplo a ser seguido por outras regiões do País.

Por isso, Sr. Presidente, nosso voto é pela aprovação do PL 4.987, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço também ao Senador Hamilton Mourão, inclusive por ter sido o Relator *ad hoc*, lendo o relatório do Senador Esperidião Amin, quem eu cumprimento também.

E quero cumprimentar o Estado de Santa Catarina, em primeiro lugar, um pouco espremido, como V. Exa. colocou, entre Rio Grande do Sul e Paraná, mas é um estado extraordinário em termos da beleza natural, da beleza das praias, do litoral todo, do interior, da colonização do estado, com tantas etnias lá presentes, a culinária e as iniciativas do desenvolvimento do estado. É um estado que acabou, também, no decorrer dos anos, tendo... Em vez de ser espremido, ele se expandiu para dentro do Paraná e para dentro do Rio Grande do Sul, fazendo com que muitas pessoas do nosso estado, por exemplo, passassem a residir em Santa Catarina nos anos mais recentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar também o Município de Florianópolis, inclusive dizendo que o Presidente anterior desta Comissão, o Senador Dário Berger – a quem quero fazer homenagem também, por todo o trabalho desenvolvido nesta Comissão – foi Prefeito da capital, Florianópolis.

Então, parabéns, como se costuma dizer, à bela e Santa Catarina.

Está em discussão a matéria, continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada agora em bloco.

Passamos, então... E leremos depois os requerimentos enquanto a votação estiver acontecendo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pode ser, Senadora?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Porque o requerimento de V. Exa. é muito importante – os requerimentos.

Então, votação nominal, em bloco, dos itens. Passaremos à votação nominal, em bloco, dos itens 2, 5, 6 e 7 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

Em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 1.709, de 2024; PL 1.912, de 2024; PL 3.605, de 2023; PL 4.987, de 2019.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que votam com os Relatores ou as Relatoras votam "sim".

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu até solicito para as assessorias daqui, dos Senadores e das Senadoras, que, caso tenham colocado o nome no painel, poderão votar à distância também.

Muito bem, enquanto a votação acontece, passaremos aos itens dos requerimentos, para leitura e discussão, e os aprovaremos na sequência também.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 68, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao REQ 61/2024-CE, para incluir o Secretário Executivo do Consórcio, senhor José Eduardo Pereira,como participante da audiência pública, com o objetivo de debater as possibilidades dos consórcios públicos na área da educação no contexto da cooperação federativa e do Sistema Nacional de Educação (SNE).

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Passo a palavra a V. Exa. para a leitura e a explanação, se assim julgar conveniente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, na sequência, são três requerimentos de minha autoria e três que eu vou subscrever, que são extremamente importantes: um da Senadora Soraya e dois da Senadora Teresa.

Item 8, Requerimento 68.

Nos termos regimentais, peço aditamento ao Requerimento 61, de 2024, para incluir o Secretário-Executivo do Consórcio, Sr. José Eduardo Pereira, em audiência pública, para importante debate nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O requerimento será votado na sequência.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 69, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o "Projeto NaMoral - Integridade, Ética e Cidadania" desenvolvido pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Também é de V. Exa.

Com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, requeiro a realização de uma audiência pública, nos termos regimentais, para a gente debater e conhecer o programa NaMoral - Integridade, Ética e Cidadania, desenvolvido pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios aqui no DF.

O programa é espetacular, e eu trago aqui como convidados: o representante do MP, a diretora de ensino de uma das escolas onde o programa é implantado, o representante do Conselho Nacional de Educação, a nossa Secretária de Educação do Distrito Federal.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também será votado na sequência.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 70, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 61/2024 - CE seja incluído convidado.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)

V. Exa. também o subscreve.

Com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, nos termos regimentais, requeiro aditamento ao Requerimento 61, incluindo, como convidado na audiência pública, o Sr. José Eduardo Pereira Filho, Secretário-Executivo do Consórcio Brasil Central.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação também será realizada posteriormente.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 71, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a implementação da educação escolar quilombola no país.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

V. Exa. o está subscrevendo também.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, nos termos regimentais, requeremos a realização de uma audiência pública, com o objetivo de discutir a implementação da educação escolar quilombola no país.

Propomos como convidados: a Sra. Nilma Lino Gomes, a Profa. Zara Figueiredo, a Sra. Givânia Maria da Silva, o Sr. Ronald dos Santos, a Sra. Maria do Socorro Silva e a Sra. Sandra Pereira Braga, uma discussão necessária ainda com a presença da Sra. Gabriellen Lohanny da Conceição.

Será um debate necessário, nesta Comissão, sobre a educação escolar quilombola.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Concordo plenamente, temos que discutir não só educação, mas infraestrutura, assuntos sociais, acesso à saúde, ter uma política pública bem definida para todos os brasileiros e brasileiros, mas em particular para essas comunidades quilombolas, que normalmente sofrem pela falta de acesso, por exemplo, sem estradas adequadas, educação e saúde precárias...

Então, é muito importante.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação também será encaminhada na sequência.

Quero saudar a Senadora Zenaide Maia. Seja muito bem-vinda.

Passo ao item 14, não é, Senadora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – É o 13, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ah, é o 13? (*Pausa.*) É o 13, certo, de autoria de V. Exa.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 73, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Camilo Santana, Ministro da Educação, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a distorção de 2,7 bilhões, apontada pela CGU, nas contas do Ministério da Educação, referentes ao ano de 2023.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, nos termos regimentais, convido – observe que é um convite, não é uma convocação – o Sr. Camilo Santana, Ministro da Educação, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre um relatório apresentado pela CGU recentemente, que aponta uma distorção de 2,7 bilhões nas contas do Ministério da Educação, referentes ao ano de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Se V. Exa. permitir, eu gostaria de acrescentar algumas coisas ao requerimento, já que o Ministro virá a esta Comissão – e ele sempre tem vindo, não tem se negado a participar, obviamente, porque é importante haver essa sincronia e articulação entre o Legislativo e o Executivo. Gostaria de colocar alguns itens. Um dos itens é a questão das carreiras do FNDE e do Inep, que nós já discutimos aqui inúmeras vezes, a Comissão já foi falar com a Ministra Esther, já fizemos audiência pública aqui na Comissão, V. Exa. participou também, há um documento que tanto o Inep como o FNDE elaboraram, mostrando a importância dos dois órgãos para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação. E as notícias que estamos vendo pelos meios de comunicação são de que talvez os órgãos entrem em estado de greve por falta de atendimento, de diálogo, particularmente com o Ministério da Gestão. Tanto quanto eu soube, o Ministro da Educação já dialogou bastante com os órgãos, mas depende também dessa articulação dos ministérios.

E, além disso, Senadora Damares, como nós aprovamos recentemente o novo ensino médio, para que o Ministro explique como é que vão acontecer os desdobramentos e como é que eles chegaram no texto que foi enviado ao Congresso Nacional sobre o Plano Nacional de Educação.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fantástico.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, acrescentaríamos isso, aproveitando a vinda dele, porque, sobre o Plano Nacional de Educação, nós vamos ter agora no mínimo oito audiências públicas, já aprovadas nesta Comissão, além dos nomes que vêm sendo sugeridos. Então, se V. Exa. concordar...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu acolho, Presidente. O Ministro Camilo tem sido muito cortês com esta Comissão, e eu acho que dá para a gente fazer uma audiência bem objetiva com os quatro itens. Eu acolho as suas três sugestões, que sejam acrescentadas ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E além de tudo, lembrando que o Ministro Camilo Santana é também Senador, é nosso colega aqui do Senado Federal.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está em discussão, então, o requerimento. (*Pausa.*)

Encerro a discussão para ser votado posteriormente.

Item 14 da pauta.

ITEM 14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 74, DE 2024

- Não terminativo -

Requer que na audiência pública sobre educação escolar quilombola, objeto do REQ 71/2024 - CE, sejam incluídos novos convidados.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

De autoria da Senadora Teresa Leitão e também subscrito por V. Exa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – O.k.

Presidente, nos termos regimentais, requeremos um aditamento ao Requerimento 71, incluindo mais convidados na audiência pública.

Incluindo: a Sra. Shirley Pimentel; o Sr. Nicolao Dino, do Ministério Público Federal; a Sra. Carolina Castelliano; a Sra. Karen Luise; e a Sra. Angela Terto.

São esses nomes para mais convidados à audiência pública. É um aditamento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Certo.

Está em...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Do Requerimento nº 71, que é um requerimento sobre educação quilombola no Brasil, tá? Então esse aqui é para aditar ao que a gente já está votando.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Aditar, acrescentar o nome.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ela está acrescentando mais nomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Temos mais um requerimento do Senador Zequinha Marinho.

Desculpe.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão para votar o requerimento posteriormente.

Passo ao item 12 da pauta, do Senador Zequinha Marinho.

Eu o subscrevo para aprovarmos também, porque é inclusão de nome a requerimento já aprovado. Então, normalmente, não tem problema.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 72, DE 2024

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 62/2024 - CE, do REQ 63/2024 - CE e do REQ 64/2024 - CE seja incluído convidado.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, votaremos os requerimentos daqui a pouco, na sequência.

Muito bem, a Senadora Zenaide Maia, a quem eu cumprimento, parece que gostaria também de usar da palavra.

Com a palavra, V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Bom dia a todos e a todas que estão nos vendo.

Nosso querido Presidente Flávio Arns, eu estive essa semana, segunda-feira, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, porque eles têm tido um orçamento muito apertado nos últimos anos, com dificuldade de investimento. E, como em todos os cursos tem laboratórios e a ciência e tecnologia avançam, para esse laboratório o mandado da Senadora botou emendas, o laboratório de engenharia elétrica. Ciência e tecnologia, porque nossos alunos, quando saíam da parte teórica para a prática, o laboratório era obsoleto, a gente sabe do avanço disso. E eu estive conversando com o Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Daniel, porque eu gosto muito da educação. Por exemplo, dos institutos federais no nosso estado são 23 *campi*. Então todos eles têm emendas do mandado da Senadora para fazer os laboratórios, porque lá a gente cresceu e, de 2017 para cá, a gente viu que teve um contingenciamento muito grande para a educação pública. Aí eu comecei a adotar os institutos federais para não pararem os cursos ou não juntarem, pegarem os alunos de um campi e colocar em outro distante, porque a gente sabe que a educação, como a saúde, tem que ir atrás da população, não é? Isso é a capilarização. E eles me falaram que estão lutando pelo orçamento de custeio para as universidades, Flávio – pediram até o apoio da gente –, que está bem imprensado, só para o custeio e pouco investimento, porque, quando a gente vai ver a manutenção dos prédios, dos equipamentos, é grande.

E sabe o que me fez aqui correlacionar? Esse Projeto de Lei 596, de 2023, não está aqui, Flávio Arns, mas eu queria dar visibilidade a ele, que é justamente a remissão da dívida de grandes empresas que judicializaram para não pagar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. E o Fisco mostra que é uma renúncia fiscal de R$9 bilhões. Chamando a atenção aqui do Congresso, R$9 bilhões é o custo para manter as 56 universidades federais do Brasil. Quer dizer, como o senhor sempre fala aqui, e a Professora Dorinha, a saída é colocar no orçamento os alunos e os professores, ou seja, a educação deste país precisa estar, sim, no orçamento, porque, senão, a gente vai aprovar leis mais modernas e melhores, mas a execução vai ser impossível.

Então me lembrei: nós não podemos fazer... Quando o Supremo decidiu que eles tinham que pagar esses impostos, que ficaram sem pagar durante sete anos... E agora eles têm um projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de lei, que está tramitando na Casa, querendo a renúncia para eles. E é só o orçamento das universidades federais do Brasil. Então isso é mais um argumento.

E a gente aqui não está discutindo, Flávio, a questão de a gente socorrer empresas, renúncias fiscais, para manter os empregos. Essas empresas tiveram lucro líquido. A gente aqui tem que ver, até porque nós estamos numa reforma tributária, por que ainda estamos fazendo renúncia fiscal, não é? Entendeu? E o povo brasileiro tem que saber que, quando se recolhe imposto, é para a saúde, é para a educação, é para a segurança pública, é para a assistência social, não é para os fiscais da Receita Federal, porque a gente vê muito isso.

Dando uma olhada sobre tributação, inclusive nos países mais capitalistas do mundo, que são da OCDE, acho que quem mais deixa pessoas neste país – homens, mulheres e crianças – morrerem de morte evitáveis são os sonegadores de imposto, porque esse imposto ia justamente para a saúde, para uma educação integral. Então, quero lembrar isso aqui.

Mas não é muita coincidência: a remissão, a renúncia fiscal é de R$9 bilhões e, quando eu fui à universidade, me mostraram que o orçamento das universidades federais do Brasil é de R$9 bilhões, justamente o que a gente está querendo fazer... Está querendo não; que está aqui para ser votado e para o qual espero a sensibilidade dos colegas, porque acho que lucro líquido seria uma injustiça não só com a população brasileira, mas também com quem pagou os seus impostos em dia, porque, se a gente começar aqui a fazer remissão de impostos, e quem pagou, vai devolver a quem pagou? Entendeu?

Mas quero aqui dizer que estou feliz, porque a gente está voltando. Eu sei que só foram duas semanas, mas a gente sente falta dos colegas, do pessoal das Comissões, porque eu acho que todo mundo precisa de uma folga, mas chega uma hora em que a gente já está com vontade de estar presente e tentar votar, o mais possível, pautas edificantes, construtivas.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A gente é que agradece a V. Exa., Senadora Zenaide Maia.

Quero novamente fazer um elogio a V. Exa. Já fiz muitas vezes, mas V. Exa. é contundente a favor do povo brasileiro, particularmente das pessoas mais vulneráveis, para que haja políticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas adequadas em todas as áreas e também para o ensino superior, que é tão importante para termos pessoas competentes, capazes, eticamente responsáveis, e termos orçamento.

Há, inclusive, um promotor público no Paraná, que me permitam até dizer o nome, que já foi Procurador-Geral de Justiça, Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, que costuma dizer que lugar de criança não é na escola; lugar de criança é no orçamento, porque, caso não tenha orçamento, é demagogia, é demagogia ficar dizendo que lugar de criança é na escola quando não existem recursos assegurados para que a criança esteja na creche, na pré-escola... E a mesma coisa... Tanta gente fala isso: "Não, é importante". Então está bom. Então, vamos olhar o orçamento, como V. Exa. coloca.

Eu só quero sugerir, em função do que foi externado também na sua fala, que essa questão do custeio e investimento, que é um desafio para as universidades federais – e isso tem que ser abordado –, que poderia ser objeto da outra área com o convite que fizemos ao Ministro Camilo Santana.

Então, se V. Exas. concordarem, incluiríamos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, o Ministro abordar esse tema, porque é o Ministro que vem. Quando o Ministro vem, é só ele, não há outras pessoas, mas que se faça um comparativo de antes, durante e depois, porque as pessoas, os reitores... V. Exa. mencionou o reitor do Estado do Rio Grande do Norte, mas os reitores, de uma maneira geral, colocam que os recursos de hoje são inferiores aos recursos de anos, vários anos atrás. Então, poderíamos incluir esse item na vinda do Ministro para que ele possa abordar isso com todo o conhecimento e com todos os dados dos quais ele dispõe lá no Ministério da Educação.

Concordam... Acho que não há objeção, não é?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – De jeito nenhum. É importantíssimo, porque vai mostrar isso, e ele vai confirmar isso.

Na verdade, o Orçamento sempre foi aquela caixa preta. Eu me lembro de que, quando eu cheguei como Deputada, dizia-se aqui o seguinte... Quando eu dizia: "Deixe-me dar uma olhada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no orçamento", aí me mostravam uma pilha imensa de papéis. Eu dizia: "Eu só queria saber as proporções, a percentagem". Porque do orçamento da 9ª economia do mundo – alguns já dizendo que é a 8ª – quase 50% ficam para juros e serviços de uma dívida que nunca foi auditada, mesmo estando na Constituição, isso não é do Governo A, B ou C. E esse povo que é o mercado financeiro ou dos bancos, eles não participam. E a gente da Comissão de Orçamento, quando é presente, você passa um ano todo discutindo o orçamento e quem fica com a metade dele nunca sentou na mesa para discutir com a gente, para a gente pelo menos pedir que ao invés de ficar com 45, 50% de orçamento, ceda 15%, para a gente complementar saúde, educação, segurança pública, assistência social.

Flávio, você diz: "Não, Zenaide, você está propondo calote". Não é calote, porque eu, como médica, a gente sabe que aqui a *expertise* é dos juristas, nossos colegas juristas. Eu tenho que me embasar muito mais nisso, meus assessores são quase todos advogados para isso. Então procurei saber. As maiores dívidas públicas do mundo são a americana e a do Japão. Mas o que o Governo faz? Senta com o mercado financeiro, com os bancos, e diz: "Nós vamos pagar tanto porcento do orçamento, porque nós não podemos parar os serviços essenciais e muito menos deixar de investir, porque esse investimento é justamente para quem gera emprego e renda.

Então, pode-se ter coragem de chamar quem fica com a metade do orçamento para explicar, porque fica com metade do orçamento, deixando o subsidiado bem abaixo do que deveria ser a saúde pública, a gente vendo homens, mulheres e crianças morrerem de morte evitada por falta de um leito de UTI, verem crianças cedo cooptadas pelo crime, porque quem quis reduzir a violência botou a criança, o jovem, todos numa educação pública de qualidade em tempo integral, até para possibilitar que mães e pais possam trabalhar; e uma segurança pública, gente, onde a gente não precise estar votando leis cada dia com maiores punições. Isso me chama a atenção, Flávio, e com certeza a do senhor, porque a gente tem esse olhar também para as pessoas com deficiência, que são os mais vulneráveis.

O que é que acontece? O país, o Estado não oferece uma educação pública de qualidade em tempo integral para suas crianças e seus jovens? Ironicamente, é nesse país que todo dia apertam nas leis, aumentando o número de tempo nas cadeias, dessas crianças e desses adolescentes que eles deixaram à deriva. Porque é simples: se os pais não adotam porque não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podem, por vários motivos, por questões econômicas, ou muitos podem ser viciados, ter algum vício em drogas e isso, se o Estado não adotar, é claro que o crime vai adotar, gente!

Aí, aqui, a gente vê mil projetos de lei: "Vamos reduzir a maioridade penal". Daqui a pouco, nós vamos, porque, no Rio de Janeiro e em todos os lugares, a maioria já é com dez anos com um fuzil na mão... Daqui a pouco, vai ser aprovado aqui um projeto de lei em que, quando o bebê nascer, se a mãe era criminosa, ele já estará condenado.

Então, educação, educação, educação.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu só quero lembrar a V. Exa., além de concordar com tudo o que foi dito, que eu sempre uso uma expressão que eu escutei do nosso Presidente Rodrigo Pacheco lá no Paraná, uns anos atrás – dois, três, quatro anos atrás. Ele disse: "Nós podemos ter um país diferente, mais desenvolvido, mais justo se, no período de zero a dezoito anos, que é a educação básica, nada faltar – nada faltar". Quer dizer, é educação. Nada faltar. Então, isso significa acesso à escola, permanência na escola, infraestrutura, valorização dos professores, conectividade, enfim, o que for necessário. Nada faltar.

Eu me arriscaria a dizer que isso vai sair mais barato do que você investir, obviamente, na segurança, na droga, porque a criança vai estar lá, e é esporte, música, cultura, profissionalização durante o dia inteiro, com comida. E é aquilo que a Finlândia faz – a Finlândia –; quer dizer, não é o Brasil: política pública para a família do aluno – política pública para a família –, para o aluno que está lá na escola. É olhar a situação da família do aluno. Então, isso seria extraordinário.

Em relação a todos os 9 bilhões, a gente deve dizer: por que a gente não olha para lá? Porque, agora: "Não, vamos endurecer as regras do BPC". Eu digo: "Meu Deus do Céu, endurecer as regras do BPC?". Claro, tem que ter pente-fino a vida toda. Ninguém que não tenha o direito pode estar recebendo um benefício, mas vamos endurecer, e com prazos, inclusive. Então, o que é BPC? É pessoa com deficiência e pessoa idosa. Pessoa com deficiência que não tem acesso a escola, que não tem acesso a transporte, que não tem acesso a medicamento, que não tem acesso a fralda, que não tem nada, quando o Governo deveria estar fazendo aquilo que está na Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasileira de Inclusão: ter avaliação biopsicossocial. Está escrito na lei, e isso já foi aprovado dez anos atrás – dez anos. "Não, vamos fazer a perícia médica." Está em desacordo com aquilo que a lei determina, que é avaliação biopsicocognitiva, quer dizer, do médico, e social, para ver a condição da família, para você não ter aquele critério de um quarto de salário mínimo, porque, dependendo da família e da deficiência da criança, você precisa ter, inclusive, mais: meio, um, dois salários mínimos – tem família que tem três filhos com deficiência, quatro filhos com deficiência. E chegam ao extremo de dizer que Bolsa Família constitui renda da família – imagine, renda?! –, e aí diminuem o BPC. Ou o BPC constitui renda e não ganha o Bolsa Família. Aí eu digo: "Olha, vire os olhos para os 9 bilhões, mas tem que ter pente-fino; não sou contra". Sempre ter, nas perícias, nas aposentadorias e tudo isso, mas a gente verificar isso.

V. Exa. tem filho com deficiência; eu também. O meu filho faleceu no ano passado, e a gente sabe como que é difícil uma família que tem um filho com autismo pegar o ônibus, duas horas para vir fazer uma perícia ou isso, ou aquilo. Quer dizer, já não pega o ônibus, não consegue trazer, chega no médico, perícia médica... Não é perícia médica, é avaliação biopsicossocial, como está na lei e que não foi regulamentada por dez anos.

E com o idoso é a mesma coisa. Quer dizer, o idoso tem direito ao BPC, que não é INSS e não é previdência; é assistência social. Não é previdência; é assistência. E qualquer país desenvolvido do mundo tem programas de assistência social, mas focam... "Vamos endurecer as regras aí." Endurecer as regras, quer dizer, se nós temos pessoas com deficiência, agora com o mosquito, oropouche – não sei como é que se pronuncia oropouche –, nós vamos ter muitas crianças com deficiência que vão nascer pela falta de condições básicas de saúde, de acesso e tal, porque isso afeta, como já o zica vírus afetou. Vá ver uma criança com microcefalia para ver o que... Quer dizer, como é que uma família...? A mãe deixa de trabalhar, a mãe se anula, normalmente a mulher se anula; ou uma outra criança, que eu ainda vi, na semana passada, com autismo, a mãe presa, o padrasto se casou com outra mulher, e a criança está abandonada.

Quer dizer, são desafios que têm que ser enfrentados, só que o foco está sendo colocado... Quero insistir, só merece receber... Não pode haver fraude, nunca, em coisa nenhuma, mas o foco tem que estar em outra direção, não é?

Muito bem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Eu lembro que, nesta Casa – o povo brasileiro tem que saber –, a gente aprovou a renda *per capita* de meio salário mínimo em 2019.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Exatamente.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Aprovamos, a Presidência da República vetou, nós derrubamos o veto aqui, como um todo, e chegou uma medida provisória. Não foi naquela época, aí voltou a ser um quarto de salário mínimo. Eu sei disso porque eu acompanhei de perto e sei o que é você querer que uma mãe, uma família consiga manter uma pessoa com deficiência com um quarto de salário mínimo.

E lembrando aqui, para aqueles que não têm esse olhar mais humano, lembrem-se: ninguém desenvolve nenhum país no mundo sem reduzir as desigualdades sociais. Com tanta desigualdade social, para aqueles que visam ao lucro – porque tem espaço para todos –, empresa é para ter lucro, mas não é para matar as pessoas também, entendeu? Até porque a gente sabe que quem produz riqueza é o trabalhador; até para você enricar, tem que botar gente para trabalhar para você.

Então, este olhar: ou se reduzem as desigualdades sociais, que são assustadoras... E 1% da população tem mais de 60% da riqueza do país. Isso não funciona, Flávio. Alguém tem que ter coragem de dar esse grito, tirar uma parte do dinheiro dos bancos. Eu costumo dizer que o sistema financeiro pode ser essencial, mas ele não educa, ele não constrói, nem edifica nada. E não é fácil a gente votar nada aqui contra esse sistema. Inclusive, eu tenho uma PEC, a 79, que limita os juros dos cartões de crédito e cheque especial a, no máximo, três vezes os da taxa Selic – eu não estou nem mexendo na política monetária do Banco Central –, ela está desde 2019 na CCJ e não é votada. O que o sistema financeiro faz com o povo brasileiro, com as famílias, explorando com esses juros de até 400% ao ano, isso é um acinte à sociedade, porque hoje as famílias usam, desde essa crise de pandemia e tudo, o cheque especial para comprar medicamento e fazer a feira. Mas é um absurdo tão grande, e a gente sabe que nos países de origem eles cobram, no máximo, 2% a 3% ao ano. Chegou ao absurdo de, se eu comprar um celular desse financiado pelo cartão e eu só pagar o mínimo, eu pago mais quatro. Aí, às vezes, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoal acha que é muito radicalismo, mas eu digo: o ladrão se roubar é um, mas o banco levou três; eu paguei mais três. Isso é real, isso é a vida de cada um da gente – 400% de juros! Isso é um verdadeiro vampiro real do povo brasileiro, das famílias. Aí depois fica isso...

A gente tem que ir atrás de quem ganha muito, porque essa reforma tributária, desde que eu fui Deputada, eu era da Comissão de Defesa da Mulher, mas eu já dizia... "O que a senhora vai falar sobre tributação?" Eu digo: ninguém é mais economista, ninguém entende mais de economia do que dona de casa. Então me dê o direito que eu vou entrar nisso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Zenaide Maia.

Já atingimos há algum tempo o quórum para a votação nominal.

Está encerrada a votação.

Solicito que se abra o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Votaram SIM 14 pessoas; NÃO, nenhum Senador ou Senadora.

Abstenção, nenhum voto também.

Então, estão aprovados os projetos de lei, nos termos dos relatórios apresentados: PL 1.709, de 2024; PL 1.912, de 2024; PL 3.605, de 2023; PL 4.987, de 2019.

As matérias serão encaminhadas à mesa para as providências cabíveis.

Passaremos agora à votação simbólica dos requerimentos lidos anteriormente.

Em votação os seguintes Requerimentos nºs: 68, de 2024; 69, de 2024; 70, de 2024; 71, de 2024; 72, de 2024; 73, de 2024; e 74, de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só quero dizer que, dentro de uma ou duas semanas, iniciaremos também o ciclo de audiências públicas sobre o Plano Nacional de Educação, oito delas já estão organizadas e aprovadas.

Eu quero saudar o Senador Izalci Lucas, grande liderança no Senado Federal na área da educação e de outras áreas também. V. Exa. sempre é uma referência na área tributária também. Estamos envolvidos aí com essa discussão, não é verdade, Senador Izalci Lucas?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, primeiro quero cumprimentá-lo e cumprimentar a nossa querida Senadora Zenaide.

Eu vou me ausentar um pouquinho, mas eu estou acompanhando de longe. Eu estou assumindo agora a coordenação da discussão da reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Que bom! Está em boas mãos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Hoje nós apresentamos o plano de trabalho. Já são mais de 11 reuniões programadas até 22 de outubro para apresentar o relatório. Então a gente vai ter muita audiência toda terça-feira e algumas às quartas-feiras. Também estão todos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem! Importante notícia aí para todos nós e para a sociedade.

Quero aproveitar, porque não havíamos feito no início da nossa reunião...

Submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 40ª e da 41ª Reuniões desta Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Quero mais uma vez agradecer à Secretaria, à Andréia e à Carol, que agora que irá para um outro setor aqui do Senado – desejamos toda a sorte, trabalho e colaboração com esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dar as boas-vindas também para a Camila, que estará aqui junto; também para a Consultoria do Senado; para os meios de comunicação do Senado; para todos e todos os assessores dos Senadores e Senadoras. Também cumprimento todos e todas que nos acompanham pelo Brasil.

Eu, inclusive, quero solicitar ao Diogo que possa fazer sempre a entrega dos resumos do FNDE e Inep. Tem um documento muito interessante e muito importante sobre a importância desses dois órgãos para a educação no Brasil, pesquisas educacionais. Como vamos ter uma educação de qualidade se o quadro funcional do Inep não for adequadamente valorizado? Tudo depende de números, de pesquisas, de conceitos, de regiões, dos exames nacionais.

O Inep e o FNDE são órgãos que lidam com centenas, quer dizer, com dezenas de bilhões, centenas... Até eu diria que só no Fundeb, não só por causa dos recursos federais, mas dos estados e municípios, os critérios todos, são R$250 bilhões de reais por ano: PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), Pnae, alimentação, transporte, e há um quadro absolutamente desvalorizado no FNDE.

Já fizemos audiência pública com o Presidente do Inep e com a Presidente do FNDE, ambos solidários integralmente como pessoas que comandam instituições tão importantes. E, por isso, nós estamos pedindo que o Ministro, na vinda dele, no convite que foi aprovado, também reforce isso junto ao Ministério da Gestão.

Essa situação é completamente diferente de uma necessidade para milhares, dezenas de milhares de pessoas: lá no FNDE nós estamos falando, imagine, de 200 pessoas – 200 –, lá no Inep estamos falando de mil pessoas. E a educação no Brasil depende desses órgãos, prestigiados, valorizados financeiramente, em termos de carreira... É o apelo que a gente faz novamente, dentro desse turbilhão de confusões que acontecem, porque nós estamos falando de 300 – deveriam ser mais, já foram mil. Mas vamos aumentar, ter carreira, que se diga: "Não, eu quero trabalhar no FNDE e no Inep porque lá é uma área importante para o país e valorizada". Por isso que nós estamos, inclusive, colaborando, para mostrar para os Senadores e Senadoras: como é que um órgão que lida, que trabalha, que afinal encaminha centenas de bilhões de reais pode trabalhar com um quadro tão reduzido?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, só para informar a V. Exa.: nós acabamos de aprovar na CAE o projeto da correção anual do Pnae, muito importante para o processo de alimentação na escola.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso, também.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É a correção anual, para não ficar defasado, como ficou muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, a alimentação escolar é um dos programas; o Pnate é outro programa; PDDE, Dinheiro Direto na Escola; quer dizer, se houvesse um indicativo de greve dessas instituições... Para valorizar, para dizer... Todo mundo valoriza tanto, mas na educação nunca se valoriza. E nós queremos trabalhar, como Comissão, para que o quadro funcional do MEC seja adequado, porque temos que ter infraestrutura nesses órgãos, Inep, FNDE, para que haja, inclusive, estudos e perspectivas de como aprimorar a distribuição de recursos já existentes e que devem ser usados na sua plenitude, com visões novas. Mas não há tempo, não há espaço para as pessoas trabalharem nesse sentido.

Muito bem, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e quinze minutos do dia treze de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Alan Rick, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Lucas Barreto, Rogério Carvalho, Humberto Costa, Rosana Martinelli, Beto Martins, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Wilder Morais, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Angelo Coronel e Jorge Kajuru, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores André Amaral, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão, Carlos Portinho, Jaime Bagattoli, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 42ª reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4050, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a oferta do profissional de apoio escolar em instituições públicas e privadas de ensino." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação com 3 emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2992, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a validação de diplomas da educação superior expedidos irregularmente." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2725, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para estabelecer requisitos mínimos de transparência pública e controle social em matéria educacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação com a Emenda nº 1 - CTFC. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 557, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1394, de 2023 - Terminativo -** que: "Reconhece como manifestação da cultura nacional o Círio de Nazaré, realizado na cidade de São Luís, no Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2886, de 2022 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Guia de Turismo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho (*ad hoc*), substituiu Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1711, de 2024 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Alberto Martins Torres no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 5407, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional da Dança da Chula ao Município de Lagoa Vermelha, no Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 4029, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Pastor Evangélico." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nª 1 - CE, em decisão terminativa. **ITEM 10 - Plano de Trabalho** que: "Proposta de Plano de Trabalho para avaliação de Políticas Públicas: "Cotas Étnico-Raciais nos Programas e Ações do Ministério da Cultura", conforme o REQ 22/2024 - CE." **Autoria:** Sen. Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 76, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1290/2024, que "institui o mês de abril como Mês Nacional de Valorização da Cultura Brasileira"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 78, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 76/2024 - CE, com o objetivo de instruir o PL 1290/2024, que "institui o mês de abril como Mês Nacional de Valorização da Cultura Brasileira", sejam incluídos convidados." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 77, de 2024** que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 71/2024 seja incluído convidado." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 79, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar o "Orquestrando", exitoso projeto de desenvolvimento musical, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocasião do Dia do Músico, a ser comemorado em 22 de novembro." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/13

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 13 de agosto de 2024.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Moção 173/2024, encaminhada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, contendo manifestação de apoio à destinação de 10% do PIB para a Educação.

- Ofício nº 450/2024, encaminhado pela Câmara Municipal de Ribeirão Preto, São Paulo, em apoio ao Governo Federal, para a regulamentação da profissão de pedagogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Moção de apoio nº 28/2024, encaminhada pela Câmara Municipal do Rio Grande, Rio Grande do Sul, em apoio ao PL 2.062/2023, que veda a exigência de registro e pagamento de anuidade em conselho de classe, para o efetivo exercício da docência pelos profissionais da educação, e torna dispensável o registro nos conselhos regionais de Educação Física para o exercício de docência em Educação Física.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 42ª Reunião, realizada em 6 de agosto.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Informo que os itens da pauta que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos e exigem quórum de maioria absoluta para sua aprovação serão votados nominalmente, em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os demais itens que exigem votação nominal.

Ficam retirados de pauta os itens 1, 2 e 4, a pedido dos Relatores ou das Relatoras.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4050, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a oferta do profissional de apoio escolar em instituições públicas e privadas de ensino.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação com 3 emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

2. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 09/07/2024 e 06/08/2024.

3. Em 03/07/2024, foi apresentada a emenda n° 1, de autoria do Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG).

4. Em 09/07/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2992, DE 2019

- Terminativo -

Dispõe sobre a validação de diplomas da educação superior expedidos irregularmente.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (MDB/TO)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 06/08/2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Em 06/08/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

3. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 557, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.)

Quero saudar, em primeiro lugar, a presença do caro Senador Beto Martins, do PL, de Santa Catarina, substituindo, nesse período, a Senadora Ivete Silveira.

Seja muito bem-vindo, Beto. Sua experiência como Prefeito, como educador, como Senador e político, é muito importante para esta Comissão.

Seja bem-vindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado, Presidente Flávio Arns.

Só, rapidamente, quero agradecer pela sua hospitalidade e dizer que educação é assunto levado muito a sério em Santa Catarina. Então, eu vou o enorme prazer e me sinto muito honrado.

Agradeço à bancada pela indicação para fazer parte desta importante Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado. Isso é muito importante.

E também o Senador Hamilton Mourão, amigo, companheiro e membro desta Comissão, e o Senador Zequinha Marinho, que está chegando nesse momento, quero saudá-los também.

Até pergunto... Nós passamos, em primeiro lugar, em função das presenças, ao item 8, Senador Hamilton Mourão.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 5407, DE 2019

- Terminativo -

Confere o título de Capital Nacional da Dança da Chula ao Município de Lagoa Vermelha, no Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

Autoria do Deputado Federal Santini.

Concedo a palavra a V. Exa. para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Bom dia, Presidente. Bom dia, caros colegas, senhoras e senhores.

Presidente, peço autorização para ir direto à análise.

Nos termos do disposto no inciso II do art. 102 do Regimento Interno do nosso Senado, compete a esta Comissão analisar proposições que versem, entre outros temas, sobre homenagens cívicas, a exemplo da proposição em debate.

Ainda de acordo com mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, foi confiada a esta Comissão a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito às técnicas legislativa e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verifica-se que compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre cultura, conforme inscrito no art. 24, inciso IX, da nossa Constituição.

É legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, do texto constitucional, haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa.

Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente inatingidos pela proposição quaisquer dispositivos constitucionais, não havendo vícios materiais de inconstitucionalidade a apontar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, não observamos, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade do tema, tampouco identificamos falha de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Em relação ao mérito da proposição, parece-nos plenamente justificada a concessão do título de Capital Nacional da Dança da Chula ao Município de Lagoa Vermelha, no Rio Grande do Sul.

Lagoa Vermelha, localizada na região norte do estado, possui profunda relação com a dança da chula, estilo peculiar que envolve uma série de passos e movimentos ritmados e que celebra a história e a cultura dos gaúchos.

Em Lagoa Vermelha, essa dança não é apenas um espetáculo, mas uma prática viva, cultivada e transmitida de geração em geração.

As escolas locais, os grupos de dança e as famílias da região têm se empenhado em manter viva essa tradição, ensinando aos jovens os passos e, principalmente, a importância histórica da chula.

A comunidade de Lagoa Vermelha demonstra um profundo compromisso com a preservação dessa cultura. Realiza festivais e competições na cidade, sempre acompanhados com grande entusiasmo pela população local. Além disso, dançarinos e apreciadores de todo o estado rio-grandense e de outras regiões do país lá comparecem.

A infraestrutura cultural de Lagoa Vermelha também é digna de menção, pois o município conta com espaços adequados para a prática e a exibição da dança da chula, como centros culturais, teatros e arenas ao ar livre. Ao reconhecer Lagoa Vermelha como a Capital Nacional da Dança da Chula, estaremos não só celebrando uma dança, mas também honrando a história, a identidade e o espírito de uma comunidade que faz da chula um verdadeiro patrimônio vivo.

Só não vou demonstrar aqui a dança, viu, Presidente, porque teria que ter uma lança para a gente botar no chão aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, o nosso voto é pela aprovação do PL 5.407, de 2019, cumprimentando o Deputado Santini pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Hamilton Mourão. Não vamos exigir aí a comprovação, a demonstração.

Muito bom.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item nº 5.

V. Exa. gostaria...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – É o item nº 9, Senador. Se possível, inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Até por questão de saúde, então, eu passo ao item nº 9 da pauta e em seguida retornamos ao item 5, de relatoria do Senador Rogério Carvalho.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 4029, DE 2021

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Pastor Evangélico.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. Em 12/06/2024, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

Autoria: Deputado Federal João Campos.

Com a palavra, então, V. Exa., Senador Zequinha Marinho, para a leitura do relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Solicito autorização para ir direto à análise do projeto.

Nos termos do disposto no inciso II do art.102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre instituição de datas comemorativas, a exemplo da proposição em debate.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido no inciso I do art. 49, inciso IV do §1º do art. 91, foi confiada à Comissão de Educação, a CE, a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito. Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca de aspectos constitucionais jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 24, IX, da Constituição Federal), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da Constituição Federal) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, da Constituição Federal) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, ressaem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada audiência pública nesta Comissão de Educação no dia 12 de junho de 2024. Dela participaram vários Parlamentares, autoridades e integrantes de agremiações religiosas, que trouxeram dados e informações importantes que justificam a instituição do Dia Nacional do Pastor Evangélico.

Na ocasião, foi ressaltada pelos participantes a importância do ministério eclesiástico feminino, reconhecida e valorizada em muitas tradições cristãs ao redor do mundo. A inclusão de mulheres no ministério eclesiástico agrega benefícios espirituais, pastorais e sociais, respeitando as convenções e seus respectivos estatutos.

Assim, propomos aqui uma emenda com o intuito de promover o enaltecimento das mulheres teólogas e líderes cristãs, responsáveis por trazer sólida contribuição para a educação religiosa, formação espiritual e preparação de líderes. Ademais, a participação delas reflete o propósito de Deus em valorizar as mulheres e evidenciar a comunhão com Cristo, manifestando a graça entre todos que a busquem, sem distinção ministerial.

Em relação ao mérito da proposição, reconhecemos a importância do projeto. A instituição do Dia Nacional do Pastor reconhece e honra aqueles que renunciam a seus anseios pessoais e se dedicam a estudar as diretrizes bíblicas, aperfeiçoando seu conhecimento histórico, filosófico e objetivando adquirir um currículo vasto para dar amparo sólido às suas respectivas congregações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pastores são comprometidos em encorajar uma vida com princípios baseados na palavra, trazendo forte contribuição para a educação religiosa e formação espiritual. Não temos dúvida, portanto, que os pastores, digo melhor, que as pastoras e pastores evangélicos são modelos inspiradores para as suas congregações. Eles enfrentam desafios, oferecem apoio emocional, ministram cultos e lideram estudos bíblicos.

Ao instituir um dia dedicado a eles, destacamos a dedicação e coragem que apresentam, incentivando outros a seguirem seus passos. Esses líderes são faróis de esperança e fé, e sua influência positiva merece ser celebrada, razão pela qual somos favoráveis à instituição do Dia Nacional da Pastora Evangélica e do Pastor Evangélico.

Do voto, Presidente.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.029, de 2021, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº – CE
> Inclua-se a expressão “da Pastora Evangélica e” antes do termo “do Pastor Evangélico” no Projeto de Lei nº 4.029, de 2021.

Era essa a emenda e era esse o nosso voto com análise completa, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Zequinha Marinho. É uma emenda de redação, não é?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – É, apenas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É apenas de redação. Muito bem.

Está em discussão a matéria.

Pois não, Senadora Damares Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Quero sim, Presidente. Eu quero cumprimentar o Senador Zequinha. Nada como uma boa pressão de mulheres para a gente mudar um texto, não é, Senador Zequinha?

A matéria é muito boa. Talvez algumas pessoas perguntem assim: "Precisamos mesmo ter um dia nacional? Vocês gastam tanto tempo aprovando o dia nacional".

Presidente, semana passada foi o Dia Nacional da Equoterapia, uma lei aprovada em 2009, e nesse dia o Brasil inteiro parou para falar da equoterapia.

Eu estive num evento incrível aqui em Brasília. Se não tivéssemos esse dia, as instituições não teriam apoio para fazer um evento, campanha de conscientização, reunir a sociedade. Então dias como esses são muito importantes para os segmentos. Então ter um dia oficial do pastor é muito importante.

A gente tinha uma divergência com relação às datas. Isso foi discutido em audiência pública. Porque cada igreja tem uma data, mas a gente acabou trazendo um consenso.

E o interessante da nossa audiência pública aqui na Comissão foi a gente pedir ao Relator que colocasse "pastora". Apesar de algumas igrejas não aceitarem o termo "pastora" e não ordenarem mulheres pastoras, nós estamos lá. Queiram ou não, nós estamos pregando o Evangelho. Aceitem-nos ou não, nós estamos fazendo uma diferença dentro da Igreja Evangélica. Eu tenho o título de Pastora; não estou pastora, porque pastora é quem cuida. Eu me vejo, eu me classifico, me autodefino mais como uma evangelizadora. E não evangelizo gritando, eu faço uma evangelização com o meu trabalho. Eu quero muito que as pessoas queiram conhecer o Cristo que me faz chorar e me move para cuidar de criança, cuidar do aflito, cuidar do necessitado. É dessa forma que eu prego o Evangelho. Mas nós temos mulheres lá na ponta fazendo um trabalho incrível. Às vezes a gente passa, Presidente, lá na região da Amazônia, naquelas cidades ribeirinhas, não tem uma agência bancária, não tem um equipamento público, mas a gente vai ver uma igrejinha, e pintado lá: "Igreja Assembleia de Deus", "Igreja Quadrangular", "Igreja Batista"; uma igreja tem. E quando a gente aproxima o barquinho, vai até lá, por incrível que pareça, muitas delas são lideradas por mulheres, aguerridas, destemidas e que trazem de fato a vocação para o pastorado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, esse projeto de lei é de autoria do Deputado João Campos e eu faço uma homenagem a ele, é um homem incrível, que não está conosco mais no Parlamento, mas a ideia dele é uma ideia muito, muito bem aceita pelo segmento. E ao Senador Zequinha, obrigada, meu Senador, ao senhor, que tem uma sensibilidade muito grande para a pauta da mulher, por ter tido a coragem de colocar aí "pastoras e pastores".

E que Deus abençoe os pastores e pastoras do Brasil, que lá na ponta, muitas vezes, Presidente, fazem até o trabalho do Estado. Aonde o Estado não chega, um pastor chega com certeza.

Parabéns, Senador Zequinha!

Eu peço o apoio dos pares para a gente votar de acordo com a emenda.

E eu estou muito feliz com a sugestão aceita pelo Senador Zequinha.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Com a palavra, o Relator, Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Presidente, é só para (*Fora do microfone.*) corroborar o que foi dito pela Senadora Damares em relação ao papel da mulher. E aí vamos... São dois casos distintos.

No caso que ela coloca, eu entendi mais ou menos que é quando a mulher lidera a congregação, não é? Na verdade, é a pastora de fato e de direito. E ali ela corre atrás, ela arruma tudo, com um jeito que só a mulher sabe ou só a mulher tem.

Mas ainda, Senadora – e a senhora conhece muito bem –, somente na nossa denominação, que é a Assembleia de Deus... Tem o pastor, não é? O pastor, que é o CPF, que está na frente ali; é o cara responsável, aquele que lidera e tal. Mas, às vezes, de 80 a 90%... Preste atenção! E eu conheço, eu sou do meio e eu vivo no interior, em qualquer lugar, na beira do rio, nas estradas, enfim. De 80 a 90% de tudo que acontece ali é pela esposa dele, certo?

É essa mulher anônima – entendeu? – que faz, que trabalha, que resolve, que vai atrás. Como eu disse, o CPF é dele, "pastor fulano de tal" é o que responde juridicamente por aquele trabalho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas é a esposa dele – não é? – cujo nome não aparece, cujo CPF não aparece, que não aparece muito, mas é ela que carrega e é ela que faz.

Há essas que a gente não consegue aqui, de repente, colocar no projeto de lei, mas fica o registro pessoal e a nossa homenagem, porque, realmente, são fantásticas!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem colocado!

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada em bloco.

Eu quero cumprimentar os Senadores e as Senadoras presentes. Já tinha mencionado alguns antes, eu repito: a Senadora Damares Alves; o Senador Beto Martins, primeira reunião. Muito bem-vindo de novo! Caro Presidente – Beto Martins – da CDH, o nosso amigo Paulo Paim; o Senador Zequinha Marinho, que acabou de relatar a matéria, o Rogério Carvalho e o Senador Hamilton Mourão.

O Senador Rogério Carvalho é o Relator do próximo item da pauta, que é o item nº 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1394, DE 2023

- Terminativo -

Reconhece como manifestação da cultura nacional o Círio de Nazaré, realizado na cidade de São Luís, no Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação.

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputada Federal Betinha. Relatoria do caro Senador, colega Rogério Carvalho.

Concedo a palavra a V. Exa., para a leitura do relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria pedir permissão para ir direto à análise.

Nos termos do disposto pelos incisos I e II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, acerca de normas gerais sobre cultura, diversão e espetáculos públicos e homenagens cívicas, temas presentes no projeto em análise.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido no inciso I do art. 49 e inciso IV do §1º do art. 91, foi confiada à Comissão de Educação a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 24, IX, da Constituição Federal), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da Constituição Federal) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, da Constituição Federal) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que diz respeito ao mérito da proposição, reconhecemos a importância do projeto.

A origem do Círio de Nazaré está envolta em lendas e fatos históricos. Como manifestação religiosa, o culto a Nossa Senhora de Nazaré originou-se na Europa cristã; no Brasil, teve início na cidade de Belém do Pará, onde, há mais de dois séculos, é realizado anualmente no mês de outubro.

Por ocasião da comemoração do bicentenário da festividade, ocorrido no ano de 1992, com o intuito de disseminar a devoção e levar ao conhecimento dos outros brasileiros a força da fé à Santa, a Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Nazaré foi levada por missionários a todas as capitais brasileiras. Pela ligação histórica existente entre Maranhão e Pará, São Luís foi a primeira cidade a ser visitada.

O Cohatrac é um bairro residencial, de classe média, localizado no leste da cidade de São Luís. A Capela Nossa Senhora de Nazaré, localizada na comunidade, havia sido recentemente elevada à categoria de paróquia. Esse fato, aliado à visita da Imagem Peregrina, ensejou a realização do primeiro Círio de Nazaré em terras maranhenses. Desde então, a história fala por si só: a procissão é uma das maiores manifestações religiosas do Maranhão, sendo acompanhada por mais de 100 mil fiéis.

Deve-se ressaltar, ainda, a existência de legislação estadual que reconhece a importância histórica e cultural da festividade e a inclui no calendário cívico oficial do estado.

Acreditamos que o reconhecimento como manifestação da cultura nacional do Círio de Nazaré realizado na cidade de São Luís do Maranhão irá fortalecer a identidade cultural e espiritual da região, além de movimentar a economia local e promover nacional e internacionalmente a cidade, razões pelas quais somos favoráveis à iniciativa.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.394, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, agradeço.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, a Senadora Leila Barros pediu que eu fizesse a leitura *ad hoc* do item 6.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não. Agradeço a concordância de V. Exa.

Passamos ao item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2886, DE 2022

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Guia de Turismo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 11/06/2024 e 25/06/2024.

A autoria é da Câmara dos Deputados: Deputado Federal Eduardo Bismarck.

A relatoria é da Senadora Leila Barros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra a V. Exa., Senador Rogério Carvalho, como Relator *ad hoc,* para a leitura do relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Também vou direto à análise.

Nos termos do inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem acerca de datas comemorativas, caso do projeto em análise.

Além disso, por ser a única Comissão a manifestar-se sobre o tema, compete-lhe, ainda, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspetos, nada há que se opor ao projeto.

De fato, a competência da União para dispor sobre o tema decorre do comando contido no art. 24, IX, da Carta Magna.

Ademais, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não incidir, na espécie, reserva de iniciativa. Igualmente adequada é a veiculação do tema por meio de lei ordinária, já que não há exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

A matéria apresenta, também, técnica legislativa apropriada, em consonância com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Finalmente, foram cumpridas as exigências previstas na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que "fixa critério para instituição de datas comemorativas". Quanto a esse aspecto, o autor informa a realização de audiência pública na Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, onde estiveram presentes representantes do Ministério do Turismo, da Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais do Turismo, da Associação Brasileira dos Guias de Turismo e da Federação Nacional dos Guias de Turismo. Na ocasião, os convidados reafirmaram a alta significação da data proposta.

No mérito, da mesma forma, consideramos que o projeto mereça prosperar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A instituição do Dia Nacional do Guia de Turismo representa um grande passo para a valorização de profissionais essenciais ao setor, um segmento vital para nossa economia. Os guias de turismo desempenham um papel importantíssimo na promoção da cultura e na preservação do patrimônio histórico e natural do País, servindo como ponte entre os visitantes e as riquezas locais.

Além disso, a instituição da data reforça a importância da qualificação e da profissionalização no setor, incentivando a busca por formação especializada e contribuindo para a elevação dos padrões de qualidade dos serviços turísticos oferecidos no Brasil. Essa qualificação não apenas melhora a experiência dos turistas, mas também fomenta o desenvolvimento sustentável do turismo, equilibrando as necessidades econômicas com a conservação ambiental e cultural.

Por fim, a celebração desse dia contribuirá para aumentar a conscientização sobre a importância dos guias de turismo, estimulando o reconhecimento e o respeito por esses profissionais que são verdadeiros embaixadores do Brasil. A iniciativa reafirma a contribuição inestimável dos guias para a economia, a cultura e a imagem do País no exterior, reforçando o papel essencial que desempenham na indústria do turismo, um setor de extrema relevância para o desenvolvimento e a integração social.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.886, de 2022.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço de novo, Senador Rogério Carvalho, também pela relatoria *ad hoc*.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Quero saudar também a presença do Senador Esperidião Amin, uma grande liderança desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos agora à votação em bloco dos itens 5, 6, 8 e 9 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 1.394, de 2023; PL 2.886, de 2022; PL 5.407, de 2019; e PL 4.029, de 2021.

Os Senadores e as Senadoras que votam com os Relatores ou as Relatoras votam "sim".

Enquanto a votação ocorre, eu passo a palavra ao Senador Paulo Paim, que, neste ano, é o responsável pela política pública da Comissão de Educação e Cultura. E ele vai apresentar então a proposta do Plano de Trabalho, que se denomina "Cotas Étnico-Raciais nos Programas e Ações do Ministério da Cultura".

Então, que bom, quero, em primeiro lugar, saudar V. Exa...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... amigo, Presidente, Líder, conhecido no Brasil inteiro. V. Exa. é mais conhecido no Paraná que eu próprio. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por isso que V. Exa....

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O que me orgulha, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por isso que V. Exa., se fosse candidato pelo Rio Grande do Sul, estaria eleito. Com essa diplomacia toda dele aí...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ah, tá bom. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, V. Exa. então.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, uma questão de ordem. Essa tentativa de aliciamento federativo é absolutamente infundada, porque se o senhor tivesse que migrar do Paraná, o senhor simplesmente voltaria para a sua origem, vindo para Santa Catarina. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, Santa Catarina.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha a disputa aí, viu?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu só quero dizer que, de fato, eu amo Santa Catarina, não só pelo litoral, pelo interior, pela cultura, por todos os aspectos, a serra, enfim. E as famílias, tanto do pai, como da mãe, são originárias de lá, mas estamos solidários com o Rio Grande do Sul sempre.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente, Senador Flávio Arns.

Eu vou fazer um resumo aqui da proposta, do Plano de Trabalho, sobre "Cotas Étnico-Raciais nos Programas e Ações do Ministério da Cultura".

O art. 49, inciso X, da Constituição Federal, estabelece como competência exclusiva do Congresso Nacional "fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta".

Nesse sentido, a Resolução 44, de 2013, que acrescentou o ar. 96-B ao Regimento Interno do Senado Federal, definiu os procedimentos para a avaliação de políticas públicas por esta Casa, com o objetivo, entre outros, de adequar os dispositivos normativos e necessidades sociais.

Dessa forma, a Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, atendendo ao Requerimento nº 22, de 2024, de autoria deste Senador, realizará a avaliação das políticas públicas relacionadas às cotas étnico-raciais nos programas e ações do Ministério da Cultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu achei muito importante o que esta Comissão decidiu, Sr. Presidente, porque cotas, eu sempre digo, não é uma atividade-fim, é uma atividade-meio, não é? Vai chegar um dia... Como em outros países, como os Estados Unidos, depois de 50 anos, as cotas não existem mais, passaram a não existir, não é?

O que eu mais vi quando quisemos aprovar – e aprovamos, graças a Deus, aprovamos quase que por unanimidade aqui no Congresso –, a maior crítica foi a falta de acompanhamento para fiscalizar como é que estavam indo as cotas. Por isso, a Comissão decidiu que vamos acompanhar.

Então, eu vou ler, aqui, rapidamente, o objetivo: avaliar se as políticas públicas de cultura e os editais do Ministério da Cultura contemplam adequadamente os recortes étnico-raciais e, com base nos resultados, oferecer recomendações ao Poder Executivo e desenvolver proposições legislativas para aprimorar essas políticas.

A avaliação visa analisar a eficácia e a eficiência dessas políticas no combate ao racismo estrutural e na promoção da inclusão de pessoas negras nas ações culturais promovidas pelo Ministério da Cultura.

Convém destacar que a avaliação de políticas públicas é uma atividade realizada pelos Parlamentos das principais democracias do mundo.

A avaliação tem o objetivo de acompanhar todo o processo, desde a gênese até a sua implementação, realizando a devida prestação de contas perante a sociedade. Também tem o propósito de aprimorar as atividades a partir do acúmulo de experiências e informações a serem utilizadas em futuras decisões da administração pública.

É, portanto, o ponto final do ciclo das políticas públicas, formado essencialmente por cinco etapas: i) a formação da agenda; ii) a formulação da política; iii) a tomada de decisão; iv) a implementação; v) a avaliação.

Metodologia.

A avaliação será realizada com base na coleta e análise de dados de diversas fontes, incluindo: documentos oficiais do ministério, relatórios de execução dos editais, audiências públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atividades propostas.

Requerimentos de informação.

Serão solicitadas informações detalhadas ao ministério sobre a execução dos programas e editais que envolvem cotas étnico-raciais.

Serão realizadas inúmeras audiências públicas, conforme calendário por nós já apresentado.

Cronograma: requerimento de informações até 30 de agosto; primeira audiência pública até 30 de setembro; segunda audiência pública até 30 de outubro; apresentação do relatório preliminar até 30 de novembro.

Relatório.

O relatório final será elaborado com base nas informações coletadas e nas discussões realizadas nas audiências públicas e junto aos ministérios correspondentes. Avançaremos nos seguintes pontos: introdução e contexto; metodologia da avaliação; resultados e achados; conclusões; e recomendações.

Esse é o resumo, Sr. Presidente, do relatório.

Eu, mais uma vez, agradeço a esta Comissão, porque esse acompanhamento vai permitir que a gente com segurança possa – oxalá! – um dia dizer que a gente não precisa mais de cotas. Esse é o objetivo principal.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está em discussão a matéria.

Até eu gostaria de fazer uma colocação também, Senador Paulo Paim. Lá na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, tivemos a presença, no decorrer desses meses passados, por exemplo, da Ministra da Igualdade Racial, da Ministra dos Povos Indígenas também. Enfim, há várias situações em que esses ministérios se encaixam nesse debate étnico-racial. Quer dizer, como é que os ministérios pensam em relação a essa valorização da cultura, da diversidade étnico-racial do nosso país? São as comunidades quilombolas, comunidades indígenas, ribeirinhas, ciganas, do campo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até pedimos para as Ministras, no caso, enviarem à Comissão de Educação a pauta parlamentar para que a gente pudesse, nos debates da legislação, inserir conteúdos voltados para essas áreas. Isso não aconteceu até o momento, mas esse trabalho interministerial – também eu verifico – é um dos trabalhos mais complicados, mais difíceis de serem feitos.

São cotas étnico-raciais ou iniciativas étnico-raciais justamente para valorizar a riqueza da diversidade do nosso país. Então, se pudesse incluir, de alguma forma, nesse debate, a presença desses outros ministérios para eles dizerem como o Ministério da Cultura poderia agir em relação às pastas que elas comandam – não só lá, eu penso assim –, aquilo que é importante colocarmos na educação em termos das comunidades quilombolas, indígenas, ciganas, toda essa composição da cultura brasileira... Então, que enviem também para cá, porque, para nós não precisarmos de cotas, como V. Exa. bem colocou, isso tem que criar uma cultura nova. Como é que a gente cria uma cultura nova? A partir da creche, da pré-escola, do ensino fundamental, do ensino médio, criando uma outra mentalidade. Como fazer isso? É um desafio interessante de que a cultura tem que dar conta, mas com o subsídio dos ministérios fins que existem.

Então, esta pauta parlamentar, a gente requereu lá verbalmente para as ministras quando elas estavam na CDH: o que vocês gostariam que a gente colocasse na legislação para que isso fosse valorizado? Que a gente valorize agora uma política afirmativa, vamos dizer, de ultrapassar certos obstáculos para que depois, no futuro, já venha como uma coisa natural, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, a sua complementação vem de acordo com o que nós estamos propondo aqui nas audiências públicas. Aproveitando o seu gancho, já ficamos aqui entre nós acordados – claro que serão apresentados os requerimentos – de que, nas audiências públicas, nós vamos incluir todos os ministérios citados por V. Exa., ou seja, o da Cultura, o da Educação, o da Igualdade Racial, o dos Direitos Humanos, para que a gente daí, de forma conjunta, aprofunde o debate do acompanhamento da política de cotas no Brasil. Já é um sucesso, mas tem que prestar contas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Exato.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu concordo plenamente com V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Isso aí então nós vamos...

Continua em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – V. Exa. permite que eu vote aqui?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ah, V. Exa. não votou.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Enquanto eu falava, eu não votei.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está faltando exatamente o seu voto. Olha aí, agora até já... (*Pausa.*)

Paulo Paim, quero ver se já apareceu lá no painel, que aí nós já encerramos a votação também.

Ah, está lá amarelo ainda, falta...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como eu trabalhei muito em metalúrgica, a minha digital nunca funciona. Eu vou ter que discar aqui, porque não deu certo mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Você sabe que isso acontece muito com professores e professoras que usam muito giz durante a vida, e aí corrói a digital. Então, eu conheço professores que podem...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deu certo, mas eu tive que ir pelo código.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É. Agora deu certo, muito bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem, então, em primeiro lugar, nós vamos ver a votação. Está encerrada a votação.

Peço à Secretaria que abra o painel pra verificarmos os votos.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Votaram SIM 15. NÃO, nenhum voto. Abstenção, nenhum voto.

Então, estão aprovados os projetos de lei nos termos dos relatórios apresentados: PL 1.394, de 2023; PL 2.886, de 2022; PL 5.407, de 2019; e PL 4.029, de 2011.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

O Senador Paulo Paim, de maneira muito competente e como de hábito, leu o plano, a proposta de trabalho, quanto às cotas étnico-raciais nos programas e ações do Ministério da Cultura.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Está em votação o plano de trabalho para avaliação de política pública.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o plano de trabalho para avaliação da política pública: cotas étnico-raciais nos programas e ações do Ministério da Cultura.

Passamos aos requerimentos.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 76, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1290/2024, que "institui o mês de abril como Mês Nacional de Valorização da Cultura Brasileira".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS).

Se quiser justificar, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Bem rápido, Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1.290, de 2024, que institui o mês de abril como Mês Nacional de Valorização da Cultura Brasileira.

Proponho, para a audiência pública, os seguintes convidados: representante do Ministério da Cultura; representante do Ministério da Educação e representante do Iphan.

Justificação. Cumprindo o requisito da Lei 12.345, de 9 de dezembro de 2010, faz-se necessária a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei 1.290, de 2024, oriundo do Programa Jovem Senador, de 2023, que institui o mês de abril como o Mês Nacional de Valorização da Cultura Brasileira.

Eu fiquei muito feliz, Sr. Presidente, de relatar esse projeto, porque todos sabem que eu sou um apaixonado pelo Programa Jovem Senador. Foi um projeto de resolução que eu apresentei há 15 anos, foi para o debate e hoje nós estamos já no 15º ano desse debate, que visa, na verdade, no fundo, a dar formação, instrução, ajudar os jovens de hoje que disputam em todos os estados. É uma disputa por redação. A redação desse ano foi: 200 anos do Senado e a democracia. Mas precisam ver a qualidade... Claro, eu não li todas, foram 192 que disputaram dentro dos 27 estados, mas eu li a dos 27 ganhadores. Foi uma semana em que eu estive com eles, foi um momento, para mim, magnífico e inesquecível, vendo a qualidade dessa moçada que ganhou nos seus estados.

E V. Exa., inclusive, participou com uma representante do seu estado, muito competente, como foi também a do Rio Grande do Sul e todas as outras e outros. Mas é importante ver que as mulheres normalmente são maioria no Programa Jovem Senador. É uma experiência, para mim, muito interessante. Eu não posso propor, mas eu gostaria muito mesmo que cada Câmara de Vereadores tivesse um programa de jovem vereador e que cada Assembleia, então, votasse lá por iniciativa de algum Deputado e também tivesse um programa jovem deputado. A Câmara já tem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Câmara Federal já tem. Mas seria muito bom se todos os municípios tivessem e as Assembleias Legislativas também tivessem.

É muito interessante. Eu saí... A emoção do dia da despedida deles na tribuna... Eu diria que não todos, mas quem não chorou gaguejou. É aquela hora em que a garganta tranca. Todos muito competentes. Eu tinha que fazer uma fala de encerramento, eu disse: "Depois de 27 líderes fazendo um pronunciamento belíssimo como vocês fizeram, eu aprendi na vida que nunca se deve falar depois de um grande jogador. Então eu vou sintetizar meu discurso, fazendo uma homenagem a vocês". E terminei, porque de fato foram muito, muito qualificados, tanto a participação deles nas Comissões, onde elaboraram projetos...

E estou falando disso porque aqui nós estamos aprovando um projeto exatamente do Programa Jovem Senador.

Era isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É isso mesmo.

Está em discussão a matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, não é sobre a matéria. Eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só para encerrar, então, Senador Esperidião Amin.

Lembro que foram 170 mil redações...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Foram 172 mil.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não. Foram 172 mil redações no Brasil: o Senado Federal e o futuro da democracia no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, já que V. Exa. falou, vou fazer homenagem de novo para a Brenda, lá do Paraná, aluna do Colégio Estadual Presidente Vargas, de um município pequeno, muito querido, Bela Vista do Paraíso, que é o município da família do Ministro da Agricultura, inclusive. Quero saudá-la, do Colégio Estadual Presidente Vargas.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Quem concorda com o requerimento, Senadores e Senadoras, apresentado pelo Senador Paulo Paim permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Esperidião Amin, desculpe-me.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, como eu não pude estar aqui na semana passada, eu queria ter uma notícia sobre o Plano Nacional de Educação, que o Governo, afinal, encaminhou em julho.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso. Nós temos, se V. Exa. me permite, dois encaminhamentos. O primeiro deles, foi aprovado, na semana passada, um convite para o Ministro da Educação dar explicações sobre alguns aspectos e, entre os três ou quatro aspectos mencionados, detalhar o Plano Nacional de Educação: como que foi elaborado, as sugestões que vieram, os trâmites, o que ele pensa do plano e tudo mais. O segundo encaminhamento é que nós já aprovamos um requerimento de realização de audiências públicas aqui nesta Comissão. Então as audiências públicas vão se iniciar não na próxima segunda-feira, mas será toda segunda-feira de manhã, às 10h. Haverá uma audiência pública, com os nomes já aprovados, porém, claro, são oito audiências públicas divididas por áreas. No dia 26, então, toda segunda-feira de manhã, 10h da manhã, uma audiência pública sobre o Plano Nacional de Educação, lembrando que o Plano Nacional de Educação ainda está na Câmara dos Deputados, quer dizer, nós estamos nos antecipando, como habitualmente fazemos nesta Comissão, ao debate que virá para cá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então o Ministro virá – estamos vendo se ele pode vir. Até peço para a assessoria naquela semana presencial, para não ser uma semana remota, que seria... Eu acho que é preferível, mas, se não for possível, pode ser na semana remota. Mas, no dia 26, será a primeira audiência pública do debate do Plano Nacional de Educação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E, quanto às oito reuniões, pelo menos os temas das oito reuniões V. Exa. poderia disponibilizar? Eu não sei se já foram disponibilizados?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, já foram aprovados, inclusive, os temas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Os temas? Então, a falha é minha.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, não estão divididos por temas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O que eu gostaria de saber é se são oito temas... Então, se são dez reuniões ou oito reuniões e dez temas, eu queria saber quais são os temas para, eventualmente, se eu quiser sugerir uma pessoa ou sugerir um tema...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso, perfeito.

A primeira audiência pública está aqui, então, no dia 26. Já comunico à assessoria do ministério representante... De fato não está o título, mas há representante do Ministério da Educação, representante do Conselho Nacional de Educação, representante do Fórum Nacional de Educação e representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Ainda vamos fazer sempre, depois de cada audiência pública, uma memória de reunião de uma página, para que todos os Senadores tenham acesso ao resumo, para que possam ler o resumo, caso queiram se aprofundar no assunto. O material estará sempre disponível no *site* da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eu queria me fixar e prever. Por exemplo, haverá uma sessão de debates temáticos sobre ensino superior. Ou uma outra... Qual o tema da reunião?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se eu quiser indicar ou sugerir a presença de alguém, eu quero enquadrar esse alguém na sessão temática que lhe é devida.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Exatamente, isso é muito importante.

Nós sempre fizemos – sabe, Senador Esperidião Amin? – com quatro pessoas, para as quatro poderem, até com mais calma, explanar e tudo. Mas haverá, sem dúvida, no ensino superior também... Aqui, olhe: representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), representante do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), representante da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), representante da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES).

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E as comunitárias, por exemplo, onde é que entram?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, entraria aqui... É.

Isso aqui... Eu faço o seguinte, Senador Esperidião Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor podia disponibilizar...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Veja bem, eu vejo aí a Andifes, universidades federais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Particulares.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... particulares...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Aqui a ABMES também, as mantenedoras...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É isso que eu queria.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, a ABMES... Isso.

E, por favor, Senador Esperidião Amin, nós...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Por exemplo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina têm muito fortes as universidades comunitárias. No meu estado é a maior organização de ensino superior. E nós temos sérias pendências com o Governo Federal. Começaram com pendências fiscais e com a forma como o Governo Federal trata as universidades comunitárias – não neste Governo, mas há muito tempo. Tivemos casos em que a Universidade do Sul de Santa Catarina foi notificada pela Receita Federal por sonegação de Imposto de Renda, que na verdade favorecia a prefeitura do município, que a instituiu. Constantemente temos que afinar, e eu não conheço o texto do plano, mas nós temos certamente sugestões muito objetivas e controversas. Não sei qual é a posição do Governo.

Então, este seria um caso de interesse regional, eu diria, mas no meu estado é vital.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É. Eu só diria, Senador Esperidião Amin, que não é só regional, é nacional.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É nacional.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, lá no Paraná também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No Nordeste também temos; em Minas Gerais, São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E eu costumo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu estou mencionando nosso caso como exemplo. Já mencionei o dos estados vizinhos, até porque estamos aqui com os três estados representados neste momento.

Mas eu vou tratar... A partir deste documento é que eu vou trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Fico grato por isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Vamos até...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... combinar o seguinte. Tem essa sugestão, são 32 pessoas. As sugestões de nomes ultrapassaram as 32 pessoas. Nós vamos fazer a primeira, mas já antes da segunda nós aprimoramos, com as sugestões que eventualmente vierem e reflexões que possam ser feitas também, e submetemos ao Plenário aqui da Comissão.

Eu particularmente gosto da sugestão de que haja o título também: ensino superior, educação...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, temática.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Quer dizer, a gente pode deduzir isso da presença das instituições, mas não pode esquecer ninguém aí que seja importante também participar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pelo menos os polos do assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Hum-hum. Está bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eu acho que ter o tema seria importante.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Porque já se saberíamos do que se trata.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Vamos trabalhar juntos, ou a assessoria pode trabalhar junto aí com o pessoal, e a gente aprimora o texto. O importante é discutirmos com calma também, porque o projeto nem está aqui, está lá na Câmara, mas não vamos esperar o projeto chegar aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Indo para um outro ponto e finalizando, ensino médio, ensino médio técnico. Tivemos uma modificação na lei. A lei que nós aprovamos em 2017 está sendo revisada, foi revisada, por iniciativa do MEC. Então, esse é um tema que afeta todos os estados.

Uma sessão temática sobre ensino médio me parece muito oportuna. É o ponto mais nevrálgico. O Governo tomou uma boa iniciativa com a questão do Pé-de-Meia, formas de tornar o ensino atraente e evitar a evasão escolar que se caracterizou nos últimos anos. Acho que é um dos nossos calcanhares... Nós temos vários calcanhares de Aquiles. Esse é um dos...

O debate seria acho que muito necessário.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas deixo aqui só o esse pedido, que seja por ter o título tematizado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está certo, mas eu só quero lembrar que esse item, junto com a elaboração do plano nacional do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novo ensino médio profissionalizante, consta do ofício, convidando o ministro, para ele também explicar do ponto de vista do... Ele nunca tem se negado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sempre está disponível.

E a outra coisa que a gente vem discutindo aqui é que lá, no Ministério da Educação, há duas carreiras que são essenciais para que tudo funcione adequadamente, que é o Inep, porque temos que ter os dados, os números, as pesquisas, e o Inep, o quadro funcional...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O que não pode divulgar as pesquisas, o que não pode, nós já tratamos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, pois é.

Mas tem que ser valorizada a carreira, até para o Inep chegar a uma comunidade quilombola e dizer: "Olha, aqui os dados apontam isso, aquilo". Precisa haver uma orientação em relação aos números.

E ao mesmo tempo o FNDE. O FNDE, na verdade, se debruça sobre um orçamento; se nós contarmos o Fundeb, PDDE, dinheiro direto, merenda e tudo, é R$1 bilhão. Eles estão lá com um quadro, assim, irrisório, desvalorizado em termos de carreira.

Também já fizemos, até aprovamos requerimento nesta Comissão, fomos falar com a Ministra da Gestão, Esther. Nós não estamos falando de 100 mil, 200 mil funcionários; são 150 a 200 no FNDE. Então, vamos fazer a carreira adequada, não é?

E no Inep é a mesma coisa, dependemos de pesquisa do ensino médio, do ensino profissionalizante, da creche e mesmo da criança. Agora também do Pacto Nacional pela Infância, o Marco Legal da Infância, Dia Nacional da Primeira Infância, agora em agosto, até aniversário da Dra. Zilda também, dia 25, que era da Pastoral da Criança. Então, precisamos ter os números das crianças exatos. Quem que faz isso? É o Inep, mas como a carreira... O Presidente do Inep veio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, a Presidente do FNDE também e todo o quadro funcional do FNDE e do Inep, dizendo: "Olha, falta fôlego, falta perna, precisamos ter esses dados todos disponíveis".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, se...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mas faremos o que V. Exa. sugeriu. Só peça para o Jibran, não é? É o Jibran também, ele fala com a gente também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente tem um requerimento que, na verdade, é um adendo...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... de uma audiência que eu terei na próxima quinta aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, nós temos três itens extrapauta de requerimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O primeiro deles é de V. Exa.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 78, DE 2024

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 76/2024 - CE, com o objetivo de instruir o PL 1290/2024, que "institui o mês de abril como Mês Nacional de Valorização da Cultura Brasileira", sejam incluídos convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Com a palavra V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Na verdade, é o requerimento anterior que eu li, e nesse momento eu estou voltando a um outro requerimento, que é um adendo àquele primeiro do mesmo tema: "institui o mês de abril como Mês Nacional de Valorização da Cultura Brasileira". Eu estou pedindo que seja incluído também representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Educação e Cultura (CNTEEC), e também o Sr. Nelson Luiz Rigaud Mendes, Diretor do Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro-Brasileira da Fundação Cultural Palmares.

É esse o adendo, Sr. Presidente, do requerimento de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Importante.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Primeiro, é um item extrapauta.

Eu acho que não há objeção que se coloque em votação. (*Pausa.*)

Não havendo, os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O outro requerimento é da Senadora Damares Alves, que não está presente, eu subscrevo.

É um item extrapauta também. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, leio o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 77, DE 2024

Requer nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 71/2024 seja incluído convidado.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) e outros.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O convidado é o Dr. Paulo Roberto, que é Coronel da reserva do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e ex-Secretário Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Está em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O último item é o Requerimento 79, de 2024, de minha autoria. É um requerimento extrapauta.

Pergunto se há alguma objeção. (*Pausa.*)

Não havendo objeção:

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 79, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar o "Orquestrando", exitoso projeto de desenvolvimento musical, por ocasião do Dia do Músico, a ser comemorado em 22 de novembro.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR).

Proponho para audiência a presença do Sr. João Carlos Martins, maestro conhecido e reconhecido pelo Brasil todo.

Conduzido pelo maestro João Carlos Martins, Orquestrando incentiva regentes e instrumentistas no aprimoramento artístico e técnico do trabalho musical que desenvolve. A iniciativa amplia o alcance das apresentações, atingindo cada vez maior público e contribuindo para valorizar orquestras, bandas e outros grupos musicais nas suas comunidades. Dentre outras atividades, Orquestrando oferece a regentes e coordenadores de projetos musicais assessoria e apoio em diversas frentes, como elaboração e adaptação de repertórios, articulação política, busca de patrocinadores e divulgação dos eventos realizados. Os resultados do projeto são notáveis, estando apenas em São Paulo integrados mais de 400 grupos, muitos deles sediados em municípios com menos de 10 mil habitantes, que, a despeito de estarem distantes dos grandes centros e com pouco acesso à educação musical formal, são capazes de desenvolver um trabalho de inegável qualidade. Em Orquestrando, o maestro João Carlos Martins desenvolve larga gama de atividades voltadas à cultura musical e à sua implantação nas cidades brasileiras, o que justifica que esta Comissão o ouça e tome conhecimento dessa iniciativa de relevo cultural que possui acentuado alcance social.

Se fôssemos homenagear João Carlos Martins, seria uma sessão especial do Plenário do Senado Federal, mas ele gostaria – e nós pedimos também que isto acontecesse – que, no Dia do Músico, ele, como uma referência nacional nessa área, explicasse detalhadamente na Comissão para todo o Brasil, através dos meios de comunicação, o projeto Orquestrando.

Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Antes de encerrar a reunião, informo que teremos, na quinta-feira, dia 15 de agosto, às 9h30, audiência pública destinada a instruir o PL 1.290, de 2024, que institui o mês de abril como o mês nacional de valorização da cultura brasileira, como o Senador Paulo Paim já se referiu.

Informo ainda que fica retirado de pauta o item 3, a pedido do Relator.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2725, DE 2022

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para estabelecer requisitos mínimos de transparência pública e controle social em matéria educacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação com a Emenda nº 1 - CTFC.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com parecer favorável ao projeto com a emenda nº 1-CTFC.)

Os itens 1, 2, 3 e 4 foram retirados da pauta no dia de hoje.

Quero agradecer novamente a participação e o trabalho da Secretaria da Comissão de Educação; e apresentar para o Brasil e para os presentes a Camila, que se incorpora à equipe da Secretaria nesta semana, substituindo a Carolina, que sempre estava aqui presente e que agora participa de outros afazeres e trabalhos, mas a equipe toda... Eu quero dizer, Andréia, que você coordena um grupo extremamente valoroso e empenhado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero até dizer para o nosso grande jogador de tênis, o Lucas... Está aí o Lucas? (*Pausa.*)

Não, ele saiu. Eu disse para ele: "Olha, Lucas, vamos fazer um projeto, uma iniciativa, agora, com a Olimpíada, sobre tênis e educação; esqueite e educação; vôlei e educação, e tal".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, também pode, não é? Do Kuerten, não é?

Está aí o Lucas, olhem! O Lucas, para quem não sabe, é um campeão de tênis, não de mesa, de campo. Então, eu disse para ele: "Olha, você, como jogador de tênis... como articular isso, porque isso é um processo educacional pelo esporte". É algo extraordinário, maravilhoso difundir o esporte de todas as maneiras possíveis. É uma tarefa então, não é?

Quero agradecer, então, à Camila, ao Lucas, a toda a equipe, à Andréia, a todos os presentes e saudar todos e todas que nos acompanham pelos valorosos meios de comunicação do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia quinze de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Leila Barros, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Rosana Martinelli, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, André Amaral, Marcelo Castro, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão, Flávio Arns, Carlos Portinho, Beto Martins, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 76 e 78/2024 - CE, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Instruir o PL 1290/2024, que "institui o mês de abril como Mês Nacional de Valorização da Cultura Brasileira". **Participantes:** Sra. Raquel Franzim, Coordenadora-Geral de Educação Integral e Tempo Integral do Ministério da Educação (MEC); Sr. Cristiano Meira, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura (CNTEEC); Sr. Nelson Luiz Rigaud Mendes, Diretor do Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro-brasileira da Fundação Cultural Palmares; Sra. Maíra Torres, Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural; e Sr. Jéferson Assumção, Diretor de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Ministério da Cultura. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/15

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 15 de agosto de 2024.

Objetivo e diretriz da reunião. A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 1.290, de 2024, que institui o mês de abril como o Mês Nacional da Valorização da Cultura Brasileira, em atenção ao Requerimento 76, de 2024, de minha autoria. E é bom lembrar que esse projeto é dos Jovens Senadores.

Participam, de forma virtual, os seguintes convidados: Sr. Jéferson Assumção, Diretor de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Ministério da Cultura; Sra. Raquel Franzim, Coordenadora-Geral de Educação Integral e Tempo Integral do Ministério da Educação (MEC); Sra. Maíra Torres, Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Sr. Nelson Luiz Rigaud Mendes, Diretor do Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro-brasileira da Fundação Cultural Palmares; Sr. Cristiano Meira, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura.

Antes de passar a palavra para todos os nossos convidados, farei aqui uma pequena introdução ao tema. E digo também que o relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Eu lembro a todos que teremos um tempo de dez minutos para cada um dos convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, de imediato, farei uma abertura de praxe aqui da Presidência.

Senhoras e senhores, convidados, Senadores e Senadoras, esta audiência pública da Comissão de Educação tem como objetivo instruir o Projeto de Lei 1.290, de 2024, que institui o Mês Nacional de Valorização da Cultura Brasileira, a ser celebrado em abril.

A proposta surgiu como sugestão legislativa no Programa Jovem Senador e Jovem Senadora de 2023, relatada pelo Senador Alessandro Vieira, na Comissão de Direitos Humanos. A sugestão foi transformada em um projeto de lei. Hoje tenho a honra de ser Relator dessa matéria aqui na Comissão de Educação.

Lembro que, como convidados desta audiência pública, contamos com representantes dos Ministérios da Cultura e da Educação, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), da Fundação Cultural Palmares e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura.

A proposta busca promover a cultura nacional de forma democrática e consciente, estabelecendo que o poder público, durante o mês de abril, desenvolva uma série de atividades, como palestras, seminários, debates, atividades lúdicas e apresentações culturais e artísticas, entre outras.

A cultura, em sua definição mais ampla, conforme as enciclopédias, abrange o conjunto de hábitos, crenças e conhecimentos de um povo ou grupo artístico, seja ele literário, dramatúrgico, musical ou de artes plásticas, que compartilhem um padrão estético comum.

Um país democrático que valoriza suas diversidades e pluralidades tem que colocar a cultura como prioridade. A cultura reafirma a nossa identidade, a nossa cidadania. Ela é expressa na voz popular de nossos carnavais, festas juninas, folia de reis, cantorias, cordéis, poesias, violas, chulas, fandangos, nos contos, na literatura, nas artes, na religiosidade, na culinária, nas tradições e – por que não dizer? – no amor pela terra, no amor ao seu país, no amor ao planeta, no amor ao meio ambiente.

Como dizia o pajador Jayme Caetano Braun: "Da terra brotaram gritos, e dos gritos brotaram cantos". Essas vozes populares nos ensinam e nos mostram a nossa alma coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A cultura é a base de uma nação, um reflexo de vida diário de seu povo e de suas lutas por sobrevivência. É através da cultura que conhecemos as alegrias, as dores da nossa gente. Quantas vidas foram consumidas nas poeiras do esquecimento, ensiladas em si mesmas, navegando por mares de silêncio e de frio? E quantas outras ressurgiram em meio às feridas do coração, abrindo novas trilhas, deixando para trás antigas armadilhas e abraçando a vida com renovada alegria e energia?

Cora Coralina é um símbolo da nossa cultura, ao lado de tantas outras mulheres e homens. Ela é uma das minhas inspirações na vida e na política. Não tive a honra de conhecer pessoalmente Cora Coralina, nem de visitar sua casa. Não toquei suas mãos, nem beijei seu rosto, mas gostaria de tê-lo feito. Gostaria muito de ter podido, no mínimo, beijar suas mãos. Mas li seus poemas, cheios de sabor, de gente, de mel, de esperança e de brasilidade.

Da janela ela observava o mundo, contemplava o rio e seus cristais, uma ponte de pedra e madeira, com pilares de saudade. O sol, a lua, o vento, a chuva, a terra em flor clamando por sementes. Sim, por sementes, a semeadura é muito importante. Um beija-flor, uma andorinha, uma aquarela, nos olhos de Cora Coralina. Horas serenas, dias e anos que passam como se o tempo não existisse. Não percebem que nascemos velhos e envelhecemos jovens. A mocidade e a velhice estão aqui em nossas mentes e em nossos corações, estão nos ensinamentos da grande Cora Coralina.

Então, vamos decidir o nosso destino, como fazem os pássaros nas manhãs do Brasil. Como é bom ouvir o cantar dos pássaros. Ouçamos os cantares da nossa gente, as falas do nosso povo, o rir, o chorar, o abraçar, o gemido dos humilhados. A cultura é a alma de um povo.

Com esta última frase – a cultura é a alma de um povo –, nós vamos agora passar diretamente para a fala dos nossos convidados.

Eu vou fazer um apelo a todos para que, se puderem, fiquem em dez minutos, porque foi convocada uma sessão do Senado agora de manhã. Eu sou um dos debatedores, principalmente – é uma das preocupações que eu tenho –, da PEC nº 9.

Então, passo agora a palavra ao Sr. Jéferson Assumção. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pediram-me aqui para eu inverter, assim eu farei, conforme organizado pela Secretaria da mesa.

Com a palavra a Sr. Raquel Franzim, Coordenadora-Geral de Educação Integral e Tempo Integral do Ministério da Educação (MEC).

A palavra é sua, Doutora.

A SRA. RAQUEL FRANZIM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas e a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia.

A SRA. RAQUEL FRANZIM (*Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Paulo Paim.

Em nome do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação Básica, eu cumprimento o senhor, todos os engajados na Comissão de Educação e Cultura do Senado e também cumprimento os nobres debatedores desta audiência pública, que comigo abordarão este tema tão importante da cultura na formação, no desenvolvimento e no fortalecimento da democracia do nosso país.

No Ministério da Educação é importante aqui citar o compromisso do Ministro Camilo Santana em melhorar a qualidade da educação pública brasileira por meio de programas como o Programa Escola em Tempo Integral, o qual eu coordeno, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas e também a poupança a estudantes com maior vulnerabilidade socioeconômica, o Pé-de-Meia.

Eu inicio aqui a minha fala, costurando elementos que fundamentam os programas governamentais e que corroboram com o debate proposto hoje. Quero começar, dizendo que bebês, crianças e adolescentes, já no Artigo 29 da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças, tratado de direitos humanos mais assinado em todo o mundo, ali crianças são sujeitos de direitos culturais, sociais e econômicos. A criança é entendida como alguém que merece ter respeito à sua própria identidade cultural, ao seu idioma, aos valores e também a essa pluralidade de culturas que constituem a vida social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Constituição Federal, o art. 227 aplica a doutrina de proteção integral a crianças e adolescentes, conclamando família, sociedade e Estado para proteger e priorizar com absoluta atenção os direitos à vida, à saúde, à educação, à cultura, ao lazer, à liberdade e à convivência comunitária e familiar. E isso não muda nos demais marcos legais do nosso país, em especial nos marcos legais da educação. A LDB não apenas aplica essa doutrina de proteção integral: coloca como finalidade da educação o desenvolvimento pleno, a formação para a cidadania e a qualificação para o mundo do trabalho.

Como desenvolvimento pleno, nós podemos entender aqui um desenvolvimento integral de crianças e adolescentes que significa que não apenas os aspectos cognitivos, como também os aspectos sociais, culturais, físicos, emocionais, políticos são objeto do desenvolvimento que crianças e adolescentes vivenciam ao longo da escolaridade, ao longo dos processos educativos. E, mais recentemente, o Plano Nacional de Educação, esse com vigência de 2014 a 2024, que sofreu uma prorrogação até 2025, estabelece na Meta 6 do PNE não apenas a ampliação da oferta de tempo integral nas escolas, como também esta oferta a serviço de experiências culturais, de experiências em que as culturas locais e dos territórios possam ganhar espaço no currículo tal como a Base Nacional Comum Curricular também já determina.

E tudo isso é muito importante de ser esclarecido, porque os nossos marcos legais, ao longo das últimas décadas, desde quando a LDB foi sancionada, também sofreram alterações importantíssimas, como a Lei nº 10.639, que estabelece a inclusão da matriz de povos e nações africanas, dos povos e grupos sociais afro-brasileiros – então, de suas culturas, de suas cosmologias impregnadas no currículo por meio do ensino da História, do ensino da Literatura e do ensino das Artes.

Posteriormente, a Lei nº 11.645 também estabelece que a matriz dos povos originários brasileiros, os povos indígenas, seja promovida no currículo da educação brasileira. Esses dois marcos legais alteraram a Lei de Diretrizes e Bases. Portanto, é importante dizer que, do ponto de vista dos marcos legais, o país conta com um direito muito bem descrito para as crianças terem a cultura apoiadora do desenvolvimento de ensino e aprendizagem ao longo de todo o ano letivo, extrapolando, inclusive, uma lógica curricular de apenas datas comemorativas.

E, em 2014, é importante dizer também que a mesma LDB sofreu uma alteração também importante no art. 26, incluindo a programação no currículo brasileiro de, pelo menos, duas horas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de produção audiovisual nacional no currículo da educação básica. Ou seja, a produção do cinema brasileiro também serve não apenas para aprender conteúdos e objetivos estabelecidos na BNCC, como também como uma linguagem artística que deve ser promovida, aprendida e valorizada no currículo escolar.

Portanto, esta concepção e prática de educação que reconhece que crianças e adolescentes não são apenas sujeitos de direitos, mas também produtores de culturas próprias durante a infância – muito presentes nos jogos, no brincar, nas brincadeiras –, isso compõem o cotidiano das escolas e deve ser valorizado, como o projeto apresentado pelo Senador Paulo Paim também nos convoca.

É muito importante – acredito que nos meus momentos finais de fala – dizer que essa educação em tempo integral, assegurada nas normas legais e hoje compromisso deste Governo, do Ministério da Educação, por meio do Programa Escola em Tempo Integral, não se dará apenas com os esforços das escolas, das Secretarias de Educação.

É importantíssimo que a gente pense aqui e promova arranjos políticos intersetoriais de integração, diálogo, troca, intercâmbio de recursos – sejam eles humanos, sejam eles recursos financeiros ou mesmo técnicos – entre setores como cultura, educação, assistência social, esportes, meio ambiente e direitos humanos. Não se faz política educacional sem essa perspectiva intersetorial. É importante que esse desafio seja reconhecido para que a promoção da cultura no âmbito escolar ou fora da escola, com as comunidades e famílias, possa contar com toda a cidade, com todo o território e não apenas com as escolas. Inclusive, quando vemos os desafios que as Secretarias de Educação e as escolas enfrentam, muitas vezes eles têm a ver com essa articulação das políticas.

Portanto, é fundamental que isso seja considerado, e o programa Escola em Tempo Integral – que prevê essa ampliação de matrículas de jornada de tempo integral com a perspectiva da educação integral, que é essa de que eu vinha falando aqui – traz não só assistência financeira, para as Secretarias de Educação elaborarem suas políticas, criarem suas matrículas com essa perspectiva, com esse compromisso de asseguramento dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento pleno dos estudantes, mas também assistência técnica, para que meses como esses que estão sendo propostos hoje possam efetivamente ocorrer na vida, na trajetória de todas as crianças e adolescentes do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu encerro a minha fala agradecendo a oportunidade, colocando o Ministério da Educação e toda a equipe do Ministro Camilo Santana não só como apoiadora dessas iniciativas, como também engajada com essa agenda na educação pública brasileira.

Muito obrigada e bom dia a todas e todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós é que agradecemos à Sra. Raquel Franzim, Coordenadora-Geral de Educação Integral e Tempo Integral do Ministério da Educação. Parabéns pelo seu pronunciamento, que fortaleceu algo que eu tenho dito e em que tenho insistido: cultura também é política humanitária, é política de direitos humanos! Parabéns!

De imediato, passo a palavra ao Sr. Cristiano Meira, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura.

O SR. CRISTIANO MEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia.

O SR. CRISTIANO MEIRA (*Por videoconferência*.) – É um prazer estar falando com o senhor, ver o senhor recuperado e já de volta na batalha.

Trago um abraço fraterno do Presidente Claudio Figueroba. Ele tentou, até o último momento, participar da audiência pública, mas tinha um compromisso pré-agendado e pediu que eu participasse. Trago também um abraço do Moacyr, amigo do senhor, que já está sabendo que eu vou participar da audiência pública e pediu para eu transmitir o carinho que ele tem pelo senhor.

Eu vou fazer uma breve apresentação.

As entidades sindicais precisam realmente ter esse destaque e participar efetivamente do debate, e o Congresso tem trabalhado muito este ano em relação aos debates da cultura. Tem vários projetos em andamento, e é muito importante a participação do movimento sindical.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Cnteec é uma confederação, foi criada em 1966, está indo para completar 60 anos de existência, e defende o sistema confederativo da educação e cultura. A gente representa, dentro desse sistema confederativo, do professor, do auxiliar de educação, até o vaqueiro, e o profissional do futebol, o jogador de futebol. Nesse aspecto, a diversidade que existe dentro da Cnteec... A gente vem, durante esses 60 anos, defendendo o trabalhador da cultura.

E é muito importante o projeto de lei. Quero parabenizar o Jovem Senador e a Jovem Senadora pela ideia de trazer um mês específico de debate. Não que, durante o restante do ano, a gente não precise fazer esse debate, mas ter um momento específico com uma divisão e principalmente a questão das palestras, dos seminários, que a Cnteec reputa, que é onde a gente pode aprofundar efetivamente o debate da cultura... E, como o Senador falou e a Dra. Raquel falou, sobre a importância da cultura para o cidadão brasileiro e a cidadã brasileira, eu também vejo assim. Eu vejo que a cultura pode efetivamente mudar o destino do país. E é por isso que eu tenho um grande prazer de, há mais de 20 anos, ser consultor da Cnteec. Eu vejo que, por meio da educação e da cultura, a gente pode fazer uma transformação neste país.

Então, a importância... Sem sombra de dúvida, já antecipando o final, é de suma importância não só a gente ter um mês específico para tratar da cultura, mas que a gente efetivamente faça o debate.

Como eu já disse, está tendo no Congresso um debate muito grande de temas que atingem a cultura; a exemplo, a inteligência artificial. Esse tema especificamente atinge, sobremaneira, o trabalhador da cultura.

Então, a Cnteec entende que o coração desse projeto, sem dúvida nenhuma, são as palestras e os seminários, que é o primeiro item do projeto.

As atividades culturais, que enriquecem a vida cultural do país – como o Senador Paulo Paim abriu, e não poderia deixar de parabenizar pela abertura da audiência pública –, não só enriquecem a vida cultural do país, mas geram empregos: são milhares de empregos gerados pela cultura, pelo que a cultura faz pelo país. Então, para esses empregos, diretos e indiretos, a gente precisa efetivamente ter uma proteção. Esses trabalhadores precisam efetivamente ter um suporte das entidades sindicais, que são tão relegadas, são tão mal faladas, na atualidade, mas são essas entidades sindicais... A exemplo da pandemia, a Cnteec intercedeu, junto à Cinemark...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou dar um exemplo real. A Cinemark, no início da pandemia, quando fechou os cinemas, ia demitir todos os trabalhadores, e ia parar a operação no país. Os 6.600 empregos iam ser perdidos. Aí a Cnteec fez a intervenção, a gente negociou, e a gente garantiu todos os empregos durante o período da pandemia.

Então, as entidades sindicais têm um papel relevante. O sistema confederativo tem efetivamente um papel relevante dentro dessa estrutura que é hoje o trabalhador da cultura.

Então, a gente precisa, efetivamente, além de ter o mês, a gente precisa ampliar o debate em relação aos trabalhadores que estão envolvidos. A gente, efetivamente, precisa tratar, também, da questão da defesa desses trabalhadores. Não é diretamente, mas, indiretamente, tudo que está sendo debatido no Congresso, hoje, sobre a cultura, envolve os trabalhadores e envolve o sistema confederativo, as entidades sindicais que fazem essa defesa.

Então, a Cnteec está sim, Senador, comprometida com a valorização da cultura.

O Projeto de Lei 1.290, de 2024, é um passo importante nesse sentido. A gente conta com apoio, e, da mesma forma que o Ministério se colocou à disposição, a Cnteec está à disposição para participar sempre que for convocada, sempre que for chamada. A Cnteec tem, sim, interesse em participar, juntamente com as suas 14 federações, que representam o sistema confederativo de educação e cultura.

Fico satisfeito de poder participar e quero parabenizar os Jovens Senadores e o senhor por esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Cristiano Meira, representante da Confederação Nacional de Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura (Cnteec). Meus cumprimentos. E aqui valorizou a importância do movimento sindical.

Eu vi uma placa no fundo aí de praticamente... Praticamente não, de todas as centrais sindicais, demonstrando que o movimento sindical brasileiro está comprometido com a cultura e sabe da importância da cultura, diretamente, no mundo do trabalho.

Passo a palavra, de imediato, à Sra. Maíra Torres, Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAÍRA TORRES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Paulo Paim. Bom dia a todos os participantes desta audiência.

É um prazer poder ouvir aqui as contribuições, poder debater este tema bastante pertinente, a agenda de reconstrução de um ambiente de políticas públicas, um ambiente de educação que seja plural, que seja diverso, que respeite as múltiplas formas de se compreender o sistema de formação e de educação no país.

Então, em nome do Presidente Leandro Graas, nosso Presidente aqui do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, agradeço a oportunidade de podermos integrar a construção dos encaminhamentos a respeito desse projeto de lei, bastante aderente ao momento até que a instituição tem passado.

Durante esta semana, do dia 12 até o próximo dia 19, o Iphan vem executando uma série de atividades em todo o país, por meio, não só da sede em Brasília, como também das suas superintendências em todos os estados do Brasil, em função de uma data comemorativa, agora no dia 17, em que se comemora o Dia do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Então, durante toda esta semana, nós vimos executando, junto com parceiros da sociedade civil, com universidades, com instituições de ensino básico, com instituições de ensino tecnológico, de ensino superior, e mais uma série de parceiros, várias atividades de difusão, de promoção, de divulgação do patrimônio histórico e artístico nacional, do patrimônio cultural brasileiro.

Essa iniciativa desse projeto de lei reflete, espelha muito o sentido dessas ações que vêm sendo desempenhadas nesta semana do patrimônio, porque um dos nossos primeiros parceiros, uma das nossas parcerias mais imediata tem sido com o ambiente escolar, com o ambiente de formação, através de iniciativas, como vários projetos que nós temos acompanhado na área de aplicação patrimonial, que é uma metodologia, uma construção, um saber que vem sendo forjado dentro da instituição, ao longo dos anos, mas muito também por demanda, cooperação e colaboração de educadores, de educadores sociais, de membros representantes de diversas comunidades que entendem o processo educativo como um processo holístico que não está restrito aos ambientes formais, mas que se complementa também com uma série de atividades e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de saberes que não necessariamente estão no ambiente escolar, numa formação um pouco mais organizada e sistematizada dentro de instituições.

Então, a iniciativa de constituir, de sistematizar diversas atividades, diversas proposições em um mês nos parece bastante condizente com as propostas que o Instituto do Patrimônio Histórico leva na sua obrigação, não só de identificar e reconhecer o patrimônio cultural brasileiro, mas também de difundi-lo, de dar a conhecer, de promover os sentidos, os valores e as referências desse patrimônio cultural.

Então, a oportunidade de se concentrar isso em um mês e de ter esse ambiente, não só o ambiente escolar em si, mas todo um ecossistema de educação, que é composto pela comunidade, pelas famílias, pelos saberes que envolvem a comunidade escolar e pelas oportunidades de demonstração das diversas expressões da cultura nacional, por meio de uma prática formativa, de uma prática educativa, nos parece bastante enriquecedora e bastante pertinente no sentido de fortalecer um conjunto de políticas sociais, um conjunto de políticas públicas, entre as quais a política cultural e a política de patrimônio cultural como uma política setorial dentro da política de cultura, que têm muito a ganhar e muito a trocar com essa experiência.

Então, nós temos uma percepção e um entendimento de que as atividades formativas e as atividades educativas são também uma oportunidade para que a gente agregue no ambiente escolar saberes, conhecimentos e epistemologias que vão enriquecer e vão diversificar essa possibilidade de formação, não só para o público escolar, mas também que vão valorizar, que vão reconhecer e que vão dar dignidade e representatividade a diversos mestres, a diversos saberes, a diversas comunidades que têm outros processos de ensino e aprendizagem também que ocorrem de forma tradicional, por meio de transmissão oral, por meio de práticas sociais, por meio de fazeres culturais.

Hoje, nas sociedades urbanas, complexas, como na qual a gente vive, esses espaços de transmissão desses saberes têm ficado um pouco prejudicados, em função da velocidade da vida cotidiana, dos meios de comunicação digitais sobretudo, da supressão de espaços de sociabilidade, da supressão de insumos, mesmo, do meio ambiente circundante. A possibilidade de a gente recriar ambientes em que a cultura possa se reelaborar, possa ser reapropriada, nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parece muito interessante e muito benéfica para a preservação e para a salvaguarda do patrimônio cultural.

Então, em nome do Instituto do Patrimônio Histórico, a gente saúda a iniciativa do projeto de lei e a forma como ele aparece demandado também por meio do Projeto Jovem Senador e Jovem Senadora, que demonstra que existe uma ressonância, na juventude, desse cuidado e dessa preocupação de transmissão e salvaguarda dos nossos saberes e da nossa herança cultural. Colocamo-nos à disposição para compartilhar experiências e para propor formas de implementação bem-sucedidas de iniciativas como essa.

Mais uma vez, agradecemos a oportunidade de participação e desejamos a todos um bom trabalho na análise e na continuidade da tramitação do projeto de lei.

Agradeço ao Senador Paulo Paim a transmissão da fala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Sra. Maíra Torres, Coordenadora-Geral do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que valorizou o Iphan e a cultura, porque o Iphan cuida da nossa própria história, do patrimônio nosso. O instituto tem um papel fundamental, e eu já tive alegria de receber o Presidente aqui na Comissão. Muito bem e meus cumprimentos pela sua fala.

Antes de passar diretamente para o nosso convidado, eu vou ler aqui alguns questionamentos ou afirmações que vêm pelo e-Cidadania.

Alice, do Rio de Janeiro: "O que [...] [será feito] para redistribuir o investimento em projetos culturais, para que chegue a pequenas produções de forma mais igualitária?".

Pedro, do Rio Grande do Sul: "De que forma a valorização da cultura local pode impulsionar o desenvolvimento econômico das regiões?".

Íthalo, de Pernambuco: "Quais os meios [...] de [...] [fortalecer] a [...] [conexão] entre a cultura e a educação no Brasil [...] [desde] o ensino fundamental até o [ensino] superior?".

Vanderley, da Bahia: As políticas públicas voltadas à cultura foram deterioradas nos últimos anos. Qual é o compromisso do Estado [...] [para garantir] a retomada?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Luccas, do Maranhão: "Quais [...] [são as estratégias] para proteger e fortalecer a cultura no Brasil?".

Jonas, do Rio de Janeiro: "O Brasil é imenso, com uma grande diversidade cultural. Como catalogar tantas manifestações culturais? De que forma [podemos] valorizá-las?".

Heloísa, do Rio Grande do Sul: "Quais ações serão [...] realizadas durante o Mês Nacional de Valorização da Cultura Brasileira?".

São alguns questionamentos. Se algum dos convidados quiser se posicionar, lendo algumas das perguntas, fique à vontade, senão a Comissão depois responde.

Passo a palavra, agora, para o Sr. Jéferson Assumção, Diretor de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Ministério da Cultura.

O SR. JÉFERSON ASSUMÇÃO (*Fora do microfone.*) – Bom dia.

Está ligado aqui?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está ficando verde, tem que ficar verde aí.

O SR. JÉFERSON ASSUMÇÃO (Para expor.) – Bom dia.

Muito obrigado, Senador Paim, pelo convite e quero parabenizá-lo por essa iniciativa tão importante.

A cultura precisa sempre ser colocada no seu devido lugar, pela importância dessa área, uma vez que a cultura é fator de desenvolvimento social e é fator de desenvolvimento econômico.

Já desde 2003, desde o primeiro Governo Lula, com o Ministro Gilberto Gil, nós passamos a compreender a cultura não apenas como arte – a arte é um elemento. A cultura passou a ser vista em suas três dimensões: cultura como economia, cultura como cidadania e cultura como valor simbólico, criativo, expressivo. A cultura passou a ser vista como algo importante para o desenvolvimento da sociedade brasileira, do ponto de vista econômico, do ponto de vista – como já foi falado aqui – dos trabalhadores da cultura, mas não apenas dos trabalhadores da cultura –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

claro, é algo fundamental –, mas como riqueza mesmo: geração de oportunidades de emprego e renda, geração de uma economia contemporânea.

Hoje em dia, cada vez mais se vê a importância da criatividade como um elemento fundamental das economias. Nós temos que ter uma economia que tenha a cultura como um elemento central – a criatividade – e que leve em conta os saberes e os conhecimentos, que leve em conta essa economia e que ajude a desenvolver aquilo que é próprio da grande diversidade cultural brasileira.

O Brasil é um país altamente rico do ponto de vista da sua cultura, das suas inúmeras manifestações culturais, da sua diversidade cultural. Mas, ao mesmo tempo em que o Brasil é uma megadiversidade cultural, Senador, ele também é um país de uma megadesigualdade social. Então, o elemento da cidadania é fundamental – esse segundo fator –: como nós participamos da vida cultural, como nós participamos da vida do país numa cidadania plena. A cultura significa exatamente uma forma de a gente se relacionar com os outros; afinal, cultura são modos de ser entre nós e a natureza, ou seja, tem inúmeras formas de se relacionar. Mas a gente precisa se relacionar com cada vez mais condições, com cada vez mais qualidade, com cada vez mais acesso a bens e serviços culturais.

Por exemplo, na minha área, que é a área de livro, leitura, literatura e bibliotecas, nós temos um grande desafio: um grande sistema nacional de bibliotecas públicas. O Brasil tem 5,3 mil bibliotecas públicas. No entanto, depois da pandemia, Senador, fecharam mil bibliotecas no país. Nós chegamos a fazer, no primeiro e no segundo Governo Lula, 1.170 bibliotecas. Diminuímos o número de municípios brasileiros sem bibliotecas, mas agora temos esse desafio de voltar a ter pelo menos uma – o que é pouco – biblioteca por município. Isso, do ponto de vista quantitativo; mas, do ponto de vista qualitativo, nós temos que pensar que a biblioteca precisa ser vista como centro cultural, como elemento qualificador da relação que nós temos com materiais de leitura.

Falando disso, quero dizer que isso tem um impacto na democracia. A leitura tem um impacto em como nós nos organizamos como sociedade, num mundo cada vez mais complexo, em que as tecnologias são mais complexas. É fundamental que nós tenhamos a leitura desenvolvida na nossa sociedade, porque, afinal, ela é um elemento central. Sem leitura, nós não compreendemos a complexidade do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é para falar que isso para nós é muito importante, nessa dimensão que nós chamamos de "dimensão cidadã".

Eu falei da dimensão econômica, da dimensão cidadã, do acesso, do direito de cidadania, que obviamente envolve todas as outras linguagens. Nós estamos falando de patrimônio, tem-se que falar de cinema, tem-se que falar de música, tem-se que falar das manifestações culturais populares; ou seja, isso tudo significa uma questão de direito de fruição simbólica e direito de expressão simbólica.

Então, cada vez mais, nós temos que ter iniciativas como essa, Senador, que coloquem a importância da cultura aqui no Senado, que coloquem a importância da cultura no Congresso, para que o Brasil compreenda, cada vez mais, a questão dos direitos culturais também.

O terceiro elemento é o elemento simbólico, criativo. Nós sabemos que o Brasil é um país de encontros de inúmeras culturas. O Brasil é uma usina, de uma capacidade imensa de invenções, seja na música, seja na literatura, que é cada vez mais valorizada no mundo. A literatura brasileira hoje, a literatura contemporânea tem tido um espaço bastante grande; mas a música é central e todas as manifestações culturais do Brasil significam esse elemento estético, criativo, ampliador de repertórios, essa riqueza que o Brasil tem; e cada vez mais pensar a cultura nesses três elementos significa a gente mostrar a importância da cultura, seja ela para a educação...

Porque tem uma coisa importante: educação sem cultura é só ensino. A educação precisa da cultura para ser ela própria. A cultura é tão importante que saúde sem cultura é só remediação. Segurança sem cultura é repressão. Desenvolvimento social sem cultura é assistencialismo. A cultura, na verdade, é importante, Senador, não apenas para o seu campo; ela é importante para todos os outros campos. Qualquer outro campo precisa da cultura para ser ele próprio plenamente desenvolvido. Então, uma ideia de segurança no Brasil precisa de uma ideia de cultura. Uma ideia de desenvolvimento também precisa de uma ideia de cultura.

Isso tem rebatimento no meio ambiente, porque quanto mais nós temos o desenvolvimento cultural, uma compreensão da importância da cultura, mais nós temos também o respeito ao meio ambiente, as formas de conviver com o meio, tão importante, que nos nutre. Nós precisamos, cada vez mais, entender que estamos em um grande momento de entender a cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como esse elemento que protege e que desenvolve uma sociedade tão importante, tão rica quanto o Brasil.

Então, eu quero parabenizar mais uma vez. Quero dizer que o Ministério da Cultura, especialmente a Secretaria de Formação, Livro e Leitura, nossa Diretoria de Livro e Leitura, estamos à disposição para os encaminhamentos e tudo o que for necessário para levarmos adiante essa grande iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Meus parabéns, Sr. Jéferson Assumção, Diretor de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Ministério da Cultura, que fez uma fala abrangente.

Em resumo: a cultura tem que estar em todos os lugares, pensando na melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

Parabéns pela sua fala.

Como último orador inscrito, o Sr. Nelson Luiz Rigaud Mendes, Diretor do Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro-Brasileira.

Eu informo que já me comunicaram que a Ordem Dia começou no Plenário.

Então eu pedirei também para o Sr. Nelson que seja... Que fique exatamente nos dez minutos, para que depois eu vá para o Plenário para participar do debate de duas ou três PECs que envolvem o interesse das políticas humanitárias.

De imediato, o Sr. Nelson Luiz Rigaud Mendes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O seu áudio não está saindo aqui e nem aparecendo... (*Pausa.*)

A imagem veio agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não está aparecendo nada aqui.

Não estamos lhe ouvindo.

Infelizmente não estamos lhe ouvindo, tem algum problema havendo aí.

O seu microfone está fechado. (*Pausa.*)

Não sei. Se não der, eu vou ter que encerrar.

Não estamos ouvindo. Se tirar o fone talvez funcione melhor. (*Pausa.*)

Não deu.

Infelizmente, não estamos lhe ouvindo.

Infelizmente, eu vou ter que terminar porque não estamos lhe ouvindo e estão me chamando no Plenário.

Então, eu queria agradecer a todos.

Foi atingido o objetivo desta reunião, que era discutir a importância dessa PEC – essa PEC eu vou discutir no Plenário –, do projeto que trata do mês de abril como o mês da cultura brasileira.

Então, agradeço a todos e vamos infelizmente ter que encerrar os trabalhos devido ao chamamento que está sendo feito para mim no Plenário do Senado.

Agradeço a todos e vamos em frente.

A presente reunião foi com o objetivo de instruir o PL 1.290, de 2024, que instituiu o mês de abril como o mês nacional da valorização da cultura.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a nossa audiência pública de hoje.

(Iniciada às 09 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 15 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, André Amaral, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Alan Rick, Zenaide Maia, Augusta Brito, Paulo Paim, Flávio Arns, Lucas Barreto, Jaques Wagner, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Beto Martins, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Ciro Nogueira, Giordano, Otto Alencar e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Randolfe Rodrigues, Rosana Martinelli, Carlos Portinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 71/2024 - CE, de autoria das Senadoras Teresa Leitão (PT/PE) e Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 74/2024 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e outros, e REQ 77/2024 - CE, de autoria da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) e do Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Discutir a implementação da educação escolar quilombola no país. **Participantes:** Sra. Zara Figueiredo, Secretária da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC); Sr. Paulo Roberto, Coronel da reserva do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e Ex-Secretário Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Sra. Givânia Maria da Silva, Coordenadora do Coletivo Nacional de Educação e da Escola Nacional de Formação de Meninas da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ); Sra. Gabrielem Lohanny da Conceição Mento, Estudante da Escola Nacional de Formação de Meninas Quilombolas da CONAQ e quilombola do quilombo de Boa Vista em Salvaterra - PA; Sra. Carolina Soares Castelliano Lucena de Castro, Defensora Nacional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União (DNDH/DPU); Sr. Jan Jarab, Representante Regional para o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH); Sr. Ronaldo dos Santos, Secretário Nacional de Política para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos do Ministério da Igualdade Racial (SQPT/MIR); e Sra. Shirley Pimentel, Representante do Coletivo de Educação da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/21

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 21 de agosto de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir a implementação da educação escolar quilombola no país, em atenção aos Requerimentos nº 71, de 2024, apresentado a esta Comissão, nº 74, de 2024, apresentado a esta Comissão, ambos de autoria da Senadora Damares Alves; e ao Requerimento nº 77, de 2024, apresentado a esta Comissão, de autoria da Senadora Damares Alves e do Senador Flávio Arns.

Convido para tomar lugar à mesa as seguintes pessoas convidadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Zara Figueiredo, Secretária da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (Secadi). (*Palmas.*)

Os assentos estão marcados com a plaquetinha.

Convido a Sra. Givânia Maria da Silva, Coordenadora do Coletivo Nacional de Educação e da Escola Nacional de Formação de Meninas Quilombolas da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq); e, agora, Conselheira Nacional de Educação. (*Palmas.*)

Convido o Sr. Ronaldo dos Santos, Secretário Nacional de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos do Ministério da Igualdade Racial. (*Palmas.*)

Convido a Sra. Gabrielem Lohanny da Conceição Mento, estudante da Escola Nacional de Formação de Meninas Quilombolas da Conaq e quilombola do quilombo de Boa Vista, em Salvaterra, Pará. (*Palmas.*)

Convido a Sra. Shirley Pimentel, Representante do Coletivo Nacional de Educação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). (*Palmas.*)

Convido o Sr. Paulo Roberto, Coronel da reserva do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e ex-Secretário Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. (*Palmas.*)

Estão participando de forma remota a Sra. Carolina Soares Castelliano Lucena de Castro, Defensora Nacional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União, e o Sr. Jan Jarab, Representante Regional para o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Informo que apresentaram justificativa de não poderem comparecer a esta audiência os seguinte convidados e convidadas: Sra. Nilma Lino Gomes, Professora Emérita da Universidade Federal de Minas Gerais e ex-Ministra da Igualdade Racial; Sra. Maria do Socorro Silva, Diretora de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena do Ministério de Educação; Sr. Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal; Sra. Sandra Pereira Braga, Coordenadora Executiva da Coordenação Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas; e Sra. Karen Luise Vilanova Batista de Souza, Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

Agradecemos as justificativas.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até 10 minutos, com a tolerância necessária, se for o caso.

Ao final das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares que porventura se inscreverem para fazer suas perguntas e comentários.

Nós ajustamos aqui com nossos convidados e convidadas a ordem de fala, que será também seguida por nós.

Esta audiência pública acontece depois do dia maravilhoso de ontem, que eu já soube que foi muito bom.

Givânia tinha me convidado, mas dois motivos me fizeram ter que justificar a ausência. Eu só podia viajar ontem à noite. Tinha uma conferência de educação de Jaboatão, e a gente achou que não era bom alterar a data inicial do encontro de vocês.

Acho que a primeira coisa que eu queria colocar, antes de passar a palavra para os nossos convidados, é essa satisfação em celebrar a iniciativa da Escola Nacional de Formação de Meninas Quilombolas do Coletivo Nacional de Educação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), e dizer que essa é uma iniciativa que eleva as vozes das meninas quilombolas para uma incidência política qualificada pelo direito à educação.

Fundada em novembro de 2022, a primeira turma da escola formou 30 meninas e 11 meninos quilombolas, com idade entre 15 e 18 anos, estudantes dos anos finais do ensino fundamental e dos anos iniciais do ensino médio. Além dos estudantes quilombolas, a primeira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

turma da escola também formou 40 professores e professoras quilombolas, que atuam nas escolas e nos quilombos – uma estratégia que olha para a realidade de meninas e mulheres quilombolas, que valoriza a relação da educação com o território e com as lutas do movimento quilombola nos vários municípios e estados onde a população quilombola luta para sobreviver com dignidade.

É muito importante ver, testemunhar e apoiar a participação e o ativismo das meninas nos assuntos que impactam as suas vidas e a vida da sua comunidade, sobretudo em um cenário em que há um longo caminho a ser percorrido para alcançar a igualdade para quilombolas no que diz respeito ao direito à educação e para a implementação de fato da educação escolar quilombola.

Sabemos que as escolas localizadas nos territórios quilombolas enfrentam um nível alto de precarização e muitos problemas estruturais relacionados com necessidades básicas de funcionamento, como energia elétrica, saneamento, abastecimento de água e acesso à internet; apresentam condições muito ruins para ofertar uma educação com qualidade, pois possuem infraestrutura precária e inadequada, com falta de salas de leitura, bibliotecas, quadras de esporte e laboratórios.

Temos que discutir a situação da educação escolar quilombola no país e obviamente celebrar mudanças nas políticas de educação, como indica a recém-lançada Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola, uma construção da Secadi, MEC, aqui representada pela sua titular, Profa. Zara, e do Governo do Presidente Lula. A gente cobra o que a gente sabe que tem perspectiva de avanço, mas a gente sabe do muito que está sendo feito.

E temos todo esse debate que envolve o Plano Nacional de Educação, plano para uma década, em torno do qual também já aprovamos um ciclo de audiências públicas aqui nesta Comissão, que se inicia na próxima semana, e que precisa centralizar o tema da educação escolar quilombola.

Vocês voltarão para uma próxima audiência, no âmbito da discussão do Plano Nacional de Educação. Vamos promover os debates e mobilizações e ampliar os diálogos com órgãos do Governo, Parlamento, sistema de Justiça e outras organizações da sociedade civil e movimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociais em torno da educação escolar quilombola e da necessidade de ampliarmos o acesso aos direitos e às garantias em nosso país.

Muito obrigada pela presença de todos e de todas.

E já passo a palavra à nossa primeira convidada, que é – me permitam chamá-la assim – a minha companheira Givânia Maria da Silva. Givânia está aqui apresentada bem formalmente, como Coordenadora do Coletivo Nacional de Educação. Eu conheço Givânia lá do nosso estado – ambas somos de Pernambuco.

Recentemente tive o prazer de visitar o quilombo do qual ela é originária, Conceição das Crioulas, no Município de Salgueiro. Nós fomos inaugurar, junto com o Prefeito, uma creche – linda, muito linda. Estava lá toda a representação do povo quilombola, a descendência das seis mulheres que criaram aquele quilombo, toda a luta, a resistência, os avanços e, sobretudo, aquilo que a gente sabe que ainda pode construir.

Nós, em Pernambuco, ficamos muito felizes com a nomeação de Givânia para o Conselho Nacional de Educação. Aliás, Zara, Pernambuco foi bem contemplado, não é? Nós temos dois pernambucanos no Conselho Nacional de Educação e todos os dois vindos dos movimentos sociais.

Givânia, da educação básica...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente. ... e Heleno Araújo, que é um sindicalista, hoje Presidente da CNTE e Coordenador do Fórum Nacional de Educação. Pernambuco não pode reclamar, não é? (*Risos.*)

Está bem representado no Conselho Nacional de Educação.

Então, sem mais delongas, Givânia, companheira querida, a palavra é sua.

Quando aquele sininho tocar, não se assuste. Ele toca automaticamente.

A SRA. GIVÂNIA MARIA DA SILVA (Para expor.) – Está bom. Bom saber. A Selma estava de manhã. A Selma é uma figura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, boa tarde a todas, todos e "todes". Quero cumprimentar a mesa, na pessoa da professora da educação básica e hoje Senadora da República, Teresa Leitão, que é do meu estado e é uma professora da educação básica, como eu. Viveu longos anos de chão de sala de aula e também de sindicalismo. Eu fui, como a gente diz lá no Nordeste, pela proa, não é? Sala de aula, com alguns intervalos para atuar em outras frentes.

Na sua pessoa, eu cumprimento aqui toda a mesa, os Parlamentares que estão aqui ou que possam estar nos assistindo. Nas pessoas do Secretário Ronaldo e da Secretária Zara, cumprimento as demais autoridades do Poder Executivo ou Judiciário que aqui estejam.

Mas eu quero celebrar com essas meninas esse momento, Teresa, de estar aqui nesta Casa, porque ele é muito importante para o que nós estamos fazendo, para essa experiência que ainda é uma experiência pequena, mas que tem um alcance significativo.

Eu sou de uma geração formada nos movimentos sociais, em que formação política sempre foi fundamental para que nós entendêssemos quem éramos, quem somos, onde estamos e para onde vamos.

E eu, na Conaq, desde a sua fundação, desde a sua criação, sempre imaginei que a gente poderia ter uma experiência como essa, e, felizmente, a gente conseguiu, com esse grupo. Então, este momento, agora, desta audiência, está dentro desse encontro, que é um encontro presencial. Porque nós passamos dois anos com esses rostinhos que ontem me perguntavam: "E agora?". E eu ainda não respondi ao "e agora?", porque eu ainda não sei o que fazer com o "e agora?" que elas me perguntaram. Mas eu tenho certeza de que a gente vai encontrar caminhos de continuar alimentando essa esperança, do verbo "esperançar", mais forte em nossas vidas.

Quero dizer que, sobre esta audiência, eu pedi à Teresa: "Teresa, é muito importante que sejam professores da educação básica falando disso", porque nós focamos esse lugar.

O critério para entrar na escola era estar cursando o 7º ano, estar matriculado no 7º ano, nos anos finais do ensino fundamental, ou até o 1º ano ou 2º ano do ensino médio. O que nós queríamos olhar era exatamente isto: o que acontece para nós quilombolas sermos a maior distância entre os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio? O que acontece? Por que nós somos a maior distância do país das pessoas que saem? E nós não estamos falando nem dos que saem do ensino médio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Senadora e demais Parlamentares, esta audiência tem como objetivo... Primeiro, tem uma coisa que elas diziam sempre ontem – ontem nós estivemos no auditório do MEC; hoje de manhã, na Capes; amanhã terminaremos na Capes; e hoje à tarde aqui –: "É simbólico os nossos corpos estarem aqui, vindos de 21 estados do nosso país. É muito importante estarmos aqui". E elas se sentaram lá atrás, e eu falei assim: "Vamos sentar lá na frente, porque essas cadeiras vão ser ocupadas por vocês daqui a um tempo. Eu quero vocês se acostumando logo com o lugar de sentar, porque ali é o lugar dos Parlamentares". E é assim que a gente quer e é para isso que a gente trabalha.

Então, eu agradeço muito pela sua sensibilidade de ter acolhido esse pedido. Eu sei que não é fácil, porque você chegou ontem à noite e já vai voltar. Você está num processo também de cuidar da saúde, mas, mesmo assim, você fez esse esforço de fazer um bate e volta aqui por conta deste momento.

Quero dizer também que discutir a situação da educação escolar quilombola é uma forma de a gente repensar caminhos para a gente não ficar falando de igualdade na abstração; não ficar falando de qualidade da educação na abstração. Nós precisamos falar de qualidade da educação a partir da realidade, a partir do que essas meninas trouxeram para nós. E o que essas 39 meninas e 11 meninos trouxeram para nós durante esses dois anos, Teresa – estamos publicando, fizemos algumas publicações, ainda estamos trabalhando muito para publicá-las –, são dados que nenhum órgão de levantamento de dados consegue captar. Porque nós temos o sentimento delas de dentro do ônibus, da sala, da merenda, do encontro com o professor. Então, assim, é muito mais do que o censo escolar, é muito mais do que o que as outras pesquisas podem revelar para a gente.

E o que nós queremos aqui é socializar com os senhores e com as senhoras para que este Parlamento também possa pensar como é que se olha para esses territórios. Como é que a gente olha para os territórios pensando só que eles são lugares de destruição? Que a gente só pode pensá-los para tirar esses sujeitos?

Se ouvir o que essas meninas têm dito para nós nesses dois anos e ouvir o que elas disseram para nós nesses dias, nós vamos precisar divulgar isso, para que cada um desta Casa e cada brasileiro nunca mais tenha dúvida da necessidade de reconhecer os quilombos como espaço de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construção, de produção de conhecimento, de produção de alimentos, de produção de vida, de significado e de construção de identidade.

Então, eu paro por aqui porque eu queria não gastar meu tempo todo, porque disse à Zara, prometi uns minutos do meu tempo para ela, mas estou muito feliz de poder estar aqui nesta tarde para discutir um tema tão importante como é a educação escolar quilombola.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Givânia.

O Plenário 6 – não é, Walisson? – é aqui juntinho e está disponível também. É lógico que não vai ser assim, a cores e ao vivo, vai ser pelo telão, mas quem preferir ficar sentado lá, no Plenário 6, fique à vontade, viu?

Então, vamos passar agora para a Profa. Zara Figueiredo, Secretária da Secadi.

A gente sempre diz que a Secadi voltou... (*Risos.*) (*Palmas.*)

Zara esteve recentemente lá no estado, apresentando o programa de alfabetização de adultos em áreas de assentamento. Foi muito bonito, um sucesso que eu espero que se reproduza na execução do programa, Zara. Todo mundo ficou muito feliz.

Não tinha só gente de Pernambuco, claro, mas é porque a gente é meio amostrado mesmo. (*Risos.*)

O evento foi lá, aí a gente se amostrou bem muito, e é gente do estado inteiro.

Eu acho que essa dimensão que a Secadi retoma, ao retomar na estrutura do MEC, nos dá também essa tranquilidade de cuidar da gente, cuidar da diversidade da educação.

Pois não, Zara, fique à vontade.

A SRA. ZARA FIGUEIREDO (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Bom dia a... Boa tarde já, não é? Boa tarde a todos e todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não preciso dizer da beleza que é a quem está daqui ver esse auditório desse jeito, todo amarelo, reafirmando em cada espaço que é necessário lutar como uma garota quilombola pela educação escolar quilombola. Então, Senadora, cumprimento a senhora, e, na presença da senhora, cumprimento a mesa toda; e cumprimento cada um e cada uma de vocês que está aqui, num momento muito especial.

Ontem nós começamos a discutir isto, que não é possível fazer política pública sem fazer política, e eu acho que estar dentro desse espaço... É um espaço privilegiado para a gente pensar isso. E aí, Givânia, quando você diz que elas lhe perguntam, "e agora?", eu acho que agora é isso, assumirem a política. Vocês já sabem os caminhos, vocês já construíram parte disso, agora é assumir essa agenda mesmo, principalmente a agenda da educação, visando a uma redução de desigualdades.

Vocês podem colocar a apresentação para mim, por favor?

Então, como a Senadora Teresa...

Eu acho que essa não é a apresentação.

Como a professora...

Isso.

Não, está em PPT, não está assim, não... Foi a que eu mandei para ela. É uma versão... Ela te manda aí? É a versão... O Walisson também, acho que lhe mandei. É uma versão em PPT.

Se alguém quiser passar na minha frente...

Já conseguiu?

Essa que mandou?

Bom, então, eu vou tentar passar bem rápido, Senadora... Também vocês, para que a gente possa discutir a maior parte dos pontos.

Você toca aí para...

Eu acho que está dando eco por conta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É?

Está bom.

Bom, essa, então, foi a política, como a Senadora disse, que foi normatizada pela Portaria 470, pelo Ministro Camilo, a quem eu represento e trago os cumprimentos, nesta gestão, nesta terceira gestão do Presidente Lula, não é?

Então, isso está normatizado na Portaria 470.

Eu não vou entrar na questão étnico-racial, vou me centrar na questão quilombola, para a gente fazer o debate daqui a pouco.

Alguém passa, por favor?

Então, isso está lá.

Vá adiante.

Bom, qualquer política pública que a gente desenhe, a gente só pode partir do cenário. A Givânia trouxe um ponto importante, ela está dizendo: "Olha, obviamente que os dados do censo são muito importantes, mas existem outros dados que não estão nessas bases de dados e que também precisam alimentar as políticas públicas", não é?

Então, vá passando, por favor...

Todos esses dados que nós usamos, foram dados para a gente...

Volte, por favor. Volte ao anterior.

Foi pensando exatamente sobre o que construir. Não dá para a gente fazer uma política pública de educação escolar quilombola sem conhecer o real cenário da educação escolar quilombola, principalmente quando se navega num cenário de pouco recurso. Até mesmo quando se tem pouco recurso, é mais um motivo para ter certeza sobre onde a gente vai colocar o recurso para que se tenha um melhor resultado.

Então, esse foi o cenário que a gente desenhou; a gente olhou como é que estava a educação quilombola para produzir essa política. E sobre os dados, a gente mais ou menos já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabia pelos inúmeros relatos que já tinham sido feitos, inclusive por vocês, pelas pesquisas da Givânia. A gente sabe que a infraestrutura das escolas quilombolas são muito regressivas, quer dizer, você não tem laboratório de ciências, não tem laboratório de informática, 72% das escolas quilombolas não têm nem sala de professores, enquanto 50,4% dos estudantes brancos estudam em escolas consideradas de nível adequado.

"Como você sabe isso?". Porque nós desenhamos um índice exatamente para as escolas do campo, indígena e quilombola. Enquanto isso chega a 40% de estudantes brancos, isso cai para menos de 5% para estudantes negros e quilombolas. Quando a gente vai olhar uma outra dimensão da educação, que são os materiais didáticos, os dados nos mostram também que 14,7% dos gestores disseram não ter nenhum material para trabalhar a educação para relações étnico-raciais, 85% dos professores de educação básica em escolas quilombolas afirmaram que não têm material adequado.

Então, é aquilo que vocês discutiram ontem, é absolutamente inegociável que a educação aconteça dentro do território, mas para além da educação acontecer dentro do território, você tem que ter uma prática pedagógica, material didático e toda uma concepção pedagógica também da educação escolar quilombola. Você tem que aliar território à formação, ao material didático e à concepção.

Porque, senão, só dizer o que está acontecendo no território, mas você não garantir o material didático, a formação e a concepção também não é educação escolar quilombola. Então, você tem problema no material didático, na infraestrutura e na formação de professores – apenas 3,2% dos professores disseram ter alguma formação, ter tido algum curso voltado para a educação escolar quilombola.

Pode passar, por favor.

Nós temos um problema... Pode passar.

Nós temos um problema gravíssimo, que agora, no novo censo, foi reiterado. Primeiro, a marca lá no censo escolar para dizer se o aluno é quilombola ou não. Uma coisa é dizer que você estuda numa escola quilombola, outra coisa é a identidade. Então, este é um caminho em que o Inep precisa avançar muito – muito –, que é a definição desse estudante quilombola dentro do censo escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isto aqui é um dado de não declaração étnico-racial no censo escolar. Então, se vocês observarem, tem estado brasileiro que chega a 60% de ausência de dado de declaração raça-cor. Então, é muito difícil você fazer política sem um dado de raça-cor – e a gente tem estado que chega a 60% de ausência; isso, na educação básica –, e o censo que foi anunciado também mostrou isso.

Pode passar adiante, por favor.

Então, a gente tem um conjunto de desafios. Falta monitoramento. Qualquer política pública sem monitoramento não funciona, você precisa de monitoramento. Nós temos um problema de formação de professores, nós temos um problema de prevenção – e eu sei que vocês discutiram isto hoje na Capes – do racismo intraescolar na universidade. É preciso ter um protocolo de prevenção e resposta ao racismo, é preciso que as universidades reajam a isso. As universidades não podem naturalizar isso. É preciso que as universidades, como contrapartida social, coloquem um freio nisso – desde a própria fraude nas cotas – e que também tenham protocolos muito claros de prevenção e resposta ao racismo. Nós temos baixíssima implementação das diretrizes de educação escolar quilombola, nós temos uma infraestrutura muito regressiva e nós temos uma desigualdade de aprendizagem enorme entre esses dois grupos.

Pode passar, por favor.

Eu estou andando bem rápido para a gente conseguir...

O primeiro eixo, então, da Pneerq, que está na Portaria 470, que nós apresentamos em Garanhuns, no segundo dia. Era uma terça, e, na quinta, nós fizemos essa apresentação em Garanhuns. Então, a política que o Ministro normatizou é uma política de R$2 bilhões e ela tem sete eixos.

Pode passar, por favor.

E o primeiro eixo é exatamente... Pode ir, por favor. Vá. Pronto. O primeiro eixo – volta – é a coordenação federativa.

Eu acho que uma coisa central, Givânia, para essas escolas é: se vocês não pautarem a política educacional do ponto de vista de financiamento, de coordenação federativa, de indicador, vocês sempre vão ser pautadas. Então, essa é uma agenda que vocês precisam construir, porque,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se vocês não entrarem no debate de onde está o dinheiro da educação, se vocês não entrarem no debate de como fazer essa disputa, alguém que não é quilombola vai fazer por vocês. E uma coisa é você fazer o debate da educação da qual você faz parte, outra é você descentralizar para outra pessoa. Então, é preciso absolutamente entrar neste debate.

Por que eu estou dizendo isso? E o Prof. Abicalil, que está ali, já escreveu muito sobre isto – não é, professor? –,que se chama: coordenação federativa. Quem oferta a educação básica é estado e é município. A função do MEC é coordenar.

Então, se vocês disserem, "olha, o MEC manda o recurso, e não chega lá". A gente precisa de uma coordenação federativa forte. Se vocês perguntarem, "ah, mas por que essa política X, como, sei lá, [PDE Prof. Abicalil] PDE de 2007... Por que todo lugar a que se chega sabe de Ideb? Por que as diretrizes não foram implementadas?". Porque faltou coordenação federativa. Simples e triste assim.

Então um eixo dessa política é coordenação federativa. Quem faz isso é MEC. Ele precisa coordenar e criar travas para os entes federados, no sentido, "olha, você vai receber esse PDDE Quilombola, mas a contrapartida é você fazer isso, isso e isso". "Rede, a partir de agora, para você entrar no PAR, que é o Plano de Ações Articuladas, você precisa dar a formação para os seus professores".

A gente não altera um comportamento de município e estado com sensibilização; precisa ser com indução. E a indução geralmente é uma indução incentivo positivo, financiamento, não é? Então o que a gente fez?

Pode ir adiante.

Veja, isto aqui é o número de adesão da política escolar quilombola. As 27 secretarias...O Eduardo e a Solange estão aqui, que trabalham nisso todos os dias na Secadi, são eles que estão colocando isso lá no território – a Diretora Wilma não está aqui. Veja, as 27 secretarias estaduais aderiram à política.

Vá adiante, por favor.

E 4.887 redes municipais aderiram à política. Isso é um ganho imenso. Vamos dizer que não é? O Prof. Abicalil, que está ali, sabe a dificuldade de articulação com redes – foi da Sase, sabe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa articulação, como é difícil. A gente chegar a quase 5 mil municípios, num tema que é muito difícil, foi um ganho enorme. Então todos eles aderiram à política.

E por que eles aderiram? Porque teve contrapartida, não é? Claro, muitos deles já estão sensibilizados com a obrigação legal, porque é isso, gente. Modalidade é educação básica; portanto, é direito público e subjetivo do mesmo jeito. E uma vez não cumprido, tem sanções, e todos nós sabemos disso. Então eles precisam ofertar.

Mas daí nós tivemos uma indução, que é a indução no PAR. Então a nova resolução do PAR... se vocês vão lá na resolução do PAR que foi publicada este ano, lá está escrito, nos arts. 13 e 14, que uma contrapartida das redes para acessarem recursos no PAR é exatamente ter feito adesão na Pneerq e também ter respondido ao diagnóstico, já que a gente não tinha diagnóstico.

Vamos adiante, por favor. Pode ir, por favor.

E aqui é a parte também que a gente chama de coordenação federativa, quer dizer, a gente sabe que educação escolar quilombola, indígena – e hoje eu estava falando, ainda há pouco, com o Prof. Abicalil – precisa integrar o território. Obviamente as competências legais que estão na Constituição são da União, são do estado, são dos municípios, mas você precisa integrar, nessa política, os territórios, sobretudo, nessas políticas que têm um componente muito forte de presença territorial.

Então, dentro dessa coordenação, nós temos, tanto para a formação, quanto para a gestão, agentes de governança. Você tem, lá em cima, uma coordenação nacional, de quem oferta e coordena: MEC; Consed, representando os estados; e Undime, representando os estados. Em seguida, você 27 bolsistas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ZARA FIGUEIREDO – Gente, pensei que era a Selma. Como é? (*Risos.*)

Porque, ontem, eu explicava olhando para ela.

Tenho mais quantos minutos, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Tem o tempo de Givânia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZARA FIGUEIREDO – Givânia, quantos você me deu?

A SRA. GIVÂNIA MARIA DA SILVA – Cinco.

A SRA. ZARA FIGUEIREDO – Então, vamos tocar o baile. Bora, então.

Bom, isso aqui é para dizer que todos esses coloridos aí, azuis e vermelhos, significam que a gente vai ter uma bolsa no território, para ajudar a implementar as diretrizes da educação escolar quilombola e o plano de ação da educação para as relações étnico-raciais. Então, vocês estão vendo que vai ter uma governança regional de formação, de gestão, e – lá, em vermelho, estão vendo? – o agente de governança local é quem está dentro desse grupo. Por que não tem nos 5 mil municípios? Porque eu não tinha dinheiro para os 5 mil municípios, então eu tive que escolher onde se tem mais fragilidade de implementação das diretrizes e maior desigualdade entre os grupos.

Então, além das bolsas, há 645 regionais; de estaduais e municipais, você tem mais 773 em cada território, para ajudar a implementar isso nas escolas.

Vamos adiante, rapidinho, para eu passar... Vou muito rápido.

Isso aí é a governança consultiva – não vou passar –, em que se tem a Coneeq, a Cadara, o Conselho Nacional de Educação – o nosso colega aqui, que já conhece a política, o Ronaldo –, o Sinapir; e os órgãos de controle, que são a Copeduc, o Ministério Público, a Atricon e a CGU.

Vamos adiante.

O segundo é o eixo de monitoramento.

Pode ir adiante.

Em 21 anos da 10.639, das diretrizes curriculares para a educação quilombola, nós não tivemos um monitoramento. Então, nós criamos os indicadores. A Givânia e um conjunto de especialistas participaram do plano de 2008, atualizaram e colocaram no Simec, para as redes responderem.

Vá adiante, por favor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós tivemos os 27 – 26 estaduais e um distrital –, que responderam aos dez eixos da pesquisa; 5.137 municípios responderam à pesquisa. Aqueles que não responderam não podem executar recursos dentro do PAR.

Vá adiante. Coloca para nós aquilo...

E aqui são as respostas que eles deram sobre tudo o que foi perguntado: quantas escolas quilombolas têm formação, etc. E tinha uma trava: o Prefeito tinha que assinar. Se ele mandasse alguém que não soubesse responder, mas ele não assinasse, não era possível encaminhar para o MEC, porque tinha uma trava. Então, o Prefeito tinha que ter uma assinatura digital para ele se responsabilizar pelas respostas que ele deu. Isso aqui...

Volte lá ao início, ao princípio, à capa.

Então, esse painel vai ser disponibilizado, vai ficar público, para que toda a sociedade acompanhe as metas e os indicadores de cada um dos eixos: de formação de professor, de PDDE Escola

Clique em um para a pessoa ter...

Então, ali tem, por exemplo, proficiência, nível de monitoramento. Se você clica lá em proficiência, você sabe como os estudantes... Você pode filtrar por município, por estado, etc. Os eixos estão lá embaixo – clique em um eixo para nós –, e aí você vai ver quantas redes formaram educação quilombola, etc.

Então, o painel vai ficar público para que a sociedade toda possa acompanhar isso, a partir das respostas que as redes nos deram.

Vá adiante, volte para apresentação.

O eixo 3 – por favor – é o eixo de formação. Esse é um eixo central para nós – aí você volta... De formação.

Estou andando rápido para... Esse aqui já passou certamente da hora.

O eixo 3, então, é de formação. Esse foi um dos eixos em que nós mais avançamos.

Eu acho que... Isso, próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo eslaide, por favor.

Pronto, próximo.

Formação. Então, esse é o eixo de formação. Vocês viram que os dados são preocupantes, de formação. Então, agora, só em 2024, dos 40 lotes que foram lançados do Programa de Educação Tutorial para a formação de quem está na universidade ainda, 20 lotes são só para educação escolar quilombola, todos com bolsa.

Em agosto de 2024, são 50 mil vagas que serão lançadas pela UAB e Capes. Nós já encaminhamos o recurso, o projeto pedagógico já está pronto, o curso já está feito.

O Parfor Equidade, que foi um desenho nosso, da Secadi, ofereceu 1.730 vagas para educação escolar quilombola. Todos vocês sabem disso.

No Pibid Equidade, que foi lançado este ano, nós temos 5.406 cotas disponíveis com bolsa não só para educação quilombola, mas indígena, também em campo.

A portaria que institui a Escola Quilombo e que oferta, em nível de especialização e aperfeiçoamento – o Eduardo está tocando junto com a Solange, pessoalmente –, já vai sair nos próximos dias. Nós temos 19 instituições federais nessa Escola Quilombo e 150 quilombos envolvidos.

O primeiro curso via Avamec, também com a participação de professores quilombolas, vai ser publicado, disponibilizado agora.

Pode passar, por favor, ao próximo.

O material didático...

Pode ir adiante.

Um dos ganhos que a gente teve foi colocar professor quilombola dentro dos avaliadores dos editais do PNLD, porque isso é importante, a portaria foi publicada este ano.

Também o guia de Educação Escolar Quilombola está sendo elaborado e vai ser lançado em 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A coleção Educação Escolar Quilombola, com a experiência dos cursos de aperfeiçoamento, também vai ser lançado e o guia pedagógico também está sendo feito pela Fluminense.

Vá adiante, por favor. Estou passando muito rápido.

Bom... Vá adiante.

Isto aqui vocês devem ter visto nas redes sociais: tem um monte de cantores e atores a quem nós pedimos... porque no dia 18 foram publicados cinco editais para a apresentação de propostas para construção de cinco protocolos de prevenção e resposta ao racismo. Até o momento, nós temos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ZARA FIGUEIREDO – ... 31 e precisamos melhorar. Então, está aberto até o dia 5 de setembro.

Isso é o Carlinhos Brown fazendo a propaganda para os protocolos de resposta e prevenção ao racismo na universidade e educação infantil, com bolsa – eu acho que é R$50 mil cada uma, não me lembro bem.

Enfim, se vocês souberem de quem queira participar para ajudar a produzir os protocolos, está aberto até o dia 5, foi prorrogado até o dia 5.

Próximo.

Já pode... Só faltam dois, por favor.

Pronto, vá adiante. O Carlinhos você vê aí depois.

A afirmação das trajetórias negras e quilombolas.

A universalização da Bolsa Permanência, que o Ministro ontem reafirmou na reunião com os ianomâmis, mas também quilombolas. Foram criadas 5,6 mil bolsas este ano, para termos 18 mil bolsas e universalizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os três Institutos Federais quilombolas: um é na minha cidade, o primeiro deles, no Vale do Jequitinhonha; o segundo é em Cavalcante; o de Mirinzal eu ainda não sei em que ponto está, mas os dois primeiros já foram anunciados.

A retomada da construção das escolas quilombolas...

Vá adiante.

Volte um pouquinho, por favor.

Este é um dado importantíssimo para nós, é do Fundeb, que também o Prof. Kalil acompanhou muito de perto. A gente sabe que o Fundeb tinha um problema grande com as modalidades. Um estudante da educação infantil até o ensino médio quilombola estava com o mesmo valor. Agora, na última CIF, foi aprovado o valor de ponderação a partir de cada etapa. Então, um estudante quilombola no ensino fundamental I vai ser diferente do ensino médio, do ensino fundamental II e assim sucessivamente.

Isso dá uma diferença significativa. Isso, no tempo parcial, sai de 7 mil para 9 mil ano/aluno e, no tempo integral, chega a 11 mil. Também o PDDE Básico quilombola, o qual não existia no PDDE Básico. Agora, o valor quilombola é R$5.550 mais R$20 *per capita* quilombola. Pela primeira vez na história, de fato, nós encaminhamos salas de recurso multifuncional para as escolas quilombolas para atender os estudantes com deficiência.

Então, nós mandamos para as escolas quilombolas R$21.436.000 para atender a 1.067 escolas quilombolas.

Eu acho que não vou passar o último, porque estou bastante atrasada.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Profa. Zara.

Como eu disse no início, toda apresentação fica disponibilizada no nosso portal. Faltou muito pouca coisa. Você deu uma acelerada.

Então, vamos agora *online*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos para uma participação em forma remota do Sr. Jan Jarab, Representante Regional do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Podemos fazer a conexão.

O SR. JAN JARAB (*Por videoconferência*.) – Boa tarde, ouve-me bem?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ouvimos bem e agradecemos a sua presença.

Sabemos que, desde cedo, o senhor está nos aguardando.

O SR. JAN JARAB (Para expor. *Por videoconferência*.) – Estimadas Senadoras e Senadores, autoridades presentes, é, para mim, uma honra participar desta audiência pública com o objetivo de discutir a implementação da educação escolar quilombola no Brasil. Por isso, agradeço o convite feito ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Nosso escritório tem a missão de observar, promover e proteger os direitos humanos em todos os países do mundo, incluindo o Brasil. O Escritório Regional para a América do Sul trabalha no Brasil a partir do Marco de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável para o período de 2023 a 2027.

Como é de conhecimento, as raízes das desigualdades brasileiras são históricas e sistêmicas. Tal contexto tem perpetuado um cenário desafiador, em que a discriminação e a exclusão aprofundam o cotidiano de violações de direitos humanos contra grupos específicos da população. Nesse sentido, as comunidades quilombolas têm vivido esse panorama com profunda intensidade.

Reconhecemos que o Estado brasileiro, em especial nos últimos 20 anos, tem buscado ampliar o acesso a direitos dessas populações, sobretudo o direito à educação. A especificidade da educação escolar quilombola tem o desafio de introduzir as mais de 3 mil comunidades quilombolas existentes no Brasil em um processo de escolarização, valorização cultural e fortalecimento de vínculos socioambientais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As comunidades quilombolas são o retrato da resistência, da diversidade, de expressões culturais, raciais, religiosas, enfim, de um modo de vida e de viver a vida em coletividade. Respeitar essa realidade e fortalecer esse modo de vida, através da educação, é um papel de todas e todos.

A ONU, em sintonia com o ideal de uma educação que fortaleça a cidadania e o exercício de direitos, apresentou, como um dos pontos mais importantes, na Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, a famosa Conferência de Durban, em 2001, que os países desenvolvam políticas específicas para afrodescendentes, nas áreas de saúde, educação, segurança, entre outras.

Esse compromisso, assumido pelo Brasil, se expressou em políticas públicas de inclusão social, como a Lei nº 10.639, do ano de 2003, relativa ao ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. Contudo, a ausência de uma efetiva implementação dessa legislação tem contribuído para a manutenção do ciclo de discriminação e silenciamento histórico da população afrodescendente.

O estabelecimento de uma educação que venha a contemplar os quilombolas, no modo de expressar a formação histórica de suas comunidades, dos seus territórios e do seu modo de vida, é fundamental. Neste ano, o Estado brasileiro lançou a sua Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola. Instamos o Brasil para que, ao fortalecer o seu compromisso com a educação quilombola, possa implementar e efetivar essa política nacional com a profundidade que o tema requer.

Senhoras e senhores, as Nações Unidas, através de comitês de monitoramento de tratados, relatorias especiais e da Revisão Periódica Universal, têm recomendado avançar com a efetivação das políticas públicas em prol das comunidades quilombolas, para que o Brasil possa garantir a provisão de bens e serviços fundamentais, inclusive no âmbito da educação, para esse grupo populacional.

É imprescindível melhorar o acesso e a qualidade da educação pública, especialmente para as comunidades quilombolas, que, em sua maioria, se encontram em áreas rurais. Nesse sentido, o investimento em uma educação escolar quilombola, em que a comunidade possa participar da programação educativa, deve também ser acompanhado do reforço das políticas públicas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ação afirmativa que viabilizem o acesso à educação e à manutenção de jovens quilombolas nos espaços de formação.

Reconhecemos que o Brasil, com o seu Programa de Ações Afirmativas, tem trilhado o rumo para a igualdade racial. No entanto, essa iniciativa precisa ser universalizada em todas as instituições públicas de ensino superior, garantindo que todos os grupos raciais e étnicos marginalizados tenham representatividade consistente na educação e, por conseguinte, no serviço público, em nível federal, estadual e municipal.

Ademais, a assistência financeira para que estudantes quilombolas possam permanecer dentro das instituições de ensino superior precisa ser fortalecida. Em conjunto, instamos o Estado brasileiro a viabilizar políticas de superação de práticas de exclusão e hostilidade contra o alunado que acessa as universidades por ações afirmativas. É através da educação que é possível superar o desafio da discriminação com base na raça, na cor, na origem étnica ou no sexo, em todos os níveis da vida econômica, social e cultural. Assim, o Estado brasileiro deve tomar medidas urgentes para garantir a igualdade de oportunidades para afrodescendentes, povos indígenas e grupos minoritários, em especial as comunidades quilombolas. Investir em uma educação que impulsione o acesso de fato igualitário a todos os níveis de educação, bem como a diversificação das escolhas educativas e profissionais para as mulheres e os homens, de modo a superar as desigualdades, são metas importantes para a autonomia e o empoderamento de comunidades inteiras.

Senhoras e senhores, a Relatora Especial das Nações Unidas sobre Formas Contemporâneas de Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em recente visita ao país, afirmou que a população afrodescendente, em especial membros de comunidades quilombolas, continuam a experimentar formas multifacetadas, profundamente interconectadas e generalizadas de racismo sistêmico, que detêm uma ligação direta com o colonialismo e a violência racial endêmica contra povos indígenas e comunidades quilombolas. Inclusive, as violações aos territórios dessas comunidades são uma manifestação patente de racismo sistêmico, que prejudica significativamente o direito de acesso a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável para todas as pessoas.

Uma educação escolar quilombola que valorize o território, as formas de conhecimento e práticas tradicionais pode auxiliar na proteção do modo de vida dessas comunidades e construir novas formas de superação das crises e desafios cotidianos. Deste modo, a garantia de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação quilombola de qualidade só é possível com a proteção adequada dos territórios tradicionais. Um território demarcado é seguro, é extremamente importante para que se evitem violações secundárias dos direitos humanos que, em contexto de insegurança e violência, também interrompem o acesso a uma educação de qualidade.

Senhoras e senhores, entre a população brasileira afrodescendente, os membros das comunidades quilombolas são provavelmente os que mais são afetados pelo racismo e pelos estereótipos prejudiciais. É urgente que a implementação da Lei nº 10.639, relativa ao ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, seja efetivada em todo o país. A educação tem potencial de romper com a representação de estereótipos raciais prejudiciais, presentes, por vezes, na mídia, e impulsionadores de discursos de ódio.

Exortamos o Estado brasileiro a fortalecer seus esforços por uma educação escolar quilombola que reflita a visão de mundo das comunidades, sua relação com o meio ambiente e a perseverança na busca pela garantia dos seus direitos humanos.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós agradecemos tanto a sua presença, quanto a precisão da sua abordagem, Sr. Jan.

E vamos passar, agora, a palavra para o Sr. Ronaldo dos Santos, Secretário Nacional de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos do Ministério da Igualdade Racial, já informando que o Ronaldo tem um limite de horário, sobre o qual já nos justificou.

O SR. RONALDO DOS SANTOS (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas.

Saudação à mesa, à Senadora Teresa Leitão; à Profa. Givânia Silva; à Secretária Zara Figueiredo; à Shirley Pimentel, do Coletivo de Educação da Conaq; à Gabrielem, estudante da Escola Nacional de Formação de Meninas Quilombolas; ao Paulo Roberto, Coronel da reserva do batalhão do Corpo de Bombeiros do DF e Ex-Secretário Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Saudação a todos os meninos e meninas quilombolas aqui presentes, às autoridades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu realmente precisei antecipar a minha fala, porque, infelizmente, eu tenho um limite de horário. Na verdade, a gente tem uma convocação para estar na Casa Civil da Presidência da República daqui a pouco, e a discussão lá são as escolas indígenas e quilombolas do PAC. Então, eu acho que a gente vai para uma missão que é uma extensão desta audiência pública, porque eu acho que, quando a gente discute educação escolar quilombola, uma das coisas que atravessa essa temática é as nossas escolas, ou a ausência das nossas escolas, das escolas do nosso território, e, em muitos casos, havendo-as, em que condições essas escolas estão.

Na verdade, esta audiência pública acontece num contexto bastante relevante, que é nesse encontro da Escola Nacional de Formação de Meninas Quilombolas. Isso me remonta à aula inaugural, em que eu tive, Givânia, a satisfação de estar, atendendo a convite, ali conversando com aquele grupo. Naquele momento, tinha uma expectativa muito grande sobre o que seria a Escola Nacional de Formação de Meninas Quilombolas. Então, foi em novembro de 2022 – é isso mesmo? O tempo está voando. Então, quase dois anos depois, estamos nós aqui, depois desse processo tão intenso e tão rico, com um grupo de meninas e meninos quilombolas que passaram por esse processo e estão aqui preenchendo este auditório. E a gente já fica pensando "e depois?", porque, dentro do "e depois?", eu acho que tem papéis que são desses formandos, dessas formandas, tem papéis que são dos movimentos sociais, do Coletivo de Educação da Conaq, da própria Conaq, para além do Coletivo de Educação.

Saudação aqui aos representantes da Direção da Coordenação Nacional Quilombola.

Então tem papéis que são dos movimentos sociais e tem papéis que são nossos – não é, Zara?–, que estamos hoje na gestão pública, ou da Senadora, no Legislativo. Então eu acho que isto aqui é um encontro de responsabilidades, encontro de perspectivas, para que a gente possa alavancar o futuro a partir desses sonhos que foram retroalimentados, que foram estimulados ou que são, estão sendo ao longo de todo esse processo, inclusive os nossos sonhos, porque nós não somos uma instituição, nós a ocupamos, mas temos também nossas percepções, desejos e sonhos.

Todo esse processo também me conecta com o meu território. Sou do quilombo Campinho da Independência, no Estado do Rio de Janeiro, a primeira comunidade quilombola titulada no Estado do Rio de Janeiro, mais precisamente no ano de 1999, 25 anos atrás. E no Estado do Rio de Janeiro, a comunidade do Campinho, minha comunidade, tem discutido, há bastante tempo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há pelo menos duas décadas – e a titulação do nosso território é um marco para vários processos que se desencadearam naquele lugar – a implementação de uma educação escolar quilombola, que é, antes de qualquer coisa, uma educação que compreenda a educação quilombola para além do que se possa compreender como espaço escolar. Então o que nutre o processo da educação escolar quilombola é essa compreensão do território como um território que educa, como um território de relações, de construção de processos pedagógicos.

E falando da minha comunidade, eu quero lembrar da Laura Mariá. Talvez muitos e muitas aqui presentes não a conheceram, mas a Givânia certamente, sim, que foi uma grande companheira, prima minha, que participou lá do processo da Resolução 08, de 2012. Então uma militante da educação escolar quilombola, que nos deixou ano passado, que eu acho importante lembrar, assim como estivemos, ontem à noite, conversando com a Joana, sobre o Bispo. Portanto, Laura é uma dessas figuras que, em momentos como este, acho importante nós lembrarmos, porque, com certeza, tudo que existe hoje, essa apresentação maravilhosa que a Profa. Zara traz, é atravessado de significados que Laura ajudou a construir. Por isso, quero destacar, trazer à memória essa grande militante da educação escolar quilombola.

Nós temos percorrido o Brasil. Parece que aquela música, "minha vida é andar por esse país", foi feita pensando em nós. E temos percorrido muitas comunidades quilombolas, desde quando assumimos, em janeiro do ano passado. E as comunidades quilombolas têm uma pauta de reivindicação, assim, bastante escurecida, como preferimos dizer. Disparadamente, sem nenhuma outra pauta concorrente, o território, a discussão da territorialidade, da titulação dos territórios é a agenda número um que as comunidades quilombolas têm como sua pauta de reivindicação.

Não por acaso, o Estado brasileiro reintegra à agenda pública a questão quilombola a partir da questão da terra, que consta no art. 68 da Constituição, que tem 35 anos de promulgada. Então, essa é a primeira e mais importante agenda das comunidades quilombolas – isso é evidenciado a cada conversa, a cada oportunidade –, e talvez a grande explicação seja porque é sobre o território em que todas outras coisas acontecem. Sem o território, nenhuma das outras coisas acontecem. Inclusive, eu conversava isso com a Profa. Zara numa oportunidade que tivemos. Quando eu a visitei, recentemente, eu falava exatamente sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na outra principal pauta, na segunda principal pauta de reivindicação das comunidades quilombolas, das lideranças quilombolas – que se destaca bastante com relação ao que viria a ser a terceira, quarta, quinta pauta de reivindicação, mas de forma bastante destacada, bastante negritada – está a educação quilombola, está a educação escolar quilombola. As comunidades quilombolas têm falado muito sobre isso.

O Brasil atravessou um processo muito intenso, recentemente, de fechamento de escolas do campo. Entre elas, seguramente, várias estão em comunidades quilombolas. E as comunidades quilombolas têm pedido reabertura de escolas, têm pedido abertura de escolas, têm pedido construção, reforma e adequação de escola. Tudo isso que a Profa. Zara nos apresentou em gráfico as comunidades têm falado, a seu modo. É uma demanda que não deixa nenhuma dúvida de que é preciso ter uma priorização.

Nós lançamos, em 21 de março de 2023, o Decreto 11.447, que cria o Programa Aquilomba Brasil. O Programa Aquilomba Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO DOS SANTOS – ... para quem não sabe, é, na verdade, a reinauguração do antigo Programa Brasil Quilombola, que foi muito importante para as comunidades quilombolas em governos anteriores.

Atualmente, com o nome de Programa Aquilomba Brasil, ele reúne várias políticas públicas que estão em vários ministérios, porque também é importante dizer que o Ministério da Igualdade Racial é um ministério que trata de uma agenda transversal – ele articula junto a outros ministérios, assim como a Profa. Zara, que é do MEC, da Secadi, MEC, e traz aqui um conjunto de ações e estratégias para atuar na educação escolar quilombola.

Gente, comigo está sendo mais rigoroso. Eu não ouvi isso antes. (*Risos.*) Não prometo em 15 segundos, mas prometo acelerar.

Então, outros ministérios, naturalmente, cada um nas suas respectivas atribuições, também têm um conjunto de ações que, somadas, compõem o Programa Aquilomba Brasil.

O programa tem um Comitê Gestor, em que a Secadi tem assento, é um comitê para a gestão desse programa. Com isso, eu queria falar sobre o assento da Secadi dentro do Comitê

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gestor do Programa Aquilomba Brasil, para destacar o quanto para nós é importante discutir, em âmbito do Aquilomba Brasil, a educação como agenda prioritária.

A segunda ação que eu gostaria de trazer, para caminhar para os meus 15 segundos finais, é que dentro do Aquilomba Brasil tem a previsão – lá no seu art. 5º, que trata dos objetivos – da criação de uma Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola. E aí, como esse decreto é de 21 de março, a partir dessa previsão no Aquilomba Brasil, a gente passou o ano de 2023 trabalhando na construção de uma nova política que ganha um ato normativo próprio em 20 de novembro, que é o Decreto 11.786, que cria a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola. E é sobre ela que a gente gostaria de falar um pouco mais.

Se por um lado o Aquilomba Brasil é apenas, e apenas não é diminuindo a importância disso, mas, se ele é o retorno do antigo Programa Brasil Quilombola, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola é a grande inovação na qual nós queremos apostar, porque ela trata exatamente desse cuidado sobre o território. Ela trata exatamente sobre se pensar o território quilombola, a titulação, que é a grande disputa dos quilombolas do Brasil há pelo menos 35 anos do ponto de vista da relação com o Estado. Existe uma disputa anterior que se deu em diversos níveis e formas, mas a nova Constituição traz às comunidades quilombolas esse espaço de organização da luta, que é a luta pela terra, pelo território coletivo, indivisível, intransferível, inalienável, etc. Mas esse papel que a gente chama de título do território é apenas um instrumento de defesa do território. E é muito importante que esse território tenha outros instrumentos de defesa, outros instrumentos de gestão e outros instrumentos de desenvolvimento e fortalecimento.

Nesse sentido, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola é a nova política que nós lançamos e tem um recorte, o próprio nome sugere, com a questão ambiental e climática, mas tem cinco eixos fundamentais para que ela seja considerada a política a ser desenvolvida na sua plenitude. E um dos eixos é exatamente a educação para a gestão territorial e ambiental quilombola.

Com isso, eu encerro, dizendo que temos feito toda essa nossa construção de forma participativa, dialógica com o movimento quilombola. E, olhando para esse grupo de meninas e meninos, a gente entende que é o movimento quilombola presente, sendo inclusive oxigenado, ganhando mais fôlego e força, e que a educação vai ser para nós o início, o meio e o reinício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu agradeço o nosso espaço.

Deixo aqui um abraço da Ministra Anielle Franco e fico mais um pouquinho, porque ainda tenho mais um tempo para ficar, mas deixando já o pedido de licença para daqui a pouco eu me retirar.

Obrigado, Senadora.

Um abraço. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada.

Nós é que agradecemos e também mandamos nosso abraço para a Ministra Anielle Franco.

Nós vamos agora para mais uma participação remota.

Já pedimos para conectar a Sra. Carolina Soares Castelliano Lucena de Castro, Defensora Nacional dos Direitos Humanos da DPU (Defensoria Pública da União).

A SRA. CAROLINA SOARES CASTELLIANO LUCENA DE CASTRO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bem, boa tarde.

Primeiro de tudo, quero agradecer aqui o convite, a oportunidade de estar falando aqui nessa audiência pública de extrema relevância sobre esse tema.

Para além dessa saudação inicial, eu queria trazer aqui algumas considerações para somar aos debates desta audiência pública.

Eu entendo, depois das falas que me antecederam – o Ronaldo, inclusive, é um grande parceiro da Defensoria Pública da União, com quem já tivemos a oportunidade de estar em alguns momentos cruciais das nossas atuações –, que esta audiência pública permite, de alguma maneira, um encontro, se posso assim dizer, de dois brasis; um encontro, basicamente, de dois países. Talvez estejamos aqui, nesta audiência pública, promovendo o encontro de um Brasil que almejamos ser e de um Brasil que ainda somos. E digo aqui o "nós" – "que nós almejamos", "que nós somos" – sendo utilizado no sentido de toda pessoa que não apenas almeja, mas que também luta, de alguma maneira, para a superação das desigualdades étnico-raciais na educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira. O que eu posso dizer é que, entre esses dois brasis – o Brasil que ainda somos e o Brasil que almejamos ser –, há um mundo de coisas que definitivamente separam a conexão de ambos brasis.

Definitivamente, a gente tem um vislumbre desse país que almejamos ser no texto expresso na Portaria 470, do Ministério da Educação. Essa portaria foi publicada no dia 14 de maio de 2024 e, basicamente, essa portaria institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola. Nesse Brasil que pretendemos ser – e que está aí, de certa forma, traduzido no texto da Portaria 470, do Ministério da Educação –, a educação escolar quilombola tem como diretrizes algumas premissas. Eu posso citar aqui as diretrizes que são trazidas no texto dessa portaria, porque eu acho que vale muito a pena a gente se debruçar sobre tais premissas.

Basicamente, essa portaria estabelece como diretrizes dessa educação escolar quilombola "o respeito, o reconhecimento e a proteção da História e Cultura Afro-Brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional" e, ainda, a premissa da "superação dos racismos e de toda forma de preconceito e discriminação". Consta ainda como uma diretriz "a consolidação dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e da participação social das comunidades quilombolas".

São objetivos, ainda, dessa portaria – e aqui, nessa figura imaginativa que eu estou trazendo, a desse Brasil que almejamos ser, são objetivos desse Brasil –: "[a estruturação de] um sistema de metas e monitoramento"; "[a formação de] profissionais da educação para gestão e docência"; "[a indução para] a construção de capacidades institucionais para a condução das políticas [educacionais]"; e "[a contribuição] para a superação das desigualdades étnico-raciais na educação brasileira".

Esses são alguns dos objetivos expressos no texto da Portaria 470, do Ministério da Educação. Ainda há outros objetivos e outras diretrizes que são trazidos no texto dessa portaria.

Em relação a esse país que almejamos ser – esse país expresso aqui no texto dessa portaria –, esse texto normativo deixa bem evidente não apenas aonde pretendemos chegar, quais os objetivos que pretendemos atingir, mas esse texto da Portaria nº 470 deixa, inclusive, de forma muito bem evidenciada, o caminho a ser percorrido para que esses objetivos possam ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concretizados, porque definitivamente a estruturação de um sistema de metas e monitoramento, a formação de profissionais não apenas para o exercício da docência, mas também para o exercício da governança em si, da gestão, bem como a construção de mecanismos para a aferição das capacidades institucionais dos entes e instituições responsáveis pela implementação da política educacional, todos esses são mecanismos essenciais que vão basicamente permitir a pavimentação desse caminho para que essa política educacional almejada no texto dessa portaria possa, de fato, ser concretizada.

Bem, no que diz respeito, por outro lado, ao país que ainda somos, eu posso falar um pouco da realidade que encontramos na Defensoria Pública da União – e aí eu trago um pouco a perspectiva de uma Defensora Pública Federal que atua justamente no âmbito da promoção de direitos humanos, trazendo um pouco do que a gente consegue identificar dentro dos procedimentos de assistência jurídica encampados pela Defensoria Pública da União em relação a esse tema específico da política educacional nacional voltada para as comunidades quilombolas.

Bem, aí, nesse sentido, antes da vinda para a participação nesta audiência pública, eu fiz questão de fazer uma espécie de uma varredura, um raio-X de todos os procedimentos instaurados no âmbito da Defensoria Pública da União que tenham como objeto justamente o tema tratado aqui nesta audiência pública.

E nesse sentido a gente se deparou com uma série de procedimentos instaurados. A Defensoria Pública da União é um órgão basicamente que presta assistência jurídica em caráter nacional, portanto, a abrangência da Defensoria Pública da União é capilarizada em todos os nossos entes federativos. Além disso, por previsão do texto constitucional, a Defensoria Pública não apenas é uma instituição promovedora de acesso à Justiça, mas também uma promovedora de direitos humanos. E, sem dúvida, a promoção de acesso à Justiça e a promoção de direitos humanos são duas atuações que andam de forma indissociada, andam de mãos dadas, posso assim dizer.

Então, nesse sentido, a gente conseguiu identificar uma série de procedimentos instaurados em todo o território nacional. E aí eu vou citar alguns dos procedimentos só para fazer um paralelo com o longo percurso que a gente ainda tem a traçar, a percorrer, até se chegar à concretização efetiva do previsto no texto da Portaria 470 do Ministério da Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, em relação aos procedimentos do Estado do Piauí, por exemplo, eu posso citar aqui atuações da Defensoria Pública da União, inclusive procedimento em que ela figura como uma curadora especial em favor da Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade Angical. Nesse procedimento em específico, a gente está lidando com uma situação de uma ação judicial já em curso na Justiça Federal do Estado do Piauí, e essa ação judicial basicamente tem como objetivo a manutenção da turma do 4º ano do ensino fundamental de uma escola municipal específica, situada no Município de Coluna, no Piauí, que atende a algumas comunidades quilombolas localizadas no entorno desse município.

Ainda no Estado do Piauí, poderia citar aqui outros procedimentos voltados, um deles, a fazer frente à tentativa de encerramento das atividades de uma unidade escolar na comunidade do Quilombo Volta.

Outro procedimento, também, fazendo frente a uma tentativa de fechamento, de encerramento das atividades, em relação à escola na comunidade quilombola Lagoas.

Para além dos procedimentos que conseguimos identificar no Estado do Piauí, posso citar aqui, também, procedimentos em relação ao Estado do Paraná. Nesse sentido, a busca do procedimento instaurado é justamente a regularização da escola modular que atende a comunidade quilombola de João Surá, localizada no Município de Adrianópolis, no Estado do Paraná.

Poderia citar aqui, por mais algum tempo, alguns dos procedimentos instaurados, mas, realmente, para economizar um pouco do nosso tempo, posso falar, de maneira geral, que existem alguns procedimentos instaurados no Estado de Minas Gerais.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CAROLINA SOARES CASTELLIANO LUCENA DE CASTRO (*Por videoconferência.*) – Cito apenas um deles, a título ilustrativo, que é o procedimento que vai, justamente, tentar garantir o acesso à educação da comunidade quilombola de Macaúbas Curral, diante do já fechamento ocorrido em relação à escola municipal Joaquim Pessoa.

Ainda tem diversos, poderia dizer dezenas, de procedimentos instaurados no Estado de Alagoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cito também apenas um deles, para fins ilustrativos, aqui, para ver como a atuação da Defensoria Pública nesse campo, de fato, é bastante extensa.

Nesse sentido, cito aqui o procedimento em relação à defesa do acesso à educação das comunidades residentes em Poço das Trincheiras, no Estado de Alagoas.

Então, o que quero dizer, já me encaminhando aqui para o final da minha fala, é que, definitivamente, as premissas, os valores e as visões de mundo desses dois brasis – o Brasil retratado na Portaria nº 470, do Ministério da Educação, um Brasil já tão avançado, com mecanismos tão qualificados para a implementação de uma educação de fato inclusiva, e o outro Brasil, representado aqui nesses procedimentos da Defensoria Pública da União – partem de premissas, de visões de mundo e de valores completamente dissociados, completamente diferentes.

Posso dizer, basicamente, que o Brasil representado aqui nesses procedimentos da Defensoria Pública da União é um Brasil baseado numa lógica basicamente tecnofeudal, que encara as pessoas como produtos, a educação enquanto mercadoria, a terra enquanto propriedade e que, basicamente, enxerga as trajetórias e memórias coletivas enquanto disputas narrativas a serem manipuladas e deturpadas; ao contrário do Brasil que almejamos ser e que, de alguma forma, é vislumbrado aqui na Portaria nº 470 do MEC, que tem as suas premissas assentadas, justamente, na valorização das identidades, na garantia da terra, na visualização da educação como uma política de inclusão, na valorização das trajetórias e identidades e, sobretudo, da memória coletiva.

E deixo aqui, talvez, uma mensagem, ao final da minha fala, na participação desta importante audiência pública, que eu imagino que seja a pergunta que as instituições do sistema de justiça de alguma maneira se fazem ou, ao menos, deveriam se fazer: como conseguirmos chegar a esse Brasil que almejamos ser e que, de alguma maneira, está sendo representado aqui nessa portaria do Ministério da Educação?

Tenho certeza de que não existe uma resposta simples para uma pergunta tão complexa. Definitivamente essa resposta vai passar por todas as falas das pessoas que me antecederam aqui. Chamo a atenção principalmente para a fala da Dra. Zara Figueiredo, que também trouxe a necessidade do diagnóstico, a necessidade de disputas na construção dessa política educacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Definitivamente uma resposta para um questionamento como esse vai passar justamente por essa necessidade da disputa em relação à implementação da política educacional.

E aí eu queria apenas, por fim, dizer que, mais do que disputa para a implementação de uma política educacional, definitivamente a disputa é também para a implementação de uma determinada visão de mundo, para determinadas premissas e valores que vão justamente embasar essa política educacional.

Então, para além de um olhar para frente, para vermos o percurso que temos aí, tão longo para ser traçado até se chegar a esse Brasil traduzido na portaria do MEC, é importante também olharmos para os lados para conseguirmos identificar os parceiros e as parceiras que estão no *front* se voluntariando a também somar esforços nessa disputa.

Digo que a Defensoria Pública da União definitivamente é uma instituição parceira e totalmente já situada no *front* dessa disputa, ao lado das comunidades quilombolas, para que, de fato, a gente consiga concretizar esse futuro, de certa forma, já vislumbrado por uma portaria como essa do nosso Ministério da Educação.

Novamente agradeço-lhe a oportunidade dessa fala. Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradecemos-lhe muito a sua participação.

Sempre consideramos o Ministério Público um parceiro, um defensor, um fiscal, que certamente será requerido por nós como vem sendo, Dra. Carolina.

Obrigada pela sua participação.

Vamos passar a palavra agora para Shirley Pimentel, representante do Coletivo de Educação da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq).

Shirley, seus dez minutos iniciais.

A SRA. SHIRLEY PIMENTEL (Para expor.) – Oi! Boa tarde. Pronto. Agora, sim! Povo, acorde! Boa tarde!

(*Manifestação da galeria.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SHIRLEY PIMENTEL – Este lugar sério e tenso deixa a gente meio, assim, travada, mas vamos lá!

Quero começar agradecendo à Senadora por este espaço e à Givânia por ter feito essa articulação para a gente estar aqui hoje no Senado discutindo a educação escolar quilombola. E aí já gostaria de dizer que essa tensão... Ontem e ao longo desses dias, as meninas da Escola Nacional de Meninas Quilombolas participando das mesas e sempre: "Ai, eu estou nervosa para falar aqui, eu estou nervosa", mas este espaço é feito para a gente ficar um pouco nervosa mesmo, porque hoje mais cedo, no almoço, o Prof. Tiago, da UFRB, falava: "Não, é porque a gente internaliza que esse espaço não é feito para a gente, e a gente vai ficando tenso". Então, a gente tem que enfrentar o nervosismo e vir para dizer: "Não, esse espaço é nosso também".

Então agradeço muito a oportunidade de estar aqui.

Quero começar dizendo que eu sou Shirley Pimentel de Souza, sou da comunidade quilombola de Pedra Negra da Extrema, sou filha de Nezin, Manoel Pereira de Souza, pescador, agricultor.

Outra coisa que me falaram hoje foi que a gente pode reprimir as emoções. Eu sou chorona, tá? (*Risos.*)

Então, se eu chorar, vocês já sabem.

E de Leonídia Pimentel de Sousa – Profa. Nídia –; minha mãe também é agricultora, e, depois dos 30 anos, ela resolveu voltar a estudar e se tornou professora.

E agora eu vou tentar falar rindo, para diminuir o nervosismo também. Ouviram, meninas? Não são só vocês. O povo adulto também chora e fica nervoso para falar nestes espaços.

Tem uma lição que meu pai fazia, da cartilha que ele estudava quando ele era criança, e ele recitava muito para a gente, e a gente achava muita graça em casa, que era bem assim: "Vocês conhecem D. Joca? Ela é uma patinha, alvinha e é mãe de Fifi". E aí pai falava imitando a voz da Professora, e a gente ria, achava muita graça. Era uma Professora leiga, que dava aula numa fazenda do outro lado do rio. Ele atravessava o rio com os irmãos e irmãs, de barco, para estudar, para aprender a assinar o nome, para aprender o básico para lidar com essa sociedade letrada, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí esses dias eu estava pensando na D. Joca, porque até hoje a gente brinca em casa: "Vocês conhecem D. Joca? Ela é uma patinha". E falei assim: "Que sentido tem essa D. Joca, não é?". Para eles era só um sentido de graça, porque era um tipo de conhecimento que estava ali e que serviu para fazer piada, e a gente ria muito na infância, não é?

Na minha pesquisa do mestrado, na Comunidade Barreiro Grande – de Naita, que está aqui, Professora quilombola da Bahia também –, quando eu fui à comunidade apresentar a pesquisa, pedi autorização da comunidade para pesquisar, e aí uma senhora, a Sra. Plínia falou assim: "Olhe, você tem que ir lá à minha casa, porque eu tenho uma coisa muito importante para lhe dizer, quando você vier fazer minha entrevista". Eu: "Tá".

Fui lá fazer a entrevista, e aí D. Plínia me falou: "Olhe, o professor disse que a gente precisava aprender, porque um dia a gente iria dizer isso para pessoas importantes". Eu cheguei – eu era importante, não é? E aí ela começou: "Quem descobriu o Brasil? O almirante português Pedro Álvares Cabral, no dia 22 de abril de 1500. Antigamente o Brasil era o quê? Antigamente o Brasil era colônia de Portugal, depois passou a ser República, com 21 tiros de artilheiro, etc. Quem foram os primeiros padres que celebraram missa no Brasil?".

E ela continuou por muito tempo recitando essas perguntas e respostas, que também um professor leigo da comunidade dela a fez decorar, ao longo de sua trajetória nesse mesmo processo, de aprender a estudar, para aprender a assinar o nome, para aprender o mínimo para lidar com a sociedade letrada.

Tanto a escola em que meu pai estudou, lá no Sabonete, do outro lado do rio, com a Profa. D. Lídia, quanto a escola de Plínia, lá no Barreiro Grande, com o Prof. Zé Kissuqui, eram escolas pensadas pelas comunidades; não eram escolas formais. Eram professores leigos que tinham aprendido o mínimo até a 4ª série; as famílias se juntavam e pagavam aquelas pessoas que sabiam um pouco mais para ensinar seus filhos a assinarem o nome – ensinar o mínimo, não é?

E a gente olha assim e diz: "É essa a escola que a gente quer hoje?". Meninas quilombolas, vocês querem essa escola lá, com a palmatória, para vocês decorarem essas lições?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. SHIRLEY PIMENTEL – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe que escola a gente quer hoje; a gente não quer essa escola. Mas, conversando com Joana, filha do Nêgo Bispo, que está com a gente aqui nestes encontros também, ela está sempre lembrando: "A gente tem que falar de nós ganhando".

Essa escola de professores leigos, no decoreba, com a palmatória, também foi importante, também foi conosco ganhando, porque é uma mobilização daquelas comunidades, daquelas famílias, para que o mínimo do acesso à educação pudesse ser passado para os seus filhos e filhas, mesmo naquele sistema que é o que estava posto ali, das cartilhas padronizadas, que era o que chegava. Essa escola foi conosco ganhando porque ela foi uma escola em que, na maioria das comunidades – lá na Bahia, a gente tem vários relatos disso –, a partir dessas professoras leigas, dessas professoras com o mínimo de conhecimento, 2ª série, 4ª série, que as comunidades muitas vezes começaram a se organizar para reivindicar seus direitos também.

A nossa escola, as escolas quilombolas, construídas coletivamente por mutirão, de taipa ou só a latada ou debaixo das árvores, começaram a ser também os lugares de organização das associações. Muitas dessas professoras leigas foram as primeiras secretárias das associações, que precisavam fazer uma ata, quem eram quem sabia escrever. Na escola começou a se organizar, na maioria dos territórios, também a parte da luta coletiva. Então, a gente não tem luta coletiva dissociada de escolas quilombolas nos nossos territórios.

Pensando sobre isso, quando hoje a gente fala... Eu fiquei muito feliz com o anúncio da Profa. Zara aqui de uma série de projetos de crescimento para a educação escolar quilombola. Essa educação escolar quilombola tem que ser construída com essas professoras que estão no território, que já estão fazendo educação escolar quilombola há muito tempo – há muito tempo –, com as limitações e com os avanços mais recentes nesses cursos agora de aperfeiçoamento que teve pelo MEC no último ano, do ano passado para cá. Quando a gente chega às escolas quilombolas, não é terra arrasada. Não tem lá "gente, não está acontecendo nada, educação escolar quilombola", não. A despeito do Estado, as professoras quilombolas já estão fazendo acontecer a escola quilombola, a educação escolar quilombola.

Então, eu acho que essas experiências que começaram lá na década de 40, 50, 60, ou outras muito antes, de professoras que se esforçaram para dar o mínimo do aprender a assinar o nome, vêm hoje avançando, e as professoras já estão lá, porque são elas que conhecem os alunos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha mãe já faleceu, ela foi professora durante mais de 15 anos na comunidade, e eu achava engraçado que, quando eu chegava lá, a felicidade dela era contar os alunos que tinham conseguido se alfabetizar. Na nossa comunidade, tinha até o 3º ano, escola muito seriada, depois tinha que ir para a comunidade vizinha; e o orgulho dela era os alunos da comunidade chegarem e serem elogiados quando iam para a comunidade vizinha porque estavam alfabetizados. Ela sabia a necessidade de cada um, inclusive com as limitações dela, de uma pessoa que voltou a estudar depois dos 30 anos. Ela fazia os métodos dela, mas ela fazia acontecer a educação, inclusive contextualizando, inclusive dando exemplos que os alunos iriam entender melhor.

Chegavam os livros lá e ela dizia assim: "Não, esses livros aqui não me servem. Esse menino não acompanha esse livro aqui, não. Eu vou usar do meu jeito". E fazia as atividades e construía e alfabetizava e dava certo do jeito dela, porque era da comunidade, ela conhecia.

Um dos pontos...

Olhem, quando esse bicho apitar eu vou continuar falando, tá? Só avisando vocês. (*Risos.*)

Um dos primeiros pontos é: a escola quilombola tem que ser pensada com as professoras quilombolas. E aí, retomando as audiências públicas de construção das diretrizes, a gente ficava meio assim: "Ah, é professor de dentro ou vai aceitar professor de fora?". A gente ainda tinha aquela dúvida. Hoje, a gente tem certeza: a gente quer professor quilombola nas escolas quilombolas, e as meninas da escola nacional afirmaram isso esses dias todos. Se a gente tinha uma dúvida se precisava ser de fora ou se a gente tinha uma dúvida se a gente tinha gente suficiente formada, hoje a gente tem certeza de que ser de dentro, de que ser da comunidade faz toda a diferença.

Então, pensar uma política que inclua concursos específicos para professoras quilombolas é fundamental, para a gente não ter que estar tendo rotatividade de professor, que faz formação neste ano e, no ano que vem, o professor é outro, porque mudou o Prefeito, porque encerrou o contrato, e a gente tem que começar tudo do zero. Então, acho que esse é um ponto fundamental.

Vou retomar as minhas notações para eu conseguir dar conta de falar tudo. (*Risos.*)

Nesse contexto, durante esses dias, as meninas falaram muito também...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SHIRLEY PIMENTEL – Vou continuar, azar desse apito. (*Risos.*)

Desculpa, vou continuar.

Outro ponto é ter que sair da comunidade. Qual o custo de sair da comunidade para estudar? Eu tive que sair da minha comunidade para estudar. Meus irmãos tiveram que sair da minha comunidade para estudar. A gente se mantém vinculado ao território, mas qual o custo de convivência, qual o custo de se desvincular do território, o que acontece com muitos? E a escolha?

Hoje, na minha comunidade, não tem fundamental II. O ensino médio é um negócio absurdo, é problema do Brasil inteiro, como a gente viu. Os alunos param de estudar. A maioria dos meus primos não terminou nem o fundamental II, porque é muito sacrifício sair, porque é muito sacrifício abandonar a roça.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Deixe-a falar.

A SRA. SHIRLEY PIMENTEL – Porque é muito sacrifício a gente ter que deixar de trabalhar, escolher ter que deixar de trabalhar.

Então, quando dizem que os jovens quilombolas não querem continuar os estudos ou os jovens quilombolas querem sair da comunidade, eles são levados a sair pela falta de escola, que é um ponto, e pela falta de condição de manutenção no território, que é outro. Por isso, eu quero chamar a atenção de a necessidade de educação escolar quilombola estar vinculada à titulação das terras quilombolas.

Meus primos que pararam de estudar e que não têm condição de continuar no território – porque a terra é pouca, a área que a comunidade conseguiu comprar é muito pequena e a demarcação está muito longe de acontecer – saem de lá para trabalhar no corte de cana, saem para trabalhar nas fazendas de soja... Eles estão saindo para trabalhar na roça! Não são pessoas que não estão querendo estar no campo, só que eles não têm condição de trabalhar na roça – deles –, eles estão saindo para trabalhar na monocultura.

Então, eu pergunto, a quem interessa não ter educação nas comunidades e a quem interessa não ter titulação dos territórios quilombolas? Se não tem titulação, se não tem incentivo à produção da agricultura familiar, se não tem terra para plantar, os jovens vão sair... Todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos, no Território Velho Chico, que é a região de onde a gente vem, na beira do São Francisco, saem ônibus e ônibus de jovens que abandonam o estudo ou que abandonam suas roças e seus familiares mais velhos para ir cortar cana no Paraná e colher laranja no interior de São Paulo. Os nossos antepassados vieram para cá para cortar cana, e os nossos jovens, hoje, continuam saindo das comunidades quilombolas para cortar cana. Isso é sofrível e isso tem a ver com a educação escolar quilombola, porque a quem interessa não ter condição de manutenção desses jovens nas comunidades quilombolas?

Vou tentar encerrar, porque eu sei que, enfim... (*Risos.*)

Eu acho que o ponto principal que a gente precisa pensar é transporte escolar, mas, pensando em um transporte escolar que atenda dentro dos territórios quilombolas e que discuta, com a comunidade, quando é que esse aluno precisa sair, porque a política do fechamento das escolas é um absurdo. O Estado da Bahia, o Estado do Paraná, acho que o Brasil inteiro vive uma política de fechamento de escolas, com a justificativa de melhoria de qualidade e não melhorar a qualidade... Expulsam os alunos da escola, então, não é evasão. Não é evasão escolar, eles são expulsos, eles são evadidos da escola. Eu acho que essa é uma política importante de se pensar.

Também são pontos principais: a merenda escolar, porque é geral o que as meninas quilombolas falaram aqui nesses dias, pois ninguém aguenta mais suco com biscoito de sal; a falta de professores com qualificação; a política de remuneração, retomando 1995 – não é, Givânia? –, de piso salarial; professor quilombola; incentivo à manutenção; os prédios escolares, um outro elemento; e um currículo escolar contextualizado com a realidade local com material didático. E o currículo e o material didático que servem para a beira do São Francisco, meu território quilombola, não vão ser os mesmos que vão servir para o Piauí, porque a história da comunidade de Cleane é outra, diferente da minha. Vai ter coisa que vai ser parecida? Vai, mas tem outras coisas que não. Então, um PNLD que é geral para o país inteiro não serve para a gente. Então, tem que se pensar um PNLD quilombola, específico.

E o grande desafio que é o ensino médio. Não tem escola de ensino médio na maioria dos territórios quilombolas. Como é que a gente vai chegar na universidade? Como é que a gente vai acessar a política de cotas? Então, a gente precisa resolver urgentemente a política de acesso ao ensino médio, e não é por intermediação tecnológica, como acontece no Estado da Bahia, porque não funciona.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fechando de verdade, de verdade, agora, eu acho que ficam essas perguntas. A quem interessa o fechamento das escolas do campo quilombola? A quem interessa professor sem qualificação? A quem interessa não ter internet na escola? A quem interessa não ter material didático contextualizado, crítico e de qualidade? A quem interessa a não oferta do ensino médio? A quem interessa essa morosidade nos processos de titulação dos territórios?

Então, acho que a gente não quer mais educação com D. Joca, nem recitar Pedro Álvares Cabral. A gente sabe que educação a gente quer e a gente está lutando por isso. Acho que a mensagem que as meninas têm passado para a gente nesse encontro é: "Vamos lutar como meninas quilombolas para uma educação de qualidade nos nossos territórios".

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigada, Shirley.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada.

Conexão e identidade.

Dando continuidade...

Muito obrigada pela sua presença, e um abraço na Ministra.

Vamos passar... Saindo da Professora para a estudante, vamos passar a palavra agora para a Gabrielem Lohanny da Conceição Mento, estudante da Escola de Formação de Meninas Quilombolas e quilombola do quilombo de Boa Vista, em Salvaterra, no Pará.

São dez minutos. Não se assuste com o toque. Depois do toque, ainda tem um minuto.

A SRA. GABRIELEM LOHANNY DA CONCEIÇÃO MENTO (Para expor.) – Olá! Boa tarde, pessoal!

Como já dito pela Senadora, meu nome é Gabrielem Lohanny, sou quilombola do quilombo de Boa Vista, no Estado do Pará, e, para mim, é, mais do que uma honra, uma responsabilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito grande estar aqui representando não só a Escola Nacional de Formação de Meninas Quilombolas, mas também o meu estado, o meu município e cada uma das meninas que estão aqui presentes, que lutaram por esses dois anos, lutaram pela educação, lutaram por uma educação de qualidade, por uma estrutura melhor para ter essa educação.

Como todos sabem, a educação escolar quilombola é aquela que é exercida e ofertada a territórios ancestrais e culturais, bem como os quilombos, certo? Todos sabem disso. Então, acho que vou pular essa introdução sobre o que é a educação escolar quilombola.

Eu queria falar sobre a importância da educação escolar quilombola para nós meninas e meninos quilombolas. Essa implementação traz consigo o fortalecimento da identidade e cultura do nosso povo, contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos nós, acabando, de uma vez por todas, com o racismo e educando a sociedade a se portar da maneira que deve com o povo quilombola, utilizando o respeito como a base para uma sociedade em harmonia.

Também a educação escolar quilombola prepara pessoas, prepara jovens, meninas e meninos para a luta, como nos preparou, como a Escola Nacional nos preparou para estarmos aqui exercendo nosso lugar de fala, exercendo o nosso lugar de fala que nos foi retirado desde o início, nos dando um melhor posicionamento na sociedade para lutarmos pelos nossos direitos, para lutarmos por aquilo que nos é devido, tanto na educação quanto na sociedade.

E eu não posso deixar de citar também que estudos mostram que estudantes que participam de programas e projetos de educação escolar quilombola tendem a ter um melhor desempenho e desenvolvimento escolar, bem como melhor posicionamento na sociedade. Nós meninas que estudamos na Escola Nacional somos a prova viva disso. Se você chegar em cada uma de nós e perguntar como a gente se posicionava antes para como a gente se posiciona agora, você vai ver uma grande diferença. Tem grande diferença no jeito que nós nos posicionamos, no jeito que nós falamos, no jeito que nós exercemos o nosso lugar de fala, através da educação escolar quilombola. Isso é muito importante falar também.

Tendo em vista a realidade dos dias atuais, nós sabemos que enfrentamos na pele todos os dias o racismo. A gente estava passando ali, todo aquele grupo todo de amarelo, aquela coisa bem linda, bem maravilhosa, e um cara passou do meu lado e falou assim "nossa", e eu tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certeza de que esse "nossa" não foi por estar impressionado. Eu sou uma pessoa bem expressiva e tenho certeza de que não foi por estar impressionado com a gente. Mas enfim, entendedores entenderão.

Também enfrentamos diversas dificuldades para termos acesso a uma educação escolar quilombola de qualidade. Falando um pouco sobre a minha história, sobre a minha trajetória enquanto quilombola, enquanto ativista, quando eu estudava no nono ano, eu tomei uma decisão. Eu via as dificuldades enfrentadas por mim e pelos meus colegas na escola lá de Boa Vista, na escola quilombola. Nós não tínhamos acesso a uma água de qualidade, os alunos precisavam fazer exames para ver se não tinham se contaminado com a bactéria da água e, através desses exames, constou que alguns estavam infectados por essa bactéria. E não só a questão da água nos prejudicava, também a questão da merenda, como a Shirley falou, a bolacha com suco, um mingau de arroz, não tendo a valorização da nossa cultura alimentar, não tendo a valorização da farinha, da mandioca, da macaxeira, não tendo essa valorização da cultura alimentícia do quilombo. E não só esses problemas, nós enfrentamos problemas também na estrutura da nossa escola. Quando chovia, chovia mais dentro do que fora. Quando chovia, alagava, e a gente não podia estudar direito porque a gente tinha que arredar todas as nossas cadeiras, e ficava um lugar bem apertado para a gente estudar mesmo. Então eu tomei uma decisão, um posicionamento. Eu já estudava na escola fazia alguns meses e eu tomei uma decisão, decidi ir ao Facebook. A direção não me autorizou a ir à Prefeitura, então eu fui ao Facebook e falei: "A internet é pública". Fui lá e postei.

Marcamos uma reunião com o Secretário de Educação, antigo, do nosso município e resolvemos algumas questões, trouxemos alguns benefícios, digamos assim, para a merenda, alguns benefícios como a caixa d'água da minha escola, alguns benefícios de que, realmente, nós estávamos precisando enquanto estudantes.

Com isso, a Escola Nacional (Conaq) marcou um encontro com a Malala, onde nós pudemos debater essas dificuldades, onde nós pudemos debater sobre todas as barreiras enfrentadas pelas meninas quilombolas.

Então, eu falei... e Malala perguntou: "Qual é o seu sonho?", ela decidiu fazer uma entrevista comigo e perguntou qual era o meu sonho enquanto uma menina quilombola. Naquela época – naquela época não, ano passado (*Risos.*) – eu respondi para ela: "O meu sonho, enquanto menina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quilombola, é que nós possamos ser felizes dentro do mundo em que vivemos, sem o racismo, sem a discriminação, sem o preconceito e com uma educação escolar quilombola de qualidade, porque nós precisamos disso para que sejamos moldados para lutar e para acabar de vez com essas barreiras".

Então, deixe-me ver aqui. Por que é importante que nós tenhamos uma educação escolar quilombola de qualidade? Justamente para nos formar, e é por isso que a Escola Nacional veio. Estou aqui para falar sobre a importância da Escola Nacional para a minha vida, e nós tivemos o melhor posicionamento, sim, e exercemos lugar de fala, conseguimos benefícios que nos ajudaram tanto na educação, quanto na formação, no posicionamento, na fala.

E, para acabarmos de vez com esses problemas que tanto nos afetam física, emocional e socialmente, precisamos de mais projetos voltados para o povo quilombola. Esse é o meu sonho hoje. Se Malala me perguntasse novamente qual seria o meu sonho hoje, eu, com certeza, responderia isto, que o meu sonho hoje é que tenham mais projetos voltados para o povo quilombola, para os povos ancestrais e culturais.

Que tenham mais projetos voltados para a nossa educação, para a nossa formação, porque, assim, tendo a educação necessária e tendo a formação necessária, nós podemos bater à porta de qualquer prefeitura, de qualquer ministério, falar com qualquer pessoa do Ministério Público, ir lá e reivindicar aquilo de que nós necessitamos, reivindicar os nossos direitos que são nossos por herança daqueles que lutaram antes de nós.

Eu tenho certeza de que nenhum deles, nenhum dos nossos ancestrais, lutou para que nós estivéssemos aqui só ocupando um lugar na cadeira, para que nós ficássemos calados. Eu tenho certeza de que nenhum deles lutou para isso. Eu tenho certeza de que a luta deles foi que formou a ponte para que hoje nós estivéssemos aqui, lutando pelos nossos direitos, lutando pela igualdade racial na sociedade.

E é isto que nós estamos fazendo aqui: honrando o trabalho daqueles que lutaram antigamente para que hoje nós estivéssemos aqui, representando-os.

Neste momento, eu gostaria de entregar a carta de que participaram, da escrita dessa carta, 39 meninas e 11 meninos do coletivo da Escola Nacional de Formação Quilombola. Eu gostaria de ficar de pé para fazer a entrega desta carta. (*Pausa.*) (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. Agora vocês me deixaram emocionada. (*Risos.*)

Essa carta tem uma simbologia muito grande para a gente. Ela tem uma simbologia muito grande, porque aqui relata todas as lutas que cada uma de nós enfrenta nas nossas escolas. Lutas com transporte, luta com merenda, luta com a infraestrutura. Essa carta, eu tenho certeza de que é um documento muito importante para cada uma das meninas que esteve conosco, formando-se e erguendo-se, e colocou aqui todas as suas dores, tudo aquilo que realmente necessitamos nas escolas quilombolas. Ela fala aqui sobre os desafios e sobre o que queremos para as escolas quilombolas.

Eu queria ler só a última parte, em que fala das coisas que nós necessitamos realmente.

> Nós, meninas quilombolas, queremos educação escolar baseada nas Diretrizes Nacionais da Educação Quilombola, regularização dos nossos territórios e valorização do que nossas famílias produzem. Queremos transporte escolar para chegarmos à escola com dignidade e segurança.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GABRIELEM LOHANNY DA CONCEIÇÃO MENTO –

> Queremos manutenção frequente nas estradas que utilizamos para chegar às escolas. Merenda escolar garantida e com qualidade. Queremos a formação de nossas professoras e professores sobre a nossa realidade e os nossos saberes. E também, o fim da precariedade das nossas escolas e condições para estudarmos com dignidade.

E por fim, eu quero dizer que, sim, precisamos de mais projetos como a Escola Nacional, para formar e erguer jovens para lutar pelos seus direitos e pela valorização da nossa cultura, tradição e história do nosso povo.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Gabrielem. Parabéns por ser essa voz tão forte e tão potente na representação de tantas meninas e tantos meninos também que, pela reação, estão totalmente contempladas com a sua intervenção. Parabéns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, encerrando a nossa mesa, nós vamos ouvir o Sr. Paulo Roberto, Coronel da reserva do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e ex-Secretário Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Muito obrigada pela presença.

Seus dez minutos iniciais.

O SR. PAULO ROBERTO (Para expor.) – Obrigado, Senadora. Boa tarde a todos.

Eu começo por cumprimentar a Exma. Sra. Senadora Teresa Leitão, que ora preside esta audiência pública. Agradeço o convite que recebi da Senadora Damares para estar aqui. Cumprimento toda a audiência presente, os jovens, as meninas da Escola Nacional, o Sr. Ronaldo, que saiu, que já nos deixou, deixou a nossa mesa, a Profa. Shirley Pimentel, a Profa. Zara Figueiredo, a Profa. Givânia Maria e a brilhante oradora que me antecedeu, a estudante Gabrielem Lohanny. Muito boa tarde.

Eu queria pedir vênia para começar a minha fala com a exibição de um vídeo que retrata a escravidão da alma imposta a nós, negros, no Brasil. Por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PAULO ROBERTO – É isso.

Eu costumo dizer, senhoras e senhores, minha querida Presidente, que ao entrarmos em um veículo nós não podemos ignorar os espelhos retrovisores porque eles apontam para trás, eles vão nos dar a referência necessária.

Quisera, Sra. Presidente, senhoras e senhores, que esta reunião, que esta audiência pública, tivesse acontecido 136 anos atrás, precisamente no dia 14 de maio de 1888, um dia após a abolição da escravatura; quisera que as autoridades de então tivessem a grandeza de discutir um tema tão relevante e tão importante quanto este que discutimos aqui.

Seguramente, Senadora Teresa Leitão, senhoras e senhores, hoje nós não estaríamos amargando a dura realidade, no Brasil, que nós não queremos, mas que ainda insiste em resistir, pois temos 852 mil presos. Essa é a nossa população carcerária. Dessa população, 70% pertencem à população negra. Dos 9,3 milhões de brasileiros com idade acima de 15 anos e que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

analfabetos, dois terços são pretos e pardos. Mais de 15 mil adolescentes e jovens de até 19 anos foram mortos no Brasil, nos últimos três anos, dos quais 83% eram pretos e pardos. A chance de um jovem negro ser morto, vítima da violência, é quatro vezes maior do que a chance de um jovem branco ser morto também.

E esse retrato feio, esse desenho horrível não pode ser compreendido sem considerarmos a história e os processos educativos por que o Brasil optou, que escolheu. Qualquer reflexão que desconsidere os retrovisores do Brasil, qualquer reflexão que desconsidere o fato histórico na composição da realidade atual não merece crédito.

No fim do século XIX, a educação foi obstada e até mesmo vedada à população negra, *vide* a Lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837, que dizia no art. 3º: "São proibidos de frequentar as escolas públicas: [alínea "a"] todas as pessoas que padecem de moléstias contagiosas e [alínea "b"] os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos".

Essa foi a opção do Estado brasileiro. Mas após a abolição, o Estado brasileiro, ao invés de investir na dignidade da população negra, fez a opção pelo branqueamento, pela eugenia, pelo encarceramento em massa e pela exclusão dos descendentes dos escravizados do sistema educacional.

No primeiro congresso de raças, que aconteceu em Londres, lá em 1911, João Batista Lacerda, cultuado médico brasileiro, foi com recurso público lá para Londres dizer, profetizar que, em cem anos, se o Brasil fosse sério e severo no branqueamento, na eugenia, em cem anos, dizia ele, João Batista Lacerda, "nós não teremos mais negro atrapalhando o crescimento do Brasil". Lá ele propôs a Redenção de Cam. Esses cem anos venceram em 2011, porque lá era 1911, venceram agora em 2011 e nós estamos aqui porque nós resistimos. Educação quilombola é resistência. Quilombo é resistência. Esse profetismo barato, estúpido foi sepultado juntamente com João Batista Lacerda.

Um Constituinte chamado Levi Carneiro, em 1929, durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, disse que a educação possuiria um papel relevante, mas que seria perda de dinheiro o investimento público realizado com a educação dos degenerados. E leia-se degenerados como os descendentes dos escravizados. A Secretária Zara Figueiredo falou da limitação orçamentária que comprometeu o alcance da política a todos os municípios, isso é verdade, mas o que puder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser feito nesse sentido deve ser feito. E hoje nós não temos essa compreensão retrógrada de que seria gasto e não investimento esse trabalho feito em prol do que foi chamado de degenerados.

Todo aquele movimento eugênico, apoiado por Arthur de Gobineau, Cesare Lombroso, os brasileiros João Batista Lacerda, Nina Rodrigues, Renato Kehl, que aliás foi Presidente da Comissão Brasileira de Eugenia, deixou positivado na nossa Constituição Federal, minha querida Senadora, Constituição Federal de 1934, em seu art. 138: "Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas [...] b) estimular a educação eugênica".

Essa foi a opção de educação praticada no Brasil. É por isso que nós temos esse hoje que não pode ser compreendido sem olharmos para esse passado trevoso.

Sra. Presidente, senhoras e senhores, é nauseante levantar minimamente o tapete da nossa história recente e ver, sob esse tapete, brasileiros que foram invisibilizados, como é o caso dos quilombolas.

No ano de 2021, ao receber o convite da Senadora Damares para assumir a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a minha primeira medida foi estabelecer, com o Ministério da Educação, um acordo de cooperação técnica para a efetivação das Leis 10.639 e 11.645, que resultou na implementação de um curso de 180 horas para a formação de professores na Plataforma Avamec, chamado Educação Racial nas Escolas. A Profa. Givânia, por ser professora, falou de qualidade na abstração; a qualidade não pode ser abstrata.

E eu, como jurista, vou chamar a mesma coisa de eficácia social. A lei precisa ter efeito social; ela precisa sair do papel e alcançar o seu destino lá no quilombo, lá na aldeia indígena, lá no acampamento cigano. Entendo que os gestores públicos devem saber distinguir, minha querida Senadora, as diferenças: o que é política – medida, ato de governo – e o que são atos de Estado.

Nos atos que têm caráter de Estado, não importa a ideologia política do governante, não pode ter solução de continuidade. Um planta, outro rega, outro faz o controle de pragas, e todos nós colhemos.

A Política Nacional de Equidade e Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola, formalizada pela Portaria do MEC 470 agora, de 2024, com certeza é um avanço nesse sentido, é um passo a mais nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sinceramente, espero que homens e mulheres de bem, não limitados pelas amarras ideológicas político-partidárias, possam fazer a reparação do mal que a ignorância causou, não somente aos remanescentes de quilombo, mas a toda a população negra do Brasil e ao próprio desenvolvimento do país.

Não dá para entrar no engodo daqueles que dizem: "Existe uma democracia social. Todos somos iguais". E então, por isso, não precisamos fazer nada. Eles querem uma profunda mudança de modo que tudo permaneça exatamente da forma como se encontra.

Não adianta a igualdade formal se não há a igualdade material. Todos são iguais perante a lei, mas um comendo caviar e outro passando fome não faz o menor sentido; é uma falácia a democracia social. E nós estamos vivendo num país muito dividido, infelizmente, mas, se nós olharmos para o retrovisor, vemos que temos um Hino Nacional, Senadora. Nós temos uma Bandeira Nacional; nós temos um idioma. Então, não faz o menor sentido termos vários brasis ou brasileiros de segunda categoria. Nós não podemos ter brasileiros de segunda categoria; é direito de todos. Porque nós devemos estar unidos não apenas na morte e nos impostos? Nós precisamos também usufruir das benesses do país.

Meu filho está ali no auditório, Paulo Roberto Júnior; e eu sou pai de duas meninas negras. E mulher negra tem um duplo combate, Senadora e douta mesa, um duplo combate: o de combater o racismo e também o machismo. Isso é duro; isso é dolorido. Não bastasse a rudez, a dureza de ter que combater o machismo, ainda se tem – eu me emociono – que combater o machismo e o racismo juntos. É por isso que nós temos hoje apenas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROBERTO – Para concluir.

... 2,1% das mulheres no mercado de trabalho que ocupam funções relevantes. Isso é fruto desse racismo que insiste em resistir.

Então, a nossa guerra precisa ter um lado certo, e a principal arma dessa guerra é, realmente, a educação. Educação é o caminho, e não tem atalhos para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim encerro as minhas palavras, agradecendo enormemente essa oportunidade riquíssima, agradecendo à Senadora Damares pelo convite e a todas as senhoras e senhores presentes. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós também agradecemos a sua participação, a sua presença.

A Senadora Damares também justificou a ausência a esta nossa audiência pública.

Nós vamos passar agora para a parte das perguntas e comentários do e-Cidadania. Depois, quem quiser pode incluir as respostas e considerações na sua fala final; aí, a gente vai ter que ser mais rigoroso em relação ao tempo, porque o Plenária já está começando. A rigor, a gente tem que terminar às 16h, mas nós demos um tempinho a mais, porque estava tão bom que a gente estendeu até as 16h30, não é?

Eu vou ler os comentários e depois as perguntas.

Primeiro, os comentários que foram enviados.

Laelson, do Rio de Janeiro: "É importante a preservação da cultura nativa, porém [...] [tem] igual importância [...] [a educação] que é oferecida à população em geral".

Rafael, do Mato Grosso do Sul: "Educação de qualidade já é [um] direito de todos. Se não está sendo feito para um grupo específico, [...] [é preciso] investigar".

Edilene, do Amapá: "É preciso investir em formação continuada [...] [para de fato viabilizar a] educação escolar quilombola".

Bethânia, do Espírito Santo: "O Estado do Espírito Santo possui hoje um edital específico para professores quilombolas trabalharem em suas comunidades. Essa prática deveria ser [...] [universal]".

Giovanna, de São Paulo: "A implementação da educação escolar quilombola oferece oportunidades importantes para promover equidade e valorizar a diversidade cultural".

Alecsandro, de São Paulo: "É necessária [...] [a] implementação de [uma] política educacional, [...] [baseada no sistema de] cotas e [...] [que incentive] o povo quilombola a estudar".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas perguntas são enviadas antes e durante o desenrolar da audiência. Pode ser que algumas perguntas já tenham sido respondidas, então, na fala final de vocês, fiquem à vontade para abordá-las, porque as perguntas também não são dirigidas diretamente.

As perguntas agora.

Danielly, de Rondônia: "Como garantir que a educação escolar quilombola seja valorizada e equipada adequadamente para promover a diversidade cultural e a equidade?".

Ellen, do Rio Grande do Sul: "Qual a competência dos municípios [...] [em relação à] educação quilombola? A formação de professores está em sintonia com essa proposição?".

Giulia, de Rondônia: "Como envolver a comunidade quilombola no processo de desenvolvimento educacional de suas escolas?".

Carlos, do Rio Grande do Norte, pergunta se a grade curricular da educação quilombola terá, além das disciplinas do núcleo comum, história e cultura da África.

Anannda, da Bahia: "Como manter o conhecimento tradicional da população quilombola [...] [em um projeto educacional interativo e engajado] com a ancestralidade?".

Anannda, do Rio Grande do Sul... Desculpem, a anterior era a Annanda e agora é a Amanda: "Como será feita a formação de professores [...], de modo a garantir a adaptação das individualidades culturais no ambiente escolar?"

Leandro, do Distrito Federal: "Quais mecanismos serão implementados para monitorar e avaliar a efetividade da política pública na promoção da equidade educacional?"

Essas respostas podem ser dadas, podem ser comentadas. Algumas eu creio que já foram abordadas nas diversas falas aqui.

Eu vou fazer a ordem inversa, está certo? Para que a gente possa responder e fazer as considerações de acordo com o que a gente ouviu e também alguma coisa que não foi dita na fala inicial, pedindo atenção para os cinco minutos e começando, daqui para cá, com o Sr. Paulo Roberto.

O SR. PAULO ROBERTO (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vejo muita pertinência na pergunta, a primeira pergunta que foi feita, como ela traz a questão do direito à educação, direito assegurado na Constituição, que deve ser para todos.

Ao meu juízo, a educação não pode ser ilhada. Lembro que quando eu trabalhei com a questão da violência doméstica, se nós conscientizarmos somente as mulheres, que são as principais vítimas da violência doméstica, não vai ter muito resultado, o que eu chamo de eficácia social. O algoz dessa situação de violência doméstica também precisa ter informação. Teria que transbordar os muros e alcançar os homens, os homens precisam ser educados com relação à violência doméstica.

Então, no caso de nós termos a consciência, termos a noção, termos todo o discernimento, toda a informação, quem está do outro lado também precisa conhecer. Então, essa educação precisa transbordar... As Leis 10.639 e 11.645 obrigam a instrução, a formação em história da população negra e indígena nas escolas. Então, eu penso que todas as escolas deveriam ter esse conhecimento, sob pena de a gente restringi-lo a um determinado grupo e não termos a eficácia social.

Então, eu respondo essa pergunta achando-a pertinente. Nós devemos transbordar os limites da educação quilombola e dar essa informação para quem está do outro lado, que, às vezes, figura como algoz de quem sofre a discriminação e o preconceito.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada.

Passo agora para Shirley (*Fora do microfone.*) Pimentel.

A SRA. SHIRLEY PIMENTEL (Para expor.) – Então, fazendo um comentário geral sobre as questões, acho que o pessoal trouxe bastante, nos comentários, a coisa dos conhecimentos, do currículo. Eu acho muito interessante, porque quando a gente pensa na escolha do que é ensinado nas escolas, é impossível a gente estudar, na educação básica, todos os conhecimentos que foram acumulados pela humanidade. Então, tem que ter uma escolha.

Quem faz essa escolha? Por que alguns conhecimentos são mais importantes do que outros? Quem elege quais conhecimentos são mais importantes para estar no currículo escolar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, no comentário que diz assim: "Ah, mas a gente precisa pensar no conhecimento nacional, no que está posto lá" – vamos utilizar aqui Base Nacional Comum para facilitar.

Sim, a educação escolar quilombola quer estudar matemática, história, geografia, português, a Base Nacional que está aí colocada. Mas a gente também quer que o currículo escolar entenda os quilombolas enquanto produtores de conhecimento, porque a gente está produzindo conhecimento.

Tem uma senhora lá do Barreiro, D. Sizaltina, com quem eu estava conversando, e ela disse assim: "Olha, eu não sei leitura. Não tive oportunidade de leitura, mas de roça eu entendo: eu sei o tempo de plantar, o tempo de colher, a lua de plantar, como é que planta cada coisa. Você não vai plantar mandioca da mesma forma que você planta o feijão, não é? Você não vai plantar no mesmo lugar." Tem que ter um conhecimento aí de fase de lua, de terra, de biologia, de geografia. É uma série de conhecimentos que as comunidades quilombolas vêm mobilizando, desde quando foram trazidas para cá, na escravidão, até a atualidade. Nós não temos conhecimento? Por que o nosso conhecimento não pode estar no currículo escolar?

Nesses tempos, um colega da física foi fazer um trabalho lá em minha comunidade e aí o meu pai estava explicando para ele como é o sistema da casa de farinha, para não rachar o forno, com alta temperatura para torrar a farinha. E aí o meu pai explicando para ele aquela técnica, e ele falou assim: "Ah, isso aí é termodinâmica." Aí eu falei: Ó, o meu pai sabe de termodinâmica. Mas na hora que o assunto de termodinâmica cai lá no vestibular, a gente não sabe, por que ele foi rebuscado de uma forma, para que a gente não tivesse propriedade, como se esse conhecimento não fosse nosso. Mas a gente está lá produzindo, no território quilombola, conhecimento de matemática, de física, de química, de termodinâmica, seja lá o quê. Quem decide qual conhecimento é mais importante? A gente é que tem que decidir qual conhecimento que é importante para a gente.

E currículo também é questão de identidade, porque, se eu estou colocando lá, igual eu aprendi a vida inteira em escola da cidade: "Você tem que estudar para ser alguém na vida. Você tem que estudar para sair da roça." Esse conhecimento que estava dizendo lá no livro – de que ser da roça era ruim – era um conhecimento que estava formando a minha identidade, que era uma identidade de negação do ser quilombola, de negação do ser da roça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente reivindica a educação escolar quilombola, não é que a gente não quer aprender matemática, história, geografia ou o que as outras pessoas estão aprendendo fora do quilombo. Não, a gente quer aprender tudo isso, quer que o nosso conhecimento seja reconhecido e que a escola não nos ensine a querer deixar de ser quem a gente é. A gente quer continuar querendo, gostando e nos amando enquanto quilombolas, e não sofrendo, quando saímos para estudar fora, porque estão chamando a gente de comedor de abóbora da beira do rio, e a gente tem vergonha de ser da beira do rio, de ser comedor de abóbora, porque a gente está com nossa identidade fragilizada. Então, a gente quer que o nosso conhecimento esteja no currículo escolar.

E agradeço essa oportunidade para a gente trazer esse debate para uma ampliação nacional e que as pessoas conheçam o que é quilombo também. Ontem, um rapaz da limpeza do MEC falou: "Que encontro é esse aí?" A gente falou: "Ah, é de comunidade quilombola". Ele parou assim e falou: "Quilombo? Quilombola? É o que isso? Eu não entendo isso, não. Eu já vi falar de Palmares." Aí eu falei: Pronto, vamos lá. Palmares não acabou.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SHIRLEY PIMENTEL – Ai meu Deus! (*Risos.*)

Palmares não acabou.

E ficamos lá uns 15 minutos, no cafezinho, explicando para o rapaz da limpeza, terceirizado, um homem negro, que não sabe o que é quilombo e achava que quilombo tinha acabado lá em Palmares. A gente quer também que a sociedade brasileira entenda que quilombo continua existindo, resistindo e produzindo conhecimento.

É isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Shirley.

Vamos ouvir agora a Gabrielem, representante das estudantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GABRIELEM LOHANNY DA CONCEIÇÃO MENTO (Para expor.) – Bom, gente, não tenho mais nada para falar. Tudo o que eu queria falar para vocês eu repassei na minha fala. Assim espero.

Eu só queria externar a minha gratidão por estar aqui em Brasília. Nunca que eu pensei que eu sairia de lá do Pará para vir para cá, para representar o meu povo, para representar cada uma de vocês que está aqui e que lutou junto comigo para que tivéssemos uma educação de qualidade.

Eu queria externar a minha gratidão à Givânia por elaborar esse projeto maravilhoso que formou e ergueu jovens como nós para lutarmos pelos nossos direitos.

Quero externar minha gratidão à Profa. Lídia, e à outra Lídia, as duas Lídias, que estão aqui comigo e me apoiaram.

A Profa. Lídia, com certeza, faz parte da minha formação e dessa trajetória enquanto quilombola.

Quero deixar também um abraço para a minha mãe. Eu estava vendo aqui que ela estava me assistindo e falou: Você conseguiu!

Eu consegui. (*Palmas.*)

E quero dizer que a luta continua. Precisamos de mais meninos e meninas dispostas a lutar pelo nosso povo e pela valorização da nossa identidade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Seguindo a ordem, a próxima é a Professora Zara Figueiredo.

A SRA. ZARA FIGUEIREDO (Para expor.) – Quero agradecer, mais uma vez, Senadora, o convite.

Sobre as questões que foram apresentadas, e as perguntas, acho que tem duas coisas, inclusive, sobre a fala da DPU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que a gente não pode esquecer que a educação brasileira é feita de três entes federados e que existe uma autonomia de estados e municípios que precisa ser conversada. O MEC não tem como obrigar um município ou um estado a fazer absolutamente nada.

Estou lembrando dos casos que a Dra. Carolina, parece-me, da DPU, disse. Então, os casos que ela trouxe são casos de governos estaduais e municipais. O MEC não pode obrigar. O que ele pode fazer é mediar essa relação, obviamente.

E eu acho que, do ponto de vista do Ministério da Educação e do Governo Federal, do Governo do Presidente Lula e do Ministro Camilo, a Portaria 470 é uma realidade. Não é uma divisão entre o que se deseja e o que se tem. É uma realidade, porque lá dentro estão todas as diretrizes em que o Ministério da Educação, nessa atual gestão, acredita e está fazendo implementar. Um exemplo disso é a própria constituição da Comissão Nacional de Educação Escolar Quilombola. Essa foi uma das primeiras decisões do Ministro Camilo: construir essa portaria para que as comunidades quilombolas participassem, inclusive, da produção da política.

A Conaq está aí, ela existe, é efetiva, e tem gente aqui dentro deste auditório que faz parte dela.

Acho que não há uma única formação do Ministério da Educação que não esteja sendo construída, de modo muito cuidadoso, com o território. Eu acho que a nossa Conselheira, a Givânia, ser a primeira mulher quilombola dentro do CNE também é uma prova disso, de que esses dois brasis... Pelo menos do ponto de vista do Governo Federal, não há um abismo entre eles.

E eu acho, Gabrielem, que você trouxe uma questão central para nós. Esse momento que a gente faz aqui, agora, no Congresso, no Senado, precisa também ser pensado no âmbito dos Parlamentos estaduais.

Essa iniciativa que você faz, que identifica um problema na sua escola, cria uma estrutura política e leva isso para os responsáveis, a gente precisa pensar como fazer disso uma política dentro dos estados e dos municípios. Como essa incidência política, como esse movimento político, que está acontecendo agora dentro do Senado, a gente conseguiria construir também dentro dos estados e dos municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é isso.

Agradeço-lhe, mais uma vez, o convite à participação, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Finalizando esta rodada, então, passo para Givânia fazer as suas considerações.

A SRA. GIVÂNIA MARIA DA SILVA (Para expor.) – Bom, eu vou ser breve também.

Sobre os comentários e as perguntas de como envolver a comunidade quilombola nesse processo, eu diria que essa talvez seja a tarefa mais simples que a gente tenha se a gente tiver a capacidade de reconhecer esses espaços e esses sujeitos como sujeitos de direitos. Se a gente partir do princípio de que eles não sabem, não faz sentido a gente escutá-los, mas, se a gente entender que os territórios, que o quilombo – assim como a Vanessa Rocha, que está aqui, falou – é um espaço de formação docente, se a gente sair com esse entendimento, a gente consegue, então, fazer com que isso aconteça.

Não vai dar tempo de eu explicar um pouco a experiência nossa do território de Conceição das Crioulas, mas nós, há pelo menos três décadas, fizemos essa escolha de não construir processos educacionais a partir de quem está formalmente dentro da escola, mas com as pessoas do território, com os grupos, com a juventude, com as associações. O resultado disso é: nós hoje temos um quilombo que tem da creche ao ensino médio, e aí Maria Leontina trouxe isso hoje na fala dela, de manhã, dizendo: "Eu saio de um lugar diferente, porque eu fiz toda a minha... Entrei na escola com quatro anos, saí com 17, no meu território". Esse é o sonho que nós trazemos para aqui, Senadora, para que essas meninas não tenham que largar os seus territórios ou tenham que abandonar, muitas vezes, os estudos porque não conseguem chegar a esses espaços.

Então, integrar – integrar, não; não gosto desse termo –, ouvir a comunidade é o exercício que a gente tem que aprender a fazer, porque nós temos uma arrogância do lado de cá, de quem faz a educação, tem uma certa arrogância de que a gente sabe, mas a gente sabe um pouco, e tem outro que sabe outro pouco, e acho que o conhecimento se faz nessa construção. Então, eu acho que essa é a questão.

Segundo, quero dizer que nós lutamos sempre por uma política de Estado, é por isso que nós estamos lutando. Eu não posso aceitar que, por razão A ou B, a gente veja o nosso Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro destituir as políticas que estão focadas no combate às desigualdades, sejam elas de gênero ou de raça, e nós vimos isso recentemente. Isso é muito doloroso. Muitas vezes, essas políticas foram destruídas com mãos de quem não podia ajudar a destruí-las; no mínimo, tinha que se recusar a destruí-las. Então, nós também temos que convencer, porque isso também nos afeta e afeta essa nossa geração.

Por fim, agradecendo-lhe, Senadora, a disposição, quero dizer para todas vocês que... Acho que muitas conheciam a Teresa, que é uma Senadora das mais conhecidas, porque, além de Senadora e professora – nunca negou essa identidade de educação básica –, ela também é uma sindicalista, enfrentou esse debate no Sindicato dos Professores por muito tempo.

Ter você aqui nesta Casa é, para nós, uma alegria, porque a gente vai falar com alguém que conhece o chão da escola. Não é alguém que só teorizou, também teorizou, mas foi para o chão da escola, então, isso é muito importante.

Eu conversei aqui com a Senadora e pedi sua autorização para fazer esse anúncio aqui. Eu pedi a ela para que fizesse um estudo na legislação para tentar ver se a gente consegue iniciar por aqui, pelo seu mandato, se possível, após esse estudo, para a gente resolver essa história dos Prefeitos e Governadores não realizarem concursos específicos para os territórios quilombolas e contratarem professores a partir dos seus desejos políticos e das suas vontades políticas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GIVÂNIA MARIA DA SILVA – Não é uma promessa de construção desse projeto de lei, mas eu tenho muita esperança de que ao final desse estudo a gente possa sair daqui, do mandato da Senadora Teresa, com um projeto de lei que possa fazer... Aqui o Senado pode fazer isso, o Legislativo pode construir uma legislação que diga que em território quilombola, em que haja professores, é obrigatório e não apenas da vontade do gestor que o professor seja quilombola.

Eu tenho esperança nisso. (*Palmas.*)

Nós temos ainda um tempo, Senadora, para fazer isso e nós vamos ajudá-la demais nesse estudo, tanto nós do Coletivo Nacional de Educação quanto agora lá no conselho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecê-la também pela torcida, pela energia para chegar nesse lugar no conselho, mas eu tenho certeza de que a Profa. Zara, juntamente com a sua equipe, não medirá esforço nenhum para subsidiar esse estudo que permita, quem sabe, logo, em breve, a gente ter algo para que a gente vença essa pauta, que é esse abuso que fazem conosco nos territórios quilombolas, pois são pouquíssimos os territórios. No meu, por exemplo, graças à luta, a gente venceu esse obstáculo, o professor de Conceição das Crioulas é de Conceição das Crioulas, ponto final, mas, para isso, tem uma legislação municipal que dá cobertura, mas, nos outros, quando não tem, os Prefeitos e Governadores abusam, sim, e usam desse lugar para ameaçar professores.

Eu vou finalizar dizendo uma coisa. Eu fui recentemente em um estado muito próximo de Brasília e tinha professores que queriam conversar comigo, uma professora quilombola que queria conversar comigo e quase que me levava a 5km para poder me dizer alguma coisa, porque ela tinha medo de falar alguma coisa comigo e ter alguém escutando e ela perder emprego no outro dia. No dia seguinte, acho que uns dois dias depois, ela me escreveu e disse: "Apesar de eu não ter dito nada, a secretária me chamou na sala dela e perguntou se eu tinha participado da reunião, o que eu tinha achado e pediu para eu ter cuidado". Isso é uma ameaça, gente, isso é assédio, isso é uma ameaça.

Então, Teresa, saio daqui com o coração muito feliz por este momento agora, mas, também, esperançosa de que esse estudo que a gente vai fazer, que o seu gabinete vai fazer... Você tem em sua assessoria, talvez, um dos mais brilhantes professores estudiosos deste tema, o nosso companheiro de muitas datas, então, tenho certeza de que a gente, com esse estudo, sairá, sim, com a possibilidade de fechar essa fronteira desse abuso dos Prefeitos e Governadores com as comunidades e com a educação escolar quilombola.

Isso será um grande feito que ficará na história, marcado para as gerações que estão e para as que virão.

Muito obrigada, muito obrigada mesmo pela sua atenção.

Quero dizer que a sua assessoria tratou esta audiência com carinho, com cuidado, e eu queria registrar isso, porque é muito importante também, para você saber com quem você está trabalhando; nem toda hora você está ouvindo o que seus assessores e assessoras estão dizendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria registrar isso e agradecer, em nome do Walisson, a toda a equipe por esse trato, por esse cuidado na elaboração desta audiência.

Vamos voltar mais vezes, e, quem sabe, aqui celebrar essa nova legislação para o nosso país.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigada, Givânia. Muito obrigada.

Obrigada, digo eu, pela oportunidade.

É sempre bom quando a gente mantém os nossos mandatos próximos de quem a gente pretende representar. Eu tenho um irmão que diz assim: "Tenha cuidado com o seu mandato, porque, no Brasil, só existem 80 pessoas iguais a você". (*Risos.*)

Quer dizer, só temos 81 Senadores. (*Risos.*)

Então, a nossa responsabilidade, apesar de eu vir de Pernambuco com as minhas vivências... As minhas experiências, que são muitas realmente, estão nesse contexto, que não é um contexto fácil. Do ponto de vista das relações políticas, a gente se trata com muita civilidade, mas muita gente aqui, quase todas as falas – eu diria que todas – apontaram que educação é concepção e que não é isolada da concepção de mundo, da concepção de sociedade que a gente tem.

E, como todos nós, os 81, chegamos aqui pela vontade do voto popular, o exercício democrático nos impõe conviver com essas diferenças, com essas diversidades de concepções. Às vezes, a gente consegue ganhar uma ideia pelo convencimento, pelo consenso; outras vezes, temos que ir ao voto. Esperamos ficar só aí, porque tem alguns Parlamentos que exacerbam. Vocês sabem disso, não é?

Então, para nós da Comissão de Educação... Eu falo, inclusive, em nome do nosso Presidente, que é muito afeito a abrir a Comissão para essas escutas. Para nós, é fundamental, é muito importante, porque tem o aspecto da lei que Givânia levantou, que é um aspecto que nos compete. Nós somos legisladores e legisladoras. Nós apresentamos leis, votamos as leis dos colegas e votamos as leis do Poder Executivo, no nosso caso, as do Presidente da República. Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as leis têm os seus limites, têm as suas travas, têm aquilo que a gente chama de sua constitucionalidade e de sua prerrogativa.

Quando eu fui candidata a Deputada pela primeira vez – eu tive cinco mandatos de Deputada –, eu era presidente de sindicato, e o meu estado pagava o pior salário entre as redes estaduais do Brasil. E eu não pude fazer campanha dizendo que iria apresentar um projeto de lei para reajustar o salário dos professores do Estado de Pernambuco, porque não é da minha competência. Eu tive todo esse cuidado de, na minha campanha, dizer que eu iria usar a tribuna para denunciar, como o fiz. Espero que vocês lutem para conquistar, porque eu vou apoiar a luta de vocês.

Agora, a leizinha, o projeto de lei tem que vir do Sr. Governador. Quando Givânia disse: "Vamos fazer um estudo", a gente se propõe a fazer o estudo e ver onde cabe, como cabe, para quem cabe. Tenho a experiência em Pernambuco, no Município de Salgueiro, e tenho a experiência estadualizada em Pernambuco, mas em relação à educação escolar indígena.

Ainda não conseguimos fazer o concurso público. Algumas coisas... Porque lá tem o Conselho – também – de Educação Escolar Indígena e alguma coisa avançou, mas a trava do concurso ainda existe.

O que acontece? A grande maioria dos professores quilombolas – ou, senão, a unanimidade – e dos professores indígenas são os famosos contratos temporários, os CTDs. E contratos temporários tem uma relação precária, não tem plano de cargos; agora que se está pagando o piso salarial, não tem carreira, e tem um tempo de vida limitado. Às vezes, esse tempo de vida nem se observa.

Contratos temporários são para uma emergência, ou seja, para situações de emergência em que não dá tempo de fazer toda a burocracia de convocação de um concurso, faz-se um contrato temporário. Com o tempo, essa lei, essa possibilidade foi muito desgastada. Ela hoje ocupa o lugar dos concursos públicos. Tem uma denúncia grande dos tribunais de contas e dos ministérios públicos estaduais em relação a isso. Tem redes absolutamente desequilibradas. Tem mais contratos temporários do que professores concursados. Isso nas escolas chamadas regulares, imaginem nas escolas quilombolas e indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem uma coisa para a qual eu quero chamar a atenção – que ficou muito presente na fala de Gabrielem, na fala de Shirley e de Zara – é que não está se tratando de uma educação paliativa, ou de uma educação leiga, do tempo da cartilha, do pai... A do meu pai era mais cruel, viu, Shirley? A do meu pai; ele dizia para a gente: "Era muito ruim aprender desse jeito". Tinham duas coisas que ele também cantava. Sabe como era? "Paulina mastigou pimenta". A gente ficava com pena de Paulina. (*Risos.*)

"Paulina mastigou pimenta", mas era para fazer as palavras. E a outra? O preconceito da outra? "A preguiça é a chave da pobreza". Você já pensou uma cartilha com esses dizeres ser imposta para as crianças aprenderem a ler, introjetando esse pensamento?

Meu pai adulto, formado, professor, ainda se lembrava da cartilha do grupo escolar, onde ele tinha sido alfabetizado. São coisas assim que marcam. Como tem as marcas positivas da fala, da mobilização, do contexto da luta, da identidade, do coletivo, tem também essas marcas negativas, que, às vezes, como meu pai, superam-se, mas, às vezes, ficam tão marcadas na vida das pessoas, não é, Zara?

A SRA. ZARA FIGUEIREDO (*Fora do microfone.*) – E alguns que nem podem ir...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Alguns que nem podem. Exato.

Então, tinha um detalhe. Eu acho que nessa configuração em que a gente está discutindo aqui, que é quilombola, que é indígena, mas a educação é escolar. Portanto, é educação dentro de uma escola, dentro de um instrumento, de um aparelho, de um espaço que está conectado a uma rede que faz parte de um sistema que vai responder à legislação daquele sistema, a qual vai responder às gestões municipais, a qual vai responder às gestões estaduais. Então, é organizar todo esse conteúdo específico dentro do que a gente entende e quer como educação escolar, dentro das possibilidades que a escola tem de fazer isso – e são muitas.

A gente nem usa, ainda, todas as possibilidades que a escola e a educação têm. A gente precisa fazer isso, e fazer isso desta forma: de maneira organizada, de maneira articulada, com todos os entes, com todas as instituições, com os movimentos sociais, e, sobretudo, com a nossa força revolucionária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lugar de menina quilombola é no quilombo, na escola e na luta.

A luta continua! (*Palmas.*)

Falta o protocolo.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e de todas e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às dez horas e dois minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Paulo Paim e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, André Amaral, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Teresa Leitão, Rosana Martinelli, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 64/2024 - CE, de autoria do Senador Flávio Arns (PSB/PR), REQ 62/2024 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e da Senadora Janaína Farias (PT/CE), REQ 63/2024 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE), da Senadora Janaína Farias (PT/CE) e do Senador Flávio Arns (PSB/PR), e REQ 72/2024 - CE, de autoria do Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA) e outros. **Finalidade:** Debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. **Participantes:** Sr. Armando Amorim Simões, Diretor de Programas da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (SASE/MEC); Sr Paulo Fossatti, Vice-Presidente da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE); Sra. Miriam Fábia Alves, Vice-Coordenadora do Fórum Nacional de Educação (FNE) e Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); e Sra. Flávia Viana Basso, Chefe da Divisão de Disseminação de Estudos Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/26

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 26 de agosto de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio de 2024-2034, em atenção ao Requerimento 64, de 2024, da Comissão de Educação.

Estão fazendo parte desta audiência pública: o Sr. Armando Amorim Simões, Diretor de Programa da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (Sase/MEC);

O Sr. Paulo Fossatti, Vice-Presidente da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação; a Sra. Miriam Fábia Alves, Vice-Coordenadora do Fórum Nacional de Educação (FNE) e Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped); a Sra. Flávia Viana Basso, Chefe da Divisão de Disseminação de Estudos Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Em primeiro lugar, eu quero dar as boas-vindas aos expositores e expositoras, dizendo que o Plano Nacional de Educação, a lei respectiva, ainda se encontra na Câmara dos Deputados para ser apreciada pela Câmara e também pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, como habitualmente faz, procura se antecipar ao debate que acontecerá quando a versão analisada pela Câmara dos Deputados chegar ao Senado Federal, porém esse debate já deve acontecer.

Aliás, já fizemos um conjunto de audiências públicas, no ano passado, sobre o Plano Nacional de Educação, e todos esses são subsídios importantes a serem considerados pela Comissão.

Também teremos, após essa audiência pública, sempre uma memória de reunião, que será distribuída para todos os Senadores e lembrada em cada reunião da Comissão de Educação, para que as pessoas tenham uma síntese do que foi debatido e, ao mesmo tempo, possam também, a partir dessa síntese, caso queiram se aprofundar no assunto, retomar todo o material disponível, que estará sempre no *site* da Comissão de Educação.

Eu quero lembrar que nós, inclusive, temos a sugestão do Senador Esperidião Amin para todos que nos acompanham pelo Brasil, no sentido de debatermos também as especificidades do plano. É uma sugestão aceita também pela Comissão como muito importante. Quando eu menciono especificidades, por exemplo, a educação infantil, vamos discutir ensino médio, ensino técnico profissionalizante, ensino superior com a participação das entidades públicas, particulares, comunitárias, enfim, e isso também será feito. Então...

Pretendemos, inclusive, nos articular bastante com a Câmara dos Deputados, para que possamos fazer um trabalho, tanto quanto possível, integrado e articulado entre as duas Casas, como aconteceu na ocasião em que aprovamos a mudança constitucional do Fundeb.

Eu quero agradecer a presença e também por termos essa visão global do plano, tanto quanto possível, por parte de órgãos tão importantes para o Brasil, como... Nós temos, hoje, a presença do MEC, a presença do Conselho Nacional de Educação, da ANPEd também, do FNDE, que é o fórum nacional, bem como do Inep. E quero parabenizar o Inep e o FNDE.

A Comissão de Educação procurou dar todo o apoio possível para o processo de negociação, junto ao Ministério da Educação e junto ao Ministério da Gestão e da Inovação, para a reestruturação da carreira, a valorização dos profissionais, e, tanto quanto eu saiba, chegaram a um denominador comum – pelo menos para esse momento da história.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, como já mencionei, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores e expositoras.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até 15 minutos, até 20 minutos, prorrogáveis por mais cinco, para que possamos, com calma, escutar todas as pessoas.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida para as considerações finais e, eventualmente, aos Parlamentares inscritos, para fazerem as suas considerações finais.

Lembro que, às vezes, até alguns expositores e expositoras gostariam de acrescentar outros argumentos, mas, em função do tempo, isso muitas vezes não é possível. Então, nós estamos totalmente abertos, disponíveis para recebermos as contribuições que desejem, porventura, acrescentar àquilo que for colocado nesta audiência pública.

Eu quero dizer que já temos algumas perguntas vindas das pessoas que estão nos acompanhando e agradecemos aos meios de comunicação do Senado que transmitem esta audiência pública para o Brasil.

Do Paraná, Guilherme: "Quais [...] os projetos para abordar as desigualdades regionais e melhorar a qualidade da educação em diferentes contextos socioeconômicos?".

Também o Kléber, de São Paulo: "Como conciliar a abrangência cada vez maior de conteúdos e disciplinas complementares com a carga horária sem prejudicar a formação [...] [básica]?".

Lara, do Distrito Federal: "Para [...] [garantir] bons resultados, será implementado algum sistema de monitoramento e avaliação contínuo das metas e estratégias do plano?."

Aliás, essa pergunta da Lara foi um tema recorrente nas dez audiências públicas do ano passado sobre o Plano Nacional de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Giulia, de Rondônia: "Quais os [...] obstáculos já identificados para a implementação do Plano Nacional de Educação 2024-2034?".

O André, de Santa Catarina: "Como a inteligência artificial pode ser aplicada no setor educacional para [...] [promover] melhorias contínuas no Plano Nacional de Educação?".

Muito bem.

Então, que bom que estamos juntos, discutindo algo tão relevante para o Brasil, com a participação da comunidade, dos meios de comunicação, da infraestrutura da Secretaria de Educação.

Passo, então, em primeiro lugar, a palavra ao MEC, aqui representado pelo Sr. Armando Amorim Simões, que é o Diretor de Programas da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino, do Ministério da Educação.

Com a palavra, Dr. Armando.

O SR. ARMANDO AMORIM SIMÕES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Flávio Arns. Muito obrigado pelo convite.

Bom dia também, Senador Esperidião Amin e demais Parlamentares eventualmente participantes desta audiência.

Cumprimento os demais colegas da mesa.

Eu gostaria de compartilhar a apresentação e, inicialmente, dizer que esse novo Plano Nacional de Educação surge num contexto em que eu acho que três fatores a gente precisa destacar.

Inicialmente, é um plano que se apresenta na esteira de um processo de monitoramento do atual Plano Nacional de Educação, conduzido principalmente pelo Inep, mas também monitorado e acompanhado por outras entidades da sociedade civil, e que foi algo inédito na história dos planos nacionais de educação. Portanto, tanto o monitoramento das metas quanto o processo de avaliação que também ocorreu, não só estudos conduzidos pelo Inep, mas pelas universidades brasileiras, por organizações da sociedade civil, permitiram que esse novo plano sofresse um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo de debate público no processo já de elaboração, que contou com a experiência desse monitoramento, dessa avaliação.

Acho que o segundo aspecto é que ele surge também num momento de retomada do fortalecimento da participação social, através da realização de conferências municipais e estaduais, da Conferência Nacional de Educação, em janeiro de 2024, organizada pelo Fórum Nacional de Educação e apoiada pelo Ministério da Educação.

E, em terceiro lugar, acho que ele surge também num momento de fortalecimento da articulação federativa, não só pela recriação desta secretaria, da qual eu falo, a Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino, mas pelo fortalecimento e ativação efetiva da instância de pactuação federativa, que é prevista na atual lei do Plano Nacional de Educação e que pretende fortalecer o seu papel, do ponto de vista da gestão do Plano Nacional de Educação na Constituição e realização das suas estratégias.

Eu acho que esses são três aspectos importantes, inicialmente, que eu gostaria de destacar.

Para que a gente possa se ater ao tempo, eu acho que haverá oportunidades... Eu já parabenizo a iniciativa do Senado Federal pela organização dessas dez audiências públicas e acho que, pelas temáticas que vão ser apresentadas nas próximas audiências e nas próximas mesas, haverá, sim, a possibilidade – e será muito importante que haja – de aprofundamento de cada um dos tópicos que aparecem neste Plano Nacional de Educação. Acho que a sugestão do Senador Esperidião Amin vem a calhar e acho que o Senador Flávio Arns também entende bem a importância do aprofundamento temático.

Então, o que eu poderia fazer aqui, nesse tempo que nos é concedido, é dar uma visão muito geral do que esse novo plano traz de novidade e de proposição, deixando que o detalhamento das suas metas e, eventualmente, estratégias possam ser debatidos no decorrer das demais audiências públicas.

Eu gostaria de falar, então, um pouquinho sobre o processo de elaboração, alguns aspectos que são apresentados no Projeto de Lei 2.614, e aquilo que nós consideramos os próximos desafios do novo PNE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, sobre o processo de elaboração, nós tivemos uma dinâmica que transcorreu durante todo o ano de 2023, que se deu entre o processo de participação social, através das conferências municipais e estaduais da Conae, e o trabalho conduzido no âmbito de um GT criado por força de portaria do Ministro da Educação para que houvesse a proposição e análise em torno dos principais problemas da educação nacional.

Esse foi um processo que se deu em diálogo, tanto pela participação do Fórum Nacional da Educação no contexto do grupo de trabalho quanto dos insumos que esse grupo de trabalho gerava e que também puderam ser compartilhados, *pari passu*, com o processo de organização das conferências, em particular da Conferência Nacional da Educação.

Nós tivemos, do lado do grupo de trabalho instituído pelo MEC, 17 entidades participantes, não só todas as secretárias e autarquias do MEC, mas, como eu referi, o próprio Fórum Nacional da Educação, com as suas 64 organizações governamentais da sociedade civil; o Conselho Nacional da Educação, assim como as representações do Foncede e da Uncme, e as representações do Consed e da Undime; e também tivemos participação de representações das consultorias legislativas, tanto da Comissão de Educação, da Cultura e do Esporte, quanto da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

O trabalho desse GT tinha natureza consultiva e propositiva e tinha o propósito, portanto, da elaboração de um diagnóstico com análise dos problemas de educação nacional e a proposição inicial de diretrizes, objetivos, metas e estratégias do novo PNE, como determinado pelo art. 214 da Constituição.

Foram realizadas 12 reuniões, das quais cerca de 4 ou 5 foram de oficinas ampliadas, em que participaram cerca de cem representantes dessas entidades, e o trabalho do GT culminou em novembro de 2023, com a apresentação de um documento de diagnóstico e um anexo a esse documento com um conjunto de proposições em relação ao PNE.

Do lado da participação do debate público, da participação social, tivemos, por organização do Fórum Nacional da Educação, um documento de referência, que foi apresentado para a realização e o debate nas conferências municipais de educação, realizadas entre 23 e 29 de outubro, em que tivemos o registro de 1.848 municípios que sediaram conferências – muitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes, esses municípios sediaram conferências que aglutinaram outros municípios – e, na sequência, as conferências estaduais entre 16 e 19 de novembro de 2023.

E, finalmente, entre 28 e 30 de janeiro de 2024, tivemos a Conae, realizada em Brasília, aqui na UnB, com mais de 2 mil delegados, que debateram as proposições do documento referência e produziram um documento final, que foi apresentado ao Ministério da Educação, no dia 5 de março, documento esse que foi, junto com o documento do grupo de trabalho, considerado como insumo para a elaboração pelo Ministério da Educação do novo projeto de lei a ser apresentado ao Congresso Nacional.

Então, esse projeto se traduziu em 10 diretrizes, 18 objetivos, 58 metas e 253 estratégias, seguindo, portanto, as determinações do art. 214, que explicitamente menciona essas quatro categorias de planejamento que devem constar no Plano Nacional de Educação.

O Ministério da Educação, no dia 15 de maio, encaminha a proposição à Casa Civil da Presidência da República, que faz chegar ao Congresso Nacional, no dia 26 de junho, o projeto de lei.

Obviamente, o retorno à sanção presidencial, depois de todo o processo legislativo, é algo que dependerá do nosso engajamento para que esse projeto possa ser aprovado, considerando que nós tivemos, recentemente, no Congresso Nacional, a aprovação da prorrogação do atual plano até dezembro de 2025. Então, a expectativa é de que, nesse um ano e meio que nós temos, seja possível que a gente consiga chegar a termo com a discussão e aprovação do novo PNE. Oxalá seja possível.

Temos aí, então, alguns aspectos gerais sobre o novo PNE, em termos daquilo que ele traz na sua estrutura.

Primeiro, o PL teve uma preocupação de definir essas categorias das quais trata o art. 214 da Constituição.

Nós avaliamos, durante todo esse processo de monitoramento e avaliação do atual PNE, que, na estrutura do atual PNE, havia muita confusão entre conceitos e muitas metas que acabaram entrando como estratégias que mais traduzem efetivamente ações específicas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esferas de governo. Então, o projeto começa com a definição das diretrizes, objetivos, metas e estratégias e o que significam essas categorias.

As diretrizes como orientações é que guiam a ação para ser observada pelos governos, tanto federal quanto estaduais e municipais; os objetivos são, de fato, as mudanças que se esperam em torno dos problemas identificados e desafios identificados de educação nacional; as metas, como referências qualitativas e quantitativas, é que permitem a verificação, durante a execução ou a vigência do plano, de que esses objetivos, de fato, estão ou não sendo alcançados pela tendência dos indicadores dessas metas; e, por último, as estratégias, que são, de fato, grandes orientações para a tomada de decisão para a ação dos governos das diferentes esferas federativas em relação às políticas educacionais.

Então, houve a preocupação de definir esses conceitos, para que o próprio processo legislativo busque, da melhor forma possível, manter algum grau de coerência e consistência na estruturação do plano.

O segundo aspecto são as diretrizes.

Portanto, o projeto de lei traz, respeitados esses conceitos, um conjunto de diretrizes, um conjunto de objetivos, de metas e de estratégias.

Nós temos dez diretrizes. Não vamos aqui nos deter muito sobre elas, mas eu gostaria de destacar algumas que eu acho que trazem novidades no plano.

Primeiro, quero explicitar a visão sistêmica do planejamento em relação às outras áreas do desenvolvimento. É o reconhecimento de que a educação e o desenvolvimento da educação não só afetam outras áreas de desenvolvimento, mas também são afetados pelo que ocorre em outras áreas da política pública. Basta dizer que os índices de pobreza do país desafiam localmente o progresso da educação em vários contextos.

As questões relacionadas à saúde, por exemplo, também sofrem impactos, são impactadas pela educação. Da mesma forma, as questões relativas à abordagem das políticas públicas: o plano traz a perspectiva explícita da intersetorialidade como uma necessidade, para que as políticas públicas consigam melhor se articular no enfrentamento dos desafios com que o desenvolvimento da educação se depara, no dia a dia das políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pactuação federativa, a quarta diretriz, na coordenação e na implementação das estratégias: a gente entende que isso precisa ser fortalecido no novo plano. Por isso o fortalecimento da instância de pactuação e de um mecanismo permanente de governança do plano, que vai aparecer na sequência.

Obviamente, o equilíbrio das responsabilidades federativas e do fluxo de recursos adequado, equitativo e sustentado.

A transversalidade desse conceito de qualidade e equidade como orientação para a formulação de políticas está muito forte nesse novo plano, tanto a dimensão da qualidade quanto a dimensão da equidade.

A integração – já fazendo menção a uma das questões de um participante do evento – do monitoramento e da avaliação, tanto no processo de planejamento quanto no de implementação das políticas.

Essas são as diretrizes que eu gostaria de destacar.

Há também, no enunciado do corpo da lei, um conjunto de objetivos, que aqui são tratados como os objetivos gerais da educação nacional, que devem ser observados pelo conjunto dos entes federativos: obviamente, o fortalecimento dos princípios do Estado democrático de direito; a consolidação da gestão democrática; a proteção e desenvolvimento da primeira infância; a garantia do direito à educação, com ampliação das oportunidades educacionais em todos os níveis; a superação do analfabetismo de jovens e adultos; a superação das desigualdades educacionais; a universalização do atendimento à população de quatro a dezessete anos; a melhoria da qualidade da educação em todos os níveis, etapas e modalidades; a valorização dos profissionais da educação e, uma dimensão importante, a profissionalização docente – o tema do profissional da educação, em particular do magistério, foi enfocado e analisado na perspectiva do fortalecimento da profissionalização docente e de todas as implicações de política que isso traz –; a democratização do acesso ao ensino superior e à pós-graduação; e o aumento do investimento público em educação, que se coloca necessário, face à posição do Brasil, hoje, em relação a demais nações do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação aos estados e municípios, o plano, como o anterior, estabelece um prazo de um ano para que os estados e municípios ou adaptem ou reeditem seus planos de decenais de educação e que seja garantida, nesse processo, a participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.

Como eu disse, há, explicitamente, no novo projeto lei, uma preocupação forte com a governança, é reeditada a participação dos entes com o monitoramento e a avaliação, envolvendo aí o Conselho Nacional, as Comissões da Câmara e do Senado, o Fórum Nacional de Educação e o MEC; na governança, sendo reconhecida a instância permanente como sendo um espaço de gestão e governança do PNE, obviamente com essa estrutura de governança se replicando no meio dos estados e seus municípios, para que haja também um processo de governança dos planos decenais de estados junto com os municípios em cada estado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Posso fazer uma pequena interrupção, Dr. Armando? Desculpe-me, inclusive...

O SR. ARMANDO AMORIM SIMÕES (*Por videoconferência*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – É que apareceu agora quinze segundos, e ainda temos mais cinco minutos então. Está bem?

O SR. ARMANDO AMORIM SIMÕES (*Por videoconferência*.) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Só para não... Para ficar bem claro, já que esta é a primeira apresentação e o aviso de quinze segundos aconteceu pela primeira vez.

Então, conforme combinado, quinze minutos mais cinco para concluir.

O SR. ARMANDO AMORIM SIMÕES (*Por videoconferência*.) – Está certo.

Então, nós temos aí a participação social também na forma de indicação de duas conferências, no mínimo, durante o período do plano, e a instituição do Fórum Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Educação como instância consultiva permanente de participação social no tema do Plano Nacional de Educação.

O monitoramento, novamente atribuído ao Inep, com a publicação dos índices de alcance das metas a cada dois anos, contando aí, explicitamente, com o apoio do IBGE e de outros órgãos públicos que sejam produtores de dados, informações e estatísticas que sejam relevantes para o monitoramento das metas, assim como sistemas de avaliação, tanto da educação básica quanto do ensino superior, do próprio Inep.

Em relação ao financiamento, há um destaque aos recursos vinculados à educação da União, estados e municípios, assim como das outras fontes, tanto dos fundos constitucionais como outras fontes que sejam estabelecidas em lei.

No caso da educação básica, especificamente, se apontam no projeto lei alguns aspectos importantes a serem considerados.

Primeiro, a construção da equidade na capacidade de financiamento. Isso vai se refletir em metas do novo PNE; a observação de padrão nacional de qualidade, que vocês vão observar que é algo transversal no que diz respeito às metas de qualidade do novo plano; o Custo Aluno Qualidade, que ganha uma dimensão já como meta de alcance de financiamento para o aumento do investimento para o aluno da educação básica; e o monitoramento, obviamente, em relação a como as distribuições de recursos e o financiamento se comparam com a melhoria da qualidade e de resultados de aprendizagem nos sistemas de ensino.

Temos os resultados também da participação na exploração de petróleo e gás natural, que é mantida como uma fonte de recurso à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Há a explicitação da importância da vinculação das leis orçamentárias aos plano decenais de educação – e aí me refiro aos PPAs, Leis de Diretrizes Orçamentárias e leis orçamentárias anuais – e também a orientação para que a assistência técnica e financeira dos entes federativos observe, obviamente, as estratégias e metas do plano.

O plano vai propor, como disposições finais e transitórias, um prazo para o Inep produzir indicadores para as novas metas propostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma previsão nova de revisão, de meio termo, do Plano Nacional de Educação, e precisa ser considerada a pertinência deste momento de revisão ou não pelo Congresso Nacional.

O Inep também queria um prazo de 180 dias para estabelecer projeções relativas às metas nacionais por ente federativo. Isso é uma coisa importante, nova, ou seja, fazer a desagregação do esforço federativo para o conjunto das metas nacionais, coisa que, no atual plano, só ocorreu para a Meta 7, de qualidade do PNE.

A avaliação também seria feita, preliminarmente, ao término da vigência do novo plano: no prazo de dois anos antes do término de sua vigência, o MEC terá a incumbência de apresentar uma avaliação sistemática, preliminar, da implementação de resultados, para orientação do debate da execução do plano e com perspectivas à proposição do novo plano, que deverá também ser apresentado até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência.

E a lei reedita o prazo para a institucionalização do Sistema Nacional de Educação, entendido como uma instância jurídica e normativa importante para a organização do Sistema Nacional de Educação.

Então, para a gente ir caminhando para o final, o plano se organizou em 18 objetivos, nessas temáticas, nas quais a equidade é uma dimensão transversal entre os objetivos, as metas e as estratégias, e algumas inovações importantes, para as quais eu queria chamar a atenção:

– eu acho que, primeiro, a questão da ênfase na qualidade da educação aparece explicitamente nos objetivos da educação infantil, da educação profissional e tecnológica, do ensino superior e na formação de professores;

– a aprendizagem na perspectiva da equidade, tanto nas metas de alfabetização quanto nas do aprendizado no ensino fundamental e médio;

– e também há metas específicas de redução da desigualdade entre grupos sociais, e isso é algo novo no novo plano;

– o objetivo específico sobre a educação escolar indígena do campo e da educação quilombola é outra novidade;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– a educação integral aparece para além da jornada. Ela aparece na perspectiva da construção de uma abordagem curricular integral nas escolas que ofertam educação em tempo integral;

– e o financiamento, como eu disse: em vez de a meta estabelecer apenas uma relação de percentual do PIB, ela estabelece também um financiamento, uma perspectiva de crescimento específico de financiamento em educação básica vinculada, no fim do período de vigência do plano, ao que se estabelece como conceito do Custo Aluno Qualidade, também na perspectiva da redução das desigualdades na capacidade de financiamento, algo que o atual plano não traz.

Eu não vou obviamente me deter – os senhores vão recebê-los – nesses eslaides, que têm aí o resumo de todas as metas e estratégias, todas as metas, objetivos e metas da proposta do novo plano.

Para encerrar, o último eslaide, com os próximos desafios.

Primeiro, disseminar e debater o novo PNE na sociedade e nos sistemas de ensino.

Eu acho que essas audiências públicas inauguram esse processo de disseminação e debate. É importante dar consciência e conhecimento aos atores sociais sobre o projeto de lei.

Obviamente, a aprovação da lei, com as suas medidas, modificações e ajustes pelo Congresso Nacional até o final da vigência do atual plano, considerando que ele foi prorrogado até 31 de dezembro do ano que vem.

A colaboração técnica com os estados e municípios na elaboração e aprovação dos seus planos decenais.

O MEC já está iniciando agora, em setembro, uma reunião nacional aqui com os estados, representações de Undime, de conselhos municipais, conselhos estaduais, fóruns também de educação, para o processo de cooperação técnica já ter início no começo de 2025.

A instituição das instâncias de governança dos planos. A gente fala da instância nacional, mas mesmo o atual plano prevê que instâncias de governança estaduais precisam ser, de fato, mobilizadas e ativadas no âmbito de cada estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A instituição do SNE nós consideramos um aspecto importante do ponto de vista do fortalecimento da relação federativa e dos mecanismos de pactuação e negociação para o processo de implementação das políticas nacionais de educação.

O fortalecimento do regime de colaboração e a criação de um sistema de monitoramento e avaliação do PNE.

A gente tem aqui os principais desafios a seguir no que diz respeito a implicações aqui para o MEC e para o conjunto dos atores, não é?

Então, era um pouco isso, Senador, que eu gostaria de compartilhar. Agradeço muito o tempo e estou à disposição para eventuais questões que venham a surgir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço ao senhor também pela participação, Dr. Armando Amorim Simões, representando o Sr. Ministro da Educação, Camilo Santana, que, inclusive, já foi convidado para estar novamente presente na Comissão de Educação para, entre três ou quatro aspectos mencionados nos requerimentos, falar sobre o Plano Nacional de Educação, e a gente reforça esse convite. O Dr. Armando já esteve presente conosco, nas audiências do ano passado.

Eu só quero aqui também fazer homenagem para o Prof. Manoel Humberto Gonzaga Lima, Presidente da Uncme (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação), que, no final de 2022, como Presidente do Fórum Nacional de Educação, presidiu a organização da Conferência Nacional de Educação 2022. Aqui foi mencionado 2024, quando aconteceu a outra, mas temos aí no Portal da Comissão de Educação todas as conclusões da Conferência Nacional de Educação, realizadas a duras custas, porque era período de pandemia ainda, 21/22, mas foi feito um esforço muito grande do Fórum Nacional de Educação.

Na ocasião, eu, inclusive, era membro do Fórum, e até sugeriria que isto fosse levado em conta: foi um esforço extraordinário do fórum, na ocasião, e só não foi mencionado na apresentação como subsídio para a elaboração do novo plano, porque o Senado vai levar em conta os dois relatórios, sem dúvida alguma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem. Quero saudar, em seguida, o Presidente do Conselho Nacional de Educação – houve mudança de membros –, o Dr. André Guilherme Lemos Jorge, desejar a ele amplo sucesso, colocar a Comissão de Educação e Cultura, como sempre aconteceu, à disposição para um trabalho articulado com o Conselho Nacional de Educação.

O Dr. André Guilherme Lemos Jorge, nesta audiência pública, está representado por uma pessoa que é uma referência no Brasil também, um grande colega, a quem eu respeito muito também, que é o Dr. Paulo Fossatti, Vice-Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Com a palavra, então, Dr. Paulo. Seja muito bem-vindo!

O SR. PAULO FOSSATTI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado. Minha saudação, Senador Arns, Senador Amin, todos os colegas que nos acompanham, todos os que participam deste debate. E eu aqui também trago a saudação do Dr. André, nosso Presidente, de todo o nosso Conselho Nacional de Educação, que faz coro com esse compromisso com a educação nacional e com o nosso novo Plano Nacional de Educação.

Como hoje é acordado, nós estamos fazendo este sobrevoo sobre o plano e teremos mais, no mínimo, dez audiências para pontos específicos, eu vou me permitir aqui fazer oito destaques sobre pontos que estamos discutindo no CNE, que entendemos como desafios que todos nós precisamos levar adiante.

O primeiro deles está muito alinhado com o que o Dr. Armando acaba de nos desafiar no último eslaide, que é: se nós quisermos levar adiante o nosso PNE, com seriedade e com efetividade, nós precisamos, junto com este PNE, pensar um Sistema Nacional de Educação que dê conta, um sistema que integre a Federação, que integre os estados, que integre os municípios, nesse grande trabalho em rede, para que, de fato, seja uma política de Governo de Estado, e não uma política de Governo de quatro ou de oito anos. É importante não brincarmos com educação. E, se o nosso PNE já pensa no mínimo dez anos, nós precisamos pensar uma política de Estado para levarmos adiante essa grande proposta.

E por que grande proposta? Nós temos aí no mínimo 10 diretrizes, 18 objetivos, 58 metas e 253 estratégias. Para dar conta disso tudo – nós refletimos –, precisamos de um Sistema Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Educação, unindo a União, estados e municípios, inclusive buscando parceria público-privada com pessoas sérias, com entidades sérias, para fazermos frente a todas essas questões, que nós podemos ganhar tempo. Nós precisamos pensar em conjunto esse Brasil, para ter essa educação com que sonhamos, pensarmos em conjunto infraestrutura, quantas escolas ainda não têm luz, não têm saneamento básico, não têm investimento pedagógico mínimo, não têm um programa nacional de alimentação, de transporte. Então, esse trabalho conjunto de todas essas forças pode nos ajudar nesse trabalho articulado da educação.

E aqui também já sentimos uma fragilidade do plano que é: junto com educação, nós precisamos articular cultura, esporte e artes, no mínimo essas três grandes áreas, para podermos avançar naquilo que nós chamamos de educação de qualidade.

E aí vem o desafio número dois, que são os números da nossa educação no Brasil. Nós já avançamos muito, estamos contentes com o que já conquistamos; contudo, não podemos negar uma realidade de um Brasil que vai assumir um PNE e ainda temos 9 milhões de analfabetos, ainda temos 62 milhões de jovens que não terminaram o ensino fundamental, temos ao redor de 70 milhões de jovens e jovens adultos em situação de EJA. E nós precisamos pensar em estratégias para esses 70 milhões em situação de EJA, para que não continuem, no dia de amanhã, sem estudo e sem trabalho.

E nos preocupam muito também aqueles 10 milhões que terminam o ensino fundamental e não vão para o ensino médio. E para isso do que nós precisamos? Muito mais do que olhar para esses números, olhar apenas esses 24% de jovens de 18 a 24 anos que buscam a educação superior, esses 24%. Vejam bem, nós temos 24% que buscam a educação superior, mas a evasão na educação superior está na média dos 58%. Quantos sonhos de vida aí perdidos, atrofiados! E, se olharmos só no ensino médio, nós temos uma evasão de 6,9%. E, se falarmos em carência de professores, só olhando para a educação pública, dados do ano passado nos diziam que nós temos uma carência de 410 mil professores na escola pública, ou que não têm formação adequada ou que estão lecionando fora da sua área de atuação.

Então, esses números deste segundo desafio justificam o nosso terceiro desafio, que nós chamamos aqui de docência, a formação docente. Nós estamos lidando muito aí com aquele termo do apagão docente, esse apagão docente, porque nós temos sintomas da desvalorização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da carreira docente: o salário do docente não consegue chegar à média do salário de outros profissionais, as condições de trabalho dos nossos docentes estão levando também a muitas enfermidades mentais – onde está o bem-estar do nosso docente, se ele vive muito com o mal-estar docente? Outro grande problema a discutir na formação docente é a formação hoje maciça em EaD. O problema não é o EaD, mas uma educação de qualidade independentemente se ela for EaD ou se ela for presencial.

Outra questão importante que o plano traz é a de novidades. O plano vai dizer que nós precisamos de professores especialistas, para dar conta da educação inclusiva, da educação no campo, da educação quilombola, indígena, educação digital, educação carcerária. Educação do EJA não é novidade, mas agora o plano acrescenta idosos. Para educar idosos, eu preciso de uma nova especialização docente. Logo, o tema, a formação docente, Senador Arns, de fato, merece uma sessão específica aqui, um debate próprio, porque ela é crucial e importantíssima. Inclusive, se estamos falando de uma escola de tempo integral, precisamos começar a discutir um professor de tempo integral, para que ele não fique perambulando entre uma, duas ou três escolas para sobreviver.

E a formação docente nos leva a um quarto desafio que estamos discutindo no CNE: o ensino técnico profissionalizante. Gente, se a média da OCDE nos diz que 37% dos jovens buscam educação técnico-profissional, 37% dos jovens já têm o seu dinheirinho, já aprendem como geração *maker*, já estão no aprender fazendo, o Brasil está muito aquém. Os nossos números dizem que estamos apenas com 11% dos jovens com educação técnico-profissionalizante. Contudo, vejam a diferença: pesquisas indicam que 98% desses jovens acreditam e querem uma educação técnico-profissionalizante.

O nosso plano avança quando diz que nós vamos, no mínimo, aumentar em dois terços as matrículas na educação profissionalizante. O texto aceita qualquer número, qualquer índice, mas nós precisamos dar condições, dar estrutura e infraestrutura, para que essas pessoas possam permanecer na escola. Não basta incluir, eu preciso fidelizar esse aluno.

E aqui vem outro grande problema, um desafio para discutirmos, que é o novo ensino médio. Vejam bem, se nós queremos avançar na educação técnico-profissionalizante e a proposta do ensino médio apenas reservou 600 horas para educação técnica profissional, nós vamos dar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conta de uma boa formação técnica profissional com 600 horas durante um ensino médio? Nós vamos estancar essa sangria de evasão de 500 mil alunos da educação básica todos os anos?

Essa é uma preocupação grande para nós, que nos leva a um quinto desafio, que estamos discutindo no CNE, que é a educação superior. A educação superior precisa estar muito alinhada com a educação básica para formar professores, para integrar a extensão, para integrar pesquisa, para estancar essa evasão de 58%.

A educação superior precisa repaginar um currículo academicista que não está conseguindo, na maioria das vezes, dialogar com a indústria produtiva, dialogar com o mercado, com a indústria 5.0, que não consegue dialogar com os avanços da nova tecnologia e com a inteligência artificial.

Outro grande problema da educação superior, se nós queremos um Brasil e um PNE para todos, é a interiorização dessa educação superior e, junto com a interiorização, para desenvolver o Brasil, a indução de cursos para pesquisa e desenvolvimento.

O PNE e a sociedade brasileira precisam se perguntar quais são os cursos e as carreiras de que nós precisamos para desenvolver determinadas áreas do Brasil, porque, senão, nós vamos continuar exportando *commodities* a preço de banana e vamos continuar importando tecnologia a preço de ouro, num Brasil continental, num Brasil rico, em que se precisa, sim, induzir determinadas áreas para a ciência e para a pesquisa.

Junto com isso também, a grande preocupação, além da indução, é nós levarmos a educação para todas as regiões do Brasil. Nós temos o mapa que mostra a centralidade no Centro-Oeste, Sudeste e Sul, e o PNE precisa ter um olhar diferenciado para as Regiões Norte e Nordeste.

Esse desafio da educação superior nos leva a um sexto grande desafio, já dito em todas as audiências e que aqui eu retomo: financiamento.

Não se faz educação com qualidade se nós não levarmos a sério o nosso financiamento para a educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PNE, que está se extinguindo, já dizia que nós queríamos chegar ao final com os 10% do PIB; nós chegamos à média dos 5,5%; agora, o atual PNE vai numa progressão, jogando entre 7% e 10% do PIB.

É preciso uma discussão muito séria desse financiamento, porque nós temos aqui uma cesta de impostos que não dá conta para a educação integral que queremos, que não dá conta para a educação inclusiva de que nós precisamos, que não dá conta para a estrutura e infraestrutura de que nós precisamos. Ou seja, esse financiamento precisa ampliar a parceria público-privada com as convencionais, com as comunitárias, com as instituições sem fins de lucro, e, inclusive, buscar outras fontes de receita, quem sabe do Imposto de Renda, para nós recuperarmos aquilo que nós dizemos no documento como essencial à educação, porque nós, inclusive, incluímos no PNE os serviços especializados.

Nós queremos que a educação comungue com esses serviços de assistência social, saúde, arte, cultura. E isso tudo precisa do quê? Precisa de dinheiro.

Se nós não tivermos um bom orçamento, nós vamos ficar aquém daquelas metas para, de fato, atingir a população carcerária, a população das águas, a população quilombola, a população do campo, essa educação integral, direito de todo brasileiro, essa educação profissional. E, para isso, nós precisamos de financiamento que coloque metas e que coloque prazos. Sem metas, sem prazos, fica difícil ir adiante.

E aí nós vamos para o nosso sétimo desafio, discutido no Cnec, que é o acompanhamento.

Não basta termos metas, não basta termos indicadores. Nós precisamos de acompanhamento. Então, nós precisamos, sim, implementar instrumentos de avaliação, implementar instrumentos que nos ajudem a monitorar e acompanhar, com percentuais e com prazos, para saber quando é que começa, quando é que termina.

E, por fim, meu tempo estourando, mas o oitavo grande desafio: nós notamos algumas ausências e precisamos retomar.

Antes de iniciar essa gravação, nós estávamos dizendo aí da questão do frio, da questão da poluição, da questão das queimadas, da questão da fumaça em Brasília, Goiânia e região. Isso tudo nos remete a um tema a que a Conae dedicou todo um capítulo, se não me falha a memória,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Capítulo 7, que tratava da questão ambiental, da proteção ambiental, das questões climáticas. E, logo após a Conae, vêm a catástrofe no Rio Grande e catástrofes climáticas ao redor de todo o planeta. E a nossa educação precisa, então, recuperar essas ausências que estão no plano, que eu vou enumerar aqui, em função do tempo.

Retomar questão ambiental, educação ambiental: é preciso retomar nas escolas.

Segundo ponto: educação digital.

A União Europeia tem documentos desde o ano 2006 e renovou documento em 2018, dizendo do balaio de competências digitais, para não ficarmos no mundo dos desempregáveis. E aí a pergunta: nós estamos formando para que mundo? Nós estamos formando para que mercado? Nós estamos formando para que sociedade?

E, junto com as competências digitais, nós precisamos nos ocupar, nesse nosso Plano Nacional de Educação, com o terceiro grupo de competências, que são as empreendedoras – competências empreendedoras, que estão muito alinhadas com a educação integral, com a educação profissional, com a educação cidadã.

Então, esses três temas, questão ambiental, a cultura digital, não só para estudante, mas para professores, porque, se eu tenho um mundo digital, como é que eu estou formando a nova geração docente para esse mundo digital? E, se nós precisamos hoje resolver problemas complexos, e problemas complexos que venham a resolver a dor da sociedade, a dor da nossa comunidade, não iremos responder a esses problemas complexos se nós não tivermos um pensamento empreendedor.

E aqui, quando falamos em empreendedorismo, não estamos falando da lógica neoliberal; estamos nos referindo aos 17 objetivos sustentáveis da ONU como grande compromisso de um empreendedorismo social, para que as pessoas agreguem valor lá onde elas estiverem fazendo a diferença, uma diferença para melhor no seu meio, na sua comunidade, no seu contexto.

Esse é o nosso *overview* sobre o nosso Plano Nacional de Educação, que precisa, sim, ser debatido nessas nossas dez audiências.

Parabéns, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também lá no FNE, de que eu participo, a nossa preocupação é capilarizar essa discussão nos estados, municípios, comunidade, para que ele, de fato, se transforme num grande pacto nacional por uma educação em que todos os atores estão comprometidos com uma educação para além dos muros e para além dos atuais educadores.

É isso.

Muito obrigado, e fico à disposição sempre.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos de novo ao Dr. Paulo Fossatti, que é Vice-Presidente da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, que já esteve em inúmeras audiências públicas também na Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal; e, representando o conselho, o Presidente do Conselho – o próprio conselho –, o Dr. André Guilherme Lemos Jorge, mas quero que também transmita um grande abraço ao ex-Presidente Luiz Roberto Curi, que fez um trabalho extraordinário à frente do conselho e numa grande articulação com a própria sociedade.

Eu só quero lembrar – a gente já discutiu no Conselho Nacional de Educação esse tema – que todos os assuntos abordados pelo Sr. Paulo Fossatti se relacionam à necessidade de uma pactuação federativa, de uma articulação também, de uma colaboração entre os entes federados. Então, eu só penso – e o senhor levantou isso – na necessidade do Sistema Nacional de Educação, que eu fico pensando como que os estados e municípios vão fazer os seus planos de educação se não houver essa pactuação federativa anterior à elaboração dos planos, porque tem que saber com quais recursos podem contar e com quais alternativas.

Muito bem.

Passo, em seguida, a palavra à Sra. Miriam Fábia Alves, Vice-Coordenadora do Fórum Nacional de Educação (FNDE) – como eu mencionei, tive a honra de participar até 2022, e, depois, em 2022, 2023 e 2024, indicamos a Senadora Teresa Leitão para ser a representante da Comissão no fórum – e Presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

Seja muito bem-vinda, em primeiro lugar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra.

A SRA. MIRIAM FÁBIA ALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador Flávio Arns.

Queria cumprimentá-lo, de maneira muito especial, pela realização desta audiência pública; cumprimentar o Senador Esperidião Amin, que também nos acompanha, e os colegas que estão somando hoje neste debate; e cumprimentar todos que estão acompanhando aí pelas redes sociais e os que vão depois acompanhar este debate aqui.

Queria fazer minha audiodescrição nesse sentido de a gente fazer um esforço também de fazer uma atividade inclusiva.

Eu sou uma mulher branca, estou hoje aqui no escritório da minha casa, com uma parede de livros ao fundo, uso óculos, tenho hoje um casaco vermelho sobre uma blusa listada e uso brincos coloridos.

Então, sou eu, agradecendo aí pela indicação do Professor Heleno, que é o Coordenador do Fórum Nacional de Educação, que não pôde estar aqui e que me pediu para representá-lo.

Inicialmente, quero dizer que a gente vem, no Fórum Nacional de Educação, acompanhando, participando, disputando cada um desses objetivos, diretrizes, dessas metas que nós tivemos deste plano apresentado ao Congresso Nacional.

De que maneira o Fórum Nacional fez isso? De maneira muito específica, contribuindo, fazendo e realizando todo o movimento que culminou com a Conferência Nacional de Educação agora, em janeiro de 2024.

Junto com o MEC, ele foi promotor desse movimento, um movimento bastante importante.

O Armando já destacou aí todo o tamanho desse movimento de uma educação num país com essas dimensões como o Brasil. É um desafio imenso, como também destacava o Senador Flávio Arns também sobre a realização da de 2022, mas nós podemos falar da Conae também de 2016, de 2010...

Então, a prática da realização das conferências de educação – e não só as de educação. Nós estamos acompanhando várias outras acontecendo, como agora, no mês de julho, a de ciência e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologia – abre um espaço de participação social muito importante, no sentido de validar, de respaldar o documento que chega para o Congresso Nacional. Então, acho que essa é uma questão a ser destacada, Senadores, em relação ao documento que é apresentado.

Ele não é o retrato fiel, exato – se for possível, em algum momento, fazer isso –, do documento final da Conae de 2024, mas ele traz aqui grande parte das demandas apresentadas nesta conferência, disputadas nesta conferência, nas suas diferentes etapas e no documento final que nós apresentamos. Esta é a primeira observação geral que eu gostaria de fazer.

Uma segunda observação geral é que a gente tem, no Fórum Nacional de Educação, uma comissão que está fazendo uma análise minuciosa do PL apresentado, e esperamos, nos próximos dias, provavelmente nos próximos 15 dias, torná-la pública. Então, parte do debate que eu trago para o dia de hoje, no âmbito mais geral... Considero bastante pertinente o destaque de temas específicos para discussão. Eu participei, no ano passado... não, nesse ano, no primeiro semestre – parece que a gente já está virando o ano, não é? –, de duas das audiências promovidas pelo Deputado Pedro Uczai. E ele fez uma composição, reunindo metas que eram afins e que davam um debate bastante interessante. Então, também é uma boa estratégia do ponto de vista do debate, mas esse documento do Fórum Nacional de Educação traz já alguns elementos para nós pensarmos juntos aqui a partir do que temos deste novo plano.

Como discutiu e apresentou o Armando, este é um plano com 10 diretrizes, com 18 objetivos, com 58 metas e com 253 estratégias. Deve-se lembrar que o plano anterior foi um plano apresentado com uma característica, mas, ao longo do seu processo – longo processo –, sofreu muitas alterações do Congresso Nacional, e sua aprovação e publicação trouxe um documento com várias interferências. Então, a gente está esperando que este plano que deu entrada agora, no dia 26 de junho, no Congresso Nacional, também vá ser alvo de muita disputa. E eu penso que, neste aspecto, espero que nossa disputa seja saudável, no campo do debate, no campo da discussão das ideias, no campo do debate factual, no campo do debate dos dados, como apresentou nosso colega Paulo Fossatti. Isso é superimportante. E este plano vai fazendo indicações, inclusive neste sentido, que validam este (*Falha no áudio.*)...

Bom, se já é um plano, se já se propõe a ser um plano que passa por todo esse processo democrático de uma Conferência Nacional de Educação, de uma elaboração no ministério e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depois de tudo o debate no Congresso, nós já sabemos que aqui tem um dado importante, que é o da participação social em todo esse debate e na sua aprovação. Isso me incita, me motiva para que a gente possa, aqui nessa primeira audiência, dizer da importância das nossas discussões, em que pesem todos os pontos de vista, todas as defesas (*Falha no áudio.*)... que ela seja a mais adequada para a educação brasileira e seus dilemas.

E aí eu quero pegar, do ponto de vista das diretrizes e dos objetivos, três destaques para poder chamar a nossa atenção e incitar o diálogo que prosseguirá nas próximas audiências e também em outros espaços.

O primeiro deles diz respeito à ideia de que este plano representa e tem como diretriz uma visão sistêmica do planejamento educacional. Eu sou uma professora que venho da área da história da educação, e uma das grandes questões a serem enfrentadas nesse Brasil, neste país, é a descontinuidade das políticas educacionais, é a mudança das políticas educacionais ao sabor de desejos muitas vezes tão (*Falha no áudio.*) e tão marcados que nós não conseguimos estabelecer continuidades nem mesmo para avaliações de médio e curto prazo.

Essa questão da visão sistêmica se junta a um desafio que também não é novo na história brasileira, que nós não conseguimos vencer, que é a questão de um sistema nacional de educação que possa regulamentar, que possa conectar toda a nossa estrutura educacional – entes, redes e as unidades, sejam elas as escolas ou as universidades – num conjunto integrado com funções deliberadas. E eu penso que aqui a diretriz I e a diretriz IV vão construindo uma perspectiva de plano, que nós esperamos que não seja uma perspectiva do plano de gaveta ou do plano como um documento em si mesmo, com fim em si mesmo. A ideia de plano aqui é a ideia de olharmos adiante e dizermos como é que pensamos a educação brasileira, a educação das novas gerações e também como pensamos o desenvolvimento do nosso ensino, da pesquisa, da extensão, do desenvolvimento da pós-graduação.

Outra questão que eu queria chamar aqui – e aí concordo com o colega Paulo Fossatti – : no campo do plano como um todo, a diretriz X estabelece a promoção dos direitos humanos, o respeito à diversidade e a sustentabilidade socioambiental, que são extremamente importantes neste momento do Brasil; a garantia dos direitos humanos, a garantia do direito às diferentes populações, a garantia do direito à vida, gente, a vida das populações das favelas, das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidades indígenas. Então, são todas estas questões que nós enfrentamos no cotidiano, o que é aqui um desafio imenso do ponto de vista da educação que nós queremos ofertar, mas da educação como direito. E aqui, neste aspecto, a discussão de sustentabilidade socioambiental, da questão ambiental, que ainda é muito, mas muito incipiente no nosso plano para enfrentar os desafios que nós temos no tempo presente.

E a gente falava de manhã sobre o clima, mas eu quero lembrar sobre as queimadas que têm acometido o Brasil: do Norte, de toda a Região Amazônica, do Cerrado brasileiro, de São Paulo, de Minas e de Goiás. Eu estou lembrando do final de semana, do conjunto de informações que nós temos. Então, aqui tem questões importantes sobre as quais eu penso que o plano precisa avançar, Senador Flávio Arns. Esse é um aspecto para o qual a gente precisa de um *plus*, de um reforço aqui em relação ao Plano Nacional de Educação.

Do ponto de vista de objetivo, eu queria destacar duas questões que são importantes e que não é demais, nunca é demais neste país fazer o destaque. A primeira delas é a questão da consolidação da gestão democrática do ensino público, diante dos diferentes ataques que essa escola pública tem sofrido nas últimas décadas à sua gestão democrática. E aí eu quero dizer do enfrentamento necessário e importante em relação à militarização das escolas e à forma como essa militarização impacta a democratização da escola, mas não só. Ela impacta também a perspectiva da garantia do direito à educação, que é o objetivo quarto do nosso plano, no sentido de ampliar a possibilidade humana de formação dentro do espaço da escola. E nesse aspecto aqui, nos objetivos gerais, nós teríamos a questão do investimento público em educação como um dos grandes desafios. Nossos dados já indicam que nós não conseguimos avançar nesse aspecto em relação ao plano anterior – nós não conseguimos em relação ao plano de 2001.

E agora o desafio para a próxima década: aumentar o investimento público em educação, garantindo que as diretrizes, os objetivos e as metas possam ser cumpridos ao longo dos próximos dez anos. Nesse aspecto, um conjunto de proposições apresentadas aqui só ganharão materialidade se nós tivermos recurso suficiente para efetivamente garantir materialidade e, ao longo dos próximos dez anos – oxalá, 2034, 2035, se nós estivermos por aqui –, nós poderemos avaliar e dizer: "não, avançamos". Avançamos, por exemplo, no objetivo nº 9, que destaca a questão da valorização dos profissionais da educação e o fortalecimento da profissão docente. Não tem como fazer isso – é impossível – sem ampliar o investimento, por exemplo, em salário,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carreira, concurso público, perspectiva para o futuro desses profissionais, inclusive para que a docência e a licenciatura sejam atraentes para as juventudes que estão chegando no ensino superior, para que as licenciaturas sejam os cursos desejados, como outros que nós temos na universidade brasileira.

E, aqui, queria dizer que, do ponto de vista do financiamento, a nossa Meta 18.A, que está no projeto de lei, diz de ampliar o investimento público em educação, de modo a atingir 7% do PIB até o sexto ano de vigência do PNE. Então, se nós considerarmos 2025, seria em 2031, nós avançaríamos a 7% e, ao final do decênio, 10% seriam o investimento em educação. Mas, se a gente se lembra, nós já falávamos de 10% para o PNE anterior. Nós estamos retomando... Olhem como a gente não avançou do ponto de vista de pensarmos o investimento da educação. Como ampliar a educação integral em tempo integral? Como ampliar a educação inclusiva? Como garantir não só acesso e qualidade, como diz bem o Armando, em relação a uma das questões que seria um destaque importante desse PNE, que é a garantia de qualidade?

Não é possível fazer isso, porque, dos velhos problemas que nós temos, a gente pode destacar – eu estou falando só dos velhos –, por exemplo, a questão da infraestrutura das escolas, equipamentos, materiais, acesso à internet, laboratórios, sala de leitura ou bibliotecas. Eu estou falando de velhos problemas em que nós não conseguimos avançar na educação brasileira. Então, para poder avançar nesse aspecto, o financiamento é um item muito importante.

Mas aqui também tem uma chamada para o debate que prossegue no Congresso Nacional. Há um foco que diz respeito ao financiamento muito cortado para a educação básica. Isto eu quero perguntar – não é, Paulo? –: como fica a educação superior? Como fica o acesso das juventudes deste país à continuidade dos estudos? Como fica o acesso à pós-graduação? Como fica o acesso à pesquisa deste país, à pesquisa pública, que é desenvolvida neste país? Como nós vamos desenvolver tecnologia, inteligência artificial?

E a nossa universidade, os nossos cursos, com todos os problemas, tem legado – eu vou usar o termo muito tradicionalmente –, tem legado ao Brasil conquistas imensas nessa área. Vamos lembrar da pandemia? Vamos lembrar do papel das universidades, da pesquisa e do desenvolvimento de vacina, de formas de enfrentar a pandemia? O que seria de nós sem essa contribuição imensa da nossa universidade durante esse período?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui, para mim, é uma questão fundamental da educação superior – não só da educação superior, mas da educação profissional, técnica e tecnológica. Então, aqui tem um dado importante para a gente pensar.

Eu queria terminar, porque o meu tempo já chamou, e eu vou colocar duas questões finais aqui. Primeiro, no âmbito dos desafios dos velhos e dos novos dilemas da educação brasileira, eu destacaria a questão do financiamento, pensando a educação superior e a educação básica... E, olhem, eu não quero fazer nenhuma partição aqui.

Eu quero dizer que educação básica e educação superior têm sua função social para a educação brasileira e para a nação. E por isso mesmo, esse mito de que uma é mais importante do que a outra precisa ir por terra.

Outra questão importante diz respeito à valorização dos profissionais. E aí a questão da formação é uma questão fundamental... É uma questão fundamental, mas ela não reduz os dilemas que nós temos.

Senador, quando nós temos 53% dos professores e professoras das redes estaduais deste país em contratos muito precários, nós entendemos o que a docência representa para o futuro da nação. A gente precisa enfrentar isso. Um sistema nacional de educação, regime de colaboração, financiamento e valorização desses nossos profissionais.

E a gente tem novos desafios: as emergências climáticas, como é que nós neste plano vamos pensar a questão da educação ambiental? Como é que nós vamos pensar a questão das violências e o enfrentamento dessas violências no território brasileiro? Como é que nós vamos enfrentar a questão das tecnologias, da inteligência artificial, e isso pensando em formação das novas, mas também das pessoas deste país que têm direito a uma educação de qualidade, como nós queremos garantir nesse momento.

É isso, muito obrigada.

O Fórum Nacional de Educação se põe superdisponível ao debate, não só aqui neste espaço, no Conselho Nacional de Educação, nós estamos à disposição. Embora! Seguindo para a disputa, vamos seguir para o diálogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada e estamos na luta.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bom. Nós que agradecemos a você, me permita chamá-la assim, Miriam Fábia Alves, que além de Vice-Coordenadora do FNDE, também é Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

Quero só destacar também que procuramos sempre enfatizar a educação, ou seja, da creche à pós-graduação: mestrado, doutorado, pós-doutorado, especialização, *lato sensu*.

E a senhora colocou, de maneira clara, que mais de 50% dos professores, professoras, docentes da educação básica estão em contratos precários, temporários. Quer dizer, nós temos que ter carreira. Aquilo que o Paulo Fossatti colocou tão bem, em nome do Conselho Nacional de Educação: a valorização. Vamos ter o apagão permanente, caso não resolvamos essa questão básica.

Parabéns pela fala, pela participação, a gente agradece muito.

Passo, em seguida, a palavra para minha quase xará Flávia Viana Basso, que é Chefe da Divisão de Disseminação de Estudos Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Com a palavra, Flávia.

A SRA. FLÁVIA VIANA BASSO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Sr. Senador.

Bom dia a todas e a todos. Eu gostaria, primeiramente, de agradecer o convite para participar desta audiência.

Já foram elencados pontos importantíssimos aqui nessa primeira explanação.

Eu vou compartilhar minha tela; por favor, só um minutinho.

Vocês conseguem visualizar?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FLÁVIA VIANA BASSO (*Por videoconferência.*) – Bem, aqui eu faço um balanço. Estamos discutindo o novo Plano Nacional de Educação, mas a gente gostaria de apresentar um pouco sobre de onde estamos partindo.

Nós temos, aqui no Inep, a responsabilidade – e isso está previsto no novo PL – de publicar, a cada dois anos, estudos e monitoramento dos diversos indicadores e metas do Plano Nacional de Educação. Na última década, a gente fez isso de dois em dois anos, então nós publicamos uma linha de base; em seguida, relatórios bianuais, com resultados dos 20 indicadores... das 20 metas e dos 56 indicadores do plano. O monitoramento do PNE é um desafio, e eu acho que é muito importante o Inep estar participando dessas discussões, porque a gente precisa participar de indicadores que sejam plausíveis e passíveis de monitoramento. Então, estar envolvido nesse processo desde o início é fundamental.

E aí eu gostaria de trazer um pouco do balanço desta última década. Este último relatório, que é este roxo aqui, o último, de 2024, não pode ser considerado como um relatório final do Plano Nacional de Educação, porque diversos indicadores ainda precisam ser atualizados com dados de 2024. A gente tem alguns que não têm atualização, são dados de 2021 ou, por exemplo, dados da Meta 4, que usa o Censo Demográfico ainda de 2010, e a gente precisa avançar na elaboração e na especificação desses indicadores para que isso não aconteça no novo plano. E nós temos, então, nesse relatório de 2024, um balanço desta última década, mas será com certeza atualizado para o próximo; já que o plano foi prorrogado até 2025, a gente vai tratar de atualizar esses dados para ter uma linha de base para a discussão do próximo plano.

Então, de maneira bem resumida aqui, porque a gente não vai adentrar em todas as metas, nesse relatório – disponível no portal do Inep –, que é um documento muito robusto, de 600 páginas, a gente tem um quadro resumo dos 52 indicadores de que foram possíveis fazer esse monitoramento. E nesses indicadores, a gente consegue avaliar qual é o alcance da meta e qual é a execução do PNE. O que seria esse alcance da meta? Então, a que resultados nós chegamos. Por exemplo, se nós formos falar de universalização da educação infantil para quatro e cinco anos, a gente tinha uma meta de chegar a 100%; nós chegamos a 93%. Então esse é o nível de alcance.

O que a gente pode falar do atual plano? Quatro indicadores desses 53 que permitem mensurar o nível de alcance chegaram a 100%, chegaram ou superaram os 100%. Nós temos 15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que têm um nível de alcance entre 90% e 100%, 11 com nível de alcance entre 80% e 90%, 14 indicadores – aí fica um pouco mais abaixo – com nível de execução entre 50% e 80%, e nove indicadores com nível de alcance inferior a 50%. É preciso dizer que o plano e as metas e a educação como um todo foram profundamente impactados pela pandemia, e a gente verifica isso de uma maneira muito expressiva nos dados tanto do relatório de 2022 quanto do relatório de 2024.

Um outro dado que a gente apresenta é sobre o nível de execução do PNE. Esse indicador que a gente publica no relatório vai, na verdade, identificar quanto a gente avançou no período dos dez anos. Então eu cito aqui, por exemplo, o Indicador 3A, em que a gente fala da universalização do atendimento escolar para 15 a 17 anos. A meta era 100%, nós chegamos, em 2023, a 94%; mas o nosso ponto de partida, lá em 2002, quando nós fizemos a linha de base, não era zero: a gente saiu de 88%.

Então, a gente calcula o nível de execução pensando em quanto que a gente teria que avançar dos 88% até os 100%. A gente precisaria avançar cerca de 11 pontos percentuais para chegar ao plano, e nós não avançamos; nós avançamos 5 pontos percentuais. Então, a gente tem um nível de execução de cerca de 46%.

Então, a gente tem essas duas informações que permitem analisar o plano de uma maneira mais qualificada do que se se cumpriu ou não se cumpriu a meta. Então, a gente consegue detalhar esses dados pelo nível de execução e o nível de alcance.

Dos 42 indicadores que permitem acompanhar esse nível de execução, 4 a gente superou, não é? Então, a gente atingiu esses 100%, a gente tem os indicadores de pós-graduação, que é a titulação de mestrado e doutorado, ou de formação em nível *lato sensu* ou *stricto sensu*, que também quase atingiu a meta; e nós temos 4 indicadores com o nível de execução entre 80% e 100%, 8 indicadores entre 50% e 80%, 22 indicadores que tiveram o nível de execução inferior a 50%, 1 indicador estagnado, que é o indicador que vai falar do investimento público, que é o indicador da Meta 20, e 3 indicadores que tiveram retrocesso, para os quais temos que olhar com atenção. Então, a média é de 63,7%. Utilizando uma analogia de um colega aqui do Inep, é como se nesses dez anos nós tivéssemos que avançar dez passos, e nós avançamos seis passos nessa última década.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que olhar, e aqui eu trago alguns dados gerais, a gente tem... Eu preciso dizer que este é um dado total Brasil; então, dentro do total Brasil, existem várias desigualdades regionais, raciais, por nível socioeconômico, que precisam ser analisadas com mais cautela e que precisam ter um foco muito significativo no próximo Plano Nacional de Educação. Mas, por exemplo, este é o dado de universalização da educação infantil: a gente tem uma tendência de crescimento ao longo desses últimos dez anos. Então, a gente chega ao patamar de 93,9% de crianças atendidas, para a população de 4 a 5 anos, mas a gente ainda tem ali um número absoluto de 375 mil crianças não atendidas.

Pensando num novo PL, que eu acho que a gente... Num novo Plano Nacional de Educação, esse é um indicador que utiliza dados do IBGE da Pnad. Então, como é uma pesquisa amostral, a gente tem esses dados por UF, mas a gente não consegue avançar na desagregação por município. Então, por isso é indispensável esse diálogo entre Inep e todas as outras instâncias, Congresso, e o IBGE, para que a gente consiga ter uma precisão nos indicadores que a gente vai monitorar.

Este daqui é um dos indicadores que teve o retrocesso, que é o indicador de acesso para o ensino fundamental. Esse era um indicador praticamente universalizado, mas pós pandemia a gente teve uma queda no percentual da população de 6 a 14 anos que está frequentando ou concluiu o ensino fundamental, e a gente percebe que essa queda se dá ali a partir dos anos da pandemia. Vocês percebam que a linha entre 2020 e 2022 está trastejada por uma recomendação até do próprio IBGE, que teve muita dificuldade na coleta dos dados; então, a gente deixou sem essas informações, mas ali a gente consegue ver a tendência, comparando o início com o final da série histórica apresentada.

Já este é o Indicador 2B, que era uma meta de conclusão do ensino fundamental; então são indicadores que vão verificar acesso, permanência e conclusão em determinadas etapas; e o objetivo no ensino fundamental era até 95%, e nós atingimos 84,3% para a população de 6 a 14 anos.

Aqui nós temos a Meta 3, que é a meta que vai falar do ensino médio e que também é uma meta que estabelecia até 2016 ter 100% dessa população frequentando ou concluindo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação básica. E aí a gente não atingiu essa meta em 2016, e estamos com um percentual de 94%, agora em 2023.

Essa meta está dividida em dois indicadores. Então, a gente também tem o Indicador 3D, que vai falar da taxa específica dessa população matriculada no ensino médio, que seria atingir 85%, mas nós temos apenas 76% dos estudantes matriculados na respectiva etapa.

Outro tema bem importante que a gente precisa destacar é a educação especial. E a Meta 4 é uma meta que vai detalhar essa questão. Então, mais uma vez falando, a gente teve uma questão, uma dificuldade no monitoramento – e isso não pode se repetir para o próximo plano –, que é a do atendimento dessa população que usava só os dados do censo demográfico. Com os dados do Censo Escolar, a gente conseguiu fazer um monitoramento mais específico. Então, a gente tem aqui uma política educacional inclusiva que conseguiu ampliar a matrícula dos estudantes com deficiência, TGD, altas habilidades, no ensino básico, mas o atendimento educacional especializado ainda só está garantido para cerca de 41% da população com algum tipo de necessidade educacional especial.

Aí, passando um pouco para as metas sobre qualidade da educação básica – também não vou falar de todas –, por exemplo, a Meta 6, que é sobre educação em tempo integral, é uma meta também que teve uma oscilação ao longo da década. Aí a gente tem uma meta de 25%, e chegamos ao patamar de 20% de atendimento em 2023.

Nós temos a meta do Ideb – o Ideb também é um indicador. Como o Armando falou, a gente conseguiu fazer projeções específicas para os estados. Isso precisa avançar no novo plano. Inclusive, o próprio indicador está sendo discutido no âmbito do Inep, num GT para propor um novo indicador, porque a gente também precisa avançar nesse indicador de qualidade da educação básica. A gente verifica que a meta foi atingida para os anos iniciais, mas não para os anos finais e para o ensino médio. O ensino médio tem quase um quadro de estagnação, então, se distanciou muito da meta do Ideb projetada ao longo da década.

A gente tem aqui, sobre a educação de jovens e adultos, um outro indicador: a elevação da escolaridade média da população de 18 a 20 anos. A meta era atingir 12 anos de escolaridade. Percebam que o gráfico fica muito próximo do atingimento da meta, porém, quando esse indicador é desagregado por questões de localização ou questões de desigualdade de renda, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente percebe que a desigualdade permanece. Então, apesar de a gente quase atingir a meta, quando esse dado é analisado, observando a diferença entre a população urbana e rural e a diferença de nível socioeconômico, o *gap* é muito grande entre essas duas populações analisadas.

Aqui nós temos também, como já foi citado nas falas, o desafio: a alfabetização da população com 15 anos ou mais. A meta era, até o 5º ano, chegar a 93% e, ao final do plano vigente, erradicar o analfabetismo funcional, quer dizer, erradicar o analfabetismo absoluto, mas nós chegamos ao patamar de 94,6% e a gente também tem desigualdades significativas regionais no cumprimento dessa meta.

Sobre a educação profissional e tecnológica, também falada, discutida aqui, nós temos – e isso é um ponto que precisa também ser muito discutido – a projeção dessas metas. Essa meta, por exemplo, visava a oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, mas foi uma meta muito aquém de ser cumprida. Nós saímos de um patamar de 2,8%, então, extremamente longe de ser atingida nos 25% dessa ampliação da educação profissional integrada à matrícula de jovens e adultos. Então, foi uma daquelas metas de nível de execução que ficaram bem distantes de serem atingidas.

E temos aqui... Aí já falando da educação profissional técnica de nível médio, o objetivo era triplicar essa matrícula nessa modalidade. O gráfico ilustra como essas matrículas ampliaram, mas como era triplicar, partindo do patamar de 2013, a gente tinha que chegar em cerca de 4,8 milhões de matrículas em 2024, e a gente chega a esse número de 2 milhões de matrículas. E a maior ampliação desse segmento se dá no ensino técnico subsequente. Isso também é importante para pensar o novo plano, novas metas, de acordo com essas modalidades da educação profissional e tecnológica.

Sobre a educação superior, a gente tem as Metas 12, 13 e 14. Aí, eu trago só uma informação sobre a Meta 12 – como eu havia falado, todas essas informações desagregadas estão disponíveis no relatório –, que fala sobre a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50%. Então, é um gráfico que tem muita informação, mas a meta era chegar a 50%, e ela vai mostrar a taxa bruta de matrícula, que seria essa razão entre o total de pessoas que frequentam cursos superiores de graduação de todas as idades, e o total da população de 18 a 24 que deveria estar matriculado. Essa meta deveria atingir 50%. Percebe-se uma tendência de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crescimento ao longo da última década, mas um pouquinho ainda distante do cumprimento do indicador. E o segundo indicador, que é o 2B, vai falar da taxa líquida de escolarização. Aí, sim, a gente está falando do percentual da população de 18 a 24 que não frequenta, mas já concluiu o curso de graduação ou está frequentando. Era até 33%, e chegamos ao patamar de 25%.

Sobre a formação e a valorização dos profissionais, a gente tem o desafio da formação específica para o nível superior. Também é um dado importante em que a gente avança ao longo da última década, mas os anos finais continuam sendo um desafio muito significativo de terem profissionais com formação específica para lecionar na área em que atuam. Então, a gente tem esse crescimento nos anos iniciais, também no ensino médio, mas o menor percentual é dos professores que atuam em anos finais da educação básica.

Vou avançar aqui.

Essa é sobre a valorização dos profissionais do magistério. Também foi citada a questão de equiparar o vencimento, e a gente percebe que isso foi um avanço, mas, analisando o dado de uma maneira mais aprofundada, esse avanço se dá pela diminuição do vencimento dos demais profissionais com nível superior. Então, essa é uma informação que precisa ser relativizada: como se deu esse avanço da valorização da remuneração dos profissionais do magistério.

Aqui, nós estamos falando também de plano de carreira. Esse é um dado também que precisa ser analisado, porque o nosso último dado é de 2021, foi uma pesquisa específica do IBGE, a Estadic e a Munic, então a gente não tem o dado mais atualizado, que vai informar sobre a existência de plano de carreira nas unidades da Federação e nos municípios. As 27 unidades da Federação possuem planos de carreira, mas só 22 delas possuem planos de carreira para profissionais não docentes. E os percentuais ali dos municípios: 96,3% dos municípios possuem planos de carreira para os profissionais do magistério, mas somente 42,1% possuem planos de carreira para profissionais não docentes.

Sobre a gestão democrática, a gente já tem um dado sobre a questão da eleição de diretores. A condição que a gente coloca nessa meta, no Indicador 19A, é: o percentual de escolas públicas que selecionam seus diretores com processo seletivo e eleição com participação da comunidade. Essa meta era de 100%, só chegou a 10%, e a gente percebe que o maior número

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continua sendo a indicação. Então, em 2023, 46% dos diretores foram indicados para atuar nas escolas.

E, por fim, há a questão do PIB que a gente também citou aqui, que é uma meta estagnada ao longo desse PNE vigente.

Eu queria encerrar minha fala falando que todos esses documentos estão disponíveis no Portal do Inep. Nós temos dois produtos principais: o relatório, que é um documento mais descritivo, em que a gente tem 600 páginas descrevendo detalhadamente essas metas; e o painel de monitoramento, que, aí, sim, é um painel mais interativo, em Power BI, em que a gente pode analisar meta por meta, fazer filtros por unidade da federação, desagregar raça/cor, localização urbana e rural... A gente consegue fazer uma descrição um pouco mais detalhada de cada um dos indicadores disponíveis.

E eu não posso deixar de finalizar agradecendo ao Senador Flávio Arns. Eu, como servidora de carreira do Inep, gostaria de fazer um agradecimento público pelo apoio do senhor, nos últimos meses, em relação à reestruturação das nossas carreiras. O Inep tem cumprido o papel, com muito rigor técnico e excelência, de monitoramento do PNE. A gente espera que a gente possa continuar desempenhando o nosso papel com fortalecimento institucional para agregar nessa discussão.

E nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos ou para apresentar essas metas de maneiras específicas nas próximas audiências, focando na educação superior, na educação básica, na gestão democrática...

E é isso.

Muito obrigada pela oportunidade.

Fico disponível para quaisquer dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Nós é que agradecemos a você, Flávia Viana Basso, representando o Inep. Que bom... Inclusive, nós temos feito inúmeras audiências públicas com a participação do quadro todo do Inep, as coordenações, o próprio Presidente, e das instituições de pesquisa, Miriam Fábia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alves, que é também da ANPEd, para que as instituições possam, numa articulação, numa pactuação, numa legislação.... E já aprovamos, inclusive, lei nesse sentido no Senado – está na Câmara dos Deputados agora – para que os dados desagregados possam auxiliar prefeituras, estados, pesquisadores, instituições nas análises todas, que são tão importantes, tendo os dados disponíveis.

Parabéns, Flávia. Estendo, através da sua pessoa, os parabéns para o Inep também. E fico muito feliz também – assim como em relação ao FNDE –, de a educação no Brasil ser um quadro robusto do FNDE, inclusive para avançarmos em muitas análises necessárias do próprio Fundeb, por exemplo, com apoio aos municípios no processo de arrecadação adequada de recursos para a educação, que também teve essa carreira prestigiada, valorizada... São 200 profissionais para lidar com um orçamento, no caso deles, de R$1 trilhão praticamente, contando o fundo contábil de estados e municípios nos recursos do próprio Fundeb. Parabéns! Estamos sempre junto com vocês.

Eu passo a palavra agora, começando pelo Armando, para alguma consideração final que desejem fazer, porque a gente pensou o seguinte: nós vamos discutir muito tudo o que foi falado hoje.

O Paulo Fossatti... Estou vendo os itens todos; o Armando; a Miriam também, que colocou tão bem toda a importância, de todos os relatórios, mas, assim, alguma consideração que julgue importante. Talvez três minutos para cada um, se for possível, mas eu até tenho a impressão de que os órgãos representados nesta audiência pública voltarão ainda no decorrer dos debates.

Por favor, então, Armando Simões, que representa o Sr. Ministro da Educação, Camilo Santana, o MEC.

O SR. ARMANDO AMORIM SIMÕES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

São quatro pontos, muito rapidamente, que eu queria destacar ao final.

Primeiro, esclarecendo que, de fato, os documentos da Conae de 2022, não só os da Conae, mas os da Conap, que também foi realizado em 2022, foram insumos iniciais do GT do PNE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instaurados no MEC. O primeiro documento a que os membros desse GT tiveram acesso, ou seja, os dois documentos foram exatamente os da Conae, de 2022, e da Conap.

A gente entendia que seria importante partir, obviamente, daquilo que tinha sido o debate em 2022, das últimas conferências. Então, no processo de identificação dos principais desafios, eles foram considerados. Foram pontos de partida.

Eu acho que isso não ficou muito evidente, talvez, durante os debates públicos que nós fizemos, pelo volume de informações de que a gente trata, mas eles, formalmente, foram tratados pelo GT do PNE.

O segundo ponto que eu queria mencionar sobre financiamento... Eu acho que o financiamento, assim como outros temas do novo PNE, merece uma atenção específica, um debate específico. E aí eu vou fazer duas menções. Eu acho que primeiro é entender que o esforço de financiamento da educação nacional é um esforço federativo. Muitas vezes, pensa-se que o esforço é só de uma determinada esfera de dinheiro. Não, o esforço é federativo. Isso está muito claro na estrutura, desde a Constituição até as leis específicas de financiamento, isso é muito claro. Então, o aumento do financiamento público em educação, o aumento do valor por aluno de educação básica dependerá de uma articulação, de um esforço federativo.

Não existe solução nessa matéria que seja excludente de uma esfera do Governo. Basta dizer que a União, por exemplo, é responsável por 25% só do consolidado de recursos que a educação no Brasil aplica. Então, não dá para se desconsiderar que isso deverá ser, de fato, um esforço de natureza federativa.

Acho que o terceiro ponto... Acho que é muito motivado pela apresentação da colega Flávia do Inep, é a gente... Eu participei sexta-feira, não, ou seja, quinta-feira passada, de um evento do Ministério Público, um evento nacional dos promotores e promotoras de Justiça, e eu vi repetidamente, não só nesse encontro, mas em vários outros, uma certa avaliação da execução do atual plano, e acho que não faz jus, de fato, ao movimento dos indicadores que a colega Flávia apresenta. Há uma tendência de uma avaliação binária: "Não, o plano não foi executado". "A meta foi executada ou não foi executada". E a gente precisa ver, na verdade, isso como um gradiente, quer dizer, qual é o esforço que foi feito? Qual percentual dessa meta, de fato, foi alcançado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que o relatório do Inep aponta para isso, foi dito no seminário, por exemplo, que só quatro metas teriam sido alcançadas, e, mesmo assim, parcialmente. Quer dizer, não tem lastro, na realidade dos dados, esse tipo de afirmação. E tem sido, de certa forma, repetido de forma inadvertida, às vezes em muitos encontros, talvez fruto de uma leitura pouco precisa dos dados de monitoramento do PNE.

E acho que é isso. Quero agradecer, finalmente, o convite à participação, fazer votos de que as audiências tenham espaço ao longo do próximo um ano e meio, e que a gente possa, de fato, aprofundar esses temas específicos do PNE, como eles merecem.

Então, agradeço mais uma vez, estamos à disposição para futuras audiências.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Somos nós que agradecemos a você, Armando Simões, que já participou, como eu já tinha mencionado, das audiências no ano passado.

Só para lembrar quem nos acompanha pelo Brasil que aquela conferência nacional de 2022, Conferência Nacional de Educação, foi no período da pandemia. Todos se lembram que, basicamente, em 2020, 2021 e 2022, estávamos saindo da pandemia, e foi realizada... Eu estava como membro do Fórum Nacional de Educação, porque o prazo para o envio da legislação para o Congresso Nacional era 2023, lá em junho, mais ou menos, um ano antes do término do atual plano. Então, por causa disso, houve também o esforço para se fazer aquele evento.

Passo a palavra ao nosso colega Paulo Fossatti, do Conselho Nacional de Educação, Vice-Presidente da Câmara de Ensino Superior.

Quero só dizer que foi muito preciso nos pontos.

Parabéns para o Conselho Nacional de Educação.

O SR. PAULO FOSSATTI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Arns.

Eu quero retomar aqui, nos três minutos, a ideia de que países que fizeram a virada de chave social e econômica são países que, de fato, levaram a sério a educação. Olhemos a Coreia do Sul, a Finlândia, dentre tantos outros países que nós estamos visitando, que estamos estudando o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modelo de educação. Então, isso é importante, e esses países nos mostram – e fiquei muito feliz aqui de ouvir no debate – que são importantes todos os níveis. Desde o útero materno, nós já estamos educando essa mãe, esse cérebro, essa pessoa que vem ao mundo. Então, desde a educação do útero materno até o pós-graduação, nós precisamos cuidar de todos –todos – os níveis de educação.

Segundo ponto, o nosso PNE está muito frágil – aqui foi dito sobre educação superior –, e nós vamos precisar retomar essa questão, visto que, se nós tínhamos uma meta de ao menos chegar a 33% dessa juventude na educação superior, nós só chegamos aos 24%. Contudo, dos 24%, 58% abandonam antes de concluir. Então, é um problema seriíssimo para o nosso país, para o nosso desenvolvimento. Como nós vamos crescer e desenvolver socialmente, e a economia, se nós não desenvolvemos as pessoas?

E, para isso tudo, tecnicamente todos os dados mostram e tecnicamente justificam que nós precisamos de orçamento, e o cobertor sempre é curto. Esse cobertor é curto. Então, nós precisamos, mais do que nunca, reforçar esta ideia que o senhor também reforçou da união entre estados, municípios e Federação, para aplicarmos bem o dinheiro público, o dinheiro do imposto do cidadão, para que, na ponta, de fato aconteça educação de qualidade – e qualidade para todos!

E me preocupa muito que, mesmo com todas as metas, nós nunca chegamos a 100%. Então, alguns vão ficar fora não só da educação de qualidade, mas ficam fora da educação. Então, nós precisamos discutir dois elementos: eu quero uma educação que seja de qualidade e uma educação de qualidade para todos. Agora, se eu chego ao final do decênio e ainda tenho um percentual que não concluiu o ensino médio, ele não teve nem educação, nem qualidade. Se eu chegar ao final do decênio e tiver um grande percentual de jovens de 18 a 28, 30 anos que não frequentaram a educação superior, além de não terem qualidade, eles não tiveram acesso.

Então, essas questões de fato nos preocupam, nos ocupam. E estamos dispostos a continuar o debate, como eu disse no início, ampliando para que ele chegue a toda a sociedade, porque, se nós não criarmos esse pacto nacional para a educação, teremos maiores dificuldades.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado a você, Paulo Fossatti. É uma alegria sempre revê-lo...

O SR. PAULO FOSSATTI (*Por videoconferência*.) – Igualmente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – ... participando das audiências públicas.

Transmita, por favor, um abraço a todos os membros do Conselho Nacional de Educação.

O SR. PAULO FOSSATTI (*Por videoconferência*.) – Levarei. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Com a palavra, Miriam Fábia Alves, que é Vice-Coordenadora do Fórum Nacional de Educação e Presidente também – não é, Miriam? É importante que o público saiba – da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

Com a palavra.

A SRA. MIRIAM FÁBIA ALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

Aproveitando inclusive uma das falas que o senhor realizou... que você realizou ao longo da nossa audiência, queria destacar que a nossa associação, a ANPEd, no ano passado, produziu um documento bastante robusto sobre a questão do ensino médio. Então, como a gente tem 23 grupos de trabalho e três grupos de estudos na associação, temos pesquisadores dedicados a diferentes temáticas, entre elas a questão do ensino médio, com pesquisas, com estudos nacionais e internacionais, que podem contribuir com o debate, que podem ajudar a discussão.

Mas eu queria aproveitar para fazer dois comentários finais. Além de agradecer, além de dizer da manhã produtiva, também de aprendizado – com certeza a gente vai ampliando inclusive as nossas leituras, as nossas análises sobre o plano apresentado –, eu queria fazer dois destaques. O primeiro deles é, também já dialogando com o da Flávia, que fez a sua apresentação ao final, a importância deste plano atacar as desigualdades que nós temos dentro das nossas redes de ensino. E aí nós temos desigualdade de diferentes ordens e naturezas, e eu quero destacar duas delas: especialmente as desigualdades entre os alunos pretos e pardos e o alunos brancos; entre os alunos, os 25 mais pobres e os 25 mais ricos. E esse é um desafio imenso deste país, tão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

marcado pelas desigualdades. A oferta, as desigualdades entre aqueles que estão no campo e na cidade, inclusive a questão do fechamento das escolas do campo.

Então nossos dados nos dizem da importância de enfrentarmos as profundas desigualdades educacionais deste país. E aí queria pensar com isso, mas queria fazer uma outra chamada, Senador Flávio Arns, que é para a educação aos adultos, porque já estão adultos, privados de liberdade. Este país tem uma dívida com essa população, este país tem uma dívida histórica com essa população, e a educação é um dos aspectos dessa dívida. Quantos e quantos homens e mulheres deste país permanecem encarcerados, inclusive por falta de uma atuação que possa contribuir com a sua vida plena, inclusive do Judiciário. Então eu penso que são elementos importantes.

E o último, não vou deixar de dizer, vou ressaltar aqui, que eu, sim, entendo que este é um plano para a educação brasileira, e por isso ele é tão importante. Se ele pega a educação infantil até a pós-graduação, nós temos que pensar nesse cobertor – como alguns usam a metáfora –, em como é que a gente vai garantir a justiça de financiamento para as etapas, para as modalidades da educação deste país. É um desafio? É, mas a gente só vai avançar também aqui, podendo pensar a lógica que nós queremos instituir para o financiamento da educação brasileira.

Eu acho que é isso. Estamos aí na luta, estamos aí nas pesquisas, nos estudos, e quero agradecer, Senador, pela possibilidade dada ao Fundo Nacional de Educação. O FNDE agradece e se põe à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos novamente a você, Miriam Fábia Alves. Inclusive quero dizer que a Comissão de Educação e Cultura, como já mencionei antes, está representada no Fórum pela Senadora Teresa Leitão.

Parabéns pelo trabalho e parabéns pelo cargo também, pela importância: pós-graduação, pesquisa e essa articulação entre o ensino superior e a educação básica e com a sociedade na pesquisa, que é essencial.

Passo a palavra a você, Flávia Viana Basso, Inep, Chefe da Divisão de Disseminação de Estudos Educacionais do Inep.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FLÁVIA VIANA BASSO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador Flávio Arns.

Eu queria corroborar o que a Profa. Miriam acabou de falar sobre a questão das desigualdades. Essa é uma questão muito significativa quando a gente analisa os dados e estava muito presente no GT do novo PNE, que o Armando trouxe. Eu participei de algumas reuniões do GT; inclusive eu acredito que o novo plano avança. Então, por exemplo, as metas de alfabetização e as metas de aprendizagem – a proposta de meta, não é? – vão colocar um avanço com redução das desigualdades, considerando características raciais, de nível socioeconômico, porque isso é muito presente. Os dados deixam isso de uma maneira muito explícita e a gente percebe essa discrepância racial, regional. Isso fica muito evidente quando a gente analisa os dados. Então, o novo Plano Nacional de Educação precisa enfrentar isso de uma maneira muito enfática.

E, por fim, como vinda do Inep, eu não posso deixar de colocar que a gente traz uma preocupação em relação a esses desafios do monitoramento. A gente espera novamente que o Inep participe do monitoramento e avaliação do plano. E é importante que a gente participe dessas discussões para que a gente tenha indicadores que analisem intempestividade e disponibilidade dos dados. Então, a gente precisa participar dessa discussão para que esse plano seja, sim, possível de monitoramento.

A gente teve desafios ao longo dessa última década com algumas metas e indicadores específicos. Quanto à meta da alfabetização, por exemplo, a gente não tem uma série histórica, porque, como a Profa. Miriam mesmo pontuou, a gente tem oscilações de políticas educacionais de alfabetização ao longo da década, então a gente não consegue ter um monitoramento dessa meta. Isso precisa ficar muito claro e é um desafio. Eu espero que a gente participe ativamente da discussão para conseguir construir indicadores robustos para esse próximo plano.

E quero colocar mais uma vez o Inep à disposição do Conselho Nacional de Educação, do Congresso Nacional, do Fórum para que a gente possa seguir nesse diálogo, fazendo um novo plano baseado em evidências, baseado nos dados do Inep e avançando na disponibilização desses dados.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Quero parabenizar de novo você, Flávia Viana Basso, e particularmente o Inep, que você representa aqui nesta audiência pública.

Quero agradecer a participação dos expositores, expositoras e dos meios de comunicação do Senado, que fazem a divulgação desta audiência pública para que o Brasil possa refletir, pensar, discutir, junto com todos que consideram a educação a prioridade absoluta para o nosso país, inclusive deixando a Comissão de Educação e Cultura aberta a recepcionar perguntas, sugestões, comentários, que serão analisados, obviamente, com todo carinho e com toda atenção pela Secretaria da Comissão. A Consultoria do Senado está presente, sempre acompanhando as audiências públicas também.

Quero agradecer novamente e dizer, como foi mencionado pelo Prof. Paulo Fossatti, também, que há países que conseguiram avançar, como a Finlândia, por exemplo. Eu só quero destacar três aspectos que a Finlândia colocou como prioridades: valorização do docente – todo mundo ressaltou isso –, valorização do profissional, da educação do docente; educação em tempo integral, sem massacrar o aluno – não são minhas palavras, são palavras deles lá: educação em tempo integral, sem massacrar o aluno... Aliás, lá não existe outra educação que não seja em tempo integral, mas uma coisa que me chamou atenção lá na Finlândia, e que se aplica ao Brasil, obviamente, foi que o Ministro da Educação colocou políticas públicas para as famílias dos alunos – famílias dos alunos!

Isso significa casa, comida, saúde, porque aí o aluno será um aluno que terá mais condições de sucesso também.

Quero agradecer novamente a participação. Vamos continuar o debate! O Plano Nacional de Educação é essencial para os rumos que o Brasil quer ter nesta área, que é absoluta, prioridade absoluta.

Obrigado! Abraços, e abraços para todos que nos acompanham pelo Brasil.

(*Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e nove minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Flávio Arns e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Alan Rick, Jussara Lima, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Rosana Martinelli, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Beto Martins, Wilder Morais, Romário, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Mecias de Jesus, Ciro Nogueira, Weverton, Beto Faro e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores André Amaral, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues, Carlos Portinho, Magno Malta e Jaime Bagattoli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 43ª, 44ª, 45ª e 46ª Reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4517, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Identidade Civil." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4240, de 2021 - Terminativo -** que: "Confere o título de Vale Nacional dos Dinossauros ao Município de Cruzeiro do Oeste, no Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1711, de 2024 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Alberto Martins Torres no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 557, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1825, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Semana Cultural

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Interescolar nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4746, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, para possibilitar a organização do Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria em subdivisões físicas, como volumes, seções ou tomos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 80, de 2024** que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater "as cotas étnico-raciais nos programas e ações do Ministério da Cultura". **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 81, de 2024** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4746/2023, que "altera a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, para possibilitar a organização do Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria em subdivisões físicas, como volumes, seções ou tomos". **Autoria:** Comissão de Educação e Cultura. **Resultado:** Aprovada a apresentação do requerimento para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de agosto de 2024.

Comunico que foi apresentada à Comissão o seguinte documento: Moção nº 188, de 2024, encaminhada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em apoio ao reajuste anual dos valores das bolsas de estudo do Programa de Doutorado-Sanduíche no Exterior.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período. Quero destacar, inclusive, que hoje à tarde, com muito prazer, receberei o Presidente da SBPC, que é uma instituição referência em nosso país.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário, a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 43ª, 44ª, 45ª e 46ª Reuniões, realizadas respectivamente nos dias 13, 15, 21 e 26 de agosto.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Antes de começar, quero também parabenizar o Inep e o FNDE, que se mobilizaram intensamente para a valorização da carreira, para a reestruturação da carreira. Houve duas audiências públicas nesta Comissão sobre a importância dessas instituições para a área da educação, inclusive reuniões da Comissão junto à Ministra Esther, que é do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Foram duas ou três reuniões e um debate permanente, não só com o Inep, FNDE, mas também Capes e o próprio corpo funcional do Ministério da Educação. Houve, então, todo o processo de negociação, que foi aceito tanto pelo Inep, como pelo FNDE, e houve essa articulação deles com a Ministra, com o Ministro Camilo Santana, obviamente, conduzindo esse processo todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu penso assim que, no fundo, a educação ganha, porque ter o Inep forte, o FNDE forte, Capes atuante, com quadros, com salários, com carreira, com valorização, é um tento a mais, um passo a mais positivo para que os objetivos da educação sejam alcançados.

Então, parabéns pela conclusão, por enquanto, porque a gente sabe que tudo isso é uma luta permanente e contínua, em que todos nós temos que ir avançando.

Eu já estou com o amigo Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Paulo Paim, aqui ao meu lado, que vai relatar o item nº 1.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. Ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores e Senadoras registrarem presença e votarem por meio do aplicativo Senado Digital, em caso de deliberações nominais.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores e Senadoras que participam remotamente.

Informo que os itens da pauta que tratem de matérias relativas a assuntos honoríficos, que exigem quórum de maioria simples para sua aprovação, serão votados nominalmente em bloco, com a abertura do painel eletrônico; e, se não houver discordância do Plenário, votaremos também em bloco os demais itens que exigem votação nominal.

Fica retirado de pauta o item nº 3, a pedido do Relator.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1711, DE 2024

- Terminativo -

Inscreve o nome de Alberto Martins Torres no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Wilder Morais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 13/08/2024.).

Passamos então ao item nº 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4517, DE 2023

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Identidade Civil.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação.

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputada Federal Flávia Morais.

Relatoria do nosso caro colega Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aqui do Senado, Paulo Paim.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Paulo Paim, para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, parceiro de tantas lutas, nas décadas em que trabalhamos juntos aqui no Senado e na Câmara. A gente fala décadas, mas não fala quantas décadas, senão vai dar impressão de que nós fomos além da conta já. (*Risos.*)

Presidente Flávio Arns, eu vou aqui tentar fazer um resumo, já que é um projeto tranquilo, não houve nenhuma emenda e eu também não fiz nenhuma emenda de minha parte. Vou apresentar o relatório na íntegra, como veio da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem à análise desta Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa, o Projeto de Lei 4.517, de 2023, de autoria da nobre Deputada Flávia Morais, que institui o Dia Nacional da Identidade Civil.

A autora justifica a criação da data afirmando que o acesso ao documento de identificação é um direito fundamental, essencial de todos os cidadãos, e que, por meio da criação de uma data a ele dedicada, almeja-se fomentar uma narrativa responsável sobre um dos bens humanos mais fundamentais: a própria identidade.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos – em especial no que diz respeito à técnica legislativa – e regimentais da proposição.

Lembramos que no dia 20 de setembro de 2023 foi realizada, pela Frente Parlamentar Mista para Garantia do Direito à Identidade, audiência pública intitulada "Garantia do Direito à Identidade". O evento teve como objetivo debater temas ligados à cidadania, direitos humanos, fortalecimento do sistema nacional de identificação e o definitivo estabelecimento da Carteira de Identidade Nacional em todas as unidades da Federação.

A escolha de 16 de setembro possui um significado simbólico profundo. Essa data está em sintonia com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, que estabelece a meta de garantir uma identificação legal para todos os indivíduos até 2030, incluindo o registro de nascimento.

Dessa forma, a criação do Dia Nacional de Identidade Civil no Brasil não apenas honra a essência de cada indivíduo, mas também ressalta o compromisso do país em alcançar objetivos globais de desenvolvimento sustentável, garantindo a todos os cidadãos o direito a uma identificação legítima e reconhecida, um passo significativo em direção a uma sociedade mais inclusiva, consciente da importância de cada identidade singular.

Voto.

Ante o exposto, o voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.517, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Claro que eu resumi, o relatório era muito mais amplo, mas eu o fiz porque entendo que o objetivo aqui está atingido com essa síntese que eu fiz, de cada Senador e Senadora ficarem conhecedores da importância desse projeto de autoria da Deputada Flávia Morais, do PDT, que nós aqui mantivemos na íntegra.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Paulo Paim.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Eu quero só lembrar que o Brasil, como já foi ressaltado pelo Senador Paulo Paim, é signatário dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Esse documento foi assinado por 193 países, e um deles é o Brasil. Então, é um esforço coletivo, mundial a favor do desenvolvimento econômico, social e do desenvolvimento também da natureza. Há o "p" de pessoa, o "p" de prosperidade e o "p" de planeta, para que essas três letras que articulam a sustentabilidade possam produzir uma sociedade de paz. Essa sociedade de paz, para ser atingida, depende do esforço coletivo, não só do Governo – a gente vê até nessas queimadas todas pelo Brasil –, para construir a sociedade de paz, onde haja à pessoa trabalho, educação, saúde, prosperidade, indústria, comércio e tal, o planeta, todos os fatos que envolvem o planeta, para ser um objetivo do desenvolvimento sustentável. Então, esse projeto de lei vem bem de acordo com isso que se propõe.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Lembro que a votação será nominal e realizada em bloco.

Como eu sou Relator do item nº 2, passo a Presidência ao colega Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado pela honra de poder estar na Presidência de uma das Comissões mais importantes do país, que eu resumo: educação, ou seja, Comissão de Educação. Mas vamos lá.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4240, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Confere o título de Vale Nacional dos Dinossauros ao Município de Cruzeiro do Oeste, no Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação

Autoria: Câmara de Deputados, de autoria do Deputado Federal Sergio Souza. Relatoria: Senador Flávio Arns, a quem eu passo a palavra para ler o seu relatório pela aprovação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Eu quero dizer que esse projeto de lei, para efeitos de aprovação, está respaldado em todos os aspectos legais, regimentais, constitucionais e que constam do relatório já distribuído para os membros desta Comissão. Então, nesse sentido, Sr. Presidente, eu passo diretamente para o mérito, saudando, em primeiro lugar, todas as pessoas do querido Município de Cruzeiro do Oeste, um município próspero, acolhedor, perto do Município de Umuarama, a cerca de 150km de Maringá, perto de Cianorte também.

É uma situação muito interessante, porque aqui o que se propõe é que ele receba o título de Vale Nacional dos Dinossauros. E toda a adequação do município e da região está em função disso e de todo o trabalho científico que vem sendo desenvolvido no município e na região.

Então, o Município de Cruzeiro do Oeste, que saúdo novamente, com aproximadamente 21 mil habitantes, destaca-se na Região Noroeste do Paraná como um epicentro de investigações paleontológicas de notável relevância, desde 2012, com a descoberta de uma população de pterossauros, em especial a partir de 2014, com a identificação...

Só vou colocar... é que agora estou com óculos bifocal e tenho que achar o ponto exato, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o mesmo problema que eu tenho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

E em especial a partir de 2014, com a identificação do *Caiuajara dobruskii*, o primeiro pterossauro paranaense, a localidade passou a ser amplamente reconhecida no meio científico global.

Foram igualmente identificados outros notáveis achados paleontológicos, tais quais as espécies *Gueragama sulamericana*, *Vespersaurus paranaensis*, *Keresdrakon vilsoni* e *Berthasaura leopoldinae*. Esses contribuem de maneira singular para o enriquecimento do conhecimento científico sobre a fauna que habitou a região há milhões de anos.

O Museu de Paleontologia de Cruzeiro do Oeste, inaugurado em 2019, tornou-se um pilar insubstituível na preservação e estudo desses fósseis. O museu, ao abrigar um laboratório de paleontologia, permitiu o aprofundamento das pesquisas e a descoberta do primeiro dinossauro do Estado do Paraná, o *Vespersaurus paranaensis*. Trata-se de um terópode de porte pequeno e carnívoro, que viveu há cerca de 90 milhões de anos e foi descrito em artigo científico publicado na prestigiada revista *Scientific Reports* do grupo Nature.

As incomensuráveis descobertas paleontológicas de Cruzeiro do Oeste têm contribuído de maneira significativa para o avanço do conhecimento científico global e elevado o Município de Cruzeiro do Oeste à condição de destaque mundial na paleontologia.

Nesse mesmo contexto, o museu paleontológico da cidade tem recebido um número crescente de visitantes e, por conseguinte, impulsionado o turismo e o comércio local.

Por todas essas razões, Cruzeiro do Oeste merece a honraria do título de Vale Nacional dos Dinossauros. Esse justo reconhecimento promoverá ainda mais o turismo e a pesquisa científica na região, além de consolidar a importância do município no cenário paleontológico mundial e celebrar seu inestimável patrimônio fossilífero.

Nesse sentido, Sr. Presidente, pela argumentação, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 4.240, de 2021.

Quero saudar o Município de Cruzeiro do Oeste, dizer da importância do seu reconhecimento como Vale Nacional dos Dinossauros e, inclusive, fazer o convite a todas as pessoas do Brasil que assim desejarem para que visitem o município, pois toda a estrutura do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

município está montada em função dessa possibilidade de ter lá todos esses estudos dos espécimes, orientações. E isso vai fazer, pela discussão que houve, com que não só o município se desenvolva, mas que a própria região se beneficie daquilo que Cruzeiro do Oeste pode oferecer para a comunidade.

São o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Presidente Relator.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Devolvo a Presidência ao Senador Flávio Arns.

Senador Flávio Arns, há um requerimento de minha autoria, está como item 7, mas, como eu tenho que abrir a CDH ali pelas 11h, se V. Exa. permitir – eu ficaria aqui, claro, até às 11h –, eu faria a leitura desse requerimento, que é um adendo, já, a uma decisão tomada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Não havendo objeção do Plenário em relação à inversão de pauta, passamos ao item 7 da pauta, que é o Requerimento da Comissão de Educação e Cultura nº 80, de 2024.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 80, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para debater "as cotas étnico-raciais nos programas e ações do Ministério da Cultura".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Com a palavra V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as cotas étnico-raciais nos programas e ações do Ministério da Cultura.

Estamos propondo os seguintes painelistas nossos convidados: representante do Ministério da Cultura; representante do Ministério da Educação; representante do Ministério da Igualdade Racial; representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

Justificativa bem breve.

Cumprindo o requisito do Plano de Trabalho aprovado, orientado por V. Exa., no dia 13/8/2024, nesta Comissão, propõe-se, então, a primeira audiência pública.

A Comissão de Educação tem como incumbência avaliar a política pública desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, abro aspas: "As cotas étnico-raciais nos programas e ações do Ministério da Cultura", fruto da aprovação do Requerimento nº 022, de 2024.

O Brasil vive um momento muito especial de reconstrução do Ministério da Cultura, resgate das políticas públicas de cultura e aprovação do marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura.

Estamos acompanhando o interesse, nos mais diversos recantos do nosso país, de "fazedores" e "fazedoras" de cultura no lançamento de editais. Daí a importância de ampliarmos o debate, através de audiência pública, e assim construirmos mais e mais alternativas para o desenvolvimento da cultura no país.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, de novo, Senador Paulo Paim.

Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Agradeço a V. Exa.

Sou membro também da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Não estou lá no início em função de estar presidindo aqui, mas, na sequência, estarei lá também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Continue firme na caminhada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Como? Ah, pode votar remotamente. Será avisado também de que temos quórum presencial e remoto para votações nominais.

Muito bem, passamos ao item nº 4 da pauta.

Não terminativo.

Projeto de Lei 557, de 2020...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, usando da sua boa vontade, eu quero só informar – eu pedi o documento, inclusive, para não me enganar nas datas e números, porque, depois de uma idade, em números, nomes e datas, a dificuldade avança. Quando chegar à minha idade, o senhor vai ficar sabendo disso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não é bem assim. Um amigo meu diz: "Eu não lembro nem se eu tomei café da manhã, como é que eu vou me lembrar da data e tudo?".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exato. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas só para lembrar, Presidente, que a audiência pública de hoje na Comissão vai debater os 45 anos da anistia. O encontro foi sugerido. O Bira está aqui presente, é um dos articuladores. O Bira é um grande líder sindical do país que em inúmeros eventos representa aqui as centrais sindicais. Esse encontro foi sugerido por entidades de classe, sindicatos, sociedade civil, que compreendem a importância de refletirmos sobre os efeitos dessa lei ao longo de mais de quatro décadas.

Só aqui a... Claro, o meu discurso todo eu não vou ler aqui, eu vou ler lá.

Presidente, obrigado por tudo.

Eu volto aqui, então, na hora que abrir a votação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu vou repetir o que já havia lido.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 557, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 13/08/2024.

Autoria da Câmara dos Deputados, da Deputada Federal Tabata Amaral.

Concedo a palavra à Senadora Soraya Thronicke, remotamente, para leitura do seu relatório.

Senadora Soraya Thronicke...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, bom dia!

V. Exa. me escuta bem? (*Pausa.*)

Consegue me escutar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A imagem... Nós temos algum problema, viu, Senadora?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. *Por videoconferência.*) – Mas me escuta bem?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ah, sim, estão me informando, Senadora Soraya, que V. Exa. ficará com o som e sem a imagem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. *Por videoconferência.*) – O.k. O.k. Diante da dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. *Por videoconferência*.) – Eu já agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Esteja com a palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Agradeço já, de antemão, a paciência. Também estou gripada e com a voz muito rouca, mas eu fiz questão de comparecer para a relatoria deste importante projeto, o qual eu mesma relatei na Comissão de Direitos Humanos.

Vou passar para o relatório.

Vem ao exame da Comissão de Educação e Cultura o Projeto de Lei nº 557, de 2020, da Deputada Tabata Amaral, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História, no âmbito das escolas de educação básica no nosso país.

Para tanto, o art. 1º da proposição busca inserir art. 26-B na LDB, estabelecendo em seu parágrafo único que as abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas a serem inseridas nos conteúdos curriculares "devem incluir diversos aspectos da história, da ciência, das artes e da cultura do Brasil e do mundo, a partir das experiências e das perspectivas femininas também, de forma a resgatar as contribuições, as vivências e as conquistas femininas nas áreas científica, social, artística, cultural, econômica e política.

Além disso, o art. 2º institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História, campanha a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de março nas escolas de educação básica do nosso país.

Por fim, o art. 3º traz a cláusula de vigência da proposição, que entrará em vigor no ano subsequente à data da publicação da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para justificar a iniciativa, a autora destacou a baixa representação das mulheres no mundo científico por conta do preconceito social e econômico e pelo desencorajamento quanto ao lugar que devem ocupar. Sustentou que a isso se deve em grande parte à construção da masculinidade e da feminilidade no espaço escolar, que sustentam a crença de que meninas devem se restringir a ocupações ligadas ao cuidar, enquanto os meninos são encorajados a uma ampla possibilidade de outras profissões.

Esta proposição foi aprovada já na CDH, nas Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher, de Educação e CCJ da Câmara dos Deputados, e na CDH do Senado Federal.

Passando para a análise, todos os requisitos estão presentes, pelo Regimento Interno, e eu vou passar mais à questão meritória.

Eu gostaria de adicionar aqui que, em 2024, o Diploma Bertha Lutz, sob o tema "O Senado Federal contra o feminicídio", reconheceu que mulheres têm se dedicado incansavelmente à luta contra esse crime. Em 2023, foram agraciadas mulheres expoentes em suas áreas de atuação, como é o caso de Glória Maria, jornalista, e Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal.

Considera-se que (*Falha no áudio.*)... é difícil fazer com que os livros de história, com que toda a luta das mulheres, todas as conquistas femininas, sejam citadas, Presidente, nos livros de história. Então, os estereótipos existentes nos livros, na educação, associam brilhantismo e genialidade muito mais a homens do que a mulheres, o que faz com que meninas se sintam, desde muito novas, inferiores aos meninos, no que tange a inteligência para realizar atividades difíceis, especialmente aquelas relacionadas às ciências exatas. Tais estereótipos influenciam a tomada de decisões de meninas já a partir dos seis anos de idade, desencorajando-as de interesses em determinadas matérias, o que, por consequência, reflete na baixa representatividade feminina em diversas áreas e carreiras de grande reconhecimento.

Pesquisas recentes revelam que aproximadamente 84,1% das meninas brasileiras entrevistadas, de 14 a 19 anos, não se sentem representadas nos espaços institucionais, e que as mulheres têm mais chance de abandonarem seus estudos relacionados às áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática do que os homens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, quando mencionadas em livros, mulheres são frequentemente enquadradas em papéis de gênero "tradicionais", preestabelecidos pelo patriarcado. Há uma nítida marginalização, sub-representação, e, em alguns lugares, a exclusão das mulheres dos livros de história. Hoje sabemos que muitas descobertas e conquistas dos livros de história foram feitas por mulheres. Essas descobertas em diversas áreas atribuídas a homens tiveram, na verdade, a participação de mulheres cujos nomes foram propositadamente ignorados ao longo da história e durante a transmissão do conhecimento. Inclusive – quando são citadas –, são citadas majoritariamente em notas de rodapé.

Conforme destacamos em nosso relatório prolatado na CDH, todos os obstáculos impostos desproporcionalmente às mulheres no passado, e ainda hoje, desde a proibição de acessar a educação formal, de assumir cargos e ocupar determinados espaços, até o não reconhecimento pelo que conseguiram alcançar, resultaram em uma transmissão de conhecimento, que se inicia desde a educação básica, moldada por estereótipos de gênero, realçadora das conquistas masculinas em detrimento das femininas e orientada pelas perspectivas daqueles que, por tempo significativo, detiveram a narrativa da história.

Diante desse contexto, o PL nº 557, de 2020, contribui para que essa transmissão de conhecimento finalmente compreenda, de modo igualitário, a perspectiva feminina, o que, além de contribuir para a desconstrução de um sistema educacional influenciado pelos estereótipos de gênero, também promoverá um futuro de maior igualdade e maior presença das mulheres em campos nos quais a atual sub-representação é flagrante, como na política, física, filosofia, matemática e tantos outros. Havendo a devida representação, as decisões nesses campos não mais serão tomadas em favorecimento de apenas um gênero, mas haverá maior riqueza de perspectivas, inclusive para a formulação e a implementação de políticas públicas que beneficiem os diversos grupos formadores da sociedade brasileira.

A proposição também está em consonância com outras previsões legislativas que visam à transformação da sociedade e à desconstrução da desigualdade e da discriminação por meio de uma educação que promova a dignidade da pessoa humana, a inclusão, o pluralismo de ideias e o debate democrático, e não a valorização de determinadas perspectivas ou de determinados grupos em detrimento de outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, entendemos que o PL nº 557, de 2020, permitirá o aprimoramento da formação dos estudantes, contribuindo para que a transmissão de conhecimento não mais se efetive apenas sob perspectivas masculinas e para que haja a redução das desigualdades fundamentadas no gênero que ainda restringem a ocupação de espaços de conhecimento e decisórios pelas mulheres.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação. Eu gostaria de destacar aqui que o Governo chegou a nos procurar dizendo que esse projeto já estaria nas novas perspectivas do novo Governo. No entanto, Sr. Presidente, conversando até mesmo com Tabata Amaral, nós entendemos a necessidade de que a matéria seja expressa na legislação.

E lembro também que, nos estudos que nós fizemos, nós percebemos que nem cerca de 10% de mulheres estão citadas nos livros de histórias e nas conquistas. Por que não? Por que elas não existiram? Por que elas não atuaram? Não, simplesmente porque as mulheres, até hoje, Presidente, infelizmente – não por homens como V. Exa., não por homens do poder, como é o caso de Paulo Paim –, são tornadas invisíveis. E, quando as mulheres aparecem e têm uma atitude bastante corajosa em relação às lutas que enfrentam, muitas vezes, Presidente, infelizmente – vocês hão de concordar –, muitas delas são chamadas de loucas.

Então, Presidente, é hora de resgatarmos a dignidade da mulher também aqui neste ponto e, com isso, encorajar as nossas meninas e adolescentes para que tenham orgulho de terem nascido mulher – terem orgulho – e sejam incentivadas a estudar matérias das quais, geralmente, mulheres não participam. Lembro também que hoje, nos bancos de faculdade, o maior número é de mulheres. As mulheres estão estudando cada vez mais, estão passando em concursos cada vez mais. Porém, Presidente, quando o assunto é político, quando é a hora da ascensão numa carreira, numa carreira para desembargadora, para procuradora de Justiça, quando ela vai ascender por meios políticos, geralmente são os homens que são escolhidos. Não há diferença entre a capacidade das mulheres e dos homens. Nós precisamos, sim, enfrentar o preconceito, a misoginia e o machismo.

Muito obrigada, Presidente. O voto é pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Soraya Thronicke, pelo relatório. Desejo plena recuperação para V. Exa. Sua presença, sua voz, sua opinião sempre são muito importantes no Senado Federal.

Quero saudar a nossa colega, Senadora Damares Alves, que está aqui presente também remotamente; a Senadora Dorinha Seabra, Vice-Presidente desta Comissão, referência nacional num conjunto de áreas, especialmente na educação; e a Senadora Zenaide Maia – seja muito bem-vinda remotamente –, que solicitou a palavra.

Com a palavra, V. Exa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu quero aqui parabenizar a Relatora Soraya Thronicke por essa importância e cumprimentar o Sr. Presidente e as colegas Damares Alves, que eu estou conseguindo ver, e Professora Dorinha.

Nessa Semana de Valorização das Mulheres, ter esse olhar diferenciado para ideias ou projetos exitosos, é de uma importância fundamental. A gente sabe que informação é poder.

A gente vai passar uma semana – claro que a gente tem que fazer isso todos os dias –, temos uma semana nacional sobre valorização, através da educação, que tem uma rede que chega a todos os rincões deste país, das mulheres. Como foi falado, começando desde as adolescentes e inclusive já na infância, porque, como a Soraya falou, quando a questão é criar, a gente tem este olhar sobre nós como se fôssemos incapazes disso, e estamos mostrando que temos capacidade, mas precisamos que a sociedade como um todo e todos os Poderes tenham esse olhar diferenciado para a importância desse assunto na educação. A educação é a base de tudo, e esse projeto de lei... Às vezes, dizem assim: "Não, nessa semana não é...". É sim. Nós vamos dar visibilidade e oportunidade para essas adolescentes e jovens, como um todo, saberem que aquilo que elas criaram e que foi exitoso vai ser mostrado na sala de aula e para a população como um todo ver.

A gente sabe que é um dia de cada vez – viu, Soraya, Dorinha e Damares? –, a gente aqui diz que é um leão a cada dia, e isso muda pela educação. Eu costumo dizer que, quando os filhos – adolescentes e crianças – aprendem na escola, eles dão exemplo para os pais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aquilo que depende... Por exemplo, desde que nos deixaram aprender a lei e escrever, o que não faz nem um século, naquilo que depende do estudo, naqueles locais que dependem do processo seletivo, nós estamos próximas, em algumas situações... Por exemplo, eu vou lhe falar sobre o Enem. A grande maioria já é de mulheres aprovadas para o curso de Medicina e para outras áreas, mas, nos locais de poder, a gente ainda está bem distante. Nós temos um Congresso com 15% de representatividade feminina. Isso é ruim não só na parte política da gente aqui como nos outros Poderes – Judiciário e Executivo. Agora que a gente teve uma Presidente da República, que a maioria dos países do mundo nunca teve.

E quero dizer o seguinte: naquilo que depende do nosso esforço, nós estamos dando o recado sim, somos uma grande quantidade de aprovadas em Direito, em Medicina, nos cursos mais concorridos deste país. Nessa semana, vamos mostrar que nós somos capazes, nós podemos e nós queremos.

Parabéns, Soraya, Professora Dorinha e Damares! Vamos dar as mãos, porque, com certeza, a gente vai, em um dia, chegar lá.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Zenaide Maia, pelas considerações.

Não havendo mais...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A Senadora Damares Alves também solicita a palavra.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero cumprimentar a Soraya pelo voto.

Abraço, Zenaide, abraço! É bom te ver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, eu precisava fazer uma manifestação sobre este projeto, porque, quando se lê a ementa, todo mundo fala: "Mas que coisa extraordinária!". O senhor não tem ideia de como esse projeto provocou uma discussão, especialmente no segmento de que eu participo, que é o segmento mais conservador. Inclusive, muitas pessoas se levantaram contra o projeto.

Eu fui – Soraya, não sei se você sabe – acionada inúmeras vezes por conta do projeto desde a sua propositura lá na Câmara. E eu tive que entrar em inúmeros debates, em inúmeros enfrentamentos, em inúmeros embates por conta do projeto de lei.

Eu vou voltar a ele muito consciente, Presidente – muito consciente –, porque acho extremamente necessário a gente falar de mulheres na história. Há um grupo de conservadores que acham que essa é uma matéria extremamente feminista, mas eu peguei desde o primeiro texto, desde as primeiras discussões. Não vejo assim, não vejo como uma matéria ideológica. Eu vejo como uma matéria necessária – desculpem-me os conservadores que estão me acompanhando, mas eu precisava fazer esse registro, Presidente.

Eu convido as pessoas a assistirem ao filme Estrelas Além do Tempo. Por que nós demoramos tantos anos para reconhecer aquelas três mulheres negras na Nasa que fizeram uma diferença para o mundo? Aquelas mulheres... A gente sabe que foi pelos cálculos daquelas mulheres que nós chegamos aonde chegamos em toda a questão da ciência voltada ao espaço. A astronomia, a partir delas, muda. E por que demoramos tanto tempo para reconhecer o trabalho daquelas três mulheres negras, aquelas três mulheres incríveis?

Na minha infância, Presidente, já estava praticamente desenhado o meu futuro: eu seria uma menina, uma mulher que iria se casar, ter filhos, ficar no meu cantinho, mas duas baianas me inspiraram muito – e se falava tão pouco delas! Hoje, se eu perguntar a esta atual geração: quem é Irmã Dulce? Se eu perguntar a esta geração – talvez a Irmã Dulce agora esteja mais conhecida porque ela alcançou o *status* de santa – quem é Maria Quitéria, poucas pessoas dirão quem é Maria Quitéria. Na minha infância e adolescência, eu estava na Bahia. E a história delas, lá naquela região, é muito forte. Essas duas mulheres me inspiraram: uma, pela coragem; e a outra, pela generosidade. Então, eu acho que, ao trazer histórias de mulheres tão queridas como Maria Quitéria e como a Irmã Dulce de uma forma mais efetiva, nós vamos, de fato, despertar muitas meninas no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu trabalhava com o Marajó, Presidente, nós estávamos trabalhando muito a possibilidade de levar tecnologia para a região, de pegar aqueles meninos sem oportunidade alguma e capacitá-los na área da tecnologia. Dali eles poderiam trabalhar para qualquer lugar do mundo. E quando a gente começava a falar sobre isso, todo mundo vinha: "Meu menino quer fazer isso, o meu menino vai querer fazer isso". Dificilmente um pai ou uma mãe dizia: "A minha menina quer fazer isso". E aquilo me incomodava. As meninas do Marajó são tão inteligentes quanto os meninos do Marajó, e a oportunidade era para ambos, mas a gente via ali: "Ó, o menino vai; a menina, não, ela vai ficar lá na roça". Ainda hoje isso acontece.

Então, da forma como o projeto foi proposto, se a gente olhar bem a justificativa desde o início... O próprio voto da Soraya fala sobre a gente trazer mais mulheres para a ciência. Nós temos programas governamentais para mais meninas na ciência. Trabalhei muito com o Ministério da Ciência e Tecnologia, motivando mais meninas na ciência. E, quando elas vêm, Presidente, elas fazem a diferença.

Então, nesse projeto, eu voto com muita consciência, apesar de todas as abordagens ideológicas que trouxeram para a proposta. Eu vou votar muito consciente de que, na forma como ele está proposto, nós vamos, sim, trazer muitas meninas para a ciência, nós vamos motivar muitas meninas a quererem vir para a política, vir aqui para o Parlamento, e trazer esse olhar especial que nós, mulheres, temos, de uma cosmovisão de tudo com que a gente trabalha nesta Casa. A gente tem uma cosmovisão, a gente vê diferente de vocês, Presidente – isso é óbvio. E o nosso olhar, nesta Casa, tem ajudado muito o Parlamento a tomar decisões acertadas.

Então, eu vou votar. Apesar de toda a discussão que esse projeto causou em nosso segmento conservador, eu vou votar com muita consciência, porque o objetivo dele é, realmente, dizer para as meninas: "vocês podem!". Se não tivéssemos dito para essas meninas que estiveram lá nas Olimpíadas este ano "vocês podem!", nós não estaríamos trazendo tantas medalhas para o Brasil como trouxemos nessa edição das Olimpíadas.

Então, eu quero cumprimentar a Soraya pelo relatório preciso, muito bem-feito, a Zenaide, pela manifestação que ela trouxe, e também a autora.

E vamos ver, vamos trazer mais meninas para a ciência, para a política, para a matemática, meninas para assumirem o protagonismo e reconhecerem que as mulheres têm feito a diferença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu aproveito para fazer uma homenagem a uma mulher espetacular, Presidente. Nós estamos vivendo aqui, no nosso continente, uma história política que eu quero ver daqui a 30 anos como esse momento na Venezuela vai estar escrito no livro de história. Nós temos uma mulher corajosa, da oposição, a María Corina Machado. Essa mulher está fazendo uma revolução naquele país. A coragem de María Corina de questionar um sistema opressor, de questionar um ditador está inspirando muitas mulheres em todo o continente. Daqui a 30 anos, eu quero muito que os livros de história reconheçam o papel de María Corina neste momento, para questionar um sistema opressor na Venezuela.

Parabéns, Soraya.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Damares Alves. V. Exa. colocou, de maneira muito positiva, as manifestações da Senadora Soraya e da Senadora Zenaide, mas eu quero também colocar, enaltecer a manifestação de V. Exa., não é? Inclusive, externando o voto também de aplauso, de reforço, de solidariedade para María Corina Machado. Que ela saiba que ela está sendo uma referência lá e em outros países, tanto que nós, aqui, no Brasil, estamos falando dela, dizendo: "Olha, vá em frente, lute! Não é fácil, mas as batalhas que realmente dignificam um país e as pessoas nunca são fáceis". Parabéns!

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é simbólica.

Em votação o relatório apresentado pela Senadora Soraya, a quem eu parabenizo novamente.

Permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Antes de passarmos para o item seguinte, só quero abrir o painel para que, enquanto as pessoas, Senadores e Senadoras, apresentam os relatórios, a gente já possa ir votando os itens nºs 1 e 2 da pauta, que são votações nominais e em bloco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicito à Secretaria que abra o painel.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Portanto, em votação, as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 4.517, de 2023; PL 4.240, de 2021. E os Senadores e as Senadoras que votam com os Relatores e as Relatoras votam "sim".

Enquanto isso, passamos ao item nº 5 da pauta, Senadora Damares Alves, de que V. Exa. é Relatora.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1825, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Semana Cultural Interescolar nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação

A autoria é da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Rodrigo Gambale.

Concedo a palavra a V. Exa., para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em virtude do caráter exclusivo de instrução da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, a esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, bem como no que diz respeito à técnica legislativa e regimental da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, apresentam-se igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Não vislumbramos, ademais, vícios de injuridicidade. Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto de lei se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que concerne ao mérito deste projeto de lei, reconhecemos a importância ímpar da matéria. A criação de uma Semana Cultural Interescolar, a ser realizada anualmente na primeira semana de outubro, em todas as escolas de ensino fundamental e médio, constitui uma iniciativa de grande valor para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Conforme estabelecido na LDB, é dever da escola promover o pleno desenvolvimento do educando, incluindo sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A LDB também estipula que o ensino deve ser ministrado com base no princípio da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber. A instituição da Semana Cultural Interescolar pode, em muito, estimular todo o conjunto de alunos, professores, pais e comunidade em geral a atingir os objetivos estipulados pela LDB.

A proposta visa não apenas enriquecer o currículo escolar, mas também promover a integração entre a comunidade escolar e as famílias, fortalecendo laços comunitários, valorizando a cultura como pilar educacional e promovendo a participação ativa das famílias, componente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crucial desta proposta. Ao envolver as famílias nas atividades escolares, promove-se um maior engajamento dos pais no processo educacional de seus filhos, fortalecendo o vínculo familiar e a comunicação entre escola e comunidade. Isso está em consonância com a LDB, que reconhece a família como colaboradora essencial no processo de educação.

Além disso, essa iniciativa está alinhada com pesquisas que evidenciam os benefícios significativos das atividades culturais na educação, contribuindo para um aprendizado mais holístico e integrado.

Diante dos evidentes benefícios acadêmicos, emocionais e sociais apresentados, é essencial a adoção dessa iniciativa nas escolas, com o objetivo de preparar melhor os alunos para os desafios do futuro em uma sociedade cada vez mais complexa e interconectada.

Conclui-se, Presidente, portanto, que votar pela criação de uma Semana Cultural Interescolar é investir no futuro de nossas crianças e jovens, proporcionando-lhes uma educação holística e diversificada que vai além do currículo tradicional. Esta iniciativa não apenas cumpre os requisitos da LDB, mas também atende às necessidades de um mundo cada vez mais plural e interconectado. Com base nesses argumentos, recomendamos um voto favorável à proposta.

Assim, apoiamos a implementação da Semana Cultural como uma medida estratégica e essencial para o enriquecimento da educação e a promoção da cultura no ambiente escolar.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.825, de 2023.

Este é o relatório e o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à Senadora Damares Alves novamente.

Quero saudar a Senadora Rosana Martinelli também. Seja muito bem-vinda. Sempre presente, atuante. Parabéns.

Está em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitas pessoas muitas vezes questionam o porquê de termos uma semana nacional. Eu só quero lembrar que nós temos, nesta semana, 21 a 28 de agosto, a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, pelos últimos 60 anos. Lá atrás, era Semana Nacional do Excepcional. Depois a terminologia foi mudando e hoje ficou Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla. São milhares de atividades – milhares de atividades – que aconteceram no decorrer dessa semana no Brasil: palestras, discussões, excursões, inaugurações, debates, direitos e tal, e cada região, cada local discutindo à sua maneira.

Então, essa semana é um trabalho que vai sendo construído, na verdade, então é a importância disso. Parabéns, Senadora Damares.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Como é votação simbólica, antes de votarmos, só vou encerrar a votação nominal, pois já atingimos o quórum.

Está encerrada a votação nominal. Em seguida passamos a votação do projeto.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Votaram SIM 13; votos NÃO, nenhum.

Abstenção: nenhuma.

Aprovados os projetos de lei nos termos dos relatórios apresentados: PL 4.517, 2023; PL 4.240, 2021.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Agora passamos à votação do item nº 5, relatado pela Senadora Damares Alves.

A votação é simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Passamos ao item nº 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 4746, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, para possibilitar a organização do Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria em subdivisões físicas, como volumes, seções ou tomos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputada Federal Laura Carneiro.

Relatoria da nossa Vice-Presidente da Comissão, Senadora Professora Dorinha Seabra.

Concedo a palavra a V. Exa., Senadora Professora Dorinha Seabra, para a leitura do relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentar as colegas Senadoras e Senadores e dizer que eu me sinto representada pelas colegas que falaram dos projetos, em especial, do projeto de autoria da Deputada Tabata Amaral.

Esse projeto, Sr. Presidente, é de autoria da Deputada Laura Carneiro. Eu vou direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Comissão de Educação, além do mérito, também tem a responsabilidade, neste caso, dessa matéria, de tratar sobre a questão da constitucionalidade e juridicidade. Então, eu vou direto ao texto.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância também com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa.

No que diz respeito ao mérito, nós reconhecemos a importância desse projeto.

A Lei nº 11.597, de novembro de 2007, estabelece a criação do Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, o qual se encontra depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília. Esse livro tem o nobre propósito de homenagear cidadãos brasileiros que prestaram relevantes serviços à nação, inscrevendo seus nomes na história como heróis e heroínas nacionais. A iniciativa de rever e atualizar essa legislação busca aprimorar a organização e a preservação desse importante registro histórico.

Com o passar do tempo, o número de homenageados tende a crescer, resultando na necessidade de um espaço físico mais abrangente para acomodar adequadamente todos os nomes que, merecidamente, são inscritos no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. A proposta de permitir uma subdivisão deste livro em volumes, seções ou tomos surge como uma solução prática e eficiente para garantir a continuidade dessa honraria, sem comprometer a integridade e a solenidade que o instrumento representa.

Vale ressaltar que a implementação dessa subdivisão não interfere nos critérios de inclusão dos nomes no livro, mas busca aprimorar a forma como estes são apresentados e preservados. Essa medida garantirá que o Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria continue a cumprir sua função com a mesma dignidade e respeito. Facilitará, e muito, a consulta e o manuseio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a alteração legislativa proposta assegura que o legado dos heróis e heroínas do Brasil seja mantido de maneira organizada, digna, reforçando a memória e o reconhecimento dos feitos notáveis que contribuíram para a construção da nossa nação.

Ante o exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.746, de 2023, de autoria da Deputada Laura Carneiro. Esse é o nosso voto. Nosso voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Professora Dorinha Seabra.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu só gostaria de pedir a urgência também.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

Está em votação o requerimento de urgência para o projeto aprovado, o PL 4.746, de 2023.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está aprovado o requerimento de urgência, Professora Dorinha.

Muito bom. É importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem. Tendo em vista o encerramento da sessão legislativa – são dois anos –, muitos projetos foram distribuídos para os Srs. Senadores e para as Sras. Senadoras. Temos aproximadamente 130 projetos já distribuídos. E nós gostaríamos de fazer um esforço grande até o final do ano para que a maioria deles, pelo menos, seja apreciada até o final do ano. Então, a gente está chegando ao final da sessão legislativa, estamos indo para setembro, outubro, novembro, e gostaríamos muito de fazer um esforço até para facilitar o trabalho de quem irá conduzir os trabalhos no próximo ano.

Então, solicito que os Srs. Relatores e as Sras. Relatoras que ainda tenham relatórios pendentes nesta Comissão, na medida possível – é lógico –, apresentem os relatórios com a maior brevidade possível, para que a gente possa deliberar sobre todas as matérias antes do término do período legislativo. Nós vamos tomar, inclusive, a liberdade de enviar um quadro-síntese para cada Relator e Relatora, pedindo que esses relatórios possam ser apreciados – a maior parte deles não são polêmicos; claro, há alguns mais polêmicos –, que possam enviar, então, os relatórios para serem apreciados. Então, irá uma pequena mensagem junto com um quadro-síntese. E, na sequência, inclusive, eu procurarei entrar em contato com cada Senador e Senadora membro desta Comissão para que isso aconteça.

Então, a gente pede a gentileza de fazermos, como se costuma falar aqui, um esforço concentrado, mas a Consultoria está aí para colaborar, ajudar. A gente sempre é muito grato à Consultoria e às próprias assessorias dos gabinetes, que fazem um trabalho de muita qualidade.

Senadora Rosana Martinelli, com a palavra.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Bom dia, Presidente.

Eu quero parabenizar o senhor como Senador Presidente desta Comissão, muito atuante, que coloca todos os Senadores, justamente cobrando... Nós temos ainda muito para colaborar com o nosso país. E, com a sua direção, com o seu dinamismo, com a sua competência, esta Comissão está aprovando muito. É uma das Comissões que mais está tendo resultado positivo, atuante. Então, meus cumprimentos, parabéns pela sua Presidência, pela sua liderança. Que Deus continue te abençoando e dando essa sabedoria para liderar, com a competência que o senhor tem liderado esta Comissão. Parabéns, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu agradeço, Senadora Rosana Martinelli, mas sempre digo: que Deus nos abençoe a todos, que nós possamos continuar trabalhando como Comissão, uma Comissão de muito valor, com tanta gente competente, qualificada, com experiência. E todo trabalho, de fato, é fruto do esforço coletivo, articulando, cada um tentando pelo menos fazer bem a sua parte e, no final, chegando a resultados positivos.

Nós temos já muitos encaminhamentos, muitas audiências públicas. Tivemos ontem a primeira sobre o Plano Nacional de Educação. O projeto – até para dizer – não chegou ao Senado, está lá na Câmara, mas, no ano passado, nós já tivemos dez audiências públicas sobre o Plano Nacional de Educação e já estão organizadas mais dez, em função agora do texto que está na Câmara, para refletirmos, discutirmos, pensarmos no assunto, para que a gente não se debruce sobre isso unicamente quando o texto chegar aqui, não é verdade? Mas isso todos nós; V. Exa., de uma maneira muito particular, foi muito aplaudida, inclusive quando fez o discurso de presença aqui no Senado Federal. Parabéns.

Senadora Zenaide Maia, cara Professora também, Professora do curso de Medicina. Parabéns.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar... Já parabenizando o senhor e todas as colegas, eu queria dar visibilidade ao povo brasileiro: mães, pais, sobre essa semana de 21 a 28, em que se chama a atenção para as pessoas com deficiência intelectual.

Eu queria lembrar aqui a pais e familiares que as pessoas com deficiência intelectual já nascem pedindo socorro, porque infelizmente a gente ainda vê que os pais ou os responsáveis ainda mostram dificuldades em aceitar algum tipo de deficiência que o filho tenha. Por incrível que pareça, e como nós temos a cada dia um maior número de crianças com autismo, a gente vê muito, Damares, Dorinha, Flávio Arns e todos os que estão nos assistindo, uma resistência, muitas vezes, dos pais e responsáveis em aceitarem esse diagnóstico – porque o médico diz o diagnóstico – e mudam de médicos; é como se fosse uma defesa.

Eu costumo dizer que as crianças com deficiência intelectual já pedem socorro a partir da hora em que nascem e que apresentam o quadro. E me preocupa como médica, como mãe, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avó, que é muito grave a questão de demorar a aceitar esse quadro, porque a gente sabe, quanto antes for diagnosticado que se tem uma diferença, vai poder ser tratada e provavelmente ser uma pessoa independente, minimamente independente.

Então, queria dizer a todos aqui, por favor, tenham um olhar diferenciado. Uma criança que nasce e que já olha para quem cuida dela, pais e pessoas responsáveis, diz assim: "Por favor, eu tenho essa diferença e aceitem e cuidem de mim, mandem me estimular mais do que os meus irmãos que se foram".

Apesar de a gente ter essa campanha em que a gente avançou, Flávio, mas a gente ainda vê muito isso, principalmente a questão do autismo. Sem falar que uns não o aceitem, e a gente sabe até hoje, no mundo – não é só no Brasil –, mais de 60% dos pais abandonam a família quando nasce uma criança com deficiência.

Então, nessa semana de 21 a 28 de agosto, pais, mães responsáveis por crianças que têm qualquer grau de deficiência intelectual, eu me sinto assim... Porque, quando a deficiência é física, é mais visível, mas na intelectual é que, muitas vezes, perdem tempo com o diagnóstico, e sabemos que, se diagnosticar precocemente, essa criança vai ser mais independente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, Senadora Zenaide Maia, muito bem colocado.

Agora há pouco eu mencionava que 21 a 28 de agosto, na origem, era a Semana Nacional do Excepcional, e o nome mudou para deficiência intelectual e múltipla – múltipla significando que a pessoa pode ter uma deficiência intelectual, como eu conheço crianças e jovens assim, problema físico, problema visual associado, junto com deficiência intelectual, enfim, é uma deficiência múltipla. E as outras áreas, inclusive, têm também dias específicos para serem lembradas, o que é importante, como o Dia da Síndrome de Down, o dia da pessoa com transtorno do espectro autista, o Dia da Pessoa com Deficiência, de uma maneira geral. E tudo é muito importante, porque a área é muito vasta, extensa, há uma diversidade enorme e um número de pessoas muito significativo; são milhões de pessoas no Brasil que apresentam algum quadro de deficiência. A gente não tem estimativas, mesmo os levantamentos do IBGE ainda suscitam discussões, mas, nas estimativas mais conservadoras, coloca-se um quadro de 25 milhões de brasileiros que apresentam algum tipo de deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é uma luta para as famílias terem políticas públicas que possam atender as necessidades dos filhos, filhas ou dos próprios adultos. Acessibilidade, por exemplo, a pessoa precisa trabalhar, mas para trabalhar precisa ter, muitas vezes, uma cadeira de rodas, precisa ter uma calçada lisa, antiderrapante, porque senão vai capotar a cadeira de rodas na estrada, precisa ter um ônibus adaptado. Então, a deficiência se manifesta de uma maneira mais intensa ou não, dependendo dos recursos que a comunidade coloca à disposição dessa pessoa e da família. Há o drama das famílias que, porventura, têm filhos com autismo, por exemplo, que às vezes tem que pegar o ônibus duas horas, três horas, pega ambulância em muitos municípios para ir a outro município para fazer um atendimento psicológico, fonoaudiológico ou algum tipo de atendimento. Quer dizer, a criança já não suporta ficar tanto tempo cansada, a mãe cansada, a mãe tem que se anular, muitas vezes, porque quem se anula é a mulher.

Quantas pessoas cuja mãe está em casa, quer dizer, deveria, muitas vezes, gostaria de estar trabalhando, até para ajudar no sustento da família, mas a mulher, a mãe habitualmente se anula, não para de trabalhar. A pessoa que tem o BPC, que é o caso, tem uma carência, quer dizer, o critério do BPC é o mais baixo de todos. Disso todo mundo tem que saber, porque todos os programas sociais têm meio salário mínimo como renda *per capita*, e o BPC é um quarto do salário mínimo de renda *per capita*. Se ultrapassar um pouco de um quarto, já não recebe o BPC. Isso é importante que se diga. Tem famílias que têm dois filhos, três filhos com deficiência, e não têm absolutamente políticas públicas.

Hoje ainda tive uma reunião, antes dessa reunião com o Presidente da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), sobre os problemas dos planos coletivos por adesão e eu dizia que nós estamos discutindo parte dos planos de saúde, porque quem não tem plano de saúde – eu me arrisco a dizer – não tem atendimento algum no Brasil, não tem. Precisa de psicólogo, de fonoaudiólogo, de fisioterapeuta...

Claro, já avançamos muito, mas temos, como a Senadora Zenaide colocou... E me permita dizer isso, até colocando como mãe, porque eu conheço também o seu filho, e eu coloco tudo isso como pai também. Meu filho faleceu no ano passado, um ano atrás, mas tem outros pais aqui também presentes que sabem que é uma dureza. O pai, de repente, está lá, a mãe, a família, e eles precisam de amparo, de apoio, de encaminhamento, de política pública para que as coisas funcionem não só em relação à pessoa com deficiência, mas, na verdade, em relação a todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crianças, porque a criança precisa ter os seus direitos básicos assegurados. Inclusive, estamos festejando a necessidade de valorizar a criança, toda criança, seja ela pobre, negra, da periferia, de centro urbano, rural, com deficiência ou não, quer dizer, que a criança, o jovem, o adolescente sejam prestigiados.

Por isso, a semana nacional da pessoa, no caso aqui, com deficiência intelectual. Tem gente com deficiência intelectual que está participando de olimpíada, e tem pessoas com deficiência intelectual que estão na cama, tendo que receber apoio para respirar, para deglutir, para ser bem atendido. E todos e todas têm que ter o direito à educação assegurado, porque são crianças e adolescentes. Que educação? Muitas vezes, a educação não é ler e escrever, mas melhorar a condição de vida pessoal, responder, ser atendido com um currículo adequado à especificidade da pessoa. Essa é a beleza que eu acho. Do que a pessoa precisa? Então, o currículo, discutindo com a família, com a criança, com o jovem, adequando a especificidade quando isso for necessário, porque, em boa parte dos casos, isso não é necessário. Se tem uma deficiência física, é paraplégico ou coisa semelhante... Cada um tem as suas necessidades, e por isso a gente não pode botar todo mundo numa receita única. Temos que ter na prateleira inúmeros caminhos para que a pessoa seja valorizada de acordo com aquilo de que ela precisa, não é, Senadora Rosana?

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Com certeza, Presidente.

Eu quero relatar um pouco da minha experiência, pois tem que se divulgar, principalmente, a conscientização da questão das deficiências, que é uma questão muitas vezes cultural e também estrutural, porque as nossas cidades não estão adaptadas. E eu falo que meu marido, com 45 anos, teve meningite, e ele ficou com uma grave sequela: ele não andava e não falava, usava cadeira de roda, totalmente dependente.

E eu falo com uma experiência própria o quanto é difícil você ir para qualquer local, você se mover na cidade, porque as pessoas, muitas vezes, o próprio gestor da cidade... E eu falo isso alertando todos os Prefeitos e todas as pessoas que pegam, que fazem e executam uma rampa, por exemplo. Quantas vezes na minha cidade eu fui Prefeita e eu fui fiscalizar as rampas que foram construídas na nossa cidade. A pessoa que construía, parece que ela não pensava e deixava um ressalto. Como é que um cadeirante, sozinho, vai subir um degrau?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é questão, muitas vezes, simples, é uma coisa básica, mas a pessoa que não tem um cadeirante, que não tem noção, não se preocupava. Ele achava que estava fazendo correto: "Ah, não, mas aqui tem que deixar, porque a água tem que escorrer, a água tem que correr". Mas e aí, como é que faz o cadeirante subir uma rampa com um degrau?

Então, é importante, principalmente, os gestores irem lá na ponta falar, os secretários de obras, pois o material é o mesmo, só que a questão é conscientizar. Então, a gente tem dificuldade, e eu falo com experiência própria: só quem tem uma pessoa deficiente em casa sabe o quanto é difícil. E eu falo assim: eu sempre agradeci e nunca me queixei, porque falei "graças a Deus, a gente tem oportunidade, eu tenho oportunidade de servir". Imagine a pessoa estar do outro lado, tendo que aceitar ser submetida a isso, à vontade própria, muitas vezes, à desatenção dos órgãos públicos.

Então, nós precisamos de políticas públicas esclarecedoras. E essas semanas... que falam todo ano, nessa semana que se fala, como se a deficiência fosse discutida somente nessa semana. Nós temos que conscientizar culturalmente todas as pessoas da importância, da atenção de, muitas vezes, ajudar alguém a atravessar a rua, conforme a deficiência que a pessoa tenha. Não é somente na questão da cadeira de roda, pode ter auditiva, visual... As cidades, a maioria das cidades, não estão adaptadas ao piso tátil, que ainda é tão importante.

Então, nós aqui temos uma responsabilidade muito grande, Senador, de conscientizar, de aprovar e levar essas políticas públicas para a maioria do país, que ainda está muito carente. Nós precisamos olhar com um olhar calibrado, pois, quando você tem o problema, você começa a olhar – o olhar é diferenciado quando você tem o problema. E eu falo isso por experiência própria. Como eu tinha em casa, eu saía olhando quais as mudanças que eu tinha que fazer na nossa cidade. Então, precisamos aqui ter a responsabilidade.

Não é fácil, mas a gente tem que aprender a ser feliz como Deus dá as possibilidades. Nós não podemos nos queixar. Ainda a gente tem que agradecer que essas pessoas estejam conosco. Meu marido já se foi há três anos. E eu falo que a gente tem que fazer a nossa obrigação: cuidar. Não é culpa deles, não é culpa de quem nasceu assim ou que teve durante toda a sua vida... Nós, como cristãos, como cidadãos, temos que continuar trabalhando e dando o nosso melhor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente para essas pessoas, principalmente para as pessoas que são dependentes uma das outras.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Quero enaltecer as palavras de V. Exa. Essa tem que ser a nossa determinação. E temos que ser obsessivos nisso para que os direitos previstos se transformem em realidade, para transportar os direitos para a realidade.

Eu só quero lembrar que os nomes vão mudando. Eu mencionei a semana nacional da pessoa excepcional, porque lá atrás era isso... Um pai de São Paulo, uma vez, me disse: "Meu filho nasceu. Quando nasceu, era excepcional. Depois, ele se transformou em portador de deficiência e, depois, de necessidades especiais. E hoje ele é uma pessoa com deficiência". O nome foi mudando, mas o filho continuou o mesmo. O desafio e a nossa solidariedade para as famílias, para as pessoas com deficiência de todas as faixas etárias... Solidariedade e trabalho de cidadania. E, ao mesmo tempo, para tanta gente que se dedica a essa área, profissionais e não profissionais.

Parabéns, Senadora Rosana Martinelli, que deu um depoimento muito importante. Parabéns.

Muito bem. Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada a presente reunião, não sem antes enaltecer a equipe da Secretaria da Comissão de Educação, dos meios de comunicação do Senado, da Consultoria e de todos os gabinetes também. Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas do dia dois de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença das Senadoras Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, André Amaral, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Rosana Martinelli, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 62/2024 - CE, de autoria das Senadoras Teresa Leitão (PT/PE) e Janaína Farias (PT/CE), REQ 63/2024 - CE, de autoria das Senadoras Teresa Leitão (PT/PE), Janaína Farias (PT/CE) e Flávio Arns (PSB/PR), REQ 64/2024 - CE, de autoria do Senador Flávio Arns (PSB/PR), e REQ 72/2024 - CE, de autoria do Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA) e outros. **Finalidade:** 2ª Audiência do ciclo de audiências públicas para debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. **Participantes:** Sr. Manoel Humberto Gonzaga Lima, Presidente do União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME); Sr. Fátima Gavioli, Secretária de Estado da Educação de Goiás e representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED); Sr. Felipe Michel Braga, Vice-Presidente da Região Sudeste do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (FONCEDE); e Sr. Alessio Costa Lima, Presidente do União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/02

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 2 de setembro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização da segunda audiência pública do ciclo de reuniões para debater o Projeto de Lei nº 2.614 de 2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034.

Em atenção ao Requerimentos nº 62/2024, da Comissão de Educação, de autoria das Senadoras Teresa Leitão e Janaína Farias; ao Requerimento nº 63/2024, da Comissão de Educação, também de autoria das Senadoras Teresa Leitão E Janaína Farias e de minha autoria; ao Requerimento nº 64/2024, da Comissão de Educação, de minha autoria; e ao Requerimento nº 72/2024, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Zequinha Marinho e de minha autoria.

Participarão de forma remota os seguintes convidados, a quem eu quero dar, inclusive, as boas-vindas e agradecer pela participação, não só hoje, mas continuada, nos eventos de audiências, de debates e discussões no Senado Federal: a Sra. Fátima Gavioli, que é Secretária de Estado da Educação de Goiás e representante, nesta audiência pública, do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); o Sr. Alessio Costa Lima, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); o Sr. Manoel Humberto Gonzaga Lima, Presidente da União dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme) e o Sr. Felipe Michel Braga, Vice-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Região Sudeste do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação, nesta audiência, representando a instituição, portanto, o Foncede.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como a apresentação ou as apresentações que forem utilizadas pelos expositores e expositoras.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até 15 minutos, havendo a possibilidade, obviamente, de uma prorrogação para a conclusão da exposição.

Ao fim das exposições, a palavra será novamente concedida aos expositores e expositoras e expositoras e, eventualmente, Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Eu quero destacar que o projeto de lei que trata do Plano Nacional de Educação se encontra na Câmara dos Deputados. Porém, a Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal quer já se antecipar à chegada do plano, inclusive para que essas audiências públicas possam contribuir para o diálogo que esta Comissão pretende fazer com a Câmara dos Deputados para, na medida do possível, obviamente, convergirmos no relatório final, o que facilitará a tramitação.

Eu quero inclusive saudar, de uma maneira especial, o Dr. Manoel Humberto Gonzaga Lima, que, junto com todas as demais instituições... em 2022, era Presidente do Fórum Nacional de Educação, do qual eu fazia parte também, e, numa época de pós-pandemia, em 2022, com todas as pessoas tomando muito cuidado com a questão da saúde, organizou, como Presidente do Fórum Nacional, a Conferência Nacional de Educação, em dezembro de 2022. Inclusive, o relatório da conferência, também desta conferência, está disponível no nosso *site*, tratando justamente do Plano Nacional de Educação.

Faço essa saudação especial porque, na época, eu representava a Comissão de Educação e Cultura no Fórum Nacional, e V. Sa., Prof. Manoel Humberto, teve uma Presidência muito destacada naquele período. Parabéns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, passo, em primeiro lugar, com muita honra, a palavra à Sra. Fátima Gavioli, que é Secretária de Estado da Educação de Goiás e representa, como eu já disse, o Consed nesta audiência pública.

Seja bem-vinda.

O SR. FÁTIMA GAVIOLI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, bom dia a todos. Cumprimento todos os presentes, na pessoa do nosso Senador Flávio Arns. E passo, então, a fazer a apresentação agora, rápida, dos eslaides, que foram trabalhados por todo o grupo do Consed, dos meus colegas secretários.

Já está subindo. Aqui é o Consed fazendo sua apresentação.

Pode passar.

Então, vamos lá.

Nós estamos aqui com um excesso de metas e estratégias nesse plano. A gente não conseguiu trabalhar bem com o que nós tínhamos e, não cumprindo as metas que nós deveríamos ter cumprido, estou falando de país, nesse próximo, agora, não tem como negar que a criatividade está solta, e existe um exagero em relação aos verbos.

Acho que depois o Felipe vai falar também, representando os conselhos dos municípios, mas são de assustar os verbos que estão se utilizando nesse novo Plano Nacional de Educação.

Eu vou começar com responsabilização, quer dizer, responsabilizar. Se for para falar em responsabilização, eu prefiro então que seja uma responsabilização solidária, em que não só o pobre do secretário seja responsabilizado. A proposta que está aí fala, "responsabilizar o Secretário de Educação". Tá, mas onde é que está a pessoa que realmente tem poder de fazer, que é o Executivo, onde é que está o Legislativo, onde é que estão os fóruns municipais e estaduais, os conselhos? Então, assim, impossível falar de responsabilização, conforme está na lei, citando apenas o secretário, até porque se isso acontecer, não haverá tantos candidatos a esse cargo, não é?

Aí depois vocês vão ver também que discutir e definir o papel e o grau de responsabilidade administrativa e financeira frente ao PNE, sem dúvida nenhuma, é uma necessidade. Não basta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só dizer que nós somos responsáveis, mas também precisa dizer, afinal de contas, para ser responsabilizado, de onde vai sair esse recurso.

E o mais interessante é que do jeito que está aí, só o secretário de Educação é responsabilizado, o ministro não é, do jeito que estão querendo inserir na lei.

Pode passar, por favor.

Muito bem. Olhe bem os verbos: "assegurar". Assegurar, tá? Eu discordo disso totalmente. Eu não tenho condição de assegurar. Parece até que está deusificando a função do secretário aí, olha: "Assegurar a alfabetização ao final do segundo ano do ensino fundamental a todas as crianças". É o nosso dever, é a nossa função, é o nosso papel, mas sinceramente eu vejo, assim, que são extremamente audaciosos esses verbos "assegurar" e "garantir". Ninguém faz isso. A Constituição fala "se matar". Ela não diz "não matar". Aqui parece até que é "não matar", sabe? Então eu estou levando para o extremo, porque é um assunto que tem tirado o sono de todos os secretários.

Pode passar, por favor.

Aqui acesso à trajetória e conclusão do ensino fundamental. Eu só quero chamar a atenção novamente para esses benditos verbos, Senador, que eles insistem em colocar, que são "assegurar" e "garantir". Os 27 secretários, em reunião, assinam dizendo que não concordam com esses dois verbos, porque não é assim, não é tão fácil assim. E até hoje, a gente já entendeu que não dá para garantir que todos, olha lá, olha a meta 4B: "Garantir que todos os estudantes concluam o quinto ano do ensino fundamental na idade certa." Sério? Sério mesmo que nós vamos fazer isso? Garantir que todos? Como?

Nós vamos trabalhar para que isso aconteça, mas garantir como? Qual é a estratégia, qual é o aumento no valor do recurso? Não tem. O reajuste que a gente está tendo é extremamente controlado dentro do Fundeb e do FNDE.

Pode passar.

A conectividade, a educação para as tecnologias, a cidadania digital. Acho que o ponto de atenção aí é realmente incluir a educação mediada por tecnologia como uma forma de garantir acesso, direito e acesso às aprendizagens, principalmente nas modalidades de educação indígena,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quilombola, do campo, surdos, TEA, entre outros. Nós temos que reforçar a educação mediada por tecnologia para garantir a universalização desse ensino médio, porque nós temos localidades de difícil acesso, nós temos situações, por exemplo, em que um ônibus escolar busca três alunos, passa três horas dirigindo com esses três alunos para chegar à escola. Ele chega muito cansado, ele tem seis horas de aula, ele pega mais três horas... Ou seja, ele sai 4h da manhã de casa e retorna às 10h da noite para casa, sendo que, na educação mediada por tecnologia, você tem professores mestres e doutores no estúdio, você tem professores em sala de aula trans e interdisciplinarmente e você tem um aluno estudando ali na vila onde ele mora, no lugar em que ele mora, sendo ribeirinho, etc.

Eu quero só trazer uma informação para vocês: acabou de sair o resultado do Ideb e nós temos 20 colégios que tiraram as melhores notas do Brasil. Desses 20, dois são de Goiás; e, desses dois, um é mediado por tecnologia, é uma escola com mediação tecnológica. Então, eu acho que está na hora de a gente começar a enfrentar essa pauta sem preocupação com carreira, com sindicato, com corporativismo, porque a pessoa que está na sala é preparada e a que está no estúdio também é extremamente preparada.

Próximo.

A educação especial na perspectiva da educação inclusiva e a educação bilíngue para surdo. Então, é garantir o acesso e oferta de atendimento educacional especializado e aprendizagem dos estudantes da educação especial, principalmente educação bilíngue.

Primeiro ponto: quando a gente fala em universalizar, quando a gente fala que nós vamos ter todos, eu quero só trazer a vocês que não tem professor intérprete de libras para todos. Eu acabei de abrir um concurso para intérprete de libras e, quando chega à parte prática, que é obrigatória, ficam 20% dos aprovados na teórica. Então, acho que a primeira coisa que a gente tem que fazer é formar os professores em libras, os interessados, e depois a gente falar dessa questão da universalização do atendimento. Por enquanto, não tem como ser um para um, por enquanto é o professor que pode atender de dois a três estudantes em sala, o que é também permitido nesse antigo plano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é estimular a formação em libras, fazer um financiamento – por exemplo, criar cursos de pós-graduação em libras, graduação em libras – e, claro, estimular na escola regular que atividades mediadas por tecnologia possam também ofertar ensino de libras.

E tudo isso que eu estou falando somado a que os professores ainda têm muita dificuldade em trabalhar com as tecnologias. Isso não está resolvido, não. Nós estamos lutando para que eles sejam cada vez mais formados, mas seria importante que houvesse um financiamento para essa formação do professor, para que ele possa trabalhar com o uso das tecnologias.

A inclusão, também, incentivando as salas de AEE; trazendo, para dentro da sala de AEE, um professor especialista em educação especial, um professor que possa trabalhar com as nossas deficiências, dificuldades e distúrbios, e não só alguém que insiste em discutir apoio – apoio, apoio, apoio. Nesses dias, eu estive no Tribunal de Justiça mostrando ao nosso Presidente o aumento da folha de pagamento em R$34 milhões, tendo em vista o número de decisões judiciais exigindo apoio individual, e eles, pela primeira vez, entenderam que têm que parar de ficar propondo ações e execuções que impliquem orçamento, porque não existe orçamento novo, dinheiro novo.

Próximo.

O próximo é a mesma coisa: garantir. "Garantir", de novo esse verbo, ninguém mais tem paciência com esse tipo de verbo. A proposta é que até 70% dos funcionários sejam concursados e, embora desejável, precisa ser adequadamente ponderada.

Eu quero falar para vocês sobre isso. Quando eu falo em 70% – 70%! –, eu estou trabalhando com uma situação totalmente fora da realidade nacional e, talvez, mundial, porque eu estive em Portugal e eles estão passando pela mesma situação. Lá em Portugal também está faltando professor já.

Então, essa coisa de cravar em 70% é só para gerar multa para nós, atropelos e idas e vindas ao Ministério Público. Hoje em dia é possível trabalhar com 60% de efetivos em algumas localidades, 50% na maioria das localidades. Então, sinceramente, eu trabalhar com uma proposta de 70% de concursados nas redes chega a ser, assim, proposto por alguém que não está convivendo com a situação que estamos passando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Goiás acaba de fazer um concurso para 5.050 vagas. O professor toma posse, exonera o contrato, o professor entra e mais ou menos em 60 dias ele pede exoneração, Senador, ele fica 60 dias por ali. Agora, detalhe, dos 5.050, 405 já laudaram depois da posse, eles entram de laudo médico por problemas socioemocionais. O que pede exoneração está tudo bem, agora o que está laudado vai ficar até conseguir uma aposentadoria compulsória.

Então, o concurso não resolve a vida de todo mundo não. Tem que parar com essa história de achar que nós temos que ter esse tanto de concursado porque ele resolve, não resolve! Tem muito contrato bom, preparado, infelizmente não é aprovado no concurso quando faz o concurso, mas nós temos contratos muito bons em suas áreas.

Os nossos melhores resultados do Ideb, aqui do Estado de Goiás, estão sendo tabulados. Na próxima reunião acredito que eu já consiga mostrar para vocês de onde vieram os melhores resultados em português e matemática, quantos porcento de efetivos e quantos porcento de contratos.

Então, esse é um pedido que eu trago aqui dos 27 secretários para que seja revisto esse percentual de 70%, porque ele é simplesmente impossível de ser proposto e de ser cumprido.

Próximo.

Participação social da gestão democrática.

O país nunca teve uma lei tão boa, tão eficiente como essa lei que vocês aprovaram do Fundeb. Quando você chega às condicionalidades, elas são perfeitas. Nas condicionalidades da lei do Fundeb, quando colocam lá que o diretor tem que ser selecionado por mérito e desempenho, não tem motivo nenhum para o plano vir mudar isso. A proposta do plano de tentar trazer essa questão social, para mim, essa participação aqui tinha que seguir, Senador e demais convidados, rigorosamente o que foi proposto na lei do Fundeb, com as condicionalidades que estão lá.

A primeira condicionalidade da lei do Fundeb é que o gestor seja selecionado por mérito e desempenho e que ele possa também fazer uma prova. O Brasil estava há 70 anos esperando pela lei dos diretores, foi aprovada e agora nós estamos aqui discutindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, eu pediria que vocês se abstenham de estabelecer regras padronizadoras, porque nós já temos uma lei e nós estamos muito satisfeitos com ela. Todos nós estamos satisfeitos com ela, então, se não avançou o plano, pelo menos isso aqui do Fundeb vocês conseguiram assegurar na lei do Fundeb.

E mais, de novo, assegurar participação social. Está muito amplo. Participação social é o quê?

O que é essa participação social dentro da escola?

Esses dias eu pisquei, quando eu vi, tinha um projeto de lei tramitando – sorte que me chamaram também –, que dizia o seguinte: os pais iriam ter o poder de decidir como o filho deveria ser atendido, Felipe. Eu quase morri do coração! Você já imaginou o "brigueiro" que ia virar dentro das nossas escolas?

Tem que respeitar os professores, os gestores. São especialistas nessa área. Por que é que a gente está querendo trazer as pessoas para decidir, principalmente a parte pedagógica?

Acho que decidir sobre a aplicação financeira tudo bem, mas sobre a parte pedagógica eu sou contra. Não tenho ideia do que viraria isso dentro de um colégio.

Pode passar.

O último da minha parte – acho que deu certo o meu tempo – é sobre financiamento em infraestrutura da educação básica: assegurar – estou terminando – a qualidade e a equidade nas condições de oferta.

Nós vamos mesmo falar sobre isso, que as escolas têm que atender a um padrão, que a infraestrutura tem que ser assim, assim, assim? E de onde nós vamos conseguir verba para fazer isso? Então, eu estou muito preocupada com isso, faço observação aí a respeito do PIB...

Eu acho que essa meta tem que vir acompanhada de evidências e estratégias para que ela não seja uma meta morta. E, sem dúvida nenhuma, acho que a gente sugere a *per capita* por estudante.

Eram essas as considerações do Consed. Os eslaides ficam aí para vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero ter contribuído com a discussão, principalmente chamando a atenção para esses verbos absurdos que a Conae trouxe aí para dentro do Pnae.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Olha, Profa. Fátima, quero agradecer pela precisão, pelo apontamento de aspectos aí para serem refletidos, alterados, modificados, e gostaríamos muito que o Consed... Porque, afinal, a educação básica está acontecendo ou no município ou no estado. Então, nós temos que escutar muito Undime, Consed, Uncme, também o Foncede, para termos algo bem sintonizado, como a senhora colocou, em relação à realidade tão diversa pelo Brasil.

Parabéns pela exposição. Muito obrigado.

Passo, em seguida, a palavra ao Sr. Alessio Costa Lima, que é Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

O SR. ALESSIO COSTA LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

Seja muito bem-vindo também, Alessio. É uma alegria tê-lo novamente aí nos debates no Senado. A gente já ressaltou isso no início: os quatro expositores e expositoras de hoje estão com frequência no Senado Federal, debatendo a educação.

Parabéns e obrigado.

O SR. ALESSIO COSTA LIMA (*Por videoconferência*.) – Senador, em nome da Undime, nós agradecemos o convite de V. Exa. para estarmos aqui, mais uma vez, discutindo com o senhor, que tem uma participação muito atuante nas questões educacionais, especialmente nas questões relacionadas ao Plano Nacional de Educação (PNE), planos estaduais e planos municipais de educação. É uma enorme honra estar aqui com o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente trouxe aqui algumas observações acerca do projeto de lei que se encontra em curso, o Projeto de Lei 2.614, encaminhado pelo Ministério da Educação, acerca do novo Plano Nacional de Educação 2024 a 2034.

A gente ressalta a importância que teve, Senador, a realização das CONAEs no sentido de envolver a sociedade brasileira na participação, apresentando seus desejos, suas ansiedades, bem como sugestões do que a sociedade espera na área da educação para a próxima década.

Foi importantíssimo esse movimento de escuta, em que a Undime esteve em cada um dos municípios, mobilizando para que fossem realizadas as conferências municipais, de forma individual ou mesmo de forma articulada, entre vários municípios de uma mesma área geográfica. Tivemos a culminância com as conferências estaduais e a conferência nacional.

Esse movimento foi importantíssimo para garantir a participação da sociedade brasileira na elaboração de uma lei tão importante como essa, que estabelece um plano para a próxima década.

Eu pediria que passassem, por gentileza, para a próxima lâmina, por favor. (*Pausa.*)

Alguém poderia me auxiliar passando a próxima lâmina?

Então, o Plano Nacional de Educação se constitui como o maior instrumento de planejamento da educação, e é ele que dá o grande norte das grandes políticas públicas que cabem à União, aos estados e aos municípios na área da educação. Ele ajuda que os governos, nas três instâncias, se organizem para oferecer, de fato, uma educação pública que seja para todos, que seja com qualidade, e essa qualidade pressupõe que ela seja inclusiva. Então, isso é um instrumento importantíssimo, que norteia as macropolíticas do nosso território.

A próxima lâmina, por gentileza.

Aqui, Senador, a gente faz uma breve reflexão de como está hoje o tamanho da responsabilidade dos municípios brasileiros nessa questão da elaboração do Plano Nacional de Educação e da oferta da educação pública.

A gente observa, por esse gráfico aí, que, hoje, os municípios brasileiros respondem praticamente por 50% dos mais de 46 milhões de alunos que frequentam as escolas da educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

básica do nosso país. Então, a gente observa um intenso processo de municipalização de matrícula para as redes municipais.

Cada vez mais, os municípios têm recebido responsabilidade com a questão da oferta desse serviço, e nós precisamos trabalhar, Senador, na perspectiva de que essa transferência de responsabilidade da União, estados e municípios para o município, no tocante à oferta da educação infantil e do ensino fundamental, o que corresponde a hoje metade da matrícula da educação básica e tende a ultrapassar esse percentual, venha acompanhada das condições básicas de financiamento. Do contrário, nós corremos o risco de termos uma transferência de responsabilidade para o ente municipal sem as devidas condições, o que pode gerar uma precarização da educação do nosso país, impedindo que o nosso país continue avançando nas questões educacionais, nos investimentos que são necessários, principalmente na área de tecnologia.

O mundo todo já se prepara para a incorporação da inteligência artificial nos processos de ensino e aprendizagem, e nós, no Brasil, nem sequer conseguimos assegurar conectividade a todas as unidades de ensino do país. Então, a gente percebe que o nosso país está muitos anos atrasado em relação a outros países, a outras potências mundialmente estruturadas, que oferecem hoje um padrão de educação com a condição de dar passos largos nessa questão de desenvolvimento, incorporando as questões da tecnologia.

Isso era só um adendo para chamar a atenção para essa necessidade e dizer que essa transferência de responsabilidade para os municípios precisa vir, ser acompanhada das condições para que esses entes possam, de fato, oferecer essa educação para todos e todas.

A próxima lâmina.

Por gentileza, a próxima lâmina.

O Projeto de Lei 2.614 foi elaborado e encaminhado pelo Ministério da Educação – essa minuta de projeto –, a partir das contribuições de dois movimentos.

O primeiro movimento, o maior deles, foi o movimento da Conae 2024, que trouxe a contribuição da sociedade brasileira para a elaboração desse Plano Nacional de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro movimento, um movimento mais de natureza técnica, organizado pelo Ministério da Educação, que há quase um ano montou um GT, um grupo de trabalho, para se debruçar sobre o atual Plano Nacional de Educação, sobre as contribuições em relação a esse Plano Nacional de Educação, a partir de análise de diagnósticos, de indicadores e de como está hoje, no presente momento, a educação no nosso país.

Esse GT, à luz de uma metodologia específica, também produziu, paralelo ao documento da Conae, um documento de natureza mais técnica, no sentido de estabelecer um diagnóstico a partir de dados indicadores educacionais, e, a partir desse diagnóstico, esse GT priorizou algumas metas e estratégias que seriam necessárias para mudarmos a situação presente.

Então, da fusão desses dois documentos é que a equipe do Ministério da Educação elaborou o Projeto 2.614, mas a gente tem algumas observações a fazer a esse documento encaminhado pelo Ministério, alguns pontos de atenção que a gente pede ao senhor, como Senador que é muito participativo nessa área e nessas discussões no âmbito do Congresso, para estar atento.

A Fátima, do Consed, minha colega Fátima, já apresentou alguns pontos que o Consed já conseguiu vislumbrar como preocupantes, e aqui eu vou complementar com outras reflexões, para que o Senado também possa estar atento a essas discussões.

A próxima lâmina, por favor.

Aqui a gente colocou quatro pontos importantes a considerar.

Primeiro ponto: para o Senado atuar hoje, nós temos essa instabilidade na implementação do atual Plano Nacional de Educação.

A gente sabe que o Plano Nacional de Educação, fazendo gancho com a fala da Fátima, última, quando ela faz a observação de que o plano atual em vigor tinha uma previsão de aumento de investimentos, na área de educação, do PIB, que a meta era traçada para chegarmos a 10% de investimento – nós sairmos do patamar de 6%, em que a gente estava na época da elaboração do Plano Nacional de Educação, e chegarmos a 7,5% na metade do plano e 10% ao final –, e o que a gente observou, ao longo da década, Senador, é que houve uma involução na questão dos aumentos de recursos para a educação, em relação ao PIB. Então, em vez de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegarmos a 7,5% e, depois, em 2014, a 10% do PIB, o que a gente observou, no Brasil, foi uma involução: voltamos ao patamar de 5,5%, como a Fátima aponta. Então, muito aquém.

Então, se a gente não teve uma ampliação nos investimentos, é claro que as 20 metas do atual Plano Nacional de Educação foram enormemente prejudicadas, e algumas delas, comprometidas. Tanto, que o plano, na sua execução, em média, consegue atingir uma média de 70%, no máximo 75% de execução do que foi previsto para a década.

E, quanto a essas outras que não foram executadas, certamente foi porque não houve os investimentos necessários para garantir a sua implementação. Não houve, de fato, a prioridade na alocação de recursos, para que tais metas, de fato, que estavam no Plano Nacional de Educação, viessem a sair do papel e se tornassem realidade na escola pública brasileira.

Um outro ponto que a gente considera crítico também, na atual conjuntura, Senador... E aí a gente parabeniza o senhor pela apresentação do projeto de lei e pelo esforço que o senhor fez em aprovar o seu projeto de lei no Senado, mas ele se encontra parado na Câmara dos Deputados. É o projeto de lei que instituirá o Sistema Nacional de Educação.

Então, a gente entende que a não instituição do Sistema Nacional de Educação, em parte, compromete até mesmo a implementação dos planos nacionais em vigor, porque, com o sistema nacional aprovado, definindo com clareza quais são os papéis, as competências e as responsabilidades em cada instante e, principalmente, como deve ser esse tipo de colaboração entre as três esferas de governo, para viabilizar a implementação das políticas públicas do campo de educação, de fato, fica comprometida a implementação de qualquer política, de qualquer Plano Nacional de Educação.

Então, assim, a gente entende que esse atraso de dez anos, Senador, na aprovação do Plano Nacional de Educação... Porque o plano atual previa que, em 2016, ele já deveria ter sido aprovado, e não foi. Dois anos depois da aprovação do atual plano, estava previsto, em uma das suas estratégias, que o Sistema Nacional de Educação seria, de fato, aprovado. Isso não ocorreu, e nós estamos aqui, mais uma vez, discutindo a elaboração de um plano para mais uma década, e esse assunto, que foi muito forte na elaboração, na discussão da elaboração do atual plano em vigor lá em 2014 e nos quatro anos de debates que aconteceram no âmbito do Congresso, essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussão não foi finalizada, e isso acaba gerando um prejuízo, inclusive na melhor efetivação de qualquer política de planejamento.

Então, a gente também pede a atenção, para que, no Congresso, paralelamente à discussão do Plano Nacional de Educação (PNE), também fosse discutida, de forma paralela, a aprovação do Sistema Nacional de Educação, porque são dois instrumentos que têm, necessariamente, que dialogar e conversar. Então, não dá para aprovar um e deixar o outro sem aprovar; fica uma coisa com um descompasso que acaba impedindo a sua implementação.

Um outro ponto que a gente coloca também, que é um ponto que dá sempre preocupação para nós, é essa questão da prorrogação do atual Plano Nacional de Educação, que foi prorrogado por mais um ano, até 2025, e a nossa preocupação é se o Congresso Nacional brasileiro vai eleger, como prioridade, a discussão do Plano Nacional de Educação e aprová-lo em um prazo de um ano, porque, do contrário, também nesse tempo de prorrogação de um ano, ele poderá vir a ser prejudicado.

Então, assim, nesse ponto é importante que o Congresso brasileiro atente para o fato de que essa prorrogação foi necessária, para que a gente tivesse esse tempo para discussão, uma ampla discussão, que será necessária.

E aí, Senador, a gente queria aproveitar a ocasião e sugerir a V. Exa. para organizar audiências públicas para cada um daqueles objetivos, os 18 objetivos que constam nesse projeto de lei.

O ideal é que sejam feitas audiências públicas e separadas, porque cada um daqueles 18 objetivos traz uma especificidade que envolve uma correlação de atores que têm interesse específico naquela temática.

Então, fica aqui como um pedido da Undime ao senhor e ao Senado brasileiro, para que o Senado... Apesar de a gente ter só o prazo de um ano para fazer essa discussão e a aprovação desse plano, que, nesse prazo de um ano, sejam feitas pelo menos 18 audiências, uma para cada um dos objetivos do projeto de lei que foi proposto pelo Governo nacional, porque a gente entende que tem muitas lacunas ainda, em cada um desses objetivos, além daquelas metas estratégicas que foram apresentadas pelos governos. Algumas merecem uma discussão mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprofundada, e talvez seja o caso de a gente redefinir melhor algumas estratégias e metas que lá estão, no projeto de lei.

Um outro ponto a considerar é a questão da elaboração dos próximos planos estaduais e municipais de educação. Então, a gente fica aqui torcendo e estando junto para apoiar e participar e discutir, para que a gente tenha, de fato, a aprovação no âmbito do Congresso, mas a gente sabe que os próximos planos estaduais e municipais só poderão ser elaborados depois da aprovação do Plano Nacional de Educação.

Então, após a aprovação desse Plano Nacional de Educação, o próprio projeto de lei já estabelece o prazo de um ano para que os municípios e estados consigam elaborar os seus planos estaduais e municipais de educação.

E aqui já vem uma pergunta se, de fato, um ano será suficiente para que estados e municípios façam seus planos, porque hoje impera uma crítica aos planos estaduais e municipais de educação, que eles foram copiados à luz do Plano Nacional de Educação, "copia e cola", como se não estivessem, de fato, retratando a realidade e os desafios locais da educação em cada um dos entes federados, mas talvez esse exercício de se espelhar no Plano Nacional de Educação e estar fazendo de forma muito semelhante às suas metas e estratégias também se devam ao fato do pouco tempo que nós tivemos também, de um ano, para que estados e municípios elaborassem seus planos à luz do Plano Nacional de Educação.

Então, a gente precisa fazer uma enorme força-tarefa, o Ministério da Educação precisa fazer uma enorme força...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – V. Sa. me escuta?

Pelo menos aqui o som interrompeu, Alessio... Só verifique... (*Pausa.*)

Não.

Está me escutando, Alessio? (*Pausa.*)

A rede caiu? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, acabou de voltar.

Então, por favor...

Alessio? Você me escuta?

O SR. ALESSIO COSTA LIMA (*Por videoconferência*.) – Escuto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Ah, está bem...

O SR. ALESSIO COSTA LIMA (*Por videoconferência*.) – A gente teve um problema de internet aqui. Estou fora do meu estado e estou em trânsito... Tive um problema na internet.

Essa lâmina aí, Senador, espelha um pouco da estrutura e da importância que tem o Sistema Nacional de Educação, e a gente considera que esse sistema educacional, de fato, tem essa estrutura tripartite entre União, estados e municípios assegurada pelo regime de colaboração, pela participação social e por essa articulação interfederativa, que é necessária na questão do planejamento e da implementação das políticas públicas.

É só para fazer uma chamada para a importância de por que é necessário estar discutindo, paralelamente ao Plano Nacional de Educação, a aprovação do Sistema Nacional de Educação. E que ele traga elementos legais que regulem esse regime de colaboração, e que o regime colaboração não venha a ser a mercê das vontades das partes, mas que de fato ele esteja instituído de forma mais disciplinada numa legislação que de fato leve os entes nacional, estaduais e municipais a estabelecerem formas colaborativas de implementação, não só de implementação, principalmente de planejamento das políticas públicas.

Não dá mais para trabalhar em um sistema hierárquico, em que um só pensa e planeja para que os outros implementem. O regime de colaboração já começa com o planejamento. Quando você planeja e envolve os atores desde o início, há uma tendência de termos políticas mais assertivas.

A próxima lâmina, porque o tempo está acabando, por gentileza.

Na próxima lâmina a gente traz que, em relação ao sistema nacional, é importante concluir esse processo que se encontra em trâmite no Congresso e ter a sua aprovação definitiva. Esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistema nacional vai impor a revisão do pacto federativo, que é necessária, em relação a estabelecermos as responsabilidades de cada uma das partes e vai, de certa forma, fazer a regulamentação e a efetivação dessa colaboração, que é imprescindível entre os entes federativos.

O próximo, por favor.

Aqui está a estrutura do atual plano proposto pelo Ministério da Educação, que faz parte do Projeto de Lei 2.614. Ele está organizado em diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação. Assemelha-se um pouquinho ao desenho do plano atualmente em vigor, mas, quando a gente observa, ele está organizado em 18 grandes objetivos, 58 metas distribuídas nesses 18 objetivos e 252 estratégias, número quase que semelhante ao número de estratégias do atual Plano Nacional da Educação.

Em termos de estratégia, nós temos dois instrumentos de planejamento que estão traçando a mesma quantidade, basicamente, de estratégias. O que a gente percebe é a mudança... Quando você tem 18 objetivos macros, esses 18 objetivos macros propostos pelo MEC muito se assemelham, Senador, ao que eram as 20 metas gerais do atual Plano Nacional da Educação, que hoje vão se resumir nesses 18 macro-objetivos. E a gente tem algumas observações em relação a esses 18 macro-objetivos. Vejamos.

A próxima lâmina, por favor.

A próxima.

Aí é só para mostrar como estão distribuídos os objetivos e as metas em cada... Desculpa, as metas e as estratégias em cada um desses objetivos. Eu relacionei aí só para a gente visualizar que, no modelo escolhido pelo Ministério da Educação, tem alguns pontos que merecem uma reflexão por parte do Senado e da Câmara dos Deputados no sentido da estrutura que foi proposta pelo Ministério da Educação: se é a mais assertiva ou se o Congresso tem condição de melhorar o projeto de lei que veio do Ministério da Educação.

A primeira o senhor observa aí logo de imediato, Senador, é o Objetivo 1, que trata do acesso à educação infantil. O Objetivo 2 trata da qualidade da educação infantil. Então, assim, o Ministério da Educação optou por desenhar o modelo de Plano Nacional da Educação com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

separação de acesso e qualidade. E aí a gente faz a reflexão se de fato trabalhar isso de forma separada – um objetivo macro voltado para garantia do acesso e um outro objetivo voltado para aferir a qualidade dessa educação a que esse aluno teve acesso –, se essa separação entre acesso e qualidade em uma mesma etapa de ensino vai ajudar ou vai atrapalhar no processo de implementação das políticas.

A gente percebe certa separação, isso pode levar a uma fragmentação ou a alguns entendimentos equivocados, separando acesso de qualidade e não tratando a educação infantil como corpo integrado. Então, isso é um ponto a observar no projeto encaminhado pelo ministério.

Esse desenho, essa metodologia, Senador, se repete para cada uma das etapas. Quando chega lá no ensino fundamental, em que houve a junção de ensino fundamental e ensino médio num único objetivo... E a gente também não sabe se é o melhor desenho; é importante o Senado abrir essas audiências até para a gente depurar e aprofundar esse modelo proposto de junção do ensino fundamental e médio, mas lá no ensino fundamental e médio também está separada a questão do acesso ao ensino fundamental e médio, o objetivo voltado para o acesso e o objetivo voltado para aprendizagem, que seria um pouco dessa questão da qualidade. (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – É que, na verdade, quando entra a questão dos 15 segundos para completar a ideia, Alessio, eu acho que há alguma interferência na internet e ela cai. (*Pausa.*)

O SR. ALESSIO COSTA LIMA (*Por videoconferência.*) – Consegue me ouvir, Senador?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Isso, conseguimos ouvir, se bem que você está de ponta-cabeça. Mas agora voltou para a posição normal.

Só para concluir então, Alessio.

O SR. ALESSIO COSTA LIMA (*Por videoconferência.*) – Então, passando à próxima lâmina, esse ponto em relação à metodologia de organização é um ponto que eu gostaria a que o senhor estivesse atento nas discussões no âmbito do Congresso. Essa separação se repete no ensino fundamental e médio e vai se repetir também na educação profissional, quando se separa um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objetivo voltado para o acesso à educação profissional e outro objetivo voltado para aferir a questão da qualidade da educação profissional.

No próximo eslaide – por favor, pode passar ao próximo –, a gente traz algumas reflexões, Senador, em relação a alguns pontos da lei. Quanto a isso aqui, no caso, coloca-se que a União dos Estados era um prazo de um ano da publicação para elaborar os seus. Eu já fiz essa reflexão: é necessário, para esse movimento, para que isso aconteça, apoiar os municípios no processo de avaliação e de monitoramento do atual plano, para que a gente possa concluir esse ciclo do atual plano em vigor, porque nos municípios encerram em 2025 os planos municipais da educação. A gente precisa desse apoio para consolidar o monitoramento e a avaliação desse ciclo de dez anos do atual plano em vigência, como também a gente precisa de todo apoio nessa questão da discussão e da elaboração. A gente precisa de suporte do Ministério da Educação junto às redes estaduais e municipais, para que nós tenhamos, de fato, a elaboração de planos estaduais e municipais alinhados com o Plano Nacional de Educação.

A próxima lâmina, para concluir.

Nesta lâmina, eu chamo atenção, Senador, para essa questão que nos preocupou: essa distinção entre a definição de um padrão nacional de qualidade como um inciso desse artigo 14, que está proposto no projeto lei, separado do CAQ, que aparece como outro inciso. Essa distinção entre padrão de qualidade em um inciso e o Custo Aluno Qualidade em outro inciso a gente achou confusa, e pode ensejar uma não compreensão do que é de fato a discussão da necessidade de estabelecermos o padrão de qualidade, e esse padrão de qualidade tem que estar intimamente ligado ao Custo Aluno Qualidade, como está hoje na legislação do atual Plano Nacional de Educação.

A última, por favor. A última lâmina.

Poderia passar essa lâmina, já falei sobre essa questão dos prazos. Aí foi dado o prazo de 180 dias para que, depois que fosse elaborado o Plano Nacional de Educação, o Inep produzisse indicadores para fazer a previsão, as estimativas de metas ao longo do período. Então, a gente fica preocupado com isso vir a ser traçado só depois do plano aprovado e não serem traçadas concomitantemente essas estratégias de implementação e de alcance ao longo da elaboração e aprovação do plano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por último, pode passar à última lâmina, por favor.

A gente tem, resumindo, Senador, alguns temas, como educação ambiental e sustentabilidade, que não foram debatidos e incorporados devidamente pela Conae. Então, a gente entende que esse é um assunto importante, é um assunto global, mundial e que o Senado precisa resgatar isso e incorporar isso ao projeto de lei.

Também, Senador, a gente colocou como preocupante que, em algumas metas estratégicas, não são definidos prazos intermediários, só se estabelece o prazo de uma década. Então, é muito ruim quando o planejamento de uma década não traz metas com prazos intermediários para que você possa ir monitorando gradativamente o alcance daquela meta. Então, fica aqui como sugestão que o Senado incorpore o estabelecimento de metas intermediárias, para permitir um melhor monitoramento do plano.

Esse é outro ponto que eu já falei, que é essa distinção entre objetivo de acesso e de qualidade. A gente precisa aprofundar se, de fato, isso vai ser positivo ou se isso vai ser negativo na elaboração do plano.

E, por último, a gente faz uma observação em relação a que, de fato, o projeto de lei encaminhado pelo Governo dá mais relevância ao enfrentamento das desigualdades que o atual Plano Nacional de Educação. Isso a gente ressalta, com a qualidade do projeto de lei que foi encaminhado pelo Governo, porque ele dá essa ênfase à necessidade de a gente superar o problema das desigualdades educacionais existentes no nosso país, que a gente sabe que são fruto das desigualdades socioeconômicas do nosso país, mas, no âmbito da educação, a gente precisa estar ciente disso e implementar políticas que venham, de fato, colaborar para o enfrentamento dessas desigualdades no campo da educação.

Eram essas as nossas considerações.

A gente agradece, em nome da Undime, que é a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, que representa os 5.569 municípios brasileiros, esse espaço de participação e colaboração com o Senado na discussão desse importante projeto de lei que estabelece o Plano Nacional de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Um grande abraço ao senhor e parabéns, mais uma vez, pelo excelente trabalho que o senhor desempenha em nosso Senado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Alessio, Presidente Nacional da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), também bastante preciso, direto em relação a pontos importantes, necessários, que devem ser modificados, refletidos, com um pouco eventualmente de separação de pontos no Plano Nacional de Educação. É responsável a Undime por 40%, como foi colocado numa das lâminas, das matrículas no Brasil. Parabéns.

Passo em seguida a palavra ao amigo Sr. Manoel Humberto Gonzaga Lima, que é Presidente da União dos Conselhos Municipais da Educação. Nós escutamos o Consed, que são os estados, a Undime, que são os municípios, e agora os conselhos municipais de educação e os conselhos estaduais de educação.

Com a palavra, então, o Sr. Manoel Humberto Gonzaga Lima.

O SR. MANOEL HUMBERTO GONZAGA LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Flávio Arns. Eu quero saudá-lo e já agradecer a gentileza do convite feito à Uncme para estar aqui nessa audiência, que considero de alta relevância para o cenário momentâneo da política de educação no Brasil.

Quero agradecer a V. Exa., inclusive, a gentileza das palavras, retomando o nosso trabalho enquanto Coordenador do Fórum Nacional de Educação, em que o senhor foi um dos mais ativos colaboradores, com opiniões muito precisas enquanto representante do Senado Federal. E conseguimos fechar, com todas as dificuldades existentes à época ainda, uma proposta da Conferência Nacional de Educação realizada em 2022, virtualmente, além da Conferência Nacional extraordinária que foi realizada em 2024, com uma expressiva colaboração para o documento final do Plano Nacional de Educação 2024-2034 – ou, quem sabe 2025-2035, porque não sabemos como vamos ficar no futuro. Alessio já tocou aí numa parte que nos tem chamado muito a atenção nesses prazos preestipulados, inclusive quando a gente considera a prorrogação do atual Plano de Educação até dezembro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero saudar o Presidente da Undime, Alessio Costa Lima, o Felipe Michel, Vice-Presidente do Foncede, a Secretária Fátima, que representa aqui o Consed.

Quero, se o senhor me permite, como sergipano, e já que estamos numa audiência pública do Senado Federal, fazer aqui uma nota de muito pesar, muito sentimento para nós, pelo falecimento ontem da nossa Senadora Maria do Carmo do Nascimento Alves, que fez a história, uma história muito forte, do Estado de Sergipe junto ao Senado Federal, com três legislaturas, e sendo uma apoiadora de primeiro momento, não somente ela, como seu saudoso esposo, o ex-Governador João Alves Filho, aos trabalhos dos conselhos municipais de educação, não somente em Sergipe, como em todo Brasil. Nós já registramos isso oficialmente para a família da ex-Senadora, mas fazemos questão de deixar esse registro nesta audiência.

Falar do Projeto 2.614 nos leva... Eu não vou usar transparência, vou direto no tempo, tentando ganhar inclusive alguns minutos, Alessio, que às vezes é estratégico – aprendi isso com você. Isso nos traz uma reflexão também sobre o cumprimento da Lei 13.005, que trata do Plano Nacional de Educação 2014-2024, que foi prorrogado agora para dezembro de 2025. E aí nós temos algo a refletir, que temos colocado publicamente nos pronunciamentos que temos feito e também nas oportunidades que temos de diálogo, a exemplo... O Felipe estava conosco lá na reunião itinerante do Conselho Nacional de Educação, feita agora no mês de julho, em Belo Horizonte, em que nós colocamos a nossa preocupação exatamente naquilo que compete de forma prioritária à Uncme, que é a preocupação com os municípios e, nesse ponto, com os planos municipais de educação.

Há algum tempo que eu digo, de uma forma muito oportuna, eu creio, que não existe Plano Nacional de Educação fechado dentro das metas preestipuladas, discutidas, com seus avanços e atrasos, se não existirem planos municipais de educação e planos estaduais, devidamente pensados e acompanhados.

Nós temos orientado não somente os coordenadores estaduais da Uncme, porque somos 27 hoje, os 26 estados da Federação e mais o Distrito Federal, para acompanhar de perto esse desdobramento. É importante que isso ocorra. Os nossos encontros têm sido realizados de uma forma muito específica, como encontros de formação. De 20 a 23 de agosto agora realizamos, por exemplo, o nosso XXXIII Encontro Nacional dos Conselhos Municipais de Educação em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Itapetininga, São Paulo. E a mesa de abertura teve uma discussão sobre o Sistema Nacional de Educação, com a participação do Secretário da Sase, Maurício Holanda, e do Deputado Idilvan Alencar, do Ceará.

E na segunda mesa, nós tratamos, justamente, do Plano Nacional de Educação. E aí eu me lembro aqui, vou repetir isso – Alessio já sabe dessa história –, de quando a Vivian, essa grande Secretária que a Undime tem, me telefonava para saber a que plano eu estava me referindo, se era do Plano 2014-2024 ou do 2024-2034, que seria o objeto da fala de Alessio. E foi uma mesa muito rica, com a participação do Alessio, dentro de uma demonstração de uma parte que ele trouxe hoje também aqui, brilhantemente. A participação da Dra. Selma, da Sase, e também do Coordenador do Fórum Nacional de Educação, o Heleno Araújo.

Nesse momento, os temas que nós estamos em discussão, estamos coesos, inclusive com a Undime, nesse pensamento, foi Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação, uma prioridade urgente para os conselhos municipais de educação. Qual é o nosso entendimento? Primeiro, que os planos municipais de educação possam ser monitorados e avaliados até o final de 2024; é uma espécie curta, talvez de tempo, mas de recuperação que temos para entender como isso está funcionando em cada ente federado.

Nesse nosso encontro, além dessa mesa que considero ser da maior relevância, eu também coloco a discussão que já está sendo feita pelos conselhos municipais de educação em todo o Brasil. Lá do Paraná, por exemplo, Senador, a Ana Lúcia Rodrigues, que é a nossa Coordenadora e hoje Diretora de Programas de Financiamento da Uncme, já está cuidando de se reunir com os conselhos municipais de educação do Paraná, orientando-os para que tenhamos esse quadro bem visível em nível de legislação, em nível de acompanhamento, de monitoramento mesmo, agora no início de 2025.

É uma posição necessária, até porque os planos municipais de educação, dentro dessa sequência de realização, em 2015, das leis complementares que atribuíram um plano municipal de educação em cada município brasileiro, eles têm um prazo de vencimento no máximo até 30 de junho de 2025. Daí a preocupação que Alessio nos traz, que até discutimos sobre isso na última reunião do Fórum Nacional de Educação, de que esse prazo que é dado hoje para apreciação da lei, do Projeto de Lei 2.614, de 2024, tenha realmente um cumprimento dentro do prazo previsto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que seria até dezembro de 2025. Somente assim, talvez, esse calendário possa se encontrar e possamos ter, realmente, uma progressividade de estudos específicos daquilo que será realizado em cada município brasileiro, por extensão nos estados e, ainda, na extensão final do fechamento do Plano Nacional de Educação.

Por isso que eu fico com a dúvida de se ele será classificado como 2024-2034 ou 2025-2035, porque ele será aprovado, provavelmente, na melhor das hipóteses, no final de 2025.

Nessa sequência, a Uncme tem se colocado, no Estado brasileiro, como instituição de Estado. Isso é uma prerrogativa da qual nós não abrimos mão. E, nessa discussão, eu quero, inclusive, colocar aqui a minha anuência ao que Alessio coloca, com a nossa participação no grupo de trabalho constituído pelo Ministério da Educação e com a nossa representação no Fórum Nacional da Educação, que foram as balizas necessárias para a elaboração desse plano. Evidentemente, caberá ao Congresso Nacional essa discussão final.

Quando a gente verifica pontos convergentes, até certo ponto... Das falas anteriores, a minha convergência vai muito para o que Alessio coloca – e não poderia ser diferente, porque nós estamos muito próximos um do outro. Quanto às redes municipais de ensino, esse diálogo muito aberto e franco que existe entre a Undime e a Uncme tem prosperado muito mesmo em alguns resultados que temos conseguido para a discussão da educação brasileira.

Quando a gente considera, por exemplo, os formatos de objetivos, metas e estratégias que foram – vamos colocar o verbo no tempo correto: que estão sendo – praticados nos municípios, eles se assemelham e levam também, numa discussão talvez progressiva, para o que está sendo discutido no projeto de lei para 2024-2034, o Projeto de Lei 2.614/24. Então, essa política de Estado nos leva a essa reflexão, quase que imediata, de preocupação com os planos municipais da educação.

Nós vamos colocar uma discussão ampla primeiro, já agora, ainda em 2024, com uma reunião específica com todos os conselhos municipais de educação das capitais dos estados e dos municípios com a capacidade maior populacional – e de problemas –, acima de 200 mil habitantes, mas não vamos deixar de acompanhar cada município brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para isso aí, nós temos um corpo hoje de colaboradores nas nossas coordenações estaduais que nos orgulha muito, primeiro pela independência e pela autonomia que temos de fazermos a política de Estado acontecer a partir do município. É uma discussão de respeito com os governos municipal, estadual, mas também colocando, de uma forma muito clara, a gestão democrática, aquilo que será benéfico realmente para a educação de qualidade, como prioridade absoluta.

Nós vamos colocar essas análises e publicá-las, sempre que necessário, e abrir quantas audiências públicas forem oportunas, para que esse monitoramento seja uma visão para o que poderá acontecer em 2025.

Nós não podemos ficar de braços cruzados. É evidente que a Uncme sozinha nada poderá fazer; ela terá que ter um apoio muito prático dos parceiros, a partir de... Eu cito aqui, por exemplo, a ação da Atricon e dos Tribunais de Contas, do Gaepe, que é onde temos trabalhado efetivamente, numa parceria contínua de aproximação.

Inclusive, quando analisamos o financiamento de educação brasileira, a Undime hoje agrega, em suas filiações, além dos conselhos municipais de educação, os conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb.

Temos um trabalho já, como observatório e acompanhamento dos conselhos municipais, que têm câmara do Fundeb acoplada dentro da sua estrutura.

Tem sido muito oportuno termos esse modelo de conselhos, que têm dado bons resultados em vários municípios brasileiros, e tudo isso tem a ver realmente com o que nós discutimos, que é a legislação da prática e também o financiamento da educação.

Eu entendo que essa questão, que vai ser muito visível na hora em que essas avaliações forem pelo menos apresentadas, elas terão, assim, uma situação muito prática de trabalho a ser executado.

Na sexta-feira próxima, nós estaremos reunindo a diretoria nacional da Uncme e estaremos já aprovando, para 2025, a realização de cinco encontros regionais.

Vamos propor o primeiro em Brasília, com a Região Centro-Oeste; o segundo em Aracaju, com a Região Nordeste; o terceiro no Norte, em Belém; o quarto em Belo Horizonte – Felipe, você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já aproveita... Estou dando essa notícia em primeira mão e já conto com o seu apoio incondicional, como tem sido feito em outras oportunidades – e o último em Florianópolis, no Sul, para podermos tratar, entre outros assuntos, desses fechamentos necessários nos planos de educação, quer dos municípios... E com olhar, evidentemente, com a prioridade absoluta para o Plano Nacional de Educação.

E aqui eu respaldo muito a participação dos nossos colaboradores nesse GT para o qual o Ministério da Educação nos convidou, e participamos inclusive de todas as reuniões que ocorreram, na pessoa da nossa Vice-Presidente da Região Sul, Fabiane Bitello, e de nosso Diretor de Articulação e Comunicação, Luís Cipriano, que hoje é o nosso Coordenador Técnico em Brasília e que tem facilitado muito esse diálogo com o Ministério da Educação e também com as Comissões de Educação do Senado e da Câmara dos Deputados.

Entendemos que esse é um ponto de avanço que a Uncme conseguiu, de ter esse diálogo muito próximo do cenário da educação brasileira.

Entendemos ainda que a governança proposta pelo Ministério da Educação para esse novo aspecto do plano nacional vem num momento muito oportuno: essa nova composição do conselho nacional, essa ação conjunta que o senhor citou, com muita propriedade, entre a Undime, o Consed, o Foncede e a Uncme, que eu entendo como altamente salutar para este momento que nós passamos na educação brasileira.

Sem dúvidas, são instituições que têm hoje um respeito muito grande no cenário da educação brasileira, pelo diálogo e pela forma de atuar.

Evidentemente que cada um em seu espaço de trabalho – isso é muito importante que se diga –, para podermos ter realmente um resultado certo no trabalho, em todos os sentidos.

Aproveito para já agradecer, mais uma vez, a atenção e o convite para este momento.

Muito obrigado.

Estamos sempre às ordens, meu caro Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Nós agradecemos a você, caro Prof. Manoel Humberto Gonzaga Lima, que é Presidente da Uncme (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação).

Só lembrando que esse prazo de 12 meses, um ano, a partir da publicação desta lei, ainda não existe, porque, por enquanto, nós não temos uma lei; nós temos um projeto de lei, um PL, quer dizer, um projeto de lei do Plano Nacional de Educação.

Qual vai ser o resultado final, só saberemos depois da aprovação na Câmara e no Senado e da sanção do Presidente da República, e isso, certamente, sendo 12 meses, vai para 2026, 2027, infelizmente, porque estamos atrasados com o Plano Nacional de Educação, que deveria ser, todos sabem, uma iniciativa do Executivo para o Congresso Nacional.

Isso já deveria ter acontecido já há um ou dois anos. Por isso que houve a prorrogação do plano atual, para não ficarmos sem um plano cujas metas ainda não foram atingidas.

E, para termos exatamente o plano municipal de educação, com suas metas bem definidas pela comunidade educacional, a gente precisa ter um sistema nacional de educação, para saber com que o município pode contar nesse debate tripartite da União, dos estados e dos municípios, porque, senão, fica difícil para o município também estabelecer as metas sem saber com que apoio pode contar.

Então, essa articulação, mobilização, pactuação, até diria – pactuar, uma palavra importante –, da União, dos estados...

Como a Fátima, Secretária de Goiás, representando o Consed, colocou bem, o Alessio também, a gente tem que saber onde pendurar as coisas, porque, senão, nós não teremos condições de fazer essa colocação sem ter esse plano, porque foi aprovado o projeto do Senado, mas está na Câmara e pode ser modificado, ajustado – isso é óbvio. A Câmara tem toda a autoridade para fazer isso, discutindo com a sociedade –, mas tem que ser a prioridade da Câmara, para que o Sistema Nacional de Educação possa, com urgência, eu diria, ser implantado.

Mas, no meio tempo, estados e municípios têm que discutir o plano estadual, o plano municipal, à luz do que vem sendo debatido no âmbito nacional. Isso é muito importante, como o Prof. Manoel Humberto colocou, já ver, mas à luz do que foi proposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas depois nós vamos fazer a versão final, quando aprovado pela Câmara e pelo Senado e sancionado pelo Senhor Presidente da República.

Mas muito bom. Agradeço de novo ao Prof. Manoel Humberto, sempre tão gentil também, uma liderança.

E também a nossa solidariedade ao povo sergipano, de uma maneira especial, e ao povo brasileiro, pelo falecimento da ex-Senadora Maria do Carmo Alves, com quem eu tive a oportunidade de conviver por vários anos dentro do Senado Federal. Sempre muito educada, tranquila, com posicionamentos claros em várias áreas de atuação.

Então, a solidariedade em particular à família, aos amigos e ao povo sergipano.

Passo, em seguida, a palavra ao Sr. Felipe Michel Braga, Vice-Presidente da Região Sudeste do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede).

Agradeço também pela presença.

O SR. FELIPE MICHEL BRAGA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Flávio Arns. Bom dia.

Bom dia a todos os colegas aí da mesa, Manoel Humberto, Alessio, Fátima... É uma satisfação estar com vocês de novo e aqui, neste momento, representando o Foncede.

Queria começar apresentando também para a audiência o que é o Foncede, qual é o nosso papel e dos conselhos estaduais, que compomos juntos esse órgão nacional. Depois trouxe, Senador, cinco pontos para destacar, que têm chamado mais nossa atenção, dos conselhos estaduais e o distrital, e que, claro, estão também e devem estar no centro da atenção do Congresso Nacional, dialogando muito com o que os meus colegas de mesa falaram aqui antes, que são: a importância da equidade, nesse Plano Nacional de Educação; da formação de professores; da educação profissional técnica; da revisão das diretrizes curriculares e do próprio Sistema Nacional de Educação.

Há vários outros pontos para mencionar, mas, em diálogo com os demais Presidentes de conselhos estaduais e com o nosso Presidente nacional, que manda um abraço também, o Ricardo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tonassi, Presidente do Foncede e do Conselho Estadual do Rio de Janeiro, nós elegemos essas prioridades para focar neste momento.

O Foncede reúne todos os conselhos estaduais dos 26 estados mais o Distrito Federal, e o Distrito Federal compõe também a Uncme – não é, Manoel Humberto? –, por essa responsabilidade que eles têm de cuidar de todas as etapas e modalidades em oferta, que vão da educação infantil até o ensino médio.

Dentro do Foncede, a gente tem em andamento um comitê de educação básica, que eu coordeno, em que a gente reúne conselheiros e conselheiras, servidores e servidoras também, das várias unidades da Federação, com agenda de rotina para discutir alguns temas que nós elegemos como prioridade também – o Plano Nacional de Educação é um deles.

Essa frente de trabalho é presidida pelo Conselheiro Álvaro, Presidente do Conselho do Distrito Federal.

A gente tem também uma frente de trabalho do ensino médio, dada aí a atualização da Política Nacional do Ensino Médio, que eu presido junto da Kátia Smole, Conselheira de São Paulo.

A gente tem ainda uma terceira frente, que é de educação profissional e técnica.

A educação profissional, como se dá em nível secundário, ela é muito caríssima, muito caríssima para as redes estaduais, e 85% das matrículas dos estudantes do ensino médio estão com os estados, mas a regulação e fiscalização dessa modalidade de ensino também se dá no âmbito dos estados, nas escolas tanto públicas quanto privadas, sendo os conselhos aqueles que regulam essa oferta na rede privada.

E temos uma quarta frente, que é de educação especial, tema também de muita atenção e atuação do Senador Flávio Arns, em que, por exemplo, no ano passado e neste ano, sob a coordenação do Conselheiro Eduardo, também de Goiás, foram feitas várias apresentações, e cada estado tem uma norma específica.

E aí é uma polinização cruzada, Senador, que está acontecendo com muita riqueza, que é ver como os outros estão fazendo e o que a gente pode incorporar ou aperfeiçoar nas nossas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próprias normas. Minas Gerais mesmo está em discussão para atualizar a nossa resolução de educação especial, que é de 2013.

Só não falei para dar mérito também e agradecer todo o esforço: na frente de educação profissional e técnica, a coordenação é feita pela Conselheira Andréa Dungas, aqui também de Minas Gerais, e pelo Valter Ricolato, que é de Rondônia.

Para essa apresentação de hoje eu não tenho eslaides não, mas os pontos que eu vou trazer eu dialoguei com esses conselheiros, dentro dessa frente, conversei muito com o Conselheiro Álvaro, com o Conselheiro Ricardo Tonassi e também com alguns colegas meus aqui do Conselho de Minas Gerais.

E tem uma especificidade muito importante de se trazer à tona para a Uncme e o Foncede estarem sempre nessas mesas: é por força de lei que a gente faz parte da rede de controle do Plano Nacional de Educação, do plano estadual de educação, do plano municipal de educação.

Somos um dos atores, ou dois dos atores, dessa rede de controle, para garantir, ou buscar garantir, para usar um termo mais adequado, Fátima, que eu acho que a gente deveria constar – já subscrevendo o seu comentário – "buscando garantir" e "buscando assegurar" a oferta de educação de qualidade para todos, porque é claro que a gente vai medir o nosso sucesso com os resultados encontrados, mas o esforço, muitas vezes, é tão grande ou maior do que o necessário, mas há uma série de obstáculos, previstos ou imprevistos, que retiram essa possibilidade.

Então, acho que "buscar garantir" e "buscar assegurar" é uma forma de deixar muito presente o norte e a orientação que nós devemos ter em relação às metas, aos objetivos e às estratégias também, mas não pesar demais em uma culpabilidade, porque aí não é responsabilizar, é culpar as pessoas pela responsabilidade que elas vivem. E, como a Profa. Fátima falou tão bem, a gente vive também um apagão das canetas.

Se há essa exigência exacerbada de uma tentativa de responsabilidade gerencial que pune quem toma decisão, o que a gente vem experimentando, ao longo das últimas décadas, é um apagão das canetas, porque pouca gente ajuizada vai querer tomar decisão se o seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprometimento com essa busca por assegurar e garantir for prejudicado por uma punição que, a meu ver, não é justa.

Então, acho que termos como "buscar garantir" e "buscar assegurar" falam com mais propriedade sobre esse desejo que é compartilhado, que não é tão personalizado na forma de conseguir ou poder acompanhar.

Só um minutinho. (*Pausa.*)

Obrigado.

Eu pedi aqui aos meus colegas, porque eu estou num ambiente compartilhado, para conversarem ali no cantinho, porque estava dando ruído para vocês, mas eu desativei o meu som e depois a administração que ativou de novo.

Obrigado a quem ativou.

Aproveito para mandar um abraço, porque eu falo de Minas Gerais, em nome do Foncede, e estou em Ouro Preto, apesar de regularmente também trabalhar lá em Belo Horizonte.

Mando um abraço ouro-pretano para vocês.

Então, é esse que é o nosso papel no Foncede, de fazer uma parte da complementação legislativa, Senador, com resoluções, portarias e pareceres normativos, mas também de fiscalizar o cumprimento, porque temos esse papel.

E aí eu queria trazer os cinco pontos de atenção que eu falei, para realçar, coisa que também os meus colegas aqui já disseram, mas para mostrar a convergência da nossa atuação e das nossas considerações.

O primeiro, eu falei antes, é a equidade.

Nos outros planos... O Secretário Alessio falou do fracasso de dois planos, mas a gente tentou quatro vezes na história, porque dois sequer chegaram a ser implementados, interrompidos pelo Estado Novo e interrompidos pela ditadura militar.

A gente tentou quatro vezes ter Planos Nacionais de Educação no Brasil, chegou de fato a elaborar dois, mas, parcialmente ou em grande medida, fracassamos, e isso é estímulo para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente fazer de novo. O que eu costumo dizer aos meus colegas é que a gente não vai tentar dar certo; a gente vai tentar até dar certo.

Essa série de fracassos parciais dos nossos antecessores nos ensinam muitas coisas e também nos estimulam a procurar outras saídas e outras alternativas, em que parte dos pontos que foram tratados aqui são, com certeza, elementos da engrenagem dessa solução de um sistema como um todo.

Mas agora é a vez e a hora de se falar de equidade, como nos outros planos não se falou, porque se pensava, 20 anos atrás, na necessidade de aumentar o acesso e 10 anos atrás, na necessidade de aumentar a qualidade. A equidade pressupõe esses dois elementos. Todo mundo vai ter acesso, todo mundo vai ter qualidade, e ninguém vai ser deixado para trás.

E tem que ter um olhar maior para quem precisa mais. Então eu até entendo o desejo do Ministério da Educação de colocar 18 objetivos, mas trabalhar com 58 metas. É possível trabalhar as metas de forma mais detalhada, talvez, ou específica, porque a gente tem que falar de metas de acesso e qualidade para todos, mas eu preciso pensar, nós, Brasil, precisamos pensar melhor ainda na inclusão, precisamos pensar nas comunidades ribeirinhas, pretos e pardos, que têm indicadores sempre piores do que os brancos, comunidades quilombolas, comunidades indígenas. E aí, a gente precisa ter algumas metas e desenhos mesmos que especificam o olhar para eles, porque senão, a gente acompanha erroneamente pelas médias e acha que está melhorando para todo mundo. Não está melhorando para todo mundo.

Então primeiramente a gente... E eu estava muito restrito a falar que (*Falha no áudio.*)...

grande demais. Ainda continuo com restrições, Senador. É uma preocupação de que não pode ser só um mapa do caminho que seja mais detalhado em relação a como nós fracassamos, mas que consiga coordenar os esforços nacionais nesse pacto federativo. Você usou, com muita propriedade e sabedoria, a pactuação. Mas sabendo que a gente precisa olhar mais para quem mais precisa. Esse é o primeiro ponto da equidade.

O segundo, ainda queria falar só para também parabenizar a Secretária Fátima e mencionar aqui também o trabalho do Secretário Rossieli, que por exemplo, o Pará e Goiás, olhando pelos resultados do Ideb, dão indícios de coisas que precisam ser feitas e vêm sendo feitas pelos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estados, não se concentrando unicamente no Ideb como a panaceia, vai resolver tudo se tiver um bom Ideb, mas é preciso fazer tudo que inclusive vai melhorar o Ideb, inclusive vai melhorar a empregabilidade, inclusive vai melhorar a formação cidadã das nossas crianças e jovens. E os últimos resultados trouxeram o nosso olhar para ter mais curiosidade, conhecer com profundidade o que está sendo feito em Goiás e no Pará, por exemplo.

O segundo ponto que eu ia falar é da formação de professores. Acho que todos aqui também vão concordar que, assim, toda lei que a gente faz e resolução é com o desejo de mudar o mundo para melhor. Eu gostei muito quando ouvi um jurista, nobre Senador, dizendo que a lei é a expressão da vontade do povo. Eu costumo dizer que o projeto de lei é mera formalização de uma ideia, mas a lei, como ela é decidida pelos Parlamentares eleitos democraticamente pela população, essa é a vontade do povo. Mas ela sozinha não muda a realidade. Quem dera fosse tão fácil. Então fazer uma lei do PNE não vai mudar a realidade, mas pode dar diretrizes melhores de como a gente vai mudar a realidade.

E um ponto crucial – crucial – ouso dizer que o mais crucial de todos é a formação de professores, porque quem está dentro da sala de aula muda a vida das crianças e dos jovens que estão com eles, muda o patamar que a gente conseguiu alcançar em educação. E aí, a formação inicial, a gente tem que conseguir continuar buscando maior diálogo e colaboração com as universidades, com as faculdades, com centros de formação e a continuada também, inclusive em serviço.

E aí também, conversando com os sindicatos, inclusive cada vez mais e melhor, porque essas duas instituições, as universidades e os sindicatos têm um papel muito importante na formação continuada e para o serviço dos professores.

Queria comentar também que tem elementos aí que devem ser tratados em relação à atratividade da carreira, em vários sentidos. Um deles é este de os cursos serem atrativos para que a carreira seja atrativa, mas, por exemplo, há o salário. E aí quero citar o Secretário Helio Daher, de Mato Grosso do Sul, que eu acho que fez uma reforma salarial tão relevante que, daqui a alguns anos, a gente vai estudar qual foi o tamanho do impacto, porque haverá impacto, pois um salário atrativo gera nas pessoas – e a gente precisa atrair os melhores cérebros para a educação – uma vontade de trabalhar na área de educação também. O salário atrai, o salário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

retém, o salário provoca uma vontade de se desenvolver e crescer na profissão. E é isso que a gente quer que os nossos professores façam. Que os maiores potenciais, os maiores cérebros, vou falar assim, sejam atraídos e mantidos na educação e que continuem progressivamente aumentando. E salário é fundamental para isso. Não tem que deixar de falar disso, tem que falar disso com muita qualidade.

E tem o prestígio social também, que é relevantíssimo, Senador e colegas da mesa: é continuar trabalhando no imaginário popular, na nossa percepção da realidade a essencialidade do papel do professor. E muitas ações ali coordenadas devem buscar isso, porque esse prestígio é uma das formas de aumentar a atratividade e esse prestígio é uma das formas de valorizar a educação também.

Eu acho, por exemplo, que Mato Grosso do Sul é um estado que está se dedicando e conseguindo fazer algumas coisas que também já nos chamam a atenção. Quero mencionar isso publicamente também, porque, no Foncede, a gente conversa sobre os exercícios de cada uma das unidades da Federação, e essa nos chama muito a atenção. E o Helio Daher nos orgulha muito por ser ex-Presidente do Conselho Estadual de Educação do seu estado também.

Terceiro ponto: educação profissional e técnica. A Meta 11 do atual plano de educação não foi cumprida e não tem a menor chance de ser cumprida. E nos surpreendeu... Alessio, por exemplo, mencionou a Conae, e a Secretária Fátima também. Eu estive na Conae com muitos outros colegas meus aqui de Minas Gerais e de outros conselhos como delegados, e não tinha uma mesa – não tinha uma mesa, gente! – sobre educação profissional e técnica na Conae, o que nos surpreendeu. Teve moção para dizer: cadê a educação profissional e técnica dos assuntos da Conae, das mesas da Conae? Porque o Fórum Nacional de Educação fala sobre isso, nós falamos sobre isso, e não tinha uma mesa na Conae para falar sobre esse assunto, o que me surpreende de forma negativa, porque o que a gente faz importa mais do que o que a gente fala. Então, se a gente não faz lá uma discussão apropriada sobre isso ou não destaca educação profissional e técnica no plano nacional, a gente está sendo indiferente ou omisso ou deixando que continue como está – e não está bom. Como eu comentei mais cedo, educação profissional e técnica é caríssima para os estados, porque ela é ofertada no nível secundário (*Falha no áudio.*)...

Peço aí meus cinco minutos de prorrogação, Flávio Arns, para concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na lei recente, a Lei 14.945, que instituiu a política nacional do ensino médio, há vários pontos interessantes, mas alguns divergentes. Um ponto de divergência é que reduziu os itinerários para 600 horas, antes eram 1,2 mil. Mesmo com as atividades destinadas ao aprofundamento de conteúdos da BNCC relacionados à formação geral básica sendo possível de utilizar isso para formação do quinto itinerário, que é o da educação profissional e técnica, como a gente costuma dizer, muitos cursos técnicos são de 1,2 mil horas, e aí eles não cabem numa jornada de 3 mil horas no ensino médio. Como é que a gente vai fazer isso? Eu quero provocar muito – e a gente tem discutido isto no âmbito do Foncede – que a gente precisa reconciliar a formação secundária, que é propedêutica, que prepara para o vestibular, para o Enem, prepara para o Sisu, e a formação que prepara para a educação profissional e técnica. Esse é um problema para o Brasil, desde a Reforma Capanema, em vários momentos, sobre essa divergência e tentativa de convergência.

Com a Lei 14.945, divergiu; foi manifestação do Foncede, do Consed e do Conselho Nacional de Educação, que isso não fosse feito. Perdemos. Agora nós somos subordinados à lei, e a gente obedece.

Nós vamos achar um jeito de fazer isso fazer sentido. Não é fácil. Uma das propostas que me chamou muito a atenção, Senador – queria registrar em outra discussão também, no âmbito das duas Casas Legislativas –, é uma proposta que está dentro do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), que tem ressonância nos conselhos: bônus de 10% para quem fizer, junto da educação secundária, a EPT na hora de ele entrar no Sisu. Há outros bônus para egressos de escolas públicas, por exemplo, as cotas, mas esse bônus de 10% é uma forma de tentativa de reconciliar, porque justamente as 300 horas que foram destinadas ao aprofundamento de conteúdo da BNCC, para a EPT, essas 300 horas dão 10% das 3 mil horas da formação geral. Um estudante que escolhe fazer, no seu percurso escolar, a formação para o mundo do trabalho, não devia ser penalizado se ele quiser a continuidade dos estudos no ensino superior.

E a gente tem discutido isso pensando como que dá um incentivo muito convergente para várias outras coisas, para as escolas buscarem oferecer os cursos técnicos para quem vai ingressar no mercado de trabalho com uma profissão, que enobrece a pessoa, ter uma profissão, ter um diploma, ter expectativa de maiores salários, mas também ajuda os estudantes a buscarem esse caminho, que ainda sofre muito preconceito no Brasil. Não sofre tanto em outros países, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na nossa formação lá, da colonização, fomos enganados a pensar que o trabalho não é algo da nobreza, mas é algo que enobrece as pessoas, sim, e elas têm que buscar isso. O Brasil precisa disso para, inclusive, ter melhor desenvolvimento econômico, social, cultural e educacional.

Então, uma das propostas em ressonância, sendo trabalhada no âmbito do Foncede, mas que tem que alcançar todas as esferas também, é buscar alternativas que façam a reconciliação na saída da educação básica, da formação propedêutica e da formação para o trabalho, com a possibilidade de acesso ao ensino superior. E essa, consideramos, é muito poderosa.

O quarto elemento, caminhando para o final, é a revisão das diretrizes curriculares. Na construção da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), foi pensado que isso passaria por uma revisão depois de cinco anos, mas isso foi muito prejudicado com a pandemia também. Então, temos discutido a possibilidade de ter a revisão da BNCC, começando no atual mandato presidencial e na atual composição das Casas Legislativas, mas sem necessariamente ter a pressa de ter que terminar também nesse período, porque é uma discussão cuja implementação foi muito prejudicada pela pandemia.

A gente hoje ainda vive – Alessio e Fátima podem falar isso, como muita propriedade, pelos seus pares – grande desafio em relação à recomposição das aprendizagens. As nossas turmas, nas salas de aula, têm estudantes que tiveram acesso e uma formação durante a pandemia muito diferente. E precisa-se nivelar isso para avançar. Se a gente mudar agora a BNCC de forma açodada, pode ser só um documento que vai parar na prateleira e ninguém vai ter, de fato, possibilidade de aprofundar para simplificar, para complexificar onde precisa trabalhar a inter e a transdisciplinaridade, a executabilidade. Esse currículo que é pensado, é formulado, é publicado, mas até chegar no currículo em ação na sala de aula, são ciclos de evolução que a gente viveu e vive ainda, uma ruptura, e precisa reconciliar isso também.

E o último elemento, o Sistema Nacional de Educação – concluo daqui a um minutinho –, que meus colegas também disseram, que é isto: a gente está dando um jeito, Senador, de fazer as coisas funcionarem interfederativamente, mas é preciso um sistema nacional. Não adianta ter um plano e falar as metas, o que a gente tem que fazer, se não tiver um sistema para dizer quem vai fazer, como não adianta ter um sistema de quem vai fazer o quê, mas não tem um plano. Vai ficar manco. Senão, é mais difícil de ir mais rápido. Duas pernas; essa nossa educação, é preciso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estarem as duas muito fortalecidas, e dependem da legislação que vocês... Eu desafio a honra de construir.

Aqui em Minas Gerais, por exemplo, para citar um exemplo, eu tenho agora, no Conselho Estadual de Educação, uma representante da Uncme, que é a Galdina, uma do Undime, que é a Maria Virgínia, Secretária Municipal, tenho representantes de escolas particulares, tenho representantes em diálogo com a Secretaria de Educação. Então, a gente consegue fazer desse um ambiente, uma casa de diálogo.

Deveria ser obrigatório ter isso. É uma exceção essa composição dos conselhos. A gente não tem – isso me entristece – ninguém do Foncede, Consed, Undime e Uncme no Conselho Nacional de Educação. Tem quem já tenha passado por esses lugares, o que é bom, mas não tem ninguém que, diuturnamente, está conversando com esses atores, e uma legislação que preveja essa coordenação desses esforços, esses laços de discussão, aprimora muito a qualidade e a capacidade de diálogo, a capacidade de incluir a informação e tomar melhores decisões.

O sistema nacional precisa do MEC tem feito inclusive esforços. Estamos convidados para uma reunião que a Sales está preparando para os dias 10 e 11, em Brasília, para falar sobre esse desenho do plano – espero revê-los lá presencialmente –, mas a gente quer muito a pactuação, Senador, Secretária Fátima, Secretário Alessio, meu colega, Conselheiro Manoel Humberto. A gente quer a pactuação. A gente não quer figuração.

Então, o esforço, no final, para dizer do protagonismo do MEC, Consed e Undime, que são quem faz, mas confirmando, como o Manoel Humberto disse, que o Foncede está à disposição, está presente.

A gente fracassou como Brasil quatro vezes: duas expectativas frustradas, impedidas pelo Estado Novo, duas pela ditadura, duas com implementação parcial... A gente vai tentar até dar certo.

Pode contar com o Consed, porque nós estaremos aqui para honrar esse compromisso e esse privilégio, que é poder participar da construção, para que possamos fazer, na sequência, o monitoramento e a avaliação com a qualidade e com o rigor que a lei nos exige.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela oportunidade e agradeço a todos os colegas Conselheiros e Conselheiras Estaduais que me ajudaram também a levantar e pegar essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a você, Felipe Michel Braga, pela presença hoje, pela presença repetida nos debates da educação no Senado Federal e representando uma instituição tão importante, assim como é a Uncme, também nos municípios, o Foncede, que são os Conselhos Estaduais de Educação nos estados e no Distrito Federal.

Muito bem.

Eu, inclusive, vou solicitar à consultoria que está nos acompanhando nesta audiência pública, para já colocar, a partir das sugestões do Alessio e da Fátima, o Alessio pela Undime, a Fátima pelo Consed, como que ficaria a redação do Plano Nacional de Educação, a partir das sugestões... E também da Uncme, do Manoel e do Felipe. Quer dizer, em cada audiência já vermos, para não ficarmos, assim, num debate unicamente teórico, como que o Plano Nacional de Educação ficaria redigido, a partir das sugestões colocadas.

E fazermos uma interlocução – convido a Fátima, o Manoel, o Alessio e o Felipe – continuada, para ver a redação, a evolução da redação, porque teremos outras audiências públicas também, para convergirmos, tanto quanto possível, porque, afinal, educação básica vai acontecer lá na Secretaria de Educação do Estado e nas secretarias municipais, com apoio dos conselhos municipais e estaduais.

Passamos para as considerações finais.

Antes, porém, eu leio rapidamente as perguntas que vieram dos vários estados e os comentários, que farão parte também do relatório, porque, afinal, a preocupação da sociedade, que está nos acompanhando pelos meios de comunicação do Senado, tem que apontar para soluções, muitas delas já colocadas aqui no decorrer das exposições.

Daniela, do Paraná: "Como o Plano Nacional de Educação contemplará a atuação efetiva de profissionais ligados à saúde mental nas escolas e colégios?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Luís, do Ceará: "Como o Plano Nacional de Educação articulará os desafios dos entes federados para executarem o piso nacional do magistério e a urgência de contínua valorização?".

Eliane, de São Paulo: "Como o Plano Nacional de Educação garantirá educação inclusiva, equitativa e de qualidade, especialmente na esfera estadual e municipal?".

Allan, do Rio de Janeiro: "Como o novo Plano Nacional de Educação pretende garantir uma educação inclusiva e de qualidade no Brasil até 2034?".

Guilherme, do Distrito Federal: "Quais são as principais estratégias propostas pelo novo Plano Nacional de Educação 2024-2034 para melhorar a qualidade de ensino?".

Também o comentário do José, de São Paulo: "O Projeto de Lei nº 2.614/2024 é uma oportunidade vital para garantir educação inclusiva e de qualidade. Precisamos de ações concretas e compromisso!".

Pedro, do Rio de Janeiro: "É importante que o novo Plano Nacional de Educação vise à formação de cidadãos críticos". Um comentário.

Mais algumas perguntas.

Vinícius, de Rondônia: "Como evitar a evasão escolar bem como estimular a oferta de um ensino completo para os alunos de baixa renda e da área rural?".

Israel, de Minas Gerais: "Durante seu período de vigência (2024-2034), como o plano abordará [...] [o ensino em relação à] adaptação às mudanças climáticas?".

João, do Ceará: "Existe alguma estratégia para manejar a ampliação do acesso ao ensino integral infantil mediante a falta de verba das escolas públicas?". É o financiamento – não é? –, também abordado.

Marcelo, do Rio de Janeiro: "Muitos estudantes não têm acesso a internet, celulares ou *tablets*. Por que não incluir uma política de acesso gratuito a essas ferramentas?".

E também dois comentários ainda.

Poliana, de São Paulo: "Necessário punição de municípios que não cumprem a lei. Alunos laudados sem o acompanhamento adequado, [...] [compromete] [...] a qualidade [...] de todos".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gustavo, do Pará: "O Plano Nacional de Educação deve estabelecer metas para a valorização dos mediadores do processo ensino-aprendizagem: os professores [e professoras]".

Lembrando também à Poliana – e a Profa. Fátima abordou muito bem essa questão – a questão da responsabilidade educacional; tem a fiscal e a educacional.

Inclusive, o projeto de lei está em tramitação, e o Prefeito tem que ir lá na Câmara de Vereadores, não o secretário unicamente; é o Prefeito ir à Câmara de Vencedores, e, no estadual, o Governador ir à Assembleia Legislativa, porque não é só do secretário; é do Governo, das Assembleias, das instituições sociais.

Eu quero também dizer que é importante, particularmente diante de quatro instituições tão importantes para a educação do Brasil, aqui presentes hoje, que essa interlocução também aconteça de maneira informal, dar consultoria, dar assessoria, para irmos conduzindo um Plano Nacional de Educação obviamente com base no plano apresentado, para o aprimorarmos em função das realidades dos municípios, dos estados, do ensino superior, que também será debatido na sequência; enfim, como o Alessio também colocou, dos vários objetivos, ensino profissionalizante, médio e em todas as áreas, desde a creche até a pós-graduação.

Passo a palavra a você, então, Profa. Fátima, novamente agradecendo a participação, para algum comentário final que deseje fazer.

O SR. FÁTIMA GAVIOLI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, obrigada pelo convite. O Consed fica muito feliz de poder discutir e debater sobre uma legislação que vai guiar e nortear a educação do nosso país.

Foi um prazer estar aqui, aprendi demais aqui com meus colegas. Acho que todo mundo aqui agregou às nossas formações informação agora de manhã.

Eu quero dizer a vocês que o Consed está muito disposto a participar, seja comigo ou com outra representatividade aqui, dessa discussão do PNE. E, de fato, eu espero que, desta vez, a gente tenha um plano, Senador, exequível. Eu espero que a gente tenha um plano pé no chão. Eu espero que a gente consiga sair dele com muito mais metas cumpridas, estratégias realizadas e tal, porque, se for mais um documento a que a gente chega ao final sem conseguir cumprir, vai ser uma frustração. Então, se for para ser uma frustração, nós preferimos agora apontar o que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que está nos impedindo de cumprir esse documento e levar essa política para dentro da educação do que ficar calados, fingir e depois dizer que a gente não conseguiu; mas, ao mesmo tempo, o documento está trazendo penalizações tão duras para os ordenadores de despesas.

Então, nossa posição vai ser uma posição de que nós queremos, sim, melhorar a educação através desse documento, dessa legislação e do que ele vai propiciar para nós, desde que todos os entes estejam envolvidos, inclusive aquele que é responsável pela questão orçamentária e financeira.

Então, muito obrigada ao senhor.

Estava falando com o Roni agora que eu estava com o senhor. Ele fica um pouco enciumado, porque ele acha que nós estamos nos vendo até mais do que ele, mas deixou um abraço para o senhor o Roni, nosso Secretário do Paraná, que também trouxe um excelente resultado nessa última avaliação.

Deixando claro que as falas do Felipe...

O Ideb hoje virou um *ranking* que parece mais um jogo de futebol daqueles bem acirrados, sabe? Tipo fla-flu, esse negócio todo. Mas, enquanto não temos uma proposta com metodologias mais bem explicadas, vamos comemorar o que temos, porque, depois da pandemia, recuperar a aprendizagem e colocar os estados e os municípios em crescimento realmente tem sido uma tarefa muito árdua.

Obrigada. Obrigada a todos os meus colegas e uma boa semana para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você, Fátima, Secretária de Educação de Goiás, parabéns pelo trabalho reconhecido no Brasil, e representando aqui o Consed (Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação).

Passo a palavra a você, Alessio Costa Lima, que é Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, secretários municipais.

Você falou antes 5.569 municípios. Não são 5.570? A gente tem que chegar a...

Você pode nos esclarecer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSIO COSTA LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quando inclui o território Fernando Noronha, a ilha de Fernando Noronha, aí considero 5.570, não é?

Senador, inicialmente quero agradecer, mais uma vez, a atenção do senhor, a gentileza do convite para estarmos aqui neste debate de altíssima qualidade, coordenado por V. Exa.

Quero dizer da disposição da Undime, assim como foi na discussão do Plano Nacional de Educação 2014-2024, passando por todas as audiências, até mesmo aquelas em que a gente não tinha assento à mesa, mas a gente acompanhou de perto os debates, fazendo sempre posicionamentos, encaminhando posicionamentos aos nossos Parlamentares naqueles pontos em que é importantíssimo serem colocados no Plano Nacional de Educação. E, da mesma forma, a gente pretende também atuar junto ao Congresso Nacional, principalmente ao Senado, e contar com o apoio de V. Exa., no sentido de estarmos à disposição para apresentarmos as nossas demandas, enquanto gestores das redes municipais de ensino em todo o país, Senador.

E também queria aproveitar...

É muito importante esse ponto que a Fátima coloca. Acho que um dos principais elementos que, de certa forma, gera um pouco de frustração em relação ao atual Plano Nacional de Educação para algumas metas e estratégias que não foram alcançadas é que, no planejamento do atual Plano Nacional de Educação, faltou definir o quanto.

Quando você se planeja, quando planeja uma meta, um objetivo e você quantifica esse objetivo através de metas, você tem que determinar o que você quer, quando você quer alcançar e quanto será necessário para se alcançar o que você quer. Nesse quanto será necessário – não é, Fátima? – é que faltou mais clareza.

No atual Plano Nacional de Educação, foi traçado um conjunto de 20 metas e mais de 250 estratégias, mas não ficou clara a necessidade do aporte vinculado a cada uma dessas metas e estratégias, para que, de fato, elas viessem a ser implementadas.

Então, acho que fica como lição, Senador, para nós que vamos elaborar esse novo Plano Nacional de Educação, que, ao pensarmos nos objetivos, ao quantificarmos esses objetivos em metas e ao delinearmos o conjunto das estratégias para alcançar essa meta, é importante também que a gente precifique, que a gente estabeleça o quanto vai custar a realização desse conjunto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ações. Só assim será possível termos, de fato, um instrumento de planejamento que seja como a Fátima coloca, exequível.

E, por último, eu queria ressaltar e parabenizar o Michel pela sua fala de modo geral, mas em particular por esse último ponto que você traz, que é essa questão da necessidade, Senador Flávio Arns, de nós estarmos rediscutindo a composição do Conselho Nacional de Educação enquanto instância máxima da educação do nosso país, dentro do conceito de Sistema Nacional da Educação. Não dá para a gente ter um Sistema Nacional da Educação democrático, em regime de colaboração, com um Conselho Nacional de Educação em que a gente não tem a representatividade oficial garantida e assegurada das redes.

Como é que as redes estaduais não têm representação no Conselho Nacional de Educação, que é o órgão que regulamenta para todas as redes no país inteiro? Como é que as redes municipais, que representam hoje... Só fazendo uma correção: 49%, ou seja, quase 50% das matrículas estão sob a responsabilidade das redes municipais. No entanto, essas redes municipais não têm representatividade no Conselho Nacional de Educação, que é o órgão que vai legislar para essas redes. Então, é uma total incoerência, Senador.

Assim como a gente tem a Uncme, que representa os conselhos municipais do país todo, a gente tem o Consed, que representa os conselhos estaduais. Se o Conselho Nacional de Educação fosse, de fato, Senador, um órgão nacional, seria imprescindível que, na sua composição, estivesse garantida e assegurada em lei, como vagas cativas, uma representação das redes que compõem o sistema de ensino brasileiro. Então, é imprescindível que se tenha a representação do Consed, que se tenha a representação da Undime, do Foncede e da Uncme.

Então, esse é um ponto que, na rediscussão do Sistema Nacional de Educação, a gente pode avançar, tendo um conselho que seja, de fato, nacional, que tenha uma melhor representatividade das redes de ensino do nosso país, das instâncias, porque o Conselho Nacional tem que ter a representatividade da União, dos estados e dos municípios na área da educação, e a atual composição não confere essa representatividade, que eu diria, do nosso país, ela não reflete a estrutura administrativa da nossa República, que é constituída por três instâncias de governo. Então, queria parabenizar o Felipe por estar ressaltando esse ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho, Felipe, que a gente precisa encampar, juntar esforços e levar esse ponto para o Congresso Nacional, para que a gente possa debater, de fato, e melhorar o projeto de lei do Sistema Nacional de Educação, aprovando-o com essas inovações que são necessárias. Só assim, com um Conselho Nacional mais representativo, com mais autonomia...

Nós não podemos ter o Conselho Nacional com autonomia limitada, como atualmente nós temos. Então, a gente precisa rever a estrutura, a composição e a autonomia do Conselho Nacional de Educação como instância máxima dentro do Sistema Nacional de Educação.

No mais, Senador, muito obrigado pelo espaço.

Quero dizer que nós estamos sempre aqui, na Undime, de portas abertas para ouvi-lo e contribuir com o senhor e com todas as discussões que são para o bem da educação do nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a você, Alessio Costa Lima. Obrigado pela presença, pela exposição, pela abertura para o diálogo permanente.

Sempre aconteceu dessa maneira e vai continuar acontecendo, dialogando, conversando, construindo juntos os caminhos para a educação no Brasil.

Obrigado, Alessio.

Passo a palavra ao Manoel Humberto Gonzaga Lima, que é Presidente da Uncme (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação).

O SR. MANOEL HUMBERTO GONZAGA LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Eu quero colaborar muito rapidamente, colocando que, das manifestações dos que estão nos acompanhando aí pelo canal do YouTube do Senado Federal, a gente observa que as contribuições vão numa direção muito prática daquilo a que a educação brasileira precisa realmente dar prioridade: educação inclusiva, educação ambiental e educação integral. São três situações sobre as quais a gente precisa realmente nos debruçar, nas quais tem ativado esse radar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– vamos dizer assim – dentro de um processo de aprovação da apologia da educação integral, numa parceria com a sede, trabalhando fortemente junto às redes municipais de ensino, aprovando as resoluções próprias para esse trabalho ser bem efetivado.

A educação ambiental é outra prioridade nossa absoluta e a educação inclusiva também.

Eu quero também me manifestar sobre o Projeto de Lei 235, de 2019. É oportuno que ele tenha vindo, e aí confere exatamente – como a nossa discussão lá do nosso encontro nacional – duas mesas que trataram desse assunto, a do sistema e a do plano.

A do sistema é a Lei 235, de 2019, de autoria do Senador Flávio Arns. Ela já está aprovada no Senado e em tramitação na Câmara, desde 2020, se eu não estiver enganado. Parece-me que foi entre o término de um ano e outro.

A Uncme tem apoiado integralmente. Nas minhas falas, eu tenho levado inclusive a formação da câmara de ação normativa, que na prática traz um diagnóstico já praticado no Conselho Nacional de Educação, quando, no mandato da Presidente Clélia Brandão, ela instituiu o fórum ampliado de conselhos, que todas as vezes que se reúnem, mesmo sem normatização específica, tem trazido contribuições sensíveis para a educação brasileira. A última delas foi o formato do efetuado com o Foncede na implementação da política de aprovação, da política setorial dos municípios.

O caso de Minas Gerais é um caso em que eu tenho agradecido muito ao Felipe e à Gaudina pelo entendimento que tiveram, que vão proporcionar, se Deus permitir, que todos os conselhos municipais de educação que tiverem a pauta de aprovação possam assim realizar.

Então, lembrando, Alessio, que inclusive, no Projeto 235, o Foncede e a Uncme já são inclusive citados, lá em um artigo específico, para participação no Conselho Nacional de Educação. E a Uncme já se manifestou oficialmente, colocando também junto, na época, para a Câmara dos Deputados...

Eu acho que houve uma perspectiva de que fosse nomeado o Deputado Idilvan como Relator, que acabou não se concretizando, e vamos... Assim que for nomeado realmente o Relator dessa matéria, a gente vai novamente se manifestar, porque entendemos que tanto a Undime como o Foncede devem também compor esse quadro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os secretários municipais já estão inclusos em uma situação da própria lei, e parece que a Undime também fez a manifestação contrária, apoiando a nossa participação no Conselho Nacional de Educação.

É mais do que justo. Eu acho que quem faz legislação e as redes consegue enxergar com muita tranquilidade todas as dificuldades e a apresentação de soluções que precisamos sempre ter para a educação brasileira.

Eu sugiro, inclusive, se for oportuno tanto à Secretária Fátima como ao Felipe, levar aos Presidentes do Consed e do Foncede a possibilidade de marcarmos uma audiência com o Presidente da Câmara dos Deputados, para tratar desse assunto de uma forma direta.

Nós já fizemos algumas manifestações para o Presidente anterior, quando recebeu, mas agora me parece que é mais do que necessário que a gente coloque...

Eu não sei se o Senador se lembra de que, quando eu entreguei a ele o documento da Conae 2022, nós falamos também da ação da CAN (Câmara de Ação Normativa). Ela é fundamental nesse critério de diálogo que existe, a partir do Conselho Nacional, com os conselhos estaduais e com os conselhos municipais.

Ela está lá, clara, expressa, bem colocada.

O Idilvan, agora, na palestra que fez conosco lá em Itapetininga, voltou a tratar desse assunto.

Eu acho que, mais do que nunca, esse é o momento de também tomarmos assim, talvez, uma iniciativa de fazermos esse assunto voltar, com muita força, para discussão dentro da Câmara de Deputados.

No mais, Senador, mais uma vez o meu agradecimento, o agradecimento da Uncme nacional e de todos os conselheiros municipais de educação do Brasil por esse espaço que o senhor tem nos concedido, ao longo da sua história aí, nesse mandato vitorioso no Senado Federal, que tem priorizado a educação de qualidade.

A discussão que sempre temos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, além de assistir às audiências de que eu participo ou alguém da Uncme participa, algum representante nosso, assisto a todas as outras.

Um dia desses, estava viajando, estava, salvo engano, em Belo Horizonte, recentemente, no encontro lá da Uncme em Minas, e minha esposa, que estava em Aracaju, me mandou um *print* com uma das audiências, dizendo: "Olhe, vá para o Senado, porque o Senador está aqui, fazendo audiência pública", cerca de 15 dias atrás.

Então, nós somos realmente ligados nessa discussão tão necessária que temos para educação brasileira – só dizendo que Gracinha também é uma ativa participante da educação brasileira, que colabora muito aqui com a Uncme no Estado de Sergipe.

Muito obrigado! Um forte abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço ao Prof. Manoel Humberto Gonzaga Lima, Presidente da Uncme.

E quero colocar também que o relatório final da conferência remota, por causa da pandemia, que aconteceu em 2022, consta do *site* da Comissão de Educação. E, a toda hora, eu relembro às pessoas para também consultarem aquele relatório, que é muito importante.

Obrigado, Prof. Manoel, sempre à disposição também.

Passo a palavra ao Michel... Felipe Michel Braga, do Foncede (Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação).

O SR. FELIPE MICHEL BRAGA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador. Eu vou pelos dois mesmo: ou Michel ou Felipe – tem grupos que me chamam pelos dois e por Felipe Michel também.

Quero agradecer muito aos colegas. Foi uma oportunidade enorme de aprendizado. Recebi já mensagem de outros conselheiros e conselheiras de outros estados, que acompanharam a audiência e enviaram comentários e que também celebraram a realização dessa audiência e os próximos passos que se encaminham.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero acolher muito, presencialmente já, Senador Flávio Arns, o convite ao pragmatismo de pensar como se escreve isso, como poderia ser redigido, porque o Foncede vem se preparando para participar dessa discussão e nos consideramos preparados para ajudar – é o que nos cabe.

Por exemplo, em relação à equidade, que foi o primeiro elemento que eu trouxe, como transversal, mas presente em elementos específicos, acho que nem é preciso discutir de ter metas adicionais, mas colocar já no plano que o Inep, no monitoramento, a cada dois anos, vai sempre detalhar os resultados, considerando cor e raça, considerando espaços geográficos, considerando o nível socioeconômico das famílias; essa é uma forma de diferenciar e entender se a gente está contribuindo para diminuir a desigualdade, que é o nosso dever, se a gente não está conseguindo, como nação, lidar com isso. E que as metas não sejam necessariamente todas especificadas por esses componentes, mas que o monitoramento e a avaliação o façam. E é algo para o que eu sei que o Presidente Manuel Palácios, do Inep, e seus antecessores já vieram preparando o Inep – na minha opinião, plenamente apto a fazê-lo.

Em formações de professores inicial e continuada, a percepção de salário, porque a gente tem a lei do piso nacional, e uma necessidade de pensar também como o plano pode impactar, dentro do sistema educacional, mas também socialmente, a percepção que as pessoas têm sobre a relevância do papel do professor para gerar um prestígio social.

No terceiro elemento, o da educação profissional e técnica – eu já trouxe um comentário na minha fala anterior –, é preciso amarrar na ponta de saída. As pontas da saída da educação básica estão soltas, porque há a avaliação com o Enem e uma revisão do Sisu não foi feita. É preciso amarrar a lei, e o Plano Nacional de Educação pode tratar disso também.

No quarto elemento, da revisão das diretrizes curriculares, proponho para discussão que o plano possa dizer que é na primeira metade. A revisão da Base Nacional Comum Curricular deve se dar até o vencimento da primeira metade do plano, para que a outra metade seja também de implementação, acompanhamento, e volte-se a isso no outro, podendo começar... Devendo começar, na nossa opinião, no atual Governo em exercício – mas sem uma pressa, porque pode ser açodado demais fazer em dois anos, de terminar até o vencimento dos mandatos em curso.

E o quinto, do Sistema Nacional de Educação, também pragmático, Prof. Flávio Arns, de colocar na Lei do PNE que ele tem que ser concluído em dois anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele já está atrasado, nossos colegas aqui disseram, mas eu acho que tem uma responsabilização aí também, que com muito rigor volta à Presidência do Senado e à Presidência da Câmara dos Deputados, de escolher pautar isso até a conclusão desse projeto.

Se a Lei do Plano Nacional de Educação assim puder prever, de em dois anos o Sistema Nacional de Educação estar com a lei promulgada, há um constrangimento, se não fizer, que nos ajuda socialmente – já falamos –, ajuda a sociedade a voltar ao Senado e à Câmara dos Deputados e dizer: "Falta a parte de vocês. Falta concluir isso".

E eu não acho que a gente vai conseguir construir um modelo perfeito, mas aí eu me lembro de uma chefe minha, no começo da minha carreira, que dizia: "Feito é melhor que perfeito".

A gente tem que fazer um Sistema Nacional de Educação coordenado na lei, para a gente ir apurando as arestas, entendendo as balizas e aprimorar isso no tempo, mas a ausência do Sistema Nacional de Educação está causando um prejuízo inestimável para o Brasil como um todo.

Dois anos. Que o PNE preveja dois anos para o Congresso Nacional homologar, promulgar – portanto, via Presidente – a lei, ou haverá um constrangimento para esses atores, também relevantíssimo para que esse projeto seja pautado e a gente não fique travado nesse pedaço da história, porque tem muita coisa a mais para a gente construir para alcançar esse futuro que a gente sonha junto.

Muito obrigado.

Reforço aqui as palavras do Presidente Ricardo Tonassi, dos meus colegas conselheiros, especialmente do Conselheiro Álvaro, Presidente do Conselho do Distrito Federal e coordenador da frente sobre o Plano Nacional de Educação no âmbito do Foncede: a gente está à disposição.

E mando um abraço para o Diogo, seu assessor, e para a Consultoria Legislativa, porque a gente quer continuar o diálogo com eles, contribuindo da melhor forma possível.

Obrigado, Senador, pelo convite, e aos colegas professores, todos, pelas aulas de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço também a você, Felipe Michel Braga, Foncede (Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação).

Quero ressaltar agora, no final desta audiência pública, o que foi proposto, essa interlocução permanente, fora da audiência pública inclusive, com essas quatro instituições que representam essencialmente a educação básica no Brasil, do ponto de vista dos estados, municípios e conselhos de educação.

Outro aspecto, já solicitando à consultoria, que realmente possamos colocar todas as sugestões no plano, para já termos uma versão com as sugestões vindas do Consed, da Undime e dos conselhos. E, ao mesmo tempo, termos uma memória de reunião, um resumo da reunião, para ser já enviado para todos os Senadores e Senadoras no decorrer destes próximos dias, antes da próxima audiência pública, porque muitos Senadores e Senadoras, recebendo também a memória da reunião, as sugestões, caso tenham interesse de se aprofundar, de ver o vídeo, a manifestação, ficará disponível também. Enviaremos aos expositores e expositoras também esse resumo, que estará também disponível para todo o Brasil no *site* da Comissão.

Agradeço sempre à assessoria da Comissão de Educação, à Andréia e a todo o pessoal, a Andréia, Secretária da Comissão, sempre atuante, junto com a equipe; também às assessorias dos gabinetes, à consultoria, os meios de comunicação do Senado, que transmitem esta audiência para todo o Brasil, permitem a interação dos brasileiros e brasileiras dos mais diversos cantos do país com o conteúdo sendo debatido; enfim, a todos que desejamos uma educação de qualidade, que favoreça o desenvolvimento social, a dignidade, o desenvolvimento econômico e, como bem colocado pelas pessoas que fizeram comentários e perguntas, o desenvolvimento ambiental, particularmente a educação e o seu vínculo com as mudanças climáticas que vêm acontecendo no Brasil e no mundo.

Agradeço então a participação de vocês – permitam-me chamar assim. Somos colegas de caminhada –, e sempre também o Senado e a Comissão estão disponíveis para os entrosamentos necessários.

E, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 49ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e oito minutos do dia três de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Alessandro Vieira, Leila Barros, Zequinha Marinho, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Teresa Leitão, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Humberto Costa, Rosana Martinelli, Carlos Portinho, Astronauta Marcos Pontes, Beto Martins, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Beto Faro e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores André Amaral, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Magno Malta, Jaime Bagattoli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 47ª e 48ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2992, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a validação de diplomas da educação superior expedidos irregularmente." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2725, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para estabelecer requisitos mínimos de transparência pública e controle social em matéria educacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação com a Emenda nº 1 - CTFC. **Resultado:** Aprovado o relatório com a Emenda nº 1 - CTFC/CE. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3148, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Eduardo Henrique Accioly Campos no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira (*ad hoc*), em substituição ao Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1711, de 2024 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Alberto Martins Torres no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1025, de 2024 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de João Ribeiro de Barros no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1765, de 2024 - Terminativo -** que: "Reconhece como manifestação da cultura nacional a Festa do Sairé, realizada no distrito de Alter do Chão, no Município de Santarém, no Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1774, de 2024 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de André Pinto Rebouças no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2017, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas para o Ensino Superior), para estabelecer a prevalência das interpretações que conduzam à ampliação do universo de vagas às quais candidatos cotistas concorram; e dá outras providências." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Aprovado o parecer pela prejudicialidade. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3166, de 2023 - Terminativo -** que: "Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Bolsa Estudantil do Ensino Médio." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Aprovado o parecer pela prejudicialidade. **ITEM 10 - Aviso n° 70, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Encaminha exemplar do "Relatório Sistêmico de Fiscalização da Educação - Exercício de 2014" (FiscEducação/2014), apreciado pelo Acórdão nº 528/2015-TCU-Plenário (TC-020.808/2014-3)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 4397, de 2019 - Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade de as escolas públicas de ensino fundamental e médio exibirem a média relativa ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 190, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que dispõe sôbre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências, o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para promover a qualificação profissional do adolescente em regime de acolhimento institucional." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela rejeição do projeto e pela prejudicialidade das Emendas nº 1-CAS, nº 2-CAS e nº 3-CAS. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 82, de 2024** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3148/2024, que 'inscreve o nome de Eduardo Henrique Accioly Campos no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria'" **Autoria:** Comissão de Educação e Cultura. **Resultado:** Aprovada a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/03

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de setembro de 2024.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Informo que os itens que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos e que exigem quórum de maioria absoluta para sua aprovação serão votados nominalmente em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os demais itens que exigem votação nominal.

Saúdo, inicialmente, o amigo Senador Paulo Paim, membro desta Comissão de Educação e Cultura e também Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que é uma das Comissões muito atuantes neste Senado Federal.

Lembro sempre ao público que legislação participativa significa que a sociedade pode apresentar um projeto para a Comissão de Direitos Humanos, tendo o apoio, pelos meios de comunicação, de 20 mil pessoas. E essa sugestão será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e pode ser aprovada, sendo transformada em projeto de lei.

Isso é muito importante.

Peço apoio ao Senador Paulo Paim para fazermos também a leitura de vários itens que constam da nossa pauta.

Inicio, obviamente, com a relatoria do próprio Senador Paulo Paim.

Item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 2017, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas para o Ensino Superior), para estabelecer a prevalência das interpretações que conduzam à ampliação do universo de vagas às quais candidatos cotistas concorram; e dá outras providências.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela prejudicialidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer pela prejudicialidade do Projeto.

2. A votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

Relatoria do caro Senador Paulo Paim. Votação simbólica.

Passo a palavra a V. Exa., Senador Paulo Paim, para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu cumprimento o nobre e querido Senador Rogério Carvalho pelo projeto que apresenta.

Acontece que, nesse período, até o projeto chegar a esta Comissão, nós já aprovamos a política de cotas no fim do ano passado. Participamos diretamente, inclusive Humberto Costa, eu... V. Exa. também participou e foi, se não me engano, Relator até na Comissão de Direitos Humanos. Mas, enfim, o projeto está aprovado por ampla maioria – 90% dos Senadores aprovaram a regulamentação da política de cotas. O Senador Rogério Carvalho também votou conosco, e eu sei que ele vai entender que o que ele está propondo aqui já está contemplado nesse projeto aprovado no Senado e, depois, na Câmara – e já foi aplicado pelo MEC. Por isso, eu vou direto à análise, mais para prestar conta ao nosso querido Senador da boa intenção do projeto, que está contemplado na política de cotas que nós aprovamos.

A presente proposição, do Senador Rogério Carvalho, embora louvável em sua intenção de fortalecer a política de cotas no ensino superior, encontra-se prejudicada em virtude de deliberação recente do Senado Federal.

Em 24 de outubro de 2023, o Senado aprovou o Projeto de Lei nº 5.384, de 2020, que também visava aperfeiçoar a Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de 2012), com foco na ampliação do acesso de estudantes de grupos minoritários e com deficiência às instituições federais de ensino superior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lei nº 14.723, de 2023, resultante do referido PL nº 5.384, de 2020, já contempla a priorização de interpretações que ampliem o acesso de candidatos cotistas às vagas, conforme disposto no §2º incluído no art. 3º da Lei de Cotas, que determina a concorrência inicial em vagas de ampla concorrência e, posteriormente, se não for alcançada a nota de corte, nas vagas reservadas para estudantes pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, bem como para aqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública.

Diante disso, o PL nº 2.017, de 2023, em sua essência, trata de matéria que já foi objeto de deliberação recente do Senado e da Câmara, tornando-se prejudicado nos termos do inciso II do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Diante do exposto, eu quero cumprimentar mais uma vez o Senador Rogério Carvalho, como V. Exa., que colaborou muito com esse debate e para a votação – o Senador Hamilton Mourão, que está aqui também... Todos colaboraram para que não houvesse obstrução e para que a matéria, que eu tive alegria de defender com muita força, com apoio e também a fala do Senador Flávio Arns, fosse aprovada. E hoje já é lei.

Então, agradeço ao Senador Rogério Carvalho. E que ele se sinta, então, agraciado, cumprimentado, porque a ideia dele tinha lógica e já está contemplada na política de cotas que está em pleno exercício no país, neste ano de 2024 – ela que vem de mais de dez anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço a V. Exa., Senador Paulo Paim. Muito bem colocada a situação em termos da razão pela qual está sendo declarado prejudicado o projeto de lei: é por já constar de toda a lei aprovada do Senado Federal.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Nos termos da Instrução Normativa nº 5, de 2015, da Secretaria-Geral da Mesa, por ser a declaração de prejudicialidade prerrogativa do Presidente do Senado Federal e questão preliminar à apreciação terminativa, a deliberação, quando houver o quórum, será tomada pelo processo simbólico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem. Quero saudar, como o Senador Paulo Paim já fez também, o Senador Hamilton Mourão – é sempre uma alegria tê-lo aqui na Comissão, um prazer sua participação pela competência, parabéns – e o Senador Alessandro Vieira – uma alegria tê-lo também como membro da Comissão.

Muito bem. Passamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2725, DE 2022

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para estabelecer requisitos mínimos de transparência pública e controle social em matéria educacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação com a Emenda nº 1 - CTFC.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CTFC.

2. Em 13/08/2024, a matéria foi retirada de pauta.

A autoria é da Câmara dos Deputados, da cara Senadora – talvez no futuro – ou Deputada Federal Tabata Amaral.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Alessandro Vieira, para leitura do relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento os colegas.

Trata-se do Projeto de Lei nº 2.725, de 2022, de autoria da Deputada Tabata Amaral, que visa alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei de Inovação Tecnológica, com o objetivo de ampliar a transparência e o controle social na gestão da educação.

As principais mudanças incluem: tornarem públicos o número de vagas em escolas, a lista de espera e os critérios de reserva de vagas; divulgar informações sobre bolsas de estudo e pesquisa; dar acesso aos resultados de avaliações de qualidade e rendimento escolar; publicar dados sobre a execução financeira de programas educacionais; e exigir transparência na gestão de escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas que recebam recursos públicos, incluindo a proibição de que dirigentes sejam agentes políticos ou seus parentes até terceiro grau.

A proposição foi analisada pela CTFC, que reconheceu a importância da transparência na gestão educacional, em consonância com a Constituição Federal e a Lei de Acesso à Informação.

O PL encontra-se agora sob a análise desta Comissão de Educação e Cultura para que se manifeste sobre o mérito da matéria.

Não foram oferecidas emendas nesta Comissão.

A iniciativa parlamentar, além de legítima, mostra-se louvável ao buscar concretizar princípios constitucionais basilares, como o da publicidade, o direito à informação e a gestão democrática do ensino público.

A necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de transparência na gestão de recursos públicos destinados à educação é premente, como forma de garantir a eficácia dos investimentos e coibir desvios. A divulgação de informações claras e acessíveis sobre a aplicação das verbas, a execução de programas e projetos, bem como os resultados das avaliações educacionais permite que a sociedade acompanhe de perto a efetivação do direito à educação de qualidade.

Nesse sentido, a proposição em tela representa um importante passo para a consolidação de um sistema educacional mais justo, democrático e eficiente. A participação da comunidade na fiscalização da aplicação dos recursos públicos destinados à educação é fundamental para garantir que esses recursos cheguem aos seus destinatários finais: os estudantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A restrição à presença de agentes públicos em cargos de direção de escolas privadas que recebam recursos públicos, que é proposta no art. 77, inciso V, da LDB, também merece destaque. Tal medida, em consonância com o princípio da moralidade administrativa, visa evitar conflitos de interesse e garantir a impessoalidade na gestão de recursos públicos.

Por fim, a constitucionalidade do PL é inquestionável, estando a proposição dentro dos limites formais e materiais e em plena harmonia com o art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, que garante o direito fundamental de acesso à informação. Ademais, a transparência na gestão da educação, além de atender ao princípio da publicidade, que está no art. 37 da Constituição, mostra-se essencial para a concretização da gestão democrática do ensino público, também prevista, por sua vez, no art. 206, inciso VI, da Carta Magna.

Em suma, esse projeto, Sr. Presidente e caros colegas, apresenta-se como uma ferramenta importante para o fortalecimento da gestão democrática da educação, a partir da ampliação da transparência e do controle social. As medidas propostas contribuem para a construção de um sistema educacional mais justo, ético e eficiente.

Ante o exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1, da CTFC.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

Quero saudar também o Senador Carlos Portinho, como já havia feito com as demais pessoas. É uma honra tê-lo como membro da Comissão.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem, eu vou registrar minha presença, mas eu vou pedir a verificação, por favor, e peço o apoio do Senador Mourão. (*Pausa.*)

Estou sem o Astronauta, mas já deu o quórum aqui? (*Pausa.*)

Deixe-me dar minha presença primeiro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, não temos apoio suficiente para a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, não existe. O Carlos Portinho, até para explicar para ele que ele precisaria ter o apoio de mais três Senadores...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Apenas eu gostaria de registrar, Sr. Presidente, que o PL entra em obstrução: obstrução em todas as Comissões, obstrução em Plenário, com exceção caso a medida provisória, Senador Paim e Senador Mourão, do Rio Grande do Sul, vá à votação, em solidariedade aos nossos colegas gaúchos, única razão pela qual o PL, no Plenário, naquele caso – se ocorrer esse caso –, não manterá sua obstrução.

O PL está em obstrução em defesa do Estado democrático de direito, do devido processo legal.

Nós estamos vendo que este Senado está se diminuindo mais uma vez na sua competência maior, que é justamente legislar. O Supremo Tribunal Federal, ao arrepio da lei, decide grupo econômico, cala opositores, suspende redes sociais, viola o art. 220 da Constituição, inova, ao contrário de jurisprudência sedimentada do STJ, autorizando o que a lei não autoriza, que é a citação e a intimação por rede social – onde já se viu isso num Estado democrático de direito? Ele abala a segurança jurídica no país, ele abala e mancha a imagem do país lá fora na busca de investimentos estrangeiros, porque certamente esses desmandos, as violações do STF, do Sr. Ministro Alexandre de Moraes, prejudicam a nossa imagem e a atração de recursos e transformam o país numa ditadura da toga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL está em obstrução nesta Comissão. Se outros partidos quiserem acompanhar ou não, o PL mantém a sua posição, independentemente do mérito do Senador Alessandro – quero deixar claro: terá meu apoio no momento, se for necessário, em votação futura. Independentemente do mérito de qualquer matéria, o PL entra em obstrução e, em razão disso, Sr. Presidente, e para ser coerente, eu peço a retirada do item 1 da pauta, de minha relatoria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

Está em votação, então, o item 2, que é simbólico.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao item 8, já lido pelo Senador Paulo Paim, com a discussão encerrada.

Em votação o relatório apresentado, com voto pela declaração de prejudicialidade do Projeto nº 2.017/2023.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Passamos só também à leitura dos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, me perguntaram sobre o que é o item 8, eu expliquei já que é sobre política de cotas, e como o tema de cotas já foi aprovado, esse aqui não mudará nada, porque já tem aquele que foi aprovado por nós todos, então só podia ser prejudicado. É do Rogério Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso, foi bem explicado, não é?

Submeto também à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 47ª e da 48ª Reuniões, realizadas em 27 de agosto e 2 de setembro, respectivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão, então, aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não, Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente Flávio Arns, bom dia.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, estou respondendo pela Liderança do Republicanos, e o Republicanos apoia a obstrução tal qual o PL, que se encontra nessa situação. Portanto, Presidente, eu solicito a retirada do item 5 da pauta, que é de minha relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Até foi bom V. Exa. ter lembrado. Por solicitação do Senador Carlos Portinho, está retirado o item 1, e, por solicitação de V. Exa., está retirado, então, de pauta o item 5.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2992, DE 2019

- Terminativo -

Dispõe sobre a validação de diplomas da educação superior expedidos irregularmente.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (MDB/TO)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Em 06/08/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2. Em 13/08/2024, a matéria foi retirada de pauta.

3. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1025, DE 2024

- Terminativo -

Inscreve o nome de João Ribeiro de Barros no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação)

Passamos ao item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1774, DE 2024

- Terminativo -

Inscreve o nome de André Pinto Rebouças no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação

A autoria é do Deputado Federal Alessandro Molon.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Peço licença para ir diretamente à análise.

Nos termos do disposto no inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre homenagens cívicas, a exemplo da proposição em debate.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, foi confiada à CE a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à CCJ, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, apresentam-se igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Não vislumbramos, ademais, vícios de injuridicidade.

A Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, alterada pelas Leis nº 13.229, de 2015, e nº 13.433, de 2017, disciplina a inscrição de nomes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, monumento localizado em Brasília, construído em homenagem ao ex-Presidente Tancredo Neves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos da referida lei, são merecedores da distinção brasileiros e brasileiras, individualmente ou em grupo, que tenham oferecido a vida à pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo, desde que decorridos dez anos de sua morte ou presunção de morte, exceção feita aos brasileiros mortos ou presumidamente mortos em campo de batalha. Rebouças faleceu em Funchal, na Ilha da Madeira, no dia 9 de maio de 1898, aos 60 anos.

Registre-se, em adição, que, no que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas.

No que diz respeito ao mérito, reconhecemos a importância ímpar do projeto.

André Pinto Rebouças foi um notável engenheiro e um dos mais importantes articuladores do movimento abolicionista brasileiro. Nascido em 3 de janeiro de 1838, em Cachoeira, na Bahia, ele se destacou como o primeiro engenheiro negro a se formar na Escola Militar. Sua trajetória é um testemunho de coragem, compromisso e luta por justiça.

André Rebouças dedicou-se intensamente à causa abolicionista, participando de diversas sociedades em prol da libertação e emancipação dos escravizados. Um aspecto importante de sua contribuição para a luta abolicionista foi questionar o que deveria ser feito com aqueles homens e mulheres uma vez considerados livres. Defendia que, junto com a abolição, deveria vir uma política de desapropriação e concessão de terras devolutas para que os novos homens e mulheres livres, bem como os imigrantes europeus pobres que vieram substituir a mão de obra escravizada negra no Brasil, se tornassem pequenos agricultores, tendo de onde conseguir sua subsistência. A forma como a abolição se deu, sem nenhum plano que pensasse ou propusesse trabalho aos libertados, foi decepcionante para Rebouças – e digo: maculou todo o desenvolvimento da nossa nação.

Mais decepcionante ainda foi a adesão dos antigos senhores de escravos e terras ao republicanismo, o que levou ao golpe que implantou a República em 1889. Monarquista convicto, Rebouças partiu para o exílio juntamente com a sua família e a família imperial, abandonando seu emprego e os muitos projetos que tinha para o Brasil. Manteve-se próximo de D. Pedro II, de quem era amigo pessoal, até seu falecimento. Depois da morte do ex-Imperador, partiu para o continente africano, a fim de auxiliar no desenvolvimento da África, tendo lá permanecido durante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguns anos. Foi nesse período que André Rebouças assumiu suas raízes africanas, decepcionando-se com a condição de exclusão e de pobreza dos africanos em seu próprio continente, explorado pelas nações europeias.

A trajetória de André Rebouças inspira gerações, destacando a importância da educação, da engenharia e do ativismo na construção de um Brasil mais justo e igualitário. Inquestionável, pois, que a homenagem ora proposta é justa e meritória, e a inscrição do nome de André Pinto Rebouças no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria é um ato nobre de reconhecimento da importância de sua vida e de seu legado na história do Brasil.

Conforme a argumentação, o voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ah, desculpe. Senador Paulo Paim – desculpe.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Permita-me, de forma muito rápida, só fazer aqui a homenagem ao nosso querido Relator, Senador Alessandro Vieira, e à iniciativa do projeto, que é do Alessandro Molon, do PSB, do Rio de Janeiro.

André Rebouças, de fato, foi uma referência – e é uma referência – para a comunidade negra do Brasil e do mundo. Destaca-se no Brasil, e – muito bem lembrado aqui pelo Relator – depois, quando viu que aqui estava muito difícil, ele foi ajudar na África o povo africano, onde ele assumiu efetivamente a sua identidade, no continente africano. Fez um trabalho brilhante, aos poucos foi sendo reconhecido como um grande engenheiro e um grande libertador. Ele foi uma referência para que um dia nós chegássemos à abolição da escravatura no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica aqui meu carinho por essa iniciativa, para o nome de André Pinto Rebouças no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, um dos maiores engenheiros do Brasil, negro, e que mereceu esse destaque graças ao Alessandro Vieira e também ao nosso querido autor, o Molon, nosso querido Molon.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

Continua a discussão da matéria.

Senadora Zenaide Maia, quero cumprimentá-la, assim como o Senador Wilder Morais e o Senador Zequinha Marinho. Sejam muito bem-vindos!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, é só para parabenizar o relatório...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A Senadora Teresa Leitão está aqui também, recuperada de uma cirurgia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – ... do Relator Alessandro Vieira. O nosso colega, Deputado Molon, tem um olhar diferenciado.

A gente vê que a luta ainda continua não muito diferente. Esta Casa vive lutando para que os negros tenham acesso. Fez o trabalho, vieram para cá, trouxeram escravizados, e a gente não vê muita diferença, a dificuldade que se tem.

Por isso que, quando se fala em cotas, eu costumo dizer: foram mais de 300 anos de escravidão, esta sociedade deve demais a essa população negra. E ele se decepcionou aqui, no Brasil, foi para a África e viu que os países já eram comandados por brancos europeus também e que as dificuldades eram as mesmas.

Essa homenagem é mais do que justa a esse cara corajoso que venceu todas as barreiras e chegou a ser engenheiro, porque não tinha condições de... E não era permitido nem aprender a ler e a escrever! Então, ele merece essa homenagem pela coragem, pela ousadia e por ter a certeza daquilo que a gente tem hoje: oferecer educação pública de qualidade para todos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

independentemente de cor, sexo, seja o que for, é a única maneira de se diminuírem as desigualdades sociais.

Parabéns, Alessandro.

E parabéns a Molon.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa. Muito bem colocado, assim como foram a intervenção do Senador Paulo Paim e o relatório de V. Exa.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, em razão da nossa obstrução, eu pediria que não fosse em bloco, fosse caso a caso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso. V. Exa. tem o apoio de mais três Senadores? O Wilder Morais...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Eu apoio, eu apoio, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O Senador Mourão.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Não havendo a possibilidade, pois tem que haver três apoios... Então, passamos ao item seguinte da pauta.

ITEM 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 3166, DE 2023

- Terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Bolsa Estudantil do Ensino Médio.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto, e contrário à Emenda nº 1-T.

2. Em 10/07/2023, foi apresentada a emenda nº 1-T, de autoria do Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR).

3. A matéria constou da pauta da reunião do dia 21/11/2023.

4. A votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

Consulto o Senador Paulo Paim para ser – ele já aquiesceu – o Relator *ad hoc* da matéria.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente Flávio Arns, o relatório é bem curto, é pequeno o relatório, feito pela brilhante Senadora Professora Dorinha Seabra, que conquistou já todos nós pela sua forma de atuar. Então, vamos ao relatório que é simples.

Trata-se do Projeto de Lei 3.166, de 2023, de autoria do nobre Senador Astronauta Marcos Pontes, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Bolsa Estudantil do Ensino Médio.

O objetivo geral do Projeto de Lei 3.166, de 2023, é autorizar o Poder Executivo a criar o Programa Bolsa Estudantil do Ensino Médio, visando conceder auxílio financeiro a estudantes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

baixa renda matriculados em escolas públicas. O programa, destinado a alunos do ensino médio inscritos no CadÚnico e beneficiários do Bolsa Família, pretende incentivar a permanência e o desempenho escolar, além de facilitar o acesso ao ensino superior.

O projeto, que recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), será apreciado em sede de decisão terminativa por esse Colegiado. Não foram apresentadas emendas.

Análise feita pela nossa querida Professora Dorinha Seabra.

No mérito, não há dúvidas sobre a relevância da problemática abordada pelo Projeto de Lei nº 3.166, de 2023, e a pertinência de suas considerações sobre os desafios da evasão escolar no Brasil. Entretanto, a matéria já foi contemplada com a promulgação da Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, que institui o programa Pé-de-Meia. Uma vez que esse novo programa incorporou a totalidade dos pontos essenciais propostos pelo PL nº 3.166, de 2023, somos favoráveis à declaração de prejudicialidade da proposição.

Eu queria, Sr. Presidente, também aqui elogiar o projeto do Senador Astronauta Marcos Pontes. Ele somente não foi aprovado no relatório da nossa querida Professora Dorinha Seabra porque ele já está contemplado no projeto Pé-de-Meia, mas a intenção merece aqui todos os nossos elogios. Infelizmente ou felizmente – eu diria felizmente –, está contemplado do programa Pé-de-Meia.

Votamos, então, pela declaração da prejudicialidade do Projeto de Lei nº 3.166, de 2023, nos termos do art. 334, inciso II, do Regimento Interno.

Esse é o voto, Sr. Presidente, da Professora Dorinha Seabra e que aqui eu tive a satisfação de ler, já que a explicação dela é correta. E deixo os nossos elogios, com toda a segurança, ao Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Obrigado pela relatoria, Senador Paulo Paim.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos da Instrução Normativa nº 5, de 2015, da Secretaria-Geral da Mesa, por ser a declaração de prejudicialidade prerrogativa do Presidente do Senado Federal e questão preliminar à apreciação terminativa, a deliberação será tomada pelo processo simbólico.

Em votação o relatório apresentado, com voto pela declaração de prejudicialidade do Projeto 3.166, de 2023.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pela declaração de prejudicialidade do Projeto nº 3.166, de 2023.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Gostaria de solicitar que apreciássemos o item 6, por gentileza.

Estava ali em outra sessão, em outra reunião e não estivemos aqui no horário.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – V. Exa. é sempre muito assíduo na Comissão e quero parabenizá-lo por isso, Senador Zequinha Marinho. Parabéns pelo trabalho!

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1765, DE 2024

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reconhece como manifestação da cultura nacional a Festa do Sairé, realizada no distrito de Alter do Chão, no Município de Santarém, no Estado do Pará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação

Autoria do Deputado Federal José Priante.

Concedo a palavra a V. Exa. para a leitura do relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Presidente, permita-me ir direto à análise do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Nos termos do art. 102, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre matérias que versem acerca de normas gerais sobre cultura, diversão e espetáculos públicos e homenagens cívicas, temas presentes no projeto em análise.

Além disso, por ser a única Comissão a se manifestar sobre a matéria, compete à CE, ainda, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspectos, nada há que se opor ao PL.

A competência concorrente da União para legislar sobre cultura decorre da previsão contida no inciso IX do art. 24 da Constituição Federal. É legítima, também, a iniciativa parlamentar, visto que não se trata de matéria reservada à iniciativa privativa do Presidente da República, conforme disposto no art. 61, §1º, do texto da Constituição.

Ademais, a matéria é passível de ser veiculada por meio de lei ordinária, já que a Constituição não exige lei complementar para a disciplina do assunto.

No que diz respeito à constitucionalidade material da proposição, deve-se destacar que o art. 216, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil expressa que os bens imateriais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira são considerados patrimônio cultural brasileiro.

Já o *caput* do art. 215 atribui ao Estado o dever de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, além de proteger aquelas fruto das culturas populares. O §1º do art. 215, por sua vez, determina que o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, assim como das culturas de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Verifica-se, assim, que, materialmente, a proposição se encontra em consonância com os ditames constitucionais. Ademais, o projeto atende aos requisitos de juridicidade, incluindo a boa técnica legislativa, e de regimentalidade.

No que diz respeito ao mérito, a proposição merece prosperar.

A Festa do Sairé, realizada em Alter do Chão, Santarém, Pará, é um exemplo notável de riqueza cultural. Esta celebração, que remonta ao século XVII, começou como um ritual indígena e foi adaptada pelos jesuítas para facilitar a catequização, incorporando ao longo do tempo elementos das culturas africanas e dos caboclos.

A festa é realizada anualmente em setembro e combina aspectos religiosos e culturais. O lado religioso é marcado por procissões, missas e atividades católicas que atraem centenas de fiéis, enquanto o lado cultural é representado pelo Festival dos Botos. Este festival folclórico envolve uma disputa entre os grupos Boto Tucuxi e Boto Cor de Rosa, que encenam a lenda amazônica do boto, um golfinho de água doce que se transforma em um jovem sedutor. As apresentações são acompanhadas por torcidas organizadas, e um grupo de jurados decide o vencedor.

A festa não é apenas um evento cultural, mas também um importante motor econômico e social para a região. Ao preservar tradições e estimular o turismo, a Festa do Sairé contribui significativamente para o desenvolvimento econômico, gerando empregos diretos e indiretos em Alter do Chão, Município de Santarém, com reflexos positivos em todo o oeste do Pará. Este impacto econômico ressalta a importância de reconhecer e apoiar eventos que preservam a identidade cultural brasileira e promovem o desenvolvimento regional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, é louvável a proposta em análise, que promove e valoriza esta importante manifestação cultural, preservando suas tradições e incentivando o turismo e o desenvolvimento na região.

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.765, de 2024, de autoria do Deputado José Priante, da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa., Senador Zequinha Marinho. Parabéns pelo relatório! Parabéns também ao povo do Pará, Município de Santarém, distrito Alter do Chão!

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item nº 3 da pauta...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sou contra a votação em bloco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Como?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vou pedir para que não seja votado em bloco, Sr. Presidente, em razão da obstrução e pedir para quem apoiar se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso.

Queria perguntar os apoios...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Eu apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Wilder Morais.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Permita-me só uma breve ponderação: primeiro, porque o requerimento contra a votação em bloco já foi apresentado e não teve apoiamento no momento anterior; e o segundo ponto é fazer um apelo aos colegas aqui que estão em obstrução, obstrução que me parece legítima diante de fatos graves. Mas, particularmente, estamos falando de projetos de homenagens a uma festa de cunho cultural importante lá do Alter do Chão, homenagens a figuras históricas da República brasileira. Seguramente teremos projetos em que essa obstrução – e aí me comprometo – terá meu apoio. Mas gostaria de contar com a compreensão de vocês para que não se alargasse a discussão de fatos que merecem o nosso consenso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, tendo o apoio do Senador Alessandro, que é muito válido – aliás, sempre foi um defensor do cumprimento das leis e da nossa Constituição –, eu retiro. Mantenho a minha obstrução, mas deixo a Comissão seguir o seu curso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos ao Senador Carlos Portinho.

Então, retomamos – item nº 3 – a pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3148, DE 2024

- Não terminativo -

Inscreve o nome de Eduardo Henrique Accioly Campos no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputado Federal Felipe Carreras.

Relatoria: Cid Gomes.

Consulto se o Senador Alessandro Vieira pode ser o Relator *ad hoc* da matéria.

Concedo, então, a palavra...

Mas, antes, eu quero saudar a presença do Pedro Campos, Deputado Federal. Estamos lidando com a matéria relativa ao pai do Pedro Campos. Então, seja muito bem-vindo.

Com a palavra V. Exa., Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Estou particularmente honrado em fazer a leitura do relatório do Senador Cid Gomes.

Peço licença para ir diretamente ao mérito.

Eduardo Campos, um preclaro político e economista brasileiro, foi um dos mais significativos articuladores de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social e econômico da nação. Nascido em 10 de agosto de 1965, na cidade de Recife, Pernambuco, descendeu de uma ilustre linhagem política, sendo neto do ex-Governador de Pernambuco Miguel Arraes, uma das figuras mais proeminentes do cenário político brasileiro. O convívio com o ilustre avô e a formação acadêmica em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco alicerçaram-se como a base de uma trajetória política exemplar e de notáveis realizações.

Aos 21 anos de idade, Eduardo Campos deu início à carreira política ao ser eleito Deputado Estadual em 1986. A atuação parlamentar logo se destacou pela eloquência e dedicação às causas sociais, o que o conduziu à Câmara dos Deputados em 1990, tendo sido reeleito em 1994 e 1998. No Parlamento, revelou-se um fervoroso defensor do desenvolvimento regional e das políticas de inclusão social, ao participar com destemor de comissões de grande relevo e apresentar projetos de lei que visavam à melhoria das condições de vida da população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No ano de 2003, Eduardo Campos assumiu a honrosa posição de Ministro da Ciência e Tecnologia no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Durante sua gestão à frente do ministério, promoveu notáveis avanços na área científica, com destaque para o fortalecimento do programa de inclusão digital e a implementação de políticas de incentivo à inovação e à pesquisa científica.

Em 2006, Eduardo Campos foi eleito Governador de Pernambuco, cargo que exerceu com notável dedicação de 2007 a 2014. Seu mandato foi caracterizado por um crescimento econômico sem precedentes e pela implementação de políticas públicas inovadoras. Sob sua liderança, Pernambuco tornou-se um polo de atração de grandes investimentos, como a instalação de unidade da Fiat Chrysler Automobiles na cidade de Goiana, no extremo norte da Região Metropolitana do Recife.

Além disso, instituiu o programa Todos Pela Educação, que resultou na edificação de mais de 300 escolas de referência e na expressiva melhora dos índices educacionais do estado. Em 2013, Pernambuco alcançou o segundo melhor resultado do Ideb no Brasil, um feito de grande magnitude.

Na seara da saúde, Eduardo Campos também deixou um legado inestimável. Instituiu o Programa Mãe Coruja, que contribuiu para a redução da mortalidade infantil no estado, e promoveu a construção de hospitais de grande envergadura, como o Hospital Dom Helder Câmara e o Hospital Miguel Arraes, ampliando o acesso da população a serviços de saúde de alta qualidade.

Em 2014, Eduardo Campos lançou-se candidato à Presidência da República pelo PSB, apresentando-se como uma alternativa viável para o eleitorado brasileiro, com propostas centradas no desenvolvimento sustentável, na educação e na justiça social. A promissora campanha presidencial foi tragicamente interrompida por um acidente aéreo em 13 de agosto de 2014, resultando na sua prematura partida, no vigor de seus 49 anos, e causando um profundo impacto no cenário político nacional. Não obstante, as ideias e os projetos defendidos por Eduardo Campos continuam a reverberar na política brasileira, influenciando debates e políticas públicas contemporâneas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A trajetória de Eduardo Campos é um paradigmático exemplo de liderança comprometida com o bem-estar social e o desenvolvimento econômico. A atuação política do pernambucano reconhecido em âmbito nacional deixou um legado duradouro e continua a inspirar novas gerações de líderes brasileiros. A inscrição de seu nome no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, portanto, é uma justa e meritória homenagem a um homem que dedicou sua vida à construção de um Brasil mais justo e igualitário.

E, Sr. Presidente, me permita um adendo. Para além dos feitos da vida pública, o ex-Governador, o falecido Governador Eduardo Campos, deixou para o Brasil um legado político de sucessão: tem hoje seu filho João Campos como Prefeito do Recife, altamente aprovado, com uma gestão inovadora e de qualidade; e tem nosso colega Parlamentar Pedro Campos, Deputado Federal, aqui também nos honrando, com destaque na atuação.

O voto, Sr. Presidente, naturalmente é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Alessandro Vieira pela relatoria *ad hoc*.

Está em discussão a matéria.

Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora Zenaide, Deputado Pedro Campos, eu não podia deixar de comentar esse projeto, na minha condição de pernambucana e na minha condição de Parlamentar estadual à época em que Eduardo Campos foi Governador, por duas vezes, do Estado de Pernambuco. Ele se elegeu a primeira vez em 2006 e se reelegeu em 2010 com uma das mais expressivas votações do estado. Em algumas cidades, se não me engano, Pedro, 40 cidades do estado, Eduardo teve mais de 90% da votação. Em 2002 fomos ao segundo turno: ele foi ao segundo turno com o nosso apoio; e em 2010 se elegeu no primeiro turno.

Então, muito do que está contido no relatório, no que concerne a projetos de lei, tivemos o cuidado e a atenção de discutir na Assembleia Legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para além do aspecto administrativo, amplamente aprovado no estado e ainda hoje com resultados, Eduardo fez o sucessor, que teve também dois mandatos.

Nós tivemos a certeza de ter um grande líder no estado: uma liderança jovem, articulada, forjada na luta – nasceu praticamente dentro de uma urna – e que trouxe, para o Estado de Pernambuco, e poderia também ter refletido... Ele foi ministro do Presidente Lula, Ministro da Ciência e Tecnologia, com uma forma de atuar que ainda hoje é muito lembrada.

O PSB, o seu partido de origem e de sempre, está fazendo no estado muitas atividades de comemoração aos 50 anos que Eduardo completará ou completaria no próximo ano, e é o período também do seu trágico desaparecimento – trágico e bastante prejudicial, impactante para a política de Pernambuco.

Acho que a Câmara dos Deputados, por meio do Deputado Felipe Carreras – e agora com o relatório do Senador Alessandro Vieira –, presta uma homenagem que a nós, pernambucanos, todos os pernambucanos e pernambucanas, muito envaidece e a todos nós contempla.

Quero deixar aqui o meu testemunho e o meu voto com louvor ao Projeto 3.148.

Muito obrigada e parabenizo, na pessoa do Deputado Pedro Campos, toda a família de Eduardo Campos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, agradeço a V. Exa.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação... (*Pausa.*)

Não, já.... (*Pausa.*)

Ninguém se manifestou.

Desculpe, o Senador Paulo Paim tinha... (*Pausa.*)

Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada a discussão, portanto.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

É não terminativo porque a matéria vai agora ao Plenário, porque tem a sua origem...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Peço urgência, Sr. Presidente, para o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Em votação o requerimento de urgência apresentado pelo Senador Alessandro Vieira.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu gostaria de passar a palavra ao Pedro Campos, Deputado Federal, filho de Eduardo Campos. O Brasil estima Eduardo Campos, admira e reconhece o valor do pai, do filho, da família, dos filhos, pelo bem feito na área social e econômica.

Houve uma sessão especial na Câmara dos Deputados pelos dez anos de falecimento, muito especial, muito significativa, com uma participação suprapartidária.

Então, eu concedo a palavra a V. Exa. também para se manifestar aqui na Comissão, caro Deputado e amigo Pedro Campos.

O SR. PEDRO CAMPOS (PSB - PE. Para expor.) – Muito obrigado. Bom dia a todas e a todos.

Agradeço ao Senador Flávio Arns por prontamente ter colocado na pauta este projeto que inscreve o nome de Eduardo Campos no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer também ao Senador Cid Gomes pelo relatório; ao Senador Alessandro Vieira pela leitura do relatório, também por suas considerações, um Senador que tem nos ajudado, através do gabinete compartilhado, a também aprimorar o nosso mandato; e agradecer as considerações da Senadora Teresa Leitão e o voto de todas e todos aqui presentes no dia de hoje.

Quero apenas reforçar a importância desse projeto aqui não falando apenas como filho de Eduardo – eu como filho o tenho como herói desde o dia em que eu nasci –, mas entendendo a importância de Eduardo enquanto um herói da pátria por tudo que ele fez e por tudo que ele defendeu na sua trajetória política, e aqui marcando alguns pontos importantes. A sua passagem no Ministério da Ciência e Tecnologia foi fundamental para a construção das políticas de ciência e tecnologia do então Presidente Lula e hoje continuam sendo a base para o desenvolvimento da tecnologia do país; como o marco da inovação; como também a Lei do Bem, que garantiu a possibilidade de incentivo fiscal para as empresas que investem em ciência e tecnologia; como o marco da biossegurança, que permitiu que o Brasil fosse pioneiro nas pesquisas com células-tronco, que são tão importantes na área da saúde.

Um outro ponto importante da trajetória de Eduardo, que ajudou na construção do Brasil e nas discussões em relação à educação, foi quando ele teve a oportunidade de ser Governador do estado e implantar em Pernambuco a maior rede de educação em tempo integral do país. Ao tempo, existiam mais escolas de tempo integral em Pernambuco do que em todo o Sudeste do país, junto, somado, e a gente viu que a educação integral e em tempo integral serviu de base inclusive para que este Congresso aprovasse, no último ano, uma política de incentivo à educação. E o Estado de Pernambuco segue sendo hoje, no ensino médio, o estado que tem a maior cobertura da educação em tempo integral por conta de uma decisão política e da capacidade de fazer de Eduardo.

E, ainda na pauta da educação, Eduardo também teve um destaque muito importante na discussão da divisão dos *royalties* do pré-sal, com o olhar da educação e com o olhar do desenvolvimento regional, entendendo que o pré-sal era um patrimônio do povo brasileiro, cujo benefício deveria ser retornado para todo o povo brasileiro, por meio da sua distribuição em todo o Brasil, com foco em investimento na educação, para que a gente pudesse sair apenas de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país que explora *commodity* para virar um país que dá dignidade para o seu povo e que consegue avançar rumo ao desenvolvimento.

Então, por tudo isso, nós acreditamos que Eduardo foi, sim, um herói da pátria brasileira e que a inscrição do seu nome no Livro dos Heróis da Pátria faz justiça à sua história. Por isso, agradeço ao Senado por também reafirmar isso. E a gente acredita que, muito em breve, estará sendo votado no Plenário deste Senado, para que a gente possa ver o nome de Eduardo inscrito no Livro de Aço, servindo de exemplo para tantos políticos que virão e que poderão seguir, assim como ele, lutando pelo desenvolvimento do país, pela justiça social e pela nossa educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, caro Deputado Pedro Campos.

Quero parabenizar o Plenário também pela aprovação do projeto de lei.

Quando eu falo: "Filho...". Eu sempre digo assim... Às vezes, o pai morre, a mãe falece, o avô, a avó, uma pessoa da família, e eu sempre digo: "Olha, ele vai continuar ou ela vai continuar sendo referência". A gente precisa ter referências, em nosso país, boas, a favor de cidadania, de dignidade, de juventude. Inclusive, o seu pai, quando faleceu, era jovem, mas idealista. Queria fazer uma realidade melhor, diferente. Então, que ele continue sendo a referência, nesse sentido, para a família, porque vocês têm uma caminhada: "Olha, o pai pensou isso, pensou aquilo", e também para toda a sociedade brasileira. Nós temos que ter essas referências todas bem colocadas. Parabéns!

Passamos ao item 10 da pauta. É um aviso.

ITEM 10

AVISO Nº 70, DE 2015

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encaminha exemplar do "Relatório Sistêmico de Fiscalização da Educação - Exercício de 2014" (FiscEducação/2014), apreciado pelo Acórdão nº 528/2015-TCU-Plenário (TC-020.808/2014-3).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra.

Consulto o Senador Paulo Paim se pode ser o Relator *ad hoc*. (*Pausa.*)

Com a palavra V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu não falei no momento em que foi indicada aqui a figura de Eduardo Campos e defendida, brilhantemente, pelo filho dele que está aqui. Eu conheci o Eduardo Campos, convivi um período com ele, porque eu estou aqui desde a Assembleia Nacional Constituinte. De fato, é difícil encontrar grandes homens da República com que eu não tenha convivido. Aí foi – e não faço nenhum debate ideológico – desde Jarbas Passarinho, Mário Covas, Ulysses Guimarães, enfim, Tancredo Neves, pelo tempo que ele ficou aqui entre nós. Eu já estava na lida política e sempre tive muito carinho e muito respeito pelo Eduardo Campos. A morte dele foi uma grande perda para o país. Eu me lembro daquele trágico dia, em que o país todo chorou, mesmo aquele que tinha divergências – e é natural, na política –, quando soubemos que o avião tinha caído e ele faleceu.

É o Pedro que está aí, não é? Então, eu neste momento faço aqui o meu abraço, o meu carinho, dizendo que ele deixou um legado das suas ideias para o país, e é com convicção que muitos de nós seguem as ideias do grande Eduardo Campos. Só esse registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem colocado. Parabéns!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, no parecer aqui da nobre e querida Professora Dorinha Seabra, eu vou direto à análise, porque é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um longo relatório, mas a Professora Dorinha, com a competência de sempre, na análise, conseguiu resumir todo o projeto em questão.

O exame de avisos encaminhados à apreciação desta Casa e aos seus colegiados enquadra-se nas competências de controle externo do Congresso Nacional sobre as entidades integrantes da administração pública, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, as quais são exercidas com o auxílio do TCU, conforme preceitua o art. 71 da mesma Carta Magna.

Em adição, por força do disposto no art. 5º, inciso II, da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, mediante a qual foi aprovado o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024, cumpre a esta Comissão e à sua congênere na Câmara dos Deputados, monitorar e avaliar, periodicamente, a execução do referido plano e o cumprimento de suas metas.

Por fim, de acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão apreciar matérias relativas à educação nacional. Nesse sentido, a presente manifestação está amparada nas competências constitucionais, legais e regimentais conferidas a esta Casa Legislativa e a este Colegiado em particular.

Entendemos que o expediente sob exame cumpriu o seu objetivo institucional, ao retratar a situação educacional naquele determinado período histórico, podendo ser útil até hoje, passados quase dez anos, na medida em que serve como registro de que, a despeito da fiscalização feita no momento certo, infelizmente até os dias atuais, muitos dos achados descritos no relatório permanecem. Destacamos, dentre tantas outras questões, a do atraso na discussão do novo PNE: foram quatro anos entre a expiração de um e a publicação de outro, o que dificultou as análises realizadas pelo TCU. Infelizmente, é muito provável que, pelo andar da carruagem, essa situação se repita agora em 2024, pois o PNE atual perde vigência em junho.

Vale lembrar, em relação a essa questão específica, que está nas mãos do Congresso Nacional não repetir o passado e garantir, ao fim e ao cabo, o direito à educação, nos termos da Constituição Federal, tomando providências tais como a aprovação do Projeto de Lei nº 5.665, de 2023, de nossa autoria – aqui no caso da Relatora –, que prorroga, até 31 de dezembro de 2028, a vigência do Plano Nacional de Educação aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Com o texto atual prorrogado, os órgãos fiscalizadores terão balizas com que trabalhar, caso o novo PNE tenha tramitação demorada. Mais que isso, os gestores terão a oportunidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de cumprir determinações que ainda não cumpriram, por motivos variados, e as Casas terão tempo suficiente para realizar uma discussão qualificada, sem açodamentos, das metas a serem promovidas na educação nacional.

Voto.

Pelo exposto, votamos pelo conhecimento do Aviso nº 70, de 2015 (nº 1.354, de 2015, na origem), oriundo do Tribunal de Contas da União, atinente ao Acórdão nº 528, de 2015, e pelo seu arquivamento, nos termos do art. 133, III, do Regimento Interno do Senado Federal.

Esse é o relatório da nobre Senadora Professora Dorinha Seabra, competente Senadora, e eu aqui indicado por V. Exa., Senador Flávio Arns, li o relatório *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço a V. Exa..

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pelo conhecimento e arquivamento da matéria, nos termos o art.133, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria vai ao Plenário.

Passamos à votação nominal, em bloco.

Eu quero explicar, para alguns Senadores que chegaram na sequência, que houve um acordo do Senador Carlos Portinho, do Senador Wilder Morais, do Senador Alessandro Vieira e do Senador Mourão, presentes, que nós votaríamos por se tratar de matérias, inclusive apesar da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obstrução que os partidos legitimamente, de acordo com o Regimento, estão realizando. Por isso, então, passaremos, agora, à votação nominal, em bloco, dos itens 6 e 7 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

Em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 1.765, de 2024, e PL 1.774, de 2024.

As Senadoras e os Senadores que votam com os Relatores ou as Relatoras votam "sim".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Enquanto isso, nós vamos lendo os demais itens da pauta.

Passamos agora ao item 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 4397, DE 2019

- Terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade de as escolas públicas de ensino fundamental e médio exibirem a média relativa ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela rejeição

Relatoria do caro amigo estimado Senador Esperidião Amin.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Esperidião Amin, para leitura do relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Não é agradável apresentar um voto contrário a um texto produzido por um amigo que, casualmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é Presidente do meu partido. Então é uma coisa controversa, viu, Senador Laércio? É ruim. Eu acho que foi em um momento, digamos assim, de "deslembrança" que o nosso Presidente me passou essa missão. Não foi certamente proposital, mas eu sou obrigado a me submeter a uma posição que foi definida pela Consultoria, que até modificou o meu pensamento. Eu acho que as escolas deveriam, sim, ostentar os seus resultados, até como forma de se afirmar. Mais do que isso, eu acho que os municípios deveriam disputar as posições em todos os índices, especialmente os relacionados à educação, e deveriam ser premiados por isso. Ou acreditamos no índice, ou não acreditamos.

A minha modesta formação acadêmica foi em torno disso, viu, Senadora Rosana? Eu fiz mestrado utilizando indicadores de desenvolvimento social e econômico na administração pública e consegui, aos 62 anos de idade, fazer o doutorado no Programa de Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina, tendo como meta indicadores de sustentabilidade na administração pública. E testemunhei, em Florianópolis, quando a então Prefeita Angela Amin promoveu uma redução brutal no índice de mortalidade infantil, fazendo de Florianópolis a capital com menor taxa do Brasil, em dois anos – coisa de alemão, disciplina, cumprimento, engajamento –, que o indicador passou a ser uma espécie de gol. "Olha, eu fiz mais gol do que... você fez mais gol do que eu, vou atrás de você, vou procurar". Quer dizer, uma competição positiva, porque não é para prejudicar a outra, é para melhorar a minha.

Mas a nossa consultoria, diante de uma escola, exemplifica com o seguinte: um bom Ideb, o estudante vai se isentar de alguma responsabilidade? Eu tenho dúvida. Ou, se eu entrar no Ideb eu vou compreender, e vão me fazer compreender, que eu vou ter que fazer um esforço para acompanhar e melhorar, e criar com isso um mecanismo de promoção. A fixação de notas do Ideb nas fachadas das escolas, segundo, digamos, a ponderação feita – não era minha –, individualiza e segmenta a responsabilidade pelo sucesso acadêmico. Eu acho que aquilo representa um time. É o time. O Ideb... Não, mas o Ideb da escola, aí é o time. E, se for do município, aí é o time maior.

Então, eu gostaria de dizer que, ainda que o voto seja tecnicamente denegatório, depois de tudo que eu aprendi, e depois do que eu tenho ouvido sobre o desempenho... Quantas metas não cumprimos do PNE que agora vai ser revalidado? Vai tomar uma vacina para ser revalidado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu apresentei as minhas emendas ao PNE, que sempre foram sobre avaliação, com o sentido de que o resultado seja um gol, ou contra ou a favor, mas é gol. O brasileiro não vibra quando "fez um gol, perdeu um gol, tomou um gol". Então, a competição faz parte da vida. Alguns dizem que isso é nocivo. Temos experiências advindas do Japão. O Japão talvez seja dos que nós conhecemos – o senhor conhece melhor do que eu –, mas há comentários, há estudos até que dizem que o clima de competitividade é tal que leva muitos meninos e crianças à frustração e até, digamos assim, a atentar contra si próprio.

Então, eu queria pedir permissão, Presidente, para... Eu vou retirar esse parecer, vou dar uma reexaminada no projeto, para ver se nós podemos cuidar com uma medida complementar, para não só ostentar, mas estimular. Se eu tivesse que fazer hoje uma emenda ao projeto, eu diria o seguinte: as escolas do município, por exemplo, estabelecerão prêmios e correção para os mais bem-sucedidos, e a correção e rumo para os não bem-sucedidos.

Então, eu quero dizer que refleti sobre isso. Até compartilho com os que estão aqui presentes. Eu vou retirar o projeto e vou reapresentá-lo na primeira sessão presencial que tivermos; não vou apresentar em sessão remota. Se o senhor concordar e se os demais concordarem...

Eu acho que só ostentar é pouco, mas, se isso estimular uma competição positiva, eu acho que o projeto mostra a sua melhor face, que foi a pretensão do Senador Ciro Nogueira. Eu acho que esses efeitos colaterais nós podemos, digamos, consertar e dar a eles também um sentido positivo. Concordam?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Concordamos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor concorda?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Concordamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sempre é um debate que tem que acontecer. Inclusive, há um grande debate sobre o próprio Ideb no Brasil, se é o melhor sistema, se tem que ser alterado, como valorizar outros fatores, inclusive, talvez, fazendo a consulta para a assessoria do Senado, para a Consultoria verificar, também à luz do novo Fundeb, que é o Vaar (Valor Aluno Ano Resultado). Lá já houve um debate também grande sobre como pensar nos resultados da periferia, de uma comunidade quilombola, indígena e como é que essa colocação ostensiva do resultado vai ajudar ou não também...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Indo na sua observação mais holística, digamos, o próprio FNDE tem um projeto que premia. O FNDE tem que ter alguns critérios de premiação para... Esse projeto foi apresentado por ocasião daquela comissão de inquérito...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É porque, às vezes, as pessoas colocam que, por exemplo, uma escola de centro urbano, com alunos que tiveram melhores condições no decorrer da vida, de apoios e tudo, teve nota cinco, não é? E lá, na periferia, onde as condições são precárias, as pessoas vulneráveis e tal, eles aumentaram de dois para quatro, vamos dizer. Quer dizer, como valorizar o aumento, e não...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O progresso relativo, no caso – o progresso relativo que teve.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É. São coisas claras. A gente quer que, na periferia, eles atinjam, no exemplo dado, o melhor valor possível, mas, de dois para quatro, às vezes é mais do que o cinco que foi colocado, dependendo das condições em que isso acontece.

Então, enfim, é um debate interessante para ver até o próprio instituto do Ideb, não para saber como mudar, mas como ir aprimorando.

Muito bem. Já temos o quórum. Vamos, então, encerrar a votação e proclamar o resultado.

Está encerrada a votação dos itens que foram colocados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Votaram SIM 13; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Então, estão aprovados os projetos de lei, nos termos dos relatórios apresentados, os PLs 1.765, de 2024, e 1.774, de 2024.

Essas matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

Passamos ao item 12 da pauta.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2017

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências, o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para promover a qualificação profissional do adolescente em regime de acolhimento institucional.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela rejeição do projeto e pela prejudicialidade das Emendas nº 1-CAS, nº 2-CAS e nº 3-CAS.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nº 1-CAS, nº 2-CAS e nº 3-CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Relator é o Senador Laércio Oliveiral, aqui presente o tempo todo.

Parabéns e obrigado pela presença, pela participação sempre!

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Laércio Oliveira.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Querido e nobre Senador Flávio Arns, é um prazer muito grande estar aqui presente na nossa Comissão, agradecendo a deferência de V. Exa. para encaminhar esse projeto, que, para mim, a relatoria com a sua permissão, eu queria ir direto para a análise e, consequentemente, em seguida, para o voto.

O PLS nº 190, de 2017, aborda matéria de natureza educacional e está, portanto, sujeito ao exame de mérito da Comissão de Educação, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

Não há reparos a fazer quanto à constitucionalidade e à juridicidade da iniciativa.

Quanto ao mérito, cabe, inicialmente, lembrar que, segundo o art. 205 da Constituição Federal, a educação é direito de todos e visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Já o art. 227 da Constituição Federal estabelece que deve ser assegurado à criança, ao adolescente e ao jovem "com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária", ademais de "colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

Nesse sentido, além das normas gerais de democratização do acesso à educação desde a primeira infância previstas pela Lei 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – lei conhecida como LDB –, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei 8.069, de 1990, prevê normas que buscam assegurar o direito à profissionalização e a proteção ao trabalho dos adolescentes.

Já a Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000, institui garantias ao contrato de aprendizagem, definido como contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 anos e menor de 18 anos formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico.

Com efeito, as medidas previstas no projeto reforçam o apoio a pessoas que, de fato, precisam de tratamento especial do Estado, a fim de lhes assegurar maior igualdade de oportunidade de formação profissional.

Na verdade, os jovens em geral já enfrentam grandes dificuldades para o acesso à qualificação profissional e ao mercado de trabalho. Conforme a pesquisa Empregabilidade Jovem Brasil, da Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, divulgada em maio de 2023, 55% dos desempregados no País são constituídos por jovens de 14 a 24 anos, o que perfaz um contingente de 5,2 milhões de pessoas. Ademais, pelo menos 7,1 milhões de jovens nessa faixa etária não estudam nem trabalham. A pesquisa revelou ainda que 38% das jovens desocupadas e 46% dos desocupados não haviam concluído o ensino médio.

O desafio da qualificação profissional pode ser ainda maior para os adolescentes em regime de acolhimento institucional. Nesse sentido, as intenções da iniciativa em análise são meritórias.

Contudo, Sr. Presidente, as sugestões do PLS, assim como medidas semelhantes contidas em várias proposições, têm sido criticadas pelos empregadores e pelos serviços nacionais de aprendizagem por instituírem subcotas de atendimento a segmentos vulneráveis da população sem levar em conta as ações de qualificação profissional que já são desenvolvidas em favor desse público. Ademais, tais proposições são vistas com reserva por criarem restrições ao direito dos empregadores de selecionar seus aprendizes e, ainda, por estabelecerem dificuldades no processo de seleção de estudantes carentes beneficiados por iniciativas previstas ou não em lei.

Note-se, ainda, a impropriedade de referência ao Decreto-Lei nº 4.073, de 1942, que institui a Lei Orgânica do Ensino Industrial. Ainda que esse documento não tenha sido expressamente revogado, grande parte de suas normas – senão todas – caducaram pela legislação superveniente, em particular pelo novo ordenamento conferido à educação profissional pela LDB, e por leis que a alteraram, em especial a Lei nº 11.741, de 2008. Dessa maneira, não se justificaria promover alterações nesse decreto-lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As emendas da CAS, embora tenham o legítimo objetivo de aperfeiçoar o projeto, incorrem no mesmo equívoco de criar dificuldades para o processo seletivo de estudantes pelas instituições que oferecem cursos de qualificação profissional, as quais, cumpre reiterar, já observam critérios para beneficiar públicos que necessitam de ações afirmativas.

Diante desse quadro, afigura-se desaconselhável a aprovação do PLS em exame, o que também compromete as emendas que lhe foram dirigidas na CAS.

Vou ao voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2017, e pela prejudicialidade das Emendas nº 1, da CAS, nº 2, da CAS, e nº 3, da CAS.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Está em discussão matéria.

Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, em que pese todo o amor que eu tenho pelo Senador Laércio – é amor, sim, ele me chama de tia até hoje, nós somos amigos desde a adolescência –, eu quero vista a esse PL.

Eu tenho dúvidas, Laércio, sobre a vulnerabilidade desses meninos em acolhimento. Trabalhei com esses meninos. Meu sonho é que esses meninos realmente tenham a oportunidade de ir para o mercado de trabalho.

Eu vou pedir vista e nós vamos conversar se há uma possibilidade de a gente aproveitar parte desse projeto. Eu sei que nós não podemos ficar criando subcategorias de vulneráveis, o vulnerável é o vulnerável. O menino no acolhimento, se a gente não tiver um bom diretor daquela unidade de acolhimento, nunca vai ter acesso a um estágio – se não tiver a iniciativa, nunca vai ter –, mas, se a gente fizer essa busca ativa de uma forma contrária, esse menino com certeza terá oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero vista por uma semana, Presidente. Vou conversar com Laércio e ver no que a gente pode ajudar, nem que seja para aproveitar uma parte do projeto – ou, se precisar, eu apresento outro depois –, mas queria muito falar com você sobre esse PL, Laércio.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva ao projeto.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

A tia Damares pediu, tem que obedecer à tia, então eu acolho o pedido dela.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não, que bom.

Gostaria de acrescentar que temos um excelente Relator do diálogo, do entendimento, que é o Senador Laércio Oliveira, e temos a Damares Alves, que é uma pessoa que tem uma experiência também extraordinária nessa área. Então, o diálogo, sem dúvida, vai acontecer.

Eu agradeço muito ao Senador Laércio, à Senadora Damares, como sempre.

Eu quero só destacar aqui a presença do Fernando Cotta, da Polícia Rodoviária Federal, o que já é uma honra, mas, além disso, é Presidente de honra do movimento... É Presidente de honra ou Presidente de fato?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – O de fato também está aqui, mas ele é o Presidente de honra do Movimento Orgulho Autista Brasil. O Presidente de fato é o... (*Pausa.*) Edilson, claro, o Edilson, com quem a gente já conversou inúmeras vezes. Tanto o Edilson como o Fernando – me permitam chamá-los assim – estão permanentemente nos debates, nas discussões, nas diversas Comissões do Senado Federal, pensando na área e buscando alternativas na área do atendimento da pessoa com TEA (transtorno do espectro autista). E o Movimento Orgulho Autista Brasil é uma referência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora há pouco nós falávamos de referências na questão do Eduardo Campos com Pedro Campos, porque o Eduardo é uma referência. E vocês são, para mim, uma referência, e para muitas pessoas, pelo trabalho que desenvolvem, pelas ideias, pelos posicionamentos. Continuem firmes nessa caminhada, Edilson e Fernando, que também, já que você é de fato e ele, de honra, são referência. Parabéns!

Muito bem. Então, tendo apreciado os itens da pauta – alguns foram retirados, outros apreciados –, antes de encerrar esta reunião, informo que teremos, amanhã, às 14h, audiência pública da Subcomissão Permanente da Alfabetização na Idade Certa, uma Subcomissão extremamente necessária e importante para o Brasil.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 50ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas do dia cinco de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Izalci Lucas, Leila Barros, Damares Alves e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Otto Alencar, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, André Amaral, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Teresa Leitão, Flávio Arns, Rosana Martinelli, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 22/2024 – CE e REQ 80/2024 - CE, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater "as cotas étnico-raciais nos programas e ações do Ministério da Cultura". **Participantes:** Sra. Mariana Braga Teixeira, Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério da Cultura; Sra. Letícia Cesarino, Chefe da Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MCDH); Sra. Vanessa Machado, Diretora Substituta de Políticas de Ações Afirmativas do Ministério da Igualdade Racial (MIR); Sr. Yuri Michael Pereira Costa, Defensor Público Federal e Coordenador do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais da Defensoria Pública da União (DPU); e Sr. Cleber Santos Vieira, Assessor da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (MEC). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/05

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, que se realiza nesta data, 5 de setembro de 2024.

Objetivo e diretrizes da reunião.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater as cotas étnico-raciais nos programas e ações do Ministério da Cultura, em atenção ao Requerimento nº 80, de 2024, e ao Requerimento nº 22, de 2024, de nossa autoria e de outros Senadores e Senadoras.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados:

- A Sra. Mariana Teixeira, Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério da Cultura. Meus cumprimentos pela presença – e é pontual também!; (*Palmas.*)

- A Sra. Vanessa Machado, Diretora Substituta de Políticas de Ações Afirmativas do Ministério da Igualdade Racial;

- A Sra. Letícia Cesarino, Chefe da Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. (*Palmas.*)

De forma remota, teremos os seguintes convidados:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- O Sr. Yuri Michael Pereira Costa, Defensor Público Federal e Coordenador do Grupo de Trabalho de Políticas Étnico-Raciais da Defensoria Pública da União (DPU);

- O Sr. Cleber Santos Vieira, Assessor da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu vou fazer uma pequena fala em nome da Presidência da Mesa.

Comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores e expositoras.

Na exposição inicial, informo que cada convidado poderá fazer uso da palavra por dez minutos. Se necessário for, darei mais cinco. E, se for preciso, mais cinco. Bem *light* aqui a nossa reunião, bem tranquila. Ao fim da exposição, teremos os comentários finais.

Eu vou fazer, como havia aqui falado rapidamente... Teremos também o e-Cidadania, que já chegou aqui com uma dezena de perguntas, que farei no momento adequado.

Vou fazer uma pequena apresentação do debate de hoje.

Hoje, realizamos esta audiência pública com o objetivo de iniciar a avaliação de políticas públicas da Comissão de Educação e Cultura, proposta no Plano de Trabalho sobre Cotas Étnico-Raciais nos Programas e Ações do Ministério da Cultura. A finalidade do plano é avaliar se as políticas públicas de cultura e os editais do Ministério da Cultura contemplam adequadamente os recortes étnico-raciais; e, com base nos resultados, oferecer recomendações ao Poder Executivo e desenvolver proposições legislativas para aprimorar essa política.

Visando à eficácia e à eficiência dessas políticas no combate ao racismo estrutural e na promoção da inclusão das pessoas negras nas ações culturais promovidas pelo Ministério da Cultura, cito algumas ações e programas do Ministério da Cultura que possibilitam a promoção da igualdade no Brasil: o Sistema Nacional de Cultura, a Política Nacional Aldir Blanc, o Plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional do Livro e Leitura, a Cultura no Novo PAC, a Lei Paulo Gustavo, o Cultura Viva, o Vale-Cultura e tantas outras.

"O relatório do [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] IBGE mostra que, de 2014 a 2018, o percentual de trabalhadores na área cultural com carteira assinada caiu de 45% para 34%, e a informalidade cresceu praticamente na mesma medida. [...] Na definição usada pelo IBGE, 44% dos pretos e pardos vivem em cidades sem cinemas, contra 34% [...] [daqueles que não são negros]; 37%, em cidades sem museus, contra 25% [...] [daqueles que não são negros]. Em cidades sem nenhum teatro ou sala de espetáculo, a diferença é a mesma."

Levantamento inédito mapeia a participação de diretores negros no cinema nacional nos últimos 80 anos. O Instituto Nicho 54, por meio do projeto Cinemateca Negra, mapeou de forma inédita as produções cinematográficas entre 1940 até 2022, para verificar que 1.086 filmes, incluídos longas, curtas e médias-metragens, foram dirigidos por uma ou mais pessoas negras. Temos muito que avançar em um país onde 54% da população é negra, preta e parda.

Vamos ouvir os especialistas do Ministério da Cultura, do Ministério da Educação, do Ministério da Igualdade Racial e do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, para que possamos avaliar as diversas ações de enfrentamento ao racismo no Brasil diante do Plano de Trabalho sobre Cotas Étnico-Raciais nos Programas e Ações do Ministério da Cultura.

Axé! Vamos em frente, e que tenhamos uma boa audiência pública.

De imediato vamos para os nossos convidados.

Sigo aqui a orientação da Secretaria desta Comissão e, de imediato, passo a palavra para a Sra. Mariana Braga Teixeira, Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério da Cultura.

Eu nem as tinha cumprimentado. (*Pausa.*)

Sejam bem-vindas! Um abraço a todos, e também aqueles que estão por videoconferência aceitem o meu abraço – se não o aceitarem, eu dou assim mesmo, porque o abraço é dado a todos. (*Risos.*)

Doutora, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIANA BRAGA TEIXEIRA (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

Peço licença ao senhor e a toda esta Casa e aproveito para parabenizar por esta importante iniciativa. É uma honra para o Ministério da Cultura estar aqui hoje, podendo falar um pouquinho das ações afirmativas que a gente vem desenvolvendo, para conseguir assegurar que as políticas culturais no Brasil sejam destinadas e contemplem as culturas e expressões afro-brasileiras, e que as pessoas negras tenham o seu direito à cultura também assegurado.

Eu vou fazer uma breve explanação mais geral do que são as ações afirmativas nas políticas culturais, porque a gente tem essa vivência das ações afirmativas na educação, nos concursos públicos, mas, quando a gente vai falar de ações afirmativas para a cultura, tem várias especificidades que a gente precisa levar em consideração.

Para além do perfil do agente cultural que está propondo o projeto, que está propondo essa ação cultural, a gente olha outros aspectos, como o próprio público-alvo dessa ação. Então, eu tenho um projeto cultural... Como o Senador bem disse na fala dele, que trouxe várias evidências sobre essa necessidade de implementação, a gente tem pessoas que não conseguem acessar especificamente esses projetos, feitos por pessoas sejam negras sejam não-negras. O público-alvo desses projetos, o cidadão brasileiro que é uma pessoa negra, tem mais dificuldade de acesso. Então existe também uma ação afirmativa com esse foco.

A gente olha também para a própria linguagem e expressão cultural, para a própria temática da ação e do projeto cultural. A gente tem expressões culturais que são feitas por determinadas populações que também necessitam de ações afirmativas para que elas possam ser desenvolvidas.

Um outro aspecto que a gente olha também é o local onde a ação é realizada. Então, a gente também tem uma atenção para a desconcentração territorial, para a regionalização desses recursos que são destinados ao fomento às atividades culturais. Porque a gente sabe que a cultura é viva e acontece em todos os territórios, mas nem sempre o fomento à proteção a essas expressões, a essas atividades, acontece de forma igualitária.

Então, as ações afirmativas e as políticas culturais visam corrigir alguns desses dados que o Senador trouxe na fala dele, desde esses dados que evidenciam a ausência de pessoas negras e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de mulheres em determinadas posições, em determinadas funções de toda essa economia da cultura, mas também os locais onde a gente não tem desde equipamentos até o acesso mesmo aos recursos, para que as atividades possam ser desenvolvidas.

E há as próprias expressões culturais, fazeres culturais que a gente tem em determinados territórios e que ficam sujeitos à extinção e à precarização pela ausência de investimento.

A gente aplica as ações afirmativas na cultura não só como cotas. Cotas é uma das modalidades de ações afirmativas que a gente aplica – e que a gente chama também de reserva de vagas ou, às vezes, reserva de recursos –, mas a gente também tem apostado em outras modalidades, como bonificações e critérios diferenciados de pontuação para determinados grupos, como editais ou categorias específicas dedicadas a determinados grupos.

Para além disso, a gente olha também pela necessidade de procedimentos simplificados de inscrição. A gente já vem trabalhando aí desde inscrições em outros formatos, como vídeo e orais, que possibilitam que a gente garanta o acesso a fazedores e a trabalhadores e trabalhadoras da cultura que não estejam tão habituados com essa linguagem mais formal. E um dos nossos desafios é também lidar com outras línguas, como, por exemplo, as línguas indígenas.

A gente também vem falando muito sobre mecanismos que assegurem acessibilidade cultural. E aí a gente está falando desde acessibilidade arquitetônica desses equipamentos, até atitudinal, comunicacional. E a gente fala também do próprio protagonismo das pessoas com deficiência, entendendo que também existem intersecções. A gente tem, por exemplo, artistas e fazedores de cultura que são negros, mas são pessoas negras com deficiência. Então, a gente vai também analisando essas intersecções.

Como eu já tinha dito, para nós, é muito importante a desconcentração territorial e a regionalização desses recursos, porque a gente sabe que tem práticas culturais, que tem expressões culturais negras, inclusive, que só são realizadas em determinados territórios. Então, a gente precisa conseguir visualizá-las.

Além dessas modalidades, a gente está tendo experiências das mais diversas. E é um momento de inovação em política pública, então a gente vem implementando, monitorando e visualizando as outras possibilidades que surgem dentro desse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem também implementado ações afirmativas observando os projetos que contribuem com a temática de promoção da igualdade racial, de gênero, de inclusão dos povos indígenas e afrodescendentes, pessoas com deficiência. Para os projetos que têm essa missão, a gente também tem pensado em ações afirmativas.

A gente tem pensado em ações afirmativas também para a própria composição das comissões de avaliação desses projetos e dessas ações, e em campanhas de promoção da cidadania e da diversidade cultural, com foco nos direitos humanos e no combate a violência e discriminações.

Sobre critérios de desempate, quando a gente tem determinadas seleções, a gente também pensa em critérios afirmativos de desempate dos projetos. Então, a gente vai olhar: se eu tenho um projeto que vai atender uma população, um território de maioria negra ou um território periférico, ele também ganharia ali mais pontos frente a outro.

Há a dispensa de comprovação de endereço em alguns casos. Então, a gente está falando de comunidades indígenas, quilombolas, ciganas, itinerantes, mas a gente está falando também de pessoas em situação de rua e outros grupos, para os quais a gente também vem pensando em estratégias de como garantir o direito à cultura.

Sobre revisão de narrativas expográficas, a gente tem algumas experiências, como a revista do Conexão, Cultura e Pensamento, que é uma revista cujos conteúdos são exclusivamente feitos por pesquisadores e artistas indígenas. A gente tem também apostado nesse protagonismo.

E há formações direcionadas também para esses grupos específicos, para que eles possam acessar as nossas ações.

Tudo isso construído com participação social. Então, é algo vivo essas estratégias, porque elas vão surgindo dentro desses espaços de participação também e a gente vai incorporando.

Hoje, a gente está coordenando, pelo Ministério da Cultura, o processo de implementação de ações afirmativas com a maior capilaridade já implementada por qualquer política pública no Brasil. A gente está implementando ações afirmativas em todos os estados e em 98% dos municípios brasileiros. Esse é um desafio coletivo e a gente vem caminhando. Para além de todas as secretarias e de todas as entidades vinculadas ao Ministério da Cultura que hoje têm essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diretriz da Ministra Margareth Menezes para que as ações afirmativas sejam transversais e obrigatórias a todas as ações, a gente vem implementando e coordenando esse processo junto dos estados e municípios por meio do Sistema Nacional de Cultura.

A gente tem experiência de implementação de ações afirmativas para vários grupos. Então, a gente tem pessoas negras, pretas e pardas, pessoas e povos indígenas, pessoas com deficiência. Sobretudo esses três grupos são os com que a gente tem mais experiências, mas a gente também já está visualizando outros povos e comunidades tradicionais, mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas idosas, pessoas em situação de rua, pessoas em situação de custódia ou internação, pessoas jovens, refugiados, migrantes, fronteiriços e outros grupos, a depender das especificidades do projeto que a gente está analisando.

A gente criou também, no Ministério da Cultura, um comitê. Logo na chegada, a Ministra Margareth Menezes sinalizou a necessidade de a gente ter uma estrutura que fosse monitorar todo esse processo. Então, foi criado um Comitê de Gênero, Raça e Diversidade, que tem essa missão de elaborar as políticas de cultura transversalizadas pela diversidade, pela promoção da igualdade de gênero, étnica e racial, de forma alinhada e articulada. Então, desse comitê, todas as secretarias e todas as entidades vinculadas ao Ministério da Cultura fazem parte. É um comitê coordenado pela Assessoria de Participação Social e Diversidade, a qual hoje eu coordeno e que é uma assessoria que foi criada, no Governo do Presidente Lula, em todos os ministérios.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIANA BRAGA TEIXEIRA – Então, a gente se articula, também, enquanto rede, entendendo que essas temáticas são absolutamente transversais a todas as ações.

E aí quero trazer um pouco, bem superficialmente, de que a gente vem elaborando estudos, mas, das iniciativas que a gente tem mapeadas, hoje, só das realizadas diretamente pelo Ministério da Cultura, 60% delas são editais, porém existem outras iniciativas com ações afirmativas em execução. A maior parte ainda está em fase de execução, então a gente não tem tantas avaliações ainda, mas a gente já começa a ter – ali tem 17% em que a gente já está em processo de avaliação, que eu vou poder comentar aqui brevemente para vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais de 50% dessas ações se referem a cotas ou reserva de vagas para grupos... sobretudo pessoas negras, mas também povos indígenas, pessoas com deficiência, outros povos e comunidades tradicionais, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+.

A gente trabalha também com editais específicos para determinados grupos, então, por exemplo, editais específicos para povos indígenas, editais específicos para pessoas negras e mulheres, compreendendo também que essas intersecções acontecem. Então, para determinada função ali no audiovisual – por exemplo, roteirista –, se a gente tem uma dificuldade de ter pessoas negras e mulheres, a gente lança uma estratégia específica para conseguir que essas pessoas possam ser contempladas, desde a formação até o próprio fomento.

A gente trabalha também com as bonificações ou critérios. Aqui alguns exemplos que a gente já vem praticando.

Há projetos que apresentam, na equipe, profissionais pertencentes a segmentos específicos submetidos a processos históricos de vulnerabilização, como é o caso das questões que envolvem pessoas negras.

Há propostas cujo desenvolvimento será na região Norte e Nordeste, em comunidades tradicionais, de matriz africana, povos indígenas.

A gente vem trabalhando também com propostas de cultura urbana, localidades periféricas.

Há projetos que são voltados exclusivamente para o público infantil e jovem. Então a gente também entende as crianças como um recorte específico de ação afirmativa, o mesmo com as pessoas idosas, os projetos desenvolvidos por pessoas idosas ou grupos de maioria idosa, e aí entendendo que a cada interseção esse olhar específico se intensifica. Então, se eu tenho pessoas negras e idosas de periferia, esse olhar é ainda mais específico da política pública.

E aí falando, especificamente, um pouco mais, sobre a questão territorial. A gente tem em mais de 50% dessas iniciativas, também, experiências de mecanismos de desconcentração e regionalização dos recursos, principalmente para territórios e regiões periféricas, de menor IDH, quilombolas, indígenas, com presença menor de espaços culturais – que também trazem essa evidência, porque geralmente são espaços de maioria de pessoas negras –, territórios rurais, zonas de interesse social, espaços comunitários, assentamentos, acampamentos, locais de internação e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras regiões também. Isso aqui é exemplificativo das experiências que a gente já teve, mas também não é exaustivo, podem existir outras experiências.

Hoje todo o Sistema MinC executa políticas de ações afirmativas. Todos esses órgãos, todas essas instituições têm hoje ações afirmativas em execução ou em avaliação. Vou citar só as entidades vinculadas: a Fundação Nacional das Artes; o Instituto Brasileiro de Museus; o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; a Fundação Cultural Palmares, que é uma ação afirmativa – eu a considero a primeira ação afirmativa do Estado brasileiro por si só –; a Agência Nacional do Cinema; a Fundação Biblioteca Nacional; e a Fundação Casa de Rui Barbosa. Isso para além de todas as nossas secretarias; todas hoje executam políticas de ações afirmativas.

E aí trazendo só alguns exemplos do audiovisual, porque a gente já tem algumas avaliações iniciais bem positivas. A gente lançou, por exemplo, o Edital Ruth de Souza, que foi 100% para mulheres e teve cotas para mulheres negras e mulheres indígenas; também todas as regiões do Brasil foram contempladas. A gente teve o Curta para Mulheres, que também foi dedicado exclusivamente para mulheres, 50% das mulheres diretoras selecionadas são negras ou indígenas; também todas as regiões do Brasil foram contempladas. No Curta Afirmativo, também, 50% serão dirigidas por mulheres negras e 50% por mulheres indígenas. O Curta Criança, também, com esses dois recortes, para além do público dedicado a crianças, 60% das propostas que a gente teve selecionadas também foram dirigidas por pessoas negras e indígenas, em razão das ações afirmativas que a gente implementou. Isso vai para vários exemplos dentro do audiovisual, porque todos os editais, todas as ações contemplam ações afirmativas.

A gente teve também agora, em agosto, bem recente, o Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual, que deliberou o plano de ação. Entre as premissas para a alocação dos recursos no exercício, está ali: promover a inserção de novos talentos e empreendedores no setor audiovisual, garantindo a diversificação e a representatividade étnico-racial e de gênero na criação e na produção dos conteúdos brasileiros. Então, a gente já vem implementando, a partir desses resultados, o fundo setorial. O Comitê Gestor reafirma essa estratégia, que vem trazendo grandes resultados.

A gente também tem vários exemplos dentro da Formação, Livro e Leitura – alguns o Senador já citou aqui na fala dele –, entre eles, o Edital Carolina Maria de Jesus, que foi exclusivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para mulheres escritoras estreantes. Então, tem essa perspectiva de formação também, e a gente teve uma maioria de mulheres jovens, de mulheres negras, indígenas e quilombolas aí contempladas pelo edital.

A gente está num processo de fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas também. E as bibliotecas públicas e comunitárias são muito importantes, principalmente quando a gente está falando como estratégia para a superação dos desafios que a gente tem em relação à juventude negra.

A gente teve o Prêmio Pontos de Leitura também, com premiação de 300 bibliotecas comunitárias, em que a gente teve ações afirmativas e pontuação extra para determinados grupos, inclusive cotas étnico-raciais.

A Política Nacional Cultura Viva também vem com ações afirmativas, desde a criação do Pontão Temático sobre povos e comunidades tradicionais de matriz africana até um edital para a cultura *hip hop*, dentro daquela perspectiva das linguagens e expressões que a gente também visa proteger, porque sabe que são o que a gente entende por cultura negra e afro-brasileira.

Então, passando um pouco, bem superficialmente, sobre as ações diretas do Ministério da Cultura, quero falar um pouquinho também das ações afirmativas que a gente está implementando junto dos estados e dos municípios brasileiros por meio do Sistema Nacional de Cultura, principalmente por meio da Lei Paulo Gustavo e da Política Nacional Aldir Blanc.

A gente está hoje, como eu disse, fazendo essa implementação muito desafiadora, com muita capilaridade, dialogando com os municípios. Então, é um desafio institucional e um desafio desse sistema o fortalecimento dele, para que a gente consiga implementar com órgãos gestores de cultura nos estados e municípios fortalecidos, que precisam ser formados ao longo desse processo, em diálogo com a sociedade civil. Então, essas ações afirmativas são discutidas dentro dos conselhos e dos espaços de participação social do território, para que elas sejam ajustadas a partir da realidade dos territórios brasileiros.

Quero trazer aqui também um pouco do que a gente tem hoje de legislação que disciplina sobre ações afirmativas na cultura. Na Lei Paulo Gustavo, a gente tem cotas mínimas de 20% para pessoas negras e 10% para pessoas indígenas. A Lei Paulo Gustavo está em execução até o final

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do ano; então, a gente está em processo de implementação. A gente não tem ainda os dados, que são fornecidos ao final do período, mas a gente tem um grande avanço, um marco, que é essa Instrução Normativa nº 5, e é a primeira vez que a gente tem uma instrução normativa que disciplina regras mesmo e procedimentos para a implementação de ações afirmativas com as especificidades da cultura e traz essa especificidade territorial. Então, ela traz as orientações que devem ser feitas conforme as legislações federais, estaduais e municipais; as realidades culturais e sociais de cada ente federativo; e a elaboração em conjunto com os espaços de participação social, conselhos, comitês e fóruns.

Por que isso é muito importante? As cotas que a gente estabelece são mínimas. A gente tem experiências de estados e municípios que decidiram fazer 50% de cotas para pessoas negras. A gente tem experiência de estados e municípios que fizeram cotas, por exemplo, para pessoas trans, para pessoas LGBT, para pessoas quilombolas. Então, esse é o mínimo exigido, mas a recomendação é que seja dialogado com a sociedade civil e seja ajustado à realidade local, considerando o mínimo, que é o mínimo obrigatório.

Além dessa instrução normativa com as regras e procedimentos, a gente tem também a instrução normativa de monitoramento e avaliação, que vai trazer a obrigatoriedade de coleta dessas informações com o recorte racial do perfil dessa ação cultural que está sendo fomentada. No caso da Lei Paulo Gustavo, a maior parte diz respeito ao audiovisual; então, a gente acha que vai ter números bastante expressivos para conseguir fazer essa análise ao final do período.

Para além da Lei Paulo Gustavo, a gente tem a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Nessa política, a gente aumenta para 25% o mínimo para pessoas negras, 10% para pessoas indígenas e insere 5% para pessoas com deficiência, entendendo a importância de a gente trazer a pessoa com deficiência não só com um olhar como público da ação cultural, mas também como protagonista, como artista; tanto a pessoa quanto a própria expressão cultural, a cultura DEF, a cultura surda – a gente vem também trabalhando isso na Pnab.

A gente tem também a Instrução Normativa nº 10, que vai trazer as regras e procedimentos, já com algum aprimoramento a partir das experiências da Instrução Normativa nº 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a Política Nacional Aldir Blanc... Aí a gente tem cinco anos de fomento para conseguir ir aprimorando esse processo de implementação de ações afirmativas a partir dos dados que a gente for coletando ao longo dos anos.

Isso aqui são um pouco das legislações hoje que a gente tem que tratam de políticas de ações afirmativas. Nenhuma delas disciplina nenhuma padronização ainda, o que a gente tem mais direto é na Paulo Gustavo e na Política Nacional Aldir Blanc, mas a gente já tem grandes avanços no marco regulatório do fomento e no próprio decreto do fomento à cultura, que já traz as ações afirmativas como obrigatórias e essenciais para todas as ações culturais que forem desenvolvidas e traz aí de forma bastante...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIANA BRAGA TEIXEIRA – ... explícita a prioridade da população negra, das cotas étnico-raciais e de outras modalidades de ações afirmativas.

Acho que acabou.

É isso, muito obrigada. Fico aqui à disposição para responder a qualquer dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A campainha tocou, ela terminou. (*Risos.*)

Você foi muito bem. Meus cumprimentos, Mariana Braga Teixeira, que é Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério da Cultura.

Claro, foi a primeira a falar, eu lhe dei um tempo maior. O tempo era dez mais cinco, você ficou dez mais quinze.

A SRA. MARIANA BRAGA TEIXEIRA (*Fora do microfone.*) – Foi? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi, mas foi um ponto interessantíssimo; e todas que entenderem que têm que passar um pouco do tempo, fiquem tranquilas. O tema é muito importante!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero que este debate de hoje nos ajude também na Câmara dos Deputados, porque tem muitas políticas de combate ao racismo estrutural, enfim, preconceito, que nós aprovamos aqui, mas nós temos dificuldades na Câmara.

Vou dar algumas só, rapidamente. Quanto a esse debate que nós vimos tratando sobre as cotas no serviço público, o Governo corretamente aproveitou um projeto que eu tinha apresentado, construímos juntos. Aqui no Senado foi tranquilo, aprovamos e foi para lá. Lá, não aprovam. O Ministro do Supremo Tribunal Dino teve que dizer que, enquanto não aprovarem, vai valer a lei antiga, que terminaria depois de dez anos.

Então, eu faço um apelo carinhoso, respeitoso – eu sei que a pauta é longa, da Câmara dos Deputados –, de que leis como essa... Também o de João Cândido foi tão tranquilo passar aqui, como nós passamos também a dos lanceiros negros como heróis da pátria, que vocês conhecem, do Rio Grande do Sul. O Lula já sancionou, sem problema nenhum com o Exército. Eu queria fazer um apelo ao pessoal da Marinha, aos oficiais, enfim: qual é o problema de considerar João Cândido um herói da pátria? O Senado aprovou, está na Câmara. Estamos esperando só que votem lá. É mais do que justo, foi a Revolta da Chibata, vocês sabem todos mais do que eu. O homem foi um herói, revoltou-se porque estavam tratando os marinheiros na base da chibata. E ele disse: "Não, parou, aqui vocês não vão bater mais nos marinheiros". Esse, sim, é um herói da pátria. Tem muitos que passam aqui que não são muito heróis, mas tudo bem, a gente tem que fazer esse meio de campo, não é? Mas sem sombra de dúvida... Eu não entendo.

Então, fica aqui o meu apelo à Marinha, com muito carinho e muito respeito. Eu tenho uma relação muito boa com todas as Forças Armadas. É mais do que justo. O João Cândido era de Encruzilhada do Sul, Rio Grande do Sul, mas se tornou um grande herói no Rio de Janeiro. O projeto – nós aqui trabalhamos, fui Relator e negociamos muito – foi ainda do Lindbergh, se eu não me engano, que é do Rio de Janeiro. O projeto original foi... Nós tínhamos apresentado, caiu, apresentamos de novo, caiu, daí eu disse: "Bom...". Aí conversamos com o Lindbergh e ele apresentou.

Eu faço essa pequena introdução porque eu estou apaixonado já pelo debate de hoje, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero cumprimentar também o Senador Flávio Arns, porque ele que me deu essa responsabilidade de trabalhar aqui na Comissão de Educação: "Paim, é a tua cara esse tema e tu vais ter que pegar aqui". Claro que peguei com enorme satisfação.

Flávio Arns, muito obrigado, mais uma vez. Ele é o Presidente da Comissão de Educação.

Mas vamos lá!

O papel do Presidente aqui é só mediar, não é falar, viu? Senão, a campainha toca para mim daqui a pouco.

Eu quero, com muita alegria, registrar a presença aqui – já está na mesa conosco – da Sra. Vanessa Machado, a qual é Diretora Substituta de Política das Ações Afirmativas do Ministério da Igualdade Racial. (*Palmas.*)

Seja bem-vinda!

Vamos aqui, de imediato, passar a palavra agora para a Sra. Letícia Cesarino, Chefe da Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

A SRA. LETÍCIA CESARINO (Para expor.) – Bom dia, Senador, colegas de mesa, Assessora Especial, Diretora e todos que estão assistindo também pela internet. É uma satisfação muito grande, Senador, estar aqui na Comissão de Educação e Cultura. Trago os cumprimentos também do Ministro Silvio Almeida.

Eu chefio no MDHC uma assessoria especial que é nova, que foi criada pelo Ministro quando começou a gestão, que é justamente para estar olhando para a interface entre educação, cultura e a questão dos direitos humanos. Claro que, do modo como as competências estão distribuídas aqui na Esplanada, a questão da discriminação étnico-racial está mais distribuída de forma transversal. Inclusive, como foi colocado aqui, a gente tem algumas ações, enquanto ministério, com uma interface maior para essa questão. Vou mencionar algumas delas aqui e vou concentrar minha fala nas ações e diretrizes da nossa assessoria.

Na Assessoria de Memória e Verdade, quando essa gestão foi implementada, foi criada uma coordenação para lidar com a questão da memória da escravidão, ou seja, o Ministro dá uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atenção para complementar a linha clássica da memória e verdade da ditadura com a questão da memória da escravidão, que tem sido uma prioridade para ele. Tem a Coordenação de Liberdade Religiosa, onde a questão da discriminação contra as religiões de matriz afro-brasileira também é tratada.

Então, essas são algumas das interfaces mais evidentes com a temática que está sendo colocada aqui, mas eu quero trabalhar dois pontos aqui na minha fala, numa fala mais geral com relação a como a questão da cultura e educação de direitos humanos está sendo pensada de modo mais geral, mas incluindo a questão do racismo estrutural, do preconceito étnico-racial também dentro desse bojo. Quero falar um pouco também de outras ações da nossa assessoria também nessa interface com as políticas culturais.

A Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos é uma assessoria nova. Havia uma área de educação em direitos humanos no ministério, em gestões anteriores, mas o Ministro, de certa forma, promoveu essa área a uma unidade autônoma ligada ao Gabinete do Ministro e, além disso, ele também acrescentou a questão da cultura, junto com a dimensão educacional.

A gente tem também uma área nova dentro da assessoria, que é uma Coordenação de Educação em Direitos Humanos e Mídias Digitais, porque é uma compreensão do Ministro – que eu acho muito acertada – que a gente tem uma conjuntura diferente nesta gestão agora que não havia, por exemplo, quando o Plano de Educação em Direitos Humanos foi... A gente tem um plano nacional aprovado ainda na primeira gestão do primeiro Governo Lula, ou seja, em 2006. Quanta coisa mudou, desde então, nesses 20 anos, não é?

Então, a nossa assessoria tem uma missão de olhar também para desafios emergentes, novos desafios no campo de direitos humanos. A gente tem um trabalho não só de ações concretas, mas de repensar as próprias políticas de educação e cultura em direitos humanos, diante de conjunturas muito desafiadoras. Como a gente sabe, há a própria dificuldade de estar aprovando peças legislativas que pareciam óbvias e que não são mais óbvias. Então, como que a gente age no sentido de estar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você me permite dar um gancho no que você falou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LETÍCIA CESARINO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Abordagem policial é só uma reeducação. Um outro debate foi construído pela Frente Negra, por direitos, e deram para nós. Apresentei no Congresso, discutimos juntos, aprovamos, aqui, por unanimidade. Onde está? Está na Câmara dos Deputados. Só vou aproveitar, porque eu queria falar também dessa, nós sabemos a importância da abordagem policial que mata, queremos ou não, o povo negro, também. Não só – também.

A SRA. LETÍCIA CESARINO – Exato. Um dos eixos do Plano de Educação em Direitos Humanos é a educação dos profissionais da Justiça e segurança pública. É algo a que a gente está dando bastante atenção, porque, na verdade, a gente começou a revisão desse plano nacional. Foi reinstalado o nosso comitê, que havia sido desmobilizado na gestão passada, e, sobre esse eixo, a gente vai ter um olhar bem especial para trazermos especialistas que estão, realmente, de olho em como as coisas mudaram, em como a gente tem que repensar a questão da educação em direitos humanos nesse contexto.

Por quê? A questão cultural, no sentido mais amplo – eu sou antropóloga e tendo a pensar a cultura no sentido mais geral, como visão de mundo mesmo, e o Ministro também compartilha disso –, como é que a gente consegue agir nesse sentido mais amplo de cultura? Por quê? Hoje, a gente está em uma conjuntura onde o próprio significado de direitos humanos está sendo disputado. Antes, a dificuldade que a gente tinha era implementar a política de educação em direitos humanos e outras políticas nesse campo. Agora, a gente tem a dificuldade de implementar e tem também o próprio consenso em torno da necessidade dessas políticas em disputa por forças que, inclusive, estão atrapalhando, impedindo esses avanços que foram colocados aqui.

Então, no caso, direitos humanos estão meio no olho do furacão, porque a gente tem visões, aí na sociedade, hoje, que propõe, inclusive, visões invertidas de direitos humanos, porque, se direitos humanos não são para todos, não são direitos humanos... Você não pode ter direitos humanos só para quem é merecedor ou só para quem se autointitula humanos direitos, não é?

Então, isso é uma preocupação bastante grande nossa, que toca a questão étnico-racial também em vários pontos que dizem respeito à educação, por exemplo, o revisionismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

historiográfico com relação à memória da escravidão, que é algo que, infelizmente, está chegando às escolas já, mas que vem, principalmente, dessa camada paralela de realidade aí que a internet propiciou, nos últimos dez, vinte anos. Ou seja, existe uma simetria muito grande, hoje, inclusive, entre os meios que a gente tem para implementar políticas de direitos humanos, principalmente no campo da educação e cultura, e essa outra camada paralela da realidade, que são os territórios digitais que estão fora do alcance do poder público, como se fosse um espaço de soberania paralela – e a gente se preocupa muito com isso –, que está chegando, inclusive, às escolas.

Então, a gente tem repensado a questão das políticas culturais em direitos humanos muito nesse sentido, porque a educação formal em direitos humanos não é mais suficiente. A gente tem que desenvolver formas de chegar às próprias visões de mundo do senso comum sobre o que são direitos humanos, sobre o que é racismo, e todos esses desafios que estão colocados.

Então, algo a que a gente tem tido bastante atenção é essa questão da educação não formal, da comunicação sobre temas que dizem respeito a direitos humanos, mas que não necessariamente são colocados nessa chave específica.

Um termo inglês que se usa muito é a questão do *storytelling*, das narrativas, ou seja, é um estilo, uma forma de passar uma gramática de direitos humanos para a população, seja a criança ou o adolescente, seja a pessoa idosa, sejam todos os segmentos da população, que não passem pela forma didática da educação formal.

E a questão da cultura é central porque, muitas vezes, visões sobre temáticas de direitos humanos, inclusive o preconceito étnico-racial, passam por uma outra linguagem: linguagem de filmes, de séries, linguagens de jogos, jogos digitais, comunidades inteiras – isso é algo a que o ministro também está dando bastante atenção. A gente, inclusive, estabeleceu uma mesa de diálogo com pessoas dessa comunidade, com *gamers*, com pesquisadores do tema porque, muitas vezes, as visões de mundo de crianças, adolescentes, são formadas dentro dessas comunidades digitais.

Então, a gente tem dado muita atenção para territórios digitais como territórios em que visões culturais sobre direitos humanos e seus variados temas estão sendo formados e como que a gente chega a esse espaço, que é um espaço hoje fora, em que a gente não tem as mediações institucionais para chegar a esses espaços. E acho que não tem outra forma a não ser a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

articulação: articulação com novos intermediários, novas lideranças que orientem essas visões, esse *storytelling*, dentro desses espaços, e que coadunem com princípios de direitos humanos e com princípios de igualdade racial.

Essas pessoas estão aí, e a gente tem que chamá-las para conversar e a gente tem que tecer essas alianças para, através delas, aprender com elas e, através delas, chegar a esses espaços aonde a gente não está chegando.

Além dos territórios digitais, eu colocaria também a questão de novos territórios, em que a disputa em torno dos direitos humanos chegue através de uma linguagem religiosa e espiritual, principalmente a questão dos espaços evangélicos.

A gente sabe que, no Brasil, a população evangélica, em boa parte, é uma população negra; são mulheres negras, principalmente, e a gente sente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Até porque, como é que disse a cantora, a pobreza tem cor no país, não é?

A SRA. LETÍCIA CESARINO – Sim, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Isso procede com o que você fala.

A SRA. LETÍCIA CESARINO – Essa interseccionalidade entre a questão racial e a questão de renda é muito importante. Então, não é uma gramática do Estado que vai fazer efeito ali; é uma gramática espiritual e religiosa. E a gente tem que articular com esses atores também, porque, certamente, existe um potencial muito grande de articulação que não está sendo aproveitado.

O Ministro também tem começado, este ano principalmente, a fazer encontros com essa comunidade, para entender melhor quem são esses potenciais aliados para a gente poder chegar a essa disputa por visão de mundo também.

E aí, já caminhando para a segunda parte, só menciono algumas das novas frentes que a gente tem aberto na assessoria, com relação a esses novos desafios da conjuntura atual, que tocam, inclusive, a questão da promoção da igualdade étnico-racial também dentro do bojo de direitos humanos de forma mais geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão do enfrentamento ao discurso de ódio é algo em que, desde o primeiro dia, o Ministro já deu uma ênfase grande: teve um GT para discutir essa questão, do qual, inclusive, eu participei como especialista antes de ser convidada a assumir a chefia da assessoria e, nas avaliações, nas pesquisas, nos levantamentos, a questão do viés do preconceito racial é uma das mais fortes, junto com o viés misógino.

A gente tem comunidades inteiras – e eu sou pesquisadora nessa área – dedicadas a espalhar esse tipo de gramática preconceituosa contra os nordestinos, contra as pessoas negras e contra as mulheres. A misoginia na internet hoje é uma coisa muito forte, muito forte mesmo. Então, de novo, essa transversalidade de que se falou aqui na questão do discurso de ódio, de modo geral, é algo para o qual a gente está dando atenção.

Uma frente que a gente abriu, desde o ano passado, é sobre a questão de compreender, no caso da educação, os professores e os educadores como defensores de direitos humanos que precisam de proteção. Por quê? Existe todo um fenômeno que é um pouco invisível hoje, mas do qual todo mundo já ouviu falar, que é a perseguição e a censura sistemática a professores e educadores, inclusive com relação à questão do revisionismo histórico da escravidão. Então, a gente tem uma linha de abertura para o recebimento desse tipo de denúncia pelo nosso Disque 100, Ouvidoria, isso está sendo construído. O MEC também tem uma iniciativa muito importante de um observatório que está levantando e sistematizando esses casos. Então, é isto: os professores estão sendo perseguidos por cumprirem a BNCC, que tem todas as previsões de uma historiografia que contempla a memória da escravidão e os impactos disso na sociedade brasileira. E, muitas vezes, é por aí que as perseguições estão pegando; tem a ideologia de gênero também, mas a questão étnico-racial também entra no bojo dessas perseguições.

Uma outra ação, e eu quero concluir trazendo-a, é a questão da nossa Mostra Cinema e Direitos Humanos, que é uma das ações mais antigas, na verdade, da área. A gente está, neste ano, na 14ª edição. Ela foi descontinuada na gestão anterior, e a gente retomou no ano passado. Neste ano, inclusive, a nossa homenageada é uma montadora negra, a Cristina Amaral. Ela ficou superfeliz com a indicação e estará aqui em Brasília. Eu já aproveito para convidar, vai ser na segunda quinzena de novembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Retomamos a parceria com o MinC, com o audiovisual, que está nos apoiando na Mostra Difusão, que é aonde os filmes tentam chegar com uma capilaridade maior no interior, nas periferias, nos territórios, e para fazer essa regionalização que foi falada aqui também pela assessora. A gente está também com parcerias novas com o MJ para chegar aos sistemas prisionais, também ao socioeducativo, que a gente sabe que é uma população majoritariamente negra, e, de novo, com essa ideia de trazer um *storytelling* ou narrativas de uma linguagem audiovisual, passando a mensagem de direitos humanos, inclusive, com relação à questão étnico-racial, mas com uma linguagem menos formal, menos pedagógica, naquele sentido duro, que é importante para a gente.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LETÍCIA CESARINO – A gente continua as articulações no campo da educação formal e mesmo no da educação não formal, pensada de uma forma mais tradicional, mas a gente tem olhado cada vez mais, em termos desses novos desafios de conjuntura, para como chegar e como se comunicar através das gramáticas que são as gramáticas que as pessoas entendem. E boa parte delas passa por uma gramática cultural, em um sentido mais amplo da palavra. Então, políticas culturais, hoje, num sentido amplo, são totalmente centrais para a educação em direitos humanos.

Eu estou muito feliz de estar aqui, podendo colocar isso e fazendo uma articulação também intersetorial, porque é só juntos que vamos conseguir enfrentar esses desafios que são transversais a todos nós.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Sra. Letícia Cesarino é Chefe da Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Parabéns pela fala! Contempla essa visão ampla que nós temos. Todos vocês contemplam, eu não tenho nenhuma dúvida; todos contemplam, não é? Eu estou muito feliz com este debate aqui hoje.

Agradeço já à TV Senado, à Rádio Senado, à Agência Senado, porque nós estamos ao vivo para todo o Brasil nesta nossa audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por estarmos ao vivo, quem tem que falar são os convidados. Pronto, encerrei. Vamos em frente aqui.

Passo, de imediato, a palavra ao Sr. Yuri Michael Pereira Costa, Defensor Público e Coordenador do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais da Defensoria Pública da União. O tempo é seu, que fará participação remota.

O SR. YURI MICHAEL PEREIRA COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas e todos.

Ouvem-me bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito, perfeito.

O SR. YURI MICHAEL PEREIRA COSTA – Excelente.

Eu queria inicialmente agradecer, em nome da Defensoria Pública da União, o convite.

Meu nome é Yuri Costa, eu falo aqui de São Luís do Maranhão. Sou Defensor Público Federal e, na condição de representante da Região Nordeste do Grupo de Trabalho de Políticas Etnicorraciais, coordeno esse GT.

Agradeço ao Senador Paulo Paim, que é autor do requerimento e tem a responsabilidade de conduzir este momento tão importante.

Um agradecimento especial também ao Senador Flávio Arns, por ter pautado, acolhido esse pedido que foi formulado e obviamente também por ter pautado este momento tão importante, esse requerimento tão importante.

A minha fala aqui está, sobretudo, na condição de representante do GT. E, assim, é muito importante lembrar que a Defensoria Pública da União é fruto de uma política de reparação. A nossa atual Constituição Federal, Senador Paulo Paim, prevê que a função institucional da Defensoria Pública é exatamente prestar assistência jurídica para as pessoas e para as coletividades que não têm condição econômica de arcar com um advogado particular. Eu digo que é uma política de reparação histórica, exatamente porque vem tentar reverter aquilo que, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, esteve presente durante tanto tempo, que é a ausência de acesso a advogados, à Justiça como um todo, por aquelas pessoas mais vulnerabilizadas.

A Defensoria, nesse sentido, tem uma atuação, já há alguns anos, bastante engajada na pauta de reparação histórica, de assistência a pessoas negras no Brasil. O nosso grupo de trabalho, esse que hoje eu tenho a oportunidade de coordenar, já está composto há cerca de seis anos, e a gente vem tentando dar contribuições, sobretudo, à política de cotas, mas não apenas a ela, em universidades e também para acesso a cargos públicos.

Eu lembro que foi, a partir de uma atuação da Defensoria Pública da União, em conjunto com a Associação Brasileira de Pesquisadoras e de Pesquisadores Negros (ABPN), que a gente fez um dos primeiros diagnósticos, acho que mais robustos, sobre as implicações dos dez anos da Lei de Cotas Raciais para o acesso a universidades. E aí, a gente já toca num aspecto que é fundamental, que é a produção e o tratamento de dados.

O Brasil, infelizmente – e aqui eu me refiro também, obviamente, ao Governo Federal – não tem conseguido dar uma continuidade ao levantamento e ao devido tratamento de informações sobre políticas de reparação histórica, mais especificamente sobre política de cotas voltada à população negra, à população indígena, e, mais recentemente, também à população quilombola. Isso é muito importante.

Neste momento, a gente está em processo de aprovação – junto ao Grupo de Trabalho Políticas Etnorraciais da Defensoria Pública, mas ao mesmo tempo é uma atuação supervisionada pelo Gabinete do Defensor Público Geral – de uma recomendação, de uma nota técnica de aproximadamente 70 páginas, sobre a atuação das comissões de heteroidentificação. Essa é uma nota técnica que vai ser enviada a diferentes ministérios, ao CNJ, vai ser enviada também ao Poder Legislativo, no âmbito federal, estadual e também a câmaras municipais das capitais, porque nós, pela Defensoria Pública da União, deparamos muito com judicializações envolvendo comissões de heteroidentificação, embora a gente já tenha...

Lembro aqui a todas e a todos, já que essa é uma audiência pública, que as comissões de heteroidentificação são exatamente aquelas estruturas criadas pelas instituições que são responsáveis em executar a política de cotas de acesso a concursos, a universidades ou a outros tipos de políticas para pessoas negras, os cotistas, que vão avaliar exatamente a autodeclaração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vendo se, fenotipicamente, essa pessoa, de fato, deve ser contemplada como cotista. Então, é um instrumento não só jurídico, mas político também, institucional, que a gente entende que é muito importante que seja fortalecido. Por isso a Defensoria Pública dá uma atenção especial, e todas as senhoras e senhores, de alguma maneira, com certeza, ainda nesse mês, terão acesso a essa nota técnica que a gente está construindo.

Saudando mais uma vez e elogiando a iniciativa desta Comissão do Senado de tratar um tema tão importante, a Defensoria lembra que cotas raciais não são políticas isoladas, como aqui já foi destacado, inclusive, pelas falas das representantes dos ministérios, que me antecederam. Elas fazem parte de uma política de reparação histórica que tenta, se não reverter – porque eu acho que, de fato concretamente, isso é impossível –, pelo menos, amenizar, mitigar os aproximadamente 350 anos de escravização da população africana, afrodescendente, e indígena, em nosso país. As cotas também não são privilégios; elas são, como aqui também já foi ressaltado, muito pouco, mas muito pouco mesmo, diante daquilo que o Brasil, institucionalmente, ainda precisa enfrentar.

É importante ressaltar, por exemplo, fazendo referência à escravização de pessoas, que a escravidão, no Brasil, foi aquilo que a gente hoje pode chamar de política pública. Ela foi uma política institucionalizada, prevista em lei, legitimada por atos do Legislativo, da Corte brasileira – no caso, referindo-me ao Brasil Império, à Coroa portuguesa do contexto colonial –, e foi, inúmeras vezes, também confirmada, legitimada por atos do Poder Judiciário.

Então, o mesmo Estado que, lá atrás, institucionalizou uma política de violação sistemática a direitos humanos, hoje tem, sim, a obrigação, inclusive jurídica, na leitura da Defensoria Pública, de promover políticas de reparação. E aí as cotas aparecem como algo importante, inclusive nesse recorte de políticas culturais que aqui está sendo trabalhado, mas ao mesmo tempo como algo muito pequeno ainda, e isso não deslegitima de nenhuma maneira esse debate diante daquilo que a gente precisa ainda construir.

As cotas vêm de encontro ao principal argumento que é utilizado para a manutenção do racismo, sobretudo institucional, em nosso país, que é esse grande mito da meritocracia, de que basta a gente colocar as pessoas, entre aspas, "em condições iguais de concorrência" e que, naturalmente, nós teremos a seleção daqueles e daquelas mais aptos ou aptas. A meritocracia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não à toa, é algo a que as nossas elites socialmente brancas são extremamente apegadas, porque elas sabem que é um fator fundamental de reprodução de privilégios.

Embora nós já tenhamos avançado muito com relação às cotas, eu gostaria de, nessa parte final, Senador Paim e todas as senhoras e os senhores que acompanham aqui nesta audiência pública, levantar alguns pontos que, no entendimento da Defensoria Pública, podem ajudar a gente a crescer, a avançar, a adensar políticas de cotas étnico-raciais no âmbito da cultura. E aqui, obviamente, o olhar da Defensoria não é um olhar mais técnico, desse ponto de vista, e propositivo de políticas públicas, como fizeram as representantes dos ministérios que me antecederam.

O primeiro ponto, no sentido aqui de contribuir para esse debate, é priorizar de fato o levantamento e o tratamento de dados sobre a política. A gente não tem séries históricas densas sobre as políticas sociais étnico-raciais, as políticas de cotas; a gente tem, em inúmeros momentos, a própria sociedade civil, em específico o movimento negro, tendo protagonismo no levantamento dessas informações. E isso é uma responsabilidade do Estado brasileiro, lembrando que a ausência de dados é argumento, sim, para o questionamento das cotas, quando se inventa todo tipo de teoria que seria legitimada pela ausência de dados que contrastem.

É importante avançar – um outro elemento – no letramento das instituições. E aqui eu digo isso porque na Defensoria a gente também enfrenta isso internamente. Todas as instituições do Brasil, sem exceção, devem enfrentar esse processo de letramento desde as questões mais básicas ligado ao antirracismo.

É importante, também, institucionalizar as políticas de inclusão nessa pauta, no caso, étnico-racial. Muitas instituições, Senador, têm terceirizado, por exemplo, procedimentos de etno-identificação. Preveem em seus editais e depois passam para empresas esse processo. Eu acredito que toda instituição tem que incorporá-lo como forma também de letramento e de ir construindo raízes.

É muito importante, eu acho que é fundamental – essa fala vai mais diretamente aos ministérios aqui representados –, aperfeiçoar a publicidade, a transparência nas políticas de cotas étnico-raciais, aqui especificamente falando da cultura. Esse é outro elemento que é muito atacado. É importante a gente lembrar que tem uma mídia, falando de forma ampla, que só fala

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de políticas étnico-raciais, de cotas raciais para falar de fraudes. Ela não fala da importância das cotas, do fundamento histórico e jurídico dessas cotas; não fala de pessoas que tiveram a realidade positivamente impactada por essas cotas e pontuam questões de fraudes, que existem de fato, e em cima disso, trabalham a crítica às cotas.

Por fim, já concluindo, é importante também ter uma observação àquilo que já foi aqui muito bem-colocado por uma das que me antecedeu, que é a necessidade de ter uma perspectiva interseccional da política. A gente não pode, de fato, estabelecer essas separações. É importante que a política de cotas étnico-raciais dialogue adequadamente com o combate ao etarismo, com o combate ao capacitismo, com o combate à misoginia e a todos os outros elementos de impacto social.

E, por fim, de fato, concluindo, para não extrapolar muito o meu tempo, Senador, é muito importante também relacionar a política de cotas étnico-raciais a outras formas de reparação histórica. Não adianta apenas integrar, ou melhor dizendo, dar acesso a pessoas pelo sistema de cotas; é preciso incentivar a permanência, o acesso a cargos de direção, de chefia, de representatividade. Só assim a gente consegue, de fato, avançar.

Essas aqui são as contribuições singelas, a meu ver, mas, ao mesmo tempo, pertinentes a este momento, Senador, que a Defensoria Pública apresenta.

Eu me despeço aqui deste momento de fala, mais uma vez agradecendo a oportunidade e parabenizando a Comissão por pautar tema tão importante.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Yuri Michael Pereira Costa, Defensor Público Federal e Coordenador do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais da Defensoria Pública da União. Parabéns pelas contribuições! Todas elas muito bem pontuadas. Com certeza, nós vamos usá-las na construção do relatório final – a sua e de todos os outros convidados e convidadas.

Mas, se me permitir só uma falinha de 30 segundos, Dr. Yuri, quero agradecer o trabalho da Defensoria Pública lá no Rio Grande do Sul. A Defensoria Pública deslocou-se para lá equipes, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fizemos uma audiência pública. porque eles queriam prestar conta. E fizeram um belo relatório – estava lotado de Defensores Públicos – sobre o trabalho de ajuda ao Rio Grande do Sul.

Ao fazer esse agradecimento a vocês, faço também, com muito carinho e muita responsabilidade, ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em torno de R$90 bilhões já foram destinados. Claro que a implementação vai sendo pontual também, não dá para jogar R$90 bilhões, como algumas vezes pensam. Mas foi já liberado, e eu mesmo fui Relator de dois projetos aqui, encaminhados pelo Presidente, e os aprovamos.

Presidi uma sessão do Congresso. E quero enaltecer também o Presidente Rodrigo Pacheco pela ajuda que ele nos tem dado na questão racial. Eu digo que ele fica entre aqueles Presidentes do Congresso, nesses 40 anos que eu tenho de Casa – vai fazer 40 agora com esses dois anos – que mais valorizou as políticas de combate ao racismo e ao preconceito.

Eu poderia dar uma lista de uns 20 projetos, e todos marcantes, que aprovamos nesses períodos. Alguns a Câmara aprovou; outros, ainda não aprovaram. Então, a minha fala para a Câmara é com respeito, é com carinho, e sei que vamos aprovar.

A questão da abordagem policial é da Reginete Bispo, que é minha suplente no Senado, mas também é Deputada Federal. Ela é Relatora e está fazendo lá um belo trabalho. Inclusive, o Zumbi dos Palmares, que foi um projeto que trabalhamos aqui desde a Constituinte, o feriado nacional, conseguimos aprovar no Senado. O projeto foi lá para a Câmara, onde a Reginete foi a Relatora e o aprovou também. Então, fica aqui meu carinho para a Reginete neste momento.

Vamos em frente!

Agora, com muito carinho, eu passo a palavra à Sra. Vanessa Machado, Diretora Substituta de Políticas de Ações Afirmativas do Ministério da Igualdade Racial.

A SRA. VANESSA MACHADO (Para expor.) – Bom dia. Bom dia, Senador Paulo Paim.

Quero iniciar agradecendo muito o convite feito ao Ministério da Igualdade Racial para que a gente estivesse aqui, participando desta discussão tão relevante sobre ações afirmativas na cultura. Quero agradecer e enaltecer, Senador Paim, a sua trajetória e a sua visão de futuro das políticas afirmativas no Brasil. A gente sabe de toda a importância que o senhor teve em relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à construção de todas as políticas de igualdade racial no país, e acredito que trazer para o centro da discussão essa reflexão sobre cultura e sobre ações afirmativas na cultura é mais um passo relevante que o senhor tem encampado aqui dentro do Congresso Nacional.

Quero agradecer também a todos os Senadores da Comissão; ao Senador Flávio Arns, por ter pautado este espaço aqui para a gente poder fazer esse diálogo. Trago também os cumprimentos da Ministra Anielle Franco e da Secretária Nacional, Márcia Lima, que desejavam estar presentes, mas, devido a outras agendas, não conseguiram estar conosco.

Quero cumprimentar aqui os integrantes da mesa: a Sra. Mariana Braga; o Sr. Yuri Michael; o Sr. Cleber Santos; e a Sra. Letícia Cesarino.

Eu sou Vanessa Machado, Diretora Substituta de Políticas de Ações Afirmativas no Ministério da Igualdade Racial. Sou cientista política e socióloga pela Universidade de Brasília e acredito que é muito importante a gente poder abordar a questão das políticas afirmativas, que são essas políticas que estruturaram as políticas de promoção da igualdade racial no Brasil.

A gente sabe que as políticas afirmativas têm essa função inclusiva, como já mencionado por todas as pessoas que me antecederam, e elas têm um enfoque que não é exclusivamente racial, é também de gênero, é também em relação às pessoas com deficiência. Tratar das políticas afirmativas no âmbito da cultura, pensando esse enquadramento étnico-racial principalmente, é fundamental, porque a gente sabe como o campo da cultura tem essa importância na construção da identidade negra brasileira, na construção de estratégias de resistência e de bem-viver da comunidade negra brasileira. Então, acredito que isso já tenha sido mencionado, mas gostaria de reiterar que as políticas de ações afirmativas têm essa função de promover o acesso a bens e a serviços públicos e buscam, portanto, equalizar algumas desigualdades históricas e persistentes que a gente ainda vivencia no Brasil.

No Brasil, essas políticas têm ganhado força desde a redemocratização. Na própria Constituição Federal, a gente tem a previsão de ações afirmativas para pessoas com deficiência; na década de 90, a gente tem a previsão de ações afirmativas para mulheres, no âmbito da política eleitoral; e, nas últimas duas décadas, a gente tem o fortalecimento das políticas afirmativas para pessoas negras. Desde a Conferência de Durban, em 2001, a gente passou por vários marcos legislativos e normativos que têm fortalecido as políticas afirmativas para pessoas negras no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil: a própria Lei 12.711, já mencionada aqui, a Lei de Cotas nas universidades, que foi revisada no ano passado pelo Congresso Nacional; a Lei 12.990, de 2014, que é a lei de ações afirmativas nos concursos públicos, de reserva de vagas para pessoas negras nos concursos públicos, que está em processo de tramitação, ainda, no Congresso Nacional...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. VANESSA MACHADO – Exato. Neste momento, está sob escrutínio da Câmara dos Deputados. Nós também no Ministério da Igualdade Racial estamos muito envolvidos, engajados e desejando essa aprovação de modo célere, para que a gente tenha continuidade da política, entendendo que ela tem transformado o serviço público brasileiro.

O Senado fez um trabalho magnífico no processo de renovação, mas também na inclusão de aprimoramentos à Lei de Cotas no serviço público, nos concursos públicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita que eu diga...

A SRA. VANESSA MACHADO – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se não fosse a assessoria desses ministérios do Governo Lula, não teríamos construído, inclusive, as alterações – 90% delas vieram por parte do Governo.

A SRA. VANESSA MACHADO – Sim, foi uma construção conjunta, não é, Senador?

E a gente acredita bastante que esse texto que está tramitando no Congresso Nacional tem o potencial de garantir que a política seja, de fato, fortalecida e aprimorada para os próximos anos.

Eu gostaria de mencionar também que as políticas mais consolidadas que a gente já tem, previstas em lei, estão, portanto, no campo da educação e no campo do mercado de trabalho, mas que existem diversas outras áreas sociais que também têm debatido as ações afirmativas, como é a área da cultura, em que a gente está debruçado nesta manhã, e também a área da saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à saúde, só para trazer um exemplo, que eu acho que ajuda a ilustrar para quem está nos assistindo como as políticas afirmativas têm sido implementadas: a gente teve no edital do Programa Mais Médicos, lançado neste ano, a reserva de vagas para pessoas negras, indígenas, quilombolas e com deficiência.

Esse programa, que foi criado em 2013, neste ano, passou a ter um modelo mais inclusivo de contratação de pessoal, identificando que essas desigualdades que a gente observa na sociedade brasileira também estavam presentes nesse grande programa de assistência primária à saúde no país.

Então, a gente acredita, por exemplo, no âmbito da saúde, que a inclusão de médicos negros, indígenas, quilombolas e com deficiência vai garantir que a população brasileira tenha um acesso à saúde qualificado e com profissionais mais diversos que a representem.

O Ministério da Igualdade Racial tem trabalhado em diversas frentes relacionadas às ações afirmativas, à implementação das ações afirmativas. Eu gostaria de destacar, nesta manhã, o Programa Federal de Ações Afirmativas, que está em implementação no âmbito do Ministério da Igualdade Racial.

O Programa Federal de Ações Afirmativas foi estruturado a partir de um grupo de trabalho interministerial que desenvolveu um trabalho abrangente e robusto de mapeamento e de levantamento de ações afirmativas que já estão em vigência no âmbito do Governo Federal.

Para essa estruturação, foi criado um grupo de trabalho com 16 órgãos da administração pública federal e, a partir dessas discussões no âmbito do grupo de trabalho, em novembro do ano passado, foi publicado o Decreto 11.785, que instituiu, portanto, o Programa Federal de Ações Afirmativas.

Acho que é relevante mencionar, também, que o Programa Federal de Ações Afirmativas tem como seu embrião o Programa Nacional de Ações Afirmativas, que foi um programa do ano de 2002 e que, naquele momento, não teve uma adesão tão consistente da administração pública federal. Agora a gente está conseguindo ter alguns avanços que são importantes nesse sentido.

Então, trouxe, para presentear aqui o Senador e minhas companheiras de mesa, uma publicação que nós desenvolvemos no âmbito da Diretoria de Política de Ações Afirmativas sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Programa Federal de Ações Afirmativas, que conta um pouco como foi o trabalho desse grupo de trabalho interministerial e conta também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Convido a todos para um momentinho só. Estou registrando este momento.

Ela coloca a mão no dela para dizer que está passando para nós.

Coloque a mão neste aqui também.

Pronto. (*Pausa.*)

A SRA. VANESSA MACHADO – O Programa Federal de Ações Afirmativas, portanto, é uma política que busca promover direitos e busca equiparação de oportunidades por meio de ações afirmativas às populações negra, quilombola, indígena, com deficiência e às mulheres, considerando as especificidades e as diversidades de cada um desses grupos.

O programa tem como públicos centrais, públicos prioritários esses que eu mencionei, mas ele não está fechado a outros públicos que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora que vêm mais cinco.

A SRA. VANESSA MACHADO – ... como a companheira do MinC mencionou, podem ser contemplados com ações afirmativas, como crianças, pessoas idosas, pessoas LGBT.

A ideia do programa é, portanto, fomentar que a administração pública federal olhe para os seus quadros internos, olhe para as suas políticas internas e se comprometa a criar formas mais inclusivas de acesso às oportunidades, seja na área de gestão de pessoas, seja na comunicação, seja nas próprias contratações públicas.

Para além disso, também o programa busca fomentar que os órgãos percebam, reflitam e atuem em relação às suas políticas finalísticas. Os dados têm indicado – até o Defensor mencionou – como o acesso aos bens públicos e aos serviços públicos é ainda muito desigual em nosso país.

E o Programa Federal de Ações Afirmativas tem buscado, então, justamente fomentar que os órgãos produzam as políticas públicas, considerando essa dimensão da transversalidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gênero, de raça, de pessoas com deficiências, e que esses grupos sejam os beneficiários também das políticas que são ofertadas pelo Estado brasileiro.

Acho que uma inovação que a gente tem no âmbito do decreto do Programa Federal de Ações Afirmativas é a especificação das modalidades passíveis de ações afirmativas. Muitas vezes a gente tem uma associação direta entre ação afirmativa e cota e reserva de vagas, mas as ações afirmativas vão para além disso, e o decreto traz essas especificações.

Então, para além das cotas, para além da reserva de vagas, a gente considera ação afirmativa também as bonificações e os critérios diferenciados de pontuação, o estabelecimento de metas para ampliar a participação e inclusão dos referidos grupos, os critérios de desempate em processos competitivos, os cursos preparatórios voltados para os processos seletivos, programas de assistência financeira que incluam, por exemplo, a concessão de bolsa, a concessão de auxílios para garantir o acesso e permanência dessas pessoas nas instituições de ensino ou também para qualificação profissional, políticas de acessibilidade arquitetônica, atitudinal, metodológica, instrumental, comunicacional ou programática e também a destinação de parcela de recursos de fundos existentes que tenham esse enfoque da ação afirmativa.

Após a instituição do Programa Federal de Ações Afirmativas no ano passado, no início desse semestre, o Ministério da Igualdade Racial, então, fez esse processo de levantamento das políticas de ações afirmativas em implementação, no âmbito do Governo Federal. A gente teve uma grata surpresa, porque 22 ministérios preencheram os formulários e cadastraram mais de 400 ações afirmativas que estão em execução atualmente na administração pública federal. E agora, no segundo semestre, a gente tem se esforçado num processo de reuniões bilaterais, justamente para analisar, junto com os ministérios proponentes, essas políticas e para criar então os planos de ação de cada ministério em relação às políticas de ações afirmativas que eles têm implementado.

E, nesse processo todo, o Ministério da Cultura foi um dos ministérios mais engajados e comprometidos. Eu poderia dizer assim que, em relação à apresentação de ações, no âmbito do Programa Federal de Ações Afirmativas, foi o ministério que cadastrou 72 iniciativas, sendo 64 de políticas finalísticas e 7 de políticas meio. A colega já mencionou aqui como está...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VANESSA MACHADO – ... a composição dessas ações afirmativas dentro – eu já estou concluindo, Senador – do Ministério da Cultura.

Mas eu queria também trazer algumas referências do que a gente pôde observar, que são justamente esses editais que o ministério tem formulado, garantindo reservas de vagas para pessoas negras, para pessoas indígenas, para pessoas com deficiência e para mulheres. São editais para a produção de festivais, para a preservação do patrimônio imaterial das comunidades quilombolas e indígenas, para bolsas de pesquisa na área de cultura e bolsas de mobilidade artística, que consideram como um público a ser atendido as pessoas negras, as pessoas indígenas e as pessoas com deficiência, além de apoio financeiro também às produções musicais e às produções audiovisuais. A gente também teve cadastradas algumas premiações que tinham como enfoque a valorização das culturas das comunidades quilombolas, das comunidades indígenas e a valorização da cultura negra.

Por fim, destaco o Guia de Orientações, que foi produzido pelo Ministério da Cultura também, em relação às ações afirmativas na Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Eu acho que é um outro material muito relevante para a gente compreender como implementar as ações afirmativas, no âmbito da cultura.

No próximo ano, a nossa ideia então, no âmbito do Ministério da Igualdade Racial, é que, no início do ano que vem, todas as ações do Ministério da Cultura e dos outros ministérios, dos outros 21 ministérios que cadastraram ações, sejam disponibilizadas e publicadas na página do Programa Federal de Ações Afirmativas, para que a sociedade brasileira possa, então, conhecer quais têm sido os processos, quais têm sido as políticas e iniciativas que o Governo Federal tem implementado para maior inclusão e maior diversidade tanto internamente, nos seus quadros, como nas políticas finalísticas que tem formulado.

E aí, já para concluir de verdade, eu quero mencionar que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você, das convidadas de hoje, está no menor tempo ainda.

Fique à vontade.

A SRA. VANESSA MACHADO – Ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, já para concluir, acho que cabe a reflexão aqui, neste espaço: qual o propósito das políticas afirmativas e o que a gente espera para o futuro do Brasil a partir da implementação de políticas afirmativas?

Entendo, a partir do Ministério da Igualdade Racial, que, a partir das políticas culturais, a gente pode beneficiar grupos que foram historicamente marginalizados, invisibilizados e a gente pode garantir com que essas pessoas também tenham acesso aos recursos que garantam as produções culturais, que garantam a reprodução de suas práticas culturais em suas comunidades.

Quero agradecer novamente, muito, a possibilidade de o Ministério da Igualdade Racial dialogar com vocês, aqui, nesta manhã; mencionar que este é um tema muito importante em que nós temos nos debruçado lá no ministério e que estamos totalmente à disposição para seguir construindo, com o Senado Federal e com os demais ministérios, políticas de ações afirmativas em todas as áreas sociais.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sra. Vanessa Machado, Diretora Substituta de Políticas de Ações Afirmativas do Ministério da Igualdade Racial.

Nossos cumprimentos pela sua exposição, com o mesmo brilho de todos os convidados do dia de hoje.

Tudo isso vai ficar à disposição no *site* do Senado para a contribuição da luta contra todo tipo de preconceito, racismo, discriminação.

Nós estamos correndo com o tempo, mas fiquem tranquilos porque o tema é prioritário aqui. Vocês terão que responder ainda a umas cinco, dez, quinze, vinte perguntas. Cada um escolhe algumas. Receberam já, e, depois, vão respondê-las ainda.

Às que forem bem fáceis eu respondo; as que forem mais difíceis eu mando para os especialistas, que são vocês e o Cleber, que vai falar agora.

Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Sr. Cleber Santos Vieira, Assessor da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (MEC).

Cleber, eu quero, se me permitir, dizer que foi muito importante a sua assessoria naquele projeto de cotas na universidade.

E faço justiça às autoras, que foram a Dandara, a Benedita e a Maria do Rosário. Lembro-me de que as três encabeçavam. E eu fui Relator, aqui no Senado. A Dandara foi a Relatora lá.

E o Cleber cumpriu um papel fundamental. O Cleber praticamente acampou aqui, junto com a minha equipe, que está aqui no Plenário, a Isabel, a Ingrid e outros.

Pronto, já falei demais.

É com você, Cleber.

O SR. CLEBER SANTOS VIEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Bom dia a todas.

Muito obrigado pelas palavras, Senador Paim.

Já cumprimento também, parabenizando pela iniciativa da audiência, na Comissão de Educação, o Senador Flávio Arns.

É muito importante que o tema das ações afirmativas na cultura esteja sendo discutido neste momento, que, para nós, tem um sentido, um significado muito importante não apenas para o Ministério da Educação, mas para toda a sociedade brasileira do ponto de vista de uma educação democrática, de uma educação mais acessível a todos e a todas.

Cumprimento também minhas colegas de ministério, o Defensor Público Yuri, que está participando desta audiência.

Peço desculpas por não estar aí presencialmente.

Estou escalado para esta audiência, entretanto tive uma questão, precisei vir hoje cedo e não conseguiria chegar presencialmente. Então, parei aqui para apresentar minhas contribuições e falar, representando a Secretária da Secadi, a Secretária Zara Figueiredo, que é a titular e que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

me designou para estar acompanhando esta audiência que tanto nos orgulha, pelo fato de o Senador Paim estar sempre conduzindo temas importantes para a sociedade brasileira.

Esperamos aqui apresentar nossa contribuição.

Bom, sou professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e estou, desde o ano passado, cedido para o Ministério da Educação, onde atuo, lá na Secadi, desde fevereiro do ano passado.

Então, tive uma trajetória, pelo menos nos últimos 12 anos, diariamente dedicada às ações afirmativas na modalidade de cotas no ensino superior como Presidente da ABPN, como Coordenador Nacional do Consórcio de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e pela militância, pelos temas de ensino, pesquisa e extensão.

Então, concordo com a colega Vanessa, que me antecedeu, que, muitas vezes, as ações afirmativas são reduzidas a uma perspectiva apenas de reserva de vagas, seja no concurso público, seja no vestibular, seja em outros editais.

Então, acho importante a iniciativa da audiência, do tema da audiência, que permite falar do conceito de ações afirmativas para além das cotas, para além das reservas de vagas, mas pensando também em outros aspectos que vou desenvolver logo a seguir.

Quero destacar também, veja só, estou aqui representando o Ministério da Educação (MEC). E, se pensarmos na sigla MEC, originalmente ela veio porque antigamente existia o Ministério da Educação e Cultura, não é verdade? O Ministério da Educação e Cultura era um só, tinha uma vinculação. E essa vinculação não é à toa, é uma vinculação porque partia de uma concepção, de uma teoria, de um posicionamento, frente à humanidade, em que a formação de crianças, de jovens, de adolescentes, de adultos e, por que não, de idosos precisa ser sempre uma formação integral, uma formação humanística, uma formação em que as habilidades, os conhecimentos, as aprendizagens, as técnicas precisam estar combinadas com aquilo que é mais essencial na humanidade, os valores – e, nesse caso, os valores que nós construímos e defendemos: os valores democráticos, os valores de respeito à diversidade, os valores de respeito às diferenças. Então, fazia muito sentido que o Ministério da Educação e Cultura fosse um só.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram separados, obviamente, e essa separação tem sido respondida, ao longo da história, com pontes, com programas, com projetos interministeriais, bilaterais, e eu gostaria de destacar alguns deles – ou seja, separou, mas a necessidade da formação integral permanece.

Destaco aqui o programa que existiu durante o Governo Dilma, o Programa Mais Cultura nas Escolas. Era um programa muito robusto, um programa importante, que transferia dinheiro direto para as escolas desenvolverem projetos culturais em parceria com entidades e organizações da sociedade civil, com grupos culturais de capoeira, de folclore, seja do que for. Então, ele complementava a formação das disciplinas – História, Português, Matemática, Ciências, etc. – e complementava a formação desse estudante com projetos que poderiam ser de circo, de algum mestre da cultura popular, de piano – por que não? Porque é cultura também –, de coral – por que não? Porque faz parte da cultura também – e obviamente daqueles que estão ligados às culturas invisibilizadas da sociedade brasileira: capoeira, blocos de afoxé e tantos outros que compõem a rica cultura afrodiaspórica no Brasil. Então, esse programa existiu e foi extinto.

Recentemente, no ano passado – e a colega que está no Ministério da Cultura certamente vai se lembrar –, foi realizado um seminário entre o MinC e o MEC, que era exatamente sobre cultura e educação, numa tentativa, então, de recuperar esse espírito de uma integração entre educação e cultura, visando à formação integral dos estudantes, seja de qual etapa for, seja de qual idade for dos brasileiros e das brasileiras.

Existem alguns desdobramentos desse seminário que nós precisamos pontuar: recentemente, as discussões com a Secretaria de Formação, Livro e Leitura articulando de que maneira incide a cultura na educação de tempo integral, que é uma das marcas do Ministério da Educação, é uma das marcas da gestão do Camilo e obviamente é uma marca do terceiro Governo do Presidente Lula, que tem contribuído para a permanência, juntamente com o Programa Pé-de-Meia, desses estudantes. Ora, se é de tempo integral e os estudantes precisam ter além das disciplinas, também incluam-se, então, atividades culturais, acesso a bens culturais numa perspectiva dessa formação. Então, isso tem sido discutido. Precisamos pontuar também, por exemplo, o Plano Nacional do Livro e Leitura, que chega agora não apenas às escolas – isso é muito importante frisar –, mas também às bibliotecas comunitárias nessa integração, nessa parceria importante que tem sido realizada – vamos e queremos avançar mais –, e o Programa Nacional do Livro e do Material Didático, recuperando aquilo que foi para a EJA e para o campo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é muito importante situar a retomada desse espírito de integração entre cultura e educação nessa formação integral.

Um outro ponto importante que nós obviamente temos que mencionar aqui nessa superação da ideia de ações afirmativas totalmente ligadas ou apenas ligadas a cotas é que nós temos uma legislação importante no Brasil que cobre a perspectiva educacional e de que maneira a cultura está inserida no currículo das escolas, ou deveria estar inserida, a partir da lei máxima da educação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que parametriza, portanto, as responsabilidades do Ministério da Educação em relação às etapas e modalidades da educação brasileira.

Então, nós precisamos lembrar sempre que o art. 26-A da LDB foi alterado pela Lei 10.639 e depois pela Lei 11.645, isto é, a história e a cultura afro-brasileira, africana, indígena como obrigatórias na formação dos estudantes, e com essa perspectiva de que é a lei máxima – estamos falando da lei máxima da educação brasileira –, naquilo que é responsabilidade do Ministério da Educação para dar conta, para contemplar todo esse processo.

Nós sabemos que caminhamos muito nesses últimos 21 anos com a Lei 10.639, que alterou a LDB, de 2003 – temos 21 anos. Eu sempre me recordo de uma frase de um *rapper* aqui de Brasília chamado Gog. Uma vez estávamos em uma audiência na Assembleia Legislativa de São Paulo, para discutir exatamente o fim da Secadi – vocês sabem que, no dia 2 de janeiro de 2019, o antigo Governo celebrou pelo Twitter a extinção da Secadi –, com o movimento negro, naquela época liderado pelo SOS Racismo, com Claudinho, que hoje é Ouvidor da Polícia de São Paulo, e nos convidou para discutir, então, o fim da Secadi.

Estávamos lá ex-dirigentes, eu, representando a ABPN naquele momento, e o que nós tivemos ali foi o Gog falando: "Na ausência do Estado, que sejamos nós a Lei 10.639 ambulante"; isto é, na ausência do Estado, com a resistência de cada indivíduo que se preocupa com o racismo e luta contra ele, de cada Parlamentar, de cada professor, de cada professora, de cada gestor e cada gestora, de cada estudante que se preocupa com o antirracismo, sejamos nós a Lei 10.639. E foi assim que nós sobrevivemos, com a história e a cultura brasileira, afro-brasileira, incluídas nos currículos escolares, existindo por cada um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fato é que, depois de 21 anos, nós temos hoje uma política; nós temos hoje uma Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-raciais e Educação Escolar Quilombola, que foi publicada e assinada pelo Ministro Camilo Santana no dia 14 de maio de 2024, na Portaria MEC nº 470, e ela tem sido o nosso farol, ela tem sido o nosso parâmetro, ela tem sido a nossa baliza para atuar nessa agenda tão importante.

A Pneerq e a Lei 10.639... Vocês sabem que o Governo Federal – corroborando o que as colegas e o Defensor falam em falta de diagnóstico –, durante 21 anos, nunca havia realizado um diagnóstico para saber o que cada uma das mais de 170 mil escolas públicas do Brasil fazem em torno da implementação da Lei 10.639. Nunca o Governo Federal, o Estado nacional, a União havia feito um diagnóstico de uma lei.

Então, nós fizemos neste ano esse diagnóstico. Pretendemos apresentar – e eu já lanço aqui um *spoiler* – na segunda-feira, quando estaremos no Congresso de Pesquisadores Negros, no 13º Congresso de Pesquisadores Negros, congresso organizado bianualmente pela Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, a ABPN, e vamos apresentar alguns dados desse diagnóstico, que teve a cobertura de 99% – 99% das escolas brasileiras das redes estaduais responderam como está o processo de implementação da lei.

Agora estamos na fase de adesão, isto é, nós reservamos para a implementação dessa lei, Senador Paulo Paim – é importante a gente registrar isto, pela primeira vez na história com o apoio irrestrito do Ministro Camilo Santana e com a coordenação muito diretiva da Secretária Zara –, uma política que tem R$2 bilhões para ser implementada até 2027. Então, estamos trabalhando de maneira muito dedicada a esse tema, estamos nos dedicando de maneira muito fiel à implementação nos seus vários eixos.

Nesses vários eixos nós poderíamos destacar algumas discussões que estamos tendo, bilaterais, com o próprio Ministério da Cultura, que tratam dos mestres e das mestras da cultura popular, dos saberes populares e dos saberes tradicionais. Há um contingente enorme de mestres e mestras, indígenas e quilombolas, mas também ribeirinhos, também pessoas que guardam e preservam a diversidade do Brasil pela memória, pela tradição oral e que, com a chegada da idade, com o avanço de uma política que muitas vezes extingue essas comunidades, vão se perdendo. Então, a nossa proposta é de estimular o pertencimento, a presença dessas culturas, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presença desses mestres e dessas mestras naquilo que têm de contribuição para a formação integral do estudante brasileiro. Estivemos no 1º Encontro de Mestras e Mestres das Culturas Populares, que foi realizado aqui, em Brasília, organizado pelo MinC, pela Secretária Márcia Rollemberg e pelo Diretor Sebastião Soares. Estivemos presentes porque para nós é muito importante esse aspecto.

É muito importante também pensar na juventude, é muito importante pensar na produção cultural da juventude, é muito importante pensar a cultura juvenil como uma cultura de resistência a todo tipo de desafios, e incluindo, obviamente, aquilo que é uma raiz estrutural na sociedade brasileira, que é o racismo. Então, estamos apoiando também, lá em São Paulo, uma iniciativa fantástica de uns meninos que atuam na Zona Leste de São Paulo – Isabel certamente conhece bem –, na Vila Guilhermina. É aquilo que tem de mais espetacular na sociedade hoje, que são os *slams*, que são as batalhas de rimas, são as batalhas de poesia. Então, você tem crianças de 12 e de 13 anos produzindo poesia, criando, retratando a sua realidade, sonhando, de uma maneira incrível. Nós estamos apoiando uma iniciativa chamada Slam Interescolar, que está em 348 escolas públicas no Estado de São Paulo, e nós queremos fortalecer, apoiar iniciativas como essa, porque são iniciativas que reconhecem aquilo que vai para além dos muros da escola, mas não pode estar fora nem longe da escola, tem que estar integrado nas escolas porque são importantes para a formação integral da nossa infância, dos nossos adolescentes, da nossa juventude, dos nossos adultos, dos nossos idosos, ou seja, todos aqueles que estão de alguma forma no sistema educacional.

Então, acho que temos um futuro importante pela frente. Nós sabemos que a Deputada Jandira Feghali, na Câmara dos Deputados, apresentou um projeto para transformar em lei o programa Mais Cultura nas Escolas, uma iniciativa importante. Temos pontos para discutir, obviamente é uma... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não fomos nós.

Caiu lá com ele.

É, travou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que ele tinha concluído. Ficou no tempo médio aqui dos convidados e das convidadas de 20 minutos.

O.k., vamos em frente, então.

Agora, eu agradeço muito ao Cleber dos Santos Vieira, Assessor da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação.

As palmas, como os outros receberam, naturalmente, ele também merece. (*Palmas.*)

Nós vamos passar para uma segunda etapa da nossa audiência pública, mas eu queria agradecer muito ao Presidente Lula.

Vejam que aqui, nesta mesa, mesmo à distância, nós temos quatro ministérios representados: o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Ministro Silva Almeida está representado nesta mesa; o Ministério da Cultura, Ministra Margareth Menezes está também representado aqui nesta mesa – todos, eu diria que são meus amigos, eu tomo essa liberdade –; o Ministro da Educação, Camilo Santana, que é Senador, licenciado... Permitam-me só... Todos tiveram um trabalho brilhante em todo o debate das políticas de combate ao preconceito e ao racismo, e, naturalmente, nas políticas de cota – todos tiveram, todos.

As equipes também eu quero contemplar na minha fala. Aqui tinha dia que cada ministério tinha cinco ou seis assessores caminhando aqui pelos corredores da Casa, ajudando na conversa com os Srs. Senadores. Aqui no Senado deu certo, viu?

Quero cumprimentar o Ministério da Igualdade Racial, Ministra Anielle Franco, uma grande Ministra, muito carinhosa, da qual eu posso dizer que, na votação final, estava, inclusive, aqui na Casa. Mas todos colaboraram com a mesma intensidade, eu diria, também a Defensoria Pública da União, o Defensor Público-Geral Leonardo Magalhães, que esteve comigo aqui nesta semana também.

Então, eu queria agradecer, citando esses Ministros e o Defensor-Geral. Agradeço a todos os ministérios, porque outros ministérios também trabalharam. A Casa Civil trabalhou, o ministério trabalhou nesse sentido para aprovar as políticas aqui, colaborou com os contatos; o Ministério das Mulheres também participou. Ao cumprimentar esses quatro Ministros aqui citados, estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimentando todos os ministérios e, claro, principalmente o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Foi no Governo dele e de Dilma que nós aprovamos essa quantidade de leis. Eu estou aqui desde a Constituinte. Nem na Constituinte eu aprovei tanto! Estávamos eu, o Lula e o Olívio Dutra naquele período. Eu me lembro, até hoje, de nós três.

Por que eu estou citando aqui? Porque, quando eu vim do Rio Grande do Sul, eu pensei: "Bom, onde é que eu vou morar?". Daí, fomos morar, em um apartamento funcional, o Olívio, o Lula e eu, três Constituintes. Ficamos um período lá. Depois, claro, cada um seguiu o seu destino, e assim é a vida.

Vamos em frente. Agora eu queria passar para um novo momento, como eu disse, o momento das perguntas. Cada um de vocês, inclusive, os que estão à distância, por vídeo, receberam um bloco de perguntas. Eu vou ler as perguntas, e cada um escolhe as perguntas que quer responder, seja uma, sejam duas, ou, se nas considerações finais não quiserem responder, também fiquem à vontade.

Vamos lá às perguntas, que são de praxe, do e-Cidadania. As audiências que são bem prestigiadas têm, no mínimo, dez perguntas. É o que nós temos aqui, mais do que dez, viu? Mais do que dez. É sinal de que o pessoal está acompanhando à distância.

Robson, do Rio Grande do Sul, pergunta quais dados justificam a criação das cotas, considerando que a riqueza da cultura brasileira está em sua miscigenação.

Aline, de São Paulo, pergunta se há algum esforço para informar os estudantes do ensino básico sobre a existência e o acesso à política de cotas raciais.

Willian, de Rondônia: "Quais são os critérios para definir quem se qualifica para as cotas étnico-raciais nos programas do Ministério da Cultura?".

Felipe, do Rio de Janeiro, pergunta como a diversidade étnica é atualmente desenhada e representada nos cargos de liderança no Ministério da Cultura.

Elen, de São Paulo: "De que maneira as cotas étnicas e raciais podem fortalecer a representatividade das diversas culturas no Brasil?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que são muito mais do que dez, viu? Então, se acalmem com a minha leitura.

Jaelson, de Pernambuco, pergunta se há disciplinas no ensino médio que abordem a conscientização sobre a importância das políticas de cotas étnico-raciais.

Acho que alguém poderia falar da lei, não é?

Para Joilson, da Paraíba, dado que a maioria da população brasileira é preta, parda ou indígena, as universidades deveriam reservar mais vagas para esses grupos.

Continua o e-Cidadania, com perguntas.

Renata, de São Paulo: "Quais são os mecanismos de acompanhamento e avaliação da implementação das cotas étnico-raciais nos programas do Ministério da Cultura?".

Thomaz, do Rio Grande do Sul: "Como as cotas étnico-raciais vão valorizar a diversidade cultural interna dos grupos beneficiados, promovendo pluralidade e inclusão?".

Nara, do Rio de Janeiro: "Como garantir que o percentual de cota não seja preenchido com nomes de pessoas já renomadas no mercado artístico?".

Comentários.

Regiane, de São Paulo: "Enquanto não houver igualdade de acesso à educação, à cultura e a melhores condições de vida, acredito que deva haver cotas étnico-raciais".

O João, do Rio Grande do Norte, diz que, juntamente com essas cotas, também é necessária a profissionalização desses grupos minoritários.

Pety, do DF: "Atualmente, a cultura afro-brasileira só é estimulada e validada quando atrai turismo gringo. Totalmente a favor das cotas para mudar isso".

Essas são as perguntas. Todos fiquem muito à vontade para responder.

Tem uma que chegou aqui para mim também, que veio pelo celular e a assessoria me trouxe. Ela é mais emblemática. Eu diria que não sei quem vai querer responder.

Eu trato essa lei com muito carinho. Eu já mandei fazer uma pesquisa histórica e reafirmo essa posição. A política de contar a verdadeira história do povo negro e índio na sala de aula nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tínhamos aprovado ainda quando eu era Deputado. Mandamos para o Senado, e o Senado arquivou. Não é porque eu não estava aqui, mas arquivou mesmo. Arquivou.

Felizmente, Esther Grossi e Ben-Hur... Eu era Deputado ainda. Eles, não concordando com aquilo, com o que eu também não concordei, com ter sido arquivado na época, apresentaram... A Esther Grossi é gaúcha, uma professora, e o Ben-Hur, se não me engano, é de Pernambuco. Ele não está mais aqui, claro. Eles apresentaram, e aí, então, foi, foi, foi, foi, até que o nosso Governo sancionou a política de cota.

Então, é uma luta que vem de muito tempo. Vem de muito tempo essa luta do movimento negro, porque eu sempre digo, quando apresento um projeto, que não é que eu seja iluminado, que eu vou dormir e acordo, de manhã, cheio de ideias, porque são mais de mil projetos que eu apresentei, e cem, mais ou menos, se tornaram leis. Não, vem a demanda da sociedade. Os movimentos negros é que sempre suscitaram esse debate da importância de contar a verdadeira história na sala de aula.

Por isso que eu, aqui... A pergunta que me chegou vai... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A assessoria funcionou.

Ben-Hur, eu não me esqueci de você, viu?

O Deputado Ben-Hur é de Mato Grosso do Sul. Eu só não lembrava de que estado. Ele foi colega meu como Deputado Federal. Está aí, Mato Grosso do Sul.

Ben-Hur, fica o nosso abraço, nosso reconhecimento, e a Esther Grossi, gaúcha, professora, e foi também Deputada.

Construíram, e trabalhamos junto, eu e a Bené, e se tornou, então, essa realidade.

A pergunta que vem é a seguinte: por que o Brasil ainda parece que não consegue implementar de fato – de fato, porque de direito já é – a Lei 10.639, de 2003, Lei 11.645, de 2008, que trata da cultura e da história afro-brasileira e indígena?

Por que procede a pergunta? Se nós analisarmos friamente – vocês podem dizer se tiverem dados mais atualizados –, mas o último dado que eu tinha era de que somente em torno de 25%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a 30% das escolas do Brasil realmente aplicam, adotam, lá na sala de aula, essa importante lei, que é contar verdadeira história. É só contar a verdade que queremos.

Como eu sempre digo, a verdade é muito mais simples, porque, quando alguém não usa a verdade e mente e trabalha com dados que não são corretos, tem que dar mil explicações; se falar a verdade, só vai dizer: "Olha, eu, aqui no meu município, aplico, sim, a lei", e pronto, acabou, termina, é só isso.

Eu cheguei a criar aqui, apresentei um projeto para criar uma medalha para os municípios que efetivamente comprovarem que aplicam a política 10.639. Que eu apresentei, apresentei, não sei se foi aprovado, mas apresentei esse projeto. Foi aprovado? A assessoria diz que foi aprovado.

Mas vamos em frente, agora é com vocês. Quem quiser ser a primeira a falar, fique à vontade. Se não, eu sigo a lista, hein? Sigo eu, então.

Com a palavra, Sra. Mariana Braga Teixeira, Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério da Cultura.

A SRA. MARIANA BRAGA TEIXEIRA (Para expor.) – Muito obrigada novamente, Senador.

Acho que, depois de ouvir todas as pessoas e principalmente depois de ouvir todas as perguntas, que já mostram a riqueza e a importância da temática, que já trazem em si muito conteúdo e que vêm exatamente em pontos muito importantes mesmo para a gente discutir, agradeço novamente pela oportunidade de estar aqui, ao senhor, ao Senador Flávio também, para a gente tratar dessa temática.

Eu vou, também provocada um pouco pela sua fala, Senador, trazer um pouco da nossa Constituição Federal aqui, para a nossa conversa, porque ela nos ajuda um pouco a justificar por que a gente precisa estabelecer essas ações afirmativas, estabelecer cotas dentro das políticas públicas de cultura. A gente tem o dever de assegurar os direitos culturais à população brasileira em geral e, dentro desse processo de assegurar os direitos culturais, fazendo essa reflexão sobre o que é a nossa cultura brasileira, não há como fugir do fato de que a gente viveu e vivencia, desde a formação do nosso Estado brasileiro, processos de apagamentos, de criminalização de determinadas culturas – e a gente aqui sinaliza as culturas negras, as culturas indígenas, afro-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiras, que se originam desse processo, com sucessivas tentativas de apagamento, que ainda têm muitos reflexos na atualidade.

A gente já teve nas falas, muito bem falado – destaco também a fala da Defensoria Pública, que trouxe isso –, essa perspectiva do dever do Estado brasileiro de implementar estratégias para superar os efeitos negativos que a gente tem de todos esses processos de apagamento. E, quando a gente está falando de apagamento cultural, não é um processo que traz malefícios apenas às pessoas negras. A gente tem como direito, estampado no art. 215 da Constituição Federal, que:

> O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais [...] populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Então, é um direito de toda a sociedade brasileira ter acesso a essas culturas, acessar as próprias culturas e ter acesso ao que constitui a nossa cultura nacional. E muito dela segue sendo perdido, a gente segue tendo línguas e culturas indígenas sendo perdidas a todo momento.

A gente falou aqui dos mestres e mestras da cultura, tão importantes para a preservação dos nossos conhecimentos e das nossas culturas afro-brasileiras, indígenas, populares e de todos os povos e comunidades tradicionais que a gente tem neste país. Então, a gente precisa preservar, porque a diversidade cultural brasileira é o nosso maior tesouro nacional, e a gente, para preservá-la, depois de sucessivos processos de apagamento, a gente precisa de estratégias específicas e precisa monitorar e acompanhar essas estratégias.

Vieram perguntas aqui também em torno do monitoramento e da avaliação: é um grande desafio, porque a gente está implementando junto aos estados e municípios, então isso envolve formação de gestores, isso envolve capacitação, isso envolve um diálogo muito estreito e uma importante participação da sociedade civil, tanto no acompanhamento e no monitoramento quanto na fiscalização de todas essas políticas que estão sendo implementadas pelo Ministério da Cultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os entes federativos têm o dever de fornecer esses dados na prestação de contas, e estamos estruturando, também em parceria com a sociedade civil, em diálogo constante, estratégias de monitoramento ao longo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIANA BRAGA TEIXEIRA – ... do período de avaliação, que para nós é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para comunicar, quando toca a campainha, eu dou mais cinco. Depois desses cinco...

A SRA. MARIANA BRAGA TEIXEIRA (*Fora do microfone.*) – Maravilha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... tem que terminar.

A SRA. MARIANA BRAGA TEIXEIRA – E aqui a gente tem perguntas que falam do aumento de percentual de cotas, e isso é algo sobre o qual o Ministério da Cultura vem também dialogando muito. É muito importante que se levem em consideração as realidades locais e, quando a gente fala de realidades locais, a gente está falando não só das pessoas e grupos, a gente está falando também das expressões culturais que acontecem e que precisam ser preservadas naquela localidade.

A gente tem vários povos e comunidades tradicionais e, às vezes, um determinado município tem uma expressão cultural, um fazer cultural, que é afro-brasileiro, que é de determinado povo e que precisa de uma ação específica para ser preservado, porque senão vai se perder, a gente vai perder essa nossa riqueza. Então, é muito importante que a gente olhe para essas especificidades territoriais e que identifique, sim, quais são as outras estratégias, quais são as outras cotas, quais são os percentuais adequados a cada uma das realidades.

Diferentemente do que foi trazido aqui pela educação, nós da cultura ainda não temos uma legislação específica que discipline sobre as ações afirmativas. Nós estamos em processo de implementar as nossas primeiras experiências nacionais e começando a coletar os primeiros resultados dessas experiências, mas não é novidade para nós os números e os dados que o Senador trouxe aqui no início da fala dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos locais onde a gente não tem equipamentos culturais, e esses locais são de maioria negra. Nós temos determinadas funções, dentro dessa cadeia da economia da cultura, em que a gente não tem o acesso de pessoas negras. A gente está falando também de trabalhadores e trabalhadoras da cultura, a gente está falando de direito a emprego, a renda, a viver de arte e de cultura. Então, é algo que beneficia não só essas pessoas, que são trabalhadores e trabalhadoras que têm esse direito, mas que beneficia toda a população brasileira, que tem também o direito a ter acesso a toda a riqueza da cultura nacional.

Esse não é um benefício só para as pessoas negras; esse é um benefício para toda a população brasileira. Nós não podemos deixar que todos esses nossos conhecimentos, toda essa nossa riqueza da cultura brasileira, que é aqui destacada, se perca; e, para que ela não se perca, nós precisamos de ações afirmativas. Essa é hoje a estratégia que tem nos trazido mais resultados, e é por isso que o Ministério da Cultura vem apostando nela.

Agradeço muito as falas das companheiras aqui do Ministério da Igualdade Racial, do Ministério dos Direitos Humanos, do Ministério da Educação, porque a gente está falando de políticas absolutamente transversais. Eu poderia aqui ficar falando por muitas horas sobre a quantidade de políticas em que nós estamos trabalhando, mas acho que a fala deles foi bastante ilustrativa.

Agradeço, mais uma vez, Senador, em nome da Ministra Margareth Menezes, que tem muita estima pelo senhor, acredito que o senhor saiba.

E ficamos à disposição para voltar a esta Casa e para auxiliar em todos os trabalhos que forem necessários para a gente seguir avançando.

Queria só, por fim, destacar essa interseção entre cultura e educação, que também, para nós, é muito cara. Não há como a gente falar em educação sem cultura. Quando a gente está falando de educação, a gente está falando de um ensino de uma cultura. Que, cada vez mais, a nossa educação se aproxime do ensino da nossa cultura brasileira, da nossa cultura afro-brasileira. E o Ministério da Cultura está aqui, em parceria com o Ministério da Educação e dos demais ministérios para que a gente consiga avançar nessa pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, mais uma vez, a esta Casa por esta oportunidade de a gente avançar conjuntamente.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos à Mariana Braga Teixeira, Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério da Cultura.

E já agradeço à Ministra Margareth Menezes. Saiba que o carinho é recíproco. Tenho o maior respeito, o maior carinho pela sua história, pela sua vida. A primeira vez que eu a conheci, eu fui fazer uma palestra na Bahia. Uma palestra... Eu fui muito ligado ao movimento sindical. Eu fui um dos fundadores da CUT – eu, o Meneghelli e, à época, o Avelino Ganzer, que foi Presidente, Secretário-Geral e Vice. E fomos fazer um evento enorme e a Margareth apresentou o *show* – deu um *show* mesmo –, deu um *show* que foi inesquecível e mostrou todo o seu conhecimento de cultura e também da política, já no meio do *show*, porque ela é um ser político.

Então, mande um abraço para ela da nossa parte.

Com a palavra agora, a Sra. Letícia Cesarino, Chefe da Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

A SRA. LETÍCIA CESARINO (Para expor.) – Obrigada, Senador. Obrigada a todos e a todas que mandaram perguntas.

Eu vou ficar aqui com a pergunta do Robson e da Aline, que foram mais no sentido da direção da minha fala: a questão das evidências que justificam as cotas étnico-raciais, ações afirmativas de modo geral, com esse pano de fundo de como a memória histórica, historiográfica é construída no Brasil; e a questão da educação, que a Aline levanta, que é bastante importante, porque existe um nexo. E a pergunta do Robson – obrigada pela sua pergunta, Robson – me permite complexificar algumas premissas que estão colocadas aqui na sua pergunta, que dizem respeito a essa ligação entre a visão que muitas pessoas têm hoje sobre a validade das políticas de ação afirmativa em geral e das cotas étnico-raciais em particular e como a memória, no caso aqui a memória da escravidão, é vista, ensinada, estudada e disputada, hoje em dia, como eu falei,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e como esse nexo precisa ser mais bem colocado na educação formal, na educação não formal, nos conteúdos culturais, para que a população de fato entenda que premissas embasam e que tipo de evidência embasa a necessidade das ações afirmativas hoje.

Existe uma visão que está colocada no senso comum, em parte do senso comum da população brasileira, que disputa a validade das cotas baseada nesse revisionismo historiográfico que apaga a violência sofrida pelas pessoas escravizadas no Brasil. E é esse apagamento que justifica uma visão de que cotas seriam privilégios indevidos, que retiram o direito das outras pessoas ou da parte miscigenada da população, miscigenada branca, da população brasileira.

Essa visão está equivocada por várias razões. Primeiro, porque os dados e evidências em torno das questões das ações afirmativas é, Robson, um debate que já vem de pelo menos 20 anos. E é um debate que, no início, foi muito contestado, mas ao longo do tempo, a gente chegou a uma situação em que essas premissas não são contestadas mais. A gente já está até numa outra etapa, que é justamente essa da avaliação, para refinar a política, para ver os resultados da política e ir melhorando essa política. Mas a justificativa dela, segundo dados e evidências que existem, que já tem todo esse tempo que está sendo trabalhada, não é mais colocada em questão.

Agora, a questão da memória em si já é bem mais ampla que isso, que 20 anos. A gente pode talvez marcar aí o período moderno, com Florestan Fernandes, ali nos anos 50, que é quem inclusive trabalhou a questão da história da escravidão no Brasil, não só de um ponto de vista racial, mas de um ponto de vista econômico. A gente não pode esquecer que o sistema escravocrata no Brasil era um sistema, sobretudo, econômico. Aquelas pessoas escravizadas eram vistas como propriedade, elas eram vistas como objeto. É a desumanização que hoje, ao longo do tempo, foi se manifestar como racismo e que a gente vê ainda hoje acontecer. Não é verdade que não existe mais racismo no Brasil. Eu falei, eu pesquiso esse tipo de comunidade *online,* e a gente vê coisas absurdas hoje em dia, argumentos de que pessoas pretas e brancas não seriam nem da mesma espécie biológica. A gente vê isso hoje na internet. Isso é uma coisa pré-século XIX que está voltando. Então, é outra premissa que a gente tem que problematizar, Robson, porque isso ainda existe.

Então, é claro, e aí...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LETÍCIA CESARINO – ... começa a entrar a questão da interseccionalidade, que foi falada aqui. E nisso eu acho que a gente pode melhorar, ou seja, como a discriminação racial está ligada com assimetrias e desigualdades econômicas, está ligada com a questão das assimetrias de gênero, a questão das pessoas com deficiência, isso, Robson, está colocado.

A própria questão das cotas, no Brasil, nas universidades, elas são raciais e sociais. Muita gente nem sabe disso, acha que as cotas são só raciais; mas a questão econômica também está colocada. E nesse campo de estudos, isso está colocado desde os anos 50, Florestan Fernandes. A gente sabe que existe uma interseção entre raça e renda e economia. Então, o debate não é tão simples assim como às vezes parece ser colocado.

Agora, uma outra coisa que eu quero falar também, que eu acho importante, é que uma coisa não exclui a outra. Você ter programas de ações afirmativas para realizar compensações históricas não retira direitos do resto da população brasileira, não exclui tampouco o critério meritocrático, porque as cotas também incluem meritocracia. Então, é uma composição de critérios, e não, como muitas vezes é colocado, como se fosse uma coisa unilateral.

Você valorizar uma cultura negra no Brasil não exclui, não implica você desvalorizar uma cultura miscigenada ou algum outro tipo de segmento cultural que está colocado, porque o Brasil é esse grande mosaico onde, infelizmente, a gente tem esse fardo histórico, sim, de ter sido o último país da América Latina – das Américas, na verdade – a abolir a escravidão. Então, essa memória não pode ser negada.

Agora, uma última coisa que eu quero colocar, também, é que eu entendo que muitas pessoas que não estão contempladas por esse tipo de política se sentem excluídas, ou seja, há pessoas que se sentem excluídas pelas políticas de inclusão. Isso existe, eu sei que existe. É um desafio para a gente lidar com isso hoje, porque, de novo, uma coisa não exclui a outra. Não é porque um grupo historicamente marginalizado está tendo direitos diferenciados que o resto da população brasileira está tendo seus direitos negados.

É claro que a gente tem que avançar muito nessas políticas universais inclusivas. O próprio Sistema Único de Saúde, o Ministro Silvio Almeida já falou isso também, é uma das maiores políticas de inclusão que a gente já teve no Brasil, porque ela pega segmentos de toda a população. Então, a gente entende que essa população que se sente excluída precisa ter políticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas, principalmente de geração de renda e outras, que não passam por esse viés racial, mas que também são importantes para as pessoas viverem bem, prosperarem e não se sentirem excluídas só porque existe uma política de ação afirmativa que está colocada. Então, acho importante – não é Robson? – colocar que uma coisa não exclui a outra.

Claro que a gente tem que trabalhar melhor enquanto Governo, enquanto política pública, para valorizar e apoiar todo o espectro da população brasileira, mas não é verdade que, ao colocar direitos diferenciados para esses grupos, você esteja retirando direitos de outros.

É esse o recado que eu queria dar.

Agradeço de novo ao Senador, que é um grande aliado, amigo do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parceiro, parceiro.

A SRA. LETÍCIA CESARINO – Trago aqui a nossa disposição para estar sempre contribuindo para este debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Muito bem, Sra. Letícia Cesarino, Chefe da Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Realmente, o Silvio Almeida... Digo, todos são meus amigos e tenho orgulho de dizer, amigos e amigas.

O Silvio, eu o conhecia só de nome, mas já conhecia, viu? E quando nos encontramos... Sabe aquele abraço amigo de quem dava a impressão de que se conhecia há muitos e muitos anos? Ele me abraçou, eu o abracei, e um dizia para o outro: "Você me representa". O outro dizia: "Não, mas você que me lidera" – eu disse para ele isso, o mais forte fui eu que eu disse, ele estava na tribuna do Senado: "Você é que me lidera, Silvio". Então, parabéns, Silvio, você tem sido Ministro junto com toda a equipe. Eu quero elogiar a todos, porque, de minha parte, é só carinho, carinho e muito abraço. E continuem, toda essa equipe, sendo como vocês são.

Abraço, Silvio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos em frente.

Com a palavra, o Sr. Yuri...

Ah, o Cleber pediu, porque ele está com um problema, viu, Yuri?

Então, o Yuri vai esperar um pouquinho. Por favor, Dr. Yuri.

Eu passo a palavra ao Sr. Cleber dos Santos Vieira, Assessor da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação, que, neste momento, falará para todos nós.

E, depois, eu vou contar um pedacinho também do Camilo Santana, viu? Ele é Senador licenciado e está lá na pasta da educação.

O SR. CLEBER DOS SANTOS VIEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, obrigado, Yuri e Vanessa, que falarão após.

Eu, realmente, hoje, não estou num dia ordinário do ponto de vista da disciplina do cumprimento dos horários.

Mas eu queria complementar – antes de ter sido interrompido aqui pelo problema técnico –, só resgatando o *slam*, que é uma prática cultural juvenil. São essas batalhas de *rap*, essas batalhas de poesia, essas batalhas de rimas que todo o Brasil, hoje, aliás todo o mundo tem praticado. Uma das expressões do *hip hop* nós vimos brilhar nas Olimpíadas de Paris 2024. Aliás, foi reconhecido como modalidade esportiva, o *break* no caso. Infelizmente, o Brasil não teve nenhum representante, mas temos uma quantidade enorme de jovens que o praticam.

É uma expressão da cultura afro-brasileira, é uma expressão da cultura afrodiaspórica e que, portanto, precisa do seu reconhecimento, de mais estímulos, de mais incentivos. Naquilo que depender da Secadi, nós faremos a nossa parte, tenham toda a certeza disso.

Então, eu também gostaria de complementar um momento do que o próprio Yuri falou sobre essa parceria da ABPN com a DPU sobre o monitoramento da lei de cotas. Eu estava na Presidência da ABPN naquela ocasião, celebramos o acordo de cooperação técnica com a hoje Secretária Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, a Dra. Rita Cristina. Foi um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho, de fato – eu concordo com o senhor – pioneiro do ponto de vista daquilo que aconteceu em 2022 com as cotas, com as ações afirmativas.

O Governo Federal se retirou do processo de monitoramento, de avaliação, de revisão, e foi preciso ter iniciativas como a da Defensoria Pública da União, do Tribunal de Contas da União, da Controladoria- Geral da União, portanto, de órgãos de controle, que atuaram, e de Parlamentares. O Congresso Nacional teve um papel decisivo nesse processo. O Senador Paim realizou inúmeras audiências públicas, uma delas durou... Quando foi revogada a portaria sobre ações afirmativas na pós-graduação, eu me lembro de que essa audiência, em plena pandemia, chegou a durar mais de seis horas, mas aconteceu. Também a Câmara dos Deputados instituiu a Comissão de Juristas de Combate ao Racismo, e foi muito importante ali naquele momento. Então, quero dizer só que é muito importante esse processo de parcerias.

Agora, do outro lado, no Estado, nós temos nos esforçado para cumprir e realizar aquilo que tanto reivindicávamos quando estávamos na condição de pesquisador, na condição de um ativista antirracista.

Então, eu queria só concluir e responder à última pergunta que foi colocada sobre por que a sociedade brasileira, a educação, não implementam a Lei 10.689. Qual é a dificuldade? Eu acho que com algumas discussões nós estamos acostumados: o racismo estrutural, o racismo institucional, a resistência, a falta de recursos, algo que não foi aprovado no projeto de lei do Senador Paim e que seria essencial. Eu gostaria de retomar aqui o Estatuto da Igualdade Racial, que era um fundo para a igualdade racial...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exato.

O SR. CLEBER DOS SANTOS VIEIRA (*Por videoconferência*.) – Estava ali no...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fui obrigado a tirar para aprovar. Eu tive que tirar, senão não tinham aprovado o estatuto naquela época.

O SR. CLEBER DOS SANTOS VIEIRA (*Por videoconferência*.) – Exatamente. Reconhecemos a importância do estatuto e reconhecemos aquilo em que ainda precisamos avançar para cobrir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a parte do fundo que não foi aprovado. Eu entendo tudo isso que está colocado. Eu acho que com essa discussão nós estamos acostumados, mas eu quero ser generoso aqui com as gerações de pessoas negras e não negras aliadas, indígenas e não indígenas, que trabalharam para a construção dessa lei.

Eu quero ser generoso, porque nós mudamos muito de 2003 para 2024. Este debate aqui não estaria acontecendo nesta audiência. Nós temos hoje uma associação de pesquisadores negros que foi fundada no ano de 2000 com menos de cem professores ou professoras negras que estavam nas universidades. Hoje, nós temos, sim, mais de 5 mil pesquisadores e pesquisadoras associados. Isso é um fenômeno que, sem as cotas, não teria sido possível; sem a Lei 10.639, não teria sido possível.

Nós temos linhas de pesquisa enormes voltadas para a Lei 10.639; campos de pesquisa na pós-graduação sobre a Lei 10.639. Nós estamos acostumados a falar de olimpíada de matemática, olimpíada de língua portuguesa, olimpíada de física. Pelo primeiro ano, está acontecendo a olimpíada brasileira de educação para as relações étnico-raciais e indígenas com o CNPq. O projeto é aprovado pelo CNPq e conduzido pelo CNPq. Só para você ter uma ideia do quanto esse tema mobiliza a juventude negra e a juventude indígena no Brasil: o projeto, que foi uma parceria nossa, da Secadi, com o CNPq e a ABPN, era para ter, no máximo, 20 equipes – essas equipes são formadas por dez estudantes e um professor. Sabe quantas se inscreveram? Duzentas.

Portanto, pela primeira vez, nós estamos lançando uma olimpíada dos conhecimentos desses 20 anos: o que a criançada, o que os adolescentes aprenderam de história e cultura afro-brasileira e indígena. Nós estamos lançando um projeto que seria piloto, mas quem começa um projeto piloto com duzentas experiências? Isso significa que já está consolidada essa discussão em muitas escolas, graças a Deus e graças ao ativismo de muitos professores, professoras e redes que reconheceram. Acho que nós estamos num momento importante, e eu quero ser generoso com as gerações que conquistaram isso, com o apoio parlamentar, com o apoio daqueles momentos em que o Poder Executivo estava bem conduzido e, agora, com o nosso apoio.

Nessa generosidade, eu quero reconhecer também o seguinte: nós estamos num momento muito importante, Senador Paim. Nós falamos muito de diversidade durante 21 anos e, aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poucos, o conceito de equidade começa a fazer valer. Aquilo que o senhor falava de tão importante sobre um fundo de igualdade racial para implementação do Estatuto da Igualdade Racial, hoje assume e dialoga com outro conceito, que é o de equidade.

Então, diversidade, assegurar o reconhecimento e a visibilidade das culturas afro-brasileiras, africanas, indígenas, tradicionais, é muito importante. Mas é muito importante que isso se transforme em equidade, isto é, disputar financiamento, disputar orçamento público, planejamento do Estado brasileiro. Acho isso muito importante, porque, assim, nós fazemos uma avaliação do porquê não tem sido implantado, mas também com o tempo que temos de construção e que o Estado passou a reconhecer esse problema, que já são 21 anos. Então, nós somos parte de uma geração, o Senador Paim faz parte de outra geração, a Vanessa faz parte de outra geração, então nós estamos aqui discutindo e pensando qual o nosso papel.

Certa vez, eu ouvi do sociólogo Marcelo Paixão, falando sobre o racismo, a militância e o Estado, que cada geração tem a responsabilidade que o tempo lhe dá.

Nós temos que assumir a nossa responsabilidade, e a nossa, pelo menos na Secadi, nós encaramos como sendo a tarefa de institucionalizar as lutas sociais. As lutas sociais têm seu tempo marcado e suas necessidades, e nós estamos com essa função atualmente. Somos gestores públicos e temos que dar resposta às demandas da população brasileira e daqueles e daquelas que nos elegeram. Diversidade com equidade eu acho que é o caminho, para quem colocou a dificuldade de uma implementação mais robusta, dessa forma.

Para concluir, quero dizer que, pela primeira vez na história, o Simec, que é o sistema de monitoramento e financiamento do Ministério da Educação, colocou condicionalidade para distribuir recursos para as escolas, para as redes municipais e estaduais. E que condicionalidade é essa? Aderir à Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq). Com isso, nós acreditamos que iniciamos um outro momento da história da Lei 10.639 no Brasil e precisaremos do apoio de todos – do movimento, do Congresso Nacional, de todos os professores, professoras e gestores que estão fazendo o dia a dia da educação brasileira –, lembrando que o Ministério da Educação tem o papel, no pacto federativo, de coordenar, respeitando, obviamente, a autonomia de cada ente federado, seja municipal, seja estadual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

Parabéns pela audiência, e vamos em frente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, esse foi o Cleber dos Santos Vieira, Assessor da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, que participou de forma remota. (*Palmas.*)

Só bem rápido – 30 segundos, prometo –, quero falar do meu amigo,, Senador Camilo Santana, Ministro da Educação. Nós estávamos com um probleminha, ali, para um movimento ser recebido – por mim, é claro, eles nem marcam hora; vêm aqui e são recebidos –, eu estava num evento do Presidente Lula, e o Ministro Camilo Santana também estava. Eu cheguei para o Camilo – desculpe-me, Camilo, tenho que chamá-lo de Ministro –, para o Ministro Camilo e disse: "Ministro, dá aí uma ligadinha para o Pacheco? Eu me dou muito bem com ele, mas tu tens que dar uma ligadinha para andar lá um projeto da questão racial". "Agora!", disse ele; pegou o telefone na hora, ligou e o Presidente Pacheco – e quero dizer que o considero meu amigo também, já disse isso para ele – disse: "Sem problema, Camilo. Diga para o Paim passar aqui logo que ele sair do evento, que eu estou acompanhando pela TV". (*Risos.*) Ele estava me vendo e ao Camilo conversando! E, de fato, passei lá, e pronto, ele resolveu.

Então, fica aqui esse carinho, na figura de vocês, aqui, que representam todos esses ministros, todos – todos – de alta competência, do Presidente Lula.

Agora, com a palavra, o Sr. Yuri Michael Pereira Costa, Defensor Público Federal e Coordenador do Grupo de Trabalho em Políticas Etnorraciais da Defensoria Pública (DPU).

Por favor, Sr. Yuri.

O SR. YURI MICHAEL PEREIRA COSTA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia novamente a todas e a todos.

Senador Paulo Paim, obrigado.

Eu, além de fazer uma breve fala de agradecimento final, queria também, tal como já feito aqui, dar uma breve resposta, penso eu, à primeira pergunta, a do Robson, porque eu acho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, que ela toca, de fato, numa questão muito sensível e que, em regra, é utilizada para tentar inclusive desqualificar ou deslegitimar as políticas de cotas étnico-raciais.

Pergunta-se sobre dados que comprovem a necessidade desse tipo de política. Dados não faltam. Aqui eu vou levantar e tive o cuidado de procurar alguns dados aqui – é a vantagem de estar, Senador, de maneira remota. A gente tem, por exemplo, produzido pelo IBGE a partir sobretudo do Censo de 2022 e da própria Pesquisa Nacional de Amostras Domiciliares Contínuas, o que o IBGE denominou de estudo de desigualdade por cor e raça no Brasil. E ele apresenta, Senador e demais participantes da audiência, um dado bem evidente do quanto a gente ainda está longe de uma igualdade racial no Brasil. Só para se ter ideia, esse estudo diz que em 2021 a média de remuneração domiciliar de pessoas brancas era de R$1.866; ao passo que a de pessoas pretas era de R$965 – ou seja, quase a metade –; e a de pessoas pardas, R$945.

A gente pode dizer: "ah, é um dado pontual de um ano". Não. Esse estudo também mostra uma série histórica que vai de 2012 a 2021, ou seja, uma década. E a situação em 2012, dez anos antes desse estudo, é praticamente a mesma: população branca com média salarial de R$1.924, população preta com média salarial de R$1.015 – notem que a gente está falando de números que praticamente identificam o dobro – e população parda com média de R$958 reais. Então, aqui tem dois dados que são muito evidentes: a discrepância da média de salário da população branca para a população preta e parda e a proximidade muito grande da média entre a população preta e a população parda, que a gente pode denominar aqui de população negra no Brasil.

Eu usei esse dado. Poderia ter vários outros, Atlas da Violência e vários outros dados que poderiam ser utilizados aqui nesta ocasião. E aí esse discurso de que há no Brasil uma miscigenação e que ela deslegitimaria as cotas étnico-raciais só é acionado, na verdade, nesse tipo de crítica, com todo o respeito à pergunta do Robson. A minha função aqui não é desqualificá-la, mas é alertar que sim, nós temos inúmeros dados sobre a desigualdade racial no Brasil – isso não falta – por parte de órgãos oficiais, inclusive.

Essa era a observação que eu gostaria de fazer, Senador. Queria, em nome da Defensoria Pública da União, agradecer muito o convite. Queria agradecer a referência que V. Exa. fez à atuação que a Defensoria Pública da União, em conjunto com outros órgãos, está fazendo nesse momento no Rio Grande do Sul. De fato, é algo muito caro ao trabalho da Defensoria Pública da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

União. Eu mesmo estive há três semanas no Rio Grande do Sul, especificamente no atendimento de povos de terreiro, e é uma atuação que a Defensoria realmente de fato está priorizando.

Muito obrigado e bom final aí dos trabalhos para esta audiência tão relevante. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu que agradeço, Sr. Yuri Michael Pereira Costa, Defensor Público Federal e Coordenador do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais da Defensoria Pública (DPU).

Eu enfatizo a sua fala, a sua contribuição e também a do nosso Defensor Público-Geral, o Leonardo Magalhães, que esteve comigo, casualmente nesta mesma sala, onde eles falaram do trabalho que vocês estão fazendo no Rio Grande do Sul.

Aqui, permita-me, porque de todos eu tenha uma historinha. Então, nós fizemos campanha para eleger o Leonardo Magalhães – não é, moçada? –, para que ele fosse votado aqui. Alguns disseram: "Mas ele é negro...". "Sim, qual é o problema?" (*Risos.*)

Digo de alguns que olhavam, não foi Senador que disse "Não, mas ele é negro...". Ele estava ali, no corpo a corpo, e foi, brilhantemente, votado, assumiu... Então, fica aqui o nosso carinho, o nosso abraço, de alma e coração, viu, Leonardo? Você foi muito bem representado pelo Yuri. Eu lembro de você, Yuri, porque você estava na lista também, tão competente quanto, mas o Presidente só podia indicar um. Ele, naquele momento, indicou, então, o Leonardo, e nós fizemos campanha para ele, aqui dentro, e, no fim, deu tudo certo! Que bom que os defensores estão trabalhando, em conjunto, para o bem do país.

Mais uma vez, do Rio Grande do Sul, só posso dizer: gratidão, solidariedade. A gratidão do povo brasileiro de todos os Estados foi muito grande e continua sendo. Abraço!

Por fim, só falta, agora... Estou controlando tudo, aqui, podem ver que eu risco e tomo nota... Vanessa. Só a Vanessa, agora.

Então, com a palavra, a Sra. Vanessa Machado, Diretora Substituta de Política de Ações Afirmativas do Ministério da Igualdade Racial, da nossa querida Ministra Anielle – querida, querida, muito querida!

A SRA. VANESSA MACHADO (Para expor.) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que os meus colegas já responderam a maior parte das questões. Queria fazer algumas pontuações sobre pontos que acho que ainda não foram cobertos, mas mencionar também que essa quantidade de questionamentos que a gente recebeu, neste debate de hoje, indica a importância desse tema e como muitas dúvidas ainda são suscitadas, na sociedade brasileira, em relação às ações afirmativas, às justificativas, aos dados. É, justamente, por isso, que espaços de debates, como esta audiência pública, são tão relevantes.

Queria iniciar respondendo, então, as questões da Aline e do Jaelson, porque eu acho que elas se conectam em um ponto a que o Ministério da Igualdade Racial tem se atentado, que é em relação ao acesso à informação da juventude negra, indígena e quilombola para acesso a essas políticas afirmativas.

A gente, de fato, entende e acredita que muitos jovens, principalmente jovens periféricos e jovens rurais, ainda não têm toda a informação sobre como eles podem acessar as políticas afirmativas nas universidades e nos institutos federais. Temos trabalhado, arduamente, em relação a isso. Inclusive, neste ano, ainda vai sair uma cartilha do Ministério da Igualdade Racial voltada para estudantes do ensino médio, justamente explicando o passo a passo de como ingressar nas universidades e nos institutos federais a partir dos sistemas de cotas. Então, queria agradecer por essas perguntas, que me dão esta oportunidade de dialogar e trazer esta informação de que esse material vai ser disponibilizado.

Acredito também que a importância da Lei 10.639 no ensino médio está vinculada ao entendimento e à compreensão que a juventude vai ter sobre as políticas de ações afirmativas, sobre como essas políticas são direito das pessoas que são o público beneficiário da política. Então, acho que, a partir da implementação da 10.639 no ensino médio, a gente também tem essa possibilidade de fomentar e trazer esse debate para as escolas brasileiras.

Uma outra pergunta, da Elen, questiona sobre como as ações afirmativas podem fortalecer a representatividade das culturas.

Acho que é uma questão muito relevante, que dialoga também com o questionamento trazido pelo Robson, e acho que a gente pode responder indicando que a riqueza – a gente, no Ministério da Igualdade Racial, compreende – que a riqueza cultural do país está justamente nessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presença múltipla, diversa, plural, de culturas e de experiências das populações negras, indígenas e da população branca no Brasil.

Então, garantir o acesso a recursos, garantir que essas culturas tão diversas e tão plurais – dentro da própria cultura negra, a gente tem diversos tipos de expressões culturais –, que essa pluralidade esteja presente nas políticas de cultura do país, é algo muito relevante e que as ações afirmativas podem fortalecer. Garantir que essas pessoas de grupos variados, como a Mariana bem mencionou, possam acessar recursos e possam expressar e reproduzir as suas formas de cultura é muito relevante e algo que as políticas de ações afirmativas podem fortalecer.

Então, respondendo um pouco ao questionamento da Elen, acho que posso trazer isso.

E, corroborando com o que o Sr. Cleber trouxe aqui para as respostas da audiência, também, em relação à Lei nº 10.639, acredito que todas as explicações relacionadas ao racismo estrutural, ao racismo institucional, explicam por que a gente ainda não conseguiu ter uma implementação plena da Lei nº 10.639 no Brasil. Acredito, também, concordando muito com o que ele apresentou, sobre a dificuldade em relação ao orçamento, ao financiamento – e não se faz política pública sem orçamento –, que as dificuldades que os estados e municípios enfrentam em relação a ter orçamento destinado especificamente à implementação da Lei nº 10.639 é um outro dificultador para a implementação da lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem mais cinco.

A SRA. VANESSA MACHADO – A gente tem recebido no Ministério da Igualdade Racial e dialogado com diversos estados e municípios interessados na implementação da lei. E temos que reconhecer o trabalho do Ministério da Educação com a criação da Pneerq, que é essa política tão relevante para o fortalecimento da implementação da Lei nº 10.639. E a gente percebe que a formação de professores é um gargalo muito relevante ainda nesse processo de difusão de informações sobre história e cultura africana e afro-brasileira, na ponta, e nas escolas, efetivamente, no país.

Então, a gente acredita muito que, por meio da política nacional de educação para as relações étnico-raciais, que o Ministério da Educação tem encampado, a gente vai conseguir dar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passos muito relevantes, institucionalizando de fato essa política, e dar passos muito relevantes no aprimoramento dessa implementação da Lei nº 10.639.

Quero, por fim, agradecer muito, Senador Paim, pelo convite feito ao Ministério da Igualdade Racial e, novamente, trazer o abraço da Ministra Anielle, que tem no senhor uma referência absoluta e importante na luta pela igualdade racial no Brasil. E quero colocar aqui o Ministério da Igualdade Racial totalmente à disposição para seguir os diálogos e as construções para a transformação da sociedade.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Sra. Vanessa Machado, Diretora Substituta de Políticas de Ações Afirmativas do Ministério da Igualdade Racial, que aqui representou, com muita competência, a nossa querida Ministra Anielle Franco.

Anielle, eu vou contar, viu, Anielle? (*Risos.*) Eu tenho a liberdade de contar, porque é muito carinho também pela Anielle. Sabem que eu tenho, claro, tantos anos de Casa, e sempre ganho aqueles prêmios do Congresso em Foco. Este ano, eu ganhei o maior que eu já ganhei na história. Tudo bem, não é isso o que eu vou contar.

No último ano, eu ia ganhar o prêmio XY lá, e a Anielle foi convidada a me entregar o prêmio. O tal do Paim não foi no Congresso em Foco... O único ano em que eu não fui... Depois, não sei se ela ligou ou eu liguei, para falar de questões voltadas à luta do povo negro, e ela disse: "Paim, eu fui lá porque me garantiram que..." – ela apresentou, claro, foi uma peça fundamental, no Congresso em Foco – "... me garantiram que eu ia lhe entregar o prêmio, e você não foi, rapaz! Como é que você me faz isso?". Aí eu pedi mil desculpas para ela, na primeira vez em que ela me encontrou, na votação da primeira versão da política de cotas, que foi lá na... Lembro da Carol, de quem eu não falei também, não é? A Dandara foi a Relatora, a Bené e a Maria do Rosário foram autoras... Ela me lembrou disso e me falou: "Prometo que eu nunca mais falo com o Congresso em Foco!".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ao Congresso em Foco, neste ano, eu fui, e a responsabilidade é também da Anielle, porque foi ela que me cobrou que eu não tinha ido naquele momento... Fui e, se eu não tivesse ido, Anielle, seria um vexame! Porque o prêmio de destaque em nível internacional... (*Risos.*)

Metido, não é? Eu falei internacional... A nível nacional, foi para mim, mas eu fui lá e recebi, viu? Não me esqueci de você! Um abraço, Anielle!

Pessoal, eu acho que a nossa audiência pública cumpriu todos os objetivos. Eu quero agradecer muito a todos os ministérios do Governo Lula, por mandar pessoas tão competentes e tão preparadas. Não precisa nem mandar, não é? É só convidar, para vir, aqui, falar, no Senado da República.

A audiência foi muito boa! Pelo número de perguntas, a gente tem uma ideia da quantidade de homens e mulheres, enfim, do povo brasileiro que estava assistindo a este momento. Avançamos, avançamos muito.

Então, aqui, nós encerramos essa parte. Eu vou continuar, um pouquinho mais, porque eu tinha que fazer duas falas, hoje, na tribuna do Senado –as pessoas me cobraram, as pessoas me cobraram pelo celular –, mas serei breve. Vocês me dão uns cinco minutos? (*Pausa.*)

Então, olhem o que eu recebi – as pessoas pensam: "Poxa, estava esperando o Senador falar..." –, mas é que não tem sessão hoje, não teve sessão hoje de manhã... Bem rápido, merece um carinho este tema, viu?

Hoje é 5 de setembro. Celebramos o Dia Nacional de Conscientização sobre Fibrose Cística – Fibrose cística vocês sabem o que é? É uma doença que dói para mais de metro –, essa doença genética que afeta milhares de brasileiros e impacta, profundamente, a qualidade de vida de seus portadores. Imagine ter que lidar, diariamente, com tosse persistente, infecções pulmonares frequentes e dificuldade para respirar! Imagine ter que passar horas fazendo fisioterapia respiratória e tomar diversos medicamentos... Essa é a realidade de muitas pessoas com fibrose cística.

A fibrose cística é muito mais do que uma doença pulmonar. É uma condição que afeta diversos órgãos, limitando a vida de seus portadores e de suas famílias. Crianças com fibrose

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cística enfrentam dificuldades para crescer e se desenvolver, enquanto adultos têm suas carreiras e relações sociais comprometidas.

Mas a esperança não se perdeu. Nos últimos anos, a medicina avançou significativamente no tratamento da fibrose cística com o desenvolvimento de novos medicamentos, como o Trikafta, agora disponibilizado pelo Ministério da Saúde. Essa nova terapia tem transformado a vida de muitos pacientes, proporcionando melhora na função pulmonar, redução de infecções, redução das dores e aumento da expectativa de vida. O Trikafta representa um marco histórico no tratamento da fibrose cística. No entanto, ainda há muito por ser feito. É fundamental garantir o acesso universal a esse medicamento, além de investir em pesquisas para desenvolver novas terapias e encontrar cura para essa doença.

A fibrose cística não é apenas uma doença; é uma luta pela vida, é uma luta pela igualdade de vida, pela dignidade e pela oportunidade de realizar sonhos.

Conto com o apoio de V. Exa. para que possamos garantir o acesso universal ao tratamento, investir em pesquisa e fortalecer a rede de apoio aos pacientes".

Foi uma cidadã que tem essa doença que encaminhou para a Comissão de Direitos Humanos e queria muito que eu lesse na tribuna no dia de hoje.

Li, fiz o meu dever de casa.

Minha solidariedade a todos aqueles que têm essa doença e àqueles que lutam para que, cada vez mais, ela diminua, com novos medicamentos.

Esse foi um. Terminei.

Beijo no coração de todos aí, viu?

O segundo é que inúmeros estudantes receberam prêmio de jornalismo e queriam muito que eu falasse sobre o prêmio. Digo: está bem, vou falar. Isso aqui não é nenhum sacrifício, porque eu gosto de falar – vocês já viram, não é?

Então, vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhoras e senhores, quero cumprimentar os jovens acadêmicos vencedores da 16ª edição do Prêmio Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão, promovido pelo Instituto Vladimir Herzog.

Neste ano, o prêmio convidou estudantes de jornalismo de todo o país a produzirem propostas de pauta a partir dos dados e informações do Censo Demográfico 2022, contribuindo assim com a compreensão da nova realidade da população brasileira.

Ao todo, foram selecionadas cinco propostas de pauta, uma por região do país. São eles:

– as estudantes da Universidade de Brasília Julia Lopes Faria (estagiária da Rádio Senado) e Júlia Giusti da Costa (estagiária do *Correio Brasiliense*). Pauta: De sonho e de pó: a vida das meninas e jovens mulheres no Sol Nascente – todo mundo sabe onde fica o Sol Nascente, não é? –, a maior favela do Brasil.

– Gabriela Sardi, Leticia Menezes e Lucas Vidal, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pauta: Muita casa sem gente, muita gente sem casa: os desafios do acesso à moradia no Centro Histórico de Porto Alegre. Aqui, eu me lembrei do Minha Casa, da Minha Vida, que tem ajudado muito.

– Andreza Costa Dias, Yris Victoria dos Santos Soares e Marcelo Amador de Oliveira Dias, Universidade Federal do Pará. Pauta: Visibilidade e invisibilidade dos quilombolas – olha, coincidiu, não tem nada a ver com a minha intenção – no Censo e na sociedade: Comunidade quilombola do Abacatal, em Ananindeua, enfrenta desafios com a implementação da Rodovia Liberdade.

– Gabriel Damasceno de Campos e Guilherme de Castro Almeida, Universidade Federal do Ceará. Pauta: Águas que sobem, vidas que mudam: o impacto do aumento do nível do mar nas comunidades costeiras do Ceará. Aqui eu me lembrei do Rio Grande. Não é do Rio Grande, mas me lembrei, porque eu sei, vi o que foi a morte de duas centenas de pessoas.

– Yago José Godoy de Andrade, Laura Berg de Oliveira e Kaio Vinicius Magalhães Dias, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pauta: Terra prometida, terra conquistada: o que os dados revelam sobre a ascensão do narcopentecostalismo no Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns também a todos os professores e orientadores! As equipes vencedoras receberão microbolsas, no valor de R$5 mil, para desenvolver, ainda mais, o estudo e as reportagens. Contarão com acompanhamento de jornalistas especialmente convidados pelo instituto.

Então, agora, termino. Um grande abraço e meus cumprimentos ao Instituto Vladimir Herzog pela atuação, como articularam e foram mentores para o trabalho desses grupos.

Enfim, missão cumprida. Vida longa à democracia, vida longa à liberdade, vida longa à justiça, vida longa à igualdade, vida longa a todos os homens e mulheres que combatem todo tipo de preconceito e racismo! Que a gente não seja mais um país que esteja em estatísticas, onde mais negros e negras são assassinados, onde LGBTs são assassinados, onde há tanto feminicídio... Eu sei que o Governo Lula e Dilma fizeram muito, estão fazendo e vamos fazer ainda muito mais.

Muito obrigado! Palmas a vocês! (*Palmas.*)

Está encerrada a audiência pública de hoje.

A foto! A foto é histórica!

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às dez horas e hum minuto do dia nove de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, André Amaral, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Rosana Martinelli, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 62/2024 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e da Senadora Janaína Farias (PT/CE); REQ 63/2024 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE), da Senadora Janaína Farias (PT/CE), e do Senador Flávio Arns (PSB/PR); REQ 64/2024 - CE, de autoria do Senador Flávio Arns (PSB/PR), e REQ 72/2024 - CE, de autoria do Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA) e outros. **Finalidade:** 3ª Audiência do ciclo de audiências públicas para debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. **Participantes:** Sr. Alfredo Macedo Gomes, Reitor da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) e representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); Sra. Elizabeth Guedes, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP); Sr. Bruno Coimbra, Diretor Jurídico da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES); Sra. Fernanda Figueiredo Torres, Diretora de Relações Institucionais e Governamentais do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); e Sr. Claudio Alcides Jacoski, Presidente da Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ABRUC). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/09

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de setembro de 2024.

Comunico que estão disponíveis no portal da Comissão e foram encaminhados por *e-mail* aos gabinetes dos Senadores e Senadoras da Comissão de Educação os sumários executivos com os resumos da primeira e da segunda audiências públicas destinadas a debater o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, realizadas em 26 de agosto e 2 de setembro.

Esses sumários estarão sempre disponíveis até o final da semana em que for realizada reunião; portanto, o sumário desta nossa audiência pública do dia de hoje estará disponível, não só para os Senadores e Senadoras, mas no *site* da Comissão de Educação para todas as pessoas do Brasil que porventura desejem saber o que foi debatido.

Por que a gente faz um sumário? Porque eventualmente alguém não consegue acompanhar toda a audiência pública. Lendo o sumário... Terá também a possibilidade de ver o vídeo disponível no *site* e mesmo a complementação das informações para o sumário executivo. Isso já aconteceu muitas vezes, inclusive, comigo, porque fazemos os debates, as discussões e, depois de um mês, dois meses, eu digo: "Poxa, seria bom recapitular aquilo que foi dito, que eu escutei e que considero importante". Então, tudo está disponível no *site* da Comissão de Educação. É possível rememorar, recapitular, eventualmente, uma fala ou uma reunião. Então é para esclarecimento.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, em atenção aos Requerimentos de nº 62, de 2024, desta Comissão, de autoria da Senadora Teresa Leitão e da Senadora Janaína Farias; o Requerimento 63, de 2024, de autoria da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Teresa Leitão, Senadora Janaína Farias, e de minha autoria; o Requerimento 64, de 2024, de minha autoria; o Requerimento 72, de 2024, de autoria do Senador Zequinha Marinho e também de minha autoria.

Participam, de forma remota, desta audiência pública, os seguintes convidados:

– o Sr. Alfredo Macedo Gomes, Reitor da Universidade Federal do Pernambuco e representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes);

– a Sra. Elizabeth Guedes, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup);

– o Sr. Bruno Coimbra, Diretor Jurídico da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior;

– a Sra. Fernanda Figueiredo Torres, Diretora de Relações Institucionais e Governamentais do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif);

– e o Sr. Claudio Alcides Jacoski, Presidente da Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior.

Eu quero, de imediato, agradecer a presença dos expositores e expositoras para o debate de um projeto de lei da mais alta importância, que é o Plano Nacional de Educação, que vai orientar os trabalhos nacionais e, posteriormente, também a elaboração dos planos estaduais e municipais para o próximo decênio, dez anos.

Então, sejam muito bem-vindos e bem-vindas à Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal!

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Como já mencionado rapidamente, o relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até 15 minutos. Claro que nós seremos, com prazer, tolerantes para que a pessoa possa terminar o pensamento depois dos 15 minutos.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida novamente aos expositores e expositoras para fazerem comentários adicionais que porventura julgarem necessários.

Eu quero lembrar tanto para os expositores e expositoras, assim como para as pessoas que nos acompanham pelo Brasil, que hoje nós teremos novamente a terceira audiência pública – e já fizemos dez no ano passado antes do projeto de lei chegar ao Senado Federal –, depois do envio pelo Executivo do novo projeto de lei do Plano Nacional de Educação. Então, o projeto ainda está na Câmara dos Deputados, na mesa da Presidência, o que o Senado Federal está fazendo é antecipar o debate para que isso já possa inclusive servir de subsídio para o que a Câmara dos Deputados abordar em relação ao projeto de lei.

Queremos, inclusive, aproximar as duas Casas, a exemplo do que fizemos no Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica). A Professora Dorinha era Relatora na Câmara, eu era Relator no Senado Federal e fizemos muitas reuniões, debates, audiências e visitas em conjunto, o que facilitou sobremaneira a apreciação da matéria.

Muito bem, então, em primeiro lugar, eu passo a palavra à Sra. Elizabeth Guedes, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares.

Seja novamente bem-vinda, Elizabeth. Já nos encontramos no outro dia também na Comissão de Educação.

A SRA. ELIZABETH GUEDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Flávio Arns, muito obrigada pelo convite, é uma satisfação estar com o senhor novamente nesta audiência pública, com o seu mandato sempre comprometido com as causas dos direitos humanos, da inclusão e da educação, então, para mim é uma honra estar aqui.

Quero, além de cumprimentar o senhor, cumprimentar também o Senador Esperidião Amin, que entrou, está aqui conosco, também com um mandato a serviço da educação e da qualidade de ensino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar os meus colegas de mesa através do meu amigo Cláudio – Reitor Cláudio, bom dia! – e, através dele, cumprimento a todos.

Senador, o Plano Nacional de Educação é um assunto que muito se discute e pouco se implementa, infelizmente, e a sua iniciativa de chamar essas audiências públicas é importante porque compromete diferentes atores com a execução e a plena implantação desse plano decenal que nós vamos iniciar no ano que vem, provavelmente no outro ano ainda, dado que houve o adiamento.

É muito importante, como princípio geral, Senador, que nós entendamos que um plano nacional sem metas claras, sem compromisso com a evidência científica e sem responsabilização dos atores públicos está condenado a ser mais um plano com baixos índices de execução e pouquíssimas metas sendo alcançadas. É preciso que a rede que atua em prol da educação pública do Brasil seja responsabilizada pelas metas não atingidas.

Nós temos aí agora, em eleições de Prefeitos e Governadores, agora de Prefeitos e depois de Governadores, candidatos à reeleição que sequer cumpriram as suas metas de atendimento à educação básica e, depois, ao ensino médio. E eles se sentem muito à vontade em se candidatar à reeleição, não tendo cumprido o seu princípio mais básico, que é educar suas crianças e seus jovens.

Então, é muito importante que metas numéricas sejam estabelecidas e que haja a responsabilização do agente público em relação a essas metas. Ninguém discute a responsabilização em relação às metas fiscais, e não se responsabiliza as metas educacionais, que deveriam ser mais importantes e mais caras à sociedade.

Bom, feita essa primeira observação, é muito importante também... porque muito se fala em qualidade e equidade nesse Plano Nacional de Educação, mas não se define o que se entende por qualidade. Qualidade tem uma definição muito, muito clara: é o conjunto de características de oferta educacional que garanta que o estudante aprenda satisfatoriamente os conhecimentos e habilidades correspondentes a cada etapa de sua trajetória educacional, conforme as medidas aferidas por meios de avaliações nacionais e internacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito importante, Senador, que mantenhamos as medidas internacionais nesse plano, e elas parecem que foram retiradas. Nós não podemos ter avaliações nacionais apartadas do que acontece em outros países, onde os padrões educacionais são mais elevados e as crianças e os jovens aprendem mais.

Em relação à equidade, eu estou falando de condições de oferta que garantam a qualidade a todos os estudantes. A equidade não pode ser um tema geral, um conceito meramente abstrato, onde se fala em inclusão. Não, é inclusão e a garantia da qualidade a todos, a todos que frequentam o sistema educacional. Isso é muito importante também que nós tenhamos em mente.

Eu passaria, Senador, a fazer algumas manifestações em relação... Porque o texto está na Câmara, é um projeto de lei inicial. Há uma diferença muito significativa entre o texto que o MEC mandou e o texto que foi aprovado na Conae. Não adianta simplesmente fazermos posicionamentos ideológicos que façam observações ao que foi decidido na Conae. A Conae foi prevista em lei, aconteceu e ela tem um documento. Então, é preciso que o MEC e o próprio Fórum Nacional de Educação, que é um órgão de Estado, uma instituição de Estado ligada ao MEC, é preciso que haja essa compatibilidade entre as duas apresentações, porque o projeto de lei difere da Conae, e a gente não pode ignorar que ela ocorreu, como eu disse, e que ela tem um resultado. Mas nós podemos, sim, avançar em alguns pontos e fazer algumas emendas, emendar tanto o texto da Conae quanto o texto que o MEC enviou para o Congresso.

É muito relevante, Senador, que nós também tenhamos em mente que todo o sistema educacional gira em torno de evidências científicas. Nós não podemos educar desvinculados da ciência, desconhecendo os avanços da ciência em todos os campos. Nós precisamos regular esse uso científico, por exemplo, da inteligência artificial na educação.

Há hoje, aí mesmo no Senado, um projeto para regulamentar o uso da inteligência artificial, mas ela fala da educação de uma maneira ampla, geral. E nós precisamos ver como isso vai se comportar no dia a dia das nossas crianças. Nós sabemos que o uso da internet se, ao mesmo tempo, traz muita possibilidade de pesquisa e de conhecimento, também traz muitos elementos que não são os melhores que a gente possa ofertar aos nossos alunos. E não está previsto, não está falado, em nenhum momento nesse plano, o uso da tecnologia a serviço da educação. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente precisa ter isso em mente e utilizar esse instrumento, principalmente nós, Brasil, que temos um país tão diferente e tão enorme.

Nós precisamos...

Eu estive agora, há pouco tempo, num projeto social que a Anup faz em Marajó, e estive na escola. Vi algumas escolas no interior do Amazonas, e o senhor conhece essa realidade também. Tanto vi salas multisséries – então alunos de todas as idades estudando numa mesma sala de aula com dois ou três professores e às vezes um professor só –, como vi escolas com salas diferentes – com crianças em idades diferentes fazendo a sua jornada escolar diferente, mas com muita dificuldade de acesso, com horas de barco, enfim, uma condição de estudo bem diferente dessa que nós conhecemos nas grandes cidades ou nos centros onde eu tenho acesso a uma rede escolar com professores presidenciais suficientes para aqueles alunos.

Uma coisa importante também, Senador, que eu gostaria de ressaltar é a necessidade de nós enfatizarmos que o ensino esteja sempre ligado à cultura do trabalho, do empreendedorismo e da vida social. Hoje nós temos estudantes que se formam... E aí está a BNCC, que ainda não foi implantada, depois de tantos anos aprovada, para reorientar o ensino dessas crianças, para fazer com que elas tenham alguma ligação com o mundo real. Os alunos hoje saem da escola sem saber ler textos simples e sem saber, às vezes, a resolução... às vezes, não, certamente, a resolução de equações simples. Então, são crianças com pouca capacidade oral, com pouca capacidade verbal e baixo raciocínio analítico. Isso é uma combinação mortal para o desemprego e para o atraso. E nós temos que entender sempre, porque a gente fala muito, mas não pratica, que a educação é a única alavanca social legítima, que liberta, que civiliza e que ajuda o país a desenvolver. É a educação. Hoje, todos os jovens querem ser influenciadores digitais. Sonham em ficar ricos e ganhar dinheiro com *likes* e vendas de produtos, quando no fundo, no fundo, a construção do futuro se faz é com a educação, é com a leitura e com o compromisso, volto a dizer, com evidências científicas que tragam avanço para as crianças.

Duas coisas eu quero ressaltar além, Senadora – e estou sendo muito ampla, porque nós não temos ainda um plano desenhado, nós temos apenas um projeto: primeiro é o que eu ouvi numa reunião, nessa semana, no Ministério, lá no MEC, que é a alfabetização na idade certa. O nosso Plano Nacional de Educação está colocando que as crianças sejam alfabetizadas no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segundo ano da educação básica. Isso é um erro; é um erro que se adapta a uma contingência do Inep. Para o Inep, como é muito difícil fazer avaliação do primeiro ano, quer que, então, a alfabetização termine no segundo ano. Isso é um erro.

O Inep tem que resolver o problema operacional dele não à custa do atraso na alfabetização das crianças. Isso é um crime que nós vamos cometer.

O Governo, por um lado, tem um programa chamado Alfabetização na Idade Certa e, por outro, quer que as nossas crianças possam ler 60 palavras por minuto, que não é muita coisa – não são muita coisa 60 palavras por minuto –, e saber as quatro operações. Isso é uma coisa que a criança tem que terminar no seu primeiro ano. Isso é alfabetizar na idade certa.

E a segunda coisa, Senador, é a questão da formação de professores.

Nós tivemos esta importante iniciativa do Inep fazendo o Enade das licenciaturas com a prova prática. É muito importante que se tenha um limite abaixo do qual nenhum professor seja admitido na rede pública de ensino. Existe esse tabu de se colocarem nota e limites e desempenho para os professores. Os professores precisam, sim, ser remunerados de forma adicional pelos resultados que eles obtêm em sua sala de aula.

Essa coisa de querer que todos ganhem a mesma coisa, não; não tem que ganhar a mesma coisa. Isso é um socialismo burro. Eles têm que ganhar de acordo com a sua produção. O mundo funciona assim.

Os professores estão lá muito vocacionados, muito dedicados, mas eles precisam sobreviver. Eles precisam ganhar, sim, uma remuneração financeira pelo seu trabalho. E aqueles que se destacam devem ganhar mais do que aqueles que não se destacam, que cumprem as suas obrigações de forma meramente protocolar.

Essa avaliação das licenciaturas deveria mesmo ser censitária e anual, porque não adianta também fazer uma avaliação agora e repetir daqui a três anos, porque a má escola vai continuar formando mal os professores durante nos próximos três anos.

É preciso que cursos sejam descredenciados se os seus alunos de licenciatura não conseguem atingir o limite mínimo que se exige para que eles operem na rede pública. Por que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E6B1C8C0064E464.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu digo na rede pública? Na rede privada, se ele não funcionar, se ele não for um bom professor, ele é dispensado. Na rede pública, não. Ele fica ali produzindo maus resultados a vida inteira útil dele.

Muitas vezes, esse retorno ao professor é importante para que nós nos dediquemos à formação continuada dele. O professor não pode ser abandonado numa sala de aula, depois de fazer o seu primeiro e único Enade, sem nenhum treinamento posterior. Ele precisa ser apoiado.

E mais ainda, Senador: a cultura da paz. Nós não podemos ter escolas em ambientes de violência, de desrespeito aos professores, de desrespeito aos alunos.

Tivemos agora, recentemente, o caso do suicídio de um aluno por causa de *bullying* na rede privada. Essas coisas não podem acontecer. Isso aí tem que ser proibido acontecer.

O diretor que não age de forma pronta em relação ao *bullying*, seja na rede privada, seja na rede pública, precisa ser responsabilizado por isso.

Não pode simplesmente dizer: "Ah, eu me reuni com a família, conversamos e estamos trabalhando". Não, você não está trabalhando, e a sua reunião com a família não adiantou nada, porque os alunos continuam sendo objeto de violência por gênero, por raça, por condição social. E isso é inadmissível.

A escola tem que ser o local aonde as crianças e os jovens vão para socializar, para aprender, para aprender a inclusão, a tolerância, o afeto, a coisa civilizatória que a educação significa nas nossas vidas.

Eu acho que esses pontos são muito importantes e precisam ser enfatizados dentro desse Plano Nacional de Educação.

E volto a dizer, Senador: todo mundo com meta muito clara. Não adianta fazer... Por exemplo, nós temos uma sugestão de que haja uma certificação de professores a partir do Enade. Não adianta fazer o Enade se eu não limitar a participação desses professores e não determinar metas muito claras.

É importante também, Senador, que o Plano Nacional de Educação reserve... Bom, nós temos a meta de 10%...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou terminando, Senador. Vocês estão me ouvindo? Porque agora o Senador sumiu.

Nós temos a meta de 10% do PIB na educação. Sabemos que isso é de difícil aplicação, mas precisamos insistir para que todos os recursos possíveis sejam canalizados para a educação e sejam aplicados ali – e aplicar ali significa também acompanhar a execução desse orçamento. Eu não posso só ficar construindo escola e parar a escola no meio da construção, ficando tudo por isso mesmo. Por isso, eu volto ao ponto da responsabilização. Se começou a construir a escola, só pode parar de construir quando ela estiver pronta, ou nós vamos lá responsabilizar esse agente público.

Como colocações iniciais, eu destacaria esses pontos, Senador.

Agradeço-lhe novamente o convite para participar com os meus colegas desta importante audiência pública.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Somos nós que agradecemos – permita-me chamá-la de você –, Elizabeth Guedes, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares. Já nos encontramos, poucos dias atrás, numa audiência também na Comissão de Educação, inclusive, pelo aniversário da Anup. Parabéns pelo trabalho! Uma apresentação muito importante, sem dúvida alguma. Parabéns pelo trabalho desenvolvido pelo Brasil!

Eu passo a palavra, em seguida, ao expositor Bruno Coimbra, que é Diretor Jurídico da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.

O SR. BRUNO COIMBRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Flávio Arns, na pessoa de quem cumprimento os demais Parlamentares aqui presentes, o Senador Esperidião Amin.

Aqui também cumprimento os colegas de mesa: Prof. Claudio Jacoski, Prof. Alfredo Gomes, também conselheiro, e Profa. Elizabeth Guedes.

É sempre uma felicidade muito grande estar aqui, Senador.

Aqui entrando diretamente no ponto, a Abmes centrou muito a sua análise...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até antes de mais nada, também é importante fazer um registro da Fernanda, também do Conif – ela apareceu aqui. Tudo bom, Fernanda? Muito bom dia.

Primeiro, quero elogiar, Senador Flávio Arns, o trabalho do agora Conselheiro do FNE Prof. Heleno. É importante dizer aqui de público que o FNE continua acompanhando a tramitação do PL 2.614 e as demais circunstâncias. Inclusive, hoje, teremos uma reunião – eu digo teremos, porque a Abmes também compõe o Fórum Nacional de Educação. Então, vale esse registro aqui ao Prof. Heleno por essa condução, por esse acompanhamento e por todo o trabalho que foi feito também no âmbito da Conae.

Aqui, especificamente à Abmes, Senador Flávio Arns – e também registrando a importância e agradecendo mais uma vez este convite –, ela centrou muito a sua análise em pelo menos quatro dos pontos que estão ali colocados. E, como bem esclareceu a Profa. Elizabeth Guedes, há, de certo modo, essa carência de objetivar de alguma forma as metas e de que forma essas metas vão ser alcançadas, alguns mecanismos. Eu acredito e espero que isso seja construído pelo Parlamento no âmbito da análise do projeto de lei que vai dar concretude ao novo Plano de Educação; que nós consigamos fazer um pouco diferente do que foi o último plano. Especificamente, os quatro pontos, Senador, são, por ora, os itens 13, 14, 15 e 16 do PL. Esses são os pontos em que nós centramos as nossas análises.

A Abmes tem algumas notas técnicas e tem também, como faz parte do Brasil Educação, algumas agendas já estabelecidas de forma programática para 2025. Então, a gente acredita que poderá contribuir sobremaneira para o desenvolvimento.

Dentro dessas metas, Senador Flávio Arns, e para o público que também nos assiste remotamente, a primeira delas fala de acesso, permanência e conclusão, aqui especificamente na educação superior. Sobre esse ponto, o que a gente vem discutindo no âmbito da Abmes e também levando essa discussão a público é que, para uma boa parcela da sociedade, acesso, permanência e conclusão dependem intimamente de políticas públicas que assim permitam que o aluno ingresse na educação superior e conclua o seu curso de graduação.

E não é demais falar, ainda que a gente admita e enxergue como necessária a reformulação de algumas políticas, que o Plano Nacional de Educação me parece um ambiente muito salutar para que a gente rediscuta uma eventual reformatação até do próprio Financiamento Estudantil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Fies), com uma percepção de onde o Prouni possa ser ampliado, possa ser aprimorado, assim como também de boa parte da filantropia na educação superior. E aqui o Prof. Claudio Jacoski seguramente pode comentar isso muito melhor do que eu, porque representa as instituições comunitárias, em que boa parte delas, se não todas, está na filantropia, tendo a sua Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social. E muito recentemente nós tivemos que discutir, mais uma vez, no âmbito da reforma tributária – ainda estamos discutindo particularmente com o Senado Federal –, a importância da filantropia, a importância do Prouni, a importância de que a tributação em relação à educação seja no mínimo neutra, para que possa não impactar exatamente o acesso, a permanência e a conclusão dos nossos alunos. Então, penso eu que também o Plano Nacional de Educação seja um outro ambiente para que a gente possa discutir as questões até de tributação e enxergar o reflexo. Não me parece disponível que nós possamos tributar para que nós possamos mudar a lógica de custeio, de sustentabilidade financeira das nossas instituições e que isso possa ter como consequência, exatamente, o não acesso, a não permanência e a não conclusão dos nossos estudantes que eventualmente dependam de um financiamento estudantil ou de outro formato de financiamento.

Já se fala em outros formatos de Fies em decorrência do que foi a reformulação de 2017 e de que nós estamos diante de uma eventual reformatação do processo de financiamento estudantil, para que nós possamos incrementar e ter mais estudantes; e também o Prouni, porque nós tivemos uma belíssima vitória, eu diria, com o Prouni agora alçado ao texto constitucional.

E aqui, mais uma vez, Senador Flávio Arns, quero elogiar o seu trabalho, pois, como bem disse, mais uma vez, a Profa. Elizabeth Guedes, é um mandato a serviço da educação, e isso foi percebido já quando da emenda constitucional.

Há essas preocupações em relação ao item 13, exatamente na linha do que comentou a Profa. Elizabeth Guedes: objetivos mais claros que delimitem bem a nossa atuação, pleiteando junto ao administrador, ao regulador, para que a sociedade possa ter clareza dessas métricas daqui a dez anos, porque eu espero que a gente consiga cumpri-las.

A outra é de qualidade da graduação, que é o item 14, esse extremamente desafiador. A Profa. Beth trouxe aqui um conceito de qualidade da educação. É, de fato, algo desafiador essa compreensão, mas, em linhas gerais, a gente sabe muito bem que é uma linha que pode ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

traçada entre o regulador, o regulado, a sociedade, o estudante, e o que a gente pode entregar aos nossos alunos, as transformações que eles podem fazer na nossa sociedade.

Dentro também dessa linha, nós estamos hoje discutindo o EaD, nós estamos discutindo hoje uma reformatação, uma reformulação dos instrumentos de avaliação *in loco* e como essa avaliação *in loco* deve se dar tanto para os cursos presenciais quanto para a educação à distância.

Na questão também do Enade, muito tem se falado de também aprimorar o formato do que está colocado na lei do Sinaes para que nós tenhamos uma recomposição eventualmente do CPC, do IGC, que são conceitos. Para explicar um pouco para o público, o Enade é um exame ao qual se submetem os nossos egressos, os alunos que estão se formando, e eles vão compor outros conceitos que servirão de referenciais de qualidade para as nossas instituições, alguns próprios dos cursos, outros próprios das instituições de educação superior. Então, muito tem se falado de uma cesta de indicadores para que a gente possa acolher a diversidade das nossas instituições. Muitas vezes, as métricas acabam por inibir a inovação, a diferenciação dentro de instituições muito diferentes. A Unochapecó – se me permite aqui, Prof. Claudio – tem as suas eficiências, tem a área onde ela trabalha com muito sucesso na região de Chapecó, voltada para a comunidade acadêmica ali, e pode não ser, por exemplo, de uma outra universidade, ainda que no mesmo estado ou em estado diferente, mas, quando essas duas instituições olham para toda a regulamentação, as caixas estão prontas para a gente tentar se encaixar, e, muitas vezes, esse processo de enquadramento acaba por esterilizar algumas eficiências, algumas iniciativas. E aí é até repensar esses formatos para que a gente, protegendo, cuidando da qualidade da educação superior, acabe também por não inibir essas outras iniciativas que são próprias de algumas instituições colocadas ali na sua comunidade acadêmica.

Outro ponto, Senador Flávio Arns, é o da pós *strictu sensu*. A Capes tem feito uma rediscussão, tem uma discussão colocada no Conselho Nacional de Educação, e as metas do Plano Nacional de Educação anterior e também essa meta atual do Plano Nacional estão muito imbricadas com a questão do *stricto sensu*. Com o aluno que sai da graduação, hoje, a lógica é a de ele buscar uma pós-graduação *lato sensu*, mas o entendimento é que, para que ele possa ser professor da educação superior, ele tenha um mestrado, que ele tenha um doutorado, que as nossas universidades busquem as suas linhas de mestrado e doutorado, seja Minter ou Dinter, focadas na área do trabalho. Então, parece-me que a Capes também tem uma grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade e precisa ser trazida para esse diálogo – e eu sei que está, e aqui fica meu registro elogioso ao trabalho da Profa. Denise.

Está hoje em discussão, no Conselho Nacional de Educação também, uma eventual formatação de como se dará a evolução do *stricto sensu* também nas instituições públicas. Aqui temos o Prof. Alfredo Gomes também representante no âmbito do FNE, aprendi muito com ele. Fica aqui meu registro de agradecimento para o Prof. Alfredo, ali na Conae.

As públicas também têm muito a contribuir para todo esse cenário, especificamente da Meta 15, Senador Flávio Arns, a qual também me parece, na linha da Profa. Elizabeth Guedes, precisar de algumas métricas mais objetivas, até simples de serem identificadas para que a gente possa, juntos – ninguém solta a mão de ninguém, vamos correr esses dez anos aqui –, ao longo desse decênio, fazer as entregas que a sociedade espera em decorrência do Plano Nacional de Educação.

Por último, Senador Flávio Arns, a Meta 16 trata especificamente das questões dos profissionais de educação. Parece-me que a questão do Enade anual para os professores, a reformulação da não implementada Resolução 2/2015, que virou 2/2019, que agora é a 4/2024... Talvez por ela ter mudado do número dois agora para o número quatro, se me permite a brincadeira, Senador... Talvez o problema fosse que o número dela era dois; talvez, agora, como é outro número, é o número quatro, a gente tenha a capacidade de fazer uma grande conjugação de esforços, uma reunião de inteligências e implementar essa Resolução 4/2024. Ela tem alguns desafios de compreensão. E aqui temos a Conselheira Elizabeth Guedes, teve uma recomposição do Conselho Nacional de Educação, e, como eu disse aqui, o Prof. Heleno, que é do FNE e atuou na Conae, também está no Conselho Nacional de Educação. Que a gente possa tirar eventuais dúvidas em relação à Resolução 4/2024 e partir para essa implementação, porque a gente ficou, se me permitem, em um compasso de espera de implementação da 2/2015 e teve a reformulação da 2/2019. Isso, com toda certeza, impacta na forma como as instituições vão planejar os projetos pedagógicos das suas licenciaturas, da Pedagogia, para que elas possam fazer a sua oferta. Então, essas dúvidas em relação à resolução que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para os profissionais que vão atuar em educação espero que tenham chegado não ao seu fim, mas ao seu início de implementação com a conjugação de esforços das instituições privadas e públicas, para que a gente possa efetivamente partir para métricas que vão efetivamente medir a qualidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos profissionais de educação, dos nossos professores. É porque também, ao fazer uma prova anual em que a gente não tenha clareza dos referenciais, em que as instituições não tenham feito ainda os ajustes, as adequações dos seus projetos pedagógicos, a gente vai eventualmente medir aquilo que ainda não é mensurável. Então, isso também me preocupa de certo modo, mas eu acredito que agora com a 2/2024 a gente tenha uma trilha muito boa, já bem pavimentada, para que a gente possa acompanhar todo esse trabalho em torno do incremento das habilidades, das competências e da boa formação dos profissionais que vão atuar na educação básica.

O Ministro da Educação... A Profa. Beth Guedes comentou aqui sobre a reunião havida em relação à alfabetização na idade certa, e aí me parece que decorre dessa vontade administrativa, vontade executiva política do Ministro Camilo Santana de foco na educação básica. E, seguramente, melhores profissionais para atuar na educação básica, melhores alunos egressos da educação básica, esse círculo é muito virtuoso para toda a educação, porque os alunos que vão chegar na Unochapecó, que vão chegar na Universidade Federal de Pernambuco, seguramente, serão melhores incrementando todos os resultados nessa cadeia produtiva, vamos colocar assim, benéfica a toda a sociedade.

Em conclusão aqui, Senador Flávio Arns, em nome do Prof. Celso Niskier, eu gostaria de agradecer muito, de forma efusiva, o convite. A Abmes se interessa, se preocupa com essa discussão do Plano Nacional de Educação. O trabalho da Abmes vai ser muito focado, por ser uma associação de mantenedoras, focado muito nesses quatro itens e muito numa linha de que a gente possa ter métricas para serem mensuradas e avaliadas ao longo dos dez anos.

Uma outra expectativa da Abmes, e aqui, de fato, me encaminhando para o final da minha fala, é que, ao longo do caminho, esse acompanhamento, esse monitoramento da implementação da Abmes, a gente possa ir arrumando a casa, por assim dizer, ao longo dessa trilha.

De mais a mais, então, mais uma vez, agradeço ao Senador Flávio Arns, dizer da minha felicidade particular em estar aqui com pessoas que eu venho acompanhando, com quem venho aprendendo muito nessa trilha da educação superior, especialmente no PNE após a Conae, e que, no Parlamento, a gente possa ter o melhor extrato possível do que foi a Conae e da contribuição da sociedade para que o PL 2.614 concretize todo esse pensamento e a gente possa comemorar, daqui a dez anos, esses resultados, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você, Bruno Coimbra, Diretor Jurídico da Associação Brasileira das Mantenedoras do Ensino Superior, pela nova participação. Também já somos, já nos encontramos, por diversas vezes, nos debates na área da educação. É um prazer tê-lo novamente como expositor.

Eu quero, inclusive, dizer que nós vamos nos encontrar regularmente com a Consultoria do Senado também, que está acompanhando esta audiência pública, para discutirmos as sugestões e encaminhamentos de cada audiência pública e de cada expositor, para vermos, no texto, o que pode ser completado, alterado, inserido no texto, para que a sociedade saiba que a audiência pública terá repercussões no texto. Isso que é importante, porque aqui nós estamos tendo os pontos de vista, seja da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio, do ensino superior, a visão geral, a comparação com o plano anterior, o que já foi feito com as audiências públicas do ano passado.

Então, quero agradecer novamente pela participação e pela contribuição dos expositores e expositoras, assim como as perguntas que vêm do Brasil estão a favor do novo plano nacional.

Passamos, em seguida, a palavra para a Sra. Fernanda Figueiredo Torres, que é Diretora de Relações Institucionais e Governamentais do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (Conif).

Seja muito bem-vinda, Fernanda, com a palavra.

A SRA. FERNANDA FIGUEIREDO TORRES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador.

Primeiramente, eu queria agradecer também o convite do senhor. Já estivemos, também, várias vezes aí com o senhor no gabinete – falo aqui em nome dos institutos federais, também dos Cefets e do Colégio Pedro II. Também, trago uma feliz saudação do Prof. Elias, que é o nosso Presidente; ele está em missão internacional, não conseguiu participar, então estou tendo a satisfação de representá-lo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também quero colocar a minha satisfação em rever colegas aqui da educação. Faço um cordial cumprimento aqui ao Reitor Alfredo, da Universidade Federal de Pernambuco, que é da Andifes, ao Bruno, à Profa. Elizabeth e ao Prof. Claudio. Muito obrigada.

Eu preparei uma apresentação, não sei se o pessoal consegue colocar. Eu vou passar rapidamente um pouquinho sobre a rede federal, porque a gente vai falar um pouquinho de educação profissional e tecnológica.

Queria passar, por favor.

Os institutos federais têm como premissa serem fatores estratégicos de desenvolvimento sustentável do país, e isso tem tudo a ver com o Plano Nacional de Educação: a educação que desenvolve e que promove esse desenvolvimento da nação. A gente trabalha muito com os arranjos produtivos locais e nacionais; a gente trabalha na atuação da redução das desigualdades sociais, econômicas, culturais e tecnológicas; a gente promove, enquanto rede, a inclusão social e a cidadania dos nossos estudantes.

A gente não faz uma educação, como a gente gostaria de dizer, só para apertar um parafuso. Não é uma educação profissional de segunda linha, é uma educação profissional realmente voltada para um outro tipo de desenvolvimento social. Então, a nossa formação é integral e técnica, mas também é humana, social e cidadã.

Pode passar, por favor.

Aqui é o Conif, no qual a gente representa e congrega todos os dirigentes dos institutos federais, são 41 dirigentes entre 38 institutos federais, dois Cefets e o Colégio Pedro II.

Pode passar, por favor.

Aqui eu já falei. Hoje nós temos... aqui tem um quadrinho com 633 unidades dos institutos federais; nós vamos chegar a 770 com a nova expansão.

Vale a pena mencionar – a Profa. Elisabeth Guedes falou no início sobre a questão da interiorização – que os institutos são, dentro do programa federal de educação, os entes mais interiorizados. Então, a gente está presente em todas as mesorregiões do país e, em breve, seremos 770 unidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar, por favor.

Pode passar também, por favor.

A gente tem um modelo vertical de...

Pode passar também, por favor.

Esse aí eu vou deixar, porque vale a pena a gente mencionar depois e vocês podem se aprofundar.

A gente tem um modelo verticalizado, Senador. Como a gente já havia falado, os institutos federais possuem desde a educação infantil, até o ensino superior em nível de pós-graduação; a gente faz da educação infantil até o doutorado. Então, a nossa rede trabalha com todas as áreas do PNE, não somente aquelas focadas só na educação profissional, a gente é bastante transversal e trabalha o PNE como um todo.

Hoje nós temos mais de 1,5 milhão de matrículas dentro da rede, dentro desse modelo verticalizado de ensino.

Pode passar, por gentileza.

Aqui, depois, eu vou deixar algumas explicações da Rede, já que o nosso tempo é curto.

E eu vou pedir para passar já praticamente para os últimos eslaides, por gentileza, porque aqui a gente vai deixar alguns números, para vocês depois poderem acessar, de como a gente trabalha.

Mas eu quero me atentar principalmente ao penúltimo eslaide, em que a gente fala sobre o desempenho da Rede.

O anterior, por favor, sobre o desempenho da Rede Federal.

A Rede, no PNE de 2014-2024, conseguiu alcançar praticamente todas as metas que eram propostas para a educação profissional, científica e tecnológica. Então, a gente fala um pouquinho da Meta 10, que é de oferecer no mínimo 25% das matrículas em educação profissional. A Rede já oferta hoje entre 27% e 30% da educação de jovens e adultos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Meta 11, que é a expansão da educação profissional técnica de nível médio, o objetivo era triplicar as matrículas da educação profissional. Hoje a Rede Federal é responsável por mais ou menos 60% de aumento no número de matrículas em cursos técnicos de nível médio. Por que isso? A nossa lei, a Lei 11.892, garante que pelo menos 50% do nosso ensino seja feito de ensino médio, preferencialmente integrado, ou seja, integrado com as práticas tecnológicas, com o ensino médio profissionalizante.

A gente também tem um trabalho muito grande na formação de professores, em que 20%, garantidos por lei, da nossa atuação também é para a formação de professores, seja das séries iniciais, seja das séries posteriores, seja para a formação em nível de pós-graduação. Então, a Rede hoje atua como um importante *locus* dessa formação e dessa elevação da qualificação dos professores de que a gente tanto tem falado aqui. Os nossos professores são geralmente direcionados para as redes de educação estaduais e municipais, então nós formamos para essas redes e trabalhamos em conjunto com elas nesse segmento. E a gente também tem a questão da inclusão, da equidade, da acessibilidade e da garantia da qualidade da educação que nós fazemos.

Dentro da Meta 12, sobre a questão da ampliação da matrícula na educação superior, a Rede tem feito o seu papel, a gente tem ampliado o número de vagas – não é o nosso objetivo principal, a gente ainda tem algumas questões para trabalhar nesse segmento, mas a gente ainda tem feito bastante para contribuir com a questão do ensino superior.

O que é importante colocar para o novo PNE, o que nós esperamos é que essa universalização da oferta realmente ocorra e que seja dada uma priorização para a educação. A gente sempre coloca que a educação é prioridade para o país. A gente não vê nenhum Senador, nenhum Deputado, nenhum Parlamentar, nenhum Presidente, nenhum ministro falando que a educação não é importante, todos eles têm, em seus discursos, que a educação é, sim, importante e que ela deve, sim, ser valorizada, mas, dentro da educação pública federal, o que nós também precisamos é que ela seja uma prioridade.

Nós vemos hoje uma retomada da agenda educacional, a educação sendo trazida como uma prioridade, principalmente a educação profissional e tecnológica, a gente vê essa interiorização acontecendo. Agora, no início do ano, nós éramos 670 *campi*; neste ano, agora em março, o Governo anunciou a construção de cem novas unidades dos institutos federais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propondo essa capilarização, essa interiorização e expansão da Rede, mas nós precisamos também da consolidação do que já existe.

Hoje nós temos um déficit na parte de transporte e alimentação, que nos impede, muitas vezes, de atingir as metas do PNE, nos impede de progredir em algumas funções que nós temos, sociais, porque o nosso estudante não consegue chegar até a escola. Ele não consegue chegar até as nossas unidades.

Os nossos estudantes estão exatamente nesse interior do país. Então ele não usufrui da rede de transporte, por exemplo, que uma capital tem. Apesar de termos *campi* nas capitais, muitas vezes eles são *campi* também que ficam afastados da sua região metropolitana. Então a gente tem uma deficiência muito grande na área do transporte.

A gente está tendo uma melhoria na área da alimentação, com a construção e o anúncio do Governo, de construção de refeitórios escolares. Mas a gente não precisa só da infraestrutura dos refeitórios, a gente precisa de profissionais de nutrição, a gente precisa de apoio alimentar. Hoje nós temos, Senador, nossos estudantes, alguns, passando fome.

Então essa é uma bandeira que o Conif tem levantado, para estruturação e consolidação daquilo que já existe, para que a nova expansão que seja feita seja feita de forma mais racional, que consigamos cumprir o nosso papel social, tão importante. Que a gente possa, daqui a dois, três anos, ou quando chegar à metade do novo PNE, que será lançado em 2025 até 2035, a gente fale que quadruplicou o número de matrículas, com estudantes que realmente têm acesso ao transporte, acesso à alimentação, estudantes que têm acesso a um ensino de qualidade, mas que também consigam aprender.

A gente fala aqui de permanência desse estudante, não só do acesso dele. Hoje nossas estruturas são todas acessíveis, mas a gente precisa da permanência e do êxito. Então, que esses estudantes permaneçam e que eles consigam se formar no ensino médio, principalmente no ensino médio integrado, que é esse que faz a função social de integrar esse estudante tecnicamente com a sociedade.

A gente trabalha muito em parceria com o mundo do trabalho. A gente está vislumbrando todas essas demandas, esses arranjos produtivos. E formamos nossos estudantes para esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo do trabalho. Então, que ele possa realmente aprender e colocar as suas práticas também dentro desse mundo do trabalho.

A gente fala também sobre a ampliação de oferta dos cursos de formação inicial e continuada, que são os famosos cursos FIC, aliados e integrados à educação básica. Hoje a rede oferece inúmeros cursos FIC, milhares de cursos. Só que a gente precisa qualificar e formar melhor esse trabalhador, também dar condições para que ele consiga ir, para que uma mãe que é arrimo de família consiga acessar essa educação, que ela consiga transformar a vida dela.

Então os institutos federais estão muito empenhados para que essas metas que são propostas no novo projeto do PNE possam ser cumpridas na sua plenitude. Ainda não tem as metas, mas que essas concepções possam ser transformadas em metas e possam ser cumpridas por meio desse equipamento público, que a gente fala que é uma política pública de grande sucesso dentro deste país, que são os institutos federais.

Uma outra questão que a gente se propõe aqui é a ampliação da oferta da educação profissional integrada à educação de jovens e adultos. Como eu falei, esses estudantes que já passaram da etapa de formação e, por algum motivo, não conseguiram fazer sua formação na idade correta, que eles possam ter também esse apoio desses aparatos dos institutos federais na sua formação. Hoje os institutos também oferecem cerca de 20% das suas vagas para a formação desses profissionais, mas eles têm dificuldade de permanecer, porque muitas vezes eles trabalham, muitas vezes não há transporte, não têm com quem deixar seus filhos.

Então, a gente tem trabalhado em políticas estruturantes também, que possam dar condições para que essas pessoas continuem dentro das suas escolas, para que elas possam fazer e ter uma mudança significativa de vida. A gente fala que a educação profissional transforma vidas: ela transforma a vida do jovem e ela transforma a vida do adulto trabalhador. Então é isto que a gente quer: que todos possam ter esse acesso.

A gente vê isso dentro dos conceitos do PNE, mas a gente não vê um local específico dedicado à educação profissional e tecnológica, a gente vê poucas coisas falando do trabalho da educação profissional e tecnológica. O texto – que está sendo ainda discutido na Câmara – talvez tenha que ter essa rodada também de conversa e de trabalhos, para que a gente possa colocar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um pouquinho da estrutura da educação profissional, daquilo que a gente almeja, e da importância dela dentro desse novo PNE.

A gente vê muito se falar de educação infantil, de educação superior, de educação básica; e a educação profissional tecnológica perpassa todos esses níveis e modalidades educacionais. Então, ela tem que estar presente em todas essas discussões, e a gente coloca aqui a nossa importância e a nossa disposição de poder trabalhar dentro dessa nova construção do PNE, trazendo esse aparato dos institutos federais, do Colégio Pedro II e dos CEFETs para dentro dessa discussão, como estruturas públicas de altíssima qualidade que podem, realmente, fazer a diferença dentro desses arranjos produtivos.

O que a gente coloca, além disso, Senador, é a questão da utilização das tecnologias digitais, da inovação, nos cursos profissionais e técnicos, de como os nossos estudantes, hoje, podem se apropriar dessas ferramentas e utilizá-las dentro do seu mundo do trabalho, das suas expectativas. A gente coloca isso também, e a gente não vê isso dentro do PNE. Então, talvez seja colocar um pouco dessas demandas tecnológicas e de como hoje a gente vê que, por exemplo, dentro do ramo da tecnologia da informação, hoje, a gente tem um déficit de formação de mais de 600 mil profissionais. A rede conseguiria dar conta de formar pelo menos metade ou um pouco mais da metade se a gente tivesse currículos integrados a essas práticas, se a gente tivesse um pouco de atualização tecnológica dentro das nossas instituições.

Então, dentro da educação pública de que a gente fala, Senador, a gente coloca também alguns aspectos que seriam importantes para a progressão e crescimento da educação profissional dentro desse novo PNE e que ainda são pouco retratados. A gente vê que a educação profissional ficou relegada a segundo plano dentro desse novo PNE, desse novo texto. Então seria, talvez, interessante incorporar aquilo que a gente pode trazer de desenvolvimento e de demandas produtivas para esse novo texto.

Por fim, a gente falou um pouquinho sobre o orçamento, Senador. O ponto crucial, também, para a gente conseguir avançar nas nossas demandas é o orçamento. Nossas instituições são públicas, dependem do orçamento público. A gente tem vivido, desde 2016, com escassez no nosso orçamento. Do ano passado para cá, tivemos algum incremento, mas ainda não é suficiente naquilo que a rede precisa para desenvolver integralmente o seu trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje nós precisaríamos de pelo menos R$4,7 bilhões para fazer a rede funcionar plenamente, em sua capacidade total, ofertando seus cursos, recebendo os estudantes na sua plenitude. Então, talvez um olhar diferenciado para essa rede é o que a gente peça também, que esse orçamento dê conta, que esse orçamento chegue na ponta para que a gente possa fazer mais. Hoje a gente já faz muito, mas que a gente possa fazer muito mais também.

Então nos colocamos aqui, mais uma vez, Senador, à disposição para debater as questões referentes à educação profissional e tecnológica, dentro do novo contexto do novo PNE.

A gente quis mostrar aqui um pouquinho do que a gente cumpriu. Porque a gente fala: "Ah, é difícil cumprir as metas". São difíceis, mas a rede tem conseguido cumprir a sua parte dentro do PNE que foi proposto, de 2014 a 2024. Ela quer fazer mais e ajudar mais no desenvolvimento do país.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Nós é que agradecemos a você, Fernanda Figueiredo Torres. Parabéns pela exposição, pelo trabalho todo da rede e do Conselho! – representando aqui o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, reconhecida como de alta qualidade. Parabéns!

Passo, em seguida, a palavra ao Sr. Claudio Alcides Jacoski, que é Presidente da Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior (Abruc).

O SR. CLAUDIO ALCIDES JACOSKI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia, Senador Flávio Arns! É realmente uma honra, um prazer, estarmos aqui neste debate.

Queria, ao cumprimentá-lo, dizer da satisfação que temos, representando a nossa Abruc, de estarmos participando deste momento tão importante quanto à definição do nosso Plano Nacional de Educação para os próximos anos. Permita-me também cumprimentar o Senador Esperidião Amin, que também se faz presente, e toda a Comissão de Educação do Senado, que atua fortemente nesse tema. Quero cumprimentar aqui os meus colegas, o Bruno, a Beth, a nossa Conselheira, que muito têm feito também pela educação, a Fernanda, o Alfredo. Enfim, quero deixar aqui um abraço a todos. Realmente é um orgulho estarmos nos movimentando, nesta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manhã, para discutirmos esse tema e pensarmos de uma forma estratégica a educação brasileira para o futuro.

Eu começo por destacar que o PNE é fundamental para que a gente possa estabelecer novas condições, principalmente com o foco na questão da qualidade.

Obrigado pela apresentação aqui. A gente vai passando um pouco aqui a apresentação. No momento em que for necessário, eu vou pedindo. Está o.k.?

Aqui quem eu represento. Eu gostaria de começar explicando um pouquinho sobre as instituições comunitárias de educação superior que tiveram e que têm um papel fundamental no desenvolvimento da educação brasileira ao longo dos anos.

A Abruc vai comemorar, no ano que vem, 30 anos de defesa deste modelo que a gente acredita ser um modelo importante para o país, no contexto desta diversidade de modelos que nós possuímos: as comunitárias, que são instituições sem fins lucrativos, muitas delas filantrópicas, associativas, fundacionais, algumas delas também confessionais e que constituem este conjunto de instituições que prezam pela qualidade, pela boa entrega da educação em todos os níveis, desde o ensino básico até o ensino de formação *stricto sensu*.

É importante destacar que a Abruc teve uma luta muito forte em 2013, constituindo a Lei 12.881, que é a lei das comunitárias. E, recentemente, Senador Flávio, nós estivemos aí no gabinete do Senador Esperidião Amin – com sua presença –, conversando a respeito de algumas dificuldades que nós temos, enquanto comunitárias, para que a gente possa estabelecer aquilo que a lei já aponta. E quem sabe o Plano Nacional de Educação pudesse ser um pouco mais explícito nas metas, nas suas definições e nas suas estratégias, diferenciando ações para cada uma das suas organizações. Quem sabe esse seja um ponto inicial que eu poderia apontar dessa necessidade que a gente vislumbra para que a gente pudesse ter estratégias mais claras de desenvolvimento.

Eu só lembro que, nessa caminhada das instituições comunitárias – algumas já têm cinco, seis, sete décadas de caminhada –, elas foram fundamentais para promover, primeiro, uma formação básica de qualidade, principalmente as instituições confessionais, que fizeram um papel fundamental de estabelecer esse caminho. Na sequência, no ensino da educação superior,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sempre, de uma forma muito destacada, atuaram efetivamente na constituição das suas comunidades, com um ensino muito qualificado e com uma entrega muito clara. E atualmente, mais recentemente, com um foco muito específico no processo de formação de professores, o que também foi importante na caminhada das instituições, e a partir do *stricto sensu,* que se fortalece nos últimos anos... É um ponto importante para o desenvolvimento também do país, no sentido do estabelecimento de um novo momento de instituições que possam se relacionar com o sistema produtivo, que possam fazer entregas no campo da inovação e que possam ser um instrumento de desenvolvimento do país a partir da sua produção científica, da sua produção tecnológica e daquilo que elas oferecem de melhor.

Por favor, pode passar o eslaide.

Aqui, eu só recordo sobre a alteração na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nacional. A LDB nos apontou a confecção das três categorias administrativas que hoje a gente tem: as públicas, as privadas e instituiu também, em 2019, a presença das comunitárias. Então, estabeleceu que nós temos no país, a partir da LDB, três categorias administrativas. E, por isso, a gente representa, neste momento, essas instituições, que têm um modelo público também.

É importante destacar que são instituições que nascem, grande parte delas, por força do poder público municipal; outras nascem de forma associativa, muitas são fundacionais. E essa constituição permite que elas possam ter seus bens públicos e atuar no mercado, atuando de uma forma a reduzir os custos do país, o custo do Estado na aplicação da educação, oferecendo um resultado bastante efetivo – algo em torno de um quinto do valor aportado em recurso público. Então, é importante a gente destacar esse modelo, por isso eu gostaria de falar com esse tom e, ao final, apresentar algumas conclusões a respeito do nosso Plano Nacional de Educação.

Pode seguir.

É importante destacar que, recentemente, Senador, nós conseguimos, a partir de uma relação com o Inep, fazer um destaque nessas instituições sem fins lucrativos. Porque, até há bem pouco tempo, a gente dividia e entendia que os números que a gente tinha tratavam de instituições privadas e instituições públicas. Esse recorte que foi feito é muito importante, porque ele vai dar uma noção de como funcionam essas instituições, que podem ser um elemento-chave para o futuro da educação brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, pode passar.

Alguns números importantes que eu gostaria de apontar: nós temos hoje, no país, pelo Censo 2022, 1.449 instituições privadas com fins lucrativos, e temos 834 instituições privadas sem fins lucrativos. É importante destacar que, dentro dessas instituições privadas sem fins lucrativos, ainda estão contempladas as instituições de uma formação ainda não associativista ou fundacional, aquelas que são limitadas, empresas. Então se, no próximo movimento que a gente fizer, conseguir destacar isso, nós poderíamos aqui compor essas sem fins lucrativos somente com instituições fundacionais e associativas, o que seria importante.

Isso, por favor, mantenha aí.

Em relação às públicas, nós temos um número de cerca de trezentas e poucas instituições, que são contempladas nos níveis federal, estadual e municipal, de um conjunto total de 2.595. Em relação à organização acadêmica, nós temos 1.968 faculdades, 381 centros universitários, 205 universidades e 41 CEFETs e institutos federais, como a Fernanda nos apontou anteriormente.

Pode seguir.

Este item é importante porque ele destaca as instituições privadas, no seu contexto total: aquelas com fins lucrativos, em verde-escuro; e as sem fins lucrativos, com verde-claro. Aqui, a gente tem uma noção da participação dessas instituições, por exemplo, com matrículas: cerca de 1,7 milhão de estudantes, ou seja, 18% dos estudantes do país, estudam em instituições que são sem fins lucrativos. Esse item é muito importante porque ele desconstrói um pensamento e uma fala que a gente tinha no passado, apontando aqui os três entes que a gente tem. Então, 60% das matrículas que a gente tem hoje fazem parte do ensino privado com fins lucrativos; e 18%, ou seja, 1,7 milhão, de instituições sem fins lucrativos.

Aqui tem o número de ingressantes. Então, foi apontado pelo Censo 2022: são 15% de ingressantes, 703 mil; e os concluintes, cerca de 24%, 313 mil. Se o número de ingressantes está menor que o de concluintes, é possível a gente imaginar que essas instituições começam a perder força nos números em relação aos próximos anos, e esse é um alerta que a gente faz em relação a esse modelo tão importante para o país, como eu disse anteriormente.

Pode seguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este outro quadro é muito importante, porque ele demonstra onde atuam as instituições sem fins lucrativos. Nessas colunas, a gente tem, de verde-escuro e verde-claro, qual é a modalidade de ensino em que essas instituições atuam. As privadas com fins lucrativos têm cerca de 2,7 milhões de estudantes, e as sem fins lucrativos, 270 mil. Por outro lado, no ensino presencial, a gente nota que elas quase se equivalem. Isso demonstra a força das instituições sem fins lucrativos no ensino presencial.

A primeira discussão que eu comento aqui é sobre essa questão do EaD: de forma alguma dá para a gente discutir se o modelo EaD deve ou não existir, ou se se deve ser favorável ou contrário ao modelo EaD. A gente às vezes vê esse debate acontecer de uma forma, no meu entendimento, equivocada. O que a gente precisa analisar dentro da educação à distância se refere a qual é o projeto pedagógico que se está utilizando para a formação no EaD. Eu acho que este é o tema mais importante que se debata: definindo-se o modelo de negócio e o projeto pedagógico, se esse modelo busca apenas a escalabilidade, ou seja, a atração de alunos, ou se ele busca oferecer um ensino de qualidade, um ensino diferenciado naquelas condições em que você não consegue ofertar o ensino presencial e você busca, a partir do modelo, na modalidade EaD, ofertar esse ensino de uma forma diferenciada.

Também, à direita, a gente mostra aqui a questão do período, diurno ou noturno, de atuação das com fins lucrativos e das sem fins lucrativos, para que a gente tenha uma ideia de como elas se comportam.

Esse conjunto de instituições privadas atua de uma forma muito parecida no mercado, dando condições para que aqueles alunos que não têm possibilidades de estudar no período diurno possam cumprir a educação superior no período noturno. Então, esse é o destaque que eu faço aqui. Tanto as instituições com fins como as instituições sem fins lucrativos, as duas apontam para essa questão do uso do ambiente noturno.

Pode passar.

Aí a gente chega na questão da discussão do PL 2.614 para o decênio 2024-2034.

Uma preocupação que se coloca, Senador, é em relação a planejamentos de longo prazo. Então, o nosso Pnea aponta para um decênio. Realmente, ele é desafiador. As nossas instituições,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as instituições universitárias, centros universitários e faculdades atuam com um projeto pedagógico que foca para cinco anos – e a gente já tem muita dificuldade de efetivar e de imaginar o desenvolvimento que a gente vai ter nos próximos anos. A gente vê que a sociedade passa por mudanças transformadoras no âmbito da educação, no âmbito social, no âmbito do ambiente produtivo também. Realmente, é desafiador.

Quiçá seria importante se trabalhar com o processo de revisão já pré-destacado no próprio PNE, para que se pudesse dar passos mais firmes e adequados em relação ao desenvolvimento da educação, sob pena de nós termos um documento que pode perder o seu foco. Com o passar dos anos, esse é um apontamento que a gente gostaria de fazer.

Pode seguir.

Nós destacamos aqui, então, alguns itens que nos dizem respeito enquanto comunitárias e que a gente se vê, nos últimos anos, atacando de uma forma muito específica e muito atuante.

A questão da educação escolar indígena é uma das preocupações que a gente aponta, e as instituições comunitárias têm feito um trabalho significativo nesse ambiente. Eu posso citar aqui, como exemplo, a minha instituição. Nós temos hoje 7,5 mil estudantes; 400 desses estudantes são estudantes indígenas. A gente, inclusive, atua dentro da própria aldeia, oferecendo disciplinas para a formação desse grupo de pessoas que precisam do apoio do Estado brasileiro para o seu desenvolvimento. Então, é um item importante que a gente assine, com a presença das comunitárias, que elas sejam efetivadas; e que a gente lembre que as instituições comunitárias cumprem essa função e que elas sejam efetivadas nesse processo.

Também há a questão do acesso, da permanência na graduação, há a necessidade de nós discutirmos o acesso. Aqui, Senador, se me permitir, eu diria que seria muito importante a gente pensar no processo de financiamento. A Fernanda comentou bem anteriormente sobre as dificuldades que se têm no processo de financiamento, principalmente daqueles alunos com condições não adequadas para pagamento de uma mensalidade alta. Que a gente pudesse ter instrumentos de medida para que a gente pudesse permitir esse acesso de uma forma mais adequada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí volta aquela fala inicial que eu coloquei: quem sabe nós pudéssemos olhar para cada categoria administrativa de uma forma um pouquinho diferenciada no aspecto das próprias metas que podem ser atingidas. Quando a gente coloca tudo num conjunto único, quem sabe a gente perca a especificidade e a ação estratégica que poderia ser feita dentro de uma condição de acesso, por exemplo.

Outra preocupação que eu acho importante colocar quando a gente fala de acesso, Senador, é que muitas vezes a gente tem observado – e aqui é uma pequena crítica que a gente pode fazer ao PNE passado – que o foco a ser dado pelo plano nacional se deu muito nas metas, focando apenas para as metas, inclusive, de acesso e se perdendo um pouco a possibilidade de ter um olhar para o PNE muito mais ligado à qualidade. Eu diria que o sonho das comunitárias seria, Senador, que nós pudéssemos chamar esse PNE de o PNE da qualidade e focar muito mais, em vez de apenas no acesso, na contemplação de números de entrada de alunos, focar muito na qualidade.

E uma sugestão que a gente gostaria de deixar aqui é que nós pudéssemos ter um sistema de acesso com nota mínima de alunos para acessar a educação superior. Que a gente pudesse – apesar de concordar com a questão da necessidade de acesso a todos – qualificar esse acesso e puxar um pouco a régua para que a gente colocasse alunos mais bem qualificados para dentro das instituições. Esse me parece que é um tema – pode seguir – que a gente poderia tratar aqui quanto ao debate em relação ao que a gente vem tratando aqui.

Qualidade na graduação. É exatamente isso que eu comentei, que a gente pudesse focar também no aspecto da entrega, do resultado que a gente vem a obter.

E, por fim, a questão dos profissionais. Nós nos colocamos, enquanto instituição, como alguém que poderia contribuir muito na formação dos profissionais. Recentemente, Senador, na semana que passou, nós estivemos visitando a Finlândia e a Suécia, no sentido de justamente buscar informações de quais são os aspectos do diferencial da Finlândia, por tantos anos se apresentando como a melhor educação do mundo. E eu, resumidamente – porque também o tempo acabou –, queria dizer o seguinte: foco nos docentes, na qualificação dos professores, e foco na matemática e no ensino de línguas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente pudesse resumir resumidamente, se a gente pudesse olhar para esse aspecto e estabelecer metas, condições com que a gente atingisse resultados nesses aspectos, eu tenho certeza de que nós faríamos uma educação diferenciada para o futuro do país, que precisa, urgentemente, retomar o rumo da qualificação da nossa formação.

Seria isso.

Mais uma vez, agradeço muito, Senador Flávio, pela oportunidade e fico à disposição para qualquer necessidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos, Claudio Alcides Jacoski, que é Presidente da Abruc (Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior).

Como foi lembrado, nos encontramos há alguns dias, há pouco tempo, no gabinete do Senador Esperidião Amin, justamente discutindo alguns dos desafios enfrentados pela Abruc. E ficamos à disposição também, Claudio Jacoski, para algo que é essencial para a educação brasileira, que é a participação das instituições, no caso da Abruc, sem fins lucrativos.

Parabéns pelo trabalho!

Ficamos à disposição, inclusive, para sugestões no decorrer dos debates, extraoficialmente, também.

Passamos a palavra em seguida ao Sr. Alfredo Macedo Gomes, que é Reitor da Universidade Federal de Pernambuco e representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Seja muito bem-vindo, caro Reitor.

O SR. ALFREDO MACEDO GOMES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, é um prazer estar com o senhor aqui, assim como com os demais colegas que participam desta mesa. Eu gostaria de saudá-lo e, na sua pessoa, fazer uma saudação também a todos os Senadores e Parlamentares envolvidos com essa temática tão importante.

Quero saudar também os participantes desta mesa, deste debate muito importante: o Reitor Claudio; o colega Bruno, meu colega do Fórum Nacional da Educação; Beth Guedes; e minha colega Fernanda, aqui representando o Conif.

Eu estou aqui, Senador, falando em nome das 69 universidades federais, que têm uma ampla inserção também no país. São aproximadamente 300 *campi* interiorizados.

Vou fazer uma apresentação mais ampla sobre essas questões e procurar incidir, sobretudo, na discussão sobre a educação superior, a educação superior pública.

Ressalto, inicialmente, o caráter estratégico da universidade pública. Ela tem contribuído não apenas para a formação de pessoas, recursos humanos de alta qualidade na graduação e na pós-graduação, mas tem também produzido ciência de qualidade. O investimento permanente nas universidades, assim como na educação superior de maneira geral, fará uma inserção cada vez mais qualificada do Brasil na geopolítica global. Então, nós precisamos cuidar atentamente das universidades, porque, no fundo, estamos tomando conta da ciência, da pós-graduação e das juventudes, o que vai levar à produção do conhecimento e a políticas de inovação e de extensão de maneira geral. É um papel fundamental das universidades, que estão em todos os estados e que estão também interiorizadas.

Hoje, nós temos, aproximadamente, envolvendo matrículas de graduação e de pós-graduação – mestrado e doutorado –, em torno de 1,4 milhão matrículas, ou seja, é um número bastante considerável, considerando aproximadamente 9 milhões de matrículas na educação superior brasileira. Então, nós temos 1,4 milhão de matrículas.

Isso é uma fala inicial.

Eu gostaria também de destacar que o PNE – eu acho que Bruno deixou claro aqui na fala dele –, o Plano Nacional de Educação, é uma política de Estado que depende, obviamente, de outras iniciativas, de outras políticas, sobretudo governamentais, para o seu êxito. Então, a coordenação nacional, estabelecendo a orientação, a coordenação de forma sistêmica, tem que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naturalmente, estar vinculada às políticas governamentais. Do contrário, o plano entra obviamente num fracasso, no sentido da sua execução em termos de metas e resultados.

Essa coordenação é fundamental, sobretudo, Senador Flávio, em um país, quando a gente pensa, sobretudo, na educação básica, na educação superior, que é uma Federação e que tem três entes federados responsáveis, com suas responsabilidades, para, digamos assim, levar as políticas educacionais à sua plena implementação. Então, a coordenação nacional – e o plano deve deixar isso bastante claro – é absolutamente essencial para a orientação sistêmica e indutora das políticas educacionais de maneira geral.

No caso específico da educação superior, os estudos hoje sugerem, indicam que os principais desafios da educação superior no Brasil incluem crescimento da matrícula, qualidade e financiamento, acesso e inclusão e predominância de instituições com fins lucrativos. É necessário que a gente faça a leitura desses itens que estão compreendidos de maneira geral no PL que nós estamos aqui, portanto, discutindo. Esses itens estão compreendidos lá, mas é preciso que a gente aprofunde e dê essas orientações. A educação superior no Brasil enfrenta uma série de desafios significativos tanto no setor público quanto no setor privado. Esses desafios são amplamente discutidos na nossa literatura acadêmica e incluem questões como as que nós já destacamos aqui. Eu vou passar, então, um por um pelos itens e gostaria de, ao passar, fazer algumas considerações para essas questões.

Crescimento e acesso: a manutenção do ritmo de crescimento das matrículas e o desenvolvimento do mecanismo de acesso.

Nós precisamos ter uma estratégia para garantir um ritmo permanente e consistente de crescimento. Hoje é muito curioso um dado em que nós temos 9 milhões de matrículas na educação superior de maneira geral e menos estudantes matriculados no ensino médio, ou seja, de onde nós recebemos nós temos menos matrícula. Então, é necessária uma atenção especial para a educação básica para levar mais estudantes, obviamente, a concluírem com qualidade a educação básica para que nós possamos ter, digamos assim, um número expressivo de estudantes que pleiteiem concluir o ensino superior brasileiro. Esse é um problema sério que precisará de atenção especial, sobretudo no planejamento dos próximos dez anos, como estamos discutindo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É necessária também a expansão do acesso à educação superior, especialmente para os grupos socioeconômicos mais vulneráveis, enfrentando a limitação de vagas nas universidades públicas e a alta competitividade dos exames de entrada. Então, nós precisamos também dar atenção a esse processo. Lá atrás, por volta de 2013, nós instituímos as políticas de cota de maneira geral. Ela foi a resposta efetiva do Estado para combater as desigualdades e mudar o perfil elitista das universidades federais, que era predominante, mas é necessário que nós possamos aprofundar essas iniciativas para trazer as classes sociais mais vulneráveis, os grupos sociais mais vulneráveis para estudar. E temos que enfrentar também a questão da alta competitividade dos exames.

Senador, de modo especial, nesse caso, eu gostaria de fazer um comentário em relação à decisão do Supremo Tribunal Federal que derrubou recentemente o bônus regional. As universidades federais fizeram um esforço tremendo, nos últimos 20 anos, para fazer o processo de interiorização, para levar *campi* para o interior dos respectivos estados. E aqui nós precisaríamos estabelecer uma política que garantisse a permanência dos estudantes que lá residem para estudar nos nossos *campi*; do contrário, a competição nacional tiraria as vagas, sobretudo nos cursos mais competitivos, dos estudantes das referidas regiões. Então, a queda do bônus regional ameaça, portanto, a política de interiorização, que vai completar em torno de 15 anos.

Então, nós estamos também fazendo um apelo para que medidas específicas sejam tomadas dentro do Congresso Nacional, para não permitir, digamos assim, fazer água na política de interiorização. As pessoas que concluem no interior estão no interior; elas permanecem lá e garantem o êxito, portanto, dessa iniciativa.

Gostaria também de destacar aqui um outro ponto que se refere à questão da qualidade e da eficácia. Beth Guedes também – uma saudação, Beth, para você – mencionou essa questão. É necessária a melhoria da eficácia educacional, dos resultados educacionais, mas nós temos que impactar, sobretudo, as altas taxas de evasão nesse sentido.

Ter políticas voltadas à garantia da permanência é absolutamente essencial. Isso implica um rol bastante elevado de variáveis, mas envolve desde questões de ordem econômica e financeira, para manutenção, como também currículos defasados, iniciativas que garantam a permanência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos nossos estudantes e das nossas estudantes até a conclusão. Jogamos, nesse sentido, muito dinheiro fora, tanto nas instituições públicas quanto nas instituições privadas. Ter iniciativas, portanto, para enfrentar a questão da evasão de forma consistente no longo prazo é absolutamente essencial.

E, aí, é preciso repensar, Senador, a questão da avaliação das instituições de educação superior de maneira geral e da sua graduação. Nós precisamos avaliar permanentemente, focar, sem sombra de dúvida, em processos, mas também em resultados, e garantir uma política mais, digamos assim, importante de regulação das nossas ações.

O Estado, assim como as instituições que têm esse poder, precisa ter um processo de regulação. Eu não falo em regulação burocrática aqui, eu falo em regulação em torno dos resultados e dos processos, para que possamos melhorar, portanto, os resultados mais amplos e garantir a permanência e o elevado número de graduados em nossos cursos.

Temos também o grande desafio de fazer a integração de disciplinas, na oferta de exemplos práticos e reais de sustentabilidade dos cursos, ou seja, é preciso que nós possamos olhar de forma mais específica para a reforma ou a inovação dos cursos de graduação das nossas universidades. Há muitas amarras, uma elevada teia de democracia nesse processo, que tolhem, portanto, a autonomia das instituições na realização dos seus objetivos.

Eu gostaria também de passar para o próximo ponto – eu sei que eu estou indo muito rápido, Senador, mas o tempo é curto e as questões são bastante complexas –, que é a questão do financiamento.

Nós temos desafios relacionados ao financiamento, especialmente em relação às universidades públicas, mas não só elas, e a necessidade de adaptação às novas demandas econômicas e sociais.

Eu vou compartilhar aqui – assim como Fernanda destacou na fala dela, Senador – a questão do orçamento das universidades federais. Eu vou citar um dado aqui, que é muito importante: em termos nominais, em 2014, o recurso discricionário para manter todas as universidades federais era de oito bilhões e um pouquinho. Hoje, em 2024, dez anos depois, esse recurso é de R$6,5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bilhões; ou seja, as universidades cresceram, tem mais matrícula, mais pós-graduação, mais pesquisa, e perderam consistentemente recurso ao longo desse período.

Então é preciso uma atenção muito especial e a gente mudar a política de financiamento das universidades. Eu me refiro aqui ao recurso discricionário. O recurso hoje, a peça orçamentária hoje é essencialmente uma negociação política, não tem critérios objetivos para definir os orçamentos das universidades no Congresso Nacional. O que sai do Ministério da Educação, da Casa Civil vai para lá; e, depois, tem toda uma pressão em cima dos Senadores e dos Deputados para a gente elevar esse recurso, mas não tem uma correlação com critérios objetivos e claros de sustentabilidade das nossas universidades. Então, há um nível elevado de politização de 69 instituições estatais, que precisam ter esse descolamento para que nós possamos avançar.

Não é possível que a gente viva nessa gangorra financeira como temos vivido desde 1990 para cá. Eu não sei, Fernanda, mas eu creio que o mesmo se aplica, obviamente, aos institutos federais. Hoje, cálculos consistentes nesse sentido indicam que nós precisamos, assim como vocês, no mínimo – para a manutenção das universidades –, de algo em torno de R$10 bilhões, para que a gente possa atender a essas políticas, e nós não temos perspectiva nesse sentido. A Ploa que foi atualmente está muito aquém desse processo.

Bom, gostaria também, nesse sentido, de destacar que são necessárias as iniciativas para que, tendo uma política consistente de financiamento, eleve-se – digamos assim – o grau de autonomia das universidades para poder executar isso. Nossas universidades têm pouca autonomia do ponto de vista financeiro, e, nos recursos próprios que nós conseguimos fazer, a gente precisa também ter esse processo de regulamentação.

Eu vou, então, encaminhar-me para a parte final, Senador. Permita-me fazer mais duas considerações, que são a respeito da necessidade de termos a integração de práticas sustentáveis e inovação nos currículos, para alcançar, obviamente, uma série de questões, entre elas, a desburocratização, a resposta mais imediata às demandas sociais, econômicas, culturais e ambientais. Muitas amarras, do ponto de vista curricular, transformam as instituições em algo sem capacidade para responder aos grandes desafios importantes que se apresentam. Na área ambiental hoje, isso é uma coisa bastante forte, mas isso tem a ver com as dimensões econômicas, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é necessário ter uma discussão, também, sobre a questão da digitalização e da inteligência artificial. As universidades e as instituições de educação superior, de maneira geral, não podem virar as costas para um debate tão importante. É preciso que essas questões sejam tratadas adequadamente.

Então, para finalizar aqui minha fala, quero dizer que a educação superior no Brasil enfrenta desafios complexos que envolvem a manutenção do crescimento de matrículas; a melhoria de qualidade, eficácia e eficiência educacional; a necessidade de financiamentos sustentáveis, um modelo claro de financiamento sustentável; a promoção de políticas de inclusão e equidade; e a integração, portanto, das práticas interdisciplinares sustentáveis.

É importante ressaltar, como a Beth destacou aqui – a Elizabeth Guedes destacou aqui –, que o PL da Conae foi um esforço tremendo feito com ampla participação da sociedade. Ele deve se constituir num documento importante para o debate que nós estamos fazendo aqui em relação ao Plano Nacional de Educação.

Então, muito obrigado pela oportunidade.

Ficamos aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos ao caro Sr. Reitor da Universidade Federal de Pernambuco e também representando a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Parabéns pela exposição muito clara, muito precisa!

Além do sumário executivo que está sendo feito oficialmente, eu próprio, em relação a todas as exposições, fiz uma série de anotações aqui também para conduzir os trabalhos da própria Comissão.

Parabéns!

Eu quero, então... Os expositores e as expositoras já fizeram também a apresentação dos seus pontos de vista institucionais. Eu quero ler as perguntas que também vieram do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Maria, do Ceará: "Quais estratégias específicas o novo Plano Nacional de Educação 2024-2034 prevê para garantir a equidade no acesso à educação de qualidade?", que já foi um ponto bem levantado nas falas também.

Douglas, do Rio de Janeiro: "Como o PNE 2024-2034 aborda a inclusão digital e o uso de tecnologias educacionais?". Bem enfatizado, porque tem que estar apontado como algo muito importante.

Gabriel, do Espírito Santo, em relação à educação especial, à educação de pessoas com deficiências: " [...] Há propostas para o ensino de libras como disciplina regular em escolas comuns?".

Eu só quero dizer que vamos ter um dia um debate específico sobre a educação de pessoas com deficiência.

Márcia, do Amazonas, na mesma direção, vamos discutir também: "Qual o plano de ação da educação [inclusive em relação às crianças com autismo]?".

George, do Rio de Janeiro: "Planejam engajar professores de escolas públicas nas futuras políticas educacionais? Vão melhorar a fiscalização de recursos e do Fundeb?".

Então, estaremos também discutindo a questão da educação básica, do financiamento e um instrumento importante que é o Fundeb, não há dúvida.

Israel, da Bahia: "Dado [que] a educação [...] [é] uma questão social de abrangência, [...] [quais as contribuições e responsabilidades da família no plano]?

Eu quero lembrar também aos internautas que nós acrescentaremos, depois, a cada audiência pública, as perguntas que vieram, para que elas orientem também, no ponto de vista de quem vem acompanhando as audiências públicas, acréscimos, comentários, encaminhamentos no Plano Nacional.

Também comentários, do Lucas, do Distrito Federal: "Seria interessante discutir sobre a preparação de escolas e universidades para o ensino de pessoas surdas".

Do Resende, de Goiás: "[...] [É necessário] direcionar esforços e recursos numa política pública visando o desafio do acesso universal à educação infantil".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro a todos que nós estamos falando da creche e da pré-escola, e esse nível da educação básica será também debatido especificamente na educação infantil – creche e pré-escola.

Muito bem.

Agora nós passamos, só para as considerações finais, aos expositores e às expositoras, em função do que foi falado, dito, para falarem alguma coisa que desejarem acrescentar. Daremos um tempo de três minutos para a consideração final.

Elizabeth Guedes, se quiser fazer uso da palavra, que é Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup).

A SRA. ELIZABETH GUEDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Quero dar parabéns aos meus colegas, as apresentações foram muito boas, e eu acho que o Prof. Alfredo usou agora uma palavra que resume a situação da educação: gangorra. A educação não é uma política de Estado, o que nós lamentamos. A razão dos planos decenais de educação é justamente que nós tenhamos um horizonte de tempo maior para implementar as medidas que nós acreditamos que são necessárias. Mas é isto que o Prof. Alfredo falou: tem sistema de cota, mas não tem recursos para o aluno que é desprovido de condições financeiras permanecer na escola. Ele não tem dinheiro para pegar ônibus, ele não tem dinheiro para comer. Então, essa política de assistência estudantil é muito importante, e aí tem cota, mas não tem a política consistente.

E aí, para terminar, Senador, eu acho que formação de professores, responsabilização do agente público e alfabetização na idade certa, essas coisas são essenciais, e é qualidade, qualidade e qualidade. O MEC deveria ser responsabilizado pelo descalabro que hoje é o setor de educação superior no Brasil, com desrespeito às normas, desregulação, mas ninguém é responsável. De quem nós vamos cobrar que senão de uma autoridade reguladora?

Então, eu acho que são... Se nós tivéssemos, ao invés de trinta metas, três, a gente deveria ser mais assertivo do que querer contemplar o mundo inteiro e não conseguir entregar nada para a sociedade que melhore. Esse Plano Nacional de Educação não pode ser a continuação do antigo, ele tem que resolver problemas, e ele não resolve problemas porque não há uma relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de causa e efeito entre as coisas. Não há um estudo que diga: "Esse resultado aqui deve-se a esta política errada, então, nós vamos corrigir essa política". Não! Continua sendo um rol de boas intenções sem métrica, sem responsabilização e sem compromisso com o resultado real.

É isso.

Obrigada, Senador.

Obrigada, colegas, pela manhã. Aprendi muito com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Parabéns, Elizabeth. Você não poderia ter sido mais direta e incisiva também nos pontos.

Eu quero lembrar que está em tramitação também algo que foi bastante levantado: o Sistema Nacional de Educação, para ver onde é que há alfabetização na idade certa. Inclusive, aí se encaixa a responsabilidade educacional. A gente fala muito em responsabilidade fiscal na lei, e está em tramitação a responsabilidade educacional, para Prefeitos, Governadores, Governo Federal. Até, na semana passada, as pessoas disseram para não responsabilizar unicamente o secretário, mas sim, o Executivo municipal, estadual, federal, para que as metas sejam cumpridas.

Parabéns!

Agradecemos muito, Elizabeth,

Passo a palavra ao Bruno Coimbra, que é Diretor Jurídico da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.

O SR. BRUNO COIMBRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Mais uma vez, agradeço, Senador Flávio Arns. É sempre muito bom discutir educação no Parlamento brasileiro, especialmente aqui, em relação ao Plano Nacional de Educação.

Aqui vou fazer uma brevíssima síntese das contribuições da ABMES para esta audiência pública de hoje, que foram especificamente: a questão de acesso, permanência e conclusão dos alunos nos sistemas educacionais; a questão da qualidade, como bem reforçada agora também pela Profa. Elizabeth Guedes; a questão do *strictu sensu,* que está em total conexão com a questão também da qualidade da formação. Muito se tem falado de qual é a formação de quem vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formar, quem são os professores dos nossos professores. Isso também é uma preocupação no âmbito aqui da ABMES. Por fim, os profissionais da educação básica. Foi o que eu comentei aqui na minha fala, na audiência pública, em relação aos itens 13, 14, 15 e 16 que estão no projeto de lei.

E também, para sintetizar, Senador Flávio Arns, aqui também fazendo referência à fala do Prof. Alfredo Gomes, uma coordenação nacional de acompanhamento do cumprimento das metas. Tomei nota aqui – está bem, Prof. Alfredo? –, como bom aluno que sou ou pretendo ser. Essa coordenação e esse permanente acompanhamento, Senador Flávio Arns, me parece que vai permitir eventuais correções de rota, correções de rota das ferramentas auxiliares, a concepção dos objetivos estratégicos a serem definidos no Plano Nacional de Educação.

Nós temos uma discussão profunda em relação ao Sistema Nacional de Educação, uma Política Nacional de Educação Digital, outras políticas que têm íntima conexão, a questão da escola conectada, enfim, uma reformulação do Fies, reforma tributária, o que impacta a educação. Então, o que não nos falta são circunstâncias, elementos que são satélites, circundam toda a pauta educacional. E a gente precisa ter como referencial o Plano Nacional de Educação.

Ainda muito brevemente também, eu venho atuando na educação superior, especialmente, desde 2011, e, aqui, na ABMES, desde 2016. E sempre que a gente vai para algumas pautas, a gente leva para essas pautas que precisamos disso para conseguir atingir as metas do Plano Nacional de Educação, por vezes, os narizes acabam se torcendo, dizendo o seguinte: isso é só um referencial, colocando em segundo plano essas metas. Eu espero que as próximas não sejam colocadas em segundo plano e, para isso, eventualmente, que essa coordenação apontada aqui pelo Prof. Alfredo, também destacada pela Profa. Elizabeth Guedes, pelo Prof. Claudio e a Fernanda, que nós possamos envidar nossos esforços, a nossa energia, dentro de um quadro realístico, e que o administrador, o regulador que esteja do outro lado da mesa tenha os referenciais do Plano de Educação como impositivos, obrigatórios, que não possam ser desconectados das demais políticas e das demais decisões públicas em relação à educação.

Mais uma vez, muito obrigado, Senador Flávio Arns. Sigamos nesta frente de batalha para a implementação do Plano Nacional, para que mude a realidade do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos, Bruno Coimbra, Diretor Jurídico da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior.

Quero dizer que acompanhamento e fiscalização vêm sendo temas reiteradamente repetidos como importantes e necessários no plano.

Parabéns! Achemos juntos os mecanismos para que isso de fato aconteça.

Passamos a palavra para Fernanda Figueiredo Torres, do Conif (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica), que é Diretora de Relações Institucionais e Governamentais.

A SRA. FERNANDA FIGUEIREDO TORRES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agradeço novamente, Senador Flávio, a oportunidade de estarmos aqui com pessoas tão brilhantes e tão atuantes no campo da educação. Agradeço ao senhor por promover esta audiência.

Vou fazer um breve resumo também do que nós colocamos aqui como os pontos principais.

Primeiro, reitero o que a Profa. Elizabeth colocou: que realmente educação seja uma política de Estado e não somente política de governo, que a gente possa ter um olhar diferenciado para a educação pública federal, para os institutos e para as universidades, para que a gente possa realmente ter consolidação, expansão e interiorização das nossas redes de forma articulada, de forma justa, com orçamento justo, para que a gente consiga trabalhar e consiga efetivar o nosso papel social e o nosso papel articulado também com o mundo do trabalho.

Quero colocar também aquilo de que necessitamos: a ampliação da nossa oferta integrada à educação de jovens e adultos. Para isso, a gente precisa ter recurso; a gente precisa de que o nosso estudante tenha acesso a transporte, tenha acesso à alimentação, tenha acesso à rede de apoio, principalmente no caso dos estudantes da EJA; do incentivo também à formação de professores, que é tão cara aqui para a nossa rede, que a gente já faz com todo compromisso; e de que o recurso também seja garantido para que a gente possa continuar nessa oferta.

Então, a gente coloca esse apelo também de um olhar diferenciado para as nossas redes federais. E nos colocamos à disposição, para que a gente possa contribuir de forma mais eficaz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o crescimento da educação profissional, científica e tecnológica no país, que não seja somente uma educação, como a gente falou, voltada para um segmento específico, mas que ela possa realmente ser universal e transversal com todas as demais modalidades de educação.

Então, a gente deixa aqui o nosso agradecimento.

Nós nos colocamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos, Fernanda Figueiredo Torres.

Quero parabenizar o trabalho dos institutos federais, que são uma referência no Brasil, com resultados educacionais comparáveis a quaisquer resultados de países mais desenvolvidos e em áreas que são essenciais: o ensino médio integrado, a profissionalização para EJA, educação de jovens e adultos integrada com a formação técnica e profissional, que são desafios também externados repetidamente na Comissão de Educação.

Parabéns! Vamos trabalhar juntos naquilo que cabe ao Senado fazer, no Plano Nacional de Educação, junto com a sociedade.

Passo, em seguida, a palavra ao Sr. Claudio Alcides Jacoski, Presidente da Abruc (Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior), e peço para levar também um grande abraço a todos os participantes da reunião recentemente realizada junto com o Senador Esperidião Amin.

Com a palavra, Dr. Claudio.

O SR. CLAUDIO ALCIDES JACOSKI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador, farei isso sim.

Gostaria, imensamente, de agradecer por esta oportunidade e comentar aqui rapidamente que essa participação sempre traz uma ansiedade de tentar contribuir, colaborar com uma modificação em algumas dificuldades que a gente vem tendo. Como a Profa. Beth comentou, há uma angústia de que o próprio PNE possa resolver alguns problemas com que a gente convive: a questão da falta de autonomia, que eu poderia citar, a questão do excesso de regulação e que a gente pudesse ter uma palavra fundamental entre os professores, formadores, entre as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

associações: a palavra confiança. Que a gente pudesse ter muito menos regulação e mais confiança no processo de formação de pessoas me parece que seria fundamental.

Nós hoje, enquanto instituições, gastamos uma energia muito grande – eu concordo com o Bruno quando ele o coloca –, nós gastamos uma energia demasiada em temas que não dizem a respeito àquilo que é fundamental, que é uma formação qualificada dos nossos alunos. Eu me somo à fala do Bruno no sentido de que a gente precisa centralizar energia no processo de formação qualificada para o bem do país. E aí eu trago a necessidade de integração *stricto sensu* para com ações de cunho tecnológico, de cunho de desenvolvimento, que a gente pode implementar no país de tal forma que a gente também possa atrair a graduação e oferecer serviços a partir da extensão, elemento tão importante para as comunitárias, e que a gente tenha nesse conjunto uma presença das nossas instituições na sociedade, formando, melhorando as condições e promovendo um caminho de desenvolvimento.

Que o plano siga aquilo que na administração se usa como norma de plano, uma estruturação de ações para se atingir uma estratégia, que a gente consiga trazer para o Plano Nacional de Educação temas importantes que possam nos ajudar, por exemplo, a introdução da inteligência artificial nas salas de aula e na formação dos nossos estudantes. Isso se faz necessário, é importante que a gente dê esse passo fundamental para preparar os nossos estudantes para o futuro. Que se coloque também a discussão do EaD, que o EaD venha para ser, como eu disse anteriormente, não a discussão do tema se é ou não é EaD, mas que os projetos pedagógicos do EaD venham com qualidade, com condições de oferecer um ensino possível de ser ofertado para os nossos estudantes.

Por fim, que a própria expansão, que, às vezes, aparentemente, parece sem controle, seja também associada a metas de qualidade e que a gente possa restringir o processo de expansão, dar as condições da expansão a partir da qualidade já encaminhada anteriormente. E, por fim, a questão do financiamento com equidade, um financiamento que também seja atrelado à questão da meritocracia e dos resultados obtidos.

Mais ou menos, seria isso. Como eu disse, a gente fica com ansiedade de colocar os temas, por ser um momento muito importante pela relevância do tema. E aqui a gente parabeniza,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, pela sua caminhada junto à educação e também junto a esse Plano Nacional de Educação, que tenho certeza de que vai melhorar as condições da educação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço, Claudio Jacoski, Presidente da Abruc.

Eu quero destacar só dois aspectos. O primeiro, que a Comissão de Educação fica inteiramente à disposição para que, à medida que os debates venham acontecendo, as posições sejam colocadas e os próprios debates internos nas entidades aqui representadas, possam enviar documentos, que serão muito bem recebidos pela Comissão. O segundo aspecto, particularmente para as pessoas que nos acompanham pelo Brasil, lembrar que as entidades que estão aqui representadas estão, na verdade, falando em nome de milhões de alunos do ensino superior, ensino médio, EJA, técnico profissionalizante, institutos de centenas de entidades representadas pela Andifes, Abruc, Conif, Anup. Então, são centenas de entidades, milhões de alunos, e trazem os desafios com os quais convivem no cotidiano. Isto que é importante também: termos tudo isso representado no PNE (Plano Nacional de Educação).

Passo agora a palavra ao caro Reitor Alfredo Macedo Gomes, Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, representando nessa audiência pública a Andifes.

O SR. ALFREDO MACEDO GOMES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, eu quero agradecer, na sua pessoa, à Comissão, por estar coordenando esse conjunto de audiências públicas fundamentais, sem sombra de dúvida, para a elaboração de um excelente plano.

Fica aqui também um abraço do nosso Presidente, José Daniel Diniz, que é Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e preside atualmente a Andifes.

Eu creio, Senador, que nós precisamos de um plano que seja capaz de inspirar, capaz de motivar, de induzir as mudanças necessárias. Esse espírito de mudança deve estar compreendido nesse documento. Um documento de dez anos não pode virar uma peça burocrática; ele tem que ser algo que desafie as pessoas, que convide as pessoas para fazer efetivamente o engajamento nas questões centrais. E também, isso é o que eu desejo, que possa ver as coisas de forma mais ampla, atacando os principais problemas que predominam na sociedade, as grandes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desigualdades sociais, educacionais, as injustiças. Então, que seja um documento que inspire e que convide as diferentes entidades, os estudantes, os professores, os técnicos administrativos, a se engajarem, portanto, nesse processo de mudança. É necessária uma mudança efetiva do país.

Eu creio que – é uma coisa que nós mencionamos aqui, rapidamente, essa questão da coordenação, viu, Bruno? – é necessário ter um sistema de governança diferenciado. Hoje nós temos dados e evidências para tocar as políticas nacionais, tem muitos dados, muitas informações, e elas precisam estar a serviço de um sistema de governança nacional, não aquela que vai fazer o controle, mas aquela que vai garantir, portanto, a boa condução da política, as correções e os ajustes necessários.

Então fica aqui o meu agradecimento, em nome de todos os reitores e reitoras das universidades federais. Quero dizer que nós estamos à disposição para contribuir, obviamente, com esse belíssimo projeto, que é uma política de Estado, como todos aqui entendem e têm defendido.

Um abraço. Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço de novo a V. Exa., caro Reitor Alfredo Macedo Gomes, Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, representando a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes). Parabéns pelo trabalho, pela referência, como o senhor mesmo colocou, no ensino, na pesquisa, essencial, e os desafios que estão colocados também para as instituições federais de ensino.

Agradeço de novo a participação dos expositores e das expositoras, participações importantes, necessárias, instituições, entidades representativas, como eu já disse, de muitas pessoas pelo Brasil, professores, alunos, técnicos administrativos, centenas de entidades.

Agradeço também à Secretaria da Comissão, sempre presente, à Consultoria do Senado e também aos meios de comunicação do Senado, que estão levando esse debate de hoje para todo o Brasil, para que também vocês, que nos acompanham pelos meios de comunicação, possam contribuir permanentemente, não só com as perguntas – algumas delas foram lidas no dia de hoje –, mas com sugestões também que serão levadas em conta, contribuições que possam ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dadas pelas pessoas que amam a educação e querem que a educação seja prioridade absoluta em nosso país, da creche à pós-graduação, educação básica e ensino superior. Então sejam sempre todos e todas muito bem-vindos. Agradeço de novo.

E, nada mais havendo a tratar, declaro encerrado a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às dez horas do dia dezesseis de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Zenaide Maia, Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves, e ainda do Senador Oriovisto Guimarães, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, André Amaral, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Rosana Martinelli, Carlos Portinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 62/2024 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e da Senadora Janaína Farias (PT/CE); REQ 63/2024 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE), da Senadora Janaína Farias (PT/CE), e do Senador Flávio Arns (PSB/PR); REQ 64/2024 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR); e REQ 72/2024 - CE, de autoria Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA) e outros. **Finalidade:** 4ª Audiência do ciclo de audiências públicas para debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. **Participantes:** Sr. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Sra. Manuella Mirella, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); Sr. Allysson Queiroz Mustafa, Coordenador da Secretaria de Assuntos Educacionais e Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE); e Sr. Hugo Silva, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/16

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 16 de setembro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei 2.614, de 2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, em atenção aos Requerimentos de nº 62/2024, de autoria da Senadora Teresa Leitão e da Senadora Janaína Farias, Requerimento 63/2024, de autoria da Senadora Teresa Leitão, Senadora Janaína Farias e de minha autoria, Requerimento 64/2024, também da Comissão de Educação e Cultura, de minha autoria, e Requerimento 72/2024, de autoria do Senador Zequinha Marinho e de minha autoria.

Participam, de forma remota, os seguintes convidados.

A Srta. Manuella Mirella, já muito conhecida nossa, do Senado Federal e da sociedade, sempre participando nos debates relacionados à importância da educação no nosso país. A Manuella Mirella é Presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes).

Hugo Silva, que é Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Também muito bem-vindo, Hugo. Uma alegria tê-lo no Senado Federal, na Comissão de Educação e Cultura, para o debate do Plano Nacional de Educação.

Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, que é Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), também sempre muito atuante, presente e debatendo os desafios da área da educação. Muito bem-vindo, Heleno Manoel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Sr. Allysson Queiroz Mustafa, Coordenador da Secretaria de Assuntos Educacionais e Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino.

Portanto, na audiência pública de hoje, teremos a participação dos estudantes, Ubes e UNE, e a participação dos profissionais, trabalhadores, professores, também representados na área pública pelo Sr. Heleno e pelo Sr. Allysson.

Então, sejam muito bem-vindos.

Quero destacar também que esta é a quarta audiência pública relacionada ao Plano Nacional de Educação, e este Plano Nacional de Educação se encontra ainda na Câmara dos Deputados, para o debate necessário naquela Casa.

Porém, a Comissão de Educação e Cultura do Senado, como de praxe, vem se antecipando à chegada do projeto de lei ao Senado, já realizando os debates necessários. Haverá um conjunto de iniciativas através dos debates, audiências públicas até o final deste ano.

Quero lembrar que, no ano passado, a Comissão de Educação realizou dez audiências públicas. Não tínhamos ainda o projeto de lei do Executivo, havia o imperativo legal de ele ser enviado no ano passado, o que acabou acontecendo neste ano, mas foram feitas dez audiências públicas, com a participação, inclusive, das entidades e instituições que estão aqui presentes.

Para o público que nos acompanha pelo Brasil, quero dizer que todo o material das dez audiências públicas do ano passado se encontra à disposição no portal da Comissão, inclusive sumários executivos das dez audiências para aquelas pessoas que eventualmente desejarem fazer uma leitura mais rápida do conteúdo apresentado naquelas ocasiões. Inclusive, neste ano, também quero comunicar que estão disponíveis no portal da Comissão, mas também foram encaminhados por *e-mail* aos gabinetes dos Senadores e Senadoras membros da Comissão os sumários executivos da primeira, da segunda e da terceira audiências públicas destinadas a debater o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. Essas audiências foram realizadas nos dias 26 de agosto, 2 de setembro e 9 de setembro, portanto, hoje, 16 de setembro, é a quarta audiência pública.

Quero lembrar também que, além das exposições que teremos, sempre muito importantes, as pessoas que estão aqui representam milhões de pessoas. Basta dizer que a UNE (União

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional dos Estudantes) representa milhões de estudantes, assim como o Hugo, a Ubes, também a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, através do Hugo. Isso significa que são quatro pessoas a quem a gente agradece a presença, expositores e expositoras, também representando uma parcela significativa da nossa população.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, sempre transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que eventualmente forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até 15 minutos, com a tolerância no final para, caso seja necessário, encerrar o argumento, fazer o final da fala de uma maneira que não seja atropelada. Ao fim das exposições, teremos novamente a fala dos expositores para alguma manifestação a respeito do que foi dito, das perguntas que forem feitas.

Então, teremos um espaço bastante oportuno, adequado, junto com a sociedade, para debater essa grande proposta, que é o Plano Nacional de Educação, para uma década, um decênio, 2024-2034, que também vai orientar a elaboração dos planos estaduais e municipais de educação, dentro dessa riqueza da diversidade brasileira.

Muito bem. Passamos, então, em primeiro lugar, a palavra a você, Manuella Mirella, que é Presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes).

Obrigado pela presença.

A SRA. MANUELLA MIRELLA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador. Bom dia a todas as pessoas.

Queria agradecer e ressaltar a importância da realização desta audiência para um tema tão importante, que é o Plano Nacional de Educação.

Queria saudar todos os estudantes que estão nos assistindo em nome do nosso Presidente Hugo, Presidente da Ubes, que representa todos os estudantes secundaristas do Brasil, que são,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, parte fundamental – eu diria a maior parte – desse novo Plano Nacional de Educação voltado para a educação básica. A Ubes vai ter muito a contribuir.

Queria saudar aqui os outros debatedores na pessoa do Senador Flávio Arns, que é um grande parceiro nas nossas pautas da educação. Tivemos batalhas e vitórias importantes no Senado, desde a Lei de Cotas, a aprovação da Política Nacional de Assistência Estudantil, que nós conseguimos, com muita articulação, com muito debate, com audiências como esta, aprovar; e a nossa luta e compromisso seguem em defesa de uma educação libertadora, transformadora. Temos diversas pautas para apresentar, porque nós sabemos que é através da educação que a gente consegue transformar a realidade.

Queria saudar aqui, em especial, já que o tema é sobre o PNE, o nosso querido Heleno, com quem construímos, mas sob sua liderança, a Conferência Nacional de Educação, que resultou na construção de um documento base que guiou a construção desse novo Plano Nacional de Educação.

Nós sabemos que o último período, no nosso país, nos últimos anos, foi de desmontes e ataques à educação. Tivemos um número de evasão, desde a escola até a universidade, preocupante, fazendo com que o último plano aprovado não fosse cumprido nem pela metade.

Então, já queria reforçar que a importância da discussão desse novo plano, que é um documento importante, uma lei importante, para que a gente consiga garantir que as metas sejam cumpridas, é a garantia da sua efetivação, que o novo plano não seja, Senador, apenas um conglomerado de letras mortas que estão ali e que não são metas perseguidas.

Alguns pontos importantes do último plano, nesse novo plano, são reforçados, mas eu queria aqui dar algumas contribuições sobre a importância da nossa articulação e do nosso envolvimento, dentro das dificuldades que nós temos.

Sabemos que o novo plano vai passar dentro do Congresso. Que a gente consiga dialogar com muitos Senadores, dialogar com muitos Deputados, mas, aqui também nas bases do movimento estudantil, a gente tem se organizado para debater com os estudantes também as pautas fundamentais para esse novo plano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu já disse, na nossa conferência, a gente saiu com posições muito organizadas tanto em relação ao Plano Nacional de Educação quanto a pautas importantes e fundamentais. Eu queria ouvir o Heleno, porque sei que ele deve trazer aqui informações complementares desde o fim da nossa Conferência Nacional de Educação, conferência essa que foi um espaço muito democrático e participativo e conseguiu resultar nesse documento robusto ao fim e ao cabo, esse documento que foi enviado para o Congresso Nacional. Inclusive, estivemos presentes na reunião com o Presidente da República, o Ministro da Educação e outras lideranças também para debater a importância da nossa articulação dentro desse processo. Nós defendemos que o PNE, o novo Plano Nacional de Educação, precisa ter metas bem organizadas e estruturadas para que a gente consiga garantir a sua aprovação e, juntos, garantir a perseguição do cumprimento de suas metas.

Eu queria aqui, Senador, também ouvir os outros debatedores, porque vou pontuar e focar na educação superior. E aí não vou falar também tanto da pós-graduação – inclusive, queria deixar como sugestão convidarmos também para os debates o Vinícius Soares, que é Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos –, que é um dos pontos que vem crescendo, uma das áreas que vem crescendo nos últimos anos e que, nesse novo plano, também está inserida, mas queria aqui falar e reforçar a minha preocupação no que tange ao debate sobre a educação superior.

E eu queria também apresentar a minha preocupação sobre o ponto fundamental, que é uma pauta histórica e conquista do movimento estudantil, que são os 10% do PIB para a educação. Essa pauta está inserida, nesse novo plano, dentro de um conjunto voltado para a educação básica: então, o orçamento para a educação básica e a garantia dos 10% do PIB para a educação. Tenho para mim que pode ter havido algo ali na construção do plano, mas não fica muito claro. E a ideia é que a gente consiga garantir e destinar os 10% do PIB do nosso país para a educação pública como um todo.

E, já falando desse processo, eu queria também reforçar a nossa defesa, Senador, da importância de exaltar, investir, organizar, monitorar a nossa educação pública. Nos últimos tempos, no último período, a gente vem acompanhando – e me refiro ao ensino superior – um crescimento acelerado e preocupante das instituições de ensino superior privadas, situação essa, Senador, em que nós temos 86% do ensino superior brasileiro hoje concentrado no ensino superior privado. Mas, quando olhamos a produção de ciência, tecnologia e inovação do país,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

98% são concentrados na universidade pública. E esse dado nos traz e nos mostra a importância da discussão desse novo plano também atrelada à discussão das pautas da regulamentação do ensino superior privado. Nós da UNE estamos participando da comissão, dentro do Ministério da Educação, para debater a situação da EaD, a situação do ensino superior privado, mas nossa posição é uma só: nós não podemos dar mais espaço aos grandes tubarões do ensino. A gente precisa fortalecer e garantir a nossa posição de que dinheiro público precisa ser investido na educação pública. A gente precisa garantir! E quando eu falo de educação, não é só em relação ao conteúdo aplicado, mas digo também da assistência estudantil para garantir a permanência dos estudantes da universidade, o acompanhamento desses estudantes e algo que vem dentro nesse plano que é sobre a finalização do curso, desde que o estudante entre até a formatura, para que a gente consiga garantir que esses estudantes entrem, permaneçam e concluam seus cursos, dando o retorno à sociedade desse investimento que é feito.

Então, nós também estamos organizando, estamos nos debruçando sobre esse novo plano, na garantia de a gente conseguir aprovar um plano realmente democrático, voltado para o ensino superior, pensando no desenvolvimento do que é mais importante, que é a nossa universidade pública, que são nossos projetos de extensão, que é o nosso conceito de universidade atrelado à discussão do plano. A gente vem debatendo também uma reforma universitária, para que seja inclusive complementar a garantia do próprio cumprimento das metas desse novo Plano Nacional de Educação.

Ele traz um diagnóstico que nós já sabíamos, é um diagnóstico de que nós temos, no ensino superior, uma multidão de estudantes endividados, de estudantes que evadiram dos seus cursos, de estudantes que não querem ingressar ou não vão ou não podem ingressar no ensino superior e a gente precisa transformar esse cenário. E é por isso que o Plano Nacional de Educação é tão importante nesse processo, para guiar as nossas metas, para que a gente consiga garantir esse monitoramento, algo sobre a participação e a gestão democrática que também é incluída nesse novo texto, nesse novo plano, para garantir a nossa participação dentro desse processo.

Para nós das universidades, estudantes universitários, a gente vem sofrendo, Senador, ainda... E queria trazer aqui, de forma muito fraterna, as dificuldades de estar dentro da universidade. Eu queria trazer aqui relatos do caso da UFRJ, por exemplo. Não é a primeira vez que a gente vê vídeos circulando, mas além dos vídeos circulando, a realidade de tetos caindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aos pedaços, de restaurantes universitários que ainda não foram concluídos. Então, para que a gente consiga garantir a aprovação de um Plano Nacional de Educação estruturante, que vá desde orçamento, participação, desde o ingresso ao ensino superior, a permanência, que também é um tema trazido nesse plano, fruto inclusive da nossa organização, da nossa pauta, da necessidade e perspectiva da garantia da permanência dos estudantes na universidade, também a gente precisa voltar a estar atrelado a isso, para que a universidade consiga estar aberta, consiga garantir a estrutura mínima para que a gente tenha uma educação de qualidade.

Dentro dessa discussão, há a garantia dessa guerra que teremos, que é para a aprovação desse plano. Há 11 anos, a gente estava na luta pela aprovação dos 10% do PIB para a educação e, Senador, muitos Parlamentares achavam que era impossível a gente aprovar os 10% do PIB para a educação naquele momento. A gente foi ousado. E é uma característica do movimento estudantil ter essa ousadia, querer o máximo, a gente não se contenta com o médio, a gente não se contenta com o que é possível.

E nesse plano, a gente também está se organizando para apresentar, claro que defendendo pautas importantes que já estão inseridas no texto, a garantia da nossa ousadia, porque, quando se fala de educação, se fala de oportunidades, quando se fala de um plano robusto que garanta uma educação de qualidade, e que, daqui a dez anos, a gente garanta, Senador, que a gente se reúna, olhe para trás e fale: "Poxa, a gente conseguiu garantir a efetivação, o cumprimento de todas ou a maioria das metas desse novo plano construído com as nossas mãos". Então, de um lado, nós temos a ousadia, mas também apresentamos metas cujo cumprimento a gente consiga garantir. Então, a gente fica dentro desse processo.

Queria reforçar, Senador – e também queria ouvir aqui os outros debatedores –, o nosso compromisso com a aprovação de um Plano Nacional de Educação que consiga refletir a defesa de uma educação pública, gratuita, democrática, laica, inclusiva e de qualidade, mas que a gente consiga também garantir uma educação transformadora, transversal, emancipadora; que a gente consiga mudar o ambiente escolar; que esse estudante ingresse na universidade, que ele, se quiser, ingresse, com condições, na pós-graduação, que não seja uma condição dada, e sim uma escolha desse estudante; e que, a partir desse processo, ele consiga estar dentro, inserido no sistema educacional para contribuir com as transformações sociais. Nós sabemos bem o papel da universidade, que para nós é o combate à fome, às misérias, às desigualdades sociais; a elevação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da consciência das pessoas para, além da formação de bons profissionais, terem o compromisso com a nossa sociedade. É esse modelo de educação com que a gente segue com compromisso.

Então, queria reforçar aqui que a União Nacional dos Estudantes está debruçada sobre o tema do novo PNE, debruçada sobre o tema da necessidade da nossa organização. Nós sabemos que vai ser, repito, uma batalha árdua, porque nós temos hoje ainda uma sociedade polarizada, voltada ainda a debates muito rasos relacionados à educação. Nós vimos aí, no último período, ataques do próprio ex-Presidente da República à universidade pública, aos estudantes, trazendo um sentimento de descredibilização da universidade, da escola pública, de tudo que é nosso, mas, se nós os vencemos nas urnas no último período, agora teremos que travar um debate ideológico dentro da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, mas também nas ruas de todo o Brasil, um debate ideológico de que só através da educação nós conseguimos – e conseguiremos – transformar a realidade. Para transformar a realidade, é um grande exemplo o próprio Pé-de-Meia, que vai garantir a permanência de estudantes na escola e dar perspectiva para esses estudantes ingressarem no ensino superior.

E a nossa meta é que a gente consiga também, nesse novo plano, que já traz... Claro que, como repito, é um plano mais concentrado na educação básica, mas que a gente consiga também, dentro dos debates sobre o ensino superior, trazer também, reunir os nossos anseios com metas que a gente consiga cumprir para a garantia da construção de um ensino superior com qualidade.

Reforçamos a importância do investimento e destinação de recursos públicos para a educação pública e que a gente consiga, cada vez mais, dentro desse processo, aprovar um plano que consiga reunir, capitalizar todos os nossos anseios – ou a maioria deles, porque nós também sabemos que, no Plano Nacional de Educação, é importante que existam metas – que ele tenha suas metas, que sejam perseguidas e cumpridas –, mas que, dentro dessas ramificações que o plano traz, nós temos outras pautas que também complementam e garantem o cumprimento dessas metas. Então, são pautas que não estão inseridas dentro do plano em si, estruturadas ali no documento, mas com as quais a gente aqui do movimento estudantil também está muito comprometido – vou terminar – com esse processo para garantia de pautas que não estão inseridas, mas que consigam no todo, porque a educação não é vista de forma unilateral, a gente precisa garantir a construção da educação vista de todos os ângulos, a garantia de um Plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Educação verdadeiramente que reúna as nossas ideias e o nosso ideal de educação e de qualidade.

Então, Senador, eu queria reforçar aqui o nosso compromisso junto com a CNTE, com as outras entidades estudantis, dos movimentos sociais, professores e estudantes, sociedade civil, que são importantes nesse processo de participação social para garantia da aprovação do Plano Nacional de Educação do tamanho dos nossos sonhos.

Muito obrigada, Senador. Estou aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você, Manuella Mirella, Presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes). Como você falou, muitas pautas estão sendo sempre articuladas com os estudantes, e tem que ser assim, não há outro caminho a ser seguido. Lembro a aprovação da Política Nacional de Assistência Estudantil, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional.

E, para os internautas, as pessoas que nos acompanham pelo Brasil, quero lembrar que agora, neste momento, tivemos a perspectiva dos estudantes em relação ao ensino superior. Se os internautas olharem nas memórias de reunião, sumários executivos disponíveis no *site*, verão nas audiências anteriores a perspectiva das próprias universidades federais na representação, por exemplo, da Andifes, mostrando exatamente o que a Manuella colocou: a necessidade de investimento, o orçamento para custeio, que é inferior ao de anos atrás. Isso do ponta de vista das instituições.

Assim como agora na fala do Hugo Silva, que é Presidente da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas). A gente já teve a participação dos gestores estaduais, através do Consed, dos gestores municipais, Undime, também dos conselhos municipais de educação, conselhos estaduais. O próprio Conselho Nacional já esteve aqui presente também, o Heleno é membro do Conselho Nacional de Educação. Então, são perspectivas diferentes, e os estudantes que são os destinatários das políticas públicas, a sociedade, a família, os estudantes, os profissionais da educação, a sociedade brasileira, como a Manuella colocou.

Muito bom. Passo a palavra então a você, Hugo Silva, Presidente da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), lembrando que secundaristas é da creche, educação infantil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ensino fundamental, médio, jovens e adultos, profissionalização, modalidades, tudo aquilo que vem antes daquilo que a Manuella colocou, porque ela disse que ia se meter no ensino superior, não é?

Muito bom, Hugo, com a palavra.

O SR. HUGO SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, pessoal.

Primeiro, eu queria agradecer aqui o convite do Senado Federal e dizer a importância que é realizar esta audiência pública para a gente discutir o novo Plano Nacional de Educação. Queria cumprimentar aqui o Senador Flávio, que é esse Senador que sempre está junto com a gente nas nossas lutas, sempre apresenta e nos chama para apresentar a pauta dos estudantes no Senado Federal. Queria cumprimentar aqui também o Heleno Araújo, representando aqui os profissionais de educação, que são essenciais para a gente construir um novo modelo de educação no nosso país, que foi essencial na construção da Conferência Nacional de Educação, em que a gente pode apresentar algumas das principais pautas do movimento estudantil e dizer as perspectivas do futuro da educação no nosso país. Queria cumprimentar aqui também todos os estudantes que assistem a esta audiência pública, na pessoa da Manuella Mirella, Presidente da União Nacional dos Estudantes, nossa entidade-irmã. Queria agradecer por este espaço e dizer que os estudantes secundaristas têm travado uma gigante luta em todo o país.

A Ubes, nesse último período, nesses últimos dois meses, tem rodado a maioria dos estados do nosso país, apresentando a carta compromisso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas para as eleições deste ano, apresentando o que é importante para que a escola se mude, se transforme e se apresente com uma nova perspectiva.

E esse Plano Nacional de Educação é essencial para a gente ressignificar o papel que a escola cumpre hoje no país. A gente passou um longo período no Brasil com o novo ensino médio, a gente apresentou as contradições que esse modelo de escola que vinha sendo implementado apresentava para o nosso país, como as desigualdades eram reforçadas, como o combate à fome e o papel que a escola cumpria vinham sendo deixados de lado. Então, para nós, discutir nova perspectiva, discutir construção de uma nova escola é importante. A gente cansou aqui de falar sobre o passado, a gente cansou aqui de falar sobre não cortar um direito que a gente já tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conquistado. Agora a gente quer falar sobre coisas novas, sobre novos direitos, sobre um novo papel que a escola pode cumprir nesse período do Brasil.

Então, esse novo Plano Nacional de Educação é essencial para a gente apresentar esse novo papel, essa nova função que a escola precisa cumprir, e, como a gente apresentou inclusive na primeira reunião que a gente teve sobre esse Plano Nacional de Educação, a gente não pode deixar que esse plano morra, a gente não pode chegar daqui a dez anos apresentando que quase nenhuma meta foi cumprida. A gente precisa dizer que esse plano precisa ser seguido à risca, mas para isso a gente precisa fazer o que estamos fazendo hoje: recebendo a contribuição de todas as pessoas que estão envolvidas nesse processo educacional, sejam os professores, sejam os estudantes, sejam os profissionais de educação, que vivem o dia a dia da escola e da universidade e sabem o quanto a situação da escola pública e da educação pública brasileira tem andado. A gente viu que teve uma mudança na educação do nosso país no último período, mas que ainda, infelizmente, não foi suficiente para a gente resgatar esse papel que a escola cumpre.

Então, hoje, a gente tem algumas escolas ainda muito precarizadas, onde a estrutura da escola tem deixado a desejar, e para isso o Plano Nacional de Educação precisa discutir o orçamento para a educação, que é essencial para que essas metas sejam cumpridas. A gente não pode aqui deixar o Plano Nacional de Educação com metas muito importantes, mas que são um pouco difíceis de serem alcançadas se a gente não investir na estrutura da escola. Como a gente vai discutir aqui, por exemplo, a construção de uma escola do futuro, que tem a cara da juventude, se a gente não consegue investir, por exemplo, em conectividade em todas as escolas? Como a gente vai falar sobre a escola e o desenvolvimento nacional e o seu papel com ciência e tecnologia, se a gente não tem orçamento para investir nos laboratórios de ciência nas nossas escolas? Então, esse Plano Nacional de Educação é essencial, importantíssimo para a gente apresentar esse novo rumo para a educação no país, apresentar essa nova possibilidade para a escola pública brasileira.

Hoje, a gente tem uma escola estabelecida no Brasil que não tem a cara do estudante brasileiro. Temos pesquisas e dados que comprovam que os estudantes passam mais tempo na escola do que dentro de casa. Isso é muito importante. A educação salvou a minha vida, e eu espero que a educação continue salvando muitas vidas, que ela salve a vida desses estudantes que ficam mais na escola do que dentro de casa, mas como a gente vai manter essa galera dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da escola se hoje a gente tem uma escola que não acolhe as nossas necessidades, que não acolhe as nossas individualidades? Então, esse Plano Nacional de Educação precisa abordar a transformação total da escola.

Chega de as escolas parecerem presídios. A gente visita algumas escolas no Estado de São Paulo, por exemplo, em que existem mais grades do que bebedouros, do que quadros de escrever, do que livros, do que cadernos, porque a escola está toda enjaulada. E não é isso que a gente quer. A gente quer uma escola que esteja aberta para a comunidade, uma escola que esteja aberta para as nossas escolhas, que esteja aberta para nos receber. Então, a gente precisa que esse Plano Nacional de Educação também estruture aí o que vai ser a construção dessa escola com a nossa cara. É uma escola com cultura, é uma escola com esporte, é uma escola com produção de ciência e tecnologia, é uma escola onde a gente sinta vontade de estar.

Isso vai ser essencial para a gente apresentar a educação como uma possibilidade. Por conta desse período tenebroso por que a gente passou na educação no nosso país, com corte de orçamento, com o não investimento na escola pública, a gente passou por uma perda de perspectiva da juventude. Hoje, com a juventude que está na escola pública, se a gente passar em sala de aula hoje falando sobre quem quer fazer vestibular, quem quer continuar estudando, pouquíssimos vão levantar a mão. E a gente precisa fazer com que esse plano seja um plano que transforme isso. Que a gente apresente que a educação tem que ser uma possibilidade, tem que ser algo a ser avaliado por essa juventude; que a universidade, por exemplo, possa ser um caminho depois do ensino médio; e que o ensino médio precisa ser concluído. Iniciativas, por exemplo, para apresentar a educação como uma possibilidade viável são muito importantes. Isso só vai se dar a partir da transformação da escola pública. Então, o novo Plano Nacional de Educação é importantíssimo para isso, mas não vai se dar sozinho.

Essas discussões que a gente faz aqui são extremamente importantes, relevantes para esse cenário, mas a gente também precisa garantir que esse Plano Nacional de Educação seja cumprido nos estados. A fiscalização sobre esse plano e a manutenção desse plano são essenciais, e a gente precisa estar de olho também nos estados. Hoje, no Brasil, a gente tem muitos Governadores que não têm um compromisso com a educação. Hoje, a gente tem estados no Brasil em que os secretários de educação não escutam os estudantes, não escutam as demandas que a gente tem para a escola pública brasileira. Então, para nós, é muito importante que, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avaliar esse Plano Nacional de Educação, a gente também avalie a viabilidade desse plano nos estados. A gente tem enfrentado, Senador, uma grande luta não só em São Paulo, não só no Paraná, mas em todo o Brasil, em defesa da gestão democrática da escola. A gente quer uma escola que tenha qualidade, que tenha esporte, que tenha liberdade, que tenha cultura, e não é uma escola onde a gente normalize a violência como dia a dia da escola.

Então, hoje a gente tem iniciativas no Brasil que, ao invés de buscarem investir nessa estrutura, ao invés de buscarem investir na transformação dessa cara da escola, pelo contrário, fazem com que os estudantes se afastem cada vez mais da sala de aula; fazem com que a gente não tenha vontade de estar sentado numa cadeira e que entenda que a educação pode ser um caminho para gente, porque às vezes pessoas que vão estar do lado de fora nos oprimindo, nos batendo, nos matando, vão ser as pessoas que vão estar dentro da sala de aula dando aula.

Para nós, isso não pode ser normalizado, não pode ser a via de regra do nosso país. E é por isso que esse Plano Nacional de Educação também precisa abordar sobre a gestão democrática das escolas.

A nossa escola pública não pode dar espaço para o fascismo, para a violência, para a agressão, para a opressão. A nossa escola precisa ser o centro de apoio, a nossa escola precisa ser esse centro de acolhimento onde os estudantes tenham vontade de estar.

Então, por isso, a gente fala aqui que a gente acha muito importante esse Plano Nacional de Educação, que precisa ser construído, precisa ser apresentado para os estados com viabilidade para gente construir uma escola com a nossa cara.

Veja, não é qualquer escola que a gente quer. A gente quer a melhor escola. A gente quer uma escola onde a gente tenha a possibilidade de estudar espanhol, onde a gente possa ter a possibilidade de ter uma aula de teatro, de violão, onde a gente possa, com o tempo, ter escolas em tempo integral para que a gente consiga salvar a nossa juventude da violência dos estados, onde a gente consiga apresentar que a educação, que a universidade pode ser um caminho, porque a educação mudou a minha vida. E eu acho que a educação pode mudar muitas vidas ainda pelo nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero dizer que o nosso país só pode ser construído através da aula pública, através da universidade pública – e são essas as ferramentas principais de combate à desigualdade social. É na escola pública que a gente tem a maior quantidade de jovens hoje que podem, no futuro, ser a geração que vai pegar o Brasil pela mão e reconstruir este país. Por isso, a gente precisa investir agora, precisa garantir esse orçamento.

A gente não pode sair desta audiência sem, por exemplo, apresentar a necessidade de afirmar cada vez mais sobre o Plano Nacional de Educação em que a gente aprovou, há dez anos, os 10% do PIB para a educação. Esses 10% do PIB para a educação ainda é pouco para o tamanho dos sonhos que a gente tem, mas a gente precisa garantir que ele continue no plano.

A gente apresentou, desde a primeira reunião com o Presidente Lula, com o Camilo Santana, a necessidade de colocar isso no plano. E a gente conta aqui também com o Senado Federal e com todas as pessoas que estão assistindo a isto, a esta audiência, para que a gente consiga contribuir e apresentar que o orçamento da educação precisa ser prioridade neste momento do nosso país, que passa por reconstrução.

Então, queria agradecer aqui, Senador, pelo convite, e dizer que a Ubes conta com seu apoio aí na luta pela educação pública de qualidade e que você pode contar também com a Ubes para mobilizar muito estudante, colocar muita gente na rua para lutar pelos nossos direitos.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a você pela participação, Hugo Silva, que é Presidente da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas).

Quero dizer para todos os estudantes que o Hugo tem estado sempre na Comissão de Educação e Cultura, debatendo os assuntos no Plenário do Senado Federal, falando com Senadores e Senadoras, assim como a Manuella também, que é uma presença permanente. E isso é muito importante.

Então, é olharmos o Plano Nacional de Educação na perspectiva que o Hugo colocou, de termos uma escola que atenda as necessidades, os sonhos, os ideais e a perspectiva dos estudantes, que é essa educação integral de desenvolvimento do ser humano e, principalmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que seja uma escola "acolhedora", usando uma palavra sua – "acolhedora". Isso é muito importante.

E vamos trabalhar também para que cada escola tenha o seu grêmio estudantil. Assim, a escola, o grêmio, poderá debater permanentemente junto com a comunidade escolar. Eu acho que é uma educação política não partidária, mas política, de debate, de discussão, para empoderar os alunos e alunas para essa participação e o debate.

Muito bom. Eu lhe agradeço, Hugo. Depois lhe passo novamente a palavra.

Vamos escutar agora o Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, que é Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Quero destacar para as pessoas que o Heleno também é membro do Conselho Nacional de Educação e também Presidente do Fórum Nacional de Educação.

Só me permita, Heleno, na sua pessoa, cumprimentar a Vice-Presidente da CNTE, Marlei Fernandes, que é do Paraná, a Profa. Marlei, com quem a gente tem uma amizade e um respeito muito grandes, e também cumprimentar a Presidente da APP-Sindicato do Paraná, Profa. Walkiria, pessoa altamente dedicada, competente, batalhadora nessa área da educação. Então, há uma boa representação, inclusive do Paraná, junto à CNTE, e também na APP-Sindicato do nosso estado.

Com a palavra, então, Heleno.

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

Bom dia a todas as pessoas que nos acompanham, também já saudando os companheiros do Paraná, do sindicato estadual e dos municipais, filiados à nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Quero saudar o Senador Flávio Arns, a Senadora Zenaide Maia e também a autora da proposta deste debate, a Senadora Teresa Leitão. E, saudando os três, saúdo todos os demais Senadores e Senadoras que fizeram requerimento, para que a gente pudesse ter oportunidade de fazer debates sobre o Projeto de Lei 2.614, de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero saudar o estudante Hugo, e, ao saudar o Presidente da Ubes, quero saudar todos os estudantes da educação básica, em todas as suas etapas e modalidades, que são estudantes representados pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes). Quero saudar a Manuella e, ao saudá-la, também todos os estudantes e as estudantes da educação superior, que têm a representação da UNE (União Nacional dos Estudantes).

Quero cumprimentar o meu companheiro Allysson, dirigente sindical, Diretor da Contee, entidade que representa os trabalhadores e trabalhadoras da educação básica e superior de escolas privadas e de universidades privadas, que também participa da luta histórica em defesa da educação pública em nosso país. Não é, Allysson? Essa também é a luta da Contee, que é forte, junto conosco, por muitos e muitos anos, desde o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, nos anos 80, com a inserção na Constituição Federal de 1988 e na LDB de 1996.

Essa referência que nós temos – a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – é importante porque, aqui no Brasil, a primeira vez que a Constituição Federal determinou que a educação tivesse um planejamento decenal, fosse planejada dez anos para frente, foi em 1934. A Constituição de 1934 já determinava isso, mas eu estou sempre dizendo, Senador Flávio Arns, que a nossa geração conseguiu implementar aquilo que a Constituição de 1934 já apontava como uma necessidade para o nosso país na perspectiva de planejar a educação.

Nós só conseguimos aprovar a primeira Lei do Plano Nacional da Educação, mesmo com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 dando prazo de um ano para que a gente tivesse um Plano Nacional da Educação, em 2001 – 2001 a 2011 –; e, depois, conseguimos aprovar o segundo Plano Nacional da Educação, 2014 a 2024.

Mas a Manuella, na fala dela, colocou muito bem. Consideramos importante ter este momento histórico de constituir dois planos de educação, mas não conseguimos a implementação desses dois planos de educação que nós conseguimos conquistar em nosso país.

Creio que essa construção que nós tivemos de dois planos de educação nos ajuda a ter uma avaliação para entender por que não foram implementados e o que significa agora ter um projeto de lei tramitando o Congresso Nacional para um terceiro Plano Nacional de Educação. E todas as falas aqui nossas são no sentido de que tem que ser um plano que agora saia do papel. Não pode continuar tendo planos sem ser implementados em nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero tratar aqui, neste tempo inicial, das diretrizes e dos objetivos que o Projeto de Lei 2.614, de 2024, indicam para o futuro. Relacionado a isso, questiono a ausência de leis e de ações que ajudem a implementar o Plano Nacional de Educação.

Nós observamos nas diretrizes que é indicado, para os próximos dez anos, ter uma visão sistêmica para a educação brasileira, pensar a educação da creche até a pós-graduação. E as diretrizes colocam isso de forma a ter uma pactuação federativa.

Então, a questão inicial que coloco é como, Senador Flávio Arns, Senadora Zenaide, nós vamos conseguir essa pactuação federativa e fazer essa visão sistêmica com a ausência da Lei do Sistema Nacional de Educação?

Essa Lei do Sistema Nacional de Educação foi indicada lá em 1988; foi dado um prazo de um ano para que ela pudesse existir e garantir o processo de colaboração e cooperação entre os entes federados.

Ter um Plano Nacional de Educação não significa implementar de cima para baixo. Vamos ter que ter planos estaduais, planos municipais, e a política acontece nos municípios. É ali que estão as escolas, as universidades, os institutos federais; é ali que acontece a vida das pessoas.

Então, se o Plano Municipal de Educação não for elaborado de acordo com as realidades locais, com o diagnóstico preciso e implementado, jamais alcançaremos o Plano Estadual de Educação nem, tampouco, o Plano Nacional de Educação.

Quando você traz as diretrizes de uma visão sistêmica, pensada da creche à pós-graduação, nós estamos dizendo que a União tem deveres com a creche, a União tem deveres com a pré-escola, com o ensino fundamental, com o ensino médio. Como está essa participação, como está essa interação, essa cooperação entre os entes federados, principalmente a União, que tem a maior arrecadação, para a gente garantir a implementação do que nós estamos colocando como objetivos, como metas, como estratégias para o próximo Plano Nacional de Educação?

Uma outra diretriz que chama a atenção é a questão da intersetorialidade, a qual também nós apontamos nesse processo e ainda não conseguimos. Eu tenho uma leitura de que, devido à ausência da lei de Sistema Nacional de Educação, nós não conseguimos fazer intersetorialidade com outras áreas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os psicólogos escolares são importantes para a educação? Sem dúvida; não temos dúvidas disso. A assistente social é importante, o fonoaudiólogo é importante, os bibliotecários são importantes são importantes para a educação? Sem dúvida que são e participam ou trabalham na perspectiva de intersetorialidade, que precisa ser marcada por regras e atribuições para cada espaço.

Nós não podemos descaracterizar uma das diretrizes ou um dos objetivos colocados para a gente, que é a valorização dos profissionais da educação, simplesmente trazendo esses profissionais para dentro do art. 61, da LDB, e caracterizá-los como profissionais da educação.

Onde fica a intersetorialidade que estamos indicando nas diretrizes do plano, se a gente tem leis fazendo esse movimento? Se a gente já disse que 30% do Fundeb é para pagar psicólogos e assistentes sociais? Se a gente diz que 70% é para pagar para todos os trabalhadores da educação, independentemente da sua formação? Como nós vamos alcançar o objetivo do plano, se a gente tem leis que trabalham na perspectiva de não estimular essa valorização, essa formação?

Ainda tratamos, nas diretrizes, de desenvolvimento social, cultural e econômico. A questão que fica é: como vamos desenvolver a questão social, cultural e econômica com a política fiscal que vive o país?

No ano passado, do Orçamento da União – repito, que é o ente federado que mais arrecada – 43,3% foram para pagamento de juros e amortizações da dívida – dinheiro que foi para a mão de banqueiros, que a cada três meses lucram bilhões e bilhões de reais. Para a educação foram destinados 2,97%. Se olharmos o investimento que foi feito em 2023, ele foi maior que em 2014, mas, se olharmos para 2024, houve uma redução na perspectiva do orçamento. Por quê? Porque aquele pagamento de juros e amortizações das dívidas também aumentou para 45,2%, ou seja, o dinheiro da riqueza que nós produzimos no nosso país vai para a mão de poucos.

Então, como nós vamos desenvolver e implementar a política, se a gente não tiver recursos para fazer os investimentos necessários? Temos 68 milhões de pessoas, com 18 anos de idade ou mais, que não concluíram a educação básica. Para essas pessoas voltarem para a escola, precisamos de mais escolas, mais salas de aula, mais concursos públicos, mais profissionais, mais investimento em pessoal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De onde saem esses recursos, se, no ano passado, a previsão de investimento foi de 2,97% do Governo Federal e, para este ano, a previsão é de 2,84%? Por mais que sejam mais recursos do que os últimos quatro anos do governo passado, mas ainda é pouco para a gente definir e alcançar essas diretrizes que estão apontadas dentro de uma conjuntura difícil.

A gente aponta a perspectiva das diretrizes em respeito à liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar, de divulgar a cultura, o pensamento, a arte, o saber, com base no pluralismo de ideias e concepções. Como enfrentar isso com um grupo de direita e da extrema direita colocando mentiras o tempo todo no processo eleitoral e atacando os trabalhadores da educação, como a Manuella muito bem lembrou aqui?

Nas diretrizes, nós também apontamos a necessidade de garantir a qualidade da educação, a equidade da educação. Como fazer isso, Senadores, Senador Flávio Arns, se até hoje nós não conseguimos regulamentar o Custo Aluno Qualidade para a educação básica, previsto na nossa Constituição Federal desde 2007? E nós não conseguimos regulamentar o financiamento adequado para a educação básica, da creche até o ensino médio e suas modalidades.

Nós tivemos, no Conselho Nacional de Educação, a elaboração, junto com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, de um parecer, de uma resolução do conselho para regulamentar o Custo Aluno Qualidade, que ficou no Governo Federal, depois foi devolvida ao conselho, e até hoje não foi regulamentada.

Então, se não tivermos essa seriedade, se não tivermos o financiamento adequado, corremos o risco de ter mais um projeto, uma lei do Plano Nacional de Educação no papel, sem perspectiva da sua implementação, porque todos os elementos das diretrizes apontadas – a gente fazia análise do projeto da implementação –, a integração do monitoramento, a avaliação, a sua implementação, vão ficar apenas com os relatórios do Inep – que nos fez até hoje o relatório –, constatando que não há implementação e não há um redirecionamento dessa política para garantir o processo da sua implementação.

Além disso, também é importante lembrar que as diretrizes apontam promover os direitos humanos, o respeito à diversidade e a sustentabilidade socioambiental, e aí nós temos carência de um projeto de lei, porque, como foi citado aqui, o documento final da Conae, Edição Extraordinária de 2024, serviu de base para esse processo de formação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos, nas diretrizes, a questão da sustentabilidade socioambiental, e, depois, num conjunto de objetivos de metas, a sustentabilidade é citada só mais uma vez. Ou seja: não tem um objetivo, não tem uma meta...

A questão socioambiental, depois de citada nas diretrizes, é citada só mais quatro vezes, complementando um conteúdo sem um objetivo claro, direto, objetivo, para essa demanda climática que estamos sofrendo.

Com as chuvas intensas ou com a seca intensa, com essa queimada que está acontecendo, como é que nós vamos preparar a nossa juventude, os nossos estudantes, para enfrentar esse novo processo da vida do planeta, com tudo que está acontecendo, água demais na Europa, fogo demais aqui no Brasil? Como fazer isso, se não tiver um projeto apontando caminhos para fazer esse debate e essa discussão?

Então, é nessa perspectiva que, ao levantar as diretrizes e o objetivo, que fala de garantir o pleno direito à educação – ainda temos 1 milhão de crianças entre 4 e 17 anos fora da escola –, superar o alfabetismo... O projeto aponta para superar o analfabetismo daqui a 15 anos, daqui a 10 anos. Ou seja, quando você olha para o objetivo, em uma década é para acabar com o analfabetismo, em um país que tem um educador que criou uma metodologia que alfabetizou 300 pessoas em 40 horas, por que vamos levar dez anos para alfabetizar 11 milhões de pessoas? Esse movimento parece que a gente faz de forma automática, bota no automático o objetivo, mas não pensa que há possibilidades de a gente reduzir esse tempo, porque nós estamos protelando isso a cada dez anos nesse processo.

Além da questão da consolidação da gestão democrática, quando o projeto insiste na questão da meritocracia, quando o exercício da cidadania e o exercício da democracia se fazem com o voto direto na escola, com as crianças com 10 anos, 11 anos aprendendo a votar em um diretor de escola, sabendo que é um projeto para a escola, então, esse exercício de cidadania e de democracia nós poderíamos consolidar no material e não só repetir o processo de consolidação em que a gente está com base na meritocracia.

Da valorização dos profissionais da educação também já falei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, o objetivo também do plano é aumentar o investimento público em educação. Então, não basta apenas, e já provamos isso, botar 10% do PIB daqui a dez anos ou remeter o custo aluno para mais cinco anos para a frente. Eu acho que agora a gente tem que pensar em como implementar o que nós já consolidamos nas leis e em que instrumentos são necessários para ajudar nessa implementação.

Muito obrigado, Senador, pela atenção e pelo convite também para estarmos aqui neste momento.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Nós que agradecemos a você, Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação). Muito claro, muito bom! Parabéns!

Eu acho que essa compreensão do plano nacional, a estruturação, as interfaces, a intersetorialidade, lembrando a necessidade do Sistema Nacional de Educação, a regulamentação do CAQ (Custo Aluno Qualidade), que, inclusive, foi colocada na mudança do Fundeb – constitucionalmente também está lá colocado –, para as pessoas pensarem... Eu sempre procuro também popularizar o termo, dizendo: olha, do que nós achamos que uma escola precisa? Precisa de biblioteca, precisa de quadras de esportes, precisa de água potável, de saneamento, de eletricidade, de interconectividade, de acesso, de merenda, de professores e profissionais concursados. Se alguém quiser ir para a área da educação – eu sou professor também, já fui professor do ensino fundamental, do ensino médio, do ensino superior –, tem que ter carreira, tem que ter salário. Isso aí é muito importante.

E quanto custa isso? Isso é o Custo Aluno Qualidade, e nós queremos qualidade. Quanto custa um aluno na creche? Tem menos professores, mais atendentes, menos crianças no grupo? Quer dizer, isso é o Custo Aluno Qualidade. Eu acho que todos nós no Brasil temos que nos deter nisso. Quanto é que custa isso? Eu até diria, vou tirar a palavra custo: quanto é que a gente tem que investir para que isto aconteça como uma necessidade de desenvolvimento do país?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é muito importante. A educação tem que ser prioridade absoluta e a gente tem que olhar. Se há prioridade em alguma coisa, vamos olhar no orçamento. O orçamento é que vai dizer se é prioridade ou não, como o Heleno procurou colocar também de uma maneira muito mais clara.

Obrigado, Heleno Araújo, da CNTE.

Passo em seguida a palavra você, Allysson Queiroz. Fiquei um pouco na dúvida: Mustafa, "Mustafá"? Coordenador da secretaria...

O SR. ALLYSSON QUEIROZ MUSTAFA (*Por videoconferência*.) – "Mustafá".

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – "Mustafá"?

O SR. ALLYSSON QUEIROZ MUSTAFA (*Por videoconferência*.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Então me desculpe, Allysson Queiroz. É que, assim, aqui eu fiquei na dúvida na hora.

Allysson Queiroz Mustafa, Coordenador da Secretaria de Assuntos Educacionais e Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino.

Seja bem-vindo, em primeiro lugar.

Com a palavra, então, Allysson.

O SR. ALLYSSON QUEIROZ MUSTAFA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia a todas e todos.

Muito bom dia, Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal; muito bom dia, Senadora Zenaide Maia; muito bom dia, parceiros aqui de luta, Manuella Mirella, com quem estivemos, inclusive, na nossa tão... Foi uma luta árdua conseguir uma audiência com o Ministro Camilo Santana da nossa parte, depois de mais de 40 requerimentos feitos ao longo do ano de 2023; por ocasião da Conae, conseguimos estar com o Ministro, fomos atendidos por ele e por sua equipe, numa boa conversa – a Manuella estava lá com a gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bom dia, Hugo Silva, Presidente da Ubes; muito bom dia, companheiro desde sempre e para sempre Heleno Araújo, da CNTE, que é também nossa entidade irmã, representando ali os trabalhadores em educação do setor público – nós da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino representamos aqueles que atuam no setor privado de educação, tanto na educação básica quanto no ensino superior.

Agradeço, em nome da nossa confederação e dos cerca de 1,5 milhão de trabalhadores que nós representamos, a oportunidade de estar aqui, nesta audiência pública, nesta Comissão do Senado, nesta tão importante Comissão, que é a Comissão de Educação.

Primeiramente, eu gostaria de dizer justamente da importância de estarmos aqui, trazendo uma perspectiva, um viés que em geral, por vezes, parece até um tanto negligenciado, que é tratar sobre as questões atinentes ao setor privado na educação.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, lá no capítulo para educação, especificamente no art. 209, que o ensino privado é permitido no Brasil. É permitida a atuação da iniciativa privada na educação nacional, desde que respeitadas ali as diretrizes estabelecidas pelo poder público.

Eu começo por aí justamente para dizer da necessidade, no debate sobre o Plano Nacional de Educação para esse próximo decênio, 2024-2034, considerando que a gente espera que ele seja ainda discutido e votado neste ano de 2024, da importância de a gente trazer para a luz aquilo que diz respeito a alguns temas que são caros à nossa confederação, objeto, por exemplo, de uma campanha que a gente lançou desde o ano passado, que é a da regulamentação do ensino privado no Brasil.

É óbvio que nós sabemos que já existem legislações, como a própria LDB, que tratam daquilo que concerne também ao setor privado e que ele está obrigado a cumprir as diretrizes públicas, mas a gente tem uma compreensão de que essa regulamentação precisa ir além, sobretudo quando a gente fala daquilo que foi uma grande realidade do ensino superior no Brasil, de cerca de 15, 20 anos para cá, quando houve um *boom*, um crescimento significativo, inclusive por conta do investimento público via Fies, especialmente ali na década de 2000 e no início da década de 2010. Depois houve um refluxo desse financiamento via Fies, que gerou inclusive outros problemas dentro do ensino superior privado no Brasil, mas a gente teve um crescimento muito significativo porque havia a disponibilidade de investimento público na educação privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu faço um breve parêntesis para já dizer – e o Heleno já fez essa reflexão por nós, o que é muito salutar – que, na Contee, a confederação que eu aqui represento, embora nós representemos trabalhadores da educação nos estabelecimentos de ensino e, portanto, estejamos falando daqueles que labutam dentro do setor privado de educação, a nossa defesa, por princípio, é da educação pública e da centralidade da educação pública no Brasil, da educação pública gratuita, laica, socialmente referenciada, de qualidade, com investimento necessário para isso. E a gente inclusive defende também, como princípio, que dinheiro público vá para a educação pública. Mas o setor privado de educação existe há longo tempo e também precisa ser cuidado sob a perspectiva de quem trabalha, e que somos nós. Eu sou professor, mas tem também todos os técnicos administrativos que fazem parte da nossa confederação e que trabalham cotidianamente para tornar possível a educação privada no Brasil.

Quando a gente pensa no plano, é necessário pensar que esse plano precisa trazer a definição. E acho que a boa e melhor oportunidade é que, na própria discussão do Plano Nacional de Educação, se discuta o Sistema Nacional de Educação já aqui abordado, mas num sistema nacional de educação que, para além de trazer a possibilidade de cooperação entre os entes federados, traga também a necessidade de colocar o setor privado a serviço da educação nacional. Há uma bandeira histórica da nossa confederação que diz: "Educação não é mercadoria", e nós temos assistido a uma mercantilização da educação que disputa inclusive o orçamento público da educação. E, sobre esta mercantilização, nós apresentamos, durante a Conferência Nacional de Educação, um colóquio falando justamente – a nossa visão obviamente, mas ali colocado o debate – da questão da regulamentação. E houve um aspecto interessante porque, em todos os dados que trouxemos sobre o ensino superior privado, nós apontamos para uma curiosidade: onde é que nós estamos acessando os dados para pensar hoje o que acontece no ensino superior privado no Brasil? Nos jornais e nas revistas especializados em economia, não em educação.

Por quê? Porque nós estamos falando de uma mercantilização. Aliás, já até superamos o período que nós chamávamos de mercantilização e hoje a gente fala de financeirização da educação; de conglomerados, alguns deles, inclusive, poucos que são responsáveis por mais da metade das matrículas do ensino superior privado, sendo que o ensino superior privado no Brasil responde por um pouco mais de 85% das matrículas do ensino superior de modo geral. Ou seja,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está nas mãos do ensino superior privado uma quantidade muito significativa, uma fatia muito significativa desse bolo que é a educação superior privada no Brasil. E esta lógica, que se iniciou no ensino superior, vem hoje para a educação básica.

Nós temos, na educação básica, a formação de conglomerados de oligopólios, para usar uma expressão conhecida por todos nós, de oligopólios dentro da educação privada agora na educação básica, com grupos que estão adquirindo dezenas, centenas de escolas Brasil afora e obviamente interferindo naquilo que a gente chamaria de uma maior disponibilidade, de um maior estoque, tanto de propostas pedagógicas quanto de postos de trabalho. Porque, no final das contas, a gente teve agora recentemente, no mês de junho, a finalização de uma grande aquisição, na educação básica, em que um grupo chamado SEB, que é uma cisão do grupo COC, adquiriu um outro grupo que já era gigantesco, com mais de 300 unidades do Brasil, que é a Maple Bear. Eu estou falando da educação básica. Esse grupo, portanto, se torna um gigante na educação nacional, com mais de 500 escolas Brasil afora que estão subordinadas a ele.

Esses grupos têm ação na Bolsa de Valores, por isso a gente fala de financeirização da educação. Esses grupos têm investidores, então a gente está falando de uma educação privada que deixa de focar propriamente na educação e naquilo com que ela pode contribuir para um projeto de país, e passa ela mesma a construir um projeto paralelo de país, disputando, inclusive, o orçamento público, fazendo *lobby* dentro do Congresso Nacional.

O debate sobre o Plano Nacional de Educação precisa também considerar isso. De que maneira, nesse novo plano, nós vamos conseguir garantir que o setor privado de educação, por um lado, tenha a liberdade que lhe é garantida pela própria Constituição, mas, por outro lado, esteja subordinada ao interesse público da educação. Porque a educação é algo de interesse público, é algo de interesse nacional, não é algo que pode ficar subordinado às demandas de mercado.

A gente, inclusive, tem uma certa dificuldade de falar da ideia de mercado, dessa mercantilização, junto com a ideia de educação, por entendermos que elas trazem uma contradição em si mesmas. A educação atende a interesses coletivos, muito mais amplos e muito mais republicanos. Quando a gente fala de mercado, a gente está falando de interesses privatistas. Então, a discussão do plano precisa trazer esse elemento como também importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, além disso, a discussão da lei do plano precisa resgatar... E o companheiro Heleno aqui também já trouxe algo nesse sentido, e a garotada que representa aqui os estudantes, tanto em ensino superior quanto na educação básica, de algum modo também traz isso.

É preciso resgatar e garantir a centralidade daquilo que foi produzido na Conae extraordinária de 2024, porque, inclusive, a Conae é fruto de um investimento público também: você traz a sociedade civil para discutir os temas que estão ali através dos sete eixos da Conae, para discutir os temas que são caros à educação, que vão estruturar a educação, com debates amplos em todas as etapas, nas etapas municipais, nas etapas estaduais, nas etapas regionais, porque houve etapas que foram ali juntadas por regiões, nos estados. Se a gente fez o esforço da produção de uma conferência – de uma conferência grande, bonita, plural –, é preciso que aquilo que esta conferência produziu seja o norte, seja o centro do debate, da lei que virá para garantir o Plano Nacional de Educação. Então, há determinadas lacunas, que são percebidas no projeto de lei, que, de algum modo, esvaziaram temáticas que foram abordadas durante as conferências, durante a Conferência Nacional, nas suas várias etapas, e que precisam ser corrigidas no processo de construção de disputa, de debate para a formulação do Plano Nacional propriamente dito.

Nessa ideia de discutir sobre a formação do PNE (Plano Nacional de Educação), resgatando esse tema tão caro que a gente colocou aqui, que é a necessidade da regulamentação, é preciso resgatar um outro que é a questão da valorização. E a valorização perpassa o debate também sobre ela no setor privado de educação. Existe, por exemplo, uma lei, que é uma lei nacional, do piso nacional do magistério, mas a lei é muito clara em dizer que ela trata do piso nacional do magistério público. Ela não trata... Diferentemente do que aconteceu com os profissionais da área de saúde, mais especificamente com enfermeiros, enfermeiras e auxiliares, que a lei trata também do piso nacional para estes que atuam no setor privado também, na educação nós não tivemos isso. Nós temos o estabelecimento de uma lei nacional, que é a lei do piso, mas ela não afeta o setor privado.

E o que isto acarreta? Bom, a gente pode entender que, no setor privado, ele está lá como parte de uma lógica de mercado, que a gente tanto critica: as escolas, as faculdades podem livremente estabelecer seus preços, como podem livremente estabelecer seus salários, desde que não afetem pelo menos o salário mínimo. O problema é que a hora do salário mínimo é R$6 e uma fração. Nós estamos vivendo no Brasil, no setor privado de educação, lugares em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores de educação, sejam professores, sejam técnicos administrativos – mas aqui eu vou falar mais diretamente até da condição dos professores –, trabalham, muitas vezes... Por sermos horistas, por termos um regime diferenciado, não obrigatoriamente somos contratados por 40 horas e, muitas vezes, o trabalhador trabalha sem receber sequer o salário mínimo ao final do mês. Para que ele atinja esse salário mínimo, ele precisa prestar serviço, trabalhar em duas, três, quatro, cinco escolas, para juntar um pouquinho de cada uma e chegar a um valor minimamente decente para a sua sobrevida.

Então, também entendemos que há uma necessidade – e, de repente, a discussão sobre o Plano Nacional de Educação nos permite abrir caminho para um debate que vá além – de também discutir a precarização que existe hoje também no setor privado, porque é enganoso.

Durante muito tempo se acreditou – e eu já completo – que o setor privado de educação, como setor privado de qualquer maneira, em qualquer área, oferece sempre condições melhores, e essa não é uma verdade. Na educação, eu diria que o comum é exatamente o contrário. Há uma precarização por conta de salários muito rebaixados, de excesso de trabalho, e a gente pode aproveitar a discussão do Plano Nacional de Educação para trazer à luz um debate também sobre isso.

Então, a Contee prima pela ideia de que há uma centralidade daquilo que foi produção da Conferência Nacional de Educação, portanto o documento referência, recepcionado pelo Ministério da Educação, deve trazer a centralidade do debate. Aquilo em que a gente identifica que houve omissão ou retirada na apresentação do projeto de lei precisa ser resgatado dentro das Casas Legislativas: a necessidade do estabelecimento do Sistema Nacional de Educação, a necessidade da inclusão e das obrigatoriedades relativas ao setor privado de educação, resgatando a ideia da educação como um bem público maior, como algo de interesse nacional e algo que, portanto, não pode ficar subordinado aos ditames do capital, à lógica de mercado.

Então, é isso que a Contee neste momento traz como contribuição para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você, Allysson Mustafa, muito didático também, muito claro. Parabéns pela exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só lembrando para as pessoas que nos acompanham pelo Brasil que nós temos três setores: o primeiro setor é o público; o segundo setor é o privado, particular, que tem donos; e o terceiro setor é o comunitário, confessional, filantrópico, sem fins lucrativos. Eu sempre coloco três diferenças básicas entre o segundo, que é o privado, particular, e o terceiro, e que estão no Código Tributário Nacional. Primeiro, se houver resultado financeiro positivo no segundo setor, esse resultado, esse lucro vai para o proprietário, para o dono, para a pessoa física ou jurídica, ou seja, tem gente que recebe esse lucro. No comunitário, confessional, filantrópico, isso tem que ser reinvestido nos próprios objetivos da entidade. A segunda diferença é que, no primeiro setor, se um dia a entidade deixar de existir, a venda do patrimônio se reverte para os proprietários, a venda da escola, do auditório, seja lá o que for, se reverte para os proprietários. Quando uma entidade comunitária, confessional, filantrópica deixa de existir, todo o patrimônio tem que ir para o poder público ou para uma entidade congênere. São diferenças significativas. Isso para o pessoal entender as diferenças também.

Nesse sentido, o resultado financeiro tem que ser reinvestido, o patrimônio tem que... Na verdade, é a mesma coisa que uma santa casa. Se a gente perguntar de quem é a santa casa, quem é o dono da santa casa? Não existe um dono da santa casa, é a comunidade. Inclusive nós temos que regulamentar sempre também de uma maneira que essa participação da sociedade seja valorizada.

Mas o Allysson Mustafa foi muito claro, nessa exposição, nessa preocupação que perpassa por todas as pessoas sobre essa importância da educação, que deve permear todos os caminhos, todas as alternativas, em particular, ou a parte privada, assim, no segundo setor. Também é essencial que se observe o que o Allysson acabou de colocar muito bem; aliás, quero parabenizá-lo novamente pela fala.

Lerei algumas perguntas que vieram dos internautas.

Américo, do Amazonas, fez a pergunta: "Quais são as principais inovações propostas no novo [...] [Plano Nacional de Educação] em relação ao plano anterior?".

João, de São Paulo: "Como essas metas serão avaliadas e acompanhadas?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Yris, do Ceará: "O novo [...] [Plano Nacional de Educação] traz metas claras para a redução das desigualdades educacionais entre as regiões do Brasil?".

Jacyara, do Rio Grande do Norte: "Como o Plano Nacional de Educação incorpora as bibliotecas escolares, os profissionais bibliotecários e as políticas públicas de leitura?".

Melina, de Minas Gerais: "Como será feita a estruturação dos Núcleos de Atendimento à Pessoa com Necessidades Educacionais Específicas da rede federal?".

Também o Gustavo, do Pará: "As ações de extensão universitária contribuem para a formação humanista dos estudantes. Investimentos nesses projetos estão previstos?".

Layane, do Amazonas: "De que forma o Governo [...] [pretende] apoiar os professores e as escolas para o novo cenário da educação inclusiva no Brasil?".

Sophia, de São Paulo: "Quais [...] indicadores que serão utilizados para monitorar o cumprimento das metas do plano e como os resultados serão divulgados?".

São perguntas que vieram e que farão parte do sumário executivo, porque algumas delas já foram respondidas, para outras haverá o debate ainda também, e haverá outras audiências públicas, inclusive por sugestão do Senador Esperidião Amin, que inclusive levanta a mão para se manifestar, no sentido de que a gente tenha debates específicos sobre educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, profissionalização, universidades, avaliação, monitoramento. E nas audiências anteriores foi abordada, inclusive, de maneira interessante, clara, a necessidade da governança – chamada assim – do Plano Nacional de Educação, do monitoramento, da avaliação.

E o Heleno, inclusive, colocou claramente, o que também está relacionado às perguntas, as diretrizes do Plano Nacional que vão ser concretizadas lá no município, no estado. São diretrizes que têm que... Não é o Governo Federal ou o Plano Nacional que vai dizer especificamente o que deve acontecer no município. Por isso, é importante todos estarem atentos à elaboração dos respectivos planos lá na ponta, no município, nos estados, para que estejam em sintonia, obviamente, com o Plano Nacional de Educação a ser aprovado. É por isso que nós estamos fazendo o debate – por enquanto, é um projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra, antes de passar aos expositores e expositoras novamente – expositora, pois é a Manuella que está aqui presente –, ao Senador Esperidião Amin, membro também da Comissão de Educação e Cultura.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Presidente, em primeiro lugar, meus cumprimentos ao amigo, mais uma vez, pela proficiência, pela dedicação e pelo zelo em desenvolver esse ciclo de palestras e audiências públicas antes mesmo de o projeto de lei estar sob a nossa direta responsabilidade. Acho que isso é uma providência necessária, até para que a gente já consiga iluminar o tema antes mesmo de ele chegar, com o texto da Câmara, ao nosso exame.

Eu queria chamar a atenção para duas observações.

Primeiro, além do que eu já tinha reportado e o prezado amigo já ressaltou, eu acho que essa questão de realçar a temática da questão da audiência – por exemplo, ensino médio, especialmente o profissionalizante, que foi o exemplo que eu dei – hoje... E acho que a penúltima ou a antepenúltima pergunta, indagação feita pela internet, uma indagação remota, versava sobre avaliação e formas de divulgação da avaliação. Eu creio que foi a penúltima pergunta ou a antepenúltima talvez, de São Paulo... Eu não gravei foi o nome...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Eu repito até a pergunta, caro amigo: "Quais [...] indicadores que serão utilizados para monitorar o cumprimento das metas do plano e como os resultados serão divulgados?".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Exatamente essa a pergunta, que eu considero crucial, porque todas as minhas sugestões feitas ao Plano Nacional de Educação, que nós aprovamos em 2014, todas elas versaram sobre avaliação periódica. E a pergunta especificamente sobre indicadores para mim é mais instigante ainda, porque tudo que eu pude estudar em pós-graduação, seja em mestrado, seja em doutorado, foi versando sobre indicadores.

E hoje nós vemos que muitos estados estão obtendo nos indicadores atualmente utilizados uma regressão! Aqui mesmo, em Santa Catarina, vários municípios hoje enfrentam uma regressão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou seja, ao invés de uma melhora, há uma piora nos indicadores de desempenho. E isso tem que ser objeto de uma intervenção da governança, da chamada governança. Quando a gente cria um indicador, é para alertar, corrigir, caso a evolução não seja satisfatória, e para premiar. Esse foi o sentido também do projeto de lei que eu apresentei para o aperfeiçoamento do FNDE, que o FNDE tivesse, tenha indicadores de desempenho como forma de premiar o desempenho dos municípios e, no caso de desempenho insatisfatório, estabelecer um mecanismo de estímulo à correção, mas premiação e correção decorrem da existência dos indicadores.

Então, eu queria pôr em relevo essa questão que o amigo, inclusive, gentilmente repetiu, como um dos tópicos que nós devemos focalizar para dar eficácia à avaliação – todos nós pretendemos que o sistema educacional se imponha –, à qual ele deve se submeter, portanto.

No mais, mais uma vez, eu quero agradecer o esforço, cumprimentar o esforço que V. Exa. está fazendo; e acompanhar aqui dentro do possível a reunião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço, Senador Esperidião Amin, sempre presente, atuante, muito respeitado na Comissão e no Senado Federal.

Quero dizer o esforço que nós estamos fazendo – porque há requerimentos para a realização dessas audiências de vários Senadores, Senadoras –, é um esforço sempre coletivo. As coisas dão certo na vida se, coletivamente, formos competentes para realizá-las.

Passo em seguida a palavra, em primeiro lugar, para a Manuella Mirella, Presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes), para a complementação que desejar fazer também.

A SRA. MANUELLA MIRELLA (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador.

Começou uma obra aqui do lado, não sei se vai atrapalhar, mas queria...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Está tranquilo.

A SRA. MANUELLA MIRELLA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Está tranquilo, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria, de antemão, parabenizar a realização desta audiência. Tenho certeza de que não será a última, porque um tema tão complexo e fundamental para o nosso país precisa ser debruçado. A gente do movimento social vem se debruçando sobre as discussões desse tema há algum tempo. A ideia agora é que a gente consiga, dentro do próprio Congresso, como já falei aqui no início da minha exposição, e na sociedade civil, conseguir garantir a aprovação de um plano que reúna de verdade os nossos anseios.

Senador, o senhor falou em algumas perguntas, eu não peguei todas, não anotei todas, mas eu queria reforçar que a construção desse novo Plano Nacional de Educação vem da base do documento organizado pela Conferência Nacional de Educação.

Claro que com algumas novidades, mas quero reforçar que esse processo de participação – que vai desde a Conferência Municipal à Conferência Estadual que resulta, e que deságua na Conferência Nacional – é um processo democrático, de organização, de construção, e que a gente perseguiu. Quando eu falo de perseguição e organização desse documento, é que a gente reuniu de pesquisadores a professores, a estudantes, para conseguir sintetizar no documento os nossos anseios.

Sobre os padrões de qualidade, o Inep liberou o Painel de Monitoramento do último PNE com 56 indicadores do último plano. Nesse novo plano – e é um ponto fundamental –, esse monitoramento é para que a gente não só aprove um novo plano, mas para que, daqui a dez anos, olhe para trás e: "Ah, não atingimos". Então esse acompanhamento e monitoramento anuais são fundamentais para que a gente consiga garantir o cumprimento dessas metas.

Eu queria reforçar aqui que foram muito felizes o Allysson, o Heleno e o Hugo em suas falas, que acho que complementam bastante a nossa ideia de defesa de que esse novo plano traz novidades, como a qualidade do ensino, a própria governança, a gestão democrática, e traz também temas fundamentais sobre a permanência dos estudantes na universidade, na escola, temas que não eram abordados com muita especificidade no último. Então, a gente tem a garantia do acompanhamento do ingresso, da permanência e da conclusão. A nossa meta também, em relação à universidade, é que os egressos também consigam acessar o mercado de trabalho, mas contribuam também para a construção das transformações sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para concluir, Senador, digo e repito que nós entendemos a relevância e a importância desse Plano Nacional de Educação para as transformações sociais do nosso país. Nós sabemos que o último período foi de muitos ataques, que hoje a sociedade ainda assim sofre com resquícios desse processo, e que nós precisamos garantir um plano que seja relacionado não ao governo específico, mas que seja um plano robusto a ser perseguido em qualquer gestão. Que a gente consiga garantir, inclusive, a participação dos estados, dos municípios; a participação estudantil, da comunidade escolar, da comunidade acadêmica, porque a gente sabe que só assim a gente consegue debater a educação que a gente tanto deseja.

Nós, do movimento estudantil, ainda estamos, inclusive, debruçados sobre esse novo plano, que é um plano extenso, que foi enviado para o Congresso Nacional, para que a gente consiga, inclusive, se inserir nesse debate, nesse processo, para garantir que a gente aprove um plano que avance. Nós não podemos permitir, Senador, que um novo plano seja aprovado com metas com que a gente dê passos para trás, com metas com que a gente não coloque a educação na sua centralidade, como prioridade.

Não vou repetir aqui o que foi dito no início, mas esses elementos que a gente trouxe sejam reunidos num plano de que o Brasil precisa. A gente sabe e defende a educação dos nossos sonhos na garantia de uma educação de que o nosso povo precise, de uma educação democrática e emancipadora. E tenho certeza de que, a partir da luta e da garantia da aprovação de um plano, dentro desses processos e medidas, a gente vai conseguir também, alinhado a essa aprovação – já concluo – garantir também outras pautas que não estão inseridas no Plano Nacional de Educação, mas são pautas que dizem respeito ao orçamento, porque sem orçamento não tem condições de que mais da metade das metas, senão quase todas, não conseguirão ser atingidas.

Se a gente não atrelar o debate da garantia de um plano que atinja e reúna o que nós necessitamos para o Brasil a um orçamento robusto, a gente não conseguirá tirar leite de pedra, bem como outros temas que já coloquei aqui.

Então, eu queria reforçar o nosso compromisso, Senador. Nós, enquanto União Nacional dos Estudantes, movimento estudantil organizado, nossos DCEs, nossos DAs, nossas entidades estaduais, estamos debruçados sobre este processo tanto da discussão do orçamento para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ensino superior e para a educação do ano que vem, que é um tema, Senador, inclusive, que está nos preocupando muito, como a garantia da construção e aprovação do Plano Nacional de Educação do jeito que o Brasil precisa no próximo período.

Fico à disposição.

Queria saudar aqui todos os debatedores. Contem com a União Nacional dos Estudantes para espaços como este e outros fora daqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos, Manuella Mirella. Seja sempre muito bem-vinda tanto na Comissão de Educação e Cultura como nas demais Comissões, sem sombra de dúvida, e no próprio Senado Federal. Parabéns pelo trabalho!

O Hugo Silva, Presidente da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), pediu para se justificar pela ausência nesta parte final – ele já usou da palavra anteriormente – em função de compromissos que ele não conseguiu adiar.

Passo em seguida a palavra ao Presidente da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), Heleno Manoel Gomes Araújo Filho.

Com a palavra, Heleno.

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, mais uma vez, Senador.

Vamos tentar fazer aqui um passeio nas questões levantadas pelas pessoas que estão nos acompanhando.

Quanto à pergunta sobre as principais inovações, nós temos, como a Manuella já se referiu e o Allysson também, o documento final da Conae, que serviu de base para a elaboração do projeto de lei. Mas também o Ministério da Educação preparou um grupo de trabalho interno, que fez um debate e criou o processo da problematização como forma de encontrar uma maneira de elaborar o projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós temos de diferente do atual plano para o futuro é que ele foi trabalhado com 18 objetivos. Desses objetivos, foram distribuídas metas, chegando a 54 metas e pouco mais 234 estratégias dentro desse conjunto.

Se observarmos em termos de conteúdos, os conteúdos não mudam muito com relação ao passado, o anterior, porque ele não foi implementado, mas é mais um processo de estrutura diferente para tentar alcançar esses objetivos.

Com relação ao combate às desigualdades regionais, o tempo todo ele traz esta linha da equidade e da tentativa de combater as desigualdades a serem apontadas nas diretrizes, mas é bom lembrar que o anterior fazia uma referência às Regiões Norte e Nordeste por ainda serem regiões com maiores dificuldades de acesso, de permanência, de conclusão dos estudos. Esse atual foge a essa referência, mas tem este objetivo de combater as desigualdades.

Na questão da avaliação, indicadores, monitoramento e divulgação, acho que mantém a estrutura do atual. É um processo com a Comissão de Educação do Senado, a Comissão de Educação da Câmara, o Conselho Nacional de Educação, o Fórum Nacional de Educação e o Ministério da Educação, através do Inep, produzindo relatórios de monitoramento, que tem a responsabilidade de fazer avaliação, de apontar os indicadores, de trazer o monitoramento para esse processo. Cada um, no seu *site*, vai fazer o processo de divulgação dos seus resultados. Então, ele mantém a mesma estrutura do atual plano, que, agora, segue até dezembro de 2025.

Na questão dos atendimentos, há várias questões colocadas. É importante colocar – acho que tem duas questões sobre educação especial e educação inclusiva – que o projeto tem um objetivo específico para essa educação inclusiva e educação especial: o objetivo nove, que trata especificamente desse tema, com quatro metas e com 25 estratégias voltadas à questão da educação inclusiva e da educação especial.

Na questão específica – e o Senador Flávio Arns, após terminar a leitura das perguntas, me fez referência –, nós vamos entrar em detalhes específicos da estrutura das condições, a partir também dos planos municipais e estaduais de educação.

Por exemplo, se a gente procura no texto plano "sala de leituras", não vamos encontrar nenhuma citação sobre sala de leituras. Talvez isso seja específico e trabalhado lá no plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

municipal de educação, a partir das diretrizes apresentadas. Quando você procura, como foi perguntado, sobre bibliotecas, nós temos uma citação no processo do plano. E, sobre o profissional bibliotecário – sobre o qual também foi perguntado –, nenhuma citação é colocada nesse processo.

A Estratégia 6.6, que tem o objetivo da educação integral em tempo integral, traz um conjunto que cita a questão da biblioteca, mas também começa com o que eu levantei no início da conversa, ou seja, como fazer o processo. A Estratégia 6.6 diz:

> Instituir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios [isso retoma a questão da Lei do Sistema Nacional de Educação, porque também é um processo de cooperação], programas para a construção, a ampliação e a reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas [que é a única citação que tem no projeto de lei], auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros, mobiliários e outros equipamentos que visem garantir uma proposta pedagógica que promova o desenvolvimento integral dos estudantes, consideradas suas necessidades e características, prioritariamente em escolas que atendam estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, negros, indígenas, quilombolas, do campo, e com deficiência.

Então, esse elemento é citado aí. Eu acho que, a partir daí, como o Senador Flávio Arns colocou, vamos ter que desdobrar melhor nos planos estaduais, distrital e nos planos municipais de educação.

Mais uma vez, muito obrigado pelo convite, Senador Flávio Arns.

Um forte abraço a vocês que estão aqui na sala conosco e a todas as pessoas que nos acompanharam e que dialogaram conosco nesta manhã de hoje.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Nós que agradecemos a você – permita-me chamá-lo assim –, Heleno Araújo, Presidente da CNTE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembrando, inclusive, para os internautas, que às vezes vêm perguntas da educação infantil, do ensino fundamental, como o Senador Esperidião Amin colocou, da profissionalização, ou especificamente como é que vai acontecer essa governança, esse acompanhamento, esses dados, essas orientações.

Eu quero dizer que por enquanto nós estamos na sistemática de compreensão do plano – as interfaces, as intersetorialidades, o estado, o município –, mas nós, na sequência, teremos audiências públicas específicas para cada nível e modalidade, desde a creche até a pós-graduação, que é o objetivo da educação – lá no mestrado, no doutorado, no pós-doutorado.

Então, às vezes, as perguntas vêm relacionadas a uma fase ou a outra, ou a uma coisa muito específica que estará lá no município. No Brasil, com uma diversidade tão bonita, tão enriquecedora, muitas coisas os municípios do Norte vão fazer muito diferentes daquelas que os do Sul vão fazer, mas com uma diretriz nacional, uma orientação específica, a ser concretizada numa determinada realidade.

Passo, em seguida, a palavra ao Allysson Mustafa, saudando você...

Já disse da forma didática como já se manifestou o Allysson, que é Coordenador da Secretaria de Assuntos Educacionais de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino.

O SR. ALLYSSON QUEIROZ MUSTAFA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador, obrigado pelo elogio quanto à organização da fala...

Eu acho que o Heleno já trouxe aí alguns pontos importantes, abordando sobre a própria estrutura do que está no PL, no Projeto de Lei 2.614, agora, de 2024...

Tem um aspecto que é interessante, porque, de fato, embora num formato um pouco diferente, há uma parte importantíssima: mais da metade do conteúdo desse novo plano é basicamente uma atualização do conteúdo do antigo plano. E por que razão a gente está simplesmente naquilo que foi estabelecido na Conferência Nacional de Educação, na Conae? A gente está requentando os argumentos e tudo o mais? Não. É porque nós temos a compreensão de que, infelizmente, aquilo que foi estabelecido como metas para o plano anterior, na sua grande maioria, não foi alcançado. Então, a gente não pode abandonar aqueles itens. A gente precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reafirmá-los e reforçá-los, trazendo para esse novo plano agora, porque compreendemos que aquilo precisa ser implementado, as questões de universalização, de acesso, de carreira, de permanência, as questões relativas aos estudantes... Tudo isso precisa ser mantido, porque precisa ser, finalmente, garantido. Então, tem que estar nesse plano novo.

Não é interessante se for novidade. É interessante pensar, inclusive, por que, politicamente, nessa quadra histórica que a gente está vivendo, nós precisamos carregar coisas do plano anterior para este: porque não fomos capazes, enquanto sociedade, capazes, enquanto poder público, de garantir a implementação do que já estava ali estabelecido.

Como novidade, eu diria que o que aponta neste novo plano e que precisa ser aprofundado – uma dessas coisas já foi trazida aqui pelo Heleno – é a questão da educação inclusiva, mas pensar educação inclusiva no seu sentido amplo. Não é apenas pensar inclusão no sentido dos alunos que são portadores de deficiência ou com algum tipo de comprometimento do ponto de vista cognitivo. Não é isso. É para além disso, educação inclusiva num sentido muito mais amplo: pensar as questões de gênero, pensar as questões raciais como parte de uma educação inclusiva.

Segundo, isso precisa ser fortalecido neste plano, inclusive para aquilo que diz respeito à assistência aos estudantes, ao que é direito desses estudantes, mas aquilo também que servirá de suporte para os profissionais de educação darem conta dessa necessidade.

O segundo tema, e ele, de fato, não está... Eu diria que ele está subdimensionado, mas a realidade se impõe, e, quando eu falo de realidade, eu estou falando de uma realidade muito concreta e do momento atualíssimo, que são as questões de natureza ambiental, que a gente precisa trazer para dentro da definição do Plano Nacional de Educação de maneira mais consistente, de maneira mais contundente, porque pensar educação como projeto de país perpassa pensar a educação como verdadeira promotora de cidadania, e as questões de ordem socioambientais são imperativas para nós neste momento. Nós vivemos um momento em que o Brasil está como centro de questões próprias do que se convencionou chamar de emergência climática. Essas questões precisam ser trazidas para dentro do Plano Nacional de Educação, como precisarão, em algum momento, subsidiariamente, ser trazidas para dentro das discussões das diretrizes da educação nacional. E esses temas, que são temas candentes, são temas que estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na ordem do dia, que são objeto de debate dentro da educação, precisam também vir para dentro dela como forma estruturante da educação no Brasil.

Então, eu creio que, para além das questões outras, há uma questão que não é nova, mas que precisa ser atacada de uma forma muito contundente também. Quando a gente fala de carreira, quando a gente fala de carreira docente – e aí eu fiz aqui a reivindicação de que aquilo que for decidido no plano, sobretudo dentro da lógica de um Sistema Nacional de Educação, esteja... (*Falha no áudio.*) das mesmas diretrizes.

Quando a gente fala de carreira, quando a gente fala de permanência – porque já temos hoje um problema no Brasil com a carreira docente não sendo atrativa, temos um déficit de formação de profissionais da educação –, com a educação tendo a centralidade que tem, a gente não pode esperar que se transforme num problema maior do que já é no Brasil a carreira docente, a garantia de formação de professores, o fortalecimento das licenciaturas, tendo na carreira um atrativo. Se nós não tivermos a coragem necessária de atacar isso nesse plano, podemos perder um tempo precioso e ver um problema se instalar diante do Brasil, que é a oferta de professores formados com qualidade para atender as necessidades da educação nacional em todos os níveis. Então, isso também precisará ser discutido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço de novo.

Allysson Mustafa, seja sempre também muito bem-vindo à Comissão, ao Senado Federal, representando uma confederação tão importante também.

Quero dizer também que recebemos mais algumas perguntas que deixaremos na Comissão para que, na oportunidade própria, a nossa secretária da Comissão e o grupo, que faz um trabalho tão bom e tão importante, possam já separar e encaminhar para as pessoas também. Algumas já foram, de alguma forma, respondidas, porque o objetivo principal dessas primeiras audiências é nos inteirarmos, no contexto do Plano Nacional de Educação, da importância do plano, da necessidade, da continuidade ou não do plano anterior – é essa a reflexão, inclusive, que o Alysson acabou de fazer sobre esse assunto. São perguntas muito importantes. E a gente sugere, inclusive, que as pessoas continuem mandando as perguntas para a própria Comissão de Educação. Serão encaminhadas da maneira mais adequada para os expositores e expositoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só leio mais algumas.

José, do Paraná: "A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) atual possui muitas lacunas no que se refere à área de línguas estrangeiras. Como o novo Plano Nacional de Educação atuará no desenvolvimento desse aspecto?".

Maxwell, Minas Gerais: "Como conciliar a necessidade de inserção do estudante ao mundo do trabalho e a tendência de expansão do ensino integral?", o que também foi abordado pelos expositores.

Milton, de São Paulo: "Quando serão realizadas mudanças no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para que ele atenda as novas diretrizes da educação básica, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular?".

Kerolaine, de Pernambuco: "Como resolver [...] [o problema] da desvalorização do professor, principalmente da educação básica, de que os jovens não querem ser professores [ou professoras] no Brasil?". É um debate que, nessa hora específica só de valorização da carreira docente, dos profissionais da educação, vamos ter que fazer. Eu concordo inteiramente com a Kerolaine.

Maria, do Mato Grosso do Sul: "Como o Plano Nacional de Educação 2024-2034 combaterá a evasão escolar no ensino médio e quais ações tornarão essa etapa mais atrativa e conectada ao mercado?". Olhar, inclusive – não é, Maria? –, o projeto de lei que foi aprovado pelo Congresso Nacional tratando especificamente do ensino médio, da profissionalização, da carga horária, da Base Nacional Comum Curricular, com essa preocupação de tornar, através dos itinerários formativos, mais atrativa e conectada ao mundo do trabalho.

Rita, de São Paulo: "O novo plano terá conteúdos relacionados ao autoconhecimento, dada a importância de primeiro conhecer sobre si e depois sobre o mundo?", lembrando também a Rita de que existe um outro documento que eu considero bem interessante, que é Educação na Pandemia e está disponível também no *site* da Comissão de Educação, em que esta área do apoio, do conhecimento, da interface entre saúde, educação, da promoção da saúde mental está relacionada ao autoconhecimento também. Isto sempre foi levantado, Rita, em todas as audiências públicas: a importância de dar sustentação à saúde mental, promover a saúde mental

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de professores, profissionais, alunos, famílias. Isso tem que fazer parte realmente do processo educacional como uma demanda da sociedade nos dias de hoje.

Eu quero agradecer novamente à Manuella, parabéns; ao Heleno, sempre presente; ao Hugo, que esteve com a gente também; ao Allysson.

É importante a gente dizer também para os que nos acompanham que, na segunda-feira da semana que vem, teremos uma nova audiência pública, será a quinta audiência pública.

Quero agradecer à Andréia e a toda a infraestrutura da Comissão de Educação, à Consultoria, aos meios de comunicação do Senado que transmitem esta audiência pública para o Brasil, convidar e incentivar as pessoas a fazerem as perguntas e termos...

Em função do novo plano, façam a leitura, discutam o plano, o texto enviado pelo Governo, pelo Executivo ao Congresso Nacional.

E que a gente possa até ter todas as dúvidas e perguntas já organizadas, na Comissão, para entregar para os expositores antes das audiências públicas. Isso até facilita também, mas podem acontecer durante a audiência pública, porque serão valorizadas da mesma maneira.

Muito obrigado aos expositores e à expositora. Agora, no singular, não é, Manuella?

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de novo e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e doze minutos do dia vinte e um de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Giordano, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato e Eduardo Gomes, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Rodrigo Cunha e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1271, de 2019 - Terminativo - que: "Acrescenta o art. 71-A à Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, conferindo livre acesso nos eventos públicos e privados aos agentes ou comissários de proteção da infância e juventude." Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta; pela rejeição da emenda nº 1-CE (substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4256, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar o porte de arma aos agentes de segurança socioeducativos, e dá outras providências." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1665, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para vedar o acesso de crianças e adolescentes a exibições artísticas inadequadas." Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES). Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Sugestão n° 25, de 2020 - Não Terminativo - que: ""Regulamentação do uso adulto e autocultivo da maconha"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: Pela rejeição da sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Sugestão n° 8, de 2021 - Não Terminativo - que: ""Fim do Alistamento/Serviço Militar Obrigatório"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: Favorável à sugestão, na forma da proposta de emenda à Constituição. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2875, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre requisitos mínimos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acessibilidade em praias." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao projeto, com as emendas nºs 1 a 4-CDR. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3394, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para garantir, de forma gratuita, a pessoas transgêneros o direito à retificação de seu prenome e sexo, e dá outras providências." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela aprovação do projeto na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 8 - Projeto de Lei n° 565, de 2022 - Não Terminativo - que: "Qualifica a exposição de crianças e adolescentes sob guarda de pais ou responsáveis legais brasileiros a situações de violência doméstica em país estrangeiro como situação capaz de submetê-los a grave risco de ordem física ou psíquica, nos termos do Artigo 13 da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1328, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, para incluir abrangência à discriminação por origem, gênero, contra pessoas com deficiência ou de qualquer natureza." Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES). Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 71, de 2023 - Não Terminativo - que: "Susta os efeitos da Portaria GM/MS n° 230, de 07 de março de 2023, a qual "Institui o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde - SUS"." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - Projeto de Lei n° 1944, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022, que dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento, para dispor sobre a prevenção ao afogamento infantil" Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO). Relatoria: Senadora Jussara Lima (*Ad hoc*), substituiu Senador Izalci Lucas. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: O Presidente designa a Senadora Jussara Lima como relatora "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela aprovação do Projeto com a Emenda n. 1 - CDH. ITEM 12 - Sugestão n° 3, de 2021 - Não Terminativo - que: "Qualifica o Agente da Autoridade de Trânsito" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Margareth Buzetti (*Ad hoc*), substituiu Senador Izalci Lucas. Relatório: Pelo arquivamento da sugestão. Resultado: O Presidente designa a Senadora Margareth Buzetti como relatora "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pelo arquivamento da Sugestão. ITEM 13 - Projeto de Lei n° 1838, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1990, para determinar a vedação em escolas ao uso de banheiro e vestiário destinados a sexo diferente daquele do usuário." Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES). Relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 - Projeto de Lei n° 2198, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana) e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social) para instituir mecanismos de inclusão das famílias responsáveis pelos cuidados da pessoa com transtorno do espectro autista." Autoria: Senador Zequinha Marinho (PL/PA). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 15 - Projeto de Lei n° 2835, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para vedar a dedução de contribuições a projetos culturais que contenham conotação sexual, erótica ou discriminatória envolvendo ou direcionados a crianças e adolescentes do imposto de renda das pessoas físicas." Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto e pela rejeição das emendas nºs 1-T e 2-T. Resultado: Adiado. ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 2, de 2024 que: "Requer, em aditamento ao Requerimento nº 41/2023-CDH, seja incluída a Senhora Tauany Micheli Dill e a Senhora Ana Carolina Peck Mafra, como participantes na audiência pública que irá discutir o Projeto de Lei nº 503/2020, do Senador Ciro Nogueira." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: Adiado. ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 3, de 2024 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a " Liberdade de Consciência "." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: O requerimento foi aprovado. ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 4, de 2024 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de lançar " O Plano de Equidade de Gênero e Raça - PEGR do Senado Federal "." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: O requerimento foi aprovado. ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 5, de 2024 que: "Requer a realização de Audiência Pública sobre "o direito popular de incluir projetos de lei em pauta de votação (SUG 22/2020)"" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: O requerimento foi aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 20 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 6, de 2024 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, na cidade de Lucas do Rio Verde-MT, no dia 15 de março de 2024, com o objetivo de discutir prevenção, enfrentamento, desafios, legislações e políticas públicas de combate a violência contra a mulher." Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT). Resultado: Com autorização do Plenário, a matéria foi incluída na pauta. A autora corrigiu o requerimento, oralmente, a fim de fazer constar que o objetivo é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realização de uma diligência, não de uma audiência pública. Na sequência, foi aprovado o requerimento com a devida correção. Às onze horas e vinte e quatro minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Nelsinho Trad. Às onze horas e trinta e um minutos o Senador Nelsinho Trad devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/02/21

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes dos itens de pauta, quero informar aos Senadores e Senadoras que os requerimentos apresentados extrapauta serão apenas lidos, e a votação ocorrerá somente na reunião deliberativa seguinte – a não ser que seja um acordo total do Plenário com esta Presidência, o que é possível. A Senadora falou comigo inclusive. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a Senadora Margareth Buzetti pediu para mim a possibilidade, porque dificilmente a gente abre, a não ser que seja uma questão – e eu acho que é importante – de suma importância; senão a gente bota na sessão subsequente. Então, está com a palavra para explicar o seu pedido.

As mulheres têm maioria aqui, sempre têm maioria. Olhem o Plenário aqui. Se for para o Plenário, elas já ganharam. (*Risos.*)

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente, pela oportunidade de defender o relatório desse requerimento que eu encaminhei a esta Comissão, que é para levar uma audiência pública ao interior de Mato Grosso, onde aconteceram vários crimes de feminicídio. E a gente gostaria de mostrar que esse povo daqui, que nós, Senadores e Senadoras, nos importamos com essa pauta e queremos levar ao conhecimento dessas mulheres que existe, sim, uma maneira de protegê-las.

Em Mato Grosso, nós criamos a Superintendência de Políticas Públicas para as Mulheres, o Ser Família Mulher e a Coordenadoria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e Vulneráveis, para que façam esse trabalho. Então, é um trabalho em rede que eu acho muito importante.

Por isso, eu gostaria, se possível, de aprovar esse requerimento extrapauta, porque seria dia 15 de março já.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora eu sou obrigado a aprovar. É a data mais bonita, sabe por quê?

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – É o seu aniversário? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela pega logo, viu? Ela pegou logo.

Primeiro, eu pergunto ao Plenário se alguém é contra... Pela importância do tema – ela me explicou no Plenário, inclusive – e a gravidade do fato que tem acontecido lá do feminicídio. Eu já estou a par, eu sou totalmente a favor e pedi que a senhora viesse aqui hoje, inclusive, e fizesse a exposição, como já o fez.

Eu pergunto ao Plenário se alguém é contra que seja colocado extrapauta. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Não há ninguém contra.

Eu vou, de imediato, ler o requerimento e vamos em colocar em votação. E a senhora pode fazer os comentários que entender adequados para o momento.

Vamos ao requerimento da Senadora Margareth Buzetti.

EXTRAPAUTA

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 6, DE 2024

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, na cidade de Lucas do Rio Verde-MT, no dia 15 de março de 2024, com o objetivo de discutir prevenção, enfrentamento, desafios, legislações e políticas públicas de combate a violência contra a mulher.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT)

No dia 15 de março, estou frisando bem.

Senadora Margareth Buzetti, para defender a aprovação do seu requerimento.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para encaminhar.) – Presidente, obrigada.

Quando uma mulher liga na TV Senado e vê que existe o 180 para ligar, que existe o auxílio-moradia para ela sair de perto do marido; quando entende como funciona uma medida protetiva, ela pensa: "Espere aí, temos uma saída".

O combate à violência doméstica é diferente do combate ao crime organizado. Uma quadrilha pode ser monitorada, pode ter o telefone grampeado, escuta e até agente infiltrado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas o que acontece dentro de quatro paredes não tem como prever, a não ser que a gente aja em rede, protegendo essas mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Margareth Buzetti, pela explicação que deu e que já havia me dado no Plenário. Eu senti, pela sensibilidade e pela emoção até com que V. Exa. falava comigo, que era procedente o seu requerimento, por isso pedi que hoje a senhora aqui estivesse para fazer a defesa. E o fez rapidamente.

Eu pergunto até mesmo à Senadora Jussara Lima se ela quer comentar alguma coisa.

Assim, sim, é o feminicídio que está acontecendo de forma covarde lá no estado.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Para discutir.) – Quero cumprimentar o ilustre Presidente, o Senador Paim, e a Senadora Margareth Buzetti. E quero dizer para ela que realmente é uma causa que a gente tem que abraçar, abraçar assim com toda a garra, com muita seriedade, porque é algo que nos perturba muito, é algo que nos aflige bastante. A gente vê tantas mulheres sendo mortas em pleno século XXI, e aí a gente fica a pensar: "Meu Deus, o que podemos fazer?". Podemos nos juntar, homens e mulheres de bem que querem fazer a diferença no nosso país, justamente ajudando essas mulheres que tanto precisam, que estão ali ao lado, às vezes, dos seus agressores.

Outro dia, Senadora Margareth, eu estava vendo uma imagem de um homem sufocando uma mulher. Eu fiquei... Eu quase não consegui dormir de ver aquela imagem tão horrível. E a pessoa que filmou deveria ter tido a coragem de denunciar, quer dizer, teve a coragem de filmar, mas não teve de chamar a polícia. E é isso que nós estamos aqui para debater.

E o Senado Federal precisa abraçar essa causa, porque é uma causa de nós mulheres, não é a causa só das mulheres que vivem sofrendo nos seus lares, que vivem sendo maltratadas, mortas. É uma causa nossa. Nós precisamos nos juntar, como eu sempre falo, de mãos dadas, Senadora Margareth, para que possamos realmente encontrar uma solução para tanta coisa triste em relação a nós mulheres.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria só de falar, para que as pessoas entendessem, que nós temos várias cidadezinhas, como Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Sinop. Então, o que aconteceu? Em Sorriso, houve um crime em que o cara ficou observando uma mulher e as suas filhas. E ele matou a mãe e as três filhas. Estrangulou e estuprou, inclusive, a mais nova, de dez anos. Foi uma barbaridade que aconteceu.

Eu participei da abertura do Congresso de Segurança em Lucas do Rio Verde. É uma coisa muito triste que a gente vê. Em Lucas do Rio Verde, não; em Sorriso foi o congresso. E, agora, em Lucas, a gente está querendo levar – e vamos conseguir levar – essa audiência pública, porque houve também... Esse cara tinha estuprado uma mulher em Lucas e fugido. Ele estava foragido. Ele tinha matado uma mulher em Goiás, e ele aparecia só como latrocida, não aparecia como mais nada. O último crime, em Lucas do Rio Verde, foi: o cara matou a mãe com três tiros. E os filhinhos, dormindo ao lado da mãe, agarrados ao corpo da mãe, quando foi encontrada essa mãe. Quer dizer, como que vão ficar essas crianças?

Então, por isso que eu quero levar a Lucas, chamar todos os Prefeitos e primeiras-damas dessas cidades, para que juntos possamos usar essa coordenadoria e – por que não? – nós já começarmos, no estado, a atender a vítima de violência *online*, usar a tecnologia a favor, com psicólogas, com médicos; atender a todos, não só na capital, mas na cidadezinha mais longínqua, lá em Colniza. Que a mulher tenha um lugar para ir e falar, através de uma câmera, com um médico, com um psicólogo ou com uma delegada.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito bem.

Continua em discussão a matéria, com a presença aqui já do querido amigo e Senador Nelsinho Trad. (*Pausa.*)

Se ninguém mais quer discutir sobre o tema, eu vou colocar em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam o requerimento nos moldes discutidos e defendidos pela Senadora Margareth Buzetti, muito bem também justificado pela Senadora Jussara e com o apoio também do Senador Nelsinho Trad, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Se V. Exa. concordar, eu quero deixar de pronto também, a partir dessa audiência pública que farão lá – e a senhora vai presidir em nome deste Senador, da Zenaide Maia, enfim, de toda a Comissão –, de, se assim entender, fazermos depois uma audiência aqui com o mesmo objetivo, com o requerimento que vier das mulheres, aprovamos, para ver que situações como essa infelizmente acontecem em outras partes do país, não é? Eu fiquei chocado com os dados aqui. Nunca tinha visto com tanta gravidade. Todo crime tem que ser condenado, mas fiquei assim...

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – E, olha, nós vamos receber um presente no dia do seu aniversário com essa audiência pública. Nós vamos lembrar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, cante parabéns para mim lá, viu? (*Risos.*)

Estou brincando. O importante é aprovar o projeto, pela seriedade da questão.

Aprovado o projeto.

Como sou autor de três requerimentos, eu vou convidar... Aqui as mulheres sempre são maioria, então eu vou convidar agora o Nelsinho Trad para ficar aqui, para presidir no meu lugar. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Item 17.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 3, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a " Liberdade de Consciência ".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Com muito prazer, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidente, eu vou ler aqui – porque foi uma demanda que veio da sociedade para mim – a justificativa é a que eles mesmos fizeram.

Quando da decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento das ações 611.874 e 1.099.099, ao tratar sobre o direito à liberdade de consciência quando da realização de concursos e estágios probatórios no serviço público, ficou assegurado o direito de liberdade religiosa às partes envolvidas, bem como foi reconhecida na ocasião por alguns ministros da Suprema Corte a necessidade de regulamentar em lei por este Poder Legislativo, de forma prática, o que a Carta Magna já expressa em seu art. 5º no que trata do direito à liberdade de consciência, que protege a autonomia do cidadão na adesão de valores religiosos, espirituais, morais ou político-filosóficos.

Esse é o objetivo, Presidente, desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 4, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de lançar " O Plano de Equidade de Gênero e Raça - PEGR do Senado Federal ".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Esse é um pedido da própria Casa que chegou a esta Comissão pela importância do trabalho que eles estão realizando aqui.

A justificação é: o Plano de Equidade de Gênero e Raça é o instrumento de gestão adotado pelo Senado Federal para promover atividades relacionadas à temática. Em 2024, o Comitê de Gênero e Raça lança seu terceiro plano, relativo ao biênio 2024-2025, e é resultado da colaboração entre 21 representantes de 19 setores do Senado Federal, com a definição de 34 objetivos e 79 iniciativas, em sua maioria inovadoras no cenário nacional, com os respectivos resultados-chave, metas e indicadores, distribuídos em cinco eixos temáticos: comunicação, educação e cultura, cultura organizacional, gestão e saúde.

Assim, sua característica é a interdisciplinaridade e seu propósito é abranger ações que orientem e visem promover a diversidade e enfrentar os desafios relacionados à equidade de gênero e raça, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, definidos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), e aos objetivos estratégicos do Senado Federal.

Só quero dizer também que, nesse grupo aqui, a ampla maioria são mulheres, viu? Iniciativa delas também.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e as Srs. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 5, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública sobre "o direito popular de incluir projetos de lei em pauta de votação (SUG 22/2020)"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – É bem curto o texto. Vou resumir numa frase: significa que a sociedade civil organizada, preenchendo o número de assinaturas, poderá brigar não só para entrar como é hoje – que entra aqui na Comissão de Direitos Humanos, eu indico o Relator, é aprovado, é tornado projeto de lei –, mas, a partir de um projeto, uma vez regulamentado devidamente, poderá exigir que se bote na pauta direto das Comissões correspondentes. Seria dar força para o movimento social popular e seus objetivos.

Mas vamos ler só para ficar bem claro.

Justificação: o texto constitucional prevê o exercício popular da soberania direta ou indireta. Deve-se partir da ideia de que a validade de uma norma é determinada pelo êxito prático, sendo que não é o que se percebe na realidade – ou seja, aprofundando-se na prática o processo legislativo, a iniciativa popular prevista já no art. 61, §2º da Constituição Federal, tornou-se uma mera ficção jurídica. Por isso, ciente da necessidade de fazer valer as forças constitucionais e democráticas que aproximam a população da sua soberania, a Anadips (Associação Nacional dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social), em sede de representação do Movimento Acorda Sociedade e com apoio institucional da Conacate (Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado), deliberou pela apresentação da sugestão legislativa – que, na verdade, é uma regulamentação de algo que já está na Constituição – via SUG 22/2020, aprovada na CDH do Senado no ano de 2021, que, para continuar tramitando com proposta de emenda à Constituição, precisa de apoio de um terço dos Senadores.

Essa audiência pública, ora solicitada à CDH por entidades organizadas, sociedade civil, nos termos do art. 93, §1º, e do art. 102-E, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, tem esse objetivo.

Como eu disse aqui – ele está apenas fortalecendo –, precisa do apoio de um terço dos Senadores.

Aqui, agora, vamos para a audiência pública. E, na audiência pública, vamos trabalhar para que um terço dos Senadores apoie essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, querido amigo Senador Nelsinho Trad, que presidiu essas votações para que a gente possa dar andamento nos debates.

Inclusive, uma das audiências é amanhã já, não é? (*Pausa.*)

Amanhã vai ser a da SUG 22.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Leila Barros tinha dito que ela gostaria muito de estar presente para fazer a leitura do seu relatório. (*Pausa.*)

Ela está chegando. É um projeto simples, não terminativo, que poderíamos votar.

O projeto – ela chegando, ela entra já na leitura do parecer – é o item nº 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 3394, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para garantir, de forma gratuita, a pessoas transgêneros o direito à retificação de seu prenome e sexo, e dá outras providências.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

O projeto é do Senador Fabiano Contarato, e a Senadora Leila Barros é a Relatora.

Então, enquanto aguardamos a Senadora chegar, vamos diretamente ao Expediente.

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos da população: pedido de proteção por estar sendo ameaçado e perseguido; violação dos direitos humanos, com tortura, assédio e prisões ilegais; assédio moral contra autista em delegacia; solicita que seja feito um projeto de lei que reserve vagas de estacionamento a idosos em condomínios; ainda, estado de necessidade por ter pensão negada; pedido de apoio à Comissão para projeto de audiovisual; ainda, solicita ajuda por estar sofrendo homofobia, entre outras condutas discriminatórias; requer que a Comissão abra procedimento a fim de apurar a omissão do Estado em relação à área pleiteada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para implantar o Centro Metropolitano de Taguatinga; outra questão: pede ajuda por estar sofrendo discriminação por ser uma pessoa com deficiência; ainda outra: falta de atendimento habitacional e assistencial para 90 famílias; a Vara de Execução Penal da Região Metropolitana de Belém apresenta o Projeto Inocência Roubada; ainda, da Câmara Municipal de São Marcos, Rio Grande do Sul, cidade vizinha àquela em que nasci, Caxias do Sul: Moção de Apoio ao Projeto de Lei 478, de 2007, que dispõe sobre o Estatuto do Nascituro; o Ministério da Igualdade Racial envia resumo do pacote de ações anunciadas no Palácio do Planalto referentes à igualdade racial, com políticas para garantir o direito à vida, terra, educação, trabalho, memória e reparação.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e/ou no Portal da CDH para manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Comunico ainda que os documentos lidos nas 62ª, 69º e 100ª Reuniões, realizadas em 2023, serão arquivados.

A Senadora Leila está, neste momento, já, dentro da Casa. Está chegando.

Não sei se as Senadoras têm algum comentário a fazer. Fiquem à vontade.

Eu sempre tenho aqui um monte de coisa para falar, e hoje não tenho. Eu faço aqui... Tenho inúmeras propostas para colocar. Mas eu posso, enquanto a aguardamos chegar, só dar um relato breve do caminho que nós estamos perseguindo – já ouviram falar – do Estatuto do Trabalho. Seria a CLT do século XXI. No mundo todo há uma verdadeira revolução em relação ao trabalho, que eu chamaria, aqui no Brasil, de carteira de trabalho assinada, que é o eixo do estatuto. Seria a CLT do século XXI.

Vocês podem notar que, hoje, temos o trabalho virtual, o trabalho por aplicativo, o trabalho, enfim, à distância, cada vez mais a automação toma conta, e faz parte do progresso isso. Não podemos nem ser contra. Cada vez é mais robótica, cibernética. Banco que tinha cem empregados, que eu gosto de dar como exemplo, hoje tem dez. E o lucro aumentou muito mais nos bancos, com dez empregados fazendo o que faziam cem. É principalmente nos bancos. Por isso que eu sou um admirador e dou incentivo para quem gera emprego. Quem gera emprego

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem que ter o nosso apoio, e o estatuto vai trabalhar também essa questão de emprego, renda... Tem um capítulo específico das mulheres.

Eu comecei com esse trabalho já há cinco anos. Isso aqui ninguém pensa nem é aprovado do dia para a noite. Eu nunca fico iludindo ninguém. É algo que tem que ser amplamente discutido com empregados, empregadores, o Estado, a Justiça, porque fazer uma CLT... Nós vamos nos lembrar aqui da época de Getúlio, não é? Foi lá que surgiu a primeira Consolidação das Leis do Trabalho. Há pouco – três meses, quatro meses atrás, foi ano passado – teve um evento grande no Tribunal Superior do Trabalho, onde eu fui falar dos 80 anos da CLT, pela experiência que tenho ao longo dos meus – não 80 ainda, viu? – 74 no dia 15. Dia 15, 74, não é? E foi um evento muito, muito bonito, com representantes de empregados e de empregadores. Eu falei um pouco do Estatuto do Trabalho e disse que há uma Comissão, da qual todos os Senadores que quiserem podem fazer parte, aqui no Senado, que continua debatendo esse tema com a calma devida e com a tranquilidade. Ninguém vai atropelar ninguém. Provavelmente não se aprove nem nesse mandato, talvez vá mais um mandato para frente. Há quem diga que dá, eu acho... Eu vou com precaução, eu prefiro dizer que... Por exemplo, o Estatuto do Idoso, que eu aprovei, o da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência, da Juventude, cada um deles levou 10, 15 anos. Então, não dá para achar que a gente vai conseguir aprovar uma questão tão importante, que vai tratar todo o mundo do trabalho no Brasil... Inclusive da área pública, a intenção é dar uma contribuição.

Senadora Leila, estou aqui falando do Estatuto do Trabalho, em homenagem a V. Exa. Em homenagem a V. Exa., estou falando do Estatuto do Trabalho aqui. Mas vamos, de imediato...

Agradeço às Senadoras, que gentilmente ficaram aguardando.

Pois não, Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Presidente, eu quero só fazer uma correção aqui: não é só um requerimento, mas uma diligência que a gente fará em Lucas do Rio Verde, está bom?

E comentando esse projeto que o senhor falou, quando a gente vai aos Estados Unidos é tão normal a gente ver um idoso trabalhando, e aqui a gente não consegue dar emprego ao idoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem um projeto de lei que foi até um colega meu – que é o Mauro Carvalho – que apresentou, em que, se uma empresa contratasse alguém acima de 63, 64 anos, já aposentado, legalmente e com carteira assinada, que não recolhesse os impostos. Acho difícil, porque o Governo não vai deixar passar, mas é uma pena, porque esse idoso está trabalhando de forma informal. É ruim.

Eu acho que a gente tem que modernizar as leis do trabalho, e muito.

Parabéns e contem comigo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu agradeço a sua participação já no debate do estatuto. E quero dizer que tivemos uma audiência aqui com a presença do Ministro Marinho e que ele entrou nesse tema dos idosos. E aí, ao longo do debate do estatuto, a gente vai abrindo espaço para que esses idosos voltem a trabalhar – tenham a sua aposentadoria, tenham o seu salário e voltem a trabalhar –, com os devidos benefícios que possam ser assegurados a eles.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É, um exemplo, não é?

Então, eu sei que o Ministro Marinho está olhando com muito carinho isso também, que vai na mesma visão que a senhora está aqui passando da importância dos idosos.

Por falar em idoso, não tem como não dizer que os idosos estão reclamando muito no Brasil, viu? O que chega muito para mim aqui é que eles reclamam... Eu estou falando aqui o que está chegando – não é? –, aí é claro que a gente tem que ver como é que administra. Eles reclamam que o salário mínimo ganha inflação mais PIB e que quem ganha 1,1 salário mínimo já não ganha o correspondente ao PIB. E aí, com o tempo, todos passam a ganhar o salário mínimo. Tem uma lógica. É um debate que a gente está travando há anos e anos e anos...

Já aprovamos um projeto que resolve a questão, mas está na Câmara. Eu só peço que a Câmara se debruce sobre ele, debata, discuta e mande de volta para cá. Eu sei que não vai ser aprovado como a gente mandou para lá, mas é uma forma de nós vermos o que que é possível fazer para os idosos, principalmente esses que ficam naquela faixa de dois, três, quatro, cinco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

salários mínimos – não é? –, que já ganharam dez... Quem ganhava dez está ganhando cinco; quem ganhava cinco está ganhando três; quem ganhava três está ganhando um, porque o salário...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exato. Então, vamos ver como é que conduzimos isso. A sua posição resolve até mesmo isso. Se nós conseguirmos que eles retornem ao trabalho com a plena potência que eles têm ainda, naturalmente, na atividade física... Poderemos caminhar para isso.

Senadora, vamos em frente agora.

Item 7, eu já dei uma lida aqui rápida, e, nesse momento...

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 3394, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para garantir, de forma gratuita, a pessoas transgêneros o direito à retificação de seu prenome e sexo, e dá outras providências.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Senadora Leila, só me lembro, Senadora Margareth, de que todas as audiências públicas que nós temos feito, ao longo desse período, principalmente nos estados, o Senado não assume nenhum custo financeiro, que eu acho que não é o caso também, não é? O Senado não assume

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

custo, porque as pessoas vão para essa região, nos seus estados, e, naturalmente, os convidados que estarão lá serão de responsabilidade da Comissão, e não do Senado. O.k.?

Senadora Leila, por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Senador Paim.

Quero pedir desculpas pelo meu atraso. Eu estava na Escola Classe Juscelino Kubitschek, no Sol Nascente, agora, junto com o Ministro Camilo, da Educação, e a Ministra Nísia Trindade, fazendo o lançamento de uma campanha nacional de mobilização contra a dengue nas escolas públicas.

Então, foi um projeto lançado aqui no Distrito Federal, mas é nacional, em parceria com os Executivos municipais e estaduais. E foi um momento muito especial com a presença do Zé Gotinha. A ideia é conscientizar, prevenir, fazer um trabalho junto às crianças e aos jovens neste momento em que o país, de um modo geral, em especial o Distrito Federal, porque represento aqui a capital como Senadora da República, enfrenta realmente uma grave epidemia de dengue.

Peço desculpas às meninas, às minhas colegas aqui de bancada, a Senadora Margareth Buzetti e a Senadora... Jussara! Desculpe, Jussara, eu estou cansada, mas estava o nome na ponta da língua. Eu falei: "Meu Deus!". Você fala, eu já falei. Então, desculpe, Ju!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para complementar, se eu não me engano, Brasília, o DF, é o estado que mais tem pessoas contaminadas com dengue.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Com dengue. E também no número de óbitos é o que está hoje em primeiro lugar, liderando esse triste *ranking*.

A gente sabe que a dengue é uma doença sazonal e, claro, a gente tem agravantes, como a questão do aquecimento, das intensas chuvas, mas também tem o senso coletivo. A gente sabe que 75% do foco do mosquito estão nos lares, nas nossas casas, na casa do vizinho. Então, é importante essa conscientização, esse trabalho de educação, principalmente entre as crianças e os jovens, porque são o futuro. Esperamos, já que muitos de nós adultos não têm consciência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coletiva, começar a despertar isto nos pequenos mesmo: essa consciência de que não adianta eu cuidar do meu cantinho, sendo que do lado tem um que não faz o seu papel. Então, o senso coletivo, a educação, a prevenção, neste momento, são fundamentais.

Eu quero parabenizar o Ministro Camilo, Ministro da Educação, a Ministra Nísia Trindade, Ministra da Saúde, e também o Governo aqui local. A gente é crítico, oposição, mas a gente também, quando tem uma boa ação, uma boa parceria, enquanto Parlamentar, tem que dar esse crédito e ver... Eu estou acompanhando diariamente essa questão da dengue do DF, eu vejo o empenho do Governo aqui em realmente mitigar, junto com a parceria com o Governo Federal, o impacto da dengue aqui no DF.

A gente lembra que é uma doença sazonal e a gente sabe que, em todo período de chuva, isso vai acontecer. Então, fica o alerta para que isso não aconteça. Que possamos fazer um planejamento, uma coordenação, Governo Federal, municipal, estadual, para que, no próximo ano... Claro, vindo a vacina, nós sabemos que ela está vindo aí devagar, nós não vamos conseguir vacinar toda a população até o final do ano, mas, como eu falei, é um Governo que se preocupa – eu estou falando do Governo Federal –, é um Governo que acredita na ciência, é um Governo que acredita na tecnologia, é um Governo que não descredibiliza a saúde, os profissionais de saúde. Então, eu tenho certeza de que servirá para os próximos anos tudo que nós estamos enfrentando em termos de epidemia de dengue no Brasil, tenho certeza de que será diferente – já está sendo pela atitude do Governo.

Eu vou para a leitura do meu parecer do PL 3.394, de 2021.

O Projeto de Lei 3.394, de 2021, de autoria do nosso querido Senador Fabiano Contarato, altera a Lei nº 6.015, de 1973 – está aqui o ano de 1973 –, para garantir às pessoas transgêneros o direito de retificar gratuitamente o seu prenome e seu sexo nos assentos de nascimento e casamento.

Essa alteração será realizada a pedido do requerente e não dependerá de autorização judicial, de manifestação do Ministério Público, de comprovação da realização de procedimento médico ou tratamento hormonal, e da apresentação de laudo médico, psicológico ou de terceiros. A proposição ainda prevê que taxas e emolumentos não serão cobrados para a emissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documentos que o requerente deva apresentar e para a emissão de segunda via de documentos de identificação públicos e privados.

O autor justifica a iniciativa com fundamento na decisão do Supremo, quando deu interpretação conforme o art. 58 da Lei nº 6.015, de 1978, para garantir "aos transgêneros, que assim o desejarem, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, o direito à substituição de prenome e sexo diretamente no registro civil". Argumenta que a identidade de gênero é manifestação da personalidade e que cabe ao Estado, portanto, apenas reconhecê-la, como expressão de direito fundamental. Contudo, afirma que o custo de emissão dos documentos exigidos, estimado entre R$600 e R$1,5 mil, é demasiado alto para pessoas que, em geral, já encontram grande dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

O PL foi distribuído à CDH e à CCJ, cabendo à última manifestar-se em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

Agora nós vamos à análise, Sr. Presidente.

O nome é um dos elementos centrais da identidade de uma pessoa. Quando há incongruência entre o nome recebido e o gênero com o qual a pessoa se identifica, instala-se um conflito que precisa ser conciliado, em prol da saúde mental do indivíduo. Trata-se de direito personalíssimo, contra o qual não vislumbramos oposição de interesse público relevante. É justo, portanto, que o direito da pessoa à própria identidade prevaleça de modo absoluto sobre custos e procedimentos burocráticos.

A diversidade sexual existe, é legítima e deve ser respeitada. Construir esse respeito requer a revisão de padrões historicamente consolidados e sedimentados nas leis. Se a Constituição Federal estabelece como objetivos fundamentais a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, promovendo o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, não pode a lei ordinária perpetuar preconceitos herdados de nossa tradição ainda muito machista e patriarcal. Justifica-se, portanto, a ação legislativa proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ocorre que a Lei de Registros Públicos foi alterada por meio da Lei nº 14.382, de 2022 – é recente –, que modificou o art. 56 da norma-alvo, dispondo sobre a alteração do prenome, que pode ser requerida imotivadamente e independentemente de decisão judicial. Nesse dispositivo, que já permite a alteração do prenome de pessoas que tenham atingido a maioridade civil, vemos a plena possibilidade de passar a garantir às pessoas transgêneros o direito de alterar o sexo registrado, mediante inclusão de dispositivos adicionais que afastem, especificamente em favor dessas pessoas, a cobrança de taxas e emolumentos, o registro do prenome anterior nas certidões que forem solicitadas, bem como a possibilidade de recusa da alteração pelo oficial de registro civil por motivos subjetivos, de modo a evitar recalcitrância discriminatória. Quanto a eventuais temores de que a alteração do prenome e do sexo ou gênero registrados possa beneficiar criminosos, golpistas e falsários, vale lembrar que o Conselho Nacional de Justiça já fixou a obrigatoriedade de apresentação de certidões dos distribuidores cíveis, criminais, eleitorais, trabalhistas e militares, de execução criminal e dos tabelionatos de protestos, ao regulamentar administrativamente a alteração de nome e gênero das pessoas transgêneros, na parte especial do Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça, aplicável aos serviços notariais e registrais.

Também convém proibir a exigência de comprovação de transição sexual ou de laudos, aproveitando para sublinhar a autodeclaração do gênero como exercício de direito personalíssimo.

Finalmente, observamos que as alterações não se limitam aos registros de nascimento e de casamento, podendo impactar os de óbito e de outros atos jurídicos, de modo que não convém restringir a alteração apenas àqueles dois tipos de registros.

Com esse objetivo, apresentamos emenda substitutiva que atualiza a proposição em face da alteração legislativa havida, sem alterar o objetivo e, certamente, sem negar o mérito da iniciativa.

Esclarecemos, ainda, que dispomos sobre sexo e gênero, pois a referência adotada na Lei de Registros Públicos é a de sexo, por mais que entendamos que o gênero é um conceito cultural.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.394, de 2021, na forma de emenda substitutiva, que já está anexada ao nosso relatório, Sr. Presidente.

Primeiramente, eu quero parabenizar o Senador Fabiano pela iniciativa, pedir aos Senadores e às Senadores que estão presentes a aprovação dessa matéria, porque realmente é uma justiça que estamos fazendo, e, acima de tudo, lembrar que ainda vai para a Comissão de Constituição e Justiça. Então o debate lá vai para o mérito de fato da importância dessa ação, dessa proposição feita pelo Senador Fabiano.

É isso, Sr. Presidente. Sou grata pela oportunidade de relatar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Leila Barros, Relatora desse projeto do Senador Fabiano Contarato.

Neste momento eu coloco em discussão a matéria.

Eu quero elogiar o relatório e também a autoria do Senador Fabiano. Isso significa políticas humanitárias, um olhar universal para a humanidade. Então meus cumprimentos a ambos e, se ninguém mais quiser discutir, eu vou colocar em votação. (*Pausa.*)

Não havendo mais querer discutir a matéria, vamos à votação.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1, CDH, substitutivo.

O projeto segue agora para a análise terminativa na CCJ.

Vamos para o item 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 1944, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022, que dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento, para dispor sobre a prevenção ao afogamento infantil.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CTFC.

Relatoria: Senador Izalci Lucas.

Eu passo a palavra à Senadora Margareth Buzetti.

Esse é um projeto que... (*Pausa.*)

Mudou? Aqui está a Margareth. (*Pausa.*)

Esse é da Senadora Jussara Lima?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Pela ordem.) – Só aproveitando, Sr. Presidente, a conversa aqui entre...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eles ajustam ali as relatorias.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – ... o seu Secretário e as Senadoras, eu gostaria de agradecer pelo senhor ter incluído na pauta o item 8, que é o Projeto 565, de 2022, que não é terminativo e que qualifica a exposição de crianças e adolescentes sob a guarda de pais ou responsáveis legais brasileiros a situações de violência doméstica em país estrangeiro, como situação capaz de submetê-los a graves riscos de ordem física ou psíquica, nos termos do art. 13 da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que a Senadora Ana Paula, que foi designada a Relatora, está assumindo o posto dela agora como Senadora.

Então, quero agradecer e pedir para que na próxima sessão, na próxima semana, seja pautado esse importante projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., será pautado a pedido da Senadora.

Então só mudamos aqui o nome e passo para a Senadora Jussara Lima.

Eu estou fazendo um pequeno comentário, porque esse projeto vem, entra, sai, é arquivado, entra, sai, é arquivado, e agora o Senador Eduardo Gomes resolveu reapresentá-lo.

Eu já fui Relator de um deles no passado, dei o parecer favorável, mas, no fim, acabaram arquivando.

Senadora Jussara Lima, para ler o relatório, como Senadora *ad hoc*.

O Senador Izalci Lucas foi o Senador Relator.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Cumprimento, mais uma vez, o Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão, e peço permissão para ir direto à análise.

De conformidade com o parágrafo único do art. 102 do Risf, compete a esta Comissão opinar sobre a conveniência de transformar a sugestão sob exame em proposição legislativa.

A alteração recairia sobre o art. 280, inciso IV, do CTB, onde atualmente se lê:

> Art. 280. .....
> .....
> § 4º O agente da autoridade de trânsito competente para lavrar o auto de infração poderá ser servidor civil, estatutário ou celetista ou, ainda, policial militar designado pela autoridade de trânsito com jurisdição sobre a via no âmbito de sua competência.

De acordo com o detalhamento da sugestão, a nova redação seria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 4º O agente da autoridade de trânsito competente para lavrar o auto de infração deverá ser o servidor da carreira típica de Estado na atividade de polícia de trânsito dos respectivos... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A gente agradece. O engano é nosso, não é das Relatoras, viu? É que são Relatoras *ad hoc,* mas esse projeto é muito importante, se trata das piscinas, porque o Brasil é quase campeão mundial de afogamento de crianças. Esse aqui é só um passo. E depois tem que discutir todo o papel do salva-vidas, nas piscinas, nos clubes, exigir... Vamos a muito lugar em que não é bem assim, não.

A gente pede desculpas às colegas Relatoras aí. (*Pausa.*)

O.k. Com a palavra para o relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Como falei, Sr. Presidente, eu vou direto à análise.

O inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal prevê a competência da CDH para opinar sobre proteção à infância e à juventude, como é o caso da proposição sob exame.

A matéria é constitucionalmente situada no âmbito das competências concorrentes da União, dos estados e do Distrito Federal para legislar sobre proteção à infância e à juventude, não viola iniciativa reservada a outro poder e preenche lacuna na legislação federal, que, de fato, não estabelece normas específicas para proteção das crianças e dos adolescentes em piscinas.

O problema de que trata o PL nº 1.944, de 2022, é inegavelmente grave, afinal falamos de milhares de crianças e adolescentes que morrem ou ficam sequeladas anualmente. A supervisão adequada e outras medidas sugeridas na proposição podem evitar a grande maioria dessas trágicas ocorrências. Diga-se, em acréscimo, que a Constituição Federal atribui à família, ao Estado e à sociedade o dever de assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde e ao lazer, além de colocá-los a salvo de qualquer forma de negligência. Evidente, portanto, o seu mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A fim de colher contribuições adicionais à proposição, este Colegiado realizou, no dia 30 de junho de 2023, audiência pública que contou com a participação de Alex Delgado, Alexsandro Simões Silva, Raquel Euzébio Corrêa, Tatiana Bedran, Márcio Morato, José Fernando Beteti e Jade Nagano, além deste Relator, do autor da proposição, Senador Eduardo Gomes, e do Presidente da CDH, Senador Paulo Paim. Foi extremamente comovente ouvir pais e mães que passaram pelo horror de ver seus filhos afogados, além de profissionais que clamaram pela ação do Estado em defesa das crianças e dos adolescentes. Merecem nossa homenagem e gratidão, mas, além disso, temos a oportunidade de expressar esse reconhecimento em termos práticos, incorporando ao texto da proposição as sugestões que estão ao alcance do Legislativo e encaminhando ao Executivo aquelas que escapam à nossa função.

Para esse efeito, apesar de entendermos que as sugestões já cabem no leque amplo previsto na redação original, vemos espaço para especificar algumas das medidas propostas, sem, contudo, entrar em minúcias que teriam lugar mais adequado no regulamento da lei.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei 1.944, de 2022, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CDH

Dê-se a seguinte redação ao art. 6º-A que o Projeto de Lei nº 1.944, de 2022, acrescenta à Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022:

"Art. 6º-A. É obrigatória a adoção de medidas específicas de segurança voltadas para prevenir o afogamento infantil em piscinas ou similares, inclusive de uso doméstico.

§ 1º As medidas a que se refere o *caput* deste artigo incluem, entre outras:

I – a instalação de barreiras físicas entre as piscinas infantis e aquelas destinadas a adultos;

II – a afixação de quadros ou cartazes com informações sobre como prevenir e lidar com afogamento e avisos que desestimulem o uso de celulares, a leitura de livros e quaisquer outras atividades que facilitem a distração em torno da piscina ou similar;

§ 2º Compete ao Poder Público:

I – promover campanhas sobre educação aquática;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

II – apoiar e estimular aulas de natação para crianças com até cinco anos e a disseminação de técnicas e medidas de segurança e sobrevivência aquáticas;

III – estabelecer, em regulamento, requisitos de orientação aos usuários, de segurança dos ambientes, de treinamento de pessoas, de sinalização, de instalação de barreiras físicas e de implantação e utilização de equipamentos de segurança."

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Muito bem. Feito o relatório...

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Feito o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... pela aprovação do projeto de autoria do nobre Senador Eduardo Gomes, com relatoria original do Senador Izalci Lucas e, *ad hoc*, da Senadora Jussara Lima.

Coloco em discussão o relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Para discutir.) – Quero só parabenizar o Eduardo Gomes pela iniciativa, agradecer a Jussara por ter assumido a relatoria *ad hoc* e dizer que é importantíssimo esse projeto para nós que somos pais e avós.

A gente tem que realmente ter uma preocupação, principalmente com as crianças, nesses ambientes aquáticos.

Tem dois pontos do projeto por que eu realmente tenho que parabenizar. Além das barreiras físicas entre uma piscina e outra, a infantil e a maior, tem a questão do uso de celulares, de livros. A gente sabe muito bem que, nesses ambientes, um milésimo de segundo de atenção e a criança já se afogou. E geralmente a criança se afoga porque um adulto está absolutamente desatento ou ocupado com alguma coisa. Dentro dessas coisas, numa piscina, num ambiente de lazer, é justamente o celular, um livro, um bate-papo. Então, fixar cartazes proibindo e alertando que, naquele ambiente, é necessário a atenção máxima daqueles que são responsáveis, é sensacional a iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, realmente, mais do que como Parlamentar, sendo mãe, eu agradeço e fico na expectativa de que possamos aprovar o projeto e já haver a sanção do Presidente, para que a gente possa ter realmente uma lei que, ao menos, mitigue esse impacto de mortes e sequelas entre as nossas crianças aqui no país.

É isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Leila Barros.

Agora, a Senadora Margareth Buzetti.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Só complementando o que a Senadora Leila falou, o trauma que fica para os pais ou para quem estiver cuidando dessa criança não tem como tratar, porque é para o resto da vida.

Então, eu só quero parabenizar o Senador... É o Eduardo Gomes que fez, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Eduardo Gomes.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – ... o Senador Eduardo Gomes pelo projeto, porque é importantíssimo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Eu queria que a gente tivesse um olhar muito carinhoso para esse projeto e, se necessário for, e eu não vou fazer emenda aqui, ao do papel dos salva-vidas – eles têm vindo aqui à Comissão –, porque a profissão deles não está regulamentada. Então, que a gente trabalhe na linha desse projeto, porque é mais estrutural esse de como devem ser conservados os espaços, mas que a gente pense também em como vamos avançar na valorização e, na verdade, na regulamentação da profissão de salva-vidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Soraya Thronicke, estamos aprovando aqui agora um projeto que fortalece o cuidado das crianças nas piscinas, na praia, enfim. É do Senador Eduardo Gomes, o Relator é o Senador Izalci e aqui a Senadora Jussara fez o relatório.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação.

Coloco em votação.

Aqueles que concordam com o relatório aqui apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1–CDH.

O projeto segue agora para análise terminativa na CTFC.

Já anunciei a presença aqui da nossa querida Senadora Soraya Thronicke, que fez um belo pronunciamento na despedida do nosso querido Ministro – Senador, que agora vai ser Ministro.

Esse é o item 12.

ITEM 12

SUGESTÃO Nº 3, DE 2021

- Não terminativo -

Qualifica o agente da autoridade de trânsito.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pelo arquivamento da sugestão.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: CDH.

O Senador Izalci Lucas é o Relator, sendo pelo arquivamento da sugestão.

Concedo a palavra à Relatora *ad hoc,* Senadora Margareth Buzetti, para ler o parecer. (*Pausa.*)

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Oi, agora deu.

Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

De conformidade com o parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a conveniência de transformar a sugestão sob exame em proposição legislativa.

A alteração recairia sobre o art. 280, §4º, do Código de Trânsito Brasileiro, em que atualmente se lê:

> Art. 280. .....
> .....
> § 4º O agente da autoridade de trânsito competente para lavrar o auto de infração poderá ser servidor civil, estatutário ou celetista ou, ainda, policial militar designado pela autoridade de trânsito com jurisdição sobre a via no âmbito de sua competência.

De acordo com o detalhamento da sugestão, a nova redação seria:

> § 4º O agente da autoridade de trânsito competente para lavrar o auto de infração deverá ser o servidor da carreira típica de Estado na atividade de polícia de trânsito dos respectivos órgãos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou, ainda, policial militar designado pela autoridade de trânsito com jurisdição sobre a via no âmbito de sua competência.

Quanto à constitucionalidade, é atribuição da União legislar sobre trânsito e transportes (art. 22, XI, da Constituição Federal). A matéria não incide nas vedações à iniciativa parlamentar do art. 61 da Carta Magna, já que não cria cargos, nem trata da organização do Poder Executivo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exceto na parte em que busca a fixação das carreiras dos agentes de trânsito como “típica de Estado” no Código de Trânsito Brasileiro.

O ponto fulcral da sugestão é que o agente da autoridade de trânsito seja servidor de carreira típica de Estado na atividade de polícia de trânsito.

Cabe ressaltar que parte do pleito já está atendida após aprovação da Lei nº 14.229, de 21 de outubro de 2021, que alterou o Código de Trânsito Brasileiro para conceituar e definir os termos “agente de trânsito” e “agente de autoridade de trânsito”. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, o agente de trânsito é o "servidor civil efetivo de carreira do órgão ou entidade executivos de trânsito ou rodoviário, com as atribuições de educação, operação e fiscalização de trânsito e de transporte no exercício regular do poder de polícia de trânsito para promover a segurança viária nos termos da Constituição Federal".

O Código de Trânsito Brasileiro já confere aos agentes de trânsito o devido reconhecimento e a necessária proteção a uma carreira de fundamental importância para a fiscalização do trânsito no Brasil. Ocorre que o texto sugerido impediria a atuação de diversos órgãos de fiscalização de trânsito em grandes municípios que hoje contam com servidores atuando sob o regime celetista.

A sugestão, se transformada em lei, causaria ainda enorme insegurança jurídica e impediria, por exemplo, a celebração dos convênios previstos no art. 25 do Código de Trânsito Brasileiro. Ao afirmar que a carreira do agente de trânsito é típica de Estado, significa dizer que apenas esses servidores poderão desempenhar as atribuições de fiscalização do trânsito. Ademais, o tema das carreiras típicas de estado não é pacífico e não há lei que defina quais são essas carreiras.

Sabemos que os órgãos executivos de trânsito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios não possuem recursos humanos e materiais suficientes para exercer a fiscalização adequada do trânsito em cada esquina de um país com dimensões continentais. Por isso, os convênios previstos no Código de Trânsito Brasileiro são fundamentais para aumentar a capilaridade da fiscalização do Estado.

Citamos como exemplo as guardas municipais. Embora as guardas municipais não figurem expressamente no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997), o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendimento do Supremo Tribunal Federal é de que é atribuição da categoria o exercício do poder de polícia de trânsito.

Para o tribunal, a competência das guardas municipais para atuar na fiscalização, no controle e na orientação do trânsito e do tráfego fundamenta-se nos limites funcionais dispostos no art. 144, §8º, da Constituição Federal, segundo o qual "os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei".

Em decorrência desse dispositivo constitucional, a Lei nº 13.022, de 9 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais, estabelece que é atribuição das guardas municipais exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal.

A Suprema Corte entendeu que o poder de polícia de trânsito pode ser exercido pelo município, pois o Código de Trânsito Brasileiro estabelece que essa competência é comum aos órgãos federados, ou seja, desde que celebrados os respectivos convênios de que trata o art. 25 do Código de Trânsito Brasileiro, as guardas municipais estão aptas para exercer o poder de polícia de trânsito.

Recentemente, o Presidente da República, ao sancionar a Lei nº 14.599, de 16 de junho de 2023, vetou dispositivo que conferia aos agentes de trânsito exclusividade na lavratura dos autos de infração de trânsito e os procedimentos dela decorrentes. As razões do veto são: a proposição contraria o interesse público ao prejudicar a fiscalização de trânsito em milhares de municípios, particularmente naqueles que não dispõem de órgão ou de entidade executiva de trânsito; além disso, a proposição criaria insegurança jurídica às autuações por infração de trânsito exaradas, por exemplo, pelos guardas municipais com fundamento na legislação.

Embora o Código de Trânsito Brasileiro confira o devido e o necessário reconhecimento para a carreira de agente de trânsito, a sugestão, se transformada em lei, prejudicaria a fiscalização do trânsito em milhares de municípios brasileiros que não possuem condições técnicas e orçamentárias para estruturar os seus órgãos executivos de trânsito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Ante o exposto, na forma do art. 102-E, parágrafo único, II, do Regimento Interno do Senado Federal, votamos pelo arquivamento da Sugestão nº 3, de 2021.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Margareth Buzetti, que leu o relatório feito pelo Senador Izalci Lucas.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação.

Aprovado o relatório, que passará a constituir o parecer da CDH, pelo arquivamento da sugestão...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, eu só ia dizer: aqueles que aprovam permaneçam como se encontram.

Ficaram todos em silêncio, achei que estava tudo bem.

Então, aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

E está encerrado o trabalho.

Agradeço muito às Senadoras, que deram o quórum aqui. Nós limpamos aqui, tudo que foi pedido foi votado. Eu também reconheço que alguns Senadores pediram para tirar a matéria de pauta, o que eu fiz como sempre faço. E o quórum foi bem acima do necessário para votar, inclusive, terminativo, se fosse necessário. Então, muito obrigado, Senador Nelsinho Trad, Senadora Jussara Lima, Senadora Margareth Buzetti, Senadora Leila Barros, Senadora Soraya Thronicke.

Estão encerrados os trabalhos do dia de hoje.

(*Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quatro minutos do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Jussara Lima e Lucas Barreto. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 5/2024 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Instruir a Sugestão nº 22 de 2020, que "Altera o art. 61 da Constituição Federal para incluir os §3º, §4º e §5º, garantindo o direito popular de incluir projetos de lei em pauta para votação". Participantes: Nery Charlie Batista Neri, Diretor Executivo da Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social – ANADIPS; Antonio Carlos Fernandes Lima Junior, Presidente da Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado - CONACATE; Vilson Antonio Romero, Presidente da Pública Central do Servidor no Distrito Federal; e Eduardo Kassuga, Defensor Público federal. Representante do Defensor Público Geral da União. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/02/22

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública de hoje será como as outras, realizada nos termos do requerimento apresentado, nesse caso, de minha autoria, para instruir a Sugestão 22, de 2020, que altera o art. 61 da Constituição Federal para incluir o §3º, o §4º e o §5º, garantindo o direito popular de incluir projetos de lei em pauta para votação.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Vou fazer uma pequena introdução, construída pela própria assessoria, para situar os nossos telespectadores, ouvintes da Rádio Senado, enfim, quem nos acompanha também pelo belo trabalho feito pela Agência Senado.

Senhores e senhoras, esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal foi convocada com o objetivo de discutir a Sugestão Legislativa nº 22, de 2020 – sugestão legislativa, a chamada SUG –, que tem por objetivo garantir o direito popular de incluir projetos de lei em pauta de votação. Hoje aqui a Comissão de Direitos Humanos é Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. As sugestões podem chegar aqui, eu indico quem vai relatar aquela SUG, e depois ela passa a começar a tramitar. Aqui é diferente: aqui é para colocar na pauta as grandes propostas, as grandes causas da sociedade civil organizada, que vão trabalhar nesse sentido para que os temas cheguem aqui.

Essa sugestão foi apresentada pela Anadips (Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social), Conacate (Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado) e Movimento Acorda Sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O direito popular refere-se ao conjunto de direitos e liberdades concedidas aos cidadãos dentro de uma sociedade. Isso pode incluir direitos como liberdade de expressão, liberdade de associação, direito ao voto, entre tantas outras causas.

Soberania popular é o princípio de que o poder político em uma sociedade reside no seu povo. Isso significa que as decisões políticas são tomadas pelo povo ou em seu nome, através de representantes eleitos ou diretamente, por meio de processos como referendos ou plebiscitos.

A Constituição Cidadã já prevê o exercício popular da soberania direta ou indiretamente. É preciso fazer valer as forças constitucionais e democráticas. A população precisa estar junto à soberania. O poder emana do povo – é um princípio democrático que enfatiza que a autoridade política deriva do consentimento de cada cidadão. Isso implica que os governantes são eleitos ou designados pelos cidadãos e devem governar de acordo com os interesses e a vontade do povo. Esse conceito, na base da democracia representativa, onde os cidadãos exerçam sua soberania, é fundamental. Isso, sim, é fazer com que a democracia seja exercida; o princípio democrático, de uma forma mais profunda, ou seja, a população intervindo.

Até dei uma entrevista em que eu falava sobre esse tema.

Dei o exemplo de um tema que me é muito caro: a luta dos aposentados e pensionistas, que é uma luta que nós estamos travando há muitos anos para que eles tenham direito a um percentual de reajuste de acordo com o crescimento do salário mínimo, e não só com a inflação. Bom, mas eu já votei esse projeto e o aprovei aqui no Senado; está na Câmara. Se não é colocado em votação via um processo como esse, ele é obrigado a ser pautado. Votem a favor ou contra, mas tem que ser pautado.

E dei outro exemplo: o da redução de jornada. Eu venho trabalhando com uma emenda à Constituição, desde 2015, para redução de jornada de trabalho, o que geraria 3,5 milhões de novos empregos, ou mesmo, se formos caminhar – o que poderia ser, porque há um desdobramento –, para turno de seis horas ou para quatro dias por semana; enfim, redução de jornada de trabalho. Na Constituição eram 48 horas. Nós fomos Constituintes, nós passamos para 44 horas, mas o objetivo lá já era 40 horas, não é? Só que, de lá para cá, nunca mais foi votado esse tema, que é um tema que interessa, gera emprego, gera renda. A sociedade terá mais um espaço em que a qualidade de vida será alcançada. Com mais gente trabalhando, produzindo, recebendo e consumindo, melhora-se a qualidade de vida, e o próprio Estado arrecada mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se o povo mostra que esse tema tem que ser pautado, ele será pautado. Então, o debate de hoje tem esse objetivo. Eu cumprimento aqueles que tiveram a iniciativa do tema, que chegou a nós, e em conjunto chegamos ao entendimento de fazer hoje uma audiência pública.

Eu vou chamar, neste momento, a primeira mesa.

Antonio Carlos Fernandes Lima Junior, por favor – um dos autores, inclusive, desse processo todo –, Presidente da Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado (Conacate), que está aqui conosco. (*Palmas.*)

Nery Charlie Batista Neri, Diretor-Executivo da Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social (Anadips), que está aqui conosco também e é outro signatário dessa proposta. (*Palmas.*)

Eduardo Kasuga, Defensor Público da União, representante do Defensor Público-Geral da União. Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

E Gilson Conzatti, Presidente da União de Vereadores do Brasil (UVB). (*Pausa.*)

Não chegou. (*Pausa.*)

O.k.

E teremos também *online* o Vilson Antonio Romero, Presidente da Pública Central do Servidor no DF.

O.k. Vamos, então, aos nossos...

Depois, tem aqui as perguntas que já vieram pelo e-Cidadania, aqui do Senado, que eu farei num segundo momento.

De imediato, se vocês entenderam que vai ser essa a ordem... (*Pausa.*)

Então, por entendimento na mesa, eu passo a palavra ao Nery Charlie Batista Neri.

O SR. NERY CHARLIE BATISTA NERI (Para expor.) – Sr. Senador Paulo Paim, que preside esta audiência, nossos cumprimentos. É uma honra poder estar aqui mais uma vez, em sede de representação da Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e Segurados da Previdência; e também em representação ao Movimento Acorda Sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento o Antonio Carlos, que é o Presidente da Conacate, um parceiro de longas datas, de muitas lutas, de muitas ações conjuntas conosco no movimento.

Cumprimento também o Dr. Eduardo, que é o representante do Defensor Público da União. Também muito nos honra a participação de vocês da Defensoria Pública da União. Eu tive já a oportunidade de trabalhar na Defensoria Pública da União, na Secretaria de Articulação Institucional, que agora acho que mudou de nome...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NERY CHARLIE BATISTA NERI – Continua?

E foi uma experiência muito importante para mim, em termos de crescimento profissional, em termos de conhecer o outro lado do balcão. Eu sou muito grato à Defensoria Pública da União.

Bom, feitas essas considerações, eu passo a expor quanto à sugestão, a SUG 22, de 2020.

Como bem foi colocado aqui pelo nosso nobre Senador Paulo Paim, que, para nós, sempre foi uma referência de uma atuação parlamentar de destaque em defesa das grandes questões sociais do mundo do trabalho. Na luta que nós travamos aqui na questão da reforma da Previdência, tanto da 287 quanto dessa última reforma previdenciária – foi muito que nós lutamos –, o Senador aqui, Paulo Paim, foi um grande guerreiro do povo brasileiro para, através da atuação parlamentar dele, evitar maiores danos que queriam implementar com a reforma previdenciária: queriam colocar sistema de capitalização; mudaram, implementaram uma série de retrocessos, e eu espero que a gente consiga reverter alguns deles. A gente vai ter que lutar para reverter esses retrocessos.

E de onde veio a ideia de nós criarmos essa SUG? Ela partiu da necessidade de fortalecer a democracia brasileira. Na democracia no Brasil, ultimamente, nós tivemos alguns solavancos, e, ao mesmo tempo, nós tivemos, nas ruas, algumas insatisfações. Isso é natural nas democracias.

Agora, nós sabemos que todo poder emana do povo. E a soberania popular, como foi bem colocado aqui, depende da representação de forma indireta, quando o povo vai ao sufrágio e escolhe seus representantes e esses representantes exercem, por delegação das urnas, o poder de legislar.

Por outro lado, existem demandas sociais, existem demandas da sociedade. Por exemplo, nós tivemos aqui e esta Casa aprovou o fim do foro privilegiado. O Senador Paulo Paim, inclusive, foi um dos que votou, foi uma aprovação unânime, o fim do foro privilegiado. Nós, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegamos ao Senado, sistema bicameral, no Senado, foi aprovado. Fomos à Câmara. Chegou à Câmara, foi uma luta. Nós participamos de todos aqueles debates em relação à Comissão Especial para tratar de restringir o foro por prerrogativa de função. E o que acontece? A matéria está pronta para ir a Plenário, Senador, e está lá, parada, uma matéria importante, uma pauta de sociedade e que não consegue se colocar na pauta de votação, não é?

Eu quero aproveitar e cumprimentar a Dra. Rossana Amaral, que, inclusive, fez até uma pesquisa nas embaixadas de vários países para saber como era o foro no Japão, nos Estados Unidos, no Canadá. E serviu de base para a gente fazer a qualificação do debate naquela ocasião.

Então, olha: o Senado aprovou o fim do foro. Quando chegou à Câmara, a matéria está pronta para ir a Plenário, mas não vai a Plenário, porque para ir a Plenário precisa entrar na pauta. E, no nosso sistema presidencialista – e aqui eu não gosto, eu não quero colocar nomes, eu quero colocar a situação, tá? –, o Presidente da Casa Legislativa é aquilo que pode até soar arrogante, mas é o dono da pauta. É ele que define a pauta. E, se o Presidente não quiser colocar na pauta, não vai à Ordem do Dia, não vai à deliberação do Plenário. Então, nós temos um Colégio de Líderes, esse Colégio de Líderes às vezes consegue, por acordos, colocar uma determinada matéria para deliberação do Plenário, mas a decisão de incluir na pauta é do Presidente da Casa Legislativa, seja ele quem for.

E, neste caso, o que nós queremos é que a soberania popular, o povo tenha o poder de chegar à Casa do Povo, apresentar um projeto de iniciativa popular ou um projeto de PEC popular, como é o nosso caso, e esse projeto possa tramitar. Nós não queremos impor que esse projeto tenha que ser aprovado. Não é isso. Nós queremos que esse projeto seja submetido à deliberação.

Durante a pandemia do enfrentamento da covid, nós sinalizamos, nós colocamos nota pública nos principais jornais do país – não foi, Antonio Carlos?–, na *Folha*, no *Estadão*, apresentando as linhas para o Governo do que nós precisávamos. Nós precisávamos de suspensão para a rolagem das dívidas dos estados e municípios, nós colocamos isso na nossa nota; nós solicitávamos o orçamento de guerra, a flexibilização em relação à Emenda 95, enfim... E, por aquela nossa nota, nós fomos vitoriosos, porque eles ouviram, ouviram!

Pois bem, feitas essas considerações, uma das coisas que foi aprovada aqui – foi inclusive uma iniciativa de um Senador a quem eu posso render homenagens, que foi o Senador Otto Alencar; ele o aprovou aqui –, que conseguiu o Senado, esta Casa, aprovar, foi o PL 1.328, que tratava da suspensão dos empréstimos consignados por 120 dias. As pessoas estavam impedidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de trabalhar. E, aí, quem tinha renda naquele momento? Servidores públicos, aposentados... E essas pessoas foram as que deram o primeiro auxílio emergencial, porque o auxílio emergencial do Governo demorou. A pessoa ia lá, estava lá: em análise, em análise, em análise! E a pessoa, ansiosa, para receber a renda, e lá a mensagem: em análise!

Pois bem, o Senado entendeu que, naquele momento, nós precisávamos de uma ação, pelo menos, para suspender os empréstimos consignados por 120 dias e, com isso, permitir uma folga no orçamento doméstico das famílias. Foi aprovado no Senado – sistema bicameral – e foi à Câmara. Chegando à Câmara, o que foi que aconteceu? Houve vários apelos de pedido de urgência para que aquele projeto fosse pautado, requerimento de urgência, tudo o que vocês possam imaginar. Mais da metade dos Líderes partidários solicitaram que o projeto fosse pautado. O projeto não entrou em pauta; um projeto importante, relevante, de clamor social não foi colocado em pauta, em que pesem todos os apelos que foram feitos.

Então, nós chegamos à conclusão de que precisaríamos aperfeiçoar a nossa Constituição Federal no sentido de assegurar ao povo, pelo menos, o direito de pleitear a inclusão de projetos de clamor social para que sejam apreciados pelo Plenário da Casa. Este é o cerne e a vontade da SUG 22: que o Plenário decida, porque o Plenário é soberano. É nesse sentido que nós buscamos a CDH, apresentamos a SUG, de que foi examinada, estudada, verificada a constitucionalidade. Não há nenhuma inconstitucionalidade nisso, ela é absolutamente constitucional. E aí tivemos a sorte de essa sugestão legislativa ser de relatoria do Senador Paulo Paim, que teve a sensibilidade de ver a importância desse aperfeiçoamento para a nossa Constituição. Então, essa SUG traz para nós a verdadeira, digamos assim, oportunidade de esta Casa, de o Congresso Nacional, se aproximar mais da sociedade. Existe um deslocamento da realidade da Casa com a sociedade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NERY CHARLIE BATISTA NERI – E esse deslocamento se dá por "n" fatores, mas certamente um desses fatores é porque nós precisamos de uma sociedade civil mais atuante. E esse projeto da pauta popular vai fazer com que a sociedade civil brasileira seja melhor organizada e possa atuar de uma forma mais efetiva.

Muito grato. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Antonio Carlos Fernandes Lima Junior, Presidente da Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado (Conacate), vai, neste momento, usar a palavra.

O colega Charlie Batista, que falou agora, é o Diretor-Executivo da Anadips, não é?

O SR. NERY CHARLIE BATISTA NERI – Anadips.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só estou repetindo aqui.

É com o senhor agora, da Conacate.

Com a palavra, o Presidente Antonio Carlos Fernandes.

O SR. ANTONIO CARLOS FERNANDES LIMA JUNIOR (Para expor.) – Bom dia.

Não vou nem usar os dez minutos que me foram destinados, Sr. Senador, mas, de qualquer maneira, antes de fazer a apresentação, quero cumprimentar o Dr. Eduardo – que prazer estar contigo aqui na mesa! –, cumprimentar o parceiro Nery, Senador, e passar às suas mãos, se me permitir... A Conacate, no final do ano, fez um Congresso e foram indicados alguns Parlamentares que deveriam ser homenageados pela sua atuação, e o seu nome foi, de uma forma maciça, indicado para que recebesse também essa homenagem, que eu faço chegar às suas mãos, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado. (*Pausa.*)

O pessoal que está em casa pergunta: "Mas o que está escrito nessa placa aí? Eu quero saber também". Então, há curiosidade do Paim que está lá em casa. (*Risos.*)

Eu vou aqui, neste momento, ler o que está escrito: 8º Congresso Nacional da Conacade, que foi muito bem colocado. Diz aqui na placa:

> Por seu apoio aos servidores públicos e contribuição à nação, Senador Paulo Paim, receba essa homenagem da Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado (Conacate) e de suas filiadas, como forma de agradecimento e celebração por tão nobres feitos em favor do Brasil. Brasília, 16 de outubro de 2023. Antonio Carlos Fernandes Junior, Presidente da Conacate.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Palmas às entidades. (*Palmas.*)

Sempre é bom – não é? – a gente que tem a vida pública receber homenagem pelos trabalhos prestados ao longo das nossas vidas, como vocês também prestam.

Eu confesso que tenho – e falo isso com satisfação, porque vai para lá, viu? – um escritório no Rio Grande do Sul, que foi construído com muito trabalho, que tem um, dois, três andares, porque um é de lazer para os que trabalham lá, e em dois andares não tem mais espaço. Eu vou ter que cavar um espaço agora lá. (*Risos.*)

Então, nós estamos querendo sair de lá e ir para um outro local, porque não tem onde colocar mais. Como é um patrimônio acumulado, deve ter uns 400, entre troféus... Mas também são quarenta e poucos anos de vida pública. No Congresso, serão 40 anos; como sindicalista, eu tinha mais uma meia dúzia de anos, então, quase 50 anos. Eu fui guardando tudo; é bom guardar.

E hoje o que o pessoal tem feito é levar os alunos das escolas a conhecer esse centro, onde fica o nosso escritório, para mostrar que dá para chegar lá. Então, tem desde um menino que era amassador de barro, porque eu, na época, amassava barro numa fábrica de vasos. O lugar de criança é a escola, ninguém confunda, mas ali é a vida real: dez irmãos, pai e mãe ganhando salário mínimo, nós todos tínhamos que nos virar. E era do lado, quase, da minha casa. Atilio Bovo, muito querido ele, era um artesão, um artista, faleceu. Ele disse: "Olha, tu vem para cá, fica brincando com as bolinhas de barro, tu atira para mim, eu faço o vaso e aí tu vai para a aula". E ele me dava um dinheirinho.

Então, eu conto toda a história, como é que foi, muito mais por fotografia, por vídeos, por trabalho feito em conferências. Então, não tem... Vai precisar de um edifício de dez andares só para colocar. Aí tem que botar elevador, porque os idosos vão dizer: "Olha, não podemos visitar". Estamos vendo, inclusive, isso lá.

Mas, vamos lá, a palavra é sua.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS FERNANDES LIMA JUNIOR (Para expor.) – É uma grande honra fazer parte de uma galeria que conta – o senhor sabe disso, não há nenhuma dúvida de que o senhor tem ciência – que o senhor tem um lugar na história da nossa nação, dos nossos Parlamentos. O senhor sabe que o senhor tem uma história em todos os livros. E que bom nós fazermos parte dessa galeria!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, eu quero também registrar que o que aqui for definido será motivo de ampla divulgação em todo o Brasil, porque o grupo de entidades que compõe tudo isso é um grupo significativo tanto do setor público, como, até na minha saudação muito breve que farei, nós vamos levar o que aqui for deliberado para o FST (Fórum Sindical dos Trabalhadores), que tem 18 grandes confederações. Vamos levar para submeter a eles, a esse plenário também, o que aqui for deliberado. Então, vai ser dada muita divulgação, Senador, ao que aqui está sendo tratado, porque a seriedade – foi bem colocado pelo Nery – com o que está sendo tratado aqui tem repercussão muito significativa em toda a nossa estrutura democrática.

E eu quero, então, só dizer o seguinte, Senador: que as estruturas de Estado se dedicam a cumprir políticas de Estado. E este é um bom momento de colocar essa *expertise*, a experiência das estruturas, tanto as agregadas da Conacate, somadas à força representada pelo conjunto de entidades da iniciativa privada e do setor público, organizações sociais como o Movimento Basta, que teve uma participação bastante significativa também. E estaremos todos prontos para cumprir nosso papel perante a sociedade e por ela.

Na qualidade de Presidente da Conacate, eu também tenho que dizer que expresso, com certeza, o sentimento de todas as organizações que eu acompanho de absoluto apoio a essa iniciativa que o senhor tão bem colocou. O senhor teve a sensibilidade imediata de captar essa mensagem e transformá-la numa sugestão legislativa como essa que estamos tratando na SUG 22.

Também na qualidade de Secretário de Mobilização, Organização Sindical e Negociação do FST (Fórum Sindical dos Trabalhadores), repito, que congrega 18 grandes confederações, nós levaremos o que aqui for deliberado ao Plenário desse fórum das confederações, para tentar trazer essa força também atuando por tudo isso.

Portanto, seja pela Conacate, pelo FST ou pelo Movimento Basta, muitas outras entidades se somarão nas audiências públicas que iremos promover por todo o país, nos legislativos municipais, em parceria. É evidente, vamos seguir a orientação do Presidente Gilson Conzatti, da UVB, mas vamos procurar fazer essas audiências como foram feitas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, o Gilson é um democrata. Tenho muito carinho por ele. Ele me convida para todos os eventos, mas é tanta agenda, que uma vez ou outra eu pude ir. Mas diga para ele que, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vez organizados os eventos, dentro do possível, eu me farei representar, no mínimo, de forma tal que eu passe por todos os estados. Sei que vocês farão nos municípios.

O SR. ANTONIO CARLOS FERNANDES LIMA JUNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só no Rio Grande do Sul, são 497 municípios. É claro que vocês podem fazer regional, reunir o pessoal por região. Mas eu vou tentar ir nesse debate, no mínimo como eu fiz no debate da terceirização – você acompanhou alguns –: eu fui aos 27 estados. Política de salário mínimo: eu fui aos 27 estados. A Comissão, dentro do possível, levava a TV Senado junto – quando era possível. Senão, fazia acordo com a assembleia e levava o debate de lá para cá. Foi muito interessante.

Estou cumprimentando pela iniciativa. Eu não sabia que vocês iam fazer isso.

O SR. ANTONIO CARLOS FERNANDES LIMA JUNIOR – Que coisa boa! Transmitirei a todos os parceiros as suas palavras aqui, agora.

Eu quero dizer que, nesse caso, inclusive, das audiências, Senador, serão Vereadoras e Vereadores, Deputados e Deputadas de todo o Brasil que estarão empenhados para que o Congresso Nacional aprove, ainda antes das eleições municipais deste ano, esta PEC, para que seja um legado de toda essa estrutura legislativa para a sociedade brasileira.

Aí, então, essa nossa sugestão de emenda à Constituição, amigos, PEC da pauta popular, bem colocada pelo Nery, fortaleça a democracia, os importantíssimos Parlamentos e a sociedade brasileira. Fortalecemos também os legisladores por suas maiorias constituídas. A PEC traz esse aspecto de a maioria dos legisladores também poderem influenciar.

Então, Presidente, eu quero dizer que estamos engajados para que essa emenda seja aprovada antes das eleições deste ano e que nós estamos prontos a seguir a orientação de V. Exas. na condução dessa luta que virá pela frente.

Permita-me também honrar a memória de meu pai, o então Vereador Antonio Carlos Fernandes, de São Paulo, que lá, nos anos 80, há 40 anos, falava dessa lacuna que existia na legislação, para fazer a sociedade poder ter mais participação.

E, com isso, Senador, eu encerro, repito, me colocando e colocando as entidades à disposição das orientações de V. Exas. para essa luta que nós vamos empreender em todo o Brasil. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Antonio Carlos Fernandes Lima Junior, Presidente da Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado (Conacate), pela sua exposição, que fez que eu entrasse com um aparte quase, para falar da importância... porque, pela sua fala e também do Nery aqui, esse é um projeto que, na verdade, fortalece a democracia. A democracia sai fortalecida com essa mobilização, em nível nacional, de a população poder participar diretamente da pauta no Plenário, explicar o que é, o que não é, porque muitos ali não sabem como funciona a Câmara, o Senado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

E, em cada Câmara de Vereadores, de repente, lá – não precisamos nem estar lá, mas vocês –, vocês podem fazer uma audiência para debater com a população o que significa, de repente fazendo um evento em cada Assembleia Legislativa. Os Vereadores poderiam vir, e os Deputados Estaduais, os Federais, os Senadores, se assim entenderam. O debate é a democracia. No fundo, é isso. É a democracia participativa. Por isso, eu cumprimento mais uma vez aí esse trabalho de vocês.

Eu pedi aí para eles verem como está a tramitação da PEC, porque terá que se fazer um movimento também da sociedade civil – e vocês são fundamentais nesse sentido –, para que as assinaturas de Parlamentares já sejam maciças na própria PEC, uma vez que eles entendam que é um processo de fortalecimento da democracia.

E poderemos fazer outros eventos aqui, inclusive, na própria Comissão, trazendo já o resultado de como está o debate nos estados.

Eu me lembro de que para aprovar o projeto da terceirização que aqui eu segurei e aprovei... Eles desarquivaram um antigo lá da Câmara para aprovar aquela terceirização bandida que tem, porque é bandida mesmo! Aí é bandida. A terceirização que existe hoje é o caminho para o trabalho escravo, mas não passou pela nossa mão, não. O projeto com que nós estávamos aqui – trancamos e viajamos e garantimos – eles não votaram. Desarquivaram um antigo lá na Câmara que virou lei. Eu estou aqui há tanto tempo, e uma porcaria dessa foi aprovada. Esse é o termo correto, porque manter um trabalhador sob o regime de escravidão...

Eu sou Relator, na Comissão de Assuntos Sociais, de um projeto que diz que perde a terra ou perde, se for na área urbana – a terra, eu digo propriedade rural –, se for na área urbana, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perde a empresa, a fábrica, o comércio que seja. E um se assustou. Eu digo: "Não tem problema, não precisas se assustar; é só tu não botares nenhum homem ou mulher sob o regime de escravidão que tu estás livre, tu nunca vais ser nem ameaçado. Agora, se tu queres pegar pessoas, crianças, homens, mulheres, para explorá-las como se fosse no tempo da escravidão...". Aí já é um absurdo, todos nós condenamos. Seria a escravidão no século XXI, que é quando nós estamos. E nesse projeto também nós estamos trabalhando. E podem saber que esse trabalho que vocês estão propondo de emenda popular pode fazer com que esse projeto vá para a pauta, senão não vai, devido à profundidade do mesmo, que vai combater o trabalho escravo.

Vamos em frente.

Agora temos, então, o Sr. Eduardo Kassuga, Defensor...

Não... Eduardo, me desculpe, mas pediram muito para mim aqui, porque ele está com um compromisso em seguida, que entrasse, de forma virtual, o Presidente da Pública Central do Servidor no DF, o líder Vilson Antonio Romero, grande Vilson, que está sempre com a gente aqui. Ele vai poder usar aí... Estamos dando dez minutos. Depois, vão ter algumas perguntas que vão ser colocadas pelos nossos convidados. Se você não estiver mais presente, devido a outros compromissos, os que estão aqui responderão.

Vilson, é contigo.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos, todas e "todes".

Grande Senador gaúcho, homenageio V. Exa. com o fundo com os nossos quero-queros, que são as sentinelas dos Pampas, e os nossos carreteiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bonito, muito bonito.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Acima de tudo, Senador, eu acho que esta iniciativa, essa sugestão de legislação efetiva que contemple a cidadania vem bem ao encontro daquele que é o norte das entidades que eu tive a honra de presidir. A Anfip eu tive a honra de presidir pela segunda vez e tive, ao longo dos dois mandatos, muito apoio da CDH e do mandato do Senador Paim. Inclusive, desde o tempo em que o nobre Senador era Deputado Federal, nós estamos nessa trincheira. Nós mudamos de trincheira, mas continuamos na luta, agora como Presidente no DF da Pública Central do Servidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E na Pública o senhor conhece muito bem o trabalho que tem sido desenvolvido nos diversos contatos com os dirigentes. É a única central exclusivamente voltada para a pauta dos servidores públicos. Ela nasceu desta necessidade de reunir as entidades que defendem o serviço público de qualidade e o servidor público. E, desde agosto de 2015, nós estamos empenhados nesse trabalho na luta contra as reformas da previdência, a reforma administrativa, contemplando e apoiando as frentes de defesa do serviço público e, acima de tudo, organizando os movimentos e manifestações sempre muito necessárias em defesa das demandas das carreiras e da democracia.

E essa SUG (Sugestão) nº 22, de 2020, é patrocinada pelo nosso companheiro Nery, também de larga data parceiro de atuação, representante da Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social (Anadips), que hoje conta também com o apoio do meu líder Antonio Carlos Fernandes Junior, Presidente da Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado (Conacate). Nós já queremos deixar de plano que a Pública Central do Servidor se alinha a esse movimento.

Acima de tudo, nós estamos tentando ampliar o escopo do art. 61 da Constituição. Como bem disse o Senador no seu parecer, a matéria tem que ser trabalhada por todos nós, para buscarmos as assinaturas e os apoios dos Srs. Senadores para que ela seja consolidada, numerada e tramite na Casa. Nós temos que nos empenhar decisivamente nesse sentido para mudar aquilo que está lá no art. 61, que diz que a iniciativa popular só pode ser exercida por projetos de lei subscritos por no mínimo um por cento do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos cinco estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores.

Como vemos, a Constituição de 1988 já permite que a iniciativa popular se consolide, porém, nós sabemos que esse é, digamos, um trabalho árduo, porque obter hoje 1% de mais de 157 milhões de eleitores é muita coisa, com o grande agravante de que há uma dificuldade de legitimar os apoios e as assinaturas. Os órgãos, as nossas Casas do Congresso, que receberam ao longo do período alguns projetos, não têm a mínima condição, juntamente com o Tribunal Superior Eleitoral, de legitimar isso no âmbito da nação.

Nós temos alguns exemplos, inclusive, que depois tiveram que ser assumidos ou pelo Poder Executivo ou por Parlamentares que foram oriundos do movimento popular. E nós podemos referenciar aqui a Lei 8.930, lá de 1997, que é a Lei de Crimes de Hediondos, que foi acrescentada com as questões envolvendo o caso Daniella Perez e que teve que ser assumida pelo Poder Executivo. Nós tivemos depois a Lei 9.840, que combate a compra de votos e que teve um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

movimento muito intenso de um colegiado que eu tenho a honra de integrar também, que é o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, inclusive um dos propulsores da sua mobilização. Essa Lei 9.840 é de 1999 e resultou, foi fruto de uma mobilização nacional para frear a corrupção eleitoral, que é o combate à compra de votos. Mais adiante, nós tivemos outra iniciativa em que o ex-Deputado Nilmário Miranda, do PT, de Minas Gerais, construiu a lei. Originariamente era projeto dele o Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social, que resultou na Lei de 11.124, que era também movimento popular e que teve que receber a assinatura de um Parlamentar para tramitar na casa. E, por fim, nós temos a Lei da Ficha Limpa, a Lei Complementar 135, de 2010, que, ao fim e ao cabo, apesar de ter obtido um grande conjunto de milhões de assinaturas, teve que ser apadrinhada ou assinada pelo Poder Executivo, para que nós pudéssemos efetivamente criar novas condições de inelegibilidade dos cargos públicos ou dos cargos elegíveis.

Portanto, nós temos um grande trabalho para avançar nisso, que vai atender muito propriamente a todos os entes federados. Os entes federados vão ter a possibilidade de flexibilizar essa iniciativa legislativa na sua jurisdição, mas sempre é bom lembrar que nós não podemos avançar os nossos chinelos, o nosso passo. Cada um dos Poderes, cada um dos entes federados tem poderes sobre determinadas pautas. Nós não podemos querer legislar sobre previdência, sobre regra gerais de aposentadoria, por exemplo, lá no município, se tratar das regras gerais já estabelecidas na Constituição. Nós podemos no município legislar sobre creche, sobre iluminação pública, sobre questões envolvendo as avenidas e ruas, mas obviamente algumas coisas são – e isso está lá muito claro na Constituição – da jurisdição de cada ente federado.

Portanto, temos essa possibilidade. A proposta que flexibiliza permite que nós possamos inserir na pauta de votação de iniciativas populares, respeitadas, como disse e digo, as prerrogativas e competências de cada unidade da Federação, de cada um dos 5.570 municípios, e isso deve ser saudável.

A Pública Central do Servidor abraça essa causa com a sua capilaridade e de mãos dadas com a Anadips, com a Conacate e, acima de tudo, com o Senado Federal, comandado, nesta Comissão, pelo Senador Paim, sempre reiterando: nós temos a oportunidade, em qualquer momento – e a Anfip tem sido, na época dos meus mandatos, propositiva também –, tanto na Comissão de Legislação Participativa da Câmara, quanto aqui, nesta CDH, de apresentar propostas. E o povo tem que estar na Casa do Povo, e a isso nós nos rendemos.

Muito obrigado, Senador e caros ouvintes e internautas. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, grande Vilson Antonio Romero, Presidente da Pública Central do Servidor no DF.

O Dr. Antonio pediu aqui para ele fazer um rápido comentário.

O SR. ANTONIO CARLOS FERNANDES LIMA JUNIOR (Para expor.) – De fato, o Romero fez observações muito pertinentes, Senador, quando se discutem temas nacionais nos Legislativos municipais, naquela pequena Câmara Municipal. E eu posso repetir aqui, porque está nos anais de algumas das casas em que nós fizemos as audiências públicas sobre o esclarecimento da PEC 32, um tema nacional, em que o Presidente, ao término da sessão – gravada, está lá –, falou assim: "Esta foi a audiência pública mais importante da nossa história".

Então, nós levarmos, fazermos essa discussão de um tema dessa natureza nos Legislativos vai provocar isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Mais uma vez, o Dr. Antonio Carlos Fernandes, que é Presidente da Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado (Conacate), faz um comentário muito importante para o momento, demonstrando a importância dessa caminhada e de todos nós.

Eu, neste momento, vou passar a palavra agora para o Dr. Eduardo Kassuga, Defensor Público da União, representante do Defensor Público-Geral da União.

O SR. EDUARDO KASSUGA (Para expor.) – Muito bom dia a todas e a todos.

Eu gostaria de cumprimentá-los, e cumprimentá-los na pessoa do Presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Paulo Paim. O Senador Paulo Paim é, para a Defensoria Pública da União, um Parlamentar muito sensível a todos os requerimentos da nossa atividade fim, que envolve a defesa de direitos humanos e direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade. E isso é uma interlocução que se faz entre o trabalho legislativo com a nossa atividade lá na ponta, como a gente gosta de dizer, na defesa dos interesses individuais e coletivos das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Gostaria de cumprimentar também o Sr. Nery Charlie Batista Neri, Diretor da Associação dos Aposentados. Que felicidade saber que o senhor trabalhou com a gente lá na Secretaria-Geral de Articulação Institucional. O senhor conhece, então, muito bem o nosso trabalho, e é uma honra para a gente ter esse tipo de relato, sabendo que a gente está no caminho certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também quero cumprimentar o Sr. Antonio Carlos Fernandes Lima Junior, Presidente da Conacate. Já tive a honra de também ter sido presidente de uma associação de classe e sei qual é o sentido dessa função, não nessa dimensão que o senhor exerce, mas fico muito feliz de estar aqui ao seu lado também.

Em relação a essa sugestão, é importante registrar que, ao longo dos últimos anos, das últimas décadas, a nossa história tem demonstrado um fenômeno de aprimoramento de nossa democracia, com os mecanismos de participação direta da sociedade civil em relação à nossa legislação e também nas demais esferas públicas. Afinal de contas, se vivemos numa democracia e a democracia se renova, ela tem que se reafirmar todo dia, e é uma luta para que a gente sempre a mantenha e a aprimore. Projetos dessa natureza, o simples fato de estarmos aqui discutindo já revela que nós estamos trabalhando na qualificação do nosso regime democrático. Independentemente do resultado, já é formidável que tenhamos a oportunidade de discutir isso.

Quanto à questão, o mérito, me parece relevantíssima a discussão, haja vista que, muitas vezes, na dinâmica parlamentar a gente ouve que a política tem o seu próprio tempo e, de outro lado, sabemos que o Congresso é soberano para, dentro da razoável duração de um processo legislativo, amadurecer consensos, reflexões, para poder pôr à deliberação. Entretanto, essa soberania e esse amadurecimento e esse tempo da política existem em função da sociedade; então, é uma discussão que é muito importante para a nossa democracia, para o nosso Estado.

Estou à disposição aqui também, Sr. Senador, mas, tal como o Sr. Vilson Romero, eu tenho um compromisso e vou ter que me ausentar por volta das 10h30, mas eu tento me apertar aqui também. Fico à disposição.

Muito obrigado pela oportunidade, pelo convite, mais uma vez, Sr. Senador. Eu agradeço a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eduardo Kassuga, Defensor Público da União, representante do Defensor Público-Geral da União.

De fato, a Defensoria Pública tem sido a nossa parceira aqui, tanto Defensores como Defensoras, e nós tentamos, dentro do possível, sempre estar juntos. Divergência não existe, porque é tratar dos mais vulneráveis, então estamos juntos sempre. Houve um debate duro foi no Plenário do Senado para indicar o Defensor-Geral, não é? Nós apoiamos sempre as indicações, mas enfim conseguimos que o Defensor Público fosse indicado, e está fazendo lá um belo trabalho. Mande um abraço para ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de entrar aqui nas perguntas, registro as presenças – pediram para registrar o nome – de Viviane Siqueira, Nice Terrão e Ana Caroline, do movimento habitacional; Tatiana Messias, empresária; Ingride e Nayara, representantes dos familiares do sistema prisional do DF.

O Dr. Antonio Carlos Fernandes fez uma afirmação aqui, e como eu conheço o Parlamento, eu disse para ele: "Olha, tentar, dá, mas...". Mas, como alguém já me disse e eu também tenho repetido: o possível eu já tenho, eu vou perseguir sempre aquilo que muitos acham que é impossível, que seria o ideal para as causas populares, para fortalecer a democracia. Nós sabemos que uma PEC como essa não é fácil, vai precisar de muito, muito trabalho. Para se ter uma ideia, eu sou o autor do Estatuto do Idoso; sabem quantos anos eu fiquei trabalhando para aprová-lo? Quinze anos. Quinze anos. Três mandatos praticamente. Eu tenho quatro de Federal e três de Senador. Sou autor do Estatuto da Pessoa Com Deficiência– 12 anos. Sou autor do Estatuto da Igualdade Racial – quase também ali, 15, 18 anos. Completou agora 20 anos. Eu espero que nossa história... O da Juventude foi mais rápido. Aprovamos aqui, tal. Eu fiquei como Relator, e o aprovamos. Acho que em torno de três anos foi aprovado.

Mas a política de salário mínimo, que é uma construção popular também, veio de baixo para cima – essa proposta de inflação mais PIB. Eu fui Relator. Quando eu apresentei a proposta final, a inflação e o dobro do PIB contemplava tanto os aposentados como também o trabalhador que está na ativa, em relação ao salário mínimo. Mas na negociação final, na hora da votação... Claro, eu falo do salário mínimo porque ele teve um apoio fundamental de todo o movimento sindical: centrais, confederação, federação, associações, sindicatos, todos colaboraram. E hoje nós temos... enfim, foi revogado pelo Presidente anterior, mas agora voltou a inflação mais PIB, que garante que tu ganhes a inflação mais o crescimento do Produto Interno Bruto. Mas são propostas que vieram de baixo para cima, e nós conseguimos fazer com que acontecessem aqui dentro.

Bom, eu vou situar também como é que está – eu pedi para levantar– a situação da SUG 22, de 2020. Ela foi aprovada em reunião deliberativa desta Comissão, no dia 13 de setembro de 2021– 13 de setembro de 2021. Fui Relator da matéria, Paulo Paim. A matéria altera a Constituição. O princípio já está lá, isso aqui é uma alteração que se faz. A continuidade da terminação depende da coleta das assinaturas de um terço de Senadores. Precisa de 27 assinaturas. A partir do momento que aprovamos – aqui mesmo, naquele momento –, como os Senadores estão mais próximos desta Comissão, tivemos 13 assinaturas. Então, precisamos ainda de, em torno de, 14 assinaturas, não é? Portanto, faltam 14 assinaturas. Isso aí é importante. Eu falo isso, porque já passou um ano e nós não conseguimos ainda que ela andasse além da Comissão. Porque, se você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não consegue as assinaturas, fica parado aqui na Comissão. Aprovou, mas não anda. Quando é o caso de PEC, projetos de lei, não. Projeto de lei tu aprovas, na mesma semana ele já vai para outra Comissão.

Então, aqui já fica o apelo para toda a sociedade organizada – enfim, vocês que são os grandes articuladores – para que haja um movimento de conversa com os Senadores. Claro, que eu também colaboro, no sentido de que a PEC seja votada na CCJ. Mas para votar lá, tem que chegar lá com as 27, eu acho. E, chegando lá, vamos falar com o Davi Alcolumbre, que tem sido muito parceiro das causas nossas aqui.

A política de cotas, por exemplo, contempla pessoas – confundem a política de cotas – brancas, negras, e índios, quilombolas e pessoas com deficiência. Muitos pensam que cota é só para negro.

Sabe que no Rio Grande do Sul tem uma amiga minha – ela e a filha– que ganha um salário mínimo, ela é aposentada. "Eu queria tanto que a minha filha fosse fazer faculdade, mas a minha filha é loira... e tem cabelos bem castanhos mesmo". Bem, eu nem sei se é alemã ou italiana, mas algo assim. Estou elogiando que não há... Para mim, se é africano, alemão, italiano, português, japonês, todos para mim têm direitos iguais. E ela: "O senhor não me consegue alguma coisa, Senador?". Eu disse: "Como assim? Vocês ficam entre as pessoas mais vulneráveis, que nem têm o poder de compra. Vá lá e se inscreva na política de cota". Ela foi e se aprovou na política de cota, está na federal. Ela vai fazer Veterinária – estava entre Medicina e Veterinária, ela optou por Veterinária.

Então, eu falo isso para contar para todos: não façam, não deixem que lhes confundam, achando que cota é só para negro e índio. Eu sou negro. Para os meus filhos eu paguei universidade, porque eu posso. Como Senador da República, eu tenho mais que pagar mesmo – não vou tirar vagas dos que não têm e que não podem pagar.

Todos têm direito à cota, desde que comprovem que não têm condição de pagar a federal. Aí o parâmetro é a renda familiar... Aliás, renda *per capita*, não renda familiar, de um salário mínimo. Mas quanto a isso, quando você entra na política de cotas, quem ganha um salário muito, muito baixo nem consegue chegar lá. Se não tiver o mínimo de estrutura, você não chega pronto. Por isso é que é importante e vai ter uma ajuda, já decidida pelo Governo, para também aqueles que estão no período inicial ainda, que não estão ainda preparados para a universidade. No meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo pegávamos o primário, depois veio o secundário, depois tinha o científico; agora já mudou tudo, não é? Mas teria nesses espaços também uma ajuda.

Por isso é que eu digo que é tão importante projetos como este aqui, que tem tudo a ver. A política de cotas também veio de baixo para cima, veio na base do Estatuto da Igualdade Racial, que eu fui aprender lá na África do Sul. Quando eu fui lá exigir a libertação do Mandela, numa comissão dos Constituintes, eu recebi da mão da Winnie Mandela – eu contei diversas vezes – a Carta da Liberdade do povo sul-africano. E, a partir dali, eu comecei a trabalhar em cima do Estatuto da Igualdade Racial, e a partir dali se iniciou a política de cotas. E aí, enfim, avançamos na política de cotas, ganhamos no Supremo Tribunal Federal, porque havia um setor que queria considerar inconstitucional. Nós ganhamos, e eu fui até Relator da política. Aprovamos aqui 11 anos atrás e aprovamos de novo agora. Eu fui Relator, de novo, no Senado – na Câmara, foi a Dandara neste momento.

Estou contando que as propostas que vêm de baixo para cima, que têm o calor, têm a emoção, têm – como eu digo às vezes – a batida do tambor. Não precisa todo mundo gostar de tambor, não, mas têm a batida do coração, vamos dizer, não é? O coração bate forte, vai avançando e há de chegar. E esse projeto que vocês trazem aqui, para a discussão, de que eu sou Relator, desde 2020, tem também essa chamada. Se soubermos trabalhar bem, haveremos de avançar aqui no Congresso. Quem diria que nós íamos ter as leis que nós aprovamos, inclusive a política que permitiu que mais mulheres fossem eleitas, e inclusive negros e negras, para a Câmara Federal principalmente? No Senado está difícil, viu? Mas, um dia, o Senado também elege mais mulheres, são poucas mulheres. Aqui nesta Comissão as mulheres são maioria, viu? Por isso é que tem avançado bastante aqui. Mulheres mandam aqui, eu só presido, porque elas deixaram: "Vamos deixar o Paim presidir". (*Risos.*)

Então eu falo tudo isso para mostrar que nós estamos, neste momento, fazendo um debate muito interessante, que há de se ampliar. Isso aqui é o coração da democracia, projetos como esse, para permitir que a população de fato passe.

Nós vamos agora para algumas perguntas que chegaram aqui do e-Cidadania – algumas não: bastantes. Eu vou ler, eu vou pedir que vocês imprimam e deem para cada um dos convidados o número de perguntas que eu recebi aqui. (*Pausa.*)

Está bem, está bem.

O Nery quer fazer um pequeno comentário antes das perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NERY CHARLIE BATISTA NERI (Para expor.) – Bom, primeiramente, quero agradecer e dizer que nós não poderíamos esperar uma coisa diferente do Vilson Romero. O Vilson Romero foi realmente um grande líder. A Anfip foi uma referência que nós tivemos no enfrentamento da reforma da previdência. E saber que ele vai estar conosco nos alegra muito e nos dá a certeza de que os tambores vão ser ouvidos nesta Casa.

Quero aproveitar o fato de que o Dr. Eduardo ainda está à mesa e dizer para ele que, na Defensoria Pública da União, tem um defensor, o Dr. Kleber Vinicius, que fez uma audiência pública para tratar da reforma da previdência da PEC 287. E foi naquela ocasião que nasceu o Movimento Acorda Sociedade. O MAS nasceu numa reunião da Defensoria Pública da União, numa audiência pública. E há um histórico: começou com 17 entidades; hoje, nós somos 154. A Conacate é parceira do Movimento Acorda Sociedade, dos servidores do Ministério Público, do Judiciário, policiais, UPB toda...

E o que a gente poderia fazer, Dr. Eduardo? A Defensoria Pública da União poderia nos auxiliar, enquanto entidade que representa esses aposentados, pessoas com deficiência, idosos, no sentido de ajudar na qualificação dessas audiências públicas que nós queremos fazer.

Foi aprovado na CLP um requerimento da Deputada Erika Kokay para a realização de audiências públicas em todas as assembleias legislativas, para a qualificação do debate da PEC 407 sobre a qual, inclusive, a Anadef, que é a entidade de vocês, emitiu uma nota técnica, e também sobre a PEC 442, que veda a edição de medidas provisórias em matéria trabalhista e previdenciária.

Então, vai haver essas audiências públicas, e seria muito importante que, de repente, um defensor da União fosse convidado para engajar-se na qualificação desse debate, porque eu acho que isso tem muito a ver com a Defensoria Pública da União também.

Essas são as considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem colocada essa lembrança do Nery.

Nesse momento, eu não sei se o nosso defensor vai precisar sair...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu ia apresentar, mas me disseram que você tinha que sair. Eu ia me despedir antes das perguntas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, vamos para as perguntas.

As perguntas são as seguintes... Vocês têm uma cópia, e cada um vai escolhendo já as perguntas que vai responder. Eu vou ler todas as perguntas.

Perguntas do e-Cidadania...

Olha que a nossa audiência está bem prestigiada, viu? Tem aqui quatro folhas. Não é toda audiência que recebe quatro folhas, mas é que o assunto é instigante, como dizem, é interessante.

José Carlos, do Rio Grande do Sul: "Por que o Senado Federal não realiza uma consulta para verificar se o povo deseja mudar o regime presidencialista para o parlamentarismo?". Só lembrar que na Constituinte foi feito isso. Eu fui Constituinte, e foi aprovado um plebiscito. Eu era daqueles que defendia o parlamentarismo, deixo bem claro. Viajei por muitos estados defendendo o parlamentarismo, mas eu perdi. Tem que saber perder e ganhar na vida pública, que assim é democracia, não é? Venceu o presidencialismo. E os que eram a favor do parlamentarismo perderam, e tudo bem, a democracia é isso mesmo. Mas foi um plebiscito que fizemos em todo o país para debater se deveríamos ter regime presidencialista ou parlamentarista. Isso não quer dizer... Eu estou respondendo porque não é o tema específico de vocês, mas podem falar. Isso não quer dizer que nós não possamos fazer um outro plebiscito, não é?

Joel Mendes, do Rio de Janeiro: "Sem dúvida, a participação popular é imprescindível. Quais são as formas de atrair a atenção do público para os assuntos legislativos?". Também uma boa pergunta.

Geovana Farias, do DF: "A ampliação da participação popular no processo legislativo fortalece a democracia?". Aí vem a outra pergunta: "Quais são os desafios e benefícios dessa abordagem?".

Gustavo Henrique, de São Paulo: "Os referendos para os assuntos de Estado seriam uma forma de aumentar a participação popular no Legislativo?". Todas elas vêm em forma de pergunta, viu? Estou falando uma leitura rápida aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carlos Alberto, da Bahia: "[...] nós brasileiros estamos realmente precisando interagir mais no processo legislativo para que possamos dar nossa opinião".

Márcio Carlos, de Minas Gerais: "O Legislativo precisa estar alinhado com os anseios da população. Precisamos participar mais, sim, seja interagindo eletronicamente ou [por] referendo".

Leandro Demboski, do Rio Grande do Sul: "Quais são as propostas existentes que visam aumentar a participação popular no processo legislativo?". Eu diria que essa é uma delas. E, se realizarmos uma assembleia nos estados, outras sugestões poderão surgir.

Diogo de Queiroz, de São Paulo: "Os abaixo-assinados feitos em *sites* ou aplicativos especializados, e com grande participação popular, serão considerados?". Claro que sim, mas vocês é que vão responder, não sou eu que tem que responder.

Alexsander Brito, do Maranhão: "É possível a participação da população em projetos sobre melhorias [...] nas áreas de transporte e saúde? [...] [Existem] limitações [na participação]?".

Davi Moraes, de Santa Catarina: "Como podemos incentivar uma cultura de engajamento cívico, [...] [fora] dos momentos eleitorais [interessante], para manter uma participação ativa da população?".

Eu faço um pequeno comentário, porque muitas vezes o povo diz que tem políticos aí de quatro em quatro anos ou de oito em oito anos, só aparece lá no ano eleitoral. É o que ele está aqui cobrando. Não estou criticando ninguém, mas só dizendo que a pergunta dele tem lógica.

Davi Morais, de Santa Catarina: "Como podemos incentivar uma cultura de engajamento cívico, [...] [fora] dos momentos eleitorais, para manter uma participação ativa da população?". Já havia comentado.

Caio, do Amazonas: "Qual o motivo da subutilização dos mecanismos de participação popular direta (iniciativa popular, plebiscito e referendo)?".

E, por fim, Gustavo Henrique, de São Paulo: "[...] [O uso de] referendo para os assuntos de Estado seria uma forma de aumentar a participação popular no Legislativo?".

Ainda William Ampese, de Santa Catarina: "É preciso garantir [...] [o acesso à internet e aos aplicativos digitais], para que a população possa exercer diretamente sua participação". Interessante também, todas são muito interessantes!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De Ananias Correia, da Bahia: "Fomentar e incentivar políticas de votação em salas de aula e em associação de moradores é uma forma de engajar a população no debate". Muito bem.

Verges Rossano, do Maranhão: "Um abaixo-assinado com [o voto de] 10% [...] do eleitorado [...] deveria ter força de lei, pois [...] [existem] pautas que nunca entram em [...] [discussão]". Muito bem.

Eu acho que o nosso Procurador já escolheu as suas respostas. Então, o Dr. Eduardo Kassuga será o primeiro a responder, porque ele está com problema de horário em outra agenda.

O SR. EDUARDO KASSUGA (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Senador.

Primeiramente, só dando uma resposta para o Sr. Nery, nós temos diversos projetos na instituição para fortalecer a ideia de que a Defensoria Pública da União é um *locus* para debates também, se tornar um fórum de debates envolvendo direitos e garantias das pessoas em situação de vulnerabilidade. A questão é operacionalizar isso diante de dificuldades espaciais, inclusive, não é? Hoje em dia, com os meios virtuais, isso fica mais fácil, mas, por outro lado, a presença física é muito importante também para que seja um debate qualificado, algumas matérias precisam disso. Isso é estudado e os problemas existem. Cabe à gente, numa gestão, superar isso.

Agora, já indo para as perguntas, eu gostaria de responder ao Carlos Alberto, da Bahia, e ao Márcio Carlos, de Minas Gerais, que me parece que trazem mais até afirmativas do que perguntas em relação à necessidade de termos a consciência de que a participação direta é importante para legitimar também aquilo que vai reger as nossas vidas enquanto ordenamento jurídico. Eu aqui também vou aderir e endossar essas afirmativas. Nós, brasileiros, estamos realmente precisando interagir mais no processo legislativo para que possamos dar a nossa opinião, de fato. Se é algo que vai reger as nossas vidas, é muito bom e importante que sejamos parte da construção disso. "O Legislativo precisa estar alinhado com os anseios da população. Precisamos participar mais, seja interagindo eletronicamente ou por referendo". Exatamente, aqui, o Sr. Márcio Carlos inclusive faz referência a meios de participação direta na democracia, e essa sugestão é exatamente sobre isso. Aliás, é alçar a um outro degrau, a um outro nível a capacidade de a população poder interagir diretamente com o Poder Legislativo e, assim, produzir normas jurídicas.

E, dito isso, Sr. Senador, eu peço licença, a V. Exa., diante de outros compromissos. E aqui também vou me despedir do Sr. Nery, muito bom ter essa conversa e interação com o senhor e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também com o Sr. Presidente Antonio Carlos. Mais uma vez, muito obrigado. Muito obrigado a todas e a todos. Eu peço licença e também desculpas pela minha saída antecipada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Eduardo Kassuga, Defensor Público da União, representante do Defensor Público-Geral da União, pela bela contribuição que nos deu, como sempre. É um prazer, viu? Um abraço lá.

Vem uma informação de que a Anamatra foi convidada a participar. Infelizmente, por motivo de agenda – eles sempre estão presentes também –, eles não conseguiram estar aqui no dia de hoje, mas aqui desejando uma bela audiência pública e um abraço a todos. Quem fez esse informe foi a Presidenta Luciana Paula Conforti. Está dado então o aviso.

Eu passo a palavra agora... Estamos aqui com os nossos dois convidados presencialmente. Da forma que começamos, o primeiro a falar vai ser o último agora, porque daí encerra. Então, eu passo a palavra ao Sr. Antonio Carlos Fernandes Lima Junior, Presidente da Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado (Conacate).

O SR. ANTONIO CARLOS FERNANDES LIMA JUNIOR (Para expor.) – Senador, o senhor, inclusive, já respondeu várias das perguntas aqui, mas aqui o Leandro Demboski, do Rio Grande do Sul, coloca: "Quais são as propostas existentes que visam aumentar a participação popular no processo legislativo?". E o senhor mencionou bem. Essa PEC da pauta popular é sem dúvida uma proposta que atende a essa colocação sua, Leandro.

O Diogo fala sobre se os abaixo-assinados em *sites*, aplicativos podem fazer parte. Hoje, é inescapável a participação de todos esses sistemas nos processos de discussão e de apuração da opinião pública.

Tem diversas perguntas, mas eu gostaria de me fixar, então, Senador...

Há a pergunta, por exemplo, do Joel Mendes, do Rio de Janeiro: "[...] a participação popular é imprescindível, quais serão as formas de atrair a atenção do público para os assuntos legislativos?".

E também tem mais outras perguntas que dizem respeito também a esse tema: a Geovana Farias, do Distrito Federal também; o Gustavo Henrique.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, a sociedade deve perceber a importância vital que é o Poder Legislativo para o cidadão, seja em nível municipal, estadual ou federal, que o cidadão tenha muita consciência de que o voto dele é a principal arma que ele tem para fazer a participação popular. A gente ouve tanto sobre votos comprados, votos... Não caiam nessa, que a sociedade não deixe que isso prospere, porque o Poder Legislativo, sem dúvida, é de fundamental importância. Então, Joel, Geovana, Gustavo, várias aqui das perguntas mencionam essa questão.

E eu só queria deixar bem ressaltado isto: a PEC atende o objetivo e a consciência do voto no Poder Legislativo, a importância disso é que vai fazer a participação popular ser respeitada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Foram as considerações finais mediante resposta do Dr. Antonio Carlos Fernandes Lima Junior, Presidente da Conacate, a quem eu peço uma salva de palmas... (*Palmas.*)

Estamos juntos, doutor. Parabéns pela exposição.

E agora, então, o Diretor Executivo da Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social (Anadips), o Sr. Nery Charlie Batista Neri, que foi quem iniciou. Então, os últimos serão os primeiros, não é? Vai contigo.

O SR. NERY CHARLIE BATISTA NERI (Para expor.) – O Gustavo Henrique, de São Paulo, pergunta: "Os referendos para assuntos de Estado seriam uma forma de aumentar a participação popular no Legislativo?".

Sim. Inclusive, a Ministra do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia sempre tem uma fala sobre isso, da necessidade de maior participação popular no Legislativo brasileiro, inclusive ela fala sobre essa questão de referendos e plebiscitos.

William Ampese, de Santa Catarina: "É preciso garantir [acesso à internet e aos aplicativos digitais] [...] para que a população possa exercer diretamente sua participação".

Sim, nós concordamos com isso e já temos alguns instrumentos e ferramentas para utilizar. Por exemplo, carteira digital. Para você baixar sua carteira digital, você usa o aplicativo do gov.br. Para acessar o INSS e requerer benefícios, você usa o Meu INSS, que se acessa através do gov.br.

Você pode assinar eletronicamente um documento com certificado digital do gov.br. Esse é um aplicativo que pode ser utilizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro: a gente poderia também criar um mecanismo, no caso do sougov.br., que abarca os servidores federais. Todos os servidores federais vão lá, consultam contracheque, consultam férias, consultam... Ele é um aplicativo dos servidores federais e pode ser utilizado para dar ciência ou um "de acordo" numa consulta popular, porque ele é um sistema que garante a autenticidade de que aquela pessoa realmente existe e não é um robozinho.

Então, é muito interessante essa colocação do William e me fez lembrar do sougov.br, me fez lembrar do gov.br, do Meu INSS.

E, no e-Título, o próprio TSE pode, se quiser, colocar uma funcionalidade de autenticação, através do e-Título.

Então, existem já os aplicativos para permitir à pessoa, de casa, no seu celular, votar.

Ananias: "Fomentar e incentivar políticas de votação em salas de aula e em associações de moradores é uma forma de engajar a população no debate".

Certamente. Isso aqui é fundamental. Acho que a educação vai ter um papel muito importante na qualificação desse debate, na divulgação dessas pautas, desses tambores de que o Senador falou há pouco.

O Caio, do Amazonas, diz: "Qual o motivo da subutilização dos mecanismos de participação popular direta (iniciativa popular, plebiscito, referendo)?".

É porque falta mobilização social. A necessidade de mobilização social é o motivo dessa subutilização dos nossos mecanismos que já estão contemplados na Constituição.

Essa sugestão legislativa visa a aperfeiçoar a Constituição, para que a sociedade seja mobilizada a participar por meio de projetos de lei de iniciativa popular e também os projetos de clamor popular, para que o Colégio de Líderes, que representa mais de 50% do Plenário, possa apresentar e incluir para a deliberação do Plenário na pauta.

São essas as considerações, Presidente, com que eu gostaria de concluir. E quero agradecer, mais uma vez, à CDH e a V. Exa. por sua sensibilidade, Senador, porque, para nós, é muito importante o seu engajamento nessa causa, em mais uma luta em que o Senador Paulo Paim se coloca para a sociedade brasileira, em defesa do aperfeiçoamento da nossa democracia.

Esta Comissão aqui, gente, foi muito importante na qualificação do debate da reforma da previdência. A TV Senado era o espaço que nós tínhamos de contraponto, devido àquela massiva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da mídia. E foi aqui, na CDH, que nós trouxemos o Conselho Nacional de Educação, não é, Senador Paulo Paim? Nós fazemos aquelas palestras nas faculdades e nós chegamos à conclusão de que o curso de Direito tinha uma deficiência: o Direito Previdenciário não fazia parte do eixo essencial, não era matéria obrigatória. E foi aqui, na CDH, que, a partir daquela audiência pública, houve o reconhecimento, e o Direito Previdenciário passou a ser matéria obrigatória no curso de Direito.

Olha a importância desta Comissão, olha a importância da sensibilidade para esses temas: mudamos o curso de Direito no Brasil, e o Direito Previdenciário agora inclusive está fazendo parte do exame da ordem, um assunto que interessa a todos os brasileiros. Então, a importância...

Eu quero, mais uma vez, agradecer pela oportunidade, agradecer a todos os presentes aqui, nesta Comissão, saudar os ouvintes aqui, as pessoas que estão assistindo em casa, acompanhando a TV Senado, porque nós estamos, mais uma vez, engajados em um movimento de sociedade.

O Movimento Acorda Sociedade nasceu da necessidade de alertar, denunciar retrocessos e mobilizar a sociedade brasileira para o debate nacional, e é isso que nós vamos fazer a partir da SUG 22, de 2020, a partir do momento em que ela já tiver número, quando nós vamos conseguir as 14 assinaturas. E, certamente, nós vamos conseguir muito mais do que 14 assinaturas. Eu confio nos meus parceiros institucionais, eu confio na sensibilidade de muitos Senadores desta Casa, e nós vamos aperfeiçoar a democracia no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Nery Charlie Batista Neri, Diretor-Executivo da Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social (Anadips). Meus cumprimentos.

Meus cumprimentos também – só vou citar – ao Eduardo Kassuga, que já saiu, que é Defensor Público da União; ao Gilson, que nós comentamos no início – o Gilson Conzatti não pôde estar presente –; e meus cumprimentos também ao nosso querido Dr. Antonio Carlos Fernandes Lima Junior, Presidente da Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado (Conacate).

As perguntas foram praticamente todas respondidas. De uma forma ou de outra, tinha sintonia até uma pergunta... Porque alguns são comentários, tem 13 aqui que são comentários que vão no mesmo sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lhe confesso que eu fiquei empolgado aqui, com essa nossa audiência pública, porque aqui, no Congresso, às vezes, para mim, que estou aqui há quase 40 anos – eu entrei na Constituinte, vou completar 40 com este mandato –, tem dias em que eu estou meio desanimado, sabe? Porque as causas populares, aquelas populares mesmo, andam devagar. Por isso que eu dei os exemplos aqui de algumas coisas que aprovamos, mas faz 10, 15, 20 anos. Não são todos que vão ficar aqui por 10, 15, 20, 30 anos. E essa emenda que vocês estão propondo, que é uma emenda constitucional, é um ajuste – porque o princípio está assegurado. Ela vai permitir...

E, hoje, com a automação, com a robótica, com o trabalho virtual – toda vez eu dou este exemplo, e aí eu volto de novo na redução de jornada... Tem banco, só como exemplo, que tinha cem empregados e tem dez hoje. Então, ele paga dez assalariados e pôde demitir 90. Por quê? Porque hoje é tudo automatizado. Você deu os exemplos aqui. E isso mostra que cada vez mais, se é possível tudo isso...

Se eu não quiser vir ao Congresso, um mês, dois meses, porque aqui já fizemos isso no tempo da dengue e, principalmente, da covid-19, eu voltava para o Rio Grande do Sul, e com toda a segurança, porque ficou o Congresso parado um bom tempo, e nós fazíamos tudo de lá.

Então, por que cada vez mais a gente não pode fazer que a população possa participar ativamente, via essa inteligência artificial – que, dizem, é para o bem? Ela pode participar e dizer: "Olha, gostaríamos que essa matéria fosse a pauta". Não é que a população vai deixar de eleger os seus representantes; ela só vai poder pautar a matéria: "Votem o projeto tal. Contra ou a favor, votem". E isso poderia ser virtual, com a seleção adequada, devida. Se eu posso votar... Eu voto uma decisão de um projeto aqui que envolve milhões ou bilhões da minha casa ou do exterior, se lá eu estiver, só pelo celular. Isso já é feito hoje, já é feito tranquilamente.

Claro, eu estou muito presente aqui, presido as Comissões, nesta Comissão muito, mas, quando foi dito que, durante a covid, ninguém poderia entrar nem sair e que faríamos de casa, nós fizemos tudo isso de casa. E não houve problema nenhum.

Por isso, a ideia de vocês é mais do que positiva. Poderemos fazer, um dia desses, até uma audiência, com esse objetivo, virtual também, permitindo que na tela entrem inúmeros convidados para dar opinião a favor ou contra, porque isso é fortalecer a democracia.

Essa proposta é uma proposta que tem tudo para crescer. Eu espero que todos entendam a importância de a gente assegurar o direito dos mais vulneráveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu leio na tribuna – e sou até chato – que 32 milhões de pessoas neste país têm insuficiência alimentar; quando eu leio, como li nessa semana, que 58 milhões de pessoas dependem do salário mínimo...

Nós todos sabemos o que é um salário mínimo. Eu venho de uma família de dez irmãos, e pai e mãe ganhavam o salário mínimo. Então, eu sei muito bem o que é ganhar o salário mínimo.

Não tem grande mudança, não, de lá para hoje, na realidade do poder de compra do salário mínimo. Essa é uma realidade.

Nós temos o país que tem mais feminicídio, nós temos um país que tem trabalho escravo ainda.

Aí eu vou para a tribuna e falo disso e falo daquilo, e às vezes dizem: "O Paim não cansa?". Eu digo: de teimoso eu estou aqui, senão eu tinha ido embora há muito tempo já, porque tem dias que dá uma tristeza.

Na CPI da Previdência, que presidimos, provamos – você esteve lá diversas vezes, acho que você também esteve – que não há déficit na previdência. Na verdade, com os sonegadores, os devedores, a anistia, são trilhões – trilhões! – que ficaram sem entrar nos cofres públicos. E é sempre "não pode", "a estrutura não permite"...

Como você falou muito bem, na reforma da previdência, queriam acabar com a previdência pública quando iriam aplicar a capitalização. Foi uma briga na Câmara e no Senado. Eu disse: não – não somente eu, nós todos, muitos Deputados e Senadores – e conseguimos trancar, senão iria acabar a previdência pública. Seria como a do Chile, que lá a maioria da população ganha meio salário mínimo. Era o objetivo.

Mas, enfim, se fôssemos falar tudo aqui, amaneceríamos conversando.

Não sei se vocês querem fazer alguma consideração. Se não, nós encerramos neste momento os trabalhos.

O SR. ANTONIO CARLOS FERNANDES LIMA JUNIOR (Para expor.) – De minha parte, está mais do que bem conduzida toda essa discussão, e fica aqui, de novo, que estamos prontos às orientações que os senhores aqui nos derem para essa luta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NERY CHARLIE BATISTA NERI – Senador, mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Eu que agradeço. Estamos juntos.

Parabéns pela iniciativa de vocês.

Saí um pouco mais animado hoje, viu? Só saber que a população vai participar diretamente da pauta me anima trabalhar para isso.

Então, uma salva de palmas a todos vocês que estão até agora aqui e vieram prestigiar este momento. (*Palmas.*)

Um abraço a todos.

Está encerrada a audiência pública.

(*Iniciada às 9 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quinze minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 3/2024 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre o tema: "Liberdade de Consciência". Participantes: Sr Luís Mário de Souza Pinto, Vice-presidente da Associação Internacional de Liberdade Religiosa e seu representante no Brasil; Sr Sheikh Jihad Hammadeh, Líder religioso e vice-presidente da União das Entidades Islâmicas – UNI; Girrad Mahmoud Sammour, Presidente da Associação Nacional de Juristas Islâmicos - ANAJI; Edna Vasconcelos Zilli, Presidente da Associação Nacional de Uristas Evangélicos - ANAJURE; e Luigi Braga, Diretor Jurídico da Igreja Adventista do Sétimo Dia para América do Sul. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/02/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 3, de 2024, de minha autoria, para debater o tema "Liberdade de Consciência".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Bom dia!

Como é de praxe, eu faço sempre uma introdução do tema, para que o telespectador, quem estiver nos assistindo, quem ouvindo também pela Rádio Senado ou acompanhando pelas agências da Casa possam saber qual é o eixo do debate no dia de hoje.

O tema é "Liberdade de Consciência".

O Supremo Tribunal Federal, ao tratar sobre o direito à liberdade de consciência, quando da realização de concursos e estágios probatórios do serviço público, assegurou o direito de liberdade religiosa às partes envolvidas. Contudo, alguns Ministros da Suprema Corte reconheceram a necessidade de o tema ser regulamentado pelo Congresso Nacional.

A nossa Constituição Federal, em seu art. 5º, incisos VI e VIII, determina:

> Art. 5º .....
> .....
> VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais do culto e a suas liturgias;
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;
> .....

No Congresso Nacional, tramitam diversas proposições que tratam do tema. A maioria das matérias buscam o aperfeiçoamento dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores, das servidoras públicas e dos servidores públicos quanto ao seu direito de escolha e concretização das práticas das suas mais elevadas crenças, que é a liberdade de consciência, que está associada com os mais elevados níveis de desenvolvimento humano.

Teresinha Inês Teles Pires, em seu artigo "Liberdade de consciência, liberdade de crença e pluralismo político", diz:

> Particularmente as convicções religiosas impõem ampla proteção da conduta, tendo em vista o significado ético das crenças religiosas, as quais se refletem em hábitos culturais e sociais, como, por exemplo, o do uso do véu ou outros símbolos. Outro exemplo é o da objeção de consciência, pela qual se reserva ao indivíduo o direito de recusar-se à prática de determinado ato, por motivo de crença. Mencionem-se, nesse sentido, o caso da pessoa que não aceita [por exemplo só] a transfusão de sangue por professar a religião Testemunha de Jeová, a recusa ao serviço militar e a recusa do médico a realizar o aborto nos países nos quais sua prática é legalizada.

O artigo ainda retrata: "[...] as liberdades de consciência e de crença estruturam-se em uma perspectiva multidimensional, devendo, em todas as duas distinções dogmáticas, conectar-se ao princípio maior da dignidade da pessoa humana".

Terminamos a fala com o tema da Campanha da Fraternidade 2024: "Fraternidade e Amizade Social" e com o lema: "Vós sois todos irmãos e irmãs".

Vamos a este nobre debate, que é esclarecedor para todos aqueles que têm dúvida quanto ao que significa liberdade de consciência.

Vamos para a primeira mesa.

Para a primeira mesa, convido Edna Vasconcelos Zilli, Presidente da Associação Nacional de Juristas Evangélicos – aqui está "uristas", não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Botaram em latim... Ele salvou a assessoria aí. Para a assessoria não ser criticada, ele salvou, dizendo: "Botaram em latim, Senador". Já vou botar aqui o "j".

Luigi Braga, Diretor Jurídico da Igreja Adventista do Sétimo Dia para a América do Sul.

Uma salva de palmas para os dois que já estão aqui, prontos para este bom debate. (*Palmas.*)

Luis Mário de Souza Pinto, Vice-Presidente da Associação Internacional para a Defesa da Liberdade Religiosa e seu representante no Brasil. Bem-vindo, Sr. Luis. (*Palmas.*)

Girrad Mahmoud Sammour, Presidente da Associação Nacional de Juristas Islâmicos, seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Teremos ainda, em participação virtual, o Sr. Hédio Silva Júnior, advogado, mestre e Doutor em Direito pela PUC-SP, ex-Secretário de Justiça do Estado de São Paulo, Presidente do Instituto de Defesa dos Direitos das Religiões Afro-Brasileiras; e teremos também Sheikh Jihad Hammdeh, líder religioso e Vice-Presidente da União Nacional das Entidades Islâmicas.

Então, de imediato, pois temos aqui uma série de perguntas já que vieram pelo e-Cidadania – mas nós as faremos no momento adequado –, passo a palavra à Sra. Edna Vasconcelos Zilli, Presidente da Associação Nacional de Juristas Evangélicos.

O tempo de cada um é dez minutos, com a tolerância necessária.

A SRA. EDNA VASCONCELOS ZILLI (Para expor.) – Bom dia a todos.

A Associação Nacional de Juristas Evangélicos (Anajure), em cumprimento à sua missão institucional em defesa das liberdades civis fundamentais, agradece o convite para participar da presente audiência pública, que visa a debater um assunto tão importante como o direito fundamental à liberdade de consciência, bem como os meios para sua efetiva concretização.

De início, a Anajure não pode deixar de agradecer ao nobre Senador Paulo Paim, que solicitou a realização desta sessão pública, e ao digno Presidente desta Casa, Senador Rodrigo Pacheco, que acolheu a iniciativa.

A Anajure se sente honrada em ter sido chamada para participar desta sessão, pois o tema é de vital importância para todos os trabalhadores do país, especialmente aqueles que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

religiosos e que procuram agir de acordo com as suas convicções nos espaços públicos que frequentam, incluindo aí o ambiente de trabalho.

Ainda que seja uma entidade representativa de juristas evangélicos, a Anajure tem um compromisso com a liberdade religiosa de todos os cidadãos, independentemente da igreja ou do culto de que façam parte, porque entende que a liberdade religiosa é de todos ou não é de ninguém.

A propositura do Projeto de Lei 3.346, de 2019, que chega em boa hora à mais Alta Casa Legislativa do país, merece aplausos porque tem a intenção de resguardar o direito dos trabalhadores e dos servidores religiosos ao descanso nos seus dias de guarda. As nossas homenagens, portanto, à iniciativa da Câmara dos Deputados.

Esse projeto de lei é de vital importância para a preservação da diversidade cultural e para a promoção da cidadania do empregado na empresa e a promoção da dignidade do trabalhador e do servidor público nos ambientes em que prestam serviços. A relevância do projeto pode ser medida pela importância que o direito internacional dos direitos humanos confere à liberdade religiosa, que inclui não apenas o direito de crer, mas o direito de agir no dia a dia segundo as suas convicções religiosas.

Assim, nós somos totalmente favoráveis ao projeto de lei e agradecemos a oportunidade de participar da discussão do projeto e a possibilidade de colaborar em tão importante diálogo legislativo, deixando a V. Exas. os nossos votos de estima e consideração. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sra. Edna Vasconcelos Zilli, Presidente da Associação Nacional dos Juristas Evangélicos (Anajure).

De imediato, passo a palavra para o Diretor Jurídico da Igreja Adventista do Sétimo Dia para a América do Sul, Sr. Luigi Braga.

O SR. LUIGI BRAGA (Para expor.) – Senador Paulo Paim, na pessoa de quem cumprimento o Congresso Nacional, demais participantes e debatedores da liberdade religiosa que estão aqui conosco.

Senador, primeiro, eu quero agradecer-lhe pela iniciativa e, obviamente, louvar a sua dedicação ao Senado por todos estes anos e todo o trabalho que o senhor tem realizado; e, especialmente, por trazer e discutir um tema que une o Brasil. Nós estamos vivendo um momento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora em que a gente precisa buscar as pautas que representam a maturidade do nosso país e a importância do nosso país. E esse é um tema. Desde 1999 eu tenho militado nesse tema, Senador, e é incrível a quantidade e os múltiplos partidos que têm apoiado essa iniciativa ao longo do tempo.

Uma vez nós tivemos um debate em que a Deputada Maria do Rosário foi a Relatora, e ela me falou uma coisa muito interessante. E eu prometi a ela que, toda vez em que eu falasse desse tema dentro do Congresso Nacional, eu ia lembrar a atuação dela. Ela teve uma atuação muito positiva aqui na alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que era também reflexo da mesma evolução legislativa que nós estamos buscando aqui, e ela atuou fortemente. Ela me disse uma coisa interessante. Ela disse: "O desafio aqui, doutor, é que nós estamos em busca de lutar pelas minorias religiosas. O dia de guarda – e é uma coisa em que tenho trabalhado há muitos anos – tem uma proteção constitucional; quando ele sofre essa violação, a gente não tem ideia de em que a gente está mexendo no coração das pessoas; a gente não tem ideia do efeito dessa violação sobre as pessoas".

Eu me lembro uma vez de um professor da Universidade Federal de Sergipe, em que nós tivemos uma discussão ligada à vida de uma dessas pessoas. E foi exatamente uma questão ligada à doação de sangue. E nós, cristãos – cristão que sou, nesse caso específico –, valorizávamos a questão do direito à vida. Como advogado, eu entendia a questão do direito à vida. Eu tive uma aluna que estava escrevendo o trabalho de conclusão de curso dela, falando sobre isso. E aí ela me levou... Ela disse assim: "Eu queria te levar para conhecer...". Era um senhor que tinha tido esse direito violado. E eu falei com ela: "Olha, mas você sabe que eu não sou a melhor pessoa nisso, eu sou seu professor, mas eu creio no direito à vida". Ela disse: "Não, mas eu queria que o senhor fosse ouvir alguém que teve esse direito violado". Eu falei com ela: "Olha, eu vou, mas eu já queria te antecipar a minha opinião". Ela disse: "Não, mas eu queria que o senhor o ouvisse, professor".

Senador, eu fui fazer uma visita e, quando eu cheguei ali, eu falei: "O senhor recebeu a doação. Que bom, o senhor salvou a sua vida". Ele disse: "Que vida?". Ele disse... Olhando nos meus olhos, ele me fez sofrer o poder desse tema, de que a gente não faz nem ideia. Ele olhou nos meus olhos e disse assim: "No dia em que você violou a minha crença religiosa, você acabou com a minha vida. Eu preferia ter morrido". E quando ele disse aquela frase para mim... Ele disse: "Eu fui isolado da minha família, da minha comunidade. Eu não me sinto mais a pessoa que eu era antes. Então, eu queria só deixar registrado para o senhor que eu preferia ter morrido a ter passado por isso".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esse tema que para mim já era uma coisa forte passou a ser algo que eu entendi que não era, nesse caso específico, o direito que a Constituição assegurava, não era a minha percepção, mas é a percepção e o direito do outro, independentemente da minha opinião sobre o que ele estava falando.

Então, a questão da liberdade religiosa talvez seja o direito mais profundo, porque, quando a gente fala dos direitos do dia a dia, nós estamos pensando em direitos que estão ligados à nossa vida. Quando você fala de liberdade religiosa, você está pensando no transcendental, você está pensando, para muitas nações, na eternidade, você está pensando em impactos que vão muito além do que a gente está vivendo aqui, do cargo que a gente ocupa, do dinheiro que a gente tem, de tudo que a gente faz. Então é algo muito mais profundo e lógico para aqueles que creem, e a crença é algo muito particular.

É por isso que a Lei Geral de Proteção de Dados, que foi tanto discutida nesta Casa, trouxe a questão da religião como um dado sensível. Por isso, esse projeto de lei também é uma expressão de maturidade, quando não obriga as pessoas a revelarem, logo na entrevista de emprego, qual é a religião, porque a religião é algo intrínseco à pessoa e é um dado sensível – a pessoa não tem que expor a vida dela numa entrevista de trabalho.

Então, esse projeto de lei... E aqui, Senador, fica o apelo de alguém que vê todo dia alguém padecendo por isso, o apelo para que esse projeto tenha o andamento o mais rápido possível, dada a relevância e a importância que ele tem para a nossa sociedade.

Veja, o Brasil nesse aspecto é um exemplo para o mundo. Aliás, é uma pena que o brasileiro não entenda a repercussão que o nosso país tem, de tanta importância, de tanta importância da nossa legislação nesse tema para o mundo inteiro. Então, esse projeto de lei é uma expressão da maturidade do Legislativo e do Congresso brasileiro ao longo da sua história, a expressão da Constituição Federal, a expressão de tudo aquilo que nós estamos construindo nesses anos.

Na condição de jurista brasileiro, na condição de jurista que milita nesse tema em vários locais do mundo, eu queria dizer e apelar, Senador, para o apoio do Senado Federal para que a gente ande o quanto antes com esse projeto. Esse é um projeto que vai representar muito na vida de milhares e milhares de brasileiros, independentemente da religião. Nós temos aqui os adventistas do sétimo dia, os judeus, nós temos aqui o próprio Islã. Nós temos aqui, por exemplo...

Senador, a gente, às vezes, não presta atenção nisso, mas, por exemplo, um devoto de Nossa Senhora Aparecida que fez um voto para obter uma cura, para obter alguma coisa... Chega o dia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Nossa Senhora Aparecida, e, para ele, aquele é um dia de guarda. O Natal, em alguns lugares, ou a Sexta-feira da Paixão é um dia de guarda. É que a gente é tão acostumado a viver num país que tem algumas religiões que são majoritárias que a gente não percebe a importância e a expressão disso para o dia de guarda.

Então, imagina, vamos dizer que você fez uma promessa, por exemplo, acontece na Bahia, para o Senhor do Bonfim... E aí o indivíduo fez uma promessa e vai cumprir naquele dia. Aquele é um dia de guarda para ele. Ele vem se preparando para aquele momento, é uma questão da expressão máxima da fé dele, e alguém diz: "Não, você não pode ir, porque hoje você não tem esse direito". Então, é a expressão da maturidade.

Aqui ninguém está pedindo uma prestação alternativa no sentido de querer lesar o empregador, muito pelo contrário. Qual é o empregador... Eu fui empregador, tive alguns funcionários que passaram por isso e também já fui empregado. Não há prejuízo em você respeitar a ideologia do seu empregado. E é por isso que a Constituição é uma expressão de garantia, quando você olha a liberdade. Olha onde está a liberdade religiosa: junto com a liberdade política e junto com a liberdade filosófica.

Essa tríade de liberdade assegurada na Constituição brasileira faz do Brasil, para mim, o melhor lugar do mundo para viver. A gente não pode se esquecer disso. Esse projeto de lei é uma expressão do poder que o Congresso Nacional tem de mostrar para o mundo inteiro que neste país ninguém será punido por questão de liberdade filosófica, política ou religiosa, a não ser que seja para violar uma alternativa. E não é o caso desse projeto, muito pelo contrário.

Então, Senador, eu queria agradecer mais uma vez o apoio do Congresso Nacional e, obviamente, a legislação que está sendo produzida aqui. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Luigi Braga, Diretor Jurídico da Igreja Adventista do Sétimo Dia para a América do Sul.

Vamos agora ao Sr. Luís Mário de Souza Pinto, Vice-Presidente da Associação Internacional de Liberdade Religiosa e seu representante no Brasil.

O SR. LUÍS MÁRIO DE SOUZA PINTO (Para expor.) – Muito obrigado pela oportunidade, Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, demais participantes da mesa e auditório aqui presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É com profundo respeito e consideração que, neste momento, representamos a Associação Internacional de Liberdade Religiosa, conhecida como IRLA, uma entidade internacional comprometida com os princípios fundamentais da liberdade de consciência e de religião. A história da IRLA remonta a 1889, quando, no seio da Igreja Adventista do Sétimo Dia nos Estados Unidos, surgiu a Associação Nacional de Liberdade Religiosa em resposta aos desafios enfrentados pelos membros da Igreja, especialmente em relação à guarda do sábado. Desde então, a IRLA expandiu a sua atuação tornando-se internacional a partir de 1891 e sendo incorporada à Associação Geral da Igreja Adventista do Sétimo Dia em 1901.

A IRLA, a partir de 1946 – porque até então tinha como parte somente membros da Igreja Adventista –, admite integrantes de outras confissões em seus quadros acadêmicos e diretivos por entender que a liberdade que buscamos deve ser estendida a todos, independentemente do credo escolhido por cada um. A isso chamamos de liberdade inclusiva, quando todos estão nessa busca dessa liberdade.

Hoje, a IRLA está presente em mais de 80 países, promovendo os ideais da liberdade religiosa e defesa dos direitos civis de todas as pessoas de escolher e praticar a sua religião, conforme ditam suas consciências.

Nossas diretrizes gerais incluem a divulgação dos princípios da liberdade religiosa, a defesa dos direitos individuais de adoração e manifestação religiosa. Liberdade religiosa é mais do que um direito, é um princípio fundamental que exige o respeito pela diversidade de crenças e a proteção dos direitos de cada indivíduo, de acordo com a sua consciência.

E, Senador, eu me dirijo a V. Exa. com as palavras proferidas por Mordecai, no texto bíblico, dirigida à Rainha Ester nos tempos antigos, quando os judeus enfrentavam uma ameaça de extermínio tramada por Hamã, um líder político poderoso da antiga Pérsia. Assim como Ester foi chamada para intervir naquele momento crucial, talvez tenham sido elevados, ou V. Exa. tenha sido elevado a essa função, a esse cargo, nesse exato tempo para garantir que as leis e políticas em nosso país protejam e promovam a liberdade de consciência de todos os brasileiros, independentemente de sua fé, de sua crença.

No texto bíblico, no livro de Ester, capítulo 4, versículo 14, Mordecai declara o seguinte para Ester: "Porque se de todo te calares neste tempo, socorro e livramento de outra parte sairá para os judeus naquele contexto, mas tu e a casa de teu pai perecereis [e agora vem o texto chave]; e quem sabe se para tal tempo como este chegaste a este reino?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, me dirigindo ao Senador, quem sabe se não foram elevados, ou se o senhor não foi elevado a essa posição, precisamente para este momento, para garantir que a liberdade de consciência e religião seja protegida e preservada em nossa nação?

Agradecemos pela atenção e esperamos que considerem seriamente o papel crucial que se desempenha na promoção da liberdade religiosa e no respeito aos direitos fundamentais de todos os cidadãos brasileiros.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Sr. Luís Mário de Souza Pinto, Vice-Presidente da Associação Internacional de Liberdade Religiosa e seu representante no Brasil.

Vamos ao último aqui dos que estão presencialmente, para passarmos para os que estão virtualmente.

Então, agora passo a palavra para Girrad Mahmoud Sammour, Presidente da Associação Nacional de Juristas Islâmicos.

O SR. GIRRAD MAHMOUD SAMMOUR (Para expor.) – Bom dia a todos.

Cumprimento aqui o Exmo. Senador Paulo Paim pela acolhida, a todos os presentes, os colegas aqui de mesa e a todos que nos assistem.

Hoje nós estamos reunidos para discutir algo que já deveria ser regulamentado, querido Senador. Por qual razão nós falamos de uma regulamentação do art. 67 da CLT? O art. 67 traz que a folga deve ocorrer aos domingos, então faz com que todo empregador tenha essa obrigatoriedade. O empregador pode facilitar a vida do seu empregado, dando uma folga em outro dia da semana, mas ele não o faz porque ele pode ser penalizado por uma hora dobrada, por indenização por danos morais. E a Constituição vem, no art. 5º, inciso VIII, dar a objeção de consciência. E, quando ela dá a objeção de consciência, ela dá a possibilidade da prestação alternativa, ela dá a possibilidade de que esse empregado possa folgar no seu dia de guarda, e não prejudique assim o seu empregador. É claro que vai depender de cada ramo empresarial, se trabalha ou não aos domingos, se trabalha todos os dias, mas aqui nós estamos dando uma aplicabilidade a um artigo que está defasado, porque o direito vem antes da norma.

E, quando nós falamos do direito do trabalho, nós estamos falando do direito relacionado ao direito mais caro: os direitos humanos. E o direito humano do trabalhador, que vincula a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dignidade, faz com que ele tenha uma maior produção. Empregado feliz, maior produtividade; empregado feliz, patrão feliz, sociedade feliz. Já dizia Ruy Barbosa: é através das liberdades que nós temos estabilidade nas instituições.

Então, a liberdade religiosa nesse caso é nós fazermos com que seja corrigido algo que está errado no estado laico quando dá uma obrigatoriedade de folgas aos domingos, para que não haja judicialização. Os nossos queridos irmãos juristas adventistas sabem muito bem disto: quantas ações foram ajuizadas para que o empregado tivesse o seu dia de guarda respeitado. E foram acolhidas as ações, porque só judicialmente para a empresa autorizar isso e não ser penalizada.

Então, nós estamos evitando ações desnecessárias, movimentação do Estado. Estamos fazendo com que haja uma autoaplicabilidade de um artigo que não foi alterado de acordo com o nosso art. 5º, inciso VI, que é o respeito, que é você dar dignidade a esse trabalhador. Então, o que nós esperamos é que um projeto de lei brilhante como esse não fique parado.

Portugal, nossa pátria-irmã, já possui essa regulamentação desde 2001. Nós estamos, em 2024, aguardando a aprovação de um projeto de um direito tão caro em relação ao trabalhador, à trabalhadora.

As indumentárias religiosas. Quantas mulheres, quantas pessoas não são discriminadas na contratação, por conta da vestimenta? E a vestimenta não causa impacto nenhum no ofício que é exercido. Agora, dia 8 de fevereiro, estivemos no STF, e havia ali uma muçulmana utilizando o véu islâmico e fazendo a sustentação oral: baiana, a Dra. Quezia, preta, brasileira. E o que prejudicou? Não prejudicou nada. Porém, a realidade é outra. Muitas não são contratadas por conta do uso do véu, muitas são dispensadas, muitas sofrem agressões, assédios. Então, a legislação deve corrigir tais erros e dar aplicabilidade ao art. 5º, inciso VIII, que é a objeção de consciência.

Então, para nós é algo que é muito caro. Esse projeto visa a fazer com que haja maior produção, que haja os direitos resguardados de todos os trabalhadores e que não há, como dito, prejuízo algum para qualquer empresário, há só aqui benefícios. E, por essa razão, analisando o Regimento Interno, nós já identificamos que já passou o prazo de isso estar sendo votado. Por essa razão, rogamos que o Senador leve isso adiante, e aprove, e faça com que haja a aplicabilidade necessária do nosso art. 5º e dos nossos direitos, principalmente da dignidade do ser humano e do trabalho, que é um bem caro e necessário para todo cidadão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Girrad Mahmoud Sammour, Presidente da Associação Nacional de Juristas Islâmicos, que detalhou o projeto, principalmente na relação do mundo do trabalho.

Eu queria só informar a todos que estão nos assistindo que esse aqui é o debate do Projeto 3.346 de 2019. O autor, que trata do tema que estamos aqui debatendo, é o Deputado Federal Wolney Queiroz, do PDT, de Pernambuco. O Relator é o Senador Magno Malta.

A matéria chegou ao Senado no dia 10/08/2022, tramitará aqui e ainda vai para CAS. E, pelo que eu percebo aqui, há um apelo – pelo que entendo eu –, por unanimidade, de que a matéria seja votada.

Eu me comprometo a conversar com o Senador Magno Malta para que ele encaminhe o seu parecer, para que a gente possa deliberar sobre a matéria. Ele foi convidado para esta reunião. Ele estava com dificuldades, mas disse que, se desse, entraria por videoconferência. Então, não sei se ele vai conseguir entrar, mas eu me comprometo a falar com ele para agilizar a votação.

Agora, eu vou passar a palavra ao Sr. Hédio Silva Jr. Eu não sei se...

O Hédio já está na tela? (*Pausa.*)

Não? (*Pausa.*)

O Hédio não está.

Então, o Sheikh Jihad Hammdah, líder religioso e Vice-Presidente da União das Entidades Islâmicas, já está convidado para usar a palavra virtual.

O SR. SHEIKH JIHAD HAMMDAH (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos. Bom dia ao Senador Paulo Paim, a quem... Em sua pessoa, cumprimento toda a mesa e todo o Senado, todas as autoridades presentes. Agradeço a Deus por mais um dia de vida e por nos reunirmos para falarmos de algo tão nobre, de um projeto de lei tão nobre.

Com o que eu poderia contribuir, junto com todas essas falas que me antecederam? É que esse projeto de lei contempla a dignidade humana. Então, não estamos falando somente de lei ou simplesmente de um direito trabalhista ou direito do trabalhador, mas sim o direito à dignidade, que preserva e que garante também, e vai proteger a dignidade do ser humano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deus, no *Alcorão* sagrado, diz: em verdade, nós enobrecemos o ser humano. Então, independentemente da sua crença, independentemente da sua ideologia, independentemente da sua formação, do seu *status* social, o ser humano é digno e merece essa dignidade, merece exercer essa dignidade; e faz parte da dignidade do ser humano ter liberdade religiosa, inclusive dentro do seu trabalho, do seu ganha-pão. Isso não beneficia somente ele, mas beneficia a sociedade e também beneficia a empresa na qual ele trabalha. Por quê? Porque, se ele trabalhar tranquilamente com dignidade e satisfeito, isso vai ajudá-lo a ter uma qualidade de vida melhor e vai poder ajudar que ele tenha uma produtividade melhor, um relacionamento com seus colegas de trabalho melhor, vai ter paciência.

A religião vem para beneficiar a pessoa, e ele tranquilo diante disso, isso garantido para ele, certamente ele trabalhará melhor a sua ansiedade, os seus problemas emocionais, vai ter estabilidade e isso vai ajudá-lo e à sociedade. A empresa na qual ele trabalha, sendo ela estatal, sendo ela privada, sendo ela própria, isso vai ajudar toda a sociedade, vai ajudar a nação a termos garantias de que a dignidade está presente.

Então, eu somo a minha voz à dos que me antecederam, à do Dr. Girrad Sammour, para que nós tenhamos urgentemente essa lei, pois ela é imprescindível e importante para o Brasil e para a sociedade brasileira.

Que Deus abençoe a todos, abençoe a atuação do Senador e dos demais irmãos que estão à mesa! E, quando as religiões estão... todas as pessoas de diversas ideologias estão reunidas para fazer o bem, então a nossa nação estará bem e será um exemplo para as demais nações no mundo.

Bom dia a todos. Que Deus abençoe a todos! Que a paz de Deus esteja com todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Esse foi o Sheikh Jihad Hammadeh, líder religioso e Vice-Presidente da União das Entidades Islâmicas.

Agora, o Hédio entrou ou não? (*Pausa.*)

Como o Hédio não entrou, neste segundo momento, nós vamos encaminhar... Eu vou solicitar que vocês, se puderem, deem uma cópia para cada um dos convidados.

Eu vou ler aqui as perguntas que chegaram e solicitaria que cada um de vocês escolhesse as respostas que gostaria de dar para o e-Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leandro Kappaun, do Rio Grande do Sul, pergunta: "Além das garantias já consagradas pela Constituição Federal, há mais propostas legislativas para o tema em discussão?".

Vocês vão receber aí tudo que está escrito e cada um escolhe qual gostaria de responder.

Rafaela Ferreira, de Pernambuco: "É inviolável a liberdade de consciência? [Ela coloca em forma de pergunta.] Qual a diferença entre liberdade de pensamento e liberdade de consciência?".

Joel Passos, de São Paulo: "Qual a melhor maneira de definir liberdade de consciência e como [...] [exercitá-la] sem infringir a lei ou [...] [os direitos do] próximo?".

Marlo Lemos, de Santa Catarina: "Sendo a consciência uma percepção absolutamente pessoal, como regular essa liberdade particular sem entrarmos no conceito de censura?".

Fábio Ossame, de Minas Gerais: "Como a liberdade de consciência pode ser promovida e protegida em ambientes de trabalho, escolas e outras instituições?".

Ainda, Jeann Alva, do Rio Grande do Sul: "Liberdade de consciência é vital para a autonomia, diversidade, respeito individual [...] tolerância e proteção contra totalitarismo". Faz uma afirmação, mas vocês podem comentar se assim entenderem. Aqui também são comentários.

Marcelo Silva, do Maranhão: "Devemos respeitar crenças e [a] consciência de cada indivíduo, [...] [ambas resguardadas pela Constituição Federal]".

Janaína Medeiros, do Mato Grosso: "Liberdade de consciência pra mim é poder falar aquilo que penso sem represálias! [...]".

Todos vocês receberam as perguntas e os comentários e podem se posicionar em relação a eles.

Eu vou voltar à lista novamente, já convidando a Edna Vasconcelos Zilli, Presidente da Associação Nacional de Juristas Evangélicos, para ver qual pergunta, ou uma ou duas, queira responder.

A SRA. EDNA VASCONCELOS ZILLI (Para expor.) – Eu vou ficar com a afirmação aqui do Jeann Alva, do Rio Grande do Sul: "Liberdade de consciência é vital para a autonomia, diversidade, respeito individual [...] tolerância e proteção contra totalitarismo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A liberdade de consciência realmente é importante para a proteção. Nós temos que ter o direito de defender aquilo em que cremos, aquilo que pensamos, segundo as nossas doutrinas, os nossos livros sagrados. Nós temos que ter esse direito.

Aqui, ouvindo todos os demais que falaram, que me antecederam aqui, é impressionante, nós pensamos, por exemplo, no direito à objeção de consciência para que – espero que não aconteça –, em caso de aprovação do aborto, por exemplo, ou mesmo nos casos em que já é permitido, um profissional da medicina que crê no valor da vida e crê que só quem pode dar e tomar a vida é Deus, como ele vai proceder a um aborto? Ser obrigado a isso violaria de uma forma brutal a sua objeção de consciência, a sua liberdade de consciência, dentro dos valores que ele traz consigo, que são intrínsecos ao ser humano, aquilo que é sobrenatural.

Então, nesse caso, seria uma violação grave ao direito da objeção de consciência deste profissional, e nós precisamos zelar para que isso não venha a acontecer no Brasil, em tantos casos, a gente já percebe que isso acontece no nosso dia a dia.

Então, é de tal importância que realmente esse projeto vá à frente, e nós possamos garantir que esses profissionais possam ter o seu direito à objeção de consciência em todas as áreas em que eles estiverem atuando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sra. Edna.

Então, passo a palavra agora para o Sr. Luigi Braga, Diretor Jurídico da Igreja Adventista do Sétimo Dia para a América do Sul.

O SR. LUIGI BRAGA (Para expor.) – Senador, eu vou falar de duas perguntas que estão conectadas aqui.

Primeiro, a do Leandro Kappaun, do Rio Grande do Sul, e do Fabio Ossame, que é de Minas Gerais.

Veja, o Leandro diz: além das garantias já consagradas pela Constituição Federal, há mais proposta do Legislativo para o tema em discussão?". É importante aqui, Senador, falar da plenitude e do poder que a Constituição Federal tem nesse aspecto, ou seja, a Constituição Federal já é plena em assegurar isso. A questão é que a Constituição Federal, no inciso VIII, assegura ao Estado uma forma de intervir. E isso talvez seja um tema muito interessante, que o Supremo já visitou algumas vezes, mas que vale a pena a gente destacar, que diz assim... O art. 5º, inciso VIII,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diz: "Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política". Ponto. Essa é a garantia da Constituição. Isso já está dado, a garantia está aqui. No entanto, a Constituição diz assim – aí entra o Estado, aí entra o Senado Federal no trabalho que ele está desenvolvendo agora, como entrou a Câmara dos Deputados –: "[...] salvo, se as invocar para eximir-se de uma obrigação legal a todos imposta [...]", e aqui tem uma conjunção aditiva. É uma conduta dupla. Para que ele não tenha o direito que a Constituição assegura protegido, ele tem que incidir em duas condutas. Ele tem que, primeiro, invocar para se eximir de uma obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa fixada em lei.

Então, veja: o que o Senado está discutindo nesse projeto de lei agora? Essa prestação alternativa. Então, com esta prestação alternativa, nós vamos trazer aqui razoabilidade e inteligência para uma garantia que já está na Constituição, que hoje é absoluta.

Então, ele pergunta assim: "Há mais propostas legislativas para o tema em discussão?". Há! Esta! Esta que nós estamos discutindo talvez junto com a que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da educação, que fez o art. 7-A, que alterou ali. São exatamente dois temas que asseguram essa garantia.

E o Fábio pergunta: "Como a liberdade de consciência pode ser promovida e protegida em ambientes de trabalho, escolas e outras instituições?". É exatamente... No trabalho, é o que nós estamos discutindo agora; em escolas, é o que foi colocado no art. 7-A da Constituição; e, nas outras instituições, nós vamos exatamente para a proteção constitucional, que já está assegurada aqui.

Este projeto de lei, Senador, vem fechar esse sistema de liberdade religiosa que assegura para nós a segurança no Brasil e também dá ao Estado o poder de manter a razoabilidade no exercício desse direito, para que ninguém abuse, inclusive, desse direito. Então, fecha o sistema esse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Luigi Braga.

Agora, vamos para o Sr. Luís Mário de Souza Pinto, Vice-Presidente da Associação Internacional da Liberdade Religiosa, representante dela no Brasil.

O SR. LUÍS MÁRIO DE SOUZA PINTO (Para expor.) – Exmo. Senador, o Marcelo Silva, do Maranhão, comenta que devemos respeitar as crenças e a consciência de cada indivíduo, ambas resguardadas pela Constituição Federal. Nós somos privilegiados em viver num país como o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós olhamos para a realidade de outros países, a gente percebe grandes desafios nesta temática da liberdade de consciência. Como cristãos e crendo na palavra da Bíblia, quando na percepção e na compreensão que temos da palavra, Deus criou o ser humano com liberdade, Ele não criou robôs programados para a obediência, Ele deu a liberdade de escolha. E aqui nós temos pessoas e credos diferentes representados neste momento do debate, quando nós devemos respeitar a todos dentro da sua crença, dentro da sua escolha. Agradecemos a Deus por isso e devemos, então, respeitar a liberdade que cada um tem de fazer a sua escolha. E, quando nós aqui pleiteamos, quando nós estamos aqui representando como tendo cada um a sua escolha, a sua crença, a sua forma de usar a sua consciência, nós entendemos que é um privilégio poder abrir este debate, num momento como este, em respeito a cada cidadão dentro deste contexto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Luís Mário de Souza Pinto.

Agora, vamos para Mahmoud Sammour, Presidente da Associação Nacional de Juristas Islâmicos.

O SR. GIRRAD MAHMOUD SAMMOUR (Para expor.) – Aqui eu vejo, para complementar as respostas da mesa, a pergunta da Rafaela, de Pernambuco: "É inviolável a liberdade de consciência? Qual a diferença entre liberdade de pensamento e liberdade de consciência?". E há também a Janaína Medeiros, de Mato Grosso: "Liberdade de consciência para mim é poder falar aquilo que penso sem represálias!".

Na questão da liberdade de consciência, as pessoas desconhecem que a nossa Constituição garante e dá para todos essa liberdade. Então, à nossa Constituição é cara seja a liberdade de consciência, seja a liberdade de expressão, de pensamento, seja a liberdade religiosa. Todos convivem de forma harmônica, não há qualquer direito maior que o outro, porém nenhum é absoluto.

E a questão dela: o que seria a liberdade de consciência? A liberdade de consciência de você crer ou não crer. Então a liberdade de consciência protege; até mesmo quem não tem uma crença em uma determinada religião ou segue uma determinada religião está protegido perante a nossa Constituição. É o que dispõe o Artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que protege a liberdade de consciência, que protege a liberdade religiosa e a liberdade de expressão. Agora, nós temos que ter limites. Nenhum direito na nossa Carta Magna é absoluto, e quando nós temos... Liberdade de consciência, para mim, é poder falar aqui o que penso sem represálias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O.k., fale o que pensa, sem represálias, desde que você não agrida o outro, desde que você não utilize uma liberdade de expressão para uma liberdade de desinformação, desde que você não utilize a liberdade de expressão para uma liberdade de libertinagem de passar ódio, de atacar o outro, de atacar o sagrado do outro.

Então o projeto de lei visa a isto: fazer com que, em um país plural, empregados das mais diferentes religiões estejam ali praticando seu ofício e ninguém queira saber qual a religião do outro. Ele tem que fazer o papel dele naquilo para que ele foi contratado. Se ele prefere folgar na sexta, se ele prefere folgar no sábado ou domingo, faz parte da religiosidade dele, desde que de acordo com as possibilidades da empresa. Se ele usa uma vestimenta e não atrapalha o dia a dia daquela empresa, qual a razão de você querer invadir o íntimo dele, aquilo em que ele acredita? Porque, quando ele entra na empresa, ele não deixa a religião dele de lado e fala: "Religião, fica aqui que agora os meus princípios são outros; agora eu mudei, agora eu vou ter outro pensamento aqui". Isso é tolher aquilo que é sagrado para ele, aquilo que faz parte do sentimento religioso dele. Então o projeto visa a isso, e essas diferentes liberdades são direitos caros conquistados e que, se utilizados da forma correta, ninguém vai invadir o terreno alheio, e todos vão ser respeitados.

Então, em resumo, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns, Sr. Girrad Mahmoud Sammour, Presidente da Associação Nacional de Juristas Islâmicos.

Faltaram duas respostas, e o Sr. Luigi Braga se propôs a comentar: a do Joel Passos e de Marlo Lemos.

O SR. LUIGI BRAGA (Para expor.) – Senador, as duas perguntas encontram resposta exatamente no que está acontecendo aqui nesta manhã. O que nós estamos fazendo aqui é produzindo um material legislativo, produzindo e reestruturando o direito brasileiro para que isso não aconteça, que é não infringir o direito do próximo, trazendo inteligência e harmonia para prestação alternativa regulamentada por lei, e também evitar a questão da censura e evitar qualquer tipo de prejuízo nisso, porque o Estado, quando entra no tema, entra no tema garantindo o exercício da liberdade religiosa, da liberdade de crença, da liberdade política e da liberdade filosófica, evitando inclusive a censura. Então é importante a gente deixar bem claro aqui que a proposta do ordenamento jurídico é exatamente evitar a prevalência dos mais fortes sobre os mais fracos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste caso aqui é muito importante levar em conta que, quando a questão é dia de guarda, se você for minoria, você sempre vai estar numa condição de mais fraco.

Veja, o Estado vem para assegurar que a liberdade é religiosa...

E é importante destacar o seguinte – a gente tem que entender –, que fazer direitos serem obedecidos e respeitados neste país exige investimento, como em qualquer lugar do mundo. Ninguém assegura liberdade religiosa, liberdade de crença e liberdade de consciência sem que haja investimento nisso.

Nós temos um exemplo, eu me lembro, quando nós fizemos a discussão do Enem, e aí se perguntou: Mas o Estado brasileiro vai gastar para assegurar a liberdade religiosa para alguns poucos? Não, o Estado não vai gastar. O Estado vai investir no cumprimento da Constituição Federal.

Veja, nós estamos aqui dentro do Senado Federal, temos aqui um Senador, e o Senador está aqui para quê? Para discutir e produzir direito, para produzir normas. Existe um investimento nisso. É para isso que a gente paga os tributos, exatamente para fazer valer a estrutura da Constituição Federal. Então, o que estamos fazendo aqui é trazer para discussão, dentro do Congresso Nacional, a certeza de que a Constituição vai ser mantida e que todos esses direitos serão preservados, exatamente, contra a censura e contra a violação de outros direitos. É a prestação alternativa para manter a harmonia das pessoas.

Isso é função do Estado. Isso é função do Direito brasileiro. Isso é função, neste caso específico, do Senado Federal, expresso aqui na presença do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Luigi Braga, que respondeu aos dois que faltavam aqui, ao Joel Passos de São Paulo e ao Marlo Lemos, de Santa Catarina.

Como o Relator não está aqui – porque, se o Relator estivesse, o papel dele seria comentar com vocês neste momento, para quem está nos assistindo, principalmente à distância, e para os que estão aqui, apesar de achar que os que estão aqui todos conhecem já o projeto –, eu só vou ler a ementa para situar aqueles que estão nos assistindo.

O projeto veio da Câmara dos Deputados e está aqui no Senado. Trata-se do PL 3.346, de 2019, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para assegurar adaptação razoável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no horário de trabalho que permita prestação alternativa ao empregado e ao servidor público, em virtude de escusa de consciência, quando seu dia de guarda religioso coincidir com os dias e os turnos do exercício de atividades laborais.

Essa é a proposta. Repito o que eu disse antes, está agora com o Senador Magno Malta, acho que já por um tempo adequado. Chegou e está com ele desde o mês 8, desde 10/08 está aqui no Senado, e vamos então encaminhar, porque, fruto dessa audiência, há o pedido de urgência, porque é uma questão de, eu diria, políticas humanitárias. Eu falo muito em políticas humanitárias, por trabalhar com direitos humanos ao longo da minha vida.

Como nós temos um tempinho ainda, eu perguntaria se alguém do Plenário quer fazer uma fala ou uma pergunta.

Identifique-se, diga seu nome. Terá cinco minutos. Pode ser pergunta ou afirmação, fique à vontade.

O SR. VANDERLEI JOSÉ VIANNA (Para expor.) – Bom dia, Senador Paim.

Meu nome é Vanderlei José Vianna, sou advogado, sou ligado à Associação Nacional de Juristas Evangélicos.

Quero cumprimentar V. Exa.; o Dr. Girrad Mahmoud Sammour, que é o Presidente da Associação Nacional de Juristas Islâmicos; a Dra. Edna Zilli, que é a nossa Presidente da Associação Nacional de Juristas Evangélicos do Brasil; o Dr. Luigi Braga, que é o Advogado-Geral, aqui na América do Sul, da Igreja Adventista; e o Pastor Luís Mário também, que trabalha com a liberdade religiosa, com os fóruns de liberdade religiosa aqui no Brasil, na Argentina, no Chile, no Paraguai, no Uruguai, em toda a América do Sul.

Primeiro, quero dizer do que o Dr. Luigi Braga falou sobre a Constituição.

Eu quero fazer um agradecimento especial a V. Exa. É uma honra estar com V. Exa., que, há 35 anos, foi um dos Deputados constituintes, que escreveu a Constituição do Brasil, uma das mais modernas do mundo, e V. Exa. sempre defendendo a liberdade de consciência e crença, desde o primeiro momento. Desde o primeiro momento, Dra. Edna Zilli, quando houve os debates na Constituinte sobre se se incluía, no preâmbulo da Constituição, o nome de Deus ou não. Então, "ah, mas o Estado é laico". Sim, o Estado é laico, mas o Estado não é ateu. O Estado é laico, mas defende todas as religiões, a manifestação religiosa. Por isso, cumprimento V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Luigi Braga lembrou do projeto de lei que alterou a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e há um parecer do Senado Federal, de autoria de V. Exa., que garantiu a aprovação daquele projeto.

Então, nós estamos caminhando. O Brasil está passando por um caminho. Sim, a Constituição colocou lá os direitos e garantias individuais naquele grandioso art. 5º, mas nós precisamos – a lei do Brasil, as leis complementares à Constituição e as demais leis – garantir o direito de todos. Nós precisamos defender esta nação, como o Pastor Luís Mário disse, uma nação em que a liberdade religiosa é possível, a convivência harmônica entre um cristão, um muçulmano, um judeu, uma pessoa da matriz africana. Nós não podemos levar o Brasil a uma confrontação, porque nós somos um país que precisamos mostrar ao mundo o poder da liberdade religiosa. E a liberdade religiosa, como bem lembrou o Dr. Luigi, tem custos. Há um custo da defesa dos direitos. Quando você, na sua mesquita, está lá e acabou a energia, olha, o Estado está fornecendo a energia ali. Quando você dá descarga lá no banheiro, a água e o esgoto ali o Estado também está fornecendo. Não há nenhuma liberdade neste país que não tenha custo.

Então, o Senado Federal está, sob a liderança de V. Exa. nesta grande Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, executando o seu trabalho de fazer a acomodação razoável para que essas pessoas, para que todos os brasileiros tenham acesso.

Então, parabéns à V. Exa. e a todos os palestrantes que engrandeceram nesta manhã a nossa nação.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Bela fala de V. Exa! Meus cumprimentos.

A Secretaria-Geral daqui e a minha assessoria informam que a equipe do Senador Magno Malta está assistindo a esta audiência pública, elogiaram-na e mandaram por escrito. Veio um assessor dele pessoalmente aqui. Por escrito, foi pela assessoria da... (*Pausa.*)

Não... Da minha equipe de trabalho, a Isabel. E o Christiano, que é Secretário aqui da Comissão, percebeu o funcionário aqui na porta, dizendo que eles estão assistindo e já falaram com o Magno Malta, que sempre atende os pedidos que nós temos feito a ele. Ele entendeu o apelo que foi feito aqui e disse que, no máximo na semana que vem, o relatório estará pronto aqui neste plenário para votação. Então, é um encaminhamento positivo. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento a todos e também o Senador Magno Malta, que atendeu já o pedido que vocês fizeram aqui em público. Acredito eu que, se realmente, conforme já foi falado, estiver aqui semana que vem, nós poderemos pautá-lo. De minha parte, eu boto até semana que vem na pauta já.

Então, há possibilidade de dizermos que esta semana ele deve concluir o estudo. Mandando para cá, eu coloco na pauta semana que vem. Claro, serão todos avisados de forma antecipada. Nós publicamos a pauta no fim de semana para que todos saibam o que vai ser votado na semana subsequente, o.k.?

Então, uma salva de palmas agora a todos nós também aqui. (*Palmas.*)

E parabéns ao autor e ao Relator, tanto lá na Câmara como aqui no Senado. Todos sabem da minha posição, totalmente favorável.

Temos uma visita ilustre aqui neste momento.

O SR. SIBÁ MACHADO (*Fora do microfone.*) – Quero dar um abraço nesse nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Meu querido Senador!

O SR. SIBÁ MACHADO (*Fora do microfone.*) – Quero só lhe apresentar uma eleitora sua...

(*Interrupção do som.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui foi tudo informal, viu? É um Senador de muitos anos atrás aqui da Casa, que estava com uma comitiva e entrou aqui para me dar um abraço. Ele não é mais Senador, mas está sempre comprometido.

Eu, agora, daria o tempo das considerações finais, já que, quanto ao objetivo desta audiência, no meu entendimento, o primeiro passo foi dado.

O senhor quer também usar a palavra? (*Pausa.*)

Pode ser, por cinco minutos também.

O SR. ADIEL LOPES DOS SANTOS (Para expor.) – Alô!

Primeiro, quero cumprimentar o Senador por ter pautado essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu nome é Adiel, sou servidor da Câmara dos Deputados e tenho acompanhado esse projeto. E não só esse, como também estive acompanhando o projeto de lei que tratou da Lei de Diretrizes e Bases, sobre a liberdade religiosa na questão da educação.

Eu quero só acrescentar, para enriquecer mesmo a reunião, o quanto é interessante essa questão da liberdade religiosa, porque às vezes as pessoas, no correr da história da humanidade, não percebem a importância da questão religiosa presente na questão política.

Se você volta na história, por exemplo, nas discussões sobre a Revolução Gloriosa, na Inglaterra, a questão que ali estava sendo colocada tinha por base a questão da liberdade religiosa. O Estado, para ter paz, precisava assegurar também a liberdade religiosa. Quando você entra na questão do estudo sobre a soberania, aí vem a questão de assegurar a soberania dos Estados, ou seja, a liberdade de decisão dos comandantes do Estado. E você tem aí, nessa questão, que a primeira coisa que ocorreu foi que o próprio Estado precisou ter a liberdade de separar a questão religiosa da questão política. Então, o próprio Estado, para ter liberdade de decisão, precisou passar por esse perfil. E aí vão várias cartas, como a Declaração da Virgínia, a Declaração da Independência dos Estados Unidos, vem também a Declaração dos Direitos do Homem e tantos outros mais. (*Pausa.*)

Tudo isso mostra que o próprio Estado, para que tenha paz, vê essa questão.

Quando você fala sobre o surgimento, quando se assegurou o direito da liberdade de soberania dos Estados, você volta na história e vê lá a questão da paz de Versalhes. O próprio Estado, para ter liberdade, teve que reconhecer a separação de Igreja e de Estado. Então, essa questão está entranhada na questão humana, na questão da vivência, na questão da dignidade e também na própria paz dos Estados.

Então, é apenas para enriquecer essa reunião e colocar esse ponto tão importante a ser lembrado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. O senhor falou o nome quando iniciou a fala – não é? –, para ficar registrado nos *Anais*. Mas pode repetir?

O SR. ADIEL LOPES DOS SANTOS – Adiel. Eu sou servidor da Câmara dos Deputados, advogado e também acompanho esse tema já há um bom tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor foi Relator do Projeto 2.371, de 2003, do Rubens Otoni; depois, o senhor foi o Relator dele aqui no Senado. E foi muito importante isso aí, porque foi um tema que até já ajudou decisão, lá no próprio Supremo, em julgamento sobre essa questão, tratando de servidores. Nesse assunto foi trazido isso daí.

E aqui também é importante. Por quê? Porque, quando se está falando sobre servidor público, dos seus direitos, o próprio projeto de lei limita quando tem aqueles casos de indumentária, em que o servidor ou o trabalhador não possa usar, dependendo da situação do local – a própria lei está regulamentando.

Lá regulamenta também a questão do FGTS, ou seja, às vezes a pessoa não pode se manter no trabalho por causa de questão religiosa, mas ali o projeto traz, de forma a assegurar também o direito, para que ele não perca seu direito, caso ele saia daquele local de trabalho por esse assunto.

Então, é um tema muito interessante, que também trata também da própria liberdade do Estado e da dignidade da pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, parabéns.

O senhor...?

O SR. ARTHUR ALBUQUERQUE (Para expor.) – Bom dia a todos. Eu gostaria de cumprimentar a todos da mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim.

Eu me chamo Arthur Albuquerque, sou advogado da Igreja Adventista para o Estado de Goiás e Diretor de Compliance da Anajure.

Eu queria apenas me unir aqui ao coro dos colegas, em agradecimento ao trabalho de V. Exa. na promoção desse debate, na promoção dessa audiência para nos ouvir, e ao comprometimento do Senador Magno Malta em dar prosseguimento, para que esse projeto continue na sua tramitação – é muito importante. O Dr. Luigi Braga, como bem reforçou aqui, fala que isso é uma questão de vida.

Quando ele fala isso, eu me lembro de uma citação de Cervantes, Miguel de Cervantes, na voz de Dom Quixote, quando ele disse que pela honra e pela liberdade pode e deve-se arriscar a vida. E lá fora há milhões de pessoas arriscando a sua vida por causa da sua liberdade de crença, por causa da sua liberdade de consciência. É comum que as pessoas batam à minha porta durante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a semana, no escritório da igreja, pedindo um socorro, pedindo ajuda para que possa haver uma intermediação, uma conversa com o empregador – e a gente fica na dependência da boa vontade do empregador. A gente até formula requerimentos, propõe aditivos ao contrato de trabalho, mas nem sempre isso é atendido porque não existe um respaldo legal, mais incisivo, que regulamente esse direito garantido na Constituição.

Então gostaria apenas de registrar o meu agradecimento a V. Exa., pela promoção de tão rico debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Se todos se sentem contemplados e se a mesa quiser fazer as suas considerações finais, durante três minutos para cada um, eu atendo a vocês neste momento, se assim entenderem. Quem não quiser também fique bem à vontade. Quem quiser pega e vai lá.

Começa com você então.

O SR. LUIGI BRAGA (Para expor.) – Senador, só quero manifestar, mais uma vez, a gratidão e mostrar para todos que estão aqui presentes que muitas vezes o Senado precisa também da participação do povo. E a nossa participação aqui hoje trouxe para eles exatamente que a quantidade de desafios que um Senador tem e a quantidade de projetos que um Senador tem é gigante. E, às vezes, quando tem um apelo, fica o apelo para que a gente participe, esta aqui é a Casa do povo, está aqui o representante maior do povo conosco aqui, que é exatamente esse apelo, a necessidade e a importância disso.

Nem sempre a gente tem essa bênção e esse privilégio de ter um resultado assim durante a audiência pública, mas hoje a gente está muito feliz com o que aconteceu aqui e com o resultado. E descobri também – para relembrá-lo, Senador – que o senhor é embaixador da liberdade religiosa há algumas décadas e eu fico feliz de ter a honra de estar aqui ao seu lado aqui neste momento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns.

Sr. Luís Mário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUÍS MÁRIO DE SOUZA PINTO (Para expor.) – Eu penso que a necessidade de avançar com esse projeto já ficou bem clara, então não quero mais entrar nesse detalhe.

Eu quero só agradecer, em nome da IRLA (Associação Internacional de Liberdade Religiosa), que tem aqui a sua representatividade também no Brasil e na América do Sul, a pessoa também do Senador Magno Malta, que o senhor tem apresentado como Relator desse projeto.

Eu quero agradecer aqui a presença dos diretores de escola que estão aqui, do pessoal que está relacionado com a educação. (*Palmas.*)

Muito obrigado por separarem esse tempo.

O educador Irismar, que vem aqui representando todo esse território que envolve Brasília, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins, está aqui conosco também. Muito obrigado pela presença de vocês, que vêm valorizar e dar relevância ao andamento desse projeto.

Então, a nossa palavra é só de gratidão, Senador. E pedimos que Deus nos abençoe para que esse projeto possa avançar e, muito breve, a gente possa ter aí uma sinalização totalmente positiva nessa direção.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Luís.

Sra. Edna.

A SRA. EDNA VASCONCELOS ZILLI (Para expor.) – Queria agradecer ao Senador Paulo Paim por pautar tema tão importante em uma discussão tão séria como essa. E queria dizer que nós estamos à disposição, Senador.

Aliás, eu trago um abraço ao Dr. Uziel Santana, ex-Presidente da Anajure, que mandou os cumprimentos.

Eu queria lembrar que nós somos um Estado laico, não um Estado ateu ou um Estado laicista. Então, é muito importante temas, como a religião, a liberdade religiosa, serem discutidos nesta Casa e em outras esferas do Estado. Acho exemplar esta audiência, Senador Paulo Paim.

Queria também agradecer ao Senador Magno Malta, pela prontidão agora em levar à frente esse projeto para a conclusão, que é de vital importância para a nação brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sra. Edna.

E, por fim, o Sr. Girrad Mahmoud Sammour.

O SR. GIRRAD MAHMOUD SAMMOUR (Para expor.) – Há um ensinamento islâmico do Profeta que diz: não é agradecido a Deus aquele que não agradece às pessoas. Então, novamente, aqui os nossos agradecimentos por esse debate, que vai trazer justiça. E, quando nós temos justiça, nós temos paz. Não tem como haver paz sem justiça. E dar dignidade para essas pessoas, que vão ter uma alternativa de poder ter a folga no dia mais importante das suas vidas, de forma semanal, é de grande valor.

E quero agradecer ao nosso querido Adiel, que não mediu esforços para que esse projeto caminhasse. Criou ali grupos, criou ali comitivas. Estamos, desde o início, quando era lá na Câmara, debatendo esse projeto com as mais diferentes lideranças possíveis.

E aqui o pedido é que não haja alteração na minuta do projeto para que não volte, não tenhamos assim... porque ele foi debatido com muito carinho e com muito cuidado para que todos estivessem ali abarcados e não houvesse prejuízo absolutamente nem para o empregador, nem para o empregado e nem para a sociedade em geral.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Girrad Mahmoud Sammour.

Olha, eu vou encerrar, de forma bem rápida, dizendo que é um projeto que mexe com a vida de todo o povo brasileiro, porque a liberdade de consciência é só o que nós queremos para todos. E, claro, temos, aprofundando muito mais aqui, a liberdade religiosa, que é o que nós queremos também: simplesmente liberdade para que cada um possa ter o direito de optar pela sua religião, nas suas convicções. E, por isso, não seria diferente a minha posição do que sempre foi.

Quando o Senador Magno Malta pediu para relatar – e foi o primeiro a pedir, isso tem que ser dito... Acho que uma turma de vocês, não me lembro, esteve no meu gabinete, e eu disse: "Olha, o Magno Malta já pediu". E, depois que eu dou a palavra, para mim está dada. Não é que vocês tivessem outro nome; vocês queriam saber quem seria o Relator. Eu ali afirmei que seria o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Magno Malta, porque ele foi o primeiro a pedir. Aviso para o pessoal lá que reclama: para os primeiros a pedir eu entrego. Não posso começar a selecionar o melhor projeto para esse ou para aquele. E tem dado certo, não tenho queixas. A Comissão está com a pauta em dia, votando todos os projetos.

Agora, para encerrar, eu vou dar uma notícia boa: eu disse que o projeto seria entregue semana que vem; agora, o pessoal da assessoria disse que conversou com o Senador Magno Malta, que já garantiu que o projeto vai ser entregue nesta semana. (*Palmas.*)

Com isso, eu já posso anunciar, aqui, agora, com segurança, que – a nossa sessão deliberativa é nas quartas-feiras –, na quarta-feira que vem, o projeto já está pautado e será votado. Na próxima quarta-feira. (*Palmas.*)

Claro que é bom vocês dialogarem com a equipe do Senador, no sentido do apelo que você fez. Pelo que percebi – percebi não, foi explícito aqui –, vocês estão fazendo um apelo para que o projeto não tenha alteração, para não voltar de novo para a Câmara, o que significa uma demora. Às vezes a gente não consegue nem medir o tempo que vai ficar lá. Esse é o apelo que vocês estão fazendo, mas claro que o Relator tem toda a autonomia. Vocês conversem com ele. E, se for o caso, se assim ele entender – o Relator tem toda a autonomia –, que deveria ter algum ajuste, bom, daí tem que voltar para a Câmara, e nós lá fazemos o trabalho, todos nós, com o objetivo ou de manter a peça original, ou com o adendo colocado com o Relator.

Estou falando só da técnica. Se depender de mim, vota-se aqui e já vai para a sanção. Claro que vai para a CAS ainda – daqui ele vai para a Comissão de Ações Sociais –, e, se assim entender lá o Presidente, porque eu não posso decidir por ele, que é o Senador Humberto Costa, eu também já anuncio que me prontifico a ser o Relator lá se for necessário. (*Palmas.*)

Se for necessário, eu não teria problema nenhum; se for necessário, sem nenhuma alteração no projeto que nós vamos aprovar aqui, na quarta-feira! O.k.?

O SR. ADIEL LOPES DOS SANTOS (Para expor.) – Eu queria só fazer um acréscimo do que eu acho interessante nesse projeto.

Eu sou servidor da Casa e sempre acompanho vários embates, várias discussões dentro de várias Comissões. E é interessante, pois, no dia em que teve a votação desse projeto lá na CCJ – o Relator era o Orlando Silva –, uma coisa me chamou a atenção. Lá estava presente a Deputada Erika Kokay e lá também estava presente o Delegado Waldir, do Pará. Para quem conhece, você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vê que sempre cada um deles tem suas posições ideológicas nas suas defesas, mas os dois trabalharam veementemente para que aquele projeto, naquele dia, lá na CCJ, não fosse tirado de pauta e também fosse aprovado. Ou seja, perceba que o projeto une até mesmo visões diferentes pelo quanto esse texto está tão bem trabalhado. E o que o Girrad coloca é muito importante também: se alguma dúvida houver, se realmente for identificado algo que precise ser alterado, o.k., mas, de preferência, pelo texto, como foi bem trabalhado, em visões diferentes, que seja realmente mantido esse texto até para uma questão de andamento, porque o país realmente precisa de uma garantia certa estabelecida de vez, no ordenamento jurídico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

Se todos entenderem que a nossa audiência foi produtiva...

O SR. ADIEL LOPES DOS SANTOS (*Fora do microfone.*) – Muito, muito, muito!

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não é, em toda audiência pública, que você sai já com o projeto com dia e hora para chegar e pautado já para a próxima quarta-feira, 11h da manhã.

Viva a liberdade de consciência, viva a liberdade religiosa!

Está encerrada a audiência pública. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e seis minutos do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Lucas Barreto, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Wilder Morais e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros e Mara Gabrilli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 1271, de 2019 - Terminativo - que: "Acrescenta o art. 71-A à Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, conferindo livre acesso nos eventos públicos e privados aos agentes ou comissários de proteção da infância e juventude." Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta; pela rejeição da emenda nº 1-CE (substitutivo). Resultado: A Comissão aprova o Projeto com a Emenda nº 2-CDH, rejeitada a Emenda nº 1-CE (substitutivo). ITEM 2 - Projeto de Lei nº 4256, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar o porte de arma aos agentes de segurança socioeducativos, e dá outras providências." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 3 - Projeto de Lei nº 1665, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para vedar o acesso de crianças e adolescentes a exibições artísticas inadequadas." Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES). Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 4 - Projeto de Lei nº 2875, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre requisitos mínimos de acessibilidade em praias." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao projeto, com as emendas nºs 1 a 4-CDR. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parecer da CDH favorável ao Projeto com as emendas de n°s 1 a 4-CDR/CDH. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3933, de 2023 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o tratamento do climatério e menopausa pelo sistema único de saúde e institui a Semana Nacional de conscientização para mulheres na menopausa ou em climatério." Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Relatoria: Senadora Ivete da Silveira. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 565, de 2022 - Não Terminativo - que: "Qualifica a exposição de crianças e adolescentes sob guarda de pais ou responsáveis legais brasileiros a situações de violência doméstica em país estrangeiro como situação capaz de submetê-los a grave risco de ordem física ou psíquica, nos termos do Artigo 13 da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1426, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para prever a presença de intérprete da Língua Brasileira de Sinais em transmissões televisivas de jogo ou de competição desportiva." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2198, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana) e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social) para instituir mecanismos de inclusão das famílias responsáveis pelos cuidados da pessoa com transtorno do espectro autista." Autoria: Senador Zequinha Marinho (PL/PA). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1838, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para determinar a vedação em escolas ao uso de banheiro e vestiário destinados a sexo diferente daquele do usuário." Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES). Relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 2835, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para vedar a dedução de contribuições a projetos culturais que contenham conotação sexual, erótica ou discriminatória envolvendo ou direcionados a crianças e adolescentes do imposto de renda das pessoas físicas." Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto e pela rejeição das emendas nºs 1-T e 2-T. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto e pela rejeição das emendas nºs 1-T e 2-T. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 2,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2024 que: "Requer, em aditamento ao Requerimento nº 41/2023-CDH, seja incluída a Senhora Tauany Micheli Dill e a Senhora Ana Carolina Peck Mafra, como participantes na audiência pública que irá discutir o Projeto de Lei nº 503/2020, do Senador Ciro Nogueira." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 8, de 2024 que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater a criação do Dia Nacional do AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO E ADUANEIRO" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. Às doze horas e quarenta e nove minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Flávio Arns. Às doze horas e cinquenta minutos o Senador Flávio Arns devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/02/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaramos aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes dos itens da pauta, eu quero informar aos Senadores e às Senadoras que os requerimentos apresentados extrapauta serão apenas lidos e a votação ocorrerá somente na reunião deliberativa seguinte.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Hoje é um dia especial para todos nós e para o senhor também. Hoje, amanhã. Os nossos raros estão na pauta. Eu sou Vice-Presidente da Subcomissão de Raros e a nossa Senadora Mara, a Presidente, não pôde estar com a gente hoje. Ela não está bem de saúde.

Então, eu gostaria, se possível, de pedir inversão de pauta. Meus itens são quase os últimos e a gente tem um evento agora na Câmara e eu precisaria estar lá representando a nossa subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Vamos ver aqui quais são os seus. Vamos um por um, o.k.? Eu coloco e pergunto. O item 10 é o primeiro?

Seguindo pela ordem aqui, Senadora.

Todos concordam que eu possa inverter, para que ela possa rapidamente apresentar o seu relatório, de três projetos?

Todos concordam? (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, vamos ao primeiro.

ITEM 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 2835, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para vedar a dedução de contribuições, a projetos culturais que contenham conotação sexual, erótica ou discriminatória envolvendo ou direcionados a crianças e adolescentes, do imposto de renda das pessoas físicas.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto e pela rejeição das emendas nºs 1-T e 2-T.

Observações:

Tramitação: CDH, CE e terminativo na CAE.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nos termos regimentais, cabe a esta Comissão opinar sobre temas relacionados à proteção da infância e juventude. Portanto, é regimental o exame do projeto por este Colegiado.

A matéria não apresenta óbices de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa, aspectos que serão analisados mais detidamente pela CAE, que se manifestará em decisão terminativa.

No mérito, louvamos a iniciativa do Senador Magno Malta.

A Lei nº 9.250, de 1995, autoriza os contribuintes pessoas físicas a deduzirem do imposto de renda devido as contribuições efetivamente realizadas em favor de projetos culturais, aprovados na forma da regulamentação do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), por sua vez instituído pela Lei nº 8.313, de dezembro de 1991.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se de um modelo que, de um lado, valoriza a autonomia do contribuinte, pela possibilidade de escolha dos projetos a financiar e, de outro, canaliza preciosos recursos financeiros para a produção cultural de nosso País.

No entanto, é preciso impedir o desvio de finalidade na aplicação das somas vultosas decorrentes do programa. Não podemos admitir que sejam financiados projetos com conteúdo criminoso, seja por envolver a presença de crianças ou adolescentes, seja por tê-los como destinatários.

Lembramos que o ECA põe, no art. 5º, nossas crianças e adolescentes a salvo de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Além disso, criminaliza, entre outras, as ações de produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente; de oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.

Nesse sentido, o valioso projeto sob análise reforça as normas do ECA e fortalece o sistema protetivo da infância e adolescência.

Quanto às emendas apresentadas, reconhecemos as nobres intenções dos Senadores Carlos Viana e Mecias de Jesus. No entanto, entendemos que a legislação regulamentadora do Pronac já se refere a projetos culturais da forma mais abrangente possível, considerando todos os formatos de exibição e todas as linguagens de expressão cultural. Dessa forma, julgamos conveniente não acolher as emendas.

O voto, Presidente.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei 2.835 e pela rejeição das Emendas 1 e 2.

Esse é o voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Como a votação é simbólica – não terminativo – e ninguém se inscreveu para discutir, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto e pela rejeição das Emendas 1 e 2.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Excelência, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado e relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, e pela rejeição das Emendas 1 e 2.

Senador Zequinha Marinho, pela ordem.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Se for possível, também gostaria de requerer inversão de pauta para o item de nº 9.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós estamos com uma inversão de pauta solicitada já pela Senadora Damares.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Pela ordem.) – Eu também ia pedir uma inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Qual é o seu item?

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – É o item 5.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Então, além dos dela, depois avançaremos no item 5 e avançaremos no item 9.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 2, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, em aditamento ao Requerimento nº 41/2023-CDH, seja incluída a Senhora Tauany Micheli Dill e a Senhora Ana Carolina Peck Mafra, como participantes na audiência pública que irá discutir o Projeto de Lei nº 503/2020, do Senador Ciro Nogueira.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Concedo a palavra à Senadora Damares para encaminhar.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, está sob minha relatoria o Projeto de Lei 503, de 2020, do Senador Ciro Nogueira, que trata sobre o cadastro dos estupradores de crianças, dos pedófilos. E nós já solicitamos uma audiência pública, já aprovada por meio do Requerimento 41, de 2023.

O presente requerimento é para a gente aditar os nomes de duas pessoas para participarem do debate, a Sra. Ana Carolina Mafra e a Sra. Tauany Dill.

Esse é o requerimento, e peço apoio dos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação do requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3933, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Dispõe sobre o tratamento do climatério e menopausa pelo sistema único de saúde e institui a Semana Nacional de Conscientização para Mulheres na Menopausa ou em Climatério.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ivete da Silveira, para a leitura do relatório.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Como Relatora.) – Sr. Presidente, solicito autorização para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal prevê a competência da Comissão de Direitos Humanos para opinar sobre matéria de direitos da mulher, o que torna regimental a análise do PL nº 3.933, de 2023, por esta Comissão, já que a proposição se relaciona com os direitos da mulher ao dispor sobre o tratamento do climatério e da menopausa pelo SUS e instituir a Semana Nacional de Conscientização para Mulheres na Menopausa ou no Climatério.

Ademais, não vislumbramos óbices à constitucionalidade e juridicidade da proposição.

Em relação ao mérito, é louvável o que o PL nº 3.933, de 2023, visa concretizar. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, aproximadamente 33 milhões de mulheres no Brasil têm entre 40 e 64 anos, faixa etária em que, geralmente, se verificam a menopausa (término dos fluxos menstruais) e o climatério (fase de transição do período reprodutivo para o não reprodutivo). Não obstante o número significativo de mulheres nessas condições, há escassez de políticas públicas voltadas a essa fase da vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A maioria das mulheres fica sujeita a sintomas, dos mais leves aos mais graves, como ondas de calor, irritabilidade, insônia, depressão e perda de libido, e ao aumento das chances de terem problemas cardíacos, diabetes e osteoporose. Sem a devida prestação de informações e o adequado atendimento médico, essas mulheres continuarão expostas, sem assistência, a consequências do climatério e da menopausa que as afetam de modo prejudicial em diversas áreas – pessoal, familiar, profissional –, tendo o potencial de reduzir, e muito, sua qualidade de vida.

O PL nº 3.933, de 2023, busca contribuir com a solução dessa questão, concentrando esforços em duas principais frentes de atuação: a promoção da saúde das mulheres, com a prestação de serviços de saúde específicos no âmbito do SUS para aquelas no climatério e na menopausa, e a instituição da Semana Nacional de Conscientização para Mulheres na Menopausa ou no Climatério, a fim de promover atividades que facilitarão a difusão de informações sobre essas condições.

A aprovação da proposição, portanto, significa dar mais um passo para garantir, efetivamente, às mulheres no climatério e na menopausa seu direito integral à saúde e de acesso a informações necessárias para que possam manter uma boa qualidade de vida em todas as idades.

Em relação à técnica legislativa, sugerimos, conforme emenda abaixo, que o conteúdo do art. 1º do PL nº 3.933, de 2023, seja inserido diretamente na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, em seu Título II, que trata do Sistema Único de Saúde.

Entendemos que inserir o "subsistema" de atendimento à mulher no climatério e na menopausa no Título II da Lei nº 8.080, de 1990, o qual já compreende o "Subsistema de Atenção à Saúde Indígena", o "Subsistema de Atendimento e Internação Domiciliar" e o "Subsistema de Acompanhamento durante o Trabalho de Parto, Parto e Pós-Parto Imediato", promoverá maior coesão, concisão e clareza na legislação que trata de atendimentos de saúde específicos.

Ainda, considerando que os arts. 1º e 2º possuem apenas um parágrafo, substituímos, em ambos, "§1º" por "Parágrafo único".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, realizamos pequenas correções na redação do PL nº 3.933, de 2023, apenas para promover maior harmonia gramatical.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.933, de 2023, com a seguinte emenda apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Ivete da Silveira.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão, colocando em votação o relatório, favorável ao projeto, com a emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 desta Comissão.

O projeto segue para análise terminativa na CAS.

Agora teríamos o item 8, do Senador Flávio Arns. O Senador Zequinha Marinho pediu a inversão de pauta, e eu pergunto ao Senador Flávio Arns...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, sem problema algum.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não, ele tem prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não? Está bem, vamos lá.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu vou acompanhar até o final a reunião. Não tem problema algum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se vocês dois se entendem, eu já acatei aqui.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Zequinha em lá do Pará, então... (*Risos.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Está longe...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Zequinha Marinho foi atendido com a inversão de pauta, com a anuência do próprio Senador Flávio Arns, porque seria agora o item 8, e vamos para o item 9. O Plenário todo concorda com isso.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 1838, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para determinar a vedação em escolas ao uso de banheiro e vestiário destinados a sexo diferente daquele do usuário.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CE.*

Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho para a leitura do relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Solicito autorização para ir diretamente à análise do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matéria atinente à proteção de crianças e da juventude, o que torna regimental o exame do Projeto de Lei nº 1.838, de 2023.

A proposição nos parece adequada aos termos da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente, o que a torna constitucional e jurídica.

Além da garantia da inviolabilidade da intimidade e da vida privada, inscrita no art. 5º da Carta Magna e a que o autor faz referência, lembremos também que seu art. 227 atribui à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar à criança e ao adolescente o direito à dignidade e ao respeito, "além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

Encontramos esses mandamentos constitucionais desdobrados no ECA. Assim, seu art. 3º assegura à criança e ao adolescente todos os direitos fundamentais e, ademais, a proteção integral necessária a seu desenvolvimento físico, mental, moral e espiritual, "em condições de liberdade e de dignidade".

Por seu turno, o art. 4º atribui à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao poder público o dever de assegurar a efetivação dos direitos à dignidade e ao respeito. Já o art. 5º afirma que nenhuma criança ou adolescente será objeto de negligência. O art. 6º determina que, para a interpretação do ECA, deve ser levada em conta a condição peculiar da criança como ser em desenvolvimento. Os arts. 15, 16, 17 e 18 estabelecem os direitos à liberdade, ao respeito e à dignidade. Eles tentam conjugar as ideias de "liberdade" da criança ou do adolescente à responsabilidade dos pais ou outros formadores de lhes assegurar também respeito e dignidade (que implicam, conforme o art. 17, a "inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente"). Por fim, o art. 18 generaliza a obrigação: "É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento [...] vexatório ou constrangedor.

O uso de banheiro e vestiário destinados a sexo diferente daquele do usuário configura, a nosso ver, ofensa a todos os direitos elencados nos parágrafos anteriores. Configura ofensa também aos costumes sociais, que não são apenas peças velhas das quais as pessoas se devem desapegar. Os costumes sociais são complexa composição, em grande parte responsável pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funcionamento da sociedade, contendo, na verdade, os mais amplos e efetivos consensos existentes entre nós. Romper brutalmente com costumes amplamente vigentes na vida social não deve e não pode ser medida apoiada por ninguém.

É verdadeiramente urgente proibir que a mera alegação verbal de uma declarada identidade de gênero permita que pessoas de outro sexo usem vestiários ou banheiros de uso exclusivo de meninas. O que uma menina de, digamos, dez anos haverá de sentir ao ver um menino preparando-se para usar o banheiro em que ela está? A mera imaginação da situação causa constrangimento. É simplesmente urgente que se vedem tais práticas imorais.

Acrescentemos que tal vedação em nada fere direitos de pessoas que não se identificam com seu sexo biológico, mas busca, sim, evitar a exposição de meninas e meninos a situações constrangedoras e embaraçosas. Não é desta forma que se mudará para melhor uma sociedade.

O voto, Sr. Presidente.

Em razão dos argumentos apresentados, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.838, de 2023.

Essa é nossa análise e voto sobre o PL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Zequinha Marinho, que leu aqui o seu parecer.

Em discussão à matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório favorável ao projeto. A votação é simbólica.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto.

O Senador Magno Malta, como autor, pediu a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Parabéns pelo relatório!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, é um momento emocionante para mim. Eu ainda não consigo lidar com naturalidade com as questões que envolvem criança.

Ontem eu fiz um discurso falando sobre o drama do Marajó. Para os que estão novatos aqui, são novos e não acompanham, e V. Exa. é mais antigo do que esta Casa, está até mais antigo do que eu, porque ainda fiquei quatro anos fora, V. Exa. vai para o quarto mandato...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Três.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Pois é, vai para o quarto mandato. E eu fico feliz de ter participado de dois dos seus mandatos, da sua eleição.

Eu fazia uma linha do tempo, porque o debate hoje, a questão da violência, do abuso e do tráfico de crianças no Marajó é como se fosse uma coisa nova, e não é. Eu fazia um relato do abuso e da violência desde D. Azcona. V. Exa. estava aqui em 2007, quando D. Azcona foi o Arcebispo de Marajó, foi ameaçado de morte, e eu fui para o Marajó. E fui três vezes para o Marajó ver as cenas de perto, e o Senador Zequinha era Deputado Federal, se lembra, quando da CPI lá estive, fiquei na casa paroquial, identificamos os pedófilos, a pastoral de defesa da criança se reuniu comigo. Comigo levei promotores, levei Polícia Federal, levei todo mundo comigo e voltei pela terceira vez na capital, quando não tão somente eu vi o abusador rico, milionário, poderoso, que aliás tinha muitos aliados que acharam que iam dar pressão em mim aqui no Senado, com mandatos de Senadores, de que "Eu conheço a família, é amigo, Magno, você não pode fazer isso", "Ele é que não pode fazer isso com as crianças". "Não, você não deve ir lá", "Agora é que eu devo ir". E eu fui, e eu fui, Senador, eu fui. E não era só ele, não. Tinha o irmão da Governadora também, Ana Júlia Carepa, do PT, o irmão dela também.

Isso não quer dizer que nada tenha a ver com ela diretamente, porque, quando nós começamos aqui, Senador Paim, principalmente na CPMI ou quando começou a legislatura, todo mundo ia para a tribuna e atacava a Senadora Damares com a questão de ianomâmi. E nós estamos vendo o que é realmente a situação ianomâmi hoje, depois de um ano de mandato de Lula. O abandono, a mortandade, a falta de remédio, o abandono. Terras entregue aos índios. Discurso permanente, como se fosse um discurso local, feito pelo Senador Zequinha Marinho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo dia. Só irresponsabilidades e compromissos com ONGs internacionais. Mas eles a atacavam – ela tinha chegado ao mandato – e a processaram. Aquele Ministério Público, cinco milhões.

Então, há um aparelhamento. E eu fico, assim, sobressaltado, porque tudo que envolve pessoas vulneráveis... E índio, antigamente, era inimputável, mas, na falácia do dia 8, prenderam um índio que quis se manifestar. Índio deixou de ser inimputável. Inimputável no Brasil hoje é só criança e Lula. São inimputáveis. Eu não consigo conviver com violência e abuso contra criança, que nunca foi o futuro do Brasil; e não será, criança é o presente. Ou você cuida do presente ou não teremos futuro.

E aí, quando eu faço esse projeto, com um relatório tão contundente, e V. Exa. põe em pauta – e V. Exa. sabe que em outros tempos não entraria em pauta... Eu não estou dizendo pelo conjunto dos Srs. Senadores que tem hoje, não, porque hoje é mais ferrenho que ontem, mas é pela presença de V. Exa. pela presidência de V. Exa. Ele não entraria em pauta.

Olha só, o art. 58-B; "fica vedado, em escolas públicas e privadas, o uso de banheiro, vestiário acessório, por várias pessoas ao mesmo tempo, por usuário cujo sexo de nascimento seja diferente do sexo da destinação de banheiro ou vestiário". Isso é plausível, isso é minimamente primário para a convivência de seres humanos.

Então fico muito feliz pelo seu relatório, pela votação, pelos Srs. Senadores, e o Brasil é que ganha com isso, em dias tão difíceis. Se criar filho há dez anos, há cinco anos era difícil, com o advento da chamada internet, fica absolutamente mais difícil, quando vieram para a superfície com essa história de que em tudo tem que entrar gênero. O gênero é humano, o resto é macho e fêmea.

Agora, nós precisamos enfrentar essa pauta de frente, e eu agradeço a V. Exa. pelo tempo, mas eu precisava fazer esse relatório, porque não é um projeto de um Senador que chegou e numa oportunidade fez.

Eu tenho uma história de luta em favor das crianças, nós todos temos, e agradeço a Deus pela aprovação dessa manhã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A matéria foi aprovada e não houve nenhum pedido de vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, se alguém fosse contra, que viesse ao plenário e pedisse vista. Eu já disse aqui que eu posso esperar um pouco, mas todas as matérias vão para a pauta, não tem matéria que não vá para a pauta, todas vão. Então, fiquem tranquilos. Quem quiser, que peça vista – é legítimo – e vote contra, mas não tem como eu engavetar projeto, nunca engavetei e não vou engavetar neste mandato...

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 2198, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana) e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social) para instituir mecanismos de inclusão das famílias responsáveis pelos cuidados da pessoa com transtorno do espectro autista.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PL/PA)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH, CAE e terminativo na CAS.

Concedo a palavra ao senador Flávio Arns para a leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Quero agradecer a V. Exa., mas, em primeiro lugar, quero cumprimentar o autor do projeto de lei, que é muito bom, muito interessante, que está aqui ao meu lado, o Senador Zequinha Marinho. Eu, inclusive, vou ler... Desculpe-me, Sr. Presidente, só vou... É que as cadeiras aqui estão com problema, a outra também, a gente vai baixando e, de repente, não enxergamos mais a Presidência. (*Risos.*)

Então tem que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas leio só alguns aspectos.

O PL determina a responsabilidade do poder público de fornecer informação pública relativa ao transtorno do espectro autista e suas implicações, bem como de atender a pessoa com TEA e sua família por meio de "canal de atendimento de fácil acesso, disponível em todo o País, gratuito, criado especificamente para tirar dúvidas, compartilhar informações, receber denúncias e sugestões".

Também a proposição lista entre os direitos das pessoas com TEA a existência de centro de atenção para acolhimento de sua família, onde, inclusive, se deve compartilhar informações sobre atenção integral e evitação de agravos futuros. Prevê ainda que, a partir desses centros, desenvolvam-se, abrem-se aspas, "atenção integral e interdisciplinar, com troca de saberes, capacitação e responsabilidades mútuas, que inclua visitas domiciliares, atendimentos em grupos, reuniões de equipe para estudo de caso, bem como a elaboração de projeto terapêutico singular".

Também, a seguir, ainda alterando a Lei Berenice Piana, o PL determina que a previdência e a assistência sociais desenvolvam protocolos específicos para o atendimento da pessoa com TEA e de seus familiares.

Ainda altera a Loas (Lei Orgânica da Assistência Social) para criar o "auxílio-cuidado", benefício no valor colocado de R$500,00 a ser pago a chefe de família monoparental que exerça, com exclusividade, cuidados de pessoa com TEA severo. Elegíveis ao benefício são apenas aquelas pessoas cuja renda familiar mensal *per capita* seja inferior ao quarto do salário mínimo. Determina ainda que o auxílio-cuidado seja revisto a cada dois anos e que cesse com a interrupção da exclusividade que lhe deu vez, com a oferta de serviço estatal de cuidados ou eventualmente com o falecimento da pessoa com TEA.

Por fim, a proposição determina, em seu art. 4º, que as despesas referentes ao auxílio-cuidado serão financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social.

Enfim, ainda vai para exame da Comissão de Assuntos Econômicos e, em decisão terminativa, para a Comissão de Assuntos Sociais.

Está de acordo com a legislação vigente, com o Regimento, com todas as questões legais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todas as suas determinações são razoáveis e justas, especialmente porque refletem a experiência acumulada, tanto dos cuidadores, quanto do poder público, que, com o tempo, terminou por perceber a extensão em que o TEA severo mobiliza a vida do familiar cuidador. A proposição pensa no bem do familiar cuidador de baixa renda e da pessoa com TEA por ela cuidada, o que é do melhor interesse da sociedade.

Merece, por isso, ser acolhida.

Em consequência dos argumentos trazidos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.198, de 2023, do caro Senador Zequinha Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

Parecer favorável da CDH aprovado, o projeto segue, então, para a análise da CAE e, de forma terminativa, da CAS.

Voltamos ao item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1271, DE 2019

- Terminativo -

Acrescenta o art. 71-A à Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, conferindo livre acesso nos eventos públicos e privados aos agentes ou comissários de proteção da infância e juventude.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta; pela rejeição da emenda nº 1-CE (substitutivo).

Observações:

Tramitação: CE e terminativo na CDH;

- Em 06/08/2019, foi aprovado o parecer da CE, favorável ao projeto, na forma da emenda nº 1-CE (substitutivo).

Concedo a palavra, de imediato, ao Senador Eduardo Girão para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Paulo Paim.

Em primeiro lugar, eu quero dar o meu testemunho do seu espírito democrático de fazer com que esta Comissão produza de forma serena, de forma tranquila, de forma ampla e irrestrita, com debates, como o senhor tem procedido aqui. Eu tenho muita honra de ser presidido aqui pelo senhor.

Agradeço a oportunidade desse relatório.

Eu peço sua autorização para ir direto à análise.

Conforme estabelece o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre matérias pertinentes aos direitos das crianças e à proteção à família.

Com relação à juridicidade e ao mérito do PL nº 1.271, de 2019, vale mencionar que o art. 71 do Estatuto da Criança e do Adolescente dá às crianças e aos adolescentes o direito – abro aspas – “à informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”. Já o art. 74 do estatuto atribui ao Poder Público a incumbência de regular as diversões e espetáculos públicos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

“informando sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada”.

Ainda com relação a esses direitos, o art. 70 do ECA diz ser, abro aspas, "dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente", mas o art. 136, inciso VII, do ECA limita o poder do conselheiro tutelar, nesse contexto, a expedir notificações. Para tanto, seria útil, senão necessário, que pudessem os conselheiros tutelares ingressar nos locais onde ocorram tais eventos, com a estrita finalidade de desempenhar a função legal que lhes compete.

Sendo amplamente sabido que os conselheiros tutelares correspondem a número reduzido no país, portanto, incapazes de fiscalizar adequadamente o grande número de eventos que acontecem simultânea e sucessivamente, nas milhares de localidades brasileiras, faz sentido que contem com o valioso trabalho desempenhado pelos agentes ou comissários de proteção da infância e da juventude. Trata-se essa participação voluntária de importante contribuição cívica para a concretização do sistema constitucional e estatutário de proteção das crianças e dos adolescentes. Para o exercício desse ofício, os agentes ou comissários precisam ter acesso aos locais onde a violação dos direitos das crianças e adolescentes podem ocorrer.

Por essa razão, reconhecendo o mérito da matéria, mas ponderando as pertinentes contribuições aprovadas pela CE, concluímos pela possibilidade de as combinar sob a forma de nova emenda.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.271, de 2019, com a emenda a seguir, e pela rejeição da Emenda nº 1-CE:

> EMENDA Nº – CDH
> Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 1.271, de 2019, a seguinte redação:
> Art. 2º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte Art. 136-A:
> "Art. 136-A Fica assegurado ao agente ou comissário de proteção da infância e juventude devidamente credenciado o livre acesso, para fiscalização, aos locais em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> que ocorram eventos, *shows* ou espetáculos dançantes, bem como casas noturnas, boates, bares, cinemas, teatros, locais de eventos esportivos, ou locais congêneres, devendo, para tanto, o representante exibir sua credencial no local de entrada, comprovar estar no exercício de sua função, bem como permanecer no local apenas o tempo estritamente necessário para a devida fiscalização. (NR)"

Então, Sr. Presidente, quero também parabenizar o Senador Izalci Lucas pela iniciativa desse projeto de lei. Agradeço o senhor por tê-lo colocado em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto, nos termos do relatório apresentado.

Esse é terminativo e a votação será nominal. Pedimos já para que abram o painel.

Vamos à votação nominal, sem prejuízo, como é feito em outras Comissões, de, enquanto os Senadores estiverem votando, os projetos não terminativos nós podermos ler e apreciar.

Então, vamos agora à votação.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Estava presidindo lá a Comissão de Esporte, por isso não deu tempo de eu ler o meu projeto aqui, meu relatório. Dentro da sua possibilidade, poderia adiantar aí o item 4. É um relatório de dois minutos. Bem simples, bem objetivo e bem rápido, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito, Senador Romário.

Enquanto o processo de votação acontece, V. Exa. já tem a palavra para a leitura do seu relatório. Será votação simbólica.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 2875, DE 2019

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre requisitos mínimos de acessibilidade em praias.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao projeto, com as emendas nºs 1 a 4-CDR.

Observações:

Tramitação: CDR e CDH;

- Em 20/03/2023, foi aprovado o parecer da CDR favorável ao projeto com as emendas nºs 1 a 4-CDR.

Autoria: Deputada Federal Tereza Nelma.

Relatoria: Senador Romário, a quem eu vou concedo a palavra nesse momento para ler o seu parecer, que é favorável ao projeto, com as Emendas 1 a 4.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Vem ao exame da CDH o Projeto de Lei nº 2.875, de 2019, de autoria da Deputada Federal Tereza Nelma.

O PL dispõe sobre requisitos mínimos de acessibilidade em praias.

Em sua justificação, a autora da proposição afirma que o acesso à natureza é essencial para o ser humano e lembra que as pessoas com deficiência devem ter garantida a fruição de direitos em igualdade de condições com os demais. Assim, defende que a adaptação das praias não constitui privilégio, mas, sim, o cumprimento de um dever.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), na qual recebeu parecer por sua aprovação, de autoria da Senadora Zenaide Maia, com quatro emendas.

Análise.

Não temos óbice a apresentar nas análises de constitucionalidade, legalidade ou juridicidade.

O PL é meritório. Afinal, insere-se na necessidade de expansão legislativa que assegure crescentemente o direito à acessibilidade em qualquer ambiente urbano. No caso em espécie, trata-se de assegurar que a pessoa com mobilidade reduzida possa acessar praias, mesmo quando tiver de usar cadeira de rodas. Não se pode perder de vista que o direito à acessibilidade é norma constitucional.

No que toca ao parecer da Senadora Zenaide Maia na CDR, entendemos que ele apresenta quatro emendas que melhoram sensivelmente o projeto. Por um lado, promove ajustes necessários de técnica legislativa. Por outro, tem a inteligência de sempre seguir o primado do respeito às normas técnicas, de forma que o cumprimento da lei seja sempre feito conforme o estado da arte e dos estudos mais recentes elaborados por quem trabalha no cotidiano da gestão.

O voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.875, de 2019, com as Emendas nºs 1-CDR, 2-CDR, 3-CDR e 4-CDR.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. (*Pausa.*)

Está encerrada a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com as Emendas de 1 a 4, da CDR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a construir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas de 1 a 4 CDR e CDH.

Aprovado o projeto.

Vamos agora ao item 2, não terminativo.

Fabiano Contarato, Senador, só chamando a atenção, para lembrar já, mas vou fazer a leitura aqui ainda.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4256, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar o porte de arma aos agentes de segurança socioeducativos, e dá outras providências.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão para a leitura do relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, cumprimento o Senador Fabiano Contarato, que tem uma experiência vasta na área de segurança pública, conhece bem o tema e teve essa iniciativa que eu considero uma iniciativa muito importante, justa e meritória.

Então, eu peço a sua autorização para ir diretamente para a análise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matéria relativa à proteção de crianças e adolescentes, o que faz regimental o presente exame.

A matéria é, a nosso ver, meritória. Duas são as realidades que levamos em consideração para formar essa avaliação. A primeira delas é o risco real que os agentes de segurança socioeducativos...

Eu demorei, inclusive, para trazer essa matéria porque quis ouvir, fiz questão de ouvir e de debater também, especialmente com os do Ceará – daqui a pouco estou trazendo o nome desses líderes que fazem parte importante aqui da construção desse relatório –, o que eles enfrentam em seu dia a dia sobre o risco real que eles têm.

Eles têm família e cuidam de filhos que não são seus e que são pessoas que, embora adolescentes, têm capacidade para causar danos graves, sim. É pertinente que estejam armados, inclusive para desempenhar bem sua função pública, resistindo a eventuais tentativas de resgate ou ataques contra eles ou contra os adolescentes.

O fato é que esses agentes socioeducativos são constantemente ameaçados por elementos que integram quadrilhas, muitas delas comandadas, infelizmente, por menores infratores.

A segunda é a boa formação técnica e humanista que tais agentes possuem. Não se trata de pessoas sem treino e sob nenhuma autoridade: ao contrário, são todos muito bem instruídos e conhecem seus deveres funcionais. Inclusive, muitos deles, Senador Paulo Paim, a gente já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debateu isso aqui, passam por problema de saúde mental, e esse era um dos questionamentos deles com relação a esse tema.

Cabe ressaltar, desde logo, que aqui não se está a defender que o agente socioeducativo poderá adentrar e exercer as suas funções no estabelecimento penitenciário armado, até porque é uma regra de segurança não poder entrar armado na penitenciária, pois a arma poderia ser subtraída. Somente as tropas especializadas podem entrar com armas dentro dos estabelecimentos prisionais.

Ademais, não estamos permitindo que eles, estando armados, possam exercer segurança pública fora. Tais cenários continuarão sendo vedados aos beneficiários dessa da concessão do porte de arma de fogo.

Jamais se pretende, portanto, que os agentes socioeducativos passem a agir dentro do estabelecimento adstritos a adolescentes infratores, armados, até porque seria um risco para eles mesmos, bem como para os menores, e isso a legislação não permite.

Portanto, resta claro que o conteúdo desse parecer não está a violar o princípio da proteção integral da criança e do adolescente trazido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como respeita o Estatuto do Desarmamento.

Ocorre que, por falha da estrutura estatal em não atuar de forma efetiva nas causas sociais da criminalidade, muitos desses adolescentes, principalmente das classes menos favorecidas, infelizmente, estão sendo cooptados pelo crime organizado. Esses têm alta periculosidade na escola do crime. Então, entendo que entre proteger a criança, já que continuará a vedação ao agente de usar arma dentro do estabelecimento, e proteger o agente socioeducativo e seus entes queridos, entendo que haja a necessidade de tutela da vida humana desses servidores da sociedade.

Outrossim, o sistema socioeducativo do Brasil é um barril de pólvora prestes a explodir a qualquer momento. Recentes fugas de adolescentes em conflito com a lei e incidentes violentos são sinais claros do clima de tensão que permeia as unidades de internação. Déficit no efetivo e desproteção pessoal, causada pela falta de equipamentos de segurança, reforçam o medo desses servidores. Fato que reforça o parecer ora apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho o entendimento, até pelo meu histórico de vida nesse tema, que não é armando a população que nós vamos resolver os problemas de segurança. Na verdade, podemos até agravar tal realidade. Porém, aqui não podemos nos esquecer disto, estamos a falar de agentes públicos que lidam diretamente com a criminalidade, expondo todos os dias suas vidas em perigo.

O PL 4.256, de 2019, encerra, porém, problemas de natureza constitucional e jurídica, ambos ligados à condição de "pessoa em desenvolvimento" afirmada pelo inciso V do §3º da Carta Magna e pelo art. 121 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Não nos parece compatível com esta condição o porte ostensivo de armas, de modo que vamos oferecer emenda à proposição determinando que regulamento específico, com inteligência pedagógica, diferente do Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 2003, estabeleça as condições e as boas práticas no uso da arma por agentes socioeducativos, inclusive a condição de uso não ostensivo. Isso tornará o efeito dissuasório da proposição compatível com os termos da lei. Oferecemos também emenda para adequar o art. 1º da proposição aos termos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Do voto, Sr. Presidente.

Em função dos argumentos apresentados, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.256, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 4.256, de 2019, a seguinte redação, renumerando-se em seguida os demais artigos:

"Art. 1º Esta Lei faculta o porte de arma de fogo aos agentes de segurança socioeducativos em todo o território nacional, em condições a serem estabelecidas por regulamento específico, que determinará seu uso não ostensivo e os modos pelos quais o porte de arma atenderá à finalidade de atendimento aos adolescentes".

EMENDA Nº - CDH

Dê-se ao novo inciso XII do *caput* do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, na forma prevista pelo atual art. 1º do Projeto de Lei nº 4.256, de 2019, a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> "XII – os integrantes do quadro efetivo do Sistema Socioeducativo responsáveis pela segurança, vigilância, guarda, custódia ou escolta de adolescentes, nos termos de regulamento específico que determinará o porte oculto e não ostensivo da arma e que considerará a compatibilização entre o porte da arma e a condição de pessoas em desenvolvimento que a Constituição atribui aos adolescentes."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só quero fazer um registro, como eu citei no relatório, de pessoas importantes que nos procuraram, que dialogaram até que a gente amadurecesse este relatório que são o Sr. Alexandre Costa, meu conterrâneo, Presidente da Associação dos Agentes Socioeducativos do Ceará, e também o Sr. Cristiano Torres, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores do Sistema Socioeducativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Pediu a palavra para discutir o ex-Líder da Bancada do PT, mas sempre Líder, o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero aqui, neste momento, parabenizar o brilhante relatório do Senador Eduardo Girão, que muito aprimorou este projeto de lei. Tenho certeza de que V. Exa., sempre preocupado com o bem-estar e a proteção integral da criança e do adolescente, fez modificações significativas para atender à real finalidade do projeto de lei. Então, quero aqui, Senador, render minhas homenagens e parabenizá-lo pelo relatório.

Quero também fazer um registro, Sr. Presidente, de que aqui nós temos agentes socioeducativos, inclusive os do meu Estado do Espírito Santo. E quero falar para eles que eles muito dignificam a profissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passei 27 anos como delegado e 25 anos como professor de Direito Penal e Processo Penal. Eu fico triste, Senador Eduardo Girão, sabe quando? Quando eu vejo uma parcela significativa da população criminalizando os policiais. Policial não é violador de direitos, policial é o primeiro garantidor de direitos, Senador Magno Malta, é o principal garantidor de direitos. Nós temos que partir da premissa de legitimidade dos atos praticados pela administração pública. Nós não podemos inverter essa lógica.

Agora, nós temos que agir com seriedade, mas dentro da realidade. E a realidade é que o sistema socioeducativo apto a receber toda criança e adolescente em conflito com a lei, quando pratica ato infracional, tem que ter condições para dar aquela tutela, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Então, nós temos que entender que nós temos que sair um pouco desta discussão teleológica, muito mais academicista, sem entender qual é a realidade que nós passamos lá diuturnamente dentro do sistema prisional, seja para as pessoas que são maiores e imputáveis, seja para os inimputáveis ou para aquela criança ou adolescente que violou qualquer norma, praticando um ato infracional.

Nós temos que entender que essa é a realidade do Brasil e que, se naquele momento ela está internada, está cerceada naquela medida mais restritiva... E aqui eu volto a falar que a internação hoje no sistema socioeducativo com adolescentes em conflito da lei é para, no máximo, três anos de internação. Agora você imagine que qualquer ato infracional praticado por um adolescente, Senadora Soraya, no máximo, para um maior, você pode ter uma pena de 40 anos, mas para um adolescente em conflito da lei é, no máximo, três anos de internação. E eu, na minha vida profissional, já presenciei juízes aplicando, em um homicídio qualificado em que o maior seria condenado de 12 a 30 anos, para um adolescente de 17 anos a medida de um ano de internação. Como que você explica isso para a família da vítima? Como que você explica isso para a sociedade? É preciso provocar a queda de máscara das instituições para que ela interaja verdadeiramente com a realidade da nossa sociedade. Agora, se a gente ficar numa discussão extremamente apenas academicista, nos bancos teóricos, sem entender a realidade do que acontece nas ruas no país, nós vamos praticar não a sensação, mas a certeza da impunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E isso não tem... E olha que eu sou Senador do Partido dos Trabalhadores! E olha que eu fui Vice-Presidente, com muito orgulho, desta Comissão de Direitos Humanos! Mas nós temos que tratar igualmente os iguais na medida em que eles se desigualem. Nós temos que entender que ninguém, ninguém está acima da lei, que todos somos iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza. Nós temos que entender, efetivamente, que os agentes socioeducativos estão ali como um braço do Estado para assegurar a proteção integral da criança e do adolescente que estão cerceados na sua liberdade de ir e vir, mas que eles têm que fazer isso com segurança. Nós não podemos achar razoável, nós não podemos criminalizar policiais e, sobretudo, agentes socioeducativos.

Senadora Soraya, eu lembro que, quando eu era delegado, eu percorri os presídios para falar sobre a erradicação da tortura, Senador Paulo Paim. E eu lembro que em uma das turmas foi para agentes socioeducativos do meu Estado Espírito Santo. E olha a que grau nós chegamos: os internos adolescentes em conflito com a lei tinham um uniforme, e o mesmo uniforme os agentes socioeducativos utilizavam. Ou seja, se houvesse uma fuga naquele instituto, você não sabia quem era interno e quem era agente socioeducativo.

Olha, minha gente, não dá para a gente ficar brincando de segurança pública. O art. 144 da Constituição Federal é claro: a segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado.

Parabéns, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Esse foi o Senador Fabiano Contarato, autor do projeto.

Já pediu a palavra o Senador Magno Malta, a quem eu a concedo neste momento.

Em seguida, o Senador Flávio Arns.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Senador Girão e o autor do projeto, Senador Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ele põe aqui uma realidade. Nós discordamos em quase tudo, em quase tudo. Não em tudo. Eu não sei nem se foi a primeira ou a segunda filiação dele, mas a primeira filiação dele foi no PL, e fui eu que abonei.

Mas essa questão de segurança pública tem toda uma engrenagem que, se o indivíduo entende só pelo aparato do Estado, e o cara não entende que tem muitos adultos travestidos de criança e que conhecem plenamente só direitos, quando caem numa casa como essa, socioeducativa... E essa questão que ele colocou de que os uniformes eram iguais... Cometeu um delito... Aí, quando eu faço uma discussão a respeito de redução da maioridade penal, tudo isso passa pela minha cabeça, porque isso tem que ser um projeto de governo, nada isolado, como o relatório do Senador Girão, que é desarmamentista, mas tem o entendimento de que um homem que tem família, e é um agente social, e trabalha dentro de uma área de risco...

E olha que esses menores – menores, não, homens travestidos de criança – mandam o recado igual qualquer facção: "Você tem família lá fora, nós sabemos onde sua família mora". Esse homem que está lá o dia inteiro com o mesmo uniforme tem família lá fora, onde as facções se utilizam desses por conta tão somente da idade, e vive sob ameaça, e não é tão somente num caso de rebelião, para que ele possa se utilizar da arma, mas para poder guardar a sua própria família, que está em casa e muitas vezes em bairro de periferia.

E dizia o Senador Contarato, palavras dele: nós precisamos entender a realidade, infelizmente a realidade do que está acontecendo no Brasil, com relação à violência total. Tudo é facção, tudo é organização criminosa, e eles conhecem as brechas, e eles sabem como usar, e eles sabem a quem usar e como usar. Os riscos que eu corro são os riscos que V. Exa. corre. Não nos esqueçamos de que Marcola está no presídio de Brasília, não nos esqueçamos de que Fernandinho Beira-Mar está no Rio e de que houve uma fuga agora, no Rio Grande do Norte, com dois indivíduos do PCC, que são especialistas, são executores, matadores.

Então, é uma realidade toda que nós temos que entender. Nós não podemos tirar aqui um ponto e dizer: "Ah, isso aqui é ideológico, isso aqui é ideológico". Não, não, a mira de laser que está na minha testa está na testa do Senador Fabiano, está na testa de todos nós e dos nossos filhos, das nossas crianças, porque eles não contam até três para cometer o crime. E o agente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que está lá dentro, que convive, cujo rosto o cara vê? E gritam de lá de dentro um desaforo para ele, dizendo: "Eu sei onde você mora, meus amigos estão lá fora".

Ontem eu vi um vídeo, Senador Contarato, de um cara de uma organização criminosa, adulto – adulto –, dizendo assim – grava na dura, grava dentro do presídio e solta o vídeo: "Estou mandando esse recado para o juiz e para o promotor – o promotor principalmente –: você está aí fora, veja como você me trata e me respeite, porque eu estou aqui dentro, mas meu povo está aí fora, o seu carro pode amanhecer cravado". Essa foi a fala, e essa fala... Eu acho que nós temos que ter, e eu sempre tive no meu coração... E com todos os Presidentes que passaram eu me sentei, apresentei e mostrei o que podia acontecer.

Eu não sou jurista, eu não sou um indivíduo profundo, não sou advogado, não sou delegado, embora muita gente ache até que eu seja advogado, não sou, mas nós temos dois elencos de crime no Brasil: o crime hediondo e uma lista de crimes que não são hediondos. Você pega um menino que já botou fogo em ônibus, que já estuprou, sequestrou, tem 17 anos, está lá dentro da instituição, e põe lá um outro que, por influência de outros, foi lá e subtraiu um relógio. Nunca roubou, não é bandido, não é ladrão, perfeitamente recuperável, e ele é jogado dentro do mesmo sistema. Quando chega lá, ele vai morrendo de medo daquele outro, e aquele outro faz dele refém e obriga a família desse que acabou de chegar, que não é bandido, que não é nada, essa família é obrigada a levar as coisas para ele lá dentro, para que esse menino não morra. E esse menino, passa um ano, passam seis meses, acaba se tornando igual ao outro. Quando saem de lá de dentro, entrou um que não era bandido, juntou-se com outro que já era, saem dois. Saem dois.

Então, eu chamo essas instituições de escola técnica do crime. É com essas que nós temos que acabar, porque quando ele faz 18 e bate dentro do presídio, aquele argumento de que "ah, jogou uma criança no presídio com 18 anos, ele vai virar criminoso", não, ele já virou cá embaixo.

Mas a discussão hoje é sobre os agentes. Eu quero parabenizar, porque o agente realmente precisa estar armado, por uma série de coisas, preventivamente, tanto para ele no trabalho quanto para ele fora do trabalho, por conta da sua família. Que não se enganem: se os governos, se as polícias têm informação, os criminosos têm muito mais do que todos nós juntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pelo projeto, parabéns pela relatoria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Flávio Arns, com a palavra para discutir a matéria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Eu só quero também parabenizar o Senador Fabiano Contarato pela iniciativa. O Senador é uma pessoa extremamente ligada à questão de direitos humanos, de segurança, uma competência, uma capacidade em tantas áreas. E quero parabenizar o Senador Girão pelo relatório tranquilo, sereno, seguro, apontando que não deve ser ostensivo, que tem que ter um regulamento, que não fere o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Agora, a gente tem que só refletir algumas coisas, porque não é o problema só com adolescente infrator, mas também o sistema prisional de uma maneira geral, não só a prisão, mas as delegacias. Eu já visitei... Aí o Fabiano Contarato pode falar muito melhor do que a gente. A pessoa está na delegacia, a capacidade de presos lá é de 20, e tem 60, 70, 80, 100. Então, já visitei delegacia onde colocam as redes no teto e fica uma turma no chão; depois de um tempo, a turma do chão vai para o teto, a do teto vai para o chão. Eu digo: olha, isso é uma escola de criminosos, porque o pessoal que sai de lá, não há dúvida... E fica lá um ano, dois anos, e às vezes homicida ao lado de uma pessoa, como o Senador falou, que roubou um relógio, sabe-se lá, alguma coisa.

Eu já visitei, por exemplo, anos atrás, pela Comissão de Direitos Humanos, o atendimento de adolescentes em São Paulo, que seria socioeducação, no caso. Eu olhei lá, vi, fui falar com o Governador, à época, e disse: "Isso é um campo de concentração". Duzentos adolescentes sentados um ao lado do outro, tendo que ficar quietos, sem camisa, só com calção e tal. Por quê? Porque havia dúvidas se havia adolescentes com distúrbios de conduta, problemas de saúde mental, que teriam que ter outro encaminhamento.

Agora, eu quero dizer o seguinte também: eu fui Secretário de Educação lá do Paraná, e lá nós temos alguns centros de socioeducação, nunca junto com presídio – nunca junto com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presídio. Nós temos centros de socioeducação, em parceria com a Secretaria de Educação, da Saúde e da Assistência, para ser uma socioeducação. São mil adolescentes, mais ou menos, nos centros de socioeducação, mas você olha a falha do poder público e da sociedade com esses mil, porque a maior parte deles não têm ensino fundamental, fase 1, fase 2; a família destroçada; os pais não trabalham, não têm casa, não têm isso... Quer dizer, uma absoluta... A gente tem que pensar nesse lado também de onde nós estamos falhando. Então, isto também é importante: dizer e dar uma perspectiva.

Eu recebi a visita de um adolescente, uma vez, que pegou uma fotografia minha, desenhou um quadro e queria me entregar o quadro. Eu disse: "Olha, que bom! Recebo você com prazer. Por que você está lá?" "Não, assalto à mão armada". "Matou? Feriu?" "Não, não matei, não feri, mas assalto à mão armada". Quer dizer, a gente fica pensando que é uma situação que tem que ser olhada. Também ele fez o vestibular e depois passou; quer dizer, às vezes, uma coisa péssima acaba gerando uma oportunidade para essas pessoas.

Então, lá são professores, são assistentes sociais, mas tem os agentes de segurança, e esses agentes de segurança têm que... Na verdade, eu também acho que têm que ter a possibilidade, a obrigatoriedade, dentro de regulamento, dentro de regras, lógico, que têm que ser estabelecidas...

Mas, então, a política de socioeducação, se for feita de maneira correta... Para mil adolescentes, são 150 milhões por ano, 150 milhões a 180 milhões por ano. Se a gente aplicasse 180 milhões na raiz do problema, nós teríamos um resultado muito maior. Mas não é só a socioeducação, porque tem os adolescentes também que cometeram delitos menos graves e que estão com penas restritivas de liberdade, não no centro de socioeducação.

Então, a gente tem que, no fundo, dizer: "Olha, claro, está errado!" Uma pessoa com 17 anos que fez um homicídio, que cometeu homicídio está lá... Agora, eles, inclusive, não podem estar lá ao lado da pessoa que... Com todo o respeito, se isso acontece no Espírito Santo, é errado. Tem que ser centros de socioeducação que tenham o objetivo, realmente, de ser socioeducação, inclusive na construção, porque eu fui a um dos centros – eu me lembro – e disse: "Isso aqui é uma prisão. Não pode!" Quer dizer, se eu estou falando de centro de socioeducação, olho para lá e percebo que a pessoa está presa, então tem que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que essa política toda de atendimento do ser humano, com políticas públicas adequadas, falta. Agora chegar também ao final e achar a pena adequada, é lógico, temos que fazer, só que a gente entra nesse debate da maioridade penal. Resolve o problema baixar para 17, 16, 15? Ou a gente deve pensar de uma maneira diferente, para que a pessoa: "Ah, eu vou cometer o crime porque eu sei que vou ficar seis meses, quer dizer, um ano". Isso não pode acontecer.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Permita-me, Senador, só um aparte? Porque o senhor tocou em dois pontos que para mim são muito...

Eu acho que a gente tem que agir, Senador Girão e Senador Magno Malta, em transparência. Eu não sei se os colegas sabem, mas eu sou autor de um projeto de lei que aumenta o período de internação para adolescentes, em conflito com a lei, que praticam ato infracional equiparado a crime hediondo ou praticado com violência ou grava ameaça. Eu sou contra você absolutamente reduzir a maioridade penal. Agora, nós podemos alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente e falar. Esse é um projeto de minha autoria que aumenta para até cinco anos. Hoje é de três.

Mas é inadmissível você falar que hoje qualquer ato infracional praticado... Em uma extorsão mediante sequestro com resultado morte, que está lá no art. 159 – sequestrar a pessoa com o fim de obter qualquer vantagem como condição ou preço do resgate –, pelo §3º, se resulta em morte, a pena vai lá para a Lua, em quase 40 anos de reclusão, e aquele adolescente de 17 anos vai ficar no máximo três anos internado. A gente tem que discutir isso com realidade. A gente tem que colocar e falar assim: "É esse o tratamento que nós queremos dar? Ou nós podemos dar um tratamento diferenciado?". Volto a falar: tratar igualmente os iguais à medida que eles se desigualem.

Você tocou no outro ponto da população carcerária. Eu trabalhei num DPJ de Vila Velha, no meu Espírito Santo, em que a capacidade era para 16 presos e tinha 140. Aquilo era uma bomba-relógio, era rebelião. Mas sabe por quê, Senador Flávio Arns, isso acontece? Porque o Estado criminaliza a pobreza, porque as cadeias estão lotadas é de pobres. As cadeias estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lotadas de pretos, pardos e semialfabetizados. Eu queria ver, se fossem crimes praticados por políticos, se fossem crimes praticados por servidores públicos, se o tratamento seria o mesmo.

Faço este desafio aqui aos Senadores também da oposição, com todo o respeito. Um projeto de minha autoria: passa a ser crime hediondo desvio de verba pública praticado por político. Eu quero ver, coloquem lá na Lei nº 8.072. O que são considerados crimes hediondos: peculato, corrupção ativa, corrupção passiva, extorsão, concussão, crimes contra a ordem tributária, contra o sistema financeiro.

Agora, infelizmente, o que o Estado faz é criminalizar a pobreza, é criminalizar a cor da pele. Eu fico preocupado com meus dois filhos, que são negros e que são a razão da minha vida, porque eu sei que, dependendo de onde eles estiverem e da forma como eles vão ser abordados, eles já podem ser julgados, pelo simples fato de serem pretos.

É isso que a gente tem que tratar. A gente tem que ver, dar esse tratamento diferenciado. Agora, eu não sou radical. Aumente o período de internação, equipare a crime hediondo para desvio de verba pública.

Desculpem-me o desabafo. Eu só queria fazer esse aparte.

Parabéns, mais uma vez!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu apoio, para desvio de verba pública. Se tiver o apoio da base do Governo, conte com a oposição, porque nós vamos votar.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu já concluí. Então, esse é mais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – De fato, particularmente em relação ao mais vulnerável, ao mais pobre, a política pública não chega lá. E a política pública, uma escola boa, uma escola em tempo integral, com profissionalização, com merenda, com apoio da saúde, com assistência social adequada, se isso for prioridade no Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente vai ter uma sociedade diferente em 18 anos, uma geração que entre na creche e saia no ensino médio.

Agora, aqui, neste caso, a gente sempre diz que socioeducação é uma política interdisciplinar e aqui nós estamos falando dos agentes de segurança, como o relatório aponta, de acordo com o regulamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O Senador Girão pediu...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Um minuto mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – É só para... Olha que manhã, tarde já, rica, porque a gente está vivenciando aqui, inclusive com visões políticas, ideológicas diferentes, mas buscando um consenso, um diálogo para conseguirmos aprovar, melhorar a nossa legislação. Então, estão de parabéns todos os Senadores.

O Senador Flávio Arns trouxe aqui o caso do sistema penitenciário do Brasil. Parabéns, Senador. Nós temos que encarar isso.

Senador, meu querido irmão Paulo Paim, eu vou trazer um requerimento, uma coisa que eu até já tinha falado com o senhor, o senhor disse que tudo bem, para a gente ver uma Comissão, uma Subcomissão para viajar, conhecer o sistema Apac, sistema de ressocialização, que é um sucesso em Minas Gerais, sucesso, no Paraná tem também, e é bem humano, sabe? Então, eu acho que a gente tem que partir para isso. Esta Comissão tem feito um grande trabalho, eu acredito que a gente possa avançar. Então, vou propor, na próxima sessão, uma emenda nesse sentido.

Mas eu quero parabenizar o Senador Fabiano Contarato, Senador Magno Malta, Senador Flávio Arns. Hoje nós, através do diálogo – olha que bonito, num momento em que o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda está polarizado –, a gente mostrou aqui que é possível, com respeito à oportunidade, com respeito a opiniões diferentes, é possível se construir algo com partidos diferentes, com convergências com o interesse do brasileiro. Nós podemos ser adversários, jamais inimigos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, antes de V. Exa. encerrar, a minha assessoria, que é mais eficiente do que eu: o PL 6.691, de 2009, foi aprovado aqui no Senado, em todas as Comissões de mérito, passou aqui primeiro, foi para o Plenário, está na Câmara, crime de corrupção como crime hediondo, aquilo que nós tratamos aqui. Veja como a sociedade padece por esquecimentos em gaveta e por descasos muitas vezes. Nós aprovamos em 2009, está na Câmara, e a assessoria me alertou aqui. E eu vou atrás disso aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas 1 e 2.

O projeto segue agora para a análise terminativa na CCJ.

Retornamos ao item 1.

Projeto de Lei nº 1.271, de 2019, terminativo...

Mas antes mesmo de proceder aqui à votação do item 1, eu vou pedir à Secretaria-Geral da Mesa que encerre a votação, e vamos ao resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Resultado: SIM, 10; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

Quórum: 11.

Aprovado o projeto.

Voltamos ao item 1.

Projeto de lei... (*Pausa.*)

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1665, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para vedar o acesso de crianças e adolescentes a exibições artísticas inadequadas.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH, CCJ e terminativo na CE.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.179980/2024-20-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Perfeito, Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão. Só queria fazer uma consulta à Mesa. O item anterior, da questão do socioeducativo, da questão das armas, foi votado, mas o resultado não era esse aqui, é outro número, não é?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Esse é do número 1, mas do número 2, eu tenho a minha dúvida – porque começou a discussão – se foi votado. Foi votado?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas o resultado foi anunciado?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Foi, está aprovado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Os dois, não é? Estão aprovados. Está bom, eu agradeço demais o esclarecimento.

Sr. Presidente Paulo Paim, eu só tenho que agradecer ao Senador Magno Malta, meu irmão, meu amigo, uma inspiração para que eu esteja aqui no Senado Federal, pelo seu trabalho em defesa da vida, da família, de valores, de princípios. E essa é uma iniciativa dele, é um projeto de lei extremamente importante para a nação, que fala ao coração, que é justo, dos brasileiros, não é? E eu queria, nesse momento, pedir sua autorização para que eu possa fazer a leitura já da análise do projeto.

Muito obrigado.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proteção à infância. Desta forma, mostra-se plenamente consentânea com os princípios regimentais do Senado Federal a análise do PL nº 1.665, de 2023, por esta Comissão.

O PL em tela é bastante oportuno. E explicaremos as razões. Trata-se de proposição que veda o ingresso de crianças e adolescentes em eventos que tenham a nudez como foco ou que retratem sexo, ainda que simulado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

À primeira vista, haverá quem alegue tratar-se de censura ou de ataque à liberdade de expressão. É natural que assim se reaja. Afinal, a análise apressada serve apenas para fazer erguer os valores que são mais caros a quem se insurge de maneira intempestiva. Contudo, como bem ensina qualquer manual de direito constitucional, os valores constitucionais são equivalentes em importância e estatura, não havendo que se falar em norma mais importante que outra dentro da Constituição. Pelo contrário. Como manda o entendimento pacífico, as aparentes antinomias constitucionais devem ser harmonizadas para que coexistam e preservem os bens por si tutelados.

A Constituição da República, sábia e felizmente, consagrou o princípio da liberdade de expressão. O inciso IV de seu art. 5º prevê de modo lapidar que é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato. Ora, de pronto já se vê que mesmo a manifestação do pensamento não é impassível de restrição se proferida de qualquer forma. Afinal, o anonimato do autor é vedado.

No mesmo sentido, a Constituição consagrou, no inciso IX de seu art. 5º, a liberdade de expressão artística, independentemente de censura ou de licença.

E, a par da liberdade de expressão, qual outro valor jurídico goza de idêntico mérito e estatura constitucional? Ora, trata-se justamente da obrigação do Estado – e, portanto, da obrigação inclusive do Congresso Nacional – de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito ao respeito, assim como de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, exploração e violência. Assim reza o art. 227 da Constituição.

Dessa forma, é imperativa, sem margem para concessões, a harmonização simultânea dos direitos à liberdade de expressão, à liberdade artística e da proteção do Estado à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade.

Ora, de que trata, afinal, o PL em apreço do Senador Magno Malta? Se analisarmos bem, nada há nele de censura. Afinal, ele não proíbe a realização dos referidos eventos. Mesmo com a aprovação do PL e sua conversão em lei, a realização de eventos com nudez e sexo poderá continuar, por muito que se possa questionar sua qualidade. O que se está a tratar no PL, simplesmente, é da vedação do ingresso de menores de idade em tais eventos. Isso não é censura. Os maiores de idade, sujeitos plenos de direito e no exercício do seu juízo individual,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderão escolher frequentar tais eventos sem restrição. Na realidade, trata-se apenas de dar eficácia ao mandamento constitucional. Trata-se apenas de o Estado cumprir seu dever de salvaguardar crianças e adolescentes da falta de respeito, da negligência e da violência, ao mesmo tempo em que protege as liberdades artística e de expressão.

Assim, por respeito à liberdade de expressão prevista na Constituição, uma vez que o PL protege a realização dos referidos eventos, por pior que seja a qualidade do seu conteúdo; por respeito à liberdade de expressão artística também prevista na Constituição, uma vez que o PL em nada ataca o direito de conteúdo fruto da imaginação humana ser apresentado sob o rótulo de arte; por respeito à prioridade absoluta a ser dada pelo Estado à proteção da criança e do adolescente, também prevista na Constituição; e, finalmente, por respeito à condição intrínseca das crianças e dos adolescentes, que necessitam ter preservada sua condição de pessoas com psique em formação, apresentaremos voto favorável ao Projeto de Lei nº 1.665, de 2023.

Do voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, de forma irretocável, sem apresentação de emenda, sem nada, apresentamos voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2023, originário aqui, uma iniciativa brilhante do Senador Magno Malta, de sua equipe. E eu dou os parabéns publicamente.

Agradeço ao senhor, Presidente, por ter me passado a relatoria desse projeto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senador Flávio Arns, com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Senador Girão, só o relatório, Senador Magno Malta, quer dizer, isso que está sendo proibido acontece o dia todo na televisão, dentro da nossa casa. Nós estamos proibindo que o espetáculo faça alguma coisa, mas o que foi descrito no relatório está na televisão, dentro dos lares, o tempo todo. Não só isso, nós temos programa policial – policial! –, contando como é que foi o assassinato, a violência, todos os dias, na televisão, dentro da nossa casa, em horário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impróprio, 11h da manhã, meio-dia, 1h da tarde, 2h. Quer dizer, quem está em casa? É a criança, o adolescente e tal.

Então, é um problema, eu diria, uma discussão muito mais ampla que tem que ser feita, na minha opinião, sobre o que é adequado, o que pode acontecer ou não, inclusive no sentido de formação, o debate que acontece na televisão, durante o dia, sobre temas que, eu diria, muitas vezes são adequados para adultos, para adolescentes, mas não para uma pessoa em formação. Então, você está pegando um aspecto que é o espetáculo, que às vezes está sendo colocado...

E não voto contra o projeto também, porque eu acho que tudo tem que ter o seu público-alvo, mas é um debate muito maior. Naturalmente, as pessoas se adiantariam a dizer "não, é uma pauta de costumes", mas quanta gente vem debatendo pelo Brasil se isso que aparece na televisão, programa policial, não matou, fez isso, fez aquilo, cortou... Eu participei uma vez da CPI aqui. Cortou o cabelo da menina e, na semana seguinte, várias meninas no Brasil estavam com o cabelo cortado. Então, é uma discussão que tem que ser feita também, mas também eu gostaria, num outro momento, de ampliar esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Magno Malta, para discutir a matéria.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – O Senador Flávio Arns tem as suas razões, no seu argumento. Com base nessa minha luta em defesa da criança, porque ninguém vira adulto sem passar pelo processo infantil, o cuidado tem que ser primeiro com elas, porque o adulto deformado ou bem formado depende daquilo que você deu e ofereceu. Uma criança é um HD vazio.

Quando eu presidi a CPI dos Maus-Tratos, no meu outro mandato, foi feita uma exposição, paga pelo Santander, com dinheiro da Lei Rouanet, de 2 milhões, onde as crianças eram tiradas de sala de aula na sua infância para assistir à Virgem Maria com um pênis na mão, Jesus crucificado com diversos pênis pelo corpo; dois homens brancos estuprando um homem negro; homens estuprando ovelha; a hóstia, que é sagrada para os católicos, com palavrões escritos em cima e espalhada. Isso é uma obra de arte com dinheiro público? E aquilo foi um auê. V. Exa. se lembra, não sei se acompanhou; não estava aqui, voltou em seguida. E eles vieram aqui, em comissão, para pedir ao Eunício, artistas do Brasil, para encerrar a CPI. Foi uma luta,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma guerra. E a esquerda enfrentou aqui para o cidadão, que era o curador, não vir depor, não vir depor! E os diretores do banco mais ainda, estavam mais protegidos, porque eu convoquei os diretores do banco que deram o dinheiro.

Ora, como você aprova um troço tão desgraçado, tão infame para tirar crianças de escola para ir ver aquilo lá, para dar normalidade ao abuso, à violência religiosa, à violência contra criança, à violência – como hoje está em voga a discussão – contra negros? Por que não tinha dois negros estuprando um branco? Não! Era aquilo que estava lá, aquilo chamado de arte com dinheiro público. E aí eu ouvi os diretores de banco, enfrentei todo mundo aqui, Parlamentares de que tem hora que me dá vontade de dar o nome, para não deixar os diretores do Santander: "Ah, porque vai cair a clientela do banco". Quer dizer, eu não protegi a criança por causa da clientela do banco? E os caras disseram assim: "Não, a gente nem viu, sabe? A gente patrocinou, mas a gente nem olhou o conteúdo". Como é que você patrocina um troço de que você não olha o conteúdo?

Então, tudo isso eu vi lá no MAM, em São Paulo, quando a mãe levou a criança para tocar um homem nu, com diversas crianças. Eu vi essa mãe no Ministério Público de São Paulo. E o tal artista lá que estava nu fugiu, evadiu-se. Ele recebeu do Supremo Tribunal Federal que tinha que depor, mas tudo bem, está na Constituição que ele podia ficar calado, isso é constitucional, mas, como ele tinha cidadania francesa, ele fugiu, e as nossas crianças ficaram expostas aqui.

V. Exa. está certo, vamos abrir, vamos votar. Se a gente não pode muito agora – pode um pouco –, vamos fazer um pouco pelas crianças, mas, quanto a essa discussão em que V. Exa. fala dessa influência da televisão, vamos enfrentar essa gente, vamos enfrentar essa gente, porque, na verdade, casa de pai, escola de filho, se a televisão está ligada... Sobre o que V. Exa. está dizendo, eu fui chegando à casa da minha filha, eu abri, a porta estava aberta. Estava a minha neta de 4 anos assistindo a um desenho. Quando ela me viu: "Vovô!", correu e me abraçou, teve um intervalo, Senador Paim, e, no intervalo, havia um cara cantando um *funk* com uma letra que fazia apologia ao crime e fumando um baseado, no intervalo de um desenho! Veja como os pais precisam prestar atenção até nisso, em intervalo de desenho para criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concordo com V. Exa., nós temos que enfrentar todos esses debates em que os poderosos estão por trás – eles podem tudo, os outros não podem nada – e eu topo esse debate de frente, eu topo esse debate de frente, que V. Exa. colocou.

Agradeço o relatório do Senador Girão, fazendo essa vênia e concordando com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Flávio Arns, só para complementar.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só para deixar claro, também complementando, que eu nunca falo assim em termos de enfrentar essa gente. Eu acho que todos nós como sociedade devemos discutir o que queremos, o que desejamos, o que é importante, o que é necessário, o que faz bem, o que não faz bem. Eu acho que esse debate tem que acontecer. Sempre o lado positivo.

Eu digo: "olha, o Prefeito não quer dar o transporte para pessoa com deficiência". "Esse Prefeito sem vergonha, maluco, não quer dar transporte". Não, chegar para o Prefeito e dizer: "pessoa com deficiência tem o direito de ter o transporte assegurado". Quer dizer, você parte do positivo e não do negativo.

Então, a sociedade tem que fazer o debate para dizer: "olha, pode acontecer isso, não pode". Então, vamos discutir e vamos debater.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Só uma ponderação de um minuto novamente, Senador Paulo Paim.

Muito importante esse debate aqui e eu vou além, o senhor está coberto de razão. Eu acho que nós temos que nos aprofundar. Já existe lá aquela classificação de horários, mas precisamos ver com relação à televisão e não só a televisão.

O relato que o Senador Magno Malta trouxe aqui da questão da neta dele, e eu tenho duas filhas pequenas e me preocupo muito com isso. Inclusive, o ex-Senador Guaracy, que estava aqui conosco, Guaracy Silveira, mesmo fora do mandato, tem me mandado vídeos preocupantes, Senador Flávio Arns, dessas *big techs*. A forma como a coisa é conduzida e é exatamente isso que acontece mesmo. Eles aproveitam os intervalos, se coloca uma propaganda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá que não tem nada a ver e que vai influenciando. E os joguinhos para crianças, que é uma forma de começar a viciar.

Então eu digo aqui porque a audiência nos assiste e isso sempre repercute. Cuidem dos seus filhos. Vejam o que eles estão fazendo em celular. O dono do TikTok. O senhor sabe foi que o dono do TikTok falou, que criou lá na China, ele disse o seguinte: "o meu filho, o meu, só a partir de 15 anos vai ter celular". Então, tem uma massa, eu posso até arriscar bilhões de pessoas, de crianças e adolescentes que estão entrando nesse mundo aí e tem um *dark* disso. Tem a *deep web* e é perigosíssimo o que está gerando.

O senhor sabe, a Universidade de Harvard já mostrou. Os primeiros anos da infância, tem até mil dias. Tem um estudo mostrando que os mil dias é a formação do cérebro ali e isso influencia em valores. Isso influencia muito o que a criança está vendo ali. Então, o senhor tem esse cuidado. É uma marca do Senador Flávio Arns essa proteção, esse olhar humano também.

E o senhor pode contar comigo para a gente fazer esse diálogo, avançar em matérias aqui no Legislativo com essa preocupação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Vamos em frente.

Continua a discussão da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise na CCJ e posteriormente, de forma terminativa, na Comissão de Educação.

Neste momento, eu passo a Presidência para o Senador Flávio Arns, só para que eu possa apresentar requerimento de minha autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio Arns com a palavra como Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado.

É o item nº 12.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 8, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para debater a criação do Dia Nacional do Auditor Fiscal Tributário e Aduaneiro

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS).

Concedo a palavra a V. Exa. para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Rapidamente, Sr. Presidente, V. Exa. já leu a intenção do requerimento, a justificativa aqui é questão de dois minutos.

O importante papel do auditor fiscal tributário e aduaneiro é o de realizar a auditoria e fiscalização das atividades financeiras, contábeis e tributárias de empresas e organizações, garantindo o cumprimento das leis, regulamentos estabelecidos pelo Governo.

Cumprindo o requisito da Lei 12.345, de 2010, sobretudo quanto à realização prévia de audiências públicas para proposição que institui data comemorativa, é que se faz necessária a realização desta audiência pública.

Esta audiência pública foi solicitada pela Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal), nos termos do art. 93, parágrafo 1º e art. 102- E, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o requerimento, Sr. Presidente, Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agradeço muito, mais uma vez, ao Senador Flávio Arns, que é um dos primeiros a chegar nesta Comissão. Seguidamente, então, ele me auxilia aqui na Presidência dos trabalhos.

Terminou a pauta. Mais uma vez, limpamos a pauta. Todos os projetos que foram pedidos e os relatores estavam presentes foram votados. E assim será nesta Comissão, como é também na sua Comissão, não é? Ainda hoje você alertava lá, com o projeto de minha autoria, que foi retirado de pauta, que o ideal seria que fosse lido o projeto, para, depois, então, tê-lo tirado de pauta.

Muito obrigado. Agradeço.

V. Exa. pediu vista de um projeto meu e recebi isso na maior tranquilidade, de parceiros que combinam, porque qual é o problema de pedir vista? Pede vista e volta, logo em seguida, para apreciar, quem sabe até com outras contribuições, porque V. Exa. entende muito daquele tema. Agradeço a V. Exa., inclusive.

Vou só à leitura do Expediente.

A Secretaria desta Comissão recebeu os seguintes documentos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pedido de proteção por estar sendo ameaçado e perseguido; violação de direitos humanos, com tortura e assédio e prisões ilegais; assédio moral contra autista em delegacia; ativista internacional dos direitos humanos solicita ajuda contra ameaça de morte; solicitação para que seja feito um projeto de lei que reserve vagas de estacionamento a idosos em condomínios; estado de necessidade por ter pensão negada; pedido de apoio à Comissão para projeto audiovisual; solicitação de ajuda por estar sofrendo homofobia, entre outras condutas discriminatórias; requerimento para que a Comissão abra procedimento a fim de apurar a omissão do Estado em relação à área pleiteada para implantar o Centro Metropolitano de Taguatinga; pedido ajuda por estar sofrendo discriminação por ser uma pessoa com deficiência; falta de atendimento habitacional e assistencial para 90 famílias. Ainda, da Vara de Execução Penal da Região Metropolitana de Belém: apresenta o Projeto Inocência Roubada. Da Câmara Municipal de São Marcos, Rio Grande do Sul: Moção de apoio ao Projeto de Lei 478, de 2007, que dispõe sobre o Estatuto do Nascituro.

Do Ministério da Igualdade Racial: envio de resumo do pacote de ações anunciadas no Palácio do Planalto, referente à igualdade racial, com políticas para garantir o direito à vida, terra, educação, trabalho, memória e reparação.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 2, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e/ou no Portal da CDH, para manifestação dos membros desta Comissão, pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Comunico que os documentos lidos nas 62ª, na 69ª e 100ª Reuniões, realizadas em 2023, serão arquivados.

Encerramos os trabalhos do dia de hoje.

Muito obrigado.

Sessão encerrada. Todos os projetos foram votados; nenhum foi recusado.

(*Iniciada às 11 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quatro minutos do dia quatro de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 4/2024 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Lançar: "O Plano de Equidade de Gênero e Raça - PEGR do Senado Federal". Participantes: Ilana Trombka, Diretora Geral do Senado Federal; Stella Maria Vaz Santos Valadares, Coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade Racial de Gênero e Raça do Senado Federal; Vanessa Machado, Coordenadora de Ações Afirmativas do Ministério da Igualdade Racial; Nayara Falcão, Diretora de Projetos Paradesportivos de Educação, Laser e Inclusão Social da Secretaria Nacional de Paradesporto; Dayana Brunetto, Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; e Giselle Ferreira, Secretária da Mulher do Distrito Federal. O presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Valeirde Nascimento dos Santos; Antônia Leidejane da Silva; Wagner Silva; Devair Nunes; Ludimila Neves Barbosa da Silva, todos membros do Comitê de Equidade, Gênero e Raça. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência. *Fazendo soar a campainha*.) – Declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 4, de 2024, CDH, de nossa autoria, com o objetivo, junto com toda a Diretoria do Senado, que aqui estamos representando, de que seja lançado o Plano de Equidade de Gênero e Raça (PEGR) do Senado Federal.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Eu só vou citar – os convidados estão chegando – o nome dos nossos convidados. Estão todos confirmados já.

A primeira mesa vai ser com a Dra. Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal; Stella Maria Vaz Santos Valadares, Coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, do Senado Federal; Vanessa Machado, Coordenadora de Ações Afirmativas do Ministério da Igualdade Racial; Nayara Falcão, Diretora de Projetos Paradesportivos de Educação, Lazer e Inclusão Social, da Secretaria Nacional de Paradesporto.

Antes mesmo de chamar os convidados, eu já pedi aqui para a assessoria da mesa que me deem, se puderem, o nome do pai de um dos assessores nossos aqui, um menino que tem um potencial enorme, está conosco já há um bom tempo e que perdeu o pai neste fim de semana.

Mas vamos falar agora... Eu vou fazer uma introdução, como faço sempre. Em seguida, vou chamar os convidados, e iniciaremos o nosso trabalho.

Tema: lançamento do Plano de Equidade de Gênero e Raça 2024-2025. Data 04/03/2024, às 9h, na CDH, o que estamos fazendo agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tipo de documento: uma fala feita pela minha assessoria sobre a importância do debate de hoje.

É uma satisfação lançar o Plano de Equidade de Gênero e Raça 2024-2025 aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

O Senado tem sido referência na temática de equidade de gênero e raça no setor público desde 2011, após a adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, vinculado ao Executivo federal, pelo qual conquistou três selos de boas práticas.

Parabéns a toda a equipe que coordena esse trabalho aqui no Senado Federal!

Esse selo é destinado às instituições que têm compromisso com a igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho e com a promoção da cidadania.

Inclusive, no ano passado, aprovamos a Lei nº 14.611, que determina a remuneração igual para mulheres e homens que exerçam a mesma função. Essa é uma lei que veio do Executivo, passou, entre outras Comissões, por esta e foi aprovada por unanimidade aqui. Depois, no Senado, também conseguimos o apoio unânime, e já é lei: o Presidente Lula a sancionou.

É muito bom iniciar a semana do 8 de março, que é o Dia Internacional das Mulheres, falando desse tema. Bom, enfim, é uma vitória para o Brasil e, em especial, eu diria, para as mulheres negras, que são as mais afetadas por esses preconceitos e racismo, porque, se nós formos ver, na proporção, a mulher branca ganha em torno de 60% do homem na mesma atividade, e a mulher negra ganha em torno de 40%. Agora, como todos terão que ganhar, na mesma função, na mesma atividade, o mesmo salário, consequentemente isso é um ganho enorme para todas as mulheres.

Conforme informações de 2021 e 2023, as ações de equidade no Senado Federal são planejadas e executadas por uma equipe vinculada à Diretoria-Geral. O Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça conta com o envolvimento de todas as unidades do Senado e tem o apoio singular da Procuradoria Especial da Mulher, coordenada pela Senadora Zenaide Maia. O plano interage com a Casa por meio de cursos, debates, eventos, campanhas, em que busca promover a conscientização necessária para se alcançar um ambiente com mais equidade e livre de preconceitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que todas as ações do Plano de Equidade de Gênero e Raça 2024-2025 sejam implantadas com muito êxito e consigamos promover e incluir a cara do Brasil em todas as instâncias de poder, inclusive no setor público! Que tenhamos um ótimo lançamento!

É bom lembrar que, na verdade, nós já aprovamos aqui, nesta Comissão, um projeto, que é de minha autoria, que garante a política de cota no serviço público. O Senador Contarato foi o Relator, mas ele não pôde estar presente, e o Senador Flávio Arns o relatou, e aprovamos por unanimidade.

Esta audiência, com certeza, vai colaborar para que a CCJ vote com rapidez essa matéria, lá também naquela Comissão, e, depois, vamos trabalhar no Plenário, porque até junho – no máximo até junho – tem que estar aprovada e sancionada, que é o período em que se esgota a atual política de cota, que já existe há uma década no serviço público.

Antes mesmo de iniciarmos aqui os trabalhos, em que vamos começar chamando, naturalmente, a Dra. Ilana Trombka, eu já gostaria de começar a chamar a mesa para fazer um informe, que eu vou dar em seguida.

Por favor, Dra. Ilana Trombka, que é a grande coordenadora desse trabalho e Diretora-Geral do Senado Federal. (*Palmas.*)

Eu estava aqui falando até a senhora chegar, viu? Não ia botar ninguém na mesa.

A SRA. ILANA TROMBKA (*Fora do microfone.*) – Fui dar uma entrevista, não tenho culpa. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas eu sei, faz parte – faz parte. Eu também falei um pouquinho ali antes; então, atrasei uns minutos também.

Stella Maria Vaz Santos Valadares, Coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade Racial de Gênero e Raça do Senado Federal. (*Palmas.*)

Vanessa Machado, Coordenadora de Ações Afirmativas do Ministério da Igualdade Racial. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nayara Falcão, Diretora de Projetos Paradesportivos de Educação, Lazer e Inclusão Social da Secretaria Nacional de Paradesporto.

Está aqui também, não é? (*Palmas.*)

Então, sejam todos bem-vindos! (*Pausa.*)

De imediato, como eu já fiz a introdução, a minha intenção é passar diretamente à Dra. Ilana, mas é com tristeza que eu dou este informe: o servidor Dimitri Stepanenko, Secretário Adjunto desta Comissão, dia 29 de fevereiro, perdeu o pai. É por isso que ele não se encontra aqui hoje.

O Sr. Alexis Stepanenko foi um professor e sociólogo brasileiro, foi Ministro de Minas e de Planejamento durante o Governo Itamar Franco, de 7 de maio de 1993 a 3 de maio de 1994. Em agosto de 1993, como Ministro, Alexis foi admitido por Itamar à Ordem do Mérito Militar no grau de Grande-Oficial Especial. A esposa é Fátima Libania Moreira da Silva, e os filhos, Natália Durán Stepanenko, Vanessa Durán Stepanenko, Thaïs Durán Stepanenko e Dimitri Martin Stepanenko.

Fica aqui a nossa solidariedade total.

Eu farei um minuto de silêncio aqui em homenagem a esse servidor que sempre está aqui; só não está hoje por ter perdido o pai.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que ele esteja com Deus, com certeza! Nossa solidariedade a toda a família.

De imediato, passamos a palavra à Dra. Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal, que fará a abertura dos trabalhos desta importante audiência pública de hoje, exatamente na semana de 8 de março.

A SRA. ILANA TROMBKA – Abrindo a semana, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso! Muito bem! A palavra é sua, doutora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ILANA TROMBKA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Como o Senador Paim, que nos recebe nesta Comissão, já mencionou, essa atividade abre, então, a semana do Dia da Mulher, que será nessa sexta-feira, dia 8 de março. E abre de uma forma muito simbólica, porque estamos lançando a 3ª edição do Plano de Equidade de Gênero e Raça. Portanto, estamos indo para seis anos – em 2025 teremos seis anos – de trabalho monitorado, estruturado e colaborativo em relação às ações de gênero e raça no Senado Federal.

E isso é um exemplo de construção coletiva. Vocês podem, logo que abrem a publicação, ver os nomes daqueles colegas e daquelas unidades que participaram e perceber que isto é uma construção coletiva, isto não é uma imposição, Senador, da Diretoria-Geral. E se, por um lado, seria muito mais fácil que uma, duas ou três cabeças pensassem o que administrativamente o Senado poderia fazer; por outro lado, seria empobrecedor e não trabalharia a cultura organizacional, porque esta não é uma ação da Diretoria-Geral; esta é uma ação que a Diretoria-Geral capitaneia para toda a Casa. E, por isso, é necessário que todos e todas compreendam a importância de trabalharmos gênero e raça.

Acho que esse plano, é claro, é um aperfeiçoamento dos demais, até porque, quando o Senado inovou dentro da administração pública, trazendo um plano de equidade de gênero e raça, porque o Senado foi o primeiro órgão da administração pública em todas as suas instâncias – federal, estadual e municipal – que trouxe uma proposta para gênero e raça dentro deste modelo de análise de metas, objetivos, de acompanhamento disso e de um diálogo de coconstrução dessas ações... E nós vamos aperfeiçoando-o.

Eu queria chamar a atenção de algumas ações que mostram esse aperfeiçoamento. Quando, nove anos atrás, eu assumi a Diretoria-Geral, nós tínhamos um foco bastante importante na equidade de gênero. Hoje, esse foco já consegue estar mais diluído. Acabamos de iniciar o nosso curso de mentoria para mulheres negras. Novamente estamos dando um passo à frente, ou seja, a mentoria já não é mais para mulheres; é para mulheres negras, porque já temos condições de alcançar esse público que é interseccional, que é recortado pela questão do gênero e recortado pela questão da raça. Nós temos hoje a felicidade de ter a colaboração, no próprio GT, de uma mulher, vítima de violência, deficiente, novamente um recorte de mais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma intersecção. E essa capacidade que esse grupo e que o Senado estão tendo de avançar cada vez mais nessas ações é que faz com que a promoção da equidade de gênero e raça consiga administrativamente no Senado avançar.

Eu gostaria assim... Há uma série de ações, mas tem uma que me chamou muito a atenção, porque vai mais um passo à frente dessa intersecção, que é o viveiro dos povos, porque a gente sabe que a nossa cultura, a cultura brasileira, tem uma influência de várias outras culturas, entre elas a africana.

Então, aqui a gente vai ter a possibilidade de trazer para o nosso viveiro plantas, itens da flora que tragam também toda essa colaboração. E isso é muito interessante, porque a gente vê como as questões de gênero e raça conseguem ser percebidas em vários outros campos. Nós trabalhamos no campo da gestão de pessoas, no campo da liderança, no campo do combate à violência e estamos conseguindo avançar para o campo ambiental, o que hoje já é uma discussão que a própria academia faz, que a própria Ministra Anielle trouxe recentemente, num caso de desastre ambiental. E nós também estamos conseguindo absorver.

E algo que me orgulha aqui é que nós fazemos todo esse trabalho no âmbito da administração. A Diretoria-Geral pretende trabalhar o Senado para dentro, mas, ao trabalhar o Senado para dentro, nós trabalhamos a cultura das pessoas. E, por fim, são as pessoas que estão aqui como servidores e servidoras, colaboradores e colaboradoras do Senado Federal, que conseguem ter influência na produção legislativa – e eu vejo nesta sala Consultores do Senado Federal –, e tudo isso vai criando como se fosse um caldo de busca pela equidade que começa a se fazer presente não só nas ações internas, mas também nas ações externas.

E, claro, eu não poderia deixar de lembrar, sem querer me alongar na fala, daquilo que talvez tenha sido a ação propulsora de todo esse trabalho, que é a criação de vagas para mulheres vítimas de violência nos nossos contratos de terceirização de mão de obra, que, em 2016, de forma inédita, o Senado lançou, que hoje já está em decreto da própria Presidência da República, e aqui nós nos dispomos a levar essa experiência para todas as assembleias, porque sabemos que podemos difundir essa boa experiência nos 27 estados da Federação, para todos os municípios deste país. E vocês pensarão: será mesmo possível?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu termino a minha fala, antes de convidá-los a analisar todo o material que estão recebendo, dizendo que, naquele dia, em 2015, quando eu levei ao então Presidente do Senado Federal, o Senador Renan Calheiros, a ideia de criar essa cota, eu não tinha a mínima ideia daquilo em que ela se transformaria.

Portanto, a nossa função aqui é fazer com que essas ideias, que são justas, são necessárias, se coloquem no campo da política pública. E elas certamente poderão germinar como boas sementes que a gente tem a oportunidade de deixar não só para o Senado Federal, mas para toda a sociedade brasileira.

Muito obrigada, Senador, não só pela oportunidade, mas pela parceria. O senhor, no decorrer desses anos, tem sido uma mão muito importante nessa negociação, nesse diálogo com o corpo de Senadores e Senadoras do Senado Federal. E, por essa sua intermediação, eu, como Diretora-Geral, posso falar com toda a tranquilidade que nós nos sentimos apoiados pelos Senadores e pelas Senadoras neste trabalho de equidade de gênero e raça que realizamos.

Muito obrigada. Bom dia e bom trabalho para todos nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns! Parabéns, Diretora Ilana Trombka, pela sua exposição. Ela é Diretora-Geral do Senado Federal e, como disse muito bem, há muitos anos, na época do Presidente Renan, esse processo continuou e é um projeto vitorioso.

Eu queria pegar a sua fala de projetar essa proposta para os 27 estados do país – e naturalmente está incluído o DF, que não podia ficar fora – pela grandeza do projeto. Eu mesmo, agora, dava uma entrevista ali para a TV Senado, antes de você chegar, porque você era estrela e não eu, e discorria um pouco sobre a importância dessa decisão. Nós temos consultores aqui do Senado, do mais alto nível, que assessoram diretamente o Presidente, como a... Tem dois lá que assessoram e que são cotistas – dois que estão lá e que são cotistas.

Só posso cumprimentá-la! Meus cumprimentos mesmo, com muito carinho.

Eu vou, de imediato, passar a palavra, então, à Stella Maria Vaz Santos Valadares, Coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estava aqui para lembrar do nome daquela que está sempre na mesa, a Consultora Luana, que faz questão de dizer: "Sou cotista, não é, Senador Paim?". Ela fala lá quando eu estou falando, não é isso, Luana? Então, a gente vê o orgulho dela de ter chegado aqui.

A SRA. ILANA TROMBKA (*Fora do microfone.*) – O senhor sabe que o senhor, falando sobre...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode falar. Fale aí...

A SRA. ILANA TROMBKA – Vamos falar de um bom exemplo interno da Casa: pela primeira vez, a Alesfe, que é a Associação dos Consultores e Advogados, tem uma Diretoria majoritariamente feita de mulheres. A Presidente é mulher, a Cleide, que o senhor conhece muito bem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim.

A SRA. ILANA TROMBKA – ... e a maioria da Diretoria é feita de mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vida longa às mulheres, não é? (*Palmas.*)

Por favor, Dra. Stella Maria Vaz Santos Valadares, Coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, do Senado Federal.

A SRA. STELLA MARIA VAZ SANTOS VALADARES (Para expor.) – Bom dia.

Muito obrigada, Senador, pela oportunidade. É uma honra estar ao seu lado, o senhor que é esteio e farol não só na luta pela igualdade racial, mas pela promoção dos direitos humanos, assim como a nossa Diretora-Geral Ilana Trombka, as nossas convidadas, convidados e demais pessoas que nos acompanham na manhã de hoje.

Eu sou uma mulher negra, de pele parda, tenho cabelo curto, crespo, castanho, 40 anos, estou vestindo uma blusa verde-limão aqui e estou representando um grupo muito grande de pessoas que trabalharam, que trabalham e continuarão trabalhando sempre pela promoção da igualdade de gênero e raça, pela inclusão da diversidade. Então, é uma honra poder participar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui hoje em nome dessas pessoas que, como a Ilana falou, estão com os nomes aqui no nosso plano também e precisam ser parabenizadas, assim como colegas de outros órgãos que também nos acompanham aqui na manhã de hoje, mostrando a importância desse trabalho em conjunto.

Bom, vou tentar falar muito rapidamente sobre o plano, apresentar um pouquinho do plano, que é fruto desse trabalho coletivo. O comitê foi criado em 13 de março de 2015, na gestão da Ilana. Assim que ela assumiu como Diretora-Geral, criou o nosso Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, que tem essa atribuição de tornar o nosso clima organizacional, a nossa cultura organizacional mais igualitária, e fazer com que as pessoas que aqui trabalham, os setores também, durante a sua atuação, possam ter essa mentalidade, essa sensibilidade orientada pela isonomia de direitos e sempre com a valorização e respeito pela diversidade.

Nós trabalhamos aqui a equidade enquanto esse princípio que precisa nos direcionar como serviço público, servidoras, servidores públicos; esse princípio que nos leva à verdadeira inclusão da diversidade, à igualdade material.

Bom, a igualdade é um compromisso do Senado Federal, na nossa carta de compromissos e valores, a igualdade é um desses valores, para que ninguém nesta Casa, que aqui venha – seja visitante, sejam as pessoas que aqui trabalham –, possa sofrer qualquer tipo de discriminação, qualquer oportunidade, qualquer responsabilidade limitada. Então, também ela nos orienta a cumprir o nosso papel de cumprimento da Constituição Federal para que possamos ter muito bem fundamentada, na nossa atuação, a dignidade da pessoa humana e saber que temos como objetivos ainda construir essa sociedade livre, justa, sem desigualdades sociais e regionais, promovendo, de fato, o bem de todas as pessoas para que a gente não venha a sofrer qualquer tipo de exclusão.

Bom, a gente sabe que os dados nos mostram as desigualdades que ainda temos por enfrentar, que estamos enfrentando. Então, quando pensamos, por exemplo, nas mulheres ou nas pessoas negras, que são maioria da população, e, infelizmente, ainda continuam entre os maiores números de pessoas desempregadas ou que trabalham mais e recebem menos, na quantidade de discriminações por orientação sexual, identidade de gênero, capacitismo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gordofobia; quando pensamos, por exemplo, que 24% da população possui algum tipo de deficiência – a Nayara nos ensinou que, geralmente, a deficiência é adquirida ao longo da vida, é um aprendizado; a gente tem que ter isso em mente – e essas pessoas com deficiência ocupam apenas 1% dos cargos no mercado formal, então, tudo isso orienta a nossa ação diária, seja através da nossa sala de apoio à amamentação, da redução da carga horária para as mães nutrizes, dos nossos programas de liderança para mulheres – como a Ilana bem lembrou, este mês agora nós começamos a primeira turma de liderança para mulheres negras, uma grande conquista também –, os nossos cursos, Lei Maria da Penha, o curso de combate ao assédio, sobre o racismo estrutural, e o programa de assistência às mulheres em situação de violência doméstica, que é um exemplo de como a nossa atuação reverbera pela sociedade, influenciando a legislação, as políticas públicas; então, é um exemplo muito prático de que a nossa atuação reverbera e que nós precisamos continuar levando muito a sério, com muita responsabilidade essa atuação nossa.

Então, como falamos...

Vou beber uma aguinha, porque a gente fica nervosa, não tem como. (*Risos.*)

Estamos no terceiro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. STELLA MARIA VAZ SANTOS VALADARES – Estou tentando correr para não passar muito tempo. Cronometrei, mas vai dar certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Contei dez minutos, mas depois eu dou mais cinco minutos.

A SRA. STELLA MARIA VAZ SANTOS VALADARES – Senador, eu cronometrei 13 minutos. Então, vai dar certo.

Muito obrigada. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas vai falar 15, vá tranquila.

A SRA. STELLA MARIA VAZ SANTOS VALADARES – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, então, há o nosso plano de equidade – agora vamos para o terceiro plano –, utiliza a metodologia OKR, que é orientada a resultados. Então, nós temos ali, dentro desse biênio, dentro desse prazo de dois anos, objetivos, metas a serem cumpridas e, num trabalho de maneira transversal, envolvemos todas as unidades da casa. Então, a gente vai até trazer depois alguns pontos desse plano para a gente mostrar essa integração, essa colaboração entre os setores. E as ações que estão aqui divididas em cinco eixos específicos, que são comunicação, gestão, cultura organizacional, saúde e educação e cultura.

Pode passar, por favor.

É importante destacar que esses planos trouxeram duas iniciativas para a Casa. Uma que é a criação do GT de Raça, que é como a gente o chama, e outro do da Rede Equidade. O GT de Raça, que é coordenado pelo nosso colega Devair Nunes, que está aqui na frente também... (*Palmas.*)

tem um projeto importantíssimo, que é o Projeto Racismo em Pauta, com artigos, exposições, *cards* também – a gente vai ilustrar um pouquinho –, e o Observatório de Equidade no Legislativo, que traz então esse mapeamento, esses dados da representação de gênero e raça no Legislativo nacional e estadual.

E a Rede Equidade, que é coordenada pela Terezinha Nunes – eu acho que ela não está aqui, mas também merece todas os nossos aplausos também. (*Palmas.*)

E a rede congrega os comitês, as iniciativas dos outros órgãos – colegas também que estão aqui presentes com a gente hoje –, e já são mais de 20 órgãos nessa rede, que é tão importante.

O próximo, por favor.

Nossas ações estão muito atreladas aos meses temáticos, às nossas efemérides; então, agora nós vivemos o Março Mulheres, com uma ampla programação, para que a gente possa impulsionar essas ações, impulsionar sempre o tema da equidade, trazendo essa questão da interseccionalidade.

Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Através de exposições virtuais, exposições físicas – racismo ambiental, que a Ilana lembrou muito bem –, nossos *cards* educativos na intranet, na internet também, trazendo ali a valorização, termos para serem utilizados ou totalmente evitados, artigos que são publicados na nossa intranet trazendo a questão dos povos indígenas, da população LGBTQIA+ também (e esses artigos foram reunidos num *e-book*, que também está disponível na nossa biblioteca digital), então, a gente tem acesso e toda a comunidade.

E aqui é a carinha do nosso atual Plano de Equidade.

Eu vou destacar só alguns objetivos do plano, mas para a gente poder também mostrar esta atuação em parceria, em conjunto, entre os órgãos. Bom, como falei, são cinco eixos.

No eixo de comunicação, nós trazemos a nossa Secretaria de Comunicação, a Rádio e a TV Senado, trabalhando a temática nos nossos canais. Só, por exemplo, a TV ou a Rádio trabalham mais de 40 programas anuais na temática, cada um, esses dois.

No eixo da educação e cultura, Biblioteca, Museu, intranet, Gráfica, GT de Raça, produzindo bibliografias, rodas de leituras abertas a toda a sociedade, exposições e a coleção Escritoras do Brasil também, que resgata escritoras do século XIX e que hoje é uma iniciativa que também compõe já a lista de leituras de grandes universidades do país.

Ainda no eixo de educação e cultura, com o Portal e-Cidadania, agora trazemos também com a Consultoria Legislativa, a Procuradoria da Mulher e a visitação: oficinas onde vamos trabalhar, trazendo a participação cidadã também, sobre duas oficinas específicas, uma sobre a igualdade racial...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. STELLA MARIA VAZ SANTOS VALADARES – ... e a outra sobre a questão da violência doméstica.

Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Tem mais cinco minutos. Pode ir tranquila.

A SRA. STELLA MARIA VAZ SANTOS VALADARES – Vai dar tempo. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, uma atividade, outra atividade, e todas são muito importantes, mas, claro, o ILB, a Procuradoria da Mulher e a Advocacia, no trabalho de cooperação com a formação política também, com Vereadoras, levando a nossa experiência na equidade, na confecção de planos, na criação das procuradorias da mulher.

Aqui também o ILB, o Serviço de Qualidade de Vida, que a gente chama de SESOQVT, a Polícia, fornecendo toda a capacitação na temática da equidade, da diversidade para o corpo funcional da Casa também. A gente precisa ter esse letramento para poder entender como combater e como valorizar a diversidade.

A nossa Secretaria de Tecnologia da Informação tem também atuado com encontros, com palestras, onde a gente possa trazer a perspectiva também da equidade para a tecnologia, para que a gente possa avançar – e ela tem avançado muito rapidamente –, mas sem deixar ninguém para trás também.

No eixo de gestão, a gente traz aqui a atuação com DataSenado e a Promul, que fazem um monitoramento da equidade aqui na Casa. Então, essa pesquisa é feita com todos os vínculos da Casa, onde a gente recebe também a as impressões das pessoas que aqui trabalham, as sugestões e o grupo de trabalho que produz o plano de equidade traduz todas essas demandas, essas necessidades para o plano de equidade, garantindo que todas as pessoas também possam ser ouvidas e respeitadas.

No eixo de cultura organizacional, olha a quantidade de setores ali também envolvidos: Advosf, Promul, SesoQVT, a Polícia, trazendo um ponto importante que é sobre um protocolo para os casos de violência política de gênero e raça, que não se restringe simplesmente à questão da atuação parlamentar, mas à nossa atuação enquanto servidoras e servidores também.

Aí aqui ainda a Consultoria Legislativa e Secretaria-Geral da Mesa propondo também uma orientação para proposições legislativas, para que elas sejam concebidas com essa sensibilidade, com a perspectiva também de gênero e raça, para que a nossa legislação também possa espelhar esse olhar para a equidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A capacitação e também a recepção de jovens aprendizes, estagiárias e estagiários, que passam por um dia de recepção, uma palestra sobre o combate ao assédio, também prevenção ao assédio moral e sexual, a ideia sobre equidade, o que seriam seus direitos e seus deveres, na Secretaria de Gestão de Estágios.

E esse aqui já é o último objetivo também que eu vou trazer hoje, o eixo saúde, com o Serviço de Qualidade de Vida, a Coordenação de Atenção à Saúde, a Secretaria de Gestão de Pessoas, também o SIS, falando sobre a perspectiva da equidade na saúde. Então seja promovendo o levantamento dos indicadores de saúde para atender os grupos específicos, o circuito de saúde integrando também essa interseccionalidade, trazendo a proposta de promoção da saúde visando às necessidades específicas de cada grupo, bem como os programas para pessoas 50+, que a gente está lançando agora neste ano e a campanha contra a gordofobia. Então, são uma diversidade de temas. Claro que a gente trouxe muito resumidos aqui esses objetivos, mas a ideia é de que vocês possam consultar com carinho o plano que está em cima da mesinha de cada uma, de cada um, todos os nossos materiais, acessar o nosso *site*, entrar em contato com a gente para tirar dúvidas, para buscar parcerias, para poder trazer sugestões também para que a gente possa continuar construindo então essa sociedade, como nos lembra Sueli Carneiro, multirracial, pluricultural e onde a nossa diferença seja vivida como equivalência e jamais como inferioridade.

Muito obrigada. Bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Stella Maria Vaz Santos Valadares, Coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal. Parabéns pela exposição, detalhou toda a proposta que vai ser implementada. Já é eixo, mas vai avançar ainda mais.

E me informaram aqui que todo o Plano de Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal e as apresentações desta audiência pública estarão disponíveis na página da Comissão dos Direitos Humanos, botaram à disposição total desta Comissão.

Queria também informar às pessoas que estão de pé que tem cadeiras aqui, é só deslocar as cadeiras ali. Desloquem as cadeiras e sentem onde acharem melhor, podem colocar a cadeira no espaço em que entenderem mais contemplados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos em frente.

Chamamos então a Dra. Vanessa Machado, Coordenadora das Ações Afirmativas do Ministério da Igualdade Racial.

Seja bem-vinda! É um prazer para nós ter o Ministério da Igualdade Racial aqui conosco. (*Palmas.*)

A SRA. VANESSA MACHADO (Para expor.) – Bom dia. Bom dia a todos.

Queria iniciar agradecendo pelo convite feito ao Ministério da Igualdade Racial. Para nós é realmente uma satisfação e uma honra poder presenciar este momento que, não temos como deixar de mencionar, é histórico para o país e para o Senado Federal brasileiro.

Queria cumprimentar os integrantes desta mesa, o Senador Paulo Paim, uma referência absoluta na luta pela igualdade racial no Brasil. É uma satisfação, uma honra enorme poder estar neste momento aqui com o senhor e Stella, que tem sido uma servidora engajada que o Ministério da Igualdade Racial teve o prazer e o privilégio de conhecer recentemente com os trabalhos realizados no âmbito do comitê; a Nayara Falcão, que também é nossa companheira aqui nesta manhã, neste dia.

Desde o ano passado, nós temos dialogado com a equipe do Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça. Vimos no plano que está sendo apresentado aqui hoje ações muito significativas para o fomento à igualdade. Inclusive, a partir desse plano, já identificamos várias ações síncronas com o que o Ministério da Igualdade Racial tem desenvolvido e pretendemos trabalhar conjuntamente com o comitê nos próximos anos para a implementação e formulação dessas ações.

A partir do Ministério da Igualdade Racial, nós temos trabalhado em diversas frentes para ampliar o ingresso de pessoas negras no âmbito da educação superior e do mercado de trabalho. Sabemos que esses dois campos são historicamente marcados pelas desigualdades raciais no Brasil e o nosso compromisso é atuar incansavelmente para que mais pessoas negras acessem as carreiras de Estado, por exemplo. Inclusive, como mencionou o Senador Paim, neste momento, está em tramitação no Senado Federal a lei de cotas nos concursos públicos. O prazo de vigência encerra-se no início de junho, portanto, temos nos empenhado, no Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Igualdade Racial, em defender que haja a continuidade dessa legislação que é tão relevante para a inclusão racial no país.

Destaco também que, para além do ingresso no serviço público, estamos engajados em promover a ascensão das pessoas negras dentro das carreiras de Estado. O Decreto 11.443, de 2023, busca justamente estimular a Administração Pública Federal a ter mais pessoas negras também nos cargos de tomada de decisão e poder.

Já me encaminhando para a conclusão, eu penso que é bastante relevante destacar as qualidades do Plano de Equidade. Para além de ações repressivas, de ações punitivistas, que também são relevantes no caso do racismo, no plano, nós temos ações que são educativas e que fomentam uma mudança de cultura. Sabemos que para todas as discriminações uma das chaves fundamentais que vão nos levar à transformação social que efetivamente desejamos é justamente a mudança de cultura e a valorização de cada ser humano em suas especificidades, em sua diversidade e em toda sua potencialidade.

Portanto, todos os cursos, os eventos, as publicações planejadas têm essa função importante de disponibilizar os conhecimentos que vão contribuir para essa transformação da cultura interna do Senado Federal.

Como já mencionado também, sem dúvida o Senado Federal é reconhecido nacionalmente como uma instituição referência. E essa iniciativa de hoje, esse lançamento do plano, é um importante exemplo para os outros órgãos públicos do país.

Por fim, gostaria de parabenizar a Comissão de Direitos Humanos pela abertura desse espaço; reverenciar novamente o Senador Paulo Paim, que é o nosso mais velho e uma referência absoluta no compromisso da luta antirracista no Brasil; e dizer para o comitê, para a Stella que podem contar com o Ministério da Igualdade Racial.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Vanessa Machado, Coordenadora de Ações Afirmativas do Ministério da Igualdade Racial. Diga à Ministra Anielle que estamos sempre aqui a esperando. Ela já veio aqui umas quatro, cinco vezes. A Ministra que mais visitou esta Comissão foi ela, com muito carinho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e também, naturalmente, o Silvio, que é um líder e Ministro dos Direitos Humanos. Muito bem. Parabéns, viu, Vanessa? Bela exposição.

Passo a palavra agora para a Dra. Nayara Falcão, Diretora de Projetos Paradesportivos de Educação, Lazer e Inclusão Social da Secretaria Nacional de Paradesporto.

A SRA. NAYARA FALCÃO (Para expor.) – Bom dia a todas, a todos e a "todes".

Sou do Ministério do Esporte e estou aqui como representatividade da mulher com deficiência e trazendo a pauta da inclusão por meio do esporte, que ele é lazer, recreação, participação e também alto rendimento.

Mas, antes, eu quero cumprimentar a todos aqui dessa mesa; agradecer por essa diversidade, por essa equidade e por essa representatividade feminina; agradecer ao Senador por, além de ser uma representação para as pessoas negras, ser um dos poucos homens negros Parlamentares, para não dizer e, talvez, cair no erro de dizer "único", que leva a importância da pessoa com deficiência na sua caminhada de Parlamentar. Então, aqui, como representatividade de tantos e tantas, que eu também não tenho como mensurar, apenas quero trazer estatísticas – e lhe agradeço por isso.

Sou uma mulher parda, sou mulher com deficiência, parda, baiana; estou de cabelos soltos, estou de casaco azul-marinho, uma blusa meio, vamos dizer, marrom, uma saia branca; estou sentada. Atrás de mim tem um fundo com um quadro meio marrom. Ao meu lado está Vanessa, do Ministério da Igualdade Racial, do meu lado direito; do meu lado esquerdo, o Senador Paim.

Quero também cumprimentar aqui a comunidade surda.

Meu nome em Libras... Eu acho que posso ter errado um pouco, mas é a minha atitude e a minha forma de dizer que eu enxergo, eu vejo vocês e eu estou aqui também para falar por todos nós e dizer o quanto é importante a gente aprender a língua brasileira de sinais, que é a maneira como a comunidade surda se comunica. E a comunidade surda é mulher, mulher negra, como a gente está falando aqui da pauta, então são pessoas que precisam ser vistas e ser reconhecidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, vindo aqui e ouvindo as falas, é claro que eu tenho uma representatividade falando aqui da pasta de Governo de Esporte e eu vou dizer que o esporte permeia qualquer seara da nossa vida, porque o esporte é educação. É uma política pública que, se fosse realmente encampada, levada mais a sério, traria as crianças e os adolescentes para dentro das escolas. A gente poderia estar lidando com um olhar em que a gente evitaria a evasão escolar. E eu estou falando da educação física inclusiva, em que a gente não veja as crianças e adolescentes com deficiência sendo dispensados das aulas por terem uma característica humana que é diferente de uma outra criança e adolescente que não tem uma deficiência.

Mas aqui falando de contexto de direitos humanos, falando sobre violência contra a mulher, a gente tem a Lei Maria da Penha, que nasceu através de uma mulher que adquiriu uma deficiência por meio de uma violência. Mas essa mulher... Hoje em dia, com algumas atualizações da lei, a gente só passou a ser vista recentemente como um agravante – eu digo a gente mulher com deficiência. A gente não é nem vista como mulher no texto principal da lei, o que mostra a nossa invisibilidade, a nossa exclusão. Quando a gente fala, a gente está sempre sendo colocada como algo à parte. Então, as mulheres negras são as mais excluídas, mas e as mulheres negras com deficiência?

A gente teve um caso muito emblemático, infelizmente, se não me engano, em 2022, 2023, de Sônia Maria, uma mulher negra surda que adquiriu a surdez por violência. Então, é preciso que a gente possa romper com essa invisibilidade, com essa exclusão, mas que a gente faça um letramento humano, porque a gente está falando aqui de humanidade, e que a gente possa entender que, dentro dessa interseccionalidade que a gente busca pautar e poder cada vez mais se apropriar, tudo bem eu não saber de muitas coisas sobre as pessoas com deficiência, mas que, a partir do momento que saibam, que se importem e queiram cada vez mais saber. E queiram cada vez mais nos incluir e entender que nós estamos para além de cotas, mas precisamos dessas ações afirmativas para existir, para ocupar esses espaços; mas que a gente possa ser vista mais, que nesses ambientes tenhamos mais mulheres negras, brancas, indígenas, LGBTs, de qualquer característica humana, mas que também sejamos muitas mulheres com deficiência.

Nós temos um censo que saiu ano passado; somos 18,6 milhões de pessoas estimadas no Brasil com alguma deficiência. Desse quantitativo, a maioria é mulher, a maioria é negra, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maioria é nordestina. Então, que a gente perceba que nós somos muitos e muitas, mas que a gente precisa ser vista e que a gente só consegue estar se a acessibilidade for garantida.

A gente vive em um mundo que foi construído por pessoas sem deficiência. Historicamente a gente vive desse apagamento. Então, para a gente poder existir, permanecer... É permanecer, não é só dizer que tem, estatisticamente, mas é permanecer com dignidade, que o compromisso com a inclusão de fato seja assumido de uma maneira real, e não de uma maneira de cotas e estatísticas, porque nós estamos falando de vidas e de humanidades.

E somos um coletivo que recortamos todos, todos. Em todas as pautas, nós vamos estar, mas ainda nós não somos colocados em pauta.

Que possamos estar sempre nas pautas, não tomando o lugar maior, porque não dá para competir – não é uma gincana de dor, de exclusão, embora a gente veja muitas –, mas que possamos falar sobre existências diversas com equidade, porque a equidade é que vai fazer com que existamos de uma maneira digna.

Muito obrigada pela escuta.

Agradeço ao Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos, Dra. Nayara Falcão, Diretora de Projetos Paradesportivos de Educação, Lazer e Inclusão Social, da Secretaria Nacional de Paradesporto.

Eu agradeço as considerações que fez a todas as pessoas e, naturalmente, às pessoas com deficiência e a lembrança que fez do nosso trabalho.

Eu tenho satisfação enorme de dizer que eu sou o autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão, como também do da Igualdade Racial e do Idoso também, mas digo que essa construção foi coletiva: foram vocês que construíram, o movimento que construiu. Todos os estatutos que eu aprovei foi o movimento que construiu. E eu fui a ferramenta aqui, dentro do Congresso. Então, o mérito é de vocês, dos Relatores todos, que foram fundamentais. O.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra agora à Dra. Dayana Brunetto, Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

Eu informo que a Dra. Ilana Trombka não se encontra, porque ela foi chamada pelo Presidente. O Presidente teve um probleminha de saúde, e ela foi chamada lá. Ela disse que não é nada grave, mas foi chamada lá, e ela pediu que eu justificasse; então, porque não sabemos a que hora ela vai retornar.

Mas, Doutora, é contigo agora.

A SRA. DAYANA BRUNETTO (Para expor.) – Muito obrigada. Bom dia a todas, "todes" e todos.

Eu me chamo Dayna Brunetto. Sou Professora da Universidade Federal do Paraná e estou Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Vou fazer minha audiodescrição para as pessoas que perderam a visão ao longo da vida: eu sou uma mulher branca, com cabelo irregular – de um lado, raspado; do outro, ondulado, cacheado. E sou uma sapatão, sou mãe, sou casada há mais de 20 anos, enfim, são muitas as subjetividades que nos constituem como pessoa. Sou mãe atípica, enfim... São várias as questões que nos forjam na luta e na vida.

Eu trago aqui um abraço enorme do nosso Ministro Silvio de Almeida e da nossa Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, Symmy Larrat.

E trouxe um pouco também da nossa concepção de política pública nessa secretaria, que foi criada nessa gestão e que é a única estrutura de segundo escalão de Governo a cuidar das pessoas LGBTQIA+ e da transformação da vida dessas pessoas, pessoas historicamente marginalizadas.

Pode passar, por favor.

Eu trouxe o organograma do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania só para a gente compreender as pautas a partir das secretarias nacionais. A gente tem a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, a das Pessoas com Deficiência, a da Criança e do Adolescente, a da Pessoa Idosa e nós, da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

secretarias têm o nome "promoção e defesa dos direitos". A gente tem bem marcada essa nossa função social de estar nessa gestão para transformar a vida das pessoas.

Pode passar.

A gente está na reconstrução e na construção, porque políticas públicas para pessoas LGBTQIA+ estão sendo construídas neste Governo, e, ao mesmo tempo, estamos na reconstrução, porque tivemos um período muito difícil para as políticas de direitos humanos no Brasil. O que encontramos foi uma atuação eminentemente contra os direitos humanos, quando assumimos o ministério. Então, tivemos que desfazer isso e, ao mesmo tempo, construir. E, na pauta dos direitos das pessoas LGBTQIA+, nós estamos numa construção.

Pode passar.

Como é que a gente pensa? Pela interseccionalidade e pela intersetorialidade. A gente tem muito diálogo, Stella Maria, para a gente articular e trabalhar juntas. Eu já quero colocar aqui o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania à disposição para essa construção coletiva desse plano e desse trabalho incrível que vocês estão fazendo. Eu o parabenizo e, desde já, nos coloco à disposição.

Nosso público prioritário das políticas para as pessoas LGBTQIA+ são pessoas negras, indígenas, do campo, das águas e das florestas, das periferias, em situação de vulnerabilidade social, com foco no Norte e no Nordeste do país.

E a gente tem um compromisso ético-político com o cuidado e a transformação da vida das pessoas nos territórios. Esse é o nosso compromisso.

Pode passar.

E essa construção coletiva e permanente desse Plano de Equidade de Gênero e Raça aqui do Senado produz isso. E é preciso que a gente foque na desconstrução do dispositivo da branquitude. Então, Sueli Carneiro, que já foi citada, demonstra como esses sistemas de poder produzem essas posições de sujeitos inferiores para algumas pessoas e superiores para outras. E a gente precisa fazer esse enfrentamento na prática. Então, qual é a atitude antirracista que a gente teve hoje, por exemplo? Qual é a atitude antimachista que a gente teve hoje? Assim como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o dispositivo da branquitude e o pacto narcísico da branquitude, a gente tem também o dispositivo da misoginia e do machismo, que tem aí potencializado os feminicídios, lesbocídios, transfeminicídios, e o dispositivo também da heterossexualidade compulsória, que também é um regime de poder que produz pessoas heterossexuais e cisgênero como pessoas em posição de sujeito mais valorizadas do que pessoas LGBTQIA+ na nossa sociedade.

E também é preciso que nós pessoas brancas, por exemplo, compreendamos que colhemos privilégios de uma história horrenda que foi a escravização neste país, absurda e violenta; compreendamos que nós temos responsabilidade na desconstrução do racismo; e entendamos que, assim como as pessoas brancas colhem os privilégios, pessoas negras colhem a violação de direitos histórica.

Então, pessoas brancas precisam desconstruir o racismo e abrir mão dos seus privilégios, ter esse letramento, compreender e agir, porque não adianta só compreender e não vir para a prática, não é? Então, o racismo, o machismo, a misoginia e violências contra pessoas LGBTQIA+ são problemas sociais, e não dos grupos alvo das violências e violação de direitos. O racismo não é uma questão que as pessoas negras inventaram. Então, nós, pessoas brancas, precisamos assumir a nossa responsabilidade na desconstrução do racismo.

Pode passar.

A gente trabalha em duas estratégias robustas de políticas públicas. Uma é o trabalho digno a partir da educação e geração de renda. Eu sou suspeita para falar da educação porque eu sou da educação e eu acredito que a gente muda práticas sociais e cultura a partir da educação. A educação nunca pode estar de fora das nossas ações e políticas públicas. E enfrentamento à violência contra pessoas LGBTQIA+.

Pode passar.

A gente instituiu o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, que é um órgão colegiado composto por 38 pessoas de forma paritária entre o Governo Federal e sociedade civil, que contribui, de forma consultiva e deliberativa, sobre a construção dessas políticas públicas para esse público.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a gente tem um plano nacional e o programa nacional de trabalho digno, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho. Fizemos formação para as equipes que acolhem as denúncias de violências tanto no Disque 100 quanto no Ligue 180, sempre com o recorte racial, porque isso é uma questão que faz parte, da minha vida pelo menos, há muito tempo. Há muito tempo eu não consigo falar de gênero e sexualidade sem falar da raça, não é? Então, nessas formações também a gente interseccionou com raça, classe, deficiência, enfim.

Agenda Nacional de Enfrentamento à Lesbofobia e ao Lesbo-Ódio. Nas pautas da saúde, educação, justiça e segurança pública, assistência social e cultura, que foi uma agenda construída com os movimentos sociais nacionais de lésbicas e sapatões.

Pode passar.

Assinamos também os 10 Compromissos para Proteção de Direitos das Pessoas LGBTQIA+ em Aplicativos de Mobilidade, para a segurança dessas pessoas, o Pacto Global para Eliminar Todas as Formas de Estigma e Discriminação Relacionados ao HIV/Aids e Cartilha de Enfrentamento à Violência contra mulheres LBT. Porque, como fala a Nayara, por exemplo, das travestis transexuais assassinadas no Brasil – estamos, pelo 15º ano, como o país que mais mata essas pessoas –, 80% são negras. Então, não tem como não falar sobre isso.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAYANA BRUNETTO – Terminando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Tem mais cinco.

A SRA. DAYANA BRUNETTO – Opa, que generosidade! Obrigada. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DAYANA BRUNETTO – Eu lembrei da escola, sabe? Tenho saudade do sinal da escola.

Cartilha de Enfrentamento à Violência contra mulheres LBT, para mostrar os protocolos e onde procurar para fazer a denúncia, quais são os direitos das mulheres LBT (lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais) na denúncia das violências que sofrem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Reconhecimento simplificado para refugiadas e refugiados LGBTQIA+. Então, dos países onde a orientação sexual e a identidade de gênero são criminalizadas, inclusive com pena de morte, nós instituímos um protocolo de facilitação desse refúgio para essas pessoas aqui, no Brasil. É o primeiro país do mundo que instituiu esse protocolo.

O selo institucional Orgulho LGBTQIA+, que é um selo permanente, foi uma sugestão da Deputada Erika Hilton, em comemoração ao 28 de junho, que é o Dia do Orgulho LGBTQIA+.

A gente também fez, em parceria com a Defensoria Pública da União, o lançamento de uma cartilha didática sobre direitos LGBTQIA+.

E participamos do grupo de trabalho que está repensando o processo transexualizador no SUS.

Pode passar.

E a gente também tem um curso de promoção em defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+, com a discussão antirracista, em que, inclusive, temos um vídeo do nosso ministro. Está aí a página, vocês podem acessar, qualquer pessoa pode acessar. É um curso de 30 horas, à distância.

Pode passar.

E a gente também tem a portaria do Ministério da Previdência Social que inclui e prioriza o campo do nome social e a inclusão dos campos de orientação sexual e identidade de gênero nos formulários de cadastramento do Ministério da Previdência Social. Um dos grandes desafios que a gente tem são os dados sobre essa nossa população.

Pode passar.

Como eu falei, os dados. As categorias de gênero, identidade, expressão de gênero, orientação sexual e características sexuais não constam dos recenseamentos de forma séria para a coleta de dados estáveis. É muito desafiador você pensar em políticas públicas sem ter esses dados e sem ouvir usuárias e usuários dessas políticas públicas, porque a gente não pretende, não gosta, não coaduna com política de gabinete. A gente precisa ouvir as pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem os dados do Sinan, por exemplo, no Mapa da Violência de 2021, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que demonstra um aumento das violências contra as pessoas LGBTQIA+, sendo que 59,5% das vítimas têm entre 10 e 19 anos e, na maioria, são negras.

Pode passar.

A gente tem a ação do Empodera+, que é o programa de emprego digno, escolaridade e geração de renda, que é a elevação da escolaridade com formação profissional e cidadã; parceria com órgãos públicos e empresas privadas para a inserção das pessoas LGBTQIA+ no mercado formal; investimento na economia solidária e sustentável; e acompanhamento das pessoas durante todo esse processo.

Pode passar.

É a preparação da pessoa LGBTQIA+ para o mercado de trabalho formal, mas também a mudança da cultura da empresa para receber essas pessoas; formação cidadã em direitos humanos e trabalhistas; representatividade na luta pelos direitos.

Pode passar.

Retifica+ é um mutirão nacional que nós estamos colocando em prática com as defensorias estaduais e o apoio da Defensoria Pública da União, da Ordem dos Advogados do Brasil e dos governos estaduais e municipais. Retifica+ é a retificação de nome e gênero no documento e é a primeira via de uma nova vida – não é uma segunda via, é a primeira via de uma nova vida.

Pode passar.

Saúde mental e sofrimento psíquico. Há altos índices de suicídio e automutilação. Então, a gente está articulando com o Ministério da Saúde também para atuar nessa área de saúde mental.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfrentamento às violências. O programa Acolher+, com das casas de acolhimento e dos centros de referência. Casas de acolhimento, porque são locais onde a pessoa LGBTQIA+ que perdeu vínculo familiar possa ter...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAYANA BRUNETTO – Estou terminando.

Possa ter...

Professora, sabe como é. (*Risos.*)

... possa ter esse acolhimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DAYANA BRUNETTO – Hã-hã. (*Risos.*)

E, para finalizar, as violências de gênero nas universidades, que também é uma política em que a gente tem que pensar no acolhimento dessas vítimas de violências de gênero nas universidades, que são, muitas vezes, expulsas, porque não conseguem ficar no mesmo espaço que o seu agressor.

Pode passar.

Aí é a frase do nosso Ministro: "Pessoas LGBTQIA+, vocês existem e são valiosas para nós".

Quero agradecer e nos colocar parceiras para construir juntas esse trabalho lindo que vocês estão fazendo aqui, no Senado.

Muito obrigada, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dayana Brunetto – ficou dentro do tempo –, Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, que representou muito bem, aqui, o Ministro Silvio. Dê os parabéns lá para ele por mim, dê um abraço nele! (*Pausa.*)

A SRA. ILANA TROMBKA – Voltei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, voltou, voltou! Muito bem. A Dra. Ilana já voltou, já está aqui conosco!

Eu fiz uma sondagem aqui, Dra. Ilana. Como todos já falaram, nós iríamos para as considerações finais com algumas perguntas que vêm do e-Cidadania. E eu fiz uma pergunta aqui... (*Pausa.*)

Só um pouco. (*Pausa.*)

Sim. Eles lembram que a Dra. Giselle Ferreira chegou e disse que está disposta a falar de onde ela está neste momento localizada, mas eu fiz uma sondagem e, se entendia... O Devair... Não é, Devair? (*Pausa.*)

Isso, o Devair foi consultado se algumas pessoas do Plenário poderiam usar a palavra. Eu falei que em torno de cinco e cinco minutos. Está resolvido? (*Pausa.*)

Então, está.

Muito bem. Eu passo a palavra agora para a Dra. Giselle Ferreira, Secretária da Mulher do DF.

A SRA. GISELLE FERREIRA (Para expor.) – Bom dia, gente.

Primeiramente, quero agradecer a Deus por estarmos aqui.

Senador Paim, eu tenho muito orgulho de nós termos, aqui, nesta Casa, a nossa Diretora-Geral do Senado Federal, Ilana, com quem eu aprendi muito. Hoje eu estou como Secretária de Estado da Mulher, mas, lá atrás, ela já trabalhava muito por essa pauta. Inclusive na época, eu fiz parte do Grupo Mulheres do Brasil, em que, lá atrás, com a sociedade civil, nós unimos esforços para trabalhar essa pauta, colocando o terceiro setor... Eu estou vendo aqui muita gente do terceiro setor, como é importante valorizá-lo.

Então, assim, Ilana, na sua pessoa, eu quero cumprimentar toda a mesa. A gente está no mês das mulheres e tem muito orgulho. Eu aprendi muito. Eu estou aqui também como Secretária muito pelo que eu aprendi, e eu tenho colocado em prática.

Como se passaram muitos anos, eu fui Chefe de Gabinete da atual Vice-Governadora do Distrito Federal na Câmara Legislativa e eu sei a importância de o Poder Legislativo nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direcionar. Agora, no Executivo, mais ainda, eu coloco em prática, porque existem muitas legislações, mas a gente precisa implementá-las e a gente precisa regulamentá-las. Inclusive, quando a nossa Diretora-Geral nos procurou à época... E hoje nós temos já oito ACTs. Nós estamos incentivando a empregabilidade das mulheres, porque a autonomia econômica é importantíssima para a gente virar essa página da violência contra a mulher, que são as reservas de vagas das empresas terceirizadas reservadas a essas mulheres.

Então, assim, começou aqui, pelo Senado, à época na Câmara Legislativa, e hoje a gente já tem oito. Inclusive, o Governo Federal começou aqui, pelo Distrito Federal. Então, assim, gente, a pauta da mulher une todos, une todas as ideologias. Essa é a determinação daqui, do nosso Governo do Distrito Federal.

Inclusive, eu estava vendo aqui a apresentação de quando eu cheguei, muito importante, dessa pauta LGBTQIA+. E nós fizemos o 1º Fórum de Informação aos Servidores, porque você pode não concordar, mas você tem que conhecer, você tem que saber como tratar. Nós fizemos esse primeiro fórum. Então, eu acho que é importante a gente cuidar de quem cuida, Profa. Dayana, porque a gente tem que colocar todos os nossos servidores aptos a saberem como lidar com essa pauta. Então, nós já fizemos isso.

E eu quero colocar aqui, mais uma vez, o Distrito Federal como anfitrião. Tem muitas pessoas aqui que eu vejo e com quem eu tenho muito a trabalhar, junto com o terceiro setor, junto aqui com o Senado. E a gente tem feito isso. Então, eu deixei...

Nós temos diversas pautas, como a gente começou o mês da mulher, e eu estou aqui, no Distrito Federal, mas eu saí correndo para dar esta mensagem aqui: quero falar que o senhor tem um papel importantíssimo aqui, como Senador, porque, antes de ser Secretária da Mulher, eu era Secretária de Esporte, e, quando eu cheguei a essa pauta da mulher, muito se falava sobre violência. Realmente, a gente tem que combater a violência, mas a violência... A gente tem que fazer isto aqui antes: antecipação, prevenção para a gente sair dessas páginas. Então, eu vim deixar essa mensagem aqui de algumas ações.

A gente estava falando aqui também – daqui a pouco eu vou deixar o material aqui –, a gente fala muito também sobre a gente falar para essas mulheres negras, essas mulheres em vulnerabilidade, porque a gente sabe que a violência não escolhe classe social, mas a gente já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem um diagnóstico, os indicadores de onde está esse maior nível de violência. E através desses indicadores é que a gente cria políticas públicas para a gente conseguir essa equidade, para conseguir essa igualdade de que a gente precisa. A gente já avançou, mas a gente precisa de muito mais mulheres em vários espaços de poder. E aí, sim, com certeza, a gente vai mudar essa página.

Então, quis falar aqui rapidamente. Vou ficar mais um pouquinho, mas vou ter que me retirar. Minha assessoria vai continuar aqui.

Ilana, Senador Paim, a gente tem muito a avançar. E pode contar aqui com o Governo do Distrito Federal, com a minha secretaria, que recebe todos de portas abertas. A gente já é prova disso, que a gente não está aqui pelo simples fato de estar no poder. O poder de nada serve se não for para servir. E a política pública efetiva só vai funcionar quando a gente sair dessas páginas policiais e trouxer outras metas para nós, para o Governo do Distrito Federal e para nós mulheres.

Parabéns a todas as mulheres! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Giselle Ferreira, Secretária da Mulher do Distrito Federal, que fez uma bela exposição e ficou em seis minutos. Fez um resumão aí da luta das mulheres, enfim, dos negros, negras, LGBTQIA+, falou de todos os setores.

Eu já estou aqui com a relação das cinco pessoas que vão falar em nome do plenário, todos membros do Comitê de Equidade de Gênero e Raça. Cinco minutos para cada convidado.

Informa-me aqui também a secretaria da Agência Senado e do *Jornal do Senado* que, para o serviço de fotografia, é só solicitar as fotos em: fotojornal@senado.leg.br. Vai estar também, naturalmente, na página daqui, da Comissão.

Então, passamos a palavra para o doutor... Aqui todo mundo é doutor para mim, viu? Porque ninguém chega aqui de graça. Ou é a faculdade da vida ou é a faculdade de fato. Enfim, vamos em frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Valeir Nascimento dos Santos, cinco minutos para a sua exposição sobre o tema. O Valeir foi que coordenou aqui o trabalho...

A SRA. VALNEIDE NASCIMENTO DOS SANTOS – Valneide.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É a Valneide é que está nesse momento com a palavra, Valneide Nascimento dos Santos.

A SRA. VALNEIDE NASCIMENTO DOS SANTOS – Isso!

Valneide Nascimento dos Santos, capixaba, quilombola, mulher negra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

A SRA. VALNEIDE NASCIMENTO DOS SANTOS – Com muito orgulho, eu estou hoje fazendo parte desse comitê.

Hoje eu também queria, neste momento, homenagear a Ilana. Ilana é uma mulher branca que sabe o seu papel de mulher branca. E, quando chama para poder discutir o Comitê de Gênero, ela chama os negros e negras, porque nós sabemos qual é a nossa dor e o que nós fazemos, o que nós sentimos. Então, Ilana, eu tenho muito orgulho de você ser nossa Diretora neste Senado, uma mulher guerreira que muito nos representa e que muito nos dá a fala quando a gente precisa fazer a fala.

E também queria fazer uma homenagem à nossa querida Stella, que fala muito bem, que nos representa no Comitê de Gênero e Raça, e ao meu companheiro Devair, que eu não posso deixar... Esse aqui é, para mim, uma representatividade de igualdade e oportunidade que abre espaço para todos e todas.

Mas, Senador, do senhor, de que sempre eu sou admiradora eterna, falei que o senhor não é de partido; o senhor é o nosso Senador da República, que representa os negros e negras de todo o país e que muito nos orgulha quando fala e quando luta pela nossa causa. E não é uma causa em vão; é uma causa, você pode ter certeza, em que nós temos início, meio e fim. E nós vamos lutar junto com você.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria falar especialmente sobre as cotas das mulheres negras nos espaços de poder. Inclusive, o Devair está coordenando um livro sobre essa pauta, e eu estou nessa frente, escrevendo, porque eu me sinto... e vejo muitas mulheres, Senador, ainda ocupando os espaços, trabalhando no mesmo nível e recebendo diferencialmente o seu salário. Então, a discriminação está ali inserida. Os olhares... As pessoas não nos enxergam, mas, na hora do trabalho, a gente é competente para executar. E já provamos. Se nós chegamos até aqui...

Eu estou aqui, eu sou servidora cedida do Espírito Santo desde 2012, nesta Casa. Então, a gente teve a oportunidade de ver sendo criado este grupo de trabalho. Então, avançou muito, muito, muito mesmo, principalmente a questão de gênero. A questão de raça ainda está caminhando, mas nós vamos chegar, porque o planejamento e as ações que nós estamos executando, as reuniões coordenadas pela Stella e pelo Devair, sob a força e a orientação da Ilana, têm nos ajudado a dar um passo adiante, mas ainda está lento.

Eu quero fazer uma crítica a essa cota que foi criada pelo Presidente Lula para atender aos negros e negras, os 30%, que colocou 2023, 2024, 2025... Ela não está sendo implementada em todos... O senhor sabe disso. Ela não está sendo implementada nem nos ministérios, nem nesta Casa, nem em nenhum outro espaço do Governo público.

Por quê? Porque, em vez de terem dividido as cotas, 2023 uma parte, 2024 outra, a maioria deles vai deixar tudo, se for para atender, para o finalzinho de 2026. Por quê? Porque é assim que eles nos colocam, negros e negras, sempre na última fila.

Então, eu acho que nós precisamos rever.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VALNEIDE NASCIMENTO DOS SANTOS – As mulheres negras têm que se posicionar, porque quando vão ver, nós é que estamos, na maioria, no sistema carcerário, nós é que estamos, na maioria, no serviço terceirizado, nós é que estamos, na maioria, na periferia, e nós que somos sempre a maioria, até para poder equiparar o salário nos departamentos, nos quais executam tão bem e com toda qualificação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a minha fala é essa. Eu queria parabenizar. Eu me sinto muito orgulhosa de fazer parte dessa equipe, desde o seu início, e principalmente porque nós fomos ouvidas pela nossa Diretora Ilana.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Valneide Nascimento dos Santos, pela sua exposição.

A SRA. ILANA TROMBKA (Para expor.) – Senador, posso só contar uma coisa sobre a Val? (*Pausa.*)

Quando a gente foi começar o GT de Raça, eu chamei todos os colegas que tinham se declarado pretos e pardos – anualmente, a gente faz essa checagem – para uma reunião no Interlegis. Eu estava com muito boa vontade para trabalhar, eu queria trabalhar essa temática. Então, eu tinha preparado um vídeo institucional – ainda bem que eu não lancei... (*Risos.*)

... e resolvi mostrar para o grupo. E mostrei. E o vídeo era assim: era um caso de discriminação, no ambiente de trabalho, de um chefe, homem branco, contra uma servidora mulher negra. E, no final, eu dizia assim: "Racismo é crime, crime inafiançável". Quase eu dizia: "Seu desgraçado, você vai apodrecer na cadeia!". Uma coisa assim bem... E aí eles viram isso, ficou aquele silêncio, e eu não entendendo muito bem o que estava acontecendo. Aí a Val veio e disse: "Ilana, obrigada pela tua disponibilidade, mas o combate ao racismo a gente faz prioritariamente pela educação e não pelo susto, e não pela ameaça, e que bom que você está querendo trabalhar, mas a tua perspectiva talvez não seja a perspectiva de quem está vivendo". Aí eu respondi para ti: "Exatamente por isso que eu fiz essa reunião, porque eu sei a importância de trabalhar o tema, mas eu preciso que os negros e negras do Senado Federal venham trabalhar esse tema".

Aí, é claro que aquele vídeo foi para o lixo, a gente fez um segundo vídeo, que é muito bonito, que era uma poesia, era um texto só com as formas discriminatórias que se referem a negros e negras, em formato de poesia. E foi esse o vídeo adicional com que a gente começou a campanha. Quer dizer, completamente diferente da minha primeira proposta, que estava errada, porque eu não era o grupo que sofria aquele tipo de discriminação. E foi a Val que teve a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coragem, porque estava todo mundo no auditório, aquele silêncio, ninguém falava nada – não é, Dalva? A Dalva estava lá –, até que a Val levantou e disse: "Superlegal, mas não é nada disso". Não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas foi boa a historinha aí. (*Palmas.*)

Parabéns, Ilana, por trazer esses fatos e mostrar que o movimento negro apontou e você disse: "Sim, senhora, vamos em frente". Parabéns.

Agora, passo a palavra para a Dra. Antônia Leidjane da Silva.

A SRA. ANTÔNIA LEIDJANE DA SILVA (Para expor.) – Boa tarde. É bom dia, não é? Estou nervosa.

Eu sou Antônia Leidjane, mas prefiro que me chamem de Leid. Sou uma mulher indígena, o cabelo meio vermelho e estou toda de preto. Eu faço parte do comitê. Tem dois anos que eu integrei a equipe, junto com a Stella – na época era a Stella e a Maria Terezinha; e hoje é a Stella e Ludmila –, e somos num total de nove membros. E o interessante da nossa equipe é que a gente abrange todos os direitos e acolhemos todas as mulheres. Essa oportunidade...

O meu foco principal é defender os direitos das mulheres, não é? Caso Maria da Penha, a Lei Carolina Dieckmann, o protocolo "Não é Não". E poderia citar o dia todo. E o que eu sempre coloco em pauta nas reuniões, tanto no Senado como em outros órgãos, é que a violência vai mudar quando a gente parar para escutar todas as vítimas de todas as classes, de todas as raças, porque a gente... Se vocês analisarem, ultimamente, teve o caso da apresentadora Ana Hickmann. Foi muito... É muito dolorido passar por uma situação de violência. Só quem viveu sabe e conhece a dor que é: essa mulher não se liberta mais. Ela estuda, ela trabalha, mas, enquanto o seu agressor existir, ela sempre vai estar com medo.

Vocês já viram, na mídia, uma mulher indígena, quando é espancada, estuprada, violentada, e uma mulher negra ter tanto sucesso, ser tão colocada em tela? O respeito à vida... Porque a vida humana importa; a dignidade da mulher de escolher "não", a dignidade da mulher de ter a liberdade de escolher onde quer estudar, o que quer vestir, o que quer usar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou uma mulher indígena, vim do interior do Nordeste, do Maranhão. Sofri muito o crime que hoje se chama xenofobia, devido a eu ser uma mulher maranhense. Eu ouvia muitas gracinhas sobre a questão da minha etnia, por ser indígena, e a parte de ser uma mulher maranhense. Aí, quando eu cheguei no comitê, eu fui aprendendo a cada dia reconhecer os meus direitos como mulher, como pessoa. Hoje eu não aceito a pessoa faltar com respeito comigo. Eu vou e explico para ela: "Você não conhece? Isso é crime, isso dá cadeia, você pode ser responsabilizado". E essa oportunidade eu tive através do comitê, do comitê da equidade, o Coprig, com a minha mentora Stella e com a Dra. Ilana, que me deu essa oportunidade. Hoje eu faço Doutorado em Serviço Social, sou formada em Logística, sou formada na área da saúde, fiz curso de autodefesa feminina também, fiz curso pela Defensoria Pública, TCU e por aí vai, tudo baseado no direito das mulheres, crianças. Trabalhei durante cinco anos da minha vida com crianças autistas, Down, TOD e eu fiquei muito feliz com o avanço dessas novas leis que estão surgindo e com o fato de a sociedade estar reconhecendo as crianças autistas não como doentes, mas como crianças que precisam ser respeitadas. Elas têm os limites delas, mas elas são crianças extremamente inteligentes.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANTÔNIA LEIDJANE DA SILVA – Eu tive a oportunidade de conhecer várias crianças. Eu trabalhei numa sala de aula que tinha 12 especialidades diferentes, e isso me fez reconhecer como um ser humano melhor que eu sou. E eu não sei nada, tudo que eu aprendi até hoje, Senador, é pouco, é pouco, porque um só ser humano não faz muita coisa. Mas nós somos nove e, com a Dra. Ilana, somos dez. E com o Senado, somos onze. Com a sociedade, somos doze. E eu acredito que isso vai se multiplicar.

Eu agradeço a oportunidade, Stella, e eu vou aprender muito mais. E eu estou aqui. Eu estou aqui. Eu vou batalhar cada dia para me ver, porque eu acompanho meninas que passam necessidade na periferia, que passam dificuldade, que numa delegacia comum... Eu deixo um apelo: que as delegacias comuns sejam treinadas, que os agentes sejam treinados e respeitem aquelas vítimas, porque, quando elas chegam lá para fazer sua ocorrência, elas são violentadas de novo, porque elas são acusadas e elas são consideradas culpadas pelo crime que elas viveram.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANTÔNIA LEIDJANE DA SILVA – Como assim? Uma mulher é espancada, ela é roubada, ela é estuprada e ela é obrigada a ouvir, de quem devia acolhê-la e apoiá-la, que ela é culpada por ter passado aquilo dentro da sua própria casa, na frente dos seus filhos, na frente da sua família. Ela é esmagada perante a sociedade porque ela não tem direito de se defender.

Então, eu acredito, sim, na Maria da Penha, eu acredito sim, porque a Maria da Penha salvou muitas vidas, inclusive a minha. Salvou muitas vidas de amigas que eu conheço.

E é este meu apelo, para que todos, em vez de apontarem, de estarem lá na mídia chorando porque aquela mulher morreu, ouçam antes, acolham antes. Esse é o meu apelo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem. Parabéns pelo depoimento, com muita emoção, lágrimas que mostram a luta das mulheres. Parabéns, Dra. Antônia Leidjane da Silva.

Passo a palavra agora para o Sr. Wagner.

Dr. Wagner, por favor! Wagner Silva. (*Pausa.*)

Não está?

O SR. WAGNER DE SOUSA DA SILVA (Para expor.) – Eu não sei como é que liga.

Alô, bom dia a todos! Desculpa, eu sou vergonhoso. Eu nunca falei para tanta gente assim antes na minha vida.

Meu nome de batismo é Wagner Silva. Todos aqui no Senado me conhecem como Cyber. Sou um homem de 41 anos, sou descendente indígena. Sou PCD, minha deficiência foi adquirida ao longo da vida. Na verdade, sou portador de doença autoimune e de insuficiência renal crônica. Sou homem hétero cis, mas sou militante das causas da pauta LGBTQIA+, das pautas indígenas, das pautas de raça em geral, das pautas de gênero, enfim, sou militante de várias pautas de questões sociais das minorias, principalmente. Sou militante *punk* também. Sou nordestino, mas fui criado em São Paulo a maior parte da minha vida. E agora estou aqui em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasília. Sou servidor da Casa, do Senado, sou analista legislativo da área da informática. E como não seria diferente, aqui no Senado, também eu participo do Comitê de Raça e Gênero e também do GT de Raça. Sei que é uma questão muito importante essa questão da raça, de gênero, então eu sempre estou envolvido. Sempre que me convidam para seja o que for, comitê, GT, manifestações abertas ao público, eu sempre estou envolvido.

E acho que é isso. Desculpa, estou muito nervoso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Wagner da Silva, Dr. Wagner. Fala direta, precisa. Já falou muito bem pela primeira vez. Arrasou, viu? Viu as palmas do Plenário aí? Estou falando com seriedade, foi bem objetivo. Parabéns.

Passo a palavra agora para o Dr. Devair Nunes.

O SR. DEVAIR SEBASTIÃO NUNES (Para expor.) – Bom dia, Senador Paulo Paim, Dra. Ilana Trombka, demais membros da mesa, colegas aqui do Senado.

Eu sou uma pessoa negra, um homem negro, LGBT, *gay*. Estou como Coordenador do Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça do Senado, membro do Comitê de Raça, junto com a Stella, que admiro muito.

É uma satisfação estar aqui, Senador. Admiro muito o trabalho do Senador e o acompanho há tempos. Como a pauta racial que o senhor traz é muito importante, que vem lá de trás, de outros tempos, da história do movimento negro! Muitas vezes as pessoas pensam que a questão racial começa há pouco tempo, mas ela vem desde antes. Mesmo quando as pessoas eram escravizadas, havia muitas pessoas que deram a vida para que hoje estejamos aqui. Somos minoria, infelizmente, ainda, neste país. Somos minoria nos espaços de poder, nos espaços da elite. Quando a gente vai, por exemplo, a um restaurante, é muito comum a gente entrar e ser a única pessoa negra como cliente no lugar. A gente vê as pessoas negras na faxina, na portaria, na cozinha, limpando, cozinhando, mas como clientes, neste país, as pessoas negras ainda são minoria.

Esse trabalho que a gente faz no GT é muito importante. Realmente, Dra. Ilana, esse trabalho, que começou há uns três anos aqui no Senado, é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DEVAIR SEBASTIÃO NUNES – Sim, foi antes da pandemia. A pandemia fez um vácuo na nossa mente. Há uns cinco anos mais ou menos começou esse trabalho no Senado.

E é muito importante esse trabalho que o GT faz, que o comitê faz, que é ouvir as pessoas negras, que é ouvir as pessoas pretas. No caso, agora também está sendo burilado, trabalhado, para que haja um Comitê LGBTQIAP+, porque é como a Leid trouxe para a gente: uma dor que uma mulher sente, eu, como homem, nunca vou sentir. Eu não sei. Eu posso ser solidário e devo ser solidário às dores das mulheres, mas eu, como homem, nunca vou sentir. Uma pessoa que é hétero nunca vai saber qual é a dor de ser uma pessoa LGBT, que, só por existir, corre o risco de vida. Uma pessoa branca nunca vai saber o que é o racismo. Ela pode ser solidária, mas ela não vai saber. Só sabe quem vive na pele.

Então, é muito necessário, nesta Casa e em todas as Casas Legislativas deste país, nas empresas privadas, nas empresas públicas, que haja essa escuta ativa. Não só escutar, porque, às vezes, se escuta; às vezes, se dá espaço; às vezes, se faz um *token*, como se disse, coloca a pessoa lá na posição, mas ela é só um *token*, ela só aparece naquele momento para dizer que a empresa tem uma equidade. Mas passou o Dia das Mulheres, não se fala mais; passou o Dia da Consciência Negra, não se fala mais.

Essas pautas precisam ser faladas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DEVAIR SEBASTIÃO NUNES – ... precisam ser trabalhadas todos os dias. Todos os dias são dias das mulheres. Todos os dias são dias de se falar das questões LGBTQIA+. Em todos os dias, deve-se falar das questões raciais e das outras questões também. Não é só numa data.

Então, com a existência do GT, com a existência do comitê no Senado, a gente propõe esse trabalho de ouvir e de fazer a pauta andar. Não só ouvir.

Obrigado, Senador Paulo Paim, por ser a nossa voz dentro do Congresso. Nós precisamos de dez Senadores "Paulos Pains", porque a pauta é longa, e o caminho é extenso.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Devair Nunes, que faz um depoimento pessoal.

Com a frase, no conjunto em que você falou, eu me identifico muito, claro, porque sou negro. Quem é negro e disser que, neste país, nunca foi discriminado, está mentindo. Falam com a maior cara de pau isso.

A SRA. ILANA TROMBKA (*Fora do microfone.*) – Com a mulher também, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mulher também, mas negro não escapa nenhum. Mulher, ainda escapam algumas. Agora, negro? Quem é negro? E ele dizer para mim que ele nunca foi discriminado? Mentiu. Eu digo assim, olho no olho: mentiu. Claro que tem mulher, tem LGBT, tem tudo. Mas é a frase que você disse: só quem tem a pele negra sabe, desde os primeiros anos, lá do primário. No meu tempo, era primário. Desde lá até hoje, é um fato e é real.

Mas a luta continua. Estamos avançando.

Passo a palavra para Ludmila Neves Barbosa da Silva.

Por favor, Dra. Ludmila.

A SRA. LUDMILA NEVES BARBOSA DA SILVA (Para expor.) – Bom dia.

Bom dia a todos e a todas.

Bom dia, Senador, Ilana, Stella, Dayana, Nayara, Vanessa.

É um prazer grande estar aqui. Confesso que fui pega de surpresa. O Devair só chegou ali no cantinho e falou: "Lud, qual é o seu nome todo?". E eu falei. (*Risos.*)

Depois, quando eu vi o movimento, eu falei: "Está bom, entendi".

Primeiro, eu queria agradecer por estar aqui. Eu venho participando ativamente da construção deste plano. Este já é o segundo plano em que eu trabalho ativamente, aqui no Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria agradecer por esta oportunidade de trabalharmos na cultura organizacional do Senado, para ser uma cultura organizacional mais equânime, pela preocupação que nós temos.

Quero agradecer à Stella. Ela confia muito em mim. É muito bom trabalhar com você.

Quero agradecer às outras Coordenadoras que vieram antes, Dalva, Terezinha também, pelas quais eu passei.

Quero agradecer à Ilana também por nos dar oportunidade de realizar este trabalho aqui, na nossa Casa.

A minha palavra é bem esta mesmo, de agradecimento a todos e todas que vieram aqui hoje, nesta segunda-feira de manhã, às 9h da manhã, depois de um final de semana.

Quero agradecer ao Senador por nos disponibilizar esta audiência pública, por nos atender de uma forma tão atenciosa sempre.

E quero terminar a minha fala antes dessa campainha, porque eu não quero me assustar com essa campainha. (*Risos.*)

A câmera está bem aqui comigo.

E é esta a palavra que eu deixo, hoje, para vocês: muito obrigada a todos e a todas que estão aqui conosco presentes hoje. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Ludmila Neves Barbosa da Silva. Ela disse que foi pega de surpresa, mas ela falou e deu o recado dela aqui. E todo mundo entendeu. Parabéns. Bela fala.

Agora, nós vamos para as considerações finais da nossa mesa. Eu vou dar cinco minutos para cada um dos que estão aqui à mesa.

Pediram-me que eu registrasse algumas presenças: agradecemos ao Érico Zorba, do Núcleo de Ações Ambientais, do Senado Federal, que trouxe a arte ornamental com plantas, que está na sala. (*Palmas.*)

Muito bem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ana Paula Tavares, representante da Comissão de Mulher Advogada da OAB-DF; Kelly Quirino, Conselheira do Conselho Administração do Banco do Brasil e Professora de Gênero e Raça da UnB.

Uma salva de palmas para todos. (*Palmas.*)

Eu vou ler as perguntas que chegaram. E cada um, nos seus cinco minutos ou três, como assim entender – fiquem bem à vontade, mas o limite seriam cinco –, pode responder às perguntas e fazer seu comentário final. Quem não quiser responder, não há problema nenhum também. Depois, a Secretaria da Comissão responde.

Carol, do Rio Grande do Sul: "Como podemos lidar com a resistência cotidiana em relação à equidade de gênero e raça, impondo limites, mas com educação?".

Daiana, do Acre: "De que forma a sociedade civil e os grupos sub-representados serão envolvidos na implementação e monitoramento do PEGR?".

Ana, do DF: "Qual é o impacto percebido do Plano de Equidade de Gênero e Raça (PEGR) do Senado Federal nas políticas e práticas institucionais?".

Por fim, Carin, do Rio de Janeiro: "A proposta deveria incluir Equidade de gênero, raça e neurodiversidade, considerando o momento histórico no nosso país".

Vamos iniciar por onde começamos ou a Ilana prefere terminar?

Vamos deixar a Ilana fazer o encerramento. Pode ser, Ilana?

Então, Stella Maria Vaz Santos Valadares, Coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade Racial de Gênero e Raça do Senado Federal.

Cinco minutos, para suas considerações finais.

A SRA. STELLA MARIA VAZ SANTOS VALADARES (Para expor.) – Vou falar até mais rápido, Senador.

Acho que é importante a gente agradecer, sem dúvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem, como se falou no plano, a ideia da participação popular, da participação social, através das oficinas, do e-Cidadania, mas, claro, também deixamos os nossos contatos para que as pessoas possam entrar em contato mesmo para oferecer sugestões também, trazer as suas ideias. Claro que a gente tem o foco administrativo, mas, como a gente viu no caso da cota 2%, sempre acaba reverberando na sociedade. Então, a ideia é que essa cultura possa ir se ampliando também nos demais órgãos que hoje se fazem aqui presentes: Banco do Brasil, STJ, Ministério do Meio Ambiente, TJDF. São tantos órgãos que compõem a Rede Equidade, que tem crescido cada vez mais. Então, provavelmente procurar a Rede Equidade também, essas pessoas que colocaram suas dúvidas, é interessante. Se elas fazem parte de algum órgão, que elas possam também vir colaborar e trabalhar continuamente.

Então meu agradecimento imenso. Foi uma manhã muito emocionante, de muito aprendizado, de muito fortalecimento na nossa luta, na nossa promoção da diversidade, garantindo sempre a inclusão dessa diversidade cada vez mais.

Então, muito obrigada. Bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Stella Maria Vaz Santos Valadares, Coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal.

Vanessa Machado, Coordenadora de Ações Afirmativas do Ministério da Igualdade Racial.

A SRA. VANESSA MACHADO (Para expor.) – Eu também gostaria de agradecer muito por essa manhã de tantas falas importantes para a transformação que a gente deseja ver no âmbito do serviço público brasileiro.

Dialogando um pouquinho com a fala que a Val trouxe, acho que é uma oportunidade também de falar, a partir do Ministério da Igualdade Racial, sobre a implementação das ações afirmativas nos cargos e funções comissionadas por pessoas negras. É um tema que tem sido central nas atividades do Ministério da Igualdade Racial. E nós temos trabalhado, por meio do Programa de Ações Afirmativas, no desenvolvimento de planos de ação no âmbito de todos os ministérios, para justamente a gente conseguir ter esse monitoramento das ações sobre o preenchimento dessas vagas por pessoas negras no âmbito do Executivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que toda essa vigilância e todo esse engajamento no monitoramento é realmente relevante e é algo que não só o Executivo vai conseguir fazer, mas a que o Legislativo e o Judiciário também precisam estar atentos, colaborando com a nossa atuação.

Acho que um outro aspecto que eu gostaria de ressaltar é que uma das maiores dificuldades que nós temos observado no âmbito das organizações para a implementação de planos de equidade, diversidade e inclusão é justamente o engajamento da autogestão.

E aqui quero reverenciar e agradecer à Dra. Ilana pelo seu compromisso com essa causa e pela sua atuação relevante que faz com que o plano não seja pontual, mas que ele tenha uma permanência no âmbito da gestão do Senado Federal.

Então, quero parabenizar novamente pela atuação. Quero agradecer mesmo ao Senador Paulo Paim por essa oportunidade. O Ministério da Igualdade Racial se sente extremamente honrado de poder estar aqui neste momento histórico para o Senado e para a sociedade brasileira. E nos colocamos novamente à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito bem, Dra. Vanessa Machado, Coordenadora de Ações Afirmativas do Ministério da Igualdade Racial. Parabéns.

Vamos para a Dra. Nayara Falcão, Diretora de Projetos Paradesportivos de Educação, Laser e Inclusão Social da Secretaria Nacional de Paradesporto.

A SRA. NAYARA FALCÃO (Para expor.) – Obrigada por mais uma oportunidade de fala.

Eu quero agradecer à Ilana, à Stella por essa atitude, por esse plano. Alimenta, eu acho que nutre o esperançar de todos nós poder fazer esse resgate. E a cada um que compõe essa equipe, vocês representam e vocês trazem existências para dentro desta Casa Legislativa. Em todas as falas, eu me senti muito solidária e empática. A gente só pode falar sobre o que a gente experiencia, não é? É justamente sobre isso e é por isso que a representatividade tanto importa.

Aqui, como uma mulher com deficiência, eu espero – e nutro uma esperança em cada um de vocês que aqui está nos escutando – que possam nos ver para além de uma deficiência; que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enxerguem as nossas humanidades, as nossas existências, as nossas pluralidades de corpos, porque, quando a gente fala de raça, a pessoa não sofre só racismo, ela sofre interseccionalidade com outras práticas violentas. Então, que a gente possa entender e se unir, porque, quando a gente segrega coletivos, a gente perde força, e, nessa perda de força, a gente invisibiliza, a gente acaba excluindo outras pessoas.

Quando vocês falam de raça e não falam de deficiência junto, vocês estão excluindo mulheres e homens, negras e negros com deficiência. E aí vocês não estão dialogando com esse público. Quando vocês falam de LGBT e não falam de LGBT com deficiência, vocês também não estão trazendo para a existência pessoas com deficiência. Então a gente precisa estar olhando para o todo, para essa diversidade e entender que, quando a gente fala de equidade e inclusão, esses dois pilares existem justamente para que a gente seja incluído e não para que a gente só seja incluído em falas. Por exemplo, quantas pessoas com deficiência estão aqui? Levantem a mão. (*Pausa.*)

Somos três.

Então, que a gente possa ser mais, que a gente esteja aqui mais, ocupando esses lugares de voz e não sendo vistos apenas na área da saúde, como pessoas vitimadas, como pessoas com dores e sofrimento, porque cada um tem alguma dor – e ela importa, ela é relevante –, mas nós não podemos ser aprisionados nesse imaginário de dor, porque isso não é respeitoso, isso apaga as nossas existências.

A Stella trouxe um dado: 1% da gente está no mercado formal de trabalho. Por quê? Porque nós vivemos uma discriminação muito forte, que se chama capacitismo; porque as pessoas olham para aquilo que você é capaz ou não de fazer. Todo mundo é capaz ou incapaz de alguma coisa, mas que a gente perceba que essa violência traz uma morte social. Então, nós vivemos uma morte social.

Eu sou uma das poucas que conseguiu atravessar – assim como outras que estão neste lugar – barreiras que nos invisibilizam nesses lugares. Então, que nós consigamos ter mais pessoas nesses espaços, e, quem sabe, mais no Legislativo; quem sabe, mais no Executivo, porque tudo isso parte de uma opressão, e essa opressão se chama capacitismo. E se, nessa opressão, a pessoa é uma mulher, ela vai sofrer o machismo; se ela é negra, ela vai sofrer o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

racismo – capacitismo, machismo e racismo –; se ela é LGBT, ela vai sofrer LGBTQIA+fobia; se ela for indígena, ela vai sofrer a etnofobia; se ela for gorda, ela vai sofrer a gordofobia. Essa pessoa vai existir quando?

Então, que a gente possa realmente se comprometer, porque isso é o que nós chamamos, na nossa caminhada, de inclusão atitudinal. É nisto que eu aposto, no ser humano, porque, se o ser humano destrói, ele constrói; se o ser humano exclui, ele pode incluir. Eu acho que a pergunta é: a gente quer continuar excluindo ou a gente quer passar a incluir?

(*Soa a campainha.*)

Então, eu acho que isso é o que pode trazer a gente para uma mudança na sociedade.

Muito obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Nayara Falcão, Diretora de Projetos Paradesportivos de Educação, Lazer e Inclusão Social da Secretaria Nacional de Paradesporto.

Muito bem! Políticas humanitárias, abrangendo a todos e todas, não é? Parabéns!

Passamos a palavra agora para a Dra. Dayana Brunetto, Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

A SRA. DAYANA BRUNETTO (Para expor.) – Bom, em nome do Ministro Silvio Almeida e da nossa Secretária Nacional Symmy Larrat, eu quero agradecer a oportunidade e o privilégio de estar com tanta gente potente que faz esse trabalho incrível aqui nesta Casa e dialogar um pouco com as questões que vieram e com as falas que nos tocaram.

Como estabelecer limites com a educação? Fortalecendo-se e se empoderando junto aos movimentos sociais de negras e negros, de mulheres negras, de mulheres indígenas, do campo; fortalecendo-se com as nossas e os nossos de luta; e também – dialogando agora um pouco com a fala da Antônia – atuando na formação e na educação, porque é muito importante que a gente tenha marcos legais, normativos, mas é muito importante que a gente atue todos os dias na transformação da cultura racista, machista, misógina, capacitista, classicista. É muito importante que todas, todos e "todes" nós tenhamos a nossa responsabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ser antirracista não é um casaco que você veste conforme a ocasião, não é uma escolha, é um projeto de vida. Ser antirracista, ser antimachista é um projeto de vida. A gente não tira e escolhe conforme a ocasião. É um compromisso, é o esperançar, e todas, "todes" e todos temos essa responsabilidade.

Queremos colocar, mais uma vez, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania à plena disposição e a todo vapor para contribuir, viu?

Obrigada, gente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Dayana Brunetto, Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Parabéns pela sua exposição.

Para encerrar, eu convido a Diretora-Geral do Senado Federal, Dra. Ilana Trombka, para fazer a sua exposição.

A SRA. ILANA TROMBKA (Para expor.) – Bom, ao encerrar esta reunião, lembro que estamos iniciando – não é, Senador? – o nosso mês do Bicentenário do Senado Federal. Esta Casa, no próximo dia 25, comemorará seus 200 anos, e certamente são 200 anos de muita evolução da sociedade e evolução do Senado. O Senado hoje é uma Casa de participação e de respeito.

Quando a Dra. Nayara Falcão fez a sua fala extremamente tocante, eu lembrei que, por uma questão de organização, nós temos o nosso Comitê de Equidade de Gênero e Raça e temos um trabalho de acessibilidade. Assim como hoje fomos acolhidos por esta Comissão, em outubro passado fomos acolhidos também por uma Comissão Temática do Senado Federal e, com a parceria da Turma da Mônica, trouxemos o Coelho Sansão, que ficou uma semana com o colar de girassol. Aqui fizemos o lançamento também do nosso Plano de Acessibilidade. Nós temos o Plano Socioambiental, o Plano de Acessibilidade e o Plano de Equidade de Gênero e Raça.

Então, sim, o capacitismo é uma preocupação desta Casa – Casa que possui a única gráfica pública em braile do Brasil –, o Senado Federal, e nós trabalhamos também com essa questão. Temos aí, sim, um diálogo entre os comitês, mas há um comitê próprio e uma estrutura própria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para as questões de acessibilidade. Inclusive, quando a gente trouxe o Sansão para cá, foi incrível a receptividade, saímos até no Jornal Nacional com o Sansão, e esse diálogo foi superfácil com o Mauricio de Sousa. Talvez faltasse alguém querer conversar com ele, querer propor, e, quando a gente propôs, ele aceitou.

O que foi muito interessante aqui, Senador Paim, é que não foi a Ilana nem a Stella que falaram sobre o Comitê de Equidade de Gênero e Raça. Sim, eu fui pioneira, fui eu que criei, foi um mês depois de eu tomar posse – eu tomei posse no dia 12 de janeiro de 2015 –, mas hoje o comitê não é meu, o comitê não é da Stella, e as falas da Leid, do Devair, da Val, do Cyber, da Ludmila e de todos os rostos dos colegas e das colegas que estão aqui mostram que esse comitê é do Senado. E isso muito me tranquiliza, porque um dia eu sairei do posto em que estou – vou fazer dez anos na Diretoria-Geral, já é um bom tempo, mas um dia eu sairei – e isso hoje está introjetado na nossa cultura organizacional.

Aquelas primeiras mulheres da cota, no Senado, eram conhecidas como as meninas da Ilana, porque parecia que tinha sido eu que tinha resolvido colocá-las aqui. Hoje não é mais assim, hoje o trabalho existe independentemente da Ilana. É claro que eu dou todo o apoio e me orgulho dele, mas ele não depende mais de mim, porque ele hoje foi abraçado pela cultura organizacional desta Casa, uma Casa que respeita a todas, todos e "todes" que estão aqui.

É por isso que a iniciativa de as pessoas se disponibilizarem a fazer seus próprios GTs é muito interessante. Nós, num momento pretérito, tentamos montar um GT LGBTQIAP+, mas, naquele momento, as pessoas que faziam parte desse grupo não... Bom, disseram que se sentiam acolhidas o suficiente para não terem um trabalho específico, e isso foi respeitado. Mas, se neste momento elas percebem essa importância, muito nos alegra que elas serão apoiadas.

Uma das perguntas dizia sobre qual é o efeito prático da Casa. Quando eu entrei na Diretoria-Geral, já passados nove anos, as mulheres eram 13% nos postos de direção e chefias da Casa; hoje, nós somos 34, mesmo representando 30% do corpo funcional entre servidores efetivos concursados da Casa.

E eu não quero terminar minha fala, Senador Paim, sem dizer que nós recém fizemos um concurso e, nesse concurso, novamente são 30% de mulheres e 70% de homens aprovados. Não que as mulheres não tenham a mesma condição que os homens de entrar no Senado, mas o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ocorre é que um concurso para o Senado é um concurso muito difícil, e a dupla, tripla, quádrupla jornada das mulheres as impede de estudar para um concurso do nível de demanda do Senado Federal. E as mulheres que passam são, em sua maioria, mulheres solteiras ou casadas sem filhos.

Ou seja, a maternidade – aqui eu nem pedi, mas estou ouvindo o fundo sonoro de um bebê – é algo que tem que ser discutido; tem que ser entendida pela sociedade brasileira como algo que tem que ser discutido, porque é, sim, o não apoio à mulher na sua função de mãe que faz com que nós não tenhamos concursadas mulheres com filhos. Eu mesma, quando entrei no Senado, tinha 24 anos; não era sequer casada. Quando eu virei Diretora-Geral, eu ainda amamentava, eu já tinha filhos, mas, quando eu entrei, eu não tinha. E isso tem que ser discutido.

Talvez até tenha que ser discutida, inclusive, uma cota para mulheres nos concursos públicos. Nesse último concurso do Senado, a gente já vê claramente a assunção de negros e negras e de pessoas com deficiência mais comum nesta Casa, porque esse concurso já contou com as cotas. Mas não há cotas para mulheres, e, portanto, as mulheres continuam sendo minoria, apesar de serem maioria na nossa população, de terem um nível de estudo inclusive maior do que os homens. Elas continuam sendo minoria quando a gente fala na entrada por concurso público no Senado Federal.

O Senado tem uma prática, que eu não sei se é muito boa e sequer é estabelecida, de fazer concurso público geralmente de dez em dez anos. No próximo concurso, eu já estarei aposentada, então não serei eu que tocarei esse concurso. Mas é algo que nós temos que pensar, porque nós criamos uma sub-representação, mesmo numa forma das mais democráticas de entrada no serviço público, que é por concurso. Nós criamos, sim, uma sub-representação.

E, para terminar, eu queria falar que os trabalhos são tão intersetoriais no Senado que o Senado tem também – na minha chegada à Diretoria-Geral, criou-se – um grupo de trabalho voluntário, hoje muito conhecido, que é a Liga do Bem. Inclusive o principal *recall* de mídia positivo no Senado Federal é pela Liga do Bem.

A Liga do Bem participa de todos os trabalhos: nós tivemos já a alegria de fazer acolhimento de mulheres transgênero, com trabalho junto à Liga do Bem, inclusive trazendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas mulheres e mostrando para elas o e-Cidadania, ou seja, como funciona o processo legislativo no Senado Federal, para fazer com que essas mulheres também se sintam cidadãs brasileiras; nós já fizemos curso de automaquiagem para mulheres cegas no Senado Federal; nós já trouxemos os jovens adultos da Pestalozzi, tão estigmatizados pela deficiência intelectual, para apresentarem projetos de lei que foram acolhidos pelo senhor, pela Comissão de Direitos Humanos, que acolheu os projetos de lei desses jovens adultos da Pestalozzi, que conheceram o Senado Federal, ficaram uma semana aqui dentro e, ao final, apresentaram um projeto de lei.

Ou seja, todos esses projetos não apenas me envaidecem, me orgulham, mas mostram que é possível construir um órgão público com esse tipo de acolhimento.

Por isso, nós criamos a Rede – a Rede, que hoje tem quase 25 órgãos, que hoje ainda é liderada pelo Senado Federal, mas que, num outro momento, não o será mais, porque passaremos o bastão. Ainda é liderada pelo Senado para que nós possamos compartilhar todas essas iniciativas.

Ao terminar minha fala, eu quero cumprimentar muito efusivamente uma pessoa que está nessa plateia, que é o Dr. Geraldo Valadares, pai da Stella. (*Palmas.*)

Eu quero lhe fazer esse cumprimento, porque, primeiro, deve ser um enorme orgulho ver o brilho e o tamanho que a Stella tomou no Senado Federal e nessa pauta. Segundo, quero cumprimentá-lo pela sua humildade. Normalmente os pais nos ensinam, mas têm que ter uma grande humildade, um grande espírito para também estarem dispostos a aprender com os filhos. Parabéns. Eu acho que o senhor representa muito bem o espírito que a gente quer nesta audiência pública. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Essa foi Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal, que fez aqui uma bela exposição de encerramento.

Eu só vou, se vocês me permitirem... Aqui nós temos, no mínimo, 50 projetos. O Senado aprovou inúmeros que estão parados lá na Câmara. E, além das considerações que vocês fizeram, com indicação, aquilo que a gente chama de encaminhamentos finais, eu queria ver se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderíamos, se vocês concordarem, nós desta audiência pública, fazer dois ofícios de dois temas que eu entendo fundamentais.

Um ofício, citando esta audiência pública, é para o Presidente Davi Alcolumbre, para que ele bote em votação as cotas no serviço público. Se entender que não dá para botar em votação, eu já aprovei aqui no dia que aprovamos o requerimento de urgência para ela ir para o Plenário do Senado, que ele remeta para o Plenário do Senado. O que não pode... Nós estamos aí em junho quase, e as cotas não foram ainda aprovadas. É cota que já existe, nós só fizemos um aperfeiçoamento. Melhoramos, claro, o conceito no seu todo. Esse é um. Se vocês concordarem...

O outro eu já aprovei...

Esse aqui eu aprovei aqui na Comissão agora, mas há anos está aqui na Casa, porque há dez anos nós o aprovamos. Eu entrei com ele e ainda não foi aprovado: foi aprovado na CDH, mas não foi aprovado nem no Plenário e nem na CCJ.

O outro é a abordagem policial. A abordagem policial no Brasil, desculpe a expressão, é criminosa, na forma como eles tratam negros, negras, mulheres e LGBT. Isso não pode. O mundo todo está neste debate. Vocês se lembram, cito o meu estado, da forma como Beto foi morto no Carrefour, lá em Porto Alegre, e continua tudo igual. E esse projeto já apresentamos há muito tempo, o Senado aprovou por unanimidade e ele está na Câmara dos Deputados.

Então, um ofício eu remeto aqui para o próprio Senado, se vocês concordarem; e o outro para a Câmara dos Deputados, para que aprove o projeto que trata da abordagem policial.

Eu dou como exemplo: como é abordado um homem branco no Leblon, por exemplo, todo bonitão – bonitão que eu digo é roupa, roupa, tudo roupa de luxo – e como é abordado um negro vestido com roupa simples no mesmo Leblon? Todos nós sabemos que tipo de abordagem se faz. Por isso, tantos negros e negras acabam morrendo no confronto com a polícia. Eu não estou aqui condenando a segurança. Eu digo que tem que ser melhorada, tem que ser aperfeiçoada. O mundo todo discute novas formas de abordagem, e isso tem que ser feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se vocês concordarem, eu encaminho estes dois requerimentos: um da abordagem policial para a Câmara; e um para o Senado, para que o Senado vote, no mais tardar até abril, maio, o projeto que trata das cotas no serviço público. Concordam? (*Pausa.*)

Então, vamos lá. (*Palmas.*)

Fica aprovado pela manifestação de vocês.

Assim, com muita alegria, encerramos aqui: alegria pelo evento, pela grandeza, pelo número de anos desse comitê, que eu chamaria de um grande comitê humanitário, que está fazendo um belíssimo trabalho e que hoje aqui apresenta os próximos passos.

Está encerrada a audiência pública de hoje.

Uma grande salva de palmas a todos e todas. (*Palmas.*)

Vamos tirar aquela foto histórica?

(*Iniciada às 9 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e sete minutos do dia seis de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Giordano, Alessandro Vieira, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Lucas Barreto, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Romário, Eduardo Gomes e Damares Alves, e ainda do Senador Rodrigo Cunha, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Flávio Arns, Magno Malta, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da primeira a sexta reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1426, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para prever a presença de intérprete da Língua Brasileira de Sinais em transmissões televisivas de jogo ou de competição desportiva." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 718, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para dispor sobre a competência fiscalizadora de órgãos e instituições no cumprimento das garantias de assistência global aos atletas das categorias de base." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 680, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para determinar a necessidade de alvará de funcionamento para entidades de prática desportiva formadoras de atletas e a publicação da data de nascimento e das entidades de prática desportiva de origem e destino de atletas em caso de transferência internacional." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Izalci Lucas. Relatório: Favorável ao PL 718/2019, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta e pela rejeição do PL 680/2019. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4607, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, "Estatuto da Criança e do Adolescente" e a Lei nº 13.431, de 14 de abril de 2017, que "estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência" para aperfeiçoar os mecanismos de proteção aos menores e adolescentes vítimas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de violência." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Humberto Costa. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1145, de 2021 - Não Terminativo - que: "Veda homenagens e comemorações alusivas aos agentes públicos responsáveis por violações de direitos humanos, bem como veda a utilização de bens públicos para a exaltação ao golpe militar de 1964 e dá outras providências." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senadora Augusta Brito (*Ad hoc*), substituiu Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2846, de 2021 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.089, de (Estatuto da Criança e do Adolescente) para assegurar a permanência do lactente com sua mãe." Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). Relatoria: Senadora Ivete da Silveira. Relatório: Pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1210, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) para determinar a disponibilização do ordenamento jurídico brasileiro sob formato acessível às pessoas com deficiência." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senadora Augusta Brito (*Ad hoc*), substituiu Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1498, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para permitir que associações de pessoas com deficiência possam ser contratadas por dispensa de licitação, mesmo que os serviços não sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência." Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR). Relatoria: Senadora Augusta Brito (*Ad hoc*), substituiu Senador Lucas Barreto. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 490, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera os arts. 129, 141 e 147 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o art. 313 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aumentar as penas previstas para os crimes de lesão corporal, contra a honra e de ameaça quando praticados em contexto de violência doméstica e familiar, e para adicionar hipótese de decretação da prisão preventiva se o crime envolver violência doméstica e familiar." Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). Relatoria: Senadora Augusta Brito (*Ad hoc*), substituiu Senador Humberto Costa. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3346, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para assegurar adaptação razoável do horário de trabalho que permita prestação alternativa ao empregado e ao servidor público, em virtude de escusa de consciência, quando o seu dia de guarda religioso coincidir com os dias ou os turnos do exercício de atividades laborais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - Sugestão n° 11, de 2022 - Não Terminativo - que: "Institui diretrizes para a conservação e a recuperação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fauna e da flora ameaçadas de extinção e estabelece majoração das sanções aplicáveis aos crimes e às infrações administrativas contra elas praticados." Autoria: Jovem Senador Ana Beatriz Amorim, Jovem Senador Dinite Figueiredo, Jovem Senador Esthefane de Barros, Jovem Senador Francisco Davi Pereira, Jovem Senador Gabriel Rigolin, Jovem Senador Giovanna Gomes, Jovem Senador Guilherme Smaleski, Jovem Senador Letícia Ribeiro, Jovem Senador Maria Eduarda Ojeda. Relatoria: Senadora Augusta Brito. Relatório: Favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 9, de 2024 que: "Requer a realização de audiência pública sobre o "Lançamento Missão Josué de Castro - Brasil no combate à fome"" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: O requerimento foi aprovado. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 10, de 2024 que: "Requer a realização de Audiência Pública para apresentar a Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: O requerimento foi aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 1ª a 6ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes dos itens da pauta, informo aos Senadores e Senadoras que os requerimentos apresentados extrapauta serão apenas lidos, e a votação ocorrerá somente na reunião deliberativa seguinte.

Vamos aos requerimentos. Temos dois requerimentos na mesa, os quais vou encaminhar.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 9, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública sobre o "Lançamento Missão Josué de Castro - Brasil no combate à fome"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

De imediato, ponho em votação o requerimento, pela importância do tema, que é o combate à fome.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao segundo requerimento.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 10, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para apresentar a Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Em votação o requerimento, já que está claro aqui, somente pelo título: para que seja apresentada a Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Informamos que essa reunião será amanhã.

Expediente.

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos: da OAB/DF, que encaminha cópia de petição protocolada perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos quanto às violações dos direitos humanos do Vereador de Volta Redonda, Rio de Janeiro, e solicita o apoio desta Comissão no combate contra a retirada do representante da sociedade civil da coordenação do Plano Municipal dos Direitos Humanos de Volta Redonda, medida tomada pelo Prefeito por meio de decreto; de cidadãos, pedido de providências diante das perseguições e parcialidade da Justiça Militar.

Ainda informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e/ou no Portal da CDH para manifestação dos membros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados. (*Pausa.*)

Os requerimentos já estão aprovados, o que fizemos de forma rápida. Como teremos uma reunião já amanhã sobre o item 12, que já votamos, só para que todos fiquem a par do que se trata, lerei a justificação – os dois requerimentos já estão aprovados.

Apresentação da 10ª edição da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher. O levantamento faz parte da mais longa série de pesquisas de opinião sobre o tema no Brasil. Na presente edição, o DataSenado é quem fará essa apresentação.

Pronto.

E o outro – só quis justificar porque eu não tinha justificado lá – é o do item 11.

Josué de Castro foi um grande brasileiro, médico, geógrafo, cientista social, político e embaixador junto à ONU, além de escritor. Seus ensinamentos, ideias e estudos, especialmente sobre alimentação, são extremamente relevantes e até hoje muito reconhecidos.

Era isso, sobre os dois requerimentos, porque eu não tinha lido a justificativa, para serem garantidos.

Com isso, estamos encerrando os trabalhos no dia de hoje.

Obrigado a todos.

Tudo aprovado! Mais uma vez, limpamos a pauta.

(Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 12 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas do dia sete de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Giordano, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Jussara Lima, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato e Romário, e ainda do Senador Jaques Wagner, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 10/2024 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Apresentação da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher. Participantes: Marcos Ruben de Oliveira, Coordenador do Instituto DataSenado; Isabela de Souza Lima Campos, Chefe do Serviço de Pesquisa e Análise do DataSenado; Sandra Bazzo, Coordenadora-Geral de Garantia de Direitos e Acesso à Justiça do Ministério das Mulheres; e Dayana Brunetto, Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 10, de 2024, da CDH, de nossa autoria e de outros Senadores, no mês de março, considerado o Mês da Mulher, referente à Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Farei uma pequena introdução, como é de praxe, do tema que vamos debater aqui hoje com os nossos convidados.

Senhoras e senhores, esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa tem por objetivo apresentar a 10ª edição da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher. O levantamento faz parte da mais longa série de pesquisas de opinião sobre o tema no Brasil.

Nesta edição, o DataSenado ampliou de maneira significativa a amostra para investigar mais a fundo a desigualdade de gênero e suas consequências. O aumento no número de entrevistas foi acompanhado também de outra inovação: pela primeira vez, a pesquisa identificou e ouviu mulheres transgênero.

Foram entrevistadas 21.787 brasileiras com 16 anos ou mais, por telefone, entre os dias 21 de agosto e 25 de setembro de 2023, em amostra representativa da opinião da população feminina brasileira.

Cada estimativa é acompanhada da sua respectiva margem de erro, com um nível de confiança de 95%. Os valores percentuais são arredondados, de maneira que, em alguns gráficos, a soma pode ser diferente de 100%, para mais ou para menos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta audiência pública foi solicitada pelo DataSenado.

A violência contra a mulher no Brasil é um problema grave e persistente que afeta a segurança e o bem-estar das mulheres em todas as esferas da sociedade. É urgente que haja um esforço contínuo para combater essa violência, promover a igualdade de gênero e garantir que todas as mulheres possam viver livres, livres de medo e violência.

São cinco os tipos de violência contra a mulher: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. A violência física engloba desde agressões como tapas, socos e até casos mais extremos com estrangulamento, lesões graves e morte. A violência psicológica envolve humilhação, chantagem e isolamento da vítima. A violência sexual é através da coerção e da intimidação para forçar a vítima a ter relações ou presenciar práticas sexuais contra a sua vontade. A violência patrimonial se manifesta quando o agressor retém, destrói ou subtrai os bens e documentos da vítima. Já a violência moral inclui condutas como calúnia, difamação e injúria.

A luta das mulheres brasileiras contra o preconceito, a discriminação e a violência é diária. Temos todos que apoiá-las. É hora de dizermos basta à indiferença e à ignorância que perpetuam esses males. É hora de tomarmos consciência e agirmos. Não podemos mais permitir tamanho descaso, tamanha violência, tamanha discriminação, tamanho preconceito. O Brasil não pode estar entre os países que têm o maior índice de feminicídio do mundo.

Vamos, agora, anunciar os nossos convidados.

Convidados: Sr. Marcos Ruben de Oliveira, Coordenador do Instituto DataSenado – por favor, Dr. Marcos, aqui na mesa –; Isabela de Souza Lima Campos, Chefe do Serviço de Pesquisa e Análise do DataSenado – também aqui presente à mesa, bem-vinda, Dr. Isabela –; Sandra Bazzo, Coordenadora-Geral de Garantia de Direitos e Acesso à Justiça do Ministério das Mulheres; Dayana Brunetto, Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos.

Esta é a mesa aqui presente.

A Senadora Zenaide Maia é Vice-Presidente desta Comissão. Se ela puder, entrará por videoconferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já fiz a introdução desta importante audiência pública, com o belíssimo trabalho que vem fazendo o DataSenado, que aqui, nesta Comissão de Direitos Humanos, por diversas vezes, apresenta pesquisas como essa, quanto à fome, quanto à miséria, situação hoje especificamente em relação às mulheres.

Como eu dizia antes, é inadmissível que o Brasil seja um dos países com o maior nível de feminicídio do mundo. Isso é inaceitável. E, por isso, essas pesquisas contribuem para combater a violência, contribuem para reeducar, educar, enfim. E a violência já começa nos primeiros passos, eu diria, conforme a residência, conforme a casa. Então, essa violência tem que ser combatida em casa, nas escolas e em todos os lugares.

No Rio Grande do Sul, nós temos a Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Foi o Deputado Edegar Pretto, que teve essa iniciativa – iniciativa vitoriosa –, que ganhou prêmios no Brasil e até no exterior. Ele já veio falar, inclusive, nesta Comissão.

Enfim, vamos ouvir os nossos convidados neste momento sobre... Eu não olho só para o 8 de março, que é amanhã, pois eu digo que, no mínimo, o mês de março tem que ser o mês de debate da situação das mulheres. Dia das mulheres é todos os dias, mas tem que ter algumas datas para que o debate seja aprofundado, como vocês propõem.

Por favor, Dr. Marcos Ruben de Oliveira, Coordenador do Instituto DataSenado, a palavra é sua, por dez minutos, com a tolerância que for necessária, que será dada por esta Presidência.

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos que nos assistem pela TV Senado, pelo YouTube e que nos ouvem pela Rádio Senado!

Bom dia, Senador Paulo Paim!

Muito obrigado pelo espaço, por poder trazer para a sociedade os resultados de mais uma pesquisa do DataSenado. O senhor é nosso grande parceiro, sempre nos apoiando, nos incentivando a fazer os estudos e a ajudar a trazer informações para o Brasil para melhorar a nossa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos nessa frente de estudos sobre a fome, sobre a desigualdade – o Senador tem apoiado bastante, e estamos muito gratos –, e hoje vamos falar um pouco sobre outro tema que o DataSenado pesquisa.

O DataSenado pesquisa esse tema desde 2005. É a primeira pesquisa feita pelo DataSenado. O DataSenado surgiu em 17 de dezembro de 2024, faz 20 anos este ano, e essa foi a primeira pesquisa que nós fizemos. Desde 2005 ela é feita. Iniciou com uma amostra mais tímida. A primeira pesquisa foi feita só no Distrito Federal. Aliás, desculpem-me, só nas capitais do Brasil. E, desde então, nossas amostras têm sido aprofundadas, nós temos ampliado os nossos estudos, e ela passou a ter um alcance nacional. Sempre trazemos resultados nacionais, mas o que nós percebemos é que tanto os Parlamentares quanto o país precisam de informações por estado, precisam de informações mais detalhadas para pensar as políticas públicas, para entender melhor cada estado.

Então, diante disso e de uma demanda da Procuradora da Mulher, a Senadora Zenaide Maia, em 2023, na décima edição da pesquisa – já foram dez edições de realizações dessa pesquisa; a cada dois anos nós fazemos uma edição –, como o senhor bem falou na abertura, nós abrimos, nós aumentamos a amostra, a quantidade de entrevistas, de maneira a permitir que se façam inferências, para que apresentemos resultados válidos e confiáveis para todos os estados do Brasil. E esses são os resultados que nós gostaríamos de trazer aqui.

Senador, então, o resultado nacional foi divulgado inicialmente em novembro de 2023, e agora no mês de março nós estamos divulgando os resultados para cada estado. Já coloco todo o DataSenado à disposição do senhor e de todos os Parlamentares, de toda a sociedade, para eventualmente tirar dúvidas, esclarecer os dados para cada uma das unidades da Federação. Então, os dados do Rio Grande do Sul, se o senhor... oportunamente, nós podemos apresentar para o senhor e detalhar essas informações do Estado do Rio Grande do Sul, bem como de todos os estados do Brasil.

Então, Senador, para hoje, para a Comissão, nós vamos trazer um pouquinho dos principais resultados por estado. Eles estão disponíveis na nossa página do DataSenado – bom dia! – para consultas maiores. E vamos trazer também um resultado inédito, é a primeira vez que o DataSenado também faz esse outro tipo de levantamento, porque nós observamos, ao longo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do tempo – a Isabela vai detalhar –, que mulheres trans têm interesse e querem participar da pesquisa. Então, neste ano, nessa edição, nós recebemos essas informações, nós coletamos esses dados. Existem ainda critérios estatísticos que não nos permitem fazer inferências, generalizar esses resultados para todo o Brasil, mas nós gostaríamos de apresentar esses resultados aqui na CDH, de forma inédita. É a primeira vez que nós vamos apresentar, é a primeira vez que são coletados pelo DataSenado, e acredito que no Brasil inteiro, questões deste tipo que nós vamos apresentar aqui. Então, Senador – bom dia! –, vou falar basicamente aqui sobre os resultados da pesquisa por estado, vou apresentar rapidamente, para que a gente possa, então, passar para essa parte inédita.

Pode passar, por favor.

Só fazendo uma nova recapitulação. Então, essa pesquisa foi a maior já feita pelo DataSenado em todo o Brasil; essa série histórica é a mais longa, porque ela se iniciou em 2005, já são 18 anos de pesquisa, e é a maior, porque entrevistamos mais de 34 mil mulheres.

Nessa pesquisa nós observamos dois aspectos: a percepção das mulheres em geral sobre a violência contra a mulher e a vivência dessas mulheres. Nessa pesquisa só se entrevistam mulheres e as entrevistadoras também são todas mulheres. A pesquisa tem um trajeto que busca que a entrevistadora se familiarize com a entrevistada e vice-versa, buscando primeiro informações de percepção para, enfim, chegar ao tema sensível, que é a questão da violência. É uma pesquisa por telefone, que é a melhor forma de fazer esse tipo de levantamento, porque no telefone a mulher fica mais à vontade para falar do que presencialmente e não há testemunhas das perguntas feitas. Então, nossas estimativas guardam uma grande fidedignidade pelo método e também pela forma como a seleção é feita – uma amostra totalmente probabilística, que nos permite fazer cálculos e fazer generalizações muito confiáveis para todo o país.

Pode passar, por favor.

Nessa edição nós vamos disponibilizar os resultados por estado. O resultado por estado já está disponível no nosso *site*. Queria fazer um parêntese e agradecer a toda a Secretaria de Transparência, ao DataSenado e ao Observatório da Mulher, que são... trabalhamos juntos. Temos aqui o Diretor Marcos André substituindo a nossa Diretora Elga, que está de licença, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa equipe ali atrás, que tem feito um trabalho de qualidade muito incrível; nós nos orgulhamos muito dessa equipe. A Isabela foi quem coordenou todo o campo, toda a atividade. Bom, então, esse resultado é fruto desse trabalho intenso, para o qual nós sempre contamos com a confiança dos Parlamentares, bem como da CDH, que sempre tem nos dado essas oportunidades.

Vamos passar, por favor.

Então, o que nós observamos? O primeiro resultado nacional são 25 milhões de mulheres no Brasil que já sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar provocada por um homem. Isso corresponde a 30% das mulheres com 16 anos ou mais no Brasil. Existe um pequeno percentual ali de 2% das mulheres que sofreram algum tipo de violência provocada por uma mulher.

Nosso poder de generalização se concentra, então, nessa informação das mulheres que sofreram algum tipo de violência provocada por um homem e é também onde temos a maior série histórica.

Pode passar.

E aqui é a grande novidade deste ano: a possibilidade de comparar os resultados, de analisar os dados para cada estado, para cada unidade da Federação.

Então, nós temos aí a principal pergunta da pesquisa: você já sofreu violência doméstica ou familiar provocada por alguma pessoa do seu círculo íntimo? E depois a gente pergunta se foi homem ou mulher. Então, aqui a gente tem a proporção de mulheres que já sofreram violência doméstica ou familiar provocada por um homem.

Essa informação, para fins de comparação, por se tratar de uma amostra, tem aquelas barrinhas pretas que significam a margem de erro. Cada estimativa tem a sua margem de erro. Então, para afirmarmos que o estado é diferente do Brasil e dos demais, nós temos que comparar aquela margenzinha de erro ali.

Então, ali no meio o Brasil, esse percentual de 30% das mulheres que já sofreram violência. E aqueles destacados acima mostram os estados que nós podemos afirmar – com 95% de confiança, com o critério estatístico – que de fato têm mais violência do que a média no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vemos ali Amazonas, Rondônia e Rio de Janeiro com 38%, 37% e 36% de mulheres que já sofreram violência doméstica ou familiar provocada por um homem em algum momento na sua vida. Ali nós podemos afirmar que esses estados têm um percentual maior em relação ao Brasil.

Se olharmos os outros estados, por exemplo, Rio Grande do Sul tem 27%, apesar de ser menor do que os 30%, considerando ali a margem de erro, está na média do Brasil. O Piauí tem 25% – a estimativa pontual é menor do que a do Brasil, mas ainda não temos condições de afirmar que estatisticamente essa diferença de fato é real. A gente teria que fazer estudos mais aprofundados, mas o que se destaca aí, então, é a média é 30% daqueles três estados com maior violência de fato e os demais estados dentro da média nacional.

Pode passar, por favor.

Então, esse é uma alerta. Nessa informação, nós temos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA – ... na informação anterior, nós temos a proporção de mulheres que declararam que já sofreram violência. Mas existem situações em que a mulher sofre violência e ela, às vezes, nem percebe que é violência ou que ela não declarou, a princípio, que passou por um tipo de violência doméstica ou familiar. Então, na nossa pesquisa, nós buscamos levantar esses dados também.

Pode passar, por favor. Pode passar, por favor. Obrigado.

E aí, nós chegamos nessa estimativa, também inédita, por estado. Aqui é o quadro nacional. Existem as mulheres que já sofreram violência e declaram que já sofreram violência. Existem algumas mulheres... Nós perguntamos 13 situações. Por exemplo, alguém já te ofendeu, alguém já te ameaçou com arma, alguém já fez algumas... São 13 situações de violência e, para todas as respondentes, elas dizem "sim" ou "não".

Então, o que nós verificamos? Que 52% das mulheres declararam que não sofreram violência, tampouco passaram por uma dessas situações – dessas 13 situações – que nós listamos no decorrer da pesquisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem 17% das mulheres que declararam e vivenciaram a violência nos últimos 12 meses. É um percentual... Então, 17% dessas mulheres, nos últimos 12 meses, passaram por essas duas situações: tanto declararam e sabem que sofreram violência quanto identificaram as situações no decorrer da pesquisa.

Existem aí, Senador, 16% das mulheres que não declararam que sofreram violência quando perguntadas, no entanto, quando a gente apresenta as situações, elas declaram que vivenciaram aquela situação. Então, é uma violência não declarada, é uma espécie de subnotificação da violência. Muitas vezes a mulher passa pela situação e sequer classifica aquela situação como violência.

E, por fim, aquelas que declaram que sofreram violência em algum momento da vida, mas não passaram por aquelas situações nos últimos 12 meses. Então, é uma violência um pouco mais antiga, mais remota.

E, aí, olhando esse quadro por estado...

Vamos passar, por favor.

Vamos olhar aqui aquele caso grave – todos os casos são graves –, em que a mulher declarou que não vivenciou a violência, no entanto, quando nós vamos ver as datas, quando passamos às perguntas, nós vemos que ela viveu uma daquelas situações.

Então, no Brasil, são 16% em média dessas mulheres, 5 milhões de mulheres... acho que 2 milhões, na verdade. Dessas mulheres, por estado, nós verificamos que no Acre essa situação é maior em relação ao país. É o estado – que a gente pode afirmar com confiança, com significância estatística – que mais vivencia essa situação. É o estado onde existem mais mulheres que não declararam que sofreram violência, mas passaram por alguma daquelas situações. Então, é um lugar onde o poder público precisa prestar atenção.

No Paraná, essa diferença é menor em relação ao país. Os demais estados estão todos dentro, ou próximos, da média nacional. O Rio Grande do Sul, ali, com seus 16%, o número percentual é igual ao do Brasil e, considerando a margem de erro, a gente também vê que não há diferença significativa em relação ao país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos passar, por favor?

E, se nós somarmos ali, do lado esquerdo, ou fizermos a diferença, 52% das mulheres não declararam que sofreram violência, nem vivenciaram alguma das 13 situações. Portanto, 48% das mulheres sofreram violência. Este é o número que o DataSenado apresenta: nos últimos 12 meses, 48% das mulheres vivenciaram ou declararam que sofreram violência no Brasil. Esse é o grande número.

Olhando isso por estado – vamos passar, por favor? –, nós vemos, ali, a situação mais grave, maior em relação à média do nacional: Amazonas, Amapá, Rondônia e Acre, e os demais estados com proporção próxima equivalente à do Brasil, onde estão esses 48%. Então, Amazonas, 57%, Amapá, 56%, Rondônia, 55% e Acre, 54%.

Então, esse é um dos grandes resultados. Existem vários outros resultados.

Vou falar só de mais uma informação – pode passar, por favor? – que é a subnotificação policial. Para as mulheres que sofreram algum tipo de violência, nós perguntamos o que ela fez: se ela falou com familiares, procurou a igreja, procurou a delegacia comum, procurou a delegacia da mulher. E nós verificamos esse índice...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA – ... de subnotificação, que está tanto na pesquisa quanto em outro produto criado pelo Observatório da Mulher, em parceria com o Instituto Avon, que se chama Mapa Nacional da Violência de Gênero. Essa informação está lá disponível. A gente vê que o índice de subnotificação policial é de 61%; 61% das mulheres sofrem a violência e não declaram, não fazem nada. É um índice alarmante.

Pode passar, por favor. Mais um.

Então, uma correlação que aparece evidente é que quanto menos uma mulher conhece a Lei Maria da Penha, menos ela acredita em sua eficácia protetora. Então a Lei Maria da Penha é uma lei em que aquelas mulheres que conhecem acreditam, acreditam que ela funciona. A gente tem ali, por exemplo, "quanto você conhece sobre a Lei Maria da Penha?", comparado com a pergunta, "você acha que a lei protege mulheres contra a violência doméstica ou familiar?". Então, das mulheres que acreditam que a lei protege as mulheres, 28% dizem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecem bem. Já aquelas que acham que a lei não protege, 21% dizem conhecê-la bem. Quanto mais a mulher conhece a lei, mais ela acredita na eficácia, no poder de proteção daquela mulher, dando outro caminho de política pública, indicando outro caminho que o poder público deve seguir, que é de fazer, dar a conhecer a lei, e não dar a conhecer apenas dizendo que existe – mas que as mulheres conheçam bem, conheçam a fundo essa lei.

No início da pesquisa, Senador, nós perguntávamos, "você já tinha ouvido falar da Lei Maria da Penha?". Durante quatro edições, ou seja, oito anos aproximadamente, esse percentual foi subindo até se estabelecer em 100%. Então hoje todas as mulheres já ouviram falar sobre a Lei Maria da Penha. A pergunta que ficou pendente é "quanto você conhece?". Então, a partir desse momento, nós passamos a perguntar o quanto elas conhecem, "muito pouco ou nada", e aí se revela o quadro. O ideal seria que esse "sim" fosse de 100%, que todas as mulheres conhecessem bem a Lei Maria da Penha. A gente acredita que essa é uma boa forma de diminuir, de reduzir a violência contra a mulher.

Pode passar, por favor.

Resultados por estado. A distribuição de mulheres que afirmam conhecer muito sobre a Lei Maria da Penha, o Distrito Federal tem um resultado superior à média nacional, 33%; a média nacional é 24%. E com um conhecimento inferior em relação à média nacional, de forma significativa, temos Pará, Paraíba, Amazonas, Maranhão e Piauí.

Pode passar, por favor.

Esses resultados estão disponíveis no Portal do DataSenado, estão disponíveis na página do Senado Federal. Convido a todos para visitarem o *site*, para conhecerem. Nós temos o relatório por estado, cada estado tem os seus resultados, vocês podem conhecer.

Pode passar.

Nós também criamos... Então cada estado vai ter a sua informação e cada região. Você pode comparar o seu estado com o Rio Grande do Sul, com a Região Sul, com o Brasil. E tem várias perguntas. Convido todos a explorar ao máximo esse questionário, para que essa informação seja útil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O objetivo do DataSenado é dar subsídio aos Senadores, ao Parlamento, para melhor legislar, para melhor fiscalizar o Governo, e à sociedade, para também usar essa informação para o bem, para diminuir ou erradicar a violência contra a mulher.

Mais um, por favor.

E a última informação. Nós temos, ali na página do DataSenado, um painel interativo, onde cada um pode cruzar informações e verificar informações que não estão publicadas no relatório. Vocês podem acessar essa informação facilmente, cruzar e olhar a série histórica. A gente tem a série histórica dos tipos de violência. À direita, o tipo de violência mais sofrido. Então a violência física sempre foi a maior, é a mais perceptível, e nós e nós observamos, ao longo do tempo, que a violência psicológica sofrida tem aumentado. Não que a violência não tenha sido sofrida, mas, sim, que as mulheres provavelmente estão tendo mais consciência desse tipo de violência.

Pode passar.

Esses são os resultados resumidos do relatório estadual.

Como eu falei, esse é um resultado inédito e, sobre um outro resultado inédito, a colega Isabela vai falar sobre um recorte que nós fizemos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Marcos Ruben de Oliveira, Coordenador do Instituto DataSenado.

Só uma perguntinha, uma curiosidade minha, se você puder ajudar.

Com as pesquisas mais recentes e pegando os dados históricos, a tendência que se verificou é que a violência está aumentando, está mantendo ou está diminuindo?

Um resumo bem simples.

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA – A violência declarada teve um aumento, a série histórica se manteve estável em 18%, 19%. Em 2017, ela teve um aumento. Nós acreditamos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naquele ano houve novelas e várias situações em que as mulheres tomaram mais consciência e passaram a informar mais, então, a declaração da violência tem aumentado.

A pergunta sobre as situações que vivenciaram tem aumentado um pouquinho, não significativamente. No entanto, o que nós observamos é que a identificação do tipo de violência, essa, sim, tem aumentado. Então, nós identificamos que as mulheres estão ficando mais conscientes do tipo de violência que elas sofrem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Marcos.

De imediato, passamos a palavra para a Dra. Isabela de Souza Lima Campos, Chefe do Serviço de Pesquisa e Análise do DataSenado.

A SRA. ISABELA DE SOUZA LIMA CAMPOS (Para expor.) – Bom dia Senador, bom dia colegas de mesa, bom dia a todos aqui presentes.

Eu queria agradecer, Senador, por mais uma vez abrir espaço para o DataSenado aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Aqui é uma oportunidade tanto de a gente apresentar o nosso trabalho como de a gente conhecer outras pessoas e outras instituições. Uma pessoa, por exemplo, que a gente conheceu aqui na Comissão de Direitos Humanos foi a Dayana, que se prontificou a nos ajudar na elaboração do relatório que vou apresentar hoje.

O DataSenado tem... E hoje vai ser a primeira vez que a gente conhece a Sandra também, vai ser um prazer. Enfim, essa é uma oportunidade de a gente juntar esforços e andar em relação a direitos humanos.

Como o Marcos bem apresentou, essa pesquisa foi realizada entre os meses de agosto e setembro. Foi a maior pesquisa que o DataSenado realizou e foi dividida em três etapas na apresentação dos dados. A primeira etapa foi a nacional e a segunda etapa foi a estadual, todas motivo de muito orgulho e muito trabalho da equipe que está aqui presente, mas era um terreno que mais ou menos nós conhecíamos. Nós temos experiência, nós temos mulheres na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equipe, homens sensíveis ao tema, nós temos a base estatística e temos a experiência de quem executa essa pesquisa a cada dois anos, desde 2005.

No que a gente não tinha experiência e não temos representatividade é: não temos pessoas trans em nossa equipe. Enfim, é um terreno desconhecido, com que a gente quer contribuir, mas sabendo que temos muito a avançar e cheios de dúvidas. Nós estávamos cheios de dúvidas se deveríamos ou não ir para esse terreno desconhecido para nós.

Eu queria que pudesse passar para a próxima página.

Tem dois motivos principais que nos levaram a abordar esse tema. Um é a firme convicção de que, como o DataSenado é um instituto que faz parte do sistema de monitoramento, ele tem o compromisso de verificar a incidência de violência, como está o grau de conhecimento das pessoas sobre o instrumento de proteção à mulher, etc. Então, nós entendemos que, como parte integrante do sistema de monitoramento, nós somos parte da rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Apesar de que a gente não atenda às mulheres vítimas de violência diretamente, nós temos um papel invisível de contribuir nesse enfrentamento.

Aqui aproveito para fazer uma pequena propaganda: quem tiver interesse em conhecer mais sobre a rede de enfrentamento, aquele QR *code* mostra uma série de vídeos que o Observatório da Mulher contra a Violência fez sobre a rede de enfrentamento à violência contra mulheres e mostra como é esse papel do monitoramento, entre outros.

Mas o segundo motivo e o mais importante para a gente foi... Inclusive neste momento eu quero agradecer ao Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça aqui do Senado Federal, especialmente à sua coordenadora, a Stella Valadares. Quando a gente estava conversando sobre o tema, ela apresentou um argumento que para a gente foi definitivo: violência institucional.

A partir do momento em que o Estado não ouve suas mulheres, por falta de estatísticas oficiais, que foi o que nos impediu até então, nós não vamos conseguir mensurar nem o tamanho da nossa amostra. A gente não sabe quantas mulheres a gente tem que entrevistar e a gente não consegue ponderar os dados ao final, porque a gente não sabe qual o tamanho dessa população, em dados estáveis, oficiais, que a gente pode usar. Mas o argumento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentado pelo Comitê foi: o Estado brasileiro reconhece a possibilidade dessas mulheres mudarem sua identidade, e o Estado brasileiro não vai ouvir essas mulheres? Com esse argumento, Senador, a gente não teve escapatória, a gente tinha que ouvir essas mulheres.

Próximo eslaide, por favor.

Então, como eu falei, são dez edições; nós contamos com a *expertise* dos nossos estatísticos, das nossas colaboradoras do Observatório, que sempre trazem insumos importantíssimos para essa pesquisa. São dez edições, mas faltava isso. A gente já ouviu mais de 34 mil mulheres ao longo dessas edições e, desde 2015, as mulheres trans, que aleatoriamente a gente encontrava nas ligações, falavam assim: "Poxa, mas eu quero participar, eu quero dar minha opinião, eu quero contribuir". E passou-se 2015, 2017, 2019, 2021 e em 2023, finalmente, a gente avançou.

A gente sabe que são passos iniciais; a gente tem muito que avançar, a gente conta muito com a colaboração de todos para a gente aperfeiçoar cada vez mais e trazer dados cada vez mais robustos e que possam contribuir nesse monitoramento. Então, o objetivo aqui não foi obter conclusões estatísticas, mas levantar informações e começar a conhecer essa realidade das mulheres transgênero e das travestis.

Próximo, por favor.

Como falei, por falta de dados estáveis e oficiais, a gente não tinha nenhuma ideia de quantas mulheres a gente ia entrevistar, qual era o esforço necessário para... ao contrário da pesquisa estadual, que a gente sabia qual era o tamanho da nossa amostra, a gente calculou 800 mulheres por unidade federativa. Isso seria o suficiente para a gente ter dados confiáveis por estado.

Então, como a gente está saindo, pela primeira, vez com esse objetivo, a gente foi acrescentando mulheres trans numa amostra paralela, digamos assim. Nós sabemos que são 800 mulheres cis para a gente obter os dados das etapas anteriores que já foram apresentadas. E quantas mulheres a gente vai encontrar? Nós encontramos 21 mulheres transgênero e travestis, cerca de 0,1% do nosso esforço resultou nessa amostra. E é interessante ver que a distribuição delas é aleatória também: três no Acre, uma no Rio Grande do Sul, nenhuma no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mato Grosso, enfim, não tem essa cobertura. Então, não podemos falar que o que eu vou apresentar hoje aqui tem alguma representatividade. Como eu falei, é só um início, um esforço inicial.

E aqui nessa empreitada a gente viu a necessidade de ajustar o nosso questionário. Uma delas foram as três perguntas-chaves usadas para marcação de identidade de gênero. A primeira foi: "qual o seu sexo?". Normalmente, em pesquisas por telefone, a gente evita essa pergunta, justamente porque a questão da identidade é uma questão sensível. As pessoas se ofendem: "Ora, eu sou um homem, não está vendo?", "Ora, eu sou uma mulher, não está vendo?". Então, a gente não pergunta "qual é o seu sexo?", a gente geralmente orienta a equipe de entrevistadores e entrevistadoras a perceber pelo som, pelo tom da voz e marcar no questionário sem perguntar se é do sexo feminino ou masculino e avançar no questionário, ou, em caso de dúvida, se aquela voz que deixa a gente um pouco na dúvida, não tenho certeza do sexo da pessoa com quem eu estou falando, a gente faz perguntas outras do tipo: "Qual é o seu estado civil?", porque, aí, a pessoa, geralmente, na hora de responder, flexiona o gênero: "Eu sou casada", "Ah, sou viúvo", e, por aí, a entrevistadora pode... Então, foi um primeiro passo que a gente fez: "qual o seu sexo?".

A segunda pergunta. Para pessoas que responderam: "Do sexo masculino", a gente perguntava: "Tem alguma mulher de 16 anos ou mais que pode falar?". Ou, para a pessoa que respondia: "Feminino", a segunda pergunta: "Só confirmando, você foi registrada como do sexo feminino ao nascer?". E, aí, para a pessoa que respondia: "Não", a terceira pergunta era: "Então, só confirmando, você nasceu como homem e hoje em dia se identifica como mulher?".

Por que a gente fez essa pergunta bem literal? Porque a gente entendeu no nosso pré-teste que existem pessoas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ISABELA DE SOUZA LIMA CAMPOS – ... que discutem identidade de gênero e tem pessoas que não discutem, que acham que só existem essas duas opções. Então, a gente quis traduzir da forma mais literal possível para obter ampla compreensão de pessoas que já tenham discutido isso ou que nunca tenham discutido isso. Mas, como a gente já conversou um pouco, a Dayana tem algumas sugestões de como melhorar esse questionário, e a gente quer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isto mesmo: colocar o nosso trabalho ao sol para que a gente possa discutir e avançar cada vez mais.

Próximo, por favor.

E aí a gente vê, com essas três perguntas, que parte das dificuldades encontradas nessa etapa da pesquisa é explicada pela incompreensão e desinformação sobre a diversidade humana. Um ponto, por exemplo, é que identidade de gênero é diferente de orientação sexual.

Pelos entrevistados de forma boa o suficiente para a qualidade do DataSenado. Normalmente a gente faz 20% de auditorias das entrevistas para acompanhar a qualidade, para ver se o serviço está sendo prestado pelos entrevistados de forma boa o suficiente para a qualidade do DataSenado. Mas, no caso das entrevistas com mulheres trans e travestis, a gente auditou 100%. Foram só 21 mulheres, então, também foi tranquilo.

E um dos casos em que a gente teve que invalidar a pesquisa foi porque a entrevistadora perguntou: "Tem alguma mulher com quem eu possa conversar, com 16 anos ou mais, nesse telefone?". "Ah não, aqui, eu sou gay, meu marido é gay, todo mundo é gay." E aí ela entendeu que a orientação sexual significava ser uma mulher trans e seguiu o questionário. E a gente teve que invalidar não pela orientação sexual, porque isso não faria nenhuma diferença para a pesquisa, mas por causa da população alvo, que eram só mulheres, independentemente da orientação sexual.

Apesar de eu não ser especialista, eu queria apresentar aqui, no próximo eslaide, por favor, alguns conceitos, porque acho que a gente tem que aproveitar esses espaços para falar sobre identidade de gênero.

Então, o que é uma mulher trans? A mulher trans é uma pessoa que nasceu no sexo masculino, do ponto de vista biológico, mas se identifica como mulher e gostaria de ser tratada no feminino.

Agora é a pessoa travesti.

Por favor, o próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma diferença sutil, mas é uma diferença. Essa pessoa utiliza códigos sociais de feminilidade, seja pelas roupas, seja pelo jeito de se expressar, pelo nome adotado, enfim. É uma diferença sutil, mas é uma diferença.

O próximo, por favor.

Orientação sexual não tem a ver com identidade de gênero. É a atração afetiva, emocional ou sexual que se manifesta em relação a outra pessoa. Então, uma mulher trans pode ser lésbica, assim como uma mulher cis, lésbica, não necessariamente é um homem trans. São conceitos diferentes e é importante a gente aproveitar esses espaços para falar.

Próximo, por favor.

Essa pesquisa, como eu falei, é exploratória, não é quantitativa, no sentido de que a gente vai falar quantos por cento das mulheres pensam assim ou assado, e nem qualitativa, mas ela serve como insumo para a gente melhorar o nosso trabalho e avançar.

Uma das coisas que a gente percebe é que a identidade de gênero é uma experiência ao mesmo tempo interna, por ser uma forma como o indivíduo se enxerga enquanto pessoa, mas também é coletiva, por causa do referencial social. Então, na hora que a gente perguntou: "Então, você foi registrada como homem, mas se identifica hoje em dia como mulher?". Aí, uma das respostas foi: "Papai não sabia o que eu sentia, então, ele me registrou como do sexo masculino". Eu achei esse depoimento muito emotivo, porque ela não culpa o pai também. O pai não tinha como saber o que eu sentia. Que bom que o Estado brasileiro permite hoje às pessoas fazerem a retificação do gênero! E a outra foi: "Sim, desde que eu me entendo". Então, essa questão da identidade de gênero é uma coisa que acompanha a pessoa ao longo da sua vida. Não é uma ideia que surge na cabeça um dia. É uma coisa que vem de dentro mesmo.

Próximo.

Outra pergunta que surgiu, depoimentos interessantes. "Onde você acha que as mulheres são menos respeitadas?". As opções eram: na rua, na família ou no trabalho. Uma das respondentes se negou a responder, o que a gente marca numa pesquisa quantitativa como: "preferiu não responder". Essa pessoa falou: "Essa pergunta é relativa. Eu acho que o respeito a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente não tem que esperar de outras pessoas. O respeito tem que vir da gente. Se a gente se dá ao respeito...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ISABELA DE SOUZA LIMA CAMPOS – ... as pessoas vão respeitar a gente. Essa resposta não é tão objetiva".

Eu, como mulher cis, de um lugar de privilégio, espantei-me com essa resposta. Por mais que eu enfrente machismo, no meu dia a dia, eu espero, sim, respeito das outras pessoas.

Então, qual é o grau de isolamento? Mais uma vez, reforçando, essa fala não é representativa, a gente não tem insumos para isso, mas dá um sinal de qual é o grau de isolamento dessa pessoa, de achar que não precisa esperar respeito de outra, de que o respeito tem que vir só dela?

E a outra resposta foi: "Eu acho que o desrespeito acontece em todos os lugares, fica difícil dizer onde é mais, onde é menos... Eu acho que na família, que é onde acontece mais repressão".

Próximo, por favor.

Outra pergunta que eu acho que é interessante para melhorar o nosso questionário e investigar melhor a fundo é: "Você conhece algum outro serviço de proteção à mulher além desses que eu acabei de citar?". E aí uma resposta que chama bastante a atenção é: "O 190. E eu me protejo com faca, copo, panela, o que for", 19 anos.

Mais uma vez, essa fala conversa com a outra fala do respeito: "Eu me respeito; só". É este o grau de isolamento: "Eu me respeito! Eu me defendo!". Nós, como sociedade, precisamos abraçar. Não existe isso de um indivíduo estar tão isolado assim.

E tem outro depoimento que, pelo menos, aqueceu um pouco mais o meu coração e me deu mais esperança, que é: "Só o da nossa rua, denúncia de vizinhos", o que mostra a comunidade fazendo parte dessa rede de enfrentamento à violência. A denúncia de vizinhos é uma forma de você combater a violência doméstica também. Em briga de marido e mulher, se mete a colher, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

Já estou terminando, Senador.

Então, só ressaltando, de novo, os quantitativos aqui apresentados não devem ser extrapolados. E aí eu vou apresentar, no próximo eslaide, o resultado da pesquisa.

Das 21 entrevistadas, nove disseram que sofreram violência. E todas elas sofreram violência física. Apenas uma disse que sofreu só violência física. E, quando eu falo só, eu não quero diminuir a violência física. Violência física é terrível, mas é apenas um tipo. Geralmente a violência física vem acompanhada de outros tipos de violência. Aí você vê que a psicológica é relatada por oito das nove. Enfim... E, dessas nove, cinco, ocorreram nos últimos 12 meses. E uma das entrevistadas falou: "Sim; ontem. Ontem eu sofri violência." Enfim...

Próxima, por favor.

Outro dado de que a gente viu que precisa fazer uma análise mais aprofundada. A gente pergunta sobre machismo e respeito e é interessante perguntar sobre transfobia e homofobia também. Então, depoimentos saem espontaneamente – e é interessante isso –, a pesquisa é quantitativa, mas as pessoas têm vontade de falar. Elas querem ser ouvidas, especialmente as pessoas que já sofreram violência. "Algum motivo pessoal, preconceito, alguma coisa do tipo. Eu não sei nem explicar. Eu acho que é cisma; provocação; para provocar." Violência para provocar é... Enfim...

Outro depoimento que eu gostaria de trazer é sobre essa questão da normalização da violência, que o Marcos trouxe na primeira parte da apresentação. "Nos últimos 12 meses, alguém de sua relação íntima ou familiar humilhou você diante de outras pessoas?". "Isso é normal." "Fez falsas acusações sobre você?" "Me chamou de homem, mas isso é normal. É uma falsa acusação porque me vejo como mulher."

E aí outro ponto que eu gostaria de falar é sobre a violência patrimonial, de que a gente falou no eslaide anterior. Uma das mulheres trans, falando no telefone, disse que destruíram o *mega hair* dela. E o *mega hair*, para quem é mulher, gosta de cabelo, sabe o tanto que isso é caro. Então, tem o prejuízo financeiro, mas tem um prejuízo simbólico, porque o *mega hair* talvez fosse o que fazia com que ela se mostrasse como uma mulher, como uma mulher bonita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, mostro aí também sobre a questão da... Você se negar a chamar uma mulher trans de mulher é violência. Você está fazendo uma falsa acusação, segundo essa mulher.

Enfim, espero já terminar. Eu gosto muito de falar, ainda mais sobre esses temas.

O último eslaide, por favor, só para mostrar o nosso contato.

A gente tem consciência de que precisa avançar muito, mas a gente gostaria de mostrar aqui o nosso esforço de pesquisa.

Por favor, nos contactem.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ISABELA DE SOUZA LIMA CAMPOS – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Do tempo limite, você ficou dentro, então podia falar um pouco mais.

Essa foi a Dra. Isabela de Souza Lima Campos, Chefe do Serviço de Pesquisa e Análise do DataSenado.

Nós estamos recebendo já inúmeras perguntas do e-Cidadania. Eu já vou fazer a leitura de algumas, e, se alguém quiser comentar, depois, na volta, os dois que já falaram comentam.

Michele, do Rio Grande do Sul: "[...] Os agentes [...] [das delegacias] estão sendo treinados para lidar com situações de violência? [...] [Como?]". Violência contra a mulher, não é?

Vívian, do Distrito Federal: "É possível apontar a disparidade de implementação de instituições especializadas em violência contra a mulher entre capitais e interior?".

Catharina, de São Paulo: "Quais iniciativas serão adotadas para o combate à violência psicológica praticada contra a mulher no meio digital?".

Jhenniffer, de Minas Gerais: "Como a Constituição Federal aborda a violência doméstica em termos de proteção das vítimas e quais lacunas podem existir na legislação para [o combate efetivo?]".

São algumas, depois tem outras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos agora, continuando, dar a palavra para os nossos painelistas.

Neste momento é a Dra. Sandra Bazzo, Coordenadora-Geral de Garantia de Direitos e Acesso à Justiça do Ministério das Mulheres.

A SRA. SANDRA BAZZO – Bom dia.

Bom dia, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia.

A SRA. SANDRA BAZZO (Para expor.) – Fico muito feliz de retornar aqui e retorno, dessa vez, como Ministério das Mulheres, mas já fui convidada pelo senhor, como Cladem, em outras oportunidades, para falar sobre violência contra a mulher, que é o tema que me formou como advogada e como coordenadora, inclusive, do Cladem Brasil. Então, agradeço muito.

Agradeço toda a sua dedicação ao tema e destaco a importância desse olhar atento, comprometido com essa causa, que não dá para dizer que é nobre, mas é imprescindível, é fundamental para que a gente, sim, avance para outros temas que nos coloquem em uma condição diferente aqui.

Acho que a Isabela falou muito disto: do respeito, e eu falaria de dignidade, dignidade humana.

A pesquisa do Coordenador Marcos e da Isabela é muito interessante. Falava, há pouco, com minha colega de Ministério, Josiane, sobre a importância dessas pesquisas para pensar políticas públicas. Agora, então, no Ministério das Mulheres, estou como Coordenadora de Acesso à Justiça há 15 dias, porque estava, justamente, no PNPM, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Lá desenvolvi, junto com a equipe do PNPM, um sistema que deve ser lançado, espero, em breve, talvez ainda neste mês, e estará sendo executado pela Dataprev. É, justamente, um sistema de monitoramento de todas as políticas públicas do Governo Federal, políticas públicas para as mulheres.

Então, acho que, junto a essas demandas, essas pesquisas que são trazidas, se tivermos esse mapeamento e pudermos olhar aquele mapa do Brasil e dizer o que nós temos naqueles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

locais de políticas públicas, acho que isso facilitará muito, ou verificar o que não temos, e aí as lacunas poderão ser encontradas.

Também quero destacar, e era sobre isso que falava, a importância das pesquisas. Nós temos também, no Ministério das Mulheres, o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, que também trabalha com pesquisas. Temos lá o painel, agora, também do Ligue 180, então, nós temos outros dados que podemos intercambiar e trabalhar em conjunto, para que possamos ter uma dimensão exata da violência, do que temos e do que falta fazer, dos desafios que temos pela frente.

Olhando a pesquisa, aparentemente, pode ser um contrassenso, mas eu sei que não, as mulheres, embora digam que não conhecem a lei, conhecem pouco o conteúdo da lei, também acessam bastante os serviços. Então, a gente tem bastante acesso à Casa da Mulher Brasileira onde tem Casa da Mulher Brasileira, ao 180, às delegacias, mas falta muito ainda conhecer, exatamente, o que se passa nesses locais, porque nem sempre a gente chega a todas as partes deste Brasil, que, querendo ou não, é continental, a gente tem que admitir.

A Secretaria. Eu queria falar um pouquinho que é a primeira gestão, o primeiro Governo que cria o Ministério das Mulheres. Lá nós temos três secretarias finalísticas: uma que trabalha o enfrentamento à violência contra a mulher; uma que faz a articulação institucional, as ações temáticas e a participação política; e outra que tem foco na autonomia econômica e na política do cuidado.

Como eu estou na Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e esse é o tema, eu queria lembrar que foi retomado o programa Mulher, Viver Sem Violência dentro da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Lá nós temos, então, as casas. A gente está com outras casas. Há uma sendo inaugurada amanhã, outra em Teresina, e outra em Ananindeua, ainda neste mês.

Temos outros equipamentos também sendo inaugurados, como os Centros de Referência da Mulher Brasileira, e um bom investimento nesses equipamentos. O 180 também está sendo totalmente reformulado para receber as denúncias, para poder orientar, para dar a informação necessária, porque falta isso. Nós precisamos de um canal que consiga ter essa capilaridade, que nem sempre é possível ter. E é importante dizer aqui, eu vou dar um número aqui do WhatsApp,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do canal de WhatsApp que as mulheres que sofrem violência podem acessar. O canal – permita-me, Senador – é o 61 996100180, então 0180, que as mulheres podem acessar via WhatsApp, porque nem sempre têm essa possibilidade.

Estamos também trabalhando no Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio, porque, quando tudo isso falha, a consequência é o feminicídio. E aí, falando dessa pesquisa, que eu acho muito importante, que acompanho nesses dez anos, um dado que me chama a atenção é ouvir que 68% delas dizem que têm uma amiga ou que conhecem alguém que sofreu violência. A gente sabe que, às vezes, a própria pessoa está dizendo: "Eu conheço, mas não quero dizer que sou eu", porque aí vem a questão do reconhecimento da violência. E só a Lei Maria da Penha que trouxe para o ordenamento jurídico o conceito de violência contra a mulher, porque até então, por mais que nós tivéssemos o Código Penal, nem as mulheres, nem a sociedade, nem autoridades constituídas, e aí eu vou falar do Poder Judiciário, reconheciam que essa era uma violência contra a mulher. Então, a lei não trouxe crimes novos, mas ela disse: "Olha, isto é violência".

A lei está completando 17 anos, a pesquisa tem 10 anos, e ainda temos mulheres que ainda não identificam que sofrem violência, por mais que saibam que ela existe, mas elas não se identificam como.

E aí vem uma outra questão que, para a gente, é sempre, principalmente para o Direito, um dilema: essa mulher, necessariamente, precisa procurar registrar um boletim de ocorrência. Ela precisa. Então, a gente tem a lei do ano passado, a Lei 14.550, que diz que a medida protetiva de urgência independe de um boletim de ocorrência, independe de um processo criminal. Eu acho que nós caminhamos, por mais que de forma muito lenta, nós caminhamos positivamente, com percalços, com atrasos, com desmontes – a gente sabe que tivemos muitos desmontes –, mas nós caminhamos.

Acho que trabalhamos muito no Ministério, para voltar um pouquinho aqui, nos eixos de prevenção primária, secundária e terciária. Então, para quem não conhece, primária é tudo que é possível fazer para evitar a violência, para que ela não aconteça. Então, é a formação, são as ações que evitam e que promovem mudanças de atitudes. E aí é educação, é disseminação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informação, é fazer com que essas informações sobre Lei Maria da Penha, sobre a própria pesquisa, cheguem à população que lhe é destinatária.

Nós temos as ações de prevenção secundária, que permitem então uma intervenção...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SANDRA BAZZO – ... precoce, para evitar que ela se repita, e depois a terciária é só a reparação, quando ela já aconteceu e nós precisamos... Como dizem popularmente, o leite derramou e agora a gente tem que dar conta disso.

Na prevenção primária, a gente tem várias ações, e eu não vou me ater aqui, mas a gente tem feito diálogos, tem feito um trabalho na prevenção da política, há a SENATP, que é a Secretaria de Participação Política, enfim...

E eu queria só colocar ainda, sobre a prevenção secundária, um trabalho que nós estamos prevendo para logo, embora já tenha acontecido um edital ano passado, um edital de chamamento público, que são as tornozeleiras eletrônicas na concessão da medida protetiva, como medida protetiva. Tem havido uma certa dificuldade de diálogo ainda, porque é algo novo não precisar de um boletim de ocorrência para medida protetiva, mas nós estamos trabalhando, Senador, a princípio, em um decreto ou uma resolução, para que essas medidas – as tornozeleiras eletrônicas junto com as unidades portáteis de rastreamento – sejam concedidas, nos casos cabíveis, nos casos mais graves, já nas medidas protetivas de urgência, o que evitaria então o agravamento ou a repetição, a reincidência da violência. Isso eu acho que é muito interessante.

E, na prevenção terciária, também estamos trabalhando na regulamentação do Decreto 11.430, na implementação do Decreto 11.430, que traz o percentual mínimo de 8% nas contratações para as mulheres que sofrem violência – nas contratações públicas –; que 8% dessas vagas sejam ocupadas por mulheres. Então, é uma forma também de reparação.

Mas, de qualquer forma, quero dizer que é muito importante que haja essas pesquisas, para que a gente possa aprimorar as políticas públicas também que estão sendo desenvolvidas.

É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço e parabenizo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Sandra Bazzo, que ilustrou com muita competência, com números, com dados, apontando a valorização das pesquisas, para que cada vez mais as políticas públicas avancem na proteção da mulher. A Dra. Sandra Bazzo é Coordenadora-Geral de Garantia de Direitos e Acesso à Justiça do Ministério das Mulheres.

Agora, vamos à nossa querida convidada – pela segunda vez esta semana, eu acho – Dra. Dayana Brunetto, Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

O tempo é seu pelo prazo que for necessário.

A SRA. DAYANA BRUNETTO (Para expor.) – É um prazer estar aqui de novo discutindo temas tão sérios e relacionados à sociedade como um todo. Violência contra as mulheres não é um problema das mulheres, é um problema social e de todas as pessoas.

Bom, eu quero parabenizar a Isabela e o Marcos por essa pesquisa do DataSenado. É superimportante mais uma vez colocar a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ para se somar nesse esforço de pesquisas tão importantes. Eu trago um abraço caloroso do Ministro Silvio Almeida e da nossa Secretária Nacional, Symmy Larrat.

E vou fazer minha audiodescrição para as pessoas que perderam a visão no decorrer da vida. Então, eu sou uma mulher branca, tenho cabelo irregular, mais curto de um lado, mais comprido do outro, com uns bicos, ondulado. E estou usando óculos com armação vermelha escura, um macacão preto, com um colete comprido nas cores do arco-íris.

Vou falar um pouco também do lugar de fala. A gente aciona alguns marcadores, algumas categorias que fazem parte da nossa constituição subjetiva quando a gente vai falar sobre essas questões porque são questões que cortam a nossa carne.

Então, eu sou feminista, sou sapatão, sou professora, sou mãe do Raphael, que tem 19 anos, que eu gerei. Sou casada com a Léo Ribas, que é articuladora nacional da Liga Brasileira de Lésbicas e Mulheres Bissexuais, e sou pesquisadora também da área de educação, estudos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de gênero, sexualidade e branquitude. E vou trazer uma fala situada, institucional, mas também entremeada com os anos de pesquisa que eu desenvolvi.

Sou professora da Universidade Federal do Paraná e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná. E estou na Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ no MDHC.

Pode passar.

Mais uma vez, então, o organograma, só para entendermos que o MDHC está constituído por cinco secretarias. Uma delas é a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, outra da Pessoa Idosa, da Criança e do Adolescente, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência.

Pode passar.

Como eu já comentei aqui esta semana, a gente está, a partir da retomada da democracia, do processo democrático, na reconstrução. Só que, no nosso campo de políticas para as pessoas LGBTQIA+, a gente está na construção porque o pouco que se tinha foi desmontado, destruído e ainda tivemos reveses nos últimos períodos.

Pode passar.

Na secretaria e no ministério, a gente tem pensado por meio da interseccionalidade e da intersetorialidade. Nós não pretendemos fazer políticas de gabinete. Nós pretendemos dialogar com quem usa, com quem é usuário das políticas. E temos o público prioritário, as pessoas LGBTQIA+, negras, indígenas, do campo, das águas, das florestas, das periferias e em situação de vulnerabilidade social, onde o Estado chega por último ou não chega, historicamente. Temos o foco muito forte no Norte e Nordeste e um compromisso ético-político, com o cuidado e a transformação da vida das pessoas.

Pode passar.

E aí a gente discute um pouco sobre os dispositivos de controle e de opressão. O dispositivo da branquitude, de que eu falei um pouco na outra audiência pública, que significa essa construção histórica dos horrores que foram os processos de escravização e as violências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cometidas contra os povos negros e indígenas e que constitui uma rede de privilégios, em que pessoas brancas colhem privilégios dessa história escabrosa deste país e pessoas negras colhem violências de todos os tipos.

Pensando no dispositivo de opressão da branquitude, a gente tem também o dispositivo da misoginia e do machismo, que produz e faz funcionar uma cultura do estupro, de coisificação, objetificação das mulheres e que se desencadeia nesses dados que as pesquisas que foram apresentadas trazem.

Além disso, a gente tem o dispositivo da heterossexualidade compulsória, que tem estratégias de opressão contra pessoas que não são heterossexuais: lésbicas, mulheres bissexuais, travestis e transexuais, porque aqui estamos falando de mulheres, hoje.

Então, o racismo, o machismo, a misoginia e as violências contra pessoas LGBTQIA+ são problemas sociais e não dos grupos alvo das violências e da violação dos direitos.

Não foram as mulheres que inventaram a misoginia e o machismo, não foram as pessoas negras que inventaram o racismo e o fazem funcionar, e não foram as pessoas LGBTQIA+ que inventaram essa estratégia do dispositivo da heterossexualidade compulsória, como uma obrigação que todas as pessoas deveriam seguir e aquelas que não seguem são alvo de violências. Foi a sociedade, então todas as pessoas têm responsabilidades em desconstruir esses sistemas de opressão.

Pode passar.

Na secretaria, a gente tem duas estratégias robustas de políticas públicas, uma é o trabalho digno, educação e geração de renda, que é para evitar essa rede de violências às quais as pessoas LGBTQIA+ estão submetidas, e a outra é do enfrentamento à violência contra as pessoas LGBTQIA+, mas, a partir também da prevenção. É fazer o enfrentamento da violência, mas também fazer a prevenção. Como eu sou da educação, a prevenção é feita por formação.

Pode passar.

Então a gente instituiu o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, que tem instituições, organizações de lésbicas e sapatões, instituições mistas, que tratam também da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pauta da bissexualidade, temos instituições que representam travestis e transexuais, então as mulheres LBT (lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais) estão representadas nesse conselho, e são feitos os diálogos da participação social para além do conselho também.

Pode passar.

Bom, a gente tem como entregas desse nosso primeiro ano – algumas das entregas–: Plano Nacional e Programa de Trabalho Digno, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho - OIT; a gente fez formação com as atendentes e os atendentes do Disque 100 e do Ligue 180, em parceria com o Ministério das Mulheres e a gente fez também uma Agenda Nacional de Enfrentamento à Lesbofobia e ao Lesbo-ódio, porque mulheres lésbicas e sapatão, a gente tem um léxico próprio. Historicamente, por conta do machismo, a gente foi incluída na homofobia ou como homossexual. Mas nós mulheres não somos versões femininas dos *gays*. A gente tem história, a gente produz léxico, o conhecimento que tanto a academia, quanto o movimento social produz são conhecimentos válidos, cada campo tem a sua contribuição. E a gente já tem esse léxico justamente no enfrentamento ao machismo, que está dentro dos movimentos sociais. Não é porque é um movimento LGBTQIA+...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAYANA BRUNETTO – ... que não vai ter machismo, que não vai ter racismo, classicismo. Movimentos sociais não são acima do bem e do mal, assim como o Parlamento, assim como qualquer lugar que tem pessoas, porque eles são feitos de pessoas, não é?

E a gente precisa produzir esse diálogo para poder fazer a desconstrução cultural das opressões que nos atingem.

Pode passar.

Então, mulheres LBT, lésbicas, bissexuais, travestis transexuais. A gente tem uma pesquisa chamada I LesboCenso Nacional, que foi lançado, o relatório descritivo, em 2022, mas é uma pesquisa mais complexa. Ela tem três etapas. A primeira etapa foi *online*, porque nós estávamos na pandemia. A gente queria para os territórios, mas não foi possível. Eu falo a gente porque eu participei da equipe de pesquisa desse trabalho até vir para o ministério. A gente utilizou a plataforma do SurveyMonkey, e foi feita em parceria entre a Coturno de Vênus, que é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

associação feminista lésbica daqui do DF, e a Liga Brasileira de Lésbicas e Mulheres Bissexuais, que é nacional.

A gente conseguiu 21.050 respostas de lésbicas e sapatões no Brasil inteiro. E os dados mais impactantes são, dentre outros vários: sete em cada dez lésbicas sofreram violência lesbofóbica, sofreram lesbofobia; e seis em cada dez foram estupradas, com ou sem penetração.

Aí a gente tem um dado do Gênero e Número, também de 2019, de que seis lésbicas são estupradas por dia no Brasil. E aí o estupro acaba produzindo sobreviventes, mas sobreviventes suicidadas sociais. Pessoas que passam por esse processo perdem a vontade de viver. Não é raro você escutar de uma mulher que passou por um processo desse dizer que deveria ter morrido. "Seria mais fácil se eu tivesse me matado."

Pode passar.

O *Dossiê do Lesbocídio*, que também é um trabalho importante, realizado pelas pesquisadoras Suane Soares, Maria Clara Dias e a Milena, traz que a expectativa de vida de lésbicas que não performam a feminilidade esperada para mulheres lésbicas masculinizadas é 24 anos de idade.

Eu já falei um pouco da categoria homossexuais, que um dos problemas das pesquisas é como coletar esse dado. Quando você coleta um dado e pergunta, "você é homossexual?', e você não tem o recorte do gênero, não tem como saber se é homem ou se é mulher. E nem todas as perguntas fazem esses cruzamentos. Então, homossexuais é uma categoria muito genérica e a gente precisa avançar nesses processos. Inclusive a gente fez, pela Secretaria, junto com o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, um formulário padrão para essa coleta de dados, para a gente poder cruzar esses dados a partir de diferentes bases de pesquisa. Os dados do Sinam, do Mapa da Violência de 2021, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública demonstram o aumento nas violências contra pessoas LGBTQIA+: 59,5% das vítimas de 10 a 19 anos e, na sua maioria, negras.

Percebam que dados isolados de lésbicas e sapatões só produzidos pelo movimento social, ou como no caso do LesboCenso Nacional, que é uma pesquisa acadêmica ativista. É uma pesquisa que passou por um comitê de ética. Essa é a etapa quantitativa, vai ter a etapa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualitativa, que está sendo realizada agora, em parceria com o Ministério das Mulheres, num TED, que vão ser as entrevistas para aprofundar, entrevistas semiestruturadas para aprofundar os dados.

E a terceira etapa é a formação política dos movimentos sociais e das instituições para que a gente elabore soluções para esses dados, políticas públicas, incidência política de movimentos sociais, enfim.

Pode passar.

Mulheres trans e travestis. Este ano fizemos 20 anos da visibilidade trans. A gente tem o dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, que é a Antra, que foi lançado agora em 2024 e é um estudo sobre 2023.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAYANA BRUNETTO – E, pelo 15º ano, o Brasil é o país que mais mata travestis transexuais e mulheres trans. Em 2023, foram 145 casos, sendo 140 assassinatos e 10 suicídios de mulheres trans e de travestis no Brasil.

Pode passar.

Cento e trinta e seis assassinatos foram de mulheres trans e travestis, 9 assassinatos de homens trans e pessoas transmasculinas, sendo que 65% ocorreram em cidades do interior – os Estados de São Paulo, Ceará e Bahia são os que mais tiveram casos – e 78,7% são pessoas negras, mulheres negras.

Pode passar. (*Pausa.*)

Pode passar.

Aqui são algumas conquistas, como a inclusão do nome social, como a colega que já falou, a Isabela, sobre o que não vou me ater.

E a saúde mental e sofrimento psíquico. Então, a gente está articulando com o Ministério da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o das Mulheres para garantia da inserção da população das mulheres LBTs na Política Nacional de Saúde Mental

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e na Política pública Nacional de Cuidados, porque a gente tem altos índices de suicídio e automutilação.

Pode passar.

Enfrentamento às violências.

Outro ponto que eu quero trazer do nosso programa de enfrentamento à violência traz casas de acolhimento para as pessoas que tiveram os vínculos familiares rompidos, e o centros de referência. E uma questão sobre as violências de gênero nas universidades, que a gente não tem discutido e que é uma questão muito grave, porque a violência contra as mulheres não acontece só dentro de casa, nas universidades a gente tem... Universidade não é uma ilha, nenhum lugar é uma ilha. O que acontece na sociedade acontece na universidade. Então a gente tem estupros, a gente tem importunação sexual... E aí a gente não tem um protocolo para proteger a vítima. O que a gente tem é: não podemos expulsar o agressor; a vítima tem que conviver com o agressor na mesma sala de aula, ou desistir da disciplina, ou trocar de curso; ou seja, ela é revitimizada sucessivas vezes. A gente não tem um protocolo. E é muito importante que a gente tenha políticas, um protocolo que encaminhe as denúncias e que tenha, sim, punição – é preciso punição; nem tudo se aprende sem a punição; a punição acaba sendo pedagógica também – e o acolhimento dessas vítimas nas universidades, porque geralmente são as vítimas que saem das universidades traumatizadas pelas violências sofridas – violências sexuais, violências morais, enfim –, e não têm o acolhimento da instituição. Então, ela teve o direito, conquistado através de um processo de vestibular, negado pela instituição porque ela foi violada nos seus direitos. Então, é um problema muito sério que a gente precisa discutir também e levar em consideração.

Para finalizar, a frase do Silvio de Almeida: "Pessoas LGBTQIA+, vocês existem e são valiosas para nós".

E eu quero comentar duas questões que chegaram aqui – e agradecer também.

Vou me ater à questão da Alessandra, de São Paulo, que diz que a denúncia ou acesso à medida protetiva não impede a continuidade das agressões e nem as mortes das vítimas. O que pode ser feito? Essa é uma pergunta que não quer calar, Alessandra. A gente enterrou e enterra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas mulheres com medidas protetivas nos caixões. O que nós, sociedade brasileira, vamos fazer para acabar com isso, para fazer com que as medidas protetivas funcionem? Porque, quando uma mulher procura uma instituição como uma delegacia, já houve uma cascata de processos violentos. Para ela chegar até lá, ela tem que vencer milhões de coisas para ela estar ali. Então, o mínimo que ela merece é um tratamento ético e de qualidade. Ela não merece ser questionada sobre o que ela andou fazendo, se ela andou traindo, se ela estava de roupa assim, se ela saiu à noite, não! Ela merece um acolhimento e um atendimento público de qualidade e ético. É o mínimo que nós podemos garantir para essa pessoa, para essa mulher.

E a Michele, do Rio Grande do Sul, que diz: "[...] os agentes [...] [das delegacias] estão sendo treinados para lidar com situações de violência? [...] [Como?]".

Michele, a experiência do Paraná, a gente fez formação lá...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAYANA BRUNETTO – Estou encerrando já.

... fez formação lá com os movimentos sociais. E a Delegacia da Mulher e a Casa da Mulher Brasileira do Paraná alteraram inclusive o fluxo do atendimento das mulheres, a partir do diálogo com os movimentos feministas, movimentos de mulheres, mulheres negras, lésbicas, trans, travestis. É nisto que a gente acredita no Ministério: ouvir quem vai usar a política pública, para ter um encaminhamento mais efetivo e mais assertivo.

E, como eu sou da educação, acredito não só na formação continuada de profissionais, porque tem ainda rotatividade das pessoas que trabalham nas delegacias das mulheres, que são poucas, inclusive, mas também desde a educação infantil, nesse trabalho para coibir, para fazer o enfrentamento, para fazer a prevenção da violência contra as mulheres. Porque, quando uma mulher é agredida, não é ela que é agredida, é a família inteira, seja a família formada por qual núcleo familiar for, porque a gente tem variadas famílias, mas a família inteira é afetada. E isso vai ramificando para a escola, para a comunidade religiosa, para a sociedade, enfim, vai para vários lugares.

Então, a prevenção... A gente não vai para a escola para aprender só matemática e português. Matemática e português são muito importantes, mas aprender na escola também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre direitos humanos e cidadania também é importante. As pessoas existem e são importantes e valiosas para a construção da sociedade, todas elas.

Agradeço, muito obrigada mais uma vez pelo convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande Dra. Dayana Brunetto, parabéns pela exposição, que é Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Fez uma bela exposição. Tenho certeza de que quem está em casa assistindo aprendeu muito com essa mesa toda e com o seu trabalho agora no final.

São números assustadores. Esse que você deu – te confesso que eu estou aqui há um período –, só o que você disse, que, na universidade, o agressor fica como homenageado e o agredido se obriga a sair, é inadmissível que isso esteja acontecendo numa universidade no nosso país, e todo esse rol de violência, porque o Brasil é campeão do mundo na questão de assassinato de pessoas LGBTQIA+.

Mas muito bem, parabéns e parabéns porque já iniciou a resposta das perguntas.

Eu tenho mais algumas perguntas que eu vou colocar agora. Porque agora, na rodada final, cada um de vocês tem um tempo de cinco minutos, no máximo dez, e pode dar o seu ponto de vista sobre o encaminhamento deste encerramento da audiência pública e pode responder às perguntas.

Vocês receberam, inclusive, a que eu vou ler agora.

E-Cidadania, mais um rol de perguntas.

Alessandra, de São Paulo: "A denúncia e o acesso à medida protetiva não impedem a continuidade das agressões e nem as mortes das vítimas. O que pode ser feito?".

Ágatha, de Goiás: "De que forma o Governo tem lidado com a violência obstétrica praticada por médicos homens nos hospitais públicos e privados?".

Milla, do Amazonas: "Um dos fatores para violência doméstica é a dependência financeira, como o Governo poderia ajudar vítimas que dependem [financeiramente] do abusador?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, o comentário é da Anna, de São Paulo: "A mulher vítima de violência deveria ter atendimento prioritário na Defensoria Pública e ser imediatamente incluída no Bolsa Família".

Muito bem, vamos voltar à nossa lista.

Começamos por você, Marcos? Pode ser?

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, eu passo agora para o Dr. Marcos Ruben de Oliveira, Coordenador do Instituto DataSenado, por cinco minutos e, se necessário, mais cinco – nos cinco minutos, a campanha toca –, para que faça o comentário que entender, que deseje fazer sobre as perguntas e as suas considerações finais ao mesmo tempo.

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu gostaria de responder a uma das perguntas específica aqui e já convidar a Vivian, do Distrito Federal, que nos mandou a pergunta, a visitar e a conhecer o painel interativo do DataSenado, que permite consultar as perguntas, as respostas e, inclusive, identificar alguns indícios, alguns apontamentos sobre a pergunta dela. Então, a Vivian pergunta: "É possível apontar a disparidade de implementação de instituições especializadas em violência contra a mulher entre capitais e interior?". A pergunta dela é se há alguma diferença, alguma coisa perceptível entre capitais e interior. Chequei aqui no celular os dados, e nós temos os relatórios do DataSenado, que tem 400, 600 páginas, com todos os tipos de cruzamento possíveis, que nós conseguimos identificar e predizer. Além disso, o painel permite que a cidadã e qualquer pessoa façam o cruzamento. Também oferecemos, Senador, para a sociedade os microdados da pesquisa, dados abertos. Os pesquisadores estão todos convidados, caso queiram fazer suas próprias hipóteses e seus próprios levantamentos, o Ministério das Mulheres, o Ministério dos Direitos Humanos... Estão todos convidados a fazer uso desses dados.

Então, checando aqui um cruzamento já pronto com algumas informações sobre a diferença entre os tipos de municípios, o que nós observamos é que a declaração "eu já sofri violência doméstica ou familiar e nos últimos 12 meses" é bem estável entre – nós temos aqui já pronto – municípios, áreas urbanas e rurais – a diferença é pequena, não chega a ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estatisticamente significante – e também é bem estável entre o porte dos municípios, pequenos, médios e grandes. Mas há uma diferença significativa e relevante que pode ser apontada em relação ao conhecimento sobre os instrumentos de defesa da mulher – Procuradoria da Mulher, Promotoria da Mulher, Delegacia da Mulher, casas de abrigo.

O que a gente verifica sistematicamente é que, nos grandes municípios, nos municípios com 500 mil habitantes ou mais, as mulheres que lá residem sistematicamente têm mais conhecimento, têm mais informação sobre esses recursos. Elas sistematicamente sabem que existem e que podem recorrer a esses recursos.

Então, há um indicativo nos dados de que, nas capitais, que são as maiores concentrações urbanas no país, as mulheres têm mais informação, elas sabem mais sobre os recursos.

Outro resultado que a pesquisa indica também, consistentemente, é que o grau de instrução é um fator importante para a ciência e para o fato de a mulher não sofrer violência, no sentido de que mulheres com maior escolaridade, em geral, declaram ter sofrido menos vezes violência do que as mulheres com menor escolaridade. Não é que elas não deixam de sofrer, elas sofrem também, mas elas têm mais conhecimento dos recursos com que podem se defender.

Então, são dois indicativos que a gente leva em conta e que estão nos relatórios.

Convido todos a acessarem esses dados, a explorarem... E estamos abertos para novas discussões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos, Dr. Marcos Ruben de Oliveira, Coordenador do Instituto DataSenado, que termina a sua exposição respondendo também às perguntas sobre o brilhante trabalho que está fazendo o nosso Instituto DataSenado – permita que eu diga nosso, porque é do povo brasileiro.

Eu passo a palavra para a Dra. Isabela de Souza Lima Campos, Chefe do Serviço de Pesquisa e Análise do DataSenado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ISABELA DE SOUZA LIMA CAMPOS (Para expor.) – Eu queria agradecer, mais uma vez, este espaço aqui, hoje, Senador. No mês de março, a gente celebra o Dia Internacional da Mulher, que é amanhã; o dia 31 de março é o Dia Internacional da Visibilidade Trans. Então, é um mês de bastante visibilidade sobre o tema, que a gente não deve esquecer no restante do ano.

Quero parabenizar a participação de todos os cidadãos pelo e-Cidadania, respostas bastante interessantes, tem muita coisa aqui que pode ser respondida, tanto no painel dedicado à pesquisa, como o Marcos bem lembrou, mas também no painel elaborado pelo Observatório da Mulher, que traz dados administrativos que antes não estavam disponíveis, como os dados do Sinesp e da Justiça, enfim, e trazem alguns cruzamentos com as perguntas da pesquisa.

Eu queria ressaltar que – foi a Vivian? –, sobre a disparidade de implementação, a pesquisa mostra que mulheres que moram em cidades menores, com menor porte, têm menos acesso à Delegacia da Mulher, então elas denunciam menos na Delegacia da Mulher, fica mais difícil, não é? Então, essas mulheres realmente têm menos possibilidade de ter um atendimento especializado. E a Milla, do Amazonas, fala sobre a dependência financeira, a pesquisa mostra isto também: que, para mulheres, quanto menor a renda, maior a chance de elas sofrerem violência. Então, a violência infelizmente tem cor, tem renda. Não que mulheres brancas e ricas sejam imunes, porque é uma doença social, mas, quanto mais vulnerável você está socialmente, mais vulnerável você está à violência, e isso tem um ciclo de perversidade muito grande.

Eu queria agradecer, porque, neste espaço, a gente tem debatido violência, a gente tem debatido fome, e essas coisas não estão tão separadas. Alguns dos comentários foi: deve ser incluída no Bolsa Família essa vítima.

Eu achei muito emocionantes esses depoimentos, porque eles mostram o tanto que as mulheres estão conscientes da importância da rede de enfrentamento. Não é só justiça, em que pese que a punição seja importante; não é só saúde, em que pese que as pessoas estejam morrendo não só de consequência dos agravos físicos que elas estão sofrendo, mas também das consequências emocionais, da falta da vontade de viver. Enfim, a atenção à saúde tem que ser global também; não é só física, psicológica, emocional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, não existem respostas simples para cada uma dessas perguntas, mas essas perguntas têm que ser feitas, e que bom que elas têm este espaço para serem feitas aqui, Senador.

Muito obrigada e obrigada a todos os presentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Isabela de Souza Lima Campos, Chefe do Serviço de Pesquisa e Análise do DataSenado.

Fico triste, mas o importante é o destaque que V. Exa. deu: que, sim, a violência é contra todas as mulheres, toda a comunidade LGBTQIA+, mas inegavelmente, nesse campo todo, os negros e negras que são mais atingidos, e não há uma reparação à altura. São os mais pobres, os que infelizmente têm menos estudo, porque, se não têm dinheiro, também não têm como estudar, têm que, desde moleques, começar a trabalhar. Não é que eles não queiram estudar; querem estudar, mas como?

Eu comecei a trabalhar, e digo isso não envergonhado, porque a época me obrigava, e me obriguei, e conseguia se pegar com oito anos de idade. Eu já contei aqui.

Fábrica de vasos de Atílio Bovo, Caxias do Sul, Rua Ribeiro Mendes. Com oito anos eu trabalhava e tinha que trabalhar, não tinha saída. Não que meu pai e minha mãe quisessem, mas eu ganhava o salário mínimo. Então, de manhã, eu amassava barro numa fábrica de vasos, para ele fazer os vasos de forma artesanal – tenho o maior carinho por ele. Não é que ele quisesse me manter num trabalho quase de escravidão, não, mas ele sabia a situação da família que morava do lado da casa dele: "Olha, se ele quiser passar lá, ele faz uns bolinhos de barro, não é serviço pesado nem nada, e eu pago tanto para ele". E aí, eu comprava o meu tamanco – sou da época do tamanco –, comprava o chinelo de dedo, a bermudazinha para ir para a aula à tarde, e à tarde era sagrado que eu ia para a aula.

Então, ninguém está na rua, às vezes, pedindo esmola... É porque a vida, a sociedade, a família, enfim, não tiveram condição de ampará-lo. E tudo isso que é dito aqui é o mundo real lá fora. Muitas vezes a gente foge do mundo real e falamos do mundo ideal. É claro que falamos do mundo ideal porque todos nós temos sonhos, mas é preciso também dizer que o mundo real

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é esse que vocês relataram, que a pesquisa relata, que vocês relatam. Infelizmente eu sempre digo que é um país em que 30 milhões de pessoas vivem em insuficiência alimentar.

Mas vamos em frente.

Passamos a palavra agora para a Dra. Sandra Bazzo, Coordenadora-Geral de Garantia de Direitos e Acesso à Justiça, do Ministério das Mulheres.

A SRA. SANDRA BAZZO (Para expor.) – Bem, pegando o gancho aqui da Isabela, não é simples, não é? E é por isso que nós entendemos a violência. E quem estuda a violência doméstica e familiar entende como um fenômeno social, porque são múltiplos fatores, é uma violência onde diversos fatores contribuem para que ela aconteça, desde a formação, a cultura, a questão financeira e econômica. Mas ela tem um fundo cultural, e não tem como afastar isso, não é, minha colega paranaense? – também sou.

E aí nesse trabalho a gente tenta dar uma resposta, e é isto que a Lei Maria da Penha traz, um conjunto articulado de ações que envolvem Governo, sociedade, família. Não tem como trabalhar isoladamente um fenômeno que é tão plurifacetado. E aí, nisso, nós como Governo tentamos trazer diversos serviços, diversos equipamentos para responder ou para coibir, para eliminar – eu não gosto da expressão "combater", porque é uma forma, é uma expressão muito violenta para quem quer eliminar a violência.

Como eu falei, nós temos o Ligue 180 – e aí até a minha colega aqui me chamou a atenção de que o Ligue 180 é para informações. Quando a violência é grave e está acontecendo é o 190. O 180 é um canal gratuito: ligue e você vai ter informações de como agir numa situação de violência. Mas no momento em que a violência acontece é o 190.

E aí vou tentar responder rapidamente as questões aqui sobre a denúncia e o acesso à medida protetiva, que não impedem a continuidade das agressões, porque nós não temos condições ainda de fiscalizar, de monitorar.

Por isso, existem as guardas, a Patrulha Maria da Penha, existem as Rondas Maria da Penha, por isso nós temos alguns recursos, mas essa é uma ação local. E aí o recurso que nós temos, para além das tornozeleiras, de que eu falei há pouco, são as Patrulhas Maria da Penha e as Rondas Maria da Penha, que estão recebendo recursos, viaturas. O Governo tem feito isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre violência, aí falando da Ágatha, ela perguntou sobre como o Governo tem lidado com a violência obstétrica praticada por médicos homens nos hospitais públicos e privados. Eu quero fazer só um comentário primeiro, antes de responder, porque não são só médicos e não são só homens. Infelizmente, isso envolve outros profissionais e também uma violência institucional desses hospitais públicos. O Ministério das Mulheres está com um trabalho com o Ministério da Saúde, trabalhando em um protocolo de atendimento humanizado. A nova Rede Cegonha está sendo lançada agora, se já não lançada, e aí é uma informação que me falta agora, mas em vias de ser lançada. Na semana que vem, se não me engano no dia 12, nós temos uma audiência pública sobre violência obstétrica com mães de bebês intersexo, que são...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SANDRA BAZZO – Intersexo são aquelas crianças, aqueles bebês que nascem com características diversas daquelas tidas por típicas de homem e mulher. Então, também isso, mas eu acredito que Rede Cegonha e esse protocolo venham suprir ou venham tratar da violência obstétrica.

A questão da dependência financeira acho que foi falada aqui. Eu vou passar para além. Só vou citar que o Ministério das Mulheres também, amanhã, está lançando o Asas para o Futuro, que é um programa justamente na linha econômica, voltado a melhorar a condição econômica de meninas e de jovens, que é bem interessante; vai ser lançado amanhã.

Sobre a prioridade na Defensoria Pública, nós sabemos que as defensorias têm, ainda, em muitos estados do Brasil, um número ainda inferior à necessidade, à demanda. E aí, sim, a mulher tem atendimento pela Lei Maria da Penha. Ela tem prioridade em atendimento, mas isso depende das estruturas das Defensorias Públicas.

Respondendo também a Michele, os agentes das delegacias estão sendo treinados, sim. Há recursos do Ministério das Mulheres e do Ministério da Justiça e Segurança Pública também voltados ao treinamento dos agentes das delegacias.

A Catharina pergunta sobre quais iniciativas são adotadas para o combate da violência psicológica praticada contra a mulher no meio digital. Essa é uma violência que tem vindo de uma forma muito forte, e eu tive até... Estou com um parecer técnico, inclusive, para encaminhar, sobre um projeto de lei da Câmara. E a dimensão digital da violência contra a mulher, acho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é mais um desses fenômenos globais, e não só nosso, não é um problema só nosso. ONU e OEA estão... Vem a OEA, o Mesecvi (Mecanismo de Segmento da Convenção de Belém do Pará) deve elaborar, ainda este ano, uma lei-modelo, o que eu acho que é muito pertinente e, Senador, é muito interessante quando esse Mesecvi e outros – União Africana, União Europeia, OEA e ONU, aliás – estão focados no enfrentamento à violência digital. E o que dizem é o seguinte: "Nós não podemos ter uma colcha de retalhos, porque ela não vai dar conta de responder à demanda".

Então, sugerem essa lei-modelo, e eu acho que vamos ter audiências públicas com o Mesecvi, com a OEA este ano. Eu acho que é bem interessante a gente trabalhar isso. A gente está trabalhando também com a violência política no Ministério das Mulheres.

A Jhenniffer pergunta sobre a Constituição Federal, como é que ela aborda a violência doméstica. A Lei Maria da Penha é resultado da disposição constitucional e traz a obrigação do Estado, da família, da sociedade e traz também as convenções internacionais, a CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Violência contra Mulher), e a Convenção de Belém do Pará, que é a convenção daqui, das Américas, da OEA, para o enfrentamento da violência de gênero, então, contra a mulher.

Quero agradecer, em nome da Secretária Denise Motta Dau, da Ministra Cida Gonçalves, essa oportunidade. Quero dizer que a gente sempre tem muito a falar, e eu queria muito mais ouvir a pesquisa, apesar de já ter tido acesso a ela, mas é um momento muito rico e acredito que a gente precise unir essas pesquisas, o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, o 180, para que a gente possa ter um panorama um pouco mais preciso para que nossas políticas sejam baseadas em evidências, porque é isso que falta.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Sandra Bazzo, Coordenadora-Geral de Garantia de Direitos e Acesso à Justiça do Ministério das Mulheres.

Aqui, na Comissão, Doutora, a gente recebe também muita denúncia; como trabalha com direitos humanos há algumas décadas, o gabinete recebe muita denúncia. Por isso que eu falei que, na realidade, de lá na década de 50 – para se ter uma ideia, para me localizar no tempo –, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu recebo de denúncia das medidas protetivas... Tem medida protetiva, e daí? Quem é que proíbe de o agressor ir lá na casa, invadir, matar, matar criança, enfim, violentar a mulher?

Por isso que nesses casos... Eu vou pegar uma proposta que a senhora colocou aí, eu acho que tem que ter tornozeleira mesmo. Eu acho que a tornozeleira é o único instrumento, porque se ele se aproximar da casa menos de 100 metros, ela vai detonar, vai ser acionada.

Então, é algo pelo que eu cumprimento pela iniciativa. Tem que ter mesmo. Daí o cidadão esse – que eu não vou chamar de cidadão –, esse indivíduo vai saber que ele vai ter que responder pelos atos dele de crime cometido contra a mulher. Então, meus cumprimentos.

E a outra questão também é a Defensoria Pública. Eles fazem sempre um apelo quando vêm aqui: "Nós não damos conta!". Tem estados do tamanho do Rio Grande, e não é só o Rio Grande, em que eles têm duas, três... Como é que tu vais atender a um estado todo, aos setores mais vulneráveis, com meia dúzia de defensores?! Eles precisam de mais defensores públicos. E, por isso, veio nesse sentido aí o questionamento de uma das perguntas.

Vamos em frente.

Parabéns pelo trabalho que o ministério está fazendo aí.

Agora passamos a palavra à Dayana Brunetto, Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

A SRA. DAYANA BRUNETTO (Para expor.) – Muito obrigada.

Eu quero agradecer a oportunidade e, se o Senador me permite, fazer uma sugestão para uma audiência pública também sobre as violências de gênero nas universidades.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já está aprovado – botei em votação agora e já aprovei.

Ingrid, veja o dia e a hora.

E vamos lá.

A SRA. DAYANA BRUNETTO – Ótimo, ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.? Sugestão aceita.

A SRA. DAYANA BRUNETTO – E pensar também que só chegam às universidades pessoas que passam pelas escolas. Aquelas de que a escola desiste no meio do caminho não chegam às universidades. Então, a gente precisa também pensar no enfrentamento e na prevenção das violências de gênero nas escolas, como eu disse, desde a educação infantil até a pós-graduação, porque é cultural, e o processo cultural histórico demora para ser alterado. E a educação tem um papel, uma função social superimportante nesse processo.

Por que violências de gênero eu coloquei aqui e não violência contra a mulher? Violências de gênero é um conceito que uma orientanda minha, uma pesquisadora chamada Bruna Gabrielle Lopes, de Curitiba, da Universidade Federal do Paraná, trouxe no trabalho dela de mestrado para ampliar a noção de que violências contra as mulheres ocorrem também em espaços públicos, como as universidades, e ocorrem contra mulheres variadas, não é só um tipo de mulher. Então, não é só contra a mulher, é contra as mulheres no mínimo. Eu sei que tem todo um campo de pesquisa já construído e tudo mais, mas a gente pode... A gente não precisa ser Gabriela, de Jorge Amado: "eu nasci assim, eu cresci assim, vou morrer assim". A gente pode tensionar as produções a partir da prática social. E foi isso que ela fez nesse trabalho. Inclusive, na audiência, eu me proponho a convidá-la para vir também falar um pouco sobre essa questão nas universidades públicas do país – ela tem uma que é a Unicamp, que é estadual...

Devemos pensar em como inserir esses dados de violências nas escolas e nas universidades nesses observatórios: o observatório de direitos humanos, que a gente lançou, e o observatório de violência contra as mulheres e equidade de gênero do Ministério das Mulheres. A gente precisa desses dados para poder disparar essas discussões e ver se avançamos nisso também.

A gente tem, na Universidade Federal do Paraná, também a Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade, que é onde tem o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual, que eu tive o prazer de ajudar a construir e ser a primeira coordenadora, antes de vir aqui para o ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu trago, Senador e colegas, o caso de uma travesti negra periférica de Taguatinga, que trabalha conosco na Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, que passou com 17 anos na Universidade de Brasília, no curso da área de Artes, que foi agredida no *campus* e, numa segunda vez, ela foi agredida no caminho para a universidade, e nunca mais voltou lá. Ela fez a denúncia, aquela coisa da falta de fluxo, de protocolo. Quer dizer, não é que ela desistiu de estudar e evadiu, não; a instituição desistiu dela. O agressor seguiu e vai se formar. É o que o Senador acabava de falar, já é tão complexo para as pessoas pretas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAYANA BRUNETTO – ... pobres, periféricas chegarem a esse espaço, numa universidade pública. Ela chegou com 17 anos e ela foi expulsa da universidade, por ter sido agredida por transfobia. A gente precisa começar a dar nome às questões para poder debater e avançar como sociedade.

Para finalizar, então, formação e prevenção às violências desde a educação infantil até a pós-graduação, e políticas públicas e protocolos específicos para as violências de gênero em todos os espaços. E também tem que falar sobre mulheres, ainda que as instituições tenham... Delegacia da Mulher não, Delegacia das Mulheres, são várias mulheres, são diferentes mulheres. Não é o ideal só construído de mulher que sofre violência. Pelo contrário, as outras que não estão na norma é que são as mais vitimadas: negras, pobres, periféricas, indígenas, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais. Então, são mulheres, não é a mulher.

Quero agradecer mais uma vez e dizer que eu estou muito feliz e esperançosa com a audiência sobre as questões das universidades e das escolas. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Dayana Brunetto, Coordenadora-Geral de Promoções dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Parabéns pela fala.

E eu já vou lacrar aqui – lacrar e carimbar –: fale mulheres, das mulheres. Porque a gente também, no dia a dia, acaba não percebendo. Eu luto contra a violência à mulher; não é a mulher, são as mulheres. Deu uma aula aí, viu? Sei que muita gente está ouvindo lá e gostou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, gostamos de toda a audiência, foi muito, muito interessante. Os dados do DataSenado aqui ilustram o nosso trabalho aqui e tenho certeza de que também vai ser aproveitado pelos ministérios. A contribuição que vocês trazem de lá para aqui, para a Comissão de Direitos Humanos, com tudo o que foi dito aqui, dá luz para nós cada vez avançarmos mais nessa luta desta audiência que tratou dessa questão ampla como é. E eu só posso agradecer, principalmente em nome dos setores mais vulneráveis, porque os direitos humanos são para todos. Nós sabemos que os mais vulneráveis são os que mais sofrem pela falta de políticas humanitárias. É fato e é real.

Eu luto muito, por exemplo, para aprovar um projeto que apresentei há anos – aprovei no Senado, está na Câmara – para mudar a abordagem policial neste país. Como é a abordagem policial se é a uma pessoa LGBTQIA+? Como é a abordagem a uma pessoa negra vestida com simplicidade, não com um terno, como estou eu aqui, mas com a sua simplicidade do bairro, da vila, ou ali, caminhando pelo Leblon, por exemplo? Como é que se faz a abordagem? É claro que é diferenciada, totalmente diferenciada. Essa pessoa vulnerável com certeza vai ser abordada de forma... Não digo que todos os policiais agem assim, mas os casos que vêm à tona normalmente são em setores vulneráveis.

Enfim, vamos torcer para que a abordagem policial seja mudada. O mundo está mudando. A partir daquele momento em que houve aquele assassinato, com o joelho no pescoço, de um cidadão americano... E o do Beto, aqui em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, foi igual, igual. Por isso eu dei o nome do Beto. Tem que mudar. O mundo está discutindo a abordagem policial. É impossível que no Brasil não se discuta a abordagem policial, como ela é, truculenta e sempre atingindo os mais vulneráveis. Mas haveremos de avançar. Todos nós sabemos...

Muito obrigado.

Está encerrada a audiência pública de hoje.

Agradeço a todos. E, se puderem tirar uma foto com a gente, agradeço aqui em nome da mesa e do tema.

Está encerrada a audiência pública.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e sete minutos do dia onze de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 9/2024 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Apresentar o "Lançamento da Missão Josué de Castro - Brasil no Combate à fome". Participantes: Maria Emília Lisboa Pacheco, Representante da FASE - MTST; Flavio Camargo Schuch, Secretário-Executivo Adjunto da Secretaria Geral da Presidência da República; Sérgio Antônio Görden, Coordenação Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA; Fernanda Machiaveli, Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Deputado Henrique Vieira, Deputado Federal da Câmara dos Deputados; Ministro de Estado Luiz Paulo Teixeira, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA; Kleytton Guimarães Morais, Presidente da Fundação Banco do Brasil; Elisabetta Recine, Presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA; Fernanda Marrocos, Pesquisadora - Representante da Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis, Universidade de São Paulo; e Ana Cristina Rodrigues da Costa, Superintendente de Desenvolvimento Social e Gestão Pública do BNDES. O Presidente concede a palavra aos seguintes presentes no plenário: Anderson Amaro, Coordenador Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores; Judite Santos, MST; Gláucia Nascimento, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto; Giovane Henrique, Articulação do Semiárido; Maria José da Costa, Companhia Nacional de Abastecimento; Francisco Kelvin, Movimento dos Atingidos por Barragens; Paulo Petersen, Articulação Nacional de Agroecologia; e Vereníssimo Barçantes, Federação Única dos Petroleiros. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/11

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 9, de 2004, desta Comissão, de minha autoria, para que seja apresentado aqui o "Lançamento da Missão Josué de Castro – Brasil no Combate à fome".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Eu vou fazer uma pequena introdução – o Ministro está chegando – sobre o tema para situar os telespectadores e aqueles que estão nos ouvindo pela Rádio Senado, enfim, de uma forma ou de outra, acompanhando pelo sistema de comunicação da Casa e Agência Senado também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhoras e senhores, as reflexões sobre desigualdade que o escritor moçambicano Mia Couto faz em *O Mapeador de Ausências* são profundamente inquietantes. Essa descrição que ele faz molda a realidade de uma existência marcada pela privação e pela injustiça desde o seu início. Ele toca em pontos sensíveis da condição humana revelando como o peso da circunstância constrói o curso de uma vida. São milhões de infâncias roubadas pela imposição do próprio silêncio.

Essas reflexões ressoam poderosamente nesta audiência pública, aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, dedicada ao "Lançamento da Missão Josué de Castro – Brasil no Combate à fome".

Neste espaço de debate e ação, homenageamos aqui Josué de Castro, um visionário cuja vida foi dedicada à luta contra a fome e à defesa dos direitos humanos. Josué de Castro levantou a bandeira da justiça alimentar em um mundo onde a abundância coexiste com a carência. Sua obra seminal, *Geografia da Fome*, lançada em 1946, continua a ser um farol que ilumina as sombras da desigualdade, revelando as raízes profundas da privação e da miséria no Brasil. Segundo ele, a fome não é obra do acaso e, sim, de um silêncio premeditado.

Ele pergunta: "Quais são os fatores ocultos dessa verdadeira conspiração de silêncio em torno da fome? Será por simples obra do acaso que o tema não tem atraído devidamente o interesse dos espíritos especulativos e criadores desses tempos?". A mensagem de Josué de Castro ecoa no centro da nossa consciência coletiva. A fome não é um acidente, mas, sim, uma manifestação de silêncios deliberados e, portanto, de injustiças estruturais. Ele nos desafia a questionar as causas dessa conspiração de silêncio, que perpetua a fome, instigando-nos a agir com coragem e determinação.

Por isso, estamos aqui, e vocês são os sujeitos que construíram este momento. E avançaremos nessa história.

É neste contexto que nos confrontamos com a realidade do Brasil: um país abundante em recursos, mas onde milhões ainda vivem à margem da cidadania, presos em um ciclo implacável de pobreza e privação. Como pode ser possível que, em um país capaz de alimentar bilhões, tantos ainda sofram com a fome e a miséria?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pesquisas indicam que cerca de 60 milhões de pessoas vivam na pobreza e cerca de 12 milhões na extrema pobreza no nosso país. Esse cenário ecoa nas mentes de todos nós não só aqui na audiência, mas também nas ruas, nos campos, nas obras, nas empresas, nas construções, debaixo dos viadutos, nas favelas. É um desafio à nossa consciência e um apelo à ação. É hora de passar das palavras aos atos, de transformar a indignação em movimento, a compaixão em solidariedade.

Temos que honrar o legado de Josué de Castro – temos que honrar, repito, o legado de Josué de Castro –, com políticas concretas e ações efetivas.

A agricultura familiar tem força e tenacidade, uma capacidade incrível e uma perspectiva grandiosa para alimentar o nosso país inteiro, para erradicar a fome, a pobreza e a miséria, levando sonhos e conjunções de felicidade àqueles que mais precisam. A mistura da terra e mãos semeia o ventre que faz nascer a vida e ensina que o pão que dela nasce deve ser dividido em grandes atos de amor e de humanidade, na fluidez constante dos rios da alma e das coisas simples que o coração, somente ele, fala.

Deixamo-nos levar pelos horizontes do Brasil interiorano, seus sentimentos, seus ensinamentos e cores que brotam do chão, e pelo suor de homens e mulheres que acordam o sol e fazem das flores estrelas do céu; e do trabalho sagrado, olhares de mil esperanças.

O Brasil está sendo reconstruído. Vida longa ao povo brasileiro! Vida longa a todos vocês que é quem representam toda a nossa gente! (*Palmas.*)

Com essa pequena introdução, esperando ainda a chegada do Ministro, eu vou agora – ele está vindo, mas avisou que vai se atrasar um pouquinho – já fazer a leitura dos que usarão a palavra.

Convidados: Ministro de Estado Luiz Paulo Teixeira, cuja biografia lerei quando de sua chegada, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA); Maria Emília Lisboa Pacheco, representante da Fase; Elisabetta Recine, Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); Flavio Camargo Schuch, Secretário-Executivo Adjunto da Secretaria-Geral da Presidência da República; Frei Sérgio Antônio Görgen, da Coordenação Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores, MPA; Cleiton Guimarães

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Moraes, Presidente da Fundação Banco do Brasil; Fernanda Marrocos, Pesquisadora, representante da Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis, Universidade de São Paulo, por videoconferência; Ana Cristina Rodrigues da Costa, Superintendente de Desenvolvimento Social e Gestão Pública do BNDES, por videoconferência.

Teremos ainda... (*Pausa.*)

Já fiz a leitura disso aqui.

Vamos agora organizar a mesa.

Convidamos, na primeira mesa, o Sr. Flavio Camargo Schuch, Secretário-Executivo Adjunto da Secretaria-Geral da Presidência da República. (*Palmas.*)

Convidamos agora, para estar nessa primeira mesa, Maria Emília Lisboa Pacheco, representante da Fase. (*Palmas.*)

E convidamos Frei Sérgio Antônio Görgen, Coordenação Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). (*Palmas.*)

Na segunda mesa, entram Elisabetta Recine e Kleytton Guimarães Morais.

Depois teremos também as participações virtuais.

Eu quero deixar muito claro que a Comissão de Direitos Humanos é o espaço, mas quem são aqui os atores, os protagonistas são vocês, que organizaram, fizeram esse evento acontecer. Eu só estou presidindo aqui e me sinto muito honrado por vocês escolherem a CDH para fazer esse lançamento dessa campanha belíssima, como eu sei que será, nesse momento da nossa história.

Parece-me, segundo informações que recebi, que teremos uma apresentação nesse momento, agora. Então, é com vocês. Podem usar o microfone se precisarem.

A SRA. GLÁUCIA NASCIMENTO (Para expor.) – Olá! Bom dia para todos os presentes aqui, para quem estiver acompanhando também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer, primeiro, ao Senador pelo espaço. É uma felicidade que a gente esteja aqui dentro da Comissão de Direitos Humanos, tratando o primeiro direito humano, que é o de não passar fome, como diria o Josué de Castro, hoje homenageado aqui, através da nossa luta.

Como o Senador bem disse também, a gente, junto, transformou toda essa indignação – diante desse legado tão especial e tão único do Josué, que até hoje infelizmente se faz presente no nosso dia a dia – em movimento. E nós, nossos movimentos organizados, estamos aqui hoje para dar as boas-vindas a todos que estejam interessados em somar conosco nessa luta do combate à fome. (*Palmas.*)

O SR. ANDERSON AMARO (Para expor.) – Bom dia a todas e todos. Assim como Gláucia falou, a gente agradece não só ao Senador Paim mas a todas e todos que estão construindo esse processo conosco.

Quero dizer que, ao longo dos 30 anos que o MPA tem de caminhada, nós fizemos um processo de acúmulo muito grande na bandeira principal do movimento, que é a bandeira da soberania alimentar. Então, para construir essa soberania alimentar, dentro das soberanias que o movimento defende, para que o povo brasileiro de fato tenha a autonomia de que precisamos, compreendemos que a fome, inclusive, é parte de uma engrenagem do sistema capitalista, e para isso é necessário que possamos unir as forças para superar essa grande endemia que tem o nosso país e entender, inclusive, que precisamos avançar em políticas para que isso possa se concretizar.

Toda resistência dos movimentos populares, portanto, evidencia o quão necessário é somar esforço dos movimentos populares do Brasil, tanto urbanos como camponeses, para o enfrentamento à fome e, portanto, para a construção da soberania alimentar. Nesse sentido, entendemos também que, desde novembro de 2022, quando iniciamos esse processo de construção – portanto, um ano e três meses de construção muito dedicada de todos e todas –, estivemos discutindo a necessidade de se fazer esse mutirão de muitas organizações no enfrentamento à fome. E as forças em comum que aqui estão refletindo e ajudando nessa construção, portanto, são nessa perspectiva de avançarmos para ampliar esforços para a construção de políticas para o enfrentamento à fome e construção, portanto, de uma política efetiva de abastecimento popular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em abril de 2023, inclusive, quando fizemos o nosso segundo seminário, tivemos um compromisso, e afirmamos isso, de alimentar pelo menos 5 milhões de brasileiros e brasileiras. Nesse momento, compreendemos que quem deveria ser o grande portador da nossa missão, portanto, pela história toda, que contribuiu com esse tema no nosso país, é o grande Josué de Castro. Portanto, essa missão leva o nome Missão Josué de Castro, sobre o qual o Senador também fez uma brilhante exposição.

Em novembro de 2023, fizemos um pré-anúncio dessa missão durante um ato de retomada da política pública de enfrentamento às dificuldades do Semiárido, sobretudo da convivência com a seca. Em dezembro de 2023, tivemos a oportunidade de fazer um segundo anúncio durante a Conferência Nacional do Consea, em que juntamos esforços, a partir de todas as organizações que compõem o Consea, para estarmos juntos, nesse processo. Hoje, portanto, estamos aqui no Senado Federal, para fazer esse lançamento público da Missão Josué de Castro.

Muito obrigado a todos e todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Eu vou fazer um pedido aos dois: para efeito de divulgação da TV Senado, seria importante que cada um dissesse o nome e a entidade que representa. O Brasil quer saber, estão perguntando aqui, pelo celular.

A SRA. GLÁUCIA NASCIMENTO – Eu sempre me esqueço de apresentar, na verdade, ainda mais ao estar com companheiro de longa data.

Eu sou Gláucia Nascimento, sou Coordenadora Nacional do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto). Eu sempre digo que sou filha da fome, neta da fome, por ter perdido muitos parentes para isso, mas eu sou mãe da esperança. Então, estamos aqui, hoje, construindo esse grande projeto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDERSON AMARO – Eu sou Anderson Amaro, também da Coordenação Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores, baiano, e vim também de uma região semiárida onde o problema da fome sempre foi uma realidade muito dura para todos nós. E, portanto, a partir de políticas estruturantes é que a gente começa a enfrentar esse grave problema.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A mística fazemos quando o Ministro chegar ou agora? Vocês é que mandam. Escolham. Aqui, vocês mandam na Comissão. O espaço é de vocês.

(Procede-se à apresentação de mística.) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns! Eu vou pedir uma salva de palmas de pé para essa história e luta que vocês aqui representam e muito bem. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Olhe a inteligência aí, já resolveu. (*Pausa.*)

Só para situar a todos, os que falaram até o momento foram: Gláucia Nascimento, Coordenadora Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST); e Anderson Amaro, Coordenador Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Parabéns a todos!

Registro aqui: MST, MPA, MTST, Movimento da Agricultura Camponesa (MAC) e um conjunto de militantes.

Nós vamos agora, depois dessa bela mística aí, em que eu pedi a todos uma salva de palmas de pé, porque representa de fato a nossa luta contra a fome e a miséria, representa a caminhada dos trabalhadores no campo, o dia a dia, para que o alimento chegue à cidade para todos, e exige respeito, solidariedade e investimento... Vocês estão dando a linha na abertura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desta nossa audiência pública, e mais uma vez a CDH, com essa mística, se sente homenageada, eu diria – homenageada –, por vocês no sentido de que políticas humanitárias estejam em primeiro lugar. Não é homenagear os membros da Comissão, é a simbologia que representa a Comissão dos Direitos Humanos aqui do Senado.

Pediram que eu registrasse a presença também de Fernanda Machiaveli, Secretária-Executiva do MDA. (*Palmas.*)

Parabéns a todos!

Agora vamos para as falas da primeira mesa.

A simbologia que está aqui na mesa são os pratos vazios, não é, Frei? Nós recebemos aqui.

Passo a palavra, neste momento, à Dra. Maria Emília Lisboa Pacheco, representante da Fase.

Quanto à Fase, eu tenho satisfação de dizer que, quando eu era operário metalúrgico, os meus primeiros cursos de formação política foram lá. Foi lá em Porto Alegre, lá na Fase. E eu aprendi um pouquinho, por isso é que cheguei aqui. Eu era ainda aprendiz para ser candidato a Presidente do Sindicato de Metalúrgicos. Lá eu fiz os primeiros passos. Um abraço à Fase, com carinho. Eu viajei no tempo aqui. (*Palmas.*)

A SRA. MARIA EMÍLIA LISBOA PACHECO (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

É uma honra vir aqui nesta importantíssima Comissão. E aproveito para lhe dizer que a Fase completou 60 anos no ano passado e continuamos nessas atividades junto aos camponeses e também na área urbana. E aqui estou, em nome dessa entidade, Fase - Solidariedade e Educação, e também em nome da Articulação Nacional de Agroecologia, nessa nobre missão de integrar esse grande mutirão a que se referiu Anderson, nessa Missão Josué de Castro.

Muito obrigada pelo convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus cumprimentos ao Flavio e ao Frei Sérgio. Meus cumprimentos e meus parabéns ao Movimento dos Pequenos Agricultores, que ousa propor essa grande e significativa missão com o legado de Josué de Castro.

Na minha opinião, nós vivemos um momento de muitas contradições, contradições profundas, mas também um momento de muita positividade. Eu quero me reportar, ao dizer isso, ao momento de ruptura do silenciamento que havia sido imposto no período anterior, quando foram caladas as vozes dos conselhos de participação e controle social.

Então eu quero saudar a volta do Consea, a realização da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a volta da Comissão Nacional de Agroecologia e lembrar que neste momento histórico é muito importante registrar que em ambas comissões, a partir do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com todas as suas instâncias, estão sendo realizados os processos de elaboração dos planos nacionais que seguramente vão dialogar com essa magnífica proposta do MPA.

E também quero saudar a positividade de uma proposta de um programa nacional de abastecimento alimentar. Já tivemos outras iniciativas no passado, mas uma iniciativa que articula vários significados me parece que é a primeira vez na história.

E quero registrar também a importância da decisão do Governo Lula de convocar uma plataforma global contra a fome. E é sempre importante dizer, quando nós falamos da fome, que nós simultaneamente queremos registrar que estamos falando de uma comida de verdade, de uma alimentação saudável e justa e que, por isso, significa enfrentar também a injustiça alimentar.

No contexto atual que nós temos com relação ao abastecimento, eu queria dizer alguns problemas, alguns desafios. Primeiro, nós estamos numa realidade em que há um domínio das grandes corporações. É preciso pensar sobre isso, o impacto na nossa alimentação, nos sistemas alimentares, tanto aqui como no mundo, o que representa isso.

Do ponto de vista do nosso país, já falamos aqui – e muito bem começou o Senador falando – das desigualdades, e são desigualdades no campo e nas cidades também. Precisamos considerar a importância do que é chegar um alimento de qualidade nas periferias de nossas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidades, mas também precisamos falar de barreiras para a valorização da diversidade dos nossos alimentos, da nossa sociobiodiversidade.

É preciso enfrentar barreiras sanitárias que ainda não reconhecem plenamente o significado dos alimentos tradicionais, precisamos enfrentar algumas barreiras em relação à documentação exigida e que precisa considerar que para os desiguais é preciso também ter medidas normativas diferentes. E aqui eu quero valorizar a iniciativa atual da mesa de negociação Catrapovos, que muito tem feito para defender a participação em mercados dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. (*Palmas.*)

Por isso, quero chamar a atenção também, porque este é um contexto de aumento da obesidade, do sobrepeso, inclusive entre crianças, e isso é bastante grave.

Por isso é que nós estamos convocados, como Estado, como sociedade, a encarar as complexidades também do nosso tempo. A Missão Josué de Castro é inspirada pela leitura da complexidade e das interações que existem entre as crises, porque nos diz que é a partir de sistemas alimentares de base familiar, camponesa, agroecológica, solidária, baseada em princípios como o da reciprocidade, que bem caracteriza a economia camponesa, e da valorização dos circuitos curtos, circuitos de proximidade, que é também um dos princípios da agroecologia... Nós não podemos enfrentar as mudanças climáticas sem uma atenção contra o passeio dos alimentos por quilômetros e acentuar a importância da alimentação local.

Também a Missão Josué de Castro chama a atenção para a importância de trabalharmos a distribuição democrática, socioespacial. Por isso é que essa missão chama a atenção o tempo todo para a relação campo-cidade. A cidade não é um lugar apenas do consumo, a cidade também produz alimentos, e essa interação é virtuosa, e nós precisamos tratá-la quando falamos do abastecimento alimentar, também associado ao reconhecimento das formas organizativas, porque, quando falamos do abastecimento alimentar e da política necessária, nós estamos chamando a atenção para os princípios da democracia, da participação, e aqui não há como alongar no tempo para falar o quanto as organizações sociais mostraram que são capazes de influenciar e elaborar a política pública – é só pensar e fazer o levantamento da doação de alimentos que foi feita durante o triste momento da pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também a Missão Josué de Castro tem entendimento sobre a contradição que há falar de um país celeiro do mundo: é preciso falar de forma crítica, porque é preciso ver que essa produção baseada em monocultivos, com destruição do meio ambiente, não pode nos dizer que nós estamos alimentando o mundo. Todo tempo temos que nos perguntar o que estamos ou não estamos comendo.

Também a Missão Josué de Castro tem toda a compreensão do que representam as políticas públicas. A volta do PAA com suas várias modalidades, junto com o Cozinhas Comunitárias, é uma conquista, com a definição de que nós precisamos de um programa de agricultura urbana, que teve seu início na sociedade civil, com as organizações da Articulação Nacional de Agroecologia.

Mas quero salientar que nesta complexidade é preciso associar a relação entre saúde, meio ambiente e alimentação: são interdependentes. Para garantir a justiça social, a justiça ambiental e alimentar, é preciso ter este cuidado.

E aqui, neste momento, eu quero aproveitar para fazer um apelo a esta Casa do Senado, porque, neste momento, nós temos aqui, em processo de votação, o Projeto de Lei nº 2.159, que vem desde o ano 2021. Este projeto de lei representa um enorme risco – um enorme risco para o meio ambiente e, consequentemente, um risco para a população – e ele vai contra o sentido não só de enfrentar as mudanças climáticas, como ele vai no sentido, paradoxalmente, de alimentar a fome. Eu estou me referindo a um PL sobre licenciamento ambiental que, na sua formulação, mostra o quanto terá impactos, inclusive em desacordo com os acordos internacionais assinados pelo Brasil, impactos para as populações, para os povos indígenas e comunidades quilombolas, porque não prevê licenciamento ambiental exceto em terras já tituladas. E nós sabemos o que representa o Brasil hoje do ponto de vista de violar o direito desses povos, inclusive com essa proposta de marco temporal, que nós precisamos abolir da história. (*Palmas.*)

Eu quero lembrar, com muita alegria, a manifestação dos ex-Ministros do Meio Ambiente, de vários matizes políticos, que se reuniram para se manifestarem publicamente contra esse PL. Quero lembrar que há também uma manifestação, uma nota técnica da Associação Nacional de Procuradores da República, que chama a atenção para todos os riscos que representa este PL,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, na minha opinião, e seguramente na da Articulação Nacional de Agroecologia e da Fase, que aqui represento... A nossa proposta é que seja retirado de pauta ou que seja abolido.

É preciso que essas notas a que eu me referi, muito sucintamente, como essa dos procuradores, sejam compreendidas no seu completo significado, porque vão mostrando cada passo e concluindo que destruir o meio ambiente significa mais gastos para a saúde, para o SUS e também para o Sisan, que é o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Mas quero chamar a atenção também: associado à proposta de um abastecimento alimentar que traga o direito à comida de verdade, é preciso também que tenhamos aprovado um programa nacional de redução de agrotóxicos e a verdadeira proibição da pulverização aérea. (*Palmas.*)

E por último, também, uma proposta de abastecimento alimentar significa pensar na reforma tributária. E aqui eu quero homenagear todos aqueles e aquelas que estiveram à frente de um importante decreto que acaba de ser assinado durante uma plenária do Consea, que é um decreto que nos fala sobre a composição da cesta básica. É algo extremamente importante saber que esse decreto já está acompanhado de uma portaria que anuncia, que classifica os vários tipos de alimentos, incluindo alimentos necessários para uma verdadeira cesta básica que atenda à dignidade humana, e isso significa uma redução dos chamados ultraprocessados.

Quero lembrar que nós estamos comemorando dez anos do *Guia Alimentar para a População Brasileira* e lembrar também que foi aqui no Brasil, com profissionais engajados na luta pelo direito humano à alimentação adequada e saudável e pela soberania alimentar, que foram criados conceitos – e aí está uma explicação do que significa ultraprocessado.

Quero dizer que vários especialistas no campo da saúde e da nutrição têm mostrado o quanto os ultraprocessados, que, na verdade, são formulações que a indústria trabalha a partir de laboratórios e que artificializam completamente o alimento, não são comida de verdade e geram doenças crônicas não transmissíveis, e o Brasil está assustadoramente com o índice dessas doenças aumentado. Então, tratar da soberania alimentar significa também colocar uma barreira. Nós tivemos um avanço recente com o código que explica o que significam esses ultraprocessados, mas precisamos ir além, porque é fundamental garantir alimentos de qualidade, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dizer que esse decreto e a portaria orientam uma proposta tributária. Nós precisamos fazer o inverso do que acontece no Brasil hoje; em lugar de aliviar a tributação desses produtos alimentícios que adoecem, nós precisamos apoiar a produção da comida de verdade.

Que a Missão Josué de Castro seja uma resposta para a construção da soberania alimentar com a agroecologia e por um país justo, que garanta justiça ambiental e também a justiça alimentar e a justiça social!

São os votos que eu tenho para a Missão Josué de Castro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito bem.

Parabéns, nossa querida Maria Emília Lisboa Pacheco, representante da nossa querida e histórica Fase.

Sessenta anos da Fase, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por isso é que eu passei por lá – calcule a minha idade –, e bem no início ainda.

Parabéns pela bela exposição, que fica nos *Anais* da Comissão de Direitos Humanos para, inclusive, subsidiar os trabalhos aqui na Casa. Nós temos aqui um grupo também que está nessa linha de fortalecer a caminhada do combate à fome, de parte do DataSenado, que está nesse caminho muito bonito, se somando ao trabalho de vocês.

Eu passo agora a palavra, com muita alegria, para o meu amigo lá do Rio Grande do Sul. Foi ele o primeiro a me ligar e perguntar se eu estava disposto. E eu digo: disposto, não, eu já estou agradecido se vão lá fazer o lançamento desse programa tão importante para todo o povo brasileiro, principalmente os mais vulneráveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é com muita alegria que eu passo a palavra ao Frei Sérgio Antônio Görgen, da Coordenação Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que tem sido um parceiro, viu? Nesses meus 40 anos de Congresso, não teve um ano que ele não me ajudou na militância política para que eu aqui permanecesse com quatro mandatos federais e três de Senador. Agora está na hora de voltar para casa e os mais jovens assumirem.

Frei Sérgio. (*Palmas.*)

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GÖRGEN (Para expor.) – Senador Paim, mais uma vez te agradeço por essa tua acolhida a esse tão importante movimento que nós estamos fazendo.

Você de pronto disse que estava agradecido, mas nós queremos dizer que essa tua disposição, essa tua abertura, essa tua sensibilidade para as questões do nosso povo e as questões sociais honra muito teu mandato e honra muito a tua militância política. E eu acho que não teria lugar melhor para nós fazermos esse lançamento público da nossa Missão Josué de Castro do que na Comissão de Direitos Humanos, porque o direito à alimentação é o primeiro e mais importante direito que todos nós temos. (*Palmas.*)

E de participação legislativa, porque um projeto como este só se faz com participação popular, e uma participação popular que consiga chegar a ter um lastro social importante, forte, mas que consiga também criar conexões com o Estado brasileiro, para que o Estado se movimente nessa direção. Então, agradeço muito esta possibilidade de estarmos aqui com você.

Você pode ver, está aqui, é algo de que eu sei que você gosta muito, a mística já expressou, mas também o colorido das nossas presenças aqui. Nós estamos aqui unindo campo e cidade. Estão aqui os nossos irmãos petroleiros, tem aqui metalúrgico, está aqui o MTST, está aqui a Central de Movimentos Populares, mas estão aqui também vários movimentos do campo, está aqui o MPA, está aqui o MAB, estão aqui muitas organizações que contribuem e geram uma inteligência para um futuro importante do nosso país... (*Palmas.*)

... como a ANA, a ABA, a Fase, AS-PTA. Quer dizer, é um conjunto muito grande de esforços.

E está aqui também uma parte importante da representação do Estado brasileiro que trata dessa questão: a Secretaria-Geral da Presidência da República e o nosso Ministério do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Eu vi o pessoal da Conab também aqui, porque foi muito importante nós termos vencido essa eleição, em 2022, para que temas como esse pudessem voltar para a centralidade do debate aqui em nosso país, porque eram temas eliminados. Fome não era um problema. Para o grande capital nacional, a fome talvez seja um objetivo, porque a fome do nosso povo gera uma fraqueza política, uma incapacidade de reação.

E por isso que eu queria começar saudando também todas e todos vocês que estão aqui hoje junto com a gente para lembrar Josué de Castro, quando Josué de Castro disse que a fome tem raízes estruturais, quando Josué de Castro descobre, na sua experiência de médico atuando com o povo pobre do sertão pernambucano, que a fome não é uma fatalidade, a fome é resultado de um processo econômico e social que exclui, que mata. O latifúndio brasileiro é a principal causa da fome. E continua sendo hoje.

Eu quero agradecer à Eva, que me contou um caso que eu não conhecia, está certo? A Eva me contou um caso que eu não conhecia, que foi: no início do exercício da profissão do Josué de Castro como médico, ele trabalhava como médico de uma grande fazenda.

E uma das coisas que o fazendeiro queria é que os trabalhadores dormissem menos, porque produziam menos, não é? E ele descobriu que aquilo que se chama muitas vezes de preguiça é fome. E que no terceiro, no quarto e no quinto estágios da fome – como Josué de Castro demonstrou os cinco estágios da fome – é muito difícil que o organismo consiga reagir, mesmo se alimentando bem.

E o fazendeiro queria que o Josué de Castro – o usineiro, não é? – resolvesse o problema. Ele disse, "Olha, eu sou médico, eu não sou o dono da usina, porque, se você não alimentar melhor os teus trabalhadores, eles não vão conseguir produzir". (*Palmas.*)

Então eu quero dizer também que o povo se alimentar bem é um fator de desenvolvimento nacional.

Eu saúdo muitas vezes o Governo Lula – o primeiro e o segundo Governos Lula – e espero muito do Lula 3, porque nós tivemos, a partir de 2014, a comprovação da primeira geração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infância sem fome neste país. Desde que este país foi invadido, em 1500, nós tivemos infância passando fome. E nós, em 2014, pudemos dizer, "não tem mais criança passando fome".

E aqui, se o Senador me permite, se vocês me permitem uma pequena digressão, a coisa que eu sempre fiz, como frei, como religioso, que eu sempre fiz com o coração rebentado pelo meio, foi enterrar criança que morria de fome. Para mim, isso era pior que enterrar parente. E eu fiz muito isso nos acampamentos, fiz muito isso nas periferias – nas pequenas cidades onde eu trabalhei –, fiz muito isso na periferia de Porto Alegre, onde eu trabalhei como frei.

E hoje, eu estou há 18 anos morando num complexo de assentamentos, Hulha Negra, Candiota e Aceguá. São 2 mil famílias assentadas. E, desde que nós, freis, estamos lá – nós moramos dentro do assentamento; 18 anos –, nós não enterramos nenhuma criança que morreu de fome até agora, lá. (*Palmas.*)

E isso é reforma agrária, e isso é mudar o país, e isso é construir um futuro, porque, com crianças passando fome, tu não recuperas mais isso depois, porque é a formação do organismo, é a formação do cérebro, é a formação do corpo integral para poder se desenvolver, ser feliz e seguir adiante.

Então, relembrar Josué de Castro... nós queremos que a memória de Josué de Castro nos acompanhe o tempo todo.

Esta missão é resultado de um grande esforço, ela é resultado de muita elaboração, de muita inteligência, mas também de muita vivência e de muita experiência. Ela é a soma de muito tempo de estudo, mas também de muito tempo de prática; prática de militantes velhos como eu, que tenho praticamente cinquenta e poucos anos de militância no campo – militância e estudo, estudo e militância –, mas também de jovens nossos, que se dedicaram ao estudo, à elaboração; de pessoas com alta qualificação, como a própria Maria Emília, Paulo Petersen – para citar dois, representando todos – que nos ajudaram a conceber uma ideia, uma concepção que é exequível, que parece grande, mas é modesta, que é nós chegarmos com alimento saudável a 5 milhões de pessoas, que são 2,5% da população brasileira. É modesto – não é, Marcelo? –, mas é grande.

Quando diziam...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GÖRGEN – Vou pedir um pouquinho mais de tempo.

Quando diziam que fazer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Frei, esta cadeira é minha e a sua também. Então, aqui o senhor manda e não pede. O senhor vai dizer o tempo que quer falar.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GÖRGEN – Quando diziam que fazer 5 milhões de cisternas era uma loucura para o pessoal do Nordeste, a ASA foi lá e fez. A ASA foi lá e mostrou que era possível, porque era uma concepção global. E é isto que nos inspira muito na missão Josué de Castro: alimentar 5 milhões, numa concepção global, numa estratégia global, com um planejamento amplo, mas com execução descentralizada e com a confiança na capacidade do povo. Por isso que a ASA já passou de 1 milhão de cisternas, e por isso nós vamos chegar aos 5 milhões. Essa é a nossa experiência prática. Essa é a nossa – vou usar uma palavra que o mundo do capital adora – *expertise; expertise,* para usar isso em inglês, que é como eles adoram. É a prática concreta que nós temos com uma capacidade de elaborar.

E por isto que nós começamos a debater o campesinato em 2003: para estudar e compreender. O campesinato do século XXI não é o campesinato de 1915, quando o Monteiro Lobato escreveu aquele infeliz conto do Jeca Tatu. Eu ainda limpo o nariz com a unha para não perder o costume, mas o campesinato brasileiro de hoje não é mais o campesinato do piolho na cabeça, de limpar o nariz com a unha e de sentar em cima dos pés. Muita gente acha que o campesinato brasileiro hoje ainda é isso, mas eu não desprezo aquele campesinato, porque foi ele que construiu este país. E nós precisamos aprender com ele. Foi ele que puxou... (*Palmas.*)

Foi ele que transportou comida com junta de boi, com lombo de burro; foi ele que desbravou esta nação; foi ele que construiu cidades. A maioria das cidades brasileiras começaram com núcleos camponeses. Então, o campesinato tem uma história muito longa, mas ele também, hoje, é a classe social que pode ser a ponta tecnológica do futuro, que é a agroecologia. A revolução verde, nas suas três, talvez agora entrando na quarta fase, é passado, como a escravidão foi passado em outras épocas; a revolução verde é o atraso. A agroecologia é a ponta; a agroecologia é o futuro – é o presente, mas é o futuro. Por isso, a Missão Josué de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Castro tem o objetivo não só de superar a fome física, mas superar também a fome da obesidade, porque não basta comer. A comida não é só uma reposição de energia física, a comida tem que ter sabor, a comida tem que ter prazer, a comida tem que gerar saúde, a comida tem que ter a comensalidade, o momento da fraternidade, o momento da amizade – como nós dizemos hoje na minha igreja – social. A comida é muito mais do que colocar uma quantia de energético no estômago; ela deve ser geradora de bem-estar, geradora de saúde e geradora de vida social bonita, e também, hoje, é a forma de produzir esse alimento: ela não pode degradar a natureza, ela não pode destruir as matas, ela não pode destruir as margens de rios, ela não pode destruir o nosso solo, criando desertos.

Paim, o nosso estado já tem deserto, o nosso Rio Grande do Sul já tem deserto. No Nordeste, o Piauí já tem altas regiões desertificadas. Isso só vai avançar se nós não colocarmos um breque nessa história.

Por isso, a Missão de Josué de Castro é alimentar 5 milhões de pessoas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GÖRGEN – ... com alimento saudável, com alimento verdadeiro, com comida de verdade, como nós gostamos de dizer.

Nós precisamos também, Fernanda – isso é muito importante –, de porosidade do nosso Governo, do nosso Estado brasileiro e dos nossos legisladores, para que o Lula 3 não seja simplesmente uma repetição do passado, não seja simplesmente mais do mesmo.

Eu acreditei no Lula quando estive na cadeia junto com ele, pude ficar uma hora com ele na cadeia, pude ver o sofrimento dele lá dentro e pude sofrer com ele, mas saí de lá mais animado do que entrei quando ele me disse: "Frei, diga para o nosso povo que eu vou provar a minha inocência, eu vou sair desta prisão, eu vou me candidatar a Presidente e vou ganhar a eleição". E repetiu para mim: "Diga ao nosso povo que eu vou fazer mais e melhor".

E é na palavra melhor que eu quero dizer que nós precisamos de porosidade no nosso Governo, do nosso Estado, abrir as mentes e a capacidade de pensar para nós criarmos, sem negar o passado, perspectiva do futuro, porque a sociedade que nós vivemos, a agricultura que nós vivemos tem novas complexidades. Nós precisamos ligar alimento a saúde, nós precisamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

olhar para a crise climática, nós precisamos não só produzir comida, mas produzir água pura, ar puro.

O projeto para alimentar 5 milhões, Missão Josué de Castro, procura integrar holisticamente um conjunto de políticas públicas que interajam entre si, superando a atomização que ainda marca as políticas públicas para o campo, para ver que campo e cidade têm um vínculo muito forte, e que a comida que é produzida no campo tem que chegar à cidade pelas nossas mãos e não pelas mãos das grandes redes de supermercados, não pelas mãos de uma indústria de alimentos que transforma o alimento simplesmente num produto de mercado. Esses são os desafios que nós temos.

Esse desafio não se supera sem as mulheres, porque tanto na cidade, na hora de preparar comida, é pela mão das mulheres, como a verdadeira produção agroecológica se dá muito mais pela mão das mulheres, mas também... (*Palmas.*) ... o desafio não só de fazer sucessão familiar. Nós não queremos somente suceder o que existe. Não é somente sucessão na propriedade. É criar espaço, condições, meios, instrumentos para se constituir uma nova geração camponesa, que possa aprender com o passado – que possa aprender com o passado – e possa dialogar com o futuro. Um novo camponês, uma nova camponesa vai ter que ser um pouco biólogo, um pouco agrônomo, um pouco ecologista; vai ter que ser um pouco economista, não economista daquelas matrizes tradicionais, mas um economista do novo tempo; vai ter que entender e fazer... construir a logística, as cooperativas, as empresas sociais, as associações. Esses são os desafios e muito grandes.

E esse desafio a sociedade sozinha não faz. Mas nós aqui estamos propondo, como sociedade, um projeto de Governo. Sociedade sozinha não faz, mas o Estado sozinho também não faz. E, mais do que o alimento ser produzido com qualidade e chegar à mesa de quem precisa na cidade, é necessário gerar uma força política capaz de dar sustentação para esse projeto em qualquer conjuntura. Entristece-me que, em seis anos, nós saímos de zero fome para voltar a ter 33 milhões de pessoas passando fome. Isso nos mostra que um simples cartão que me permite comprar alimento em qualquer lugar...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GÖRGEN – ... não é suficiente para a gente enfrentar conjunturas difíceis. Por isso que o nosso projeto também implica organização social, formação política, capacidade de ação política para defender um projeto.

E quero encerrar, gente... Eu falei para vocês que, em 2003, nós começamos a estudar o campesinato. Naquela época, eu fui a Curitiba pedir para um grande amigo meu, Horácio Martins de Carvalho, se ele podia coordenar esse estudo. E ele coordenou esse estudo, produziu, e publicamos, coordenado por ele, o livro *O Campesinato no Século XXI*, Horácio Martins de Carvalho, um grande estudioso, um grande pensador, um grande militante.

Eu acabo de receber a notícia de que ele acaba de falecer. Eu queria pedir, de pé, um minuto de silêncio a esse grande brasileiro.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o nosso querido amigo e militante das causas populares, Frei Sérgio Antônio Görgen, da Coordenação Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Se fosse falar do Frei aqui, eu teria que falar duas horas. Só quero dizer que a própria fala dele diz quem ele é, essa fala em que eu tenho certeza de que nós todos assinamos embaixo aqui, como – me permita que eu diga, Frei – em um conflito grande no Rio Grande do Sul, na região de Bagé, o Frei me ligou e disse: "Paim, estamos construindo aqui uma saída alternativa para a região, e tu apresentas para nós?". Eu disse: "Frei, se é construído por você, pelos movimentos sociais, pelas entidades, de baixo para cima, tem a sinalização do nosso Governo, tem a sinalização do próprio Governo do estado". Fizemos reuniões, reuniões, reuniões e audiência pública, inclusive, aqui, aí eu assinei. E o projeto está tramitando com uma proposta que está sendo já vista, com bons olhos, até por aqueles que, num primeiro momento, ficaram um pouco preocupados. Essa é o Frei, essa é a ousadia de um militante corajoso, que aqui emocionou a todos, claro, quando falou do número de crianças que ele enterrou, que morreram pela fome.

Muito obrigado, Frei, por você existir. É muito bom saber que no mundo existem pessoas iguais a você. Aceite aqui o nosso cumprimento! (*Palmas.*)

Pediu para fazer uma rápida saudação... Não sei se o Ministro já está na sala. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não.

Então, a Sra. Fernanda Machiaveli, é isso?

A Sra. Fernanda Machiaveli está aqui? (*Pausa.*)

Isso. Ela pediu para fazer uma saudação enquanto aguardamos ainda a chegada do Ministro.

A senhora senta aqui mesmo, senta aqui mesmo, senta aqui! Senta na cadeira, senta no lugar do Ministro, mas eu vou deixar claro que não está pegando o lugar dele. (*Risos.*)

Seja bem-vinda!

O tempo é seu. Você pediu de cinco a dez minutos, não é?

A SRA. FERNANDA MACHIAVELI (*Fora do microfone.*) – Cinco minutos. Foi o Anderson que me convidou. O Anderson insistiu e estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai lá. O Ministro em seguida chega aqui.

A SRA. FERNANDA MACHIAVELI (Para expor.) – Bom dia, então, para todas! Bom dia para todos!

Queria agradecer o convite do Frei Sérgio, do Anderson, para estar aqui, neste momento de lançamento da Missão Josué de Castro, ao lado do Senador Paulo Paim, que tanto nós admiramos pela trajetória de luta nesse tema, ao lado também da Maria Emília, que é uma grande referência para a gente da agroecologia, enfim, uma brilhante Presidenta do Consea, que está aqui sucedida pela Betta Recine, também maravilhosa, e o Flavio também, aqui do meu lado, Secretário-Executivo Adjunto da Secretaria-Geral da Presidência. Vejo várias pessoas que têm caminhado junto nessa trajetória de superação da fome nesse terceiro mandato do nosso Presidente Lula.

O Frei Sérgio já falou tudo o que a gente precisava ouvir – não é? –, ou seja, a gente teve um retrocesso muito grande. Há agora todo um esforço de reconstrução com esse desafio de não fazer só o que foi feito, mas fazer melhor, não é, Frei Sérgio? Quando você lembra o Josué

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Castro, ali no livro dele *Geografia da Fome*, a gente lembra que ele nos ressaltou que não era só uma questão, obviamente, de crescimento populacional, que não era uma questão de disposição dos trabalhadores para produzir alimentos e que muito menos era uma questão só de aumento da produção dos alimentos. A questão era aumentar o acesso a esses alimentos, e isso era uma questão política e não uma questão populacional, demográfica, etc. E, mais do que isso, a gente só conseguiria fazer esse movimento de superação da fome aumentando o acesso à terra, e aí ele vai falar sobre a importância fundamental da reforma agrária.

Quando eu vejo esta proposta que foi construída a tantas mãos, com tanta representatividade, com tanto diálogo, que é a Missão Josué de Castro, o ponto que mais me chama a atenção é a quantidade de inovação que está sendo proposta aqui. Não é só a articulação de várias iniciativas que já foram construídas no momento, existem aqui várias propostas muito inovadoras.

E aí eu queria enfatizar o que está na nossa responsabilidade que é a questão do abastecimento popular. Agora, nós vamos ter oportunidade, Senador... O Presidente Lula assinou, em novembro, durante a Conferência Nacional de Segurança Alimentar, a Política Nacional de Abastecimento Alimentar, uma luta que começou em 2005 pelo Consea, e hoje a gente consegue entregar uma política estruturada. E qual que é o desafio? A implementação da política, como a gente sabe. Por isso, a gente tem um prazo agora de 120 dias para construir o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar. E dentro dele certamente a gente vai ter que incorporar as propostas que estão vindo aqui no âmbito da Missão Josué de Castro. A rede de abastecimento popular, a rede de distribuição e acesso à comida de verdade, eu acho que começa a se materializar por meio do programa Cozinhas Solidárias, mas, sem dúvida, esse é um passo dentro de um desafio maior. Há a plataforma digital de comercialização... Enfim, tem uma série aqui de componentes do projeto que são muito ousados e que são inovadores. Ainda queria destacar – acho que dialoga bastante com o que a Maria Emília falou – a questão da plataforma digital de educação para a transição agroecológica e o laboratório de inovação tecnológica em agroecologia. Assim, tem uma série de ações que foram propostas e que fazem parte desse mapa de políticas públicas que a missão está nos convocando a realizar.

E aí ressalto o nosso compromisso no Ministério do Desenvolvimento Agrário, porque a gente tem completa consciência de que a gente não vai fazer a transformação dos sistemas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agroalimentares, nós não vamos mudar nossa estrutura produtiva para que ela seja de fato agroecológica, nós não vamos conseguir fazer com que o acesso ao alimento chegue a preços acessíveis ao mesmo tempo em que garanta um pagamento justo para os agricultores e que a gente transforme a fome no nosso país, se a gente não estiver muito próximo das organizações sociais populares que estão na ponta, que sentem a dor dos brasileiros e das brasileiras...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FERNANDA MACHIAVELI – ... no seu dia a dia e que têm nos convocado para inovar e transformar o conjunto das políticas. Então, essa parceria entre o MDA e todas as organizações que ajudaram a construir a missão está estabelecida, assim como com os outros órgãos do Governo Federal. E a gente está convocando agora para a construção do Plano de Abastecimento Alimentar a partir da visão que vocês já trouxeram na missão. É o compromisso de apoiar essas iniciativas. E, como disse o Anderson, que a gente garanta um orçamento necessário para conseguir fazer com que essas 5 milhões de famílias que estão aqui como objeto da missão de fato possam se alimentar com comida de qualidade, comida de verdade, comida produzida pela agricultura familiar e pela reforma agrária. E que dessa forma a gente transforme a realidade do nosso país.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Fernanda Machiaveli.

Eu conversei aqui com o nosso Secretário-Executivo Adjunto da Secretaria-Geral da Presidência da República e ele concordou em fazer uma fala neste momento, esperando a chegada do Ministro. Depois nós vamos para a segunda mesa.

Então, com muita satisfação – quero agradecer já à Presidência da República pela sua presença também aqui –, eu passo a palavra para o Dr. Flavio Camargo Schuch, Secretário-Executivo Adjunto da Secretaria-Geral da Presidência da República. Muito obrigado por estar aqui conosco. (*Palmas.*)

O SR. FLAVIO CAMARGO SCHUCH (Para expor.) – Obrigado, Senador Paim. A satisfação é nossa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero saudar os companheiros da mesa aqui – Fernanda, Maria Emília, Frei Sérgio – e muitos amigos aqui no Plenário.

Eu não poderia deixar de trazer para vocês aqui neste Plenário uma palavra da Secretaria-Geral. O Ministro Márcio Macêdo gostaria muito de ter estado aqui, mas, em função de um compromisso que ele tem toda segunda-feira pela manhã lá no Palácio com os Ministros e com o Presidente... Mas ele me mandou uma mensagem aqui, garantindo que, hoje à tarde, vai estar com vocês lá no seminário para compartilhar um pouco do que nós vimos fazendo nesse um ano e alguns meses de trabalho.

Na verdade, quem deveria estar aqui era a Kelli Mafort, Secretaria-Executiva do Ministério, que vocês conhecem. Kelli simboliza muito do que hoje é a Secretaria-Geral e do que a gente pretende, uma mulher assentada da reforma agrária, camponesa, mãe de quatro filhos, que se formou, que fez mestrado e doutorado, e hoje é a Secretaria-Executiva de um ministério no Palácio do Planalto. Quando o Frei Sérgio falava do novo movimento, do novo camponês, eu imediatamente pensei na Kelli, mas ela está com covid. Eu conversei com ela hoje de manhã cedinho, não pôde vir, mas pediu também que trouxesse a saudação e a solidariedade dela.

Para mim, falar da Missão Josué de Castro é lembrar muito o impacto que a obra do Josué de Castro teve sobre a minha vida e sobre a vida de milhares e milhares de pessoas neste país ao longo de décadas. Nós que trabalhamos e que buscamos construir esse movimento pelo combate à fome no Brasil devemos ao Josué de Castro muito. Manter a memória do Josué de Castro é muito importante, por isso eu reputo de grande importância vocês terem escolhido homenagear Josué de Castro nessa missão.

Ano passado, nós fizemos 30 anos do primeiro Consea e este ano, agora, em julho, nós vamos comemorar os 30 anos da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, que foi feita aqui em Brasília. Nesses 30 anos, nós tivemos muitos aprendizados. Talvez o mais importante para trazer neste debate aqui foi o aprendizado de que, sim, nós conseguimos tirar o Brasil do Mapa da Fome, mas tirar a fome do mapa do Brasil é mais difícil. Para isso – e os companheiros aqui da mesa e todos falaram isso –, o Estado, o Governo, sozinho, não consegue. Nós precisamos do povo organizado, fortalecido, mobilizado, no território, operando, sim, a política pública. Nós aprendemos isso no período em que a sociedade civil fez a resistência, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

houve esse período anterior de quase 30 anos de organização, de mobilização, de ação da cidadania, de movimentos sociais, de MST, de MTST, com todo mundo trabalhando junto lá no território.

Por isso que, quando o Presidente Lula recria a Secretaria-Geral da Presidência da República, ele nos dá a missão de organizar a participação social e o diálogo com a sociedade. E a gente tem buscado fazer isso, não é? Recriamos o Consea no ano passado, fizemos a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar, talvez a maior conferência que nós já tenhamos feito – não é, Betta? –, com muitas dificuldades. Eu sou testemunha aqui do trabalho da Betta, da Marília, de toda a equipe do Consea para realizar essa conferência, sem pessoal, sem recursos, mas com muita solidariedade. Eu acho que essa é a questão central que a Missão Josué de Castro nos traz. E nós, enquanto Governo, queremos aqui reforçar – não é, Fernanda? – o nosso apoio total à Missão Josué de Castro, o nosso compromisso de construir e de apoiar a participação social nas políticas públicas dentro do Governo.

Este talvez tenha sido o nosso maior aprendizado nesses 30 anos: que política pública, sim, consegue tirar o Brasil do mapa da fome, mas política pública sem organização do povo no território não resiste às mudanças de governos. Nós precisamos construir, precisamos vencer esse desafio, e esse desafio está na mão do Governo e também na mão da sociedade civil.

Muito obrigado a vocês pela oportunidade. Muito obrigado, Senador Paim. Eu sou testemunha, porque militante do movimento sindical bancário lá nos anos 80, do trabalho e do compromisso do Senador Paulo Paim lá no Rio Grande do Sul.

O Frei Sergio já era uma lenda nos anos 80...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já, já. (*Risos.*)

O SR. FLAVIO CAMARGO SCHUCH – ... quando a gente militava lá nos... (*Risos.*)

É claro que ele tinha 15 anos nessa época – não é, pessoal? –, mas já era uma lenda lá no Rio Grande do Sul, nos movimentos da sociedade civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim como a Maria Emília e o Senador Paim, eu também vivia as políticas e fui participante das políticas públicas da Fase lá em Porto Alegre. Todos nós temos muito a agradecer. Conheço a Maria Emília há muitos anos. Então, para mim é uma honra estar nessa mesa, é uma satisfação.

E apenas reforço o compromisso da Secretaria-Geral da Presidência da República com a participação dos movimentos, com o diálogo. Contem conosco sempre!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse é o Flavio Camargo Schuch, Secretário-Executivo Adjunto da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Nos anos 80, eu estava com 30, eu já estava na militância do movimento sindical, na fundação da CUT.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Cheguei a Secretário-Geral e Vice-Presidente da CUT Nacional, mas sempre vinculado à mesma caminhada.

O SR. FLAVIO CAMARGO SCHUCH – Eu quero dizer que eu votei em Paulo Paim aqui, em 1989, para Deputado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu estou há tanto tempo aqui que não tem jeito de não votar em mim. (*Risos.*)

Primeiro, foi para Deputado; depois foi para Senador. É um cargo majoritário, então tem que votar nesse cara.

Mas obrigado, obrigado a todos.

Eu vou pedir aos companheiros que estão aqui na mesa, dessa primeira mesa, para que retornem para o plenário – você fica aqui, Flávio, por favor: Maria Emília Lisboa Pacheco, Frei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sérgio. E a Secretária, já por conta própria... O Ministro está chegando, e ela poderia ficar, porque estava esperando o Ministro.

E vou chamar a segunda mesa agora. E teremos também participação virtual. Vou chamar na segunda mesa, em seguida eu chamo quem está no virtual. O Secretário está alertando que eles estão esperando.

Segunda mesa: Elisabetta Recini, Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Por favor. (*Palmas.*)

Kleytton Guimarães Morais, Presidente da Fundação Banco do Brasil. (*Palmas.*)

Enquanto o Kleytton senta aqui à minha direita... À minha direita é porque é obrigado falar de direita, viu? Não tem nada a ver! Vou deixar ele mal aqui. Kleytton, eu não vou te deixar mal. Seja bem-vindo, Clayton!

Eu vou chamar, de imediato, para participação virtual, o Deputado Federal pelo Rio de Janeiro do PSOL que pediu para fazer uma saudação. E eu, com alegria, claro, vou garantir. Ele já esteve aqui conosco algumas vezes e foi muito feliz sempre na sua fala.

Por favor, Deputado Federal Pastor Henrique Vieira, o tempo é seu. (*Palmas.*)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (Bloco/PSOL - RJ. *Por videoconferência.*) – Olá, pessoal. Vocês me veem e me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (Bloco/PSOL - RJ. Para expor. *Por videoconferência.*) – Está certo. Muito obrigado.

Eu estou acompanhando aqui desde o início a audiência e vou fazer uma saudação breve de três minutos.

Eu estou completamente convicto da centralidade desta pauta por razões históricas, por razões éticas. O combate à fome, a erradicação da pobreza e da miséria em nosso país, o fortalecimento da agroecologia, do abastecimento popular, a valorização da agricultura familiar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos povos tradicionais, dos povos originários, o combate ao latifúndio, que é o grande promotor histórico da fome e da pobreza em nosso país, a defesa de uma reforma agrária popular, agroecológica são pautas com que eu tenho comprometimento de vida e, consequentemente, quero colocar o nosso mandato à disposição.

Eu estou contribuindo com o programa nacional das cozinhas solidárias. Junto com Guilherme Boulos, fui autor da lei que instituiu este programa, que se tornou um decreto semana passada. E também, no Rio de Janeiro – gostaria de dar esse informe a vocês –, estou iniciando, junto à sociedade civil, a construção de um pacto inter-religioso de combate à fome. Depois gostaria de desenvolver mais e compartilhar esta ideia com vocês, porque entendo que, infelizmente, no momento histórico que vivemos em nosso país, há uma manipulação do sentimento religioso para o ódio, o preconceito, a intolerância, o racismo e até o desprezo diante do sofrimento do povo.

Nós queremos fazer o contrário: queremos ajudar na construção de um diálogo inter-religioso, ecumênico, que respeita o Estado laico, a democracia, a diversidade, a não crença religiosa e coloca essa pauta comum do sagrado dos povos no combate à fome, para alimentar o nosso povo, tanto com iniciativas de solidariedade quanto com ajuda na construção de políticas públicas que possam ser estruturais e estruturantes.

Então, como um militante, como um religioso apaixonado pela democracia, pela diversidade, pela pluralidade, convicto do Estado laico, como um homem negro, como um Parlamentar – Deputado Federal –, quero ser apenas mais uma voz para contribuir com a Missão Josué de Castro, com a agroecologia, com o abastecimento popular, com a reforma agrária, com o acesso à comida de verdade.

Contem com a nossa equipe, contem com as nossas articulações políticas no Rio de Janeiro e no Brasil; nós queremos, dentro do possível, contribuir.

Eu termino dizendo o seguinte. Uma vez eu estava brincando com a minha filha, a Maria, ela tem seis anos de idade. A gente ficou brincando, brincando, brincando, e passou um pouquinho ali do horário do jantar. Quando nós voltamos para casa, a Maria falou assim: "Papai, estou com fome". Na verdade, naquele momento, eu vinha estudando muito sobre a insegurança alimentar e nutricional no Brasil, com o país voltando ao Mapa da Fome, e sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação das nossas crianças e eu lembro que aquele momento foi muito marcante, porque, na verdade, a minha filha brincou mais e passou um pouquinho o horário do jantar. Eu rapidamente fui à geladeira, arrumei o pratinho dela, com variedade alimentar, com cuidado nutritivo, nutricional, e ela, então, se alimentou. Depois tomou o banhozinho dela, e a gente brincou para dormir.

E, naquela noite, eu pensei: meu Deus, quando uma criança, de fato, está subnutrida e, de fato, está com fome, então ela diz para os seus pais, para as suas mães que ela está se sentindo assim, qual deve ser o sentimento desse pai, dessa mãe ou desse responsável, olhando para uma criança e não podendo oferecer o alimento para aquela criança terminar o dia e dormir? Naquele momento, eu pensei: meu Deus, e se eu não tivesse o que dar de comer para minha filha? E é absolutamente angustiante imaginar que famílias passam por isso, hoje, em nosso país, que papais e mamães passam por isso, que crianças passam por isso. Então, nós precisamos ter esse compromisso ético, amoroso, civilizatório.

A dor do mundo é também o nosso mundo de dor, e não podemos ser sequestrados pela apatia, a anestesia dos afetos, a desesperança ou a indiferença. A dor do mundo é o nosso mundo de dor. Vamos organizar essa dor em luta, mobilização popular, fortalecimento das iniciativas de solidariedade, reforma agrária, combate à desigualdade, para que, quando uma criança disser "estou com fome", ela possa comer, ela possa brincar, ela possa crescer, ela possa ser feliz.

Enquanto usam a religião para fazer ódio, vamos usar a sacralidade diversa e plural do nosso povo para combater a fome, para defender a democracia, para ver a nossa criançada alimentada, a nossa criançada feliz.

Muito obrigado por esse tempo. Contem com o nosso mandato, não só de maneira protocolar, mas de maneira entusiasmada. Os meus olhos estão brilhando. Vamos para cima, reverter esse quadro no Brasil. Eu estou aqui de peito aberto, com muita vontade de ser mais uma voz no combate à fome no nosso país.

Um grande abraço!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agradecemos muito ao Pastor Henrique Vieira, Deputado Federal do Rio de Janeiro, pela contribuição que deu.

Eu dei uma aceleradinha porque o Ministro já está na sala. Eu vou lá buscar o Ministro, e em seguida ele fará a sua fala aqui, ou, se quiser esperar os dois painelistas, o Ministro é quem manda daqui para a frente. Eu mando até chegar lá, só. Vou lá pegá-lo e já volto. (*Pausa.*)

Já combinei aqui com o Ministro, e ele quer ouvir, primeiro, os dois painelistas que estão aqui na mesa ainda, mas eu faço questão, Ministro.

Houve uma mística muito bonita aqui, viu? Eu vou até pedir, se vocês assim entenderem, para, no encerramento, vocês repetirem.

Aquela moça... Como é seu nome? Aquela de chapéu lá.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela que começou a mística, não é? E todos vocês participaram.

Podemos fazer no encerramento, com o Ministro presente? Podemos? (*Pausa.*)

O.k., então.

Rapidamente, pessoal, para o Brasil todo conhecer um pouco mais da história do nosso Ministro aqui... Todos sabem o carinho que eu tenho pela história dele, a luta dele e o respeito que eu tenho por ele, como tenho por todos os Ministros do Governo Lula. Nós somos parceiros de longa jornada, não é?

Senhoras e senhores, recebo, com muita alegria, aqui na Comissão de Direitos Humanos, o Ministro Paulo Teixeira, que nasceu em Águas da Prata, São Paulo. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), é advogado, professor, mestre, além de filósofo.

Sua trajetória política iniciou-se com sua eleição como Deputado Estadual, em 1994 e 1998. Posteriormente, ocupou importantes cargos, como Secretário Municipal de Habitação e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo, 2001-2004; Diretor Presidente da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab), 2003-2004; em 2004, foi eleito Vereador na cidade de São Paulo e, desde 2007, tem exercido o mandato de Deputado Federal, sendo reeleito nas eleições de 2022. Na Câmara dos Deputados, Paulo Teixeira destacou-se como Líder do PT, em 2011.

Ele é um cidadão com compromisso sólido com os direitos humanos e o respeito às diversidades. Atualmente, ocupa o cargo de Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar no Governo Lula, reconhecendo a importância de investir cada vez mais na pequena agricultura como parte essencial do desenvolvimento do Brasil.

Ministro, seja bem-vindo! Se eu fosse ler todo o seu currículo, você ia ficar aqui toda a tarde comigo. E, como eu não posso, eu dou uma grande salva de palmas para a sua história, a sua vida e o momento bonito que você representa junto ao Governo do Presidente Lula. (*Palmas.*)

Combinei com o Ministro que, neste momento, passaríamos a palavra então... (*Pausa.*)

É tanto papel que eu recebi aqui. Aqui tem os virtuais, aqui tem esse e agora temos aqui os que estão nesta segunda mesa.

Já tivemos uma abertura que eu fiz, chamei a segunda mesa, teve todo um ritual que depois, no fim, vão fazer de novo. Eu vou pedir pelo menos.

Passamos a palavra, neste momento, à Elisabetta Recine, Presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), pelo tempo de dez minutos para cada um, mas com a tolerância que a mesa dará naturalmente.

O Ministro vai ter que esperar agora.

A SRA. ELISABETTA RECINE (Para expor.) – O senhor sabe que essa coisa de tolerância sempre... Bom... Mas enfim...

Muitíssimo bom dia, Senador. Muito obrigada por acolher essa iniciativa. Quero agradecer a todo o Movimento dos Pequenos Agricultores (e agricultoras), pelo convite. É muito significativo, em nome do Consea, estar aqui neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na semana passada, quando nós realizamos a nossa plenária e o Presidente Lula recebeu o relatório final da 6ª Conferência, que aconteceu em dezembro do ano passado, naquele momento também nós tivemos a assinatura tanto do decreto das cozinhas solidárias, que virou uma política pública a partir de todo o desenvolvimento feito pela sociedade civil, mas também o decreto da cesta básica e um termo de cooperação do Banco do Brasil para também contribuir para a implementação da política das cozinhas solidárias.

Eu falei que aquelas assinaturas, para além do significado específico delas, eram também uma valorização do espaço de participação social. Não é o único espaço, certamente, é um espaço que tem seus limites, mas é um espaço muito significativo.

Na nossa conferência, nós também tivemos a assinatura, como a Fernanda Machiaveli mencionou, do decreto que instituiu a Política Nacional de Abastecimento, que é uma demanda histórica do Consea e de toda a sociedade brasileira, principalmente daquela que luta pela realização do direito humano à alimentação adequada.

Durante a conferência, nós também tivemos a assinatura de dois outros instrumentos muito importantes. Um é o da estratégia nacional de segurança alimentar e nutricional nas cidades, que dialoga diretamente tanto com o Plano Nacional de Abastecimento quanto com a Missão Josué de Castro. E tivemos outras medidas ligadas a alimentação adequada e saudável nas escolas e a viabilização de uma alimentação adequada e saudável nas escolas na região Amazônica.

Como todo espaço de participação social institucional, nós reunimos Governo e sociedade civil. O Consea tem uma história de desafios, mas também tem uma história de resultados, de vitórias, e uma delas... Bom, além de, em 2006, nós termos conseguido aprovar, dentro do Congresso Nacional, a instituição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que tem um objetivo desafiador, mas absolutamente necessário, que é a articulação das diferentes políticas públicas, dos diferentes setores de Governo, em todos os níveis, do federal até o municipal, do conjunto de ações necessárias para garantir o direito humano à alimentação adequada, nós também, em 2010, mobilizamos a sociedade brasileira, com um conjunto de movimentos e organizações, para aprovação da emenda constitucional que colocou a alimentação na nossa Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é necessário que nenhum Governo reconheça a existência de um direito humano, porque ele existe independente do reconhecimento formal dos Governos, mas certamente tê-lo na nossa Constituição nos coloca numa posição de cobrar, de uma maneira mais ativa, direta, que o Estado brasileiro se mobilize – e mobilize todos os seus esforços – para garantir, proteger e promover esse direito. E é muito importante que a gente saiba que nenhum direito está garantido por si, ele é garantido a partir da mobilização, do alerta e da resistência e da resiliência dos povos. E o direito à alimentação na nossa Constituição é um desses exemplos.

A gente precisa ficar atento para que esse direito não só continue explicitamente no nosso texto constitucional, mas que ele vire realidade no cotidiano da política pública, na destinação de orçamento, na articulação de metas, etc.

Eu queria mencionar alguns aspectos que me parecem que são muito importantes. Na semana passada foi divulgado um estudo que um grupo de jornalismo investigativo fez, que mostrou que três grandes conglomerados de investimento financeiro internacional controlam metade das corporações do sistema alimentar global. Então, quando a gente ousa colocar um projeto como a Missão Josué de Castro, quando a gente ousa assinar decretos como o da Cozinha Solidária, quando ousamos assinar decretos como o da Política Nacional de Abastecimento, nós não estamos só lutando contra forças nacionais conservadoras, retrógradas, concentradoras de poder econômico e político, nós estamos dando um sinal para o mundo como um todo. E aqui eu não quero focar na metade do copo vazio, não. Eu quero reconhecer que o copo tem tanto a metade vazia quanto a metade cheia. E nós somos a metade cheia, que está lutando para que esse copo fique plenamente cheio.

Agora, o sistema alimentar mundial é um sistema alimentar extremamente verticalizado. Hoje a gente não fala só de indústria de alimentos ou de produtores de *commodity* ou de detentores de terras. Nós estamos falando de um sistema alimentar que hoje é controlado verticalmente. Quem controla o sistema alimentar controla semente, controla terra, controla maquinário, controla tecnologia, controla mercado de abastecimento, controla as forças que regem o que nos motiva para consumo. Então, é muito importante a gente saber – e vocês sabem disso, porque a missão Josué de Castro é uma expressão dessa sabedoria e dessa vivência – que nós vamos fazer a reversão desse sistema, a partir de uma conexão, de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

articulação absolutamente fundamental, que são das forças populares. São as forças populares que empurram os movimentos que acontecem dentro dos governos.

Por isso é que eu falei "quando nós ousamos assinar um decreto", porque eu vejo que a assinatura de um decreto... a caneta que assina o decreto é a caneta que é mobilizada pelas forças populares, é aquela que garante o enfrentamento hegemônico. É isso que garante que uma política que hoje parece estar completamente fora do cenário político-econômico realmente vire realidade.

Nesse aspecto, o Consea tem mobilizado uma grande diversidade da sociedade civil para fazer com que essa pauta vire realidade, para contribuir para que o que acontece na sociedade ecoe para dentro do Governo – no caso aqui, do Governo Federal. Mas o Consea também é um exemplo de uma grande rede que acontece no nível nacional. Nós temos conselhos estaduais, hoje, em todos os estados e no Distrito Federal; nós já temos CONSEAs municipais, em um pequeno número ainda de municípios, mas a tendência é isso aumentar. Uma das grandes mensagens da nossa conferência nacional foi exatamente essa fronteira. A gente precisa garantir não só orçamento público para os programas, orçamento suficiente para os programas realmente atenderem às suas metas, atingirem os seus objetivos, mas a gente precisa também garantir espaços de articulação entre Governo e sociedade civil em todos os municípios brasileiros. A gente precisa ter instâncias de pactuação e garantir financiamento para que essa estrutura de gestão funcione.

Não é algo fácil a gente pensar em articulação, em pactuação de objetivos, em pactuação de meta, em pactuação de orçamento, mas isso é necessário. A gente não vai combater a fome, a gente não vai erradicar a fome, a gente não vai garantir comida de verdade se a gente continuar numa estrada absolutamente fragmentada. Mesmo que nós tenhamos programas e ações que sejam bem desenvolvidas setorialmente, isso não garante, de maneira sustentável, de maneira perene, a erradicação da fome e a garantia de alimentação e alimentos adequados, saudáveis, produzidos de maneira sustentável, e não só ambientalmente, mas socialmente para o nosso país.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELISABETTA RECINE – A gente tem uma experiência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já vou encerrar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Já dei mais cinco.

A SRA. ELISABETTA RECINE – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem é da Comissão sabe que as mulheres são maioria. Não vou contra as mulheres em nenhuma votação aqui. Ganhamos todas (*Fora do microfone*.) por causa das mulheres, viu? Uma salva de palmas às mulheres. E você continua. (*Palmas*.)

A SRA. ELISABETTA RECINE – Muito obrigada.

Nós temos uma experiência importante no começo dos anos 2000 até 2014, em que realmente nós conseguimos resultados importantíssimos não só de redução da fome, mas de redução da pobreza. Por que é que a gente conseguiu resultados em uma década e meia, resultados tão importantes que foram um exemplo para o mundo inteiro e são até hoje lembrados no mundo inteiro? E por que é que a gente perdeu tão rapidamente esses resultados? E, mais do que perdeu, nós voltamos a situações piores do que do início de 2003, mais ou menos. Porque há uma redução que é – entre muitas aspas – "facilmente conseguida" quando você amplia a renda das famílias, quando você amplia o acesso aos alimentos, quando você reduz o preço dos alimentos. Mas, de fato, a gente precisa olhar nas raízes da nossa fome ou das nossas fomes. A fome não é homogênea. A fome se expressa de diferentes maneiras. A fome urbana é diferente da fome rural. A fome dos povos indígenas é diferente da fome dos povos e comunidades tradicionais.

E, portanto, a maneira de erradicar a fome de maneira sustentável, nessas diferentes expressões do nosso povo, também precisa ser específica. A gente precisa garantir terra, território. A gente precisa da reforma agrária. A gente precisa de um sistema de abastecimento que seja capilarizado nas cidades, onde seja muito fácil, onde seja muito barato, em qualquer esquina de qualquer bairro, de qualquer cidade deste país, encontrar alimento diversificado, encontrar alimento natural. Então, a gente precisa olhar essas diferentes expressões. E a gente precisa também ir para as raízes profundas das desigualdades brasileiras: racismo, desigualdade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de gênero e acesso a terra e território. Não é só a terra e território rural, a terra e território urbano também. Precisamos ir para essas raízes. (*Palmas.*)

E a gente sabe muito bem que chegar a essas raízes requer um enfrentamento das raízes do autoritarismo brasileiro, das raízes das desigualdades brasileiras. E isso a gente só vai conseguir com uma grande união popular, uma grande frente de poder popular, que a gente faça com que quem estiver no poder tenha sustentação para fazer as reformas necessárias – na verdade, mais do que reformas –, as transformações profundas necessárias. E é nisto que nós estamos: o quanto a gente precisa hoje enfrentar as diferentes narrativas que circulam na nossa sociedade, as diferentes versões do que é o Brasil, as diferentes versões de quais são os nossos problemas.

A gente tem um trabalho muito grande a fazer de chegar perto dessas realidades, fazer diálogos sinceros, criar confiança, criar um poder de transformação que não esteja em poucos, mas esteja na mão de muitos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns pela bela exposição à Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), querida Elisabetta Recine! Exposição brilhante, tranquila, que apontou o caminho. As palmas do Plenário podiam vir a todo momento, mas, como nós estávamos com pressa, você ganhou aquelas palmas e vai ganhar mais agora. (*Palmas.*)

Ela foi brilhante! A exposição dela foi direta e brilhante!

De imediato, por favor, o Sr. Kleytton Guimarães do Morais, Presidente da Fundação Banco do Brasil.

O SR. KLEYTTON GUIMARÃES MORAIS (Para expor.) – Bom dia! Bom dia, Senador Paulo Paim!

Quero saudar também aqui, na pessoa do nosso Ministro Paulo Teixeira, todos e todas que assistem de casa a esta audiência tão importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Igualmente, quero saudar, na pessoa da nossa companheira Betta, a todos e todos os movimentos sociais presentes aqui neste plenário.

Acredito, Senador Paim, que a iniciativa desta audiência aponta, com muita veemência, com muita eloquência, para a necessidade de juntar forças – de que a gente precisa, de que o país precisa – para acabar com este flagelo, um flagelo histórico e estrutural, que é a fome no nosso país. Então, a gente que teve oportunidade, nós que sustentamos esse sol nas nossas cabeças tivemos a oportunidade de ver que isso, Frei Sérgio, é possível, é exequível. O Brasil já tirou a sua população, a sua gente do mapa da fome. E isso com um exercício muito coordenado de entidades, mas, sobretudo, com uma determinação e uma visão de prioridade dos governos.

Então, acho que é nesse sentido que esta audiência também, ao conjugar movimentos sociais... Como diria o nosso Prof. Clodomir Santos de Morais, a experiência concreta é que faz com que a sociedade se junte naquilo que, sozinhos, a nossa dimensão não pode dar conta. Então, a fome passa a ser, nesse momento também, um insumo indivisível, no sentido de que a gente vai coadunar essas forças, esses propósitos. Acho que a importância disso é reverberar o chamado para todos.

O Presidente Lula foi muito categórico ao dizer que não tem tempo, que os processos burocráticos... Sem abandonar, com certeza, na fala do Presidente, os princípios gerais da administração pública, os *compliances*, enfim, não se pode perder tempo com relação a envidar esforços para que a gente seja taxativo naquilo que o Betinho dizia, de que "quem tem fome tem pressa", e construir ações nesse sentido que sejam estruturantes. Acho que a companheira, nossa Presidenta do Consea, foi brilhante ao dizer: ações estruturantes para que a gente não possa, sob as inflexões de Governo que a democracia ora coloca, ter retrocessos do ponto de vista dessa agenda.

Então, a Fundação Banco do Brasil... E aqui a gente fala enquanto funcionário do Banco do Brasil, essa instituição bicentenária, hoje presidida por uma companheira, Tarciana Medeiros, a primeira Presidenta da história nesses 215 anos do Banco do Brasil, uma mulher negra, e trazendo também um outro elo importante que a Fundação Banco do Brasil também traz, que é o de enaltecer e de difundir a memória daquelas e daqueles que construíram ou que pensaram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um projeto de país diferenciado. Estamos falando aqui do Projeto Memória. O Projeto Memória, no passado, trouxe essa perspectiva também de visitar as contribuições de Josué de Castro, do ponto de vista de superar, no mapa do Brasil, esse flagelo que é a fome.

Inspira-nos muito a Presidenta Tarciana também ao fazer a indução de um outro Projeto Memória que é fundamental para pensarmos um país diferente, que é a partir das interseccionalidades. Quando a gente olha a cara dos que passam fome no país, a gente percebe que essa cara tem cor e que essa cara também tem preponderância de sexo. Então, resgatamos também, nessa outra dimensão, o legado de Lélia Gonzalez para justamente entender que é estruturante, Senador Paulo Paim, a fome no nosso país, em que 1% das famílias concentram... E é um problema de concentração de renda, sim, companheiro Afonso Magalhães, a estruturação da fome no nosso país. Então, pensar essas dimensões, sob a orientação do nosso instituidor Banco do Brasil, nos deixa muito à vontade para que a gente possa... à vontade no sentido de que o Banco do Brasil não vai evitar esforços, por meio da Fundação Banco do Brasil, de dar essa contribuição para que a gente possa de fato erradicar a fome em nosso país.

E queria aqui também destacar esse comprometimento do instituidor Banco do Brasil. Estão aqui presentes duas companheiras que são ligadas à Presidência do Banco do Brasil e também à unidade de ASG do Banco do Brasil, área de responsabilidade socioambiental do Banco do Brasil. Estou falando, respectivamente – gostaria que se apresentassem aqui para o Plenário e para o nosso Brasil –, da companheira Lidiane Orestes, que é executiva da área de unidade de ASG – Lidi, por gentileza –, e também a companheira Lidiane Moreira, que é Gerente de Relações Institucionais, ligada à Presidência do Banco do Brasil. (*Palmas.*)

Está chegando aqui ao nosso plenário também a companheira Luciana Bagno, que é a Diretora da Fundação Banco do Brasil. Então, esse time aqui – representado por essas companheiras, por este companheiro e pelo companheiro Alenor, que está aqui fazendo a cobertura deste importante ato público – está aqui para destacar o comprometimento do Banco do Brasil e da Fundação Banco do Brasil para que a gente possa superar essas adversidades.

E aí queria também, Senador Paulo Paim e Ministro Paulo Teixeira, trazer aqui a perspectiva das ações que a fundação tem construído, e consorciada a partir do chamado do Governo Federal, mas aliançada também por esta possibilidade – a fundação tem esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacidade, eu gosto sempre de reverenciar esta característica da fundação – de ser uma grande articuladora nacional, uma vez que a gente consegue conversar com os movimentos sociais, uma vez que a gente consegue conversar com os movimentos populares, uma vez que a gente consegue conversar com o empresariado brasileiro e com os governos. Eu acho que isso dá uma capacidade também de entender as possibilidades de junção e coordenação desses atores para que a gente possa estar envidando esforços nessa direção.

Então, eu acho que também há um grande, diria, contrassenso, se não um paradoxo apontado para o fato de sermos, o Brasil, a sétima economia do mundo; o fato de estarmos discutindo nas mesas sobre inteligência artificial, sobre metaverso, mas, ao mesmo tempo, observarmos, nas grandes metrópoles e nas pequenas cidades do nosso Brasil também, as pessoas amargando em situação de rua e passando fome. Eu acho que nós temos – a partir do pensamento desta audiência e dessa Missão Josué de Castro – o desafio e o dever de pensar um Brasil que seja um Brasil inclusivo, que, ao mesmo tempo, se debruce com força e coordenação para superar o flagelo da fome, que é um processo de atraso do ponto de vista de uma sociedade que não tem capacidade de produção de insumos e de alimentos para dividir com sua população, que não é o caso da nossa realidade; ou pela própria lógica de concentração mesquinha, preponderantemente capitaneada pelas grandes elites; ou ainda também, a gente observa, por uma visão, diria, um pouco anacrônica dos gestores, de alguns gestores e gestoras públicas que não atentaram para essa realidade e o quanto essa realidade impacta do ponto de vista dos seus governos e dos legados que suas administrações respectivas poderão deixar para o país.

Então, eu acho que esse conjunto de iniciativas precisa ser coordenado. A visão de estar aqui no Parlamento brasileiro, discutindo essa questão tão urgente, juntamente com Ministros aqui, com representações de ministérios, é fundamental nos movimentos sociais, porque daqui a gente, de fato, tira e desencadeia sensibilidades na sociedade de forma geral e sobretudo também nas instituições que estão vocacionadas para dar essas contribuições.

(*Soa a campainha.*)

O SR. KLEYTTON GUIMARÃES MORAIS – E a Fundação Banco do Brasil tem, historicamente, contribuído dentro de um universo que lhe é possível, colocando todas as forças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e energias nessa direção. É uma contribuição singela, obviamente – nós estamos falando de um problema estrutural gigantesco, não é, Senador Paulo Paim? –, historicamente, pelo programa Paz, lá no passado, a multiplicação dos programas dessas hortas comunitárias agora, que a gente vê, conduzidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, os quintais produtivos. Da mesma forma, também, na semana passada, a gente teve oportunidade, juntamente com o MDS, o Governo Federal, de apontar na construção e reformulação das cozinhas solidárias, a que o Deputado Pastor Henrique se referia na sua fala.

Então, eu acho que, com esse conjunto de propósitos e ações, pensando e valorizando o fazer juntos, a gente tem também a dimensão do capital social, a dimensão do empoderamento das sociedades para que haja participação, para que haja debate, para que se pressuponha também que a alimentação é um direito fundamental e sagrado das famílias brasileiras. Então, é nessa perspectiva, não na perspectiva de pedir esmola e não na perspectiva de subjugados e subjugadas, mas na perspectiva de cidadania plena, que nós priorizamos o investimento social na Fundação Banco do Brasil.

A fundação atua nessa perspectiva priorizando os territórios e priorizando os públicos. Então, quais são os públicos das ações que a Fundação Banco do Brasil tem apontado nessa nova estratégia? Nós estamos falando de quilombolas, estamos falando de assentados e assentadas da reforma agrária, estamos falando de pequenas agricultoras e pequenos agricultores familiares. Na cidade, nós estamos falando das catadoras e dos catadores e das juventudes – juventudes no plural –, porque nós estamos falando de juventudes com um amplo leque de desejos, de potências tanto do campo quanto da cidade, com os desafios que nós temos aqui, aí já referenciados nas falas na mesa anterior, de como as juventudes vão se inserir no novo capítulo, olhando, como diria o Jacob Gorender, para frente, mas com o retrovisor da história apontado para que a gente não cometa os erros que aquelas e aqueles que tentam fazer a história inexoravelmente cometem ou têm uma chance de aprendizado, para dizer de uma forma mais propositiva.

Acho que os grandes desafios, que a gente tem buscado – e aí o mundo também chama-nos – para além da discussão da superação da fome, são como é que a gente se estrutura também no terreno da neoindustrialização, como é que os pequenos agricultores e agricultoras, os assentados e assentadas, como é que – aquilo que o Clodomir dizia: o futuro para os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

excluídos – os excluídos e excluídas, como é que esses outrora excluídos se posicionam numa sociedade fraterna, numa sociedade que respeite a diversidade, mas que, sobretudo, assegure o direito de participação, o direito de integração nas riquezas e apropriação das riquezas assim construídas. Então, acho que é nessa dimensão que a gente pensa, Ministro Paulo Teixeira, falando do capítulo da neoindustrialização, falando sobre o capítulo da biotecnologia, falando também sobre os saberes ancestrais... A gente pensa em fundo de repartição, a gente pensa pagamento por serviços ambientais...

E a gente é obrigado a tocar, Senador Paulo Paim, na prioridade do Orçamento público com relação ao alcance dessas políticas tão fundamentais para que a gente possa convergir no alcance dos ODS, para que a gente possa convergir no alcance de uma sociedade que, de fato, com a materialidade que a gente tem de ser a sétima economia do mundo, exporte não fome, mas exporte soluções, como é o caso das tecnologias sociais que a ASA, brilhantemente, com a intervenção de milhares de outras entidades no Semiárido brasileiro, tem apontado e tem levado, a partir da FAO, para outros lugares do mundo.

Eu encerro reforçando a importância da Comissão e a importância, companheiro Anderson, da escolha do legado de Josué de Castro, trazendo aqui aspas do próprio Josué de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. KLEYTTON GUIMARÃES MORAIS – ... Castro: "A fome é a expressão biológica de males sociológicos". Então, é preciso entender – e eu acredito que esta é a pedra fundamental desta Comissão aqui, com a propositura dos movimentos sociais – que a fome é uma prioridade política, a superação da fome é uma prioridade política, da mesma forma que a prioridade da convivência com o Semiárido também é uma prioridade política que liberta, é uma prioridade política que dá dignidade e que, portanto, constrói conjuntamente um futuro decente para todos e para todas.

Antes de encerrar, Senador Paim, queria não fazer uma mística, mas dizer... Aqui, tem um símbolo do prato, um prato vazio. Gostaria de chamar aqui os companheiros: Anderson; minha companheira de que esqueci o nome, mas que é de uma das cozinhas solidárias lá da Lapa; o Marcelo; as companheiras do Banco do Brasil; a Lídia, para que a gente possa encher esse prato aqui de diversidade, porque, sobretudo na agricultura familiar, além dos processos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agroecológicos, estamos falando de uma segurança alimentar com diversidade de sabores, de componentes que ajudam, consoante a própria elaboração mental de qualidade de todos os brasileiros e brasileiras. Então, queria encher esse prato aqui, Senador Paim, se o senhor me permite. (*Pausa.*)

Vamos lá Anderson.

Não sou bairrista – viu, Senador? –, mas costumo dizer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai lá, vai lá.

O SR. KLEYTTON GUIMARÃES MORAIS – ... que eu sou um tabaréu de Santa Maria da Vitória, Bahia, não é? Aí eu pego um negócio desse aqui que diz que é da Coop ali em Irecê, aí... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valeu a intenção.

Pronto.

Valeu! (*Palmas.*)

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Cuscuz dá sustança, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

Esse foi o Kleytton Guimarães Morais, Presidente da Fundação Banco do Brasil, que fez uma bela exposição mostrando o compromisso com o combate à fome.

Neste momento, eu sou obrigado a informá-lo que tanto o Ministro Paulo Teixeira como o Secretário-Executivo da Presidência Flavio Camargo Schuch têm compromisso em seguida. Eu vou dar a palavra agora ao Ministro. Quando ele terminar de falar, nós fizemos uma síntese da mística que eu quero que ele veja, aí nós temos oito inscritos ainda, dois virtuais e seis presidenciais. Os ministros saem, vão vir dois companheiros do Plenário para a mesa, como já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combinamos, e nós vamos tocando até que todos usem o espaço para expressar seu ponto de vista.

Aqui audiência pública nenhuma termina antes do meio-dia. A nossa não vai terminar também, não é? Levamos firmes até o meio-dia aqui com os companheiros que estão no Plenário.

Então, neste momento, com enorme satisfação, eu passo a palavra ao Ministro de Estado Luiz Paulo Teixeira, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), um homem, eu diria, além do seu tempo, com compromisso com as causas populares e a luta contra a fome.

A palavra é sua, Ministro. (*Palmas.*)

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA (Para expor.) – Eu quero dar um bom dia a todas, um bom dia a todos, agradecer o convite para participar deste evento da Missão Josué de Castro, cumprimentar os membros da mesa. E eu quero cumprimentar aqui não só a Elisabetta Recine, que está fazendo um excelente trabalho à frente do Consea; também o Flavio Camargo, da Secretaria-Executiva; Maria Emília Pacheco, da Fase; Luiza Trabuco, da Sisan; o Kleytton Morais, Presidente da Fundação Banco do Brasil; Giovanne Henrique, da ASA Brasil; Yuri Paulino, do MAB; Ana Paula, do MTST; Paulo Petersen, da ANA; Prof. Nino Sobreiro, do Unisol; esteve aqui a Fernanda Machiaveli, Secretária-Executiva do nosso ministério, do MDA; Gláucia Nascimento, do MTST; Anderson Amaro, do MPA; também Manuela Alves Justo, do Instituto Ibirapitanga; Bruno Bassi, da ONG De Olho nos Ruralistas; Maria José, da Conab; Barçante, da FUP; Deputado Henrique Vieira, do Rio de Janeiro, PSOL; Judite Santos, do MST; Ana Ilda, do Movimento dos Pescadores e Pescadoras; e o Nonato, que é Secretário do Ministro Wellington, que está aqui presente também – vou dar um abraço em você.

Senador Paulo Paim, por onde eu passo no Brasil, as pessoas me perguntam e me pedem uma coisa. Eles me perguntam: "Você conhece o Senador Paulo Paim?". E eu digo: Conheço. E eles me pedem uma coisa: "Você pode mandar um abraço para ele e dizer da nossa gratidão pela luta dele pelos aposentados?". Eu digo: Vou dizer. Então, se eu desse todos os abraços que me pediram para te dar, eu passaria o dia te abraçando e quebraria os seus ossos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Isso mostra a gratidão do povo brasileiro pela luta que o senhor faz a favor do povo brasileiro em temas tão importantes, como o tema salarial, o tema da aposentadoria, o tema da previdência. E o senhor não é apenas – e isto não seria pouco – líder do Rio Grande do Sul, o senhor é um líder nacional, do nosso país, fundamental, e jovem líder fundamental, que tem tanto ainda para fazer pelo nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Permitam-me cumprimentar o Frei Sergio e aqui declinar a minha admiração pelo senhor e pelo trabalho tão importante que o senhor faz junto aos agricultores familiares do nosso país. Na sua pessoa e na do Anderson, quero parabenizar o Movimento dos Pequenos Agricultores. (*Palmas.*)

E quero aqui também falar da agenda de vocês.

Josué de Castro, *Geografia da Fome*. O tema da fome no Brasil é um tema político, não é um tema biológico, é um tema político. Ele é político por conta das profundas desigualdades do Brasil. Ele é político por conta da concentração de terra. Ele é político por conta da tradição escravagista.

O Brasil foi talvez o principal país escravagista do mundo. O Brasil esteve no centro do comércio escravagista, não só para o Brasil, onde ficou metade praticamente dos escravos que foram escravizados na África, mas o Brasil foi responsável por todo o comércio escravagista nas Américas. Por isso, essa tradição está no nosso DNA e nós temos que nos livrar da tradição da concentração da propriedade agrária e nos livrar da tradição da escravidão que marcou toda a nossa história. E todas as vezes que este país tentou libertar, abolir a escravidão no sentido positivo da palavra, finalizar, concluir essa abolição, os Governos foram derrubados. O próprio Império foi derrubado porque fez a abolição da escravatura. Getúlio morreu, foi levado ao suicídio, porque criou a legislação trabalhista, a CLT, direitos básicos. João Goulart sofreu um golpe – 21 anos de ditadura – porque ele colocou no centro do seu programa as reformas: reforma bancária, reforma agrária, reforma urbana, reforma trabalhista e outras. Lula foi preso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por 580 dias porque a ascensão social no Brasil foi muito importante. Dilma perdeu o seu Governo porque governou para os de baixo. Assim, na tradição brasileira, toda vez que os de baixo ascendem, os de cima tiram a escada por onde aquelas pessoas estão subindo; se as pessoas estiverem subindo um degrau na escada, a elite brasileira vem e tira a escada de ascensão social para o povo brasileiro.

O que está no centro dessas manifestações ocorridas na semana passada na Avenida Paulista? A insegurança da classe média em relação à ascensão social. É isso, a insegurança. Ora, isso deveria ser um objeto de orgulho, deveria ser objeto de alegria ver um país onde o povo ascende socialmente. (*Palmas.*)

Isso deveria ser objeto de contemporaneidade de um país em que todos ascendem e diminuem as desigualdades e tem uma certa hegemonia social, que é o que caracteriza os países desenvolvidos. Uma das características dos países desenvolvidos é a homogeneidade social. Não é... Todos não são iguais, tem desigualdade nesse país, mas a desigualdade não é tão gritante como a desigualdade que nós temos no nosso país.

O tema da fome, portanto, vem daí. São raízes históricas, e a gente tem que se livrar delas. Qual foi o grande feito da Presidente Dilma Rousseff em 2014? Foi tirar o Brasil do Mapa da Fome. E, ao tirar o Brasil do Mapa da Fome, ela sofreu um golpe. Então esse é um tema político, como a Elisabetta colocou tão bem aqui e o Kleytton igualmente colocou.

E como enfrentá-lo? Nós temos que enfrentar por um sistema alimentar que garanta a segurança alimentar e que seja saudável, um sistema alimentar e nutricional saudável. Vocês me perguntam: nós temos um sistema alimentar seguro, saudável, que garanta ao país um nível de independência, de autonomia? Não, não temos. O sistema alimentar nosso hoje, em grande parte, é voltado para exportação; em parte, ele está vinculado à produção de proteínas. E, nesse período, não só nós deixamos 20 milhões no Mapa da Fome, como temos 80 milhões que deixaram de se alimentar adequadamente, com comidas que são da cultura alimentar do nosso povo, e passaram a substituir por ultraprocessados, que acabam resultando em problemas gravíssimos na saúde do povo: diabete, hipertensão, obesidade, enfim, uma série de efeitos colaterais que mostram que esses sistemas não alimentam e que, portanto, nós temos ainda metade da população brasileira em insegurança alimentar. Por isso é um tema político, é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tema de produzir alimentos saudáveis e, ao mesmo tempo, reeducar o nosso povo e promover o acesso a esses alimentos saudáveis. Esse é o grande desafio do nosso país.

O Presidente Lula está com o pé no acelerador. Eu acho que foi muito importante a retomada do Consea, isso foi muito simbólico, com o ato que nós tivemos na semana passada, em que você tem um decreto sobre a cesta básica, em que você acaba com a tributação sobre os alimentos, em que você assina o PAA para as Cozinhas Comunitárias.

O tema do Bolsa Família – o Nonato está lá, o Wellington, que pilota o Bolsa Família – é turbinado para crianças até cinco anos de idade, com R$650 para a família, mais R$150 para quem tem filhos até seis anos de idade e mais R$50 para quem tem filhos até 18 anos de idade. E, na área da agricultura, há a retomada de programas, a reformulação de programas de primeira geração para a gente fazer programas de segunda geração.

Entre esses programas, quais foram os nossos centros? Primeiro, a retomada da reforma agrária. No ano passado, nós batemos um recorde na retomada da reforma agrária. Mesmo assim, estamos sendo objeto de críticas, mas eu consigo entender a crítica. A crítica é das pessoas que dizem: "Eles ainda não desapropriaram nenhum centímetro de terra". Têm razão. Nós fizemos reforma agrária com estoques de terra, mas fizemos reforma agrária. Neste ano, faremos desapropriando e com estoques de terra. Enfim, vamos bater o recorde novamente.

O Presidente Lula, entre março e abril, vai anunciar, mas é importante dizer: o Programa de Reforma Agrária ficou paralisado por seis anos no Brasil, seis anos que não se assentavam mais famílias no Brasil. E, hoje, estima-se que nós tenhamos... São estimativas distintas, e há – e nós estamos apurando esse dado – diferentes dados, mas os que dizem mais falam em 90 mil famílias acampadas no Brasil. Então, o Programa de Reforma Agrária foi retomado e foi retomado para assentar famílias que queiram na terra trabalhar, produzir alimentos, alimentos de qualidade, para ser fornecidos para o nosso povo.

Em segundo lugar, nós reformulamos o Plano Safra da Agricultura Familiar. Nós conseguimos ampliá-lo para o Nordeste e agora vamos conseguir ampliá-lo para o Norte e para o Centro-Oeste. Esse é o segundo fator de um trabalho importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente Lula lançou o Plano Safra da Agricultura Familiar, e conseguimos ampliá-lo para o Nordeste. Hoje o Nordeste teve um aumento de 70% no Plano Safra da Agricultura Familiar. E a gente falou: "Poxa, por que não estendemos para o Norte e para o Centro-Oeste as mesmas garantias que são válidas para o Nordeste?". E conseguimos fazê-lo, porque lá, tanto no Norte quanto no Centro-Oeste, tem fundos constitucionais de garantia nessas regiões.

E agora, Frei Sérgio, nós estamos discutindo uma segunda geração de crédito. É um fundo de aval para as regiões que não têm fundo de aval, o Sul e o Sudeste. É um fundo de aval parecido com o do Nordeste, porque lá o microcrédito chega no mais pobre, agora vai chegar no Norte e no Centro-Oeste, e nós vamos criar um fundo de aval agora para chegar nos mais pobres nas Regiões Sul e Sudeste, onde não tem fundo de aval. Ao mesmo tempo desse fundo de aval: estender a mecanização no campo, e essa mecanização ser uma mecanização diversificada.

Outra coisa que foi feita nesse processo foi o processo de compras. Qual é o programa de compras mais virtuoso da agricultura familiar? É o PAA, é o Programa de Aquisição de Alimentos. Você compra do agricultor familiar e faz a doação naquelas comunidades mais vulneráveis. Nós finalizamos o ano de 2023 com 1 bilhão. Só para vocês terem um dado comparativo, em 2022 foram gastos 60 milhões. Nós terminamos com 1 bilhão. Então, um crescimento geométrico. E esse é um programa pelo qual nós passamos a comprar dos mais pobres; passamos a comprar de comunidades indígenas, quilombolas, extrativistas, assentados da reforma agrária, mulheres – quase 75% dos programas no Nordeste são feitos por mulheres. Enfim, o PAA chegou na base, e é por isso que a gente quer a recomposição do seu orçamento em 2024, para ter o mesmo desempenho ou melhor que em 2023.

O Presidente Lula colocou 1,5 bilhão a mais para a alimentação escolar e colocou também... Nós estamos estimando 500 milhões já nas compras institucionais. Nós estamos comprando... Todos os hospitais federais passaram a comprar da agricultura familiar. Fizemos um convênio agora com o Hospital Conceição, lá no Rio Grande do Sul, para a compra da agricultura familiar, e vamos fazer agora – conversamos com a Ebserh – com todos os hospitais federais e todos os hospitais que recebem recursos no SUS, para também comprarem 30% da agricultura familiar, e por isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma boa notícia! (*Palmas.*)

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Três programas, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PAA e o programa de Compra Institucional. E conversando com vocês, nós agora estabelecemos com a Ministra Nísia Trindade um programa de compras públicas de fitoterápico, de medicamentos das plantas – as mulheres dominam isso no campo brasileiro –, para o SUS comprar esses medicamentos das plantas. (*Palmas.*)

Bom, há esse programa de compras, o Pronaf, o Mais Alimentos de máquinas, e também lançamos os Quintais Produtivos. Já foram 2 mil selecionados no ano passado para mulheres, fruto da Marcha das Margaridas, é um financiamento para os Quintais Produtivos, que serão 90 mil durante os quatro anos do Presidente Lula para a agricultura praticada e liderada por mulheres.

Eu falei na reforma agrária e, junto com a reforma agrária, a demarcação de terra de remanescentes de quilombos. Por que o Presidente Lula investe fortemente na agricultura familiar? Porque o Brasil precisa diversificar sua produção de alimentos. A agricultura familiar tem um painel, tem um cardápio de 15 alimentos. A agricultura familiar tem um painel de mil alimentos. Só o PAA compra 500 alimentos.

Então, nós temos que diversificar, porque comer é uma atitude política, mas também cultural. As pessoas se alimentam do que seus pais se alimentavam, seus avós, do que vêm da sua cultura. E, num Brasil tão continental, se alimentar na Amazônia não é igual a se alimentar no Rio Grande do Sul, que não é igual a se alimentar no Nordeste.

Agora mesmo, aqui o Kleytton trouxe uma farinha que vem da cidade dele, lá de Santa Maria da Vitória. A farinha é um produto da cultura alimentar do nosso povo, que vem inclusive da tradição indígena. Não é isso? Então, se alimentar diz respeito à cultura alimentar. E é por isso que o investimento na agricultura familiar é um investimento para diversificar e reeducar o nosso povo para uma alimentação saudável.

Nós vamos agora enfrentar, no MDS, MDA, Ministério da Educação, um programa de reeducação alimentar do nosso povo, valorizando a cozinha regional, valorizando a cozinha da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia, do Pará, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco, da Bahia, do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Goiás, valorizando essa cozinha para que as pessoas voltem e recuperem essa sua tradição alimentar.

E a alimentação – a Elisabetta está aqui – é um movimento político que tem que ser baseado em organizações populares, na mobilização. O tema das cozinhas comunitárias, das hortas comunitárias nas cidades tem que ser o lócus dessa mobilização. Por isso, eu trago aqui a importância dessa homenagem ao Josué de Castro, à lembrança do nome do Betinho, à lembrança de tantos que lutaram para que o Brasil não tivesse fome.

Frei Sérgio, nós queremos fazer uma segunda geração de políticas e queremos ouvi-los sobre a segunda geração de políticas. Entre essa geração de políticas está promover o acesso a sementes crioulas para o nosso povo. Veja, eu saio agora de São Carlos, lá em Lagoa do Sino, onde nós temos uma experiência de produção de soja convencional para a agricultura familiar, e muitos assentamentos estão recebendo sementes de soja convencional, não transgênica, para a agricultura familiar. Fizemos um acordo com a Embrapa, para que a Embrapa possa recuperar todas as sementes tradicionais, crioulas, culturais e que não estejam presas em legislações de patentes para que o agricultor possa ter acesso a essa semente e não dependa de uma indústria de semente – o mesmo para a divulgação através de assistência técnica e extensão rural.

E agora nós estamos fazendo um edital para o Brasil inteiro, dividido por regiões, de assistência técnica e extensão rural de agroecologia, para que o agricultor também não tenha dependência sobre o tema dos fertilizantes e para que o agricultor possa fazer a transição de uma agricultura baseada na química, no agrotóxico, para uma agricultura baseada nos biológicos e, portanto, na agroecologia, isto é, nós precisamos ampliar a produção de alimentos de base sustentável, mas também agroecológica e saudável para o Brasil.

Por isso, nesta manhã, no Senado Federal, uma audiência tão rica de pessoas que representam o Brasil, eu diria, lembrando um amigo meu, Patrício, que uma vez foi numa reunião, olhou e falou: "Quanto poder concentrado!". Eu vejo uma reunião como essa aqui, a cada pessoa aqui, o tanto de poder e de capital social e político... (*Palmas.*)

... que tem, quanto poder concentrado! E uma reunião presidida por Paulo Paim. Quer coisa melhor que isso? Não!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns a vocês. E a luta é para a gente extinguir a fome da sociedade brasileira, ter comida com fartura na mesa do povo brasileiro; fartura de comida e fartura de direitos, e fartura de Brasil para todas as brasileiras e todos os brasileiros.

Parabéns a vocês.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Ministro Luiz Paulo Teixeira, Ministro do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar, que deu aqui uma série de informações que enriquecem a luta de todos nós no combate à fome e reafirma os compromissos do Presidente Lula com essa causa, que é a causa da liberdade, da democracia, da justiça. E de fato a fome é uma questão política. Na minha introdução, eu falava mais ou menos isso. E você, com a sua fala, deu um brilho especial.

Meus amigos, o Ministro está com problema de agenda, o Secretário Flávio também... Não, Ministro. Tu não vais sair sem nós tiramos uma foto aqui. Todo mundo de pé aí, para nós aí. E vamos fazer a mística. Fala aí.

(*Procede-se à apresentação de mística.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Voltamos aqui aos nossos convidados.

Eu passo a palavra agora para Fernanda Marrocos, pesquisadora, representante da Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis da Universidade de São Paulo. Na tela, por favor.

Por favor, Dra. Fernanda Marrocos.

A SRA. FERNANDA MARROCOS (*Por videoconferência.*) – Olá! Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FERNANDA MARROCOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Gostaria de cumprimentar as autoridades presentes, Senador Paulo Paim, os representantes dos movimentos sociais e também o público que participa desta audiência.

Eu sou Fernanda Marrocos, sou pesquisadora da Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis da Faculdade de Saúde Pública da USP e gostaria de introduzir brevemente a cátedra.

A Cátedra Josué de Castro foi criada em 2021 e atua como um espaço interdisciplinar de reflexão e produção de conhecimento, que busca ampliar o olhar sobre os sistemas alimentares a partir da perspectiva do cidadão, da saúde e do meio ambiente.

Em 2022, sob a orientação da Profa. Tereza Campello, a cátedra lançou o livro *Da Fome à Fome: Diálogos com Josué de Castro* com o intuito de atualizar e aprofundar o complexo problema da fome no Brasil de hoje. Este livro ressalta, entre tantos outros aspectos, que a construção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis não surgirá naturalmente das forças de mercado. Diante do aprofundamento das crises ligadas ao aumento da fome, da obesidade, de todas as formas da malnutrição e das mudanças climáticas, cresce a importância do papel do Estado como um ator fundamental e regulador para a execução das políticas, tanto na garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável quanto na superação da monotonia ou hegemonia do sistema alimentar global, que não preserva nem a saúde e nem o meio ambiente.

E é nesse contexto que eu gostaria aqui, na minha fala de hoje, de destacar o papel dos guias alimentares, em especial o *Guia Alimentar para a População Brasileira*, que neste ano, em 2024, completa dez anos, conforme já destacado pelas minhas colegas, a querida Maria Emília e também Elisabetta Recine. Os guias alimentares são instrumentos orientadores de políticas públicas voltadas ao combate à fome e à promoção da saúde e da sustentabilidade. A segunda edição do guia alimentar, que foi publicada em 2014 pelo Ministério da Saúde, tem um potencial para o que denominamos ações de triplo impacto, pois além de induzir os sistemas alimentares sustentáveis, incide nas dimensões social, econômica e ambiental e, claro, na saúde pública. Tal documento é orientado por evidências científicas que, nos últimos dez anos, ficaram ainda mais sólidas. A utilização da classificação nova de alimentos, que agrupa os alimentos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acordo com o nível e o propósito de processamento industrial, é o principal pilar deste guia e permitiu estabelecermos uma regra de ouro que é muito simples e, ao mesmo tempo, muito potente: prefira sempre alimentos *in natura* ou minimamente processados e preparações culinárias a alimentos ultraprocessados. Essa regra não deve ser utilizada apenas pelas pessoas que orientem individualmente suas escolhas, mas para buscar uma coerência entre outras políticas públicas não apenas na área da saúde, mas em todas as etapas do sistema alimentar.

Já foi pautado aqui hoje que os alimentos ultraprocessados são formulados para serem hiperpalatáveis, convenientes e para que não exijam tempo de preparo. Eles são altamente rentáveis e lucrativos para a indústria. Evidências consistentes já indicam que esses produtos estão associados a mais de 32 agravos da saúde, incluindo morte precoce, câncer, doenças cardíacas e respiratórias, obesidade e depressão.

No Brasil, o consumo desses alimentos vem aumentando nas últimas décadas e mais intensamente entre as famílias de menor renda. É importante ressaltar que, a partir de 2023, esses produtos já são mais baratos do que alimentos frescos no Brasil, como carnes, leites, frutas, entre outros. Tal fato tem consequências desastrosas para o Estado e para a sociedade brasileira. Apenas o excesso de peso, uma das condições diretamente associadas ao consumo de ultraprocessados, representa um custo direto anual de R$1,5 bilhão para o tratamento das doenças não transmissíveis no SUS. É urgente, portanto, que o Estado utilize o guia como orientador de políticas públicas.

Dentre os avanços recentes que já foram citados aqui, destaco a mudança da rotulagem nutricional; a proibição do comércio de ultraprocessados em escolas nos municípios do Rio de Janeiro; e a nova composição da cesta básica, que está alinhada às recomendações do guia alimentar.

Mas precisamos continuar avançando, e a reforma tributária é uma oportunidade para mudar a realidade de milhões de brasileiros. Regular a cesta básica nacional com alíquota zero, seguindo as recomendações do guia e tributar os ultraprocessados com imposto seletivo deve ser uma prioridade para salvar vidas.

Aproveito aqui para citar um trecho do artigo da Profa. Patrícia Jaime, que foi recém publicado no Nexo, de que o nosso desejo para os próximos dez anos do guia é de que ele se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consolide ainda mais como instrumento indutor de políticas públicas para que mais e mais brasileiros tenham não apenas o direito humano à alimentação adequada garantido, mas desfrutem e tenham saúde com a dieta tradicional brasileira.

A cúpula do G20 e a Conferência do Clima, COP 30, que serão sediados no Brasil, servirão, então, como uma grande oportunidade para não apenas repensarmos os sistemas agroalimentares, de modo a posicionar o combate à fome e as diferentes formas da má nutrição no centro das discussões, mas também de posicionarmos esse documento, o guia brasileiro, como instrumento inovador que pode ser utilizado como exemplo global nas discussões acerca das transições dos sistemas agroalimentares, para que estes possam ser mais diversos, saudáveis, socialmente justos e sustentáveis.

Então, eu gostaria de parabenizá-los pelo lançamento da Missão Josué de Castro. Que sigamos todos lutando diariamente contra a fome e pela garantia de uma alimentação adequada, saudável e diversificada para a população brasileira.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Fernanda Marrocos, pesquisadora e representante da Cátedra Josué de Castro, Sistema Alimentares Saudáveis e Sustentáveis, Universidade de São Paulo. Nossos cumprimentos pela exposição.

Vamos, de imediato, também em participação virtual, com a Dra. Ana Cristina Rodrigues da Costa, Superintendente de Desenvolvimento Social e Gestão Pública do BNDES.

Na tela.

A SRA. ANA CRISTINA RODRIGUES DA COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, quase boa tarde, mas ainda bom dia a todos e todas!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Boa tarde!

A SRA. ANA CRISTINA RODRIGUES DA COSTA (*Por videoconferência*.) – Antes de mais nada, eu gostaria de saudar o Senador Paulo Paim e estender esse cumprimento ao Kleytton, à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Elisabetta, à Fernanda, com quem divido essa mesa, assim como saúdo toda a nossa Plenária, presencial e remota.

Eu queria ainda agradecer o convite ao BNDES para participar dessa importante reunião de lançamento da Missão Josué de Castro.

Eu me chamo Ana Costa, sou Superintendente da área de Desenvolvimento Social e Gestão Pública do BNDES, da Diretoria da Tereza Campello. Como a gente falou aqui o tempo todo em reconstrução, é uma área também recriada, no ano passado, pela nova administração, visando exatamente retomar e reforçar a atuação do BNDES como instrumento do Estado brasileiro em seus temas estratégicos, definidos em nosso atual planejamento estratégico, dentre os quais nós temos a contribuição para a redução das desigualdades sociais e territoriais, assim como o fortalecimento da agricultura familiar e sustentável.

Nesse contexto, a partir do nosso escopo de atuação enquanto banco de desenvolvimento, objetivamos construir com vocês, movimentos sociais e Governo, as condições para o futuro que queremos. Para isso, o BNDES vem trabalhando em coordenação e parceria com as políticas públicas e ministérios setoriais, a fim de construir e operar soluções estruturantes para os problemas que enfrentamos em nossa sociedade.

No caso do combate à fome, e mais uma vez tendo em vista o nosso escopo de atuação como banco de desenvolvimento, esse apoio passa pelo fortalecimento da agricultura familiar e sustentável, a partir de tentarmos buscar fortalecimento da sua capacidade de produzir alimentos saudáveis e em quantidade, com produtividade e sustentabilidade, ao mesmo tempo com a cooperação e convergência com as políticas públicas, os ministérios, tentando convergir com todas as políticas de compra, como o Ministro bem citou, Pnae, PAA, cozinhas solidárias e tantas outras – principalmente, aqui no caso, a gente está começando com o Programa de Alimentação Escolar –, possibilitando exatamente levar alimentação saudável e desenvolver o mercado para a agricultura familiar.

Nesse contexto, já historicamente temos parceria com a Conab, em que fizemos um trabalho exatamente voltado para as cooperativas e associações de produtores rurais, que são fornecedores do PAA, do Pnae e também da Política de Garantia de Preços Mínimos. Foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lançados dois editais, em que trabalhamos com 281 projetos, beneficiando 8 mil agricultores. Queremos agora retomar essa parceria. Já estamos em conversa já alongadas com a Conab.

Outro apoio histórico do BNDES que a gente pretende retomar é o Ecoforte, em parceria com a Fundação Banco do Brasil – Kleytton está aí na mesa. É muito bom dividir, porque é uma parceria também de longa data com a fundação, no âmbito da política nacional de agroecologia e produção orgânica. Também estamos em conversas também fortes, para que a gente possa também ter o sucesso que nós tivemos no passado, quando nós conseguimos atingir 52 mil pessoas beneficiadas em 42 redes de agroecologia.

Temos também o apoio histórico das cisternas, com o Programa Um Milhão de Cisternas, também com a Fundação Banco do Brasil, que queremos retomar. E temos agora, no início de execução, a busca de implantar cerca de 1,4 mil cisternas, nessa parceria também retomada com a Fundação Banco do Brasil e também com o MDS, que vai entrar com programa de fomento e assistência aos agricultores.

É importante citar também – e aí buscando fazer exatamente essa relação entre uma oferta bem estruturada da familiar e políticas públicas de compra, como o Pnae – o lançamento de edital no valor de R$336 milhões do Fundo Amazônia, para levar comida saudável e segurança alimentar às crianças e jovens da rede pública, gerando, ao mesmo tempo, empregos para os agricultores familiares, incluindo quilombolas, assentados, grupos de mulheres, povos indígenas e demais povos tradicionais na Amazônia Legal. Esse edital faz parte da iniciativa Amazônia na Escola: Comida Saudável e Sustentável, resultado da parceria entre o BNDES, como gestor do Fundo Amazônia, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e os Ministérios de Desenvolvimento Agrário, Agricultura Familiar; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; e do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Outra ação para que eu queria trazer luz aqui, que também já fizemos ao longo de 2023 e estamos trabalhando em 2024, é a implantação do Sertão Vivo, que visa a apoiar projetos dos estados na Região Nordeste que promovam o aumento da resiliência climática da população rural do Semiárido do Nordeste brasileiro, com foco na conservação da biodiversidade, aumento da segurança alimentar e nutricional, beneficiando cerca de 430 mil famílias, com investimento previsto no valor de R$1,7 bilhão, numa parceria do BNDES com recursos do Fida,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das Nações Unidas e do GCF. A ideia é que os agricultores beneficiados possam adotar princípios e práticas que proporcionem acesso à água; aumentem produtividade, segurança alimentar, resiliência; restaurem ecossistemas degradados e promovam também a redução das emissões de gases. A estimativa é implantar mais de 35 mil tecnologias de acesso à água para a produção.

O BNDES ainda, nesse trabalho com instrumento de Estado, assinou a ACTs com o MDS e o MDA para apoiar a estruturação de quintais produtivos, para contribuir na meta dos 90 mil quintais, além também do ACT junto ao MDA, Mdic, MCTI, Embrapa, Finep, Embrapii, BNB, Banco do Brasil e Basa, para a implementação de ações conjuntas que promovam desenvolvimento científico e tecnológico, ampliação da oferta de máquinas e implementos adaptados à agricultura familiar. Assim, com os recursos não reembolsáveis – que foram esses que citei – mais escassos, a nossa estratégia é usar esse recurso exatamente em projetos de inclusão produtiva, com fomento ao cooperativismo, buscando alavancar as possibilidades de diminuição das vulnerabilidades para inserção produtiva dos fluxos relevantes e formais de crédito e mercados consumidores, buscando ainda a produção e consumo saudáveis, tecnologias sociais e principalmente a busca pelos circuitos curtos com o uso das políticas públicas existentes de compra.

Já no caso também da atuação reembolsável, temos o Pronaf, em que o banco é um repassador relevante, e temos uma atuação em que precisamos utilizar os agentes financeiros. Mas hoje temos uma crescente parceria com os bancos cooperativos e as cooperativas de crédito, contando atualmente com nove instituições que são credenciadas a repassar as nossas linhas de crédito para os pequenos agricultores: Sicred, Sicoob, Cresol, Ailos, Credicoamo, Uniprime, Primacredi, CredeSIS e Credicooopavel. Essas instituições realizaram, em 2023, 182 mil operações, que representam 68% dos números das operações aprovadas.

Em 2023, houve um resultado histórico para o cooperativismo: três entre as quatro maiores repassadoras do BNDES, pela primeira vez na história, foram as cooperativas de crédito. Com isso, queremos estender ainda mais o Plano Safra com a sua própria revisão voltada tanto para a Região Nordeste quanto também para o fomento à agroecologia, em que queremos buscar, com o aumento dessa nossa capitalidade, via também o cooperativismo de crédito, aumentar a nossa atuação. Cerca de 59% do total de aprovações no Plano Safra foram para as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cooperativas. No Plano Safra, os bancos cooperativos já aprovaram R$3,4 bilhões para mais de 102 mil operações nesse plano de 2023/2024.

Além disso, o BNDES também reviu o programa Procapcred, que é fundamental para a gente fortalecer e aumentar o escopo de atuação das cooperativas de crédito, porque ele financia a compra, a entrada das cooperativas de produção ou de pequenos agricultores nas cooperativas de crédito, comprando cotas, para aquisição de cotas-partes.

Assim, acreditamos no cooperativismo, na agricultura familiar sustentável num contexto de trabalho coordenado com as políticas públicas, os ministérios, o Parlamento e principalmente os movimentos sociais, que são fundamentais para construirmos as bases para esse futuro sem fome e desigualdades.

Parabéns por esta iniciativa.

E muito obrigada por poder fazer parte dela. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Ana Cristina Rodrigues da Costa, Superintendente de Desenvolvimento Social e Gestão Pública do BNDES. Parabéns pela sua exposição.

Meus amigos e minhas amigas, estamos avançando.

Pediram ainda – faz parte aqui do nosso protocolo – que eu registre algumas presenças. Eu registro a presença do Prof. Nino Sobreiro, UnB; do Prof. Guilherme Delgado, UnB e Abra; da Sra. Anailde, Movimentos de Pescadores e Pescadoras (MPP); de Manoela Justo, Instituto Ibirapitanga; de Bruno Bassi, De Olho nos Ruralistas; de Bianca Lima, Mídia Ninja; de Luiza Trabuco, Coordenadora-Geral do Sisan/MDS; do Dr. Emiliano Dias, Colégio Fronteira Norte; por fim, de Francisco Oliveira, Assessor da Presidência da Petrobras; e de Afonso Magalhães. Lendo esses nomes, eu faço uma salva de palmas a todos vocês que estão no plenário e não somente àquele que chegou à mesa. (*Palmas.*)

Temos espaço, conforme combinado, para falas da bancada. Vamos dar cinco minutos para cada um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para falar da bancada, é só apertar o botão, quando vai acender uma luz verde – no centro ali, o botão que está isolado, sozinho.

Giovanne Henrique, Articulação do Semiárido.

Em seguida, aqui, a pedido de alguém que tem que sair rapidamente, só para se preparar, será Judite Santos, do MST.

Giovanne Henrique, Articulação do Semiárido (ASA).

O SR. GIOVANNE HENRIQUE SATIRO XENOFONTE – Olá, minha gente.

Bom dia, Senador e demais autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia.

O SR. GIOVANNE HENRIQUE SATIRO XENOFONTE (Para expor.) – Eu me chamo Giovanne, faço parte da Articulação do Semiárido Brasileiro, articulação que construiu 1 milhão de tecnologias de captação de água de chuva no Semiárido. Saímos de uma condição de políticas de combate à seca para políticas de convivência com o Semiárido.

Dentro dessa nossa caminhada de ricos ensinamentos, um deles nos traz a garantia, a ideia de que a sociedade civil tem plenas capacidades de executar políticas públicas com transparência, com qualidade e com eficiência. E é com esse mesmo sentimento que a gente faz parte das organizações que estão propondo a Missão Josué de Castro de alimentar 5 milhões de pessoas, com essa certeza e com essa garantia de que temos plenas condições de executar uma política de tal magnitude.

Deixo aqui o meu abraço. Força na caminhada, na luta. Seguiremos neste seminário até construir toda a proposta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Giovanne Henrique, da Articulação Semiárido Brasileiro, que fez uma fala direta e objetiva e já deu seu recado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu passo a palavra para Maria José da Costa, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por cinco minutos. (*Pausa.*)

Ah, é a Judite. Conforme combinado, por motivo de ter que se retirar, Judite Santos, MST.

A SRA. JUDITE SANTOS (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Peço desculpa. Aqui vou falar e já vou sair, na sequência, porque tenho outro compromisso.

Trago aqui uma saudação em nome do MST.

Gostaria de cumprimentar primeiramente mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, e todas as organizações aqui presentes.

Então, quero saudar a iniciativa desse belo projeto, que soma esforços do campo e da cidade no combate à fome. Acho que essa iniciativa é de fundamental importância para combater um dos principais problemas que afeta a nossa sociedade hoje que é a fome, fruto da mazela causada pelas desigualdades sociais e econômicas em nosso país.

Como bem disse a mística, a fome é uma decisão política também. E nós estamos juntos, lado a lado, no combate a esse problema que nos afeta. Estamos juntos nas diversas iniciativas, junto com o Governo, e esperamos que o Governo também realmente possa somar força nesse pacto de combate à fome em nosso país.

E quero dizer que, para além de ser uma decisão política a fome, o combate à fome é também uma decisão política, por isso nós precisamos de uma questão que é fundamental no combate à fome, que é orçamento. E orçamento também é uma decisão política. Então... (*Palmas.*)

Nesse sentido, então, quero deixar aqui um forte abraço do MST. Estamos juntos nessa iniciativa.

Parabéns a todas as organizações envolvidas nesse processo de construção. Parabéns às organizações e também parabéns ao Governo por pactuar esse grande desafio de luta em nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Judite Santos, que falou pelo MST.

Agora, Maria José da Costa, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A SRA. MARIA JOSÉ DA COSTA (Para expor.) – Bom dia. Saudações a todos, todas e "todes". Queria saudar aqui a mesa na pessoa do Senador Paulo Paim, Maria Emília, Betta e também... Prazer, inclusive, em conhecê-la e saber da sua procedência. É muito bom ouvir uma fala do Banco do Brasil como a que você trouxe aqui. Então, quero também lhe saudar e, em nome do Diretor Silvio Porto, também saudar esse – viu, Senador? – Frei Sergio Gorgen, que é um patrimônio da classe trabalhadora e operária, da classe camponesa e operária. E não é um patrimônio só do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu achei que você tinha esquecido o nome dele.

A SRA. MARIA JOSÉ DA COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – E fez uma fala especial para ele.

A SRA. MARIA JOSÉ DA COSTA – Do Frei Sergio, eu posso nominar pelo menos uns 19 estados onde ele pode dizer que tem casa, morada, companheiros e companheiras, que são os estados onde tem o Movimento dos Pequenos Agricultores.

Também, com essa fala, saúdo, o MPA, em nome da nossa companheira Isabel Ramalho, lá de Rondônia, e queria também, especialmente, saudar a Manu, do Instituto Ibirapitanga e, em nome dela, todos os demais que fazem parte do Instituto; saudar o Barçante, todos e todas da FUP; a Gláucia, em nome do MTST; o Yuri, em nome do MAB; o Paulo Petersen, em nome da ANA; também saudar aqui o Giovanne, em nome da ASA; o Prof. Nino e o Prof. Guilherme; nas pessoas desses e dessas, eu saúdo a todos e todas que estão aqui nesta audiência pública, e o faço em nome do nosso Diretor Sílvio Porto, que é o Diretor de Política Agrícola e Informações, que pede desculpas – viu, Anderson? – por não poder estar aqui. Ele foi convocado para estar no Palácio, acompanhando o nosso Presidente Edegar Pretto, em reunião com o Presidente Lula – é importantíssimo que esteja presente, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também quero parabenizar a plataforma de soberania alimentar. Foi justamente essa plataforma, que compõe todas essas organizações, que construiu, que sonhou, que elaborou, que construiu a Missão Josué de Castro. Então, quero parabenizar pela ousadia, pelo esperançar e também trazer uma mensagem, a partir do nosso Diretor, de que a Conab está muito comprometida – e o nosso Diretor Sílvio Porto, pessoalmente, muito comprometido – com essa pauta, inclusive na coordenação da elaboração do plano da nossa política de abastecimento, que certamente nos compromete a todos e todas que compõem o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e que, como foi dito aqui pela Betta, deve ser entregue aí em mais ou menos 120 dias, agora um pouco menos, não é Betta? O Diretor Sílvio Porto, inclusive, está na coordenação da construção do plano.

E queria aqui também dizer que nós da Conab nos colocamos à disposição da Missão Josué de Castro naquilo que nos couber e naquilo que nos competir, e certamente estaremos juntos e juntas aí nessa construção.

E termino dizendo que, de fato, esse é o momento, esse é o Governo, essa é a aliança camponesa e operária por soberania alimentar – é chegada a hora. E, com a pressa, que nos traz tantos pensadores e pensadoras, principalmente o Betinho, com a pressa e o amor ao povo, a gente espera que a Missão Josué de Castro...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA JOSÉ DA COSTA – ... ajude a vencer o ódio e vencer a fome. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Maria José da Costa, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que lembrou o nosso querido amigo do Rio Grande do Sul, o Edegar Pretto, que é o Presidente da Conab e está com o Presidente Lula neste momento.

Francisco Kelvim, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

O SR. FRANCISCO KELVIM (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Senador Paulo Paim, quero agradecer a V. Exa. por estar presidindo esta audiência de hoje, que é uma figura muito importante na luta da classe trabalhadora no Brasil; aos companheiros Maria Emília, Elisabetta, Kleytton; e uma saudação especial também ao Frei Sérgio, essa figura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental na luta do povo brasileiro por soberania, independência do nosso país; e, na pessoa do Frei Sérgio, quero saudar a todos os companheiros, em especial do Movimento dos Pequenos Agricultores, que tem, em conjunto com o MAB e outros companheiros que estão aqui, do MTST, da FUP, enfim, construído uma bonita trajetória de luta, resistência, organização para construir soluções, saídas em conjunto para os problemas estruturais que a gente tem no nosso país, não só em torno da questão da alimentação, do campo brasileiro, mas também para a água, para a energia; enfim, lutas fundamentais do nosso povo.

A fome geralmente é tratada como a falta de energia vital para você fazer as atividades humanas. E, se a gente considerar isso e se considerar que os trabalhadores e as trabalhadoras do país é que fazem a história, ou seja, a alimentação, a energia, é fundamental para a história acontecer, para a história da luta do nosso povo. Mas ela não é só uma questão biológica, como a mesa colocou aqui várias vezes; ela é uma questão política, porque tem pessoas que comem todos os dias, tem pessoas que não têm condições e não têm acesso à comida no nosso país, ao mesmo tempo em que tem pessoas que têm todos os dias as suas necessidades nutricionais satisfeitas.

A fome é política não só por conta disso, mas porque a gente tem o nosso país produzindo muitas *commodities* e não produzindo o que o nosso povo de fato precisa para se alimentar todos os dias. E ela é política também – é importante dizer, como o Ministro Paulo Teixeira ressaltou – porque a gente tem não só os 5 milhões que passam fome no nosso país hoje, no campo e na cidade, e isso é importante, mas a gente tem milhões de brasileiros e brasileiras que não têm as condições para satisfazer todas as suas necessidades. E muito mais que isso, Frei Sérgio, é comida de qualidade. Tem que ter sabor, tem que ter saborosa, gostosa a comida, e ela tem que ser diversa. Esse é o grande desafio do momento. E nós só vamos vencer isso... Nós temos uma janela de oportunidade muito grande com o Governo Lula.

Agora, não basta só a gente ter a reconstrução das mesmas políticas públicas que a gente teve no passado – em condições muito difíceis; não são iguais às que a gente tinha em 2003. É preciso avançar. E nós, as populações atingidas, em jornadas de luta temos anunciado que é tempo de avançar. E nós só vamos avançar em combater a fome ao tratá-la como uma questão estrutural, que está na estrutura, na raiz dos problemas do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a Missão Josué de Castro pode cumprir um papel histórico muito importante nesses próximos anos no nosso país, que é não só de ajudar nesse processo de reconstrução: é a gente avançar em questões que são estruturais: redes populares de comércio, a gente ter novamente os nossos bancos de sementes nas nossas comunidades, garantir a terra e o território, que é condição básica para que a gente tenha produção de alimentos no nosso país, mas fazer tudo isso – e esse é o grande desafio – de forma organizada. E esse vai ser o salto de qualidade. É isso o que propõe a Missão Josué de Castro, de forma organizada e de forma solidária, em solidariedade, organizando o povo. Com isso, nós vamos conseguir não só combater a fome; contribuir, inclusive, para que a gente tenha um Governo que avance...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO KELVIM – ... na construção de políticas públicas que tratem a fome como uma questão estrutural e que precisa ser superada; mas também ajudar a defender, organizar o povo trabalhador do Brasil a defender também este Governo, que vai precisar de muito apoio popular para se manter nos quatro anos se a gente quiser, de fato, ter um projeto transformador para este país. Portanto, é tempo de avançar.

Viva a Missão Josué de Castro! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Francisco Kelvim, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Gláucia Nascimento, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST).

A SRA. GLÁUCIA NASCIMENTO (Para expor.) – Olá!

Bom, tendo em vista o que eu falei de manhã, saudando a todos na figura da pessoa do Senador Paulo Paim, eu vou pedir licença e saudar todos nas figuras da Bizza e da Socorro, cozinheiras das Cozinhas Solidárias daqui do Sol Nascente. (*Palmas.*)

São essas cozinheiras, entre tantas outras, que tornaram possível a gente já ter entregue mais de 2,5 milhões de refeições ali, na linha de frente, combatendo a fome.

No MTST, na sua trajetória de mais de 25 anos de existência, diante da crise sanitária que abalou o Brasil, a gente viu a necessidade de ir combater a fome de frente, na linha de frente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com essas mulheres, que são a cara da fome, mas também são a cara de quem vai tirar a fome e em quem está o tom da soberania alimentar de que nós precisamos.

Junto com o MPA, esses parceiros, a gente viu a possibilidade ali de combater a fome e transformar esses locais, as Cozinhas Solidárias, como um espaço de acesso popular aos alimentos agroecológicos, como espaço de reconhecimento dos direitos dessas mulheres com a profissão de cozinheira, o quanto foi submetida... Até hoje, está ali relacionada ao trabalho análogo à escravidão. Então, a gente viu esse espaço ali, estando aqui na Comissão de Direitos Humanos, um espaço de reconhecimento de direitos, de reconhecimento dessas mulheres como organizadoras e grande força motriz deste Brasil.

Não à toa, Josué de Castro queria ressaltar... A gente fala sempre do *Geografia da Fome*, e todo mundo tem essa figura dele como geógrafo, mas ele era médico. E não foi à toa que um médico viu ali a necessidade de combater a fome e foi atrás. Combater a fome é uma questão de saúde, tem que ser assim vista, tem que ser assim combatida, para que nós não percamos mais outros... Hoje, com muito orgulho, eu estou aqui e queria referenciar a minha mãe: minha mãe fugiu da Paraíba, fugiu da fome, hoje é uma cozinheira das Cozinhas Solidárias e está aí na ajuda do combate a fome, construindo essa política pública.

Então, obrigada a todos que se somam e vamos juntos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Diga o nome da sua mãe aí.

A SRA. GLÁUCIA NASCIMENTO – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Diga o nome dela.

A SRA. GLÁUCIA NASCIMENTO – Minha mãe é Dinalva Maria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

De imediato, passo a palavra para Paulo Petersen, Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PETERSEN (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Queria também parabenizá-lo pela iniciativa e queria destacar um aspecto que está me chamando muito a atenção hoje, que é o caráter inovador deste ato. Ele resulta de um processo de articulação, que é raro, mas que é inovador, dentro da sociedade civil, com diferentes movimentos: nós vemos aqui hoje a FUP, nós vemos o MTST, nós vemos movimentos, organizações que sempre estiveram na luta, mas não com esse nível de articulação, em torno de um objetivo muito claro, porque, há dois anos, estão trabalhando juntos, junto com academia, junto com gestores públicos, junto com organizações, agências de cooperação, pensando saídas, mas pensando saídas em cima de aprendizados, e a pandemia foi um grande aprendizado para todos e todas nós.

A pandemia ensinou muita coisa para o bem e para o mal. Nós temos a força da sociedade brasileira na pandemia demonstrada particularmente nesse assunto que nós estamos debatendo aqui, e isso foi impressionante. Mostrou que muita coisa é possível ser feita a partir da solidariedade, solidariedade não como um valor acionado num momento de crise: acionada a solidariedade como um valor permanente de uma sociedade que quer se ver emancipada. Mas a gente sabe também que, sem o Estado, a sociedade civil tem suas limitações, sobretudo porque é um Estado que historicamente apoiou e segue apoiando estruturas que exatamente reproduzem a fome. É disso que nós estamos falando aqui. Quer dizer, essa possibilidade após a eleição do Presidente Lula – e os primeiros encontros foram feitos logo depois – foi boa, temos uma nova oportunidade. Não podemos repetir os erros do passado: se for para cometer erros, que sejam novos erros. E temos que valorizar os aprendizados do passado. Então, com essa interação inédita que está resultando na Missão Josué de Castro, talvez pela possibilidade que nós temos de inovar – e várias pessoas hoje aqui falaram em inovação –, é não repetir exatamente os passos dados.

A gente fala muito que esse período anterior foi do desmonte, mas nós não estamos querendo simplesmente remontar o que foi desmontado. É necessário repensar novas possibilidades. Quais foram as maiores inovações do passado? Foram inovações que exatamente permitiram a articulação entre setores de Governo. E é disso que nós precisamos nesse momento. As mesmas soluções dadas pelo passado não enfrentarão as crises estruturais que nós estamos dizendo que precisamos enfrentar aqui. Então, num país em que quase 80% da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terra é ocupada por soja, milho e cana-de-açúcar – por acaso, a base para a produção de alimento ultraprocessado –, existe uma equivalência, e é por isso que a gente precisa falar de sistema. O problema não se resolve só com produção. O problema não é só técnico, é também de produção e é também técnico, mas é como nós estamos dizendo aqui: é um problema político.

A Missão Josué de Castro, acho que tem um elemento que algumas pessoas já colocaram aqui, mas é aí que eu queria destacar a grande inovação: é como enfrentar um problema estrutural com política, politizar a política pública. Nós precisamos de uma pedagogia política, e essa política...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PETERSEN – A gente não sustentará a possibilidade de mudanças estruturais se não for disseminando a consciência social crítica, porque se nós estamos falando que alimentação é direito, esse direito precisa ser assumido criticamente pela sociedade. Se não, nós vamos reproduzir essa força, como muitos falam, do neoliberalismo que vem de baixo. É o neoliberalismo que vem de baixo que está presente na agricultura familiar, que também está plantando soja, que também está plantando milho, que também está plantando *commodity* em geral, por conta de um conjunto de políticas públicas mal concebidas.

Então, para finalizar, este momento é não só inovador, mas ele é muito oportuno, porque nós estamos à véspera aí de construção de um plano nacional de agroecologia, de um plano de segurança alimentar, um plano de abastecimento, um novo Plano Safra... Esses planos precisam conversar entre si, orientados pelos princípios que nós estamos discutindo aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PETERSEN – E isso é para os próximos dois ou três meses.

Então, a Missão Josué de Castro traz exatamente essa oportunidade de apontar caminhos de inovação para este momento que nós vivemos. É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Paulo Petersen, da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que ficou exatamente dentro do seu tempo, fechou ali. Dei mais um minuto, e terminou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu passo a palavra para a Federação Única dos Petroleiros (FUP), Barçante. A nossa Petrobras está sendo muito... Estão jogando muita pedra nela aqui ultimamente...

É contigo, viu?

O SR. VERENISSIMO BARÇANTE (Para expor.) – Bom dia, companheiros e companheiras. Bom dia, lutadores e lutadoras.

Em nome da Federação Única dos Petroleiros, eu sinto um grande prazer e quero cumprimentar essa mesa e a iniciativa do Senador Paulo Paim por mais esta audiência.

Nós estamos aqui representando os petroleiros. A gente sempre esteve numa luta.

Eu quero lembrar aqui o meu grande e saudoso companheiro Jacó Bittar, falecido há dois anos e meio, que falava assim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi Deputado Federal comigo aqui, viu?

Vamos dar um gesto de carinho para o Jacó Bittar, que, com alegria, foi um líder aqui. Grande Jacó Bittar. Boa lembrança! (*Palmas.*)

Eu nem sabia que ele tinha falecido, viu? Faleceu há duas semanas?

O SR. VERENISSIMO BARÇANTE – Não, faz dois anos e meio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dois anos! Eu não tinha essa informação, não tinha mesmo.

O SR. VERENISSIMO BARÇANTE – O nosso companheiro Jacó Bittar nos ensinou e falava: "Nós estamos fazendo história e temos de continuar fazendo história".

Os petroleiros estão aqui, com esse movimento, para fazer história e fazer luta. Estamos juntos, companheiros!

Muito obrigado, Senador, por esta oportunidade de falar em nome dos petroleiros, porque nós estamos na luta. A Petrobras nasceu lutando, não é? Quando ela foi criada, foi criada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com muita luta. Muitas pessoas morreram, muita gente fez para a Petrobras ser o que é. E ela hoje é a grande propulsora desse novo Brasil que aí está surgindo.

Salve Jacó Bittar! Salve Luiz Inácio Lula da Silva!

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Barçante, da Federação Única dos Petroleiros (FUP) por lembrar o Jacó Bittar, que foi um grande parceiro de luta aqui dentro, viu? Claro, ele no Rio e eu no Rio Grande do Sul, mas, no Congresso, estávamos na mesma trincheira sempre e no mesmo partido ambos. Só fiquei triste de saber que não tinham me passado essa informação, mas foi um grande guerreiro, fazendo história até hoje pelas ideias e pelo que ele plantou no seu dia a dia.

Bom, agora nós vamos para o encerramento.

No encerramento, eu vou dar a palavra, em torno de cinco minutos, para cada um dos representantes na mesa, vou pedir que o Frei Sérgio seja o último a fazer uma fala baseada nos encaminhamentos, mas eu tenho que... Se vocês puderem responder a alguma das perguntas, respondam; senão, a Comissão depois, pelos seus técnicos, responde.

Olhe, foi uma das audiências públicas com mais perguntas que a gente recebeu aqui. Nós fizemos um resumo ainda.

Pergunta o Lucas, de São Paulo: "Qual vai ser a intensidade do projeto na região do Nordeste, principalmente nas regiões de difícil acesso?".

Alexandre, do Distrito Federal: "Por que um país como o Brasil, que produz tanto alimento, tem milhões de pessoas passando fome?".

Quem for responder pode fazer uma síntese, não é?

Jeancarlo, de São Paulo: "Após [...] [tantos] anos de programas que buscavam combater a fome, por qual motivo o problema persiste?".

Arthur, de Minas Gerais: "[...] [Por que] um país líder de exportações do agronegócio, como o [...] Brasil, ainda [...] [tem] que se preocupar com a questão da fome?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rafael, da Paraíba: "Para um combate à fome eficaz, seria necessária uma reforma agrária. Como fazer uma reforma sem afetar drasticamente a economia?".

Luís, de São Paulo. "Em São Paulo temos o programa 'bom prato', que hoje fornece Marmitex. É possível [...] [implementar] este programa em regiões mais distantes do país?".

Romário, da Bahia: "Qual é o panorama do Brasil na garantia da soberania alimentar? Quais os principais gargalos para que todos os brasileiros possam comer?".

Eloísa, de São Paulo: "Programas que busquem solucionar esse problema ou minimizá-lo são de extrema importância".

Nathalia, de São Paulo: "A reforma agrária e o fomento da agricultura familiar são basilares no combate à fome no Brasil".

Lauro, do Rio Grande do Sul pergunta quais os projetos que têm o objetivo de emancipar pessoas, para que consigam gerar renda própria ao invés de precisarem de doações.

Julliana, da Bahia: "Quais os pilares defendidos na Missão?"

Esther, do Rio de Janeiro: "Quais são os principais desafios para combater a fome no Brasil atualmente?".

Clayton, do Rio de Janeiro: "Quais são os mecanismos de controle que garantem que a comida ou o recurso será entregue a quem realmente necessita?".

Leonardo, do Piauí: "Qual é o papel do governo brasileiro no apoio à Missão Josué de Castro e como essa parceria está sendo desenvolvida?".

Evandro, Rio Grande do Sul: "Apenas com a reforma agrária, cada brasileiro do nosso país terá, dignamente, um prato de comida à mesa".

Apenas com a reforma agrária é que vamos ter comida na mesa.

Nathalia, do Paraná: "No Brasil se produz milho em maior parte para exportar e enriquecer latifundiários. Para combater a fome, é urgente uma Reforma Agrária".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Victor, do Rio de Janeiro: "O melhor programa de combate à fome é a liberdade econômica".

Nádia, de Santa Catarina: "É preciso combater o desperdício. Alimentos antes de vencer devem ser destinados a instituições que arrecadam insumos para distribuição".

Acho que li todas aqui, viu? Agora, vamos aos nossos convidados aqui da mesa. Vou começar do último para o primeiro. Kleytton Guimarães Morais, Presidente da Fundação Banco do Brasil, com 5 minutos para as considerações finais.

O SR. KLEYTTON GUIMARÃES MORAIS (Para expor.) – Obrigado, Senador Paim.

Bom, mais uma vez, assim de forma breve, mas aproveitando e otimizando aqui o acumulado desse debate, digo, e também dialogando com as questões aqui consideradas, trazidas do público que está acompanhando essa sessão, tem uma alusão aqui ao chamado: construir redes populares de abastecimentos e acesso alimentar. Creio que o MPA, juntamente com os movimentos, todos aqui representados, está correto com relação a encaminhamento.

A Fundação Banco do Brasil, Senador Paulo Paim, no passado, somando esforços com o BNDES, com incidência e chamado aí direto do Governo Federal também, construiu uma experiência que é bastante exitosa e conseguiu sobreviver a todo um processo de desconstrução e abandono da política. Estou falando do EcoForte Redes. Então, o processo de construção das redes e de diálogo nos territórios é fundamental e, portanto, vai nessa direção que o movimento aqui chama de... Vamos fazer esse chamado...

A fome é um dever cívico de cada um dos brasileiros e brasileiras – envidar esforços para que a gente faça superação. Nós não temos dúvida de que é uma oportunidade para que as empresas; para que os governos; para que a sociedade civil, de uma forma geral; as estatais – acho que foi bem destacado aqui na fala de V. Exa., Senador Paim, a presença dos companheiros da FUP, e, aí, faço uma saudação também ao Coordenador Geral da FUP, companheiro Deyvid Bacelar –; as instituições públicas, como Petrobras, BNDES, Caixa Econômica, Banco do Brasil; as universidades públicas, enfim – esse que precisa ser mais bem compreendido pela sociedade brasileira, de uma forma geral –; o Sistema Único de Saúde...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essas entidades públicas e organismos públicos e estatais são fundamentais para que a gente possa alavancar iniciativas no sentido de superar esse problema estrutural, mas também convergindo com as empresas, com a iniciativa privada. Tem muita gente, Senador Paim, que tem procurado a Fundação Banco do Brasil, entidades importantes, instituições importantes, melhor dizendo, do mundo empresarial, no sentido de somar esforços para que a gente possa construir propostas, proposições para a superação da fome.

Então, a gente acredita muito que esta Comissão, esta audiência vai nessa direção também: de buscar, a partir da centralidade do pensamento daqueles e daquelas que fazem e que asseguram a segurança alimentar, a comida no prato dos brasileiros e brasileiras, que são os movimentos populares... que a partir dessa incidência, desse chamado, dialogando com espaços institucionais e com homens públicos da envergadura de V. Exa., a gente possa conseguir construir, sim, ações imediatas, ações concretas.

Queria destacar também a companheira Luciana Bagno, que é Diretora da Fundação Banco do Brasil. Nós dois viemos de uma experiência muito parecida, Senador Paim, que é de dirigentes sindicais. Estava a Lu, em Minas Gerais; eu, aqui em Brasília. O movimento sindical, hoje dialogando com o companheiro Sergio, com a companheira Juvândia, tem feito esse chamado, essa convocação para que os trabalhadores e as trabalhadoras protagonizem, a partir da solidariedade, a participação nesse chamado ao combate à fome.

Eu queria, assim, dizer, dessa capacidade – e aqui nos Sindicato dos Bancários de Brasília e na Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro –, desse chamado, que se dá numa experiência de solidariedade, com doação direta dos bancários e das bancárias, para que os sindicatos ali representados possam fazer essa incidência nos territórios.

(*Soa a campainha.*)

O SR. KLEYTTON GUIMARÃES MORAIS – Portanto, a sociedade civil está ávida, a partir das organizações, para dar essa contribuição. E é por isso que acreditamos que a Missão Josué de Castro vai ser um pontapé extremamente importante nesse processo que o companheiro Paulo Petersen chama de coordenação e articulação das entidades da sociedade civil, governos, empresas, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos juntos, contem com a Fundação Banco do Brasil. A incidência nos territórios, nos territórios de prioridade... O Nordeste e o Norte são prioridade, do ponto de vista da nossa atuação – não são exclusivos, mas são prioridade –, porque ali se concentra aquilo que a gente chama de indicadores sociais de saúde. E, com certeza, a questão do acesso à alimentação adequada é um dos indicadores preponderantes para uma qualidade de vida e para a vida digna da sociedade brasileira. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Kleytton Guimarães Morais, Presidente da Fundação Banco do Brasil. Parabéns pela fala.

De imediato, Elisabetta Recine, Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

A SRA. ELISABETTA RECINE (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Bom, finalizando, eu vou utilizar esses cinco minutos para reforçar o agradecimento e parabenizar a iniciativa, mas queria fazer alguns comentários em relação às perguntas que o senhor recebeu, que a Comissão recebeu.

Eu acho que é bem importante... Às vezes, a gente começa a repetir algumas coisas que a gente ouve na mídia, nas campanhas, e essas coisas viram verdades inquestionáveis. E, quando nós vamos atrás das informações, a gente vê que não é bem assim. Com a aproximação da COP no ano que vem, aqui no Brasil, a própria discussão que a gente está tendo aqui no Brasil, de uma maneira muito intensa, em relação ao G20, muitos estudos estão surgindo. E a questão da mudança, da transformação radical dos sistemas alimentares é um dos temas centrais. Acho que não há ninguém que tenha o mínimo de informação e convive com a realidade, tanto no Brasil quanto no mundo, que pode negar as consequências do sistema alimentar hegemônico. Ele é um grande contribuidor, por exemplo, desse colapso climático a que a gente está chegando muito perto.

Há algumas semanas foi lançado um estudo internacional que mostra o impacto econômico do sistema alimentar hegemônico. Só no Brasil... E eles chamaram dos famosos custos ocultos, eles existem, só que nós não identificamos diretamente que isso vem dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maneira como a gente produz, consome e comercializa alimentos. Só no Brasil, o sistema alimentar de *commodities* é responsável por uma perda em torno de 500 bilhões. Isso quer dizer 16% do nosso PIB.

Então, tem duas coisas que a gente precisa começar a questionar nesses mantras. Primeira: "Nós produzimos alimentos suficientes para alimentar nossa população", o que nós produzimos são calorias, não são alimentos. E grande parte dessa produção não é para alimentar gente, é para alimentar a produção principalmente de proteína animal, e nem aqui no Brasil, são calorias exportadas para a produção de caloria animal no exterior, principalmente China, Ásia, etc. Então, isso é uma coisa muito importante.

Então, nós, sim, temos capacidade de produção, sim, nós produzimos, mas nós não estamos produzindo os alimentos que estão no nosso prato. Então, se a gente vê, por exemplo, o que aconteceu com a área de produção de feijão, diminuiu. Se você vai à Ceasa, à feira de sábado da Ceasa daqui de Brasília, a banca que comercializa diferentes tipos de feijão, parte desses feijões estão vindo daqui da América Latina, que nem consome feijão como nós consumimos ou como nós deveríamos consumir.

Então, é importante que a gente comece a falar: "Bom, a gente produz tanto alimento, por que a gente tem fome? Bom, mas que alimento é esse? Para onde ele está indo? Ah, porque esse tipo de produção está sustentando o nosso PIB. Como que está sustentando o nosso PIB se os custos ocultos desse tipo de produção levam 16% do nosso PIB?". Então, vamos colocar as coisas nos lugares certos.

E a gente precisa começar a vocalizar, começar a deixar essas informações tão disponíveis quanto as campanhas publicitárias nas grandes redes de TV, para aí a gente saber exatamente quem é que produz a comida que a gente precisa consumir.

Era isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Elisabetta Recine, Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional! Parabéns à representante do Consea!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu passo a palavra à Dra. Maria Emília Lisboa Pacheco, representante da Fase.

A SRA. MARIA EMÍLIA LISBOA PACHECO (Para expor.) – Muito obrigada.

Eu quero parabenizar também quem esteve aqui nos ouvindo, porque as perguntas são extremamente importantes, e é uma pena a gente não poder analisar cada uma delas, mas eu queria fazer uma referência geral.

Tem um chamamento em relação ao direito à terra, quando várias pessoas chamaram atenção para uma proposta de reforma agrária, e alguém perguntou se isso teria impacto sobre a economia. Uma resposta como essa só teremos no dia em que verdadeiramente tivermos uma reforma agrária popular e disseminada pelo país, que não chegamos a ter. Nem sequer nós temos uma discriminatória de terras de todo o país. Por isso, o processo de arrecadação de terra pública hoje, baseado numa lei que, na verdade, é inspiradora da prática até de grilagem não pode seguir.

O que Betta traz como vários elementos sobre o que representa essa economia baseada na exportação de *commodities* precisa mesmo ganhar espaço nas consciências sociais. E quero dizer que, na verdade, esse modelo dominante é o modelo que produz fome. Nós temos um processo de erosão genética, de destruição da nossa biodiversidade gravíssima.

Eu vou fazer aqui uma proposta. Elogiei no início e vou continuar elogiando o decreto e a portaria que falam dos nossos alimentos que precisam ser valorizados e quero dizer-lhes que alguns deles estão em processo de extinção. O primeiro que aparece com a letra "a" é o ariá, um tubérculo extremamente rico, que é da alimentação dos povos indígenas e que é encontrado um pouco ainda lá na Amazônia, em alguns lugares. Pois bem, um bom exercício seria esse.

Por isso que todo o debate que valoriza as culturas alimentares deve vir para o centro. Isso não é uma adjetivação, é uma questão substantiva de uma política que deve ser baseada na diversidade de alimentos e não na padronização deles.

Mas quero chamar a atenção para que, além de falar do acesso à terra, é preciso a garantia dos direitos territoriais. A Amazônia, já há décadas, criou sua proposta de reforma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agrária com um sistema de unidade de conservação de uso sustentável – uma reserva extrativista é um exemplo.

Acho, então, que esse é um debate fundamental e muito bem lembrado pelos nossos ouvintes.

Por último, quero dizer que a gente precisa mesmo tratar, de forma indissociável – e por isso é importante a informação que a Betta nos traz –, essas externalidades como parte do problema; ou seja, quando falarmos de alimentação, ao mesmo tempo, precisamos falar de saúde, nutrição e do meio ambiente. Um meio ambiente destruído destrói também as possibilidades da justiça alimentar, porque falar da diversidade só é possível nesses termos.

E quero dizer que tenho ficado muito preocupada, andando pelo país, por alguns lugares no Centro-Oeste e na Amazônia sobretudo, porque há fomes produzidas por novos fatores. Há seca na Amazônia! Antigamente falávamos em estiagem; agora, é seca! A destruição pelos incêndios, criminosos muitas vezes, também está provocando essa destruição da nossa biodiversidade.

Então, eu queria agregar, com toda ênfase, que continuemos na nossa Missão Josué de Castro, trazendo à tona inclusive a proposta de mudança da atual lei de acesso a recursos genéticos, porque, em lugar de premiar, de reconhecer, muitas vezes deixa quase como exceção o pagamento pelo trabalho que essas populações fazem pelo bem da natureza e da nossa própria vida.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Maria Emília Lisboa Pacheco, representante da Fase.

Por fim, o Frei Sérgio fará o encerramento em nome de todos os painelistas – nós estamos já com o problema de horário.

Então, está com a palavra, por dez minutos, Frei Sérgio Antônio Görgen, Coordenação Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e um dos articuladores dessa audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GÖRGEN (Para expor.) – Senador Paim, quero agradecer mais uma vez. Não vou usar os dez minutos.

Eu acho que este momento aqui também é um momento formativo. Ouvindo a Elisabetta, eu, por exemplo, fico pensando o quanto eu ainda tenho que aprender em relação a esse debate de elementos que nem sempre a gente traz presentes. Eu acho que essa troca também é muito rica. E todos nós temos algo a contribuir e todos nós temos muito a aprender. Os desafios são muito grandes; o tempo traz desafios novos, então é um momento de fato muito rico. E, isso tendo sido formulado na sociedade civil, com um grau de integração muito grande, inclusive integrando o campo e cidade, integrando ciência e sabedoria popular, integrando experiência e elaboração, isso é muito rico.

Claro, aqui, inclusive, eu chego a ficar às vezes emocionado com algumas coisas.

O Horácio, que hoje parte, contribuiu muito com a gente com certeza, mas eu também lembro que o primeiro laboratório organizacional de campo que foi feito no Brasil, depois da ditadura militar, pelo Clodomir Santos de Morais foi numa comunidade onde eu trabalhava na época – eu trabalhava na pastoral –, lá na costa do Rio Uruguai, divisa com a Argentina. E aprendi muito com o Clodomir. O Clodomir tinha um conceito que ele chamava de insumo indivisível: aquilo que unia as pessoas objetivamente e que levava a todos a encontrar caminhos de solução porque aquilo não podia ser dividido.

Eu acho que não é só combate à fome que nós estamos propondo; nós estamos propondo uma grande transição no sistema de produção alimentar no Brasil e no sistema de vida em comunidade neste país, integrando campo e cidade, integrando o Brasil interiorano e os grandes centros urbanos, integrando áreas importantes como energia, saúde e produção agrícola. Então, é algo novo. E as políticas públicas hoje são muito setorizadas, são muito atomizadas, são muito segmentadas, como a nossa ciência é muito segmentada, como o paradigma moderno de ciência, de convivência e de ensino é muito segmentado. E as políticas públicas derivam muito disso. Nós precisamos construir também um novo paradigma de política pública, de convivência no campo, de convivência campo e cidade e de produção de alimentos.

Nós estamos numa época de uma crise muito grande, Senador Paim. Nós estamos na confluência de quatro grandes crises, com que essa proposta dialoga, e propõe saída para as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quatro. E o Brasil é fundamental para ajudar a superar essas crises no mundo, mas nós não podemos abrir mão da nossa soberania. Enquanto estamos discutindo isso aqui, também estamos discutindo a nossa soberania nacional.

Quais são as grandes crises que a Missão Josué de Castro se propõe a ajudar a atacar? A crise energética. O agronegócio é energívoro, ele é um consumidor de energia de forma estúpida, bruta. E a nossa proposta é o uso da energia de maneira muito mais moderada e de maneira muito mais sustentável.

A crise sanitária. A crise sanitária afeta o mundo. Gente, não é só covid; é câncer, hipertensão, depressão, doenças ósseas, doenças estomacais. Isso se multiplica todo dia, toda hora. Tem as epidemias visíveis e as epidemias lucrativas invisíveis. E, como já disse Hipócrates, lá na Grécia Antiga, o nosso alimento é a nossa saúde, e a nossa saúde é o nosso alimento. A saúde entra pela boca ou a doença entra pela boca. Hoje é a doença que está entrando pela boca, porque os nossos alimentos são produtores de doenças.

Nós também temos uma crise alimentar. Nós não vamos manter uma humanidade, um corpo como é o corpo humano, de altíssima complexidade, com cinco ou seis grãos como base da nossa alimentação. Nós somos um organismo complexo, e esse organismo complexo se sustenta com um sistema alimentar complexo e saudável. O nosso sistema celular precisa de pelo menos 200 tipos de alimentos diferentes, ao longo de um ano, que a gente consome. Não sei se estou dizendo bobagem, Doutora, ou não. Agora nós estamos com soja, milho, trigo... Entendeu? Estão tirando até o feijão da nossa mesa, estão tirando a batata da nossa mesa, estão tirando a mandioca da nossa mesa, e nos entupindo de porcaria. Até carne de soja querem criar, mas, pelo amor de Deus, eu moro na fronteira, eu quero carne de gado a pasto, eu quero carne de ovelha pastando. Eu não quero... Sabe? Eu não consigo, gente, não dá para fazer um churrasco com bicho criado com ração o tempo todo. Não é? Então, a crise alimentar é grave, porque nós não produzimos alimentos; nós produzimos repositores de energia apenas; nós temos que produzir alimento. E é assim mesmo, gente – o Petersen diga se eu estou dizendo bobagem –, a população cresce e a produção física de alimentos por hectare não está crescendo. Pelo contrário, se você pegar o lapso de dez anos – não de um ano; o lapso de dez anos –, descontando seca, problemas climáticos, não sei o quê e não sei o quê, a produção física de alimentos não cresce no mundo, até decresce em alguns lugares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a crise ambiental. A crise ambiental é mais grave do que nós imaginamos. Nós talvez estejamos muito perto de um ponto sem retorno. Não é possível conviver com o sistema alimentar, que é o que ocupa a maior parte do espaço geográfico do Brasil e do mundo, que deve ser um lugar por excelência da produção de alimentos com preservação, com refrigeração do globo, com sequestro de carbono e com a produção de oxigênio em abundância.

E o que nós estamos propondo é exatamente isso. Nós estamos propondo a saída de uma grave crise. Por isso é que é um compromisso com a humanidade o que nós estamos fazendo. Por isso é que não é simplesmente um projeto, não é simplesmente um plano, não é simplesmente mais uma política pública; é uma missão! É uma coisa de gente para salvar gente. É uma coisa de geração para salvar novas e futuras gerações. É salvar o planeta para com o planeta salvar a nós mesmos. Então, esse é o grande desafio.

A Missão Josué de Castro é, vou dizer para vocês... Eu estou com 68 anos. Eu costumo dizer para a juventude que eu não vou viver suficiente para ver o colapso do planeta, porque eu tenho 68 anos e, com muita sorte... Dizem que eu tenho que largar da cachaça, não vou largar; dizem que eu tenho que largar da carne de porco, não vou largar; dizem que eu tenho que largar da cerveja, não vou largar; dizem que eu tenho que largar de jantar de noite, não vou largar, porque é de noite que eu convivo com meus amigos e é ali que eu janto, não vou largar... Então, com 68, mais 12 é o máximo a que eu chego. Em 12 anos eu não vou ver isso, não vou ver a tragédia. Agora, eu pergunto para quem tem 20 anos e tem 60 anos pela frente: em que mundo querem viver, em que sociedade querem viver, que alimento querem comer, que convivência querem ter? E é disso que nós estamos tratando. Estamos tratando de uma missão para transformar a humanidade, transformando a nós mesmos e dando uma visão de futuro para a nossa juventude, que tem que se engajar junto nisso, tem que assumir junto com a gente. Nós temos que ter alguém para passar o bastão.

E a Missão Josué de Castro é parte de uma grande transformação que nós temos que criar em nosso país, quiçá fazendo parte dessa transformação no mundo.

Paim, mais uma vez, muito obrigado.

Vamos à luta, companheiros e companheiras! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.179980/2024-20-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande Frei Sérgio Antônio Görgen, Coordenação Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que fez um belo pronunciamento neste encerramento, falando, enfatizando e fortalecendo o lançamento da Missão Josué de Castro – Brasil no Combate à Fome.

Atingimos todos os objetivos da nossa audiência pública. Foi uma das mais disputadas, pelas informações que recebi aqui, em todo o Brasil pela TV Senado – disputada e escutada. O pessoal mandava perguntas, e era muita pergunta.

Eu queria agradecer muito a vocês, a todos que aqui se fizeram um presente, a todos os painelistas e ao nosso querido Ministro que aqui esteve também.

E aí, com uma salva de palmas, a gente encerra os trabalhos de hoje. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e seis minutos do dia treze de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Giordano, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Lucas Barreto, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Romário, Eduardo Gomes e Damares Alves, e ainda dos Senadores Marcos do Val e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Mara Gabrilli, Magno Malta, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da sétima a nona reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1426, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para prever a presença de intérprete da Língua Brasileira de Sinais em transmissões televisivas de jogo ou de competição desportiva." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 718, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para dispor sobre a competência fiscalizadora de órgãos e instituições no cumprimento das garantias de assistência global aos atletas das categorias de base." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 680, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para determinar a necessidade de alvará de funcionamento para entidades de prática desportiva formadoras de atletas e a publicação da data de nascimento e das entidades de prática desportiva de origem e destino de atletas em caso de transferência internacional." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Izalci Lucas. Relatório: Favorável ao PL 718/2019, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta e pela rejeição do PL 680/2019. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4607, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, “Estatuto da Criança e do Adolescente” e a Lei nº 13.431, de 14 de abril de 2017, que “estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência” para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aperfeiçoar os mecanismos de proteção aos menores e adolescentes vítimas de violência." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Humberto Costa. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: O Presidente designa como relator "ad hoc" o Senador Flávio Arns. Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1145, de 2021 - Não Terminativo - que: "Veda homenagens e comemorações alusivas aos agentes públicos responsáveis por violações de direitos humanos, bem como veda a utilização de bens públicos para a exaltação ao golpe militar de 1964 e dá outras providências." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senadora Augusta Brito (*Ad hoc*), substituiu Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Após a leitura do relatório, o Presidente concede vista coletiva. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2846, de 2021 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.089, de (Estatuto da Criança e do Adolescente) para assegurar a permanência do lactente com sua mãe." Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). Relatoria: Senadora Ivete da Silveira. Relatório: Pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1210, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) para determinar a disponibilização do ordenamento jurídico brasileiro sob formato acessível às pessoas com deficiência." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senadora Augusta Brito (*Ad hoc*), substituiu Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: O Presidente designa como relatora "ad hoc" a Senadora Augusta Brito. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1498, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para permitir que associações de pessoas com deficiência possam ser contratadas por dispensa de licitação, mesmo que os serviços não sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência." Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR). Relatoria: Senadora Augusta Brito (*Ad hoc*), substituiu Senador Lucas Barreto. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: O Presidente designa a Senadora Augusta Brito como Relatora "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 490, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera os arts. 129, 141 e 147 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o art. 313 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aumentar as penas previstas para os crimes de lesão corporal, contra a honra e de ameaça quando praticados em contexto de violência doméstica e familiar, e para adicionar hipótese de decretação da prisão preventiva se o crime envolver violência doméstica e familiar." Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). Relatoria: Senadora Augusta Brito (*Ad hoc*), substituiu Senador Humberto Costa. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: O Presidente designa como relatora "ad hoc" a Senadora Augusta Brito. Em seguida,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 9 - Sugestão n° 11, de 2022 - Não Terminativo - que: "Institui diretrizes para a conservação e a recuperação da fauna e da flora ameaçadas de extinção e estabelece majoração das sanções aplicáveis aos crimes e às infrações administrativas contra elas praticados." Autoria: Jovem Senador Ana Beatriz Amorim, Jovem Senador Dinite Figueiredo, Jovem Senador Esthefane de Barros, Jovem Senador Francisco Davi Pereira, Jovem Senador Gabriel Rigolin, Jovem Senador Giovanna Gomes, Jovem Senador Guilherme Smaleski, Jovem Senador Letícia Ribeiro, Jovem Senador Maria Eduarda Ojeda. Relatoria: Senadora Augusta Brito. Relatório: Favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável à sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 74, de 2023 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da assinatura física das pessoas idosas em contratos de operação de crédito firmados por meio eletrônico ou telefônico." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável ao projeto, com cinco emendas que apresenta e pela rejeição da emenda nº 1-T. Resultado: O Presidente designa como relator "ad hoc" o Senador Flávio Arns. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto com as Emendas nº's 2, 3, 4, 5 e 6-CDH e pela rejeição da Emenda nº 1-T. ITEM 11 - Projeto de Lei n° 501, de 2019 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a elaboração e a implementação de plano de metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher, da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; e altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Augusta Brito. Relatório: Favorável ao projeto, com quatro emendas que apresenta; sendo favorável às emendas nºs 1 e 2-CCJ, e à emenda nº 4, da Senadora Damares Alves; e pela rejeição das emendas nºs 3 e 5 da Senadora Damares Alves. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto com as Emendas n. 1 e 2 - CCJ/CDH e com as Emendas n. 4, 6, 7, 8 e 9 - CDH. As Emendas n. 3 e 5 foram rejeitadas. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 13, de 2024 que: "Requer Realização de Audiência Pública sobre "O Piso Nacional do Magistério uma questão de direito"" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado o requerimento. ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 14, de 2024 que: "Requer Realização de Audiência Pública para debater "Negociação coletiva e as reivindicações dos servidores públicos"" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 15, de 2024 que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 501/2019." Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE). Resultado: A Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprova o requerimento de urgência. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.179980/2024-20-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 7ª a 9ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes dos itens da pauta, informo aos Senadores e às Senadoras que os requerimentos apresentados extrapauta serão apenas lidos, e a votação ocorrerá somente na reunião deliberativa seguinte.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 13, DE 2024

- Não terminativo -

Requer Realização de Audiência Pública sobre "O Piso Nacional do Magistério uma questão de direito"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Só para justificar o pedido, porque a própria leitura já diz que é para discutir o piso nacional do magistério.

Quer discutir? (*Pausa.*)

Então, em votação, o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 14, DE 2024

- Não terminativo -

Requer Realização de Audiência Pública para debater "Negociação coletiva e as reivindicações dos servidores públicos"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, damos por aprovada...

Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

O que tem o Senador Flávio Arns? (*Pausa.*)

Quem é o Relator? (*Pausa.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o item nº 1 foi retirado de pauta. Ele é de autoria do Senador Kajuru, e eu sou o Relator. Por solicitação dele, foi retirado de pauta.

É a questão do intérprete de libras nos programas esportivos, e está havendo também um diálogo melhor com a área, não é? Achei por bem, porque o Kajuru é da área também.

A gente já havia feito algumas modificações, falando com a própria comunidade surda, dizendo que, durante a transmissão, ter intérprete de libras, muitas vezes, dificulta o próprio acompanhamento. Então, se fosse no intervalo, talvez nos comentários, mas é bom o Senador Kajuru, que é Líder, inclusive, do nosso partido, conversar bem com quem entende da área também, para ver se isso é possível, se não é possível, como pode ser feito e tal... Claro, para beneficiar, não prejudicar; incluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.179980/2024-20-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse sentido foi retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1426, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para prever a presença de intérprete da Língua Brasileira de Sinais em transmissões televisivas de jogo ou de competição desportiva.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CE.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Flávio Arns. Meus cumprimentos pelo entendimento feito, porque assim também eu entendo. Nós estamos com um problema enorme lá na Comissão de Assuntos Sociais, porque a oposição entrou em obstrução e quer exigir que eu apresente o relatório no tempo deles, e o relatório você apresenta com o tempo que a sociedade civil assim entende. É o da negociação sindical. Esse projeto está sendo discutido com os empresários, com o Governo, com os Parlamentares; fizemos uma audiência, então, propondo um ciclo de debates. Eu entendo que é isto: quando o Relator apresenta o projeto convencido do texto que ele vai defender, é exatamente isso que tem que acontecer, como V. Exa. está propondo neste momento. Eu só apresentarei o relatório dessa questão sindical no momento em que eu esgotar todas as discussões com todos os setores envolvidos.

Vamos para o item 7.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1498, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para permitir que associações de pessoas com deficiência possam ser contratadas por dispensa de licitação, mesmo que os serviços não sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senador Lucas Barreto.

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

Relatoria: Senador Lucas Barreto.

Eu pergunto à Senadora Augusta Brito se poderia fazer a gentileza de apresentar o relatório *ad hoc* do nobre Senador Lucas Barreto. (*Pausa.*)

Mais uma vez, já aproveito para cumprimentar...

Relatório colocado na mesa, eu coloco em votação e não vou obrigar nenhum Relator, como quer fazer lá a oposição. O Senador Humberto Costa tem tido uma postura exemplar, quer dizer, o Relator é que vai dizer o momento da votação, mediante o estudo e o parecer dele. Não vai se colocar aqui e em lugar nenhum do mundo, eu creio, por mais que a gente tenha a boa vontade de apresentar um relatório, porque é uma imposição de um setor que quer votar naquele projeto. Eu disse lá e repito aqui; o que eu estou falando lá, eu falei aqui: eu estou há 36 anos no Congresso e nunca vi, na marra e no grito, alguém querer aprovar um parecer que o Relator está discutindo. E eu recebi esse projeto mesmo a partir de 21 de novembro. Novembro. Em dezembro, todo mundo sabe que o Congresso não funciona; janeiro foi recesso; fevereiro, queiramos ou não, é Carnaval; e março está aqui, estou estudando, estou discutindo. Tem projetos que estão na pauta, na mão de Relator, há mais de cinco, seis anos. Por isso, eu estou na expectativa de que o movimento sindical há de construir com os empresários e também com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os próprios empregadores que estão participando ativamente de reuniões junto ao Executivo – o Ministro Marinho, inclusive, tem ajudado nesse sentido –, para que tenhamos um projeto amplamente negociado e que seja aprovado na Câmara e no Senado.

Eu dei essa explicação enquanto a nossa querida Senadora Augusta Brito tomava conhecimento do relatório que fará *ad hoc*.

A palavra é sua.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Bom dia.

Quero agradecer, mais uma vez, ao nosso Presidente e já parabenizá-lo também pelo belíssimo trabalho.

Para mim, é uma honra fazer a leitura do relatório do Senador Lucas Barreto, até porque o projeto, apresentado pelo nosso querido Senador Flávio Arns, tenho certeza de que tem total pertinência.

Quero pedir permissão ao nosso Presidente para começar a fazer a leitura do relatório a partir da análise. Sr. Presidente, eu posso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada.

Começando aqui, a partir da análise.

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência. Portanto, é regimental a análise por este Colegiado da proposição em tela.

Em nossa análise, o PL é oportuno.

Sabe-se que a inclusão laboral da pessoa com deficiência é objetivo que demanda muita luta e esforço. A Lei nº 8.213, já em sua redação original de 1991 – há mais de 30 anos, portanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

–, prevê reserva de vagas para pessoas com deficiência em empresas. E, contudo, após três décadas, empresas ainda não conseguem preencher vagas dentro das quantidades mínimas exigidas pela lei.

Assim é que a Lei nº 14.133, de 2021, trouxe novo esforço legal para estimular a inclusão laboral da pessoa com deficiência. Para esse fim, admitiu a dispensa de licitação para a contratação de associação cujo serviço seja prestado exclusivamente por pessoa com deficiência.

Entretanto, é certo que tal exigência absoluta pode representar estrangulamento que, em vez de ajudar, acaba por prejudicar a empregabilidade da pessoa com deficiência, pois restringe a atuação de entidades que prestam bons serviços na área de inclusão.

Portanto, estamos de acordo com a redação do PL, o qual, embora retire a exclusividade da prestação do serviço por pessoas com deficiência, mantém o requisito de que seja associação de pessoas com deficiência, a fim de permitir a dispensa de licitação para sua contratação.

Dessa forma, assegura-se a contribuição direta e também indireta à pessoa com deficiência.

Assim, o Senado Federal mais uma vez contribui para a inclusão da pessoa com deficiência.

Voto.

Em razão dos argumentos apresentados, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.498, de 2023.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senador Flávio Arns, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Eu agradeço a relatoria da Senadora Augusta Brito e só quero dizer que estamos voltando à redação anterior nos contratos de licitação.

A redação anterior dizia: para contratação de associação de pessoas com deficiência. E o que a lei nova dizia? Serviços prestados exclusivamente pela pessoa com deficiência. Mas, quando você vai a uma entidade de surdos, tem intérprete de libras; quando você vai a uma entidade de cegos, tem outros profissionais: para dor, auxiliar, o pessoal que faz uma atividade ou outra. Então, é pela associação, voltando à redação anterior, e é um pleito das associações de uma maneira geral.

Mas obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos a voto.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, relatório apresentado pelo Senador Lucas Barreto, de que, *ad hoc*, com muita competência, a nobre Senadora Augusta Brito fez aqui a defesa.

Aqueles que aprovam o projeto do Senador Flávio Arns permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue agora para a análise terminativa na CCJ.

Vamos ao item 8.

Já cumprimento a Senadora Damares, aqui presente conosco, sempre presente, que fez uma bela defesa, lá na Comissão de Assuntos Sociais, pelo que quero agradecer a V. Exa., para que a gente andasse... A saúde é tão importante, não vai ser por um projeto em que há uma discordância – o Relator não apresentou, que é o meu caso – que não iríamos votar as matérias. V. Exa. teve uma postura tranquila, equilibrada, respeitando as posições divergentes, só pediu que as matérias fossem votadas. Então, cumprimento V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 490, DE 2021

- Não terminativo -

Altera os arts. 129, 141 e 147 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o art. 313 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aumentar as penas previstas para os crimes de lesão corporal, contra a honra e de ameaça quando praticados em contexto de violência doméstica e familiar, e para adicionar hipótese de decretação da prisão preventiva se o crime envolver violência doméstica e familiar.

Autoria: Senador Chico Rodrigues

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

O Senador Humberto Costa solicitou à Senadora Augusta Brito – que aceita, já aceitou, então – para a relatoria *ad hoc*.

Então, passo a palavra à Senadora Augusta Brito para dar o parecer.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Fico muito feliz em poder também relatar este projeto muito importante no que diz respeito a mais uma metodologia, a uma forma de a gente poder defender verdadeiramente a vida das mulheres, a nossa vida.

Eu quero pedir, Sr. Presidente, para eu fazer a leitura a partir da análise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Do ponto de vista regimental, está correto o exame do PL nº 490, de 2021, pois, pelo art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH examinar matéria respeitante aos direitos da mulher e à proteção à família.

Há décadas lutamos contra a violência contra nós mulheres, seja no contexto familiar, seja a violência generalizada. Logramos, ao longo desses anos, implantar em nossos currículos escolares e na comunicação de massa ideias críticas à violência e ao machismo, no que andamos muito bem. Semeamos para colher um futuro melhor. Porém, enquanto a colheita não chega, os direitos humanos têm de tomar um partido nesse conflito, e nossa posição é a de aumentar o poder dos elementos de dissuasão, aqueles que, independentemente dos valores que a educação inculcou, o agente irá levar em conta, pois atingem um interesse vital: a liberdade. O aumento das penas privativas de liberdade bem como sua posterior aplicação haverão de calar fundo na sociedade. Aqueles que experimentarem o rigor das penas majoradas farão aos que ainda estão em vias de cometer delitos o favor de alertá-los sobre o futuro que lhes aguarda. Trata-se, além de educar, de salvar e proteger vidas hoje, o que o PL nº 490, de 2021, logra fazer.

Voto.

Em face das razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 490, de 2021.

Quero parabenizar o nobre Relator, o Senador Humberto Costa, e também o Senador Chico Rodrigues pela proposição.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senadora Damares, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu não vou discutir a matéria porque o voto está perfeito, a iniciativa extraordinária. Parabéns, Augusta, pela leitura *ad hoc*.

Mas eu queria fazer um registro, Presidente. Nós vamos ter um outro item também de proteção da mulher daqui a pouquinho e, entre um item e outro, eu queria fazer um registro. Ontem a gente já fez isso no Plenário, na Comissão de Segurança.

Está conosco aqui no Plenário, Presidente, o Sr. Régis, eu não sei se a Augusta teve o prazer de conhecê-lo antes. Sr. Régis, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Régis... Sr. Régis...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sr. Régis...

O Sr. Régis, Presidente, é o esposo e o pai daquela mulher e das três meninas que foram assassinadas em Sorriso, no final de novembro do ano passado. Ele é caminhoneiro, estava trabalhando. E essas três mulheres... A esposa e as três filhas estavam em casa, um agressor entrou e matou as quatro. O Sr. Régis perdeu todas as mulheres da vida dele. Foi um caso que chocou o Brasil e o Mato Grosso.

E o Sr. Régis está aqui, conseguiu reunir forças para estar aqui – não está fácil para ele –, andando, falando com os Senadores de um grupo de trabalho de que ele já está fazendo parte, dois projetos de lei que eu já apresentei, e outras iniciativas virão para a gente entender onde houve a falha da rede de proteção naquele caso.

Senador, o assassino tinha dois mandados de prisão em aberto: um por estupro e outro por latrocínio. E houve uma falha. Ele estava do lado da outra cidade onde ele cometeu os crimes. Então, o Sr. Régis está aqui, munido de muita força; eu não sei de onde e como, a não ser Deus, para dar tanta força para este homem.

Então, Augusta, está aqui um caso bem claro da violência contra a mulher: três filhas e a esposa assassinadas por um agressor, um agressor que já tinha, um assassino que já tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros crimes cometidos. Então, tudo que a gente aprovar nesta Comissão, Presidente, para proteger mulheres ainda é pouco.

Sr. Régis, seja bem-vindo a esta Comissão também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Régis, aceite a nossa solidariedade, um abraço bem apertado, eu diria de quatro costados, do meu Rio Grande. Sabemos o momento que S. Exa. passou.

A Senadora Margareth Buzetti fez uma exposição desta situação aqui na semana passada, e nós aprovamos, por unanimidade – depois se quiserem comentar –, aprovamos por unanimidade uma audiência pública desta Comissão lá na cidade de Lucas do Rio Verde. Ela estará, inclusive, nos representando, ela vai presidir em nome da Comissão de Direitos Humanos, devido à gravidade do fato, porque isso nem sempre acontece de nós deslocarmos a própria TV do Senado. Mas houve um movimento da Bancada Feminina, que eu quero aqui cumprimentar, junto ao Presidente Rodrigo Pacheco. Vieram falar comigo, eu disse: "É importante que vocês falem com o Presidente Rodrigo Pacheco. De nossa parte, já está liberado, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos". É isso que eu estou explicando. E elas assim entenderam e foram falar com o Rodrigo Pacheco. O Rodrigo Pacheco, então, liberou para que a TV Senado faça a cobertura ao vivo.

E me informa aqui a assessoria, que está bem a par do caso também, que as autoridades maiores daquele estado estarão lá. Eu não vou citar quem, porque não cabe a mim, mas, pela informação que temos, as maiores autoridades do estado estarão lá nesse evento em solidariedade ao senhor. E, claro, as mulheres aqui têm uma posição muito firme, muito clara, deixando transparecer ao Brasil... E é isto mesmo: não é transparecer, é mostrar ao Brasil que nós combateremos todo tipo de violência – todo tipo de violência. E esse foi um crime hediondo.

Gostaria de dar uma salva de palmas... Se não dá para dar uma salva de palmas, vamos todos fazer assim, então, uma saudação lá no alto para os familiares das pessoas cujas vidas foram tiradas.

O.k. Vamos em frente.

Lido o relatório e não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto do Senador Chico Rodrigues, Relator Humberto Costa, e aqui, agora, a Senadora Augusta Brito.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue agora para análise terminativa na CCJ.

Voltamos para o item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4607, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, "Estatuto da Criança e do Adolescente" e a Lei nº 13.431, de 14 de abril de 2017, que "estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência" para aperfeiçoar os mecanismos de proteção aos menores e adolescentes vítimas de violência.

Autoria: Senadora Leila Barros

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CSP.*

Relatoria: Senador Humberto Costa.

Quero até cumprimentar o Senador Humberto Costa, que pegou inúmeros relatórios, deu o parecer de todos – pelo menos estão chegando diversos – e permite que a relatoria seja *ad hoc* para não travar o trabalho na Comissão – coisa ao contrário do que estão fazendo lá na dele. Fica aqui toda a nossa solidariedade ao Senador Humberto Costa.

Concedo a palavra, então, ao Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permita-me, Senador Flávio Arns, porque eu falei da Senadora Damares e não falei da brilhante defesa que V. Exa. fez lá em nome da saúde, inclusive para que aquele bloqueio não prejudicasse a vinda da Ministra. E o Presidente Humberto vai ver o que pode fazer, porque é total o bloqueio que a oposição está fazendo naquela Comissão tão importante. E V. Exa. fez a defesa lá do retorno dos trabalhos.

Senador Flávio Arns, com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço ao Senador Paulo Paim.

Antes só de ler o relatório como Relator *ad hoc*, eu também quero transmitir ao Régis e às pessoas que estão acompanhando a nossa solidariedade. Eu sou lá do Paraná e também fico à disposição, claro, para que medidas sejam tomadas. Uma tragédia desse tamanho que aconteceu é inimaginável. A gente imagina assim: lá em casa, tenho esposa, filha, duas netas... Seria impensável uma coisa dessa natureza. Então, que tenha forças, energia para conviver com essa situação, porque realmente é muito difícil. Mas tem o nosso abraço, amizade, respeito e solidariedade.

Como já foi dito, o projeto é da Senadora Leila Barros.

Se V. Exa. me permite, vou direto à análise também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Permito.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proteção à infância. Dessa maneira – a Senadora Damares Alves está aqui presente também, que é extremamente atuante nessa área – mostra-se plenamente regimental a apreciação da matéria por este Colegiado. Não só ela é atuante, mas todos nós somos atuantes, quer dizer, estamos solidários com essa área.

Ademais, não constatamos qualquer óbice constitucional, legal ou jurídico ao PL em tela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na realidade, longe de apresentar qualquer óbice formal, o PL mostra-se, sim, altamente meritório.

Ora, a violência contra a criança e o adolescente é fato social abominável e inaceitável. E sua proteção não se trata de mero compasso moral, mas, também, de norma jurídica da mais elevada estatura. Afinal, a Constituição Federal é lapidar ao determinar a absoluta prioridade de assegurar à criança e ao adolescente o direito à vida, à dignidade, ao respeito e à liberdade.

Dessa maneira, o presente PL, em essência, cumpre a obrigação estatal de dar eficácia ao comando constitucional de assegurar aos menores de idade o direito à dignidade.

E, de maneira sábia, o PL o faz em três frentes. Num primeiro momento, vale-se da experiência bem-sucedida da aplicação de medidas protetivas em benefício da mulher vítima de violência doméstica e familiar. Afinal, se servem com sucesso na proteção à mulher, certamente também haverão de servir como proteção à criança e ao adolescente.

Num segundo momento, trata da participação solidária das instituições com quem der causa a dano. Deve-se ter em conta a adequação dessa previsão a ser inserida no ECA. E assim dizemos porque o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), em vários de seus dispositivos, prevê penas ao servidor que não cumprir fielmente seus comandos legais. Afinal de contas, é plenamente razoável que as instituições sejam solidárias na responsabilidade pelo dano.

E, por fim, é adequada a previsão do art. 23-A que o PL intenciona inserir na Lei nº 13.431, de 2017. Nele, prevê que crianças e adolescentes devem ter tratamento prioritário nos programas de proteção a testemunhas e a vítimas de violência. Como se observa, trata-se, uma vez mais, de dar eficácia ao mandamento constitucional que impõe ao Estado assegurar prioridade absoluta do direito à vida e à dignidade da criança e do adolescente.

Por tais motivos, avaliando ser o PL meritório e sábio na forma como se apresenta elaborado, encaminharemos voto por sua aprovação.

O voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.607, de 2020.

Estou lendo como Relator *ad hoc*, como já foi dito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns para a Senadora Leila e para o Senador Humberto Costa, Relator.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

A autoria é da Senadora Leila Barros, e a relatoria é do Senador Humberto Costa.

O Relator *ad hoc* é o Senador Flávio Arns.

Vamos, então, agora à votação.

Encerro a discussão e coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1145, DE 2021

- Não terminativo -

Veda homenagens e comemorações alusivas aos agentes públicos responsáveis por violações de direitos humanos, bem como veda a utilização de bens públicos para a exaltação ao golpe militar de 1964 e dá outras providências.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CE.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Randolfe Rodrigues já solicitou à Senadora Augusta Brito que lesse o relatório *ad hoc*.

Passo a palavra a V. Exa.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Mais uma vez, vou ter aqui o prazer de fazer a relatoria do projeto do Senador Fabiano Contarato, da relatoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Peço permissão para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada.

Eu quero aqui, antes de começar a leitura deste projeto, também registrar minha solidariedade, meu apreço e, acima de tudo, minha indignação com o que aconteceu com o Sr. Régis e com a família dele.

Eu peço, Senadora Damares, todos os dias a Deus que não deixe, nessa questão tão forte do feminicídio, da violência contra nós mulheres, que, infelizmente, é tão cotidiana e repetitiva – porque a gente a vê todo dia, a toda hora nos noticiários –, que eu perca a minha capacidade de me indignar com essas situações que acontecem e que se repetem em todos os estados. Que eu jamais perca – peço a Deus – a minha capacidade de me indignar com a violência contra nós mulheres, e, a partir disso, a gente possa estar aqui discutindo, debatendo, propondo e fazendo audiências públicas, como foi feito pela Senadora Margareth, discutindo e aprovando projetos que possam vir realmente a fazer a diferença no combate à questão da violência contra nós mulheres.

O Sr. Régis tem minha total solidariedade e também minha total revolta em relação ao fato que ocorreu, a um ponto de, com esta revolta, a gente poder chamar a responsabilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente tem para realmente propor e aprovar projetos que venham a acabar com a violência contra nós mulheres.

Mas, começando aqui a leitura do relatório do projeto do Senador Fabiano Contarato, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre a matéria, considerando que os aspectos de constitucionalidade e juridicidade serão analisados pela CE, e caberá a esta Comissão o exame do mérito do projeto.

A proposição envereda por um tema doloroso, caro a nossa sociedade e que nos oferece uma boa oportunidade de ajustar as contas com o passado, cujas consequências ainda hoje repercutem sobre a população brasileira.

Temos, nas visões dos notáveis escritores Eduardo Galeano e Frei Betto – este último uma vítima da ditadura civil militar –, duas sínteses que articulam para mostrar o panorama sociopolítico do Brasil entre os anos de 1964 e 1985.

O golpe de 1964 interrompeu a tentativa de resistência política, personificada em João Goulart, a um projeto de vassalagem do Brasil a nações estrangeiras. Para Galeano, "Era preciso proibir as greves, destruir os sindicatos e os partidos, encarcerar, torturar e matar e apequenar pela violência o salário dos operários [...]".

Com o passar do tempo, as contradições da nova-velha política autoritária expuseram as fragilidades do regime, inclusive no campo econômico.

A redemocratização demorou e somente se tornou possível em razão da luta e do sacrifício de muitos. Era chegada a hora de restabelecer o Estado de direito e de renovar o compromisso com a promoção dos direitos humanos. Para tanto, fez-se necessário varrer todos os resquícios do autoritarismo e da repressão violenta e cruel que lhe davam lastro.

A Justiça de transição designa as estratégias de que as sociedades lançam mão para superar o legado de violações de direitos individuais e coletivos deixado por regimes autoritários ou conflitos civis, durante o processo de redemocratização e pacificação social. Entre outras respostas à barbárie cometida por estruturas opressivas do aparato estatal, a investigação de crimes, a punição de criminosos, a reforma de instituições, a reparação às vítimas, as iniciativas preservação do direito à memória, a criação de comissões da verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nisso reside o fundamento da Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, que criou a Comissão Nacional da Verdade, que teve a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas antes da redemocratização de nosso país, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade e promover a reconciliação nacional.

Porque veda quaisquer homenagens e comemorações relacionadas a violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura, o projeto de lei que examinamos está em perfeita sintonia com as recomendações, com os princípios democráticos que inspiraram a Constituição Federal de 1988, e, sobretudo, com preceitos éticos universais relacionados ao banimento de homenagens a indivíduos e fatos atentatórios aos direitos humanos.

É importante salientar que o projeto não pretende decretar o esquecimento de criminosos e de seus crimes. Seu escopo é evitar que essas figuras recebam honrarias justamente por causa de suas ações perversas; é, ainda, transmitir para a população brasileira a mensagem de que nosso país não tolera o arbítrio nem o terrorismo de Estado – e que aqueles que tentarem utilizar essas armas serão severamente punidos, jamais exaltados. O trabalho de desconstrução do legado do período autoritário é uma luta constante que não deveremos, jamais, considerar encerrado.

Precisamos conferir a agentes públicos que cometeram crimes durante a ditadura militar adequado tratamento penal; precisamos qualificar a ditadura civil-militar como aquilo que realmente é, um período de violência institucionalizada, servilismo a interesses estrangeiros, opressão da classe trabalhadora, crise econômica e social, e favorecimento extremado da camada mais rica da população – para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça.

Do voto.

Ante o exposto, encaminhamos voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.145, de 2021.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.179980/2024-20-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Senadora Damares pediu a palavra para discutir.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – É. (*Fora do microfone.*)

Eu vou pedir vista por uma semana desse projeto, porque o inicial fala, o texto inicial, Augusta, dos que são constantes na lista da Comissão da Verdade, mas, depois de a Comissão da Verdade ter sido encerrada, outros foram identificados. Então, talvez... Eu vou conversar com o Relator de que forma a gente pode melhorar isso. Então, eu vou pedir vista por uma semana para a gente conversar com ele, para não ficar apenas ali aos que estão indicados na Comissão da Verdade.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como a senhora pediu vista por uma semana, eu pergunto se há algum problema de eu apenas falar que é vista coletiva.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Perfeito.

Sai de pauta, vista coletiva.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1210, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) para determinar a disponibilização do ordenamento jurídico brasileiro sob formato acessível às pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Eu deixo claro aqui que, de minha parte, eu distribuo todos os relatórios *ad hoc*, mas já vem carimbado para mim a preferência aí, neste momento, pela Senadora Augusta Brito. (*Risos.*)

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, para a leitura do relatório, ou à Relatora *ad hoc* já indicada, Senadora Augusta Brito. E ele já me explica aqui que tem o maior carinho pelos outros três Senadores, mas que havia combinado antes que a senhora seria a Relatora.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Foi, mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todos os Senadores aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o item 6.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quem manda é o Presidente, não é? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, a orientação vem da base, e a base são os Senadores.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Eu já agradeço aqui também ao Relator, o Senador Randolfe Rodrigues, pela confiança em que eu faça a leitura do seu relatório; e ao Senador Romário, que foi o autor desse projeto.

Eu quero pedir permissão para ir direto à leitura a partir da análise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal prevê a competência desta Comissão para opinar sobre matéria de direitos humanos, bem como de proteção e inclusão social das pessoas com deficiência.

Consideramos a proposição meritória, pois traz alteração necessária para que as pessoas com deficiência tenham acesso ao ordenamento jurídico brasileiro e, assim, possam conhecer e exercer seus direitos e deveres em igualdade com os demais cidadãos. De fato, possibilitar o conhecimento do ordenamento jurídico é condição para que as pessoas com deficiência possam participar efetivamente da cidadania democrática, tanto no sentido político quanto no social.

Com essa proposição, valoriza-se a igualdade material, que frequentemente não é alcançada apenas com a igualdade meramente formal perante a lei. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência já prevê expressamente a disponibilização em formato acessível de bens culturais, livros, programas de televisão, cinema, teatro e outros, o que já respaldaria o acesso ao ordenamento jurídico em formato acessível. Porém, na falta de previsão expressa nesse sentido, as chances de o poder público permanecer omisso são significativas. E ser omisso nessa questão significa manter a discriminação e impedir que as pessoas com deficiência conheçam e, consequentemente, exerçam seus direitos e deveres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria veicula, portanto, um imperativo ético da democracia, que é a inclusão de todas as pessoas. Quanto à relevância social, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, em 2022, as pessoas com deficiência representavam 8,9% da população brasileira. A aprovação dessa proposição significa, portanto, derrubar mais uma barreira à concretização dos direitos da pessoa com deficiência, sendo a alteração da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência necessária, adequada e proporcional.

Em relação à redação da proposição, sugerimos apenas que as expressões “sob formato acessível” na ementa, “de forma acessível” no art. 1º e “sob forma acessível” no art. 2º sejam todas substituídas pela expressão “em formato acessível”, em razão de esta ser a expressão utilizada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência para representar o sentido expresso na proposição.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.210, de 2022, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº - CDH
> Substituam-se, no Projeto de Lei nº 1.210, de 2022, as expressões “sob formato acessível”, na ementa, “de forma acessível”, no art. 1º, e “sob forma acessível”, no art. 2º, pela expressão “em formato acessível”.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com a emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneceram como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDH.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

No item 9, pode ser coincidência ou não, agora a senhora é a Relatora mesmo. (*Risos.*)

Mas já indiquei dois para a Senadora e o Senador relatarem. A Senadora Damares e o Senador Flávio Arns vão relatar em seguida aqui.

ITEM 9

SUGESTÃO Nº 11, DE 2022

- Não terminativo -

Institui diretrizes para a conservação e a recuperação da fauna e da flora ameaçadas de extinção e estabelece majoração das sanções aplicáveis aos crimes e às infrações administrativas contra elas praticados.

Autoria: Jovem Senadora Ana Beatriz Amorim, Jovem Senador Dinite Figueiredo, Jovem Senadora Esthefane de Barros, Jovem Senador Francisco Davi Pereira, Jovem Senador Gabriel Rigolin, Jovem Senadora Giovanna Gomes, Jovem Senador Guilherme Smaleski, Jovem Senadora Letícia Ribeiro, Jovem Senadora Maria Eduarda Ojeda

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH.*

Relatoria da Senadora Augusta Brito, favorável a essa iniciativa dos Jovens Senadores, favorável à sugestão, na forma do projeto lei que apresenta.

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Augusta Brito, para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Fiquei muito feliz em poder relatar um projeto que vem exatamente dos Jovens Senadores e Senadoras, parabenizando a iniciativa de todos que já foram aqui tão bem citados pelo Sr. Presidente.

Já peço também permissão para fazer a relatoria a partir da análise. (*Pausa.*)

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Compete à CDH opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil. Ademais, conforme Resolução 42, de 2010, desta Casa, as proposições devidamente aprovadas e publicadas no âmbito do Programa Jovem Senador e Jovem Senadora Brasileiros terão o tratamento de sugestão legislativa.

A iniciativa de nossos Jovens Senadores e Senadoras mostra louvável consciência, no plano socioambiental, da importância da proteção das espécies ameaçadas de extinção. A necessidade de preservação e recuperação da fauna e da flora é um tema relevante no Brasil, já que somos o país com a maior biodiversidade do mundo e, a cada ano, o número de espécies ameaçadas, ou mesmo extintas, aumenta.

Dada a importância do tema e da motivação dos Jovens Senadores em instituir diretrizes para a conservação e a recuperação da fauna e da flora ameaçadas de extinção, entendemos que a Sugestão nº 11, de 2022, é meritória, embasada em diretrizes constitucionais que instituem a defesa e a proteção do meio ambiente, incumbindo ao poder público proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. A redação do art. 2º da sugestão tem a finalidade de fazer cumprir esta diretriz direcionada ao poder público, que atualmente não possui previsão legal em nosso ordenamento jurídico.

Além disso, apesar de o Brasil ser signatário da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção, inexistem provimentos legais a respeito do tratamento a ser dado para a proteção da fauna e da flora no âmbito das licenças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambientais. Segundo a doutrinadora de direito ambiental Andréa Vulcanis, que enfrentou o tema, não há um padrão nacional que estabeleça requisitos, parâmetros, estudos, metodologias ou quaisquer elementos que balizem os órgãos ambientais nas concessões de licenças que autorizam a retirada da vegetação e a consequente redução dos hábitats naturais das espécies, o que gera disparidades na atuação de órgãos estaduais de meio ambiente, que detêm a competência majoritária para tais autorizações.

Diante do exposto, nós somos pela aprovação da Sugestão nº 11, de 2022, que veio dos Jovens Senadores e Senadoras, na forma do projeto que foi apresentado.

É esse o nosso voto, parabenizando aqui o trabalho da Comissão e a oportunidade que se dá para que sejam apresentados projetos também pela sociedade civil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Senador Flávio Arns, para discutir a matéria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Não é propriamente para discutir. Quero parabenizar o grupo de Jovens Senadores e Senadoras.

A relatoria também é importante.

E quero lembrar que todo ano nós temos esse programa aqui no Senado. Ontem, no Plenário, aprovamos um projeto essencial – aprovamos no Plenário, passou pela Comissão de Educação, aqui, pela CDH, e, ontem, pelo Plenário –, de educação integral, que veio do grupo de Jovens Senadores e Senadores. É só para saberem que passou pelas Comissões, pelo Plenário e foi aprovado.

Parabéns, parabéns para o grupo.

Que bom! É a renovação da política.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Aqueles que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei.

Meus cumprimentos a todos esses Jovens Senadores que, há mais de uma década, vêm ao Congresso Nacional, numa disputa muito forte em cada estado, chegam aqui e participam ativamente.

Eu tinha me comprometido com eles a colocar em votação os projetos que eles elaboraram no período. É por isso que diversos projetos estão sendo apresentados, lidos, relatados pelos Senadores e aprovados.

Parabéns a todos.

Vamos ao item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 74, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade da assinatura física das pessoas idosas em contratos de operação de crédito firmados por meio eletrônico ou telefônico.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao projeto, com cinco emendas que apresenta e pela rejeição da emenda nº 1-T.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH, CTFC e terminativo na CAE;

- Em 12/03/2024, recebido novo relatório.

Concedo a palavra ao Senador Contarato para a leitura do relatório, indicando, então, Relator *ad hoc* o Senador Flávio Arns.

A palavra é sua, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Com a permissão também, passo diretamente à análise.

Em nossa avaliação, a proposição acrescenta importante ideia ao rol dos direitos da pessoa idosa. É sabido que pode ocorrer assédio, por meio eletrônico, às pessoas idosas, no sentido de convencê-las a contrair, por consignação, empréstimos de que não necessitam ou que não terão condições de pagar. Com frequência, ocorrem as duas coisas.

Ainda que a adoção de tal medida possa parecer, para alguns idosos, obrigação desnecessária e maçante, sua adoção largamente compensará eventuais aborrecimentos, pois é grande e vulnerável a parcela da população de idosos que se verá livre de problemas importantes com a aprovação do Projeto de Lei nº 74, de 2023.

Vamos sugerir emenda retirando a ideia de “seguro” do rol das operações objeto da regulação da norma, visto não ser, entre aspas, o “seguro” uma operação de crédito, o que traria problemas à interpretação e à aplicação da lei.

Vamos também sugerir emendas fazendo alterações em nome da técnica legislativa tão somente para substituir as menções à “assinatura física” e a “meio físico” por “assinatura em papel” e “cópia em papel”, que é, afinal, do que se trata realmente; para grafar no singular “serviços e produtos” e para agregar ao *caput* do art. 2º o conteúdo de seu parágrafo único; e para grafar “sujeitará” em vez invés de “sujeitara” no art. 3º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda no art. 3º, vamos inserir o parágrafo único para dispor que a multa de que trata esse artigo seja destinada ao Fundo Nacional do Idoso.

Por fim, vamos sugerir a supressão do art. 4º de modo a não embaralhar competências de fiscalização que já existem e que serão naturalmente exercidas pelos órgãos de defesa do consumidor e de fiscalização do sistema financeiro tão logo a lei entre em vigor.

Ante as razões apresentadas, o voto é pela rejeição da Emenda nº 1-CDH e pela aprovação do Projeto de Lei nº 74, de 2023, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 2 - CDH

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 74, de 2023, a seguinte redação:

"Dispõe sobre a obrigatoriedade da assinatura em papel das pessoas idosas em contratos de operação de crédito firmados por meio eletrônico ou telefônico."

EMENDA Nº 3 - CDH

Dê-se ao *caput* do art. 1º do Projeto de Lei n° 74, de 2023, a seguinte redação:

"Art. 1º É obrigatória a assinatura em papel das pessoas idosas em contratos de operação de crédito firmados por meio eletrônico ou telefônico com instituições financeiras e de crédito, seus representantes ou prepostos.

Parágrafo único. Considera-se contrato de operação de crédito, para os fins do disposto nesta Lei, todo e qualquer tipo de contrato, serviços ou produtos na modalidade de consignação para desconto em aposentadorias, pensões, pecúlios, poupanças ou contas correntes, tais como empréstimos, financiamentos, arrendamentos, hipotecas, aplicações financeiras, investimentos, ou qualquer outro tipo de operação que possua natureza de crédito, realizada na modalidade de consignação."

EMENDA Nº 4 - CDH

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 74, de 2023, a seguinte redação:

"Art. 2º Os contratos de operação de crédito firmados por meio eletrônico ou telefônico com pessoas idosas devem obrigatoriamente ser disponibilizados em papel, sob pena de nulidade, para conhecimento das suas cláusulas e conseguinte assinatura do contratante considerado idoso nos termos da Lei."

EMENDA Nº 5 - CDH

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dê-se ao *caput* do art. 3º, e acrescente-se parágrafo único ao art. 3º do Projeto, nos termos a seguir:

"Art. 3º O descumprimento ao disposto nesta Lei sujeitará as instituições financeiras e de crédito às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras previstas em legislação vigente:

.....

Parágrafo Único. A multa de que trata este artigo será destinada ao Fundo Nacional do Idoso, estabelecido pela Lei nº 12.213 de 2010."

EMENDA Nº 6 - CDH

Suprima-se o art. 4º do Projeto de Lei nº 74, de 2023, renumerando-se em seguida os demais.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, é uma das poucas vezes em que eu vou legislar em causa própria: a partir de segunda-feira, agora, eu já sou uma pessoa idosa, eu fiz 60 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Jovem, muito jovem.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uma linda idosa! (*Risos.*)

Presidente, eu sei da nossa preocupação com a proteção da pessoa idosa – eu sei – e sei o que passei durante o período de pandemia, Presidente, ao ponto em que chegou um momento, Senador Flávio Arns, em que eu tive que me reunir com a Febraban, eu tive que me reunir os maiores bancos, até com o Banco Central, porque as fraudes bancárias contra idosos durante a pandemia foi um absurdo! E nós não tínhamos uma lei como esta. Foi um absurdo! Ao ponto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que o Banco Central disse: "O que a senhora quer que a gente faça?". Eu disse: "Proíba!". Porque começou tanto saque em conta de idosos, aplicações, poupança... Vocês não têm ideia. E muitos, inclusive, com procuração. Porque com o "fique em casa", os idosos, ficaram com muito medo de sair – e eles tinham mesmo de ficar em casa naquele primeiro momento, porque eles eram o primeiro grupo de risco –, e os filhos, de uma forma maldosa, começaram a pegar procurações; cuidadores de idosos pegando procuração. Foi um absurdo o que aconteceu, um absurdo! Idosos ficaram pobres por conta das fraudes na pandemia. Inclusive, venda de imóveis também. E eu tive que me reunir com o CNJ e com os cartórios.

Essa medida é acertada – é acertada. Eu só me preocupo, porque houve um movimento de idosos jovens, como eu, o Sr. Flávio e o Sr. Paim. Para qualquer empréstimo agora, a gente vai ter que descer ali no banco. Mas, por conta das fraudes, eu acho que um grupo de idosos vai ter que ser sacrificado realmente.

Eu entendo essa medida necessária e justa para a gente proteger os idosos, porque hoje os maiores golpes estão acontecendo contra a pessoa idosa. É um absurdo! Idosos que não sabem que estão fazendo empréstimo e estão dizendo "sim", "sim", "sim", achando que é realmente alguém do seu banco, às vezes até que é o seu gerente que está ligando. Então, a toda hora chega uma denúncia contra nós.

O projeto é polêmico, porque, para os idosos mais jovens, na correria do dia a dia, ir ao banco a toda hora não vai ser fácil, mas eu acho que a gente vai proteger aquele mais vulnerável.

Então, eu vou votar "sim" a este projeto, muito consciente do meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Assim, pelo que percebi, encerramos a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com cinco emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda 1.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nº 2, 3, 4 e 5 - CDH, e pela rejeição da Emenda nº 1.

O projeto segue para análise na CTFC, e, possivelmente, de forma terminativa, na CAE.

Eu quero só dizer que recebi, por diversas vezes, os banqueiros, ou seja, os que respondem pelos bancos. E o Senador Fabiano Contarato foi muito parceiro. Ele disse: "Olha, entendam-se lá com o Paim". E foi nessa discussão com o Banco do Brasil e com outros bancos que ele acabou acatando cinco emendas. Então, ele foi bem grandioso, tolerante, no sentido de manter a firmeza da ideia, mas achando caminhos para que os que realmente não puderem comprovem que não possam, e aí, então, possam fazer o empréstimo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Já que a Senadora Damares mencionou o aniversário, quero dar os parabéns de novo pelo aniversário que aconteceu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Hoje?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, na segunda-feira, dia 11. Ela está na melhor idade agora, como ela mencionou também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Fique triste não. Você chega lá, Augusta! (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É por isso que ela está legislando em causa própria. Eu já legislo em causa própria há muito tempo! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estamos muito próximos. O meu amigo aqui discretamente falou, ao microfone ligado, que sexta-feira é o meu, 15 de março. O seu...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Eu só pediria a V. Exa. que pudesse falar com o serviço de manutenção do Senado, porque várias dessas cadeiras, à medida que a gente senta, vão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, vão cedendo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E não é por causa do peso só. (*Risos.*)

Agora há pouco, eu estava lendo o relatório, comecei aqui e, de repente, estava olhando lá para cima. Então, tem que dar uma olhadinha aí para acertar a mola da cadeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Vamos providenciar aí, Christiano.

Como é que nós estamos aqui? (*Pausa.*)

Item 11 agora.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 501, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre a elaboração e a implementação de plano de metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher, da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; e altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Augusta Brito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto, com quatro emendas que apresenta; sendo favorável às emendas nºs 1 e 2-CCJ, e à emenda nº 4, da Senadora Damares Alves; e pela rejeição das emendas nºs 3 e 5 da Senadora Damares Alves.

Observações:

Tramitação: CCJ e CDH;

- Em 20/09/2023 - a matéria recebeu parecer favorável da CCJ, com as emendas nºs 1 e 2-CCJ;

- Em 08/12/2013, foram recebidas as emendas nºs 3, 4 e 5 da Senadora Damares Alves;

- Em 12/03/2024, recebido novo relatório.

Coincidência ou não, a relatoria é da Senadora Augusta Brito.

Foi acatada uma emenda, e foram rejeitadas outras duas emendas.

Concedo a palavra à Senadora Augusta Brito para a leitura do relatório.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Mais uma vez, aqui tenho o prazer de relatar um importantíssimo projeto da Deputada Leandre, que também teve colaboração significativa aqui da Senadora Damares, em que a gente conversou muito, as assessorias entraram num consenso para tentar realmente melhorar a proposição e fazer com que ela não tenha nenhum tipo de inconstitucionalidade, nada que vá prejudicar este projeto que a gente está tendo prazer e oportunidade de relatar pela grande importância que temos em aprová-lo.

Sr. Presidente, eu já peço também para fazer a leitura a partir da análise, visto que o relatório já esteve aqui publicado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Esta proposição ora analisada tem o mérito de apresentar uma elaborada política pública que propõe tornar efetiva a aplicação das normas já vigentes referentes à proteção da mulher em situação de violência doméstica e familiar, assentando, de maneira justa, as atribuições dos entes da Federação. Nesse sentido, a matéria busca tornar o cumprimento das normas protetivas mais bem executado, articulando o acesso dos entes subnacionais aos recursos federais destinados a políticas de segurança pública e de direitos humanos, numa estratégia que premia e estimula esforços pelo cumprimento planejado da política de enfrentamento à violência contra nós mulheres no âmbito doméstico e familiar.

Esse conjunto de medidas em tudo é consoante à Lei Maria da Penha, que desenha, em seus arts. 8º e 9º, a forma de atuação dos entes públicos ante a violência doméstica e familiar, estabelecendo que essa política pública deve ser executada por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de ações não governamentais, integrando, nessa tarefa, principalmente os órgãos constituintes da assistência social, saúde e segurança pública.

Precisamos, contudo, alterar alguns pontos de maneira a limar o texto de pontos questionáveis quanto à sua constitucionalidade.

Por isso, apresentamos, ao final deste relatório, quatro emendas contendo as seguintes alterações:

1. Tornamos exemplificativa a definição dos órgãos públicos que comporão as redes estaduais de enfrentamento à violência e de atendimento à mulher, em vez de taxativa, como constava no texto.

2. O projeto determina que a formação de recursos humanos integrantes dessas redes deve alcançar, ao menos, metade dos servidores de cada setor a cada ano. Como no item anterior, também consideramos que essa determinação cabe aos Estados. Assim, para evitar o risco de incorrer em ingerência em assuntos concernentes aos estados, tornamos a medida indicativa do que pode ser feito por esses entes federativos no esforço do enfrentamento à violência contra nós mulheres no âmbito doméstico e familiar;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. O PL impõe o prazo de um ano para os estados aprovarem plano de metas, sob pena de não recebimento de transferências federais do Fundo Nacional de Segurança Pública. Também para evitar questionamentos, alteramos a redação, de maneira a determinar que os mencionados recursos federais, alusivos a transferências voluntárias da União, serão repassados aos estados que aprovarem seus planos de metas no prazo de um ano. Note-se que, nesse ponto, os entes nacionais já têm a atribuição de elaborar esses planos para ter acesso a recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, conforme dispõe a Lei nº 14.316, de 2022.

Por fim, alteramos na lei que criou também o fundo a denominação do plano de metas alusivo ao enfrentamento à violência contra a mulher para deixar evidente que o plano referido tanto no PL quanto na mencionada lei é o mesmo.

Passamos agora à análise das emendas apresentadas pela Senadora Damares Alves, numeradas como Emendas 3, 4 e 5.

A Emenda de nº 3 tem a finalidade de modificar o inciso I do art. 3º do projeto em análise no mesmo sentido que propomos no item 2 anteriormente apresentado. Embora com redação ligeiramente diferente, a medida também visa atribuir ao ente federativo a decisão sobre a quantidade de ações e de servidores envolvidos nas atividades relacionadas ao enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Por isso, consideramos que a ideia defendida pela Senadora já se encontra atendida nas alterações que propomos ao final deste relatório. Também, não tirando o mérito, digo que estamos pensando da mesma forma.

A Emenda de nº 4, por sua vez, prevê a operação compartilhada entre o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp) e a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres. Essa política tem a finalidade de reunir, organizar, sistematizar e disponibilizar dados e informações atinentes a todos os tipos de violência contra as mulheres. A previsão expressa em lei da ação conjunta desses dois sistemas é importante para a elaboração de políticas de enfrentamento à violência de maneira ampla. Por isso, acolhemos – e parabenizamos – a proposição feita pela Senadora Damares.

A Emenda nº 5 retira o prazo para que os entes federativos aprovem seus planos de metas e alterem o inciso de vigência da lei para 180 dias após a sua publicação. Nesse ponto, a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emenda, embora não torne obrigatória a apresentação do plano de metas de enfrentamento à violência contra nós mulheres, premia com recursos federais das transferências voluntárias da União os entes federativos que apresentarem esse plano cumprindo o prazo de um ano.

Com relação aos dois prazos, ressalta-se que o plano de metas que condiciona o recebimento de transferência do Fundo Nacional de Segurança Pública e outras verbas voluntárias da União já é exigido pela legislação desde 2022, quando entrou em vigor a Lei nº 14.316. Além disso, o enfrentamento à violência contra nós mulheres também se encontra previsto como um dos principais objetivos da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social desde sua aprovação em 2018. Não se trata, portanto, de obrigação criada pela proposição em análise, que apenas dispõe sobre mecanismos para estimular os entes federativos a, de fato, se engajarem nessas políticas, no que se refere à defesa da vida das meninas e mulheres brasileiras. Por isso, deixamos de acolher a Emenda nº 5, ressaltando que as alterações propostas neste relatório já cuidam de resolver eventuais problemas relacionados ao pacto federativo.

Assim, com as modificações apresentadas nas conclusões, o PL certamente vai contribuir para acelerar e tornar mais eficiente o combate à violência doméstica e familiar contra nós mulheres.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 501, de 2019, com as Emenda 1-CCJ, Emenda 2-CCJ e Emenda 4-CDH, e com a rejeição das Emenda 3-CDH e Emenda 5-CDH, e com as alterações propostas nas emendas que apresentamos.

Quero só parabenizar tanto a Deputada, pela iniciativa, como também a parceria das assessorias que se comunicaram para que a gente pudesse realmente dar visibilidade – não só visibilidade, mas a aprovação desse projeto pela sua fundamental importância.

Nós tivemos um trabalho – e já quero aqui também ressaltar a importância da emenda da Senadora Damares – em relação a essa integração do sistema de informação, porque, lá no Estado do Ceará, nós fizemos um relatório, em 2019, onde a gente visitou toda a rede de enfrentamento à violência contra nós mulheres, e faltava essa integração, não existia. Cada órgão fazia, e a gente não tinha verdadeiramente a integração das informações entre os órgãos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre as entidades que, com certeza, vão vir a fortalecer o que a gente realmente quer, que é combater a violência contra nós mulheres. Então, parabenizo também pela iniciativa.

Estou aqui comprovando a necessidade de que a gente tenha essa integração dos sistemas e de informações, para que a gente possa verdadeiramente contribuir não só com esse projeto, como em tantos outros.

O voto é esse.

Agradeço aqui ao nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu só quero registrar o trabalho que foi feito para chegar a essa relatoria. E a Augusta já falou, duas ou três vezes, da assessoria, e eu preciso também falar do trabalho das nossas assessorias.

Como eu já estive sentada lá muitas vezes, eu sou uma das mais entusiastas na hora de a gente elogiar esses guerreiros, que ficam no anonimato, que fazem um trabalho incrível e que muitas vezes une a gente, une nós Parlamentares.

Com relação à pauta da mulher, Presidente, como essa Bancada Feminina aqui no Senado trabalha em unidade! Nós temos ideologias diferentes, de partidos diferentes, mas, quando o tema é proteção da mulher, nós estamos muito unidas, muito unidas. E eu preciso fazer esse elogio à nossa Bancada Feminina do Senado. E é o papel da Senadora Augusta, que é essa Senadora que ouve, que conversa, a Senadora da conciliação, a Senadora que nos busca, que nos traz para perto. Obrigada, Augusta.

E, por fim, quero elogiar a nossa Deputada Leandre, lá do seu Estado. Ela queria tanto que isso fosse aprovado agora em março, mas ela entendeu que os ajustes trazidos na relatoria vão evitar judicialização e vão evitar outros problemas lá na frente. Então, a gente dá um passo seguro para a aprovação de uma lei muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senadora Augusta! Parabéns ao seu gabinete por todo o trabalho que foi feito na construção deste voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Senador Flávio Arns, com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Eu também quero cumprimentar a Deputada Leandre, licenciada, porque é Secretária de Estado, lá no Paraná, dessa área, da Secretaria da Mulher.

Também quero parabenizar a Senadora Augusta Brito e a Damares Alves, principalmente pelo diálogo. Antes de vir o relatório para cá, os gabinetes, as assessorias conversaram, dialogaram, viram e acertaram o caminho, que é o que deve acontecer na política. Isso é muito importante e bonito. Tem que sempre acontecer isto: na medida do possível, chegar a um consenso, a um denominador comum, o que facilita também não só a aprovação, mas, depois, a concretização da lei, para que a lei se torne realidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com quatro emendas que apresenta, sendo favorável às Emendas nºs 1 e 2, CCJ; Emenda nº 4, da Senadora Damares Alves; e pela rejeição das Emendas nºs 3 e 5, da Senadora Damares.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 6, 7, 8 e 9, CDH; favorável às Emendas nºs 1 e 2, CCJ e CDH; e a Emenda nº 4, CDH; rejeição das Emendas nºs 3 e 5, da Senadora Damares.

Vamos em frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, eu queria só fazer o pedido de urgência. Já foi votado?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já, mas pode falar.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu queria só fazer um pedido de urgência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... se for possível, porque, mesmo tendo que voltar, se a gente puder dar uma celeridade, já seria ótimo, para esse mês de março.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em votação o requerimento de urgência.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senadores e senadoras, eu tomei a liberdade de consultar o Sr. Regivaldo Batista Cardoso. Eu sei que é quebrar protocolo, mas não tem como medir a dor que o senhor está passando.

Como esta Comissão teve essa iniciativa de fazer um evento lá no seu estado, eu perguntei se o senhor gostaria de deixar uma mensagem aqui, bem à vontade, bem tranquilo, e o senhor me respondeu que sim. Então, eu queria convidá-lo para que viesse aqui à mesa e falasse da mesa, rapidamente, sobre o fato que aconteceu com a sua família.

Regivaldo Batista Cardoso, diligência que aconteceu por parte desta Comissão em Lucas do Rio Verde, Mato Grosso, na forma de audiência pública, nos termos do requerimento apresentado pela Senadora Margareth e demais Senadores e Senadoras.

O SR. REGIVALDO BATISTA CARDOSO (Para expor.) – Primeiramente, bom dia a todos.

Quero agradecer à Senadora Damares pelo convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não era a minha vontade estar aqui. A vontade era estar em Mato Grosso, na minha cidade, Sorriso. Todo o acontecido foi em Sorriso. Eu gostaria de estar lá, viajando, trabalhando e voltando para a minha casa, para a minha esposa, para as minhas filhas – minhas três filhas, 19, 12 e 10 anos; e a minha esposa, 46 anos. Foi tirada a vida por um marginal, um cara que tinha mandado de prisão em aberto. Cinco anos que eu morava na mesma casa, nunca víamos nada de errado. Um dia, eu saí para viajar, e voltei, e não as encontrei mais. Não pude nem dar um beijo nelas, porque já estavam em estado bem avançado. Na pequenininha eu ainda consegui tocar, na Manu também, mas não consegui tocar do jeito com que eu sempre toquei nelas, receber o abraço, receber um bom-dia da do meio, que todo dia me mandava mensagem – "Bom dia, pai! Estou indo para a escola" –, conversar com a minha esposa. A pequenininha pegava o telefone escondido da mãe para falar comigo, falava baixinho: "Pai, a mãe não pode ver. A mãe vai vir, vai ver, vai me pegar com o seu telefone".

Então, que vocês façam realmente pelas mulheres, pelas filhas, para que a gente possa ter um país mais justo, para que a gente possa trabalhar e voltar para a nossa família. Hoje eu volto, mas volto para a casa da minha sogra – eu e ela. Ela sofre muito também, mas ela agora é a minha mãe. Meus pais são do Paraná. Meus irmãos todos também sofrem bastante.

Então, que vocês façam projetos bons, que protejam as famílias, que é o que todo brasileiro quer. Que vocês que estão aqui façam as leis, façam as coisas certas pela gente, porque a gente trabalha – a gente é brasileiro, gosta de trabalhar e queremos que vocês façam aquilo que é bom para todas as famílias.

Eu não tenho mais minha família, mas estou aqui para brigar para que outras pessoas não passem pelo que eu estou passando. Se eu estou aqui hoje, é porque eu creio muito em Deus. Que o nome do Senhor seja glorificado hoje e sempre, porque elas criam também, e eu tenho a certeza e a esperança de que eu vou estar com elas um dia de novo.

Então, eu agradeço a vocês. Obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em vez de falar mais uma vez, porque já falamos – e não teria palavra nenhuma –, eu queria só pedir para a gente fazer um minuto de silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro, venham cá todos e vamos aqui já... Fica aqui na mesa com a gente, e nós faremos um minuto de silêncio em homenagem à sua família. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lamentamos. Toda a solidariedade à família do Sr. Regivaldo, que aqui deu um depoimento que, com certeza, emocionou o Brasil todo, não só nós que estamos aqui, via TV Senado.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria aqui, de pé ainda, e com você aqui... A Secretaria da Mesa, Senadora, me passou aqui o registro das pessoas que estarão lá nesse evento que a Senadora Margareth vai presidir em nome da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.

Estará presente no evento Daniela Silveira Maidel, Delegada-Geral da Polícia Civil de Mato Grosso. Estarão presentes também: Francielle Claudino Brustolin, Subprocuradora-Geral da Mulher da Assembleia Legislativa de Mato Grosso; Coronel Fernando, representando o Secretário de Segurança Pública de Mato Grosso; Grasielle Paes Silva Bugalho, Secretária de Estado de Assistência Social e Cidadania de Mato Grosso; Janice Terezinha Angeli Vaz Ribeiro, Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação; Jucélia Ferro, Presidente do Coegemas e Secretária Municipal de Assistência Social de Mato Grosso; Desembargadora Maria Erotides Kneip, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso; Deputado Federal Fabio Garcia, Secretário Chefe da Casa Civil, em representação do Governador do Estado de Mato Grosso; Gileade Pereira Souza Maia, Promotora de Justiça, representando o Procurador-Geral de Justiça de Mato Grosso; Miguel Vaz Ribeiro, Prefeito de Lucas do Rio Verde; Sandra Barzotto, Presidente da Câmara de Vereadores de Lucas do Rio Verde; e, por fim, Virginia Mendes, Primeira-Dama do Estado de Mato Grosso. (*Palmas.*)

E assim encerramos a nossa reunião deliberativa da CDH no dia de hoje, com esse momento triste, mas com a mensagem que você deu aqui de forma muito clara, muito corajosa, exigindo medidas de proteção às mulheres, às crianças, enfim, ao povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.179980/2024-20-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte minutos do dia oito de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 14/2024 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Negociação Coletiva e as reivindicações dos servidores públicos". Participantes: Igor Tobias Mariano, Coordenador de Assuntos Jurídicos, Trabalhistas e Parlamentares do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF - SINDJUS; Jose Lopez Feijóo, Secretário de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI; João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB; Fausto Augusto Júnior, Diretor técnico do DIEESE; Rudinei Marques, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado - FONACATE; Lilian Olívia Aparecida Fernandes, Representante da Central das Entidades de Servidores Públicos - CESP; Alisson Souza, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União - SINDILEGIS; Tácio Melo da Silveira, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais - FENAPRF; Jucelia Vargas Vieira de Jesus, Representante da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Loiva Isabel Marques Chansis, Coordenadora Geral da FASUBRA; Sérgio Ronaldo da Silva, Representante da FONASEFE; e José Gozze, Presidente da Pública Central do Servidor. O Presidente concede a palavra aos seguintes no plenário: Rodinei Rosseto- Plenário, CESP/CSPB; Wagner José de Souza, União Geral dos Trabalhadores; Lineu Neves Mazano, Força Sindical; Flávio Werneck Meneguelli; Eduardo Maia, Secretário-Geral da Nova Central; João Paulo, CTB; Helen Patrícia Merim, Presidenta do Sindicato União dos Servidores do Judiciário do Estado de SP; Eduardo Zanata, CSP/Conlutas. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/08

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública de hoje será realizada nos termos do Requerimento nº 14, de 2024, da CDH, de nossa autoria e de outros Senadores e Senadoras.

Discussão: negociação coletiva e as reivindicações dos servidores públicos.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Teremos, provavelmente, plenário lotado. E eu, com 15 minutos de atraso, coisa que nunca acontece. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou aqui pedindo desculpa já. Estou pedindo desculpa. Vocês sabiam que eu iria estar aqui às 9h.

Primeira mesa.

Convidamos para a primeira mesa: João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB); Fausto Augusto Junior, Diretor Técnico do Dieese; Rudinei Marques, Presidente do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate); e convidamos, representando o Governo, o nosso querido amigo de longos anos e muita luta – da maioria aqui, eu vou ter que dizer: longas lutas juntos, todos, grandes amigos –, o Sr. José Lopes Feijóo, Secretário de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). (*Palmas.*)

Sejam todos bem-vindos.

Vamos só citar os nomes dos convidados que vão participar de outras mesas. Aqui se repetem, tem alguns... Vamos falar mesa por mesa, vou chamando para nós podermos iniciar, é bem melhor.

Eu só vou fazer aqui uma pequena introdução do tema para situar os telespectadores da nossa querida TV Senado, Rádio Senado e Agência Senado.

Senhores e senhoras, esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal tem por objetivo debater a negociação coletiva e as reivindicações dos servidores públicos.

Em 7 de abril de 2010, o Congresso Nacional aprovou, nos termos do Decreto Legislativo 206, com ressalvas, os textos da Convenção nº 151 e da Recomendação nº 159, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ambas de 1978, sobre as relações de trabalho na administração pública. Esse avanço político afastou de forma definitiva as dúvidas que ainda existiam sobre a aplicabilidade do instituto à administração pública, em face da reserva legal estabelecida pela Constituição para dispor sobre os temas relativos à organização de cargos e carreiras e suas remunerações, direitos e vantagens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O debate tem que ser feito. O debate é necessário para regulamentar a negociação coletiva no serviço público.

Esta audiência pública foi solicitada por inúmeras entidades. Aqui está registrada a primeira entidade que solicitou: foi a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil. As negociações coletivas e as reivindicações dos trabalhadores são fundamentais para garantir condições de trabalho justas e melhor qualidade de vida dos servidores.

Alguns pontos da importância dessas negociações: representação dos trabalhadores, melhoria das condições de trabalho, equilíbrio de poder, promoção da justiça social. Em resumo, as negociações coletivas e as reivindicações dos trabalhadores são vitais para garantir que os direitos sociais e trabalhistas sejam respeitados, que as condições de trabalho sejam justas e a qualidade de vida dos servidores seja melhorada.

Não está aqui, mas eu incluo que nós temos uma grande preocupação também de que fique definido, de uma vez por todas, o direito de greve dos servidores públicos. Apresentei o projeto logo depois da Constituinte, e, até hoje, não foi regulamentado, ou seja, 36 anos.

Esses processos não apenas beneficiam o indivíduo, mas também contribuem para uma sociedade mais justa e equitativa como um todo. Tenho grande apreço pelos servidores públicos e sei que eles significam muito para o país, a sociedade e a população. É preciso valorizá-los, respeitá-los. Eles têm uma enorme importância em nossas vidas e na construção de uma nação mais justa e eficiente para todos.

Boa audiência pública! Vida longa aos servidores públicos! (*Palmas.*)

De imediato, pela quantidade de inscritos que percebi aqui e outros que estão pedindo para falar também, eu vou tentar dar a palavra para o maior número possível dos nossos convidados. Aqui todos vocês são convidados.

Primeiro, João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos dar 10 minutos para cada um, com mais 5 minutos, se for necessário – o que dá um total de 15 minutos. O.k.? Nos 10 minutos a campainha toca, mas aí todos terão mais 5 minutos.

É com o senhor.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Primeiro, bom dia a todas as companheiras e os companheiros aqui presentes, com certeza aos milhares que nos assistem pela TV Senado.

Eu, sempre que estou na presença do Senador Paim, quer seja nesta Casa, quer seja em outros lugares pelo Brasil afora, inicio fazendo uma declaração: nós precisamos sempre entender a dimensão do Senador para a classe trabalhadora. Ele é muito mais do que um Senador, muito mais do que um mandato, muito mais do que representante de um partido, de um segmento. Gosto de repetir: o Senador Paim tem sido, é e será, com certeza, uma verdadeira instituição garantidora dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

Dito isso, Senador, eu tenho relativamente pouco tempo e, como a proposta temática aqui é um pouco variada, eu vou me ater apenas à questão da negociação coletiva e vou, se me permitem, fazer um breve histórico aqui, para entender as questões que nós ainda enfrentamos quanto a isso.

Eu não tenho dúvida... E, pensando como classificar a situação da negociação coletiva dos servidores públicos como direito fundamental, nós estamos falando aqui do direito universal basilar das relações de trabalho, que é o direito da negociação coletiva. Então, parece uma coisa tão... um assunto tão fácil, um assunto tão unânime, e especialmente quando se coloca a situação aqui do Brasil, em que nós, servidoras e servidores públicos – uma das maiores categorias de trabalhadoras e trabalhadores do país, quase 3 milhões de pessoas, pela própria forma de acesso que nós temos ao trabalho, por ser uma das mais qualificadas –, somos a única categoria que não temos, por exemplo, direito à negociação coletiva e não temos uma série de direitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós somos a única categoria que não tem o direito à greve regulamentado; nós não temos a forma de organização sindical regulamentada; nós não temos uma política universal e sistematizada de saúde e segurança no trabalho; nós não temos – e para os servidores públicos isso é muito importante, principalmente para os estados e municípios – uma política que trata tanto das práticas antissindicais quanto dos assédios em geral; somos a única categoria que não tem um Sistema S. Como é que se explica tudo isso?

Mas vamos voltar para a negociação coletiva: há 46 anos – quase meio século, Senador –, o Brasil homologou a Convenção 151, que é a que trata do tripé das relações de trabalho no setor público: negociação coletiva, direito de greve e organização sindical. Pois bem. Somente 32 anos depois, em 2010, essa convenção foi ratificada, ou seja, foi incorporada na legislação brasileira, através do Decreto 2006, de 2010, do Congresso Nacional. Aí, em seguida, naquele ano, nós fomos à Genebra, à OIT – eu me lembro de que estava o Pedro estava lá, era o Governo, na pessoa do Ministro do Trabalho, o Ministro Lupi, e nós, do movimento sindical –, e registramos aquele decreto-lei lá. Pronto. Era a fase final para passar para a regulamentação.

Em 2013, no Governo da Presidente Dilma, ela, na demora e tentando acelerar o processo, editou um decreto presidencial, internalizando aquele decreto-lei no Congresso, ou seja, internalizando a legislação da 151 no Brasil.

Mas ainda assim faltava regulamentar – e eu lembro que o Feijóo, nessa época, estava no Governo –, e muita gente não entendeu: "Mas por que, depois de tanto tempo, de tantos procedimentos, ainda precisa regulamentar?". Precisa, porque os governos internacionais, essas normas, não são normas executivas, são princípios, princípios que se aplicam a todos os países-membros que aderirem àquela convenção, mas, para ela viger como norma executiva, ela tem que ser incorporada às leis próprias. Por isso a necessidade de regulamentação.

Pois bem. Ali, ainda no Governo Dilma, começamos o processo de regulamentação. Foi um trabalho maravilhoso em que se estabeleceu a Câmara Bipartite Servidores Públicos – Governo. Percorremos o Brasil todo – o senhor esteve conosco, Senador, em algumas regiões – fazendo audiências e construímos um consenso absoluto entre todas, literalmente todas, as centrais sindicais da época – hoje não existem mais centrais, mas na época foram literalmente todas as centrais – e mais o Governo. E fizemos, inclusive, o projeto legislativo que foi feito pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério do Trabalho. O Secretário de Relações de Trabalho que presidia a câmara era o Manoel Messias.

Pois bem, Senador, em seguida, veio o golpe de 2016 e interrompeu tudo. Ainda assim, ainda assim, em 2017 – 2016 ou 2017, não lembro bem –, nós conseguimos aprovar aqui no Senado Federal a legislação da negociação coletiva, uma iniciativa do Senado, proposta pelo então Senador Anastasia, e articulada nesta Comissão, presidida por esse Senador. Nós aprovamos por unanimidade no Senado Federal e depois por unanimidade na Câmara, uma coisa raríssima, mas o Presidente Temer vetou *in totum*, usando argumentos absolutamente mandrakes, a mando... Sob o custo de não ser cassado nesta Casa, pois ele corria sérios riscos, ele vetou *in totum*.

Pois bem. Depois veio a longa noite de trevas do Governo Bolsonaro, em que este assunto era até proibido, muito menos apreciado. Tudo bem, reconstruímos o país, elegemos o nosso Governo. E eu gosto de falar "nosso Governo", nós não somos o Governo, mas este Governo é nosso também, temos que disputá-lo e temos que ter dele a correspondência do apoio que lhe demos e que daremos sempre que for necessário. E eu lembro que, durante a campanha do Presidente Lula, ainda no Governo de transição, o Lula fez o compromisso de, na primeira semana de Governo, uma série de medidas que ele ia tomar, dentre elas, enviar a negociação coletiva dos servidores do setor público. Não dá para cobrar nada do Governo na primeira semana, porque, na primeira semana, nós tivemos foi um golpe de Estado. E eu digo que teve um golpe, porque os Poderes foram ocupados – ele foi malsucedido pela reação do Governo. Então, não dá para cobrar essa questão de primeira semana, mas nada justifica que, um ano e meio depois, ainda este assunto esteja pendente.

Finalmente, foi criado um grupo de trabalho para regulamentar a Convenção 151, aqueles três pontos da convenção. Esse grupo de trabalho é um grupo interministerial, conta com a presença das centrais sindicais e é presidido pelo Feijóo, que está aqui. Eu não sei se foi em agosto ou em outubro, mais ou menos, que foi instalado aquele grupo de trabalho, mas, 30 dias depois, nós já tínhamos construído um consenso sobre o processo de negociação coletiva – 30 dias depois, ainda no ano passado. E um segmento – e eu me incluo nele – defende que nós precisamos, à medida que forem construindo esses consensos, encaminhar, encaminhar, entregar para o Governo, para o Governo encaminhar ao Congresso, porque as relações de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho no setor público são muito complexas. Se a gente amarrar uma coisa na outra, nós vamos perder... Nós estamos a ponto de perder mais um ano. Este ano é um ano atípico, porque é um ano eleitoral. O que não se aprovar nesta Casa até o primeiro semestre provavelmente não se aprova mais, como foram com projetos de grande porte, de grande impacto. Esse não deveria ser, mas é, porque tem 46 anos que a gente não consegue. Então, é de grande porte e é de grande impacto. Então, nós estamos na seguinte questão, Senador, senhoras e senhores – e, particularmente, me encaminho aos representantes das centrais sindicais, especialmente ao Secretário Feijóo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – ... nós temos que ter atitude. Uma das coisas que mais se cobra desse Governo – eu sou um dos que cobra... Cobro onde eu estou. Eu cobro lá no Conselhão da Presidência, eu cobro na Câmara Técnica, onde eu estou. Esse Governo tem que ter entrega. Entregar ao menos o que está pronto, de alguma forma.

Nós sabemos, por exemplo, da necessidade, da urgência, da premência, do nosso interesse, por exemplo, na regulamentação da Lei de Greve, mas é uma legislação mais complexa tanto de se construir consenso quanto de aprovação nesta Casa. A nossa correlação de força no Congresso Nacional é ridícula. Em temas sensíveis como o direito de greve, corre-se o risco de entrar hoje, aqui, um projeto para regular a greve do servidor público e sair um projeto proibindo a greve.

Então, Senador, para concluir – eu já estou extrapolando o meu tempo –, o que eu quero, ao final desses debates é que... Mais uma vez, Senador, o senhor abraçou todos os grandes projetos de interesse social, em particular da classe trabalhadora, especialmente do setor público. Que o Congresso Nacional, que esta Casa, que esta Comissão, que o senhor construa conosco uma solução para sair desse impasse. Nós vamos perder mais um ano nessa toada; nessa toada, vamos perder mais um ano, e não é possível, não se justifica.

E, para além disso – agora finalizando mesmo, Senador –, como eu disse, a relação de trabalho do setor público do Brasil, em que pese serem os servidores públicos essa grande categoria de trabalhadoras e trabalhadores, é a mais carente de regulamentação e, ao mesmo tempo, é a que mais tem fartura, tem excesso de regulamentação. Nós temos hoje cerca de 100

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mil normas da Constituição a terem um decreto de um Prefeito que interfere de uma forma ou de outra nas relações de trabalho; por outro lado, temos lacunas enormes de normatização, como, por exemplo, a negociação coletiva – a negociação coletiva é a base de tudo, é a partir dela e através dela que nós conquistamos outros direitos.

Então, nós queremos deixar aqui, Senador, um projeto que é do marco regulatório das relações de trabalho no setor público. Todos os aspectos, todos os vieses que interferem, que interessam às relações de trabalho no setor público estão aqui, e nós vamos lutar por ele. É um projeto feito em módulos, de forma assim... Aqui está a convenção coletiva, aqui estão todos os aspectos da regulamentação. E nós queremos pedir já licença ao senhor – porque também tem um *pen drive* com tudo o que diz respeito a isso aí –, para brevemente voltarmos a conversar especificamente sobre esse projeto com o senhor.

Muito obrigado, senhoras; muito obrigado, senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), que nos deixou, inclusive, aqui uma proposta formulada sobre o tema. Eu sei que vai ser falado sobre isso. Quero só lembrar que em 2023 eu apresentei um projeto de regulamentação dessa questão dos servidores públicos, projeto de autoria do Senador Anastasia, mas, como havia um grande entendimento, eu assim fiz. Quero dizer, Feijóo, à luz da verdade, que uma delegação de centrais – alguns estão aqui – vieram falar comigo se teria algum problema de essa proposta ser construída dentro do Governo e essa minha fosse apensada a ela. Eu disse: o que eu quero é aprovar, tranquilo.

Então, o nosso compromisso está mantido. O importante, claro, é que esta audiência vai colaborar. Eu não tenho problema nenhum.

O projeto é o 1.726, de 2023. O importante é aprovar a regulamentação da situação do servidor público, e, se essa proposta contribuir, sendo... (*Palmas.*)

... apensada à que vem do Governo, eu já estarei contemplado com certeza absoluta.

Passo a palavra para o Sr. Fausto Augusto Júnior, Diretor Técnico do Dieese.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO AUGUSTO JÚNIOR (Para expor.) – Bom dia a todos.

Queria agradecer o convite ao Senador nesse momento bastante importante para que a gente possa dialogar sobre a negociação. Aproveito para cumprimentar a mesa, na figura do João e de tantos outros que estão aqui.

Bem, primeiro, eu queria iniciar este debate dizendo que é muito importante nós estarmos nesta Casa, porque, há cerca de oito meses – não é, Feijóo? –, nós iniciamos o processo de negociação do projeto de lei de regulação da negociação coletiva e nós sabemos que é por aqui, por dentro do Legislativo, que a gente vai dar andamento a essa discussão, e vai ser fundamental a sinergia entre aquilo que está sendo discutido hoje no grupo de trabalho tripartite da 151 ali, junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, e o Parlamento nacional, até porque o nosso maior desafio é garantir o direito à negociação ao conjunto dos servidores públicos do Brasil, ou seja, para além dos servidores federais, que já têm uma mesa nacional de negociação, que sistematicamente se reúne, para nós é muito importante que a gente garanta que as três esferas, União, estados e municípios, tenham o direito de negociação, que os três Poderes, ou seja, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, tenham o direito à negociação coletiva.

O direito à negociação coletiva é algo até emblemático no nosso país e não está regulado para o setor público, uma vez...

Pode passar a primeira, por favor, porque a gente vai rapidinho, senão o tempo...

A nossa Constituição colocou e garantiu para os servidores públicos o direito a terem um sindicato, o direito à representação coletiva, garantiu o direito à greve, que é a forma mais aguda da defesa dos seus direitos, mas não previa o direito à negociação coletiva.

A regulação da 151, para nós, foi, de alguma forma, a garantia de acertar, de minimamente recolocar a questão da negociação, que é algo que, na verdade, a gente debate desde 1988.

É importante dizer que, em 2005, já no Fórum Nacional do Trabalho, essa discussão foi feita, um primeiro projeto foi apresentado, e, depois, em 2012, nós tivemos uma sequência de projetos de leis e uma sequência de acordos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o que para nós é vital é que a gente precisa garantir essa aprovação neste espaço que nós temos no Legislativo. Para nós, é importante descrever um pouco o que vem acontecendo neste grupo. E eu acho que essa é um pouco a minha tarefa.

Eu queria passar... Pode passar a próxima, primeiro, por favor? Pode passar a próxima?

Bem, antes de mais nada, a gente tem que compreender que uma boa parte das greves acontecem no Brasil para abrir o processo negocial. Isso é completamente diferente de todo o sistema de relações de trabalho no Brasil, em que a maior parte das categorias vai à greve só quando não consegue um acordo, só quando está no último momento ali do processo de negociação. O servidor público, não; ele precisa, na maior parte dos estados brasileiros e dos municípios, abrir o processo por meio de uma greve.

E diferentemente também do que acontece na iniciativa privada, em que, quando não se tem um acordo, ainda se tem a Justiça do Trabalho, no setor público, nem isso tem. E os embates ficam acontecendo, de certo modo, e esta tensão não consegue dar saída. Para nós ela é bastante importante.

A alternativa da negociação coletiva se organiza, se assenta no interesse indisponível da sociedade, porque é por meio da negociação que você vai garantir a melhoria dos serviços públicos em geral.

E é importante dizer e deixar bem claro aqui nesta bancada, porque esse é um debate que a gente vai ter que fazer na União, nos estados e nos municípios, principalmente com os municípios e com os estados, que ninguém está falando aqui no processo de regulação da negociação coletiva como algo que retire prerrogativas tanto do Poder Executivo quanto do Poder Legislativo. Muito pelo contrário, o que se busca é assentar em cima do princípio da legalidade, em cima do princípio da publicidade o direito de o servidor público negociar – negociar as suas condições de trabalho, negociar os seus salários, negociar as suas condições reais de prestação de serviço. A gente gosta de sempre lembrar – e a gente já esteve nesta Casa em vários momentos debatendo a questão do serviço público – que é o servidor público a mão que, de alguma forma, faz chegar o direito social ao conjunto da sociedade brasileira. Reduzir a tensão, reduzir o conflito, tratar o conflito de maneira democrática é uma forma de nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avançarmos tanto na democracia como no provimento do serviço público conjunto dos trabalhadores.

Há cerca de oito meses, nós iniciamos o processo de negociação. Nós não temos um; nós temos vários projetos de negociação que já foram construídos ao longo desse período. O que se fez nesses meses em que se fez a discussão do GT? De alguma forma, foi colocar os projetos à mesa, colocar, em especial, o projeto de 2012 consensuado e o projeto de lei do Senador Paim, organizado e aprovado na época na proposição do Senador Anastasia, e, de alguma forma, avançar numa nova proposição que desse saída para isso.

E temos de avançar um pouco – viu, Senador? –, porque nós temos outras questões que, por dentro da negociação, são fundamentais de serem resolvidas. Entre elas, cito as garantias dos trabalhadores do serviço público que, quando se investem no mandato de dirigente sindical, perdem boa parte das suas prerrogativas, dos seus direitos e da sua vida funcional. Isso para nós é fundamental. E nós precisamos debater também, de alguma forma, as condições de financiamento das entidades sindicais. Tudo isso está sendo debatido nesse grupo.

Eu vou passar muito rápido, porque eu tenho cinco minutos, só para passar os pontos principais do que se colocou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Você tem dez ainda.

O SR. FAUSTO AUGUSTO JÚNIOR – Dez minutos.

Primeira questão: a lei dispõe sobre a negociação coletiva das relações de trabalho, a discussão do direito de greve, financiamento, representação sindical dos servidores e empregados públicos – importante lembrar – das três esferas, União, estados, Distrito Federal e municípios, e de todos os órgãos autonomamente constituídos.

Pode passar.

Bem, de novo, a negociação é esse mecanismo de resolução de conflitos.

Pode passar para o próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí tem um conjunto de princípios que norteiam para nós a negociação: democratização das relações, melhoria da prestação de serviços da sociedade, paridade na representação da negociação, garantia da continuidade e a perenidade desse processo negocial – isso é uma questão importante, porque a negociação coletiva precisa ser um direito e uma política de Estado, não uma política de Governo, que Governo A negocia, e Governo B não negocia –, razoabilidade, legitimidade dos negociadores, transparência no processo negociação, lealdade e boa-fé na negociação, respeito à diversidade, efetividade da negociação, respeito pactuado e respeito às garantias fundamentais na Constituição.

É importante colocar que a lei trata também dos grandes objetivos, objetivos gerais: definir padrões remuneratórios dignos dos servidores; atuar para prevenir o assédio e todas as suas formas; prevenir e tratar os conflitos e buscar soluções por autocomposição; reduzir a judicialização de conflitos entre administração pública e servidores; e reduzir a incidência de greves.

Esses são os grandes objetivos colocados no projeto.

Pode passar, por favor?

Bem, a negociação se organizará, então, por sistema permanente, no qual as entidades sindicais são constituídas formalmente, e aí essa negociação terá o seu regime próprio. O sistema de negociação é instituído pelos Poderes e pelas instâncias, pelas esferas de negociação. E é assegurada sempre – eu quero chamar a atenção – pelo menos uma negociação na mesma data, ou seja, dá-se para o servidor algo que historicamente todo conjunto da classe trabalhadora tem, desde a CLT: o direito a ter uma data-base para poder negociar sua vida.

Bem, quais são as finalidades da negociação? Assegurar a prerrogativa da instalação do processo negocial; garantir que a negociação aconteça, independentemente do seu resultado – isso é bastante importante: quando a gente fala do direito à negociação, nós não estamos falando que está garantido que se vai chegar ao final, o que vai chegar ao final é o processo negocial, mas precisa garantir-se o direito de arena, ou seja, precisa garantir-se o espaço para que as partes possam se encontrar e debater as questões relativas ao setor público –; oferecer mecanismos eficazes de tratamento de conflito; definir procedimentos para a explicitação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conflitos; garantir a defesa do interesse público; e garantir a abertura da negociação quando deflagrada a greve – essa é uma questão também bastante importante: não é possível que muitas vezes você instaure greve e você passe dias, às vezes semanas para a primeira negociação acontecer com os entes públicos.

Pode passar a próxima, por favor?

> Art. 6º É obrigatória a participação dos representantes legais na negociação sempre que convocada pela outra parte [...].
> Art. 7º Os acordos firmados são bilaterais, comprometendo-se as partes à adoção das providências para sua efetivação e ao zelo para sua manutenção.

Isso aqui é importante. Ninguém está dizendo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FAUSTO AUGUSTO JÚNIOR – ... que vai ser substituída qualquer prerrogativa do Legislativo, por exemplo. É importante deixar claro que, uma vez que foi negociado, o acordo, o termo de acordo não tem eficácia imediata. Pelo princípio da legalidade, ele vai passar tanto pelas esferas do Executivo quanto pelas esferas do Legislativo. O que nós precisamos é que, uma vez acordado, seja garantido que os processos legais sejam encaminhados.

A União, estados e municípios deverão prover todos os meios necessários para a efetivação da negociação, e inclui-se aí o conceito de meios necessários, que trata dos recursos físicos, infraestrutura etc.

Pode passar a próxima, por favor?

O art. 9º trata da importância de se ter suporte, ou seja, para o conjunto de servidores e a estrutura para o processo negocial.

O art. 10 trata do que a administração precisa fazer, ou seja, recepção da pauta, definição de calendário, composição das bancadas de comum acordo e o calendário de comum acordo, instalação de processo negocial, a instrumentalização dos termos do acordo e a publicização e guarda do instrumento formado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que isso aqui é importante? Porque a gente sabe que, em vários municípios, muitas vezes, em estados, sequer o servidor consegue entregar a sua pauta. Então nós precisamos garantir isso em lei.

Pode passar.

Aqui é importante. "Art. 11. A abrangência da negociação das relações será..."

É o tempo, não é? É o tempo. (*Risos.*)

Prossigo: "... será definida pelos representantes de servidores [...]". Aqui nós estamos chamando as entidades sindicais e o conjunto de entidades sindicais. Vale lembrar que uma negociação pode ter um sindicato – muitas vezes no município você tem um sindicato municipal que representa o conjunto –, ou você pode, por exemplo, na União, ter um conjunto grande de entidades sindicais representando.

O sistema precisa dar conta de negociações muito diferenciadas, mas é importante para nós dizer, então, quais são os objetos da negociação: restruturação de carreira; remuneração; condições de trabalho; benefícios; planos de capacitação; qualidade dos serviços públicos; política de gestão de pessoas; saúde, segurança e meio ambiente; greve e pagamento de dias parados. Isso aqui são os objetos do processo negocial que a lei que está sendo construída prevê.

Pode passar, por favor, a próxima.

Art. 13. Quem participa do processo negocial? Cabe às entidades do setor público participar, de forma paritária, da composição da mesa. É óbvio que cabe ao próprio empregador, o poder público, e ao sindicado indicar os seus representantes na mesa de negociação. E, aí, cada Poder precisa organizar isso.

O impasse – essa é uma questão também para nós colocada – diante da negociação. A proposta é que você, de ambos os lados, ali de comum acordo, estabeleça sistemas de mediação. É importante a gente compreender que o grande mediador da relação de trabalho no serviço público é o conjunto da população e o conjunto da população organizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o art. 15, nós estamos em debate, não temos consenso ainda sobre ele, que é a regulação do direito de greve. Essa é uma questão que está colocada.

Pode passar para frente, por favor.

Vamos lá!

Art. 16: a conduta da negociação uma vez que você tem o termo de acordo firmado. Isso aqui é importante. Nós estamos dizendo "termo de acordo", porque nós estamos falando de acordo coletivo. O termo de acordo, diferente do acordo coletivo e da convenção coletiva, não tem eficácia imediata, ou seja, ele não tem poder legal. Ele precisa, pelo princípio da legalidade, passar pelas instâncias legais. O que vai constar no termo de acordo? Identificação, objeto negociado, a manifestação dos titulares, das entidades competentes, o resultado alcançado na negociação, as formas de sua implementação e o período de vigência deste acordo. Em alguns casos, ele pode, uma vez virado lei, ter a vigência até uma nova lei; em outros casos, muitas vezes, é um período menor, sobre determinadas coisas, como, por exemplo, a montagem de um grupo de trabalho para discutir o plano de carreira de determinado grupo de servidores. Nós estamos propondo que, em até 120 dias, apresentado, fechado o termo de acordo, o Executivo tenha que encaminhar isso para o Legislativo. Ele precisa dar tratativas e também definir um tempo, porque muitas vezes você fecha um acordo, mas o tempo passa.

Pode passar, rapidinho – estou caminhando para o final.

Representação sindical. Para nós é fundamental garantir a livre associação sindical a todos os servidores. Na representação sindical se compreendem sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais. E, aí, é óbvio, conforme vai inexistindo um, vai descendo para o âmbito seguinte, ou melhor, vai subindo para o âmbito seguinte a negociação. E, aí, é claro, a participação dos servidores públicos na mesa de negociação tem que ser regulada pela União, estados e Distrito Federal. Isso é importante. Esta é uma lei de princípios. Depois dela, avança-se para que a União, estados e municípios comecem o seu processo de regulação. Cada mesa terá a sua própria regulação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FAUSTO AUGUSTO JÚNIOR – Está acabando? Um minuto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passando para o final, pode passar, por favor.

Bem, sob pena de lesão à atividade sindical, tem que se garantir que o servidor não seja simplesmente movido de uma área para outra. É preciso também que, uma vez que o servidor público se torne dirigente sindical, ele tenha o seu afastamento garantido, com todas as garantias e vantagens pessoais e previdenciárias decorrentes do cargo. E, aí, é importante lembrar – para nós, o §1º é fundamental –: equiparar a seu efetivo exercício, para todos os fins, o tempo de afastamento para o exercício de mandato classista. Ou seja, o servidor dirigente sindical precisa ter as prerrogativas para representar o conjunto dos servidores.

Pode passar para o último, por favor.

E, aí, para o financiamento sindical, o que nós estamos propondo? Nós estamos propondo que a contribuição assistencial, que hoje está sendo discutida no Supremo Tribunal Federal, que já foi dada como constitucional, seja garantida também aos servidores públicos.

Agradeço a possibilidade de apresentar a nossa discussão. De alguma forma, é isso que nós estamos discutindo no GT.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Fausto Augusto Junior, Diretor Técnico do Dieese.

Só por uma questão de justiça, eu queria lembrar que o projeto é do Senador Anastasia, e eu o reapresentei, porque ele foi arquivado aqui. E quero aqui dizer que o Senador Jaques Wagner fez um relatório, no meu entendimento, muito bom. Eu apresentei o projeto que estava sendo arquivado e que agora está sendo instrumento de debate no fórum constituído pelo Governo.

Vamos em frente.

Rudinei Marques, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

O SR. RUDINEI MARQUES (Para expor.) – Bom dia, Senador Paim. É um prazer estar novamente aqui na CDH.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar também o Secretário Jose Lopez Feijóo. Temos reivindicações a apresentar aqui na mesa.

Quero cumprimentar o Fausto, o parceiro de lutas João Domingos e todos os presentes, em nome da Fasubra, meu sindicato de origem, onde tenho muito orgulho de ter aprendido o início da minha vida sindical. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RUDINEI MARQUES – É isso aí.

É muito importante, eu quero buscar aqui esse sentimento de urgência que o João Domingos emprestou ao tema, porque hoje nós temos mais de 30 segmentos do serviço público fazendo algum tipo de mobilização, o serviço público federal. Nós estamos no processo de negociação salarial, uma negociação não regulamentada, mas que existe e que o Governo tem se empenhado para tocar adiante, ainda que não tenhamos uma lei específica sobre o tema. Então, hoje nós temos 20, 30 categorias mobilizadas de alguma forma, ou fazendo paralisações pontuais, operação padrão, algumas com o processo de greve iniciando, como é o caso dos servidores das IFEs.

Eu entrei no serviço público há 36 anos, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e nós estamos na mesma situação, quer dizer, não tem uma legislação que ampare a negociação coletiva, estabelecendo prazos, obrigações, arbitragem, tudo que nós precisamos que aconteça. Então, está na hora de a gente virar essa página – está na hora –, e a hora é agora. A gente tem que evitar todo esse dissabor que prejudica a sociedade, prejudica o Governo, prejudica os próprios servidores. É como o Fausto falou: tem que parar para começar uma negociação sem regras definidas; você para meio que no escuro.

A minha própria categoria, que atua na integridade do gasto público, em todo o âmbito da política fiscal, está parando semana sim, semana não, para ver se a gente consegue avançar na negociação. Isso não precisaria acontecer se nós tivéssemos regras claras de valorização das carreiras do serviço público, o que nós esperamos que aconteça na definição da negociação coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a negociação é superimportante, temos que avançar. Lembro que os últimos seis anos foram anos aterradores para o serviço público, não só o serviço público federal, o serviço público brasileiro. Nós tivemos que enfrentar várias medidas. Nós estivemos aqui, Senador, na CDH, lançando estudos lá de trás para enfrentarmos a PEC 287, depois PEC 06, as duas tentativas de destruir a previdência pública. Não era nenhuma reforma alvissareira; eram tentativas de destruir e entregar para o mercado, como foi o caso da capitalização na 06, em que nós vencemos – e vencemos por conta da unidade das entidades de classe, dos serviços públicos, sobretudo; muitos que estão aqui estiveram no *front* de batalha. Quanto a isso, o Estado brasileiro tem que agradecer o trabalho que nós tivemos nesses últimos seis anos, porque nós impedimos a entrega do público para o privado, não só da previdência, mas depois, na PEC 32, da reforma administrativa, que era nada mais, nada menos do que a entrega, via instrumentos de recuperação, do público para o privado.

Então, depois desses seis anos aterradores, chegou o momento de a gente avançar, e não podemos perder tempo; já perdemos tempo. Já perdemos tempo, por exemplo, na tentativa de regulamentar a liberação para exercício do mandato classista com ônus para o Estado. Isso hoje já acontece na maioria dos estados brasileiros e em alguns municípios, e a União não tem esse dispositivo, essa previsão. Então, temos que avançar.

Até porque, Fausto, com o RPC, você sabe, o Governo do Partido dos Trabalhadores se preocupou em dar uma sustentabilidade no longo prazo para a previdência dos servidores, mas não se preocupou com o fato de que isso iria inviabilizar as entidades de classe do serviço público no longo prazo. Então, nós teremos, se nada for feito, uma perda de arrecadação, João Domingos, de cerca de três quartos... Três quartos da arrecadação das entidades de classe vão embora porque nós não vamos conseguir cobrar mensalidade sindical, como é no serviço público, sobre o que for pago a título de capitalização, porque uma parte da aposentadoria virá do teto do regime geral, e o restante é o que o servidor conseguir poupar ao longo de sua vida laboral. Ou seja, a gente não vai alcançar esse valor para cobrar mensalidade sindical. E o fato é que nós temos uma perda gigantesca. Então, a gente tem que avançar, e a liberação para o mandato classista é uma das possibilidades de nós atenuarmos as perdas das entidades de classe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos que avançar também na questão da discussão da contribuição assistencial para o serviço público, buscar formas adicionais de receita, inclusive cobrando não filiados, porque eles são beneficiados pela negociação salarial, mas muitas vezes não se filiam para fazer uma economia. Cada um decide o que quer fazer, mas, sem esse recurso, a gente não consegue uma estabilidade financeira para as entidades para seguir o trabalho, que é um trabalho em prol dos servidores, mas também em prol do Estado brasileiro, como foi o caso das nossas lutas contra a destruição da previdência pública e do serviço público.

Fica aqui um apelo ao Secretário Feijóo para nós avançarmos nessa pauta, que está no âmbito das discussões da regulamentação da 151, que é a questão da organização sindical, especialmente no que tange à liberação para o exercício do mandato classista e à contribuição assistencial.

Direito de greve. Já tratamos várias vezes aqui nesta Comissão, inclusive com projetos próprios, como foi o caso do Senador Paim, que apresentou um projeto discutido e negociado. E temos que avançar também, porque é o seguinte: como falei no início, diversas, dezenas de categorias de serviços públicos estão iniciando seus movimentos de paralisação, e nós não temos uma legislação que ampare esses movimentos todos. E temos que utilizar subsidiariamente regras que nem sempre combinam com o serviço público; são as regras que regulamentam a greve na iniciativa privada.

Fica aqui também um apelo ao Secretário Feijóo, e nós vamos levar isso para a reunião da mesa de negociação na próxima quarta-feira, a mesa nacional dos servidores federais: nós temos, secretários, que avançar na extinção, ainda que seja gradual, da contribuição previdenciária do servidor público. Não tem sentido o Brasil ser um dos poucos países do mundo onde o sujeito contribui a vida toda para se aposentar, se aposenta e continua contribuindo. (*Palmas.*)

A PEC 06, que é a PEC Social, vem dar uma resposta, e não onera tanto o Estado na medida em que propõe uma implementação gradual. O texto ficou perfeito – o texto ficou perfeito –, é o que pode ser feito, e sem, como eu disse, onerar muito o Estado.

Então, vamos levar, vamos tentar incluir já na pauta, pelo menos para que nós comecemos agora e, no ano que vem ou no seguinte, tenhamos uma sinalização do Governo de que esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assunto pode andar no Congresso. Estivemos – estava vendo aqui o Alison, o Presidente Sindilegis – reunidos com o Presidente da Câmara, e ele sinalizou que a matéria pode tramitar desde que o Governo dê uma sinalização. Então, nós estamos esperando essa sinalização do Governo para a matéria tramitar, certo?

Bom, e aí é uma negociação coletiva – agora volto ao ponto de partida –, o que é fundamental para que nós tenhamos regras transparentes, estáveis. A gente não precisaria estar hoje com mais de 30% dos servidores federais ativos – são um pouco menos de 600 mil servidores, então, estamos aí com 180 mil hoje – completamente mobilizados já fazendo as primeiras paralisações. E isso pode aumentar. Então, aqui fica outro apelo para o Secretário Feijóo: na quarta-feira a gente precisa encontrar um encaminhamento para essa campanha salarial. A gente sabe que o Governo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUDINEI MARQUES – ... tem as suas restrições econômico-fiscais, mas, por outro lado, sabemos também que os servidores perderam um terço do seu poder aquisitivo com os dois últimos e nefastos governos que tivemos em nível federal.

Então, temos que encontrar aí um meio termo dentro da possibilidade do Governo e dentro, é claro, da nossa necessidade de recomposição salarial. E isso se faz por meio da negociação. E as regras, quanto mais transparentes, mais estáveis, quanto mais puderem dar uma previsibilidade para os servidores e as suas famílias, melhor. Nós estamos falando aqui de 11,5 milhões de servidores públicos no país. Se a gente estender isso para as famílias, é muita gente que depende da negociação salarial. Nós temos, então, que avançar, e o momento é agora. O momento é agora, a gente sabe que o Governo já entrou no segundo ano, no ano que vem já fica mais difícil, e no ano eleitoral fica impossível. Então, o momento de avançar é agora, e conclamo a todos.

Agradeço ao Senador Paim por ter disponibilizado este espaço para que nós possamos construir juntos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Rudinei Marques, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

Permita-me, líder José Lopes Feijóo, que representa o Governo. É de praxe aqui, sempre, se o Governo assim entender, ele ser o último a usar a palavra. Você continuaria na mesa pelo tempo que entender que poderia ficar conosco. Se tiver que sair, usaria a palavra agora ou na sequência das mesas.

O SR. JOSÉ LOPEZ FEIJÓO – Senador, se o senhor me permitir, eu tenho uma série de reuniões a fazer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Calculei isso.

O SR. JOSÉ LOPEZ FEIJÓO – ... inclusive pelo que acabaram de dizer aqui. (*Risos.*)

Então, de imediato, vamos lá já.

José Lopes Feijóo, Secretário de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

A palavra é sua pelo tempo, no caso aqui, falando, pela responsabilidade mais ampla, de dez mais dez, serão 20 minutos.

O SR. JOSE LOPEZ FEIJÓO (Para expor.) – Muito obrigado.

Bom, primeiro, quero iniciar cumprimentando o Senador pela oportunidade desta mesa. Eu acho que este debate é extremamente importante. Quero cumprimentar aqui o Rudinei, cumprimentar o João Domingos e o Fausto, e, na pessoa deles todos, cumprimentar todos os companheiros e companheiras – permitam-me chamá-los assim – do movimento sindical, lembrando que a minha origem é o movimento sindical. Como o Senador já bem lembrou aqui as nossas batalhas históricas, inclusive por fazer do movimento sindical uma representação efetiva de trabalhadores e trabalhadoras.

Olha, primeiro, gostaria de mencionar que a Constituinte de 1988 corrige um problema histórico que era o impedimento de servidores e servidoras públicas, em qualquer nível, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terem as suas organizações sindicais, mas deixa uma falha, quando não estabelece e não regula o direito à negociação. E é por isso que tem sido praxe, ao longo da história, que esses trabalhadores e trabalhadoras tenham que fazer greve para abrir processos de negociação, muitas vezes, greves mais longas do que o próprio processo de negociação. Então, isso está claro para todos nós.

Segundo, registro que, para resolver essa questão, foi, no mandato do Presidente Lula, que se internalizou, no Brasil, a Convenção 151, depois inclusive tomadas as devidas providências pela Presidenta Dilma. Passamos seis anos – que já foram aqui mencionados – muito difíceis. E agora é, no terceiro mandato do Presidente Lula, que nós voltamos ao tema para definitivamente tentar resolver essa questão de completar aquilo que deve ser o direito sindical, o direito de organizar, sindicalizar, representar e negociar.

O argumento utilizado por Michel Temer para vetar o projeto que foi aprovado nesta Casa foi o de vício de iniciativa, que o Congresso não poderia legislar sobre uma questão em que o Executivo é que poderia tomar as devidas providências. E subsidiariamente, que não cabe ao Governo Federal regulamentar questões, como essa da negociação coletiva, para estados e municípios. Eu quero aqui lembrar que a regulação do direito do trabalho é uma atribuição exclusivamente do Governo Federal e do Congresso Nacional. Portanto, esse debate para mim está superado, e é por isso que, na conversa que nós estamos fazendo no grupo de trabalho, nós estamos propondo um projeto que garante a negociação coletiva para a totalidade do funcionalismo público em qualquer esfera, o.k.?

Segundo, eu acho que também é extremamente importante, nós achamos de vital importância aprovar também um conjunto de medidas que regulamentem a greve no setor público. Por que é que achamos importante? Porque hoje o servidor público, a servidora pública tem o pior direito de greve do Brasil. Qual é o pior direito de greve? Entra em greve, vão para a Justiça, e a Justiça reconhece o direito de greve, mas manda trabalhar 90% da categoria, o que não ocorre nem em dias normais, porque, se você descontar férias e absenteísmo regular, certamente 90% da categoria não trabalha todo dia. Portanto, é um direito de greve absolutamente inexistente e, vinculadas a isso, multas pesadíssimas para as organizações sindicais, no sentido de que elas se inibam de exercer o legítimo direito de organizar seus trabalhadores para a conquista de suas reivindicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, neste debate que nós estamos fazendo, estamos praticamente concluindo não só a questão do direito à negociação e à regulamentação da negociação – e tem muito do projeto, viu, Senador?, o projeto é muito base do que nós acabamos discutindo, porque o movimento sindical, as centrais sindicais fizeram as indicações para o CGT, mas todos os que estão lá são servidores e servidoras públicas das diversas esferas: estaduais, federal e municipal, então, um debate amplo... E todos que estão lá sabem que nós estamos empenhados em concluir esse processo. Possivelmente, agora, neste mês, nós estejamos – se tudo der certo, e acho que vai dar – encerrando este processo de debate e tendo pronto um projeto para apresentar ao Executivo para que ele seja encaminhado ao Congresso Nacional. (*Palmas.*)

Esperamos fazer isso a tempo, inclusive, de que aquele que está sendo discutido no Ministério do Trabalho, que busca também rever o péssimo que foi feito contra os trabalhadores e trabalhadoras da iniciativa privada nos Governos Temer e Bolsonaro chegue e caminhe concomitantemente para que se restabeleça e se fortaleça o movimento sindical como um todo não só da iniciativa privada, mas também do serviço público.

Então, essas providências nós estamos tomando. Eu tenho muita, muita, muita convicção de que nós conseguiremos apresentar esse projeto. Estamos aí no vai e vem. Sabe como é a negociação: vai ali, ajusta aqui, essa frase não está muito legal, faz assim, faz assado, a gente submete ao conjuro, olha, isso aqui, não sei o que lá... Mas estamos caminhando. Eu acho que nós vamos concluir positivamente este processo.

E o que eu quero registrar? É que, do ponto de vista do Governo Federal, ele não ficou inerte esperando essa regulamentação para estabelecer um processo negocial. O Governo já estabeleceu uma sistemática de negociação, ou melhor, restabeleceu, porque eu quero lembrar que, nos Governos Lula 1 e 2 e Dilma, existia um processo de negociação, a chamada Mesa Nacional de Negociação Permanente, que foi interrompida no Governo Temer e Bolsonaro, deixou de existir. Então, quando este Governo toma posse, já no âmbito de uma mesa ainda não regulamentada outra vez, trabalhou-se a questão dos 9% de reajuste linear para todo o funcionalismo público, e isso andou.

Bem, convidaram-me para vir para o Governo. Eu estava lá tranquilo na minha vida, sossegado, mas vamos lá colaborar com esta tarefa de, pela primeira vez, em vez de estar do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lado de quem reivindica, estar do lado de quem atende as reivindicações, o que é bom também. Eu sempre digo que estou no Governo para tentar construir o melhor acordo possível.

Pois bem. Então, nós estabelecemos um sistema, vale lembrar, todo negociado com o movimento sindical, tanto com as centrais sindicais, quanto com o movimento sindical representativo de servidoras e servidores públicos federais. Nós discutimos o protocolo, nós discutimos o regimento interno e criamos um sistema. Qual é o sistema? É a Mesa Nacional de Negociação Permanente, que não é um espaço único, é uma parte do espaço na Mesa Nacional de Negociação Permanente, em que participam vinte representantes indicados pelas organizações sindicais de servidores, um representante por central sindical que tenha sindicatos de servidores e servidoras filiados à sua central – porque é disso que se trata, tem que ter uma legitimidade de representação –, e é uma bancada de igual tamanho por parte do movimento sindical, do Governo. A mesa nacional recepciona, no mês de janeiro, a pauta geral das entidades ou aquela pauta que é comum a todos os servidores e servidoras, faz a sua primeira reunião de análise da pauta no mês de fevereiro e aí trimestralmente se reúne, ou, excepcionalmente, em caráter extraordinário, sempre que for julgado necessário, como essa extraordinária que nós devemos fazer na próxima quarta-feira. Bem, então, esse é o primeiro sistema.

O segundo são as chamadas mesas setoriais de negociação de condições de trabalho que não têm impacto financeiro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ LOPEZ FEIJÓO – ... que se estabelecem nos órgãos e nos ministérios por reivindicação das entidades sindicais representativas dos trabalhadores e trabalhadoras daquele órgão, que negociam condições de trabalho. É a nossa comissão de fábrica, a velha comissão de fábrica da qual eu fiz parte – com ela que eu aprendi.

E, por último, as chamadas mesas específicas e temporárias. Por que específicas e temporárias? Porque recepcionam as demandas das carreiras, das entidades sindicais representativas das carreiras, negociam a sua pauta. Uma vez esgotada a negociação, essa mesa se encerra até uma próxima pauta, uma próxima reivindicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, veja: é um sistema completo de negociação para o geral, para a condição de trabalho e para o específico. Só para que o senhor tenha uma ideia, Senador, nós temos 85 pedidos de mesas específicas, das quais 25 já foram instaladas ou ainda estão em trâmite, porque nós agrupamos, dependendo das categorias, das similaridades. Estamos também agrupando para facilitar e agilizar esse trabalho.

Dessas, dez acordo já foram realizados, dez acordos importantes, e eu gostaria, inclusive, aqui de mencioná-los, só para que se tenha uma ideia: carreiras da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), que foi duramente atacada no Governo anterior; carreiras da Agência Nacional de Mineração – vamos lembrar, o Departamento Nacional de Mineração foi transformado numa agência, mas não recebeu estrutura de agência; nós negociamos, e, em 2026, eles estarão totalmente equiparados a uma estrutura de agência –; analistas técnicos de políticas sociais; analistas de tecnologia de informação (ATI); delegados e peritos criminais, agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal; policial rodoviário federal; Polícia Penal – porque há uma determinação constitucional que mandava transformar em polícia os agentes penais, e nós fizemos isso –; auditores fiscais e analistas tributários da Receita Federal; e especialistas da Senappen. Além disso, temos abertas outas mesas que ainda estão em curso, como as mesas da educação, as mesas do Incra e do MDA, a mesa do INSS, ou seja, queremos abrir, até a metade do ano, se possível, todas as outras mesas. Vai depender da nossa conversa na quarta-feira.

Como se vê, nós não esperamos a regulamentação para tomar providências, criar espaços de diálogo de um governo democrático que acredita que as relações de trabalho têm que ter essa condição de ouvir e de negociar. É verdade que, muitas vezes, as negociações não chegam ao total que as entidades reivindicam, mas é assim na vida, é assim na iniciativa privada, é assim no setor público. Nós estamos premidos, muitas vezes, pelas circunstâncias, e, no caso do Governo Federal, muitas vezes, pelo próprio Orçamento, que tem que dar conta da totalidade do povo brasileiro e não só dos servidores e servidoras, mas entendemos que servidores e servidoras têm que ser valorizados e respeitados, porque cabe a eles fazer com que o serviço público chegue lá à ponta, àquilo que a população precisa, e, como eu sempre digo, o Estado é intermediário; o patrão é o povo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os nossos cumprimentos à exposição do líder José Lopez Feijóo, Secretário de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que já aponta caminhos. Ele nos deu aqui a impressão de que em 30 dias, mais ou menos, o projeto estará pronto para tramitar, o que é uma boa notícia para todos nós que acompanhamos esse tema.

Agora nós...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – JP, JP... Eu aprendi, nesses meus quase 40 anos de Congresso, que o pessimista é um derrotado por antecipação. Como eu acredito que todo projeto que eu apresento vai ser aprovado, eu estou aqui firme e peleando. É isso que nos liga aqui, nesse momento. Vamos ser otimistas, para fazer avançar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não... Nós somos otimistas em cima do direito dos trabalhadores.

Vamos para a segunda mesa.

Eu convido aos senhores que retornem ao plenário e nós vamos agora para a segunda mesa.

Se o Feijóo tiver que sair, quiser se despedir...

O SR. JOSÉ LOPEZ FEIJÓO – Quero muito agradecer a todos vocês, a todos e todas. Foi um prazer enorme participar dessa conversa, e quero dizer que a gente está apostando na regulamentação em breve, e vai depender muito, inclusive... Vamos saber, viu, Senador? Eu sei que aqui, numa parte importante do Congresso, da sua parte, de muitos, há uma vontade enorme de fazer isso, mas vamos lembrar que nós temos um Congresso que tem as suas dificuldades, e vai caber muito aqui às entidades sindicais, nesse período, trabalhar bastante para nos ajudar a aprovar esse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem lembrado. Sem pressão, aqui não acontece nada. (*Palmas.*)

Vamos para a segunda mesa.

Valeu, amigo. Boa fala.

Vamos para a segunda mesa.

Convidamos Lilian Olívia Aparecida Fernandes, Representante da Central das Entidades de Servidores Públicos (Cesp). (*Palmas.*)

Ingrid, eu estou esperando aquele documento.

Convidamos Tácio Melo da Silveira, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF). (*Palmas.*)

Alison Souza, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis). (*Palmas.*) (*Pausa.*)

O.k.

Convidamos Jucelia Vargas Vieira de Jesus, Representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Seja bem-vinda também! (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Eu queria só informar a todos que eu não me esqueci do falecimento, nesse fim de semana, do nosso querido Ziraldo. Eu pedi um voto de pesar, que acho fundamental aprovar aqui, simbolicamente, na Comissão de Direitos Humanos – e, à tarde, eu vou fazer a defesa no Plenário –, mas infelizmente o documento não chegou aqui, ainda. Eu pedi no sábado... (*Pausa.*)

Está bom. Não é crítica a ninguém, não. (*Pausa.*)

Não, chegou aqui, mas faltaram alguns detalhes, e eu pedi para eles darem uma revisada.

Eu vou combinar com vocês que, logo que o documento chegue, eu farei a leitura aqui. Eu só vou fazer aqui um preâmbulo para entenderem o que vai acontecer. Vamos requerer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesar à esposa e a familiares e amigos pelo falecimento do escritor infantil, cartunista, artista gráfico Ziraldo Alves Pinto, criador do personagem de *O menino maluquinho*. Requeiro ainda que seja enviado cópia do presente voto, conforme dados em anexo. Logo que chegue, eu farei a leitura e vou fazer um apelo ao Plenário para a gente fazer o minuto de silêncio. Esse voto sai da Comissão de Direitos Humanos, claro, na figura do Presidente. O voto de vocês é simbólico para que eu o aprove no Plenário à tarde. O.k.? (*Pausa.*)

Quando chegar o documento, eu o leio na íntegra.

Passamos, de imediato, a palavra à Lilian Olívia Aparecida Fernandes, representante da Central das Entidades de Servidores Públicos (Cesp).

A SRA. LILIAN OLÍVIA APARECIDA FERNANDES (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

Primeiramente, quero cumprimentar, agradecer este momento, Senador Paim, e dizer que eu sou uma fã sua...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado, obrigado, obrigado!

A SRA. LILIAN OLÍVIA APARECIDA FERNANDES – Sou leitora do seu livro *O martelo, a pedra e o fogo*...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Um dos livros.

A SRA. LILIAN OLÍVIA APARECIDA FERNANDES – Um dos livros, de que eu gosto muito e que fala de democracia, liberdade e cidadania, o que é muito importante hoje para o nosso país.

Quero cumprimentar o meu colega Alison, a Jucelia e o Tácio, que estão aqui na mesa comigo neste momento, um prazer; cumprimentar aqui os colegas e as colegas sindicalistas, guerreiros e guerreiras nessa luta em defesa dos servidores, servidoras e empregados públicos do Brasil; e cumprimentar também quem está em casa nos assistindo, os servidores e as servidoras e seus familiares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, eu vou tentar, neste momento, colocar o que a gente está discutindo – o Fausto colocou muito bem, a gente faz parte desse grupo de trabalho, Senador – e sua importância. Eu trouxe escrito para ir pontuando, porque, quando a gente fala solto, a gente corre o risco de falar besteira ou de esquecer alguém. Então, eu trouxe escrito. Vamos lá.

Meu nome é Lilian Fernandes, sou Presidente do Sindicato dos Servidores da Administração do Estado do Mato Grosso do Sul, sou servidora estadual da Secretaria de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, há 23 anos, sindicalista e também sou Presidente da Federação dos Servidores Estaduais e Municipais do Estado do Mato Grosso do Sul. E agora sou também Presidente da Cesp, que é uma central que representa os servidores públicos do Brasil em todas as esferas e em todos os Poderes.

Eu quero falar agora com vocês contextualizando um pouco o grupo de trabalho, o que eu acho importante. Em agosto do ano passado, o Presidente Lula, através do Decreto 11.669, de 28 de agosto de 2023, criou um grupo de trabalho para discutir, elaborar proposta de regulamentação para a nossa tão sonhada Convenção 151, a que a gente já marchou, de que fizemos panfleto – desde 2010 que a gente está nessa luta. A convenção foi ratificada pelo Brasil em 2010, mas, até o presente momento, ainda não foi regulamentada.

A Cesp faz parte da bancada sindical, com os demais colegas.

Também esqueci, vou voltar aqui nos agradecimentos: quero agradecer aos representantes das centrais sindicais no grupo de trabalho que cederam a fala para mim e para a Jucelia, para que a gente fizesse uso da palavra em nome do grupo de trabalho. Então, quero agradecer a todos os colegas.

A regulamentação da 151 foi muito bem colocada pelo Fausto, mas eu quero atentar agora, um pouquinho mais, para os nossos servidores que estão em casa, que são os servidores municipais, os estaduais e os federais também. Como eles entraram muito na cobrança da regulamentação, que é importantíssima, eu vou falar um pouquinho do mérito, que eu acho que a gente tem que falar. E aqui eu fiz alguma coisa nesse sentido.

O serviço público e os servidores. O servidor público cuida muito bem e realiza o seu serviço, ele cuida da sociedade. E a gente pode aqui falar de vários segmentos: do motorista de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambulância, por exemplo, do Samu, do guarda municipal, dos nossos agentes comunitários de saúde e de endemias, todas essas áreas que são importantíssimas da sociedade. Mas aí eu pergunto para vocês: quem cuida do servidor? Quem protege o servidor, a servidora e o empregado público? A importância do servidor e servidora pública é tão grande que a gente não estaria hoje se não fossem os servidores desta Casa, do Senado Federal, cada um com a sua importância. Eu venho hoje com um apelo, Senador: quem está cuidando dos nossos servidores? E aqui se falou muito bem, eu acho que foi o Rudinei que falou, das famílias desse servidor, porque, quando a gente vai para a negociação coletiva ou você está falando de reajuste ou benefício para os servidores, lá na casa dele, tem alguém com a conta de água para pagar, e que não tem dinheiro, e que está esperando essa negociação. Então, esse desrespeito, essa falta de atenção com o servidor perpassam pela família e por toda a sociedade. Então, a gente vem...

Outra indagação: o que seria da nossa sociedade sem os servidores na pandemia? Quantas vidas os servidores salvaram, em todos os municípios, estados e aqui também, com os servidores federais? Quantas vidas os servidores salvam por dia, na segurança pública? E quem está salvando os servidores? Essa é a questão que tem que ser levantada e talvez seja até um pouco... A gente está falando assim, mas é assim, é assim, é assim lá no município e é assim quando, por exemplo... E aqui eu posso citar o município do nosso Secretário-Geral da Cesp, o Rosseto, que é de Alvorada, cujo Prefeito não recebe o sindicato, e nada o obriga – lá no Rio Grande do Sul, Alvorada!

Posso citar aqui também o Município de Presidente Jânio Quadros, na Bahia, cujo Prefeito também não recebe o sindicato. Em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, minha cidade, os servidores estão há 32 dias acampados em frente à prefeitura, tentando abrir um diálogo com a Prefeita, mas a gente não tem a norma, a legislação que a gente use e que obrigue, de fato, o Prefeito, o Governador, a Prefeita, a Governadora a receber o sindicato para negociar. E é como disse agora quem me antecedeu: a gente fica numa situação como se fosse pedindo, implorando, e a gente não tem essa devolutiva.

Então, a negociação para nós, servidores públicos, é urgente, para que a gente tenha... Agora acabou, por exemplo, não pode ter o reajuste. A gente sabe disso, porque nas prefeituras a gente trabalhou muito isso até o dia 5, que seria o último dia para se conceder algo além da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

revisão geral, da RGA, mas eu posso dizer que a grande maioria não se sentou à mesa para negociar. Então, isso é de extrema importância para todos os servidores e para suas famílias.

Eu gostaria também de colocar aqui para vocês os nossos pontos que são trabalhados no grupo de trabalho, que são a negociação coletiva, o direito de greve e a representação sindical. E aqui atentar para a representação sindical, que é o que nos protege também. O dirigente sindical, a dirigente sindical precisa dessa proteção. Por quê? Imagina como um Prefeito que nem recebe o sindicato trata um dirigente sindical no município? Como ele trata um dirigente sindical no estado? Quantas sindicâncias, processos administrativos, os servidores e as servidoras municipais e estaduais, que são dirigentes sindicais, respondem pelo simples fato de estarem fazendo o seu papel e a sua função, que cada um sabe muito bem qual é? Então, a gente precisa dessa proteção no afastamento. A gente está trabalhando isso e a organização sindical, que é muito importante também, nesse grupo de trabalho, mas a representação sindical tem que ter remuneração, sim. O afastamento tem que se dar com a remuneração, porque não tem lógica você representar toda uma categoria e não ter a sua remuneração e os benefícios da categoria pelos quais você luta.

E aqui... Com quantos minutos eu estou? Meu Deus! Vai bater o sino! (*Risos.*)

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LILIAN OLÍVIA APARECIDA FERNANDES – Eu gostaria agora de colocar um pouco da expectativa das entidades com a regulamentação, em cujo grupo de trabalho estamos.

Pelos direitos dos nossos servidores, o movimento sindical precisa ser valorizado e fortalecido. E aqui eu vou relembrar uma frase do próprio Presidente Lula, que disse assim: "Não há democracia sem sindicato forte, porque o sindicato é efetivamente quem fala pelo trabalhador para tentar defender os seus direitos". Foi o nosso Presidente que disse isso. Então, a nossa expectativa num Governo com um sindicalista é enorme. É claro, é natural que seja enorme.

Então, a gente está nesse grupo de trabalho. Eu sou otimista, JP. Eu acredito, sim, que a gente vai estar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.179980/2024-20-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amanhã a gente tem mais uma reunião do grupo de trabalho, e eu acredito que a gente está fazendo de tudo. A nossa parte a gente já fez; a gente só precisa da parte agora do Governo realmente para mandar para as casas. E a gente vai fazer toda essa mobilização para que tenha o voto tanto na Câmara quanto aqui no Senado. Eu sei que é difícil, mas a gente nasceu para o difícil. Como diz o João Domingos, meu Presidente...

E me esqueci de cumprimentar o Presidente e me esqueci de falar que eu sou Diretora da CSPB, gente. Sou Diretora Executiva com muita honra, muito orgulho, há muitos anos, da CSPB, onde a gente cuida dos servidores cirurgicamente, posso dizer assim.

É... Agora me perdi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sem querer te atrapalhar enquanto tu olhas aí, tem uma frase que cabe bem: "O possível fizemos hoje e agora. O impossível faremos amanhã".

A SRA. LILIAN OLÍVIA APARECIDA FERNANDES – Então, era isto que eu ia dizer: a frase do Presidente. Quando a gente está muito nervosa – "ah, mas é só problema que trazem" –, para nós ele diz assim: "Mas, Lilian, nós estamos para resolver problemas. Se não tivesse os problemas, não precisaria a gente estar aqui para resolvê-los".

Então, encerrando aqui com vocês, eu quero relembrar mais um compromisso que foi feito e registrado no Tribunal Superior Eleitoral pelo nosso Presidente Lula. Item 14 do documento registrado no Tribunal Superior Eleitoral pela candidatura Lula e Alckmin à Presidência: "O novo Governo incentivará o debate e as iniciativas de reestruturação sindical [...], visando incentivar as negociações coletivas, promover solução ágil dos conflitos, garantir os direitos trabalhistas, assegurar o direito à greve e coibir as práticas antissindicais". Isso foi registrado no Tribunal Superior Eleitoral e é isso que a gente espera deste Governo. O grupo de trabalho está gastando para vir para Brasília, despendendo de tudo que a gente pode neste momento. E estaremos até o fim para garantir, em breve, que a regulamentação da 151 da OIT, tão sonhada pelos servidores públicos, esteja aqui, para que a gente ande com ela debaixo do braço, para chegar à prefeitura e discutir com o Prefeito.

Obrigada a todos e a todas. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Lilian Olívia Aparecida Fernandes, representante da Central das Entidades de Servidores Públicos (Cesp). Parabéns pela fala, bem objetiva e direta. E deixou dois minutos ainda para os seus colegas.

A SRA. LILIAN OLÍVIA APARECIDA FERNANDES – É? Eu vou cantar, pode?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode cantar! Pode cantar!

A SRA. LILIAN OLÍVIA APARECIDA FERNANDES – Eu estou brincando. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, vamos em frente.

Convidamos Tácio Melo da Silveira, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF).

O SR. TÁCIO MELO DA SILVEIRA (Para expor.) – Bom dia a todas! Bom dia a todos!

Quero agradecer ao Senador Paulo Paim pelo convite a todas as entidades, representando os trabalhadores do serviço público brasileiro; agradecer aqui, em nome da FenaPRF e dos policiais rodoviários federais, à Lilian, que está presente na mesa, Jucelia, Alison, do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal (Sindilegis).

Agradeço e dou bom dia a todas as colegas e os colegas servidores públicos e sindicalistas aqui presentes; a todos que estão em casa também vendo a TV Senado. Quero agradecer o Governo Lula pela reabertura da mesa de negociação. Há seis anos os servidores públicos não sabiam o que é isso, principalmente os servidores também da segurança pública. Sou policial rodoviário federal, mas sei o que as demais instituições passam também.

Todas as instituições policiais são instituições de Estado e não de governo A, B ou C, e isso é de extrema importância para a manutenção da democracia. E, como servidores públicos da segurança pública, tem um direito que nos é tolhido até pela característica que nós temos de ser de segurança pública, de portar armas, que é a proibição da greve, até por ser também de caráter... Nós somos atividades, como tantas outras, essenciais, e o Governo Federal teve um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

olhar diferenciado para esses servidores: negociou com os servidores da segurança pública, tanto com a PRF como com a Polícia Federal, como com a Polícia Penal – a Polícia Penal acho que tem algumas especificidades na sua carreira que estão em negociação.

Quero agradecer profundamente ao Governo e dizer da importância do encaminhamento desse projeto de lei, de como foi negociado, no caso da Polícia Rodoviária Federal, tanto no reconhecimento como carreira única, que nós somos, de policial rodoviário federal, como na flexibilização da atividade exclusiva do policial rodoviário federal para atividade de magistério e também das atividades de saúde, assim como o reajuste que nós tivemos, os servidores da Polícia Rodoviária Federal.

Então faço esse apelo e faço um apelo também, Senador Paim, a todos os servidores aqui, porque a gente sabe que hoje um dos grandes problemas que nós temos quanto ao servidor público, em especial o federal, é com relação à saúde do servidor. Quero que o Governo Federal, faço esse pedido, veja com bons olhos a Geap, o fortalecimento da Geap, que é o plano de saúde do servidor público.

Também, em algumas atividades, como é o nosso caso da Polícia Rodoviária Federal, a expansão do adicional de fronteira, Senador. Está muito difícil a gente conseguir deixar, principalmente nos Estados do Norte do país, a gente conseguir fixar servidores públicos nessa região. É uma região extremamente importante para a gente fazer o combate ao descaminho e a tudo que entra de forma ilegal no país.

Quero dar um abraço aqui no nosso amigo Werneck também, da Fenapef, amigo de longas batalhas aí. Sei que essa também é uma das reivindicações dos próprios policiais federais. Não tenho procuração para fazer isso, mas, conversando, sei da importância disso daí.

Novamente quero agradecer e pedir encarecidamente ao Governo que, o quanto antes, encaminhe o projeto de lei das carreiras, em especial da Polícia Rodoviária Federal, que foi negociado na mesa de negociação.

Muito obrigado, bom dia a todas e a todos. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Tácio Melo da Silveira, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF), que aqui deixou as reivindicações da categoria.

Ele usou um tempo que não chegou aos dez minutos e, com isso, vamos avançando para os próximos convidados. Eu é que tenho que falar menos. No intervalo da outra mesa é que eu faço a homenagem ao Ziraldo.

Convido agora o Alison Souza, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis).

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para mim, é indiferente. Tem que ver o que ela prefere.

A SRA. JUCELIA VARGAS VIEIRA DE JESUS (*Fora do microfone.*) – Pode ser, não tem problema. Estamos aqui para...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Jucelia Vargas Vieira de Jesus, representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O tempo é teu, por dez minutos, com mais cinco.

A SRA. JUCELIA VARGAS VIEIRA DE JESUS (Para expor.) – Bom dia a cada companheira e a cada companheiro que está neste plenário e a todas as pessoas que acompanham esta audiência pelas redes e pela TV Senado.

Quero cumprimentar aqui o Senador Paulo Paim, por quem a gente tem grande admiração, e dizer que, entre as centrais que estavam na conversa pedindo justamente... parabenizando o senhor pelo projeto, por olhar para o serviço público e os servidores e as servidoras, nós estávamos juntos solicitando... E isso é muito importante, porque nós somos dez centrais sindicais, somos o setor público das três esferas: municipal, estadual e federal. E o mais importante é que a criança nasça, não que a gente só fique querendo achar quem é o pai da criança... (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... porque muitas vezes a gente não avança pelas nossas vaidades e não por aquilo que nos une.

À companheira Lilian, ao companheiro Tácio, ao companheiro Alison, que me acompanham nesta Mesa... Quero dizer, companheira Lilian, que ninguém nos cede nada. Nós estamos aqui porque, sem nós mulheres, não há nem luta e muito menos conquistas. (*Palmas.*)

Estamos aqui porque estamos *pari passu* com os homens na luta e porque somos, no setor público, mais de 70% no dia a dia, no chão do serviço público.

E, neste dia, Senador, esta audiência, que acaba sendo uma aula para as pessoas que nos assistem, é muito importante, porque já trouxe aqui o Dieese, que nos acompanha num grupo de trabalho, o qual, intensamente, tem se reunido quase 15 dias, com a representação das centrais sindicais e de vários setores dos ministérios. Nós temos feito um trabalho muito árduo numa proposta que nós apresentamos não a partir do nada, mas de muita conversa, muita luta, muita história de companheiros e companheiras que nos antecederam, desde o Governo Lula, do Governo Dilma, das comissões tripartites, dos debates com a ISP (Internacional de Serviços Públicos), na qual eu represento o Brasil, no Comitê de Combate ao Racismo e Xenofobia da Internacional de Serviços Públicos.

Sou Presidenta da Confederação Nacional de Servidores Públicos Municipais e, aqui, neste ato, represento a Central Única dos Trabalhadores, com as três esferas, na qual somos seis entidades nacionais: a Condsef, a Fenasepe, a CNTE, a CNTSS, o Proifes e a Confetam.

Então, aqui, neste espaço, represento a minha central, a qual, ao longo de tantos anos, tem feito debates, resoluções, aprovações nos nossos congressos, para a gente avançar essa tão sonhada regulamentação da Convenção 151.

E neste dia, nesta manhã, é importante a gente ressaltar o que a gente está falando: o que significa essa convenção? Essa convenção é de uma organização internacional, a OIT, que trata das relações do mundo do trabalho, e tratar das relações do mundo do trabalho é tratar de quem faz a tarefa no trabalho e de quem recebe por essa tarefa e de quem lucra com essa tarefa. E nós, do setor público, somos aqueles e aquelas que cuidamos de tudo e de todos, mas, ao olharem para nós, não olham para a gente enquanto trabalhadores e trabalhadoras de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito. Falam da gente, falam de reformas para a gente, mas não olham para a gente com o retrato real do que nós vivenciamos no Brasil. Se não existisse a educação, professores e professoras, nós estaríamos aqui assinando com uma almofada e o dedo, porque é preciso aqueles que nos ensinam a ler e escrever, que é uma política pública para a gente poder estar aqui, lendo, escrevendo, construindo, lendo livros e livros e aprendendo e compreendendo. Então, é preciso olhar para o serviço público como ele está hoje, na sua grande fotografia.

No serviço público no país, nós temos um trem da alegria de contratações: Prefeitos e Prefeitas, Governadores e Governadoras nesse país por inteiro tratam a gestão pública como quintal da sua casa. Não tratam a política pública como a reparação, a construção de uma cidade, de um estado, de um país. Não há, Senador, reconstrução de um país sem olhar para a organização dos servidores públicos, porque não tem como. Com uma contratação irregular, nós não temos no país... São em torno de 30% a 40%, no máximo, de concursados nas prefeituras e nos estados. A contratação... Os nossos professores e professoras que trabalham com a creche, com a educação inicial de 1º ao 5º ano, na sua grande maioria são professores temporários, que não têm salário em janeiro e fevereiro, porque em dezembro batem de porta em porta para fazer processo seletivo para poder estar dando aula nas escolas e nas creches dos municípios. E aí a gente quer subir no *ranking* internacional, a gente quer educação de qualidade, sem continuidade e sem formação. A gente quer assistência social de qualidade quando nós temos a maioria dos aparelhos, com os nossos profissionais nos Cras, nos Creas, sem uma equipe completa nas prefeituras ou nos estados. Não tem como reconstruir o país quando nós somos os responsáveis por estar diante da população que quer e precisa e tem o direito a ter serviço público de qualidade, o Estado de bem-estar social colocado na Constituição de 1988, que é materializado pelas nossas mãos, pela mão do servidor e da servidora que estão lá no dia a dia.

Nós estamos aí com um conjunto de greve. Quero dizer aqui da greve da Fasubra, que está aí desde março em greve, pela regulamentação das carreiras. Como e para que carreira? Carreira é para mim, carreira é para o servidor público? Carreira é para o cidadão e para a cidadã, que vai ter um serviço de continuidade, um serviço de qualificação. É para isso que a gente quer carreira. Um servidor público não quer carreira apenas para pensar em si, porque ele tem que se qualificar, mas é inclusive pensando no dinheiro público, Senador, porque é dinheiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público que se investe numa formação de um servidor em um ano, e no ano seguinte vai ter que fazer a mesma formação porque é um outro servidor, é um outro temporário, é um outro terceirizado, é um outro precarizado. Então, é olhar para o serviço público. Quando vêm querendo colocar granada no nosso bolso ou fungar no nosso cangote... Nós precisamos é de respeito; é de valorização; é de carreira; é de salário; é de concurso público. (*Palmas.*)

E por isso, que nesse dia, mais do que falar com o Governo... o Governo fez a sua parte: criou uma comissão paritária. Estamos nós lá, as centrais sindicais; colocamos a nossa proposta. A regulamentação da Convenção 151 é o tripé; é a negociação coletiva; é a liberação do dirigente sindical; é o direito de greve, porque a gente faz greve para ter negociação, e não somos ouvidos na maioria dos municípios. Pasmem: São Paulo fez greve; servidores públicos de São Paulo fizeram vários dias de greve, Senador, e terminaram a greve recebendo metade da inflação.

Como é que a gente quer serviço de qualidade, se não repassa sequer inflação para servidor público? Se vários municípios não cumprem salário mínimo, Alison? Não cumprem. Na minha cidade, por exemplo, o Prefeito da minha cidade, os Vereadores e as Vereadoras aprovaram, ano passado, uma lei que vale por dois anos, e a lei este ano... A inflação não vai chegar a 4%, e precisa de 7% para pagar salário mínimo; e eles não fizeram isso.

Servidor público lá, servidores da infraestrutura, serventes escolares, higienizadoras das unidades de saúde, agentes de manutenção, vigilantes de limpeza, vigilantes recebem abaixo do salário mínimo. Como ter serviço público de qualidade? Como avançar nos *rankings* em nível internacional? Como chegar a países desenvolvidos? Nos países desenvolvidos tem servidor público porque não tem como fazer serviço sem servidor. Numa cidade pode não ter uma metalúrgica, pode não ter um banco, mas não existe cidade sem servidor público, sem servidora pública.

Então, é preciso olhar para isso; se quer atender o povo, tem que olhar para a gente. (*Palmas.*)

Outra coisa para a qual eu quero chamar a atenção da gente aqui... Olhem, e eu quero falar com cada Deputado, cada Deputada, que, de vez em quando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JUCELIA VARGAS VIEIRA DE JESUS – ... caminha pelas audiências públicas do Senado ou do Congresso. Essa é uma audiência pública de extrema importância, porque a gente fala da vida das pessoas; nós estamos falando da vida das pessoas. O morador de rua que está lá por n motivos, porque está... por conta do alcoolismo, por conta da dependência química, por conta de que as famílias não conseguem, porque não tem sequer política pública de atendimento à questão da dependência química nas cidades, não tem investimento na questão da assistência social. Este morador de rua não tem patrimônio, mas ele precisa do serviço público, e o serviço público é a única possibilidade de patrimônio de quem não tem nada. Então, é preciso a gente olhar, nós cuidamos da vida das pessoas.

Então, olhar para a regulamentação da 151 não é simplesmente pensar em trabalhadores e trabalhadoras que estão nas escolas, nas creches, nas ruas, limpando boca de lobo; é pensar nas pessoas que dependem desse serviço para poder trabalhar até mesmo no setor privado.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JUCELIA VARGAS VIEIRA DE JESUS – Não existe nenhum trabalhador e nenhuma trabalhadora do setor privado que não dependa do serviço público. E o serviço público, inclusive, atende até mesmo quem acha que não precisa, porque não existe banco de sangue para o setor privado; banco de sangue é do SUS, é do sistema único, é um sistema público, é uma política pública. Cada Deputado, cada Deputada, cada Senador, cada Senadora – e vamos vivenciar isso agora nas eleições municipais –, comecem a observar quais são os seus discursos políticos para angariar o voto. Eles não fazem discurso político ofertando uma metalúrgica ou um banco, não. Eles fazem pedido do voto a partir do atendimento da política pública para as pessoas. "Eu quero estar na Câmara para melhorar a saúde"; "eu quero estar na Câmara para levar assistência social", "eu quero levar infraestrutura", "eu quero..." Não é isso? Não são esses os discursos políticos eleitoreiros?

Pois nós temos que sair dos discursos políticos eleitoreiros e ir para a prática. Fazer, de fato, as cidades mais humanas, os estados mais humanos. Por isso aqui essa conversa é para o Governo, sim, que tem que olhar para a gente, realmente, realizando esse projeto que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espera. Eu acredito que nós vamos construir uma proposta com as centrais sindicais e o Governo e trazer para cá, para o Congresso.

Agora, aqui é preciso que a gente converse com cada Deputada e cada Deputado – lá na nossa cidade –, que vai estar lá a partir de agora pedindo de novo nas ruas, nas eleições municipais, voto para os seus. Pois, vamos ver qual é o seu compromisso, se o seu compromisso é com o discurso ou é com a vida; se é com o serviço público de qualidade. Regulamentar a Convenção 151... Não basta apenas ter discurso, é preciso realmente aprovar, trazer para cá, transformar em prática para a gente parar de sofrer, parar de sofrer de ter práticas antissindicais, atacar nossa organização sindical, não permitir as nossas organizações, deixando fragilidade. É preciso ter organizações sindicais fortes, porque um Governo não consegue conversar com todos os servidores e todas as servidoras. Nós somos a ponte, o movimento sindical é a ponte entre quem faz o serviço e quem é gestor, quem tem o direito de usar o dinheiro público para torná-lo para a população um serviço público de qualidade. E não há, Senador, serviço público de qualidade sem servidor e servidora pública valorizados.

Beijo no coração de cada um e de cada uma. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Jucelia Vargas Vieira de Jesus, representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Eu estava na dúvida, pessoal, quando ela complementou os dez, todo mundo empolgado, eu achei que já tinha dado os cinco, mas ela me ajudou aqui e eu te dei os cinco que tinha que...

A SRA. JUCELIA VARGAS VIEIRA DE JESUS – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas foi pela tua empolgação.

A SRA. JUCELIA VARGAS VIEIRA DE JESUS – Ah, como sempre...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Preencheu todos os espaços.

Vamos em frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, passamos a palavra ao Presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais... Não, esse já falou. Agora o Alison, isso.

A culpada é você. Tudo que eu erro aqui a culpada é você. (*Risos.*)

A SRA. JUCELIA VARGAS VIEIRA DE JESUS (*Fora do microfone.*) – Desculpe.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que nada. Fostes muito bem.

Alison Souza, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis).

Dez minutos com mais cinco.

O SR. ALISON SOUZA (Para expor.) – Presidente, quem me dera ser presidente lá dos policiais rodoviários federais, eu estaria bem melhor. (*Risos.*)

Mas essa é uma competência que cabe ao Tácio.

Presidente, primeiro, muito obrigado pelo convite para participar desta importante audiência sobre um assunto de igual relevância, negociação coletiva. Eu quero cumprimentar V. Exa. pelo trabalho inspirador que V. Exa. faz aqui nesta Casa. Todos nós que estamos aqui, presidentes de sindicatos, de federações, de confederações, conhecemos a longa trajetória do senhor na defesa dos trabalhadores brasileiros e presto essa homenagem aqui ao senhor, esse reconhecimento de público, porque o senhor serve de inspiração para o nosso trabalho diário.

Eu quero também cumprimentar aqui minhas colegas, a Jucelia, a Lilian, também o Tácio, e cumprimentar todos os presentes e aqueles que nos acompanham pelas mídias, aqui, na pessoa do Presidente João Domingos, Presidente da CSPB.

O que todo trabalhador deseja, a Jucelia já comentou aqui com muita clareza, muito direta, e é por isso que eu fiz questão de ouvi-la antes, porque é sempre importante ouvir a CUT, que tem uma experiência longa, uma trajetória de muito sucesso. E a negociação coletiva é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algo do qual nós, Sindilegis, fizemos parte. Para quem não sabe, o Sindilegis é o primeiro sindicato de servidores públicos do Brasil, criado um dia após a Constituição Federal de 1988.

Aliás, essa semana passada, recebemos os dirigentes do Sindireta, que é aqui de Brasília, que representa todos os órgãos da administração direta, o Tribunal de Contas aqui do DF, e que elegeram, muitos anos atrás, um Constituinte, Geraldo Campos, que saiu da base do Sindireta. E o Sindireta, junto com o Sindilegis e muitas outras entidades, participaram ativamente da construção do texto constitucional, que nos garantiu hoje a liberdade de organização em forma de sindicato.

Nós estivemos aqui na origem, tanto é que nascemos no dia seguinte à Constituição, porque já havia todo esse caldo ali de discussão sendo feito. E desde então, a gente vem lutando pela regulamentação da negociação coletiva, que chegou até a entrar na Lei 8.112, na alínea "d" do art. 240, depois foi vetado, o Congresso derrubou o veto, e finalmente o Supremo declarou a inconstitucionalidade daquele item, da alínea "d".

Então é com muito pesar que a gente vem aqui falar sobre negociação coletiva e, ao mesmo tempo, com muita alegria. Alegria pelo projeto que o senhor apresentou, o 1.726, do ano passado, e ao mesmo tempo, com muita tristeza, porque há 35 anos nós discutimos isso. Vejam bem, o que todo trabalhador quer é bom salário, são boas condições de trabalho, respeito, valorização. O que todo trabalhador quer é isso. É evidente que a negociação coletiva, por si só, não garante isso. Num país com origem escravocrata como o Brasil, patrimonialista, é evidente que não é a mera criação de um instrumento de negociação que vai nos garantir boas condições de trabalho, bons salários e assim vai. Ora, os trabalhadores da iniciativa privada têm negociação coletiva. Isso não significa que eles estão ganhando bem, que eles têm boas condições de trabalho. Então a negociação, por si só, não significa nada.

E eu digo isso pelo seguinte: para mostrar o quão atrasados nós estamos nesse debate. A negociação coletiva é algo basilar, é algo mínimo, é um ato civilizatório, de diálogo, é um espaço de diálogo. Ele, por si só, não significa nada, mas ele é importantíssimo, no sentido de trazer para dentro do serviço público uma cultura de negociação, uma cultura de democracia, que nós tanto precisamos neste país. É isso que nós estamos aqui falando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda mais, alguém pode perguntar, "mas a lei já não fixa quais são os direitos dos servidores? Quando você pega a Lei 8.112, ela já não diz quais são as leis, ou leis similares nos estados, nos municípios, ou mesmo a CLT, já não tem ali os direitos dos trabalhadores?" Ora, senhores, nós estamos vivendo um mundo que, usando a palavra que se usa atualmente, é um mundo disruptivo. Nós temos hoje questões de saúde mental que não discutimos no passado, temos questões de assédios, tanto sexual, como moral, que não vivíamos no passado, ou pelo menos, não era tão noticiado, e hoje é uma grande preocupação da nossa sociedade. Nós temos que falar sobre teletrabalho, que é algo que hoje chega com toda a força dentro deste mundo novo em que nós estamos

Chega com toda a força dentro desse mundo novo em que nós estamos.

Todos esses são fatos novos, que surgem todo santo dia dentro do nosso trabalho.

E como está esse debate entre os empregadores e os trabalhadores?

Ele muitas vezes é prejudicado pela ausência de uma negociação coletiva.

Eu mesmo, estou aqui em um ambiente onde temos hoje, felizmente, um bom momento, nas Casas Legislativas, no Congresso e Tribunal de Contas da União. Mas já vivemos momentos terríveis aqui dentro dessas três Casas, momentos de perseguição aos servidores, momentos de muita aflição... E não tínhamos, naqueles momentos, esse ato civilizatório, que é um espaço de negociação, uma mesa, em que a gente possa colocar, de maneira clara, quais são os nossos desejos, o que nos importa, como queremos ser tratados, como queremos ser valorizados...

Acredito que, do ponto de vista do próprio empregador, a mesa também é de suma relevância, na medida em que traz uma legitimidade para as decisões que são tomadas pelo empregador, seja um órgão público, seja um empregador da iniciativa privada. Ela traz para quem emprega, também, condições de avaliar, de conduzir e de legitimar suas próprias decisões.

No caso do serviço público, em especial, nós estamos falando aqui de servidores e servidores públicas que representam, em última instância, o interesse público. Estamos falando do interesse público. Diferentemente, às vezes, de uma empresa privada, onde você tem um objetivo privado – não estou aqui diminuindo a importância desse interesse privado; é evidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ele também é muito importante, até porque existem gradações –, no serviço público, estamos falando de interesse público.

Ora, se uma autoridade, se alguém se desvia do interesse público, como o servidor público pode tratar dessa questão, encaminhar essa questão, de uma maneira satisfatória para a instituição e, por consequência, para toda a sociedade brasileira, ante a ausência de uma mesa de negociação?

Nós temos que ter esse instrumento. Como eu disse, Senador, já foi muito falado aqui, acho que a Jucelia já nos representou a todos quando falou de todas as nossas necessidades, mas o fato é que a mesa de negociação, a negociação coletiva, é algo extremamente necessário e, ao mesmo tempo, é basilar dentro do nosso direito.

E nós, servidores públicos, exaltamos mais uma vez o senhor por nos trazer aqui a esta audiência pública. Espero que consigamos, eu vi aqui, o Feijóo manifestou mais cedo que pretende entregar uma proposta nos próximos 30 dias. Espero que assim seja feito pelo Governo, porque isso vai nos trazer, com certeza, um avanço civilizatório muito importante dentro do nosso país.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Alison Souza, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União.

Como nós estamos correndo contra o tempo aqui, eu vou convidar os senhores e as senhoras que voltem ao Plenário, e vamos chamar a terceira mesa.

Eu que agradeço.

Obrigado a ambos aqui.

Terceira mesa. Loiva Isabel Marques Chansis, Coordenadora Geral da Fasubra. (*Palmas.*)

Sérgio Ronaldo da Silva, Representante do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe). (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Igor Tobias Mariano, Coordenador de Assuntos Jurídicos, Trabalhistas e Parlamentares do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF (Sindjus). (*Palmas.*)

José Gozze, Presidente da Pública Central do Servidor. (*Palmas.*)

Sejam todos bem-vindos.

Todos já estão cumprimentados aqui na mesa...

Aqui eu já cumprimentei.

Amigo, fica aqui o abraço.

Como eu havia anunciado antes, pessoal, eu acho que é mais do que justo, neste momento eu vou fazer a leitura do voto de pesar.

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar à esposa, familiares e amigos, pelo falecimento do escritor infantil, cartunista e artista gráfico Ziraldo Alves Pinto, criador do personagem o Menino Maluquinho.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

Com imensa tristeza, o Brasil se despede de Ziraldo, criador do personagem o Menino Maluquinho e mais de outros 80 personagens.

Ziraldo revelou desde cedo o talento para o desenho, teve uma vida dedicada à produção de inúmeras criações literárias, foi um grande cartunista, desenhista, jornalista, cronista, chargista, pintor e dramaturgo.

O Livro O Menino Maluquinho foi um fenômeno editorial. O personagem vive inúmeras aventuras com muita alegria, criatividade e imaginação.

As obras de Ziraldo foram traduzidas para diversos idiomas e publicadas em revistas internacionais.

Ziraldo Alves Pinto começou a trabalhar no jornal *A Folha da Manhã* em 1954, com uma coluna dedicada ao humor. Ganhou notoriedade nacional ao se estabelecer na revista *O Cruzeiro* em 1957 e, posteriormente, no *Jornal do Brasil*, em 1963.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1960, lançou a primeira revista em quadrinhos brasileira, feita por um só autor, *Turma do Pererê*, que também foi a primeira história em quadrinhos a cores totalmente produzida no Brasil.

Em 1960, recebeu o Nobel Internacional de Humor no 32º Salão Internacional de Caricatura de Bruxelas e também o prêmio Merghantealler, principal premiação da imprensa livre da América Latina.

Foi fundador e, posteriormente, Diretor do Periódico *O Pasquim*, tabloide de oposição ao regime militar, uma das prováveis razões de sua prisão ocorrida um dia após a promulgação do famoso e, infelizmente, AI-5.

Em 1980, lançou o livro O Menino Maluquinho, seu maior sucesso editorial, o qual foi, mais tarde, adaptado, na televisão e no cinema.

Ziraldo foi homenageado por escolas de samba e afirmou que essa é a maior homenagem que um brasileiro pode receber.

No dia 3 de outubro de 2016, recebeu a medalha de honra da Universidade Federal de Minas Gerais.

Ziraldo era uma figura pública ligada à esquerda. Sempre se assumiu como homem de esquerda. Foi membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), juntamente com amigos como o arquiteto Oscar Niemeyer – Oscar Niemeyer, que eu tive a satisfação de colocar entre os Heróis da Pátria.

Em 2005, o cartunista filiou-se ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), para o qual desenhou o logo partidário.

Em 5 de abril de 2008, Ziraldo, juntamente com 20 jornalistas que foram perseguidos durante a ditadura militar brasileira, teve o seu processo de anistia aprovado pela Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça.

Ele nos deixa aos 91 anos de idade.

Reproduzo, para terminar, um texto de autoria de Marcelo Zero, assessor da Liderança do PT aqui no Senado Federal, sobre o grande gênio que foi Ziraldo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Disse Marcelo Zero, que é um especialista em assuntos inclusive internacionais:

> O Brasil perdeu Ziraldo [um gênio], um gênio criativo, que, como todo gênio, nunca deixou de ser criança irreverente e curiosa.
> Ziraldo foi o nosso querido menino maluquinho, aquela criança que zombava da ditadura no *Pasquim*, que desenhava sonhos coloridos para as outras crianças, que escrevia para as crianças de todas as idades, que encantava e que nunca perdeu o encanto.
> O menino que assobiava, alegre, sua criatividade para o mundo.
> Com a panela na cabeça, sempre inquieta, Ziraldo, o menino maluquinho brasileiro, resgatou [o] Flicts, a cor dos que não se encaixam, a cor dos diferentes e dos excluídos e, com ela, [que] pintou a Lua dos apaixonados. Dos apaixonados pelo Brasil.
> Ziraldo desenhou nossas mentes com sua irreverência e pintou nossos corações com o seu amor.
> É eterno, como a brevidade da infância.
> [Vida longa, vida longa às ideias de Ziraldo.
> Ele faleceu, mas ideias ficam entre nós]. (*Palmas.*)

Agora, como combinado, um minuto de silêncio. Peço a todos que se levantem, por favor...

(*Soa a campainha.*)

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Lá do alto, ele ouve que a Comissão de Direitos Humanos do Senado o está homenageando neste momento. Uma justa homenagem neste fórum, em que estão as principais lideranças do serviço público do nosso Brasil.

De imediato, passamos a palavra, na terceira mesa, para Loiva Isabel Marques Chansis, Coordenadora Geral da Fasubra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LOIVA ISABEL MARQUES CHANSIS (Para expor.) – Bom dia a todos, a todas e todos.

Na pessoa do Senador Paim, saudamos a todos os componentes da mesa, Parlamentares, entidades sindicais que se fazem presentes, centrais, mas em especial a nossa categoria dos servidores técnico-administrativos em educação da Fasubra, que, esta semana, Senador Paulo Paim, completará um mês de luta pela valorização da nossa carreira, dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação.

É importante o debate que se coloca sobre a questão da negociação coletiva. Não é possível que os servidores públicos tenham que parar suas atividades para... E não é nem negociar, é abrir um canal de processo de negociação, como muitos companheiros já o fizeram aqui. É parar nossas atividades importantes que realizamos nas instituições federais em todos os aspectos, pesquisa, ensino e extensão.

E quero dizer aqui que, enquanto não se avança o processo de negociação coletiva, Senador Paim, nós temos uma IN, a IN 49, que também é debate nosso na mesa geral de negociação, que é para nós trabalhadores e trabalhadoras uma grande ameaça ao direito de nós estarmos reivindicando o que é justo. Então, fica este apelo – e Feijóo não está aqui, mas obviamente saberá de todas as nossas falas – para que a IN 49, que não tem impacto, inclusive, financeiro, seja imediatamente revogada, porque ainda nós temos nas universidades, nas instituições federais interventores e interventoras. (*Palmas.*)

Isso é uma ação antidemocrática num Governo que, sim, nós ajudamos a eleger, Senador Paim. Fomos para as ruas – os servidores públicos federais, as universidades foram para a rua – para eleger o Governo Lula, mas não é para continuar a granada nos nossos bolsos. E essa IN é, sim, uma granada que afeta o nosso direito de lutar pela nossa carreira, pela nossa pauta salarial.

Eu quero aqui falar – e não vou falar da pauta geral, porque o companheiro Ronaldo vai falar – da pauta da nossa federação. É bom lembrar aos Parlamentares e às Parlamentares – e agora já estamos em época de eleição – que queremos ser valorizados, sim. Na nossa carreira, Senador Paulo Paim, nós somos o menor piso e o menor teto do conjunto do Executivo. Não é possível! Nós estamos, cada dia, nas universidades, nas instituições federais, perdendo os nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quadros que estão ingressando. São os servidores e servidoras que entram, muitas vezes, com sua especialização, com seu mestrado, com seu doutorado, extremamente qualificados, que ingressam numa universidade ou num instituto federal e que logo em seguida estão indo embora, porque não dá mais que nós possamos ter defasagem salarial, numa média de R$3 mil, para um trabalhador e uma trabalhadora que trabalham na pesquisa, que trabalham na extensão.

Eu ouvi aqui falar da pandemia. A maioria da população foi atendida pelo SUS, e, na maioria dos hospitais universitários, foram aqueles trabalhadores da saúde que jogaram suas vidas para salvar a população. A maior parte do atendimento do SUS está dentro dos nossos hospitais universitários. E não bastam só as palmas para eles na pandemia; é necessário que também sejam valorizados, assim como os demais servidores, técnicos e técnicas das universidades e dos institutos federais.

São importantes as mesas que foram colocadas aqui de negociação, entendemos que são importantes, mas as mesas... E aí, na negociação coletiva, um companheiro dizia aqui que não basta instalar; é necessário que tenha proposta efetiva. Nós queremos que o Governo nos aponte qual é o orçamento para as universidades, qual é o orçamento para discutir a pauta salarial, qual é o orçamento para discutir a carreira dos trabalhadores e das trabalhadoras. Não basta apenas instalar a mesa, companheiro Paulo Paim e demais Parlamentares; é necessário que tenha proposta efetiva. Não podemos ficar quase um mês de greve e ainda não sabermos o que nós temos de orçamento para fazer a nossa negociação. É importante, sim, o diálogo; é importante, sim, o diálogo. Reconhecemos as negociações das mesas, mas não é possível que nós ainda não tenhamos por parte do Governo qual é a sua proposta de orçamento. Sabemos das dificuldades do Governo, sabemos; agora, sabemos também que o quantitativo que foi para o pagamento da dívida, para a bolsa banqueiro não pode ser a prioridade do Governo, Paulo Paim. A prioridade tem que ser a educação, a prioridade tem que ser a saúde, a prioridade tem que ser os servidores públicos federais, porque somos nós, sim, que atendemos à população com serviço de qualidade. (*Palmas.*)

Com todo o respeito à iniciativa privada, mas somos nós, sim, servidores públicos, que, quando precisa do atendimento da saúde, da segurança pública, da educação pública, estamos lá na ponta atendendo a essa população. Portanto, está na hora de os servidores públicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

federais das universidades e dos institutos serem, sim, a pauta prioritária deste Governo, que ajudamos a eleger, deste Governo, por que fomos as ruas, para que nós pudéssemos ter o protagonismo e dessa vez sermos valorizados. Não dá mais para os servidores públicos federais, não dá mais para as universidades, os institutos, a saúde pública do nosso país serem secundarizados. Nós temos que ser a prioridade.

É isto por que, enquanto Fasubra, nós estamos aqui lutando: negociação coletiva, nossos aposentados e pensionistas – e, na pauta da mesa geral, nós temos uma pauta importante para os aposentados, o benefício do ressarcimento ao plano de saúde. Nós protocolamos que nós queremos auxílio à saúde, porque a maior parte da nossa categoria é de aposentado e pensionista, e nós, enquanto Fasubra, jamais vamos aceitar proposta alguma em que parte da categoria seja excluída. Nós estamos falando desses aposentados que fizeram a história da nossa federação e da nossa luta, assim como os jovens que estão entrando e que estão também fazendo a sua história. Ninguém vai ficar fora, ninguém! É isto, enquanto Fasubra, que nós queremos que o Senador e que os demais Parlamentares usem: de fato valorizem a educação e façam com que o Governo, tanto na mesa setorial como na mesa geral, de fato apresente proposta de orçamento para que haja realmente uma negociação efetiva e não apenas diálogo e mesa sem conclusão.

Boa luta para todos nós e parabéns à nossa Fasubra, porque nós estamos há 11 meses e não vamos arredar pé sem ter as nossas pautas conquistadas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Loiva Isabel Marques Chansis, Coordenadora Geral da Fasubra, pela firmeza, coragem e grandeza do seu pronunciamento, como o de todos os outros aqui. Parabéns!

Passo a palavra de imediato a Sérgio Ronaldo da Silva, representante do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe).

O SR. SÉRGIO RONALDO DA SILVA (Para expor.) – Primeiramente, bom dia a todas, todos e "todes". Saúdo aqui o Senador Paulo Paim, nossa grande fonte aqui no Parlamento há décadas – não é, Senador? – por entendermos da...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quatro décadas só.

O SR. SÉRGIO RONALDO DA SILVA – Quatro décadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não pergunte a minha idade agora, não é? Quatro décadas aqui dentro.

O SR. SÉRGIO RONALDO DA SILVA – Mas é uma fonte de sustentação da classe trabalhadora aqui, principalmente no Senado.

Com isso também, faço uma saudação à Loiva, ao Igor, ao Gozze e à toda a bancada sindical, que representa aqui o conjunto do funcionalismo das três esferas: federal, estadual e municipal.

Aliás, Senador Paim, este segmento de trabalhador brasileiro é o único que não tem direito à negociação coletiva no nosso país.

Como as duas mesas anteriores enfatizaram, principalmente a primeira, nós chegamos a bater na trave com o projeto lá do Senador Anastasia. Mas, por conta da tal história chamada de vício de iniciativa de origem, as traves impediram que o projeto andasse.

Nós achamos que, neste atual momento, nesta atual conjuntura, que é um pouco melhor do que quando o projeto bateu na trave, é preciso que esse setor seja observado. A conjuntura diz que é possível, nesse momento, a gente dar um passo adiante e fazer com que esse segmento deixe de ficar sendo utilizado como toalha, sempre com o argumento do enxugamento da máquina; ou então, como dizem... Eu sou nordestino, Senador, e lá a gente diz, quando tem situações similares a esta, que estamos igual a fita de chapéu: sempre por fora.

Eu queria também fazer uma grande saudação ao nosso companheiro Fausto, do Dieese. Nós temos dados do Diese de 2022 – acho que pela pressa, porque o Fausto teve que correr igual à Fórmula 1 para poder fazer a sua brilhante apresentação – que dizem que, em 2022, o maior segmento que fez greve, mobilizações e paralisações foi o setor público federal, estadual e municipal: 59,4% contra 39,9% da iniciativa privada, do setor privado. Mas por que isso? Porque, evidentemente, mais de 70% destas greves foram para abrir negociações; não foram no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cerne da questão para avançar nas negociações. O setor privado e as empresas públicas têm o direito à negociação coletiva, o setor público, não. Então, boa parte das greves... E acredito, Fausto, que, quando for feito o extrato também de 2023, esse cenário não vai ser diferente.

Então, já passou da hora de esse segmento ser considerado como uma classe trabalhadora importante. Se a gente levar em consideração que o setor público foi considerado... Inclusive, por uma pesquisa de um segmento da *Folha de S.Paulo*, 83% da população brasileira considera importantes os serviços públicos, diferentemente do que a mídia burguesa afirma aí com relação aos setores públicos. Agora, só os dados não resolvem os problemas.

Então, nós acreditamos que esse momento é importante. Há instrumentos suficientes – vários, "n". Se apensarmos todos, pouquíssimo do que tem já construído será desprezado.

Então, eu acho que o momento agora é fundamental para que a gente possa fazer isso. Imaginem: nós valorizamos muito o processo de negociação. Foi no processo de diálogo e de negociação que, entre 2003 e 2015, no setor público federal, foram celebrados 175 acordos. Mas, para que esses 175 acordos fossem celebrados, foram necessárias muitas greves para que se abrisse o processo para essas negociações.

O modelo hoje existente, principalmente no setor público federal, que é através de uma portaria, não tem muita sustentabilidade, porque essa portaria já existia desde 2003, mas, quando foi dado o golpe em 2016, a primeira coisa que o Temer fez foi suspendê-la, e não teve quem o fizesse retomar as negociações. Lá no Governo do capiroto, ele também suspendeu e, evidentemente, queria retirar o oxigênio das entidades sindicais, que é o financiamento, que é o desconto em folha de quem legitimamente autoriza suas entidades sindicais. Agora, no terceiro Governo do Presidente Lula, retomamos de fato o processo de negociação, mas também através de uma portaria, que é um instrumento que não se sustenta muito em governos autoritários.

Então, acho que nós não podemos perder a oportunidade – eu não diria nem dessa porta, porque muitas portas já foram abertas e fechadas – dessa janela, para que a gente, com muita sapiência... Eu espero que o Secretário Jose Lopez Feijóo, que saiu, cumpra a risca para que a gente, no máximo, no mês que vem, tenha esse produto aqui no Parlamento, porque essa outra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte do processo de mobilização a bancada da representação da classe trabalhadora do setor público saberá fazer e fará, da mesma forma como fizemos quando foi aprovado o outro.

Então, nós achamos que é fundamental o processo de negociação. Agora, por que tivemos 85 pedidos de instalações de mesas? Porque não temos um processo consistente de negociações. Algumas funcionando, outras ficando no pneu suporte, um processo que não tem um critério. Claro, é importante o protocolo, é importante o regimento da mesa – não é, João Paulo? –, mas qual é o critério para incluir primeiro um processo de negociação? Qual é o critério para instalar uma primeira mesa?

Então assim, nós precisamos urgentemente desse processo da questão da regulamentação da negociação coletiva no setor público, ratificação da Convenção 151, direitos sindicais, não só a questão da liberação de dirigente sindical, que é importante, porque dirigente sindical é tratado como um maldito por alguns governos. É um sacrifício, não tem a efetividade como se estivesse em seu local de trabalho, é perseguido paulatinamente.

O direito de greve também é fundamental, mas a gente precisa desse instrumento aprovado aqui. Saberemos, com a força que tem o setor público e com as suas representações, fazer a nossa parte a partir do momento em que esse produto chegue aqui na Casa do povo, que é o Congresso Nacional.

Então, Senador Paim, nós contamos muito com a sempre importantíssima contribuição que o Senador tem proferido em todos os seus momentos, no sentido de que esse projeto se estenda para além do que o senhor encaminhou aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO RONALDO DA SILVA – ... através do Projeto 1.726, em 2023, e que evidentemente todos os produtos que estão sendo construídos com esses objetivos sejam apensados um aos outros e todas as contribuições fundamentais, para que a negociação coletiva no setor público, de fato, saia da gaveta e venha para a prática.

Eu queria parabenizar com muita pujança a disposição dos trabalhadores técnico-administrativos das universidades – viu, Loiva? – em ter puxado o condão. No nosso setor, ainda não tivemos essa oportunidade, estamos num processo intenso de mobilização, que é a base da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa confederação; no Fonasefe, nós estamos também construindo esse processo de mobilização e, para que o processo de diálogo e o processo de negociação avancem – Senador, já nesses 15 segundos finalizando –, nós teremos, para além do dia 3 agora de abril, que tivemos um dia nacional de luta pela busca da negociação coletiva, de fato e efetiva, uma marcha à Brasília, nos dias 16, 17 e 18 aqui, no mês de abril, para que a gente possa construir, de fato, um processo real, transparente e respeitoso com relação a esses servidores públicos, principalmente atendendo às demandas que já estão num processo mais crescente de mobilização, de paralisação e de greve, mas, na busca de que seja concluído, de fato, o processo de diálogo e negociação consistente para essa categoria que precisa estar no Orçamento.

Não é possível que o setor público, principalmente os federais, estejam condicionados à sobra do Orçamento. Todos os segmentos da sociedade estão incluídos no Orçamento, em todos os orçamentos. Por que o setor público toda vez tem que ficar com o pires na mão, correndo atrás, condicionado à sobra e a uma série de coisas? Nós merecemos um respeito mais adequado pela gestão pública, quer seja federal, quer seja estadual, quer seja municipal.

Na luta e na labuta, companheirada, nós vamos arrancar esse direito nosso de negociar coletivamente, bem como as nossas pautas, as nossas reivindicações e as nossas reestruturações.

Grande abraço.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sérgio Ronaldo da Silva, representante do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), que, na sua fala, como todos os outros, enfatizou muito a questão do movimento sindical, inclusive a contribuição negocial para os sindicatos.

Vocês sabem que aqui não é fácil esse assunto, viu? Eles apresentaram um projeto, o Relator piorou o projeto original, deixou bem pior, que é praticamente proibindo, porque ele dá direito de oposição... Tudo o que tu entenderes que é ruim para o movimento sindical ele garante ali. Eu peguei para relatá-lo na Comissão de Assuntos Sociais – agradeço ao Humberto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Costa – e estou com ele seguro. E estamos aí numa negociação com o Governo para que o Governo mande para cá um projeto e a gente dê movimento a esse passe. Para se ter uma ideia, eles estão fazendo obstrução na Comissão de Assuntos Sociais, não deixando votar nada enquanto não se vote o projeto que acaba de vez, eu diria, com a possibilidade da contribuição negocial para os trabalhadores. É claro que esse projeto vai repercutir depois no de vocês também. Que alguém não ache – e por isso temos que estar todo mundo junto – que vão derrubar para a área privada e que para o servidor vão assegurar. Não vão! Então, nós temos que trabalhar juntos.

Eu já disse que o meu substitutivo vai na linha de atender naturalmente, porque, se a OAB pode descontar – é descontado em folha, senão não advoga; quem é advogado aqui sabe –; se o Sistema S, todo ele, assim age e não sente falta de nada... Qualquer sistema que você entender, na área privada, todos descontam um percentual. Podemos falar até de condomínio aqui. O condomínio decide, e daí? Eu fui sócio de um condomínio – não vou dizer o local para não me incomodar ainda mais – e, para vocês terem uma ideia, para não ter aumento da mensalidade de forma exorbitante, mas exorbitante mesmo, eu tive que pagar R$4 mil para deixar de ser sócio. E era sócio – como é que chama aquele que é para o resto da vida? – intermitente, se não me engano. (*Pausa.*)

É, vitalício, vitalício. Ora... Eu tive que pagar. Ou eu pagava aquilo ou eu ia para a Justiça.

Então, eles criam todo tipo de obstáculo e, para o trabalhador, que é uma contribuição negocial, decidida, entendo eu, é assim no meu tempo, em assembleia – pode ser 1%, pode ser 0% –, eles não querem saber.

Por isso que as tuas preocupações, eu aproveitei para dar esse gancho... O Governo ficou de mandar um projeto, ainda este mês, no máximo em maio, para que esse projeto, apresentado na Câmara, provavelmente, venha para cá, e a gente possa trabalhar. Mas não está fácil aqui, para se ter uma ideia, para garantir a contribuição negocial para os trabalhadores, tanto da área privada como da área pública, porque um repercute no outro – todos nós sabemos disso.

Vamos em frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Igor Tobias Mariano, Coordenador de Assuntos Jurídicos, Trabalhistas e Parlamentares do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF (Sindjus).

O SR. IGOR TOBIAS MARIANO (Para expor.) – Saúdo o Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, a quem agradeço, especialmente, pelo convite; saúdo também os componentes da mesa, as lideranças representativas dos servidores do setor público aqui presentes, os que nos acompanham presencialmente neste plenário e aqueles que participam de forma virtual pelos meios de comunicação do Senado Federal.

Bom, como já anunciado, meu nome é Igor Tobias Mariano, sou Coordenador de Assuntos Jurídicos, Trabalhistas e Parlamentares, mas a verdade, Presidente, é que eu estou a representar a nossa maior liderança entre os servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal, das Justiças Federal e Eleitoral nos Estados do Acre, Rondônia e Roraima e do Judiciário Federal no Estado de Tocantins, que é o nosso Coordenador-Geral e Presidente eleito, recém-eleito, José Rodrigues Costa Neto, que, por uma indisposição, um leve resfriado, me deu essa incumbência, que eu pretendo honrar.

Portanto, é com grande honra e satisfação que nos reunimos aqui hoje para discutir esse tema de extrema importância para todos os trabalhadores e trabalhadoras do setor público que é a negociação coletiva. Ao longo dos anos, essa tem sido uma demanda legitimamente perseguida por todos nós que atuamos no serviço público. Mesmo após a promulgação da Constituição em 1988 e a ratificação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em junho de 2010, o Brasil ainda carece de uma efetivação das prerrogativas sindicais no serviço público. Isso porque, embora a Constituição tenha concedido aos servidores públicos o direito à sindicalização e à greve, e a Convenção 151 da OIT tenha garantido, em seu art. 7, o direito à negociação coletiva, aplicável nos termos do art. 5º, §3º, da Constituição Federal de 1988, ainda há grande discussão – e esta é uma delas – acerca da instrumentalização, operacionalização e a efetiva concretização desse instituto.

Ademais, até o momento, como apontou o nosso companheiro Domingos, da CSPB, o próprio direito à greve, constitucionalmente previsto, ainda não foi regulamentado, o que gera

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profunda insegurança jurídica para todos os servidores, especialmente para as entidades representativas, que acabam sendo penalizadas quando isso acontece.

De outro lado, no entanto, é importante reconhecer as iniciativas do Governo Federal no encaminhamento dessas pautas, como bem esclareceu nosso Secretário de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Jose Lopez Feijóo. Em fevereiro de 2023, com vistas à busca por alternativas e melhoria das condições de trabalho e a recomposição do poder aquisitivo dos salários dos servidores públicos, foi reinstalada a Mesa Nacional de Negociação Permanente – reinstalada, porque era uma mesa existente nos Governos Lula e Dilma e que foi interrompida nos Governos Temer e Bolsonaro. A instituição, ou a reinstituição da referida mesa de negociação representa, sem dúvida nenhuma, um avanço significativo, pois tem permitido que a prerrogativa de negociação coletiva no serviço público ganhe contornos mais concretos. Veja, é um processo.

Outra medida relevante, instituída por meio do Decreto nº 11.669, de 2023, foi a aqui já mencionada criação do Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração de proposta de regulamentação da negociação das relações de trabalho no âmbito da administração pública federal, com base na Convenção 151 e na Recomendação 159, ambas da OIT.

Diante desse contexto, é fundamental continuar lutando pela efetivação do direito à negociação coletiva no serviço público, garantindo, assim, melhores condições de trabalho e uma remuneração mais justa para os servidores.

Percebe-se, portanto, que é necessário o reconhecimento e a regulamentação de instrumentais mínimos para a atuação das representações coletivas de servidores do setor público, de modo a preservar-se a liberdade sindical, o direito à greve e à negociação coletiva, pilares fundamentais da relação de trabalho entre servidores e Estado.

A nossa companheira Lilian, que está ali – estava na mesa anterior, minha conterrânea sul-mato-grossense –, disse uma coisa muito impactante: nós, servidores públicos, cuidamos da sociedade, das instituições, da própria democracia ao fim e ao cabo, mas quem é que cuida da gente? Quem cuida da gente são as entidades sindicais. Mas com quais instrumentos a gente pode cuidar de nós mesmos, dos nossos representados servidores públicos? Isso é uma coisa que a gente precisa instituir como reflexão permanente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, o Sindjus tem desempenhado um papel importante na defesa dos direitos e interesses dos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, participando ativamente das iniciativas e debates em prol de uma reforma legislativa que valorize o trabalho, promova o desenvolvimento nacional e assegure a valorização dos serviços e dos servidores públicos.

Uma das dimensões de atuação do Sindjus tem sido a Frente Parlamentar Servir Brasil e o Instituto Servir Brasil, onde nos engajamos em discussões sobre temas cruciais para a transformação do serviço público. Essas iniciativas visam à construção de políticas que promovam a valorização dos servidores e a melhoria das condições de trabalho, garantindo, assim, uma prestação de serviços públicos de melhor qualidade à sociedade.

Além disso, o Sindjus participa ativamente das discussões sobre o marco regulatório das relações de trabalho no setor público, um projeto que busca consolidar normas que estabeleçam a capacidade de negociação coletiva dos servidores com vistas ao estabelecimento de um patamar civilizatório mínimo para as relações de trabalho no setor público.

Aqui, nessa mesa, já foi mencionado, e nas mesas que nos antecederam também, que, de fato, somos os únicos que não têm esse instrumento de negociação coletiva. Isso nos difere de maneira significativa de carreiras da iniciativa privada, cujos patrões, por mais que tentem, não podem ignorar o servidor, não podem ignorar o empregado. Eles, de fato, se ignorarem, são levados inclusive à arbitragem da Justiça do Trabalho por meio das ações próprias de dissídio coletivo. Já o servidor público, como disseram aqui, como disseram nas mesas anteriores, sequer é recebido; e, quando recebido, de acordo com as regras éticas do serviço público, muitas vezes é solenemente ignorado.

Essas iniciativas de extrema relevância visam garantir, portanto, a efetividade da atuação sindical, na busca contínua pela dignidade funcional, proteção dos direitos trabalhistas e qualidade dos serviços prestados pelos servidores públicos.

Destaca-se também a atuação do Sindjus no Congresso Nacional, onde busca promover pautas específicas de interesse dos servidores. Um exemplo disso, citado pelo nosso Presidente, é o Projeto de Lei 1.726, de 2023, que estabelece normas gerais para negociação coletiva na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administração pública direta, nas autarquias, fundações públicas dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Como disse bem V. Exa., Presidente, se vamos apensar às propostas correlatas ou complementar o texto, essa é uma decisão técnico-política, mas é preciso aprovar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IGOR TOBIAS MARIANO – ... e não podemos perder mais um ano, como bem advertiu nosso companheiro Domingos.

Assim, o Sindjus reafirma o seu compromisso em continuar lutando pelos direitos e interesses dos servidores públicos, buscando sempre promover melhorias em suas condições de trabalho e contribuir para a construção de um serviço público mais eficiente.

Com relação à valorização dos servidores e suas reivindicações, o Sindjus reitera a importância das medidas concretas, visando não apenas à melhoria das condições de trabalho, mas também à garantia de salários compatíveis com as complexidades e novos desafios que a prestação dos serviços públicos nos exigem progressivamente, conforme também avançam as necessidades da sociedade.

Em conclusão e diante de todo exposto, fica evidente que a nossa atuação, enquanto servidores e dirigentes sindicais, transcende o mero âmbito da negociação coletiva; envolve uma abordagem integrativa, que considera não apenas os interesses imediatos dos servidores, mas também os impactos da valorização do seu trabalho na melhoria da prestação dos serviços públicos e no desenvolvimento nacional como um todo.

Nesse contexto, reiteramos a importância fundamental da negociação coletiva como instrumento da valorização do servidor público e do bom funcionamento do serviço público, visando principalmente ao bem-estar da sociedade de maneira geral.

Por fim, nós, Sindjus, expressamos o nosso compromisso contínuo, enquanto entidade sindical representativa dos interesses dos servidores públicos do Poder Judiciário e Ministério Público da União, em defender os interesses dos servidores e em trabalhar incansavelmente em prol de melhores condições de trabalho. Juntos, podemos construir um futuro em que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

servidores sejam devidamente valorizados e os serviços públicos expressem a excelência que o povo brasileiro precisa e merece.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Igor Tobias Mariano, Coordenador de Assuntos Jurídicos, Trabalhistas e Parlamentares do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF (Sindjus). Ficou dentro do tempo limitado e fez uma análise bem pontual com todas as anotações para ficar dentro do princípio maior que nos une aqui hoje.

Sr. José Gozze, Presidente da Pública Central do Servidor.

O SR. JOSÉ GOZZE (Para expor.) – Muito bem. Senador Paulo Paim e colegas aqui da mesa: nós temos aí a Loiva Isabel, o Ronaldo e, por último aqui, o Igor, que também é do Judiciário, não é? Eu sou do Judiciário estadual, lá de São Paulo. E está presente aqui também o meu Vice-Presidente da Pública, que me alertou para uma coisa para que ele não precisava nem ter alertado: que o Senador Paulo Paim não é Senador do Rio Grande do Sul; é um Senador do Brasil inteiro. E hoje...

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Dá para ser candidato a Senador do Brasil? (*Risos.*)

O SR. JOSÉ GOZZE – E hoje, mais do que isso, o Senador Paulo Paim é o grande defensor que nós temos do serviço público e do servidor público aqui no Congresso, não só no Senado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ GOZZE – Exatamente.

Eu não posso deixar também de anunciar a presença aqui do pessoal que tem participado do GT da 151 e que não teve possibilidade de vir aqui à mesa falar – não tenho o nome de todos. Alguns já falaram aqui, mas o JP não falou, o Lineu não falou, o Pedro não falou, o Aires não falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também preciso falar de uma pessoa muito importante nesse GT, que é o Fausto, do Dieese, que sofre muito entre as idas e vindas do que o Governo pensa e do que os servidores pensam, que se modifica toda semana.

E, quanto ao Feijóo, que não está presente, mas esteve aqui, ele é uma espécie de sanduíche entre o que acontece com os servidores e o que acontece com o Governo, porque vai e mexe, não consegue sair. Na verdade, nós estamos aqui há mais de seis meses na disputa, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ GOZZE – Oito meses! Oito meses, e não conseguimos uma regra para o servidor público, para o serviço público. É uma coisa impressionante!

Nós sofremos pauladas o tempo inteiro, Senador. E não é só da oposição, e não é só da Câmara, do Centrão; até de ministro do Governo Lula. Tanto é que nós precisamos fazer uma manifestação pelo que ele andou dizendo sobre o servidor público. Isso significa que a dificuldade que a gente tem em resolver a 151 é realmente nos vários grupos do Governo que não entendem que o servidor público é um trabalhador. Esse é um grande problema nosso.

Então, o servidor público, enquanto servidor público, tem obrigações com o Estado e com o cidadão brasileiro; e obrigações éticas, porque qualquer coisa que está na Constituição em benefício do cidadão é através das nossas mãos que o cidadão recebe. Essa é a grande importância da expressão servidor público, trabalhar no serviço público.

Aí, esquecem que, como servidores públicos, nós somos trabalhadores. Então, se nós temos deveres e ética, nós temos que ter direitos trabalhistas. E isso – já foi colocado aqui, não preciso repetir muito – é o que o Estado ainda não entendeu. Aliás, já ouvi palavras, dentro do Governo, Senador, de que servidor público quer buscar o quê? Ele é um servidor público, ele tem que atender o Estado, entendeu? Ele quer buscar direitos trabalhistas? Oras, isso é terrível para o servidor público – terrível!

Eu estava no avião ainda, quando recebi um *e-mail* – eu ia até começar por ele – que diz o seguinte: "As propostas de lei, quando são em benefício dos políticos, juízes, promotores, têm regime de urgência; para os servidores, demoram uma eternidade".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem que haver obrigação de reajuste salarial anual. É da Constituição! Há uma série de leis! (*Palmas.*)

E eu já ouvi... Por incrível que pareça, quando eu estava no Supremo Tribunal Federal, quando a gente estava decidindo lá essa questão da obrigatoriedade da reposição da inflação no salário – que não é aumento, que é reposição da inflação –, o Supremo decidiu que realmente é obrigado a cumprir a reposição anual. Porém – e aí vem o problema, não é? –, se o estado, se o município não tem verba suficiente, ele tem que oficiar a Assembleia Legislativa, dizendo por que ele não cumpriu a Constituição. Inacreditável ouvir isso do Supremo Tribunal Federal, que, aliás, também tem muita coisa contra os servidores públicos. Nas votações, o Supremo Tribunal Federal não se preocupa com o trabalhador servidor público. Essa é uma verdade também que tem que ser colocada.

Como muitos colocaram aqui, prefeituras e tal – porque é a nossa base, não é, Lucélia? A minha base, por exemplo, é o Estado de São Paulo, servidores do Judiciário –, o Judiciário de São Paulo, numa conversa, numa tentativa de mesa de negociação com o Presidente do Tribunal de Justiça, não o atual, que também não está cumprindo, mas o que acabou de sair, alegou: "Mesa de negociação? Nunca ouvi falar disso. Judiciário e servidores querendo sentar numa mesa para negociar?". No entanto, eles não se preocupam, como já foi falado aqui, com o fato de que, no orçamento, tem que ser colocada verba para pagar ao trabalhador, no mínimo, a inflação do período. Eles não têm essa preocupação, não.

Aliás, para o aposentado e pensionista, então, aí, é uma desgraça total, o que é outra coisa, Senador, que nós precisamos trabalhar. Tem coisas na reforma da Previdência que nós temos que modificar. Acho que só aqui, só no Brasil, servidor aposentado – e nem na iniciativa privada que acontece isso – continua, depois de aposentado, pagando pela previdência. Eu acho que eles pensam que a gente vai lá em cima, no céu, também ter aposentadoria, e, se não pagar aqui, não tem aposentadoria lá em cima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Não fala para ninguém, mas a gente vai para o céu.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ GOZZE – Pois é, pois é.

Então, reposição salarial no Estado de São Paulo: no Judiciário, os servidores estão com 40% de defasagem. Isso significa, Senador, que nós trabalhamos doze meses e recebemos oito, por causa da defasagem salarial.

O que é defasagem salarial? É diminuir o poder de compra, é não ter possibilidade de fazer as mesmas compras no supermercado, na drogaria. E o coitado do aposentado, então, como o Governo Federal está fazendo, quando tem um benefício extra, esse benefício não vai para o aposentado, o aposentado não tem esse direito.

Mesa Nacional de Negociação Permanente – Lucélia sempre toca nisso, e é muito importante, Lucélia –: a gente tem que ir para o municipal, para o estadual. No início, parecia que a 151 só ia resolver o problema do federal, sendo que o pior problema é no municipal, é no estadual. O senhor não imagina – aliás, o senhor não imagina, não; o senhor sabe como funcionam governadores nos estados em geral... Aliás, o Governador do Estado de São Paulo está vendendo tudo, está vendendo até um prédio do Hospital do Servidor Público Estadual, do Estado de São Paulo, que foi construído com verba dos servidores, mas passou para o estado, ele está vendendo.

A Convenção 151, a importância de ela ir os estados e municípios; liberação de líderes, financiamento sindical, mesa de negociação, mediação. Quando a mesa de negociação não chega a um valor razoável, não significa que o lado de lá, o lado de cá tem que chegar onde ele quer, mas tem que ter uma razoabilidade. E não chegou a isso. Claro, nós queremos mediação antes da greve. Não sei por que o Estado tem tanto medo de greve, entendeu? Basta negociar corretamente, simplesmente.

Servidor não quer fazer greve.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ GOZZE – Entidade do serviço público não quer fazer greve – não é, Ronaldo? –; é obrigada a ir para a greve, é levada à greve, não é? Porque o que nós queríamos era resolver a questão – só isso, simplesmente isso. Por isso estamos criando essa discussão no GT da 151.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora recebi também, no avião já, mandado pelo meu amigo Lineu, chegou um texto aqui do Governo, é isso? Quarenta por cento, no caso dos serviços públicos em que a suspensão de partes endividadas não coloco em risco as necessidades inadiáveis da população.

O senhor sabe o que o Governo chegou a propor? Chegou a propor que a gente pegasse cada setor do serviço público e discutisse separadamente qual é o percentual de cada setor, que poderia ou não fazer greve, como se nós fôssemos irresponsáveis, como se nós fôssemos sair para uma greve para prejudicar a vida do cidadão, levar o cidadão à morte. Nós sabemos o que nós fazemos, nós sabemos quando é possível fazer greve e que tipo de greve podemos fazer, e o Governo tem que ter a responsabilidade de confiar nos seus trabalhadores, que são servidores públicos.

Senador, eu só, antes de terminar, quero também apresentar aqui a Helen, que acabou de ser eleita Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo. (*Palmas.*)

E eu tenho orgulho de ser o sindicalizado nº 1. O Wagner foi Presidente durante muito tempo. Então, agora a Helen é...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. JOSÉ GOZZE – ... nº 2. Agora, a Helen é Presidente.

Gente, era isso que eu tinha a falar. Agradeço muito a possibilidade de o Senador fazer esta mesa de trabalho e pela minha presença aqui.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, José Gozze, Presidente da Pública Central do Servidor, que detalhou a situação de falta de reajuste do servidor, não acompanhado sequer a inflação – sequer a inflação; que dirá o aumento real.

Bom, conforme a informação que eu recebi da assessoria, nós temos mais cinco nomes que se inscreveram depois que essas mesas tinham fechado. Eu vou anunciar aqui: Rodinei Rosseto, CSPB; Flauzino Antunes, representante do Fórum do Ciclo de Infraestrutura e Desenvolvimento; Wagner José de Souza, que, quando chegou me avisou que estava chegando,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representando a UGT; Lineu Neves Mazano, representando a Força Sindical; e Flávio Werneck Meneguelli, CSB.

Se os senhores concordarem, faremos a última mesa. Os cinco vêm para a mesa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro que têm que falar.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO (Para expor.) – Não... Presidente, Senador Paim...

Eu, na verdade, ajudei, o senhor que me deu a liberação, aqui, para eu fazer essa mesa. Quero parabenizar, obrigado pelo apoio, mas aí esse jogo fica desleal, porque nós fizemos um acordo de que o Fausto falaria e outras centrais, mas todas as centrais falaram e só está a CTB ausente. Então, eu queria reivindicar que a gente falasse...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – ... e a Nova Central. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, eu acho corretíssimo...

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Eu acho que aí completa, colocar todas as centrais que estão aqui, que têm um grande apoio do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou agir aqui por conta própria: vou chamar para a mesa – e peço aos senhores que retornem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

Uma salva de palmas aqui, que todos entenderam. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou chamar para a mesa Wagner José de Souza, União Geral dos Trabalhadores (UGT). (*Palmas.*)

Eu vou chamar Lineu Neves Mazano, Força Sindical. (*Palmas.*)

Estamos aqui com dois só, não é? (*Pausa.*)

O JP, pela CTB. (*Palmas.*)

Pela Nova Central, quem é que está aí? (*Pausa.*)

Eduardo Maia, pela Nova Central. (*Palmas.*)

Eu peço ao pessoal da assessoria aí que me dê a lista completa da Nova Central... (*Pausa.*)

Vai falar ainda o Flávio Werneck Meneguelli, pela CSB.

Pode ser aí? (*Pausa.*)

Pode. Então, você fala daí.

E o Rodinei também, o Rodinei Rosseto fala daí.

Tudo bem? (*Pausa.*)

Então, vamos lá: eles fizeram um acordo, aqui na mesa, de que cinco minutos para cada um... Quem quiser falar dois fala dois. Eu vou dar... (*Risos.*)

Mas ele não fala dois, eu já dou cinco... Para mim não há problema. Eu só tenho compromisso às 14h, que eu tenho que falar no Plenário do Senado.

Então, vamos começar, cinco minutos cada um: Wagner José de Souza, União Geral dos Trabalhadores.

O SR. WAGNER JOSÉ DE SOUZA (Para expor.) – Quando nós falamos de União Geral dos Trabalhadores, nós temos um passado e, nesse passado, em 2006, eu lembro e recordo muito bem – estão aqui os companheiros da CUT –, eles fizeram o nono congresso, e, no nono congresso, foram convidadas todas as centrais, e, à época – a União Geral dos Trabalhadores ainda estava fazendo fusão –, nós participamos, através da Social Democracia Sindical, que era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SDS, e lá eles pediram para que todos aqueles que estavam representando outras centrais trabalhassem em cima da 151 dentro da OIT. E, em 2007, eu fui escolhido como delegado, para nós fazermos essa menção, como delegado da bancada dos trabalhadores, e, em 2007, eu subi, com o apoio dos companheiros da Actrav, que eram os componentes da CUT, à época, e lá nós falamos com referência à 151, que o Brasil ainda não havia cumprido a ratificação da 151. E, em 2010, depois de pressão muito grande de todas as centrais sindicais – aí a UGT já existia –, houve o quê? Juntamente com a Nova Central, na época... E eu quero aqui agradecer sempre ao nosso companheiro que é o ícone dos servidores do Brasil que é o João Domingos. Juntamente com João Domingos. Foi ratificada a 151 aqui no Brasil.

De lá para cá, fizeram várias coisas para que nós pudéssemos estar tentando chupar um pouquinho daquela balinha, com aquela vontade. O que aconteceu? Foi a Dilma e reconheceu que a 151 existia. E o Bolsonaro foi lá e fez umas estratégias em cima da 151, através do novo decreto, e deu uma ajeitada no decreto.

O decreto em si não vale nada. Agora, eu vou dizer o porquê. Se valesse, nós não tínhamos que fazer, primeiro, greve para depois tentar sentar à mesa, com aquele gestor que iria e que vai tentar dizer para você: "O cobertor é curto, o cobertor é curto, porque não tem condição de pagar isso para vocês". E a gente fica chupando o dedo e tentando fazer o quê? Os dias em que nós estávamos de greve vão ser compensados – nem dados para nós são.

Então, não existe regulamentação. O que existe é um Paulo Paim, o que existe é um Lula, que tem que cumprir com aquilo que ele disse através do nosso companheiro Paulo Paim... Há anos, eu sento ao lado dele aqui e lá na outra em que V. Exa. era há vários anos Presidente, e ele sempre bateu nisso. E agora surgiu o embrião, mas depende de nós, que estamos fazendo hoje essa manifestação, depende de nós para conversarmos com outros segmentos que não o PT, de que ele faz parte, nem da bancada dele, para falar com aqueles que nós conhecemos, que são de outra bancada, que é necessário o servidor na sua cidade, no seu estado. Por que o servidor é necessário no seu estado? Porque, quando o senhor senta nesta bancada e nesta mesa aqui e o senhor faz a lei, quem cumpre, lá na ponta, é o servidor público! É ele que cumpre lá. E, por ele cumprir lá, o senhor tem que fazer com que ele possa ter condições e motivação para levar as políticas públicas para a população. É por isso que nós estamos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A UGT vai agora começar a trabalhar em cima do projeto do Senador. De que maneira? Nós vamos tentar ver se, no Estado de São Paulo, porque lá diz...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WAGNER JOSÉ DE SOUZA – ... que tem que ser cumprido tanto no estado quanto município, mas depende do estado também fazer a regulamentação. E nós vamos começar a estudar dentro da União Geral dos Trabalhadores esse tipo de trabalho.

E, dentro do sindicato de que eu faço parte, como o Gozze fez, nós temos uma nova Presidente, a Helen Patrícia, que está por dentro disso. Ela disse-nos que iria trabalhar – ela vem trabalhando já há muito tempo com os políticos – com os políticos também no Estado de São Paulo.

E eu agradeço a todos vocês por esta oportunidade.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Wagner José de Souza, União Geral dos Trabalhadores, falou cinco minutos dando seu recado muito claro de que vamos avançar nessa regulamentação, por todos os caminhos possíveis.

Agora, eu passo a palavra para o Lineu, Lineu Neves Mazano, Força Sindical.

O SR. LINEU NEVES MAZANO (Para expor.) – Já boa tarde, mas vamos lá: um bom dia aí, Senador. Muito obrigado pelo carinho de sempre e acolhimento às nossas pautas.

Eu gostaria de fazer uma ressalva. Quem veio procurar o Senador e quem fez o trabalho aqui foi o JP, que veio trazer a demanda aqui. (*Palmas.*)

E nós precisamos dizer, porque o JP: "Vamos fazer uma audiência, vamos ver, vamos falar com o Paim", "Vai, vai falar com o Paim". Chega aqui, o Paim abraça.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LINEU NEVES MAZANO – O Senador Paim abraça a nossa causa. Então, tem que destacar o trabalho do JP em um empenho em várias frentes, mas inclusive nessa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, e cumprimentando aqui a todas e todos e os que nos assistem, já foram pontuadas aqui a maioria das relações e a importância que é o serviço público, que é a administração pública. Eu quero me ater rapidamente e somente mais à nossa luta. Eu sou servidor público do Estado de São Paulo, presido a Federação do Sindicato dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, estou Vice-Presidente da confederação, junto com o companheiro João Domingos, e aqui represento a Força Sindical, porque sou membro titular no GTI (Grupo de Trabalho Interministerial), que já foi falado aqui várias vezes, em que estamos trabalhando junto com o Governo, na luta para apresentar uma proposta, um projeto de regulamentação da Convenção 151.

É preciso a gente lembrar. Eu entrei no movimento sindical alguns dias atrás, a partir de 90, e já vim para a confederação lutando pela ratificação da Convenção 151.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Alguns dias atrás.

O SR. LINEU NEVES MAZANO – Alguns dias atrás.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – De 90.

O SR. LINEU NEVES MAZANO – De 90.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Está bom. (*Risos.*)

O SR. LINEU NEVES MAZANO – Muita luta, muita luta. Em 2010, com o Governo Lula, a gente consegue a ratificação da Convenção 151 – inclusive, tem que se destacar, com muito apoio do Ministro do Trabalho, a época. Imediatamente, nós iniciamos a discussão de regulamentar a Convenção 151. Fizemos um trabalho por esse Brasil afora. Inclusive, à época, a Dra. Zilmara, que está aqui ainda, estava aqui, era a Secretária de Relações de Trabalho. Eu tive a oportunidade de coordenar um grupo de trabalho indicado pelas centrais, juntamente com a Dra. Zilmara, e a gente fez um trabalho, um debate fantástico, e depois se agregaram todas as demais centrais, e a gente avançou no Governo Dilma. E nós elaboramos propostas de regulamentar a Convenção 151 na negociação coletiva, regulamentar o direito de greve, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estrutura sindical, a liberdade e autonomia do exercício do mandato sindical classista. Em 2013, nós entregamos ao Governo. Tenho aqui várias testemunhas que eram membros do nosso grupo: Wagner, JP, Aires, Pedro, da CUT – me perdoem se tem outros que eu não estou lembrando. Por que eu estou trazendo isso? É que nós temos uma dificuldade de fazer esse enfrentamento, inclusive junto com o Governo, porque nós entregamos para o Governo em 2013, e não caminhou.

Então, precisamos muito do Congresso Nacional, muito do seu apoio, da sua luta aqui, mas também na Câmara, para nos ajudar, para que nós possamos fazer esse enfrentamento, porque há uma expectativa de que em breve nós tenhamos uma proposta, o Governo tenha uma proposta negociada com as entidades, que não está fácil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINEU NEVES MAZANO – ... para ser apresentada aqui no Congresso. É um assunto de muita relevância, e por isso eu quero dizer que esta audiência tem uma importância grandiosa, Senador, para nós servidores públicos, para que nós possamos avançar nessa luta.

E, ao encerrar, eu tomo a liberdade de, primeiro, pedir desculpas, porque nós tivemos um problema no voo em que estavam o Aires, o Wagner e a Helen, que atrasou uma hora e meia, uma hora e quarenta, e por isso chegamos atrasados. Eu ouvi algumas falas. Mesmo no voo, Presidente, eu consegui ouvir parte da sua fala, assim como da do Fausto. Eu não sei se o Presidente encaminhou, mas eu vi quando o Presidente lhe entregou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Me entregou.

O SR. LINEU NEVES MAZANO – ... esse documento.

Eu gostaria, Presidente, de tomar a liberdade de pedir ao Senador que, a partir de uma análise, ele pudesse fazer uma audiência pública, para nós tratarmos apenas aqui – apenas no sentido de com foco – da nossa proposta do marco regulatório das relações de trabalho no setor público. Isso é fundamental.

E não poderia deixar de agradecer o apoio que nós temos recebido da Força Sindical, através do Presidente Miguel Torres, que, inclusive, tem ajudado a gente a levar essa proposta a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todas as áreas do Governo, assim como nós estamos junto com todas as centrais, atuando nessa luta pela regulamentação da 151.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINEU NEVES MAZANO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Lineu Neves Mazano, Força Sindical. (*Palmas.*)

O que ele propôs aqui vocês conversem com todo o movimento sindical: centrais, federação, confederação, para que a gente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, isso. Como é que chama? Todos juntos somos fortes. Então, vamos debatendo juntos.

Eu sei que tem outros convidados, mas o projeto que eu desarquivei do Anastasia, com relatório brilhante do Wagner, está tramitando em três Comissões. A pedido das centrais e confederações que estiveram comigo, eu botei em *stand-by*, como a gente chama, não é? Deixei parado, esperando que venha o do Governo. Quando vier o do Governo, esse é apensado, e o que é bom se aproveita, não é? Essa é a intenção.

Passamos agora para Eduardo Maia, Secretário-Geral da Nova Central.

O SR. EDUARDO MAIA (Para expor.) – Boa tarde, Senador. Boa tarde a todas e a todos os presentes nesta audiência pública e àqueles que nos escutam também pelos canais do Senado Federal.

Senador, a Nova Central Sindical tem uma palavra neste momento a trazer sobre os porquês. Por que estamos hoje reunidos aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal? Porque o Estado existe, Senador, para poder atender à demanda da sociedade. E nós servidores públicos somos exatamente o braço do Estado para essa prestação de serviço. Quando a administração pública fecha os olhos para os servidores públicos, ela está fechando exatamente os olhos para o seu papel, para o papel de entregar para a sociedade a prestação de serviços públicos de qualidade. Então, quando nós vimos aqui reivindicar – e hoje nós já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ouvimos muitas reivindicações –, nós estamos reivindicando que o Estado execute aquilo que é papel dele executar. Então, quando nós falamos em marco regulatório das relações de trabalho no setor público, proposto aí pela CSPB e encampado por várias centrais sindicais, nós estamos falando de um papel macro do Estado. Nós estamos apresentando o macro como sendo uma atuação em larga escala do Governo Federal, do estadual e do municipal, mas, quando nós falamos de negociação coletiva, nós estamos falando: aquele que tem o papel de exercer a função principal, que é prestar o serviço público na ponta, que ele o faça garantindo o direito daqueles que estão sendo seus representantes.

Então, eu quero dizer que nós não estamos aqui pedindo nenhuma concessão ao Governo; nós estamos dando a oportunidade ao poder público de prestar um bom serviço através da qualificação, através da valorização dos servidores públicos. Então, quando a Nova Central Sindical se engaja nesse movimento, junto com as demais centrais sindicais, pela negociação coletiva, o que ela está dizendo é: Governo, Senado, Congresso Nacional, Poder Judiciário, Ministério Público – eu, que sou servidor do Ministério Público, como diz o Lineu, há alguns dias também; desde 1999, sou servidor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais –, quando nós queremos assentar à mesa com o Procurador-Geral de Justiça, é porque nós queremos dar a ele a oportunidade de atender a demanda da sociedade pela prestação do serviço na área de saúde, na área de educação, na área de defesa do idoso, porque é disso que se trata o Estado. O Estado não tem que existir por si mesmo; o Estado existe para prestar serviços à comunidade. E quem presta esse serviço são os servidores, por isso são os servidores que merecem ser reconhecidos hoje e sempre, mas infelizmente o que os servidores têm encontrado do Estado brasileiro é simplesmente o silêncio.

Não é natural que, desde 1978, tenhamos a Convenção 151, e o Estado brasileiro tenha gastado tanto tempo para poder entronizá-la no ordenamento jurídico brasileiro e, principalmente, até hoje, depois de 46 anos, não tenha efetivado esse direito aos servidores. Não é natural nós aceitarmos isso, porque eu participei recentemente, Senador, em 2019, da Conferência Internacional do Trabalho na OIT, em Genebra, e foi aprovada a Convenção 190, que é importantíssima, que trata de todas as formas de violência no ambiente de trabalho. E ela já foi entronizada no ordenamento jurídico brasileiro, ela já está em pleno vigor. O Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO MAIA – ... já editaram regulamentações para a garantia da preservação desse direito no âmbito dos servidores do Ministério Público e do Judiciário. Então, não é possível aceitarmos mais demora do Governo Federal, do Congresso Nacional, que é quem tem o dever de regulamentar esse direito.

Então, Senador, nós agradecemos a sua generosidade de trazer esse tema e nós vamos continuar cobrando do Congresso Nacional e do Governo Federal essa regulamentação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Eduardo Maia, Secretário-Geral da Nova Central, que está certo. Se não cobrar, e não mobilizar, e não for para cima, aqui não acontece – é isso –, por isso essa audiência é muito importante.

E agora eu fiquei na dúvida de quem foi o primeiro a falar. Para mim todos que estão aqui são signatários e contribuíam para esse momento. Eu não vou falar nome nenhum para não incomodar.

Vamos agora – vou falar um nome agora – ao João Paulo. Casualmente é ele: João Paulo (JP) fala pela nossa querida CTB, que, lá no Rio Grande do Sul, tem um trabalho – o Guiomar, a Abigail –, um trabalho muito bom, e tem sido parceiro nosso em todos os momentos lá também, como todas as outras centrais, viu? Todas!

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Está certo, Senador. E o Assis, seu contemporâneo

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Assis, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Foram Deputados juntos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi Deputado comigo.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO (Para expor.) – Muito bem, é da sua terra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, primeiro eu queria agradecer, Senador, a acolhida da solicitação, quando nós fizemos pela CSPB. Queria aqui, em público, agradecer o trabalho de uma assessora sua, a Ingrid, que teve toda a paciência de lidar com os sindicalistas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não me olha com essa carinha de pedido de aumento, porque não adianta, não. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E a outra do lado seu também.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Não, seus companheiros de trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São parceiros.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – E aí eu queria agradecer e, ao mesmo tempo, também fazer o seguinte... Nós tínhamos pensado em uma dinâmica, mas a gente acabou ilustrando e sendo melhor ainda. Acho que ficou melhor, acho que é bom, a gente conseguiu passar o recado. O Fausto é o representante do Dieese e é nosso assessor, então, o que as centrais sindicais estão trabalhando foi apresentado, e as meninas que estavam no primeiro módulo representando as centrais aqui deram o recado enquanto reivindicações.

Eu não podia deixar aqui de fazer o seguinte: eu sou do Sindicato de Trabalhadores da Unicamp, minha origem, a minha chapa lá, o pessoal da Alerta lá, da Unicamp, o pessoal está atento também à TV Senado e sempre acompanhando. E, depois disso aí tudo, a gente virou o que sou hoje, central, confederação, graças a esse Comando Nacional de Greve da Fasubra Sindical. Queria aqui em público agradecer a Direção Nacional da Fasubra, companheira Loiva, Rosângela, Luiza, Lima. É o que eu estou vendo aqui dos diretores. (*Palmas.*)

E esse Comando Nacional de Greve, estamos juntos aqui, tantos anos de trabalho com a Fasubra, que me fizeram hoje ser mais ou menos... Aprendi um pouquinho, não é? Estamos aqui juntos e vamos sair vencedores, companheiras e companheiros, dessa base que eu amo tanto. E outros, né? Luiz Cláudio, da Defesa; tem o Flauzino, que saiu aqui, que é do Multiplo, e vários outros... Eu com certeza vou deixar de falar de alguns aqui, mas é para lembrar. E lembrar, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, o seguinte: o Zanata, é da CSP-Conlutas, ele não pediu para falar aqui, mas está lá da CSP-Conlutas, não é? Eu acho que é importante se ele...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não fala se não quiser, é só dar sinal que fala.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Pronto. Tem que comprometê-lo.

E a minha amiga que – tem duas – não esteve aqui hoje porque está em trabalho, vai assumir um mandato agora – lá em Floripa não, não é Lu? numa cidade interior –, é a Elenira, que é da Intersindical e faltou aqui. Eu queria só saudar isso aqui e dizer que nós estamos trabalhando com afinco. Acho que o Lineu... Faltou um detalhezinho importante, Lineu. Quando nós ficamos sabendo o que o Anastasia estava fazendo lá, mas procedeu antes, porque o Paim falou com a gente que o Romero Jucá estava fazendo um projeto que vetava a greve. Ele era o chefe de gabinete, e o Paim alertou a gente. Nós corremos em cima do Romero Jucá, ele corria da gente e, por fim, nós conseguimos convencê-lo à época. E aí ele baixou de 80% para 60% de direito de greve, e depois conseguimos convencer. Não se pode fazer restrição a direito de greve se não tiver negociação coletiva. Foi aí que Anastasia fez o projeto e o Paim relatou, ajudou.

Ou seja, gente, nós estamos aqui há muito tempo trabalhando, nós estamos lutando aqui dentro e nós não temos... De 1978, da OIT, até hoje; de 1988, na Constituição – e, diga-se de passagem, para saber, o Paim foi Constituinte –, nós conseguimos ter o direito à sindicalização e nenhuma regulação, companheiros. Então, é um absurdo.

Eu queria só agradecer, eu fico muito feliz em ter a presença aqui, o plenário cheio, não é, Paim? Sei que a gente vai sempre contar com a presença, com o seu carinho e com o seu respeito.

O Projeto 1.726, com certeza, é um objeto que a gente aprecia. E eu agradeço, porque eu também estava aqui na bancada das centrais sindicais que vieram e falaram: "Paim, aqui você é o nosso guerreiro". E a resposta sua na época foi assim: "A hora que vocês mandarem apertar o *play*, a gente aciona". Então, a gente está aqui a serviço das centrais.

Então, eu agradeço...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – ... e, como o meu Presidente João Domingos fala, você é uma instituição do Brasil. Então, muito obrigado, vida longa para você e que nós, negros e negras, possamos avançar sempre e ter espaço privilegiado como esse aqui.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, João Paulo, JP, CTB. Viajamos juntos pelo país todo naquela história da terceirização lá.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas trancamos aqui no Senado.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO (*Fora do microfone.*) – Totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deram o golpe lá na Câmara, infelizmente.

E quero dizer que esse sinal que tu...

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO (*Fora do microfone.*) – Quantas viagens nós fizemos? Nós fizemos as cinco regiões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fomos a quase todos, a todos os estados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui, sim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perdemos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só lembro também que a contribuição negocial eu estou relatando. Eu só vou apertar o botão que você fez aí quando o movimento sindical fizer a pressão devida e dizer: "Agora vamos". E eu espero que venha um projeto lá do Executivo com esse objetivo, e o nosso fica apensado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos em frente.

Flávio Werneck Meneguelli, CSB.

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI (Para expor.) – Senador Paim, novamente agradeço a possibilidade de estar aqui, de fazer o uso da palavra em nome da Central dos Sindicatos Brasileiros, com todos os colegas aqui presentes.

Eu vou tentar fazer uma fala um tanto quanto complementar às que eu já acompanhei. Primeiro, buscando a negociação da regulamentação da 151. O que nós estamos observando e que muitos já falaram aqui é que são muitas idas e vindas e uma dificuldade imensa de a gente chegar a um texto de consenso, muito por dificuldade, pelo menos é o que tem nos passado, Senador Paim, das CONJURs, só que uma Conjur está analisando uma proposta pelo viés da legislação hoje existente, e nós estamos aqui para propor uma nova legislação que não ofenda a Constituição e nem a Convenção 151, que esteja de pleno acordo com a nossa Constituição Federal e com a Convenção 151.

Então, causa muito espanto a nós, que estamos como membros permanentes de negociação, essas idas e vindas da Conjur dos ministérios. O que nos parece é que a Conjur dos ministérios não está entendendo a Convenção 151 e a proposta que está sendo colocada pelas centrais de regulamentação. Então, isso nos causa muito espanto, muita espécie, e está atrasando o encaminhamento da proposta para o Parlamento. Esse é um ponto que merece destaque, porque a gente já chegou muito próximo de fechar o texto e aí vem um parecer da Conjur, de uma das CONJURs dos ministérios falando que isso, aquilo, aquilo outro não poderia ser regulamentado com base numa legislação hoje existente, infraconstitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.179980/2024-20-1 (ANEXO: 001)

Eles estão pautando algo por uma legislação que hoje é pautada só por julgamentos nos tribunais, e não por uma legislação existente. Então, a gente tem muita dificuldade com isso, queria deixar isso bem claro, porque isso é uma dificuldade, e eu espero que essa dificuldade... Que amanhã a gente ultrapasse essa dificuldade que vem sendo apresentada pelo Ministério da Gestão, pelos negociadores.

O segundo ponto que eu queria destacar aqui são as dificuldades do serviço público como um todo, Senador. Nós observamos nos últimos anos que o ataque às representações sindicais foi imenso, o desmonte foi imenso. Todos os que estão aqui, e é um prazer estar com todos aqui, todos comprovaram por A mais B que nós somos no mínimo resilientes, porque todos aqui foram atacados, se não sindicalmente, também pessoalmente. Todos aqui, todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Inclusive eu.

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI – Inclusive o Senador. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eles batem em mim em *fake news,* mas...

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI – Então, nós é que temos e que tínhamos e que queremos voltar a ter o diálogo e a permeabilidade com a sociedade brasileira, porque nós aqui, nos sindicatos, vamos à base e falamos para a base e conversamos com a base sobre o que ele tem de direitos, o que ele pode pedir, o que ele não pode pedir, o que é que nós vamos reivindicar. E isso se perdeu aos poucos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI – Perdeu-se aos poucos, ao ponto de se discutir, Senador Paulo Paim, que um – vou usar o termo que eles gostam – empreendedor de aplicativo sofre uma agressão mediante um veículo em alta velocidade, um veículo que custa mais de R$200 mil, R$300 mil, morre, a família não tem direito a absolutamente nada, o filho não tem direito a absolutamente nada, mas uma parcela dos empreendedores, não entendendo a perda desse direito, fala que não quer ter direitos. Nós chegamos a esse absurdo, porque o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

movimento sindical hoje teve que dar dois passos para trás por conta dos cortes que foram feitos nas representações.

Então, nós queremos, com a Convenção 151 da OIT, dar um passo à frente – nós tivemos que dar dez passos para trás –, dar um passo à frente e voltar a ter a possibilidade de um debate honesto e de um debate direto com os nossos filiados e com a sociedade brasileira como um todo.

Queria deixar esses dois pontos complementares, Senador, e agradecer novamente pela possibilidade de estar aqui debatendo com V. Exa. e com quem está nos acompanhando pela TV Senado.

Agradeço demais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Flávio Werneck Meneguelli, da CSB, que deixou muito clara essa luta, essa peleia, porque eles levaram alguns trabalhadores a não quererem seus direitos. É incrível isso, mas é *fake news*, *fake news, fake news*. Ora, qual é o trabalhador... Eu sempre digo que a tendência no Brasil é a uberização do mundo do trabalho, que é isso que você falou.

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Querem convencer que ter direitos não é direito; é um equívoco. É brincadeira, não é? Ter direito não é direito, é um equívoco ter o direito. Eu sou defensor intransigente da CLT e vou morrer defendendo a CLT – e, naturalmente, os direitos dos servidores públicos. Claro que CLT não é o caso de vocês aqui.

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI – Mas eu comecei com ela, com a CLT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu ganhei de um senhor, está no meu gabinete – quem quiser, pode ir lá ver –, uma original. Ele faleceu, e os filhos dele vieram trazer para mim, aqui.

Eu tenho muito orgulho disto, de ter uma versão original da CLT no meu gabinete. Está numa redoma de vidro, porque, senão, ela se perde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos em frente.

Pela ordem, Flauzino Antunes, representante do Fórum do Ciclo de Infraestrutura e Desenvolvimento.

Eles querem passar para Helen.

A CSP-Conlutas vai falar. Eu fiz sinal aqui, ele fez assim lá.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode. Se você prefere aí, fique à vontade.

Em seguida, Rodinei Rosseto, CSPB.

Quem é o Rodinei? Está aqui.

Em seguida fala o... Pegue o nome dele, assessoria. Da nossa Conlutas, guerreira lá do meu estado também.

Então você se identifica, porque eu não tenho o seu nome aqui. Identifque-se e fale.

A SRA. HELEN PATRÍCIA MERIM (Para expor.) – Então, vamos lá.

Boa tarde a todos. Infelizmente, nosso voo atrasou hoje e não foi possível começar com a reunião desde o início.

Que importante este dia hoje, Senador; muito prazer em conhecer todos vocês aqui.

Na verdade, a regulamentação da norma, Senador, o que trará? Trará consenso, força, para, assim, nos sentirmos valorizados em sermos servidores públicos, tanto municipais como estaduais e federais. Eu espero que tenhamos êxito e que realmente sejam implantadas essas garantias. Só assim teremos a valorização do servidor.

Eu cumprimento... Eu vou informar para vocês: no nosso Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acredito que esqueci de me apresentar. Eu sou Helen Patrícia. Hoje, estou Presidente do Sindicato União dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo.

Voltando à fala, para vocês terem uma ideia, hoje, nada se cumpre no nosso Tribunal. Infelizmente, marcam-se reuniões, mas, no dia da reunião, que era esperada por tempos, quando chegamos para nos reunir, todas as entidades representativas, o nosso Presidente não pode nos atender. Passa sempre aos auxiliares. É totalmente... O nosso Tribunal não valoriza o servidor que tem.

Para vocês terem uma ideia, só à base de exemplo, Senador, o nosso vale-condução é R$10. Na cidade de Campinas, onde eu moro, o valor da passagem, do transporte de ônibus até o fórum, custa R$5,95. Ou seja, nós vamos de ônibus e voltamos a pé. Para nós, nunca tem. Agora, sempre há uma folha suplementar para os magistrados. Claro, não estamos aqui julgando, não é isso, mas os direitos são iguais. Se há uma folha suplementar para pagar atrasados de magistrados, há uma folha suplementar para nos fazer os nossos reajustes, as nossas perdas salariais, que sempre nos dá o mínimo, na verdade, o valor menor do que a inflação. Ainda não temos... A nossa data-base é em março, nós já estamos chegando a maio, a primeira reunião foi marcada, mas, infelizmente, não fomos atendidos e marcou-se uma nova data para maio. Não há um índice, não há nada, e ficamos assim, à mercê.

Então, é importantíssima, Senador, a 151 da OIT, que nos trará a dignidade de continuar a ser servidor.

Meu muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Helen Patrícia, Presidente do Sindicato União dos Servidores do Judiciário do Estado de São Paulo. Como eu estava recebendo a lista, eu não bati palmas. Então vamos bater palmas juntos agora. (*Palmas.*)

Muito bem, Helen. O exemplo que você deu foi bem prático, do vale-transporte.

Eu passo a palavra agora ao Eduardo Zanata. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles estão querendo que fique uma mulher na mesa, mas ela não... Olha, fica aqui, porque sou eu que apanho depois, viu? Quem está vendo vai dizer lá que o Paim não botou uma mulher na mesa. Fica aqui. Aí você me salva. É, o pessoal reclama. Eu digo: as entidades é que indicam. Eu não indico quem vai falar pelas entidades. Sobra para vocês, eu digo bem assim mesmo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – As entidades é que têm que modificar. Eu cheguei a entrar com um projeto de resolução que nenhuma mesa poderia funcionar no Senado com menos, pelo menos, de 30% de mulheres. Mas está rodando na Casa.

Então passamos a palavra para o Eduardo.

O SR. EDUARDO ZANATA (Para expor.) – Muito obrigado, Paim. Eu queria agradecer ao Senador, que nos deu essa oportunidade de fazer esta discussão de forma ampla com o conjunto da sociedade sobre essa questão que, ao nosso ver, é bastante importante e diz respeito a você garantir a valorização dos servidores públicos, porque a gente entende que, sem servidores públicos valorizados, você não tem serviço público de qualidade.

Então, o objetivo de toda esta discussão e a busca para regulamentar a Convenção 151 tem a ver fundamentalmente com a perspectiva de garantir os serviços públicos para a população. Isso é uma coisa importante, porque muitas vezes parece que se trata de privilégio, que se trata de garantir condições especiais aos servidores, da condição de trabalhadores, e não é disso que se trata. Trata-se de garantir um trabalho digno, salário digno, garantir benefícios e toda uma estrutura de carreira que garanta que os servidores sejam valorizados e que possam oferecer o melhor serviço público possível para a população. Esse acho que é o debate e o cerne da discussão.

Eu não vou aqui repetir o que já foi dito pelos outros companheiros sobre a importância de a gente tentar avançar nesse processo de regulamentação, dada a situação que existe hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Brasil. Quero lembrar só alguns elementos importantes, inclusive o Gozze lembrou uma coisa importante: muitas decisões do STF são muito ruins aos servidores.

Hoje, inclusive, a gente estava aqui com um contingente grande de servidores dos técnicos administrativos da universidade, que estão em greve desde o dia 11 de março, e a gente teve uma reunião do nosso setorial da CSP Conlutas no sábado, e foi nos relatada, inclusive, uma decisão, a pedido da Ebserh, para que no Paraná 100% dos servidores do hospital universitário permaneçam trabalhando, mesmo que tenha sido votada a greve – 100%.

Essa é a determinação da Ebserh, inclusive não só sobre os servidores da Ebserh, mas sobre servidores da universidade que não fazem parte dos quadros da Ebserh. A Ebserh invadiu a competência e ganhou uma determinação judicial, que, na prática, é a proibição da greve. Então você não tem o instrumento da negociação coletiva da maneira como ele devia ser e nem a possibilidade da greve. É muito ruim o que está colocado.

A avaliação que nós temos, inclusive do GT – o Feijóo esteve aqui mais cedo –, é bastante ruim na nossa opinião, porque a gente tinha avançado em vários aspectos inicialmente, nos primeiros meses da mesa. Chegou-se, inclusive, a um termo – ainda que bastante limitado, mas é um projeto que foi pactuado de consenso – sobre negociação coletiva, e de lá para cá vêm ocorrendo retrocessos importantes.

O Flávio já citou aqui essas decisões que vieram da Conjur e fizeram uma série de alterações, o que, a nosso ver, vêm piorando o direito de negociação coletiva, criando instrumentos para, na prática, dificultar a efetivação desse elemento, e que, inclusive, não apontam de forma clara, porque aqui é preciso deixar claro: o objetivo da negociação não é sentar à mesa e negociar, é que ela consiga ser, de fato, um instrumento que possa garantir recomposição salarial, reestruturação das carreiras. E infelizmente o texto, que já era bastante limitado a nosso ver, inclusive porque não estabelecia de forma clara essas determinações, não chegava a essas determinações legais e ainda sofreu retrocessos.

E, sobre o direito de greve, eu acho que é muito ruim o que está sendo apresentado pelo Governo, muito ruim. Hoje o setor privado tem um direito de greve que, na nossa opinião, é restritivo, e a proposta que está sendo apresentada pelo Governo é pior do que a que existe no setor privado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO ZANATA – ... além do que não cria nenhum tipo de mecanismo que impeça o processo de judicialização ou diminua o processo de judicialização das greves, que é hoje o principal problema para garantia do direito efetivo de greve dos servidores públicos.

Não são poucas as decisões judiciais que a gente tem tido no último período, no sentido de que colocam a greve como legal, mas obrigam a trabalhar 90%, 100% – já foi citado aqui –, como é o caso recente; inclusive, na prática, é um impedimento do direito de greve dos servidores.

A proposta que está sendo apresenta pelo Governo, além de colocar uma lista dos setores inadiáveis, um contingente grande que abarca quase a totalidade dos servidores públicos, ainda não cria mecanismos claros e eficientes para impedir o processo de judicialização.

Então nossa perspectiva tem sido muito ruim. Na nossa opinião é muito ruim o que a gente sofreu de retrocesso nesses últimos meses e a postura que o Governo tem trazido ao GT, depois de ter conseguido alguns avanços iniciais importantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Eduardo Zanata, da CSP Conlutas.

Agora, antes de passar ao nosso último convidado para encerrarmos nossa audiência pública, o JP pediu para que eu registrasse aqui Paulo Garrido, da Asfoc, trabalhador da Fiocruz, não é isso? E Laura, da Fenasps (Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social). Está feito o registro.

Então, vamos para o nosso último convidado, Rodinei Rosseto, Cesp e CSPB.

O SR. RODINEI ROSSETO (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas, eu me chamo Rodinei Rosseto, sou Presidente do Sima, o sindicato municipal de Alvoradas; também dirigente da Federação do Rio Grande do Sul; sou Secretário-Geral da Cesp; e diretor em formação sindical da nossa tão querida CSPB. Na pessoa de João Domingos saúdo todos os companheiros que aqui estão; e, na pessoa da Lili Fernandes, saúdo todas as mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer, Paim, agradeço por você emprestar esse ser que você é, transformador e ancestral na luta da defesa dos trabalhadores e trabalhadoras. Eu me orgulho de ser gaúcho, de ser seu conterrâneo e de ter uma pessoa tão nobre na política brasileira, que compreende as dores do menos favorecido.

Quero dizer e trago uma saudação especial hoje de centenas, para não dizer de milhares, de educadores sociais, que vêm pedindo, e o senhor tem estendido a mão, para que nós aprovemos o Projeto 2.941, que está aguardando só a relatoria para nós tocarmos para frente essa tão cara profissão, tão importante. Aproveitando, peço licença aos demais, no Brasil afora são 50 mil educadores que estão esperando a regulamentação. E dizer que as reformas tanto de Temer – que foram os ataques golpistas – quanto da política nefasta do Bolsonaro nos transformaram, ao longo desses seis anos, em descamisados – nós estamos na amargura, não só política, mas estamos à margem da sociedade. Como verdadeiros descamisados públicos, prestamos um bom trabalho de forma integral na pandemia, fomos mortalmente atingidos pela 173, que tirou direitos de progressão dos nossos direitos e agora estamos tentando corrigir, nosso, então, querido João Domingos, pelo PL 143. Mas também dizer que é importante avançarmos em pautas fundamentais como a 151, mas, principalmente, nas pautas que o Governo Federal nos fez promessas – vamos dizer dessa forma – como o imposto de renda, que nós precisamos chegar aos R$5 mil. E dizer que, se não conseguir fazer a 151 tramitar este ano, os reflexos nefastos na política brasileira vão se apresentar em 2026, com certeza. Porque está muito difícil, falou a companheira aqui de Santa Catarina, segurar a base e o fascismo brasileiro que ataca mortalmente – quer o fim do serviço público –, porque o que interessa para o capital é a terceirização ilimitada e a precarização do serviço público, para nós terceirizarmos tudo que temos de público e de bom. O exemplo, eu dou, Senador, a nossa eletricidade no Rio Grande do Sul, quando Eduardo Leite vendeu a CEEE; e hoje Equatorial nos deixa, 14, 15 dias sem energia elétrica.

Isso não é política pública; política Pública é quando nós tínhamos servidores aptos a desenvolver projetos, resolver o problema em 24 horas. Quero dizer que estamos, sim... Aqui e só restou o cerne do sindicalismo brasileiro. Estão todos vocês de parabéns por continuarem nessa luta, pessoas que militam há, 40, 50 anos em defesa dos trabalhadores. Eu sou um jovem, vamos dizer assim, no sindicalismo. Tenho vinte e poucos anos de sindicalismo no Brasil, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quero dizer que me orgulho em ter pessoas de tão nobre postura, que nunca abandonaram os trabalhadores.

E é importante que nós façamos que o trabalhador enxergue isso, que nós tracemos campanhas que nos ajudem, não adianta bater na porta daquele que vota conosco.

É como eu digo para o Marcon sempre lá, Paim, eu vou bater na porta daquele que vota contra mim, porque você eu não preciso convencer, eu tenho que convencer o que é contra o servidor público...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODINEI ROSSETO – ... esse é o que nós precisamos convencer.

Então, quero deixar aqui um muito obrigado e dizer que temos uma pauta importante contra as reformas também, tanto a trabalhista quanto a previdenciária, e uma discussão importante que é o arcabouço fiscal, pois, dentro do projeto, Senador Paim, nos criam um problema de um déficit gigantesco nos fundos de previdência e nós temos que, com atenção, junto com o nosso Ministro Haddad, repensar essa questão, porque os Prefeitos serão desobrigados de pagar os 24% e podem optar por 8%.

Alerto a todos os trabalhadores brasileiros sobre esse jabuti de pata para cima que botaram nesse projeto.

O meu muito obrigado, um forte abraço e uma boa luta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Rodinei Rosseto, da Cesp.

Jabuti de pata para cima...

É coisa bem de gaudério isso, viu? (*Risos.*)

Isso é melhor do que aquela de pegar o tatu entocado lá e...

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Chegou-me uma pauta lá do seu estado e me incumbiram de passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É da Associação Gaúcha de Instituições de Previdência, uma entidade muito forte, muito grande. Eles vão realizar o seu 22º seminário no dia 7 de maio, às 14h, com a abertura. Então, esse aqui é um convite formal para a sua presença.

Nós já conseguimos articular com eles, vão estar presentes o Ministro da Previdência, o Presidente do INSS, e eles me incumbiram aqui de passar este convite a você e garantir que você não diga não.

Então, por favor, não me desmoralize. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, eu vou ver se dá para colocar na agenda lá.

O dia 7 cai que dia? (*Pausa.*)

Terça é meio complicado para a gente sair daqui, viu? Esse é o problema.

Mas, enfim, pessoal, eu acho que atingimos todo o objetivo aqui em nosso evento na Comissão de Direitos Humanos. Haverá, com certeza, uma repercussão junto ao Governo, pois estava aqui um representante do Governo, e, de nossa parte, o que tivermos de fazer aqui vamos fazer dentro do Senado da República.

Eu só quero ainda registrar as presenças do Sindicato Nacional do MPU, CNMP, ESMPU e também do Luís Cláudio de Santana, Sinfa RJ e do Hely Aires, da Feserv-Minas Gerais.

Pessoal, parabéns a todos. Foi uma excelente audiência pública, vamos esperar o resultado agora junto ao Governo.

Está encerrada a audiência pública de hoje.

Vamos fazer a nossa foto então. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.179980/2024-20-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e oito minutos do dia onze de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Zenaide Maia, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato e Romário, e ainda do Senador Wilder Morais, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Jussara Lima, Janaína Farias, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 22/2024 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: "Apresentar o lançamento da Cartilha da Vereadora". Participantes: Stella Maria Vaz Santos Valadares, Coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade Racial de Gênero e Raça do Senado Federal; Fernando Meneguin, Diretor Executivo do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB/Interlegis; e Abigail Pereira, Câmara Municipal de Porto Alegre. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 22, de 2024, de minha autoria e de outros, com o objetivo de apresentar o lançamento da Cartilha da Vereadora.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da ouvidoria 0800 0612211.

De imediato, eu faço – como é de praxe – uma introdução do tema.

Senhores e senhoras, esta audiência pública será aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado, e aqui no palco, no dia de hoje, vai ser o lançamento da Cartilha da Vereadora, uma iniciativa do Senado Federal, através do Programa Interlegis. A publicação tem como objetivo orientar as atuais e as futuras Vereadoras na luta, que tem que ser permanente, por mais espaços de representação da mulher no Legislativo e na sociedade.

Ela traz o passo a passo para garantir a criação, nos Legislativos municipais, de órgãos como a Procuradoria da Mulher. O Observatório da Violência contra a Mulher e o Comitê de Equidade de Gênero e Raça são instâncias reconhecidas na luta pelos direitos das mulheres e que podem fazer a diferença no município, principalmente se bem articulada com o Ministério Público, com as polícias e com outros órgãos, porque é ali que você consegue obter as inúmeras denúncias, os números das estatísticas, que vão apoiar o poder público na tomada de decisão sobre as políticas para a promoção dos direitos da mulher e para o combate à violência de gênero.

O lançamento da cartilha vem num momento especialmente importante. Os dados do mais recente Mapa Nacional da Violência de Gênero, publicado há poucos meses, registra que, em 2022, houve o agravamento de todas as formas de violência contra a mulher no país.

Para enfrentar esse cenário, os Legislativos estaduais estão mais preparados. E por que digo isso? Porque 22 Assembleias Legislativas já instalaram a Procuradoria da Mulher, e outros dois estados estão analisando projetos com o mesmo objetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, nos municípios, a realidade é outra. Apenas 690 ou 12% dos 5.568 municípios, nas respectivas Câmaras de Vereadores, possuem instalada uma Procuradoria da Mulher – somente 12%, vejam bem, em todo o país. É nos municípios, principalmente nas regiões metropolitanas, que percebemos a falta de articulação da rede de proteção à mulher.

A criação desses órgãos de representação da mulher no Legislativo pode, sim, fazer a diferença – muitas vezes, entre uma mulher que recebeu proteção no momento necessário e uma vítima de feminicídio, o contraste é real e se vê no dia a dia –, isso sem contar os avanços possíveis na luta pela equidade de gênero na sociedade. Vamos todos nos somar e nos ajudar a espalhar essa publicação Brasil afora, para que mais e mais mulheres e homens também tenham acesso e se juntem nessa luta, que é uma luta de toda a sociedade.

Por equidade, por respeito aos direitos da mulher, pelo combate à violência de gênero, estamos aqui, no dia de hoje, lançando esta cartilha: Cartilha da Vereadora – orientações para o mandato das mulheres. Publicação: Interlegis. (*Pausa.*)

O.k.

Depois, com a mesa montada, a gente faz uma foto já com os painelistas.

De imediato, vamos aos nossos convidados.

Temos, como convidados, a Sra. Stella Maria Vaz Santos Valadares, Coordenadora do Comitê Permanente Pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal. (*Palmas.*)

Seja bem-vinda! Um abraço aqui.

Parabéns pela iniciativa!

Convidamos Fernando Meneguin, Diretor Executivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB/Interlegis). (*Palmas.*)

Parabéns!

Essa é uma luta de todos, homens e mulheres.

A Senadora da República Zenaide Maia, Procuradora da Mulher no Senado Federal, falou comigo ontem por duas ou três vezes, justificando que ela tinha eventos hoje no estado, que tinha assumido já compromisso nessas ações, mas que ela faria o possível para entrar por videoconferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Zenaide Maia tem um compromisso muito grande com essa caminhada. Eu tenho orgulho de dizer que ela é Vice-Presidente desta Comissão e é Vice-Presidente também da Comissão que nós temos entre Senado e Câmara, que é uma Comissão montada nas duas Casas, em parceria, na luta permanente contra o racismo e toda forma de preconceito.

Estará presente também conosco... Ela já esteve aqui ontem com a gente e participou, se eu não me engano, da abertura que foi lá na biblioteca. Ela é uma ex-funcionária minha, foi funcionária e foi uma grande militante. Ela concorreu duas vezes ao Senado, junto comigo, e me ajudou muito nessa concorrência, porque são duas vagas, não é? Se você não bota dois, um parceiro do outro, o outro lado bota e leva os votos. Então, queria agradecer muito à Vereadora Abigail Pereira, que, por duas vezes, cumpriu esse papel fundamental para ajudar no nosso processo, no processo para a gente chegar ao Senado, não é? Ela participou duas vezes. Depois, ela se candidatou a Vereadora, e é Vereadora da capital lá. É um quadro muito preparado. É uma mulher que tem história já no Rio Grande. Ela é do PCdoB. E eu tenho uma parceria ampla lá. Eu sou da Frente Ampla, viu? A Frente Ampla pelo Brasil. Então, nunca estranhem, a relação que eu tenho com o PSB é muito, muito fraternal, do Alckmin, que é o nosso Vice-Presidente da República. Inclusive, querem que eu esteja no estado no dia 20. E pergunto: como é que eu vou fazer agora?

Abigail, seja bem-vinda. Contei um pedacinho da sua história aqui. Já disse que você fez 2 milhões de votos numa campanha ao Senado. Se eu não faço 3 milhões, eu estava ferrado. (*Risos.*)

Mas foi tudo combinado. A Abigail é uma pessoa, uma liderança pela qual eu tenho o maior carinho, viu? É uma satisfação a ouvirmos aqui hoje.

Então, vamos, de imediato, aos nossos convidados.

Stella Maria Vaz Santos Valadares, podemos iniciar?

A SRA. STELLA MARIA VAZ SANTOS VALADARES (*Fora do microfone.*) – Podemos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Iniciamos, então, com a Stella Maria Vaz Santos Valadares, que é Coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade Racial de Gênero e Raça do Senado Federal.

A SRA. STELLA MARIA VAZ SANTOS VALADARES (Para expor.) – Bom dia a todas e todos. Bom dia, Senador.

É sempre uma honra estar aqui ao seu lado, aprendendo, nessa oportunidade de troca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também cumprimento as pessoas que integram a mesa – o Diretor Meneguin, a Vereadora Abigail – e as demais pessoas que nos acompanham, na manhã de hoje, trazendo também os cumprimentos da nossa Diretora-Geral Ilana Trombka, que está em outra agenda. Trago, também, a parabenização dela por esta iniciativa, em que tivemos a oportunidade de colaborar um pouquinho.

Então, fica o nosso agradecimento também ao Nilo e a toda a equipe também do ILB, que tem liderado esse Programa Interlegis, que leva a essa capacitação tão qualificada, modernizando o Legislativo. É tão importante essa iniciativa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu devia ter feito antes de passar a palavra, porque eu tirei a foto sozinho. Não é justo! Vocês que são os principais, e tiraram a foto aqui...

Estão todos os jornalistas ainda aí. (*Pausa.*)

A SRA. STELLA MARIA VAZ SANTOS VALADARES – É um dia de paparazzi, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pronto.

Agora, vamos lá, Dra. Stella. A senhora que manda agora. Já vou voltar o seu tempo, viu?

A SRA. STELLA MARIA VAZ SANTOS VALADARES – Sem problema. Eu falo rapidinho. Eu falo muito, mas falo rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, são dez, com mais cinco. Tem, no mínimo, 15 minutos, a não ser que não queira.

A SRA. STELLA MARIA VAZ SANTOS VALADARES – Bom, Senador, acho que é importantíssimo a gente estar aqui hoje falando sobre essa Cartilha da Vereadora, essa iniciativa tão importante.

A gente sabe que ainda são muitos questionamentos. Por que a gente fala de equidade? Por que a gente tem que falar sobre a igualdade? Até, na página aqui da audiência – eu estava verificando alguns comentários que são feitos ali –, há muitas mulheres elogiando, falando da importância, e alguns homens ainda perguntando, querendo entender por que nós precisamos falar, incentivar essa participação das mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí me lembrei de que, outro dia, eu participei de uma atividade com estudantes, meninas que vão participar do programa Jovem Senador, e uma delas me perguntou qual era o maior desafio para a gente vivenciar, de fato, a democracia. Acabamos refletindo que precisamos tanto combater essa desinformação que nós temos, que alimenta os nossos preconceitos ainda, infelizmente, que vão gerar as nossas ações discriminatórias, e essas ações vão levar à exclusão desses grupos não predominantes ou desses grupos fora daqueles padrões que nós estamos acostumados a ver.

Para vivenciar a democracia, de fato, a gente precisa da participação de todas as pessoas, e aí a gente precisa incluir e lembrar que nós mulheres somos a maioria da população e ainda somos menos votadas, infelizmente. Quando a gente pensa nessas eleições de 2022, em que, das pessoas eleitas, apenas 18% eram mulheres, considerando que somos mais de 50% da população, a gente vai observar algum desequilíbrio social que não traz, nessa participação, essa proporcionalidade.

A gente sabe, claro, que não é por falta de interesse das mulheres. Algumas pessoas perguntam: "Mas será que não é falta de interesse? Por que é que a gente precisa incentivar?". Não, o processo, ainda, infelizmente, é muito inacessível, é muito difícil, e, infelizmente, ainda é muito violento para as mulheres. A gente vê relatos de psicólogas que acompanham candidatas e falam sobre toda a trajetória, sobre a necessidade de suporte após o processo, que, infelizmente, é violento, principalmente para aquelas mulheres que fogem ainda de um padrão esperado, que são as mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres trans, mulheres pobres.

Então, a gente precisa, ainda, continuar trabalhando esses preconceitos baseados em gênero, que vão afetando a nossa percepção social e vão trazendo crenças limitantes de que as mulheres, talvez, não tenham a capacidade para poder ocupar esses lugares ou, então, que esses cargos políticos caibam aos homens e o espaço privado e doméstico seria o espaço das mulheres.

Tudo isso leva a um sentimento, sem dúvida, de não pertencimento e de insegurança. É muito difícil você se colocar à prova para poder participar de um pleito assim, considerando ainda, historicamente, que esse campo político, o campo institucional tem sido, principalmente, ocupado por homens, e a gente fala dos homens brancos, claro, nunca querendo desmerecer ou querer combater qualquer tipo de grupo, mas, porque, quando a gente traz um grupo específico apenas participando, a gente tem uma visão muito homogênea. A gente acaba construindo espaços que vão levar a tratar somente interesses específicos de um grupo homogêneo. Então, a gente precisa que as mulheres adentrem esses espaços, tragam também as suas perspectivas e seus pontos de vista, para que a gente tenha um fazer político cada vez mais pluralista, mais diverso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando trazemos a Cartilha da Vereadora, uma cartilha para Vereadoras, trazendo aí esse princípio de uma construção de uma trajetória política baseada na equidade de gênero, trazendo informações muito relevantes para o mandato dessas mulheres, trazendo esses aspectos da política institucional mesmo, o que elas vão encontrar, como é que se dá melhor a forma e a atuação dela, nós não estamos cumprindo apenas o nosso papel constitucional de promover o bem de todos, a participação de todas as pessoas, não estamos contribuindo apenas com a Agenda 2030, que foi um dos comentários que tinha lá na página da audiência, perguntando como a cartilha contribui. Mais especificamente, lembramos o Objetivo 5, dessa parte de alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das meninas e das mulheres, mas nós estamos indicando também que este lugar também é das mulheres, principalmente quando essa iniciativa vem do Senado Federal, essa cúpula máxima que nós temos aqui, o Senado Federal, indicando que nós mulheres precisamos, podemos e devemos ocupar, sim, esses lugares, para que essa percepção social possa ir sendo modificada. Nós sabemos que é fundamental para que a gente possa ter essa transformação que a gente tanto deseja, por que a gente tanto tem lutado... A gente precisa de uma educação. A educação tem que ser a base de tudo, e ela precisa ser profundamente baseada nesse respeito que a gente deve ter à diversidade – especificamente, aqui, a gente fala das mulheres –, como também a esses agentes de mudanças sociais e políticas.

Eu vou falar muito aqui da parte do administrativo – vou me ater muito ao papel administrativo, da estrutura administrativa mesmo –, em que há tanto o comitê permanente, os nossos comitês de diversidade, equidade, inclusão, como essas estruturas que vão levar essa educação, na prevenção, no combate a todo tipo de violência, no combate também aos assédios e a outras perseguições que a gente, por acaso, identifique. E a gente sabe que as discriminações precisam, sim, de medidas repressivas, mas nós sabemos que a parte educativa é que vai mudar toda uma cultura – seja uma cultura de uma sociedade, seja uma cultura institucional também – e que vai trazer essa valorização da diversidade, essa promoção da diversidade também na sua potencialidade.

Então, a gente tem, por exemplo, a Procuradoria da Mulher, com seus objetivos específicos, e os observatórios também, com seus objetivos específicos, que são fundamentais. E é importante que a cartilha traga essa promoção, trazendo essa importância de se criarem as procuradorias da mulher, os observatórios – fala-se aqui da rede de observatórios que tem também sido criada pelo Senado Federal –, mas que a gente traga a imagem do comitê como esse importante espaço que vai possibilitar essa transformação da cultura organizacional, que vai trazer os setores da Casa, que vai proporcionar que a Casa esteja preparada para acolher também essas mulheres, para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as pessoas que ali trabalham saibam como acolher e potencializar também esse trabalho, potencializar os mandatos, potencializar a ação política dessas mulheres.

Então, a gente traz um pouco da experiência do nosso comitê, aqui na Casa, esse colegiado que foi instituído, trazendo representantes dos mais diversos setores da Casa, porque, assim, na nossa atividade, no nosso dia a dia, as pessoas que aqui o compõem, e nos seus fazeres também, vão ter esse olhar muito sensível à perspectiva da equidade de gênero e raça, essa perspectiva da inclusão da diversidade, considerando que a inclusão tem que ser aquela segurança física, psicológica... Então, é importante que a pessoa que adentra aquela Casa, que adentra esses espaços, sinta essa segurança de realmente trabalhar, de efetivar as suas ações.

Nós lançamos até um comitê, há pouco tempo. No dia 4 de março, tivemos a honra de estar aqui, com o senhor também, lançando o nosso plano de equidade, que é esse plano de ação que a gente faz, trazendo todos os setores da Casa, num prazo específico, com metas, com indicadores, para que a Casa tenha esse compromisso firmado de orientar as suas ações, construindo essa equidade dia a dia.

Isso tudo vai gerando uma maturidade, também, da nossa Casa, para que a gente possa, daí, promover ações mais estruturais. A partir do momento em que a gente tem uma cultura já educada, orientada para essa diversidade, a gente vai conseguindo promover as mudanças mais estruturais.

Então, nesse terceiro plano, a gente traz, em parceria com a Procuradoria da Mulher, com a Advocacia também, um protocolo de violência para os casos de violência política de gênero e de raça, porque a gente precisa estar preparado para dar uma resposta também quando isso acontece – como acolher essa mulher, como encaminhar esse caso, como responsabilizar as pessoas. Então, a gente tem a expectativa de que esse protocolo vá servir também de modelo para as demais Casas; de que a gente possa também pulverizar esse protocolo para combater esse mal que a gente tem visto, que é a violência política de gênero e de raça; e, com a consultoria legislativa, que ele seja também uma ferramenta específica para a produção legislativa, com a perspectiva também de gênero e raça. A gente entende que será um modelo também que as demais Casas poderão utilizar, para que as Vereadoras também poderão identificar, no seu dia a dia, no seu fazer legislativo também, essas legislações, considerando o impacto que cada legislação tem na perspectiva de gênero, de raça, fazendo todo esse estudo para que a gente possa promover cada vez mais essa equidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos exemplos muito claros aqui na Casa de como o nosso fazer administrativo impacta também as políticas públicas, a nossa legislação, como é o caso da cota de 2% aqui, que foi uma iniciativa administrativa, e hoje a gente tem a Lei de Licitações, a gente tem decreto federal também trazendo esse avanço das cotas. Então, a nossa contribuição aqui – já finalizando – é nesse sentido de que também a nossa estrutura administrativa possa estar cada vez mais preparada para receber esses mandatos cada vez mais diversificados e de que isso possa refletir-se, então, nesse fazer político, refletir-se nas proposições legislativas, nas políticas públicas e nessa transformação social que desejamos.

É isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, Dra. Stella Maria Vaz Santos Valadares, Coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade Racial de Gênero e Raça do Senado Federal – eles estão fazendo um trabalho brilhante. A Isabel participa lá também, não?

A SRA. STELLA MARIA VAZ SANTOS VALADARES (*Fora do microfone.*) – Participa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. A Isabel é do meu gabinete quem atua mais nessa área. Não vou citar todo o gabinete também, senão... não é?

Mas vamos lá agora. Se vocês concordarem, eu colocaria agora, para ir intercalando, a Vereadora Abigail Pereira. Ela é Vereadora da Câmara Municipal de Porto Alegre, e lá na Câmara também ela é quem representa as mulheres, não é? Na coordenadoria lá do espaço das mulheres.

Não sei se ela está já no ar... Então, vamos lá! No ar ela não está, mas na tela ela vai, não é? O ar foi eu que coloquei – "está no ar". (*Pausa.*)

Pronto, Abigail. É uma alegria enorme. Já trouxe aqui, na abertura, um pouquinho do teu histórico: candidata ao Senado junto comigo, chegou a fazer 2 milhões de votos, que foram fundamentais para mim, e com orgulho nós estamos juntos, agora no Parlamento – eu no Senado, e você na Câmara de Vereadores da capital do estado, Porto Alegre.

O tempo é seu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ABIGAIL PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador Paim. É sempre um grande prazer caminhar ao teu lado. Há muito, como disseste, da nossa trajetória de ter enfrentado duas importantes eleições aqui no Rio Grande do Sul, que te consagraram como o primeiro Senador, o mais votado Senador, nessas duas últimas eleições de que participaste, e eu tive a honra de estar ao teu lado – como tenho a honra de continuar ao teu lado em todas as pautas que defendes, como esta pauta que hoje é objeto da audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

É o debate das mulheres, da inserção das mulheres na política, e sempre pautando para mais mulheres na política.

Então, é um prazer estar aqui ao seu lado. Obrigada pelo convite.

Quero cumprimentar aqui o Fernando Meneguin, do Interlegis, e a Stella Valadares, do comitê. Cumprimento também a Ilana, a Diretora-Geral, que não está entre nós neste momento, mas é a pessoa que também apostou muito no lançamento dessa cartilha, assim como a nossa querida Senadora Zenaide Maia.

Eu tive o prazer de estar nesse momento no Senado, quando lançamos esta importante cartilha. Eu quero cumprimentar por todo esse esforço que foi feito na elaboração, mas especialmente pela iniciativa, o fato de querer e, aí, mobilizar todos esses órgãos para construir esta importante Cartilha da Vereadora, porque é exatamente a Vereadora, na cidade, que está mais próxima dos munícipes. Então, bate mais na Vereadora, que circula, que está no dia a dia, no cotidiano, vivendo o cotidiano da cidade. E o impacto das políticas que vocês, nossos Parlamentares da Câmara Alta, digamos, do Senado, os nossos Deputados na Câmara; aquilo tudo que vocês votam, todos os projetos que apresentam, é aqui, no município, que têm o impacto positivo ou negativo.

Felizmente, essa cartilha tem um impacto muito positivo. Eu diria que, se já existisse essa cartilha quando eu assumi como Vereadora, certamente eu teria passado por menos perrengues do que passei. Porque é isso, a gente não domina o ritual do Parlamento, como ele funciona, o que a gente pode, o que não pode, quando, e isso tudo está na cartilha. Então, ela é um estímulo também.

E tem coisas maravilhosas – o meu mandato já se apropriou delas, e o gabinete já está estudando –, como essa ideia de ter um comitê que integre, inclusive, as funcionárias da Casa Parlamentar; e o Observatório – faço um destaque muito grande para o Observatório –, que analisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os dados da rede que existe no território, no município, para que a gente possa trabalhar, como o Senador sempre pauta, a frente ampla. Nós andamos muito melhor quando estamos em rede, quando estamos num trabalho mais coletivo. Então, identificar essas redes, trabalhar a partir dos dados coletados, fazer as análises no Observatório e apresentar essa análise para a sociedade é extremamente importante.

Veja bem, a Stella aqui vinha discorrendo sobre essa participação. Digamos que ela vem crescendo, mesmo que timidamente, porque nós conseguimos na lei colocar as cotas para que todos os partidos apresentem 30% de gênero já quando concorre, mas nós infelizmente enfrentamos na vida a dificuldade dessa lei, quando muitas mulheres foram tratadas como laranjas pelos seus partidos.

Bom, feita essa análise – e o próprio observatório analisa isso –, passou-se imediatamente a trabalhar na elaboração de uma lei que desse conta de que os recursos partidários também tivessem essa cota dirigida para as mulheres. Que o tempo de televisão, enfim, tudo também apostando nas mulheres, para que a gente não fosse tratada como laranja. Isso é extremamente importante.

E mais recentemente nós tivemos, então, essa importante resolução do Tribunal Superior Eleitoral, que também coloca a necessidade de os partidos já trabalharem durante todo o tempo na formação e na qualificação das mulheres, para que, quando chegar na época de eleição, ter essas mulheres também dispostas a concorrerem.

Isso tudo é extremamente importante porque nós infelizmente não conseguimos ainda atingir esses 30% de eleitas. Por isso o Senador, inclusive, apresenta propostas nesse sentido, para nós enfrentarmos essa baixa representação.

Eu tenho dito sempre, Fernando, Estela e nobre Senador, que nós, mulheres, estamos em todos os espaços da sociedade, nas mais diversas profissões. Nós hoje somos a maioria nas universidades. Então, as mulheres passam a atuar como sujeito, como sujeito da sua própria história, mas o lugar onde nós estamos em menor número é na política. Na política, as mulheres são minoria. A política, historicamente, é um espaço masculino e nós tivemos que dar muitas cotoveladas, digamos assim – desculpe aqui a licença poética –, mas é isso. Foi com muita cotovelada, muita canelada que a gente foi conquistando alguns espaços.

Eu sempre lembro deste espaço, Senado, em que não existia banheiro feminino. Hoje, felizmente, tem um banheiro feminino. E era isso, por que ter um banheiro feminino num espaço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que só tinha homens? Então, teve que ter mulheres, e mulheres que apontassem essa situação. Parece pequeno a gente usar esse exemplo, mas não é pequeno. É um exemplo muito simbólico porque representa isso, um espaço que não é para mulher.

Eu tenho o trabalho, obviamente, como Vereadora, muito centrado nos nossos bairros, nos nossos territórios. E eu tenho dito às mulheres quando eu reúno. Eu tenho um programa que chama, Senador, E Se a Cidade Fosse Nossa? E eu faço essa provocação com as mulheres e digo a elas: vamos lá, se essa cidade fosse de vocês, se ela fosse nossa, das mulheres, como seria pensada essa cidade? Onde nós apostaríamos o orçamento? Porque política é feita de escolhas, não é? Então, vamos escolher. Será que a gente vai escolher apostar aqui ou ali? Como é que é o transporte coletivo para homens e como é o transporte coletivo para as mulheres? Ele é igual? Não, não é? O homem pega o transporte coletivo de casa e vai para o trabalho; do trabalho ele vem para casa.

Para nós, mulheres, como é? Antes de pegar o coletivo, você já tem que dar conta de todas as tarefas domésticas para sair para o trabalho. Vamos lá, saiu para o trabalho, pega o ônibus e para na escola, na creche para deixar o filho. Então vamos lá, mochila, filho, e deixa o filho ali. Vai para o trabalho. Volta do trabalho, tem que passar no mercado, tem que passar na creche, pegar o filho de volta. Desceu, já tem que olhar: "Olha aqui, amanhã de manhã eu tenho que passar lá no posto de saúde para marcar consulta para a sogra, para a mãe", porque são as mulheres que cuidam da saúde da família. O mundo atribuiu a nós a tarefa de sermos cuidadoras, e nós assumimos.

Eu tenho dito às mulheres também que, no geral, são as mulheres na vila, no bairro, no território, que sabem se tem creche, se tem escola, se tem professores suficientes na escola, se existe o posto de saúde, se tem médico no posto de saúde, se tem farmácia popular, se tem a medicação que ela precisa.

Ela é que sabe se falta água, se falta luz, se a estrada... são as mulheres. São as mulheres que sabem da vida do bairro, mas, no geral, é um homem que é o presidente da associação do bairro.

No movimento sindical, nós mulheres ajudamos a mobilizar para uma assembleia, ajudamos a fazer o material, o panfleto para distribuir, preparamos a assembleia, preparamos a mesa, colocamos os copos, o microfone, arrumamos tudo e entregamos o microfone para um homem.

É assim que é a vida. Parece hilário, não é? Mas é trágico, porque a nós sempre foi dificultada esta ação de estarmos na política. E, infelizmente, em 15 segundos, eu digo que uma cartilha como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa ajuda as mulheres a olhar e dizer: "Olha, a política tem lugar para a mulher". Porque, quando uma mulher assume, ela puxa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Abgail, você me ouve? Você tem mais cinco minutos.

A SRA. VEREADORA ABGAIL PEREIRA (*Por videoconferência.*) – Ah, bom, então vamos lá. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São dez mais cinco.

A SRA. VEREADORA ABGAIL PEREIRA (*Por videoconferência.*) – Continuando, então, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

A SRA. VEREADORA ABGAIL PEREIRA (*Por videoconferência.*) – Então, veja bem, nós puxamos outras mulheres. Nós fazemos campanhas por mais mulheres na política. Nós queremos que as mulheres ajudem a elaborar a política.

Quando nós temos... E eu vejo, por exemplo, Senador, a sua relação com a Senadora Zenaide. Que maravilha: constroem juntos, discutem juntos, elaboram juntos. É isso! São mulheres lado a lado com os homens, construindo uma política, levando esse nosso olhar.

A política não pode ser justa se não tiver o olhar das mulheres, esse olhar para as coisas que dizem respeito à vida, que impactam a nossa vida de verdade.

Eu hoje, além de ser Vereadora, eu sou a Procuradora da Mulher da Câmara Municipal de Porto Alegre. A nossa Procuradoria Especial tem o trabalho de articular, junto com esses órgãos, com a academia. Nós já fizemos muitas reuniões com a UFRGS, com a PUC, aqui no Rio Grande do Sul. Então temos que articular com a academia esta elaboração da política, mas ela tem que também estar junto com o movimento de mulheres, com o movimento organizado, com os fóruns, com os conselhos, com as ONGs, com as entidades feministas – organizar é seu papel –, mas ela tem, fundamentalmente, o papel de acolher as mulheres, acolhendo as suas demandas da questão da violência, principalmente, porque a mulher leva um tempo até decidir fazer a denúncia. E o silêncio, por muitos anos, foi cúmplice desta violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estimulamos as mulheres a denunciarem a violência doméstica, a violência que sofrem, seja ela psicológica, patrimonial, seja ela física. Nós queremos evitar que cheguem ao feminicídio, que cresce.

A gente olha os índices da segurança, que dizem: "olha, diminuiu a criminalidade; menos roubos, menos assaltos, menos mortes", mas, na questão do feminicídio, não diminuem. Não diminuem.

Por que será que os homens matam? O homem não é um ser opressor por natureza, mas a sociedade legitima esse homem a ser o dono da mulher e a tratá-la como um objeto. Bom, se ele é o dono, ele tem o direito de dar a vida ou a morte, não é?

Então essa é uma situação que nós precisamos enfrentar enquanto sociedade. Parem de nos matar. E acho que essa cartilha ajuda. Eu sempre faço esse *link* com a cartilha, porque ela cumpre com esse objetivo de ajudar com que as mulheres Vereadoras pautem essas questões.

Hoje um outro tema que é muito recorrente para nós é a necessidade de creches. Nós não temos um município sequer no Brasil que possa dizer, "nós damos conta de todas as necessidades da creche". A creche é um direito da criança. A educação infantil é um direito da criança. Agora, quem sofre por não ter essa vaga somos nós, as mulheres. As mulheres hoje foram ao mercado de trabalho para dizer: "É aqui o meu lugar, eu quero a minha independência financeira, eu preciso estar nesses espaços". Mas nós temos um impedimento que é concreto, que são exatamente os lugares onde as crianças possam ser acolhidas, socializadas, que tenham todo o trabalho lúdico, que tenham uma alimentação saudável, e que as mulheres possam ir ao mercado de trabalho com segurança.

Aqui em Porto Alegre, por exemplo, nós temos um déficit de mais de 10 mil vagas de creche. E não se avança. Não se avança. Essas mulheres não podem ir trabalhar, porque não têm onde deixar os filhos. Às vezes, elas precisam demais e têm que ir ao trabalho. E elas trabalham deixando os seus filhos com a vizinha, com uma avó que, às vezes, não tem nem mais condições de saúde, de pegar uma criança no colo, de atender, ou às vezes, ela deixa as crianças sozinhas. Isso é muito triste, porque essas crianças deveriam estar na creche até os três anos, na educação infantil, a partir dos quatro anos, para, quando chegarem à escola, onde se faz o ensino fundamental, essas crianças já estivessem com toda a questão pedagógica preparada, com a socialização preparada, e essas mães seguras de que possam estar no trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos muito empenhadas também no que é um programa que o Governo Federal disponibilizou este ano, que é maravilhoso, que são as Lavanderias Coletivas. Vocês já imaginaram lavanderias lá no bairro, onde eu possa deixar a roupa lá para lavar, possa ir ao mercado, ir ao posto de saúde, voltar, pegar minha roupa lavadinha, levar para casa prontinha? Sim, porque as tarefas domésticas ainda são tarefas exclusivas das mulheres. São poucos os homens que dividem o espaço doméstico como um espaço onde todos moram, onde todos convivem, onde todos deveriam dividir essas tarefas domésticas, não é?

Então o fato de nós termos lavanderias coletivas, restaurantes coletivos e creches, isso já nos liberaria muito para o trabalho. Nós felizmente, Senador, que acompanha muito isso e que inclusive foi autor, foi Relator da Lei da Igualdade Salarial, tivemos a sanção dessa lei, cem anos praticamente lutando pela igualdade salarial. Isso é uma conquista histórica para nós, enquanto humanidade. E nós termos tido isso... Sabemos o quanto precisamos ovacionar essa conquista, mas sabemos que ela, por si só, não resolve, não enfrenta os nossos problemas de estarmos no mercado de trabalho. Ter um salário igual para trabalho igual é uma grande conquista – eu repito –, mas nós precisamos de equipamentos sociais que nos deem conta, para irmos ao mercado de trabalho com dignidade e com segurança.

Portanto, eu vou sempre fazer esse *link*, porque essa cartilha cumpre muito... É o caminho, ela é o caminho para nós garantirmos que essas questões que eu levantei aqui sejam enfrentadas.

Então, é uma iniciativa que o Senado Federal toma junto com o observatório, junto com o Interlegis, na qual nós vamos trabalhar muito. Ela nos serve como um grande subsídio, como um grande incentivo, para que tenhamos mais mulheres na política. Eu me coloco à disposição sempre, Senador. Essa não é a primeira vez que eu participo aqui de audiência pública do Senado, na Comissão de Direitos Humanos, a seu convite.

No lançamento dessa cartilha, teve cinco Vereadoras convidadas, uma de cada região do nosso país. Eu tive a honra de representar a Região Sul do nosso país, e eu sei que foi o senhor que me indicou. Eu agradeço profundamente de ter tido a oportunidade de participar desse grande evento, dessa grande iniciativa, que nós vamos, por muito tempo ainda, ovacionar.

Este ano, um ano eleitoral, nós esperamos que as mulheres se lancem, se desafiem. Temos que ter coragem. É isto: muita coragem para enfrentar. Eu desejo que esta coragem nos leve a muitas conquistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. Parabéns ao Senado por ter essa grande postura de apostar nas mulheres! Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bom! Parabéns a você, Vereadora Abgail Pereira! Deixamos passar um pouquinho o tempo, mas ela fez uma fala muito bem construída, elaborada.

Nossa querida Damares Alves, a Abgail já foi candidata ao Senado, ela já fez mais que 2 milhões de votos. Depois, ela foi inclusive Secretária de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul e, agora, é Vereadora da capital. Eu tenho orgulho de dizer: caminhei ao lado dela na campanha ao Senado. Eu fiz um pouco mais de votos, porque era natural, eu já era Senador. Mas, daí, ela ficou trabalhando, inclusive ficou na minha assessoria, no gabinete e, em seguida, se elegeu Vereadora da capital do Estado do Rio Grande do Sul. É um quadro muito, muito, preparado do qual nós vamos ouvir falar muito bem e de muitas tantas outras mulheres que vão crescendo na caminhada neste país.

Então, de imediato, agora, Senadora Damares, você usa a palavra no momento em que você entender que é mais adequado. Você é nossa convidada aqui.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Convidada permanente, porque é membro ativo e sempre presente aqui na Comissão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – Obrigada, eu vim correndo. Estou enfrentado um problema difícil hoje. Inclusive, só para dar uma introdução, Presidente, nós estamos com 38 tentativas de suicídios por dia, aqui no nosso DF – registradas, sem a gente ter certeza de que é só isso.

Eu estou passando por isso nesta noite. Estou cuidando de uma criança cuja mãe tentou suicídio ontem à tarde. Acharam, Presidente, um vídeo da mãe comigo – quando a encontraram – e a polícia ligou para o meu gabinete. Então, vocês imaginem a loucura que foi. E, hoje, eu acordei mãe de um menino lindo e eu não sabia o que fazer. Faz muito tempo que eu não tenho criança em casa, mas eu vim correndo. Eu queria muito estar aqui desde o início.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero muito parabenizar o Interlegis, parabenizar o Senado por essa obra. Eu estava ansiosa para ver. Eu não pude vir ao lançamento ontem. Primeiro, quero cumprimentar pela formatação.

Está lindo! Está um material, assim... Está clássico, está feminino, mas está muito clássico. Está muito bonito!

Eu fico muito feliz com essa obra, muito feliz com a cartilha. E, nesse período das pré-campanhas, muitas mulheres ainda na dúvida se vão candidatas ou não, "o que eu vou fazer lá na ponta?"... Olha aqui, o manual está pronto, está muito bem elaborado. E eu estou tendo a missão, no último ano, de ser a Secretária Nacional de Mulheres do meu partido.

Estou com esse desafio de trazer mais mulheres para o partido e estou andando pelo Brasil, Presidente. Meus últimos finais de semana nos últimos seis meses foi Brasil, motivando mulheres. E eu tive um sucesso no meu partido. A gente cresceu – mais de 95% de mulheres filiadas nos últimos meses. Mas, conversando, a gente vê, as mulheres querem vir para o processo. Mas o processo não é tão fácil para nós mulheres, não é fácil. E fazer esse convencimento lá na ponta requer da gente muito trabalho.

Mas a gente está trabalhando dentro do nosso partido, Presidente, com o acolhimento da pré-candidata, daquela que for candidata e, depois, daquela que não foi eleita, para não a desmotivar e cuidar dela, porque a mulher sai do processo eleitoral muito machucada. Sai muito machucada, não é fácil. E a gente cuidar daquela que não obteve êxito na urna, para ela continuar no processo.

E estamos fazendo um desafio às mulheres e aí eu já saio do meu partido, tenho conversado com Vereadoras no Brasil inteiro, Presidente, sobre que dá para a gente fazer muita coisa em série. As boas iniciativas que estão tramitando aqui no Senado, que vão demorar para serem aprovadas como lei federal, por que elas já não podem apresentar no município e imediatamente aprová-las e a gente começar as grandes transformações com que a gente sonha aqui, daqui para baixo, de baixo para cima?

Eu vou contar só um exemplo. Eu apresentei um projeto de lei depois de umas rodas de conversa, depois de uma grande escuta. Uma coisa que parecia que... Nós não tínhamos essa lacuna na legislação. Uma mãe, quando vai para a maternidade e perde o bebê no parto, porque ele nasce morto, um natimorto, ou por um abortamento, ou depois do parto, na rede pública, Presidente, essa mulher sai da sala de cirurgia e volta para a enfermaria, no quarto em que a outra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mãe está nanando o seu bebê. Só no Rio Grande do Sul, em alguma cidade do Rio Grande do Sul, que ela já é colocada num lugar separado.

Essa mãe está com o seu bercinho do lado vazio – pense na dor! – e vê a colega da cama do lado com o seu bebê, amamentando. E eu conversei com mães que estavam com o seu bebê e que se sentiram culpadas, Presidente, porque a outra estava com o bercinho vazio. Ela não tinha nem ânimo de celebrar, em solidariedade à outra.

Aí nós entramos com um projeto de lei aqui, porque a gente vai ter que cuidar disso. Essa mãe vai ter que ir para um lugar separado com o companheiro, com a companheira, com a mãe dela, mas não ir para a enfermaria. Vai demorar para essa lei passar aqui, mas eu comecei a conversar com Vereadoras no Brasil e elas apresentaram como projeto de lei municipal. Na maternidade municipal da minha cidade vai acontecer isso.

E aí a gente começou a trabalhar, no Brasil inteiro, propostas maravilhosas que vão demorar para passar aqui. Vamos fazer lá no município! E o que a gente tem visto? Era tudo de que elas precisavam, Presidente, de a gente estar de mãos dadas com essas Vereadoras. E a gente está vendo que elas têm muita vontade de fazer as coisas. Às vezes, do que ela está precisando, Stella, é de uma cartilhazinha para dizer: "Olha, você pode. Vai por esse caminho. Faz. Você consegue. Nós podemos te ajudar".

E eu estou muito feliz com esse material. Eu não sei qual é a disponibilidade do material físico; se a gente vai ter que entrar também com um pouquinho da nossa cota de gabinete para publicar mais. No *online*, eu já vou pegar, já vou começar a distribuir, mas eu acho que chegou num momento muito importante, neste momento de pré-campanha, em que muitas estão – acabaram de se filiar no final de semana passado –, chegando. Parabéns, Interlegis. E eu vou dizer uma coisa: nós somos boas; a gente sabe ser Vereadora, a gente sabe ser Senadora, a gente sabe ser Deputada. E a gente tem aí tantas experiências, Presidente, que, por exemplo, em cidades governadas por mulheres, a mortalidade infantil despenca, a evasão escolar acaba.

Eu costumo brincar de que cidade do mesmo tamanho, com o mesmo orçamento, governada por uma mulher, ela faz muito mais entrega. Sabia disso, Stella? Nós somos muito boas. Eu até brinco: pega uma sacola, dá R$50 para um homem na feira e dá R$50 para a mulher ir à feira. Qual a sacola que vem mais cheia? Então, assim, motivar a participação de mais mulheres no município, acho que esse é um desafio de todos nós aqui no Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Elas estão prontas, elas são líderes, elas já nascem liderando, e Interlegis vem aqui com uma demonstração – o Interlegis, o Instituto, o Senado, as Vereadoras que participaram, a Ouvidoria, todos que participaram da confecção –, uma demonstração de carinho, de respeito às nossas pré-candidatas, candidatas e às mandatárias aqui no final do ano.

Parabéns! Que Deus abençoe vocês. Eu estou muito contente com esse material, com essa entrega. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Senadora Damares Alves. E por isso que foi lançada aqui na Comissão de Direitos Humanos. E, não sei se a população sabe, aqui nesta Comissão quem manda são as mulheres.

Elas são maioria aqui, podem botar para votar qualquer matéria, mas, se não conversar com elas, não avança. Agora, se quiser que avance, converse, explique, e, com a sensibilidade que elas têm, nós temos aprovado praticamente tudo aqui. Que, de fato, são de interesse do povo brasileiro: homens, mulheres, pessoas com deficiência, enfim, para toda a nossa gente. Muito obrigado pela sua colaboração.

E vamos agora, então, ao Fernando Meneguin. Fernando Meneguin é Diretor-Executivo do Instituto Legislativo Brasileiro, o ILB/Interlegis, que usará o seu tempo de dez minutos com mais cinco. Se for necessário, vai a vinte, como foi Abigail.

O SR. FERNANDO MENEGUIN (Para expor.) – Obrigado, Senador. Bom dia a todas e a todos.

Saúdo aqui o Senador Paulo Paim, Presidente da CDH, minha colega Stella, a Vereadora Abigail, Senadora Damares. É um prazer a gente estar aqui representando o ILB/Interlegis para lançar na CDH a cartilha da Vereadora. Primeiramente, eu quero agradecer aos elogios da Senadora Damares. Muito obrigado, Senadora; é muito bom a gente ter esse reconhecimento dos senhores que fazem este Senado. A gente trabalha para os senhores e para a sociedade.

E foi nesse sentido que a gente pensou – o ILB, o Interlegis, toda a equipe –, pensou e idealizou a cartilha da Vereadora; esse guia prático para o exercício do mandato Parlamentar da Vereadora. E, como o Senador Paulo Paim disse, a gente tinha que fazer esse lançamento na CDH, que tanto cuida das pautas sociais.

Só fazendo uma lacuna aqui, Senador. Eu tive a honra de, como Consultor Legislativo, acompanhar o senhor no projeto de valorização do salário mínimo, com o qual a gente rodou o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil inteiro. Eu acompanhei o Senador Paulo Paim pelo país todo para a gente debater a norma, que virou norma depois, com as regras permanentes de valorização do salário mínimo.

Então, essa cartilha foi pensada para vir num ano eleitoral, justamente como a Senadora Damares destacou, para já incentivar as mulheres a participarem, para fazer com que elas saibam o que realizar quando chegarem lá nas Câmaras Municipais – e, mesmo se não chegarem, para terem essa noção do empoderamento feminino, de que elas podem, elas devem estar na competição eleitoral.

O documento chega numa situação em que o país demanda equidade social, demanda empoderamento das minorias. Então, o Senado, sempre com essa preocupação de equidade, teve essa iniciativa – e a gente sabe como é difícil para a mulher chegar aos Parlamentos, conseguir o sucesso nas urnas. É muito mais difícil do que para os homens, isso aí é inegável; todos nós sabemos. São dificuldades socioculturais, dificuldades às vezes familiares, como a Senadora Damares frisou – você tem que tomar conta de criança, você tem que tomar conta de casa... Como ela compete em igualdade de direitos com os homens nas urnas? Realmente é muito mais complicado.

Aos poucos a gente trabalha nesse sentido, para tornar as condições iguais e para termos, realmente, uma representação feminina muito maior. A cartilha dá várias orientações de como a mulher pode buscar os espaços dentro das Casas Parlamentares, de que tipos de iniciativa a Vereadora pode tomar nas Casas Parlamentares; então, ela já mostra um caminho a se seguir. A gente teve vários testemunhos, Senador, de Vereadoras, no lançamento, na biblioteca, e recebemos vários retornos no Interlegis, também, de Vereadoras dizendo – assim como a Vereadora Abigail confirmou – que adorariam ter tido acesso a esse material antes, justamente por todo o conteúdo que ele traz, todas as regras e os incentivos que ele mostra e a que as mulheres podem ter acesso.

Foi essa a motivação de nós fazermos essa cartilha – a motivação do ILB, do Interlegis; a motivação do Senado. O Interlegis é um programa gerido pelo ILB que o Senado financia para a gente ajudar na modernização do Legislativo municipal; é um trabalho fantástico que o Senado realiza – várias Câmaras Municipais, principalmente as mais simples... Se não fosse o Senado ajudando, a gente não teria Legislativo municipal. Então, é um programa que o Senado coloca à disposição da sociedade, e a Cartilha da Vereadora é mais uma ferramenta que a gente propicia, nesse âmbito de modernizar o Legislativo municipal, porque essa modernização vem com uma participação feminina maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só seriam essas as breves palavras que eu teria, Senador.

Muito obrigado pelo espaço, muito obrigado pela acolhida aqui na CDH. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós que agradecemos, Fernando Meneguin, Diretor-Executivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB/Interlegis).

Nós temos aqui agora – vieram pelo e-Cidadania – algumas perguntas que os nossos convidados poderão responder, e a própria Senadora também poderá comentar, se assim entender. Perguntas que chegaram aqui: Íris, da Bahia... Se eu não me engano, a Abigail também está conectada; ela poderá também responder, nas suas considerações finais, e mesmo pergunta por pergunta, se for o caso.

Íris, da Bahia, pergunta qual é o método utilizado para determinar as cotas destinadas às mulheres nas bancadas das Câmaras Municipais.

Eu estou lendo bem devagar, que é para a Abgail pegar lá e vocês poderem tomar nota se assim entenderem. E se não puderem responder, a Comissão depois responde para a Iris, na Bahia, no caso.

Alexandra, do Espírito Santo: "Em uma sociedade massivamente machista e misógina como a cartilha da Vereadora irá contribuir com a promoção dos direitos das mulheres?"

Samuel, de Minas Gerais: "[...] [as] cotas no Legislativo [não] violam a democracia visto que ela é baseada em ideias e não em gênero?"

Temos aqui depois Rio Grande do Sul.

O Sr. Ary, do Rio Grande do Sul: "A promoção da representatividade feminina no Legislativo é crucial para fortalecer a democracia e enriquecer o debate político".

Victor, do Rio de Janeiro: "A representação feminina nas Câmaras municipais [...] tem aumentado [...] mas não [de forma] igualitária".

Renato, do Paraná: "A Cartilha da Vereadora deverá ser amplamente divulgada, para que toda a população (eleitoras, principalmente) saibam dos direitos e [também entender bem a questão das] cotas".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas são as perguntas. Não sei quem quer responder primeiro, qualquer um dos três painelistas ou a Senadora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pronto, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Deixe-me responder porque toca tanto no meu coração quando se fala de cota, e eu vou começar respondendo de cota.

As pessoas devem entender que tem uma diferença. Nós temos uma cota para a campanha, para as mulheres concorrerem, mas nós não temos uma cota dentro do Congresso ou dentro das Câmaras. Mas já há uma discussão de também no Legislativo se ter uma reserva de cadeiras, não só lá no processo eleitoral, lá na eleição, mas também que nas Casas tenha uma reserva de cadeiras.

Tem uma proposta na Câmara dos Deputados em que já até falaram em 30% das cadeiras serem reservadas para mulheres. Já caiu para 20%, para 10%, mas o assunto ainda divide.

E tem gente – como essa pergunta que chegou aí – que acha que a cota para mulheres não é uma questão democrática. Mas é preciso, Presidente. Se não fosse a obrigatoriedade da cota para mulheres, com certeza, eu não estaria viajando pelo Brasil inteiro com recurso, motivando mulheres a virem para o processo, porque todo mundo ia se acomodar e não ia ter essa conversa de pé de ouvido lá com a mulher na ponta.

Eu tenho mulheres muito humildes com as quais eu vou na cidade e falo "você precisa de um partido". O nosso sistema democrático brasileiro é multipartidário, é pluripartidário. Tem coisas que não é sua ONG que vota, não é sua igreja. "Ah, eu tenho uma igreja, eu estou muito feliz". Não, lá no Congresso quem aperta o botão na hora de votar não é sua igreja, não é sua ONG, é um partido.

Então, essa conversa de pé de orelha que os partidos agora estão fazendo com mulheres só está sendo possível porque tem uma cota que obriga o presidente a trazer mais mulheres para o partido.

Então, ainda é necessário, sim, a cota; nós precisamos manter essa cota; é necessário, sim. Eu sonho que um dia não precise mais de cota, que as mulheres naturalmente venham para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo. Mas hoje a gente está precisando trazê-las, fazer o convencimento, trazê-las para esse processo.

Então eu queria falar deste meu jeitinho, como eu falo com as mulheres lá na ponta, não é? Venham, venham, porque a gente consegue. Nós somos boas.

E aí eu quero voltar para a cartilha. A cartilha está completa. Gente, isto aqui não é uma cartilha, não, é um manual, viu? É um manual. E a linguagem está muito boa também. As Vereadoras que estão nos assistindo busquem, peguem a cartilha.

E eu vou fazer uma sugestão, aproveitar que eu respondi àquela, queria fazer uma sugestão, Fernando. Está aqui na Casa, acho que só eu como presidente de movimento de mulheres no partido. A Presidente do PT não está na Casa, a Presidente do MDB não está na Casa. Então elas talvez não estejam sabendo. Se o Interlegis puder mandar para a secretaria de mulheres do partido, lá na ponta, para que pelo menos a secretária tenha acesso a uma, ela vai se motivar e vai querer mandar para as suas candidatas lá na ponta. Então fica uma sugestão de mandar, nem que seja um exemplar, para as secretárias nacionais dos partidos.

E eu vou dizer para você, elas vão receber com todo o amor e carinho com que eu estou recebendo. Isto aqui, olha, posso dizer uma coisa para você? Você salvou minha vida. (*Risos.*)

Parabéns, Interlegis.

Então eu quis responder, Presidente, com o meu jeitinho, de como falar da necessidade da cota ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora.

Eu queria só dar um exemplo, pegando o seu gancho, e felizmente lembrei o nome do cidadão, do Senador que apresentou a primeira versão: Anibal, do Acre. E eu fui Relator de um projeto que diz, porque são oito anos, mas de quatro em quatro anos, elege dois e no outro, elege um Senador, os 81. Toda vez que forem dois candidatos, um tem que ser uma mulher e um, um homem. Eu fui Relator do projeto dele, depois ele, por motivos outros, optou por ficar no Acre e pediu que eu reapresentasse. Eu apresentei essa proposta, que toda vez que tiver duas vagas, que um candidato seja homem e o outro, mulher. No resultado final, não é? É cota mesmo, é cadeira, uma cadeira seja para um homem e uma para uma mulher. Claro que é todo um processo de discussão, mas eu achei muito interessante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tem uma proposta antiga, do Senador Abdias ainda, que trata exatamente das cadeiras do Parlamento, mas na linha que a senhora falou aí.

Vamos em frente.

Como nós temos um tempinho ainda, eu vou apenas falar deste exemplo aqui. Eu apresentei, em 2021, o Projeto 19, que está tramitando na Casa, que pega exatamente a discussão de cadeiras, inspirado no projeto do Abdias, já falecido. Para mim, depois do Zumbi, o maior líder negro no Brasil foi ele, não é? Inspirado no projeto dele, eu apresentei esse projeto, garantindo as cotas para as mulheres no Parlamento.

Vou só resumir aqui: art. 14-A. No total de candidaturas a cargo do Poder Legislativo registradas por partido ou coligação, em cada eleição, serão preenchidas, no mínimo, 30% e, no máximo, 70% para candidaturas de cada sexo. No mínimo um terço das vagas de que trata o inciso I também terão que ser de candidaturas que apontem, inclusive, o caminho, não só de mulheres, mas também dando corte racial, para que tenhamos também mais negros e negras e mais mulheres no Parlamento.

Eu resumi aqui o projeto rapidamente. O pessoal me passou aqui.

Vamos em frente!

Chegaram aqui mais perguntas.

Quem quer falar agora?

Vamos primeiro responder a essas seis aqui que eu passei para vocês irem dando uma olhada e depois eu leio as outras.

Senadora, fique à vontade, ouviu? Quando eu ler as próximas... (*Pausa.*)

Vai você responder primeiro.

A SRA. STELLA MARIA VAZ SANTOS VALADARES – Posso comentar rapidamente aqui, um pouco das...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, deixa com ela por enquanto.

As outras eu leio depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você escolhe, qualquer uma delas.

A SRA. STELLA MARIA VAZ SANTOS VALADARES (Para expor.) – Está certo.

Eu tinha até visto esse comentário da Alexandra, perguntando da sociedade machista e misógina, sobre como a cartilha contribui na promoção dos direitos das mulheres. E é importante a gente trazer isso. A gente fez um pouco da fala aqui, trazendo dessa parte educativa, de mudança mesmo de cultura.

Quando a gente fala dessa promoção dos direitos das mulheres, quando a gente está colocando aqui, trazendo a participação das mulheres e falando desse combate e da prevenção a todo tipo de preconceito e de discriminação, nós estamos falando de vidas. Acho que é importante a gente trazer essa fala, porque muitas vezes a gente não consegue entender como essa invisibilização das mulheres ao longo do tempo nos coloca nessa situação de violência, em que a violência é banalizada também, não é, Senadora?

Então, é importante a gente, sim, dar destaque, a gente fazer essas ações afirmativas, como a gente fala, essas ações muito intencionais, em que as cotas também se encaixam nisso. São ações necessárias para a gente poder educar e transformar essa sociedade e dar visibilidade às mulheres, às suas questões, valorizar também a palavra e a vida dessas mulheres, combatendo todos esses tipos de violência que nós temos visto, que culminam, infelizmente, na perda da vida dessas mulheres.

Essa é a importância de a gente trazer mesmo a cartilha. A Senadora até comentou aqui sobre o visual dela, mas até o visual foi muito bem pensado, trazendo... A gente traz uma diversidade de mulheres aqui na cartilha. A gente tem mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres com deficiência. Na parte que a gente traz aqui de avaliação das contas da Câmara, por exemplo, tem mulheres avaliando essas contas.

Então, colocando simbolicamente essas mulheres em todas essas posições, a gente vai trabalhando, ainda que de forma inconsciente, essas nossas crenças que têm levado a essa exclusão, infelizmente, das mulheres, mas que, através dessa ação muito afirmativa e intencional, a gente vai transformando e garantindo tanto essa maior noção de pertencimento, de empoderamento das mulheres como a gente fala, como também a percepção social de que esse é um lugar de todas nós.

Bem brevemente aqui falando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Meus cumprimentos a você, Stella.

Agora vai para o Fernando.

O SR. FERNANDO MENEGUIN (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu presei atenção em todas as perguntas. Vou dar uma passada geral sobre elas, porque acho que a gente atende a todos os nossos espectadores.

Sobre as reservas, a pessoa pergunta como isso pode aumentar a ocupação das mulheres nas Câmaras Municipais.

A Senadora Damares já respondeu muito bem que o que a gente tem de lei federal é a reserva de 30% das candidaturas para as mulheres em cada partido. Mas isso independe, por exemplo, de cada Câmara Municipal ter a sua iniciativa local de, por exemplo, reservar aqui na Mesa Diretora que pelo menos uma cadeira seja destinada às mulheres.

Então, é bom lembrar isso, porque toda Câmara Municipal pode ter essa iniciativa, pode mudar o seu regimento interno para trazer essa previsão.

Isso é algo que as Vereadoras podem discutir junto aos seus colegiados.

A ideia da Senadora Damares, de a gente mandar exemplares para a Secretaria das Mulheres e para os partidos, é fantástica; vamos fazer isso com certeza.

E eu aproveito o espaço para divulgar que a cartilha digital está no *site* do Senado. Qualquer brasileiro ou brasileira pode entrar ali, no *site* do Senado, no Interlegis, nas edições técnicas do Senado; a gente vai ter já o PDF disponível, que pode ser baixado a qualquer momento.

Tem outra questão: eu tinha visto – acho que vi aqui na folha do Senador – sobre impacto econômico. Desculpe, Senador, estou me antecedendo; o senhor nem fez a questão. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – São as próximas?

O SR. FERNANDO MENEGUIN – Sim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu posso fazer a leitura dessas, e você fica sendo o primeiro a responder; vamos ver.

Cláudio, de Sergipe: "Onde podemos fazer a leitura da cartilha da Vereadora? [Isso você até já respondeu.] Estará também em formato MP3 para pessoas com dificuldade em leitura?".

Raísa, do Rio de Janeiro: "Podemos notar, inclusive por comentários feitos aqui, a ignorância com relação à pauta de violência de gênero. Como mitigar esse problema?".

Ela está falando dos comentários que as pessoas estão entrando e comentando nas redes, que muita gente não está sabendo, de fato, o que está acontecendo.

Mônica, do Paraná: "Qual impacto econômico desta ação?".

Agora deixa eu terminar aqui, depois vocês poderão fazer os seus comentários finais e responder já às perguntas.

Herbert, do Rio de Janeiro: "A participação feminina na política é uma prerrogativa fundamental. As mulheres devem ser incentivadas a ocupar cada vez mais espaço".

Eduardo, do Rio de Janeiro: "Deveriam criar, antes de qualquer cartilha, um curso para políticos, como uma faculdade. O resto vem com o tempo".

Daiane, de São Paulo: "A cartilha da Vereadora é um passo importante na luta contra a violência de gênero e pela igualdade de representação no legislativo".

Cláudia, de Sergipe: "A valorização da mulher enquanto candidata em igualdade de condições [...] [reduzirá] o número de candidatas laranjas. Parabéns pela cartilha!".

E terminando agora:

Cláudia, de Sergipe: "Onde podemos fazer a leitura da cartilha da vereadora? Estará também..." é a mesma pergunta.

Raísa... essa já foi. Então, essa aqui já foi; essa outra também repete.

Se vocês quiserem dar uma olhada nessas aqui, poderão depois responder. O.k.?

Pode falar; é com você.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO MENEGUIN (Para expor.) – Obrigado, Senador. Eu fui anotando rápido aqui para tentar responder.

Primeira questão à nossa ouvinte com dificuldade de leitura: sim, podemos e vamos lançar a cartilha em áudio, em formato de áudio, para que as pessoas possam ouvir; está aí já um compromisso nosso.

Foi questionado também que deveria haver cursos para ensinar as pessoas, para aprimorar as pessoas em ciência política. E aí, de novo, mais uma propaganda, Senador. O Senado tem a plataforma de ensino à distância Saberes, que está disponível; são mais de 32 cursos disponíveis para o Brasil inteiro, gratuitamente. No ano passado, tivemos mais de 1,5 milhão de acessos e lá temos cursos sobre atividade política. Então, todos podem entrar lá, se matricular, fazer esses cursos gratuitamente.

O nosso ouvinte também, a nossa audiência perguntou sobre como mitigar a violência, como que a cartilha ajuda nesse sentido. E aí, só um exemplo, igual a Senadora Damares já manifestou: se nós temos órgãos, como a Procuradoria da Mulher, que cuidam disso, nós estamos combatendo a violência contra a mulher. Então, a cartilha explica como fazer essas procuradorias especializadas na defesa da mulher.

Por fim, eu gostei da pergunta sobre o impacto econômico, porque qual é o impacto econômico de uma medida como essa? E esta aqui eu adorei, por ser militante na área de economia, por ser consultor aqui na Casa na área de economia. A gente tem que lembrar que, se nós temos mais mulheres – lembrando que mais de metade da população brasileira é feminina –, se nós aumentamos essa representação feminina, nós ouvimos mais as demandas da sociedade. Se as demandas da sociedade são mais atendidas por nós termos uma representação melhor, isso significa que nós vamos ter ganhos de bem-estar social – a gente promove até mais eficiência na sociedade. Então está aí, diretamente, o impacto econômico, porque na hora em que eu ouço as demandas, eu consigo atender mais as demandas; você melhora o ambiente como um todo, e o país inteiro ganha em incremento de bem-estar social.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Eu vou passar para a Abigail, porque ela está ainda conectada, e aí a liberamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abigail, se quiser fazer algum comentário sobre as perguntas e as suas considerações finais... (*Pausa.*)

Não está na tela. (*Pausa.*)

Por favor, Vereadora Abigail – conhecida lá no Sul por Biga, por isso que está "Biga" ali... (*Pausa.*)

Vereadora Abigail, para as suas considerações finais. (*Pausa.*)

Aí, agora.

Biga – como está ali na tela –, para as suas considerações finais. A mediação seria de cinco a dez minutos para cada um dos nossos convidados, e, naturalmente, a Senadora terá seu tempo para as considerações finais. Até proponho que ela faça a fala, se assim puder, com tempo, no encerramento da fala dos convidados.

A SRA. ABIGAIL PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Quero reiterar aqui, Senador, a importância desta iniciativa do Senado Federal, a partir da nossa Senadora Zenaide Maia, do Interlegis, por meio do Fernando Meneguin, e do comitê, por meio da Stella Valadares, Ilana, enfim, de toda essa equipe maravilhosa. Esta é uma iniciativa bastante avançada, eu diria, no tratamento dessa inclusão, no tratamento do respeito, no tratamento da busca da igualdade, da equidade para as mulheres. Não é uma iniciativa pequena, ela vai render ainda muito mais. Tomara que essa seja a primeira de muitas outras tantas edições que possa o Senado promover.

Quero cumprimentá-lo, Senador, por trazer este debate para a CDH do Senado, que o senhor preside – e aqui o senhor falou da iniciativa que teve desse projeto, inclusive, que garante essa reserva de vagas para as mulheres.

Nós só temos a agradecer por esta relação que se tem com as mulheres. Como eu disse antes, acho que isso tudo é conquista. Isso tudo é conquista; na prática, iniciativas como essas contribuem e estimulam mais mulheres a estarem na política. A política é feminina, não é? É "a política", "a participação"; é feminina. E nós queremos humanizar a política. Humanizar: fazer esse debate com o respeito de que nós temos a obrigação, enquanto humanidade, de salvar a humanidade, trazendo para esse debate da inclusão o debate em que se coloca com altivez a vida. É a vida das mulheres, uma vida com dignidade, uma vida com cidadania, uma vida em que as mulheres pensam a saúde, a educação, o transporte, a cidade, o direito em viver a cidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As mulheres trazem essa pauta, e nós sempre a levamos para os homens. Nós queremos nós mesmas ser protagonistas dessas pautas, ser quem de verdade traz pautas que dialogam com a vida do conjunto das mulheres. Nós queremos que, nesta ágora que nós fizemos pela democracia, em que a nossa democracia é tão frágil e sempre tão ameaçada, nós possamos estar lado a lado, homens e mulheres, fazendo esse levante com uma frente ampla em defesa da democracia. E democracia – outra palavra feminina – não existe se não tiver a participação desses 52% da nossa população que são as mulheres.

Nós mulheres queremos vida digna para mulheres, homens, crianças, idosos, pessoas com deficiências, negros, negras, tão sofridos do nosso país. Que a gente possa, portanto, ajudar a levar a política para um outro patamar.

Nós queremos que nós não tenhamos o fim que Marielle teve. Nós queremos que as marielles, que mulheres que dão a cara e que brigam pelos direitos humanos... Que esse estímulo seja para todas nós. Nós queremos enfrentar a violência política que muitas de nós estamos sofrendo dentro da política, porque existem homens que não admitem esta participação e, por nossa existência, só pela nossa existência, fazem com que nossos corpos sejam abatidos.

Portanto, é muito triste ver essa realidade, e é por isso que nós estamos aqui, é para enfrentar essa realidade. Nós não queremos ficar na queixa, na situação de vítima. Não; nós queremos estar ativas e altivas neste debate, nesta construção, Senador, em que o senhor sempre nos chama a estarmos juntos e juntas.

Parabéns por trazer esta pauta para o debate da Comissão de Direitos Humanos, porque os direitos das mulheres são direitos humanos. Parabéns!

Muito obrigada e continuo sempre à disposição para a luta e para as nossas conquistas.

Um grande abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós que agradecemos à Vereadora Abgail Pereira, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, que é coordenadora lá da Procuradoria das Mulheres.

Parabéns à Biga! É um orgulho muito grande para mim ter, nesses anos todos, caminhado ao seu lado e ao lado do Guiomar – o Guiomar é a esposo dela, líder sindical, Presidente estadual da CTB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dê um abração no Guiomar por mim também, viu? Foi muito bom você estar conosco aqui.

Vamos em frente.

Agora, eu passo a palavra, para as considerações finais, à Dra. Stella Maria Vaz Santos Valadares.

A SRA. STELLA MARIA VAZ SANTOS VALADARES – Só o nome já são cinco minutos, não é, Senador? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu me lembrei – olha, eu falo de todo mundo, não é? – do ex-Senador Valadares.

A SRA. STELLA MARIA VAZ SANTOS VALADARES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi um grande Senador, parceiro do PSB aqui, um lutador, sempre na linha de frente aqui.

Não está mais aqui no Senado, mas está na vida pública do seu estado.

A SRA. STELLA MARIA VAZ SANTOS VALADARES (Para expor.) – Senador, quero só agradecer, mais uma vez, a oportunidade aqui e parabenizar essa iniciativa tão importante do ILB, esse trabalho que foi pensado, sim, com muito cuidado, com muito carinho, para ser esse incentivo à participação das mulheres.

E eu tenho certeza... Ouvindo as falas hoje aqui, a gente sempre pensa em como ampliar um pouco mais ainda a atuação da cartilha. Eu me lembro da confecção: se não fosse o Nilo ali cuidando, falando "não, vamos lançar"... A gente: "E se a gente colocar isso? E se a gente coloca aquilo?". Mas eu tenho certeza de que, depois dessas falas de hoje, com a inspiração também da atuação parlamentar, não só do senhor, mas da Senadora Damares também, da Senadora Zenaide, da Vereadora Abigail, todas nós mulheres que estamos acompanhando pensamos – a Vereadora Abigail falou –: e se a cidade fosse nossa? E a gente pensa: e se este Parlamento também fosse nosso? Então, acho que a gente ficou instigada também, de alguma forma, a participar um pouco mais.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

A SRA. STELLA MARIA VAZ SANTOS VALADARES – Mas dá para haver espaço para todo mundo, não é, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que a gente ficou instigada. E aí eu penso aqui que a gente pode avançar ainda mais, trazer uma cartilha Mulheres na Política. A gente já tem uma trilha aqui no Senado de visitação Mulheres na Política; temos inúmeros cursos – o Diretor Meneguin lembrou os inúmeros cursos no Saberes também –, sobre racismo estrutural, sobre a Lei Maria da Penha; então, que essa cartilha possa também se transformar em curso e continuar ampliando o seu trabalho.

Então, faço este agradecimento e a parabenização a todas as pessoas envolvidas – Flávia, Bruna também, que participou da diagramação. Então, é isso. Finalizo.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Somos nós que agradecemos, Dra. Stella Maria Vaz Santos Valadares, que é Coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal.

De imediato, Dr. Fernando Meneguin, Diretor Executivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB/Interlegis), para as suas considerações finais.

O SR. FERNANDO MENEGUIN (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Quero apenas reforçar isto: a cartilha está disponível em meio digital e vai ser enviada para diversos cantos do país.

E contem com o Interlegis. Eu digo – sei que a TV Senado tem um alcance enorme – a quem está nos ouvindo: acesse a página do Interlegis. O Senado propicia inúmeros serviços para ajudar este país enorme que a gente tem. E, na ponta, a gente sabe da escassez de recursos, então o Senado promove várias iniciativas em prol do país como um todo.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Nossos cumprimentos, Dr. Fernando Meneguin, Diretor Executivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB/Interlegis), um dos construtores aqui da cartilha.

A Senadora Zenaide Maia não está presente e não pôde entrar porque estava no interior do seu estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é com satisfação – porque é a cartilha da mulher – que nós passamos a palavra, neste momento, à Senadora Damares Alves, para, em nome das Senadoras, fazer aqui a sua fala final.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – Presidente, quero agradecer ao senhor pela iniciativa.

Nós estamos em uma Comissão permanente que parou tudo para mostrar para o Brasil uma cartilha para Vereadoras. Isso tem um peso muito grande para nós, Presidente, um peso muito grande.

E aí a gente também mostra a nossa honra e nosso carinho pelo Interlegis. Tem muita gente que não conhece o Interlegis ainda, Dr. Fernando. A gente precisa dizer para o legislador lá na ponta: vocês têm um instituto no Brasil poderosíssimo. Eu sou apaixonada pelo Interlegis. Quantas vezes eu recorri ao Interlegis, sentada aqui como assessora, e agora, como Senadora, eu uso muito, muito o Interlegis. Então, que o Brasil se apaixone mais pelo Interlegis, conheça mais o Interlegis, assim como o nosso Comitê Permanente de Igualdade, de equidade, aqui no Senado de Igualdade, a nossa Ouvidoria, o nosso Observatório, a nossa Procuradoria na Câmara.

E, aí, Senador Paulo Paim, a importância de um ato como esse, a gente fortalecer a mulher que quer vir para a política, mas a gente mostrar que nós estamos mudando.

E eu quero, em um minuto, fazer uma homenagem à nossa Senadora Janaína aqui. E o que aconteceu nesta Casa me mostra como nós estamos avançando. A Senadora Janaína tem só uma semana de mandato, chegou a esta Casa e foi extremamente atacada por um homem reincidente em atacar mulheres. Eu sou vítima desse mesmo homem, inclusive eu o processo desde 2021. E, em 2021, eu me senti muito só quando ele me agrediu, eu entrei com o processo, ainda está lá tramitando, ele tem muita influência no Judiciário local, no estado dele, mas eu acho que eu terei sucesso no final. Mas, esta semana, quando ele atacou a Senadora Janaína, eu vi atos de solidariedade dentro deste Senado. Ontem, eu vi... O Senador Wellington Fagundes não tinha ido ao Plenário ontem, mas, quando ele viu a Senadora Janaína, ele foi correndo – de partidos diferentes, nunca tinham se visto – para esperá-la descer da tribuna, para abraçá-la, para prestar a ela solidariedade. A forma como Senadores homens, esta semana, abraçaram a Senadora Janaína... Alguns anos atrás, Stella, eles nem ligariam para isso: ah, é só mais um ataque. Não, o recado foi dado. Nós não queremos mais violência política contra a mulher. Então, assim, eu queria neste momento também fazer mais uma homenagem à minha colega. Nós somos de partidos diferentes, mas ela não podia... nenhuma mulher que está no processo político tem que ser atacada da forma cruel e vil como ela foi atacada, na honra e na moral, esta semana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador Paim, o senhor, mais uma vez, faz um gesto de respeito a nós Parlamentares. Tem gente que não sabe: nós somos 15 Senadoras, num universo de 81, somos 15, de ideologias diferentes, de partidos diferentes, mas muito unidas. A Bancada Feminina do Senado é uma bancada extraordinária, eu tenho a honra de participar desse grupo. E esta Comissão hoje deu um passo importante no respeito, na valorização da mulher no processo político eleitoral.

Parabéns, Interlegis. Parabéns a todos que estão envolvidos com a cartilha. Eu acho que a gente encerra esta semana de atividade parlamentar na Comissão com chave de ouro. Parabéns a todos vocês envolvidos.

Muito obrigada, Presidente, por este momento tão especial para as mulheres, lá na ponta, que estão envolvidas com o processo político eleitoral em 2024. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha, parabéns!

Eu fiquei muito, muito animado com esta nossa audiência pública, inclusive pelo número de perguntas, colaborações e outros comentários sobre este momento, da importância da mulher na política cada vez mais. Estamos todos trabalhando nesse sentido, nós que temos compromisso.

Você sabe – não é, Damares? – que eu estou agora com o debate da política de cotas, um projeto meu, no serviço público, e eu tenho muita esperança de que a gente vote até em acordo, porque é um projeto que vai ser aprovado na CCJ e vai ainda para a Câmara dos Deputados. Então, podemos construir um acordo e, depois, se a Câmara entender que revisa, volta novamente para nós.

Eu faço, neste momento, este apelo, porque essa política de cota no serviço público vence em junho. Se em junho, se até junho, o Congresso e a Câmara não votarem, cai a política de cota, que deu muito, muito certo para que tivéssemos negros e negras no serviço público.

E este debate de hoje, que entrou também na política de cota, e a Senadora Damares defendeu com muita elegância, como sempre tem feito em relação à nossa Comissão e na forma como atua aqui na Casa, engrandece a possibilidade de que a gente possa votar efetivamente na semana que vem e que possa ter mais mulheres, de fato, na política, não é? Não só nas Câmaras de Vereadores, mas também nas Assembleias Legislativas, também aqui no Senado, como Deputadas Federais, mais Governadoras, mais Prefeitas. É no conjunto da política no Executivo e também no Legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quem sabe a gente, no futuro, num momento adequado e certo, porque quem vai decidir vai ser a população, a gente volte a ter uma mulher na Presidência da República, não é? E nós todos vamos trabalhar nesse sentido.

Por fim, quero só dizer que a iniciativa desta audiência pública foi uma iniciativa coletiva do nosso gabinete, com a Comissão e com o Interlegis, com a própria Comissão de Direitos Humanos, porque tivemos que aprovar um requerimento, e foi unanimidade que se aprovasse esse debate. Então, parabéns a todos que colaboraram com este momento.

Parabéns e, eu diria, vida longa, vida longa à Cartilha da Vereadora. Que ela ajude a multiplicar o número de Vereadoras no nosso país e que as Vereadoras de hoje ou do amanhã sejam as Deputadas Estaduais, Federais, Prefeitas, Governadoras, enfim, que avancem cada vez mais na política.

E eu tenho uma avaliação muito clara por esta Comissão aqui: se a Comissão não tem problema nenhum de pauta e avança no campo social, começa tudo aqui. A política de cota nas universidades aprovamos aqui, por unanimidade, e, depois, peleamos lá na CCJ e no Plenário e também aprovamos.

Parabéns, mulheres. Tenho orgulho de ser um militante da causa das mulheres. (*Palmas.*)

Encerrada a nossa audiência pública de hoje.

(*Iniciada às 9 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia quinze de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Janaína Farias, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 13/2024 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Piso Nacional do Magistério – uma questão de direitos humanos". Participantes: Alex Santos Saratt, 1º Vice-Presidente do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS – Sindicato dos Trabalhadores em Educação; Rosilene Corrêa, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Cristiane Maria Machado de Aguiar, Presidente da Associação dos Professores Municipais de Caseiros; Presidente da Associação Lagoense dos Professores Municipais e Coordenadora do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos; Paola Scariot Perondi, Presidente da Associação dos Professores de Ibiaçá e Coordenadora do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos; Reginete Souza Bispo, Câmara dos Deputados; Luciene Cavalcante da Silva, Câmara dos Deputados; Fernanda Melchionna e Silva, Câmara dos Deputados; DIONILSO MATEUS MARCON, Câmara dos Deputados; Morgana Frigo, Presidente do Sindicato do Funcionalismo Público Municipal de Nova Bassano e Coordenadora do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos; Vanessa Machado da Silva Gobbo, Representante do Sindicato dos Municipários de Getúlio Vargas e Sertão e Coordenadora do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos; Martha Hirsch Gonçalves, Professora Municipal de Pelotas e Coordenadora do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos; Valeir Ertle, Representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Michele Pires Tavares, Presidente do Sindicato dos Professores do Município de Guaíba - SPMG e Coordenadora do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos; Altamira Souza, Representante do Sindicato dos Municipários de Pelotas (SIMP); Edson Garcia, 2º Vice-Presidente do CPERS; e Deputada Estadual Sofia Cavedon, Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e dois minutos. Após

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/15

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 13, de 2024, de minha autoria e de outros Senadores e Senadoras, para debater o tema: "Piso nacional do magistério – uma questão de direitos humanos".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Faço uma breve introdução e, em seguida, passo a palavra para os nossos convidados.

Senhores e senhoras, esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal visa a discutir o piso nacional do magistério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério da Educação divulgou, em janeiro deste ano, o novo valor do piso nacional do magistério da educação básica para 2024 – um aumento de 3,6% –, totalizando R$4.580,57.

O estabelecimento do piso nacional do magistério sempre foi uma demanda histórica da categoria. Em março de 2007, o Governo Lula, segundo mandato, encaminhou ao Congresso Nacional, em forma de projeto de lei, uma proposta do piso salarial para os professores. O projeto – de nº 619, de 2007 – foi anexado ao Projeto nº 7.431, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que já estava tramitando aqui, no Senado Federal. Ambos resultaram na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, tornando-se a primeira categoria a ter um piso salarial nacional definido na Constituição.

A determinação do piso nacional não impede que os estados, municípios ou o DF estabeleçam pisos salariais superiores ao nacional.

Com essa rápida introdução, eu já encerro dizendo que esta audiência pública foi solicitada por associações de professores municipais de 80 municípios gaúchos que integram o movimento da valorização da carreira do magistério municipal. A luta da categoria decorre do fato de que muitos Prefeitos não cumprem o pagamento do piso nacional – não é só no Rio Grande do Sul.

A iniciativa das professoras, corretamente, esteve lá no meu gabinete e marcamos essa data.

É um fato lamentável que acontece em todo o país, o que leva à judicialização por parte dos professores para garantir aquilo que é um direito.

Vamos de imediato aqui fazer a primeira mesa.

Não vou citar todos no primeiro momento, porque são um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez... Tem 12 convidados.

Então, vamos lá, primeira mesa. Convido já, para que venham à mesa: Alex Santos Saratt, 1º Vice-Presidente do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Cpers), Sindicato dos Trabalhadores em Educação. Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Rosilene Corrêa, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que já esteve aqui também inúmeras vezes como nossa convidada. (*Palmas.*) Cristiane Maria Machado de Aguiar, Presidente da Associação dos Professores Municipais de Caseiros; Presidente da Associação Lagoense dos Professores Municipais e Coordenadora do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos. Seja bem-vinda também. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... cumprimentar, porque eu não cumprimentei.

Cumprimentada. (*Fora do microfone.*)

Ela eu já cumprimentei antes, mas, se eu não cumprimento agora na TV, vão perguntar: "Olhe, por que ele não cumprimentou?".

Aqui eu já cumprimentei.

A SRA. ROSILENE CORRÊA (*Fora do microfone.*) – Isso, é verdade.

Vai dar problema. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E, por fim, para esta mesa: Paola Scariot Perondi, Presidente da Associação dos Professores de Ibiaçá e Coordenadora do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos. (*Palmas.*)

Estão presentes também aqui conosco – eu já conversei com eles, naturalmente eles têm outros compromissos, mas ficarão aqui o tempo que eles assim entenderem que podem –: o Deputado Federal, do PT, Marcon, a quem eu ofereço os cumprimentos (*Palmas.*) e Reginete Bispo, Deputada Federal também, ambos do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

Já aviso que nós teremos ainda mais duas mesas – o.k.? – e teremos ainda videoconferência.

Entrarão por videoconferência, só para situar, porque não estão aqui: Deputada Federal Fernanda Melchionna e Silva; Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante da Silva; Deputada Estadual Sofia Cavedon, Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Nós vamos intercalando entre os presentes e aqueles que entrarão por videoconferência.

Então, de imediato, eu passo a palavra – como são muitos convidados, dez minutos para cada um – para o Alex. Passo de imediato a palavra para Alex Santos Saratt, 1º Vice-Presidente do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Cpers), Sindicato dos Trabalhadores em Educação.

O SR. ALEX SANTOS SARATT (Para expor.) – Muito bom dia, Senador Paulo Paim, quero saudá-lo. Junto ao senhor, também, as meninas da coordenação do Movimento pela Valorização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos Professores Municipais Gaúchos, no momento aqui, representado, nesta primeira mesa, pela Profa. Cristiane.

Quero também saudar a minha companheira, dirigente do Sinpro-DF e da CNTE, a Rosilene Corrêa, uma companheira de lutas na CNTE. Também compõe a direção da CNTE e a nossa direção do Cpers e do sindicato o companheiro Edson Garcia.

E quero saudar também aqueles que, além dos presentes aqui neste plenário, nos acompanham pela audiência *online*.

Nós temos hoje um momento muito especial. Eu conversava com a Rosilene, falando um pouco do que é essa trajetória do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos. Nós temos um movimento recente, nascido de uma necessidade e de uma urgência: o cumprimento da lei do piso salarial profissional nacional nos municípios gaúchos. Nós temos uma realidade de organização política bastante variada. Existem federações de municipários no Rio Grande do Sul e existe um movimento que, a princípio, se associa de uma maneira livre e espontânea, mas também consciente e organizada, e que pauta isso de uma maneira dirigida nos seus municípios. As pessoas vão compreendendo, ao longo das suas trajetórias, a importância da união, do trabalho conjunto e coletivo, para que isso se torne uma pauta de maior conhecimento e entendimento público.

A lei do piso... ou melhor, o piso está previsto na nossa Constituição Federal de 1988, mas ele vem de uma longa trajetória. A Profa. Juçara Dutra – que eu sei que o Senador conhece bem –, inclusive, tem uma obra bem importante de ser lida e conhecida, que fala justamente dos dois séculos de atraso até o momento em que o piso finalmente entra na Constituição; e entra na Constituição em 1988, mas só passa a ter uma lei específica e uma regulamentação em 2008. Então, mesmo nesse período de redemocratização do país, a dificuldade de fazer avançar uma política de valorização profissional e salarial foi muito grande.

Nesse aspecto, nós temos que deixar aqui muito bem registrado o papel fundamental que a CNTE desempenhou, tanto na discussão do financiamento, porque a lei do piso vem junto com a aprovação do Fundeb, o antigo Fundeb... Foi na negociação e na construção do Fundeb que nós conseguimos trazer também a discussão do piso salarial profissional nacional para o magistério, e esse conjunto de avanços expressava um conjunto de políticas que nós tínhamos muito consolidadas para o país, para a educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda estamos no 15º ano da aprovação do piso. Agora, em agosto, o piso completa 16 anos. Aos 16 anos já se pode votar, mas aos 16 anos de existência do piso, nós temos um sem-número de municípios no Rio Grande do Sul e no Brasil que ainda não têm a aplicação do piso garantida, apesar do Fundeb e do novo Fundeb garantirem os recursos necessários e a própria lei do piso trazer um mecanismo que garante a complementação do piso, caso o ente – tanto estadual quanto municipal – comprovadamente demonstre insuficiência, incapacidade de suprir os valores do piso.

A constitucionalidade do piso já foi questionada inúmeras vezes. Nós tivemos, em todos os julgamentos do STF, uma votação favorável ao piso. Então, os argumentos contrários, do ponto de vista jurídico, não se sustentam. E nós precisamos compreender a urgência de que essa política, de fato, faça parte da realidade da educação.

Só no Rio Grande do Sul, Senador, nós temos um déficit de professores crescente. Uma pesquisa do final do passado apontava mais de 10 mil professores faltando para suprir a rede pública de ensino estadual.

Então, nós estamos diante do risco de um colapso, e ficou muito evidente, na tragédia da pandemia, a importância da professora, do professor, do educador, e da presencialidade. Muitas vezes, tenta-se convencer a população de que o recurso *online*, a internet, seria capaz de suprir todas as necessidades dos alunos, e nós sabemos que não é possível. É preciso a professora, o professor, é preciso a escola, e a escola não se faz sem esses professores.

Lembro, por ocasião da aprovação da lei do piso, que um dos objetivos – inclusive o próprio Plano Nacional de Educação também expressa isso – era garantir a equiparação do salário dos professores ao de outros profissionais de formação equivalente. Nós ainda não conseguimos vencer esse desafio, essa perspectiva. Os professores ainda seguem recebendo, em média, muito menos que outras profissões de nível superior.

É preciso lembrar também que, dada a realidade brasileira, inclusive nos dias de hoje, o piso começa a partir do magistério, mas ele se relaciona e ele dialoga com a perspectiva de carreira, e aqui é importante fazer essa observação, porque a CNTE, desde o princípio, pautou piso e carreira como momentos complementares: não dava para pensar num e se esquecer de outro.

Certa feita, Senador, eu estava no interior de uma cidadezinha do Rio Grande do Sul, chamada Santo Antônio das Missões, explicando isso e falando de um determinado projeto que instituía o piso, mas pretendia acabar com a carreira do magistério. Então, que os dois tinham que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caminhar juntos. E um professor, lá no fundo, pegou e falou assim, num termo bem "gauchês": "Mas, bah, tchê, então quer dizer que escapa da égua, mas pecha no potrilho". E é verdade. Não dá para que a coisa fique isolada ou descontinuada.

E nós temos visto, Senador, infelizmente, que existe uma metodologia que se apresentou muito esperta, a de mudar as carreiras. Sentimos isso – nós, que somos da rede estadual. Não é, Prof. Edson? – na pele, com o projeto, com a reforma administrativa do então e atual Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Governador Eduardo Leite, que apresentou uma mudança substantiva no estatuto do servidor e no plano de carreira, em que as vantagens passaram a formar uma parcela, à qual, depois, gradativamente, ia sendo incorporado ao subsídio, de modo a garantir reajuste zero, por anos sucessivos, aos educadores. E isso ainda continua – o Prof. Edson vai poder falar mais a respeito disso – acontecendo com muitos professores, especialmente com os nossos aposentados.

Então, é importante aqui que a gente tenha essa perspectiva, porque a gente ouve relatos – não é, Vanessa? – no grupo de municípios, que estão agora fazendo adequações nas suas carreiras, para que o piso vire ao mesmo tempo o teto, para que as carreiras sigam achatadas, nas quais não existe o estímulo ao ingresso e à permanência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEX SANTOS SARATT – Para ir para os finalmentes, já que o tempo urge, nós teríamos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Vou dar uma tolerância, viu? Vai tranquilo aí.

O SR. ALEX SANTOS SARATT – Não, mas acho que é importante ouvir todos e todas.

Eu acho que a gente precisa acentuar aqui, nesta nossa discussão, primeiro, a importância realmente de o piso estar incorporado com a carreira, que não haja nenhum tipo de manobra para transformar o piso em teto e tampouco achatar carreiras. É bom lembrar também que ninguém está proibido de pagar mais que o piso. É como o salário mínimo: você tem um mínimo, em que ninguém pode pagar menos; agora, pagar mais pode e deve, e acho que esse também é um outro desafio.

Estamos num ano de eleições municipais, eu acho que esse é um tema bem importante para travar na base dos municípios, que é o caso aqui deste movimento e é onde a gente encontra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maior resistência, lembrando que o novo Fundeb ampliou as receitas e ampliou o percentual mínimo a ser aplicado para o pagamento de salários. Inclusive, é bom registrar aqui que a CNTE trabalha também para que funcionários de escola tenham seu piso e possam também participar dessa política de valorização profissional e salarial. Temos um calendário de lutas. Inclusive, quero registrar que, no dia 18, agora – Rosilene, acho que você vai poder falar com mais propriedade – , tem uma agenda nacional da CNTE, que é justamente voltada para os municípios.

Quero dizer, para finalizar mesmo, que nós estamos tendo hoje a oportunidade de pensar na união e reconstrução nacional, também na perspectiva de valorização do serviço público e do papel estratégico da educação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEX SANTOS SARATT – ... para o desenvolvimento nacional e para a formação da cidadania com democracia, direitos e deveres humanos.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Alex Santos Saratt, Vice-Presidente do Centro de Professores (Cpers).

Já chegou aqui, eu nem li. Já chegaram aqui uma dúzia de perguntas de inúmeros estados questionando o desrespeito com os professores. Segundo a informação que me chega, são inúmeras; eu não vou dar um número aqui, porque eu não tenho nenhum correto, mas, com certeza, são centenas e centenas de prefeituras no Brasil, para não dizer milhares, que não pagam o piso dos professores.

Então, esta audiência pública é uma audiência pública nacional. Eu já agradeço à Rádio Senado, à Agência Senado e à TV Senado, que estão transmitindo ao vivo para todo o Brasil. Provavelmente ficaremos até o fim desta reunião, e há uma expectativa muito grande de as pessoas saberem para onde vamos. A gente fala tanto que a educação liberta, que o caminho é a educação, que tudo é a educação... É que nem a história dos enfermeiros, eram nossos heróis e não tinham um piso decente. Felizmente avançamos. E a situação da educação é a mesma coisa. Temos que avançar, e tem que pagar. Não é só conversa, usar outros meios para não pagar, como o Alex colocou muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rosilene Corrêa, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que já colaborou com esta Comissão, não vou dizer centenas, mas vou dizer dezenas de vezes. Prazer te receber aqui mais uma vez.

A SRA. ROSILENE CORRÊA (Para expor.) – O prazer é nosso, Senador.

Quero agradecer aqui, em nome da nossa confederação, por esta oportunidade, mais uma vez, e quero deixar também os cumprimentos do nosso Presidente, Heleno Araújo, que está em agenda fora, por isso não está aqui conosco, e quero dizer da importância deste momento, deste debate.

Quero cumprimentar meus companheiros e companheiras de luta que compõem a mesa e quero parabenizar o Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos, porque é claro que vocês falam e neste momento estão sendo a voz de todos os trabalhadores de educação do nosso país. Então, parabéns pela iniciativa, pelo movimento e pela disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Merecem a fala dela, mas as palmas são para vocês. (*Palmas.*)

A SRA. ROSILENE CORRÊA – Claro, com certeza.

E quero cumprimentar todos e todas que estão nos acompanhando também, e todes.

E o que é curioso, Senador, é que nós estamos aqui falando... Eu disse uma vez aqui para a Presidente da nossa Assembleia aqui, da nossa Câmara Distrital, numa ocasião de uma greve, eu falei que eu quero ainda entender por que é que para a educação tudo é sempre tão difícil, por que tudo é tão doído, sabe? A gente precisa sofrer muito para conquistar, não é? É sempre depois de greve, de muita labuta, que a gente conquista algo. Então, tem que ser sempre muito arrancado. E aí é claro que nós tivemos momentos neste país em que nós começamos a respirar e acreditar, ter esperança, ver lá no fim do túnel, como foi com a aprovação do Plano Nacional de Educação, com os *royalties* do petróleo, em que a gente enxergava de onde poderiam vir recursos, e depois tudo aconteceu de forma tão diferente e passamos a duras penas estes últimos anos.

Falo isso para dizer que em 1800... Não adianta ficar insistindo sem óculos mais, 60 anos já... Em 1827 teve a primeira Lei Geral da educação, que foi para estabelecer o piso nacional, mas, não diferente de agora – por isso que eu me lembrei dessa história de por que para a educação sempre é muito difícil –, as províncias também não cumpriram. E aí isso acabou se perdendo, e nós tivemos só depois de todos esses anos, em 2006, uma nova lei do piso. E hoje estamos aqui – não diferente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é? – porque também ainda temos a insistência de muitos governantes em negarem um direito que está previsto em lei e negarem a importância da educação, porque, quando não se valorizam os seus profissionais, está se dizendo que educação não é importante. É uma questão de prioridade, do que a gente quer para este país, que sociedade nós queremos, porque quando a gente não traz a educação para as prioridades na nossa gestão, nós já estamos determinando, desenhando que modelo nós queremos. E isso está muito evidente.

Não é por acaso, gente, que o Nikolas é o Deputado Presidente da Comissão de Educação. Não é por acaso. É porque ali tem uma decisão de que educação nós queremos para este país, que sociedade nós queremos para este país.

E é uma sociedade que acusa, que quer toda hora processar professor – acusando-o de doutrinador –, que não pode exercer o seu papel dentro da sala de aula.

Então, é esse o quadro que está aí, essa é a ameaça, que vai para muito além de uma tabela salarial, o que é fundamental para nós. Somos profissionais e temos o direito de sermos bem remunerados.

Aí a gente vem para a discussão do piso, Senador. E nos preocupa bastante quando vemos que nós temos aí pelo menos uns dez projetos de lei tramitando para alterar a lei do piso, não só os critérios para o reajuste, mas para alterar essa lei. E nós não podemos permitir isso.

Primeiro, tem um problema sério aí: é muita gente querendo fazer propaganda em torno disso e agradar aos seus estados, aos seus Governadores, mas, na verdade, primeiro, quem tem que dar conta de qualquer alteração e propô-la é o Executivo – o senhor pode me corrigir se eu estiver errada.

E a CNTE compõe o Fórum Permanente de Acompanhamento do Piso, e nós iniciamos um trabalho, no ano passado, que está suspenso. Precisamos retomá-lo. Temos que cobrar do MEC que a gente retome essa discussão, porque é ali que nós precisamos debater – com o Consed, com a Undime, com a CNTE, que representa os trabalhadores, e com o Executivo –, para elaborarmos essa proposta, mas uma proposta que venha para melhorar o que está aí, para que tenhamos condições de, de fato, não dar oportunidade para que Governadores e Prefeitos apresentem justificativas incabíveis para não cumprir a lei, porque nós não estamos falando só do reajuste. E, quando eu digo "só", não é porque é pouca coisa, mas é porque a lei prevê mais: nós precisamos falar de carreira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que está acontecendo é que estão transformando o piso em teto, estão achatando as carreiras, e aí nós não temos uma carreira que, inclusive, inspire para a profissão. Nós estamos vivendo um apagão docente no Brasil, porque a nossa juventude não tem mesmo interesse em ser professor, porque o que essa profissão está despertando em mim? Que perspectivas eu tenho para a minha vida? Então, eu jovem não quero mesmo escolher essa profissão, porque eu estou vendo, eu estou assistindo a algo que não me anima em nada.

Então, nós precisamos que essa lei realmente passe por uma revisão, mas em uma perspectiva de melhorar. Nós precisamos amarrar melhor as questões ali na lei, para que não se permita o que vem acontecendo. Então, hoje, o que a gente tem são arranjos. E aí, quando falamos da lei do piso, nós estamos falando de piso como vencimento, e não como remuneração. E o que se tem feito é transformar em remuneração, porque pegam todos os nossos penduricalhos – muito bem-vindos, conquistados com muita luta – e trazem para dar um caráter remuneratório, para se considerar o cumprimento da lei do piso. Eles não são para isso. E aí, com isso, inclusive nos distanciando de uma perspectiva de carreira, de caminhar nessa carreira.

E também, Senador, uma coisa que a gente está acompanhando muito e debatendo bastante é que o piso é para nível médio, e aí hoje já tem discussão e tem projeto que quer apresentar para o nível superior, mas sem dar essa diferença, porque, tudo bem, ninguém aqui está impedido de pagar o que o município, o estado entender e negociar, enfim... O que nós estamos falando é de mínimo.

E o que está acontecendo é: "Se eu estou pagando o mínimo, eu estou cumprindo a lei muito bem, obrigada, não tem carreira, não vamos para além disso". Não é isso que está acontecendo? Então, esse é o grande nó que nós temos hoje.

Nós queremos discutir, sim, queremos discutir carreira, queremos valorização, podemos ter um piso, sim, para nível superior, mas é uma outra discussão. O que nós temos é o nível médio e essa lei que nós temos nós precisamos entender. Acho que o grande desafio que nós vivemos hoje é não permitirmos... E que bom que estamos aqui, que tem movimentos acontecendo e a CNTE é muito atenta a isso. Aliás, a lei do piso é pauta nossa, é a nossa rotina, não sai da nossa agenda, até porque nós precisamos incluir na lei do piso também os profissionais da educação, não só o magistério. Precisamos ir para além. Essa é uma dívida que temos com esses profissionais, e não podemos permitir retrocesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre esses projetos de lei que estão tramitando – posso até aqui estar enganada –, eu não tenho conhecimento de que nenhum deles venha nos trazer mais segurança e avanços; pelo contrário, são muito mais voltados para o interesse dos governantes e não o dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação. Então, nós precisamos nos manter muito atentos mesmo a esse processo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSILENE CORRÊA – ... acompanhar toda essa tramitação aqui e, como eu disse, chamar a responsabilidade do Executivo, no caso, o MEC, para que retome a discussão conosco para a elaboração daquilo que nós entendermos como avanço.

Só para concluir, Senador, há algo que nós precisamos trazer para esse debate, porque, quando a gente fala da lei do piso – e insisto em dizer que a tabela salarial é fundamental para as nossas vidas, para a nossa carreira, para a nossa existência profissional –, nós não podemos descolar esse debate da carreira. Precisamos fazer com que todo município, todo estado garanta nossos planos de carreira e carreiras e que eu, de fato, me sinta uma profissional valorizada com o reconhecimento da minha formação continuada, sendo valorizada, garantindo o meu tempo extraclasse, que também está lá previsto na lei e que é importantíssimo para a nossa formação e para a qualidade do nosso trabalho.

E nós não podemos também nos esquecer do que hoje se faz urgente – e a gente está lá insistindo para que faça parte da lei, do que a gente quer acrescentar na lei – que é a limitação de contratação temporária e a obrigatoriedade de concurso público periodicamente – isso determinado em lei –, porque nós estamos vivendo esse apagão e temos um grande problema que é a ausência de concurso. Isso significa que nós estamos com uma carreira em extinção, porque, se não tem novos profissionais concursados, como é que fica a nossa previdência? Quem serão os futuros aposentados e quem vai financiar essas aposentadorias também?

Hoje você deve ter conhecimento, claro, porque é notícia toda hora, de que nós estamos no quadro geral do país com mais de 50% de contratação temporária. Isso é muito grave!

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSILENE CORRÊA – Isso é a PEC 32 sendo implementada, na verdade. Não precisou aprovar a reforma administrativa para a educação pública, porque ela já está acontecendo em praticamente todos os estados, inclusive aqui na capital do país: nós temos mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 60% dos professores aqui em regime de contratação temporária – capital do país! Não estamos falando do interior do Brasil, é da capital!

Para me despedir, pois acho que a gente nem volta, só para fazer também aqui alguns convites, Senador, se o senhor me permite. Nós temos, como foi lembrado, no dia 18 de abril, esta semana, portanto, na quinta-feira, o Dia Nacional de Luta pela Educação. E o que a gente coloca nisso, gente? É de acordo com a pauta de cada município para se organizar e fazer o devido debate do que é a pauta central ali para aquela comunidade. E há a nossa 25ª Semana Pedagógica...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSILENE CORRÊA – ... que é de 22 a 26 de abril também. É o momento em que nós estamos também orientando todas as nossas entidades para que organizem debates também nos seus municípios, seus estados, trazendo as pautas, especialmente a do piso nacional de educação, que é a nossa grande tarefa do momento. É organizar, mobilizar e mostrar a importância de aprovarmos um novo Plano Nacional de Educação, que é o que vai aí nos pautar pelos próximos dez anos. Então, fica aí... O meu companheiro da CUT, que está aqui, vai reforçar o convite para a Marcha Nacional da Classe Trabalhadora no dia 22 de maio. Já fica também todo mundo convidado aí para esse dia estar aqui em Brasília.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos, Profa. Rosilene Corrêa, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que, além de deixar muito claro que piso não é carreira... Pois querem transformar o piso como se fosse carreira, por tudo que têm dito aqui. E há a importância desse debate, de fato, de abrangência nacional.

Olhem, me pediu aqui a Deputada Estadual Sofia Cavedon, Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, se ela poderia falar agora, já que ela tem que sair em seguida. Em respeito aos dois Parlamentares federais que já estão aqui, eu pergunto se não há problema para vocês...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Três, três.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sem problema? Ela pode falar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, está bem.

Passo a palavra agora à Deputada Federal Fernanda Melchionna e Silva, que fala por dez minutos, como os outros convidados. É com você, Deputada... Ah, Deputada, não. Neste momento, antes dela, me pediu aqui – vai brigar comigo a Cavedon – a Deputada Estadual Sofia Cavedon, Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Sofia, é com você, Deputada.

A SRA. SOFIA CAVEDON (*Por videoconferência.*) – Bom dia, Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia.

A SRA. SOFIA CAVEDON (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, meu Senador. Bom dia, mulheres e homens.

Eu e a Fernanda Melchionna vamos para a mesma agenda às 11h, que é uma agenda muito importante, pois estão despejando aqui a Cirandar, mas eu vou ser breve, vou usar menos tempo, vou usar cinco minutos, então, porque eu sei que ali Deputados muito importantes, como Reginete e Marcon, estão apoiando essa linda luta.

Cristiane e Paola, vou cumprimentar aqui as nossas Professoras corajosas que estão mobilizando as professoras municipais no Estado do Rio Grande do Sul, ajudando a organizá-las no coletivo.

Quero parabenizar o Cpers Sindicato por estar aí na luta, Alex e Edson, há muito tempo, nessa causa também, mesmo as municipais não sendo sua base, porque um dialoga com o outro.

Quero parabenizar a CNTE, que nos representa tão bem. Agora, nesse debate do ensino médio, se não tivéssemos a CNTE... Então, Rosilene e os demais, mas a fala da Rosilene me contemplou muito, como a do Alex...

O que eu vou acrescentar a essas falas? Senador Paim, querido, e Deputados Federais, vocês lembram que os municípios tiveram, através do Congresso Nacional, uma anistia por não usarem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não investirem 25% nos dois anos da pandemia, o ano de 2021 e o ano de 2022. Quero afirmar para vocês que – aqui, pelo menos – Porto Alegre não retomou os patamares de 25%. Esse elemento é muito sério. E eu não tenho levantamento dos municípios, porque essa luta do piso está ligada à cobrança do investimento em educação.

Eu quis falar isso porque eu acho que o Congresso Nacional pode pensar uma estratégia de mais condicionamentos. Por exemplo, o tema da gestão democrática, hoje, ter algum tipo de participação é condicionante para receber complementações do Fundeb do Governo Federal. Isso nos ajuda. O Governo é obrigado a fazer algum tipo de escuta, senão nós estamos tendo um retrocesso enorme em termos de gestão democrática.

No tema do piso, é muito importante que vocês estejam tratando de forma mista, inclusive, Câmara e Senado. Isso aí nos dá um alento muito grande e, imaginem, às meninas, emocionadas – tem um grupo aí representando pessoalmente e eu iria pessoalmente se não tivesse audiência pública sobre pedágios hoje à noite, coordenada por mim, aqui em São Sebastião do Caí.

Então, queria dizer que temos que pensar em estratégias, porque os municípios, além de não cumprirem o piso, não cumprem os 25%, continuam descumprindo solenemente a determinação do novo Fundeb que é: não se podem pagar aposentadorias com recursos do Fundeb e também não se podem pagar com os recursos da manutenção e desenvolvimento da educação. O MDE é para a educação que está sendo desenvolvida no momento. Tanto o Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, quanto muitos municípios usam esse recurso para pagar aposentados e aposentadas ainda. Têm que encontrar outra fonte de recursos. Nós queremos aposentados muito bem pagos, respeitados. Inclusive, essa é uma mudança que nós esperamos nacionalmente. A possibilidade de aumentar descontos, depois de aposentados, da previdência foi uma brecha que Temer abriu, que os golpistas abriram na Constituição brasileira, terminando com o nosso ato perfeito de aposentadoria e, assim, empobrecendo todos os idosos da educação brasileira, e aqui no Rio Grande do Sul é dramático. Então, ao falar disso, queria levantar isso.

E queria levantar que essa luta do piso, então, tem que estar combinada com a carreira, como foi dito aqui, e lembrar que, aqui no Rio Grande do Sul, também começaram já a fazer concurso para começar a carreira no nível superior, Rosilene. Então, não só não cumprem o piso – Porto Alegre paga 25% abaixo o piso. Porto Alegre, gurias – vocês gurias que são lá do interior, de cidades pequenininhas –, é um péssimo exemplo. E o Tribunal de Contas e o Ministério Público estão lenientes, estão sem agir. Nós temos que cobrar e ir para cima desses órgãos de controle,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque eles deveriam pautar os governos, multar os governos, porque isso é lei, isso vai virar uma dívida enorme e nós queremos agora que os salários das professoras sejam pagos no piso e na carreira. Ora, além de não pagarem o piso, começaram também a não contratar professores formados em curso normal.

Nós somos o único estado – e eu me orgulho desta façanha – que mantém o curso normal. Mas a LDB é clara, art. 62 da LDB, ao prever a formação docente para atuar em educação – ele prevê a formação mínima para atuar na educação infantil nos primeiros anos do ensino fundamental oferecida e do ensino médio na modalidade normal. E nós estamos, inclusive, com o movimento com as escolas de curso normal para que a gente garanta essa entrada na carreira, essa entrada no mundo do trabalho, que a nossa juventude possa ter essa formação em nível técnico. Ora, se no Brasil já abriram mão, e a Conae (Conferência Nacional da Educação) também estabeleceu que é ensino superior, enfim... Mas nós não podemos perder esse patamar do piso, esse é o primeiro patamar. Como é que a CNTE – eu até gostaria de ouvir – está dando essa solução, uma vez que no Brasil não tem curso técnico em formação para professores? Agora, no Rio Grande do Sul, nós temos e é uma excelente qualificação, faz uma falta enorme para quem vai atuar em escola, educação infantil e anos iniciais, porque não tem a técnica, a pedagogia didática. Da didática não dá conta o ensino superior.

E queria, então, por fim, dizer para as gurias que nós continuamos na luta com elas, que o movimento de valorização das professoras municipais gaúchas tem que crescer, tem que unificar as categorias, e nós na Comissão de Educação estamos abertos para fazer uma grande audiência pública aqui na Assembleia Legislativa.

Parabéns! Estão pautando o Brasil, estão fazendo história, e essa história se une ao conjunto dos trabalhadores da educação do Brasil, que está estabelecendo agora um novo plano nacional da educação. Então, desse debate nós queremos ser protagonistas.

E, para as gurias trabalhadoras – a maioria, mulheres, mas tem homens também – da educação municipal, vai ser muito importante a organização de vocês para que o novo plano nacional desses dez anos garanta os recursos. Interceptaram o plano anterior, e por isso é que os municípios alegam não ter dinheiro. Nós estamos em 5% do PIB, nós tínhamos que estar em 10% do PIB aplicados na educação. Imaginem um Brasil que tem trilhões e trilhões e bota míseros 5% na educação. E querem que a educação brasileira seja de qualidade... Nós queremos – queremos! – 10% do PIB para a educação. Isso é que vai garantir salários dignos, carreira, atratividade, porque é certo, é verdade que foi dito que nós temos apagão, e o apagão é porque é muito desafiador e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se paga muito mal a educação brasileira. Que bom que o Presidente Lula está expandindo os institutos federais, mas as redes estaduais e as redes municipais estão muito mal e precisam desses recursos e dessa luta.

Parabéns! Excelente audiência, e contem conosco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Deputada Estadual Sofia Cavedon, Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

Pediu também que eu registrasse a presença a Deputada Federal Daiana Santos, do PCdoB, do Rio Grande do Sul, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados, companheira – escrito aqui – de luta do Cpers, que está acompanhando pelo YouTube e manifesta cumprimento a todos da mesa, àqueles que tiveram a iniciativa e aos presentes no plenário.

Agora, a Deputada Federal Fernanda Melchionna e Silva me disse que tem que também entrar nessa agenda que já a Melchionna havia falado.

A Deputada Federal Luciene, do PSOL, eu não tinha dado o teu nome para falar agora, porque você está na segunda mesa – naturalmente, na segunda mesa. É mais chique, viu? Vai falar depois, mas é mais chique. O Marcon se saiu bem aí.

Deputada Federal Fernanda Melchionna, por favor. (*Pausa.*)

É porque ela estava com um problema de horário também.

Eu pergunto se algum dos Deputados quer fazer uso da palavra agora. (*Pausa.*)

Se não querem, eu vou seguindo a minha lista. Não é problema; vocês que escolhem.

Vamos em frente, então.

Cristiane Maria Machado de Aguiar, Presidente da Associação dos Professores Municipais de Caseiros. Caseiros é um sonho. Olha que me impressionaram com as emendas, mas foram umas duas, três para lá, já, viu? Por isso que eu lembrei o nome, Caseiros. Não é um nome comum, entrou para a cidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Associação dos Professores Municipais de Caseiros, Presidente da Associação Lagoense dos Professores Municipais e Coordenadora do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos. Dez minutos.

A SRA. CRISTIANE MARIA MACHADO DE AGUIAR (Para expor.) – Bom dia a todos.

Primeiramente, gostaria de cumprimentar o Exmo. Sr. Senador Paim, os Deputados aqui presentes, Reginete, Luciene, Marcon, as demais entidades sentadas à mesa, Alex, Rosilene, aos demais presentes e àqueles nossos colegas que estão nos acompanhando de maneira virtual.

Bem, sou a Profa. Cristiane Machado de Aguiar, atualmente Presidente das duas associações dos dois municípios, professora. Em razão disso, eu passei a atuar mais fortemente em relação ao piso do magistério e a buscar essa luta e essa atuação.

Hoje, eu vou falar em nome do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos. Hoje, faz nove meses que o nosso movimento foi criado – hoje, dia 15 de abril. Então, quando nós começamos, era um grupo pequeno, que não tinha dez professores que faziam parte da região da Amunor (Associação dos Municípios do Nordeste). E nós fomos crescendo, conversando, contatando colegas de diferentes regiões, de diferentes municípios, e hoje nós já contamos com professores municipais de 102 municípios. (*Palmas.*)

Eu vou ler aqui os nomes das regiões, porque todos nós não pudemos vir, porque o valor da passagem aérea era mais caro do que o valor do nosso salário, mas eu vou citar aqui as regiões, em nome dos nossos colegas que não puderam vir: a Assudoeste, Amasbi, Amuplam, Ampla, Amesne, Amaja, Amucser, Amau, Azonasul, Granpal, AAM, Amzop, Ampara, Acostadoce e Amunor.

A nossa união, a união dos professores municipais de diferentes municípios é histórica, Senador. É a primeira vez que nós, professores municipais, saímos das nossas alazinhas e nos unimos, em nível estadual, contra perda de direitos. Esse é o mais triste, porque nós estamos nos unindo para não perder direitos.

Através da conversa, do diálogo, da troca de experiências, das realidades vividas e encontradas, o movimento conseguiu trazer à tona debates essenciais para os educadores e para a educação pública de qualidade.

Então, agora eu vou citar quais são os debates que nós almejamos aqui no nosso movimento: a necessidade do pagamento do piso nacional do magistério, estipulado na Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

11.738, criada no segundo mandato do Presidente Lula, em 2008, 16 anos atrás. E é muito triste a realidade encontrada por nós, educadores.

Senador Paim, Deputados, entidades, colegas, nós estamos nos movimentando, lutando, ingressando na Justiça para ter o mínimo, o mínimo instituído na lei. Porque nós, Deputados e Senador, não recebemos o mínimo. Há 16 anos essa lei foi criada e há 16 anos muitos de nós, professores municipais, nunca recebemos o mínimo. É inaceitável que qualquer trabalhador receba menos que o salário mínimo. E por que o professor, que forma todas as outras profissões, tem que aceitar uma situação dessas?

Há necessidade política e urgente de reconhecimento e valorização salarial da profissão professor e de todos os trabalhadores em educação, com o objetivo de uma educação pública de qualidade, que está deixando de existir. Há preocupação com a aplicação adequada, correta e legal do Fundeb. Precisamos que o Governo busque meios sérios e efetivos de fiscalização em relação aos municípios.

Foram feitas muitas denúncias ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, e nós ainda aguardamos as respostas. Não tivemos resposta.

Eu sugiro a criação de um observatório de denúncias e fiscalizações no Estado do Rio Grande do Sul e a discussão sobre os planos de carreiras dos municípios e a necessidade de mantê-los atraentes para os professores que ingressarão – futuro – e que também ajudem a manter os professores que já estão na profissão, com condições dignas de trabalho e de valorização profissional.

Há necessidade de um plano diretor nos municípios que realmente valorize a educação pública de qualidade, os educadores e os trabalhadores em educação, e que as metas dos planos de educação dos municípios saiam do papel. No papel é tudo lindo e maravilhoso, mas, na prática, nós vivemos o oposto.

Há o entendimento de que é preciso união e a mobilização da categoria, para conseguir conquistas.

Com a proximidade das eleições municipais, vemos a urgente necessidade de organizar a categoria para pressionar os Prefeitos, os Vereadores, os futuros candidatos a aderirem a um plano diretor no município que realmente valorize a educação pública de qualidade, os educadores e os trabalhadores em educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos, nesse curto período de tempo, veio aprendendo, através das experiências compartilhadas, que a educação envolve professores e também os trabalhadores em educação; quem está na ativa e também os que são pensionistas, que contribuem uma vida inteira de trabalho para o fundo de previdência, se aposentam e continuam contribuindo até o final da vida – porque o passivo das prefeituras está enorme e quem está pagando a conta é o servidor.

Todos têm os seus direitos ameaçados e atacados, com baixos salários, com carreiras achatadas; professores com 20 anos de casa ganhando a mesma coisa do professor que está entrando hoje, porque estamos perdendo a carreira. Esses profissionais estão perdendo direitos, sofrendo com ameaças e ataques nas carreiras. Muitos de nós recebemos as propostas indecentes vindas por parte dos Prefeitos: "Pagamos o piso, mas retiramos o exponencial e o atemporal da carreira de vocês".

Nesses nove meses, o movimento realizou: audiências públicas dentro dos municípios; assembleias; menções; abaixo-assinados; encontros entre os organizadores e os Parlamentares, com o Senador que hoje viabiliza esta audiência, sobre o debate do piso nacional do magistério.

Neste momento, eu quero chamar a atenção do Senador, dos Deputados, dos nossos colegas e dos demais presentes sobre a importância da profissão, do professor, dentro dos municípios, dentro dos estados e do país.

Nós escolhemos ser professores, todos os dias, desde quando levantamos pela manhã, quando nos vestimos não só com a melhor roupa que temos, mas também com a nossa melhor energia.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CRISTIANE MARIA MACHADO DE AGUIAR – Chegamos todos os dias à escola e entregamos aquilo que nós temos de melhor para os nossos alunos, e isso é amor; amor que temos pelas nossas escolhas, pelo juramento que fizemos no ato da nossa formatura.

Mas eu quero falar de algo que muitas vezes nós esquecemos: ser professor é uma profissão que exige estudo, que exige *expertise*, que exige conhecimento técnico, que exige responsabilidade, que exige muito compromisso e comprometimento, não apenas pelo juramento que fazemos quando erguemos a nossa mão e juramos e honramos as nossas escolhas – vai muito além disso. Exige compromisso com cada criança, com cada adolescente que entra na nossa sala de aula, todos os dias, e nos vê como inspiração; muitas vezes, como a melhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

referência ou como a referência mais saudável que essa criança tem, e essa responsabilidade realmente não tem preço, mas tem muito valor, porque nós trabalhamos com seres humanos, não máquinas.

A lei e o conhecimento andam juntos, e cada gestor público que assume o papel de pautar a verdade tem o compromisso ético e moral de valorizar a profissão dos professores por pagar corretamente a remuneração dos mesmos, pois educação de qualidade precisa existir na prática, e essa não é a realidade que encontramos nos municípios em que trabalhamos. Mas cada professor municipal que faz parte do movimento tem a oportunidade de expandir esse conhecimento e mostrar para a sociedade que a união de cada professor é necessária, para que o nosso estado seja um exemplo de união e luta...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CRISTIANE MARIA MACHADO DE AGUIAR – ... e de consciências de classe da categoria do magistério.

A luta é justa, necessária e urgente, pois temos bons exemplos, e o posicionamento do movimento é muito claro, pois busca-se saber quem luta a favor da valorização dos professores municipais e por uma educação pública de qualidade dentro dos municípios, dos estados, ou quem negligencia e omite dados e valores, pois verbas públicas são dinheiro do povo.

Muito obrigada a todos pela atenção e que todos tenham um bom-dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Cristiane.

Muito bem, Cristiane Maria Machado de Aguiar, Presidente da Associação dos Professores Municipais de Caseiros, e o Prefeito.

O Prefeito lá está sabendo que eu estou me lembrando dele. Esteve umas três vezes no gabinete.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É. Ele esteve umas três vezes lá, e eu o atendi sempre. E ele sabe o que eu estou falando. Todas as vezes em que ele esteve lá, ele foi atendido. (*Pausa.*)

Vou passar. Só para terminar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela é Presidente da Associação Lagoense de Professores Municipais e Coordenadores do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos.

Parabéns pela fala, muito precisa e até emocionante. Nossos cumprimentos.

A Rosilene pediu só um comentário rápido que ela quer fazer...

A SRA. ROSILENE CORRÊA – É rápido...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... e nós vamos passar para a última dessa mesa...

A SRA. ROSILENE CORRÊA (Para expor.) – ... e eu agradeço aqui, Senador, mas é isso, assim... Eu acho que uma coisa de que a gente não pode se esquecer... Lembram que nós fizemos um movimento, e os Parlamentares que estão aqui... Inclusive, fomos muito criticados, a Bancada do PT e outros, porque fomos contrários, lá no início daquela mudança na regra do ICMS, na pandemia? Com certeza, esses Prefeitos e Governadores que alegam não ter recursos, que a arrecadação caiu, foram favoráveis à mudança. Então, agora as consequências vieram, porque retiraram de onde era a fonte. Então, são as responsabilidades que têm que assumir.

E, para fechar mesmo, rapidinho, é só colocar que não tem um outro caminho, senão a capacidade de unificar lutas, de organizar trabalhadores e trabalhadoras em torno das nossas entidades, de como a gente se organiza. E nós, CNTE, acompanhamos muito de perto todas as greves do magistério do Rio Grande do Sul, dos trabalhadores de educação do Rio Grande do Sul, greves – né, Edson? – duríssimas, porque não é fácil lidar com aquele Governo que está lá há tanto tempo, esse projeto de governo que está lá há tanto tempo.

Então, quero parabenizar a todos os trabalhadores e trabalhadoras do Rio Grande do Sul e também fazer um destaque ao Sepes pela capacidade de mobilização e de luta e enfrentamento que faz constantemente. Então, só fazer esse destaque aqui também.

Cleiton, que é nosso Diretor da CNTE, que acompanha a luta dos municipais de perto, ele está aqui também, acompanhando a nossa audiência...

E é isso.

Gente, não tem outro caminho, senão muita luta para enfrentarmos todos esses desafios que aí estão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada e parabéns a todos nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Rosilene. Meus cumprimentos pelo complemento.

De imediato, eu passo a palavra para Paola Scariot Perondi, Presidente da Associação dos Professores de Ibiaçá e Coordenadora do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos.

Em seguida, eu passo para os Deputados – o.k.? – e concluo esta mesa.

Por favor.

A SRA. PAOLA SCARIOT PERONDI (Para expor.) – Bom dia, então.

Gostaria de cumprimentar o Senador, os Deputados, aqueles que fizeram um esforço imenso para participar do nosso debate aqui também de forma virtual e presencial.

Obrigada às entidades, ao Cpers, aos outros sindicatos que estão nos acompanhando e especialmente aos nossos colegas que ficaram lá no Rio Grande, com muita esperança com essa nossa vinda para Brasília.

Nós temos 700 professores acompanhando a nossa vinda hoje e, além desses 700, muitos outros com quem a gente tem o trabalho da corrente, com quem a gente vem fazendo mobilização devido ao que está acontecendo dentro dos nossos municípios na prática.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Nossos cumprimentos aos 700 professores que estão lá na torcida. (*Palmas.*)

A SRA. PAOLA SCARIOT PERONDI – Quando conversamos com os Deputados para preparar este momento, eu disse para o Deputado Marcon: "Eu não quero voltar para lá sem dizer alguma coisa para os nossos colegas que a gente tenha conseguido de sucesso hoje, aqui, com essa fala", porque vamos ouvir muito agora, em época de eleição, que a educação é prioridade – vamos ouvir muito esse discurso –, só que a gente precisa de que a educação seja prioridade no dia a dia, na prática.

O que está acontecendo lá, dentro dos nossos municípios, e foi esse o motivo pelo qual a gente foi se unindo, foi realmente o que já foi colocado aqui pela CNTE, pelo Cpers e pelas colegas também: essa questão do entendimento do piso. O piso, lá na lei, no art. 2º, é para formação em nível médio, e, na prática, eles estão usando para o nível de graduação. Então, nós temos um plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de carreira que tem uma tabela: nível 1, nível médio; nível 2, graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado. Ele está sendo empobrecido pelo fato de os municípios estarem tomando o nível 2 como base, e não o 1. Estão querendo implementar essa realidade nos nossos planos de carreira, e o nosso plano de carreira é a única garantia de valorização que a gente tem. A gente não motiva os professores com os planos de carreira que temos. E o pior de tudo é que eles não estão sendo cumpridos. Os professores estão tendo que buscar a Justiça. Os professores estão desmotivados, os professores estão sendo esmagados, os professores estão adoecendo. Nós não vamos mais ter professores. Ninguém – como alguém já falou aqui na mesa – mais quer ser professor. Essa profissão não é mais uma profissão atraente. E a gente trabalha, sim, por amor – não é, Cristiane? –, mas ninguém vive de amor. O professor precisa ter dinheiro para se qualificar – o professor da escola pública. E vejam bem: a gente está aqui defendendo hoje uma educação pública de qualidade, para que todos tenham acesso a uma educação de qualidade. A única coisa que vai fazer a diferença na nossa sociedade é que a escola pública seja de fato uma escola de qualidade. O professor não tem dinheiro para se qualificar, ele não tem dinheiro e não tem motivação. Se eu, Paola, hoje, for fazer um mestrado, eu não tenho dinheiro para pagar com o meu salário de professora.

E, se eu pagar o mestrado, eu não coloco comida na mesa. Então, eu chamo a atenção porque muita coisa já foi falada aqui pela mesa do que acontece na nossa prática. A gente precisa ter valorização, sim, e incentivo para a gente se qualificar. Nós gostaríamos muito que os professores da escola pública pudessem permanecer, que eles não adoecessem e que eles pudessem se qualificar. E a gente vem acompanhando uma insegurança jurídica que vem sendo produzida dentro dos nossos municípios, porque a lei do piso nunca deixou de existir. Foi reformulada a lei do Fundeb, mas ela não revoga a lei do piso. Então, essas associações estão na justiça com liminares, e estão produzindo essa questão dessa insegurança jurídica, sobre a qual a gente ouviu muito, dentro dos nossos municípios.

A gente está brigando hoje aqui, buscando o mínimo. Como a Cristiane falou, é inaceitável que o trabalhador receba menos que o mínimo. Nós estamos aqui hoje pedindo socorro para o Senador, para os Deputados. Nós estamos pedindo socorro. O piso é lei, lei não se discute, lei se cumpre, e nós estamos aqui na busca de que essa lei seja cumprida lá dentro dos nossos municípios.

Essa é a nossa mensagem e esse é o grito dos professores que estão em casa agora, sendo ouvidos aqui pela nossa voz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu agradeço o espaço. Acho que a nossa mobilização é histórica, como a Cristiane falou. Fizemos um trabalho de formiguinha, mas mobilizamos muita gente. E não pretendemos parar por aqui, não é, Cris? Vamos adiante, vamos nos unir, vamos nos juntar com os sindicatos e vamos à luta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Paola Scariot Perondi, Presidente da Associação dos Professores de Ibiaçá e Coordenadora do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos. Parabéns pela sua fala, bem prática. Como você disse, ou eu aperfeiçoo o meu conhecimento e faço um doutorado ou boto comida na mesa. Claro que vai ter que botar comida na mesa e não vai poder se aperfeiçoar. Por isso, a importância do movimento de vocês, sem sombra de dúvida.

Eu convidaria vocês a que voltassem ao plenário.

Eu faria um gesto que os Deputados sempre fazem comigo – quando eu vou para lá sempre me botam à mesa – e eu convidaria os três Deputados, o Deputado e as duas Deputadas, para falarem aqui da mesa, e em seguida continua o debate, o.k.?

Uma salva de palmas aqui a todos. (*Palmas.*)

Convido, então, a Deputada Federal Profa. Luciene Cavalcante da Silva, do PSOL.

Nossas palmas para a Luciene. (*Palmas.*)

Convido também o Deputado Marcon, Deputado Federal do PT, do Rio Grande do Sul, e a Deputada Reginete Bispo, Deputada Federal do PT do Rio Grande do Sul também. (*Palmas.*)

Os três falam já à mesa e, em seguida, vamos para a segunda mesa.

Reginete, tu tinhas pedido primeiro.

O mesmo espaço que têm os painelistas terão também os três Deputados.

Eles eu já cumprimentei, a senhora eu não tinha cumprimentado. Prazer enorme!

Deputada Federal do PT do Rio Grande do Sul, Deputada Reginete Bispo, seus dez minutos. O tempo é seu.

A SRA. REGINETE SOUZA BISPO (Para expor.) – Primeiramente, quero saudar o nosso anfitrião, Senador Paulo Paim, pela condução dos trabalhos, pela Presidência desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero saudar meus colegas Luciene, Marcon, Fernanda Melchionna e Sofia Cavedon, que nos acompanham virtualmente, e as organizações de professores e trabalhadores da educação que aqui estão presentes, que vieram de todo o Rio Grande do Sul, para fazer esse debate.

E eu inicio dizendo que triste é o país que não valoriza a educação. E, desde que começou a ascender neste país uma ideia de mercado que regula a vida das pessoas, eu me lembro de que a primeira categoria profissional que foi atacada foi a dos professores.

Já é histórico o ataque aos professores, aos salários dos professores, mas também o ataque à forma de atuação dos professores. Quem se lembra do Escola sem Partido, que, lá no Rio Grande do Sul, tentou reeditar o tempo todo, inclusive com batalhões chamados por alguns Deputados para vigiar, fazer vigilância sobre o que os professores dizem, sobre o ensino em sala de aula? E são essas pessoas que são contra, por exemplo, a que se trate de temas em sala de aula que elevam a cidadania das nossas crianças, dos nossos jovens, temas como o enfrentamento ao machismo, temas como o enfrentamento ao racismo, temas que levam as nossas crianças, os nossos jovens a desenvolverem sua capacidade intelectual.

Nós aqui na Casa, na Câmara, na Comissão de Educação, no ano passado, fizemos uma cruzada, Edson, a favor da revogação do Novo Ensino Médio, porque o Novo Ensino Médio também era uma síntese desses retrocessos na educação. Ele tirava conteúdos fundamentais para o desenvolvimento das nossas crianças da rede pública, tão somente da rede pública, colocando-os numa condição de menor acesso à educação ou a conteúdos que são determinantes e relevantes para os seus projetos de vida e para a sua ascensão. Então, esse também é um cenário que está colocado.

Eu acompanhei, Senador, quando estive Vereadora em Porto Alegre, a reforma administrativa, que afetou diretamente a reforma... alterou a contribuição previdenciária do funcionalismo público municipal. E isso se repetiu em diversos municípios que a gente teve a oportunidade de acompanhar e penalizou sobretudo as mulheres, porque, nas redes municipais, a maior presença é de profissionais da saúde e da educação. Então, hoje nós temos profissionais aposentados que ganham R$2 mil de salário, e continuam pagando contribuição previdenciária, o que também é um absurdo que a gente precisa rever, porque o trabalhador contribuiu toda a sua vida profissional para poder se aposentar e viver com tranquilidade, no entanto ele tem que voltar a pagar a previdência. Então, isso é fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também eu tenho ouvido muito, Senador, e demais, em diversos municípios, que os Prefeitos não estão aplicando o Fundeb. Não estão aplicando o Fundeb como deveriam aplicar, então isso também a gente precisa rever.

Agora, o piso nacional é uma conquista. Eu tive a oportunidade de acompanhar, no Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no Governo Tarso, a tentativa de implementar o piso nacional. O Rio Grande do Sul tem o plano de carreira de professores mais antigo do país, é um plano de carreira muito bem feito. Então, por ser o mais antigo, também dava mais segurança para os professores. E o atual Governo conseguiu desmontar isso, que era algo que nós cuidávamos com muito carinho, com muito cuidado, porque representava realmente um plano de carreira em que o professor se via ascendendo dentro da profissão. Então, nós precisamos, sim, além de tudo que a gente já ouviu aqui, de tudo que já foi colocado, acionar os órgãos competentes para isso.

Eu estava vendo que o Brasil, dentro da Organização das Nações Unidas, é o terceiro país que menos investe em educação; ou seja, o custo de um aluno para o Estado brasileiro não é de US$3 mil, quando, em média, nos outros países, é em torno de US$10 mil. Então, a gente vê o Governo Federal tentando reverter essa situação através dos institutos federais, com uma política para a permanência dos alunos no ensino médio, sobretudo, na escola, mas não adianta, ele se torna pífio quando a gente não tem um corpo docente, quando a gente não tem uma equipe técnica satisfeita, preparada para fazer aquilo que é mais sagrado, que é a educação, que é orientar os nossos jovens, os nossos filhos.

Então, eu coloco aqui, Senador, todas as professoras, professores e entidades de classe aqui presentes, o nosso mandato, porque venho acompanhando esse processo, mas estou totalmente disponível para fazer esse enfrentamento e para fazer o debate, pois penso que ele tem que se dar em todas as esferas.

Sabemos da crise do país, mas o país precisa investir mais em educação. Nós avançamos nas universidades, avançamos nos institutos federais, que são um exemplo de qualidade de educação, mas nós precisamos garantir que todo o sistema de ensino tenha essa mesma qualidade, porque é lá no ensino fundamental que as nossas crianças começam. E é ali – eu que sou uma militante antirracista –, nesse processo, por falta da qualidade da educação, do preparo, muitas vezes, da gestão escolar, que a gente vai perdendo os nossos jovens no caminho, porque têm que sair para o mundo do trabalho, mas, muitas vezes, é porque a escola não está preparada para acolher esses jovens. E a penalização dos professores, do salário dos professores só agrava essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós precisamos enfrentar em todos os níveis, em nível federal, em nível estadual e municipal, porque a gente sabe que, muitas vezes, os municípios não têm uma arrecadação. Eles têm repasse do Governo Federal, têm repasse do Governo estadual, mas a gente também sabe que muitos municípios – conversava agora com o Deputado Marcon – têm feito a opção de passar o recurso para a iniciativa privada, o que encarece muito. A gente tem visto, tanto na saúde, quanto na educação, que isso encarece e diminui a qualidade de ensino.

Então, precisamos enfrentar isso com muita unidade, aqui referendando a fala da Professora, com muita unidade, com muita integração e com muita determinação, porque um país, reafirmando, que não valoriza a educação tem este estado de coisas em que a gente vive, com índices de violência altíssimos, com uma juventude ou uma boa parcela da população não preparada para o mundo do trabalho. Isso tudo passa pela educação.

Quero saudar a iniciativa das entidades de classe pelo movimento de valorização dos professores municipais e nos colocar à disposição.

Penso, já finalizando, que isso também tem que passar pelas entidades que representam os municípios, como Famurs, Granpal e tantos outras, para que os municípios avancem, porque não basta só dizer que não... Tem que realmente criar, e os municípios apontarem as dificuldades... Para quem educa, quatro mil, quinhentos e pouco não é nada...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. REGINETE SOUZA BISPO – Nós vamos trabalhar com afinco. Eu sei que tem vontade e determinação do Presidente Lula de avançar nesta pauta, de colocar a educação como prioridade. Então, nós aqui em Brasília e lá no Rio Grande do Sul vamos estar juntos. Contem conosco.

Parabéns pela iniciativa, que com certeza deverá trazer resultado para os professores, mas, sobretudo, para a educação do Rio Grande do Sul.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Deputada Federal do PT, do Rio Grande do Sul, Reginete Bispo.

De imediato, o Deputado Marcon, Deputado Federal do PT/RS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois que o Marcon falar, os dois se deslocarão para outras atividades ou para o plenário, e eu convidarei os outros dois painelistas para ficarem aqui, conforme previsto, na segunda mesa. Quem vai falar, então, na segunda mesa: a Deputada Federal Luciene Cavalcante da Silva, do PSOL; Morgana Frigo – vou citar só os primeiros nomes –; e Vanessa Machado da Silva Gobbo.

Marcon, é com você.

O SR. DIONILSO MATEUS MARCON (Para expor.) – Bom dia, Senador Paim. Quero saudar por ter essa gentileza numa segunda-feira de fazer este debate importante aqui no Senado.

Quero saudar nossa companheira guerreira Reginete Bispo, Deputada Federal do Rio Grande do Sul; e Luciene Cavalcante, Deputada pelo PSOL, de São Paulo, uma grande guerreira Professora também, que puxa esse debate aqui na Câmara Federal.

Quero saudar aqui os nossos representantes do Cpers e os representantes da CNTE, que é a instância máxima da organização da educação no Brasil, e dizer, companheiros, que nós do PT votamos favoráveis ao projeto na época, porque, quando entramos no Plenário, só estavam o PSOL e o PT contra o projeto. Não vimos ninguém aí se manifestar contra esse projeto eleitoreiro na época do Bolsonaro de ter o desconto do ICMS, mas, no Senado, a Bancada do PT do Senado teve coragem de votar contra. Nós não tivemos, porque nós estávamos sozinhos, temos que reconhecer, mas foi um projeto eleitoreiro. E, se vocês se manifestaram, fizeram mais do que bem em se manifestar contra aquele projeto.

Feito isso, quero saudar o Movimento pela Valorização das Professoras e dos Professores Municipais Gaúchos.

Paola eu conheço há muito tempo, essa professora guerreira; a Profa. Cristiane, também. Na pessoa dela, quero saudar toda essa comitiva que veio do Rio Grande do Sul. E quero dizer que se inicia uma nova era no Rio Grande do Sul. Vocês tiveram coragem de unir aqueles que estavam no seu cantinho lá em Ibiaçá, que conheço bem – conheço, inclusive, as comunidades de Ibiaçá, Lagoa Vermelha, os demais municípios que estão aqui, Guaíba...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DIONILSO MATEUS MARCON – De onde?

Sertão, Getúlio Vargas, Nova Araçá, Nova Bassano, municípios bem pequenos, mas com uma arrecadação muito grande, muito grande, e Pelotas – tem gente de Getúlio Vargas aqui atrás e muitos capões –, um município bem pequeno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que eu fiz essa apresentação? Porque são municípios, Senador, que arrecadam bem – arrecadam bem. E os últimos são aqueles que deveriam ser recebidos pela Prefeitura com tapete vermelho – com tapete vermelho.

Nós passamos um período de quatro anos de ataque à educação e me parece que, em alguns lugares, esse ataque à educação também foi nos municípios, e continua esse ataque nos municípios, porque não tem Brasil, não tem Rio Grande, não tem município se não tem educação.

Educação é a comunidade que você quer construir para o presente e para o futuro. Não dá só para falar para o futuro, tem que falar para o presente.

Eu tenho falado com os Prefeitos não só do assunto da educação, Reginete, mas do assunto da saúde, e tenho me desentendido com vários Prefeitos, porque, para juntar os amigos e os compadres dentro na prefeitura para ter cabo eleitoral para compor a prefeitura, tem bastante, mas, quando é para pagar um piso nessa questão dos professores, na questão da saúde e da enfermagem, têm uma dificuldade imensa.

Por que eu digo que esta audiência é importante? Em primeiro lugar, tanto o Cpers quanto a organização, em nível nacional, dizem que é lei e a Justiça já disse que o município tem que pagar – tem que pagar. E, outra: começa uma semente para os outros estados dizerem: "Não, nós temos que pegar essa semente, que começou no sul do estado [não precisa dizer no Rio Grande do Sul, mas no sul do estado], essa semente da valorização dos professores e professoras". Porque nós sabemos, meu amigo Schuch, que é da área da educação, que está aqui presente, da universidade, como é você levantar de manhã, cedo, chegar à escola – e o aluno não quer saber se a professora estudou ou não, se em casa tem comida ou não –, ter que chegar na porta da sala de aula e começar, dando aula, recebendo os alunos bem, como sempre fizeram.

Então estamos aqui para apoiar, para dizer que estamos juntos.

Semana passada ou retrasada, o Governo lançou um novo PAC no Rio Grande do Sul, onde o Governo do estado está destruindo a educação. O Governo botou 12 escolas de turno integral, escolas essas que precisam ser construídas, como é no meu município vizinho, Capela de Santana, que, num valor de R$13 milhões de reais, uma escola completa, Reginete... E foram 12 no Rio Grande do Sul, como foram 42 creches: a menor no valor de R$2,6 milhões; e a maior, de R$4,1 milhões. Por que eu quero falar o valor? Porque não é gasto, é investimento – é investimento! Então, nós precisamos valorizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pego dois municípios aqui, que eu conheço minhas guerreiras professoras. Em Pedras Altas, o Prefeito fez o alojamento para as professoras que quisessem pousar no assentamento para dar aula. Esse é o exemplo positivo. Agora eu vou dizer o exemplo negativo, que, inclusive, eu fui lá porque eu não acreditava. Em São Gabriel, o Prefeito não faz estrada, não tem estrada no assentamento – e tu estivestes lá, Alex –, e as crianças saem de casa às 4h da manhã de charretes para depois pegar um ônibus, para fazer 70km para ir na aula, e as crianças ficam uma de cada lado na classe para ficar dentro da sala de aula. Estou falando da criança, mas lá dentro tem uma professora. Professora lá em São Gabriel ainda dá aula numa escola de lata. Isso é desvalorização, é desestímulo às nossas educadoras e educadores.

Eu sei aqui que a nossa guerreira vai fazer uma proposta, mas eu disse para ela que, como gaúcho originário, nós temos que adoçar antes o que ela fala. Ela vai propor aqui para fazer esse debate lá no Rio Grande do Sul, com o Senador Paim junto, sentado no meio da mesa, porque aqui é longe. Não sei se foi a Paola ou a Cristiane que disse que, se nós botarmos todo o nosso salário, isso não dá para pagar a passagem. Talvez lá no Rio Grande do Sul fique mais perto para nós convidarmos o Ministério Público para estar junto.

E, esse movimento, vocês estão de parabéns! Se tem alguma coisa que vocês podem dizer dentro da sala de aula aonde vocês vão é: "Olha, nós tivemos coragem de, nove meses depois que nós puxamos, puxar o movimento do nível nacional", porque vai ter colega de vocês que vai puxar essa luta em outros estados, em outros municípios.

E aqui, quando a Cristiane falou das associações dos Prefeitos, que muitas vezes se reúnem para dizer como é que eles não vão pagar o piso... Quero fazer justiça aqui, fazer justiça. Vocês me conhecem, eu sou um assentado da reforma agrária, não tenho o ensino fundamental, não tenho, mas não é por que eu não tenha o ensino fundamental é que os outros não podem estudar, não é, Senador Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

O SR. DIONILSO MATEUS MARCON – E estou aqui, saí de casa às 3h30, porque geralmente eu venho na segunda de noite, como a Reginete saiu ontem para estar aqui hoje, outros Deputados que gostariam e têm outras atividades...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIONILSO MATEUS MARCON – Mas se tem alguma coisa por que eu estou feliz de estar aqui é que se iniciou um novo movimento em defesa da educação pública, de qualidade, de respeito – de respeito! –, e não aquela educação que nós vimos ali na Câmara, em quem é que foi para a Presidência da Comissão da Educação.

Então, aqui, conte com o nosso mandato, conte com a nossa Bancada do PT, e até que vocês tenham chinelo para colocar nos pés, gritem, gritem, saiam a fazer luta, porque educação é a base da família. Eu aprendi de casa. Agora, vamos dizer isso, Senador: minha mãe me ensinou que primeiro não se nega a mão para ninguém; segundo, tem que dar a mão para todo mundo e de pé, não sentado; terceiro, não se dá a mão para ninguém...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIONILSO MATEUS MARCON – ... com o outra no bolso. Eu aprendi da minha mãe e carrego até hoje. Então, a primeira educação vem de casa, e a segunda educação que a gente aprende, que a gente pratica também, é na escola.

Então, se tem alguém feliz hoje, meus assessores até não acreditavam que eu viria aqui, porque eu venho sempre na segunda de noite... A Luciene me mandou uns 30 WhatsApp, a Paola me ligou umas dez vezes e mandava assessoria, mas estou aqui muito feliz, porque eu vejo que, no Rio Grande do Sul, surge uma nova semente que se unifica em torno de uma associação.

Essa associação, vocês têm que divulgar, conversar com quer ajudar, com as Câmaras de Vereadores, com os Deputados, com padre, com pastor, com associação dos aposentados, porque vocês estão de parabéns. Estão de parabéns, pois iniciam um novo movimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIONILSO MATEUS MARCON – ... em defesa da educação, e o Cpers está junto, porque o Cpers também tem seus núcleos nas regiões e vai dar o suporte para vocês.

Estou muito feliz! Meus parabéns! Estamos juntos! Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Deputado Marcon, Deputado Federal do PT do Rio Grande do Sul.

De imediato, Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante da Silva, PSOL, São Paulo. (*Pausa.*)

O.k. Isso mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos compor a mesa aqui, porque, o que acontece? Eu tinha preparado de um jeito, mas eu tenho uma assessoria que é boa também. A assessoria fez o seguinte, disse: "Vamos deixar aqui a Luciene, vai entrar a Deputada Federal Melchionna, e depois você chama, um, dois, três, quatro para formatar a segunda mesa". Eles, corretamente, calcularam o número de lugares que tem aqui, mas, para mim, não é problema. Eu convido, para a terceira mesa, Morgana Frigo, Presidente do Sindicato do Funcionalismo Público de Nova Bassano e Coordenadora do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos. (*Palmas.*)

Seja bem-vinda! Por favor. (*Pausa.*)

Vanessa Machado da Silva Gobbo, representante do Sindicato dos Municipários de Getúlio Vargas e Sertão e Coordenadora do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos. (*Palmas.*)

Valeir Ertle, representante CUT. Ele está mais aqui dentro do que os próprios Senadores, dentro do Congresso, está 24 horas aqui dentro, mas fazendo um bom trabalho.

Uma salva de palmas para o Valeir. (*Palmas.*)

Por fim, para completar a mesa – nós vamos colocar uma cadeira, vamos adaptar aqui, sem problema; já aconteceu outras vezes –, Martha Hirsch Gonçalves – a pronúncia é por minha conta –, Professora Municipal do Município de Pelotas e Coordenadora do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos. (*Palmas.*)

Estamos providenciando. É só empurrar para cá vocês. (*Pausa.*)

O.k.?

Pergunto se a Deputada Federal Fernanda Melchionna se encontra. Ela tinha saído e tinha voltado. (*Pausa.*)

Então voltamos para a querida Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante da Silva, do PSOL, que gentilmente diz, "sou eu ou não sou? Agora não sou eu, é a Melchionna. Não, agora...". Agora é você. Vai lá, Deputada.

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE DA SILVA – Bom dia.

Será que está ligado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está ligado, está ligado.

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE DA SILVA – Está ligado?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está ligado.

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE DA SILVA (Para expor.) – Bom dia para todo mundo nesta manhã tão potente, na pessoa do querido Senador Paim, o qual cumprimento pela importante iniciativa da realização dessa audiência pública. Cumprimento a todos que estão aqui na mesa, que estão nos acompanhando de forma virtual. Cumprimento os sindicatos, as associações presentes, a CNTE. E também cumprimento, de forma muito carinhosa e especial, todas as professoras que estão aqui, que vieram de forma militante.

Concordo muito com a fala do Deputado Marcon, ao dizer que hoje vocês estão dando uma aula de cidadania, estão inspirando e mostrando como que a gente faz a luta. Então, certamente, após essa audiência pública que discute o piso nacional do magistério, mas com foco no Estado do Rio Grande do Sul, de todos os seus municípios, isso vai inspirar e vai servir de modelo para a organização da luta de outros estados e de outros municípios, porque a educação pública, em sua grande maioria, acontece nos municípios. Então, é muito importante a presença de vocês.

Peço aqui uma salva de palmas para vocês, pela coragem de vocês. (*Palmas.*)

Eu peço até que vocês se levantem, para que todo mundo possa ver que vocês vieram até aqui de uma forma militante, mostrando que, quando a gente... A Rosa Luxemburgo diz assim: "Quem não se movimenta não sente as correntes que o aprisionam". E com esse movimento que vocês, professoras dos municípios, estão fazendo, vocês estão demonstrando e revelando e desvelando todo esse sistema de opressão que a gente tem no cotidiano.

Então, parabéns para vocês! Que vocês sigam fortes, altivas, porque esse é o caminho histórico da classe trabalhadora. É na luta que a gente avança, na luta organizada e coletiva. (*Palmas.*)

E aqui a gente também vai dar as mãos, porque aqui vocês também têm uma força e uma bancada aqui que também está todos os dias lutando em defesa da educação.

Então parabéns, viu? Essa mulherada linda nos inspira, viu? Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, gente, eu sou a Professora Luciene Cavalcante, Deputada Federal, estou no meu primeiro mandato. Fui eleita e sou a primeira professora do município da cidade de São Paulo a me tornar, a ser eleita Deputada Federal. Tenho toda a minha carreira no magistério, tenho mais de 20 anos – 23 anos, para ser exata – de magistério. Comecei como professora de educação infantil no ano de 2000. Em 2007, passei no concurso para diretora de escola; fui por dez anos diretora de escola. Em 2016, acessei o concurso de supervisor escolar, no qual fiquei até 2022. E, em 2023, assumi aqui este cargo, com o compromisso de defender a educação, os direitos humanos e os servidores públicos.

Na Câmara Federal, um dos meus primeiros projetos protocolados foi o PL 961, de 2023, que é um projeto de lei que torna crime de improbidade administrativa o não pagamento do piso nacional do magistério. É indignante, é ilegal, é imoral o não pagamento do piso nacional do magistério. É lei! Tem que ser pago, tem que ser pago na sua integralidade, com repercussão em toda a carreira, garantindo a paridade para todos os servidores públicos, para todos os profissionais.

Veja: o piso nacional do magistério, por uma luta histórica dos profissionais de educação, está na nossa Constituição Federal, art. 206, inciso VIII. Está lá a valorização como um princípio da educação e como necessidade legal, constitucional, de ser aplicado. E isso só foi possível porque a gente lutou muito para que isso acontecesse, porque não dá para a gente pensar na educação sem a valorização do seu profissional.

A luta em defesa da educação, num país marcado pela política da Casa Grande, dos coronéis, marcado por um período de quase 400 anos da população negra escravizada, marcado pelo genocídio do povo indígena; um dos países que é a nona economia do mundo e, ao mesmo tempo, apresenta todos esses dados que a gente tem das desigualdades que são estruturais. Investir na educação significa enfrentar e superar essas desigualdades raciais, econômicas, geográficas. Então, é por isso que está lá, na nossa Constituição.

Infelizmente, por conta desse histórico do nosso país, desses coronéis que, muitas vezes, ocupam o poder, ocupam as prefeituras, ocupam as câmaras municipais, as assembleias, este Congresso e até o Poder Executivo nacional, a gente não consegue avançar naquilo que está estabelecido em lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É ao arrepio da lei que o piso nacional do magistério não é pago, e não é à toa que as pessoas e a nossa sociedade normalizam essa situação, porque as ideias que estão generalizadas na nossa sociedade são dessa Casa Grande.

É por isso que é tão importante esta mesa, é tão importante esse movimento e essa aula que aqui hoje está acontecendo, em que o Rio Grande do Sul demonstra como é que se faz a luta. A luta se faz assim, ocupando, estando nos lugares de poder, cobrando quem tem que ser cobrado...

E a gente... Aqui já quero reforçar uma indicativa, um encaminhamento, Senador Paim, desta audiência pública. Que a gente faça uma audiência pública, uma ou várias, porque o Estado do Rio Grande do Sul é grande. Então, para permitir que as pessoas participem, a gente faça uma audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado junto com a Comissão de Educação e Administração de Serviços Públicos da Câmara Federal, da qual faço parte, sou membro, para a gente discutir lá, lá no Estado do Rio Grande do Sul, junto com o conjunto dos profissionais da educação, acionando o Poder Legislativo, acionando as Câmaras Municipais, os tribunais de contas e o Ministério Público, porque são todos órgãos que, juntos, têm o dever de garantir as leis.

A gente não pode esquecer que a gente está num período eleitoral de eleições municipais, tanto para Prefeitos quanto para Vereadores. Se o seu município não está pagando o piso, isso não acontece sem a aprovação das contas do Prefeito na Câmara Municipal. Cabe a nós cobrarmos os Vereadores. (*Palmas.*)

A gente precisa cobrar os Vereadores e chamá-los à responsabilidade: "Como que o senhor aprovou uma conta de um Prefeito que não cumpre sequer o piso nacional do magistério?". Esse é o momento.

Por isso que é importante esta audiência, porque é o tempo histórico exato. A gente tem que se mobilizar, a gente tem que saber quem é quem, como que se chegou até essa situação. Só chegou porque tem muita gente fechando os olhos.

Tem que, sim, cobrar o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, que tem a responsabilidade de fiscalizar as contas.

"Ah, não deu certo?" Tem que fazer igual a gente fez aqui, porque eu fui falar com o Presidente Dantas, que é o Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União, sobre o pagamento do piso nacional do magistério em todo o país. Como é verba federal, o TCU tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade subsidiária de fazer esse acompanhamento. Se lá o Tribunal de Contas não está dando as respostas que precisa dar, legalmente – porque não é favor... Não é favor. Prestação de contas, gestão democrática, transparência...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE DA SILVA – ... não é favor, é dever constitucional de todos os órgãos, de todos nós que estamos aqui, sindicato, associação, Prefeito, Vereador... Todo mundo tem o dever de prestar contas aos cidadãos. É isso que nos fortalece.

E, aí, eu tenho bastante coisa para falar, mas eu acho que já estourou meu tempo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE DA SILVA – Três minutos então.

Então, por favor, pode passar rapidamente...

Eu fiz uma apresentação. Eu sou professora, então a gente vem com apresentação.

Então, a gente fez ali várias audiências, apresentamos o nosso projeto, que já tem mais de 20 mil assinaturas de apoio...

Pode passar.

Aí a gente tem o nosso grupo de trabalho na Comissão de Administração e Serviços Públicos, que é formado por mim, pelo Rogério Correia e pelo Deputado Reimont, e a gente ali, juntos, faz esse trabalho em todo o Brasil, junto com outros Deputados também, que são parceiros, que não estão ali naquela foto, mas que atuam com a gente firmemente nessa cobrança, e pressionando e divulgando os mecanismos de cobranças para que o piso seja efetivado.

Pode passar.

A gente fez audiências públicas e a gente ia para o Rio Grande do Sul no final do ano passado. Por conta das emergências socioclimáticas que atingiram o Rio Grande do Sul de uma forma muito significativa, a gente não conseguiu ir, no final do ano passado, para o Rio Grande do Sul, mas nós iríamos. Então, por isso, eu quero reforçar aqui esse indicativo.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, fizemos várias... E aí a gente já levou essa demanda para o Ministro Camilo, para a Profa. Izolda, que é a Secretária-Executiva. Nós já levamos essa demanda para o Ministério Público Federal, que tem um grupo de trabalho só sobre educação, que tem notas técnicas falando da obrigatoriedade do pagamento do piso. Então, é muito importante que a gente utilize esses órgãos, que são de controle e fiscalização. A gente já teve reunião no Tribunal de Contas da União com o Ministro Dantas, a gente esteve no Inep e nós estivemos também no FNDE. No Inep e no MEC, a gente cobrou que tem que ter o levantamento dos dados. O Brasil não sabe quem paga e quem não paga o piso nacional do magistério. Isso é uma vergonha. Isso é um atraso. Como que a gente faz políticas públicas sérias se a gente não sabe nem quem está pagando e quem não está pagando? A gente precisa, o MEC precisa ter esses dados e nós temos cobrado esse levantamento, porque o MEC faz a disponibilização dos recursos, mas depois não consegue fazer ainda esse acompanhamento. A gente precisa saber; para a gente poder avaliar qualquer coisa, a gente precisa saber que está sendo feita.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE DA SILVA – Então, a gente tem, e aí já estou terminando...

Pode passar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Só mais dois. (*Risos.*)

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE DA SILVA – E aí, gente, os tribunais de contas precisam ser chamados para essas discussões, porque eles têm a responsabilidade, mas a gente não pode esquecer que o Tribunal de Contas é um órgão técnico. Quem faz o julgamento final e político – é político – das contas, sejam do Prefeito, sejam do Governador, é a Câmara Municipal ou a Assembleia Legislativa. Então, esses também precisam ser chamados à sua responsabilidade. Eles aprovam ou não? Por que aprovaram isso? Qual é a justificativa? Então, é nesse sentido que a gente precisa fazer pressão.

Pode passar.

E aí a gente tem um observatório no nosso grupo de trabalho, que é um observatório nacional que vai mapeando todo o Brasil. A gente já tem 688 municípios denunciados que não cumprem o pagamento do piso nacional do magistério.

Pode passar. Aí é o último eslaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Rio Grande do Sul, nós temos 74 municípios mapeados que não estão pagando o piso nacional do magistério. Depois a gente tem essa relação nominal, a gente pode apresentar para o Senador Paim. E é óbvio que o campeão de atraso é sempre o estado o qual eu represento, que é o Estado de São Paulo, com 327 municípios que não cumprem o piso nacional do magistério.

Então, eu quero dizer, para terminar, que o Ministério Público Federal entrou com uma nova ADI, que é a ADI 7.615. Ela está com o Relator Gilmar Mendes, o Ministro Gilmar Mendes. Eu já estive, em duas reuniões, com o gabinete do Ministro Gilmar Mendes, falando da necessidade urgente de apresentar o relatório.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE DA SILVA – A AGU e a PGR já apresentaram novamente pareceres dizendo que o piso é lei, tem que ser pago, que o piso de 2022 tem que ser pago, que o piso de 2023 tem que ser pago na integralidade e paridade, do jeito que precisa ser, e agora a gente está aguardando esse caminho.

E, para terminar aqui a minha a minha fala...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Pode ir falando, que eu tenho que dar uma informação urgente.

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE DA SILVA – Está bom.

Eu quero dizer que é óbvio que a luta pelo piso não é só a questão do valor econômico. Também o piso é atacado de outras formas, como com a implementação de subsídios, de complementos, acaba-se com a carreira, não tem concurso, que é uma grande... No Estado do Rio Grande do Sul têm aumentado muito os trabalhos temporários.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE DA SILVA – Então, tudo isso enfraquece a luta do piso nacional do magistério. Então, a gente tem atuado firmemente nessa defesa.

E, para encerrar aqui a minha fala, eu quero lembrar do Paulo Freire. Paulo Freire dizia que nós, professoras, professores, profissionais de educação, a gente sofre de uma sã loucura, porque a gente acredita em algo inacreditável: que gente nasce para ser feliz. E é por isso que vocês, professoras, hoje estão aqui, porque vocês não desistem de a gente ter um futuro muito melhor do que esse presente que a gente está vivendo. E é em nome desse sonho que a gente todo dia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está lá no chão da escola, às 7h da manhã, porque a gente tem um compromisso com todo mundo que lutou antes da gente...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE DA SILVA – ... e compromisso com os nossos alunos. É isso que nos motiva, é isso que nos move.

Vocês não estão sozinhas, nós estamos juntas e venceremos. Piso é lei. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Deputada Federal Profa. Luciene Cavalcante da Silva, do PSOL. Parabéns, viu? Deu um resumão, mostrou o cenário nacional como está, quem paga e quem não paga, e já tem propostas de encaminhamento, e eu já estou junto. (*Palmas.*)

Vamos lá para o Rio Grande do Sul, eu me desloco daqui para lá. Eu fico muito tempo aqui. A minha média no Rio Grande do Sul é uma vez por mês ou de 15 em 15 dias, mas ajustem na agenda que eu vou para fazer uma reunião conjunta, Comissão da Câmara e a do Senado, sob orientação de vocês, o.k.?

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Sim, vamos, é muito importante. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Conte conosco.

Agora eu pergunto se a Deputada Federal Fernanda Melchionna... Não entrou. Então vamos em frente aqui. Vamos voltar para as pessoas que estão aqui à mesa, presencialmente.

Morgana Frigo, Presidente do Sindicato do Funcionalismo Público Municipal de Nova Bassano e Coordenadora do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos.

A SRA. MORGANA FRIGO (Para expor.) – Muito bem. Bom dia a todos, à mesa aqui composta, aos Deputados que estavam presentes também, que estão nos acompanhando, ao Senador Paulo Paim, que nos recebeu, e às pessoas que estão acessando e também nos assistindo, principalmente os nossos colegas de trabalho que estão lá no Sul. A gente estava observando, de primeiro, que estão acompanhando severamente lá no YouTube toda a nossa movimentação.

Primeiramente, Senador, um agradecimento especial, porque, desde o ano passado, o senhor começou a articular conosco essa mobilização que a gente tem no sentido da educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como a Cris falou antes, este é um momento histórico para a classe da educação: poder ter esse vínculo de chegar até vocês para fazer essa solicitação. Por quê? Porque, com todo o perdão da palavra, o discurso é muito bonito – "estamos aqui para ajudar" –, mas o fazer acontecer...

Todo mundo sabe que a lei existe desde 2008 efetivada, concretizada e tal. Os municípios não têm uma impunidade, os gestores não têm uma impunidade em não pagar este piso. Então, não tem como... A gente sabe que a lei existe, a gente sabe que tem que ser regulamentado, a gente sabe que tem que ser pago. São feitas cobranças, são feitos apontamentos, e a gente não tem mais onde recorrer. Já foi feito tudo e mais um pouco. E a gente escuta e bate na tecla do "não temos no momento".

Foi falado, primeiro, do piso base da enfermagem, que foi conseguido. O.k., vem um valor determinado pelo Governo Federal para pagar a parte da enfermagem. E, para pagar os profissionais da educação, vem o retorno do Fundeb. Esse retorno do Fundeb engloba muitas coisas para serem investidas no município. E é isso que os gestores estão fazendo. Então se esquece a parte do salário do piso nacional do professor, esse que é determinado pela lei desde 2008, a Lei 11.738 – professora tem as anotações. Mas do que a gente precisa? Que exatamente seja concretizado isso. Que venha algo que diga: "Não! Tem que ser pago. Obrigatoriamente tem que ser efetivado". E que se tenha uma punição, em cima desse não pagamento, aos municípios.

A gente falou de toda a situação desse Governo. O Deputado Marcon falou antes que esses municípios pequenos, que nós estamos representando, arrecadam bastante em cima de contribuições, em cima de impostos. Só que a educação é colocada... Ela é a secretaria de maior quantidade de funcionários, mas, ao mesmo tempo, ela é uma secretaria que é deixada sempre para depois. Por quê? Porque a educação não dá para ver. A educação não dá para ver. Se eu fizer uma ampliação de uma escola, tudo bem, eu estou mostrando o meu trabalho; mas, se eu investir no meu profissional, se eu reajustar o salário dele, se eu der o valor dele necessário, isso não dá para ver. Como a Deputada falou, este é um ano eleitoral, é um ano em que se precisa martelar em cima disso. É por isso que nós estamos nessa mobilização toda.

O que a gente observa nos últimos anos, então? A desvalorização da classe; o dinheiro do Fundeb, que é utilizado em inúmeras outras coisas, até mesmo para os cargos comissionados. Todas as secretarias que estão envolvidas, a Secretaria de Cultura, a Secretaria de Turismo, que estão anexadas junto à Secretaria de Educação, são direcionadas para esses cargos, para esse direcionamento das verbas do Fundeb. O que a gente faz? Faz esses apontamentos, faz a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cobrança. E os gestores nos devolvem a seguinte justificativa: "É válido? Sim, é válido. Pode? Pode". Mas por que não qualificar? Por que não valorizar o seu profissional de educação?

Muito bem, precisamos de leis que determinem exatamente, que sejam mais direcionadas para a utilização dessa verba para a educação. O importante e que deve ser mantido são prioridades, as prioridades de que se necessita na educação. A colega antes também falou: como é que tu vais te qualificar para dar uma valorização a mais para o teu aluno, para dar um incentivo a mais, se você não tem este dinheiro, se você não tem este salário? Então, é o mínimo – é o mínimo. Pode ser dado mais? Pode. Mas a maioria dos gestores não entende isso, não é?

Uma brecha da arrecadação desses impostos para o município é um retorno que vai para o Fundeb. Então, se é investido mais na educação, o IDH, o desenvolvimento desses alunos na escola acaba retornando para o município, não é?

Muito bem. Então, já que a gente fala tanto de dinheiro, os professores têm que ser motivados; os alunos, motivados; e o retorno financeiro acaba vindo para os municípios.

A educação é o maior legado que uma gestão pode deixar, e é a educação que ajuda a desenvolver cidadãos para alavancar um país ou fazê-lo retroceder. Por isso que a educação tem que ser olhada com outros olhos. É por isto que a gente veio para cá, para que vocês entendam. Nós batemos nas teclas dos gestores, mas a gente começou a fazer o reverso. Então, vamos procurar quem faz todo o processo de leis, quem determina, quem faz toda essa justificativa para que chegue até os gestores essa forma de pagamento.

É de se fazer uma grande reflexão sobre a importância do professor em um país e a descrição correta desses investimentos, ou vivemos a política do pão e circo, vivemos dos antigos impérios em que somente podemos dar alguns agrados para receber algo em troca?

Os gestores dizem que não têm dinheiro para repasse, o repasse correto. O repasse vem da União, e ele está vindo. O cadastro do aluno existe, e é em cima disso que essas verbas acabam vindo para o município. Então, precisa ser organizado melhor, precisa ser colocado no papel exatamente como tem que ser, justamente para quê? Para que esses gestores entendam o cumprimento da lei.

Ouvimos antes que 70% do dinheiro do Fundeb e sua aplicação é para pagar a folha de pagamento de professor, dos profissionais de educação: monitores, atendentes e professores. Os outros 30% são voltados para investimento, além do retorno que o município tem que dar em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cima da educação. Então, é isto que a gente acaba não vivenciando nos municípios: toda essa organização que teria que ter do Fundeb para chegar a todos.

Nós nos mobilizamos, Senador, Deputados que estavam aqui e demais colegas também, para tentar pedir para vocês para que validem o que os municípios justificam. A lei do piso foi criada em 2008. Em 2020, foi reformulado o Fundeb, que passou de 60% para 70% de contribuição para a folha de pagamento e outros gastos. Eles alegam que, a partir de 2020, teve uma nova formulação do Fundeb, e, em cima disso, as portarias de todo o ano de aumento. Eles se justificam dizendo que com portarias não há obrigação pagar. Isso é que é a maioria das coisas... Eles entram na Justiça com essa justificativa e conseguem, conseguem ser amparados com essa justificativa. É por isso que tem que reformular. Então, se precisar efetivar realmente uma nova lei do novo Fundeb, isso tem que ser colocado no papel para que seja desenvolvido, para que tenha essa obrigatoriedade.

Eu faço parte dos municípios da Amesne, e a maioria dos municípios...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MORGANA FRIGO – ... tem essa justificativa. Nós entramos em contato com advogados. E tem essas liminares que são derrubadas em cima dessa justificativa que os municípios dão.

E nós precisamos, como a colega falou antes, de algum órgão que consiga fiscalizar. A gente faz apontamentos para o Ministério Público, a gente faz apontamentos para o TCU, a gente faz apontamentos para tudo, mas não está acontecendo de as denúncias chegarem até os municípios, de ter essa impunidade, de fazer essa obrigatoriedade.

O que nós pedimos encarecidamente em cima desse movimento é que tudo que é relacionado com a educação seja olhado com bons olhos, que seja efetivada uma lei concreta de obrigatoriedade em cima do pagamento do piso do magistério. Gostamos das articulações de vocês, gostamos das futuras propostas que a gente tem, mas é algo que precisa ser colocado no papel de imediato. Não é de um tempo para cá que foi colocada essa situação. Tem professores que tem processos para a regulamentação do piso há sete, oito, dez anos já, e municípios ainda não pagaram. Então, a gente precisa de algo mais plausível, de algo mais concreto, de algo que chegue aos gestores e diga: "Não. Vocês precisam ter a valorização dos profissionais de vocês. Vocês precisam que essa lei seja efetivada".

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Morgana Frigo, Presidente do Sindicato do Funcionalismo Público Municipal de Nova Bassano e Coordenadora do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos. Parabéns! Explicou, detalhou e mostrou...

A SRA. MORGANA FRIGO – E eu sou professora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E é professora. Muito bem.

A SRA. MORGANA FRIGO – E mãe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E mãe. Aqui não diz que é professora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, Morgana Frigo, Professora e tudo que eu falei aqui já. Parabéns!

Eu recebi aqui os municípios que não pagam o piso do magistério aos professores municipais no Rio Grande do Sul, são 101 municípios. Se vocês entenderem adequado, eu leio um por um, não tem problema nenhum – comigo não tem. Eu vou ler, então, antes de encerrar. Vou ler.

A SRA. MORGANA FRIGO – Senador, posso...?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode.

A SRA. MORGANA FRIGO – Senador, esses são os municípios que estão vinculados ao movimento, esses 101 são os municípios que estão vinculados ao movimento e que têm a demanda do não pagamento do piso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MORGANA FRIGO – Pode ter mais, porque esses são os nossos que nós temos o levantamento, que são desse grupo do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos, mas, em todo o Rio Grande do Sul...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MORGANA FRIGO – É trabalho de formiguinha, não é? São nove meses que começou o movimento, são nove meses em que a gente está articulando com pessoas, professores. "Ah, a gente sabe de um professor de uma cidade tal". Então, esses são, mas acho que dá para, quase, duplicar essa quantidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, eu não vou ler, mas tem outros que não estão pagando e vão ficar atrás da moita, como diz o outro, mas eu vou fazer algo que eu acho que ajuda. Eu mando aquelas emendas parlamentares em forma de rodízio. Eu mando para todos os municípios do Rio Grande, todos. Se não ganha em um ano, ganha no outro. São 497, não é? E, para o correspondente que eu tenho, para atingir a todos, eu preciso de dois anos. Bom, daqui para frente, vocês me mandem a lista. Antes de mandar a emenda, eu vou perguntar para eles se eles pagam o piso dos professores. (*Palmas.*)

É uma forma prática e objetiva.

E todos esses aqui já ganharam mais de duas, três, quatro vezes emendas individuais. E emendas individuais são do Parlamentar, é obrigado a pagar, essa não tem choro. Tem outras lá que são indicação e não sei o quê. Essa aqui, não; é obrigado a pagar. Então, eu farei isso e vou ler um por um. Se estiver lá na assembleia – nós estamos ao vivo aqui para todo o Brasil –, quando eu estiver na assembleia, naquele evento que você propôs, Deputada, eu quero que você, de preferência, me entregue a lista de todos. Nós temos que ter uma lista. Por que não paga?

A SRA. MORGANA FRIGO (*Fora do microfone.*) – Tem que dar nome!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem que dar nome, o.k.?

Então, um encaminhamento é por minha conta, além de todos que a senhora já colocou aqui, está bem?

Vamos agora... Vanessa Machado da Silva Gobbo, representante do Sindicato dos Municipários de Getúlio Vargas e de Sertão e Coordenadora do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos.

A SRA. VANESSA MACHADO DA SILVA GOBBO – Bom dia a todos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Professora!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VANESSA MACHADO DA SILVA GOBBO – Professora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Professora. Olha a minha assessoria chamando a atenção, viu? Você não bota que é professora!

A SRA. VANESSA MACHADO DA SILVA GOBBO (Para expor.) – Bom dia, Senador. Bom dia, Deputados, entidades sindicais, associações aqui presentes, minhas colegas professoras, professores que estão lá no nosso estado nos assistindo.

Não posso deixar de agradecer aqui, como as gurias levantaram, que nosso salário não cobre a passagem para virmos. Se nós estamos aqui, é porque, lá no movimento, os professores que estão nos assistindo em casa nos ajudaram. Todo mundo contribuiu com o que pôde para comprar as nossas passagens para nós estarmos aqui hoje. (*Palmas.*)

Sem eles, nós não estaríamos aqui.

Então, deixem que eu me apresente formalmente. Eu sou Professora nos Municípios de Sertão e Getúlio Vargas. Sou também Vice-Presidente do Sindicato dos Municipários de Getúlio Vargas.

Nossa denúncia aqui hoje – acho que podemos colocar assim, como uma denúncia – em relação ao que acontece nos municípios, as gurias já colocaram muito bem a questão do piso, do não pagamento do piso, a questão do plano de carreira... Eu queria detalhar um pouquinho o que é essa questão do plano de carreira, o que está acontecendo dentro dos nossos municípios.

Que eles não cumprem a lei do piso, nós já vimos. E o que eles aprenderam a fazer agora, os nossos Prefeitos? A burlar a lei do plano de carreira. O que eles fazem? Além de não respeitarem leis que já são antigas, como a LDB, que fala do plano de carreira; o Plano Nacional de Educação, que completou dez anos sem cumprir as metas. E a Meta 17 fala da valorização e do plano de carreira em nível de equiparação. Tinha um prazo para equiparar o salário do professor ao de qualquer outra profissão de mesma formação, e isso ainda não aconteceu.

A Meta 18, que obriga União, estado e município a manterem um plano de carreira para os professores.

E a última lei que veio este ano, a Lei 14.817, de janeiro, que fala sobre o plano de carreira novamente, a formação continuada, condições dignas de trabalho – o Deputado Marcon levantou aqui também – e que seja estimulante do ponto de vista de salário, o que a gente não vê.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que que os nossos Prefeitos aprenderam a fazer agora, Senador? Como eles sabem que não têm mais essa desculpa do... O STF derrubou as questões – não é? –, que foram lembradas aqui, para o não pagamento do piso. Eles chegam para nós, professores, e dizem o seguinte: "Nós não podemos pagar o piso dentro do plano de carreira de vocês. O que que vocês querem? Plano ou piso?". E estão desmontando nosso plano de carreira.

Então, o que acontece? Eu preciso dar exemplos práticos – e professor é didático, eu preciso exemplificar para entender. Dentro de um dos municípios que eu trabalho, nós temos um plano de carreira em que, até então, o nosso salário não está assim tão vergonhoso como o de outros municípios, apesar de estar há nove anos sem receber o piso – Getúlio Vargas desde 2015 não paga o piso do magistério.

A proposta que eles nos fizeram (e nós estamos lá lutando, ferrenhos, nossos colegas lá, de Getúlio, para não desmontarem o nosso plano) é extinguir o nível 1, que é o achatamento que a Paola falou; extingue-se o nível 1, o nível 2, que seria o magistério, que é onde a lei se aplica, nível de magistério, e passa a pagar no nível, o nosso atual, que seria o de graduação, passa a ser o primeiro. E aí a proposta deles, onde lá no nosso nível 1, que era para estar em R$2.290 e está em torno de R$1.500, ignora todos esses anos sem receber o piso, e aí se inicia pagando o piso no nível 1.

E todos esses anos que ficaram para trás? Em Nova Bassano, aqui da Morgana, professor iniciando com R$1.240; ou, como Pelotas, aqui das nossas colegas, um professor com mestrado recebendo em torno de R$2.200 – não chega a R$2.200 o seu vencimento. É isso que é um plano de carreira atraente? É isso que é estimulante?

A Deputada falou dos Vereadores.

Deputada Luciene, nossos Vereadores desmontam nosso plano de carreira nas férias, em sessões extraordinárias – professores dentro do movimento é que denunciaram, porque foram descobrir que os seus planos de carreira tinham sido desmantelados quando foram estudar para um concurso público –, e isso sem consultar ninguém, sem comunicar aos professores. E outros que gostariam de estar dentro do movimento, mas que são ameaçados dentro dos seus municípios e que nos negam: "Nós não vamos porque nós temos medo" e não chegam até nós.

Então, tem muita coisa errada acontecendo dentro dos municípios.

A gente anota tanta coisa para falar, mas as demandas vão surgindo, e a gente acaba mudando todo o nosso roteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica o nosso questionamento na questão dos planos de carreira também. Nós não podemos nos esquecer dos nossos colegas aposentados, que têm paridade, porque, se mexem no nosso plano de carreira, isso vai atingir o nosso professor aposentado, que está lá e se programou uma vida inteira para ter uma aposentadoria digna e, de repente, vê isso tudo ameaçado. Não podemos nos esquecer deles, não é?

E a questão do nosso futuro, não só dentro do Rio Grande do Sul. A gente está vendo aqui em nível de país, dentro do Observatório, da Deputada, a gente vê muito isso também.

Quem quer ser professor no nosso país? Que estímulo nós vamos dar para os nossos jovens, para que se formem, para que venham para a docência, tendo salários tão baixos, sendo que eles podem fazer qualquer outra coisa menos estressante, com menos cobranças, porque nós, dentro da escola, estamos sendo cobrados demais, o nosso trabalho está exaustivo.

Agora, os Prefeitos estão colocando leis que nos obrigam a trabalhar educação fiscal, por exemplo, para arrecadar, aumentar a arrecadação do ICMS, que não pode vir para nós, mas nós temos que trabalhar isso dentro de sala de aula; senão, eles não recebem determinadas verbas. Isso acontece dentro das escolas também.

Como é que a gente vai solucionar isso a curto prazo, se nós já temos falta de professores dentro dos municípios, dentro do estado? Como é que a gente vai solucionar isso a tempo de formar professores com qualidade, que se interessem de novo pela carreira do magistério, que consigam se formar e que venham a trabalhar dentro da educação conosco, antes de a gente entrar em colapso? Será que nós vamos conseguir isso?

Então, fica o nosso apelo, para que a gente consiga voltar para o nosso estado com boas notícias, levando esperança para os nossos colegas, para que os que estão em início de carreira não nos abandonem, porque a gente vê isto diariamente: iniciam e logo nos abandonam, para fazer qualquer outra coisa menos estressante e mais lucrativa.

Então, fica o nosso apelo e o nosso agradecimento por podermos estar aqui hoje.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Essa foi a Vanessa Machado da Silva Gobbo, professora... Aprendo, viu? Eu estou aprendendo aqui. Quero ser um bom aluno. Professora, Representante do Sindicato dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Municipários de Getúlio Vargas e Sertão e Coordenadora do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos.

Parabéns pela fala, pelos exemplos que deu, e é lamentável a denúncia que você aqui colocou, de que os próprios Vereadores desmontam os planos de carreiras.

A SRA. VANESSA MACHADO DA SILVA GOBBO (*Fora do microfone.*) – São coniventes, né?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São coniventes, participam. É lamentável. Mas vamos ver como a gente trabalha aqui para...

Eu vou falar para todos os Vereadores: o chapéu – como é que se chama... Se servir o chapéu, é porque aceitou. Vereador que vem aqui pedir emenda – e vem, e vem, são quase milhares –, e você desmonta o piso dos professores e das professoras? É inacreditável. Plano de carreira... É inacreditável.

Cada um de vocês que vier aqui, eu vou começar a conversar mais com vocês sobre o plano de carreira dos professores e o piso, porque não é muito, pessoal, mas cada...

Para vocês terem uma ideia, no geral, cada Parlamentar tem em torno de 100 milhões – se somar tudo, dá mais ou menos em torno de 100 milhões. Então, como o Rio Grande do Sul tem 497 municípios, eu mando igual para todos; não quero saber se tem mais habitantes ou menos habitantes, porque é tão pouco, né? Se eu for dividir por habitante, não vai dar nada. Então, eu mando para todos os municípios um valor igual.

E a minha verba de bancada, como Senador, é de 5 milhões. Adivinha para quem eu mando? Eu mando toda para a educação, para o Rio Grande do Sul. Não negocio com ninguém: nem bispo, padre, João, pastor, todo mundo: "Ah, mas a... ". Essa eu não negocio; essa vai só para a educação.

Então, não importa quem é o Governador; todo ano ele recebe 5 milhões da verba de bancada que eu mando toda para a educação. Claro que os Parlamentares concordam. Boto em votação e vai.

Não é muito, mas é a minha parte, que são 5 milhões. Claro, individual é bem menos para cada município.

Mas vamos lá, porque o tempo está passando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra agora para Valeir Ertle – ou seja, assumo o compromisso que eu vou ter um olhar especial para o piso dos professores no Rio Grande do Sul –, Representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O SR. VALEIR ERTLE (Para expor.) – Primeiro, bom dia a todos e todas. Bom dia a quem está nos ouvindo.

Quero parabenizá-lo, Paim, pela iniciativa, parabenizar a Deputada pelo trabalho que está sendo feito lá na Câmara, na Comissão da Educação, na Comissão do Serviço Público... Com certeza, é muito importante para organizar a CNTE.

Na pessoa da Rosi, quero parabenizar todas as professoras e professores do Rio Grande do Sul que estão aqui nessa luta, que é muito importante.

E, Paim, sendo questionado, o reajuste que foi tão pequeno este ano – não é? –, 3,6%, bem abaixo dos últimos dois anos, não é, Rosi? Então, em 2022 foi 14,9...

A SRA. ROSILENE CORRÊA (*Fora do microfone.*) – Teve um ano que foi zero.

O SR. VALEIR ERTLE – Hã?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VALEIR ERTLE – Eu sei, mas mesmo assim tem a ADI 716 sendo questionada lá, insegurança jurídica e tal. Tem um *amicus curiae* da Confederação dos Municípios, colocando que o piso dos últimos... Desde 2009 tem um reajuste de 3,65%, o Fundeb é 255%... Então, é uma coisa, assim, absurda isso que está acontecendo.

Nesse contexto, muitas prefeituras não oficializaram a correção por norma. Então, o que está sendo denunciado aqui é uma coisa muito, muito triste, não é?

E não aplicaram reajuste do piso do magistério, prejudicando uma legião de profissionais da educação.

Essa situação precisa ser analisada à luz dos desafios educacionais que o Brasil precisa superar.

As transformações produtivas, tecnológicas e de gestão realizadas em um cenário de completa globalização das atividades econômicas exige uma educação qualificada desde as séries iniciais. Como é que o professor vai se qualificar, comprar um livro, não ganhando nem 2 mil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como foi colocado, agora, que o professor recebe? Ele nem consegue se manter, imagine comprar um livro decente para poder ler, não é?

A SRA. ROSILENE CORRÊA (*Fora do microfone.*) – Com os descontos, em Pelotas, agora, fica 1.374...

O SR. VALEIR ERTLE – É uma coisa, assim, absurda, não é?

Não há como superar esse imenso desafio em um país continental como o nosso – não é, Paim? –, sem que se assegurem recursos para financiar a educação e uma majoração gradual e significativa da remuneração dos profissionais do magistério. Como foi colocado, vários países do mundo investem 10% do PIB; o Brasil está investindo 5%. Então, para a gente... Para ser um país do futuro, tem que se aumentar o percentual do PIB, para que nós cheguemos aos 10%.

Nesse sentido, a questão em debate precisa ser olhada na perspectiva de assegurar recursos e uma remuneração adequada, para que seja possível dar um saldo de qualidade na educação brasileira.

Porque não é só recurso, não é? São condições mínimas de trabalho, uma boa escola, uma escola bonita, que possa acolher os professores e todos os alunos.

Lamentavelmente – não é, Paim? –, o que tenho visto são sinais de que, na LDO para 2025, já não estariam assegurados os pisos constitucionais para educação e saúde. Então, tem isso que foi colocado. A gente viu em algumas matérias, inclusive, que vai sobrar dinheiro para outros investimentos, o que é um absurdo, não é?

Crescem as pressões pela desvinculação da receita para essas áreas estratégicas. Saiu uma matéria recente, agora: se se vai desvincular, quantos bilhões o Governo Lula vai ter para aplicar em outros? É uma coisa absurda isso.

Vão reduzir as emendas parlamentares, porque é um absurdo o que tem hoje de emendas parlamentares que a gente nem sabe para onde vão. Não têm obrigação aquelas emendas secretas que aí estão.

Não há como fazer um debate de alto nível sem considerar essas questões.

Nesse contexto, é inaceitável que a baixíssima correção do piso do magistério de 2024 seja questionada ou diretamente desrespeitada nas esferas municipal e estadual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CUT conclama as representações das três esferas de Governo: mirem para o futuro, para os imensos desafios que temos de vencer!

Se cortes orçamentários precisam ser feitos, não os façam na educação nem na saúde, que são dois segmentos que não podem ser cortados em hipótese alguma.

Assegurem não só pagamento do piso nacional do magistério em vigor, mas pensem em um processo de elevação gradual do seu valor, para que tenhamos profissionais de educação remunerados de forma adequada.

São de conhecimento público os riscos a que estão sujeitos esses profissionais frente à crescente violência nas escolas.

Sabemos todos os desafios impostos para o exercício do magistério, em um contexto de forte desagregação familiar e social. As inovações tecnológicas e as ferramentas disponíveis exigem uma dedicação maior dos professores e professoras, para que dominem as tecnologias e acessem as informações e conhecimento disponíveis, para que possam assegurar uma educação de qualidade.

A gente vê quantas questões estão acontecendo nas escolas, quantos alunos desrespeitando os professores, quantas, inclusive, mortes acontecendo. Isso é uma coisa absurda!

Com as atuais remunerações, esses profissionais não têm condições de responder à altura os desafios da educação no atual estágio de transformação tecnológica. São valores que não viabilizam sequer que possam comprar livros e equipamentos elementares para exercer suas atividades com a qualidade necessária. Mais do que isso: em muitos casos, mal garantem o acesso à moradia e alimentação adequadas e merecidas.

Então, é um absurdo.

Acho que R$4.580 – não é, Rosi? – é um valor muito baixo. Teria que ser muito mais, se a gente quisesse realmente que os nossos filhos fossem bem-educados, bem preparados, para que o Brasil tivesse realmente uma preparação adequada, não é, Paim?

E, como a Rosi colocou, vamos, no dia 22, conclamar todas as categorias do Brasil – não é, Rosi? –, não só da educação, mas todos os trabalhadores, para a gente vir para uma grande marcha aqui em Brasília, em defesa dos nossos direitos, para revogar essa reforma trabalhista de 2017 – não é Paim? –, que foi desastrosa, que tirou nossos direitos, que precarizou as relações de trabalho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a cada dia. Inclusive, hoje, na própria educação, quantos profissionais são contratados por aplicativos? É um absurdo isso.

Eu estava vendo uma reportagem em que o próprio MEC estava questionando a forma como está sendo feita a formação dos profissionais, de forma *online*, colocando que não tem uma resposta adequada nesta questão. Não é, Rosi?

Então, nós temos que discutir, questionar essa questão.

As universidades só estão querendo ganhar dinheiro, mas não estão preparando os profissionais para o futuro.

Então, com certeza, no dia 22 de maio, vamos fazer uma grande marcha aqui em Brasília, Paim, para ver se conseguimos mudar essa situação que aí está, para a garantia dos direitos, a garantia do piso dos professores, para a garantia dos direitos de todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil e para fazer um bom ato.

Então, quero parabenizar vocês pela luta e, com certeza, espero que todos os...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – O dia 22 também será pelo fortalecimento das entidades sindicais.

O SR. VALEIR ERTLE – Sim, sim, com certeza. Também tem todo esse debate de fortalecimento das entidades sindicais.

Tem o Primeiro de Maio, quando vai ser feito, no Brasil todo, um ato nacional, certamente, com a presença do Presidente Lula, lá no estacionamento do estádio do Corinthians, no Itaquerão.

E o Brasil inteiro, todos os estados vão fazer o Primeiro de Maio, discutindo a valorização do serviço público, um salário mínimo decente e toda a nossa pauta, que é muito, muito importante.

Obrigado a todos e todas.

Vamos à luta! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, grande Valeir, representante da CUT.

Martha Hirsch Gonçalves, Professora Municipal do Município de Pelotas e Coordenadora do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARTHA HIRSCH GONÇALVES (Para expor.) – Bom dia a todos, todas e "todes" que nos acompanharam, que nos permitiram estar aqui, e a toda a mesa.

Eu queria fazer uma pergunta para vocês: por que a nossa profissão é tão romantizada?

Por que é que nós, professores, precisamos trabalhar e receber um salário tão baixo, que nos obriga a cumprir jornadas de trabalho exaustivas de 40 horas, de 60 horas, para nós sobrevivermos com um mínimo de dignidade?

Quem é que cuida do professor?

O professor cuida da vida de todo mundo na comunidade escolar, mas quem é que cuida da gente?

Quem é que zela pela nossa saúde física e mental, quando nós somos obrigados a trabalhar sem estrutura nenhuma, em escolas sucateadas, com falta de professores, com falta de trabalhadores da educação, tendo que fazer rifa, vaquinha, tendo que fazer quermesse, festa beneficente, porque nunca dá, nunca tem verba para nada?

Então, a gente é tão bom em fazer vaquinha, que a gente está aqui, a gente conseguiu. A gente está aqui pela vaquinha de Pix! (*Palmas.*)

Então, isso é uma forma de agradecer a todos que colaboraram conosco, a todos os colegas, a todas as pessoas que acreditam em nós.

A gente ter que vir lutar aqui demonstra que isso é um reflexo do desmonte da educação pública! Nós não ganharmos um mínimo de direito demonstra o quão desimportante é a educação.

A gente não quer só *card* na hora da propaganda política, mostrando a cidade das crianças, como é Pelotas, ou mostrando que as escolas estão caindo. A gente quer atitude! A gente quer isso na prática!

A gente quer salário! A gente não quer esmola! A gente precisa de salário!

Então, a gente está nessa luta há 16 anos. Muitos de nós já ganhamos na Justiça, conquistamos o piso do magistério na Justiça, mas, em muitos municípios, isso está sendo interrompido por subterfúgios judiciais, por emaranhados de leis que os Prefeitos conseguiram descobrir, com essas assessorias jurídicas, para burlar e não nos pagar mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há municípios, como o meu, por exemplo, que implementaram um piso municipal. Então, talvez digam que pagam o piso, mas não é o piso do magistério, é o piso lá de 2022. E, quando fizeram isso, eles desvincularam todas as nossas conquistas da carreira e congelaram numa parcela autônoma. E isso que aconteceu em Pelotas ocorre em diversos municípios do Rio Grande do Sul.

Diversos municípios desvincularam toda a luta, toda a histórica luta do magistério, e foi tudo desvinculado.

Eles congelaram a hora-atividade. Como vão congelar a hora-atividade de um professor? Se a gente trabalha antes de ir para o colégio, a gente trabalha no colégio e depois trabalha em casa? Isso é perpétuo, é permanente, não acaba!

E fora toda a papelada que nos sufoca, toda a burocracia, enquanto a gente poderia estar preparando a aula, a gente poderia aprender coisas, estar nos aperfeiçoando, estar nos aprimorando, para que a nossa práxis pedagógica seja mais eficiente para a educação, ter realmente valor na sala de aula, para que a gente possa preparar a aula ideal, perfeita para cada estudante. É impossível! A gente não consegue!

E o tempo que a gente tem, aquele um terço, aqueles três períodos que a gente ganhou na Justiça na sala de aula, para não trabalhar os 20, por exemplo – falando de 20 horas. Os três períodos a gente acaba tendo que entrar.

A coordenadora olha para você, precisa de você, e você vai substituir. Como é que você vai deixar as crianças sozinhas? Vai mandar embora a criança pequena? Eles não vão sozinhos para casa.

A gente tem que ajudar, a gente tem que trabalhar. Ninguém nos dá nada!

Então, a gente precisa conquistar o que é nosso direito, a gente veio buscar uma mudança na nomenclatura do instrumento jurídico que anualmente anuncia o reajuste do piso do magistério. Nós viemos buscar para que isso venha agora em forma de lei, e não de portaria, porque os Prefeitos conseguem liminares dizendo que não são obrigados a pagar portarias.

Então, eu mesma sou uma professora que ganhou na Justiça o piso do magistério através da assessoria do meu sindicato, mas perdi esse direito porque agora vem em forma de portaria, não vem em forma de lei o reajuste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é isso que nós viemos buscar aqui. Nós viemos buscar os nossos direitos. Nós viemos buscar... Além de todas as propostas, de todas as articulações que foram feitas aqui, a gente precisa mudar essa palavra de portaria para lei, para que tenha efeito imediato em quem está na Justiça.

E a gente tem que rever o que os Prefeitos estão fazendo com a hora-atividade, porque esse dinheiro vai para os municípios, e eles não estão pagando os professores que estão entrando agora, eles não recebem hora-atividade. Quem entra agora, em Pelotas, ganha mil trezentos e poucos reais com os descontos, sem ter empréstimo no Banrisul, porque todo mundo tem empréstimo consignado para sobreviver. O professor tem, mesmo com 60 horas.

E eu tenho vergonha de olhar para os meus colegas novos e dizer que eles têm que se motivar ganhando R$1,4 mil, arredondando, por 20 horas de trabalho. É desumano!

A pessoa vai estudar, vai fazer um mestrado, um doutorado, para quê, se a sua Prefeitura não o valoriza, se a sua Prefeitura não lhe permite ter uma redução de carga horária para estudar?

Você consegue entrar numa universidade pública federal e fazer uma pós-graduação, mas não tem tempo, porque, se você reduzir sua carga horária, perde 20 horas, você não vai comer! Você não vai sustentar os seus filhos.

E, aí, você vai fazer o quê? Você se acomoda. Né?

E a gente não pode se acomodar. Por isso que nós estamos aqui. Mas o principal é modificar esse termo de "portaria" para "lei".

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns!

Essa foi Marta Hirsch Gonçalves, Professora Municipal do Município de Pelotas, que disse que praticamente, lá, os professores...

A SRA. MARTHA HIRSCH GONÇALVES (*Fora do microfone.*) – E tenho o contracheque aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É, eu ia dizer que ganha praticamente salário mínimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARTHA HIRSCH GONÇALVES – Tenho o nosso contracheque, do novo concurso do magistério.

E Pelotas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A partir de R$4.580 devia ser, não é?

Está ganhando praticamente o salário mínimo.

A SRA. MARTHA HIRSCH GONÇALVES – Que vergonha, né?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Menos.

A SRA. MARTHA HIRSCH GONÇALVES – E a Prefeita, a Professora, disse que paga o piso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARTHA HIRSCH GONÇALVES – É o mesmo plano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vocês têm toda a razão.

Bom, agora nós temos ainda a Deputada Federal Fernanda Melchionna.

Por favor.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS) – Obrigada, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Enfim... Olha que insistimos com você, hein?

Todo mundo pedindo: "Cadê a Fernanda?", "cadê a Fernanda?". Eu digo: Ela vai entrar.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS) – Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É contigo.

Dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS. Para expor. *Por videoconferência*.) – O senhor, Senador Paim, sempre muito diligente, combativo, nas pautas da educação. A Deputada Sofia, que também estava na mesma audiência que eu, em defesa das bibliotecas aqui; minha colega, a Professora Luciene, que me escreveu; e, claro, quero cumprimentar a todos vocês pela realização desta audiência.

Quero cumprimentar a Martha, que acabou de falar e que trouxe essa denúncia importante do que acontece na cidade de Pelotas; a Profa. Paola, a Profa. Cristiane, que começaram esse movimento gaúcho pela valorização dos professores, em busca do piso, e os meus colegas, Deputados Federais, que estão na mesa: o Marcon, a Reginete, o Cpers/Sindicato...

Estou vendo aqui os colegas do Cpers/Sindicato que, aliás, abriram esse debate.

Primeiro, quero dizer que estamos muito comprometidos com a luta que está sendo empenhada pela categoria.

Martha, você estava dando esse relato, e eu me lembro bem da PEC que protelou o período de funcionamento das verbas do Fundeb.

Ainda na legislatura passada, Professora Luciene, como os Prefeitos não gastaram o recurso de 2020, com a pandemia, que precisavam gastar, do Fundeb, teve todo um movimento nacional de usar os recursos de 2020 em 2021. Inclusive, a Prefeitura de Pelotas foi uma das que defendeu, muito encarecidamente, esse movimento, encabeçado pelos Prefeitos, e eu me lembro bem da minha resposta, na época, dizendo: Paguem o piso ou deem um abono salarial para os professores e professoras, os trabalhadores em educação. O que investir não falta dentro da escola.

Evidente que tem outras pautas que são muito importantes dentro de uma escola. A gente sabe que metade ainda não tem biblioteca funcionando; a gente sabe que os laboratórios, infelizmente, de informática ou são sucateados, ou são inexistentes; a gente sabe que é preciso ter reformas, que tem problema de elétrica no Brasil inteiro, que as escolas penam pela falta de reformas, mas a gente sabe que é uma vergonha o que o Brasil paga para os seus educadores e educadoras.

E a conquista do piso, que foi uma conquista, um empenho, uma mobilização muito forte, Brasil afora, a gente sabe que muitos Prefeitos tentam transformar o piso em teto. Primeiro, colocando uma série de penduricalhos, ou mexendo nos planos de carreira, como foi denunciado pelas companheiras do movimento, quando vieram me visitar aqui no escritório, em Porto Alegre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, de fato, tenho uma agenda longa aqui em Porto Alegre hoje e não pude estar presente, senão estaria aí contigo, Senador Paim; porque eu acho que é muito importante essa realização da audiência no Senado.

O mínimo que se espera é a valorização dos professores e o pagamento do piso. Agora, a gente sabe que tem esses movimentos. Então, eu quero deixar três sugestões, para ser breve, mas ao mesmo tempo reafirmando o meu compromisso e do PSOL com essa bandeira.

A primeira foi falado pelo companheiro do Cpers.

Nós temos eleição municipal este ano. Que seja uma campanha nacional, porque a gente sabe que muitos se elegem defendendo educação, falando no tempo de televisão, falando nos debates. Termina o debate, ficam fazendo projetos para desmontar a carreira.

Então, a gente tem uma carta do movimento para todos os candidatos e candidatas, de compromisso do pagamento do piso, já vinculando à manutenção do plano de carreira e até à melhora nos municípios que não têm um plano de carreira que contemple os direitos da categoria.

A segunda: a gente pensar...

Eu falei, ventilei com as meninas, quando vieram aqui, essa ideia de avançar em sanções para os municípios que não cumprem o piso, seja colocando no rol de improbidade, seja colocando como pré-requisito para complementação das verbas federais, como falei com a Sofia.

E a terceira é a sugestão de a gente fazer eventos como este nos estados, Senador Paim. Eu estou à disposição, já tenho requerimentos nesse sentido aprovados, e sei que a Comissão de Educação, aqui presidida pela Sofia, também tem essa disposição.

A gente juntaria todos esses movimentos e faria um grande evento aqui no nosso Dante Barone, para ajudar os municípios a se mobilizarem, virem até Porto Alegre, terem ponto virtual, mas seguiria essa pressão sobre Prefeitos e Prefeitas, sobre Câmara de Vereadores, sobretudo empoderando a categoria – e é com isso que eu termino.

A gente sabe que o piso não existiria sem a mobilização das trabalhadoras em educação; a gente sabe que o Fundeb não existiria, porque era o Bolsonaro ainda, ia acabar o Fundeb, teve toda uma mobilização nacional pela manutenção e ampliação das verbas do Fundeb; e a gente sabe que os trabalhadores e trabalhadoras não serão valorizados e não terão o seu direito garantido se não tiver mobilização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O piso é lei, os Prefeitos e Prefeitas têm que pagar, contem comigo nessa luta, contem com o meu apoio.

E, de novo, parabéns pela mobilização aí em Brasília, pela realização da audiência, Senador, e pela mobilização do movimento gaúcho de defesa e de valorização dos professores municipais.

Um abraço a todos, todas e "todes". (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Deputada Federal Fernanda Melchionna e Silva.

Muito gentil como sempre, parceira de todas as horas... Quantas e quantas... Eu ia dizer caminhada, mas em cima de caminhão não dá, não é?

Quantas falas em cima de caminhões pela Grande Porto Alegre fizemos e tratando sempre de temas de interesse do povo gaúcho, como é a educação, que é fundamental.

Parabéns, Melchionna!

Agora vamos para... Eu vou convidar vocês para retornarem para o Plenário.

Todos que estão aqui falaram, não é?

Nós temos ainda uma quarta mesa.

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Posso só responder...?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu peço que... Não, a Deputada fica, a Deputada fica aqui na mesa. Se tiver mais uma Parlamentar...

Não tem, né? (*Pausa.*)

Então, peço que retornem à primeira fila, e eu vou chamar a quarta mesa. Depois você fala.

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero lembrar que tem uma série de perguntas que os convidados vão responder, viu? São para vocês as perguntas, não é para mim não! Eu só faço a pergunta.

Mas o pessoal vai dar antes para vocês as perguntas, que vieram do e-Cidadania, de diversos estados do Brasil. Vocês dão uma olhada, e cada um escolhe uma ou duas para responder, o.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quarta mesa: Michele Pires Tavares, Presidente do Sindicato dos Professores do Município de Guaíba (SPMG) e Coordenadora do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos. (*Palmas.*)

Profa. Altamira Souza, Sindicato dos Municipários de Pelotas (Simp). (*Palmas.*)

Professora... (*Pausa.*)

Estão me dizendo agora... sabe quantas mesas eu tinha aqui? Duas, mas agora tem uma terceira. Pode ser? Pode. Agora tem uma quarta? Pode. Agora tem uma quinta. (*Pausa.*)

Tem uma quinta, porque esse não estava... então é uma quinta mesmo. A quarta eu tenho aqui. Agora veio mais um. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

Quem é da quinta mesa? Pode dizer o nome? Diga o seu nome.

Eu convido-o, já, e pronto. (*Pausa.*)

Venha para a mesa, aqui é só na mesa. Venha para a mesa. Se você não vier para a mesa, vai ser discriminação minha contigo. Olha bem, não existe isso.

Venha cá, meu parceiro que, logo que chegou, tirou uma foto comigo aqui; disse que me conhecia há 50 anos, mas nunca tinha tirado uma foto comigo.

Seja bem-vindo.

O SR. EDSON GARCIA (*Fora do microfone.*) – E foi meu único... meu único voto para o Senado a vida inteira foi do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado.

Ele tinha que terminar um dia, não é? Faz 40 anos que eu estou aqui dentro.

Então, vamos... você tem tempo, Deputada?

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então vamos passar a palavra aos nossos convidados da última mesa e, em seguida, vocês poderão, nas considerações finais, escolher alguma das perguntas.

Vem um rol de perguntas; você recebeu as perguntas?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É. Então, veja aí. Todos os convidados têm que ter acesso às perguntas.

Passo a palavra para a Michele Pires Tavares, Presidente do Sindicato dos Professores do Município de Guaíba e Coordenadora do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos.

Dez minutos.

A SRA. MICHELE PIRES TAVARES (Para expor.) – Bom dia a todos. Cumprimento, então, o nosso Senador e agradeço muito por essa oportunidade que nós estamos tendo aqui, a todos que nos ajudaram a estar aqui, como as colegas falaram, colaborando, como a Martha disse, com o Pix para que a gente pudesse vir para cá e cobrir a nossa alimentação, o nosso transporte, para estarmos aqui hoje nesta audiência; ao meu sindicato, do qual eu sou presidente; e à Profa. Fernanda Pereira, de Guaíba, que foi quem me apresentou a Profa. Cristiane, essa pessoa tão especial que, junto com a Paola, vem coordenando esse movimento tão importante, que hoje, como ela mesma disse, consegue atingir diversos municípios, tanto é que atingiu Guaíba.

Eu sou professora há 21 anos – há 15 anos, servidora pública de Guaíba –, tenho 60 horas, porque, se eu não tiver 60 horas, talvez eu não consiga fazer tudo aquilo que eu gostaria de fazer: ter a minha formação, ter a minha vida particular, assim como as minhas colegas. Mas será que é justo entrar no trabalho, em uma escola, às 8h da manhã e sair às 10h da noite? O dia passar, o banco abrir e fechar, os mercados, as lojas, e a gente continuar lá, com amor, encerrando um turno e iniciando outro, e, pela terceira vez, iniciando outro, e mostrando um sorriso no rosto?

Porque aquele aluno que chegou de tarde não pode saber que a gente está cansada de quatro horas trabalhadas de manhã, e o que vem à noite, que sai do seu trabalho, porque ele espera que ele consiga uma formação na EJA, tem que ser recebido também com um sorriso no rosto, com muito profissionalismo e com muita dedicação.

Então, hoje, as minhas colegas vieram falar da valorização, do descaso, e eu preciso, em nome dos 900 professores, aproximadamente, de Guaíba, de onde eu sou, e dos meus 800

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sindicalizados, do sindicato do qual eu sou presidente, falar da minha cidade, que não é diferente de nenhuma das de que as gurias estão falando, e que é igual a todas as cidades do estado que eu defendo. Eu venho representando Guaíba, toda a região Costa Doce, e eu uso como exemplo a minha realidade, porque ela não é diferente da de outros lugares.

A palavra que representa Guaíba é deboche. Por quê? Tudo para as outras secretarias, nada para a educação. Por que a criação de um PL que originou uma lei em que os novos concursados recebem por três anos, até o término do estágio probatório, o nível 1 do magistério? Com todo o respeito do mundo, eu lhe faço uma pergunta, Senador: o senhor é Senador, foi eleito como Senador, trabalha como Senador; o senhor acharia justo receber como Vereador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro que não, que é o caso de vocês também. O salário de vocês...

Acho que a melhor resposta que eu posso dar é isto que eu ouvi aqui: primeiro, como você falou – quero inclusive cumprimentá-la –, trabalhar...

A SRA. MICHELE PIRES TAVARES – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... das 8h da manhã às 10h da noite é trabalho escravo – para mim, é quase que trabalho escravo –; é contra, fere todo e qualquer princípio do mundo do trabalho; e ganha um salário ainda desse tamanhinho.

Então, você tem toda a razão. É inadmissível, é inaceitável. Por isso, eu estou muito mais bem impressionado aqui do que no primeiro momento em que vocês me procuraram e me propuseram este momento. Claro, não tiveram o tempo adequado, porque eu atendo todo mundo quando eu chego lá no escritório do Rio Grande do Sul, que é em Canoas, mas tudo que eu ouvi hoje só aumenta o nosso compromisso com a causa de vocês.

A SRA. MICHELE PIRES TAVARES – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E não adianta eu dizer que vocês são heroínas. Vocês querem ser heroínas, mas reconhecidas, com salário decente e trabalho decente.

A SRA. MICHELE PIRES TAVARES – Muito obrigada por o senhor ter respondido a minha pergunta. E por que eu lhe fiz essa pergunta? Não desvalorizando o trabalho de ninguém, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vereador, que é tão importante e que deveria ser aquele que fiscaliza o trabalho do Executivo. Hoje, em Guaíba e em diversas cidades da Costa Doce, o Legislativo anda junto com o Executivo. A oposição em Guaíba pode-se dizer que são três Vereadores, que lutam e votam contra os projetos que vêm mexer no nosso plano de carreira.

Então, hoje, nós somos a quinta em arrecadação do estado e estamos indo para a quarta, porque nós temos a Toyota, nós temos a CMPC. E uma cidade que está em quinto lugar na arrecadação do nosso estado não pode pagar o piso?

Não pode dar um reajuste digno para os professores, que são quem forma todos os alunos que vão estar naquela cidade e que vão ajudar nessa arrecadação? Essas famílias? Eles não podem dar mais do que R$20 no vale-alimentação? Porque foi R$20 que nós ganhamos no vale-alimentação.

A data base, que pela lei do piso sempre foi janeiro, foi mudada para janeiro. Não, a data base pela lei do piso é janeiro, mas foi mudada para que a gente recebesse a partir de janeiro. Nós não recebemos o aumento a partir de janeiro e não sabemos quando vamos receber esse retroativo. E já temos processos na Justiça, coletivos e individuais, por outras gestões que também não pagaram o retroativo. Estamos na Justiça com a lei do piso e com outras irregularidades.

Dentro da desvalorização da minha cidade, dentro da desvalorização das cidades próximas e de todo o estado, eu penso assim: por que não para a educação? E não consigo chegar a uma conclusão – nenhuma que me mostre que esses gestores estão corretos.

Hoje, Guaíba é um dos piores salários do Brasil. E em que eu acredito enquanto professora, enquanto educadora, enquanto Presidente do meu sindicato? Nós viemos até aqui. Eu saí sozinha de Guaíba, às três da manhã, fui para um aeroporto pegar um avião e chegar a Brasília. Eu nunca me imaginei estar aqui, e hoje estou tendo a honra de estar aqui ao seu lado, ao lado dos Deputados, das minhas colegas, lutando por uma causa que é meu direito.

Eu vim aqui lhes apresentar que o meu Prefeito, os Prefeitos das outras cidades do estado estão errados, sendo que existe uma lei. Então, assim como eu vim, precisam ir às cidades, precisam ir ao Rio Grande do Sul, precisam cobrar. Nós cobramos do Ministério Público, nós fizemos denúncias, mas a gente não sabe o que acontece, porque os anos passam e nada muda essa realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu listo aqui, brevemente, para vocês, um exemplo, em que mais de 2,8 mil funcionários no cargo de apoiadores do nosso Prefeito recebem em torno de 43 mil... 754 com 24, em dezembro de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Quanto?

A SRA. MICHELE PIRES TAVARES – Quatro milhões e trezentos mil reais em quatro meses; 43 milhões e 754 mil com 24, correto? Não tem um errinho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MICHELE PIRES TAVARES – É, não existe erro. Enquanto isso, faltam professores.

Enquanto isso, nós tivemos que pedir, encarecidamente, um decreto, no mês de março, à nossa Secretária de Educação...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MICHELE PIRES TAVARES – ... para que liberassem os professores para cumprir a sua atividade em casa, porque todos estavam exaustos de ficar dentro de escolas que não têm recursos humanos para que a gente possa planejar; substituindo colegas; e o mais grave: substituindo conteúdos e disciplinas em que eu não tenho formação. Tem professor de educação física dando aula de matemática para o nono ano; aluno que vai sair para o ensino médio sem saber.

Então, eu peço que olhem. O pagamento do piso não está existindo, mas tem tanta coisa errada, tanta desvalorização, tanto descaso, tanto deboche.

Se o senhor se apavora com o que eu disse dos milhões, então eu encerro dizendo: conquistas do último Governo de Guaíba; primeiro Prefeito da história a congelar o salário de uma categoria nova, que está entrando com toda fé e garra para o magistério, e o primeiro Prefeito da história de Guaíba a não permitir que o sindicato fizesse uma assembleia para falar sobre o reajuste deste ano.

Calar a boca dos professores não é diálogo. Nós ouvimos há quatro anos: "Piso se paga, piso não se discute". E é para isso que eu, Profa. Michele, junto das minhas colegas, estou aqui. Piso se paga, piso não se discute, Sr. Prefeito de Guaíba.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos.

Michele Pires Tavares, Presidente do Sindicato dos Professores do Município de Guaíba, Coordenadora do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos, meus parabéns pela fala, até assustadora.

Ela deu números aqui e eu disse: dá para repetir? Dá sim; é isso mesmo. Trabalhar das 8h às 10h da noite...

Quando eu comecei a trabalhar em Caxias do Sul, era metalúrgico e ganhava um salário deste tamaninho. E eu trabalhava até às 8h da noite. E só eu sei, eu chegava em casa morto, mas morto mesmo. E você – só um pouquinho, deixe-me só complementar aqui –, e ela trabalhando das 8h da manhã às 10h da noite.

A SRA. MICHELE PIRES TAVARES – Com a sala de aula e com a presidência do sindicato, em que nós não ganhamos nada a mais. Ele só agrega, dando a cara a tapa pela educação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha só, obrigado.

Vou bater palmas de novo para você. (*Palmas.*)

Só um minutinho, porque falta só uma convidada ainda: Altamira Souza, do Sindicato dos Municipários de Pelotas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, ele sim; eu digo convidada. Agora eu tenho um convidado. (*Risos.*)

Gostou, não é? Mas depois eu vou te dar a oportunidade, sim. É que o nome dele não me chegou aqui na mesa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, o nome dele, eu digo, é dele.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, você ajudou aqui. O nome dele, que está aqui comigo, não chegou aqui ainda. Por isso que eu estou com a falta dele aqui, mas vamos lá.

Altamira Souza, do Sindicato dos Municipários de Pelotas, por favor.

A SRA. ALTAMIRA SOUZA (Para expor.) – Boa tarde. Já virou o meio-dia, então é boa tarde.

Eu vou começar a minha fala citando Ariano Suassuna, que diz: "É muito difícil você vencer a injustiça secular, que dilacera o Brasil em dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos".

E, infelizmente, o que a gente tem visto ultimamente na educação é este segundo Brasil, em que a educação tinha que ser prioridade, e infelizmente ela não tem sido, a começar pela valorização dos professores.

Bom, eu sou representante do Sindicato dos Municipários de Pelotas, faço parte da Comissão de Educação do município e estou como Vice-Presidente do Cacs, que é o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb.

E o que a gente tem visto no nosso município é que a Prefeita – que também é nossa colega, porque ela é professora – não tem cumprido, desde 2022, o reajuste do piso nacional dos professores. Por que ela não tem cumprido? Porque ela alega que é uma portaria do MEC e não uma lei. Então, desde 2022, que foi quando ela criou um PL na cidade, que aí veio... Até então ela falava que era para ter uma isonomia de todos os professores da cidade, que não foi o que aconteceu. Quem entrou até o dia 8 de março de 2022 no magistério municipal pelotense recebe um x; quem entrou a partir do dia 8 de março, Dia Internacional das Mulheres, que foi o dia da votação e foi o nosso grande presente – porque a gente sabe que o magistério, principalmente o magistério da educação básica é composto basicamente por mulheres, muitas vezes mulheres que são provedoras da sua casa, que trabalham 40, 60 horas para ter o mínimo de dignidade num salário –, desde então ela vem fazendo o quê? Ela entra com uma liminar, e a Justiça concede, para que ela não pague o piso.

Hoje, na cidade de Pelotas, a gente recebe de base R$3.992,20. Eu, ainda, como entrei antes do ano de 2022 para a prefeitura municipal, eu ainda tenho uma parcela autônoma que foi congelada em que está a minha especialização, a minha graduação e meus avanços, sendo que o piso hoje é de R$4.580,57. Só que o problema maior ainda é... O que acontece? Para quem entrou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depois do dia 8 de março de 2022, essa parcela fica em R$362 para quem tem especialização ou mestrado – R$362. Eu faço uma pergunta: o que se faz com R$362? Nada. Então, para que o professor vai estudar, para que ele vai se valorizar, se os nossos gestores simplesmente não fazem isso?

Eu trabalho numa escola de educação infantil, eu estou professora de educação infantil, 40 horas. Eu atendo sete turmas com iniciação à literatura, mas, na maioria das vezes, eu não consigo dar minha aula de iniciação à literatura, porque eu tenho que entrar para dentro da sala porque faltam profissionais. E os auxiliares, na cidade de Pelotas, nesse PL, também foram tirados do quadro de magistério, porque o que acontecia? As gurias se qualificavam, faziam graduação, e, para não ter que pagar essa graduação – porque as gurias entravam na Justiça e era concedido esse benefício da graduação –, elas foram retiradas do quadro de magistério. Então, hoje em dia, para ser auxiliar de educação infantil, ganha-se mil e poucas pilas. Então, ninguém quer. Muitas vezes, são chamadas e elas não querem, porque elas fazem o serviço braçal dentro de uma sala de aula e elas não querem.

Quantas vezes a minha auxiliar teve que ficar com a minha turma para que eu pudesse ficar preenchendo lá as demandas de chamada, meus planos de aula? Porque aí tem toda uma burocracia por fora que a gente tem que fazer, e o professor começa a aula dele quando ele sai de casa; no final de semana, quando ele está preparando a aula dele; não é quando ele bota o pé dentro da escola. Como é que o professor vai chegar dentro da escola sem ter a sua aula preparada? Não pode. Então, a gente já começa... A gente não para de trabalhar nunca. Muitas vezes são 10h da noite, 11h da noite e os pais estão nos mandando mensagem no WhatsApp.

Então, a gente atende principalmente na educação infantil, porque é lá a base, onde começa tudo. E para ganhar R$3.992? E trezentos e poucos para ter uma especialização? Faz mais ou menos uns dois ou três anos que eu me tento pelo mestrado. Mas para quê? Só para mim, para minha valorização, porque, se eu realmente for colocar, eu não vou ganhar nada a mais. A gente não tem – a gente não tem! –, na cidade de Pelotas, um plano. Não tem! Se eu tiver... Eu tenho duas especializações, uma em educação infantil e, outra, em psicopedagogia. Eu ganho por uma delas. Se eu for fazer o mestrado, ou se eu fizer doutorado, eu não vou ganhar nada a mais por isso; e quem entrou depois do dia 8 ganha uns trezentos e poucos.

Que tipo de valorização é essa? Nós não temos plano de carreira; nós perdemos parte da verba do Fundeb por não reduzirmos as desigualdades sociais na cidade, por não aumentarmos o Ideb, mas como é que tu vais aumentar alguma coisa se a própria prefeitura está fazendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desigualdade entre os próprios profissionais que estão lá dentro? É muita incoerência que a gente vê por aí.

Material do bolso. Muitas vezes tu queres fazer alguma coisa diferente com os teus alunos e tu não tens. E aí o que tu fazes? Tu vais lá e compras do teu bolso, para não deixar aquela criança desprovida daquilo que tu queres fazer. Por mais que seja uma caixa de gelatina para colorir a água, por mais que seja um corante, tu vais lá e tiras do teu bolso, porque não tem! E aí eu pergunto: onde é que fica essa valorização? Uma pessoa que dizia, lá em 2022, que queria fazer o quê? Que ela queria uma isonomia entre os profissionais da educação no Município de Pelotas, ela conseguiu fazer o quê? Uma discrepância: uns ganham um tanto, outros ganham bem menos.

Às vezes a gente se revolta porque a gente tem, na cidade de Pelotas... Ela é a quarta cidade mais populosa do Rio Grande do Sul e, se vocês acessarem o Portal da Transparência do município, vocês vão ver que nós temos em média 3,5 mil professores na cidade e 91 orientadores – que é o que compõe hoje o magistério municipal pelotense. Só que a gente vê que, cada vez mais, a cada ano que passa, a gente vai ficando para trás. Além de não pagar o piso – porque ela batia no peito e dizia que ela tinha sido vice do Eduardo Leite; ela dizia que ela pagava o piso na cidade, principalmente quando esse PL passou pela Câmara de Vereadores por um voto, por um voto ele passou na Câmara de Vereadores. Ela falava que era a valorização, que ela, como professora, ia começar a valorizar os colegas, e até hoje...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALTAMIRA SOUZA – ... a gente está esperando. Está terminando o segundo mandato dela e a gente não está vendo isso.

Lá na cidade, como foi falado aqui, realmente não se pagam os aposentados pelo Fundeb. Só que o que acontece? Os aposentados, quando chegam lá, perdem hora-atividade, que hoje já não tem mais, mas quem tinha entrado antes recebia a hora-atividade – hoje não se recebe mais –; eles perdem o vale-alimentação porque aí, quando fica velho, não precisa comer. Não é? Quando está aposentado, não precisa comer. Um tempo atrás, quem tinha duas matrículas no município recebia pelas duas matrículas, mas, quando o Eduardo Leite foi Prefeito da cidade, passou a se receber um vale-alimentação por matrícula, por CPF. Então, você pode ter duas matrículas, mas você recebe um vale-alimentação por CPF.

Agora, nós tivemos uma assembleia no início do mês de abril por causa da data-base: nós praticamente não recebemos, zero aumento na data-base, sem contar que não recebemos o piso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não recebemos um centavo de aumento no salário na data-base. E o vale-alimentação, que não vai lá para os aposentados, foi reajustado em R$100, sendo que, quando você está de licença ou quando você está de atestado, você tem um desconto daquele dia. Quem está de licença-maternidade não recebe vale alimentação. Quem está de atestado, se tiver dois dias de atestado, vai ter dois dias de desconto no vale-alimentação. Aposentado não recebe vale-alimentação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ALTAMIRA SOUZA – Não precisa comer. Está doente, não precisa comer.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALTAMIRA SOUZA – Durante a licença-maternidade, também não precisa comer.

Então, a gente só quer uma coisa: a gente quer a valorização. E eu acho que a valorização começa lá com aquele salário. A gente não está pedindo nada demais, a gente só está pedindo que se cumpra a lei.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Profa. Altamira Souza, do Sindicato dos Municipários de Pelotas, que deu um relato aqui preocupante.

Eu passo a me perguntar, e para os nossos convidados que estão aqui, sobre essa realidade que eu estou ouvindo aqui, porque – a gente aqui no Congresso sabe, nós somos generalistas e nós temos que tratar de tudo um pouco e com profundidade – em momentos como esse é que você percebe: isso é uma realidade em todo o Brasil ou na maioria do Brasil, tudo que eu estou ouvindo aqui?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É?

Eu vou lhe dar a oportunidade agora porque você pediu antes, antes do último painelista. Mas pode falar, pode. Pega seu microfone aí.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A Professora contemplou o que eu ia falar a respeito de fim de semana. Só quero complementar um dado. Eu, quando era Professor, num feriadão, tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dois filhos pequenos, corrigi 1.780 provas, em quatro dias de feriadão. Eu consegui almoçar com meus guris no domingo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Merece o nosso aplauso aí porque de fato é... (*Palmas.*)

Passo a palavra agora para o Líder Edson Garcia, Segundo Vice-Presidente do Cpers, nosso querido Cpers, tão querido por todos nós lá no nosso Rio Grande. É uma satisfação ouvi-lo.

O SR. EDSON GARCIA (Para expor.) – Bom dia, Senador, a todas e todos os presentes.

Primeiro, eu quero lhe agradecer por me convidar para fazer parte desta mesa, porque para mim é muito simbólico. Primeiro, porque em todas as eleições em que o senhor foi candidato, eu sempre dei meu voto – e minha família toda – para o senhor no Rio Grande do Sul por saber do trabalho de respeito principalmente com a educação pública. O senhor muitas vezes foi à minha escola, onde eu trabalho até hoje, há mais de 20 anos – a primeira escola técnica e industrial do país –, e é muito importante para mim poder ter essa lembrança desse momento.

Eu quero saudar a cada uma, a cada um que faz parte do grupo, desse movimento que valoriza a educação dos professores municipais, sem nunca esquecer também que a gente faz uma luta, nós, enquanto Cpers/Sindicato, para todos os funcionários e funcionárias de escola também que, infelizmente, não estão nessa lei do piso nacional do magistério, mas que estão há muitos anos no Rio Grande do Sul sem reposição real, com um básico de R$657.

Eu quero saudar meus companheiros de CNTE, da direção da qual eu faço parte, porque eu estou Secretário de Assuntos Jurídicos e Legislativos. Temos a nossa Secretária de Finanças, a Profa. Rosilene, que já esteve numa mesa; o Prof. Cleiton, Secretário de Assuntos Municipais e que está diretamente ligado a isso; o Prof. Alex também, que é adjunto e que é meu companheiro de direção do Cpers/Sindicato.

O Cpers/Sindicato tem 78 anos e nunca esteve fora de nenhuma luta por valorização, mesmo sendo um sindicato de base estadual. E essa luta pelo piso nacional do magistério é uma luta que a CNTE e o Cpers travam há muitos anos, há muitos anos. Primeiro, porque existe muita divergência – acho que as colegas aqui muito bem já colocaram na mesa em cada depoimento – , uma vez que o piso nasceu para 20 horas e de repente virou um piso para 40 horas. E nós no Estado do Rio Grande do Sul hoje, eu com mais de 20 anos de carreira... O Governo do estado atual foi retirando todos os direitos, nossos triênios, nossas vantagens, para o piso virar teto, bem como as colegas colocaram aqui. E infelizmente muitos Prefeitos, muitas Prefeitas fazem o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo, também não honrando o pagamento do piso e ao mesmo tempo também retirando direitos para que vire teto.

E isso é a desvalorização de uma profissão, porque nós ouvimos o tempo inteiro que a educação é prioritária nos palanques, mas na prática não é. Não é por todos os motivos que todas e todos que estão acompanhando aí dizem até hoje, porque nos retiram para poder fazer de conta que nos dão.

Esquecem que nós, por exemplo, no Governo do Estado do Rio Grande do Sul, ficamos desde o Governo Sartori – e depois isso seguiu no Governo Leite –, vivendo parcelamento de salário, atraso de salário para podermos sobreviver. E quase todas e todos aqui que estão presentes ou nos acompanhando são das duas bases, estadual e municipal. E aí viveram parcelamentos de salário, atrasos de salário, empréstimos no Banrisul – o que já foi inclusive citado aqui –, porque o Banrisul enriqueceu conosco, porque nós tínhamos que pedir nossos salários emprestado para poder ter dinheiro para pagar nossas contas.

E aí vem o Governo agora, atual, que diz que nos paga piso, mas não nos paga um piso: ele tirou das nossas vantagens os valores para poder dizer que paga um piso no Estado do Rio Grande do Sul. E não paga. Ele retirou, desvalorizou a carreira, desvalorizou a profissão.

E ainda, dentro de um novo ensino médio, todas e todos aqui sabem que existiu um componente novo chamado projeto de vida. Só que o projeto de vida que nós fizemos quando nós ingressamos no magistério, na educação, foi simplesmente desvalorizado, porque quebraram os nossos projetos de vida. Também fiz algumas pós-graduações, pós-graduação no exterior e, de repente, eu vejo o meu dinheiro todo indo para o ralo, bem como a colega que me antecedeu colocou. Porque a gente se qualifica, se requalifica, investe, investe, mas, na realidade, a gente não tem retorno.

É muito importante a gente lembrar que nós, hoje, no Rio Grande do Sul, não temos data-base. Como você muito bem colocou, colega, não temos data-base. A nossa data-base é de faz de... Antes era maio, virou uma data-base de faz de conta, janeiro, porque janeiro é quando sai o índice de reajuste do piso salarial nacional do magistério. Só que isso não é data-base. Data-base é quando a gente tem algum aumento real, o que nós não temos.

O piso é lei, e essa lei pela qual a CNTE, o Cpers, os sindicatos municipais têm lutado tem que ser cumprida. É 3,62%, em 2024? É. Porque a lei, o cálculo dizem que tem que ser isso. Mas nós tivemos alguns anos do Governo anterior, que ainda bem que passou, em que era zero. Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos deu nada. E o ano em que nós tivemos um pouco mais foi porque foi acumulado, quando nós não ganhamos nada. Mas foi fictício, foi somente em um ano que nós tivemos um percentual maior. Ele é, hoje, infelizmente, ilegal. Deu 3,62%? Deu, mas é ilegal.

O que a gente está vivendo hoje é um cerceamento de direitos. Eu fui membro, por algumas gestões, do Conselho Estadual do Fundeb, quando era possível investir 60% em salários. Agora, com o novo Fundep, são 70%. O que acontecia? O governo chegava a colocar 13º, vantagens, dentro daquele percentual, para que pudesse honrar o mínimo, porque senão ele deveria nos dar ou reposição – para cumprir o percentual – ou deveria fazer concurso público, que não faz. Tanto é que no Estado do Rio Grande do Sul, hoje, nós temos 26 mil contratos e nós fizemos um último concurso para 1,5 mil vagas. Então, isso não é repor, é fictício.

Hoje, sendo possível investir 70%, com o novo Fundeb, em salários de professores, professoras, funcionários e funcionárias de escola, seria uma saída, mas tem que ter vontade política. Infelizmente, essa vontade política por parte do Governador e por parte de Prefeitos e Prefeitas nós não vemos, porque tentam o tempo inteiro nos levar a esse empobrecimento, a esse adoecimento.

Aposentados e aposentadas, hoje, pagam previdência, ou seja, ganham menos do que ganhavam em 2014. Um aposentado, uma aposentada, no Rio Grande do Sul, hoje, mostrando seu contracheque de 2014, o valor era maior do que em 2024, porque hoje eles estão fadados a pagar a previdência. No momento em que mais se tem investimento em remédio, em gastos com saúde, que não tem mais a força do trabalho, recebe-se menos do que se recebia antes. Mas aí...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – O valor nominal?

O SR. EDSON GARCIA – O valor nominal, exatamente! E nós temos contracheques lá no Cpers/Sindicato para comprovar isso. Até o senhor fica convidado a nos visitar, quando o senhor estiver em Porto Alegre, no nosso sindicato, nós vamos lhe apresentar com muita honra... Porque é muito importante a gente saber que a gente tem – não só o senhor, que eu já conheço e sei que é sério – Parlamentares, como a Deputada Luciene; a Deputada Reginete Bispo, que esteve aqui, que também muito me representa; a Deputada Estadual Sofia Cavedon, que também falou; e a Presidente da Comissão de Educação. Saudando vocês, eu saúdo os outros Deputados Federais e...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – O Deputado Marcon, que esteve aqui.

O SR. EDSON GARCIA – O Deputado Marcon, que esteve aqui também; a Deputada Melchionna, que falou ali também. Acho que é importante a gente saber e citar quem tem a cara e quem pode dar a cara para nos representar, porque nem todos os Deputados, nem todas as Deputadas conseguem estar conosco. Por quê? Porque, na hora do voto, votam contra.

Então, Senador, eu quero dizer para o senhor que a nossa luta é uma luta unificada. E eu quero muito parabenizar esse movimento – nove meses tem esse movimento no Rio Grande do Sul. Imaginem: hoje faz nove meses. Quero parabenizá-las e parabenizá-los, porque é muito importante. Que sirva de exemplo para que a gente possa ter esse movimento nacional, porque a gente não pode deixar de lutar, infelizmente. Disseram-nos assim: "Tu escolheu o magistério? A tua vida vai ser de luta, porque, se não for de luta, tu não vai ter nada". Nós não temos um minuto de trégua, nós não temos um minuto de paz, porque, quando a gente acha que a gente vai ter algum tipo de valorização, a gente é desvalorizado.

Eu quero dizer para o senhor que é muito importante, então, a gente ter Parlamentares – e também parabenizo todo o seu mandato, a sua assessoria – comprometidos com isso, porque, se nós não pensarmos na educação como forma de podermos avançar, nós vamos pensar em que para aquele e para aquela que não têm possibilidade real e que não são herdeiros nem herdeiras, que são a maioria do povo brasileiro?

Então, para finalizar, eu quero também lhe dar um abraço de uma Professora que é da sua cidade, a Profa. Maria Helena Andrade, que também faz parte do grupo do movimento por valorização. Ela não pôde estar aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDSON GARCIA – ... pois está doente. E ela disse: "Não esqueça de mandar meu abraço ao Senador Paim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está dado o abraço.

O SR. EDSON GARCIA – E quero dizer que estamos aí na luta, o CNTE, o Cpers, o Movimento dos Professores Municipais Gaúchos pela valorização, para que a gente possa ter essa luta reconhecida, fortalecida e com avanços no final, porque é isso que a gente deseja.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns, Edson Garcia, 2º Vice-Presidente do Cpers, que fez uma fala brilhante aqui no encerramento. Foi uma satisfação para todos nós.

Agora, nós vamos para a parte final ainda. O pessoal da equipe deve dizer: "Bah!, mas almoço que é bom nada, não é?". (*Risos.*)

Mas aqui é assim: em audiência pública, a preferência é dos convidados.

Nesta parte final, e eu faço sempre porque é a participação do público, eu leio as perguntas ou comentários, leio rapidamente, e cada um de vocês, que está presencialmente, poderá escolher alguma pergunta para responder.

Darei três minutos para cada um.

Quem não quiser responder alguma pergunta, se quiser fazer um comentário final, o fará.

O.k.? (*Pausa.*)

Então, eu vou à leitura rápida aqui dos comentários ou perguntas.

Do e-Cidadania, trata-se do pessoal que ficou assistindo ao debate aqui em nossa Comissão de Direitos Humanos.

Marco, do Rio de Janeiro: "Sendo o piso nacional do magistério lei nacional, não existe razão suficiente para que não seja implementado em todo o território nacional".

O.k.

Tem que ler os outros, não é? (*Pausa.*)

Elizângela, do Rio de Janeiro: "Educação é a base de tudo e o Governo do Rio de Janeiro não valoriza isso e por isso os professores não se sentem motivados em lecionar".

Luciano, de São Paulo: "Cumprir o piso nacional do magistério é o mínimo que os estados e municípios de todo o Brasil deveriam fazer. [Isso é] simplesmente vergonhoso".

Daniel, de Minas Gerais: "Tinham que pagar pelo menos para as melhores escolas, [utilizando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica como métrica] [...]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu estou lendo... Eu sou obrigado a ler tudo que está aqui, pessoal, porque senão eu estou fazendo uma censura antecipada, daí sobra para mim. A minha posição ele não passou.

Perguntas.

Everson...

Mas aqui não é uma pergunta, é um comentário só, então, vamos às perguntas.

Everson, da Bahia: "O que falta para apoiarmos os professores e darmos esse incentivo ao magistério brasileiro?".

Francinaldo, da Paraíba: "Quando o nosso Parlamento vai encarar a educação como instrumento de desenvolvimento? A educação é um custo ou um investimento para o país?".

Elisângela, do Rio de Janeiro: "Se a lei do piso é federal, como pode o Governador do Rio de Janeiro não cumprir a lei e nada acontecer?".

Ainda perguntas.

Olha, uma das audiências públicas em que mais chegou comentários e perguntas. Isso é o que eles selecionam, devem ter tirado inúmeras para o resumo final que está aqui na minha mão.

Perguntas.

Daniela, do Rio Grande do Sul: "O Governo atual não cumpriu nenhuma promessa de campanha em relação à educação, e ainda cortou verbas, como irá reverter esse caos?".

Lucca, de São Paulo: "Vocês acreditam que o país tem verba suficiente para instituir esse piso sem ferir as contas nacionais?".

Cláudia, do Acre: "Se já existe o piso nacional, por que não é seguido em alguns municípios? Seria possível criar agentes reguladores?".

Flaviany, de Minas Gerais: "Quais punições receberão os governos estaduais que não cumprirem o pagamento do piso nacional do magistério?".

Hugo, do Rio de Janeiro: "O que é necessário para o município provar que não tem capacidade financeira para cumprir o piso do magistério?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continuam as perguntas.

Talita G.N., de São Paulo: "O piso nacional deve ser cumprido obrigatoriamente, ou há alguma condição/razão, em que é facultado ao município o pagamento?".

Vittor H.C.M., de São Paulo: "Como a comunidade escolar, incluindo pais, alunos e outros profissionais da educação, pode contribuir para resolver essa questão?".

Paulo F.D.O., de Roraima: "Quais são os impactos do piso nacional do magistério na valorização da carreira docente e na atração de novos talentos para a profissão?".

Ainda dois comentários.

Artur D.A.D.S., do Rio de Janeiro: "Se a chave para o desenvolvimento do país é a educação, torna-se imprescindível o cumprimento da lei do piso nacional [...]".

Neldi L.P.B. – essas siglas são porque eles quiseram resumir o nome mais longo –, do Rio Grande do Sul: "Piso nacional não é teto, começa no valor básico. O plano de carreira existe para uma progressão em seus níveis, classes e valorização".

Tenho que tomar uma água aqui, de tanta pergunta e comentário...

Washington A.D.J.P., do Rio de Janeiro: "É importante que docentes e equipes de apoio possam ter dedicação exclusiva. Já existe algum projeto para federalizar a educação brasileira?".

José F., de Roraima: "Como os alunos público-alvo da educação especial são reconhecidos no PNE? Como a educação inclusiva é contemplada nesse documento?".

Patrícia D.C.M., do Rio de Janeiro: "Como [pressionar] [...] o Governador que não aplica a verba do Fundeb para o reajuste devido, tendo como base a Lei do Piso Nacional?".

Soraya P., do Rio de Janeiro: "Por que o governo federal não vincula a obrigatoriedade do pagamento do PNM ao repasse de verbas e negociação de dívidas com o Estados?".

É isso tudo, viu? E mais aquilo que vocês falaram aqui e foram fundamentais.

Eu pergunto, começo aqui pela primeira mesa, que está aqui, está aqui, e aqui está um resumo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alex Santos. Está aqui o Alex ainda? Alex. O Alex é o Primeiro-Vice-Presidente do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul. Então, quando todos foram citados e o seu pequeno currículo, eu vou só citar o nome e a pessoa fala.

Então, peço ao Alex que pegue, em seus três minutos finais, e dê resposta a alguma das perguntas.

O SR. ALEX SANTOS SARATT (Para expor.) – Muito rapidamente, Senador, quero agradecer mais uma vez...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEX SANTOS SARATT – ... a acolhida nesta Casa, dizer que o debate foi de alto nível...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEX SANTOS SARATT – ... de uma qualidade de informação e problematização da questão do piso, que eu acho que é adequada para que a sociedade possa compreender a sua importância, a sua centralidade e a tarefa que está dada.

Acho que nós temos aqui, do ponto de vista das perguntas que foram feitas, ao longo do debate, a exposição de diversas falas que acho que responderam à altura e

E reforço o papel desta Casa nesta luta: da importância da pauta da educação nas eleições municipais e da organização, mobilização e politização do nosso segmento dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, de professores e funcionários e da unidade entre os trabalhadores e trabalhadoras da ativa e aposentados, para que a gente possa fazer essa pauta vencer e possa apontar outros caminhos, inclusive, como Rosilene falou na intervenção dela, para o próximo Plano Nacional de Educação.

Muito obrigado.

Um grande abraço a todos e a todas que nos assistiram e que construíram esse movimento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Alex, do Cpers, 1º Vice-Presidente.

Rosilene Corrêa, da CNTE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSILENE CORRÊA – O meu colega vai responder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

Diga o nome.

O SR. CLEITON GOMES DA SILVA (Para expor.) – Cleiton Gomes da Silva, Secretário de Assuntos Municipais da CNTE.

É um prazer estar aqui, Senador.

Nesses três minutos, vou responder, como a Rosilene colocou aqui, algumas dessas perguntas, para a gente aprimorar ainda mais a discussão.

Apareceram muitas perguntas – e aqui também nas falas – sobre o que fazer para que seja cumprida a lei.

Hoje, a CNTE, junto do fórum, no MEC, já discute regulamentações. Têm que haver sim regulamentações que obriguem os estados e os municípios a cumprirem a lei, até porque eles usam muitas coisas para não pagar. No caso de Pelotas, não é a portaria que define realmente se vai pagar ou não. É a lei. Se tem a lei, tem que pagar o piso. E aí se esconde atrás: "Não, olha, é uma portaria." Não, a portaria é só cumprimento da lei de que todo ano, em janeiro, tem que ser publicado o percentual. É só para isso....

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CLEITON GOMES DA SILVA – Não, mas aí é o subterfúgio que os municípios usam. O Município não só o de Pelotas, como vários outros usam, para não pagar. E infelizmente às vezes o Judiciário aceita a alegação deles. Mas a lei é clara. Então não é a portaria que vai definir isso.

Eu também fiquei muito preocupado com um que colocou aqui a questão da meritocracia, de Minas Gerais. O Daniel. A gente tem que discutir, Daniel, que é uma coisa nacional. Não dá para a gente entrar nessa polêmica de quem tem melhor nota paga e recebe e o outro não, porque a consequência de não ter melhor nota é porque não tem maior investimento. É uma coisa óbvia. Então ele nunca vai ter e nunca vai ser alcançada. Então, assim, é um direito que tem que ser colocado para todos, sem fazer a exclusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também há uma que veio aqui de São Paulo que é a questão do que a população ou do que a comunidade escolar pode fazer. É cobrar. A gente tem que também municiar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEITON GOMES DA SILVA – ... essa comunidade escolar para que se tenha esta cobrança de colocar a importância que tem.

Outra coisa, para concluir aqui o meu tempo, é que na CNTE, desde que tenha a lei aprovada, a gente diz: piso e carreira não andam separados, andam juntos, que é todo o relato que vocês fizeram. Então o piso foi uma conquista no sentido de você ter um valor. Mas isso não está desassociado de a gente melhorar e ter a carreira. A Meta 17.1 fala disto, da constituição do piso.

Para encerrar mesmo, quero dizer para vocês, meninas, que o movimento é importante. Vocês estão de parabéns! A gente tem um avanço em alguns lugares. E vou dar um estado aqui, que é o da Bahia. A gente tem avançado na Bahia no cumprimento do piso, em alguns municípios, porque a gente conseguiu lá fazer uma organização dos trabalhadores municipais, que é a FTE (Federação dos Trabalhadores em Educação do Município). Para quê? Porque em municípios pequenos, que não tinham tanta força dentro da federação, já conseguimos ir ao município fazer manifestação. Então, você junta todos os trabalhadores e vai àquele município que não está cumprindo fazer a denúncia. É se organizar e ir para a luta, como vocês estão fazendo, para que seja cumprido.

Então, acho que aqui vocês têm o embrião de nove meses e agora têm que se organizar, para que façam essa cobrança em todos esses municípios gaúchos que não estão cumprindo, junto com o Estado.

E a CNTE e a... no caso do Rio Grande do Sul... Mas a CNTE está à disposição de vocês para ajudar nessa organização, municiando vocês, para que se tenha essa constituição de uma federação de todos os municípios para que vocês legalmente consigam chegar nisso.

E a última coisa, Senador. O Presidente Lula disse uma coisa na Conae que eu acho que a gente tem que seguir à risca.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEITON GOMES DA SILVA – Não é possível sermos 7 milhões de educadores no Brasil e não termos representações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então nós temos, nestas eleições municipais, que ter os nossos representantes. Nós temos que ter os nossos Prefeitos, os nossos Vereadores, os nossos Deputados Estaduais e os nossos Senadores. Não é possível, nós da educação continuarmos assim sem ter representação.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Cleiton, que fez a conclusão pela CNTE.

Cristiane Maria Machado de Aguiar, de Caseiros.

O que me vinha na cabeça é Caseiros.

Mas ele é muito simpático, viu?

Agora tem que, além de ser simpático, colaborar com os professores.

Fale aí.

A SRA. CRISTIANE MARIA MACHADO DE AGUIAR (Para expor.) – Bem, eu vejo a necessidade do pagamento do piso; a mobilização dos professores, como algo histórico, dos professores municipais; e eu acho que foi muito boa, excelente, esta audiência, porque trouxe à tona todas as angústias dos professores dos municípios pequenos que nós trabalhamos.

E, também, a necessidade, porque se eu não cumpro a lei, eu respondo por isso.

Por que o Prefeito, que deveria cumprir a Lei do Piso, não cumpre e não acontece nada com ele? Essa é a questão e a pergunta que eu deixo. Por quê?

Eu acho que é a resposta de muitos professores também.

E qual é a pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A pergunta ficou...

A SRA. CRISTIANE MARIA MACHADO DE AGUIAR – E qual é a pergunta? Porque não me passaram a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, mas está aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tu podes escolher a que tu quiseres.

Escolhe uma e está bem. (*Pausa.*)

A SRA. CRISTIANE MARIA MACHADO DE AGUIAR – Então eu vou escolher...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ler o nome da pessoa se quiser.

A SRA. CRISTIANE MARIA MACHADO DE AGUIAR – Deixa só eu achar a pergunta.

Aqui, a da Neldi. "Piso nacional não é teto. Começa no valor básico. O plano de carreira existe para uma progressão em seus níveis e classes e valorização."

É um comentário.

Nós não temos todas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Têm, sim. Foi dado um completo para todos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas tudo bem, eu passo para outra e depois você volta?

A SRA. CRISTIANE MARIA MACHADO DE AGUIAR – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, Paola Scariot Perondi, de Ibiaçá, Associação dos Professores de Ibiaçá.

A SRA. PAOLA SCARIOT PERONDI – E professora. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, isso aí faz parte, insistir com o aluno, para o aluno repetir: professora, professora, professora.

A SRA. PAOLA SCARIOT PERONDI (Para expor.) – Quero me dirigir aos colegas que estão lá no Rio Grande nos assistindo e dizer que a luta faz a lei. É a nossa luta que vai fazer com que a lei seja cumprida. E nós estamos aqui representando os colegas que ficaram lá nos nossos municípios, que colaboraram, que se movimentaram para que a gente pudesse estar aqui hoje trazendo o grito de todos. Então, nós pretendemos continuar em mobilização até que nós consigamos o nosso objetivo, que é o mínimo – que o nosso mínimo seja cumprido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço ao Senador por ter aberto as portas, agradeço à Deputada Luciene e aos demais que estiveram conosco, que nos abriram as portas. Quero dizer que nós vamos bater outras vezes por aí, até que a gente consiga, de fato, ter nossos direitos garantidos. Vai ser difícil parar, não é, colega Edson? Porque os professores não têm um minuto de paz, não têm.

Então a nossa luta é permanente, mas nós estamos aqui mostrando que saímos dos nossos municípios, estamos expandindo a luta, estamos nos unindo, contrariando – como nós já falamos aqui diversas vezes –, no município, um histórico que a gente tem de que a categoria não é unida.

Então, a gente está se unindo, sim. Está sendo muito gratificante ver essa mobilização da categoria e eu espero que a gente permaneça em luta, que a gente se fortaleça, se vincule às outras entidades e que possa fortalecer cada vez mais o nosso movimento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Paola Scarioti Perondi, professora de Ibiaçá. Mas ela é Coordenadora do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos.

Parabéns!

Volta então para a Cristiane.

A SRA. CRISTIANE MARIA MACHADO DE AGUIAR (Para expor.) – Sim, organizada agora, com as perguntas em mãos. Antes eu só tinha uns comentários.

Então, Lucca, de São Paulo: "Vocês acreditam que o país tem verba suficiente para instituir esse piso sem ferir as contas nacionais?".

Sim. Nós investimos hoje, 5% é investido... Nós não – o Governo investe 5% do PIB nacional para a educação. Eu acho que, se aumentarmos, dobrarmos esse PIB para 10%, daria certo, porque, no meu pensamento, educação não é despesa, é um investimento. Educação pública de qualidade tem que ser para todos, não apenas para quem consegue pagar. E o que nós falamos aqui é uma educação pública de qualidade para as crianças, para os adolescentes, para os professores – para terem condições mínimas. É muito triste, porque a gente está lutando para ter um direito, para não perder, para ter um mínimo. E para mim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Respondeu muito bem. Parabéns pela resposta, viu? (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa foi a Cristiane Maria Machado de Aguiar, que é de Caseiros, mas também faz parte da Coordenação do Movimento pela Valorização dos Professores Municipais Gaúchos.

Na segunda mesa agora, tem a Reginete Bispo, que já saiu; a Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante Silva, do PSOL, que falará em nome de todos os Parlamentares, com certeza absoluta, e até dos Senadores.

Fique bem à vontade. Você conhece o tema.

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE DA SILVA (Para expor.) – Está certo.

Eu vou continuar na pergunta do Lucca, em que a nossa Profa. Cristiane começou. A gente está implementando o novo Fundeb. A pergunta do Lucca, de São Paulo, é se a gente acredita que o país tem verba para poder fazer o pagamento.

A primeira coisa que a gente precisa entender é que o orçamento é uma peça em disputa. Num país como o nosso, então, vocês não imaginam. A sabe como é essa disputa orçamentária.

Só pelo novo Fundeb, a complementação da União vem aumentando, ano a ano. De 2021, ela aumentou 12% do que já era investido. Em 2022, 15%. Este ano, o aumento do repasse da União para todos os municípios e estados aumentou 17%. Em 2024, vai ser aumentado 19%. Em 2025, 21%. Em 2026, 23%.

Então, não apenas existem os recursos como esses recursos estão se ampliando. Por isso não à toa a gente percebe o movimento de disputar esse orçamento.

Eu complemento a questão do Lucca com a questão do Hugo, do Rio de Janeiro, que diz assim: "O que é necessário para o município provar que não tem capacidade financeira para cumprir o piso do magistério?".

Ainda que, apesar de todos esses repasses, o município diga "eu não tenho recursos", a própria Lei do Piso, no seu art. 4º, garante que, se o município abrir as suas contas e demonstrar o que ele está fazendo com o dinheiro da educação, o MEC vai lá e complementa, como, inclusive, o MEC tem complementado.

Pela questão do art. 4º, a gente tem investigado, perguntado para o MEC se os municípios fazem essa procura. E o MEC sinalizou, respondendo "sim, nós temos vários municípios que, quando precisam, nos procuram a partir do art. 4º, comprovando, abrindo as suas contas". Aí é onde mora a situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é isso o que acontece. Está na Lei do Piso também.

Vou responder a mais uma pergunta, da Cláudia, do Acre: "Se já existe o piso nacional, por que não é seguido em alguns municípios? Seria possível criar agentes reguladores?".

Vou somar com a pergunta da Flaviany, de Minas Gerais: "Quais punições [...] os governos estaduais que não cumprem o pagamento do piso nacional do magistério [receberão]?

Olha, gente, a gente precisa entender, primeiramente, que o direito é uma ciência humana. Humana! É importante a gente ter leis, é importante a gente lutar pelas leis, mas as leis estão em disputa também, o seu entendimento.

Desde que o piso foi instituído... Vejam: a previsão do piso é constitucional, de 1988.

Só em 2008, nós conseguimos ter uma lei de regulamenta o art. 206 da Constituição. Assim que essa lei foi promulgada, seis Governadores foram ao STF pedir a inconstitucionalidade dessa lei. Quais foram os primeiros Governadores? Mato Grosso do Sul, Piauí, Roraima, Santa Catarina, Goiás e Rio Grande do Sul. Isso lá atrás! Isso lá atrás!

Então, assim, a disputa jurídica sempre existiu no nosso país – está aí o marco regulatório das terras indígenas, para dizer do que eu estou falando, para exemplificar através de uma outra ótica.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE DA SILVA – Os malabarismos e as justificativas: "Ah, é o piso médio. Ah, são as horas, a hora-aula, a hora-relógio. Ah, mas agora mudou a lei do Fundeb"; eles sempre vão tentar justificar de alguma forma, e é preciso... Gente, olha, se tem algo que está consolidado no STF é a obrigatoriedade do piso nacional do magistério... (*Palmas.*)

... em todas as decisões, em todas, em todas! E digo mais: quando foi julgado o piso da enfermagem, todos os ministros remeteram ao piso nacional do magistério, porque pela nossa luta, a luta de todos aqueles que vieram antes de nós, pela força dos nossos sindicatos – está aqui a CNTE, representando todos os nossos sindicatos –, devido a isso, o único piso que tem proteção especial é o nosso. De nenhuma outra categoria está na Constituição como está o piso da educação, tanto é que, quando foi ser julgado o piso da enfermagem, isso foi novamente dito por todos os ministros; está lá, nos votos deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, apesar disso tudo, infelizmente, no nosso país, a gente tem esses coronéis que estão dentro das casas de poder, e eles atuam no arrepio da lei, porque eles têm o poder econômico com eles. E aí a maior derrota deles tem que ser nas urnas. A gente tem que cassar essa gente na urna. Não tem outro jeito! Não tem!

Então é óbvio: a gente vai continuar fazendo a luta jurídica? Vai!

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE DA SILVA – E, se não resolver aqui, denúncia internacional. Está aí a Lei de proteção Maria da Penha. O Brasil só fez a Lei Maria da Penha, porque ele foi condenado pelas cortes internacionais a ter uma legislação de proteção às mulheres.

O Brasil é signatário de todos os tratados internacionais que garantem o direito à educação, que garantem a valorização dos profissionais da educação. Então, não há que se questionar isso. Então, assim, a gente vai continuar brigando em todos os espaços: aqui no Congresso, nas ruas, mas a gente precisa entender que a educação – e, com isso, eu encerro a minha participação – significa a gente ampliar o poder popular. Então, isso não vai nos ser dado sem muita luta, e tombar os professores e não... E, quando eu falo professor, a gente tem que entender que mais de 90% somos nós mulheres.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE DA SILVA – Aí você tem o machismo estrutural escancarado, porque eles querem tombar a nossa capacidade de mobilização, de se insurgir, de emancipação.

Então, a gente vai ter que se organizar, porque, para enfrentar uma política que sofre tantos ataques, apesar de ter todas as leis que já garantem isso, a gente vai ter que usar de todos os meios. Essa mobilização – e com isso quero saudar novamente a mobilização das professoras – é muito importante, porque é assim que a gente vai avançar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem! Parabéns, Deputada Federal Professora Luciane Cavalcante, que ficou aqui do início ao fim, mas o Prof. Edson tem que sair, então, eu vou para a quarta mesa e vou começar do último para o primeiro, para permitir que ele faça suas considerações finais.

Prof. Edson Garcia, 2º Vice-Presidente do Cpers.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDSON GARCIA (Para expor.) – Bom, eu lhe agradeço muito, Senador. Eu quero dizer, rapidamente, que, primeiro, quando escolhemos essa profissão, nós tínhamos uma certeza, tudo seria trabalhado na coletividade. Isso para nós é a mola mestra, nós temos que trabalhar no coletivo. Então, no momento em que a gente tem um movimento sendo criado, lá no Rio Grande do Sul, coletivamente, que ele sirva de exemplo para que outros movimentos possam ser também criados e fortalecidos Brasil afora. Para isso, contem com a CNTE, contem com o Cpers-Sindicato, porque nós sabemos que valorização não é fácil.

Eu gostaria de falar a respeito da pergunta do Everson, da Bahia, muito rapidamente. Ele pergunta: "O que falta para apoiarmos os professores e dar esse incentivo ao magistério brasileiro?".

Falta consciência de classe para nós profissionais – professores, professoras, funcionários, funcionárias –, porque, às vezes, parece que não estamos na escola pública trabalhando com alunos e alunas, filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras, parece que a gente está trabalhando com a elite, o que não é verdade. Segundo, falta consciência de sociedade, porque nós temos que construir e modificar essa sociedade e, para isso, fomos para dentro das escolas.

Como a gente vai modificar? Modificando nas urnas. Nós precisamos ter Parlamentares que nos representem. Não adianta colocarmos Parlamentares no Senado, tanto nas Assembleias Legislativas quanto aqui na Câmara Federal e nas Câmaras Municipais, que não nos representem, porque daí nunca vão ter essa consciência também. E responsabilidade política, porque nós precisamos dos políticos. Onde é que a gente luta? Na frente das Câmaras, das Assembleias, do Senado, dos palácios dos Governadores. O que tem lá dentro? Só político. Então, nós precisamos ter também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDSON GARCIA – ... essa responsabilidade conosco.

Muito obrigado, então, eu quero lhe agradecer mais uma vez. O convite para o senhor ir até o nosso sindicato está feito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou!

O SR. EDSON GARCIA – Aguardamos. Muito obrigado e boa tarde a todas e todos. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Edson Garcia, 2º Vice-Presidente do Cpers. Você sabe que um dos primeiros debates que eu tive sobre cotas foi lá no Cpers? Aqui veem um defensor das cotas. É uma realidade, hoje, na área pública e também nas universidades. Foi no Cpers que eu aprendi. O Frei David foi fazer uma palestra lá. Eu presidia o Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e era já o Coordenador da Central Estadual de Trabalhadores do Rio Grande do Sul, chamada CET, e foi ali no Cpers que eu...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Óbvio. Parobé é grande.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma hora dessas vamos falar mais do Parobé, lá é muito importante. (*Pausa.*)

Altamira Souza, do Sindicato dos Municipários de Pelotas.

A SRA. ALTAMIRA SOUZA (Para expor.) – Bom, eu acho que a valorização, como a gente tem debatido, ela está, não precisa, acho, que criar, é só nossos governantes mesmo, não é, os Prefeitos, do que a gente está falando aqui, pagarem o que eles têm que pagar, que é o piso nacional, e não colocar "Ah, não vou pagar por isso, não vou pagar por aquilo".

Eu me lembro de que, em 2022, antes do PL lá na cidade, o que aconteceu? Esperava-se a portaria para poder pagar o reajuste do magistério. Saiu a portaria, e aí não se pagou dali para frente porque se espera uma lei. Então é muita desculpa, é aquela coisa: sempre se dá uma desculpa para aquilo que já está pronto. Então eu acho que a valorização, já foram criados os meios para essa valorização, o que precisa ser agora é ser cumprido.

E, como a Deputada falava, nós no magistério, a maioria, praticamente, principalmente na educação básica, são mulheres, e a gente sabe que a gente tem jornada muitas vezes tripla. A gente trabalha na escola, a gente leva trabalho para casa, a gente tem filhos, a gente tem família para cuidar, e muitas vezes é só em cima das nossas costas. E muitas vezes aquele que está lá em cima, como já se ouviu da nossa Prefeita: "Ah, tu estás onde estás porque quiseste". Sim, porque era o que eu queria, mas a gente quer valorização e a gente precisa dessa valorização. Tudo passa pela valorização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, como representante direta da educação infantil, não desmerecendo lá a universidade, não desmerecendo as séries finais, mas a gente tem uma infância sendo lapidada nas nossas mãos. E muitas vezes o que a gente tem dentro das escolas de educação infantil são coisas que, se a gente parar para contar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALTAMIRA SOUZA – ... as pessoas não acreditam, porque desde maus tratos até coisas que muitas vezes ninguém acha que ainda aconteça, mas a gente está lá, e para ganhar um salário que, muitas vezes, no final do mês, falta para tu colocares comida na tua mesa.

Eu tenho dois filhos. Desculpa me emocionar, mas eu criei meus filhos sozinha, sou divorciada, e muitas vezes eu tive que pegar coisa por fora para poder dar educação para eles, pública também. Um dos meus filhos estuda na universidade, no IFSul, em Pelotas, fazendo a graduação dele. E hoje eu me orgulho de tudo que já passei até agora para poder dar uma educação básica para os meus filhos. E eu sei o que passa pelas nossas mãos dentro das escolas, a gente só está pedindo valorização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Altamira Souza, Sindicatos dos Municipários de Pelotas, que não só emocionou todos nós, acho que todo mundo se emocionou, mas que as lágrimas que você aqui derrubou sejam lágrimas que iluminem o caminho dos governantes, para que atendam a demanda dessa categoria, que é quem dá luz para nós todos, para haver um mundo melhor para todos.

Sem educação, a gente não vai a lugar nenhum. Todos nós sabemos disso.

Parabéns pela sua fala!

A SRA. ALTAMIRA SOUZA – Senador, posso falar uma coisa? (*Pausa.*)

Eu estou muito emocionada, gente. Eu saí de Pelotas sexta-feira. Eu vim de ônibus. Saí de Pelotas, no ônibus, para Porto Alegre às duas horas da tarde. Cheguei em Brasília ontem às nove e meia da manhã. E agora, às dezoito, eu retorno e só chego quarta-feira na minha cidade. E eu estou aqui com uma esperança que eu trouxe na minha bagagem de dias melhores para o magistério, para que realmente nós consigamos essa valorização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Várias colegas agora me mandaram mensagem no WhatsApp. E eu sei que a minha esperança é a mesma esperança delas. Por isso que eu me emociono, porque eu sei que a gente tem tudo na mão para essa valorização. Só falta ela acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais uma vez, Altamira, pelo seu depoimento. (*Palmas.*)

Nós estamos sendo ainda acompanhados aqui pela Rádio Senado, pela TV Senado e pela Agência Senado. E o Brasil todo ouviu os depoimentos de vocês. E esse agora, com lágrimas, chamando – chamando – o respeito e o investimento na educação, o respeito aos professores e professoras.

Estamos falando aqui não é nem avançando em valores, mas pedindo que paguem o piso, esse foi o eixo principal, e, naturalmente, o plano de carreira, que a gente quer que aconteça.

Se vocês permitirem, algumas coisas desta nossa audiência pública serão recortadas e colocadas nas redes. Acho que não há problema nenhum, não é? Para fortalecer o movimento.

Michele Pires Tavares, Presidente do Sindicato dos Professores do Município de Guaíba.

A SRA. MICHELE PIRES TAVARES (Para expor.) – Então, eu vou responder ali à pergunta do Vittor, de São Paulo, que pergunta: "Como a comunidade escolar, incluindo pais, alunos e outros profissionais da educação, pode contribuir para resolver essa questão?".

A escola não existe sem a comunidade escolar e não teria sentido nenhum essa comunidade estar dentro das escolas se não tivesse o professor. Hoje nós não temos apoio dos nossos governantes, mas nós precisamos ter o apoio da comunidade escolar. É preciso que se inicie, lá dentro do nosso município, do município das minhas colegas, dentro da comunidade escolar de cada uma, essa valorização, que os pais entendam que nós não estamos pedindo mais salário, como muitas vezes eles entendem, que nós estamos aqui para pedir mais. Pelo contrário, nós estamos pedindo o que nos é de direito, porque nós estudamos, nos formamos para receber o que a gente merece. Fora todo o trabalho que a gente faz, como todas as colegas aqui já falaram, fora do nosso horário de trabalho, muitas vezes deixando a nossa família, como deixamos agora, para representar todo o Estado do Rio Grande do Sul.

Então, como a comunidade escolar pode ajudar? Valorizando esse trabalho. Hoje as mídias, as redes sociais têm um avanço muito grande. Então, colocando, apoiando, porque, no momento em que a gente tiver o nosso pai, o nosso aluno também acreditando na nossa luta, vai ser muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais fácil conseguir, porque esse pai é o eleitor, é o eleitor desse Vereador, desse Prefeito, Senador, Presidente, que pode nos apoiar também. Muitas vezes a gente pede para que os pais falem com seus Vereadores, que colocaram lá dentro do Legislativo, para que possam nos ajudar.

E só voltando ali à pergunta do Hugo, a que a nossa Deputada respondeu tão bem, eu não posso deixar de falar um recado que...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MICHELE PIRES TAVARES – ... os meus colegas mandaram dizer, que a gente agradece muito pela tua luta da 173 e a gente acredita que vai dar certo, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MICHELE PIRES TAVARES – Isso aí.

Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MICHELE PIRES TAVARES – Ai, que ótimo, que ótimo, nós queremos muito.

Então ali ele diz o que precisa para cumprir. Então, é preciso abrir esses cofres públicos, é preciso mostrar essas contas, o que está acontecendo.

As gurias falaram também muito bem sobre o Fundeb. Guaíba não tem prestação de contas do Fundeb, e muitos outros municípios também não têm a prestação de contas. Está indo para a educação? Esperamos que sim, mas não temos certeza.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos à Michele Pires Tavares, que é Presidente do Sindicado de Professores do Município de Guaíba e está na coordenação também dessa luta pela valorização dos professores.

Vamos agora então para a última mesa, na ordem que eu coloquei aqui. Martha Hirsch Gonçalves. Eu parei para tu me ajudares mesmo. Você entendeu. Apoiar professor é fogo, não é? Professora municipal do Município de Pelotas e também da coordenação desse movimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARTHA HIRSCH GONÇALVES (Para expor.) – Eu gostaria, em primeiro lugar, de dizer que de tudo que foi dito, é importante que os nossos colegas, de todos os municípios, de todos os estados, se unam a nós. E que essa luta se multiplique de forma a ganhar corpo, a ganhar força, e que a gente consiga atingir esses objetivos, porque eles não vão parar quando a gente ganhar o piso, eles vão continuar, porque a gente tem uma carreira muito defasada, muito desvalorizada.

E a gente precisa se unir enquanto classe, enquanto categoria, enquanto classe trabalhadora, mas a gente precisa também se unir nas urnas. A gente tem que pensar em quem a gente vai votar. Nós temos que escolher partidos e pessoas que estejam ao nosso lado, pessoas que votem sempre com os trabalhadores. Nós temos que pensar em pessoas que, de alguma forma, enxergam-nos como gente. Porque a gente não é visto como pessoa, como ser humano no momento em que nos tiram o direito de sobreviver dignamente, não é?

Eu faço tradução, eu vou de bicicleta dar aula particular, eu corrijo texto de gente que está fazendo doutorado. Todas nós fazemos bicos, todo mundo vende Avon e faz alguma coisa e vende comida junto. A gente não quer isso, a gente só quer dar aula.

Então, nós precisamos escolher pessoas que vão votar conosco, que vão votar com os trabalhadores, que não usem a bandeira da educação apenas na hora da propaganda política e das promessas vazias. Nós precisamos de pessoas que estejam ao nosso lado e que nos enxerguem como seres humanos, como aqueles seres humanos lá da Constituição, que têm os direitos que são sempre negados.

Porque o que adianta o piso estar na Constituição? O que é que adianta as pessoas jurarem à Constituição e rasgarem sempre a Constituição? O art. 5º e o 6º...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARTHA HIRSCH GONÇALVES – ... não têm que ser só para justificar e para ser uma estratégia argumentativa lá na redação do Enem; eles têm que ser postos em prática. Não adianta eu ensinar isso no colégio, e isso não existir na realidade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como eu não falei, fica todo mundo esperando as palmas. Então, vamos dar uma salva de palmas para a Martha Hirsch Gonçalves. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A falha foi minha, não foi do Plenário, não.

Ela é professora municipal do Município de Pelotas e também da coordenação do movimento.

O Valeir não está, já foi.

Vanessa Machado da Silva Gobbo, representante do Sindicato dos Municipários de Getúlio Vargas e também da coordenação desse movimento.

A SRA. VANESSA MACHADO DA SILVA GOBBO (Para expor.) – Muitos dos questionamentos que os colegas ou, de repente, mais pessoas da sociedade trouxeram são os nossos; são todos esses questionamentos que nos motivaram a estar aqui hoje, mas alguns me chamaram a atenção entre todos.

O Lucas, de São Paulo, falou das contas públicas. Eu gostaria de perguntar para ele: tudo que ele paga de Imposto de Renda, de impostos de forma geral, se ele acha que o nosso país não tem dinheiro para contribuir com a educação. Eu devolvo a pergunta para ele, porque a carga tributária que eu pago é enorme. Então, se for calcular e juntar de todo mundo, tem dinheiro sobrando, sim.

Uma das coisas que a gente escuta muito dentro das prefeituras que, de repente, seja alguns dos questionamentos para os quais a gente vem buscar essa solução, é na questão, por exemplo, do Fundeb. Quando mudou a lei do novo Fundeb, eles passaram a contar o passivo como gasto com pessoal, e o Fundeb está tirando o passivo de dentro dos valores para pagar como gastos na educação. E aí é o que eles dizem, é o que a gente escuta muito: "Ah, mas tem o passivo também que sai do Fundeb". Pode? Pode, nós já perguntamos. São brechas que vão entrando, e o dinheiro que era para vir para o salário não está indo para o salário.

Outra coisa que a gente se questiona muito: por que o gasto com professores, sendo uma verba federal, impacta no limite da folha do município? Às vezes, a gente escuta: "Tem dinheiro, mas não tem limite na folha, e aí não podemos pagar porque não podemos exceder o limite da folha".

Então, tudo isso aí é o que está mexendo na questão do piso, na questão do plano de carreira; tudo eles jogam. Antes era a falta de dinheiro, antes era porque não podia, agora é porque tem o limite da folha.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VANESSA MACHADO DA SILVA GOBBO – E assim essas questões vão se arrastando, não é?

Então, são questionamentos para os quais nós também viemos em busca dessas soluções.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Parabéns, Profa. Vanessa Machado da Silva Gobbo, representante do Sindicato dos Municipários de Getúlio Vargas e Sertão e coordenadora também, entre as outras coordenadoras desse movimento.

Agora, Morgana Frigo, Presidente do Sindicato do Funcionalismo Público de Nova Bassano e também da coordenação.

A SRA. MORGANA FRIGO (Para expor.) – Muito bem!

Tem a pergunta da Patrícia, do Rio de Janeiro: "Como [...] [pressionar] o [...] [Governo] que não aplica a verba do Fundeb para o reajuste devido, tendo como base a lei do piso nacional?".

Eu acho que não precisamos especificar governo, mas vamos colocar no geral mesmo de todos os municípios. Eu acho que é isto que a gente veio tentar pedir: o que realmente dá para se fazer; o que a parte legal, a parte de toda a legislação, vai dizer em relação ao direcionamento para os municípios para que seja efetivada essa base, esse pagamento. É como a colega falou: "Ah, o dinheiro do Fundeb vem", mas ele teria que ser aplicado principalmente para pagar a folha de pagamento dos professores. O restante das verbas, a complementação do município, aí, sim, voltado para a educação, mas a gente não vê essa realidade.

Então, eu acredito que, com o movimento agora, todas essas conversas, todas essas falas, tudo que a gente pediu, comecem a ser efetivados também. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Profa. Morgana Frigo, Presidente do Sindicato do Funcionalismo Público Municipal de Nova Bassano e, também, Coordenadora do Movimento pela Valorização dos Professores Gaúchos.

Com isso, acho que todos usaram a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A assessoria aqui fez um pequeno resumo – se vocês concordarem, se quiserem incluir alguma coisa, incluam – de encaminhamentos.

Primeiro, da Deputada Profa. Luciene Cavalcante, diligência na forma de audiência pública da CDH do Senado em conjunto com a Comissão de Educação da Câmara, e não sei com a Comissão da Casp também, ao Rio Grande do Sul.

Você só inclui aí, pode colocar ali. (*Pausa.*)

Ao Rio Grande do Sul, uma grande audiência pública.

De minha autoria: antes de destinar emendas, saber se o município paga o piso nacional do magistério.

Encaminhamentos feitos pela Deputada Federal Fernanda Melchionna e Silva: carta do movimento para todos os candidatos e candidatas municipais dos compromissos de pagamento do piso; valorização dos professores; e já vinculando a manutenção do plano de carreira à criação dos municípios que não têm o plano de carreira.

É isso, o resumo que ela deixou.

Quarto, avançar com a legislação no sentido da mesma Deputada, de criar sanção aos municípios que não cumprem o piso, seja colocando os crimes de improbidade, ou seja, o bloqueio de verbas. Aqui é do Governo Federal. Teríamos que levar para o Governo Federal para que ele, então, não atenda esses municípios se não estiverem lá, vamos dizer, com a ficha-limpa. Os municípios com ficha-limpa são os que estão pagando em dia o piso dos professores.

O quinto ela também propõe, mas é aquilo que nós já colocamos, nós todos colocamos: realizar eventos nos estados e diligências com a participação de Deputados e Senadores.

É isso? Missão cumprida? Podemos encerrar? (*Pausa.*)

A SRA. MICHELE PIRES TAVARES (*Fora do microfone.*) – Quando for tudo cumprido, vai ser melhor ainda. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza, com certeza.

Mas a audiência pública de hoje atingiu o seu objetivo. Com esses encaminhamentos, já fica marcada a audiência no Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu vou dar um passo à frente, quem sabe a gente faça audiências em alguns estados, porque não é só no Rio Grande do Sul, e depois possamos fazer uma grande audiência, eu diria, no Petrônio Portela, mas está sempre em obras o nosso aqui, mas faríamos lá no Nereu Ramos. Faríamos uma grande audiência nacional no Nereu Ramos para consolidar e vamos ver se nesse dia a gente traz, inclusive, alguns ministros para estarem presentes, como o Ministro da Educação, algum representante do Ministério da Fazenda, para ver o que está bloqueando, do Tribunal de Contas... Faríamos os convites para um grande painel para discutir por que não se paga uma lei.

Eu estava aqui, porque eu sou mais velho do que a pedra aqui dentro, e votei nessa lei, participei dos debates. Lembro-me do Cristovam Buarque; daquela Senadora do PT, lá de Santa Catarina, Ideli Salvatti; e de tantos outros que trabalhavam diretamente.

Missão cumprida!

Vida longa a nossas professoras e professores!

A SRA. MARTHA HIRSCH GONÇALVES (*Fora do microfone*.) – Posso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode! Pode, antes que eu encerre! Porque, quando eu terminar de falar, eu encerro, hein! Então, fale.

A SRA. MARTHA HIRSCH GONÇALVES (Para expor.) – Uma breve consideração.

Eu gostaria de agradecer ao movimento, que me permitiu estar aqui, porque, se não fosse o movimento das gurias, ninguém estaria aqui, eu não estaria aqui. O meu sindicato – eu sou sindicalizada –, o Simp, não contribuiu com a minha vinda. Então, quando o senhor nos convida para uma outra audiência, a gente se assusta, porque nós ainda não conseguimos terminar de arrecadar o dinheiro. Talvez deva pensar numa forma de nos subsidiar de alguma forma – eu não sei como –, mas de nos ajudar. Deve haver algum jeito.

Eu queria explicar, tanto para o meu Sindicato dos Municipários de Pelotas quanto para os outros sindicatos, que nós somos um movimento que tem amparo sindical do Cpers. Nós somos um movimento de trabalhadores, nós somos um movimento classista e nós lutamos pelo direito dos trabalhadores. Nós não temos nenhum intuito de segregação sindical, nós só queremos o piso do magistério e que a nossa carreira seja valorizada.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sou Relator de um projeto que está em debate, aqui no Congresso, que vai tratar da contribuição assistencial ou negocial para as entidades sindicais.

Ora, num momento como este, se as entidades arrecadam, elas podem patrocinar a passagem.

A SRA. MARTHA HIRSCH GONÇALVES – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muitos não entendem.

A SRA. MARTHA HIRSCH GONÇALVES – Se não chegar à base, não vive.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eles querem que o sindicato viva de flores, ou de perfume, ou do ar que respira. Não querem que tenha nenhum tipo de contribuição.

A SRA. MARTHA HIRSCH GONÇALVES (*Fora do microfone.*) – Mas se o sindicato não chega à base...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exato. É o que nós queremos.

Realmente, eu venho do movimento sindical. Eu presidi o movimento sindical gaúcho e, com muita satisfação, nunca tive problema algum de arrecadação inclusive, e o dinheiro bem aplicado nos grandes movimentos. E um movimento como esse precisaria ter sustentação; se não a tem agora, oxalá, um dia tenha.

Mas eu acho que o próprio Cpers, do Rio Grande do Sul, poderia ver como... Quer dizer, daria para conversar com o Cpers, do Rio Grande do Sul, e com outras entidades no sentido de que colaborem com as passagens; não é de todos, é daqueles que vão ser os painelistas, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tarefa, é uma tarefa a ser construída, eu acho que é possível. Acho que dá para dialogar com a CNTE também, mas eu acho que dá para dialogar. A construção é coletiva. Eu digo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARTHA HIRSCH GONÇALVES (*Fora do microfone.*) – Que seja coletivamente, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É, mas construída não por mim; um indivíduo não faz verão. Por isso, eu falo...

A SRA. MARTHA HIRSCH GONÇALVES – Não! Não estou pedindo isso para o senhor. Eu estou querendo explicar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro! Eu estou entendendo, mas tem que ser um trabalho coletivo para que diversas entidades colaborem, para que aquelas pessoas...

A SRA. MARTHA HIRSCH GONÇALVES – Para que a luta aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... com essa luta e possam participar. Nós estamos nos propondo, pelo que eu percebi aqui, num primeiro momento, ir aos estados.

A SRA. MARTHA HIRSCH GONÇALVES – Claro, a gente entendeu, a gente entende.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas, no final, para mim, para fechar, deveria ser um grande evento, aqui no Nereu Ramos. Não é difícil lotar o Nereu Ramos. Com 500 pessoas, você lota. E não precisam vir de muita... Só aqui em Brasília, a gente já lota, mas tem que pegar, por exemplo, vocês, que iniciaram esse movimento, que estão na coordenação do movimento, para que estejam aqui. Cada um ajudando um pouco, dá para chegar, sim.

A SRA. MARTHA HIRSCH GONÇALVES – É um pedido para o mandato especial, é um pedido para todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Eu entendi, para todos, não é? Eu aprendi, na vida, duas coisas, desde que eu comecei lá na beira do Rio do Tega. O que é o Rio do Tega? É lá de Caxias do Sul, o rio mais poluído da cidade. É ali que eu morei. E depois, com a vida, fiz curso técnico e vim embora.

Mas sempre me diziam: "Tu é muito sonhador, as coisa com que tu sonha é impossível". E tudo aquilo com que sonhei acabou se concretizando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu falei do Estatuto do Idoso – e o Estatuto do Idoso você sabe que é uma bíblia, vamos dizer, para o idoso –, eu dizia: "Mas nem que demorem 10, 15 anos, eu vou aprovar". E aprovei. O Estatuto da igualdade Racial, 15 anos, aprovei. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, 12 anos, aprovei. A política de salário mínimo e inflação mais PIB, desde a Constituinte, aprovamos. E por aí foi. Então eu sou insistente.

Eu sempre digo que o pessimista é um derrotado por antecipação. Vocês todas são otimistas, senão vocês não estariam aqui. Eu fico com o otimismo de vocês, acreditando que podemos fazer esses eventos e podemos fazer um grande evento no Nereu Ramos. Acredito. E que nós vamos conversando, entre nós, formas de ajudar, de uma forma ou de outra. Claro que não sou eu sozinho que vou patrocinar. Mas eu acho que nós poderíamos, nesses detalhes, até conversar um pouquinho depois, conversar com o Cpers, com a CNTE, com as centrais, para que, de uma forma ou de outra, patrocinem algumas passagens. E se compra com antecedência, pessoal, eu já comprei... Porque eu não posso doar passagem para ninguém, como Parlamentar, mas eu posso, do meu bolso, comprar. Eu já comprei passagem por R$300, ida e volta, até Brasília, de avião. É que tem que ficar numa perspectiva longa e entrar naquelas ofertas que existem.

O Presidente Lula ia agora, ele ia assinar hoje – mas por causa de uma viagem não pôde – passagem de R$200. Quem sabe, até lá a gente já tenha...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É, então.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Até lá, esteja já sancionada, e a gente vai ter passagem, oxalá, de R$200, por exemplo, ida e volta, ao Rio Grande do Sul.

Vida longa aos professores e às professoras. Vida longa à educação.

Encerramos aqui. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às doze horas e vinte e dois minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Jussara Lima, Janaína Farias, Humberto Costa, Flávio Arns, Lucas Barreto, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Ana Paula Lobato, Eduardo Girão, Eduardo Gomes, Dr. Hiran, Damares Alves, Laércio Oliveira e Cleitinho, e ainda do Senador Jorge Kajuru, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Magno Malta e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da décima a décima terceira reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1145, de 2021 - Não Terminativo - que: "Veda homenagens e comemorações alusivas aos agentes públicos responsáveis por violações de direitos humanos, bem como veda a utilização de bens públicos para a exaltação ao golpe militar de 1964 e dá outras providências." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senadora Augusta Brito (*Ad hoc*), substituiu Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2846, de 2021 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.089, de (Estatuto da Criança e do Adolescente) para assegurar a permanência do lactente com sua mãe." Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). Relatoria: Senadora Ivete da Silveira. Relatório: Pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CDH. ITEM 3 - Projeto de Lei Complementar n° 150, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para instituir mecanismos de proteção à população LGBT+ encarcerada." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senadora Janaína Farias (*Ad hoc*), substituiu Senador Otto Alencar. Relatório: Favorável à Emenda nº 6-PLEN. Resultado: O Presidente designa a Senadora Janaína Farias como relatora "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável à Emenda nº 6- PLEN. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3126, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera o § 3º do art. 213 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para admitir a cobrança de multa por descumprimento de decisão judicial antes do trânsito em julgado." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Relatoria: Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao projeto com as Emendas nºs 1, 2 3-CDH. ITEM 5 - Sugestão n° 9, de 2023 - Não Terminativo - que: "Institui o mês de abril como Mês Nacional de Valorização da Cultura Brasileira." Autoria: Programa Jovem Senador. Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável à Sugestão na forma do Projeto de Lei que apresenta. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 362, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera os arts. 28, 50, 87, 92 e 197-C da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Criança e do Adolescente), para tornar prioritário o cadastro de interessados na adoção compartilhada de grupo de irmãos." Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO). Relatoria: Senadora Janaína Farias. Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2017, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas para o Ensino Superior), para estabelecer a prevalência das interpretações que conduzam à ampliação do universo de vagas às quais candidatos cotistas concorram; e dá outras providências." Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela prejudicialidade do projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH pela prejudicialidade do Projeto. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3619, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 4º da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, para excetuar o benefício de prestação continuada do cálculo da renda familiar per capita mensal utilizada para definição da elegibilidade ao Programa Bolsa Família." Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR). Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2241, de 2022 - Não Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo ao art. 18-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para condicionar o recebimento de recursos públicos a compromisso de adoção de medidas para proteção de crianças e de adolescentes contra abuso sexual." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Zenaide Maia. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 20, de 2024 que: "Requer realização de Audiência Pública para debater "Construção e efetivação do Plano Nova Indústria do governo federal"" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 22, de 2024 que: "Requer a realização de audiência pública para apresentar o "lançamento da Cartilha da Vereadora"" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 24, de 2024 que: "Requer a realização de audiência pública para discutir ações e políticas públicas voltadas para as crianças e os adolescentes indígenas em razão da atual situação de vulnerabilidade." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. Às treze horas e vinte minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência à Senadora Zenaide Maia. Às treze horas e trinta e sete minutos a Senadora Zenaide Maia devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/16

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Com dois Ministros na Casa, para as Comissões está difícil votar os projetos terminativos, mas, assim mesmo... Eu entendo que tanto a do Ministro da Educação quanto a da Ministra da Saúde devem terminar a daqui, no máximo, uns 30 minutos. Então, há condições de nós começarmos. Em primeiro lugar vai ser o seu projeto, Senadora Ivete da Silveira, e, em seguida, vamos votar aqueles que não são terminativos.

Vamos, lá, oficialmente.

Declaro aberta a 14ª Reunião, Ordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 10ª e 13ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes dos itens da pauta, informo aos Senadores e às Senadoras que os requerimentos apresentados extrapauta serão apenas lidos e que a votação ocorrerá somente na reunião deliberativa seguinte.

Vamos ao item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2846, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.089, de (Estatuto da Criança e do Adolescente) para assegurar a permanência do lactente com sua mãe.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta.

Observações: *Tramitação: Terminativo na CDH.*

A Senadora Ivete da Silveira já se encontra aqui no Plenário. Assim, passo a ela a palavra para a leitura do seu relatório. O relatório é pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta.

Por favor, Relatora, Senadora Ivete da Silveira, com a palavra.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente.

Peço gentilmente autorização para ir direto à análise.

Análise.

Nos termos dos incisos III, IV, V e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal compete à CDH opinar sobre matérias atinentes aos direitos humanos, à proteção da mulher, da família e da infância, o que torna regimental o exame do PL 2.846, de 2021, por este Colegiado.

Em relação à constitucionalidade, nada há que se opor ao PL. A matéria é de competência concorrente da União, por tratar de proteção à infância (Constituição Federal, art. 24, XV), e não há reserva de iniciativa.

Sobre a constitucionalidade material, a proposição harmoniza-se com as normas constitucionais de proteção da criança e da família, notadamente com o disposto no art. 6º da Carta Magna, que trata dos direitos sociais, entre os quais, elenca a proteção à maternidade e à infância, bem como com o art. 227, que atribui ao Estado, à sociedade e à família o dever de salvaguardar a infância, garantindo-lhe, entre outros, o direito à saúde, à convivência familiar e comunitária e à proteção ante toda forma de discriminação, negligência e crueldade.

Em relação à juridicidade, o texto tem generalidade e abstração suficientes a justificar sua transformação em norma jurídica, dotada de coercitividade, além de que inova o ordenamento jurídico, preenchendo uma lacuna na legislação em vigor. Quanto às regras de boa técnica legislativa (Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998), o projeto, de maneira geral, se apresenta na forma adequada, fazendo-se necessário pequeno ajuste de redação, conforme será detalhado adiante.

No mérito, a matéria também homenageia as regras constitucionais de proteção da infância e da maternidade e de proteção aos desamparados (art. 6º), pois busca socorrer mães e filhos num momento especial de suas vidas, marcado pela extrema fragilidade e dependência da atenção de outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não se justifica, a não ser por fortes razões de saúde, negar às crianças o direito à amamentação no seio de suas mães. Reveste-se de especial crueldade negar-lhes tal acesso em razão da pobreza de suas genitoras, prática atentatória das mais elementares regras humanitárias. É difícil conceber uma realidade em que qualquer pessoa se sinta com autoridade para impedir tão primordial direito, ainda mais sob alegação de que se trata de mulheres em situação de rua.

É difícil conceber uma realidade em que qualquer pessoa se sinta com autoridade para impedir tão primordial direito, ainda mais sob alegação de que se trata de mulheres em situação de rua.

A prática revoltante, entretanto, está documentada e é tema de denúncias constantes de movimentos sociais atuantes na proteção à maternidade, especialmente daqueles voltados para a proteção das mulheres contra o racismo e contra a violência obstétrica.

A iniciativa da Senadora Zenaide Maia, portanto, refina o conteúdo protetivo do ECA, de maneira a torná-lo mais efetivo na proteção de bebês e de suas mães. Frise-se: de todos os bebês e de todas as mães.

É necessário, entretanto, apor pequenos ajustes na redação da matéria, com a finalidade de: 1) corrigir a referência ao ECA na ementa da proposição; 2) corrigir a data da lei que instituiu o ECA, grafada no art. 1º da proposição como sendo em 13 de outubro de 1990, quando o correto seria 13 de julho de 1990; e 3) incluir pontilhado na alteração que o PL faz no art. 10 do ECA.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.846, de 2021, com as seguintes emendas que apresento.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O relatório é pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos a voto.

A votação será nominal.

Eu solicito à Secretaria da Comissão que abra o painel e, ao mesmo tempo, informe aos assessores e gabinetes devidos que os Senadores e as Senadoras podem votar pelo aplicativo, já que eu entendo que há dois Ministros nas Comissões, a de Educação e a de Assuntos Sociais.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.179980/2024-20-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Enquanto começa a votação, vamos à votação do item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1145, DE 2021

- Não terminativo -

Veda homenagens e comemorações alusivas aos agentes públicos responsáveis por violações de direitos humanos, bem como veda a utilização de bens públicos para a exaltação ao golpe militar de 1964 e dá outras providências.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE;

- Em 13/03/2024, foi lido o relatório, em seguida foi concedida vista coletiva.

Pergunto se algum dos Senadores deseja se manifestar. (*Pausa.*)

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

Senadora Janaína, vamos então – que já está presente na sala – ao item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 362, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera os arts. 28, 50, 87, 92 e 197-C da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar prioritário o cadastro de interessados na adoção compartilhada de grupo de irmãos.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senadora Janaína Farias

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CAS.*

De imediato, concedo a palavra à Senadora Janaína Farias, para a leitura do seu relatório.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Bom dia, Presidente. Bom dia, nossos colegas Senadores e Senadoras.

Queria aqui agradecer a autoria do nosso Senador Confúcio, que está ali na Comissão de Educação – mas saí de lá e o deixei sentado – e estava lá querendo discutir um pouco com o Ministro da Educação.

Então, uma vez que o relatório já foi amplamente divulgado, peço licença para, de forma resumida, ler a análise e o voto. Certo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proteção à infância. Assim, o exame do PL em tela pela CDH é integralmente regimental.

Ademais, não verificamos no PL impedimentos de constitucionalidade, de legalidade, de juridicidade ou de técnica legislativa.

O PL intenciona regulamentar a adoção compartilhada, já verificada na prática. Trata-se de forma possível de adoção a partir de interpretação do §4º do art. 28 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que admite a exceção da solução diversa à da adoção de grupo de irmãos pela mesma família; isto é, verificando-se ser improvável a adoção conjunta de todo um grupo de irmãos por uma mesma família, admite-se que diferentes famílias adotem um ou mais integrantes de um grupo de irmãos, mas não todos, desde que tais famílias concordem em manter contato a fim de reter os laços de pertencimento e de fraternidade dos irmãos. Essa parte é importante, porque a gente recentemente até viu uns irmãos que foram adotados...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se de solução que visa a impedir que grupo de numerosos irmãos, impossibilitados de serem adotados por uma só família, viva em abrigo institucional até completar a maioridade. Então, a importância desses laços.

A experiência mostra que a maioria das crianças há muito tempo nos abrigos – e que mais tinham chance de sair só com a maioridade – era daquelas que faziam parte de grupos de quatro ou mais irmãos. Então, a necessidade desse nosso aperfeiçoamento da lei.

A decisão por acolher, ou não, o PL passa por decidir se vale a pena sacrificar potencialmente a unidade de um grupo de irmãos em favor da possibilidade de que tais irmãos sejam adotados e vivam no seio de uma família, ainda que possivelmente percam o convívio quotidiano. E entendemos que, sim, vale a pena.

A proposição tem como eixo principal a inserção do §15 no art. 50 do ECA, dispositivo este que nos parece adequadamente redigido.

Contudo, como aponta a Dra. Mônica Labuto, Juíza titular da 3ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, deverá ser analisada, também, a condição sociocultural, econômica e geográfica das famílias adotantes. Conforme aconselha a magistrada, "fazer a divisão com pessoas com condição cultural e econômicas muito diferenciadas pode vir a ser um problema futuro, impeditivo da manutenção dos vínculos. [...] quanto mais semelhantes forem as experiências vividas dentro das famílias adotivas, mais fácil será a convivência e a manutenção dos vínculos entre irmãos. Também parece ser possível dizer que quanto mais semelhanças houver entre as famílias, mais fácil será para elas entrar em acordo sobre a forma e a frequência do contato que será mantido entre seus filhos. Não basta somente encontrar pessoas que aceitem essa modalidade e que encaixem os perfis desejados com o dos infantes disponíveis, é desejável, também, tentar encontrar pessoas que tenham características parecidas entre si".

Assim, a fim de pensar no melhor interesse do grupo de irmãos a ser adotado por diferentes famílias, e pensando na similitude de experiências a serem por eles vividas, teremos a apresentar breve acréscimo ao §15 do art. 50 do ECA.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 362, de 2022, com a emenda aqui apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto com a Emenda nº 1, da CDH.

O projeto segue para análise terminativa da CAS.

Eu vou solicitar à Senadora Janaína, que está chegando à Casa, está com todo o pique, que ela possa relatar o projeto do item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 150, DE 2021

- Não terminativo -

Alteração da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para instituir mecanismos de proteção à população LGBT+ encarcerada.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável à Emenda nº 6-PLEN.

Observações: *Tramitação: CDH e CSP;*

- Em 01/09/2023, a matéria recebeu parecer favorável da CDH, com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CDH;

- Em 12/12/2023, a matéria recebeu parecer favorável da CSP, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH/CSP, nº 5-CSP, rejeitada a emenda nº 4;

- Em 15/02/2024, foi recebida a emenda nº 6-PLEN, do Senador Weverton.

Concedo a palavra à Senadora Janaína para leitura do relatório.

E já agradeço à Senadora Ivete da Silveira, que se prontificou até a ficar um tempo maior, se fosse necessário. Obrigado.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Ela estava aqui. Vou agradecer também a ela.

Só um segundo, Presidente. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse projeto é do Senador Fabiano Contarato, ex-Líder do PT, e o relatório é do Senador Otto Alencar.

A Senadora Janaína está assumindo, neste momento, a leitura e o parecer do projeto, que, eu entendo, será aprovado por unanimidade por ser de um teor amplo e que vai na linha dos direitos humanos, que é o trabalho desta Comissão.

Item 3.

A Senadora Janaína é Relatora *ad hoc*.

Lembramos a todos os Senadores que estamos em votação nominal e que podem votar pelo aplicativo.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Presidente, se me permitir passar direto à análise...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Na forma do art. 277 do Regimento Interno do Senado Federal, o PLP nº 257, de 2019, retorna a esta Comissão para a apreciação das emendas apresentadas em Plenário.

A Emenda nº 6-PLEN tem como objetivo obrigar que o espaço ofertado para ocupação diferenciada pela pessoa LGBTQIA+ tenha iguais condições de salubridade em relação aos outros semelhantes no estabelecimento prisional.

Considero a proposta meritória e proporei o seu acatamento, pois assim elimina a possibilidade de se utilizar a chamada arquitetura hostil como instrumento discriminatório ao se destinar espaços insalubres às pessoas LGBTQIA+.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação da Emenda nº 6-PLEN ao Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2021, com as às Emendas nº 1-CDH-CSP, nº 2-CDH-CSP e nº 5-CSP.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Janaína. Nós já agradecemos a gentileza de V. Exa. por ter relatado *ad hoc*.

Esse foi o seu parecer.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável à Emenda nº 6-PLEN.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável à Emenda nº 6-PLEN.

O projeto vai à CSP para a análise da Emenda nº 6-PLEN.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, Presidente. Vou voltar ali para a Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. A gente agradece muito.

A Senadora Damares, sempre presente, já está aqui, vai votar e já vai assumir a relatoria *ad hoc* de dois projetos, claro, consultada V. Exa. quanto ao teor. Mas é importante votar primeiro para nós... (*Pausa.*)

Não votou ainda. (*Pausa.*)

Pronto. Agora sim, perfeito.

A gente agradece à Senadora Damares Alves, sabemos que a correria é grande, com dois ministros na Casa. Na Casa, há dois temas importantíssimos, não é? Que é a saúde e a educação.

Eu estive lá, comprometendo ambos, justifiquei que tínhamos que abrir a Comissão, que quarta passada não teve, amanhã não terá. Todos estamos envolvidos com uma série de compromissos, inclusive aqui na CCJ, que é nesta sala, e um dos temas que eu sou autor é a política de quota para servidores públicos. É um tema que envolve, eu digo, alma, coração e vida, porque é um tema que para muitos é polêmico. Para mim não é. Eu, como autor, não o considero polêmico, mas é um projeto que vai ser debatido aqui, ele pode ser, tem alguns ajustes. Senador Humberto Costa é o Relator, já aceitou três emendas. Daí o projeto vai para a Câmara dos Deputados, que tem que ir mesmo, porque começou aqui, já que o projeto é de nossa autoria. Ele vai para a Câmara, e a Câmara deve deliberar ou, se fizer alguma emenda, volta para cá.

Senadora Damares, pode iniciar o relatório?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Qual é o item?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o item... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu vou fazer a leitura da SUG 9. Eu ia fazer do item 4.

Item 5.

ITEM 5

SUGESTÃO Nº 9, DE 2023

- Não terminativo -

Institui o mês de abril como Mês Nacional de Valorização da Cultura Brasileira.

Autoria: Programa Jovem Senador

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Senadora Damares Alves para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas, antes de chegar na análise, é a gente destacar a autoria da sugestão, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O Programa Jovem Senador é fantástico, a gente tem que incentivar cada vez mais esse programa, trazer cada vez mais meninos para cá.

Vou para a análise, Presidente.

É de competência desta CDH, nos termos dos incisos I e II do art. 102-E do Regimento Interno, opinar sobre sugestões legislativas. Conforme dispõe o §11º do art. 18 da Resolução nº 42, de 2010, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a redação estabelecida pela Resolução nº 51, de 22 de dezembro de 2022, as proposições devidamente aprovadas e publicadas, em conformidade com o Programa Jovem Senador e Jovem Senadora, terão o tratamento de sugestão legislativa, o que nos leva ao já citado inciso I do art. 102-E do Regimento Interno.

Isso evidencia a regimentalidade do exame da SUG nº 9, de 2023, por esta Comissão.

É valiosa a instituição dos jovens Senadores a respeito da necessidade de se contrapor ao esquecimento, induzido pela mentalidade colonizada, a valorização dos diversos traços de nossa cultura.

É importante destacar que o conhecimento da cultura não apenas fortalece a valorização, mas também incentiva o desenvolvimento da região. Segundo Jonathan H. Turner, a cultura é um sistema de símbolos criado e utilizado por uma população para se organizar, facilitando a interação e regulando o pensamento. Outro aspecto relevante é que, ao valorizar a cultura, abre-se espaço para o crescimento da contratação local, a promoção da arte da região e uma maior credibilidade da mídia. Isso ocorre porque a mídia desempenha um papel especial, crucial ao promover a divulgação do trabalho regional e suas diversas expressões culturais.

Os meios escolhidos, ademais, são, de fato, capazes de lograr o efeito escolhido, o que é de interesse da sociedade.

Registramos aqui nosso louvor à ideia, e se percebe, na matéria examinada, como um olhar jovem, diferenciado, pode nos ajudar a seguir sempre elevando a qualidade de nossa política.

Voto, Senador.

Conforme os argumentos apresentados, o voto é pela conversão da SUG 9, de 2023, em projeto de lei, nos seguintes moldes:

> PROJETO DE LEI Nº , DE 2023
> Institui o mês de abril como Mês Nacional de Valorização da Cultura Brasileira.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1 º Esta Lei institui o mês de abril como Mês Nacional de Valorização da Cultura Brasileira, com o objetivo de propagar a conscientização e democratização da cultura nacional.
> Art. 2º Anualmente, durante o mês de abril, o poder público desenvolverá as seguintes atividades:
> I - palestras e seminários;
> II - debates públicos;
> III - atividades lúdicas;
> IV - apresentações culturais e artísticas.
> Parágrafo único. As ações elencadas nos termos do *caput* serão, sempre que possível, veiculadas por meio de comunicação de âmbito nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 3º Os estabelecimentos das redes de ensino fundamental e médio oportunizarão a seus alunos a participação facultativa nas atividades elencadas no art. 2º, respeitada a autonomia do estudante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parabéns aos Jovens Senadores pela SUG. Esse é o voto, e eu espero que todos acompanhem o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito obrigado, Senadora Damares Alves, que fez o relatório substituindo o Senador Alessandro Vieira, programa Jovem Senador.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável à sugestão na forma de projeto de lei que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei. (*Pausa.*)

Pode usar a palavra, se assim entender.

O item 2 já foi aprovado. Está em votação. Neste momento foi aprovado, no meu entendimento. Com a sua chegada, nós completamos então dez, comigo onze e provavelmente... (*Pausa.*)

Doze já: eram dez, comigo onze – agora tem mais um. Então, já está em condição de eu abrir o painel, mas vamos esperar um pouco mais. Posso abrir?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não. Mas nem que vote não vai fazer mal. Um ou outro.

Peço à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel. Já temos quórum para a votação. Encerrada.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Unanimidade.

Aprovado por unanimidade o projeto: houve 10 votos SIM; 0 NÃO.

Parabéns, Senadora Zenaide, que, aqui presente, está com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Sr. Presidente Paulo Paim...

Gente, eu costumo dizer que o Senador Paulo Paim é uma referência nacional. Não é à toa que ele é dos direitos humanos, Senadora Damares.

Paulo Paim tem uma história de vida tão bonita que eu digo que ele é um dos poucos Parlamentares que se elegeria em qualquer estado brasileiro, viu, Paulo Paim? É ou não é, Damares?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Opa!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Porque a gente se dobra sob essa experiência de vida que bota na prática...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só quem conseguiu isso lá no meu estado foi o Leonel Brizola. Ele saiu de lá Governador, foi para o Rio e se elegeu Governador no Rio.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – E é isso que eu digo.

Então, eu quero aqui agradecer a todos que votaram a favor, à nossa Relatora, que eu acho que teve que sair, Ivete da Silveira, mas eu fico muito grata a ela, lembrando aqui, gente, que, além desse lado humano de manter o bebê junto à mãe, ainda tem o lado da saúde desse bebê, porque, nas primeiras horas, a mãe já tem, pela amamentação, o colostro, que é aquele leite transparente. É por aquele leite transparente materno que a mãe transfere todos os anticorpos que ela já tem de defesa, pelas vacinas que tomou ou por aquelas doenças que teve, como sarampo, catapora; ali ela já passa o anticorpo para o seu bebê, para o seu filho. Isso é uma coisa muito grande em termos de salvar a vida. Por que isso? A mãe já tem o anticorpo pronto, e o bebê vai esperar as vacinações dele para poder criar os próprios anticorpos.

Então, Paulo Paim, essa votação teria que ser aqui em direitos humanos mesmo. Abraçar, incluir a presença... Nada substitui o colo de mãe, como a gente diz. Então, a criança tem que estar ali do lado da mãe, fazendo sua primeira amamentação, e aquele abraço.

Inclusive, eu vou até mostrar uma camiseta que eu comprei aqui: "Já estou com a camiseta amassada que é para saberem que os abraços são bem-vindos". (*Risos.*)

Obrigada, Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem uma frase de que eu gosto muito que diz o seguinte: "O melhor lugar do mundo é dentro de um abraço". Então, que esse abraço coletivo a gente aqui veja nesse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu perguntaria agora se a Senadora Zenaide Maia poderia relatar o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 3126, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o § 3º do art. 213 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para admitir a cobrança de multa por descumprimento de decisão judicial antes do trânsito em julgado.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu queria pedir licença para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal prevê a competência desta Comissão para opinar sobre matérias de garantia e promoção dos direitos humanos, bem como de proteção à infância e à juventude, o que torna regimental esta análise.

No mérito, consideramos a proposição louvável.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 208, prevê rol exemplificativo de violações de direitos da criança e do adolescente cujas ações judiciais decorrentes serão regidas pelo referido diploma.

Por sua vez, o art. 213, §2º, do estatuto dispõe que, na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz poderá impor multa diária ao réu, compatível com a obrigação. Ocorre que, ao mesmo tempo que o estatuto prevê medida que em tese compeliria o réu ao cumprimento da obrigação em benefício da criança ou do adolescente, condiciona sua exigibilidade – ou seja, obrigatoriedade – ao trânsito em julgado da sentença favorável ao autor, o que reduz, e muito, o potencial da multa cominatória de influir no cumprimento da decisão judicial pelo réu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, a proteção da criança e do adolescente é prejudicada, já que, sem a possibilidade de se exigir o pagamento da multa pelo réu desde o descumprimento da obrigação, a chance de que a decisão judicial continue a ser descumprida aumenta drasticamente, perdendo-se em parte a finalidade da multa cominatória e chancelando-se a possibilidade de que os direitos da criança e do adolescente sejam persistentemente violados, o que é inadmissível em um Estado democrático e social de direito e infringe o assegurado à criança e ao adolescente pelo art. 227 da Constituição Federal.

Reforça a pertinência da proposição o fato de que o próprio Código de Processo Civil já prevê que decisão judicial que fixa multa cominatória é passível de cumprimento provisório. Assim, não restam razões para que a legislação especial, integrante de microssistema que protege o ser humano em condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, não preveja também que a multa cominatória será exigível independentemente do trânsito em julgado, causando estranhamento que o Código de Processo Civil, nesse ponto específico, promova maior proteção ao sujeito de direito do que o Estatuto da Criança e do Adolescente. Felizmente, a proposição soluciona essa grave incongruência.

Diante do grande mérito da proposição, sugerimos apenas alteração em sua redação, a fim de que haja mais clareza em relação ao momento em que os valores da multa cominatória poderão ser cobrados e ao momento em que poderão ser levantados.

Assim, buscamos aproximar a redação do PL nº 3.126, de 2021, àquela do Código de Processo Civil, que detalha mais adequadamente a possibilidade de cumprimento provisório da multa cominatória. Cominatória é aquela multa que foi combinada. Eu estou dizendo aqui para a população, porque, às vezes, os termos são tão jurídicos que as pessoas não entendem o que a gente está falando.

Finalmente, visando a promover maior congruência, optamos por alterar também o §2º do art. 217 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de que não seja mais necessário aguardar 30 dias do trânsito em julgado da decisão para que o Ministério Público, ou, facultativamente, os demais legitimados ajuízem execução para exigir as multas não recolhidas.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.126, de 2021, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº -CDH

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 3.126, de 2021, a seguinte redação:

"Altera os arts. 213 e 214 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para admitir o cumprimento provisório de multa por descumprimento de decisão judicial".

EMENDA Nº -CDH

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dê-se a seguinte redação ao §3º do art. 213 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 3.126, de 2021, e inclua-se o seguinte §4º:

"Art. 1º O art. 213 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 213.

.....

.....

.....

§3º A multa será devida desde o dia em que se configurar o descumprimento da decisão e incidirá enquanto não for cumprida a decisão que a tiver cominado.

§4º A decisão que fixa a multa é passível de cumprimento provisório, devendo o valor ser depositado em juízo, permitido seu levantamento após o trânsito em julgado da sentença favorável ao autor, em conformidade com o art. 214 desta Lei.' (NR)"

EMENDA Nº -CDH

Acrescente-se o seguinte art. 2º ao Projeto de Lei nº 3.126, de 2021, e renumere-se o atual art. 2º como art. 3º:

"Art. 2º O §1º do art. 214 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 214.

.....

...

.....

.....

§1º As multas não recolhidas serão exigidas mediante execução promovida pelo Ministério Público, nos mesmos autos, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.

.....

.....'(NR)"

"Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Zenaide Maia, Relatora *ad hoc* desse importante projeto da Senadora Mara Gabrilli. O Relator original foi o Senador Alessandro Vieira.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos ao voto.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto e as Emendas 1, 2 e 3 da CDH.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

Senadora Damares, se V. Exa...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, é só, antes de terminar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, eu não vou terminar, já. A senhora ainda vai presidir a sessão...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah, então está bom. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... se puder.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É que eu queria colocar um requerimento extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, vamos colocar.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em homenagem à semana do índio, eu queria muito essa audiência para a gente proteger crianças indígenas, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos passar a palavra agora...

Item 9, cuja Relatora é a Senadora Zenaide Maia.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 2241, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescenta dispositivo ao art. 18-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para condicionar o recebimento de recursos públicos a compromisso de adoção de medidas para proteção de crianças e de adolescentes contra abuso sexual.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e CAE.*

Autoria: Deputada Federal Erika Kokay.

Concedo a palavra à nobre Senadora Zenaide Maia para a leitura do relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Deixe-me só subir aqui a cadeira. (*Fora do microfone.*)

Eu queria pedir licença aqui, Sr. Presidente, para ir direto a análise.

O Regimento Interno do Senado Federal determina, no inciso VI de seu art. 102-E, que à CDH compete opinar sobre matéria relativa à proteção da infância e da juventude, o que torna regimental o exame da proposição em tela.

Quanto ao mérito, não há como questionar a relevância e a oportunidade do projeto de lei sob análise.

Cada vez mais, atletas têm conseguido superar traumas e compartilhar relatos dolorosos sobre a violência e o abuso sexual de que foram vítimas. Um dos casos mais conhecidos no Brasil é o da ex-nadadora olímpica Joanna Maranhão. Em 2008, já adulta, Joanna tornou público o abuso sexual praticado pelo próprio treinador quando ela tinha apenas 9 anos. A repercussão das declarações da atleta e a constatação de que o crime já estaria prescrito inspirou o Congresso Nacional a aprovar a Lei nº 12.650, de 17 de maio de 2012. Essa lei alterou o Código Penal para dispor que, nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, a prescrição começa a correr da data em que a vítima completar 18 anos, salvo se, a esse tempo, já houver sido proposta a ação penal.

De forma lamentável, em que pese o repúdio social contra esse tipo de crime e o olhar sempre sensível do Parlamento para as questões que envolvem a proteção de criança e adolescentes, a violência sexual continua vitimizando nossos jovens atletas.

Nesses casos, o crime é cometido por um conhecido, alguém em quem a vítima confia ou admira, que se vale da relação de confiança ou de autoridade para subjugá-la, incutindo nela um sentimento de medo, de vergonha ou de obediência, que a faz silenciar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por tal motivo, é imperioso que sigamos aperfeiçoando estratégias de prevenção à violência sexual no esporte, bem como de proteção às vítimas e de punição aos agressores.

Nessa trilha, a proposição investe contra um ponto que julgamos muito interessante: a omissão de clubes esportivos na proteção de seus atletas, quando expostos e expostas a abusos e violências dentro da organização.

As entidades esportivas podem e devem ser chamadas à responsabilidade pela manutenção de um ambiente acolhedor e seguro para o treinamento e a prática dos esportes, especialmente quando forem destinatárias de recursos públicos.

Ao condicionar o recebimento desses recursos à assunção de compromisso para proteger crianças e adolescentes contra abusos e quaisquer formas de violência sexual, a proposição em apreço institui um poderoso instrumento de estímulo a que as organizações promovam mudanças na cultura esportiva e passem a oferecer a crianças e adolescentes atletas, de uma vez por todas, o apoio técnico e humanizado necessário ao alcance de seus objetivos.

O voto.

Pelas razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.241, de 2022.

Presidente, eu tenho certeza de que Damares vai falar, mas eu queria dizer o seguinte: parabenizo a Deputada Erika Kokay por mostrar que não é possível. Vejo tantas famílias que, quando conseguem que o filho vá treinar para ser um atleta, para representar este país, para ter uma visão. Muitas vezes, se a gente olhar, Damares, a grande maioria dos nossos atletas são de periferias, são pessoas pobres, e uma grande parte são pessoas negras. Aí você coloca seu filho lá, na esperança de que ele vai ter uma vida, um futuro melhor. Aí vem a indignação de você usar o poder para abusar sexualmente.

Quando se abusa sexualmente, você abusa mentalmente, porque eu, como médica, queria dizer aqui, quando eu vi o abuso, por exemplo, a primeira coisa que o abusador faz, Paulo Paim, ele desmerece a pessoa, ele dá a entender que ele é o culpado, que se ele se comportasse diferentemente... Então eu digo que o abusador, o estuprador é um verdadeiro vampiro, vampiro de verdade, não esse vampiro dos filmes que a gente vê aí. É um vampiro, que não merece nosso respeito e nem a nossa conivência com nada disso que praticou.

Eu acho que ainda vai ter lei que seja inafiançável, como muitos países já fazem. De repente, já é aquele jogador famoso que acha que tem o direito de estuprar. E o mundo está vendo isso: que as mulheres... Os homens são vítimas de estupro também, de abusos, pelo patrão, de cima para baixo. Mas nós, mulheres, pagamos um preço caro porque nós já somos vítimas da violência em geral, fora de casa, todas nós já somos. E dentro de casa? Com o vizinho? Como nos defender se somos vítimas de violência ao quadrado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque a gente tem a violência normal que todos têm, homens e mulheres, na rua, mas temos a nossa domiciliar.

Então gente, por favor, vamos ter um olhar diferenciado para as mulheres deste país. A gente está aqui, eu, a Damares, a Leila, todas da nossa Bancada Feminina... A gente dá as mãos, nesse sentido. Quero dizer o seguinte: somos a maioria da população deste país, então, nós não estamos pedindo privilégios. Todos os dias, a gente clama por justiça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu preciso falar dessa matéria. É a causa da minha vida, todo mundo sabe.

Primeiro, Zenaide, parabéns pelo relatório. Perfeito. Mas, quando a gente lê o projeto na origem, ele é perfeito. Ele é muito bom. Olha eu elogiando a Erika Kokay. Gente do PT, avisa para a Erika que eu a estou elogiando.

Mas eu queria fazer uma sugestão, Zenaide. Aqui, quantas crianças foram para a escolinha de futebol enganadas pelo sonho de jogar futebol e foram vítimas de agressores sexuais? E quantos atletas saíram do Brasil com esses agressores? São muitas as histórias. O PL prevê, Presidente, a inscrição dessa instituição em cadastros, a busca do nome do professor que está lá. O projeto é muito bom.

Maio agora vai ser o nosso Maio Laranja, que é uma data instituída pelo Congresso Nacional, um mês inteiro, de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Eu queria fazer um apelo ao senhor e à Zenaide. Vai para a CAE. Eu vou pedir, ainda hoje, a relatoria desse projeto, eu apresento o voto imediatamente lá. E aí a gente já pede o regime de urgência. A gente luta. O senhor, Presidente, nos ajuda a aprovar em Plenário. Se o Presidente Lula conseguisse sancionar essa lei em maio, seria, assim, uma ação do Governo Federal extraordinária, no Maio Laranja. Eu acho que seria uma resposta para a sociedade. Então, eu acho que dá para a gente trabalhar. Aprova aqui hoje e já vai para a CAE. Assessoria, já peça a relatoria lá. Eu trabalho esse voto no final de semana. E a gente vai conseguir fazer um mutirão, porque a lei é muito boa, o projeto de lei é muito bom.

Parabéns, Zenaide, pela dedicação, pela entrega desse parecer. E parabéns, Presidente, por ter pautado hoje esse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode contar com o nosso apoio. Tudo o que for possível faremos para que o projeto, com rapidez, seja aprovado também na CAE, vá com urgência para o Plenário e, se for o caso, vá para a sanção do Presidente. Aí a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente trabalha junto, em nome da Comissão de Direito de Direitos Humanos, com a bancada da força das mulheres, para que seja sancionado no mês de maio. O.k.?

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

O projeto segue para a análise da CAE.

Muito bem, agora vamos... (*Pausa.*)

A Senadora Damares tinha pedido pela ordem.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, é um requerimento extrapauta, é o Requerimento 24, de 2024. É uma audiência pública para a gente discutir a infância indígena, que tem diversos convidados, o Governo, o Cimi, um indígena do Norte, um do Sul e um do Nordeste, para fazer uma discussão mesmo. E aí, a gente, quem sabe, trabalhar depois uma proposta, Presidente, de proteção específica à criança indígena aqui na Comissão.

É uma audiência pública. Eu prometo que vou conduzir de forma bem diplomática essa audiência.

Eu não faço política com vidas de crianças. Todos vocês sabem disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós estaremos juntos aqui.

Nós temos, de praxe, aqui na Comissão: requerimento apresentado extrapauta é lido e votado na próxima, mas a Senadora me fez um apelo já no Plenário, conversou comigo, falou, pediu. Então, eu pergunto ao Plenário: se ninguém tiver nada contra, nós votamos o extrapauta e depois votamos o requerimento.

Em votação o pedido desse Requerimento nº 24, de 2024, já justificado pela autora, se aceitam que ele seja incluído na pauta extrapauta? O.k.? (*Pausa.*)

Aprovado.

O requerimento entra na pauta neste momento, extrapauta.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 24, DE 2024

Requer a realização de audiência pública para discutir ações e políticas públicas voltadas para as crianças e os adolescentes indígenas em razão da atual situação de vulnerabilidade.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Eu passo a palavra à autora do requerimento para justificativa. Em seguida, vamos ao voto.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, uma das violências que acontece muito com a criança indígena e, às vezes, até sob o manto cultural é: as meninas estão engravidando muito cedo em áreas indígenas. É uma questão cultural, mas a gente precisa ter uma atenção especial a isso e a outras formas de violência.

Seria uma audiência pública com uma liderança indígena do Nordeste, para trazer a realidade das crianças indígenas do Nordeste; uma do Norte; uma do Centro-Oeste; o Cimi, que tem um mapa extraordinário sobre violência contra povos indígenas – ele tem um recorte da criança indígena –; a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; a Sesai, porque parte da violência é o não acesso à saúde; e o Ministério dos Povos Indígenas.

Seria uma audiência só com recorte sobre proteção da criança indígena. E quem sabe, dessa audiência, a gente não traz aí uma proposta de um plano nacional só de proteção de crianças indígenas.

Então, é esse meu pedido. Eu estou fundamentando aqui. Mas, na verdade, é uma coisa muito simples e muito significativa agora, hoje se comemorando o Dia do Índio, a semana do índio – dia do indígena, dia 19 –, a gente fazer esse gesto de homenagem a essas crianças tão lindas, tão extraordinárias, que são nossas crianças indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu vou colocar em votação.

Senadora Damares, eu, se V. Exa. permitir, se algum outro Senador ou mesmo o Governo quiser fazer alguma indicação, nós acataremos, já que esse entrou extrapauta e saiu daquele rito nosso. Ler o requerimento e vota na próxima, quando for extrapauta, o.k.?

Pelo que eu vejo aqui, está bem distribuído, mas, se tiver alguém que não se sinta representado, nós acataremos para essa audiência pública, em data que vamos marcar juntos.

Em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, eu ia passar para a Senadora Damares...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas não é isso! É que diz aqui o ritual da Secretaria-Geral da Mesa que, com a presença da Vice, tem que ser ela.

Então, eu convido a Senadora Zenaide Maia, que é Vice-Presidente da Comissão, a que ela assuma para que eu possa fazer o relatório...

Quantos relatórios eu tenho? (*Pausa.*)

Um relatório e dois requerimentos. (*Pausa.*)

Já adianto que não é nenhum polêmico, viu? Inclusive, um é pela rejeição. E olhe que é difícil eu dar pela rejeição, mas eu vou considerá-lo prejudicado só.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Passo a palavra para o Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se V. Exa. entender...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – ... para ele relatar o item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 2017, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas para o Ensino Superior), para estabelecer a prevalência das interpretações que conduzam à ampliação do universo de vagas às quais candidatos cotistas concorram; e dá outras providências.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CE.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Eu vou fazer a leitura até para que todos entendam por que eu dei o parecer de que esse projeto estaria prejudicado.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 2.017, de 2023, do nobre e querido amigo Senador Rogério Carvalho, que altera a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas para o Ensino Superior), para estabelecer a prevalência das interpretações que conduzam à ampliação do universo de vagas às quais candidatos cotistas concorram.

Para isso, a proposição, em seu art. 1º, inscreve na Lei 12.711, de 2012, um art. 1º-A definindo princípios para sua aplicação. Assim, fixa-se que deve haver (a) a equidade no acesso às oportunidades, (b) preferência por interpretações que conduzam à expansão do universo de vagas às quais o candidato cotista concorra e que não deve haver (c) "interpretações que possibilitem que candidato cotista reprove ainda que tenha desempenho suficiente para ingressar pela ampla concorrência ou por qualquer outra modalidade de cota na qual suas características-alvo também se apliquem".

Em seu art. 2º, a proposição determina que o Poder Executivo federal faça as mudanças logarítmicas e normativas necessárias à sua aplicação. Por fim, seu art. 3º põe em vigor no dia de sua publicação norma que porventura resulte da proposição.

O PL nº 2.017, de 2023, foi distribuído para a apreciação desta Comissão e seguirá, posteriormente, para apreciação da Comissão de Educação e Cultura.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

A proposição tem forma e conteúdo de acordo com a norma constitucional, podendo, caso viesse a viger, contribuir para a consecução dos objetivos fundamentais da República, conforme descritos no art. 3º da Carta Magna.

Enalteço, elogio a ideia legislativa do Senador Rogério Carvalho e sua atenção com a permanência da política de cotas, que foi aprimorada no ano de 2023, quando se aperfeiçoou a Lei 12.711, de 2012, a popular Lei de Cotas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nova legislação, Lei 14.723, de 2023, inova ao criar o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio para estudantes com deficiência, indígenas, pretos, pardos, quilombolas, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública e institutos federais.

Ao entrar em vigor, aos 13 de novembro de 2023, a Lei nº 14.723 acrescentou o §2º à Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de 2022). Aqui repete-se o que já está lá, então não tem sentido aprovarmos lei semelhante aqui. A ideia normativa é a mesma. Vem então à baila o inciso II do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, que determina a prejudicialidade de matéria que tiver sido objeto de deliberação recente do Senado. Foi aos 24 de outubro de 2023, há cerca de cinco meses, que este Senado Federal aprovou o Projeto de Lei nº 5.384, de 2020.

Deve-se, a despeito da prejudicialidade que lhe determina o destino, registrar a boa redação e a harmonia entre o PL nº 2.017, de 2023, e o espírito de nossa época.

Voto.

Por tudo que já apresentamos e explicamos, em virtude do argumentado até aqui, o voto é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2.017, de 2023.

Rendo aqui nossas homenagens ao Senador Rogério Carvalho pela iniciativa, mas, com o projeto aprovado, este, então, ficou prejudicado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, pela prejudicialidade do projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela prejudicialidade do projeto.

O projeto segue para análise terminativa na Comissão de Educação.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 20, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública para debater "Construção e efetivação do Plano Nova Indústria do governo federal"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "Construção e efetivação do Plano Nova Indústria do Governo Federal".

Justificação.

A agenda foi proposta pela CTB, a Central dos Trabalhadores, e outras centrais e confederações... pela CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), em parceria com a Fitmetal (Federação Interestadual dos Metalúrgicos e Metalúrgicas do Brasil).

O objetivo é reunir todos os atores envolvidos no projeto industrial brasileiro: Governo, entidades sindicais de trabalhadores e de empresários.

Para complementar a justificativa do requerimento de audiência, informamos que foi entregue ao Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin, Nota Técnica "Política Industrial a Serviço de uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento para o Brasil", elaborado pelo economista Diogo Santos e fruto de uma parceria entre Fitmetal, CTB e FSM (Federação Sindical Mundial). De acordo com a nota, é um debate estratégico para o futuro da nação e da classe trabalhadora, sendo que a indústria é o carro-chefe do desenvolvimento das nações.

Terminando, essa audiência pública foi solicitada à CDH pelo conjunto das entidades sindicais, nos termos do art. 93, §1º, e art. 102-E, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal. Foi uma iniciativa de empregados e empregadores para discutir esta proposta tão importante que é a construção do plano Nova Indústria, sob a orientação e a discussão, neste momento, claro, do requerimento, com a parceria, inclusive, com o Governo Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Em votação, o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 11.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 22, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para apresentar o "lançamento da Cartilha da Vereadora".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

A audiência pública já foi realizada.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Como na semana passada, na quarta-feira, nós não tivemos a nossa reunião deliberativa, porque estávamos, em grande parte, nós outros, envolvidos na CCJ, com o debate da política de cota no serviço público, e eu tinha marcado, já há tempo, inclusive, aqui com o Senado... Porque o lançamento da Cartilha da Vereadora é uma iniciativa do Interlegis, aqui do Senado, e, como eu tinha marcado com ele, como autoridade presente eu realizei a audiência pública, porque eu tinha certeza de que o requerimento seria aprovado posteriormente. Quando acontecem esses casos, o Presidente pode decidir.

A justificativa... Só para todos entenderem, a audiência foi excelente, com a participação de Vereadores de diversas regiões do país e também, naturalmente, daqueles que estavam aqui presentes.

Justificação.

A audiência pública foi para apresentar a Cartilha da Vereadora, uma iniciativa do Senado Federal, na figura do programa Interlegis. Uma publicação voltada a orientar as atuais e as futuras Vereadoras, que serão eleitas em outubro próximo, na luta por mais espaços de representação da mulher no Legislativo e na sociedade.

O lançamento da cartilha vem num momento especialmente importante. Os dados recentes do Mapa Nacional da Violência de Gênero, publicado poucos meses atrás, registrou que em 2022 houve o agravamento de todas as formas de violência contra a mulher no país. Apenas 690 ou 12% das 5.568 câmaras de Vereadores possuem instalada uma Procuradoria da Mulher.

Quero aqui dizer para a nobre Senadora Zenaide Maia que ela já se antecipou, porque eu lancei na quinta, ela lançou na quarta. Ela coordenou o evento aqui no Senado, na Biblioteca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, como ela não pôde estar presente, no outro dia, que foi uma quinta, nós lançamos, então, a cartilha, que foi um sucesso total, tanto na Biblioteca quanto aqui no plenário desta Comissão. A Senadora Damares esteve presente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Ah, já esteve presente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Foi.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Participou, foi muito atuante.

Agora é com vocês.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Senadora Zenaide, eu não pude ir ao lançamento à noite, mas eu consegui vir para a audiência. A audiência foi linda, foi muito bonita. E teve um sucesso muito grande a audiência.

Às vezes eu fico me perguntando por que tem Senador que não gosta de vir para audiência pública, já que a gente faz tanto numa audiência pública. Uma fala pequenininha que eu fiz, Senadora, na audiência – minha assessoria fez um recorte –, provocou um debate imenso nas minhas redes sociais – a fala de uma audiência pública. E a gente divulgou o *link* da audiência, que foi muito acessada depois.

Inclusive, Zenaide, a cartilha está tão linda, está tão boa.

Eu estive em Roraima, nesse final de semana, com todas as pré-candidatas do meu partido do estado inteiro. Foi uma loucura a cartilha. Na hora em que a gente entregou a cartilha, Presidente, as pré-candidatas receberam como um material muito importante para elas.

Nós estamos divulgando muito a cartilha. Até conversei com o nosso pessoal do Interlegis: "Mandem para secretárias de partidos, para elas mandarem para as suas pré-candidatas no Brasil inteiro". E eles estão fazendo isso.

Então, eu fiquei muito contente com a audiência pública. Houve uma participação incrível das Vereadoras que participaram *online*, também de quem estava presente. Então, Senador, uma coisa que poderia ser vista como uma coisa singela foi uma audiência que provocou debates. Foi incrível!

Parabéns!

E vamos aprovar o requerimento. (*Risos.*)

Vamos aprovar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de devolver a Presidência aqui ao Paulo Paim, Damares, eu queria dizer que eu estou incentivando todos os Parlamentares a usarem suas cotas, a solicitarem ao Interlegis, porque informação é poder. Aquela cartilha é muito prática. Eu acho que o sucesso dela é porque é a vida, é o cotidiano de cada um.

No Rio Grande do Norte, a gente tem deficiência também, mas, no Rio Grande do Norte, em 22,5% das prefeituras são Prefeitas, são mulheres. E tem região, como a oeste, que chega a ter quase 40%. Então, tem esse diferencial.

E a gente tem muitas... Eu trouxe uma Vereadora. A gente já encontra muitas Presidentes de Câmara. E isso é raro de a gente encontrar com esse domínio masculino na vida política. Não é simples...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – De Porto Alegre veio a Procuradora, e hoje eu recebi a Procuradora da Assembleia Legislativa do Paraná, que esteve na Procuradoria da Mulher.

Então, como ela falou, essas coisas simples têm uma repercussão grande.

Com isso, termina a gente dizendo o quê? Informação é poder! Não se empodera povo nenhum sem informação correta. E é isso aqui que a gente está fazendo com a cartilha. Vamos fazer através do próprio Interlegis, da Procuradoria, mas também das nossas cotas. Vamos dar o máximo de publicidade.

E vamos dizer às mulheres brasileiras – viu, Damares? –, que perguntam qual o mérito, o que é a nossa bandeira na Procuradoria das Mulheres.

Eu digo: não só o combate à violência, mas, principalmente, mulheres, as decisões são políticas. Então, venham participar da política. Você pode ser... Eu sou uma médica do serviço público, nunca cobrei uma consulta de ninguém, mas, como médica, eu tenho um leque muito restrito de ajudar as pessoas. Se você quiser realmente ajudar o seu município, o seu estado e o seu país, venha para aqui, mulher, porque é aqui onde se decide o nosso salário, quantas horas vamos trabalhar, com que idade vamos nos aposentar.

Paulo Paim, foi uma luta hercúlea, mas, mesmo assim, como a gente era minoria, aprovaram mais sete anos de trabalho para as mulheres brasileiras poderem se aposentar. Esqueceram, na reforma da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previdência, que, independentemente do que a gente seja – Senadora, médica –, você ainda é mãe, avó e tem um terceiro ou um quarto expediente.

Então, Damares e todas nós mulheres aqui, que somos voz daquelas que estão lá, o poder de convencer, de participar da política é um dos maiores desafios que a gente tem.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Brilhante como sempre. (*Fora do microfone.*)

Só vou encerrar, não é?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – E se eu disser que sou Zenaide Maia, calada... (*Risos.*)

... que não estou fazendo juízo meu, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só quero registrar, por justiça, que a que aqui veio, do Rio Grande do Sul, foi a Abigail.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – A Abigail.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, a Biga, que já foi Secretária de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul no Governo Tarso Genro, foi minha companheira de chapa para disputar o Senado, fez 2 milhões de votos – foram importantes os 2 milhões de votos que ela fez. Eu cheguei a quase 4 milhões naquela oportunidade, mas, se não fossem os 2 milhões dela, eu poderia ficar na corda bamba, como a gente fala. Ela é muito competente, muito preparada e agora é Vereadora por Porto Alegre.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – É. E eu a abracei aqui, a Abigail – o Paulo Paim não pôde estar –, e também, do Rio Grande do Norte, a Valda Siqueira, que é Presidente da Câmara já por duas vezes em São Gonçalo do Amarante, na grande Natal. Essas mulheres...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estão fazendo história.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – ... vêm capilarizar isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou só, seguindo aqui o ritual, ler agora o Expediente. Farei uma leitura rápida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos... Está bom assim? (*Risos.*)

Não, não, não falarei tão rápido assim, não.

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos:

- da Câmara Municipal de Jundiaí, São Paulo, apelo ao Congresso Nacional para que realize adequações da Lei 10.098, de 19 dezembro de 2023, e da 13.146, de 6 de julho de 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência, visto que o disposto sobre a reserva de vaga de estacionamento para pessoas com deficiência está em conflito com o princípio do Estatuto da Pessoa com Deficiência;

- da Câmara Municipal de Votuporanga, São Paulo, recebida Moção de Apoio à Aprovação da SUG 30, de 2018, que deu origem ao PL 3.093, de 2021, que proíbe a exportação de animais vivos para abate no exterior, e dá outras providências. O PL não tramitará na CDH, pois é de autoria desta Comissão e encontra-se no Plenário, aguardando a inclusão na Ordem do Dia de requerimento para a oitiva da CMA e também da CAE;

- da Câmara Municipal de Cascavel, Paraná, moção de apoio ao PL-1.601/2023, que proíbe a implantação, adaptação e utilização de banheiros que determine o uso comum de pessoas de sexos biologicamente distintos em ambientes escolares;

- do programa Descarbonize Brasília, que encaminha o relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, estruturado nos objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU e da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável;

- da Associação Frutos da Terra de Goiás, que apresenta ofício com abaixo-assinado, requerendo que esta Comissão intervenha no Incra e também no MDA para a implantação de projetos agrários na região;

- do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, que comunica a realização da 77ª Reunião do Conselho das Cidades;

- de cidadãos, alegações. Denúncia. Denuncia vários crimes cometidos em assentamento e pedem ajuda desta Comissão;

- denúncia. Perseguição pelo Presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia;

- denúncia fraude processual. Perseguição por ter feito denúncias contra improbidade administrativa;

- Relatos contra abordagem ilegal de policiais. Afirma que a lei de prioridade da pessoa idosa na tramitação de processo no Judiciário não está sendo cumprida;

- denúncia de irregularidade na aplicação da lei de cotas em concurso público. Solicita iniciativa de projetos de lei que proteja os idosos de pessoas que os tratam como doentes e sem discernimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que, nos termos da Instrução Normativa, nº 12, de 2019, os documentos lidos ficarão disponíveis na Secretaria e/ou no portal da CDH para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Informo que, nos mesmos termos, os documentos lidos na 7ª Reunião serão arquivados.

Está encerrada a nossa reunião deliberativa de hoje.

Muito obrigado a todos. Limpamos a pauta mais uma vez, por isso não vai ter reunião deliberativa amanhã. Estou justificando que amanhã temos o debate aqui sobre a indústria e os trabalhadores. Debate propositivo, afirmativo para a construção de caminhos que gerem mais empregos e distribuição de renda.

Encerramos os trabalhos.

(*Iniciada às 12 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e quatro minutos do dia dezessete de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Jussara Lima, Janaína Farias, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Ana Paula Lobato, Eduardo Gomes, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Beto Faro, Sérgio Petecão e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 20/2024 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Construção e efetivação do Plano Nova Indústria do governo federal". Participantes: Verena Hitner Barros, Secretária Executiva do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial – CNDI, representante do MDIC; Diogo Oliveira Santos, Assessor Econômico da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB; Assis Melo, Presidente da Federação Interestadual de Metalúrgicos e Metalúrgicas do Brasil - FITMETAL; Samantha Ferreira e Cunha, Gerente de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria - CNI; Ubiraci Dantas de Oliveira, Vice-Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB; Altamiro Perdoná, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário - CONTRICOM, representante da NCST; e Vinicius Cardoso de Barros Fornari, Supervisor de Desenvolvimento Industrial do SENAI-SP, representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/17

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Esta audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 20, de 2024, de minha autoria e de outros Senadores e Senadoras. Tema: Construção e efetivação do Plano Nova Indústria do Governo Federal.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Eu queria, antes mesmo de iniciar, dizer que eu e a Senadora Zenaide Maia, nossa Vice-Presidente, estávamos em outra Comissão, por um tema muito importante, que é a política de cotas, para garantir que pretos, brancos, índios, pessoas com deficiência, os mais vulneráveis tenham direito à política de cotas. Vida longa à política de cotas, pela qual todos terão acesso ao teste no serviço público – os concursos – e à universidade, o que já aprovamos. (*Palmas.*)

Então, neste momento, eu peço desculpas a vocês. Nunca atraso – e o Bira sabe disso – mais do que 15 minutos, mas tivemos que ficar até agora lá para assegurar. Foi feito, então, o pedido de vista, e esse tema volta e se discute – eu estarei lá porque sou o autor do projeto – na próxima quarta-feira. O.k., aceitam minhas desculpas? (*Palmas.*)

Beijo no coração de todos!

Vamos, de imediato, à primeira mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeira mesa: Diogo Oliveira Santos, Assessor Econômico da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) – por favor, venha para a mesa. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Está *online*. Está bem. Em seguida vamos chamá-lo.

Verena Hitner Barros, Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, representante do Mdic, venha para a mesa. (*Palmas.*)

É fundamental a sua presença aqui. Já fica o meu abraço a todos os ministros do Governo Lula, que aqui você representa muito bem.

Ubiraci Dantas de Oliveira, Vice-Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). (*Palmas.*)

Foi ele o sindicalista que me procurou, num primeiro momento, para este debate, o Bira, que já foi aplaudido merecidamente.

Assis Melo, Presidente da Federação Interestadual de Metalúrgicos e Metalúrgicas do Brasil (Fitmetal). (*Palmas.*)

Ele é ex-Deputado Federal e, ainda, filho da mesma cidade de que eu sou, Caxias do Sul.

O SR. ASSIS MELO (*Fora do microfone.*) – E torce para o Caxias. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E torce para o Caxias ainda, que era o antigo Flamengo.

Samantha Ferreira e Cunha, Gerente de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI). (*Palmas.*)

É uma alegria enorme recebê-la aqui, mostrando que empresários, trabalhadores e Governo sentam-se à mesma mesa para avançarmos no campo industrial, que é gerador de emprego e renda para toda a nossa gente. É uma alegria! Um abraço lá a todos os diretores da CNI.

De imediato, como eu já havia anunciado, se realmente ele está na tela, passo a palavra para o Diogo Oliveira Santos, Assessor Econômico da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Eu tenho uma fala minha, mas a minha eu farei no encerramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIOGO OLIVEIRA SANTOS (*Por videoconferência*.) – Olá, bom dia a todos. Todos estão me vendo, me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todos. Perfeito!

O SR. DIOGO OLIVEIRA SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Ótimo!

Primeiro, muito bom dia. Muito obrigado pelo convite, pela oportunidade de participar aqui. Um bom dia a todos da mesa.

Parabéns à CTB e à Fitmetal por terem proposto esta audiência pública; parabéns à Comissão de Direitos Humanos e ao seu Presidente, o Senador Paulo Paim, por ter aceitado esse requerimento para a gente poder realizar este debate; parabéns também a todos os envolvidos de diferentes entidades – setor sindical, empresarial e de Governo –, porque essa sem dúvida é um dos pilares fundamentais para a realização de uma política industrial, que é a capacidade de coordenação entre os diversos interessados.

A minha fala aqui, a minha participação tem o dever de fazer uma breve apresentação sobre a nota técnica que foi elaborada por nós, redigida por mim, junto com a CTB, a Fitmetal, que é essa daqui, que é uma nota técnica intitulada "Política Industrial a Serviço de uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento para o Brasil". Portanto, é um documento em que a CTB e a Fitmetal buscam apresentar uma leitura dos desafios da política industrial e de inovação no Brasil e, ao mesmo tempo, sugerir caminhos para o debate, para o diálogo em torno dessa política, entendendo que ela é uma política de longo prazo; que tem desafios de curto prazo, mas que representa uma preocupação que deve ser permanente do Estado brasileiro e dos governos à frente do Estado brasileiro.

Então, a minha fala está totalmente balizada no conteúdo deste documento.

Em primeiro lugar, o primeiro ponto que trago aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, Diogo... A assessoria me lembra de que você pode compartilhar aí do seu próprio computador com todos aqueles que quiserem acompanhar, o.k.?

O SR. DIOGO OLIVEIRA SANTOS (*Por videoconferência*.) – Maravilha! Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Continue.

O SR. DIOGO OLIVEIRA SANTOS (*Por videoconferência*.) – Tenho, sim, duas imagens que gostaria de compartilhar, mas será mais adiante.

O primeiro ponto, introdutório, que eu gostaria de colocar, que nós apresentamos nesse documento, são os cenários, os condicionantes que a política industrial vai ter que enfrentar neste momento no Brasil – e já enfrenta.

O primeiro desafio é justamente o das mudanças institucionais que ocorreram nos últimos anos e que têm impacto sobre como a política industrial pode ser realizada e os seus possíveis efeitos, seus possíveis impactos positivos na sociedade. Porque, ao longo do último período, dos últimos anos, com os governos anteriores, nós podemos citar alguns fatos que geram impacto sobre a política industrial. Por exemplo: a mudança mais rigorosa agora das metas de inflação, que agora são mais baixas. As metas de inflação mais baixas, com a banda, o intervalo de possibilidades, para menos ou para mais, de se diferir do centro da meta também mais estreito, geram, portanto, uma necessidade de uma política monetária mais restritiva. Isso tem impacto porque a política monetária cuida do crédito, cuida da taxa de juros, que é uma despesa, um item fundamental para avalizar decisões de investimento do setor privado, das empresas, sobretudo da indústria de transformação.

Além disso, nós tivemos já alterado, primeiro, o teto de gastos e, agora, o novo arcabouço fiscal, que também impõe limites importantes para a capacidade do Governo de induzir a demanda, o crescimento econômico do Brasil a partir da sua própria força, da sua própria capacidade fiscal, o que também, portanto, gera impactos para o ambiente em que a política industrial vai ser conduzida.

Porém, nós temos, por outro lado, além desse desafio e de outros – como poderíamos citar, por exemplo, o caso do BNDES, que agora também está sob um ordenamento que também impõe mais limites do que no passado para a sua ação, e o BNDES tem um papel fundamental no financiamento de longo prazo da indústria no Brasil... Mas, além disso, desses problemas, além dessas dificuldades acrescidas nesse contexto atual, nós temos também oportunidades. É muito importante equilibrar essa balança, porque nós também temos oportunidades.

Temos a oportunidade, primeiro, de um cenário mundial em que a política industrial não é mais um patinho feio. A política industrial passou a ser um elemento essencial no mundo inteiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja por questões como, por exemplo, da urgência da mudança da matriz energética no mundo, da transição para uma economia de baixo carbono, seja pelos imperativos geopolíticos a que os países estão submetidos e que, portanto, estão levando esses países a terem que adotar novas políticas industriais de ciência, tecnologia e inovação como forma de manter o seu espaço, a sua participação nessa dimensão na economia mundial.

Além disso, temos outra oportunidade importante, que é justamente essa necessidade de enfrentar os desafios da mudança climática. Isso também impõe a necessidade de grandes investimentos, sobretudo na indústria de transformação. E isso impõe a necessidade de construir-se uma transformação da forma de funcionamento do sistema econômico e da estrutura produtiva do sistema econômico, o que é uma grande oportunidade para se pensar política industrial.

E outro elemento também muito importante é a taxa de câmbio que nós temos no Brasil atualmente. A taxa de câmbio foi um dificultador, um elemento importante de se limitar a política industrial nas suas experiências ali dos anos 2000, porque uma taxa de câmbio muito valorizada, sobrevalorizada, favorece a importação de bens industriais dos outros países, e agora nós temos uma taxa de câmbio que é menos prejudicial para a indústria nacional nesse aspecto da competição com a produção internacional.

Mas talvez o que eu gostaria de citar como uma oportunidade grande neste momento que nós vivemos é a maior consciência, a maior convicção da necessidade e da urgência de a política industrial ser realizada agora, porque nenhum país consegue realizar a transformação da sua estrutura produtiva, realizar o desenvolvimento industrial tecnológico sem que as instituições pertinentes e sem que setores sociais e econômicos estejam convictos e mobilizados nessa direção, porque os desafios são grandes: existem barreiras a serem superadas, regras a serem mudadas, normas a serem alteradas. Portanto, necessita-se muita convicção dos governos, das instituições públicas, privadas e de todos os participantes. Por exemplo, agora, extrapolaram-se os setores simplesmente interessados no assunto – com a pandemia – ou termo Complexo Econômico-Industrial da Saúde. Muito mais gente agora sabe o que é o Complexo Econômico-Industrial da Saúde, porque a pandemia mostrou para a gente a necessidade de desenvolver-se esse complexo, esses setores que estão em volta do tema da saúde no Brasil. Isso é muito bom. Isso é uma oportunidade que ganhou um debate público mais amplo, e ficou mais nítida a necessidade de se realizar uma política industrial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, este debate, esta audiência pública ajuda nesse espírito, nessa convocação das instituições e da sociedade para o debate da política industrial como uma parte estratégica de se pensar o Brasil.

E aí eu entro, então, no que nós entendemos, nessa nota técnica, como o que deve ser o sentido dessa política industrial. Antes das questões específicas, é importante a gente pensar qual sentido nós queremos dar para essa política. E aí eu acho que é importante também registrar que o plano Nova Indústria Brasil, que foi elaborado pelo Governo a aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, apresenta um rumo muitíssimo interessante, que é nortear a política industrial por meio das missões. O que são as missões? São os grandes problemas, os grandes desafios que não são somente do setor industrial, mas são grandes desafios do povo brasileiro e do nosso país, ou seja, essa é a visão mais importante de política industrial da atualidade; não é a política industrial como um fim em si mesma ou como uma política setorial para empresas e setores da indústria de transformação, mas é mobilizar os setores da indústria de transformação, mobilizá-los na direção de transformar o nosso país, ou seja, é a indústria de transformação a serviço de um projeto de nação.

Portanto, uma coisa que é importante e nós gostaríamos de frisar é que as missões na Nova Indústria Brasil não podem ser simplesmente os enunciados, não podem ser simplesmente a manchete de cada eixo de atuação da política industrial. Elas precisam, efetivamente, ser o guia da política industrial; elas precisam, efetivamente, ser o critério de avaliação da efetividade da política industrial, ou seja, é por meio do impacto concreto na vida da população que a política industrial gerará que nós podemos avaliar o seu sucesso, o seu êxito.

Portanto, isso, além de ser importante para transformar a estrutura produtiva do nosso país, fazer uma política industrial que realmente cumpra seu objetivo, também tem outro objetivo muito importante: essa questão das missões como eixo da política, que é justamente conquistar parcelas da sociedade brasileira, do povo brasileiro, para ampliar o seu entendimento da necessidade de uma política de desenvolvimento no nosso país, ampliar a compreensão dos setores, das entidades da sociedade civil, dos movimentos, das entidades, das pessoas que se envolvem no tema da saúde e da mobilidade urbana de que é fundamental o desenvolvimento industrial e tecnológico para atacar os problemas que nós temos, por exemplo, os gargalos de mobilidade urbana, os gargalos de oferta de saúde pública de qualidade ampla. Então, ganhar cada vez mais a sociedade para esses desafios é uma forma também de fortalecer a política industrial. Que ela se torne uma demanda da sociedade, e não simplesmente uma política somente de um governo, mas de uma demanda social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria, então, de citar alguns temas mais específicos – caminhando para o fim da minha fala – que eu acho que são importantes de a gente pensar. Em primeiro lugar, a política industrial... Nós temos, comprovadamente, ao longo dos anos 2000, 2010, que ela tem a sua característica própria, os seus instrumentos, o seu investimento, os seus recursos, a sua forma de coordenação, mas ela não é alheia, ela não está apartada da política macroeconômica. Ela não está, ela não pode ser conduzida desconsiderando o marco do regime macroeconômico que nós temos. É quase um consenso, uma grande convergência no debate econômico que um dos empecilhos para a realização do sucesso da política industrial, lá nos anos 2000, no início dos anos 2000, foi justamente a incompatibilidade de um regime macroeconômico com os desafios da política industrial.

Então, claro que nós... Nesse âmbito, tem muitos outros condicionantes para se alterar o regime macroeconômico, mas eu gostaria de citar alguns pontos.

Primeiro, nós tivemos, no Brasil, uma meta de inflação até 2018, que era de 4,5%. Se essa meta de inflação estivesse em vigor hoje no país, num cenário em que o mundo está muito mais inflacionário, em que os países desenvolvidos estão com taxas de inflação mais altas, se estivesse essa meta de inflação hoje, nós estaríamos, neste momento, abaixo do centro da meta de inflação no Brasil, o que daria muito mais espaço para a realização da política monetária.

Então, o que eu estou querendo dizer é que é importante para a política industrial que a gente discuta o papel da política macroeconômica, para fazer com que o regime macroeconômico seja mais favorável ao desenvolvimento industrial.

Além disso, no caso do novo arcabouço fiscal, que melhorou a capacidade do Estado de realizar a política fiscal em relação ao teto de gastos... Só que tem um ponto para a questão do investimento que a gente deveria olhar também: o novo arcabouço fiscal estabelece que se pode aplicar, destinar recursos para crédito destinado prioritariamente para investimento, aquele recurso que extrapolar o teto da meta de superávit primário. E 70% desse recurso que extrapolar o teto da meta do superávit primário pode ser destinado para gasto com investimento.

Penso eu que a gente precisaria pensar em alterar essa regra de não ser somente aquilo que ultrapassa o teto da meta de superávit primário, mas se ultrapassar o centro da meta de superávit primário, porque, se o Governo atinge o centro da meta de superávit primário, ele já atingiu a meta do superávit primário. Portanto, poderia abrir mais espaço, caso a meta do superávit primário seja atingida, para que tenha mais recurso destinado ao investimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, gostaria de citar esses pontos na questão do regime macroeconômico.

Por fim, rapidamente, vou colocar aqui na tela...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você ainda tem três minutos.

O SR. DIOGO OLIVEIRA SANTOS (*Por videoconferência*.) – Ótimo!

Então, eu vou colocar aqui na tela, porque outros desafios...

Digam-me vocês se está aparecendo devidamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

O SR. DIOGO OLIVEIRA SANTOS (*Por videoconferência*.) – Grato. Isso!

Porque tem alguns desafios que seria importante citar, em termos aqui dessa estratégia da política industrial além da questão do regime macroeconômico, como, por exemplo, que a política industrial tem um forte conteúdo de desenvolvimento regional, de integração com a América Latina, de valorização das empresas nacionais. São todas dimensões que nós colocamos nessa nota técnica.

Mas, para concluir, eu gostaria de frisar um ponto, que é a questão do financiamento. Financiamento é uma palavra, uma dimensão muito importante, crucial, de qualquer política de desenvolvimento, porque exige alocação de recursos que nem sempre estarão disponíveis na quantidade necessária, no valor necessário, nos prazos necessários para a transformação da estrutura produtiva, e o Brasil é muito peculiar, como todos nós sabemos, nesse aspecto.

Esse gráfico mostra, de 2000 a 2019, para cada um dos países que estão aí listados – Brasil, México, Estados Unidos, Índia, África do Sul e China – a margem líquida de juros dos bancos. O que é a margem líquida? Depois que os bancos gastaram com empréstimos, gastaram com a sua captação, pagaram juros na captação, pagaram juros para as suas operações interbancárias, todo gasto de juros que o banco teve, se retirar tudo o que o banco arrecadou na forma de juros, retirar tudo o que o banco gastou, ou seja, é justamente aquilo que ficou para o banco em forma de lucro líquido depois que se retira todo o seu gasto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que nós vemos aí é que o Brasil é muito fora da curva nesse aspecto. Não é só que a taxa Selic é muito alta, mas é que a margem de juros, ou seja, depois que os bancos realizam as suas operações, aquela parcela de renda de juros que ficam com os bancos, no Brasil, é muito superior ao que acontece não só em países desenvolvidos, mas também em países comparáveis, em países em desenvolvimento comparáveis.

Além disso, isso gera uma situação também bastante peculiar no Brasil, que é o que esse segundo gráfico mostra. Se nós olharmos uma razão, uma fração entre os lucros operacionais gerados pelas empresas industriais no Brasil, empresas de transformação, empresas de capital aberto, vamos ver as empresas que têm mais acesso a capital mais barato. Essas empresas, no caso do Brasil, essa relação entre lucro e juros é uma das mais prejudiciais para a indústria. Aqui nós vemos que a indústria paga muitos juros em comparação com o lucro que recebe.

Portanto, para o Brasil aqui, a conclusão é: é preciso pensar no papel claro do setor público, das instituições públicas para garantir o financiamento adequado, porque o Brasil é muito peculiar em ter uma situação muito adversa em termos de financiamento para o setor industrial.

Então, eu fico por aqui.

Muito obrigado pelo tempo de vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Diogo Oliveira Santos. O Diogo é Assessor Econômico da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), que fez a primeira introdução deste debate tão importante que avança: emprego, renda, qualidade de vida para toda a nossa gente, com mais emprego, mais renda, mais distribuição, inclusive, de alimentos, de salários, de educação, de saúde – passa pelos empregos.

É com muita satisfação que eu passo a palavra agora à Dra. Verena Hitner Barros, Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), representante do Mdic.

Eu quero dizer que eu falava com ela; ela foi uma das mentoras deste plano, está certo? Ajudou, liderou, digamos, a construção desse plano. Eu fico muito feliz que o Presidente Lula tenha pedido à senhora que estivesse aqui neste evento, onde está a Senadora Zenaide Maia, a nossa grande Vice-Presidente, e lideranças de todas as centrais sindicais e confederações no Plenário. Eu acho que este momento é tão importante, Bira, que eu já estou pensando como é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente faz para, de repente, lançá-lo também nos estados, para que todos tenham conhecimento, liderado, lá no Rio Grande do Sul, pela própria CTB e as outras centrais.

Então, uma salva de palmas para a Dra. Verena Hitner Barros, que fará a sua exposição. (*Palmas.*)

A SRA. VERENA HITNER BARROS (Para expor.) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Queria saudar meus companheiros de mesa, o Diogo, que falou quase tudo o que tinha que ser falado – não tem nem o que acrescentar –, o Ubiraci, o Assis e a Samantha. Saúdo a Senadora Zenaide Maia. Eu vi também, por aqui, o Deputado Heitor Schuch, parceiro também nas nossas conversas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele teve que sair, mas disse que volta mais tarde.

A SRA. VERENA HITNER BARROS – É um prazer estar aqui com vocês hoje.

Eu queria dizer, Senador, que eu acho que essa conversa acontecer nesta Comissão é fundamental. Ela é fundamental primeiro porque essa política é para as pessoas, e não é uma política para a indústria. É uma política, como disse o Diogo, que pensa o país a partir do seu processo de desenvolvimento, de onde a gente quer chegar, do que é o nosso projeto e de uma política que foi construída não dentro de um gabinete.

O Presidente Lula poderia ter escolhido construir uma política dentro de um gabinete, e não o fez. Ele o fez no âmbito de um conselho, conselho esse secretariado por mim, do qual participam 20 ministros, o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e 21 representantes da sociedade civil, entre trabalhadores e empresários.

Eu acho que o processo foi muito rico, foi muito dinâmico e foi um processo de busca de construção de consensos, mas ele foi, sobretudo, um processo que, na minha visão, é um processo de consolidação da nossa democracia. Construir, dialogar, nesse espaço, buscando consensos que a gente possa ter sobre os rumos que a gente quer traçar, enquanto sociedade, parece-me que é fundamental. Por isso eu acho que esse diálogo acontecer nesta Comissão traz para a gente uma perspectiva de pensar essa política como ela de fato é: uma política para o desenvolvimento nacional.

E por que é que ela é uma política de desenvolvimento e por que é que a indústria importa para o processo de desenvolvimento do nosso país? A gente sabe que a nossa economia foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

majoritariamente, historicamente, uma economia agrícola. A gente começa a se industrializar lá no final dos 30, 40. Depois da Segunda Guerra Mundial, a gente tem a Comissão Econômica para a América Latina, que começa a produzir uma teoria de por que é que a gente é pobre, por que é que o nosso país é pobre, e eles vão dizer que a gente é pobre porque eles são ricos. Não tem outra explicação para que a gente seja pobre. E é por isso que não adianta a gente só seguir os passos do que é feito no norte, que é importante que a gente construa os nossos próprios passos, construa o nosso próprio desenvolvimento. (*Palmas.*)

E, naquele momento também – e eu acho que os trabalhadores do nosso país sabem disso –, eles diziam que a indústria é importante, porque ela é a indústria, porque ela garante melhores empregos, melhores salários, garante que o consumo do nosso tempo seja um consumo adequado. A gente sabe o momento em que a gente começa, o momento em que a gente termina, o momento em que a gente volta para a nossa casa e que a gente fica com a nossa família, que é um tema que não é menor para nós que somos mulheres e que temos muitas jornadas. Eu tenho três filhos e sei da dificuldade que é distribuir o meu tempo entre a minha vida privada e a minha vida pública. Mas também a indústria é importante porque ela garante essa mobilização da sociedade, ela garante que o setor empresarial se mobilize, que os trabalhadores se mobilizem e que as pessoas consigam cobrar do Estado e que o Estado consiga responder a essas pessoas.

Então, eu acho que isto é importante. Ter essa dimensão do significado para o nosso país de uma política de desenvolvimento é muito importante para entender o que é que nós estamos fazendo aqui hoje, porque nós passamos muito tempo sem poder discutir desenvolvimento. Eu lembro, nos nossos outros governos, que a gente tinha que tapar a boca para falar sobre política industrial. E nós temos um contexto internacional hoje que permite a gente falar abertamente sobre política industrial. Por quê? Porque todo mundo está falando de política industrial, porque nós estamos falando, mas os Estados Unidos estão falando, a China está falando, o México está falando, a União Europeia... Está todo mundo falando que tem que ter política industrial.

E por que é que tem que ter política industrial? Porque os benefícios do modelo anterior obviamente não chegaram para todo mundo; obviamente que as pessoas não se sentiram empoderadas, não sentiram a presença da melhoria da qualidade das suas próprias vidas, num modelo que não era um modelo de desenvolvimento da indústria.

Então, acho que isso é muito importante. Ter essa dimensão é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a gente tem um contexto também atual. Para além desse contexto internacional de que o mundo está fazendo política industrial, nós temos um contexto em que, graças aos outros Governos do nosso Presidente Lula, a gente tem um processo de fortalecimento das nossas universidades. Então, a gente passou... No momento em que a gente começa o nosso processo de desenvolvimento industrial, é o momento que a gente tem um sistema científico e tecnológico bastante incipiente. A gente estava recém criando instituições como a Capes, o CNPq, que organizam o pagamento de bolsas para os nossos pesquisadores, a Finep, a financiadora de projetos... Então, eles estavam sendo criados e organizados.

Eles vão ganhando corpo. Ainda que tenham nascido modernos, eles vão ganhando corpo, ao longo do tempo, e certamente não acho que tem alguém que ache que não foi nos Governos Lula que a gente consegue, de fato, fortalecer as nossas universidades, que cumprem – nessa atual política, nesse atual contexto do mundo, no qual o conhecimento tem um papel protagonista no processo industrial e de desenvolvimento dos países – um papel central. E é por isso que a gente não pode abandonar os debates da universidade e da indústria, de maneira que eles possam acontecer juntos.

Este ano nós temos, agora em junho, a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, uma grande conferência. É importante que a gente se aproprie, que a gente organize os debates e consiga participar e fazer coro num processo de construção dessa agenda.

Vejam, não se trata de colocar a universidade inteira a serviço do desenvolvimento industrial, mas se trata de pensar de que maneira que o conhecimento que é pertinente para esse processo de desenvolvimento industrial pode ser utilizado para isso. Então, como é que eu viabilizo essa pertinência desse conhecimento?

O companheiro Diogo falou aqui das nossas missões. Então, o olhar sobre a missão é um olhar de que a indústria é um meio para se chegar aonde a gente quer. Então, a gente elenca lá quais são os nossos grandes problemas sociais e como é que a indústria contribui para a gente superar esses problemas.

A gente tem seis grandes missões de desenvolvimento industrial.

A gente tem uma missão que é cadeias agroindustriais digitais e sustentáveis para a soberania alimentar e nutricional – vejam que o "para" importa tanto quanto o "que".

A gente tem uma segunda missão, do Complexo Econômico Industrial da Saúde, para reduzir a vulnerabilidade do SUS e ampliar o acesso à saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem uma terceira grande missão, que é de moradia, mobilidade, saneamento e integração produtiva, para garantir o bem-estar nas cidades.

A quarta missão é a missão de transformação digital, para aumentar a produtividade.

A quinta missão é a missão de descarbonização... Bioeconomia, descarbonização e transição energética, para garantir os recursos para as futuras gerações.

E a gente tem a sexta missão, de soberania, porque a gente precisa voltar a falar em soberania e defesa nacional.

Portanto, esse é o olhar que a gente tem construído, e como essa é uma política que não foi feita num gabinete, que não é uma política na qual o Estado se ocupa de maneira exclusiva das ações, mas em que ele precisa necessariamente de uma mobilização de toda a sociedade para avançar, nós construímos metas "aspiracionais" ou metas para a sociedade.

Qual a ideia dessas metas? Essas metas são metas ambiciosas e realistas ao mesmo tempo, mas que não geram responsabilidade só para o Estado brasileiro. Eu acho que é parte do processo de consolidação da nossa democracia que a gente consiga compartilhar responsabilidades entre Estado e sociedade. Então, por exemplo, quanto ao tema do desenvolvimento agroindustrial, a gente colocou como meta a "tecnificação" do campo, 66% da agricultura familiar "tecnificada".

Isso é muito importante. Sabe quanto é hoje? São 18%! No Nordeste, são 3%.

Então, assim, pensar isso, desenvolver nacionalmente, a partir da soberania, é importante, mas não é suficiente que o Estado responda por isso. O Estado tem que ter um espaço – e é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial esse espaço – em que a sociedade venha nos cobrar, ao mesmo tempo em que eu chegue para a CNI e pergunte: Escutem, meus amigos, o que vocês estão fazendo para chegar a essa meta? Ou chegue para os trabalhadores e pergunte: Escutem, e vocês? Como vocês estão se mobilizando para chegar a essa meta?

Então, eu acho que isso é muito importante. As metas "aspiracionais" são um elemento absolutamente central nesse desenho dessa política.

E como essa política é uma política de Estado, e não de um ministério, a gente olhou para todas as outras políticas e dissemos: As outras políticas são instrumentos do desenvolvimento. Isso é muito importante. Isso é parte de um processo de inovação e de redesenho do próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado, no sentido de que a gente possa compartilhar entre os diferentes ministérios as ações, para que a gente consiga sair das diferentes caixinhas e consiga atuar de maneira conjunta.

A gente classificou esses instrumentos em três grandes grupos de instrumentos.

O primeiro grande grupo de instrumentos a gente tem chamado de instrumentos de fomento, e aí nós criamos um grupo de trabalho de coordenação das ações de fomento muito importante. A gente conseguiu aprovar aqui a taxa de referência, que é uma ATR, que é uma taxa de juros muito competitiva para a gente usar para pagar a inovação no nosso país. A inovação é um elemento essencial, porque é na inovação que está contido o conhecimento, a agregação de valor que a gente quer para as coisas que a gente vai produzir e vender para o resto do mundo.

Então, que o Estado possa arcar, junto com o setor produtivo, com os riscos dessa inovação é fundamental, e que essas taxas sejam competitivas também é fundamental.

A gente tem pouco dinheiro. O que a gente apresentou, o Presidente Lula apresentou, são R$300 bilhões na conta aqui do pessoal da CNI, US$60 bilhões. É muito menos do que qualquer outro país tem gasto com a política industrial. Os Estados Unidos, por exemplo, estão na faixa dos trilhões. A China também, dos trilhões. E separando políticas diferentes, que a gente já não consegue mais nem fazer conta. Então, a gente tem aqui R$300 bilhões para usar para esse processo de desenvolvimento.

Nesse grupo de trabalho nós conseguimos organizar as ações da financiadora de projetos, da Finep, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, do nosso Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, e da Embrapii, que é outro instrumento importante de coordenação das ações de universidades, empresas e Estado. Então, coordenamos as ações e dissemos quais são as nossas prioridades. E por que a gente precisa das prioridades? Porque a gente não pode gastar em tudo, a gente é um país pobre, a gente é um país subdesenvolvido, como a gente estava falando aqui no início.

Então, conseguimos organizar isso. É pouco dinheiro, mas nunca antes na nossa história a gente teve tanto dinheiro para fazer essa política industrial; e as ações de fomento estão vinculadas a isso.

Elas também estão vinculadas a ações absolutamente necessárias e que passam por esta Casa, como, por exemplo, a Lei do Bem, a Lei de Informática e outros instrumentos financeiros, como o Mover, que garantem recursos de maneira diferenciada para que a gente possa usar em pesquisa e desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem um outro conjunto de instrumentos que é igualmente importante e que a gente tem chamado de contratações públicas, que são as compras públicas. Por que a compra pública é importante? Porque a compra pública ajuda a gente ter previsibilidade de como que a gente vai gastar esse dinheiro, ela organiza o uso da política pela demanda. Então, você demanda, o Estado é um grande demandante – por exemplo, na saúde, todo mundo sabe, o SUS é um grande demandante –, ele demanda e o setor produtivo pode se organizar para responder a essa demanda de maneira mais coerente. No dia da reunião do CNDI, a Ministra Esther Dweck lançou o decreto da margem de preferência, que regulamenta como se vai dar preferência para a compra de produtos nacionais para determinadas coisas.

E as contratações públicas também incluem o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), por quê?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERENA HITNER BARROS – Porque a gente tem uma obra, a gente tem uma coisa que a gente vai entregar, e que é física, é de longo prazo, e ajuda também o setor produtivo a se organizar.

Por fim, a gente tem um terceiro conjunto de instrumentos que a gente tem chamado de ambiente de negócios. Esse conjunto de instrumentos que a gente faz é muito importante, porque lá estão contidos instrumentos como comércio exterior. Engana-se aquele que acha que o nosso comércio exterior não tem nada que ver com o nosso desenvolvimento industrial; ele é absolutamente central: ou a gente olha para o mercado do mundo e para a divisão internacional do trabalho para a gente se posicionar, ou a gente está ferrado. A gente tem que ter muita clareza de onde a gente quer estar na onda que a gente está surfando, senão a gente está fadado a só produzir máquinas facinhas, que a gente produz desde o século XIX. É muito importante que o comércio exterior esteja alinhado com o processo de desenvolvimento industrial.

Outro instrumento que é muito relevante é o instrumento de pesquisa e desenvolvimento ou essa questão das universidades. E lá estão as ações também; nesse grupo de instrumentos de ambiente de negócio, estão essas ações.

Igualmente necessárias as ações de formação e capacitação. Se a gente quer uma nova indústria que tem novos empregos, as pessoas têm que estar formadas para esses novos empregos. Então, as ações de capacitação são muito importantes. E como a gente está trabalhando? Tem o Qualifica-PAC, que é vinculado às obras do PAC, em que o pessoal está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensando, Rogério da Veiga, que organiza, o que é que a gente precisa de mão de obra, quantas pessoas a gente tem, quantas pessoas a gente não tem, onde eu tenho que formar. Mas também tem o pessoal do MEC, que tem trabalhado com a gente nisso, o pessoal do Sistema S, muito engajado, e o pessoal da educação superior, porque a gente também precisa de mestres e doutores nessa empreitada que nós estamos querendo construir para o nosso país.

Também lá nesses instrumentos de ambiente de negócio, tem os instrumentos de territorialização do desenvolvimento, porque não é suficiente que o processo de desenvolvimento industrial do nosso país aconteça de maneira exclusiva no Sul e Sudeste do país. A gente sabe que Caxias do Sul tem um parque industrial muito importante, absolutamente necessário, que tem que ser recomposto, porque está tudo velho lá, mas a gente também precisa que regiões como Norte e Nordeste avancem nesse processo, porque a gente acha que a indústria traz desenvolvimento e melhoria de qualidade de vida para as pessoas.

Por fim, a gente tem um último conjunto de instrumentos em cuja discussão eu acho que é muito importante a gente avançar, porque às vezes parece que eles são menos tangíveis, são menos palpáveis do que os outros – quando a gente fala de dinheiro, todo mundo sabe o que significa. A regulação e a infraestrutura da qualidade às normas técnicas são instrumentos que compõem a política. O Presidente Lula criou, durante a transição, uma secretaria no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços que trata de maneira exclusiva e específica dos temas regulatórios. E esse tema não é menor. Ele não é menor, porque é o seguinte: quando a gente vai falar que a gente vai construir máquinas, como que a gente faz para que uma mulher trabalhe no andaime, se não tem um lugar para fazer xixi? Como que a gente faz para que uma mulher consiga segurar um arado no braço, que é diferente de um homem? Então, se a gente quer construir equidade entre homens e mulheres, a gente precisa de mudanças que passam também pela regulação. (*Palmas.*)

Então, eu acho que é isso que nós estamos fazendo, eu acho que esse é o tema em que nós estamos trabalhando, esse é o formato do que nós estamos fazendo.

O que nós temos que fazer agora? E por que a gente precisa conversar com todo mundo? A gente tem que garantir esse espaço de diálogo, de monitoramento da política, então a gente tem que garantir que todo mundo esteja se cobrando no espaço democrático de um grupo de trabalho dentro do conselho: "Escute, o que você está fazendo, o que você não está fazendo, o que nós temos que fazer para chegar lá? O que está sendo feito bem, o que está sendo feito malfeito e o que não está sendo feito?". Isso tudo nós temos que conseguir saber.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas temos outras agendas que são importantes para destacar, e eu queria destacar aqui duas, porque eu acho que são muito importantes. Uma é essa do maquinário agrícola. Essa agenda é central para o nosso processo de desenvolvimento. O nosso Presidente Lula já falou do Mais Alimentos e de como o Mais Alimentos é fundamental para esse processo de construção. E a construção do Programa Mais Alimentos não pode só olhar para o passado; ele tem que olhar... Aliás, como toda política industrial, se ela ficar restrita só a resolver os nossos problemas estruturais, ela não vai ser suficiente.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERENA HITNER BARROS – Ela precisa ajudar a construir oportunidades de futuro.

Outra agenda muito importante é a agenda de descarbonização da indústria. Se o Brasil é o país da oportunidade, se o Brasil é o país de matriz energética limpa, é importante que a gente use essa matriz energética não só para produzir novas *commodities* – e aí a gente vai seguir vendendo coisas, produtos sem valor agregado –, mas é importante que a gente consiga pensar sobre como a gente transforma tudo isso em bens de mais complexidade para a nossa economia, de maior valor agregado, aproveitando a nossa matriz limpa, também entendendo a oportunidade que...

Siderurgia no Brasil é muito suja – é muito suja –, mas ela é muito menos suja do que em qualquer outro lugar do mundo. Química no Brasil é altamente poluente, mas ela é muito menos poluente do que em outros lugares do mundo. Então, entender essas diferenças, entender essas oportunidades e construir ferramentas e instrumentos para que a gente consiga nos inserir nesse mundo, nessa disputa da geopolítica do verde que está colocada hoje é essencial.

Então, muito obrigada e desculpa, porque eu passei aqui um pouquinho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi brilhante e ficou no tempo.

Dra. Verena Hitner Barros, Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, representante do Mdic, meus parabéns pela exposição, muito clara, muito transparente, muito direta.

Às vezes vem aqui um especialista, e fala aquilo que o povo não entende nada. A senhora falou com uma tranquilidade, uma transparência que todo mundo entendeu. Quem ganha com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso é quem está, inclusive, pelo sistema da Agência Senado, pela TV Senado e pela Rádio Senado, e por todo o sistema do YouTube, nos acompanhando. Parabéns, viu? Excelente fala a da senhora.

Agora, eu passo a palavra para Ubiraci Dantas de Oliveira. Ubiraci é um líder sindical que conheço de outras décadas – me permita que eu diga isso –, pela minha idade, não pela sua, porque você é jovem ainda.

Ubiraci Dantas de Oliveira, Vice-Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadores do Brasil (CTB), que foi o grande formulador deste encontro, com o apoio, claro, de outras centrais, outras confederações e sindicatos. Insistiu, insistiu tanto que não teve como eu não marcar. Eu quero agradecer a você por ter insistido. Eu fui contemplado. (*Palmas.*)

Já quero levar este debate para o Rio Grande do Sul e tenho certeza de que o Assis vai ajudar, vamos organizar juntos.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Quero saudar aqui o meu Presidente da Federação Interestadual, Assis Melo, que levou tanto a sério isso e que trouxe companheiros de sindicatos de vários lugares – ele vai falar depois, você vai falar por último –; a Sra. Verena, que fez uma exposição espetacular, muito boa – faltou uma coisinha que eu vou falar aqui, quero ver qual é a sua posição a respeito –; e a Sra, Samantha, da CNI – nós precisamos estar mais unidos, trabalhadores, empresários e governo, para não deixar o fascismo voltar para dentro do nosso país, senão vejamos...

Eu queria dizer o seguinte, começar com o seguinte. Nós derrotamos, na última eleição, o fascismo. Acabou com ele? Não, está por aí, fazendo confusão por aí. Tentaram dar o golpe no dia 8 de janeiro do ano passado. Quase conseguiram, mas a frente ampla impediu que isso acontecesse. E aí a gente garantiu um Governo popular e democrático para o nosso país.

O que eu acho da Nova Indústria Brasil? O que é a minha opinião, conversando com meus pares na CTB? Eu acho que a direção está correta. Eu acho que o caminho... Isso que a Dra. Verena colocou, que é a questão da soberania, a questão do desenvolvimento, da política industrial de saúde etc., é fundamental, mas eu preciso da ajuda de vocês todos, para que a gente tire os obstáculos que estão na frente. Tem um obstáculo grande na frente. Por exemplo, a Nova Indústria Brasil prevê R$300 bilhões em três anos – R$300 bilhões. E vai tirar de onde esse dinheiro? Porque não foi ainda para lá, não está lá, não. Então, é o seguinte. Foi destinado, nesse ano, na LDO de 2024, R$1,73 trilhão para o capital especulativo, para os bancos e para os agiotas de maneira geral – R$1,73 trilhão. O nosso país, que é de dimensões continentais, que precisa atender toda a nação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com saúde, educação, moradia, desenvolvimento, indústria, fortalecer a indústria nacional, nós temos demasiadamente um país sem indústria.

Atenção, companheiros! Um país sem indústria é um país fadado ao fracasso! É a minha opinião.

Então, joga R$1,73 trilhão para os bancos e R$2 trilhões para o país, o restante do orçamento vai para a Previdência Social. Como é que pode, companheiros? Nós temos aqui uma outra coisa: as taxas de juros no Brasil são exorbitantes e impedem concretamente o desenvolvimento do nosso país. Não sobra dinheiro para investir nessas questões que a Dra. Verena colocou. Não sobra!

Eu vou dar um exemplo aqui. Está lá o João Paulo, o João Paulo está ali. Ele é da CTB e é do serviço público federal. Sabem o que deram de aumento para ele? Zero. Há uma discussão, vai ter manifestação aí e tal, está certo? E o Lula falou o seguinte...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Aí, está bom. Muito bem. Depois você fala isso.

É o seguinte, o Lula está certo quando pede a redução dos juros, quando faz uma política dessa, mas nós temos que enfrentar o sistema financeiro, senhores. Nós temos que jogar pesado. Se não jogar pesado, não adianta. E é o seguinte, o terreno fértil para a volta do fascismo é miséria, fome, desemprego, o Brasil "subdesenvolvidíssimo", ou seja, caindo ainda mais, está certo? Isso é uma beleza para o fascismo, para voltar aqui, colocar a culpa na gente etc. e tal. Então, com isso se deve ter cuidado.

Nos últimos 12 meses foram R$750 bilhões para quem não produz um prego – R$750 bilhões! Não sou eu que estou falando, não, são os caras lá do Ministério da Fazenda, está certo? Aí vai atrás do déficit zero. Sabe o que significa déficit zero? É cortar da educação o dinheiro, é cortar dos investimentos, é não dar aumento para o povo, é não fortalecer a indústria nacional, que precisa ser fortalecida.

Nós já tivemos exemplo muito claro. De 1930 até 1980, nós crescemos, do ponto de vista industrial, para danar! Quem não se lembra da Fenemê, a Fábrica Nacional de Motores, a nossa Petrobras, a Eletrobras, tantas outras indústrias que foram criadas a partir do desenvolvimento interno, do mercado interno, a partir daqui, com a política do Getúlio Vargas naquela época?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, meus queridos companheiros, nós temos que tirar esses obstáculos. Quais os obstáculos? O arcabouço fiscal sobre o que o Diogo falou e que a senhora também falou. Meu companheiro, o arcabouço fiscal é o seguinte, ele limita em 2,6% o investimento. Gasto público em 60%. Ora, com esses 2,6% de investimento não dá nem para tapar o buraco do dente, companheiros, porque o estrago que foi feito anteriormente foi muito grande, entendeu, nesses quatro anos. No Fernando Henrique Cardoso e agora nesse Bolsonaro – Ave Maria! –, foi um estrago. A indústria, o PIB nosso caiu para menos de 10%, está certo?

Então, é necessário que a gente arregace as mangas para poder ultrapassar. A direção apontada pelo Governo está certa, mas não pode cortar na carne da gente!

Não pode impedir que o servidor público possa ter aumento. Não pode impedir que o salário mínimo possa crescer, recuperar o seu poder de compra para fortalecer o mercado interno. É assim que cresce um país. Não pode deixar a indústria virar pó, meus amigos. Indústria para um país é fundamental. Nós temos que... É o que foi falado aqui agora. Nós temos que construir o complexo industrial da saúde, entendeu? Fortalecer o SUS, por quê? Mesmo com o SUS meio assim, nessa pandemia que teve, se não tivesse o SUS, não teriam morrido só 700 mil, não, teriam sido muito mais trabalhadores e trabalhadoras, gente do nosso povo, que perdeu a vida pela irresponsabilidade, pela, pela... Eu não vou falar porque há senhoras aqui. Pela irresponsabilidade desse Governo anterior que sacaneou com o povo, zombou das pessoas, destruiu a nação, acabou com a indústria nacional. Não acabou, mas jogou pesado para enfraquecer a nossa indústria etc. e tal.

Então, meus companheiros, é necessário unir a nação com quem quer o desenvolvimento industrial e nacional do nosso Brasil. Eu apelo aqui à CNI. Estamos tentando fazer uma audiência com o Presidente para colocar essas ideias para ele, para juntos a gente dar as mãos e tirar a indústria do buraco, e com isso tirar o país do buraco, tirar os trabalhadores do buraco, dar aumento para esses trabalhadores, entendeu? Porque é isso que fortalece a indústria nacional. (*Palmas.*)

É triste ver uma Eletrobras sendo destruída. Privatizaram a Eletrobras. As contas de luz estão lá na estratosfera. E estão tirando todo o aparato que sustentava, que ajudava a Eletrobras a desenvolver o Brasil. Estão tentando acabar por dentro com a nossa Petrobras. Não a privatizaram porque nós não deixamos, fomos à rua, fomos lutar.

Então, é necessário, na minha opinião, queridos companheiros...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra. A formação bruta de capital fixo, que é o investimento geral, está para baixo de 18%; tinha que estar por volta de 25%, Ailton, 25%, que era o que a Dilma tinha proposto lá e depois ela também não cumpriu. Mas ela propôs 25%, naquela época lá. Então, nós precisamos unir, unir as forças da gente para reduzir.

Esse cara aí do Banco Central, que está reduzindo a taxa de juro a conta-gotas, aquele sofrimento sabe? Sabe quando você está com uma sede desgraçada, aí você vai beber água, vem aquela gotinha: plá! Aí mais uma: plá. Dá vontade de estourar o negócio lá da torneira para vir logo a água para a gente poder beber. É esse paralelo que eu faço, senhoras e senhores.

Eu queria falar desse companheiro aqui. Esse aqui. O Paim é uma pessoa que eu já conheço, eu vou falar, pelo menos há uns 40 anos. Eu tenho 72, estou nessa luta desde...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu tenho um pouquinho mais.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Pois é.

Então, o Paim, quando a gente veio conversar, esse cidadão sentou, ouviu com atenção e está jogando na direção de esse negócio ganhar a sociedade. Mais uma vez, a D. Verena foi feliz. Ela disse o seguinte: "Esse não pode ser um objetivo apenas de um governo, tem que ser um objetivo de uma nação inteira", para que a gente possa colocar essa nação onde ela precisa estar, que é no alto da glória. Uma nação tão bonita, tão grande, com potenciais de riqueza maravilhosos não pode se deixar destruir pelos neoliberais e pelo capital financeiro internacional.

Por isso, enquanto eu tiver vida, eu vou insistir com a...

A CNI tem dado alguns toques sobre essa questão dos juros, do investimento, da formação bruta de capital fixo, mas é preciso darmos as mãos junto com o Mdic. Tivemos audiência lá com... Eu estava lá. Eu, o Assis; estava lá aquela moça que ficava ali, a Sandra; a Andreia, está certo? Outros companheiros. E ele foi muito receptivo, uma pessoa que sabe conversar, o Ministro e Vice-Presidente, receptivo.

Aí o Paim me lança essa ideia aqui, que eu acho que a gente tem que abraçar: fazer nas assembleias legislativas, trazer o povo, porque é muito cara a passagem para vir para com, muito cara... Mas trazer o povo lá do Goiás para dentro da Assembleia, para a gente falar lá e jogar pesado. Trazer a Fiesp; a Fierg, que é do Goiás. Trazer a do Rio Grande do Sul, trazer as confederações de trabalhadores e de empresários, trazer o Governo para debater cara a cara,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque senão fica parecendo *fake news*. É, nós vamos fazer uma Nova Indústria Brasil, beleza e tal, mas não dá passo significativo.

Por que está caindo a popularidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – ... do Governo? Por quê? Não está entregando o que prometeu, companheiros! Ainda não entregou. Não conseguiu. Fez muita coisa? Fez. Fez. Bolsa Família, aumentou o salário mínimo... Ainda é pouco, mas aumentou. Estava numa política... Agricultura familiar etc. Mas tem que pegar a questão central.

A questão central de uma nação não pode ser dizimada por uma taxa de juros pornográfica que atrapalha o desenvolvimento da nação, que impede que o povo viva com felicidade. E se o povo não tiver concretamente nas mãos... Olha o emprego aparecendo ali, olha ali a firma começando a pegar gente... Se não tiver essas coisas concretas, não adianta que não faz milagre. É preciso ter essas entregas.

Eu estou disposto a ajudar. Eu não vim aqui para criticar o nosso Governo, não; mas dar saídas. É preciso que esse Presidente do Banco Central, que sabota o desenvolvimento, bota a conta-gotas a queda da taxa de juros, é preciso fazer uma pressão grande em cima dele e da sociedade, para que ele reduza a níveis internacionais essa taxa de juros, para que sobre dinheiro para a vida das pessoas, para que sobre dinheiro para a saúde, para a educação, para a indústria...

Eu sou operário, metalúrgico, ferramenteiro e virei ajustador mecânico formado no Senai, lá no Brás, em 1968. Eu me formei lá, no mesmo lugar que o Presidente, só que ele foi antes, porque ele é mais velho que eu. Então, eu acho que é possível. Essa nação é rica, é maravilhosa, tem um povo trabalhador que quer trabalhar, entendeu? Tem até aquela música lá... Nego sem emprego... Negro e branco, azul e qualquer cor, sem emprego, fica num desespero desgraçado, fica sem sossego.

Então, a gente tem que jogar pesado. Aqui tem operários, líderes, que a gente fez questão... Um sacrifício danado! Era para ser dia 22, o Paim falou: "Eu tenho uma responsabilidade grande; peço a vocês que se possa mudar a data". Mudamos porque a gente confia nele. Ele trabalha no sentido de ajudar os trabalhadores, por isso que nós estamos aqui junto com ele.

Então, para encerrar aqui as minhas colocações, temos que reduzir a taxa de juros, temos que aumentar o investimento público, aumentar a formação bruta de capital fixo, que é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enriquecimento geral; precisamos montar o complexo industrial da saúde. Para isso, precisa-se de dinheiro. Precisamos dar emprego de qualidade para o nosso povo. Para isso, tem que ter indústria pesada, indústria de máquina, equipamentos, autopeça. Precisamos desenvolver isso. Temos que jogar nessa direção.

Nós não temos que ter complexo de vira-lata. Nós somos um país muito grande, com uma capacidade imensa intelectual. Nós temos técnicos que conseguem tirar petróleo de águas profundas, conseguem fazer uma Eletrobras.

Antes de a Eletrobras ser privatizada, não tinha esses apagões que tem em São Paulo, aqueles apagões desgraçados lá – a pessoa fica 12h, 18h, com alimento na geladeira, sem luz. Então, é mais sofrimento para o nosso povo.

Por isso, agradeço profundamente a você por você ter, Presidente aqui da nossa federação, abraçado a ideia, jogado pesado também conosco, se sacrificado. Agradeço aí à D. Verena – dê um abraço lá no companheiro Alckmin. E eu o chamo de companheiro sem nenhum problema, porque estamos no mesmo barco. Não é o Titanic; o nosso barco é maior do que o Titanic. A gente pode fazer esse barco avançar mar adentro, levando felicidade, futuro para todo o nosso país, para todo o nosso povo. Eu acredito nisso!

Tenho certeza de que a gente vai vencer. Pode demorar um pouco, mas nós vamos quebrar todas as resistências, porque o Brasil é maior do que qualquer um de nós. O Brasil é um país que nos abraçou e que a gente tem que levar adiante, botar num porto seguro para que a felicidade nossa possa vir de maneira tranquila, na paz, com todos nós vivendo essa situação.

Termino a última frase dizendo assim: eu faço esse apelo para a CNI, para o Mdic, para a gente, junto, fazer uma mesa redonda, um café da manhã, alguma coisa, chamar a imprensa e a gente debater profundamente as questões. Não vamos ficar só no... Como é que fala? No raso. Vamos jogar pesado, porque a gente tem condição de vencer.

Pátria livre, venceremos!

Muito obrigado. Um grande abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Ubiraci Dantas de Oliveira, líder sindical, Vice-Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Parabéns pela sua exposição, com a fibra, a raça, a coragem e competência de sempre! Parabéns, Bira!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra agora ao meu parceiro de cidade – e de área também, porque é do setor metalúrgico também –, Assis Melo, que foi e é o líder do Rio Grande do Sul, presidiu ou preside ainda o Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias e é Presidente também da Federação Interestadual de Metalúrgicos e Metalúrgicos do Brasil. É um líder que escreveu uma bela história naquele estado. E foi também Deputado Federal, já caminhamos juntos muito tempo dentro deste Congresso.

Eu estou aqui desde a Constituinte, vou para 40 anos de Congresso. Eu digo que nem eu me aguento mais aqui dentro, de tanto tempo que eu estou aqui, Bira.

Assis, é com você.

O SR. ASSIS MELO (Para expor.) – Senador Paim, quero dar um bom-dia a todos aqueles que estão aqui nos saudando com as suas presenças.

Na pessoa aqui do Senador, quero saudar também a Senadora – obrigado pela presença –, Vice-Presidente aqui da Comissão; representante aqui do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio; e a Samantha, que é da CNI.

Quero saudar aqui meus companheiros também metalúrgicos, os companheiros do Rio de Janeiro, lá de Betim, Três Marias, Sabará – Rio de Janeiro já falei –, os companheiros de Goiás, que estão aqui também; e os demais trabalhadores e trabalhadoras que nos prestigiam não só presencialmente, mas também através das redes aqui do Senado.

Quero dizer para todos vocês aqui que nós... Às vezes, Senador Paim, as pessoas me perguntam... Como eu tive mandato, fui Deputado Federal, o pessoal acha que fazer política é só para quem tem mandato, mas nós somos militantes políticos. Eu, na verdade, sou militante político desde 1986. E tive a oportunidade de ser Deputado.

E, Senador Paim, nossa pretensão política e o que defendemos é um novo projeto de desenvolvimento para o país. E achamos que esse novo projeto de desenvolvimento para o país tem que estar na calcado, sim, na indústria de transformação. E o Estado tem que ser um indutor disso. Essa é a nossa opinião – como se diz? – clara e cristalina, que falamos onde nos dão oportunidade para defender as nossas ideias.

O Bira falou aqui, o Diogo também, dentro da nota técnica, que é uma contribuição da federação junto com a CTB – e nós temos lá o nosso companheiro Davi também que é economista –, que diz o seguinte: a nova política industrial do Brasil é importante, mas ela está com o freio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mão puxado. O Bira aqui falou "trava". E por que o freio de mão puxado? Porque há, na verdade, essa questão da indústria, que é um debate não só político, às vezes até ideológico; e que tem, do ponto de vista de outra visão, que o Brasil não pode se transformar numa nação soberana. Essa é a questão. Discutir soberania é ter, sim, autonomia do ponto de vista não só produtivo, mas técnico-científico. Então, todas essas questões, companheiros – porque senão nós vamos nos tornar uma colônia ou uma subcolônia – são questões importantes.

E o debate do desenvolvimento industrial do país é pensar, sim, em desenvolvimento social. Que tipo de país nós queremos? Que tipo de indústria nós queremos? E discutir isso é discutir tipo de emprego: que tipo de emprego nós queremos? Nós não queremos ser uberizados, mas, se nós, Senador Paim...

E nós estamos aqui na Comissão de Direitos Humanos, e eu lembro, especialmente, que, em Porto Alegre, foi feita uma campanha para tirar os animais, os cavalos, das carroças, mas agora as carroças são puxadas por humanos. Quem se preocupa com isso? O cara que trabalha com reciclagem hoje puxa aquelas carroças. Isso é tração humana. E aí, como é isso?

É claro que nós estamos preocupados também com a questão do Uber. Tem um projeto aí, e o pessoal que trabalha: "Ah, porque isso aqui é não sei o quê e tal". Então, é sempre uma luta política e quase ideológica tudo isso. Que tipo de qualidade de vida nós queremos para a nossa população, para a sociedade?

Então, quando nós vamos discutir aqui a indústria, nós estamos, sim, companheiros... E por que os trabalhadores estão aí? Nós somos a parte mais importante disso! Nós, trabalhadores, que transformamos matéria-prima em bem de consumo, temos, sim, interesse numa indústria forte, numa indústria nova e com trabalhadores que sejam uma mão de obra qualificada e que tenham salários dignos. Essa é a nossa opinião, clara assim. Dizemos isso em todos os lugares a que vamos, porque somos representantes dos trabalhadores. Não há contradição nisto: defender uma indústria forte e defender empregos dignos. Isso é o que está na essência da nossa visão de um projeto de desenvolvimento econômico para o nosso país.

O Brasil, companheiros... Por exemplo, com a nossa federação, nós estamos em mais ou menos nove estados do nosso país, representando quase em torno de 450 mil trabalhadores em várias áreas da metalurgia, setor automotivo, eletroeletrônico. Mas quais as dificuldades hoje dos trabalhadores? Por exemplo, vamos discutir a questão da mobilidade – mobilidade, transporte hoje –; vamos discutir jornada de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu lembro, quando o Senador foi ainda Constituinte e estava lá junto com o nosso Senador Inácio Arruda, lançaram aqui o projeto da redução da jornada de trabalho para 40 horas. Quanto tempo faz isso? E por que a gente não avança? Com as questões tecnológicas, a produtividade do trabalho aumenta; e nós não nos apropriamos disso. E qual o tempo que um trabalhador leva, ao sair de casa, para chegar ao trabalho? Quanto tempo nós estamos à disposição das empresas? Qual o tempo que sobra para nós, trabalhadores, para nos qualificar? Ou até mesmo para nós repormos as nossas energias para voltar para o trabalho no outro dia? Em que condições estão os trabalhadores? Então, quando você vai discutir projeto de desenvolvimento, fortalecimento da indústria, você tem que olhar as questões sociais hoje.

Lá, Senador, nós discutimos e fizemos um debate muito sobre a questão do auxílio-creche. E nós estamos discutindo lá, Senador, que o auxílio-creche seja da criança. Qual é a importância disso? Porque é um direito da criança a creche. E, bom, nós somos metalúrgicos, a grande maioria na metalurgia são homens; então, se a mãe é comerciária, e eles têm um filho, eles não ganham auxílio-creche, porque é para a mãe. Então, o debate que nós fizemos lá, em nível do nosso sindicato, com o setor empresarial é esse.

E a outra coisa é o transporte gratuito. Por que o trabalhador vai trabalhar e ainda tem que pagar para ir trabalhar? E eles pagam mesmo. A lei diz que as empresas podem descontar até 6% do valor de transporte. Nós estamos dizendo: "Olha, por acordo, baixamos para 3,5%". Mas, mesmo assim: quando o vale de transporte foi criado, Senador Paim – você se lembra disto –, a inflação era 30% ao mês. E foi criado o vale de transporte de 6%. Hoje, a inflação é 3,5%, 4% ao ano; e nós continuamos pagando 6% de transporte por um transporte que nunca chega ao local de trabalho. Então, são questões que a gente precisa discutir aqui, porque a indústria hoje de transporte precisa estar dentro disso também. Como é que nós vamos melhorar a qualidade de vida das pessoas? Então, pensar em desenvolvimento econômico e social é isto: fortalecimento da indústria, mas também ver como eu me preocupo com a parte mais importante da indústria, que é a sua força de trabalho. Essa é a questão.

Então, nós da federação, Senador Paim – talvez eu não precise ocupar todo o tempo –, estamos imbuídos de fazer esse debate, sim. Nós vamos fazer essa peregrinação aqui, estamos o convidando para nos ajudar, vamos botar também a Câmara dos Deputados junto nessa, para que a gente leve esse debate para os estados, para que vá para a Assembleia Legislativa, vá junto com o Governo, vá junto com os empresários, vamos debater. Porque, claro que lá na campanha salarial, que é direto, que ali a bronca é econômica, e, às vezes, a gente fica ali discutindo vírgula,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando, na verdade, nós temos que discutir que tipo de emprego nós queremos, que tipo de qualidade nós queremos. Então, são todas essas coisas aqui que fazem parte da pauta: "Ah, mas isso é parte específica". Não, isso é parte geral, porque se eu garantir auxílio-creche lá para a minha comunidade, um transporte melhor, eu vou melhorar a comunidade como um todo e não apenas a categoria metalúrgica.

Então, gente, quando nós vimos aqui, e eu agradeço, mais uma vez, ao Senador Paim, porque é homem de primeira linha de combate aqui, não é? O Bira é nosso companheiro aqui, pode ver que é a mesma emoção que a gente tem aqui com a responsabilidade que temos, de que nós precisamos. Nós temos a convicção de que um Brasil socialmente justo será assim construído pelo seu próprio povo, e os trabalhadores têm que ser protagonistas disso. Se uma grande parte da sociedade, homens e mulheres, não participarem do debate político, não assumirem para si a responsabilidade de construir uma nova nação, certamente nós passaremos ainda por um grande processo.

Quero lamentar ainda, Senador Paim, que ontem, tivemos a triste notícia de que, mais uma vez, os trabalhadores foram tirados de trabalho análogo à escravidão e pasmem todos vocês: os trabalhadores eram "pagos", quer dizer, entre aspas, com pedras de *crack*. Infelizmente, essas são as notícias que nós ainda temos que ouvir. Então, a gente vem aqui para defender um novo projeto de desenvolvimento para o país, para a reconstrução do Brasil, para que a gente possa superar essas mazelas, da superexploração da força de trabalho.

Parabéns a todos nós que estamos aqui e estamos dispostos a levantar este país e construir uma nação soberana, democrática e progressista, e, logo ali na frente, depois de tudo isso, uma nação socialista, porque é a bandeira do nosso partido!

Uma saudação a todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Assis Melo, Presidente da Federação Interestadual de Metalúrgicos e Metalúrgicas do Brasil (Fitmetal).

O Bira aqui me assoprava, mas, na verdade, ele sugeriu o que eu tinha que dizer, e eu entrego, viu? Falou para mim, eu entrego. (*Risos.*)

Junto comigo não tem segredo: "Diga aí que tu vais ajudar a levar esse debate a todas as assembleias, daí o pessoal vai perceber que a Comissão de Direitos Humanos do Senado está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

junto nessa luta permanente aí" – não é, Zenaide? –, por esse trabalho é tão bonito que vocês estão me expondo aqui. Está dito, Bira?

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Mas vai fazer?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Oh! Muito bem, companheiro! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse Bira é fogo.

Então, para terminar esta mesa, daí em seguida vai falar a Senadora Zenaide Maia, eu passo a palavra para a Samantha Ferreira e Cunha, Gerente de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A SRA. SAMANTHA FERREIRA E CUNHA – Muito obrigada. Eu tenho uma apresentação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então você quer falar agora? Ela concorda? Você concorda? (*Pausa.*)

Então vamos dar alguns minutos para a nossa querida Senadora.

Senadora Zenaide Maia está com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para interpelar.) – Boa tarde já a todos, eu queria aqui parabenizar por esta construção e efetivação do plano da Nova Indústria do Governo Federal; quero cumprimentar o nosso amigo Paulo Paim, esse grande homem e Parlamentar; Ubiraci, Assis Melo, Verena Hitner, Barros, Samantha e todos.

Quero dizer o seguinte, teve algo aqui que me chamou a atenção: primeiro, eu queria dizer aqui algo que me chama a atenção, mostraram os pilares, que é onde estão os bancos, o financiamento, a academia. Dos três pilares, qual é a responsabilidade do Estado brasileiro? O financiamento? A academia que eu conheço, que a gente faz aquelas incubadoras de indústrias? E qual foi o terceiro que vocês...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – A regulação.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – A regulação.

Eu queria dizer o seguinte aqui: primeiro os bancos, eu acho que o Brasil é o único país no mundo em que os empresários não se unem ao Governo contra o sistema financeiro, porque a indústria tem que se unir contra os bancos. Olhem o orçamento. O orçamento, quase a metade fica para juros e serviços de uma dívida que nunca foi auditada, apesar de estar na Constituição. Eu se fosse banqueira, eu queria ser do Brasil. Você tem a metade do orçamento da 9ª economia do mundo sem sentar na mesa.

A Comissão Mista de Orçamento senta só para definir o restante: coloca 4% para saúde, 4% para educação, menos de 0,5% para segurança pública e investimento zero. Mas esse mesmo sistema financeiro faz uma extorsão – para não dizer um roubo – de todas as famílias deste País, cobrando esses juros extorsivos em cartões de crédito, em cheques especiais...

Eu tenho uma PEC aí. Esse banco tem tanto poder aqui dentro, a PEC 79, de 2019, Paulo Paim, que limita os juros dos cartões de crédito, qualquer financiamento, a no máximo três vezes a taxa Selic. Não engessa política monetária desse Banco Central, que só defende mercado financeiro. Isso é verdade! Nós temos que saber disso, e acho que a gente tem que olhar o orçamento. Quando foi aprovada, desmontada a CLT, antes dela já tinha o trabalho intermitente, não era? A terceirização plena. Trabalho intermitente não é diferente de feudalismo nem de escravidão, não. O trabalhador, que eles achavam que iria mexer só no trabalhador braçal, chegou às universidades privadas, Paulo Paim. Todas elas demitiram os professores e contrataram por hora/aula! (*Palmas.*)

Eu sempre disse, eu fui criada, eu sou filha de um pequeno agricultor, e se contrata por hora trator, retroescavadeira, mas não gente. Gente não. E não sobra nada para investir em infraestrutura. Não se investe em infraestrutura.

Então nós tínhamos que sentar e botar toda essa união de CNI, de tudo, do Minc, para olhar o Orçamento deste País. Vamos quebrar essa caixinha de Pandora, gente. Porque aqui só tem teto para saúde, para educação, para segurança pública, para assistência social, e não tem teto para pagar juros. Aí diz logo: "Senadora, a senhora está defendendo o calote?". Não. Não é calote. Peça licença aos bancos e diga: "Os senhores vão ficar com 30% do orçamento.". A quem eles vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emprestar? Eu queria saber a quem. Quem não quer emprestar ao Governo com tudo garantido, tirado do orçamento deste Governo?

As maiores dívidas públicas do mundo são Japão e Estados Unidos. O que os americanos fazem? Não é o exemplo do capitalismo, que evolui tudo? Chama as empresas e os bancos e diz. Naquela quebradeira toda de 2008, o que eles fizeram, Paulo Paim? Não tem nenhum banco estatal. Até o Banco Central, o banco federal de lá é privado. Chamou e disse assim: "Está 5 trilhões aqui do Tesouro, dois anos de carência, 1% ao ano de juros, mas eu quero meus empregos de volta". Manter os empregos.

Essa história de acabar com os trabalhadores com essa história que vai atrair empresas, o que é que atrai empresas? É demanda. Você tem uma lanchonete com cinco mesas e cadeiras, você aumenta para 10, se não tiver a demanda, não tiver quem compra, aí para no salário. Como é que alguém é contra aumentar o salário dos trabalhadores? É difícil entender que empresário seja contra, porque quem compra é o trabalhador. Se não compra, o Governo não arrecada, o comércio não vende e a indústria também.

Mas mudando aqui, já parabenizando por esse olhar diferenciado, quero dizer o seguinte: eu acho que eu vendo isso... Minha formação é médica, viu, gente? Mas aqui dentro a gente tem que se virar nos 30. Então, o que eu quero dizer aqui é que o seguinte, a Lei Kandir atrapalhou muito, em 1996, eu acho. A Lei Kandir é o paraíso para as *commodities,* que é aquilo: "Para você eu vendo o feijão, a soja, tudo que eu quiser; zerinho, zerinho de imposto. Exploro os trabalhadores em real, meus custos são em real, mas eu vendo o meu produto em dólar". E ainda mais, ainda tem a renúncia fiscal, não paga nem Imposto de Renda. Está aí uma reforma tributária que não vai resolver nada, porque juntou siglas, mas os ricos continuaram sem pagar, só quem paga é trabalhador, seja ele do serviço público ou privado.

Essa luta todinha que nós estamos aí, Paulo Paim, para isentar Imposto de Renda, fazer essa parcela progressiva de Imposto de Renda: dois salários mínimos! Você já ouviu falar que para quem ganha dois salários mínimos seja considerado renda, gente? É difícil essa situação.

Agora, tenho fé, porque eu acredito que o Ministro, que é Vice-Presidente... Todos têm que ter esse olhar diferenciado: ou a gente luta com isso, junta empresários... Acho que tem até aí uma... Eu me lembro que eu li que Henry Ford só produzia carros sob encomenda. E, quando foi resolver fazer em série, aí perguntaram assim os acionistas: "E, aí, quem vai comprar?". Ele disse: "Nossos trabalhadores, porque vão ter salários dignos e vão ser nossos compradores". Esse olhar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que as empresas brasileiras têm que ter, não é tirando o mínimo que esses trabalhadores têm de direito que vão atrair. Podem atrair o capital especulativo: "Eu vou naquilo ali, em que ali, todo mundo, a gente pode tirar o dinheiro".

Como é que a gente permite, este Congresso – porque, nos países de origem, os cartões de crédito cobram 1% a 3% ao ano –, uma extorsão das famílias brasileiras ao nível de eu comprar um computador e, se eu financiar no cartão de crédito, pagar três ou quatro. Um ladrão pode até me roubar um, mas o banco já levou três. Entendeu? É assim que funciona.

Então, eu queria dizer, quando vejo essa construção, esse interesse da indústria brasileira que se faz necessário, ouvir os trabalhadores, ouvir o setor que financia... Quanto aos bancos, tenham cuidado, porque, quando eles vêm para mim, eu digo: "Os senhores não são nada além de agiotas oficiais, porque os senhores não constroem, os senhores não edificam e os senhores ainda fazem extorsão do povo brasileiro"; eu digo isso todo dia. Se a gente não se unir, eu quero ver se eles vão achar...

Vocês que têm experiência: vocês acham que tem algum banco que vai conseguir ficar com 40% a 50% do orçamento deste país e não sentar na mesa para negociar? Paulo Paim, quanto ao orçamento, se a gente não fizer isso, quebrar essa caixa de pandora, ir lá para dentro botar seja a criança, seja o adolescente na educação, no orçamento, nós vamos discutir aqui muita coisa e não vamos chegar a nada. Mas eu queria dizer que de tudo que eu vejo, eu acho essa uma pauta edificante, porque estamos construindo, agregando valor a nossos produtos.

E eu queria dizer que eu tenho um olhar diferenciado, por exemplo, para os institutos federais do Rio Grande do Norte, que têm esse trabalho de incubar empresas e tudo. Em Currais Novos, nós somos um setor mineral – o CT Mineral de lá eu financiei e financiei agora, botei emendas para um laboratório de gemas –, vão certificar e lapidar gemas. Então, isso é o crescimento, e eu acho que o Ministro e Vice-Presidente Alckmin, por quem eu tenho o maior respeito, mas quero dizer...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – ... é uma pauta construtiva essa, como a maioria não é.

E não vamos fazer isenção fiscal bilionária, porque não tem de onde tirar dinheiro, porque isso aqui eu vou dizer: o Supremo negou, disseram que eles tinham que pagar, está aqui, eu tenho que correr para lá. Eles conseguiram um PL para fazer uma remissão fiscal de 2007 a 2022 –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imaginem 15 anos –, de uma contribuição sobre lucro líquido que eles não pagaram. É um acinte à sociedade, que fica mendigando alguns recursos para investir em infraestrutura e na nossa indústria.

Obrigada.

Desculpe se eu me exaltei, mas quando eu vejo isso...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, grande Senadora Zenaide Maia.

A Senadora Zenaide Maia, pela informação que deu, vai ter que votar, mas a Secretária-Executiva do conselho...

A SRA. VERENA HITNER BARROS – Eu só queria... (*Pausa.*)

Obrigada, Senador. Eu só queria me desculpar. Eu sou mãe, estou sozinha aqui em Brasília e preciso buscar meu filho na creche. (*Risos.*)

Eu queria agradecer muito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem, perfeito!

A SRA. VERENA HITNER BARROS – ... me colocar à disposição, agradecer.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone.*) – Deixe eu fazer a minha campanha. Venham para a política, mulheres, porque, se a gente fosse pelo menos 30% deste Congresso, ele não teria aumentado mais sete anos de trabalho para a gente, mesmo sabendo que a gente tem três expedientes!

A SRA. VERENA HITNER BARROS – Isso aí! (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, vamos às considerações finais aqui da nossa convidada Verena Hitner Barros, Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial e representante do Mdic.

A SRA. VERENA HITNER BARROS (Para expor.) – Eu queria agradecer muito, na verdade, o convite. Eu queria agradecer ao Ubiraci por ter insistido aqui com o Senador Paim. Eu acho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é muito importante essa conversa, é fundamental que aconteça em todos os espaços da sociedade. Gente, essa política tem que dar certo e ela não pode depender só do Estado. Para dar certo, ela precisa de cada um dos trabalhadores, cada uma das mulheres, cada um dos homens, cada um dos Parlamentares, cada um dos membros do Poder Executivo, cada um dos empresários nacionais apoiando essa política. Se não for assim, não tem como dar certo. Eu acho que ela começou bem, ela começou entusiasmada, ela começou bem-feita.

Pode chamar, eu vou, tenho ido – o pessoal da CUT chama, o pessoal da CTB chama –, eu tenho ido, participado, debate *online*, debate virtual; às vezes, eu não consigo nem entrar, participo assim do táxi; me chama, eu falo, a gente conversa, a gente dialoga. É muito importante, primeiro, para consolidar a nossa democracia, a gente tem que voltar a dialogar, gente, a gente precisa do diálogo, precisa da construção de consenso; segundo, porque é essencial, para isso que nós precisamos de um novo país, de melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Tem uma grande economista que talvez seja a maior inspiração que eu tenho de vida. É a Maria da Conceição Tavares, que falou assim: "Ninguém come o PIB". É isso, gente. A gente precisa da política, porque a gente precisa ter o que comer, a gente precisa melhorar a qualidade do nosso país.

Então, quero agradecer muito vocês por esse convite. Podem chamar de novo, eu venho quantas vezes precisar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigado. Chamaremos, viu? Um abraço a todos. (*Pausa.*)

Passamos de imediato à Samantha Ferreira e Cunha, Gerente de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Uma salva de palmas para ela, que gentilmente ficou esperando aí todos aqueles que pediram para falar antes dela. (*Palmas.*)

A SRA. SAMANTHA FERREIRA E CUNHA (Para expor.) – Imagina! Muito obrigada.

Eu vou tentar contribuir um pouco com vocês, porque as falas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me atrapalhar a senhora ainda...

A SRA. SAMANTHA FERREIRA E CUNHA – Imagina!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... mas, na segunda mesa, quem está presente, se não me engano, é Altamiro Perdoná. É isso? (*Pausa.*)

Então, eu queria convidar você já para vir para a mesa, porque os outros vão entrar de forma virtual e já fica completa a segunda mesa.

A palavra volta para a Sra. Samantha.

A SRA. SAMANTHA FERREIRA E CUNHA – Então, só quero agradecer a oportunidade – obrigada, Senador –, cumprimentar todos aqui.

Eu vou tentar contribuir com vocês, porque as falas já disseram tudo, as mensagens principais estão passadas. Eu vou tentar aqui reforçar algumas das mensagens já passadas e trazer mais informações sobre como a gente está tentando contribuir para a efetivação do plano.

Pode, por gentileza, passar.

A gente sempre começa lembrando de onde partimos. É muito importante a gente dizer que o momento que estamos vivendo agora é muito positivo no sentido da convergência das ideias sobre a necessidade de uma política industrial, porque a indústria, como já foi dito, deve estar no centro do plano de desenvolvimento do país. Como a gente também já disse aqui, ela tem o maior poder de puxar o crescimento econômico: significa dizer que R$1 gasto na indústria produz quase R$3 na economia como um todo. E, nos demais setores, quando a gente pensa na agropecuária ou em serviços, esse poder de puxar o crescimento é menor. Na indústria, a gente tem os empregos de melhor qualidade e os salários mais altos que a média do Brasil e, quanto maior a escolaridade, maior é a diferença.

A indústria também realiza a maior parte dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, portanto em inovação. Então, ela é fonte de inovação. E a inovação é importante para o nosso crescimento de longo prazo, para que a gente consiga crescer de forma sustentada.

Vou trazer exemplos. A nossa taxa de crescimento do PIB, se a gente olhar de 2012 a 2022, o nosso PIB cresceu 0,5% ao ano, em média. Isso aconteceu, porque a nossa indústria de transformação encolheu 1,4% ao ano, em média. Então, a nossa agropecuária cresceu quase 3%, o nosso setor de serviço cresceu quase 1% e o nosso PIB cresceu 0,5% ao ano, em média. Se a trajetória de crescimento da indústria não for retomada, a gente não consegue elevar as condições de vida da população, a gente não consegue crescer a taxas mais altas. Precisamos crescer a taxas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais altas e de forma sustentada no tempo. É isso que vai fazer o nosso PIB *per capita*, as nossas condições de vida melhorarem – da sociedade em geral.

Então, a gente sofre com esse problema de desindustrialização precoce. A indústria já representou 30% do PIB nos anos 80; hoje representa 15%. A gente perdeu complexidade econômica, o que significa dizer que os setores mais sofisticados, os setores que têm maior valor agregado perderam participação na nossa economia. Cresceu a importância das *commodities* de menor valor agregado. Isso também se reflete na nossa pauta de exportações. Ficamos mais vulneráveis às mudanças nos preços internacionais. A nossa economia se torna mais vulnerável. Os setores mais sofisticados, que exigem maior escolaridade, que geram mais inovação, perderam peso na economia.

A gente tem um problema de baixa produtividade. Além disso, a gente enfrenta o que a CNI chama, e debate há mais de 20 anos, de custo Brasil, que são problemas do nosso ambiente de negócios. Então, as empresas enfrentam custos maiores aqui dentro do que os concorrentes lá fora. Isso faz a gente perder mercado aqui e lá fora. Já fomos a décima maior indústria até 2014; desde então, estamos perdendo posições para outras economias emergentes – México, Turquia, Indonésia, Rússia – e, hoje, somos a 16ª indústria do mundo. Então, esse é o retrato de onde partimos.

Pode passar, por gentileza.

O mundo hoje está fazendo políticas industriais, como já foi dito aqui. O FMI fez um cálculo e mediu que são mais de 2 mil medidas sendo implementadas em todo o mundo. Como disse a Verena, a CNI fez uma estimativa: olhando todos os planos lançados desde 2019, são pelo menos US$12 trilhões sendo implementados pelas principais economias do mundo para fortalecer as suas indústrias domésticas.

E por que fazem isso? Como o Diogo explicou no início, a gente está diante de um contexto internacional bastante desafiador. A gente tem a emergência climática que ficou tão urgente; a pandemia acentuou tendências que a gente estava vivendo; há a digitalização, as tecnologias digitais, que vão permitir o aumento da produtividade. Além disso, os conflitos aumentaram; há as tensões comerciais, destacados Estados Unidos e China; estamos vendo os conflitos agora, as vulnerabilidades das cadeias produtivas que ficaram evidentes com a pandemia, então a alta dependência de importados da China – e a gente teve problemas para receber os insumos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse contexto, desde 2008, 2009, quando a gente teve a crise financeira global, as economias vêm lançando planos para tentar recuperar sua competitividade. Elas têm sido ameaçadas pelo avanço dos países da Ásia. Os planos são recursos massivos. Isso ficou ainda mais acentuado depois da pandemia e também por causa da emergência climática. A gente tem as metas para a redução de emissões de carbono sendo estabelecidas nesses planos, para a gente salvar o nosso planeta, para a gente sobreviver.

Ali é para mostrar que o mundo todo está fazendo política industrial, tentando atrair de volta as suas indústrias, as suas manufaturas, fortalecendo as suas cadeias produtivas, competindo para construir as bases da nova indústria, que significa se adaptar a essa quarta evolução tecnológica, a essas tecnologias digitais, à inteligência artificial e à necessidade de reduzir os impactos ambientais – essa tendência mundial que a gente chama de tendência de descarbonização.

Pode passar.

O que é a NIB? A NIB é uma política industrial que a gente fala moderna porque está alinhada ao que o mundo está fazendo, porque ela parte da escolha de missões, como foi já dito aqui. Significa que a gente não está escolhendo uma tecnologia específica, um setor específico, uma empresa; a gente está escolhendo problemas da nossa sociedade, que são problemas relevantes, para a gente resolver. Então, como também já foi dito, a indústria é meio para resolver esses problemas. A política não tem um fim em si mesmo, a indústria é um meio para resolver os problemas. E as missões são complexas: há um ecossistema, com vários atores ali dentro, para que elas sejam possíveis, para que de fato a gente consiga atingir o que a gente está mirando. Então, a gente está falando de empresas, de trabalhadores, de academia, de ICTs e assim por diante. É mais complexo porque exige mais coordenação e governança, mas é necessário que todos se mobilizem na direção que o Governo está dizendo que é a direção que está alinhada com esse contexto que a gente está vivendo.

A política industrial nada mais é do que uma política que apoia as transformações estruturais que a economia precisa fazer, ou a gente vai ficar ainda mais atrás na corrida da competitividade, ou a gente não vai ser capaz de se adaptar às mudanças que estão em curso. São mudanças muito grandes na forma como a gente produz, na forma como a gente consome. Então a gente precisa apoiar, principalmente, as pequenas empresas e as médias empresas. É disso que a gente está falando. Então, deve ser uma política de Estado: é uma política de longo prazo, é um plano estruturante que deve resistir às mudanças de governos. Este debate aqui é muito importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para isso. Ela visa recuperar o tecido industrial que foi destruído e construir capacidades novas que a gente precisa assimilar, como, por exemplo, a eletromobilidade. A gente está falando dos veículos elétricos, ônibus elétricos, ou do hidrogênio verde, ou do aço verde, então capacidades novas alinhadas ao que vai ser a demanda mundial agora, olhando para essas tendências. Além disso, ela é um *mix* de instrumentos, como explicou a Verena aqui, e articula vários atores.

Pode passar, por gentileza.

Essa é a Nova Indústria Brasil, a nova política industrial brasileira, orientada por missões para responder a desafios da nossa sociedade. Articula agências de fomento, BNDES, Finep, ministérios; o assunto também chega à Câmara e ao Senado. Há a coordenação dos diversos instrumentos.

Pode passar, por gentileza.

Aí são as seis missões que já foram mencionadas. Verena já tocou no ponto em que eu tocaria, que é dizer que a gente sempre está olhando para ampliar a segurança alimentar e a segurança energética.

Ampliar o acesso da população à saúde: para isso a gente precisa ser capaz de produzir vacinas, medicamentos, reduzir nossa dependência de dispositivos médicos.

Infraestrutura: modernizar o nosso setor de construção civil, para que ele seja capaz de reduzir também o consumo de água, reduzir o impacto ambiental, ficar mais produtivo, aproveitar as tecnologias digitais; com isso, melhorar a mobilidade nas cidades.

Transformação digital: para que as empresas assimilem as tecnologias digitais e também produzam, sejam capazes de oferecer soluções tecnológicas, justamente para fortalecer a nossa base de conhecimento, para que a gente se torne uma economia mais forte.

A missão de descarbonização e a missão de segurança nacional e defesa, que é o que o mundo está fazendo: gastando mais nesse setor. Nos Estados Unidos, o setor de defesa sempre foi muito incentivado, e isso gerou externalidades positivas; por exemplo, o GPS e a internet, que nascem dos gastos no Departamento de Defesa, e o mundo todo usa hoje – o GPS é base para vários dos aplicativos que a gente usa. Então, é importante olhar para o setor de defesa imaginando que ele também gera os desdobramentos para produtos que servem à nossa sociedade.

Pode passar, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para mostrar com detalhe: o Plano Mais Produção é o que centraliza os recursos da NIB – que foram mencionados aqui, os R$300 bilhões –, que não têm impacto fiscal. O impacto fiscal adicional dele é zero. O custo de equalização dos juros – quando a gente oferece juros mais baixos do que a taxa Selic – é de R$1,93 bilhão por ano. Isso é muito menos do que, por exemplo, o Plano Safra, que é um plano de financiamento do setor agropecuário, do agronegócio – que deu muito certo, então a gente também precisa dar muito certo –, cujo custo de equalização é de R$11 bilhões. O Plano Safra, em um ano só, foi de R$364 bilhões. Nós, de 2023 a 2026, somos R$300 bilhões. Então, veja, é um início; é o início de uma construção, é um bom começo. Como disse a Verena, quando a gente converte para dólares, os R$300 bilhões dão US$60 bilhões; é muito menos do que os US$2 trilhões dos Estados Unidos ou os quase US$2 trilhões da União Europeia ou do Japão. Então, é um bom início.

O que a gente precisa defender?

Pode passar, por gentileza.

Que esses recursos devem ser perenes. Isso é uma política de Estado. A gente está falando sobre dar o norte para o país. Quais são as tendências futuras? Porque a gente precisa estar atento a elas, porque a gente precisa se adaptar; além disso, para que a política dê certo, para que a gente tenha sucesso, para que ela não seja efetivada por outras razões que têm a ver com o nosso ambiente de negócios. Por isso que a agenda reduz os problemas econômicos e institucionais do país – como, por exemplo, o custo do capital, que foi bem colocado aqui: o *spread* bancário do Brasil é um dos mais altos do mundo, assim como a nossa taxa de juros, e isso inibe os investimentos. O investimento é variável-chave para a inovação, que é a variável-chave para o nosso crescimento de longo prazo, para que a gente consiga crescer a taxas mais altas. Então, o custo de capital é um dos fatores críticos.

A reforma tributária foi um passo importante para reduzir a complexidade do sistema, para reduzir o que a gente chama de cumulatividade na cadeia de valor, a cumulatividade do imposto. Então, ela – a gente está falando da reforma do consumo – vai conseguir reduzir custos para as empresas, e isso vai rebater no nosso PIB: a gente vai crescer a taxas mais altas. O sistema tributário era um dos mais complexos do mundo. A gente já está avançando em não ter um sistema tão complexo, mas um sistema simplificado. Gostaríamos de ter carga menor, mas ainda estamos lutando nessa parte. Porém, outro fator crítico é o custo do capital. Então, a gente está falando sobre fatores do ambiente de negócio; sobre a infraestrutura, que precisa avançar também; sobre qualidade da educação e assim por diante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já falei da complexidade que é, do desafio que é e da importância que tem essa coordenação, essa governança.

O engajamento do setor privado. Então, a NIB está ali mirando algumas cadeias produtivas, o que eles chamam de nichos estratégicos prioritários.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SAMANTHA FERREIRA E CUNHA – E as empresas vão realizar os investimentos, então elas precisam sentar à mesa e conversar com o Governo. Os compromissos têm que ser dos dois lados. Então, a gente vem tentando construir esse diálogo, contribuir com as informações, com os dados, fazendo essas informações chegarem até as empresas. A gente tem feito esse trabalho, vou mostrar mais à frente.

Além disso, como foi pontuado pelo Diego aqui – e eu gostaria de enfatizar –, a gente precisa medir a efetividade dessa política, se realmente a gente está atingindo o que a gente traçou ali nas missões como resultados esperados – ele falou –, e pensar nos critérios de avaliação; a Verena também falou. Então, esta parte, o monitoramento e avaliação sistemática da política, também é bastante importante para a correção de rumos.

Pode passar, por gentileza.

Eu vou mostrar dois eslaides, um deles é esse que diz respeito à comunicação. Então, a gente precisa traduzir essa política, todas as medidas que já estão lançadas, para as empresas, para os trabalhadores; a gente precisa fazer os setores se enxergarem nas medidas que estão sendo lançadas.

A CNI já tem várias iniciativas: tem a capilaridade do Sistema Indústria; tem as federações de indústria; tem os núcleos de acesso ao crédito nos estados, junto com as federações; tem programas voltados para as pequenas e médias empresas; tem ferramentas para mostrar quais são as linhas de financiamento para a inovação. Então, precisamos pegar todas essas iniciativas de forma coordenada para ajudar a levar informação das iniciativas da Nova Indústria Brasil (NIB), das linhas de financiamento, seja da Finep, seja do BNDES, seja as missões da Embrapii, todas olhando para o norte que está sendo dado pela Nova Indústria Brasil. Então, temos tentado contribuir e trabalhar junto com esses entes para divulgar essas informações; para materializar a NIB e comunicar isso, para que as empresas, os trabalhadores, os setores consigam se enxergar nas medidas que estão sendo anunciadas, implementadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Por último, gostaria de dizer que a CNI, sim, colocou a política industrial como sua prioridade. Por tudo que eu já disse, a indústria deve estar no centro da estratégia de desenvolvimento do país, dada a importância que esse setor tem para o crescimento de longo prazo.

Então, a CNI vai fazer mais estudos – ela já tem isso no planejamento dela –, vai fazer seminários. Este ano o Encontro Nacional da Indústria vai falar da Nova Indústria Brasil, a gente tem parcerias fortes com o BNDES, com a Finep, com o Mdic também, para fazer esses seminários, essas iniciativas que tentam levar informação até a ponta.

Além disso, a gente tem a agenda de custo Brasil, que é, como eu disse, uma agenda de mais de 25 anos, que diz respeito ao ambiente econômico institucional. Então, o Movimento Brasil Competitivo fez uma conta, que vocês talvez já tenham ouvido falar: é R$1,7 trilhão ao ano que custam todos esses problemas, que são regulatórios, como disse a Verena. Então, a NIB também olha para o ambiente de negócios. Isso também é importante, porque a política industrial não pode acontecer no vácuo.

Acho que eram essas as informações que eu queria trazer.

E quero agradecer muito a vocês. Foi muito bom escutá-los e fiquei bem feliz por participar hoje. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus parabéns à Samantha Ferreira e Cunha, Gerente de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que demonstrou, com muita competência, a importância do caminhar junto do empregador, do empresário – a CNI representa os empregadores –; como também as centrais, federações, confederações, para um Brasil melhor para todos.

Foi uma bela exposição, viu? Meus cumprimentos à CNI.

Agora, eu passo a palavra para o último convidado, o Sr. Altamiro Perdoná, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário (Contricom), representante também da Nova Central Sindical de Trabalhadores. (*Palmas.*)

O SR. ALTAMIRO PERDONÁ (Para expor.) – Eu queria saudar o Senador Paulo Paim, a Samantha Ferreira, saudar aqui os demais dirigentes aqui da mesa, todos os dirigentes que estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui no Plenário, quero dizer que também falo aqui em nome da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Eu queria falar, aqui no meu relato, que a indústria da construção civil e pesada, não apenas no meu Estado de Santa Catarina, mas também no Brasil, como pudemos observar, foi uma das menos afetadas pela pandemia. O setor não parou. O setor não parou, apesar da gravidade da situação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A representante da CNI vai ter que se retirar, por outro compromisso, mas vamos dar uma salva de palmas para ela pelo comparecimento aqui. (*Palmas.*)

Continuo com o senhor.

O SR. ALTAMIRO PERDONÁ – Mas continuamos enfrentando outros problemas – um dos principais deles é o estímulo pelo último Governo que deixou este país e há ainda muitos setores não resolvidos no nosso país – que são os altos custos da indústria, provocados pelos altos juros já mencionados hoje aqui.

Sabemos que o Governo não tem muito o que fazer, principalmente depois da lei da independência do Banco Central neste país, aprovada pelo Congresso na iniciativa do Governo anterior. Mas o fato é que esse acabou sendo um dos principais gargalos do setor, fato reiterado pela CNI e pelo braço dentro da construção, a Cbic, que é uma câmara que tem dentro da CNI.

A Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) projetou um PIB setorial de 2,5% em 2023, depois voltou atrás e revisou para 1,5% e acabou fechando uma retração de 1%. Tudo em responsabilidade dos altos juros, beneficiando os chamados rentistas, tornando os custos maiores para as empresas no setor, e também para os que buscam financiamento habitacional, que é um dos braços fundamentais da indústria da construção.

Interessante notar que isso não significa menos emprego no setor; pelo contrário, recentemente, em um levantamento da Cbic, o setor é o que mais emprega atualmente neste Brasil, chegando a 2,5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras com carteira assinada, mais um aumento pelo sexto ano consecutivo. Chegou ao mesmo patamar de 2015. Maravilha! Aplaudimos isso! No entanto, o PIB da construção retraiu por causa dos juros.

Outra importante preocupação que temos é quanto ao investimento previsto, anunciado para o Novo PAC, a Nova Indústria. Diante da insistência da equipe econômica do Governo, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamado déficit fiscal... o grande chamado mercado, porque só falam nisso, atingindo o déficit zero – já mencionado hoje aqui também –, chegando a superar... para zero. Mas não falam uma palavra sobre o grande déficit provocado pela dívida interna, turbinada pelos juros altos do Banco Central, que, só nos últimos anos, consumiu R$700 bilhões dos cofres públicos.

O Presidente Lula tem falado muito que o mais importante é enfrentar o imenso déficit social que temos: déficit com emprego, com salários em geral, especialmente o salário mínimo, com programas de obras sociais e de infraestrutura, com a indústria, entre outras prioridades nacionais... E que o grande déficit que temos que enfrentar... o programa da Nova Indústria poderá ser comprometido.

O Governo, por exemplo, colocou a questão da retomada das obras no Brasil inteiro como, no nosso Estado de Santa Catarina, uma das prioridades. No entanto, ainda com muita lentidão nessa retomada, pois a capacidade de investimento do estado reduziu e muito nos últimos meses, o que pode comprometer também um programa importante como o Minha Casa, Minha Vida.

Agora, tivemos a triste notícia de que a retomada de milhares de obras previstas nas escolas públicas ainda não saiu do papel. Além disso, os insumos da construção civil e pesada continuam muito cartelizados, principalmente o aço e o cimento. Nisso, o Governo pode interferir com medidas de incentivo e competitividade, que dificultam a criação de monopólio, que acabam sendo muito negativas para o mercado, para as empresas de modo em geral, para os consumidores de nossos produtos e também para os nossos trabalhadores.

Diante desse cenário, a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário (Contricom), legítima e única representante do setor da construção civil neste país, aplaude com entusiasmo a iniciativa do Governo Lula de promover essa nova indústria no país, através do projeto Nova Indústria. E confia muito na capacidade, de quem sabemos que estaria hoje aqui, que é o nosso Vice-Presidente e Ministro da Indústria Geraldo Alckmin, mas não veio.

Afinal, nesses últimos anos, só se fala de agronegócio, de agroindústria, de bancos e pouco se fala da indústria geral. Sem uma indústria pujante em todos os nossos setores, principalmente naqueles que mais têm capacidade de gerar bens de elevado valor agregado, nós sabemos que, em uma economia, não se consegue caminhar e atender às crescentes necessidades do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A indústria da construção civil e pesada, como a indústria da madeira, cerâmica, cimento e os seus derivados, é muito dinâmica. Ela tem uma grande capacidade de responder com rapidez à geração de emprego e renda, sem dúvida, de impulsionar um segmento estratégico no caminho da retomada do desenvolvimento de nível superior e atual.

No entanto, não basta não falar só em novas tecnologias e em insumos, é importante e deveriam ser produzidos, neste país, investimentos e políticas para qualificar e requalificar os nossos trabalhadores que realmente estão parados no nosso país e ainda não tiveram um impulso. É disto que a classe empresarial mais reclama: falta de qualificação.

O Sistema S, que já foi bem mais eficiente nessa tarefa, já não dá conta de atender sequer a demanda atual. Por isso, o Governo precisaria adotar uma ousada política de qualificação e requalificação dos trabalhadores. Entendemos e aceitamos perfeitamente o uso dessa modernidade, mas queremos que nossos trabalhadores sejam mais qualificados, que tenham mais programas para manejar essa inovação da Nova Indústria, até porque uma preocupação central nossa, contudo, é o desemprego e as mudanças que poderão provocar no setor.

Por todos esses motivos, a Contricom, juntamente com a Nova Central Sindical, une-se às demais organizações de trabalhadores, centrais sindicais, confederações, no segmento empresarial para esforçar-se pela parceria com o Governo por essa Nova Indústria. Nossa indústria precisa recuperar o espaço que tinha na economia nacional há pelo menos cinco décadas, quando chegou a representar mais de 30% do PIB. Não tem sentido ter recuado para aproximadamente 10%, são os números que dizem. Isso é resultado dessa política que só favorece os setores que não querem gerar emprego e renda. Isso é resultado de estarmos vivendo com altos juros. O Brasil tem que se libertar dessa camisa de força que insiste em nos impor e crescer ao patamar de seus recursos humanos, suas riquezas naturais e sua história de grande nação.

Os trabalhadores são fundamentais para que isso aconteça, assim como é fundamental a unidade do movimento sindical neste momento em torno dessa recuperação da economia e principalmente da indústria. Sem indústria isso não é possível. Como já fizeram diversos países do mundo, só que muitos países habituados à postura neocolonial não querem que o Brasil cresça para poder continuar a dever. Para eles o Brasil tem que continuar exportando suas matérias-primas para as outras economias e essas matérias-primas serem em grande medida industrializadas fora do nosso país, com isso, gerando emprego e produtos, servindo com alto valor agregado fora da nossa economia. Um país como o nosso não merece isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os trabalhadores e as trabalhadoras têm um papel fundamental... para valorizar... apesar da constante ameaça de desemprego e pela precarização de seus direitos.

O Governo e os patrões têm que entender que uma das condições para se atingir a meta da industrialização é ter trabalhador e trabalhadora qualificados, devidamente amparados pelos direitos que foram gravemente surrupiados na última reforma trabalhista em 2017 e que afetou grandemente as entidades sindicais.

A Contricom está à disposição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALTAMIRO PERDONÁ – ... para essa grandiosa e inadiável tarefa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, Sr. Alltamiro Perdoná, Líder e Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário (Contricom), representando aqui também a Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Por videoconferência, temos a palavra agora do Sr. Vinicius Cardoso de Barros Fornari, Supervisor de Desenvolvimento Industrial do Senai-São Paulo, e representante também da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Por favor, Sr. Vinicius Cardoso de Barros Fornari, a palavra é sua.

O SR. VINICIUS CARDOSO DE BARROS FORNARI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos.

Ouvem-me bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Perfeito.

O SR. VINICIUS CARDOSO DE BARROS FORNARI (*Por videoconferência.*) – O.k.

Muito obrigado pelo convite para esta participação. É uma honra participar com vocês nesta Comissão tão importante, discutindo esse assunto que é fundamental para o nosso desenvolvimento, para o desenvolvimento do país, para o desenvolvimento econômico e para o desenvolvimento industrial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero colocar aqui que o Senai vem passando por transformações muito importantes durante esse período e acompanhando as políticas industriais, sempre direcionando para a educação e tecnologia, que é o nosso foco.

A gente quer agradecer esse convite, se colocar e se disponibilizar a ajudar as instituições no que for preciso.

O Senai tem o seu foco, o seu direcionamento e ajuda as instituições quando necessário. Então, a gente se coloca aqui à disposição de vocês para debater o tema e para ajudar no que for preciso nessa pauta tão importante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós que agradecemos, Sr. Vinicius Cardoso.

Uma salva de palmas para o Sr. Vinicius, que representou aqui o Senai e representou a Fiesp, demonstrando a disposição de dialogar sempre com os trabalhadores. (*Palmas.*)

Eu sei que os senhores já estão cansados, o almoço já passou, o almoço foi meio-dia, mas eu vou concluir de forma muito rápida aqui e vamos tirar uma foto coletiva.

Primeiro, quero enaltecer este momento, esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. Tenho muito orgulho de ter organizado junto com vocês este momento, que teve por objetivo debater o Plano Nova Indústria, do Governo Federal.

Terminamos este encontro com esta afirmação: é fundamental o papel da industrialização no desenvolvimento do país. A industrialização colabora no avanço econômico e social do país.

Quero ainda afirmar que ela gera empregos em diversos setores, desde a produção até a administração e distribuição de renda. Isso contribui para a redução do desemprego e a elevação do padrão de vida da população. Além disso, diversifica a economia, tornando-a mais resistente a choques externos – não é, Ingrid? –, com a adoção de tecnologias avançadas e métodos de produção eficientes que aumentam a produtividade.

É a minha assessoria que ajudou a elaborar, então eu os estou favorecendo. (*Risos.*)

O Bira riu aqui.

Assim, impulsionando o crescimento econômico ao produzir mais com menos recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A construção de fábricas e infraestrutura industrial beneficia outras áreas da economia e melhora a qualidade de vida das pessoas, porque esse é o objetivo deste evento. A competição no setor industrial estimula a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias, fortalecendo assim a capacidade do país de competir globalmente. Além disso, a industrialização pode reduzir as desigualdades regionais, criando empregos e oportunidades de desenvolvimento em áreas anteriormente negligenciadas.

Uma base industrial sólida e diversificada pode atrair investimentos estrangeiros diretos e promover a transferência de tecnologia. Isso fortalece o mercado interno e reduz a dependência de importações. Investir na industrialização, como aqui foi proposto, requer um compromisso contínuo do Estado, independentemente de posições ideológicas. Nós queremos um Brasil para todos, com distribuição de renda.

O Brasil enfrenta diversos desafios. Nesse sentido, com uma formulação de políticas industriais eficazes, a educação, a capacitação da força de trabalho, para atender as demandas do presente e do futuro e a redução também dos impactos ambientais, é fundamental que o Brasil mantenha seu compromisso com a industrialização e seguindo em frente rumo ao desenvolvimento econômico, mas também social. No contexto da nova indústria, da chamada indústria 4.0, tecnologias avançadas, inteligência artificial como fortalecimento do ensino técnico, é fundamental esse trabalho integrado em um projeto de desenvolvimento a médio e longo prazo para ao Brasil.

Eu queria aqui dar um destaque aos institutos. Hoje, recentemente, o Lula lançou mais cem plataformas de institutos e quer chegar a, no mínimo, mil. Uma salva de palmas aos institutos, que é a formação profissional e técnica da nossa gente. (*Palmas.*)

Assim, considerando a crescente demanda por profissionais qualificados e a necessidade de impulsionar a renovação, a competitividade, a geração de emprego e renda, assim haveremos de avançar.

Fica aqui o nosso carinho ao Bira e a todos vocês que se deslocaram dos seus estados. O Bira foi o primeiro a me procurar para esse debate, para debatermos o Plano Nova Indústria, do Governo Federal. Quero dizer que o Bira, durante todo o período, me afirmou que era bem provável que poderia vir, poderia vir. Ele estava conversando com o nosso querido Alckmin, Vice-Presidente da República, pelo qual eu tenho muito apreço e eu diria daquelas pessoas que eu posso dizer é nosso amigo. O Alckmin é nosso amigo. Ele, não podendo estar presente, trabalhou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que essa senhora, Dra. Verena Hitner Barros, Secretária Executiva do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, representando aqui também o Mdic, se fizesse presente. Ela é muito disputada pela fala dela, viram que ela é brilhante, mas o Alckmin me ajudou para que ela estivesse aqui.

Então, atingimos aqui todos os objetivos.

Uma salva de palmas aos trabalhadores do campo e da cidade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou dar o encaminhamento.

... da área pública e da área privada.

A assessoria, de forma competente, disse que – e está aqui comigo agora – o principal encaminhamento é levar o debate do Plano Nova Indústria Brasil para as assembleias legislativas dos estados. Eu sei que, na terceirização, a gente já fez isto – e você foi junto, você também foi, e muitos de vocês –: eu visitei os 27 estados contra a terceirização, e derrubamos aquele PL 30. Daí, eles desarquivaram um antigo, lá da Câmara – acho que tinha um século aquele lá –, e o aprovaram. O Temer acabou, então, retificando a atividade-fim em tudo, em tudo, e nós queríamos que não tivesse terceirização na atividade-fim. Daí, acabou com as palavras atividade-fim, e é tudo terceirizado.

Mas é uma luta que nós temos de forma permanente, e, se vocês concordarem, nessa visita aos estados, que eu vou procurar, dentro do possível, estar junto, eu vou levar também o debate da nova CLT, ou do Estatuto do Trabalho, ou da CLT do século XXI. (*Palmas.*)

Eles que não pensem que a gente vai abrir mão de um direito dos trabalhadores.

Está encerrada a nossa audiência pública.

Uma salva de palmas para vocês! (*Palmas.*)

Vamos vir todos aqui agora para fazer a foto, que vai para a história.

(*Iniciada às 11 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às doze horas e doze minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Zenaide Maia, Jussara Lima, Janaína Farias, Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Eduardo Gomes, Dr. Hiran e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Rogério Carvalho e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da décima quarta a décima quinta reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3619, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 4º da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, para excetuar o benefício de prestação continuada do cálculo da renda familiar per capita mensal utilizada para definição da elegibilidade ao Programa Bolsa Família." Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR). Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Sugestão n° 53, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui o Minuto da Cidadania, que tem por objetivo difundir os direitos, os deveres e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal." Autoria: Jovem Senador Breno Sanches, Jovem Senador Yasmim Stefany Souza, Jovem Senador Isabela Pradebon, Jovem Senador Elda Chaves, Jovem Senador Vivian Gabrieli, Jovem Senador Igor Camilo, Jovem Senador Camila Folieni, Jovem Senador Cibele Loiola, Jovem Senador Pedro Henrique. Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Izalci Lucas. Relatório: Favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta. Resultado: O Presidente designa a Senadora Damares Alves como relator "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável à Sugestão na forma do Projeto de Lei que apresenta. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 503, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o direito de acesso público a informações sobre condenados por crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto, na forma da Emenda n. 1-CDH (substitutivo). ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3192, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006, para ampliar o alcance do Programa." Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA). Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto com as Emendas n. 1, 2 e 3-CDH. ITEM 5 - Sugestão n° 2, de 2022 - Não Terminativo - que: ""Proíbe as escolas de exigirem de crianças comprovante de vacina covid-19"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Marcio Bittar. Relatório: Favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1211, de 2022 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para prever o fornecimento obrigatório, pelo poder público, mediante solicitação, de formulários impressos em papel como alternativa aos apresentados em meio eletrônico." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1364, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e nº 14.344, de 24 de maio de 2022, para dispor sobre o registro de boletim de ocorrência e a solicitação de medida protetiva de urgência para criança, adolescente, mulher ou pessoa idosa por meio de sítio eletrônico na internet ou de telefone." Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: O Presidente designa a Senadora Damares Alves como relatora "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto com a Emenda n. 1-CDH. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1328, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, para incluir abrangência à discriminação por origem, gênero, contra pessoas com deficiência ou de qualquer natureza." Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES). Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato. Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 4438, de 2021 (Substitutivo da Câmara dos Deputados) - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), e 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para aprimorar a defesa dos direitos humanos e estabelecer medidas protetivas de urgência para as pessoas idosas e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados, com uma emenda (de redação) que apresenta. Resultado: O Presidente passa a presidência para a Senadora Damares Alves. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados com a Emenda n. 1-CDH (Emenda de redação). ITEM 10 - Projeto de Lei n° 419, de 2023 - Não Terminativo - que: "Modifica os arts. 65 e 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar circunstância atenuante e vedar a redução do prazo de prescrição para os crimes que envolvam violência sexual contra a mulher, quando o agente for, na data do fato, menor de 21 (vinte e um) anos ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos de idade." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 11 - Projeto de Lei n° 3346, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para assegurar adaptação razoável do horário de trabalho que permita prestação alternativa ao empregado e ao servidor público, em virtude de escusa de consciência, quando o seu dia de guarda religioso coincidir com os dias ou os turnos do exercício de atividades laborais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 21, de 2024 que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Breves/PA, no mês de maio de 2024, com o objetivo de apurar os casos denunciados de crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes na ilha de Marajó" Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). Resultado: Após esclarecimento do Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Zequinha Marinho, autor do Requerimento, no sentido de que a diligência a ser realizada deve ocorrer na cidade de Melgaço, Pará, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 23, de 2024 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de celebrar os 25 anos da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: O Senador Paulo Paim subscreve o requerimento. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 25, de 2024 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos da comercialização de dados pessoais no Brasil, com foco na efetividade da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e na proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos" Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF). Resultado: Adiado. Às treze horas e três minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência à Senadora Damares Alves. Às treze horas e treze minutos a Senadora Damares Alves devolve a presidência ao Senador Paulo Paim Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/23

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – (*Falha no áudio.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – ... por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) é regimental face ao disposto no inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tampouco se observam impedimentos de constitucionalidade ou de juridicidade.

No que diz respeito ao mérito, não podemos senão louvar a proposição. Nos anos 90, começamos a produzir leis que determinavam a formação de estatísticas, seja sobre aspectos positivos, seja sobre negativos, da marcha da sociedade brasileira pelo século XXI adentro. Temos nos estarrecido, desde então, com as marcas da violência entre nós e, em especial, daquela contra as mulheres. Ficamos sabendo melhor quem éramos, e não gostamos de tudo o que vimos.

A ideia normativa da proposição pode ser descrita como uma resposta aos padrões e comportamento que os números expõem.

O Direito Penal não apenas desagrava a sociedade para reafirmar a seus membros o caráter razoável dos sacrifícios que deles demanda, como também induz ao comportamento correto. A proposição que ora debatemos tem o condão de impedir que a preocupação, razoável, com o Direito Penal desapareça do horizonte dos agentes através dos escoadouros das circunstâncias atenuantes e da prescrição.

E não é um movimento isolado. Aos 17 de maio de 2012, entrou em vigor a Lei 12.650, a Lei Joanna Maranhão, que diagnosticou afinidade entre o instituto da prescrição da pretensão punitiva do Estado e a ocorrência de crimes, sexuais ou com violência, contra crianças ou adolescentes e bloqueou tal via.

Entendemos que se trata de uma proposição com o mesmo espírito diagnóstico e com a solução normativa semelhante à da Lei Joanna Maranhão, cuja vigência, acreditamos, já fez bastante pelas crianças ou adolescentes.

Portanto, a proposição que ora debatemos, além de fazer sentido e de possuir clareza e precisão técnicas, é um instituto já testado e aprovado.

Por isso, o nosso voto, Sr. Presidente, em virtude dos argumentos apresentados, é pela aprovação do Projeto de Lei 419, de 2023, de autoria da Deputada Laura Carneiro.

É este o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue agora para a CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós aqui, pela ordem de chegada...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Excelência, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exa. está previsto já na sequência...

Eu já sei qual é o seu projeto.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Estou agoniado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas eu assumi o compromisso com V. Exa. e vou cumprir aqui.

O Senador Otto Alencar tinha pedido, é o item 4 – em seguida, V. Exa., viu, Senador?

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3192, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006, para ampliar o alcance do Programa.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CAE e terminativo na CMA.

Concedo a palavra, de imediato, ao Senador Otto Alencar, para a leitura do relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., Senador Paim, e passo à leitura do projeto de lei que foi apresentado pelo Senador Jaques Wagner, o Projeto de Lei 3.192, de 2020, que busca alterar a Lei 12.512, que amplia o alcance do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, conhecido como Bolsa Verde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço a V. Exa. que me conceda o direito de ir à análise do projeto.

Nos termos do art. 102-E, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção, garantia e promoção dos direitos humanos, razão pela qual é regimental a análise da matéria por este Colegiado.

Em relação ao mérito, a proposição busca alargar a abrangência do Bolsa Verde, instituído pela Lei n° 12.512, de 2011, e regulamentado pelo Decreto 7.572, de 28 de setembro de 2011, que é restrito hoje às famílias na área rural em situação de extrema pobreza.

Ao contemplar, como beneficiários do Bolsa Verde, não apenas famílias em situação de extrema pobreza, mas também pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, o PL garante maior abrangência social ao programa. Tal medida confere o devido amparo do Estado àquelas pessoas que, embora não tenham chegado à situação de máxima gravidade em termos de fome e miséria, se encontram em situação de fragilidade diante de riscos produzidos pelo contexto econômico-social que não podem ser ignorados pelo poder público e ter a proteção dele.

O PL aprimora, ainda, os requisitos necessários para o recebimento de recursos financeiros do programa nacional. Nesse sentido, destacamos a limitação de participação a dois membros da família, a exigência da maioridade civil e a delimitação do conceito de pessoa em situação de vulnerabilidade social e econômica, o que gera melhor eficiência para a implementação do programa pelo poder público.

Quanto ao aumento do valor e da periodicidade da transferência de recursos financeiros do programa, importa destacar se tratar de medida que visa a manter os valores, que não são atualizados há mais de 12 anos, a patamares mais condizentes com o atendimento das necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade. Entendemos que a previsão, em si, não acarreta aumento de despesas, uma vez que não vincula o Poder Executivo ao atendimento de número determinado de pessoas, mas, sim, cria parâmetros e condições para que execute o programa com planejamento e estratégia apropriados, assim que destinadas dotações orçamentárias para conceder o benefício.

Vale destacar que a proposição contribui para o desenvolvimento sustentável e se coaduna com uma série de marcos legais em vigor. À guisa de exemplo, citamos os arts. 170, inciso VI, e 225, *caput*, da Constituição Federal e a Lei n°12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudanças do Clima.

A matéria contribuirá, ainda, para a implementação dos objetivos e metas que compõem a Agenda 2023 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, que busca o alcance do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental, de forma equilibrada e integrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vislumbra-se, sob esse aspecto, serem altamente meritórios os objetivos propostos pelo programa, que podem em muito contribuir para o bem-estar social e para a gestão adequada do meio ambiente nessas áreas rurais.

Contudo, considerando o término do estado de calamidade pública nacional em razão de emergência de saúde pública decorrente da pandemia de covid-19, para fins de adequação do PL, apresentamos emenda supressiva, em decorrência da perda de objeto do disposto no art. 3°.

Da mesma forma, considerando que o inciso I do art. 4º da Lei n°12.512, de 2011, foi revogado posteriormente à apresentação do PL pela Lei n° 14.628, de 20 de julho de 2023, e não pode ser repristinado, apresentamos a pertinente emenda de redação, sem imiscuir no mérito do dispositivo, para que a alteração proposta passe a vigorar em um novel inciso I-A.

Finalmente, em razão de caber ao Poder Executivo estabelecer, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade, a execução dos objetivos estabelecidos pela lei que o PL se tornar, propomos alterar o art. 4° do PL, em respeito ao teor do art. 2° e do inciso II do art. 84 da Constituição Federal.

Desse modo, com as alterações sugeridas, a proposição estará digna de ser acolhida.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.192, de 2020, do Senador Jaques Wagner, com as emendas que passo a citar, Sr. Presidente:

> EMENDA Nº - CDH
> Suprima-se o art. 3° do Projeto de Lei n° 3.192, de 2020 [pelos argumentos que anteriormente eu citei].
> EMENDA Nº – CDH
> Renumere-se como inciso "I-A" o atual inciso "I" do art. 4º da Lei n° 12.512, de 14 de outubro de 2011, na redação conferida pelo art. 1° do Projeto de Lei n° 3.192, de 2020.
> EMENDA Nº – CDH
> Dê-se ao art. 4° do Projeto de Lei n° 3.192, de 2020, a seguinte redação:
> "Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário."

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Quero aqui parabenizar a iniciativa do Senador Jaques Wagner com o Bolsa Verde, que é um programa importante, sobretudo por atender as áreas rurais, que são aquelas que precisam ser mais beneficiadas com as benfeitorias desta lei que nós agora alteramos para atualizá-la e modernizá-la, atendendo, assim, uma necessidade superimportante, que é a preservação do meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, vamos ao voto.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável, com as Emendas 1, 2 e 3.

O projeto vai à CAE posteriormente, na forma terminativa, e à CMA.

Vamos ao item 12, conforme havíamos combinado pela chegada dos Parlamentares aqui no plenário da Comissão.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 21, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Breves/PA, no mês de maio de 2024, com o objetivo de apurar os casos denunciados de crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes na ilha de Marajó

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho para encaminhar.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, verbalmente, neste momento, fazer um requerimento a V. Exa. para a troca do nome da cidade. É perto dessa, mas não é essa. Os assessores decidiram. Chama-se Melgaço, no lugar de Breves, cidade de Melgaço. Tem que descer do avião e pegar uma canoa. A gente chega duas horas depois de Melgaço.

O pessoal não conhece bem, mas vai conhecer com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai de canoa ou vai de avião? Só para entender.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – De avião até Breves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Até Breves.

Depois, canoa?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Depois desce e pega uma lancha, é rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O nome da cidade onde moro é Canoas. (*Risos.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Canoa lá é uma lanchinha pequena, a remo.

Requeiro nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa na cidade de Melgaço, Pará, no mês de maio de 2024, com o objetivo de apurar os casos denunciados de crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes no Arquipélago do Marajó.

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que o Pará possui uma taxa de 3.648 casos de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, acima da média nacional, que é de 2.449 casos no que se refere a crimes dessa natureza. Em 2022, foram registrados 550 casos de crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes no Arquipélago do Marajó. Desses, 407 foram estupros de vulnerável.

Então, os dados são ruins, preocupantes, e esta Comissão, que trata dos direitos humanos, precisa ir lá ouvir e ajudar a tomar providências, enfim, levando órgãos do estado, do Governo Federal...

A gente tem que olhar com um olhar diferenciado para essa região que, lamentavelmente, tem informações que nos assustam aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, o requerimento, não havendo quem queira discuti-lo, vamos à votação.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com a mudança do nome da cidade para Melgaço.

O.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quanto aos encaminhamentos – data, quem vai ou não vai –, eu os discuto depois com os senhores, está bem?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O importante era o requerimento.

Vamos em frente.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 503, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o direito de acesso público a informações sobre condenados por crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, esse projeto já está, há um tempo, aqui na Comissão e é uma das relatorias que eu mais demorei para apresentar, porque a gente queria fazer um debate antes, trazendo o Ministério dos Direitos Humanos e o Ministério da Justiça, mas, na semana passada, foi aprovado um projeto semelhante na CCJ, mas que não considerou alguns aspectos, especialmente no que diz respeito à dignidade humana.

Então, eu trago o meu voto, torcendo muito para ele ser apensado lá na frente e para serem consideradas as adequações que eu trouxe.

A proposição foi distribuída para exame nesta Comissão e seguirá, em decisão determinativa, à Comissão de Constituição e Justiça. Não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trouxe um voto enorme, Presidente, eu vou ler de forma reduzida, porque esse assunto... Eu participei muito nesta Comissão, discutindo lá atrás, quando era assessora, depois quando Ministra, e agora o assunto volta. São inúmeras propostas semelhantes no Senado e na Câmara; então, eu vou fazer uma leitura resumida do meu voto – do meu parecer e do meu voto – e eu trago um substitutivo.

Não se observaram óbices de constitucionalidade, juridicidade ou de técnica legislativa. Proposições de criação de cadastros estaduais foram transformadas em leis – já existem leis – em pelo menos quatro estados da Federação: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Espírito Santo.

O Supremo Tribunal Federal foi provocado em ação direta de inconstitucionalidade para analisar a lei do Estado de Mato Grosso que cria o Cadastro Estadual de Pedófilos e a lei estadual de 2019, também do Estado de Mato Grosso. O Supremo decidiu quanto aos aspectos de legalidade e constitucionalidade e considerou constitucionais as leis estaduais que criam o referido cadastro público. Quer dizer, isso não é novidade no Brasil. Já temos cadastro de pedófilos em estados.

A presente proposta legislativa também encontra respaldo em várias legislações internacionais: nos Estados Unidos da América, na Europa, e em países como Reino Unido, França, Austrália, Dinamarca, Suécia, Portugal, entre outros. Faço uma abordagem sobre as leis em cada um desses países e os resultados alcançados e chego à conclusão de que, na questão da privacidade, que é o mais questionado no Brasil, o Projeto de Lei 503, de 2020, possui compatibilidade com a Lei Geral de Proteção de Dados.

A proposta é viável, posto que as medidas de tratamento de dados pessoais dos condenados são executadas com base nos princípios da finalidade, adequação, necessidade e segurança, nos termos do art. 4º da LGPD. Além do mais, o cadastro nacional que se pretende criar nada contém que possa diferi-lo de qualquer outro cadastro de condenados já existentes no país, inclusive coordenados pelo Conselho Nacional de Justiça. A questão que se coloca é a necessidade de uma especialização em razão da gravidade e da sensibilidade por crime praticado frente à especial proteção da criança e do adolescente. Ainda assim, a LGPD permite o tratamento de dados pessoais sem o consentimento do titular em caso de proteção da vida ou da incolumidade física da pessoa ou de terceiros.

Para uma proteção mais efetiva, verifica-se que um cadastro nacional de condenados por crime contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes seria incompleto. Isso porque não é apenas esse público que sofre esse tipo de crime, mas sim toda a sociedade.

Veja que o bem jurídico protegido decorre do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Portanto, embora crianças e adolescentes naturalmente sejam objetos de maior proteção, quando se trata de crimes sexuais, o bem jurídico tutelado é o mesmo para todos.

Recentemente, veja só, Presidente, além das leis estaduais de cadastro de pedófilo, foi publicada a Lei 14.069, de 2020, lei federal, que criou o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estupro. Então a gente já tem uma lei, já tem um cadastro nacional de crime de estupro. O cadastro permite que os entes da Federação se comuniquem mediante termo de cooperação.

No entanto, além de restringir o escopo de proteção para crimes de estupro, a lei não estabelece qualquer prazo para a sua regulamentação, o que pode torná-la inefetiva. Nós temos uma lei que cria um cadastro, mas o cadastro ainda não foi efetivado. Dessa maneira, considerando já existir uma lei que cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro, o presente projeto de lei será mais efetivo e integral se ampliar o rol da lei existente, para incluir os crimes contra a dignidade sexual com pena de reclusão mais grave, prevista no Código Penal, bem como contra os contra crianças e adolescentes, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente; e criar os instrumentos necessários para a funcionalidade do sistema, e ainda tornar públicos os dados dos condenados.

O projeto de lei do Senador Ciro alterava tão somente o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas, com o advento da nova lei, eu apresento substitutivo para que o projeto altere tanto o estatuto, como a lei que instituiu o Cadastro Nacional de Estupro.

Sobre o tema, tivemos grandes avanços com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual garante à criança e ao adolescente uma proteção especial, ao estabelecer, em seu art. 227, o "dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão", e, ainda, ao determinar que "a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente" (CF, art. 227).

Verifica-se, portanto, que o direito brasileiro, em específico após a Carta Magna de 1988, atribui a crianças e adolescentes a qualificação de sujeitos de direito, merecedores de uma proteção diferenciada, pois estão em condições de desenvolvimento biopsíquico. Nesse sentido, abre-se a reflexão para o bem jurídico ora protegido.

No Brasil, conforme podemos observar da legislação penal, é a dignidade sexual da criança e do adolescente que necessita de proteção do Estado e da sociedade. Em específico, crianças e adolescentes de até 14 anos de idade têm a dignidade sexual como bem jurídico tutelado nos crimes sexuais. Optou o legislador por uma proteção do ser humano em sua vertente mais importante: a dignidade da pessoa humana, considerando a vulnerabilidade desses indivíduos com desenvolvimento físico e psíquico incompleto.

Em que pese o ordenamento jurídico brasileiro e internacional protegerem a infância e a adolescência, direitos das crianças e adolescentes, dentre eles, o à dignidade sexual, ainda são violados no país. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, indicam que os crimes sexuais contra crianças e adolescentes saltaram de 45.076 casos registrados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em 2021, para 51.971 casos, em 2022, uma alta de 15%. Analisando a faixa etária, foram quase 41 mil vítimas, de 0 a 13 anos, das quais quase 7 mil tinham entre 0 e 4 anos.

Quando eu falo zero, Presidente, eu estou falando também de recém-nascidos. E a gente já tem hoje, inclusive, o marcador no Disque 100 só para estupros de recém-nascidos. Lamentável! Mas a gente teve que fazer isso para registrar o número de crianças de 0 a 4 anos que são estupradas no Brasil.

No tema sobre exploração sexual, também houve um considerável aumento, passando de 760 casos registrados, em 2021, para 889, em 2022. Em consulta ao *site* do Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania, o programa Disque 100 recebeu mais de 17 mil denúncias de violações sexuais contra crianças e adolescentes só nos quatro primeiros meses de 2023. O que prova que, entra ano, passa ano, só aumenta o número de estupros de crianças no Brasil. É possível que tenha aumentado também a notificação. É claro, os sistemas estão mais modernos, as pessoas estão tendo mais coragem de denunciar, mas um fato é claro: o aumento da violência sexual contra crianças e adolescentes é de verdade no Brasil.

Segundo o ministério, o aumento é de 68% em relação ao mesmo período do ano anterior. Observe que, de 2022 a 2023, de um ano para o outro, foi de 68% o aumento.

Quanto à reincidência, que é o objeto desse projeto, dos crimes sexuais contra crianças e adolescentes, a doutrina especializada, bem como a experiência de outros países comprovam – pasmem – que a reincidência é de mais de 50% no primeiro ano de soltura, e de mais de 77%, no segundo ano. Não é estranho nos depararmos diariamente com notícias de jornais relatando casos em que o condenado, após a sua soltura, procura a vítima, se viva, e sua família ou quem denunciou, para se vingar, ocasionando a morte brutal dessas pessoas. Além da reincidência, nós temos aqui também a figura da vingança.

Estudos realizados nos Estados Unidos mostram que mais da metade dos criminosos sexuais condenados que acabaram de cumprir pena voltam para a penitenciária antes de um ano, pelo mesmo crime. Em dois anos, esse percentual sobe para 77%.

Nós precisamos saber onde eles estão, Presidente, e o que eles estão fazendo. Então, o cadastro vem nesse sentido, por causa da reincidência.

Particularmente em relação à vítima sexual, especificamente o estupro, a cada oito minutos – oito minutos –, uma menina ou uma mulher foi estuprada no primeiro semestre de 2023. Se considerarmos, como indica o Ipea, que apenas 8% dos estupros que ocorrem no país são registrados pelas polícias, e 4,2% pelos sistemas de informação da saúde, tem-se que cerca de 425 mil meninas e mulheres sofreram violência sexual nos primeiros seis meses do último ano.

O que foi notificado é só 10%, menos de 10%, Presidente. Ainda há muita subnotificação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com esses dados entendemos que essa proposta legislativa possibilita uma ação defensiva e efetiva na proteção integral e na preservação da dignidade sexual de crianças e adolescentes, conforme determinado no art. 227, da Constituição Federal.

Por todo o explanado, avaliamos ser o PL 503, de 2020, altamente meritório, na medida em que propõe o direito do acesso público a informações sobre condenados por crimes contra a liberdade sexual de crianças e adolescentes.

Não obstante, apresentamos as seguintes considerações que devem ser encaminhadas à aprovação da matéria em forma de substitutivo.

Eu trago algumas emendas, eu trago uma mudança grande, inclusive a partir da ementa, quando eu mudo a expressão "liberdade sexual" para "dignidade sexual" e quando a gente propõe alterar não apenas o ECA, mas também a Lei de 2020, que já cria o cadastro nacional de estupradores.

Por fim, Presidente, a gente traz aqui uma situação bem sensível, muito discutida com as pessoas que estão envolvidas com o caso, inclusive com a família.

Sugere-se que a presente proposta legislativa receba o nome de Lei Meninas Calvi Cardoso, em memória e homenagem às vítimas do trágico crime ocorrido em novembro de 2023, na cidade de Sorriso, no Estado do Mato Grosso, quando um criminoso – preste atenção, Presidente –, detentor de dois mandados de prisão em aberto, invadiu a casa de uma família indefesa e, com requintes de crueldade, abusou sexualmente e matou uma mãe e suas três filhas. E um dos mandados, Presidente, era por crime de estupro e havia desconfiança de outros crimes.

Se tivéssemos um cadastro, aquele homem não estaria naquela cidade, andando livremente em bairros com tantas crianças. O criminoso possui uma extensa ficha criminal, tendo cometido anteriormente um crime de estupro e feminicídio, pelos quais cumpriu parte da pena e foi beneficiado com o relaxamento da prisão.

Todavia, antes do cometimento do terrível crime contra a família de Sorriso, a Justiça já havia expedido pelo menos dois mandados de prisão contra ele em razão de outros crimes. Porém, os mandados de prisão não foram cumpridos.

Por todo o exposto, Presidente, eu sou pela aprovação do PL 503, de 2020, na forma da emenda substitutiva, que já está publicada. E lembrando que eu trago aqui alguns cuidados muito grandes, inclusive de ficar no cadastro até tão somente a reabilitação judicial dessa pessoa. Quando ele for lá reabilitado, no fórum, o cadastro é automaticamente eliminado. Mas a gente traz o cadastro aberto, com acesso ao público.

Esse era o ponto mais sensível, mas o Cadastro Nacional de Estupro já traz a possibilidade de o público acessar o cadastro. Este é o meu voto e agora eu peço aos pares que me ajudem a aprovar esse projeto de lei, e a gente faça desta nação uma nação que proteja crianças e adolescentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senador Ciro, pela autoria do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos à Relatora do projeto, Senadora Damares Alves. E cumprimento também o Senador Ciro Nogueira, que está no plenário, a quem eu passo a palavra para as suas considerações, ele que é o autor desse projeto.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Para discutir.) – Sr. Presidente, é um prazer revê-lo, quero saudar aqui a nossa Senadora Damares e agradecer esse voto, a luta, a defesa da Senadora Damares.

Esse projeto, que eu acho que é mais do que pertinente. Eu acho que nada, todo crime choca a sociedade, Presidente, mas nada choca mais do que um crime como esse que aconteceu lá em Sorriso. Foi uma coisa, eu conheci o pai que ficou, Reginaldo, acho que é o nome dele. E não tem quem não se emocione com a sua história.

E a sensação de nós podermos fazer um projeto que possa coibir esse tipo de crime ou pelo menos dificultar ao máximo que ele venha a acontecer nos dá uma sensação de que nós estamos cumprindo nosso dever, porque esses crimes, Senadora Damares, têm acontecido rotineiramente. Acho que as pessoas agora estão com mais coragem. Não é que estão acontecendo mais, mas as pessoas estão com mais coragem de poder denunciar, graças a Deus.

Nós mostrarmos no Congresso Nacional, através de um projeto de lei, que nós podemos ajudar efetivamente a proteger as nossas crianças e adolescentes, eu acho isso mais do que pertinente. Eu acho que está de parabéns o seu relatório. Agradeço muito a felicidade de a senhora ter relatado esse projeto.

A denominação não seria mais feliz do que essa que a senhora está dando. E eu tenho certeza de que o Congresso Nacional como um todo, em especial o Senado Federal, irá aprovar esse projeto, muito fruto desse seu relatório, do seu substitutivo, pelo qual eu agradeço mais uma vez, em nome da família brasileira. Que a gente venha a aprovar o mais rápido possível esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Ciro Nogueira.

No dia em que nós fizemos um debate sobre esse tema, a Senadora convidou o pai. Ele esteve aqui, nós demos a ele a palavra e ele fez uma exposição. Você tem toda razão, eu acho que todos os que estavam aqui deixaram cair lágrimas, pode ser que não tenham chorado copiosamente, mas que lágrimas rolaram, rolaram.

Então, parabéns pelo projeto, Senador Ciro Nogueira, como autor, e Senadora Damares Alves, como Relatora. E foi também uma comissão, daqui da Comissão de Direitos Humanos, liderada pela Senadora Margareth, que foi lá, e disse que foi um evento emocionante também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns a todos os que estão nessa luta, que é uma luta de todos nós. Isso, sem sombra de dúvida, é direito humano na sua essência.

Em discussão à matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº1-CDH (Substitutivo).

O projeto segue agora para análise terminativa na CCJ.

Parabéns a ambos, ao autor e à Relatora.

Item 2.

ITEM 2

SUGESTÃO N° 53, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Minuto da Cidadania, que tem por objetivo difundir os direitos, os deveres e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

Autoria: Jovem Senador Breno Sanches, Jovem Senador Yasmim Stefany Souza, Jovem Senador Isabela Pradebon, Jovem Senador Elda Chaves, Jovem Senador Vivian Gabrieli, Jovem Senador Igor Camilo, Jovem Senador Camila Folieni, Jovem Senador Cibele Loiola, Jovem Senador Pedro Henrique

Relatoria: Senador Izalci Lucas.

Relatório: Favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra *ad hoc* à Senadora Damares Alves, por sugestão do próprio Senador Izalci Lucas.

Com a palavra com a Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, já elogiando o Senador Izalci. Ele está doente, acho que o senhor o viu. Ele está com o braço machucado, estava com dor, estava na Comissão, mas precisou se ausentar.

Vou direto à análise, permita-me, Presidente.

De acordo com o inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CDH opinar sobre sugestões legislativas. E essa sugestão vem dos jovens Senadores – que extraordinário!

No mérito, temos que a proposta é conveniente e oportuna, pois visa a oferecer ferramentas para a disseminação de informações básicas sobre cidadania para parcela considerável da população brasileira, parcela esta que se encontra à margem de fontes confiáveis de conhecimento e está, ao contrário, suscetível à influência de produtores de conteúdo com interesses espúrios a promover.

Entretanto, há alguns pontos que merecem atenção. Em primeiro lugar, a sugestão estipula, no parágrafo único do art. 1º, que o custeio da inserção será realizado por meio de isenções fiscais, porém não vem acompanhada pela estimativa de seu impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deve entrar em vigor e nos dois subsequentes, exigência contida na Constituição e na Lei de Responsabilidade Fiscal. Resolveremos este problema, que é complexo dada a trama de interesses privados e valores constitucionais de apoio à livre iniciativa implicados pela matéria, propondo emenda restringindo o âmbito da proposição às emissoras públicas.

Por fim, registramos que, por se tratar de uma sugestão, o julgamento da proposta em apreciação não é conclusivo neste momento. Ao concordar com o mérito da matéria, esta Comissão de Direitos Humanos apenas a transformará em proposição legislativa, nos termos do 102-E, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, para só então iniciar seu trâmite como projeto de lei. Com isso, queremos dizer que, ainda que haja eventuais aprimoramentos necessários ora não observados, podemos dar a oportunidade a essa inciativa, fruto de um dos mais belos projetos desta Casa, que é o Programa Jovem Senador e Jovem Senadora brasileiros, para que possa ser melhor avaliada por outras Comissões pertinentes desta Casa, a exemplo da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT).

Pelo exposto, com fulcro no art. 102-E, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno, somos pela conversão da Sugestão 53 em projeto de lei, nos seguintes termos:

> Altera a Lei nº 4.117, de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para determinar às emissoras públicas de radiodifusão sonora ou de sons e imagens a veiculação de inserções educativas na sua grade de programação, com o objetivo de difundir os direitos, os deveres e as garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, e estabelece regras para o cumprimento dessa obrigação.

Esse é o projeto de lei proposto para que seja convertida a sugestão em projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o voto.

O projeto de lei já está publicado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Discussão da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável à sugestão, na forma do projeto de lei.

Mais uma vez, eu cumprimento aqui o Programa Jovem Senador, que já está indo para o 13º ano. Eu fui o autor do projeto original. Com muita alegria me lembro disso. E presidi agora a última atividade do ano que passou. Eles pediram muito que os projetos deles fossem pautados. Nós pautamos praticamente todos aqui na Comissão de Direitos Humanos. E eles se tornam assim uma peça importante que vem da sociedade, escrita pela juventude como Senadores aqui dentro do Plenário do Senado.

Então registro, com carinho e um abraço, aqui representando os milhares de Jovens Senadores e Senadoras que passaram por aqui.

Essa iniciativa é de Breno Sanches e Yasmin Stefany Souza, Isabela Pradebon, Elda Chaves, Vivian Gabrieli, Igor Camilo, Camila Folieni, Cibele Loiola e Pedro Henrique, e do próprio Relator, Izalci Lucas, e também da Senadora Damares, que relatou *ad hoc*.

Vamos agora para o item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1364, DE 2022

- Não terminativo -

Altera as Leis nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e nº 14.344, de 24 de maio de 2022, para dispor sobre o registro de boletim de ocorrência e a solicitação de medida protetiva de urgência para criança, adolescente, mulher ou pessoa idosa por meio de sítio eletrônico na internet ou de telefone.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Relatoria: Senador Alessandro Vieira, que indicou – foi o pedido dele –, mais uma vez, a Senadora Damares, para que faça o relatório *ad hoc*.

A palavra é sua.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, é (*Fora do microfone.*) mais uma importante matéria hoje essa que vou relatar agora, de proteção da criança, da mulher; uma matéria extremamente interessante. E eu quero parabenizar a autora e o Relator, que fez o parecer, que está perfeito.

De acordo com os incisos IV e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre matéria respeitante a direitos da mulher, à proteção e integração social das pessoas com deficiência e à proteção da infância, da juventude e das pessoas idosas. Isso faz regimental seu exame do Projeto de Lei 1.364, de 2022.

Como a constitucionalidade e a juridicidade da matéria serão objetos de análise da CCJ, vamos nos concentrar aqui apenas no mérito da proposição.

Alegra-nos relatar matéria que, a nosso ver, é justa, conveniente, adequada e, além do mais, testada.

Observe-se, incidentalmente, que a proposição, de 2022, acrescenta o §4º ao art. 19 da Lei Maria da Penha. Contudo, desde a apresentação do PL, o art. 19 daquela lei recebeu, em 2023, um novo §4º, com conteúdo que menciona a necessidade da apresentação de razões por escrito para que o juiz decida. Além disso, traz a possibilidade de que o juiz não conceda as medidas a partir da avaliação de inexistência de risco para a pleiteante.

A facilidade de denunciar por meio de telefone ou de internet é excelente ideia normativa que, a nosso ver, deve constar da lei; entretanto, parece-nos importante afastar a obrigatoriedade das alegações escritas para conceder as medidas de urgência, na forma da atual redação do §4º do art. 19 da Lei Maria da Penha. Assim, entendemos ser necessário pensar nas vítimas que, por alguma razão, como a existência de deficiência, não podem fazê-las por escrito. Dessa forma, apresentaremos emenda com tal ajuste, além de modificar a numeração do §4º proposto pelo PL para §7º, em respeito aos comandos de técnica legislativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentados pela Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, acrescentando também a possibilidade de registro por pessoa que atue em favor da vítima.

Só um instantinho, Presidente, porque saiu aqui do ar.

Pronto. Voltando.

E, por fim, louvamos a iniciativa da autora ao resgatar a ideia que, adotada inicialmente apenas como resposta à pandemia, já demonstrou sua eficiência e afinidade com nossa época. Como um todo, a proposição expressa bem a constante luta que este Parlamento tem travado em favor de pessoas vulneráveis, sejam elas mulheres, crianças, adolescentes ou pessoas idosas. A proposição, ao inserir ideia normativa semelhante em três leis diferentes, mostra sua disposição estratégica – a saber, a de inibir a reprodução de comportamentos hostis generalizados, que atingem a todos os grupos citados.

Não podemos senão dar-lhe apoio.

O voto.

Conforme os argumentos apresentados, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.364, de 2022, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CDH
> Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei nº 1.364, de 2022:
> "Art. 2º O art. 19 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:
> 'Art. 19. .....
> .....
> § 4º As medidas protetivas de urgência serão concedidas em juízo de cognição sumária a partir do depoimento da ofendida perante a autoridade policial ou da apresentação de suas alegações e poderão ser indeferidas no caso de avaliação pela autoridade de inexistência de risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes.
> .....
> § 7º Para os fins previstos no *caput* deste artigo, a vítima ou pessoa que atue em seu favor poderá registrar boletim de ocorrência e solicitar medida protetiva de urgência por meio de sítio eletrônico na internet ou por meio de número de telefone de emergência.' (NR)"

Presidente, eu encerro dizendo que a gente avança. Na pandemia, nós trabalhamos os boletins de ocorrência *online*. Deu muito certo – as pessoas não podiam sair de casa. Agora, imagina a gente trazendo essa regulamentação: para as pessoas com deficiência, Presidente, que não podem sair de casa, um terceiro poder, junto com elas, fazer o registro na internet do boletim de ocorrência. A gente inova e a gente só mantém o que já está acontecendo na prática, por meio dessa lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço aos pares que aprovem a proposta ainda hoje, porque a gente precisa dar essa resposta à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Encerrou-se a discussão da matéria ou há alguém que queira discutir? (*Pausa.*)

Não há quem queira discutir. Então, está encerrada.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com a emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a emenda.

Meus cumprimentos à Senadora Daniella Ribeiro, ao Relator, o Senador Alessandro Vieira, e à Senadora Relatora *ad hoc*, que, além de relatar, fez um comentário muito importante sobre o tema.

Eu só lembro – eu até comentei ontem, na tribuna do Senado – que girou o planeta o que aconteceu aqui no Brasil: um familiar botou aquele cidadão idoso morto numa cadeira de rodas e queria retirar R$17 mil da conta do banco do cidadão. Então, cada vez mais a importância da proteção à mulher, ao adolescente, à criança, mas também à pessoa idosa, como relata muito bem o projeto.

Parabéns!

O projeto, então, está aprovado e vai para a CCJ.

Os outros dois: um é um requerimento e outro é um projeto, de que eu sou o Relator.

Senadora Damares, convido-a para assumir a Presidência.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Item 9 da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 4438, DE 2021 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), e 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para aprimorar a defesa dos direitos humanos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecer medidas protetivas de urgência para as pessoas idosas e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidenta Damares, Senadora Damares, vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei (PL) nº 4.438, de 2021, originalmente de autoria da nossa Ministra hoje e grande Senadora Simone Tebet.

O PL altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – de ambos eu tive a alegria de ter apresentado o primeiro projeto, o projeto original –, para estabelecer medidas protetivas de urgência para idosos e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la.

Por sua vez, o substitutivo realiza as seguintes alterações no mencionado PL:

a) Adequação da ementa ao novo conteúdo;

b) Diversas pequenas modificações de redação, aprimorando o projeto;

c) Substituição do termo idoso pela expressão pessoa idosa;

d) Inclusão da Defensoria Pública como possível peticionária para a concessão de medidas protetivas em favor da pessoa idosa, no §1º do *caput* do art. 45-A do Estatuto da Pessoa Idosa;

e) Especificação, nos incisos II e III do art. 45-A do Estatuto da Pessoa Idosa, que a medida se aplica em desfavor do agressor;

f) Utilização do art. 1º para a definição do objeto da proposição;

g) Redesignação, como art. 5º, do art. 2º presente na redação original do PL; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

h) Inclusão de novo conteúdo, sob a forma dos arts. 3º e 4º do substitutivo, que criam, no Estatuto da Pessoa Idosa: i) ampla previsão da atuação da Defensoria Pública em favor da pessoa idosa, sob a forma do novo art. 77-A; ii) inclusão da Defensoria Pública como destinatária de comunicação obrigatória de casos de suspeita ou confirmação de violência contra pessoa idosa, no art. 19; e iii) inclusão da Defensoria Pública e da pessoa idosa como possíveis requeredoras ao Judiciário de medidas específicas de proteção.

Após retornar ao Senado Federal, a proposição foi distribuída para apreciação pela CDH. Na sequência, será enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ainda, o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal atribui à CDH a competência para opinar sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência e proteção aos idosos.

Vou simplificando aqui a redação.

Ao apreciar o PL, a Câmara dos Deputados promoveu alterações que aprimoram a clareza do texto e sua técnica legislativa, harmonizam assim a redação com a atual legislação, que prefere o uso de pessoa idosa em desfavor do termo idoso, e asseguram o papel da Defensoria Pública como ente de atuação em proteção da pessoa idosa.

Em contato com este Senado Federal, a Defensoria Pública propôs especificação do limite de sua atuação fiscalizatória, vinculando a previsão do *caput* do art. 77-A ao disposto em seu §2º. Tal ideia nos parece realmente meritória. E veja-se que ela não realiza modificação de mérito, limitando-se a mero ajuste redacional que chama atenção para conteúdo dispositivo já existente.

Dessa maneira, só podemos concluir pela aprovação do inovador e meritório substitutivo elaborado pela Câmara dos Deputados, incluindo-se breve emenda de redação.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4.438, de 2021, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº -CDH (de Redação)
> Dê-se a seguinte redação ao *caput* do art. 77-A da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, na forma do art. 3º do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4.438, de 2021:
> "CAPÍTULO II-A
> DA DEFENSORIA PÚBLICA [Essa foi uma negociação longa que fizemos, com esse projeto na mão, porque tinha os defensores públicos e o Ministério Público, tinha uma diferença entre eles. Acabamos, no fim, fazendo essa emenda de redação, para que ambos tivessem poder para tratar desse caso].
> Art. 77-A. A Defensoria Pública da União, dos Estados ou do Distrito Federal exercerá, nos limites de suas funções institucionais e das respectivas leis orgânicas, a promoção e a defesa dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> direitos e interesses assegurados por esta lei, em todos os graus, judicial e extrajudicialmente, em caráter individual ou coletivo, de forma integral e gratuita, competindo-lhe, em especial, orientar e fiscalizar, nos termos do disposto no §2º deste artigo, as entidades governamentais e não governamentais de atendimento à pessoa idosa na forma prevista nesta Lei.....”

Esse é o voto, Presidenta Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao substitutivo da Câmara, com uma emenda de redação que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir... (*Palmas.*)

... o parecer da CDH, favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados, com a Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos, de redação.

E observe, Presidente, que a gente tem bastante visita aqui hoje no Plenário, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E eles sabem como foi suado para a construção dessa emenda de redação, mas, felizmente, deu certo. Todos concordaram.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O projeto segue para análise da CCJ.

Agora corram lá, tá?

Item 13 da pauta.

O Presidente Paulo Paim, o Senador Paulo Paim subscreve.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 23, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de celebrar os 25 anos da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE) e outros

O Senador Paulo Paim subscreve.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Eu vou simplificar a iniciativa do nobre Senador Humberto Costa – ele pediu que eu assinasse, porque ele não pôde estar aqui, está na reunião da bancada, e eu vou para lá ainda – só lendo aqui um breve resumo.

O presente requerimento de audiência pública visa a celebração dos 25 anos da Lei n° 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

Neste contexto, é de se destacar que o mencionado diploma legal é um instrumento de vital importância para a imprescindível e integral proteção que deve ser dispensada às vítimas e testemunhas, bem como seus familiares, com a adoção de medidas que garantam sua segurança, bem como preservem sua integridade física e psicológica. Nesse contexto, a instituição do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita) representa verdadeira e efetiva promoção dos direitos humanos em nosso pais.

Essa é a justificativa, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Presidente, eu o parabenizo por esse requerimento e espero que a gente faça o seguinte encaminhamento no final: mais dinheiro para o Provita.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu estive na coordenação do programa e eu sei a importância desse programa.

Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Muito obrigado, Senadora.

De praxe, eu farei a leitura somente do expediente. A pauta foi toda ela apreciada, ficando assim em dia com os telespectadores e aqueles que aqui estiveram.

Então, felizes para sempre? Com a aprovação do projeto? (*Pausa.*)

Mas vocês foram fundamentais para construir essa redação. Parabéns a todos.

O.k. Eu só vou ler aqui a parte final agora.

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos: denúncia de irregularidade em concurso público no Rio Grande do Sul; pede ajuda na investigação de morte suspeita em hospital; necessita de ajuda para saber como solicitar a pensão especial concedida pela Lei 11.520, de 2007, às pessoas atingidas por hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios; demandas de internos do sistema prisional; jornalista vítima de agressão; da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, encaminhando nota técnica com reflexões sobre enfrentamento de milícias rurais e defesa da Constituição da República.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e/ou no Portal da CDH para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Informo, nos mesmos termos, que os documentos lidos na 4ª Reunião serão arquivados.

Está encerrada a nossa reunião de hoje, deliberativa, com sucesso total.

Muito obrigado a todos que colaboraram, especialmente à Senadora Damares.

Obrigado.

(Iniciada às 12 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 15 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e seis minutos do dia seis de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Janaína Farias, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 8/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater: "Trabalho Escravo no Ambiente Doméstico", como parte do ciclo de debates sobre a SUG 12, de 2018, que Institui o Estatuto do Trabalho e regulamenta os Arts. 7º a 11 da Constituição Federal. Participantes: Sra. Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal; Sr. José Henrique Medeiros Pires, Secretário-Executivo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Sra. Laury Garcia Job, Cidadã Gaúcha, moradora de Porto Alegre; Sr. Olavo Noleto, Secretário-Executivo da Secretaria de Relações Institucionais; Thiago Lopes de Castro, Procurador do Trabalho do Ministério Público do Trabalho; André Roston, Auditor Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE; Luciana Paula Conforti, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; William Charley, Defensor Público da União - DPU; Laís Abramo, Secretária Nacional da Política de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Ideli Salvatti, Coordenadora do Instituto Movimento Humaniza – IMH/SC; Marta de Jesus, Irmã de Sônia Maria de Jesus; Valdirene Boaventura Santos, Secretaria de Assuntos Jurídicos do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticas do Estado da Bahia – SINDOMÉSTICO/BA; Anna Paula Feminella, Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania - MDHC; Frei Xavier Jean Marie Plassat, Frade Dominicano Francês - Representante da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE/CPT; e Sra. Luiza Batista Pereira, Coordenadora-Geral da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas - FENATRAD. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/06

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 8, de 2023, desta Comissão, de minha autoria, para debater o tema "Trabalho Escravo no Ambiente Doméstico", como parte do ciclo de debates sobre a SUG 12, de 2018, que institui o Estatuto do Trabalho e regulamenta os arts. 7º a 11 da Constituição Federal.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Eu já conversei com os panelistas, porque nós vamos ter que dividir esta sessão em dois momentos.

Todos vocês sabem que eu sou do Rio Grande do Sul, e o nosso estado está numa situação de calamidade pública em cerca de 338 ou 336 municípios. É algo de fato nunca visto na história do Rio Grande, a maior enchente de todos os tempos, envolvendo já cerca de 340 cidades – depois aqui eu vou dar o número exato. O Presidente Lula esteve já por duas vezes lá: esteve no interior – esteve em Santa Maria, esteve no Vale do Taquari, esteve na região de Lajeado e Estrela – e esteve ontem, domingo, em Porto Alegre, onde participou de uma série de eventos.

Os relatos são muito, muito, muito tristes. Para vocês terem uma ideia, a cidade de Caxias do Sul está, como a gente diz, quase debaixo d'água. Não é toda, mas as partes mais humildes, mais pobres, principalmente, estão todas cobertas, com água acima do primeiro piso, e as pessoas ficam no telhado. A cidade onde eu resido, Canoas, igualmente. O Prefeito Jairo Jorge tem feito o que pode, mas o rio tomou conta da maior parte da cidade. E assim também Roca Sales, no sul, o Vale do Taquari... Enfim, é algo muito, muito triste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente viu lá foram pessoas no meio da noite, a 1h, 2h, 3h da madrugada – relatam os bombeiros –, gritando, por amor de Deus, para que os salvassem. Muitos bombeiros também relataram... Dou este depoimento, inclusive, porque um filho meu estava como voluntário lá – avisaram-me que o aeroporto ia fechar, e eu tinha que vir para cá para cuidar da questão do Rio Grande e do assunto de hoje também –, e ele disse que os bombeiros tinham que escolher: "Olha, nós vamos levar alguns deste ponto a que nós chegamos, lá por onde não tinha a água tomado conta. Mas quem nós levamos? Os filhos ou os pais?". (*Manifestação de emoção.*)

Os próprios bombeiros e policiais, tanto civis quanto militares ou de guarnição dos presídios, estavam todos lá ajudando como podiam.

E, como disse um dos Prefeitos, inclusive... Não foi só o caso de Canoas. Ele disse... O repórter disse para ele: "Foi a escolha de Sofia". E ele disse: "Sim, exatamente", que tinha diversos bairros alagados. Para onde vai o socorro para salvar? Para onde vai? Tinha duas opções: se vai, digamos, para o bairro A ou para o bairro B. "Se formos para o A, o B vai morrer. E, se formos para o B, o A vai morrer", e ele tinha que decidir, e ele decidiu. (*Manifestação de emoção.*)

Esse é o resuminho da história, do que é que está acontecendo no Rio Grande. Até agora tem pessoas em cima de casa, porque ninguém dá conta. Os voluntários estão fazendo o que eles podem, de *jet ski*, a pé, empurrando barco, muitos, muitos voluntários. As Forças, constituídas do Exército, da Marinha, estão todas lá, mas fazem o que podem, não é? E são milhares de pessoas, estamos falando de milhares de pessoas!

Eu vou fazer minha abertura, nesse sentido, e, depois, num segundo momento, eu falo especificamente da reunião de hoje. A Ilana já está aqui também. Num primeiro momento, foi combinada, inclusive – não é, Ilana? –, uma campanha que estará sendo lançada aqui. A gente vai ter um espaço para isso. Mas vou falar agora um pouco do Rio Grande.

Aqui, na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, nós todos expressamos nossa solidariedade à população do Rio Grande do Sul. É um momento de profunda dor, devido à maior tragédia climática que nós vimos no nosso estado. É importante destacar que, em menos de um ano, foram quatro calamidades referentes ao clima. O cenário é de devastação. É um filme de terror, caos, sofrimento, cenas de guerra, como diz o próprio Governador do estado, Eduardo Leite, que está se dedicando, com muito carinho, como também está o Presidente Lula, com dezenas e dezenas e dezenas, já são mais de quase 80 pessoas... Perderam vidas, quase 80 já. Pessoas desaparecidas, 105. Feridas... Cidades isoladas. Cidade inteira isolada. Não entra gasolina, não entra diesel, não entra gás, não entra alimentação, não entra nada. Quilômetros e quilômetros – claro, que o estado é muito grande, não é? – de estradas interrompidas, pontes destruídas. Falta luz e falta água. Falta comida. Os relatos são angustiantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até agora, 341 municípios foram atingidos; mais de 800 mil pessoas afetadas; 265 municípios em estado de calamidade, que vão entrar também... Rapidamente, vai chegar aos 340. Mais de 200 mil desalojados; 155 feridos; 105 desaparecidos... Como eu dizia antes, 78 pessoas mortas: crianças, idosos e pais de famílias. Mais de 15 mil em abrigos – mais de 15 mil, em abrigos –, e os helicópteros fazem, dentro do possível, o resgate. Mais de 20 mil pessoas e 3,2 mil animais foram resgatados. Esses dados ainda não foram atualizados. Há quem diga que são muito mais de 20 mil desabrigados.

Os esforços conjuntos do Governo Federal e estadual são dignos do nosso respeito, como também os dos Prefeitos de cada município – cada um faz o que pode –, Vereadores, sindicalistas, trabalhadores... E quero muito destacar aqui o dos voluntários. Muitos jovens motoqueiros entram mato adentro para abrir picadas para chegar às cidades. (*Manifestação de emoção.*)

Muita solidariedade de pessoas, com seus *jet skis*, com seus barcos particulares, enfrentando a correnteza do rio.

No meu próprio escritório – eu estava recebendo as pessoas ali na entrada da Mathias –, tivemos que evacuar... Água e água e água, mas ali não morreu ninguém, e não estou preocupado com o estrago material, é só para dar um exemplo.

A mobilização de recursos humanos e materiais com envio de militares – os militares estão fazendo um belo trabalho –, veículos se colocando à disposição, muitas vezes, tragados pelas águas, e muitos voltam nadando. Centenas de hospitais tiveram que retirar as pessoas que invadiram o hospital colocado numa zona de periferia, numa zona mais baixa. Mas, enfim, veículos, unidades hospitalares móveis, agentes da Força Nacional, aeronaves e embarcações para as áreas afetadas estão sendo destinados. Só trabalhando para salvar vidas – um dado que a assessoria me passou – são 15 mil pessoas, centenas, milhares de voluntários.

Além disso, foram alocados recursos significativos para assistência às vítimas e ações de reconstrução, dentre eles: de imediato, foram encaminhados R$55 milhões pelo Governo Federal – e eu quero falar aqui Governo Federal e estadual, porque aqui não tem nada de partidarizar, pessoal. O Governador está fazendo um excelente trabalho, como também o Presidente Lula está fazendo tudo aquilo que é possível –; R$580 milhões em emendas do estado; R$20,3 milhões para obras de tratamento.

Nós, aqui, colocamos que as emendas parlamentares nossas serão destinadas a ajudar essa população e diminuir o desespero de milhares e milhares de pessoas. Então, há esta decisão já nossa – eu fui um dos que coloquei, e outros também colocaram – de abrir mão das emendas parlamentares e doá-las para esse momento. Emenda parlamentar não é muito, mas dá quase R$90 milhões de cada Parlamentar, viu? Se você pegar emenda de bancada, emenda individual e outras indicações, dá em torno de R$90 a R$100 milhões, que seriam destinados a ajudar essa população no desespero em que estão. Foram destinados também já em torno de R$9 milhões para compra de 52 mil cestas básicas, equipes de saúde, medicamentos e insumos. O cancelamento do Concurso Nacional Unificado demonstra a prioridade dada à emergência da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação do Rio Grande do Sul. Doação de roupas e calçados pela Receita Federal é um gesto de solidariedade, que é muito bem-vindo. Tudo aquilo que a Receita arrecada de roupas que estariam sendo apreendidas eles estariam mandando para lá. Liberação do saque calamidade do FGTS – eu falava com o pessoal do Ministério de Trabalho que está aí, e isto aqui já foi anunciado: liberação do saque calamidade do FGTS, avançar no seguro-desemprego.

Saudamos aqui o envolvimento do Corpo de Bombeiros, da Brigada Militar, da Força Nacional, da Polícia Rodoviária Federal e estadual, da Polícia Federal, do Exército, da Marinha, da Aeronáutica. Todos estão deslocando contingentes para lá. E, naturalmente, os voluntários: centenas, para não dizer milhares, de voluntários estão lá, neste momento, trabalhando.

Agradecemos também a presença do Presidente Lula e da Primeira-Dama Janja da Silva e de 13 Ministros. Foram lá os Ministros pela terceira vez, e o Presidente Lula, por duas vezes já. Agradecemos também aos Presidentes do Senado e da Câmara, Rodrigo Pacheco e Arthur Lira, e do Vice-Presidente do Supremo, Ministro Edson Fachin.

Ressaltamos a gravidade da situação e o compromisso com a assistência às vítimas. Salvar vidas é a palavra.

O Presidente esteve reunido com o Governador Eduardo Leite e secretários. Fala-se muito na reconstrução do estado depois deste momento em que o fundamental é salvar vidas e dar assistência.

O que é mais pedido neste momento é cobertor e colchão, além, claro, de alimentação e remédio – mas cobertor e colchão, porque eles não têm onde dormir; perderam tudo. São milhares de casas que foram invadidas pelas águas.

As reivindicações que nós apresentamos, em reunião da bancada federal – estão reunidas neste momento, lá em Porto Alegre, a bancada federal e estadual –, estão sendo bem-vistas pelo Governo. E já vamos liberar, no caso aqui, as emendas individuais, por exemplo, e de bancada.

Em reunião urgente de Senadores, ficou definido – e também de Deputados, aqui com o Pacheco e também com o Lira – e reafirmamos que o Decreto nº 100, de 2023, para o qual fui indicado Relator pelo Presidente Rodrigo Pacheco, com apoio do Lira naturalmente, era para ser 2023, mas daí conversamos com o Presidente Rodrigo Pacheco e, naquela oportunidade, nós falamos: "Não, vamos jogar até dezembro de 2024". Mediante esse entendimento, esse decreto já está aprovado e está sendo aplicado. O decreto já é válido até 30 de dezembro de 2024.

Destacamos a campanha SOS Rio Grande do Sul, liderada pela Liga do Bem, pelos gabinetes dos três Senadores e liderado pela...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... Diretora-Geral Ilana – era o cargo, Ilana eu lembrei, mas o cargo –, que está liderando a todos nós nesse movimento, e ela vai usar a palavra aqui em seguida.

Destacamos só que o apoio e a ajuda de todos os estados são fundamentais. Ontem eu recebi a ligação de dois, três Senadores perguntando: "Para onde eu mando?". A orientação é mandar para o corpo de bombeiros, que, por sua vez, eles encaminham para que cheguem ao estado. Neste momento difícil é essencial que nos guiemos por solidariedade, compaixão e compromisso com os direitos humanos.

Termino aqui dizendo que vamos todos trabalhar para a reconstrução do Rio Grande. A esperança para o povo do Sul continua viva. É preciso muita união: que nossas divisas ideológicas sejam esquecidas para o bem-estar de toda a população.

Isso aqui é uma introdução rápida do tema.

Eu gostaria de convidar para a mesa, neste primeiro momento, com uma salva de palmas pela iniciativa que ela tomou já bem antes, a Diretora Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal. (*Palmas.*)

Eu sempre digo "trombeca"...

A SRA. ILANA TROMBKA – É "Trombka".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – "Trombka".

Muito bem, Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal.

Eu convido também o Sr. José Henrique Medeiros Pires, Secretário-Executivo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que se prontificou a vir aqui neste momento para a gente falar, pela Rádio Senado e pela TV Senado, para todo o Brasil.

E convido também, porque ela já está aqui, uma senhora que mora lá no Rio Grande do Sul cuja casa também está sendo, infelizmente, ocupada pelas águas. Convido a Sra. Laury Garcia Job, gaúcha que está em Brasília trabalhando e não conseguiu voltar. Os três filhos e ela tiveram as casas alagadas no bairro Sarandi, Porto Alegre. Seja bem-vinda aqui! Sei que é um momento triste... (*Palmas.*)

Eu, de imediato, passo a palavra para a Diretora Ilana, Diretora-Geral do Senado Federal.

A SRA. ILANA TROMBKA (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Senador, esses momentos de união nos trazem algumas coincidências: a Laury foi minha professora na faculdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem?

A SRA. ILANA TROMBKA – A Laury, que é Professora de Relações Públicas e durante muito tempo ministrou aula na PUC, e foi minha professora – e você imagine que não foi ontem, isso faz tempo.

Bom dia a todos e todas.

Eu quero agradecer o espaço que o Senador Paim está nos dando. Eu vou rapidamente colocar uma campanha que nós estamos coordenando.

Senador, eu quero dizer, sem medo de me emocionar – porque todas as vezes que eu falei para a imprensa, desde sexta-feira, isso aconteceu –, que na sexta-feira nós resolvemos, ou eu resolvi, ligar para três colegas gaúchos aqui do Senado – a Dra. Gabrielle Tatith, nossa Advogada-Geral do Senado; o Rafael, Diretor da Gráfica; e o Nilo, um jornalista nosso –, e disse: "Gente, a gente precisa fazer alguma coisa. Eu ainda não sei bem o quê, mas a gente precisa fazer alguma coisa". E, claro, a Liga do Bem, que é o nosso braço de trabalho voluntário do Senado, que já vai fazer no ano que vem dez anos, é *expert* em iniciativas muito bem sucedidas e meritórias. Isso foi às 11h, Senador; e, 1h30 da tarde, nós estávamos na minha sala: o Dr. José Henrique, representando o Governo do Estado do Rio Grande Sul; esses três colegas Nilo, Rafael e Gabrielle; as torcidas de Grêmio e Inter; CTGs; o Samba da Zélia; e principalmente os três gabinetes parlamentares, o do senhor, o do Senador Heinze, que, inclusive, está licenciado, e o do Senador Hamilton Mourão. E ali decidimos, com a orientação do Governo do Estado do Rio Grande Sul, fazer essa campanha de cobertores. Nosso objetivo é até quinta-feira conseguir recolher 5 mil cobertores, seja pelo Pix da apcnsocial@gmail.com, seja com doação.

Eu preciso dizer que eu trabalhei todo o fim de semana com alegria, porque a reação de todos com que nós conversamos foi incrível: a Presidente do STJ, a Ministra Maria Thereza, que me ligou; o TST; o Sindilegis; a própria APCN, que é a Associação dos Policiais do Congresso Nacional; o Shopping Pátio Brasil; o Shopping Anhanguera, em Taguatinga; uma série de instituições... No fim de semana, Senador! Hoje é o primeiro dia útil. A gente se reuniu sexta-feira, 1h30 da tarde, a identidade visual da campanha ficou pronta às 6h30. No fim de semana! Todos fazendo contato.

E hoje já temos agora a notícia de mais de 3 mil cobertores, que já conseguimos. Já falei com a FAB no corredor, adiantando a nossa entrega, para que ela possa chegar o mais rápido possível, porque quem tem fome tem pressa e quem tem frio tem pressa. E a gente sabe que as temperaturas no Rio Grande Sul baixarão a partir de quarta-feira, com muita chuva, as roupas não secam, as pessoas não têm para onde ir, e a gente precisa acolhê-las.

A gente costuma dizer lá no Sul – é um termo que a gente usa, não é, Senador? – que são gaúchos e gaúchas de todas as querências. A gente fala isso muito, todo mundo que é gaúcho sabe. E eu acho que agora a gente precisa ampliar e dizer que o Rio Grande Sul precisa dos brasileiros e brasileiras de todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

querências. Que os brasileiros da Amazônia, do litoral, do Pantanal, deste país tão grande e tão generoso, porque o brasileiro é generoso e afetivo, se unam em prol dos nossos irmãos gaúchos que hoje precisam.

E eles não precisam só hoje. Eu vou ver se a gente tem condição de passar um vídeo, que oito colegas gaúchos do Senado gravaram, que termina com uma fala da Gabi falando do depois, Senador, porque a gente sabe que a gente sabe que a convivência com essas águas sem tratamento de esgoto gerará doenças. Muitos hospitais tiveram que suspender as cirurgias eletivas, suspender os atendimentos, como o próprio Hospital Moinhos de Vento. O Mãe de Deus em Porto Alegre teve que ser evacuado, porque foi invadido, assim como o Pronto-Socorro de Canoas. Temos racionamento de oxigênio, temos pessoas nas suas casas com dificuldade de locomoção, pessoas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ILANA TROMBKA – Água é um problema coletivo, porque quatro subestações de Porto Alegre das seis já não estão mais funcionando.

Eu confesso para o senhor que eu falo com o meu pai todas as noites, e ontem, quando eu liguei para ele, ele me disse que o Prefeito de Porto Alegre pediu para que aqueles porto-alegrenses que tivessem casa no literal fossem para o litoral e saíssem da cidade. Eu nunca pensei que a gente iria viver isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me. Isso eu vivi na pele, porque eu tenho uma casinha na praia, em Rainha do Mar – quem está lá, está vendo. Eu cedi a casa para aqueles que não têm para onde ir, porque a minha casa é no Igara, a senhora conhece ali, é no alto. Mas eu cedi a casa na praia com esse objetivo.

A SRA. ILANA TROMBKA – Isso, a Freeway está fechada, mas se sai ainda por Viamão. Porto Alegre começa a ter um problema de desabastecimento, mas não é só Porto Alegre; são muitas outras regiões do Estado. Eu tenho um grande amigo que é o Diretor do IPH da UFRGS, o Instituto de Pesquisas Hidráulicas, e ele me relatava que o rio chegou a 5,5m, e a gente sabe que o Muro da Mauá está construído a 6m. Então, realmente, é uma situação em que, por um pouco mais, o rio teria vazado para a cidade. Já vazou... Há muita inundação, mas, se o rio vazar, vai ser uma situação nunca antes sequer pensada. O Muro da Mauá, para quem não sabe, é um muro que separa o rio do Centro de Porto Alegre, que tem uma altura de 6m. O rio chegou a 5,5m; já baixou para 5,2m, mas a gente sabe que, a partir de quarta-feira, vai chover novamente.

Então, é preciso pressa neste momento, é preciso que nós tenhamos ações rápidas. Depois, teremos outros momentos de ajudar. Haverá uma situação de saúde pela convivência com água; um terceiro momento de reconstrução da vida desses milhares de desabrigados.

Por fim, Senador, um momento de conscientização de todos nós, porque o meio ambiente grita por respeito. O senhor deve ter visto, tem um vídeo circulando, que é o rio falando para todos nós, gaúchos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizendo: "Eu só queria passar". O meio ambiente grita por respeito, ele demonstra a sua força. Nós precisamos conviver melhor no Rio Grande do Sul, em todo o país e em todo o mundo, com as questões ambientais e climáticas.

Eu não sei se o vídeo veio para vocês, para a Secretaria da Comissão. Eu só queria terminar a minha fala agradecendo ao Senador Paim e agradecendo a todas as pessoas que estão colaborando, pedindo a colaboração. Quanto mais rápido a gente chegar aos 5 mil cobertores, mais rápido eles chegam, e a gente nem sabe se vão descer na Base Aérea de Canoas ou de Santa Maria, porque há uma dificuldade de distribuição a partir de Canoas – só de helicóptero –, mas tudo isso vai ser coordenado pela representação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e pela FAB.

Eu só queria terminar com este vídeo, que é uma iniciativa muito pequenininha de oito colegas gaúchos, pedindo para os seus colegas de todas as querências do Senado para nos ajudarem. Que todos os órgãos públicos que nos escutam façam contato conosco ou façam suas próprias companhas. Não importa; o que importa é que seja organizado e que se respeitem as prioridades do Governo do Estado, porque nós sabemos que é um trabalho monstruoso de apoio, que tem uma coordenação. Tal qual o Senado fez, que é reunir todos os Senadores que são de partidos diferentes – e o Senado é uma comunidade... Naquela reunião, a política partidária não passou nem na porta. O que importava era que a gente se reunisse em prol do Rio Grande do Sul, que é o que os Senadores estão fazendo, e eu convido que o exemplo do Senado Federal possa ou ser acolhido por outros órgãos, como o STJ e o TST já fizeram, ou que se organizem nos seus próprios órgãos. Nesse momento, não importa. Importa que seja organizado e que respeite as prioridades indicadas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que é quem está lá e quem pode nos dar as melhores diretrizes.

Eu agradeço àquele grupo inicial e a todos que estão se somando e conclamo a que os brasileiros, que tanto respeitam e acolheram parte da cultura gaúcha, o churrasco, a música, a dança e até a admiração aos gaúchos – e eu disse isso na reunião: que a gente saiu do Sul, mas o Sul não sai da gente – e que admiram a forma com que o gaúcho preserva a sua cultura possam, nesse momento, dar as mãos para o nosso estado.

Eu queria só terminar com um vídeo... Está aí?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O vídeo já está pronto?

O vídeo.

A SRA. ILANA TROMBKA – Enquanto está subindo, o senhor quer chamar um outro para falar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, isso, mas eu aproveito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ILANA TROMBKA – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... o teu encerramento já... Pediram que eu passasse o Pix para quem está nos assistindo e quem estiver aqui no plenário quiser ajudar com qualquer valor.

Muitas cidades me pediram, e eu me vi na responsabilidade de passar para o governo do estado, porque, se eu botar uma cidade, não vou colocar outra. São quase 350 cidades.

Então, Pix, se puderem...

Esse é o Pix do Governo do Rio Grande do Sul. Se a TV puder jogar na tela também, já que vai para todo o Brasil...

Eu vou ler, mas as pessoas que estão assistindo... Vamos ver aqui.

"Pix SOS Rio Grande do Sul. Ajude doando qualquer valor. Chave do Pix: CNPJ 92.958.800/001-38. Instituição: Banrisul".

Mas está na tela. As pessoas que puderem olhar, estou segurando um pouco mais...

E agora temos aqui, permitam-me... Meta: 5 mil cobertores.

E é bom dizer que está aqui o representante do Rio Grande do Sul, aqui na mesa, mas essa eu vou mostrar do lado de cá. Se puderem também...

Meta: 5 mil cobertores.

Cada cobertor, segundo a própria diretora, está aqui escrito, R$20 um cobertor de casal. Pix... Aí, eu vou pedir para você ler o Pix SOS Rio Grande do Sul.

A SRA. ILANA TROMBKA – É apcnsocial@gmail.com, a campanha coordenada pela Liga do Bem, com uma série de parceiros e colaboradores.

Ontem a gente já tinha quase chegado à metade. Hoje de manhã ganhamos uma grande doação do Sindilegis, e o gabinete do Senador Plínio Valério também fez uma doação bastante interessante. Com essas duas doações, já vamos chegar a 3 mil cobertores doados, faltando 2 mil. E, assim que tiver, sai o nosso caminhão daqui para a base aérea, para mandar para o Estado do Rio Grande do Sul.

Gente, muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora vamos, de imediato, passar a palavra para o Secretário-Executivo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. José Henrique Medeiros Pires.

O SR. JOSÉ HENRIQUE MEDEIROS PIRES (Para expor.) – Bom dia.

Inicio, Senador Paim, fazendo minhas as palavras da Diretora do Senado, Ilana Trombka, que, com uma agilidade surpreendente, para quem não a conhece, e não surpreendente, para quem a conhece, conseguiu mobilizar, depois de um feriado nacional, que foi dia 1º, na sexta-feira, as torcidas do Grêmio, do Internacional, os CTGs, as forças vivas todas que estavam em Brasília naquele momento. E eu estendo, Senador Paim, os cumprimentos a toda a equipe do Senado da República, porque a reunião foi feita à 1h e meia da tarde, nós já tínhamos uma ideia do que seria feito, e, às 6h da tarde, inclusive, o pessoal da gráfica já tinha preparado um material, quer dizer, em tempo recorde, mostrando que há um profissionalismo excepcional dando suporte a essas ações.

Dito isso, Senador, eu quero agradecer a presença, aqui no Senado, do Presidente do Senado, no Rio Grande do Sul, na comitiva que lá esteve neste fim de semana. E, aproveitando a citação do Presidente do Senado, no ano passado, quando nós tivemos cinco eventos climáticos graves no Rio Grande do Sul, mas nenhum deles tão grave quanto este, mas já lá no mês de setembro, com um evento climático bastante complicado, o Presidente do Senado propôs um decreto legislativo do qual o senhor foi Relator, e é por isso que eu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – A pedido, por uma questão de justiça, do Governador.

O SR. JOSÉ HENRIQUE MEDEIROS PIRES – Exatamente.

Mas o que eu quero destacar é o seguinte: a legislação foi feita rapidamente, no dia 28 de setembro estava publicada, os efeitos tiveram já de imediato aplicação, e foi tão bem feita a legislação que ela se aplica, inclusive, a este caso, porque vocês – e o senhor, de uma maneira muito especial, por isso essa referência – tiveram o cuidado, ao tratar da relatoria, de colocar o prazo de 31 de dezembro de 2024.

Então, Senador, por sua experiência de muitos e muitos anos no Senado, eu acredito que isso também agiliza, porque, como bem disse a Ilana, nesses momentos há pressa.

Então, meus cumprimentos, a minha gratidão, em nome do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, ao senhor, Senador Paim; ao Senador Mourão; ao Senador Heinze; e ao Senador Ireneu, que está na titularidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso é importante também lembrar, porque nós estamos trabalhando juntos, todos os Senadores estão na mesma toada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ HENRIQUE MEDEIROS PIRES – Muito bem.

E quero sublinhar aquilo que disse a Dra. Ilana. O Rio Grande do Sul é um estado que, neste momento – um estado que tem as quatro estações bem definidas –, está entrando no inverno. As águas vão baixar, já estão baixando. Nós recebemos informações lá do Porto de Rio Grande de que o fluxo da água em direção ao mar aumentou, ou seja, a água vai para a Lagoa dos Patos, mas o sangradouro que fica lá em Rio Grande está funcionando, a água está saindo da lagoa, mas, até que isso aconteça, teremos enchente. Porém, quando terminar a enchente, as pessoas vão voltar para casa, e vem um momento extremamente delicado, em que eu entro com essa campanha da Liga do Bem que está sendo coordenada pela Dra. Ilana: são cobertores, como ficou definido na reunião de sexta-feira, novos, zero; cobertores que, eu tive o cuidado de ver no comércio em Brasília, custam R$35, em média – cada cobertor. Como o volume é muito grande, a Dra. Ilana, juntamente com a sua equipe, conseguiu, pelo volume de compras, a R$20 cada cobertor. Nessa primeira leva, serão 5 mil cobertas novas que serão colocadas dentro do Rio Grande do Sul, numa iniciativa dessa equipe, desse grupo, dessa gauchada dos quatro costados que está aqui, em torno deste projeto, que certamente está tendo êxito e possivelmente tenha uma segunda fase.

Quero manifestar também alguns agradecimentos, aproveitando o espaço que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nos oferece, dizendo de uma maneira muito especial do agradecimento gaúcho e brasileiro ao Uruguai, cujo Embaixador, Guillermo Valles, imediatamente colocou à disposição alguns equipamentos, e nós já temos helicóptero uruguaio atuando em salvamento, graças à agilidade do Ministério da Defesa do Uruguai, com a chancela do nosso Itamaraty, que tratou de todas as documentações necessárias para que lá, na região de Santa Maria, essa aeronave de salvamento, com todos os equipamentos, esteja atuando. Nós aguardamos agora que a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) autorize a entrada no Brasil de lanchas que foram disponibilizadas pelo Uruguai, lanchas que estão prontas para embarcarem para o Brasil, veículos anfíbios que poderão ajudar.

Bom, por que também eu destaco a questão do Uruguai? Porque o Uruguai tem mais de mil quilômetros de fronteira com o Rio Grande do Sul e certamente tem regiões fronteiriças que também estão sendo afetadas por este volume de águas que se estende por todo o Estado do Rio Grande do Sul.

Então, fica esse apelo para que a Associação Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores, consiga ter neste momento a agilidade que teve quando liberou aquele primeiro helicóptero naqueles primeiros dias, quando o Governo uruguaio o disponibilizou, a partir de um pedido do Governador Eduardo Leite. Agora nós temos outros pedidos em tramitação, enfim, porque justamente nesse momento todos somos gaúchos também, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixe-me já assegurar, porque você havia me pedido aqui e você reafirmou: terminada nossa audiência, eu faço um contato com o Itamaraty para liberar o mais rápido possível a questão das lanchas e da ajuda que você colocou muito bem aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ HENRIQUE MEDEIROS PIRES – Muito obrigado, Senador Paim.

Também quero fazer uma referência, já que falamos em Ministério das Relações Exteriores, uma referência muito especial à representação brasileira junto à Santa Sé. O Embaixador Everton Vargas, tão logo soube da nossa campanha e tão logo soube da situação do Rio Grande do Sul, fez um documento junto ao Vaticano, que resultou num relatório que foi entregue a Sua Santidade o Papa, que ontem fez publicamente uma bênção ao Rio Grande do Sul, bênção que está destacada em todos os jornais do país. Mas eu quero fazer um agradecimento muito especial a toda a equipe da Nunciatura Apostólica brasileira, da Nunciatura do Vaticano aqui, mas também da nossa representação junto à Santa Sé, através do gaúcho Everton Vargas, que é o Embaixador que está lotado lá e que teve a sensibilidade de pedir que o Papa fizesse uma oração pública, que está hoje em todos os jornais.

Bom, de minha parte era isso, um agradecimento.

A Dra. Ilana colocou as coisas muito bem colocadas. Existe, em Brasília, uma rede. Certamente vocês vão saber os locais, porque, além da contribuição de R$20 por cobertor, existem algumas caixas coletoras de materiais para doação. As caixas foram elaboradas aqui no Senado, têm o logotipo dessa campanha – a campanha está na caixa –, estão distribuídas em diversos locais, e as pessoas também podem colocar ali algum gênero, alguma roupa, alguma coisa.

Nós vamos aproveitar a Força Aérea Brasileira e o Ministério da Defesa, que têm sido grandes parceiros, para deslocar para o Rio Grande do Sul essa ajuda humanitária fundamental, que vai chegar no momento certo, vai chegar no momento em que as pessoas voltam para casa e ter um cobertor novo vai fazer muita diferença.

Muito obrigado, Senador Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Sr. José Henrique Medeiros Pires, Secretário-Executivo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Já está na mesa conosco... Quero agradecer muito ao Ministro Padilha, porque, ainda ontem à noite, eu fiz contato com o ministério e eles nos asseguraram que alguém viria representar o Ministro, com certeza, nesta reunião, que é preliminar de outra reunião que faremos em seguida.

Eu passo a palavra, neste momento, ao Dr. Olavo Noleto, Secretário-Executivo da Secretaria de Relações Institucionais, representando o Ministro Padilha.

O SR. OLAVO NOLETO (Para expor.) – Um bom dia a todos e a todas.

Obrigado, Senador Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar os membros da mesa, a Sra. Laury Garcia, a Sra. Ilana, o Sr. José Henrique, do Governo do Rio Grande do Sul.

Senador Paim, nós passamos os últimos dias trabalhando com o conjunto dos órgãos federais, acompanhando e monitorando a situação do Estado do Rio Grande do Sul.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Exa. pela iniciativa, entendendo a importância desta Casa, a importância desta Comissão, a importância do seu trabalho – me permita aqui o registro de um fã, pela sua história, pelo que o senhor representa na política brasileira.

Cumprimentando o José Henrique, quero me solidarizar com o povo do Rio Grande do Sul, com o Estado do Rio Grande do Sul, com o Governo do estado, com os Prefeitos e Prefeitas municipais.

Quero dizer que o Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, desde o primeiro minuto, entrou em estado de alerta total, botou todo o Governo Federal à disposição do Sr. Governador Eduardo Leite, não só manifestando a sua posição, mas nos mobilizando a todos. Todos os profissionais, todas as equipes de todos os ministérios foram colocados em estado de alerta; imediatamente as forças de segurança e defesa civil entraram em ação, não só como é previsto em lei, como é da sua natureza, mas também em um estado de solidariedade, de vigilância e de apoio. Essa movimentação das forças de segurança e defesa civil, Senador, também foi somada às forças de segurança e defesa civil de outros estados da Federação. Acho que é importante registrar o apoio do conjunto dos Governadores, do conjunto das secretarias de defesa civil.

Existe hoje uma organização nacional que vai além das forças exclusivas do Governo Federal, essa organização nacional passa também por uma rede de apoio dos estados federais, a exemplo do Corpo de Bombeiros. Então, eles têm uma organização nacional, têm uma coordenação dessa organização nacional, que automaticamente entrou em ação e veio se juntar ao conjunto das forças nacionais que se somaram ao Estado do Rio Grande do Sul nessa tragédia. E a gente faz questão de ressaltar o trabalho, o carinho, o apoio dos estados também nesse momento tão importante e tão difícil.

O Governo Federal, a partir desse acionamento do Senhor Presidente, então com as forças de segurança, com as forças de defesa civil, sempre como método... A primeira preocupação é salvar vidas, a primeira preocupação é salvar vidas! Então, naquele momento, com pessoas não só sendo desabrigadas, mas correndo risco de vida, o trabalho das forças de segurança, o trabalho das forças de defesa civil passou por organizar a logística possível para aquele primeiro momento de salvamento das vidas.

Como os noticiários mostraram, foi algo muito forte, muito abrupto, e as forças que foram destacadas foram organizadas no sentido de otimizar os esforços e tentar poupar todas as vidas possíveis. Nesse sentido, sempre a sensação que nós cidadãos temos, Senador Paim, é de que tudo é pouco, porque, numa situação dessa, você não comemora ter menos mortes, numa situação dessa você chora a cada vida perdida. Nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido, o Governo Federal se solidariza e apoia. E tudo que a gente mobilizou nós ainda achamos pouco, mas tudo que foi mobilizado foi aquilo que o aparato estatal tinha pronto naquele momento.

Essa catástrofe, com certeza, vai nos servir também para cada dia mais aprimorarmos a nossa estrutura de defesa civil dos estados, do país e dos municípios, que é um trabalho que aqueles que trabalham no tema da defesa civil militam em torno desse tema, porque eles sabem que um dia essas catástrofes podem acontecer e que estarmos bem estruturados pode significar salvar mais vidas.

É importante destacar aqui, Senador – atrevendo-me e prestando contas a esta Comissão –, que, além do levantamento... Após esse primeiro momento, que é de salvamento, vem um segundo momento, como bem disse aqui o Secretário, de pessoas que estão desabrigadas, e um terceiro momento, o apoio à reconstrução da infraestrutura, das casas das pessoas, da economia, porque as pessoas precisam voltar a trabalhar, precisam voltar a ter renda. Então, tudo o que compõe o universo de reconstrução do estado compõe o que seria uma terceira etapa de um trabalho que já começou.

Então, quanto à primeira parte, de salvamento de vidas, nessa ação conjunta de todas as forças de segurança e defesa civil, nós temos neste momento mais de 900 militares das Forças Armadas lá do Rio Grande do Sul, 100 agentes da Força de Segurança Nacional, 20 helicópteros, 98 embarcações, 81 viaturas federais lá no estado; isso, fora o apoio dos estados, nessa força conjunta que foi chamada pelo Rio Grande do Sul e pelo Governo Federal, em total sinergia entre o Governo do estado e o Governo Federal – é importante destacar isso.

Os hospitais estão sendo apoiados, o hospital de campanha está montado. Quanto ao envio de cestas básicas de toda a ordem possível, nós temos aqui o registro neste momento de 52 mil cestas básicas. Lembro que, no dia de ontem, aumentou o número de municípios em situação reconhecida de calamidade para 336 municípios – no final do dia de ontem. E o Presidente da República, nas suas duas idas ao Rio Grande do Sul agora nesses dias, fez questão de dizer que todas as iniciativas e todos os recursos necessários para apoiar o Rio Grande do Sul, o Governo do estado, as prefeituras, a economia local estarão à disposição do estado. O Presidente, nas suas palavras de ontem, disse inclusive que o Brasil reconhece o quanto o Rio Grande do Sul apoiou o desenvolvimento brasileiro e o quanto o Brasil é devedor do Estado do Rio Grande do Sul. Essas foram palavras do Senhor Presidente, no dia de ontem, lá no Estado do Rio Grande do Sul.

A Secretaria de Relações Institucionais, o Ministro Alexandre Padilha, Senador Paim, já adiantou para a coordenação do Governo um mapeamento de recursos provenientes de emendas federais da bancada do Rio Grande do Sul, para podermos acelerar a liberação dessas emendas, principalmente aquelas destinadas a áreas afins à necessidade mais proeminente: no dia de ontem, se eu não estou enganado – a cabeça já está aqui... –, na ordem de R$580 milhões de emendas no fim de semana; um pouco mais de R$500 milhões do Ministério da Saúde; e outros recursos estão sendo mapeados, ainda também de emendas parlamentares, para podermos, de forma coordenada com os ministérios, acelerar a execução, a exemplo da modalidade RP 8, que são as emendas de Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, é importante destacar que, durante o fim de semana, nós estivemos em contato, a Secretaria de Relações Institucionais, Senador Paim, com todos os Prefeitos e Prefeitas dos municípios atingidos do Rio Grande do Sul. É claro que, até ontem no meio do dia, o número era diferente desse; se eu não estou enganado, algo em torno de 260 municípios. Então, falo desse contingente de Prefeitos e Prefeitas.

Nós falamos diretamente com todos eles, além do contato da defesa civil. Estamos falando de um contato da Secretaria de Relações Institucionais para entender do Prefeito o seguinte: como foi o contato com a defesa civil? Além do número de vítimas, desabrigados e estragos, qual é a sua dificuldade mais imediata e de que maneira nós podemos apoiar? Então, essa conversa bilateral, com cada Prefeito e Prefeita, nós fizemos no final de semana. A nossa equipe contactou todos os Prefeitos e Prefeitas – todos.

É claro que agora, aumentando o número, como no final do dia de ontem, até o dia de hoje, esperamos contactar todos aqueles que se somaram a essa situação de calamidade no final do dia de ontem. Esse contato é importante para irmos além da coisa que, muitas vezes, parece fria, das forças de segurança, mas elas têm uma objetividade muito clara, as forças de defesa civil e de segurança, que é no pronto-socorro. Agora, nós já estamos preparando uma segunda etapa, porque cada município tem uma especificidade, tem uma história, tem um problema que, de repente, outro não tem.

Houve um caso, se não estou enganado, em Canoas, em que o hospital teve – se eu estou entendendo corretamente – um curto na UTI...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Na UTI, falta oxigênio.

O SR. OLAVO NOLETO – ... e as pessoas entraram em óbito por falta de oxigênio, nove pessoas. Esse é um tipo de caso único e que precisa de apoio único. Então, nesse momento, esse contato com os Srs. Prefeitos e as Prefeitas, é para entender, caso a caso, como é que nós podemos apoiar.

Também no dia de ontem, às 19h, nós chamamos reunião com todos os Prefeitos e Prefeitas lá na sede da Famurs, em Porto Alegre, mas aqueles Prefeitos e Prefeitas que precisassem contactar pela internet, participaram pela internet, por plataforma social. Fizemos uma reunião presencial e virtual com todos os municípios afetados. Se eu tenho correto, cerca de 330 municípios participaram da reunião de ontem, às 19h, presencial na sede da Famurs e virtual pela rede.

Ouvimos os Prefeitos também não só sobre os problemas, mas também sobre sugestões de como nós devemos proceder nesse próximo momento, agora. Atrevo-me a dizer que uma das coisas mais solicitadas pelos Prefeitos, Senador, foi o trato não só da liberação de recursos, mas da burocracia na liberação, que sempre é uma aflição para o ente federado conseguir acessar um recurso federal. Nesse caso, de um recurso para atender situações de calamidade, já existe um rito próprio, que já é facilitador para o município conseguir acessar o recurso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, nesse diálogo, direto com os municípios, estamos verificando se eles estão tendo dificuldade para confeccionar o planinho de trabalho que é exigido pela defesa civil, para o Prefeito poder enviar. Todos os Prefeitos que nós contactamos disseram que estavam conseguindo fazer, que iam conseguir entregar rapidamente. Mesmo assim, nós colocamos a equipe à disposição para apoiar na confecção do plano se algum município tiver dificuldade.

E, quanto à solicitação dos Prefeitos e Prefeitas para desburocratizar o acesso aos recursos federais, nós também estamos verificando, na prática, o que seria essa desburocratização, para atender exatamente àquilo que os Prefeitos e Prefeitas estão demandando.

Então, de maneira que, Senador Paim, atrevendo-me aqui a um primeiro relato, com certeza faltou muita coisa, mas, não querendo estender demais a fala, colocar à disposição para esclarecimentos e reafirmar o compromisso do Governo Federal, da Secretaria de Relações Institucionais, do Ministro Alexandre Padilha... O Presidente Lula está 1.000% à disposição desta Casa e à disposição do povo do Rio Grande do Sul. A nossa solidariedade, o nosso apoio total e irrestrito, e nós estaremos juntos não só para salvar vidas, mas para reconstruir tudo o que for preciso reconstruir no Estado do Rio Grande do Sul.

Então, o nosso respeito e a nossa total disposição em apoiar o estado, os municípios e a população do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Secretário-Executivo da Secretaria de Relações Institucionais, Olavo Noleto, representando o Ministro Padilha. Liguei ontem à noite, eles disseram que iriam te procurar, e te acharam. Eu acho que eram 10h, 11h da noite, quando deram o retorno de que você viria.

Eu queria, nesse momento ainda... Eu sei que vocês... Muitos dos que estão aqui vieram devido também ao debate do combate ao trabalho escravo, mas sei que todos estão sensíveis à situação do Rio Grande do Sul, que a gente fala em 78, 76, mas há quem fale que são mais de 100 mortos já e milhares de pessoas desabrigadas, milhares, desabrigadas são milhares! E há, em torno, se eu não me engano, de 105 desaparecidos, entre os dados que eu dei.

Pode complementar.

O SR. OLAVO NOLETO – Posso me atrever aqui, Senador?

No nosso número, nós temos, já confirmadas, 78 mortes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Setenta e oito mortes!

O SR. OLAVO NOLETO – ... 105 desaparecidos, 175 pessoas feridas, 134 mil pessoas fora de casa, sendo 18 mil em abrigos e 115 mil desalojadas, que recebem abrigo nas casas de familiares ou amigos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E 341 dos 496 municípios do estado registraram algum tipo de problema desse tipo, afetando cerca de 844 mil pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É isso. Infelizmente, essa é a realidade.

Mas, para que todos percebam e vejam o que está acontecendo, nós separamos alguns vídeos – aí tem um específico da campanha, não é, Ilana? – para que fossem passados agora, aqui, rapidamente. Então, os vídeos, rapidamente, por favor... (*Pausa.*)

Em seguida, a senhora vai falar como moradora do estado. Segure só para o final. (*Pausa.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para o Brasil, via TV Senado, Agência Senado, ver como é que está a realidade lá.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vocês podem ver que, em muitas casas, é só o teto que a gente consegue ver. Olhem ali.

São tão semelhantes, todas, que é difícil identificar qual é a cidade.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A sugestão aqui da assessoria é de que a Sra. Laury Garcia Job, gaúcha, que conhece muito bem o que aconteceu, como nós estamos com dificuldade de áudio, pode ir falando, e as imagens vão correndo.

É só apertar aí.

A SRA. LAURY GARCIA JOB (Para expor.) – Bom dia.

Eu sou gaúcha de Porto Alegre e da cidade de Tapes, do Rio Grande do Sul. Tapes é uma cidade que fica à beira da Lagoa dos Patos, mas fomos abençoados e a água passou pela grande lagoa e não atingiu a nossa cidade até agora.

Eu estava em Brasília fazendo um trabalho, porque eu sou Secretária-Geral do Conselho Federal de Relações Públicas, estava aqui trabalhando no Fórum dos Conselhos de Profissões Regulamentadas, cheguei aqui e não posso retornar para minha casa porque não tem aeroporto, porque se eu chegar no aeroporto eu não posso ir para minha casa, que fica no bairro chamado Sarandi, que é atrás do aeroporto. Não tem como chegar na minha casa, até porque a minha casa está até o teto com água.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu moro num condomínio de classe média, simples, com os meus filhos, cada um mora numa casa. Todos nós perdemos tudo dentro de casa. Eu tenho netinhos de dez, nove e oito anos, que estão desconsolados porque não têm a casa mais, não têm mais o brinquedo, não têm mais nada daquilo que era referência deles.

Nosso Governador nos alertou diversas vezes. Ele disse: "Vai ser algo que a gente não espera, que nunca aconteceu". Isso deve ser dito, mas nós nunca pensamos que seria algo desse nível, até porque nós moramos num bairro da zona norte e nesse bairro não chegaria a água do Rio Guaíba, mas os diques que nos rodeiam vazaram, e nós estamos nessa situação.

Meu condomínio tem cento e vinte e poucas famílias, e todos nós estamos alojados em casas de parentes, em casas de amigos. Minha família está no apartamento de um amigo, estamos todos lá. Eu não posso retornar para estar junto com os meus netos. São crianças pequenas, que choram. (*Manifestação de emoção.*) É muito difícil ver essa situação, e eu vejo e ainda me alegro da minha situação porque eu tenho casa para voltar. Daqui a sete, dez dias, quando baixar tudo e eu puder retornar, enfim, quando a minha família puder retornar, nós temos casa para voltar. Mas nós sabemos que tem gente que não tem, que não vai ter mais a sua casa.

Eu vim de um trabalho... Eu sou professora universitária e eu estava em Lajeado na semana anterior; na semana em que eu vinha para cá eu estava dando aula, e no hotel em que eu parei tem um mapa de toda aquela região, e são trinta e poucos municípios que vivem na região do Rio Taquari. E eles me falavam, naquele período em que eu estive lá: "Professora, a senhora não imagina o que foi a nossa tristeza em setembro. Tudo aqui estava alagado, muitos perderam tudo". Sabia eu que, dali a uma semana, eu estaria aqui e eles estariam numa situação pior do que estavam antes.

E não é só isso. Eu, como avó, vejo crianças perdidas. Eu vejo, não; eu acompanho crianças que se perderam das famílias. Nós temos uma universidade lá que está recebendo crianças perdidas e que não vão ter casa para voltar. Falo de crianças, mas são quantas pessoas perdidas? Lembrem, gente, que, dentro das nossas casas, nós temos pessoas que, às vezes, nem sabem quando estão dentro de casa por causa das suas doenças mentais, os idosos... Então, nós temos...

Nunca participei de uma guerra, mas eu acredito que nós estamos numa situação de guerra. Agora Porto Alegre está cercada, não pode sair, não pode entrar. A comida, a situação, a água, a luz... Enfim, a situação realmente é difícil.

Essa campanha em que a minha querida Luna me permitiu colaborar eu digo aos senhores que foi um presente de Deus, porque eu estou longe e extremamente angustiada. Ela me conhece e sabe que eu sou uma pessoa que estou sempre preocupada em trabalhar para o ser humano, não pelo título, Senador em que eu sempre votei, mas pela pessoa. Está na hora... E nós agora não temos mais título, não existe mais título. Agora existe um ser humano que está sofrendo, está doído, está com frio e vai ficar com mais frio ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, a campanha da Ilana é o cobertor. Para nós gaúchos o cobertor simboliza o pala que nós usamos, simboliza o aquecimento, aquele que me aquece. Então, essa campanha do Senado, que felizmente ela me permitiu também estar aqui apoiando, já que eu não posso voltar para minha casa... Isso não quer dizer que eu não esteja superbem acomodada aqui, estou na casa da minha mana, graças a Deus. Deus me botou na casa da minha mana, que é uma pessoa fabulosa. Então, esta campanha vem dizer assim: aqueçam os gaúchos, nos aqueçam, aqueçam o nosso coração.

Uma das coisas mais significativas para os meus filhos... Eu estava conversando ontem, e a minha nora disse, chorando ao telefone: "Eu choro, mas eu nunca na vida pensei que eu iria ter tanto carinho como eu recebi agora". E, vejam bem, perdemos tudo, os documentos, a nossa história.

Não foi falta de aviso do Governador, eu não concordo com as pessoas que dizem... Desculpe, eu não tenho, eu não estou aqui... Não é político, mas é a realidade. Não foi falta de aviso, mas era uma realidade que nunca existiu na nossa vida; então, foi muito difícil para a gente entender. Isso implica que muita gente não saiu de casa porque acreditava que não ia acontecer assim. Então não foi por desleixo, não foi por descuido, mas foi justamente por ser um fato completamente novo para nós. Nós vamos enfrentar isso, nós vamos enfrentar com coragem, porque nós sabemos que vamos ter, sim, esse apoio todo e nós sabemos, sim, que é preciso agilizar esta chegada aos nossos municípios, porque estão destruídos. Nós sabemos que podemos contar com as autoridades que vão nos dar esse apoio e podemos contar com aqueles que nos oferecem um cobertor para nos aquecer. Hoje nós precisamos que aqueçam o nosso corpo e aqueçam o nosso coração.

Então, obrigada por poder dar este depoimento. Digo também que o grau de solidariedade dos gaúchos entre si tem sido espetacular. Os Prefeitos têm auxiliado uns aos outros. Posso dizer pela minha cidade de Tapes. Eu moro na Vila dos Pescadores, não fomos atingidos. Nossos barcos, nossos pescadores, todos se deslocaram para Guaíba, cidade próxima, e Eldorado, para poder atender aquela comunidade que precisa. Então, mesmo doendo, sabemos que vamos agora, depois de reconstruir, quando chegar às nossas casas, aqueles que têm casa, ter que começar toda uma vida novamente, mas nós sabemos que estamos contando com o apoio de todos os brasileiros, com oração, com ajuda financeira, com ajuda de todas as formas.

Àqueles que estão nos apoiando, o nosso muito, muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito bem, Sra. Laury Garcia Job, gaúcha, que está longe de casa, não pode voltar, que é uma situação de muitos e muitos gaúchos que estão em outros estados, porque o aeroporto de Porto Alegre está todo alagado, mostra claramente que não tem como deslocar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ela falou muito bem, se você sair do aeroporto, você não consegue chegar a nenhuma cidade: não entra em Porto Alegre, não entra em Canoas, não entra em Cachoeirinha, porque está tudo bloqueado devido à chuva.

Nós agora vamos agradecer a todos.

Chegou aqui para nós, veio do Plenário: atenção, moradores de Canoas, que é a cidade em que eu resido – o Prefeito Jairo Jorge está fazendo um belíssimo trabalho com o esforço que ele pode fazer, como os outros Prefeitos também –, toda criança resgatada na cidade deve ser levada à Ulbra, a universidade está acolhendo. Muitas crianças estão sendo resgatadas, porque os pais fizeram questão de salvar os filhos. Equipes do Conselho Tutelar estão realizando acolhimento das crianças no local, pois muitas delas estão sem pais ou responsáveis. Da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, então mais um aviso.

Neste momento eu vou liberar os meus colegas, amigos que estão aqui na mesa, e nós vamos para a outra mesa, mas vai continuar, vai continuar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então fale, fale, fale, fale agora, que você está na outra mesa.

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA (Para expor.) – Desculpem. Eu sei que estou na próxima mesa, mas esta mesa eu acho que é muito importante.

Eu sou a Anna Paula Feminella, Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e Presidente do Conade (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência). E os dados que nós temos... Hoje à tarde a gente vai se reunir, *online*, com o Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado do Rio Grande do Sul. Os dados que estão nos chegando são muito graves sobre a situação das pessoas com deficiência. Só no Município de Canoas são apontadas 500 pessoas com deficiência com necessidades emergenciais de cuidados. Então, é importante, pois, além das crianças e das pessoas idosas, as pessoas com deficiência também requerem atendimento prioritário. Elas perdem condições básicas, como cadeira de roda, perdem situações básicas, como aquelas que estão acamadas, aquelas camas ou colchonetes de casca de ovo, fralda geriátrica, sonda, alguns produtos. O Conade e o Ministério dos Direitos Humanos também estão montando a sua comitiva para atender esses grupos prioritários. Estamos fazendo contato com organizações.

Então, eu queria só aproveitar e dizer da nossa solidariedade com o Governo do Rio Grande do Sul, com o Governo... E estamos junto com o Presidente Lula, indo numa comitiva, e também já articulando esses recursos necessários. Eu acho necessário dizer que, para o volume de demandas que a gente vai ter, a gente ainda não tem os dados precisos sobre essas demandas, mas já é de comum o acordo dizer que a gente vai precisar de cadeira de rodas, vai precisar... Às vezes tem cadeira de rodas que está deixada... sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uso em algumas casas. A gente precisa de cadeira de banho, precisa de fralda geriátrica, precisa de colchões, precisa de materiais, de muletas, bengalas, coisas que foram perdidas por essas casas todas desaparecidas.

Então, contem conosco, estamos juntos. E é isso. Está bom? A gente vai fazer ainda uma campanha nesse sentido. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou dar uma salva de palmas para essa mesa. Parabéns por tudo que disseram aqui. O Rio Grande do Sul e o Brasil agradecem. (*Palmas.*)

E vamos chamar agora a próxima mesa. (*Pausa.*)

Eu chamo para esta mesa o Sr. Thiago Lopes de Castro, Procurador do Trabalho do Ministério Público do Trabalho. Por favor. (*Palmas.*)

Convidamos André Roston, Auditor Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. (*Palmas.*)

Luciana Paula Conforti, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). (*Palmas.*)

William Charley, Defensor Público da União, DPU. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Se vocês concordarem, nós vamos encaminhar da seguinte forma...

Estão chegando pelo celular muitas mensagens sobre a situação do Rio Grande do Sul: "O que eu faço? Como eu apoio?", enfim. Eu vou dar oportunidade para as mesas, nós vamos tocar todo nosso trabalho. No momento em que eu chamar, façam uma primeira fala, se entenderem que é um minuto, dois minutos, fiquem bem à vontade, sobre a situação desse estado de guerra em que está o nosso estado; em seguida, sigam na sua palestra.

Pediu para que eu chamasse primeiro, pois está com problema de horário, a Sra. Laís Abramo, Secretária Nacional da Política de Cuidados e Família do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Não sei se a Sra. Laís já está na tela.

A SRA. LAÍS ABRAMO (*Por videoconferência.*) – Estou, sim, Senador, desde o começo da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, parabéns. Estamos juntos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu combinei aqui que cada um, no momento da fala, pode falar por um minuto, pelo menos, ou dois, se assim entender, sobre a situação de calamidade pública que envolve quase 400 municípios dos 497 do Rio Grande do Sul. Todos terão um tempo de dez minutos.

O tempo é seu, Secretária Laís.

A SRA. LAÍS ABRAMO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador.

Queria cumprimentá-lo por essa importantíssima iniciativa de convocação da audiência pública e por toda a discussão que foi feita até agora. Eu estou aqui desde o comecinho, escutei tudo que foi dito sobre a situação do Rio Grande do Sul e não poderia não expressar a minha mais profunda solidariedade com o povo do Rio Grande do Sul e com todo o esforço que está sendo realizado para enfrentar essa tragédia. Em nome do Ministro Wellington Dias, Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social também, digo que o ministério está participando ativamente, junto com o Presidente Lula, todos os membros do Governo e todos os demais Poderes que estão atuando para tentar lidar com essa situação.

No caso do Ministério do Desenvolvimento Social, em primeiro lugar, está sendo colocada à disposição toda a rede do SUAS (Sistema Único da Assistência Social), especialmente, entre as diversas coisas que estão sendo feitas, a disponibilização de cestas básicas de alimentação, foi colocada aqui de maneira tão clara a importância disso. A partir de hoje chegam as primeiras 1,5 mil, amanhã mais 3 mil e, a partir de depois de amanhã, 4,5 mil cestas básicas por dia, além de tudo que o MDS vem fazendo, como parte do Governo Federal, em situações desse tipo, que é antecipar o pagamento do Bolsa Família, do BPC e prestar toda a atenção no que se refere a minorar os efeitos de toda essa calamidade.

Então, se o senhor me permite, eu passaria a falar sobre o tema da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito. Foi uma bela introdução.

A SRA. LAÍS ABRAMO (*Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Então, eu queria começar cumprimentando também o Frei Xavier Plassat e todas as demais pessoas, como a nossa querida Luiza Batista, Coordenadora-Geral da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, e todas as demais personalidades que vêm há tanto tempo – oi, Luiza – se dedicando, de maneira tão intensa e corajosa, a essa luta pela prevenção e erradicação do trabalho escravo no Brasil.

Nós sabemos que o trabalho escravo, forçado ou em condições análogas à escravidão, tal como definido pelo Código Penal Brasileiro, constitui uma gravíssima violação aos direitos e princípios fundamentais do trabalho e aos direitos humanos das pessoas submetidas a essa condição. Trabalho escravo configura, ao lado do trabalho infantil, uma das antíteses mais claras da noção de trabalho decente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil vinha se destacando no combate a essa chaga desde que a existência do trabalho escravo foi oficialmente reconhecida no país, em meados dos anos 90 do século passado, após insistentes denúncias de organizações da sociedade civil, entre as quais se destaca justamente a Comissão Pastoral da Terra.

A constituição da Conatrae (Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo), dos grupos móveis de fiscalização, do cadastro de empregadores flagrados empregando trabalhadores em condições análogas à escravidão e dos pactos nacionais pela prevenção e erradicação do trabalho escravo são alguns dos marcos destacados dessa luta que foram reconhecidos pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) como referência e exemplos de boas práticas no âmbito internacional.

Infelizmente, esse esforço foi enfraquecido em anos recentes, por razões que nós conhecemos, entre outros motivos devido à extinção da Conatrae, em abril de 2019, e o seu debilitamento quando ela foi recriada. Por outro lado, o avanço da pobreza e da fome no país e o aumento da precarização e desproteção do emprego, processos que apenas a partir do ano passado começaram a ser revertidos, tornou os trabalhadores e as trabalhadoras mais vulneráveis ao aliciamento para essas formas degradantes e inaceitáveis de trabalho.

Entrando na questão das trabalhadoras domésticas e do trabalho escravo, de acordo com a OIT, existem atualmente no mundo 6 milhões de mulheres em situação de trabalho forçado, das quais 1 milhão estão no trabalho doméstico, ou seja, no âmbito mundial, quase uma de cada cinco mulheres que estão em situação análoga à escravidão são trabalhadoras domésticas. Vale notar que nesse conjunto não estão considerados os casos de casamentos forçados, que afetam quase 15 milhões de mulheres no mundo, muitas vezes crianças e adolescentes, como nós sabemos, e que muitas vezes escondem situações de trabalho doméstico forçado também.

No Brasil, como sabemos, os primeiros casos de trabalhadoras domésticas resgatadas de condições análogas à escravidão são de 2017, foram dois casos nesse ano, o que não quer dizer evidentemente, como tão bem sabemos, que antes dessa data esses casos não existissem. Entre 2017 e 2023 ocorreram 217 resgates, e a última atualização do cadastro, da lista suja, quando foram excluídos 248 empregadores, 43 deles eram de empregadores domésticos que estavam submetendo trabalhadoras domésticas a essas condições. É a primeira vez, desde a existência do cadastro, que as trabalhadoras domésticas estão no topo da lista, infelizmente.

Esses dados evidenciam a gravidade da situação, mas ao mesmo tempo evidenciam também que uma maior atenção começa a ser dada ao tema, fruto em grande medida da atuação da Fenatrad e de outros órgãos e instituições comprometidos com a luta pelos direitos das trabalhadoras domésticas e pela prevenção e erradicação do trabalho escravo, como a Conatrae, a OIT, o MPT (Ministério Público do Trabalho), a Anamatra. Muitas dessas organizações estão participando desta audiência, o que é muito bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante ressaltar aqui a importância da emenda constitucional de 2013, conhecida como PEC das domésticas, nesse processo, ao ampliar o direito das trabalhadoras domésticas, assim como a Lei Complementar 150. Antes dela, por exemplo, não havia um controle obrigatório da jornada de trabalho das trabalhadoras domésticas nem uma vedação legal a descontos salariais feitos em decorrência do fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia, fazendo com que fosse muito mais difícil identificar as práticas associadas ao trabalho análogo ao escravo, tais como as jornadas exaustivas, as condições degradantes, a servidão por dívida, a retenção de documento, a restrição de locomoção, entre outras.

Mas isso ainda é muito insuficiente. É possível, é muito provável que existam ainda muitas mulheres em situação de escravidão moderna, entre elas trabalhadoras domésticas que ainda não foram devidamente identificadas e visibilizadas. Se isso é verdade, onde elas estariam?

Para avançar nestas necessárias identificação e visibilização – esta audiência pública é muito importante neste sentido também –, é necessário aprofundar o enfoque de gênero no esforço de prevenção e erradicação do trabalho escravo no país e olhar com mais cuidado situações que podem afetar particularmente as mulheres e principalmente as mulheres negras, como é o caso do trabalho doméstico.

Mas é necessário olhar com atenção também para as mulheres que fazem um outro tipo de trabalho doméstico, como cozinhar para os trabalhadores rurais submetidos a condições de escravidão. Já houve casos em que, em ações de resgate, essas mulheres não terem sido identificadas como trabalhadoras e em condições análogas à escravidão, porque simplesmente não eram identificadas como trabalhadoras. Muitas vezes, esse trabalho doméstico é invisibilizado, não é reconhecido como um trabalho. E isso é uma situação que a gente tem que superar. Ao não serem identificadas, não receberam as devidas reparações.

Eu queria gastar um minutinho do meu tempo para falar sobre algo que eu acho que é muito importante, que é a relação entre trabalho escravo e trabalho infantil no serviço doméstico.

Os casos das trabalhadoras domésticas resgatadas da escravidão contemporânea são muito dramáticos e eloquentes por diversos motivos. Entre eles, o fato de que, em geral, se trata de crianças e adolescentes que, entre aspas, "foram entregues" às famílias de seus escravisadores em idades muito tenras, e lá permaneceram ao longo de toda a vida, sendo muitas vezes resgatadas já como mulheres idosas, com vínculos totalmente rompidos com suas famílias e comunidades de origem.

As estatísticas e análises sobre o tema indicam uma relação muito importante entre o trabalho infantil e o trabalho escravo, ou seja...

Vou terminar. Desculpem-me. Não me dei conta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai ter mais um minuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LAÍS ABRAMO (*Por videoconferência.*) – Está bom.

Oitenta por cento das pessoas resgatadas da situação de trabalho escravo foram vítimas do trabalho infantil.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LAÍS ABRAMO (*Por videoconferência.*) – E ser vítima do trabalho infantil aumenta significativamente a vulnerabilidade a situações de trabalho escravo na juventude e na vida adulta.

Eu só queria chamar atenção para o fato de que os últimos dados sobre o trabalho infantil, divulgados em dezembro passado, mostram que ainda existem hoje no Brasil 126.027 crianças e adolescentes no serviço doméstico no país. O mais grave é que esse número aumentou significativamente entre 2019 e 2022.

Para terminar e usar este minuto, eu só queria dizer que as trabalhadoras domésticas são um dos grupos prioritários da Política e do Plano Nacional de Cuidados, que estão sendo elaborados no âmbito do Governo Federal, em diálogo com o Congresso e com as organizações representativas dos trabalhadores e as demais organizações da sociedade civil. Foi discutida, neste âmbito, uma série de propostas para as trabalhadoras domésticas, em conjunto com a Fenatrad e seis Ministérios do Governo Federal – MDS, Ministério das Mulheres, do Trabalho, da Educação, dos Direitos Humanos, da Igualdade Racial e das Cidades –, com o apoio da OIT.

Entre as principais propostas – com isso eu termino – está justamente a ideia de que tem que haver um protocolo especial para o fluxo de atendimento das trabalhadoras domésticas resgatadas das situações de trabalho escravo que envolva diversos órgãos públicos.

Sabemos que existe um grupo, um GT na Conatrae que está revisando o fluxo que foi definido há uns anos. E seria muito importante que um olhar específico sobre as trabalhadoras domésticas fosse incorporado nesse processo.

Muito obrigada.

Desculpem-me ter passado do tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Laís Abramo, Secretária Nacional da Política de Cuidados e Família, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Parabéns pela fala.

Aqui informavam-me que ela foi Diretora da OIT. Por isso conhecimento não falta ali. Sabia muito bem o conteúdo do tema que estamos tratando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou chamar agora e vou intercalar uma convidada ou um convidado presencial e outro por videoconferência.

Agora é o Sr. Thiago Lopes de Castro, Procurador do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho; dez minutos.

O SR. THIAGO LOPES DE CASTRO (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas presentes e as que acompanham esta audiência pública pela internet.

Cumprimento a mesa e todas as autoridades, instituições públicas presentes.

Na pessoa do Senador Paulo Paim, presto solidariedade ao povo gaúcho.

Registro, Senador Paulo Paim, que, na sexta-feira, o Conselho Nacional do Ministério Público editou uma recomendação no sentido de que o Ministério Público brasileiro envide todos os esforços para promover ações articuladas para auxiliar o Estado do Rio Grande do Sul, inclusive por meio de destinação de recursos decorrentes de ações da atuação finalística do Ministério Público, sejam recursos provenientes de termos de ajustamento de conduta, recursos provenientes de condenações judiciais. Enfim, o Ministério Público brasileiro certamente contribuirá com essa causa tão importante, neste momento de dor e de tragédia para o povo gaúcho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado.

O SR. THIAGO LOPES DE CASTRO – Cumprimento também todas as instituições privadas e representantes da sociedade civil, em nome da Fenatrad e também da Marta de Jesus, irmã da trabalhadora doméstica Sônia Maria de Jesus.

Agradeço o convite para, na qualidade de Vice-Coordenador do Grupo de Trabalho do MPT Trabalho Doméstico, representar a instituição e também a Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho em mais uma audiência pública para tratar deste tema.

No ano passado, eu tive a oportunidade e a felicidade de estar aqui em comemoração aos 10 anos da Emenda Constitucional nº 72, de 2013, fruto de uma conquista histórica da categoria, que deve ser celebrada e que, naquela ocasião, já chamava a atenção para a situação do trabalho escravo doméstico. Fico feliz de saber que estamos aqui para debater o tema.

Sou Thiago Castro, Procurador do Trabalho, atualmente lotado aqui em Brasília, mas, até o ano passado, estava lotado em Patos de Minas, Minas Gerais, onde, em 2020, tive a oportunidade de, juntamente com a Auditoria Fiscal do Trabalho – e aqui nomino os Auditores Humberto Camasmie e Gustavo Castanheira, supercompetentes e combativos –, efetuar o resgate da trabalhadora doméstica Madalena Gordiano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um caso paradigmático que guarda muitas semelhanças com o caso da trabalhadora doméstica Sônia, razão pela qual eu vou elencar algumas dessas características que evidenciam que se trata de uma problemática de gênero, de raça e de classe social.

Ambas nasceram em 1973 e hoje têm exatos 50 anos. Madalena foi resgatada aos 47 anos, Sônia aos 49. Ambas foram resgatadas após aproximadamente 40 anos de submissão à escravidão contemporânea. Ambas trabalharam para duas gerações da mesma família. Ambas as famílias exploradoras são compostas por quatro filhos que tiveram pleno acesso à educação formal e que hoje estão muito bem inseridos profissionalmente. No caso da família da Madalena, todos os quatro irmãos têm nível superior, tendo dois deles pós-doutorado. No caso da família que acolheu a Sônia, em Santa Catarina, uma é CEO de uma grande empresa, uma é advogada, uma é médica e o outro é engenheiro. Por outro lado, as duas foram vítimas de trabalho escravo doméstico, trabalho infantil doméstico e foram privadas da educação formal por essas famílias – não famílias que as acolheram, mas famílias que as exploraram. Então, é importante fazer esse registro para que não haja nenhuma confusão entre uma família realmente acolhedora e uma família empregadora e exploradora.

Ambas tiveram a saúde negligenciada pelas famílias exploradoras. Ambas dormiam em quartos destinados exclusivamente a trabalhadoras domésticas: Madalena dormia num quarto minúsculo sem banheiro e sem janela; Sônia dormia num quarto fora da casa principal. Ambas tinham restrição parcial de sua liberdade: o convívio social delas se restringia basicamente ao núcleo familiar das famílias. Ambas trabalhavam de domingo a domingo, sem férias, sem feriado e, portanto, foram submetidas a jornadas exaustivas – uma das modalidades de trabalho escravo contemporâneo – e também trabalharam sem perceber qualquer remuneração ou um valor irrisório pelo seu trabalho.

Madalena, ao depor, em Patos de Minas, disse que recebia R$100, R$200 pelo seu trabalho. Perguntada se alguma vez recebeu salário mínimo, sequer soube dizer o que era um salário mínimo.

O caso da Madalena foi paradigmático, em razão da grande divulgação do caso pela grande mídia nacional e internacional, trazendo luzes à categoria, trazendo visibilidade a essa categoria que até então era tão invisibilizada.

O Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Análogo ao de Escravo foi criado em 1995 e, apenas em 2017, 22 anos depois, é que ocorreu o primeiro resgate de um trabalhador doméstico no Brasil. Entre 2017 e 2020, foram apenas 12 resgates em todo o país, o que dá uma média de três por ano, no período de quatro anos. A partir do caso da Madalena e de todos os outros que se seguiram, esse número subiu para 31 resgates em 2021, 35 resgates em 2022 e 41 resgates em 2023. Foi um aumento de mais de 1000%, em número de resgates, mas nós sabemos que é um número insignificante, um número simbólico. A Dra. Laís, que me precedeu, informou uma estimativa de 6 milhões de trabalhadoras domésticas escravizadas no mundo inteiro. Então, há de se supor que, no Brasil, esse número, certamente, corresponde a alguns milhares também, Senador Paulo Paim – em que pese o resgate de 119 trabalhadoras domésticas nos últimos 7 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de destacar um ponto muito importante. Eu fui lotado em Patos de Minas e, com exceção do ano passado, em que o Estado de Goiás foi o campeão em número de resgates no Brasil, Minas Gerais, até então, foi o campeão em resgates por 10 anos consecutivos. Nos últimos quatro anos, com exceção do ano passado, a região de Patos de Minas foi a que mais resgatou, juntamente com a Auditoria Fiscal do Trabalho – o maior número de trabalhadores resgatados em todo o país.

Pela minha experiência, cabe destacar aqui uma distinção muito importante em relação aos trabalhadores rurais, que são a maioria dos trabalhadores resgatados no país. Eles são resgatados... Eles têm uma característica: geralmente são migrantes e safristas. E, ao fim da safra, sendo resgatados ou não pela fiscalização, recebendo ou não seus salários, parcialmente, eles retornam para seus lares, para suas famílias e têm uma vida normal, em que pese terem tido alguns de seus direitos violados. Trata-se, na minha concepção, de trabalhadores escravizados de forma temporária.

Já as trabalhadoras escravas domésticas são submetidas a essa condição por décadas. Então, elas têm a infância roubada, a adolescência, a juventude, a vida roubada. Trata-se, na verdade, de trabalhadoras escravizadas de forma permanente. Essa é uma característica substancial e importante a ser levada em conta em qualquer política que pretenda combater efetivamente e resgatar efetivamente a cidadania dessas trabalhadoras.

Voltando ao caso da Sônia, da trabalhadora Sônia, também é um caso bastante paradigmático, porque Sônia foi resgatada após uma intensa operação e, poucos dias depois, ela foi "desresgatada". Houve uma decisão judicial pelo Superior Tribunal de Justiça que permitiu à família que tivesse um momento com ela. E então ela retornou para essa família sem ter tido o devido amparo – o devido momento para a sua ressocialização.

E essa decisão é inédita no Judiciário brasileiro, cabe destacar, e causa perplexidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO LOPES DE CASTRO – Causa perplexidade porque é o próprio Poder Judiciário institucionalizando uma cultura escravagista que perdura há 500 anos e cuja abolição formal já ocorreu há 135 anos. Nós não podemos compactuar mais com essa cultura escravagista do país, sobretudo por parte do Estado. O Estado tem que ser o primeiro a abortar, a abolir esse tipo de cultura.

Destaco também, em relação a essa temática, que uma família que pretenda realmente recolher uma criança pode colocar a criança para fazer alguns afazeres domésticos, mas não a submeter a trabalho infantil doméstico. De forma que, para que haja efetivamente uma criação, aquela criança tem que ser criada como se fosse um filho biológico, um filho adotivo, com todos os cuidados, com inclusão escolar, com assistência à saúde, com liberdade plena, convívio social e familiar comum a qualquer pessoa, o que não ocorre nesses casos de trabalho escravo doméstico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destaco também que não se pode compactuar com estratégias adotadas por algumas famílias que instrumentalizam o Poder Judiciário, ajuizando ações de reconhecimento de paternidade e maternidade socioafetiva, tão somente após décadas de exploração com o objetivo de se furtar à sua...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO LOPES DE CASTRO – ... responsabilização trabalhista e criminal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais um minuto, Thiago.

O SR. THIAGO LOPES DE CASTRO – Considerando o encerramento aqui, mais um minuto, gostaria de destacar algumas políticas públicas, como o combate ao trabalho infantil doméstico, a necessidade de flexibilização dos requisitos para autorização do ingresso em domicílio, quando se tratar de denúncias envolvendo trabalho escravo doméstico, tendo em vista se tratar de um crime permanente, e a necessidade de oferecer assistência integral no pós-resgate, que abranja assistência social, oferta de moradia, de alimentação, assistência psicológica, assistência médica. Uma assistência que possa realmente resgatar a dignidade das trabalhadoras e não apenas resgatá-las daquela situação, de modo que elas possam, por meio do devido acompanhamento, vislumbrar uma vida nova, uma vida livre e autônoma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Thiago Lopes de Castro, Procurador do Trabalho do Ministério Público do Trabalho.

Agora, intercalando, Ideli Salvatti, Coordenadora do Instituto Movimento Humaniza.

Está na tela, Ideli Salvatti, videoconferência? (*Pausa.*)

Ideli Salvatti, por favor.

A SRA. IDELI SALVATTI (*Por videoconferência.*) – Oi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É com você, dez minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (*Por videoconferência.*) – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia, bom dia.

A SRA. IDELI SALVATTI (Para expor. *Por videoconferência.*) – O.k.

Em primeiro lugar, Senador Paulo Paim, eu quero prestar minha total e irrestrita solidariedade aos irmãos do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabe que Santa Catarina é um estado que também já sofreu muitas tragédias gravíssimas. Então, neste momento, a nossa solidariedade total e irrestrita.

Quero aqui parabenizar a iniciativa que o Senado Federal adotou com a campanha dos cobertores; todas as medidas adotadas pelo Governo Federal, que se somam às medidas adotadas pelo Governo do estado e dos municípios gaúchos.

Nós não temos que partidarizar, eu concordo plenamente. Nesse momento, é socorrer vidas. Nesse momento, é dar as condições de dignidade para as pessoas, mas esse momento é de falar de política, sim, porque aconteceu o ano passado no Rio Grande do Sul. Todo mundo sabia que ia acontecer de novo e mais grave, como nós sabemos que vai acontecer de novo e mais grave, em outros estados e talvez até no próprio Rio Grande do Sul.

Então, este é um momento de socorro, de solidariedade, de amor, mas também é um momento de a gente não deixar passar. Tem que ter política de prevenção. Tem que ter política voltada para as mudanças climáticas, que estão cada vez acontecendo com maior gravidade. A estrutura do Estado brasileiro, quando eu falo Estado é federal, estadual, municipal, para poder fazer frente a esses desastres, que serão indiscutivelmente cada vez mais frequentes.

Então, não é uma questão de partido, é uma questão de política com relação ao meio ambiente e às medidas necessárias para prevenir as tragédias e estar preparado para socorrer a população.

Dito isso, Senador Paulo Paim, eu quero parabenizar pela iniciativa da audiência. Essa discussão do trabalho análogo a escravo no trabalho doméstico é gravíssima, todos nós sabemos, com milhões de pessoas sendo submetidas a ele.

E nós temos uma política pública de combate ao trabalho análogo à escravidão. Uma política, como a minha querida Laís Abramo relatou, que é referência, que foi durante muito tempo referência nacional e internacional. E o seu desmonte é um agravamento da situação que nos preocupa. Por isso que a audiência neste momento é tão importante para a gente poder tomar as medidas necessárias.

E eu quero aqui parabenizar quem me antecedeu e cumprimentar todos que vão ter direito à fala nesta importante audiência, porque o caso da D. Sônia Maria de Jesus é extremamente emblemático. E ele traz, Senador Paulo Paim, para a Comissão de Direitos Humanos do Senado alguns desafios que eu quero pontuar ao final.

Já foi aqui bastante colocada a condição. Ela foi submetida a trabalho infantil. Ela foi retirada da sua família durante 40 anos, ficou sem qualquer contato. A família só descobriu que ela ainda estava viva por causa da reportagem no Fantástico, porque, para eles, inclusive, ela provavelmente já tinha falecido. Eles não tinham qualquer contato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma mulher preta, com surdez, deficiência auditiva, que ficou analfabeta porque não lhe foi dado o direito à educação. Ficou incomunicável porque não lhe deram acesso a libras. Ficou sem documento, indocumentada.

E, quando ocorreu a denúncia e que houve todo o procedimento de resgate dessa mulher preta e com problemas de surdez, esse procedimento de resgate não se deu em qualquer domicílio, não é um domicílio qualquer que teve durante anos uma mulher preta, surda – entende? –, indocumentada, sem direito à educação e com vários problemas de saúde que não estavam sendo atendidos. Isso ocorreu na casa de um Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, então, não é em qualquer lugar!

Inclusive, posso estar enganada, mas o desembargador tem, inclusive, vínculos com a Justiça do Trabalho. Então, não é qualquer coisa alguém do Judiciário brasileiro manter uma pessoa em situação análoga à escravidão durante 40 anos.

Ela foi resgatada numa operação muito clara, envolvendo, como sempre, o Ministério do Trabalho e Emprego, a Defensoria Pública, o Ministério Público, a Polícia Federal, e foi encaminhada a um abrigo para ter as condições mínimas. Inclusive ela iniciou um curso de libras para poder se comunicar, houve um atendimento nas questões de saúde – ela estava com questões gravíssimas, inclusive câncer. Então, todo esse atendimento foi dado.

A família fez uma solicitação judicial de direito de visita ao STJ. Esse pedido de visita, onde ela estava abrigada, foi colocado pelo Ministro Mauro Campbell. Ele não só deu o direito de visita, como deu o direito de que, caso, na conversa, a D. Sônia se sentisse confortável, concordando, poderia retornar à residência onde durante 40 anos sofreu as condições de trabalho análogo à escravidão.

A Defensoria Pública entrou com um *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal e, pelo sorteio, foi designado o Ministro André Mendonça.

Extremamente preocupado com essa situação, o Ministro dos Direitos Humanos Silvio Almeida, que numa vinda a Santa Catarina conheceu a D. Sônia e a sua situação, fez um *e-mail* preocupado com a possibilidade de ela retornar à sua situação análoga à escravidão na residência do desembargador. E o Ministro André Mendonça, ao invés de responder, abriu um processo contra o Ministro Silvio Almeida, processo que eu não sei em que termos está ou se foi encerrado ou não.

Mas seria muito importante, já quero deixar aqui, Senador Paulo Paim, e de fundamental importância que a Comissão de Direitos Humanos do Senado questionasse por que se abre um processo quando é legítimo o Ministro dos Direitos Humanos, preocupado com uma situação grave como essa, fazer essa solicitação de informações.

E o Ministro André Mendonça negou a liminar no *habeas corpus* para impedir que a D. Sônia tivesse o "desresgate", ou seja, que ela retornasse à residência onde ela foi, durante 40 anos, submetida à situação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

análoga à escravidão. Teve um outro episódio também entre o resgate e essa não concessão de liminar em retorno, em que o auditor que comandou todo o processo de resgate sofreu um processo e foi afastado das suas funções.

Então, vocês percebem que é um conjunto de peculiaridades absolutamente inadmissíveis, porque o "desresgate", ou seja, fazer a pessoa voltar à sua situação anterior, é inédito, nunca aconteceu – nunca aconteceu! Pessoas resgatadas da condição análoga à escravidão nunca tinham sido – e, olha, pelo Judiciário brasileiro – autorizadas e permitido que elas retornassem ao local do crime.

Então não me parece, sabe, Senador Paulo Paim, que a gente deva tratar desta questão da D. Sônia como mais um exemplo – não é mais um exemplo. Ela carrega uma simbologia tão forte, tão forte da situação em si e de todos os somatórios sociais que a D. Sônia carrega: como mulher, como preta, como pessoa com deficiência – entende? –, de ter se submetida a trabalho infantil, a trabalho análogo a escravo. Então, é muito importante, Senador Paulo Paim, que todos esses envolvimentos... Inclusive, porque, assim, está claro... Do meu ponto de vista, não resta nenhuma dúvida que há um corporativismo do Judiciário em defender – entende? – a situação criada por um Desembargador de Santa Catarina. Então eu queria aqui deixar o meu apelo, Senador Paulo Paim, que eu sei que o senhor é uma pessoa que, quando decide encarar e enfrentar determinadas situações, as leva até as últimas consequências.

Primeiro, a 2ª Turma do STF tem que decidir o mérito. Já faz quase oito meses que a liminar foi negada. Ela foi devolvida ao local do crime, e a 2ª Turma não decide o mérito, porque a hora em que colocarem o mérito, a hora em que derem, assim, uma lida por cima no processo, eu não tenho a menor dúvida de que ela será de novo resgatada – de novo. A outra questão que eu quero alertar é para esta situação do Ministro Silvio Almeida, porque, se a moda pega... Entende? E o Governo não pode pedir informações, pois ele tem preocupações a respeito de situações. E levar processo é algo em que – entende? – a harmonia dos três Poderes não vai estar tão harmonizada assim. Então essa é a segunda questão que eu considero importante: a Comissão de Direitos Humanos possa tomar providências. E, por último, deve acompanhar também, pela Justiça, o processo que o auditor fiscal sofreu.

Então são três medidas que eu considero absolutamente relevantes e importantes para que a D. Sônia possa ter justiça de uma vez por todas e possa, inclusive, voltar ao convívio de sua família, da família da qual foi subtraída há mais de 40 anos.

Então, era isso.

Em nome do Humaniza, de Santa Catarina, um instituto que nós criamos aqui para defender os direitos humanos, para enfrentar toda a onda de ódio, violência, preconceito, negacionismo e manifestações nazifascistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui em Santa Catarina a gente sabe, e todos sabem, que a situação tem bastante gravidade em vários casos, e nós, do Humaniza, adotamos e pedimos, inclusive oficialmente, ao Ministro André Mendonça que o Humaniza pudesse ser colocado...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IDELI SALVATTI (*Por videoconferência.*) – ... como *amicus curiae* nessa ação que ele sentou em cima, eu digo assim bem claramente.

Então, os meus parabéns a todos e os meus agradecimentos.

Viva a D. Sônia e que a gente dê dignidade a ela de uma vez por todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, ex-Senadora Ideli Salvatti, Coordenadora do Instituto Movimento Humaniza.

Eu peço à assessoria que todas as propostas sejam reunidas num documento para a gente dar o devido encaminhamento.

Convido, agora, o Sr. André Roston, Auditor Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

O SR. ANDRÉ ROSTON (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas aqui presentes.

Gostaria de, em nome de toda a Mesa, cumprimentar o nosso caro Senador Paulo Paim.

Gostaria de muito especialmente dizer que a verdadeira família está sempre, sempre, sempre do lado da gente nos momentos importantes e eu queria dizer que eu vejo aqui, que está presente aqui, a verdadeira família da Sônia. (*Palmas.*)

Acho que muito especialmente, em nome de todos, gostaria de cumprimentar a verdadeira família dela aqui hoje.

Antes de falar sobre o assunto que inicialmente nos traz aqui, eu quero dar uma importante palavra, como não poderia deixar de ser, sobre o registro da nossa solidariedade – e falo aqui em nome do Ministério do Trabalho – à toda a população do Rio Grande do Sul, da nossa solidariedade aqui ao nosso Senador Paulo Paim, e quero dizer que o Ministério se soma a esse esforço de primeira hora, coletivo, determinado desde essa primeira hora pelo Presidente Lula, entrando o Ministério do Trabalho muito especialmente nas medidas aqui que estão sendo produzidas, gestadas aqui, nesse viés aqui de reconstrução.

Nesse segundo momento, nós temos ferramentas importantes, já previstas internamente, como a possibilidade de antecipação do Saque emergencial Calamidade do fundo de garantia em relação aos trabalhadores, aumento das parcelas do seguro-desemprego também, por conta da calamidade pública, uma previsão de antecipação do calendário de pagamento do abono salarial e, em relação aos empregadores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também a prorrogação do vencimento dos recolhimentos do fundo de garantia, uma suspensão dos recolhimentos. São todas medidas que nossas áreas técnicas internamente já estão trabalhando com todo o afinco e com toda a rapidez e urgência que a situação requer, por orientação também do nosso Ministro do Trabalho Luiz Marinho, e tão logo todos os trâmites internos, todos os encaminhamentos estejam prontos, haverá um comunicado oficial de nosso Ministro em relação a essas medidas; mas pelo menos estas aqui já estão sendo gestadas e trabalhadas para a atuação também conjunta do Ministério do Trabalho.

Falando agora, entrando um pouquinho no nosso assunto, queria só registrar, de novo, a importância... Porque já vim aqui algumas vezes, de muitas, em que esse tema foi trazido à baila pelo Senador Paim – o tema do combate ao trabalho escravo no Brasil –, e queria registrar a importância da figura do Senador Paim nesse processo coletivo de combate, e a importância de esses espaços acontecerem, não só nos momentos em que a gente tem a grande comoção, quando a gente tem a grande notícia; mas de a gente ter atores e lideranças que nos congregam aqui para falar no dia a dia sobre isso, para que a gente não se esqueça do assunto no nosso dia a dia, depois de passado o calor do momento, porque o principal trabalho é esse trabalho de formiguinha; de dia a dia; de conscientização; de visibilização; de não deixar o assunto morrer.

A política pública do Estado brasileiro de erradicação existe desde 1995. São mais de 63 mil – acho que estamos chegando, talvez, perto de 65 mil – trabalhadores e trabalhadoras resgatadas desde aquele ano. É um trabalho que é coordenado pela Inspeção do Trabalho, pela fiscalização do trabalho, que tem a missão legal de fazer o resgate dos trabalhadores. É um trabalho que é feito e nasce com uma vocação interinstitucional, com um trabalho coletivo desde o começo, com instituições importantes, como aquelas que participam do Grupo Móvel tradicionalmente, como o Ministério Público de Trabalho; a Defensoria Pública; o Ministério Público Federal; a Polícia Federal – e as polícias proveem apoio de segurança; muito tradicionalmente também a Polícia Rodoviária Federal.

Um ponto importante para a gente dar um contexto, em geral, sobre o trabalho escravo: evidentemente o trabalho escravo é um problema de raça, é um problema de classe, como sabemos, estruturalmente, num país desigual e construído, erigido com base na exploração de pessoas escravizadas ao longo de séculos, não é? Mas tem uma questão de gênero muito forte, que, inclusive estruturalmente, é invisibilizada: o trabalho da mulher é estruturalmente invisibilizado, e isso aparece também nos números, nos resultados do combate do trabalho escravo. Não tenho um número exato aqui, mas o patamar é mais ou menos este mesmo: perto de 90% das pessoas que são resgatadas são pessoas do sexo masculino. E a pergunta que sempre se fazia era essa: poxa, mas é tão prevalente assim, no mundo real, o trabalho escravo só para os homens?

Isso tem a ver com por onde começou a política pública – nos trabalhos braçais de desmatamento, na Amazônia –, mas tem a ver com o fato de que o trabalho da mulher foi estruturalmente, durante muito tempo, invisibilizado; foi preciso, por exemplo, para o combate ao trabalho doméstico, que a Inspeção do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trabalho criasse um normativo interno para dizer o óbvio – isso de 2016 para 2017 –: o trabalho escravo acontece também no âmbito doméstico, e é papel da Inspeção do Trabalho e de todas as instituições do mundo do trabalho, e do combate ao crime também, visibilizar e reconhecer essas pessoas, essas mulheres, como trabalhadoras, garantir seus direitos e legalizar o resgate.

E é daí que surgem os números, como o Dr. Thiago falou antes: a partir de 2017 a gente visibiliza os números – até há resgates anteriores a esse momento, mas eles não foram contabilizados e não foram realizados de forma sistemática.

Até a gente chegar ao ano de 2023, do universo total de 3,2 mil trabalhadores resgatados e trabalhadoras, 41 foram resgatadas ou resgatados do trabalho escravo no âmbito doméstico. Então, temos um problema estrutural de invisibilização, de inação do Estado brasileiro em relação a essas mulheres, a essas trabalhadoras, aos trabalhadores e trabalhadoras no âmbito doméstico de modo geral, que tem esse recorte muito marcado de gênero, mas vimos avançando desde 2017.

Até chegarmos ao caso que nos traz muito especialmente aqui para discussão, e vou falar um pouquinho dele especificamente, do caso do resgate e desresgate da Sônia, por conta da gravidade do próprio caso e também por conta da gravidade do precedente. Esses avanços de chegar nesses casos ali geraram reações também muito graves com consequências para a política pública também.

E aí, fazendo uma radiografia muito rápida com base nos dados públicos, tanto das investigações no Ministério do Trabalho quanto do *habeas corpus* que já foi mencionado aqui, impetrado em favor da Sônia, uma radiografia bem rápida do que levou ao diagnóstico mesmo de escravização da Sônia, que é uma mulher negra, portadora de deficiência, de surdez bilateral, que foi levada, traficada, criança, aos 9 anos de idade, para trabalhar para uma família.

Num primeiro momento, ela foi acolhida no estado de origem dela em São Paulo, mas foi, sem o consentimento de sua mãe e sem o conhecimento de sua mãe, traficada para Santa Catarina, primeiro para Blumenau e depois para Florianópolis. E passou aproximadamente 40 anos, então, nessa situação de trabalho para a família. Boa parte desse tempo em trabalho infantil.

Durante esse tempo todo, como já foi dito, ela trabalhou sem remuneração, trabalhou convivendo nos espaços com as outras trabalhadoras que prestavam serviço nas casas. Ela dormia numa edícula, por exemplo, na casa da família que a explorava em Florianópolis.

Há fotos, há dados até da própria família em redes sociais, que foram parte da investigação, que mostravam primeiro a família, o que se reconhecia como família, da família exploradora, que não incluía a Sônia e não incluía outras trabalhadoras. E fotos das trabalhadoras agradecendo às trabalhadoras, que incluía a Sônia entre as trabalhadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa percepção ou esse tratamento dado como trabalhadora e não como integrante da família saía das próprias fotos, dos registros e das marcações do discurso da própria família. Não somos nós só, as autoridades, que fizeram essa apuração, que chegaram a essas conclusões, e não só as testemunhas, que também disseram que ela trabalhava cuidando das famílias, dos filhos, dos netos dessa família.

Tanto pelo menos não tinha o mesmo tratamento que as outras pessoas da família, que a Sônia não existia formalmente até os 45 anos de idade. Ela não existia para o Estado brasileiro até os 45 anos de idade. Que pai ou mãe deixa o seu filho não existir até os 45 anos de idade? Ela teve o primeiro RG expedido no ano de 2019.

Por falta de assistência odontológica, ela perdeu três dentes antes do...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ ROSTON – ... momento do resgate. Enfim, só para trazer talvez essa radiografia geral aqui e dizer isso. Isso aqui é um caso clássico, bem preto no branco, de trabalho forçado, gente. Não é nenhum caso cinzento ou pouco marcado. Foi um caso de tráfico, de sequestro de uma criança, para trabalhar – traficada – e para ser submetida a trabalho forçado. Lembrando que ela não foi alfabetizada, nem versada em libras também, que é uma coisa que qualquer pai ou mãe naturalmente faria com seus filhos. Isso só para dar uma radiografia do caso e para dizer que a gente tem, de fato, muito o que avançar, como se disse aqui, em relação ao atendimento às vítimas do trabalho doméstico.

Eu quero dizer que a Sônia foi resgatada e foi acolhida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ ROSTON – ... no sistema de assistência social. Ela foi acolhida, foi abrigada, passou a ser versada em libras, passou a ser alfabetizada, passou a conviver com outras pessoas com deficiência e passou a se desenvolver e a desabrochar, em dois meses, antes de ser desresgatada. Ela foi desresgatada de um processo de construção de autonomia e de cidadania que estava em pleno curso. É bom deixar isso muito claro.

Quero deixar, por fim, registrada a gravidade do precedente. É direito da vítima... Ela é vítima, gente, também – e é bom reforçar isso – de violência doméstica. É direito da vítima de violência doméstica e é direito da vítima de trabalho escravo não ter contato com seus ofensores. Se depois vai haver responsabilidade criminal ou não de cada um dos membros da família, isso é outro problema. É direito da Sônia não ter esse contato, como foi o contato forçado, por uma determinação judicial, com 48 horas para cumprimento, para esse retorno à casa. A vítima tem direito ao seu período de afastamento e direito ao seu período de reflexão. Isso foi negado concretamente à Sônia. É importante que a gente diga isso.

Falando sobre a importância do precedente, só para finalizar... Estamos falando da Sônia. A Sônia vale... Todo mundo, por si só... A gente precisa dar uma resposta à Sônia, mas o precedente para as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próximas vítimas de trabalho escravo é desastroso para a política pública. Em 30 anos, a gente nunca enfrentou uma situação como esta: uma política pública negar às vítimas de trabalho escravo o direito ao resgate. Isso foi negado, agora, à Sônia... (*Palmas.*)

A gente corre um sério risco, se a gente não rediscutir o que está acontecendo agora no caso da Sônia, de que esse direito venha a ser sistematicamente negado às próximas vítimas. A gente não pode dormir no ponto, a gente não pode silenciar.

É claro que a gente tem que respeitar – falando pelo Ministério do Trabalho, pela inspeção – todas as instâncias, os trâmites legais, mas o Estado precisa se provocar para rever o que está acontecendo com o caso da Sônia e com o precedente perigosíssimo que a gente está vivendo para toda a política pública e para as futuras vítimas resgatadas também.

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Dr. André Roston, Auditor Fiscal do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, que detalhou aqui com muito cuidado as preocupações do combate que nós temos que fazer.

Eu vou agora para a videoconferência.

Frei Xavier Jean Marie Plassat, Frade dominicano francês, representante da Comissão Nacional de Amparo e Erradicação do Trabalho Escravo.

Frei, é com o senhor.

O SR. FREI XAVIER JEAN MARIE PLASSAT (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador. Bom dia a todos e todas.

Estou falando de Araguaína, no Tocantins, onde há muitos anos eu participo do trabalho da Comissão Pastoral da Terra, especificamente da campanha nacional contra o trabalho escravo.

Eu queria fazer minhas as palavras de todos os que me antecederam tanto na formulação da solidariedade com o povo do Rio Grande do Sul quanto nos vários destaques que eles fizeram nas suas falas em relação ao combate ao trabalho escravo em ambiente doméstico, especialmente no caso da Sônia e da Madalena.

Eu queria levantar que, na mesma semana em que a Comissão Pastoral da Terra divulgou os dados da violência no campo, eu vejo que um comentarista argentino escreveu a respeito dos custos de não fazer reformas estruturais ao constatar que quase dois terços dos atos de violência em 2023 ocorreram contra povos tradicionais no Brasil. Eu quero afirmar que o mesmo se diga da catástrofe climática que hoje aflige o Rio Grande do Sul. Nós pagamos o custo... (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Travou, não o estamos ouvindo mais. (*Pausa.*)

Depois o senhor volta.

Agora, eu passaria, então, para a Luciana Paula Conforti, Presidente da Anamatra.

A SRA. LUCIANA PAULA CONFORTI (Para expor.) – Obrigada.

Bom dia a todas as pessoas presentes!

Inicialmente, eu gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim pelo debate, necessário, deste tema tão caro à sociedade, pela iniciativa, e pelo convite à Anamatra para estar, mais uma vez, presente a fim de contribuir com essa relevante matéria.

Inicialmente também, eu gostaria de me solidarizar com os gaúchos, não só com o Senador, mas também com os nossos colegas juízas e juízes do trabalho do Rio Grande do Sul.

Estávamos num grande evento da Anamatra agora, Senador Paim, no feriado e no final de semana, e soubemos dessa tragédia que tem ocorrido lá no Rio Grande do Sul. Inclusive, dois ministros nossos ficaram sem poder comparecer ao evento porque também estavam lá. E aí a Amatra IV, que é a nossa regional de associados, fez uma campanha junto com o Sintrajufe... E aqui eu vou divulgar então: o Pix é (51)996334622 para arrecadação de fundos também para essa campanha. E nós fizemos este registro na Carta de Foz de Iguaçu, da nossa solidariedade ao povo gaúcho em razão das fortes chuvas e dos mortos desaparecidos. Então, realmente, reiteramos essa solidariedade.

Bem, eu gostaria que contasse o meu tempo agora porque já falei um pouquinho sobre a questão do Rio Grande do Sul.

Nós temos aqui que tratar da questão cultural. Inicialmente, acho bem importante nós falarmos dessa questão cultural, também de um pequeno panorama do mercado de trabalho que envolve as trabalhadoras domésticas e, depois, falar um pouco da questão do Poder Judiciário.

Inicialmente, eu gostaria de esclarecer, como foi mencionado aí que o Desembargador em questão, como já foi mencionado aqui, tem vínculos com a Justiça do Trabalho, pelas informações que tenho de Santa Catarina, e a sua cunhada trabalhou como servidora da Justiça do Trabalho e hoje é uma advogada, e parece que o próprio Desembargador atuou como advogado na Justiça do Trabalho... Então, vínculo formal não há; se há, é de relação de conhecimento. E, como se falou de um corporativismo no Poder Judiciário em torno do caso, é bom que esclareçamos para que não haja confusões inadequadas.

E a questão cultural, então, que temos que falar é que, por exemplo, tem uma obra que fez 64 anos, que é aquela *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus, em que ela retrata a própria situação, diário de uma favelada, que diz que foi trabalhadora infantil, que passou de casa em casa, sofrendo todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humilhações, em troca de comida. E como essa questão a gente vê que não se modifica, nós temos isso desde sempre. E essa questão cultural nós temos que ter bem em mente, porque, por exemplo, já foram citados vários casos aqui, mas eu queria dizer do mais longevo, que foi aquela trabalhadora do Rio de Janeiro, trabalhadora escrava doméstica, que foi por 72 anos escravizada – ela estava com 84 anos –, chegou muito criança na casa de uma família, foi escravizada por três gerações seguidas da mesma família, sem receber salários, sem frequentar escola, sem ter uma vida própria, sem ter o convívio social. E é uma dinâmica desses casos, as mesmas situações, como já foi mencionado aqui.

Importante também fazer esse recorte de gênero e raça, além do social, para tratar desses casos, porque, na verdade, vemos que essa questão racial e de gênero fica muito invisibilizada quando tratamos do trabalho análogo à escravidão no Brasil, já que a maioria dos trabalhadores resgatados são do sexo masculino, 95%, pretos e pardos, mas, na verdade, é aquele trabalho que já foi mencionado aqui pelo Roston, no desmatamento, no trabalho rural, entre outros, na pecuária, etc. Mas, segundo dados do próprio Ministério do Trabalho, apenas cerca de 5% dos resgatados são mulheres, e não é porque temos pouquíssimas mulheres, mas, na verdade, é diante dessa invisibilização, que foi mencionada também pela Laís, de que, às vezes, chega ao cativeiro e não identifica a cozinheira ou a trabalhadora que faz aquele serviço como trabalhadora escravizada, mas apenas como acompanhante dos maridos, filhos, etc., ou seja, é a naturalização do trabalho de cuidado doméstico, como se não fosse algo a ser protegido pelo Estado.

Então, a gente tem que problematizar essa naturalização das formas de exploração do trabalho da mulher pela negação e desvalorização desse trabalho, especialmente os serviços domésticos, que naturalmente são atribuídos à mulher, embora também existam trabalhadores homens domésticos. E isso foi desde sempre. E há muita também subnotificação e dificuldade dos resgates dessas trabalhadoras, porque é no âmbito doméstico, como sabemos.

As crianças são levadas do interior para a capital com a promessa de ter uma vida melhor de estudo e que terão um futuro, realmente. E o que se vê, na verdade, é que ficam desde criança fazendo todo o serviço doméstico da casa – entre aspas – "como se fosse pessoa da família", mas que pessoa da família não é, já que não se vê deixando no testamento essas trabalhadoras como efetivamente herdeiras, e elas não participam então dos estudos, não participam do convívio familiar, não têm sua própria família.

Eu gostaria de trazer um caso positivo do Judiciário brasileiro para contrapor ao caso que já foi mencionado aqui, da obrigação dos magistrados e magistradas brasileiros de observarem o protocolo para julgamento de gênero do Conselho Nacional de Justiça, que é uma resolução, portanto, vinculante a toda a magistratura. Esse caso foi julgado no Tribunal Superior do Trabalho, na Sexta Turma, e relatado pelo Ministro Augusto César Leite de Carvalho.

Nesse caso, foi retratado, então, no voto do Ministro, que a trabalhadora não foi retirada do âmbito familiar por sentido altruísta da família, para que tivesse um futuro melhor. Ela não era tratada como as filhas da casa. Ela foi privada dos estudos, ao menos desde os 14 ou 15 anos, e era reconhecida pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vizinhança como empregada da casa e também estava trabalhando desde os sete anos de idade. Então, dos sete aos dezoito anos, ela era uma trabalhadora escrava doméstica, sem nada a receber, sem ter seu estudo, convivência, etc., como já falamos.

E aí o acórdão fala assim – rapidamente –: a ausência do pagamento de qualquer parcela do salário, acrescido da completa privação de instrução, retrata que não era uma pessoa da família; na verdade, leva à conclusão de que a reclamante esteve submetida a condições degradantes de trabalho, o que é uma das formas de trabalho escravo, considerando-se, por isso mesmo, a hipótese de trabalhadora doméstica escrava.

O Poder Judiciário tem um papel fundamental na quebra desses padrões culturais que levam a violações de direitos e também tem um papel fundamental para não naturalizar essa exploração, para não aprofundar os preconceitos, para não reforçar o *status* atual, ou seja, tem que haver uma quebra desses padrões, uma evolução nessa cultura para que essas trabalhadoras tenham real dignidade, tenham seus direitos trabalhistas protegidos, como prevê a Constituição, e para que o Judiciário não naturalize essa exploração como se fosse algo absolutamente normal e não fosse um crime previsto na legislação. Então, realmente, nós temos que reforçar isso.

Outra coisa que eu queria falar é sobre a questão dos riscos do trabalho doméstico, pois sabemos que ele é uma das formas de piores condições de trabalho infantil. Nós temos que falar dessa questão da vinculação com o trabalho infantil. A Convenção 182, da OIT, retrata essas piores formas de trabalho infantil, e o trabalho doméstico está listado na lista das piores formas de trabalho infantil no Decreto 6.481, de 2008. Então, não podemos achar que isso não faz mal a essas meninas jovens. Isso, na verdade, é trabalho escravo e o é nas suas piores formas. A Convenção 182 teve uma ratificação universal, Senador Paulo Paim. É a única convenção da OIT que foi ratificada por todos os países membros da OIT e, por isso, devemos observá-la.

Comemoramos, ainda, a promulgação, na semana passada, da Convenção 189, da OIT, que trata da questão do trabalho doméstico. Em que pese ter sido ratificada e termos tido a PEC das trabalhadoras domésticas, a promulgação da convenção só ocorreu na semana passada, o que foi motivo de comemoração.

Falo ainda aqui não só como representante, mas como Presidente da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho de todo o país...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA PAULA CONFORTI – ... que a entidade é membro eleito da Conatrae, representando a sociedade civil junto com a CPT. Então, é importante também essa nossa posição nesse sentido. E, como foi falado aqui, temos a questão da escravização por mais de 400 anos no Brasil, mas independentemente disso não houve essa absolvição necessária em termos de entendermos o trabalho de cuidado como um trabalho que escraviza e que submete as mulheres à completa exclusão de um progresso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

social. E por isso, também, o trabalho de cuidado será tratado neste ano na Conferência Internacional da OIT, que será realizada agora em junho, então é um tema que está sendo de atenção internacional.

Antes de encerrar, Senador, eu peço licença ao senhor para tratar de um projeto de lei que está na Câmara e que depois virá para o Senado, já pedindo como encaminhamento um apoio. É o Projeto de Lei 5.760, de 2023, que teve, como uma das iniciativas da Anamatra, a promoção deste debate, a qual o trouxe para a Procuradoria da Mulher, foi acolhido integralmente pela Benedita da Silva, mas também teve a colaboração de autores fiscais, do Ministério Público do Trabalho e de outras entidades. É para conceder uma pensão especial para acolher essas trabalhadoras de modo emergencial, justamente considerando que essas pessoas passam uma vida inteira sem ter condições de – como eu disse – estudo, convívio social, então apenas o resgate e os meses de seguro-desemprego não são...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dra. Luciana, eu vou lhe dar mais um ou dois minutos, pois o que acontece é que neste momento eu tenho que entrar na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Eu só vou dar um recado rápido, em torno de dois minutos no máximo...

A SRA. LUCIANA PAULA CONFORTI – Depois voltamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... sobre o tema de que tratamos hoje aqui da questão do estado.

Quando eu puder entrar... posso entrar? (*Pausa.*)

Então ela pode voltar a falar. (*Pausa.*)

A SRA. LUCIANA PAULA CONFORTI – Posso concluir, então?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então ela pode concluir. Perfeito.

A SRA. LUCIANA PAULA CONFORTI – Não vou demorar muito, porque é o tempo de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, isso. Vai dar certo.

A SRA. LUCIANA PAULA CONFORTI – Esse projeto de lei prevê essa pensão especial para esse acolhimento emergencial dessas trabalhadoras, porque só o seguro-desemprego não tem, enfim, sido suficiente para evitar essa reescravização ou retorno até aquele lar, porque foi o único lar que a pessoa conheceu por 40, 50, 60, até 70 anos, como eu citei aqui.

Então é muito importante que nós tenhamos essa dimensão de que é uma proteção dos direitos humanos, de que é uma concessão de direitos trabalhistas para essas trabalhadoras e uma nova forma de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vida, após esses resgates, para que elas percebam realmente que tem uma nova perspectiva, como aconteceu com a Madalena e como acontece com outras trabalhadoras a partir dos resgates. Então quero pedir apoio a esse projeto de lei que eu soube que terá tramitação prioritária no mês dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Muito obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Luciana Paula Conforti, parabéns. V. Exa., que é Presidente da Anamatra, deixou muito clara aqui a importância de avançarmos, inclusive, nesse projeto de lei.

A SRA. LUCIANA PAULA CONFORTI (*Fora do microfone.*) – No projeto de lei e no julgamento do Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Eu pergunto à minha assessoria se já posso entrar. (*Pausa.*)

Fico a postos.

Aqui é só para dizer que eu não estou lá porque estou aqui, mas se eu não fizer isso, eles vão dizer que eu não estava na reunião dos Parlamentares, que estão discutindo a questão do Rio Grande do Sul. E nós discutimos aqui, eu tenho até uma notícia para dar para eles lá, mas vai ser questão de minutos, de dois minutos no máximo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos fazer o seguinte para ganhar tempo, porque eu sei como é que é Deputado e Senador, dá a palavra e ele diz que é um minuto e fala dez; é normal isso.

Então, se não pudermos esperar... O próximo aqui seria o William. Se o William concordar, você começa; e se abrirem para mim, eu entro lá e você volta, pode ser? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, mas eu sou um democrata. Eu, quando presidi o sindicato, eu tinha a minha opinião, mas eu jogava tudo para a Assembleia. E claro que eu defendia a tese.

Estão falando ainda, não é? Posso falar? Alô? (*Pausa.*)

Que barbaridade...

Acho que vamos. Vamos nós, senão nós vamos ficar... Não dá. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vai dar, vai dar... Alô! Alô? Olá! Oi! (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É bem rápido, Maria do Rosário, a minha fala... é um segundo só. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode tirar.

Vamos voltar. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos voltar. (*Pausa.*)

Vamos voltar aqui, porque ali eu vi que vai demorar.

Pronto.

Por favor, Dr. William Charley, Defensor Público da União.

O tempo é seu.

O SR. WILLIAM CHARLEY (Para expor.) – Bom, boa tarde. Bom dia ainda, não é? Estamos antes do almoço.

Bom dia, senhoras e senhores presentes também aqui no Plenário, como também *online*.

Senador Paim, obrigado pela oportunidade de estar aqui.

Primeiramente, eu queria falar que o Rio Grande do Sul mora no meu coração, Senador. Eu não falei com o senhor aqui um pouquinho antes, mas eu tenho 23 anos de Defensoria Pública da União e, no ano de 2002, eu residi no Rio Grande do Sul, morei em Caxias do Sul, no Edifício Wall Street, na Avenida Júlio de Castilhos.

O senhor conhece bem, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Sou de lá.

O SR. WILLIAM CHARLEY – O senhor é de lá de Caxias do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu nasci em Caxias do Sul e resido em Canoas.

O SR. WILLIAM CHARLEY – Aquela cidade tão acolhedora e também uma cidade industrial, uma pujante cidade, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Está debaixo d'água também.

O SR. WILLIAM CHARLEY – Sim, imagino!

Eu morava próximo ao Estádio Alfredo Jaconi.

Então, aquela descida deve estar bastante difícil para o pessoal que mora naquela região.

E, assim, queria dizer também que passei momentos difíceis também no Rio Grande do Sul, a minha família é em Minas. Perdi uma irmã, tragicamente, lá em Minas, no ano de 2002, e quem primeiro me acolheu lá, quem me deu os sentimentos foi o povo gaúcho que morava comigo ali, meus vizinhos, meus colegas de trabalho.

Então, assim, eu tenho muito agradecimento a eles e presto minha solidariedade ao povo gaúcho neste momento tão difícil.

E também vim dizer que a DPU, por exemplo, juntamente com a DPE, tem um plano agora estratégico para as enchentes do Sul, para que eles possam dar assistência jurídica, inclusive prioritária, no caso de trabalho escravo em casos do Rio Grande do Sul também.

Bom, Senador, o caso presente é um caso que nos apaixona e a mim, pessoalmente, porque eu impetrei o *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal em favor da Sra. Sônia. É uma coisa que, para mim, foi inédita, porque a gente é acostumado, na área penal – eu sou da área penal – a entrar com ações para acusados, não é? *Habeas corpus* é para libertar ou providência em favor de acusados. E, no caso, a Sônia é uma vítima de trabalho escravo, uma vítima de um crime federal, um crime de ordem pública, um crime de ação penal pública incondicionada, ou seja, não admite transação. É um crime gravíssimo.

E, nesta oportunidade, Senador, eu aproveito para dizer algumas coisas aqui. Pode ser um pouco duro de se dizer, mas têm que ser ditas, porque, neste espaço do Parlamento brasileiro, da cidadania, da Comissão de Direitos Humanos, tem que se falar abertamente as coisas que estão acontecendo na Justiça brasileira para que os senhores possam tomar providências e nós, como sociedade, sejamos mais conscientes.

Acontece, Senador, que neste processo, eu estive lá juntamente com a psicóloga Yasmin, que está ali na frente, no resgate, naquele junho de 2023, e a situação da Sônia, da cidadã Sônia é muito grave: uma pessoa esquecida realmente, morava numa casa abastada num bairro nobre de Florianópolis, mas não tinha acesso à saúde, não tinha educação. Eu, particularmente, questionei, nas investigações, juntamente com o Procurador Luciano Carlesso, do MPT de lá, sobre essa situação da Sônia para o Desembargador. Perguntei: "Desembargador, por que o senhor não colocou a Sênia na escola?". "Não, porque ela não aprenderia nada, ela é incapaz de aprender". "Por que o senhor não a levava ao posto de saúde?". "Não, tem uns médicos, amigos meus, que vêm aqui de graça tratar da pessoa". "Então, o senhor tem um relatório

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

médico? O senhor tem a consulta médica? Os recibos médicos?". "Não, não tenho. Não tenho. Mas ela era da minha família".

E a família do Desembargador são pessoas preeminentes na sociedade, em termos de renda e conhecimento. São pessoas que têm curso superior, pós-graduação, são profissionais liberais, bem-sucedidos. E a Sonia era da família, que não convivia com a família no que era a parte boa; só ficava com a família na parte do trabalho doméstico. E nós apuramos, juntamente com a equipe que lá estava, que ela estava com a família desde os nove anos de idade. Primeiramente, foi retirada de uma creche, porque a Sra. Deolina de Jesus – que Deus a tenha, ela já partiu – é uma pessoa carente, a mãe da Sônia. Infelizmente, a Sonia foi vítima de violência doméstica em casa também, então, na creche, a Sra. Leonor, Maria Leonor, propôs à Sra. Deolina que a tirasse daquela situação ali. A Sra. Deolina, na sua pobreza, sua humildade, não viu outra situação possível para a Sonia e, temporariamente, permitiu que ela saísse ainda no Estado de São Paulo; a D. Leonor morava em São Paulo.

Acontece que a Sra. Leonor, sem autorização judicial, muito menos por escrito, a levou para o Estado de Santa Catarina, onde ela foi servir a outros membros da família. E esse caso, inclusive, é muito comum, o caso da Madalena foi citado aqui, aconteceu isso: uma transferência de propriedade, vamos dizer assim, de uma pessoa para outra da família.

O que aconteceu no caso da Sonia foi esse, um caso gravíssimo. E nós, quando a resgatamos, fizemos o que o Estado brasileiro prevê no fluxo nacional de combate ao trabalho escravo. Inclusive foi feita em 2021 com a Presidência da Senadora Damares aqui da Casa. Ela participou das reuniões sobre isso também; membros aqui presentes participaram do fluxo da Conatrae. (*Pausa.*)

Pode passar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Alô, posso falar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

Maria do Rosário?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A minha fala é de um, dois minutos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Estou aqui, só você mandar aí. Posso falar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

Estou na linha. Pronto!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

Está na linha. A TV Senado está cobrindo.

Ela não está me ouvindo? (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora deu.

Olha a turma toda batendo palmas, porque agora eu vou falar. (*Palmas.*)

Bom, rapidamente, querida coordenadora do evento neste momento, Deputada Federal Maria do Rosário, na sua pessoa, pela brevidade, eu cumprimento todos os Parlamentares presentes, Deputados Estaduais, Federais, Vereadores, Prefeitos, Prefeitas. E neste momento, claro, cumprimento a equipe do Presidente Lula, que está fazendo um excelente trabalho, cumprimento o Ministro Paulo Pimenta, Ministro Waldez Góes, Ministra Nísia Trindade e o Ministro José Renan Filho. Parabéns a todos.

Aqui hoje é um debate sobre combate ao trabalho escravo doméstico, mas todos acordaram que nós faríamos aqui um trabalho mesclado. Debateremos os interesses do Rio Grande, essa situação de guerra, desastre total, infelizmente, no nosso estado. E todos aqui já entraram em campanhas, as entidades de caráter nacional, pela recuperação do Rio Grande.

Eu quero ser muito breve. O de mais concreto que eu posso dizer nesse momento são duas questões: primeiro, que está avançando bem aqui o compromisso de Deputados e Senadores de que as emendas individuais e de bancada... Pelo menos está avançando bem – isso não quer dizer que todos pensam igual. Isso vai garantir alguns milhões e milhões para o Rio Grande.

A segunda questão que quero colocar é que eu recebi um convite, há poucos minutos, do Presidente Pacheco. Ele quer fazer um almoço na casa dele – calculo eu que vai ser em torno de meio-dia e quarenta – para aprofundar os projetos que o Senado pode aprovar, de imediato, de interesse do Rio Grande do Sul. E é ir para lá... E se, inclusive, Maria do Rosário, vocês tiverem algumas contribuições, já que eu estou aqui – porque vim do Rio Grande no último voo, na sexta à noite, e não pude retornar porque o aeroporto fechou –, eu me disponho a levar o que vocês decidirem aí. Eu não estou presente, mas a minha posição... A decisão do encontro de vocês aí, com esses quatro ministros e com o Presidente Lula, é também a minha posição.

Era só isso.

Vamos recuperar o nosso querido Rio Grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns! Parabéns a todos vocês e a toda essa turma que está aqui no Plenário do Senado, batendo palma para vocês, e não para mim. (*Palmas.*)

Estamos juntos! Vamos recuperar o Rio Grande.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WILLIAM CHARLEY – Obrigado, Senador.

Então, Senador, a situação da Sônia era muito difícil, extremamente difícil. A Luciana, Auditora-Fiscal do Trabalho, que está aqui conosco, também participou das tratativas, e nós vimos que a Sônia, uma pessoa que tem a minha idade, mais ou menos 50 anos, foi esquecida durante 40 anos, não teve nenhuma inserção social. Ao contrário da legislação, de que o senhor participou, da Lei de Inclusão, prevista como emenda constitucional na nossa Constituição Federal, o tratado e o protocolo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu estava lá.

O SR. WILLIAM CHARLEY – O senhor estava também na promulgação desse livro importantíssimo para nós todos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Só tem dois aqui no Senado...

O SR. WILLIAM CHARLEY – Que estavam aqui nesse momento?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Só eu e o Renan Calheiros. Aí a minha preocupação: só tem dois, onde é que estão os outros? Morreram? Espero que não. (*Risos.*)

Vamos lá.

O SR. WILLIAM CHARLEY – Então, Senador, o que foi feito no caso da Sra. Sônia? Ela foi retirada do local de cativeiro dela e foi colocada aos cuidados da Associação de Surdos da Grande Florianópolis, de Santa Catarina. Quero agradecer à Sra. Sandra, que preside a associação, que esteve presente com a gente, dando apoio total à Sônia para que ela se inserisse como pessoa na sociedade e na sua família.

Localizamos a família Jesus, que sempre, desde o início, quando nós conversamos, a quis de volta, porque essa é a família natural dela.

Então, Senador, aconteceram infelizmente alguns fatos graves, que nós temos que colocar nesta Comissão, e depois eu vou pedir algumas providências ao senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministro Mauro Campbell, do STJ – o Ministro que comandava as investigações penais contra o desembargador por ter foro privilegiado, conforme a Constituição –, autorizou a Polícia Federal a entrar na casa do desembargador e colher os indícios do crime, e assim foi feito. Tanto é que o Auditor Fiscal Humberto Camasmie participou dessa operação, esteve lá, obedeceu ao sigilo, porque interessava à equipe toda o sigilo da operação, para que ocorresse com sucesso, e foi feito assim.

Infelizmente, o sigilo vazou, mas não foi da nossa equipe. É bom que seja dito isso agora. O Humberto Camasmie é um Auditor Fiscal de grande responsabilidade e jamais faria isso. Tenho certeza de que na Justiça será provado que ele jamais cometeu esse crime tão grave, que é a violação do sigilo funcional.

Infelizmente, o Ministro Campbell – Ministro por quem nós temos muito respeito, é um Ministro experiente, veio do Ministério Público amazonense, está no STJ há muitos anos, tem um histórico no STJ – decidiu, em agosto de 2023, já com andamento dos trabalhos para a inclusão da Sônia, não só pelo afastamento do Humberto, porque era um suposto sigilo, já que ele deu uma entrevista no Fantástico uma semana após a operação, ou seja, quando já havia esgotado totalmente a ação cautelar, ele foi colocado, isso é importante colocar... (*Palmas.*)

É importante colocar isso, Senador, porque as pessoas que lutam contra o trabalho escravo sofrem muita perseguição. É um crime muito grave, é um crime muito grave e a gente tem que colocar em questão que as pessoas que combatem a escravidão não podem ser perseguidas, têm que ser respeitadas, têm que ser apoiadas do trabalho.

Todo apoio ao Auditor Humberto, pelo seu trabalho. Infelizmente, ele foi perseguido, mas, se Deus quiser, vai dar tudo certo e ele vai ser inocentado, porque ele é inocente nesse caso.

Mais à frente, Senador, o Ministro determinou, nessa mesma ação cautelar, mesmo com dos elementos de prova constando que havia um trabalho escravo ali, que a Sônia, se quisesse – é uma pessoa que não tem condições de expressar a própria vontade, pela questão da deficiência – fosse visitada num local público, num local de guarda de pessoas vítimas de violência doméstica. O Ministro autorizou essa entrada lá, de uma equipe de advogados, e mais parentes e amigos, uma multidão de pessoas, num local que deveria ser um local de acolhimento de pessoas vítimas de violência doméstica.

Isso é outra coisa grave que nós temos que combater no Brasil, infelizmente, é a violência contra a mulher. E também o trabalho escravo é uma violência contra a mulher, isso eu quero deixar bem claro também, que é uma pessoa cativa, empregada, que está ali, também é uma vítima de violência doméstica. (*Palmas.*)

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM CHARLEY – Então, Senador, nesse caso, o Ministro autorizou, infelizmente, essa visita lá. E eu posso dizer, assim, esse é o momento de dizer, porque é o Parlamento brasileiro, tem que ser dito isso, porque as pessoas com deficiência foram tratadas infelizmente como animais, animais...

(*Palmas.*)

O senhor me desculpe, é tanta emoção, porque é o caso que apaixona a gente, a gente tem contato com uma causa e a gente fica um pouco apaixonado por ela, mas acontece que essa volta da Sônia foi um absurdo, porque o que foi feito lá com ela foi um adestramento da pessoa, ela foi adestrada a voltar com os seus patrões. Bateram na mala "Volta, venha!", e ela não teve outra vida, não teve chance de se entender como pessoa... Infelizmente, ela não expressou claramente a vontade – como a psicóloga Yasmin sabe bem, ela está aqui presente, pode dizer sobre isso –, e ela retornou.

Nesse retorno, Senador, nós tivemos que entrar com *habeas corpus*...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILLIAM CHARLEY – ... porque é um absurdo que a pessoa vítima de violência no Brasil – após a abolição da escravatura, mais de cem anos – seja, vamos dizer assim, questionada sobre ela querer ser livre, ou não. Essa é a questão, essa é a questão, é uma questão grave.

Infelizmente, o Ministro André Mendonça indeferiu o nosso pedido de liminar, mas nós estamos, assim, bastante confiantes de que, no mérito, vai ser julgado procedente. Temos conversado bastante com o gabinete do Ministro André Mendonça para que ele julgue o mais rapidamente possível esse *habeas corpus*.

E também, senhoras e senhores, eu gostaria muito de dizer que essa causa pode gerar um precedente perigosíssimo para todos nós que atuamos contra o trabalho escravo, para toda a sociedade brasileira, e por isso nós pedimos ajuda nesse *habeas corpus* a muitas entidades, que, prontamente, participaram. Estão lá, como *amicus curiae*. Eu quero nominar aqui o Coletivo de Advogados em Direitos Humanos (CADHu), o Instituto Memória, da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina); a Fenatrad, a CUT – a Sra. Luiza está aqui presente *online* assistindo à gente –; o Sinait, que esteve presente também; a Secretária Feminella, que estava aqui com a gente e sempre participa de reuniões – e o Ministro Silvio Almeida, através dela, já fica também agradecido pelo apoio –; a CPT, do Frei Xavier; e a família de Jesus, que está atuando também no processo para que haja o retorno da Sônia à sua família natural e que ela possa se inserir como pessoa.

Nós entendemos, Senador, que é um crime altamente grave, e não cabe à pessoa ser questionada sobre a sua liberdade. A liberdade é fundamental para o ser humano, o que está previsto no nosso livro básico do nosso país, que é a nossa Constituição Federal. E a nossa Constituição tem um artigo de que eu gosto muito – o senhor deve se lembrar bem –, é o art. 3º da nossa Constituição. É o art. 3º que dá a tônica do nosso trabalho. Para que serve a Defensoria Pública? Para que serve o Ministério Público? Para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serve esta Casa, o Senado? Para que haja a promoção do bem de todos, independentemente da sua cor, origem, religião, etnia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. WILLIAM CHARLEY – Eu acho que isso é importante, Senador, e peço, já finalizando a minha fala, algumas providências do senhor e da Comissão de Direitos Humanos.

Que esta Comissão faça gestões junto ao Conselho Nacional de Justiça, porque nós temos uma representação no Conselho Nacional de Justiça, porque acontecem irregularidades naquela suposta ação que a família do Desembargador entrou após ação fiscal, para reconhecimento de filiação, após ação fiscal – somente após ação fiscal, é bom que se diga isso. E há uma série de irregularidades naquele procedimento que corre perante a Justiça catarinense. Nós pedimos apoio do Senador perante o CNJ, apoio do Senador perante o STF, para que a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal possa julgar rapidamente esse *habeas corpus*, possa concedê-lo e que, enfim, seja garantida a liberdade da Sônia e que nenhuma pessoa no Brasil se sujeite a ter um precedente perigoso, que seria a manutenção em escravidão de uma pessoa com deficiência.

Muito obrigado, Senador. Obrigado aos senhores presentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Sr. William Charley, Defensor Público da União.

Agradeço também pela sua gentileza de permitir que, no meio da sua fala, eu falasse para os gaúchos e gaúchas que estavam esperando lá esse informe da reunião com o Presidente Pacheco.

Eu convidaria vocês a retornarem ao Plenário, e nós vamos para a última mesa.

Uma salva de palmas aqui aos nossos parceiros. (*Palmas.*)

Estamos juntos na luta. Desculpem ter que misturar ... (*Pausa.*)

Eu quero registrar a presença de Renato Bignami, Diretor de Inspeção do Trabalho do Sinait; Marco Aurelio Gonçalves, Diretor também do Sinait; Joedson Alves da Silva, jornalista, sejam todos bem-vindos.

Está aqui já a segunda mesa. E eu tenho aqui Rio Grande, chuva, trabalho escravo, mas faz parte, não é?, faz parte do nosso trabalho aqui.

Eu tenho um almoço com o Rodrigo agora para discutir a situação do Rio Grande do Sul. Mas vai dar tempo.

Segunda mesa:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marta de Jesus, irmã de Sônia Maria de Jesus, a doméstica resgatada da condição análoga ao trabalho escravo. (*Palmas.*)

Anna Paula Feminella, Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

Por favor, Anna Paula. (*Palmas.*)

E Valdirene Boaventura Santos, Secretária de Assuntos Jurídicos do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticas do Estado da Bahia. (*Palmas.*)

Está aqui.

Seja bem-vinda!

Eu vou fazer só um apelo a vocês: se puderem ficar exatamente no tempo, daí dá para a gente terminar exatamente ao meio-dia e trinta.

Então, de imediato, Marta de Jesus, irmã de Sônia Maria de Jesus, a doméstica resgatada da condição análoga ao trabalho escravo.

A SRA. MARTA DE JESUS (Para expor.) – Bom dia. Estou um pouco nervosa para mexer nisso aqui, mas dá jeito.

Bom, gente, eu sou a Marta de Jesus, irmã da Sônia Maria de Jesus. Estou acompanhada do meu irmão, Marcos José de Jesus, também. Somos irmãos dela.

Tudo o que foi dito aqui eu acho que foi bem contextualizado: a situação da Sônia, a situação em que ela se encontra. E aí eu queria trazer um recorte um pouquinho sobre a história da minha mãe, porque a Sônia não nasceu com 9 anos. A Sônia teve uma história anterior a isso.

Minha mãe, uma mulher negra, como já foi bem mencionado aqui, está sim relacionada à questão de gênero, está sim relacionada às questões sociais. Ela veio da Bahia sem muitas condições financeiras, em razão de um ferimento que ela teve, sem auxílio – sem auxílio de pessoas, sem auxílio de terceiros. Ela veio para se cuidar, tratar da saúde, como é muito comum acontecer.

Minha mãe teve dois relacionamentos. Do primeiro ela concebeu três filhas, que é a Sônia, a Marlene e a Aparecida. Nesse relacionamento extremamente abusivo, todas elas sofreram diversos tipos de violência, que se estendeu de forma mais grave à Sônia. Porém, todas elas eram agredidas. Tinha uma questão de vulnerabilidade muito grande, fome, enfim.

Houve rumores – aliás, acontecem diversos rumores sobre esse caso –, e um dos rumores era que a Sônia estava dentro de um abrigo, de uma instituição para onde minha mãe havia entregado a Sônia, e isso não aconteceu. A Sônia estava dentro de uma creche: a Sônia saía às 7h da manhã e voltava às 4h da tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela morava com a minha mãe. Inclusive minha mãe garantia educação para a Sônia, porque a Sônia foi retirada de dentro de uma creche, não foi de dentro da nossa casa especificamente. Então, a Sônia tinha educação com a minha mãe.

Porém, dentro desse cenário de extrema violência, essa senhora se dispôs a auxiliá-la, a auxiliar a minha mãe, que não tinha uma rede de apoio, que não tinha alguém para auxiliar, que não tinha alguém para fortalecê-la naquele momento, e a ideia era que a Sônia fosse cuidada e que minha mãe tivesse acesso a ela, e não levada. Tanto que a Sônia estava numa creche, volto a dizer, de onde ela retornava para casa. E minhas outras irmãs também estavam nessa creche. Então minha mãe teria contato com ela, não teria por que esse contato ter sido rompido.

Só que não foi isso que aconteceu. A Sônia foi levada. Ponto. Isso que aconteceu. O acordo que havia sido feito foi uma tentativa de auxiliá-la, de tentar tirar um pouco daquela situação de extrema vulnerabilidade, de agressão, porque a Sônia foi espancada dentro de casa, o próprio pai foi quem a esganou e, por isso, em decorrência disso, a deficiência auditiva. Então, foi quem se prontificou a auxiliar a minha mãe, naquele momento. Aí minha mãe confiou na única rede de apoio dela. E a única rede de apoio dela foi quem ocasionou tudo o que está acontecendo aqui hoje, que já foi muito bem mencionado.

Posteriormente a isso, minha mãe passa a fazer uma busca constante pela Sônia. Eu tenho 34 anos e sou a irmã mais nova. Eu ainda não a conheço, porque, quando começaram todas as visitas, tudo, eu estava gestante. Mas eu fui uma das filhas que percorreu, diversas vezes, atrás de buscas de notícias da Sônia junto com a minha mãe. Todos os irmãos percorreram essa mesma história, esse mesmo caminho, esse mesmo trajeto, porque toda essa conversa que aconteceu foi dentro de uma creche, dentro de uma instituição educacional, com uma pessoa intermediando isso. Nós tínhamos um certo contato. A minha mãe tinha um certo contato com essa pessoa que auxiliou na intermediação. Com a senhora que a levou, isso foi rompido totalmente. Então, a gente ia fazer essas buscas. Nós íamos juntos. Nós caminhávamos muito. A minha mãe era uma senhora negra, analfabeta, periférica, que tinha uma questão de saúde, que morreu em decorrência disso. Minha mãe não conseguia andar de ônibus, minha mãe vomitava, minha mãe passava muito mal. Então, tudo o que a gente fazia era caminhando. E caminhávamos quilômetros, 10km, 11km... E, quando a gente chegava, às vezes, da casa dessa pessoa que estava meio que intermediando, ela dizia: "A Sônia está muito bem, a Sônia está nos Estados Unidos, a Sônia não precisa de você. Você tem outros filhos. Cuide dos seus outros filhos".

E essa era a busca constante. Davam endereço que não existia – nós íamos até o endereço, e não tinha ninguém. Davam telefone que não existia. E assim foi a saga da minha mãe até a morte dela. A minha mãe dizia: "Eu vou morrer e não vou rever a minha filha". E assim aconteceu. Desse jeito, as coisas aconteceram.

E todos nós percorremos, com essa busca, atrás da Sônia. E havia o sofrimento da minha mãe, porque a minha mãe buscou auxílio e, depois, foi a culpada de tudo isso, porque era ela a culpada de ter dado a filha. E não foi bem isso que aconteceu. Nós ainda, enquanto irmãos, ainda temos que escutar todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rumores de todo o sofrimento da minha mãe, de um sofrimento que hoje é nosso também, porque nós revivemos a história da nossa mãe, porque nós não sabemos onde a Sônia está, especificamente, o que ela está fazendo, como ela está sendo tratada. O que nós sabemos é que ela está viva. Era a única informação que a minha mãe não tinha. De resto, a gente também não sabe. Como está ela hoje? O que está acontecendo? Como é que a Sônia está sendo tratada, realmente, dentro daquela casa? A gente vive a mesma história da nossa mãe, a mesma história.

Em junho do ano passado, nós fomos notificados de que havia acontecido uma reportagem no Fantástico. Eu até assisto, mas calhou de, naquele dia, eu não ter assistido. Fomos contatadas: "Olha, vocês são irmãos da Sônia? Porque nós fizemos uma busca, ela foi encontrada nesse formato, assim, assim, assado". E a gente: "Oi? Como assim? A Sônia está muito bem". Achávamos que a Sônia, das duas uma: ou ela não queria contato conosco, porque não sabíamos como ela foi educada e criada; ou ela, de fato, havia morrido. Acabou. Não tem Sônia. A gente nunca teve contato com a Sônia. Essa era a nossa cabeça. Então, se a Sônia está muito bem, que bom e que ela consiga viver a vidinha dela. E não foi bem isso. Não foi nesse formato que ela foi encontrada.

Aí nos trouxe diversas situações. Começamos a reviver o óbito da minha mãe, que é algo muito dolorido para a gente. A minha mãe teve os seis filhos, sete com a Sônia, e morreu em decorrência de uma hérnia, que ela não teve coragem de operar, porque ela tinha medo de morrer e acontecer a mesma coisa que aconteceu com a Sônia: "Vão levar meus filhos? Então, eu prefiro ficar aqui". De uma complicação de uma hérnia, de uma coisa tão pequena, minha mãe veio a óbito aos 70 anos, em 2016.

Quando a gente fica sabendo das notícias da Sônia, a gente: "Oi? A Sônia foi encontrada numa situação análoga à de escravidão. Como assim?!". A Sônia foi tirada da minha mãe por uma psicóloga, por um médico, e a minha mãe, a negra, periférica e analfabeta, não tem um filho analfabeto; nenhum dos meus irmãos é analfabeto. Nós não somos analfabetos... (*Palmas.*)

Nós não somos.

Como assim?! Isso nos causou extrema indignação, muita tristeza, porque eu até brincava – brincava, assim, num modo de dizer –: se minha mãe não tivesse morrido, ela teria morrido agora, porque saber de uma notícia dessas foi um baque gigante para todo mundo. Para nós, é, assim, surreal. E pior: a Sônia não teve direito à socialização, a Sônia não teve direito a se comunicar, a Sônia não teve direito a tentar a vida dela, a Sônia não casou, a Sônia não teve filhos. Como assim?! Nós tivemos filhos, nós temos filhos, nós temos família e nunca nos separamos.

O que minha mãe sempre prezou foi a união da nossa família, e assim somos. Nós moramos num terreno dentro da comunidade, são cinco casas; todos os irmãos moram no mesmo lugar, todos os irmãos são honestos, todos os irmãos nunca tiveram passagem pela polícia, pela delegacia, nada. São todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores e honestos. Minha mãe era analfabeta academicamente, mas era uma mulher de extremos valores, e foi assim que ela nos criou, foi assim que ela passou para a gente.

Começamos, então, graças a Deus, com muitas pessoas nos auxiliando.

Gostaria até de enaltecer o trabalho dessa galera que está nos apoiando, que está do nosso lado, que é extremamente humana – é extremamente humana – e que começou a nos auxiliar.

E aí a gente conseguiu ter alguns encontros com a Sônia. Tivemos três encontros com a Sônia. Nós precisamos, enquanto família, ir até Florianópolis. A gente faz um encontro na associação de surdos, onde ela faz os acompanhamentos dela, com o auxílio do Cáritas, porque somos uma família de seis irmãos, com crianças, e é a família da Sônia que precisa ter acesso a ela, porque a gente quer estar perto dela, e ela tem demonstrado esse interesse por nós também. E eles têm nos auxiliado com essas passagens, têm nos auxiliado muito nesse sentido, que é o que nos faz ficarmos próximos da Sônia.

Tudo o que foi dito aqui eu acho que foi muito bem colocado, e uma das coisas que...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARTA DE JESUS – ... me pegou ali foi uma das falas: a Sônia não teve nem direito ao resgate dela, foi revogado o resgate da Sônia. Não foi só revogado o resgate da Sônia, a Sônia também não teve direito à família dela, que está de braços abertos esperando por ela. Como assim?! A Sônia é da família, mas não tem direito às necessidades básicas dela. A Sônia não é uma funcionária da casa, mas trabalha como se fosse. Isso não caracteriza um trabalho escravo? Se se caracteriza um trabalho escravo, por que a Sônia está lá dentro, gente? Por que a Sônia voltou?

E o nosso pedido, assim como foi feito por outras pessoas aqui, é o mesmo: os órgãos competentes que estão à frente desse caso precisam ter uma conduta que seja, de fato, favorável à Sônia, que privilegie a Sônia, porque a gente vive num sigilo de justiça. A gente não pode falar um monte de coisa, a gente não pode fazer um monte de coisa. Para resguardar quem?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARTA DE JESUS – Porque a Sônia não está sendo resguardada.

Eu agradeço pela minha fala, agradeço a oportunidade de a gente estar aqui representando a minha família, agradeço aos serviços que têm nos auxiliado. Agradeço a todos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Marta de Jesus, irmã de Sônia Maria de Jesus, doméstica resgatada de condição análoga à de trabalho escravo. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela é tão séria e tão competente que ficou exatamente nos dez minutos, como eu pedi a ela.

Um abraço. (*Pausa.*)

Eu acho bonito, porque ela foi solidária com o Rio Grande do Sul ainda; e, como eu disse que eu tenho almoço 12h30, ela correu para garantir que eu possa ir lá discutir o interesse do Rio Grande com o Presidente Pacheco nesse almoço.

Mais uma vez, obrigado, viu? (*Palmas.*)

Mostra a seriedade e a responsabilidade dela.

De imediato, Anna Paula Feminella, Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Eu tenho certeza de que ela vai ficar nos dez minutos também.

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA (Para expor.) – Eu sou de Floripa, daí eu vou falar bem rapidinho. (*Risos.*)

Bom dia.

Que momento histórico!

Obrigada, Marta; obrigada, Senador; e obrigada a cada trabalhador e trabalhadora que está aqui.

Primeiro, eu quero fazer uma saudação à Sônia, porque eu acabei de descobrir que o sinal dela em libras é um sorrisão. Olha só, que lindo!

Sônia, a gente está contigo! (*Palmas.*)

Você não está sozinha, a tua família está aqui. Tua família te quer.

Aqui eu estou vendo o Marcos, o Marcelo mandou um recado lá pelo zap. Estão acompanhando os irmãos todos.

Então, essa história não pode acabar aqui. A gente não quer ficar só na denúncia. A gente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA – Está bom.

Eu vou ganhar mais tempo, então. (*Risos.*)

Eu preparei um discurso longo, mas eu me senti muito contemplada na fala de todas as pessoas que aqui falaram antes de mim. Eu só vou reafirmar aquilo que está evidente: os casos de trabalho escravo; o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quanto o trabalho escravo cresce onde a humanidade da pessoa é questionada; e as mulheres, as mulheres pretas, as mulheres pretas com deficiência são um grupo social dos mais desumanizados, e as pessoas surdas também são.

Então, é nesse rol de violências e violações que a gente está sendo revitimizada; essa família está sendo revitimizada; a Sônia, revitimizada, pelo que está acontecendo nesse estado de coisas.

Acho que a gente precisa dizer que aqui o que estão questionando é a negação da reparação, a reparação à injustiça praticada desde muito cedo, ao sequestro de uma criança, a um histórico que rompe com tudo aquilo que a gente já conquistou na nossa Constituição, conquistou no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), em todas as convenções internacionais que o Brasil já assinou e se comprometeu a cumprir em relação aos direitos humanos.

A gente está falando de recuperar os direitos humanos de uma cidadã, a Sônia, e eu acho que, assim como ela, quantas outras mulheres com deficiência, quantas mulheres surdas podem estar em situação análoga ao trabalho escravo? Quantas de nós podemos dizer que não temos, literalmente, voz nessa história? Eu quero que, no próximo momento que a gente for tratar disso, a gente já trate com a Sônia aqui, a Sônia podendo se manifestar, aprendendo libras, aprendendo uma língua. A negação de uma língua, do direito à expressão, é das mais brutais para mim.

Muito se falou aqui sobre a relação gênero, raça, classe, com o trabalho escravo, mas a gente tem que falar também de deficiência. Deficiência ainda é um tabu para a sociedade brasileira. A gente precisa entender a deficiência como um dado da realidade do povo brasileiro: 15% da população mundial tem pelo menos um tipo de deficiência, e a gente não pode tratar isso como um detalhe. Isso é uma característica da Sônia, é uma característica de muitas e muitas pessoas, de muitos brasileiros. E essa condição, então, da desvalorização da pessoa com deficiência também está nesse jogo. Também está na naturalização da violência contra quem tem deficiência.

E aqui eu quero falar que todos os movimentos de defesa de direitos da pessoa com deficiência estão aqui com a gente. Estão nos vendo... (*Palmas.*)

... vão nos ouvir, estão nos apoiando. São milhares e milhares de pessoas com deficiência, organizações da sociedade civil que defendem e acompanham.

E o Conade, Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, que eu presido nesta gestão, também tem se posicionado sempre a favor de Sônia, sempre pela reparação e por não criminalizar quem fez o trabalho correto. O Auditor Fiscal do Trabalho não pode sofrer por ter cumprido a sua tarefa, suas atribuições enquanto Auditor Fiscal do Trabalho. Isso é muito grave. Esse é um recado com que tentam nos intimidar, intimidar quem está fazendo correto, quem está seguindo as normas e cumprindo com a sua tarefa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho muito importante dizer que os empregadores, quando mantêm assim, eles confiam na impunidade. E a gente não pode deixar impune. Manter essa impunidade é manter a situação, é manter ainda resquícios de uma sociedade escravocrata no nosso país.

Isso é um absurdo que está acontecendo. Acredito que a gente tem avançado, que bom que a gente tem o Governo Federal, que a gente está apoiando, que as organizações, que a Anamatra, que todas que aqui antes relataram estão atentas a essa situação.

Estou passando algumas folhas para não repetir aquilo que...

Eu quero dizer que as mulheres negras com deficiência precisam ter voz aqui. A gente tem que trazer a população surda.

Quero agradecer na pessoa da Sandra, que eu também tive a oportunidade de conhecer, o que foi o trabalho, o que está sendo o trabalho de acolhimento e de ensinar uma língua para a Sônia lá em Florianópolis. Então, o quanto o universo dela está se ampliando a partir da socialização, mesmo que tardia, mas ela está começando a socialização e a gente não pode aceitar....

Quando eu estive com o Ministro Silvio em Florianópolis, foi final de julho, a gente conheceu – não, foi dia 1º de agosto –, dentro do Ministério Público do Trabalho, a Sônia. Tinha uma intérprete de Libras que já estava ensinando, já estava aprendendo algumas palavras, era bem no início, porque foi em junho que ela foi resgatada. Ela ainda estava com a equipe de acolhimento de vítimas de violência doméstica e estava se abrindo para o mundo.

Então, é um absurdo a gente ver o quanto é a banalidade da violência e a violação dos direitos humanos no nosso país. A gente não permite, e além da gente, do Conade, a Conatrae (Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo) também tem apoiado e tem acompanhado esse processo.

E o que a gente quer dizer aqui, finalizando, Senador, é que a gente acredita na potência do trabalho coletivo, na necessidade de a gente enfrentar o capacitismo, que é a discriminação em razão de deficiência, da mesma forma como a gente reage e atua contra o racismo no nosso país, contra o sexismo, a transfobia e toda a forma de opressão.

Senador, não sei se você lembra... Lembra-se do Bacurau? Bacurau, vítima da hanseníase, foi um ativista que, na época da Constituição, colocou, lá no art. 3º, o combate a qualquer forma de discriminação – ele também pessoa com deficiência –, citando a discriminação em razão da deficiência, que, naquele momento, não estava citada, mas para a qual agora a gente tem nome, para esse tipo de discriminação, que é "capacitismo".

Inclusive, eu não pude entrar com essas cartilhas aqui, não sei por que a segurança não me deixou trazer as cartilhas de combate ao capacitismo, do Governo Federal, que falam, em linguagem simples, o que é a discriminação em razão de deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É importantíssima a cartilha. Já vou te dizer, o meu pessoal pega e entrega. Onde é que estão as cartilhas?

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA – Ficaram lá na portaria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lá embaixo?

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA – No Anexo 2.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, o meu pessoal desce junto com você, e, depois, a gente distribui aqui dentro. Não tem problema nenhum distribuir cartilha aqui... É a primeira vez que alguém não pôde distribuir uma cartilha...

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA – Não acreditaram na cadeirante, não é? Vai ver que foi...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Preconceito. É puro preconceito.

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA – Então, a gente tem, então, essa questão. Eu acho que é importante a gente falar da necessidade de tratar o tema da deficiência também como um elemento que complexifica, prejudica, ainda mais, esse público e nos expõe, nos vulnerabiliza a toda forma de violência e repressão.

A falta de informação, inclusive dos agentes do Judiciário sobre o tema, também nos assusta. Lei a gente já tem. A gente tem muitas leis. O Estatuto da Pessoa com Deficiência... Está aqui o nosso querido Senador... (*Palmas.*)

... que, desde 2000, em um processo legislativo de 15 anos, trouxe essa pauta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Construímos juntos, construímos juntos.

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA – Construímos junto com a sociedade civil, junto com o compromisso.

Quero finalizar dizendo da necessidade de a gente fortalecer a capacidade institucional de recepcionar toda forma de violência e violação de direitos contra a pessoa com deficiência. Pelo fim da banalização disso, a gente precisa abordar uma cultura anticapacitista no nosso país. É preciso ter orçamento e mecanismos de financiamento de políticas públicas, tanto políticas afirmativas quanto valorizativas, repressivas também e formativas, sobre a pauta da deficiência, disseminar informações e, sempre, sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

denunciar. Todos têm aqui a obrigação de denunciar qualquer prática de violação e violência contra a pessoa com deficiência. O Disque 100 tem que ser o caminho.

Por isso, gente, só para finalizar mesmo, mesmo, o acompanhamento ao caso do Humberto, para que o Humberto não seja penalizado. A gente está junto com o Humberto. Humberto, estamos contigo, você não está sozinho.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA – Também quero dizer que é um absurdo tentar adotar a Sônia agora. A Sônia tem família, a família a quer, a Sônia tem 50 anos e ela precisa ter opção de escolha, mas, para isso, ela precisa ter acesso, socialização e precisa ter domínio da sua língua e dos seus conhecimentos e conhecimentos sobre os seus direitos.

Muito obrigada! Nada sobre nós, sem nós!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Anna Paula Feminella, Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos.

Devido ao nosso tempo, vamos ter que, agora, acelerar, mas ficou dentro dos dez minutos, viu?

Valdirene Boaventura Santos, Secretária de Assuntos Jurídicos do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticas do Estado da Bahia.

É com você.

A SRA. VALDIRENE BOAVENTURA SANTOS (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos.

Meu nome é Valdirene Boaventura. Hoje, eu estou como Secretária de Assuntos Jurídicos do Sindoméstico da Bahia, faço parte da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas e também sou uma trabalhadora doméstica que foi resgatada do trabalho análogo à escravidão.

Aonde eu vou eu gosto de contar a minha história, não como... Hoje, eu não falo mais como vítima do trabalho escravo, e a gente vê que, mesmo diante dos avanços legislativos, a gente continuou sendo trabalhadora doméstica em trabalho análogo à escravidão, em tempo moderno. Hoje, eles mudaram, e a gente continua no quarto dos fundos, onde é colocado todo tipo de dejeto, como produtos químicos, aquele pneu velho que não querem mais, aquela bicicleta velha que não serve mais, e aí vai se colocando lá no quarto, naquele quartinho dos fundos onde a gente divide o espaço. Então, hoje, a gente vive, mesmo diante desses avanços, a gente ainda continua na invisibilidade nacional, continua sendo escravizada. Então, a gente precisa mudar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, tem as leis. Veio a Lei Complementar 150... Hoje, a gente também... Esta semana foi promulgada a Convenção 189 pelo nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que eu acredito que agora a gente vai seguir.

E, voltando à situação de Sônia, ao caso Sônia, nem só Sônia, mas também Madalena, outras e outras trabalhadoras, à situação de Sônia, não existe essa possibilidade de dizer que ela hoje é membro da família. Durante mais de quatro décadas, ela foi escravizada, ela manteve-se sendo escravizada por essa família, era obrigada a fazer os afazeres da casa, não tinha direito, não teve direito à educação, à saúde... Como os relatos falam, existiam fortes assaduras devido aos maus-tratos naquela residência, que ela tinha, há a questão também do mioma que foi descoberto... Então, ela, durante esse tempo todo, foi escravizada. Aí, agora vem o Desembargador e quer adotá-la como membro da família. Será que, durante esses anos, Sônia fez parte mesmo dessa família? Será que ela estava no testamento dele? Porque, anteriormente, não estava. Agora, eles querem incluí-la como membro da família.

Então, é realmente surreal essa história de Sônia. E você vê o abuso de poder desse desembargador de querer burlar a lei e querer colocá-la agora como membro da família, uma trabalhadora que, durante anos, teve seus direitos desrespeitados. Então, isso é uma situação que a gente precisa... Senador, a gente precisa tomar posse disso e fazer valer o nosso direito, fazer valer... Nós, como trabalhadoras domésticas, merecemos o respeito. E em respeito a isso... (*Palmas.*)

... Sônia precisa ser libertada, tirada do cárcere privado, porque ela, lá, não tem direito à socialização, não tem direito a nada, está isolada do mundo, está isolada da sociedade, e a gente precisa tomar a frente disso.

A Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, em parceria com outros membros, está correndo atrás disso, e a gente não vai se calar, a gente vai continuar, sim, em luta pela libertação de Sônia. Todos nós aqui queremos Sônia livre, queremos sônias livres. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, viu? E parabéns também pela forma direta, objetiva, que disse tudo. E ficou dentro dos dez minutos.

Então, pessoal, infelizmente, eu estou com problema de horário.

O Frei Xavier Marie Plassat, infelizmente, caiu, mas depois voltou, a Dra. Teresinha de Lisieux Rodrigues Moura de Freitas, auditora fiscal também, e Luiza Batista Pereira, da Federação das Trabalhadoras Domésticas, todos estavam virtualmente, mas, como estourou o nosso tempo, se vocês concordarem, e aí eu me atraso um pouquinho – não sei se ela está ainda aí, a Luiza –, vamos pedir para a Luiza Batista Pereira, Coordenadora-Geral da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, fazer a fala de encerramento. O.k., Luiza?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUIZA BATISTA PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador Paulo Paim, pela consideração, pelo respeito. Eu fiquei emocionada. Fiquei triste sabendo que eu não ia ter fala, mas agora estou emocionada.

Primeiro, quero, em nome da Fenatrad, externar nossa solidariedade aos nossos irmãos e irmãs gaúchas, que estão passando por esse desastre climático, e reforçar o pedido de que, se a gente faz um Pix de R$1, R$2, R$3, R$5, R$10...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. LUIZA BATISTA PEREIRA (*Por videoconferência*.) – ... nós já estamos contribuindo, sim, com o povo gaúcho, que está nesse sofrimento terrível.

E quero dizer que a Fenatrad, há muito tempo, já vem falando sobre essa questão do trabalho doméstico análogo à escravidão e que o caso de Sônia, se a Sônia não volta a ter liberdade, se a Sônia não sai desse regime escravocrata em que ela se encontra, vai gerar uma jurisprudência.

O que é mais revoltante é que a escravidão de Sônia não foi feita por uma pessoa leiga, foi feita por uma pessoa que sabe o que está fazendo e que confia na impunidade. Isto é o pior: a gente saber que quem comete esse tipo de crime comete porque sabe que vai ficar impune. E, no caso da Sônia, se torna muito mais grave. É inadmissível, em pleno século XXI, um desembargador, que tem conhecimento de todas as leis do país, trazer uma pessoa, uma criança de nove anos de idade, sempre com aquela promessa, porque é sempre assim que se consegue trazer as meninas pretas, as meninas que vivem em situação de violência, naquela promessa de que ela vai ter uma vida, vai ter oportunidade na vida. Que pai, que mãe não quer uma filha tendo a oportunidade de estudar? E nisso muitas se transformam em trabalhadoras análogas à escravidão, como é o caso de Sônia e de Madalena e de tantas outras que estão sendo resgatadas.

Na Bahia, por exemplo, tem várias companheiras que foram resgatadas em condições análogas à escravidão. Então, eu não sei nem quanto tempo eu tenho de fala, sei que o senhor está aí com o seu tempo assoberbado para esse almoço tão necessário, porque precisa, sim, olhar para os irmãos do Sul, neste momento, com um olhar humano, um olhar de solidariedade, mas eu não poderia deixar de dizer que a Fenatrad agradece, mas que a gente vai, sim, continuar lutando para que esse *habeas corpus* seja concedido e a Sônia volte a ser livre, a Sônia volte a ter o convívio com a família biológica, esse convívio que foi tirado dela de forma tão abrupta e de uma forma assim tão – como é que eu digo? –, de uma forma que não foi a forma correta, em que se usou da situação de violência que Sônia assim como milhares de outras crianças negras em situação de vulnerabilidade e de violência vivem, para levar e depois ter essa mão de obra escrava.

A gente tem uma lei que tem mais de cem anos, a Lei Áurea, mas que, infelizmente, em muitas situações, ainda está no papel. Por isso que a gente precisa, sim, que a Sônia fique livre, mas que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenha também esse projeto da Deputada Benedita aprovado, porque é muito preocupante quando essas companheiras são resgatadas, elas têm três meses apenas de seguro-desemprego, e depois, como fica a situação dessas companheiras? Elas precisam, sim, reorganizar a vida. E que essas pessoas que roubam a infância, a adolescência e a juventude dessas meninas sejam punidas porque o crime acontece por conta da impunidade.

Muito obrigada. Desculpe as minhas palavras tão soltas. Eu já não estava mais preparada para fazer essa fala. Eu me sinto muito grata. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foste muito bem. Muito emoção, muito carinho, muito verdade. Muito bem, Luiza Batista Pereira, Coordenadora-Geral da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas.

Eu, por mim, ficava mais tempo, mas eu tenho que ir. Então, muito obrigado, uma salva de palmas a vocês. Viva o povo brasileiro!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora, agora.

Viva o povo brasileiro! Vivam as empregadas domésticas! Viva o povo do Rio Grande, que está sofrendo tanto!

Está encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às doze horas e vinte e um minutos do dia oito de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Jussara Lima, Janaína Farias, Humberto Costa, Lucas Barreto, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Romário, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Beto Faro, Chico Rodrigues, Eliziane Gama e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Magno Malta, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da décima sexta e décima sétima reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1357, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui o selo Acessibilidade Nota 10, como forma de certificação oficial destinada aos estabelecimentos privados ou públicos que promovam a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: O presidente passa a presidência ao Senador Flávio Arns. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2203, de 2023 - Não Terminativo - que: "Proíbe que empresas brasileiras realizem transações comerciais com empresas estrangeiras que exploram trabalho escravo ou análogo a escravidão." Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: O presidente passa a presidência ao Senador Flávio Arns. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, com a emenda nº 1-CDH. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2737, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e 13.239, de 30 de dezembro de 2015, para estabelecer prioridade no atendimento social, psicológico e médico à mulher vítima de violência doméstica e familiar." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Janaína Farias. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, com a emenda nº 1-CDH. A senadora Janaína Farias solicitou a aprovação de requerimento de urgência, que foi aprovado pela Comissão. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3346, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para assegurar adaptação razoável do horário de trabalho que permita prestação alternativa ao empregado e ao servidor público, em virtude de escusa de consciência, quando o seu dia de guarda religioso coincidir com os dias ou os turnos do exercício de atividades laborais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1211, de 2022 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para prever o fornecimento obrigatório, pelo poder público, mediante solicitação, de formulários impressos em papel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como alternativa aos apresentados em meio eletrônico." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: A Comissão aprova o projeto. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 565, de 2022 - Não Terminativo - que: "Qualifica a exposição de crianças e adolescentes sob guarda de pais ou responsáveis legais brasileiros a situações de violência doméstica em país estrangeiro como situação capaz de submetê-los a grave risco de ordem física ou psíquica, nos termos do Artigo 13 da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, na forma da emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3619, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 4º da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, para excetuar o benefício de prestação continuada do cálculo da renda familiar per capita mensal utilizada para definição da elegibilidade ao Programa Bolsa Família." Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR). Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 896, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir os crimes praticados em razão de misoginia." Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 985, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir os crimes praticados em razão de misoginia." Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA). Relatoria: Senadora Jussara Lima. Relatório: Favorável ao PL 896/2023, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta e pela prejudicialidade do PL 985/2023. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao PL 896/2023, na forma da emenda nº 1-CDH (substitutivo), e pela prejudicialidade do PL 985/2023. ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 26, de 2024 que: "Requer a realização de audiência pública sobre o "Dia Nacional da Trabalhadora e do Trabalhador da Cultura"" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: O presidente passa a presidência ao Senador Flávio Arns. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 27, de 2024 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Resolução 2378/24 do Conselho Federal de Medicina (CFM) que veda ao médico a realização do procedimento de assistolia fetal previamente aos procedimentos de interrupção da gravidez, nos casos de aborto previsto em lei, quando houver probabilidade de sobrevida do feto em idade gestacional acima de 22 semanas." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: O senador Flávio Arns e a senadora Damares Alves subscrevem o requerimento, em seguida a Comissão aprova o requerimento. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 29, de 2024 que: "Requer a realização da audiência pública para debater sobre o "Dia Internacional Contra LGBTIfobia "" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: O presidente passa a presidência ao Senador Flávio Arns. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 25, de 2024 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos da comercialização de dados pessoais no Brasil, com foco na efetividade da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e na proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos" Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF). Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 30, de 2024 que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2737/2019." Autoria: Senadora Janaína Farias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PT/CE). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. Às treze horas e vinte minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Flávio Arns. Às treze horas e vinte e nove minutos o Senador Flávio Arns devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/08

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 16ª e 17ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes dos itens da pauta, quero informar a todos que os requerimentos apresentados extrapauta serão apenas lidos, e a votação acontecerá somente na reunião deliberativa seguinte.

Agradeço a presença conosco aqui, primeiro, do painel – já estamos com 16 Senadores e Senadoras presentes –, e fica ao Plenário o meu carinho. Desculpem o atraso, Senadora Jussara Lima, Senadora Ana Paula Lobato e Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.179980/2024-20-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 896, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir os crimes praticados em razão de misoginia.

Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 985, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir os crimes praticados em razão de misoginia.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Favorável ao PL 896/2023, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta e pela prejudicialidade do PL 985/2023.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Com a palavra a Relatora, a Senadora Jussara Lima, que é favorável ao projeto.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Exmo. Sr. Presidente Paulo Paim, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Vêm ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 896, de 2023, de autoria da admirável Senadora Ana Paula Lobato; e o Projeto de Lei nº 985, de 2023, do Senador Mecias de Jesus, que dispõe sobre os crimes praticados em razão da misoginia.

Peço a dispensa da leitura do relatório e passo à leitura da análise do voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Perfeito, Senadora.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – A análise.

No que tange ao aspecto formal, julgamos por bem aproveitar as ideias das duas proposições, reunindo-as no texto do PL nº 896, de 2023, ao qual apresentamos emenda para: 1) mudar o *locus* da norma penal referente à injúria para o art. 140 do Código Penal, o que, em nossa visão, promove sistematização mais adequada ao bem jurídico protegido; 2) substituição do termo "misoginia", por "utilização de elementos de ódio ou aversão ao gênero feminino ou ao feminino", alteração que trará maior detalhamento ao tipo penal e extirpará eventuais dúvidas quanto à aplicabilidade do tipo penal a discursos de ódio contra todas as acepções do feminino.

Entretanto, não acolhemos a elevação do escopo do agravamento penal prevista no PL nº 985, de 2023, na alteração que faz ao art. 20-A da Lei nº 7.716, de 1989, por considerarmos que os públicos ali referidos – menores de idade, idosas e pessoas com deficiência – já contam com legislação protetiva específica, que lhes assegura o direito a uma vida sem discriminação, conforme se depreende das garantias elencadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) e no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015).

O voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Substitutivo do Projeto de Lei nº 896, de 2023, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 985, de 2023, na forma da seguinte emenda:

> Emenda nº – CDH (Substitutivo).
> Projeto de Lei nº 896, de 2023.
> Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir os crimes praticados em razão de misoginia.
> O Congresso Nacional decreta:
> Art. 1º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 140. .....
> .....
> §4º Se a injúria for realizada com a utilização de elementos de ódio ou aversão ao gênero feminino ou ao feminino: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
> §5º Se o crime previsto no §4º deste artigo for praticado no contexto ou com intuito de descontração, diversão, chacota ou ridicularização, ainda que contra vítima indeterminada, aumenta-se a pena de um a dois terços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§6º O juiz poderá aplicar, de imediato, ao autor do crime previsto no §4º deste artigo, as seguintes medidas cautelares de urgência, isolada ou cumulativamente, quando cabível:
I – comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação;
II – acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio." (NR)
"Art. 145. Nos crimes previstos neste Capítulo somente se procede mediante queixa, salvo na hipótese do crime previsto no art. 140, §4º, ou quando, no caso do art. 140, §2º, da violência resultar lesão corporal." (NR)
"Art. 286. .....
§1º .....
§2º Se a incitação for relacionada à pratica dos crimes previstos no art. 121, §2º, inciso VI, no art. 129, §13º, no art. 147-B ou no art. 140, §4º, deste Código:
Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
§3º O juiz poderá aplicar, de imediato, ao autor do crime previsto no §2º deste artigo, as seguintes medidas cautelares de urgência, isolada ou cumulativamente, quando cabível:
I – comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação;
II – acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio" (NR)
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, Senadora Jussara Lima, pelo seu relatório.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao PL 896, de 2023, na forma da emenda substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade do PL 985, de 2023.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a construir o parecer desta Comissão, favorável ao PL 896, de 2023, na forma da Emenda nº 1, desta Comissão, e pela prejudicialidade do PL 985, de 2023.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

Parabéns, Senadora! Parabéns ao autor do projeto!

Item 5. Esse é terminativo, vamos ter votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1211, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para prever o fornecimento obrigatório, pelo poder público, mediante solicitação, de formulários impressos em papel como alternativa aos apresentados em meio eletrônico.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

Tramitação: terminativo na CDH.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns para a leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

É uma iniciativa, como foi dito, do Senador Romário.

Passo diretamente à análise, que é bem sintética.

Identificamos mérito na proposta, pois reforça o princípio inclusivo que permeia o regime democrático. Qualquer barreira que imponha regras, procedimentos ou quaisquer outras condições que impeçam ou dificultem o exercício de direitos e deveres por um segmento da sociedade, sobretudo se for vulnerável, é inaceitável e deve ser superada. É o que faz a proposição, assegurando, inclusive, o disposto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal, que a todos reconhece o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral.

O projeto prevê, ainda, amplo prazo para que os órgãos públicos possam se preparar para essa mudança, de caráter mais organizacional. Dessa forma, saudamos essa medida de combate à exclusão digital e garantia de direitos das pessoas hipossuficientes frente à tecnologia em qualquer sentido. É a dificuldade que as pessoas têm, e tem que haver outras maneiras organizacionais para que as pessoas possam ter os seus direitos e deveres realizados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei 1.211, de 2022, do Senador Romário.

Só fico pensando, Sr. Presidente, que é terminativo, não é? Não sei...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu acho que no painel a gente consegue, porque a votação fica à distância.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O pessoal ajuda a acionar as assessorias também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Coloco em votação o PL nº 1.211, de 2022, nos termos do relatório apresentado. A votação será nominal.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Solicito à Secretaria da CDH que inicie a votação neste momento. (*Pausa.*)

Iniciada. Já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu faço um apelo à assessoria do Romário, do Flávio Arns e à minha assessoria também e a de todos os Senadores e Senadoras, Senadora Ana Paula, Flávio Arns, Jussara Lima, para que façam um contato com os Senadores que podem votar pelo celular. Todos podem votar pelo celular

Senador Flávio Arns, eu fiz questão, inclusive, que fosse a votação nominal terminativa, porque eu queria que V. Exa. usasse a palavra neste momento, para nos falar do exemplo que a sua Comissão deu, sob a sua liderança na Comissão de Educação, no que tange às emendas de Comissão para que elas sejam destinadas ao nosso querido povo do Rio Grande do Sul. Eu digo nosso, não é meu é de nós todos, não é? Se fosse no estado de vocês, eu sei que vocês seguiriam todas e todos a mesma postura.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – É verdade. Como todos sabem, as Comissões têm a possibilidade de fazer, todo ano, emendas de Comissão. Então todas as Comissões fazem isso. Depois são apreciadas pela Comissão Mista de Orçamento e aprovadas, no seu total ou em parte, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, na Comissão de Educação e Cultura, nós tínhamos alguns milhões também para iniciativas na área da educação e da cultura. Na área da educação, eu menciono, por exemplo, escolas de educação básica. Uma das emendas era para escolas. Outra emenda, na área da educação, era para hospitais universitários, que também é uma necessidade do Rio Grande do Sul. O hospital é necessário nessa hora particularmente e com os desdobramentos de tudo. Escolas básicas, inclusive, nós temos que pedir, já estamos oficiando para secretarias municipais de educação, Undime, associação de municípios, e também para o estado, para ser feito um levantamento completo, posteriormente, quando as águas baixarem, sobre a situação das escolas, para que a gente, como Comissão, possa discutir o assunto e achar também outros caminhos.

E, na área da cultura, nós tínhamos uma emenda de Comissão para o patrimônio histórico também, porque tanta coisa foi, obviamente, destruída e vai precisar de muito mais recursos também para o patrimônio, como aquele centro de Porto Alegre lá, que a gente vê pelas imagens, e toda a história. O povo gaúcho está intimamente ligado a toda a história do Brasil.

Então, as emendas de Comissão da Comissão de Educação e Cultura, com aprovação dos Senadores e Senadoras que fazem parte da Comissão – entre os quais V. Exa. também e as Senadoras Jussara Lima e Ana Paula, que também são solidárias com essa situação –, foram destinadas integralmente para o Rio Grande do Sul.

Já oficiamos para o Ministério da Educação, para fazer as modificações orçamentárias para que aplique a verba da educação na educação lá, e para o Ministério da Cultura, para que o recurso da cultura vá integralmente, como Comissão de Educação e Cultura, para o Rio Grande do Sul. Então, tudo para lá, integralmente, emenda de Comissão.

Até nós fizemos um apelo, ontem à tarde, no Plenário, para que outras Comissões, independentemente do valor... Porque eu sempre penso assim: sou solidário, e tanta gente é solidário e está trabalhando, quer dizer, arrecadando material, comida, gêneros não perecíveis, colchões, como V. Exa. também fez. Há tanta gente ajudando pelo Brasil todo. A gente vê, no Paraná, muita gente ajudando, Curitiba. O Brasil está mobilizado a favor do Rio Grande do Sul. Mas uma coisa bem concreta é justamente destinar esse recurso; se houver algumas coisas já encaminhadas, se não for 100%, que seja 50%, 60%, 70%, mas encaminha tudo. E são R$16 bilhões no Congresso em emendas de Comissão – R$16 bilhões, não é pouca coisa. Então, é verificar, cada Comissão discutir o assunto, verificar o que fazer e destinar esse recurso para lá, independentemente, eu digo, do valor. O importante é a solidariedade e o gesto concreto de solidariedade, porque solidariedade é um conceito, é uma ideia que tem que se concretizar com ações concretas, como foi com os colchões, com a comida, com o apoio, com o voluntariado, com recursos.

Mas a gente continuar depois também discutindo. Quando nós tivermos, assim, a situação, por exemplo, das escolas, lá na Comissão de Educação e Cultura e do patrimônio histórico nós nos sentarmos e discutirmos a situação específica, não só das escolas de educação básica – creche, pré-escola, ensino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental –, mas também do ensino superior. A gente não sabe em que pé estão as universidades federais, porque o Rio Grande do Sul tem uma rede federal muito importante também.

Enfim, a Comissão de Educação e Cultura destinou, como V. Exa. perguntou, integralmente o recurso, e só comunicamos e pedimos para que os ministérios deem uma resposta para dizer como é que foi, se deu certo, se está tudo em ordem e assim por diante.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Flávio Arns, mediante o gesto de V. Exa. é claro que eu, sendo o gaúcho aqui da Comissão de Direitos Humanos, na Presidência, faço um apelo também, na mesma linha que V. Exa.: as Comissões que entenderem possível encaminhar algum valor nas emendas de Comissão para o Rio Grande, o Rio Grande agradece.

Quero dizer que há uma solidariedade muito grande de todo o Brasil. Eu vi hoje pela manhã, quando eu vinha para o trabalho, uma fala do Governador Eduardo Leite. Ele disse que... Ele deu um relato assim emocionante e ao mesmo tempo muito positivo da solidariedade de todos os estados, inclusive com Pix – mas o Pix vai direto para um *pool* de bancos vinculado ao Governo do estado, no acordo que fizeram, para receber o dinheiro. São milhões e milhões que estão chegando de todo o Brasil – estão chegando.

Aqui do Senado, eu tenho que elogiar que a Diretora Ilana lançou aqui na segunda-feira de manhã... Não é que ela lançou: ela avisou que eles, pela comunidade do bem, a Liga do Bem, que une uma série de identidades, o Senado da República, funcionários, enfim, fizeram uma meta, que era de 5 mil cobertores. E ela anunciou aqui que já está em 5.350 cobertores, tudo pago com essa vontade, com a solidariedade, com a arrecadação, e já foi para a Base Aérea de Canoas – e não é porque eu moro lá, mas é porque o avião só está descendo lá, não desce em Porto Alegre. Então, foi para a Base Aérea de Canoas e provavelmente já atendeu a essa cidade em que eu moro, que está 70% coberta de água. Uma loucura, não é? Um filme de fim do mundo se alguém pudesse assistir o que eu vi lá: carros meio que chocando, atravessados no meio da rua, e as pessoas descendo, porque a água vinha vindo e elas não tinham como passar, porque um carro atropelava o outro, as pessoas descendo indo para as ruas paralelas. Muita gente morrendo. Eu falo isso com tristeza, mas tem que ser dito. Quando me falaram em 60 mortos, eu disse sempre: "É mais do que 100, é mais do que 100". E hoje de manhã eu vi, já estava em 95, infelizmente, porque a gente está vendo lá a forma da violência das águas.

Agora o Christiano mesmo me contava sobre um vídeo que ele viu, de Lajeado, em que a correnteza no centro da cidade estava numa violência de 7m de altura. Calcule numa rua no centro da cidade 7m de altura e uma correnteza violenta! Isso está acontecendo em praticamente 70% do Rio Grande do Sul, que também estão nessa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, toda ajuda que vier é bem-vinda. Eu diria que nós brasileiros agradecemos a todos, porque a ajuda está vindo de todos os estados. Não tem um estado que não está se movimentando e colaborando de uma forma ou de outra.

Então, eu aproveito este minuto, já deu o quórum aqui, inclusive, para votar o seu projeto.

Senador Flávio Arns, com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Não, eu só quero dizer que realmente essa solidariedade vem acontecendo. E ontem eu vi, inclusive, a fala assim emocionante do pessoal de Brumadinho que passou por toda aquela situação recentemente, enchendo o caminhão com água, roupa, comida, alimentos e tal...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – O que mais falta é água!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... e dizendo para o pessoal: "Olhe, a gente sabe como isso é importante". São solidariedade e ação concreta, como eles estão vendo lá, apesar de toda a dificuldade.

Eu quero dizer só mais duas coisas. Lá no Paraná, eu soube hoje também que um grupo de empresárias femininas do Paraná está já com caminhões disponíveis e tudo, levando para São Leopoldo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São Leopoldo está embaixo d'água também. Ary Vanazzi é o Prefeito lá; de Canoas é o Jairo Jorge.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E 80% da cidade ou do povo estão fora – 80%! –, e é um município populoso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande. É um município grande.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agora, a outra coisa que eu queria perguntar é se a iniciativa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele só complementa aqui, pelo informe que ele recebeu, que são 180 mil pessoas nessa região, só no Município de São Leopoldo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Inclusive, eu tenho primos que moram lá e que disseram que moram num prédio, mas a água estava 2,5m dentro do prédio. Então, não podiam nem sair...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ficam isolados, não é?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não tinham como sair do prédio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sem luz, sem água, sem alimentação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agora, a iniciativa de V. Exa. continua? A dos cobertores?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim, continua, continua.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Se pudesse dar os detalhes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se alguém...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Inclusive para o pessoal que nos acompanha pelo Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O pessoal da minha assessoria pode... Tem alguém da minha assessoria aqui ou não tem mais? (*Pausa.*)

Ah, está aqui, está aqui.

Peguem lá os dados, porque a gente pode aqui dar, inclusive, o Pix, pois a campanha continua igual e está arrecadando... Eles acham que arrecada mais 5 mil até a próxima semana.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, inclusive, para divulgar aqui pela nossa reunião, pelos meios em comunicação do Senado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eles vão imprimir, e nós vamos anunciar aqui.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É só para saber como colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bom, já faremos isso.

Senadora Jussara Lima, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Pela ordem.) – Senador Paim, eu gostaria de cumprimentar o senhor neste momento difícil por que passa o Rio Grande do Sul, o senhor como representante do seu estado. Eu sei a dor tamanha por que está passando o povo gaúcho. E nós brasileiros nos juntamos a todos vocês neste momento por que passa o Rio Grande do Sul com essas enchentes que estão devastando as cidades gaúchas.

E quero dizer para o senhor que eu estive no aniversário do Governador lá do nosso estado na segunda-feira, e o que ele pediu foi que os presentes fossem convertidos justamente em doações para o Rio Grande do Sul.

E, na minha pequena cidade, Fronteiras, duas sobrinhas minhas Ana Geórgia e Marina também estão empenhadas em arrecadar donativos para mandar para a Teresina e depois para o Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eles pedem que se centralize nos bombeiros de todos os estados, pois eles providenciam para que a base aérea da região...

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Sim, nos aeroportos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... nos aeroportos levem...

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – É porque tem lá outras pessoas também que estão tendo contato com as cidades e aí levam para os aeroportos.

Eu queria dizer para o senhor que eu também sinto essa dor de saber que tem tantas famílias desabrigadas, milhares e milhares de famílias desabrigadas. A dor do povo gaúcho, que são nossos irmãos, é a minha dor também, porque, sempre que eu me reporto a tudo que está acontecendo lá, confesso para o senhor que dói o meu coração. E eu penso muito no senhor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – ... esse cidadão de um coração tão gigante, esse homem, digamos assim, tão ligado ao seu povo, e esse grande Senador que é para o Brasil. Então, quero dizer para o senhor que conte comigo. Eu faço parte da Comissão de Educação, eu também estou de acordo com tudo o que está dizendo aqui o Senador Flávio Arns e me solidarizo de todo o meu coração. Conte com as minhas orações, Senador, para o senhor e para o povo gaúcho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Senadora Jussara Lima. Suas palavras, claro, que mexem. (*Manifestação de emoção.*)

Quando a gente está vivendo esse momento, é claro que a gente acaba se emocionando, mas tem que segurar essa emoção, porque, se você não segura a emoção, você não pode – a emoção é natural, não é? – , mas não pode ajudar como a gente pode ajudar. E, inclusive, digo para vocês que, quando eu saí de lá, eu saí no último avião. (*Manifestação de emoção.*)

O aeroporto está tomado. Eu não posso voltar nem que eu queira. A minha forma é de ajudar é ficar aqui com vocês, e, daqui, interagindo.

Quero cumprimentar o Rodrigo Pacheco, que fez uma Comissão Externa e pediu que eu assumisse a Presidência. O Senador Mourão assumiu a relatoria, e o Senador novo que chegou é o... (*Pausa.*)

Ireneu. É porque eu o chamo de Jair, viu, Ireneu? O Senador Ireneu. Eu sou o Presidente, ele é o Vice e o Mourão é o Relator, numa demonstração de que, neste momento, a questão não é partidária, não é isso, não é aquilo, é ajudar o povo gaúcho. E foi unanimidade dos oitos Senadores escolher que nós três ficássemos cada um numa função, porque vivemos lá, e, consequentemente, a responsabilidade é tão grande quanto a de vocês. Eu sei que todos nós somos responsáveis, porque são vidas. E, com vidas, você não mede quem é mais ou menos responsável.

Mas eu quero cumprimentar o Presidente Rodrigo Pacheco. Ele, além de incentivar esse movimento dos cobertores aqui na Casa, porque o último que pediram para mim... "O que mais falta?" "Água, cobertor e colchão", pode ser um colchãozinho desse tamanhozinho, como o nome diz, só para eles botarem no chão, para não dormirem no chão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exato, kit higiene ajuda muito, porque onde é que eles vão ficar? Dormem no piso. Muitas vezes a água está ali na rua e o frio está aumentando agora. Então, cada vez mais, essa campanha que o Senado faz é uma campanha muito positiva, mas todo o Brasil está fazendo. Então, eu agradeço muito a vocês.

E esse tema vai continuar tocando as nossas vidas. Eu não sei que dia eu volto para casa. (*Manifestação de emoção.*)

Mas voltarei, viu? TV tem lá, eles estão vendo lá, eu voltarei. Estou falando pela TV Senado, aproveitando da comunicação para dizer: "Vocês estão vendo a Comissão, tenho certeza, de Direitos Humanos".

Vamos lá, então. Neste momento, eu encerro a votação desse projeto do Senador Romário, que me ligou também, muito solidário, como vocês, e se propôs inteiramente a que eu ficasse à vontade para ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poder colaborar no que fosse preciso, para eu falar com ele. Lembrei aqui agora, porque de fato ele me ligou, inúmeros me ligaram. Todos vocês vêm conversar comigo no Plenário e aqui, e o Senador Romário me ligou com esse objetivo.

Vamos, então, encerrar.

Solicito à Secretaria da Comissão, que inicie... (*Pausa.*)

Já está pronto? Ele já aplicou aqui, já está no painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Votaram 11, SIM; NÃO, 0. (*Palmas.*)

Cumprimentos, então, ao Senador Flávio Arns e ao Senador Romário, pela unanimidade.

Flávio, como você mesmo pediu, está aqui o Pix. Esse SOS Rio Grande do Sul. Essa é a principal área de atuação do Governo do estado, como fonte de recurso. (*Pausa.*)

Cadê o do Rio Grande do Sul... Está aí, não. Este aqui é o do Rio Grande do Sul. Eu vou mostrar agora o do Rio Grande do Sul; depois eu mostro o do Senado.

Aqui se centralizam todas as arrecadações do Governo do estado, e, dali, eles fazem a distribuição.

Pix SOS Rio Grande do Sul, do Governo RS. Ajude dando qualquer valor. Agora eu vou ler bem devagar, chave do Pix, CNPJ: 92.958.800-0001-38. (*Pausa.*)

Isso, são três zeros. Vou repetir: 92.958.800-0001-38. Instituição: Banrisul, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Está reativado, eles estão dizendo que está reativado o Pix pela abrangência da catástrofe em que o nosso estado se encontra.

Agora aqui, conforme foi lembrado pelo Senador Flávio Arns, esse é o daqui da Casa, do Senado. (*Pausa.*)

Está bem. É importante segurar um pouquinho, porque a TV Senado está mostrando...

Então, rapidamente, SOS Rio Grande do Sul – um abraço e um cobertor. Já disseram que o melhor lugar do mundo é dentro de um abraço. Vamos todos abraçar o Rio Grande. Um abraço e um cobertor. Essa campanha vai aquecer os corações das famílias gaúchas. Mande a sua solidariedade na forma de um cobertor. Custa só R$20, mas vai ajudar a muitos que estão desabrigados. Doe pelo Pix, com a chave apcnsocial@gmail.com. E diz uma frase aqui, no final: "E a gente dá um jeito de fazer seu cobertor esquentar uma irmã ou um irmão gaúcho".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, está feita aqui toda a... (*Pausa.*)

Está bem.

Então, ainda faltou do item 5: aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Item 3. Projeto de Lei nº 2.737, de 2019...

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Qual é o meu? É o seis?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Qual é o seu?

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – O meu é o seis, o PL 565.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, vamos colocar o dela agora. Pronto.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 565, DE 2022

- Não terminativo -

Qualifica a exposição de crianças e adolescentes sob guarda de pais ou responsáveis legais brasileiros a situações de violência doméstica em país estrangeiro como situação capaz de submetê-los a grave risco de ordem física ou psíquica, nos termos do Artigo 13 da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CRE e CCJ.

Autoria: Deputada Federal Celina Leão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Ana Paula Lobato, para a leitura do relatório.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Pela ordem.) – Presidente, antes de começar a minha leitura, eu queria também aqui, como os colegas Flávio Arns, como todos os colegas estão fazendo, Jussara... Porque é nossa dor também. Queremos nos solidarizar com a sua dor, com a dor do povo gaúcho, do povo do Rio Grande do Sul. A gente tem acompanhado, tem assistido às cenas tristes, lamentáveis que estão acontecendo, e quero dizer que a única coisa que a gente pode fazer, como a Senadora Jussara disse, agora, são orações; é a gente caminhar, todo o Brasil, de mãos-dadas; todos os estados; todos nós. Cada um... A gente sabe que, com cada um fazendo um pouquinho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – ... esse pouquinho vai se juntando, e a gente vai chegando a um número maior de doações, de ajuda, porque toda ajuda é bem-vinda.

Ontem, nós votamos aqui no Senado o decreto, aprovamos esse decreto; nas minhas redes sociais, a gente já tem esse Pix, já está lá o Pix para doações, para o Rio Grande do Sul receber as doações; os pontos de coleta no Maranhão – o Maranhão também está solidário à dor dos gaúchos –; e também vamos fazer a nossa parte, a nossa parte como seres humanos, dentro da nossa casa, com os amigos... Eu chego amanhã de manhã ao Maranhão, e amanhã mesmo eu já vou reunir alguns *kits* de higiene, alguns cobertores, algumas coisas; umas vou comprar, outras vou reunir dos meus filhos, minhas, do meu marido, de alguns amigos; vou pedir... Mas quero dizer aqui, para o Brasil, que o importante, agora, é que a gente continue de mãos dadas pelos irmãos gaúchos e ore para que, o mais breve possível, eles voltem à sua rotina, à sua vida normal; que voltem normalmente às suas rotinas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Senadora Ana Paula Lobato.

E, se vocês me permitirem, aqui no Plenário, alguém diz, às vezes: "Mas tu consegues bater palma num momento como este?". Eu bato palma à resistência. (*Manifestação de emoção.*) Eu bato palma à solidariedade do povo gaúcho; e a que essa solidariedade ao povo gaúcho aumente ainda mais, como nos depoimentos que vocês todos deram aqui.

Eu queria bater uma salva de palmas para o Senado, o Senado e o Governo Lula, o Governo do estado, os municípios, os prefeitos. (*Palmas.*)

Cada um está fazendo a sua parte, e que essa energia positiva chegue lá. E tomara que a chuva pare, porque não parou ainda, não parou ainda!

Senadora Ana Paula Lobato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Mas essa dor é nossa e vai passar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai passar.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Vai deixar em alguns uma tristeza, uma dor maior. Mas vamos tê-los em oração.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos tê-los em oração.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Como Relatora.) – Peço a sua licença para partir diretamente à leitura da análise.

O Regimento Interno do Senado Federal determina que a Comissão de Direitos Humanos examine matéria atinente a direitos humanos, mulher, família, crianças e adolescentes, o que torna pertinente seu exame do Projeto de Lei nº 565, de 2022.

Do ponto de vista dos direitos humanos, a proposição é muito bem-vinda, pois atende a uma série de demandas materiais que a Constituição faz a todos que tenham responsabilidade para com crianças e adolescentes.

A ideia normativa é a de que o juiz brasileiro não mais poderá desconsiderar as decisões administrativas, médicas e policiais estrangeiras em desfavor do requerente e poderá considerar o retorno da criança ao país de residência habitual como algo que a coloque em risco, em razão de violência doméstica comprovada ou com fortes indícios de sua prática. A proposição ainda se mostra ciente da realidade da maioria dessas situações, a saber, a da hipossuficiência econômica da mãe, seja anterior ao casamento, seja, como é tristemente comum, gerada após o casamento e a mudança e a maternidade no país estrangeiro. As mães reclamam, procuram ajuda contra seus companheiros violentos, mas sua condição de estrangeira e com dificuldades de expressão dá ao marido larga vantagem perante a sociedade em que ele, ao contrário dela, está bem enraizado. Aqui, toda classe de preconceitos contra brasileiras entra em cena e faz aparecer o pior das pessoas e das instituições estrangeiras. A proposição defende as mães e as crianças brasileiras contra situação frequente, e o faz com as cautelas necessárias para evitar que a nova lei se torne instrumento contra a convenção de que se fala.

Por tais razões, apoiamos a proposição. Entretanto, após apurada análise, optamos por apresentar um texto substitutivo visando ao aprimoramento de alguns pontos do projeto. O art. 3º da proposição original trazia um rol de elementos que poderiam ser considerados indícios de exposição de crianças e adolescentes à violência doméstica. Mantivemos o mesmo comando legal, todavia, acrescentamos um conjunto de ações que poderiam ser mais usuais às vítimas de violência doméstica. Sabemos que o Brasil possui um arcabouço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legal que é exemplo ao mundo no que tange o combate à violência contra a mulher, entretanto, nem todos os países possuem legislações como as nossas.

Diante disso, incluímos no comando do art. 3º um rol aberto de evidências que possam caracterizar a exposição de crianças e adolescentes à violência doméstica.

Outra mudança no art. 3º é a inclusão de um parágrafo determinando que, a partir dos 12 anos de idade, toda criança deverá ser ouvida pelas autoridades responsáveis pelo julgamento dos casos concretos.

Por fim, incluímos no substitutivo a possibilidade de recusa da Justiça brasileira à ordem de retorno da criança ou adolescente a país estrangeiro nos casos em que o genitor que se opõe a esse retorno demonstrar que: está impedido de entrar no país estrangeiro ou perder o direito de residir no país estrangeiro devido à criminalização por subtração da criança ou adolescente, entre outros casos já explicitados no texto protocolado.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 565, de 2022, nos termos do substitutivo apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora, pelo relatório. É um assunto, de fato, que tem tudo a ver com esta Comissão, porque é na linha das políticas humanitárias. Nós, que estamos vivendo esse momento, entendemos a importância do seu relatório. Parabéns!

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu passo à discussão da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

De imediato, cumprimento a Deputada Federal Celina Leão e V. Exa., Relatora, Senadora Ana Paula Lobato.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Muito obrigada, Presidente. Quero agradecer aqui aos colegas.

A gente vem acompanhando essa luta logo desde quando eu cheguei aqui ao Senado, ano passado, em que eu fui ver os relatórios, ver os projetos das Comissões, eu escolhi esse e vim acompanhando cada vez mais de perto esses casos. Tem alguns casos assim horripilantes que a gente foi acompanhando, conversando com as mães, conversando com os padrastos, avós. E, assim, relatos tristes de a gente nem imaginar que existissem e que realmente estivessem acontecendo. Então, isso aqui é um projeto de muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importância para a gente. Quero também parabenizar a iniciativa da autora, Celina Leão, que é Vice-Governadora, porque isso aqui...

A gente que lida, assim como o senhor, eu também tenho aquele coração bondoso. A gente olha e sente como se... A dor de cada um eu sinto como se fosse uma dor minha. Eu me coloco naquela situação, no lugar de cada pai, de cada mãe, da família de cada criança que sofre isso.

Cheguei a receber alguns, ter contato com alguns, conversas. E cada vez mais eu ficava mais entusiasmada em brigar e lutar por esse projeto. Então, eu quero agradecer aqui a vocês, agradecer ao Presidente, agradecer a todos os colegas pela aprovação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns à Relatora, Senadora Ana Paula Lobato!

Em discussão à matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem quer discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado do relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1, Substitutivo.

O projeto segue agora para a análise da CRE e, posteriormente, à CCJ.

Vamos para o item 3, com alegria, porque já está conosco aqui a Relatora, que também, ontem, no Plenário me abraçou, fez questão de me dar um abraço. Eu estava muito chorão ontem lá, mas é como foi dito aqui, é algo que envolve a todos nós. Muito obrigado, Senadora.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2737, DE 2019

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e 13.239, de 30 de dezembro de 2015, para estabelecer prioridade no atendimento social, psicológico e médico à mulher vítima de violência doméstica e familiar.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Janaína Farias

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CSP e CDH.

Em 06/02/2024, foi aprovado parecer da CSP favorável ao projeto.

Autoria: Deputado Federal André Ferreira.

Relatoria: Senadora Janaína Farias, para quem eu passo a palavra neste momento, para que faça a leitura do seu relatório, favorável ao projeto.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pela ordem.) – Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estamos aqui com a Senadora Damares Alves.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu queria, mais uma vez... Ontem você não estava choroso, você estava ali representando o povo gaúcho. Eu imagino a dor quando você conta a história de pessoas na rua correndo, fugindo daquela água. Enfim, são histórias muito tristes pelas quais o Rio Grande do Sul está passando. Acho que, na história do Brasil, é uma catástrofe pela qual a gente, infelizmente, teve que passar.

Eu queria me solidarizar, mais uma vez, a você, a V. Exa. e, na sua pessoa, ao povo gaúcho. Quero cumprimentar aqui as colegas, o colega que também está aqui.

Ontem se viu ali uma situação que representa: com o que o Rio Grande do Sul está passando hoje, a gente precisa fazer uma grande reflexão sobre o que nós estamos fazendo com o nosso meio ambiente. Nós precisamos refletir, porque, às vezes, a gente faz uma ação aqui, mas daqui a dez anos – é uma coisa a médio ou longo prazo –, a natureza vai dar a resposta. A gente precisa pensar um pouco no que nós estamos fazendo.

Quero parabenizá-lo pela sua luta. Graças... Nós temos um grande Presidente que nos representa, o nosso Presidente Lula, que uniu todos os Poderes, inclusive viajou com os representantes dos Poderes, colocou todo mundo junto. Além do Poder...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele foi lá duas vezes, já está prevista uma terceira, e sempre levando em torno de nove a dez Ministros junto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Levando resposta para a população do Rio Grande do Sul.

A gente fica muito triste quando vê a quantidade de *fake news*. A gente fica indignada. Eu digo aqui, porque o meu esposo recebe, por dia, 30, 40, 50 *fake news*, e, se ele não tivesse conhecimento, não tivesse... Então, é uma tristeza.

Inclusive, hoje, o Presidente Lula publicou nas suas redes, para que a gente possa fazer um combate com relação às *fake news*. Nós estamos com um único objetivo: salvar vidas, proteger aquela população. E você vê que hoje o Presidente Lula lançou o PAC Seleções e priorizou vários projetos do Rio Grande do Sul, justamente pensando nisso.

Ontem a nossa colega, Senadora Soraya, colocou que no Governo passado tinha R$25 milhões para a catástrofe, para a questão ambiental. E, hoje, o Presidente Lula anunciou R$1,7 bilhões só para essa área no Brasil, porque a gente realmente precisa.

Então, é um Governo – como ele diz – que pensa: nós não estamos vivendo mais o período eleitoral, nós estamos vivendo um momento de dificuldade de um estado, e nós temos vários Governadores do Brasil todo ajudando, inclusive o Governador do meu Estado, Ceará, que está mandando 66 toneladas de alimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Foram lá equipes de bombeiros especializados e tudo. Então, a gente fica feliz.

Vários outros Governadores – eu vi o Governador de Goiás, vários outros Governadores – enviando ajuda. A gente não imagina o tamanho. Não são 95, não são cem, a gente sabe que esse número, infelizmente, será muito maior, mas a dor... Então, eu me solidarizo, mais uma vez, e quero pedir aqui uma reflexão para os colegas, no Senado, na Câmara, que a gente possa avaliar vários projetos que há com relação à questão ambiental, que a gente possa ter um carinho. Porque a gente às vezes pensa que não acontece agora, mas daqui a 10, a 15, a 20 anos há um reflexo da ação do homem hoje com relação ao meio ambiente.

Então, mais uma vez quero me solidarizar e fazer aqui um apelo para que essas pessoas não façam desserviço para aquela população, que é a questão de *fake news*. Então faço aqui um apelo a essa população.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Mais uma vez quero me solidarizar com você em nome do povo do Rio Grande do Sul.

Então a autoria é do Deputado Federal André Ferreira.

Sr. Presidente, eu queria ler o relatório só resumido, já que foi amplamente discutido. É um projeto muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – O Projeto de Lei nº 2.737, de 2019, objetiva alterar o art. 9º da Lei Maria da Penha, para dispor que a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar seja prestada em caráter prioritário.

Altera ainda a Lei 13.239, de 2015, que dispõe sobre a oferta e a realização no âmbito do SUS de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher, para que a mulher vítima de violência seja de atendimento também prioritário entre os casos de mesma gravidade.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre os direitos da mulher, o que torna regimental a análise do PL 2.737, de 2019, que visa assegurar à mulher que sofreu violência prioridade em determinados atendimentos no SUS.

Em relação ao mérito, a proposição trata de questão de grande importância para a sociedade brasileira e para a garantia dos direitos das mulheres em seu meio. Infelizmente ainda precisamos fazer isso.

Em 2022, quase 30% das mulheres sofreram algum tipo de violência ou agressão. No mesmo ano, as agressões em contexto de violência doméstica e familiar tiveram aumento de 2,8% em relação a 2021, o que totalizou mais de 245 mil mulheres agredidas.

Esses dados estatísticos, apesar de assustadores, não revelam em seus números a total extensão da gravidade da violência contra a mulher. Isso porque as consequências desastrosas do ato de violência não são esgotadas no momento em que esse é cometido, mas possuem a capacidade de serem duradouras, permanentes; de serem físicas, psicológicas e sociais.

É claro que a violência afeta as mulheres de maneiras diferentes, provocando reações e consequências variadas. O que se pode dizer, com certeza, é que a violência afeta todas as mulheres que a sofrem. Sobreviver e afastar-se do agressor frequentemente não apagam as marcas da violência, cabendo ao Estado prover o atendimento rápido e eficaz às mulheres que, em situação de vulnerabilidade decorrente da violência, dele necessitem. Por isso, a prioridade prevista no PL é tão relevante, servindo a minorar as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consequências da violência e a proporcionar sem demora a recuperação da mulher, em relação a aspectos físicos, psicológicos, sociais e relativos a sua segurança.

O PL, portanto, dá um passo adicional ao que se encontra previsto em nosso ordenamento ao assegurar que não basta o atendimento à mulher que sofreu violência, mas que esse seja realizado de forma prioritária.

Diante do grande mérito da proposição, sugerimos apenas uma alteração na ementa para que reflita adequadamente as mudanças que o PL propõe.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do PL 2.737, de 2019, com a emenda de redação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Eu queria até acrescentar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... que a gente fica...

A nossa ex-Presidente Dilma criou a Casa da Mulher Brasileira e, no Ceará, foi criada a Casa da Mulher Cearense, onde há todos os atendimentos, tanto com relação à questão judicial quanto também aos atendimentos psicológicos, lá só não há a questão da saúde. Mas é um grande apoio que nós temos hoje nessas casas da mulher e o nosso Presidente Lula também está com uma proposta de ampliar.

Hoje, no Ceará, nós temos uma por região e acredito que seja um instrumento para inibir um pouco essa violência. Eu acho que quando percebe que não vai ficar impune, pode ser que seja um instrumento de inibir essa violência.

Eu queria pedir, pela relevância do projeto, eu gostaria, se fosse possível, de termos urgência nesse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto com a emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável, com a Emenda nº 1 desta Comissão.

E já submeto ao Plenário o requerimento de urgência apresentado por V. Exa.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 10.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 27, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Resolução 2378/24 do Conselho Federal de Medicina (CFM) que veda ao médico a realização do procedimento de assistolia fetal previamente aos procedimentos de interrupção da gravidez, nos casos de aborto previsto em lei, quando houver probabilidade de sobrevida do feto em idade gestacional acima de 22 semanas.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

De autoria do Senador Eduardo Girão, subscrito pelo Senador Flávio Arns e pela Senadora Damares Alves.

Entendo que a leitura já mostrou o debate que vai se dar no tema.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Eu convidaria o Senador Flávio Arns para que possa presidir para que eu faça a leitura...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um requerimento ou projeto? (*Pausa.*)

É um projeto e dois requerimentos.

Farei uma leitura bem rápida, prometo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Passamos ao item nº 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 1357, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o selo Acessibilidade Nota 10, como forma de certificação oficial destinada aos estabelecimentos privados ou públicos que promovam a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *Tramitação: CDH*

Autoria: Deputado Federal Célio Studart.

Relatoria: nosso Presidente, Senador Paulo Paim.

Relatório: favorável ao projeto.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Flávio Arns.

Eu vou direto à análise.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos, bem como sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, mostra-se regimental a análise do PL nº 1.357, de 2019, pela CDH. De igual forma, não identificamos óbices de constitucionalidade ou de juridicidade. A técnica legislativa também é adequada.

A matéria é relevante e se insere na onda virtuosa de legislações edificantes e promotoras de acessibilidade à qual o Congresso Nacional vem se atentando nos anos mais recentes.

Ora, a acessibilidade é obrigação constitucional, por força do *status* de emenda constitucional da Convenção Internacional sobre as Pessoas com Deficiência, e tem sido objeto de diferentes leis, entre as quais se destaca o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Assim, é natural que o Congresso Nacional envide contínuos esforços para concretizar, no plano fático, a letra do legislador e o anseio do cidadão.

Dessa forma, mostra-se importante a concepção de iniciativas voltadas ao reconhecimento formal e legal a quem dê cumprimento à obrigação de tornar acessível um dado estabelecimento de acesso ao público.

E é exatamente nesse sentido que se manifesta o oportuno PL nº 1.357, de 2019. Afinal, a promoção positiva de seu estabelecimento, aliada à certeza do cumprimento ótimo da lei, trará satisfação ao gestor e ao usuário de um dado ambiente ou estabelecimento público. O selo Acessibilidade Nota 10, portanto, será objeto de desejo e razão de satisfação.

Por tais motivos, temos de reconhecer o lume da matéria e votaremos por sua aprovação.

Em razão dos argumentos apresentados, votamos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço-lhe, Senador Paulo Paim.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

Passamos ao item nº 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2203, DE 2023

- Não terminativo -

Proíbe que empresas brasileiras realizem transações comerciais com empresas estrangeiras que exploram trabalho escravo ou análogo a escravidão.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CRE e terminativo na CAE.

Com a palavra, caro Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Senador Flávio Arns, o projeto só na sua leitura diz tudo. É um projeto que proíbe que empresas brasileiras realizem transações comerciais com empresas estrangeiras que exploram o trabalho escravo ou análogo à escravidão.

Por isso, a justificativa, muito bem-feita, é longa, Sr. Presidente, e eu não vou ler toda a justificativa, porque os fatos, na verdade, estão sendo ditos já na abertura: é para combater o trabalho escravo e que as empresas nacionais não façam nenhuma transação com empresas de outros países que mantêm homens e mulheres sob o sistema de escravidão.

Devido a isso, eu vou direto à parte final.

Vislumbramos, contudo, a necessidade de pequenos reparos no texto do dispositivo para sanar aparente antinomia da norma proposta. Isso porque o art. 1°, apesar de inicialmente proibir a realização de quaisquer transações comerciais, conclui restringindo sua aplicação a uma das possíveis modalidades de transação, qual seja, a compra e venda.

Diante disso, por entendermos injustificada essa restrição aos fins a que a norma se propõe, sugerimos a sua supressão.

Desse modo, com as alterações sugeridas, entendemos que a proposição estará digna de acolhida e ficou bem mais ampla.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.203, de 2023, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº – CDH
> [...]
> Art. 1°. É vedada às empresas brasileiras a realização de quaisquer transações comerciais com empresas estrangeiras que, de acordo com as leis locais da sede ou da filial com a qual for realizado o negócio, tenham sido condenadas por exploração ao trabalho escravo ou análogo à escravidão.

Esse é o parecer, Sr. Presidente, favorável ao projeto, com a emenda que apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, agradeço de novo.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com a emenda que o Senador Paulo Paim apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDH.

O projeto segue para análise da CRE (Comissão de Relações Exteriores) e, posteriormente, de forma terminativa, à CAE (Comissão de Assuntos Econômicos).

Passamos ao item 9 da pauta.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 26, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública sobre o "Dia Nacional da Trabalhadora e do Trabalhador da Cultura"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, pela importância do tema, a justificativa também é longa, e eu só vou ficar na introdução, que diz tudo.

A data do Dia Nacional dos Trabalhadores em Entidades Culturais, Recreativas e Conexas, a ser comemorada na segunda segunda-feira do mês de maio, para além da celebração e das festividades, é também um momento de reflexão, que tem como um dos seus objetivos ouvir, dialogar, apontar e construir propostas que atendam às demandas dos segmentos e setores de trabalhadores da cultura.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao item 11 da pauta.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 29, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização da audiência pública para debater sobre o "Dia Internacional Contra LGBTIfobia "

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Também, Sr. Presidente, esse é um projeto que combate todo tipo de preconceito e é uma política humanitária desta Comissão. Eu não vou fazer a leitura de toda a justificativa, mas ficarei na introdução.

A audiência pública abrirá o debate sobre boas práticas de gestão governamental das políticas públicas para a promoção e defesa dos direitos humanos e cidadania de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas intersexo e pessoas de outras orientações sexuais e entidades de gênero diversas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma sessão de debate sobre uma proposta que está tramitando na Casa e que merece a nossa atenção devida.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Aqueles e aquelas que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agradeço a deferência de V. Exa. para eu presidir, mas retorno a quem de direito, de fato e líder nesta área também, ao amigo Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

Vamos, agora, aos encaminhamentos finais da nossa reunião.

Já agradeço a todos com muito carinho – primeiro, às Senadoras, que tomaram conta do Plenário –, Senadora Jussara Lima, Senadora Ana Paula Lobato, Senador Flávio Arns, Senadora Janaína Farias e Senadora Damares Alves.

Nós terminamos a pauta, mas, se alguma Senadora quiser fazer uso da palavra...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu quero.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Senador, nós estamos no nosso Maio Laranja. O Senado aderiu à campanha do mês de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Nós temos um requerimento de uma audiência pública especificamente sobre crianças indígenas. Nós estamos muito preocupados com as crianças indígenas em área de fronteira. Tem muita gente indo atrás dessas crianças, então a gente queria fazer aqui um debate sobre a proteção da criança indígena.

Nós estamos com muitas crianças indígenas, Presidente, da etnia warao nas ruas do Brasil. Eles atravessaram para cá, e eu estou preocupada com a proteção deles.

Então, a gente já tem esse pedido. Se a gente puder priorizar, neste Maio Laranja, a proteção da criança indígena, eu ficaria muito feliz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.179980/2024-20-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O seu pedido será atendido.

O requerimento não está ainda na Comissão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Já foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, já foi aprovado. É só questão da data. Vamos garantir que ocorra no mês de maio. Vamos só combinar a data, sem nenhum problema, o.k., Senadora?

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião deliberativa.

Que Deus nos ilumine a todos e que a chuva pare no Rio Grande do Sul.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 12 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte minutos do dia treze de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Janaína Farias, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 26/2024 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Dia Nacional da Trabalhadora e do Trabalhador da Cultura". Participantes: Sonia Teresa Santana, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica – SINDCINE; Frederico Augusto Barbosa, Pesquisador do Instituto de Pesquisa Economia Aplicada – IPEA; Alexandra Ferreira Gonçalves, Coordenadora da Articulação Nacional de Trabalhadores em Eventos - ANTE; Deryk Vieira Santana, Diretor de Políticas para os Trabalhadores da Cultura do Ministério da Cultura; Carlos Eduardo Fábio, Secretário de Cultura da Central Única dos Trabalhadores - CUT; e Sr. Adriano Malvar, Representante do SindiEventos do Estado da Bahia / Força Sindical. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 26, de minha autoria e outros Senadores, para debater o Dia Nacional da Trabalhadora e do Trabalhador na Cultura.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Eu sei que hoje o debate aqui na Comissão, marcado há muito tempo, é sobre a cultura. Pediram para mim que eu suspendesse esta reunião, como pediram que eu suspendesse todas as outras da semana. Eu tomei a decisão de manter – eu sei que vocês vão entender –, pois a gente vai falar da cultura, mas vai falar também do que está acontecendo no Rio Grande do Sul. Então, todos nós aproveitaremos aqui a TV Senado e a Agência Senado. É porque só ficar nos gabinetes não resolve, não é? Então, daqui nós poderemos passar mensagens e informes do que está acontecendo. Já chegou a 147 mortos. Quando estava menos que cem, nós dizíamos: "Infelizmente isso vai muito além dos cem" e já está em 147 – mas eu vou aqui fazer uma introdução –, sem falar nos desaparecidos. Então, a situação é gravíssima.

E o volume de água no Rio Guaíba está aumentando. Há quem diga que poderá chegar a 5,5m. Então vai ser o pior momento de todos os tempos em alagamento ou da força das águas em Porto Alegre e nas regiões mais próximas. Milhares – vejam: não digo centenas – de pessoas perdendo tudo. Estão perdendo tudo, desde o seu fogão à sua geladeira, enfim. Estão perdendo roupas, documentos. Só na Ulbra, em Canoas, só num ponto – são 96 pontos –, têm mais de mil pessoas lá. Calculem mil pessoas juntas e o desespero de filhos, de mães e de netos, enfim. Eu disse ontem, no Dia das Mães: mães perdendo filhos, filhos perdendo mães. Essa foi a frase que eu usei muito no dia de ontem, e é essa a realidade.

Então, se vocês me permitirem, num primeiro momento, eu vou fazer esta minha introdução. Depois eu entrarei no assunto do tema. E cada um de vocês poderá fazer um comentário, enfim, fazer um apelo para o seu estado, para os que puderem doar, pois do ato de doar virá sempre o bem, seja alguns reais, seja cobertor, seja colchão, seja alimentação.

Mas vamos em frente.

Senhoras e senhores, infelizmente, as chuvas e enchentes continuam muito fortes no Rio Grande do Sul. Dos 497 municípios gaúchos, 446 municípios foram atingidos, por causa de inundações, com cidades inteiras devastadas, estradas destruídas, dezenas e dezenas de pontes já foram rio abaixo, falta de água para as pessoas tomarem e falta de energia elétrica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Milhares de pessoas estão sem dinheiro – e daí você não tem acesso ao banco. Como é que você vai ao banco se a ponte e as ruas da cidade estão cheias d'água? –, sem acesso ao banco e a caixas eletrônicos. Pessoas estão sem remédio, principalmente os controlados. Vejam bem, e parece um detalhe importante, que muita gente no meio da água perdeu os óculos, e nós que usamos óculos sabemos da importância dos óculos. Se não fossem os óculos, eu não poderia estar fazendo, neste momento, este pronunciamento.

As pessoas precisam urgentemente do auxílio emergencial, como nós fizemos na época da pandemia. O Congresso fez a sua parte, votou e aprovou, e eu tenho certeza que agora também nós teremos o auxílio emergencial.

Sobre a dívida do Rio Grande, tudo indica que hoje ainda o Governador Eduardo Leite e o Ministro Haddad tenham uma conversa, que vai ser por teleconferência, devido à situação do Rio Grande. E provavelmente o Presidente Lula, durante esta semana, deve anunciar essa negociação, porque a dívida do Rio Grande é quase de R$94 bilhões. Então, se tirar a mensalidade que nós temos que pagar, ajudaria muito. Se fosse por dois anos, como está sendo proposto... Não sei se três, mas dois anos foi o que mais me falaram. Enfim...

Outra preocupação grande que nós registramos aqui é que há um avanço de *fake news*. Eu queria pedir, pelo amor de Deus, pelos familiares, pedir pelo povo brasileiro e pedir pelo povo gaúcho, no caso específico, pois elas não ajudam nada: só atrapalham, só criam um confronto direto, ideológico ou não, que não é a questão aqui. É uma disputa... Parece que se tornou uma disputa eleitoral, e não é disputa eleitoral. Nós estamos neste momento nos somando para salvar vidas. Então nós pedimos aqui: parem com as *fake news*! As *fake news* neste momento estão matando! É tanta desinformação dita que as pessoas se apavoram. Para mim foi dito sobre esta questão do pessoal que tem de receber dinheiro no banco – o aposentado, o que tem benefício, os que têm os benefícios. Isso, de fato, está difícil, porque ele não tem como chegar lá na Caixa, no posto, para retirar o seu dinheirinho. Então, nesse aspecto também nós temos que ser solidários para que eles possam fazer com que as agências abram e eles possam receber o dinheirinho deles.

Municípios em calamidade pública, 397; pessoas afetadas, mais de 2 milhões; mortos, repito aqui, 147; em torno de 900 pessoas feridas. Há pelo menos 131 desaparecidos. Desses 131 desaparecidos, podem ter a certeza, infelizmente, muitos estão mortos. O estado tem 538 mil desalojados. Eu diria que são – dá para arredondar, porque a cada dia aumenta – 540 mil desalojados. São 82 mil pessoas em abrigos. Quando eu falei que a Ulbra tem mil, mas são 96 lugares, calculem isso no Rio Grande todo. São quase 200 mil pessoas sem abastecimento de água, em 18 cidades; 134 mil, sem energia. O nível do Guaíba chegou a 4,63m.

Os Governos Federal e estadual estão trabalhando juntos. Isso é muito importante e é muito bom. Diante de toda essa situação, tem que dizer que é bom mesmo.

Até ontem, apenas 69 municípios atingidos solicitaram auxílio emergencial do Governo Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí há toda uma preocupação. Em muitos casos, a prefeitura está invadida de água. O cara não sabe nem como fazer, onde estão os papéis para ver.

Mas o Governo está agilizando, pedindo a todas as prefeituras que, dentro do possível, entrem em contato com o Governo do estado, com a União, com o Governo Federal para falar do que está acontecendo e garantir o auxílio emergencial – daí veem qual é a forma de comunicar: tem que ver as formas, celular, WhatsApp.

Na semana passada, o Presidente Lula anunciou R$50,9 bilhões. Já falo que está em torno de R$60 bilhões, que, de uma forma ou de outra, é dinheiro que está sendo encaminhado para o estado.

O Governo Federal já anunciou a suspensão da dívida do estado com a União. Isso se fará, creio eu, ainda esta semana. Estão apenas entrando nos últimos detalhes sobre qual é o período, se é um ano, se são dois anos, se são três anos.

O Governo Federal, pelas informações que eu tenho, está fazendo tudo o que pode. Segundo o Presidente Lula, não vai faltar apoio para o povo gaúcho.

A Comissão Externa do Senado, criada pelo Presidente Rodrigo Pacheco, para acompanhar a tragédia climática do Rio Grande do Sul vai viajar ao estado na próxima quinta-feira. Dessa Comissão, por eu presidir já a Comissão de Direitos Humanos, eles pediram que eu ficasse como Presidente, sendo o Vice o Senador Ireneu, e, o Relator, o Senador Mourão. São três Senadores do Rio Grande. Vocês podem ver que, aqui, não há nenhuma disputa ideológico-partidária. E há divergências, e é natural que existam na política e na democracia.

Eu vejo que alguns não entendem. Já vi cidadão do meu estado, militante da causa, cidadão de esquerda, cujo nome não vou dizer, naturalmente, por entender o nervosismo dele: "Paim, não consigo te ver ao lado do Mourão". Mas eu consigo me ver. Eu me sento com qualquer Parlamentar. Se for para salvar vidas e ajudar o povo gaúcho, eu não tenho problema nenhum de sentar ao lado de cada um e discutir os encaminhamentos.

Eles têm que entender e vocês que estão assistindo que é uma Comissão de oito. Cada partido indicou o seu representante. E quem indicou o Vice e o Relator foram outros partidos. É natural que vamos trabalhar juntos. E vamos trabalhar juntos e fazer tudo o que for possível – tanto é que estamos programando essa viagem para quinta-feira ao estado. E todos os Senadores estão ajudando na forma de organizar: para onde vamos, Canoas; se dá para sobrevoar ali a cidade do Vale do Taquari, as que mais foram atingidas; como vai ser o contato com o Governador; como vai ser o contato com a Defesa Civil.

Isso é o que nós queremos fazer. Nós vamos lá só para ajudar, inclusive os ministros do Governo Lula que estão lá, e, querendo, nos digam: "Olha, vocês nos ajudam mais se, lá no Congresso, aprovarem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso e isso e aquilo". E mesmo o Governo está nos monitorando e nos encaminhando documentos nesse sentido.

Integram o Colegiado que vai para o Rio Grande do Sul na quinta, além dos três que eu já citei, os Senadores Kajuru, Esperidião Amin, Astronauta Marcos Pontes, Alessandro Vieira e Leila Barros.

Vamos ouvir o Governador, o Prefeito, a Defesa Civil, visitar alguns abrigos como o da Ulbra, que eu já citei, onde estão mais de mil pessoas. Dentro do possível, vamos visitar algum outro município; Porto Alegre, naturalmente.

Vamos ter um encontro também, tentar falar com o Prefeito de São Leopoldo, Ary Vanazzi, que é ali mais perto, porque os que estão longe nem vão conseguir vir. E vamos conversar com o Presidente da Associação dos Municípios.

Repito aqui: queremos só nos somar, ver o que podemos fazer como Congressistas. Todas as iniciativas que forem viáveis, Senado e Câmara votarão, tenho certeza absoluta, com urgência. Nossos pensamentos estão voltados para o Rio Grande, que enfrenta a pior tragédia climática da história do Brasil.

Expressamos a nossa solidariedade aos nossos conterrâneos, oferecemos nossa ajuda dentro daquilo que estiver ao nosso alcance. A todos, demonstramos nossa resiliência e compaixão e elevamos nossas preces com comunhão cósmica.

Indo para o finalmente da abertura, lembro a todos que esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos terá como objetivo debater o Dia Nacional dos Trabalhadores e Entidades da Cultura, a ser comemorado na segunda-feira do mês de maio. Mas já conversamos aqui que vamos tratar também da questão do Rio Grande.

Este é um momento de reflexão, que tem como objetivo ouvir, dialogar, apontar e construir propostas que atendam todos os brasileiros, inclusive os gaúchos que estão nesta triste realidade.

Eu queria, ainda na abertura, como já fiz outro dia – e o resultado foi muito positivo –, mostrar aqui: SOS Rio Grande do Sul! Um abraço e um cobertor! Essa campanha vai aquecer os corações das famílias gaúchas, porque o inverno lá, agora, está começando. Hoje, já está muito frio lá. Mande a sua solidariedade na forma de um cobertor. Custa só R$20 cada cobertor, mas vai ajudar e muito quem está desabrigado e está passando frio. Se quiser doar, doe pelo Pix, com a chave apcnsocial@gmail.com. E a gente dá um jeito de fazer esse cobertor esquentar um irmão ou uma irmã gaúcha.

Enfim, fica na tela. A TV Senado está filmando, muito mais bem colocado do que a minha própria fala aqui, até pela emoção que toma conta de todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também mostrar aqui o Pix – e tenham muito cuidado com o Pix, para evitar qualquer tipo de picaretagem, malandragem, que, infelizmente, se vê lá. As águas empurrando as pessoas para fora de casa, e, infelizmente, alguns assaltando as casas, até violentando, agredindo pessoas.

O Pix: SOS Rio Grande do Sul! Ajude doando qualquer valor!

Aqui tem a chave do Pix, todos os dados, os números. A TV está mostrando.

Eu posso aqui só soletrar para efeito de ajuda. Chave Pix, CNPJ: 92.958.800/0001-38. Instituição: Banrisul, que é o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, porque um *pool* de outros bancos está administrando as doações.

Não vou dizer o número exato, mas é impressionante a solidariedade do povo brasileiro. Milhões e milhões de reais já estão chegando em dinheiro e outros milhões, em produtos, para ajudar a população.

Muito bem.

Com essas informações primeiras, eu convido para nós formatarmos a primeira mesa:

– Deryk Vieira Santana, Diretor de Política para os Trabalhadores da Cultura, do Ministério da Cultura – por favor. (*Palmas.*)

Que essas palmas sejam um som no ar de muita luta para ajudar o povo do Rio Grande, neste momento e, naturalmente, claro, os trabalhadores e as trabalhadoras da cultura.

– Frederico Augusto Barbosa, consultor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); (*Palmas.*)

– Alexandra Ferreira Gonçalves, Coordenadora da Articulação Nacional de Trabalhadores em Eventos (Ante); (*Palmas.*)

– Sonia Teresa Santana, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica (Sindcine). (*Palmas.*)

Teremos ainda, por videoconferência: Carlos Eduardo Fabio, Secretário de Cultura da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Adriano Malvar, representante do Sindieventos do Estado da Bahia/Força Sindical.

Pediram para mim e eu vou aqui citar porque ele deu um exemplo. Nós aqui no Senado já doamos todas as nossas emendas. As minhas emendas, por exemplo, que devem ser a média de todos, dão quase R$90 milhões. Eu pedi que mandem tudo para ajudar os que estão sofrendo lá com a enchente. Vai tudo para o estado. Inclusive, emendas desta Comissão, nós também fizemos a mesma coisa. O Senador Flávio Arns fez a mesma coisa nas emendas de Comissão dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas este senhor aqui é Deputado Federal do MDB. Vejam que não é nada partidário, porque, se fosse do meu partido, eu citaria também. Eu sei que outros fizeram, mas chegou aqui, agora de manhã, esta informação: Alexandre Guimarães destinou R$1 milhão das suas emendas para o Rio Grande do Sul – indicação do Deputado Alexandre Guimarães, MDB, do Tocantins, pela abertura da janela extraordinária, feita na votação do Congresso, para indicar recursos às causas do Rio Grande do Sul.

Leio porque dezenas estão fazendo, mas são exemplos que todos podem fazer. Todos os Senadores e todos os Deputados podem doar parte de suas emendas. Eu doei totalmente porque foi uma forma – claro, eu, sendo do estado – de eu ajudar diretamente para que todas as minhas emendas fossem destinadas para ajudar o povo gaúcho nesta situação.

Então, rapidamente foi isso, e agora nós vamos começar.

Agora, na abertura, antes de chamar os nossos convidados, tem um vídeo que deve ser de um minuto.

Houve uma outra audiência em que nós passamos até uma série de vídeos a pedido dos telespectadores pelo e-Cidadania, mas, hoje, é uma segunda-feira, esse vídeo é de um minuto, creio eu, e mostra um pouco da realidade do meu estado ou do nosso estado.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A empresa que produziu esse vídeo estava lá, peleando e lutando para ele acontecer.

Então, uma salva de palmas para os que produziram esse pequeno vídeo. (*Palmas.*)

É de um minuto, mas causa emoção.

Vamos de imediato, então, chamar Deryk Vieira Santana, Diretor de Políticas para os Trabalhadores e Trabalhadoras da Cultura do Ministério da Cultura.

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA (Para expor.) – Primeiramente, um bom dia a todos e todas.

Quero agradecer ao Senador pela oportunidade, pela sensibilidade de ter mantido a pauta e quero demonstrar também a nossa solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul, a todo o povo gaúcho que nesse momento tanto precisa e quero dizer que é nítido e é muito importante a gente ver essa humanidade transparecendo, Senador.

Não é de hoje que a gente está vendo, desde que começou essa tragédia, a gente tem acompanhado você, tem visto em sua voz, no seu semblante, o quanto este momento está exigindo muito de você e o quanto nós precisamos realmente ajudar o povo gaúcho neste momento tão difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós teremos ações do nosso ministério, tanto emergenciais – que nós já estamos articulando junto aos Correios e junto às entidades culturais – como ações a médio prazo e longo prazo, para que a gente consiga reconstruir realmente o Rio Grande do Sul, porque isso, para a gente, será fundamental.

Mas outra coisa de que é fundamental a gente falar neste momento é a necessidade da regulamentação das redes sociais, que é uma das pautas também dos trabalhadores da cultura. (*Palmas.*)

É absurdo a gente pensar que nós temos que lutar ao mesmo tempo contra uma catástrofe climática e contra uma rede de mentiras muito bem articulada e financiada. Então, é um absurdo a gente pensar que, num momento como esse, em que o país se une para uma grande corrente de solidariedade para ajudar os nossos companheiros que estão precisando tanto, existem pessoas que estão desinformando a população, gerando ódio, gerando desinformação e dificultando cada vez mais o trabalho das autoridades, inclusive da sociedade civil também.

Então, para a gente, neste momento agora urgente de catástrofe climática – e a gente viveu isso durante a pandemia também, uma onda de desinformação muito grande –, é fundamental que a gente pense na regulamentação sobre a qual esse Congresso tem que se debruçar, tanto sobre o tema da regulamentação das redes sociais quanto das inteligências artificiais para que a gente consiga evitar essa questão de *deepfake* e tal. Isso, para a gente do setor cultural, é fundamental, porque as plataformas, as ditas redes sociais, são conteúdos, são plataformas vazias. Quem está lá é quem produz seu conteúdo. Então, os trabalhadores e trabalhadoras da cultura que expõem os seus trabalhos lá merecem ser remunerados por aquilo que fazem.

Nós temos um caso muito simbólico para a gente, por exemplo, do pessoal da dublagem, que hoje, Senador, já recebe o contrato falando: "Olha, vocês vão dublar este agora, mas a sua voz poderá ser utilizada com inteligência artificial em outras obras". Ou seja, fez uma vez, não faz nunca mais.

Então, a gente está num momento muito sério e a gente precisa realmente entender. Este Congresso precisa se debruçar sobre o tema da regulamentação das plataformas, tanto no aspecto de a gente conseguir combater essa indústria, que é uma indústria de mentiras mesmo, quanto no de a gente pensar na remuneração digna e nos direitos autorais para os trabalhadores e trabalhadoras da cultura.

Bom, dito isso, acho muito importante a gente dizer que, pela...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só não avisei – informo agora – que são dez minutos para cada convidado.

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA – Começando agora?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Começando agora. (*Risos.*)

Não, começando agora. Sem problema nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns minutos você dedicou ao Rio Grande do Sul; e, se quiser dedicar todos os dez minutos, pode dedicar. Mas pode ver que ele fez uma ligação muito interessante entre o que atinge os trabalhadores da cultura, que é a mentira, a sacanagem, isso que querem fazer com a inteligência artificial, e o que os picaretas, malandros, bandidos, assassinos estão fazendo ao mentirem para o Brasil em relação àquilo que está acontecendo no Rio Grande do Sul: o auxílio que as Forças Armadas estão dando, que a Marinha está dando, que a Aeronáutica está dando, que os policiais civis estão dando, que os policiais dos presídios estão dando, que os bombeiros estão dando. Eles estão atacando um setor que eles mesmos diziam que defendiam. Eles não defendem ninguém. Eles querem é faturar nas redes, porque, quanto mais entram – você entende muito mais do que eu –, mais eles ganham no esquema de divulgação.

Mas vou lhe botar os dez minutos agora, porque eu o atrapalhei.

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA – E é importante a gente frisar que a maior parte dessas pessoas não são inocentes que estão apenas compartilhando, viu um vídeo emocionante, tocante e resolveu compartilhar. Não! Existe uma rede financiada de gente muito mal-intencionada, espalhando mentiras para lucrar, para dividir o país, para gerar desinformação e ódio. Então, é fundamental que a gente consiga avançar e que este Parlamento tenha esse compromisso neste momento.

Nós passamos por uma pandemia de uma forma extremamente danosa, muito agravada por conta dessa disseminação de falsas informações. E esta diretoria, da qual faço parte, surge exatamente para atender uma demanda que ficou muito evidente nesse momento da pandemia e que, infelizmente, vai bater na nossa porta novamente, que é a questão do trabalhador da cultura, quando ele não pode exercer sua função, que é o que nós estamos vivendo agora no Rio Grande do Sul.

Para além das perdas materiais, a gente tem também a perda simbólica, a gente tem a impossibilidade de as pessoas exercerem seu ofício. Durante a pandemia, nós tivemos isso, e foi num momento, então, em que nós tivemos uma dicotomia muito grande. Tanto a população entendeu o papel que a arte e a cultura têm no dia a dia delas – não dá para pensar o que a gente teria passado naquele período sem consumir arte, sem consumir cultura –, mas também ficou evidente que os trabalhadores que produzem essas manifestações são trabalhadores muito precarizados, que têm relações trabalhistas extremamente frágeis, baixa remuneração e um alto índice de informalidade. Então, quando chegou a pandemia, as pessoas se viram sem condição de exercer o seu ofício, sem condição de trabalhar, e assim ficou muito evidente a necessidade que nós temos também de debater políticas para trabalhadores da cultura.

Então, o Presidente Lula, quando a gente apresenta para ele o organograma do Ministério da Cultura, fala assim: "Olha, é fundamental que a gente mantenha dentro da estrutura um órgão para que a gente possa debater políticas para trabalhadores da cultura". E nós estamos agora completando o nosso primeiro ano, então a gente vem neste dia, nesta celebração, num dia tão atípico, não é? Mas o importante é a gente celebrar, a gente lembrar em coletivo o Dia do Trabalhador e da Trabalhadora da Cultura, porque aí a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chega neste momento, então, tendo um organismo dentro do Ministério da Cultura que foi criado no ano passado, para que a gente possa realmente elaborar políticas públicas para trabalhadores da cultura.

E nós temos a nossa missão dada pelo nosso decreto institucional, que são quatro artigos. Então, temos quatro missões, duas delas voltadas para a formação: o programa nacional de formação e qualificação para o mundo do trabalho e das atividades que dão suporte às atividades culturais; o programa nacional de bolsas; nossa terceira diretriz, que é construir propostas de regulamentação para as profissões ligadas à cultura e à arte; e a nossa quarta missão, que é cuidar do Vale-Cultura, o Programa de Cultura do Trabalhador.

A partir disso, nós estabelecemos quatro diretrizes para que a gente conseguisse dar conta dessa missão que nos foi dada.

A primeira delas é a formação. Então, a gente entende a formação como um direito, como uma necessidade para que a gente consiga tanto qualificar o nosso setor quanto trazer... Boa parte do nosso pessoal aprendeu seu ofício na lida, nem sempre é no banco da academia, a maioria não foi no banco da academia. Então, a gente pensa em formação como um direito e como necessidade de qualificação desse setor.

A nossa segunda diretriz é sobre a regulamentação e a formalização. Nós somos, *grosso modo* , Paim, regulamentados por duas legislações: a 6.533, de 1978, e a 3.857. A 6.533 é a que regulamenta os satélites, os conhecidos, o Sindcine também – que se faz presente, aqui, pela nossa Presidente, Sônia Santana – e que é de 1978, que regulamenta a profissão de artista e técnico de espetáculos. E a 3.857 é a que regulamenta a profissão de músico profissional. Tem a 13.180 também, que é do artesanato, mas, *grosso modo*, são essas as legislações: uma de 1960; uma de 1978. São legislações muito antigas, que a gente precisa atualizar e fazer um debate com a sociedade sobre qual é o tipo de legislação que consiga garantir direitos para esses trabalhadores da cultura. Então, é pensar nessa regulamentação e na formalização.

Nós somos um setor que tem alto índice de informalidade. O Fred pode falar disso melhor do que eu, mas a gente tem pesquisa que nos traz entre 36% e 42% de informalidade no setor cultural. Então, nós temos uma alta informalidade que nós precisamos combater.

A outra questão nossa, outra diretriz nossa, é a estruturação das cadeias produtivas, das cadeias criativas, que o Sandro, nosso Coordenador-Geral, que é lá do Rio Grande do Sul também, sempre nos recorda da importância. Por exemplo, nós temos um Carnaval muito ativo no Rio Grande do Sul, principalmente em Porto Alegre e na Região Metropolitana. Então, quando a gente pensa que as fantasias são produzidas lá, os carros são produzidos lá, esse material vem de onde? Via de regra, os tecidos, as pedrarias, as plumagens vêm tudo da China. Então, se a gente consegue trazer – e, neste momento, vai ser fundamental para a gente pensar a reconstrução do estado –, se a gente consegue estruturar essas cadeias criativas próximas do local e a gente consegue tanto diminuir a pegada de carbono quanto a influência de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indústrias estrangeiras no nosso mercado para gerar emprego, renda e qualidade de vida para essas pessoas próximo de onde elas moram e próximo de onde essas atividades culturais são consumidas.

E a nossa quarta e última diretriz é a garantia de direitos. E isso a gente entende que é entender os trabalhadores e trabalhadoras da cultura enquanto sujeitos de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, mas também enquanto agentes fundamentais na garantia de direitos culturais para toda a população. Se a gente não tem quem escreve um livro, não tem livro para ser lido; se a gente não tem quem faz um filme, não tem filme para ser visto. Então, esses trabalhadores são fundamentais para que a gente consiga garantir direitos culturais para a população em geral.

A partir disso, gente, nós realizamos, neste ano, em janeiro, a primeira Conferência Temática de Trabalhadores da Cultura e realizamos, agora, em março, a Conferência Nacional de Cultura. E nesse momento ficou muito marcado o quanto a sociedade civil – isto nas conferências estaduais, na conferência temática e na conferência nacional – pautou a questão da necessidade de políticas públicas específicas para trabalhadores e trabalhadoras da cultura. As pessoas entenderam que não basta, Paim, apenas pensar no fomento, pensar no edital de quando você vai fazer, porque, quando tem edital, beleza, todo mundo trabalha, todo mundo ganha, com a temporada, todo mundo gira, mas e quando não tem? E quando essas pessoas envelhecem e precisam se aposentar? E quando essas pessoas, quando essas mulheres precisam dar à luz, como é que elas têm direito a auxílio-maternidade?

Então, isso, para a gente, ficou muito evidente, foi muito colocado nesse último período dentro das conferências de cultura. Então, entre as propostas mais votadas, nós tivemos propostas que tanto tratam da necessidade de atualização dessas legislações quanto, também, propostas que falam da necessidade de formação, cada vez maior, desse mundo do trabalho em cultura.

A partir disso, nós estamos lançando, nos próximos dias, uma consulta pública para a atualização do anexo da Lei 6.533. O quadro anexo é onde constam as ocupações que podem ser abarcadas por essa lei. E o decreto anexo também é de 1978. Então, todas as profissões que surgiram depois daquilo não estão abarcadas por essa lei. Então, nós vamos lançar uma consulta pública pela nossa plataforma Brasil Participativo, não é isso, gente? Participa + Brasil? Participa Mais Brasil. É uma consulta para que a gente possa entender essa nova realidade do mundo do trabalho. Estamos também em parceria aqui com o Fred, com a Alê, o pessoal está trabalhando numa pesquisa também para a gente entender melhor esse mercado do trabalho, esse mundo do trabalho em cultura, para a gente entender essas profissões existentes, essa nova relação que existe dentro do mundo do trabalho na cultura.

Nós realizamos, também, nesse último período, uma pesquisa internacional para a gente compreender como...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA – Isso quer dizer o quê? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ALEXANDRA FERREIRA GONÇALVES (*Fora do microfone.*) – Um minuto.

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA – Eu tenho um minuto para concluir?

A SRA. ALEXANDRA FERREIRA GONÇALVES (*Fora do microfone.*) – É!

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA – Meu Deus do céu!

Bom, então vamos acelerar, aí eu começo a falar bem rápido, mas é importantíssimo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, você tem um minuto, mas a Presidência, como sempre tem feito com todos e fará com vocês também, se necessário, dará mais cinco.

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA – Eu vou tentar ser breve.

Então, nós realizamos uma pesquisa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais cinco está bom, não está?

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA – Está ótimo. Mais cinco está bacana. Eu vou avançar.

Nós realizamos uma pesquisa internacional para entender como essas profissões foram regulamentadas fora do Brasil. Então, nós pesquisamos 11 países e estamos, agora, analisando esses dados de como essas profissões foram regulamentadas mundo afora, para que a gente possa abrasileirar isso e conseguir avançar nessa garantia de direitos para esses trabalhadores.

A partir disso, outra coisa que para a gente é fundamental debater, neste Dia da Trabalhadora e do Trabalhador da Cultura, é a questão do concurso público. Nós temos necessidade, agora, que nós temos dinheiro chegando, para a cultura, em 98% dos municípios, então, temos a necessidade, sim, de estruturar organizações, diretorias de cultura, secretarias de cultura, organismos que deem conta de atender essa demanda crescente por políticas culturais.

Isto para a gente é fundamental: atualizar a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae), estabelecer uma política de crédito e microcrédito para os trabalhadores e empreendimentos da cultura e restabelecer o Vale-Cultura enquanto única política de consumo cultural pensada neste país. O Vale-Cultura consegue fazer um ciclo completo dentro da cultura, porque trabalha tanto na formalização dos empreendimentos culturais, fazendo com que eles se formalizem, para poder aceitar o Vale-Cultura, como garante renda para o trabalhador e também atua na formação de público e na garantia de direitos culturais, trazendo a oportunidade de que esse trabalhador tenha um *ticket*, um vale para gastar... Para gastar, não! Isto é importante dizer, para investir,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exclusivamente, em cultura, para que, aí sim, a gente consiga formar público consumidor de cultura que entenda que a cultura é feita por um sujeito de direitos.

Acho que a gente avançou bem, nesse último período, para as pessoas entenderam esse papel da cultura no dia a dia delas. Agora, o que a gente precisa avançar, Senador, é para que elas entendam que as pessoas que produzem essas manifestações e atividades são trabalhadores e são sujeitos de direito, não fazem isso só porque gostam, fazem isso porque é a sua profissão, a sua dedicação de vida, o seu ofício e merecem ser remuneradas por isso.

Nós lançamos também, nesse último período, para fechar esse nosso ciclo, a nossa Escola de Formação e Qualificação Solano Trindade, a Escult, que está disponível no endereço – vocês podem entrar aí – escult.cultura.gov.br. A ideia é que a gente consiga abarcar boa parte das formações que a gente precisa ter, nesses mais de 5 mil municípios do país, que a gente consiga chegar, até lá, com qualificação, para que as pessoas consigam escrever editais, entender sobre acessibilidade cultural. Com isso, a gente consegue formar essas pessoas para que elas sejam uma referência, realmente, na profissionalização desse mundo do trabalho em cultura.

Temos também outras parcerias com o MEC, para que a gente consiga nacionalizar as formações em cultura. O importante é a gente... Por exemplo, no Rio Grande do Sul, o único local onde nós temos os cursos de produção cultural é lá em Jaguarão, sabe? No Sul, nós só temos no Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, não temos; no Paraná, não temos – isso na rede pública. Então, é pensar que a gente precisa, cada vez mais, nacionalizar essa formação, para que a gente consiga entregar um produto de cada vez maior qualidade para a sociedade e consiga também elevar a renda e a formalização desses trabalhadores.

Outra coisa que nós estamos desenvolvendo também é a retomada do Pronatec, com um Pronatec voltado para a cultura, para que a gente consiga ter bolsas, para que esses trabalhadores consigam se qualificar e se apresentar ao mercado de trabalho. Também vamos estabelecer, neste ano, um programa nacional de bolsas, para que consigamos trabalhar em três eixos. Um deles é a garantia de que esses estudantes se formem, então vamos atuar no auxílio-estudantil. O segundo é a entrada no mercado de trabalho, então a gente deve facilitar que esses trabalhadores tenham essa primeira experiência,mediada pelo Governo, que eles fiquem ligados a um ponto de cultura ou a uma instituição educacional, para que possam exercer, pela primeira vez, oficialmente ali, a sua profissão. O terceiro é para os mestres e as mestras da cultura popular, para que possam difundir os seus saberes e seus fazeres.

Então, gente, para concluir, quero agradecer mais uma vez ao Senador pelo espaço cedido. Mesmo num momento tão delicado, acho que é importante a gente... Acho não, é fundamental que a gente entenda que, inclusive, tem muitos trabalhadores da cultura que vão necessitar de ações do ministério, ações do Congresso...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA – ... no Rio Grande do Sul neste momento; e que nós precisamos, sim, para unir e reconstruir este país, investir – e muito – nos trabalhadores e trabalhadoras da cultura e nos seus saberes e nos seus fazeres.

Meu muito obrigado e um bom dia a todos e todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Deryk Vieira Santana, Diretor de Políticas para os Trabalhadores da Cultura, do Ministério da Cultura; e ajudar naturalmente – pela tua fala eu entendi isso também – a reconstruir o Rio Grande. A cultura é fundamental para ajudar na reconstrução do Rio Grande.

Parabéns pela tua fala, viu? Muito bom.

Eu passo a palavra agora... Vamos intercalando por videoconferência e presentes aqui.

Carlos Eduardo Fabio, Secretário de Cultura da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O SR. CARLOS EDUARDO FABIO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todas e todos e "todes".

Sou também conhecido pelo pessoal como Índio. Estou hoje na Secretaria de Cultura da CUT-São Paulo.

Agradeço o convite do Senador Paulo Paim, o qual quero cumprimentar e parabenizar pela audiência e pela solidariedade que colocou, neste momento oportuno de audiência, na questão dos nossos amigos e amigas do Rio Grande do Sul, que estão precisando muito da nossa ajuda. Todos os momentos, todos os locais são muito oportunos para poder a gente pedir ajuda, pedir que contribuam, que ajudem a reerguer o Rio Grande do Sul.

Nós, da Central Única dos Trabalhadores, estamos também nessa campanha. Temos aí os companheiros e companheiras do Rio Grande do Sul, da CUT-Rio Grande do Sul, que já estão em campanha, já estão fazendo, junto com o MST, as cozinhas solidárias, a arrecadação de alimentos, de roupas e materiais necessários para as pessoas.

Tanto a CUT nacional como todas as CUTs estaduais estão fazendo suas arrecadações e levando até o Rio Grande do Sul suas doações. Os sindicatos que são filiados à Central Única dos Trabalhadores também estão em grande campanha e fazendo também o deslocamento para levar... Porque, além da arrecadação, tem a questão de chegarem essas doações aos locais. Então tem uma mobilização muito grande para que isso aconteça.

Aliás, na semana que vem, no dia 22, faremos uma marcha até Brasília, que já estava agendada, que foi deliberada no nosso congresso. É uma marcha da classe trabalhadora, na qual estamos levando as pautas que estão pendentes há anos. Tivemos uns grandes desmontes nos governos anteriores, aprovando vários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projetos que nós entendemos que têm que ser revogados, assim como a reforma da previdência, a reforma trabalhista, a lei da terceirização, que muito impacta também os trabalhadores e trabalhadoras da cultura. Estamos aproveitando esse momento dessa marcha para podermos fazer uma grande mobilização em nível nacional, em relação a doações e também a mobilizações, para podermos ajudar a reerguer o Estado do Rio Grande do Sul, porque ainda há muito para se poder ajudar. Temos que estar bem mobilizados, muito juntos, para poder fazer de tudo para salvar as vidas, salvar os companheiros e companheiras lá do Rio Grande do Sul. E, para qualquer necessidade também e para o que precisar, Senador Paulo Paim, a Central Única dos Trabalhadores estará à disposição, porque nós podemos ajudar, além dessas ações que nós já estamos fazendo. Estamos sempre à disposição.

Bom, assim como o Deryk falou, a ajuda que se faz lá no Rio Grande do Sul também está sendo necessária para os trabalhadores e trabalhadoras da cultura. Nós estamos presenciando que esses trabalhadores estão precisando de auxílios lá também, e estão sendo feitas grandes mobilizações dentro dos grupos de que nós participamos. Está-se fazendo uma grande mobilização, e precisamos ajudar esses trabalhadores e trabalhadoras.

Tivemos, como foi passado pelo Deryk, momentos muito importantes em relação a essa ajuda, a essa mudança que nós fizemos na estrutura para os trabalhadores e trabalhadoras da cultura, momentos que foram muito importantes para poder destacar várias necessidades que aconteciam nesse meio.

E o importante também de tudo isso é trazer estes nomes que estão sendo falados sempre, o trabalhador e a trabalhadora da cultura, porque muitos sabem que é uma forma de se direcionar a eles, assim como se direcionam até a nós sindicalistas. Quando a gente chega, falam assim, alguém pergunta: "O que você faz?". Você fala assim: "Eu sou sindicalista". Dizem: "Você não trabalha, não?". E acontece isso com os trabalhadores da cultura. É importante destacar o trabalhador e a trabalhadora da cultura, porque eles trabalham e têm direitos. Eles têm que ter condições de trabalho, têm que ter o piso salarial, a questão de saúde e segurança, a questão previdenciária. Tudo isso tem que ser destacado para poder se chegar e colocar dentro de – vamos colocar assim – uma legislação que possa permitir essa segurança para esses trabalhadores e trabalhadoras.

Nesses momentos pelos quais nós passamos e que foram citados, a I Conferência Temática de Trabalhadores da Cultura do Ministério da Cultura e a Conferência Nacional, nós tivemos grandes debates. E, com muita felicidade, na semana passada, as 30 propostas foram colocadas como prioridade pelo Ministério da Cultura, para que elas possam ser aprovadas dentro do Congresso. E isso tem que ser mais que urgente. A gente fica muito feliz sabendo que, essas propostas que nós construímos há mais de um ano, debatendo em vários fóruns para poder culminar nas conferências, vêm de uma forma transformadora para esse meio, trazendo aí, como foi falado, a questão da previdência, que é uma coisa que é muito carente dentro desse setor, trazendo a questão dos direitos, das condições de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vê que acontecem muitos acidentes com os trabalhadores e as trabalhadoras desse setor, assim como acontecem em diversos setores, metalúrgico, químico, eletricitário – no caso eu sou eletricitário –, que acabam, muitas vezes, não tendo um apoio imediato porque às vezes não tem uma representatividade, por exemplo, num sindicato, que é diretamente ligado à cultura, ou está sendo representado por um outro sindicato que não está ali por perto para poder acolher.

E a importância de estar enquadrando essas novas profissões que vieram lá dos anos 70 para cá para poder chegar e estar dentro dessa legislação, reconhecendo-a, é muito importante para poderem esses trabalhadores estar enquadrados e terem a sua segurança no trabalho.

Assim também temos aí a questão da organicidade desses trabalhadores. Foi apontada lá a criação do ramo da cultura para poder ter maior organicidade desses trabalhadores – assim como acontece em outros ramos de atividade, como foi citado aqui, metalúrgico, químicos, eletricitário, que têm a sua organicidade –, os trabalhadores da cultura também poderem ter a sua organização e as suas pautas serem atendidas com mais urgência e com mais eficácia também.

Então, essas 30 propostas que foram colocadas como prioridade pelo Ministério da Cultura para serem aprovadas são muito importantes, e a gente fica muito feliz...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO FABIO (*Por videoconferência.*) – ... porque tem uma prioridade para que elas sejam aprovadas.

Nós, da Central Única dos Trabalhadores, estivemos participando tanto da organização como da construção da primeira conferência, participando da conferência nacional também. Nós estamos com a Secretaria de Cultura dentro da CUT há oito anos... Não, há 12 anos, desculpa, 12 anos. Lá é recente, e nós entramos com a secretaria já preocupados e tivemos aí o olhar para esse setor, que sempre foi necessário, de como uma Central Única dos Trabalhadores não tem em grande parte muitos trabalhadores e trabalhadoras que poderiam estar dentro da central. E agora com esse trabalho, com essa unidade que foi construída, já nós temos aí uma grande mobilização junto à CUT para que todas essas pautas que têm nesse setor sejam atendidas. Então, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) está empenhada aí para poder chegar e ajudar esses trabalhadores.

E, mais uma vez, também quero dizer que nós estamos empenhados e vamos estar ainda com muita luta para poder ajudar os nossos companheiros e companheiras do Rio Grande do Sul.

E faço este apelo: quem tiver mais proximidade – às vezes alguém tem mais proximidade com o sindicato ou com a própria CUT – pode chegar e procurar esses sindicatos para poder fazer sua doação. Nós estamos fazendo nossa mobilização, para que cheguem esses itens – e todas as doações – lá para os companheiros e companheiras do Rio Grande do Sul. Isso é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós também, Senador Paulo Paim, cancelamos algumas atividades nossas para podermos direcionar todos os nossos esforços para isso, que é a prioridade imediata que nós estamos tendo agora. Então, nós estamos mudando até a nossa agenda para poder continuar ajudando a população do Rio Grande do Sul.

Agradeço novamente o convite e estamos à disposição para qualquer necessidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Gratidão, Carlos Eduardo Fabio, Secretário de Cultura da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que demonstrou que o movimento sindical, além de defender as pautas da cultura, neste momento está se somando a todo o povo brasileiro em solidariedade ao Rio Grande do Sul.

Passo a palavra agora para o Frederico Augusto Barbosa, Consultor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O SR. FREDERICO AUGUSTO BARBOSA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos, ao público presente, a quem está assistindo *online*.

Cumprimento a Mesa.

Eu vou fazer uma... Eu não sei muito sair do *script* – tá, Senador? –, então eu vou seguir aqui o meu roteirinho.

Eu preparei algumas informações para a gente contextualizar a questão da proteção e da dinâmica da área da cultura, o que justifica uma série de ações, iniciativas legislativas e executivas, de proteção e de regulamentação da atividade e do trabalho da cultura.

Eu chamei a minha apresentação de: Tendências, desproteção e desafios do trabalho cultural. Eu acho que o Deryk já colocou isso, já está mais do que claro, então, talvez, o ponto mais importante seja o dimensionamento de alguns dados que eu construí, para a gente ter uma visão panorâmica dos problemas e desafios da regulamentação da área.

A estrutura é uma estrutura simples – da apresentação –, que passa por quatro pontos: tendências e desproteção; instabilidades: transições...

Tendências são as tendências do aumento da participação da cultura na totalidade das ocupações culturais, e a desproteção é, também, uma característica da área, que tem a presença muito grande da informalidade e da ausência de dispositivos tanto de proteção de direitos trabalhistas quanto de direitos sociais.

Na instabilidade, eu vou falar de dois pontos: transições; criação e destruição.

Na transição, a gente vai ver um pouco... É a primeira vez que eu falo desses dados, então vocês fiquem à vontade para perguntar. Também tenho várias dúvidas do ponto de vista da construção, mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfim, são as tendências do desemprego e da saída para o desemprego, ou da cultura do trabalhador de ficar na cultura ou sair para outras áreas. A gente chama isso de transições, depois a gente vai voltar a isso. E criação e destruição, que é a grande mobilidade ou o fluxo de criação e destruição de empregos na área. Então, são esses dois pontos de instabilidade. Depois eu faço algumas considerações gerais.

Eu vou ler para ficar bem rápido porque, em geral, eu flutuo nas falas.

A questão do trabalho é central nos dinamismos sociais e para proteções institucionais.

O trabalho tem sido o núcleo da questão social. Quase todo o sistema de proteção social tem, na questão do trabalho, o seu núcleo. Então, o trabalho é uma categoria ordenadora para explicar processos históricos de integração, de lutas e proteções sociais.

A normatização e a dinâmica do trabalho são dois aspectos que estão sempre conectados, são interdependentes. Então, para proteger o trabalho e para gerar proteção, a gente também tem que pensar nos dinamismos do mercado de trabalho. São duas dimensões importantes, quando a gente pensa em tentar regulamentar o trabalho e, sobretudo – como é o nosso foco hoje –, o trabalho da cultura.

O trabalho é o cerne da produção normativa envolvida na construção de direitos sociais – isso é um clássico; o núcleo da proteção social é, de fato, o trabalho. Todos os outros custos de saúde, desemprego, educação, enfim, todos esses movimentos institucionais estão relacionados à capacidade de geração de ocupações.

Mudança nos arranjos produtivos, avanços tecnológicos, crescente financeirização e reestruturação internacional das relações econômicas têm impactado, e muito, a estrutura do mercado de trabalho – esse é um ponto que é superimportante.

Em geral, a gente não tem governabilidade direta, por conta dos arranjos institucionais em que a gente vive. Com financeirização, a gente fragiliza as economias nacionais; a gente reduz a capacidade, em muitas situações, de investimento; então, a gente reduz a capacidade de intervenção do Estado na organização da dinâmica da acumulação capitalista e, por consequência, da dinâmica também da produção e da proteção das ocupações de trabalho.

A dinâmica do trabalho sofre transformações significativas, marcadas por desproteção e precarização. Esses vão ser os pontos centrais que eu vou enfatizar, daqui a pouco, com os dados.

O trabalho cultural tem passado por grandes transformações com o advento das tecnologias da informação, fenômenos similares ao que ocorre com as mídias tradicionais e com os formatos culturais advindos da industrialização. Eu vou passar rápido por isso, depois a gente pode voltar.

Vou passar isso também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou direto para o mercado de trabalho... Aí.

O mercado de trabalho na área cultural é caracterizado por particularidades que refletem a natureza dinâmica e multifacetada do setor.

A gente fala de trabalho cultural, gente, mas a gente tem vários mercados de trabalho cultural: audiovisual, teatro, enfim... O Deryk aqui está ampliando a coisa para as culturas tradicionais. Então, a gente tem um mundo de heterogeneidades. É uma área multifacetada. Mesmo que a gente pense numa regulação geral, a gente tem que pensar também nas especificidades de cada uma dessas áreas, que são pontos que são fundamentais, não é?

Entre as principais características e interferências, destacam-se a intermitência, a flexibilidade, a realização de múltiplos empregos ou atividades, em formatos diversificados e em múltiplas funções, a organização do trabalho por projetos, a informalidade, os riscos e incertezas inerentes, a ênfase na inovação e criatividade, a formação de redes e colaboração, a necessidade de alta qualificação e formação continuada, além da significativa dependência de subvenção estatal no fomento público.

Aqui ficou muita informação num parágrafo só, mas eu resumiria isso em dois pontos: primeiro, a heterogeneidade interna do mercado cultural, que é um ponto central; segundo, a questão da fragmentação dessas áreas.

A gente tem muitas áreas com características muito diferentes. E aí a dificuldade de regulamentação e de proteção é muito grande. Então eu assinalaria esses pontos.

Agora, tem um ponto para que eu queria chamar atenção, que é importante. A gente fala muito da questão da intervenção do Estado, não é? Mas a gente também tem um ponto, sobre o qual eu vou só dar uma desdobradinha rápida – depois a gente pode conversar, inclusive porque o tempo está voando –, que é o seguinte: a política de fomento às vezes acentua a fragmentariedade da área, porque ela não consegue dar uma – como você chamou atenção, Índio – organicidade para a área. Então, nessa fragmentação, o trabalho de apoio do Estado às vezes gera consequência exatamente diferentes do que a gente espera, que é a fragmentação, a dificuldade de organização sindical, a dificuldade de organização associativa, de associação para a proteção de direitos, e assim por diante.

Então, a gente tem que ter um cuidado muito grande com o tipo de política que a gente faz, porque, embora, de um lado, ela proteja, ela garanta oportunidade de trabalho, ela fragiliza também, ao acentuar essa dificuldade da proteção e da organização política das áreas dos mercados de trabalho.

Grande parte dos profissionais do setor cultural não possuem emprego formal, seja por meio do registro em carteira ou por outro tipo de contratação. Isso resulta em uma condição marcada pela falta de proteção social no ambiente de trabalho. Um exemplo recente ilustra essa vulnerabilidade. Eu lembro que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na pandemia de covid-19, o setor cultural foi um dos mais afetados pelas medidas de isolamento social, resultando em uma significativa redução de renda para milhares de profissionais.

Uma das iniciativas para atenuar esse impacto foi a implementação do auxílio emergencial, por meio da Lei Aldir Blanc. Todos conhecem a lei e a sua importância, mas todos conhecem também a dificuldade de implementação da lei – não é? –, em parte pelo desenho, em parte pela estrutura do mercado de trabalho; em parte pela maneira como ela foi construída e com as ambiguidades internas – é uma hora de uma boa conversa –, mas também em parte pela dificuldade de lidar com essa desproteção e com a falta de informação sobre a dinâmica desses mercados.

Então, agora eu vou...

(*Soa a campainha.*) (*Risos.*)

O SR. FREDERICO AUGUSTO BARBOSA – ... destacar alguns pontos e tendências...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa campainha é automática, viu? Ela não depende de mim... (*Risos.*)

O SR. FREDERICO AUGUSTO BARBOSA – Não foi um toque, não, não é? Está bom.

Destacaremos a seguir algumas das características do mercado de trabalho.

O Gráfico 1 apresenta a participação da cultura na ocupação. É um setor que teve participação sempre maior do que 5% no período, sendo que sua massa salarial correspondeu, em 2022, a 6,1% do total da massa salarial. Então, é uma área muito dinâmica, que ocupa uma parte importante dos dinamismos do mercado de trabalho. O número de trabalhadores, no âmbito da cultura, variou em 7,2 milhões, em 2014, a 6,7 milhões, em 2017, sendo que 34% eram informais. Isso vai depender – tá, gente? –, como eu falei ter muitas heterogeneidades, se a gente faz um corte, por exemplo, no teatro, nos espetáculos feitos ao vivo e no audiovisual, a gente vai ter comportamentos da informalidade também muito diferenciados.

Mas, enfim, 1 milhão de ocupações não tinha carteira e mais de 1 milhão era por conta própria sem inscrição de CNPJ. Então, a gente vê o nível de fragilidade organizacional na área.

Então, aí a gente vê o Gráfico 1, de ocupados. Vocês veem lá as tendências. No primeiro quadrante ali, à esquerda, 2014 a 2022, a gente vê que começa lá em 2014 em 5,7% a participação dos ocupados na cultura, na totalidade. Aí a gente vê um movimento que é reflexo de vários processos políticos, econômicos, de crises sucessivas. A gente vê ali, em 2021, uma queda para 5,5% e ainda assim com um número bastante elevado, mesmo com todo o processo de crise etc. Depois, a gente começa a retomar em 2022 os postos de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A massa salarial segue mais ou menos a trajetória com uma intensidade maior por conta das remunerações, os salários médios que flutuam de uma maneira mais sensível às crises econômicas e às crises políticas etc.

O próximo gráfico é da informalidade. Então, a gente vê ali: na maior parte da cultura, a gente enfatiza bastante a informalidade, que é 30%, 40%, dependendo do ano e da medida, mas existe um núcleo bastante bem estruturado com carteira – bastante bem estruturado é forte, gente, mas com carteira, tá?

E a gente pega sem carteira, conta própria, empregador sem inscrição. Vejam lá o comportamento de aumento. Então, a gente também tem uma desproteção na estrutura contratual, o que se reflete também na informalidade, na flexibilidade e na desproteção mais ampla.

Agora, eu vou passar rapidamente para a transição, que são as instabilidades. Entre aqueles que trabalhavam na área cultural, 4,2% ficaram desempregados, mais ou menos 470 milhões; 5,5% passaram para a inatividade; 28% foram trabalhar em outras áreas e 61,7% permaneceram nas atividades culturais. Já, já vai ficar mais claro quando chegar uma pequena tabela que eu fiz.

Analisando os dados de transição, de primeira para quinta entrevista, que foi na Pnad – que é a base, a pesquisa que o IBGE faz, a gente construiu a partir dessa base –, constatou-se que 31,3% deixaram de trabalhar na área cultural. Olha que interessante, olha a instabilidade. Trabalhavam na cultura e saem da cultura 31% no período que a gente analisou – daqui a pouco vocês vão ver que período é esse.

Em outra abordagem, durante a transição da primeira para quinta entrevista, é feita uma entrevista; a gente registra a posição do trabalhador e, depois, na quinta entrevista, onde ele está. Observou-se que houve uma mudança de trabalhadores por conta própria para empregados, representando 9,8% das transições e, para empregadores, representando 6,7%. Além disso, a grande maioria, ou seja, 94%, permaneceu como empregado. Adicionalmente, é possível assinalar que 44,5% dos entrevistados continuaram a ter dois trabalhos, enquanto 53% passaram a ter apenas um trabalho, ou seja, de dois ou mais trabalhos, passaram a ter um trabalho só, perderam um, ou seja, perda de renda.

Tudo isso tem que ser afinado, gente, mas isso me dá uma dimensão, um panorama da dinâmica macro, sem considerar as heterogeneidades internas, embora isso já tenha sido feito – eu não trouxe –, mas a gente vê essa dinâmica de instabilidade na área.

Então, vejam lá.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FREDERICO AUGUSTO BARBOSA – Senador, mais um pouquinho? Só para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

O SR. FREDERICO AUGUSTO BARBOSA – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vejam lá. Da primeira para a segunda entrevista, trabalhavam na cultura, eram desempregados e permanecem desempregados, para a segunda entrevista, 46,6%.

Da primeira para a terceira, eram desempregados e trabalhavam na cultura, e eram desempregados... Gente, parece um paradoxo, porque eles eram da cultura, se dizem da cultura, são classificados na cultura, mas estão desempregados. Então, desempregados e continuam desempregados, da primeira para a quinta, 35%.

Os outros não vou falar, não; acho que já deu para entender. É saída do desemprego e continua no desemprego; ou saída do desemprego para a inatividade ou desistiu de procurar emprego; ou saída para uma outra área que não a da cultura, ali, 36%, da primeira para a quinta entrevista.

Deu para entender a lógica, não é?

Então, existe uma instabilidade aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FREDERICO AUGUSTO BARBOSA – ... na história da cultura.

Eu vou falar a última e eu vou deixar as considerações de lado. A última, uma tabelinha, essa aí.

Aqui é a criação e a destruição de emprego, gente. Aqui no macro, também, a gente fez também por área, audiovisual, teatro e tal, essa coisa toda. Depois eu posso passar o texto para vocês, está mais completo.

Então, olha lá, JC, trabalho criado. Pensando que eu tenho um estoque, então, desse estoque que eu tenho, 32% relativo a estoque foi trabalho criado na cultura em 2009 e 28%, em 2018. E, na destruição, é o JD, eu criei 32% e destruí 38% do estoque de trabalho. E, lá embaixo, em 2018, eu criei 28,5% e destruí 33% do trabalho.

Então, vocês vejam a instabilidade que é esse mundo da cultura. Isso demonstra a necessidade premente de uma regulamentação e de um sistema de proteção que leve em consideração tanto a proteção trabalhista quanto as proteções relacionadas aos direitos sociais.

Gente, eu já estourei o meu tempo, então, não vou me alongar mais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas foi muito bem.

Muito bem.

Sr. Frederico Augusto Barbosa, Consultor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que mostrou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FREDERICO AUGUSTO BARBOSA (*Fora do microfone.*) – Deixa eu só fazer uma correção...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode, pode.

O SR. FREDERICO AUGUSTO BARBOSA – É funcionário, tá? Pesquisador do Ipea. Está bom? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui está consultor. Eu diria que é mestre, é doutor, pois fez uma brilhante exposição aí.

Agora, vamos para Adriano Malvar, representante do Sindieventos do Estado da Bahia, Força Sindical.

O SR. ADRIANO MALVAR (*Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador, bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia.

O SR. ADRIANO MALVAR (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu queria saudar a Mesa, em nome...

Estou de longe aqui, mas estou vendo o Deryk, estou vendo a nossa companheira Alê, um abraço para a Ângela também e a todos os fazedores de cultura.

Excelência, solidarizo-me com o Rio Grande do Sul, o estado do senhor, e quero dizer que eu já acompanho há muito tempo o seu trabalho.

Na pandemia, o setor cultural foi o que mais sofreu. Nós recebemos doações de diversos setores, tanto do privado quanto dos institucionais, mas, neste momento agora, o setor de cultura devolve essa solidariedade.

Aqui na Bahia, a gente está imbuído nessa campanha com a classe artística aqui. Estamos fazendo também essa campanha para poder entregar à prefeitura para que a prefeitura possa levar até o Rio Grande do Sul. Então, a nossa solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul.

E, agora, fazendo a minha fala aqui sobre o setor de cultura, eu queria lembrar que o nosso setor... O nosso companheiro anterior falou sobre a informalidade e a formalidade, mas, na Bahia, a redundância é mais do que grandiosa.

Em sua grande maioria, os trabalhadores de cultura são informais. Eu sempre venho debatendo naquilo que a gente tem, e precisamos convidar o Ministério do Trabalho, o Ministério da Previdência, pois, como o nosso companheiro Deryk citou, fizemos a conferência de São Paulo, a temática, sobre os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores de cultura, e na minha fala nós chegamos a apresentar mais de 70 profissões, direta e indiretamente ligadas ao setor de cultura.

Nessas profissões, a gente trabalha vendendo almoço para poder pagar a janta. A gente roda, roda, bate na mesma tecla, o tempo todo, sobre essa questão da formalidade, mas, em muitos dos eventos, quem leva o microfone para a gente, Senador, é o profissional informal.

Quando eu falo aqui do Ministério do Trabalho, quando eu falo do Ministério da Previdência... Eu levei três casos nossos daqui da Bahia. Em um deles, um técnico de iluminação voltando, depois de um trabalho exaustivo, durante todo o dia, muitas das vezes não tem carga horária, tem um início, tem um horário para chegar, mas não tem horário para terminar... E aí, nessa volta para casa, sofreu um acidente automobilístico, voltando de moto, e, infelizmente, veio a perder a perna.

Nós temos um caso, também, de um *roadie* que já trabalha há mais de 44 anos, já rodou diversos países, e até hoje não tem uma carteira assinada. A pergunta... Hoje, ele já está com mais de 60 anos, não tem uma formalidade, não tem como se aposentar, enfim, são esses casos.

Também temos um técnico de sonorização que, além de ter perdas auditivas, o físico já não é mais o mesmo. Esse técnico de sonorização já está com princípio de Alzheimer, e ele não vai poder mais exercer a profissão dele.

Então, são esses casos que a gente vem trazendo, com vidas, com comprovações, e que a pergunta é: como a gente consegue dar tranquilidade, dar segurança jurídica, uma previdência para esses profissionais? A gente não consegue. A gente tem que pensar nas leis, tem que pensar nesses profissionais, mas, ao mesmo tempo, a gente tem que ter a fiscalização. Frequentemente, nós vamos aqui à Superintendência do Trabalho, levamos esses pleitos, mas infelizmente a Superintendência do Trabalho não tem contingentes.

A gente está indo ao Ministério Público do Trabalho, inclusive essa semana teremos reuniões, para passar essas dificuldades. Aqui na Bahia, em Salvador especificadamente, nós temos a nossa maior manifestação popular do mundo, que é o Carnaval de Salvador. Eu desafio a pegar aqueles profissionais que fazem aquela festa acontecer e perguntar se eles são formalizados.

Eu vou dar o exemplo de mim mesmo: trabalho no Carnaval de Salvador desde 2000, e nunca assinei um papel. Não tem a fiscalização, não tem exigência. Se você se torna exigente com sua contratação, você é retirado dessa fila de trabalho.

Se você começa a lutar pela regulamentação, por essa organização, você é retaliado. E aí a pergunta é: o nosso setor cultural move a nossa economia do país, quem foi que fez parte da salvação no período da pandemia? O setor cultural, com as *lives*, com os *streamings* de séries e filmes, no setor musical, os artistas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faziam as *lives*, mas, como a gente chama, a graxa, os bastidores, muitas das vezes, não ganhavam, esses benefícios não chegavam à ponta.

Então, agradeço por estar participando desta Comissão dos trabalhadores da cultura, dentro da Comissão de Direitos Humanos. É sub-humano o que nós trabalhamos no Brasil no setor cultural. Vão vir agora no Nordeste as festas juninas, a nossa cultura estará mais uma vez sendo apresentada, mas é um desafio àqueles trabalhadores, do dançarino de quadrilha ao artista a se apresentar, eles não têm formalidade.

Então, deixo aqui este registro para que a gente crie comissões de fiscalização nesses setores de cultura. Não adianta criar leis, leis e leis se a fiscalização não acontece. Nós como sindicato, nós como centrais sindicais, infelizmente, não temos hoje poder de atuação, aí nós estamos desidratados, nós não temos condições para atuar. A gente atua na medida do possível. A gente sabe também que os órgãos têm essas dificuldades com o contingente, mas é uma gama gigantesca de trabalhadores que ficam ao léu.

Temos aqui diversos eventos, na cidade de Salvador, em que o trabalhador chega 3h da tarde, o evento começa às 22h, só se encerra às 6h da manhã e ele não tem nem como ir para casa, Senador. Transporte público já é dificultoso e ter que pagar um transporte por aplicativo, às vezes, a diária não compensa, tem que juntar dois, três, quatro para poder pegar um transporte de aplicativo. Então é sub-humano, às vezes é uma alimentação para 12 horas, quando essa alimentação é bem apresentada, porque muitas vezes a alimentação não condiz, é alimentação azeda, não perguntam se as pessoas têm algum problema de saúde, é só aquela alimentação. É dessa forma que o setor de cultura é tratado.

Então, eu deixo aqui este registro. Não vou me alongar porque os outros companheiros estão participando. Sei que outras pessoas podem exercer, então eu deixo só este registro porque a nossa bandeira, o tempo todo, é sobre isto: esse trabalho desumano, a gente precisa dessa fiscalização, a gente precisa que os sindicatos se unam, o nosso companheiro Índio falou, o nosso companheiro da CUT, a nossa Força Sindical também nos ajuda, mas no Brasil o nosso setor está precário, é sub-humano. Deixo aqui estes registros.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Adriano Malvar, representante do Sindieventos, do Estado da Bahia, e Força Sindical. Falou da importância do trabalho, trabalho digno, e que haja a devida fiscalização.

Vou agora para Alexandra Ferreira Gonçalves, Coordenadora da Articulação Nacional de Trabalhadores em Eventos. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ALEXANDRA FERREIRA GONÇALVES (Para expor.) – Obrigada, Senador. Obrigada a todos que me antecederam. Queria cumprimentar a mesa – Fred, Sonia, Deryk, Adriano e Índio, que estavam *online*. Muito obrigada pelo convite.

O momento é triste para a gente, mas a luta é perene, não é? Em primeiro lugar, queria me solidarizar com os nossos irmãos do Rio Grande do Sul, irmãos e irmãs. A Ante também está apoiando as campanhas, a gente está junto com o Salve a Graxa, do Rio Grande do Sul. Quem quiser entrar na nossa página no Instagram é Instagram/articulante. Nós também estamos com esse movimento junto com os artistas e técnicos do Rio Grande do Sul, que também perderam tudo.

A gente fala muito dos artistas, mas há os trabalhadores dos bastidores, muita gente que tem um sistema simplesinho de som, que leva o seu sistema para tocar no bar, um sonzinho para a igreja, etc., enfim, que subsiste ali de montar, que são os sons da periferia dos bailes, etc. E esses também perderam sua única fonte de sustento.

Então, queria mandar meu abraço solidário e dizer que nós, da Ante, no que pudermos ajudar, estamos à disposição. Aqui em Brasília também, enfim, as forças sindicais, o Sinpro e o Sindicato dos Bancários também estão recebendo doações. Vamos vão fortalecer esses movimentos.

Eu também sou mãe de dois autistas e sou do movimento da pessoa com deficiência. O senhor falou dos óculos, mas eu queria lembrar também que as pessoas com deficiência estão precisando de muletas, de bengalas, de cadeiras de rodas. Então, quem tiver, por favor, doe para o Rio Grande do Sul porque, enfim, são pessoas que acabaram indo sem nada, muitas vezes carregadas no colo e que se encontram, às vezes, no chão dos seus abrigos, sem ter como exercer a menor autonomia sem essas extensões do seu próprio corpo.

Enfim, eu poderia gastar meus dez minutos falando de tudo que o Rio Grande do Sul está precisando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você falou de um tema que pouco é falado: a assistência num momento desse às pessoas com deficiência. Eles têm o dobro de dificuldade dos outros, no mínimo isso.

A SRA. ALEXANDRA FERREIRA GONÇALVES – Exatamente. Inclusive idosos com deficiência, enfim, todas as pessoas que têm limitação, às vezes, inclusive, de fala, autistas e outros, que são socorridos e que às vezes são não verbais. As pessoas que têm deficiências ocultas, as pessoas surdas, que não conseguem nem procurar seus pais e seus filhos pela dificuldade de comunicação. Então, vamos olhar por essas pessoas também.

Bom, voltando para a pauta dos trabalhadores, mas sem deixar de estar nela, porque estávamos falando dos trabalhadores gaúchos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de falar sobre quem são os trabalhadores e trabalhadoras porque, em primeiro lugar, a gente sempre pensa nos artistas, mas essa gama de profissionais, enfim, são centenas de profissões. Como diz o Fred, algumas estão na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), outras não. Mas a maioria delas passa por essa condição de informalidade. Eu falo aqui em nome dos da Graxa, de quem está aí do movimento da Graxa nos assistindo, que são os *roadies*, os técnicos, os cenógrafos, os iluminadores, os carregadores, enfim, todos os trabalhadores que fazem a cena. Falo também dos servidores do Ministério da Cultura, que são trabalhadores que também estão lutando pela estruturação das suas carreiras e estão num movimento muito digno, enfim, e que passaram por maus bocados nesses últimos anos. Se não fossem eles, nós teríamos perdido muito da nossa memória e das nossas conquistas, que fizeram essa salvaguarda aí, enfim, de tudo o que foi construído do nosso plano, de toda a memória de todas as conferências. Obrigada, Sergio, por você estar aqui representando esses servidores.

Agora eu gostaria de falar, pegando o gancho do Deryk, sobre o estudo da regulamentação das profissões e falar sobre a importância de termos um estatuo da cultura do Brasil. Vários países como a França, Portugal, Bélgica e, os mais importantes e os mais próximos, nossos irmãos da Colômbia e do Uruguai têm uma lei de proteção que é um estatuto que rege a profissão, enfim, de todas as condições, a previdência, etc., dos trabalhadores e das trabalhadoras da cultura. Nós precisamos lutar pelo nosso. Como o Adriano disse, tem trabalhadores que entram às 8h da manhã, saem às 4h da manhã do dia seguinte, comem em cima de um palco e dormem dentro de um caminhão, quando comem e quando dormem.

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA – E estamos aqui com alguém aqui que entende bastante sobre estatutos, não é, Alê?

A SRA. ALEXANDRA FERREIRA GONÇALVES – Não é?!

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA – Paim é a nossa referência sobre isso. (*Risos.*)

A SRA. ALEXANDRA FERREIRA GONÇALVES – Sabe, a gente precisa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sabe que ninguém tinha me levantado isso?

Eu sou o autor do Estatuto do Idoso, trabalhei na formulação – não fui o autor, mas participei – do da Criança e Adolescente; fui o autor do Estatuto da Igualdade Racial, fui Relator do Estatuto da Juventude. Foram quatro estatutos, enfim. Agora sou o autor do Estatuto dos Povos Ciganos.

A SRA. ALEXANDRA FERREIRA GONÇALVES – Então, segue o nosso apelo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós podemos conversar tranquilamente. (*Risos.*)

Eu já entrei com vocês no tema. Eu gosto de estatutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês fazem o boneco, encaminham para mim. Eu encaminho para a consultoria e nós damos entrada aqui na Comissão de Direitos Humanos. E aí começa a tramitar como projeto de lei. (*Palmas.*)

E pela força que têm – e tem que ter mesmo – vocês da cultura, os artistas, enfim, todos esses profissionais que às vezes não aparecem, mas estão nos bastidores e estão filmando lá em Porto Alegre. Então todos estão trabalhando, fazendo o retrato daquela triste realidade. Vocês produzam o básico, baseado nos outros estatutos, encaminham para mim, e eu, aqui no Congresso...

A SRA. ALEXANDRA FERREIRA GONÇALVES – Muito obrigada.

Já saio daqui feliz hoje. (*Risos.*)

Mas esse estatuto é muito importante para a gente, Senador, porque, como o Fred disse, a nossa profissão é sazonal, é irregular. A gente exerce várias ocupações, trabalhamos em diversos projetos ao mesmo tempo, e não existe nada que nos ampare.

A gente tem poucos exemplos de sindicatos organizados no Brasil. Aqui eu queria dizer que o Sindcine é um deles, o Sated, do Paraná e de São Paulo, mas a maioria dos estados não tem um sindicato que os represente, não existe fiscalização. Evento é terra sem lei, a partir do momento em que entra em um evento, um trabalhador que tem fome não tem como pagar um sanduíche a R$30 – e não tem como sair do evento para comer –, não tem como pagar uma água a R$10, e a gente viu...

Então, que seja obrigado o fornecimento do mínimo, como uma ambulância desde os processos da montagem até a desmontagem. A gente fez uma pesquisa aqui, pelo LabFaz, com 485 respondentes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Tem mais cinco.

A SRA. ALEXANDRA FERREIRA GONÇALVES – Obrigada. E um terço dos trabalhadores já tinha sofrido algum tipo de acidente no trabalho. É um número assustador. As pessoas trabalham 20, 30 anos em cima de um palco e nunca fizeram uma audiometria, então vão perdendo a audição, ali expostos a altos ruídos, e não têm – como o Adriano disse – nada que os proteja depois disso. E dentro do evento é isto, você está lá trabalhando, você tem que subir e tal.

Como eu disse, a gente perdeu várias pessoas nos últimos anos, cito o exemplo sempre de um amigo que faleceu e que era "supercorajoso" – entre aspas. Quando ele faleceu, falei: "Poxa, mas se ele tivesse usado um dos três equipamentos de proteção, ele não teria falecido; se ele estivesse de luva, ele não teria tomado choque; se ele estivesse com a cadeira de suporte, ele não teria caído; se ele estivesse de capacete, ele não teria batido a cabeça no meio-fio".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É por uma cultura de segurança – sabe, Senador? –, para que os gestores e organizadores de eventos também se sintam responsáveis pelas pessoas que neles trabalham. Não vale o artista ter um camarim cheio de pompas e cerimônias enquanto tem pessoas que passam 18 horas sem comer dentro de uma arena. É o mínimo. Não tem banheiro às vezes para os trabalhadores, uma pessoa que está no palco não tem... Então, o que a gente pede é que as necessidades desse trabalhador sejam olhadas.

Sobre as leis de incentivo, sobre editais... isso que você falou, Fred, sobre a política de fomento, eu concordo plenamente. Vou até parafrasear meu amigo GOG, que diz que, se edital fosse bom, se chamaria é de todos. (*Risos.*) Aí você vê o exemplo do hip hop: mais de 3 mil projetos concorrendo para 300. O que acontece com esses 2,7 mil? Onde eles vão buscar? Então, acabam elitizando: os melhores projetos, os mais bem escritos. Quem diz quem é bom e quem não é? Quem é o dono dessa verdade? Que tipo de política mais democrática a gente pode criar, de acesso para todas as pessoas?

Os profissionais da "graxa" e da técnica, por exemplo, não tiveram acesso, embora tenha sido preconizado na lei que os estados e municípios deveriam fazer busca ativa dos trabalhadores da técnica, ninguém fez. E as pessoas que recebem... Vamos supor, eu tenho uma produtora e recebi uma Aldir Blanc de R$50 mil. Quando eu recebo isso, eu não vou pagar para os meus técnicos que fizeram os eventos durante o ano para mim, eu vou pagar os meus aluguéis, os meus impostos, a minha equipe. Então, o que a gente pode fazer para que aqueles trabalhadores da ponta sejam realmente atendidos?

O que mais aqui... Sobre as mulheres trabalhadoras. A gente fala aqui, na técnica, dependendo do estado e da pesquisa, que as nossas pesquisas foram todas informais durante a pandemia, mas 15% a 25% dos trabalhadores da "graxa" são formados por mulheres. Por quê? Porque elas não têm creche no contraturno para trabalhar de noite, porque as mulheres também não têm seguro-maternidade, porque as mulheres não têm... Sem contar o preconceito que existe nesse ambiente masculino, etc. Então, que haja formação para mais mulheres trabalhadoras e um incentivo para que elas possam buscar na cultura e na técnica, na arte e na técnica, enfim, em todos os setores da arte, da cultura e da economia criativa também o seu sustento.

O que mais? Sobre a Lei Dona Naná, não posso deixar de falar, já, já, ela vai vir para esta Casa, que é o PL 3.022, de 2021, de autoria do Deputado Alexandre Padilha, que prevê políticas de memória e preservação para os trabalhadores da graxa.

Dona Naná era uma camareira do estado municipal de Belo Horizonte, que tinha...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALEXANDRA FERREIRA GONÇALVES – ... um caderninho em que ela anotava e pedia autógrafo de todo mundo. Então, os cadernos da Dona Naná são a história do Teatro Municipal de Belo Horizonte. E, através dessa lei, tem um parágrafo também que diz que o Governo Federal deverá, enfim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incluir os trabalhadores... O Governo Federal não, enfim... O Governo, enfim, as políticas devem abranger os trabalhadores, os técnicos em eventos.

Então, espero que, quando receber nesta Casa, se o senhor puder nos apoiar....

Bom, eu poderia falar muito mais, mas eu vou ficar por aqui e quero agradecer mais uma vez a todas as pessoas que estão nos assistindo, ao Senador e aos meus companheiros da mesa.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Alexandra Ferreira Gonçalves, Coordenadora da Articulação Nacional de Trabalhadores em Eventos.

Então, já fica aqui essa indicação que você fez do estatuto. Ele pode abranger tudo isso que você falou, viu? Porque vocês é que vão escrever: "Olha, nós queremos isso, isso e isso aqui no estatuto".

Tudo aquilo que for para a lei a consultoria do Senado elabora, não voto, em hipótese nenhuma, sem que vocês o recebam de volta pronto. Depois, a gente faz aqui uma audiência pública, se tiver novas ideias que possam surgir, eu incorporo, para daí, então, mandar para frente o projeto.

O.k.?

Parabéns pela exposição.

De imediato, Sonia Teresa Santana, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica.

A SRA. SONIA TERESA SANTANA (Para expor.) – Muito bom dia, muito obrigada, Senador.

Estou aqui, primeiro, em solidariedade ao seu estado. Nós temos representação no Rio Grande do Sul e realmente é uma situação extremamente delicada, extremamente complicada para as artes e a cultura no estado que estão vivendo, e num estado de que não sabemos como sairemos.

Nós somos três sindicatos do audiovisual...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para se ter uma ideia de como sairemos dessa – porque dezenas e dezenas de cidades estão totalmente cobertas e não poderão ser reconstruídas ali –, temos que pensar em investimento de bilhões e bilhões de reais, e a cultura poderá nos ajudar nessa reconstrução, pela sensibilidade, pela poesia, pelo encanto que a cultura nos passa.

A SRA. SONIA TERESA SANTANA – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Contamos com vocês.

A SRA. SONIA TERESA SANTANA – Contamos com o senhor, também, nessa força-tarefa.

Nós somos três sindicatos de trabalhadores técnicos em todo o Brasil, o Sindcine, o Stic e o Sintracine, e constituímos um fórum dos sindicatos, que nós chamamos de usuários da Lei 6.533 e também do Decreto 82.385, de 1978. Nós fizemos isso como um modo de ampliar a proteção, de buscar uma congregação dos sindicatos em lutas comuns, como qualificação e atualização da função, porque o Sindcine, esse fórum já fez essa parte da atualização – apesar de que atualizamos, mas brevemente teremos que atualizar novamente, porque todo dia são novas funções com as inovações tecnológicas. Também nos reunimos para buscar, entre outras coisas, reduções de jornada e resolver outros problemas do setor.

Prestamos a nossa solidariedade aqui ao sofrimento do povo gaúcho que está ocorrendo no Rio Grande do Sul. Nós temos trabalhado intensamente para socorrer os trabalhadores do audiovisual, suas famílias e amigos. O audiovisual se uniu aos companheiros de atividade e aos abrigos. Há uma comovente tarefa em curso; a solidariedade tem sido admirável. Lamentáveis as *fake news*, que realmente precisam ser criminalizadas. É um crime. (*Palmas.*)

Nós somos os representantes também dos trabalhadores técnicos do audiovisual gaúcho, e estávamos em processo, muito perto de ter a primeira convenção coletiva do audiovisual gaúcho. Não sabemos quando isso poderá acontecer, e não sabemos como será o futuro do audiovisual. As águas precisam baixar.

O nosso setor foi devastado. A produção cultural foi paralisada. Mais uma vez, não sabemos quando poderemos voltar a trabalhar e como sustentaremos nossas famílias. Ainda estávamos num rescaldo da pandemia, e veio agora um duro golpe, com muita destruição. A informalidade do setor dificulta o uso de alguns mecanismos de apoio e proteção colocados pelo Governo Federal, que tem feito um trabalho espetacular de apoio ao povo do Rio Grande do Sul e ao Governo gaúcho.

Também aproveitamos para agradecer por todo o trabalho do MinC, que vem renascendo das cinzas de uma forma gloriosa. Esse ministério, com uma equipe incrível, impecável – parabéns a todos que estão aqui –, que precisa ter o seu valor reconhecido, vem recuperando o tempo perdido com ações em todo o Brasil. Temos tido escuta, e vemos reconstrução. Não é fácil reconstruir. Saberemos isso no Estado gaúcho.

Foram conferências, reuniões, audiências, e aconteceu a reestruturação do sistema MinC. A retomada das políticas públicas, a Lei Paulo Gustavo, a Lei Aldir Blanc, e o Plano Nacional de Cultura, que precisa ser regulamentado. No audiovisual, nós tivemos a recriação do Conselho Superior do Cinema e audiovisual, com representação descentralizada e equidade de gênero.

Também a ampliação do Comitê Gestor da Ancine. Podemos aproveitar este momento aqui e solicitar ao MinC, à Ancine que pensem em editais para a produção no Sul, que é sempre um processo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demorado, mas que logo traria uma perspectiva de ativação do setor a médio prazo. Que as plataformas de *streaming* joguem o seu olhar para os produtores do Sul, as produções publicitárias usem os técnicos, usem os trabalhadores do audiovisual e da cultura gaúcha.

O Rio Grande do Sul sempre foi uma grande potência na literatura. Tem um cinema forte, pujante e um importante festival de cinema. Não podemos perder isso. A cultura é um baluarte da democracia, da civilidade, da sociedade. É preservadora da memória e dos costumes do povo brasileiro.

A nossa cultura é muito rica, tem muitos saberes, muitas movimentações artísticas, muita beleza e muita música. Somos um país etnicamente diverso, inclusivo, que vem recuperando a sua autoestima, que vinha sendo abalada por desmontes e precarizações de governos anteriores.

Aproveitamos, Senador, da reforma trabalhista, vários pontos sobre os quais buscamos proteção, usando o acordado valendo sobre legislado. Então, reduzimos a intermitência, reduzimos uma série de condições em acordo com os sindicatos patronais. Introduzimos um ponto que é muito importante até numa atualização da lei, que é a introdução da possibilidade de contratação de pessoa jurídica como forma de contratação.

É do que trata o PL, que está em discussão agora, o PL 152, que dá regularidade, porque isso é uma realidade no mercado. Não adianta a gente lutar, ser hipócrita e ignorar uma realidade e, sim, buscar uma proteção para essa realidade. Nós conseguimos isso no momento em que os técnicos tinham seguro de vida, contratos definidos, prazos de pagamento, jornadas estabelecidas, que é um outro ponto bastante complexo para a gente, que é o tamanho da nossa jornada.

Então, nós temos, sim, a contribuir com este PL e o apoiamos, porque ele traz uma regularidade, uma proteção maior, desde que se encare como forma de contratação. Não existe uma pessoa jurídica de fato e, sim, um trabalhador que emite um documento fiscal para receber de forma acelerada e de uma forma segura para o profissional.

Trabalhar na informalidade realmente é muito ruim e uma nota fiscal dá segurança jurídica de um protesto... Tivemos uma produtora que quebrou agora no mercado e deixou um monte de gente... Então, através de seus documentos fiscais, estamos conseguindo protestar e buscar a reparação dos trabalhadores.

Há que se buscar ampliar os avanços em políticas de preservação. As novas tecnologias vão impactar o modo de se trabalhar o cinema e outras áreas artísticas. Isso vem com a inteligência artificial, que, de repente, deu um salto gigantesco e está nos assustando com a velocidade e com a sua competência. Mas, ao mesmo tempo, nós temos que procurar qualificação, formação para esses trabalhadores. Muitos perderão trabalho. E muitos serão criados. Não temos a menor ideia do que será isso.

Sabemos, sim, que muita gente vai perder o seu posto de trabalho e aí, sim, cabe a busca de uma renda mínima, a preservação das condições de trabalho e qualificação, buscar o máximo de qualificação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós combatemos o etarismo. Temos questões das mulheres também, que não conseguem ter filhos no audiovisual. No teatro, no cinema, não conseguem realmente, porque nós não temos padrão, não temos um dia igual ao outro. E isso também é uma coisa que nos fascina, essa liberdade, mas também nos traz muitos prejuízos do ponto de vista do trabalho.

Nós temos um novo Brasil agora, com Lula, um Presidente sensível às artes, às culturas e às dores do povo. Parabéns a todos os trabalhadores, gestores culturais, produtores, profissionais da cultura, artistas, músicos, trabalhadores nos eventos, estúdios, palcos, que estão aqui, buscando o seu reconhecimento.

Agora, com o Dia Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Cultura, se tem o reconhecimento da importância de todos os que operam diante e atrás das câmeras, em cima e atrás dos palcos, dos teatros, dos shows, dos circos, nas ruas e praças. Os trabalhadores são a espinha dorsal do espetáculo, de todo tipo de montagem. Muitas dessas áreas precisam de reconhecimento e qualificação.

O Dia Nacional de Luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Cultura também vem dar um sentimento de pertencimento, de fazer parte dessa história.

Eu agradeço aqui a oportunidade, em nome dos sindicatos parceiros e das representações dos trabalhadores aqui presentes, que foram ouvidas, e nos colocamos, Senador, à disposição, para novas audiências onde possamos acompanhar e colaborar nas atualizações, nas condições com que a cultura vai lidar e com as evoluções tecnológicas que estão tomando corpo e podem impactar em diversas áreas.

Parabéns ao corpo técnico do MinC, à Ministra Margareth Menezes, Márcio, Roberta, Joelma, Deryk, Ângelo, Sandra, Luciano, todos, muita gente boa reunida em torno de um grande propósito.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Sonia Teresa Santana, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica.

Deixa eu falar, o apelo que você faz, para ter o mínimo de regulamentação, foi o caso dos aplicativos. O Presidente Lula e o Ministro Marinho fizeram um esforço sobre-humano, eu diria, para tentar encontrar caminhos, devido à situação específica deles. Nem todos querem ser CLT, isso é verdade, o Presidente Lula colocou isso, e algumas pessoas não entenderam. O Presidente Lula está certo. Não querem... Então, você tem que encontrar alguns caminhos, como vocês estão propondo.

Sabe que eu sou Relator aqui do Estatuto... Outro Estatuto... (*Risos.*)

O Estatuto do Mundo do Trabalho, que fala em CLT do século XXI. Eu posso me comprometer com vocês, dentro da realidade de vocês, a ter um capítulo específico sobre essa atividade... (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... que vocês vão ajudar a escrever.

O Estatuto é isto, busca abranger o mundo do trabalho, mas, com cada um dentro da sua realidade, inclusive o pessoal dos aplicativos, para que não fiquem, como eles dizem, engessados. Tem muita gente que é engenheiro de dia e é motorista à noite, então, ele quer saber como é que faz.

Enfim, contem com o nosso apoio aí, com certeza absoluta, mas todos vocês terão ainda as considerações finais. Eu abrirei, como sempre abro, a possibilidade de um, dois – não muitos – poderem falar do Plenário, se assim entenderem.

Mas eu tenho que fazer, agora, por ofício, antes de passar para essa rodada, as perguntas que vêm do e-Cidadania. E olha que tem bastante pergunta aqui. Mas vocês receberão uma cópia – cada um que está na mesa – das perguntas.

Viu, Ingrid? A cópia vê com o Christiano. Ele está aí? Está aqui o Christiano. Uma cópia do e-Cidadania para eles. Eu vou fazer a leitura aqui. Então, não precisam tomar nota, porque vocês vão receber uma cópia desses documentos.

Do e-Cidadania, perguntas do pessoal que está assistindo e manda para nós aqui, ao vivo. Chegou tudo em questão de minutos aqui.

Daniel, do Rio Grande do Sul – e aqui já estamos agradecendo pelo apoio que todos vocês deram ao Rio Grande do Sul –, pergunta: "Quando teremos, de fato, uma previdência social para os trabalhadores da cultura?" E vocês colocaram muito bem aqui e poderão agora aqui falar.

Emanuelle, do Mato Grosso: "Quais os principais desafios enfrentados pelos trabalhadores da cultura em termos de condições de trabalho, remuneração e reconhecimento?" Ela já deixa aqui a pergunta.

André, de Pernambuco: "Como a digitalização está impactando a produção cultural e quais estratégias estão sendo adotadas para enfrentar essas mudanças?"

Gabriela, do Mato Grosso: "Quais são as principais demandas dos trabalhadores desses setores em termos de direitos trabalhistas e condições de trabalho?"

Amanda, de Santa Catarina: "Algum planejamento para a certificação dos trabalhadores da cultura que não são amparados por classes organizativas?"

Vamos em frente.

Carla, de São Paulo: "Quando haverá uma regularização do uso da inteligência artificial no campo do desenvolvimento das atividades culturais?"

Larissa, do Mato Grosso: "Qual é a importância do reconhecimento dessa data para a valorização e proteção dos profissionais da área?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

José, de São Paulo: "Eventos culturais são quase que exclusivos das elites. Quando nos manifestaremos para mudar os patrocínios para as periferias das cidades?"

Ana, do Rio de Janeiro: "Como formalizar e regulamentar as atividades dos pareceristas culturais?"

Ormisa, do Ceará: "Como as demandas dos trabalhadores em entidades culturais, recreativas e afins estão sendo ouvidas e atendidas?"

Larissa, do Mato Grosso: "Quais são os principais desafios enfrentados pelos trabalhadores em entidades culturais, recreativas e [...] [afins] atualmente?"

Amanda, de Santa Catarina: "Existe alguma programação de publicação [..] normativa para que os conselheiros culturais participem como proponentes de editais de fomento?"

E. por fim, Jeová, de Goiás: "Como podemos garantir a inclusão e a representatividade de todas as áreas culturais e grupos de trabalhadores nessa discussão?"

Luiza, do Rio de Janeiro: "Como a digitalização está impactando a produção cultural e quais estratégias estão sendo adotadas para enfrentar essa mudança?"

Olha, é gente, hem? Não é todo dia que tem tanta pergunta sobre um setor. (*Risos.*)

José, de São Paulo: "Eventos culturais são quase que exclusivos da elite..."

Repetiu aqui. Esse já foi. Tá, essa aqui já foi.

Uma coisa que veio aqui para mim também, da mesa.

Estamos falando em cultura. Não poderíamos deixar de mencionar o ator Paulo César Pereia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pereia? É isso mesmo? César Pereia, gaúcho de Alegrete, que faleceu ontem, compositor do Hino da Legalidade, decisivo para garantir a posse de João Goulart. Música, Paulo César Pereia; letra, Lara de Lemos.

Poderíamos fazer um minuto de silêncio aqui, seria a melhor forma de homenageá-lo aqui no Senado da República. Vamos todos nos levantar.

Um minuto de silêncio em homenagem ao ator Paulo César Pereia.

Pereia, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pereio.

Paulo César Pereio – é que a letra da minha assessoria aqui está boa, e eu estou querendo adivinhar para onde vai.

Bom, vamos lá, pessoal.

Um minuto de silêncio pelo ator Paulo César Pereio

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

Voltamos agora à nossa lista de convidados.

Esse é um momento em que, em média, a gente destina cinco minutos para cada um para as considerações finais, e cada um escolhe naturalmente – são tantas perguntas –, alguma pergunta, uma, duas, quem quiser responder três, responda. Entendam que vão responder, mas são vocês que decidem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o que eu ia fazer agora. Eu anunciei antes que sempre no plenário abro... e você lembrou, se não lembra, às vezes, eu esqueço mesmo, e começam eles a responder e vocês seguem esperando. "E nós?"

Então, aos três do plenário eu peço que encaminhem para a Mesa o nome dos três, o.k.? Vocês terão o mesmo tempo que eles, cinco minutos cada um, o.k.?

Então, começamos... Pode ser por você?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Houve alguém que me desse "os últimos serão os primeiros e os primeiros serão os últimos". Vamos deixar você para o final agora, já que foi você que abriu.

Eu passo a palavra para a Sonia Teresa Santana, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica. Foi a última a falar e é a primeira que abre agora essa rodada final.

A SRA. SONIA TERESA SANTANA (Para expor.) – Muito obrigada.

Senador, é um grande prazer estar aqui, estar com o senhor, que é uma referência no trabalhismo, que é uma referência na proteção dos trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, representantes do sindicato dos trabalhadores técnicos do audiovisual, passamos por um momento muito delicado agora, que é a introdução da inteligência artificial, novos modos de atuar na produção de *streaming*. Estamos numa luta muito grande na regulação do VOD, principalmente na proteção do cinema independente, porque todos nós sabemos que a produção do streaming gera trabalho, mas não deixa nada para o país, não deixa nada para as pessoas. As empresas produtoras não garantem direitos patrimoniais, não garantem direitos autorais. Enfim, não garante nenhuma espécie de direito.

Há diversas propostas dentro dessa regulação do VOD que estão em debate no Senado – já saiu do Senado e está no Congresso agora – com um processo que não está realmente agradando de toda a forma o setor. Se está colocando uma baixa remuneração para essas plataformas de *streaming* que estão há dez anos no país sem pagar imposto. Geram trabalho, geram novos conhecimentos, novas formas de trabalho que também vêm impactando as produções independentes, porque a produção de *streaming* requer um grande número de profissionais dada a extensa jornada. São 12 horas, todos os dias, dentro dos estúdios.

A gente vem lutando para essa redução de jornada de uma forma, como eu sempre brinco, construindo pelo amor, porque nós temos possibilidade de mexer na jornada pela dor. Mas a gente acha que o audiovisual é um trabalho de congregação das pessoas em torno de uma ideia, em torno de um projeto. Então, reduzir a jornada vai nos permitir: primeiro, continuarmos no aprendizado, porque o profissional requer qualificação o tempo inteiro, principalmente em novas tecnologias, com o advento do cinema digital. Então, nós precisamos ter tempo para estudar e não temos esse tempo, não temos com quem deixar os nossos filhos, não temos como ter condições de trabalho e, ao mesmo tempo, evoluirmos tecnicamente. Vimos lutando contra o etarismo. Profissionais que têm pleno conhecimento são considerado velhos para uma atividade altamente digital. Como buscar esse equilíbrio entre o conhecimento e a transferência desse conhecimento para uma juventude? Então, esse é o papel dos sindicatos, é o papel pelo qual a gente vem buscando proteção para os trabalhadores em qualquer local que estejam trabalhando e qualificação.

Temos uma outra questão que vamos buscar como entender que é o Cade (Conselho de Defesa Econômica), atuando em cima dos trabalhadores. Nós queremos entender qual é o papel do Cade na regulação das relações de trabalho. É uma discussão que a gente vai trazer junto, porque estamos enfrentando, alguns sindicatos, com associações. Eu acho inacreditável que cerca de 60, 70 profissionais causem um impacto econômico tão relevante que seja necessário colocar um Cade nessa disputa. São discussões que podem ser levadas para outras esferas, não necessariamente para um órgão que vai condenar, penalizar e, principalmente, multar os profissionais que ousam ter um valor de trabalho um pouco diferente dos pisos salariais dos sindicatos. Então, ao mesmo tempo que nós queremos profissionais preparados, nós não admitimos que eles tenham valores de acordo com a sua preparação.

Então, esse é um trabalho que a gente está levando ao Ministério do Trabalho, ao Ministério da Cultura e todos os órgãos que se relacionam com o trabalho no molde visual para buscar um equilíbrio nessas relações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SONIA TERESA SANTANA – Nós estamos também trabalhando em busca de apoio e de colaboração para a situação do Rio Grande do Sul. O sindicato tem um ponto de coleta específico do audiovisual, é um estúdio de cinema local, uma locadora de equipamentos que está com espaço aberto recebendo doações para profissionais técnicos da cultura e do audiovisual brasileiro.

Muito obrigada pela oportunidade. Foi um grande prazer, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós que agradecemos, gratidão em nome do Rio Grande. Sonia Teresa Santana, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica.

Quero dizer que, aqui no Congresso, nós, não só eu, mas nós apresentamos dois projetos sobre redução de jornada. Um, inclusive, é uma PEC que altera a própria Constituição com esse objetivo. A argumentação da senhora foi perfeita quanto à importância da redução de jornada e, no estatuto do mundo do trabalho, é claro que estamos debatendo lá a questão da jornada. Tem categorias e categorias diferenciadas, uma merece uma jornada ou outra. O mundo todo hoje está discutindo quatro dias por semana, que seriam 40 horas semanais ou 36. É todo um debate que tem, mas baseado em cada realidade. A realidade de vocês é uma, que pode ser horas, que eu não vou aqui nem falar, porque vocês é que vão indicar, como tem os enfermeiros, que trabalham 12 por 36, por exemplo.

A SRA. SONIA TERESA SANTANA – Não é possível no...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, então, cada realidade é uma realidade, que nós vamos olhar com todo carinho. Está bem?

Então agora, Alexandra Ferreira Gonçalves, Coordenadora da Articulação Nacional de Trabalhadores em Eventos.

A SRA. ALEXANDRA FERREIRA GONÇALVES (Para expor.) – Também conhecida como Alê Capone. Ninguém conhece meu nome verdadeiro. (*Risos.*)

Agora conhece, não é?

Bom, Senador, mais uma vez, obrigada pelo convite.

Eu estava olhando aqui as perguntas, primeiro, eu vou me perder aqui... Mas falaram muito sobre quais são as...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Escute, aquela que achar melhor, porque alguma que não for respondida nós encaminharemos via Comissão.

A SRA. ALEXANDRA FERREIRA GONÇALVES – É porque a maioria das perguntas, eu acho que são para o Ministério da Cultura mesmo. Então, agora, sobre as demandas dos trabalhadores e das trabalhadoras, quem quiser se juntar à Ante pode procurar a Articulante no Instagram, já, já nós vamos ter nosso *site* também. Nós somos uma entidade não formal, uma articulação nacional, criada a partir do primeiro Fórum Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras, tem mais de 50 entidades participantes. E o nosso objetivo é justamente discutir, debater e articular direitos, propostas, projetos de lei que dizem respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, assim como o fortalecimento dos sindicatos nos seus estados ou a tomada deles, enfim, estamos lutando por eleições justas também nos sindicatos.

E as nossas demandas são a discussão mesmo das realidades locais, entender como – a gente sabe que a exploração do trabalho é comum, mas a gente quer mudar essa realidade e, para isso, a gente precisa entender como isso se dá nos estados. O Adriano falou sobre a Bahia, eu conheço a realidade do Distrito Federal, mas a gente tem técnicos que ganham R$60 por 18 horas de trabalho, sem direito à alimentação, sem direito à água, sem direito a transporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O que eu digo sempre, porque eu sou Relator de um projeto que combate o trabalho escravo: se tiver um estado que não tenha trabalhador sob o regime de escravidão, eu mudo o meu relatório. Mas não tem, eu já pesquisei, em todos os estados existem trabalhadores.

A SRA. ALEXANDRA FERREIRA GONÇALVES – E eu vou lhe dizer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que é quase o seu caso, é o que a gente chama de análogo ao trabalho escravo.

A SRA. ALEXANDRA FERREIRA GONÇALVES – Era isso que eu ia lhe dizer, Senador. Tem muitos trabalhadores da cultura que trabalham em situações análogas às de escravidão. É muito sério o que acontece. Tem gente que chega a trabalhar 20 horas por dia em época de festival; às vezes, dorme ali embaixo do palco mesmo. Tem quatro dias de evento, passam os quatro dias lá, e, muitas vezes, a produção do evento nem se dá conta disso. Ela vai para o hotel descansar, junto com os artistas, e, dentro daquela arena, tudo é possível. É por isso também essa quantidade de acidentes, por falta de alimentação, por falta de descanso.

Então, eu digo: trabalhadores do Brasil, uni-vos! Vão em busca dos seus direitos, procurem as entidades dos seus estados, e vamos começar a discutir isso. Vamos discutir boas práticas nos eventos, vamos discutir que a hora-pessoa – a gente chamava hora-homem, hora-máquina; agora, é hora-pessoa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hora-máquina – vale muito mais. Não adianta você cobrar R$120 mil em duas diárias de equipamento de som e pagar R$100 a diária da pessoa que vai estar cuidando desse equipamento 24 horas.

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ALEXANDRA FERREIRA GONÇALVES – Então... (*Risos.*)

Eu acho que está na hora de a gente olhar para as pessoas que dividem o ambiente de trabalho com a gente e começar a falar sobre isso. Eu acho que esta é a importância do dia do trabalhador e da trabalhadora: que as pessoas parem de se olhar apenas como artistas ou como técnicos e se vejam como um trabalhador que tem direitos, que tem direito à previdência, que tem direito a um plano de carreira, que tem direito autoral. Um iluminador que faz ali o seu plano de luz tem direito autoral sobre aquela luz também; é um artista também.

Então, que a gente passe a valorizar mais as pessoas que trabalham e menos os equipamentos, porque o equipamento é muito caro, e o trabalhador está completamente precarizado e, às vezes, escravizado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns! (*Palmas.*)

Parabéns, Alexandra Ferreira Gonçalves, Coordenadora da Articulação Nacional de Trabalhadores em Eventos.

É uma frase que é muito usada no Brasil e em outros países também: emprego digno e salário digno. Então, emprego de qualidade e salário de qualidade! Estamos juntos nessa caminhada aí!

Frederico Augusto Barbosa, Consultor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O SR. FREDERICO AUGUSTO BARBOSA – É pesquisador, mas está tranquilo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas tudo bem. Eu vou arrumar. (*Risos.*)

Estava consultor ainda aqui. É pesquisador. Pronto.

O tempo é seu.

O SR. FREDERICO AUGUSTO BARBOSA (Para expor.) – Bom, a minha fala vai ser curtinha.

Aqui tem uma agenda, não é, gente? Esse conjunto de perguntas contém um mundo de questões que são absolutamente complexas de resolução. Então, eu vou falar no geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho o seguinte: tem um ponto central a que foi chamado à atenção que é a representatividade, como a gente se representa nos órgãos. Eu acho que tem duas coisas que são importantes... A gente falou muito de regulamentação, esse é o papel do Legislativo. Então, o foro legislativo é um foro que tem que ser ocupado. O Senador está aqui se colocando à disposição e pediu a qualificação do debate, a partir da organização da sociedade civil. Esse é um ponto central para a resolução de quase todas as questões que estão aqui. Então, ocupar o Legislativo através dos representantes que são sensíveis e ter uma discussão qualificada para se trazer é um ponto fundamental na resolução dessa agenda de questões de política.

Tem um outro ponto, que eu acho que é fundamental, que é a qualificação do serviço público. Estamos aqui com o Ministério da Cultura, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Previdência, enfim, a gente tem uma série de ministérios que fazem interface com essa agenda de questões que foram levantadas. Então, democratizar esses ministérios, esse fórum executivo, é superimportante. Então, ocupar os conselhos setoriais é superimportante para a área da cultura. A recuperação da capacidade administrativa de todos esses ministérios para lidar com essas questões é um ponto fundamental. O fortalecimento do serviço público é fundamental. O fortalecimento dos conselhos setoriais é algo que é fundamental.

A gente tem aqui os conselhos de cultura, que têm que ser qualificados. Não só o ministério tem que ser qualificado, mas a própria capacidade dos conselhos de lidarem com temas tão complicados; nesse ponto, têm que ser qualificados. Não é só a pesquisa que dá compreensão, mas a ocupação dos espaços, o debate franco.

Eu sei que sempre tem interesse, sempre a gente tem um tensionamento e conflitos sobre pontos que são pontos problemáticos, mas qualificar, verticalizar com informação, juntando compreensão e vontade num espaço democratizado, eu acho fundamental.

Então, a recuperação dos conselhos é um ponto fundamental. Agora, não só de serviço público e Legislativo se faz a construção de alternativas de política. É fundamental também a reorganização dos espaços de participação dos trabalhadores: sindicatos, associações, redes, enfim; e tudo isso pode ser, inclusive, de alguma forma, induzido pelo serviço público. Trazer a sociedade para discutir de forma qualificada dentro do Executivo, trazer a sociedade para discutir de forma qualificada dentro do conselho, que é Executivo, mas tem uma dinâmica um pouco diferenciada.

Então, eu acho que o ponto central é esse, é unir compreensão e vontade. Não é fácil, a gente já falou da fragmentariedade do setor, mas não vejo muita alternativa, não. É ocupar os espaços, articular. O exemplo que deram aqui para a gente de sindicato, de articulação, é o exemplo a ser seguido. Então, é sair da passividade e exercer o papel cidadão, que é debater, construir, articular, criar densidade institucional para qualificar a solução dos problemas nos espaços que nos são dados e que a gente tem que, de alguma forma, retomar e ocupar.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Sr. Frederico Augusto Barbosa, pesquisador... (*Risos.*)

Viu? Se alguém tiver dúvida, eu estou lembrando aqui.

... do Instituto de Pesquisa Economia Aplicada, do Ipea.

Muito bem. Eu gostei muito – e, por incrível que pareça, nós temos no momento – do que é a expressão "debate qualificado". É incrível! Às vezes as pessoas vão a um debate, mas não vira um debate qualificado, vira um debate de ódio. Chama-se o outro de tudo que você imaginar para cima, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Hã?

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas o debate qualificado, seja aqui, seja numa Câmara de Vereadores, seja na Assembleia, seja no espaço da cultura mesmo... O debate qualificado, que alguns não admitem, é o seu pensamento único me parece. Divergir é natural, e, na hora de votar, cada um vote com a sua consciência. Eu já voltei atrás em posições que eu tinha, mas na linha de um debate qualificado, e fiquei pelo lado certo da história. É com isso que nós temos que conviver aqui e não achar que cada um é dono da verdade. Se cada um é dono da verdade, não se chega a lugar nenhum. O cara se protege de tudo que imaginar, e fica ali plantado, e não admite flexibilizar em nada. Por isso que o debate qualificado foi o que eu vi aqui, meus cumprimentos.

Eu vou deixar você concluir, vou deixar você encerrar, e vou passar, conforme combinamos, para o Plenário.

Rita Andrade, Conselheira de Cultura. Rita Andrade, cinco minutos, por favor.

A SRA. RITA ANDRADE (Para expor.) – Obrigada, Senador. É um prazer começar a semana debatendo sobre esse ponto tão importante que é a questão da regulamentação desse setor muito especial, gerar dignidade para esses trabalhadores e trabalhadoras que são fundamentais para o bem-estar social do Brasil, o desenvolvimento e tudo mais para este processo de reconstrução.

Eu gostaria de dialogar a respeito das políticas públicas que estão sendo implementadas. O Fred muito bem colocou que elas existem, mas que a gente tem visto muita dificuldade nesse processo de implementação. E tudo está muito ainda, nesse processo de reconstrução, no campo dos decretos, das portarias, mas o setor precisa que o recurso de fato chegue. Então, eu gostaria de dialogar com o MinC com relação à questão da fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente compreende o poder discricionário dos entes da Federação, mas é fundamental que o Congresso legisle sobre a política, que o Executivo implemente a política, mas que ele fiscalize essa política nos estados e nos municípios. E, aí, eu gostaria de citar aqui o caso da Lei Paulo Gustavo, que foi uma lei que nasceu aqui. A gente veio para cá, lutou. Eu me lembro de eu indo ali ao aeroporto, esperando Senador e Deputado chegar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me lembrar o nome, porque ele não é mais Senador, mas, se estivesse, também lembraria, o Senador Paulo Rocha foi fundamental, viu?

A SRA. RITA ANDRADE – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos dar palmas aqui para ele. (*Palmas.*)

A SRA. RITA ANDRADE – No entanto, esse recurso até hoje não chegou à cadeia de produção, Senador. É um absurdo isso. Ele foi depositado nos estados, em agosto do ano passado, e até hoje não chegou. Portanto, as políticas nascem, são implementadas, mas, no meu ponto de vista, está faltando uma fiscalização efetiva. Você não pode permitir que o estado declare suas dificuldades com relação à gestão e implementação dessas políticas, e o setor cultural continue sendo penalizado e pagando esse preço. Nós não voltamos ao normal, nós celebramos o MinC, nós lutamos para que ele voltasse, mas é fundamental que tanto o MinC como esta Casa, como esta Casa como um todo, o Congresso Nacional, fiscalizem como essas políticas públicas estão sendo implementadas no território.

Não basta a gente ter a política, não basta o dinheiro estar na conta do estado, não basta o dinheiro estar na conta do município e o setor cultural, trabalhadoras e trabalhadores continuarem mendigando que esses recursos cheguem para que a gente possa executar nossos trabalhos.

Então, eu gostaria de fazer essa sinalização, isso é muito sério! A gente continua com o setor cultural passando por grandes dificuldades. A gente continua sofrendo grandes precariedades nesse setor. A gente lembra que, ao final, ao fim e ao cabo, quem entrega a cultura é o trabalhador e a trabalhadora da cultura, uma grande cadeia de trabalhadoras e de trabalhadoras.

Então, eu gostaria de agradecer o espaço para fazer essa sinalização, tanto ao ministério, sobre esse papel de fiscalização, como ao Congresso Nacional.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi Rita Andrade, Conselheira de Cultura, que faz uma denúncia que eu entendo como grave e é um alerta.

A SRA. RITA ANDRADE (*Fora do microfone.*) – Sim, gravíssima!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E verdadeira! Não tem nenhuma dúvida pela forma que você falou!

A SRA. RITA ANDRADE (*Fora do microfone.*) – Gravíssima!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E não chegou lá na ponta?

A SRA. RITA ANDRADE – Não chegou! Aqui no Distrito Federal, a gente ainda está com os editais que só poderão ser... O recurso já está sendo encaminhado nesse processo de digitalização, mas o setor só pode mexer no recurso depois do dia 13 de junho. Foi uma imposição que foi posta para o setor cultural.

E eu chego a dizer, Senador, que, em mais de 70% dos estados, o recurso ainda não chegou na mão do trabalhador e da trabalhadora, dos produtores e dos artistas, nem do cinema, nem de nenhum outro setor.

Então, é um absurdo que uma política pela qual nós lutamos, ainda na pandemia, que tinha um caráter emergencial, e até hoje a gente ainda não tem acesso a esse recurso. E nos preocupa muito porque está aí a Pnab, que é uma lei mais perene, ela vai ficar por cinco anos, a princípio. A gente vai lutar para que ela permaneça, mas ela tem cinco anos. E como que vai se dar essa implementação? O recurso da Pnab já está na conta dos gestores, nos estados, mas a gente não sabe como isso ainda vai acontecer.

O processo é lento, burocrático e precisa de uma fiscalização mais efetiva para que os estados e os municípios avancem com esses processos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Fica nos encaminhamentos da Comissão – quando formos encerrar – o seu pedido, que é uma fiscalização e que o dinheiro chegue efetivamente na ponta.

Sergio Pinto, servidor público do Minc.

O SR. SERGIO PINTO (Para expor.) – Bom dia, mesa! Eu cumprimento os palestrantes e o Senador. Eu acho que eu já tive umas duas vezes com você discutindo a carreira, aliás, quero agradecer e cumprimentá-lo pelas duas, porque você esteve lá atrás na implementação da carreira.

Na verdade, é o começo... Porque a gente efetivamente não implementou a carreira da gente até hoje. Continuamos negociando, continuamos discutindo com a MGI, estamos em negociação. Queremos uma implantação de uma mesa específica. Eles estão misturando a gente com uma carreira administrativa geral. Porque acho que é um pouco do que eu quero discutir, acho que é o que a Alê começou a discutir, que a gente se vê com uma identidade de trabalhador e trabalhador da cultura. Eu acho que isso é fundamental.

O Fred traz aqui a importância do setor. Eu acho que o Governo não consegue ver isso ainda, como o setor é importante e como ele é específico. Ele é fundamental para um desenvolvimento do país, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele traz as questões da nossa identidade, dos nossos valores. E, como Estado, ele ainda não traz o mesmo suporte, a mesma estrutura, que é o que a Rita está trazendo.

O Ministério da Cultura... a gente briga por concurso, a gente tem tentado brigar pela carreira, só que as pessoas não ficam no Ministério. Eu já te dou uma resposta, que é difícil mesmo o Ministério, com a estrutura que tem, fazer toda uma fiscalização que é necessária para a implantação de um Sistema Nacional de Cultura que está se trazendo agora. O que a gente tem hoje é uma federalização das políticas a partir de um Ministério, que tem uma necessidade de chegar lá na ponta. Para isso, precisa do Estado presente. O Estado presente precisa de servidor, precisa de órgãos efetivamente com estrutura, e precisa funcionar.

Eu acho que o que eu queria trazer como provocação – acho que para o Deryk, ou para quem puder falar – é discutir essa necessidade de trazer essa especificidade que nós temos do Ministério da Cultura como setor e trazer essa relevância, essa importância que em outros momentos foi tão destruída. Quem defendeu isso foi a sociedade, e os servidores, e os sindicatos, e as confederações, a federação, que hoje inclusive – e vou chegar para o Rio Grande do Sul também – fazemos o papel de também ajudar todo mundo, com campanhas. A CUT está junto, a Condsef/Fenadsef, está todo mundo tentando fazer isso.

A gente está chegando nesse momento de ter a necessidade de discutir realmente a importância real do setor da cultura. É isso que a gente quer? Então, vamos enfrentar isso trazendo estrutura, discutindo o setor como um setor de efetiva importância para o desenvolvimento do país.

É isso que eu queria trazer à discussão.

Senador, eu tenho uma documentação que depois eu queria entregar para os seus assessores. Se possível até pedir uma conversa com você, para discutir essas questões... Nós estamos no meio de uma negociação, essas questões a gente conversa à parte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sem problema, mas você pode entregar a mim mesmo no encerramento dos trabalhos aqui, o.k.?

O SR. SERGIO PINTO – Sim, sim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sergio Pinto, servidor público do Minc. (*Palmas.*)

Sandro Santos, Coordenador-Geral da Política dos Trabalhadores e da Cultura (Minc).

O SR. SANDRO SANTOS (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Sou Sandro Santos, estou na Coordenação-Geral da Política dos Trabalhadores, do Ministério da Cultura, e também sou gaúcho. Sou servidor público da Prefeitura de Porto Alegre. Agora estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvendo esse trabalho aqui junto ao Ministério, com os companheiros que também estão aqui presentes, mais o Deryk.

Sou lá da comunidade da Restinga, Senador, o senhor conhece muito bem, sei que tem muitos conhecidos lá e muito carinho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um abraço aqui para a Restinga. A Restinga é uma comunidade muito bem organizada...

O SR. SANDRO SANTOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... se defende como pode, mas fica um pouco afastada do centro da cidade.

Eu não sei como é que está a restinga em matéria de água neste momento.

O SR. SANDRO SANTOS – Não foi afetada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não foi afetada?

O SR. SANDRO SANTOS – Não foi afetada. E a Restinga é uma das comunidades que faz da cultura o seu processo identitário. É muito forte, muito forte a questão da cultura na Restinga. (*Palmas.*)

Talvez seja a comunidade que mais busque na cultura a sua afirmação da identidade. E é complicado, assim, falar um pouco, porque tem muitos movimentos culturais hoje em Porto Alegre, e a gente está fazendo esse acompanhamento, que estão ajudando, os movimentos culturais. E nós do Ministério, em conjunto com os Correios, a gente fez uma ponte com a rede de pontos de cultura para que os Correios pudessem levar uma assistência a esses pontos de cultura, aos trabalhadores da cultura que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que estão nesta situação, não é?

O SR. SANDRO SANTOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E me permita que eu diga, os Correios foram muito elogiados.

O SR. SANDRO SANTOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quando falei na abertura não citei os Correios, a parceria que vocês estão fazendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SANDRO SANTOS – Isso. E a gente tem feito isso acompanhando aqui... Inclusive, a direção dos Correios mandou uma servidora daqui que é gaúcha também e foi coordenar, iniciar esse processo lá, que é a Ângela Rosa, que é a Superintendente de Gestão de Pessoas aqui. Está lá.

Está voltando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Conheço ela. Um enorme quadro, competente, preparada.

O SR. SANDRO SANTOS – Isso mesmo.

E a gente também está acompanhando o levantamento feito pelo Instituto Cultural da PUC, junto com o Vitor Ortiz, que também deves conhecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Conhecidíssimo.

O SR. SANDRO SANTOS – Então, eles estão fazendo um levantamento do impacto das enchentes no setor cultural e lançaram uma pesquisa na internet. Até sexta-feira, tinha mais ou menos mil questionários respondidos pela internet.

Eles identificaram, assim, alguns eventos cancelados: Noite dos Museus, que ia acontecer agora, nesse final de semana; Palco Giratório; o Festival MultiArte, espetáculo de transição que estava na 30ª edição. Um espetáculo de transição entre o Porto Alegre em Cena, que era o início do Porto Alegre em Cena, que vai ser realizado no segundo semestre... O Gramado Natural; o Núcleo de Arte e Imprensa; o show da Negros Encantos, que ia ser no Teatro Renascença, que está ali com a frente totalmente alagada.

Identificaram alguns locais também que foram alagados. Mais de 20 espaços culturais identificados a partir da pesquisa, entre eles, assim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SANDRO SANTOS – ... o Museu de Artes, o Memorial do Rio Grande do Sul, o Museu Hipólito da Costa, o Museu do Trabalho, a Terreira da Tribo, o Teatro Bruno Kiefer, a Cinemateca Paulo Amorim, a Casa de Cultura Mário Quintana, o Centro Cultural Vila Flores e um conjunto de outros, assim, que eu não vou citar aí.

E também um conjunto de acervos e arquivos alagados. Tu sabes do prejuízo que tem para a cultura.

Mas, assim, falando um pouco do nosso trabalho aqui, a gente tem já conversado com a sua assessoria e essa ideia de construir um parágrafo, um capítulo no Estatuto dos Trabalhadores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um capítulo. Um capítulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SANDRO SANTOS – ... a gente já está em conversa com a sua assessoria... Inclusive, depois da audiência, a gente iria já pleitear essa reunião. Inclusive, se não falasse aqui, eu teria a missão de falar, e, já que tocaram, então, já podemos avançar nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos falar.

O SR. SANDRO SANTOS – Outra coisa que eu gostaria muito que a gente pudesse construir aqui, no Senado, é essa audiência pública de ligação entre o Ministério da Cultura, mas não só o Ministério da Cultura, mas também o Ministério do Trabalho, o Ministério da Previdência, esta Mesa, com a sociedade civil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou pedir para já colocar nos encaminhamentos, que esse encaminhamento seja colocado como ponto 4.

O SR. SANDRO SANTOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque, para nós, isso é tranquilo. Não há por que não fazer...

O SR. SANDRO SANTOS – A gente entende...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... essa audiência pública nos moldes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que você está propondo.

O SR. SANDRO SANTOS – A gente está construindo também com o Ministério do Trabalho um conjunto de ações que vai muito ao encontro do que o Malvar falou, do que a Sonia falou, do que a Alê falou, da construção de um documento orientador para os grandes eventos. A gente sabe de um conjunto de dificuldades que tem para os grandes eventos, e, hoje, os grandes eventos são, dentro da economia de um município, de qualquer município, fundamentais. Só que a gente não pode utilizar dessa prerrogativa de ser uma grande contribuição para a economia e não garantir os direitos. Então, acho que a ideia dessa cartilha orientadora, junto com o ministério, e a gente vai chamar também as grandes produtoras, que são as que fazem, as médias e as pequenas também para apontar alguns caminhos e que também facilite, do ponto de vista da fiscalização do Ministério do Trabalho, quando ela for realizar um grande evento, pequeno ou médio evento.

Eu até estava falando... O Deryk perguntou, na reunião: "Para vocês, o que é um grande evento?" Eles falaram: "Para nós, grande evento depende da dimensão, mas 5 mil pessoas já é um grande evento".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu disse que a gente faz eventos na quadra da Restinga, que o senhor conhece, com 5 mil pessoas. Ele disse: "Eu já vou estar enquadrado nesses grandes eventos". Então, a gente vai estar enrolado com essa cartilha aí.

Mas, para finalizar, Senador, acho que a nossa pauta é gigante com o Congresso. Eu acho que a gente vai ter que selecionar essas mais emergenciais para discutir. Mas eu queria deixar uma mensagem. Eu não sei se o senhor sabe... Quando o Estado Maior da Restinga entra na avenida, não sei se o senhor se lembra do grito de guerra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não me lembro.

O SR. SANDRO SANTOS – Não se lembra?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu fui até homenageado um ano lá.

O SR. SANDRO SANTOS – Eu me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fiquei como vice, tirei segundo lugar. A Gaviões em primeiro e eu em segundo.

O SR. SANDRO SANTOS – Perdeu para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi para vocês? (*Risos.*)

Perdi para um bom time. Perdi para um bom time. (*Palmas.*)

Você lembra?

O SR. SANDRO SANTOS – O senhor foi homenageado pela Imperadores do Samba.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Viu? Eu não lembrava o nome da escola em que eu fui homenageado, e você me ajudou: a Imperadores do Samba.

O SR. SANDRO SANTOS – Quando a gente entra na avenida, ela grita: "Tinga, teu povo te ama!", que é uma questão muito de afirmação mesmo, quando eu falei lá no início, da nossa identidade. E, neste momento em que a gente está vendo tanta solidariedade com o nosso povo gaúcho, eu acho que a frase que tem que ficar assim marcada para nós, gaúchos, é: "Rio Grande, o Brasil te ama!"

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Beleza! Beleza! Vamos encerrar com essa frase aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SANDRO SANTOS – Dentro dessa conjuntura e dessa emanação de solidariedade que a gente vem recebendo, eu acho que essa frase simboliza bastante esperança e inspirado também na minha comunidade lá de Porto Alegre.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns, Sandro! Sandro dos Santos, Coordenador-Geral das Políticas dos Trabalhadores da Cultura.

"Rio Grande, o Brasil te ama!" Bela frase! Eu tenho que fazer uma fala de encerramento e vou anexar, se você me liberar, ao meu pronunciamento a tua frase.

Agora, quanto à Restinga ter me ganhado naquele dia, eu fiquei muito feliz, viu? (*Risos.*)

Eu tinha certeza de que eu ia ganhar o primeiro lugar. Foi um belo evento, não é? Um evento no conjunto, com inúmeras escolas... Como é que era o nome da... "Respeite o Leão na Avenida", que era eu no caso, não é? E, no fim, eles me ganharam... (*Risos.*)

Mas tu viste que eu bati palmas. Eu sei ganhar e sei perder. Nem todas eu ganho.

Mas vamos lá.

Eu queria agora já... Quero aproveitar o momento em que tu entraste muito bem. O pessoal me passou aqui agora os últimos dados sobre o que está acontecendo lá.

Maior catástrofe climática – aqui está do Rio Grande do Sul, mas eu arrisco dizer do Brasil: 447 municípios afetados, 147 óbitos, 80.826 pessoas em abrigos, 538.241 desalojados, 2.115.703 afetados, 806 feridos e 127 desaparecidos.

Esse aqui ele pegou, não é? Eu vou, agora, ainda mostrar a outra. Você pegou essa..

O outro é um boletim oficial que chegou aqui agora, e graças a vocês, da cultura, eu estou podendo mostrar isso para todo o Brasil.

Boletim oficial: enchentes em Canoas – e Canoas é a cidade onde eu resido: 19.448 pessoas desabrigadas – praticamente 20 mil pessoas desabrigadas; 83 abrigos institucionais; 71.300 pessoas desalojadas, que informaram estar em casas de parentes, amigos ou outros locais. Quando eu falo aqui em quase 20 mil, são pessoas desabrigadas em 83 abrigos institucionais. Ou seja, são quase 20 mil em abrigos, mas, depois, temos mais esses desalojados e, depois, temos 19 óbitos, só em Canoas, confirmados; 17 pessoas desaparecidas oficialmente. Fonte, com atualização das 9h do dia 13/05, hoje, SOS Canoas. Aqui tem o telefone (51)3226-2000.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informar sobre pessoas desaparecidas, se puderem, delegaciaonline.rs.gov.br. Consultas a desaparecidos, DRS, também para o mesmo endereço: drs.gov.br. Juntos por Canoas, da Prefeitura de Canoas. O Prefeito lá é o Jairo Jorge. Saibam que o Jairo Jorge é um homem da cultura também, viu? Ele foi jornalista durante um longo período. Nesse momento – eu sei que há divergências, mas a divergência é natural –, ele trabalha dia e noite. É um camarada que botava a Prefeitura na rua, no Trensurb, quando estava funcionando, durante todo o mandato dele. Ele tem demonstrado lá muita garra, muita coragem, muita fibra.

Num momento como este em que a nossa cidade está tomada pelas águas, é fundamental que o Prefeito, os Vereadores e, como está sendo lá, o Governador... O Governador também está fazendo o seu papel muito bem, como está fazendo também o Presidente Lula, que está com quatro Ministros lá em Porto Alegre de forma permanente.

Agora eu passo a palavra aos dois que estão por videoconferência: o Sr. Carlos Eduardo Fabio, Secretário de Cultura da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ele fez questão de entrar nesse encerramento. Em seguida, o Adriano Malvar.

Carlos Eduardo, por favor.

O SR. CARLOS EDUARDO FABIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Queria agradecer novamente o convite, Senador Paulo Paim. Foi muito importante esta audiência porque foram destacados exatamente os pontos que nós discutimos durante todo esse período para ampliar e fortalecer os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras da cultura.

Quero deixar um grande abraço para o Senador, assim como também para o Adriano, que está aí, para quem está na mesa, a minha querida amiga Alê Capone, a Sonia, o companheiro Deryk, e para quem está no Plenário também, o Rafa, o Sandro, o Angelo. Quero parabenizá-lo, novamente, pelo evento.

Quero aproveitar este momento para dizer que, quem é de São Paulo e quiser também ajudar, para quem achar mais fácil ir ao Brás, onde fica a CUT (Central Única dos Trabalhadores), a gente está arrecadando as doações. É na rua Caetano Pinto, nº 579, Brás. Estamos intensificando as doações em materiais de higiene, em itens de higiene pessoal, como absorventes, fraldas descartáveis, papel higiênico. Há uma grande necessidade desses itens também. Então, aproveitando este momento.

Em relação às perguntas, eu queria dar destaque a duas questões. Dentro dos debates que nós fizemos para a elaboração das propostas que foram elencadas e que estão, especificamente, destacadas no eixo 5 das propostas, das 30 propostas como prioridade para o Minc... Está, entre esses propostas, uma questão, que foi uma das coisas perguntadas, é a questão previdenciária. Eu abro mais o leque porque não é só a questão da aposentadoria, que é muito importante para os trabalhadores e para as trabalhadoras da cultura, mas também a questão da seguridade social. Se você olhar dentro do setor da cultura, vamos dizer assim, o artista tem que chegar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando ele não está apresentando seu espetáculo, apresentando seu *show*, ele está produzindo também. Nesse momento, qual é o tipo de remuneração que esse artista tem? Então, tem que fazer um olhar direcionado a esse esquema. Quando muitos trabalhadores, como está acontecendo aí nas tragédias ou sem as tragédias, que montam palco, que fazem iluminação, o pessoal técnico, não estão trabalhando, qual é a seguridade que esses trabalhadores têm? Quando se acidentam, onde buscam recurso? Para a maioria desses trabalhadores, o instrumento de trabalho é um instrumento pessoal. Quando quebra um violão ou qualquer instrumento desse artista, como faz para poder ter sustento?

Então, dentro dessa lógica, dessa perspectiva, nós dialogamos e debatemos bastante a questão da previdência, olhando para isso e para mais um pouco para terem essa seguridade esses trabalhadores e trabalhadoras.

E a outra coisa também é essa questão da representatividade e da organicidade que nós comentamos. Não sei se o Senador sabe, mas o setor da cultura não tem um ramo hoje – hoje ele fica dentro do ramo da comunicação –, e o que foi apontado lá é a criação do ramo da cultura. Às vezes, nem no ramo da comunicação certos trabalhadores ficam, eles vão parar no ramo dos serviços, na hotelaria, nessas coisas assim.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO FÁBIO – E aí, então, fica essa falta de identificação para esses trabalhadores.

Eu acredito que, com a criação do ramo da cultura, a organicidade vai ser maior; os sindicatos que existem hoje da cultura vão ter que adaptar os seus estatutos para poder abraçar esses novos CBOs, essas novas profissões que têm que ser regulamentadas através dessa pesquisa; e as federações e as confederações serem criadas. O senhor sabe muito bem e todo mundo sabe que, quanto mais organizados os trabalhadores, mais fácil atenderem as suas pautas.

E aí a Central Única dos Trabalhadores está junto nessa construção, nessa luta, e vamos continuar juntos por todo esse período em que esperamos concluir o estatuto dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura e fortalecer, como foi comentado aí também, a fiscalização, que os sindicatos tenham maior autonomia para poder chegar, fazer a fiscalização e impedir os acidentes e a precarização do trabalho desses trabalhadores e trabalhadoras.

Um grande abraço a todos!

Conte conosco para o que precisar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Carlos Eduardo Fábio, Secretário de Cultura da Central Única dos Trabalhadores (CUT). (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permita-me que eu diga duas coisinhas só: primeira, quando eu estava na fábrica, fui Presidente da Cipa, votado pelos trabalhadores, não indicado, e fui técnico de segurança no trabalho. Então, a prevenção é algo que me diz muito, inclusive, no momento como este, não ter prevenção adequada em relação a essas enchentes no Brasil e no mundo, pois o mundo todo está passando por esse ataque ao meio ambiente.

E digo a você, Eduardo, gratidão, em nome do Rio Grande do Sul, por tudo aquilo que o movimento sindical está fazendo para atender esses milhares e milhares de pessoas que perderam a sua propriedade, seus bens, e àqueles que perderam a vida a solidariedade fica.

Então, passo a palavra agora ao Adriano Malvar, representante do SindiEventos do Estado da Bahia/Força Sindical.

Achei legal estarem aqui as duas centrais, mas são em torno de dez centrais. Graças a Deus, nesta Comissão, nós temos espaço e diálogo com todas as centrais sindicais.

A palavra é sua, Adriano.

O SR. ADRIANO MALVAR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador, mais uma vez. Eu tenho o senhor como referência. Em se tratando da população e em se tratando de um setor, não existe divergência, não é? A situação e a oposição servem para podermos crescer, tá? Então, muito obrigado por o senhor ser essa referência para todos nós.

Gostaria de deixar um abraço também, porque através da videoconferência a gente não consegue enxergar os nossos companheiros, mas um abraço para a Sônia, para o Sandro, para o professor... (*Falha no áudio.*)

... grande abraço para...

Senador, gostaria de deixar também registrado que feliz um povo... (*Falha no áudio.*)

... costumes, suas tradições e sua cultura. (*Falha no áudio.*)

E, então, através do Deryck, com a sua equipe, Ângelo, o Sandro e todo o pessoal do Ministério da Cultura, que se crie uma comissão permanente para que isso que o nosso companheiro Índio falou... A cultura, hoje, parece que é um subgrupo: subgrupo do turismo, subgrupo hoje da comunicação. Até hoje, o MEC é chamado de MEC, que é Ministério Educação e Cultura. Então, assim, que também se crie uma lei para nunca mais o Ministério da Cultura ser extinto, tá? Então, essa que é a minha consideração final.

Pego todas as perguntas aí que foram direcionadas à questão da previdência, à questão, no caso, da seguridade, a questão das fiscalizações dos nossos trabalhos. Quero dizer também que existem muitos brasis dentro do Brasil. Quando a nossa companheira Sônia fala de carga horária sobre a indústria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cinematográfica, como é que a gente discute carga horária no período de Carnaval, três dias, e que, no caso, para nós, baianos, são seis dias seguidos.

Então, assim, realmente esta Comissão tem que ser permanente.

Parabenizo demais aos fazedores de cultura, que, no caso, se esforçam demais para poder manter esse ministério vivo, atuante.

Deryck, parabéns! Mais uma vez, eu deixo aqui.

Senador, muitíssimo obrigado! Parabéns e muito obrigado pela sensibilidade do senhor! Sei que o seu estado está passando por dificuldades, mas, ao mesmo tempo, o senhor teve essa sensibilidade de continuar com esta Comissão aqui, tá?

E quero dizer aos companheiros também que participaram... A nossa amiga e o amigo também falaram sobre a questão dessa fiscalização em relação às leis de... (*Falha no áudio.*)

Essas leis, Senador, têm que chegar à ponta; elas não chegam. Tem uma dificuldade. O setor cultural tem essa dificuldade – sabe? – de conhecimento. Infelizmente, os editais são burocráticos. A gente tem que criar um meio pelo qual essas pessoas que estão aqui se esforçando para poder fazer com que a nossa cultura seja referência mundial, como nós somos, pela música, pela dança, pelo teatro, pelo cinema, enfim, pelo Carnaval...

Quero agradecer aqui. Muito obrigado e uma boa semana aí a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Adriano Malvar, representante do Sindieventos do Estado da Bahia/Força Sindical.

Também agradeço muito o apoio que as centrais, aqui representadas por vocês dois, pelo Carlos e por você, Adriano, estão dando aos flagelados, enfim, à situação do Rio Grande do Sul.

Lembro, aqui na mesa, que a Dra. Sônia disse que representa aqui a UGT. A UGT é lá de São Paulo, o Patah. O Patah esteve diversas vezes aqui; é um grande guerreiro, um companheiro nosso. Então, mande um abraço meu para o Patah, e que fique registrado.

Todas as centrais estão fazendo a sua parte neste momento tão triste.

Bom, agora vamos, então, para a fala final. Depois eu vou para os encaminhamentos de nossos convidados.

Deryk Vieira Santana, Diretor de Políticas para os Trabalhadores da Cultura do Ministério da Cultura.

O tempo é seu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA (Para expor.) – Bom, primeiramente, queria agradecer, Senador, e parabenizá-lo por este espaço de escuta ativa. Momentos como este são fundamentais e este é o primeiro ano em que a gente celebra duas datas que foram instituídas, no ano passado, no nosso calendário. Uma que é o Dia de Luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Cultura, a ser comemorado no dia 4 de maio, ou seja, no último domingo, e o Dia do Trabalhador e da Trabalhadora da Cultura, na segunda segunda-feira de maio, instituída por você, Senador, que é este momento de a gente realmente comemorar, de a gente celebrar, de a gente debater, de a gente apresentar não só o debate das políticas públicas, mas, como foi muito bem falado aqui, a importância de as pessoas se entenderem enquanto trabalhadores e trabalhadoras da cultura. E que a gente possa ter unidade para a gente fazer esse debate com a sociedade, falar assim: "Olha, somos trabalhadores e trabalhadoras. O que a gente faz é importante, é relevante, é socialmente fundamental. É o que constitui as pessoas. O que nos faz nos entendermos enquanto brasileiros tem a ver com a nossa cultura. O que faz vocês se entenderem enquanto gaúchos tem a ver com a arte, com a cultura, com a forma de vestir, o que se come, como se fala".

Então, a gente entende que esses trabalhadores são fundamentais nesse processo de construção da identidade nacional, das identidades locais, disso que a gente entende ser o que a gente é. E isso é fundamental.

Para responder às perguntas, e chegaram várias aqui, vou muito na linha do Fred. O Fred, além de gerar quase todos os dados que a gente usa para defender as políticas públicas de cultura, ele ainda é a pessoa que organiza a nossa forma de fazer as essas defesas. E, assim, sem dúvida...

É. Quando eu chego e começo a falar dados, ele: "Não, fui eu que fiz... Não, essa pesquisa aqui do IBGE também".

Então, assim, é uma pessoa fundamental. Todos os dados que a gente apresenta para defender a política pública... É uma pessoa fundamental.

Isso é outra coisa que é importante a gente lembrar, que é importantíssimo termos pesquisa para a gente mostrar que isso é importante. Para além de simbolicamente importante, é importante por si só. É importante pensar na cultura nas suas três dimensões, na formação de identidade, na formação de símbolos, mas também na formação de trabalho e renda e é importante a gente ter dados para fazer essa defesa desses índices.

E aí, falando sobre isso, acho que nós temos um acúmulo que é fundamental, porque não existe caminho, para que a gente construa e as políticas culturais não se desmontem, que não passe pelo controle social. O que nós conseguimos avançar durante a pandemia, de construção da Lei Paulo Gustavo, da Lei Aldir Blanc, que depois virou a Política Nacional Aldir Blanc, tem a ver com as conferências de cultura, com os conselhos de cultura, com o controle social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é importante a gente avançar cada vez mais no controle social. A gente entender que esses espaços, que hoje... E aí, daqui a pouco, eu vou falar um pouco sobre o que a Rita falou, mas que esses espaços, todos esses municípios que têm recursos chegando na cultura, que a sociedade civil fique atenta para cobrar, para fiscalizar, para entender como isso é investido, porque isso tem que chegar na ponta. Não tem outra forma.

Então, por que isso? O nosso poder de fiscalização e a nossa estrutura é pequena para dar conta desses mais de 5 mil municípios desses 27 estados.

Então, a gente precisa que a sociedade civil nos ajude nessa fiscalização. E na cultura, as pessoas são muito engajadas, muito politizadas e entendem desse processo de participação social. Então, a gente precisa avançar cada vez mais com esses processos de controle social.

Outra coisa que é importante, que aí o nosso companheiro da AsMinC falou, o pessoal... o Fred também trouxe, é a questão de a gente ter concurso público. Quando o pessoal veio, no ano passado, quando começou aquela peregrinação dos secretários estaduais de cultura, falando: "Gente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA – ... vocês precisam prorrogar a Paulo Gustavo porque nós não vamos conseguir executar". Eu falo assim: "Vocês não vão conseguir executar porque vocês não têm quadro técnico. Tem que fazer concurso, tem que ter gente para executar".

E agora, que nós temos a possibilidade de dinheiro chegando, que vai chegar pelo menos pelos próximos quatro anos, mas isso tem que ser perene, a gente tem que fazer depois deste debate aqui, Senador. Inclusive, se 3 milhões é o suficiente? Eu diria que não.

Acho que a gente tem que lutar pela nossa meta histórica de 2% da arrecadação para a cultura, que, como diz o Presidente Lula, quem comeu pão com manteiga não quer voltar a comer pão seco nunca mais na vida, não. Então, se nós investimos no ano passado mais de R$6 milhões na cultura, é daqui para frente; não pode ser daqui para trás. Ter concurso e carreira é fundamental para que essas políticas públicas sigam e sejam implementadas.

Tem um exemplo que eu sempre gosto de citar, quem me acompanha sempre está de saco cheio de ouvir isso, mas para mim é muito simbólico e importante, que é a posse do João Jorge na Palmares. Um dos servidores leva para ele um tapete de Xangô, o machado de Xangô, e fala para ele...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA – É um tapete e um machado de Xangô, e fala assim: "Me mandaram jogar fora, mas eu escondi, porque eu sabia que eles passariam e nós voltaríamos". E a cultura voltou, e esses servidores são fundamentais para garantir que a estrutura não seja desmontada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente pensar que... Outra coisa, além de ter concurso, tem que ter uma carreira interessante, porque na cultura quem está lá é porque gosta muito do que faz, porque as outras carreiras no Executivo federal são muito mais interessantes que a nossa. E quando o Fred apresenta para a gente lá onde estão os trabalhadores da cultura, você vai ver que quem é estatutário é o mínimo dentro do contexto geral. Então, como é que a gente vai executar política pública neste país, dessa dimensão, sem servidores públicos? Então, o servidor público é fundamental; a carreira é fundamental.

Agora, entrando nisso que a Rita falou, nós lançamos na semana passada, ou na anterior, um painel em que você pode acompanhar quase que em tempo real a execução dos recursos da Lei Paulo Gustavo. Nós temos municípios que utilizaram zero; nós temos estados que utilizaram muito pouco. Ou seja, o dinheiro está lá, está parado; a sociedade civil está precisando, existe uma cadeia cultural e criativa imensa em volta esperando que esses recursos sejam repassados, e eles não são repassados. Aí, Senador, nós vamos ter que compartilhar a responsabilidade, porque a gente precisa de uma legislação que tenha mais possibilidades, não só de fiscalização. Porque, por exemplo, para a gente, enquanto está valendo o prazo, eles têm que executar dentro do prazo, até o último dia do prazo. Se eles não fizerem, a gente negativa. Se fizerem até o último dia do prazo, estão dentro da condição mínima que é exigida. Então, se eles atendem o mínimo, infelizmente, nós não podemos fazer muita coisa. Por exemplo, quando alguns estados – aí não precisa citar nomes – recusaram os CEUs da Cultura, recusaram equipamento público...

Então, assim, eu acho que a coisa mais feia que tem para um gestor público é não querer recurso. Fala assim: "Não, não preciso disso". Sabe? Uma coisa é você dizer: "Olha, eu quero fazer política pública, mas não tenho condição". Outra coisa é você recusar. É além de você ser incompetente e não conseguir executar. Aí você fala assim: "Não quero, para mim não é interessante". Então, essa é a pior coisa que a gente pode pensar: é o gestor público recusar recurso.

Respondendo a algumas perguntas que vieram aqui, muitas falando sobre edital, sobre pareceristas e tal, nós temos uma possibilidade que foi aberta com a nova instrução normativa do fomento, que é a possibilidade de que a gente induza, a partir da Lei Rouanet, não só a partir do fomento direto, mas também a partir da Lei Rouanet, editais em que aí as pessoas, já sendo aprovadas, elas já saiam captadas.

Então, por exemplo, nós lançamos, ano passado, a Rouanet Favelas, a Rouanet Norte. Nosso secretário, que estaria aqui agora, não está conosco, e aí vou só dar um pequeno *spoiler* aqui, não é? Qual é o nome em português para *spoiler*, gente? Vamos lá. Uma pequena... um adiantamento de notícia, que nós estamos, neste momento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA – Furo de reportagem, que é: nós estamos, neste momento... ele está, neste momento, reunido com o comitê de patrocínio das estatais, porque nós vamos lançar também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma Rouanet para o Rio Grande do Sul, e aí não vou falar volume, tá? Porque está sendo negociado agora. (*Palmas.*)

Está sendo negociado com o Governo, para que a gente consiga reestruturar essas cadeias criativas que estão sendo duramente prejudicadas, neste momento, no Rio Grande do Sul.

Então, nós temos a possibilidade, várias possibilidades que nós estamos criando para descentralizar e nacionalizar os recursos públicos da cultura.

E aí, a gente tem que entender, e aí, na minha visão, a gente tem que superar a era dos editais. Porque, por exemplo, a Funart apresenta a conta de que na Funart, em média, 2,68% das pessoas que se inscrevem são aprovadas, ou seja, você tem 97% das pessoas que ficam tristes com o edital. Tem 2% felizes, e a maioria está triste com ele.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA – Dentro do ministério, a gente, dependendo do edital, quando a gente chega muito bem, a gente tem algo em torno de 10% a 12% do público atendido.

Então, a gente tem que pensar numa política que vai muito além do edital e trabalha principalmente nisso que a gente está falando aqui, na ideia de entender esse trabalhador e entender as suas funções, seus empreendimentos, enquanto algo fundamental. Então, a gente precisa superar realmente essa era, porque a gente chama assim, a era dos editais. E pensar que nós estamos resolvendo um problema lá de trás, em que os editais não chegavam à maior parte dos municípios. Então, pela primeira vez, como diz o Presidente Lula, "nunca antes na história deste país", você vai ter gente sendo contemplada, em quase todos os municípios, com recursos para fazer cultura, mas, ao mesmo tempo, nós temos que entender que isso não é o suficiente. A gente tem que avançar muito e pensar em como superar esse momento.

Eu tenho mais tempo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Já te dei dez, para os outros, foi cinco.

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA – Nossa!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Te dei dez. (*Fora do microfone.*)

Para os outros, foi cinco, mas vou te dar mais três.

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA – Não, em um minuto, eu termino.

Só para concluir, é fundamental que a gente entenda também que o trabalho decente é uma meta a ser atingida também na cultura, que a gente tem que pensar carga horária, condições de trabalho. E nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, com a Previdência, estamos construindo alguns acordos de cooperação técnica, tanto para pensarmos as diretrizes para a estruturação desse estatuto, com programas de estruturação de cadeias criativas, geração de emprego, formação, inclusive as questões previdenciárias também desse pessoal.

Porque para a gente, é impressionante, assim, o quanto a gente se perde dentro dessas cadeias produtivas, dentro da terceirização indiscriminada. Nós estamos tendo... nesses últimos anos, nós tivemos muitas... no ano passado e no ano anterior, tivemos muita denúncia de grandes eventos, de megaeventos com condições de trabalho análogo à escravidão. Isso é um absurdo. Não é lá na restinga, não é no pessoal que faz cultura popular, não; é nos megaeventos. Então a gente precisa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA – Não, nos locais em que o ingresso custa mais de um salário mínimo. Então, a gente tem que pensar que isso é um absurdo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DERYK VIEIRA SANTANA – ... que não pode ser normalizado.

E para concluir, gente, quero dizer que nós não temos a resposta para todas as perguntas. Mas a gente tem boa vontade e compreensão da política que a gente faz em conjunto, em diálogo. E que este momento aqui é um passo fundamental para o Parlamento, para que a gente consiga realmente, a cada ano e a cada dia, debater a importância dos trabalhadores e das trabalhadoras, seus desafios e como é que a gente vai conseguir dar conta desse processo nesta nova realidade, neste novo Ministério da Cultura, neste país que, cada vez mais, respira cultura e arte.

Gente, meu bom dia e muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Deryk Vieira Santana, Diretor de Políticas para os Trabalhadores da Cultura do Ministério da Cultura.

Como nós estamos aqui correndo atrás do tempo, vejam se vocês concordam com os encaminhamentos. Sugestão: receber minuta da sociedade civil, a ser enviada à CDH, o Estatuto da Cultura. Entendi que foi uma visão unânime. Fazer estudo sobre a possibilidade de criar, dentro do Estatuto do Trabalho, que seria uma SUG, um capítulo específico para o trabalhador da cultura, o que é possível, porque provavelmente eu serei o Relator. Os autores vão ser vocês, não vou ser eu, não. Eles vão lhes explicar, vocês documentam, vocês vão registrar como uma SUG. Aí eu avoco a relatoria, e vamos trabalhar juntos. Mas vocês serão os autores desse estatuto. Muitos foram feitos assim. Não sou eu que sou autor, são vocês. E a redação final, só com vocês concordando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sugestão: monitorar os recursos da Lei Paulo Gustavo, para que cheguem efetivamente à ponta.

Ainda, sugestão: realizar audiência pública específica sobre o capítulo dos trabalhadores e trabalhadores da cultura dentro do Estatuto do Trabalho. O.k.?

Foi também sugerido, se eu não me engano, foi uma das centrais, que tenhamos uma Comissão específica da cultura no Congresso. É isso? Foi isso que ele propôs.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No Senado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – No Senado, no Senado, no Senado. Porque o Congresso é Câmara e Senado juntos. E nós aqui falamos só pelo Senado, não falamos pela Câmara.

Por fim, pessoal, agora eu vou encerrar e vou pedir uns minutos de paciência de vocês, porque o pronunciamento não é longo. Era o pronunciamento que eu ia fazer no Plenário do Senado agora, quando terminasse esta sessão. Eu almoçaria, e às 2h, eu faria. E fui informado que por uma série de motivos, que a mim não chegaram, não vai ter a sessão hoje à tarde. Se não vai ser a sessão hoje à tarde, eu vou fazer aqui o pronunciamento em relação ao Rio Grande do Sul.

Primeiro, agradeço a todos vocês. Foi uma reunião aqui, de debate sobre a cultura, como foi dito aqui, de um debate qualificado. Vocês souberam colocar, junto ao debate, a questão do Rio Grande do Sul. É aquilo que eu disse na abertura: perguntaram para mim, mas você discutindo, neste momento, outro tema, a não ser o Rio Grande? Nós temos que discutir todos os temas, mas também o Rio Grande. E foi isso que vocês fizeram aqui, permitindo que a gente debatesse cultura, mas também a realidade do Rio Grande do Sul.

Nós fizemos já um minuto de silêncio. Eu vou fazer esta fala rápida. Pode ver que aqui estava escrito "Sr. Presidente", naturalmente eu ia fazer no Plenário. Então, eu falarei "senhores e senhoras".

Tragédia climática no Rio Grande do Sul.

Senhores e senhoras, esta é a maior tragédia climática do nosso Estado, o Rio Grande do Sul, infelizmente. As chuvas e as enchentes continuam no estado. As águas de alguns dos rios sobem de forma assustadora.

Tudo por lá é dor, é desespero, mas a esperança continua firme. Nosso povo gaúcho é persistente e não desiste. Assim, para mim, é todo o povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A solidariedade e a ajuda do Brasil é de emocionar a todos. Todos os estados, os 27, estão ajudando de uma forma ou de outra. Daqui do Senado, três jamantas já foram para lá e outras vão com todo tipo de ajuda de que o povo do Rio Grande precisa, desde cobertor, travesseiro, colchão, alimentos, água. Daqui do Senado, já foram três jamantas – estou dando como exemplo –, mas todos os estados estão mandando.

Dos 497 municípios gaúchos, até o momento, 446 municípios foram atingidos pelas inundações. Cidades devastadas, estradas e pontes destruídas, falta de água, falta de energia elétrica – falta de água tratada para que as pessoas possam tomar. Tem edifício em que a água está a 1,5m lá embaixo, o elevador não funciona – edifício de 20 andares, 30 andares – e não chega nada lá em cima, nem luz, nem água e não tem elevador. Tiveram que evacuá-los, aí os bombeiros foram retirando as pessoas.

Grande parte dos gaúchos e gaúchas está no litoral, no litoral norte, principalmente, aonde é mais fácil chegar. Eu, particularmente, tenho uma casa no litoral norte e a cedi, está toda ela ocupada. Onde eu moro, em Canoas, é uma parte um pouco mais alta e aproveitei uma parte que eu tenho lá para o pessoal colocar os móveis. O pessoal foi para a praia, como iam levar o pouco que eles tinham? Então, estão depositados lá. Mas isso muitos gaúchos estão fazendo, não pensem que sou só eu, não. Eu estou falando que é o momento de sermos solidários um ao outro, e é assim que está pedindo o Presidente Lula, é assim que está pedindo o Governador do estado, Eduardo Leite, e é assim que estão pedindo os Prefeitos.

Mas vamos em frente.

Milhares de pessoas estão sem dinheiro, porque não têm como acessar o banco. Se as ruas estão com 1m, 1,5m de água, como vão chegar aos bancos e aos caixas eletrônicos? Essas pessoas não sabem como fazer, inclusive aposentados e pensionistas, para retirar seu dinheiro da previdência. Pessoas estão sem remédios, principalmente os controlados. Muitos idosos e pessoas de meia idade, o que eu falei aqui, sem os óculos, mas não são só óculos. Podemos lembrar, complementando o informe de vocês, pessoas com deficiência, como fazem? São pessoas com problemas de visão e pessoas com deficiência.

As pessoas precisam urgentemente de auxílio emergencial. Quero dizer que o Senador Alessandro, que foi Relator no Governo anterior do projeto de auxílio emergencial, me ligou aqui – foi o único telefonema que eu atendi, porque eu vi que era ele e sabia que era algo importante –: "Paim, fale muito do auxílio emergencial". Ele disse que, já em conversa com o Haddad, o Haddad é simpático com essa ideia, o Presidente Lula é simpático com a ideia. Eu não vou aqui anunciar, mas posso dizer que, dentro do Governo Lula, está sendo discutido o auxílio emergencial para gaúchos e gaúchas – e são milhares e milhares que perderam tudo –, que foi fundamental no tempo da pandemia.

São 397 municípios que decretaram calamidade pública. Mais de 2 milhões de pessoas afetadas. É cenário de guerra! Até o momento, 147 mortos, mas vamos lembrar que há 131 desaparecidos, há muito tempo já, desde que começou essa tragédia; isso significa que, infelizmente, a tendência é esse número aumentar. Pelo menos, 806 pessoas feridas. O estado tem mais de meio milhão de desalojados, quase 100

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mil estão em abrigos. São 200 mil pessoas sem abastecimento de água em 18 cidades, mais de 134 mil estão sem energia elétrica. Foram resgatados, até o momento – resgatados...

E aqui estou agradecendo aos voluntários, aos bombeiros, ao Exército, à Polícia Civil, à Polícia Militar. Quando eu falo voluntários, pessoal, eu faço questão de dizer que é tanto aquele do *jet ski*, aquele da lancha como o pescador que, com o seu reminho, também entra nas vielas, nas ruas da cidade, vai acolhendo as pessoas e vem trazendo-as para as partes mais altas.

Foram resgatadas, até o momento, cerca de 76 mil pessoas. Aqui eu vi um outro número embaixo e disse: "Ué, mas lá falam em 76 mil, aqui falam em 10 mil". Eu acho que merecem também nossas palmas – 70 mil pessoas resgatadas e 10 mil animais resgatados (*Palmas.*) –, por esse gesto de saber olhar para os cachorros, para os gatos, para todos os animais.

O nível dos rios está subindo. Notícia que chegou aqui agora, e eu já tinha essa visão que os especialistas falavam. O Guaíba está subindo, poderá chegar – e você, que é de lá, sabe – a 5,5m; até há poucos dias, com tudo que se deu, ele tinha chegado a 5,25m. Agora, estão dizendo que...

Então, aproveito este momento, que vocês aqui estão proporcionando – porque, se não fossem vocês, eu não estava aqui, eu não podia inventar uma reunião; é graças a vocês, da cultura, que eu estou aqui podendo falar tudo isso –, para pedir para as pessoas que não voltem às casas. Este é o pedido do Presidente Lula, é o pedido do Governador, é o pedido dos Prefeitos: "Não voltem para as casas ainda, que não é o momento", porque parou momentaneamente a chuva, mas, como eu disse aqui, a chuva vem dos rios; choveu na cabeceira dos rios, vai caindo no Guaíba. Até o Guaíba poder diminuir o volume das águas, muita coisa vai acontecer. O nível dos rios está subindo: Guaíba, Gravataí, Sinos, Caí, Taquari, Uruguai, Lagoa dos Patos. As enchentes já chegaram à região sul: Pelotas e Rio Grande. No primeiro momento, não chegavam lá, chegavam a Grande Porto Alegre, às regiões que eu falei aqui do Taquari e do Vale dos Sinos, mas já estão invadindo Pelotas e Rio Grande, além das vidas ceifadas, famílias desestruturadas, desaparecidos, desabrigados, pessoas que perderam tudo, tudo, tudo, tudo, até os documentos, calculem a roupa.

A tragédia do Rio Grande do Sul também afetou mais de 80% da atividade econômica. Inúmeras micro e pequenas empresas estão debaixo d'água e perderam tudo, maquinário. As grandes empresas não estão nas partes mais vulneráveis, mas as médias e pequenas estão, e era ali que elas tocavam a vida e geravam milhares de empregos. Tem um dado que é histórico, e eu sempre o repito: as micro e pequenas empresas são as maiores geradoras de emprego. Calculem que 80% da atividade econômica, principalmente dessas empresas, estão parados. Está-se estudando aqui também um auxílio emergencial, com o Governo Lula, ele está sendo debatido, para essa atividade econômica, a fonte geradora de emprego.

Segundo a Fiergs (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul), as perdas são inestimáveis. Prossegue a Fiergs, em seu levantamento: "Uma infinidade de empresas teve suas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dependências completamente comprometidas. Além dos danos gigantescos de capital, os problemas logísticos devem afetar de forma significativa todas as cadeias econômicas do Estado" – calculem isso.

Ainda segundo o levantamento, os municípios afetados representam, como eu tinha dito antes, mas vamos repetir aqui: "[...] 80,3% do Valor Adicionado Bruto [...], 78,2% do VAB industrial, 86,4% dos estabelecimentos industriais, 87,2% dos empregos do setor, 89,1% [praticamente 90%] das exportações da Indústria de Transformação e 83,3% da arrecadação do ICMS com atividades industriais".

Os principais polos industriais do estado foram atingidos. Na Serra... Eu nasci em Caixas do Sul, conheço bem a Serra Gaúcha, e quando você me falou ali que ganharam, vocês ganharam numa homenagem à minha região de Caxias, por isso que eu fiquei duas vezes comprometido.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas vê como eu lembrei? Vocês fizeram uma homenagem aos vinhos do Brasil, com foco em Caxias do Sul. Na Serra, inclusive lá na Serra Gaúcha, em Caxias do Sul, o Prefeito hoje de manhã anunciou que está tendo pequenos terremotos. Calculem o pavor das pessoas. Como lá tem muitas – eu chamo morro, é montanha – montanhas, as montanhas estão se desmanchando. Pense numa montanha de neve que está se desmanchando e vem cobrindo as estradas. Calculem como é que vai ser a recuperação.

> Na [...] Serra, que emprega 115 mil pessoas na indústria, destaca-se a produção nos segmentos metalmecânico (veículos, máquinas, produtos de metal) e móveis. Já na Região Metropolitana, com 127 mil empregados no setor, estão os segmentos metalmecânico (veículos, autopeças, máquinas), derivados do petróleo e alimentos. [Ali tem, inclusive, as refinarias.]
> No Vale dos Sinos, que ocupa 160 mil industriários, encontra-se a produção de calçados. [Sob água, não é?] No Vale do Rio Pardo, a força está em alimentos (carnes, massas) e tabaco, enquanto no Vale do Taquari, alimentos (carnes), calçados e [...] [produtos outros].

Estou terminando já.

É necessário o esforço de todos, ações emergenciais urgentes e a destinação de muitos recursos, públicos e privados, para o Rio Grande do Sul.

Salvar vidas, reerguer a economia, garantir os empregos e reconstruir o Rio Grande são prioridades.

Até ontem, apenas 69 municípios atingidos solicitaram auxílio emergencial do Governo Federal. Foi isso que você também falou aqui. Nós fazemos apelo aqui para que todos os municípios façam ofício, documentem, qualquer forma de comunicação, porque eu sei que muita prefeitura está tomada, não é? Então, pega o telefone, liga aqui para nós, no Congresso; todo mundo tem também o nosso telefone aqui. Qual é o telefone direto do gabinete, vocês que estão aí?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Repita.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deu para ouvir? Pega o microfone aí, por favor. Tem que ser bem devagar, para as pessoas tomarem nota.

A SRA. MARIA ISABEL DA SILVA SALES – O telefone é 61, DDD de Brasília, 33035232.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. E tem outro telefone da Defesa Civil, vocês têm também aí? (*Pausa.*)

Se tiver, a gente passa aqui em seguida, porque eles estão pedindo muito para ligar para a Defesa Civil, porque eles centralizam.

Quem quiser fazer doação nos estados, a orientação é ir para o corpo de bombeiros, em cada município, em cada estado, o corpo de bombeiros de encarrega de levar para o aeroporto. O aeroporto leva para o aeroporto de Caxias, Canoas ou Santa Maria.

Essa é a orientação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os Correios também – muito bem lembrado por V. Exa. Os Correios estão fazendo um belíssimo trabalho, viu? O Governo Federal e o Estadual estão trabalhando juntos. Quero ver alguém que procure criar uma disputa política. Não tem disputa política nenhuma. Eu cito aqui, dez vezes se for preciso, Eduardo Leite, e cito Luiz Inácio Lula da Silva. Estão trabalhando juntos, tanto que, tem uma reunião hoje à tarde, talvez por teleconferência, o Governador, com o Haddad, para discutir a dívida do Rio Grande do Sul, que é uma dívida impagável, é de quase 94 bilhões, para ver como é que esses dois anos, ou três, enfim, estão discutindo... Eu já havia até anunciado outra vez: o Governo Lula vai ajudar o Rio Grande do Sul, para que não se pague a dívida durante um período que eu não vou aqui dizer porque o número exato eu não tenho.

Na semana passada, o Presidente Lula – eu estava lá, no Palácio – anunciou 50,9 bilhões destinados ao Rio Grande do Sul. O Governo Federal já anunciou a suspensão da dívida do estado com a União. Estou repetindo aqui o que eu improvisei. Isso será feito o mais rápido possível, provavelmente esta semana ainda – uns dizem que será amanhã.

A Comissão Externa do Senado criada para acompanhar a tragédia climática no Rio Grande do Sul vai viajar para o estado na próxima quinta-feira. Eu saí no último voo que teve lá, na sexta-feira da semana

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

retrasada. Fiquei toda a semana aqui, e não tinha como voltar. Vocês viram o aeroporto de Porto Alegre, não é? Está tomado – tomado. Ali, vai mais um mês para retornar à normalidade, mas agora, num avião da FAB, providenciado aqui, pelo Congresso, nós vamos na quinta-feira, e aí que eu vou poder chegar em casa.

O Dia das Mães eu fiz por teleconferência. Eu falei com a minha moçada lá, e todos entenderam, até porque eles estão trabalhando lá, eles têm mais é que ser mesmo, e estão sendo voluntários lá, em Canoas, para ajudar no abrigo das pessoas.

A Comissão vai ao estado na próxima quinta. Inclusive, tem uma reunião hoje à tarde com o Presidente e o Vice da Comissão. Eu fiquei como Presidente, por indicação unânime. Deve ter sido porque eu sou o mais velho de todos – não é? –, o mais idoso, vamos dizer. Indicaram-me como Presidente, sendo Vice o outro gaúcho, o Senador Ireneu, e, como Relator, ficou o Senador Mourão. Foi isso que eu expliquei, que muitos não entendem: são indicações partidárias. Eu fui indicado pelo PT, e, naturalmente, a Presidência é fundamental. Os outros aqui, que estão aqui, são indicações dos partidos. É como se eu chegasse aqui, nessa Comissão nova: vamos eleger hoje o Presidente, o Vice e o Relator; quem indica é o Plenário. O Plenário indica, eu dou posse, e vamos tocar o trabalho, independentemente – como é que a gente diz? – da grei partidária de cada um. Nós temos que, neste momento, esquecer as divergências que temos – e temos divergências, todo mundo sabe, ora; isso não é nenhuma novidade – e trabalharmos juntos para o bem do povo gaúcho.

Também integram esse colegiado, indicados pelos partidos: Jorge Kajuru – ele é Vice-Líder do Governo –, Esperidião Amin, Astronauta Marcos Pontes, Alessandro Vieira e Leila Barros.

Vamos ao Rio Grande para ouvir o Governador, Prefeitos, a Defesa Civil, os quatro Ministros que já estão lá – como é que eles estão vendo o quadro? –, visitar alguns abrigos, como o da Ulbra, que é o maior em Canoas, já que a base aérea de Canoas está operando.

Então, nós saímos daqui, vamos à base aérea; depois, vamos a Porto Alegre, pelo que eu sei, de helicóptero; e na volta, eu vou propor que o helicóptero desça lá na Ulbra, para a gente estar em contato direto com a população que está lá. A Ulbra abriga, no momento, mais de mil pessoas.

Enfim, só queremos somar, ver o que os Congressistas podem fazer, porque aqui tem limite. Não somos nós que podemos liberar dinheiro. Nós podemos votar, discutir, facilitar, aprovar medida provisória, como o decreto legislativo do Presidente Lula de que eu fui o Relator. Foi votado na Câmara, o Osmar Terra, se não me engano, foi o Relator. Veio para cá, e, no outro dia, nós votamos. O Presidente Rodrigo Pacheco me indicou como Relator, e foi aprovado.

Que ninguém entenda que esta Comissão que está indo para o Rio Grande do Sul vai interferir. Ela não pode interferir. Ela pode ouvir. Ela pode receber, trazer proposta e apresentar aqui ao Presidente do Congresso, para ver o que é possível votar o mais rapidamente, em sintonia com o Executivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre digo: quem libera o dinheiro é o Executivo. Nós temos que abrir todas as possibilidades possíveis via Legislativo, para que o Executivo possa encaminhar, como já fez junto à lei do orçamento, como fizemos em medida provisória, como fizemos com o decreto legislativo.

Enfim, terminando, nossos pensamentos estão voltados para o Rio Grande do Sul, que enfrenta a maior tragédia, como iniciei falando, climática de sua história.

Expressamos aqui, nós, todos os brasileiros, nossa solidariedade aos nossos conterrâneos. Oferecemos nossa ajuda aos necessitados. Demonstramos nossa resiliência e compaixão e elevamos nossas preces, em comunhão cósmica, neste momento tão importante.

Eu vou terminar, como havia dito, pedindo uma salva de palmas ao Brasil, porque o Brasil está sendo supersolidário!

E eu aceitarei a sua sugestão: Rio Grande, o Brasil te ama! (*Palmas.*)

Está encerrado o nosso trabalho, no dia de hoje.

Rio Grande, o Brasil te ama!

Se vocês me permitirem ainda, são quase 150 mortos.

Aqui, na reunião do dia de hoje, nós homenageamos o ator Paulo César Pereio, que faleceu.

Neste momento, faremos um minuto de silêncio, saudando o Rio Grande e lamentando a morte de 147 pessoas, até o momento, e mais de 130, quase 140 desaparecidas.

Um minuto de silêncio.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

(*Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e seis minutos do dia quinze de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Leila Barros, Izalci Lucas, Giordano, Weverton, Zenaide Maia, Jussara Lima, Janaína Farias, Flávio Arns, Lucas Barreto, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Eduardo Gomes e Damares Alves, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Wellington Fagundes e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da décima oitava a décima nona reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4189, de 2019 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a coloração da órtese externa denominada bengala longa, para fins de identificação da condição de seu usuário." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Jussara Lima (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda de redação que apresenta. Resultado: O Presidente designa a Senadora Jussara Lima como relator "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto com a Emenda n.1 -CDH. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5333, de 2023 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a valorização e o empoderamento das pessoas com deficiência nas peças publicitárias de órgãos da administração pública direta e indireta." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Jussara Lima (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: O Presidente designa a Senadora Jussara Lima como relatora "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4186, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para fixar em 20 (vinte) anos o prazo prescricional da pretensão de reparação civil das vítimas de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4988, de 2023 - Não Terminativo - que: "Cria o selo “Diversidade, Inclusão e Equidade no Ambiente de Trabalho”." Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: O Presidente designa a Senadora Damares Alves como relatora "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto com as Emendas n. 1 e 2 - CDH. ITEM 5 - Projeto de Lei Complementar n° 167, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para que, em caso de recém-nascido com deficiência, sejam prorrogados os prazos de estabilidade provisória, de licença-maternidade e de licença-paternidade." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2555, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para criar linha de crédito especial para o financiamento da abertura e do funcionamento de micro e pequenas empresas por pessoas com deficiência, seus parentes de 1º grau ou responsáveis legais." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3619, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 4º da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, para excetuar o benefício de prestação continuada do cálculo da renda familiar per capita mensal utilizada para definição da elegibilidade ao Programa Bolsa Família." Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR). Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1328, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, para incluir abrangência à discriminação por origem, gênero, contra pessoas com deficiência ou de qualquer natureza." Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES). Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato. Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 71, de 2023 - Não Terminativo - que: "Susta os efeitos da Portaria GM/MS n° 230, de 07 de março de 2023, a qual “Institui o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde - SUS”." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1741, de 2022 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior, em virtude de parto, de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção; e altera a Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, para disciplinar a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 32, de 2024 que: "Requer a realização da diligência externa ao Estado do Rio Grande do Sul" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item de forma extrapauta. Na sequência, o requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 18ª e 19ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes dos itens da pauta, quero informar aos Senadores e Senadoras que os requerimentos apresentados extrapautas serão apenas lidos e a votação ocorrerá somente na reunião deliberativa seguinte.

Muito obrigado à presença aqui da Senadora Jussara Lima e de todos aqueles que deram já a presença no painel: Izalci Lucas, Giordano, Weverton, Eduardo Gomes, Zenaide Maia, Jussara Lima, Janaína Farias, Paulo Paim, Flávio Arns, Lucas Barreto, Margareth Buzetti e Fabiano Contarato. (*Pausa.*)

Há um requerimento de minha autoria, Senadora, extrapauta, Senadora Jussara Lima, de que eu vou fazer a leitura, que é algo bem simples:

Requeiro, nos termos do art. 9º, inciso XIII, do art.142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa no Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de acompanhar e ver a situação humanitária em relação à situação das crianças, dos idosos e das pessoas com deficiência.

Claro que faremos esse encaminhamento em conjunto com a Comissão Externa, que está acompanhando essa situação da catástrofe ambiental no Estado do Rio Grande do Sul. No dia em que marcarmos, as duas Comissões então fariam essa diligência. Nós estamos só aprovando, neste momento, por segurança, uma forma de garantir a questão dos direitos humanos, que preocupa a todos nós.

Já está em torno de 150 mortos, 135 desaparecidos. Vocês vão ver que infelizmente tudo indica que passará dos 200 mortos. Não estou prevendo, apenas estou dizendo, devido à realidade. Cada dia se acha um, dois, três corpos.

Mas com certeza absoluta, tanto a União, via Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como o Governador do estado, Eduardo Leite, e os Prefeitos de todo o estado estão fazendo um grande trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui também aproveitar já para cumprimentar os bombeiros, a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Exército, a Aeronáutica, a Marinha. Todos estão se dedicando, neste momento, pedindo que as pessoas que estavam voltando para casa voltem para os espaços onde estavam localizadas, saindo das casas, porque a água do Guaíba ainda está com 5,25m. O normal seriam 3m, para se ter uma ideia. Então, 2,5m acima daquilo que seria o normal.

Com essas preocupações, eu quero também cumprimentar os voluntários. É muito interessante, são centenas e centenas, para não dizer milhares de voluntários. Venha ele com a sua lancha, venha com *jet ski* ou venha o pescador com seu barquinho e com remo, com um reminho, salvando vidas e salvando também animais.

Informo também que o Presidente Lula encaminhou ao Congresso, mais recentemente, a questão da renegociação da dívida do estado. A Câmara trabalhou até tarde ontem, eu acompanhei todo o debate. Parabéns aos Deputados. E já está aqui no Senado. Conversei, há pouco tempo, com o Presidente da Casa Rodrigo Pacheco, para que eu relate no Plenário, porque eu venho debatendo esse tema desde dez anos atrás.

Há dez anos, eu apresentei um projeto. Foi em 2015 que eu apresentei, para ser mais correto. E esse tema está sendo debatido. O Lindbergh Farias foi um dos Relatores aqui no Senado, quando ele estava aqui ainda. Então eu conheço o tema e as preocupações.

E como houve um acordo entre o Governo do estado e a União, liderado pelo Ministro Haddad e o Presidente Lula, nós entendemos que o projeto que veio da Câmara... Porque o colapso, toda essa situação de desespero, devido às águas, que estão ainda cobrindo centenas de cidades como, por exemplo, Porto Alegre e Canoas, que é a minha cidade, Caxias, onde eu nasci, que está em situação muito, muito difícil. Então, não podemos nos atrasar. A votação tem que ser hoje.

Eu até achava que o Presidente Rodrigo Pacheco tinha acompanhado o Presidente Lula ao Rio Grande do Sul. Eu também fui convidado, mas entendi que neste momento eu não deveria sair daqui. Assim também o Presidente Rodrigo Pacheco entendeu. Por isso, ele já está cuidando dos trâmites para que a gente vote de preferência, eu diria, de preferência, 100% – ele me disse que vai ser o primeiro item da pauta –, e que não haja mudanças. Se houver mudanças no texto, volta para a Câmara e daí vamos nos atrasar. A vida não espera; a morte está aí.

Então, eu faço um pedido, já aqui, neste momento, abrindo esta Comissão, que é a Comissão de Direitos Humanos, onde estamos aprovando um requerimento para que a Comissão de Direitos Humanos se integre à Comissão Externa nos momentos em que for convocada para fazer diligências ou mesmo debates sobre esse tema do clima, com foco na situação do Rio Grande do Sul.

Feito o comentário e defendido, eu coloco em votação, primeiro, a inclusão extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta desse requerimento, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Vamos à votação.

Claro, passarei a palavra, se assim a Senadora Jussara entender.

Os que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4189, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre a coloração da órtese externa denominada bengala longa, para fins de identificação da condição de seu usuário.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Jussara Lima

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda de redação que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Autoria: Deputado Federal Capitão Alberto Neto.

Relatoria: Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, que, por motivo de doença – ele conversou comigo ontem –, se encontra no Rio Grande do Sul acompanhando a sua esposa.

Convido a nobre Senadora Jussara Lima como Relatora *ad hoc*.

E também informo, ainda, Senadora, se me permitir, antes que você faça a leitura, que a Comissão Externa de que eu faço parte, de oito Senadores, vai na próxima quinta, não esta, ao Rio Grande do Sul, numa diligência, para ver como é que está a realidade do povo que está nos abrigos, que está em ginásios de esporte, que está em hospitais. Só na Ulbra há mais de mil pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente Lula está anunciando uma série de medidas, além dessa que nós vamos votar no Plenário. Outras tantas medidas serão tomadas, se necessário. Essa Comissão Externa há de acompanhar no sentido de se somar a tudo aquilo que, tanto o Governador do estado quanto a União – aqui na figura do Presidente Lula e lá na figura do Eduardo Leite e de todos os Prefeitos – estão fazendo.

E a solidariedade é geral. Não é? Eu falei aqui, Senadora, da participação dos que chamam de heróis anônimos, dos voluntários, o trabalho que estão fazendo. E falei, claro, de todas as forças constituídas no país.

Aprovado o projeto.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Senadora Jussara Lima.

Eu estava ainda centrado no requerimento e pensando no Rio Grande. O requerimento eu li, o defendi e já está aprovado.

Então, agora vamos passar a palavra. Já expliquei que o Flávio Arns está no estado dele por um problema de doença da sua esposa – ele me explicou ontem. Eu passo a palavra, *ad hoc*, à Senadora Jussara Lima.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia. (*Pausa.*)

Mas é compreensível.

Quero cumprimentar o Presidente Senador Paim, da CDH, cumprimentar aqui a nobre colega Senadora Damares Alves.

Peço a dispensa da leitura do relatório e passo direto à análise.

Dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), complementados por sua Nota Técnica nº 01/2018, apontam que, no Brasil, cerca de 3,4% da população têm deficiência visual.

Com base nesses dados, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis) estima que o país tenha cerca de 40 mil pessoas surdocegas.

Trata-se de parcela da população que enfrenta, diariamente, as mais diversas barreiras para o exercício de seus direitos, o que exige a pronta atuação deste Congresso Nacional na promoção de medidas, inclusive legislativas, em prol da inclusão social dessas pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A bengala longa é um importante recurso de orientação e promoção da mobilidade das pessoas com deficiência visual. Funciona como verdadeira extensão do corpo dessas pessoas, fornecendo informações sobre variações no relevo do terreno, como buracos, aclives, declives e escadas, e antecipando obstáculos, especialmente aqueles que estão abaixo da linha da cintura, como móveis e alguns mobiliários urbanos.

Ocorre que, a par de atuar como relevante tecnologia assistiva, o seu uso é capaz de alertar as demais pessoas sobre a condição pessoal de seus usuários e sensibilizar sobre a eventual necessidade de se prestar informações e auxílio.

Por isso, a bengala longa costuma ser utilizada em cores diferentes a depender dos variados graus de deficiência visual de seus usuários para melhor orientar sobre os impedimentos experimentados pelo usuário e, assim, indicar a maneira mais adequada de se prestar auxílio, quando necessário, evitando constrangimentos.

O uso das cores branca, verde e branca e vermelha, proposto pelo PL, nasceu espontaneamente na sociedade civil, como mecanismo para evitar situações resultantes da incompreensão pela sociedade da deficiência do usuário da bengala longa.

As cores branca e vermelha atribuídas às pessoas surdocegas, representando a dupla deficiência auditiva e visual experimentada, surgiram, inclusive, da iniciativa de pessoas surdocegas de colocar fitas vermelhas sobre a bengala longa de coloração branca.

Diante da relevância de seu uso e da necessidade de divulgação para toda a sociedade de seu significado, medidas legislativas similares ao presente PL já surgiram em alguns entes federativos, a exemplo do Distrito Federal. Contudo, entendemos se tratar de matéria digna de disciplina no âmbito de competência da União, para que o seu tratamento ocorra de maneira uniforme em todo o território nacional.

Entendemos que o PL, uma vez convertido em lei, certamente promoverá informação a toda a sociedade acerca da existência de diferentes níveis de deficiência visual e das cores indicativas correspondentes nas bengalas longas, melhor direcionando os auxílios que são prestados aos seus usuários e, também, combatendo o preconceito que, muitas vezes, o segmento enfrenta.

Entendemos meritórias, também, as previsões de fornecimento da bengala longa pelo Sistema Único de Saúde na coloração solicitada pelo usuário e da avaliação da deficiência, quando necessária, ser submetida ao modelo biopsicossocial. Tais disposições promovem a inclusão social das pessoas com deficiência visual, em todos seus graus, e se adequam às mudanças benéficas que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) promoveu no tratamento dispensado às pessoas com deficiência.

Sobre o PL proposto, vislumbramos, apenas, a necessidade de adequar a ortografia das palavras "surdocegas" e "surdocegueira", que não possuem hífen.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, com as alterações meramente redacionais sugeridas, entendemos que a proposição se encontra digna de acolhida.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.189, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos à Senadora Jussara Lima.

Está em discussão a matéria.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A nobre Senadora Damares Alves já está aqui e pediu a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Senadora Jussara, parabéns por ter feito essa relatoria *ad hoc*. É uma necessidade.

Eu quero cumprimentar o Senador Flávio Arns, mas eu queria mostrar... A gente tem aqui o desenho.

TV Senado, tenta mostrar. A população tem que identificar: a bengala branca, longa. Está muito bonita essa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É muito importante falar das cores.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A bengala branca é para a perda total de visão, conforme o relatório; a bengala verde, para a baixa visão, para as pessoas de baixa visão também usarem a bengala; e a gente tem a surdocegueira, que é essa bengala vermelha, com a faixa branca e vermelha. Está aqui a ilustração.

Até sugeri que a gente enviasse a ilustração para os gabinetes dos nossos membros aqui, para eles terem a noção. E eu quero agradecer à assessoria. A ela, que é tão dedicada a esses temas, quero agradecer.

Então, TV Senado, mostre. A população tem que ver.

Parabéns, Senador Flávio Arns, pelo voto e ao Deputado Capitão... porque teve origem na Câmara esse projeto de lei, não é? E eu estou muito feliz.

Parabéns, Comissão de Direitos Humanos, por mais essa entrega para o Brasil hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O pessoal é rápido, viu? Como vocês mostraram aí, já está chegando aqui nos celulares exatamente o que a senhora mostrou aí, a iniciativa da assessoria da Senadora. Então, vamos pedir já aqui para a assessoria da Comissão que remeta aos 81 Senadores essa figuração que está ali com muita clareza: branca, vermelha e verde, não é? (*Pausa.*)

Muito bem.

Muito obrigado, Senadora Jussara Lima.

Agora, nós vamos, então...

Alguém quer discutir ainda a matéria? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o aparecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDH.

Item 2, também da Senadora Jussara Lima, pelo que percebi aqui.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5333, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a valorização e o empoderamento das pessoas com deficiência nas peças publicitárias de órgãos da administração pública direta e indireta.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Jussara Lima

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCDD.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputadas Federais Erica Kokay, Rejane Dias e Tereza Nelma.

Relatoria: Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra – seria ao Senador Flávio Arns – à Senadora Jussara Lima, *ad hoc*, para apresentar o seu parecer.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Peço a dispensa da leitura, Sr. Presidente, e vou direto à análise.

A matéria não apresenta óbices de natureza jurídica, constitucional nem de técnica legislativa.

Seu conteúdo, aliás, encontra-se em harmonia com os dispositivos da nossa Carta Magna que endereçam atenção especial à pessoa com deficiência em campos diversos da vida em sociedade, como o art. 7º, inciso XXXI, em conjunto com o art. 37, inciso VIII, relativos ao trabalho, o art. 203, inciso V, relativo à assistência social, o art. 208, inciso III, relativo à educação, o art. 227, §1º, inciso II, que dispõe sobre políticas de proteção e atendimento, e o art. 244, com relação ao transporte coletivo e ao acesso a locais públicos.

Está em harmonia também com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), que preconiza, entre outros importantes direitos, o da igualdade de oportunidade com as demais pessoas, vedando qualquer espécie de discriminação. A lei aponta, aliás, que a discriminação, a exclusão e a restrição ocorrem não apenas por ação, mas também por omissão.

E o ânimo da discriminação pode ser constatado a partir da evidência de que, apesar de as pessoas com deficiência corresponderem a quase 9% da população brasileira, o que significa mais de 18 milhões de pessoas, estão praticamente ausentes dos anúncios publicitários veiculados no país. Também é pertinente mencionar que a taxa de ocupação das pessoas com deficiência é menos da metade daquela registrada entre as pessoas sem deficiência e que a renda do trabalho do primeiro grupo é 30% inferior à do segundo.

Pesquisa realizada pela consultoria Nielsen aponta que, numa amostra de 450 mil anúncios veiculados, em fevereiro de 2021, durante o horário nobre da TV aberta e a cabo, apenas 1% poderia ser considerado inclusivo em relação à pessoa com deficiência. A consultoria aponta as vantagens para toda a sociedade e, especialmente, para os anunciantes de se ampliarem os públicos alcançados por essas estratégias de mídia. Isso é importante para o mercado comercial, pois faz sentido incluir o máximo possível de potenciais consumidores, e é ainda mais crucial quando se trata de anúncios envolvendo empresas públicas, cujo conteúdo precisa alcançar todo o conjunto da sociedade.

É importante, também, sob a perspectiva social e política, pois a ausência de pessoas com deficiência na comunicação reforça ideias artificiais de normalidade e anormalidade, acostumando a sociedade a não ver, ouvir e conviver com pessoas diferentes de si, a tal ponto que muitos se espantam e ficam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desconcertados ao encontrar e ter que interagir com pessoas com deficiência. Representatividade importa, além de educar para o convívio democrático com as diferenças.

Por isso, o PL em análise é importante e contribui para democratizar a informação e fortalecer a cidadania, merecendo, portanto, a nossa acolhida.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.333, de 2023.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Jussara Lima, que apresentou o seu relatório.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão, colocando em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

O projeto segue para a análise da CCDD.

Eu queria ainda, aproveitando este momento...

Senadora Damares Alves, eu queria ver se a senhora poderia proferir um parecer *ad hoc* aqui. Eu vou pedir para que a assessoria entregue uma cópia.

É o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 4988, DE 2023

- Não terminativo -

Cria o selo "Diversidade, Inclusão e Equidade no Ambiente de Trabalho".

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Relatoria: Senador Alessandro Vieira.

Seria o Senador Alessandro Vieira. Se a senhora concordar...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... fará o relatório *ad hoc* neste momento.

Desde já agradecemos à Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – O.k.

Eu peço permissão para ir direto à análise, Presidente.

Nos termos regimentais cabe a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem da garantia e promoção dos direitos humanos, o que inclui os direitos das mulheres e de minorias sociais, razão pela qual é regimental a análise da matéria por este Colegiado.

Preliminarmente, destaco que, nos termos do art. 23, inciso X, da Constituição Federal, combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos, se insere no âmbito da competência comum da União e demais entes da Federação.

Considerando a competência do Congresso Nacional para legislar sobre todas as questões de competência da União, conforme estabelecido no art. 48 da Constituição Federal, não encontramos impedimentos para que o Congresso Nacional, com posterior sanção presidencial, delibere sobre o assunto em questão.

O Projeto de Lei também atende ao requisito de juridicidade, ao ser dotado de abstratividade, coercitividade, generalidade e imperatividade, além de inovar no ordenamento jurídico. Cumpre ainda com os critérios de técnica legislativa, estando em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, o tema é relevante e merece ser acolhido, pois contribui para o aprimoramento de nossa legislação e se insere no conjunto de medidas adotadas pelo Estado brasileiro para defender e promover os direitos das mulheres e das pessoas negras ou pardas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar de as mulheres e as pessoas negras ou pardas representarem a maioria da população do Brasil, os indicadores relativos às suas condições sociais e econômicas são significativamente inferiores aos dos homens brancos.

Um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), intitulado "Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil", revelou que, em 2021, a população negra ou parda representava 55,2% da força de trabalho, porém, constituía 64% da população desocupada, enquanto os brancos correspondiam a 35,2% dos desocupados.

No que diz respeito aos rendimentos do trabalho, os dados mostram que, em 2021, os brancos obtiveram rendimentos mensais consideravelmente superiores aos das pessoas negras ou pardas em todos os níveis de instrução. No caso daqueles com ensino superior completo ou mais, os brancos ganharam em média 50% a mais do que os negros e cerca de 40% a mais do que os pardos.

Essas disparidades também se refletem nos indicadores sociais das condições de vida das mulheres em nosso país. Segundo o IBGE, em 2019, as mulheres receberam apenas 77,7% do rendimento dos homens, e a diferença na taxa de participação no mercado de trabalho entre homens e mulheres foi de 19,2 pontos percentuais.

Diante dessa realidade de exclusão social e discriminação no ambiente de trabalho, é imperativo adotar medidas urgentes para enfrentá-la. Nesse contexto, a instituição de um selo para reconhecer as empresas que regularmente confrontam as desigualdades de gênero e raça em seu ambiente laboral é uma medida louvável, pois destaca aquelas cujas práticas são pautadas pela equidade e justiça racial e de gênero, incentivando outras a seguir esses mesmos princípios.

No entanto, aprimoramentos no projeto de lei em análise podem ser feitos, como a inclusão de um inciso específico para promover o letramento racial e de gênero no ambiente de trabalho. Esse tipo de treinamento visa conscientizar sobre questões históricas, culturais e desafios enfrentados por algumas pessoas devido à sua cor ou sexo, incluindo discussões sobre racismo estrutural, desigualdades de gênero, privilégio branco e masculino, entre outros temas relevantes.

Além disso, é fundamental estabelecer canais de denúncia seguros e confidenciais, bem como procedimentos de apuração e responsabilização por atos que violem a equidade de gênero e raça nas empresas, e oferecer apoio às vítimas. Também é necessário fornecer treinamentos regulares sobre diversidade, inclusão, assédio e discriminação a todos os funcionários, abordando temas como preconceito inconsciente e formas adequadas de lidar com situações de discriminação.

Para fortalecer ainda mais a norma, sugerimos enriquecer a redação do inciso V do art. 2º, incluindo a necessidade de políticas efetivas de proibição e combate ao assédio e à discriminação racial e de gênero no ambiente de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desse modo, com as alterações sugeridas, entendemos que a proposição será digna de plena acolhida.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.988, de 2023, com as emendas da Comissão; as emendas já estão publicadas aqui.

Este é o voto, e peço apoio aos pares para aprovação do projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Eu faço um rápido comentário, muito mais para elogiar, tanto o autor, como o Relator, porque ele cria o selo da diversidade, inclusão e equidade no ambiente de trabalho, ou seja, combate todo tipo de preconceito. E aqueles que realmente, na cidade, adotarem essa política receberão o selo de qualidade, porque hoje, no mundo todo, já está acontecendo o combate aos preconceitos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Damares, a palavra é sua.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu sou muito a favor da criação desse tipo de incentivo, de selo. Enquanto Ministra, eu promovia os eventos para entrega de alguns selos. E a gente vê as empresas querendo ganhar o selo. A realização de um evento para entrega de um selo, honrar a empresa que se adequou aos critérios do prêmio, do selo, da homenagem é interessante. Só o evento já é educativo. Mas quando eles se esforçam para ganhar o selo, eu acho que o efeito lá na ponta é extraordinário.

E realmente o Senador Marcos do Val acertou nessa iniciativa, e o Senador Alessandro também fez uma adequação, melhorou o projeto de lei. Não é obrigatório, participa quem quer, mas é muito educativo, e os resultados são positivos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu achei tão importante. Sabe que eu apresentei um projeto um tempo atrás, eu acho que é esse que não foi aprovado. Não posso me queixar. Quase todos que vão na linha de combater os preconceitos, todos os preconceitos, todos que eu apresentei na Casa foram aprovados e viraram lei.

Mas eu apresentei algo semelhante, mas para a cidade. A cidade que tivesse selo teria sempre um carinho especial. E tem que ter mesmo, se ela combate todo tipo de preconceito. São políticas públicas, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é? E ia na linha de que as emendas, que não são obrigatórias, manda quem quiser, os Parlamentares poderiam mandar com critérios daquelas cidades que realmente adotam isso que eles estão colocando aqui.

O mérito é deles. Eu estou falando de uma iniciativa que eu fiz, mas não foi aprovada ainda, não, de tanta correria de todos nós. Eu sei que o Congresso tem simpatia por uma proposta como essa.

Então, meus parabéns aqui ao Senador Marcos do Val e ao Relator, Senador Alessandro Vieira.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas 1 e 2 – CDH.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

A Senadora Dorinha, não sei se a assessoria dela está próxima, pediu muito que nós colocássemos um projeto, e nós colocamos, republicamos a pauta no dia de ontem. E ela disse que estaria vindo. Eu poderia, neste momento, acho, fazer a leitura do expediente, que é de praxe aqui na Comissão e, ao mesmo tempo, daríamos oportunidade para que ela chegue aqui.

Expediente.

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos:

- Denúncias: discriminação racial e xenofobia em escola; tortura em cumprimento de medida socioeducativa;

- Solicita aos Senadores que aprovem o PL 292, de 2024, que altera a Lei 7.703, de 22 de dezembro de 1988, para isentar de Imposto sobre a Renda, a remuneração e outros rendimentos percebidos por pessoas com transtorno do espectro autista, ou por seu representante legal;

- Da Câmara Municipal de Tubarão, Santa Catarina: encaminha moção de repúdio ao Recurso Extraordinário nº 845.779, que discute se a abordagem de transexual para utilizar banheiro do sexo oposto ao qual se dirigiu configura ou não conduta ofensiva à dignidade da pessoa humana e aos direitos da personalidade, indenizável a título de dano moral;

Em contraponto, a mesma moção apoia a aprovação da Sub-16 nº 23, que dispõe sobre a garantia de banheiros separados por sexo de nascimento para mulheres e crianças do Brasil.

- Da Câmara Municipal de Laguna, Santa Catarina: solicita que a Sub-16, de 2023, seja distribuída, para possibilitar sua tramitação;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, em conjunto com as Defensorias Públicas da União dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, solicita ao Congresso Nacional que, no uso de sua competência exclusiva, do art. 49, inciso I, da Constituição, resolva sobre o tratado internacional de Escazú;

Esse é o primeiro tratado ambiental da América Latina e do Caribe, que busca promover os direitos de acesso à informação, à participação e à justiça em questões ambientais.

A questão ambiental é o tema mais discutido, hoje, no planeta. Não há quem não discuta. Nós vamos fazer uma sessão temática no Plenário do Senado, no dia 27. É para começar, creio eu, 10h – 9h30, 10h –, para discutir essa questão.

Não é só o Rio Grande do Sul, porque explodiu lá, agora, de forma imensurável, eu diria, mas poderia acontecer em qualquer parte do Brasil, e, no planeta, já está acontecendo, pelos relatos que estamos recebendo.

Eu recebo, na sexta-feira, vou vir aqui receber, especialmente, uma delegação da China. Eles querem nos falar da experiência deles nesse tema. Vai ser uma reunião para a qual, provavelmente, nós vamos pegar um espaço numa sala. Será uma reunião para ouvi-los, não é? Então, os Senadores que puderem estar presentes na sexta serão bem-vindos.

- Ofício do Senador Magno Malta: comunica a ausência nas atividades legislativas até o dia 21 de maio, por licença médica, e, por isso, ele solicita ao Presidente desta Comissão que não paute matéria de sua relatoria;

O Senador Magno Malta será atendido no seu pedido.

- Da Câmara Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo: encaminha moção de repúdio ao PDL 111, de 2024, que susta a Resolução CFM nº 2.378, de 21 de março de 2024, a qual regulamenta o ato médico de assistolia fetal para interrupção da gravidez, no caso de aborto previsto em lei oriundo do estupro, e também encaminha moção de apoio ao Congresso e ao Conselho Federal de Medicina, no que diz respeito à defesa do direito à vida;

- Da Câmara Municipal de Capivari, São Paulo: encaminha moção de apelo ao Congresso para derrubar o veto presidencial à lei que endurece as saidinhas;

- Das Câmaras Municipais de Avaré, São Paulo; Pedreira, São Paulo; de Fátima do Sul, Mato Grosso do Sul; e de Paranavaí, Paraná: encaminham moção de apoio ao Congresso, no que diz respeito à defesa do direito à vida;

- Da Câmara Municipal de Caçapava, São Paulo: encaminha moção de repúdio à charge postada pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra em que aparece Jesus crucificado e um dos soldados romanos diz: "Bandido bom é bandido morto";

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Da Organização das Cooperativas Brasileiras, que encaminha nota técnica a respeito da Medida Provisória nº 1.216, de 2024, que define as ações de apoio aos cidadãos e às empresas impactadas pelo desastre climático do Estado do Rio Grande do Sul.

– Da Senadora Mara Gabrilli, que encaminha ofício da Prefeitura de Rio Claro, em São Paulo, de apoio ao PL nº 2.797, de 2022, que institui a Política Nacional de Cuidados, dispõe sobre os serviços socioassistenciais e modifica a Lei nº 8.212, de 21 de julho de 1991, e altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

A Senadora solicita que o referido ofício seja juntado ao PL.

Informo que, nos termos de Instrução Normativa nº 2, de 2019, os documentos lidos – estamos terminando – ficam disponíveis na Secretaria e/ou no portal da CDH para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Informo, nos mesmos termos, que os documentos lidos nas 14ª e 16ª Reuniões serão arquivados.

Eu queria, de público, aqui agradecer aos Senadores que fazem parte da Comissão Externa que vai acompanhar e fiscalizar, dentro do possível, a situação do Rio Grande do Sul com a quantidade de mortos, feridos e milhares que perderam já as suas casas e a gente ver como fica o retorno ao lar.

Uns tinham voltado, porque a água tinha, um pouco, baixado. Agora a água subiu de novo. Agora, a recomendação de todas as forças que estão trabalhando, do Governador e dos Prefeitos, é de que eles voltem para os abrigos, porque a chuva, dizem que vai retornar a partir deste fim de semana.

Então, meus cumprimentos ao Senador Mourão, ao Senador Ireneu, ao Senador Kajuru, à Senadora Leila, ao Senador Alessandro, ao Senador Marcos Astronauta, ao Senador Esperidião Amin.

Eu também faço parte desta Comissão, que vai se reunir amanhã, pela manhã, às 9h, e vai acertar as diligências que fará para o Rio Grande do Sul e está recebendo... E já aviso aqui a todos os Senadores que entenderem que têm um projeto que gostariam que a Comissão o analisasse... Porque, se o projeto for, de fato, muito, muito importante, nós tentaremos encaminhá-lo, é claro, ao Colégio de Líderes ou ao Presidente Rodrigo, para ver se o pautam no Plenário.

E aviso que na Comissão não há votação.

Eu a presido, o Senador Mourão é o Relator, o Senador Ireneu é o Vice. Não há votação. Só se encaminha por unanimidade. Se um discordar... Porque não é uma Comissão deliberativa. É uma Comissão para receber contribuições da sociedade, dos próprios Senadores, naturalmente, e, mediante isso, ela toma, então, a liberdade, se assim os Senadores entenderem, de remeter ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Comissão faz a sua terceira reunião já nesta quinta-feira pela manhã. A Senadora Damares se botou lá à disposição. Está lá e eu agradeço também. E, voluntariamente, eu também já aproveito para cumprimentar os voluntários de todo o Brasil.

Como disse esta semana um dos nossos convidados: "Rio Grande do Sul, o Brasil te ama!". Eu achei uma frase muito bonita. Foi de um dos convidados aqui que a usou e nós fomos passando para a frente essa visão: "Rio Grande do Sul, o Brasil te ama!".

E todos estão ajudando na reconstrução. Está vindo ajuda de inúmeros países, de países inclusive que não têm a mesma visão política – eu não vou citar porque você vai ficar achando que eu estou mapeando quem tem ou não tem. Mas dezenas de países aqui da América Latina e também da América do Norte, da Europa, estão mandando, porque eu sou... fazem contato comigo para me dar as informações.

Eu normalmente tenho dito: se é dentro do Brasil, levem todas as doações – roupa, colchões, cobertor, travesseiro, enfim, sapato – para o Corpo de Bombeiros. Dali, o Corpo de Bombeiros se encarrega de levar para os aeroportos, seja, por exemplo, do Rio, de São Paulo, ou mesmo daqui de Brasília. E daí, eles levam principalmente para Santa Maria, Caxias, Canoas; Porto Alegre, infelizmente, só a partir de setembro.

Então, toda a diligência externa que fizermos, seja com a Comissão de Meio Ambiente, seja com a nossa Comissão, seja com essa Comissão Externa, tem que ser com o avião da FAB.

Nós estamos limitando ao máximo, claro, mas, no momento em que fizermos uma diligência com as três Comissões, nós vamos deixar que cada Comissão escolha os Senadores que deverão acompanhar, porque, de fato, quem vai lá a essas realidades, como eu tenho acompanhado – fica, não digo apavorado, assustado –, volta chorando. O termo mais correto é esse.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Senador Paim, deixa eu fazer um registro que talvez sirva para a posteridade, talvez não seja para este momento. Eu quero dizer ao Brasil que estou acompanhando os três Senadores desta Casa. O Rio Grande do Sul tem três grandes Senadores: o senhor, o Senador Mourão e o Ireneu, que está aí como suplente e que também é uma grande surpresa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sei que o Luis Carlos Heinze, que, embora doente, para fazer justiça, ele pediu, inclusive, para acompanhar a situação de quem está ali. Ele está no Rio Grande do Sul e vai sair para acompanhar.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E eu sei, Presidente, que não tem sido fácil para os três Senadores. A gente tem acompanhado a angústia dos senhores. Eu não sei como é que os senhores estão conseguindo dormir; e eu sei que para o senhor entrar aqui, respirar fundo, sentar nessa cadeira para tocar o seu trabalho como Presidente da Comissão está lhe custando muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está lhe custando muito continuar o trabalho rotineiro aqui, mas tem sido um exercício, e eu preciso reconhecer isso, esse exercício que o senhor tem feito, inclusive se sacrificando, porque eu sei que a sua vontade era estar lá. Mas a sua permanência aqui, a sua e do Senador Mourão, nesse diálogo... porque as pessoas acham que o trabalho de vocês está só aqui enquanto a TV está ligada. Não. O trabalho nos bastidores dos senhores para conquistar as vitórias que o Congresso está entregando para o Rio Grande do Sul, a calamidade, o perdão da dívida, recursos, tudo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Decreto legislativo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Decreto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi votado do dia para noite nas duas Casas.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, assim, está tudo muito ocupado lá, e vocês dois aqui nos ajudando; os três nos ajudando muito a entender e a tomar as decisões certas.

Senador Paim, só acho que nossos netos vão entender as dores que vocês estão sentindo – os três Senadores – e a forma como vocês estão lidando com isso.

Senador, eu estou orando muito – agora vou falar também como uma mulher de muita fé – para que tudo isso passe. Eu sei que vocês estão muito apreensivos para quando essa água abaixar; que surpresas nós teremos. Ontem, a gente conversou sobre isso, o senhor estava muito aflito no Plenário, e fui lá lhe dar um abraço. Tomara que as surpresas não sejam tão ruins como a gente está esperando.

Que o seu estado se recupere logo, Presidente, é um povo amado. Quando aquele voluntário disse que o Brasil ama o Rio Grande do Sul, o Brasil está comovido, a gente ama.

E mesmo os Senadores que não estão neste grupo, o grupo tem um número fixado pelo Regimento, mas eu vejo todo mundo querendo fazer parte, todo mundo querendo ajudar.

Que Deus lhe dê sabedoria, Presidente, que Deus lhe dê resiliência, estratégia, que o senhor possa nos conduzir e a gente faça o melhor pelo seu estado.

Não é cumprimentá-lo, mas é dizer, assim, da admiração que o senhor conquista todo dia de todos nós. Não está fácil, eu sei, a gente olha nos seus olhos, a gente sente isso, não está fácil, mas fica firme, Presidente, fica firme, nós estamos aqui para ajudá-lo.

Que Deus abençoe o seu estado!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.179980/2024-20-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Senadora Damares Alves.

Percebo na sua fala franqueza, verdade e solidariedade. É disso que o Rio Grande do Sul precisa neste momento.

Olha, tem situações que me ligam de lá e me contam, que se eu contasse aqui eu duvido que qualquer um de vocês não choraria.

Talvez eu fale um exemplo só, um exemplo só que eu vou falar, talvez um, um só, que me contaram de lá porque eles viram. Teve uma família de trabalhadores, na área rural, que eles encontraram os cinco abraçados e mortos. (*Manifestação de emoção.*)

Está encerrada a sessão.

(*Iniciada às 11 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2024, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e oito minutos do dia dezessete de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Janaína Farias, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Reunião de Trabalho. Finalidade: A CDH receberá 23 diplomatas de 15 nacionalidades com a finalidade de possível apoio a projetos sociais no Brasil. O Senador Paulo Paim passará um panorama da catástrofe climática ocorrida no Rio Grande do Sul. Resultado: Reunião realizada, com a participação de diversos colaboradores de organismos internacionais. 1. Mary Pecaut 2. Jenisse Villanueva-Schimeck 3. Asa Annika Montpaz 4. Muriel Marchand 5. Cordula Francke 6. Alexandra Faye Hiscox 7. Sharon Hart 8. Rachael Gaskin 9. Isabelle Gastelu 10. Helga Maria Freitas Carvalho 11. Claudia Vennahme 12. Kendall Casey 13. Natthinee Mohr 14. Gerlind Mohr 15. Lilliana Romera 16. Sabah Meschi 17. Jo Aerts 18. Seon Kyeong Lee 19. Anne Andersson 20. Ferdinand Montpaz 21. Amelia Juliet Geers 22. Heejeung Kang. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas. Quero dizer da minha emoção, claro, como gaúcho, um estado que sempre me apoiou... Eu tenho quatro mandatos de Deputado Federal e três de Senador.

E vejam: o estado onde 85% não são negros, e eu fiquei inúmeras vezes como o mais votado e sou um dos poucos Senadores negros que esta Casa tem, filho do Rio Grande. E claro que, no momento que nós estamos atravessando, o nosso Rio Grande, o nosso povo... É emocionante claro que é, não tem como...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação de emoção.*) Não tem um gaúcho ou uma gaúcha que não esteja chorando, ou porque perdeu alguém da família, ou perdeu amigo, ou em solidariedade pela tragédia.

E receber essa delegação internacional... E, pela informação que me deram, são 23 diplomatas de 15 países. É isso? Nós estamos recebendo o apoio de todo mundo. Cada um dá o que pode. Dos 27 estados – aqui chamam-se 26 mais DF, mas, dos 27 estados aqui do Brasil –, não tem um que deixou de dar apoio. Todos deram apoio, da sua forma: com Pix, com cobertor, com alimentação, com remédio, com roupa, com água, devido à nossa realidade, que eu vou rapidamente contar como é que está aqui e vou tentar ser o mais objetivo possível.

Resumindo, esta é a maior enchente da história do Rio Grande do Sul e do Brasil, uma catástrofe climática nunca vista, levando morte (*Manifestação de emoção.*) ... e destruição.

O Rio Grande do Sul possui 497 municípios, 461 foram atingidos.

Rios transbordaram, cidades (*Manifestação de emoção.*) ... submersas. Estradas e pontes destruídas. Quando eu digo cidades submersas, calculem: é de não sobrar nada. Além dos mortos, nós temos preocupação, pois ainda existem 110 desaparecidos.

Mais de 2 milhões de pessoas foram afetadas. É um cenário como se estivéssemos na guerra, pela destruição.

Foram mais de 500 mil desalojados, mais de 75 mil pessoas resgatadas. E, se você permitir, eu faço uma homenagem aos bombeiros, à polícia militar, ao Exército, à Aeronáutica, à Marinha, aos policiais civis, à Polícia Federal, aos policiais dos presídios, que deixaram os presídios para ajudar, mas termino com os heróis anônimos, que são os voluntários. Foram 75 mil pessoas resgatadas, 500 mil desalojados – esses dois números. Foram 75 mil pessoas resgatadas no teto da casa por esses que eu aqui citei.

E concluo esta parte com um abraço muito forte para os voluntários, independentemente de classe. Você via *jet ski* como via lanchas de qualidade ou, eu poderia até dizer, de luxo, como você via e vê o pescador... (*Manifestação de emoção.*) É o encontro de classes, eu diria até, na solidariedade, na gratidão de fazer o bem.

É uma longa caminhada, uma longa caminhada. O déficit habitacional é enorme. Dados parciais indicam que mais de 100 mil casas foram totalmente destruídas, arrasadas.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 80% da economia do Estado está afetada, demonstrando um impacto econômico enorme. Esses milhares de pessoas perderam tudo, até documentos. Pegando ainda o quadro econômico, eu sempre digo que para ter emprego precisa ter o empregador, e vice-versa. Com a mesma tristeza, são homens e mulheres, independentemente da função, que de repente ficaram sem nada. Noventa e um por cento das empresas foram atingidas. O meu Estado – eu termino com essa frase, em relação à questão econômica – precisa de muita ajuda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embora existam algumas críticas infundadas – e vou dizer onde –, eu afirmo aqui que o Governo Federal, representado pelo Presidente Lula, e o estadual, pelo Governador Eduardo Leite, que são de partidos diferentes, campos de oposição, estão trabalhando juntos para salvar vidas. Por isso eu não entendo como é que alguns, num momento como esse, querem fazer uma disputa político-ideológica. Viva a unidade! É essa unidade que vai salvar vidas. Eu quero o Governo estadual, quero a união, queremos nós, não só eu, os municípios e os Prefeitos, cada um fazendo o que eles podem. Ninguém pode fazer milagre; se pudéssemos, nós faríamos o milagre de salvar vidas.

Até o momento, o Governo Federal – eu faço parte do Governo do Presidente Lula – aportou mais de R$87 bilhões, o que é muito pouco ainda, mediante a realidade em que se encontra o estado.

Nesta semana, ainda, foi baixado um decreto por parte do Presidente Lula em sintonia com o Governador do estado, Eduardo Leite, e os Presidentes Pacheco e Lira, Presidentes do Senado e da Câmara. Eu fui indicado como Relator, e foi uma disputa no Plenário, porque alguns não entendiam. Mas basta esse decreto... A dívida que o Rio Grande do Sul tem com a União está em torno de R$100 bilhões e é uma dívida impagável. Eu sei disso porque eu trato desse tema e venho buscando renegociação, via projeto de renegociação, há mais de 15 anos. E, com esse decreto que o Presidente Lula assinou, a Câmara votou de tarde, veio para o Senado de manhã, o Presidente Pacheco nos chamou a todos lá e me deu a relatoria, e nós o aprovamos. A dívida do Rio Grande era de R$11 bilhões, e ele tinha que mandar, para ir saldando, R$11 bilhões por ano, com juros, correção etc. Esse decreto nós conseguimos, depois de muito debate, aprovar por unanimidade, mostrando que o Senado da República e a Câmara estão abraçados com o Rio Grande. Do decreto, eu fui o Relator: já o relatei, e o Presidente Lula já o sancionou.

Para entenderem – só para complementar o mesmo assunto – a importância dessa medida, eu vou simplificar, um resumo. O Rio Grande do Sul tinha que mandar R$11 bilhões para cá todo ano. Durante três anos, o Rio Grande do Sul não vai mandar nada – zero! Foi suspenso o pagamento dos próximos três anos, o que significa na verdade R$33 bilhões que já ficam no estado para investimento direto, como eu digo, na veia, para salvar vidas.

O Presidente Rodrigo Pacheco, falando aqui do Congresso, nos chamou, a bancada gaúcha, os três Senadores, na sua residência – depois você resume, eu só vou... mas é fácil –, e disse: "Olha, vamos criar uma Comissão Externa aqui do Senado para acompanhar a situação do Rio Grande do Sul. Então, ele criou a Comissão, é composta por oito Senadores. Eu acho que o pessoal tem o nome aí dos oito Senadores, não é? Vocês têm aí o nome... A assessoria tem o nome dos oito Senadores, que eu faço questão de dizer aqui, e eles, por unanimidade, escolheram a mim para ser o Presidente daquela Comissão.

Eu vou citar os nomes, para mostrar a vocês que o Presidente Rodrigo Pacheco e o próprio Lira estão solidários, estão juntos, estão sendo companheiros assim... (*Manifestação de emoção.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na tarde em que nós aprovamos esse decreto dos R$33 bilhões, a imprensa publicou uma foto onde eu o estou abraçando... (*Manifestação de emoção.*)

... e dando um beijo na cabeça dele, dizendo obrigado, em nome do Rio Grande.

Mas para vocês entenderem o tanto que é importante a unidade que nós queremos construir e estamos construindo, eu fiquei como Presidente. Eu sou do partido do Governo. Vice ficou Ireneu Orth, que é de um partido da oposição; Relator ficou o Senador Hamilton Mourão, que foi Vice-Presidente da República do Governo anterior. E foram unanimidade essas escolhas.

O Relator do trabalho da Comissão de que eu sou o Presidente, que vai cuidar dos interesses do Rio Grande aqui no Senado.

Cada partido indicou um desses Srs. Senadores que estão aqui comigo. Alguns não entenderam como eu, do Governo do Presidente Lula, botei um Relator e um Vice-Presidente de outros partidos, mas eu entendi, e o meu coração... (*Manifestação de emoção.*)

... bate forte pelas vidas e chora os mortos. Não é hora de olhar para esse ou aquele partido.

Os Senadores que compõem ainda, porque cada partido indicou um – Senador Jorge Kajuru, Senador Alessandro Vieira, Senador Astronauta Marcos Pontes, Senadora Leila Barros e Senador Esperidião Amin –, os membros desta Comissão, eu digo, foram escolhidos numa composição suprapartidária, numa frente ampla para salvar vidas.

Nós estamos na 4ª Reunião e vamos ao Rio Grande do Sul, agora na quinta, fazer uma diligência. Vamos principalmente tentar entrar no Vale do Sinos, São Leopoldo, Porto Alegre e Canoas, que é a cidade em que eu resido – sou natural de Caxias do Sul – para ver a realidade lá. E voltaremos tantas vezes quantas forem necessárias.

A primeira diligência vai ser agora, quinta-feira, 23 de maio, o.k.?

Concluindo aqui esse informe – eu fiz questão de anotar, porque sei que o tempo de vocês é limitado também, mas eu tenho todo o tempo do mundo para ficar nessa luta –, só para simplificar, o papel da Comissão: nossa Comissão vai reunir todas as propostas que estejam circulando no Congresso, combinando com a Câmara, naturalmente, e propor que aquelas mais importantes, nesse momento, sejam aprovadas de imediato, e outras, claro, em longo prazo, porque nós temos que reconstruir o estado. Calculem reconstruir um estado que tem mais ou menos 12 milhões de pessoas e – eu arredondei aqui – 497 cidades.

A solidariedade vem de todos os lados. Estamos fazendo um enorme esforço para caminharmos juntos. Como diz uma antiga frase, assim tem que caminhar a humanidade para salvar vidas. A única ideologia que eu vejo, ou partido, nesse momento de tanta dor, é o espírito humanitário, as políticas humanitárias. Esse tem que ser o partido de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso objetivo, como eu dizia aqui – estamos encerrando –, é salvar, preservar vidas, garantir dignidade humana e reconstruir o estado.

Nesta última frase, estrofe, eu cito José Lutzenberger, que foi um grande ambientalista do meu estado, já faleceu – um dos maiores ambientalistas do país, gaúcho, falecido em 2002. Ele já alertava, no início dos anos 70, abro aspas: "Está claro que a espécie humana não poderá continuar" – palavras dele – "por muito tempo com a sua cegueira ambiental". Serve para o Brasil e serve para o planeta, serve para o mundo.

Permito, porque a última frase eu vou lê-la na íntegra, depois você... porque é a última parte. O que ele diz: "Está claro que a espécie humana não poderá continuar por muito tempo com a sua cegueira ambiental e sua falta de escrúpulos na exploração, no ataque da natureza. Tudo tem preço". Estamos vendo e estamos pagando.

Isso vale para todos nós, não importa qual o país do planeta. Essa frase dele tem a força de mexer com todos, mas agora, neste momento, eu ficaria aberto, se eles quiserem fazer colocações, algumas... Fiquem bem à vontade. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

A SRA. SABAH MESCHI (Para expor.) – ... as medidas que o Governo vai adotar para prevenir catástrofes como essa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... quando me fazem essa pergunta, de que esse é um marco na história do Brasil. O Brasil de ontem – de ontem que eu digo, antes dessa catástrofe ambiental – foi um e terá que ser outro daqui para a frente. É a natureza nos dando uma lição. Se não aprende pelo amor, aprende pela dor.

Deixe-me resumir...

Mas a pergunta dela é direta, não é?

Neste momento, nós estamos preocupados em salvar vidas e esse povo ter uma casa para morar. Como disse o Presidente Lula: vocês todos que perderam as casas – disse ontem –, todos vocês, via o Minha Casa, Minha Vida, vão ter sua casa de volta.

Eu tenho aqui na mesa – e você simplifica – tudo aquilo que o Governo estadual e a União estão fazendo – leia-se lá: Eduardo Leite; aqui: Lula; mas estão juntos.

Eu quero dar um destaque aqui para... A tua pergunta mesmo agora é que eu vou responder, porque nós no Brasil uma referência mundial que é a Ministra do Meio Ambiente Marina Silva. Ela é respeitada em todo o mundo. Eu ainda falava, essa semana, com o ministério, com a equipe dela e com ela, e estamos marcando uma reunião onde ela vai nos apresentar um plano de trabalho daquilo que nós chamamos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

política de prevenção para evitar catástrofes como essa. Sabemos que serão bilhões, mas vida não tem preço.

Ministra Marina, que deve talvez estar ouvindo, neste momento, a nossa conversa, saiba que pode contar com o Congresso Nacional. Nós faremos tudo o que for possível para que esse projeto que está sendo feito, integrado com os ambientalistas, empregado com todos os setores da sociedade, aconteça, saia e seja aprovado por nós aqui no Congresso.

Parabéns pela sua pergunta. (*Palmas.*)

Sem a defesa do meio ambiente, não tem resposta. A resposta é defender o meio ambiente, acabar com queimar florestas e saber usar só para a plantação disso ou daquilo pelos grandes grupos econômicos.

Eu dou o devido valor, eu não sou contra o agronegócio, não – e estou falando aqui ao vivo para todo o Brasil –, não sou contra a economia familiar, não sou contra os pequeninos produtores que estão lá e perderam praticamente... Eles, na minha região, porque eu os conheço, porque eu sou da região. Caxias do Sul é uma região de grandes e pequenos produtores, mas é preciso todos nós passarmos por aquilo que chamo de uma reeducação e caminharmos todos, todos, todos, salvando vidas. E salvar vidas é salvar o meio ambiente, que é a tua pergunta.

A agricultura familiar, o agronegócio...

O.k.

Mas, se tiver mais uma pergunta... Se não, eu quero só fazer aquela frase de encerramento, não sei se está aqui. Por quê? Porque foi uma menina que escreveu um poema, o qual falo em dois minutos. Tem tudo a ver exatamente com o meio ambiente e a natureza. Se houver alguma pergunta, se não... O tempo é de vocês. Eu vou ficar aqui trabalhando o dia todo.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone. Tradução consecutiva.*) – Ela está muito agradecida por V. Exa. tê-los recebido e está muito feliz de ver – tem visto na televisão todas as coisas sobre a catástrofe, não só aqui como em outros lugares – e saber que independentemente do partido, vocês estão todos trabalhando... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Gostei, gostei!

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone.*) – ... ela é uma escritora de poesias...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, me permita que eu diga, houve um debate – eu vou tentar ser bem rápido –, mas, somando com a senhora, houve um debate ainda lá atrás, lá atrás. Naquele ano, o Rio Grande do Sul me deu 4 milhões de votos, fui o mais votado. E, no debate, alguém disse lá: "Mas eu acho que você...". Eu acho que o Fogaça,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não sei se tu vais lembrar. Está muito longo, não é? Bom, mas, no debate, alguém disse: "Mas o Paim é muito poeta". Pegou?

E o Fogaça também, justiça... E o Fogaça, que já foi Senador, se dirigiu... Eu e o Fogaça, que é adversário meu, mas é meu amigo, adversário partidário, não é? Ele disse que eu e o Fogaça éramos muito poetas. Eu respondi para ele: "Ah, como seria bom se no mundo nós tivéssemos mais poetas na política e, pela sua emoção, seu sentimento, dirigindo os países". Vida longa à poesia! Vida longa aos poetas, aos cantadores e aos escritores! Vida longa à cultura!

Isso. Mais poetas, mais cantadores, mais cultura, mais conhecimento, mais emoção, mais sentimento.

Eu encerro. Tem tudo a ver... Adorei a história da poesia, porque eu tenho uns 40 livros escritos, viu? Dizem que o bom do poeta é que ele é atrevido. Não é que ele é bom. Eu estou me referindo a mim como poeta, não à senhora, porque eu fui atrevido e escrevi muitos livros, entre eles, alguns de poesias. Sou poeta? Não sei. Sei que adoro escrever.

Numa homenagem à poesia, ao encanto, à vida, ao sentimento, ao amor, não ao ódio... Desde que eu ouvi esse poema uma vez... Quando eu começar o poema...

Quer traduzir isso que eu disse ou não? Não precisa? (*Pausa.*)

Não. (*Risos.*)

Desde que eu ouvi esse poema, eu fiquei encantado por ele. E foi uma menina que escreveu. Eu vou citar o nome dela aqui.

Pode falar isso só? (*Pausa.*)

E ela escreveu no meio da crise: o rio avançando, poema de Scheilla Lobato. (*Pausa.*)

Agora não lembro aqui. Deve ter, conforme me disseram, em torno de 18 anos, 16 ou 18 anos. Foi uma menina que escreveu, pelo que me passaram.

O título é: *Lamento de um Rio*.

Aqui eu começo:

> Me perdoem [o rio diz: me perdoem] por toda esta "bagunça"... Eu só queria passar.
> Eu não fui feito pra destruir... Eu só queria passar.
> Já fui Esperança para os Navegantes...
> Rede cheia para Pescadores...
> Refresco para os banhistas em dias de [...] calor.
> Hoje sou sinônimo de Medo e Dor...
> Mas, eu só queria passar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Repito: "Hoje eu sou sinônimo de medo e dor... Mas, eu só queria passar". E quero lembrar para quem está, pela TV, assistindo que é sempre o rio falando.

Me perdoem [ah, me perdoem] por suas casas
[Ah, me perdoem] Por seus móveis e imóveis
Por seus animais
Por suas plantações... Eu só queria passar.
Não sou seu inimigo
Não sou um vilão
Não nasci pra destruição [de ninguém]...
Eu só queria passar.
Era o meu curso natural
Só estava seguindo meu destino [em direção ao mar]
["Em direção ao mar" eu coloquei, sou obrigado a dizer. "Só estava seguindo meu destino", mas é isto: os rios desembocam no mar. Exatamente como está aqui, só estava seguindo meu destino.]
Mas, me violentaram,
Sufocaram minhas nascentes
[Onde o rio nasce, não é? Sufocaram, foram matando as nascentes onde nascem os rios, não é?]
Desmataram meu leito... Quando eu só queria passar.
[...]
Me perdoem por inundar sua história,
Me perdoem por manchar esta história...
Eu só estava passando...
Seguindo o meu trajeto
Cumprindo o meu destino:
Passar...

E a última frase é esta: "Eu queria apenas passar".

Poema de Scheilla Lobato.

Por mim, eu mandaria esse poema para todo o planeta, para todo o mundo. É um poema em defesa da natureza. (*Palmas.*)

E assim terminamos.

Eu digo gratidão a vocês por virem aqui e estarem dividindo conosco nossas angústias, não é? A palavra de que eu mais gosto na minha vida é gratidão. Gratidão, gratidão, gratidão a vocês, gratidão a todos aqueles que lutam em defesa do meio ambiente, porque estão salvando vidas! (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu iria chamar depois das palmas que elas iam dar. A luta de todos nós estava começando com as palmas.

Então, uma salva de palmas aos lutadores pelo meio ambiente e pela vida do planeta, não só pelas nossas! (*Palmas.*)

Eles estão pedindo para vocês, se concordarem, virem aqui na frente para tirarmos uma foto, que vai para os *Anais do Senado da República.*

(Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 50 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e dezoito minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Weverton, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Jussara Lima, Janaína Farias, Humberto Costa, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Romário, Eduardo Girão, Eduardo Gomes, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Beto Faro, Marcos do Val, Angelo Coronel, Eliziane Gama, Chico Rodrigues, Wilder Morais e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Magno Malta e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da vigésima a vigésima segunda reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4186, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para fixar em 20 (vinte) anos o prazo prescricional da pretensão de reparação civil das vítimas de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1741, de 2022 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior, em virtude de parto, de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção; e altera a Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, para disciplinar a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4050, de 2023 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a oferta do profissional de apoio escolar em instituições públicas e privadas de ensino." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1151, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 87 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estender o direito ao atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes que tiverem qualquer dos pais ou responsáveis vitimado por grave violência ou preso em regime fechado." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Favorável ao Projeto com uma Emenda que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto com a Emenda n. 1 - CDH. ITEM 5 - Projeto de Lei Complementar n° 167, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para que, em caso de recém-nascido com deficiência, sejam prorrogados os prazos de estabilidade provisória, de licença-maternidade e de licença-paternidade." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao projeto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto na forma da Emenda n. 1 - CDH (substitutivo). ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3619, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 4º da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, para excetuar o benefício de prestação continuada do cálculo da renda familiar per capita mensal utilizada para definição da elegibilidade ao Programa Bolsa Família." Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR). Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1328, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, para incluir abrangência à discriminação por origem, gênero, contra pessoas com deficiência ou de qualquer natureza." Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES). Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato. Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto com a Emenda n. 1 - CDH. ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 71, de 2023 - Não Terminativo - que: "Susta os efeitos da Portaria GM/MS n° 230, de 07 de março de 2023, a qual “Institui o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde - SUS”." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Após a leitura do relatório, foi concedida vista coletiva. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1668, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para prever o confisco e a destinação de bens utilizados nos crimes de tráfico de criança ou adolescente ou contra a liberdade e dignidade sexual de criança ou adolescente que especifica." Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES). Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Izalci Lucas. Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: O Presidente designa a Senadora Damares Alves como relatora "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto com as Emendas n. 1 e 2 - CDH. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 4767, de 2020 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar que as pessoas com Síndrome de Tourette sejam consideradas pessoas com deficiência para todos os fins legais." Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o Projeto com a Emenda n. 1 - CDH. ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 33, de 2024 que: "Requer realização de audiência pública sobre o cancelamento unilateral dos planos de saúde de adesão coletiva." Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR). Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item extrapauta. Na sequência, o Requerimento é aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 34, de 2024 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a Lei Maria da Penha e os aprimoramentos necessários para sua correta aplicação." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item extrapauta. Na sequência, o Requerimento é aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 35, de 2024 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir medidas de combate à prática do tráfico humano." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item extrapauta. Na sequência, o Requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.179980/2024-20-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/22

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa de leitura e a aprovação das Atas das 20ª à 22ª Reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes dos itens da pauta, quero informar aos Senadores e Senadoras que os requerimentos apresentados extrapauta serão apenas lidos e a votação ocorrerá somente na reunião deliberativa seguinte, por ordem de chegada.

Se todos concordarem, eu passo de imediato ao item 8.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 71, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Susta os efeitos da Portaria GM/MS n° 230, de 07 de março de 2023, a qual "Institui o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde - SUS".

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Eu já incluí trabalhador por conta própria. É um vício de origem, mas é que é específico das trabalhadoras.

Concedo a palavra à Senadora Ana Paula Lobato para a leitura do relatório.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Presidente, peço licença para iniciar a leitura diretamente da análise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Como Relatora.) – A referida portaria foi publicada a fim de instituir programa com fins a tratar, no âmbito do SUS, da equidade de gênero e de raça, bem como da valorização de suas trabalhadoras.

Ora, deve-se desde já ter o devido parâmetro em mente. O Brasil é um país cuja formação foi baseada no patriarcado e na exploração da mão de obra escrava. O trabalho escravo e não remunerado, explorado pelo senhor de engenho numa sociedade em que às mulheres não era dada voz, deixou um legado de desigualdade e de exploração que se faz notar ainda hoje nas relações humanas no Brasil.

Contudo, chegada à alvorada do século XXI, a sociedade brasileira deu-se conta de toda a carga histórica discriminatória que condiciona no presente suas relações sociais. E, assim sendo, é papel integral do poder público o de combater a desigualdade e promover a igualdade material de negros, mulheres e todos os demais integrantes da população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, é em tal contexto que se insere a edição e publicação na portaria que institui o referido programa. Em outras palavras, é absolutamente imperativo no tempo presente criarmos políticas públicas que dialoguem com a equidade de gênero, raça e orientação sexual.

Dessa forma, com *maxima venia*, não tem razão o autor do PDL, afinal a portaria em apreço se encontra em perfeita harmonia com a legislação, sem que se cogite que ela exorbite, em absoluto, o poder de regulamentar.

Em razão dos argumentos expostos, manifestamo-nos pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Para a discussão da matéria.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sem entrar no mérito, a Ana Paula sabe o que eu penso e as mulheres aqui da Comissão também sabem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Diga-se de passagem, em unanimidade no Plenário.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas nós temos um colega que está...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Chegou agora o Senador Girão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós temos um colega que está doente, ele quer ver esse projeto. Então, eu vou pedir vista por ele. Eu vou pedir vista hoje, mas, assim, eu não vou me manifestar quanto ao mérito, porque você sabe o que eu penso desse projeto.

Então, estou pedindo vista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Pedido de vista concedido, vista coletiva.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – O senhor me dá a palavra um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro. Sempre. Aqui as mulheres mandam.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Presidente, quero aproveitar a sua liderança na Comissão Temporária Externa do Rio Grande do Sul para, mais uma vez, me sensibilizar com o povo gaúcho e dizer que estamos à disposição do que o estado precisar.

Por isso também aproveito, já que sou titular da CDH, para solicitar seu apoio e o da Comissão na seguinte questão: fui procurada pela Associação de Comerciantes de Materiais de Construção de Mato Grosso (Acomac-MT), e recebi também uma resolução do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) pedindo a desoneração de impostos federais ou estaduais sobre a doação de materiais de construção para auxiliar a reconstrução das casas do Rio Grande do Sul.

Informaram-me... e aí eu não sei, mas a informação é que tem umas 20 carretas de materiais para mandar para o estado, mas eles querem a isenção do imposto, não querem pagar imposto sobre o que estão doando.

Então, eu já encaminhei ofício para a Casa Civil...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Entendo eu mais do que justo já, e já sou parceiro para ajudar no encaminhamento.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Eu já encaminhei ofício para a Casa Civil, para a Receita Federal, para o Ministério da Fazenda, e agora faço um apelo também ao senhor, que é o Presidente desta Comissão, porque a gente estava em tratativas, conversando. Agora eu oficiei, para ficar oficial mesmo, e eu acho que isso é justo e eu acho que a gente pode sensibilizar o Brasil todo nessa questão.

É muito mais barato para o país dar essa isenção na doação do que reconstruir tudo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Margareth. Eu me comprometo, hoje ainda, de fazer movimentos dentro do Governo, porque eu entendo que o seu exemplo pode ser seguido.

Nós vamos ter que construir milhares e milhares de casas. De onde vão sair doações, se, pelo menos, não paga imposto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho muito interessante, e a Comissão nossa vai ao estado amanhã...

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – O Confaz concedeu, porque é diferente. O Confaz é a Fazenda, mas ele... Como você compra material de construção, já paga ST. Então, eles darão o crédito a essas empresas que vão doar, mas, no caso do Governo Federal, não precisa nem dar o crédito; é só não considerar faturamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

Eu peço para alguém da minha assessoria para fazer contato com a sua assessoria, para ter os dados, para que eu possa, então, fazer a postulação. O.k.?

Já estamos aqui com as presenças do Senador Girão, da Senadora Ana Paula Lobato, da Senadora Damares Alves, da Senadora Margareth Buzetti, da Senadora Soraya Thronicke e, agora, da Senadora Professora Dorinha Seabra, que tem cinco projetos na pauta.

Mas vamos continuando: estávamos nos projetos relatados pela Senadora Ana Paula Lobato, item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1328, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, para incluir abrangência à discriminação por origem, gênero, contra pessoas com deficiência ou de qualquer natureza.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra à Senadora Ana Paula Lobato, para a leitura do seu relatório.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Como Relatora.) – Presidente, peço licença para iniciar a leitura diretamente da análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos. Dessa maneira, seu exame do PL em tela é totalmente regimental.

O projeto de lei é meritório e, mais que isso, necessário.

Como se já não bastasse o racismo recreativo, verifica-se a manutenção e mesmo o aumento de práticas nefastas como a misoginia, o etarismo e o capacitismo recreativos – todos eles enunciados sob o temerário véu de "brincadeiras ingênuas".

Assim, é plenamente justificável e acertado aquilo que faz o projeto de lei em apreço – a promoção do alcance, pela Lei nº 7.716, de 1989, também em razão de gênero, idade, condição de pessoa com deficiência ou quaisquer outras formas de discriminação.

Igualmente adequada é a troca de "procedência nacional" por "origem", de forma que a lei não mais alcançará apenas a xenofobia àquele de dado país estrangeiro, mas também a xenofobia doméstica em prejuízo daqueles que vêm desta ou daquela região ou estados brasileiros.

Cabe, entretanto, ajuste redacional ao *caput* do art. 1º, tendo em vista que o ano de sanção da lei que se pretende alterar é 1989 e não 1998.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.328, de 2023, com a apresentação de uma emenda de redação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CDH.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

Parabéns tanto ao Senador Fabiano Contarato como também à Relatora, Senadora Ana Paula Lobato. Parabéns.

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 4186, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para fixar em 20 (vinte) anos o prazo prescricional da pretensão de reparação civil das vítimas de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Autoria: Deputadas Federais Sâmia Bomfim e Fernanda Melchionna.

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra para a leitura do relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Bom dia a todos, em especial, às colegas Senadoras e aos Senadores presentes.

Vou direto à análise.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno, cabe à CDH opinar sobre proteção à juventude e à infância assim como em projetos dessa natureza.

Ora, não é admissível que a prescrição civil de crime contra a dignidade sexual de criança e adolescente se dê ao final de três anos, afinal, quantos não são os casos de adultos que, já próximos dos 30 anos, ou até mais, finalmente permitem-se revelar os detalhes de um pesadelo que os acompanha desde a infância? Assim ocorre porque a assimilação da gravidade de que foram vítimas demanda vagaroso processo mental de reconhecimento do delito e de extirpação da culpa que impõem a si mesmos.

Assim, parece-nos certeiro o PL propor um ajuste legislativo, aumentando para 20 anos a prescrição da pretensão da reparação civil para aquele tipo de crime. Trata-se, no nosso entendimento, de prazo adequado para, simultaneamente, assegurar segurança jurídica, bem como razoabilidade e respeito em favor da vítima de abusos sexuais na infância. Dessa forma, o que se está a promover, afinal, é a paz social.

Dessa maneira, temos de registrar nosso elogio às autoras do projeto e fazer a apresentação de nosso voto pela sua irrestrita aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.186, de 2021.

Esse é o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Dorinha, eu quero parabenizá-la pelo voto na importância desse projeto, especialmente para alguém como eu, que passou pelo estupro, pelo abuso na infância.

A gente já tem a Lei Joanna Maranhão, que ampliou esse prazo da condenação criminal, mas aqui a gente vê o prazo prescricional para a reparação civil.

É fantástica a sua sensibilidade. Quero cumprimentar os autores lá na Câmara – fantástico! Eu gostaria muito de pedir a todos os pares: a gente tem que aprovar isso por unanimidade, já correr para a CCJ, a gente vai ter que fazer justiça.

Por exemplo, Dorinha, o meu agressor está vivo; eu sei onde ele está. Já está idoso; eu só tinha seis anos de idade. Eu não tive essa oportunidade de pedir reparação civil nem de pedir a criminalização dele, porque, no meu caso, quando eu descobri onde ele estava, tinham prescrito todos os prazos, mas aqui a gente vem realmente para fazer reparação às vítimas, reparação civil.

Parabéns pelo seu voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Damares Alves. Meus cumprimentos também à Professora Dorinha e aos autores e autoras.

Pergunto se alguém mais quer discutir a matéria. (*Pausa.*)

Então, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão.

O projeto segue para a CCJ.

Ainda a Professora Dorinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 1741, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior, em virtude de parto, de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção; e altera a Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, para disciplinar a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CE.

Autoria: Deputada Federal Talíria Petrone.

Concedo a palavra à Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Vou direto à análise, Sr. Presidente.

A Deputada Talíria Petrone apresenta um projeto de grande importância na proteção da maternidade. O mérito da proposição é louvável.

Atualmente, fala-se muito em proteção à maternidade e à paternidade e na importância de se garantirem os direitos a homens e mulheres, em cumprimento do princípio constitucional da equidade. No entanto, em muitas esferas, ainda não existem as políticas públicas e as ações afirmativas necessárias para que essa igualdade de direitos seja alcançada. Um exemplo é o campo da educação superior, cujo peso da desigualdade no exercício da parentalidade recai frequentemente sobre as estudantes e pesquisadoras mulheres, que, por vezes, devem realizar uma escolha impossível: a maternidade ou o direito à educação.

É verdade que já existem diplomas legislativos que objetivam assegurar os direitos de estudantes que se tornam responsáveis por criança ou adolescente. A exemplo da Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, que atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares. A Lei nº 13.536, de 2017, por sua vez, prevê a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar dessas iniciativas, permanece ainda um grande vácuo no Legislativo, que nos impede de garantir a igualdade entre estudantes e pesquisadores da educação superior e, concomitantemente, de proteger a maternidade, a paternidade e a família.

O PL busca contribuir com a solução dessa questão, ao prever a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos e de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior em razão de parto, de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção, abrangendo situações específicas frequentes e ainda não previstas na legislação, como a internação hospitalar de filho.

Nesse caso, a lei amplia ainda os direitos assegurados a estudantes bolsistas no exercício da parentalidade por meio de alteração da Lei nº 13.536, de 2017, aumentando o período de prorrogação de bolsas de estudo e dispondo especificamente sobre os casos de gravidez de risco, pesquisas que impliquem risco à gestante e ao feto, internação pós-parto, internação hospitalar de filho, parentalidade atípica e necessidade de prorrogação adicional da bolsa em caso fortuito ou de força maior.

A iniciativa é extremamente oportuna e não deve ser mais adiada, sob pena de consentirmos com omissão inconstitucional falhando em garantir às mulheres, e também a homens que se tornam pais, a possibilidade de continuarem seus estudos na educação superior em igualdade substancial com outros estudantes.

Em razão do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.741, de 2022.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, e segue para análise da Comissão de Educação.

Item 3...

Já estão presentes conosco também, além da Professora Dorinha, que já fez dois relatórios e vai fazer outro, os Senadores Chico Rodrigues, Flávio Arns e Izalci Lucas. Os outros eu já tinha anunciado.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 4050, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Dispõe sobre a oferta do profissional de apoio escolar em instituições públicas e privadas de ensino.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CE.

Autoria: Deputada Federal Amália Barros e Deputado Federal Jadyel Alencar.

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra, para a leitura do relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Presidente, a Deputada Amália Barros faleceu recentemente em virtude de um câncer no pâncreas, bastante jovem e tem uma história de luta importante em causas em relação ao direito da mulher, à questão da pessoa com deficiência – ela tinha visão monocular.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Professora Dorinha Seabra, se V. Exa. permitir, fica a solidariedade de toda a Comissão de Direitos Humanos aos familiares, amigos e à própria Câmara dos Deputados, que perdeu uma grande Deputada. Eu acompanhei pela imprensa o motivo do falecimento dela.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Eu vou direto à análise, Sr. Presidente.

No mérito, verificamos uma urgência e pertinência na proposição.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2022, conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra a grande defasagem do acesso à educação para pessoas com deficiência. A negligência quanto ao cumprimento do direito fundamental à educação em relação a essa população é clara. Segundo o IBGE, a taxa de analfabetismo para as pessoas com deficiência foi de 19,5%, enquanto para as pessoas sem deficiência foi de 4,1%.

Não bastasse a pesquisa do IBGE demonstrar que a maioria das pessoas com deficiência com 25 anos ou mais não completaram a educação básica, 63,3% não tinham instrução ou contavam apenas com o fundamental incompleto em comparação com o percentual de 29,9% de pessoas sem deficiência. Além

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disso, enquanto 25,6% das pessoas com deficiência tinham concluído pelo menos o ensino médio, a porcentagem desse nível de instrução no público sem deficiência era de 57,3%.

As estatísticas comprovam a necessidade de robustecer a inclusão e os meios de proporcionar a igualdade material no ambiente de sala de aula. Essa inclusão perpassa naturalmente pelo fortalecimento de disposições legais acerca do profissional de apoio escolar, que é essencial para uma ampla gama de atividades conduzidas pela pessoa com deficiência na escola.

Além de reforçar a importância desses profissionais por meio da imposição da obrigatoriedade do serviço do profissional de apoio escolar, a proposição traz contribuições para o robustecimento da sua formação e para o delineamento de suas atribuições. Essas medidas são imprescindíveis para remediar o atual cenário da ausência de parâmetros normativos para a delimitação das incumbências do profissional, que tem culminado no desvio de função e na sobrecarga de trabalho dessa carreira. A proposição traz uniformidade para a matéria em âmbito nacional e oferece maior segurança jurídica para esses profissionais de extrema relevância para o nosso país.

Além disso, o projeto de lei aprimora o gerenciamento do atendimento educacional especializado ao prever a indicação do profissional de apoio escolar em um plano, por decisão da equipe pedagógica e em diálogo com os responsáveis legais e profissionais da saúde.

Ante o exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei 4.050, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Eu quero aproveitar e também fazer uma homenagem à minha amiga Amália.

Eu conheci a Amália muito antes de ela ser Deputada. Trabalhei com ela aqui dentro – aprovação do projeto da visão monocular. Era uma vida inteira dedicada à causa da pessoa com deficiência.

Eu tenho certeza de que esse projeto vai ser aprovado, mas eu quis fazer a minha intervenção aqui porque o Presidente da Comissão de Educação está aqui do meu lado e já vou fazer aqui a ele o pedido de me nomear a Relatora desse projeto lá na Comissão. Eu vou trabalhar com muito carinho sob o aspecto lá da Comissão de Educação e eu fico muito feliz com que a Dorinha tenha dado um voto tão bonito.

O legado de Amália continua. A Câmara dos Deputados tem aprovado muitas propostas de autoria dela, e aqui a gente também hoje faz uma homenagem bem especial para ela.

Parabéns, Dorinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Eu quero também ressaltar o trabalho da Deputada Amália Barros, que inclusive atuou, assim, de uma maneira essencial na regulamentação da visão monocular, como uma pessoa com deficiência, uma decisão que já havia sido tomada inclusive pelo STF. O projeto de lei aprovado aqui, anos atrás, acabou sendo vetado pelo Presidente ainda Lula, à época, voltou para a pauta e foi aprovado.

Então, ter uma surdez unilateral é uma deficiência que você apresenta. Se você não tem um braço, uma perna, é uma deficiência. Se você não tem a visão de um olho também é uma deficiência, a visão monocular ou a cegueira de um olho, prótese num olho, e isso causa necessidades no desenvolvimento da pessoa.

O que surpreende aqui também, como foi colocado pela Professora Dorinha Seabra, que é Vice-Presidente, inclusive, da Comissão de Educação, é, assim, os números absurdos que envolvem a população com deficiência no Brasil. Quer dizer, mais de 60% sem o ensino fundamental.

Então, o esforço tem que ser coletivo, para que essas pessoas, caso desejem, possam também ter acesso à educação e também acesso, pela educação, ao mundo do trabalho, em condições, assim, melhores.

Inclusive, vamos discutir hoje o caso do BPC, que é importante, o benefício, o salário mínimo, mas também ofertar mais condições para que as pessoas com deficiência possam se inserir.

E, quando uma pessoa tem uma deficiência, e aqui nós estamos falando do profissional de apoio... Por exemplo, uma criança autista: precisa ter o profissional de apoio também para o adolescente autista, mas, assim, isso é importante, não é suficiente.

Os planos de saúde, por exemplo, particularmente a Amil, estão excluindo as famílias que têm um filho com deficiência. Quer dizer, tinham plano de saúde, já fazendo das tripas coração, como o povo fala, para poder pagar o plano de saúde, nos planos coletivos por adesão, e agora simplesmente, 30 dias antes, 60 dias antes, eliminaram essas pessoas, dizendo que não podem continuar. E não tem portabilidade – é uma falácia essa questão da portabilidade!

A ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) disse que era ilegal isto, e a gente perguntou: "Então está bom. Se é ilegal, você vai fechar, então, a Amil?". Tem que fechar, não é? Tem que acabar, excluir a Amil. Não pode ter. Eu não sei se a Amil está com dificuldades, mas você eliminar uma parcela da população por ser onerosa... Quer dizer, estão eliminando porque tem autismo, e isso é uma absoluta discriminação, uma interpretação equivocada, deixando as famílias ao relento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o que é que acontece? Nós estamos falando de quem paga o plano de saúde, porque quem não paga o plano de saúde – porque é difícil pagar o plano de saúde – não encontra o apoio necessário na estrutura pública.

E aí tem o Ceal, por exemplo, aqui de Brasília, que é uma instituição especializada, fila de 500... Eu fui a Belém do Pará, a uma instituição que atende pessoas, filas de 10 mil pessoas...

Então a gente tem que pensar: o apoio escolar é importante, porém não é suficiente, porque tem que haver uma grande articulação nesse sentido.

Então, esse debate, como a Senadora Damares já colocou – e já se prontificou a relatar, inclusive na Comissão de Educação, onde já a designo como Relatora também, para fazer o relatório –, é para que a gente pense mais nisso tudo, porque nesses aparatos todos não pode ter ideologização: "Não, ou é isso, ou é nada". Eu acho que nós temos que ter muitas alternativas de atendimento para a grande diversidade que existe: é o intelectual, é o cego, é o surdo, é o paralisado cerebral, é o múltiplo, é o TEA (Transtorno do Espectro Autista), e assim por diante.

Então, eu acho que está chegando a hora de a gente dizer: "Olha, vamos pensar assim na globalidade e termos alternativas para que essa diversidade possa ser bem atendida".

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Flávio Arns.

Senadora Rosinha com a palavra... Professora Dorinha com a palavra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de colocar da importância dessa questão do profissional, porque nós temos legislação suficiente que trata do processo de inclusão, como a alternativa preferencial, mas para a inclusão acontecer, é necessário que a escola regular se organize.

Aqui, há muitos anos, nós tínhamos as chamadas salas de recurso. Hoje, tem o atendimento educacional especializado, tem a sala no contraturno, e, quanto ao trabalho dentro da sala de aula, muitas redes já têm um profissional, mas não tem essa normatização em relação à sua preparação e à formação adequada, porque a presença na escola é extremamente importante. Agora, ela precisa vir acompanhada de um atendimento com qualidade, com uma condição profissional de ajudar a pessoa com deficiência a avançar em relação à escolarização.

Então, é extremamente importante. Tenho certeza de que é um passo importante, para a rede pública, em especial, para garantir qualidade nesse atendimento, quer seja no espaço, no momento da aula regular,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quer seja no atendimento especializado, que vai acontecer na própria escola, ou nos centros especializados, onde a família tiver definido esse atendimento também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem! Nada melhor do que a Professora Dorinha para fazer um comentário que complementou o dos colegas.

O Senador Girão pediu a palavra. Eu quero só tranquilizar o rapaz ali do "Salve o BPC", porque eu fiquei todo o tempo com a sua placa aqui, no meu radar. O Romário já chegou; ele vai relatar o projeto, viu, porque eu sei aqui que você está aí na torcida.

O.k.?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Muito bem, Senador Paulo Paim, rapidamente.

É só para cumprimentar a Senadora Professora Dorinha, que tem conhecimento de causa desse assunto, é uma defensora de tudo o que é correto, com a sensibilidade que ela tem aqui. Desde o início do seu mandato, ela já vem da Câmara dos Deputados como referência.

E eu queria dizer que eu conheci a Deputada Amália. Eu tive a oportunidade de participar de algumas reuniões com ela, Senadora Damares, e o Brasil perde com a passagem dela para o mundo espiritual: uma pessoa de causas – de causas –, e o Senador Flávio Arns foi muito feliz em falar uma delas.

Esse projeto me lembra muito o Pró-Vítima, aqui de Brasília, um projeto extremamente humanizado. A gente vive uma questão grave de segurança pública no país, com muita gente perdendo seus familiares. E esta oportunidade aqui, esse projeto, vem muito a calhar.

Eu quero aproveitar este momento para fazer uma homenagem à Deputada Amália Barros e a seu marido, que eu tive a oportunidade de conhecer ontem aqui no Senado Federal, que é o Thiago, que está ainda muito, muito comovido com a perda.

Essa aprovação aqui é um passo importante da nossa Casa em homenagem, inclusive, ao ideal da Deputada Amália Barros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Girão.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discutir, vamos à votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

O projeto segue para a análise da Comissão de Educação.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Estou lá relatando a CPI das manipulações, da qual sou Relator, e nós temos três convidados lá. Então, eu gostaria de pedir a V. Exa. e aos colegas a possibilidade de o senhor inverter a pauta para eu poder relatar esses dois projetos que eu tenho aqui, inclusive um do nosso amigo aqui atrás que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele está firme ali: "Salve o BPC".

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... sairá bastante feliz daqui. BPC.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Romário, pela sequência aqui, seria a nossa querida Professora Dorinha Seabra. Se ela concordar... Não sei como é que está seu tempo...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Bom, nós estamos todos correndo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todos estamos correndo, mas é o último seu.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu cedo, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Romário, se você...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não, mas eu cedo. Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Cedeu, está cedido.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não. Ela tem preferência, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Daí, libera-se ela. Dos cinco projetos, esse é o último dela.

Então, vamos para o item quatro.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 1151, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o art. 87 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estender o direito ao atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes que tiverem qualquer dos pais ou responsáveis vitimado por grave violência ou preso em regime fechado.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao Projeto com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

Autoria: Deputada Federal Laura Carneiro.

Concedo a palavra à Professora Dorinha Seabra, Senadora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom, Sr. Presidente, já que toda a parte em relação à juridicidade e constitucionalidade está adequada, eu vou direto ao texto.

O texto não revela nenhum problema de natureza jurídica. Eu faço apenas uma emenda de redação para ajustar a proposição como uma lei complementar.

Quanto ao mérito, não temos...

É um projeto de excelência que se traz à consideração deste Colegiado. Nossa sociedade tem de lutar não apenas contra a violência, mas também contra suas sequelas, que são tão graves quanto a própria violência na medida em que desorganizam a vida interior e o desenvolvimento pessoal daqueles que dela se aproximam. Não podemos assistir a nossas crianças e adolescentes serem "estropiados" psicologicamente, adentrando a idade adulta com grande situação de medo e raiva. A psicologia é, hoje,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perfeitamente capaz de intervir com sucesso nas biografias das crianças e adolescentes atingidos pela violência. Isso inclui a violência de fazer com que a pena passe da pessoa do criminoso, que é o que tem lugar quando um dos pais ou responsáveis, ou ambos, vem a ser preso em regime fechado.

A proposição, portanto, a nosso ver, retoma e dá novo impulso ao espírito da Lei nº 12.962, de 8 de abril de 2014, que veio assegurar a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade, bem como incorpora os conhecimentos mais recentes, que apontam para o caráter intrinsecamente traumático, para a pessoa em desenvolvimento, de ver seus pais ou responsáveis vitimados por violência.

Essa é a proposição.

Face aos argumentos apresentados, votamos pela aprovação com uma emenda:

> Art. 1º Esta Lei altera o art. 87 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estender o direito ao atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes que tiverem qualquer dos pais ou responsáveis vitimado por grave violência ou preso em regime fechado.

Esse é o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto com a emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, com a Emenda nº 1-CDH.

O projeto segue para a CAS.

Muito bem, parabéns!

Agora vamos em frente.

ITEM 5

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 167, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para que, em caso de recém-nascido com deficiência, sejam prorrogados os prazos de estabilidade provisória, de licença-maternidade e de licença-paternidade.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CAE e CAS.

Com a palavra, o Senador Romário, Relator.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Bom dia a todos, Sra. Senadora, Senadores, todos que estão presentes e que nos acompanham.

Eu vou direto à análise.

Este relatório foi amplamente discutido com a assessoria da autora, bem como com a assessoria do meu gabinete e a Consultoria Legislativa.

Foi constatado que não se observam óbices de legalidade, de juridicidade ou de regimentalidade.

É necessário reconhecer que a Senadora Mara Gabrilli teve a percepção acurada, que foge à análise leiga, de notar lapsos em nossa legislação.

Ora, é de conhecimento amplo que a deficiência na pessoa ainda em formação implica maior orçamento com cuidados, bem como maior necessidade de atenção, adaptação e aprendizado. Assim, mães e pais têm de dar toda a atenção possível ao bebê, que precisa receber muitíssimo amor e cuidados nessa época.

Não existe outra conclusão possível senão a de que o projeto é meritório.

Contudo, entendemos que são cabíveis algumas observações.

Apresentamos ainda estimativa de impacto financeiro a partir da nota da Conorf nº 0014/2024, quando percebemos que o valor se torna insignificante diante da relevância do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Em razão dos argumentos apresentados, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 167, de 2023, na forma da seguinte emenda substitutiva:

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir a extensão da licença-maternidade em caso de diagnóstico de deficiência do recém-nascido.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir a extensão da licença-maternidade em caso de diagnóstico de deficiência do recém-nascido.

Art. 2º O art. 391-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, designando-se como § 1º seu parágrafo único:

"Art. 391-A. .....

.....

§ 2º A estabilidade provisória prevista no *caput* será de 180 dias após o parto, no caso da mãe que usufrua de licença-maternidade concedida nos termos do § 6º do art. 392 desta Lei." (NR)

Art. 3º O art. 392 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

"Art. 392. .....

.....

§ 6º O tempo de licença-maternidade previsto no *caput* será estendido em 60 (sessenta) dias para mãe de bebê nascido com deficiência, nos termos do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015." (NR)

Art. 4º O art. 72 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 4º e 5º:

"Art. 72. .....

.....

§ 4º O salário-maternidade, a ser pago na forma deste artigo, é assegurado durante a extensão de 60 (sessenta) dias da licença-maternidade concedida a mãe de bebê nascido com deficiência, nos termos do § 6º do art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943."

§ 5º O diagnóstico da deficiência que justifique a extensão a que faz menção o § 6º do art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, poderá ser requerido nos primeiros 109 (cento e nove) dias da licença–maternidade, ao INSS, a ser deferido ou não no prazo de 10 (dez) dias, devendo sua realização respeitar a avaliação biopsicossocial ou, na ausência de sua regulamentação, o protocolo do INSS." (NR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 5º O art. 73 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, designando-se seu parágrafo único como § 1º:

"Art. 73. .....

.....

§ 2º Fica assegurado o salário-maternidade, nos termos do *caput*, durante a extensão a que faz menção o § 6º do art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, nos termos do § 5º do art. 72 desta Lei." (NR)

Art. 6º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do exercício seguinte ao de sua publicação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Romário.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto, na forma da Emenda n° 1 (Substitutivo).

O projeto segue para análise da CAE e, posteriormente, da CAS.

Registramos a presença já da Senadora Zenaide Maia, Vice-Presidente desta Comissão.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 3619, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o art. 4º da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, para excetuar o benefício de prestação continuada do cálculo da renda familiar per capita mensal utilizada para definição da elegibilidade ao Programa Bolsa Família.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senador Romário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH, CAS e terminativo na CAE.

Senador Romário, com a palavra para a leitura do seu relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Vou direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Primeiramente, parabenizo o Senador Flávio Arns por mais um brilhante projeto. Parabéns, Senador!

O Programa Bolsa Família tem como objetivos combater a fome, contribuir para evitar a reprodução intergeracional da pobreza e promover o desenvolvimento e a proteção social das famílias pobres.

Já o pagamento do BPC é devido às pessoas com deficiência ou idosas que não tenham meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. O recebimento desse benefício é um direito que remete à solidariedade social, fundamentado no reconhecimento de que pessoas em situações notavelmente desvantajosas, enfrentando barreiras, além da pobreza, são mais vulneráveis e precisam de amparo. O BPC tem um caráter assistencial indissociável de sua função compensatória, que procura nivelar um pouco os desafios significativamente maiores enfrentados por parte da nossa população.

Admitir que o valor recebido a título de BPC entre no cômputo da renda considerada para fins de elegibilidade ao Bolsa Família anula o seu efeito compensatório, tratando igualmente pessoas que são consideravelmente desiguais, em prejuízo daquelas que sofrem dupla exclusão. O próprio §3º do art. 4º da Lei nº 14.601, de 2023, reconhece a possibilidade de que o valor do BPC seja descontado, mas condiciona isso a ato do Poder Executivo. Entendemos, como o autor da proposição, que o cumprimento de direitos fundamentais não deve ficar subordinado à conveniência ou ao sabor das circunstâncias. Nesse sentido, vemos mérito na proposição quanto à questão financeira.

O BPC, assim como o Bolsa Família, está previsto no Orçamento. Mesmo assim, este projeto de lei ainda passará pela Comissão de Assuntos Econômicos, onde poderá ser melhor analisado.

E o voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.619, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Romário. Meus parabéns, Senador Flávio Arns, que pediu a palavra!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Quero, da minha parte, parabenizar o Senador Romário pelo relatório. Como de hábito também, o Senador é extremamente envolvido nessas questões que se relacionam, em particular, às pessoas com deficiência.

E quero dizer para todos que o BPC é aquele salário mínimo, o benefício de prestação continuada. Para o idoso – V. Exa. é o autor tanto do Estatuto do Idoso como do Estatuto da Pessoa com Deficiência – , no BPC, o critério é um quarto do salário mínimo de renda *per capita*, um quarto. O Bolsa Família é meio salário mínimo.

Então, pode vir a acontecer, inclusive, se você considerar como renda, de uma família ser penalizada por ter o filho com deficiência e não ter acesso ao Bolsa Família, porque passa a ser considerado renda. Não é renda. É um benefício. A família tem um filho com deficiência. Então é um benefício de prestação continuada. Um quarto do salário mínimo. E o Bolsa Família é para uma situação de vulnerabilidade também, de dificuldade, porque é meio salário mínimo.

Então são dois institutos completamente diferentes. O BPC, para comprar remédio, comprar comida, comprar fralda, ter uma vida melhor, porque a pessoa também não tem acesso a isso na rede pública.

Sobre isso a gente já fez a discussão na previdência também. O Senador Tasso Jereissati eliminou, de imediato, na previdência, o BPC, porque BPC não é previdência. BPC é assistência, assistência social para promover... E, quando foi aprovada a lei aqui do Bolsa Família, nós alertamos. "Não, mas não pode voltar para a Câmara, tal, não sei o quê. Depois a gente vê". Então, estamos vendo agora, quer dizer, para que isso seja avaliado e, na sequência, nas Comissões, aprovado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, só para concluir aqui a fala do nosso brilhante Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, Senador Romário.

Parabéns, Senador Flávio Arns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Um quarto de um salário mínimo, isso é praticamente nada. E eu acredito que, depois de aprovarmos esse projeto aqui hoje, esta Comissão, futuramente, nós vamos ter a honra e o prazer de aumentar também esse valor.

Isso seria o que eu gostaria de passar aqui para todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns! Terá total apoio da Comissão.

Senadora Zenaide Maia.

Em seguida, Senadora Damares Alves.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Eu queria lembrar aqui que, em 2019, o Congresso Nacional aprovou para a renda *per capita* do benefício de prestação continuada meio salário mínimo. Aprovou a Câmara, o Senado, se eu não me engano, por unanimidade.

O Presidente da República vetou. Nós derrubamos esse veto, e, de repente, chegou uma medida provisória e voltou a ser um quarto de salário mínimo. E não houve quase nenhuma manifestação sobre isso.

Eu falei várias vezes sobre isso. Eu, que fui testemunha, dizendo o seguinte: conheço famílias que têm – porque eu era Secretária de Saúde – a mãe que cuida de um filho, dois filhos sem deficiência e um com deficiência. E ela me mostrava isto: um dos filhos conseguia uma bolsa remunerada de R$600, e o filho não podia progredir, porque, quando somasse, dava mais de um quarto de salário mínimo.

Então, eu acho esse projeto salutar, mas uma pergunta eu faria: por que a gente não volta ao benefício de prestação continuada meio salário mínimo, como esta Casa aqui aprovou e depois derrubou o veto? Quando derrubamos o veto e chegou a medida provisória, todo mundo se calou. Esta Casa se calou.

Então, voltamos a isso aí. Não que eu não diga, mas, o fato é que, se a gente tivesse mantido o meio salário mínimo, a gente não estava aqui discutindo isso novamente. É porque um quarto de salário mínimo é indigno. Como se mantém uma pessoa com deficiência com um quarto de salário mínimo? Então era uma coisa de que todo mundo hoje fala e pela qual destrata o Congresso, o Supremo destrata o Congresso. Na época, era para se ter acionado contra isso, porque foi uma decisão do Congresso Nacional: aprovamos, derrubamos o veto, e chegou uma MP voltando a um quarto de salário mínimo. Só lembro isso, que todos devem lembrar, porque eu acho, assim, indigno você manter uma criança com deficiência com um quarto de salário mínimo.

Sem falar – e na época a gente mostrou – que a mãe já é prejudicada. Aí os filhos também são prejudicados, porque esse filho tinha conseguido... Quer dizer: ele já fazia uma escola de segundo grau e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinha uma bolsa. Ele também tinha que ficar preso, porque ele só podia ter alguma renda se a renda fosse suficiente para cobrir o salário mínimo do benefício e que somasse com eles.

Estou só lembrando isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Eu acho que tudo que é para ter um olhar diferenciado para as pessoas com deficiência e para os idosos em condições de extrema pobreza, a gente tem que votar.

Agora, o correto era fortalecer e voltar a ser o benefício de prestação continuada com meio salário mínimo, como todos aqui aprovaram.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Parabéns, Senadora!

Em discussão à matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

A Senadora Damares pediu ainda para dar a sua posição, antes que eu decrete.

Eu disse que confio nos votos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Não, não faça isso, não.

Zenaide, eu vou dizer uma coisa para ti: se tem uma coisa com que a gente tem problema, nós que trabalhamos com a pessoa com deficiência, com a criança em vulnerabilidade, são as equipes econômicas de governo. E não é só naquele governo, não. Em todos. Eu estou aqui há anos com vocês, nos bastidores, e quanta coisa boa a gente faz aqui; e, chega nas equipes econômicas dos governos, tudo volta para trás. Eu vou orar muito para que o atual Ministro, o Ministro Haddad, nem leia esse projeto de lei, nem leia.

Mas eu queria parabenizar o autor e o Relator. Eu queria aproveitar e fazer um apelo ao Presidente da CAS: me nomeie Relatora desse projeto lá na CAS, porque eu já sei que Dorinha vai brigar por ele na CAE. Então, Senador Humberto, aqui, com todo carinho, é uma necessidade: me nomeie Relatora e eu prometo que vou orar muito pelo Ministro Haddad se o senhor me nomear Relatora desse projeto. Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paim, você viu a preciosidade dessa pauta aqui hoje? O que nós estamos aprovando hoje, o pacote nessas pautas aqui hoje... Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só projeto *top*.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O Brasil tem que saber o que está acontecendo aqui hoje nesta Comissão.

Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise da CAS e posteriormente, de forma definitiva, da CAE.

Por sugestão daqui da Mesa, Senador Humberto Costa, como o seu é terminativo, a gente passa a palavra a V. Exa., porque daí, enquanto os Senadores e Senadoras vão votando, nós podemos apreciar inclusive outros projetos.

Então, vamos ao item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 4767, DE 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar que as pessoas com Síndrome de Tourette sejam consideradas pessoas com deficiência para todos os fins legais.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: CAS e terminativo na CDH;

- Em 12/12/2023, a matéria recebeu parecer favorável da CAS.

Passo a palavra ao Senador Humberto Costa, para a leitura do relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, quero inicialmente agradecer a V. Exa. e aos Srs. Senadores também por terem me concedido a relatoria e, ao mesmo tempo, por aceitarem essa inversão de pauta, porque nós estamos com uma agenda completamente enlouquecida nestes dois dias.

Esse projeto altera a Lei 13.146, de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) para determinar que as pessoas com síndrome de Tourette sejam consideradas pessoas com deficiência para todos os fins legais.

Relatório.

Submete-se à apreciação, em caráter terminativo, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei nº 4.767, de 2020, de autoria do Senador Nelsinho Trad, que altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar que as pessoas com síndrome de Tourette sejam consideradas pessoas com deficiência para todos os fins legais.

Para isso, o art. 1º sugere acrescentar §3º ao art. 2º da Lei nº 13.146, de 2015, para dispor que pacientes com síndrome de Tourette sejam considerados pessoas com deficiência enquanto não forem regulamentados os instrumentos de avaliação de deficiência previstos no referido diploma. O art. 2º fixa o início de vigência da lei eventualmente originada para a data de sua publicação.

Para justificar a proposta, o autor destaca que pessoas com síndrome de Tourette enfrentam dificuldades em razão dos tiques, movimentos involuntários, os quais suscitam incompreensão, prejulgamentos e exclusão social. Para o autor, isso configura barreira que obstrui a participação plena e efetiva dessas pessoas na sociedade.

Previamente o projeto foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Não foram apresentadas emendas.

De acordo com o art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e à integração social das pessoas com deficiência, caso da iniciativa sob exame.

Por se tratar de decisão terminativa, cumpre analisar os aspectos formais da proposta. Inicialmente, trata-se de matéria que está inserida na competência legislativa decorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, conforme dispõe o art. 24 da Constituição Federal. Também está em consonância com os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional, art. 48 da CF, e a legitimidade da iniciativa legislativa dos Parlamentares, art. 61 da CF. Não existem óbices, portanto, quanto à constitucionalidade da proposta. Isso também pode ser dito em relação à juridicidade e à regimentalidade.

Acerca do mérito, é inegável que se trata de uma população cuja condição de saúde, invariavelmente, impõe barreiras que obstruem sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

De forma geral, os pacientes manifestam tiques, que se caracterizam como movimentos musculares repetitivos ou emissão de sons indesejados que não podem ser facilmente controlados. Comumente os tiques ocorrem de forma súbita, sendo breves e intermitentes. São exemplos disso movimentos de sacudir a cabeça, encolher os ombros, piscar os olhos, estalar os dedos, tocar pessoas ou objetos, deixar escapar sons incomuns ou dizer palavras obscenas ou ofensivas.

Além disso, os pacientes com síndrome de Tourette têm maior susceptibilidade a comorbidades como os transtornos de déficit de atenção e hiperatividade, obsessivo-compulsivo, do espectro do autismo; dificuldades de aprendizagem; distúrbios do sono e da fala; depressão; ansiedade; dificuldade de controlar as emoções, como a raiva; dores relacionadas aos tiques, especialmente dores de cabeça; e artrose.

Evidentemente, as manifestações clínicas dessa síndrome implicam não somente sérios problemas clínicos, mas também estão associadas a graves repercussões de natureza psicológicas e sociais. Com efeito, são comumente observados problemas escolares, precária inserção social, baixa autoestima, além de dificuldades de estabelecer e de manter relações interpessoais em vários tipos de ambientes.

Isso explica o fato de que pacientes com a síndrome, em várias situações, enfrentam impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que obstruem sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. São circunstâncias que, para o Estatuto da Pessoa com Deficiência, configuram deficiência.

Nesse sentido, estamos de pleno acordo com a proposta.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, cumpre informar que, durante a tramitação do projeto sob análise, foi aprovada a Lei nº 14.724, de 14 de novembro de 2023. Tal diploma inseriu um §3º ao art. 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, para dispor sobre aspectos referentes ao exame médico-pericial. Portanto, sugerimos emenda para ajustar a técnica legislativa.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.767, de 2020, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº -CDH
Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei nº 4.767, de 2020:
"Art. 1º .....
'Art. 2º .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

.....

§ 4° Até que sejam criados os instrumentos referidos no § 2º, as pessoas com síndrome de Tourette são consideradas pessoas com deficiência para todos os fins legais'. (NR)"

Esse é o voto.

Gostaria aqui de reforçar algumas informações.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, estima-se que a doença afeta 1% da população. Ainda segundo a OMS, 63% dos pacientes também apresentam quadro de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade.

No Brasil, cerca de 150 mil casos são diagnosticados por ano. Desses, aproximadamente 85% possuem outras enfermidades neurológicas, como transtorno obsessivo-compulsivo (TOC), e o espectro autista.

É esse o relatório, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos, Senador Humberto Costa. Pelo que senti no Plenário, já, há apoio total ao seu relatório e ao projeto do Senador Nelsinho Trad.

Em discussão a matéria.

Senadora Zenaide Maia é a primeira inscrita.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Eu quero aqui parabenizar o nosso colega Nelsinho Trad e também o Relator aqui, Humberto Costa.

Fui Relatora, acho que na CAS, se eu não me engano.

Então, como o Humberto falou, eram muito discriminadas essas pessoas, porque o que chama a atenção é que eles têm esses arroubos que chamam de pornografia, têm um limite de tolerância zero, se afobam, mas o que incomoda e que faz com que eles não sejam muito incluídos é justamente os movimentos involuntários, porque incomoda até quem está vendo – não é, Humberto? Eu conheço pelo menos dois, que são até formados e tudo, mas que têm um movimento de olhos e esses tiques nervosos, como a gente chama, que incomoda a quem está conversando.

Então, ele se retrai, mas, ao mesmo tempo, tem essa associação com essa quantidade de comorbidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns – viu, Humberto? Você fez um trabalho maravilhoso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Colocamos em votação o projeto, nos termos do relatório.

A votação é nominal.

Os Senadores e as Senadoras que votam com o Relator votam "sim".

Solicito à Secretaria que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras possam, de imediato, votar.

E, enquanto estão votando, vamos continuar com a nossa pauta.

Os Senadores e as Senadoras podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu já fui direto ao painel, querendo votar, mas disseram: "Não, Senador, o senhor não vota."

Eu faço um apelo às assessorias que informem aos Senadores que votam pelo aplicativo, que estamos votando, que já está aberta a votação.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 1668, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para prever o confisco e a destinação de bens utilizados nos crimes de tráfico de criança ou adolescente ou contra a liberdade e dignidade sexual de criança ou adolescente que especifica.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH, CSP e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves, que fará a leitura *ad hoc* do parecer.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu solicito permissão para ir direto à análise.

Preliminarmente, destaco que a CCJ irá se manifestar sobre aspectos de juridicidade e constitucionalidade do texto. E por essa razão, o exame aqui estará concentrado na análise do mérito da proposição.

O Disque Direitos Humanos registrou, apenas no período de janeiro a abril de 2023, mais de 17 mil violações sexuais contra crianças e adolescentes no país.

Ainda a esse respeito, dados da Organização Mundial da Saúde apontam que, a cada 24 horas, ao menos 320 crianças e adolescentes são explorados sexualmente no Brasil.

A prevalência e a persistência desses graves crimes representam afronta aos direitos e às garantias mais basilares que devem resguardar a infância e a adolescência e, por isso, exigem a atuação do Estado brasileiro para seu enfrentamento e prevenção.

Para tanto, os desafios são imensos e inter-relacionados. O Congresso Nacional, contudo, pode desempenhar papel relevante nesse processo de combate a violações dos direitos infantojuvenis. Entre outras medidas, não se pode olvidar a relevância do desenvolvimento de instrumentos e mecanismos legais de caráter punitivo e dissuasório que possibilite ao Estado enfrentar, de maneira mais efetiva, o avanço dessas atividades criminosas.

Nesse contexto se inserem as medidas propostas pelo projeto de lei, que, de modo geral, procura estender a responsabilidade penal pela prática do crime previsto no art. 244-A do ECA a pessoas que, de qualquer modo, tenham concorrido para o crime; e prevê e regula o confisco e a destinação de bens utilizados em certos crimes de tráfico ou contra a liberdade e dignidade sexual de crianças ou adolescentes. Trata-se, certamente, de medidas que podem contribuir para o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Em relação a essas medidas, destacamos a relevância de se explicitar no texto do ECA que a responsabilidade por esses crimes não recai somente nos autores, mas alcança os partícipes, como medida dissuasória àqueles que prestam auxílio à prática delituosa. Por exemplo, aquele que empresta a casa para que uma criança seja explorada sexualmente ou que empresta o hotel para que uma criança seja explorada sexualmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, apontamos a importância da imposição ao condenado de perdas patrimoniais, pois representa medida que reforça a eficácia preventiva do direito penal, sem aumentar o tempo de encarceramento. Assim como o mérito das normas previstas para acautelar a apreensão desses bens e a sua destinação.

Vislumbramos, contudo, a necessidade de pequenos reparos de redação ao texto, como a verificada no §3º do art. 244-E proposto e a ausência de ponto final no art. 244-F.

Desse modo, com as alterações meramente redacionais sugeridas, entendemos que a proposição estará digna de acolhida.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.668, de 2023, com as pequenas emendas de redação conforme já publicadas.

Este é o voto e este é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Senadora Damares Alves, pelo seu parecer.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta, de redação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas 1 e 2.

O projeto segue para a análise da CSP e, possivelmente, de forma terminativa, da CCJ.

Nós tínhamos ajustado já, quando iniciamos o período desta Comissão, que nós não botaríamos nenhum requerimento em votação extrapauta, mas sempre eu digo numa linha em que se criasse algum tipo de confronto no requerimento.

Eu já apresentei um devido à situação do Rio Grande do Sul e todos entenderam, foi unanimidade.

O Senador Girão apresenta dois requerimentos extrapauta, o Requerimento nº 33/2024 e o Requerimento nº 34/2024... (*Pausa.*)

Os Requerimentos nºs 34 e 35.

O Requerimento nº 33 é do Senador Flávio, também extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu coloco em votação a inclusão extrapauta. Eu dei uma olhada, não vi nenhuma polêmica.

Digo mais, eu vou ter que me dedicar um pouco mais ainda do que já me dedico à questão do Rio Grande do Sul. Nós vamos amanhã pela manhã e a intenção é que vá, num outro momento, a Comissão de Direitos Humanos junto com a Comissão criada pelo Presidente Rodrigo Pacheco, essa Comissão Externa.

Então, se ninguém é contra, colocamos esses requerimentos extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 33, DE 2024

Requer realização de audiência pública sobre o cancelamento unilateral dos planos de saúde de adesão coletiva.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para explicar e naturalmente justificar o seu requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar.) – Eu até leio a justificação, porque é bem curta também.

Só neste mês, a Defensoria Pública do Distrito Federal recebeu milhares de denúncias de familiares de pessoas com transtorno do espectro autista e/ou doenças raras acerca do cancelamento unilateral dos planos de saúde coletivos por adesão; mas a queixa é nacional e urgente.

Com a notícia, veio também o desespero. As famílias, ao entrarem em contato com as administradoras dos planos e solicitarem portabilidade, foram informadas que, abro aspas, "no momento, não há planos disponíveis para adesão".

A preocupação aumenta quando não há, no mercado, planos disponíveis que contemplem apenas as crianças individualmente – ou são com coparticipação, ou não atendem a rede credenciada em que a criança já está inserida.

Com o argumento da onerosidade, os planos de saúde e as empresas intermediadoras negam os pedidos de cobertura e adesão a beneficiários com deficiência ou com doenças raras. Dessa forma, urge a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidade de discutirmos o tema e buscarmos soluções práticas e rápidas para os beneficiários e suas famílias.

Então, eu considero o argumento desumano. Não, você tem uma deficiência, você é idoso, você tem uma doença rara, você é muito oneroso e, por isso, então, o plano está cancelando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está desligando.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... unilateralmente, o que eu consideraria, inclusive, uma discriminação. Eu perguntei se está cancelando de todo mundo, porque daí a empresa pode estar indo para a falência, em recuperação judicial, cancelou para todo mundo. Não: só para pessoas com deficiência e idosos, planos coletivos por adesão. Eu considero isso um absurdo absoluto.

A ANS falou que é ilegal. Então, está bom. Se é ilegal, tem que fechar o plano de saúde. Se é ilegal, não está...

Então, vamos fazer audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Senador Flávio Arns, pela iniciativa. Estava aqui até a assessoria da mesa comentando, na linha em que V. Exa. fez a defesa, porque é quase que um crime isso, não é? Eu pago a vida toda e, no momento que eu mais preciso: "Não atendo mais, vai para casa dormir ou vai para casa morrer". Absurdo, absurdo, absurdo.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Eu também acho bem interessante isso, porque os planos de saúde querem escolher quais as patologias que eles querem tratar.

Gente, imaginem, por exemplo, essas doenças raras... Esse povo leva anos para conseguir um CID (Código Internacional de Doenças), para ser considerado uma patologia. Aí, quando eles conseguem, o plano de saúde não quer aceitar. Ele vai escolher que tratamento vai fazer, e a gente sabe que os planos de saúde já jogam muito a quimioterapia e a radioterapia para o SUS. A grande maioria o SUS administra isso, entendeu? Faz pouco tempo que eles... Tem um projeto de lei que já obrigava a tratar dessas pessoas, mas sempre foi o SUS.

Outra coisa, os planos de saúde, na maioria das vezes, usam os prontos-socorros públicos. Podem olhar que os principais hospitais do Brasil, nas capitais, são prontos-socorros públicos. A emergência é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feita – eu digo a emergência, porque é muito mais do que uma urgência, a emergência ainda é mais do que uma urgência – é feita nos hospitais públicos, e eles não reembolsam o SUS por isso.

Então, estou chamando a atenção, porque o plano de saúde tem que saber que ele tem que cobrir todas as patologias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Zenaide Maia.

Vamos à votação.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Junto à Mesa, nós ajustamos o dia em que V. Exa. pretende fazer a audiência pública.

Item 10. Projeto de Lei 4.767, de 2020, terminativo.

Não. Isso aqui já foi.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone*.) – Vamos encerrar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos encerrar, então. Já deu o quórum, vamos encerrar a votação.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aprovado por unanimidade.

Parabéns, Senador Nelsinho e Senador Humberto Costa!

Encerrada a votação.

Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CDH.

Consequentemente, vamos aos encaminhamentos.

Foi verificado o seguinte resultado: 12 SIM; 11, NÃO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não houve abstenção.

Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Vamos, agora, ao Senador Girão.

Senador Eduardo Girão.

Requerimento nº 34, de 2024, terminativo.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 34, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a Lei Maria da Penha e os aprimoramentos necessários para sua correta aplicação.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão para encaminhar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Em primeiro lugar, eu queria agradecer aos colegas, principalmente ao senhor, Presidente Paulo Paim, pela abertura de colocar esse requerimento, que não é uma coisa, acredito, polêmica, porque é uma lei consolidada no Brasil. Inclusive, é cearense a Maria da Penha.

A gente fez aqui uma seleção de pessoas para debaterem eventuais mudanças para melhor, claro. E, inclusive, quero colocar à disposição dos colegas, se tiverem alguma indicação de nomes, nós colocamos aqui alguns.

A justificação é que a lei da Maria da Penha, de nº 11.340, de 2006, foi sancionada para proteger a mulher, que é a parte mais vulnerável da relação familiar, uma vez que o objetivo da lei é coibir e cessar qualquer tipo de violência no seio doméstico. Em muitos casos, a violência ocorre após o rompimento de relacionamentos, em algumas situações, após descoberta de traições, quando há interesses patrimoniais ou ainda envolvendo as demandas de guarda de filhos, uma vez que as supostas vítimas constroem histórias de agressões ditas como sofridas, com o intuito de prejudicar o parceiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre 2020 e 2022, entre janeiro e 2020 e maio de 2022, o Brasil registrou a concessão de 572.159 medidas protetivas de urgência para meninas e mulheres em situação de violência doméstica. Um dos principais achados da pesquisa é de que nove em cada dez pedidos são deferidos, o que mostra a adesão do Judiciário ao instrumento das medidas protetivas. Dessa forma, é importante debater a Lei Maria da Penha e os aprimoramentos necessários para a sua correta aplicação.

Isso posto, é o presente para requerer o deferimento da realização da audiência pública ora solicitada. Contamos com o apoio de todos os pares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., Senador Girão.

Os colegas que quiserem fazer alguma indicação ajustem depois com a Secretaria-Geral da Mesa.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 35, DE 2024

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir medidas de combate à prática do tráfico humano.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão para encaminhar. Tem tudo a ver com a Comissão de Direitos Humanos, tráfico humano, mais do que justa a iniciativa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Este aqui é um assunto que eu sei que toca profundamente a sua alma, porque envolve também crianças, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu assisti a um filme que recomendo a todos, no ano passado, chamado Som da Liberdade. Ele mostra o roteiro do tráfico humano em muitos países em desenvolvimento, e o Brasil é um deles.

A gente propõe aqui essa audiência pública para debater como é que está o Brasil nesse cenário, trazendo algumas autoridades. Basicamente o objetivo é esse.

Eu lhe agradeço se puder marcar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Assim, votamos todas as propostas que estavam na mesa.

Antes de encerrar, eu leio um expediente.

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos: denúncias de omissão da Secretaria de Segurança na apuração de torturas praticadas por policiais; herdeira alega que seu inventário está tramitando no Judiciário sem que ela seja ouvida e que também não possui advogado.

Da Câmara Municipal de Indaial, Santa Catarina: encaminha moção de repúdio ao Recurso Extraordinário 845779, que discute se a abordagem de transexual para utilizar banheiro do sexo oposto ao qual se dirigiu configura ou não conduta ofensiva à dignidade da pessoa humana e aos direitos da personalidade, indenizável a título de dano moral.

E, ao mesmo tempo, a moção externa de apoio ao Congresso Nacional quanto à sua independência.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos lidos ficarão disponíveis na Secretaria e/ou no Portal da CDH para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Eu deixo os Senadores todos à vontade, mas eu assumi comigo mesmo que, todas as quartas-feiras, no encerramento dos trabalhos, eu daria informes de como está a situação do Rio Grande Sul. Todos fiquem à vontade, porque eu sei que a correria é grande.

Informes sobre a situação do Rio Grande do Sul.

O Governo Federal está trabalhando com o Governo estadual e com os Prefeitos em várias frentes para salvar e preservar a vida do povo gaúcho, garantir a dignidade humana e reconstruir o estado, repito:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sempre em parceria com o Governo do estado e com as prefeituras. O investimento total ultrapassa já R$70 bilhões.

Foram montados dez hospitais de campanha e mobilizados 38,6 mil profissionais; alimentos entregues ou em trânsito ultrapassam já 700 toneladas; doações transportadas, só pelos Correios, 2,5 mil toneladas. Além disso, foi suspensa a dívida do estado por três anos, o que representa investimento no estado, porque não pagará à União, de R$23 bilhões. Claro que, daqui a três anos, conforme a situação, esse prazo poderá ser prorrogado, segundo o Governo. Está prevista a antecipação de R$190 bilhões para o Fundo de Participação dos Municípios.

O Ministro Fernando Haddad vai anunciar um plano para socorrer as empresas do Rio Grande do Sul atingidas pela catástrofe climática. O objetivo é manter os empregos e as empresas, e, consequentemente, vamos, com isso, retomar a produção das companhias gaúchas. Segundo o IBGE, 80% da economia do estado foi afetada, demonstrando um enorme impacto econômico, e 91% das empresas foram atingidas. Os empregos e a sobrevivência dessas empresas estão em perigo. Levantamento da Fiergs (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul) mostra que os setores mais afetados pelas enchentes são os de veículos, máquinas, móveis, derivados de petróleo, alimentos, calçados e químicos.

Em termos de empregos, mais de 740 mil na indústria foram afetados. As regiões do Vale dos Sinos, Metropolitana e Serra são as mais afetadas em termos de quantidade de indústrias e de empregos. As regiões Central, Planalto e Metropolitana concentram importantes indústrias exportadoras do estado. É importante destacar que a indústria gaúcha representa 6,1% do PIB industrial brasileiro, quase 9% dos estabelecimentos industriais do país e 7,7% dos empregos formais do setor.

Além disso, é um importante estado exportador, concentrando 6,5% de tudo que é exportado pelo Brasil. O Vice-Presidente e Ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, recebeu uma comitiva da indústria gaúcha para discutir linhas de crédito para ajudar o setor.

Na semana passada, o Presidente Lula esteve, mais uma vez, agora em São Leopoldo, na Região Metropolitana de Porto Alegre, onde anunciou medidas de ajuda ao estado. Entre elas está o Auxílio Reconstrução de R$5,1 mil para todas as famílias com residências afetadas, para cada família afetada, beneficiando 240 mil famílias, com um investimento estimado, aí sim, de R$1,2 bilhão. Também foi anunciada uma estratégia de moradia para atender as famílias que tiverem casas destruídas nas áreas urbanas atingidas pelas enchentes. Foi ampliada também a retirada do FGTS.

Lembramos aqui também que a intenção é reconstruir cidades inteiras. Por isso a importância do Programa Minha Casa, Minha Vida. Suspensão inclusive das parcelas mensais por seis meses. Todo aquele que tem Programa Minha Casa, Minha Vida, por seis meses, não precisará se preocupar, pois não pagará. E não é que, depois de seis meses, vai pagar em dobro, não, mas vai continuar pagando normalmente, e eu entendo que, no final, esses seis meses serão amortecidos. Isto será por seis meses para os beneficiários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

afetados pelas chuvas do estado gaúcho. Antecipação do pagamento do Bolsa Família, abono salarial e liberação de duas parcelas adicionais do seguro-desemprego para os que estão desempregados que já estavam recebendo benefício na data do reconhecimento federal da calamidade pública.

A Comissão Externa do Senado da qual sou Presidente acompanha a catástrofe e viajará nessa quinta-feira ao estado, especificamente à Região Metropolitana. Deveremos ir a Canoas, São Leopoldo e Porto Alegre. Não haverá um deslocamento para outras regiões devido à perspectiva de chuva. Aí, os helicópteros não poderão se deslocar, e até nós entendemos que os helicópteros deveriam ficar mais para o atendimento dos flagelados ou alguma missão de emergência.

Esse Colegiado está trabalhando para apresentar projetos prioritários que estão tramitando no Congresso para ajudar o estado. Preferimos, primeiro, ir lá para então selecionar. Já temos lá em torno de 30 projetos que estão na nossa mesa para levar ao Colégio de Líderes, ao Presidente Rodrigo Pacheco. Só que pretendemos, primeiro, ir ao estado, e, depois, então selecionar esses projetos.

Quero destacar, por questão de justiça, que eu sou o Presidente da Comissão, que o Vice é o Senador Ireneu Orth e que o Relator é o Senador Hamilton Mourão. Também integram a Comissão todos os indicados pelos seus respectivos partidos. É bom que todos saibam que não é o Presidente que indica os componentes dessa Comissão Externa.

Os partidos indicam e é votado quem será o Presidente, o Vice e o Relator. Naturalmente, foi dividido entre todos os Senadores, Leila Barros está na Comissão, Jorge Kajuru, Esperidião Amin, Astronauta Marcos Pontes e Alessandro Vieira.

Todos irão juntos a essa missão, saindo amanhã às 8h aqui de Brasília. O Senador Alessandro Vieira, por motivo de força maior, me informou hoje que não poderá ir, mas a Senadora Cristina, se não me engano, pediu se não poderia ir no lugar dele, e a Presidência entendeu que não teria problema porque estava previsto tanto o avião, como também, se necessário fosse, o helicóptero, mas não vai ser preciso porque o Governador Eduardo Leite vai à Base Aérea de Canoas; com isso, nós não precisamos nos deslocar de helicóptero e faremos ali o atendimento a, inclusive, setores do Rio Grande do Sul que gostariam de conversar com a Comissão. Então, além do Governador, teremos esses setores.

Avisamos aos três Ministros do Governo Lula que estão no estado que, se puderem passar lá, serão muito bem-vindos também. Foi também decidido ontem que os ex-Governadores do Rio Grande do Sul estarão lá também, para dar todo o apoio à população e apresentar, inclusive, algumas propostas a esta Comissão.

Qual é a intenção da Comissão? Eu deixo muito claro que me preocupo que, num momento como este, alguém ache que nós vamos lá só para fazer um voo aéreo ou tirar fotografia. Ninguém vai lá para isso. O Presidente Lula, quando foi, foi para levar respostas, medidas, para ajudar a população e, por isso, ele foi duas vezes e vai já uma terceira vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos lá para receber a demanda que a população entender que é de responsabilidade do Congresso. O Executivo tem a sua responsabilidade, o Judiciário, por extensão, terá sempre a sua também, e o Congresso. Nós vamos receber demandas que estiverem ao alcance do Congresso, e vamos dialogar, naturalmente, com os Poderes constituídos.

A pedido da Comissão temporária externa para acompanhar o desastre do Rio Grande do Sul, também vai nos acompanhar a Comissão do Meio Ambiente, que é presidida pela Senadora Leila. Vai acompanhar também esta Comissão a Presidente da Comissão Mista do Congresso da questão do meio ambiente, que vai nos acompanhar em nome da Câmara dos Deputados.

O Senado Federal vai promover sessão de debates temáticos sobre a tragédia do Rio Grande do Sul, com foco – claro – na questão climática, na próxima segunda-feira, dia 27, às 10h, no Plenário do Senado, e também estará esta Comissão – Comissão Externa que foi idealizada pelo Presidente Rodrigo Pacheco –, como também a Comissão do Meio Ambiente, que é presidida pela Senadora Leila.

Teremos, então, a participação de cientistas, especialistas, autoridades do Governo Federal e estadual, e, naturalmente, estudiosos da questão do meio ambiente. O objetivo é discutir os impactos das mudanças climáticas e o planejamento e adaptação da infraestrutura das cidades para o clima.

Depois tem os dados aqui, eu já dei a maioria dos dados, mas posso aqui, neste encerramento, passá-los de forma atualizada.

Primeiro, recebi aqui, na Comissão de Direitos Humanos, 23 diplomatas de 15 países, que vieram aqui deixar a sua solidariedade e, ao mesmo tempo, ver aquilo em que eles poderiam ajudar.

Quero destacar aqui que o Governo do Presidente Lula está trabalhando em parceria com o Governo do Rio Grande do Sul, e toda a bancada federal e o Senado estão também nessa parceria, como a Assembleia Legislativa e a sociedade do estado.

Queremos agradecer muito a solidariedade de todos os estados, não há um estado que não deu já a sua contribuição.

Então daqui, de forma, eu diria, destacada, eu quero também falar dos heróis anônimos, aqueles que são milhares de voluntários que estão lá no Rio Grande do Sul fazendo a sua parte, em nome da solidariedade, que é uma solidariedade nacional e até internacional.

Na sexta-feira, recebi ainda... Não, recebo hoje ainda à tarde uma delegação de Taiwan, a pedido da Senadora Leila. Eles gostariam também de se colocar à disposição naquilo que podem ajudar.

Recebi ontem o Embaixador do Chile, que também se prontificou na ajuda no aspecto técnico global, pela experiência que eles têm no combate às crises do clima, e ele foi além, ele vai ver como é que o Japão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aporta uma ajuda financeira para o Rio Grande do Sul via, claro, os canais competentes, seja pela União, seja pelo Governo do estado.

Dado o informe a que eu havia me comprometido, eu encerro aqui a nossa reunião da Comissão do dia de hoje.

Muito obrigado a todos.

Encerrados os trabalhos.

(*Iniciada às 11 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e quatro minutos do dia doze de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Jussara Lima, Janaína Farias, Humberto Costa, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Romário, Eduardo Gomes e Damares Alves, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Angelo Coronel, Ciro Nogueira, Beto Faro e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Mara Gabrilli, Magno Malta, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da vigésima terceira e vigésima quarta reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 219, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para tornar crimes hediondos os crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente que tratam de fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente, bem como altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para aumentar a pena prevista para o crime de posse de fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente." Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). Relatoria: Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: O Presidente designa o Senador Flávio Arns como relator "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto com as emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2199, de 2022 - Não Terminativo - que: "Estabelece a utilização do Símbolo Internacional de Acessibilidade; altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985; e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2555, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para criar linha de crédito especial para o financiamento da abertura e do funcionamento de micro e pequenas empresas por pessoas com deficiência, seus parentes de 1º grau ou responsáveis legais." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4797, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), e a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para dispor sobre a formação de cuidadores de idosos, sobre instituições de longa permanência e sua fiscalização, sobre a qualificação de profissionais que atendam a pessoa idosa, sobre a divulgação de direitos, bem como sobre prioridades do financiamento realizado pelo Fundo Nacional do Idoso." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto com a emenda nº 1–CDH. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4928, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre o direito da criança e do adolescente à saúde mental." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Relatoria: Senadora Margareth Buzetti. Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto com as emendas nºs 1 e 2–CDH. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1648, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1990, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para determinar que os prazos de licença-maternidade e de recebimento do salário-maternidade sejam acrescidos do número de dias em que o recémnascido prematuro permanecer em internação hospitalar." Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO). Relatoria: Senador Dr. Hiran. Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3148, de 2023 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre os procedimentos para a denominação de instituições públicas de ensino indígenas, quilombolas e do campo no território nacional." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 626, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contratação de pessoas com deficiência ou de beneficiários reabilitados da Previdência Social." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2237, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para tornar obrigatória a inclusão do símbolo mundial da conscientização do transtorno do espectro autista em todas as placas de sinalização de prioridade em estabelecimentos abertos ao público, em veículos de transporte, em repartições públicas e outros." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: O Presidente designa o Senador Flávio Arns como relator "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 23ª e da 24ª Reunião desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes dos itens da pauta, quero informar aos Senadores e às Senadoras que os requerimentos apresentados extrapauta serão apenas lidos, e a votação acontecerá somente na reunião deliberativa seguinte. (*Pausa.*)

Senadora Margareth Buzetti, como é de praxe aqui na Comissão – eu acordei com a minha alma e com o meu coração, como todos os brasileiros, com os gaúchos –, eu sempre faço uma introdução, todas as quartas, da situação do Rio Grande, mas é rápido. Eu a farei e, em seguida, passarei para a sua relatoria.

Senhoras e senhores, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal acompanhou, emitiu solidariedade e está também acompanhando todos os eventos pós-tragédia climática das chuvas e enchentes do Rio Grande do Sul. Inclusive, há a possibilidade de esta Comissão, por requerimento já aprovado, se fazer presente no estado, numa hora adequada, como está fazendo a Comissão que também presido, que é a Comissão Externa para acompanhar a situação do Rio Grande.

Informo que o último boletim oficial da Defesa Civil do Rio Grande do Sul aponta os seguintes números: municípios afetados, 478; pessoas em abrigos, 16.128; desalojados, 422.753; afetados, 2.398.255; feridos, 200; desaparecidos, 38; óbitos confirmados, 173.

Destacamos também, além desse quadro de tragédia que preocupa todo o Brasil e tem repercussão em nível internacional – fui informado agora de manhã e fiz questão de trazer também para comentar aqui nesta Comissão –, que mais de 12 mil animais foram recolhidos das inundações e cerca de 6 mil esperam por adoção, o que nos preocupa muito. Fizemos aqui um apelo: quem puder adotar gatinhos, cachorros, enfim, há todo um aparato lá montado nesse sentido. Só que tem limites para eles poderem manter 6 mil animais. Por isso, fica o apelo aqui: quem quiser adotar um animalzinho faça contato com a Defesa Civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quase 95% das atividades econômicas do estado foram afetadas. O Governo Federal já destinou R$62,5 bilhões em medidas emergenciais. Destaco o Auxílio Reconstrução, em um total de R$174 milhões, para o pagamento de R$5,1 mil a cada família atingida. Também há todo um processo de construção de casas para os desabrigados.

Eu fui visitar duas experiências muito interessantes, uma em Santa Rita e outra em Canoas. Em Canoas é um esquema internacional daquelas casas que dão a impressão que são de lona, mas são casas boas, construídas para um casal com dois filhos, em média. E, aquelas de Santa Rita, um empresário cedeu lá um espaço de uma fábrica que ele tinha no passado e que estava ocioso e deixou que instalassem lá dentro em torno de 150 miniapartamentos, que têm geladeira, têm fogão, têm televisão e estrutura para que eles possam ficar ali até se deslocarem de volta para as suas residências ou para as casas que serão reconstruídas.

Enfim, registramos o carinho de todo o país, que tem sido um alento, assim como o apoio de diversos países – gratidão eterna!

Destacamos ainda que a Comissão Externa do Senado Federal, designada pelo Presidente Rodrigo Pacheco para acompanhar a catástrofe gaúcha, já esteve no estado: esteve ali na Grande Porto Alegre, Canoas, Eldorado do Sul e Nova Santa Rita, e foi também a São Leopoldo, vendo os estragos e conversando com as pessoas, visitando os abrigos e as cozinhas coletivas. A Comissão está prevista... Ela esteve também em Encantado, cidade que ficou praticamente toda debaixo d'água.

A Comissão está com uma nova visita programada ao estado no dia 20 de junho, onde vamos ter um encontro, em Canoas, com as universidades e os institutos, que vão mostrar todo o trabalho que estão fazendo para ajudar na recuperação e o que pretendem também fazer. Depois, vamos nos deslocar para Lajeado, Vale de Taquari, Roca Sales e Encantado.

A Comissão Externa é presidida por mim, tendo, como Vice, o Senador Ireneu Orth; e, como Relator, o Senador Hamilton Mourão. Fazem parte também dessa Comissão Externa permanente... Tomara que não seja permanente – não é? –, mas que vai ficar em atividade até que a crise passe. Fazem parte: Senadora Leila Barros, Senadores Jorge Kajuru, Esperidião Amin, Astronauta Marcos Pontes e Alessandro Vieira.

O Brasil está unido para ajudar o Rio Grande, assim como estará unido quando for necessário ajudar qualquer outro ente federado.

Isso é um pequeno resumo que faço só dessa situação.

Vou passar a palavra à Senadora Margareth, de imediato, já também com a presença do Senador Flávio Arns, mas, antes de ler o seu relatório, eu achei muito interessante a sua proposta em relação ao Rio Grande. Se pudesse resumi-la aqui, eu acho que todos ganhariam. Eu sei que a senhora a está encaminhando via projeto de lei, e estamos ansiosos para que o projeto seja votado e aceito. Eu acho que é uma boa ideia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e que as boas ideias sejam multiplicadas, não é? Esperamos que seja aprovado, e a gente assegure, assim, o direito de o povo gaúcho receber na fórmula também que a senhora vai colocar agora, aqui, senão eu falo pela senhora e a senhora não fala. A senhora só me contou a proposta.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente.

Saúdo a todos que estão presentes.

Eu já apresentei o projeto de lei que retira os encargos federais para doações de material de construção ou qualquer doação de produtos novos que as pessoas possam dar ou encaminhar ao Rio Grande.

O meu estado tinha ou tem um volume muito grande de material de construção. O Confaz, que são as Secretarias de Fazenda dos estados, retirou o valor da ST. Não é que ele retirou, ele vai devolver a ST, porque o material de construção paga o imposto estadual na compra. Então, essa nota fiscal vai sair com o valor de compra, valor de custo, mas aí vai incidir em faturamento para os impostos federais.

Eu já encaminhei há dias, não foi despachado. Encaminhei um projeto posteriormente a este e já está distribuído, e este, por incrível que pareça, não foi distribuído, que é o PL 2.019, de 2024. Falta despacho do Senador Rodrigo Pacheco. Já cobrei dele, mas, enfim, falta despacho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós estamos marcando uma reunião da Comissão com o Senador Rodrigo Pacheco para amanhã, em que nós vamos entregar uma lista de projetos, e por isso que eu provoquei V. Exa. de forma positiva. Eu pediria a V. Exa. e a sua equipe, que é muito competente, que me entregassem uma cópia do projeto, que nós apresentaremos – claro, vai depois para o Colégio de Líderes para a devida apreciação. Vou incluir o seu projeto na lista dos projetos que a Comissão listou até o momento, que são em torno de dez, onze com o de V. Exa.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Eu penso que poderia ser até via medida provisória, só enquanto durar a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A crise.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – ... a crise, porque as pessoas deixam de se sensibilizar quando vai passando o tempo. Então, a gente não pode perder a oportunidade de quem quer fazer essa doação, Presidente. Por isso que eu encaminhei o projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns pela iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos de imediato entrar na nossa pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 4928, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre o direito da criança e do adolescente à saúde mental.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Antes de V. Exa. ler o relatório, permita só que eu diga que fiquei afastado aqui do Senado durante uma semana porque peguei um vírus, uma bactéria, lá no Sul, dentro daquela realidade, porque eu fui visitar os abrigos, que era a minha obrigação. Infelizmente, peguei a bactéria e fiquei bem, digamos, debilitado. Aí fiquei uma semana praticamente no hospital, aqui de Brasília... Não é o Sarah Kubitschek...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sírio-Libanês. Fiquei no Sírio-Libanês por cinco dias, com um tratamento excelente. Agradeço muito ao Dr. Rassi, que é o Coordenador-Geral do Hospital Sírio-Libanês. E agora estou me recuperando. Comecei devagar, vim aqui na segunda, falei um pouquinho na tribuna; na terça, se tivesse votação, eu estaria aqui já para votar, mas não teve votação na terça; e hoje voltei à atividade mais oficialmente aqui na nossa Comissão.

A leitura do seu relatório, por gentileza.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Que bom que o senhor já está recuperado e está entre nós aqui, porque temos muito trabalho, não é?

Eu peço licença para ir direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos dos incisos III e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado, compete à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção, garantia e promoção dos direitos humanos, incluindo a proteção à infância, razão pela qual é regimental a análise da matéria por este Colegiado.

O PL, sem qualquer dúvida, mostra-se meritório. Afinal, nunca é demais a proteção legal à criança e ao adolescente, a quem deve ser assegurado, com absoluta prioridade, o direito à saúde, nos termos do art. 227 da Constituição.

Segundo notícia da *Agência Brasil*, com dados da Fundação Oswaldo Cruz:

> A taxa de suicídio entre jovens cresceu 6% por ano no Brasil entre 2011 a 2022, enquanto as taxas evoluíram em 29% com notificações por autolesões na faixa etária de 10 a 24 anos no mesmo período. Os números apurados superam os registrados na população em geral, cuja taxa de suicídio apresentou crescimento médio de 3,7% ao ano e de autolesão de 21% ao ano, no período analisado.

Ainda mais preocupante em desfavor do cenário nacional é a informação de que, embora tenha havido redução de 36% nos suicídios em escala global, houve no Brasil aumento de 43% entre 2000 e 2019.

Segundo indica a psiquiatra Alessandra Diehl em entrevista à *Agência Brasil*, em 24 de fevereiro de 2024, a população de crianças e jovens é de fato mais vulnerável a transtornos psiquiátricos.

A propósito, é de conhecimento amplo que o mundo digital aumentou sobremaneira o risco de alta ansiedade em crianças, assim como dos perigos causados por adultos predadores e por exposição a conteúdos inadequados, de que é exemplo o jogo autodestrutivo conhecido como baleia azul. Precisamos, portanto, encontrar respostas apropriadas para esse público vulnerável.

Assim, não cabe outra conclusão senão a de que, mais do que meramente oportuno, o PL em análise mostra-se verdadeira obrigação moral deste Parlamento no exercício de sua função legiferante. É urgente a proteção à saúde mental de nossas crianças e adolescentes, expostos que estão aos perigos do século XXI, sem o devido resguardo.

Vislumbramos, contudo, a necessidade de realizar pequenos reparos no texto proposto.

Propomos, inicialmente, a substituição do termo "transtornos mentais" por "agravos de saúde mental", por se tratar de expressão mais abrangente e que, por isso, melhor atende ao princípio da proteção integral e aos fins que a norma busca alcançar.

Verificamos também a necessidade de adequar o §3° do art. 11-A proposto. O dispositivo dá tratamento diferenciado a inscritos e a não inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, violando o princípio da universalidade do atendimento da seguridade social, previsto no inciso I

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do parágrafo único do art. 194 da Constituição. Recorde-se que mesmo quem não é inscrito no Cadastro Único poderá não ter meios para arcar com este ou com aquele medicamento.

Por outro lado, entendemos necessário substituir, no §3° do art. 11-A proposto, o termo "medicamentos prescritos" por "recursos terapêuticos", para abranger, além de medicamentos, terapias e procedimentos que, associados ou não à prescrição medicamentosa, se demonstram igualmente relevantes no processo de reabilitação psíquica e emocional de pacientes durante o tratamento de agravos de saúde mental. Além disso, propomos a retirada do termo (NR) ao final do artigo a ser inserido, uma vez que essa sigla só deve ser utilizada em dispositivos que estejam sendo alterados e não em novos dispositivos, como é o caso do art. 11-A.

Dessa maneira, com as emendas sugeridas, entendemos que a proposição se encontra digna de acolhimento.

Voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.928, de 2023, com as seguintes emendas:

> EMENDA Nº -CDH (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se a expressão "transtornos mentais" pela expressão "agravos de saúde mental" no *caput* e §§2° e 3° do art. 11-A da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990, na forma conferida pelo art. 2° do Projeto de Lei n° 4.928, de 2023.
> EMENDA Nº -CDH
> Dê-se ao §3° do art. 11-A da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990, na forma conferida pelo art. 2° do Projeto de Lei n° 4.928, de 2023, a seguinte redação:
> "Art. 11-A. .....
> §3° É assegurado às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade que estejam em tratamento de agravos de saúde mental o acesso a todos os recursos terapêuticos, de forma gratuita ou subsidiada, de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas."

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Margareth Buzetti.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Eu chamo atenção aqui, se me permite, para os órfãos do feminicídio.

O Brasil tem nos preocupado muito com esse tema, que também me preocupa bastante. Quanto tempo uma criança que teve a mãe assassinada leva para se recuperar mentalmente? E será que ela se recupera?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês devem ter visto o caso que aconteceu em Sinop dias atrás, quando uma jovem de 24 anos foi degolada e arrastada, acorrentada e arrastada por uma moto. Ela deixou três filhas. A mãe está morta, foi enterrada, o sujeito está preso, porém esse vídeo vai ficar para a vida inteira. E essas crianças, mais tarde – três meninas –, como vão se recuperar?

Lembro-me de mais um caso em Diamantino. Uma jovem de 23 anos foi morta, o pai a matou, fechou a porta e deixou os dois filhos, de 5 e 7 anos, ficarem dois dias com a mãe morta dentro de casa. Como se recupera isso? A época em que a sociedade deve estar mais presente na vida é a infância, e é a época em que mais nós estamos sendo displicentes, não estamos cuidando das nossas crianças. Eu sempre falo que são as crianças e os idosos que merecem a nossa total atenção.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora, pelo... (*Fora do microfone.*) ... relatório e pela justificativa, que parece a senhora contando um filme de terror, mas não é filme, é a vida real que vem acontecendo.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós vamos ao voto.

O relatório foi favorável ao projeto, com duas emendas que foram apresentadas e lidas.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas 1 e 2, da CDH.

O projeto segue para análise terminativa na CAS.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Haveria, com todo o respeito, possibilidade de haver uma inversão no item? Porque eu teria um projeto também na Comissão de Constituição de Justiça. Se os meus colegas permitirem, é o item 7, eu faria uma leitura bem rápida, se for possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nem vou colocar em votação. Já vi que foi unânime aqui, pela simbologia do gesto da Senadora e do Senador.

Então, vamos para o item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 3148, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre os procedimentos para a denominação de instituições públicas de ensino indígenas, quilombolas e do campo no território nacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e CE.*

Autoria: Deputada Federal Célia Xakriabá.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fabiano Contarato para a leitura do seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Como o relatório já foi disponibilizado, eu vou fazer diretamente uma leitura bem breve.

É notório que muitos nomes de escolas foram escolhidos em gabinetes governamentais, sem qualquer preocupação com a comunidade à qual a escola serviria. Dessa forma, em pleno regime democrático, no qual o pluralismo é inafastável, temos escolas cujos nomes remetem a personagens históricos ligados à escravização, ao extermínio de povos originários, a próceres de governos ditatoriais e à perseguição aos segmentos vulneráveis de nossa população.

É irônico – para dizer o mínimo – que jovens descendentes de pessoas afetadas por páginas tão infelizes da nossa história estudem para desenvolver sua cidadania em instituições que homenageiam algozes de seus antepassados. Isso reforça a exclusão e a subalternidade de nossa sociedade que ainda é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito desigual e racista. Em alguns casos mais, digamos, benignos, os nomes são de ilustres desconhecidos para a comunidade em questão.

A proposição trata de favorecer um movimento que temos observado na sociedade, que é o reforço da identificação entre a comunidade e as instituições. Os nomes das escolas não são insignificantes e, se traduzirem uma identidade realmente respeitada pela coletividade, valoriza-se a instituição e reforça-se o sentimento de pertencimento.

O voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto 3.148.

Esse é o voto, Sr. Presidente, e, nesse contexto, eu quero parabenizar a Deputada Célia Xakriabá pela proposição, que eu acho de fundamental importância, porque tem, sim, um simbolismo. Às vezes a gente nomina determinadas escolas com pessoas que não têm absolutamente nada a ver ou com processo educacional ou até mesmo com a pauta que ali está. São pessoas que violaram ou que lutaram pelos extermínios, por exemplo, de povos indígenas ou da população preta ou da população parda.

Então, eu acho que a gente tem que estar atento a isso e o voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, mas, simbolicamente, eu cito o Frei David. O Frei David é um militante dessa causa, viu? Frei David, sinta-se homenageado com o parecer do Senador Contarato. Se eu conheço o Frei David, ele não deixaria de, no mínimo, dizer uma palavra. Ele diria: "Parabéns, Contarato!" – quebrando os protocolos todos aqui. (*Risos.*)

Quem é que está do seu lado, esse rapaz aí? O senhor me apresentou, mas foi uma correria.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já quebramos o protocolo, eu dei a palavra ao senhor, e o senhor fez um discurso, mas muito bonito o discurso. Meus parabéns aí, viu? E parabéns ao primeiro lugar, de tabelião, não é? Parabéns, seja bem-vindo.

De imediato, vamos, então, proceder à votação da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório do Senador Fabiano Contarato, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto.

Segue para análise da Comissão de Educação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi rápido e preciso, não é, Flávio? Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, perfeito – foi perfeito.

Vamos para o item 1, se todos concordarem.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 219, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para tornar crimes hediondos os crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente que tratam de fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente, bem como altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para aumentar a pena prevista para o crime de posse de fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.

Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns, substituindo o Senador Alessandro Vieira.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço, Sr. Presidente. Quero, inclusive, enviar um abraço ao Senador Lasier Martins, autor do projeto, do Rio Grande do Sul, que conviveu aqui com todos nós durante vários anos. Mando um abraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Alessandro Vieira é o Relator da matéria, e V. Exa. me solicita que seja o Relator *ad hoc*. Então, passo diretamente à análise, se V. Exa. permitir, porque o relatório já está disponibilizado também.

Em relação ao mérito, a presente proposição se destaca como uma medida de suma importância, visando garantir uma maior proteção às crianças e adolescentes. Esta iniciativa reflete a postura intolerante deste Parlamento e da sociedade brasileira diante das práticas criminosas de abuso e exploração sexual contra os jovens.

Oportuno é o momento para tal proposição. Conforme evidenciado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os casos de pornografia infantojuvenil registraram um aumento preocupante entre 2021 e 2022, totalizando 1.630 casos em 2022, o que representa um crescimento de 7% em relação ao ano anterior. No que diz respeito aos registros criminais relacionados à pornografia infantojuvenil, foram contabilizados 1.797 casos em 2021, comparados a 1.767 em 2020. É crucial destacar a gravidade dessa violência, que infelizmente tende a crescer.

Ao propor a classificação hedionda aos crimes previstos nos arts. 240, 241 e 241-A do Estatuto da Criança e do Adolescente, este projeto reflete uma opção por uma política criminal mais rigorosa, justificada pela gravidade desses crimes e pelo alto impacto que têm sobre o bem-estar das vítimas.

De fato, as condutas tipificadas nestes dispositivos são extremamente graves, envolvendo a produção, distribuição e posse de material pornográfico envolvendo crianças e adolescentes. Por conseguinte, é justo e necessário que tais infrações sejam punidas com a severidade correspondente que a classificação como crimes hediondos proporcionará.

No que diz respeito ao art. 241-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata da posse e armazenamento de material pornográfico envolvendo menores, é essencial ressaltar a proteção especial conferida às crianças. Isso se deve ao fato de que a pornografia pode ser caracterizada mesmo na ausência de nudez explícita. O Superior Tribunal de Justiça estabeleceu que imagens que enfatizam áreas genitais, mesmo que as crianças estejam vestidas, podem ser consideradas pornográficas.

Diante desse contexto, consideramos adequado o aumento da pena de reclusão proposto pelo PL, passando de um a quatro anos para dois a cinco anos, dada a gravidade do crime.

Além disso, é crucial ressaltar a relevância e justificativa na inclusão dos arts. 241-C e 241-D do Estatuto da Criança e do Adolescente com o intuito de elevar a pena de um a três anos para dois a cinco anos, conforme sugerido inicialmente no projeto de lei. Essa proposta reflete uma preocupação legítima em alinhar as sanções às gravidades das ações, em consonância com os princípios de proporcionalidade e razoabilidade. Dessa maneira, busca-se não apenas punir adequadamente os infratores, mas também reconhecer e responder eficazmente ao verdadeiro impacto dessas condutas sobre as vítimas e a sociedade como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, entendemos que esta proposição representa um avanço significativo no combate aos crimes de pornografia infantojuvenil, alinhando-se aos preceitos de um Estado democrático de direito como o brasileiro, que tem o dever constitucional de proteger a infância e a adolescência contra todas as formas de violência e exploração.

Considerando o mérito da proposição, sugerimos apenas alguns ajustes, tendo em vista as alterações legislativas recentes, incluindo a Lei nº 14.688, de 20 de setembro de 2023, e a Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024, que já classificaram determinados crimes como hediondos. Dessa forma, propomos a adequação do texto para refletir essas mudanças, garantindo maior clareza e concisão na legislação.

Nesse sentido, o voto é pela aprovação do projeto de lei com as seguintes emendas... São duas:

> EMENDA Nº – CDH
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 219, de 2022, a seguinte redação:
> "Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para tornar hediondos os crimes previstos nos arts. 240, 241 e 241-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e majora a pena cominada pelos arts. 241-B, 241-C e 241-D do Estatuto da Criança e do Adolescente."

A outra emenda, Sr. Presidente:

> EMENDA Nº – CDH
> Dê-se ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, na forma do Projeto de Lei nº 219, de 2022, a seguinte redação:
> "Art. 1º .....
> .....
> Parágrafo único. .....
> .....
> VII – os crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)." (NR)

É o voto.

Quero ressaltar o trabalho do Senador Lasier Martins, colega de V. Exa. do Estado do Rio Grande do Sul, que foi Senador aqui, e o relatório do Senador Alessandro Vieira, que eu li como Relator *ad hoc*.

Obrigado, Sr. Presidente.

E concordo integralmente com o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Damares, por favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Não posso me omitir diante dessa matéria.

Primeiro, Senador Flávio Arns, parabéns por ter aceitado a relatoria *ad hoc*! É uma matéria delicada.

Eu quero cumprimentar o nosso amigo Senador Lasier – eu acho que ele ia querer estar aqui hoje acompanhando isso – e o Senador Alessandro.

Um recado para os pedófilos: nós estamos fechando o cerco. Vai acabar para eles no Brasil, Presidente. Olha, é melhor vocês arrumarem a mala e sumirem do Brasil. O Senado está reagindo de uma forma muito veemente transformando a posse, o compartilhamento, o armazenamento e o arquivo de imagens de pedofilia em crime hediondo. Então, acabou! Na hora em que for pego, vai responder preso, não vai ter a liberdade provisória concedida, porque, para crime hediondo, ela não é concedida.

Senador Paim, meu Presidente – é tão bom vê-lo saudável hoje –, nós estamos discutindo um projeto de lei do Flávio Arns para acabar com a progressão de pena para crime hediondo.

Nós temos um servidor, aqui do Senado, Presidente, que foi preso com 2 mil imagens de estupro de crianças, inclusive de bebês. Ele chegou à delegacia, pagou uma fiança de R$15 mil e foi para casa. Aí, no ano posterior, um advogado foi preso no Rio com 200 mil imagens e nem fiança pagou. Pois agora acabou para vocês! Esse projeto aqui nós vamos lutar para aprovar imediatamente. Foi pego com imagem de criança, vai ficar enjaulado, respondendo atrás das grades.

Parabéns, Flávio Arns! Parabéns, Senador Alessandro e Senador Lasier! Parabéns, Presidente, por pautar uma matéria tão importante!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Eu cumprimento a todos, especificamente o Senador Lasier Martins, o Senador Alessandro Vieira, o Senador Flávio Arns e a Senadora Damares pelo discurso que fez neste momento sobre crime hediondo, que, infelizmente, acontece no nosso país.

Vamos em frente, então.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas 1 e 2, desta Comissão.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente, só uma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou passar a palavra, de imediato, ao Senador Flávio Arns.

Só me permita que eu diga, primeiro, que o quórum nós já atingimos; tranquilo, o quórum: presencialmente, a Senadora Margareth Buzetti, o Senador Flávio Arns, o Senador Contarato, as Senadoras Damares e Jussara Lima e o Senador Zequinha Marinho.

Senador Flávio Arns, com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Só uma observação: a Senadora Damares está aqui e a Senadora Jussara, também, e a gente sempre conversa sobre idosos e pessoas com deficiência, sobre BPC (benefício da prestação continuada), aquele salário mínimo direcionado para pessoas com deficiência e para idosos. A gente sempre se preocupa, como V. Exa. colocou, no início desta reunião, em como ajudar o povo do Rio Grande do Sul com coisas, assim, que sejam automáticas, imediatas e que, na verdade, não dependam dessa burocracia pública.

Então, eu só queria dizer que a gente discutiu, temos discutido e todo mundo está discutindo como ajudar também. Apresentamos um projeto de lei hoje justamente em relação ao BPC, para que as pessoas do Rio Grande do Sul que são beneficiárias do BPC, ou seja, já fizeram todo o processo – um quarto do salário mínimo é uma questão de vulnerabilidade sempre gigantesca –, que essas pessoas que estejam no cadastro, as famílias que tenham filho com deficiência e a pessoa idosa que já recebe o BPC que estejam desalojadas ou desabrigadas, que o BPC, durante um período de dois anos, possa ser repassado em dobro para essas pessoas.

Por que isso? Eu vi, por exemplo, no noticiário, uma senhora com filho com deficiência num abrigo e ela disse: "Eu não vou morrer porque eu tenho que cuidar do meu filho". Claro, como é que está a casa dessa pessoa? Ela estava no abrigo, desalojada, desabrigada. Não sei se ela tem o BPC, porque o BPC é extremamente rigoroso no corte da renda *per capita*, que é um quarto do salário mínimo. Então, as pessoas que recebem o BPC estão na vulnerabilidade absoluta. E já tem o cadastro, já está pronto. Os ministérios sabem exatamente, no Rio Grande do Sul, nome, endereço, tudo certo da pessoa que recebe o BPC. Com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso, também podem perfeitamente olhar lá nos registros para ver se está desalojada ou desabrigada. Se está, tem o BPC, é vulnerável, está no CadÚnico – também, obviamente, porque está no BPC –, que essa pessoa tenha, no período de dois anos, contado em dobro, o que vai fazer com que essa vulnerabilidade possa ser abordada e sem burocracia, porque já está pronto, o pessoal já sabe quem que é. Basta o local lá, a prefeitura, assistência, o Cras ou Creas, que são as entidades locais, dizerem se está desalojado ou desabrigado.

Então, eu penso, Sr. Presidente... eu gostaria só de relatar isso, é uma questão de direitos humanos. V. Exa. é do Rio Grande do Sul, é uma medida perfeitamente possível de ser tomada e já tem um público vulnerável, desalojado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E definido.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... desabrigado com todos os dados nos cadastros nacionais.

Então, eu penso que, pelo menos no exemplo que eu vi lá na televisão, foi assim – sempre mexe com a sensibilidade das pessoas – uma senhora de idade: "Meu filho está aqui, olha". Ele também não falava, não sei exatamente qual era a situação. "Não vou morrer, em hipótese alguma, vou cuidar dele".

Está bem? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A informação que eu faço para encaminhar o seu projeto, achei muito importante também... Ele já está destinado a alguma Comissão, ou não?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, foi apresentado hoje, não é? Então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi apresentado hoje – hoje. Mas eu posso ventilar, peço à sua assessoria para me encaminhar, na Presidência da Comissão de emergência do Rio Grande do Sul, para ver se a gente consegue botar em votação com prioridade, se assim for possível, não é? Eu gestionaria na reunião que vamos ter com o Presidente amanhã e, claro, vai ao Colégio de Líderes para apreciarem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso, o.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas parabéns pela iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Solicitaria a inversão de pauta para o item 4, Projeto de Lei nº 4.797, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu posso inverter, mas daí ele vai para o último ponto da pauta; ele é o primeiro agora.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Ah, é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É para descontrair. (*Risos.*)

É a sua vez.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Retiro, retiro.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – O item 8 primeiro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não.

Eu vou, atendendo V. Exa., até porque é o item... É o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 4797, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), e a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para dispor sobre a formação de cuidadores de idosos, sobre instituições de longa permanência e sua fiscalização, sobre a qualificação de profissionais que atendam a pessoa idosa, sobre a divulgação de direitos, bem como sobre prioridades do financiamento realizado pelo Fundo Nacional do Idoso.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CAS.*

Passo a palavra ao Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu solicito autorização para ir direto à análise do projeto e depois ao voto.

Nos termos do art. 102-E, III e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção, garantia e promoção dos direitos humanos, incluindo a proteção e integração social das pessoas idosas, razão pela qual é regimental a análise da matéria por este Colegiado.

Preliminarmente, destaco que, nos termos do art. 23, X, da Constituição Federal, se encontra no âmbito de competência comum da União o combate aos fatores de marginalização. Como é competência do Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, conforme dispõe o art. 48 da Lei Maior, sob o aspecto da constitucionalidade formal do texto, entendemos não haver óbices para que, com ulterior sanção presidencial, disponhamos sobre a matéria.

O texto do projeto de lei atende, também, ao requisito de juridicidade, por ser dotado de abstratividade, coercitividade, generalidade e imperatividade, bem como por inovar o ordenamento jurídico. Também atende ao requisito de técnica legislativa, pois está de acordo com as regras da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, em cumprimento ao art. 59 da Constituição Federal.

No mérito, a matéria é relevante e digna de acolhida.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua – Características Gerais dos Moradores 2020-2021, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o processo de envelhecimento da população brasileira é uma realidade. Entre 2012 e 2021, a parcela de pessoas com 60 anos ou mais elevou-se de 11,3% para 14,7% – eu acho que eu me enquadrei nisso aí. Em números absolutos, esse grupo etário passou de 22,3 milhões para 31,2 milhões de pessoas, crescendo 39,8% no período.

O envelhecimento da população frente à parcela de jovens é fenômeno que se apresenta de modo crescente na maioria dos países, inclusive em desenvolvimento, decorrente especialmente do declínio das taxas de fecundidade e de mortalidade. Trata-se, portanto, de realidade que tende a se acentuar no decorrer do tempo, com repercussões sociais que o poder público não pode desconsiderar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A criação de cursos para capacitação de cuidadores de pessoas idosas ou o estímulo e fomento para que sejam criados, assim como a garantia da oferta suficiente e da qualidade de instituições de longa permanência para pessoas idosas, são relevantes medidas a serem consideradas em um país progressivamente mais idoso.

O processo de envelhecimento, muitas vezes, vem acompanhado de limitações de saúde que tornam imperiosos para a pessoa idosa o apoio e cuidado de outras pessoas para o exercício de suas atividades cotidianas. Desse modo, aumenta a demanda por cuidadores de pessoas idosas e por instituições de longa permanência e casas-lares, cuja oferta e excelência devem ser asseguradas para que sejam instrumentos efetivos de promoção da qualidade de vida e do bem-estar dessa relevante parcela da população.

Assim, não se pode olvidar a importância da formação de cuidadores para otimizar uma vida com participação, segurança e valor para as pessoas idosas que necessitem de suporte e apoio.

Da mesma forma, é necessária a promoção de mecanismos de controle da qualidade e de fiscalização de instituições de longa permanência e casas-lares, que prestam relevante auxílio a idosos para a realização das atividades diárias e redução de riscos aos quais ficam expostos, especialmente àqueles que, por motivos diversos, não podem contar com o respaldo e o apoio familiar.

Acerca das fraudes contra pessoas idosas, trata-se de triste realidade enfrentada pela população idosa do nosso país. A esse respeito, dados da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) apontam que 70% dessas fraudes estão vinculadas a tentativas de estelionatários de obter códigos, cartões e senhas.

Diante disso, é bastante meritória a promoção de campanhas para informar a pessoa idosa de seus direitos econômicos e prevenir enganos. É igualmente relevante que se garanta à pessoa idosa o atendimento por funcionário devidamente treinado, particularmente nas instituições bancárias.

Trata-se de medidas de proteção da pessoa idosa, promoção de seus direitos e combate ao etarismo econômico. Tais situações decorrem, em grande parte, da vulnerabilidade, da falta de informação sobre direitos e do desconhecimento acerca das novas tecnologias por parte de pessoas idosas.

Assim, a informação e a capacitação profissional para o atendimento da pessoa idosa são essenciais para a garantia de que esse grupo receba sempre informações acessíveis, conforme a sua necessidade, e, ainda, não seja submetido a práticas abusivas, tendo seu bem-estar, direitos e dignidade assegurados ao realizar operações cotidianas, especialmente bancárias e financeiras.

O treinamento para atendimento adequado e respeitoso à pessoa idosa é também previsto pelo PL para os motoristas das empresas prestadoras de serviço de transporte coletivo rodoviário. A medida é salutar para a conscientização desses profissionais acerca dos desafios enfrentados pelas pessoas idosas no uso do transporte coletivo, promovendo o olhar empático e, como consequência, os direitos das pessoas idosas de ir e vir com segurança e sem constrangimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo exposto, entendemos que o PL nº 4.797, de 2023, aperfeiçoa a legislação que trata da defesa e da promoção dos direitos da pessoa idosa.

Vislumbramos, apenas, a necessidade de substituir a expressão "cuidadores de idosos" por "cuidadores de pessoas idosas", em adequação às mudanças de nomenclatura já promovidas pela Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022.

Por isso, com as alterações meramente redacionais sugeridas, entendemos que a proposição se encontra digna de ser acolhida.

O voto, Sr. Presidente.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.797, de 2023, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CDH (De Redação)
> 1. Substitua-se a expressão "cuidadores de idosos" por "cuidadores de pessoas idosas" nos arts. 2º e 6º do Projeto de Lei nº 4.797, de 2023.

Eram essa análise e o nosso voto ao PL 4.797, de autoria do Senador Ciro Nogueira.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão, a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1.

O projeto segue para análise terminativa da Casa.

A Emenda nº 1 foi acatada pelo Relator.

Parabéns, Senador Ciro Nogueira! E parabéns, Senador Zequinha Marinho, pelo parecer agora aprovado!

ITEM 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 2237, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para tornar obrigatória a inclusão do símbolo mundial da conscientização do transtorno do espectro autista em todas as placas de sinalização de prioridade em estabelecimentos abertos ao público, em veículos de transporte, em repartições públicas e outros.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e CCJ.*

Deputada Federal Clarissa Garotinho.

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns, para a leitura e, consequentemente, ele fica sendo o Relator *ad hoc*.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem, não querendo atrapalhar meu colega, mas já atrapalhando. É que eu tenho um chamado à CCJ. Só para informar a V. Exa. e aos colegas que fizemos aquela diligência externa da CDH no Marajó, arquipélago lá no Pará. Foi exatamente no dia 6, como havia sido marcada. Ouvimos sete a oito depoimentos muito dolorosos, lá, para a questão emocional não só da pessoa ou da família que viveu o dano do problema... A denúncia era crimes de abusos sexuais a crianças e adolescentes.

Estamos preparando o relatório, porque foi muito rápido, assim, um atrás do outro, e muitos debates. Então, logo, logo, o relatório vai estar pronto e o estaremos apresentando à Comissão e entregando a V. Exa., para que a gente possa olhar com mais carinho aquela situação do Arquipélago do Marajó, no que diz respeito a esse tipo de violência, que choca a todos nós e envergonha o nosso estado lá. A gente quer trabalhar, no sentido de começar a virar essa página, para começar uma nova vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Zequinha Marinho. E claro que a Comissão vai ter um prazer enorme de receber o seu relatório, para que fique nos *Anais* e vermos quais são os procedimentos que poderemos adotar, em conjunto com o Executivo. O.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns!

Agora vamos ao...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Item 9.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... item 9.

Já foi lida a apresentação, agora vai ser a leitura do relatório.

É com o senhor, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Estou como Relator *ad hoc* também nessa matéria, que é relatada pelo Senador Randolfe Rodrigues e cuja autoria é da Deputada Clarissa Garotinho.

Eu passo diretamente à análise, Sr. Presidente.

A matéria é pertinente à proteção e à inclusão das pessoas com deficiência, estando, portanto, na esfera de competência regimentalmente atribuída a este Colegiado.

O TEA (Transtorno do Espectro Autista) é uma condição genética e predominantemente hereditária, caracterizada pela combinação de prejuízos persistentes e significativos na comunicação e na interação sociais, na reciprocidade cognitiva ou emocional e na manutenção e desenvolvimento de relações pessoais, além de padrões restritivos e repetitivos de comportamento, intensa fixação em determinados assuntos ou atividades, estereotipias motoras ou verbais e processamento sensorial incomum.

O relatório apresenta muitas características, mas nem todas essas estão presentes num determinado caso.

A ocorrência e a intensidade de cada uma dessas características, como o relatório coloca, variam bastante de um indivíduo para outro, o que fundamenta a compreensão de que se trata de um espectro não linear com grande heterogeneidade.

A diversidade da mente atípica faz com que cada pessoa com autismo tenha dificuldades específicas de compreender e de aderir a padrões socialmente construídos, assim como as pessoas não autistas costumam ter dificuldade para compreender e respeitar essas diferenças, resultando em barreiras à sua inclusão social. Trata-se, portanto, de uma deficiência psicossocial, e não propriamente intelectual. Desde a publicação da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, as pessoas com TEA, Transtorno do Espectro Autista, são consideradas pessoas com deficiência, para todos os fins legais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e a outros grupos em repartições públicas, concessionárias de serviços públicos e instituições financeiras. A Lei nº 12.764, de 2012, prevê que os estabelecimentos mencionados na Lei nº 10.048, de 2000, poderão utilizar a fita quebra-cabeça para sinalizar a prioridade de atendimento às pessoas com TEA.

Dessa forma, o efeito do PL nº 2.237, de 2022, seria o de tornar obrigatório o uso desse símbolo que, atualmente, é de uso facultativo aos estabelecimentos. Isso favorece, evidentemente, o exercício do direito à prioridade, de modo que vemos mérito na proposição. Afinal, por incompreensão, preconceito ou mesmo desconhecimento, nem sempre aquilo que é facultativo é cumprido. Diferentemente, tornar algo compulsório é passo importante, ainda que, por certo, não o único, para concretizar direitos já previstos em lei.

Registramos, por fim, o recebimento de moções de apoio à proposição, aprovadas pelas câmaras municipais das cidades gaúchas, do estado de V. Exa., de Ijuí, Marau e Passo Fundo, que reforçam nosso entendimento favorável à matéria.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.237, de 2022.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos ao voto.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

O projeto segue para a análise da CCJ.

Nós terminamos a nossa pauta. Havia, ainda, dois projetos aqui de que o Senador Romário é o Relator. Ele disse que estaria tentando vir. Ele pediu que, se possível, eu lesse o expediente, e, se ele não chegar até esse período, nós encerramos os trabalhos.

Expediente.

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Denúncias: crime contra os direitos humanos em meio ao desastre ambiental ocorrido no Rio Grande do Sul; perseguição política no Estado do Ceará; reintegração de posse realizada de forma indevida em Mato Grosso, pois títulos foram anulados;

- Pedidos: solicita que o PL 292, de 2024, que altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre a Renda a remuneração e outros rendimentos percebidos por pessoas com transtorno do espectro autista ou por seu representante legal seja aprovado o quanto antes; da Câmara Municipal de Brusque, Santa Catarina, que encaminha moção de apoio à SUG nº 16, de 2023, que dispõe sobre garantir banheiros, separados por sexo de nascimento, para mulheres e crianças no Brasil; do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, encaminha, para conhecimento e divulgação, a Resolução nº 245, de 2024, que dispõe sobre direitos das crianças e dos adolescentes em ambiente digital, com a finalidade de promover, defender e proteger os direitos das crianças e dos adolescentes. Também encaminha proposta de pauta para 72ª Reunião do Conselho.

Informo ainda que, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos lidos estão disponíveis no Portal da CDH para manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Nos mesmos termos, informo o arquivamento dos documentos lidos da 20ª Reunião.

Quanto aos dois projetos do Senador Romário, eu só vou fazer aqui a leitura para dar mais uns minutinhos para ele, se ele estiver vindo.

Item 3... (*Pausa.*)

Foi-nos avisado já que o Senador Romário não vai conseguir vir. Então, saem de pauta, hoje, o item 3 e o item 2.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2555, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para criar linha de crédito especial para o financiamento da abertura e do funcionamento de micro e pequenas empresas por pessoas com deficiência, seus parentes de 1º grau ou responsáveis legais.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senador Romário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.)

O Senador Kajuru é o autor e o Senador Romário é o Relator.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2199, DE 2022

- Não terminativo -

Estabelece a utilização do Símbolo Internacional de Acessibilidade; altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH.*)

Autoria: Deputado Federal Aureo Ribeiro.

Relatoria: Senador Romário, que faz questão de ler o seu parecer.

Assim, encerramos os trabalhos no dia de hoje.

Agradeço a todos. Muito obrigado.

Voltamos amanhã.

(*Iniciada às 11 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.179980/2024-20-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e sete minutos do dia dezenove de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Weverton, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Jussara Lima, Janaína Farias, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Romário, Eduardo Gomes, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda do Senador Angelo Coronel, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Magno Malta, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2892, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Enfrentamento à violência sexual contra Crianças e Adolescentes e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para determinar medidas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes." Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda 1, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto e à Emenda n.1, na forma da Emenda n. 2-CDH (Substitutivo). ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3773, de 2023 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a Licença-paternidade, nos termos do art. 7º, inciso XIX, da Constituição Federal, cria o salário parentalidade, permite a permuta entre pais e mães dos períodos de licença-paternidade e de licença-maternidade e altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas), a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Seguridade Social), a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Planos de Benefícios da Previdência Social), e a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008 (Programa Empresa Cidadã)." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao Projeto na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 557, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1648, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1990, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para determinar que os prazos de licença-maternidade e de recebimento do salário-maternidade sejam acrescidos do número de dias em que o recém-nascido prematuro permanecer em internação hospitalar." Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO). Relatoria: Senador Dr. Hiran. Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 540, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatória a realização da versão ampliada do teste do pezinho no âmbito da rede pública de saúde." Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT). Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Nelsinho Trad. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto. Resultado: O Presidente designa a Senadora Damares Alves como relatora "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH pela prejudicialidade do Projeto. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2199, de 2022 - Não Terminativo - que: "Estabelece a utilização do Símbolo Internacional de Acessibilidade; altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985; e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto com as Emendas n° 1, 2 e 3-CDH. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2555, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para criar linha de crédito especial para o financiamento da abertura e do funcionamento de micro e pequenas empresas por pessoas com deficiência, seus parentes de 1º grau ou responsáveis legais." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 71, de 2023 - Não Terminativo - que: "Susta os efeitos da Portaria GM/MS n° 230, de 07 de março de 2023, a qual “Institui o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde - SUS”." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato. Relatório: pela rejeição do Projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH pela rejeição do Projeto. Fica prejudicado o Voto em Separado do Senador Magno Malta. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 147, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, para prever o Projeto Banco Vermelho, ações de conscientização em lugares públicos e premiação de projetos no âmbito do Agosto Lilás, mês destinado à conscientização para o fim da violência contra a mulher." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Jussara Lima. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 412, de 2024 - Não Terminativo - que: "Acresce o art. 73-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a obrigatoriedade de apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais pelos profissionais que trabalharem com crianças." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 36, de 2024 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de esclarecer denúncias de violações ao devido processo legal em razão das prisões efetuadas pela Polícia Federal no dia 06/06/2024." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 37, de 2024 que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: A Previdência Pública é viável" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 38, de 2024 que: "Requer realização de Audiência Pública para debater o PL do Estupro - PL 1904/2024" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/19

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 25ª Reunião da Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Antes dos itens de pauta, quero informar aos Senadores e Senadoras que os requerimentos apresentados extrapauta serão apenas lidos e que a votação ocorrerá somente na reunião deliberativa seguinte, a não ser que haja consenso em alguns temas.

Enquanto os Senadores estão chegando para a reunião – a Senadora Mara me encontrou no corredor e disse que já está vindo para cá; a Senadora Ana Paula, se não me engano, está vindo também; e outros Senadores deverão vir –, eu vou fazer uma fala sobre algo em que não tem como a Comissão de Direitos Humanos não se posicionar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como a nossa reunião é hoje, vou falar de um tema que, no meu entendimento, deveria ser unanimidade junto ao povo brasileiro – sei que não é, mas deveria.

Senhoras e senhores, eu já me manifestei no primeiro dia, nas redes sociais, na semana passada, mas hoje falo aqui na Comissão dos Direitos Humanos.

O Projeto de Lei 1.904, de 2024, que tramita na Câmara dos Deputados, tem sido tema de debate e conversa na sociedade, no Parlamento, na imprensa, nas redes sociais, nas casas, repercutindo inclusive em outros países. Quero deixar claro que o debate que está posto com esse projeto não é entre ser favorável ao aborto ou contra o aborto. A realidade é que esse projeto faz com que a vítima do estupro seja culpada, e os criminosos, estupradores, pedófilos, aliviados. O projeto prevê que o aborto realizado a 22 semanas de gestação será punido com reclusão de seis a vinte anos, em todos os casos, inclusive no da gravidez resultante de estupro. A pena é a mesma prevista para o homicídio simples, ou seja, equipara o aborto ao homicídio, quando já existe lei que fala o contrário. Esse projeto estabelece que a condenação da gestante será maior que a do estuprador, cuja pena é de seis a dez anos, punindo mais a mulher que sofreu a violência do ato criminoso do que o estuprador.

Isso, no meu entendimento, é cruel, é perverso, é selvagem, é desumano, uma das maiores barbáries contra crianças e jovens meninas, por exemplo, adolescentes e mulheres violentadas que o Congresso Nacional poderia instituir – não instituirá, porque esse projeto, podem crer, não passará: não passará na Câmara nem aqui no Senado. É um ato covarde que vai contra o princípio da dignidade da pessoa e os direitos humanos.

Em 2024, só para a gente ter um panorama, foram feitas 7.887 denúncias de estupro de vulnerável ao serviço Disque Direitos Humanos (Disque 100). A média de denúncias, nos primeiros 134 dias do ano, foi de cerca de 60 casos por dia ou dois registros por hora, conforme reportado pela Agência Brasil.

Em 2022, o Brasil registrou o maior número de estupros da história, de acordo com a 17ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Foram 74.930 vítimas, sendo que mais da metade, 56.820 casos, é de estupro de vulneráveis, ou seja, crimes praticados em menores de 14 ano; mais de 68% dos casos aconteceram dentro de casa; 86% dos estupradores de criança de até 13 anos eram conhecidos das vítimas. A cada oito minutos, uma menina ou mulher foi estuprada no primeiro semestre de 2023 aqui no nosso país, o maior número da série iniciada em 2019 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Foram registrados 34 mil estupros e estupros de vulneráveis de meninas e mulheres de janeiro a junho, o que representa um aumento de 14,9% em relação ao mesmo período do ano passado.

De acordo com o Sistema de Informações Hospitalares do SUS, desde 2007, 1.140 meninas de até 14 anos precisaram realizar o aborto legal no Brasil; só no ano passado, 154 meninas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo a reportagem do jornal *O Globo*, 1.074 mulheres precisaram sair de suas cidades em 2023 – em alguns casos, até de seu estado –, para conseguir realizar o aborto legal no Brasil. O número equivale a 36,2% de todos os 2.963 procedimentos registrados no país no ano passado.

Também na semana passada, manifestações ocorreram em várias cidades do país contra o dito projeto de lei, envolvendo milhares e milhares de mulheres, e, claro, com o apoio também dos homens que são radicalmente contra o projeto, que, tudo indica, vai ser arquivado na Câmara dos Deputados. Em muitos cartazes, estava escrita a frase: "Criança não é mãe, estuprador não é pai".

Esse é um resumo que eu fiz sobre esse tema.

Eu estou propondo dois requerimentos extrapauta: um, para debater que a previdência é viável, porque eu noto, todos os dias, que uma série de ditos especialistas está batendo na previdência. Ontem, nós ouvimos por parte do próprio Ministro Haddad o que, para mim, é uma posição positiva, e também do Presidente Lula, que a anistia dos grandes devedores é a que mais assusta, inclusive, e preocupa a todos.

O outro, o segundo, tem a ver com o que eu li, Senador Romário, Senadora Damares. Eu queria fazer uma sessão aqui, porque a Comissão de Direitos Humanos não tem como não se manifestar diante desse PL. Faríamos aqui uma sessão de debates sobre esse PL. Já relatei a minha posição e percebo que, nas assembleias legislativas do país de quase em todos os estados, está havendo manifestações, reuniões, numa posição crítica a esse PL.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 37, DE 2024

Requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: A Previdência Pública é viável

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 38, DE 2024

Requer realização de Audiência Pública para debater o PL do Estupro - PL 1904/2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Então, são dois requerimentos que vão nesse sentido, e eu pergunto se eu posso aprová-los extrapauta. (*Pausa.*)

Os requerimentos extrapauta entram, e, consequentemente, nós os aprovamos.

Estão aprovados? (*Pausa.*)

O.k.

Vamos a nossa pauta, então, agora.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2892, DE 2019

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Enfrentamento à violência sexual contra Crianças e Adolescentes e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para determinar medidas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda 1, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativa na CCJ;

- Em 12/11/2019, recebida a Emenda nº 1 do Senador Marcos Rogério.

Concedo a palavra à nobre Senadora Damares Alves para apresentar o seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise.

No relatório, eu faço uma abordagem histórica, inclusive, sobre a violência sexual contra meninos e meninas. Deixo muito claro no relatório que não é uma inovação. Existe uma política nacional de enfrentamento, mas é uma política, Presidente – eu coloco isso no relatório –, que muda de acordo com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo que entra. Então, como o Senador Styvenson trouxe uma proposta, eu trago aqui um substitutivo para que se institua a mesma política, com diretrizes, com metas, com objetivos. Por quê? Nós já percebemos que, Senador, especialmente na área de direitos humanos, se não estiver amarradinho por força de lei, com exigência de cumprimento, às vezes é possível nem realizarem. Ou então, por não estarem estabelecidas diretrizes, até realizam, mas não alcançam os objetivos que uma política dessa precisa alcançar.

Então, no histórico, eu estou falando do que já acontece, do que existe. Vou aqui para uma análise muito rápida, vou fazer de forma resumida, e vou pedir permissão para não precisar ler o substitutivo, porque ele já está publicado. Ele tem quatro capítulos, 16 artigos, e inúmeros incisos – está publicado. E, se alguém tiver dúvida, a gente conversa depois.

Então, vou à leitura, de uma forma resumida, da análise, dizendo que, no mérito, este relatório debruça-se sobre o caráter de defesa de direitos humanos das crianças e adolescentes, que é o objeto precípuo desta Comissão. Optou-se, assim, por deixar para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para onde a matéria seguirá e será deliberada em caráter terminativo, a avaliação de natureza constitucional em relação à competência formal ou material deste Congresso Nacional e sobre potenciais obstáculos jurídicos formais que a proposição possa apresentar.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é possivelmente a maior chaga que acomete o Brasil. As crianças são as pessoas, dentre todas as idades, que mais sofrem violência sexual. E aí, isso está fazendo diálogo exatamente com o que o senhor leu no início da sessão.

No período de 2009 a 2021, foram mais de 225 mil notificações recebidas no SUS – eu estou falando do SUS, não é nem o canal Disque 100 –, sendo que cerca de 85% delas foram contra meninas e adolescentes (mulheres). Embora tenha havido crescimento contínuo no total de notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes de 2009 a 2019, em 2020 houve queda de 15% e, de 2020 para 2021, de 30%. Aí, a gente atribui também à pandemia, tá, Presidente? Estava todo mundo em casa, os pais mais de olho, não estavam em situação de vulnerabilidade, mas pode ter diminuído também por conta da não notificação no período de pandemia.

Adicionalmente, apenas em 2018, foram notificados mais de 66 mil casos de violência e de estupro no país pelos órgãos de segurança pública, sendo que quase 72% deles foram com crianças e adolescentes.

A violência sexual, Presidente, compreende o abuso, a exploração sexual e o tráfico de pessoas.

O abuso consiste em toda forma de relação ou jogo entre um adulto e uma criança ou adolescente para fins sexuais, por meio de ameaça física, verbal ou por sedução, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do adulto. Pode acontecer o abuso – e essa definição é importante para a instituição da política – com ou sem contato físico, não se limitando a relações sexuais, envolvendo também carícias, falas erotizadas, exibicionismo, entre outros, e também a exibição de material

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pornográfico para uma criança. Os abusos com contato físico podem ser legalmente tipificados em: atentado violento ao pudor, corrupção de menores, sedução e estupro. Contatos físicos forçados, como beijos e toques em outras partes do corpo, também podem ser considerados abuso sexual.

Por sua vez, os abusos sem contato físico compreendem o assédio sexual, o abuso sexual verbal, o exibicionismo.

Já a exploração sexual é caracterizada pela relação sexual de uma criança ou adolescente com adultos, mediada pelo pagamento em dinheiro ou qualquer benefício, lembrando, Presidente, que nem sempre o abusador é o explorador e, vice-versa, nem sempre o explorador é o abusador. Tem aquela mãe que vende a menina, mas nunca tocou na menina, tem aquele pai que permite que ela seja explorada, mas nunca a tocou. Então, nós temos aqui figuras bem diferentes, o projeto do Styvenson fala sobre isso, e a minha proposta como substitutivo traz em consideração as diferentes modalidades de abuso, de exploração, de pedofilia, de tráfico de criança.

Esta Casa Legislativa, juntamente com a Câmara dos Deputados, Presidente, tem enfrentado com coragem esse tema. Nós nunca ficamos omissos aqui nesta Casa.

Iniciativas como a Lei nº 14.811, de 2024, mencionada anteriormente, e também a Lei nº 14.432, de 3 de agosto de 2022, que institui a campanha Maio Laranja, a ser realizada no mês de maio de cada ano, em todo o território nacional, são exemplos de que a Casa está aprovando constantemente legislação de proteção da criança e do adolescente da exploração sexual e do abuso sexual.

É louvável e de suma importância, portanto, a proposta do Senador Styvenson de estabelecer uma política nacional que efetivamente enfrente a violência sexual contra crianças e adolescentes. A matéria investe o poder público de meios para enfrentar a traumatização de crianças e adolescentes ainda que se possa admitir não ser cabível impor ao Estado a tarefa de combater sozinho a violência sexual contra esse público.

Nesse sentido, a presente proposta, na forma do substitutivo que ora apresentamos, sugere um capítulo para abordar sobre prevenção. Além do enfrentamento à violência, a gente traz um capítulo, aqui no substitutivo, sobre prevenção e outro sobre combate diretamente à violência sexual. Importa reconhecer que o conjunto de iniciativas e estratégias planejadas e implementadas para mitigar os riscos e evitar os eventos de violência sexual, e para reprimir a violência e responsabilizar os que a cometem devem ser tratados enquanto esforços específicos, mas complementares, cujo efetivo resultado, isto é, a redução das denúncias e dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, depende de ambos, na prática.

Por tais motivos, sugere-se substitutivo à matéria, incorporando-se a ela o teor das discussões, da Emenda nº 1-CDH e das emendas já apresentadas, os avanços previstos na "Lei 14.811, de 2024...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perceba, Presidente, que quando ele entrou com o projeto, a Lei nº 14.811 não estava em vigor, então, tive que adaptar o projeto à nova lei em vigor, que, recentemente, foi sancionada pelo Presidente Lula – e falo em todos os lugares que sou oposição, mas a sanção dessa lei foi um dos maiores feitos do Presidente Lula, acho que nos últimos anos -, e acrescentando-se dispositivos que possibilitem e contribuam para a prevenção e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.

Em razão das considerações apresentadas, o voto, Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.892 de 2019, com a emenda da Comissão, na forma da seguinte emenda substitutiva.

Só vou ler a ementa, Presidente. Como ficou agora?

> EMENDA Nº – CDH (SUBSTITUTIVO)
> PROJETO DE LEI Nº 2.892, DE 2019
> Estabelece os objetivos, as diretrizes e as ações da Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para determinar medidas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para permitir [a única inovação com relação a uma lei alterada; vai ser essa] o financiamento de ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes pelo Fundo Nacional de Segurança Pública, e altera a Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024, [eu faço uma pequena adequação na nova lei], para ampliar os objetivos da Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e definir sua forma de execução.

E aqui eu trago as alterações propostas às legislações citadas e parabenizo o autor pela iniciativa.

Esse é o voto, Sr. Presidente. E peço o apoio dos demais pares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão à matéria.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, na forma da Emenda nº 1 da CDH, Substitutiva.

O projeto segue para a análise terminativa na CCJ. (*Pausa.*)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, Senador Romário, Senadora Damares Alves, Senadora Jussara Lima, só para registrar que estavam presentes desde a abertura. E o Senador Romário me pediu a palavra neste momento.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Gostaria que o senhor pudesse fazer a inversão de pauta dos itens 6 e 7, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pergunto ao Plenário se há concordância para a inversão de pauta, para atendermos aos pedidos do Senador Romário e votarmos, de imediato os itens 6 e 7.

Percebi, pelo aceno das Senadoras, que é possível.

Está concedida então a inversão de pauta.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos ao item...

Senador Romário, vou aqui só fazer a abertura.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2199, DE 2022

- Não terminativo -

Estabelece a utilização do Símbolo Internacional de Acessibilidade; altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Autoria do Deputado Aureo Ribeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Romário para apresentar o seu relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de pedir para ir direto à análise.

A matéria não apresenta impedimento de natureza jurídica, constitucional ou de técnica legislativa, com as ressalvas que faremos adiante.

Quanto ao mérito, verificamos que a proposição é altamente pertinente e digna de ser acolhida.

A ampliação gráfica da noção de acessibilidade também vem acompanhada da previsão de novos locais nos quais será obrigatória a colocação do referido símbolo.

Finalmente, entendemos ser pertinente a determinação de substituição das atuais placas de sinalização e a atualização do material de referência e de ensino. Na mesma direção, avaliamos como positivo que o Poder Executivo promova campanhas para divulgação do Símbolo Internacional de Acessibilidade.

Sugerimos três emendas ao Projeto de Lei nº 2.199, de 2022, com o intuito de aprimorar a redação da proposição, evitar questionamentos sobre sua constitucionalidade e contribuir com sua efetividade.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.199, de 2022, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CDH
Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 2.199, de 2022, a seguinte redação:
"Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, para estabelecer a utilização do Símbolo Internacional de Acessibilidade."
EMENDA Nº - CDH
Dê-se à ementa da Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 2.199, de 2022, a seguinte redação:
"Art. 2º .....
'Torna obrigatória a colocação do "Símbolo Internacional de Acessibilidade" em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas com deficiência.'
....."
EMENDA Nº - CDH
Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei nº 2.199, de 2022, a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 4º Caberá ao Poder Executivo regular a substituição das atuais placas de sinalização, bem como atualizar o material de referência e de ensino que envolva a sinalização de estacionamentos regulados."

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em relação à matéria, não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CDH.

Meus cumprimentos ao Deputado Federal Aureo Ribeiro e ao Senador Romário, pelo relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ainda do Senador Romário, conforme inversão de pauta aprovada.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 2555, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para criar linha de crédito especial para o financiamento da abertura e do funcionamento de micro e pequenas empresas por pessoas com deficiência, seus parentes de 1º grau ou responsáveis legais.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

A palavra está com o Senador Romário para apresentar o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou direto à análise.

Na medida em que a matéria será ainda examinada pela CAE, em caráter terminativo, vamos aqui nos concentrar no exame de sua substância.

Quanto a isso, tem-se que a proposição se dirige, simultaneamente, a dois problemas: o das dificuldades econômicas da própria pessoa com deficiência e aqueles problemas trazidos por essa condição a seus familiares ou responsáveis, de modo que a proposição, assim nos parece, atinge dois objetivos, e o faz integrando os dois: procura gerar igualdade de condições para o empreendedorismo das pessoas com deficiência, ao mesmo tempo em que, inteligentemente, percebe que isso não poderá ser feito sem apoio às pessoas que as assistem.

A proposição, acertadamente, aponta na direção de uma empresa familiar integrada pelos cuidados com a pessoa com deficiência.

Com efeito, existe já um admirável consenso, inspirado pela moderna legislação e pela tradição humanista e solidária brasileira, quanto aos cuidados com a pessoa com deficiência. A nosso ver, a matéria segue no compasso dos progressos recentes, na lei e na sociedade.

Voto.

Em razão dos argumentos apresentados, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.555, de 2023, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, do Senador Romário, de autoria do Senador Kajuru.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise terminativa na CAE.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns pelos relatórios e pela leitura rápida e precisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora... (*Pausa.*)

Disseram-me que a Senadora Jussara teria pedido... A Senadora Jussara faria a leitura *ad hoc*, o.k.?

É o item 9, o 147. É esse? (*Pausa.*)

O.k.. Acordada a inversão de pauta.

Passamos então para o item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 147, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, para prever o Projeto Banco Vermelho, ações de conscientização em lugares públicos e premiação de projetos no âmbito do Agosto Lilás, mês destinado à conscientização para o fim da violência contra a mulher.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CE.

Já vi que as mulheres hoje aqui... Começou comigo aqui na Presidência, quando eu abri aí.

Autoria: Deputada Federal Maria Arraes.

Concedo a palavra à Senadora Jussara Lima para leitura do relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Exmo. Sr. Presidente Paulo Paim; Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 147, de 2024, da Deputada Maria Arraes, que altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, para prever o Projeto Banco Vermelho, ações de conscientização em lugares públicos e premiação de projetos no âmbito do Agosto Lilás, mês destinado à conscientização para o fim da violência contra a mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem a propósito, nessa última segunda-feira, dia 17 de junho, discutimos, na Assembleia Legislativa do Piauí, uma audiência pública sobre a violência contra a mulher, com apresentação do Projeto Banco Vermelho. Esse evento é fruto de uma iniciativa do nosso mandato, em parceria com a Deputada Estadual Simone Pereira, com o Presidente da Assembleia Legislativa do Piauí, o Deputado Franzé Silva, com o Secretário de Segurança do Governo do Estado, Chico Lucas; com a Secretária da Mulher, Zenaide Lustosa; e com o Governo do Estado do Piauí.

Também nesse evento tive a grande satisfação de reencontrar pessoalmente duas bravas recifenses: Paula Limongi e Andrea Rodrigues, que enfrentaram em suas vidas o impacto devastador do feminicídio e, a despeito disso, transformaram a dor em luta. Elas trouxeram para o Brasil o Movimento Internacional do Banco Vermelho, que representa uma ação de ocupação urbana na luta pelo feminicídio zero. Corajosamente, fundaram o Instituto Banco Vermelho em 2023 e, desde então, buscam parcerias para que sejam instalados os bancos vermelhos nas capitais brasileiras, em locais de grande circulação de pessoas. O objetivo é chamar a atenção da sociedade para esse problema da violência à mulher, que infelizmente ainda é tão presente.

Peço a dispensa da leitura do relatório e passo à leitura da análise e do voto.

Em relação ao mérito, a proposição é de suma importância. As estatísticas de violência contra a mulher no Brasil são assustadoras. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicam que no ano de 2023 foi registrado o maior número de feminicídios desde a tipificação do crime no Brasil. Foram 1.463 mulheres vítimas de feminicídio apenas em 2023, estatística que tem crescido de forma constante desde a tipificação do feminicídio pela Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Não podemos permitir que esse padrão se mantenha.

O Agosto Lilás foi instituído pela Lei nº 14.448, de 2022, justamente com o intuito de promover ações intersetoriais voltadas à remediação desse cenário nefasto. A Lei nº 14.448, de 2022, prevê mecanismos amplos de conscientização sobre a violência contra a mulher. A previsão das medidas elencadas no PL nº 147, de 2024, tem o potencial de complementar as medidas existentes e ainda oferece mais frentes de atuação para a campanha de conscientização e prevenção da violência contra a mulher.

Ademais, em consonância com o nosso compromisso contínuo com essa pauta, ressaltamos que o Senado Federal recebeu em maio deste ano a exposição de um banco vermelho de grandes proporções (2,34m de altura por 4m de largura). Passada a exposição, o Senado, demonstrando seu compromisso com a conscientização e com a prevenção da violência contra a mulher, instalou de forma permanente um banco vermelho com os dizeres: "No Senado, o poder feminino e o Legislativo estão unidos pelo feminicídio zero".

Em face dessas considerações, entendemos que a proposição é pertinente e tem compatibilidade com as demais medidas previstas na Lei nº 14.448, de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu voto, ante o exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 147, de 2024.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao seu relatório, que vem, com muita precisão, fortalecer a luta das mulheres para o fim da violência contra a mulher.

Em discussão a matéria.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero cumprimentar a Jussara pelo voto e dizer quão importante é esse Banco Vermelho.

Nós tivemos uma audiência pública recente para discutir isso. E é tão simples, Presidente! Basta a gente ligar para os Prefeitos: "Ó, em cada praça da sua cidade, um banco vermelho para ter ali o simbolismo da luta pelo fim da violência contra a mulher".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um sinal de alerta, não é?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E fica aí a sugestão, Soraya: fazer em todas as praças do seu estado. E, no seu estado, Jussara, a gente fazer isso. A gente precisa ter esse simbolismo na praça, porque a ideia é que as pessoas se sentem nesse banco e falem sobre a violência contra a mulher. É extremamente criativa e muito bem-vinda.

O feminicídio tem que parar, Presidente. Ontem, 1h30 da manhã, eu estava no telefone com a minha amiga Fátima Pelaes, que o senhor conhece, Deputada com cinco mandatos na Casa, que foi Ministra da Mulher no Governo Temer. No dia 25 de maio, Presidente, eu cheguei ao Amapá, a Macapá, cidade dela. Nós íamos ter, de manhã, no dia 26, um megaevento com mais de mil mulheres para falar da violência. Ela me buscou no aeroporto à meia-noite e meia, brincamos, rimos, nos abraçamos. Às 6h da manhã, Presidente, o telefone da Fátima tocou, ela que é uma líder pelo fim da violência contra a mulher. A sobrinha da Fátima foi assassinada às 6h da manhã aqui em Brasília, dentro de casa, pelo companheiro, na frente das crianças! Estávamos eu e a ex-Ministra da Mulher Cristiane na cidade, junto com a Fátima – as três últimas Ministras dos últimos anos –, na cidade, para fazer o evento contra o feminicídio. E a sobrinha filha de Fátima foi assassinada às 6h da manhã, o que chocou a cidade de Macapá. E por que ela me ligou ontem? O senhor sabe como estão as crianças? Em desespero, porque elas assistiram... Inclusive, ele ameaçou matar o menininho de três anos. Presidente, as dores dessas crianças são enormes!

E aqui a gente já discutiu muito sobre os órfãos do feminicídio. O feminicídio, Presidente, não se encerra ali, não é um ato único; ele é para gerações.

Tudo que a gente puder fazer, Jussara e Soraya, para se falar sobre o feminicídio é muito bem-vindo – tudo! E esta Comissão, hoje, aprova este projeto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero cumprimentar o Instituto Banco Vermelho e as meninas que tiveram essa ideia extraordinária, porque a ideia se espalhou pelo Brasil inteiro e é uma iniciativa barata, efetiva, bonita, reflexiva, que pode colaborar muito na campanha de prevenção.

Parabéns, Jussara.

Parabéns, Presidente, por ter pautado este projeto. Olhem que semana extraordinária para a gente falar de violência contra a mulher! Parabéns por ter pautado o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Senadora Jussara. Parabéns, Senadora Damares, pela defesa também da proposta.

E eu quero passar a palavra, neste momento, à Senadora Soraya Thronicke

Senadora, estou mais no gabinete, pois estou ainda me recuperando, mas venho presidir a sessão quando é necessário. Eu assisti ao seu pronunciamento do dia de ontem e quero lhe dizer que não fui só eu que bati palma, o meu gabinete bateu palma pela sua firmeza em relação ao debate que, infelizmente, está acontecendo na Câmara. Eu ainda vou fazer um apelo para que arquivem esse projeto. A palavra é sua. Parabéns!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Para discutir.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. O senhor realmente é um Presidente que trabalha e que faz a gente trabalhar. Tenho certeza de que as gavetas, os escaninhos daqui não têm projeto de lei parado, pois é uma lástima... Vou pedir, Regina, para você dar uma olhada naquele projeto Barbara Penna.

Falando em feminicídio, eu quero parabenizar essa... É uma ONG? Eu não sei se é uma ONG, se é um instituto. Parabenizo você, Jussara!

E, realmente, tomarmos uma atitude... Quanto custa fazer um banco desses? Será que a gente pode, com emenda, colocar no Brasil inteiro? Não sei, a gente tem que tomar alguma atitude.

E eu vou louvar a atitude da Prefeita Clediane, a Prefeita do Município de Jardim, no Mato Grosso do Sul. Nós temos espalhado e investido, com emendas, nas Salas Lilás, que são um espaço ali, na delegacia do município, nas cidades onde não há uma delegacia da mulher e quando não há também a Casa da Mulher Brasileira. Mas a prefeita foi além: ela pegou um imóvel da prefeitura e transformou na Casa da Mulher Jardinense. Organizou-se, com a Polícia Civil, com o MP, com a Defensoria, e, na casa toda ali, ela copiou a ideia da Casa da Mulher Brasileira. Então, é uma casa da mulher. E ali tem toda uma estrutura muito boa para que a mulher, se precisar se alojar com os filhos, assim o faça.

E o mais interessante são os dados da Prefeita: aumentou muito o número de denúncias. Olha só, por quê? Porque as mulheres se sentem mais seguras. Mesmo com as Salas Lilás, a gente não consegue avançar. Então, é importante isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agradeço, Presidente. É importante que todos nós possamos nos expressar e tenhamos a coragem de levantar nossa voz, porque não basta tirar de pauta e colocar para o outro semestre, mesmo que eles nunca devolvam isso, porque eu acho que o tiro no pé foi tão grande que eles recuaram, porque são covardes – porque eu gostaria muito de ver pautado.

Aí eu gostaria de saber quem é que vai colocar o seu dedo lá, porque as eleições estão chegando, e nós vamos fazer campanha pesada. O principal: o autor do projeto, aqueles Parlamentares e Parlamentares mulheres que assinaram também serão expostos; as pessoas precisam saber.

Então, muitas vezes, é difícil falar de uma forma dura – e meu discurso era muito pior do que aquilo –, mas o meu marido... Olha como que homem é! Na segunda-feira, eu fui anotando, escrevendo, estudando sobre o tema. Eu falei: "Vou chegar em Brasília e vou fazer isso". E falei para o meu marido, mostrei o que estava acontecendo; ele ficou horrorizado. Só que ele falava assim para mim: "Não, você não vai falar isso! Você não vai falar isso!". Tentando ajudar. E eu acho que os nossos esposos, nossa família tem medo. E, o mais interessante, eu falei: "Olha como o machismo vem de dentro da nossa casa", mas é mais por proteção, porque sabe que somos desprotegidas. Ele falou assim: "Soraya, é de indignar tanto, tanto, tanto! Eu tive uma ideia, você responde assim, numa entrevista: 'Olha pessoal, eu estou tão indignada, tão indignada, mas tão indignada, que eu não tenho nem palavras. Muito obrigada'".

O meu marido queria cortar minha palavra, e eu falei para ele: "Você está brincando comigo, não é? Você vai...". Não adianta tentar me... Ele não é que ele está... Ele estava preocupado comigo, mas tentando fazer com que eu não falasse. É lógico, é indireta.

Eu sou mulher disso, gente? Falei: "Olha, até você, que não é machista?". Por quê? Para a gente se expor dessa forma, é terrível.

Ontem, eu acredito, Presidente, que, se o senhor estivesse no Plenário, o senhor teria falado.

O que aconteceu? Só o Fabiano Contarato! Só o Fabiano Contarato pediu a voz.

Eu fui cumprimentada por outros colegas lá embaixo, mas assim, nenhum aparte, nada! Impressionante.

O Presidente Pacheco estava ali e foi perguntado diretamente, a conversa foi com ele.

Lamentável.

Quem tem que tratar desses assuntos são os homens, porque nós temos homens do nosso lado. E parece que vocês não estão se vocês não falam sobre isso, sabe? É importante vocês se levantarem para mostrar que é a minoria aqui do Parlamento que tem essa atitude abjeta.

Eu espero que ele devolva à pauta, sim, porque, senão, esse assunto pode até morrer. Mas, mesmo que ele não devolva, nós não vamos deixar esquecer. Está na história, gravado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senadora, pelo brilhante relatório!

E vamos ver, vamos tentar.

É terminativo aqui?

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – E que ande rápido!

Sobre o Barbara Penna.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai para a Comissão de Economia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Só para concluir agora.

Barbara Penna é um caso famosíssimo, na sua terra. Essa moça, com 19 anos, com dois filhos, sofreu uma tentativa de homicídio pelo seu companheiro. Ele ateou fogo nela. Ela pulou do terceiro andar e sobreviveu. Aí ele matou as duas crianças do casal. Depois disso, não satisfeito, um vizinho, um senhor de idade, veio tentar ajudar. E matou também esse cara.

O que acontece? Ele está cumprindo pena em Porto Alegre.

Eu conheci Barbara Penna, na campanha de 2022. Ela me dizia, já naquele tempo: "Soraya, ele me ameaça sempre, sempre, sempre, da cadeia".

Naquele momento, o ainda ex-Ministro Sergio Moro nos acompanhou nessa agenda. E surgiu dali a ideia de um projeto de lei, que foi construído a seis mãos, porque até mesmo a esposa do Moro nos ajudou. O que aconteceu? Eu entrei com o projeto de lei para determinar que o agressor cumpra a pena em outro lugar.

Onde está, Regina? Que dia que entrou? Já foi designado o Relator? Eduardo Braga. Mas que dia que foi designado? (*Pausa.*)

Este ano.

O projeto é de 2022. Ficou engavetado e parado na CCJ!

Como é que pode, um projeto de lei? São inúmeros!

A gente tem que fazer um apanhado dos projetos de lei que estão parados na CCJ, importantíssimos para o nosso país!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, ele vai entrar em regime semiaberto ou regime aberto. Eu não tenho ideia, não tenho certeza. Ela está morrendo de medo. Ele falou, na frente de um juiz. E eu pedi, eu quero ver os autos. Ele falou que, quando saísse, iria matá-la, iria atrás dela.

E a saída dele está marcada para o dia, mais ou menos, 26 de julho. Ela está pedindo socorro. Então, nós estamos já em contato com o próprio Governador Eduardo Leite, mas eu sei que a vida dele está um caos. Então, eu peço, Presidente, Senador Paulo Paim, que nos ajude junto à Secretaria de Segurança lá.

Nós temos... É um direito dele a progressão de regime, mas é algo sobre o que nós precisamos tomar uma atitude, alguma atitude a gente precisa tomar, porque... ou então colocar por 24 horas segurança para essa mulher.

E aí o meu projeto de lei do cão protetor também não caminha, não anda. São inúmeros, das nossas colegas, tudo engavetado. É preguiça, preguiça de certos presidentes que não são como o senhor, que está sempre aqui, doente ainda, de pôr para andar. A gente está aqui todo dia trabalhando e tem gente que só bota para votar o que tem certos interesses. Então, olha, cansa, viu?

E vamos votar, que eu sei que o adiantado da hora... Olha aí a mulherada aqui, em peso, trabalhando.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está presente já a Senadora Ana Paula Lobato também, que tem projeto na pauta.

Só permita que eu diga para a Senadora, com o carinho e o respeito que ela sabe que eu tenho a ela: Senadora, de fato, quando eu soube do projeto, fiz o tuíte, de imediato, em todas as redes, chamando de crime... crime odioso mesmo, não é? E fiz a abertura de hoje aqui com uma fala dura, tão dura quanto a da senhora. Permita que eu diga isso, porque eu estou elogiando a sua fala. E aprovamos já uma audiência pública, porque eu tenho a mesma visão que a sua. Não vamos deixar cair, não. Vamos fazer uma audiência pública para mostrar a posição desta Comissão em relação a essa questão e, no mínimo, pelo menos eu pensei isso, mas as senhoras aqui vão decidir, nós fazermos um documento exigindo o arquivamento imediato desse projeto. Mas fica na história, fica tudo arquivado o que aconteceu.

Então, mais uma vez, cumprimento a Bancada Feminina, que é unânime. Eu digo aqui, eu assumo a responsabilidade, que na fala que eu fiz na abertura, depois conversamos, há unanimidade nesse sentido.

E, nesse momento, vamos, então, ao projeto...

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Jussara Lima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Para discutir.) – Só aqui para registrar que o meu estado foi o primeiro a levar o Banco Vermelho, foi o primeiro estado brasileiro. Já está em Recife, Recife foi o município. O primeiro município a levar o Banco Vermelho foi Recife. Agora, o Estado foi o Piauí. O nosso Governador Rafael ficou muito sensibilizado, ele é um jovem que tem lutado bastante com relação a essa questão do feminicídio no nosso estado, e ele prontamente nos atendeu e levou as duas palestrantes lá. E nós já temos colocado o Banco Vermelho nos locais de grande circulação de pessoas.

E quero dizer o que o banco mais ou menos representa, porque muitas de nós mulheres, muitas vezes, a gente não se coloca nesse lugar, a gente acha que não está sofrendo nenhum tipo de violência. E muitas vezes a gente desperta quando vê o Banco Vermelho, porque ele te leva a sentar, a refletir, pensar e agir. É mais ou menos sobre isso que o Banco Vermelho nos leva a refletir.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Jussara Lima.

Em discussão, a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão favorável ao projeto.

A Senadora Ana Paula Lobato pediu a palavra, segundo me informaram aqui na mesa.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Pela ordem.) – Sim, Presidente. Eu queria, na realidade, pedir a inversão de pauta. Como ainda tenho que ir à CCJ – tem dois sabatinados lá e está aberta a votação –, eu queria saber se o item 8 já pode entrar para a gente votar, sendo que eu já li o relatório há uns 15 dias aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pergunto ao Plenário se alguém é contra a inversão de pauta.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Eu entro no UOL ao vivo daqui a 15min.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É só votar, porque ela já leu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ninguém é contra? (*Pausa.*)

Já foi lido o relatório.

Tem alguma observação a mais ou não?

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Já foi lido. É só votação mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Algum comentário? Não?

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria então.

Eu vou ler aqui todo o percurso.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 71, DE 2023

- Não terminativo -

Susta os efeitos da Portaria GM/MS n° 230, de 07 de março de 2023, a qual "Institui o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde - SUS".

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: pela rejeição do Projeto

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ;

Em 22/05/2024, foi concedido vista coletiva;

Em 05/06/2024, foi recebido Voto em Separado do Senador Magno Malta, favorável ao Projeto.

Concedo a palavra àqueles que querem discutir a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão, colocando em votação o relatório, pela rejeição do projeto.

Eu informo que a assessoria do Senador Girão pediu a mim para retirar de pauta. Eu falei que dependia da posição da Relatora. E como a Relatora pediu que fosse votado, é isso que eu estou fazendo neste momento.

Coloco em votação o relatório, pela rejeição do projeto.

Aqueles que o aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, pela rejeição do projeto.

O projeto segue ainda para análise na CCJ. O.k.?

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 557, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CE.

Autoria: Deputada Federal Tabata Amaral.

Relatoria, Senadora Soraya Thronicke, a quem eu passo a palavra neste momento para a leitura do seu parecer.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, gostaria de exaltar aqui a coragem da Senadora Ana Paula Lobato...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Registro a presença do sempre presente Senador Flávio Arns.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Sempre presente. (*Fora do microfone.*) Esse é outro sempre presente.

Por sua coragem de colocar em votação, sua coragem do voto pela rejeição, parabéns, Senadora.

Bom, eu vou passar à análise aqui rapidamente.

Este projeto de lei, de iniciativa da Deputada Tabata Amaral, objetiva alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio, e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do país.

Eu vou passar direto para a análise, Presidente.

A análise de cabimento para esta Comissão: esse quesito foi preenchido de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal.

Eu vou direto ao mérito.

O PL nº 557, de 2020, trata de importante questão, não apenas para as mulheres, mas para toda a sociedade brasileira. Em razão dos estereótipos existentes, tem-se a associação de brilhantismo e genialidade muito mais a homens do que a mulheres. Estudos revelam que, desde muito novas, as meninas sentem-se inferiores aos meninos no que tange à inteligência para realizar atividades difíceis, especialmente aquelas relacionadas às ciências exatas. A existência desses estereótipos influencia a tomada de decisões de meninas a partir dos seis anos de idade, desencorajando-as de interesses em determinadas matérias, o que, como consequência, contribui para que diversas áreas e carreiras de grande reconhecimento tenham baixa representação de mulheres.

Pesquisas recentes revelam que aproximadamente 84,1% das meninas brasileiras entrevistadas, de 14 a 19 anos, não se sentem representadas nos espaços institucionais, e que as mulheres têm mais chance de abandonarem seus estudos relacionados às áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática do que os homens.

Ademais, quando mencionadas em livros, mulheres são frequentemente enquadradas em papéis de gênero "tradicionais", preestabelecidos pelo patriarcado. Há uma marginalização, sub-representação, e, em alguns lugares, a exclusão das mulheres dos livros de história. Hoje sabemos que muitas descobertas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conquistas em diversas áreas atribuídas a homens tiveram, na verdade, a participação de mulheres cujos nomes foram propositadamente ignorados ao longo da história e durante a transmissão do conhecimento.

Todos os obstáculos impostos desproporcionalmente às mulheres no passado, e ainda hoje, desde a proibição de acessar a educação formal, de assumir cargos e ocupar determinados espaços, até o não reconhecimento pelo que conseguiram alcançar, resultaram em uma transmissão de conhecimento, que se inicia desde a educação básica, moldada por estereótipos de gênero, realçadora das conquistas masculinas em detrimento das femininas e orientada pelas perspectivas daqueles que, por tempo significativo, detiveram a narrativa da história.

Diante do exposto, o PL nº 557, de 2020, contribui para que essa transmissão de conhecimento finalmente compreenda, de modo igualitário, a perspectiva feminina, o que, além de contribuir para a desconstrução de um sistema educacional influenciado pelos estereótipos de gênero, também promoverá um futuro de maior igualdade e maior presença das mulheres em campos nos quais a atual sub-representação é flagrante, como na política, física, filosofia, matemática e tantos outros. Havendo a devida representação, as decisões nesses campos não mais serão tomadas em favorecimento de apenas um gênero, mas haverá maior riqueza de perspectivas, inclusive para a formulação e a implementação de políticas públicas que beneficiem os diversos grupos formadores da sociedade brasileira.

A proposição está em consonância com outras previsões legislativas que visam a transformação da sociedade e a desconstrução da desigualdade e da discriminação, por meio de uma educação, que promova a dignidade humana, a inclusão, o pluralismo de ideias e o debate democrático, e não a valorização de determinadas perspectivas ou de determinados grupos em detrimento de outros.

Além disso, em relação ao que dispõe o art. 2º da proposição, que é instituir uma Semana de Valorização das Mulheres que Fizeram História, o entendimento foi que não se aplica porque, para a instituição de datas comemorativas, essa lei tem âmbito de aplicação restrita a datas significativas para segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos, que compõem a sociedade brasileira. As mulheres, a seu turno, excedem todos esses segmentos, não sendo adequado que se interprete, de modo aberto, rol que é restritivo. Caso contrário, daríamos prevalência a formalismo equivocado em detrimento de maior garantia aos direitos das mulheres.

Adicionalmente, a natureza da Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História não é de data comemorativa, como se depreende da própria justificação do projeto de lei, mas de verdadeira campanha que visa à implementação de ações que objetivam concretizar o princípio constitucional de igualdade entre meninas e meninos, mulheres e homens. Não há intenção de comemorar algo já alcançado, mas de exortar ao cumprimento de um mandamento constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, entendemos que o PL 557 permitirá o aprimoramento da formação dos estudantes, contribuindo para que a transmissão de conhecimento não mais se efetive apenas sob perspectivas masculinas e para que haja uma equidade ali também.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do projeto, com essa ressalva, principalmente porque já temos, no dia 8 e no mês inteiro, várias comemorações há anos, e de nada adiantou. Eu sempre sou a primeira a falar nessas reuniões. Passamos o mês inteiro tendo reuniões e fazendo discursos para quem já está do nosso lado. Se isso não resolveu, nós temos que tomar outras atitudes.

Eu gostaria apenas de incrementar aqui sete mulheres essenciais, injustiçadas, da história brasileira, que nós deveríamos conhecer. Se nos perguntassem o nome de cinco figuras que tiveram impacto na história, vários nomes nos viriam de bate-pronto – imperadores, ditadores, filósofos, cientistas, antropólogos –, todos homens. É realmente curioso isso. Com um pouco de pesquisa, um grupo reduzido, porém existente, de mulheres brasileiras revolucionárias se destaca. E aqui, algumas dessas que nos ajudaram a moldar o Brasil como é hoje. Então, vamos lá: D. Leopoldina, Maria Quitéria, Maria Felipa de Oliveira – eu vou colocar isso nas minhas redes sociais –, Bertha Lutz, que a gente exalta aqui; Dandara dos Palmares, Leolinda Daltro, Anita Garibaldi, dentre outras. Algumas delas, eu não vou citar quais, foram taxadas de loucas. Vai saber se não foi aí que nasceu essa história de "A mulher é doida, é descompensada."

Vamos lá. E aí, por fim, para terminar, mulheres são menos de 10% dos personagens em livros de história usados em escolas públicas. Dos 859 personagens mencionados na coleção *História, Sociedade & Cidadania*, somente 70 são mulheres, que aparecem muito mais do que os homens em rodapés e caixas laterais, fora do eixo central da narrativa. E eu quero exaltar o Senado Federal, a Livraria do Senado Federal, que fez uma coleção – e eu vou pedir para que todas adquiram essa coleção, e eu presenteio essa coleção – para trazer poetisas desconhecidas. É linda essa coleção! Acho que o último volume tem, inclusive, manuscritos ali dessas mulheres, poetisas incríveis, maravilhosas que o país desconhece. Então, convido vocês a adquirirem, lá na Livraria do Senado, essa coleção incrível.

E quero exaltar aqui: o Senado Federal...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Hã?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – É uma coleção. Cada livro – acho que são nove até agora, mas eles estão aumentando –, cada livro é de uma poetisa; poetisas cuja obra ficaram, assim, nos baús e que foram sendo encontradas ao longo do tempo, familiares foram tentando procurar uma forma de publicar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é assim, Presidente, que nós iremos superar tudo isso e trazer as mulheres, porque a gente vê que, com tudo isso, com tudo que a gente já fala, com tudo que eles sabem que nós iríamos imaginar... Na verdade, o que aconteceu sobre essa questão do PL do Aborto, que a gente conseguiu abortar, abortamos o PL do aborto, esse aborto, com gosto... Nunca fiz um aborto na vida, nem espontâneo, nem provocado, mas é a primeira vez que a gente aborta uma coisa, e esse aborto eu faço com... (*Risos.*)

Isso aí é consequência da sociedade se manifestando.

Muito obrigada por indicar esse projeto de lei. Parabéns, Tabata Amaral! E que possamos agora deliberar sobre ele!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Soraya Thronicke, se me permitir, um dos meus defeitos – eu explico isso publicamente – é querer escrever poesia sem ser poeta, mas dizem que todo poeta é atrevido, e eu sou atrevido na escrita. E eu proporia – a iniciativa pode ser de vocês – nós fazermos um dia, aqui, uma audiência pública, homenageando essas poetisas, e que esse *kit* seja colocado aqui na mesa, para que o Brasil veja que nós estamos homenageando as poetisas mulheres.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – Vou fazer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso: faz o requerimento, e nós assinamos embaixo, já que a proposta veio de V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – A gente assina todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

Em discussão à matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneça como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, que vai para a Comissão de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já está presente também a Senadora Zenaide Maia. Aqui, hoje, nós falamos, o assunto foi só das mulheres, tomaram conta. Eu e o Flávio Arns aqui, em minoria, mas firmes, juntos. Foi bem interessante a reunião de hoje.

Providencie isso, vai ser uma bela sessão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – Vou providenciar. Vamos fazer algo grande, falar o nome delas. Vamos chamar poetisas para fazermos algo bonito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, perfeito!

Item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 540, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatória a realização da versão ampliada do teste do pezinho no âmbito da rede pública de saúde.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH, CAE e terminativo na CAS.

O Nelsinho Trad não se encontra, mas, gentilmente, a Senadora Damares Alves assumiu a relatoria *ad hoc*, a quem eu passo a palavra neste momento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise. É uma análise, inclusive, bem curta.

Cabe a esta Comissão analisar o projeto de lei cujo objetivo é tornar obrigatória a realização da versão ampliada do teste do pezinho na rede pública de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convém assinalar, de início, que o teste do pezinho, tecnicamente chamado de triagem neonatal biológica, é procedimento simples e seguro que permite a identificação precoce de diversas condições congênitas. As doenças detectadas pelo teste – em geral assintomáticas ao nascer – caracterizam-se pelo potencial de causar danos ao crescimento e ao desenvolvimento das crianças acometidas; danos que, importa sublinhar, podem ser evitados com diagnóstico e tratamento tempestivos. Assim, dado seu impacto na saúde infantil, fácil é perceber que medidas que visem aperfeiçoar a triagem do recém-nascido se revestem, naturalmente, de relevante interesse social.

Contudo, apesar da nobre intenção de expandir a abrangência do teste do pezinho, é essencial assinalar que, poucos meses após a apresentação do PL em exame, foi publicada a Lei nº 14.154, de 26 de maio de 2021, que introduziu no ECA alterações muito similares às da proposta que ora se analisa.

De fato, o ECA, com a redação dada pela Lei nº 14.154, de 2021, tornou obrigatória a implementação de rol mínimo contendo dezenas de doenças a serem rastreadas no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal. Em outras palavras, essa alteração legal já contemplou a realização da versão ampliada do teste do pezinho na rede pública de saúde. Além disso, estabeleceu que esse rol mínimo deve ser revisado periodicamente, com base em evidências científicas que comprovem os benefícios da triagem, do diagnóstico e do tratamento precoces.

No mesmo sentido, a inclusão da expressão "e outras doenças congênitas do recém-nascido" no inciso III do art.10 do ECA também não cria direito novo. Isso porque, embora o inciso vigente mencione de forma expressa apenas as doenças metabólicas, os dispositivos subsequentes esclarecem que a lei garante a testagem de rol amplo de doenças congênitas, inclusive infecciosas, imunológicas, hematológicas, entre outras.

Por essas razões, Presidente, entendemos que o PL em análise perdeu a oportunidade, incorrendo, portanto, no que dispõe o inciso I do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Ante o exposto, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 540, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senador Flávio Arns com a palavra.

O Senador Flávio Arns é Presidente da Comissão de Educação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero também enaltecer sempre o trabalho da Senadora Damares Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O teste do pezinho é algo essencial. Foi aprovado anteriormente, já com o escalonamento que deva ser realizado. Contudo, eu penso que a gente tem que acompanhar isso para ver se, de fato, está acontecendo, porque uma coisa é existir a legislação, e a outra coisa é a realidade dos exames sendo realizados.

Então, eu até diria, lógico, que a gente tem que ter essa... Porque o objetivo do projeto era a obrigatoriedade do exame. Então, vamos ver se essas fases estão sendo cumpridas e se o tratamento para casos identificados está acontecendo.

Por exemplo, distúrbios metabólicos. Fizemos audiência pública aqui. O Ministério da Saúde adquire o leite especial para crianças que têm um distúrbio metabólico identificado no teste do pezinho. Só que as famílias, inclusive, trouxeram leite aqui para a gente experimentar, não é? Gosto de podre e cheiro de podre. Então, a mãe falando: "Tenho que segurar a criança, botar esse leite na boca, e a criança vomita em seguida". Quer dizer, não adianta, não é? Porque, após o teste do pezinho, tem que se pensar a sequência toda.

O que que a Argentina faz – dentro de todos os problemas que a Argentina apresenta e que a gente acompanha –: eles compram mistura de morango, de baunilha, tal, e misturam no leite. Então, o que que acontece aqui, no Brasil, Zenaide? Eu fiz a reunião, fui à Anvisa para discutir o assunto, mas não é um problema da Anvisa. A Anvisa autoriza ou não, mas o Ministério da Saúde tem que ver. O que que nós dissemos lá: "Olha, um dinheiro jogado fora, não é?". Porque é caro esse leite, claro, é um leite superespecial, não é? Dá para criança, e a criança vomita; quer dizer, o dinheiro é jogado fora. Por que não comprar também associada ao leite, uma coisa que dê...

Sabe que antigamente havia a chamada vaca mecânica, que era o leite de soja, não é? Hoje nem falam mais muito nisso, mas eu me lembro da minha tia, Dra. Zilda, na Pastoral da Criança, o pessoal dizendo para ela: "Mas a criançada não toma esse leite de soja". Ela disse: "Misture um pouquinho de morango, de chocolate, de baunilha". Isso já estava sendo dito 40 anos atrás, e nós estamos agora falando a mesma coisa.

Então, há muita reclamação em relação ao teste do pezinho, de não realização, de não tratamento, de não sequência. Então, Damares, se você concordar...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Concordo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Vamos dar uma checada nisso tudo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Inclusive, Presidente, vamos ter que acompanhar mesmo. Nós estivemos no Instituto Jô Clemente, em São Paulo, Senador Flávio Arns, e nós encontramos, lá no instituto, um problema muito sério. Ele faz 80% dos exames, os testes do pezinho de São Paulo. Quando eles identificam uma possibilidade que vai precisar refazer o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exame, o teste, eles mandam lá para o interior, para a mãe: "Venha aqui, no instituto, para a gente refazer". A mãe não tem o dinheiro do ônibus e aí vai ao serviço de assistência social, e o serviço de assistência fala o seguinte: "Isso não está previsto na legislação, que nós temos que te dar o dinheiro para você ir lá refazer o exame do pezinho.". Aí a Senadora Mara entrou com um projeto de lei agora para que fique previsto na legislação que, se for para refazer o exame do pezinho, a assistência social tem que dar a passagem.

Então, Presidente Paim, a política tem muitos detalhes. Essa política, esse cuidado, os testes do pezinho têm muitas outras nuances em volta. A gente garante na lei, mas não é efetivo, não está lá sendo cumprido.

Acho que a discussão que o Senador Flávio Arns levanta agora é muito oportuna e a gente vai ter que se debruçar sobre isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senadora Zenaide Maia, depois do comentário feito pela Senadora Damares Alves.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e colegas Senadores, essa defesa de interiorização, tanto da educação como da saúde o Estado brasileiro tem que interiorizar. Existe uma verba nas secretarias estaduais de saúde que é para tratamento extradomicílio. Se é para um tratamento, tem que ser também para os exames diagnósticos que são centralizados nos grandes centros. Mas aqui é onde vem: o teste do pezinho tem que ser ampliado. Isso é a mais pura medicina preventiva que existe, porque a gente sabe que a maioria das patologias diagnosticadas, muitas vezes, depende de uma alimentação. O tratamento é não usar aqueles produtos e, como se estava falando aqui, interiorizar. Sabe por quê? A gente tem que olhar, gente, que 15% da população brasileira tem acesso, Paulo Paim, a uma medicina com tudo o que a ciência oferece, que somos nós, nossos filhos de Parlamentares. E sabe qual é a ironia disso? São os 85%, como falou a Senadora Damares, para os quais já existe a lei, mas que não é efetivamente executada, que pagam, porque tudo que pagamos para a saúde dos nossos filhos, de nossa família, a maioria é deduzido do Imposto de Renda, e esse Imposto de Renda, grande parte dele, vai para os municípios, para a saúde dos outros.

Isso eu costumo dizer, porque informação é poder, e pouca gente neste país sabe disso. Eu imagino assim: se algum familiar da gente morre é um luto, porque nós temos ciência de que tudo que a ciência oferece foi ofertado para os nossos filhos e nossos familiares. Agora imagine alguém que perde um familiar e que tem a certeza que, se tivesse dinheiro, aquele seu familiar não teria morrido. Gente, isso é um luto totalmente diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como eu digo, a gente pode aprovar o projeto de lei que quiser aqui, mas nós temos que botar 85% da população brasileira no orçamento deste país, seja na educação, seja no SUS maravilhoso que a gente tem.

Quero também dizer que essa questão do sabor é importante.

Mas devemos lembrar que, normalmente – eu quero parabenizar isso –, os sabores foram tirados, na grande maioria porque são corantes, não sendo o sabor natural. E, com essa caderneta ampla de vacinação que a gente tem neste país, gratuita, o que sobrou para as crianças foram as alergias, mas aconselho que, nesses medicamentos ou suplementos alimentares, a mãe ou o pai possa acrescentar algo, como foi proposto aqui: natural, uma fruta, um morango, colocar nisso aí. Mas quero só explicar o porquê desse sabor que foi tirado, porque a maioria das crianças apresenta alergia aos corantes, principalmente se manifesta em forma de asma, de alergia na pele.

Mas quero dizer o seguinte: Brasil, o que nós estamos fazendo aqui é cobrar ao Estado brasileiro, desde antes, que a gente tem que incluir todos os brasileiros no SUS, financiando essa pérola que é o SUS; e, como na educação, interiorizar. Você imagina que alguém ande 300km para fazer um teste de pezinho? E é normal em qualquer exame que peça a repetição. E como é que essa mãe vai? – como falou a Senadora Damares. Está faltando o quê? Vamos interiorizar a saúde, como estamos já interiorizando a educação com institutos federais de ciência e tecnologia, com universidades. O Estado tem que ir aonde seu povo está.

É isso que eu quero dizer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – E nunca esquecer: não aceitem quando alguém diz que não tem nada a ver com o SUS. Tem tudo a ver com o SUS, Paulo Paim, e nós precisamos financiar, sim, e vamos ver se a gente consegue isso na Comissão Mista de Orçamento. Eu sei que isso pode parecer um sonho, mas vamos falar com o financeiro do mundo, os bancos, que ficam com quase a metade do Orçamento deste país, tirando, e a gente mendiga por 4% para saúde, 4% para educação, 4% para assistência social.

Então, essa luta é nossa. Não é fácil, mas nós podemos começar a discutir isso. Para a população é uma caixa-preta: ninguém sabe para onde vai o Orçamento deste país, porque a metade já fica para o sistema financeiro, por uma dívida que nunca foi auditada em nenhum dos governos, apesar de estar na Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Perfeito!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Sou a favor do projeto para que o teste do pezinho não seja só para 15% da população, mas para todos, que é uma saúde preventiva, como as vacinas são.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Senador Flávio Arns, com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Eu quero só reforçar o que a Senadora Zenaide está colocando: o teste do pezinho é só para 15% da população. Então, isso é que nós temos que verificar. Se é obrigatório, se já é obrigatório, então, como está acontecendo?

Mas não é só o teste do pezinho; é depois é toda a sequência. Se se precisa de um leite especial, misture algo natural, morango, mamão, banana, tal. A família tem dinheiro para comprar morango, banana, mamão? A maior parte não. Então, tem que ter o encadeamento.

Pegando uma doença rara, só para exemplo, a glicogenose hepática: fizemos a audiência pública; o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, especializado, veio aqui. Você tem que fazer o tratamento à base de maisena, tudo com maisena. Então, você vai ao supermercado, compra uma caixa de maisena – você consegue comprar por R$8, R$7, R$10, dependendo do tamanho, mas vá comprar 40 caixas de maisena no mês e, todo mês, 40 caixas, 50 caixas.

Então, tem que ter uma política para fazer o teste, acompanhar e ver como é que a coisa está acontecendo. Disso eu gostaria muito. E sei que as famílias que têm alguma situação dessa... Fenilcetonúria, teste do pezinho, é bem antigo. Quer dizer, você tem que comer certos alimentos. "Onde eu acho isso?" "Não, você compra lá, compra aqui." E o dinheiro para comprar? Então, tem que... Agora, se não comprar e ficar deficiente intelectual, porque não fez o tratamento da fenilcetonúria, custa mil vezes mais: é fisioterapia, é fono, é psicólogo, é professora, é isso, aquilo, tal.

Então, só a sugestão, Damares e Zenaide: vamos discutir para ver como é que isso está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório, que considerou o projeto prejudicado.

Aqueles que o aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, pela prejudicialidade do projeto.

O projeto segue para a análise da CAE e, possivelmente, análise terminativa da CAS.

Acho que é o último item, não é?

Último item da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 412, DE 2024

- Não terminativo -

Acresce o art. 73-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a obrigatoriedade de apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais pelos profissionais que trabalharem com crianças.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Autoria: Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Apurar Denúncias de Turismo Sexual e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Se V. Exa. permitir, eu vou fazer uma síntese do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A gente não pode...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não se pode olvidar a urgência no aprimoramento dos mecanismos legais existentes, porque violência ou abuso graves contra crianças, que são pessoas em situação peculiar de vulnerabilidade, causam danos graves, inclusive traumas que podem acompanhar as vítimas por toda a sua vida.

Nesse contexto, se insere a medida proposta pelo PL, que busca a exigência de certidão negativa de antecedentes criminais como requisito para a admissão de profissionais que trabalhem com crianças.

A medida é motivada pelos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Apurar Denúncias de Turismo Sexual e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

É inegável o mérito do projeto, que institui medida preventiva apta a desempenhar importante papel no atendimento dos interesses de crianças, por reforçar o compromisso do Estado Brasileiro com os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta.

A proposta dá vazão, ainda, ao comando do art. 227 da Constituição Federal, de colocar a criança a salvo de toda forma de exploração, violência, crueldade e opressão e ainda ao disposto no art. 7º do ECA, que preceitua que as crianças "têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas [...] públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência".

Cumpre observar ainda que a possibilidade de se exigir certidão negativa de antecedentes criminais, proposta pelo PL, não caracteriza ato discriminatório, sendo admitida pela jurisprudência trabalhista, conforme decisão do Tribunal Superior do Trabalho, em julgamento anterior.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 412, de 2024, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

O projeto segue para a análise da CCJ.

Nós vamos agora às considerações finais.

Expediente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos: denúncias de atos de preconceito de gênero, racismo e condutas inadequadas de agentes federais em grupos no aplicativo Telegram; pedido para colocar em votação o PL 292, de 2024, que isenta as pessoas autistas de pagarem Imposto de Renda; da Coordenação-Geral de Relatórios e Monitoramento de Recomendações Internacionais da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do MDHC, a solicitação de reunião com o representante da CDH para tratar da implantação do SIMORE brasileiro, um mecanismo nacional de relatórios e acompanhamento.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e/ou no Portal CDH para a manifestação de membros desta Comissão, pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Nos mesmos termos, informo o arquivamento dos documentos lidos na 23ª Reunião, conforme apresentei.

Como é de praxe, Senadores, eu tenho feito um pequeno resumo, toda quarta-feira, da situação do Rio Grande do Sul. Então, de forma resumida, aqui estão os dados relacionados à defesa civil que recebemos agora, esta semana.

O número de óbitos confirmados chega a 175. Com base em dados do Atlas Digital de Desastres no Brasil, o número de mortos, 175, é 73% maior que as 101 vítimas fatais de desastres naturais no Rio Grande do Sul entre 1991 e 2022 e também em 2023, que foram 74. Desaparecidos ainda são 38. Municípios em estado de calamidade são 95, e os que foram afetados estão em torno de 490. Agora, municípios no total... Em situação de emergência, são 348, somados com os 95... Resumindo, é isso mesmo. Pessoas em abrigo são 12.660; desalojados, 422.753; afetados, 2.398.255, 22% do total da população do Rio Grande do Sul.

Por fim, eu queria ainda informar que nós encaminhamos – Senador Flávio Arns, esse é um tema que vai lhe interessar – para o Presidente Rodrigo Pacheco nove projetos: sete foram de Senadores da Comissão, mais dois que foram apresentados e foram também contemplados. Sobre todos eles, o Presidente Rodrigo Pacheco ficou de conversar, naturalmente, com o Governo e com o Colégio de Líderes para ver como seria a apreciação no Plenário ou se vão para as Comissões.

Projeto de Lei nº 5.002, de 2023, que institui a Política Nacional de Gestão Integral de Risco de Desastres, o Sistema de Informações sobre Gestão Integral de Riscos de Desastres e dá outras providências, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes.

Projeto de Lei nº 1.800, de 2024, que institui a moratória de tributos federais, estaduais e municipais e das obrigações de direito privado nos municípios afetados pelas enchentes no Estado do Rio Grande do Sul, de autoria do Senador Jorge Kajuru – ambos são membros da Comissão Externa que eu presido.

Projeto de Lei nº 746, de 2019, que acrescenta inciso VII ao art. 15 e art. 120-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da qualidade de segurado das vítimas, diretas ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indiretas, de desastres ambientais e catástrofes naturais e o ressarcimento dos benefícios concedidos e das contribuições inviabilizadas em decorrência dos eventos citados, e dá outras providências. Esse é um projeto que apresentei ainda naquela questão que aconteceu lá em Minas, Brumadinho; e a Senadora Leila, num gesto, eu digo, de gentileza, resgatou esse projeto, que é de minha autoria, e pediu que ele também fosse analisado, mas ela que é a proponente. Eu fui o autor, e é ela que está encaminhando.

Projeto de Lei nº 1.760, de 2024, que dispõe sobre a concessão de auxílio emergencial financeiro às santas casas e hospitais filantrópicos do Rio Grande do Sul, de autoria do Senador Ireneu Orth.

Projeto de Lei nº 1.645, de 2024, que acrescenta o §8º ao art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar especificamente o furto perpetrado em meio a saqueamento de estabelecimento comercial, armazém, depósito ou similar, situado em local atingido por calamidade pública, de autoria do Senador Hamilton Mourão. Está havendo muito assalto nas casas que as pessoas têm que abandonar.

Projeto de Lei nº 1.580, de 2024, que institucionaliza medidas de auxílio quando for reconhecido estado de calamidade pública, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

Projeto de Lei nº 2.038, de 2024, que institui a Política Nacional para Deslocados Internos, de nossa autoria, que foi construído com a assessoria do Acnur e também da ONU. Vai ao Rio Grande do Sul e vai ter cidades inteiras que terão que ser deslocadas. Então, é um projeto que vai numa linha de garantir, baseado na técnica e na experiência internacional, como é que se fará esse deslocamento.

Projetos de não membros da Comissão; vou ler na íntegra.

Projeto de Lei 2.019, de 2024, que estabelece que os benefícios tributários decorrentes de créditos presumidos, manutenção de créditos, subsídios e subvenções oriundos de doações realizadas em favor do Estado do Rio Grande do Sul e de seus habitantes, no contexto da calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional – este projeto é de autoria da Senadora Margareth Buzetti. O que ela propõe: não serão computados na apuração da base de cálculo dos tributos federais que especifica.

O que ela, resumidamente, me explicou, durante dias – durante dias, porque ela foi insistindo até construir o projeto –, foi que todo empresário que doar material de construção para aqueles que perderam tudo, tirando das suas empresas o que produzem – tijolo, cimento, areia e móveis até –, transportaria e mandaria para essas famílias, só que não pagaria os tributos. Eu acho que é um projeto bem pensado, porque haveria um gasto enorme para se doar material para a construção das casas e até dos móveis, a menos que eles não tivessem que pagar os tributos. Eu achei interessante, defendi junto ao Presidente Rodrigo Pacheco, que disse que verá, claro, consultando os Líderes e o Governo, se há possibilidade de avançarmos com o projeto dela. Eu achei o projeto muito interessante. Eles dariam praticamente 90%, e os 10%, 12%, ou 20%, no máximo, que eles teriam que pagar, não pagariam. Seria uma forma de ajudar o Governo na construção das casas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Lei 2.326, de 2024 – por isso que eu disse, Senador Flávio Arns, que V. Exa. foi o autor e poderá até justificar, se assim entender –, que dispõe sobre o pagamento em dobro do benefício de prestação continuada (BPC), pelo período de dois anos, às famílias residentes nos municípios do Estado do Rio do Sul com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecida pelo Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Permitam-me que eu diga que, hoje, o BPC é um quarto do salário mínimo. Ele está dizendo que, nesses dois anos, receberiam ainda meio salário mínimo, mas seria o salário em dobro, o que V. Exa. vai poder justificar.

E a Senadora Zenaide Maia é Relatora – o Otto Alencar foi Relator – de um projeto do consignado, que está sendo visto com muito carinho. Aquele que tem empréstimo consignado, por pelo menos seis meses, não teria que pagar, devido à situação em que se encontra. Aí a gente vê se seis ou oito meses. Este é de minha autoria. Os bancos estão simpáticos a ele, o órgão do Governo, o Conselho da Previdência, deu um parecer favorável, e teremos uma reunião hoje, com os banqueiros, à tarde.

Senador Flávio Arns; em seguida, a Senadora Zenaide.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – O projeto do BPC está na ótica de a gente pensar o que pode ser feito e que aconteça de imediato; não daqui a meio ano, um ano. Lá na Bahia, por exemplo, há três anos, aconteceu o problema, e até hoje não aconteceu ainda nada.

Então, você tem no computador aqui todo mundo que tem o BPC, que é o benefício da prestação continuada – salário mínimo do idoso e da pessoa com deficiência. Essas pessoas são vulneráveis, por quê? Porque, para você ganhar o BPC, a renda *per capita* não pode ultrapassar um quarto do salário mínimo, quer dizer... Em todos os outros programas, é meio salário mínimo; aqui, é um quarto do salário. Então, são vulneráveis.

Essa pessoa, que tem nome, endereço, RG, CPF, tudo, e está desalojada ou desabrigada, durante dois anos, recebe um BPC extra, um salário mínimo extra. Para quê? Está desalojada, desabrigada? Então, vai comprar as coisas, vai acertar a casa, e o dinheiro chega, se o Governo quiser, no mês que vem. No mês que vem está na conta da pessoa. Por quê? Porque já tem todos os dados, tudo certinho, é só a Prefeitura, o Governo dizerem que fulano está desalojado, desabrigado. Ganha o BPC, é o mais vulnerável, chega rápido o dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns pela iniciativa!

Eu, pelo menos, percebi que o Presidente Rodrigo Pacheco viu com simpatia essa sua proposta. Agora, claro, depende de uma articulação com o Governo e com o Colégio de Líderes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Zenaide, Maia, porque foi Relatora do projeto de minha autoria, da questão do consignado para idosos e aposentados.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Finalmente, nós vamos lutar, Presidente, para os bancos fazerem algo, entendeu? É o mínimo que o sistema financeiro pode fazer.

Eu queria lembrar aqui que, em 2019, Flávio Arns, nós aprovamos que essa renda *per capita* do Benefício de Prestação Continuada fosse meio salário mínimo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi isso que eu quis falar aqui e cortei pela metade.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – É. Então, vamos lembrar que a gente aprovou aqui e na Câmara. O Presidente, então, vetou; nós derrubamos o veto. A pergunta que não quer calar... Essa é uma situação assustadora. E eu servi de exemplo, porque fui Secretária de Saúde, e as mães me procuravam. Esse exemplo, que a gente nunca vê isto: mãe que já abre mão da vida para cuidar do seu filho deficiente não tem direito ao trabalho. Essas mães me procuraram porque eram elas, o filho com deficiência e mais dois filhos; aí, o salário mínimo.

Elas me mostravam que quando o filho mais velho – coisa real que eu até citei – que não tinha deficiência conseguia uma bolsa remunerada de ensino de R$600, e essa criança não podia assumir, porque quando somavam os R$600, era mais do que um quarto. Isso é de uma crueldade, porque mantém essa família refém... Os outros não podem progredir, porque precisa chegar a um valor que essa família possa, para poder abrir mão desse benefício de prestação continuada. Nada mais justo. Não sei se o que a gente aprovou vai servir para dar um respaldo legal ao Governo, porque isso foi aprovado.

Aí facilitaria a questão que estou perguntando aqui: você manter uma pessoa com deficiência, com um quarto de salário mínimo? Isso é um acinte! E numa situação dessa agora, que vem mostrar, isso mostra como a gente precisa ver. E o que me chama atenção, em todas essas leis, é que elas estão sendo criadas não só agora para o Rio Grande do Sul.

Nós já temos que nos preparar, porque não dá para não entender que esses fenômenos extremos da natureza vão continuar se repedindo, porque a prevenção não é fácil de a gente conseguir mostrar, por causa do desmatamento, do aquecimento global, não só no Brasil, gente, mas no mundo! No mundo! Então, nós vamos conviver com isso.

E eu fico preocupada porque, mesmo com todo esse aparato, eu vi – eu não lembro qual era a cidade – que o rio veio e levou um bairro todinho, com 5 mil habitantes, não foi? Qual era aquela cidade, Paulo Paim, em que o pessoal entrou na curva e o rio veio – aquela imagem ficou na minha mente – e levou todo um bairro de quase 5 mil habitantes? Aquilo é muito chocante e angustia a gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas quero dizer que vamos... E a pergunta que eu quero fazer: essa questão de já ter sido aprovado esse projeto de lei no Senado foi por unanimidade? Na Câmara, não sei, porque, às vezes... Foi também, não é?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – Não, está no Supremo, decisão monocrática.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Não, aí a gente aprovou, o Presidente vetou, nós derrubamos o veto. Será que isso não vai ter um valor legal para acelerar essa questão aqui do Rio Grande do Sul?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ajudar, boa lembrança.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – E os senhores que são juristas – não é, Paulo Paim? – vão atrás disso.

Mas eu me lembrei disso porque, se o Governo vem, aí vem o impacto financeiro, vai ter que ter uma medida provisória para a gente aprovar. Se já existe, aprovado, o veto foi derrubado, será que isso, legalmente, judicialmente, não vai dar um respaldo para a gente? Para acelerar isso aqui?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – O jurista está lá.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – O jurista está lá. Pois cuide em ver, porque a Senadora aqui é médica e tem que se virar nos 30 para aprender essa ruma de lei que tem aqui, mas, como a gente tem que dar o recado, tem que ir para cima. E é fácil. Eu costumo dizer: quando o projeto defende a população, Paulo Paim, não me interessa de que partido veio. É a favor da população, eu vou para cima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Para concluir, hoje, às 14h, eu recebo os bancos no gabinete. Em síntese, eles estão favoráveis, são eles que deixarão de receber – não é? – por seis ou oito meses o resultado do empréstimo consignado. Eu já tinha informação de que o Conselho da Previdência também apoiou a ideia mediante uma reunião que tiveram.

A última informação, se me permitirem, eu darei rapidamente: amanhã, nós sairemos, às 6h30, da Base Aérea de Brasília, a Comissão Externa – às 6h30, da Base Aérea –, e, dali a 2h30 horas, chegaremos a Canoas. Às 9h, então, estaremos na Base Aérea de Canoas. Da Base Aérea de Canoas, nós vamos para Lajeado; chegando a Lajeado, o evento será num abrigo da cidade, conversando com a população. De lá,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós vamos para Roca Sales. Então, o almoço será... Visitaremos Roca Sales, teríamos em torno de 50 minutos para visitas em Roca Sales, para ver a situação da população – nesse caso, vai ser uma propriedade rural. Às 13h15, estaremos em Encantado; o almoço será fornecido pela empresa Dália, ficaremos lá até às 14h30. Às 14h30, já estaremos nos deslocando para o Auditório Brasil, da Prefeitura de Encantado. Ficaremos nessa Prefeitura, ouvindo Prefeitos e outros convidados, em torno de duas horas. Às 17h, deslocamo-nos, então, para a Base Aérea de Canoas, saindo às 19h30 da Base Aérea e chegando a Brasília às 22h, com a presença dos seguintes Senadores – faço questão de registrar os Senadores da Comissão –: eu, Senador Paulo Paim; o Vice, Ireneu Orth; o Relator, Hamilton Mourão; Jorge Kajuru; Alessandro Vieira; Astronauta Marcos Pontes; Leila Barros; e Esperidião Amin. Talvez um ou outro não possa ir, por agendas que eles também tenham. E, lá no estado, estão já organizados. A minha suplente Cleonice Back, que vocês conhecem, está ajudando lá na organização.

Teremos, então, um debate... Não é um debate, nós vamos lá para ouvir o que o Congresso pode fazer. Todos nós sabemos que o Presidente Lula está indo pela quarta vez ao estado. Temos lá o Ministro Pimenta, que está respondendo pelo Governo, no estado, está fazendo um belo trabalho também. E nós, como Congressistas – fruto dessa iniciativa do Presidente Rodrigo Pacheco –, estaremos lá para que, quando as matérias chegarem efetivamente ao Plenário, esses Senadores tenham o conhecimento de ter visto *in loco*, como a gente fala, a realidade.

Eu vou dar um exemplo da última cidade que eu visitei, que foi Eldorado do Sul. Pensem num estado de guerra e que aquela região foi bombardeada: é mais ou menos isso que eu vi lá, um desespero geral. E, em muitas dessas cidades, a chuva voltou de novo e começou a invadir. Aí me perguntaram se nós íamos assim mesmo. Só pediram para nós que não tivéssemos medo de chuva. Eu disse: "Não, medo de chuva a gente não tem".

Então, nós vamos, a Comissão toda confirmou, partimos amanhã de manhã. Eles voltam à noite, e eu fico lá, porque, na semana que vem, vai ser votação à distância, não é? E eu poderei, então, fazer algumas visitas em alguns outros municípios.

É isso.

Está encerrada a sessão de hoje.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às doze horas e treze minutos do dia três de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Janaína Farias, Humberto Costa, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Romário, Eduardo Gomes e Damares Alves, e ainda dos Senadores Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Magno Malta, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 883, de 2020 - Não Terminativo - que: "Regulamenta a prática de cuidados paliativos nos serviços de saúde, no território nacional." Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). Relatoria: Senador Nelsinho Trad. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 626, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contratação de pessoas com deficiência ou de beneficiários reabilitados da Previdência Social." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao projeto. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 526, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para assegurar a gratuidade da segunda via de carteira de identidade para idosos que se autodeclararem pobres." Autoria: Senadora Nilda Gondim (MDB/PB). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2213, de 2022 - Não Terminativo - que: "Acresce dispositivo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003(Estatuto do Idoso), a fim de estabelecer a gratuidade de emissão, para o idoso, de segunda via de documentos de identificação pessoal que tenham sido perdidos, extraviados, furtados ou roubados." Autoria: Senadora Nilda Gondim (MDB/PB). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao PL 526/2021, com duas Emendas que apresenta, e pela rejeição do PL 2213/2022. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao projeto de lei 526/2021, com as emendas nº 1 e 2-CDH, e pela rejeição do projeto de lei 2213/2022. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5334, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 59 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a formação mínima dos profissionais de apoio escolar previstos no inciso XVII do caput do art. 28 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2246, de 2022 - Não Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de estabelecer regime escolar especial para atendimento a educandos nas situações que especifica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir parecer da CDH favorável ao projeto. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2248, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o direito da criança e do adolescente de visitação à mãe ou ao pai internados em instituição de saúde." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH favorável ao projeto. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3746, de 2023 - Não Terminativo - que: "Acrescenta a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, a redução a zero da alíquota de contribuição para o PIS/Pasep e COFINS na importação e na comercialização no mercado interno de cadeira de rodas motorizadas." Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Dr. Hiran. Relatório: Pela prejudicialidade do projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH pela prejudicialidade do projeto. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 5386, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para incluir diretriz de política urbana relativa à construção, instalação, sinalização, higienização e conservação de equipamentos de uso coletivo." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Relatoria: Senadora Janaína Farias. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 475, de 2024 - Não Terminativo - que: "Veda a adoção de critérios discriminatórios contra estudantes e pesquisadores em virtude de gestação, de parto, de nascimento de filho ou de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção nos processos de seleção para bolsas de estudo e pesquisa das instituições de educação superior e das agências de fomento à pesquisa." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Janaína Farias. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Aprovado o relatório. Observação: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 901, de 2024 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a prioridade e a gratuidade no atendimento às pessoas em situação de rua em serviços de emissão de documentos pessoais." Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH favorável ao projeto. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 39, de 2024 que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater o dia da visibilidade lésbica: pesquisas e ativismo." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. Observação: Requerimento aprovado. Às treze horas e seis minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Flávio Arns. Às treze horas e dezesseis minutos o Senador Flávio Arns devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/03

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 26ª Reunião da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Antes dos itens da pauta, quero informar aos Senadores e Senadoras que os requerimentos apresentados extrapauta serão apenas lidos e a votação ocorrerá somente na reunião deliberativa seguinte.

A Senadora Damares já está presente, como sempre.

Eu vou fazer uma introdução, mas cedo a palavra à senhora, se...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Mas, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... assim entender necessário. Como eu vi, a senhora já entendeu necessário. A palavra é sua.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E é tão necessário.

Nós temos um projeto de lei cujo relatório já foi entregue faz tempo, publicado e que foi amplamente discutido depois da publicação no relatório. Se a gente puder colocá-lo extrapauta – é o 3.773, de 2023 –, fica aqui o nosso requerimento para o senhor apreciar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estou tomando remédio, viu? Eu vim de uma outra reunião, correndo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares, eu recebi, agora mesmo, aqui, um pessoal representando o Governo, e pediram para mim – veja bem, pediram para mim... Eles estão buscando uma alternativa ao projeto. Querem construir; não são contra o projeto, vão ver o que dá para construir. E, nesse sentido... Mas eu pedi a eles: "Olha, eu posso colocar extrapauta e posso não colocar". Eu não coloco se fica aqui o compromisso firmado entre nós de que nós votaremos na quarta que vem. Pode ser?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E se o Governo pedir vista na quarta (*Fora do microfone.*) que vem? Porque, se o Governo pedir vista na quarta que vem, aí vem recesso, semestre que vem. As crianças estão precisando da licença-paternidade.

Então, eu entendo, o assunto é polêmico, mas esta Comissão aqui vai discutir só o mérito, Presidente. Esses assuntos todos com que o Governo está preocupado, e eu entendo a preocupação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que é a transferência de todos... A licença para o Governo que hoje é parcial: uma parte é do empregador, uma parte é do Governo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Se eu fosse Governo, também estaria preocupada, mas esse assunto é tão necessário que uma frente parlamentar foi constituída em torno do assunto.

E nós temos um prazo, o Supremo Tribunal nos deu uma determinação de deliberar sobre a matéria.

Esses detalhes o Governo pode deixar lá para a CAE. Pense aí, Governo, hoje a gente vai falar só do mérito, e do mérito todo mundo aqui é a favor: direito do pai de ficar com o bebê.

Então, enquanto o senhor começa com a pauta, delibera a pauta, o Governo vai orando, pensando, pensando nas crianças, e a gente vê se, até o final...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bom. Vamos iniciar os nossos trabalhos. Enquanto isso, o Governo vai refletindo e vamos ver quais as possibilidades que podem ser construídas juntos.

Eu queria, em primeiro lugar, enquanto aguardo os outros Senadores que estão chegando – o Senador Flávio Arns está chegando... Eu vim agora de uma reunião no Palácio do Planalto, liderada pelo Presidente Lula, no chamado Conselho da Federação.

Senadora Damares, eu só vou ler o título das propostas que são encaminhadas.

Foi importante para mim essa reunião, porque uma das propostas foi a renegociação da dívida dos estados. Estava lá o Governador Caiado, estava Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul, enfim, estavam lá em torno de uns seis ou sete Governadores. Eles estão caminhando para o entendimento, e aqui – eu tenho o documento em mãos – diz que o Rio Grande do Sul terá um tratamento diferenciado. Claro que eles vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

olhar para todos os estados. O Rio Grande do Sul, nessa questão da renegociação da dívida dos estados, terá um tratamento diferenciado.

Programa Dinheiro Direto na Escola. Permite às secretarias municipais e estaduais de educação que representem, junto ao Ministério Público Federal, gestores escolares que deixaram pendência. O valor represado é de cerca de R$100 milhões. A representação do Ministério Público Federal libera automaticamente as escolas para receberem os recursos.

Pacto federativo sobre o clima, um grande pacto nacional, e virá tudo via propostas aqui ao Congresso, devido à situação que todos nós estamos percebendo. É seca numa região e, no meu querido Rio Grande do Sul, chuva, e voltou a chover hoje novamente. Todos vocês, pelos relatos que eu faço e também os outros Senadores, conhecem a realidade do meu estado, como a imprensa tem dado uma cobertura, eu diria, adequada. Ninguém nesse país tem dúvida.

Foi também falado de um projeto de pacto pela adesão ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que envolveria todos os municípios do país, são mais de 5 mil municípios que estariam comprometidos com essa proposta.

Ainda, pacto nacional de cuidados. É uma bela discussão, o Senador Flávio Arns está a par disso. Eu sou Relator, inclusive, de um projeto, os autores são Mara Gabrilli, V. Exa. e... Eduardo Gomes? Eduardo Gomes. O Governo está mandando um projeto para cá. Eu vou dizer o que eu ouvi lá. Eles pediram que nós pegássemos esse projeto e, como Relator do projeto apresentado por V. Exas., que eu fosse construindo uma proposta. A Câmara deverá fazer a mesma coisa. O importante para mim, o que eu sinto, é que há boa vontade dos Senadores e também do Executivo de construir uma proposta conjunta, e eu, na relatoria, vou colaborar nesse sentido.

Só um informe. Foi isso que teve agora lá, esses anúncios de projetos que são mandados à Casa.

Voltamos de imediato com a presença da Senadora Damares Alves, que já fez uma fala, do Senador Flávio Arns e da Deputada Tabata Amaral...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tabata, e o Deputado Léo também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E Deputado Luciano, todos Deputados Federais? Luciano e Léo, uma dupla, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dois irmãos? Parabéns, viu? Meus cumprimentos. Prazer em recebê-los aqui, e, no momento adequado – eu sou muito liberal e democrata, viu? –, vocês poderão até dar uma saudação aqui na Comissão se entenderem assim, porque fica registrada nos *Anais* da Casa.

Então, vamos à nossa pauta agora.

A Tabata também, viu? No momento adequado, a gente vai permitir que você também possa dar sua opinião sobre alguns dos temas que estão em debate aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sobre...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, isso, poderá falar tranquilamente. Só não podem votar, mas falar, todos podem. (*Risos.*)

Vamos lá.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 626, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contratação de pessoas com deficiência ou de beneficiários reabilitados da Previdência Social.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Peço permissão para ir direto à análise. É uma matéria já muito discutida aqui na Comissão, temos propostas semelhantes. Eu vou direto à análise, já pedindo o apoio dos pares para a matéria.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno, cabe a esta Comissão opinar sobre matéria relativa à garantia e à promoção dos direitos humanos, incluindo a proteção e inclusão social das pessoas com deficiência, o que torna regimental esta análise.

Em relação ao mérito, o PL 626, de 2021, sem alterar o percentual obrigatório destinado ao preenchimento de cargos por pessoas com deficiência ou reabilitadas da Previdência Social em empresas com mais de cem empregados, busca tornar mais condizentes com a realidade as regras a serem seguidas pelas empresas nas hipóteses de dispensa ou demissão de pessoas nessas condições.

Frequentemente, são divulgados casos nos quais empresas são desobrigadas judicialmente do pagamento de multa pelo não cumprimento dos percentuais estabelecidos para preenchimento de cargos por pessoas com deficiência ou reabilitadas, em razão de terem envidado os esforços necessários e, ainda assim, não terem encontrado candidatos em número suficiente para as vagas ofertadas. Nesse sentido, o estabelecimento de prazos para que se realize um processo seletivo mais estruturado, como objetiva a proposição, pode ser mais uma ferramenta auxiliadora no âmbito dessa contratação, paralelamente a outras ações públicas e privadas.

O PL altera o §1º do art. 93 da Lei 8.213, de 1991, para autorizar que a dispensa ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 dias e a dispensa imotivada em contrato por prazo indeterminado de trabalhador com deficiência ou reabilitado, possam ocorrer antes que se realize nova contratação, desde que a vaga seja preenchida por trabalhador nessas condições em até 40 dias, contados do cumprimento do aviso prévio, quando houver.

Apesar de o PL alterar a regra existente, entendemos que não há redução dos direitos das pessoas com deficiência ou reabilitadas, porque o percentual mínimo de preenchimento de vagas por pessoas nessas condições não será modificado. O PL apenas estabelece um período de até 40 dias para que a empresa realize nova contratação, o qual reflete aproximadamente a média de tempo de um processo seletivo.

Considerando que a dispensa pode ocorrer por diversas razões, a obrigação de contratar novo trabalhador anteriormente à efetivação da dispensa pode ser, em determinadas situações, requisito desproporcional ao empregador, visto que o processo de contratação, em regra, possui etapas a serem cumpridas, não sendo instantâneo. Nesse sentido, é possível que a decisão de dispensa não seja tomada em tempo hábil para que se promova a contratação nos moldes adequados de outro trabalhador antes de o anterior ser dispensado. Por isso, a melhor estruturação desse processo, como o PL busca fazer, beneficiará tanto o empregador quanto o trabalhador a ser contratado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por sua vez, o §5º que o PL objetiva inserir no art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991, prevê que o cargo vago em razão de pedido de demissão de pessoa com deficiência ou reabilitada poderá ser ocupado em até 90 dias por outro trabalhador com deficiência ou reabilitado, sem que reste caracterizado o descumprimento do percentual mínimo previsto no *caput* do art. 93.

Considerando que ao empregador a demissão é em regra menos previsível do que a dispensa, o estabelecimento de prazo maior no §5º para que a empresa contrate novo trabalhador parece ser proporcional. Além disso, trata-se de regra que favorece a contratação de pessoas com deficiência ou reabilitadas mesmo nos casos de demissão.

Entendemos, também, que o disposto no §6º que o PL objetiva inserir no art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991, é razoável, visto que, mesmo se atingido o percentual mínimo, fossem exigidas das empresas novas contratações de pessoas com deficiência ou reabilitadas, não haveria razão de existir do percentual mínimo obrigatório.

Finalmente, destacamos que, não obstante o PL nº 626, de 2021, contribuir para maior clareza das regras referentes à contratação de pessoa com deficiência e reabilitada, permanece a responsabilidade do poder público e das empresas de promoverem iniciativas que favoreçam, cada vez mais, maior capacitação e inclusão social de grupos ainda sub-representados nas organizações existentes.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do PL 626, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Eu sei que tem um... Até em respeito ao Luciano... Eu vou lhe falar quem é Luciano: um deficiente visual que trabalha comigo há mais de 20 anos, trabalha aqui, e o Santos Fagundes também, deficiente visual, que foi coordenador do meu gabinete. Eles fazem rodízio. Trabalham comigo há mais ou menos 30 anos, e pediram que nós fizéssemos algumas alterações, mas, como a senhora tem feito comigo, com a grandeza de sempre, conversamos com eles e vamos fazer alguma alteração, se for possível, na Comissão de Assuntos Sociais.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Isso. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se depender de mim, o Senador Flávio Arns vira relator lá. Claro que eu não sou... Lá quem fala é Humberto Costa, querido Senador de todos nós. Então, nós aprovaríamos aqui exatamente como está, mas fiz esse comentário em respeito ao Luciano, inclusive, não é? Inclusive, ele está ali. É aquele moço lá, que está chegando ali.

O.k.? Podemos encaminhar então?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue agora para análise da CAS.

Luciano, eu já fiz a tua defesa aqui, viu? Tu fizeste a tua parte. Daí, acordamos de... O Flávio Arns deve relatar na CAS. E lá vamos ver as possibilidades. Naturalmente, dependerá do relator.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2246, DE 2022

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de estabelecer regime escolar especial para atendimento a educandos nas situações que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CE.

Autoria: Deputada Federal Professora Dorinha Seabra.

Por entendimento já acertado, foi solicitado que o Senador Flávio Arns fosse Relator *ad hoc* desse projeto.

A palavra está com o senhor.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Eu agradeço a V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Presidente da Comissão de Educação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E estou aqui ao lado da Tabata Amaral, que é também uma liderança extraordinária na área da educação e em outras áreas sociais fundamentais. É uma honra tê-la aqui na Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tenho acompanhado a trajetória dela, uma jovem – ia dizer Senadora, hein? – Deputada. Parabéns pelo seu trabalho.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E com uma argumentação forte, boa, convincente; não é só teoria, é colocar a teoria em ação, na realidade. Parabéns!

Como foi dito, é um projeto de lei da Senadora Professora Dorinha Seabra, relatoria da Senadora Mara Gabrilli.

Passo diretamente à análise, Sr. Presidente.

E, na análise, quero só dizer que está de acordo com a legislação vigente.

E, passando para o mérito, o texto dá densidade normativa às normas constitucionais atinentes ao tema, em especial aos direitos sociais, com destaque para os direitos à educação, saúde e proteção da maternidade e da infância, cujo provimento é dever compartilhado entre a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Nessa linha, importa ressaltar o estabelecido no inciso I do art. 206 de nossa Lei Maior: o ensino deve ter como princípio a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

É no sentido de materializar a igualdade de acesso que o PL em exame cria os meios de garantir a educação e a aprendizagem, mesmo quando o estudante se encontra impossibilitado de se deslocar até a escola por enfrentar barreiras relacionadas com suas condições de saúde ou de atendimento aos cuidados de crianças na primeira infância.

Expressiva parcela de meninos e meninas, que deveriam usufruir de seu direito cidadão ao aprendizado, acaba abandonando a escola pela dificuldade de recuperar as perdas acarretadas pelo afastamento do ambiente escolar por longos períodos de tratamento de saúde – tratamentos que não impossibilitariam o aprendizado, mas tão somente o deslocamento físico, Senadora Jussara, do estudante.

Da mesma maneira, as lactantes também acabam abandonando a escola pelas dificuldades de atender às necessidades de alimentação de filhos recém-nascidos e, ao mesmo tempo, frequentar o ambiente escolar, que, mesmo com toda boa vontade, não consegue oferecer o espaço adequado para o atendimento dessa demanda. A mesma situação se apresenta para quem precisar cuidar de crianças com menos de três anos de idade, fator de peso na evasão escolar especialmente de mães estudantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ressalte-se, por fim, que a legislação já prevê o atendimento domiciliar a estudantes portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas; estudante grávida, a partir do oitavo mês e durante três meses; e estudantes que integrem representação desportiva nacional. Também prevê o atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado. A abrangência dessa disposição, entretanto, é menor que a da proposição em análise, que inclui também o sistema de ensino superior, quer dizer, a educação vai da creche até a pós-graduação, há circunstâncias que têm que ser previstas e há essas excepcionalidades até e outras relevantes situações que acarretam a evasão escolar.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.246, de 2022, parabenizando a Senadora Mara Gabrilli pelo relatório e a proposição da Senadora Professora Dorinha Seabra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos a V. Exa., Senador Flávio Arns. Estendo o seu mesmo agradecimento à Professora Dorinha Seabra e à Senadora Mara Gabrilli.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Colocamos em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 3746, DE 2023

- Não terminativo -

Acrescenta a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, a redução a zero da alíquota de contribuição para o PIS/Pasep e COFINS na importação e na comercialização no mercado interno de cadeira de rodas motorizadas.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH, CAS e terminativo na CAE.

Relatoria: Senador Dr. Hiran.

Concedo a palavra, conforme entendimento feito, à Senadora Damares Alves, para fazer o relatório *ad hoc*.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise.

Nos termos regimentais, cabe a esta Comissão opinar sobre a proteção e a inclusão social da pessoa com deficiência, o que torna regimental esta análise.

Destacamos, inicialmente, que reproduzimos a expressão "pessoas com incapacidade", pois é a que consta da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), adotada pela Tabela de Incidência do IPI. No entanto, tal expressão está obsoleta, em razão de seu sentido capacitista e de levar à confusão com o conceito de capacidade civil.

Atualmente, em observância à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o termo mais adequado para se referir a pessoas com características atípicas, desviantes dos padrões socialmente estabelecidos – em torno dos quais a sociedade se organiza – e às quais são impostas barreiras geradas por atitudes e ambientes, é "pessoas com deficiência".

Em relação ao mérito, não obstante o louvável objetivo da proposição de desonerar as pessoas que necessitam de cadeira de rodas, o PL 3.746, de 2023, é injurídico, pois não traz inovação. Isso porque a Lei nº 10.865, de 2004, já prevê, em relação à cadeira de rodas e a outros veículos para pessoas "com incapacidade", entre aspas, mesmo com motor ou outro mecanismo de propulsão, que será zero a alíquota da contribuição para o Pis-Pasep e da Cofins nas hipóteses de sua importação e, também, que será zero a alíquota da contribuição para o Pis-Pasep e da Cofins incidente sobre a receita bruta decorrente de sua venda, no mercado interno.

Assim, entendemos que a matéria tratada pelo PL está prejudicada, pois a desoneração visada já existe.

Por fim, considerando a prejudicialidade da proposição, ficam também prejudicadas as nossas considerações sobre o seu impacto orçamentário e financeiro, à luz do art. 14 da LRF, visto que a alíquota zero, prevista nos termos do PL, apesar de implicar renúncia de receita, já está em vigor.

O voto, Sr. Presidente, em razão do exposto, é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei 3.746, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, pela prejudicialidade do projeto.

Aqueles que o aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, pela prejudicialidade do projeto.

O projeto segue para análise da Casa e, posteriormente, para análise terminativa na CAE.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 901, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre a prioridade e a gratuidade no atendimento às pessoas em situação de rua em serviços de emissão de documentos pessoais.

Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns, para leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Novamente, Sr. Presidente, com a permissão, passo para a análise, só dizendo que também está de acordo com o que a legislação preceitua para a apresentação de projetos dessa natureza.

Passando, então, para a análise, o mérito da proposição é louvável.

Segundo dados do Ipea, a população em situação de rua no Brasil chegou a 227 mil pessoas em 2023. Esse número representa um aumento de 935% se compararmos a 2013. Essa população, que utiliza os logradouros públicos e áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, enfrenta diariamente múltiplas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vulnerabilidades. Isso inclui o estigma social que recai sobre as pessoas em situação de rua – atravessado também por racismo, visto que 68% dessas pessoas são negras. Além disso, 14% têm algum tipo de deficiência e são, dessa forma, vítimas também do capacitismo.

O primeiro passo para devolver a dignidade dessas pessoas é assegurar o acesso à identificação civil. Sujeitas a ambientes insalubres e a condições desumanas de sobrevivência, é natural que a população em situação de rua tenha dificuldades para manter seus documentos básicos. Não possuir documentos de identificação reflete diretamente no acesso a serviços e programas governamentais e na obtenção de empregos formais, fato que inviabiliza o exercício da cidadania. Nesse contexto, é imperativo que o Estado intervenha para facilitar o acesso a tais documentos, eliminando barreiras burocráticas excessivas, que dificultam o acesso a esses documentos pela população em situação de rua.

Nesse sentido, destacamos a recente Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua, instituída pela Lei 14.821, de 16 de janeiro de 2024, que prevê iniciativas para a superação da situação de rua por meio da elevação da escolaridade, qualificação profissional e acesso ao trabalho e à renda. A lei prevê que os Centros de Apoio ao Trabalhador em Situação de Rua facilitarão a emissão de documentos básicos para trabalhadores em situação de rua.

Assim, para complementar essa e outras políticas existentes, o Projeto de Lei 901, de 2024, da Senadora Ana Paula Lobato, busca inovar nosso ordenamento jurídico ao priorizar o atendimento e assegurar a gratuidade na emissão de documentos básicos para todas as pessoas em situação de rua. Com a aprovação desta proposta, avançaremos significativamente em direção à efetivação da cidadania plena para essa população, não só garantindo o acesso a direitos constitucionalmente estabelecidos, mas também oferecendo a possibilidade de uma vida mais plena e digna.

Ante as razões apresentadas, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 901, de 2024.

Eu só quero destacar, Sr. Presidente, se me permite, já que a gente está falando sobre as pessoas em situação de rua e lá em São Paulo há uma situação que a gente acompanha, dramática para as pessoas, porque ninguém gostaria, na maior parte das vezes, pelo menos, de estar numa situação de rua, estar numa situação de rua por imperativos de marginalização, de vulnerabilidade, de falta de direitos assegurados...

Mas eu só quero dizer que nós temos que valorizar as entidades, associações, fundações que trabalham com o povo de rua, porque eu tive uma discussão, recentemente, com um pessoal bem-intencionado, querendo fazer cursos de qualificação, de profissionalização, e disseram: "Olhe, mas o povo de rua não se matricula no curso, e os que se matricularam desistiram". E eu disse para essas pessoas, empresários, bem-intencionados – bem-intencionados, que queriam ajudar –: "Olha, o mais importante é que vocês querem colaborar, ajudar; isso é o essencial. Agora, nem vocês e nem eu sabemos principalmente como fazer – como fazer –, mas as associações que trabalham com o povo de rua sabem como fazer".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos muitas entidades muito sérias no Brasil, em São Paulo, Curitiba. Curitiba é um drama também, só que as associações não têm fôlego, não têm pernas para atender. Mas se a gente dissesse: "Vamos fazer juntos, poder público e associações, fundações, o povo que sabe como fazer", aí o resultado é outro. Eu disse para os empresários: "Olha, vamos chamar a associação e vamos apoiá-los, apoiar financeiramente, materialmente, para que isso aconteça". Aí sim, eu acho que há esperança.

Lá em Curitiba são, aproximadamente, eu diria... A estimativa aponta para 3 mil, 4 mil, 5 mil, mas as pessoas dizem "coloque o dobro", não são 5 mil, são 10 mil; 4 mil, são 8 mil. Eu digo que não é possível que uma cidade grande não consiga achar uma solução, até individual, um plano. Cada um tem uma história, e é uma tarefa difícil.

Só para encerrar, eu lembro que um padre estrangeiro veio para o Brasil, foi procurar o meu tio, D. Paulo Evaristo, que era Cardeal de São Paulo à época, e disse: "Olha, eu quero trabalhar com o povo de rua". Daí o meu tio falou: "Então, fique três dias na rua, depois você vem falar comigo". Daí ele disse: "Olha, eu quero ajudar, mas não vou trabalhar mais, porque é uma missão grande", mas tem gente que sabe fazer, não é?

A gente, que não conhece a situação, estamos aqui no Senado discutindo, mas dizer: quero ajudar você, entidade séria, boa, das igrejas ou não. E tem muita gente boa aí que quer fazer isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Flávio Arns, pelo complemento que fez. Acho que é unanimidade a sua fala aqui no Plenário.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem quer discutir, encerro a discussão.

Coloque em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2248, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o direito da criança e do adolescente de visitação à mãe ou ao pai internados em instituição de saúde.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CAS e CDH

Em 05/07/2024 - a matéria recebeu parecer favorável da CAS.

Autoria: Deputada Federal Carmen Zanotto.

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli.

Ela pediu que o Senador Flávio Arns, se possível, relatasse para ela.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, como Relator *ad hoc,* do parecer da Senadora Mara Gabrilli.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Passo à análise também, Sr. Presidente.

Um dos pilares do ECA é o direito à convivência familiar. A companhia dos parentes, em especial da mãe e do pai, é necessária para crianças e adolescentes terem um desenvolvimento saudável. O contato oferece segurança, orientação e afeto para a construção da identidade adulta. Com efeito, segundo estudos de neurociência, o afeto e o estímulo são importantes para as sinapses cerebrais, auxiliando, assim, o seu desenvolvimento emocional, físico e cognitivo.

Apesar de sua destacada importância, a convivência é frequentemente prejudicada em cenários de internação hospitalar. Há numerosas publicações acadêmicas que reforçam a importância dos vínculos familiares, tanto para o indivíduo internado quanto para a sua família, especialmente ao se considerar o seio familiar como elo de busca de apoio e de proteção, incluindo componentes afetivos. Nesse sentido, separações abruptas dos membros familiares são extremamente prejudiciais, trazendo estresse emocional e distanciamento associados à incerteza com relação ao estado e ao futuro do familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, o PL 2.248, de 2022, da Deputada Carmen Zanotto, é meritório ao garantir o direito de crianças e adolescentes visitarem seus pais durante internações em instituições de saúde.

O projeto fomenta, de forma... Eu estou fazendo uma síntese, Sr. Presidente.

Além disso, o projeto fomenta, de forma indireta, avanços em qualidade de serviço dos estabelecimentos de saúde, sendo incentivo ao acompanhamento e à implementação da prática da visitação. A facilitação do acolhimento de acompanhantes ao serviço de saúde colabora para a resolução de problemas estruturais de acesso às unidades de internação, os quais são rotineiramente relatados na mídia.

O PL, dessa forma, propicia avanços que se harmonizam com os princípios do Sistema Único de Saúde e com a Política Nacional de Humanização, inserindo-se como elemento para viabilizar avanços na integralidade do cuidado e para fomentar maior autonomia aos sujeitos e às famílias.

Ademais, vale ressaltar que, ao estabelecer que a visitação se dará nos termos das normas regulamentadoras, a proposição assegura para os pacientes e para a equipe de saúde a manutenção de normas técnicas de segurança, as quais são fundamentais em ambiente de internação de instituições de saúde.

Em resumo, a separação familiar durante internações impacta negativamente de forma direta todos os membros da família. As visitas realizadas pela criança ou adolescente a mãe ou pai internados são de suma importância por fortalecer vínculos afetivos, formulação de valores, aprendizado, interação com a sociedade e no desenvolvimento integral, além de contribuir positivamente para a recuperação do estado de saúde da pessoa internada.

Por tais motivos, acolhemos a proposta.

Esse é o relatório da Senadora Mara Gabrilli.

Ante o exposto – e concordo com ele, quero dizer, como Relator *ad hoc* –, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.248, de 2022.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão favorável ao projeto. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos esperando a Senadora Janaína, que, provavelmente, não sabe qual é o período em que ela fica, já que ela é suplente.

Estamos tentando dar a oportunidade de ela fazer dois relatórios.

Então, devido a isso, eu entro na sua provocação... (*Risos.*)

... provocação positiva no debate, não é?

E, se V. Exa. permitir, eu passo a palavra à Deputada Tabata Amaral.

A SRA. TABATA AMARAL (Bloco/PSB - SP. Para expor.) – Muitíssimo obrigada, Presidente.

Eu o cumprimento. É uma honra estar aqui no Senado nesta Comissão tão importante.

Cumprimento também meus amigos, Senador Flávio Arns, minha amiga Senadora Jussara, minha parceira nessa luta em que a gente já está há tanto tempo, a Senadora Damares.

E gostaria de trazer que existe um trabalho de mais de ano liderado pelas bancadas femininas tanto da Câmara quanto do Senado, pela Secretaria da Mulher para que a gente possa avançar em um vácuo que foi deixado pelo nosso país nos últimos 40 anos, que é o vácuo da licença paternidade.

Existe uma previsão constitucional de que o Congresso se debruçaria sobre esse tema a partir de 88 e que, na ausência de uma deliberação, ficariam os cinco dias que nós temos hoje. E uma provocação que a gente vem trazendo é do quão frágeis são esses cinco dias, período mais curto do que o Carnaval, tempo impossível para que a mãe possa se recuperar do parto e, o mais importante, para que esse laço tão importante entre o pai e o filho ou a filha possa se estabelecer. Algo que a gente vem defendendo da esquerda à direita, Câmara e Senado, é para que o Congresso Nacional entenda a importância da família. Famílias fortes, famílias presentes são a maior política pública que a gente pode ter. Isso reduz riscos na saúde, reduz riscos de dependência química, aumenta a escolaridade dessas crianças.

Então, tem um fator econômico muito importante que é o da participação da mulher no mercado de trabalho, mas existe também todo um desenvolvimento infantil para o qual a gente precisa olhar.

Tudo isso, Presidente, porque, ao longo deste último ano, a gente fez algo inédito, extraordinário, que foi a Câmara e o Senado, por meio de suas Bancadas Femininas, de uma frente Parlamentar que nós temos a honra de liderar – eu e a Senadora Damares Alves –, concordarem sobre um único texto. Isso é inédito em um país tão dividido, tão polarizado como o nosso! Existe todo um trabalho da CoPai, do Family Talks, da sociedade civil, que vem fortalecendo para que possamos avançar.

O nosso avanço é tímido – são 30 dias de começo –, mas é, de novo, para que a gente possa ir construindo, como um país, e possa ter uma perspectiva. Como já faz mais de um ano, a gente gostaria muito de aproveitar essa oportunidade e fazer avançar o projeto nesta Comissão no dia de hoje. Existe uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conversa que está sendo feita com o Governo Federal já há muito tempo e de forma muito presente sobre o impacto financeiro, mas a gente entende que a CAE seria o melhor ambiente para a gente se aprofundar em compensação e qual é a transição que a gente deve fazer. Seria muito bonito e histórico se a Comissão de Direitos Humanos, no dia de hoje, pudesse avançar, pudesse dar esse passo para que as crianças que estão por vir possam ter seus pais mais presentes.

Tentei fazer esse apelo, Presidente, porque, se o senhor acatar nosso pedido, e da Senadora Damares Alves, de incluir esse projeto na pauta de hoje, tenho certeza de que será uma vitória de toda criança, de toda mulher e de toda família brasileira. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foste muito bem, de forma resumida, mas...

A SRA. TABATA AMARAL (Bloco/PSB - SP. *Fora do microfone*.) – Eu me alonguei um pouquinho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, enquadrou, enquadrou a realidade do projeto na sua visão, naturalmente, a qual a gente respeita muito. Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, não tem nenhum atropelo. A construção desse relatório foi feita com muitas mãos. Nós ouvimos o Governo, nós ouvimos os empresários, nós ouvimos a indústria, nós ouvimos o Ministério Público... São inúmeras reuniões. O relatório já foi publicado. A autoria é do Senador Kajuru, que é alguém da base do Governo, apesar de quem está...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vice-Líder do Governo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... quem está relatando ser uma Senadora de oposição. Mas todos os senhores sabem que, quando o assunto é infância, muitas vezes estou aqui defendendo matérias do Governo, que esse ingrediente não seja considerado, quem é a Relatora, mas houve diálogo.

E esta Comissão, Presidente, tão somente vai deliberar sobre o direito. É, de fato, o direito da mãe, da criança, é proteção da família. Esses aspectos, que ainda precisam de um debate, uma conversa, um pouquinho mais à frente, a CAE vai estar lá para isso. Eu estarei na CAE. A nossa frente Parlamentar estará lá; nós vamos continuar esse diálogo. Mas, hoje, nós vamos falar: é direito ou não é? É isso que é a atribuição desta Comissão. E creio que o Governo entende que é direito.

O Governo está a favor do relatório porque entende que a gente vai beneficiar a mulher, a criança, a mãe, a família, todo mundo. Então, a gente delibera sobre a questão do direito, que é o que o Regimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Interno me obriga no meu relatório. Mesmo sendo o aspecto direito, nós ouvimos tudo. Nós falamos sobre impacto financeiro, nós conversamos sobre transição. Apesar de... eu não fiquei somente no direito, eu trouxe um relatório que pode ser modificado lá na frente? Pode. Mas ele foi feito, Senador, com muito zelo. Nenhum atropelo, nenhuma disputa política.

Imagine eu e Tabata...

A SRA. TABATA AMARAL (Bloco/PSB - SP. *Fora do microfone*.) – E a Benedita da Silva.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E a Benedita.

A SRA. TABATA AMARAL (Bloco/PSB - SP. *Fora do microfone*.) – É a nossa Vice-Presidente na Câmara...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós construímos ouvindo todo mundo – especialistas sentaram conosco.

Então, o apelo seria: Governo, a gente lê o relatório hoje; se alguém for pedir vistas, a gente ganha uma semana para trazer adequações e volta na próxima semana, mas, no mínimo, a leitura do relatório, a gente vencer essa etapa hoje.

E nada vai ser aprovado com essa urgência, Presidente, porque outras Comissões vão deliberar a matéria. Então, o Governo vai ter tempo suficiente para trazer os ajustes que julgar necessários.

A SRA. TABATA AMARAL (Bloco/PSB - SP) – Em um minuto... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. TABATA AMARAL (Bloco/PSB - SP) – Então eu vou seguir a sua orientação.

Só registrar a autoria do Senador Kajuru, que vem sendo muito importante para essa construção, e também a liderança da nossa coordenadora, Presidente da Bancada Feminina, que é a nossa Deputada Benedita da Silva, a nossa querida Benê.

A Benê elencou, neste ano, essa pauta como a pauta principal da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados. Ela é Vice-Presidente da nossa Frente Parlamentar, e eu acabei de me lembrar que seria importante fazer um registro, porque hoje a Benê sofreu uma violência, uma agressão racista muito grave, e, como alguém que se inspira nela desde sempre e que vê a importância da liderança da Benê para as mulheres e para toda a população brasileira, só queria fazer esse registro da minha condenação dessa fala violenta, racista, e registrar também a minha admiração pela Benê, que inspira e lidera meninas e mulheres do Brasil todo, da esquerda, direita, e vem fazendo um trabalho de união muito forte na Bancada Feminina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente, eu concordo também com os argumentos apresentados, a solidariedade para a Benedita, sem dúvida alguma. Não sei o que que aconteceu, mas é um absurdo que aconteça.

Eu sempre lembro a frase do Vini Jr. O Vini Jr. disse: "Eu não sou vítima de racismo; eu sou algoz de racistas". Ou seja: se ele for vítima, ele está sozinho; se ele for algoz, ele está chamando todos nós para sermos algozes juntos.

Mas eu acho que o argumento principal é que direitos humanos incidirem... Como foi falado: é direito ou não é? É direito. Vai tramitar provavelmente pela CAS também, pela CAE, porque é previdência, parte econômica, tudo...

Eu, da minha parte, acho bem interessante e quero enaltecer o trabalho conjunto. Isso deveria acontecer mais vezes.

Aconteceu no Fundeb também. A gente articulou junto na Câmara e no Senado, e foi aprovado.

Mas parabéns! Estamos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Jussara, por favor.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Quero cumprimentar o nosso querido Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão; cumprimentar aqui a Senadora Damares pela brilhante relatoria desse projeto; a Deputada Tabata Amaral, que é uma Deputada que se destaca no nosso país, é referência como uma jovem que tem ideias brilhantes e que serve de inspiração para a juventude brasileira; e cumprimentar aqui esse grande cidadão, esse Senador tão gentil e tão querido por todos nós.

Falar da Benedita da Silva é falar de uma grande mulher do nosso país.

A Deputada Benedita é inspiração para todos nós. Quando eu a vejo, eu me deparo com uma mulher extraordinária, alguém que abriu portas para as mulheres deste país, não só para as mulheres pretas do país, mas para todas nós mulheres. Ela serve de inspiração. Ela nos dá esperança de que a gente tem que continuar trilhando esse caminho que é o caminho da Benedita da Silva, que foi Governadora do Rio de Janeiro, que iniciou na política... Ela nos dá essa total, digamos assim, como já falei, esperança de que as mulheres devem, sim, continuar na política. E ela é essa mulher empoderada, ela é inspiração para todas as mulheres do nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Senadora Jussara.

Se me permitirem, eu tuitei quando eu soube da notícia e vou ler aqui o meu tuíte na íntegra:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Senador Paulo Paim [o tuíte diz]
> Nossos cumprimentos à deputada federal Benedita da Silva, coordenadora-geral da bancada feminina da Câmara. Ela discursou na abertura da primeira reunião de mulheres parlamentares dos países que integram o G-20, evento realizado em Maceió.
>
> Benedita é uma das mais importantes defensoras dos direitos humanos, dos direitos das mulheres, da luta antirracista e contra todas as formas de discriminação e preconceito.
>
> Uma brasileira de alma, coração e pensamento grandioso e humanista. Benedita representa o Brasil das diversidades e das multicores, do respeito ao outro, da pluralidade e da dignidade, daqueles que ainda sonham com um país melhor para todos.
>
> Neste 3 de julho, Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial, saibamos [saibamos e saibamos] nos espelhar em Benedita da Silva

Vida longa à Benedita da Silva e a todos aqueles que defendem os direitos humanos e que combatem todo o tipo de preconceito.

As palmas são para ela, não é para mim, são para Benedita da Silva. (*Palmas.*)

Eu não quis entrar no tuíte em que ciclano ou beltrano disse... Acho que é bem melhor... Eu caminho no positivo. E foi essa a preocupação do meu tuíte.

Voltamos ao tema.

O pessoal do Governo me olha lá e diz: "O que ele vai fazer?". O pessoal daqui diz: "E agora?". Eu acho que o melhor caminho é esse. É porque me dizem – eu não vou nem dizer que eu estudei o projeto, porque seria uma falta de verdade, não seria verdadeiro, eu só fui comunicado – que tem um impacto financeiro. Vocês já explicaram que realmente tem um impacto financeiro. Eu peguei só um resuminho, pois me disseram que aquela parte que o empregador pagaria agora ficaria tudo para a União – é um resumo, só um resumo. O que eu acho que é o melhor caminho? O melhor caminho, de fato, é nós assumirmos aqui um compromisso – eu já falei com o pessoal do Governo, eu de minha parte cumpro a palavra –: não votaríamos hoje, nem leríamos o projeto hoje, mas votaríamos na próxima quarta-feira.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É que eu entendo que, se não ler o relatório, dá mais oportunidade para que a gente... Tem que confiar na palavra. Eu vou confiar na minha palavra e na dos que me deram. Isso dá mais oportunidade. Quem sabe a gente possa construir alguma redação de acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Como esta é uma Comissão de Direitos e está membro da Comissão quem luta por direitos, quando eu olho para aquela composição ali, eu não vejo ninguém que brigaria contra as crianças, não, Tabata. Eu acho que a gente consegue, se o Governo... Minha única preocupação é o Governo, porque o mais alcançado é o Governo. Se o Governo disser que não pede vista na semana que vem, nos demais eu acho que é fácil fazer o diálogo e a gente votar na semana que vem. E o Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E, não pedindo vista, eles estão garantindo a palavra que eu estou dando aqui.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sou de cumprir acordo. Estuda-se o projeto; o Governo pedindo um tempo a mais, está sendo dado esse tempo. Dá tempo a que, se tiver alguma emenda a ser colocada, seja colocada. A relatoria vai analisar naturalmente e nós votamos na próxima quarta-feira. O.k.? Não é o ideal, mas é um meio-termo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., concordo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos em frente, então. (*Pausa.*)

Neste momento, eu teria dois projetos que estão na pauta, é um requerimento e um projeto de minha autoria.

Eu passo a Presidência ao Flávio, enfim, a qualquer um Senador do Plenário que entender. (*Pausa.*)

A Jussara é sempre um coração enorme, mas eu gosto de que as mulheres presidam toda vez que há oportunidade. E neste momento não teve como eu não aceitar a pressão democrática e unânime das mulheres e do meu Presidente aqui.

Presidente, a palavra é sua.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Eu só quero, antes de passar a palavra para o Senador Paulo Paim, dizer para a Deputada Tabata e para a Senadora Damares que a gente pode confiar sempre 100% no Paulo Paim. Ele cumpre acordos, ele coloca em votação e ele procurou achar o meio-termo também, porque esse projeto já vem tramitando há tanto tempo, já poderia ter havido alguma manifestação, mas, em uma semana, a gente libera – não é, Damares? – também. Estamos juntos, pelo menos. E vai para outras Comissões também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem.

Item nº 3 da pauta, tramitação conjunta.

TRAMITA EM CONJUNTO

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 526, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para assegurar a gratuidade da segunda via de carteira de identidade para idosos que se autodeclararem pobres.

Autoria: Senadora Nilda Gondim (MDB/PB)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao PL 526/2021, com duas Emendas que apresenta, e pela rejeição do PL 2213/2022.

Observações:

Tramitação: CDH, CCJ e CAE.

[Tramita em conjunto: Projeto de Lei nº 2.213, de 2022, não terminativo, que acresce dispositivo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), a fim de estabelecer a gratuidade de emissão para o idoso de segunda via de documentos de identificação pessoal que tenham sido perdidos, extraviados, furtados ou roubados.]

Autoria: Deputado Federal Beto Rosado.

Concedo a palavra ao Presidente e amigo Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente Flávio Arns, se V. Exa. me permitir, eu vou diretamente à análise, que é um resumo do projeto.

Conforme o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à nossa Comissão opinar sobre matéria respeitante à proteção e à integração social das pessoas idosas. É, pois, regimental o exame dos Projetos de Lei nºs 526, de 2021, e 2.213, de 2022, por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também nos parecem de boa constitucionalidade as matérias, visto ser de competência do Congresso Nacional legislar sobre cidadania, conforme o inciso XII do art. 22 da Carta Magna, assim como sobre registros públicos, conforme o inciso XXV do mesmo artigo.

No mesmo sentido, não se vê óbice de juridicidade nas matérias, que não contradizem lei em vigor, inovam a ordem jurídica, são suficientemente genéricas e guardam potencial coercitividade.

Quanto ao mérito, temos que ambas as matérias, que contêm ideias normativas muito semelhantes, têm valor e são do interesse das pessoas idosas, segmento populacional cuja importância social só tem crescido entre nós nas últimas décadas e que muito merece a consideração contida nas duas proposições ora em exame. São fatos, ressaltados por ambas as proposições, a maior vulnerabilidade das pessoas idosas aos crimes de furto ou de roubo em vias urbanas, a consequente perda de documentos e, junto com ela, a perda temporária do acesso a serviços e a direitos. As duas matérias mostram sensibilidade a questões sociais relevantes.

A solução encontrada pelo Projeto 526, de 2021, nos parece mais enxuta, precisa e menos complicada. O rol de documentos cuja expedição se torna gratuita é mais amplo conforme o Projeto de Lei 2.213, de 2021, envolvendo diversos tipos de documentos, que não são especificados, o que lhe prejudica levemente a potencial coercitividade que caracteriza a boa juridicidade.

Além do que, não vemos boas razões para a generalização da gratuidade, dado o momento orçamentário do país e o fato de que muitas pessoas idosas gozam de afluência econômica. Contudo, oferecemos emenda ao PL 526, de 2021, inspirada na prudência mostrada pelo PL 2.213, de 2021, que condiciona o benefício à apresentação de boletim de ocorrência policial descrevendo as circunstâncias do roubo, furto ou extravio da carteira de identidade. Também procuramos adequar a técnica legislativa para fazer com que o art. 1º da proposição enuncie o objeto e o âmbito de aplicação da lei.

Voto.

Em virtude dos argumentos apresentados, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.213, de 2021, e pela aprovação do Projeto de Lei nº 526, de 2021, com as seguintes emendas – vou só ler os artigos das emendas.

> "Art. 1º Esta Lei institui gratuidade para a emissão de segunda via de Carteira de Identidade de pessoas idosas que se declarem pobres."

A outra emenda:

> "Art. 2º O art. 7º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:
> 'Art. 7º .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parágrafo único. É assegurada a gratuidade da expedição da segunda via da Carteira de Identidade para as pessoas com idade acima de sessenta anos que se autodeclararem pobres, mediante a apresentação à autoridade de boletim de ocorrência policial que contenha a descrição do extravio, perda, roubo ou furto desse documento.′ (NR)″
É isso, Sr. Presidente.

Portanto, o voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Paulo Paim.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao PL 526, de 2021, com duas emendas que foram apresentadas, e pela rejeição do PL 2.213, de 2022.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao Projeto 526, de 2021, com as Emendas nºs 1 e 2, CDH, e pela rejeição do PL 2.213, de 2022.

O projeto segue para análise da CCJ e, posteriormente, da CAE.

Passamos ao item 11 da pauta.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 39, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para debater o dia da visibilidade lésbica: pesquisas e ativismo.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Concedo a palavra a V. Exa. para encaminhar o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Informo a todos também, Senador Flávio Arns, que o item 4, a pedido do MEC, a pedido do Governo e porque o projeto é de minha relatoria, para que eles façam um estudo melhor, eu já tirei de pauta previamente. Por isso é que vamos para o requerimento agora.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Dia da Visibilidade Lésbica: pesquisas e ativismos.

No dia 29 de agosto comemora-se o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. A data foi escolhida em razão do 1º Seminário Nacional de Lésbicas, que aconteceu em 1996. É um dia dedicado a discutir políticas públicas de combate à lesbofobia e dar visibilidade à comunidade lésbica no Brasil.

Muito se avançou em questão de legislação para as mulheres lésbicas, como exemplo, a Lei Maria da Penha, que faz menção à orientação sexual; a possibilidade de mulheres lésbicas se casarem no civil; o amparo legal para reprodução assistida; e a grande conquista em 2019, quando o Supremo Tribunal Federal aprovou equiparar a homofobia e a transfobia como crimes de racismo.

É isso, Presidente.

Peço a V. Exa. e aos meus pares a aprovação para realizarmos a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Em discussão à matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento lido pelo Senador Paulo Paim.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente Flávio Arns, mais uma vez. Nós somos muito parceiros, viu? Ele está sempre aqui, como está a Senadora Damares, a Senadora Janaína.

O Senador Flávio Arns e a Senadora Damares ajudaram para que a Senadora Janaína chegasse em tempo.

Saiba que eu, às vezes, esqueço o nome de algum Senador ou Senadora por causa da idade, mas o seu não esqueço. Adivinhe por quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Minha filha se chama Janaína. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Tudo isso.

Então, com a presença e com a colaboração de todos os Senadores que estavam esperando a senhora, que estava em outra agenda, chegar aqui, nós vamos, então, ao item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 5386, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para incluir diretriz de política urbana relativa à construção, instalação, sinalização, higienização e conservação de equipamentos de uso coletivo.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senadora Janaína Farias

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CI.

A relatoria é da Senadora Janaína Farias, a quem eu passo a palavra neste momento para a leitura do seu relatório, que é favorável ao projeto.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Bom dia, quase boa tarde, Presidente.

Primeiro, quero agradecer às colegas e aos colegas Senadores que me aguardaram aqui. Eu estava ali no lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar e vim aqui mais para agradecer, Presidente, pela atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, uma vez que o relatório já foi amplamente divulgado, peço licença para fazer a sua leitura de forma resumida.

O Projeto de Lei nº 5.386, 2023, de autoria da nossa Senadora Damares Alves, altera a lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para incluir diretrizes de política urbana relativa à construção, instalação, sinalização, higienização e conservação de equipamentos de uso coletivo.

Na justificação, a autora destaca a insuficiente atuação dos gestores públicos na manutenção de equipamentos públicos, como praças, parques e quadras esportivas. Ressalta ainda que a falta de cuidados adequados com esses espaços é particularmente prejudicial para as crianças. Isso porque elas possuem menos capacidade para identificar possíveis defeitos nesses equipamentos, o que aumenta os riscos à sua integridade física.

Compete à CDH opinar sobre matérias relacionadas à garantia e promoção dos direitos humanos, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, o que torna regimental a análise da proposição por este Colegiado.

O projeto em análise possui relevância considerável. Trata-se de importante diretriz de política urbana para garantir a correta concepção, construção e conservação de equipamentos de uso coletivo, como praças, parques, quadras esportivas e outros equipamentos públicos que são essenciais ao bem-estar e ao lazer da coletividade. Às vezes, vêm do governo estadual, do Governo Federal, e o município não cuida. Então, é importante.

A concepção e construção desses espaços sem observância aos princípios de segurança, associadas à falta de manutenção, podem comprometer sua funcionalidade e segurança, transformando áreas destinadas ao lazer em potenciais riscos à saúde dos usuários.

As crianças – como bem frisado pela autora da proposição – estão mais suscetíveis a acidentes decorrentes de equipamentos malconservados, pois elas têm menos discernimento para identificar defeitos e riscos no uso de brinquedos presentes em praças e parques.

Itens como balanços, escorregadores e gangorras, especificamente projetados para o divertimento infantil, quando não concebidos seguindo padrões de segurança ou quando têm sua manutenção negligenciada, representam uma ameaça significativa à integridade física das crianças.

De acordo com dados da organização social Criança Segura Brasil, anualmente, entre duas e três crianças perdem suas vidas em *playgrounds* e aproximadamente 500 outras são hospitalizadas devido a acidentes nesses locais, considerando somente os registros do Sistema Único de Saúde.

Portanto, a aprovação desta matéria é essencial para garantir espaços de lazer seguros e bem conservados, beneficia toda a sociedade e, em particular, garante a segurança de nossas crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelas razões apresentadas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.386, de 2023.

Quero parabenizar a nossa querida colega Senadora Damares. Realmente é importante. Aqui a gente vê só os números que são registrados, mas a gente percebe que realmente existem projetos de praças e tudo que não seguem a necessidade que uma criança tem, e ela não tem como questionar devido à idade dela.

Inclusive, Senadora, lá no meu estado, nós temos vários programas. E, dentro do Programa Mais Infância Ceará, um dos elementos são brinquedopraças, então a gente tem várias brinquedopraças. E elas hoje, inclusive, têm equipamentos para crianças que precisam de acessibilidade. Então, a gente tem essas praças lá. É um projeto belíssimo, que foi criado na época do Governador Camilo, e agora o Governador Elmano continua com ele. Faz parte de um contexto do Programa Mais Infância Ceará, que promove desde a questão de espaços lúdicos, como também a questão de aprimoramento do acompanhamento dessas crianças. Então, a gente percebe a importância, mas também percebe, nos municípios, uma certa negligência de manutenção, de iluminação daqueles espaços públicos. Às vezes a gente precisa questionar os municípios sobre a própria manutenção, porque às vezes uma tábua de um brinquedo que está deslocada acaba machucando aquela criança.

Então, quero parabenizar aqui a nossa querida colega Damares, parabenizar nosso Presidente e o nosso querido Flávio Arns, que aqui também tem essa pauta da infância. É importante isso, então a gente parabeniza aqui a nossa Comissão.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senador Flávio Arns, com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Eu sou totalmente favorável ao relatório.

Só quero lembrar, porque muitas prefeituras acompanham o debate – conselhos locais, municipais, estaduais –, que sempre, nas praças, a gente deve pensar naquilo que a lei determina: que seja o desenho universal, quer dizer, que sirva para a pessoa com deficiência ou uma outra criança, seja lá quem for. Desenho universal: todo mundo utiliza aquela praça sem necessidade de adequações ou adaptações. Então, uma criança anda mais tarde, outra mais cedo; uma tem facilidade, outra não tem; uma tem uma deficiência, outra não tem. Serve para todo mundo. É a mesma coisa que calçada: calçada tem que ser lisa, antiderrapante – lisa, antiderrapante. Todo mundo gosta de andar numa calçada lisa, antiderrapante – carrinho de bebê vai lá, a pessoa com deficiência anda, mulher com salto alto não engata o salto lá no meio das pedrinhas, e a gente não tem isso. Então, é um desenho universal, é bom para todo mundo. Todo mundo vai gostar de uma calçada assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Continua em discussão matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

O projeto segue agora para a análise terminativa na CI.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 475, DE 2024

- Não terminativo -

Veda a adoção de critérios discriminatórios contra estudantes e pesquisadores em virtude de gestação, de parto, de nascimento de filho ou de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção nos processos de seleção para bolsas de estudo e pesquisa das instituições de educação superior e das agências de fomento à pesquisa.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Janaína Farias

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CE.

Autoria: Erika Hilton. Relatoria: Senadora Janaína Farias, favorável ao projeto, a quem eu passo a palavra, neste momento, para ler o seu relatório.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Mais uma vez, obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Projeto de Lei nº 475, de 2024, de autoria da Deputada Federal Erika Hilton, busca vedar a utilização de critérios discriminatórios contra estudantes e pesquisadores em virtude de gestação, parto, nascimento de filho, adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção, nos processos de seleção para bolsas de estudo e pesquisa, ou para a sua renovação, pelas instituições de educação superior e agências de fomento à pesquisa.

Em sua justificação, a autora cita o caso de discriminação vivido pela Professora e Pesquisadora Maria Caramez Carlotto, da Universidade Federal do ABC, no processo de seleção para a bolsa de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cuja gestação e maternidade foram utilizadas entre os fundamentos de negativa na avaliação de seu pedido.

Diante disso, é destacada a necessidade da proposição para proteger gestantes, parturientes e mães contra a discriminação durante processos de candidatura e concessão de bolsas de estudo e pesquisa, garantindo-lhes igualdade de acesso à educação superior.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção, garantia e promoção dos direitos humanos, incluindo os direitos da mulher e proteção à família, razão pela qual é regimental a análise da matéria por este Colegiado.

O projeto atende aos preceitos constitucionais formais concernentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimação de iniciativa parlamentar.

Atende, também, às disposições constitucionais sob o aspecto material, especialmente o direito à igualdade e a vedação à discriminação, previstos no *caput* e inciso XLI do art. 5º da Lei Maior.

O projeto de lei atende, por fim, aos requisitos de juridicidade e boa técnica legislativa.

No que se refere ao mérito, a matéria, sem qualquer dúvida, é digna de ser acolhida.

Pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas aponta que quase metade das mulheres que usufruem de licença-maternidade não estão mais presentes no mercado de trabalho após os primeiros 24 meses da chegada da criança, padrão que perdura até 47 meses do nascimento.

Esses dados demonstram os desafios enfrentados, principalmente pelas mulheres, para equilibrar a vida pessoal e profissional durante o importante período de suas vidas em que decidem construir uma família por meio da maternidade. Apontam, também, que a proteção à maternidade e à família, constitucionalmente assegurada, não tem se traduzido, até os dias atuais, na realidade de muitas mulheres brasileiras.

Trata-se de fenômeno que alcança as mais diversas searas da vida, desde a continuidade no mercado de trabalho até suas atividades acadêmicas, e decorre, em grande medida, de discriminação contra gestantes e mães trabalhadoras ou discentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O presente PL busca o necessário e urgente enfrentamento dessa realidade, especificamente no que concerne aos obstáculos adicionais que gestantes e mães têm enfrentado nos processos que envolvem a concessão de bolsas de estudo e pesquisa na educação superior.

A matéria proposta é medida oportuna para a promoção dos direitos de gestantes e mães estudantes e pesquisadoras, promovendo a equidade de gênero no ensino superior e combatendo estereótipos prejudiciais que lhes restringem oportunidades.

A proposição não apenas combate a discriminação, mas também garante a continuidade da contribuição feminina para o avanço do conhecimento e do desenvolvimento científico e acadêmico, considerando as especificidades existentes durante o período de gestação e maternidade, com impactos positivos para todo o sistema de ensino superior.

Desse modo, o PL corretamente evidencia que negar bolsas ou avaliar negativamente proponente ou bolsista em razão de gestação, parto, nascimento de filho, adoção ou obtenção de guarda para fins de adoção constitui forma de discriminação, assim como a realização de perguntas de natureza pessoal sobre o planejamento familiar.

O PL confere também *status* legal ao importante teor da nota informativa do CNPq, datada de 6 de janeiro de 2024, que tornou obrigatória a extensão por dois anos do período de avaliação da produtividade científica dos proponentes nos processos para bolsas de produtividade para os casos de parto ou adoção.

Confere, ainda, mais efetividade às medidas previstas ao estabelecer a instauração de procedimento administrativo para a apuração das condutas daqueles que praticarem as ações discriminatórias que busca combater.

Por isso, entendemos que a proposição se encontra digna de ser acolhida.

Diante do exposto e do caráter meritório da proposição, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 475, de 2024.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o relatório da Senadora Janaína Farias em relação ao projeto da Deputada Federal Erika Hilton.

Em discussão à matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável da CDH.

O projeto segue para análise da CE.

Concluímos toda a nossa pauta.

O expediente é três informes, é bem rápido, que eu leio aqui – prometo – em um minuto e meio, exatamente um minuto e meio.

De cidadãos: denúncias; morosidade da Justiça em processo de medidas protetivas a adolescentes; violação de direitos humanos por questões políticas; racismo, homofobia e violação de sigilo de dados pessoais.

Do TCU: por meio do Aviso 308 - GP/TCU, de 07/05/2024, assinado pelo Ministro Bruno Dantas, a Corte de Contas encaminha cópia do Acordão 3.157, de 2024, proferido pela Primeira Câmara do TCU, em 23/04/24, ao apreciar o TC 045.055/2021-1, da relatoria do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, que trata do monitoramento do cumprimento da determinação constante no subitem 9.2 do Acordão 8.945, de 2021, TCU, Segunda Câmara, no âmbito do TC 034.811/2018-4, que versa sobre a representação formulada pelo Ministério Público junto ao TCU sobre indícios de irregularidades em instituições de acolhimento de pessoas com deficiência receptoras de repasse de recursos federais.

Por fim, informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos lidos ficarão disponíveis na Secretaria e/ou no Portal da CDH para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Nos mesmos termos, informo o arquivamento dos documentos lidos na 25ª Reunião.

Um minuto e meio ou dois?

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado a todos.

Está encerrada a nossa reunião de hoje, deliberativa. Agradeço a paciência de todos, porque ela era para as 11h. Eu estava num outro compromisso do Conselho da República e acabei, então, atrasando, mas liguei para cá e disse que, meio-dia, eu estava aqui – cheguei meio-dia e dois minutos, me desculpem pelos dois minutos de atraso.

Obrigado a todos.

Está encerrada a nossa reunião de hoje.

(*Iniciada às 12 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e treze minutos do dia quatro de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Janaína Farias, Flávio Arns, Otto Alencar, Fabiano Contarato, Romário, Eduardo Gomes e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Jussara Lima, Humberto Costa, Magno Malta, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Reunião de Trabalho. Finalidade: A CDH receberá o Representante Especial da União Europeia para os Direitos Humanos. Participantes - Delegação UE: Olof Skoog Representante Especial da União Europeia para os Direitos Humanos Jean-Pierre Bou Chefe de Delegação Adjunto Leonor Vieira Chefe de Divisão Adjunta para as Américas 3 Magdalena Gawronska Assessora Política do Representante Especial Clara Olander Assessora Política do Representante Especial Juan Jose Garcia Carreno Oficial Político da Divisão de Direitos Humanos do Serviço Europeu para a Ação Externa Valerie Bandeira de Lima Sax Oficial Política Marian Schuegraf Embaixadora da União Europeia no Brasil Intérpretes: Paulo Ângelo Liégio Rosana Coelho Lobo de Carvalho. Resultado: Reunião de Trabalho realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A CDH recebe hoje, com muita satisfação, o Representante Especial da União Europeia para os Direitos Humanos e a sua comitiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou aqui, se me permitirem, registrar as presenças, para que fiquem nos *Anais* do Senado da República: Sr. Olof Skoog, Representante Especial da União Europeia para os Direitos Humanos – a pronúncia é de minha responsabilidade e você me ajuda ali, não é? (*Risos.*) –; Jean-Pierre Bou, Chefe de Delegação Adjunto; Leonor Vieira, Chefe de Divisão Adjunta para as Américas 3; Magdalena Gawronska, Assessora Política do Representante Especial; Clara Olander, Assessora Política do Representante Especial; Juan Jose Garcia Carreno, Oficial Político da Divisão de Direitos Humanos do Serviço Europeu para a Ação Externa; Valerie Bandeira de Lima Sax, Oficial Política. E intérpretes: Paulo Ângelo Liégio e Rosana Coelho Lobo de Carvalho.

Como é praxe, e aqui nós podemos, a partir deste momento, se vocês entenderem... Para mim, não precisa, porque é a minha fala ainda. Eu sempre faço uma fala de introdução em nome da Presidência. Quando faço essa fala, eu estou colocando já o que entendo que deveria falar aqui; e falo aqui e em qualquer outro lugar, então, é público, notório e sabido de todo o Brasil. Farei esta minha fala – já citei vocês –, que é a fala da Presidência da Comissão de Direitos Humanos, e, depois, na hora em que forem falar, vocês terão a liberdade de mudar o foco da televisão. Ela muda para uma outra área, o.k.? Deu para entender? Eu preferi usar este termo: mudar o foco da televisão. Na minha fala, não há problema, porque isso aqui eu falo em qualquer lugar.

Bom, é uma satisfação estar nesta Reunião com o Representante Especial da União Europeia para os Direitos Humanos.

Ao saudar a presença nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – se quiserem, depois eu explico o que é legislação participativa do Senado Federal –, na figura do Exmo. Sr. Olof Skoog, Representante Especial da União Europeia para os Direitos Humanos, cumprimento toda a delegação aqui presente.

Eu sou o Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores, sou do Estado do Rio Grande do Sul. Fui Deputado Federal por quatro mandatos, sendo um, de Constituinte, e estou no meu terceiro mandato como Senador da República, lembrando sempre, pelo Rio Grande do Sul. Esta é a quarta vez que presido esta Comissão de Direitos Humanos. Ao longo desse período – vou citar alguns projetos que eu tenho muito orgulho de ter sido o autor e que são leis no Brasil –, sou autor de algumas leis que considero de suma importância, como o Estatuto do Idoso, esse é o segundo, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, também o Estatuto da Igualdade Racial e fui Relator do Estatuto da Juventude.

Tenho uma marca muito forte também na política de salário mínimo, lutei anos e anos para que, no Brasil, chegasse a US$100 – chegamos, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso. Na época do Presidente Lula, chegamos a US$350. Hoje, diminuiu um pouco, mas, com a volta do Presidente, acredito que vamos evoluir. Nós temos aqui uma política de inflação mais PIB para o salário daqueles que dependem do salário mínimo, que cresce uma vez por ano o que corresponde à inflação mais o PIB (Produto Interno Bruto). Então, se o país for bem, o PIB é alto... Se for mal, não tem reajuste real no salário mínimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, como eu sou metido... Eu sou metido só, viu? Dizem que todo poeta é meio metido, não é? Eu não sou poeta, e sou metido, então, eu me socorro de vez em quando de alguns poemas. Thiago de Mello, um grande poeta, um dos maiores poetas brasileiros, no poema Para os que Virão, faz uma reflexão profunda sobre a luta, a solidariedade, a empatia, a esperança e a transformação pessoal e coletiva na busca de um futuro melhor. Ele escreveu:

> [...] é tempo
> de avançar de mão dada
> com quem vai no mesmo rumo,
> [...]
> Os que virão, serão povo,
> e saber serão, lutando.

O Brasil enfrenta enormes desafios – estou entrando na minha fala –, o Brasil enfrenta enormes desafios nos direitos humanos, um cenário de décadas e décadas que afeta milhões de brasileiros. Somos o país, creio eu, que está entre os mais desiguais do mundo e com a maior concentração de renda do planeta. Fome, miséria, pobreza, racismo, preconceito e discriminação, nossa luta contra essas mazelas é permanente e constante. Não estou aqui acusando esse ou aquele governo, não faço esse papel. Eu vou sempre na linha do positivo, relato os fatos que nós vivemos e procuramos avançar.

Mães choram a perda de seus filhos por balas perdidas. Matam na cidade e no campo, matam pela cor da pele nas vilas, nas praças, no asfalto, nas periferias, nas favelas: pobres, mulheres, principalmente negros e negras, quilombolas, indígenas, LGBTQIA+, crianças, jovens, idosos. A cada 15 horas, uma mulher é vítima de feminicídio no país. Quatro em cada dez vítimas de estupro são crianças. Tudo é grave, mas repito isto: quatro em cada dez vítimas de estupro são crianças e adolescentes, mulheres, na ampla maioria, negros e negras, meninas de 12, 13, 14 anos, que muitas vezes nem sabem o que é uma gravidez. Em 2024, foram feitas 7.887 denúncias de estupro de vulneráveis. Essa denúncia de estupro foi feita via serviço Disque Direitos Humanos.

Está em discussão, na Câmara dos Deputados, um projeto de lei muito cruel: o de nº 1.904, de 2024. Esta Comissão, por iniciativa da Presidência, fez um verdadeiro apelo ao Presidente da Câmara dos Deputados para que arquive esse projeto. E o que diz esse projeto, no meu entendimento, criminoso? Ele equipara o aborto ao homicídio, inclusive no caso de gravidez resultante de estupro, uma barbárie. Para se ter uma ideia, o projeto é tão cruel e desumano que estabelece que a condenação para a gestante, que é a mulher que foi estuprada, pode ser maior do que a do estuprador. E aqui não há um debate de quem é contra ou a favor do aborto, não é esse o debate. O debate é que a mulher, a criança que é violentada, que é estuprada, pode ter uma penalidade maior que o próprio estuprador. É inacreditável. Eu sei que nem vocês... Dizem: "Será verdade mesmo?". É verdade! Está em debate e já foi aprovada a urgência na Câmara. Como houve um grande movimento da sociedade, de brancos, negros – e aí não houve divisão nenhuma contra esse projeto –, ele está arquivado momentaneamente. Esperamos que seja arquivado definitivamente. E eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falo que a pena pode ser maior do que a do estuprador, que é de 6 a 10 anos. Pune mais a mulher que sofreu a violência do que o próprio criminoso. Como eu dizia, já solicitamos ao Presidente do Congresso que essa proposta seja arquivada. O Presidente do Congresso é o Presidente do Senado. Naturalmente, ele vai ter que dialogar com o Presidente da Câmara para que esse projeto seja arquivado definitivamente.

Falo um pouquinho, para vocês terem uma noção, sobre os conflitos de terra. Os conflitos de terra parece que não têm fim. A cada 4 horas, um conflito de terra acontece em nosso país. Sangram olhos, sangue escorre pelo chão, lágrimas, cansaço. Em 2022, mais de 900 mil pessoas se envolveram nesse conflito de alguma forma. O número de camponeses assassinados no período foi 30,55% maior, em comparação a 2021. Eu estava falando sobre 2022, e digo que cresceu 30,55% a mais do que foi em 2021, com o registro de 47 mortes.

Quase 56% da população brasileira é composta por pessoas negras, o que corresponde a 113 milhões de pessoas. A grande maioria vive em moradias precárias, a grande maioria, não todos, claro, sem acesso aos direitos básicos da dignidade humana, como água tratada e coleta de esgoto.

Mais de 70% dos jovens que abandonam a escola são negros pobres.

Cerca de 80% dos mortos pela polícia no país hoje são pessoas negras.

Os quilombolas enfrentam vários problemas, entre eles a urgência da titulação de suas terras. Resumindo: falta água potável nessas comunidades, eles necessitam de emprego e renda e de escola para as crianças e jovens, principalmente. Naturalmente, os idosos também vivem numa situação precária, não têm moradia, não têm água, não têm luz e não têm, inclusive, espaço para fazerem suas necessidades, que é natural da vida.

Em certa oportunidade, vou dar só um exemplo – não vou citar a cidade para não criar nenhuma polêmica extra –, eu encaminhei uma emenda de bancada para uma cidade cujo pedido da comunidade quilombola era só que fizessem banheiros – banheiros, banheiro normal. A resposta que eu recebi do Prefeito – não vou citá-lo aqui agora, mas ele sabe disso; se ele está ouvindo, ele sabe – foi que lá não tem quilombola. Disse: "Como não, se eu tenho as informações do Governo de que tem tantas comunidades quilombolas?". Aí, disse assim: "Ah, percebi que tem mesmo". O dinheiro foi. Se os banheiros saíram, não sei, porque é muito complicado. Eu mandei uma quantia – não vou citar a quantia, porque não estou fazendo propaganda – para mais de cem cidades onde tem quilombola. Foi uma novela para o dinheiro chegar à maioria desses locais, mas vamos em frente.

O povo indígena é massacrado há séculos. Suas terras são ocupadas, matam seus líderes, queimam suas propriedades. Mulheres e crianças morrem por desnutrição e doença.

O trabalho análogo à escravidão é uma triste realidade no nosso país. Em 2023, o Brasil teve o maior número de pessoas resgatadas no campo. Foram contabilizadas 2.663 vítimas, em 251 casos denunciados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo do Presidente Lula está agindo para modificar todo esse cenário. Ele está fazendo, digamos, o bom combate, o bom encaminhamento. Eu tenho acompanhado tudo aquilo, dentro do possível, para ver se avançamos para garantir dignidade a todos.

Nós entendemos que o combate a essas mazelas passa efetivamente pela ótica e o olhar sincronizado dos direitos humanos. Quero dizer que o Ministro dos Direitos Humanos é um grande parceiro, o Ministro Silvio. Vocês estiveram com ele, creio, não? O Ministro Silvio é muito atuante, muito preparado e está trabalhando para que a gente consiga, em comum acordo com todas as pessoas de bem, mudar esse cenário.

Sob essa luz, devem estar as políticas de Estado e de governo, as decisões dos Poderes Executivo e Judiciário e a efetiva participação da sociedade civil. É fundamental o intercâmbio internacional e regional com países, comunidades e órgãos governamentais.

O Brasil é um país de diversidade, multicor, de todas as religiões e pensamentos. Pessoas de todo o planeta vieram para cá, escolheram esta terra para viver. Recebemos refugiados, migrantes, acolhemos, dentro do possível, com aquilo que podemos alcançar, a mão deles. Nós estendemos a mão a todos, com carinho e muito amor.

O Brasil é signatário de todos os tratados internacionais de direitos humanos. Agora fomos convidados a implementar o Sistema Interamericano de Monitoramento e Acompanhamento de Recomendações internacionais (SIMORE interamericano) de Direitos Humanos brasileiro.

Como costumo dizer, esta Comissão de Direitos Humanos tem a obrigação de dar palco a quem não tem palco. Às vezes, alguns reclamam: "Por que esta Comissão de Direitos Humanos faz tanta audiência pública?", como estamos fazendo com vocês aqui. Claro que vocês têm palco, mas as comunidades mais pobres não têm palco. E eu os trago para cá, assim como trago deficientes, trago idosos, trago LGBT, trago negros, trago brancos, todos aqueles que pedirem espaço aqui. E agradeço à TV do Senado, à Rádio do Senado, à Agência do Senado, que não têm filtro. Aqui os que chegam, todos, falam, e o Brasil fica sabendo o que está acontecendo. Muitas vezes, uma comunidade que está sendo massacrada pede uma audiência pública para dar visibilidade à sua situação, e nós, de pronto, atendemos.

Estou terminando...

Enfim, precisamos dar palco aos invisíveis na sociedade. Por isso o Estatuto do Cigano, o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Juventude e o Estatuto do Idoso passaram por aqui e cresceram aqui. A Lei dos Autistas passou por aqui, e a Lei dos Autistas tem uma história até bonita. Eles estavam, há anos, tentando aprovar uma lei nesse sentido. Um belo dia, entraram aqui umas 30 mães, somente mães – tinham pais também, não é? – e falaram: "Olha, visitamos o Congresso e, se aqui, na Comissão de Direitos Humanos, vocês não nos ajudarem a construir uma lei para a situação dos autistas, a gente vai desistir". Não! Eu ouvi todos eles – Berenice Piana, que deve estar ouvindo, ela é do Rio de Janeiro, liderava esse time todo – e, depois de ouvi-los, disse: "Não, vamos fazer a lei, sim." Felizmente os Senadores entenderam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e surgiu a lei dos autistas no Brasil, mediante essa iniciativa da sociedade de vir aqui e, no bom sentido, ocupar o espaço. Gentilmente, vieram falar comigo e aqui fizemos esse debate.

Bom, debatemos aqui, através de audiência pública, os problemas reais do país. Não fazemos nenhuma diferenciação – nenhuma, nenhuma! Damos prioridade a projetos que vão ao encontro, isso sim, da dignidade humana. O bem maior do ser humano é a sua dignidade. E só há dignidade em uma nação quando o seu povo é coberto pelos princípios básicos da cidadania, dos direitos humanos e de políticas humanitárias.

Eu sempre digo que os direitos humanos não têm fronteira – não têm fronteira. Não quero saber se o país de origem do ataque aos direitos humanos – porque eu estarei sempre numa posição de frente – é comunista, é socialista, é democrata, é de direita, é de esquerda ou de centro. Estou falando de uma questão ideológica. Direitos humanos, para mim, não têm fronteira, ou saúde, educação, segurança, emprego e renda, cultura, direitos mínimos e qualidade de emprego.

Eu termino falando do meu Estado do Rio Grande do Sul. Há dois meses, o meu Estado do Rio Grande do Sul foi atingido – vocês estão acompanhando, e temos recebido auxílio, inclusive, da comunidade europeia – por uma enorme tragédia climática, com chuvas intensas e inundações. A força das águas ia varrendo a cidade, e não só a cidade – o que é grave, porque leva embora as casas –, mas os carros, tudo, tudo, tudo, e ia também tirando toda a energia da terra, porque ia lavando a terra, não deixando o agricultor com nada: sem a casa e sem a terra, na verdade.

Eu presido aqui a Comissão Externa do Senado, e são oito Senadores, comigo, que estão acompanhando a situação do Rio Grande do Sul. A gente faz diligências lá – já fizemos duas, três, e vamos fazer outra agora nos dias 8 e 9. Ficaremos dois dias lá. É o meu estado, e é claro que eu normalmente fico nos dias em que a Comissão fica e depois fico alguns dias a mais.

Tem um relato de um agricultor – médio produtor, digamos – que foi mostrar a propriedade dele. A propriedade dele era a casa destruída, porque não sobrou nada, nada, nada, nem os documentos. Como dizem, perde-se até a sua história, perde-se a essência daquilo que guiou a sua vida ao longo dos anos para construir aquele patrimônio. E, para muito daquele patrimônio, ele tinha tirado empréstimo: comprou, arriscou, produziu, e estava dando certo. Ele nos disse quanto lucrava por ano, e isso fomentava tributos, impostos para o município e empregava gente. Não sobrou nada. Ele disse: "A minha terra poderia valer aqui, sei lá, uns R$3 milhões. Hoje, não vale 20% disso". Porque lavou a terra, tirou toda a força da própria terra, tem que adubar tudo de novo, preparar tudo de novo para começar a produzir. "E como eu pago o empréstimo agora no banco? Eu não tive culpa". Ninguém teve culpa disso... Ninguém teve culpa, eu digo sobre o agricultor, mas aqueles que trabalham contra o meio ambiente têm culpa. Alguém podou as árvores, poluiu os rios, demoliu as montanhas, plantou onde não devia. Então, aqueles que atacaram o meio ambiente têm que ter a sua responsabilidade. Vejam que eu não faço ataque pessoal a ninguém, mas isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem que ser visto. Por que tratamos o meio ambiente dessa forma no Brasil e em grande parte do mundo também? Chega o momento em que a natureza reage. Eu falo, de forma resumida, que é o fim, não é?

Teve uma professora do Espírito Santo que escreveu um poema. O poema é longo, mas eu vou falar só uma frase. É o rio falando, e o nome do poema é o rio dizendo: "Eu só queria passar". Vocês poluíram, vocês fecharam, bloquearam, encheram de sujeira os rios, e eu só queria passar. Vocês cortaram as árvores, vocês usaram o ataque a nós, ao meio ambiente, e este foi o resultado: eu tinha que desviar para passar, até que um dia eu passei. O rio dizia – no poema dela, que eu não estou lembrando –: perdoem, mas eu não queria atingir ninguém. Eu só queria passar e seguir meu ritmo normal em direção ao mar. Enfim, isso mostra um pouco dessa realidade.

Estamos reconstruindo o estado com a união de todos – e isto tem que ser dito: o Governo Federal, o estadual, os municípios, pelos seus Prefeitos, e a ajuda internacional – e estamos avançando. O cenário começou a melhorar e parou de chover com aquela intensidade. A solidariedade internacional foi incrível, vários países ajudaram, e nossa gratidão é eterna.

Seguimos em frente e estamos enfrentando os descaminhos, desobstruindo os caminhos, para a gente poder passar, reflexionando o pensamento, buscando a sabedoria e o êxtase das virtudes, curando cicatrizes que ficarão expostas não sabemos por quanto tempo. Como eu digo, são avós enterrando netos, são netos enterrando avós, são pais enterrando filhos, são filhos enterrando pais.

Meus amigos e amigas da União Europeia para os direitos humanos, saibam que esta Comissão de Direitos Humanos do Senado os recebe com muito carinho. Saibam que esta Casa é de todos vocês. Direitos humanos não têm fronteira. É isso.

É uma fala de introdução, para que eu possa ouvi-los agora.

O SR. OLOF SKOOG (Para expor.) –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

Mais alguém queria complementar? (*Pausa.*)

O.k.?

Sr. Olof Skoog, representante especial da União Europeia para Direitos Humanos, aqui no Brasil, nós entramos num debate... Eu sou um democrata. Se é ruim com a democracia, é muito pior sem ela. Independentemente da minha posição, nós temos que admitir que – digamos – o setor mais progressista perdeu as eleições, na disputa do Parlamento. Perdemos na Câmara e perdemos no Senado, ou seja, eu não estou dizendo com isso que não há um esforço de muitas Lideranças nas duas Casas para avançarmos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, vamos pegar o marco temporal. Nós perdemos o debate – nós perdemos o debate. Se perdemos o debate, o setor – digamos – mais conservador, a direita, ganhou o debate, embora tenhamos chance de, no Supremo, ainda continuar fazendo esse debate, para que o povo indígena não seja tão prejudicado com a perda que tivemos em relação ao marco temporal.

Políticas mais avançadas de direitos humanos têm muita dificuldade de passar aqui, principalmente as políticas que vão com mais profundidade.

Eu até consegui avançar muito, ou mais ou menos, nas políticas de combate ao racismo. Nessas políticas, até avançamos, quando aprovamos que a injúria passa a ser considerada um crime que dá para comparar com o crime de racismo, que não prescreve – é cadeia mesmo para quem cometer esse tipo de crime.

Na injúria, até um tempo atrás, vou dar um exemplo, o cidadão chegava e dizia: "Este aqui é um cidadão que – eu estou aqui amenizando a fala – não presta, é um vagabundo, é um criminoso", mas pela cor da pele. Então, isso é crime de racismo, inafiançável e não prescreve. E o que era dito? "Ah, é um crime de injúria". E, para o crime de injúria, bastava que o cidadão pagasse em cesta básica ou fizesse um trabalho comunitário. Agora, não. Foi um projeto que surgiu aqui, eu o apresentei e ganhamos. Foi para a Câmara, que mudou o projeto, e voltou para cá. Mas o Presidente Rodrigo Pacheco, que é parceiro das boas causas humanitárias, voltou para eu o relatar. Eu o relatei, e nós o aprovamos. Então, avançamos nesse aspecto. Estou pegando mais a questão racial, na qual nós atuamos mais diretamente.

A política de cotas no Brasil é fundamental. Você tem que entender isso. Se o povo negro é 54% da população – 54%, 55% –, como, nas universidades públicas, nós tínhamos 20%, 15%? Depois que implantamos a política de cotas – eu tive a satisfação de participar da primeira e da segunda e fui Relator agora também –, nós chegamos já em torno de 54% de negros e negras nas universidades. Avançamos bastante, mas antes se tinha esse percentual. Daí, pela política de cotas, fomos ocupando mais espaço nas universidades.

Há outro problema gravíssimo. Como se resolve, num país como o nosso, o setor mais vulnerável – mulheres, negros e negras – ganhar de salário, praticamente na mesma atividade e com a mesma função, o correspondente a 40%, enquanto o não negro e não mulher... Porque a mulher também é discriminada. Estou fazendo um resumo: ela ganha, digamos, 40%; o outro, na mesma função, ganha 60%, ou seja, ganha 20% a mais. Nesse caso, tivemos que fazer uma lei, e a lei diz que homem e mulher, na mesma função, têm que ter o mesmo salário. Muito bem, conseguimos, com o apoio do Presidente Lula, aprovar esta lei: homem e mulher, na mesma função – negro, branco, enfim –, têm que ganhar o mesmo salário. E o que mudou, de fato, lá na ponta? Praticamente nada.

Só porque eu acompanho... Eu briguei muito por essa lei e, no dia... Aqui no Brasil, 8 de março é o Dia Internacional da Mulher, e eu ia, em todo dia 8 de março... Não adianta fazer homenagem e não dar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para elas o mesmo direito que o dos homens. Enfim, conseguimos, depois de mais de... Eu fui Constituinte, estou aqui há 40 anos – entrei na Constituinte, há 38 anos –, e conseguimos, no ano passado, isso. Mas, na verdade, na prática, lá na ponta, não mudou – não mudou –, não conseguimos mudar. Então, são preocupações...

Uma questão também que nos é muito cara e em que a gente trabalha muito é a dos favelados. Você vê que quem vive – e eu dei aqui os dados – na favela são principalmente... Vamos de novo pegar... Não que não tenha outros, mas 70% dos que estão nas favelas no Brasil são negros e negras.

Então, essa construção, essa verdadeira mudança profunda que nós precisamos fazer depende, de minha parte, muito, muito da educação. Se nós conseguirmos, cada vez mais, investir na educação, para que todos tenham acesso ao conhecimento, à cultura, ao saber... Todos precisam entender que, pela democracia, nós podemos estar nas instâncias de poder, e, nas instâncias de poder, tomar decisão que atenda o interesse daqueles que mais precisam.

Nós avançamos um pouco aqui no país, nessa minha visão que eu estou passando agora do fortalecimento do Parlamento com todos os setores representados, a partir do momento em que começamos a dizer que mulheres, que negros e negras teriam que ter um percentual do chamado fundo eleitoral, fundo partidário, para disputar as eleições.

Quando eu cheguei aqui, há muito tempo, não tinha fundo eleitoral, não tinha fundo partidário, não tinha nada. Eu fazia a minha campanha com retalhos de papel de pão, como a gente fala. Recortava aquele papel que você enrola no pão e botava o meu número ali – porque papel de pão todo mundo tinha que ter em casa, era o mínimo. Aí conseguimos chegar aqui.

Mas, hoje, com essa política – e nesse ponto a Justiça ajudou muito, o Judiciário ajudou muito –, nós conseguimos fazer com que hoje nós tenhamos, então, digamos, aqui, no Senado, de 81 Senadores, na minha avaliação, uma meia dúzia. Na Câmara, de 513, nós devemos ter em torno de, no máximo, 60, para ficar mais ou menos no patamar.

Eu quero mostrar com isso a dificuldade de aprovarmos leis mais progressistas que abram espaço para os mais vulneráveis; mas temos que continuar fazendo o bom combate, insistindo e tendo muita fé de que é possível, sim, mudar muita coisa neste país. Enquanto isso não for feito, não houver mudanças desde a Câmara de Vereadores, da Prefeitura, Deputados Estaduais, Governador, Deputado Federal, Senador...

Se vocês perguntarem, aqui no Senado, quantos negros efetivamente lutam e fazem esse combate para mudar, para ter mais homens e mulheres comprometidos com essa luta... É constrangedor se eu tiver que falar.

Então, essa não mudança no campo de a população entender que é pela democracia, que é pelo voto que você escolhe o Presidente da República... Como eu gravei esses dias e disse: a população tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entender que o preço do pão é uma questão política, que o preço do arroz, do feijão, da carne é uma questão política. A saúde passa por uma questão política, porque nós temos no Brasil o SUS. Se o SUS não tiver verba suficiente, cada vez mais o investimento na saúde diminui. Nós temos essa consciência.

Vou dar um exemplo: o plano de saúde privada no Brasil – até porque foi um debate no Plenário hoje. O que acontece? Quando chega um estágio em que eles entendem que não estão tendo lucro suficiente por cuidar de pessoas com deficiência, de idosos, de pessoas que tenham doenças consideradas graves, eles simplesmente as desligam. Mas, se eu contribuí durante toda a minha vida, como é que, no momento que eu mais preciso, eu sou desligado? Então, essa falta de humanidade, de políticas humanitárias, assusta a todos.

Eu estive, nessa semana, com um senhor, eu diria, um empresário, não rico, mas muito humanista e muito bem situado. Ele me contou o caso dele e pediu que eu falasse na tribuna. Ele tem dois filhos autistas, pagou o plano de saúde para eles toda a vida. Agora, foi comunicado, em casa, que eles estão desligados. Aí, ele entrou na Justiça e ganhou. Continua pagando, mas não foi totalmente afastado do atendimento à saúde, porque eles entenderam que não era mais lucrativo para esse tipo de plano de saúde. Então, essa crueldade, que ainda existe aqui, é assustadora.

Eu apresentei um projeto, também, sobre abordagem policial. O projeto foi aprovado no Senado, mas está travado na Câmara. O que diz o projeto da abordagem policial? Diz o seguinte: tratem brancos, negros, ricos e pobres da mesma forma ao abordar. Se você me perguntar, no Leblon, que é um bairro, digamos, nobre, ou na Asa Sul, aqui em Brasília, a forma de a polícia abordar um cidadão de gravatinha, como eu estou aqui, ou coisa parecida, é uma; e a de abordar um trabalhador que está indo lá para ser jardineiro, até, já é outra, é agressiva. E, se ele reage, ele já vai preso. Então, o debate da abordagem policial é algo que tem que ser aprofundado no Brasil e no mundo.

Eu me lembro daquele caso, nos Estados Unidos – eu acho que vocês acompanharam –, daquele cidadão: o policial botou o joelho no pescoço dele, e ele morreu sufocado. Algo semelhante aconteceu aqui no Brasil.

Então, essa realidade toda é que faz com que a gente acredite que é triste, mas que temos que fazer o bom combate e tentar buscar saídas pela via democrática. Eu repito que eu sou apaixonado pela democracia. Pela via democrática, nós podemos chegar lá, apostando muito, muito, na cultura, no conhecimento, na educação, no saber. Por isso é que aqui a gente trabalha muito nessa área da educação e da saúde e, naturalmente, busca um trabalho com renda decente.

Em geral, é mais ou menos isso. Se tiver alguma pergunta a mais, pode fazer que eu respondo.

O SR. OLOF SKOOG (Para expor.) –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vocês podem ter visto que eu sou um apaixonado por estatutos. Então, o estatuto em que eu estou trabalhando, há cinco anos já – esses outros que eu aprovei, demorei dez a quinze anos em cada um –, é o estatuto do mundo do trabalho, a nova CLT, para que você tenha direito a trabalho decente e a salário decente. Eu entendo que o trabalho é fundamental.

Eu venho da escola técnica. Embora eu venha de uma família muito pobre, eu fiz curso técnico. Quando eu tinha ainda 12 anos, entrei em uma escola técnica, e isso fez com que eu chegasse aqui. Cheguei a ser Vice-Presidente do Senado.

Então, eu entendo que o mundo do trabalho está nas nossas vidas. Por isso é que eu digo que, com trabalho, educação, honestidade, seriedade e responsabilidade, é que se pode avançar.

Então, eu chamo de CLT do século XXI; é a nova Consolidação das Leis do Trabalho, ou Novo Estatuto do Trabalho. Esse é um projeto em cima do qual nós estamos trabalhando muito.

Por outro lado, claro, nós continuaremos trabalhando sempre para avançarmos mais na educação, porque sabemos que um povo que não tem educação... Isto nós estamos fazendo, tanto que mudamos a Lei de Cotas. Quando eu falei de cotas, o percentual era de 20%, e nós fomos aumentando até chegar a um patamar para o serviço público e a um outro percentual para a universidade. No serviço público, era de 20%, e nós passamos para 50%. Só estou dando um exemplo. A política de cotas tem nos ajudado muito.

Agora, a política de salário decente também tem que ser vista.

Outra questão é o trabalho escravo. Vejam a gravidade de eu ter que falar em trabalho escravo em pleno século XXI.

O Brasil foi um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão. Mas, quando eu falo em trabalho escravo, não é só questão de negros e negras. Então, nós trabalhamos num projeto de lei, e avançamos nele, que diz o seguinte: se na propriedade forem encontrados trabalhadores, sejam brancos, sejam negros, sejam índios, em trabalho escravo, ele perde a propriedade.

Esse é um princípio que, no Brasil, mais ou menos deu certo na questão da produção das drogas. Aqueles em cuja propriedade... Porque a lei, no Brasil, proíbe drogas. O Supremo agora abriu um espaço – e eu não vou entrar no mérito aqui agora – até o limite de, acho, 40g, mas, assim mesmo, tem uma lei no Brasil que diz que: perde a propriedade, porque existiam fazendas, se houver plantação de drogas.

Espelhados nisso, nós apresentamos o projeto do trabalho escravo. Falo em nós porque não fui só eu. Aqui nós temos uma frente parlamentar mista, Câmara e Senado, de combate a todo tipo de racismo e preconceito. Eu falo pelo Senado, e a Dandara fala em relação à Câmara. Vocês viram o número de pessoas que eu dei aqui: só no último ano, 2,5 mil pessoas foram libertadas da situação de escravidão. E lá estavam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negros e brancos, a maioria com pouco estudo. E em relação a essas propriedades, claro, tem que haver todo um processo para provar que nelas, efetivamente, havia trabalho escravo.

Então, esse projeto nós estamos aperfeiçoando com debates no Senado. Aqui, nós o aprovamos, e ele está numa outra Comissão. É o elementar: é proibido escravizar as pessoas. Nós estamos ainda trabalhando nisso, e tem que ter uma penalidade que o cidadão sinta. Ah, não quer perder parte da propriedade ou toda ela, ou a empresa – porque é no campo e na cidade –, ou os hectares de terra que você tem, não tenha trabalhadores sob escravidão. É simples assim, é só não ter trabalhadores sob regime de escravidão.

A outra área que nós entendemos fundamental, por tudo que eu falei, é investir na saúde decente para todos e não só para quem tem plano de saúde – em que estão dando o golpe que eu citei aqui agora –; em educação para todos; em trabalho e renda. E, como nós falamos aqui, também é importante investir na habitação decente, com estrutura, naturalmente; e, mediante essas construções em que a gente está trabalhando agora, inclusive lá no Rio Grande do Sul, no acesso dessa moçada à escola efetivamente.

Então, passa pela educação, passa pela saúde, passa pelo combate ao trabalho escravo, passa por emprego decente, passa pelo combate aos acidentes do trabalho – eu venho também de uma área de segurança do trabalho, eu fui técnico de segurança do trabalho quando estava ainda na metalurgia e venho com essa escola – e, naturalmente, também passa pela defesa do meio ambiente. Acho que o meio ambiente, tanto na cidade como no campo, tem que ser uma prioridade na linha dos direitos humanos, porque, se nós conseguirmos salvar nossas florestas, nossos rios, estamos salvando oxigênio, estamos salvando as vidas, estamos salvando o ecossistema. Então, esse compromisso tem que ser um compromisso de todos nós.

Ainda ontem eu estive em um encontro, como convidado, do Conselho da Federação com o Presidente Lula, e o Presidente Lula apresentou quatro questões que eu achei muito importantes.

Uma delas é renegociar a dívida dos estados. Só o Rio Grande do Sul tem uma dívida de mais de R$100 bilhões. Tem estado com dívida de R$150 bilhões. Então, é preciso fazer uma renegociação, dar anistia parcial e que a cobrança seja somente pela inflação. O Rio Grande do Sul, por exemplo, quando fez a dívida, devia R$7 bilhões; pagou a vida toda, e hoje deve mais de R$100 bilhões. Vai à estratosfera, digamos, o valor.

A questão do clima ele colocou, um pacto pelo clima; um pacto contra todo tipo de racismo e preconceito – e ali falou muito sobre essa questão dos negros e negras, LGBT, as mulheres também –; e alimentação garantida nas escolas, cada vez mais. Porque, se são pobres, como tanto eu falei aqui, como é que sai de casa e vai para a escola? Tem que ter café, almoço e jantar praticamente.

Acho também que é fundamental investir, nessa linha, na escola de tempo integral. Na escola de tempo integral, você recupera... você tira o menino da rua, traz para dentro da escola, além de ter toda uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantia de que vai ter as refeições e a devida orientação para, quem sabe, amanhã, poder chegar a uma universidade.

Foram esses quatro pontos que o Presidente colocou. E nós todos ficamos de ajudar na construção coletiva disso.

Eu vou terminar, mas só queria deixar em mãos para vocês a situação do meu Rio Grande.

Eu devo muito ao meu Rio Grande. É um estado em que em torno de 14% são negros, e eu já fiz até 4 milhões de votos para o Senado lá. Então, houve sempre um carinho muito grande, um abraço meu no Rio Grande e um abraço do Rio Grande em mim. E estou trabalhando com muito carinho essa questão do meu estado.

Faço aqui um último balanço – e é bem simples, três minutos.

A Defesa Civil e o Governo do Rio Grande do Sul apresentam o seguinte balanço: municípios afetados, 478 – de um total de 497 –; óbitos, 180; desaparecidos, 32; pessoas desabrigadas, 8.857; desalojados, 388.781, quase 400 mil, digamos, para entenderem; afetados, 2.398.255, praticamente 2,5 milhões, 2,4 milhões de afetados; pessoas resgatadas, mais de 84 mil; animais resgatados – eu sou também um defensor dos animais, mas estou dando um exemplo, não por eu ser –, mais de 15 mil.

Essa é a realidade do estado hoje, por isso, mais do que nunca, toda ajuda internacional que for possível será muito bem-vinda, seja o que cada um puder. Um pouquinho de cada um ajudará a recuperar as nossas indústrias, as nossas empresas, o próprio agronegócio, que cumpre o seu papel fundamental, a agricultura familiar, e vai fazer com que a gente, como eu vi aqui...

Eu vou terminar com isso que eu vi, que me tocou muito: um senhor, vestido de gaudério, gaúcho – a nossa roupa lá de gaúcho, de gaúchos e gaúchas, como eu digo, de todos os cantos do Rio Grande –, vai caminhando com a filhinha dele em direção às terras deles, e a menina diz: "Pai, o que significa o que disseram, que nós somos derrotados? Eu nunca ouvi o senhor falar isso". E ele diz: "Filha, derrotado não está no nosso dicionário. Nós venceremos". (*Manifestação de emoção.*)

Obrigado a todos. Foi bom falar com vocês.

Desculpem um pouquinho de emoção, mas não tem jeito. É como o poema diz: gaúcho ou gaúcha, que está neste momento com tanto sofrimento... E diz o poeta assim: não quero chorar, porque sou gaúcho, sou firme, sou duro, vou combater sempre; mas me deem um minuto, porque eu preciso ir ali ao lado porque eu vou chorar. Esse é um poema. Eu estou tentando aqui não interpretar, mas falar a verdade. O poema diz isso.

O SR. OLOF SKOOG (Para expor.) –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.179980/2024-20-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito, muito obrigado. A palavra é solidariedade e, de minha parte, gratidão, em nome do povo gaúcho. Aceitem. Eu sei que não é o ritual de vocês, mas aqui soa muito bem quando a gente termina dizendo: gratidão, gratidão, gratidão. (*Palmas.*) Vida longa às políticas humanitárias, vida longa ao planeta, vida longa ao meio ambiente, vida longa ao Rio Grande do Sul!

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia nove de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Weverton, Jussara Lima, Janaína Farias, Paulo Paim, Flávio Arns, Lucas Barreto, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Eduardo Gomes e Damares Alves, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Sérgio Petecão e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 23/2024 - CDH, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: "Celebrar os 25 anos da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal". Participantes: Silvio Luiz de Almeida, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Bruno Renato Nascimento Teixeira, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Danilo Pereira Junior, Juiz Federal – representante do Poder Judiciário da 12ª Vara Federal de Curitiba; Sr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Subprocurador-Geral de Justiça Militar e Secretário de Promoção dos Direitos da Vítimas (SPDV); Gustavo Pessanha Velloso, Procurador Regional da República – representante do Ministério Público Federal; Kátia Lapa, Membro do Fórum Nacional de Entidades Gestoras dos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - FNEG e representante do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo – CDHEP/CL; Paulo Cesar Carbonari, Coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH; Felipe Iraldo de Oliveira Biasoli, Diretor de Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; e Diana Melo Pereira, Representante da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/09

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Pedindo desculpas pelo atraso, quero declarar aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 23, de 2024, da Comissão de Direitos Humanos, de nossa autoria, para celebrar os 25 anos da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Eu queria convidar para compor esta mesa:

- o Exmo. Ministro de Estado Silvio Luiz de Almeida, Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania; (*Palmas.*) - o Dr. Bruno Renato Nascimento Teixeira, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; (*Palmas.*)

- o Juiz Federal Danilo Pereira Júnior, da 12ª Vara Federal de Curitiba; (*Palmas.*) - o Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Subprocurador-Geral de Justiça Militar e Secretário de Promoção dos Direitos da Vítimas (SPDV). (*Palmas.*)

Sr. Ministro Silvio Almeida, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, convidados desta audiência, telespectadores das mídias do Senado Federal, em 13 de junho próximo, celebraremos os 25 anos da lei que instituiu o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (Provita).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A história do Provita começa em 1995, quando tive a honra de apresentar o projeto de lei que criou o programa, uma proposta que refletia os anseios de um Brasil que ainda estava no processo de redemocratização e que buscava se consolidar em um cenário que lutava pelo fortalecimento dos direitos humanos, sobretudo após a Conferência de Viena, ocorrida em 1993.

Naquela época, as testemunhas em nosso país eram tratadas com total descaso. Cito aqui uma das razões pelas quais decidi apresentar este projeto: "a proteção que o Estado tem dispensado às poucas testemunhas que ainda se dispõem a colaborar com a Justiça não é eficaz. A testemunha passa a ser uma verdadeira vítima", fecho aspas.

O Provita surgiu em um país absolutamente dominado pela lei do silêncio, em um Brasil que não protegia aqueles que muito poderiam contribuir com o fim da impunidade, em uma época na qual as vítimas e testemunhas, por serem coagidas ou ameaçadas, se recusavam a colaborar com as autoridades policiais e judiciárias.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, não pretendo me alongar, mas é preciso ressaltar que o Provita que hoje conhecemos foi construído por diversas mãos. Após a apresentação do projeto, feita por nós, outras matérias foram apresentadas e o amplo debate permitiu que chegássemos a esta lei que hoje aqui celebramos.

Destaco ainda o pioneirismo do Estado de Pernambuco na implantação dessas medidas de proteção às testemunhas, antes mesmo de um modelo federal. Em 1996, já sob a alcunha de Provita, o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), em parceria com o Governo do nosso estado e a partir de uma adaptação do modelo americano, promoveu importantes avanços que contribuíram significativamente com a redução dos elevados índices de impunidade em Pernambuco.

O sucesso pernambucano fez com que outros agentes se somassem a essa luta por um programa federal que representasse a realidade do nosso país e que coibisse a violência e a criminalidade organizada. No entanto, o Provita demonstrou ser muito mais do que um mero instrumento de enfrentamento à criminalidade. É um programa que tem como centro a proteção integral das vítimas, das testemunhas e de seus familiares, uma política pública de reintegração social.

Lá atrás, em 1995, quando discutíamos o Provita, o fazíamos sob três importantes eixos que atualmente são a essência do programa: acolhimento, proteção e reinserção.

Hoje celebramos o sucesso desta lei frente ao combate à criminalidade, à redução da impunidade e, principalmente, frente à proteção dos direitos humanos. Hoje também reafirmamos nosso compromisso de garantir que esta importante política de direitos humanos seja cada vez mais fortalecida.

Muito obrigado a todos e a todas. (*Palmas.*)

Vamos, então, dar início à primeira mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concedo a palavra ao Ministro de Estado Silvio Luiz de Almeida, Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania.

O Ministro tem um compromisso impreterível às 11h e deverá sair nesse momento.

Então, V. Exa. tem 30 minutos para a sua exposição, obviamente, com total flexibilidade.

O SR. SILVIO LUIZ DE ALMEIDA (Para expor.) – Está bom. Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria de, inicialmente, estender meus cumprimentos a todas as pessoas aqui presentes nesta tão importante data, neste dia tão importante de comemoração, lembrando que comemorar significa, antes de tudo, lembrar que nós, ao mesmo tempo em que celebramos, também trazemos à memória tudo que passamos para chegar até aqui, tudo que nos trouxe até este momento em que consolidamos um tão importante avanço na política de direitos humanos no Brasil.

Eu gostaria de também cumprimentar o prezadíssimo Senador Humberto Costa, que preside, neste momento, a Comissão de Direitos Humanos, minorias e igualdade racial, do Senado Federal. Muito obrigado, Senador.

Eu cumprimento também o meu companheiro, o Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Bruno Renato Nascimento Teixeira; o Juiz Federal, representante do Poder Judiciário, 12ª Vara Federal de Curitiba, Danilo Pereira Junior; o Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Subprocurador-Geral de Justiça Militar e Secretário de Promoção de Direitos Humanos das Vítimas. Também cumprimento o Diretor de Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Sr. Felipe Biasoli, e o representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública, representando aqui a Secretaria Nacional de Segurança Pública, o Secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério de Justiça e Segurança Pública, meu querido amigo João Paulo Martinelli – fico muito feliz em tê-lo aqui. Os membros do Conselho Deliberativo do Provita, pelo trabalho impressionante, o trabalho exitoso, duro e árduo que têm feito, que têm realizado; as demais autoridades, senhoras e senhores.

Prezados e prezados, acho que o Senador Humberto Costa já traçou um panorama, demonstrando a importância do Provita e o momento histórico em que surge o Provita. Foi o momento de consolidação da passagem da ditadura para a democracia, o período da redemocratização, em que era necessário iniciar o processo de desconstituição do edifício jurídico que sustentou a ditadura militar. Lembro a todos aqui que as ditaduras militares não são feitas apenas com as botas, com a violência explícita, com as torturas, com as prisões; não há ditadura militar, não há ditadura sem que se erga um edifício jurídico de sustentação à arbitrariedade. Ou seja, é preciso também que as ditaduras tenham seus juristas para chamar de seus. É fundamental que isso exista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse sentido, foi necessário também que houvesse todo um esforço intelectual, jurídico, político, para que o edifício formal e institucional erguido pela ditadura militar pudesse ser desconstituído. Lembro que a permanência de certos elementos formais, institucionais, dos períodos ditatoriais podem atravessar, sim, e, se atravessarem, enfim, as transições, podem se instalar em períodos democráticos, assim limitando, e muito, o exercício da democracia.

Então, é fundamental que, nesse período... O Senador Humberto Costa nos disse aqui que se inicia já no começo dos anos 90 esse processo, mas, em 1995 – e 1995, aliás, é um ano emblemático, porque, em 1995, além... Aliás, começa em 1992; o senhor apresentou o projeto, não é?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Em 1995.

O SR. SILVIO LUIZ DE ALMEIDA – Em 1995.

Então, 1995 é um ano emblemático, porque, em 1995, ao mesmo tempo que o Senador apresentou esse projeto, foi o ano também em que nós tivemos a aprovação da lei que instituiu a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil. Então, foi um ano muito importante para nós, de consolidação da democracia, lembrando que, nos anos 90, nós vimos também a criação das primeiras instituições de Estado voltadas especificamente à promoção e proteção dos direitos humanos. Nós tivemos a criação, nos anos 90, da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, que depois se tornaria, nos Governos do Presidente Lula, ganharia *status* de ministério. Nós teríamos depois o Ministério dos Direitos Humanos, até chegarmos hoje no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que eu tenho a honra de ocupar, na condição de Ministro.

Pois bem, falar do Provita é falar também de algo que antecede o Provita e que, acredito eu, deve ficar na nossa consciência como algo fundamental.

A primeira delas é a importância da política de direitos humanos para o Brasil. E quando eu falo para o Brasil, Senador, eu quero dizer o seguinte: nós não conseguiremos avançar na superação dos problemas que o Brasil tem sem que nós tenhamos uma política de direitos humanos consistente, sem que nós tenhamos a capacidade institucional de implementar essas políticas. E quando eu falo de capacidade institucional, Senador, eu me refiro às estruturas do Estado capazes de dar concretude às políticas de direitos humanos. Estou falando aqui de uma burocracia especializada, estável, pessoas que conheçam as tecnologias do Estado, do funcionamento do Estado brasileiro, que saibam como esses processos se desenvolvem e têm um lugar garantido dentro da arquitetura institucional do serviço público brasileiro. Nós estamos alcançando isso agora, ou seja, o concurso nacional unificado, pela primeira vez, trará vagas específicas para direitos humanos, o que é uma conquista muito importante.

O outro ponto fundamental, quando se fala de capacidade institucional, Senador, se trata também da sustentação orçamentária, do orçamento necessário para que esses programas, para que as políticas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direitos humanos possam fazer frente às necessidades, às demandas da sociedade em termos de proteção. Então, vejam a importância de pensar na política de direitos humanos dessa maneira.

Agora vejam, dois problemas que nós temos hoje no Brasil e vejam como não é possível falar desses problemas sem falar de direitos humanos, sem ter uma política de direitos humanos. E aqui eu quero dizer o seguinte, entenda direitos humanos, Senador Faro, a partir de três elementos fundamentais.

Primeiro, o cuidado com o povo brasileiro. É dever do Estado brasileiro cuidar do seu povo. O Brasil tem que cuidar do seu povo, cuidar do povo brasileiro. O que eu estou dizendo é que não se pode ser nacionalista, não se pode gostar do Brasil e ser contra os direitos humanos.

Falar de direitos humanos, portanto, é falar da proteção ao povo brasileiro, e, principalmente, àqueles que mais precisam. Falar de direitos humanos é falar do respeito que se deve ter para com o povo brasileiro e de como é dever do Estado brasileiro fazer com que as pessoas se respeitem umas às outras, e o Estado brasileiro também respeite os seus cidadãos.

Em terceiro lugar, é garantir vida digna. Portanto, falar de uma política de direitos humanos é falar desses três elementos. E, portanto, problemas, por exemplo, como o desenvolvimento econômico do Brasil, não podem ser tratados sem se pensar na dimensão dos direitos humanos como algo fundamental. Não há política de desenvolvimento, no Brasil, econômico, inclusive, se a gente não olhar para a dimensão dos direitos humanos.

E um outro problema também, que para nós é muito especial – o senhor já citou na sua fala, e falo aqui na frente de um representante do Ministério de Justiça e Segurança Pública, com quem temos trabalhado juntos, João Paulo Martinelli – é que o problema da segurança pública é também um problema de direitos humanos. Não existe política de segurança pública, no Brasil, sem política de direitos humanos. Qualquer coisa diferente disso é apostar na barbárie, é apostar naquilo que nunca deu certo em lugar nenhum do mundo e que não dará certo no Brasil. Portanto, toda a política de direitos humanos é também política de segurança pública; toda a política de segurança pública é política de direitos humanos.

Por isso eu quero destacar a importância do Provita. O Provita, além de ser – Senador, o senhor destacou isso – fundamental para a proteção integral das testemunhas, das vítimas, concretizando o dever do Estado brasileiro na promoção e na proteção, principalmente, dos direitos humanos, falar do Provita é falar também de um elemento fundamental para o combate ao crime organizado. Não há que se falar de combate ao crime organizado sem que nós possamos proteger, de fato, as vítimas e testemunhas. Portanto, mais uma vez, toda a política de segurança pública é também política de direitos humanos, e não se faz política de segurança pública e política de direitos humanos sem que nós tenhamos a capacidade institucional de proteger as vítimas, sem a capacidade institucional de proteger as testemunhas.

Hoje, no Ministério dos Direitos Humanos, nós temos fundamentalmente três programas de proteção. Nós coordenamos, em nível nacional, esses programas, programas esses que têm que ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aperfeiçoados, programas esses cuja capacidade institucional tem que ser potencializada, tem que ser aumentada, especialmente diante dos desafios que nós temos diante do crime organizado – isso é fundamental.

E, nesse sentido, nós temos o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas, que nós celebramos aqui, nós temos o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos e nós temos também... Pasmem as senhoras e os senhores, talvez todos aqui nessa sala sejam experientes, sejam lutadores de direitos humanos, lutadores sabem disso, mas é bom que o Brasil saiba que nós temos um Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, ou seja, o Brasil é um país que precisa ter um Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte.

Então, nesse sentido, nesta data, o acolhimento, a proteção, a reinserção só serão possíveis e os programas de proteção – e falo fundamentalmente desse programa que hoje estamos celebramos – só podem ter o seu resultado mais efetivo diante de dois esforços conjuntos.

Primeiro, um esforço que eu considero que é muito importante, que é de natureza ideológica. É importante que as pessoas saibam da existência desse programa, que elas entendam a importância desse programa e que elas entendam também por que é necessário que um programa como esse exista e seja protegido e defendido. Do ponto de vista ideológico, também quero reforçar a necessidade de que programas como esses sejam concebidos como parte de toda e qualquer política de segurança pública no Brasil. O que se propõe, em termos de segurança pública, sem descurar da necessidade de combate ao crime organizado, a outra face disso é a proteção integral dos direitos humanos, o que se faz, portanto, com fortalecimento de programas como o Provita.

O segundo esforço se dá no campo também do fortalecimento institucional. Nós temos que melhorar, cada vez mais, a capacidade de recepção das pessoas no programa, facilitar a colaboração com estados, envolver a Federação, como um todo, nesse processo, além da fundamental e imprescindível participação da sociedade civil nesse processo, Senador. É fundamental que a sociedade civil participe desse processo, é fundamental que nós possamos trabalhar em rede, que nós possamos ter uma rede que sustente, cada vez mais, os programas de proteção.

Então, do ponto de vista institucional, é isso, para além do fato de que nós precisamos também caminhar para proteger esses programas, Senador, no nível orçamentário. É preciso que nós tenhamos a garantia de que o orçamento público, de que os fundos públicos brasileiros, que o fundo público nacional seja utilizado para fortalecimento desses programas e para fortalecimento das políticas de direitos humanos.

Eu quero dizer com isso o seguinte: é preciso proteger esses programas de toda e qualquer política de restrição. Não se pode fazer política de restrição em cima de programas que tenham tanta importância, e, vejam: qualquer corte nesses programas, qualquer medida restritiva que afete esses programas, afeta diretamente a vida das pessoas. É por isso que nós precisamos também caminhar em dois sentidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, a questão ideológica. É fundamental explicar para a sociedade brasileira e disputar os sentidos de ter um programa de proteção como parte fundamental de toda qualquer política de segurança pública, para além da eticidade dos direitos humanos. Isso é fundamental para o Brasil, para qualquer tipo de projeto nacional que nós tenhamos. Não há projeto nacional que não preveja a defesa do seu povo, e esse programa é parte disso.

O segundo dado, o outro elemento é institucional, ou seja, nós precisamos criar todas as amarras jurídicas e institucionais para a proteção dos programas e das pessoas. Nós precisamos, cada vez mais, dialogar com as instituições, em todas as esferas federativas, e, para além disso, também ter a proteção orçamentária, a blindagem orçamentária para que esses programas não sejam atingidos e para que, assim, as vidas das pessoas não sejam atingidas também, das pessoas que dependem desse programa, e todos nós dependemos desse programa – todos nós. O Brasil precisa disso, tanto no nível ético como no nível político e institucional.

Muito obrigado a todos e todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Ministro.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria aqui registrar a presença do Secretário Jovanil Oliveira, Secretário Estadual de Direitos Humanos do Ceará e Presidente do Provita Ceará; e da Dra. Clarissa Guedes, do Conselho Federal de Psicologia.

Temos aqui a presença de dois Parlamentares: o Senador Beto Faro, do PT, do Pará; e o Senador Zequinha Marinho, do Podemos, do Pará.

O Senador Zequinha Marinho pediu a palavra para fazer a entrega de um documento ao Ministro. Eu quero lembrar que o Ministro vai precisar se ausentar às 11h.

Então, eu passo para ele e passo para você? Pode ser?

Então, o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente.

É só para aproveitar a vinda do Ministro à Comissão e passar-lhe às mãos este documento, que é um relatório da nossa audiência pública, feita no Município de Melgaço, Ministro, região do Arquipélago do Marajó, no nosso Estado do Pará – ocorreu no dia 6 de junho de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A representação da Comissão de Direitos Humanos daqui, do Senado Federal, esteve em diligência na cidade de Melgaço, na região do Marajó, no Estado do Pará. Lá, promovemos audiência pública para investigar casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Tem sido uma epidemia. Nós sabemos que esse tipo de coisa acontece por todo o Brasil, mas os índices, os números lá têm sido um pouco mais dilatados, e isso nos preocupa muito.

Resumimos aqui tudo aquilo que a gente pôde ouvir, em termos de depoimentos, de reclamações, e também colocamos nossas sugestões aqui. De repente, se o Governo achar interessante chegar perto disso, com certeza, a região, o estado, todos nós precisamos muito, porque o Marajó é uma região maravilhosa, região linda, mas com suas dificuldades, com suas carências e tudo. Lamentavelmente isso termina oportunizando o aumento desse tipo de coisa, que além de ser ruim, mancha um estado e uma região que a gente quer tão bem.

Então, gostaria de passar a V. Exa. este relatório. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senador Zequinha Marinho.

Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Presidente, Senador Humberto Costa, companheiro de bancada, Senador Zequinha, Ministro Silvio, agradeço por todas as vezes que têm ido ao nosso estado, ao Estado do Pará.

E não é à toa, Senador Humberto, que hoje tem dois Senadores, além de você, que promovem a audiência pública do Estado Pará, que é um estado que sempre teve muito problema com relação ao cumprimento da legislação, a essa questão do respeito aos direitos humanos. Nós tivemos muito problema de violência no campo, violência seletiva, inclusive das lideranças dos trabalhadores rurais naquele estado, e diversos problemas, e temos trabalhado muito para avançar, para melhorar essa relação.

Eu queria cumprimentar a todos. Enfim, tem outras Comissões, mas parabenizo o ministério, porque nós passamos um período difícil de desconstrução do ministério, de desconstrução do, muitas vezes violado, Programa Nacional de Direitos Humanos, nesse último período, e o Ministro, com muita competência, tem feito muito diálogo lá no Pará, por exemplo, com o Governador, com os Prefeitos, com a sociedade civil. Tem sido muito importante a sua presença, o seu diálogo. Todas as vezes que nós solicitamos audiência no ministério temos sido bem recebidos, e, além de termos sido bem recebidos, foram encaminhadas as questões, o que eu acho fundamental.

Então, só parabenizá-lo. Não poderia deixar de vir aqui e cumprimentá-lo pelo trabalho que está sendo realizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também quero parabenizar o nosso Senador Humberto Costa. Uma lei extremamente importante, de autoria inclusive do próprio Humberto, quando Deputado, que é essa questão de proteção às testemunhas, que já ajudou a salvar muitas vidas no Brasil. Então, é uma lei extremamente importante, e queria aqui saudar e parabenizar a iniciativa do Senador Humberto.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Senador Beto Faro.

Eu queria, antes de passar a palavra ao Ministro novamente, dizer que, amanhã, nós vamos entregar a Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, que é um reconhecimento do Senado Federal aos defensores dos direitos humanos no Brasil.

Serão agraciados o próprio Ministro Silvio Almeida, o Senador Paulo Paim, que é o atual Presidente da Comissão de Direitos Humanos, o Instituto Dom Helder Câmara, lá de Pernambuco, o Sr. Antônio Augusto Cançado Trindade, *in memoriam*, e o Dr. Rafael Régis de Azevedo.

Ministro, com a palavra, para as suas considerações finais.

O SR. SILVIO LUIZ DE ALMEIDA (Para expor.) – Bom, em primeiro lugar, quero agradecer a todas as pessoas presentes nesta cerimônia e faço o agradecimento na pessoa do Senador Humberto Costa. Muito obrigado.

Em relação ao que foi falado aqui, acerca dos problemas do Marajó, isso tem sido uma das preocupações fundamentais do ministério.

Nós instituímos, lá no comecinho do Governo do Presidente Lula, um programa, que é o Cidadania Marajó, em que nós buscamos articular diversos ministérios, para achar uma solução para os problemas que mais afligem a população marajoara. Nossa presença tem sido constante. Constituímos um fórum formado pelas entidades, pelas associações, pelos movimentos que atuam no Marajó, para que seja possível sempre, Senador, que a participação social influencie os rumos de toda e qualquer política que lá seja implementada. Esse fórum é para ouvir as pessoas também, saber aquilo de que as pessoas têm realmente necessitado.

Para além das questões relacionadas à própria política de segurança pública, temos contado também com a ajuda da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal, do Ministério da Saúde, do Ministério das Comunicações, enfim, nós estamos tentando... (*Pausa.*)

Nós estamos, portanto – o Ministério do Desenvolvimento Social –, no combate à fome... Ou seja: nossa ideia é que nós, o Governo Federal, juntamente com o Governo do Pará, possamos estar no território, que nós possamos ter presença no território e, assim, poder ajudar as pessoas que lá residem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que eu posso dizer é aquilo que eu sempre disse ao povo do Marajó e que eu vou repetir aqui: vocês não estão sozinhos, nós estaremos lá sempre que necessário. Já estive lá diversas vezes, vou estar lá quantas vezes forem necessárias.

E eu espero, Senador, que, nos próximos meses, nós possamos, de fato, apresentar um plano nacional, com programas consistentes, para um combate sistemático ao abuso de exploração sexual infantil, que é um dos problemas, que, na verdade, é um grande sintoma de uma região que precisa de uma atenção especial do Estado brasileiro.

Senador Beto Fato, muito obrigado pelo apoio, muito obrigado pela recepção sempre carinhosa, pela escuta sempre atenta, e nós estamos trabalhando juntos, não tenho dúvida disso.

Prezados e prezadas, quero terminar reafirmando aquilo que já disse: nós temos, pela frente, uma quadra muito, muito dura. Nós estamos vendo o que está acontecendo não só no Brasil, mas no restante do mundo. Então, trata-se de um momento fundamental para a reafirmação dos direitos humanos, a partir dos pactos civilizatórios que nós vamos ter que fazer. Esses pactos envolvem... (*Pausa.*)

Esses pactos envolvem, necessariamente, um compromisso inadiável com o desenvolvimento social e econômico, pactos inadiáveis com a democracia, com o respeito aos direitos humanos e também com a projeção, Senador, de um futuro para as pessoas. Nós estamos carentes de futuro, carentes de projetos, e, nesse sentido, eu acho que é o nosso papel aqui, neste momento que nos coube estar aqui, fazer isso, para que o mundo possa ser um mundo melhor, o Brasil possa ser o país que a gente quer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ministro, V. Exa. poderia aguardar um instante? É porque o Senador Contarato gostaria de fazer uma manifestação.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Humberto Costa, e obrigado, Ministro, pela compreensão de V. Exa.

Eu só queria... Eu não poderia deixar de fazer esse registro, passar aqui nesta Comissão, que, para mim... Sempre que eu venho a esta Comissão, à Comissão de Assuntos Sociais, são Comissões que deixam a população brasileira com o coração mais aquecido. Eu acho que são pessoas que passam por aqui que são verdadeiros guerreiros. E a V. Exa., estando à frente do Ministério dos Direitos Humanos, eu quero fazer esse agradecimento enquanto ser humano que sou, enquanto homem que sou, enquanto pai de dois filhos que são a razão da minha vida e enquanto estou como Senador.

Muito me orgulha ter sido professor, no meu Estado do Espírito Santo, e ser delegado de polícia, mas não como violador de direitos, sempre como garantidor de direitos. Então, ver V. Exa. à frente do Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos Direitos Humanos, que vai fazer com que a gente cumpra um dos objetivos da República Federativa do Brasil, que está no art. 3º, inciso IV, que é promover o bem-estar de todos e abolir toda e qualquer forma de discriminação...

Então, quando eu vejo falar em direitos humanos, é falar em vida em toda a sua plenitude; é falar em redução da desigualdade; é falar em combate ao racismo, à misoginia, ao sexismo, à xenofobia, à homofobia, e V. Exa., à frente desse ministério, que até bem pouco tempo atrás, infelizmente, não tinha uma representatividade naquilo que eu almejo como direitos humanos, para mim é de fundamental importância.

Então, faço questão – e me perdoe por estar tomando o espaço do senhor – de fazer esse registro e de falar do meu agradecimento e admiração por tudo que o senhor representa à frente do Ministério dos Direitos Humanos.

Eu tenho orgulho de falar que eu fui o autor, junto com o Senador Humberto Costa, da prorrogação de cotas raciais no serviço público e que aumentamos para 30%. E, quando alguém vem me falar em meritocracia ou que todos somos iguais, eu questiono: igualdade para quem? Igualdade em que sentido? Igualdade numa população carcerária em que 70% são pretos e pardos? Igualdade num Estado em que se criminaliza a pobreza? Igualdade num Estado em que se criminaliza a cor da pele?

Eu fui delegado, meu querido Silvio. Eu sei o que é que a polícia efetivamente faz quando pega um pobre, preto, num morro, com uma bucha de maconha. Havia traficante, e eu sei o tratamento que é dado quando pegam aqui nos bairros nobres, no meu Estado do Espírito Santo, em Pernambuco ou no Distrito Federal.

Então, eu quero só fazer esse agradecimento, que essa luta é constante, é permanente.

E eu tenho muito orgulho de falar que, no Espírito Santo, eu fui conselheiro no programa de proteção à testemunha réu/colaborador, e tem a Verônica, tem os meus companheiros, que sabem da minha forma aguerrida, com que eu estava lá, lutando para, efetivamente, um dia, ter orgulho de dizer que, no Estado brasileiro, todos somos iguais perante a lei, independentemente da raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual ou pessoa com deficiência.

Parabéns! Muito obrigado por tudo que o senhor faz por todos nós, brasileiros e brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senador Fabiano Contarato, registrando também aqui a sua presença. (*Pausa.*)

Bom, vamos preencher aqui o lugar na mesa, convidando o Dr. Gustavo Pessanha Velloso, Procurador Regional da República, Ministério Público Federal.

Eu queria ler para os integrantes da mesa. Peço que eles possam... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço que eles possam responder, porque são perguntas interessantes.

Alfredo, de Minas Gerais: "Quais são os avanços e desafios do programa de proteção a testemunhas nos 25 anos da Lei 9.807, de 1999, e como aprimorá-lo?".

Fábio, do Paraná: "Como fica o apoio aos familiares e amigos das pessoas que entram para o programa, sabendo-se que eles podem ser possíveis vítimas?".

João, de Rondônia: "Como a Lei 9.807, de 1999, e a política de proteção às vítimas de testemunhas ameaçadas, o Provita, impactaram positivamente os direitos humanos nos últimos 25 anos?".

David, de Minas Gerais: "Como a Lei 9.807, de 1999, se integra com outras políticas de segurança pública e direitos humanos atualmente em vigor?".

Bom, com essas perguntas, eu passo a palavra ao Dr. Bruno Renato Nascimento Teixeira, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

V. Sa. dispõe de dez minutos, obviamente que com flexibilidade, para fazer a sua manifestação.

O SR. BRUNO RENATO NASCIMENTO TEIXEIRA (Para expor.) – Bom, perfeito.

Muito obrigado, Senador Humberto Costa.

Bom dia a todas as pessoas presentes.

Agradeço a oportunidade que o senhor nos dá, ao Ministério dos Direitos Humanos, de participar desta audiência pública. Agradeço também a presença do Dr. Danilo Pereira Júnior, Juiz Federal e Presidente do Poder Judiciário; Dr. Marcelo Witzel Rabelo de Souza, Subprocurador-Geral de Justiça Militar e Secretário de Promoção dos Direitos das Vítimas; ao Senador que estava aqui, o Beto Faro; ao Senador Zequinha Marinho, que passou; ao Senador Fabiano Contarato.

Também quero agradecer a presença do Dr. Gustavo, a todos os servidores do ministério estendo também o meu cumprimento, aos colegas do Governo Federal que aqui estão, aos gestores estaduais dos programas de proteção, aos representantes dos conselhos deliberativos estaduais, aos quadros históricos do movimento pela proteção que estão aqui, aos representantes das entidades da sociedade civil o nosso cumprimento.

Quero ratificar o que o Ministro Silvio nos trouxe, enquanto panorama e conjectura do cenário da proteção no Brasil. São 25 anos para se comemorarem, mas 25 anos também de profundas reflexões sobre o papel dos programas de proteção, em especial do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas de Morte.

Ao longo desses 25 anos, nós consolidamos o programa, a partir de eixos estruturantes que nos dão a convicção de que há necessidade, ainda na democracia, de se ter programas de proteção. O mundo ideal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seria um Brasil em que não houvesse a necessidade de termos pessoas sob a proteção do Estado em razão da ameaça dos grupos armados, das organizações criminosas e dos violadores sistemáticos de direitos humanos.

Portanto, ao longo desses 25 anos e, como eu tenho dito, as diretrizes se consolidam, mas também são 25 anos que nos apontam a necessidade de olhar para o futuro.

Olhar para o futuro significa, colegas, necessariamente olhar para aquilo que nós conseguimos, de fato, avançar, ao consolidar o programa como um programa com diretrizes muito bem sólidas, na perspectiva da proteção, mas os novos perfis de ameaça e violações nos fazem olhar para esse contexto e entender a necessidade do aprimoramento constante dos programas de proteção, em especial do Provita.

Então, eu estou aqui, eu vejo aqui vários gestores dos estados, com os quais a gente tem a oportunidade de, dia a dia, estar fazendo a discussão...

Eu vejo aqui os colegas de Pernambuco, e quero lembrar que Pernambuco é o precursor dessa tecnologia social que faz com que o Provita tenha essa dinâmica de a sociedade civil, Senador, estar assumindo, em parceria com os governos dos estados e com a União, o papel de gerir o programa de proteção. Ou seja, é uma tecnologia social que nasce por meio do Gajop.

Estou aqui com o Fernando Matos, que vivenciou tudo isso de perto, o representante do Gajop à época e que hoje está aqui, celebrando essa data junto conosco.

É importantíssima a presença do Fernando Matos, aqui, que vivenciou todo esse processo, que ajudou o Gajop a pensar nessa tecnologia, que hoje é a tecnologia que se espraia para todo o Brasil.

Hoje, o Provita atende a todos os estados da Federação, vários em parcerias com os governos dos estados e outros tantos por execução direta do Governo Federal. Isso faz com que nós possamos, em diálogo permanente com o sistema de justiça, permanente com os Poderes Executivos estaduais, pensar no aprimoramento dessa tecnologia, que visa à proteção de pessoas ameaçadas de morte.

Então, veja: a escalada da violência também faz com que nós olhemos para o programa e possamos entender quais são esses aprimoramentos que a gente precisa para o futuro do Provita.

Eu tive a oportunidade de ser gestor de programa de proteção no Estado do Ceará, e está aqui o meu amigo Jovanil, Secretário-Executivo do Estado do Ceará para a Política de Direitos Humanos, também gestor do Provita no estado. Ele sabe dos desafios constantes que são garantir que a segurança pública compreenda o programa de proteção como um programa de proteção de direitos humanos e proteção de defensores de direitos humanos que se insurgem contra esse contexto da violência e, sobretudo, das violações de direitos humanos, principalmente sobre aqueles que ainda estão num contexto de maior vulnerabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, o contexto, o perfil das pessoas que estão sob a égide do programa ainda é o das pessoas que residem em periferias, pobres, negros, periféricos de um modo geral, que estão nesse contexto e se submetem a esse cenário de violência.

Portanto, nós temos a oportunidade, nesses 25 anos, de comemorar, mas não só isso: convocar para um pacto federativo institucional, que seja capaz de dar uma resposta efetiva, porque nós sabemos que a inclusão no programa de proteção não se encerra por si só num contexto de proteção diante das graves ameaças. Pelo contrário: a permanência desse protegido no programa dita diretamente que o prazo em que ele fica inserido no programa é de responsabilidade e é uma resposta que o sistema de justiça e o Poder Executivo precisam dar de forma célere.

Então, eu acredito que, com a união dos esforços e com a participação efetiva aqui do sistema de justiça, dos gestores estaduais e, principalmente, nosso, do Governo Federal, nesse contexto, motivando e incentivando essa discussão, é que a gente vai construir uma resposta efetiva para o futuro.

Quero muito agradecer a participação da minha colega Fernanda Santa Rosa, que está aqui. Queria, inclusive, dar uma salva de palmas para a Fernanda, porque ela foi quem organizou este momento, junto conosco, Senador. (*Palmas.*)

E toda a equipe do Provita, se puder levantar, eu gostaria muito de deixar aqui os nossos cumprimentos a essas aguerridas e aguerridos servidores, que, diuturnamente, dialogam com os senhores e as senhoras e pensam no Provita.

O Provita é necessário ainda na democracia, Senador Contarato, tendo em vista que nós ainda não conseguimos efetivar o Estado democrático de direito ao ponto de dar respostas para que a gente possa consolidar uma política de direitos humanos no Brasil efetiva, que garanta, efetivamente, direitos.

Então, é um dia de celebração, é um dia de se comemorarem esses avanços da democracia. Ao longo desses 25 anos, a gente conseguiu dar uma resposta efetiva, no âmbito da segurança pública, no diálogo com os direitos humanos, mas a gente precisa avançar.

Então, acho que, hoje, o que a gente tem de oportunidade aqui, em meio aos gestores... Vejo aqui os colegas do Rio de Janeiro, vejo os colegas do Acre, ou seja, o Brasil inteiro unido nesse esforço de a gente olhar para o programa, pensar nos seus aprimoramentos e pensar numa resposta efetiva àqueles que mais precisam de nós.

Muito obrigado pela oportunidade, agradeço, e tenhamos aí um bom dia de debate, um bom dia de evento, para que a gente consiga superar os desafios que estão postos para o Provita.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Secretário Bruno Renato.

O Senador Fabiano Contarato pediu novamente a palavra para fazer uma observação, e seguiremos com o restante do debate.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão de V. Exa., por estar me dando oportunidade, mais uma vez, de me manifestar, mas eu não poderia deixar aqui de fazer um registro de algo que, para mim, em pouco tempo como político, eu tenho aprendido. Às vezes, as pessoas criminalizam, Senador Humberto, a política. Isso aconteceu também comigo. Eu fiquei 52 anos na minha vida criminalizando a política. E, hoje, aonde quer que eu vá, se eu tenho a oportunidade de falar, eu falo: "Filie-se a um partido político. Se você não quiser ser candidato, ajude a construir um projeto para o seu município, para o seu bairro, para o seu país, porque só através da política é que nós vamos transformar a vida das pessoas".

E eu falo isso, Senador, porque, quando eu tomei conhecimento de que o senhor foi o autor, enquanto era Deputado Federal, dessa lei de proteção à vítima e à testemunha, eu falei assim: "Meu Deus, eu não posso deixar de fazer esse registro". Às vezes, um político passa décadas no Parlamento, mas não produz. E essa é uma demonstração da produção que o senhor tem, da importância de ter Parlamentar da envergadura de V. Exa. Eu não falo isso por vaidade, para envaidecer V. Exa., porque V. Exa. não precisa disso. O senhor sabe muito bem. V. Exa. já foi Ministro da Saúde, já foi Deputado, é Senador e é um brilhante Senador, que muito honra e dignifica o Parlamento brasileiro, esta Casa. E eu me sinto prestigiado, nesta legislatura, de ficar ombreado com V. Exa. enquanto Senador e, com muito orgulho, pelo Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras.

Eu fiz questão de fazer esse registro, de falar para V. Exa. que é muito bom quando a gente entra na política e a gente se espelha, olha e tem pessoas como referência. E V. Exa. tem esse papel na minha vida – talvez V. Exa. não saiba disso, mas tem. Sempre que eu tenho a oportunidade de fazer isto, eu faço isso olhando nos olhos do senhor para falar que é importante nós termos representantes que efetivamente se preocupem com a população.

O senhor é do tipo de político que efetivamente tem um lado. Esses dias, eu vi um vídeo do Padre Julio Lancellotti em que ele falava assim: "Eu não luto para vencer; eu sei que eu vou perder, mas eu luto para ser fiel até o fim". E V. Exa. também tem esse comportamento. V. Exa., assim como eu, sabe o lado que escolheu. Eu prefiro estar do lado dos pobres, dos pretos, dos pardos, dos indígenas, dos quilombolas, das pessoas com deficiência. É para essa população que eu acho que nós fomos efetivamente eleitos.

Desculpe o desabafo, mas eu não poderia deixar de dizer isso. E, por favor, não tenha isso como mero envaidecimento por V. Exa. Não é isso, mas eu acho que esse reforço positivo tem que ser dito diuturnamente, porque, às vezes, a gente como político recebe crítica de manhã, de tarde e de noite, e é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito bom quando alguém chega para mim – ou para o senhor, como eu estou fazendo agora – e fala assim: "Olhe, o senhor é muito importante para o Parlamento, o senhor é muito importante para a boa política do Estado brasileiro".

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Senador Fabiano Contarato. E, partindo de um Parlamentar com a envergadura que V. Exa. tem, essas palavras generosas são muito estimuladoras para que a gente possa continuar trabalhando, ombreados aí em defesa dos direitos humanos no nosso país. Obrigado! É muita gentileza da parte de V. Exa.

Eu quero registrar a presença do Dr. Fernando Antônio dos Santos Matos, que é Coordenador-Geral de Articulação Institucional do MEC, que aqui representa o ministério. Quero registrar a presença do ex-Senador Paulo Rocha e também do nosso querido companheiro Jayme Asfora, lá de Pernambuco, Secretário Executivo de Direitos Humanos do Estado de Pernambuco. Pernambuco sempre teve um protagonismo importante na defesa dos direitos humanos.

Eu passo a palavra ao Juiz Federal Danilo Pereira Junior, da 12ª Vara Federal de Curitiba.

V. Exa. tem dez minutos para fazer a sua manifestação.

Obrigado.

O SR. DANILO PEREIRA JUNIOR (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Primeiramente, bom dia a todos.

Eu gostaria de endossar as palavras do Secretário Silvio e também do Senador Contarato.

E penso que a primeira homenagem realmente é ao senhor, pela elaboração desta lei. Eu tenho para mim que talvez nem o senhor, quando pensou em fazer tal proposta legislativa, acreditasse que esse programa ia comemorar hoje 25 anos com essa alegria e com a justa homenagem aí também que foi feita a todos vocês aqui, que trabalham no Provita, iniciando aqui pela Fernanda e pelos demais. E, na pessoa dela, quero cumprimentar a todos: a Kátia, a Raquel, a Veridiane e todas as pessoas que anonimamente trabalham nesse programa.

O Secretário mencionou a importância da interação que há, nesta política pública, entre a sociedade civil e os órgãos públicos, e me parece que essa é uma característica que marca e que faz com que essa política tenha conseguido êxito até então. E nós temos, a partir desse envolvimento da sociedade civil – não é, Diana? –, várias pessoas anônimas neste Brasil que acolhem, que recebem, que se dedicam a uma política pública, Senador, que eu diria que é uma das mais importantes e que, na perspectiva dos direitos humanos, tenho como uma das mais complexas, porque nós não estamos propriamente só tratando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diariamente das questões relacionadas à proteção no sentido físico, à proteção da vítima. Nós temos uma preocupação... E a própria lei define isso como uma proteção física e também da saúde mental dessa pessoa, mas nós vemos, no dia a dia, nas deliberações dos conselhos deliberativos, na atuação dos vários órgãos e agentes que atuam nesse processo, que ela é uma política muito mais complexa. E aí há a importância também do que o Secretário destacou ou que o Ministro destacou a respeito também das questões financeiras, das questões da necessidade de interação entre as instituições, entre os próprios órgãos públicos de uma maneira em geral. Nós vemos, no dia a dia, a complexidade dessa política, não só, muitas vezes, no alcance dessas pessoas a uma moradia digna, à saúde, à educação... É por isso que eu digo: ela é uma política muito mais complexa do que a mera proteção do sujeito ou daquela pessoa ou daquela família. E é um grande desafio.

E aí, até respondendo a uma das perguntas que foi feita, um dos grandes desafios dessa política pública é esta interação: é você conseguir permitir que essa pessoa que precisa estar de certa forma num anonimato para que se proteja possa acessar a saúde, possa acessar a escola, possa ter acesso a documentos... E talvez esses sejam os grandes desafios, que nós ainda precisamos aprimorar.

E, quando eu vejo... Eu estou há quatro anos no programa e cumprimento a todos vocês pelo trabalho maravilhoso e pela política que, cada vez mais, vem sendo elaborada, vem sendo desenhada, vem sendo aperfeiçoada, no sentido da necessidade dessa interação com os demais agentes do próprio poder público, o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, a própria Receita Federal... A gente já viu até a necessidade de levar essas pessoas, muitas vezes, a terem acesso à política pública de financiamento fundiário para assentamento.

Eu o cumprimento, Senador, também pela oportunidade de comemorar essa data que é simbólica e que realmente é um marco na história dessa política pública, porque é preciso que a sociedade preste atenção a uma política que é complexa, que é feita por pessoas que, via de regra, estão no anonimato, mas que se dedicam, de corpo e alma, para que pessoas, famílias inteiras recebam o mínimo de atenção e de proteção que o Estado pode dar.

O Ministro também destacou a necessidade da interação ou da preocupação da política pública de segurança. E realmente é o que a gente verifica. Eu diria que talvez 80% ou 90% das pessoas hoje em proteção são vítimas do crime organizado, são vítimas de grandes facções neste Brasil. Há necessidade de um combate efetivo. E essas pessoas que se dispõem, de alguma forma, a colaborar com o Estado para que a segurança pública possa realmente alcançar os líderes, alcançar os recursos, alcançar e tentar desmantelar essa facção se expõem, se expõem na sua completude, com família, com filhos, com mãe. E, muitas vezes, elas são retiradas – e esta é uma necessidade: extrair – de um determinado lugar para dali para frente reiniciar uma vida. Então, no que diz respeito aos direitos humanos, ela é uma política que envolve uma complexidade que é de se enaltecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu cumprimento a todos que, anonimamente, trabalham nesse programa, meu cumprimento aos órgãos públicos que têm realmente entendido e que têm se empenhado para que as coisas aconteçam.

Eu digo, Senador... E faço aí mea-culpa, a gente sempre conversa do próprio Poder Judiciário. O Poder Judiciário, muitas vezes, também não entende não só a celeridade de que há necessidade muitas vezes num julgamento de determinados processos, porque essa pessoa que está em proteção tem, entre suas missões, a colaboração com a Justiça. Então, é a celeridade, a necessidade de um efetivo trato diferenciado a esses processos... E aí nós vemos, muitas vezes, a falta de, eu diria, talvez, compreensão da severidade e do risco que essas pessoas têm quando um processo demora anos, e essa pessoa fica à mercê de uma colaboração com a Justiça.

Então, tem um papel o Judiciário. Hoje, há uma preocupação de estreitamento com o CNJ, há um estreitamento com convênios e cooperações com o CNMP... E assim penso que é o futuro desse programa: é exatamente aprimorar esses laços, esses convênios, essas cooperações para que realmente se possam efetivar todos os direitos a que o Estado se comprometeu quando admitiu essa pessoa nesse programa de proteção à testemunha.

Não querendo mais me alongar, Senador, eu mais uma vez cumprimento a todos vocês aqui pelo trabalho, pela dedicação e pelo empenho, pois essa política só existe graças ao esforço e ao empenho de todos. E quero cumprimentá-lo não só pela iniciativa, mas pela oportunidade de comemorar esses 25 anos.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Dr. Danilo Pereira Junior.

Queria registrar aqui mais algumas perguntas que nos foram encaminhadas.

Rony, do Rio de Janeiro: "Quais os critérios de elegibilidade ao programa de proteção? [...] [Eles] foram adaptados ao longo [...] [desses 25 anos]?".

Firmino, da Bahia: "No caso de ajuda financeira à vítima, [...] [é] levada em consideração a condição financeira [...] [dela] no momento da concessão do auxílio?".

Dalila, do Rio Grande do Sul: "Quais são as principais diferenças entre o trabalho de proteção atual [...] [e aquele] desenvolvido no início dos anos 2000?".

Anne, do Piauí: "Quais [...] [métricas a] Lei 9.807, de 1999, [...] [utiliza] como indicadores de desempenho [...] [e] efetividade do projeto?".

Com a palavra, agora, o Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Subprocurador-Geral de Justiça Militar e Secretário de Promoção dos Direitos das Vítimas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA (Para expor.) – Bom dia, bom dia, senhoras e senhores.

Se o Senador Humberto Costa permitir, eu gostaria de fazer o cumprimento à mesa na sua pessoa, até em razão do tempo e da celeridade, aos nomes que já foram ditos. Eu só faria um cumprimento especial aos colegas do Ministério Público: o Dr. Pessanha; o Dr. Vinícius, de Mato Grosso; a Dra. Caroline. São colegas aqui do Ministério Público que têm acompanhado, se engajado nessa tarefa.

Senador, tentarei ser o mais breve possível. Sei que pessoal do direito, quando fala que vai ser breve, é um negócio terrível! (*Risos.*)

Então, até evito falar isso, mas pelo menos eu falo que vou tentar.

Primeiramente, eu queria agradecer o convite e falar de uma coisa que pode parecer um clichê barato: os nossos atos têm consequências. Senador, eu falo que isso pode até parecer um clichê barato, mas eu queria explicar melhor. Esse gesto, essa iniciativa de ter sido autor de uma lei de duas décadas atrás gerou consequência, gerou este auditório cheio, lotado, gerou um grupo de servidores, de pessoas engajadas, pensando e debatendo esse assunto. Não foi aquela coisa que você fala que a lei não pegou. Foi um gesto lá de anos atrás que está sendo construído. E acredito que muito ainda há a ser construído.

No que se refere à parte que me toca, que é a questão das vítimas – e isso inclui a proteção às testemunhas –, posso dizer que essa talvez tenha sido a primeira norma a dar uma visibilidade a esta figura da vítima, colocar a vítima dentro de um cenário de proteção, e vítimas também estão inseridas nesse contexto de direitos humanos.

Eu me lembro de, quando o Ministro Silvio esteve no Conselho Nacional do Ministério Público, quando da assinatura do convênio do CNMP com o Ministério dos Direitos Humanos, que ele falou não há incompatibilidade alguma entre direitos humanos do réu, do preso e direitos humanos das vítimas. E creio que, numa política de segurança pública... E isso hoje foi aqui ratificado por ambos, por V. Exa. e pelo Ministro, e pelo Juiz que agora falou, o Dr. Danilo. Creio que a harmonização desses institutos – isso tudo é direitos humanos – muito contribui para a paz social.

E aí eu quero aqui também dizer que, da nossa parte, eu acho que é importante que as pessoas entendam e compreendam esse sistema, como ele é feito e como ele pode ser trabalhado. Do Ministério Público, o que a gente tem discutido, conversado é que é importante não saber apenas que ele existe, mas compreender como esse sistema de proteção às vítimas e testemunhas funciona. Essa é a primeira coisa. E aí, sim, o que a gente pode fazer para não minimizar? É fundamental que o Ministério Público entenda isso, como também o Judiciário deve compreender esse sistema, o Executivo, até para poder dialogar com esse sistema, com o Executivo, com o Judiciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, até pegando o gancho em uma das perguntas que foram feitas, o que pode ser dito é: ir até um pouco além. Eu estou falando de Ministério Público e Judiciário, mas falar de vítimas, falar de proteção, ainda mais num país que tem as carências que tem, é falar de uma atuação multitarefa. E é bacana, muito bom ver um auditório deste cheio. Aqui, eu faço mais um elogio à Fernanda, assistente social... É bom saber que temos psicólogas, é bom saber que nós vamos ter outros segmentos da sociedade engajados nisso. Oxalá, amanhã, a gente tenha as universidades, o meio acadêmico, tratando da questão vítima. Que os economistas debatam isso na sua formação, assim como os psicólogos, os sociólogos, os da comunicação, os assistentes sociais, para saber que a vítima vai muito além... E aqui eu falo além no sentido didático, porque, quando a gente fala em segurança pública, a gente está falando um pouco de paz social e está falando um pouco da segurança física e emocional das pessoas. Então, ela vai muito além dos meros operadores do direito. Nós vimos o Ministro aqui, o Senador levantou a questão ocorrida no território de Marajó e tal... E nós temos aqui exemplos dentro do Provita. Nós não podemos... Vamos ver diferenças entre a proteção dada ao menor e a de um adulto. As reações são diferentes, o apoio emocional e psicológico tem que ser diferente. É importante que esses profissionais se engajem.

Da nossa parte, pode contar conosco, contar com nossa divulgação. Quero dizer que continuamos contribuindo com essa linha, tentando contribuir... Coisa de 15, 20 dias atrás, um pouco mais, estivemos com a Fernanda e com o Paulo, tratando, inclusive, das peculiaridades que cercam, nessa linha de compreender o sistema, a mecânica, o protocolo de atuação do programa de direito das vítimas quando envolve, por exemplo, militares, sejam das Forças Armadas, sejam da PM, o que, inclusive, tem suas distinções, para tentarmos, nesse diálogo, até facilitar, quem sabe, amanhã, um fluxo. Apesar de serem todos servidores civis, até em função de carreira, posição, características culturais e tal, isso acaba implicando em algumas peculiaridades.

Da nossa parte, Senador Humberto, quero agradecer, mais uma vez, a iniciativa, agradecer o convite, agradecer aqui o apoio que a gente sempre teve no diálogo principalmente com a turma do Provita. Creio que a gente está conseguindo fazer o Ministério Público participar mais desse sistema. E quero dizer que podem contar conosco para esse diálogo, um diálogo que seja, como falou o Danilo, resolutivo.

E, depois, quem sabe – e foi uma das perguntas: como fazer isso em termos sociais –, acho que é engajar a sociedade nisso, com empresas públicas e outros mais, com financiamentos... Falou-se aqui do lado fundiário. A gente tem bancos estatais que poderiam talvez fomentar um financiamento para essas pessoas se inserirem novamente no mercado de trabalho, como microempresário ou alguma coisa nesse sentido.

Da minha parte, é isso.

Quero agradecer e dizer que podem contar conosco, podem contar com o Ministério Público, podem contar com o Ministério Público Militar. Estamos abertos a esse diálogo, a essa formatação aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Marcelo Weitzel.

Com a palavra, agora, o Dr. Gustavo Pessanha Velloso, que é Procurador Regional da República, do Ministério Público Federal.

V. Exa. tem dez minutos.

O SR. GUSTAVO PESSANHA VELLOSO (Para expor.) – Exmo. Senador Humberto Costa, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; Exmo. Secretário Nacional Bruno Renato, Exmo. Juiz Danilo e meu colega Marcelo; nas pessoas deles, eu cumprimento todo o auditório, Senadores presentes, colegas do Ministério Público, advogados e populares.

Senador, muito se disse aqui sobre o projeto de lei de autoria de V. Exa. que foi convertido, em 1999, na Lei 9.807.

Um primeiro detalhe a que eu gostaria de chamar a atenção é que o projeto é de 1995, demorou quatro anos ainda para ser implementado. O Senador começou a exposição dele lendo as justificativas, e, lendo essas justificativas, ouvindo-as, a gente nota que os mesmos motivos que deram azo à criação da lei persistem, até hoje, no Estado brasileiro. Isso ressalta, claro, como muitos já disseram aqui, a importância desse programa.

Eu quero chamar a atenção para um detalhe, que é só na prática que a gente acaba sabendo dessas coisas, e lá se vão 11 anos como Conselheiro do Condef (Conselho Deliberativo Federal). Eu queria dizer ao Senador e a toda a sociedade brasileira que esse programa nunca perdeu um protegido sob a proteção do programa, que estivesse inserido no programa. (*Palmas.*)

Já que vocês aplaudiram essa informação, eu quero uma nova salva de palmas para uma instituição que permitiu que isso fosse possível, que é a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos.

Por favor, mais uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Então, eu vou citar apenas algumas pessoas aqui: a Diana, a Veri, o Pedrosa, que não está aqui, a Josie – a Josiane Gamba –, e, nas pessoas deles, eu cumprimento a todos. São as pessoas, para mim, com quem eu tive mais contato e que simbolizam essa vitória da democracia brasileira, mas devo frisar que há muitas pessoas anônimas que prestam esse serviço e que, por motivos óbvios, não podem ser identificadas. Essas pessoas estão na linha de frente, são os grandes heróis que permitem a concretização de tudo que foi falado aqui e são a prova de que o seu projeto, Senador, e a Lei 9.807 deram certo.

Eu quero retomar brevemente uma linha que foi falada pelo Ministro Silvio, quando esteve aqui, que é a importância para a democracia de nós termos um programa, uma política pública, como a proteção a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

testemunhas, sendo implementadora do direito fundamental mais básico de um cidadão, que é o direito à vida.

Secretário Bruno, eu diria que eu tenho duas sugestões a fazer, em nível de política, para tentar melhorar um programa que já é muito bom. Ele passou, digamos assim, um período muito difícil nos quatro anos anteriores a 2023, mas sobreviveu, graças muito à sociedade maranhense, ao profissionalismo dessa instituição, mas eu acredito que alguns problemas são bem antigos e precisam muito de articulação, quem sabe com a ajuda aqui do Congresso brasileiro, do Senado.

Eu diria que a adesão completa de todos os estados, de todos os entes federativos... Existem muitos que simplesmente não têm os seus programas estaduais. Isso dificulta muito o sistema, torna muito trabalhoso implementar a política, porque nós estamos falando aqui de questões básicas, como, por exemplo, o acolhimento à situação de urgência. E, quando não se tem uma política no estado, a dificuldade para salvar a pessoa da situação de urgência é iminente, muito trabalhosa, muito difícil.

Uma outra questão. Eu acredito que esteja ocorrendo uma alteração em parte do perfil do protegido. Então, é claro que, desde o início, na proposição legislativa que se converteu na Lei 9.807, nós tivemos a previsão do réu colaborador, mas, com o avanço de investigações criminais sobre o crime organizado, eu acredito que o perfil do protegido está mudando um pouco. A gente precisa de uma análise de risco dentro da estrutura do programa, sem descontinuidade. Eu acredito que essa seria outra meta, para poder ajudar inclusive a executora do programa.

No mais, quero saudar o Senador, que foi o pioneiro dessa ideia, muito exitosa, e a todos os presentes a essa celebração da democracia.

Eu agradeço muito o convite e a oportunidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Dr. Gustavo Pessanha, Procurador Regional da República, aqui representando o Ministério Público Federal.

Eu queria só fazer um pequeno histórico desse processo.

Na verdade, o primeiro projeto, instituindo o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, foi apresentado por mim em 1995. Eu fui candidato ao Senado em 1998 e não retornei ao Senado em 1999. Então, esse projeto foi arquivado e depois foi desarquivado. Outros projetos que estavam também tramitando com o mesmo teor foram todos apensados, o meu estava no meio. Uma ação importante que permitiu que houvesse a votação desse projeto foi uma ação do Ministério da Justiça. Naquela época, acho que não havia o Ministério de Direitos Humanos ainda. Então, foi o Ministério da Justiça, e é importante frisar: no Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. E com isso o projeto ganhou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

força para ser votado e ser transformado em lei. Uma demonstração de que a vida também não era fácil naquele tempo. Foi preciso ter toda essa ação, mas eu me sinto muito feliz e orgulhoso que tenha esse projeto sido aprovado.

Eu vou dar a palavra ao Dr. Bruno Renato, porque várias perguntas que foram colocadas aqui foram tocadas. Aí ele pode responder algumas. Se alguém desta mesa quiser complementar, existem questões muito interessantes.

O SR. BRUNO RENATO NASCIMENTO TEIXEIRA – Sem dúvida, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Será que, em dez minutos, V. Sa...

O SR. BRUNO RENATO NASCIMENTO TEIXEIRA (Para expor.) – Claro, vamos fazer um apanhado geral aqui. Acho que são questionamentos que, inclusive, impulsionam o debate que nós teremos, ao longo do dia, sobre esse contexto da Lei 9.807 e algumas respostas que, ao longo desses 25 anos, a gente foi dando em razão da política.

Acho que nós avançamos. Acho que uma discussão que está iminente a gente aprofundar – acredito – é a qualificação das portas de entrada, ou seja, quem são os órgãos hoje, as instituições da sociedade civil, como a gente consegue elevar a qualificação dessas portas de entrada, seja a Defensoria Pública, seja o sistema de Justiça de um modo geral. O papel do Ministério Público, que já é central hoje, é um dos principais designadores da inclusão de pessoas no programa de proteção, mas como a gente consegue qualificar os conselhos de direito, as entidades da sociedade civil, as próprias estruturas da polícia, já ainda na fase de inquérito, qualificar, e não só qualificar, mas também fazer uma ampla divulgação de como essas portas de entrada são necessárias e como elas podem atuar nos programas de proteção, especialmente no Provita. Esse acho que é um ponto que a gente precisa aprofundar, entender, fazendo um debate muito honesto daquilo que a gente entende como porta de entrada, quem são essas instituições, quais são as atribuições e como elas entendem o programa. Acho que esse alinhamento nacional sobre as portas de entrada é um debate necessário quando a gente projeta o Provita para os próximos anos.

Acho que nós avançamos, sobretudo na parametrização dos subsídios – acho que esse também era um desafio. Não tenho dúvidas de que houve, ao longo dos anos, uma multiplicidade de perfis de pessoas em situação de ameaça e do perfil da ameaça. Nós estávamos à frente do programa de proteção, sempre atuando muito diretamente em razão das organizações criminosas – bom dia, Senador; tudo bem? –, mas o perfil da ameaça tem mudado. O racismo, a violência de gênero, a violência política têm nos colocado enquanto desafio olhar para esses contextos de pessoas ameaçadas em razão desses crimes, como a gente consegue também garantir a proteção.

Veja: ninguém quer ficar sob a permanência da tutela do Estado. O Provita tem que se qualificar para ser uma porta de entrada para proteção, mas ele também tem que apontar a saída da proteção, que passa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessariamente por uma resposta do Estado, mas, sobretudo, pela celeridade, como foi dito bem pelo Dr. Danilo, do sistema de Justiça nessa resposta.

Então, que essa tutela seja da forma mais qualificada possível, que a gente consiga que esse período da permanência do ameaçado no programa possa ser com dignidade, que a gente consiga, nesse período, garantir a sua segurança, mas também o acesso aos seus direitos, ou seja, saúde, educação, assistência, apoio psicológico, que são fundamentais nesse contexto da ameaça, como a gente consegue reorganizar, a partir dessa relação interfederativa e sobretudo institucional, uma resposta efetiva para as pessoas que estão no programa.

Então, respondendo aqui um pouquinho, lendo o que foi perguntado, quais são os critérios de elegibilidade ao programa de proteção, são estes: a pessoa hoje se dispor a contribuir no âmbito de um processo que já tramita no âmbito na Justiça, mas a gente precisa entender quais são esses processos, de que processo a gente está falando, quais são esses crimes. A gente eleva a nossa condição de compreensão da proteção, à medida que a gente compreende também que, nesses 25 anos, outros contextos de violência também afetam diretamente segmentos da sociedade e ampliam também o entendimento do que é o núcleo familiar ameaçado.

Acho que esse é um contexto que alguém traz aqui: como é que fica a questão da família, dos amigos? Hoje nós temos a compreensão de que o núcleo familiar se estende ao quantitativo de pessoas que estão inseridas naquele contexto da ameaça e da ameaça da violência. Então, eu acho que a gente tem amadurecido protocolos e diretrizes que dão conta de responder a esses avanços: como a gente enxergava, 25 anos atrás, o protegido e como nós entendemos hoje quem é esse núcleo que carece da proteção.

Eu tenho frisado isso com muita veemência, junto com o Ministro, junto com o Felipe, nosso Diretor de Defesa, que está aqui. A gente faz debates em torno do contexto, ou seja, como nós vamos conseguir de fato dar uma resposta diante desses novos desafios que estão postos. Acho que olhar para o passado, sem dúvida, é muito importante, mas também entender o presente. A violência política permeia as relações hoje, as ameaças são reais. As pessoas têm morrido, Senador Humberto, em razão da violência política, e nós precisamos aprimorar o programa, para dar resposta a esses novos contextos muito potencializados num passado muito próximo, que é o avanço da extrema-direita, o avanço do neofascismo, o avanço desses contextos de um sistema que quer defender violações de direito. Então, a gente precisa olhar também para esse contexto em que a gente vive hoje e entender quais seriam as melhores formas de garantir a proteção dessas pessoas.

Como eu tenho dito, ninguém quer ficar sob a tutela do Estado, e a gente precisa aprimorar o programa, para que esse tempo seja o mais seguro e o mais célere possível, respondendo um pouquinho aqui das perguntas.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k., muito obrigado, Renato.

Nós vamos, então, formar aqui a próxima mesa.

Eu quero começar chamando... Vocês podem ocupar aqui o nosso auditório.

Eu quero agradecer muito a participação de todos.

Então, eu convidaria a Dra. Kátia Lapa, membro do Fórum Nacional de Entidades Gestoras dos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Fneg) e representante do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo. Dra. Kátia. (*Palmas.*)

A Dra. Diana Melo Pereira, que é representante da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. (*Palmas.*)

O Dr. Felipe Iraldo de Oliveira Biasoli, Diretor de Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. (*Palmas.*)

E o Sr. Paulo Cesar Carbonari, Coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos. (*Palmas.*)

Houve uma solicitação, e eu vou concordar, para que seja apresentado um vídeo por parte da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. É um vídeo com a duração de dez minutos, e em seguida nós retomamos a mesa.

Queria registrar aqui a presença da Senadora Janaína Farias, que esteve aqui; do Senador Rogério Carvalho, que também esteve aqui.

Podemos exibir o vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Parabéns ao nosso querido Fernando, que foi um grande protagonista do documentário e foi um grande protagonista da implementação do programa, da inspiração à lei, junto com o pessoal do Gajop – junto não, ele era integrante também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso, um reconhecimento ao seu trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dar a palavra à Dra. Kátia Lapa, que é membra do Fórum Nacional de Entidades Gestoras dos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas e representante do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo.

Eu queria pedir que V. Sa. pudesse responder a duas questões que eu acho que são muito interessantes para as pessoas que estão nos acompanhando por meio das mídias do Senado Federal. Uma foi a pergunta elaborada pelo Firmino, da Bahia: "No caso de ajuda financeira à vítima, [...] [é] levada em consideração a condição financeira da vítima no momento da concessão do auxílio?".

Ou seja, às vezes é uma pessoa de classe média, que tem um poder aquisitivo maior. Como isso se faz, se aplica? Porque isso é importante para a decisão das pessoas, se vão colaborar ou não, ou se vão fazer parte do Provita.

A outra pergunta diz respeito à amplitude da atuação do programa. O programa protege apenas em território nacional ou é possível que o programa possa até mesmo alocar alguém num outro país? Essa é sempre uma pergunta que nós recebemos.

Então, com a palavra, Dra. Kátia Lapa.

Se algum dos integrantes da mesa quiser se manifestar sobre essas e outras perguntas que chegaram até aqui, elas também estão disponíveis.

Dra. Kátia, a senhora tem dez minutos.

A SRA. KÁTIA LAPA (Para expor.) – Bom dia, quase boa tarde, pressuponho, a todos.

Saúdo e cumprimento o Senador Humberto Costa e, na sua figura, saúdo e cumprimento todos os aqui presentes, todas as autoridades, a CGPT, todos os componentes também do Fneg, o Movimento Nacional de Direitos Humanos, que também compõe aqui esta mesa, e, sobretudo, os companheiros e companheiras de luta e de trabalho árduo.

Celebrar é um ato muito importante; diria que feliz de um povo que tem o que celebrar. Hoje é uma data realmente muito simbólica, é uma comemoração que realmente deve ser feita pelo seu marco histórico, e aqui tratamos da questão da lei justamente. Então é um marco legal, mas gostaria de fazer um adendo: existe um marco social também importante a ser dito, e este marco histórico começa antes da lei ou antes de qualquer decreto estadual que exista.

Esse vídeo pôde retratar, assim como algumas falas que me antecederam, o papel da sociedade civil, a sua organização, inclusive todo o seu processo histórico na luta e na garantia para que essa lei pudesse existir e vigorar – Fernando muito bem disse isso no vídeo, e eu gostaria de rememorar aqui. Então, há um marco legal que celebramos aqui hoje, mas há um marco social, há uma engenharia social que antecede esse momento, e sobre isso é a minha missão, compartilhada aqui, honrosamente, com Diana, enquanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representantes do Fórum Nacional de Entidades Gestoras dos Programas de Proteção: é preciso rememorar, para também comemorar, esses passos históricos, e o comemorar significa firmar também este passado para uma melhor atuação no presente e poder construir os caminhos futuros, ainda que eles sejam muito trabalhosos, mas é a nossa missão.

Então, eu diria que é impossível – impossível – dizer quando as práticas de proteção a vítimas e testemunhas, antes do marco legal, começaram – é impossível. Quantas pessoas foram protegidas? São incontáveis. E aí eu estou pinçando exatamente a época da ditadura militar e o período de recrudescimento, de suspensão e de violação de todos os direitos: políticos, civis e sociais. Então, esse período da redemocratização do nosso território, do nosso país, foi muito importante; é aí que eu friso que são incontáveis vidas que foram protegidas e incontáveis pessoas que tiveram um trabalho árduo, ainda que de forma anônima e da forma como puderam fazer.

Além desse momento histórico da ditadura, ainda pensando no final dos anos 70, 80 e 90, preciso lembrar de uma escalada vertiginosa de violência nas periferias do nosso país. Muitas vezes, essa violência é perpetrada por agentes públicos – que deveriam ser os responsáveis pela segurança e, no caso, não eram; foram os responsáveis por inseguranças. Então, a sociedade civil pôde se organizar e pôde construir práticas protetivas com o seu conhecimento, com o seu *know-how* social, com a sua engenharia social.

Também destaco aqui a importância das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), que, naquela ocasião, eram uma importante constituição dentro da Igreja Católica, mas que tinham o seu papel não só religioso, mas político e organizativo também dentro daqueles territórios. Foi assim que muitos processos sociais começaram. Essa organização partiu de muitas pastorais de parte do nosso país, e essas pastorais sociais ligadas às CEBs, num futuro não muito distante, deste marco temporal que eu estou dizendo, se tornaram inclusive ONGs (organizações não governamentais), e muitas dessas organizações, eu vou dizer, sobrevivem e lutam para a continuidade da sua existência até hoje. E parte delas – vou brincar – estamos aqui. A concordância não está certa, mas o sentido, sim. Então, parte delas estamos aqui.

Este papel organizativo social tem o seu marco na luta também. Quando falamos do Gajop e citamos Pernambuco e, extensivamente aqui, o Fernando Matos, estamos dizendo de uma determinada organização num território, mas que já era reflexo de um acúmulo de reflexões num território muito maior e uma experiência exitosa. Essa experiência exitosa passou a ser um estímulo e uma forma de pressão social e política para que esse movimento e essa organização fosse estendida a outros estados da Federação, e isso foi feito. Assim, com o marco legal, passamos a ter os programas em outros estados – vou citar alguns pioneiros: Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e também São Paulo – e, a partir desse momento, a irradiação dessa experiência exitosa para outros estados da Federação.

Gostaria de dizer que o marco legal não defende um modelo, ele não fala explicitamente de um modelo, mas minha missão aqui é de trazer esse elemento social, e esse marco histórico social fez a constituição deste modelo de proteção que vigora até hoje. Então, ainda que a lei não defenda e não indique

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um modelo, este é um modelo que à época foi considerado inovador, inclusive por programas internacionais – e eu digo aqui que ele ainda resiste e persiste como um modelo inovador. E aqui destaco de novo as organizações sociais, porque se elas pressionaram, fizeram um processo participativo para que houvesse um marco legal, hoje elas lidam com o marco legal e ainda lutam pela garantia de tudo que lá está previsto, além de toda a prática. E isso não é pouco trabalho; é muito trabalho, e sabemos que ainda temos um longo caminho pela frente.

Cito, de novo, a importância do Movimento Nacional de Direitos Humanos nesse processo histórico da sociedade civil; e, nesse modelo inovador, cito também a importância justamente do Fórum Nacional de Entidades Gestoras, que é um grupo dedicado a conservar a memória, preservar a memória, mas também seguir adiante nas discussões, pensando na articulação e na importância justamente de algo muito caro a essa política, que também é a reflexão sobre o controle social.

Também destaco a importância de não ser um programa de segurança. Ele lida com a segurança, precisa da segurança, mas é um programa afirmativo de direitos humanos. Neste contexto, defendemos vidas, e não somente provas; defendemos vidas, e a vida na sua integralidade. O tamanho da integralidade da vida é impossível mensurar aqui, mas sabemos – sabemos e sabemos – o que significa cuidar de uma vida, que dirá de todas as vidas atualmente atendidas e de todas aquelas que já passaram e tiveram o seu processo de reinserção num território seguro, estão salvas e puderam seguir a sua vida como deveria ser. Então, trago esse aspecto. Inclusive, temos discussões acumuladas e trabalhamos com o conceito de uma pessoa protegida, mas que é um sujeito em proteção. Então, quando falamos em sujeito em proteção, estamos dizendo de uma pessoa, de uma vida, de uma existência, com o seu direito à garantia do exercício dela num novo território seguro, com todas as condições que devem ser preservadas.

Aqui eu trago um pouco e cumpro um pouco a missão da história...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA LAPA – ... de recapitular a história e ser advertida. (*Risos.*)

Tenho a honra de dividir a palavra com a Diana, que, seguindo, poderá atualizar as lutas e as questões.

Nesse sentido, Senador, penso que das perguntas sobre custeamento, ajuda financeira e amplitude do território a Diana pode tratar.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dra. Kátia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria agregar uma outra pergunta que pode ser respondida também pelo Diretor de Defesa dos Direitos Humanos do ministério, que é sobre a abrangência hoje do número de pessoas que estão participando, no sentido de que são protegidas pelo programa.

Eu passo a palavra à Dra. Diana, por dez minutos.

A SRA. DIANA MELO PEREIRA (Para expor.) – Bom dia a todas e todos os presentes.

Bom, gente, eu vou aqui começar.

Eu gostaria de cumprimentar todas e todos os presentes em nome de uma pessoa, *in memoriam*. E não é à toa que a gente traz aqui, para compor a mesa junto com a gente, o Inácio da Silva, que vocês tiveram o prazer de assistir e que nós temos o prazer de guardar em nossas memórias e nos nossos corações. Então, nas pessoas de todas e todos aqui presentes, eu queria cumprimentar a mesa em nome do Inácio. (*Palmas.*)

Eu gostaria também de agradecer muitíssimo a oportunidade que esta Casa Legislativa nos dá, Senador, em sua pessoa também aqui, que ajudou, que participou desse processo e que tem também essa história junto com a gente, não é?

A minha fala, gente, é uma fala de história, em respeito profundo a todos aqueles e aquelas que deram e seguem dando vários anos de suas existências para a construção da proteção das pessoas ameaçadas no Brasil, que começou como política pública, a partir do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, mas que existe, como aqui também já foi falado, e remonta a uma sabedoria de proteger, construída por e para todas as pessoas perseguidas quando se insurgiram e quando se insurgem contra as opressões, para garantir a fruição dos direitos e da vida, mas também é uma fala testemunho com muito orgulho, um presenciar e estar presente nessa história que tem se entrelaçado com a minha própria nos últimos 15 anos.

Meu nome é Diana, como já foi colocado aqui, e eu atuo no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas desde 2009, a partir dessa entidade que também já foi muito colocada aqui, que é a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, que existe desde 1979.

Como a Kátia também trouxe aqui, várias dessas organizações que construíram a proteção a pessoas ameaçadas no Brasil surgiram no meio da ditadura militar. Essa entidade nasceu quando eu nem tinha nascido ainda, em meio a lutas pela anistia e por terra e território no Maranhão, e tão logo se envolveu nos debates nacionais sobre segurança pública e combate à tortura e rede de combate à violência em articulação com o Movimento Nacional de Direitos Humanos.

A SMDH, a partir da sua história, como é o caso das organizações que compõem o Fneg, que também já foi muito colocado aqui, foi convidada para a gestão do programa, no Maranhão, desde 2003, e foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indicada, pelo conjunto de boa parte das organizações que estão aqui e por aqui já passaram, para assumir a gestão do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, desde 2009.

O Fneg está aqui hoje e faz parte dessa história que queremos celebrar hoje, por desculpa do aniversário da lei, mas é composto por várias entidades que estão aqui hoje e por várias outras que passaram somente em parte, ainda se fazendo presentes de forma variada, principalmente porque deixaram em nós sua marca, e seguimos defendendo seu legado, sendo um dos mais importantes, dentro desses legados, a independência das entidades de direitos humanos na gestão da política pública, em parceria – frisamos aqui gestão da política pública e frisamos também que estamos em parceria – com os estados, não sendo terceirizadas. O Inácio colocou no vídeo e eu retomo: somos parceiros com a independência necessária para fazer a crítica quando é necessário, para atuar resistindo quando os cargos públicos são ocupados por gestões antidemocráticas, reacionárias, neoliberais ou mesmo criminosas e questionando e se insurgindo quando é necessário.

A proteção em que acreditamos e que fazemos é um modelo, como colocado no filme, reforçando o que a Kátia trouxe. Há a possibilidade de somente realizar o programa como simples repasse de recursos, como um programa assistencial ou como instrumento de segurança pública, tratando a pessoa somente enquanto meio de prova, como é o que os Estados Unidos fazem, mas o nosso modelo foi construído por uma série de lutadores e lutadoras do povo, principalmente a partir do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, que têm princípios e que operam no sentido de lutar para que o programa atue junto com as lutas pela transformação da sociedade, como instrumento contra os crimes e delitos contra os direitos humanos.

A importância de uma sociedade civil forte se traduz na presença e no enfrentamento a violações. Lá estivemos, estamos e estaremos a partir das entidades históricas quando houver ameaça de grupos de extermínio contra a juventude preta e pobre do nosso país ou quando estivermos diante de crimes de tortura e abuso de autoridade, mesmo com a participação de integrantes da segurança pública que coloque em risco nossas próprias vidas.

Nós nos insurgimos contra redes criminosas que expulsam, ameaçam e assassinam povos e comunidades tradicionais e os povos originários, lhes tirando o direito de estar em segurança nas suas terras; nos insurgimos contra redes de pedofilia que colocam as meninas brasileiras em situação de vulnerabilidade extrema, de exploração sexual, sendo vítimas de gravidez em decorrência de estupro e que tenham direito ao aborto. Estaremos lá as protegendo do fundamentalismo religioso, mesmo quando esse fundamentalismo está contra o Estado laico, fazendo uso de cargos públicos para perseguir e impedir o direito à infância dessas meninas. (*Manifestação de emoção.*)

Essas organizações estão lá nos territórios, a partir dos seus saberes, acolhendo e encaminhando uma outra possibilidade de reinvenção da vida para pessoas que são convidadas a ultrapassar sua condição de vítimas e passar a ser sujeitos e autoras de suas próprias novas histórias longe do risco, mas podendo voltar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a ele com a segurança garantida pela segurança pública do Estado brasileiro, para contribuir com a responsabilização de quem tenha cometido crimes e delitos e ameaça aos direitos humanos e à democracia.

A SMDH vem para o programa não para cumprir uma tarefa isolada de retirar pessoas de um lugar e levar para outro, mas para pensar o programa de proteção como um programa de direitos humanos, o que quer dizer – como já mencionaram no vídeo e espero que o Carbonari também venha trazer um pouco mais sobre isso –, como um todo articulado, com ações de promoção, garantia e defesa de direitos, pugnando por ações articuladas que operem para que uma cultura de direitos humanos e democracia seja sedimentada no sentido preventivo e para a articulação de uma rede solidária, mas que esteja pronta também a acolher vítimas e testemunhas nos rincões do Brasil, protegendo e evitando que situações de ofensa a direitos se perdurem, defendendo e garantindo a reparação, acompanhando situações de violação de direitos que ficaram esquecidas e impunes sem garantia de reparação.

Operamos, na Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, a proteção a partir de uma proposta político-pedagógica que cunhamos em conjunto com o Fórum Nacional de Entidades Gestoras e que chamamos de pedagogia da proteção, articulando que existam políticas públicas para o que chamamos de sujeitos em proteção, que aqui também já foram mencionados nesta mesa, mas, principalmente, contando com a sociedade civil organizada em rede para acolher pessoas.

Apostamos em uma sociedade civil articulada e forte para a gestão da política em seus territórios, a partir da parceria com o poder público, a partir das organizações que têm história nos seus territórios, em lutas sociais que são conhecidas e reconhecidas por outras organizações, fóruns, conselhos, gestores de políticas públicas que atuem localmente, mas em redes de pessoas, organizações e entidades em nível nacional e internacional, numa poderosa rede solidária que tanto constrói e pode construir possibilidades de atuar de forma incisiva no recebimento de casos, como pode contribuir para a reinserção e o reenraizamento dessas pessoas em novos territórios.

A gente segue gestando o programa em parceria com o Estado brasileiro, sempre à disposição de nos reinventarmos pedagogicamente, em uma proposta de afeto, enquanto afetados pelas injustiças, mas com uma amorosidade que encaminha para a luta. E seguiremos enquanto acreditarmos nele enquanto instrumento de efetivação de direitos humanos, de justiça e de democracia.

Eu gostaria de trazer essas primeiras palavras, Senador Humberto. Muito obrigada.

A gente segue no debate para responder às questões.

Peço desculpas, eu acho que a todos nós emociona muito porque a gente é testemunho desse processo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dra. Diana Melo Pereira.

Convido, para fazer uso da palavra, o Diretor de Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Sr. Felipe Iraldo de Oliveira Biasoli, a quem transfiro as perguntas que aqui foram feitas. (*Risos.*)

Dez minutos V. Sa. tem.

O SR. FELIPE IRALDO DE OLIVEIRA BIASOLI (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes.

Eu gostaria de agradecer ao Senador Humberto por aceitar fazer aqui este momento de celebração desses 25 anos. Isso foi fruto de uma articulação de todos os presentes aqui, da sociedade civil, da equipe do Provita, da nossa equipe também lá na Diretoria de Defesa, da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e do ministério como um todo. Então, em primeiro lugar, eu queria lhe agradecer por sempre nos fortalecer em relação a essa iniciativa que nos é muito cara. E sabemos da importância e da contribuição que o Provita dá ao fortalecimento da democracia brasileira, como já foi falado aqui.

Eu queria também agradecer a presença do Paulo, da Kátia, da Diana, com as falas muito emocionantes e que retratam de fato o que nós passamos diariamente também em relação à política; agradecer o papel da sociedade civil também na execução do Provita; e agradecer também aos demais presentes que nos assistem e que estão aqui na plenária.

Há uma ideia, Senador Humberto, muito minha cara também, que é a ideia da sociedade como artefato, a ideia de que a gente pode construir a sociedade a partir das nossas ações, que não há uma ordem natural das coisas que está dada e está aí e a que devemos nos curvar. Não, nós podemos construir essa sociedade, construir uma política de direitos humanos, construir uma sociedade baseada na dignidade humana e baseada na solidariedade. Então, eu acho que esse ideário da sociedade como artefato é muito caro, porque ele apresenta esse projeto de futuro que o Ministro Silvio falava mais cedo também.

Hoje temos uma escassez de ideias sobre o futuro, de possibilidades sobre o futuro, de sociedades baseadas no ideário da solidariedade e da fraternidade. Acho que todo esse processo de construção dos 25 anos do Provita mostra que há alternativas e caminhos a partir dos quais é possível fazermos essa construção.

Bom, respondendo a uma dessas perguntas que foram colocadas, hoje o Provita protege cerca de 500 sujeitos em proteção. E o perfil majoritário, neste momento, na política, é de mulheres negras adultas. Então, a gente tem aí um recorte também de gênero e de raça, que é bastante forte ainda no Provita. Embora estejamos passando por este momento de mudança no perfil, hodiernamente esse é o nosso perfil do programa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos 16 convênios com estados e temos a equipe da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos atuando naqueles estados com os quais nós não temos convênios. Então, nós atuamos em todo o país de uma maneira ou de outra, mas é importante reiterar a necessidade de fortalecermos o pacto federativo, de ampliarmos o conveniamento com os demais estados, porque isso facilita, inclusive, a interlocução e a articulação a partir das portas de entrada também. Então, é do nosso interesse também fortalecermos essa relação com as unidades da Federação e ampliarmos para mais estados.

Temos feito um esforço hercúleo também no sentido de reforçarmos as dotações orçamentárias do Provita. Em 2022, nós saímos de cerca de R$14 milhões e passamos, hoje em dia, para R$28 milhões; então, essa é a dotação do Provita para este ano. Já temos uma execução, a esta altura do ano, de quase 60%. Então, estamos caminhando nesse processo de execução orçamentária, caminhando bem nesse processo. Mas, enfim, o Brasil é um país em que as violações de direitos humanos e a necessidade de proteção a vítimas e testemunhas são ainda grandes. Enfim, acho que é fundamental pensarmos estratégias para fortalecer o programa.

Eu mencionava aqui com o senhor, há pouco, a importância de pensarmos mecanismos para evitar o contingenciamento dos recursos do Provita; então, eventualmente, criar dispositivos na LDO vedando a limitação de empenho do Provita. Acho que seria um ganho de institucionalização muito grande colocar o Provita numa situação de vedação de contingenciamento de recursos. Isso faria muito pela execução da nossa política.

Ademais, eu gostaria de mencionar aqui, Senador, um pouco do que nós temos feito e um pouco das nossas entregas mais recentes. Então, conseguimos instituir um fluxo específico e seguro para o acesso dos sujeitos em proteção do Provita à política de crédito fundiário, por meio da Resolução nº 5 do Colegiado do Fundo de Terras e do Crédito Fundiário, de 29 de janeiro agora, deste ano de 2024.

Nós estamos também num processo de recomposição do Fórum Nacional de Conselheiros, com a aprovação do novo regimento interno, com a realização da eleição para Presidente do Fórum Nacional de Conselheiros.

Estamos passando também por um processo de capacitação de gestores sobre o modelo de proteção do Provita. Então, nesse processo de capacitação, foram abordados temas como o modelo brasileiro de proteção em colaboração com a sociedade civil, a partir de uma perspectiva da política como política de direitos humanos, da proteção como política de direitos humanos, e a partir da perspectiva de proteção integral, a partir de metodologia da pedagogia da proteção também.

Outras das nossas entregas é a capacitação dos gestores nos estados sobre as especificidades do Provita na gestão dos convênios. Isso é muito importante, dado que nós temos essa ambição de ampliar o número de convênios com as unidades da Federação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra das nossas entregas é a instituição do Subcomitê de Segurança da Informação, dos programas de proteção, no âmbito do Comitê de Governança Digital, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE IRALDO DE OLIVEIRA BIASOLI – Um minuto.

A instituição do grupo de trabalho interinstitucional com o CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), para monitoramento de temas relacionados ao aprimoramento do Provita. Isso inclui criação de fluxos para tramitação de informações e elaboração de documentos informativos referentes ao Provita e ao acompanhamento dos processos judiciais em atraso.

Não menos importante, Senador, temos a necessidade de prover e seguir provendo direitos aos sujeitos em proteção. A gente sabe que quando o sujeito está em proteção, há uma série de dificuldades em prover as políticas públicas e os serviços dos quais essas pessoas precisam, porque, ao mesmo tempo em que é fundamental prover os serviços, é também fundamental manter esse sujeito em proteção numa condição de sigilo, para que ele não seja colocado novamente numa situação de ameaça. E isso traz também uma série de obstáculos que é importante que nós possamos superar.

Temos aí, como outro desafio também, a necessidade de superação das questões de raça e gênero, como eu já mencionava aqui, quando falava do perfil das pessoas, dos sujeitos em proteção. E, por último, já foi dito aqui pelo Dr. Gustavo, mas é fundamental reiterar que em 25 anos nós nunca – repito: nunca – tivemos uma morte sequer de sujeito em proteção nessa política. Acho que essa é uma conquista fundamental, e que é também importante ser celebrada, Senador.

Bom, é isso. Muito obrigado pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Há aqui duas perguntas: a questão do apoio financeiro e a questão da proteção apenas no território nacional.

O SR. FELIPE IRALDO DE OLIVEIRA BIASOLI – Em relação à proteção apenas no território nacional, nós temos alguns casos em que nós fazemos a proteção fora do território nacional. Em geral, isso é uma exceção, mas nós já tivemos e temos ainda casos fora do território, sim.

Sobre o apoio financeiro, qual era a pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Por exemplo, em relação à renda que a pessoa tem, se existe alguma proporção, enfim, pessoas que têm uma renda maior... Existe?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE IRALDO DE OLIVEIRA BIASOLI – Nós temos a... Quer responder, Diana? Por gentileza.

A SRA. DIANA MELO PEREIRA (Para expor.) **–** ... ou eu tenho que apertar? Ah, não, tudo bem.

Então, eu acho só... Dialogando um pouco com o que o Felipe já trouxe, o Brasil não tem ainda acordos fechados de cooperação internacional para a proteção de pessoas fora do território, mas, em alguns casos muito, muito, muito excepcionais, por conta do potencial ofensivo, econômico, político e social de quem está ameaçando a pessoa, alguns casos saíram do Brasil e estão no que a gente chama de medidas isoladas. E aí, já puxando a resposta para outra questão, esses casos garantiram a manutenção dos vencimentos, que é uma das coisas que a Lei 9.807/99 garante. Então, pode-se colocar: Quem é de classe média vai ter um olhar diferenciado em relação ao programa? E aí a gente tem que falar de forma aberta e franca sobre isso.

Existe um limite financeiro orçamentário dentro da maioria dos planos de trabalho executados hoje. Antigamente, era de R$1.322 por família de uma a quatro pessoas e subiu para R$3.200... R$3.222, salvo engano, para uma família de uma a quatro pessoas. E aí, diante de situações excepcionais dentro dos núcleos familiares, esse valor é arbitrado um pouco a mais ou também um pouco a menos. Tem pessoas que entram no programa de proteção que têm vários bens e que conseguem, com a colaboração da gente, fazer a gestão de seus bens, por exemplo. Tem servidores públicos, e garantidos pela lei, que garantem a manutenção dos seus vencimentos.

Então, tem pessoas que entraram numa situação, por vezes, até relacionada à questão funcional. Daí a importância de a gente ter servidores públicos com direito cada vez mais garantido no Brasil. Eles denunciaram a situação de corrupção dentro do seu espaço de trabalho e têm o direito de terem garantidos os seus vencimentos, seus proventos e vencimentos. Então, essa é uma das questões.

Mas, no ordinário, a gente tem um teto orçamentário de R$3.222, de uma família de uma a quatro pessoas.

E aí teve outras perguntas também, Senador, se o senhor me permite?

O SR. FELIPE IRALDO DE OLIVEIRA BIASOLI – Esse teto... É importante dizer também – não é, Diana? – que esse teto é periodicamente atualizado por meio da portaria de parametrização.

A SRA. DIANA MELO PEREIRA – Exatamente.

Além disso, as pessoas têm acesso... Fora desse recurso financeiro recebido, as pessoas têm acesso também à garantia de... Porque a pessoa sai do seu território e vai para um território completamente desconhecido. Ela não pode ter ajuda de ninguém conhecido, ela vai reiniciar a sua vida. Então, o programa também garante aluguel e despesas relacionadas a aluguel, água, luz, para as pessoas se organizarem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por quanto tempo? Coloca-se normalmente... A perspectiva é de que o programa colabore em dois anos, para que essa pessoa caminhe com suas próprias pernas. Então, a gente trabalha com uma perspectiva de reinserção social. Então, outros investimentos do programa de proteção também são feitos em relação a esse núcleo familiar, para que eles reiniciem as suas vidas e para que eles, enfim, possam estabelecer algum negócio dentro do espaço, enfim...

Senador, se o senhor deixar, a gente vai longe nas respostas!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos seguir, porque a gente já está aqui...

A SRA. DIANA MELO PEREIRA – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria, inclusive, fazer um registro.

Durante a realização da CPI da covid aqui no Senado, nós lançamos mão de um pedido para que uma testemunha pudesse ser apoiada, e, ao que me consta, isso aconteceu e foi muito importante para nós podermos chegar às conclusões a que chegamos, especialmente de que havia, concretamente, corrupção na aquisição... Bom, não vou falar demais não, porque senão se vai saber quem foi a pessoa. (*Risos.*)

Vou passar a palavra ao Dr. Paulo Cesar Carbonari, para que ele possa se manifestar.

Dez minutos.

O SR. PAULO CESAR CARBONARI (Para expor.) – Senador, é uma alegria poder estar aqui, sobretudo também estar ao seu lado, por conta da sua histórica atuação nesse tema, não só nesse tema, mas também no tema dos direitos humanos. Quem dera tivéssemos a maioria do nosso Parlamento com essa capacidade, esse respeito e essa atuação em diálogo estreito com as organizações da sociedade, com as organizações de direitos humanos.

Cumprimento a Comissão do Senado e também aqui um grande defensor de direitos humanos, que foi secretário do MNDH, meu querido Augustino Veit, que foi um dos primeiros que instalou a Secretaria do MNDH aqui em Brasília, que agora atua nessa Comissão, junto com os colegas aqui de trabalho.

Estou aqui representando o Movimento Nacional de Direitos Humanos, que vocês viram que já foi referido muitas vezes, porque nós tivemos a responsabilidade histórica, eu diria assim, de acolher essa necessidade do povo brasileiro e traduzi-la em uma proposta de ação concreta. Não o movimento como tal, mas as organizações que compõem o movimento. Das que estão hoje coordenando e executando a implementação do Provita, a maior parte delas é organização filiada, muitas já fizeram esse serviço, então, é fundamental a gente reconhecer que, como Movimento Nacional de Direitos Humanos, nós acolhemos essa necessidade da sociedade brasileira e cumprimos um papel que também fizemos em outras políticas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas que viemos fazendo desde 1982, quando em janeiro, no final de janeiro, um grupo de organizações, ainda na ditadura militar, se reuniu em Petrópolis e inventou isso que depois foi chamado de MNDH, Movimento Nacional de Direitos Humanos, e que nós temos até hoje a tarefa de levar adiante como legado e como responsabilidade histórica.

Não posso deixar de dizer que preciso fazer uma homenagem, de muitas que precisariam e deveriam e com certeza já foram feitas, mas vou homenagear de modo muito especial Oscar Gatica. (*Palmas.*)

Oscar Gatica já nos deixou. É um argentino que fugiu da ditadura militar argentina com sua esposa, Ana Caracoche, e que fugiu sem os filhos, porque os filhos haviam sido sequestrados pelo regime militar. E, felizmente, é das poucas famílias argentinas que recuperou todos os seus filhos.

Escutar, nesses dias atrás, um sujeito do alto governo argentino dizendo que os pobres argentinos deveriam vender seus filhos para sobreviver, é, assim... Acho que Gatica, se estivesse aqui, teria literalmente gritado com toda força; e certamente ele gritou de onde ele está, porque a gente sentiu essa dor do que significa para quem... Para um país que teve essa herança histórica, alguém ainda a essa altura dizer – não tem outro nome – uma barbaridade desse tipo... Desculpa, porque barbaridade é bem coisa de gaúcho, não é? Então, vocês já viram de onde eu venho.

Então, minha homenagem é a homenagem do MNDH a Oscar Gatica, que foi uma das pessoas que atuou intensamente, junto com muitas outras que já foram citadas e outras que não foram, nesse trabalho de construção do Provita.

Eu queria dizer que talvez aqui esteja... E, quando eu falo de Provita para as pessoas, eu costumo dizer que isso é uma prova de que o jargão espalhado – hoje em dia se chamaria de *fake news*, mas há muito tempo se faz isso nesse país –, como se defensores de direitos humanos e movimentos de direitos humanos não protegessem as vítimas, estamos aqui diante de uma prova objetiva de que movimentos de direitos humanos, defensores de direitos humanos, sim, protegem as vítimas. É muito, muito importante dizer isso, porque somos acusados, há décadas, de abandonarmos as vítimas e protegermos os bandidos.

Os bandidos ou aqueles que eventualmente tiverem sido pegos pelas malhas da lei, por terem cometido ações delituosas, devem ser punidos sim, mas a punição deve ser proporcional e obviamente feita como forma e estratégia, inclusive, de ressocialização.

Então, a primeira observação que eu diria nesta celebração: celebramos a prática do cuidado e da proteção às vítimas, às testemunhas, enfim, às pessoas que precisam de proteção.

E por que pessoas precisam de proteção? Porque nós vivemos numa sociedade profundamente desigual e que abandona, abandona a imensa maioria das pessoas. É por isso que nós precisamos de proteção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda ideia que eu queria defender e apresentar aqui, ou lembrar aqui, é que essa – como já foi dito, mas reforçar talvez –, essa é uma política que quer fazer o enfrentamento das violências.

Teve um debate intenso, nos dez anos do MNDH, no início dos anos 90, que era para discutir qual seria o eixo que articularia as diversas ações, e se inventou uma consigna que até hoje a gente carrega, que é luta pela vida contra a violência. A política de proteção, o Provita, é uma política de enfrentamento da violência ou das violências como prática, como política de direitos humanos.

E a gente tem repetido isso ao longo de toda a história e vamos seguir dizendo: não se faz – e que bom que o Ministro Silvio disse hoje aqui também –, não se faz nenhuma política de enfrentamento à violência sem direitos humanos, senão vira o contrário, vira uma forma de incentivar, corroborar, fortalecer ainda mais violência, mesmo que, por vezes, essa violência esteja institucionalizada. Então, segunda ideia que eu queria defender.

E a terceira ideia é a de que nós estamos diante de uma experiência que é fruto de uma construção coletiva, mas, sobretudo – já foi dito –, é necessário que a gente recoloque aqui, que recupera uma das práticas ancestrais mais importantes que a humanidade produziu, que as organizações sociais e as organizações de direitos humanos carregaram e carregam ao longo da sua história: aquilo que nós chamamos de prática da proteção popular.

Quem primeiro fez e quem sempre fez proteção são as organizações. Então, o Estado reconhecer que precisa implementar uma política de proteção e que essa política de proteção tem que ser feita com aqueles e aquelas que a vida inteira fizeram a proteção, ou seja, as organizações da sociedade civil, é de um ganho incrivelmente fundamental, porque ele mostra que também essa é uma construção artesanal. E, aqui, artesanal não no sentido de ser improvisada, mas no sentido de que ela é feita com cuidado e esmero, para que cada sujeito, cada sujeita seja protegida nas necessidades que são aquelas necessidades para que a proteção aconteça.

Não é por acaso que já foi dito e reafirmado que nenhuma vida foi perdida. Nenhuma vida foi perdida porque a prática da proteção é uma prática feita olho no olho, com o cuidado artesanal de cada vida, não no varejo nem no atacado, nem no genérico. É por isso que essa é uma política exitosa desse ponto de vista.

E, nesse sentido, é fundamental reforçar essa ideia de que essa proteção, como proteção artesanal, feita nessa dinâmica, nessa interlocução, nessa responsabilidade compartilhada, é uma construção que vai, inclusive, mudando as nomenclaturas.

Eu fiquei feliz quando escutei o Felipe falando de sujeito em proteção. Nós inventamos esse negócio, porque se chamava de beneficiário, chamava-se de usuário. E, de repente, o pessoal ficou com mal-estar, porque esse sujeito não é um usuário, não é um beneficiário.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO CESAR CARBONARI – E aí se fez todo um debate – que ficou incluído dentro de uma dinâmica que a gente chamou de pedagogia da proteção – de chamar esse sujeito de sujeito em proteção.

Então, eu fico feliz, Felipe, porque o gestor da política tenha inclusive incorporado a nomenclatura, no sentido de que essa nomenclatura foi produzida nesse diálogo e nessa construção, para a gente exatamente expressar, com isso... Não porque é um nome, porque é o melhor. Não. Porque ele é uma construção... Para mim, ele é a expressão dessa construção feita a muitas mãos e de modo artesanal.

Então, essas três ideias eu queria reforçar aqui, sobretudo para – e com isso eu termino – agradecer, de modo intenso e profundo, a todos aqueles e aquelas que corajosamente assumiram essa tarefa, lá no final dos anos 90, mas que foram, ao longo dos anos, fazendo-a se tornar realidade e fazendo com que ela chegasse até nós.

É nossa responsabilidade, como defensoras e defensores de direitos humanos, assumir esse legado e, acima de tudo, dar andamento a ele e deixar esse legado àqueles e àquelas que vierem depois de nós como alguma coisa melhor, mais institucionalizada, mais fortalecida, com mais efetiva cobertura, enfim, com todas as melhores condições, para que a gente não transforme a proteção da vida na proteção da simples vida ou, como dizia Walter Benjamin, na vida nua, e, sim, faça da proteção a proteção da vida em abundância.

Abundância é o que nós precisamos, na proteção a todas as pessoas, e não cobertor curto, não diminuição, não restrição. Esse é o desafio fundamental, na minha avaliação.

Espero e desejo que o Movimento Nacional de Direitos Humanos possa seguir colaborando intensamente nesse processo, como fez ao longo de todos esses anos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bem, eu queria, primeiramente, pedir à Dra. Diana... Eu vou lhe passar as perguntas, para que a senhora possa, depois, avaliar o que não foi respondido e, se possível, nos enviar, porque nós vamos mandar para as pessoas que perguntaram.

Infelizmente, a gente não vai ter mais muito tempo para concluir aqui. Então, eu queria lhe agradecer por essa disponibilidade.

Quero dizer que essa audiência, sem dúvida, foi uma não só das mais concorridas, mas uma das audiências mais ilustrativas da importância de uma política pública, aqui na Comissão de Direitos Humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer ao Presidente desta Comissão, o Senador Paulo Paim, que será homenageado amanhã pelo Senado, por ter me dado a honra de poder presidir esta sessão.

Quero agradecer ao Ministro de Estado Silvio Luiz de Almeida, Ministro dos Direitos Humanos e Cidadania; ao Dr. Bruno Renato Nascimento Teixeira, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Ministério; ao Juiz Federal Danilo Pereira Júnior, da 12ª Vara Federal de Curitiba; ao Dr. Marcelo Weitzel, Subprocurador-Geral de Justiça Militar e Secretário de Promoção dos Direitos das Vítimas; ao Procurador Regional da República, Gustavo Pessanha Velloso; à Dr. Kátia Lapa, membro do Fórum Nacional de Entidades Gestoras dos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas; à Dra. Diana Melo, representante da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos.

Aliás, eu acho que uma das coisas que nós deveríamos discutir seria a obrigatoriedade, para terem acesso a recursos federais, sejam do Ministério da Justiça ou de Direitos Humanos, de que os estados tivessem o seu próprio programa de proteção às testemunhas. Acho que é uma coisa interessante de se discutir. Já que hoje a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos atua em relação à proteção de testemunhas naqueles estados que ainda não têm o programa, acho que seria uma forma de indução importante para que nós os estivéssemos nos estados.

A SRA. DIANA MELO PEREIRA (*Fora do microfone.*) – Em 12 estados.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em 12 estados. Pois é. É algo, eu diria, inconcebível.

Agradeço ao Dr. Felipe Iraldo de Oliveira Biasoli, Diretor de Defesa dos Direitos Humanos do Ministério, e ao Dr. Paulo Cesar Carbonari, Coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada esta sessão e agradeço a presença de todos e todas...

A SRA. ELIANE NUNES DA SILVA GUEDES (*Fora do microfone.*) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Seja breve, por favor, porque nós estamos...

A SRA. ELIANE NUNES DA SILVA GUEDES (Para expor. *Fora do microfone.*) – Serei breve.

Eu só queria dizer – obrigada pela possibilidade de falar – que eu fiz duas perguntas. Meu nome é Eliane. Eu fiz duas perguntas referentes ao... E gostaria de deixar registrado que ele realmente respondeu às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bem.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.179980/2024-20-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado a todos e a todas.

Está encerrada a presente sessão.

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 51 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e trinta minutos do dia dez de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Jussara Lima, Janaína Farias, Humberto Costa, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Romário, Eduardo Gomes e Damares Alves, e ainda dos Senadores Sergio Moro, Marcos do Val, Eliziane Gama e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Magno Malta, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da vigésima sétima até a vigésima nona reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1645, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para tratar da realização de ensaios clínicos com idosos." Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Dr. Hiran. Relatório: Pela prejudicialidade do projeto. Resultado: O Presidente designa a senadora Damares Alves como relatora ad hoc. Em seguida é aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela prejudicialidade do projeto. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 873, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 46 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil) e o art. 80 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), a fim de possibilitar a escolha do foro mais favorável ao idoso nas ações fundadas em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis e nas ações que tratem dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos do idoso." Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1881, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 14 da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para determinar a realização de pesquisas em saúde junto à população infantil." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, com a emenda nº 1 – CDH. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3461, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei n° 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer o Sistema Nacional de Certificação de Inclusão no Trabalho e criar o Selo Nacional da Inclusão no Trabalho." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 – CDH. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4540, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para incentivar a realização da investigação diagnóstica do transtorno do espectro autista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em pessoas adultas e idosas." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3773, de 2023 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a Licença-paternidade, nos termos do art. 7º, inciso XIX, da Constituição Federal, cria o salário parentalidade, permite a permuta entre pais e mães dos períodos de licença-paternidade e de licença-maternidade e altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas), a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Seguridade Social), a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Planos de Benefícios da Previdência Social), e a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008 (Programa Empresa Cidadã)." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1577, de 2020 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao projeto, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Assuntos Econômicos. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 40, de 2024 que: "Requer a realização de Audiência Pública sobre "Educação Midiática"" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Requerimento aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 41, de 2024 que: "Requer a realização de Audiência Pública aos 45 anos da Lei de Anistia" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Requerimento aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 27ª até a 29ª Reunião desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes dos itens de pauta, quero informar aos Senadores e Senadoras que os requerimentos apresentados extrapauta serão apenas lidos. A votação ocorrerá somente na reunião deliberativa seguinte.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, Senador Romário. Com a palavra.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Gostaria de pedir inversão de pauta dos requerimentos dos itens 3, 4 e 5, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Damares, vamos atender o Senador Romário?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já foi acatado.

Então, vamos para o item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1881, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o art. 14 da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para determinar a realização de pesquisas em saúde junto à população infantil.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Concedo a palavra ao Senador Romário para a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou direto aqui à análise.

Com relação à técnica legislativa, em respeito à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, propomos apenas uma emenda para incluir a necessária cláusula de vigência da lei em que o PL vier a se transformar, sem qualquer modificação em relação ao mérito da proposta.

Reconhecemos o mérito do projeto, pois reforça o princípio da proteção integral da criança e do adolescente. Assim, conforme estabelecido pelo ECA, é garantido a eles o direito à proteção da vida e da saúde.

Ademais, é importante destacar que o direito à saúde vai além da simples garantia de acesso a serviços médicos. Compreende, também, o dever do Estado de implementar políticas públicas que promovam a saúde e o bem-estar da população. Desse modo, as pesquisas em saúde focadas em crianças e adolescentes são essenciais, pois fornecem informações indispensáveis para o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas às reais necessidades desse segmento populacional.

Coletar dados sobre as condições de saúde dessa população é essencial para prevenir as mortes evitáveis e garantir o bem-estar de nossas crianças.

Já em relação à saúde dos adolescentes, precisamos lembrar que a população entre 12 e 18 anos está em uma etapa crucial da vida, caracterizada por intensas e complexas transformações físicas, psíquicas e sociais.

A iniciativa de pesquisar a saúde de crianças e adolescentes é indispensável para assegurar a proteção integral dessa população. Esse esforço não só reflete o compromisso do Estado com o desenvolvimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saudável desse grupo, mas também aprimora a formulação de políticas públicas baseadas em dados concretos.

O voto, Sr. Presidente.

Ante as razões apresentadas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.881, de 2022, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1-CDH
Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 1.881, de 2022, o seguinte artigo:
"Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com a emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CDH.

Meus cumprimentos ao Senador Kajuru e ao Senador Romário!

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O projeto segue agora para a CAS.

Senador Romário, item 4, também no bojo das inversões de pauta que V. Exa. solicitou.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 3461, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei n° 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer o Sistema Nacional de Certificação de Inclusão no Trabalho e criar o Selo Nacional da Inclusão no Trabalho.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Com a palavra, o Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Vou direto à análise, Sr. Presidente.

A matéria se nos afigura perfeitamente jurídica.

Sua constitucionalidade também nos parece adequada.

No que diz respeito ao mérito, aplaudimos a iniciativa. A ideia normativa da proposição aponta antes para o gesto de premiar e reconhecer do que para a ideia de punir eventual inadimplência da lei. Ajuda também na preocupação recorrente para a aplicação devida da Lei de Cotas: a falta de informação qualificada acerca de como as pessoas jurídicas estão cumprindo, não apenas a lei mencionada, mas também suas obrigações no tocante à acessibilidade e à remoção de barreiras.

A forma da matéria necessita de pequenos reparos técnicos, exclusivamente, razão pela qual ofereceremos emenda para adequar o art. 1º da proposição aos termos do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, bem como para alterar a sigla "SNCIS" para "SNCIT", conforme visto.

O voto, Sr. Presidente.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.461, de 2023, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 - CDH

Substitua-se, onde couber, no Projeto de Lei nº 3.461, de 2023, a sigla "SNCIS" pela sigla "SNCIT".

EMENDA Nº 2 - CDH

Dê-se ao *caput* do art. 1º do Projeto de Lei nº 3.461, de 2023, a seguinte redação, renumerando-se em seguida os demais:

"Art. 1º Esta Lei cria o Sistema Nacional de Certificação de Inclusão no Trabalho, a ser administrado pelo Poder Executivo Federal, e o Selo Nacional de Inclusão no Trabalho, a ser concedido por entidades certificadoras aprovadas para tanto pelo Instituto Nacional de Metrologia."

Esse é o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 – CDH.

O projeto segue para análise terminativa na CAS.

Ainda do Senador Romário, como Relator, item 5...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, só para fazer uma correção: é Instituto Nacional de Metrologia, e não meteorologia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Correção feita nos registros dos Anais da Casa.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 4540, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para incentivar a realização da investigação diagnóstica do transtorno do espectro autista em pessoas adultas e idosas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

Autoria: Deputado Federal Zé Haroldo Cathedral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Romário para a leitura do relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito bem, Sr. Presidente, vou direto à análise também.

Atende aos critérios de regimentalidade a análise do PL nº 4.540, de 2023, por este Colegiado, e não apresenta impedimentos de natureza jurídica, constitucional ou de técnica legislativa.

Em relação ao mérito, a proposição possui elevada relevância e pertinência. Enfrentamos um cenário de carência significativa de dados sobre pessoas com transtorno do espectro autista no Brasil, mas os números internacionais podem sugerir que há enorme subnotificação desses casos em nosso país.

Os dados são ainda mais escassos quando se trata da população adulta e idosa. Isso acontece porque o diagnóstico do TEA é realizado, usualmente, na infância. Contudo, ainda que tardio, o diagnóstico é de extrema importância para a conscientização acerca das formas de lidar com os desafios atrelados ao TEA. Sem o devido diagnóstico e atendimento especializado, as pessoas com TEA podem ser expostas a dificuldades de interação social, assim como estar mais vulneráveis a fatores relacionados a esses transtornos, como ansiedade e depressão.

Assim, em face da omissão identificada quanto ao diagnóstico de TEA em pessoas adultas e idosas, é louvável a inserção desse tema enquanto diretriz da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, disposta na Lei nº 12.764, de 2012.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.540, de 2023.

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto.

O projeto segue para análise da CAS.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pediu a palavra, pela ordem, a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Sim, Presidente.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir inversão de ordem para a gente já ir para o item 6 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se ninguém é contra, vamos inverter e passar para o item 6. (*Pausa.*)

Ninguém se manifestou contra.

Vamos para o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3773, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a Licença-paternidade, nos termos do art. 7º, inciso XIX, da Constituição Federal, cria o salário parentalidade, permite a permuta entre pais e mães dos períodos de licença-paternidade e de licença-maternidade e altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas), a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Seguridade Social), a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Planos de Benefícios da Previdência Social), e a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008 (Programa Empresa Cidadã).

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CCJ, CAE e terminativo na CAS.

Relatoria da Senadora Damares, a quem eu passo a palavra neste momento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Conforme amplo debate na reunião anterior, não vai haver pedido de vista, então vou direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório foi amplamente divulgado e discutido.

Nos termos regimentais, cabe a esta Comissão opinar sobre matéria relacionada aos direitos da mulher e à proteção à família e à infância, o que torna esta análise regimental.

No mérito, a proposição é de importância extrema à sociedade brasileira. Como trazido na própria justificação do PL, a Constituição Cidadã previu expressamente o direito à licença-paternidade. Infelizmente, já há mais de três décadas, manteve-se um vácuo legislativo, postergando-se a regulamentação dessa matéria tão relevante, que afeta diretamente mulheres, homens, crianças, adolescentes e cada um dos núcleos familiares existentes em nossa sociedade.

Sem a regulamentação da licença-paternidade, nós, Parlamentares, continuaremos apoiando tacitamente o pensamento de que cabe somente à mulher a obrigação exclusiva dos cuidados com os filhos, o que, à luz da Constituição Federal, não pode ser admitido.

Cabe ao Legislativo unir esforços para que, como ordena nossa Carta Magna, a licença-paternidade seja finalmente regulamentada. Nesse sentido, e em razão da pertinência com o tema, apontamos que, no âmbito da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, foi criado o Grupo de Trabalho para Regulamentação e Ampliação da Licença-Paternidade, com a finalidade de contribuir para a regulamentação e ampliação do período de licença-paternidade na legislação brasileira.

Recentemente, o grupo de trabalho apresentou relatório registrando o resultado do trabalho realizado, que teve a participação de vários técnicos e especialistas, do Brasil e de outros lugares do mundo, para discutir acerca da regulamentação da licença-paternidade em nosso país, considerando o momento da economia, os aspectos culturais, as leis trabalhistas e o impacto da ampliação da duração dessa licença para o Governo, as empresas e a sociedade.

Como fruto desse extenso e rico trabalho, foi apresentado, no âmbito daquela Casa, em 2023, o PL nº 6.216, de 2023, que dispõe sobre a regulamentação, sendo o texto desse projeto que estamos analisando extremamente parecido, e a ideia toda foi absorvida nesse projeto.

O referido Grupo de Trabalho foi mencionado até mesmo na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 20, cujo acórdão, que transitou em julgado em abril de 2024, reconheceu que há omissão inconstitucional quanto à edição de lei regulamentadora da licença-paternidade e fixou o prazo de 18 meses para que seja sanada a omissão pelo Poder Legislativo.

Assim, ao realizarmos a presente análise, não podemos deixar de fazer uso do trabalho realizado na Câmara dos Deputados, referenciado na ADO nº 20, do qual se originou o PL nº 6.216, de 2023, a fim de aperfeiçoarmos a proposição ora analisada, que já possui grande mérito. Portanto, por meio de emenda, adotamos importantes disposições do PL nº 6.216, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, adotamos a previsão do PL nº 3.773, de 2023, de que, no caso de nascimento prematuro, a licença-paternidade ou a licença-maternidade terá início a partir do parto e se prorrogará por período igual ao de internação hospitalar do prematuro, a fim de se proteger a convivência com o recém-nascido fora do ambiente hospitalar.

Realizamos, por último, modificações para tornar mais coerente o que prevê o texto do PL nº 6.216, de 2023, e a CLT, e promovemos alguns ajustes redacionais, inclusive na ementa, para garantir a observância da adequada técnica legislativa.

Voto, Sr. Presidente.

Em razão do que foi exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.773, de 2023, na forma da seguinte emenda...

E aqui a emenda já foi amplamente divulgada, é conhecida, foi publicada, mas eu quero só destacar que, no dispositivo, a gente traz que, para usufruir da licença-paternidade, o empregado deverá ausentar-se do trabalho pelo período previsto no art. 4º dessa lei, contado a partir da data de nascimento do filho de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção de criança e adolescente. Contundo, no nosso substitutivo, quando houver elementos que evidenciem situação perpetrada pelo pai de violência doméstica ou familiar ou de abandono material de criança ou adolescente sob sua responsabilidade, a licença-paternidade será suspensa por ato judicial. Que isso fique registrado.

E a gente traz, no art. 4º, os prazos: nos dois primeiros anos de aprovação da lei, 30 dias de licença-paternidade; entre o terceiro e o quarto ano, 45 dias; e, após o decorrer, 60 dias. Esse é o prazo que a gente traz.

Nesta Comissão, a gente sabe que impactos econômicos, impactos orçamentários serão discutidos na próxima. A nós tão somente é: temos ou não temos o direito de ter uma licença-paternidade ampliada no Brasil, atendendo ao que a Constituição já nos garante e regulamentar.

Esse é o voto, Sr. Presidente, com o substitutivo amplamente divulgado e discutido.

Só para o setor de empregadores: eles pediram dez modificações; nós acatamos oito.

Então, foi muito bem discutido esse relatório. Agora, eu peço que os pares venham conosco, aprovando esse grande avanço para a família brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O projeto é não terminativo.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, e não há emendas também – porque nós abrimos espaço para quem quisesse emendar, mas não houve nenhuma emenda –, de imediato, nós vamos colocar em votação o relatório.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1, substitutivo desta Comissão. (*Palmas.*)

E lembramos a todos, como a própria Relatora usou, com ênfase a duração do período, que esse projeto vai para a CCJ, vai para a CAE e, posteriormente, de forma terminativa, para a CAS.

Vamos em frente, vamos para o próximo.

Claro que eu vou lhe dar um minutinho. Eu sei que a Deputada Tabata Amaral, que esteve aqui, na outra reunião, fez uma defesa, com muito carinho e muito respeito, inclusive a todos.

Palavra é sua.

A SRA. TABATA AMARAL (Bloco/PSB - SP. Para expor.) – Presidente, muitíssimo obrigada. É até difícil conter a emoção. Muita gente vem lutando por essa causa. São quase 40 anos desde que a Constituição nos disse que a licença-paternidade era um direito, e, desde então, a gente nunca viu o que aconteceu aqui.

Eu tenho muitos agradecimentos. O primeiro deles, à Senadora Damares Alves, tão sensível, tão empenhada, que é Vice-Presidente da nossa Frente Parlamentar pela Licença-Paternidade; à Deputada Benedita da Silva, que é uma inspiração, uma liderança, Constituinte também; Deputado Pedro Campos, um dos únicos homens que se mobilizou nas reuniões com o STF, nas reuniões que fizemos com a sociedade, com as empresas; à CoPai, ao Family Talks, ao Senador Kajuru, ao senhor, que é autor de uma proposta também de licença-paternidade, que conduziu, com muito cuidado e maestria essa discussão...

Eu vou ficando por aqui, porque é muita gente envolvida, mas eu queria dizer quão histórico e quão importante e quão inspirador é esse momento.

A gente vê o nosso país tão dividido; a gente vê nossos Plenários se debruçando – a Senadora Soraya também traz isso com muita ênfase – sobre tantas questões que não importam às famílias brasileiras, e olha o que a gente viu aqui: uma discussão que uniu das empresas à sociedade, o Congresso dialogando de forma respeitosa com o STF, cada um reconhecendo o seu limite e o seu papel. A gente vê mulheres da esquerda à direita se unindo, deixando desavenças, deixando discordâncias de lado, para falar do que importa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para mim, nosso Senador, Presidente, o dia de hoje é um farol. É um farol, para a gente lembrar que, apesar dessa violência, apesar dessa baixaria que, infelizmente, a gente vê, a política é isso, a boa política é isso, é trabalho, é diálogo, é negociação, é você focar, de fato, no que importa.

É claro que eu sonho com o dia em que o pai e a mãe terão o mesmo tempo de licença-paternidade, porque a família é a coisa mais preciosa que existe. É ali que a gente cuida da criança; é ali que a gente protege a criança. Mas, poder avançar, de 5 para 30 dias, a gente ter uma perspectiva lá na frente, Senadora, de ir para 45, para 60, me enche de alegria e me enche de esperança de a gente saber que a boa política ainda existe, ainda é possível, e eu vou puxar a sardinha para o nosso lado, porque essas duas Senadoras vivem muito isto: mulher faz de um jeito diferente.

O Pedro foi muito importante, o Senador Paim foi extremamente importante, mas mulher sabe deixar a briga de lado, sabe liderar o negócio, sabe focar no que importa, e aí vêm homens maravilhosos como vocês e nos apoiam.

Então, muitíssimo obrigada, estou muito feliz, e saio daqui cada vez mais esperançosa na boa política e em que o Congresso pode, sim, estar aqui para fazer o que importa e para responder às pessoas e cuidar das crianças, que são quem mais precisam da nossa atenção e empenho.

Então, obrigada, estou extremamente feliz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Deputada Tabata Amaral.

Já vou passar para a Senadora Soraya, mas só dizer que, para mim, foi muito importante saber que a Benedita da Silva está trabalhando, faz parte nessa frente, e ela esteve me procurando hoje, pela manhã, mas ela não me encontrou, porque eu estava numa outra Comissão. Mas, só pela citação que vocês fizeram aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ó, isso é bom. É bom lembrar.

E vamos continuar negociando em outras Comissões aquilo que for possível, aquilo que for possível.

Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Sr. Presidente, gostaria de saudar todos que aqui estão, Damares, Tabata, Pedro, e lembrar também que as mulheres não fazem filhos sozinhas, não é? Os homens precisam dar a sua parcela de contribuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma mulher que acabou de dar à luz passa por momentos nada fáceis. A depressão pós-parto é algo de que mal se fala, as pessoas têm vergonha de dizer que têm depressão pós-parto. E eu tive – eu tive –, não severa, mas hoje eu sei que a gente precisa falar dessas questões. E o marido ao lado ou o pai ao lado – não precisa ser necessariamente o marido – pode ajudar muito.

Tabata, eu quero também parabenizá-la não só por essa iniciativa – e Benedita e outras –, mas, na semana retrasada, eu relatei um projeto de lei seu de extrema importância para trazer as mulheres para os livros de história, na medida do merecimento delas, da força que elas deram para a construção deste país, para a construção de outros países. A gente raramente escuta isso. E eu confesso – eu vou lhe confessar – que eu nunca tinha prestado atenção nisso. E, quando eu analisei os números e esses estudos que fizeram nos livros de história, é como se estivessem negando, ignorando a nossa existência. Quando aparecem as mulheres, elas aparecem nas notas de rodapé, e algumas dentre elas são taxadas de loucas. 2150E por aí vai.

E quero lembrar que eu quero também lhe estender a mão em solidariedade pela violência política de gênero que você vem sofrendo de uma forma covarde, de uma forma abjeta. E a verdade é a seguinte: quanto mais fizerem isso com você, mais vão levantá-la, o efeito é o contrário – eu escrevi no X. Isso é inaceitável, mas eu sei que você é uma mulher forte, de cabeça erguida. E...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Lógico. Você é inabalável, e esse pessoal vai ter que ir para as sombras.

O duro é que, quando a gente pensa em mulher... Eu também quero me solidarizar com a Benedita da Silva, que foi hostilizada – e não foi uma vez, não; não foi sem querer, pois depois a gente viu que não foi sem querer, já havia acontecido – por uma mulher. Então, tem também violência política contra as mulheres praticada por mulheres, eu já sofri isso no meu estado. Então, toda a minha solidariedade.

E quero dizer que o que nos une é muito maior do que qualquer coisa que possa nos desunir. Nós temos mais pautas comuns do que pautas de divergência. Então, vamos focar no que nós importa. É um prazer tê-la aqui, tê-los hoje aqui. E parabéns mais uma vez por esse grande avanço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Soraya.

Ameaçaram bater palmas, eu vou avançar. (*Palmas.*)

Deputado Pedro Campos, como eu abri uma exceção para a Deputada Tabata, eu realmente vou dar a palavra a você também – se puder ser rápido... – para fazer o seu registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO CAMPOS (PSB - PE. Para expor.) – Com certeza! Como a gente diz na minha terra, você vou ser ligeiro igual a um coice de um preá. (*Risos.*)

Primeiro, quero agradecer a oportunidade e esta abertura de espaço para falar aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado, este espaço tão importante da democracia do país.

Quero parabenizar a Senadora Damares pelo relatório deste projeto de lei e parabenizar também a Deputada Tabata pela condução da Frente Parlamentar Mista pela Licença Paternidade, que foi tão importante na construção deste relatório, na construção deste diálogo e também na aceleração desse processo, que vem desde a Constituinte, do direito que foi garantido através da emenda do Deputado Alceni.

Também quero parabenizar a todos que fazem parte da Frente Parlamentar da Licença-Paternidade, na pessoa de Soraya.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para lembrar, eu estava lá.

O SR. PEDRO CAMPOS (PSB - PE) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O discurso histórico que o Alceni Guerra deu, no momento que ele foi subir à tribuna, todo mundo começou a rir. É verdade; todo mundo quase. Raras as exceções. Eu não me lembro se eu ri, acho que não, viu? (*Risos.*)

Mas ele subiu lá – arrasou!

Foi aplaudido de pé e foi aprovado por unanimidade.

O SR. PEDRO CAMPOS (PSB - PE) – Com certeza.

Nessa luta, o Sr. Senador tem sido parceiro. Quero, inclusive, parabenizá-lo por ter priorizado esse projeto dentro da pauta. Também quero aqui trazer os cumprimentos ao Senador Kajuru, que é o autor deste projeto específico. É importante também quando os homens se somam nessa luta.

Quero dizer uma breve fala. Eu perdi meu pai ainda jovem. Eu tinha 18 anos de idade quando perdi meu pai de maneira trágica. A luta pela licença-paternidade é também uma luta para que ter um pai e ter um pai presente não seja um privilégio, seja um direito. Um direito do povo brasileiro; um direito dos filhos; um direito da família; um direito da mãe. Que a gente consiga garantir a todas as famílias brasileiras o direito de ter esse cuidado bem dividido! A gente sabe a importância da presença do pai na criação do vínculo com o filho, o qual ele vai levar para a vida toda.

A gente sabe também a importância no desenvolvimento da criança, que é fundamental nesses primeiros anos de vida, nos primeiros meses, nas primeiras semanas também para o desenvolvimento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criança. A gente sabe também como é fundamental para essa questão do puerpério da mulher. A gente tem índices de depressão pós-parto que superam em 20% as mulheres que têm filhos.

É importante também essa presença da família – o pai enquanto parte da família – para que todos juntos possam melhor suportar e melhor conduzir este momento tão importante na vida da família e da criança.

Então, por isso, este é um dia muito importante, em que a gente transforma esse direito de todo o povo brasileiro de poder ter um pai presente desde os primeiros dias, passando para os primeiros meses, porque é isso que a gente quer fazer expandindo esse direito da licença-paternidade.

Então, parabéns a todos e a todas que fizeram parte dessa luta. Vamos seguir em frente até que se efetive enquanto lei.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente. (*Palmas.*)

Presidente, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não. Espere porque eu convivi com um cidadão que foi um grande homem público; eu tinha o maior carinho e respeito por ele e estão me dizendo agora que você é filho dele. (*Palmas.*)

Se você pedir mais dois minutos eu vou lhe dar, viu? O Eduardo Campos é um homem que marcou seu tempo, viu? Um líder, um homem que dialogava com todos, que tinha o carinho de todos. Vamos dar uma salva de palmas para o seu pai aqui, viu? (*Palmas.*)

Que lá de cima ele sinta que está sendo homenageado pelo Senado da República, Eduardo Campos.

O SR. PEDRO CAMPOS (PSB - PE) – Muito obrigado, Senador. Muito obrigado.

Em nome de toda a nossa família a gente agradece o carinho e a deferência com ele.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está no sangue, eu vi. Porque ele pediu um minuto e elas deram um sorriso, porque não é por um minuto que ele vai falar, não; mas falou muito bem.

Eu passo a palavra agora à inscrita Senadora Damares e em seguida à Soraya Thronicke.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu quero um minuto.

Deixe-me aproveitar este momento de emoção, porque o Brasil acompanhou tanto esses meninos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer aqui, Senador... Eu só vou fazer isso porque o senhor tem sido, assim, um parceiro do meu mandato.

Este recado é para a minha base, para a minha base conservadora. Soraya e Tábata, vocês não têm ideia de como eu sofri por causa desse projeto, desse voto. Especialmente porque eu fui fotografada e porque eu sou vice

Este recado é para a minha base, para a minha base conservadora. Soraya e Tabata, vocês não têm ideia de como eu sofri por causa desse projeto, desse voto, especialmente porque eu fui fotografada e porque eu sou Vice da Tabata Amaral.

Eu queria dizer para todo mundo: eu perdi amigos, eu perdi seguidores, eu perdi parceiros, porque eu me aliei à Tabata Amaral para proteger crianças, mulheres e famílias no Brasil. E por que eu estou fazendo isso? Talvez eu vá perder mais amigos, mais seguidores, mais apoiadores. Talvez o melhor seria eu me silenciar e não fazer a expressão do que eu estou sentindo aqui agora, não me expressar; mas eu preciso contribuir nesse processo de paz no país. Eu acho que este meu testemunho tem que ser entendido: que não é dessa forma que a gente vai unir a nação.

Para prejudicar crianças, eu tinha que ficar contra a Tabata Amaral? Para prejudicar mulheres, eu tinha que ficar contra o Pedro? O senhor está entendendo que eu só poderia relatar um projeto se tivesse vindo... E olha que é o Kajuru o autor, um homem que concilia todo mundo aqui dentro do Senado, um paizão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele é Vice-Líder do Governo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas eu não... Pois é.

Então, Tabata, é para dizer que eu pude, nesses dias, sentir o quanto você tem sido atacada. E eu quero registrar aqui todo o meu carinho, meu respeito e minha admiração por você.

E os seguidores que não concordam com que eu expresse um amor a uma jovem Parlamentar tão corajosa podem deixar de me seguir. Eu não sou candidata a mais nada. Se meus eleitores quiserem romper comigo, podem romper, mas eu entendo que a política é exatamente isto: nós podemos estar juntos quando precisamos estar juntos. Nós precisamos desmontar os palanques no Brasil, Presidente.

A gente vai lá, para a eleição, depois, dizer: "Tabata, o seu projeto é melhor que o meu, o meu é melhor que o seu...". É lá na ponta, é o eleitor que vai decidir qual é o melhor projeto, mas não esse nível de briga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Tabata, eu vou só lhe desejar que o Senhor Deus a abençoe, que você seja blindada, que seu coração e sua mente sejam blindados. E que você continue. Você trouxe aqui uma pauta da infância, da família, da mulher – que é a minha pauta.

Que Deus te abençoe, Pedro. E a gente vai continuar essa luta, porque aqui foi a primeira etapa. E a gente vai continuar.

Soraya, minha solidariedade também. A gente já tem conversado nos bastidores, mas eu precisava, Presidente, dar este depoimento. E eu quero que este meu depoimento contribua, lá na ponta, para parar de tantas brigas. Se precisar estar com Benedita, com Tabata, com Soraya, com qualquer uma que não pense igual a mim em alguns temas, eu vou estar junto.

Obrigada, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Passo a palavra, de imediato, à Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – É uma fala digna, Damares. Eu fico muito feliz de ouvir isso de você. E eu sei o tanto que você está sofrendo; é possível a gente perceber. Só que esse é o caminho, não é? A gente aqui consegue conviver com educação, e o que nos une é muito maior. É muito maior: nós estamos aqui para os brasileiros; nós não estamos aqui por... Quando perguntam: "Soraya, você é Lula ou Bolsonaro?", eu falo: "Muito prazer, meu nome é Soraya Thronicke, eu sou Brasil, eu sou os brasileiros". Tabata é São Paulo, Distrito Federal.

Então, esse tipo de coisa, isso aí é triste demais. Eu já sofri muito. E, bem-vinda a esse sofrimento, mas a tua força... Você vai ficar mais forte, mais respeitada. Lá na frente, vão perceber. E quem deixou... Os amigos que você perdeu nunca foram seus amigos, porque não a respeitam, não é? Se a gente vai respeitar a liberdade, e quando falo liberdade, significa que eu tenho a liberdade de pensar, de agir, você tem, a Tabata tem. Então isso é liberdade, respeito e deixar cada um agir. Agora, obrigar, xingar, isso não dá.

Desculpem-me, a gente já está apertada no tempo, mas eu vou passar para a relatoria, vou ler bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Voltamos à pauta.

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 1645, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para tratar da realização de ensaios clínicos com idosos.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Concedo a palavra *ad hoc* à Senadora Damares Alves. Damares, como foi prejudicado, se puder sintetizar, ajuda a todos nós.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Tá, é bem rápido, Presidente.

No mérito, a proposição busca mitigar, por meio de ação do poder público, a discriminação de pessoas idosas na participação em pesquisas clínicas que têm o potencial de conduzir a inovações e aprimoramentos na área da produção de medicamentos, drogas e outros.

Esse tipo de modificação legal é proibido pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar 95, de 1998, o qual determina que a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.

Até esta data, a matéria era regulamentada principalmente pela Resolução 466, de 2012, do Ministério da Saúde e do Conselho Nacional de Saúde.

O PL foi apresentado antes da aprovação da nova norma regulamentar, mas no presente momento, não se pode desconhecer que o Congresso Nacional deliberou sobre o tema de maneira ampla, o que pode enquadrar a iniciativa nos critérios de prejudicialidade estabelecidos pelo 334 do Regimento Interno do Senado.

Por essas razões, Presidente, o voto é pela declaração de prejudicialidade do PL 1.645, de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discutir, encerramos a discussão.

Coloco em votação o relatório, pela prejudicialidade do projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão.

O projeto segue para análise terminativa na CAS.

Agora, sim, Senadora.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 873, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o art. 46 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil) e o art. 80 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), a fim de possibilitar a escolha do foro mais favorável ao idoso nas ações fundadas em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis e nas ações que tratem dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos do idoso.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra para a Senadora Soraya Thronicke, para a leitura do relatório.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, primeiramente obrigada por me designar Relatora deste projeto. Damares, que também é advogada, vai compreender a importância disso, uma mudança no Código de Processo Civil. E muito me agrada facilitar a vida do jurisdicionado.

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos o PL 873, de 2021, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, cujo propósito é possibilitar a escolha do foro mais favorável à pessoa idosa nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ações relativas a direito pessoal ou a direito real sobre bens móveis e nas ações que tratem dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos da pessoa idosa.

Para tanto, essa matéria acrescenta, em seu art. 2º, os §§6º a 10 ao art. 46 da Lei 13.105 (Código de Processo Civil), nos quais detalha as regras para o usufruto do benefício que cria, a saber:

1) a possibilidade de escolha do foro que for mais conveniente para a pessoa idosa tanto quando esta for autora quanto quando for ré de ação apresentada à Justiça;

2) quando for a autora, a pessoa idosa se manifestará pela escolha do foro logo na propositura da ação; quando for ré, na ocasião de sua primeira manifestação nos autos, não sendo possível exercer esse direito quando a pessoa atinja a condição de idosa após o ajuizamento da ação – uma vez fixado o foro, ali deve permanecer;

3) o benefício da escolha deixa de ser aplicado no caso de as duas partes (autor e réu) serem pessoas idosas;

4) depois da eleição do foro pela pessoa idosa, o juiz escolhido terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas as competências da Justiça Federal e a originária dos tribunais superiores; e

5) por fim, o juiz deverá rejeitar a eleição do foro caso constate que a opção contraria o interesse público e prejudicará a defesa da pessoa idosa – logicamente, com fundamentação.

Já o art. 3º harmoniza a redação do art. 80 da Lei 10.741, de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), com as mudanças que promove no Código de Processo Civil. Atualmente, o mencionado art. 80 do Estatuto da Pessoa Idosa determina que o foro da ação proposta pela pessoa idosa é aquele do seu domicílio.

No mesmo sentido, o PL, em seu art. 4º, revoga a determinação, também constante no Código de Processo Civil, de que o foro da pessoa idosa é o de sua residência (art. 53, inciso III, alínea "e").

E o art. 5º é a cláusula de vigência da norma, imediata à publicação da lei que sobrevier de eventual aprovação da matéria.

O texto foi distribuído ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e, depois, vai para a CCJ em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

Passo para a análise do mérito – na análise, vou entrar direto no mérito, porque as questões pertinentes ao Regimento Interno foram todas atendidas.

Quanto ao mérito, este projeto de lei amplia as escolhas da pessoa idosa com relação ao foro que lhe pareça mais conveniente para o julgamento das causas judiciais em que figure como autora ou como ré. E, por isso, merece ser acolhido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na legislação atual, verifica-se, pelo exame do art. 80 do Estatuto da Pessoa Idosa, que as ações relacionadas à defesa dos direitos dessa população serão aforadas necessariamente em seu domicílio.

A proposição, ora em exame, sem deixar de manter essa prerrogativa, inclui a possibilidade de a pessoa idosa eleger o foro que considere mais adequado para o exame daquela questão, conforme disposto no texto do PL que altera o *caput* do art. 80 do Estatuto da Pessoa Idosa.

Com a mudança, o acesso à Justiça pela pessoa idosa será ampliado, flexibilizando-se o caráter peremptório de ser o domicílio da pessoa idosa o único foro disponível da ação, que pode eventualmente não ser o mais adequado à defesa de seus interesses. Muitas vezes é uma questão de usucapião em que se tem que chamar pessoas de fora, e fica mais caro esse processo. Então, depende de cada situação e a pessoa pode escolher.

Vamos ressaltar, também, que o art. 80 do Estatuto da Pessoa Idosa se refere às ações em defesa dos direitos previstos no Capítulo III da mencionada norma, dispostos no art. 79, a saber: os relacionados à saúde, ao atendimento especializado à pessoa idosa com deficiência; e ao serviço de assistência social.

Ressalvado que essas hipóteses não excluem a proteção judicial de outros interesses difusos, coletivos ou até mesmo individuais.

Portanto, os privilégios quanto ao foro da pessoa idosa alcançam temática ampla e, pode-se dizer, alcançam a totalidade dos direitos próprios dessa parte da população que já é protegida por lei, que incluem o gozo de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, especialmente os relacionados à preservação de sua saúde física e mental e ao seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Cabe dizer, ainda, por fim, que, ao revogar a alínea "e" do inciso III do art. 53 do CPC, que estabelece como foro a residência da pessoa, enquanto o Estatuto indica o domicílio, o PL simplifica o aforamento, permitindo que a pessoa idosa eleja como foro o local de sua preferência, que pode ser a residência ou o domicílio, caso sejam diferentes.

Portanto, no mérito, a proposição aperfeiçoa o ordenamento jurídico.

O voto é pela aprovação do projeto de lei, saudando, mais uma vez, o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos, também, ao Senador Veneziano e à Relatora, Senadora Soraya!

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 40, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública sobre "Educação Midiática"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Eu explico, com a justificativa, o debate na CDH sobre essa forma de educação midiática. Será realizado dentro do programa Jovem Senador. Deverá apresentar aos Jovens Senadores, aos seus professores e orientadores, desafios, perspectivas da educação midiática. O objetivo é discutir e ajudar a formar cidadãos capazes de acessar e analisar o conteúdo de forma crítica.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –

Item extrapauta.

Em votação a inclusão extrapauta do Requerimento nº 41, de 2024, não terminativo.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 41, DE 2024

Requer a realização de Audiência Pública aos 45 anos da Lei de Anistia

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Aqui eu faço, nesse momento, a leitura da justificativa.

Em 28 de agosto de 1979 foi concedido o perdão aos perseguidos políticos da ditadura militar e, assim, deu-se início à redemocratização do Brasil.

Graças à lei, brasileiros exilados puderam retornar ao Brasil, clandestinos deixaram de se esconder da polícia, réus tiveram os processos nos tribunais militares anulados, presos foram libertados de presídios e delegacias.

Viva a Lei da Anistia! Viva a Democracia!

Esta audiência pública foi solicitada por órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, nos termos do art. 93, §1º, e do art. 102-E, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Leitura do expediente.

A Secretaria desta Comissão recebeu os seguintes documentos: denúncia de ameaça cometida por policiais militares em município do Estado de Goiás; solicitação de audiência pública para tratar sobre violações de direitos humanos e crimes ambientais nos territórios quilombolas Rio dos Macacos e Quilombo Abolição, da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso; e solicitação para que esta Comissão dê atenção especial ao Projeto de Lei 2.239, de 2022, que trata sobre a concessão de assistência jurídica gratuita.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 12, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e/ou no Portal CDH, para manifestação dos membros desta Comissão, pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Para encerrar, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O 7 era de minha autoria, não? (*Pausa.*)

Relatoria.

A pedido do Governo, eu, Relator e Presidente, pedi que retirassem de pauta. E o Presidente e Relator concordou – que fui eu. (*Risos.*)

O.k.? Encerramos?

Bom recesso para todos! Mas vamos trabalhar ainda na segunda, terça e quarta. (*Risos.*)

Até mais!

Encerrada a reunião de hoje.

(Iniciada às 11 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.179980/2024-20-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e cinquenta e três minutos do dia onze de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Janaína Farias, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato e Damares Alves, e ainda do Senador Wilder Morais, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Jussara Lima, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 54/2023 - CDH, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), e REQ 55/2023 - CDH, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). Finalidade: Instruir o PL 1773/2022, que "institui a Política Nacional de Combate ao Suicídio de Crianças e Adolescentes (PNCSCA)". Participantes: Deputado Federal Osmar Terra; Marcia Aparecida Ferreira de Oliveira, Representante do Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde; Clarissa Paranhos Guedes, Conselheira - representante do Conselho Federal de Psicologia; Antônio Geraldo da Silva, Representante da Associação Brasileira de Psiquiatria - ABP; Salomão Rodrigues Filho, Conselheiro Federal Efetivo pelo Estado de Goiás - Conselho Federal de Medicina; Bruno Ziller, Coalizão Brasileira pelo fim da violência contra crianças e adolescentes - Representante de Organização da Sociedade Civil em defesa de direitos humanos de crianças e adolescentes; Sr Vitor Cardoso, Estudante de Economia e Direito, pesquisador na área de direitos humanos de crianças e adolescentes; e Sra Alana Rodrigues, Representante do Conselho Federal de Serviço Social-CFESS. Resultado: Audiência pública realizada. Às onze horas e trinta e oito minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Eduardo Girão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/11

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos dos Requerimentos nºs 54 e 55, de 2023, CDH, ambos de autoria do Senador Eduardo Girão, que não está aqui porque ele está numa reunião no Colégio de Líderes. Eu, como Presidente da Comissão, vim abri-la e, quando puder, ele vem para cá e assume a Presidência.

O objetivo desta nossa audiência pública é instruir o PL 1.773, de 2022, que institui a Política Nacional de Combate ao Suicídio de Criança e Adolescentes.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Como já foi dito, o projeto é do Senador Alessandro Vieira.

Eu só vou ler aqui a abertura, para situar quem vai nos assistir, tanto pela Agência Senado como pela TV Senado, a justificativa do autor do projeto.

O projeto é, de iniciativa do Senador Osmar Terra, parceiro de movimento sindical ainda.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado pelo "Senador".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se não é Senador, será um dia, ora, por que não?

Eu só vou fazer a introdução que consta no projeto do Senador Alessandro Vieira. Mas será uma leitura muito rápida aqui, não vou ler toda a introdução.

Justificação do autor.

> Este projeto se inspira em minuta de proposição elaborada pelo estudante Vítor Cardoso Alves, representante de Sergipe no Programa Parlamento Jovem Brasileiro de 2019, promovido pela Câmara dos Deputados. Assumindo a voz de muitos adolescentes como ele, Vítor, então aluno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> do Centro de Excelência Professor Hamilton Alves Rocha, da cidade de São Cristóvão, manifesta profunda preocupação com o escasso debate nos espaços públicos da sociedade acerca do suicídio entre crianças e adolescentes.
> Conforme o estudante aponta, é preciso romper o silêncio e discutir a questão do suicídio, da depressão e, por conseguinte, do sofrimento [...] que acomete [cada crianças e adolescentes].

Vamos, então, aos nossos convidados de imediato.

Convidamos para a mesa Márcia Aparecida Ferreira de Oliveira, representante do Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde – seja bem-vinda –; Clarissa Paranhos Guedes, Conselheira, representante do Conselho Federal de Psicologia – seja bem-vinda também; Deputado Federal, do Rio Grande do Sul, Osmar Terra – seja bem-vindo, Osmar Terra, lembrávamos aqui que começamos juntos no sindicalismo –; e Yasmin Santos Oliveira, representante do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA/Conanda). (*Pausa.*)

Já chegaram aqui algumas perguntas, que eu vou deixar no ar já – depois eu peço para a assessoria da Comissão, Christiano, que passe uma cópia para cada um dos convidados.

Ailton, da Bahia: "Quais ações a Política Nacional de Combate ao Suicídio de Crianças e Adolescentes propõe e como o Senado acompanha a sua implementação?".

Rosemberg, do DF: "Como [...] [promover] a educação sobre saúde mental nas escolas, considerando as diferentes tradições culturais?".

Márcia, da Bahia: "Quais são os principais desafios previstos para a implementação efetiva [...] [desta política] em diferentes regiões do Brasil?".

Gisela, de São Paulo: Este [...] [PL incentiva a valorização] da compreensão, tolerância e solidariedade?".

Por fim, Wellisson, de Mato Grosso: "[É necessário] capacitação contínua de profissionais da saúde e educação para identificação precoce de sinais de alerta e intervenção adequada".

Jane, do Mato Grosso do Sul: "Não adianta só olhar [para] as crianças e adolescentes [...] [deixando a] família de fora, pois a raiz do problema [...] [pode estar] dentro de casa".

Eu vou pedir à assessoria que entregue a cada convidado, painelista, uma cópia dessas perguntas.

Foi solicitado aqui à Mesa que eu iniciasse com alguém que está por videoconferência, pois ele gostaria muito de participar, mas está com compromisso em seguida. Se os nossos convidados concordarem, eu começo com o Antônio, e, em seguida, com a Mesa. Pode ser?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Antônio Geraldo da Silva, representante da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), pede para usar os seus dez minutos nesse momento. A praxe aqui é de dez minutos, mas, com a devida tolerância, a gente vai adequando aqui entre perguntas e respostas.

Por favor, Sr. Antônio Geraldo da Silva.

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia a todos. Obrigado, Senador Paim. É um prazer estar aqui novamente nesta Casa, junto com todos vocês, para falar de um tema que para nós é muito caro, que é bastante importante.

Eu faço a coordenação nacional da Campanha Setembro Amarelo, que é uma campanha da ABP com o Conselho Federal de Medicina. E nós temos uma preocupação muito grande, que é o que eu venho trazer aqui: pedir a ajuda dos Srs. Parlamentares para fazerem valer o que nós já temos em termos de lei nessa área. A Lei 13.819, de 26 de abril de 2019, de autoria do Deputado Federal Osmar Terra, já existe. Essa lei está aí presente e precisa ser implementada. Essa lei já institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, e deveria já ter sido implementada pela União, em cooperação com os estados, o Distrito Federal e os municípios. Essa Lei altera a Lei 9.656, de 3 de junho de 1998. É a Lei Vovó Rose.

Essa lei foi já regulamentada pelo Decreto 10.225, de 5 de fevereiro de 2020, e criou o Comitê Gestor. Esse Comitê Gestor já existe, ele só não tem se reunido e não está funcionando. Tem a Portaria nº 2.403, de 9 de setembro de 2020, que instituiu o Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, para regulamentar a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, e estabelece normas relativas à notificação compulsória de violência autoprovocada.

O que acontece? É que ela já tinha que ter sido implementada, porque isso foi aprovado no Regimento Interno, em 13 de novembro de 2020, pelo Ministério da Saúde, Ministério da Educação, o antigo Ministério da Cidadania, que é o atual Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o antigo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que é o atual Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, e o Ministério da Justiça. Então, o que nós precisamos? Nós precisamos que isto agora aconteça: a implementação da lei, porque a lei existe, a que institui a Política Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, e é muito boa. Ela foi aprovada em tempo recorde. A lei mantém no seu contexto tudo o que nós precisamos para ajudar nesse combate ao suicídio, nesse trabalho intenso contra o suicídio. E lembro que nós temos aí mil crianças e adolescentes, na faixa entre 10 e 19 anos de idade, cometendo suicídio no Brasil, por ano. São dados do próprio Ministério da Saúde. Isso é grave. Isso é muito grave!

Nós precisamos fazer com que a política de saúde mental dê acesso a essas crianças e adolescentes e à população em geral ao tratamento.

Nós precisamos que essas pessoas possam tratar-se e não cometer o suicídio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos os dias, nós temos pessoas nos procurando por questões ligadas a quadros psiquiátricos, a doenças mentais que levam a cometer o suicídio.

O que nos assusta?

Por exemplo, hoje, nós temos a entrada de mais vários medicamentos na farmácia popular para tratar desde rinite a outros quadros que não são fatores tão graves, sem desprezo a essa necessidade da população, mas não são fatores tão graves quanto é a questão do suicídio, quanto é a questão do tratamento dos quadros depressivos – nós somos campeões mundiais de transtornos depressivos –, e quanto aos quadros de ansiedade. Nós somos campeões mundiais de transtornos de ansiedade e não temos sequer um medicamento para tratar tais quadros psiquiátricos, na farmácia popular.

Nós estamos dizendo isso pela importância que é salvar a vida dessas pessoas. Isso é muito importante.

Isso não quer dizer que não seja importante tratar das rinites e de outros quadros. Tem lá medicamentos 100% pagos pelo Estado para serem tratadas tais doenças, mas nós precisamos tratar dos transtornos mentais, que tem elevado, cada vez mais, o número de suicídio no Brasil.

Em todo o mundo, os índices de suicídio têm caído, menos na América Latina e, muito especialmente, no Brasil.

Preocupa-me muito porque, em alguns estados brasileiros, como no Rio Grande do Sul, nós estamos batendo recorde em cima de recorde na quantidade de suicídio.

O que vai acontecer agora, por exemplo, após essa catástrofe climática que nós tivemos lá no estado? Isso vai aumentar. Por quê? Porque está mostrado, em todos os estudos internacionais, que aumenta de três a quatro vezes o número de pessoas com depressão após catástrofes naturais, como aconteceu no sul da Grã-Bretanha, exatamente com o mesmo tipo de catástrofe climática ligada à água.

Como vai ser isso? O que nós vamos fazer, por exemplo, especificamente, para essa população do Rio Grande do Sul?

É grave, é uma situação gravíssima.

Nós temos que nos antecipar e já providenciar política pública específica para essa população também. Quando eu digo isso, eu digo para toda a população: adultos, jovens, crianças, mas muito especialmente para as crianças e adolescentes.

Eu agradeço demais a oportunidade.

Realmente, a Lei 13.819 já está em vigor e precisa ser apenas implementada adequadamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero que esses ministérios possam fazer essa implementação urgentemente, porque fica bem mais rápido, bem mais prático, e a gente vai ajudar a salvar muitas vidas.

O estigma que existe em relação ao psiquiatra, ao tratamento psiquiátrico e àqueles que padecem de doença mental é tão grande, mas é tão grande que cria um muro entre a pessoa e a possibilidade de acesso ao tratamento.

E é um estigma estrutural, é um estigma que o Estado – município, Governo estadual e Governo Federal – precisa romper, para que as pessoas possam tratar-se adequadamente e ter acesso ao tratamento de forma digna; e salvarmos vidas.

É o que eu tenho a dizer.

Muito obrigado.

Sou psiquiatra. Sou Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria. Sofro bastante estigma e muito preconceito por ser psiquiatra. Não sou ligado a nenhuma indústria de medicamentos, equipamentos, indústria do álcool, do fumo, da maconha, a nada disso. Eu exerço meu papel, aqui e agora, enquanto Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria.

Muito obrigado a todos. Obrigado pela oportunidade.

Agradeço demais ao Senador Girão. Agradeço também muito ao Senador Paim, que sempre tem nos ajudado nessas causas que são tão importantes e tão caras para a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Meus cumprimentos ao Dr. Antônio Geraldo da Silva, representante da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP).

Eu espero que não tenha nenhuma discriminação com esse psiquiatra – eu tenho um irmão, que é psiquiatra também –, mas o alerta dele foi no sentido de enaltecer a psiquiatria, e ele adora a profissão e adora também a entidade, a ABP.

Eu quero falar um segundo só que o projeto de que nós tratamos – o doutor foi muito feliz na explicação – institui a Política Nacional de Combate ao Suicídio de Crianças e Adolescentes. O outro projeto, uma lei que já existe, é amplo, geral e importante. E aqui a preocupação, pelo que eu entendi, do Alessandro Vieira, um grande Senador, do PSDB, parceiro de todos nós, é a de ter um olhar mais aguçado para as crianças e adolescentes, mas são vocês que vão falar sobre o tema.

O Senador Girão – quero repetir – é o autor desta audiência pública e é também o Relator da matéria, se não me engano. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele é o Relator e só não está aqui porque está no Colégio de Líderes. Concluindo lá, ele vem para cá, e eu vou para o Plenário.

Passo a palavra agora aos nossos convidados, que estão na mesa. Não fui eu que organizei, foram os senhores que organizaram. Podem dizer: "Por que o Paim botou primeiro ou por último ciclano ou beltrano?". Eu não resolvo nada, eu pego a lista e a sigo.

Então, passo a palavra à Dra. Marcia Aparecida Ferreira de Oliveira, representante do Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde.

Dez minutos, com mais cinco minutos, se necessários.

A SRA. MARCIA APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Agradeço a toda a equipe da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa pela oportunidade de estar aqui no dia de hoje; e também a iniciativa ao Senador Alessandro Vieira e, pela relatoria, então, ao Senador Girão.

O Departamento de Saúde Mental foi criado em janeiro de 2023 e, em dezembro de 2023, do mesmo ano, passou a ser denominado Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. Ele tem um eixo estruturante muito importante, que é a desinstitucionalização, os direitos humanos e o cuidado em liberdade. Portanto, a gente segue todas as premissas pautadas pela reforma psiquiátrica brasileira.

Retomar essa construção da política nacional de saúde mental, álcool e outras drogas, após um período de muito retrocesso, significou para nós investir na expansão da Rede de Atenção Psicossocial, a Rapes, como todos a chamamos, recompor o financiamento dos serviços e investir fortemente em projetos de educação permanente, como estratégias adotadas para a promoção de uma saúde mental que esteja compromissada com o cuidado em liberdade.

É por meio, então, dessas estratégias e iniciativas que acreditamos ser possível viabilizar o acesso aos direitos da população brasileira e da população atendida.

A Raps, do Sistema Único de Saúde, é uma rede, então, destinada aos cuidados das pessoas que sofrem em decorrência dos transtornos mentais, como bem o Prof. Antônio Geraldo acabou de falar, e do uso problemático, também, de álcool e outras drogas.

Hoje, dia 11 de julho de 2024, nós contamos com 2.947 centros de atenção psicossocial. O destaque eu faço por conta dessa instrução, em que hoje nós temos 312 Caps i, ou seja, Caps infantojuvenis, 890 serviços residenciais terapêuticos e 80 unidades de acolhimento, sendo que 29 dessas unidades de acolhimento são para infantojuvenis. Hoje, temos 2.066 leitos em hospital geral e 224 equipes multiprofissionais de saúde mental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a Raps representa um passo importante na reforma psiquiátrica brasileira e no compromisso com a atenção integral e humanizada da saúde mental. O fortalecimento, hoje, dessa rede é essencial, para que a gente possa garantir que todas as pessoas tenham acesso ao cuidado e possam viver com dignidade e qualidade de vida.

Vale ressaltar que temos hoje, também, 4,1 mil pessoas que são beneficiárias do Programa de Volta Para Casa, inclusive com um aumento desse valor, que, há quase dez anos, estava congelado.

Também é importante ressaltar que todas as capitais e boa parte dos grandes municípios possuem os serviços que compõem a Raps. Hoje, os Caps habilitados pelo Ministério da Saúde estão em quase 2 mil municípios brasileiros, o que indica a interiorização do cuidado, que, outrora, estava concentrado nos centros urbanos.

Gente, a Raps tem um papel importante na prevenção e tratamento do suicídio, ao proporcionar uma abordagem integrada e abrangente nos cuidados em saúde mental. Sua estrutura multifacetada permite atender às necessidades das pessoas, em diferentes níveis de complexidade, garantindo que recebam o suporte adequado em todas as fases do cuidado, ou seja, desempenha um papel vital na prevenção e no tratamento do suicídio, ao oferecer uma rede de cuidados que abrange desde a atenção primária, por meio das unidades básicas de saúde, até os serviços especializados, como é o caso do Centro de Atenção Psicossocial. Portanto, a Raps assegura que as pessoas em risco recebam o suporte necessário em todas as etapas do cuidado, promovendo saúde mental e prevenindo comportamentos suicidas.

Eu poderia ainda, mas eu sei que falta, eu tenho tempo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARCIA APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA – Então, está bom.

Eu poderia, então, discutir com vocês alguns pontos, itens importantes que mostram como a Raps contribui significativamente para a prevenção e tratamento do suicídio, mas eu vou optar por elencá-los, e a gente pode deixar para discussão após...

Um, é o acesso facilitado aos serviços de saúde mental. Quando o Prof. Antônio Geraldo fala do estigma – e ele coloca só um estigma relacionado ao médico –, esse estigma, na verdade, é relacionado à saúde mental. A gente carrega esse estigma muito grande, porque as pessoas não sabem, não conhecem a nossa rede de atenção psicossocial, por conta dessa invisibilidade associada ao estigma que a gente tem em relação à saúde mental. Esse acesso precisa ser visibilizado, a gente precisa mostrar que a atenção primária está lá para receber, como porta de entrada, e que nós temos ali profissionais capacitadíssimos, que identificam sinais de risco e ofertam cuidados imediatos, contínuos, de médio e longo prazo.

É importante, também, que a gente possa monitorar e proporcionar intervenções precoces quando se fala em suicídio. Concordo com o estudante que fez o requerimento ao Senador Alessandro Vieira que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente precisa quebrar o silêncio. A gente precisa falar de suicídio, a gente precisa ter de janeiro a janeiro, e não só em setembro, como preconizado para que se possa realmente falar sobre suicídio.

Dois, o atendimento especializado por meio dos nossos Caps. Três, uma das coisas mais importantes – e, hoje, para nós, no Ministério, é muito importante – é a atenção à crise, a urgência e emergência e o Samu. A gente precisa de um processo de capacitação em massa, de todo o território brasileiro, para que a gente possa trabalhar, efetivamente, com a atenção à crise. O acolhimento, como a gente falou, e a reabilitação psicossocial, que também faz parte do nosso tratamento, sobretudo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARCIA APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA – ... a longo prazo.

Quinto lugar... (*Risos.*) Agora, eu tenho mais cinco. O quinto ponto principal: como a Raps pode contribuir com todo esse trabalho de prevenção e tratamento ao suicídio? É com o suporte psicossocial e comunitário. O suporte psicossocial é muito voltado, hoje, ao suporte por pares; é uma estratégia desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde, que a gente tem implementado aqui, no Brasil, por meio de duas vertentes: a redução de danos e os ouvidores de vozes. Os grupos de apoio, e o Rio Grande do Sul é um dos que mais trabalham hoje com suporte por pares. Os grupos de familiares e o engajamento comunitário que a gente tanto preconiza, o qual é um dos grandes desafios que a gente tem. Eu vi que tem várias perguntas aqui dos desafios. Que a gente possa trabalhar realmente no cuidado com o território. Este é hoje o maior desafio para todos nós.

O sexto lugar, para o qual a gente volta depois de 12 anos, parados, neste momento brasileiro nosso, na capacitação dos profissionais por meio da educação permanente, sobretudo na estratégia de supervisão clínico-institucional, em que a educação se dá em ato no território, ali presente. Também há um forte suporte intersetorial entre o Ministério da Saúde e os demais ministérios.

Por fim, um outro desafio importante que merece também uma capacitação e uma sensibilização é o planejamento e monitoramento – como o Prof. Antônio Geraldo falou – da notificação compulsória, da notificação obrigatória, para que a gente possa eliminar a subnotificação que a gente ainda tem em relação aos casos de suicídio. Só assim a gente consegue fortalecer a lei.

Agora, finalmente, encerrando. Realmente nós temos uma lei que já está posta. Neste momento, o comitê – como o Prof. Antônio Geraldo falou – ainda está parado, aguardando. Parado, que eu digo, não é numa gaveta; é num determinado órgão do Ministério da Saúde, porque nós estamos aguardando as respostas dos demais ministérios para que a gente possa colocar o comitê em prática o mais célere possível, que a gente possa logo dar início ao nosso comitê.

Porém, como estava demorando muito, nós, dentro do Ministério da Saúde, fizemos, então, um grupo de trabalho que vem trabalhando com esse tema quase que semanalmente, para que a gente possa ter uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resposta à população. Não está com a gente essa lei e essa temática. Isso não é do Departamento de Saúde Mental e Álcool e Outras Drogas; ele está na Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA), porque já estava no Governo anterior. Essa mudança, ou seja, para voltar novamente à Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, iria demorar muito mais tempo. A opção, então, ficou lá e a junção nossa ficou com a SVSA, ou seja, a gente semanalmente tem reunião. Nesta semana tivemos duas reuniões necessárias, por conta da temática, também por conta desta audiência de hoje.

Obrigada, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Sra. Dra. Clarissa Paranhos Guedes, Conselheira, representante do Conselho Federal de Psicologia, que deixou claro o trabalho que a sua... (*Pausa.*)

Não começou por lá, não é? Começou com o Antônio.

Essa foi a Marcia Aparecida Ferreira de Oliveira, Representante do Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde, que falou sobre o tema, com conhecimento e de forma brilhante, como fez também o Dr. Antônio, que falou antes. Percebo que será uma grande audiência pública.

Então, indiretamente anunciada já, passo a palavra à Dra. Clarissa Paranhos Guedes, Conselheira, representante do Conselho Federal de Psicologia.

A SRA. CLARISSA PARANHOS GUEDES (Para expor.) – Bom dia.

Em nome do Conselho Federal, eu quero agradecer o convite para participar deste debate. Cumprimento as Senadoras e os Senadores desta Casa, na pessoa do Senador Paim. Cumprimento a mesa também.

Antes de iniciar a minha fala, afirmando o compromisso do CFP com acessibilidade, eu vou fazer a minha audiodescrição. Eu sou uma mulher jovem, branca, tenho cabelos pretos abaixo do ombro. Estou usando uma jaqueta com umas pérolas e um vestido bege.

Começo dizendo que o tema do suicídio é de extrema importância, devido ao seu impacto social, seja em termos numéricos, seja em relação às repercussões para familiares, amigos ou conhecidos das pessoas que o cometeram, fazem uma tentativa ou ainda ameaçam se matar. Conforme os últimos dados publicados pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, entre 2010 e 2019, o número de suicídios foi superior a 112 mil, sendo 43% a mais no número anual de mortes, uma vez que, em 2010, tivemos 9.454 casos, e, em 2019, esse número subiu para 13.523.

O número de suicídios entre jovens é significativo. A violência contra si sofreu um incremento de 81% nesse período. Dentro desse percentual, destacam-se casos de crianças menores de 14 anos. No que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

refere às notificações de violências autoprovocadas, ocorreu um aumento de 39,8%, em 2019 em relação a 2018, registrando-se 124.709 lesões. Os atos acontecem, predominantemente, em casa, porém, há um grupo representado por 1,3% que tem essa prática na escola.

Nesse contexto, suicídio não é um fenômeno novo e tem ganhado proporções ampliadas com o avanço das redes sociais e da existência de redes que incentivam o suicídio entre crianças e adolescentes. Tais redes também reproduzem preconceitos e violências que acabam por desencadear sofrimentos, alguns deles vividos de forma extrema, podendo levar ao suicídio.

Pesquisas apontam que, aproximadamente, um em cada dez adolescentes já se sentiu ameaçado, ofendido e humilhado em redes sociais ou aplicativos. Se a gente considerar apenas as meninas, esse percentual é ainda maior, são 16,2% das meninas, enquanto, entre os meninos, o percentual é de 10,2%. Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar de 2019, divulgada pelo IBGE. Ao todo foram entrevistados quase 188 mil estudantes, com idade entre 13 e 17 anos, em 4.361 escolas de 1.288 municípios de todo o país. O grupo representa 11,8 milhões de estudantes brasileiros. A coleta dos dados foi feita antes da pandemia, entre abril e setembro de 2019. A partir de 2020, com a suspensão das aulas presenciais, o uso das redes sociais, até mesmo como ferramenta de estudos, foi intensificado.

Mas as agressões existem também fora da internet, nas escolas, onde 23% dos estudantes afirmaram ter sido vítimas de *bullying*, ou seja, sentiram-se humilhados por provocações feitas por colegas. Quando perguntados sobre o motivo de sofrerem *bullying*, as três principais razões foram: aparência do corpo, aparência do rosto e cor ou raça.

Em relação à saúde mental dos estudantes, metade disse sentir-se muito preocupada com as coisas comuns do dia a dia. Um em cada cinco estudantes afirmou que a vida não valia a pena ser vivida. Entre as meninas, esse percentual é de 29,6% e, entre os meninos, de 13%.

A manifestação do desejo de morrer, independentemente da idade e das motivações, deve sempre ser considerada e levada a sério. Deve-se acolher, abrir um espaço de diálogo e, se necessário, buscar um auxílio especializado. Sabemos que a prevenção do comportamento suicida começa na família, mas, seguido da família, o trabalho nas escolas é tão importante quanto e deve ser iniciado desde a educação infantil. Deve-se trabalhar com as crianças questões sobre a valorização da vida, e as escolas podem organizar programas psicoeducativos que possam trabalhar valores como fraternidade, harmonia, respeito, diversidade, valores esses que podem ajudar crianças, jovens e adolescentes no enfrentamento das dificuldades vivenciadas no seu cotidiano.

No contexto do suicídio, também há o impacto da covid-19 sobre crianças e jovens que perderam familiares e passaram a viver com medo e insegurança, o que tem aparecido também nas atividades escolares. O Unicef, no principal relatório da organização focado em saúde mental de crianças, adolescentes e cuidadores no século XXI, alertou que crianças, adolescentes e jovens poderão sentir o impacto da covid-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

19 em sua saúde mental e bem-estar por muitos anos. De acordo com a publicação "Situação Mundial da Infância 2021 – Na minha Mente: promover, proteger e cuidar da saúde mental das crianças", mesmo antes da covid-19, crianças, adolescentes e jovens carregavam o fardo das condições de saúde mental sem um investimento significativo para resolvê-los. Segundo as últimas estimativas disponíveis, calcula-se que, globalmente, mais de um em cada sete meninos e meninas, com idade entre 10 e 19 anos, vive com algum transtorno mental diagnosticado. Quase 46 mil adolescentes morrem por suicídio a cada ano. E o suicídio é uma das cinco principais causas de morte nessa faixa etária.

Enquanto isso, persistem grandes lacunas entre as necessidades de saúde mental e o financiamento de políticas voltadas a essa área. O relatório constata que apenas cerca de 2% dos orçamentos governamentais de saúde são alocados para gastos com saúde mental em todo o mundo.

Na prática profissional de psicólogas, o suicídio é um tema cada vez mais debatido. Não importa se a profissional atua na área da saúde, da assistência social, da clínica ou da escola. A psicologia tem sido cada vez mais requisitada a tratar da prevenção ao suicídio e a falar sobre essa questão em todos os espaços de atuação.

A presença de uma equipe multiprofissional junto aos educadores nas escolas públicas, conforme a Lei 13.935, de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, também ter sido considerada importante para acompanhar o processo de desenvolvimento integral e programar junto aos educadores ações de prevenção a inúmeros problemas que permeiam a vida cotidiana das nossas crianças e jovens. Hoje, ao observarmos o cotidiano das escolas públicas, nós psicólogas percebemos o sofrimento de muitas crianças, que manifestam comportamentos de autolesão não suicida e ideações suicidas como resultado de sofrimentos em relação aos quais, na maioria das vezes, não têm oportunidade de tomar consciência. As ideações suicidas de crianças, usualmente, estão associadas a uma vida permeada por violência doméstica, por provocações no cotidiano da escola, por vivências de racismo ou preconceitos das mais diversas ordens, gênero, cor da pele, obesidade, questões corporais, entre outras, além de dificuldades e fracasso escolar. Em um contexto em que, muitas vezes, não é permitido falhar ou errar, crianças e jovens sentem-se incapazes de atender a essa demanda, a esse imperativo de sucesso, se refugiando numa depressão e, por vezes, se precipitando no ato suicida.

Nosso trabalho, enquanto profissionais da psicologia e como membro da equipe técnica de uma escola, pode contribuir sobremaneira para o entendimento do sofrimento das crianças, pela criação de um vínculo de confiança...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLARISSA PARANHOS GUEDES – ... convivendo com elas no dia a dia da escola, até o ponto em que passam a revelar seu mal-estar na família ou nas relações sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também acompanhamos atividades coletivas com várias crianças que vivem a mesma condição, desenvolvendo formas de entendimento sobre o que acontece, o que elas sentem falta, como elas podem se fortalecer e enfrentar esse sentimento. A educação e a escola podem, pois, contribuir para minimizar os riscos, na medida em que a escola deve ser *locus* de reflexão, de produção de saberes emancipadores que permitam o pensamento crítico, o acolhimento das diferenças, a construção de relações respeitosas e igualitárias, e minimizem os efeitos nefastos dos preconceitos e de redes sociais sem controle e sem ética. Dessa maneira, as escolas são espaços promotores de saúde.

A participação de psicólogas e assistentes sociais nas escolas, garantida pela Lei nº 13.935, de 2019, é uma potente contribuição para o enfrentamento do suicídio a partir do ambiente escolar, o que também possibilita mediações intersetoriais com a nossa Raps, aqui apresentada pela colega do Ministério da Saúde. A inserção de profissionais da psicologia e do serviço social nas redes públicas de educação básica e, mais amplamente, na política de educação está no bojo da garantia e acesso aos direitos sociais, como direito do cidadão e dever do Estado.

Por oportuno, informamos que tramita na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados o PL 3.599, de 2019, que altera a LDB para incluir as profissionais de psicologia e de serviço social no quadro funcional dos estabelecimentos de educação básica. Diante dessas dificuldades, o Ministério da Educação criou um grupo de trabalho no âmbito da Secretaria de Educação Básica, com a finalidade de coligir e sistematizar subsídios e recomendações para a implementação da Lei nº 13.935, de 2019. Esse GT é composto por 15 instituições e, além das secretarias do MEC, contará com a Undime, Consed e representantes das entidades da psicologia e do serviço social, e inicia seus trabalhos amanhã, dia 12 de julho, e a previsão de conclusão com o seminário nacional "Implementação dos Serviços de Psicologia e Serviço Social nas Redes de Ensino: Desafios e Possibilidades" é no dia 13 de setembro deste ano.

Por fim, eu gostaria de solicitar ao Senador Eduardo Girão que apresente uma emenda ao PL 1.773, de 2022, incluindo o inciso IV, no art. 4º: "A implementação da Política Nacional de Combate ao Suicídio de Crianças e Adolescentes dar-se-á em articulação com o disposto na Lei 13.935, de 2019". Entende-se que a articulação entre essas duas medidas pode ser um caminho seguro para se buscar, cada vez mais, a proteção integral de nossas crianças e adolescentes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Clarissa Paranhos Guedes, Conselheira, representante do Conselho Federal de Psicologia. Parabéns, porque demonstrou que as redes são instrumentos de incentivo ao suicídio, e os números são alarmantes tanto a nível de país, como a nível de planeta! Pelos dados que você mostrou aqui, a proporção é de um para sete. E, quanto à emenda, já fica assegurado aqui para a assessoria que passe em mãos para o nosso Relator, o Senador Girão, o.k.? Depois, você faz a ponte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De imediato, passo a palavra para o Deputado Federal Osmar Terra, que conheci no movimento sindical e, daqueles tempos até hoje, temos uma relação de muito respeito um pelo outro. Ele, como é médico também, pelo gancho que deu o Dr. Antônio, talvez possa falar um pouquinho da questão do suicídio devido à crise que o nosso estado atravessa, de perda de mais de 182 pessoas que, até o momento, morreram. Mas é você que vai falar, eu só estou aqui abrindo espaço.

Deputado Federal Osmar Terra, com a palavra, por favor – Dr. Deputado Federal Osmar Terra.

O SR. OSMAR TERRA (Para expor.) – Eu queria agradecer o convite feito pelo Senador Girão. E me sinto muito confortável aqui com a Presidência da mesa pelo Senador Paulo Paim, que, como ele disse, nós nos conhecemos no movimento sindical, só que isso revela a nossa idade; faz 45 anos que nós nos conhecemos no movimento sindical – faz 45 anos! (*Risos.*)

E nós sempre mantivemos, independentemente de posição política, com extremo afeto e respeito a nossa relação, não é, Paim? Eu acho que, Senador Paim, é isso que vale na vida e fica da vida também.

Eu queria cumprimentar todos os componentes da mesa também.

Eu queria fazer umas considerações rápidas. Primeiro, como autor da lei atual, eu acho que todo mundo falou sobre isso, todos que me antecederam, o Dr. Antônio Geraldo, a representante do Ministério da Saúde, a Clarissa, do Conselho Federal de Psicologia: já existe uma lei; já existe uma lei, inclusive pormenorizada, explicando como a política nacional tem que acontecer, ela é abrangente, ela é para todos. Eu acho que seria o caso – eu estou adiantando o fim da minha conversa – de dar uma ênfase, de colocar num capítulo ou fazer uma proposta para dar ênfase à questão da criança e do adolescente. Mas ela está prevista e foi feita pelo aumento de automutilação e de suicídios em crianças e adolescentes. A razão dessa lei foi essa. Inclusive, ela leva um nome honorífico, vamos dizer assim, de Vovó Rose. A Vovó Rose é uma pessoa que me dá a honra de trabalhar comigo e que teve uma neta de 14 anos que se automutilava e acabou se suicidando. Então, é uma tragédia, tem muitas famílias com esse tipo de tragédia, infelizmente, no Brasil, e eu acho que nós temos que trabalhar para a implementação. Foi uma lei de 2019, e até hoje não foi implementada.

Eu tenho aqui uma decisão, contribuindo para a fala da nossa representante do Ministério da Saúde, a Portaria 2.403, de 9 de setembro de 2020, do Ministério da Saúde, criando o comitê, e até agora não foi implementada.

Então eu acho que uma contribuição que o Senado pode dar, importante, é induzir a essa implementação. Ver se tem alguma coisa aí que possa ser especificamente para criança e adolescente, mas eu acho que, de qualquer maneira, ela procura ser bem abrangente.

Isso aí veio dessa constatação do aumento de automutilação e suicídio, que é uma coisa quase silenciosa, que nas escolas, dá para ver, pelo menos a automutilação, e, às vezes, as ideias suicidas, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ideação suicida, mas que não tinha nada assim, abrangente. Essa lei inclusive prevê a notificação obrigatória das escolas sobre os casos detectados, o que hoje era uma coisa que, nem no posto de saúde, era exigido como notificação obrigatória, e agora é, pela lei, é, tem que implementar. Porque aí se dá uma ideia do risco. Quanto mais a pessoa se automutila, quanto mais ela tem ideação suicida, mais próximo ela está do suicídio, não é?

E eu falo isso, Senador Paim, com uma experiência de quem praticou isso como Secretário de Saúde. Eu fui oito anos Secretário de Saúde, o senhor conhece lá o meu trabalho, e nós criamos um programa chamado PPV (Programa de Prevenção da Violência), no Rio Grande do Sul, que trabalhava as três formas de violência com morte, que é homicídio, acidentes de trânsito com vítimas fatais e suicídios.

O Rio Grande do Sul é recordista de suicídio, infelizmente. Ele tem o dobro da média nacional de suicídio. Tem questões de vários tipos, culturais e tal, mas é muito importante a questão da depressão, que, até por questões culturais, predomina em alguns grupos étnicos inclusive, lá no Rio Grande do Sul.

Então, nós mapeamos os grupos, fizemos um programa específico de prevenção do suicídio e reduzimos em 20% o número de suicídios em três anos, o que mostrou que é possível, mas trabalhando com a equipe, treinando, capacitando as equipes de saúde na questão da depressão, de detectar precocemente sinais de depressão, de valorizar a ideação suicida, de se preocupar com qualquer forma de automutilação. E a gente pegou algumas regiões de Santa Cruz ali. Santa Cruz, Candelária são lugares de altíssimo percentual de suicídios. São Lourenço, que é a terra da Arita Bergmann, que é a atual Secretária, que foi a minha adjunta, com muito orgulho. A Arita foi quem criou os Caps no Brasil, na década de 80. Os primeiros Caps tinham o nome de Nossa Casa, depois virou Caps, para atendimento das pessoas com sofrimento mental.

Então, o PPV mostrou-se eficaz. Inclusive eu queria acrescentar à fala da representante do Ministério da Saúde que 40% dos leitos em hospitais gerais, para atendimento psiquiátrico, hoje, 40% dos leitos no Brasil são do Rio Grande do Sul e foram criados no meu período de secretário, em hospitais gerais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – ... falou, de forma, inclusive, propositiva, fortalecendo a sua fala, que a primeira lei nesse sentido surgiu lá no Rio Grande do Sul.

O SR. OSMAR TERRA – Surgiu lá no Rio Grande do Sul, do Marcos Rolim, que foi o Relator.

Então, nós reduzimos em 20% os suicídios. E trata-se da violência autoprovocada: o suicídio consumado tem que ser notificado, registrado; a tentativa de suicídio; e a automutilação, com ou sem ideação suicida, para fazer a prevenção.

Eu queria dizer que, depois disso, eu fui autor também da Lei 14.811, que tipifica o *bullying* e o *cyberbullying* como crime e estabelece punição. O *cyberbullying*, que não era trabalhado como crime – até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque era uma novidade, fazer *cyberbullying* –, é devastador. Imagine uma criança que é vítima de *bullying* numa escola, com um grupo ali limitado de outras crianças que fazem *bullying* com ela; imagine uma que sofre *bullying* na rede inteira, com milhares de pessoas, milhões de pessoas, às vezes, vendo a humilhação daquela criança.

Então, hoje é crime, tem pena; tem pena de prisão, inclusive. Está tudo tipificado na Lei 14.811, que foi agora... Foi em 2023, não é? Em 2024 – em 15 de janeiro de 2024, foi promulgada pelo Presidente da República, sem veto nenhum. Então, é importante a gente falar sobre isso.

Tem algumas falas que foram feitas, algumas colocações que foram feitas, que eu gostaria de enfatizar. O suicídio está vinculado à depressão. E na adolescência, o adolescente... Tem até um trabalho, de psiquiatras argentinos – inclusive um que morava em São Paulo, agora me fugiu o nome dele – em que eles chamam de síndrome da adolescência normal. O adolescente tem um comportamento flutuante, que vai da depressão mais profunda ao êxtase e volta para a depressão, porque ele está mudando o corpo, tem o luto da perda do corpo de criança – os psicólogos sabem explicar isso aí melhor do que eu.

Mas eu trato também da questão. Como eu fiz mestrado em Neurociência – eu trato da questão química. O cérebro sofre muitas modificações, ele se especializa, nesse período da adolescência, ele muda a química cerebral rapidamente: o adolescente uma hora está deprimido, outra hora está rindo sozinho, outra hora está querendo brigar com todo mundo. E ele é muito sensível à questão das drogas, inclusive à maconha, porque...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSMAR TERRA – ... o pico de começo do uso da maconha é aos 15 anos de idade.

Eu queria aqui ressaltar um trabalho da Universidade de McGill, no Canadá, e da Universidade de Oxford, que acompanharam 23.317 adolescentes, comparando grupos de usuários e não usuários. É um estudo, uma metanálise, praticamente, em que eles pegaram vários estudos que estavam sendo feitos e fizeram uma metanálise. Aumenta em 246% o risco de suicídio nos adolescentes que usam maconha com regularidade. Então, agora que o Supremo Tribunal está querendo descriminalizar o uso da maconha, como se fosse uma coisa muito boa, eu quero dizer que isso vai aumentar o número de usuários e que vai aumentar o risco de suicídio também nos adolescentes.

Tem muita coisa aqui para a gente discutir, a questão... Eu acho que a rede de Caps é uma rede importante. O problema é o que faz a pessoa que está dentro do Caps. Qual é o método? Se ela tem um método científico ou se ela tem um método de narrativas.

Eu tive a oportunidade de criar os primeiros Caps Álcool e Drogas do Rio Grande do Sul também, como Secretário, mas, eu fui, no final da minha gestão, a uma reunião do Caps e estava falando a Diretora do Caps de Nova Hamburgo, que foi criado no meu período de secretaria. Ela dizia o seguinte: "Não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema usar *crack*. Qual é o problema de usar *crack*? Se a pessoa está de bem com a vida, consegue levar uma vida relativamente normal, por que ela não pode fumar pedrinhas de *crack* durante a semana?". É esse tipo de viés ideológico que também contribui para que as coisas não funcionem. Mas essa é uma outra discussão que, se nós fizermos aqui, vai longe. Então, eu só queria deixar claro que nós temos também que nos preocupar com a questão das drogas, que elas têm um efeito danoso em relação, principalmente, aos adolescentes, que têm uma instabilidade emocional muito grande.

Então, é isso. A sugestão, Senador Paim, para terminar, é que seja feita não uma nova lei, porque a lei já existe, já tem toda a política que vai ser executada pelo Governo, a representante do Ministério da Saúde já colocou. O que eu acho é que tem que ter é a ênfase, talvez colocar lá um meio de cobrar do Governo a aplicação da lei e com ênfase na infância e na adolescência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Deputado Federal Osmar Terra, que tem uma longa trajetória nessa área. Lembrou aqui que é autor de duas leis. Foi Secretário de Estado do Rio Grande do Sul. E deixa uma sugestão de que a lei atual pode ser aperfeiçoada, inclusive colocando um capítulo específico, se for o caso, e que haja implementação. Foi isso o que eu entendi?

O SR. OSMAR TERRA – Senador, eu... Sim, mas eu acho que não precisa de um capítulo específico, basta... Porque ela abrange a criança e o adolescente. O que precisa é pedir, talvez, que o Governo coloque ênfase na implementação e na parte voltada para criança e adolescente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Entendi, entendi. A sua posição está clara.

Eu, agora, vou passar para os nossos convidados por videoconferência.

Passo a palavra para a Dra. Alana Rodrigues, do Conselho Federal de Serviço Social.

A SRA. ALANA RODRIGUES (*Por videoconferência*.) – Vocês conseguem me ouvir, gente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito. Já está na tela. Perfeito!

A SRA. ALANA RODRIGUES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas as pessoas que estão aí, neste momento, presencialmente, nessa audiência pública, e às pessoas que nos acompanham por internet.

Cumprimento o Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão, também estendo os meus cumprimentos ao Senador Osmar Terra, a todas as entidades profissionais aqui presentes, ao CFP, ao Ministério da Saúde, e também à sociedade em geral que acompanha e se mobiliza em torno dessa pauta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de efetivação de políticas públicas de proteção às crianças e aos adolescentes. Em especial, também, meus cumprimentos ao Vitor, idealizador desse projeto.

Também, como compromisso político do serviço social, eu gostaria de realizar a minha audiodescrição. Eu sou uma mulher negra, de pele não retinta, cabelos cacheados na altura dos ombros. Uso uma blusa branca e atrás de mim tem uma estante de livros.

Eu represento aqui o Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), autarquia pública federal que orienta, normatiza e defende o exercício profissional de mais de 240 mil assistentes sociais em todo o Brasil e venho dialogar com as pessoas aqui presentes nesta audiência sobre a importância deste PL 1.773, que institui a Política Nacional de Combate ao Suicídio de Crianças e Adolescentes.

Primeiro, eu gostaria de ressaltar a importância deste debate, pois na nossa sociedade o tema do suicídio ainda é um tabu, cercado de muitos preconceitos. Isso também é estratégico, porque inviabiliza e escanteia este debate e as possibilidades de construção coletiva de ações de prevenção, de ações de promoção de saúde e de outras ações que perpassam por outras políticas públicas.

Historicamente, o suicídio sempre é localizado nessa esfera do indivíduo e sempre associado a comportamentos de valores morais, reduzindo esse sofrimento a um mero ato de responsabilidade pessoal e individual. Por isso que eu queria enfatizar e discutir este tema aqui. Isso é necessário e é urgente e esta audiência cumpre um papel importante neste debate.

O serviço social brasileiro, a profissão compreende o suicídio como uma das formas de sofrimento mental posto nesta sociedade capitalista e que é resultado desta sociabilidade e do tempo histórico em que vivemos. A gente compreende que o suicídio é resultado de uma violência estrutural de uma sociedade permeada de contradições, mas também de uma sociedade marcada pela redução de direitos sociais, pelo aumento da concentração de renda, pelo aumento da pobreza e das desigualdades sociais.

A gente entende no serviço social que o suicídio é um fenômeno e resultado desta sociedade que atravessa a subjetividade dos sujeitos e que é um sofrimento que se alimenta também dessa lógica do desempenho, da produtividade, da eficiência, da alta performance, como já destacado pela minha companheira do CFP, mas também da ideia do fracasso, da impotência, do desamparo. Nesse cenário de violência e de sofrimento, o suicídio também atinge, especialmente, as infâncias e as juventudes.

Então, a gente tem nesse cenário uma juventude brasileira que sofre. Para além do suicídio, sofre com a violência urbana, que mata diariamente jovens negros e periféricos. Jovens com baixo índice de escolaridade são cada vez mais empobrecidos, têm condições de vida precária, não conseguem, ao menos, se inserir num mundo de trabalho formal, com direitos mínimos assegurados, nem têm a possibilidade de acessar outras políticas, como cultura, esportes, entre outras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas infâncias e juventudes são afetadas por esse sofrimento que apresenta também marcadores de raça, classe, gênero, sexualidade e capacidade. São jovens negros, LGBTQIA+, com deficiência, que são os mais afetados por esse sofrimento, pelo suicídio. E é nessas populações que se registram nas inúmeras pesquisas da OMS, por exemplo, as maiores taxas de suicídio. São esses grupos que enfrentam essas diversas questões da expressão social, relacionadas a preconceitos, discriminação, permanência escolar e outras tantas questões que influenciam nas perspectivas dessas crianças e desses adolescentes em relação à própria perspectiva e expectativa de vida.

Nesse sentido também, eu gostaria de ressaltar que a pandemia de covid-19 agravou ainda mais esse cenário de desigualdades. O isolamento de crianças e adolescentes aumentou a exposição desses grupos à violência, à negligência, associadas a esses fatores de isolamento que agudizaram o estresse, a ansiedade e repercutiram na saúde mental de crianças e adolescentes.

Para além desse contexto, gostaria de citar também os impactos da reforma do ensino médio, que aprofundou ainda mais o abismo educacional, o acesso à educação e diferencia ainda mais a educação das redes pública e privada. Por que eu estou falando isso? Porque o acesso à educação e a permanência na escola também impactam na saúde mental de jovens, adolescentes e crianças. Essa reforma, a gente entende que aumenta ainda mais as desigualdades e repercute no acesso e na permanência, especialmente de crianças e jovens negros e pobres, que são afetados pelas desigualdades sociais, e repercute diretamente na saúde mental deles.

Bom, gostaria de destacar a importância da lei, já citada pelo Presidente da ABP, pelo Deputado Osmar Terra, a Lei nº 13.819, mas eu queria destacar aqui a importância desse PL em questão, porque esse PL pensa, de forma muito mais ampliada, a perspectiva de políticas públicas articuladas e não somente a saúde. Esse PL articula diversas políticas que são necessárias e essenciais para o enfrentamento do suicídio de crianças e adolescentes. Articula políticas de educação, saúde e assistência social, e a gente poderia citar tantas outras que podem ser inseridas no bojo desse PL, como cultura, esporte, enfim.

Nós, assistentes sociais, estamos inseridos nas mais diversas políticas públicas, seja de educação, previdência, saúde, assistência social, habitação, enfim; e nós, assim como os psicólogos e tantos outros profissionais, somos chamados a atender diversas situações de violência e de sofrimento de crianças e adolescentes. Por isso, é essencial e é importante esse PL, porque, por exemplo, ele articula na saúde – e, aí, eu gostaria também de reforçar a fala da companheira que me antecedeu, que representa o Ministério da Saúde –, porque a gente tem uma rede de atenção psicossocial, no âmbito da saúde, que precisa ser fortalecida, considerar que essas crianças e adolescentes têm necessidades próprias, que se diferem das dos adultos, e que essa rede precisa se articular também com a defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, é preciso fortalecer essa rede numa lógica da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial, do acesso de crianças e adolescentes, do acesso efetivo de crianças e adolescentes aos Caps, por exemplo, aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caps Infantojuvenis. Mas também é necessário a gente aumentar o financiamento dessa rede, para que a gente consiga atender, de forma adequada, crianças e adolescentes.

Também posso citar a assistência social, que é pauta do PL também – o PL traz isso. É necessário a gente fortalecer o Sistema Único de Assistência Social, fortalecer os Cras, os Creas, os Conselhos Tutelares, todos os equipamentos de proteção básica e especial que realizam também o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência e que compõem essa rede de proteção a crianças e adolescentes, que também são vítimas do suicídio.

E, por fim, quero destacar também a importância desse PL, que trata... E também, reforçando a fala da companheira do CFP, que seja inserida nesse PL essa articulação com a política de educação. O Cfess também compõe, junto com o CFP e outras entidades da psicologia e do serviço social, a Coordenação Nacional pela Implementação da Lei 13.935. Faço coro ao Conselho Federal de Psicologia, requisitando que o PL se articule com essa Lei 13.935, de 2019, que versa sobre a inserção de assistentes sociais e psicólogos na rede de educação básica.

A aprovação dessa lei foi uma conquista da sociedade brasileira, e a gente entende que a inserção de assistentes sociais e psicólogos amplia e potencializa as articulações entre família, escola e dispositivos de proteção a crianças e adolescentes, bem como garante a inserção e a permanência de infâncias e juventudes nas escolas, assim como o diálogo da prevenção do suicídio e da promoção de ações no combate ao suicídio.

Assistentes sociais e psicólogos, além de auxiliarem na elaboração de estratégias que garantam aprendizagem de qualidade para estudantes, em uma perspectiva plural, inclusiva, consideram suas diferenças, desigualdades e dificuldades. Então, a presença desses profissionais dessas duas categorias ajudará significativamente na efetivação de direitos e políticas públicas essenciais a crianças e adolescentes.

Por fim, gostaria de agradecer o convite, em nome do Cfess, e reforçar que esse PL é fundamental, e que ele deve, sim, articular diversas políticas públicas, bem como o trabalho multiprofissional de diversos profissionais, para além dos profissionais da saúde, como já citei, na construção de ações de promoção de prevenção ao suicídio de crianças e adolescentes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos à Alana Rodrigues, do Conselho Federal de Serviço Social, que deu detalhes e defendeu a importância desse projeto.

Passamos a palavra, de imediato, ao Dr. Salomão Rodrigues Filho, Conselheiro Federal Efetivo, pelo Estado de Goiás, do Conselho Federal de Medicina.

Por favor, Dr. Salomão, dez minutos mais cinco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Minha saudação ao Senador Paim, que tive a honra de conhecer no início deste século, deste milênio, acho que em 2002. Minha saudação ao Deputado Osmar Terra, meu amigo, e também ao Senador Girão.

Eu trago informações mais técnicas, dados mais técnicos, para procurar contribuir com a importância desse projeto de lei.

Gostaria que fossem colocados na tela os meus eslaides, para que a gente pudesse começar a descrever. (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está repetindo a fala dele...

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO (*Por videoconferência*.) – Entrou numa fase repetitiva aí, mas eu vou falando enquanto o nosso técnico nosso tenta colocar no...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., nós ajustamos aqui, o senhor vai já falando.

Obrigado.

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO (*Por videoconferência*.) – Então, volte um eslaide, por favor

O eslaide anterior, esse, mostra a análise feita pelo NIH, está aqui no canto inferior esquerdo, de um estudo retrospectivo que pegou um período de 30 anos: de 1965 a 1995, como grupo um, e de 2009 a 2012, como grupo dois; e que expressa a mortalidade por causas clínicas nos Estados Unidos da América.

A linha amarela abaixo, as causas de morte por leucemias e linfomas, linfomas e leucemias agudas, diminuíram, do primeiro para o segundo período, em 6 mil mortes. Então, 6 mil vidas foram poupadas pelo avanço tecnológico, avanço do conhecimento sobre o tratamento dos linfoma,especialmente o surgimento do brentuximabe, que é um fármaco altamente eficiente.

As doenças cardiovasculares diminuíram em 1,1 milhão de mortes. A aids diminuiu, com o avanço do conhecimento e dos antivirais que chegaram, menos 30 mil mortes. Acidentes vasculares encefálicos, menos 20 mil mortes. E, quanto ao suicídio, não houve basicamente nenhuma diminuição de número. Chama a atenção que o avanço do conhecimento não tenha tido resultado nas mortes por suicídio.

Então, nós precisamos buscar um trabalho que alcance mais resultados.

Próximo eslaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse outro eslaide mostra uma coisa muito importante. Dos mais de 800 mil suicídios no mundo, nós temos uma diferenciação muito grande. Estão em vermelho os suicídios de pessoas que residem ou residiam em países de baixa e média renda. E, em cinza, os suicídios de pessoas que moravam e residiam em países de alta renda.

Então, a renda *per capita* do país importa muito na questão do suicídio. Vemos que o que está em vermelho, em termos da idade, a partir dos dez anos até os 19, 20 anos, o aumento é vertiginoso do número de suicídios. E, depois, essa curva declina suavemente.

Nos países de alta renda *per capita*, a linha é mais ou menos achatada; quase 25% das pessoas que moram e residiam em países de alta renda, para 75% das pessoas que residiam em países de baixa renda. Isso é um dado da Organização Mundial de Saúde, de 2012, um estudo extremamente interessante.

Próximo.

Próximo eslaide, por favor.

No *Brazilian Journal of Psychiatry*, uma revista que ganhou grande impacto nacional, internacional, tem esse trabalho realizado pelo Ary Gadelha, um cearense radicado em São Paulo, de grande produção científica no mundo psi, atualmente, em todo o mundo, que identificou durante o estudo, que está aqui, de 2006 a 2015, a associação entre o suicídio de adolescentes, as taxas de suicídio de adolescentes e os indicadores socioeconômicos do país. Ele rastreou durante dez anos isso. Então, houve um incremento do começo do estudo para o final do estudo de 24% de suicídios no nosso país.

Próximo.

Dado importantíssimo. No Brasil, nós temos aproximadamente um pouco mais de 10 mil suicídios por ano e, em menores de 19 anos, 818 suicídios. Por idade, até os nove anos, quatro casos; dez a 14 anos, 142 casos; e de 15 anos a 19 anos, 672 casos. É um dado do Datasus de 2014, mas que permanece válido.

Próximo.

Com relação ao tratamento do comportamento suicida em adolescentes, tem resultados extremamente interessantes. Nós temos aqui essa linha, a primeira, que é a da ideação suicida e as outras duas linhas se referem, se sobrepõem sobre aquilo que nós chamamos depois de comportamento suicida, que são as tentativas de suicídio.

Então, de alguma forma, o tratamento do comportamento suicida é extremamente importante. E vejam como a ideação suicida cresce vertiginosamente a partir dos 11 anos, 12 anos até os 19 anos.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O alerta fica – e isso é para o projeto, não para o projeto de lei, mas para os programas a serem realizados após a lei já existente ou as modificações que ela vá receber ou o surgimento de uma nova lei. A criança e o adolescente mostram indiferença, mostram um declínio de produtividade, dão sinais de alerta importantes de um suicídio iminente: alterações do padrão de sono e alimentação estão sempre presentes; preocupação em deixar a vida em ordem – a criança de 12 anos, de 13 anos que começa a arrumar seus pertences e fala "isso aqui é para fulano", "isso aqui é para o meu primo, fulano de tal". Começa a destinar a quem vai doar os seus pertences preferidos.

Antes do suicídio, na criança e no adolescente, sempre há uma súbita melhora do humor, que ocorre quando ele decide que vai se matar.

Próximo.

Até 76%... entre 75%, 76% das pessoas que cometeram o suicídio, quando se buscou, procuraram um médico não psiquiatra, nos 30 dias que antecederam o ato suicida, com queixas vagas e imprecisas.

Então, esse é um dado epidemiológico extremamente importante para o rastreamento. Isso ocorreu também de outra forma: ele foi várias vezes ao pronto-socorro, com "esfolões", machucados, quedas de bicicleta, quedas de barranco, quedas de árvores.

Próximo.

É o efeito Werther. Nós temos que estar atentos a ele também na organização de um planejamento no funcionamento de uma política de prevenção do suicídio de crianças e adolescentes. Esse amarelinho é o livro de Goethe, o livro sobre Werther, em que Werther se suicida no final do livro. Nessa época, no século XVIII, houve um grande incremento de suicídios em todo o mundo. Em 2007, na Coreia, nós tivemos 84 casos de suicídio com monóxido de carbono. Em 2011, nós tivemos 1.251 casos. Esse aumento de suicídios com monóxido de carbono, geralmente em automóveis, foi marcado pelo suicídio desse *popstar* coreano que se matou assim. Então vejam que, logo depois que ele se matou – ele se matou em 2008 –, houve um crescimento que, até 2011, alcançou o pico máximo de suicídios. Então esse efeito Werther precisa ser identificado, precisa ser buscado sempre.

Na nossa imprensa, os jornalistas brasileiros têm sido muito éticos na divulgação das notícias de suicídio, mas nem todo mundo faz a mesma coisa. E o estardalhaço na divulgação do suicídio de grandes personalidades leva a um incremento significativo do número de suicídios.

Próximo eslaide.

A avaliação de riscos de suicídio de Colúmbia é uma cartilhazinha – é um texto relativamente pequeno de dez páginas – que a Universidade de Colúmbia começou a aplicar em todas as crianças do estado, para avaliar uma gama ampla de comportamentos das crianças. E nesse questionário estão incluídas três perguntas. A primeira é: "Você desejou estar morto ou desejou poder dormir e nunca mais acordar?" É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a pergunta mais leve. A segunda pergunta é mais incisiva um pouco: "Você já pensou realmente em se matar?" E uma terceira pergunta, que alcança o comportamento suicida, são três subperguntas: "Você cometeu uma tentativa de suicídio? Você fez alguma coisa para se ferir? Você fez alguma coisa perigosa que poderia ter matado você?"

Então, isso orienta a busca, faz um rastreamento das pessoas, das crianças e dos adolescentes que têm o risco de suicídio. E essa identificação leva a cuidados especiais, depois de identificados esses grupos, para a prevenção do suicídio em crianças e adolescentes.

Próximo.

Os leitos psiquiátricos no mundo diminuíram, de 1998 para 2014, desta forma.

Estes são dados de leitos psiquiátricos: 34 leitos psiquiátricos para 100 mil habitantes, em 1998. Em 2014, nós já tínhamos 22 leitos psiquiátricos para 100 mil habitantes. De outro lado, os suicídios, como cresceram! A curva é inversa.

Próximo.

São dados da Associação Americana de Psiquiatria.

Próximo eslaide.

O suicídio na infância e na adolescência é um problema grave em todo o mundo, não é só no Brasil. Mas temos que lidar aqui e copiar e nos inspirarmos naquilo que traz resultados.

É um problema de saúde pública? Sim. Cresce rapidamente no Brasil? Sim, cresce. Carece de mais estudo? Sim. Nós sabemos muito pouco, precisamos saber muito mais.

O PL 1.773 é oportuno e tem qualidade.

Próximo.

Mas o PL precisa de aperfeiçoamento. Eu vou apontar um aperfeiçoamento só e deixar outros pontos.

Posso encaminhar ao Senador Girão este texto, mas o mais importante é que está explícito, no Projeto de Lei 1.773, o lidar com crianças e adolescentes em grave sofrimento psíquico. E, nas equipes, não constam o médico.

Então, a equipe profissional não pode prescindir do médico especialista em pediatria ou em psiquiatria. Um ou outro: ou pediatra ou psiquiatra, com área de atuação em psiquiatria na infância e adolescência, que vai enriquecer essa equipe e fazer ela trabalhar muito mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.179980/2024-20-1 (ANEXO: 001)

É claro que o número de psiquiatras da infância e adolescência é muito menor do que o número de psicólogos e assistentes sociais, mas o conhecimento deles é básico.

Hoje, nós estamos vendo crescer, de uma forma muito importante, o número de diagnósticos de transtorno bipolar na infância e adolescência, principalmente na infância. E essas crianças passam a ser muito ajudadas com a abordagem do psiquiatra da infância e adolescência.

E o número de suicídios em crianças e adolescentes na primeira fase da adolescência é extremamente importante.

Nos trabalhos que têm sido publicados, o aumento do número de suicídios nessa faixa etária tem sido casado, tem sido vinculado ao transtorno bipolar do humor.

Próximo.

O *bullying* tem que ser combatido. É uma das causas também que vai longe.

Próximo.

Não foi abordada, no projeto e nem na lei, a questão da internet.

Peguei ontem, no *site* da Amazon, a colocação em venda de uma brochura: *Morrer por conta própria. Manual para um suicídio racional - o Método "Artéria Carótida"*.

Então, a internet está cheia de coisas semelhantes, que ensinam a se matar com eficiência, sem dor e sem sofrimento.

Eu acho que isso não contribui. Pelo contrário: isso prejudica muito o trabalho a ser desenvolvido no país.

Próximo.

Encerro com uma frase da Gisele Bündchen, que diz: "As coisas podem parecer perfeitas do lado de fora, mas ninguém tem ideia do que realmente acontece". Ela tem um transtorno de ansiedade e tem ideação suicida quase que permanente. Hoje ela está bem, e eu estou divulgando, porque ela tornou isso público. Então, nós a colocamos nesse eslaide para chamar a atenção que as coisas acontecem de uma forma muito ampla.

Muito obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus cumprimentos ao Dr. Salomão Rodrigues Filho, Conselheiro Federal Efetivo, pelo Estado de Goiás, do Conselho Federal de Medicina, que, no fim, deixou esse pensamento muito importante dessa modelo internacional, que é gaúcha também, é natural do Rio Grande do Sul.

Então, de imediato, eu passo a palavra para o Sr. Bruno Ziller, da Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes e representante da Organização da Sociedade Civil em Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

O SR. BRUNO ZILLER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos os Senadores e Senadoras e aos colegas de mesa.

Eu queria, primeiro, checar se vocês estão me ouvindo bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito!

O SR. BRUNO ZILLER (*Por videoconferência*.) – Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite do Senador Eduardo Girão para a realização desta audiência pública, que também está sob a Presidência do Senador Paulo Paim.

Eu preparei uma apresentação, que vou compartilhar com vocês.

Bom, meu nome é Bruno Ziller, eu sou Coordenador de Projetos e *Advocacy* do Instituto Cactus. A gente está aqui hoje a convite, representando a Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes.

Criada em 2017, a Coalizão pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes é uma articulação nacional da sociedade civil, suprapartidária, laica e independente, formada por 76 organizações – entre elas, o Instituto Cactus, do qual eu faço parte –, que atua no território nacional na prevenção das violências contra crianças e adolescentes e respostas a essas violências.

O Instituto Cactus, em si, é uma organização filantrópica, sem fins lucrativos, promotora de direitos humanos, que atua com projetos pioneiros de prevenção de doenças e promoção de saúde mental. E a gente tenta fazer isso exatamente invertendo essa lógica de olhar para a saúde mental sempre sob a ótica da doença ou do problema, mas, sim, olhá-la como uma ferramenta aliada, então, para o desenvolvimento social e econômico e, portanto, para a interação com os mais diversos setores da sociedade.

Um dos nossos públicos-alvo é exatamente o de jovens, e é sobre esses jovens que eu vou falar um pouquinho mais agora.

Para a gente falar de prevenção a suicídio entre crianças e adolescentes, a gente precisa dar um passo para trás para entender essa discussão um pouquinho de uma forma mais ampla. Para isso, eu vou trazer um pouco mais do contexto do porquê a gente precisa agir com esse público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou trazer rapidamente três pontos principais do porquê a gente precisa incidir nesse tema. O primeiro é que no Brasil a gente tem uma das maiores populações de jovens da história, atualmente. Nossos jovens estão adoecendo. Existe um gargalo de tratamento, mas, ao mesmo tempo, a gente tem uma grande oportunidade de ação, porque prevenir nessa faixa etária da adolescência é chave para você, então, reduzir esse sofrimento psicológico.

Quando a gente olha para o Brasil atualmente, segundo os dados do Censo Demográfico, a gente observa que no Brasil tem cerca de 68 milhões de crianças e adolescentes com até 19 anos, e isso representa de novo uma das maiores gerações jovens da história.

Esse bônus demográfico, que já começa a dar sinais de desaceleração, também representa uma janela de oportunidade para o crescimento econômico e para o progresso social do país, porque são esses jovens que vão ser os futuros líderes, os líderes do amanhã. E é exatamente por isso que se torna tão urgente a gente criar, então, políticas públicas estruturadas para a gente qualificar e garantir o desenvolvimento pleno desses jovens e, como consequência, para toda a sociedade.

No entanto, o que a gente observa é que esses jovens têm adoecido. A estimativa do Unicef é de que cerca de 13% dos adolescentes sejam diagnosticados com algum tipo de transtorno de saúde mental; desses 13%, 40% com depressão e ansiedade, que são os transtornos mentais comuns. E no Brasil também são diversos registros e pesquisas que vêm indicando um aumento desse sofrimento psicológico, especialmente em pós-pandemia e com retorno às aulas. São relatos de aumento de casos de violência, automutilação, ansiedade coletiva, além dos outros dados que os colegas que me antecederam já trouxeram.

Um exemplo dessas ferramentas, dessas pesquisas, foi que, aqui no Instituto Cactus, a gente desenvolveu uma ferramenta chamada de Panorama da Saúde Mental, que é uma ferramenta de monitoramento contínuo da situação da saúde mental dos brasileiros. E, a partir de um indicador único que a gente conseguiu criar nessa pesquisa, a gente identificou que o público jovem, de 16 a 24 anos, tem uma pontuação de saúde mental dentro desse indicador muito inferior à das outras faixas etárias. Alguns especialistas apontam que esse cenário de adoecimento é resultado de um histórico negligenciamento da saúde mental das crianças e dos adolescentes. Foi tardio o reconhecimento desse grupo como sujeitos psíquicos e de direitos, e como consequência o que a gente observa atualmente é um esvaziamento de políticas públicas específicas para esse público e que muitas vezes não tem nem protagonismo e voz nesse debate. Por isso, uma iniciativa vinda de um jovem como modelo é super gratificante de se observar.

Um dos exemplos desse tardio reconhecimento talvez seja a insuficiência e a distribuição desigual dos Caps infantojuvenis. Até 2022... Acho que a Marcia Aparecida já trouxe uma atualização desse dado, agora são 312, mas até 2022 eram 285 Caps infantojuvenis, que são esses equipamentos responsáveis por acolher os casos de maior complexidade. Para a gente ter uma visibilidade da distribuição, a Região Norte, por exemplo, tinha só seis desses equipamentos; e tinha estados que não tinham nenhum. Então, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa também trabalhar na distribuição, e, como a Marcia Aparecida trouxe, isso já está sendo endereçado dentro do departamento de saúde mental.

Mas a boa notícia é que existe uma grande oportunidade, porque a adolescência é um momento-chave para a gente trabalhar a prevenção. Isso porque os estudos indicam que cerca de 50% das condições de saúde mental começam até os 14 anos e 75%, até os 24, mas que, ao mesmo tempo, 80% desses jovens ficam sem um diagnóstico e não recebem o tratamento adequado, ou seja, esse gargalo de tratamento. E é exatamente essa fase de transição da vida da criança para a vida adulta que é marcada por diversas mudanças de caráter biológico, psicológico e também sociais. Isso significa que existe um gargalo ainda de incidência preventiva, em um momento-chave, e que a gente precisa então trabalhar dessa maneira para garantir uma população mais saudável do ponto de vista da saúde mental no futuro.

Bom, mas, para além de apontar esses problemas e desafios, de por que a gente precisa atuar com esse público, eu queria trazer alguns caminhos de atuação, então, para se atuar sob essa perspectiva de prevenção de doenças e promoção de saúde mental.

Para isso, eu vou trazer três pontos principais: primeiro, os fatores de risco e de proteção do que pode afetar a saúde mental das crianças e adolescentes; depois, vou destrinchar um pouquinho mais os eixos de proteção que a gente observa na literatura; e, por fim, vou trazer algumas recomendações práticas para as políticas de prevenção de doenças e promoção da saúde mental que podem também ser incorporadas dentro desse projeto de lei ou de qualquer outra iniciativa que vise a endereçar a promoção da saúde mental.

A gente precisa entender que o que influencia ou não a qualidade da saúde mental dos jovens e adolescentes pode ser enquadrado em três esferas, de acordo com a literatura. Em amarelo, esse círculo menor que vocês veem é o mundo da criança. A gente está falando dos pais, das mães, dos cuidadores, dos lares onde eles estão inseridos. O segundo núcleo, um pouco mais abrangente, o verde que vocês veem na imagem, é o mundo ao redor da criança. Então a gente está falando de segurança, de estabilidade e vínculos saudáveis nas escolas ou nas comunidades e nos territórios a que eles pertencem. E, por fim, esse círculo mais abrangente que vocês veem em laranja, é o mundo da criança de forma mais ampla, em que a gente vai pensar então nos determinantes sociais da saúde mental, como a pobreza, a discriminação, o acesso à educação e a outros serviços básicos de saúde.

Quando a gente vai pensar em prevenção, a gente tem que entender que temos uma oportunidade muito grande em nossas mãos, porque a maior parte dos transtornos de saúde mental não são de caráter biológico, ou seja, a gente pode intervir nesses determinantes sociais de saúde mental para mitigar as chances de uma condição de saúde mental se materializar ou que ela agrave menos ou que ela até dure menos. Com isso, a gente consegue pensar então em prevenção.

No caso da adolescência especificamente, quando a gente pensa em prevenção, a gente está pensando em incidir então sobre os relacionamentos, como *bullying* em amizades, ou talvez incidir sobre violência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com os parceiros íntimos e relações com os parceiros mais saudáveis, a gente está falando em incidir sobre peso e atividade física, sobre o consumo de álcool e outras drogas nessa faixa etária. Então esses são alguns elementos com que a gente pode trabalhar como prevenção de doenças, para a saúde mental.

E para a gente pensar de uma maneira estrutural, a gente precisa considerar esses três universos que eu trouxe no eslaide passado, do mundo da criança, ao redor dela e o mundo mais amplo, mas que estão conectados, para auxiliar em propostas que ajudem nessa maturação de um jovem mais saudável, do ponto de vista da saúde mental.

Um componente inerente à saúde mental que foi endereçado na fala de alguns dos meus colegas também é a intersetorialidade da saúde mental. A saúde mental da criança e do adolescente perpassa e é perpassada por diversos outros setores da sociedade, numa relação de mão dupla. A gente tem evidências dentro do meio da educação, a gente tem evidências da saúde mental relacionando-se com o meio ambiente, com um debate sobre gênero e raça. Dentro da saúde, existe uma correlação muito grande entre saúde mental e doenças crônicas não transmissíveis, por exemplo. Então você tem a saúde mental em uma relação direta com esses outros setores.

E a saúde mental tem uma relação de ganha-ganha com essas outras áreas. Então a gente precisa também considerar fatores de saúde mental não só nas políticas de saúde mental, mas também nas políticas das mais diversas áreas, na política de meio ambiente, na política de moradia e mobilidade. Adicionar uma lente da saúde mental nessas outras perspectivas e outras políticas.

Bom, mas como incorporar todos esses aspectos que eu trouxe até agora em políticas públicas estruturais, para prevenção de doenças e promoção de saúde mental? Eu vou trazer algumas recomendações, que podem ou não ser incorporadas dentro desse projeto de lei ou de outras iniciativas.

Primeiro, a gente precisa começar a entender a saúde mental das crianças e dos adolescentes como um fenômeno multicausal. Isso significa, de novo, que, para além de aspectos individuais, existem aspectos sociais e estruturantes que impactam a saúde mental de uma criança e um adolescente. A gente tem poucos dados, como o Dr. Salomão trouxe, e pesquisas sobre saúde mental nessa faixa etária. Então, a gente precisa facilitar, investir mais em pesquisas e estudos longitudinais com crianças e adolescentes, para a gente entender quais intervenções funcionam ou não, para criar políticas públicas baseadas em evidências, que é um pouco do que a gente tentou fazer no nosso panorama da saúde mental.

A gente precisa também começar a criar uma cultura de monitoramento sistematizado para acompanhamento permanente da saúde mental dessas crianças e adolescentes. A gente tem algumas pesquisas que fazem isso, então a gente precisa ampliar essas pesquisas.

A gente precisa também reforçar as redes de proteção, buscando prevenir violações e violências contra criança e adolescente, não só no ambiente *online*, mas também no ambiente *offline. O* papel que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes faz é exatamente esse papel de fortalecer também essas políticas e esses vínculos.

Na área da atenção primária à saúde, o que a gente observa hoje de algumas pesquisas é que existe um distanciamento dos adolescentes e dos jovens dos equipamentos de saúde, que poderiam servir como porta de entrada para esse encaminhamento do cuidado.

Então, para isso, a gente precisa talvez repensar esse modelo de atendimento, especialmente de adolescentes, dentro da atenção primária em saúde, e também formar profissionais da linha de frente, não especializados, para atuarem com diagnóstico precoce e encaminhamento correto, porque o que a gente observa é que a curva da demanda por cuidado especializado é muito maior do que a curva por oferta de cuidado especializado. E essas curvas nunca vão se encontrar, então a gente precisa trabalhar com não especialistas e a atenção primária na saúde mental é a chave para se fazer isso também.

Bom, mas sabendo desse distanciamento, dessa limitação da atenção especializada, trabalhar a intersetorialidade dentro da saúde mental é fundamental. Então, como a gente tem feito isso aqui no Instituto, e até deixando aqui como uma recomendação para esta Casa, no campo da educação, a gente entendeu que é uma forma de você alcançar esses adolescentes com políticas de prevenção de adoecimento ou promoção de saúde mental dentro das escolas, numa articulação com equipamentos da saúde.

Para isso que a gente apoiou tecnicamente a aprovação da Lei 14.819, de 2024, que é, inclusive, de autoria do Senador Alessandro Vieira, e que cria uma política nacional de atenção psicossocial nas comunidades escolares. E agora essa política aguarda a regulamentação do Poder Executivo para conseguir articular esses equipamentos da saúde, da educação e da assistência social.

Eu acho que essa é uma pauta de extrema urgência sobre a qual o Executivo já tem se debruçado, e acho que esta Casa podia ajudar nesse sentido também.

Por fim, e não menos importante, a gente precisa começar a dar voz e protagonismo para esses jovens dentro desses espaços institucionais para a construção de políticas públicas, porque somente assim a gente vai ter políticas alinhadas com as necessidades da juventude, inclusive no que tange a esse debate de prevenção de suicídio e de promoção de saúde mental.

Para finalizar, porque eu sei que eu já passei dos meus dez minutos, a promoção da saúde mental é uma tarefa coletiva e que demanda o envolvimento dos mais diversos setores e segmentos da sociedade, especialmente os dos formadores de políticas públicas.

É por isso que a gente ficou muito contente pelo convite da Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, e da Comissão dos Direitos Humanos do Senado, à qual eu agradeço novamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixo aqui o convite para todos os Senadores e Senadoras para a gente atuar de forma conjunta para avançar com esse tema de forma consistente.

É com isso que eu encerro minha fala e fico aberto depois para as nossas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos ao Dr. Bruno Ziller, da Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, representante de Organização da Sociedade Civil em Defesa dos Direitos Humanos da Criança e Adolescente. Ele diz que esse tema é um tema coletivo, que interessa a toda a sociedade, por isso a importância deste debate e do projeto apresentado.

Nós passamos agora, conforme aqui ajustado, para o Prof. Fábio Gomes de Matos e Souza, titular da Universidade Federal do Ceará. Ele não pôde estar presente nem virtualmente, mas mandou um vídeo, que resolvemos passar, entre aqueles que iriam fazer exposição. E deixamos o vídeo para o final, que é agora. (*Falha no áudio.*)

(Procede-se à exibição de vídeo.) (*Falha no áudio.*)

O problema continua. Enquanto os técnicos ajustam, eu já passo a Presidência para o Senador Girão, que é o Relator do projeto, que gentilmente pediu que eu ficasse até que ele terminasse a reunião no Colégio de Líderes. Ele chegou aqui agora.

Então, Senador Girão, assuma.

Eu me senti honrado aqui. Foi um belo debate, que ampliou, com certeza, a minha visão de um tema como este, que importa a toda a sociedade, que é a saúde mental de crianças e adolescentes. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Paz e bem!

Em primeiro lugar, eu queria agradecer ao Senador Paulo Paim, pela sua sempre disponibilidade por causas nobres. Ele conduziu aqui esta sessão, em que eu gostaria de estar desde o começo. Mas a gente fez a programação do segundo semestre agora, na Presidência, e, como Líder do Partido Novo, eu não podia deixar de participar. Então, a nossa equipe, desde o começo, acompanhou aqui, através do Dr. Roberto Lasserre, e agora nós vamos dar sequência, agradecendo à Dra. Clarissa Paranhos Guedes e à Dra. Marcia Aparecida Ferreira de Oliveira, e a todos os outros palestrantes que aqui estiveram.

Vamos ouvir o Dr. Vitor e passar o vídeo. A nossa sempre atenciosa assessoria aqui da Casa, sempre presente com muita competência, fez toda a programação. (*Pausa.*)

Já vou passar. Não está aqui, mas está conectado. Na sequência, Dr. Vitor, tem dez minutos para sua exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, vamos passar ao Dr. Fábio Gomes de Matos, que vai fazer a sua explanação, também em videoconferência, para este assunto de extrema importância, que toca em defesa da vida. Vemos uma pandemia, neste momento, da questão de suicídio, afligindo, de norte a sul, de leste a oeste, não apenas o Brasil, mas o mundo todo.

Aqui, no Senado Federal, nós temos que, cada vez mais, nos aprofundar para ver o que fazer diante desse grave problema que tem feito muitos brasileiros sofrerem.

Já passo, imediatamente, a palavra ao Dr. Vitor.

O SR. VITOR CARDOSO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

Vocês me escutam?

É, para mim, uma responsabilidade muito grande falar depois de tantas pessoas brilhantes, que trouxeram contribuições para o projeto.

Em primeiro lugar, agradeço à Presidência da mesa, que foi feita pelo Senador Paulo Paim, e agora ao substituto, o Relator, Eduardo Girão, e a todos os demais presentes aqui.

Eu brinco que, para mim, é uma honra ver este projeto sendo debatido na Casa do Povo, no Senado Federal.

Já antecedendo uma das linhas que eu costumo pontuar sobre o maior interesse deste projeto de lei, em diferença da Lei 13.819, pelo Deputado, pelo autor, é justamente partindo do pressuposto, da primazia na questão do cuidado especial para criança e adolescente.

A nossa Constituição traz esse atendimento especial e, quando nós vamos nos debruçar sobre a questão de saúde mental de crianças e adolescentes, a gente precisa entender que criança e adolescente são sujeitos com particularidades. E isso também se aplica quando a gente fala em uma política, que não pode ser uma política comum. Ela precisa ser específica justamente por esses sujeitos requererem um atendimento especial.

Quando a gente traz as proposições do PL atual, um dos pilares que ele traz são os princípios, as diretrizes, o modelo de gestão e o mecanismo voltado para criança e adolescente.

Em comparação à lei que hoje está vigente, que também teve uma grande contribuição para a saúde mental, a lei que agora está sob discussão traz a oportunidade de a gente criar uma política nacional que, desde o início, na sua fase embrionária, venha a ter a participação de todos os atores.

É a primeira vez, aqui no Senado Federal, podemos dizer, que a gente conta com a participação de todos os atores, para que venham, de fato, fazer uma construção coletiva, trazer um dos pormenores da política nacional. Ela se diferencia quando a gente cria a semana de diálogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu digo que é trazer para o Estado a responsabilidade de levar, nas escolas públicas e privadas, essa necessidade de trazer a desmistificação sobre saúde mental.

Então, o PL traz como responsabilidade de todos, mas principalmente do Estado, a necessidade de a gente pontuar sobre saúde mental com crianças e adolescentes; criar esse espaço de segurança onde essas crianças e adolescentes possam, de fato, entender o que é uma emoção; processar que, naquele momento, no grande sofrimento psíquico, não necessariamente ela quer dar fim à sua vida, mas, a partir do momento em que ela, de uma forma articulada, tem acesso à informação de que aquilo é um sentimento, de que aquilo é passageiro e que tem rede de apoio, ou seja, os psicólogos, os assistentes sociais, a infraestrutura da educação, a criança e o adolescente podem vir a se permitir ser acolhidos.

Um outro fator que traz esse PL que está em discussão é a criação de indicadores. A gente precisa, novamente, especificamente sobre crianças e adolescentes, construir indicadores específicos. A gente precisa ter hoje, no Brasil, a quantificação, os dados concretos sobre esse problema, porque nós estamos trabalhando hoje no país, sobre esse tema, com indicadores que, infelizmente, são arcaicos e não necessariamente refletem a realidade, e é a partir desses indicadores que a gente vai de fato promover uma articulação e criar mecanismos de atuação para atender esse problema.

Um outro ponto é a questão da integração com todos os gestores. Quando a gente fala sobre saúde mental de crianças e adolescentes, a gente discute que não é somente a escola a responsável; é a assistência social, é o serviço de psicologia, é o sistema de Justiça, é o sistema de saúde. Então, a lei que está em discussão agora, a proposta, traz essa integração, mais uma vez, trazendo uma construção coletiva. Para a gente enfrentar o suicídio de crianças e adolescentes, ela tem que ser compartilhada. E o modelo de gestão desse projeto de lei é descentralizado: a gente vai ter a articulação de diversos setores da sociedade para a gente combater essa mazela social.

E, por último, a gente tem um convite à reflexão sobre a real necessidade de a gente entender as mazelas sociais que dão início à questão do suicídio de crianças e adolescentes. Eu costumo falar que o suicídio é a última violação do direito da criança e do adolescente. Podem ter certeza de que, antes de violar, a vida da criança e do adolescente teve uma violação na educação; teve uma violação à parte sexual dessas crianças, quando estas, por uma questão de abuso sexual, vão culminar na parte da ideação ao suicídio por outros fatores. Então, o suicídio é a ponta final da supressão de outros direitos.

E, aí, a política nacional traz isto: quando a gente integra a saúde, a educação, o serviço comunitário, isso é para novamente mostrar para a sociedade que a articulação para a gente de fato construir uma política nacional é a participação de diversos atores, porque, quando a gente fala na seara da saúde mental, a gente tem direitos anteriores que foram suprimidos. E aí, novamente, a gente tem a convocação de todos, seja em nível institucional, seja na sociedade, para fazer essa intervenção compartilhada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por último, um grande debate que, enfim, veio da literatura: hoje a gente, enquanto sociedade, não está se questionando como a influência das tecnologias e jogos digitais de cunho agressivo impacta para essa culminância do suicídio de crianças e adolescentes.

Trago uma provocação aqui para vocês: de que maneira a parte de jogos violentos afeta o desenvolvimento cognitivo dessas crianças e adolescentes e, de certa forma, vem a impactar na saúde mental dessas crianças? Será que estamos criando sujeitos em desenvolvimento mais agressivos, perante o jogo, quando a gente os coloca numa exposição da internet... (*Falha no áudio.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Acho que... Dr. Vitor Cardoso, aconteceu algum problema aí no seu áudio. Não sei o que houve. Vamos tentar restabelecer...

O SR. VITOR CARDOSO (*Por videoconferência.*) – Vocês conseguem...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto, agora voltou.

O senhor tem dois minutos, se possível – a gente parou o cronômetro –, para concluir. Eu lhe agradeço.

O SR. VITOR CARDOSO (*Por videoconferência.*) – Obrigado. Já vou concluir.

Então, a gente precisa pensar em uma política de saúde mental – mais uma vez, esse projeto de lei traz isto – como uma política nacional, de forma articulada e específica, porque, quando a gente fala de saúde mental de crianças e adolescentes, isso não tem que ser abrangente, porque, senão, a gente não vai resolver de fato o problema da saúde mental; tem que ser específico, porque a criança e o adolescente são sujeitos que têm particularidades diferentes das de um jovem adulto. E, mais uma vez, a política traz esses mecanismos, alguns princípios, diretrizes específicas para essa população – no caso, para criança e adolescente.

Por fim, eu queria finalizar convidando a todos... Justamente, a audiência pública é para a gente ouvir, ter convergência, para que a gente venha de fato a construir uma política nacional com a participação de todos vocês.

Obrigado pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Vitor Cardoso.

O senhor tocou num assunto aí que também é algo que me preocupa muito: esses jogos violentos. A gente já fez, inclusive, audiência pública aqui nesta Casa sobre isto, o vício em telas, algo que, com esses jogos violentos, vai trabalhando o inconsciente coletivo da criança, do adolescente. E a gente sabe que isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode, segundo alguns especialistas trouxeram aqui, culminar em expressões violentas físicas, a partir de todos esses *inputs* nada saudáveis, que fazem parte.

Tem jogo, Dra. Marcia Aparecida, Dr. Clarissa, em que, quanto mais você mata, mais pontos você ganha; quanto mais você atropela velhinhas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É um negócio surreal o que a gente... Hã?

A SRA. MARCIA APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – O maior ponto é realmente atropelar o idoso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É, atropelar idoso, matar... O matar por matar, porque você não está ali atingindo um alvo, uma coisa que é de tiro esportivo; você está atingindo pessoas. Então, isso vai incutindo a cultura da violência. Eu me preocupo muito com isso, porque isso tem um efeito, que é devastador.

Assim também a gente vê cada vez mais as crianças e os adolescentes viciados em telas. E muitas vezes não se sabe... Para o pai, para a mãe, muitas vezes, na inocência de buscar uma tranquilidade, é cômodo. É cômodo: "Não, meu filho não está dando problema, está ali no quarto, está no joguinho, está no celular dele". Mas muita coisa ali... E aí tem aquelas situações dos jogos perigosos também, vários tipos, mas tem também uma depressão muitas vezes ali, fora do contato com as pessoas, com a família, com quem ama, não é? A pessoa acaba... A criança ou adolescente pode estar com uma dor terrível ali, que pode estar sendo... Com esse isolamento no celular, sem o contato físico, sem o contato do olhar com os pais, aquele vício pode desencadear algo sério também, sem falar na questão da pornografia, que é outra audiência pública que nós fizemos aqui no Senado Federal, que eu conduzi, ouvindo especialistas, que é um mercado bilionário e que tem afetado a sociedade como um todo de forma muito grave, também adolescentes. Então, a gente percebe, isso vai criando um vazio existencial, o que é muito problemático.

Então, eu peço a você que está nos assistindo agora, você que é pai, que é mãe, que é tio... Nós vamos tentar trabalhar aqui. O Deputado Osmar Terra já colocou que existe lei, que precisa aplicar. Esse projeto é um projeto muito bem-intencionado do Senador Alessandro Vieira, nós vamos conversar com ele, ver cada palavra que foi dita aqui pelos palestrantes para aprofundar a nossa visão sobre esse caso, que me toca profundamente a alma, mas eu digo a você que a família é a base de tudo. A família...

Por mais que o Governo tenha leis, e já tem muitas leis, e a gente deve sempre ter canais para, de uma certa forma, prevenir o suicídio, a automutilação, de uma certa forma criar canais em instituições públicas como escolas, hospitais, para que as autoridades sejam alertadas, mas eu acredito que a base de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo são os pais, são as pessoas que amam, não é? É a minha posição de que a sociedade saudável precisa ter uma família saudável como pilar, então abrace seu filho, sua filha, tente conversar com ele e conscientizá-lo sobre o perigo que é o vício em tela, o vício em pornografia, o isolamento. Tente se aproximar, conversar, dizer que ama.

Essa é uma questão muito desse contato com a família, porque pode ser tarde demais; se deixar para fazer isso depois por comodidade, "não, ele está quietinho ali no celular", você pode se surpreender – como muitos casos chegaram para mim –, se surpreender com uma notícia muito triste do seu filho e você vai se culpar, muitas vezes você vai levar isso para o resto da existência e dizer: "Poxa, eu poderia ter feito aquilo, eu poderia ter falado mais com ele, eu poderia ter tido um contato com o meu ente querido que pudesse mostrar o quanto ele é importante para mim". Às vezes o sentido da vida que falta é esse amor entre a família. A questão de consumo de drogas, isso vai por um caminho também praticamente sem volta, então, que a gente possa resgatar através do amor da família, da atenção.

Para encerrar, Dr. Fabio Gomes de Matos e Souza. Tem um vídeo dele, eu peço que já coloque no ar. (*Falha no áudio.*)

O SR. FABIO GOMES MATOS DE SOUZA (Para expor. *Por vídeo.*) – Bom dia a todos. Eu sou o Prof. Fabio Gomes de Matos, sou... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Bom, é bom só parar a fita aí, que está me repetindo. Já sei até o que eu vou dizer daqui a pouco. (*Risos.*) (*Falha no áudio.*)

Não dá para tirar o som daqui, não? O som nosso? (*Falha no áudio.*)

Vamos resolver? É importante o...

Eu agradeço por ter sido agora suspendido, foi interrompido. Será que dá para passar só o vídeo dele? (*Pausa.*)

O Dr. Fabio, eu o conheço muito, um grande psiquiatra, Presidente da Associação Cearense de Psiquiatria, ele promove...

Agora vai. Vamos lá.

O SR. FABIO GOMES MATOS DE SOUZA (*Por vídeo.*) – ... sou Professor Titular de Psiquiatria da Universidade Federal do Ceará e, em 2004, eu tive a oportunidade de fundar o primeiro programa de prevenção ao suicídio do Brasil, e esse programa chama-se Pravida. Então, o Pravida, que é o Programa de Apoio à Vida, nesses 20 anos que completamos agora... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É porque é tão importante o que ele vai falar... Quando as coisas começam a dar errado assim é porque a gente tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que persistir, tem que ter resiliência. Eu tenho certeza de que a equipe vai... Já tinha começado, tinha dado certo. Tinha dado certo.

Então, enquanto se ajusta tecnicamente, se quiser dar um *reset* aí para começar tudo de novo, eu queria pedir para vocês terem atenção ao que ele vai falar, porque ele inclusive é um dos fundadores do Pravida, que é um movimento que acontece lá no Ceará, na minha terra, e são impressionantes as caminhadas que são feitas, seminários de conscientização sobre o Setembro Amarelo. Nós estamos chegando no Setembro Amarelo, e lá no Ceará tem essa cultura muito bacana.

Acho que agora vai dar certo, é isso? Que a gente possa ouvir o que o Dr. Fabio Gomes de Matos, que preparou esse vídeo com todo carinho, com todo amor, com todo respeito, tem a falar para a gente. Vamos tentar? Podemos tentar? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vai dar certo ao meio-dia. São 11h59. Está vindo um técnico para... (*Falha no áudio.*) (*Pausa.*)

O SR. FABIO GOMES MATOS DE SOUZA (Para expor. *Por vídeo.*) – ... Souza, sou Professor Titular de Psiquiatria da Universidade Federal do Ceará e, em 2004, eu tive a oportunidade de fundar o primeiro programa de prevenção do suicídio do Brasil, e esse programa chama-se Pravida. Então, o Pravida, que é o Programa de Apoio à Vida, nesses 20 anos que completamos agora, atendeu mais de 2 mil pessoas que tinham tentado recentemente o suicídio e que foram encaminhadas para o Pravida por hospitais, por emergências, por demanda espontânea, por Caps, por postos de saúde, enfim, toda uma série de pessoas que haviam passado por uma situação extremamente dramática e que, em um momento, acharam que a morte seria uma alternativa.

Eu tenho uma boa notícia para vocês: essas 2 mil pessoas, durante os três meses em que nós as acompanhamos no Pravida, não tentaram o suicídio novamente, então é perfeitamente possível a prevenção do suicídio. Como a gente pode prevenir o suicídio é o grande desafio em termos de saúde pública.

Temos que lembrar a todos no Congresso e a toda a sociedade brasileira que a taxa de suicídio em crianças e adolescentes tem aumentado sistematicamente no nosso país. Hoje, de acordo com o ano, varia, nessa faixa de 15 a 29 anos, como a segunda ou terceira causa de morte nesse extrato da população. E, obviamente, medidas urgentes precisam ser tomadas para que essa tragédia não aconteça todo dia em todo o Brasil.

É possível diminuir a taxa de suicídio em adolescentes e crianças? Sim. Para isso, nós fundamos o Pravidinha, conhecido como Pravidinha pelo carinho das pessoas, mas é o Pravida Criança e Adolescente, que acontece aqui também, no Hospital Universitário Walter Cantídio, nas sextas-feiras, enquanto o Pravida acontece nas quintas-feiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todas essas atividades são feitas por equipes multidisciplinares, com uma intervenção interdisciplinar. O que é que eu quero dizer com isso? Usualmente a equipe é composta por psiquiatra, por psicólogo, por assistente social e por enfermeiro. Todas as atividades são discutidas, todas as condutas são discutidas pelo grupo, e nós adotamos, para cada caso, as medidas específicas para isso.

O que é que a gente pode fazer mais do que o que a gente está fazendo? Nós sabemos que temos que ter a escola como sendo uma parceira fundamental em qualquer programa de prevenção de suicídio na infância e na adolescência, então nós temos que esclarecer professoras, supervisoras, diretoras de todas as escolas no nosso país. E tem uma questão: não é só a psicoeducação que é importante, mas também a família participar, a família ser orientada para detectar sinais precoces de que essa pessoa está pensando que a morte pode ser uma alternativa. Quais são as perguntas que a família tem que fazer sistematicamente para um adolescente que esteja pensando em morrer por suicídio? "Quais são os seus planos para o futuro, meu filho, minha filha?" Se o filho ou a filha disser que não tem nenhum plano para o futuro, opa, o primeiro sinal amarelo surgiu. "Para você, meu filho, minha filha, a vida sua é importante?" "Não, eu sou um peso para todos vocês e minha vida não vale nada." Opa, segundo sinal amarelo. Terceiro: "Se a morte viesse hoje, para você ela seria bem-vinda?". Ou seja, não ia procurar a morte, mas se a morte chegasse, seria bem-vinda? "Ah, seria uma bênção se ela chegasse hoje." Terceiro sinal amarelo. Isso aí já vale a pena levar para um psicólogo ou um psiquiatra, para avaliar esta criança.

Os pais têm que estar muito atentos também à questão da droga e do álcool. O álcool e a maconha têm reconhecidamente aumentado a taxa de suicídio em adolescentes. Infelizmente, agora o Supremo definiu que 40g de maconha é uso pessoal. Não é, 40g de maconha dá para fazer cem baseados, pela experiência que os meus pacientes colocam. Cem baseados são muitos baseados: se ele fuma dois por dia dá 50 dias de baseado, quase dois meses. Então, não é um consumo pessoal.

Há de haver também uma campanha muito forte em relação aos Caps Infantis. Nós temos aqui em Fortaleza – não posso falar por todo o Brasil –, para uma população de 2,5 milhões de habitantes, três Caps Infantis. Então, desse jeito também não dá para fazer, porque os Caps não têm infraestrutura de pessoal, de recursos materiais, de salas para atender.

Eu tenho uma proposta muito mais simples: que, em cada posto de saúde, seja colocado um consultório de psicólogo e um consultório de psiquiatra – simples: um consultório de psicólogo e um consultório de psiquiatra –, porque ele estará próximo ali daquela área em que as pessoas vivem e moram e vai fazer uma triagem muito melhor. Já tem lá outros médicos, já tem enfermeiros, já tem assistentes sociais, mas, colocando um médico numa sala e o consultório de psicologia em outra sala, a gente dará uma assistência muito melhor a isso.

A gente tem que fazer a conexão com a escola através de um programa que, nos Estados Unidos, chama-se Gatekeeper, que é o guardião do portão, como aqui no Brasil é conhecido. O que é? São aquelas pessoas que são treinadas para que a gente possa identificar sinais precoces de que aquela pessoa está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

correndo um sério risco de vida. Aquele discurso de "a vida não vale a pena", "eu não tenho nada a fazer nesse mundo", "eu queria dormir até meus problemas se resolverem" e várias frases podem ser muito sugestivas de uma pessoa que está em risco de suicídio. E o que é que nós temos que fazer? Nós temos que dar um encaminhamento urgente para aquela pessoa.

Existe uma legislação brasileira que é a lei de prevenção do suicídio, que diz, com todas as letras, que a tentativa de suicídio ou o suicídio consumado têm que ser comunicados em 24 horas. Eu proponho um adendo a essa lei: que não seja só comunicado à Secretaria Municipal de Saúde ou à Secretaria Estadual de Saúde, mas que seja tratado. Então, em 24 horas, uma tentativa de suicídio tem que ter um encaminhamento imediato. Por quê? Porque essa pessoa continua em risco. Não é possível que a pessoa vá ser tratada... Vamos supor que ela tenha ingerido muitos comprimidos; então, é feita uma lavagem gástrica e essa pessoa volta para a sua casa. Não, essa pessoa tem que imediatamente ver um profissional da saúde mental. Com isso, a gente vai diminuir muito... E quero lembrar que suicídio é contagioso. Então, não só essa pessoa tem que ser vista, mas os colegas, os amigos, as redes sociais que ela está acessando, se existem receitas de suicídio nessas redes sociais.

A gente tem que ter uma política também, um número nacional de prevenção do suicídio. O Centro de Valorização da Vida faz um trabalho maravilhoso, mas é um trabalho localizado, não é um trabalho integrado e não encaminha para um centro de atendimento. Então, nós precisamos que haja o 195, que é o número da prevenção de suicídio, em todo o Brasil, 24 horas por dia, 7 dias por semana. E aí a gente atenderia esse telefone e imediatamente encaminharia para um centro de prevenção de suicídio mais próximo da casa dessa pessoa. Vale a pena também treinar os pediatras e os hebiatras para que a gente possa fazer uma cooperação, uma parceria para que todos eles possam participar desse programa.

Um outro ponto importante é a gente disponibilizar tratamento para transtorno mental para a criança. A gente sabe que tratar a depressão diminui o suicídio, tratar o transtorno bipolar diminui o suicídio. Hoje nós temos técnicas mais novas, como a quetamina, e técnicas mais antigas, como os psicofármacos e a eletroconvulsoterapia, que é o meio mais eficaz de prevenção do suicídio. Então, pelo menos em cada cidade grande acima de 100 mil habitantes, teria que ter um centro de prevenção do suicídio. Se é uma capital muito maior, tem que ter dois, três ou quatro. A gente tem que ver conforme essa população brasileira está distribuída. O certo é que nós não podemos permitir que 15 mil brasileiros morram a cada ano sem ter uma chance de um tratamento adequado.

Então, é extremamente importante esta audiência aqui no Senado Federal.

Eu parabenizo o Senador Paulo Paim, bem como o nosso Senador aqui do Ceará, Eduardo Girão, por estarem sempre lutando pela vida.

Vamos lutar todo mundo junto. A vida pertence a todos nós e queremos fazer com que essa vida não seja desperdiçada num momento de desespero, num momento de angústia ou tragédia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olhem, eu disse que valeria a pena. Eu não disse que valeria a pena esperar? Muito bom, muito obrigado, Dr. Fabio Gomes Matos, psiquiatra cearense, que nos presenteia com essa exposição tão clara, com dicas práticas para os pais, com dicas práticas inclusive também para familiares, para identificar uma tendência ao suicídio, à automutilação. A gente precisa ficar atento aos sinais. Muito obrigado, Dr. Fabio.

Nós vamos encerrar a sessão, mas eu quero conceder um minuto para a Dra. Marcia Aparecida Ferreira, se quiser fazer alguma consideração, que é representante do Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde do Brasil.

Muito obrigado pela sua presença, pela presença do Ministério da Saúde aqui nesta sessão tão importante para a nação.

A SRA. MARCIA APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Eu que agradeço, Senador Eduardo Girão.

Eu vou encerrar, nesse um minuto que eu tenho, tentando trazer um pouquinho uma síntese de todas as perguntas que chegaram nesse momento para nós. Infelizmente, a gente não tem tempo para responder uma a uma; então, eu vou fazer uma síntese geral e vou trabalhar mais em cima dos desafios.

O primeiro dele é o enfrentamento ao estigma, é a quebra do silêncio. A gente tem que falar de suicídio não só no mês de setembro, mas de janeiro a janeiro. Sobre o acesso que é voltado por conta tanto do estigma quanto da pouca visibilidade que a gente dá aos centros de atenção psicossocial ou à rede nossa de atenção psicossocial, a gente precisa dar mais visibilidade e conseguir perceber isso.

Quando todos os ministérios nos chamavam para que a gente pudesse falar um pouquinho da saúde mental do trabalhador após quatro anos, três anos de crise sanitária, de momento pandêmico, de trabalhos que foram todos reorganizados na vida da gente, nós ainda sentíamos isso como trabalhadores e também com os nossos contratos precários e vários outros motivos que nos trazem a uma vida difícil. E, quando eu falava em centro de atenção psicossocial, a maioria dos nossos colegas não sabia o que era – e são trabalhadores de quase todos os ministérios aqui da Esplanada. Então, essa visibilidade cabe a nós, todo dia, passar em frente.

Concordo com o Prof. Fabio Gomes, que a gente precisa trabalhar em cima de uma educação permanente, sobretudo na detecção precoce e intervenção breve. E a gente tem isso na atenção primária à saúde, como eu falei na minha explanação.

Sobre as escolas, como bem falado pela nossa colega Clarissa, do Conselho Federal de Psicologia, a gente precisa estar nas escolas de ensino básico, ensino fundamental e médio, para que a gente possa levar uma formação de cultura de paz e de empatia. Isso está dentro dos nossos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para a Agenda 2030.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, a notificação compulsória obrigatória de todos os casos para que a gente possa fortalecer os nossos dados epidemiológicos e saber em que lugares a gente precisa de maior intervenção.

Obrigada.

Até a próxima.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Dra. Marcia Aparecida Ferreira de Oliveira, representante do Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde.

Todas essas perguntas que chegaram antes e durante a sessão nós vamos encaminhar, a nossa Mesa, sempre atenciosa, vai encaminhar para os palestrantes aqui para, se quiserem, mandar as respostas ou estudos para que a gente possa deixar nos anais desta audiência pública. É possível fazer isso, porque fica tudo registrado no sistema, e a gente já fez outras vezes.

Passo a palavra para a Dra. Clarissa Paranhos Guedes, Conselheira representante do Conselho Federal de Psicologia, mais uma vez agradecendo a sua presença. Muito obrigado.

A SRA. CLARISSA PARANHOS GUEDES (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Eu queria, mais uma vez, agradecer pelo convite, pela oportunidade de estar aqui.

Foi uma manhã rica de debates, e eu acho que a gente conseguiu, através das diversas falas, pensar o quanto é complexo o enfrentamento do suicídio, em especial desse público, mas eu acho que a gente também conseguiu pensar respostas, não é? E aí eu acho que isso nos ajuda porque é um objetivo comum de todo mundo que está aqui e acho que não é possível pensar nesse enfrentamento sem o fortalecimento das políticas públicas. A gente precisa de uma Raps, a gente precisa de escolas, do Suas, do esporte e do lazer, mas fundamentalmente a gente precisa que essas políticas dialoguem.

Eu já trabalhei em escolas, e as professoras estão ali muito preocupadas com seus estudantes e não conhecem o Cras que fica na esquina, a unidade básica que está na outra, porque elas não sabem exatamente como funciona. Então, eu acho que muita gente falou aqui da intersetorialidade, o quanto é importante que as nossas políticas dialoguem e trabalhem juntas, porque, às vezes, a gente já fez tudo dentro daquele local, mas a gente não fez junto. Então, quando a gente faz junto com o Cras, a gente consegue se aproximar das famílias; quando a gente se aproxima do Suas, da Raps, a gente consegue pensar a especificidade daquela demanda.

Por isso é que eu queria reforçar mais uma vez a nossa proposta de emenda – a gente vai encaminhá-la formalmente –, que é lincar esse PL com a implementação da Lei 13.935, que é a lei que fala sobre a presença de psicólogas e assistentes sociais nas escolas, porque essas profissionais conseguem fazer essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interlocução, conseguem identificar essas demandas. Então, vai ser muito importante, no enfrentamento dessa questão, essa presença.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Dra. Clarissa Paranhos Guedes, ela que é Conselheira Representante do Conselho Federal de Psicologia.

Então, não havendo nada mais a tratar nesta sessão, vai ficar aí no YouTube da TV Senado por décadas todo esse conhecimento, debate de alto nível.

E que a gente possa, no relatório, trazer encaminhamentos, ouvindo tudo o que foi dito aqui, o que vai ser mandado para cá, para que a gente possa aprimorar, se assim for necessário, a lei de prevenção ao suicídio e automutilação no Brasil.

Muito obrigado, Deus abençoe, muita paz a todos.

Está encerrada a sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte minutos do dia quatorze de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Humberto Costa, Otto Alencar, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Rosana Martinelli, Tereza Cristina, Carlos Portinho, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Paulo Paim, Augusta Brito, Jaime Bagattoli e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Marcos do Val, Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Jaques Wagner e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 26, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora ANA LÉLIA BENINCÁ BELTRAME, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto a São Vicente e Granadinas." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 14 votos favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 24, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FLÁVIO SOARES DAMICO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad (*Ad hoc*), substituiu Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 13 votos favoráveis, 1 contrário, nenhuma abstenção. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 25, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCOS VINICIUS PINTA GAMA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argelina Democrática e Popular." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 14 votos favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/14

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 10ª Reunião da Comissão, ocorrida em 8 de agosto de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Conforme a pauta publicada, a presente reunião destina-se à apreciação da indicação de uma embaixadora e dois embaixadores para postos no exterior.

A reunião, como todos sabem, é aberta à participação da sociedade por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo 0800 0612211.

Esclareço a todos as diretrizes que seguiremos.

A votação será obrigatoriamente presencial. Cada sabatina começará com a leitura do respectivo relatório. Em seguida, é concedida a palavra à indicada ou ao indicado, por até 15 minutos, para sua exposição. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, será aberta a fase de inquirição pelas Sras. e Srs. Senadores, com a duração de até cinco minutos por Senador, organizados em blocos de quatro Senadores. A resposta dos sabatinados será a todos os questionamentos do bloco e terá duração de até cinco minutos, podendo haver réplica e tréplica por até três minutos cada. Por fim, será realizada a votação, seguida da apuração de votos.

Já estão compondo a mesa nossos três indicados para as arguições de hoje: a Sra. Embaixadora Ana Lélia Benincá Beltrame e os Srs. Embaixadores Flávio Soares Damico e Marcos Vinicius Pinta Gama.

Nós vamos fazer uma inversão sugerida pelo Senador Nelsinho Trad para que possamos aproveitar sua presença e a Mesa possa designá-lo Relator *ad hoc*, em substituição ao Senador Chico Rodrigues.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 24, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FLÁVIO SOARES DAMICO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

O Relator *ad hoc* será o Senador Nelsinho Trad.

Com a palavra V. Exa. para proferir o seu relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, gostaria de saudá-lo, estendendo também a saudação aos colegas que se encontram aqui no plenário, de sete das Comissões. Cumprimento os diplomatas que estão sendo sabatinados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nascido no Rio Grande do Sul em 1960, o diplomata indicado graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especializou-se em Economia pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da mesma instituição. Ingressou na carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1987, após o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática. Ainda no Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1996) e o Curso de Altos Estudos, no qual defendeu a tese "O G20 de Cancún a Hong Kong: interações entre as diplomacias pública e comercial."

Na carreira, ascendeu a Segundo-Secretário em 1993. Por merecimento, tornou-se Primeiro-Secretário em 1999, Conselheiro em 2004, Ministro de Segunda Classe em 2007 e Ministro de Primeira Classe em 2014.

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata ao longo da carreira destacam-se as de: Assistente da Divisão das Nações Unidas (1998-00); Assessor do Departamento de Organismos Internacionais (2000-01); Primeiro-Secretário da Delegação Permanente em Genebra (2001-04);Chefe da Divisão de Agricultura e Produtos de Base (2004-08); Ministro-Conselheiro junto à Organização Mundial do Comércio (2008-11); Diretor do Departamento de Mecanismos Inter-Regionais (2011-16); Embaixador em Singapura (2016-19), em Assunção (2019-22); e Representante Especial do Brasil junto à Conferência do Desarmamento (desde 2022).

O diplomata indicado é, ainda, autor de alguns artigos publicados e foi agraciado com diversas condecorações.

As informações que se seguem foram colhidas desse documento.

O Equador é república presidencialista com Parlamento unicameral. Localizado na porção noroeste da América do Sul, o país tem seu território banhado pelo Oceano Pacífico e dividido de Norte a Sul pelas Cordilheiras dos Andes, sendo que a leste delas encontram-se planícies extensas e o golfo de Guayaquil e, a oeste, a Amazônia. Conta com vastos recursos minerais e com uma das maiores diversidades biológicas do mundo.

Convém registrar a crise de segurança pública que vem assolando o país devido à expansão do narcotráfico internacional e que levou, em janeiro passado, à decretação pelo Presidente Noboa de estado de exceção e reconhecimento, por decreto, da existência de conflito armado interno, com mobilização das forças armadas para o combate à criminalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No campo econômico, há que se ressaltar que as reservas de petróleo são responsáveis por parte considerável das exportações do país e das receitas governamentais.

No que concerne às relações bilaterais, Brasil e Equador têm posicionamentos convergentes, inclusive externados em foros multilaterais, em setores como a promoção do desenvolvimento sustentável, a preservação do meio ambiente e o fortalecimento da integração regional.

São estimados em torno de 3 mil a 3,5 mil brasileiros residentes no Equador e entre 6,5 mil e 7 mil os equatorianos residentes no Brasil.

O intercâmbio comercial alcançou US$1,263 bilhão em 2023: o Brasil foi o sexto maior fornecedor para o Equador. As exportações brasileiras foram de US$1,147 bilhão e importações de US$116 milhões, sendo expressivo o superávit brasileiro na balança comercial.

Dentre os principais produtos da pauta comercial, destacam-se as exportações brasileiras de veículos de transporte de passageiros e de mercadorias, calçados, polímeros de etileno e medicamentos, com aumento expressivo das vendas brasileiras de trigo, açúcar de cana e milho em 2023.

Por sua vez, as importações de produtos equatorianos concentraram-se em chumbo em formas brutas, preparações e conservas de peixes, partes de aviões ou de helicópteros, produtos de confeitaria, resíduos e sucata de cobre, crustáceos e pasta de cacau.

Quanto aos investimentos brasileiros no Equador, eles atingiram, em 2023, o maior montante nos últimos cinco anos: US$4,82 milhões.

A cooperação bilateral, por sua vez, alcança os campos militar, policial, educacional, de saúde e humanitário.

Em 4 de julho, foi juntado o planejamento estratégico do indicado, em atendimento ao inciso IV do art. 383 do Regimento Interno e à Decisão do Plenário da Comissão de Relações Exteriores de 12/04/2023.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório, senão, após a aprovação que esperamos que possa ter, desejar boa sorte ao Embaixador Flávio Soares Damico.

É este o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos ao Senador Nelsinho Trad.

Vamos continuar a inversão. E, antes de concedermos a palavra ao Embaixador Flávio Soares Damico, nós vamos chamar o item 3 da pauta.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 25, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCOS VINICIUS PINTA GAMA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argelina Democrática e Popular.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação.

Tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Esperidião Amin.

Com a palavra V. Exa., para proferir seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu até ia lhe solicitar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Hoje é um dia atribulado, quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, nós estamos fazendo um planejamento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Acho que o importante é que nós atendamos a obrigação de permitir que o Governo promova essas substituições de embaixada, que são relevantes para o país.

Presidente, o meu relatório é muito singelo. O Sr. Marcos Vinicius – falta o Vinicius ali – Pinta Gama é Ministro de Primeira Classe e está sendo designado para ocupar o relevantíssimo cargo de Embaixador do Brasil na República Angelina Democrática e Popular. Ele preenche, como explicita o relatório que eu apresentei já no começo da semana, ou seja, na segunda-feira, todos os requisitos.

Eu costumo, nessas sessões, Presidente Renan, dizer o seguinte: quando o embaixador é de carreira, é muito fácil o relatório e é muito fácil nós tomarmos uma posição; se o embaixador não é de carreira, aí há a necessidade de uma certa mineração de dados – essa expressão é usada nos Estados Unidos porque a comissão de mineração de dados é uma coisa muito séria.

Então, o que eu posso destacar é que, com a sua experiência, tendo sido conselheiro na Embaixada em Washington; tendo participado como Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais; representante permanente junto aos organismos internacionais sediados em Londres, inclusive de meio ambiente, se a memória não me falha; Embaixador na Suécia, na Letônia; e Secretário Adjunto da Secretaria Geral Ibero-Americana em Madrid; ele preenche todas as condições de nos representar junto ao maior parceiro no continente da África, que é a Argélia.

E, nessas condições, explicitando, portanto, aqui em resumo o seu currículo e a plenitude das suas condições para o exercício do cargo, eu considero que fiz o resumo do relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos ao Senador Esperidião Amin. (*Fora do microfone.*)

Em seguida, nós voltamos ao item primeiro da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 26, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora ANA LÉLIA BENINCÁ BELTRAME, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pronto para deliberação

Eu tenho a honra e a satisfação de conceder a palavra à Professora Dorinha Seabra, para proferir o seu parecer.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

Quero, de maneira especial, cumprimentar a Sra. Ana Lélia Benincá Beltrame.

Acho que faço as palavras do Senador Esperidião Amin as minhas palavras. O relatório foi simples de ser feito.

Eu gostaria de parabenizar por todas as posições que já ocupou. Vou ser bastante sucinta em relação ao voto.

Iniciou sua carreira diplomática como Terceira-Secretária em 1977, seguiu a carreira e tornou-se Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial, em 2011. Ocupou diversas posições dentro da estrutura da sua carreira.

No exterior, serviu nas Embaixadas em Nairóbi, em Paris, em Atenas, no Consulado-Geral em Montevidéu como Cônsul-Adjunta, em Toronto e Rivera como Cônsul-Geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em 1990, recebeu a Ordem Nacional do Mérito, na França. Foi agraciada com vários reconhecimentos da sua carreira.

Em relação ao seu currículo, atende, obviamente, a todos os critérios. É muito interessante o relacionamento que V. Sa. construiu durante todo o seu trabalho.

As relações entre Brasil e São Vicente e Granadinas caracterizam-se por cooperação e diálogo nos planos bilateral e multilateral.

Faz parte desse contexto de retomada da estratégia diplomática brasileira para o Caribe Oriental a decisão de reabertura da Embaixada do Brasil em Kingstown, em novembro de 2023.

No âmbito regional, o Chefe de Governo de São Vicente e Granadinas tem tido papel de destaque na mediação da questão de Essequibo, entre Venezuela e Guiana.

Sr. Presidente, no que se refere às relações e às condições da Embaixadora, todas atendem ao critério, por isso o nosso relatório só reconhece toda a competência, trabalho e condições plenas de exercício, a quem desejamos sucesso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos, mais uma vez, à Senadora Professora Dorinha Seabra e passamos à fase da exposição dos indicados.

Eu tenho a honra de conceder a palavra à Embaixadora Ana Lélia Benincá Beltrame.

Na sua exposição inicial, V. Sa. dispõe de 15 minutos.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. ANA LÉLIA BENINCÁ BELTRAME (Para expor.) – Muito bom dia. Muito obrigada, Sr. Presidente da Comissão. Sras. e Srs. Senadores, muito obrigada pela presença. Um bom dia aos meus colegas do Itamaraty que estão aqui, aos amigos que estão no plenário também. Muito obrigada.

São Vicente e Granadinas é um arquipélago de 32 ilhas no Caribe Oriental, que fica entre o Mar do Caribe e o Oceano Atlântico e fica acima dessa região que vai da Venezuela ao Amapá, exatamente nessa Margem Equatorial. E vem a ser, então – e esse é o primeiro ponto de interesse que nós temos com São Vicente e Granadinas –, a Margem Atlântica, a margem marítima antagônica do Brasil. Por isso, ali estão as ilhas, Venezuela, aí vai e chega a Kingstown, que é a capital de São Vicente e Granadinas. Está bem entre Venezuela, Trinidad e Tobago, e depois vêm as Guianas e o Amapá. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ela tem a importância geopolítica e estratégica de ser a margem marítima antagônica da Amazônia brasileira e desses vizinhos tão importantes e interessantes nesse momento que nós temos. É o primeiro ponto.

O segundo ponto de interesse de São Vicente e Granadinas é que todas as ilhas do Caribe procuram trabalhar juntas e associadas e votar juntas nas Nações Unidas para terem mais força. São Vicente é um dos países pivôs que organiza, que tenta organizar e que consegue organizar muitas vezes essa votação em conjunto. Isso é muito importante, porque os países do Caribe, quando votam juntos, são responsáveis por 8% dos votos nas Nações Unidas e por mais ou menos 12% dos votos na OEA. Não é pouca coisa e não é uma organização que se faça rapidamente por telefone, na véspera. É uma organização que depende de uma presença constante e de um entendimento constante. E esta é a minha primeira missão: manter esse entendimento e manter parte do Caribe sempre articulado para nos acompanhar nas votações na ONU e na OEA.

O terceiro ponto é um pouco mais complexo, é a questão do comércio. O nosso comércio com São Vicente e Granadinas – não tinha embaixada, estava fechada – caiu pela metade. Nós vendemos US$4,08 milhões para eles em 2023, mas, em 2022, tínhamos vendido US$8 milhões, caiu pela metade de um ano para o outro. Queremos retomar essa pauta do comércio, aumentar e trazer esse comércio de novo para um patamar de US$8, US$10 milhões, que seria o esperável.

O fator complicador é que nós não compramos nada de São Vicente, porque a produção deles é de tubérculos, frutas, principalmente banana. Então, não há algo que a gente possa comprar. A nossa contrapartida, nesse caso, será a cooperação técnica e a cooperação humanitária. É o que pode funcionar como contrapartida para irmos aumentando o comércio.

São Vicente compra de nós derivados de petróleo, derivados de madeira, inclusive carvão de madeira e proteína animal. Isso pode aumentar, mas nós temos que ter uma contrapartida, o comércio internacional funciona assim. Não tendo o que comprar, nós temos que usar então a cooperação técnica e a cooperação humanitária. Estas estão indo razoavelmente bem. O meu trabalho será incrementá-las e melhorá-las.

Os senhores sabem que o furacão Beryl derrubou uma ilha inteira do arquipélago, destruiu. E o Brasil, nesse momento, então, doou vacinas contra o covid, doou vacinas contra o sarampo e doou antirretrovirais – um trabalho excelente e do qual todos nós podemos nos orgulhar da Fundação Oswaldo Cruz e do Instituto Butantan, que são duas instituições que trabalham muito bem nessa área humanitária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como eu disse, eles são produtores agrícolas, querem melhorar a produção agrícola e têm muito interesse na cooperação técnica com a Embrapa na área da agricultura tropical, o que eu acho bastante importante. Precisamos organizar isso. Eu ainda não sou Embaixadora lá, eu dependo do voto dos senhores, mas a primeira providência será entrar em contato com o BID, que tem projetos e dinheiro para desenvolver a agricultura tropical no Caribe e também com os europeus, cuja agência de desenvolvimento tem 200 milhões de euros para aplicar no Caribe. Então, isso é um aspecto do financiamento internacional de ajuda para São Vicente e Granadinas, onde eu creio que nós podemos entrar com a cooperação da Embrapa.

Por outro lado, há uma cooperação que já vem sendo feita, sempre sob a égide da Agência Brasileira de Cooperação, que começou com um *workshop* gratuito para todas as ilhas do Caribe, muito bonito, muito oportuno, sobre o aleitamento humano, sobre a importância do aleitamento humano para as populações. Teve muito sucesso, porque é um tema em que dificilmente se fala e nós produzimos um *workshop* muito importante sobre o aleitamento humano dirigido a todos, mas particularmente às mulheres, às mulheres jovens.

Além disso, nós tivemos também uma cooperação da Agência BC, junto com a Marinha do Brasil, que está promovendo cursos de curta duração para aquaviários estrangeiros e dando bolsas de estudo para curso de Oficial de Náutica, de marinha mercante, e de Oficial de Máquinas, também de marinha mercante.

Então, a gente já tem essa cooperação técnica militar, porque São Vicente e Granadinas não tem forças armadas. Eles têm uma polícia com um grupamento especial e uma guarda costeira. Então, a Marinha do Brasil, junto com a Agência EBC, têm formado o pessoal para a Guarda Costeira. Isso eu acho muito importante. Eu conheço a Escola de Marinha Mercante. Eu acho que nós podemos continuar nessa linha, porque isso é muito bom.

E, no comércio, vamos, então, trabalhar com a cooperação técnica para suprir essa falta de importação, porque nós não importamos nada.

Vou me permitir parar por aqui.

Eu estou à disposição para perguntas.

Eu tenho, evidentemente, muito mais dados e números, mas acredito que é importante sermos ágeis.

Eu vou deixar, então, vou encerrar por aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos muito a intervenção inicial da Embaixadora.

E concedo a palavra ao Sr. Flávio Soares Damico, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Informo que V. Exa. terá para exposição inicial 15 minutos.

Com a palavra V. Exa.

O SR. FLÁVIO SOARES DAMICO (Para expor.) – Bom dia.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Renan... (*Pausa.*)

... Senador Renan Calheiros, Senador Nelsinho Trad, Relator *ad hoc* da minha designação, Sras. e Srs. Senadores, meus colegas diplomatas que compõem a mesa, senhoras e senhores do público que nos acompanham presencialmente e também pela internet, eu queria expressar, inicialmente, minha enorme honra e satisfação em me submeter pela terceira vez ao crivo da insigne Comissão de Relações Exteriores para dar cumprimento aos ritos determinados pela Constituição de 1988 com respeito à designação de autoridades.

Nesse particular, eu gostaria de expressar minha profunda gratidão ao Senhor Presidente da República e ao Ministro de Estado das Relações Exteriores por encaminharem meu nome à consideração desta Comissão para exercer o cargo de Embaixador junto à República do Equador.

Caso meu nome seja merecedor da confiança de V. Exas., assumo o compromisso de empenhar-me na defesa dos interesses permanentes do Estado e da população brasileira, bem como das diretrizes de política externa emanadas do Poder Executivo junto ao Governo daquela nação amiga.

V. Exas. me permitiram uma nota pessoal nesta apresentação.

Eu guardo uma relação muito especial com o Equador, pois foi o país em que eu exerci minha primeira missão diplomática no exterior no já longínquo ano de 1988, há mais de 36 anos, quando fui designado para um estágio naquele país.

Assim, é com grande emoção que vislumbro, caso aprovado por V. Exas., regressar àquele belo país e dar continuidade aos esforços agora em distinta capacidade para aproximar ainda mais nossos povos irmãos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, em seguimento às orientações de V. Exa. e tendo presentes as completas informações que constam do relatório elaborado pelo Senador Nelsinho Trad, estimo que não seria proveitosa uma apresentação detalhada do Equador. Assim, focarei a discussão nos seis eixos de atuação que antecipo como os mais promissores para a Embaixada em Quito, caso V. Exas. me julguem habilitado para implementá-las.

Apresentarei inicialmente seis eixos e desenvolverei os argumentos que embasam essa convicção.

Eu queria sublinhar, especialmente, que é uma grande medida de continuidade nas ações propostas e que têm sido levadas a cabo por meus ilustres antecessores. O método de trabalho do Itamaraty é muito enfocado nas lições aprendidas, na transmissão do conhecimento dos nossos antecessores e numa evolução incremental que depende de ajustes, em função dos desdobramentos no cenário internacional, no cenário brasileiro e também no país que nos acolhe.

Os seis eixos de atuação que proponho seguir são: o de segurança, o eixo econômico-comercial, o eixo de infraestrutura e transporte, o eixo de meio ambiente, o eixo de cooperação e o eixo político.

No eixo de segurança, a ação que eu proponho é acompanhar a situação de combate à ação dos grupos de narcotraficantes no Equador e aprofundar as ações de cooperação policial.

A grande questão recente do Equador é a segurança interna em função do crescimento das atividades dos grupos criminosos associados ao tráfico de drogas, com um impacto de monta sobre a segurança pública daquele país.

O Equador é um país situado entre os dois maiores produtores de cocaína do mundo. E, muito recentemente, esses grupos narcotraficantes passaram a se instalar no país para utilizá-lo como rota de tráfico. A extensão do problema e a audácia desses grupos levou o Governo local a declarar estado de exceção, com a admissão de que há um conflito armado interno em andamento.

Trata-se de tema preocupante, com impacto importante sobre a segurança da Região Amazônica do Brasil, que devemos acompanhar com grande atenção.

A pedido do Governo equatoriano, entre janeiro e março últimos, o Brasil enviou o experiente delegado da Polícia Federal para acompanhar a evolução da situação. A meu juízo, trata-se de área de cooperação incontornável entre os nossos dois países e será merecedora da minha atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No segundo eixo, o econômico-comercial, nosso objetivo é atualizar o Acordo de Complementação Econômica 59 entre o Mercosul e o Equador, com vistas a evitar desvios de comércio em desfavor das exportações brasileiras.

O cenário é que o Brasil é o oitavo maior parceiro comercial do Equador – enfim, os dados foram apresentados no relatório do Relator *ad hoc* – e, como para outros países da América do Sul, nossas vendas abrangem produtos de maior valor agregado, manufaturados, especialmente automóveis, maquinários e medicamentos. No entanto, as nossas compras do Equador, também como dito no relatório, alcançam apenas US$100 milhões anuais, concentrados em produtos como chumbo, cobre e peixe. Essa situação de grande desequilíbrio, que perdura por alguns anos, não me parece ser mais sustentável à luz das crescentes dificuldades do país e também da desproporção entre vendas de um lado a outro. Ademais, o Equador se encontra empenhado num processo de negociação de acordos comerciais mais agressivos em termos de desgravação – o principal deles com a China, que é o nosso grande concorrente na região –, uma vez que a competitividade dos produtos brasileiros está afetada pelas tarifas impostas.

Os acordos comerciais do Equador cobrem mais ou menos 60% da pauta de importações daquele país, então isso é uma competição de muito impacto.

Um exemplo, mesmo pagando, no momento, antes mesmo da entrada em vigência do acordo comercial, os produtos chineses, os carros chineses já dominam 40% do mercado interno equatoriano. Então, é uma situação que requer atuação nossa.

O Mercosul propôs recentemente atualização desse acordo para equalizar as condições de competitividade. Notamos uma disposição positiva recente por parte do Equador, mas permitem reticências por força de alegadas dificuldades de natureza sanitária para exportação de bananas para o Brasil. Uma possível solução dessa dificuldade poderia ser encontrada pela via do incremento da nossa cooperação bilateral nessa área sanitária.

No terceiro eixo – infraestrutura e transporte –, nós temos duas atividades antevistas. A primeira: acelerar o diálogo com vistas à criação de infraestrutura de transporte multimodal entre os Oceanos Atlântico e Pacífico. E a segunda ação: empreender esforços para o estabelecimento de voos diretos entre o Equador e o Brasil.

Os senhores têm bem presentes as dificuldades de integração entre os países da América do Sul, derivadas de obstáculos geográficos de monta – a Cordilheira dos Andes e a nossa própria Floresta Amazônica – e da falta de vinculações entre os diferentes centros econômicos sul-americanos. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

relevância de uma infraestrutura, no eixo leste-oeste, multimodal entre os Oceanos Pacífico e Atlântico são extremamente essenciais para minimizar ou evitar riscos de diferentes ordens, sejam eles climáticos – por exemplo, a falta de chuvas no Panamá aumentou muito os custos da travessia daquela via –, sejam também outros eventuais impedimentos geopolíticos que poderiam impactar a crescente orientação do comércio exterior brasileiro para os mercados asiáticos, especialmente nas nossas exportações de matérias-primas agrícolas, minerais e energéticas.

A segunda ação, como eu já disse, são esforços para o estabelecimento de voos diretos entre o Equador e o Brasil. Como bem sabem, não há voos diretos entre os dois países, devendo-se recorrer a outros *hubs*, como o Panamá, Peru ou Bogotá, o que aumenta desmesuradamente a duração dos voos, que praticamente hoje se equiparam no tempo de viagem aos voos para a Europa. Essa circunstância afeta negócios e turismo entre os dois países e a medida facilitaria esforços de aproximação e densificação do intercâmbio econômico-comercial.

Passando agora, Presidente, ao eixo do meio ambiente, a nossa intenção é apoiar o aprofundamento da cooperação em organismos multilaterais no grupo de países megadiversos e no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Os senhores viram ali já os dados da área equatoriana: é um país banhado pelo Oceano Pacífico, faz fronteira ao norte com a Colômbia, ao sul e ao leste com o Peru. O país se divide em quatro regiões distintas: a Região Insular, com as conhecidas Ilhas Galápagos, onde Darwin desenvolveu a teoria do desenvolvimento das espécies; a área da Costa; da Serra; e da Amazônia. Então, é um país megadiverso, possui umas das maiores proporções de espécies animais e vegetais por quilômetro quadrado. Essa circunstância aponta para um dos nortes da política externa do país, que é coincidente com a nossa, em termos de preocupação com temas ambientais e da preservação do meio ambiente, e também da ocupação sustentável da Região Amazônica – boa parte da produção equatoriana de petróleo advém da Região Amazônica.

Temos uma coincidência muito importante no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, em que o Brasil atuou em estreita coordenação com o Equador para viabilizar a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin, do Amazonas, como sua Secretária-Geral.

Então, nos parece que seria do alto interesse brasileiro dar continuidade a essa muito produtiva relação.

No eixo da cooperação, Sr. Presidente, essa cooperação bilateral atualmente se desdobra nas áreas de defesa, segurança pública, educação, saúde e na área humanitária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na área de defesa temos duas adidâncias, Adidância do Exército e uma Adidância de Defesa, e oficiais brasileiros e equatorianos intercambiam visitas e estudos em ambos países de modo já bastante desenvolto.

Na segurança pública, eu mencionei anteriormente, a missão do Delegado Alexandre Silveira, no início de 2000... desse ano, na qual ele apresentou um muito interessante relatório de possibilidades de cooperação nas áreas de treinamento, inteligência – acho muito essencial – e de legislação. E nos parece que a criação de uma adidância policial permanente constituiria etapa importante para fortalecer essa atividade.

As demais atividades de cooperação usual transcorrem já no arcabouço do acordo básico de cooperação técnica, de 1982.

Nós estamos desenvolvendo agora cinco projetos em três áreas: saúde, defesa civil e agricultura.

Por questões de tempo, eu só vou sublinhar a questão do manejo de pragas da banana, que eu acho que é uma área que poderia ser incentivada, à luz dos meus comentários sobre a atualização do Acordo de Cooperação Econômica 59.

Além disso, o Brasil consistentemente provê assistência humanitária para o Equador. Em junho de 2022 transportamos produtos de primeira necessidade, além de doações regulares de insulina humana, preservativos e testes para covid-19. E igualmente, na área educacional, uma grande demanda de estudantes equatorianos para universidades brasileiras, nas áreas de graduação e pós-graduação, nos âmbitos dos programas usuais do Itamaraty, PEC-G e PEC-PG, de alunos-convênio.

Por fim, o último eixo. No eixo político vamos fazer duas atividades. Acompanhar o processo eleitoral equatoriano, porque o sistema tem uma peculiaridade, que é o sistema da morte cruzada, em que o Presidente, ao renunciar ao seu mandato, pode também decretar a dissolução do Congresso, que é unicameral. E isso aconteceu nesse ano, no ano passado, e conduziu à eleição do Presidente Daniel Noboa, que vai completar o mandato com novas eleições, em fevereiro de 2025.

Como em outros países da região, nota-se a grande polarização política no país, por diferença de percepção no que diz respeito à continuidade das reformas econômicas, mas há uma grande unidade nacional com respeito à prioridade da questão de segurança. Então é relativamente fácil prever que o vencedor do pleito muito provavelmente será o candidato que souber melhor equilibrar simultaneamente esses dois imperativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aproximando-nos do final, a última atividade, já mais interna ao Itamaraty, é apoiar o diálogo político de alto nível e promover troca de visitas entre mandatários e chanceleres.

Então, enfim, muito brevemente, Sr. Presidente, essas são as considerações iniciais que eu tenho. E, a exemplo da minha colega, há outros elementos que eu poderia agregar ao diálogo. Acho que é extremamente importante essa interação com o Parlamento e também com a sociedade civil, por via do e-Cidadania.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos, Sr. Embaixador.

E, antes de passarmos a palavra para o próximo Embaixador, nós queremos comunicar às Senadoras e aos Senadores que amanhã haverá reunião dedicada à audiência pública, em atendimento ao requerimento de autoria da Senadora Tereza Cristina, com a finalidade de receber como convidado o Exmo. Sr. Celso Amorim, Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República, para tratar de sua atuação como enviado do Brasil para acompanhar as eleições presidenciais ocorridas na Venezuela.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo, a partir das 10h, e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, e em senado.leg.br/eCidadania.

Eu tenho a honra de conceder a palavra ao Sr. Marcos Vinicius Pinta Gama, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argelina Democrática e Popular.

Informo ao Sr. Embaixador que o seu tempo para exposição inicial será de 15 minutos.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. MARCOS VINICIUS PINTA GAMA (Para expor.) – Muito obrigado.

Bom dia a todos e a todas, Exmo. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Renan Calheiros; Exmo. Senador Esperidião Amin, que muito me honra com sua relatoria; Exmas. Senadoras, Senadores membros deste ilustre Colegiado!

Também cumprimento todos os demais presentes aqui e conectados no Portal e-Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É um privilégio e uma honra para mim ter sido indicado pelo Exmo. Presidente da República para chefiar a Embaixada do Brasil na República Argelina Democrática e Popular e sou especialmente grato ao Ministro Mauro Vieira por essa indicação também.

É um privilégio para qualquer diplomata ter a oportunidade de comparecer perante a Comissão de Relações Exteriores. E esta arguição confere, por assim dizer, a todos os Embaixadores, caso aprovados, a legitimidade de um mandato recebido dos representantes desta Casa, eleitos pelo voto popular. É muito importante para nós esta aprovação.

Como do conhecimento de V. Exas., o planejamento estratégico, que foi aqui citado pelo eminente Relator, contempla o foco em diferentes temas: relações políticas, diplomáticas, econômicas, comerciais, também com uma atenção especial à cooperação entre o Brasil e a Argélia. Enfim, vou me permitir comentar alguns desses temas ao longo da minha apresentação.

Qualquer recorrido histórico que se faça sobre o relacionamento bilateral deve naturalmente iniciar-se no ano de 1962, o ano que marca a independência da Argélia e o estabelecimento de relações diplomáticas entre nossos países. O Estado brasileiro reconheceu prontamente o novo país independente, no bojo de um intenso processo de descolonização que ocorria, naquela década e na seguinte, no âmbito das Nações Unidas. E o Brasil tratou também de rapidamente instalar sua Embaixada na Argélia.

O território argelino foi subjugado ao longo de sua história por diversas civilizações. Não vou aqui mencionar todas elas. Era uma rota de passagem do Oriente para a Europa. Muitos povos passaram por lá, mas, digamos, vou me referir à última ocupação, que foi a ocupação francesa, em 1830, porque ela é fundamental para entender a história do país.

Após 132 anos de colonização e uma guerra sangrenta que ceifou a vida de 300 mil pessoas e durou oito anos, a Argélia libertou-se do imperialismo, mas continua lidando com os traumas do seu passado colonial.

A Argélia é o maior país em extensão territorial da África e a quarta maior economia do continente. É uma economia pouco diversificada, dependente, em grande medida, da exploração de hidrocarbonetos, que responde por 34% do PIB, 60% das receitas governamentais e 93% das exportações. Diriam os economistas: um caso típico de doença holandesa, mas é um país que busca diversificar sua economia. Evidentemente, o peso do petróleo e do gás é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É um país de 47 milhões de habitantes, concentrados na região costeira, ao norte, entre o litoral e aquela cadeia de montanhas, a Cordilheira do Atlas, e que tem no Islã a sua religião oficial. É a religião oficial do Estado argelino, e mais de 90% da população professa a fé islâmica do ramo sunita.

Desde a sua independência, a Argélia lidou com duas grandes crises internas. A primeira foi a do extremismo islâmico, de 1992 a 2002, dez anos de atentados, muita violência e uma luta para extirpar esse fenômeno. E depois, em 2019, os protestos populares que se denominam *hirak*, que é a palavra em árabe para movimento, são os movimentos de rua, que levaram à queda do então Presidente Buteflika, que estava há 20 anos no poder, e à ascensão do atual Presidente, a quem eu vou me referir mais adiante.

Não obstante, em termos de segurança interna do país, desde 2007, que foi a data dos últimos grandes atentados na Argélia, as Forças de Segurança têm prevenido o ressurgimento do fundamentalismo islâmico. Acho que é uma preocupação permanente do Estado argelino.

Durante sua breve existência, a Argélia contou com várias Constituições. Eu queria citá-las um pouco apenas para dar uma ideia da evolução normativa do país. A primeira Constituição, de 1963, suspensa pelo golpe militar de 1965; a Constituição socialista de 1976; a Constituição multipartidária de 1989, suspensa pelo golpe militar de 1992; e as emendas constitucionais, que são várias, 1996, 2002, 2008, 2016 e 2020. Portanto, uma intensa agenda de reformas constitucionais.

O mandato presidencial na Argélia tem duração de cinco anos, com a possibilidade de reeleição. O atual Presidente, Abdelmadjid Tebboune, foi eleito após o Hibrak, em 2019, por um período de cinco anos, como eu me referi, e busca a sua recondução na eleição presidencial, que ocorre agora no dia 7 de setembro, na nossa data nacional.

O Presidente Tebboune é o favorito, concorrendo por uma coalizão de partidos liderados pela histórica Frente de Libertação Nacional (FLN), que é o partido que está na origem da luta pela independência e pelo fim do colonialismo no país. Verifica-se, portanto, uma forte probabilidade de continuidade do atual Governo, com uma boa perspectiva de fortalecimento da relação com o Brasil.

A Argélia é uma potência regional, atuante em termos de paz e segurança, no seu entorno estratégico. Possui Forças Armadas bem treinadas, dotadas de equipamentos modernos de variada procedência, tanto russa e chinesa quanto ocidental. Tem um expressivo gasto militar, 9% do PIB em 2023. É verdade que quase todos os países aumentaram o seu gasto militar, mas é um montante expressivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao entorno, a situação do Sahel, aquela zona de transição eco climática entre o deserto e a savana sudanesa, é objeto de preocupação por fluxos migratórios da África subsaariana para a Europa, tráfico ilícito de drogas e armas, enfim, uma série de problemas e também uma região de disputa geopolítica e estratégica em que as potências ocidentais – Estados Unidos, França, Reino Unido – perdem progressivamente sua influência para potências emergentes, eu diria, principalmente Rússia e China.

Enfim, esse é o quadro regional. A Argélia busca atuar, por assim dizer, em variados tabuleiros nas negociações multilaterais. A Argélia compartilha visões, interesses com o Brasil em temas globais, defesa do multilateralismo, diálogo político para a solução pacífica de controvérsias, reforma da governança, da arquitetura financeira internacional, papel do desenvolvimento, enfim, há uma ampla convergência de interesses entre os países.

Como eu dizia, há atuação da Argélia nos diferentes tabuleiros de negociação. É membro da União Africana, da Liga Árabe, da União do Magrebe Árabe, do Grupo dos 77, do Movimento Não Alinhado e também candidata a ingressar nos Brics.

A relação com o Brasil se fortalece, nós a estreitamos. Houve uma primeira onda de iniciativas, na década de 80, com a criação de uma comissão mista *hominibus*, que cuida de praticamente todos os temas do intercâmbio bilateral, também com as primeiras visitas recíprocas de Presidentes, nos anos 80; depois, uma nova leva de iniciativas no final dos anos 90 e as últimas visitas presidenciais, em 2005, Bouteflika a Brasília e, em 2006, Luiz Inácio Lula da Silva a Argel. Em 2005 foi criado um mecanismo de consultas bilaterais, no nível de Vice-Ministro, e, em 2010, estabelecido o Diálogo Estratégico Brasil-Argélia, liderado pelos dois Chanceleres. E aí se trata de retomar e fortalecer esses mecanismos, e os Chanceleres dos dois países estão em contato e já trabalham nessa direção.

Em política externa, há dois temas muito importantes para a Argélia.

Vejo que o meu tempo está se esgotando. Vou tentar terminar rapidamente.

O tema dos territórios palestinos ocupados está no próprio DNA da política externa argelina e há um reconhecimento do compromisso histórico do Brasil com a solução de dois estados. A Argélia também compartilha dos esforços brasileiros para um cessar-fogo e assistência humanitária na crise em Gaza.

E, finalmente, o segundo tema, que é o tema do Saara Ocidental, que constitui para a Argélia um resquício do processo de descolonização, um reconhecimento da República Árabe Saaraui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Democrática (Rasd). Houve um rompimento das relações diplomáticas com o Marrocos em agosto de 2021.

Esse é um dos temas particularmente sensíveis da relação da política externa argelina e o Brasil tem uma posição tradicional nas Nações Unidas, que defende uma solução pacífica mutuamente aceitável, baseada nas resoluções pertinentes, no direito à autodeterminação, sem prejuízo da decisão final sobre o *status* disputado.

Também apoiamos o contingente militar da operação de paz estabelecida pelo Conselho de Segurança na região.

Últimas palavras.

Economia argelina: bom desempenho; crescimento de 4,2% no ano passado; um PIB de US$247 bilhões; reservas internacionais de 81 bilhões; uma dívida externa de 5,5 bilhões. Portanto, uma economia estável.

As relações econômicas e comerciais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS VINICIUS PINTA GAMA – ... entre o Brasil – um minuto – e a Argélia são robustas e estão em franca expansão.

A Argélia é o principal parceiro comercial do Brasil na África, com um intercâmbio de US$4,2 bilhões. Portanto, é importante. Ela é o primeiro país na relação comercial com o Brasil em todo o continente. Não vou citar os produtos, mas há uma prevalência dos produtos agrícolas e um esforço de nossa parte, que deve continuar, de diversificar essa pauta de exportações com produtos industrializados. Uma possibilidade seria a de ampliar, no bojo da cooperação em defesa, a oportunidade para oferecer produtos como o C390 Millennium. Também, na área civil, os próprios E-Jets, da Embraer, na substituição das aeronaves da Air Algérie.

Há uma série de iniciativas, há uma série de coisas a fazer, um fórum empresarial que precisamos criar – a proposta está sobre a mesa. O Brasil pode contribuir para a segurança alimentar argelina, afinal de contas 80% do território é o Deserto do Saara, eles têm muita dificuldade em produzir os alimentos necessários.

Enfim, para concluir, a Argélia almeja maior protagonismo internacional e a busca de um espaço próprio no mundo, cada vez mais multipolar, aproximando-se de agrupamentos como os Brics e os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

países emergentes do Sul Global. E esse cenário é favorável ao Brasil, tanto no campo político, dada a forte convergência de posições, quanto no econômico, em que temos a oportunidade de ampliar exportações e investimentos importantes no norte da África.

Caso seja aprovado, evidentemente, trabalharei com afinco para fortalecer essa parceria.

Sr. Presidente, muito obrigado. Peço perdão por estourar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos... (*Fora do microfone.*)

Eu determino à Secretaria que, por favor, proceda à apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ana Lélia, 14. Flávio Soares, 13. Marcos Vinicius Pinta Gama, 14.

Estão, portanto, aprovadas as indicações.

As mensagens respectivas às sabatinas do dia de hoje serão enviadas à Secretaria-Geral da Mesa para o prosseguimento da tramitação.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a todos pela presença, especialmente às autoridades, desejando-lhes êxito, e declaro, portanto, encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (19ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (13ª REUNIÃO), EM 02 DE JULHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e dezoito minutos do dia dois de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúnem-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Jayme Campos, Rodrigo Cunha, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Weverton, André Amaral, Alan Rick, Marcelo Castro, Zequinha Marinho, Alessandro Vieira, Vanderlan Cardoso, Beto Faro, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Rosana Martinelli, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Ivete da Silveira, Zenaide Maia, Izalci Lucas, Paulo Paim e Flávio Bolsonaro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Eduardo Braga, Marcos Rogério, Daniella Ribeiro, Lucas Barreto, Otto Alencar, Augusta Brito, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Tereza Cristina, Ireneu Orth e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 74/2023 - CI, de autoria Senador Confúcio Moura (MDB/RO), REQ 13/2024 - CI, de autoria Senador Confúcio Moura (MDB/RO), e REQ 9/2024 - CDR, de autoria Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Finalidade:** Debater o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo em agosto de 2023. A ministra irá apresentar, dentre outros assuntos, as Rotas da Integração Sul-Americana, como recorte do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC). **Participante:** Simone Tebet, Ministra do Planejamento e Orçamento. Fazem uso da palavra os Senadores Marcelo Castro, Beto Faro, Jaime Bagattoli, Esperidião Amin, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Rosana Martinelli, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Margareth Buzetti e Jayme Campos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/02

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro abertas a 19ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura e a 13ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que ocorrem de forma conjunta, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, e que se realizam nesta data, 2 julho de 2024.

Há dois ofícios, dois expedientes... Um é o Ofício 115, da Câmara, de 13 de maio, que informa a aprovação de requerimento de voto de repúdio à Gol Linhas Aéreas pela morte do cão Joca, causada por erro da companhia aérea. O requerimento foi também encaminhado à Gol e à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O documento, dos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Informamos ainda o arquivamento dos expedientes com prazo de manifestações encerrado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado pelo Governo Federal em agosto de 2023.

A Ministra Simone Tebet vai apresentar, entre outros assuntos, as Rotas da Integração Sul-Americana, com o recorte do Novo Programa de Aceleração do Crescimento, em atenção a requerimentos desta Comissão e da CDR (Comissão de Desenvolvimento Regional), de autoria do Senador Marcelo Castro.

É com enorme alegria que recebemos hoje, nestas Comissões de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional, a Exma. Ministra Simone Tebet, a quem, com precedência e urgência, externalizo os mais nobres elogios.

Ministra, sua história, como Senadora da República, honra este Senado Federal. Agora, integrando o Governo Federal, sua presença ilumina este mandato presidencial e a pasta do Ministério do Planejamento.

Em 11 de agosto de 2023, no Decreto 11.632, foi lançada a terceira versão do Programa de Aceleração do Crescimento, o Novo PAC. Segundo divulgado pelo Governo, o programa terá um investimento de R$1,7 trilhão em nove eixos de atuação, respectivamente explanados... São valores relevantes, extremamente necessários, que, bem aplicados, terão um grande impacto na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

geração de emprego e no crescimento do país, com a superação de conhecidos gargalos de infraestrutura, que dificultam o desenvolvimento e contribuem para o custo Brasil. Um dos obstáculos às versões anteriores do PAC foi a falta de dinheiro para fazer frente à carteira de projetos de longo prazo.

Considerando que a segurança e a continuidade dos investimentos são de suma importância para o engajamento dos estados, dos municípios e do setor privado ao programa, é necessário debater como o Governo pretende conciliar os investimentos previstos com as metas do novo arcabouço fiscal.

Outra questão relevante diz respeito ao modelo de governança do programa e à garantia de qualidade dos projetos. Projetos de infraestrutura de grande porte têm um ciclo de vida longo e demandam o esforço de coordenação entre setor privado, governos locais e Governo Federal, sobretudo quando se trata de concessões e parcerias público-privadas. São necessários critérios claros para a seleção de projetos relevantes e com nível de maturidade suficiente bem como mecanismos para aumentar a segurança jurídica e reduzir percepção de risco para possíveis investidores privados.

Nesse sentido, esta audiência pública ganha especial importância, haja vista a possibilidade de conhecermos melhor os planos e seus números, além de compará-los com a realidade das contas públicas. Quero crer que esse exercício será útil tanto para esta Casa quanto para o próprio Poder Executivo, que busca evitar que erros do passado voltem a acontecer.

Diante do exposto, eu quero, primeiro, ouvir o Senador Marcelo Castro, para fazer seus comentários.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Para discursar.) – Cumprimento todos os presentes.

Esta reunião, como foi dito pelo Senador Confúcio, é uma sessão conjunta da Comissão de Infraestrutura e da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Agradeço a presença aos convidados, em especial à Ministra Simone Tebet, nossa companheira do MDB, que nos honra muito, uma pessoa que se tem comportado na vida com muita ética, com muita correção, com muita inteligência e brilhantismo, em todos os cargos que ocupou na sua já média/longa carreira dedicada à vida pública, apesar de tão jovem.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É para não ficar parecendo... (*Risos.*)

O dia de hoje, sem nenhuma dúvida, é um dia muito esperado, porque vamos tratar de uma das coisas mais importantes do nosso país: o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que foi criado no primeiro Governo do Presidente Lula. É um programa que procura melhorar a infraestrutura do país em vários aspectos, de uma maneira organizada, de uma maneira coordenada, e não com coisas atropeladas, sem planejamento.

Aliás, esta é uma crítica que nós fazemos ao modelo de desenvolvimento do país de alguns anos para cá, Ministra: a falta de planejamento do nosso país. V. Exa., em boa hora, assumiu esse papel tão importante para qualquer país, muito mais para um país de dimensões continentais como o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como todos sabem, nós somos o terceiro maior produtor de grãos do mundo, competindo com a Índia. Além de nós, quem tem maior produção são os Estados Unidos e a China. Nós somos o terceiro, competindo com a Índia. Uma hora, um é o terceiro, e o outro é o quarto... Nós tomamos a dianteira e somos o terceiro maior produtor de grãos do mundo, com uma diferença: a produção de grãos dos Estados Unidos e da China já está estacionada há décadas, e nós estamos crescendo. Nos últimos 20 anos, nós multiplicamos por três a nossa produção. No início do século, Ministra, como V. Exa. sabe perfeitamente, nós ultrapassamos a barreira de 100 milhões de toneladas de grãos, pela primeira vez na nossa história. Agora, no ano passado, nós produzimos 317 milhões de toneladas de grãos. Então, nós multiplicamos por três em 20 anos aquilo que nós passamos 500 anos para fazer. Quero crer que esse seja o maior crescimento da história da humanidade, em qualquer parte do mundo. Então, nós somos grandemente competitivos, como se costuma dizer, da porteira para dentro, mas nós perdemos competitividade quando vamos escoar a nossa produção, por deficiência de portos, de aeroportos, de vias de transporte – rodoviário, ferroviário e fluvial.

Como todos sabem, o transporte mais barato que existe é o fluvial. Aí os Estados Unidos levam uma vantagem imensa sobre nós por causa do Mississippi, ali no Meio-Oeste. Em seguida, é o transporte ferroviário. Por último, o mais oneroso de todos é o rodoviário.

Os estados mais produtores do Brasil estão no Centro-Oeste, com o desenvolvimento das culturas tropicais pela Embrapa, especialmente a soja tropical, e ficam muito distantes dos portos. Naturalmente, esse transporte à base de rodovia encarece demais. Nós já temos a ferrovia em Rondonópolis, que vai para o Porto de Santos, mas nós precisamos estimular mais, no Brasil, as ferrovias e os transportes fluviais. Nisso daqui, a gente tem que procurar todas as maneiras de ter um desenvolvimento, para que a gente tenha um transporte mais barato e mais competitivo.

Entre essas rotas, fala-se demais na Ferrovia Bioceânica, que poderia levar os produtos, sobretudo, do Brasil central, do Planalto Central do Brasil para exportar pelos portos do Pacífico. Então, isso carece de estudos para ver sua competitividade, efetivamente, mas são coisas interessantes à primeira vista, porque nós ganharíamos uma distância muito grande. E o mais importante não é só a distância ou o tempo, o mais importante é o custo, o preço disso daí.

Fazendo um balanço geral aqui, eu queria chamar a atenção para o nosso Estado do Piauí. Nós temos lá, Ministra, há muito tempo, a Transnordestina, que é uma ferrovia importante para o Nordeste, que vai para o Porto de Suape e para o Porto do Pecém. Há um questionamento sobre se essa via, esse ramal para Suape seria interessante ou se o melhor não seria deixar isso sem construir, ficando só o Porto do Pecém. E aí poderia transportar os grãos do Matopiba em grande parte através dessa Transnordestina. O nosso Governador lá está muito empenhado na navegabilidade do nosso Rio Parnaíba. Tem esse projeto, e tem também a questão da transposição das águas do São Francisco para o Piauí, que não seria de um grande volume, apenas em uma pequena região do Piauí, semiárida – e eu pertenço a essa região, Senador Confúcio. Nós poderíamos fazer uma pequena transposição, com um custo muito pequeno, e se resolveria em definitivo todo o problema de água do Semiárido piauiense.

Aliás, segunda-feira, vai haver uma sessão de debates sobre essa transposição, e o Ministro Waldez Góes já se comprometeu a mandar o seu diretor da área de saneamento para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participar dessa audiência. Eu queria ver se a Ministra Simone também poderia disponibilizar uma pessoa do ministério que pudesse ir, segunda-feira, às 9h, lá ao Piauí também fazer esse acompanhamento para ver essa demanda, porque, em primeiro lugar, nós temos que fazer um EVTEA para ver a viabilidade técnica disso daí, que é um dos anseios, uma das demandas do Piauí.

No mais, quero dizer que esperamos da Ministra que ela faça uma explanação sobre o PAC. E o mais importante aqui, Ministra, é que V. Exa. possa deixar para a gente os grandes eixos coordenados, mostrando como é que o Brasil está se planejando para a gente ter uma estruturação, uma infraestrutura melhor, mais eficiente, para que o Brasil se torne cada vez mais competitivo e possa trazer... O grande fator de crescimento do Brasil, das divisas que nós temos hoje é o agronegócio, que é o carro-chefe, hoje, do Brasil, e evidentemente quanto melhores vias de exportação nós tivermos mais competitivos seremos e melhor será para o país.

Inicialmente, essa era a minha manifestação.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, Senador Marcelo Castro.

Antes de passar a palavra à nossa convidada, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pela expositora.

Na exposição inicial, nossa convidada poderá fazer o uso da palavra pelo tempo que ela julgar conveniente. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem as suas perguntas.

Com a palavra, a nossa Ministra Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Para expor.) – Obrigada.

Bom dia, bom dia a todas, bom dia a todos.

Quero começar sem muita formalidade, dizendo da minha alegria de poder estar de volta a esta Casa, Casa que me acolheu tão bem e que foi minha morada nos últimos oito anos. Quero dizer que não poderia ter vindo por melhores mãos, mãos de dois companheiros de partido, dois irmãos, dois amigos: o Senador Confúcio, que hoje preside a Comissão de Infraestrutura; e o Senador Marcelo Castro, que preside a Comissão de Desenvolvimento Regional. Aliás, eu acho que a Comissão de Desenvolvimento Regional só vai deixar de ser presidida pelo Marcelo quando ele voltar a ser Ministro, porque é assim: eu entro, ele está na Comissão; eu saio, ele está na Comissão. Eu digo isso, porque eu também fui membro titular da Comissão de Desenvolvimento Regional e fiz questão de fazê-lo, pois sei da importância do desenvolvimento regional para o Brasil. Eu quero começar dizendo que Marcelo foi fundamental como Relator do Orçamento no período da transição, já relatou... Também não vou dizer nem quantas vezes ele já foi Relator do Orçamento. E agora sabemos que a LDO está também nas mãos competentes, equilibradas e sensatas do Senador Confúcio Moura. Então, é um prazer muito grande estar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E prometo não cansá-los – sei que a agenda de um Senador é sempre muito corrida, ainda mais em uma terça-feira. A minha apresentação vai ser muito breve.

Eu quero começar utilizando um pouco as palavras do Marcelo Castro, dizendo que, primeiro, este é um projeto de país, não é um projeto de Governo; portanto, é um projeto do Estado brasileiro. Segundo, é um projeto que foi feito fruto de planejamento. O Brasil não tem cultura de planejar. Não vamos esquecer que nós acabamos de recriar o Ministério do Planejamento, que, nos últimos anos, ficou como uma secretaria num determinado ministério, e isso realmente nos atrapalhou muitíssimo. E isso não é só do Governo passado ou do outro – e nós não estamos aqui para falar de governos. É cultural, o Brasil não tem cultura de planejar o seu destino, diferentemente da iniciativa privada, que não gasta um centavo sem o planejamento estratégico. O Brasil engatinha ainda. Nós tivemos um grande Ministro do Planejamento que revolucionou a política brasileira que foi Celso Furtado, e depois disso a gente teve um vácuo, um vazio, sem demérito aos demais ministros, muito pelo contrário, pois todos tentaram. O problema é convencer a sociedade brasileira, a classe política da importância de planejar. Planejar significa gastar bem um Orçamento em que muitas vezes falta para o mais básico do ser humano. Então, essa é a primeira colocação que eu queria deixar.

A segunda colocação é que este projeto está inacabado. Este projeto é um projeto que começou a ser feito por diversas mãos – eu vou mostrar quais são –, e ele só terminará quando nós tivermos percorrido todos os estados de fronteira, ouvido toda a sociedade através dos seus setores, ouvido a classe política e as bancadas, como temos feito no nosso ministério, e a partir daí a gente entregar para a sociedade brasileira.

Um terceiro ponto que eu queria colocar é que, neste projeto, as cinco rotas não são concorrenciais: a Rota 1 não briga com a Rota 5, e a Rota 3 não briga com a Rota 4. O Brasil é um país continental, é tão grande, tão grande que, se a gente tivesse apenas uma rota, isso não sairia do papel. Nem os senhores e as senhoras se interessariam por ela, porque veriam que não faria sentido, não haveria uma convergência do setor privado no sentido de buscar alternativas, como nós vamos mostrar, para chegar a produção mais rapidamente para o Pacífico, para a China, para o Sudeste Asiático ou mesmo para os países da América do Sul.

E, por fim, eu quero dizer que, se há 30 anos este projeto era uma mera utopia e se há 15 anos ele era um mero sonho distante, hoje ele já começa a se tornar realidade. E é isso que, nesses próximos 15 minutos, no máximo 20 minutos, eu vou mostrar para as senhoras e para os senhores. Vamos lá.

Vamos lá.

Quero explicar de onde surgiu essa ideia, pelo menos agora, desde que eu assumi como Ministra.

Ah, é eu que vou... Estou tão mal-acostumada com alguém aqui apertando.

Em maio do ano passado, o Presidente Lula recebeu, aqui em Brasília, todos os Chefes de Estado dos países da América do Sul. Todos, sem exceção. A Presidente do Peru estava impossibilitada, e mandou o seu representante. Então nós temos todos os Chefes de Estado dos países da América do Sul. Todos, por unanimidade, chegaram ao seguinte consenso: um país está de costas para o outro. Enquanto a gente tem, por exemplo, na América do Norte, os países se integrando – Canadá, México, Estados Unidos – não só culturalmente, no aspecto turístico,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas principalmente no comércio exterior, na balança comercial, pois 40% do comércio da América do Norte é entre eles e, só depois, eles compram do mundo; enquanto na Ásia, primeiro o mundo asiático compra entre si, no comércio regional, na ordem de 58%; e, na Europa, que é ainda mais protecionista, pois, entre eles, eles comercializam quase 70%, 68%, e, só depois, vão comprar soja do Brasil ou carne do Centro-Oeste brasileiro, por exemplo; o que a América do Sul comercializa com o seus parceiros, da Argentina à Venezuela, independentemente aí de ideologia, não chega a 20%; aliás, não chega a 18%. Se incluir a América Latina como um todo, o cenário é ainda pior.

Diante disso, eles chegaram ao Consenso de Brasília: não é possível falar em desenvolvimento social sem falar de integração da América do Sul, e assinaram a carta do Consenso de Brasília. O que eu fiz a partir daí? Criamos uma subcomissão no meu Ministério, sem falar, por enquanto, com o Presidente Lula, porque a gente precisava entender esse contexto, e nós ouvimos – por isso que eu digo que esse é um projeto de país – todos os secretários de fazenda e/ou de planejamento, a depender do estado, se tem secretário de planejamento, de todos os estados de fronteira do Brasil, dos 11 estados – aqui não está na ordem; está na ordem de data –, de Roraima, mais ao norte, até o Rio Grande do Sul.

Nós fizemos esse trabalho, se os senhores olharem aqui, de junho a setembro, e entregamos para o Presidente uma primeira proposta: "Presidente, nós estamos aqui para mostrar aquilo que fizemos por diversas mãos, junto dos nossos secretários de estado: as cinco rotas de integração", que são essas que eu, a partir de agora, começo a mostrar para os senhores. Quero dizer que isso foi fruto de um trabalho de uma equipe muito competente, eficiente e apaixonada pelo que faz, representado hoje aqui pelo Secretário de Articulação Institucional, João Villaverde – João, se puder levantar a mão –; pelo Renata também, nossa Secretária-Adjunta de Assuntos Internacionais, junto com uma equipe valorosa – está aqui o Luciano, o Paulo, que é nosso assessor parlamentar; está aqui Denise e está aqui Cecília também nos assessorando, que fizeram parte também desse projeto.

Nós apresentamos essas cinco rotas diante do cenário do que nós já tínhamos. Essas são as primeiras artérias. Depois delas, muitas veias podem se integrar, ou seja, muitos municípios podem se integrar a esse projeto. E eu já vou adiantando, porque o Senador Marcelo vai perguntar onde é que o meu Piauí entra nisso – inclusive a sua Transnordestina e mesmo o porto –, e eu já vou dizer que o Nordeste está integrado, como uma grata surpresa, pois eu imaginava que o Nordeste não teria interesse nessas rotas, porque ele faz parte do litoral do Atlântico.

Eu vi que tem muitos produtos hoje produzidos no Nordeste... Sobre isso empresários, grandes empresários conversaram conosco, pois eles já começaram a ver que se interessam pela Rota 2 e pela Rota 1, para escoar os seus produtos, também a depender do produto. Para eles é mais barato, mais rápido, portanto, mais competitivo escoar alguma parte também por essas rotas.

Bom, eu depois da autorização do Presidente, falei com todos os ministros de Estado envolvidos, e, no final do ano, quando nós tivemos o evento do encontro do Mercosul, nós tivemos ali um pacto com alguns bancos. Procurarei outros; esse é de eu sou Governadora, e vamos procurar também os bancos de financiamento em que o Ministro Haddad é Governador, mas começamos com essa partida. Não adianta falar de projetos sem dinheiro, sem orçamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já quero adiantar – que tem a ver com o PAC – que todas as obras que eu vou mostrar, porteira para dentro do Brasil, já estão no PAC. Portanto, não vai ter impacto fiscal. A minha grande preocupação é: diante da responsabilidade fiscal, como é que nós anunciamos projetos novos sem precisar gastar um centavo a mais? E nós vamos mostrar para senhoras e para os senhores que não vai haver necessidade de expandir o gasto público no Brasil, porque, quando nós fizemos esse projeto, nós fazíamos parte também da elaboração do PAC como ministérios; então, a gente se adequou, conversando com alguns Governadores que falavam assim: "Olha, eu vou tirar uma determinada obra e vou incluir outra, porque ela faz parte das rotas".

Isso foi muito bem pensado nesse aspecto, mas a América Latina tem suas dificuldades, a América do Sul. Então, nós fizemos uma carteira de US$10 bilhões, 3 bilhões do BNDES. Eu já quero, antes de ter alguma pergunta – mas estou aberta a esclarecimentos –, dizer que o BNDES vai financiar porteira para dentro, ou seja, o Brasil. Aí alguém vai dizer: "Mas ministra, a senhora acabou de dizer que o Brasil não precisa de orçamento, de dinheiro?". A União não precisa, mas os estados brasileiros e os municípios brasileiros precisam.

Então, quem não está nessa rota e falar: "Poxa, eu estou a 50km, o meu município para integrar a BR-163, lá em Mato Grosso", porque é o nosso grande celeiro, é o estado vizinho, de Mato Grosso. "Eu preciso integrar, eu preciso de um financiamento de US$100 milhões." Aí ele vai ter os bancos, o BNDES, alguns bancos à disposição, e os outros US$7 bilhões são para financiar da Venezuela à Argentina, ou seja, todos os países que, porventura, quiserem se integrar a essa rota terão os financiamentos. Já posso adiantar, que Paraguai, Bolívia, Guiana... Paraguai já está até em andamento; Bolívia está estudando, Guiana já está conversando com o BID para poder haver essa integração.

Aqui eu tive o cuidado de conversar com todos os Ministros de Fazenda ou Planejamento, dependendo de cada país, de A a V, da Argentina à Venezuela. Então, estão lá Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, todos, e os presidentes dos bancos de fomento.

Em maio deste ano – portanto agora recente –, o Presidente acabou de assinar o decreto, instituindo a comissão interministerial. A partir de agora, nós temos condições de colocar em prática, trabalhar com todos esses ministérios – fora os demais, que estarão nos auxiliando –, dando a sua contribuição de acordo com a sua experiência, e nós vamos poder, a partir de agora, começar a produzir resultados de acordo com o decreto presidencial.

Aqui eu apenas coloquei em números as obras que, direta ou indiretamente, estão relacionadas a essas rotas. Nós não precisamos de todas as 40 hidrovias, os 35 aeroportos, os 21 portos, as 65 rodovias, as 15 infovias, que é essa conectividade pela água, as 9 ferrovias, os 5 linhões de emergência. A gente não precisa de tudo isso, mas a gente colocou que, direta ou indiretamente, faz parte.

Mas eu quero dar a boa notícia de que para a gente realmente ter pelo menos a artéria, ou seja, o funcionamento inicial, porque esse é um projeto de país e é um projeto que começa agora, mas é de longo prazo, ele não tem término. Daqui a cinco anos alguém fala assim: "agora, eu vou integrar o meu município ou uma região agrícola ou uma fronteira comercial ou tecnológica que foi criada num determinado rincão lá no Nordeste, do Sertão nordestino ou mesmo do Norte do Brasil...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um projeto que começa... vai gerar bons frutos a partir de agora, de 2026, já começa a render frutos, mas ele é um projeto de décadas, quer dizer, daqui a dez anos nós vamos estar falando dele, daqui a 20 anos nós vamos estar amadurecendo, daqui a 30 anos nós vamos ter um cenário no Brasil, colocando isso em prática, absolutamente diferente. Ninguém vai conseguir competir com o Brasil no mundo no que se fere à nossa fronteira agrícola, ao agronegócio, à agricultura familiar, à agroindústria. Eu que sou dessas regiões sei que é algo que a gente, às vezes, dá pouca importância, e a gente precisa começar a falar disso.

Aqui, acho que talvez da apresentação este seja o eslaide mais importante, para a gente entender porque há 30 anos isso era uma utopia e hoje é uma realidade. Há 25 anos, quando eu ouvi falar disso – aliás, eu ouvi falar disso há muito mais tempo –, eu falava assim – e eu sou de Mato Grosso do Sul, meu estado faz fronteira com o Paraguai e com a Bolívia –, há 30 anos eu falava "que loucura as pessoas quererem ligar o Atlântico com o Pacífico, escoar a produção para a China, para o mercado asiático pelo Pacífico?!" Eu não conseguia entender há 30 anos o que as pessoas estavam querendo dizer. Até porque há 30 anos os principais destinos das nossas exportações eram basicamente Estados Unidos, alguma coisa da Europa como Holanda, alguma coisa no Japão e alguma coisa na Argentina.

Olha o que acontece dez anos depois: praticamente metade da nossa produção, principalmente do Centro-Oeste e do Norte brasileiro, do Paraná – muito fortemente – e Grande do Sul, começa, em função do que o Marcelo mesmo disse – nós triplicamos a nossa produção agrícola –, a nossa safra começa a mandar. Nós diminuímos a nossa participação para os Estados Unidos e começamos a ter... obviamente que aqui tem o processo de desindustrialização do Brasil, que agora vai ser resolvido graças à aprovação da reforma tributária que as senhoras e os senhores aprovaram, mérito absoluto do Congresso Nacional. Essa foi uma reforma do Congresso Nacional – eu estava aqui quando se iniciou – e olhe, agora, 2023.

É autoexplicativo. Nós estamos aqui conversando com o Mdic para ver qual é o percentual, mas passa de 80% da nossa exportação para o mercado asiático – nós colocamos ali China como referência –, ao Sudoeste asiático: aqui entra Vietnã, aqui entra Indonésia, aqui entra uma série de países.

A partir daí, os senhores e as senhoras falam assim: "mas e daí? Se nós temos o Porto de Santos, o Porto de Paranaguá, se nós temos o porto em Pernambuco, se nós temos Itajaí, lá da Santa Catarina do querido Senador que aqui acaba de chegar, que já conhece bem, Esperidião Amin, que já esteve conosco em relação a esse projeto. E daí? Nós vamos mostrar a distância, o encurtamento da distância e do tempo, ou seja, do ganho de competitividade dos nossos produtos. Isso aqui é só mais uma complementação. Olha a participação das exportações em relação ao PIB de São Paulo, que é o verde, 20 anos atrás, e olha como ele está agora. Claro que é uma escala muito grande, dá a sensação que despencou, mas não é que despencou, é que saiu de 35 para 30.

Mas é só para mostrar, não é nenhum demérito de São Paulo ou dos estados do Sudeste, que é o que está em amarelo. É só o marrom que nos interessa. Os estados de fronteira, mais o Nordeste, mais alguns estados, como mesmo Santa Catarina e Rio Grande do Sul aqui no Sul,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

olha o que acontece: ele sai e ele vai subindo, no que se refere à concentração do PIB, mesmo tendo uma população menor, mesmo não tendo uma diversidade.

Isso aqui eu vou passar, porque eu já quero ir direto, dentro do tempo que me foi dado, eu quero – ou que eu me impus –, eu quero já passar para a primeira, para as cinco lâminas que são relacionadas às rotas.

Essa é a Rota 1. É a Rota que interliga o Brasil... à Venezuela já existe, é a única Rota que já existe, que nos liga à Guiana, a Suriname, à Guiana Francesa e ao Caribe. O que faltam nessas rotas, basicamente, são cinco obras; dessas, a 1, linhão de energia – e aí estamos falando de PAC –, vai estar pronta ano que vem; a número 2... Não, a 2 que é o linhão, a 1 é a recuperação da estrada. Ela já está trafegável, então ela entra no processo de recuperação, mas ela não é essencial para a rota funcionar, é que começa obviamente a ter muito tráfico, então ela vai precisar sempre estar sendo restaurada.

A mesma coisa em relação às 5 ou 6, eu não vou perder aqui tempo, deixo para os senhores depois para alguma explicação. O que interessa aqui é a Rota nº 4. A única obra a ser executada está no PAC, ela está sendo licitada – eu não sei se ela já está sendo licitada. (*Pausa.*)

Ela está em processo de licitação, trecho muito pequeno no Amapá.

O que o Brasil ganha com essa rota? O trecho que falta do lado direito dos senhores é esse trecho, e, do lado esquerdo, é o que está em negrito, na Guiana. O trecho que está em negrito vai ficar pronto só em 2027, 2028, mas o trecho que está em marrom tem condições de ficar pronto até 2026.

Nós temos acesso a todo o Norte brasileiro, aos produtos do Norte e também de parte do Nordeste, como por exemplo do Maranhão, e aqui o Pará muito fortemente com o Porto de Santana, escoando a produção, não só para a Guiana, Suriname e para a Guiana inglesa, que é o país que tem o maior crescimento do PIB do mundo nos últimos anos por conta do petróleo, como o acesso também mais rápido à América Latina, ao Caribe e ao canal do Panamá - depois eu mostro no último eslaide - para chegar mais rápido também à China e aos países asiáticos.

A Guiana já está conversando com dois bancos em relação a esses investimentos. Aqui tem infovia, eu não vou aqui me delongar muito.

Estivemos na Guiana com o Presidente, com os Ministros de infraestrutura, de portos, aeroportos, e nós estivemos conversando com o Presidente do Suriname e com o Presidente da Guiana também.

Estivemos por conta dessa obra também em Roraima. Fomos muito bem recebidos em Roraima por toda a equipe, estivemos já no Amapá do nosso Ministro Waldez, que nos acompanha e é fundamental nesse processo, um colega aqui também do Congresso Nacional.

E aqui eu apresento para os senhores a Rota 2. Só para entender, a Rota 1 é a que está em amarelo. Olha aqui como todas elas estão interligadas, a Rota 1 com a Rota 2, a que eu vou voltar agora, que é essa rota em rosa, ou em roxo ou lilás.

Eu diria que essa rota é a rota mais, ecologicamente falando, sustentável. Ela é toda hidroviária pelo lado do Brasil. O Marcelo falou: "A gente fala em rodovia, que é hoje a mais cara, obsoleta e tudo mais". Essa rota, no aspecto de logística, de infraestrutura, está pronta. O que falta nessa rota? Uma dragagem, que está sendo executada agora, já foi licitada e já foi dada a ordem de serviço. Não sei se estão esperando aí alguma coisa, mas foi dada a ordem de serviço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há menos de um mês. A dragagem no rio é uma coisa rápida; em seis meses, sete meses, ela está pronta. Sinalização... Eu brinco que aquele... Eu não sei o nome das placas quando é perto de rio, eu sei em rodovias, não é? Olhos de gato, aquelas placas? É alguma coisa nesse sentido para ninguém se desviar pelo caminho. O Senador Marcelo Castro falou que ele quase ficou parado, quase que o Rio Amazonas o levou para dentro de algumas outras regiões, porque, no barco dele, o motor, na semana passada... O barco não é dele, mas, no barco em que ele estava, o motor deu pane por três horas, e a água do Rio Amazonas, ou do Solimões, enfim, ou do Rio Madeira foi levando. Ele falou: "Daqui a pouco, eu ia parar num local". Mas, enfim, sinalização.

E a única coisa de que se precisa e já temos concurso e já está dentro do orçamento é uma alfândega, a Receita Federal em Tabatinga, que é o número um. É a tríplice fronteira do Brasil entre o Amazonas, a Colômbia... O Peru não está interligado, não faz fronteira, mas o Peru... Desculpem, o Equador e o Peru. Já conversamos com o Ministro Haddad, conversamos com a Receita Federal, estivemos em Tabatinga, como eu vou mostrar na foto, e ali nós vimos que até tem um prédio já do Dnit subutilizado que poderia servir de base para que a Receita Federal pudesse entrar.

Então, essa rota é uma rota, Senador Confúcio, que, na COP 30, nós podemos estar inaugurando. Por que essa rota é importante? Se vocês olharem aqui em Lima, embaixo, tem um porto que está sendo construído pela China. É o maior investimento da China na América do Sul e vai ser inaugurado em novembro deste ano. O Presidente da China, provavelmente, vai vir para a inauguração e, a partir daí, os empresários brasileiros têm nos procurado.

Senador Veneziano, é um prazer revê-lo.

Os empresários têm nos procurado, porque, a partir de agora, ele tem a capacidade de escoar a produção do Norte, de parte da Região Centro-Oeste e de parte do Nordeste brasileiro por essas vias. Nós temos, através dessa Rota 2, possibilidade de chegar a pelo menos quatro portos da América do Sul. Primeiro, entregar produtos para a Colômbia – vocês sabem que a gente vende peças de automóveis para a Colômbia, estivemos na Colômbia também – e receber produtos de lá, do Peru, etc., mas também pelo Pacífico chegar à China.

De novo essa foto só para entender aqui o que nós vamos falar agora da Rota 3. Mas aqui é o Porto de Tabatinga, nós utilizamos a fragata da Marinha. É importante dizer que Tabatinga, por ser fronteira, tem Marinha, tem Forças Armadas, tem Polícia Federal, tem Polícia Rodoviária Federal. Então, é só mesmo a questão de alfândega.

Ali é na Colômbia.

Aqui é na China, com o Vice-Presidente Alckmin, falando para uma plateia de empresários brasileiros que têm comércio com a China e que têm interesse e para alguns empresários chineses e do mercado asiático lá também no mês passado.

Eu só coloquei aqui a COP 30 como uma oportunidade de estarmos apresentando essa rota.

A terceira rota, já indo para mais...

Eu me comprometo de, em sete minutinhos, no máximo dez, encerrar a minha apresentação.

Essa terceira rota eu falo que é a rota do celeiro do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se nós colocarmos só Mato Grosso com Mato Grosso do Sul – e não estou aqui fazendo propaganda –, eles são responsáveis, esses dois estados (e muito mais por Mato Grosso do que por Mato Grosso do Sul, e é verdade, não é?), por praticamente 30%, ou um pouquinho mais, de todas as exportações das *commodities* de grão, e não estou falando de minério, pois minério é Minas e tudo, estou falando da parte agrícola mesmo, de alimentos, do Brasil. Então, essa rota, principalmente por conta de Rondônia, do Acre, de uma partezinha do Amazonas, do Pará, de Mato Grosso, do interior de Goiás e só do nortezinho ali do Mato Grosso do Sul, essa rota é fundamental, não só porque ela interliga o Porto de Lima, no Peru, mas principalmente pelo acesso que nós teremos pelos portos do Chile.

Por que essa rota é importante para a Bolívia? Porque tem que ser uma estrada de duas mãos, tem que ser bom para a América do Sul também, senão eles não querem participar, e eles têm muito interesse. A Bolívia não tem acesso ao mar, ao Atlântico. Então essa rota é muito importante. Eles têm o que o Brasil não tem: fertilizantes, que é o que há de mais caro hoje para a gente produzir – um terço dos custos da produção, dependendo da safra do grão, é fruto de fertilizantes. Eles têm minérios, e nós temos comida para entregar para eles. Então, essa integração é fundamental.

Aqui tem uma notícia boa: aquelas duas obras do PAC, a 1 e 2, já estão prontas, eram obras menores, de quinze milhões, vinte e poucos milhões, não sei nem se foram fruto de emendas dos senhores, se os senhores pediram para colocar no PAC – elas estão prontas. Então, pelo Acre, essa rota pode ser já em breve inaugurada, assim que, em novembro, o porto estiver pronto. Então, a Rota 3, por esse lado, está pronta.

A notícia não é tão boa em aspecto temporal. Já está pronta para que seja dada a ordem de serviço para a única obra importante para atender mais fortemente Rondônia, que, por enquanto, Confúcio, enquanto não estiver pronta, Senador Beto, que também é do Pará e que pode ter interesse nessa rota, a única coisa... O Presidente vai dar ordem de serviço lá, ela já está licitada, já está pronta para que seja dada a ordem de serviço por esses dias. Essa ponte de Guajará-Mirim leva algo em torno de dois anos e meio para ficar pronta, é uma obra muito grande e muito cara, de R$450 milhões, do PAC, um sonho antigo da população de Rondônia, de Mato Grosso, do Acre, daquela parcela, e fruto de uma dívida histórica – para quem gosta de história do Acre. Dizem que a gente incorporou o Acre da Bolívia a preço de um cavalo, diz a história; não foi bem assim, a gente assumiu alguns compromissos, mas essa obra realmente nós estamos devendo para a Bolívia. Estava incluída dentro do compromisso, portanto há mais de cem anos, Senadores, a construção dessa ponte, e agora estamos pagando essa dívida, e a Bolívia tem muito interesse nessa ponte.

No mais, nessa rota, quanto à parte de baixo, estivemos em Cáceres, o que interessa muito, principalmente a Mato Grosso. Em relação a essa, a Bolívia – e vocês sabem que está com uma certa dificuldade, nós acabamos de ver recentemente, inclusive, episódios – quer um compromisso do Brasil, que é o seguinte. Eu estive com o Embaixador, e nós vamos com o Presidente Lula, salvo engano, já na semana que vem, para falar sobre isto: "Realmente vocês têm interesse em trafegar por essa rota?" – porque, para a Bolívia pegar financiamento para fazer essas rotas, é preciso que seja economicamente importante para a Bolívia. Então, a gente vai assegurar que... Eu estive em Cáceres com o Ministro Fávaro, e eles falaram que é um sonho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antigo, porque a produção agrícola ali é imensa e eles não têm alternativa mais barata, que não essas rotas. Então nós vamos lá e dizer assim: "Vocês podem construir essa rodovia" – porque, se se construir essa rodovia, nós escoaremos os nossos produtos aqui pelo porto do Chile, passando pela Bolívia.

Só faltam duas...

Aqui é o Porto de Chancay. Em março, estava desse jeito; em novembro, ele vai estar pronto. Estivemos no Acre, fomos muito bem recebidos pelo Senador Alan, pelo Governador Gladson e por todos os companheiros e companheiras que estavam lá. Em Cáceres, também tivemos uma plateia muito significativa.

Esta é a Rota 4, que interliga o Pacífico ao Atlântico. Ela praticamente depende só de duas coisas: duas pontes. O resto, a gente colocou, mas não é fundamental. Duplicar a 262?! Enquanto isso, a 262 funciona. Seriam as duas pontes que Itaipu está construindo no Paraná e em Mato Grosso do Sul, no meu estado.

A ponte de Mato Grosso do Sul fica pronta no ano que vem. Em relação ao trecho do Paraguai, em que o Paraguai pegou dinheiro do Fonplata – eu já estive com o Presidente do Paraguai em um evento –, eles dizem que entregam até início de 2026.

Então, nós teríamos uma rota que vai do Porto de Santos até os portos do Chile, com isso, integrando Brasil, Paraguai, Argentina, Chile e mercado asiático. Terminando as rotas, aqui é um panorama da interligação da Rota 3 com a Rota 4 e a Rota 5.

Aqui é a Ponte Binacional, que fica pronta já no ano que vem.

E a Rota 5, que é a última rota. Essa rota já existia, é verdade, mas era muito precária. Ali havia algumas solicitações. A Lagoa Mirim, os senhores sabem, lamentavelmente, foi tudo uma tragédia, vai ter que ser... Nós estamos agora redesenhando o projeto, mas é uma dragagem relativamente rápida; é uma obra de 12 meses. Então, quando o projeto for feito de novo, porque ali foi destruído... Ali se precisava basicamente de três obras, o resto vai se complementando. Uma já foi inaugurada, que é o aeroporto binacional, o primeiro aeroporto binacional, interligando Brasil e Uruguai, a Lagoa Mirim e uma ponte, que já está no PAC, em processo de licitação, que é a número um ali. Aliás, está faltando o coloridinho azul ali. Essa rota permite que o Brasil se integre mais ao Uruguai e à Argentina, e daí também ao porto do Chile, visando ao Pacífico.

Eu gostaria, já indo aqui para o final, de mostrar uma lâmina que acho ser a mais importante do dia, e é a última também – é a mais importante. Hoje, se a gente pegar, como epicentro da América do Sul – e ele é mesmo –, o Estado de Mato Grosso – eu coloquei Cuiabá, mas não é bem Cuiabá, é ali perto –, nós vamos ver, em amarelo, como é que os nossos produtos chegam ao mercado asiático, que hoje compra 70%, alguma coisa assim, dos nossos produtos. É a linha amarela.

Não dá para passar por cima. Nós temos conflitos ali, políticos, uma instabilidade política. Olhe a Rota 1, o trecho em verde e em vermelho. Nem estou colocando a América Latina como potencial parceiro comercial. Agora, olhe as Rotas 2, 3, 4 e 5. A rota azul, só deixei ali porque, em alguns meses do ano, a depender de quando não está complicado na época de inverno, alguns produtos usam ali o Estreito de Magalhães, mas não é sempre. Então, as Rotas 2, 3, 4 e 5 utilizariam ou utilizarão essa rota vermelha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É autoexplicativo: reduz distância, tempo, aumenta a competitividade dos nossos produtos, anda menos por rodovia dentro do Brasil, é mais seguro, enfim... Essas são as alternativas logísticas em relação ao Canal do Panamá.

Coube a mim, aqui já agradecendo a oportunidade do convite, falar um pouquinho onde estava o PAC nas rotas. Acho que era uma audiência pública, que vai ter no futuro, com participação de vários ministros. E é óbvio que eu foquei em obras de infraestrutura, mas eu não posso encerrar sem dizer que isto aqui, a logística, é o meio para se alcançar o fim. A finalidade não é ponte que nós vamos construir, estrada, rodovia, portos, aeroportos, cabotagem, de que eu não falei, mas que tem aí. Aí tem conectividade, aí tem infovias, aí tem levar internet aos rincões mais distantes do Brasil, aí tem balança comercial, emprego, renda, desenvolvimento da região.

Então, diante desta audiência comum com a Comissão de Desenvolvimento Regional... A gente fala muito em diminuir as desigualdades sociais no Brasil. Não é possível diminuir a desigualdade social se nós não atacarmos fortemente a diminuição das desigualdades regionais, porque a cara mais pobre do Brasil não está no Sudeste, não está no Sul, não está no meu Centro-Oeste; a cara mais pobre do Brasil está na fronteira do Brasil. E eu conheço a fronteira do Brasil, eu conheço a fronteira do meu estado, conheço a fronteira de Mato Grosso, eu conheço a fronteira do Paraná, eu estive na fronteira do Amazonas, eu conheço a fronteira de Roraima, eu conheço a fronteira, parte da fronteira de muitos desses estados. A cara mais pobre do Brasil está nos pontos mais distantes.

Então, quando a gente fala dessa rota de integração, nós estamos falando, sim, do nosso carro-chefe, que é o agronegócio, nós estamos falando da agricultura familiar, nós estamos falando da agroindústria, é verdade, nós estamos falando da única forma que nós temos, ao lado da reforma tributária, que vai alavancar ainda mais o Sudeste, o setor empresarial do Brasil. A única forma de a gente diminuir a desigualdade social é através de emprego, através de renda e através de desenvolvimento.

Então, sei que alguns colegas Senadores que estavam em outras Comissões chegaram, mas eu encerro como comecei: esse não é um projeto de governo; é um projeto de país, um projeto de longo prazo, mas que começa agora. Chegou a hora dessas rotas de integração. Segundo: uma rota não briga com a outra, porque, se falássemos só de uma rota, ninguém daria importância, e ela não teria importância para o cenário. É importante que as cinco saiam do papel, e elas vão sair. É uma rota que não é para um futuro distante, que tem prazo para iniciar e não tem prazo para terminar. Essas são as artérias.

Quando o Senador Esperidião foi lá, ele falou "não, Simone, em Santa Catarina tem que incluir tal coisa". A gente já fez o estudo e já incluiu. Quando nós fomos a Roraima, nós acartamos a sugestão da Câmara de Vereadores e da Assembleia Legislativa de Roraima. Da mesma forma no Amapá, da mesma forma em Cáceres, em Mato Grosso, da mesma forma nos outros estados que nós fizemos.

Então, diante desse cenário, eu agradeço aqui a presença e o carinho do Senador Beto Faro, que está aqui, do Jaime também, que eu já cumprimentei, do Jorge, que acabou de chegar, do Veneziano, querido amigo, do Izalci, meu companheiro de Senado, junto com o Esperidião Amin, da Senadora Rosana, também de Mato Grosso, que conhece bem essa questão, e do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Zequinha. Eu não sei se ficou algum colega Senador ou Senadora que eu não tenha nominado.

No mais, Senador Confúcio, eu me encontro à absoluta disposição para atender aqui aos questionamentos e às dúvidas dos colegas Sras. e Srs. Senadores.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado à nossa Ministra Simone Tebet.

Ela está se assemelhando muito ao Juscelino Kubitschek, que foi um grande construtor de eixos rodoviários no Brasil. Todas essas rodovias desafiadoras, como a Belém-Brasília, a 364 – não é, Bagattoli? –, foi o Juscelino que abriu, no final da década de 50. E aqui nós tivemos um colega na década de 90, quando o Marcelo e eu estávamos na Câmara, que era o ex-Governador de São Paulo Franco Montoro, que dedicou todo o último mandato da vida dele, que foi como Deputado Federal, a essas relações latino-americanas. A todos esses esboços rodoviários de integração, Franco Montoro dedicou um mandato inteiro. Já bem velhinho, ele fez esse trabalho lindo.

Afora isso, todos esses eixos traçados e agora detalhados pela Senadora Simone também tiveram desafios lá atrás. Há 40 anos, um Presidente da Federação das Indústrias de Rondônia fez essas rotas por conta própria, com empresários rondonenses, e escreveu um livro. Ele era o Luiz Tourinho. Isso tem uns 40 anos. Depois, mais recentemente, há 15, 20 anos, Miguel de Souza, que, por acaso, está aqui hoje, também escreveu outro livro sobre a saída da Rota 3. Ele já imaginava isso. Fez expedições, subiu os Andes, foi para o outro lado, e fez esses contatos todos, há uns 20 anos. E agora surge a Simone, descortinando essas novas perspectivas de desenvolvimento e de integração latino-americana e com a Ásia também.

O primeiro inscrito é o Senador Beto Faro. A seguir tem Jaime Bagattoli, o Senador Esperidião Amin e Zequinha Marinho. Se mais alguém desejar falar...

Muito bem, com a palavra o Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente Confúcio, e Senador Marcelo Castro, Presidente da CDR.

Quero cumprimentar a todos os Senadores e Senadoras; de forma carinhosa aqui, a nossa Ministra Simone Tebet, e os representantes aqui das secretarias.

Quero pedir desculpas já, inclusive, antecipadas, porque vou ter que sair, pois tenho uma outra agenda. Mas fiz questão de aguardar toda a exposição, muito esclarecedora, de forma muito competente feita aqui pela Ministra. Quero parabenizá-la pela forma como vem conduzindo esse debate todo do PAC, coordenando e planejando essa questão do PAC, não só nessa área da logística, da infraestrutura, mas em todas as áreas. Eu tenho participado dos lançamentos e de alguns debates em todas as áreas, seja na educação, na saúde, e tenho visto a participação ativa do Ministério do Planejamento, que é importante demais para o país. Quero parabenizá-la, inclusive, pela forma como foi conduzida a construção do nosso PPA – de forma participativa, indo aos estados, ouvindo todos os segmentos, o que fez com que a gente, de fato, aproximasse a peça do PPA daquilo que é a realidade brasileira, da necessidade do nosso povo, e que foi proporcionado a partir do debate que foi feito no país inteiro, coordenado por V. Exa. Então, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queria parabenizá-la pela condução tanto aqui na questão do PAC, como na questão que foi colocada no PPA.

Eu sou Senador do Estado Pará, da Amazônia, uma região muito extensa e rica, por todos os processos da natureza e pela possibilidade não só na área de investimento e de infraestrutura, mas na turística. Mas é uma região de imensas dificuldades também.

Você colocou bem essa questão das distâncias. Essas obras, essas ações, aproximam o país, o que levará desenvolvimento para aquela região, uma região ainda com muita pobreza, apesar da natureza rica e exuberante que nós temos, mas muita pobreza das pessoas, e que nós precisamos nos organizar.

Vejo aqui a preocupação do Governo com essa região. Conjuntos de ações, de obras que interligam, passam por essa região, até por conta da sua localização. Então, queria fazer esse elogio aqui a essa questão.

Nós temos sempre questionamentos, do ponto de vista da sociedade. "Mas isso tem previsão orçamentária, tem período, de fato, para licitações?". "A quanto andam as conversas com os outros países, para que a gente possa fazer ações?". Aqui já foram demonstrados, numa série de projetos, daqueles que já estão em andamentos, os prazos. Acho que isso é importante para dar a credibilidade, para poder garantir o apoio da sociedade a esse projeto, que é tão importante.

Queria ressaltar que, assim que tiver essas informações – que este Parlamento seja comunicado –, que sejam passadas com muita transparência para a gente poder ir alocando. E até evita de a gente estar tomando o seu tempo no dia a dia lá no ministério, se a gente tiver essas informações.

Por fim, uma das questões que me faz ficar feliz e contente é que, nos últimos Governos, nos últimos anos, a taxa de investimento que o país fez com relação ao PIB era muito pequena, diminuiu muito. E aqui há uma demonstração efetiva de a gente ter uma taxa de investimento maior com essas ações todas e com a busca, com a capacidade de buscar esses recursos. Eu tenho visto a participação de todos os bancos; isso está sendo dialogado.

Na nossa região, o BNDES... Em Belém, até o escritório que tinha do BNDES, no passado, foi fechado. Nós já tivemos um momento em que tinha o escritório do BNDES; e foi fechado. Não tinha nenhum debate. Hoje, a gente vê o BNDES ali presente, dialogando, fazendo investimento. Há uma mudança de rota e de rumo nessa coisa aqui. E a convocação de outros bancos... E isso faz com que os nossos bancos locais, como o Banco da Amazônia, também possam se ajeitar nessa rota.

Então, é fundamental o que está sendo feito, e eu só estou aqui para parabenizar a coordenação. Acho que efetivamente há necessidade de qualquer país ter um planejamento, e hoje você conduz com muita competência essa questão da organização do planejamento do Governo brasileiro. Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem. Vamos fazer um bloco de três. Depois, eu passo a palavra para a nossa Ministra.

A seguir – vamos dar cinco minutos para cada um? –, Senador Jaime Bagattoli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Confúcio Moura.

Quero cumprimentar aqui a nossa Ministra Simone Tebet. Quero parabenizar você pelo desempenho nesse trabalho em que você está à frente. É uma missão muito grande de que nós precisamos, há anos nós estamos com esse sonho de interligar e de ter essa saída para o Pacífico.

Quero cumprimentar os demais membros da mesa na pessoa do Senador Marcelo Castro, mas eu não posso deixar de cumprimentar uma pessoa presente aqui conosco, morador de Rondônia – amo o Estado de Rondônia –, hoje está em Brasília, trabalhando com o Senador Confúcio Moura, é engenheiro, já foi Deputado, Miguel de Souza, um homem que tem um grande conhecimento sobre a saída da Estrada do Pacífico.

O sonho do Miguel de Souza foi realizado uns anos atrás, com aquela rodovia interligando o Acre ao Pacífico. Eu fiz a rota da rodovia, só que aquela rodovia, devido à Cordilheira dos Andes ser um terreno muito acidentado – são quase 400km de cordilheira –, é impossível de se transportarem mercadorias, produtos que não são industrializados, que é o caso de soja, milho, minério de ferro. Todo produto que é manufaturado, que não é industrializado, é impossível de se transportar por aquela rodovia.

Então, o nosso grande sonho dessa interligação Atlântico-Pacífico é através de ferrovia, que é o grande canal – porque, depois do transporte marítimo, do hidroviário, vem o transporte ferroviário; o rodoviário é um transporte mais caro, mas tem em alguns lugares –, ainda que nós precisemos fazer a interligação com o transporte rodoviário.

Quero dizer para vocês sobre a BR-364. Quando eu nasci, praticamente foi inaugurada a BR-364, no Governo Juscelino. Foi um sonho aquilo, e 24 anos depois, em 1984, já foi inaugurada aquela rodovia pavimentada Cuiabá-Porto Velho. Quero dizer a V. Exa., Confúcio Moura, que aquela ponte de Guajará-Mirim é um sonho realmente para os rondonienses, para a Bolívia. Quero dizer aqui a V. Exa., Senador Amin, que nós estávamos comentando que, quando a Simone Tebet falou sobre o Estado do Acre, sobre o cavalo, não é só sobre um cavalo. Aquela ferrovia de 365km feita entre Porto Velho e Guajará-Mirim, sobre a qual se falava que morreu uma pessoa por dormente, por dormente não foi, mas, a cada 100km, nós perdemos um brasileiro ou um estrangeiro, porque teve mais de 26 países para fazer aquela ferrovia, naquela interligação. Quem quiser ter conhecimento daquilo, procure saber sobre a ferrovia Madeira-Mamoré. Morreram mais de 8 mil pessoas naquela ferrovia, na sua construção, com doenças como a malária.

Quero dizer para vocês sobre a BR-319, que também é de suma importância, tem que estar no PAC, porque nós vamos sofrer de novo, a maior seca eu acho que, hoje, nós vamos sofrer ainda, pelo Brasil afora. É um fator climático, são ciclos, não é nem só sobre problemas climáticos, são ciclos que nós viemos vivendo e nós vamos ter uma situação gravíssima.

A hidrovia do Madeira, pelo que eu tenho conversado com as *tradings* – Amaggi, Cargill, Bunge e ADM –, eu acho que, a partir do início de julho...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... início de agosto, não sei se vai ser navegável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer para vocês que todo esse sonho que nós temos dessa interligação... Vocês vejam como que nós perdemos espaço.

Dois anos antes de que a primeira rodovia asfaltada no Brasil – em 1928 –, em 1926, os americanos – claro, eles tinham um país que existia só dentro do território deles – já tinham interligado uma ferrovia Atlântico-Pacífico...

Então, essa situação para o desenvolvimento de todos os países da América Latina, dos nossos países aqui da América Latina... é de grande, de suma importância, que a gente faça essa interligação. Nós sabemos que nós vamos ficar muito competitivos, principalmente para exportar para o continente asiático.

Como está estourando o meu tempo, eu só queria deixar duas perguntas a você, Ministra.

Ministra, sua pasta possui um voto no Conselho Monetário Nacional, correto? A senhora está ciente dos impactos da Resolução CMN nº 5.081, de 2023, sobre o setor agropecuário?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Com prioridade, passo a palavra para o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, eu quero cumprimentar minha prezada amiga Senadora e Ministra Simone Tebet e os seus colaboradores, a Renata e o Villaverde, quero cumprimentar também o Senador Marcelo Castro. Pelo laudo do problema de trânsito fluvial que ele teve, parece que foi um problema psiquiátrico mesmo, e ele curou. Foi o último paciente que ele tratou e sobreviveu.

Eu quero só cumprimentá-la, hoje à tarde a nossa bancada de Santa Catarina tem uma audiência. Acho que esse, seu quase vizinho... eu acho que o que merece o aplauso, o apoio... sugiro até que, periodicamente, nós sejamos informados – poderíamos ter uma reunião trimestral – porque nós podemos ajudar a enriquecer esse projeto.

O Senador Bagattoli falou sobre a ferrovia leste-oeste dos Estados Unidos. É verdade que, num único país, eles conseguiram construir logo depois da guerra civil, ou seja, a guerra civil não atrapalhou e, para vencer as montanhas rochosas, eles esgotaram a espécie humana – alemão, inglês – e quem conseguiu terminar de vencer aquele clima terrível foram os chineses, já naquela época foram os chineses, que aguentaram trabalhar lá em cima, no frio, no vento, e convivendo condignamente...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – No Canal do Panamá também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O Canal do Panamá, o segundo também.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – É.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Essas travessias leste-oeste foram perdidas por nós na América do Sul. No Chile existem 300 topônimos tupi-guaranis – deu para entender? –, ou seja, eles já trafegavam.

O Caminho do Peabiru, que é a Rota 4, que eu já levei a conhecimento... o caminho do Peabiru é a Rota 4, só em Santa Catarina nós temos seis portos – seis. É muito difícil um Estado federado, numa Federação no mundo, ter seis alternativas. É verdade que nos faltam ferrovias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no sentido sul-norte que façam a integração e otimizem isso, mas como se pode perceber pelo mapa, no Pacífico não faltam portos, mas eles estão sendo direcionados para fora. É o único alerta que eu faço.

Se a senhora colocar o mapa da América do Sul ali, o mais abrangente, a senhora vai ver que é sempre uma rota do interior para o porto, não existe uma interligação entre os portos. No Peru, seria Chan Chan, que é quase Chancay, que foi uma cidade, capital de um império anterior ao Inca.

Então, a história é muito interessante; resgatar a história da América do Sul e dinamizar, primeiro, as rotas bioceânicas. Resgatar, na verdade. Olha bem, o Caminho do Peabeiu, supostamente, legendariamente, foi o caminho do São Tomé. São Tomé esteve por aqui, assim como esteve em Santiago de Compostela. É tão verdadeiro cientificamente quanto. Ou seja, se forem lendas, são duas lendas, fora as...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... riquíssimas lendas da Amazônia.

Então, eu estou aqui para cumprimentar. Acho que, em termos práticos, se trimestralmente ou semestralmente as Comissões integradas forem informadas sobre em que evoluiu, ou seja, o que andou, quando nós podemos ajudar, acho que teremos dado plena utilidade a essa reunião, que eu já considero, neste momento, histórica, não apenas pela presença de todos, mas pelo prestígio aqui dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado. Vamos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... segundo o crédito, heim!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, Confúcio, são 30 segundos de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

A SRA. SIMONE TEBET – O Senador Esperidião Amin, como bom árabe, um bom descendente, como eu, quer sempre ter a última palavra. Então, ele pediu os segundos porque tem direito à réplica e à tréplica. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem.

Nós temos três Senadores que se apresentaram: o Beto, o Jaime Bagattoli e o Esperidião Amin.

Eu passo a palavra à Senadora e Ministra Simone Tebet para responder.

A SRA. SIMONE TEBET (Para expor.) – Em cinco minutos, no máximo, eu respondo às três, até porque o Senador Beto, muito gentil, não fez perguntas, mas na mesma linha no Senador Esperidião Amin, me fez um apelo, não é? Para que a gente possa estar divulgando, ainda que não trimestralmente, mas divulgando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero só reforçar de novo que esse é um projeto ainda inacabado, porque ainda falta a mão dos senhores em estados que eu ainda não fui, tem alguns estados que faltaram, quatro estados. Nós estamos aperfeiçoando constantemente e assim que nós batermos o martelo... E estamos indo a todos os países da América do Sul. Como eu disse, nós vamos agora à Bolívia, que faltava. Acho que o mês que vem, Argentina e Uruguai, e acho que a gente praticamente fecha, não é? (*Pausa.*)

Ah, e Chile, em agosto. Aí a gente fecha.

A ideia do Ministério é colocar atualização mensal no *site* do Ministério, mas só depois que o boneco estiver pronto de novo; não adianta a gente colocar... O projeto está inacabado, acho que é importante dizer. Não está sendo feito, ele foi gestado pelo nosso Ministério, mas está sendo feito por diversas mãos, dos secretários de planejamento e fazenda de todos os estados de fronteira, com os ministros de fazenda de todos os países da América do Sul, e também fomos à China, até na Arábia Saudita nós fomos, nós estamos andando. Fomos ouvi-los também.

Então, tanto a colocação do Senador Beto quanto a do Esperidião Amin são mais do que relevantes e importantes, e tenho meu compromisso de estar no *site*, em agosto, e a partir daí, venha o quanto precisar.

Obrigada, Senador. Vamos estar juntos à tarde, no Ministério.

Em relação a... Então, acredito que a colocação que os dois fizeram foi essa.

O Senador Jaime, mas eu acho que é "Bagáttoli" ou é "Bagattóli", mas eu acho que é "Bagáttoli", não é? (*Pausa.*)

Então pronto, Senador, fez uma referência à uma referência da Rota 3, que é Miguel de Souza, e nós também queremos estar próximos ouvindo, quando formos à Rondônia, para incorporar ainda mais, aprimorar ainda mais o nosso projeto, mas fez dois levantamentos que eu reputo importantes: o primeiro que é a questão de ferrovias. Por que eu não falei de ferrovias aqui? E eu tenho essa convicção desde a época que eu era Senadora na Comissão de Desenvolvimento Regional. Não há nada mais caro em logística do que construção de ferrovias. O Brasil não tem orçamento para investir em ferrovias. Acredito que o mundo não – de um modo geral, à exceção de pouquíssimos países – tem.

O que eu acho que falta para o Brasil – e a Comissão de Infraestrutura pode ser uma grande parceira nesse sentido – é a gente apresentar, nos tempos de hoje, um modelo, um projeto regulatório de que tipo de investimento nós queremos na parte de ferrovia no Brasil, que tipo de parceria público-privada poderia ser essa – até com capital estrangeiro.

E para proteger o capital nacional, ou seja, para proteger os nossos empresários, o setor produtivo, nós podemos até discutir se permitiríamos ou não que o estrangeiro, seja o americano ou o chinês, seja o europeu ou sul-americano, pudessem ter maioria ou não nas concessões e permissões. Poderíamos estar discutindo. Agora, não se faz ferrovias no Brasil só com investimento público. É impossível fazer. Significa ter que tirar dinheiro da saúde, da educação, da segurança pública, da proteção social, da atenção aos idosos.

Então talvez, dentro desse processo, nessa Comissão, que é de infraestrutura, caiba, dar suas sugestões para algo que o Governo também já está analisando. Não é do meu ministério, mas nós fazemos parte também. E a Casa Civil tem avançado também nesse ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então unirmos forças naquilo que interessa ao Brasil, independentemente de sermos oposição ou situação. E isso é fundamental, porque realmente, quando a gente fala da logística, eu falo de portos, eu falo de aeroportos, eu falo de hidrovia, eu falo de cabotagem, eu falo de rodovias, e a gente fala de pouquíssimas ferrovias no Brasil. E tem duas ferrovias de norte a sul, de leste a oeste, que precisam ser integradas.

A Arábia Saudita tem interesse, a China tem interesse, nós temos investidores estrangeiros interessados, temos que saber qual é a modelagem que interessa ao Brasil, porque também só investimento privado nacional não faz. Normalmente, os investidores, as empresas brasileiras são muito focadas, as grandes empresas – não vou citar nomes para achar que estou fazendo propaganda –, em rodovias, então concessão, duplicação de rodovias.

Não há dinheiro no mercado para se fazer sozinho ferrovias no Brasil. Mas eu não vou aqui adiantar, mas sei que tem muita gente de fora interessada. Se eles vão poder entrar com 51%, ou só 49%, e nós ficarmos 50%, isso é uma discussão que nós já estamos tratando, e que eu acredito que a Comissão de Infraestrutura também pode dar sua parcela de contribuição.

E, por fim, o Senador Jaime me perguntou sobre o CMN, eu não tenho de cabeça todas as resoluções, porque, hoje mesmo, eu tenho voto, que eu tenho que entrar ao meio-dia para votar várias resoluções que estão numa extrapauta convocada do CMN hoje. Mas a gente trabalhou muito na parte rural com o Proagro, eu não sei se é do Proagro ou se é do CAR. Acho que pode ser do CAR. Do CAR, a gente tem que lembrar só que, quando a gente decide alguma coisa, alguma resolução, é pautada, em lei ou em alguma decisão do Judiciário ou do Tribunal de Contas, nos alertando para aprimorarmos a fiscalização ou o controle.

Se for em relação ao CAR, eu faço rapidamente a consideração aqui, pelo que eu puxei, em 5.881, pode ser que seja a questão do CAR, a gente deixou claro que não é possível conceder crédito rural para pessoas que tiveram cancelamento ou suspensão do CAR. Aí é uma proteção nossa, é uma proteção do país e isso é uma proteção mesmo para aquele que vai pegar o financiamento e depois pode ter problema com o Judiciário.

Então, de qualquer forma, eu me comprometo, depois, a buscar as informações. Inclusive, a minha razão de voto é pública – sempre, depois se torna pública na ata –, mas eu posso conversar com o senhor, se não for essa resolução. Se forem as resoluções do Proagro, eu só quero dar um número. Eu sou do agronegócio; então, eu falo com muita tranquilidade sobre esse assunto. Eu sou do agronegócio, de estado do agronegócio e defendo o agronegócio no Brasil. Então, eu falo com muita tranquilidade, mesmo quando eu voto contra alguns interesses que alguns acham que sejam do agronegócio.

O Proagro nos assustou nos últimos anos. A gente fala de gastos fiscais, gastos tributários... A gente tinha o Proagro, há três anos, com o orçamento que era desembolsado, que a gente cobria do orçamento brasileiro, de 1,9 bilhão; em três anos, foi para 9 bilhões. Então, eu sou obrigada a fazer um pente-fino e falar o que está acontecendo.

É para mudanças climáticas, a gente sabe que em alguns momentos isso aconteceu, mas aí a gente foi ver que a modelagem do programa é muito mal feita, e é preciso rediscutir a modelagem do Proagro no Brasil, até para não faltar dinheiro. Não é para fazer superávit; é até para não faltar dinheiro para outras áreas que o próprio agronegócio quer: Seguro Rural, Plano Safra, etc. Agora sair de 1,9 bilhão para 9 bilhões em três anos, sem justificativa... Aí nós fomos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ver, por exemplo, que quem vai lá e faz o ateste é o perito, e o perito que faz o ateste na área que foi considerada, que teve mudança climática, ganha por produtividade de ateste favorável que ele dá. Então, não é por ida lá, porque se falasse assim: ele vai e analisa... Se ele confirmar, ele ganha – foi a informação que nós tivemos.

Então, nós estamos rediscutindo esse... Nós não vamos acabar com o Proagro; muito que o contrário, ele tem que se tornar eficiente, porque, quando alguém precisar do Proagro, ele tem que estar à disposição do agricultor, da agricultura familiar, da grande agricultura e da grande pecuária.

Agora, nós também sabemos – palavras do Ministro Fávaro – que tem gente que está plantando no Proagro; tem gente que sabe que aquela área tem problema climático, aquela área não produz, e ela há 20 anos, ou ele há 20 anos recebe Proagro. Então, esses ajustes, Senador Jaime, assim, que... Eu tenho muito cuidado com essa questão, mas eu tenho que ser muito imparcial, muito justa e utilizar a legislação.

De novo: não é para prejudicar o setor, é para ter... Por exemplo, o Seguro Rural, ele não tem cobertura para todas as propriedades, e ele precisa ter.

Então, de onde eu tiro, já que eu não tenho orçamento? Fazendo a qualidade do gasto público. Tiro de onde está irregular ou que está acontecendo alguma coisa, que pode ter até exceção, mas tem, e para colocar onde precisa.

Mas eu me comprometo, já que não é o assunto... Eu não vim preparada para a pergunta, porque eu não sei de cabeça as resoluções. Eu tentei achar aqui; acho que era questão do CAR. Eu me coloco à disposição de V. Exa. depois da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Os próximos três Senadores a fazerem questionamentos são o Senador Zequinha Marinho, o Senador Jorge Seif e a Senadora Rosana Martinelli.

Com a palavra o Senador Zequinha Marinho, por gentileza.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

Bom dia, Ministra, bom dia, equipe. É uma satisfação ouvi-los nesta manhã. Cheguei um pouquinho atrasado, mas, primeiro, eu quero cumprimentá-los pelo nível do bom debate aqui, que é extraordinário. Esta bancada do fundo aqui é a Acre, é Pará, é Amazonas, que está se levantando aqui, mas tem um mato-grossense aqui, do meu vizinho do lado.

A gente realmente está precisando, está ávido por ter uma interlocução nesse nível com o Governo – isso é muito saudável.

Eu não sou muito antigo na política, mas tenho alguns dias, e eu fico pensando como é que se governa um país desse tamanho sem planejar ações estratégicas também na logística, na infraestrutura, etc.

D. Pedro II já se virava atrás da construção de ferrovias, naquele tempo, lá atrás. Se aquele pensamento permanecesse, a gente teria um país completamente diferente, minha Senadora. Entendeu?

Então é muito, muito, muito boa esta conversa aqui, e eu quero pedir ao nosso Presidente e a todo mundo aqui que a gente entre em acordo, para ter, periodicamente, um debate

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atualizando tudo isso. Não só nas rotas de saída – eu estou com problema de diplopia, estou com dificuldade para enxergar –, no escoamento da nossa produção, na entrada de produção lá de fora, mas na questão interna, aqui dentro.

A senhora me bateu pesado quando falou assim: "A cara da pobreza do Brasil...".

Como é que a senhora falou?

A SRA. SIMONE TEBET – A cara mais pobre do Brasil está na fronteira, e, lamentavelmente, a cara mais pobre do Brasil é do Norte e de uma mulher negra. Essa é a cara, pelo IBGE.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Então, isso, para a gente, pega assim... bate de... Nós estamos numa região fantástica, maravilhosa, e apanhando, apanhando como ninguém. Para a gente quebrar esse ciclo de pobreza, de subdesenvolvimento, a gente tem que entrar de corpo e alma nessa conversa, nesse debate da construção da infra, de como produzir.

Nós temos... A senhora sabe. No Mato Grosso do Sul, não é muito diferente de outros biomas por aí na questão ambiental. A gente precisa botar a casa em ordem com a questão ambiental. Não é porque uma estrada passa em determinado local que nós vamos parar de construir aquilo, esquecer o Brasil dali, submetê-lo à pobreza, a essa cara pobre e difícil – sem explicação!

Será que nós não temos a racionalidade e a responsabilidade de fazer as coisas de forma sustentável? Temos. Aquilo que não pode ser feito, com certeza não vai ser feito: "Está errado!", não vai ser feito. Mas aquilo que pode ser feito deve, porque as pessoas dependem disso.

A gente critica a Índia, por exemplo, em que a vaca é sagrada, e aí se passa fome, morre-se de fome adorando a vaca. Todo mundo dá gargalhada. Mas aqui a gente está fazendo a mesma coisa: um insetinho, um não sei o quê é mais importante do que um ser humano.

Gente, o que é mais importante do que um ser humano? O que é mais importante do que cuidar do seu semelhante? "Ah, mas está cuidando errado. Então, mate-se o ser humano". Não! Mate-se a ignorância, para se poder fazer a coisa bem-feita e cuidar melhor do ser humano.

Então, você não sabe o quanto me alegra, nesta manhã, ouvi-la. O pessoal disse que não gosta muito de político, mas deixe eu lhe falar: ai do mundo, do Brasil, se não fossem os políticos. Então, quando se consegue reunir competência política com competência técnica, como V. Exa. faz, isso nos dá muita paz, muita tranquilidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Encerrando, eu preciso, ou nós precisamos, aqui, acertar procedimentos para conversarmos sobre isso, não só nessa área. Nós precisamos debater Ferrogrão, por exemplo. Como é que eu trago a soja do Mato Grosso do Jayme Campos e da Senadora Rosana Martinelli? Porque eu posso passar ali pertinho, entrar no Pará, pegar a barcaça, o navio, e ir embora...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Porto de Mirituba.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É isso aí.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Eu economizo 77% em emissão de CO_2, contra um modal que emite um absurdo, como é o rodoviário, que consome combustível fóssil. "Ah, mas as ONGs ambientais..." ONG ambiental não está lá para fazer meio ambiente, está para fazer outras coisas. Se não, apoiavam a Ferrogrão. "Não, mas tem o *lobby* aqui do Sul..." e não sei o quê. Até nisso a senhora pode nos ajudar a equilibrar esse jogo. O Brasil tem que se desenvolver independentemente da região.

Lá no Norte, a gente não torce contra o Sudeste, não torce contra o Sul; nós torcemos pelo Brasil e queremos que todo mundo cresça. Mas, por favor, nos ajude a sair de debaixo de um pé de boi. Como a senhora conhece fazenda, sabe quanto um boi de 1,2 mil quilos pesa. E a gente está ali sufocado, em cima de coisas tão insignificantes em relação à vida humana, que mora, que vive, que sofre, que está ali e que acha que aquilo é daquele jeito mesmo, porque já se acostumou. Mas não, pode ser diferente, a gente pode ter um país melhor ali.

Bem-vinda, hoje e sempre, para a gente encaminhar essas coisas, para que o Governo possa enxergar a gente com bons olhos também!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Zequinha Marinho.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Com a palavra, o Senador Jorge Seif.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Ah, pois não.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Eu só gostaria de complementar...

Bom dia, Ministra! É um prazer recebê-la aqui, nesta Comissão.

Bom dia, Presidente e todos os amigos Senadores!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bom dia!

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Eu gostaria só de complementar o que o Zequinha Marinho falou da Ferrogrão.

O Brasil é o único país que eu sei, até hoje, que trava um estudo, o estudo da Ferrogrão. Nós fizemos uma via-sacra no STF, conseguimos destravar, e agora está interrompido novamente.

Eu não entendo isso, Ministra, porque nem que seja para dizer "não", mas faça o estudo.

Só isso.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Com a palavra o Senador Jorge Seif.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente. Para fazer uma complementação que eu esqueci, Ministra.

O PLS 261, de 2018, de autoria do Senador José Serra, de São Paulo, e relatoria do Senador Jean Paul Prates, dá todo um novo modelo para as questões das ferrovias, moderno, simples, eficiente. Se V. Exa. mandar encomendar um estudo disso, tenho certeza de que a senhora vai encontrar uma senhora legislação que viabiliza tudo, tudo, de ponta a ponta, para modal ferroviário.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Jorge Seif, com a palavra.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, muito bom dia!

Bom dia, Senador Marcelo Castro!

Sra. Ministra, seja muito bem-vinda aqui ao Senado. Eu lhe agradeço pela apresentação da senhora e da sua equipe, da Sra. Renata, do Sr. João Villaverde. É empolgante e animador ver um projeto dessa magnitude. E eu creio, Ministra, que a senhora e a sua equipe podem escrever o nome na história do Brasil se esse projeto realmente for viabilizado. A senhora sabe que o Brasil tem muitos problemas, mas, quando se fala em produção, o nosso maior problema no Brasil e na minha Santa Catarina se chama infraestrutura. Então, esse projeto aí anima o nosso coração e nos dá muita esperança no futuro.

Eu tenho algumas questões para a senhora e, basicamente, um pedido, reiterando o pedido do Senador Esperidião Amin e do Senador Zequinha Marinho, de sermos atualizados disso, porque é muito bacana, inclusive, para destinar emenda, para participar, para contribuir. Eu acho que a senhora já se comprometeu com atualizar o *site*, mas, além disso, talvez, até poderíamos fazer trimestralmente uma reunião como esta aqui, porque nada como olho no olho, face a face.

Uma segunda pergunta que eu tenho para a senhora é se já existem cronogramas, porque, é lógico, a senhora falou que é uma obra de Estado, e é uma obra que, na verdade, não termina nunca, porque outras vias vão ser integradas ao longo da história – como a senhora falou, cidades a 50km vão querer se integrar, etc. –, então, é uma estrada, um programa para a vida inteira. Mas e cronogramas, pelo menos, para a parte brasileira? Para os outros países, a senhora não pode dizer, porque depende de aprovação, depende de financiamento do BID, depende de financiamento de não sei o quê. Mas, se nós concluirmos, Ministra, essa parte do Brasil, somente do Brasil, olha, será um sonho para todas as regiões. Então, a primeira coisa que eu queria pedir para a senhora seria um cronograma.

E por que eu digo isso? O PAC já foi um programa do atual Governo no passado, do Governo Lula, do Governo Dilma. E, de acordo com algumas reportagens a que eu assisti, o percentual de entrega dos programas do PAC, infelizmente, foi muito baixo, não chegou a 50% das promessas. Então, como é um programa PAC... A senhora está agora diante dele e, pelas fotos, pelas viagens que a senhora fez, é inegável que está havendo um esforço que nós comumente não vemos quando se fala de planejamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, além do cronograma, eu queria saber com a senhora se a parte ambiental desses projetos já está aprovada ou em aprovação. E também digo para a senhora o motivo: os próprios governistas têm uma posição muito crítica sobre a colega da senhora, do Ministério do Meio Ambiente, justamente por posturas muito radicais, por posições de extremo protecionismo, preterindo o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, como também o Senador Zequinha Marinho falou. Então, da parte ambiental, pelo menos do Brasil, é lógico, de tudo o que a senhora apresentou, nós já temos aprovação?

Por fim, quero agradecer à senhora, parabenizá-la.

Fico no aguardo dessas respostas aí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem, Senador Jorge Seif, muito obrigado.

Senadora Rosana Martinelli, por favor, com a palavra.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Obrigada, Senador Confúcio, Presidente.

Quero cumprimentar a nossa Ministra Simone e parabenizá-la pela disponibilidade e pela coragem de estar fazendo um programa tão precioso para o nosso Brasil, porque o nosso problema maior no Brasil é a infraestrutura.

Eu, como Prefeita – sou de Sinop, Mato Grosso, da região norte –, já acompanhei o PAC e também tenho preocupação, como o Senador Seif comentou, justamente sobre isto: a complementação. A gente acompanhou o PAC dos aeroportos. Enfim, chega ao final e, principalmente por problemas ambientais, orçamentários, não sai do lugar. E nós estamos num momento, no Brasil, em que a gente precisa tirar o pé do chão. Nós não podemos mais... O mundo é extremamente competitivo e nós precisamos.

E quando o Senador Zequinha fala que é nosso vizinho – eu estou a 300km dele... Essa preocupação ambiental, como o Seif também mencionou, é muito preocupante.

E eu falo, Ministra, sobre a Ferrogrão. A Ferrogrão já tinha que ter sido tirada do papel. Nós fizemos audiências públicas, ela vai percorrer ao lado da BR-163, justamente para facilitar toda a obra em questão de custo, em questão de licenças. Já estava em processo licitatório, e sabemos que não tem dinheiro. A iniciativa privada ia entrar, já tinha até consórcio, inúmeras reuniões, movimentação de todo o Mato Grosso e do Pará, de Sinop e Mirituba. Mato Grosso hoje é um dos maiores produtores do Brasil, só perdemos para os Estados Unidos. Nós precisamos escoar, e o Brasil precisa, principalmente economicamente, porque há quantos anos não é o grão que sustenta o PIB, que faz a diferença?

Então, quando você vê que o mais importante... Quando você olha – e falo com o devido respeito ao meio ambiente – que um morcego é mais importante que uma vida humana, a gente fica preocupado. Nada contra, mas não se compara: podem morrer milhares de pessoas numa rodovia, não tem problema; mas o morcego, Deus me livre morrer, não pode!

Isso a gente sofreu na duplicação de Cuiabá a Rondonópolis, não foi, Senador Jayme? Ficou anos empacada a obra de duplicação...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Posso abrir um parêntese na sua fala?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sim.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Ministra, a informação que eu tenho – porque eu me dedico também: assim como o Mato Grosso, o Pará também se preocupa – é que, enquanto nós estamos discutindo se faz ou não faz a Ferrogrão, Senadora Rosana, no mundo foram construídos 34 mil quilômetros de ferrovias, entre China e outras regiões do mundo. Só isso, 34 mil; e nós estamos aqui conversando ainda sobre se podemos ou não fazer.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – A gente sabe que a construção leva em torno de dez anos – claro, se a iniciativa privada entrar, a gente sabe que vai reduzir esse tempo –, mas tem que destravar. Aí para, vai uma aldeia indígena, com tudo pronto para licitar, aí vai com compensação: vai tirar, vai prejudicar 50, mas a demarcação contemplaria 500 de compensação. Então, não está prejudicando nenhum indígena.

Nós respeitamos os povos indígenas, só que não podem prevalecer vários interesses de ONGs, porque muitas estão aí para ganhar dinheiro...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... e tirar dinheiro do Governo Federal; não estão preocupadas com o povo brasileiro, e sim em conquistar e conseguir cada vez mais dinheiro, levando uma imagem negativa do Brasil para o mundo todo, porque quanto mais coloca queimada, destruição, mais consegue dinheiros internacionais. Isso não agrega nada, positivamente, ao que nós precisamos, que é construir e colocar uma imagem positiva para que mais investidores venham investir aqui no Brasil.

Então, nós não podemos, Ministra... É a nossa preocupação e é um questionamento, reforçando o que o Senador Seif complementou, da questão ambiental, porque foi, entrou na Justiça, foi para o STF, ficou dois anos parada, veio pedindo um novo estudo. E lá vamos nós começar tudo de novo no estudo da Ferrogrão: se tem viabilidade, quanto custa, quantos anos vai levar... E não está se importando com a questão da economia do Brasil e, principalmente, com as vidas que uma ferrovia salva. Eu tenho certeza de que, como a senhora mesma falou, recursos tem – de estrangeiros.

O que nós precisamos, Ministra – e nós confiamos em você –, é de sinceridade. Eu faço um apelo: vamos tirar o pé do chão, vamos destravar. O que você nos mostrou aqui é muito importante para o Brasil. Que você ou a senhora, desculpe-me... Olhe para a plateia que aqui está e para o apoio que vocês estão tendo. Esse voto é de confiança, porque nós não podemos mais...

Outra preocupação, que eu até quero... Toda a equipe da Aneinfra está aqui. Eles estão preocupados com a questão salarial, com a reposição, se vocês estão tendo essa equipe coesa para que, realmente, dê suporte... Nós sabemos da boa vontade do Governo, nós sabemos da sua competência e da sua vontade de fazer. Você é mulher, você é diferenciada. E nós somos polivalentes, não é verdade? (*Palmas.*)

Tenho certeza.

A gente precisa dessa categoria coesa, junto com a senhora, para realmente tirar do papel... Então, nós lhe desejamos muito boa sorte e pulso firme para destravar não só a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ferrogrão, mas principalmente essa parte ambiental, que, claro, nós entendemos ser necessidade, mas que não pode se sobrepor às necessidades principais do nosso país.

Muito obrigada, Ministra, e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, Senadora Rosana. Foi a única aplaudida, o que quer dizer que mexeu com os corações das mulheres presentes aqui. Muito bem.

Nós vamos passar a palavra para a nossa Ministra responder ao Senador Jorge Seif, à Senadora Rosana e ao Zequinha Marinho.

A seguir, os próximos inscritos, que eu vou fazer em um bloco único: Alan Rick, o primeiro; Veneziano Vital do Rêgo, que está aqui; Senadora Margareth Buzetti, que está aqui; Senador Jayme Campos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Mas está aqui.

Com a palavra, a Ministra Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Para expor.) – De novo, eu vou agrupar as três perguntas em uma, à exceção do cronograma, porque todos falaram em ferrovias, e eu aqui pensando em alguma coisa em conjunto.

Nós não podemos nos esquecer de que, quando se fala na questão da sustentabilidade, a gente tem outros órgãos que fogem um pouco dos agentes políticos Executivo e Legislativo. Nós temos o Judiciário, os tribunais de conta estaduais, o Tribunal de Contas federal, nós temos o Ministério Público estadual, temos o Ministério Público Federal. Talvez esta Comissão, de novo, possa estar gestando, à luz do próprio PLS – que o Senador Zequinha colocou – sobre ferrovias do Senador Serra... E eu sou suspeita, porque acho que tudo em que Serra coloca a mão já nasce pronto. Eu fui colega dele por oito anos, o que meu pai também teve o privilégio de ser. Acho que foi uma das maiores – e é ainda – cabeças pensantes do Brasil, independentemente de gostarmos do posicionamento ideológico, político ou não, em qualquer assunto, especialmente quando a gente fala de economia e quando a gente fala de desenvolvimento regional.

Eu me lembro de que eu era Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. E o Senador Serra é célebre conhecido como alguém que dorme de manhã. Ele dorme muito tarde, vai dormir 4h30 da manhã e, então, ele não vai conseguir acordar às 6h, não é? A gente começava as reuniões da CCJ, estava aquela maior discussão sobre qualquer assunto dos mais polêmicos... E na Comissão de Constituição e Justiça os senhores sabem que não só passa o aspecto jurídico, constitucional, mas muita coisa de economia da CAE cai lá, não é? E eu lembro assim: ele chegava às 11h da manhã, quando precisava fazer intervenção, e se sentava exatamente naquele canto ali. Quando ele erguia o microfone – agora eu vou confessar um pecado –, eu pulava todo mundo da lista e dava a palavra para ele, porque em três minutos ele vinha com uma solução para o desenvolvimento do país. Era impressionante! É claro que todos reconheciam, por todo o trabalho, que ele tinha preferência dos três minutos dele, mas enfim...

Isso tudo é para responder o seguinte: acho que esta Comissão pode pensar, obviamente com interlocutores do Poder Executivo, num marco regulatório mesmo, amplo, de ferrovias no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, porque, senão, a gente não vai sair do lugar, pois não depende só do Executivo e não depende só do Legislativo. (*Palmas.*) A gente depende de fatores de órgãos de fiscalização e controle que nos controlam também, porque é assim que diz a Constituição. E eu acho que com equilíbrio a gente chega.

É por isso, inclusive, que, nesta comissão que foi criada, eu fiz questão de colocar o Ministério do Meio Ambiente também, porque, como tem muito ministério da área de infraestrutura, é para eles pegarem desde o começo – é um ministério diante de doze, então, é um voto diante de doze – justamente para eles não chegarem atrasados à pauta e fazerem os questionamentos que poderiam ser feitos antes. A gente está caminhando bem.

Eu gostaria de responder à pergunta do Jorge para encerrar. E eu agradeço, Jorge, porque falhou na minha apresentação talvez a parte mais importante e final.

Eu não estou conseguindo voltar aqui, mas vamos lá.

A Rota 1 é o amarelo. Do lado do Amapá, Senador Jorge... (*Pausa.*)

Ah, vai voltar? Então, pode voltar. Podia ser aquela, acho que aquela estava boa, mas está bom.

Do lado do Amapá, só falta aquele, para realmente começar... Eu preciso da 6 e da 5, mas, para começar, para saber quando é que os produtos podem chegar para o Caribe por aí... Essa obra já está em processo de licitação. Como é um trecho de 90km, nós acreditamos que até final de 2026 esse lado já esteja pronto. Do lado da Guiana, aí é uma obra dentro da Guiana que a gente acha que vai levar uns três anos, eles já tão buscando financiamento pela CAF e pelo BID, é a informação que eu tive. O linhão de energia do lado do Brasil fica pronto em 2025, e o resto é recuperação, que não atrapalha o processo. Então, é assim: 2026 do lado de cá; provavelmente, 2028 do lado de Roraima...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Qual é o trecho a que a senhora está se referindo?

A SRA. SIMONE TEBET – O nº 4 em Amapá, 2026. Então, a gente já tem o acesso no Amapá, à sua direita, nº 4; a gente já teria o acesso para Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Caribe, Canal do Panamá e China, até final de 2026, claro, sem nenhuma intempérie no processo. O dinheiro do Orçamento – é a fala da Senadora Rosana – já está reservado no PAC. Então, não tem sentido essa obra paralisar. Está tudo no PAC. Eu tive o cuidado de...

Não estou conseguindo avançar aqui, vocês que estão... (*Pausa.*)

Ah, pode passar, por favor. (*Pausa.*)

Isso.

Na Rota 2, eu basicamente preciso de dragagem, que se iniciou agora, fica pronta em menos de um ano – para a COP 30 ela vai estar pronta –, e o que eu realmente preciso pelo lado do Brasil é a alfândega no nº 1. No Porto de Tabatinga – eu estou correndo, porque eu já tinha apresentado, mas, se algum Senador quiser alguma informação, eu dou –, essa... Nós já tivemos concurso da Receita Federal, já falei com o Presidente Lula, já falei com o Ministro Haddad e já falei com o Barreirinhas, que é o chefe da Receita. Nós temos condições de ir para a COP 30, de colocar uma alfândega ali. E aí, obviamente, o Vice-Presidente na parte toda de comércio exterior...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estivemos na Colômbia... Só não estivemos no Equador; estivemos na Colômbia e estivemos no Peru. E a notícia boa dessa rota é que do lado de fora está pronto.

Aí a hidrovia... Tudo que está em roxinho é hidrovia. E acho que foi o Senador... Alguém comentou sobre as dificuldades das cordilheiras; é verdade, mas elas já existem. Pode não passar todo tipo de produção, mas pode passar toda a agroindústria, a indústria brasileira de produtos, que passa tranquilamente, e um pouco mais lentamente até grãos e carne – principalmente carne passa aí.

Essa rota é uma rota sobre a qual nós poderíamos seguramente dizer que, ao final de 2025, se quisermos... Aí é o Presidente, mas, até 2026, com certeza, essa rota já está pronta.

A Rota 3, que é a verde, interligando a Rota 1 com a Rota 2, só para vocês olharem... A Ferrogrão, de que todo mundo falou, está ali, foi a única ferrovia que eu coloquei no mapa. Eu só vou explicar por que nós não colocamos a Norte-Sul, a que eu chamo de Leste-Oeste, a Fico, e tal... Essa é por conta do mar, eu acho que a gente vai precisar de investimento privado não só nacional, mas estrangeiro, de outros países, porque a gente não consegue, é muito caro o quilômetro de uma ferrovia, mas ela está ali. A Rota 3... Aqui é Tabatinga? Aqui. Na Rota 3, o nº 1, Senador Jorge, que é a de Rio Branco, mas que beneficia uma parte de Rondônia, Mato Grosso, Amazonas e também Pará, porque o Pará pode vir por cima, pelo rio... Mato Grosso aí não vai interessar muito. Nesse trecho da de nº 1, onde está o 1, essas obras estão praticamente prontas. Tem um trecho ruim de BR, mas passa. Então, essa Rota 1 é a primeira que poderia estar sendo lançada no final do ano que vem.

A mais demorada é a de baixo, lá embaixo, não pelo lado do Brasil, pois eu estive em Cáceres na semana passada, e do lado do Brasil está pronto. O que a Bolívia quer? E nós estamos indo com o Presidente Lula, na semana que vem, para tratar desse assunto, que é o que interessa à Senadora Rosana – estivemos lá na sua terra, embora Sinop esteja mais ao norte ali. Do lado do Brasil está pronto; a Bolívia é que está com dificuldade orçamentária e financeira e quer saber o seguinte: "Se nós buscarmos financiamento com os bancos, vocês realmente vão utilizar essas estradas, vai ter produção, Mato Grosso vai escoar por nós, por essas estradas?". Nós vamos lá justamente para tratar, entre outras coisas, desse assunto. E, se for verdade, a partir daí, eles têm Fonplata, CAF, BID, fora os outros bancos que a gente ainda vai procurar, para financiar. Aí eu diria que é uma coisa de dois anos e meio, três anos, porque também tem uma notícia boa. Se você olhar por Vila Bela, o trecho é menor, e, então, ele pode primeiro concluir lá, vai fazer as duas ao mesmo tempo, e o trecho maior fica pronto um pouquinho depois. Agora, a notícia boa, eu digo intermediária, é a de nº 3, que é o que interessa a Roraima definitivamente, embora Roraima vá poder usar, por enquanto, a Rota 1, o nº 1 ali. Essa obra já está licitada, pronta para dar ordem de serviço...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET – É uma ponte.

E o Presidente Lula quer – não sei se na volta da Bolívia – que a gente pare lá; eu não sei, vai depender da agenda, mas já dá para dar ordem de serviço nos próximos 15 dias. Agora, é uma ponte de dois anos e meio. Vamos supor três anos, na pior das hipóteses, mas, na hora em que começa... O dinheiro está em caixa, ou seja, não se começa obra no Brasil sem orçamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive o cuidado, Senadora Rosana – e a senhora tem absoluta razão –, de construir essas artérias junto com os secretários, começando pelas obras que já estão no PAC, que não vão endividar o Brasil. Nós não vamos abrir espaço fiscal, não tem gasto a mais pela responsabilidade fiscal. Isso já estava naqueles 70 bilhões do orçamento.

Aí alguém lá de Mato Grosso vai falar o seguinte: "Tudo bem, eu estou vendo Sinop lá, estou vendo Cáceres lá, mas não estou vendo Rondonópolis". Se quiser fazer uma via, ele busca financiamento de estrada municipal, estrada estadual com os bancos públicos, inclusive o BNDES, e essas veias vão se integrar a essas artérias a médio prazo. Por isso é que eu disse que é um projeto que se inicia agora, a gente conclui etapas, mas é um projeto de geração. Daqui a dez anos, nós vamos estar falando dele; daqui a dez anos, nós vamos estar falando de integração de outras regiões; daqui a vinte anos...

E eu não coloquei Goiás, mas Goiás é atendido, e o interior de São Paulo, pela Rota 4, a que eu passo agora, é beneficiado também.

No cronograma, essa obra depende só de duas pontes. As outras eu coloquei porque são melhorias, adequação de BR em Santa Catarina... Nós vamos falar disso lá com a bancada de Santa Catarina à tarde. Então, a gente vai falar sobre Santa Catarina com tranquilidade.

Para começar mesmo, para falar que já dá para vir para o Pacífico, nós precisamos, no Paraná, da ponte que Itaipu está fazendo... Lembram-se da ponte? Como é que se chama? Ponte da Amizade. Está-se fazendo uma paralela ali. E há a ponte em Porto Murtinho no meu estado. Essa ponte fica pronta no ano que vem. E, do lado do Paraguai, o pedaço em marrom é o que falta e fica pronto em 2026, ou seja, essa é uma rota que provavelmente o Presidente Lula ainda inaugura no seu mandato.

Se tiverem alguma dúvida, eu...

E, por fim, o cronograma. Nós estamos reavaliando o cronograma em função do desastre, mas essa rota já existe, precária no sentido, sim, de ter muitas coisas que todo mundo pede. Nós temos três obras importantes nessa rota. O resto a gente vai construindo ao longo dos próximos três anos, quatro anos, no máximo. O aeroporto binacional já foi inaugurado; então, já está resolvido. A dragagem da Lagoa Mirim, cujo projeto vai ter que se refazer por conta do desastre, é uma dragagem de um ano; então, depois do projeto pronto e licitado, em um ano, ela estará pronta. Eu não sei quanto tempo vão levar o projeto e a licitação, vamos supor que dois anos provavelmente. E uma ponte que está faltando ali é na de nº 1, para atender mais e, inclusive, ficar mais próximo ali de Santa Catarina, que é aquela ponte binacional também que está no PAC. Então, assim...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Desculpe-me. A senhora falou de aeroporto binacional. Onde seria?

A SRA. SIMONE TEBET – Rivera, entre Uruguai e a fronteira do Rio Grande do Sul, já foi inaugurado recente.

Assim, resumo da ópera: com as artérias, nós temos condições de interligar o Pacífico, pelo menos uma perninha, até final de 2026, praticamente as cinco, pelo menos quatro. E, até 2028, com certeza, esses projetos todos estão muito bem estruturados; e, a partir daí, é céu de brigadeiro; a partir daí, ninguém segura o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Beleza, vamos em frente.

Nós temos agora o bloco dos próximos três.

O primeiro é o Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Presidente Confúcio, Presidente Senador Marcelo Castro, quero cumprimentar a Ministra Simone Tebet, a Renata e o João, por estarem nesse grande debate que foi realizado lá no nosso Estado do Acre, com segmentos da nossa indústria, do comércio, com a nossa Assembleia Legislativa, com o Parlamento Federal, enfim...

Simone, quero te agradecer, Ministra, pela disposição de rodar o Brasil tratando das rotas de integração entre o Brasil e os nossos vizinhos sul-americanos. Nós temos a Rota Rondon no Acre, e a senhora explanou sobre o potencial e os investimentos do Governo Federal acerca desse quadrante tão importante.

Ministra, nós lá tocamos no tema da infraestrutura aduaneira, que hoje é o nosso grande gargalo. Nós debatemos esse ponto e pedimos a atenção e o esforço do Governo Federal para a construção de uma estrutura adequada às importações e exportações. Ali nós temos a falta de técnicos agropecuários, técnicos da Receita e dos demais órgãos que fazem o trabalho do desembaraço aduaneiro, tanto de importação quanto de exportação. Esse seria o primeiro tema.

Já agradecendo todo o esforço da senhora e o trabalho extraordinário que a senhora tem feito, Ministra, como está o andamento dessa demanda do Estado do Acre, que é importantíssima para a gente solucionar esse gargalo? A senhora citou a situação da BR-317, que é a que nos liga até a cidade de Iñapari, na Ponte da Amizade, entre a cidade de Assis Brasil e Iñapari, no Peru.

Recentemente, eu fiz o trecho... Agora, no último sábado, estive lá na fronteira com a Bolívia até Brasiléia, e a estrada está muito boa. Temos feito um grande diálogo com o Ministério de Transportes, com o Dnit, tratando das nossas BRs. Inclusive, lá, nós anunciamos juntos os primeiros 200km da reconstrução da BR-364 entre o município de Sena Madureira e o Rio Liberdade. É uma das informações mais importantes que nós temos dado ao povo do Acre, porque resolve, se inicia a resolução de um dos mais graves problemas nossos, que é a logística interna, porque a BR-364 passa por Rondônia e chega a São Paulo.

Olha a importância da Rota Rondon: nós temos ali as carrocerias Marcopolo, Rontan, Ecobus, temos os ônibus da Volkswagen, caminhões que passam ali por Assis Brasil e Iñapari e vão até os Portos de Ilo e Matarani. Nós temos atacadistas e supermercadistas do Acre já comprando alho, cebola, morango, entre outros produtos, do Peru. No entanto, o valor do frete ainda os encarece. Nós temos a dificuldade da vinda dos caminhões com carga e da volta sem produtos. Aí o preço fica muito caro do frete e desestimula exatamente aqueles que querem construir as rotas de importação, comprando produtos peruanos.

Para se ter ideia, a compra do sal do Peru, que é um sal muito mais puro... Os distribuidores acrianos compram sal lá do Rio Grande do Norte, em Mossoró, a mais de 5 mil quilômetros, com um frete também muito caro, porque a distância é enorme. Comprando direto do Porto de Matarani, você tem apenas dois dias e um frete relativamente mais barato se nós tivermos a vinda do sal e o retorno desse caminhão com produtos do Acre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos que resolver esses gargalos, incentivar, habilitar novos empreendedores para fazer o transporte aduaneiro.

Ministra, temos avançado. O Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, esteve lá com a senhora e tem nos ajudado no alfandegamento do Aeroporto de Rio Branco. Nós precisamos ter um aeroporto internacional, e isso se coaduna com os nossos projetos de leis de abertura dos céus dos aeroportos brasileiros para a cabotagem dos voos internacionais, ou seja, baratear, trazer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... os voos internacionais para fazer trechos locais e, assim, construirmos com os parceiros sul-americanos a mesma política de abrirem seus aeroportos para as empresas brasileiras para não trazermos prejuízo também para as empresas locais. Enfim, esse é um grande debate.

A minha pergunta, sendo bem objetivo, pois tenho de correr na CAE, para defender um relatório, é como que está o processo, Ministra, do alfandegamento lá em Assis Brasil, da construção dessa infraestrutura. Nós temos que trazer técnicos agropecuários, o pessoal que realmente faz esse trabalho. Nós precisamos resolver esse problema.

Há um segundo ponto, Ministra, que foi tratado aqui. E o Senador Bagattoli tocou exatamente nesse ponto. A Rodovia Interoceânica, que vai pela montanha, é uma rodovia ainda com dificuldade de logística. Nós temos algumas cargas que não vão, devido à questão mesmo da logística. Eu fiz essa viagem duas vezes: uma quando a estrada não estava pronta. Fiz uma aventura, passando ali por todo tipo de dificuldade; e, na segunda vez, eu fiz dirigindo, eu mesmo, até Cusco. A estrada é extraordinária – extraordinária –; no entanto, de difícil trânsito e transporte para cargas, para algumas cargas específicas.

O que eu quero deixar aqui também, Ministra, é o sonho da região acriana do Juruá em ter a interligação com o Peru através de Pucallpa. Isso foi tratado lá no Acre. Obviamente que hoje o objetivo é consolidar a Rota Rondon, mas temos que olhar com carinho para essa possibilidade de Pucallpa. É uma estrada plana, uma estrada de apenas 220km interligando a Cidade de Cruzeiro do Sul à cidade peruana de Pucallpa. Ela também favorece a interligação com o Porto de Chancay, onde tem um investimento chinês de US$3,6 bilhões. Os chineses tem interesse, por exemplo, em fomentar as ferrovias no Brasil. Eu estive na embaixada da China, conversei com o Embaixador Zhu Qingqiao, e a China tem este interesse de – o mesmo investimento que fez no Peru – investir no Brasil e nas nossas ferrovias.

Então, Ministra, precisamos ter ainda no radar, com muito carinho, a possibilidade de interligação por Pucallpa. São apenas 220km: 120 do lado brasileiro, 100km do lado peruano. E aí nós temos uma estrada plana, uma estrada de floresta. Só temos que vencer os entraves ambientais. Como muito bem disse o Senador Zequinha, Senadora Rosana, existem ONGs que não tem interesse no desenvolvimento do Brasil. Elas ganham dinheiro com a política de interromper o nosso crescimento econômico e social nas nossas regiões da Amazônia. Isso é gravíssimo. E a CPI das ONGs demonstrou isso. O interesse é impedir o crescimento da Amazônia, o desenvolvimento social e econômico do seu povo. Então nós temos que vencer essas barreiras e enfrentar isso com muita coragem. É o Governo Federal, o Governo do Brasil e o Governo peruano, nos sentarmos todos juntos, integrarmos realmente as nossas regiões e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criar riqueza para o nosso povo da Amazônia. São 28 milhões de amazônidas que ainda sofrem com índices de desenvolvimento humano baixíssimos.

Então, Ministra, parabéns mais uma vez pelo excelente trabalho. A senhora abraçou uma causa extraordinária e a tem desempenhado com destemor, com coragem, com determinação e precisamos vencer esses entraves.

Peço perdão, pois vou deixar minha assessoria aqui para ouvir as respostas da senhora, pois eu tenho que correr na CAE. Mas, se a senhora puder já me responder, eu agradeço muito.

A SRA. SIMONE TEBET (Para expor.) – Eu só vou dar uma informação, para não atrapalhar. Mas é só uma informação que eu acho importante.

Nós vamos estar presentes num evento que vai ter nos dias 9 e 10 de julho agora, no Acre, com os Governadores do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Amazonas, e com os Governadores da Bolívia e do Peru. Tem vários estados ali vizinhos. Vai ter esse evento. Eu, particularmente, vou estar na Bolívia com o Presidente nesta data, exatamente no dia 9. Mas, provavelmente o João, a minha assessoria vai estar lá, inclusive porque as senhoras e os senhores vão tratar exatamente daquilo que não estava integrado nas rotas.

E uma informação que acho que vale para todos: agora que o Presidente assinou o decreto, cuja comissão interministerial eu presido, com 12 ministérios, nós vamos... É igual àquela professora – que os meus colegas ministros não me escutem – de ensino fundamental, que começa a distribuir prova, Senador Jaime: cada ministro vai receber uma prova diferente para responder.

Então, o Ministro Haddad vai receber a seguinte prova, junto com o Barreirinhas, que vai fazer parte também, que é o nosso Chefe da Receita Federal: como está e quando vão ser chamados os concursos para atender, por exemplo, a aduana lá de Tabatinga, a aduana do Acre? Então, essa comissão interministerial – por isso que talvez, a cada três meses também, posso vir para dar uma satisfação –, é o que vai permitir. A gente colheu as informações de vocês, muita coisa do que nós estamos trazendo do Acre é porque a gente foi lá. A gente vai passar para os Ministros e falar assim: olha, eu só sou o meio; o meu Ministério é um Ministério meio, os ministérios finalísticos são os outros. Então, está aqui a escuta; nós fomos ouvir quem entende e quem quer.

Então, a gente vai entregar esse relatório, e aí eles vão, nas reuniões que nós vamos fazer interministeriais, dar as respostas. Eu fico te devendo esse calendário, mas nós vamos nos falando, está bom? Um abraço.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Só um aparte. Parabéns, Ministra, porque os ministérios precisam conversar entre si para desenvolver. Não adianta o Ministério da senhora ir para cima, e os outros não acompanharem. Com sua licença, Presidente, eu vou dar um exemplo: nas hidrovias Sinop e Pará têm cinco hidrelétricas, no Rio Teles Pires, e lutamos, fizemos inúmeras pontuações sobre já deixar as eclusas prontas para facilitar as hidrovias, e, infelizmente os ministérios não conversaram. Foram feitas as hidrelétricas sem as eclusas. Então, é uma barreira e foi falta justamente de os ministérios conversarem.

Então, parabéns, Ministra, realmente está no caminho certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para interpelar.) – Querido Presidente, meus cumprimentos à V. Exa., ao Presidente Marcelo Castro. Já fiz, por diversas vezes, em outros instantes iguais a este, as nossas devidas saudações à iniciativa muito feliz que equaciona, porque, afinal de contas, aqui temos a oportunidade de oferecer conjuntamente, nas duas Comissões, a presença de insignes representantes não apenas ministeriais, mas de outras autoridades. Foi muito feliz a iniciativa conjunta dos Senadores Confúcio Moura e Marcelo Castro.

Quero saudar, e assim o faço com a alegria de quem teve, como nós todos tivemos, a honra de conhecer mais de perto, porque conhecida já era mesmo àqueles, como eu próprio, que não aqui estava, a excelência de mulher pública, excelência de profissional, excelência de cidadã e extraordinária companheira. Aqui nós estamos, nós quatro, falando em torno dessa parceria emedebista, e para nós, MDB, é muito salutar quando nós observamos e vemos os quadros qualificadíssimos que nós emprestamos ao Governo do Presidente Lula. E aqui está um destes, Senadora, colega Senadora Simone Tebet, ao lado das suas companheiras, dos seus companheiros, Renata e João, que os representa.

Eu tentarei ser objetivo, até porque, Simone sabe, terças e quartas são intensas para todos nós em relatorias, enfim, e participações em debates.

Ministra, nós estivemos, há duas semanas – e foi motivo de uma exposição, tanto minha quanto do Senador Confúcio –, juntos observando a leitura de parecer, no Tribunal de Contas da União; a senhora representando, ao lado de outros companheiros, o Governo Federal na apreciação das contas do Presidente Lula, e eu tive a oportunidade de estar lá, pela delegada atribuição que me foi conferida pelo Presidente Rodrigo Pacheco. Algumas observações foram feitas devidas e sensíveis, e é por isso que eu digo, sobre os seus ombros, está uma das mais difíceis tarefas, que é, exatamente, a de fazer essa convergência entre a realidade de quem arrecada menos do que gasta. Muitos pontos foram observados – muitos pontos foram observados –, e aí eu levarei à pergunta final.

Eu vi aqui que a senhora trouxe, nos seus registros, muito a esses projetos, que são de "sumíssima" importância, para todos nós, brasileiros, mas, notadamente, para as Regiões Centro-Oeste e Norte. Eu gostaria, em outra oportunidade, de que V. Exa. pudesse se deter ao meu amado Nordeste. Aqui estou ao lado de queridos e queridas companheiras representantes, e aqui estão a fazer aquilo que cabe, mas eu também tenho que fazer o meu dever de casa, que é falar pelo meu estado, não somente por ele, mas pela Região Norte. Igualmente, concordo, quando V. Exa. menciona que os níveis de desigualdade são mais visíveis e constatáveis, nessas duas regiões, Norte e Nordeste. Quem sabe, em uma outra oportunidade, V. Exa. e a equipe se deterão às exposições e aos investimentos, como o próprio Ministro Renan, quando aqui esteve e falou sobre o Ministério dos Transportes.

Aí, Simone, minha querida Ministra e Senadora, é bom, é uma oportunidade, para que nós vejamos, Senador Marcelo Castro, que arejamos, nesses últimos quase dois anos. Quando V. Exa. observa a necessidade de fazermos essas integrações com outros países, com outros gigantes...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... mostra-se, exatamente, Presidente Confúcio, o quão feliz foi a medida adotada pelo Presidente Lula, quando voltou a estabelecer relações diplomáticas, algumas destas abandonadas, outras não levadas em conta. Nada disso ou tanto quanto isso propiciará, ao cabo das suas entregas, se nós não restabelecêssemos essas relações – é o primeiro ponto.

Outro ponto, quando se mencionam dúvidas que recaem sobre o PAC, falo eu pela experiência própria de quem teve, na condição de Chefe do Executivo municipal, em Campina Grande, a oportunidade de ver que o PAC foi entregue. Evidentemente, algumas destas, para um Governo de quatro anos, ou mesmo um Governo de 8 anos, se você não tiver o sequenciamento, por parte daqueles que o substituem, o sequenciam, a sensibilidade, o alcance, leva-se a esse montante gigantesco, que foi o de quase 14 mil obras abandonadas, inconclusas, e que estão sendo retomadas, em todos os ambientes, em todas as áreas da nossa administração. E aí a preocupação que nós temos... Na semana passada, V. Exa. e o próprio Ministro Haddad se prontificaram e reiteraram o compromisso para o déficit zero. Sabemos que, desse 1,7 trilhão para o PAC, cerca de 500 bilhões são do Orçamento Geral da União.

Pergunto a V. Exa.: a equipe conduzida por V. Exa. já se deteve a identificar esse montante de contingenciamento que, muito provavelmente, haverá de ser feito? E o que significa, em termos de impactos? Porque nós temos recursos cujas fontes são diversas, mas nós temos 500 bilhões do Orçamento Geral da União.

E aí saliento, mais uma vez, encerrando, até pedindo desculpas, porque terei que me ausentar: no Tribunal de Contas, de certa forma, nós, como Congresso, levamos uma tapinha de luvas. Por quê? Porque não estamos dando conta daquilo que nós produzimos em termos de desonerações, sem adentrarmos a méritos de quem mereça ou não, sem nos atermos a criar as fontes que compensem. Em um dos pontos a senhora disse – e nada contra o agro, absolutamente –, a senhora é do agro. Mas a gente precisa, em nome de um interesse que é comum e não apenas deste ou daquele setor, observar que quem paga a conta final somos todos nós e, na maioria, os que menos podem.

A senhora falou sobre o Proagro. Não custa nada que tenhamos, Governo e Congresso, o devido cuidado, a devida acurácia de saber quem está recebendo, muitos aos borbotões, facilidades. Nós estamos aqui renunciando muito sem saber a medida do que é trazido para que se demonstre. Vale a pena fazê-lo! E eu sei que essa tarefa a senhora e a equipe econômica haverão de bem desempenhar.

A minha preocupação é esta: qual é a projeção do Ministério do Planejamento nesses contingenciamentos?

A SRA. SIMONE TEBET (Para expor.) – Como o Senador Veneziano vai se ausentar, pelo menos em relação ao Nordeste, eu preciso esclarecer, Senador Jayme.

Eu não quis assim só dificultar o entendimento e também não dar uma sensação assim: "Ah, imagina, isso não vai sair do papel nunca, porque está interligando". Embora isso seja a redenção econômica, social das regiões de fronteira – estou falando de emprego, renda, dignidade para a cara mais pobre do Brasil, que vive na fronteira do Brasil, mais do que o próprio Nordeste –, embora seja assim, esse, como eu falei, como é um projeto de Estado, não interliga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só o Norte, o Centro-Oeste e o Sul; ele interliga o interior do Sudeste, inclusive Minas Gerais, o interior – não estou dizendo nem as capitais –, e interliga vários estados do Nordeste. Queria dizer que, inclusive, a região de Matopiba – Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e Bahia – está diretamente interligada.

E eu estive... Interessante que, na China...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET – A tua Paraíba também está, porque eu vou falar, dar o exemplo só de Pernambuco para encerrar.

Eu estive na China e tinha, Presidente, uma grande associação do agronegócio de Pernambuco, da região ali de Petrolina, das frutas e tudo mais. Quando ele olhou o projeto, ele falou: "Esse projeto me interessa". Aí eu falei: "Mas como assim? Você está no Atlântico, você está no litoral do Atlântico, em Petrolina", "Não, porque alguns produtos nossos, de que nós não temos prazo para chegar, inclusive de frutas...". Ele citou, por exemplo, a uva: "Interessa-me ir para o Pará pela Hidrovia do Amazonas, passar por Tabatinga e ir pelo porto do Peru, porque...". E isso é uma coisa que eu não falei; foi uma falha minha. Do Porto de Chancay até Xangai, na China, só marítimo, ele reduz dez dias – só o trecho marítimo do Peru até Xangai, afora o tempo terrestre, a depender dos produtos.

Eu estou falando nessas rotas, dependendo se for a terra da Senadora Rosana, em Mato Grosso, ou interior de Goiás, ou se for mais fronteira aqui... Se for mais fronteira, eu estou falando de diminuir em até três semanas a distância para o mundo asiático! Nós estamos falando em reduzir, mais ou menos, 7 mil quilômetros. Então, vai ter estados do Nordeste, principalmente o interior, que vão se interessar por essa roda.

No mais, Senador Veneziano – a gente já dividiu funções, os senhores votaram –, os planos de desenvolvimento regional não são nossos. A gente ajuda, mas eles são do valoroso e competentíssimo companheiro nosso Ministro Waldez Góes. O Ministério do Desenvolvimento Regional é que ficou com os planos regionais. A gente ajuda a integrar nas nossas rotas, e estou ajudando, inclusive, e acho que, inclusive, é uma coisa boa, Senador Marcelo Castro, a gente colocar para andar, talvez, a gente fazer um esforço concentrado de tirar, pela primeira vez, os planos regionais de desenvolvimento do papel. A gente tentou oito anos, nas últimas vezes... Tem o Plano Regional do Nordeste... E a gente coloca lá de que forma eles estão integrados com o nosso.

Eu mesma, quando cheguei ao Ministério, cheguei animada. Eu falei: "Eu vou poder falar dos planos regionais de desenvolvimento em que eu trabalhei oito anos aqui". Levei uma ducha de água fria. Eles falaram: "Não, mas a organização administrativa do Executivo colocou os planos regionais de desenvolvimento no seu devido lugar", que não é no Planejamento mesmo, é no Ministério de Desenvolvimento Regional, mas a gente está integrado.

No mais, fique tranquilo. A responsabilidade fiscal foi o carro-chefe do projeto. Por isso que eu falei que não tem uma obra dessa que não esteja já no Orçamento. E aí não é um R$1,7 trilhão. Quando a gente fala de R$1,7 trilhão, nós estamos colocando aí os investimentos PPPs (parcerias público-privadas) e as estatais, como a Petrobras, que entra, e isto é uma informação valiosa, nesse.... Primeiro: são três anos. Então, tem que dividir R$1,7 trilhão por três, tem que dividir o orçamento aí. Segundo: tem muito da iniciativa privada no PAC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Fora do microfone*.) – ... falar especificamente dos R$500 bilhões, do Orçamento Geral da União.

A SRA. SIMONE TEBET – Isso, isso, isso. Não, é isso, mas, quando a gente colocou isso, Senador Veneziano, e por isso que eu agradeço imensamente, porque foi uma falha minha não ter falado, e V. Exa. só complementa, no orçamento mesmo tem muito das estatais. Por exemplo, Petrobras tem R$300 bilhões. Então, o que fica mesmo do orçamento federal é em torno... Neste ano, por exemplo, R$70 bilhões. Já estava no Orçamento. São R$70 bilhões, esse é o valor do PAC deste ano. Então, é algo que a gente consegue suportar, a gente consegue executar, a gente consegue empenhar, que é a preocupação da Senadora Rosana, e vai ser mais ou menos isso, não muito mais do que isso por ano, lamentavelmente, de um lado, porque é a questão: nós não temos espaço fiscal.

Agradeço imensamente porque me permitiu complementar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Continuando, Senadora Margareth Buzetti. Depois, Senador Jayme Campos.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Na realidade, eu acho que já foi respondido tudo, mas nós temos a certeza de que o Brasil precisa de todos os modais de transportes, não é, Ministra? Isto é uma certeza que todos têm.

Nós, no Mato Grosso, conseguimos estadualizar a primeira ferrovia, e já está concedida, já está em construção. Ela sai de Rondonópolis, Campo Verde, Cuiabá e Lucas do Rio Verde. Mas a preocupação nossa... E eu fui, com o Senador Jayme Campos, com o Senador Wellington, com o Governador Mauro Mendes, ao STF para pedir que destravassem o estudo da Ferrogrão. Fizemos um apelo e no momento fomos atendidos. Para nossa surpresa, há pouco tempo, um partido pediu, novamente, para interromper o estudo da Ferrogrão.

Ministra, eu vou ter que ir à CSP, mas eu acho que a ineficiência dos órgãos públicos e a falta de convergência das entidades, da AGU, da CGU, do TCU... É muito ruim isso, é muito demorado. Aí, o STF tranca lá, daí a AGU faz, e não conversam, os ministérios não conversam, os órgãos não conversam. E aí nós ficamos perdendo um tempo precioso.

O Brasil é o único que pode fazer frente à alimentação para o mundo. É uma coisa impressionante o que se produz no país e nós não precisamos mais derrubar nenhuma árvore, só combater o desmatamento ilegal. E isso o Mato Grosso está fazendo com mão de ferro.

Mas eu tenho essa preocupação, Ministra. Eu, sinceramente, acho que é ineficiência nossa – e do Legislativo também. O Legislativo também está sendo ineficiente para fazer as leis. É mea-culpa mesmo. A gente fala, fala, fala, fala. Daí vai para a Câmara, para. Daí vem para o Senado, para. Não pode, não pode. Tem coisas que são interesses do país. E pronto, acabou.

Então, todos os órgãos têm que conversar, têm que convergir e fazer as coisas andarem.

O Ministério do Meio Ambiente, sinceramente... Eu não gosto... Nem vou falar. Nem vou falar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está vendo? Olha o trio elétrico de Mato Grosso aqui na frente! (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O trio elétrico está aqui.

Muito bem, então, o último inscrito é o Senador Jayme Campos.

Por gentileza.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, prezado e estimado amigo Senador Confúcio; estimado amigo Senador Marcelo, Presidente da CDR; querida Ministra Simone; Renata e João, serei breve – e essas duas nossas *misses* Brasil de Mato Grosso, tanto a Margareth, como a Rosana, competentes Senadoras aqui do nosso Estado, que bem representam Mato Grosso.

Serei breve.

Primeiramente, eu estava no meu gabinete assistindo à senhora fazer a sua palestra aqui e fico fascinado, Marcelo, quando vejo essa possibilidade. Na verdade, hoje, já há um sentimento na sociedade brasileira, que, quase, quase, um pouco ou nada, acredita, principalmente quando você fala dessas possibilidades de acontecer... A pessoa fala: "Ah, isso é mais um *fake news*. É mais uma conversa de bêbado para delegado". Isso é um projeto arrojado. Isso aqui é um projeto de futuro do Brasil.

Lamentavelmente, o que não existe no Brasil é planejamento, vamos ser bem honestos aqui. Entra governo, quatro anos depois muda. Aquilo que está em andamento paralisa, vai ter outro foco. E, assim, isso traz, com certeza, prejuízos danosos à sociedade brasileira e particularmente ao Estado brasileiro.

Lamentavelmente, o que se percebe hoje, primeiro, é que essa questão ideológica, eu acho, pega muito, não é? Isso é muito ruim para o país. Nós temos que superar e pensar no futuro do nosso país, sobretudo no das nossas futuras gerações. Isso acho que é questão *sine qua non* para que o Brasil possa andar. Caso contrário, vira esse cabo de força lá, um puxa para lá, outro puxa para cá. Isso é danoso, traz sérios prejuízos, até porque, para fazermos alguns andamentos de tudo isso que foi proposto aqui, precisamos de projetos de lei, de segurança jurídica, em síntese, de melhorarmos o ambiente, o Estado brasileiro, para que possamos até ter esses investimentos. Quando você fala de R$1,7 trilhão, esse não é um dinheiro do Governo Federal. Não terá condições suficientes. Aqui estão previstos, de dívidas, R$70 bilhões. Nesses próximos três anos, R$210 bilhões.

Vamos torcer para melhorar a economia, para que, com isso, possamos melhorar a receita e, por conseguinte, ter mais recursos para investimentos nas obras, em prioridades. Não vamos fazer politicagem. Vamos estabelecer prioridades.

Imagine se nós tivermos essa possibilidade dessa integração aqui, que é fundamental, dessa rota que faz a integração sul-americana.

Eu vi a senhora, numa rede social, falando daquela ponte de Miranda, ali no Paraguai. É uma obra magnífica, arrojadíssima.

A SRA. SIMONE TEBET (Para expor. *Fora do microfone*.) – Quatrocentos e cinquenta milhões.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Quatrocentos e cinquenta milhões. Mas é uma obra de integração do comércio, sobretudo para facilitar a trafegabilidade daqueles que trafegam entre os dois países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É nisto que nós temos que pensar: ter uma visão de futuro. E, aqui no Brasil, quase ou pouco, quase não existe aqui. Todos nós temos nossas opiniões, nossos pensamentos...

Eu, particularmente, já estive no Porto de Iquique quando fui Governador. Estava buscando, naquela época – você imagina, já tinha esse pensamento –, fazer essa integração dessa rota para chegarmos lá. Eu estive lá no Chile.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – E foi diminuindo muito. Aí, quando eu falo aqui esse assunto que já está todo mundo careca de saber – a Ferrogrão –, é uma obra muito importante.

Para você ter noção, Ministra, nós vamos diminuir a nossa rota marítima, quando pudermos escoar essa produção toda ali pelo Porto de Miritituba, chegando lá à China, a esses países asiáticos, mais ou menos em 5 mil milhas náuticas – é esse o cálculo, mais ou menos, que existe lá. Eu não posso assegurar, porque confesso que eu não fiz... Mas você imagine quanto vai diminuir o nosso custo, e isso permite que o Estado de Mato Grosso passe a ser competitivo.

Você imagine, Marcelo, eu estava fazendo... Eu tenho assistido muito, eu gosto muito do Ministro Aldo Rabelo. Eu acho uma pessoa de uma inteligência focal...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Aldo Rebelo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É verdade.

É de uma inteligência focal, um brasileiro nacionalista que nós temos que admirar, até porque eu participei, quando fui da Comissão Especial da formatação do Código Florestal brasileiro – eu fui membro titular naquela época –, e ai de nós se não o tivéssemos como Presidente. Ele fez um belo freio da arrumação.

Quando o escolheram, me causou uma preocupação: "Imagine, colocar um cara do PcdoB para ser Presidente... Vai arrebentar com todo o setor rural do Brasil". Foi muito pelo contrário! Ele teve a vontade, o zelo. Ele percorreu todo o Brasil. Ele esteve numa região de Alta Floresta, lá em cima, chamada São José do Apuí, ouvindo a população, vendo a dificuldade da população. Viajou para vários países do planeta, do mundo, para que pudéssemos definir um Código Florestal brasileiro realmente que retratasse aquilo que, de fato, é o Brasil: um país de dimensão continental, com vários ecossistemas, como, particularmente, o nosso Mato Grosso, o Cerrado, a floresta, o Pantanal, etc.

Enfim, encerrando, um dos sonhos nossos lá é essa ferrovia. Não é fácil? Não é fácil. O assunto está lá no Supremo Tribunal Federal. Está lá, está tentando.... O Governo tem toda a boa vontade. O próprio Vice-Presidente Geraldo Alckmin está interessado, está fazendo sua parte, mas não depende dele. Depende da decisão do Supremo Tribunal Federal, em que o Ministro "Xandão" – como é o nome? –, Alexandre Moraes, deu uma liminar diante de algumas pessoas – uma ONG que ingressou lá pedindo – e suspendeu aquela possibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu posso dizer é que nós estamos hoje num país de grandes possibilidades de crescimento, sobretudo se nós tivermos essa oportunidade ímpar de ter esses avanços – avanços de futuro. Mato Grosso – particularmente, a senhora conhece também mais do que eu; nascida e criada em Mato Grosso – era estado uno; e o estado melhorou sobremaneira.

O Governo Federal tem algumas obras lá, pelas quais é devedor, historicamente, ao nosso estado, como é o caso da BR-158 – a conclusão, até hoje, não virou nada. Soltaram agora apenas 12km, faltando, com certeza, mais de 150km da questão do licenciamento, e, muitas vezes, apesar da melhor boa vontade que tem o Ministro Renan, entretanto, nós temos um entrave lá, pelo fato das questões das licenças ambientais, aí tem outros componentes indígenas, e assim por diante.

Temos hoje o privilégio de dizer que estão chegando duas ferrovias no Mato Grosso. Uma é a Fico, demandada para o norte do Goiás, aqui, até a cidade de Água Boa. Temos outra, demandada pela Ministra, Senadora Margareth, que demanda Rondonópolis, indo até o extremo norte do nosso estado, ali em Lucas do Rio Verde.

À medida que o Mato Grosso melhorar sua logística, o que a Senadora Rosana falou aqui é a pura realidade. Eu acho que aquilo foi um escárnio que fizeram conosco com o Mato Grosso, nas construções das usinas, na Teles Pires, na construção de Juruena, não? A usina hidrelétrica, e não deixaram as inclusas.

Aquele era um potencial fantástico para que se pudesse aproveitar o potencial aquaviário ali, na navegabilidade desses rios, diminuindo, sobremaneira, o custo, menos poluente e, decerto, de uma responsabilidade total, como aconteceu no Tucuruí: depois de quantos anos foram fazer lá inclusa? Só que custava R$10 milhões, o inicial; quando se fez, custou R$500 milhões, trazendo sério prejuízo ao Erário, à sociedade.

Então, quando V. Exa. faz essa apresentação, confesso que eu fico, assim, feliz de ver uma pessoa de visão moderna, desinteressada economicamente, financeiramente, de interesse próprio, não está atrás disso aqui – eu tenho certeza absoluta. Conheci seu velho pai. Talvez, para os senhores que não o conheceram, é um dos homens mais corretos e honestos deste país. Tive a primazia de conhecê-lo, já depois que foi Presidente, até na Sudeco; ele foi junto, visitando junto com o Júlio Campos; fomos lá procurar, para ver se tinha alguma coisa para o Mato Grosso lá, conversamos muito. Tive essa primazia de conhecê-lo. Depois do primeiro mandato meu como Senador, eu assumi, andei no gabinete dele também; depois, veio você, que assumiu o gabinete como Senadora da República.

Enfim, eu quero cumprimentá-la, a sua equipe toda. Estou vendo a boa vontade.

Inclusive, estive no Mato Grosso há poucos dias, na cidade de Cáceres, fazendo essa discussão. Infelizmente, não pôde comparecer, não é? Porque foi muito, assim, de última hora que recebemos o convite, mas tenho a certeza que vai ser muito...

Deixou ali uma sensação de esperança naquela população, da região oeste do nosso estado, sobretudo com a criação da ZPE lá, da parte concluída, aduaneira, do porto que será a salvação daquela região.

A região foi rica no passado; entretanto, houve um empobrecimento, por falta de ter uma perspectiva ali de investimentos, sem o setor privado. Lá, quem tem tem; quem não tem não tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a realidade de Cáceres, não é? À frente da Vila Bela, que foi a primeira capital de Mato Grosso.

Mas vim aqui só para cumprimentá-la e prestigiá-la, na certeza de que nós estamos bem, em boas mãos, com V. Exa. como Ministra do Planejamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Uma palavra para suas respostas e suas conclusões, seus comentários, a nossa Ministra Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Para expor.) – É só conclusão mesmo, porque não houve perguntas.

Primeiro, quero dizer que bom que cheguei aqui, a esta Comissão, ao lado de dois companheiros, e saio com eles e com a bancada do meu estado, porque, quando nasci, a minha certidão de nascimento... Eu já tenho a idade suficiente para dizer que eu nasci em Três Lagoas, minha cidade natal, na época MT – não era MS. Então, de alguma forma, veio a bancada de Mato Grosso aqui, por unanimidade, aqui, presente, liderada aqui por esse decano, que é Jayme Campos. Deixa-me muito feliz, e ele foi mais feliz ainda.

Ele é minoria, porque aqui tem duas Senadoras mulheres de Mato Grosso. Aliás, três agora, contando com a minha história.

Então, agradeço o carinho com que fui recebida, acho que alguém comentou aqui...

E é impressionante o nível deste debate. Aqui deixamos qualquer diferença da porta para fora. O que interessa é o interesse do Brasil.

Na linha do que Veneziano falou, esse é um projeto de país que desenvolve o Norte, o Sul e o Centro-Oeste, mas beneficia todos os estados brasileiros e, consequentemente, o Brasil.

Temos desafios? É verdade. Foi por isso que eu fiz muita questão de ser econômica nas linhas; só coloquei linhas ali que podem estar todas concluídas até 2028. Algumas, inclusive, até o final de 2026. E, a partir daí, muita coisa virá.

De novo, acho que o grande legado desta audiência pública – e parabenizo mais uma vez os Presidentes das Comissões pela ideia – é sairmos daqui com dois compromissos: o compromisso de estarmos sempre divulgando e, a cada três meses, pelo menos, nos fazermos presentes; e, segundo, e tão importante quanto, de saímos daqui num compromisso de Estado, de avançarmos no marco regulatório de ferrovias no Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu passo a palavra ao Senador Marcelo Castro para os seus comentários finais.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Para interpelar.) – É só para agradecer a presença de todos, da nossa Ministra Simone Tebet, e aqui, rapidamente, repetir as palavras do Senador Esperidião Amin, quando disse que esta sessão é uma sessão histórica, porque se tratava aqui do planejamento e do futuro do nosso país.

Eu, como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, tenho aqui muito prazer em ver uma reunião de tão elevado nível, com a gente tratando aqui do que é mais importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o nosso país, e fico muito feliz pelo desempenho da nossa Ministra Simone Tebet, inteligente, precisa, estudiosa, mostrando profundo conhecimento da realidade e das necessidades do país.

Em uma palavra, Senadora Simone, V. Ex. foi brilhante, aqui, hoje. Não tenho a menor dúvida de que – pelas manifestações que houve aqui, de todos os Senadores, independentemente de coloração partidária –, todos são unanimes em elogiar o trabalho de V. Exa. Então, parabéns!

O nosso Governo, do Presidente Lula, está de parabéns em várias áreas, mas principalmente na área da economia e na área do planejamento, cuja pasta V. Exa. comanda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, quando nós iniciamos, nas preliminares da nossa audiência, eu falei com a Simone que seria bem rapidinho aqui, no máximo uma hora. Você viu que foram chegando Senadores, que foram chegando Senadores, e que lotaram a sala, demonstrando o interesse nela.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Senadores e os Senadores que estiverem de acordo permaneça como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas do dia três de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Rodrigo Cunha, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Farias, Marcelo Castro, Zequinha Marinho, Alessandro Vieira, Lucas Barreto, Otto Alencar, Teresa Leitão, Beto Faro, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Jorge Seif, Castellar Neto, Luis Carlos Heinze, Laércio Oliveira e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Paulo Paim, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Eduardo Braga, Carlos Viana, Weverton, Marcos Rogério, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Chico Rodrigues, Rosana Martinelli, Wilder Morais, Eduardo Gomes e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 868, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Cria a Tarifa Social Emergencial de Água, Esgoto e Energia Elétrica com anistia de 100% dos pagamentos por 90 (noventa) dias e dispõe sobre a proibição de cortes nas tarifas de água, esgoto e energia elétrica durante a vigência de Estado de Calamidade Pública Nacional." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 709, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Concede isenção total da tarifa de energia elétrica aos consumidores atingidos por enchentes e alagamentos." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 943, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o custeio extraordinário das despesas de energia elétrica de unidades consumidoras alcançadas pela Tarifa Social de Energia Elétrica." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, para reexame. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 528, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a promoção da mobilidade sustentável de baixo carbono e a captura e a estocagem geológica de dióxido de carbono; institui o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV), o Programa Nacional de Diesel Verde (PNDV) e o Programa Nacional de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural e de Incentivo ao Biometano; e altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999, 8.723, de 28 de outubro de 1993, e 13.033, de 24 de setembro de 2014." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e das emendas nº 15, 22, 25 e das emendas do relator (emendas nº 28 a 44), com acolhimento das emendas nº 5, 20, 23, 24 e 26, acolhimento parcial das emendas nº 6, 8, 9, 13, 14, 16 e 17, e rejeição das demais emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovado requerimento de urgência para a matéria, de autoria do Senador Beto Faro (REQ 88/2024-CI). **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2310, de 2021 - Terminativo -** que: "Denomina Rotatória Márcio Heleno Henrique a rotatória localizada na rodovia BR-488, no Município de Aparecida, no Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Lucas Barreto. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 6205, de 2023 - Terminativo -** que: "Denomina Rodovia Janaína Borges de Oliveira o trecho da rodovia BR-116 entre os bairros Ruy Coelho Gonçalves e Jardim Santa Rita, na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3221, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências, para reduzir os custos das empresas de navegação brasileiras." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Relatoria:** Senador Beto Faro (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela declaração de prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Aprovado o parecer pela prejudicialidade. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 6201, de 2023 - Terminativo -** que: "Denomina Rodovia Governador Benedito Valadares o trecho da rodovia BR-262 entre o Km 352,5 e o Km 426, no Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 83, de 2024** que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 55/2024 - CI sejam incluídos os seguintes convidados: André Nassar, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), e Flávio Acatauassú, presidente da Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Bacia Amazônica (AMPORT)." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 84, de 2024** que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 56/2024-CI, com o objetivo de instruir o PL 327/2021, seja incluído entre os convidados o senhor Thiago Falda, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Bioinovação - ABBI." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 87, de 2024** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a descarbonização do transporte marítimo no mundo, as regras globais que serão obrigatórias e as mudanças significativas, já iniciadas, no cenário marítimo internacional" **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Beto Faro, Veneziano Vital do Rêgo, Omar Aziz, Jayme Campos, Esperidião Amim, Laércio Oliveira, Fernando Farias e Zequinha Marinho. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e um minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/03

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de setembro de 2024.

Mês de setembro com muita fumaça, muito seco, ainda mais aqui em Brasília, no Planalto Central, a umidade muito baixa, muita gente doente, muita irritação nos olhos, narinas, lábios... Muito difíceis os meses de agosto e setembro aqui em Brasília.

Nós temos aqui o item 1 da pauta. O Deputado Chico Rodrigues pediu para retirá-lo de pauta, devido a ele estar analisando uma emenda que ele gostaria de acatar. Então, o item 1 está suspenso, no dia de hoje, da pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 868, DE 2020

- Não terminativo -

Cria a Tarifa Social Emergencial de Água, Esgoto e Energia Elétrica com anistia de 100% dos pagamentos por 90 (noventa) dias e dispõe sobre a proibição de cortes nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tarifas de água, esgoto e energia elétrica durante a vigência de Estado de Calamidade Pública Nacional.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA))

Vamos dar um tempinho para o item 2, que é do Senador Veneziano. Ele recebeu três emendas. Ele deve estar analisando com a equipe dele.

Quando você estiver pronto, Veneziano, você me avise. Quero saber quais emendas você vai acatar ou quais vai rejeitar, para a gente abrir a discussão do seu projeto, o Projeto 528.

Vou deixá-lo aqui sobrestado, até a decisão do Senador Veneziano. (*Pausa*.)

É o item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3221, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências, para reduzir os custos das empresas de navegação brasileiras.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatório: Pela declaração de prejudicialidade

A relatoria é do Senador Veneziano... Aliás, do Senador Alessandro: é pela declaração de prejudicialidade do projeto. (*Pausa*.)

Eu vou passar para o Senador Beto Faro, mesmo sem autorização do Alessandro... Viu, Senador Beto Faro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faça a leitura para mim, *ad hoc*, do relatório do Senador Alessandro Vieira. Do item 5 da pauta. Por favor. (*Pausa.*)

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Como o relatório já foi amplamente divulgado, vou direto à análise, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeitamente.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em vista do disposto no art. 104, I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão analisar o mérito de projetos que versem sobre transportes. Como se trata de decisão terminativa, compete a nós também a análise não só do mérito, mas também da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa.

A Constituição Federal determina que compete à União legislar privativamente sobre trânsito e transportes. A deliberação sobre a matéria é de competência do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 48, não havendo restrição à iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior. Assim, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Não identificamos quaisquer óbices quanto à juridicidade ou à regimentalidade do projeto de lei aqui analisado.

Da mesma forma, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando o mesmo de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Quanto ao mérito, o PL nº 3.221, de 2019, propõe que o afretamento de embarcação estrangeira a casco nu seja livre para a navegação de cabotagem, navegação interior de percurso nacional e navegação de apoio portuário e marítimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entretanto, em data posterior à apresentação da proposição em análise, foi sancionada a Lei nº 14.301, de 7 de janeiro de 2022, conhecida como BR do Mar. A lei promove algumas alterações importantes na legislação. A principal mudança implementada é de facilitar regras para a expansão das operações de cabotagem e a entrada de novos interessados no setor. Aumentaram-se as possibilidades de as empresas brasileiras de navegação (EBN) fazerem afretamentos sem a obrigatoriedade de possuírem embarcações próprias, sem deixar de criar incentivos para que as EBNs tenham frota própria, garantindo-se assim a disponibilidade do serviço mesmo em caso de mudança da demanda internacional causada pela volatilidade dos preços.

Em relação ao afretamento a casco nu, a lei que cria o Programa BR do MAR libera imediatamente o afretamento de uma embarcação com suspensão de bandeira, para navegação de cabotagem, independentemente de contrato de construção em eficácia ou de propriedade de embarcação brasileira. Pelos quatro anos seguintes, o limite é aumentado gradativamente, sendo livre, sem limitação de quantidade, a partir de quatro anos da vigência da lei.

Entendemos que não se pode desprezar totalmente os investimentos já realizados por empresas brasileiras que fizeram investimentos recentes ao adquirir embarcações próprias. Caso o PL venha a se tornar lei, já não haverá limitação de quantidade de embarcações a afretar desde o início de sua vigência, ao contrário do escalonamento que foi estabelecido pelo Programa BR do MAR. A regra que foi criada em 2022 considera o impacto nas empresas existentes e fornece um período de transição adequado para que as empresas possam se ajustar às novas regulamentações ou requisitos. A título exemplificativo, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) possui hoje mais de 1,2 mil autorizações para a operação das EBNs em todo o Brasil.

O PL nº 3.221, de 2019, insere ainda novo artigo na Lei nº 9.432, de 1997, para estabelecer que é livre a aquisição de embarcações nacionais ou estrangeiras, novas ou usadas, para utilização pelas empresas brasileiras de navegação. Justifica o autor que a proposta pretende suprimir a criação de embaraços desnecessários para a aquisição de embarcações, sejam novas ou usadas, que existem na normatização infralegal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, é justo haver um incentivo para que as empresas contratem a construção de embarcações nos estaleiros brasileiros. O Programa BR do MAR preocupa-se com isso, no seu art. 5º, §1º, incisos II e III. O dispositivo permite que as EBNs possam afretar embarcações a tempo, que envolvem custos mais baratos, caso tenham embarcações em construção. E, caso a construção seja no Brasil, o limite de afretamento é duas vezes maior.

Importante frisar que não há impedimento para a aquisição de embarcações estrangeiras na legislação vigente. Inclusive, a grande maioria das embarcações porta-contêineres que operam na cabotagem nacional não foram construídas em estaleiros brasileiros.

Quanto à importação de embarcações usadas de transporte de cargas e passageiros, existem normas infralegais que tratam da segurança operacional e da obediência às normas ambientais. Tais regras não poderiam ser desrespeitadas sob pena de degradação do mercado nacional que se tornaria atrativo para embarcações ineficientes. Ainda que aprovado o dispositivo sugerido pelo PL, seria inócuo retirar uma restrição comercial de livre aquisição de embarcações, sem, por outro lado, eliminar outras normas de segurança operacional e ambiental.

O PL nº 4.199, de 2020, que deu origem à lei do BR do Mar, foi discutido exaustivamente entre o setor produtivo, Parlamentares e o Governo Federal. O texto da lei representa a construção do melhor cenário possível, que acomoda os interesses da indústria naval, do aumento da oferta de cabotagem, da proteção da marinha mercante brasileira e da abertura, ainda que gradual, de setor tão estratégico para o país.

Ao nosso ver, o momento é de observação dos resultados que o atual arcabouço normativo produzirá para, se necessário, corrigir e aprimorar eventuais pontos da lei do futuro.

O voto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade e juridicidade do PL nº 3.221, de 2019, e, no mérito, por sua rejeição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sala das comissões.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, Senador Beto Faro, pela leitura *ad hoc*.

Está em discussão o Projeto de Lei 2.221, de 2019, relatado pelo Senador Alessandro Vieira e lido pelo Senador Beto Faro nesta sessão. A qualquer Senador ou Senadora que queira discutir o projeto a palavra será concedida. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a votação é simbólica.

Os Senadores e Senadoras que estejam de acordo com o projeto... (*Pausa.*)

Vamos aguardar aqui o quórum de 12. Só um pouquinho e já se atinge.

Bem, então vamos ao item 2 da pauta, Projeto 528, de 2020, muito bem estudado pelo Senador Veneziano ao longo de alguns meses, preparado, cujo tema é muito sensível, muito importante, novo.

Ele já fez a leitura.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 528, DE 2020

- Não terminativo -

Dispõe sobre a promoção da mobilidade sustentável de baixo carbono e a captura e a estocagem geológica de dióxido de carbono; institui o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV), o Programa Nacional de Diesel Verde (PNDV) e o Programa Nacional de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural e de Incentivo ao Biometano; e altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999, 8.723, de 28 de outubro de 1993, e 13.033, de 24 de setembro de 2014.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do projeto com as emendas que apresenta, com aprovação da emenda nº 5, aprovação parcial das emendas nº 6, 8, 9, 11 e 13 e rejeição das demais emendas.

Observações:

1. Em 09/04/2024, o Senador Chico Rodrigues apresentou a emenda nº 1

2. Em 24/04/2024, o Senador Astronauta Marcos Pontes apresentou a emenda nº 2

3. Em 29/04/2024, o Senador Mecias de Jesus apresentou a emenda nº 3

4. Em 09/05/2024, a Senadora Tereza Cristina apresentou a emenda nº 4,

posteriormente retirada pela autora

5. Em 16/05/2024, o Senador Cid Gomes apresentou a emenda nº 5

6. Em 06/06/2024, o Senador Carlos Viana apresentou a emenda nº 6

7. Em 07/06/2024, o Senador Mecias de Jesus apresentou a emenda nº 7

8. Em 10/06/2024, o Senador Laércio Oliveira apresentou a emenda nº 8

9. Em 11/06/2024, o Senador Fernando Farias apresentou a emenda nº 9

10. Em 12/06/2024, o Senador Astronauta Marcos Pontes apresentou a emenda nº 10

11. Em 18/06/2024, a Senadora Tereza Cristina apresentou a emenda nº 11

12. Em 03/07/2024, o Senador Irajá apresentou a emenda nº 12

13. Em 14/08/2024, o Senador Beto Faro apresentou a emenda nº 13

14. Em 16/04, 25/04 e 21/05/2024 foram realizadas audiências públicas de instrução da

matéria

15. Em 20/08/2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo apresentou novo relatório

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

16. Em 20/08/2024, foi lido o relatório e concedida vista coletiva

17. Em 20/08/2024, o Senador Zequinha Marinho apresentou as emendas nº 14 e nº 15. Nessa mesma data, o Senador Otto Alencar apresentou a emenda nº 16

18. Em 21/08/2024, o Senador Esperidião Amin apresentou a emenda n° 17

19. Em 27/08/2024, o Senador Esperidião Amin apresentou as emendas n° 18 e n° 19

20. Em 29/08/2024, o Senador Astronauta Marcos Pontes apresentou a emenda nº 20.

21. Em 30/08/2024, a Senadora Augusta Brito apresentou a emenda nº 21

22.Em 02/09/2024, Senador Laércio Oliveira apresenta a emenda nº 22, o Senador Jorge Kajuru apresenta a emenda nº 23, Senador Confúcio Moura apresenta as emendas nº 24 e 25, o Senador Weverton apresenta a emenda nº 26 e o Senador Esperidião Amin apresenta a emenda nº 27 ao PL 528/2020 ao PL 528/2020

23. Votação simbólica

Agora eu passo a palavra a ele para fazer a complementação do voto.

Com a palavra, o Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente Confúcio, meus cumprimentos – bom dia! – a V. Exa. e, igualmente, nossos cumprimentos a todos os companheiros e demais companheiras, Sras. e Srs. Senadores que integram a Comissão de Infraestrutura, e a todos os presentes para o acompanhamento desta matéria e das demais outras que integram a pauta desta terça-feira e também as nossas saudações aos que nos acompanharão através dos meios que o Senado disponibiliza.

Como diz V. Exa., nós estamos aqui trazendo a complementação de voto.

Depois de termos feito, no primeiro momento, a leitura, há duas semanas, houve o pedido de vistas coletivo, que V. Exa., evidentemente, no atendimento regimental, assim compreendeu. Hoje, nós estamos analisando algumas emendas que, nesse hiato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temporal, nos foram apresentadas à apreciação. São essas observações e algumas singelas, próprias, mudanças, que nós aqui trazemos à apreciação do Colegiado.

É de costume, para que nós atendamos o princípio da economicidade, que nós partamos para a análise, mas eu queria, até para fazer as referências aos meus e às nossas companheiras, Senador Confúcio – não é mais do que uma página –, fazer a leitura da parte inicial do relatório, em menções às emendas que nos foram trazidas.

Trazemos a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura a complementação do voto ao Projeto de Lei 528, denominado PL do Combustível do Futuro.

Esta complementação refere-se a 14 emendas apresentadas após a leitura do relatório, que ocorreu na 23ª Reunião Extraordinária, no dia 20 de agosto de 2024. As Emendas 14 e 16, apresentadas pelos Senadores Zequinha Marinho e Otto Alencar, respectivamente, visam suprimir o § 7º do art. 17 do PL 528, de 2020, fruto de emenda proposta por este Relator no Relatório apresentado inicialmente no dia 20. De fato, o que pretendem as emendas é que os volumes referentes ao consumo flexível de usinas termelétricas conectadas ao Sistema Interligado Nacional sejam contabilizados para a definição da meta de redução de gases de efeitos estufa pelo setor de gás natural.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu peço silêncio a todos os presentes, para a leitura deste importante relatório do Senador Veneziano, por gentileza.

Obrigado.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Muito obrigado, Presidente.

As Emendas nº 15 e 20 foram apresentadas pelos ilustres Senadores Zequinha Marinho e Astronauta Marcos Pontes, respectivamente, visando acrescentar dispositivo ao PL definindo que o volume de biometano utilizado para queima em *flares* ou ventilação não fará *jus* ao Certificado de Garantia de Origem de Biometano. Depreende-se também, das justificativas apresentadas, que elas almejam restaurar a redação original do *caput* do art. 19 do PL, cuja alteração foi proposta por este Relator no relatório apresentado no dia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

20. O objeto dessa restauração seria deixar para o regulamento a definição integral dos parâmetros para emissão do certificado e vedar a emissão deste certificado para o autoconsumo de biometano.

As Emendas 17, 18 e 19 foram apresentadas pelo Senador Amin, Esperidião Amin, querido companheiro. A Emenda 17 visa aprimorar o texto do art. 16, inciso II, do PL, para incluir o termo “gás natural veicular” como combustível de veículos e motores cuja fabricação o PL almeja incentivar. A Emenda 18 intenta suprimir a atividade de captura de dióxido de carbono da regulação da ANP. E a Emenda nº 19 busca garantir prioridade nos direitos de injeção de CO_2 aos titulares de contratos de concessão e partilha de produção de hidrocarbonetos e de concessão de lavra mineral nas áreas objeto de tais contratos.

A Emenda 21, apresentada por S. Exa. Senadora Augusta Brito, tem os seguintes objetivos: atribuir ao CNPE a tarefa de regulamentar a adição de percentual mínimo de hidrogênio verde na composição do SAF e na produção do diesel verde; possibilitar que o diesel verde seja utilizado para cumprimento da mistura obrigatória de biodiesel ao óleo diesel; por fim, estabelecer como objetivo do programa relativo ao biometano o incentivo à substituição de motores a diesel por motores a hidrogênio verde.

As Emendas 22 e 23 foram apresentadas pelos Senadores Laércio Oliveira e Jorge Kajuru, visando garantir que, previamente à majoração dos adicionais de álcool etílico à gasolina e de biodiesel ao óleo diesel, seja constatada a viabilidade mecânica e laboratorial dos biocombustíveis.

As Emendas 24 e 25 foram apresentadas por S. Exa. o Senador Presidente Confúcio Moura. A Emenda 24 visa a substituir o termo "transporte" por "movimentação", para harmonizar o texto às normas vigentes sobre o tema e suprimir dispositivos que poderiam gerar insegurança aos projetos de produção de hidrocarbonetos que reinjetam CO_2 para aumentar a produção de petróleo.

Já a Emenda 25 busca facultar ao Poder Executivo estabelecer em regulamento a responsabilidade pela mistura do diesel verde ao óleo diesel, tendo em vista a natureza técnica da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda 26, apresentada por S. Exa. o Senador Weverton, faculta à CNPE a extensão do sistema de rastreamento previsto pelo PL do combustível do futuro para os combustíveis do ciclo diesel, estendendo-se para as demais fontes de energia tratadas na Lei 9.478.

Por fim, a Emenda 27, apresentada pelo Senador Esperidião, visa a possibilitar que a parcela renovável oriunda do coprocessamento de biomassa renovável na produção de diesel seja considerada para fins de atendimento à participação volumétrica mínima relativa ao diesel verde.

Como eu havia garantido a V. Exa., uma página, uma lauda e meia, para que nós pudéssemos dar conhecimento aos nossos e às nossas companheiras, a fim de que estes absolvessem as novas sugestões apresentadas após a relatoria inicial.

Análise.

Passo a analisar adiante as emendas apresentadas após a leitura do relatório perante esta Comissão.

Quanto às Emendas 14 e 16, elas visam a suprimir dispositivo que almejamos acrescentar ao PL 528 por emenda de Relator. Em termos de técnica legislativa e regimentalidade, portanto, não é possível aprovar tais emendas. Quanto ao mérito, propusemos solução diversa, mas equivalente, que ao nosso ver levará o tema ao bom termo.

Em anos, com baixa disponibilidade hídrica no âmbito do setor elétrico, o país precisa recorrer à energia elétrica gerada pelo seu parque de usinas termoelétricas, muitas delas a gás natural. Essa situação pode resultar na majoração pontual da meta por motivos conjunturais, impondo aos produtores e importadores de gás natural a necessidade de momentânea de compra de mais biometano e certificados.

Do ponto de vista do produtor e importador de gás natural, a incerteza, senhores e senhoras, em relação ao volume de biometano a ser adquirido no futuro, pode levar, sim, ao aumento no preço da venda do gás natural, pois tal incerteza será naturalmente precificada, em prejuízo dos consumidores por suposto. Assim, com o fim de tornar mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previsível a demanda por biometano e pelos certificados, tanto para os produtores de biometano como também para os produtores e importadores de gás natural, essa relatoria propõe, conforme emenda deste Relator, que seja considerada a média decenal de oferta de gás natural oriunda de produção nacional e importação na definição da meta relacionada ao biometano, o que inclui o consumo flexível das usinas termoelétricas. A título de exemplo, essa média verificada para anos recentes, tendo como referência janelas decenais relativas aos anos de 2010 a 2023, conduz a montantes que variam entre 81 e 85 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural, ou seja, uma volatilidade bastante reduzida para a finalidade a que se destina: a implementação de uma política voltada para o biometano.

Quanto às Emendas 15 e 20, elas relevam a preocupação legítima de que a emissão dos certificados de garantia do biometano lastreados no alto consumo do biometano podem não ser rastreáveis. O texto que nós apresentamos poderia levar ao entendimento de que o alto consumo por si faria jus à emissão do certificado em qualquer hipótese.

Nesse sentido, é bastante salutar restaurar o texto original do *caput* do art. 19 do PL, conforme propõem essas emendas. Por outro lado, ressaltamos que não há vedação a tal emissão no texto original do projeto, tampouco nas emendas apresentadas. Os arts. 19 e 20 do PL estabelecem que a regulamentação do certificado deverá garantir a rastreabilidade dele – certificado –, ou seja, senhoras e senhores, somente será possível a emissão do certificado ao biometano autoconsumido caso seja possível garantir a sua rastreabilidade. Por outro lado, nos casos em que a rastreabilidade não seja possível, ou não seja implementada pelo produtor ou pelo produtor-consumidor de biometano, não haverá emissão do certificado de garantia.

Quanto à Emenda nº 17, entendemos que seus efeitos foram contemplados em emenda proposta no relatório apresentado no dia 20. Conforme definição da ANP, o GNV é a "denominação do combustível gasoso, tipicamente proveniente do gás natural ou biometano, ou da mistura de ambos, destinado ao uso veicular e cujo componente principal é o metano, observadas as especificações estabelecidas pela ANP", ou seja, quando o inciso II do art. 16 do PL se refere a veículos movidos a metano, conforme emenda apresentada no relatório, trata-se, de forma genérica, de veículos movidos a gás

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

natural ou biometano. Por quê? Porque ambos têm como componente principal o metano. O biometano é o nome dado ao metano proveniente de fontes renováveis.

Quanto à Emenda nº 18, entendemos que a regulação a ser realizada pela ANP trará homogeneidade a todos os elos da cadeia, ou seja, da captura ao armazenamento, trazendo ganhos significativos quanto aos custos de transação. Atualmente, a captura é regulada caso a caso, projeto a projeto, sendo uma sistemática deveras custosa para os empreendedores, especialmente tendo como perspectiva projetos de escala compatível com metas setoriais de descarbonização no Brasil no futuro. Dessa forma, a retirada da supervisão da ANP da etapa de captura não parece ser a solução, *data venia*. Por isso, mantemos a proposta do PL. Ao se ter uma parametrização única, na ANP, reduz-se a discricionariedade, e colabora-se para concretude dos preceitos previstos no art. 225 da Constituição Federal, que trata do direito ao meio ambiente equilibrado, preservando para as gerações presentes e futuras.

Em relação à Emenda nº 19, optamos pela manutenção da proposta que apresentamos anteriormente. Os aperfeiçoamentos propostos no relatório são aderentes ao direito pátrio quanto à gestão do subsolo nacional como bem da União, assim como o tratamento igualitário, sem direito de prioritário, aos diversos agentes que busquem realizar a atividade de CCS no território nacional. Dessa forma, não se pode estabelecer, ao meu ver, ao nosso ver, prioridade em acesso ao subsolo pelo simples motivo de já estarem realizando outra atividade. A garantia de que sejam ouvidos os agentes antes da outorga da área de CCS é suficiente para que se permita o uso múltiplo da formação geológica de forma harmônica e eficiente, não obstando, absolutamente, que os próprios titulares em operação nas atividades de petróleo e mineração solicitem também acesso para fins de CCS.

Quanto à Emenda nº 21, avaliamos que grande parte dos seus propósitos já está abarcada de alguma forma pelo relatório que apresentamos relativamente ao combustível do futuro.

Relativamente ao SAF, combustível da aviação, a ANP deverá estabelecer os valores das emissões totais equivalentes por unidade de energia computados no ciclo do poço à queima de cada rota tecnológica de produção de SAF, para fins de contabilizar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descarbonização em face do querosene de aviação fóssil. Dessa forma, senhores e senhoras, naturalmente, há incentivo à utilização de hidrogênio verde na produção de SAF, pois, nesse caso, o biocombustível resultante terá potencial de redução de emissões maior, agregando mais valor ao produto.

No caso do diesel verde, há, no âmbito do Programa RenovaBio, incentivos para descarbonização de todo o processo de produção. Quanto menor a emissão de gases de efeito estufa durante o ciclo de vida do biocombustível, maior será a Nota de Eficiência Energético-Ambiental atribuída à sua rota de produção, e maior será o valor agregado a esse biocombustível. Dessa forma, poderá haver incentivos à utilização de hidrogênio verde no processo de produção do diesel verde, na medida em que isso reduzirá a emissão dos gases de efeito estufa no ciclo de vida desse biocombustível.

Além do mais, estabelecer a necessidade de utilização de hidrogênio verde pode levar à exclusão de rotas de produção de biocombustíveis que não necessitem de adição do hidrogênio ao processo.

No tocante à possibilidade de que o diesel verde possa ser utilizado para fins de cumprimento dos percentuais de mistura do biodiesel no óleo diesel, penso que não há razão para tanto. Caso, no futuro, verifiquemos que os incentivos ao desenvolvimento do diesel verde ficaram aquém do adequado, o próprio Parlamento poderá se debruçar novamente sobre o tema e propor novas soluções. Estabelecer, de partida, essa possibilidade, poderá prejudicar a previsibilidade que nós almejamos para a indústria do biodiesel, bem como a uniformização da especificação do óleo diesel comercializado em todo o território nacional.

Quanto à alteração dos objetivos do programa relativo ao biometano para contemplar o incentivo à substituição de motores a diesel por motores a hidrogênio verde, avaliamos não haver aderência temática, pois não há no projeto, ao nosso sentir, dispositivo que fomente diretamente o hidrogênio verde para fazer frente a esse objetivo. Destacamos, no entanto, a recente publicação da Lei nº 14.948, tratando do hidrogênio verde, bem como o Projeto de Lei nº 3.027, do mesmo ano, em discussão pelo Plenário do Senado Federal, que estabelece já incentivos a essa novel indústria, e que entendemos ser o fórum ideal para os debates a esse respeito. Os incentivos dispostos nesses diplomas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também irão, certamente, impulsionar o uso do hidrogênio verde como combustível na matriz de transportes.

Eu quero saudar a colaboração muito importante, através dessas sugestões, da Senadora Augusta, pedindo vênia por não poder acatá-las.

Quanto às Emendas 22 e 23, compartilhamos a preocupação dos nobres Senadores quanto à qualidade dos biocombustíveis a serem comercializados no país. Nesse ponto, ressaltamos o aprimoramento promovido no PL Combustível do Futuro pela Câmara dos Deputados, em que foi aperfeiçoado para previsão de que a majoração dos percentuais de álcool etílico anidro à gasolina e de biodiesel ao óleo diesel mineral deve ser, necessariamente, precedida da constatação de viabilidade técnica. Aqui no Senado, propusemos que fosse assegurada a participação de interessados nesse processo de validação. Avaliamos que, dessa forma, o Poder Executivo terá plena competência para regulamentar de forma detalhada como serão realizados os procedimentos para validação da viabilidade técnica dessa majoração percentual, que poderá incluir testes mecânicos e laboratoriais, conforme disposto nas emendas, e com a devida participação dos setores envolvidos.

Assim, avaliamos que, no mérito, as preocupações dos Srs. e Sras. Senadoras que propuseram as emendas, com as quais comungamos, estão endereçadas nas emendas que apresentamos ao final deste voto.

Quanto à Emenda 24, a julgamos bastante pertinente, para que não haja dúvida quanto ao processo de recuperação avançada de hidrocarbonetos e a atividade de CCS poderem ser realizados concomitantemente. Quanto à intercambialidade do termo "transporte" para "movimentação" – Senador Confúcio, já que foi V. Exa. que apresentou essa emenda – de CO_2, termo já utilizado em outras normas, avaliamos como salutar para possibilitar a adequada regulação do tema pela Agência Nacional do Petróleo. Tendo em vista que a emenda tratou de suprimir dispositivo oferecido em emenda apresentada no relatório lido no dia 20 de agosto, nós acolhemos a Emenda nº 24 na forma das novas emendas que apresentaremos ao final deste relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à Emenda nº 25, também de autoria do Senador Confúcio, em reanálise da matéria, nos parece oportuno que o Poder Executivo, no âmbito da regulamentação afeta ao diesel verde, avalie qual será a etapa da cadeia de produção e distribuição de combustíveis mais adequada para a realização da mistura de diesel verde ao óleo diesel. Nos parece que, sopesando custos e benefícios, pode haver otimização em termos logísticos no estabelecimento da mistura no elo de distribuição de combustíveis. De toda forma, caberá ao Poder Executivo tal definição, da forma mais eficiente. Por consequência, ao acatar a Emenda nº 25, nos resta a rejeição da Emenda nº 11.

Quanto à Emenda 26, creio que ela tem o potencial de garantir mais qualidade aos combustíveis distribuídos no país, além de contribuir para a descarbonização do setor de transportes. A previsão que consta no PL Combustível do Futuro é de criação do sistema de rastreabilidade para os combustíveis do ciclo diesel. Com o acatamento essa emenda, o CNPE poderá – é autorizativo – estender a aplicação desse sistema para os demais combustíveis, visando ao cumprimento de diversos objetivos da Política Energética Nacional, tais como proteger os interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos, proteger o meio ambiente, promover a conservação de energia e mitigar as emissões de gases causadores de efeito estufa e de poluentes nos setores de energia e de transportes.

Por fim, relativamente ao diesel coprocessado, tratado pela Emenda nº 27, de S. Exa. o Senador Esperidião Amin, avaliamos que não é oportuno incluí-lo no programa relativo ao diesel verde.

O PL Combustível do Futuro busca incentivar o desenvolvimento de novas indústrias de biocombustíveis, dentre os quais o diesel verde e o SAF, combustível sustentável de aviação. São indústrias nascentes, ainda sem operação comercial no Brasil. A principal rota de produção em desenvolvimento para o diesel verde no mundo é chamada de HVO (hidrotratamento de óleos vegetais, sigla em inglês). No caso do SAF, a principal rota de produção é chamada de HEFA (hidroprocessamento de ésteres e ácidos graxos, em inglês). Há, no entanto, bastante sinergia entre esses combustíveis, pois a produção de SAF por essa rota conduz também a produção de diesel verde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O percentual de produção de SAF pela rota já mencionada é da ordem de 55%, enquanto o diesel verde chega a 35%, seguido de outros subprodutos. Dessa forma, a estrutura de capital para a implantação de unidades de produção de SAF irá, necessariamente, passar pela análise do mercado de ambos biocombustíveis. Caso o diesel verde não seja adequadamente valorado, as futuras plantas de produção pela rota do hidroprocessamento de ácidos graxos e ésteres deverão ter a totalidade da sua remuneração advinda do SAF ou poderão, portanto, não se viabilizar – esse é o nosso receio.

O diesel coprocessado, por sua vez, ocorre por meio da inserção de matéria prima não fóssil à unidade de hidrotratamento, a qual é adaptada ou modificada para que possa receber carga de matéria prima de fonte renovável, como óleo vegetal, juntamente com a carga comum, fóssil, dentro da refinaria, produzindo óleo diesel com conteúdo renovável.

Atualmente, a Petrobras já produz diesel coprocessado, batizado de Diesel R5, com 5% de parcela renovável. Ao fim de 2023, a capacidade instalada para produção desse Diesel R5 pela Petrobras era de 59 mil barris por dia, cuja parcela renovável equivaleria a 0,26% do consumo anual de óleo diesel.

Observa-se que, considerando apenas a capacidade já instalada pela Petrobras, quase 10% do limite do mandato relativo ao diesel verde já estaria suprido. Considerando que é razoável que os percentuais de participação de diesel verde sejam definidos pelo CNPE em patamares incrementais ao longo dos anos até atingir o limite de 3%, a capacidade de produção de diesel coprocessado já instalada pela Petrobras poderá ser suficiente para cobrir a maior parte do mandato nos primeiros anos.

Forçoso, Presidente, portanto, concluir que a inclusão do diesel coprocessado no PL combustível do futuro poderá pressionar a produção relativa ao diesel verde, fragilizando os incentivos que nós estamos pretendendo estabelecer ao discutir o PL combustível do futuro. O programa que se busca construir relativamente ao SAF também poderá ser coberto de incertezas, pois sua principal rota de produção depende de um mercado de diesel verde saudável para que o mesmo se viabilize.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabe salientar que a comparação entre o coprocessado e o diesel verde pode figurar como injusta em termos de implementação de política pública de biocombustíveis, uma vez que os custos de implantação de uma planta dedicada à produção do diesel para produção de SAF e diesel verde são significativamente maiores, bem maiores do que as adaptações necessárias para o coprocessamento de biomassa, acarretando competição desleal entre produtos supostamente similares.

Por essas razões, avaliamos que não é oportuno... Com todo o devido e necessário respeito – registro, por oportuno, a sugestão que eu, particularmente, ao tempo em que nós discutimos nas quatro audiências também, a princípio, tinha como sugerível –, eu quero aqui pedir desculpas por não acatar, mas, ao tempo, reconhecendo que era passível desse debate sobre a inclusão ou não do coprocessado. Avaliamos não ser oportuno contemplar o diesel coprocessado no mandato relativo ao diesel verde, sob risco de comprometermos o desenvolvimento da indústria deste último, diesel verde, além de ter efeitos deletérios para o programa relativo ao combustível de aviação, o SAF.

Voto, Sr. Presidente, senhoras e senhores.

Pelo que nós expusemos, tanto no primeiro momento como nesse instante, no qual avaliamos as emendas apresentadas posteriormente à leitura inicial, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 528, do ano de 2020, e das emendas apresentadas, com as devidas ressalvas neste relatório, e, no mérito, votamos pela aprovação do PL nº 528, do ano de 2020, com as emendas a seguir, pela aprovação da Emenda nº 25, pela aprovação das Emendas nºs 15 e 20 na forma da Emenda nº 15, pela aprovação das Emendas nºs 5, 24 e 26 na forma das emendas apresentadas adiante, pela aprovação parcial das Emendas nºs 6, 8, 9, 13, 14, 16, 17, 22 e 23, também na forma das emendas apresentadas adiante, e pela rejeição das demais outras emendas.

Presidente Confúcio Moura, essa é a nossa colaboração em relação ao projeto combustível do futuro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem, muito obrigado, Senador Veneziano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aberta a discussão.

Estão inscritos aqui o Senador Esperidião, em primeiro lugar, e Senador Omar Aziz. Mais alguém deseja discutir? Senador Laércio.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Senador Esperidião, V. Exa. troca comigo? Eu tenho que ir para a posse.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito. Beto Faro...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O lado de cá do Rio Jordão concorda com a permuta. Nós vamos privilegiar os palestinos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... Fernando Farias. Muito bem.

Com a palavra, o Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar o Senador Veneziano pelo relatório.

Há um detalhe que nós temos que prestar muita atenção aqui, que é essa chamada captura e estocagem geológica de dióxido de carbono: isso aí é crédito de carbono, que está sendo manipulado por poucos neste país – e, na tribuna do Senado, eu irei expor essas questões. Então, tem que ter muito cuidado com o que nós estamos aprovando aqui. Estou levantando isso por uma razão simples. Nós sabemos o que está acontecendo com essa questão de crédito de carbono: essa estocagem está na bolsa, e isso beneficia a poucos; e muitos que mereceriam, que protegem, não estão recebendo absolutamente nada.

Isso aqui não caiu do nada, não. Isso é de 2020. Bolsonaro não queria nem ouvir falar sobre isso, por isso que nunca foi aprovado aqui, está certo? Porque ele é um "anti-isso". Então, nós sabemos os nomes e sobrenomes de quem está por trás dessas questões aqui.

Senador Veneziano, tenho todo o respeito por V. Exa., mas quero alertar para essa questão aqui: "[...] dispõe sobre a promoção da mobilidade sustentável de baixo carbono e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

[aí sim] a captura e a estocagem geológica de dióxido de carbono [...]". Aí é que está o x da questão nesse projeto que nós vamos aprovar aqui. Essa que é a questão.

Aliás, eu até liguei para V. Exa. – lembra? – para tratar desse assunto aqui, e V. Exa. disse: "Omar, eu não vou levar enquanto eu não discutir com V. Exa.". Só que nós estamos agora muito mais tempo fora daqui de Brasília do que aqui em Brasília, por causa da... É uma vez por mês, uma semana de trabalho, mas quero alertar sobre essa questão do crédito de carbono, do sequestro de CO_2. Muita gente já foi presa por causa disso, e na nossa região, Senador. Outro dia, saiu uma operação de Rondônia, com muita gente presa.

Nós não estamos aqui preocupados se o preço da passagem vai baixar, nós não estamos preocupados se o preço... Há pouco mesmo, falava aqui sobre a questão da hidrovia, que é um tema que nos afeta muito lá; há pouco, o Senador Faro falava sobre essa questão.

Sobre essa questão aqui, eu só queria deixar isso, porque eu tenho que sair, eu vou à posse do Ministro Mauro Campbell, que é do meu estado. Ele vai assumir a Corregedoria do Conselho Nacional, o que foi aprovado aqui pelo Senado Federal.

Eu não terei voz aqui para a gente tirar, porque já foi pedida vista, mas eu quero alertar os Senadores e Senadoras sobre esta questão, este detalhe aqui, este detalhe: a promoção da mobilidade sustentável de baixo carbono e a captura e a estocagem. Aí aqui está o x da questão: a captura e a estocagem. Então, é só para deixar um alerta. Eu vou me posicionar sobre isso. Agora, o meu voto... Eu sou suplente nesta Comissão, nem votar eu voto, só voto quando não tem o titular presente, mas eu quero me posicionar sobre essa questão e debater a fundo isso dentro do Plenário. E vou conversar com o Senador Veneziano, é lógico, fora daqui, discutir com ele essa questão e também com os colegas Parlamentares dentro do Plenário do Senado Federal para a gente alertar sobre essas questões. E aqui é que está o x da questão.

É só para alertar aí, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Ouço e ouvi o Senador Omar Aziz com todo o devido e necessário respeito, até pela sua carga de experiência, mas é importante, Senador Omar, que nós lembremos que nós próprios, com a sua presença, votamos um projeto autônomo, vamos assim tratar, de autoria do ex-Senador Jean Paul Prates versando exatamente sobre essa matéria. Eu fui Relator, V. Exa. votou aqui e em Plenário. Então, se V. Exa. quiser desfazer ou por força de... Nesse lapso temporal entre a votação que se deu sobre captura e armazenagem de carbono, projeto de autoria... Eu até pedi à minha assessoria para trazer o número do mesmo. V. Exa. participou dessa votação. Se V. Exa. convenceu-se do contrário nesse lapso temporal, bem, mas não é fato novo, não é... E eu sei que V. Exa. não quis impingir a mim qualquer dúvida...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não, não, não...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... sobre o relatório, sobre o acolhimento e a sua inclusão, porque eu sei que o senhor tem muita estima por mim e muito respeito, mas eu quero dizer que este Colegiado já votou e que V. Exa. também, em Plenário, teve a oportunidade de fazê-lo.

Essa matéria encontra-se não mais entre nós e, sim, na Câmara dos Deputados.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – E não foi votado ainda.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não foi votado, está na Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Estão esperando votar isso aqui agora.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Veneziano...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Só um minutinho.

Estão esperando votar isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Veneziano...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É só aqui colocar, Senador Veneziano, que longe de mim... Você sabe o respeito que tenho por V. Exa., a gente tem que discordar... Eu posso discordar da prática que está acontecendo no país hoje. O que eu não vejo é os povos tradicionais, os povos originários sendo beneficiados com absolutamente nada e, sim, a bolsa sendo beneficiada com empresários ganhando bilhões por ano! É essa a minha questão.

Se nós já aprovamos aqui, por que está de novo aqui, então? Se nós já votamos uma lei do Jean Paul Prates, por que está aqui novamente? Por que está aqui estocagem? Por que não tira, então, estocagem disso aqui e deixa a lei que nós já aprovamos, da estocagem, lá atrás e não traz novamente para o novo texto? É essa a questão. Não tem problema... Eu não sou contra, eu só quero saber quais são os critérios e quem vai ser beneficiado lá na frente. Isso não está explícito aqui.

V. Exa. é da região da Amazônia, o senhor sabe muito bem que os povos originários, os povos tradicionais que cuidam da nossa floresta não recebem um real. Compram milhões e milhões de hectares na Amazônia e lá depois colocam na bolsa para vender crédito de carbono e essas pessoas não são beneficiadas. Não são beneficiados os pardos, os indígenas, os povos originários, os caboclos da nossa região. É essa a questão.

Se já aprovamos, Senador Veneziano, por que está aqui? Sabe por quê? Porque lá na Câmara não vão votar enquanto a gente não votar isso aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – O Senado... e daqui não sai mais, daqui não vai sair mais, porque deve ter sido modificado lá na Câmara. Você está me entendendo? Eles modificaram.

Então, eu só estou alertando para esta questão: quem vai ser beneficiado com isso? Não é nada contra A ou B, pelo contrário. Eu sou a favor do crédito de carbono, eu sou a favor de você remunerar o crédito de carbono. Eu sei muito bem que as nossas florestas absorvem CO_2, mas também emitem – não só absorvem, emitem também.

Então, a gente conhece um pouco sobre isso na nossa região, por isso que eu estou colocando aqui a minha preocupação: quem será beneficiado? Os povos tradicionais serão beneficiados? A população vai ter parte dessa remuneração para ela – é essa questão – ou é só o lado usineiro que vai ter benefício disso? Porque hoje o maior crédito de carbono que tem é no álcool, é na plantação de cana, é nas usinas. E eu estou levantando aqui uma questão que é muito séria, mas, repito, tenho certeza absoluta, não estou aqui... O Senador Veneziano Vital do Rêgo é meu amigo pessoal, é um homem sério, não está aqui fazendo nada para beneficiar A ou B, ele está lendo um relatório. Eu também faria o relatório da mesma forma se eu não me aprofundasse um pouco mais nessa questão para saber quem vai ser beneficiado depois. Porque nós temos que acabar com esse negócio de fazer lei e as pessoas que precisam ser beneficiadas não são beneficiadas na ponta. Essa que é a grande questão, essa é a minha grande questão. Na lei, em si, está tudo certo: vamos dar desoneração, vamos dar financiamento, fazer tudo que eles querem. E o povo? E a população? E as pessoas que estão lá cuidando dessas florestas durante milhares e milhares de anos, o que elas levam? Um tapa na cara, como sempre levaram.

E agora, mais do que nunca– que não é o caso, Senador Veneziano –, o meu estado está com a maior estiagem da história, e o Governo Federal insiste em não asfaltar 319 – insiste. E agora não é mais só a Marina, não, é o Governo Federal, sim. Insiste em não asfaltar 319. Há mais de um ano conversando que está fazendo audiência pública... Não tem projeto, não tem absolutamente nada. Eu quero o projeto do Ministério dos Transportes para trazer aqui para a gente mostrar – já discutimos isso aqui dez vezes –, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

BR-319. E nós temos condições, sim, de cuidar. Se a gente não tem competência, capacidade de cuidar de uma estrada de 700km, nós não temos competência para fazer absolutamente nada neste país. E o Governo se diz incapaz de cuidar de uma estrada de 700km, se diz incapaz de cuidar daquelas áreas que são áreas alagadiças de um lado e do outro – o senhor conhece aquela estrada. Nem de um lado nem do outro dá para produzir absolutamente nada. E hoje, com satélite, com *drone*, com uma série de coisas, dá para fiscalizar, e fiscalizar bem. Com um helicóptero você chega em minutos ali se alguém estiver extraindo alguma madeira. Não fazem sabem por quê? Porque têm compromisso internacional. O Ministério do Meio Ambiente tem compromisso com as questões internacionais. O Brasil emite muito menos CO_2 do que a Europa. Qualquer país da Europa emite mais CO_2, mas nós somos obrigados a proteger tudo aquilo que nós temos para dar satisfação aos meios internacionais, em detrimento da população que vive aqui hoje.

Era isso, Senador. V. Exa. pode ter certeza de uma coisa: eu voto a favor, mas estou alertando para essa questão aqui. Eu vou dar uma analisada nas emendas que foram feitas e, depois, coloco...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – E, a título de sugestão, até para colaborar com a sua preocupação, que indiscutivelmente é viva, forte, inclusive pela forma de sua expressão, existe uma matéria também própria que está tratando sobre crédito de carbono. Aqui nós não estamos tratando sobre crédito de carbono; nós estamos falando sobre armazenagem e captura de CO_2 porque, afinal de contas, esse PL tem como fulcro um processo de descarbonização. Apenas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não; armazenagem e captura de carbono.

Sobre crédito de carbono, Senador, V. Exa. pode se sentar com a Senadora Leila Barros, que a mim me parece a responsável...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É uma atividade funerária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pode se sentar com a Senadora Leila Barros, e haverá de ter. Não estamos a tratar sobre isso. Sua preocupação é atinente, mas não a este momento.

Então, só estou querendo colaborar para V. Exa. se situar bem em relação ao que nós de fato estamos a propor, que não tem relação com crédito de carbono. É apenas uma colaboração para que a gente possa ficar no âmago da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – V. Exa. quer contraditar, Senador Omar?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, Senador...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu agradeço. Vai ter a oportunidade de debater isso...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... dentro do Plenário, e aí eu vou colocar minha posição. E a minha posição muito clara em relação a isso aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sr. Presidente...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu não liguei para V. Exa., naquele dia em que eu lhe telefonei para falar sobre esse projeto, à toa. Não foi do nada.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu não tirei isso da minha cabeça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu vou só passar para o Esperidião...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu queria só fazer um adendo aqui, se me permite...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – ... até porque, Senador Veneziano, eu fui Relator dessa matéria aqui, do PL 1.425, em 2022, que é um projeto de autoria do Senador Jean Paul Prates. Pois bem, quando se discute aqui, os Senadores às vezes podem ter sua razão, é claro, é natural. Esse era um projeto extremamente meritório, que foi promovido pelo Senador Jean Paul Prates. Entretanto, tem um outro projeto sendo discutido, pela relatoria competente de V. Exa., mas tem que prestar-se algum esclarecimento melhor, até para que não paire nenhuma dúvida no ar.

Quando você fala em captura, que vai ter crédito de carbono, que vai ser vendido no mercado internacional, é verdade, ninguém vai fazer investimentos... Para que se tenha noção, lá no Mato Grosso já tem uma pesquisa sendo feita no Cerrado para atender, naturalmente, as nossas indústrias de etanol lá, sendo que, nesses próximos cinco anos, talvez ele seja o maior produtor de etanol de milho do Brasil, se já não o é hoje. E isso aí com certeza vai melhorar a questão do meio ambiente, sem dúvida alguma, fazendo essa captura.

Ele é enterrado, Senador Confúcio, tecnicamente falando, a quase 4 mil metros abaixo da planície. O que acontece? Na verdade, quem vai fazer essa regulamentação, Senador Veneziano – é bom que se esclareça aqui –, será com certeza a Agência Nacional do Petróleo. Não seremos nós que vamos aqui regulamentar. Ela terá a atribuição e a competência para fazer essa regulamentação.

Então é um projeto extremamente meritório.

E eu acho que o Senador Aziz, devido ao momento, tem toda a razão, porque ele defende a tese de que essa captura – porque vai ser vendido o crédito de carbono –, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acha que tem que ter alguma distribuição desses valores que vão ser arrecadados, claro, pelo empresário, para alguns segmentos, sobretudo, como se disse aqui, para os originários, para os quilombolas, etc.

Agora, é um projeto ainda incipiente. Nós temos apenas um aqui, no Brasil, um posto desses aí, perfurado pela Petrobras. É bom esclarecer aqui: o único que faz a captura, enterra lá e vai vender esse crédito de carbono no futuro, quanto tempo demora e tal.

E os investimentos não são investimentos quaisquer; são investimentos relevantes, mas muito relevantes. Não será neste exato momento que com certeza vai ter patrocínios, investimentos daqueles empresários que estão não só preocupados, sobretudo com a questão ambiental, mas também em fazer o investimento e ter o retorno. Ninguém vai investir 600 milhões, 1 bilhão, 2 bilhões e não ter o retorno, vendendo seu crédito de carbono.

De forma que eu acho que esse projeto, que está lá, na Câmera – está certo? – tem que ser votado. É bom que se esclareça aqui: já foi votado aqui, eu fui Relator dessa matéria, foi feita uma discussão ampla aqui, com os *experts*, que têm *expertis*e nessa matéria, nesse assunto.

Eu, particularmente, já tinha essa tese. Até o Omar Aziz está dizendo aqui: "Olha, tem que ter uma destinação de pelo menos parte daquilo que for arrecadado, cujo crédito de carbono for vendido, para alguns segmentos". Eu, particularmente, defendi a tese de que algum município onde tivesse esses postos perfurados poderia destinar parte daquilo que for vendido de crédito de carbono até para a educação, que é muito importante para a política pública, socialmente falando, que pudesse beneficiar as cidades esse investimento, as pessoas mais humildes, e o trabalhador daquela cidade poderia ser também beneficiado em qualquer situação, seja na saúde, na educação. Aquele a estabelecer as prioridades seria a própria prefeitura.

Mas de forma que, quando o Senador Aziz faz esse questionamento, em tese ele tem toda a razão. Entretanto, o projeto é meritório. Quando você fala de descarbonizar o planeta, de melhorar a questão ambiental, isto aqui é um projeto louvável, meritório, e nós temos que aplaudir, de ver a preocupação do Governo Federal, de todos nós, brasileiros,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que queremos, com certeza, participar desse momento. Acho que é um momento em que todos temos que dar a nossa contribuição, sobretudo nós que fazemos as leis deste Brasil aqui, para que possamos evitar o que está acontecendo.

Quando ele fala, Senador Esperidião, da maior seca que está acontecendo no Estado do Amazonas, não é primazia do Estado do Amazonas; no Mato Grosso, particularmente, nós estamos tendo lá praticamente todos os dias incêndio e mais incêndio. No Pantanal, se você for lá, você fica assim numa situação que não é vergonhosa, é estarrecedora. Está seco, o Pantanal nunca secou, e a região do Pantanal Mato-Grossense, de que eu falo, que eu conheço muito bem, não tem um pingo de água. Estão perfurando postos artesianos, usando caminhões-pipa, e, sobretudo, a questão do incêndio que está acontecendo lá, todos os dias. Hoje se tem mobilizado uma verdadeira frota de caminhões, com a presença da Marinha, do Exército, do corpo de bombeiros, de todas as forças de segurança, para tentar combater.

Se fosse só no Pantanal, ótimo. No Cerrado, onde se planta o milho, onde se planta a cana-de-açúcar, está tendo todos os dias incêndios, mas tem incêndio que é quase impossível de combater, pelo tamanho da força com que ele vem. E muitos não sabem: quando pega um incêndio, dependendo da região, se é num canavial, se é numa plantação de milho, uma língua de fogo, como nós chamamos lá, vai a 200m, 250m com a força do vento, com os redemoinhos que se criam com o incêndio, ele cria aqueles redemoinhos, e aquilo é quase impossível de se combater.

De maneira que acho que é um projeto que nós temos que discutir com a maior amplitude possível, para que possamos, se possível, aprimorar, talvez, o questionamento que o Senador Omar Aziz fez aí. Entretanto, eu fui Relator e fiz esse projeto. Ficou conosco aqui, discutindo-se com todos os segmentos, algo que parecia em torno de mais de oito meses aqui nesta Comissão. E aprovarmos depois. Com certeza, ele está na Câmara, e eu espero que possamos votar.

E eventualmente quem vai fazer regulamentação não somos nós, vai ser a Agência Nacional do Petróleo – a atribuição e a competência serão deles.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado.

Com a palavra, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Eu quero deixar claro que eu fiz questão de atender o pedido de permuta com o Senador Omar Aziz, porque ele alegou um assunto de interesse do seu estado que é participar da posse como Corregedor do CNJ do Ministro Mauro Campbell.

Eu gostaria de pedir a atenção do Relator para os recursos que eu vou interpor sobre as emendas não aceitas.

E, como alguém que aprendeu alguma coisa com a volta para agradecer ao médico pela cura, o que o Cristo ensinou, primeiro, eu quero agradecer, porque V. Exa. aceitou uma das nossas emendas que é a Emenda 17. Então, sobre essa cabe o meu agradecimento.

Mas eu gostaria de focalizar e pedir a sua renovada atenção para a Emenda 18, que tem exatamente a ver com isso que o Senador Jayme Campos falou. Isso que o Senador Jayme Campos falou agora – vejam: a sabedoria e a sintonia – é exatamente o que consta da Emenda 18. Eu vou ler: "A atividade econômica da indústria de estocagem geológica [...] [não é crédito de carbono] e da etapa de transporte por meio de dutos será disciplinada por esta lei e pela regulação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)". É mais ou menos o que o Senador Jayme falou: quem é que vai regular isso na sua operacionalização, na sua característica. Então, eu peço a sua atenção. É um recurso que eu interponho respeitosamente.

E queria também pedir a sua atenção para a Emenda 27. E vou ler: "A parcela renovável oriunda do coprocessamento de biomassa...". Isso é muito importante, porque jogar a biomassa para valer como formadora do biocombustível é uma maneira de nós limparmos... Quem conhece o que a indústria da madeira, com os detritos da produção, já fez nos nossos rios sabe o que é isso; hoje, já se fazem MDF e outras operações para recuperar isso que era lixo e poluente. Continuo: "... será considerada para fins de atendimento à participação volumétrica mínima obrigatória a que se refere esse artigo [é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

art. 13], a fim de assegurar a eficiência econômica das operações", ou seja, é uma blindagem que se está estimulando na Emenda 27.

Eu queria pedir esses dois recursos, Senador Veneziano, para a Emenda 18...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Permita-me...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... que eu acho que converge...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Professor Esperidião...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... e para a Emenda 27...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – É só para que nós sejamos, como é o seu e o nosso desejo, objetivos.

Quando V. Exa. fala na sua Emenda 18, V. Exa. exclui a apreciação da ANP à captura do CO_2.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Exclui?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – É, exclui. V. Exa. propôs: entre as outras atividades que rigorosamente estarão sob a apreciação da ANP, V. Exa. faz a exclusão. Está aqui: a Emenda 18 intenta suprimir a atividade de captura de dióxido da regulação da ANP.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – A não ser que nossa consultoria tenha entendido...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não, pelo contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... de forma equivocada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pelo contrário.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Essa foi a nossa preocupação.

Caso contrário, caso seja o seu interesse...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Por esta lei e pela regulação.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Se estiverem incluídas todas essas atividades pela ANP. Aí, eu peço apenas que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Veja bem. Não é... A única coisa que não tem é exclusão.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não, se tiver...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vai ser... O que vai regular isso? Esta lei...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pronto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... e a regulação...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não terá nenhuma dificuldade. Aí, se tiver havido um equívoco da consultoria, nós fazemos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Primeiro, não exclui nada.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perfeito. Se foi dessa forma, como eu recebi na apreciação nossa, a emenda estaria excluindo a captura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E aliás, já peço até para fazer uma correção gramatical: a atividade econômica, então, não é "serão disciplinadas", é "será disciplinada". Há o erro de concordância, sim, e eu peço para V. Exa. acolher. Eu só aceito ser corrigido pelo Padre Pedro Jeremia, o nosso Pomboca, que tirava um ponto de quem esquecesse o pingo no "i" – e reprovou muita gente boa. Aceito ser corrigido pelo Veneziano, só, mais ninguém, nem do Marcos Rogério eu aceito correção.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Senador Esperidião Amin, eu estou só pedindo aos meus companheiros de trabalho para que, junto a Jibran faça...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vou passar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Portanto, faço um apelo em torno das duas... Falta a 27...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – A 27 é o coprocessado, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É o seguinte, eu vou dar um tempinho para o Veneziano...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É a 27 e a 18.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... discutir com a equipe...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Finalmente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... para, ao final, responder se acata ou não, tá? Ainda, no debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas ainda quero acrescentar, aduzir as observações do Senador Omar Aziz, e eu vou pedir a sua atenção para fins de cultura geral.

Eu tenho um parecer sobre marco temporal – não é isso que eu vou falar –, mas, nesse parecer sobre o marco temporal de terra indígena, eu fiz a comparação entre todos os textos constitucionais para demonstrar alguma coisa que eu desejo. Mas não é isso que eu quero discutir. Os senhores vejam que coisa curiosa: foi a emenda constitucional de 1969, que todos nós catalogamos como a mais autoritária dos tempos recentes, que deu aos indígenas, aos povos indígenas, o mais claro direito. Eu vou ler o art. 198 da emenda constitucional de 1969 – o senhor preste atenção porque o senhor é da região: "As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos têrmos que a lei federal determinar, a êles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de tôdas as utilidades nelas existentes" – das riquezas naturais e de tôdas as utilidades nelas existentes. Ou seja, você pode dizer que isso é atividade de... Mas o proveito será precipuamente dos povos originários. É um texto que eu acho que merece a nossa reflexão.

Os parágrafos eu não vou mencionar, trago apenas como ilustração que me impressionou muito quando eu fiz o cotejo dos seis textos, Constituição de 1934, 1937, 1946, 1967, 1969 e 1988: o mais vocacionado a ajudar as nações indígenas a usufruírem com exclusividade de qualquer benefício econômico, de um recurso natural ou de uma utilidade nessas terras existentes – que seriam dos povos originários – é o art. 198.

A gente sempre aprende um pouquinho, e eu queria relembrar esse assunto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Você vê que o assunto é bem interessante, o debate dos Senadores que até agora se pronunciaram é muito balizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu passo a palavra para o Senador Laércio. Depois será o Senador Beto Faro, Fernando Farias e Jorge Seif. Jayme Campos já falou.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para discutir.) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Confúcio Moura, bom dia, meus colegas e minhas colegas Senadoras e Senadores, bom dia a todos que nos acompanham nessa Comissão. Especialmente cumprimento o nobre Relator Veneziano Vital do Rêgo, nosso colega, amigo pessoal e muito querido.

Essa minha fala, nobre Relator, não nos vai colocar em lados opostos. Nós trabalhamos aqui dentro do Senado realmente voltados para uma energia, um combustível do futuro, energia renovável. Existe uma frente parlamentar aqui no Senado Federal da qual você é o Presidente e você me intimou a ficar do seu lado para ajudar nesse momento.

Eu vivo essa experiência de energia desde a Câmara dos Deputados, quando fui o Relator da Lei do Gás. A partir dela, o Brasil acordou para uma oportunidade gigantesca que o nosso país tem de produzir energias as melhores possíveis para fazer o nosso país avançar.

Essa emenda que eu apresentei ao Sr. Relator Veneziano busca apenas trazer uma proteção para a sociedade como um todo. O projeto fala em alteração na mistura dos combustíveis. É o caminho, é o futuro, cada vez mais isso vai acontecer. Vale lembrar que 65% do transporte de produtos no país é feito por via rodoviária, então a gente já tem aí um setor diretamente impactado, porque essa mistura – já tem estudos nesse sentido – aumenta o preço do combustível para o transporte rodoviário, ou seja, já tem consequência para a sociedade como um todo.

Além do mais, traz consequências para os motores: os motores não foram fabricados para uso dessa composição, então é um outro ponto para o qual a gente precisa atentar. Portanto, não me parece muito justo, inclusive o aumento do combustível, conforme eu já falei aqui.

A emenda que eu propus é uma emenda extremamente simples, e a surpresa que eu tenho é exatamente nesse sentido. Apesar da bela explicação que o Relator fez no seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

texto, eu não entendo por que a gente precisa escrever apenas viabilidade técnica. Se a gente tem essa preocupação, se a gente tem esse volume de transporte de produtos via rodoviária, se a gente tem o problema dos próprios transportadores com a questão dos seus veículos, os motores dos seus veículos, se a gente tem um aumento elevado do preço do combustível para esses transportadores, então por que não a gente colocar no texto a realização de testes laboratoriais e mecânicos? Parece-me que é uma sutileza dentro da grandeza que é o texto.

E, eu tenho certeza absoluta, o Senador Veneziano estudou profundamente o assunto, ouviu todos, nesse perfil que ele tem de atender todos, de acolher o pensamento de todos e de tentar extrair o melhor, mas também eu sei que, muitas vezes, na nossa rotina aqui, nós somos assediados por uma equipe brilhante de assessores e que às vezes o entendimento que o Senador tem não é aquele que a assessoria tem. Em algum momento, a gente pode até colocar algo que talvez, pela sensibilidade política, a gente pudesse ter feito de uma outra maneira.

Então, eu não quero retificar nada do que você fez, meu amigo querido. Eu apenas queria te pedir a sua sensibilidade para você entender que esse assunto já foi discutido na Câmara dos Deputados, e a viabilidade técnica pode permitir ou não permitir. Se permitir, ótimo; se não permitir, traz uma consequência gravíssima para o setor de transporte no país. Então, o meu apelo é que, se você entender pertinente colocar no seu texto os testes laboratoriais e mecânicos, conforme eu apresentei na emenda que fiz, eu acho que a gente deixa isso claro já no texto da lei, sem precisar de esperar por parte do Governo que interpretação na regulamentação vai ser dada para viabilidade técnica.

Quero dizer a você que eu confio em você, acredito em você e que votarei com você, porque, como eu disse no começo, nós não estamos e não estaremos em lados opostos nunca. Mas eu acho que, se essa sensibilidade sua aflorar, eu acho que a gente tem o texto perfeito e a gente entra em sintonia plena com a grandeza do projeto e a relatoria que você faz.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Laércio.

Eu passo a palavra para o Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadoras, primeiro quero parabenizar o Senador Veneziano, que faz um excelente relatório, ouvindo todos, acatando emendas por completo ou em parte e dialogando. Inclusive aqui nessa sessão, o diálogo está sendo muito produtivo para que a gente possa achar o melhor termo.

Tem uma série de questões vinculadas a essa matéria que estão sendo discutidas em outros projetos, como essa questão do mercado, a regulamentação do mercado de carbono. Eu tenho um projeto, a Senadora Leila foi Relatora, foi para a Câmara e volta. Agora nós temos debatido, inclusive no próprio Colégio de Líderes, pós-eleição, que isso fosse uma das matérias principais e prioritárias que o Congresso pudesse deliberar. Essa questão da estocagem aprovada aqui, foi à Câmara, com algumas modificações, volta ao Senado, precisamos distribuir para que a gente possa também ter oportunidade de, naquela matéria, adequadamente poder estabelecer essa regra.

E aqui nós votamos, claro, pela aprovação do relatório do Senador Veneziano, com o acatamento, inclusive, de emenda sua, não como Presidente, mas como Senador, no que refere a essa questão da mistura e a possibilidade de a agência regulamentadora ir avaliando esse processo, não tirar essa função, não determinar isso na legislação, e avaliando aquilo que seja melhor para o consumidor, seja melhor para a questão ambiental.

Portanto, a Bancada do PT, só queria ressaltar aqui, votará favorável ao relatório da forma como foi estabelecido pelo Relator Veneziano.

Parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, Senador Beto Faro.

Eu passo a palavra ao Senador Fernando Farias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para discutir.) – Obrigado, Presidente. E bom dia a todos.

Eu quero parabenizar o Veneziano pelo projeto. Obrigado por ter acatado a Emenda 9, dos pequenos produtores. E o que eu tinha que dizer é o seguinte: a natureza tem pressa. Nós fizemos o começo de tudo isso com o Proálcool, que tem 50 anos, ainda tem gente que não acredita, e hoje ele é um projeto totalmente consolidado, que transforma a cana-de-açúcar em álcool. E hoje há um belo projeto que é transformar o milho, o sorgo, o trigo, então essa é uma coisa já consolidada. Só tem a briga entre ele e o fóssil, que é a Petrobras, a gasolina. Teve um momento em que faltou álcool, todo mundo teve medo e receio, e hoje com certeza isso não vai ocorrer. Então nós estamos muito seguros disso.

Quanto ao preço do biocombustível com relação ao diesel, essa coisa se acomoda, é como se acomodou o álcool nesses 50 anos. Então esse é um projeto muito bonito, é um projeto muito interessante. Eu acho que a gente só tem que começar, as outras coisas vão se ajustando durante o tempo, como ajustou nos 50 anos do Proálcool.

Então, parabéns aí, Veneziano. Sou suplente aqui, se precisar do voto, estou a favor do seu projeto, da sua relatoria. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, Senador Farias.

Jorge Seif, por favor, com a palavra.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero discutir o item 6, eu passo a palavra para o próximo orador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Passo a palavra ao Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Relator da matéria, o Senador Veneziano, que é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O então Presidente de Petrobras Jean Paul Prates convidou eu e o Paim para estarmos em Rio Grande, agora, no ano passado, onde ele lançou um projeto de um novo combustível através da soja. Eu sugeri a ele, e a Refinaria Riograndense está fazendo um estudo... E, recentemente, agora, na Expodireto Cotrijal...

Eu encaminhei uma proposta de fazermos não apenas com a soja, que é um produto alimentício, mas com produtos de inverno, e um produto que eu conhecia, e agora estão fazendo pesquisas no Rio Grande do Sul, no Paraná, chama-se nabo forrageiro. É uma substância que se enterra na cultura para melhorar a terra. Então, lançamos a pesquisa com nabo forrageiro, canola, que é uma oleaginosa de inverso, e também a *Brassica carinata*.

Por trás da *Brassica*, há uma empresa americana, a Nuseed, e tem a British Petroleum. Eles já estão prevendo que, na Europa, até o final dos anos 30, eles têm que mudar 50% da matriz energética em biocombustíveis. Então, nós começamos isso...

Senador Esperidião, lá em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, Paraná e em outros estados também, mas falando só dos três estados do Sul, no Rio Grande do Sul nós plantamos 7,5 milhões de hectares com soja e milho. No inverno, apenas 2 milhões, 2,5 milhões de hectares com trigo, centeio, cevada, aveia, azevém – quer dizer: sobram 5 milhões, que não são utilizados. E, com esse produto, nós podemos usar... Imagine 5 milhões de hectares...

Por que é que não plantam trigo? Não tem valor. Agora, uma oleaginosa tem valor e vale em qualquer parte do mundo. Portanto...

Agora, além de ser comestível, também tem um produto para fazer combustível, que é um combustível verde e que, na Europa, já está largamente usado, e aqui, no inverno, nós temos essa chance nos estados do Sul, mas também vale para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, as outras regiões do Centro-Oeste brasileiro.

Portanto, parabéns ao Senador Veneziano. Valeu!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Foi amplamente discutido o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos agora...

Passo a palavra para o Relator, Senador Veneziano, para seus comentários finais.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Querido Presidente, evidentemente, depois de um trabalho feito a várias mãos e várias mentes, devo aqui, mais uma vez, até porque, na oportunidade primeira, eu o fiz quando nós estávamos nos reunindo remotamente, e acho que não alcançou a todos.

Penso eu que justiça é bom quando aqueles que são reconhecidos saibam do agradecimento. Então, eu agradeço a V. Exa. – já o fiz em outras reiteradas vezes – a atenção e a confiança ao designar-me como Relator dessa matéria, muito mais uma homenagem à frente da qual nos encontramos a presidir, ao lado do meu companheiro Laércio Oliveira e de outros Deputados e Senadores e diversas outras entidades.

V. Exa. Prestou essa homenagem à Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Transição Energética, conferindo-me a condição de relatar esta matéria de sumaríssima importância, mais do que atual, necessária.

Que receba de todos nós, como da Câmara assim recebeu, a atenção devida, o trabalho, o esforço e o propósito deste Senado, que não era o de, simplesmente, receber uma matéria e carimbá-la e dá-la como concluída. V. Exa. sabe muito bem disso. Por isso, fiz questão e tive de V. Exa. toda a liberdade de poder fazer um calendário, no qual estiveram, em audiências – quatro – realizadas, os Parlamentares, e em todas, sem exceção, requereram à Presidência e à Relatoria a oportunidade de falar. Ninguém deixou de falar, ninguém deixou de expor as suas impressões, os seus convencimentos, as suas sugestões.

Nós não vamos ser acusados de termos feito aqui – nós, Colegiado da Comissão de Infraestrutura, sob a sua Presidência – um trabalho açodado, de afogadilho, e simplesmente entregar de volta à Câmara. Nós fizemos contribuições. Penso eu – me permito assim dizer – que nós qualificamos o projeto. Evidentemente, o projeto voltará às atenções das Sras. e dos Srs. Deputados Federais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a V. Exa., a toda sua equipe, que é a nossa equipe, que nos secretaria semanalmente. Agradeço à Consultoria, que prestou um relevantíssimo trabalho, permitindo-me que pudesse facilitar esse relatório final. E, por fim, agradeço aos meus companheiros e às minhas companheiras, que, de forma muito atenciosa, sempre respeitosa e movidos pelo interesse de poder ajudar... Muitos dos senhores e das senhoras são mais conhecedores da temática do que eu próprio. Eu posso lhe dizer que estou me tornando um conhecedor mais profundo, longe de outros que aqui estão, que vivenciam esse tema há muitos anos.

Pois bem, eu recebi algumas sugestões. O ponto de divergência à fala do Senador Omar Aziz, o senhor bem sabe, as senhoras e os senhores, a matéria é diferente. O que está sendo falado muito provavelmente, não sei se sob a designação da Senadora Leila Barros, de crédito de carbono, não é o que nós estamos a trazer aqui, até porque existem outros meios, outros instrumentos legais que poderão estabelecer, através de uma regulamentação apropriada, como se destinarão recursos provenientes desses certificados. Não seria essa matéria a fazer essa pormenorização. Entendo dessa forma.

Ponto dois, o Senador Esperidião Amin, quando pede para que eu reveja a questão da Emenda 18, penso eu que os meus companheiros, o Jibran e a assessoria do Senador Esperidião Amin já puderam dirimir a razão pela qual tive eu que não acatar a Emenda 18. Foi dirimida essa dúvida.

Em relação ao coprocessado, vinha pedindo... Não sei se o Senador Esperidião já se encontrava; ele é muito pontual. Disse eu que, a princípio dos debates, pessoalmente, eu estava inclinado a fazer a inclusão no teor da matéria do coprocessado. Mas me convenci de que é um risco que nós corremos, em face a possíveis competitividades desleais, principalmente quando esse projeto busca incrementar políticas e iniciativas que estimulem a produção do diesel verde e do SAF, incluir o coprocessado.

E eu expus nos parágrafos as razões pelas quais – mais uma vez pedindo desculpas ao Senador Esperidião Amin, dizendo que inicialmente também me inclinava para tanto – não pude acatar o seu recurso de consideração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao meu querido Senador Laércio Oliveira, absolutamente, meu irmão, não há razões. Aqui nós somos um Colegiado de companheiros e de companheiras e estamos, rigorosamente, a nos servir das condições regimentais que nos são permitidas para fazer o debate. E, no debate, há presença da contestação, da não concordância. Você muito me ajuda quando você diz: "Veneziano, porque nós não poderíamos incluir dois termos, além da viabilidade técnica laboratorial e mecânica?". Porque nós entendemos, tanto eu quanto a Consultoria, que, quando você fala sobre viabilidade técnica, nela estão todos os processos que permitam dizer a constatação técnica verificada no mandato ou na mistura. Mas quero – já falei aqui aos companheiros e peço aos meus amigos, nossos colaboradores – que nós acatemos. É um preciosismo, mas não vai, absolutamente, comprometer o objetivo final. Eu só não acatei de imediato, Senador Laércio, porque eu entendo que, quando nós falamos sobre viabilidade técnica, nela já se configura a presença de todos os meios que garantam essa tecnicidade. Tanto é uma preocupação nossa – desta relatoria –, que fiz questão, e V. Exa. deve ter observado, de incluir o acompanhamento de todos os interessados, porque o texto que chegou não previa que interessados, para saber dessa viabilidade, pudessem fazer parte do processo, garantindo credibilização. Eu incluí aqui, nós estamos a propor essa inclusão. Mas eu quero dizer que vamos acatar, exatamente porque entendo a sua preocupação de deixar configurado, sem sombras de quaisquer dúvidas, que as viabilidades técnica, mecânica e laboratorial sejam feitas nesse processo.

Pois bem, Sr. Presidente, a mim me parece que foram as considerações a mim apresentadas.

Agradeço as palavras do Senador Fernando e a presença da minha querida Senadora Teresa, do Senador Castellar, do Senador Heinze, do Senador Amin, do Senador Marcos Rogério, do Senador Zequinha, enfim, de todos os presentes.

Cumprimento a Comissão de Infraestrutura, que haverá de entregar ao Plenário um trabalho que foi, nesses quatro meses, feito com a marca de um Senado responsável, debatendo, ouvindo e garantindo, concomitantemente, a celeridade cobrada a essa apreciação, mais a qualidade que é desejada por todos nós cidadãos.

Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Zequinha Marinho, por favor.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – É mais para dizer que a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) concorda com o texto do Relator e vai votar junto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, um breve comentário.

Trata-se, portanto, de um passo essencial para a promoção de um futuro mais sustentável e para nos aproximar do almejado equilíbrio entre o progresso econômico e a responsabilidade ambiental.

O Senador Veneziano participou e presidiu três audiências públicas de intenso debate, com muitos participantes, nos dias 16 de abril, 25 de abril e 21 de maio. O ilustre Senador Veneziano fez um excelente trabalho; e, desde já, parabenizo todos os envolvidos, pela dedicação, competência e profissionalismo.

Este projeto é um projeto novo, portanto, merecedor de debates acalorados, como foi aqui hoje: justamente, todo mundo querendo contribuir para um aperfeiçoamento muito grande deste projeto inovador.

Assim sendo, esta Comissão cumpre mais esta etapa importantíssima em prol do desenvolvimento e do crescimento do Brasil. São energias alternativas, energias novas, energias que serão pesquisadas, desenvolvidas. E há, sim, um interesse muito grande por parte do empresariado brasileiro e do mundo em investimento nesse setor. Então, é algo extraordinário.

Muito bem, assim sendo, discutido, lido e feita a complementação de voto, a votação será simbólica; e, de pronto, o Senador Beto, após esta votação, já solicitou o pedido de urgência, para ser remetido o projeto ao Plenário.

Então, os Senadores e as Senadoras presentes que concordam e aprovam o projeto lido pelo Senador Veneziano, Projeto 528, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto está aprovado. (*Palmas.*)

Muito bem. Parabéns a todos! (*Pausa.*)

Já está garantido, está bom? (*Risos.*)

Muito bem, vamos em frente.

Quero colocar em votação – porque nós não tínhamos quórum na hora – o projeto relatado pelo Alessandro Vieira e lido pelo Beto Faro. É só votação simbólica, não vou repetir. É o Projeto 3.221.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com o Projeto 3.221 permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, Presidente, o meu requerimento!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Ah tá! Cadê o requerimento? (*Pausa.*)

Vou ler aqui os requerimentos para atender o pedido do Senador Esperidião Amin.

Bem, um pouquinho de silêncio, vamos continuar a nossa sessão. O pessoal está todo entusiasmado, satisfeito. Está vendo aí o ibope seu? (*Risos.*)

Maravilhoso.

Vamos aqui dar continuidade à nossa reunião. Temos alguns temas. Olha, temos os Requerimentos 6, 7 e até o requerimento número... Está embolado aqui. Já chego nele lá. Então, projeto... requerimento... Não, aqui é projeto de lei...

Requerimento do item 7.

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.179980/2024-20-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 83, DE 2024

- Não terminativo -

Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 55/2024 - CI sejam incluídos os seguintes convidados: André Nassar, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), e Flávio Acatauassú, Presidente da Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Bacia Amazônica (AMPORT).

Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT).

Autoria: Senador Jayme Campos. Ele não está presente para...

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento do item 8, de autoria do Senador Laércio.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 84, DE 2024

- Não terminativo -

Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 56/2024-CI, com o objetivo de instruir o PL 327/2021, seja incluído entre os convidados o senhor Thiago Falda, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Bioinovação - ABBI.

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE).

Os Senadores e as Senadoras que estejam de acordo com o requerimento do Senador Laércio permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento do item 9, de autoria do Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 87, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a descarbonização do transporte marítimo no mundo, as regras globais que serão obrigatórias e as mudanças significativas, já iniciadas, no cenário marítimo internacional

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC).

Eu concedo a palavra ao Senador Amin para justificar o seu requerimento. É o requerimento do item 9.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Silêncio! Silêncio, por favor, gente! O Senador Esperidião vai falar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para encaminhar.) – Eu pedi um aparte.

Com esse requerimento, nós acabamos com esse projeto de lei. Prestaram atenção? (*Pausa.*) Com este requerimento fica sustada a tramitação desse projeto de lei. Prestem atenção, portanto!

Presidente, esse requerimento vem em hora quase última. Em outubro próximo, vai haver a penúltima reunião da International Maritime Organization, que está, como órgão associado, afiliado à ONU, discutindo combustível marítimo. Em março do ano que vem, haverá a última reunião, que vai definir as medidas para forçar a transição energética dos navios e, complementarmente dos aviões – mas essa é especializada em marítimo. Uma das ideias é multar em 100% o frete que não utilizar esse combustível. Ocorre que nós, Brasil, predominantemente estamos no Hemisfério Sul – Porto de Santos, no Sudeste; Portos de Santa Catarina, no Sul. Somos, portanto, os usuários das rotas mais longas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, consequentemente, mais usam combustível. Se houver um ônus, um gravame qualquer sobre combustível, que eles pretendem adotar a partir de 2027, logo ali, se os nossos portos não estiverem equipados para operar com esse novo combustível que vai substituir o Bunker, nós vamos ficar fora da casinha. Então, é uma situação emergencial.

Falei com a assessoria da Liderança do Governo. Eu apontei apenas uma pessoa, um nome, e o restante, representantes. Esse Sr. Flavio Haruo Mathuiy é assessor da Comissão Coordenadora para os Assuntos da Organização Marítima Internacional; representantes do Ministério de Minas e Energia, do Ministério dos Portos e Aeroportos e um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. E, finalmente, do BNDES, que, em parceria com esses ministérios, lançou um edital destinando R$6 bilhões para o desenvolvimento desse combustível, ou seja, é um leilão do dinheiro, desde que você desenvolva o combustível que vai permitir ao Brasil se inserir, vamos dizer, nesta nova ordem mundial, que nos afeta muito, porque 85% do que nós exportamos são por via marítima, com os trajetos, com as rotas mais longas. Se colocar um centavo a mais para todo mundo, por quilômetro rodado, navegado, por milha navegada, nós seremos o país que mais exporta e que mais onerado será. Portanto, é uma questão muito séria.

Conto com a aprovação e conto mais com a marcação, o mais rapidamente possível, da data dessa reunião.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, aqui no seu requerimento, Senador Esperidião, não consta nome de nenhum convidado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Não, não tem nenhum. (*Pausa.*)

Ah, é só a emenda, não é?

Então está bem, ele disse que no corpo do expediente está completo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que estiverem de acordo com a proposição do Senador Esperidião Amin permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Está aprovada a audiência.

Vamos agendar, Senador.

Bem, nós temos aqui dois projetos que dão nomenclaturas a trechos rodoviários. Como a presença está baixa aqui... Colocamos em votação? Vamos deixar para a próxima reunião nossa. É só denominação de trechos rodoviários e viadutos. Fechamos para dois itens.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Senadoras e os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

A ata está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 10 horas e 41 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quinze minutos do dia dez de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Alan Rick, Zequinha Marinho, Lucas Barreto, Augusta Brito, Margareth Buzetti, Jorge Kajuru, Rosana Martinelli, Jaime Bagattoli, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Weverton, Marcos Rogério, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Otto Alencar, Teresa Leitão, Beto Faro, Chico Rodrigues, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Castellar Neto, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 60/2024 - CI, de autoria Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Finalidade:** Debater as concessões das hidrovias brasileiras. **Participantes:** Dino Antunes Dias Batista, Secretário Nacional de Hidrovias e Navegação do Ministério de Portos e Aeroportos; Claudomiro Carvalho Filho, Presidente da Abani (Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior); e Eduardo Nery Machado Filho, Diretor-Geral da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários). Fazem uso da palavra os Senadores Jaime Bagattoli, Esperidião Amin e Zequinha Marinho. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da presente reunião e da reunião anterior, que são aprovadas. **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/10

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de setembro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater as concessões das hidrovias brasileiras, em atenção ao Requerimento nº 60, de 2024, desta Comissão, de minha autoria.

Nós temos os convidados: Dr. Eduardo Nery Machado Filho, Diretor-Geral da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários); Dr. Dino Antunes Dias Batista, Secretário Nacional de Hidrovias e Navegação do Ministério de Portos e Aeroportos; e Claudomiro Carvalho Filho, Presidente da Abani (Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior), que participará por videoconferência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e pelo telefone 0800 0612211. Vou repetir o telefone para as pessoas, os telespectadores que quiserem participar: 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores. Isso é muito importante para que as pessoas que não estejam presentes, a qualquer tempo, possam consultar o *site* da nossa Comissão e acessar as falas e os documentos. Isso é importante.

Para a exposição inicial de cada um dos nossos convidados, a gente vai deixar um tempo entre 10 e 15 minutos, para a apresentação. Se houver necessidade, a gente prorroga. É isso.

Este é um assunto que despertou muito interesse lá do Estado de Rondônia, uns a favor e outros contrários: a concessão do Rio Madeira, especificamente do Rio Madeira. Não vou tratar de outros rios aqui fora esse, porque eu estou falando lá do meu rio, que é lá de Rondônia. Devido a esse despertamento, eu fiz esse requerimento solicitando esta audiência pública, embora a gente saiba dos avanços dos estudos, que já estão quase todos concluídos pela Antaq e pelo ministério correspondente. Então, agora é somente para observar a aceitação dos Parlamentares, dos Deputados e dos Senadores, as reações, e também da população, para saber se a coisa vai para frente ou não. Tudo que é novo é preocupante, por isso que a audiência pública tem esse objetivo esclarecedor.

Assim, sem mais delongas, eu vou passar a palavra para o Dr. Dino Antunes Batista, Secretário Nacional de Hidrovias e Navegação, para que ele possa fazer a sua exposição.

Com a palavra, Dr. Dino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DINO ANTUNES DIAS BATISTA (Para expor.) – Bom dia, senhoras e senhores.

Bom dia, Senador. Muito bom dia!

Queria inicialmente agradecer o convite que foi feito ao Ministério de Portos e Aeroportos para debater esse assunto, que é fundamental. Na verdade, um dos principais projetos que o Ministério tem no setor hidroviário é exatamente esse programa de concessões hidroviárias. E, como o Senador bem disse, é algo novo, e tudo que é novo tem que ser muito bem debatido, tem que ser entendido pela sociedade. Esse tipo de oportunidade, como esta audiência, ainda mais aqui, no Senado, é fundamental para que a gente possa exatamente chegar a maior quantidade de pessoas possível.

Pensando exatamente nisso, Senador, a gente, ontem... Está muito claro para o ministério e também para a Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) que ainda existe um desconhecimento bastante grande em relação a esse projeto. E é natural que exista esse desconhecimento, porque o projeto ainda não foi publicizado e não foram disponibilizados para a sociedade, na sua totalidade, os números e todo o trabalho que foi feito com o apoio da Infra S.A.

E aqui eu queria ressaltar o grande trabalho que eles têm feito nos apoiando na elaboração não só dessa concessão, mas também das demais: a concessão da Hidrovia do Rio Paraguai; a gente iniciou também discussões relacionadas à Hidrovia do Sul, que liga a Lagoa dos Patos à Lagoa Mirim; e outros projetos em que a Infra S.A está nos apoiando.

Mas fato é que a gente ainda disponibilizou esses dados. Inicialmente, a ideia era a gente disponibilizar os estudos, em sua plenitude, no processo de audiência pública, que é necessário, que é inclusive um ditame legal para que a gente possa andar com a concessão, mas a gente reconhece que, muitas vezes, quando um projeto vai para essa audiência pública, que é uma audiência pública formal durante o processo da licitação, em diversos projetos as decisões já foram tomadas e, quando vai para audiência pública, na verdade, você tem muito pouco tempo para debate. E, reconhecendo isso, a gente achou que o ideal era realmente fazer um processo muito mais aberto, muito mais discutido, antes mesmo da audiência pública formal. É por isso que nós do ministério, com a Agência de Transportes Aquaviários, resolvemos colocar esse projeto agora em um sistema que é chamado de tomada de subsídio.

A tomada de subsídio não é o processo formal de audiência pública, é um momento antecedente. É um momento que antecede à audiência exatamente para que a gente possa enriquecer os estudos que já foram feitos, discutir com mais profundidade com a sociedade, a partir dos números. Então, queria já deixar claro aqui que os estudos deverão estar disponibilizados no *site* da Antaq – não sei se ainda hoje; a gente tomou ontem essa decisão de fazer essa disponibilização total. Eu não sei se vai dar tempo ainda hoje de estar disponível, mas, se não hoje, certamente amanhã já vai estar disponível, no *site* da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, a plenitude desses estudos.

Além dessa disponibilização na internet, a gente achou interessante fazer uma rodada de conversas mais próximas com o mercado. Então, a partir da semana que vem, a gente vai iniciar uma rodada de reuniões que a gente chama de reuniões participativas, Senador. São reuniões mais fechadas, não são audiências, em que a gente consegue trazer mais os técnicos que podem estar envolvidos nessas discussões. Então, a ideia é a gente ter essas discussões com os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnicos das empresas de navegação, dos embarcadores, os donos das cargas, com a sociedade local, para que realmente a gente tenha, antes mesmo da abertura da audiência formal, um processo bastante amplo de debate, para que a gente possa tirar algumas dúvidas, que a gente acha que são dúvidas naturais, porque o projeto ainda não foi apresentado.

E eu vi inclusive a fala anterior do senhor, ainda dando a entrevista – uma dúvida que chegou de várias maneiras para a gente também –, sobre uma dúvida tão simples quanto quem paga. Essa dúvida para a gente... E, às vezes, é um erro dos técnicos que trabalham com o projeto. Às vezes, para a gente aquilo está tão claro, para a gente aquilo está tão óbvio, que a gente peca no processo de comunicação. Então, por exemplo, para a gente é tão claro que ribeirinhos, pesca, passageiro, cargas – aquela carga que a gente chama de carga geral, aquela carga que é a carga acompanhada; como o senhor bem falou, é a embarcação que está transportando a banana, é a embarcação que está transportando a geladeira, a linha branca, que na Amazônia vai toda por rio... Eu acho que a gente nunca deixou claro... É lógico que, nas nossas falas, isso está sempre presente, mas agora as pessoas vão poder ver, nos estudos, nos números, que, em nenhum momento, foi pensado que esse tipo de carga poderia pagar alguma coisa.

Então, para a gente é muito claro que os projetos... E aqui, generalizando, nos projetos de concessão hidroviária como um todo, a lógica é que a gente tem que tratar os usuários dos rios – Senador, tudo bem? – e das hidrovias de maneira diferente. Cada usuário precisa, necessita de uma determinada profundidade de leito, de um determinado sistema de sinalização. É óbvio: quando a gente tem uma embarcação de pescador, ela não precisa de nada disso, ela precisa só ter acesso ao rio, o que ela vai continuar tendo normalmente.

Então, a gente teve uma preocupação – e o Diretor-Geral da Antaq também, lá, o Eduardo – bastante grande nos diversos projetos que estão sendo trabalhados. A gente teve essa preocupação de fazer uma alocação adequada de como devem ser feitos os pagamentos, quando houver, relacionados às tarifas de uso do rio. Então, não faz o menor sentido a gente falar numa embarcação de passageiros, numa embarcação de pesca, numa embarcação de carga, mas aquela carga pequena... não faz o menor sentido a gente falar que essas embarcações que já acessam o rio, que já ali navegam, sem o menor tipo de restrição, paguem qualquer coisa. E isso já está considerado nos nossos estudos. Inclusive, é interessante, porque, para a gente, seria muito mais caro a gente cobrar desse tipo de carga do que o que a gente porventura pudesse arrecadar com esse tipo de carga.

Só lembrando, no Rio Madeira, por exemplo, quando a gente junta soja, milho, combustível e fertilizante, a gente está falando de mais de 90%, quase 95% de toda a tonelagem que passa pelo Rio Madeira, então a gente está falando de quatro perfis de carga. Além desses quatro perfis de carga, se a gente juntar mesmo cargas maiores, a gente soma quase nada na tonelagem total do rio. Se a gente considerar pesca, esse tipo de coisa, dá nada, é 0,000. Então, não faz o menor sentido a gente discutir cobrança desse tipo de perfil de usuário da hidrovia, sem esquecer que esse tipo de usuário se beneficiará também da hidrovia, se beneficiará marginalmente, é claro, mas, a partir do momento em que a gente traz uma maior racionalidade...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DINO ANTUNES DIAS BATISTA – ... uma operação mais assistida da hidrovia, todos se beneficiarão, inclusive de um elemento que está considerado na concessão hidroviária, que é o elemento da segurança pública. É o concessionário, é óbvio que não substituindo o Estado enquanto poder de polícia, mas é o concessionário provendo, municiando o poder público, auxiliando, apoiando o poder público para atuar nesse papel de polícia.

Como a minha fala ainda é mais genérica também, Senador, vai passar depois para o Diretor-Geral, que tem os dados e vai apresentar aqui os dados específicos do Madeira, uma questão que é importante, geral, conceitual na ideia da concessão hidroviária – e essa foi uma orientação que a gente recebeu de maneira bastante clara do nosso Ministro Silvio Costa Filho – é que qualquer cobrança, qualquer cobrança que aconteça, porventura, de usuário tem que ser menor do que o benefício que aquele usuário tenha da concessão.

E aqui eu vou colocar como exemplo bastante claro: no caso do Madeira, a gente tem, por exemplo, a possibilidade que vai ser dada para navegação noturna, a possibilidade que a dragagem tempestiva e contínua vai dar para que a gente não precise aliviar as embarcações. Em outros rios, não é o caso exatamente do Madeira, mas em outros rios, a gente vai ter a possibilidade de que os comboios não sejam desagregados. Muitas vezes, a gente precisa, ao navegar com os comboios... Um comboio, por exemplo, no Rio Paraguai, a gente tem comboios de 16 barcaças, o que a gente chama de comboio 4x4. Em vários passos, o comboio tem que ser desmontado, desmembrado para passar por aquele passo, então é aquela operação custosa, é uma operação bastante ineficiente, em que a empresa de navegação tem que parar o comboio, desmembrá-lo, passar quatro barcaças, voltar, passar mais quatro barcaças, voltar, passar mais quatro, remontar o comboio e continua navegando.

Ora, esse é o rio que Deus nos deu. Se quisermos navegar efetivamente em hidrovias, e não em rios navegáveis – hoje o que temos são rios navegáveis –, se a gente quer navegar em hidrovias efetivamente, isso significa uma garantia de calado o ano inteiro, sinalização, controle, sistema. Eu não vejo outro caminho a não ser efetivamente contar com a iniciativa privada, e aqui a gente não está falando de recursos, a gente está falando de flexibilidade, a gente está falando de operação mais ágil e eficiente.

Isso tudo dentro dessa orientação que a gente recebeu do nosso Ministro, de que qualquer cobrança tem que ser inferior ao benefício que estiver sendo provido aos usuários.

Eu acho que, no caso... Até já vou dar aqui um *spoiler* da apresentação do Diretor-Geral da Antaq: no caso aqui do Madeira, a gente, por diversas vezes, conversou com os embarcadores, ou seja, os donos das cargas, as principais cargas que por ali navegam, e a gente recebeu sinalizações de que estaria razoável qualquer cobrança que fosse em torno de US$1 por tonelada, que aquilo a carga absorveria sem o menor problema – US$1 por tonelada –, sendo que a gente está chegando a menos de R$1 por tonelada. Não é US$1; é R$1.

Então, a gente já ouviu... Inclusive, o Senador certa vez citou um valor de R$600 mil por comboio. Isso está totalmente fora do que a gente está estudando. Pelos números que a gente está colocando, os maiores comboios que por ali navegam – a gente está falando de 20, chega a 30 mil toneladas, e a gente está esperando um aumento nessas embarcações, nesses comboios –, a gente está falando de não mais do que R$30 mil por viagem, para que a gente tenha sinalização adequada; profundidade adequada durante o ano inteiro; sistemas de controle;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apoio na questão da segurança pública, ou seja, para que a gente tenha, efetivamente, uma hidrovia, e não só um rio navegável.

A gente entende, Senador – e aqui finalizo a minha fala inicial –, a gente tem a convicção de que, quando a gente transfere e coloca a iniciativa privada atuando... E aqui não se trata de privatizar. Não tem como a gente privatizar rio. Inclusive, não tem como a gente conceder rio. O que a gente está concedendo são atividades que hoje são executadas pelo Dnit, e atividades que o Dnit tem uma dificuldade operacional e orçamentária muito grande para executar. E, quando a gente faz essa transferência para a iniciativa privada, é o único caminho que a gente vê para que a gente transforme os nossos rios navegáveis, efetivamente, em hidrovias no Brasil.

Senador, eu agradeço, neste primeiro momento, e fico aqui à disposição. Acho que a gente vai ter um dia bastante profícuo para discutir esses projetos de concessão hidroviária.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Dino Antunes, pela sua exposição. O senhor pode permanecer aqui mesmo, porque depois teremos alguns debates e alguns Senadores deverão remotamente participar, e tem a participação dos internautas também.

Então, a seguir, eu passo a palavra para o Dr. Eduardo Nery Machado Filho, Diretor-Geral da Antaq, Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

O senhor tem um tempo aí de 10, 15 minutos, ou, se precisar de mais tempo, a gente prorroga para o senhor.

Fique à vontade.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO (Para expor.) – Primeiro, Presidente Senador Confúcio Moura, quero agradecer aqui o convite, a oportunidade de estarmos aqui diante do Senado Federal, da Comissão de Infraestrutura, de poder, pela primeira vez, estar apresentando, até com maiores detalhes, informações desse projeto que é tão importante para a infraestrutura do país.

Saúdo aqui o nosso Secretário Nacional de Hidrovias, o grande parceiro dessas e de todas as empreitadas relacionadas ao desenvolvimento das nossas hidrovias, o Dino Antunes, saúdo todos os Senadores aqui também presentes nesta Comissão, o Senador Bagattoli e os demais que nos acompanham *online*.

Eu acho que, já pegando um gancho aqui nessa primeira exposição do Dino e de quando a gente fala da importância do desenvolvimento das hidrovias, atualmente a gente tem 40 mil, 42 mil quilômetros de hidrovia, segundo o SNV – me desculpe se eu for um pouco repetitivo aqui em cima do que o Dino já pode ter falado, porque eu tive um ligeiro atraso por causa do trânsito. O fato é que o levantamento que a Antaq realiza a cada dois anos mostra que nós exploramos, de um modo econômico, um pouco mais de 19 mil, 19,2 mil, ou seja, menos da metade do nosso potencial é aproveitado.

Então, assim, além de todas as dificuldades que o Dino colocou em relação à atuação do Dnit, que é importantíssima – agora mesmo ele está empreendendo um esforço grande lá na hidrovia do Rio Madeira –, apesar de tudo, a gente sabe que, obviamente, ele tem limitações que a própria administração pública acaba tendo que enfrentar em relação à gestão, mas eu digo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dino, o seguinte: a gente precisa do Dnit para atuar nesses outros... A gente só está falando nesse nosso...

Aqui, no Rio Madeira, são 1.075 quilômetros. Se pegar os nossos seis eixos que estão sendo explorados, acho que vai dar no máximo uns 5 mil quilômetros de hidrovia, ou seja, tem mais 40 mil quilômetros. Se a gente pegar, então, um trabalho de 2011, que foi feito por um grupo de estudo, um grupo de trabalho do Ministério dos Transportes, ele diz que o nosso potencial chega a 60 mil quilômetros. Então, Presidente, a gente pode estar falando de quase 50 mil quilômetros em que vai precisar de o Dnit atuar.

E a gente só consegue fazer concessão em determinados eixos estratégicos, porque a engenharia financeira para uma concessão de uma hidrovia parar de pé depende sobretudo de ter uma carga consolidada, e nem toda hidrovia vai ter essa condição, então são poucas hidrovias no Brasil, se for pensar bem, que vão oferecer essa condição.

Então, a Hidrovia do Rio Madeira... E eu já vou aqui começar até a apresentação, dizendo qual foi o começo disso, quer dizer, essa estratégia de se desenvolverem as hidrovias por meio de concessões está amparada no Plano Geral de Outorgas, que foi aprovado pelo Ministério de Portos e Aeroportos. A Antaq elabora e submete ao Ministério de Portos e Aeroportos. E, com base numa avaliação técnica, a Antaq identificou seis hidrovias com potencial de serem concedidas, com potencial. É claro que uma modelagem mais aprofundada é que vai realmente confirmar se realmente a concessão é o melhor caminho.

Então, as seis hidrovias que foram escolhidas, no caso, são: a Hidrovia do Rio Madeira, a Hidrovia do Rio Paraguai, a de Tocantins, a de Tapajós, a de Barra Norte, que é a saída do Rio Amazonas em direção ao Atlântico, e a Hidrovia Uruguai-Brasil, que é a Hidrovia da Lagoa Mirim. Esses são os seis eixos estratégicos que foram definidos.

Então, quando você tem uma carga consolidada, que é o caso do Madeira, do Paraguai, do Tapajós, do próprio Tocantins – que não tem carga consolidada ainda, que é uma discussão à parte, mas depende da intervenção do Pedral do Lourenço, mas ali tem um potencial gigante também para o escoamento de cargas –, ali você consegue fazer uma modelagem econômico-financeira em que você vai ter uma tarifa que seja módica, que seja justa, que seja atrativa para que ela não torne aquele modal pouco atrativo frente aos demais.

Então, o PGO, que é o Plano Geral de Outorgas, traz já esses seis eixos estratégicos. E, no caso da Hidrovia do Rio Madeira, a Infra S.A. foi parceira aqui. Ela que está fazendo a estruturação dos projetos, levando toda a experiência que ela adquiriu ao longo dos anos nas estruturações dos projetos de arrendamento portuário, e agora ela também tem sido uma grande parceira, com técnicos de alto nível, também fazendo a modelagem econômico-financeira e estruturando o projeto de modo geral.

Dentro da Antaq também, a Antaq vem procurando incrementar a sua governança para poder fazer frente a esse desafio. Então, Presidente, criamos uma superintendência de hidrovias e estudos, que é conduzida pelo Superintendente Bruno Pinheiro, que está com uma equipe fantástica; estamos investindo muito em treinamento. E, no âmbito da agência também, no caso do projeto do Rio Madeira, temos já uma relatoria definida; o Diretor Lima Filho tem se empenhado muito para tentar trazer o melhor projeto possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, desde já, o que é importante trazer aqui, Presidente, é que, obviamente, a gente tem uma primeira versão do projeto, que, a partir de agora, a gente tendo essa oportunidade de apresentar com mais detalhes para o Senado, para o Parlamento, para os interessados, para a sociedade, a gente espera ter as contribuições dos senhores para que a gente faça os ajustes que sejam necessários. Isso aqui que está sendo apresentado é uma versão que foi fruto, obviamente, de muito empenho, com algumas premissas que a gente entende que o Secretário já apresentou aqui: primeiro, de não onerar passageiro; de apenas a carga que tiver interesse comercial – e me refiro aos grandes volumes de soja, milho e fertilizante, granéis líquidos, transportados em grandes volumes – ser tarifada. O restante dos usuários não serão. E, além disso, há outros ganhos também sociais que o projeto pode trazer, de acordo com as políticas públicas que o ministério trouxe, como por exemplo, o de melhorar a manutenção, o de já utilizar os recursos ali para também fazer manutenção dos IP4.

No caso da Hidrovia do Rio Madeira, o trecho compreendido na concessão vai de Porto Velho até a foz do Rio Madeira, no encontro com o Rio Amazonas. São 1.075 quilômetros de extensão por uma largura média de 1km. Então, quando se fala também em intervenções de dragagem, que também é um dos serviços que vão ter que ser prestados pelo concessionário, a gente está falando apenas do canal de navegação – 30m, 40m, no máximo, de largura em um rio que tem uma extensão de 1km, ou seja, são intervenções muito reduzidas e em trechos pontuais que são identificados como críticos. Ninguém vai fazer uma intervenção ao longo dos mil quilômetros, por certo.

O volume dragado, comparado inclusive com outros rios... Quando a gente compara o que é dragado, hoje em dia, no Rio Madeira, com o Rio Mississippi, por exemplo, Senador Confúcio... No Rio Mississippi, são dragados 90 milhões de metros cúbicos/ano. No Rio Madeira é dragado um milhão de metro cúbico/ano. Então, a gente está falando de intervenções... E, quando se compara em termos de volume, o Rio Madeira é um rio que tem muito mais volume de água, inclusive, do que o Rio Mississippi.

É um rio que tem uma sazonalidade climática conhecida, então a seca do Rio Amazonas, da Região Norte, que neste ano está sendo mais severa, em função inclusive das mudanças climáticas, e que tende a ser mais severa a cada ano, não é novidade. Embora ela seja mais severa, os senhores sabem melhor do que ninguém que todo ano ela ocorre; por isso, os serviços de dragagem, de levantamento batimétrico e hidrográfico são mais do que necessários e previsíveis. Então, por conta dessa sazonalidade climática, nós temos também uma variação na vazão do rio significativa, que vai de 50 mil a 5 mil metros cúbicos por segundo, e também uma alteração em sua velocidade, em seu gradiente de velocidade, que vai de 4,5 a 0,8m/s. E a profundidade do rio, em períodos de cheia, pela influência que o Rio Amazonas exerce sobre o Rio Madeira, pode chegar até 18m. Como já disse, os períodos de enchente, que já são conhecidos, vão de fevereiro a maio; e o seu período de vazante, de seca, vai de julho a novembro. Nesse ano, em função dos eventos climáticos, esse período de vazante se iniciou antes do previsto.

A importância econômica é muito conhecida. A principal rota de escoamento dos grãos que vão para a nossa exportação...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – ... em Rondônia, principalmente via BR-364, é responsável pelo abastecimento de combustíveis consumidos em todo o Estado de Rondônia. Segundo levantamento feito pela Antaq em parceria com a Universidade Federal do Pará, há previsão de serem transportados mais de 400 mil passageiros por essa via, sendo que, mais uma vez friso, nenhum passageiro, nenhuma embarcação de passageiro vai ser tarifada pelo uso da hidrovia.

Os 11 municípios que, pelo Rio Madeira, esse trecho da hidrovia alcança – oito no Amazonas e três em Rondônia – compreendem uma população de quase 800 mil habitantes.

Como já foi dito aqui pelo secretário, os principais produtos escoados ali serão soja e milho. Eles serão os responsáveis – ou os principais responsáveis – pelo pagamento, pelas receitas que vão ser auferidas pelo concessionário. Apenas nos dois principais corredores, que é entre Porto Velho e Itacoatiara e Porto Velho e Santarém, nos dois principais corredores que se utilizam da Hidrovia do Rio Madeira, nós temos 33%, cerca de 36% de todo o escoamento de milho e soja, só perdendo para a Hidrovia do Rio Tapajós.

Então, a finalidade da concessão é adequar a prestação de serviços à variação hidrológica, atender a ampliação de demanda de granéis de vegetais em Rondônia e Mato Grosso – atualmente são 13 milhões de toneladas e a gente vai ver que esse número vai aumentar significativamente ao longo dos anos –, promover regularidade no abastecimento de Porto Velho, principalmente no abastecimento de combustíveis, e também promover segurança aquaviária para a população e para os navegantes que se utilizam dessa hidrovia.

Os comboios atualmente utilizados, como foi dito aqui pelo secretário... o que está sendo considerado comboio típico é uma embarcação de nove barcaças 3x3, cada uma com 2 mil toneladas, o que vai representar uma capacidade de carga de 18 mil toneladas. Temos até as situações de barcaças de 6x5, no caso de um comboio da margem que trafegou entre Porto Velho e Itacoatiara, em um período favorável, ou seja, comboios que podem chegar a 60 mil toneladas, mas isso é uma situação bem específica e numa condição bem favorável.

O fato, o que se deseja com a concessão é que, nos períodos críticos – é para isso a maior importância dela –, nós tenhamos uma profundidade que vai ter que ser obedecida, uma meta de desempenho, para que o concessionário proveja aquela profundidade. Então, a profundidade é de 3,5m, que vai oferecer um calado de 3m em toda a extensão do Rio Madeira...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Essa é a meta que o projeto apresenta para que a gente consiga superar os períodos críticos sem que se perca eficiência operacional. Com isso, o que se espera é que esse preço dessa tarifa, como foi dito pelo secretário, seja muito mais vantajoso do que o preço da ineficiência. E qual é o preço da ineficiência? É a gente não conseguir trafegar, por exemplo, nos dias de hoje, porque a dragagem não foi feita, e por várias razões, no período em que deveria, porque não foi mantida aquela profundidade e porque não é possível navegar, por exemplo, à noite. Com isso, a gente tem esse custo logístico acrescido, que, nos cálculos que já foram feitos pela nossa equipe, representa seis vezes o valor da tarifa que foi estimada.

A cesta de serviços compreende: serviços hidrográficos, levantamentos hidrográficos constantes para poder mapear o canal de navegação, auxílios à navegação por meio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sinalização e balizamento, serviços de gestão do tráfico para auxiliar inclusive nos aspectos voltados à segurança, serviços de dragagem, derrocamentos bem pontuais e específicos, além de melhoria nas IP4 e também de acompanhamento de questões afetas à sustentabilidade.

O Madeira possui 75 pontos de interesse que configuram riscos à navegação e que podem penalizar os usuários, principalmente nos períodos de estiagem. Então, com a concessão, se espera atacar esses pontos e trazer mais segurança à navegação. Então, esses pontos serão objeto de monitoramento hidrográfico, sinalização e balizamento.

Os benefícios esperados são: geração de emprego e renda, na medida em que a gente vai poder ter uma frota maior para atender esse volume de carga que vai se utilizar da Hidrovia do Rio Madeira – ou seja, todos os ganhos indiretos ocasionados pelo fluxo de mercadorias, especialmente granéis sólidos, no período de seca, o que, hoje em dia, não ocorre –; manutenção da lâmina d'água de 3,5m durante os 365 dias; monitoramento dos auxílios à navegação; cobrança somente quando o usuário estiver usufruindo dos serviços prestados. Este é outro ponto importante também – não é, Secretário? –, o chamado degrau tarifário: só se começa a cobrar a partir do momento em que houver uma infraestrutura disponibilizada. Então, a gente está calculando que isso vai acontecer depois de dois anos de iniciada a concessão. Então, nos dois primeiros anos da concessão, ninguém – nem a carga, nem o grão, nem o milho, nem o fertilizante – vai estar pagando pelo uso da hidrovia. Passados dois anos, em que o concessionário já vai ter feito investimentos – sinalização, levantamento hidrográfico, balizamento, dragagem –, aí se começa a cobrar. E outra vantagem também da modelagem é que o concessionário vai ter que deixar uma dragagem ali, no ano inteiro, disponibilizada, para evitar que, na hora em que precisar ou numa emergência, ele vá ter que buscar a draga sabe-se lá onde. Então, é mais uma garantia para que a gente não prescinda dos serviços de dragagem. Para ter uma ideia, lá no Madeira, agora, no auge da crise, a gente está trabalhando com três dragas de sucção e recalque; lá no Mississipi, eram 30 dragas disponibilizadas e operando ao longo de todo o ano. É isso que a gente tem que levar em conta. E reduzir os problemas afetos principalmente ao abastecimento de combustível em Rondônia, que, nesses períodos de crise, a gente sabe que é impactado.

Então, já foram ditas aqui as principais cargas, Presidente, que é soja, milho, fertilizante, granel líquido, contêiner também, tem um volume de fluxo também de Manaus em direção a Porto Velho de produtos alimentícios, principalmente.

E essa é a projeção de aumento. Atualmente, com soja e milho, a gente tem 13 milhões de toneladas que são transportadas. A nossa estimativa é que esse volume chegue a cerca de 28 milhões em 2057. Já em 2030, a gente teria 20 milhões de toneladas sendo transportadas pela Hidrovia do Rio Madeira. Se não tiver uma infraestrutura adequada, o que a gente vai ter vai ser custos logísticos e uma ineficiência no transporte dessas cargas. E também, agora, essa é uma curva tendencial aqui, como já foi dito: considerando outros tipos de carga, a gente tem, a partir de 2030, já um aumento significativo.

E agora, já também apresentando em primeira mão aqui para o Senado, temos as informações relacionadas à modelagem econômica e financeira da concessão. O fluxo de caixa global previsto do projeto é de R$31 milhões, para uma receita global de R$697 milhões, um investimento total que o concessionário terá de fazer de cerca de R$109 milhões, uma despesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operacional total de cerca de R$477 milhões, considerando uma taxa interna de retorno de 9,92%, que é a taxa utilizada nos projetos de arrendamento portuário, por exemplo. Com isso tudo se chegou a uma tarifa calculada de R$0,80 por tonelada transportada.

Então, como o Secretário Dino Antunes adiantou, o custo que está sendo projetado é de menos de R$1. Em que pese a própria carga... Porque, na verdade, o grande impulso desse projeto foi pela carga, foram os produtores de milho, soja e fertilizantes, principalmente, que nos procuraram, insatisfeitos com os altos custos logísticos e com a baixa eficiência operacional da hidrovia. Então, quem foi o grande demandante dessa concessão, desse projeto foram os usuários, mais especificamente, os donos da carga. E eles já nos passavam essa estimativa de que até US$1 seria uma tarifa que seria razoável e que a carga estaria disposta a pagar. Então, a gente está falando de R$0,80 por tonelada.

Presidente, eu acho que, para que possamos atender e trazer os esclarecimentos e ouvir as contribuições dos Senadores, são esses os principais pontos aqui que queríamos compartilhar, já saudando o Senador Esperidião Amin pela sua presença, que certamente vai, como sempre, trazer contribuições e vai nos alertar para os principais pontos a serem enfrentados no projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Eduardo Nery.

Quero registrar a presença do Dr. Mário Povia, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura, bem-vindo, agradecemos a presença de V. Exa.; do William Tadheu Lemes de Araújo, que é da Fenavega e está aqui também nos honrando com sua presença; do Senador Esperidião Amin, que acabou de chegar também presencialmente; e do Senador Jaime Bagattoli.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Dois terços aqui são Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois é, estou vendo aí.

Bem, agora vamos ouvir, remotamente, o Dr. Claudomiro Carvalho Filho, que é Presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior. Ele participará por videoconferência.

O senhor está preparado, Dr. Claudomiro?

O SR. CLAUDOMIRO CARVALHO FILHO (*Por videoconferência*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não. O senhor está com a palavra pelo tempo de 10 a 15 minutos. Fique à vontade.

O SR. CLAUDOMIRO CARVALHO FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Bom dia a todos!

Bom dia e obrigado, Senador Confúcio.

Bom dia, Dino, Secretário de Hidrovias, Eduardo Nery e os demais Senadores e os demais convidados.

Nós, da Abani... A Abani é uma associação nacional que nasce com o interesse de apoiar o setor público no desenvolvimento da navegação interior – entendemos que o Brasil precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

urgentemente desenvolver a sua navegação, em especial a navegação interior. E, trazendo já para o assunto da audiência pública aqui, o Rio Madeira – eu sou operador do Madeira há 40 anos, inclusive Senador, quando o senhor estava como Governador de Rondônia, o senhor fez uma reunião para debater a questão do garimpo no Madeira, para debater a questão da importância do Madeira com o desenvolvimento de Rondônia, e eu lhe disse o seguinte: "O que a gente precisa no Madeira é de um ordenamento, o que a gente precisa no Madeira é de dono".

Então assim, eu fico muito tranquilo e muito feliz até de estar debatendo neste momento a transformação dos nossos rios em hidrovias. Nós não temos hidrovias, com exceção do Rio Tietê, e nós temos o desenvolvimento travado nos nossos rios. Nós só seremos competitivos com os grãos produzidos tanto no noroeste quanto no norte do Mato Grosso, se nós utilizarmos a eficiência dos nossos rios para chegarmos aos navios e, a partir dos navios, chegarmos ao destino final das cargas. A mesma coisa serve para o Rio Paraguai e a Abani se preocupa com o todo.

O Rio Paraguai vive talvez a sua maior crise hídrica e realmente a gente precisa disso. Eu não vejo mais... Eu moro no Amazonas, e a gente está vivendo aqui, pelo segundo ano consecutivo, uma seca histórica, e eu não vejo mais o desenvolvimento da navegação ou o uso dos nossos rios para a navegação uma vez em que a Amazônia só será desenvolvida se passar pela navegação e que a gente não tenha que fazer intervenções de engenharia nos nossos rios e buscar...

Então, ouvindo aqui o que o Secretário Dino e o Presidente Nery apresentaram, eu me convenço de que a gente precisa dar este passo em busca de melhorias para os nossos rios, em busca de termos uma navegação eficiente. Quiçá, neste momento em que a gente está vivendo hoje, esta discussão nesta audiência pública em que a Antaq já coloca para a gente os números, possamos avançar para que, em 2025, a gente já tenha o Rio Madeira minimamente melhor do que ele está operando.

Eu opero, Senador Confúcio, no Madeira, há 40 anos, semanalmente – balsa subindo, balsa descendo. Então, eu sei o que a gente está vivendo. Quando a Antaq traz uma tarifa de R$0,80 por tonelada, eu começo aqui a fazer conta do quanto eu perco hoje e do quanto eu vou ganhar no futuro pagando esses R$0,80. Então, voltando um pouco ao início da minha fala, o ordenamento do rio é necessário, eu na minha linguagem popular, eu digo que os nossos rios precisam de dono. Quem é o dono dos nossos rios? A quem eu posso recorrer nos momentos de crise que a gente tem, especialmente no Madeira, que a gente tem saqueamento de carga de balsa, que a gente tem invasão dentro de canal pelo garimpo ilegal, que a gente tem uma série de assaltos em embarcações de combustível, tudo isso a gente da navegação interior gostaria de que a concessão, o operador do Madeira, pudesse trazer para a gente mais segurança; então, assim, buscando o ordenamento, buscando dono do rio, buscando segurança. E essa segurança passa por sinalização, passa por dragagem. E, se essa dragagem e sinalização me trazem eficiência, eu me convenço de que realmente é melhor eu pagar pelo serviço do que eu não ter esse serviço. Lamentavelmente, hoje nós não temos esse serviço, ele é um serviço precário, com dificuldade, e a gente está sofrendo realmente a consequência disso.

Eu tenho uma dúvida sobre essa questão apresentada pelo Diretor-Geral da Antaq sobre a questão do calado no caso dos pedrais, porque tanto o Madeira tem regiões assoreadas por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

praia como ele tem pedral, e, quando o nível da água vem batendo no pedral, ele não draga. Esses pedrais, o Madeira deve ter aí seis ou sete pedrais de Porto Velho a Nova Olinda. Esses pedrais vão ser derrocados? Vai ter um projeto de derrocamento desses pedrais para que a gente... (*Falha no áudio.*)

Ademais, Senador Confúcio Moura, eu estou muito otimista com o rumo que a gente vai estar dando para os nossos rios e para o futuro que se desenha para a navegação e para o desenvolvimento da Amazônia.

Muito obrigado por esta oportunidade. Nós da Abani agradecemos e seguimos aqui otimistas na... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito agradecido, Dr. Claudomiro, pela sua exposição prática de conviver na região, como operador do Rio Madeira. Então, o senhor está falando com o conhecimento do seu dia a dia, da sua vida, do seu negócio.

Bem, terminadas as apresentações, nós vamos agora às perguntas, às indagações.

Eu inscrevi aqui o Jaime Bagattoli – mesmo sem você levantar a mão, já o coloquei –; o Senador Esperidião Amin gostaria de falar; e o Senador Eduardo Braga, que formatou as suas perguntas. Ele está lá no Estado do Amazonas, acompanhando o Presidente Lula, e não pôde estar aqui presente. Ele me ligou há pouco e me encaminhou algumas perguntas aqui, que eu vou depois passar para todos os nossos apresentadores.

Bem, em primeiro lugar, eu passo a palavra para o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Bom dia a todos.

Eu quero cumprimentar aqui, primeiramente, o nosso Presidente, Senador Confúcio Moura, que já foi Governador do nosso Estado de Rondônia, sabe muito bem da situação das rodovias, sabe da situação da nossa Hidrovia lá do Rio Madeira e da importância que essa nossa hidrovia hoje tem, principalmente para o Estado de Rondônia e também para o noroeste do Mato Grosso.

Quero cumprimentar aqui o Eduardo, que é da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, e o Dino Antunes, que é Secretário Nacional de Hidrovias e Navegação.

Quero cumprimentar aqui também uma pessoa que é muito conhecedora, amigo meu de muitos anos, de mais de 30 anos, o Dr. Miguel de Sousa, que está aqui, que conhece hidrovia e rodovia como poucos cidadãos do Norte conhecem, igual o Dr. Miguel conhece.

E eu quero aqui dizer para vocês que preocupa um pouco a nossa situação tanto em Rondônia quanto no noroeste do Mato Grosso, porque vocês têm que entender também que nós vamos ter interligação.

Nos próximos cinco, seis anos não vai ter como... Não de Vilhena, mas dentro do Mato Grosso, Lucas do Rio Verde vai ter ligação com as rodovias através de ferrovia, e a ferrovia também indo direto para o porto.

Então, uma das coisas que me preocupa muito não é essa tarifa. Realmente, se funcionar com R$0,80, isso aí seria praticamente um valor baixíssimo pelo custo que seria, eu concordo com você. Mas nós temos que ver se isso vai ser realmente de validade lá no futuro, porque eu quero que vocês entendam o seguinte: privatização da BR-364, onde vai passar essa carga nós temos hoje, não são 13 milhões, nós temos quase 15 milhões de toneladas de grãos saindo entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rondônia e Mato Grosso. Rondônia é muito pouco comparado ao noroeste do Mato Grosso. Então, nós temos, só de grãos, quase 15 milhões de toneladas. Praticamente, esse trecho da BR-364 que vai ser privatizado... Aqui nós temos falado em R$0,80 por tonelada; na BR-364 nós vamos falar em R$35 por tonelada. Vou repetir: R$35 por tonelada. Por quê? Porque eu quero que vocês entendam que nós não temos frete de retorno. Oitenta porcento dos caminhões que trafegam, que transportam grão no Estado de Rondônia e noroeste do Mato Grosso só têm uma perna, ou seja, desce pelo Rio Madeira, desce para Porto Velho carregado e volta vazio. Então, nós não temos esse frete de retorno.

Aí, vem a grande preocupação que era o sonho de todos os frigoríficos, era o planejamento dos frigoríficos, de exportar pelo Rio Madeira. Onde estão concentrados os maiores frigoríficos? Vilhena, que é onde eu estou, Vilhena, no Cone Sul, ali na região de Rolim de Moura, e Pimenta Bueno, é onde estão concentrados os maiores frigoríficos; estão nessa região. O que acontece? Quando você faz um cálculo... Porque empresário trabalha em cima de números, de dados, ele tem que ter resultado. Para onde vai ser melhor ele mandar um contêiner? Para Porto Velho, você colocar numa balsa, levar a Manaus, para depois carregar, transportar de novo para o navio? Então, o que acontece? A maioria desses contêineres, eu tenho conversado com os frigoríficos... Eu estive até esses dias em São Paulo, estava conversando com o pessoal. E aí, como não dá viabilidade pelo Rio Madeira, você imagina a hora que Lucas do Rio Verde tiver a ferrovia! Ele chega, você vai transportar de Vilhena a Lucas, vai dar em torno de 600km. É mais perto do que você ia por Porto Velho. Você vai colocar na ferrovia, dois dias depois esse contêiner está lá em Santos, embarcando no navio. Então, você tem que ver a agilidade e com custo mais barato. Ele vai ficar com um custo menor.

Então, é a grande preocupação nossa, principalmente da BR-364, na privatização. Eu quero deixar claro aqui para nós não virmos a discutir isso aqui no futuro, porque, quando eu falo de privatização, nós da Região Norte já somos muito sofridos, porque nós estamos distantes dos centros consumidores.

Senador Amin, você vai a Santa Catarina, quantas rodovias vocês têm para circular o Estado, para sair para o Rio Grande do Sul? Quantas rodovias vocês têm? Nós temos uma única, de que se cair a ponte, acabou. Caiu uma ponte e interrompeu tudo. Então só tem uma – só tem uma. Aí eu pergunto para vocês... Aí nós privatizamos a rodovia, claro, se o Governo não tem condições de tocar, tem que privatizar.

Essa situação do Rio Madeira não me preocupa. Se for esse custo aí de 80 centavos e for para navegar o ano inteiro, beleza, está tudo bem, tudo certo. Agora, o que eu quero que vocês entendam é que tem um outro detalhe – sou produtor de soja, eu entendo disso tudo. Eu entendo a logística, sei como funciona, sei como funciona a produção –: quem paga isso aqui, esse custo, vou dizer para vocês, é o cara que está plantando soja lá na roça, não é ninguém que vai pagar, é o produtor que vai pagar. Todo custo que tiver de logística, quem paga é só o produtor, não é quem faz a navegação, não é quem compra o produto, não é quem exporta, não são as *tradings*, não é ninguém, é quem produz. Porque, quando nós vendemos esse produto, nós o vendemos, Senador Amin, em cima do navio, nós o vendemos lá no navio. Todo esse custo do trajeto vem através de quem produz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o que me preocupa no Governo, há muitos anos, é que – eu venho, eu cheguei agora aqui, na condição do Senador, em 2023, mas uma coisa que muito me preocupa não é questão deste Governo, é de outros, de todos que já vieram passando para trás ali –, nós temos que pensar uma coisa: nós vamos ter que privatizar, vai chegar um dia no futuro em que eu acredito que 80% das rodovias vão ser privatizadas. E o primeiro rio em que vai ser feito um teste, se for dar continuidade para se privatizar, vai ser o Rio Madeira. E realmente você tem razão, é o rio que hoje tem o maior volume de carga, porque nós não temos outra saída neste momento.

Agora, eu quero que vocês entendam o seguinte: a hora em que a ferrovia chegar a Lucas do Rio Verde – Campo Novo do Parecis é um município que planta 500 mil hectares, 500 mil, um único município planta 500 mil –, vai ser um divisor de águas entre você exportar pela ferrovia e você exportar pelo Rio Madeira. Na hora em que fizerem o custo... E ele ainda vai ter uma grande condição: ele vai ficar encostado na ferrovia tanto para mandar para Santos quanto para poder mandar para Miritituba, por cima, ele vai ter as duas opções, e ainda vai fazer o custo. E vai ter Porto Velho, mas por Porto Velho são 1.050 quilômetros de caminhão, e nós temos mais a hidrovia, temos mais o transbordo na hora de descarregar em Porto Velho para descarregar e carregar no navio.

Então, de tudo isso é feito cálculo. E digo mais: o noroeste do Mato não cresce mais nada em produção – Comodoro, Campos de Júlio, Sapezal, Campo Novo, Brasnorte –, zero bala, não cresce mais nada. O único estado que vai crescer na produção para ir a essa hidrovia é só Rondônia, os demais municípios do noroeste não têm, estão limitados, não vão plantar mais nada, pelo contrário, talvez tenha até alguns lugares de terras mais arenosas que possam diminuir a quantidade que vai, o volume que vai se plantar de terra.

Então, assim, me deixa muito preocupado isso aí.

E quero dizer para vocês que de 90% a 95% realmente do que se transporta nessa hidrovia são realmente combustível, soja, milho. Agora, a hidrovia vai favorecer muito, Senador Confúcio Moura – nisso eu acredito, no futuro, porque agora a gente está conseguindo – se abrir aquela jazida de potássio em Autazes. Aí sim, aí nós vamos ver... Aí sim, se isso vier acontecer, se o Ibama deixar, se a Marina Silva deixar nós fazermos isso aí, entendeu? Porque, assim, esse é um sonho, não é um sonho... Essa jazida de Autazes, Senador Amin, não é um sonho de Rondônia, do Amazonas, do Norte do Brasil; esse é um sonho do Brasil, porque nós importamos hoje praticamente 92% do potássio e temos uma jazida que poderá, em oito, dez anos, suprir mais de 30% desse volume.

Mas, assim, eu só peço que, se isso vier a acontecer, que sejam colocados, que seja bem-esclarecida essa situação, para não começar com R$0,80 e, daqui a pouco, estar em R$8 a tonelada, entendeu? Então essa é uma grande preocupação da gente.

Agora, outra coisa que acontece na exportação de soja naquele corredor é que, no período em que as balsas podem andar com 100% da capacidade, nós temos um problema de prêmio, nós temos uma falta de navio e, quando chega o período da seca, nós temos o problema da diminuição de carga. Então nós sofremos nas duas pontas: mesmo quando está na cheia e sofremos um pouco mais ainda quando está na seca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria deixar uma pergunta aqui. Eu vi ali a previsão de valores de investimentos tanto na parte de sinalização quanto na parte de dragagem. Esse investimento tem um prazo de cinco, seis anos? Qual será o prazo que vai ficar definido para que isso aconteça? E, no caso, quem que vai ficar no controle... Hoje, nós temos um grande problema no Rio Madeira, que tem que ser tratado um pouco sobre a situação daquela mineração; aquelas pessoas estão há anos ali naquela mineração. Eu gostaria de entender como é que vai ser tratado, como é que vai ser discutido com essas pessoas da mineração. Realmente, após a privatização, essas pessoas vão ser todas retiradas de lá? Hoje nós vemos essa barbaridade que acontece, tacando fogo em balsa dentro de rio, que é o maior absurdo do mundo que eu vejo na história se fazer! Virou fumaça lá, já tem tanta fumaça e ainda tocando fogo naquelas balsas, em tudo que podia! Não havia necessidade de se fazer aquilo, entendeu? Eu queria ver como é que vai ser o tratamento dessas pessoas que sobrevivem. Lá nós temos cooperativa, o Senador Confúcio Moura sabe disso, e eu queria ver como é que vai ser o tratamento com essas pessoas após a concretização da privatização.

E, mais a mais, meu muito obrigado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

Bem, vamos fazer o seguinte, nós temos aí inscrito... Senador Zequinha, o senhor gostaria de fazer alguma pergunta?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu vou registrar que tem uma sequência, tá? Vou botar Zequinha e está pronto. Então, nós temos quatro pessoas. Aí, vocês têm que decodificar as perguntas. O Senador Baggatoli fez uma exposição... desmembrar direitinho as respostas para ele.

E, agora, o segundo aqui, o Senador Eduardo Braga mandou para mim por escrito, e eu vou ler. Ele fez cinco perguntas. Eu não sei depois como é que vocês vão sistematizar essas perguntas. Eu vou lê-las na íntegra, aí vocês vão copiando assim, ou mesmo um resumo, para as perguntas dele. Depois, a gente decide quem vai responder.

Iniciando, aspas aqui, as perguntas do Senador Eduardo Braga, que está no interior do Amazonas e mandou as perguntas:

Uma das mais importantes e essenciais vias de ligação entre o Amazonas e o restante do país, o Rio Madeira desempenha papel estratégico para a economia do Estado do Amazonas, como porta de entrada para alimentos e outros produtos e também como principal eixo para a chegada de insumos e exportação de mercadorias e artigos eletroeletrônicos produzidos na Zona Franca de Manaus, para os mercados consumidores do Sul e Sudeste do país. [Essa é a introdução que ele faz.]

A primeira pergunta: entre os itens previstos no projeto que está em andamento nos Ministérios dos Transportes e Portos e Aeroportos, está a cobrança de pedágio das embarcações que transportam cargas. Isso não inviabilizaria [essa é a pergunta] e ameaçaria a viabilidade econômica das operações e também de diversos setores da economia amazonense? [É a primeira pergunta.]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda pergunta: o projeto de concessão do Madeira estabelece quais porcentagens dos recursos arrecadados devem ser utilizados com a sinalização do rio, a dragagem nos períodos de estiagem e no combate à pirataria? [Segunda pergunta.]

Terceira pergunta: a concessão da hidrovia do Madeira nos moldes atuais pode afetar negativamente a pesca, o acesso a recursos naturais e até mesmo a saúde e o bem-estar das populações locais, podendo levar ao desmatamento e à degradação dos ecossistemas ribeirinhos e da Floresta Amazônica. A pergunta é a seguinte: qual o planejamento que está sendo feito para proteger a subsistência e a cultura das comunidades ribeirinhas e dos povos indígenas que dependem do Rio Madeira?

Quarta pergunta: as entidades locais consideram que privatizar e monetizar um rio, que é um bem comum de uso público, é uma tendência negativa no tratamento dos recursos naturais como meros ativos econômicos, ignorando o seu papel ecológico e social, e que o poder público deveria priorizar o desenvolvimento de uma infraestrutura sustentável e inclusiva que não favoreça interesses empresariais. Então, aqui vem a pergunta agora: dentro do planejamento de concessão do Rio Madeira, existe projeto de governança e gestão dos recursos naturais?

Quinta pergunta, e última: o Governo Federal considera as repercussões a longo prazo dessa política? Continuando: não seria mais adequado buscar soluções que harmonizem desenvolvimento econômico e proteção ambiental, garantindo que as vias fluviais da Amazônia sirvam às necessidades da população local e nacional sem comprometer o seu futuro por interesses de curto prazo?

São as perguntas do Senador Eduardo Braga.

Como temos só quatro Senadores inscritos, vamos dar continuidade. Aí, os senhores respondem, depois, em bloco. Dou o tempo necessário para os senhores responderem. Só vamos dividir as perguntas, para não ficar muito carregado para o senhor, para um ou para outro. E tem também o nosso Dr. Claudomiro Carvalho Filho, que está à disposição para responder. Nós vamos dividir alguma coisa para ele.

Bem, agora vamos passar a palavra para o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, eu serei muito conciso, mas vou trazer aqui uma ideia que a Comissão de Infraestrutura poderia encampar, fazer um pequeno estudo, um breve estudo, e talvez aproveitar na sabatina do indicado para a Presidência do Banco Central, que será em outubro, portanto, não é tão curto prazo assim, temos quase um mês, está prevista para o dia 8 de outubro.

Eu entendo que o sistema de concessão de um bem econômico – e as advertências do Senador Eduardo Braga reforçam a minha ideia –, quando tem um envolvimento ecológico, ambiental, social do Norte, isso vale para toda a Amazônia e, no caso, nós estamos falando do Madeira...

Eu quero aqui fazer um registro, junto com a chegada da nossa Senadora, que vai certamente usar o direito de resposta para responder ao Senador Bagattoli: quando ele falou dos limites de produção, mas não mencionou os de produtividade do Mato Grosso, certo? – porque o limite de produtividade é, teoricamente, infinito, mas de tamanho da área cultivada é outro, mas isso é um parêntese apenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há muito tempo nós discutimos por que as nossas reservas monetárias, que não sei em quanto estão hoje, mas devem ser US$380 bilhões, são remuneradas a 1% ao ano. É porque elas têm que ser uma garantia líquida. Há dezenas de anos, há muito tempo que isso está imobilizado, quase mumificado para garantir aos nossos especuladores e investidores internacionais, principalmente aos primeiros.

Por exemplo, usar o artifício permitido pela lei da parceria público-privada, que é de 2004 – de 31 de dezembro, se a minha memória não falha, e no tempo do Governo Lula 1 –, em que você pode ter um contrato administrativo para fazer o equilíbrio do preço, diante das oscilações. No caso, aí, as oscilações são estas, não é? O Madeira, pelo que eu sei, neste momento, está com o seu menor calado, vamos dizer, em termos de navegação, em termos de nível. É o menor da história conhecida – confere? E há dois anos nós estamos vivendo uma oscilação brutal. Enquanto dura, ela é infinita. É o "amor" do Vinícius de Moraes. Só que não é o amor. É risco.

Então, usar uma parte da nossa reserva... Que ela seja remunerada a 1% ao ano – pode ser pelo Governo, pode ser pela parceria –, para viabilizar esses segmentos de infraestrutura que não são financiáveis diante da inflação, da especulação internacional, da Guerra da Ucrânia, da Faixa de Gaza... O mundo inteiro entra no cômputo do risco nosso. Nós ficamos pagando esse risco, como estamos pagando, até agora, a inflação da pandemia dos Estados Unidos: US$11 trilhões eles despejaram – US$11 trilhões! O Trump e o Biden: US$ 11 trilhões.

Nós é que estamos pagando essa inflação. Eles até estão celebrando que lá baixou.

Então, esse cuidado da governança, de usar isso de uma maneira a preservar o equilíbrio entre o interesse econômico, priorizar qual é o interesse econômico que esse bem vai resguardar ou vai atender, preservando as outras características dele, como o Senador Eduardo Braga muito bem resumiu.

Isso eu acho que nós poderíamos, Senador Confúcio, pedir à assessoria que analise, porque isso não vai reduzir a liquidez da reserva. Pode até aumentar de 1% para 1,1% a remuneração – ainda tem mais de segurança nisso aí –, e o Governo e o contratado passariam a contar com uma liquidez estratégica, para assegurar o seu equilíbrio econômico durante as oscilações.

O negócio tem que ser viável, bom para quem for contratado, quem for o concessionário, mas nós podemos, sim, oferecer a parte de contratação administrativa quando fazemos a parceria público-privada, seja de um hospital, seja de uma penitenciária, em que pode ser administrada como a estada, os custos de hospedagem, vamos chamar, até da penitenciária – ainda que não seja uma hospedagem voluntária, mas é. Ou seja: a parceria público-privada, sem qualquer alteração do seu texto, permite isso. Vai fazer 20 anos no dia 31 de dezembro.

Eu acho que a Amazônia, como um todo, merece um tratamento distinto, não de assistencialismo, mas de forma econômica de aproveitamento.

Eu fico muito feliz em poder dizer isso. Não é propriamente uma novidade, é uma variante. E ouvi aqui o meu amigo Jaime Bagattoli, esse é o verdadeiro homem dos rios, não é? Não é o menino do rio, é dos rios, nascido na confluência do Rio Itajaí do Norte com Itajaí-Açu.

Ontem, eu falava com o Prefeito de José Boiteux, terra de nascimento dele. Eu digo sempre que ele foi cacique da tribo indígena xoclengue, que são os habitantes de lá. Parece que não passou no primeiro referendo que a comunidade fez, foi para Rondônia e deu certo. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi uma migração. Isso vai fazer 50 anos?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Já fez.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Já fez? Já fez 50 anos. Comemorou há poucos meses 50 anos dessa transfusão por rios. E parece que deu certo. Mas não deixou de ter a vivência da sua infância, onde os rios eram tempestuosos.

Consta que uma vez o Hermann Blumenau perguntou para o cacique: "Olha, eu queria que o senhor compreendesse, nós viemos da Alemanha, lá a situação é muito difícil. E queríamos que o senhor não ficasse bravo conosco, nós estamos ocupando a parte mais baixa da sua terra". E o cacique disse: "Essa terra não é minha, essa terra é do rio". Com a sabedoria do equilíbrio, não é? Nem tudo nós podemos usar do rio como se fosse um pulmão. Na hora que está vazio, expirou... Na hora que respira, ele ocupa mais espaço. Nós estamos convivendo com isso, até de uma maneira mais dramática agora, por causa dos efeitos do aquecimento global, qual nome se dê, em que nós temos, num ano, três estiagens e duas enchentes – num ano. No Rio Grande do Sul se observa isto: em 14, 15 meses, praticamente, um pouco mais de um ano, três estiagens e duas enchentes; quer dizer, essa flutuação. Mas o que eu deixo é isso.

Finalmente, eu queria fazer uma pergunta objetiva: quais são os limites, no caso do Madeira, para derrocamento ou derrocagem, dragagem por derrocamento? Ou seja, retirar sólidos, não é? Dragar areia. Isso tem que ter um limite em termos de espaço, de equilíbrio, sob pena de você, daqui a pouco, criar um lago sem querer. Pode, não é? Força muito, acaba criando um lago e complica ainda mais o fluxo, o curso da água. Mas eu gostaria de deixar colocado para examinar... Cada vez que se fala nas nossas reservas, todo mundo fica arrepiado. Só nós dois que não ficamos. Nós três, não é? (*Risos.*)

Nossa comunidade não fica. Mas eu acho que é um...

Olha, quem lê a história da Amazônia, eu concluo dizendo que um dos grandes autores, meu patrono de formatura no Direito, Jarbas Passarinho, escreveu *Amazônia, patrimônio universal?* – ponto de interrogação.

E, com todas as demandas e perguntas, marcando a história das navegações não lusitanas e das experiências que houve no caso específico da Madeira-Mamoré, enfim, as tentativas heroicas de fazer essa integração... Agora, não integrar, não dar alternativas econômicas, não priorizar essas alternativas econômicas para a população é privá-la de futuro. Então, selecionar essas intervenções, como é o caso específico do Madeira, que está sendo discutido, eu acho que mereceria esse estudo, eu nem diria financiamento, de garantia complementar especial pela...

Todo mundo acha que é... O mundo inteiro acha que é uma situação especial, eu também acho, mas tem que ter um tratamento especial e não apenas nós sermos depositários do remorso, principalmente da Europa, que está tentando terceirizar a penitência para nós, não é? Eles têm remorso, nós estamos sendo convidados, até com insinuações financeiras de prêmio, para cumprimos a penitência que eles não cumpriram, e mesmo com remorso não querem cumprir, preferem terceirizar.

Então, a minha pergunta sobre o derrocamento é que eu acho que é mais técnica e pontual.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, agora o último inscrito aqui é o Senador Zequinha Marinho.

A Senadora gostaria de fazer algum questionamento? (*Pausa.*)

Está bem.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Bom dia a todos.

Cumprimento nossos dois expositores: o da Antaq e o Secretário Nacional de Navegação do Ministério de Portos e Aeroportos.

Eu sei que o debate é sobre concessões, mas eu queria ir para antes da concessão, porque é um negócio que desanima demais hoje se falar em obra de infraestrutura, principalmente em rios.

Na semana passada, tivemos aqui uma audiência pública sobre derrocagem ou derrocamento do Pedral do Lourenço, no Rio Tocantins, para poder viabilizar a hidrovia, que não é nada assim fora do comum.

Primeiro, o pessoal termina vendendo a ideia de que vão limpar o rio todo. Na verdade, vão alargar e adequar em profundidade o canal do rio. E isso termina tomando conotações estranhas, narrativas assim até esquisitas.

Acho que uma das coisas mais óbvias na história da humanidade é se utilizar rio para ir e para vir. Na Amazônia, então, quem conhece um pouquinho, andando, sabe que os nossos rios são nossas estradas ou nossas ruas. Tem até música falando disso, e é verdade.

O Rio Ajuaí, no Município de Abaetetuba – eu tive a oportunidade de andar por lá –, é uma verdadeira rua, uma avenida, porque tem casa aqui, casa ali, casa lá do outro lado, igreja, associação, cerâmica, não sei o quê, o comércio, é a coisa mais interessante assim. Mas, hoje, utilizar um rio parece algo estranho, do outro mundo, um procedimento... Precisa se fazer uma reflexão, porque uma das funções mais antigas dos rios é servir à humanidade para o translado, para o transporte.

Agora vamos lá. Os senhores têm esperança de que o Ibama, que é o nosso verdadeiro cemitério de projetos, conceda algum tipo de licenciamento para se fazer uma hidrovia?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Você precisa fazer adequações, tirar uma pedra aqui, remover um banco de areia acolá, não é, Senador? É, você precisa adequar, você precisa sinalizar, botar boia para cá e tal, para que o cara possa se orientar, o piloto precisa se orientar.

Eu acredito em hidrovias naturais, em que não precisa fazer nada, e ainda assim vejo uma certa pressão em cima disso. Agora, hidrovia, como nós estamos discutindo aqui, derrocar o Pedral para poder... Olha só, em 2010, parece, o Governo Federal inaugurou a Eclusa de Tucuruí, que custou R$1,7 bilhão. Está lá parada, gastando um monte de dinheiro para manter tudo aquilo, e o pessoal roubando fios, roubando tudo, um prejuízo danado.

Nós precisamos complementar, e a complementação disso significa adequar a região do Lourenço para poder... E aí o setor privado vai construir porto, tem gente esperando isso para fazer investimento, cargas e cargas esperando para baratear o custo, em vez de andar 600km pelo chão, vai por água, que é muito mais barato. Mas, para o Ibama, por exemplo, e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

setores autorizarem a Petrobras a licenciar e explorar um poço teste, isso leva 12 anos, é a média que a Petrobras nos passou, 12 anos.

Mais recentemente, a Petrobras queria fazer um poço teste aqui na região equatorial, que chamam de Foz do Amazonas, mas não tem nada a ver com a Foz do Amazonas, é muito distante. E as correntes não voltam, as correntes seguem. E eu não conheço, no trabalho da Petrobras, nenhum histórico de que tenha dado algum acidente ambiental. A Petrobras tem sido muito responsável em águas normais e profundas, nunca tivemos notícias de acidentes assim. E o Ibama negou.

Se você fizer uma pesquisa em outros setores de construção, de infraestrutura, você vai encontrar a mesma dificuldade. E, nessa questão do petróleo, do combustível fóssil, a gente olha para o horizonte e já enxerga que daqui a algum tempo a pessoa não vai querer mais. O carro elétrico está aí, os biocombustíveis estão chegando. Quer dizer, enquanto a gente pode usar, podia explorar logo isso, porque com certeza a gente ganharia algum dinheiro, melhoraria as condições daquele pedaço de Amazônia ali, do Amapá, e quem sabe chegaria para Roraima, chegaria para o meu Pará também, no Marajó, que é um dos piores IDHs não só do Brasil, mas do mundo. Nós temos um potencial que poderia ser explorado, porque, daqui a algum tempo, quem sabe, 30 anos, 40 anos, não compense mais explorar, porque já teremos outras alternativas.

A pergunta, para fechar aqui esta conversa toda: os senhores acreditam na possibilidade de contornar esse grande obstáculo institucional, porque, no meu ponto de vista, a análise do Ibama, inicialmente, não é técnica, não é ambiental, mas política, correto? E essa é a minha preocupação. Para que o técnico pegue isso e possa esmiuçar, primeiro passa por uma outra avaliação: devemos ou não devemos fazer isso, politicamente? O Brasil vive essa dificuldade. Você tem, na Região Amazônica, no miolão lá, Manaus-Porto Velho, uma rodovia que parece que não se permite pavimentar, ou licenciar para pavimentar, porque pode ocasionar um problema, algumas... Enfim, um bocado de coisas. Então, a gente vê, hoje, as coisas parando, morrendo, e aí tem outros problemas fora disso: a questão indígena, a questão quilombola, a questão das populações tradicionais... Arrumam tanta coisa para botar até onde não tem, não é?

Como é que os senhores vislumbram o futuro de tudo isso, de um negócio que poderia ser bom? Porque é o modal mais barato de transporte de *commodities*, que não tem valor agregado, praticamente. Como é que vocês estão enxergando esse horizonte? Essa era a pergunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para interpelar.) – Muito bem, encerrados os primeiros questionamentos, mais algum Senador ou Senadora gostaria de fazer perguntas? A senhora? Está bem.

Eu tenho três perguntinhas simples aqui.

A primeira é para o Claudomiro, que está remoto. Claudomiro, se for feito todo o sistema de concessão, dragagem, toda a sinalização, enfim, tudo, no Rio Madeira, há necessidade de a BR-429 ser reconstituída? Essa é a minha pergunta. Não sei se você entendeu, vou repetir: se for feita a dragagem do Madeira, conforme está no projeto de concessão, há necessidade da abertura da BR-429, que liga Manaus a Porto Velho? Essa é a pergunta para o Claudomiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o Sr. Dino: nessa proposta, os reajustes das taxas de pedágio serão feitos com que frequência?

E para o senhor, para o Dr. Eduardo: o prazo da concessão. Só isso.

Vamos para a fase das respostas.

Dino, eu vou lhe passar primeiro para responder, porque o senhor foi o primeiro a falar. Você deve ter escolhido...

O SR. DINO ANTUNES DIAS BATISTA (*Fora do microfone*.) – Vou escolher as mais fáceis! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Tá. Você pode falar.

Você tem um tempo de 15 minutos ou menos para responder a essas perguntas. Tem muitas perguntas, são muitas perguntas, então nós temos que fazer uma certa economia de tempo.

Fique à vontade, pode falar.

O SR. DINO ANTUNES DIAS BATISTA (Para expor.) – Perfeito. Obrigado, Senador.

Inicialmente, queria agradecer todos os questionamentos que foram feitos. Vou abordar aqui, principalmente, a parte mais política das questões que foram feitas, que é o que a gente trabalha lá no ministério, a parte mais da política pública.

Eu queria iniciar exatamente por esse questionamento que foi feito pelo Senador Zequinha Marinho, que é talvez um dos maiores... Senador, eu sei que esta sessão sobre concessão é fundamental. Eu acho que... Eu não tenho dúvida nenhuma, na verdade, de que, quando todos tiverem o conhecimento sobre o que está sendo feito, a gente vai conseguir um consenso sobre o caminho, porque realmente as concessões são a nossa solução.

Então, aqui, eu vou ser sincero, não me preocupa muito a discussão sobre concessão, essa não é a prioridade da política pública hoje em termos de discussão. A gente não tem dúvida nenhuma de que, em muito pouco tempo, com as oportunidades de esclarecimento que vão continuar acontecendo, todos estarão convencidos de que a concessão é realmente uma grande solução para as hidrovias.

Mas aqui entra a resposta ao Senador Zequinha, que é realmente a nossa grande preocupação em termos de política pública hidroviária hoje e que realmente nos preocupa, que é a questão ambiental. Esse é o ponto que tem realmente sido de maior desafio para a gente.

Notem, e aqui eu vou ler, a gente está tentando, saindo um pouco aqui do Madeira, fazer a dragagem de alguns pontos no Rio Paraguai. O Rio Paraguai, como também foi dito aqui, passa hoje por uma de suas piores estiagens, e a gente está buscando fazer a dragagem em alguns passos ali para manter o calado do rio. A gente não está aprofundando, a gente não quer aprofundar, a gente não quer ampliar o uso do rio, mas, sim, possibilitar que as embarcações que já passam normalmente continuem a passar nesse período de grave estiagem.

A gente recebeu... Existe todo um conjunto ali de ditos acadêmicos, ambientalistas que fez uma manifestação contrária à possibilidade de dragagem – isso eu vou colocar sobre o Paraguai, mas isso não é só do Paraguai, essa discussão é muito parecida com o restante do país. Eles fazem lá várias alegações, mas, na minha opinião – eu sou filho de professor universitário, casado com uma professora universitária, eu discuto ciência o tempo todo, desde que nasci; na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha casa, ciência sempre foi um foco –, nas manifestações que eu vi desses acadêmicos, não vi nada de ciência, porque não têm o uso do método científico para mostrar nada. Eles terminam a avaliação, Senador, sobre o Paraguai, no caso específico, no sentido de que eles são contra que a gente faça qualquer intervenção ali no Rio Paraguai e eles colocam, eles encerram a manifestação com chave de ouro, falando o seguinte: "Como alternativa, indicamos que se adotem formas menos impactantes, mais viáveis e racionais, como o uso de um sistema multimodal, incluindo ferrovias e rodovias". Eu friso aqui o final: "incluindo ferrovias e rodovias". Tomara que nossos irmãos lusitanos não leiam isso, porque aí a gente vai ficar ridicularizado. Um conjunto de acadêmicos que vira e fala o seguinte: a gente precisa usar um método, um modo de transporte mais racional, rodovia.

Então, eu acho, Senador, que a gente tem que abraçar esse debate, a gente tem que – e aqui eu acho que o Senado é importante para trabalhar essa questão, enquanto representante da sociedade – abraçar efetivamente as hidrovias como solução ambientalmente amigável para o transporte da nossa produção.

Eu acho que existe uma questão muito importante, que é a seguinte: a produção a gente não está achando que vai existir; ela já existe – ela já existe – e vai ser escoada. Se a gente não escoar a nossa produção por hidrovia, como fazem os países ditos civilizados... O Mississippi, aqui, o Eduardo Nery colocou como grande exemplo. E, na Europa, a gente tem rios que seriam muito menos navegáveis do que os nossos, e eles fazem intervenções gigantescas em seus rios, porque sabem que isso é ambientalmente mais adequado. Se a gente não abraçar isso efetivamente e permitir, em termos legais, de uma forma mais clara, que as ações... E aqui eu não estou minimizando a necessidade de a gente fazer estudos para quando a gente vai fazer grandes intervenções. Não sei se todos sabem que o sistema que a gente chama de sistema Mississippi, grande parte do sistema Mississippi, é feito de canais artificiais, é feito de canais que contam com eclusas. O principal porto em tonelagem dos Estados Unidos, que é o Porto de Houston, tem um canal de 80km que leva até o porto. Houston está dentro, não está no litoral. Tem todo um caminho a ser feito até Houston. E ali, em Houston, ficava às margens não de um rio – porque era um riacho, era um ribeirão –, e hoje chegam embarcações de petróleo as maiores possíveis, é o maior porto que movimenta petróleo no mundo. Eles fizeram ali um canal de 80km de acesso.

Então, eu não quero minimizar, de forma nenhuma, a necessidade de estudos, que sejam feitas as avaliações para algumas das grandes intervenções, mas, quando a gente fala – e aqui eu já entro, especificamente, na questão do pedral – dos pedrais, por exemplo, do Madeira... Já respondendo ao Dodó, já respondendo ao Senador Esperidião Amin, acho que são sete pedrais – eu tenho aqui a lista dos pedrais. São cerca de R$35 milhões que são previstos para derrocamento desses pedrais lá no caso do Madeira. E nos preocupa muito exatamente a questão ambiental. Esses pedrais... Lá no Lourenço – o Senador conhece bem o Pedral do Lourenço –, a gente não está falando em acabar com o pedral. A gente tem ali cerca de quase 1km – são 800m, 850m – de pedral na largura, e não na extensão, de margem a margem, e a gente está falando de um canal de alguns metros, de algumas dezenas de metros. Quando a gente fala no Madeira, a gente fala de tirar o topo das pedras, que é o que permitiria a gente ter uma navegação muito mais segura, o que, inclusive, na nossa visão, ambientalmente, é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor, porque a gente faz com que a navegação não tenha riscos que levem a vazamentos, a problemas ambientais. Então, sim, lá estão previstos, Dodó, sete ou oito pedrais – a gente tem aqui a lista caso os senhores queiram. O prazo desses derrocamentos acho que – depois, eu não lembro agora de cabeça, mas a gente também já pode... São quatro anos – a Bruna, minha assessora, está me indicando aqui. Mas nos preocupa muito essa questão ambiental, que não considera que as hidrovias, na verdade, são nossas aliadas para a resposta ambiental, e não inimigas.

Então, Senador, eu acho que a gente tem que trabalhar essa questão ambiental das hidrovias também em termos de legislações mais claras, que nos permitam fazer as dragagens de manutenção. E a gente não está falando de ampliar os canais dos rios; a gente está falando em manter esses canais. E a gente precisa de legislações mais claras, que nos permitam fazer essas manutenções, sem que os gestores públicos, hoje, estejam com o risco de serem indiciados por crimes ambientais porque não estão fazendo adequadamente.

Então, isso nos preocupa, a gente acha que tem um caminho, a gente tem dialogado bastante com o Ibama...

No caso, lá, do Pedral do Lourenço, o Ibama já deu alguns passos importantes nesse sentido, mas ainda existe bastante a ser feito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DINO ANTUNES DIAS BATISTA – ... e, na minha opinião, parte disso tem a ver exatamente com o trabalho aqui, no Congresso Nacional, de deixar mais claro que esses nossos projetos são ambientalmente positivos, e não negativos.

Eu queria também trazer aqui uma resposta às dúvidas do Senador Eduardo Braga, que também são dúvidas fundamentais.

A primeira aqui: "Cobrar inviabiliza as atividades econômicas?".

Não. Na verdade, os cálculos que estão sendo feitos mostram exatamente aquela orientação política que o Ministro nos deu, de que qualquer cobrança... E, no caso dos R$0,80 que foram aqui apresentados pelo Eduardo Nery, esses R$0,80 são menores do que os custos que hoje os armadores, as empresas de navegação já enfrentam com os problemas naturais do rio. Ou seja: a gente tem um cálculo de que, se nada for feito, as empresas vão continuar tendo um custo de ineficiência logística de cerca de R$6 por tonelada. Esse é, atualmente, o custo da ineficiência. E a gente, para acabar com esses R$6 de ineficiência, propõe colocar R$0,80. Se a gente está propondo colocar R$0,80, na verdade existirá uma redução de R$5,20 por tonelada, quando a gente tirar essas ineficiências logísticas.

Eu acho que cabe... Não tenha dúvida nenhuma: cabe colocar os estudos todos para serem apreciados pela sociedade, e é isso que a gente vai fazer a partir de agora. Que esses números sejam criticados, a gente chegue realmente a um debate bastante amplo, mas, nos números que nós temos, na verdade vamos aumentar a viabilidade econômica dessas atividades.

Inclusive, respondendo também ao Senador Jaime, a preocupação é do custo logístico total. E, quando a gente reduz o custo logístico hidroviário, isso inclusive compensa um pouco – e aí tem que ser feito, realmente, o debate lá da BR-364, das tarifas da BR-364 –, essa redução de custo logístico, no corredor hidroviário, na verdade ajuda a mitigar um pouco esse impacto que teremos aí. Eu não conheço muito o projeto da concessão rodoviária, apesar de já ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhado também com concessão rodoviária em outras vidas, mas, na nossa visão, ele ajuda. Então, em termos do transporte multimodal, a gente estaria contribuindo com o custo total logístico da região.

E uma preocupação também de política pública, que é a questão de governança, também apresentada pelo Senador Eduardo Braga.

Notem que a gente não fala em concessão de rio. Na verdade, os rios brasileiros são indelegáveis, exatamente pelo uso múltiplo das águas. A gente não fala nisso. O que a gente está trabalhando aqui é a concessão de determinadas atividades que são feitas pelo Dnit. A gente está concedendo a dragagem, a gente está concedendo a sinalização, a gente está concedendo o controle da navegação.

Então, de maneira alguma esse concessionário terá qualquer envolvimento no uso da água. Ele vai, na verdade, substituir o poder público – Dnit, hoje – na execução dessas tarefas.

Então, essa questão de governança do recurso natural vai continuar existindo da forma que existe hoje dentro do CNRH. Inclusive, hoje, exatamente nesse momento, não pude estar lá, mas hoje está sendo aberto um evento de abertura dos trabalhos anuais do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Isso continua, a gente continua com o trabalho dos comitês de bacias hidrográficas. Nada disso é alterado com essa concessão, porque essa concessão só trabalha nas atividades que são feitas pelo Dnit, especificamente.

E aqui, acho que é interessante... É uma pena, o Senador Esperidião Amin ainda não está aqui... Muito interessante o que ele falou da questão das reservas monetárias que o Brasil tem para viabilizar alguns projetos, e é mais ou menos isso que os senhores viabilizaram e que estamos utilizando aqui no Madeira, que é o quê? Na lei de desestatização da Eletrobras, foram previstos os recursos para diversos elementos, não só de logística, só que, em um dos artigos da lei de privatização da Eletrobras, se estabelecem cerca de R$60 milhões a serem dispendidos pelo concessionário da Eletrobras para a melhoria da navegação do Madeira, especificamente. Então, o que é que estamos fazendo? A gente está pegando esses R$60 milhões/ano por dez anos, ou seja, são R$600 milhões que já estão previstos em lei, e estamos colocando isso como parte da estrutura de receita, da estrutura financeira dessa concessão. É por isso que a gente está conseguindo não só ter uma tarifa tão baixa, como também trazer alguns elementos sociais fundamentais. Por exemplo, a manutenção de IP4 ali naquele trecho. A gente vai ter um tratamento muito mais adequado para aqueles IP4.

Então, não é exatamente o que o Senador colocou.

Acho que essa discussão é muito importante, ela é fundamental em todas as infraestruturas brasileiras, mas aqui a gente trouxe algo muito parecido, que foi permitido exatamente por um elemento que os senhores colocaram na lei da Eletrobras e que, na nossa opinião, a gente está utilizando de maneira muito mais eficiente do que se, simplesmente, a gente obrigasse o concessionário lá da Eletrobras, que nada sabe de navegação, que não tem interesse na navegação, que a gente obrigasse aquele concessionário a fazer uma dragagem outra ou que ele comprasse um elemento ou outro, equipamento ou outro de sinalização.

Aqui eu abordei algumas das questões. Passo para o Eduardo para abordar as outras.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero só fazer uma correção da minha pergunta para o Claudomiro. Eu falei BR-429. É 319, viu, Claudomiro? Está bom? Desculpe aí o meu engano.

Eu vou passar a palavra agora para o Dr. Eduardo Nery, para as respectivas respostas.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO (Para expor.) – Certo, Senadores.

Então, também agradecendo aqui todas as contribuições importantes, começando pelo Senador Jaime Bagattoli.

Acho que o importante é isso, não é, Senador? Ouvir as contribuições de alguém como o senhor, que conhece a fundo os problemas da região, as necessidades do produtor, dos usuários da hidrovia. É com isso que se pretende. Por mais que haja todo o nosso esforço aqui, ele tem que ser... Para que a gente tenha o melhor projeto, a gente vai precisar desses subsídios.

E, dentro dessas preocupações que o senhor colocou e de algumas perguntas aqui, de que eu passo também a tratar, em relação à interação com a BR-364, na verdade, a hidrovia vai precisar justamente de ter essa energia. A BR-364 vai levar mais carga para a hidrovia, e ela precisa estar preparada. E, hoje em dia, é claro que, dentro desse pedágio da hidrovia, há um pedágio invisível, que é o pedágio mais nocivo que existe: são esses cerca de R$6 que a carga paga de ineficiência e que a gente vai, com uma modelagem, baixá-lo para menos de R$1. Esse que é o grande objetivo e seria o grande benefício. E os mecanismos que a gente tem no contrato para garantir que ele atinja aquela eficiência, aquela meta, são a gente estabelecer metas de desempenho. Então, se ele não atingir aquela meta de desempenho dos 3,5m, ele vai ter descontos no valor que ele cobra. Então, esse é o sistema de incentivos, para que ele atenda àquele nível de serviço que está estabelecido no contrato de concessão.

Então, dentro disso, o prazo, o valor dos investimentos a gente vai ter aí durante os dez anos... São 12 anos, na verdade, de concessão; tem o degrau tarifário de dois anos e mais dez anos, que são justamente esse período dos recursos que estão disponibilizados pela Eletrobrás, que foi a forma de se viabilizar tanto a modicidade tarifária como investimentos no IP4.

E, dentro desses valores, a gente vai ter 18 milhões de dragagem de manutenção por ano, 1 milhão de sinalização e balizamento por ano, 4 milhões de levantamentos hidrológicos, que vão ter que ser feitos durante todo o período da concessão. E fora os investimentos de 27 milhões por ano de Capex, que é para justamente investir em sinalização, balizamento, sistemas de gestão de tráfego, derrocamento... Esse vai ser o Capex previsto.

Então, como o Dino falou e já respondendo aqui ao Dodó e também ao Senador Esperidião Amin, terá, sim, obras de derrocamento. Em alguns daqueles 75 pontos críticos ali, alguns deles representam obras de derrocamento.

Não é um volume significativo, mas ele é importante para garantir os 3m de navegação, de calado, ao longo de toda a hidrovia. E, se a gente não tem, são questões de escolhas. Se a gente não tem essa infraestrutura, a gente vai ter que decidir: ou a carga vai pagar um custo logístico pela falta dessa infraestrutura, ou vai ter que se procurar outros modais.

Então quais são os outros modais? Foram essas alternativas aqui que o Dino trouxe, em tom de estupefação, porque, talvez, não sei se é claro para todos – talvez para os Senadores, sem dúvida, mas, para quem possa estar acompanhando a audiência pública... –, uma rodovia emite quatro vezes mais carbono do que uma hidrovia, e uma ferrovia emite uma vez e meia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais carbono do que uma hidrovia, fora os impactos ambientais diretos que precisam ser enfrentados.

Então, também passando um pouco das questões ambientais aqui comentadas pelo Secretário, quando a gente pensa na Hidrovia do Rio Paraguai então, quando se fala em se fazer uma hidrovia, estamos falando em se fazer uma hidrovia no tramo sul da hidrovia do Rio Paraguai, em que atualmente já se transportam mais de 8 milhões de toneladas ao ano. Então, o que a gente está falando é de se utilizar daquela via, não é criar uma nova via de navegação, fazer um canal artificial de navegação; é utilizar, de maneira eficiente, algo em que a natureza nos foi generosa, Senador Zequinha, e já nos proporcionou. O que a gente quer, agora, é trazer eficiência.

Se não se utilizar a Hidrovia do Rio Paraguai, como é que essa carga vai ser escoada, Senadora Margareth? Vamos ter que usar a rodovia. Então, assim... Fora que não suporta.

Então, fora os impactos econômicos, porque a hidrovia é muito mais vantajosa, você tem os impactos ambientais: você vai ter que fazer uma nova rodovia, com supressão de vegetação e outros impactos que são muito maiores do que uma hidrovia, e você ainda tem o custo ambiental da morte de animais silvestres que são impactados anualmente com o transporte de caminhões, por exemplo, lá na região do Pantanal. Então, você imagine se a gente tiver que deslocar...

Hoje em dia, lá no Rio Paraguai, a gente transporta 8 milhões e tem potencial para que isso vire 20 milhões. Então, é uma questão de política pública, de o Congresso decidir.

O país não vai se desenvolver mais, não vamos mais explorar nossas riquezas minerais, não vamos mais explorar a nossa capacidade de produção agrícola? Em troca de quê?

Como o Secretário falou, algumas intervenções, quando conversamos com – visitamos até – outros países, são vistas de maneira natural. Quando se fala dos impactos ambientais na região do Rio Madeira, o que a gente está dizendo...

Hoje em dia, o Dnit – reforçando – está dragando; neste ano, está previsto dragar 1,3 milhão, num período crítico. Ainda que, com a concessão, se possa chegar a 2 milhões, o que é isso perto do que se draga no Mississipi, de 90 milhões de metros cúbicos por ano?

Essa areia não está sendo depositada na margem do rio não; ela vai ser depositada na própria calha do rio. A gente está falando de 1km de margem a margem. Quer dizer, não se vislumbram esses impactos. E a preocupação do Senador Jaime é também muito importante em relação aos mineradores.

Então, o que se espera, com esse projeto...

Já fizemos conversas preliminares, e, agora, o objetivo é dar transparência ao projeto, para que esse grupo – que tem uma importância, a gente sabe, para aquela região – possa compreender o projeto.

A gente não vê impacto algum nele, mais uma vez, por isto: porque a finalidade é manter uma infraestrutura que já é utilizada. Então, os serviços de dragagem já são realizados atualmente. O problema é que, neste ano, o Dnit entrou para fazer a dragagem em junho, demorou para receber a licença ambiental que ele tem que renovar todo ano.

Muitas vezes, essa licença ambiental pode demorar um pouco mais, porque o próprio Ibama, em outros debates, já trouxe: "Às vezes eu preciso de um levantamento aqui adicional".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dnit, com todo o peso que a administração pública acaba trazendo de flexibilidade para a contratação, às vezes demora para conseguir fazer um levantamento adicional que o Ibama requer. Então, a gente espera que, com isso, o concessionário vá ter muito mais agilidade em conseguir esses levantamentos e ter aquela licença por um período maior, por todo ano, e que as intervenções venham no momento certo, sem falta de recursos orçamentários e com outros também, com outra possibilidade, que o próprio concessionário vai poder trazer, de investir em técnicas, por exemplo.

Isso, Dino, também não está sendo nem considerado no nosso projeto, mas, inclusive, esse volume de dragagem pode vir até ser reduzido, desde que o concessionário venha a pensar em técnicas, por exemplo, de você diminuir a velocidade do rio em alguns determinados pontos que possam ser de acúmulo de sedimentos. Isso faz com que você diminua, inclusive, intervenções de dragagem.

Mas isso não está nem sendo capturado neste momento. Acho que são ganhos de eficiência operacional que o concessionário vai poder, com tempo maior, com capacidade de investimento, de investir em pesquisa – que hoje em dia não se faz –, agregar também com eficiência ao projeto dele e trazer outros cuidados ambientais.

Eu acho que... Dentro dos cuidados ambientais também, muito bem colocados aqui pelo Senador Eduardo Braga, algo que tem surgido em conversas com o ministério, em que a gente pode pensar e, com essas contribuições, também incorporar ao projeto, é prever um percentual para investimento em pesquisas, para combater, por exemplo, ou para mitigar os impactos das mudanças climáticas, para preservar os recursos naturais. Lembrando que sempre a hidrovia tem o objetivo de manter aquela infraestrutura que hoje em dia já existe.

Claro que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – ... investimentos para preservar, para você revitalizar os mananciais, isso aí não está dentro do escopo da hidrovia, até porque isso oneraria muito a carga, e não é esse o objetivo. Mas, com uma tarifa que possa investir em estudos, pesquisas, para que a gente encontre soluções para que o Estado possa investir na revitalização de manancial, dos recursos naturais, isso, sim, é totalmente cabível.

Não sei se o Senador Esperidião perguntou também dos limites.

Aqui nós já falamos dos limites, e não há nada que passa do desarrazoado. Lembrando que às vezes, Senador, quando a gente conversa, Senador Zeca Marinho, quando falam lá do derrocamento do Pedral... Atualmente, existe um grande projeto envolvendo Bélgica e França, em que eles estão fazendo uma conexão do Rio Scheldt, na Bélgica, com o Rio Sena, na França. Então, a gente está falando em conexão de bacias hidrográficas, enquanto que aqui, no Brasil, a gente sequer está pensando em dragagens de volumes que não são absolutamente relevantes para aquele volume de curso d'água que existe, e a gente ainda enfrenta essa dificuldade, precisa desse esforço de convencimento.

Mas acho que à última pergunta do Senador Confúcio eu já respondi, que foi o prazo da concessão, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Já respondeu. Perfeito. Já sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado.

Bem, então, o Senador Braga focalizou muito na questão das comunidades ribeirinhas. Elas serão atingidas por essa concessão?

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Presidente, assim, não vejo qualquer... Porque, assim... Mais uma vez: a navegação já existe. O que a gente está dizendo é pegar esse volume de dragagem que o Dnit faz hoje... Claro que com um aumento que não vai ser relevante, que não vai ser significativo, a ponto de alterar a atual configuração, mas que, pelo contrário, vai trazer previsibilidade, vai trazer maiores ganhos sociais para essas populações, os benefícios de geração de emprego e renda que foram colocados.

Aquela outra preocupação do Senador, que já foi respondida pelo Secretário Dino, de que não vai onerar a cadeia produtiva, por exemplo, de Manaus, porque só vai ser cobrado daqueles grandes volumes de carga que são atualmente transportados.

A nossa modelagem, que foi dita, quando se considerou um valor de tarifa, é feita com base na receita, e aquela receita é estimada com base na demanda. O volume de carga que está sendo considerado é o volume de carga, hoje em dia, decorrente da movimentação de, essencialmente, trigo, soja, milho...

Os pequenos, aqueles pequenos produtores, o caboclo, chamado ro-ro caboclo, eles não estão capturados dentro dessa demanda de carga. Portanto, não faz sentido cobrar quem não vai demandar calado, quem não vai demandar intervenções que vão ser remuneradas por essa tarifa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Logicamente.

E os produtos da Zona Franca de Manaus serão também taxados?

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Senador, olha, só vai ser taxado... A gente está ajustando a modelagem, mas quem não necessitar de 3m de calado máximo operacional, não faz sentido ele ser cobrado, porque ele já iria trafegar naquela hidrovia, de qualquer forma.

Então, a métrica nossa é cobrar somente daqueles que exigirem o calado de 3m. Quem calar menos de 3m não vai ser cobrado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Bem...

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – E, só para deixar claro, passageiro independentemente de calar 3m, transporte misto de cargas e passageiros, independentemente de calar 3m, não vão ser cobrados.

Agora, tem outros atores que podem não estar sendo identificados e, durante o processo de audiência pública que ainda vai ser aberto, isso vai ser considerado, porque a premissa e a ideia é que eles não sejam cobrados.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Não são determinantes para viabilizar a concessão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Combinado.

Claudomiro, agora você está com uma palavra. (*Pausa.*)

Claudomiro, está me ouvindo?

Fica à vontade.

O SR. CLAUDOMIRO CARVALHO FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Estou com um pouco de dificuldade, está caindo muito a internet.

Não sei se vocês conseguem me ouvir, mas respondendo à pergunta, a BR-319, da qual o senhor fez a correção, é uma necessidade do nosso ir e vir – do nosso ir e vir como amazonense, como roraimense, para se integrar ao Brasil. Então, ela é importantíssima para nós. É vital que a gente conquiste essa rodovia. Ela não é uma rodovia que compete carga da rodovia com carga da... Nada disso, até porque eu acho que a gente caminha, no futuro, para fazer multimodalidade, a integração da multimodalidade. Então, respondendo, é fundamental o asfaltamento da BR-319 do ponto de vista da integração do Amazonas com o Brasil, de Roraima com o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Se quiser complementar algumas das perguntas feitas, Claudomiro, você pode ficar à vontade. Vários Senadores fizeram perguntas. Se a alguma delas for do seu interesse responder, pode ficar à vontade.

O SR. CLAUDOMIRO CARVALHO FILHO (*Por videoconferência*.) – O.k., muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Fique à vontade. (*Pausa.*)

Você está satisfeito já com as respostas? Está tudo bem?

O SR. CLAUDOMIRO CARVALHO FILHO (*Por videoconferência*.) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Então, está bem. Muito obrigado a você, Claudomiro, por participar desta audiência pública.

E nós vamos, então, encerrar...

O SR. CLAUDOMIRO CARVALHO FILHO (*Por videoconferência*.) – Agradeço a oportunidade. A Abani, que representa a navegação interior, fica à disposição para ajudar a construir este novo momento das nossas hidrovias do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Claudomiro.

Com a palavra, o Senador Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Só queria fazer a minha conclusão aqui.

Agradeço ao Claudomiro aí, que falou sobre a BR-319. Nós sabemos a suma importância da BR-319, que serve para os produtos industrializados da eletroeletrônica de Manaus e para o nosso hortifrutigranjeiro de Rondônia, do Acre, do noroeste do Mato Grosso, que são cargas leves e cargas rápidas que podem ser transportadas pela rodovia.

Mas, Dino, eu queria dizer para você que eu fico triste com pessoas, como você, mostrando ali, falando sobre... Olha, eu sou transportador de petróleo na Amazônia. Eu transporto 70% do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

álcool anidro e hidratado, parte do biodiesel da Shell Brasil, saindo do Mato Grosso para Porto Velho, de onde é transportado de balsa, que vai também – aí é a cota – a Rondônia, ao Acre e ao Amazonas, e aí, a mesma balsa que transporta esse produto para a cidade de Manaus, volta com diesel e gasolina.

Então, é o único lugar do Brasil que um caminhão, uma balsa tem duas cargas, não praticamente em 100%, mas em boa parte ela desce carregada e sobe o rio carregada. E hoje as balsas estão transportando só com 25% da capacidade.

Mas o que me deixa triste nessa situação... Tem pessoas que pensam ainda que o transporte rodoviário e o ferroviário é o que menos polui. Meu Deus, todo mundo sabe qual que é o que menos polui e qual que tem a maior viabilidade econômica. São cinco modos de transporte: marítimo, hidroviário, ferroviário, rodoviário e aeroviário.

Quando se construiu a própria Vale do Rio Doce, fez um projeto, vocês lembram, uns 10, 12 anos atrás, pegou uns navios, fez navios de 350, 300 mil toneladas, 400 mil, teve até um, dois navios desses que deu problema, você lembra, na época? E naquela época saiu um frete, que é um transporte desse para a China, Senador Confúcio, era US$25, US$27. Ele reduziu para US$17, US$18 por causa da capacidade. Então, quer dizer, se nós temos uma balsa que transporta com maior volume de carga, nós vamos ter realmente um custo efetivo menor.

Agora que me deixa assim pensando como é que tem pessoas ainda com essa mentalidade. Eu poderia chegar aqui e dizer para vocês, se eu falar o contrário, porque eu estou numa atividade, eu poderia falar o contrário, mas nós não podemos, nós temos que pensar no futuro, nós temos que pensar no melhor para o nosso país, na melhor, naquela condição, principalmente da região norte dos estados que pertencem à Bacia Amazônica, Senador Zequinha Marinho, porque é aquilo que você falou, nós temos as grandes dificuldades.

E o maior problema aqui, Senador Confúcio Moura, o problema está entre Porto Velho e Humaitá; você sabe que o problema daquelas pedras é entre Porto Velho e Humaitá, e tem que fazer algo por aquilo. Eu acho que se não fizer... aquilo tem que vir antes da dragagem, tem que resolver aquelas pedras, aquilo aí não é de agora, eu conheço isso aí há mais de 30 anos, que sempre teve o problema naquilo ali. Inclusive teve armazém que se construiu em Humaitá para sair fora daquela situação, daquela distância ali de Porto Velho a Manaus, por causa das pedras.

Enfim, quero dizer para vocês que nós precisamos melhorar a logística do Brasil, e aquilo que puder ser transportado pelos rios, nós temos que aproveitar. Igual falou o Senador Zequinha Marinho: "Na Amazônia, os rios realmente são as nossas rodovias, são as nossas ruas, são onde nós temos o acesso mais fácil".

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado. Acho que o Senador não fez nenhuma pergunta, fez um comentário, não é?

Então eu quero agradecer muito aos nossos três palestrantes, foi muito boa a audiência pública. Eu acredito que quem esteja assistindo, mesmo os Senadores que assistiram, ficaram satisfeitos com as respostas, com a explicação. E a novidade é que todas as informações e documentos sobre o assunto estarão disponíveis a partir de amanhã no *site* da Antaq.

Quem quiser consultar, todas as pessoas do Estado do Amazonas, de Rondônia, enfim, do Brasil inteiro, os transportadores, os produtores, todos que quiserem mais detalhes sobre os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documentos, sobre as pesquisas que a infra fez, sobre modelagem, enfim, sobre tudo, estará, a partir de amanhã, disponível no *site* da Antaq.

Quero agradecer a todos os nossos três palestrantes porque foram brilhantes aqui. Eu fico muito satisfeito com a presença dos senhores, é um assunto que nos atormentava muito e havia muitos pedidos para esta audiência pública. Os senhores vieram aqui realmente e explicaram detalhadamente a todos os Senadores presentes, aos técnicos presentes, aos assessores presentes e à população presente.

Antes do encerramento dos nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa e a leitura das atas da última sessão... Aliás, das atas da última e da presente reunião.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado, foi uma satisfação muito grande.

Muito obrigado e parabéns.

(*Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e seis minutos do dia seis de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Alan Rick, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Giordano, Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Marcio Bittar, Margareth Buzetti, Humberto Costa, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Augusta Brito, Teresa Leitão, Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Tereza Cristina e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Marcos do Val, Rodrigo Cunha e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidência registra, ainda, a presença de comitiva dos municípios de Xanxerê e Armazém, ambos de Santa Catarina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 699, de 2023 - Terminativo - que: "Institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes – PROFERT e dá outras providências." Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE). Relatoria: Senadora Tereza Cristina. Relatório: Pela aprovação do Projeto, da Emenda que apresenta e das Emendas 1-CAE e 2-CAE. Resultado: Aprovados, por unanimidade, o Projeto e as Emendas 1-CAE-CRA, 2-CAE-CRA e 3-CRA. A Presidência registra também, o VOTO SIM, da Senadora Margareth Buzetti. ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 3, de 2024 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as diretrizes e os procedimentos que estão sendo adotados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e pelo Ministério dos Povos Indígenas, em especial pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), a respeito dos processos de demarcação de terras indígenas no país após a aprovação do marco temporal pelo Congresso Nacional no final de 2023. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: • a Senhora Maria Janete Albuquerque de Carvalho, Diretora de Proteção Territorial da Fundação Nacional dos Povos Indígenas; • a Senhora Nina Paiva Almeida, Coordenadora-Geral de Identificação e Delimitação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas; • a Senhora Sheila Santana de Carvalho, Secretária de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública; • o Senhor Heraldo Trento, Prefeito de Guaíra/PR; • o Senhor Klauss Dias Kuhnen, Procurador Jurídico da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP)." Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 4, de 2024 que: "Requeiro, nos termos regimentais do Senado Federal, a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA - do Senado Federal, no dia 8 de março do corrente ano, sexta-feira, a partir das 14 horas, durante a Expodireto Cotrijal 2024, para discutir projetos e oportunidades do modal ferroviário para o estado do Rio Grande do Sul. Como convidados para esse importante debate indico os seguintes nomes, ou seus representantes, além de outros que poderão ser incluídos posteriormente: 1. Nei César Manica, presidente da Cotrijal; 2. Leonardo Cezar Ribeiro, secretário

Assinado eletronicamente, por Sen. Alan Rick

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7887468468

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Transporte Ferroviários do Ministério dos Transportes; 3. Ismael Trinks, superintendente de Transporte Ferroviário da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; 4. Paulo Cezar Vieira Pires, presidente da Fecoagro/RS; 5. Gedeão Pereira, presidente do Sistema Farsul; 6. Luiz Carlos Bohn, presidente da Fecomércio/RS; 7. Rodrigo de Sousa Costa, presidente da Federasul; 8. Gilberto Porcello Petry, presidente da Fiergs; 9. Roges Pagnussat, presidente da Acergs; 10. Carlos Joel da Silva, presidente da Fetag/RS; e 11. Representante da empresa Rumo Logística." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 5, de 2024 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre Mulheres rurais: da produção à política. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: • a Senhora Carmen Foro, Secretária Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política do Ministério das Mulheres; • a Senhora Silvia Massruhá, Presidenta da EMBRAPA; • a Senhora Ana Lúcia Aparecida da Silva, Ouvidora Nacional do INCRA; • a Senhora Mazé Moraes, Secretária de Mulheres da CONTAG; • representante Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA; • representante Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA; • a Senhora Lucilha de Almeida, Vereadora de Terenos/MS; • a Senhora Mara Lúcia Pierdoná." Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e nove minutos. Usam da palavra os Senadores: Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Sergio Moro e Laércio Oliveira e as Senadoras Tereza Cristina, Eliziane Gama, Margareth Buzetti e o Senador Alan Rick, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Alan Rick
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/06

Assinado eletronicamente, por Sen. Alan Rick

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7887468468

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fala da Presidência.) – O meu muito boa tarde a todos, restabelecido o áudio desta Comissão e deste Plenário.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Agradeço aqui a presença dos nobres Senadores Hamilton Mourão, Laércio Oliveira, da Ministra Tereza Cristina, do Senador Jaime Bagattoli, do Senador Sergio Moro, do Senador Esperidião Amin e de todos os convidados e amigos para a audiência pública a se realizar após esta deliberativa.

Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está destinada à deliberação de um item terminativo e três requerimentos, conforme a pauta previamente divulgada.

Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 699, DE 2023

- Terminativo -

Institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes – PROFERT e dá outras providências.

Autoria: Senador Laércio Oliveira

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pela aprovação do Projeto, da Emenda que apresenta e das Emendas 1-CAE e 2-CAE.

Observações:

- Em 19.09.2023, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável ao Projeto com as Emendas 1-CAE e 2-CAE.

- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Tereza Cristina para proferir a leitura de seu relatório.

Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, meu Presidente, Senador Alan Rick e boa tarde aqui aos colegas.

Quero dizer que é um prazer estar aqui relatando novamente essa matéria tão importante para o nosso país.

Depois eu vou às considerações, mas vou começar então aqui lendo o parecer, que é pela aprovação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei (PL) nº 699, de 2023, do Senador Laércio Oliveira, que institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert) e dá outras providências.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alan Rick

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7887468468

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, quero pedir licença para ir direto à análise do voto.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Concedida, Senadora.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada.

Compete à CRA, nesta oportunidade, nos termos do inciso XI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre tributação da atividade rural.

Quanto à análise da matéria, em face do caráter terminativo, cabe a esta Comissão se manifestar sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito do PL n° 699, de 2023.

Em relação à constitucionalidade do Projeto de Lei, observa-se que a União tem competência comum com estados, Distrito Federal e municípios para fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar, nos termos do inciso VIII do art. 23 da Constituição Federal, e, concorrente, para dispor sobre direito tributário e produção e consumo, nos termos do art. 24, incisos I e V, da Constituição Federal.

Entende-se, ademais, que a matéria veiculada não seja de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, §1º, da Constituição Federal) e não está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional, ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da Constituição Federal.

No entanto, entende-se que o art. 13 do PL fixa prazo, de até 60 dias (da publicação da lei decorrente), para o Poder Executivo regulamentar os arts. 1º a 9º e 12 dessa futura lei. Esse dispositivo é incompatível com a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal por ferir o princípio da separação dos Poderes, insculpido nos arts. 2º e 84, inciso II, da Constituição Federal – Vide STF: Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.728 (ADI 4.728), Relatora: Ministra Rosa Weber, analisada no Plenário, Sessão Virtual de 5/11/2021 a 12/11/2021. Portanto, propõe-se emenda para sanar o referido vício de constitucionalidade.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a ação por um projeto de lei ordinária se revela correta, pois a matéria não está reservada pela Constituição Federal a lei complementar.

No tocante à juridicidade, a proposição também se afigura correta, pelos seguintes motivos: a edição de lei é a forma adequada para o alcance dos objetivos pretendidos; a matéria nela tratada inova o ordenamento jurídico; possui o atributo da generalidade; revela-se como compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio; e afigura-se dotada de potencial coercitividade.

Outrossim, o PL atende a todos os requisitos exigidos no processo legislativo, estando compatível com as normas erigidas no Risf.

No que se refere à técnica legislativa, a redação não demanda reparos, estando, portanto, estruturada na boa prática legislativa de que trata a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, sobretudo considerando as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que promovem os ajustes finais ao Projeto de Lei.

Importante destacar que a Emenda nº 1-CAE, do nobre Senador Esperidião Amin, meu querido colega, estende às debêntures emitidas pelas pessoas jurídicas habilitadas no Profert os benefícios tributários de que trata o respectivo dispositivo e representa importante aprimoramento ao PL inicial.

A Emenda nº 2-CAE de autoria do ilustre Senador Eduardo Gomes atende integralmente o art. 143 da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022, a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), para 2023, que

Assinado eletronicamente, por Sen. Alan Rick

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7887468468

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preconiza que as proposições legislativas que concedam, renovem ou ampliem benefícios tributários deverão conter cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos. Nesse sentido, foi alterada a cláusula de vigência do PL.

Em relação à compatibilidade e ao atendimento às normas orçamentárias e financeiras, entende-se que o PL nº 699, de 2023, atende a todos os requisitos das normas de regência, pelas razões a seguir expostas.

Em primeiro lugar, é fundamental destacar que a CAE fez uma análise aprofundada sobre essa questão e concluiu que, com os ajustes promovidos, o PL atendeu integralmente as regras de adequação orçamentária e financeira previstas no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); e no art. 143 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023.

Em segundo lugar, o relatório da CAE supriu a estimativa inicial de impacto fiscal do PL. A Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, por meio da Nota Técnica de Impacto Orçamentário e Financeiro 106/2023 (complementar à 100/2023), estimou os seguintes impactos provocados pela emenda: R$19,55 milhões, em 2024; R$18,79 milhões, em 2025; e R$18,79 milhões, em 2026 – por meio de modelagem, com dados de um setor econômico comparável ao de fertilizantes, o de bioenergia.

Em terceiro lugar, após consulta ao Ministério da Fazenda, o Ministro da pasta, por meio do Ofício SEI nº 41.329/2023/MF, de 25 de agosto de 2023, encaminhou nota de estimativa de renúncia de receita, da qual se extrai, por inferência, o impacto orçamentário-financeiro provocado pelo PL: R$1,722 bilhão, em 2024; R$1,659 bilhão, em 2025; e R$1,678 bilhão, em 2026.

Concluiu, nesse contexto, o relatório da CAE aprovado, que, considerando o mérito da proposta, seria plenamente possível a inclusão dos efeitos da renúncia fiscal prevista no PL nº 699, de 2023, no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024, enviado pelo Governo recentemente (PLN 29/2023, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024).

Segundo informações do Ministério do Planejamento e Orçamento e do Ministério da Fazenda, durante a divulgação do PLOA 2024, a estimativa de receita primária líquida de transferências do Governo central seria de R$2.191,2 bilhões, enquanto que a estimativa de despesa total é de R$ 2.188,4 bilhões. Assim, o superávit primário de R$ 2,8 bilhões está acima da meta de déficit zero estabelecida no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 (PLN 4/2023).

Não obstante esse fato, posteriormente à aprovação do Projeto pela CAE, o Ministério da Fazenda encaminhou Ofício SEI Nº 60.373/2023/MF, de 16 de novembro, de 2023, com a Nota Coest/Cetad nº 178, de 14 de novembro de 2023, da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) com informações sobre a estimativa do impacto orçamentário e financeiro do PL nº 699, de 2023.

Essa manifestação mais recente da Receita Federal do Brasil apresenta impactos superiores aos informados anteriormente (Ofício SEI nº 41.329/2023/MF, de 25 de agosto de 2023), mas não considera o ajuste na cláusula de vigência aprovado na CAE (Emenda nº 2-CAE), que limitou o benefício a cinco anos contados do primeiro dia do exercício seguinte à data de sua publicação.

Em quarto lugar, o insigne autor do PL, Senador Laércio Oliveira, apresentou emenda ao Projeto de Lei Orçamentária de 2024 (PLN 29/2023) para que fossem considerados os efeitos do Profert na estimativa de receitas para o ano de 2024, o que atenderia o art. 14, inciso I, da Lei de Responsabilidade

Assinado eletronicamente, por Sen. Alan Rick

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7887468468

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiscal. Portanto, as providências necessárias para que o Profert dispusesse de total regularidade orçamentária e fiscal já em 2024 foram adotas pelo autor da proposição.

A despeito dessa iniciativa do Senador Laércio Oliveira, os impactos do Profert não foram considerados na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 (Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024).

Entretanto, considerando que os efeitos fiscais da futura Lei do Profert começam a valer apenas no primeiro dia do exercício seguinte à data da sua publicação, são possíveis a tramitação e a aprovação do PL nº 699, de 2023, pelo Parlamento e seu envio à sanção presidencial, antes de o Poder Executivo enviar ao Congresso Nacional, em agosto de 2024, o novo projeto de lei orçamentária de 2025, já considerando os impactos do Profert, para atendimento pleno às regras de adequação orçamentária e financeira previstas no art. 14 da LRF.

Com respeito ao mérito, entende-se que o Profert constitui programa essencial para produção de alimentos, para segurança alimentar do Brasil e do mundo e estratégico para segurança e defesa nacional.

Em menos de 30 anos, entre 1992 e 2020, o Brasil deixou de ser exportador de fertilizantes para ser grande importador, em face da velocidade de crescimento da demanda brasileira, não suprida pelo crescimento da oferta nacional.

De acordo com a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, no seu trabalho "Produção Nacional de Fertilizantes - Estudo Estratégico", de 2020, o Brasil foi responsável pelo consumo de cerca de 8% dos fertilizantes produzidos no mundo.

Adicionalmente, em 2022, sua dependência do mercado externo para os minerais nitrogênio, potássio e fósforo (NPK), macronutrientes fundamentais para a produção agropecuária, chegou, segundo estimativas, a 85% dos fertilizantes consumidos no Brasil. Portanto, a situação do Brasil, que já era muito preocupante, ficou muito mais complicada com a guerra na Ucrânia a partir de 2022 e com as eventuais sanções econômicas à Rússia.

Nesse contexto, estratégias para lidar com o desafio de providenciar, já no curto prazo, substitutos para os fertilizantes importados, como os vindos da Rússia e da Bielorrússia (envolvidas na guerra da Ucrânia, ainda em curso), que respondem, por exemplo, por 44% do potássio importado pelo Brasil, e de outros fertilizantes vindos da Rússia, que responderam, em 2020, por 22% de todos os fertilizantes importados pelo País, já se mostram urgentes.

Com uma dependência tão elevada, não se imagina que a autossuficiência possa vir rapidamente ou de forma mágica. Várias medidas, entretanto, devem ser implementadas simultaneamente, sobretudo no momento atual, como:

1) a diplomacia dos fertilizantes, para se buscar alternativas de importação em outros países;

2) prioridade no desembarque e aprimoramento logístico, para acelerar o acesso aos fertilizantes no país;

3) caravana FertBrasil, para buscar maior eficiência na aplicação de fertilizantes no meio rural brasileiro;

4) utilização de substâncias complementares ao NPK;

5) aplicação de bioinsumos;

6) uso de rochas agrominerais e de nanotecnologia, como forma alternativa de aprimoramento do sistema produtivo, entre outros.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alan Rick

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7887468468

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o médio e longo prazo, o Brasil precisa implantar, integralmente, o Plano Nacional de Fertilizantes (PNF), com meta de produção nacional factível, com enfrentamento dos gargalos do setor, com promoção de adaptação do marco regulatório, com aperfeiçoamento de mecanismos tributários, com estabelecimento de programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para produção de fertilizantes, enfrentamento da concentração de poder econômico em poucos fornecedores, estabelecimento de proposta de financiamento e investimentos no setor, resolução de questões ambientais ligadas à exploração mineral, redução de assimetria tributária entre os produtos importados e nacionais.

Em 11 de março de 2022, durante nossa gestão no Mapa, foi lançado oficialmente o Programa Nacional de Fertilizantes, como produto do Grupo de Trabalho Interministerial que visava a fortalecer políticas de incremento da competitividade da produção e da distribuição de fertilizantes no Brasil de forma sustentável (ver Decreto nº 10.605, de 22 de janeiro de 2021).

Entre os objetivos do PNF estavam: ordenar as ações públicas e privadas para ampliar a produção competitiva de fertilizantes no Brasil (abrangendo adubos, corretivos e condicionadores); diminuir a dependência externa tecnológica e de fornecimento (para mitigar os impactos de possíveis crises); e ampliar a competitividade do agronegócio brasileiro no mercado internacional (com respeito às regulamentações ambientais).

O Estado deve agir com parcimônia e atuar, primordialmente, no planejamento, na regulamentação e fiscalização das atividades privadas, para consecução dos princípios da ordem econômica, e não ser o agente econômico líder da atividade. Mas não pode se omitir, e deve, antes, criar incentivos e não substituir o setor privado, como na estratégia proposta no caso do PL em análise.

Por fim, vale mencionar que o mérito do Profert foi amplamente destacado na recente publicação da nova política industrial do Governo Federal: a Nova Indústria Brasil.

A nova política prevê como meta, para 2033, o aumento da participação do setor agroindustrial no PIB agropecuário para 50% e o alcance de 70% de mecanização dos estabelecimentos de agricultura familiar, com o suprimento de, pelo menos, 95% do mercado por máquinas e equipamentos de produção nacional, garantindo a sustentabilidade ambiental.

Ainda a NIB estabeleceu como objetivo específico da Missão 1 – cadeias agroindustriais sustentáveis e transformações digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética: "reduzir a dependência externa e adensar a produção nacional de máquinas, implementos agrícolas, fertilizantes e outros insumos e tecnologias relevantes para a produção agropecuária", o que mostra quão oportuna e urgente é a aprovação do Profert nos termos do PL nº 699, de 2023.

Presidente, o voto.

Dessarte, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e compatibilidade orçamentária e fiscal do PL nº 699, de 2023, e pela aprovação das Emendas nºs 1 e 2 da CAE, com a seguinte emenda que oferecemos:

EMENDA Nº - CRA

Dê-se ao art. 13 do PL nº 699, de 2023, a seguinte redação:

Art. 13. Regulamento disporá sobre as condições para o fiel cumprimento do disposto nos arts. 1º a 9º e 12 desta Lei.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alan Rick

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7887468468

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço à Senadora Tereza Cristina pela leitura do relatório.

A matéria está em discussão.

O primeiro inscrito, Senador Esperidião Amin, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Serei muito breve. Poderia apenas dizer que esta Comissão estará cumprindo com o seu dever ao aplaudir o que é bom, estimular o que é bom, premiar quem faz o bem para o Brasil, criando um incentivo para suprir uma vulnerabilidade absurda.

Se eu tivesse curso de Estado-Maior, como tem o nosso querido Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pela sua experiência, o senhor tem mais do que Estado-Maior.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sou seu ala. (*Risos.*)

Mas nós podemos dizer que é um assunto da mais legítima propriedade de segurança nacional. E mais, segurança internacional, porque o Brasil não produz comida só para si. Então, do ponto de vista econômico, social e político, é um assunto absolutamente prioritário. E a dependência salientada, vivida pela ministra e pela representante do agronegócio e do setor primário do Brasil, querida companheira e Líder, Tereza Cristina, mas ela viveu isso como ministra.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Apenas um aparte, querido e nobre Senador Esperidião Amin, informo que está aberto o painel para a votação da matéria, enquanto nós discutimos e iniciamos a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Informo aos Senadores que podem votar também pelo aplicativo do celular.

Perdão, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Absolutamente.

Então, eu só queria dizer que isso aqui é cumprimento do nosso dever.

Congratulo-me com o Senador Laércio, congratulo-me com a Senadora Tereza Cristina e com o querido amigo Presidente Alan Rick para dizer o seguinte: o Brasil celebrou, especialmente nos últimos dias, o fato de termos crescido 2,9% no ano de 2023.

O agro, um setor às vezes denegrido por algumas pessoas, por algumas lideranças até, que já usaram até indevidamente a associação do agro ao *fascio*...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – O agro não é *fascio*, de jeito nenhum.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É verdade, não é?

Ele não é fácil, mas não é *fascio*.

O "fácil" contribuiu com 15,4% para um resultado de incremento do PIB de 2,9%, que nós celebramos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alan Rick

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7887468468

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é preciso ter muita asa, muito poder de alçar voo para chegar a 15,4%, ser puxado para baixo por vários sócios, parceiros e ainda dar um saldo de 2,9%.

Então, parabéns por pautar e certamente aprovaremos para o bem do Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço a contribuição sempre bem-vinda do mestre Senador Esperidião Amin.

Em discussão a matéria.

Senador Jaime Bagattoli.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Dois catarinenses em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Antes de conceder a palavra a Senador Jaime Bagattoli, quero aqui cumprimentar os grupos de Xanxerê e de Vale do Rio Tubarão, do Município de Armazém, de Santa Catarina, que estão aqui conosco nesta reunião.

Cumprimento a todos os amigos que nos prestigiam com sua presença.

Também chamo a atenção para a presença da Diretora de Relações Institucionais e Governamentais da Embrapa, Cynthia Cury, e chamo a atenção da presença de um jovem acriano que luta pelo direito do seu povo de ir e vir, o Sr. Ralph Fernandes.

Parabéns pelo trabalho do Movimento Pró-Ponte, Ralph. Que Deus o ilumine e que você continue representando com intrepidez e coragem o povo do Município de Rodrigues Alves. Parabéns pelo seu trabalho!

Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente Alan Rick, o Presidente da CRA, o Senador Laércio, a Senadora Tereza Cristina e todos os demais colegas aqui e quero dizer para vocês a suma importância de nós aprovarmos este PL.

A Senadora Tereza Cristina, que está aqui, foi Ministra da Agricultura e acabou de relatar e falar dando um percentual que o Brasil hoje é responsável, 8% do consumo de fertilizantes do mundo, mas, também, já somos o maior exportador de soja.

E quero dizer para você, Senadora Tereza, você vê aquela nossa grande jazida de Autazes, onde nós temos uma reserva de quase 2 bilhões de toneladas de potássio, e o Brasil hoje já importa mais de 90% do potássio, nós estamos importando. E a grande vantagem que eu acho é que não existe uma jazida no mundo com aquela localização, de onde você vai mandar para o Brasil todo o potássio, Senador Amin, por água, o transporte mais barato do mundo – por água! Você vai sair pelo Rio Amazonas e vai chegar com potássio lá em Santa Catarina, lá no Rio Grande do Sul, lá no Nordeste, em todos os lugares do Brasil, quando nós estamos importando hoje mais de 90% do potássio no Brasil.

Então, nós temos que parar com esses gargalos, nós temos que aprovar essas licenças ambientais – já foi conversado com o Agostinho –, e nós precisamos incentivar a indústria de fertilizante no Brasil, porque nós sabemos que as terras brasileiras, de Sul a Norte, têm deficiência tanto de potássio quanto de fósforo.

Então, nós precisamos trabalhar urgentemente em cima disso e, daqui a pouco, quero dizer para os Srs. Senadores que, para quem puder participar, nós vamos ter aqui uma audiência pública para nós

Assinado eletronicamente, por Sen. Alan Rick

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7887468468

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutirmos os gargalos que nós temos que enfrentar para o escoamento da safra brasileira e essa situação de transporte tanto ferroviário quanto rodoviário, fluvial e marítimo.

Obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, pela ordem. Senadora Eliziane...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eu quero só fazer um pedido de vista, Presidente, para essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Infelizmente, Senadora, como nós já iniciamos a votação, não cabe mais o pedido de vista. A votação, inclusive, já está com um quórum de dez votos. Infelizmente, regimentalmente, eu indefiro o pedido de V. Exa., porque a votação já foi iniciada.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Inclusive, nós já temos dez votos. Conforme nós já havíamos feito o acordo de procedimento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Já já concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli.

Consulto o Plenário – já temos os dez votos –, vamos encerrar a votação... Antes, vamos lá, quem não votou ainda? A Senadora Tereza já votou? (*Pausa.*)

Já. O.k.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Votaram SIM 11 Srs. e Sras. Senadores e Senadoras; votaram NÃO nenhum.

Nenhuma abstenção.

O quórum de 12... (*Palmas.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, presidente, quero assinalar que com a minha...

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Está aprovado o relatório da Senadora Tereza Cristina.

Por favor, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com a invalidação do meu voto, muito justa, nós chegamos ao número perfeito, 11. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Senador Laércio, a Senadora Tereza Cristina, por essa defesa desse projeto e queria citar

Assinado eletronicamente, por Sen. Alan Rick

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7887468468

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui alguns pontos relevantes para destacarmos: autossuficiência agrícola, segurança alimentar, estímulo à indústria nacional, inovação e pesquisa, redução dos custos agrícolas, sustentabilidade, fortalecimento da cadeia produtiva, resiliência agrícola e desenvolvimento regional.

Então, quero parabenizar a minha *mommy* poderosa, nossa eterna Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, e o Senador Laércio também, que tão bem trabalhou para que esse projeto hoje tenha esse número de votos que o aprovam.

Então, obrigado, Sr. Presidente.

Parabéns!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – É um número muito especial.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É um número muito especial, que é metade de 22. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço a contribuição do Senador Jorge Seif.

Votação encerrada.

Relatório aprovado.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para a ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Parabenizo, mais uma vez, o autor, Senador Laércio Oliveira, e a Relatora, Senadora Tereza Cristina, pela aprovação de tão importante matéria nesta Comissão.

Dando continuidade à nossa reunião, temos sobre a mesa requerimentos de audiência pública.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 3, DE 2024

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as diretrizes e os procedimentos que estão sendo adotados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e pelo Ministério dos Povos Indígenas, em especial pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), a respeito dos processos de demarcação de terras indígenas no país após a aprovação do marco temporal pelo Congresso Nacional no final de 2023.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• a Senhora Maria Janete Albuquerque de Carvalho, Diretora de Proteção Territorial da Fundação Nacional dos Povos Indígenas;

• a Senhora Nina Paiva Almeida, Coordenadora-Geral de Identificação e Delimitação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas;

• a Senhora Sheila Santana de Carvalho, Secretária de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

• o Senhor Heraldo Trento, Prefeito de Guaíra/PR;

• o Senhor Klauss Dias Kuhnen, Procurador Jurídico da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP).

Assinado eletronicamente, por Sen. Alan Rick

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7887468468

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Com a palavra, o autor do requerimento, Senador Sergio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – Agradeço, Presidente.

Primeiro, eu quero aqui aproveitar – acabei não falando – para cumprimentar tanto o Senador Laércio como também a Senadora Tereza pelo projeto anterior aprovado, inclusive com o meu voto. Eu acho que é um investimento estratégico para o país.

Eu sou um pouco refratário, às vezes, em ingressar no mercado com incentivos, subsídios, porque, afinal, acredito no liberalismo, mas existem determinadas atividades que são estratégicas para o país, e nós vimos isto: o Brasil padecendo de dificuldades por conta da guerra da Rússia invadindo a Ucrânia, trazendo dificuldades no mercado mundial para acesso aos fertilizantes e, de certa maneira, dá para fazer um paralelo até com a pandemia. Existem determinados produtos que são estratégicos para o próprio país produzir, apesar das virtudes da globalização.

Então, ficam aqui os meus elogios, consubstanciados no meu voto favorável, sem qualquer ressalva, a esse belo projeto que foi aprovado.

Aqui, Senador Alan Rick, é uma situação bastante simples ou, na verdade, não tão simples.

A lei do marco temporal, que este Congresso aprovou, estabelecendo ali um parâmetro para a demarcação das terras indígenas, a fim de levar a segurança ao campo e às cidades, nós não temos ainda uma posição clara do Poder Executivo em relação a essa lei. Ela deve ser cumprida, evidentemente, mas nós notamos um certo silêncio. Isso tem gerado uma insegurança jurídica no campo principalmente, porque não se sabe se o Governo vai apresentar alguma resistência a esse normativo.

Então, a ideia é fazer uma audiência pública nesta Comissão para nós ouvirmos os agentes públicos responsáveis, tanto no Ministério da Justiça como na Funai, por essa atividade de demarcação. E por que isso em particular? Lá no oeste do Paraná, em janeiro, houve invasões de terras de agricultores por população indígena e isso gerou uma grave insegurança no local. Houve até alguns episódios de violência. Felizmente ninguém morreu, mas é um retrato do que pode acontecer no país enquanto nós tivermos essa situação de insegurança. As invasões foram até motivadas por um entendimento dos invasores de que teriam direito àquelas terras, mas me parece, pelo menos são as informações que recebi, que, segundo a lei do marco temporal, não seria exatamente o caso.

Agreguei no requerimento um pedido para nós ouvirmos aqui também o representante da agropecuária lá do Paraná, que seria alguém indicado pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná, pela Faep, e também o Prefeito de Guaíra, que junto com Terra Roxa são as principais cidades envolvidas nessa questão.

Então, eu peço aqui o apoio aos nossos pares para que nós possamos aprovar o requerimento para que nós possamos ouvir, primeiro, sobre o drama local e o que essa insegurança jurídica tem provocado e, do outro lado, para que nós possamos indagar dos representantes do Poder Executivo sobre qual é a posição que vai ser tomada em relação a essa temática. Conversamos antes com os outros Senadores e entendemos que essa audiência é bastante pertinente para que nós possamos, afinal, afirmar as prerrogativas deste Parlamento, que aprovou uma lei muito clara, estabelecendo parâmetros para essas demarcações e para evitar novas violências e invasões. E nós precisamos ter essa clareza.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alan Rick

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7887468468

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é basicamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço, Senador Sergio Moro, pela justificação importante do seu requerimento.

Em votação o requerimento do Senador Sergio Moro.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que com ele concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento do Senador Sergio Moro.

Item 3.

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 4, DE 2024

Requeiro, nos termos regimentais do Senado Federal, a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, do Senado Federal, no dia 8 de março do corrente ano, sexta-feira, a partir das 14 horas, durante a Expodireto Cotrijal 2024, para discutir projetos e oportunidades do modal ferroviário para o estado do Rio Grande do Sul. Como convidados para esse importante debate indico os seguintes nomes, ou seus representantes, além de outros que poderão ser incluídos posteriormente:

1. Nei César Manica, presidente da Cotrijal;

2. Leonardo Cezar Ribeiro, secretário Nacional de Transporte Ferroviários do Ministério dos Transportes;

3. Ismael Trinks, superintendente de Transporte Ferroviário da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT;

4. Paulo Cezar Vieira Pires, presidente da Fecoagro/RS;

5. Gedeão Pereira, presidente do Sistema Farsul;

6. Luiz Carlos Bohn, presidente da Fecomércio/RS;

7. Rodrigo de Sousa Costa, presidente da Federasul;

8. Gilberto Porcello Petry, presidente da Fiergs;

9. Roges Pagnussat, presidente da Acergs;

10. Carlos Joel da Silca, presidente da Fetag/RS; e

11. Representante da empresa Rumo Logística.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS) e outros

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze e Senador Jaime Bagattoli.

Em votação...

Com a palavra, obviamente, o autor do requerimento, o Senador Jaime Bagattoli.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Concedido, Senadora.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alan Rick

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7887468468

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Olha, eu tentei de todas as formas... Vindo, tinha um congestionamento na entrada e eu não consegui votar pelo aplicativo no projeto anterior.

Ele estava aberto para votação no aplicativo?

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Estava aberto para votação no aplicativo, Senadora.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Eu não consegui votar.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu vou solicitar à nossa Comissão.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – O meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Peço que coloquem nos *Anais* desta Comissão, para registro, o voto "sim" da Senadora Margareth Buzetti.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu é que agradeço, Senadora.

Com a palavra, Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Com a ausência aqui do nosso Senador Luis Carlos Heinze por problema dele de saúde, nós apoiamos esse requerimento dele. Não é só no Rio Grande do Sul, o Brasil inteiro está com problema, principalmente nesse quesito de ferrovias. Acredito que eu tenha o total apoio de todos os Senadores aqui.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço, Senador Bagattoli.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento, item 3 da pauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 5, DE 2024

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre Mulheres rurais: da produção à política. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• a Senhora Carmen Foro, Secretária Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política do Ministério das Mulheres;

• a Senhora Silvia Massruhá, Presidenta da EMBRAPA;

Assinado eletronicamente, por Sen. Alan Rick

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7887468468

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• a Senhora Ana Lúcia Aparecida da Silva, Ouvidora Nacional do INCRA;
• a Senhora Mazé Moraes, Secretária de Mulheres da CONTAG;
• representante Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA;
• representante Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA;
• a Senhora Lucilha de Almeida, Vereadora de Terenos/MS;
• a Senhora Mara Lúcia Pierdoná.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e outros

Requerimento de autoria das Senadoras, das Teresas: Teresa Leitão e Tereza Cristina.

Com a palavra, a autora do requerimento, Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para encaminhar.) – Muito obrigada, Presidente.

Eu quero subscrever o requerimento da Senadora Teresa Leitão, mostrando o valor e o trabalho das mulheres rurais, principalmente das pequenas agricultoras, porque, muitas vezes, são elas o arrimo da família, são elas que tocam a propriedade rural. E, às vezes, seus maridos saem para ir a outro emprego, mas elas ficam ali, tiram o leite, fazem a hortifruticultura, enfim, para subsistência das suas famílias. Então, eu acho muito importante e, por isso, subscrevo também esse requerimento da Senadora Teresa Leitão.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço, Senadora Tereza Cristina.

Consulto a Senadora Margareth Buzetti, na posição de mulher empreendedora rural e defensora do agro brasileiro, se também gostaria de fazer uso da palavra, em face desse requerimento.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Com certeza, eu subscrevo também, Tereza Cristina, porque é muito importante. A agricultura familiar, a pequena agricultura, é muito importante, principalmente em volta das cidades. A baixada cuiabana só vive da pequena agricultura, da agricultura familiar; no resto de Mato Grosso, é a agricultura comercial.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu que agradeço.

Concedo a palavra, Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – O importante que é a semana das mulheres, o dia 8 de março. Então, coube aqui muito bem, para hoje, esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Fizemos questão de apresentar, inclusive em virtude da data tão importante.

Senador Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Muito bem a sua colocação, Ministra Tereza, Senadora Tereza Cristina. Quero dizer para vocês que nós temos que cumprimentar todas as mulheres, ainda mais neste mês de março, dia 8, Dia Internacional da Mulher. Dia 8, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Alan Rick

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7887468468

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Dia Internacional da Mulher. Quero cumprimentar todas as mulheres agricultoras, principalmente da agricultura familiar, que são mulheres muito sofridas no campo, que acompanham seus maridos, seus filhos no campo. Praticamente em 95% da agricultura familiar, as mulheres acompanham a produção no campo; e é muito sofrido.

Quero dizer para você, Senadora Tereza, ontem ainda eu fiz um comentário – nós estávamos em uma Comissão – sobre a sua pessoa. Ainda no agronegócio brasileiro, o homem é um pouco mais machista... (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É um pouco mais machista! Então, o homem sempre acha que... Na agricultura, no agronegócio, é o homem. Quando a Tereza assumiu o Ministério da Agricultura, todo mundo falou: "Agora é uma mulher que vai assumir o Ministério. Vamos ver no que vai dar! Vamos ver o que vai acontecer!". O que aconteceu? Ela saiu com a aprovação de mais de 90%, desde a agricultura familiar, ao grande produtor, e ela é hoje – não porque está aqui na nossa presença... Mas eu não vi uma pessoa até hoje do agronegócio que tenha falado um "a", alguma coisa, contra as suas atitudes enquanto esteve à frente do ministério. Parabéns! Parabéns às mulheres!

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Obrigado, Senador Bagattoli. Muito oportuna a sua contribuição.

Eu trago, no meu currículo, um fato que muito me orgulha, de ter sido o primeiro a levantar o nome da Senadora Tereza Cristina, dentro da Frente Parlamentar da Agropecuária, para que seu nome fosse por nós da frente indicado à Ministra da Agricultura. E, de forma sensacional, fantástica, ela representou o setor mais importante da economia brasileira e foi uma indutora do crescimento da agropecuária brasileira.

Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Eu pensei que você tinha citado o nome dela – o primeiro a levantar o nome da Senadora Tereza Cristina como Ministra da Agricultura –, pensei que você ia dizer como Presidente da República. Pensei que era isso. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Importante fato, importante fato!

Amigos, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o Estado do Acre vem sendo atingido por uma enorme cheia. Quero debater esse tema, rapidamente, com os senhores, mas antes queremos encerrar a votação desse requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento de realização desta audiência pública.

O Estado do Acre vem sendo atingido por cheias históricas, ao longo dos últimos anos, fruto de fenômenos climáticos e, também, obviamente, das questões ambientais que envolvem a Amazônia brasileira. Somos um estado de rios jovens, que ainda estão construindo os seus cursos e, a cada ano,

Assinado eletronicamente, por Sen. Alan Rick

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7887468468

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas enchentes têm se tornado mais fortes e atingido mais pessoas, como neste ano, em que 120 mil pessoas foram atingidas no Estado Acre. E tenho aqui números sobre os nossos produtores rurais atingidos. Um total de 8.770 produtores rurais atingidos por essa cheia, que afetou as nossas lavouras de mandioca, de banana, de milho, de café e de outros insumos. Isso representa para o Acre uma perda enorme na sua economia e, obviamente, nós precisamos enxergar, Ministra Tereza – a senhora que tem um amplo conhecimento e nos auxiliou em momentos semelhantes, enquanto Ministra da Agricultura –, nós precisamos criar um mecanismo de apoio a esses produtores, que seja previsto em lei.

Muitas vezes nós buscamos o amparo do Ministério da Agricultura, do Incra, do MDA, do Ministério de Desenvolvimento Social, mas nós não temos um regramento estabelecido, uma bolsa-auxílio para os produtores que foram atingidos, para que eles tenham uma segurança de que terão, e eu estou falando aqui do produtor da agricultura familiar, do pequeno produtor, daquele que muitas vezes, Senador Bagattoli, não estava coberto por um seguro de um financiamento que fez ou por um fundo que acessou... Então, muitos desses pequenos agricultores investem o seu recurso próprio e não têm a devida reparação.

Então, estarei apresentando nesta Comissão um projeto de lei para que nós tenhamos um instrumento legal de apoio a esses produtores nos momentos de calamidade, quando eles mais precisam. O Brasil enfrentou uma pandemia na qual nós criamos o auxílio emergencial para todos os brasileiros atingidos, às pessoas mais carentes. E obviamente, o caso dos pequenos produtores rurais tem que ser visto com carinho. Em situações de enchente, de secas, temos que ter um mecanismo legal firmado em lei para defender esses pequenos. Nós temos o nosso Manual do Crédito Rural, nós temos vários instrumentos, mas eu entendo que é preciso ter uma lei de um auxílio estabelecido em lei nesses casos. Estarei apresentando na próxima reunião.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Eu queria... eu preciso me retirar agora para uma audiência, e eu quero, inicialmente, agradecer a V. Exa. a presteza de convocar esta reunião da nossa Comissão para a votação, a apreciação desse projeto e desses requerimentos já citados aqui, com os quais eu comungo com todos eles.

Eu queria muito agradecer a sua gentileza, como sempre é uma marca sua ser gentil com todos os seus colegas! Eu queria também agradecer à Senadora Ministra Tereza Cristina pela gentileza dela em aceitar a relatoria desse projeto, e eu fiquei muito feliz quando ela foi designada Relatora, porque ali estava concretizado exatamente o sentimento da agricultura brasileira incorporado na estatura dessa mulher que é gigante quando pensa Brasil, quando pensa o agronegócio, quando pensa nessas travas que dificultam tanto a agricultura nacional. A Ministra conhece profundamente o assunto.

Eu me lembro de quando ela era Ministra, a angústia dela quando surgiu a guerra da Ucrânia com a Rússia, a Rússia sendo um dos principais fornecedores de insumos nitrogenados para o nosso país. É aí que nasce o desejo de colocar o Brasil dentro desse quesito do Plano Nacional de Fertilizantes pela segurança nacional do nosso país. E a Ministra Tereza dizia um negócio muito interessante, diz até hoje: "O fertilizante é fundamental para a nossa agricultura, porque as nossas terras não são terras férteis, precisam dos fertilizantes". Ali eu tive um certo conforto, Ministra, porque eu entendi que, poxa vida, o

Assinado eletronicamente, por Sen. Alan Rick

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7887468468

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto não podia ter Relatora melhor. Então, agradeço muito a gentileza dela de se debruçar sobre o tema, de escrever um relatório com tanta competência, com tanta capacidade.

Eu quero agradecer também aos meus pares, todos que aqui estiveram, a compreensão de todos. Quero agradecer a todos que estão aqui, que acompanharam, ao Governo aqui representado também, presente nesta Comissão, que entendeu a importância do projeto e certamente dará sua contribuição pela continuidade e, logo brevemente, pela aprovação e pela sanção dele para que, de fato, a gente comece a desenvolver uma política nacional de fertilizantes pela necessidade que o país tem.

Portanto, quero deixar registrados aqui os meus agradecimentos e carinhosamente quero declarar aqui, pedindo permissão a todos que aqui estão, quero agradecer a uma assessora minha que se desdobrou ao máximo, o nome dela é Alba, está aqui presente, ela se somou muito para que nós vivêssemos este momento aqui de aprovação do Profert. Parabéns, Alba, muito obrigado.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Obrigado, Senador Laércio.

Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Primeiro quero dizer que eu fico muito feliz de ver esse projeto aprovado, porque ele é uma necessidade, Senador Laércio, para o Brasil; passou da hora de isso acontecer.

Fico triste quando eu vejo que querem protelar, mas quero agradecer o acordo com o Governo para que isso não acontecesse.

Nós precisamos caminhar, não é possível um país como o nosso, com o tamanho da nossa agricultura, com essa dependência de mais de 96% de importação de fertilizantes para a produção.

O Senador Amin falou aqui, no começo, dos 15,4% e dos 2,9% do crescimento do PIB, graças à agricultura brasileira. Será que nós temos que estar aqui discutindo R$3 bilhões? Eu acho que isso é muito pouco! É muito pouco para a sensibilidade desse tema, para a sensibilidade de um assunto que é um assunto de segurança nacional, é a segurança alimentar de um povo.

Hoje, o Brasil tem uma responsabilidade não só com os brasileiros, mas com o mundo. Muita gente, mais de um bilhão de pessoas, no mundo, se alimentam e vivem – porque sem alimento a gente não vive, ainda não tem uma pílula que se toma para passar, sem se alimentar –, mas a gente precisa do Brasil para fazer a segurança alimentar de boa parte do mundo.

Então, parabéns, Senador, vamos trabalhar para que isso saia, realmente, do papel, seja sancionado e que a gente possa ver o Brasil... Não vamos deixar de ser dependentes de importação, não, mas a gente tem que ter um número: 30%, 40% de autossuficiência. Autossuficiência total nunca teremos. Podemos ter com outras tecnologias que, hoje até, nós dois ouvimos, hidrogênio verde, outras coisas que farão o fertilizante do presente, não mais do futuro, mas já está para acontecer.

Então, parabéns a todos por esta conquista, aqui, hoje, na Comissão de Agricultura! Vou ter que também me ausentar, mas quero dizer da minha solidariedade ao povo acriano e dizer que eu estou à sua disposição, para que a gente possa encontrar mecanismos, realmente, para que os pequenos agricultores, principalmente os ribeirinhos, que perdem toda a sua produção com problemas climáticos, com cheias ou com seca, enfim, que eles possam ter algum auxílio, para que possam voltar à produção o mais rapidamente possível.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alan Rick

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7887468468

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado e uma boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço, Senadora Tereza Cristina.

Antes de encerrarmos esta reunião, convido o Senador Jaime Bagattoli a tomar assento na mesa, porque ele, na sequência, presidirá a audiência pública fruto do seu requerimento, para debater o escoamento da safra brasileira nos próximos anos.

Senador Jaime, venha tomar seu assento aqui na mesa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 59 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Alan Rick

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7887468468

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e dezenove minutos do dia dezenove de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Alan Rick, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Sergio Moro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Weverton, Margareth Buzetti, Beto Faro, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Janaína Farias, Teresa Leitão, Flávio Arns, Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Laércio Oliveira, Ireneu Orth, Hamilton Mourão, Tereza Cristina e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Rogério Carvalho, Lucas Barreto, Paulo Paim, Zenaide Maia, Cid Gomes e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública (Reqs 14/2024-CRA e 16/2024-CRA), atendendo aos requerimentos REQ 14/2024 - CRA, e REQ 16/2024 - CRA, ambos de autoria desta Presidência. Finalidade: Debater as ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no combate à invasão ilegal de terras, que sofreu um expressivo aumento em 2023, bem como discutir soluções para impedir ocupações irregulares. Participantes: César Fernando Schiavon Aldrighi, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra; João Pedro Gonçalves da Costa, Diretor de Governança Fundiária - Incra; Maíra Coraci Diniz, Diretora da Câmara de Conciliação Agrária - Incra; Moisés Savian, Secretário de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA; José Henrique Bernardes, Assessor Técnico da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Fabrício Morais Rosa, Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Soja - Aprosoja Brasil; e Francisco Graziano, Ex-Presidente do Incra e ex-Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo. Resultado: Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e seis minutos. Usam da palavra os Senadores: Tereza Cristina, Jayme Campos, Beto Faro, Jaime Bagattoli, Ireneu Orth, Hamilton Mourão, Jorge Seif e Alan Rick, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Alan Rick
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater as ações do Incra no combate à invasão ilegal de terras, que sofreu um expressivo aumento em 2023, bem como a discutir soluções para impedir ocupações irregulares, em atendimento aos Requerimentos nºs 14 e 16, de 2024, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, ambos de iniciativa desta Presidência.

Esta audiência pública é interativa, por meio do Portal e-Cidadania, no site do Senado, e pelo telefone 0800 0612211.

Em concordância com os nossos convidados, nós estabelecemos um tempo de 20 minutos para a exposição do Incra e mais 20 minutos para a exposição da CNA e FPA, para que nós possamos abrir o debate aos nossos Senadores, ao e-Cidadania e, dessa forma, tornarmos esta audiência cada vez mais interativa e participativa, em concordância com os amigos convidados.

Quero aqui, neste momento, convidar para compor a nossa mesa os oradores convidados: o Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), César Fernando Schiavon Aldrighi; o Diretor de Governança Fundiária do Incra, João Pedro Gonçalves da Costa; a Diretora da Câmara de Conciliação Agrária do Incra, Maíra Coraci Diniz; o Secretário de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Moisés Savian; o Assessor Técnico da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), José Henrique Bernardes; o Diretor-Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), Fabrício Morais Rosa; e, por videoconferência, através do Zoom, o ex-Presidente do Incra e ex-Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, Francisco Graziano.

Submeto a este Plenário a concordância com a solicitação feita pelo Incra da participação dos diretores aqui já mencionados.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovada, portanto, pelo Plenário desta Comissão.

Como dito anteriormente, nós abriremos o tema para discussão em 20 minutos para as exposições do Incra, mais 20 minutos para as exposições da CNA, FPA e Aprosoja e, é claro, do ex-Presidente do Incra e ex-Secretário de Agricultura de São Paulo, Francisco Graziano.

Entendemos que o tema é da mais alta relevância e, durante o nosso debate interativo, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras poderão formular suas perguntas e, obviamente, contribuir fortemente para este grande debate.

Portanto, neste momento, convido, para o uso da palavra, o Presidente do Incra, César Aldrighi.

O SR. CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas presentes aqui, nesta audiência pública. Um agradecimento muito especial ao Senador Alan Rick, que, pessoalmente, nos visitou no Incra – manifestando todo o compromisso que tem com seu Estado do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acre, todo o compromisso que tem com a regularização fundiária daquele estado, do Brasil e dos assentamentos –, onde nós discutimos e travamos um debate que resultou numa emenda de bancada que eu queria aqui, publicamente, Senador, agradecer, porque foram R$2,2 milhões da emenda que o senhor articulou, o que, com certeza, faz diferença para a ação do Incra naquele estado.
E quero reiterar também que nós recebemos, de outubro do ano passado até então, são 14 Senadores desta Casa que nós recebemos, com muita alegria, que certamente nos trouxeram muitas questões relativas aos seus estados, para organizar toda a ação do Incra de forma geral, a gestão dos assentamentos, a regularização fundiária, mas também o objeto do requerimento desta audiência pública.
Quero comentar inicialmente que nós temos superintendências em todos os estados. Cada Senador que está aqui presente, todos os Parlamentares desta Casa sabem da importância que tem o diálogo em cada estado, e quero colocar aqui a nossa instituição, a nossa autarquia, Senador, à inteira disposição do senhor nesta Comissão, à inteira disposição dos Senadores, todos os nossos superintendentes, toda a nossa direção nacional.
Quero fazer referência aqui à Diretora Rose Rodrigues, que está aqui, que cuida da área de desenvolvimento e obtenção dos assentamentos; a nossa procuradora chefe, que me acompanha para questões que possam ser respondidas aqui, mas colocar toda a nossa equipe aqui da sede, o Diretor Gustavo, que estava escondidinho lá atrás, que é de gestão estratégica do Incra, mais alguns colegas que me acompanham.
Quero dizer que toda a nossa equipe, aqui em Brasília, e toda as equipes nos estados estão, Senador, totalmente à disposição e já nos colocamos à disposição.
Sei que duas horas de audiência podem ser insuficientes para a gente chegar ao final das dúvidas. Quero já colocar a nossa equipe à sua disposição, à disposição aqui da Comissão, para todos os esclarecimentos que se fizerem necessários na sequência e materiais que precisarem ser enviados para as assessorias.
Está aqui o Luisinho, que é nosso assessor, o Herivelto também, o César... Podemos passar o cartão, e, depois, os Senadores certamente podem solicitar complementação de respostas que, eventualmente, possam não atender a todos.
Feito esse agradecimento, Presidente, em especial ao senhor, pela visita que nos fez, pela articulação da bancada do Acre, quero dizer que é muito importante estar aqui, num momento em que o Governo do Presidente Lula, a partir do ano passado, reconstruiu todo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, e Moisés, que está aqui conosco, vai certamente confirmar isso.
O Ministério do Desenvolvimento Agrário é retomado pelo Presidente Lula, junto com a Conab, junto com o Incra, junto com a Anater, Ceagesp e CeasaMinas, com a tarefa de, comandado pelo Ministro Paulo Teixeira, reorganizar as ações para o desenvolvimento agrário do país. Então, é muito importante iniciar essa discussão aqui nesta Comissão sabendo que nós estamos com a incumbência de retomar todas as ações que, por muitos anos, diferentemente, em cada governo, foram operadas. Nós retomamos o Incra depois de um período em que as ações do Incra foram muito direcionadas à ação da titulação, uma pouca presença nos assentamentos, um trabalho de obtenção de terras praticamente inexistiu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Diretoria de Obtenção de Terras, do Incra, que promovia a obtenção de terras para a criação de assentamentos, foi retirada da estrutura regimental, o que provocou certamente, nesse período inicial, todo um esforço de reorganização do Incra, com um orçamento muito pequeno. O nosso orçamento de 2023 foi de R$292 milhões. Isso significa menos de 5% do orçamento de 2010. Então, retomar as atividades do Incra, na criação de assentamentos, na regularização fundiária, retomada da demarcação e delimitação de territórios quilombolas, com um orçamento ínfimo e com um órgão com a sua estrutura regimental alterada certamente foi um desafio e passa a ser um desafio ainda maior, quando a gente pensa que o desafio colocado para nós é de retomar a reforma agrária, uma reforma agrária em que os assentamentos, os territórios quilombolas e as áreas regularizadas possam, sim, ter as condições e apoio para a produção de alimentos, para a geração de renda, para promoção da participação dos movimentos sociais, dos produtores rurais, em canais organizados de diálogo do Governo com a sociedade civil, no combate à produção de alimentos, e assim gerando o combate à inflação, e a terra distribuída em assentamentos possibilitar uma adaptação dessas famílias e uma mitigação das mudanças climáticas que nós estamos vivendo.

O Senador Mourão, que tive a honra de cumprimentar aqui na chegada, sabe o que o nosso Estado do Rio Grande do Sul está vivendo e o que representa isso em termos de desenvolvimento do país. Ameaças de mudanças climáticas e a reforma agrária entram nesse contexto, em que os assentamentos a serem criados, as famílias que levam o acesso à terra, terão a responsabilidade de preservação da natureza, de preservação do seu espaço e, assim, de ajudar na mitigação das mudanças climáticas.

A necessidade histórica da reforma agrária, aprovada aqui nesta Casa, na Constituição Federal, é demonstrada quando analisamos, a partir do cadastro de terras, que o Incra tem, hoje, dentro da diretoria que o nosso Diretor João Pedro coordena, o cadastro de terras demonstra, hoje, uma estrutura fundiária muito concentrada. Nós temos muitas propriedades, sendo que há 1,4% das propriedades que concentram em torno de 60% da área e 69% de propriedades até 50ha que ocupam 14% da área. Então, você tem um conjunto maior de pequenos proprietários, que ocupam uma área menor. Cria-se aí, então, uma necessidade de distribuição da terra, fruto do que está previsto na Constituição aprovada aqui nesta Casa.

Então, passamos a ter uma estrutura fundiária com uma concentração, pessoas reivindicando o seu espaço para a produção, organizadas elas em alguns movimentos sociais. Nós temos hoje, no Brasil, mais de 18 movimentos sociais que lutam pela terra. Estabelece-se um conflito, que é o tema do debate desta audiência pública.

Então, o tema do conflito, que nós, a partir da entrada, Senador Alan Rick... A partir da nossa entrada, em 2023, nós começamos a tratar todas as informações relativas aos conflitos de forma muito organizada, com transparência, com um rito inclusive que não foi criado inicialmente no nosso Governo, foi criado em 2022, com normativos que nós aprimoramos, com sistemas informatizados, como a PGT, de que nós fizemos parte. Eu sou servidor do Incra há 19 anos, eu participei da gestão dos primeiros sistemas informatizados relacionados à gestão de assentamentos e relacionados à gestão das terras, do território e do país e tenho muito orgulho de a gente não ter paralisado esse desenvolvimento dos sistemas e resultar hoje na Plataforma de Governança Territorial (PGT), que organiza as ações de forma informatizada, de forma automatizada, não teve paralisação nos últimos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

governos, e o nosso compromisso é qualificar cada vez mais a plataforma, para que as pessoas possam acessar e ter o resultado automatizado das suas demandas, sejam elas de regularização fundiária, sejam elas de apresentação de demandas para a seleção de famílias.

Então, é nesse contexto que nós assumimos a gestão do Incra, no sentido de que àquilo que estava andando bem nós demos continuidade, mas a discussão e o desafio foi voltar a assentar famílias, voltar a demarcar territórios quilombolas, voltar a atender e fazer gestão mais próxima dos assentamentos. Para isso, no ano passado, com todo o esforço, com um orçamento mínimo, com os servidores desmotivados, que estão, há anos, sem ter aumento salarial e políticas de incentivo à organização das carreiras, nós assentamos 50,9 mil famílias de formas diferenciadas, com participação dos institutos de terra dos estados, com gestão sobre os assentamentos que tinham muitos lotes vagos, as famílias passaram a ser regularizadas. Então, dentro dessas 50 mil famílias, nós temos 24 mil que foram regularizadas a partir da PGT; a partir da inserção dos dados que fazem os batimentos que a legislação determina, nós inserimos 50 mil novas famílias.

E o Presidente Lula nos provocou, desde o fim do ano passado, para que nós formulássemos – e foi público – o que ele chamou, numa metáfora, de prateleiras de terras. Nós organizamos um conjunto de áreas que podem ser organizadas para fins de criação de assentamentos, organizamos um conjunto de estratégias de obtenção para que essas famílias possam ser inseridas, para que o Incra possa obter as áreas que estão previstas no decreto do Presidente Lula. Além desse decreto, Senador Alan, Senadores aqui presentes e que nos assistem remotamente, o Presidente Lula nos autorizou a retomar a política de reforma agrária com outros três decretos. Um decreto retoma a política Crédito Instalação para as famílias assentadas, e ali estão previstos recursos para habitação, que foram atualizados – uma casa que era R$32 mil passa a ser R$75 mil, que é o valor do Programa Minha Casa, Minha Vida –, e todas as políticas de crédito, que têm o objetivo, com a família assentada, de levá-la, a partir do momento em que ela entrar na terra, a ter condições de produção de subsistência para poder assumir um crédito bancário. Então, esse decreto organiza dessa forma. Há o decreto de recriação da Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas, o decreto de seleção de famílias com a repontuação das famílias acampadas, entre outras alterações do decreto, e o decreto Terra da Gente, que organiza o programa com que nós estamos com a incumbência de atingir a meta de 73 mil famílias, neste ano, e atingir, até 2026, 295 mil famílias.

Então, esse é o desafio que está colocado para a nossa gestão. Assumimos, com muita energia, com muito esmero, a situação de reestruturação do Incra. Estamos tramitando, junto ao Ministério da Gestão e à Presidência da República, uma reestruturação da nossa autarquia, voltando a ter uma diretoria para obter terras, para fazer toda a gestão das áreas que vão ser transformadas em assentamentos ou territórios quilombolas. Isso significa ter equipes técnicas, em cada um dos estados, capacitadas, qualificadas, para retomar os processos, alguns deles paralisados há um bom tempo.

De forma rápida, Senador Alan, tratando do tema colocado aqui, dos tratamentos das informações dos conflitos, como eu estava em viagem oficial na semana passada – se não me falha a memória, na anterior, o senhor fez o convite –, nós trouxemos à sua mesa o nome da nossa Diretora Maíra Coraci, que estaria me substituindo. Por isso eu pedi a gentileza de que ela fizesse parte da mesa, assim como o nosso Diretor João Pedro, para que, a partir deste momento, então, a gente foque na questão – a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha fala foi mais geral – do objeto do requerimento. Com a nossa Diretora, se o senhor me permitir...
O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fora do microfone.) – Claro.
O SR. CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI – ... eu dividiria aqui a fala, para depois nós podermos dialogar com os Srs. Senadores.
Senadora Tereza Cristina...
O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço ao Presidente do Incra, César Aldrighi, pela exposição.
Antes de conceder a palavra à Maíra, que inclusive fará uma apresentação, eu cito aqui a presença do Prefeito de Castro, do Paraná, que foi aqui apresentado pelo Deputado Pedro Lupion, Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, Prefeito Neto Fadel, e o Deputado Estadual Moacyr Fadel, também do Paraná. Muito bem-vindos a esta importante reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.
Mais uma vez, cumprimento a todos os nossos Senadores e Deputados presentes e a todos aqueles que participam desta importante audiência.
Concedo a palavra a você, Maíra. O tempo está parado ali, mas a gente pode conceder um tempinho a mais para a sua exposição.
A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ – Obrigada.
O SR. CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI (Fora do microfone.) – Posso só...
O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pois não, Presidente.
O SR. CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI – Informaram aqui que o ex-Presidente do Incra Geraldo Melo está presente. Eu queria cumprimentá-lo, porque foi pessoa também com que eu tive a oportunidade de interagir, nos últimos quatro anos, no Incra.
A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas.
Cumprimento a todos da mesa na pessoa do Senador Alan, também na pessoa do nosso Presidente César, a quem agradeço a confiança imputada a mim.
Bom, me apresento: eu sou Maíra Coraci, eu não sou servidora do Incra, sou Defensora Pública em São Paulo há 18 anos e, há um ano e três meses, eu assumi a direção da Câmara de Conciliação Agrária, que é o órgão do Incra que faz toda a sistematização das informações e lida com as mediações dos conflitos.
Eu fiz uma apresentação, acho que ficaram de me passar aqui, se puder, mas eu vou começar, até porque o tempo urge.
A câmara...
O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Solicito que coloquem no painel a apresentação.
Pronto.
A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ – Pode passar.
A câmara é um órgão auxiliar da presidência e tem as atribuições definidas no decreto de estrutura do Incra.
O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pode passar, pessoal.
A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ – Pode ir passando, gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós temos uma instrução normativa que foi elaborada na gestão anterior, no ano de 2020, aprovada, elaborada anteriormente, que rege toda a metodologia de inserção de dados acerca dos conflitos. Ela traz três tipos de conflitos a serem inseridas as informações, as disputas, os conflitos e as tensões. A instrução normativa traz claramente cada uma das hipóteses e como são classificadas.
Também foi criado na gestão anterior um sistema de consolidação e informação de dados que se chama Controle de Tensões e Conflitos Agrários (CTCA). Esse sistema é um sistema interno que é alimentado por todos os servidores do Incra nas bases, nas 29 superintendências e unidades avançadas. Como ele é alimentado? A informação sobre o conflito chega de diversas maneiras: chega por um boletim de ocorrência, ou chega por um processo possessório de reintegração, ou, às vezes, chega até por Parlamentares, por movimentos sociais, entre outros. O sistema é alimentado com informações oficiais e checadas nas bases pelos conciliadores. Após a checagem dessa informação, ela é levada à câmara nacional e a gente avaliza se as informações estão corretas ou não e se podem ser publicadas e consolidadas como um conflito que nós temos que considerar e trabalhar.
Eu vou pedir para ir para a p. 12 direto.
Eu trouxe aí uma explicação de como é a inserção de dados, a metodologia, mas eu estou aqui à disposição dos Senadores e da Senadora.
Eu queria ir à p. 12, porque o tema do requerimento foi exatamente a informação de que houve um aumento dos conflitos em 2023.
Quando a gente alimenta uma base de dados, quando a gente trabalha com dados, a gente tem que ter uma metodologia comparativa desses dados. Eu não posso comparar o A com o B se eles são alimentados de uma forma diferente. A metodologia para esses dados trazidos aqui foi a metodologia que está na Instrução Normativa 117, de 2022, do Incra, o que é tensão, o que é conflito, o que é disputa.
Disputa, pela instrução, seria um conflito entre particulares, uma briga por causa de cerca ou, então, o gado do vizinho está indo ao pasto do outro. Eu retirei esse tipo de conflito dessa informação, porque eu acredito que o requerimento desta Casa foi sobre a questão das ocupações dos movimentos sociais. Então, a informação de particulares não vem ao caso, mas é uma informação importante para a gente consolidar, porque, às vezes, precisa de uma supervisão ocupacional, uma fiscalização.
Aí eu coloquei exatamente os registros avaliados, em que as informações foram checadas, e que envolvem conflitos e tensões, ocupações, tentativas de ocupações, protestos com fechamento de estrada, mortes, ameaças, entraram todos aqueles que estão bem elencados na Instrução Normativa 117. Como os senhores podem visualizar, os registros do CTCA demonstram que, nos anos de 2020 e 2021...
(Soa a campainha.)
A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ – ... nós tivemos um aumento expressivo do número; em 2022, ele caiu; em 2023, se manteve; e, até o momento, nós temos aí o registro avaliado em 33.
Isso que está em verde são registros anteriores, em que eu não sei qual foi a metodologia aplicada para ser colocada aqui. Tem lá uma tabela da antiga Ouvidoria Agrária, mas eu não sei exatamente se isso envolve propriedade privada, pública, se envolve a totalidade, se envolve lesões e mortes e outros tipos de violência.
Podem passar, por favor, à próxima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como podem ver, essa informação traz o número de assassinatos no campo e dialoga com aquela nossa tabela. Por que ela dialoga com a nossa tabela? Porque ela mostra, por exemplo, que, no ano de 2021, que teve aquele boom de 169 conflitos, tivemos 36 mortes no campo, que é maior do que o número registrado anteriormente – como eu disse aqui, não foi esclarecido qual foi a metodologia aplicada –, e dialoga também a partir do momento em que demonstra que, de 2022 para 2023, houve uma queda do número de assassinatos. Também está havendo uma queda, houve uma estabilidade e depois uma queda.

A que eu atribuo o aumento em 2020 e 2021? A dois fatores principais. O primeiro fator é a pandemia. As pessoas perderam a casa na pandemia. A gente sabe que houve um fator de aumento de população em situação de rua e, inclusive, isso já foi diagnosticado; um aumento de pessoas que ingressaram no CadÚnico, isso já foi diagnosticado; e um aumento dos acampados, dos conflitos e das ocupações por conta exatamente dessa situação de vulnerabilidade.

E o segundo motivo do expressivo aumento, que eu acredito, é a paralisação da política de reforma agrária. A partir do momento em que não se fez mais assentamento, a gente teve uma gama de famílias vulneráveis que estavam sem o acesso à política pública, aumentando os conflitos. Por isso é que, dialogando aqui com o Presidente, já finalizando – deixo claro aqui, Senador, que eu estou à disposição para esclarecer toda a metodologia que foi criada na gestão anterior –, o que importa na diminuição dos conflitos é justamente a retomada da política pública de reforma agrária, dando uma resposta às famílias vulneráveis que estão nessa situação, sem moradia e sem a possibilidade de produção.

Trouxe também uma explicação sobre o cadastro de acampados e outros elementos, mas eu vou deixar para o momento das perguntas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço à Diretora Maíra Coraci.

Como o nosso tempo extrapolou um pouquinho, eu vou passar aqui a palavra ao Moisés, representando o MDA, que também tem uma apresentação, e, na sequência, ao José Henrique, ao Fabrício e ao ex-Presidente do Incra, Francisco Graziano.

Portanto, Moisés Savian.

O SR. MOISÉS SAVIAN (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Alan, pela oportunidade de estar aqui com vocês hoje, dialogando sobre esse tema tão importante.

Nós aqui avaliamos o requerimento e a minha fala vai complementar a fala do Incra e tratar também das soluções para a gente impedir as ocupações irregulares, olhando do ponto de vista mais estratégico de como o Estado brasileiro, a União e os estados tratam a questão da governança fundiária.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade, trazer aqui uma saudação especial do nosso Ministro Paulo Teixeira e cumprimentar o Senador Ireneu Orth e o Senador Hamilton Mourão, os dois Senadores do Rio Grande do Sul. Ao Senador Beto Faro, ao Senador Jaime, à Senadora Tereza Cristina, ex-Ministra, ao Senador Jayme Campos e também ao Deputado Lupion quero trazer uma saudação especial do nosso Ministro Paulo Teixeira, que é um Parlamentar também e que sabe da importância e traz todo o respeito a esta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falando do ponto de vista da gestão da governança fundiária, como Secretário de Governança Fundiária do MDA, nós partimos, no início do Governo, olhando um pouco como está a gestão fundiária do ponto de vista da administração de terras. E nós nos deparamos, então, com um relatório do TCU, de 2022, que classificou a governança territorial e fundiária como alto risco da administração pública, pelas questões elencadas, como pouco conhecimento sobre ocupação do território, inconsistência das ações governamentais, ausência do planejamento integrado. Então, uma série de fatores que, ao longo desses 520 anos da história brasileira, foram se somando e colocaram isso como ponto de partida para o nosso Governo.

Para responder a essa condição – pode passar o eslaide para mim –, nós começamos a desenhar, no Ministério, a partir de um amplo diálogo, a ideia de uma política nacional de governança fundiária. Então, para nós hoje, Senador Alan, é uma oportunidade estar falando para os senhores aqui, com sete Senadores, de vários estados, com uma liderança fundamental nesse debate nacional, sobre essa ideia de constituir e entender a terra e o território como estratégicos para o desenvolvimento do país, seja pelo desenvolvimento da agricultura – por isso a gente traz as diretrizes voluntárias da ONU para agricultura e alimentação –, seja pelo respeito às comunidades tradicionais – por isso a gente faz menção à Convenção 169 –, seja pelo olhar técnico, na tecnicidade – então, a gente traz como inspiração também a ISO 19152, que padroniza no mundo inteiro o sistema de cadastro –, seja também pelas questões ambientais – por isso a gente faz referência ao Acordo de Paris.

Nós vamos ter, daqui a um ano e pouco – não é, Beto? Lá no seu estado –, um novo encontro da COP, e nós vamos ter o Acordo de Belém, não mais o Acordo de Paris. Então, o Brasil assume um protagonismo importantíssimo na área ambiental, que é importante também para a agricultura, porque abre para nós o mercado e traz toda uma perspectiva. Então, estamos unindo União, estado, município em torno desse grande tema que é a governança fundiária e a regularização fundiária, estamos trabalhando nessa política nacional para instituir um conselho nacional – muito em breve isso será apresentado pelo nosso Presidente Lula e pelo Ministro Paulo Teixeira – que englobe essas várias áreas que são fundamentais para termos segurança, paz no campo e o direito à propriedade e à função social da terra no Brasil.

Então, ali na política, nós vamos tratar dos temas do cadastro; do tema dos registros – aí tem um componente importante dos cartórios –; da gestão de terras públicas, que é importante no Brasil como um todo, principalmente na Amazônia – nós temos aqui Parlamentares da Amazônia, e a gente sabe a importância que têm as terras públicas, sejam elas federais ou estaduais –; da reforma agrária e de outros temas bastante importantes.

Esse tema da governança fundiária, da política nacional é fundamental para a gente discutir, e o Congresso Nacional pode também contribuir fortemente com esse debate. Então, essa é uma primeira iniciativa para a gente responder a essa questão fundiária, mas nós precisamos ter medidas concretas imediatas.

Se puder passar para mim.

E nós estabelecemos uma parceria com o Governo do Pará, com o nosso Governador Helder Barbalho, para desenvolver um sistema que foi avaliado pela nossa equipe no Iterpa, o sistema de cadastros e regularização fundiária. Está aqui o Victor, que é nosso Coordenador-Geral de Políticas Fundiárias, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é um técnico do Incra, já trabalhou no Governo da Bahia; ele fez toda a análise e é muito eficiente para fazer a gestão fundiária e a regularização.
Nós estivemos no Acre, agora em abril, no encontro do consórcio dos Governadores, onde foi celebrada essa parceria, Senador Alan, e agora o MDA acessou esse sistema e vai poder disponibilizar para todos os estados, gratuitamente.
Nós estivemos recentemente com o Governador de Rondônia e o Secretário David Inácio, que é o Secretário de Regularização Fundiária, que estima que um processo de regularização hoje que chega a demorar até seis anos para ser concluído, com o sistema, eles têm condição de fazer em menos de 90 dias.
E nós estamos falando em regularização fundiária urbana e regularização fundiária rural. Então, tendo o geoprocessamento, tendo as peças técnicas... Assim como a PGT, ele tem processos automatizados que vão conferir aos estados essa capacidade. Nós já temos sete estados que manifestaram interesse.
O MDA vai funcionar como quem recepciona esse sistema junto com o Incra e com os órgãos estaduais e vai ser disponibilizado para os estados, para também organizarem a sua malha fundiária. E o melhor disso tudo é que a nossa malha federal possa dialogar com o banco de informações dos estados. A gente tem estados, como o Tocantins, que já nos procuraram para dialogar sobre a questão das terras. E que a gente possa de fato organizar a regularização fundiária e da governança de terras, para se evitarem conflitos com a sobreposição, com a dupla titulação, com unidades já consolidadas de conservação, terras indígenas, entre outros. Então, esse sistema, apoiado com investimentos e aquisição de equipamentos e o georreferenciamento, vistoria e análise...
O César agradeceu a emenda. Nós também recebemos uma emenda bastante importante dos Deputados do Estado de Mato Grosso, uma emenda de 10 milhões que será repassada para o estado para implementação da gestão fundiária estadual. Isso é algo que está no plano plurianual e com certeza vai ajudar a gente a diminuir o nível de incerteza na gestão da malha fundiária e a agilizar o processo de regularização, que é o que todo mundo busca.
Complementando isso, eu queria destacar o Programa Nacional de Crédito Fundiário, que é uma política que já foi criada no final da década de 90, e tem uma série de pesquisas que demonstram como é uma política eficiente para gerar renda, para gerar acesso à terra e para gerar o desenvolvimento daquela família. O Ipea coordenou um estudo com mais de mil famílias que fez pesquisa de campo e demonstrou, Senador Alan, que, no primeiro ano de acesso a crédito, há um aumento de renda da família em 177%, e, depois do 14º ano de a família já consolidada, a renda dessa família chega a superar quase seis vezes. Então, é uma política importante que contribui também para o acesso à terra, para diminuição de conflitos, que é o que nós queremos. Há toda uma intenção do nosso Ministro Paulo Teixeira em fortalecer essa política.
Pode passar, por favor.
E nós fizemos algumas mudanças fundamentais. Eu queria aqui agradecer ao Congresso Nacional, que aprovou, no ano passado, o aumento do teto do limite que cada beneficiário do crédito fundiário pode acessar. Nós estávamos com um limite de R$184 mil. O Deputado Lupion, por exemplo, sabe que com R$184 mil nós não conseguimos comprar muita terra. Então, a gente aumentou para R$280 mil. Não vai resolver os problemas no Paraná e em outras regiões, mas garante já o acesso a um público que não estava beneficiado. Então, a gente agradece ao Congresso por ter aprovado essa importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normativa, pois agora há possibilidades, juntamente com outras questões que nós fizemos aqui, enquanto Governo Federal, a partir de decretos, entre outras medidas.
Eu queria destacar, das mudanças feitas aqui, a nova linha para jovens. Nós criamos uma linha, chamada Terra da Juventude, que permite acesso facilitado a todos os jovens do Brasil e estamos com um olhar para a sucessão na agricultura familiar.
Além disso, a gente organizou a negociação entre herdeiros. Muitas vezes tem uma família que tem três filhos, mas só um quer ficar na terra, e ele não tem, muitas vezes, como comprar dos irmãos, e o pai e a mãe não vão querer deixar a terra para um filho só.
(Soa a campainha.)
O SR. MOISÉS SAVIAN – Então, ele pode fazer essa negociação, isso vai facilitar.
Qual é o grande desafio nosso hoje no crédito fundiário? É avançar com essa política em alguns estados da Amazônia. Rondônia, Mato Grosso, Tocantins já têm um bom desenvolvimento dessa política, mas no Acre, por exemplo, nós não conseguimos operar ainda. Então a gente está lá com o nosso Superintendente do MDA fortalecendo isso.
E, por último, o último eslaide... Eu vou tentar concluir nos dez minutos que o senhor me deu, Senador, e a gente vai ficar à disposição para concluir.
O que nós estamos fazendo agora? Aproximando a política de crédito fundiário de onde tem demanda pela reforma agrária. Eu estive em Tocantins, a gente foi fazer uma entrega de uma fazenda para 40 famílias no Município de Darcinópolis. Tinha um grupo que queria acessar a terra e tinha um fazendeiro que queria vender a fazenda. A gente fez essa intermediação, foi comprado pelo Banco da Terra a partir de um valor que é referencial e a gente conseguiu fazer esse acesso à terra num processo bastante interessante que o crédito fundiário possibilitou.
O crédito fundiário também está no programa Terra da Gente, é uma das medidas. Nós estamos hoje com 39 imóveis em áreas de conflito, em 25 municípios, com cerca de mil famílias que estão buscando esse acesso. Acho que, de todos os estados aqui, o Estado do Rio Grande do Sul, Senadores do Rio Grande do Sul, é o estado em que mais o crédito fundiário foi acessado. São mais de 20 mil famílias, é o dobro hoje de assentados de acesso à terra que a gente tem da política tradicional da reforma agrária operada pelo Incra. Então, há um potencial muito grande nessa política. Nós precisamos discutir aqui com os senhores e com a Sra. Senadora como que nós conseguimos ter mais recursos para operar. Nós temos 1,4 bilhão no fundo hoje, o que a gente sabe que dá para comprar terra, mas não dá para comprar muita terra, porque a partir do momento... No ano passado nós gastamos 250 milhões. O fundo vai se retroalimentando, mas a gente precisa prever novos recursos.
Eu encerro minha fala aqui agradecendo muito a oportunidade, disponibilizando-nos para estar com cada um e cada uma também nos estados, fazendo esse debate. Para nós é sempre um prazer enorme quando somos convidados para estar junto com vocês.
Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço ao Secretário de Governança Fundiária do MDA, Moisés Savian.
Peço à Secretaria desta Comissão que recoloque o tempo de 20 minutos para os convidados: José Henrique Bernardes, Fabrício Morais Rosa e, na sequência, o ex-Presidente do Incra Francisco Graziano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, José Henrique Bernardes, Assessor Técnico da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da CNA.
O SR. JOSÉ HENRIQUE BERNARDES (Para expor.) – Boa tarde; boa tarde a todos; boa tarde, Senador Alan Rick.
Agradeço o convite aqui em nome do Presidente da CNA, Dr. João Martins, e em nome do meu Presidente também aqui da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários, Marcelo Bertoni, que era para estar aqui, mas está representando a CNA numa missão internacional.
Bom, vamos logo para a apresentação.
Ações no Incra no combate à invasão ilegal de terras.
Pode passar, por favor.
Aqui, rapidamente, quero só mostrar a capilaridade do nosso sistema CNA/Senar. A CNA representa 27 federações estaduais, que são representadas por mais de 2 mil sindicatos rurais, que representam mais de 5 milhões de produtores rurais. E aqui estão englobados os pequenos, médios e grandes produtores rurais. A nossa missão é organizar e fortalecer os produtores rurais brasileiros, defendendo seus direitos e interesses, promovendo o desenvolvimento econômico e social do setor agropecuário. E um dos princípios básicos da CNA é a garantia do direito de propriedade e da segurança jurídica no campo. Então, esse é um princípio basilar da nossa instituição.
Bom, eu vou falar um pouco agora da questão da reforma agrária e evidenciar alguns dados aqui para vocês.
A principal lei que rege a reforma agrária é a Lei 8.629, de 1993. E o que temos hoje dessa lei, em dados oficiais do Incra? São mais de 9,5 mil assentamentos criados, distribuídos em mais de 2 mil municípios, numa área total de 88 milhões de hectares – só para ter ideia de comparação, a área de lavouras do Brasil é de aproximadamente 63,5 milhões de hectares; então isso é muita área, é mais do que as áreas da Alemanha e França juntas –, e mais de 1 milhão de famílias assentadas. Isso são dados do Incra.
Quando a gente olha o CadÚnico, são aproximadamente 58 mil famílias acampadas, sendo 33 mil no meio rural. E, de acordo até com um acórdão do TCU, existem aproximadamente 205 mil lotes vagos da reforma agrária. Então, a gente faz a seguinte pergunta: há necessidade de adquirir mais terras para a reforma agrária, sendo que, por esses números aí, teoricamente teria um potencial de 33 mil para acessar 205 mil lotes?
E aqui a ideia que eu também gostaria de falar para vocês é a gente pensar na reforma agrária não só como uma questão de obtenção de terras unicamente para destinar, a gente pode pensar na reforma agrária também em algo mais amplo que a distribuição de terras, como a regularização fundiária em glebas públicas federais, como a questão do próprio crédito fundiário também, a gente pode destinar também outra forma de distribuição de terras.
Pode passar, por favor.
Aqui, rapidamente, de acordo com o Estatuto da Terra, a reforma agrária é dividida em fases. A primeira fase é a questão da implantação dos assentamentos: obtenção do imóvel rural, seleção de família e criação do assentamento. A segunda fase é a questão do desenvolvimento, em que você emite crédito, emite o título provisório, dá infraestrutura e assistência técnica para o assentado. E há a consolidação, que é você liberar, emitir o título definitivo para o assentado, inseri-lo nas políticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas, como a política de agricultura familiar. Então, ele sai de um assentamento, sai de um perfil de assentado e vai virar um agricultor familiar. Você faz georreferenciamento da área também.
O que a gente observa?
Pode voltar, por favor, ao outro.
O que a gente observa aqui é que o atual Governo, pela fala do Presidente César Aldrighi, do Incra, está focado única e exclusivamente, parece, na questão da implantação – e a gente considera muito importante a questão do desenvolvimento, que é você investir em crédito, assistência técnica – e da consolidação, que é a titulação definitiva para o assentado.
Pode passar, por favor.
O que a gente observa também, desde o ano passado, é que saíram alguns normativos que a gente considera que aumentaram muito a questão da insegurança jurídica no campo e fragilizaram a questão dos títulos de propriedade.
A Resolução CMN 5.081 restringiu o crédito para imóveis que estão sobrepostos em florestas públicas tipo B – a maioria pequenos produtores rurais, com até quatro módulos fiscais.
O Decreto 11.637 a gente o considera muito problemático também, porque ele aumentou a pontuação para acampados – o TCU falou que, teoricamente, não era bom aumentar essa pontuação, porque favorecia aquele pessoal ficar em beira de estrada –, passou de 5 pontos para 20 pontos e permitiu também a titulação em nome de pessoa jurídica, em nome de associação ou entidade, o que a gente também considera um retrocesso, visto que, quando você titula em nome de coletivo, você beneficia infelizmente o movimento e não a pessoa ou o assentado.
O Decreto 11.688 trata da questão de destinação de florestas públicas tipo B, que são aquelas glebas públicas não destinadas, exclusivamente para proteção ambiental, terras indígenas, territórios quilombolas e não cita a questão da regularização fundiária. A gente sabe que tem uma lei de regularização fundiária pela qual o Governo regularizará quem tem a posse mansa e pacífica anterior a julho de 2008. Então, essas pessoas têm o direito de receber seu título definitivo.
O Decreto 11.995, que é a questão da prateleira de terras, o programa Terra da Gente, cita inúmeras formas de obtenção de terras, e a gente considera algumas que não têm ainda regulamentação. Um problema grave desse decreto é que ele prevê a adjudicação de imóveis rurais para a reforma agrária sem a devida previsão orçamentária, sem a transferência de recursos por parte do Incra. Então, a gente considera isso também inconstitucional.
Saiu um decreto agora, em abril de 2024, o Decreto 12.046, que também fragiliza a questão dos títulos emitidos sobre a posse de florestas públicas e altera o marco temporal para o uso alternativo do solo para fins econômicos. O marco temporal é julho de 2008, e esse decreto passa para 2006. Então, a gente considera também que um decreto alterando uma lei é inconstitucional.
Pode passar, por favor.
Bom, aqui eu vou falar um pouco da questão da renda e da produção dentro dos assentamentos. Esses dados são um pouco antigos, de 2017, quando foi feito o último Censo Agropecuário. De acordo com dados do próprio censo, a renda média mensal – não estou falando de lucro, mas de renda média mensal do assentado, de uma família assentada – é de meio salário mínimo, meio salário mínimo! O que isso significa? Que, em 86% dos municípios com assentamento, a renda média de uma família é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menor do que um salário mínimo. Então, a gente pode falar, com esses números, que essa política deu certo no Brasil?
Pode passar, por favor.
Se a gente observar o mapa elaborado com os microdados do IBGE, do Censo de 2017, ele mostra ali os vermelhinhos, que são os que têm renda até meio salário mínimo e que a gente observa que estão em grande parte do Nordeste e parte do Norte; de meio a um salário mínimo também, em roxo, a gente observa que estão em grande parte do Norte e Nordeste; de um a dois salários mínimos, de dois a quatro e acima de quatro salários mínimos – e aí tem alguns assentamentos ali – no Centro, Centro-Sul e Sul.
Mas o que a gente tira de conclusão desses dados? Que é preciso promover a inserção produtiva desses assentados, para aumentar a qualidade de vida deles e diminuir a pobreza, porque, senão, eles nunca vão evoluir, e vai ficar sempre esse pessoal na miséria rural, conforme a gente vê com os dados aqui.
Pode passar, por favor.
Aqui, só estamos destacando a importância da titulação. Eu acho que uma política que deve ser fomentada pelo Governo é a emissão do título definitivo individual para o produtor rural em três esferas: na econômica, com ampliação da linha de crédito, seguro rural, inserção das cadeias produtivas ligadas à agricultura familiar, acesso à assistência técnica; no meio social, com segurança jurídica no campo, autonomia e independência para o desenvolvimento econômico; e ambiental também, com a questão do CAR, para você, cada vez mais, agregar a questão da regularização ambiental com a regularização fundiária.
Pode passar, por favor.
E aqui eu listo algumas leis que combatem a questão do crime de esbulho possessório e invasão de terras no campo. Aqui eu mostro que, realmente, a nossa legislação já tem diversas leis: o Código Penal, que pune quem invade terras; a nossa Constituição Federal, que, no art. 5º, fala que é garantido o direito de propriedade; a própria Lei da Reforma Agrária, que fala, no seu art. 2º, §§ 6º e 7º, que invasor em imóvel invadido deve ser excluído, por um período, do Programa Nacional da Reforma Agrária, e no §8º, que fala que quem incentivar invasão, fizer invasão não deve receber recursos públicos, isso está bem claro na lei; o Código Civil permite que quem tiver seu imóvel esbulhado ou invadido pode utilizar a força proporcional para retirar esse invasor; e o Código de Processo Civil fala das ações possessórias, reintegração de posse e interdito proibitório. Então, a gente pode observar que existe uma gama de leis que falam contra a questão da invasão de terras e crime de esbulho possessório.
E, aqui, alguns desses dados de invasões a gente retirou até do Incra, de anos anteriores, a partir de 2003. A partir de 2023, foram dados feitos pela CNA. Então, a gente pode observar que, de 2022 para 2023, teve um salto de invasões de terra; e, em 2024, a gente já contabilizou 27 invasões. O que a gente considera como invasão? Invasão é quando realmente invade-se a área. Então, teve o crime de esbulho, invadiu-se a área, e, mesmo que a polícia, a PM tire imediatamente, houve aquele esbulho, houve aquela invasão.
Pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, a gente está fazendo também um monitoramento – a CNA, a nossa comissão –, por estado, das propriedades invadidas e dos grupos que promovem essa invasão. A gente pode observar que a grande maioria ali foi o MST que fez. No mês de abril, o Abril Vermelho, teve quase 20 invasões. E ali também é total de invasão por Governo: Lula 1, Lula 2, Dilma, Dilma 2, Temer, Bolsonaro, e, no Lula 3, já chegando a quase cem invasões de propriedades até agora, até junho.

Pode passar, por favor.

E quais são as nossas sugestões, os meus encaminhamentos para a questão de reduzir as invasões e essa insegurança jurídica no campo? Garantir que o processo de seleção de famílias ao Programa Nacional de Reforma Agrária seja transparente e impessoal, sem interferência de movimentos sociais – essa é até uma sugestão do próprio TCU, que, em seus acórdãos, fala que tem que ser impessoal, não pode ter aquelas listas físicas, tem que ser um processo em que a pessoa tenha aptidão para trabalhar dentro do assentamento –; focar na titulação e nas políticas de desenvolvimento e consolidação dos assentamentos, que são aquelas duas fases posteriores de aplicação de crédito, produção, assistência técnica, geração de emprego e renda; modernização do processo de obtenção de título para o produtor rural, ampliando a tecnologia de assentamento remoto para os pequenos e médios proprietários também; ampliação da abrangência também da política de distribuição de terras, não focando apenas na criação de assentamento, que é a fase 1, mas também na questão da regularização fundiária e no crédito fundiário; e também combate às invasões e monitoramento delas, com uma maior interação aqui com os sindicatos rurais e com as federações.

Para isso, neste ano também – pode passar, por favor –, a CNA lançou a nossa plataforma de denúncia contra invasão de terras. O objetivo dessa plataforma é estabelecer um canal direto com o nosso produtor rural, qualificando esse monitoramento das invasões. E a ideia nossa, que a gente está discutindo com o Secretário de Segurança Pública, é fazer algum tipo de acordo com eles para repassar essas informações também. A gente já recebeu aqui mais de cem denúncias de invasão de terras, que podem ser denúncias anônimas – não precisa de você colocar seus dados, só alguns dados são obrigatórios. Então, ali está o QR code para acessar a plataforma.

Há essa cartilha também, que a gente elaborou em parceria com a FPA, mostrando os principais projetos de lei que combatem a questão da invasão de terras, e o que é também, falando um pouco desses acórdãos do TCU e outras informações em relação à questão da reforma agrária.

Bom, Senador, seria isso que eu teria para passar e gostaria de agradecer.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Obrigado, José Henrique.

Concedo a palavra ao Sr. Fabrício Morais Rosa, Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil).

Fabrício.

O SR. FABRÍCIO MORAIS ROSA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Quero agradecer, em nome da Aprosoja, o convite, Senador Alan Rick, e parabenizar pelo objetivo da nossa audiência pública.

Cumprimento também os Senadores aqui – Mourão, Ireneu, Jayme e Tereza –, os demais presentes também e os colegas de audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se puder colocar a nossa apresentação, eu vou passar um pouco sobre a questão da invasão de propriedade e sustentabilidade e vou usar o início da minha apresentação para demonstrar a sustentabilidade da agricultura brasileira.
Se puder começar... (Pausa.)
Bem, a agricultura brasileira é uma referência mundial de sustentabilidade e de sucesso.
Esse não é o primeiro eslaide, pode voltar um pouco aí, por favor. (Pausa.)
Exatamente, é isso aí.
Então, nós somos a única agricultura mundial tropical que conseguiu ser altamente produtiva, graças à Embrapa, à muita pesquisa. Domamos solos que são pobres, que precisam ser fertilizados. Genética foi adaptada de culturas de outros lugares para ser produzida no território brasileiro. Reconhecida por boas práticas. Altamente competitiva, porque usa praticamente poucos subsídios comparada com o resto do mundo. É uma agricultura que garante segurança alimentar; o Brasil é o maior produtor exportador de diversos alimentos, produz e exporta, o que também ajuda a regular preço, estabilizar a nossa economia – todos sabem da importância da agropecuária brasileira como uma âncora verde à nossa economia. Também temos aí a nossa matriz energética mais limpa do mundo, 47%, com uma participação muito forte da nossa agropecuária, com o biodiesel, com o diesel, com o etanol, com a cana, com a soja, com o milho. E temos o nosso grande diferencial da agricultura brasileira, que é a única no mundo; nós temos 66% de vegetação nativa preservada, sendo a metade dentro das propriedades rurais. De acordo com os dados da Embrapa – que, inclusive, foram apresentados ontem aqui, na audiência pública –, a metade dos imóveis rurais no Brasil está na forma de preservação de vegetação nativa. É o único país no mundo em que a metade dos imóveis rurais é vegetação nativa sendo preservada, graças à nossa legislação federal, e é, na outra metade, que nós produzimos os alimentos, energia, fibras, madeira, celulose. Então, sem dúvida nenhuma, o Brasil – os outros países não têm preservação ambiental dentro das propriedades rurais –, e o Brasil é o único país... além de todo esse potencial agropecuário, também é aquele que preserva o meio ambiente. E o nosso produtor rural é o único no mundo que, além de preservar para o Brasil, preserva também o meio ambiente para toda a humanidade.
Pode passar, por favor.
Vou responder a algumas perguntas aqui importantes, ao final vai ficar mais claro, mas normalmente o pessoal diz: "Ninguém come soja", mas a soja é altamente relevante para a humanidade, porque, graças ao farelo de soja, foi possível produzir em grande escala leite, carne, ovo, ou seja, hoje ninguém come carne, leite, ovo que não tenha sido produzido com soja e com o milho, que é produzido na segunda área da soja. E, de acordo com a OCDE, o mundo inteiro aumenta o consumo de proteínas, porque a renda das pessoas está melhorando, e o Brasil tem não só produzido, como exportado para mais de 200 países, ajudando, portanto, na segurança alimentar do planeta.
Pode passar.
A soja a gente só exporta... Então, assim, a soja está no dia a dia das pessoas. Ao contrário do que as pessoas imaginam, na nossa alimentação, como eu disse, o ovo, o leite, as carnes, quando eu frito também uma batata, uma mandioca, pessoas que se alimentam que tenham intolerância à lactose, mas não só isso, a soja também está substituindo a oleoquímica, e hoje também as maquiagens vêm com soja, o colchão também é de soja, do biodiesel, que nós usamos aí, a maior parte da matéria-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prima vem do óleo de soja, as tintas... Portanto, muitas vezes as pessoas criticam a soja, mas estão se maquiando com a soja, dormindo na soja, se locomovendo através da soja, e até as chapinhas têm revestimento de soja também. Então, além da relevância alimentar, tem alta relevância também na vida das pessoas.

Pode passar, por favor.

Nós não precisamos exportar comida? Bom, no mundo inteiro, está aumentando, de forma constante, a demanda por alimentos, e o Brasil é um dos grandes países exportadores, a nossa balança comercial bate recordes todos os anos.

Pode passar.

Isso aqui está um pouco pequeno, mas eu vou traduzir para vocês. Se nós temos um, hoje, saldo positivo da balança comercial brasileira, é graças ao nosso agronegócio, que concede um saldo positivo, apesar das importações nos outros setores, consegue um saldo positivo de US$149 bilhões do setor e garante um saldo positivo de 98%. E por que eu preciso exportar? Onde é que está realmente o diferencial? Quando entra a dólar no país, eu estabilizo o câmbio, eu estabilizo a inflação. Portanto, toda a sociedade brasileira é beneficiada quando eu exporto, quando entram dólares. As reservas cambiais que nós mantemos no nosso país são, sem dúvida nenhuma, essenciais para estabilizar a nossa economia. Então, eu preciso, sim, produzir comida e eu preciso, sim, exportar comida, é importante entrar dólar.

E o Brasil passou os Estados Unidos na produção mundial de soja, e, hoje, nós somos o campeão mundial, e a soja é a que mais contribui hoje, é principal produto exportado pelo Brasil. Se nós somos bons em alguma coisa no Brasil, é na produção de soja, é o principal produto exportado, e o Complexo Soja é o que mais participou com o superávit da balança comercial. Portanto, é a soja que mais contribui com o saldo positivo da balança comercial. Soja não é só comida; soja é prosperidade da população brasileira.

E o Brasil também é líder e referência mundial em agricultura sustentável. Então, está em boas práticas – foi uma pesquisa recente feita pela McKinsey & Company...

(Soa a campainha.)

O SR. FABRÍCIO MORAIS ROSA – ... o Brasil está no topo da lista ali, sem dúvida nenhuma, quando você fala de adoção de prática sustentável, muito acima da Europa, muito acima dos outros países.

Pode passar.

A nova revolução de sustentabilidade mundial, que é a utilização de biológicos, também ali, o Brasil está no topo também. Hoje é o que mais adota biológicos, muito acima também da União Europeia. É o país que realmente tem feito a diferença, e os produtores de soja são os que mais usam biológicos hoje.

Pode passar, por favor.

E tudo isso sendo um dos países que menos usa subsídios, ao contrário da China, ao contrário da União Europeia, que usam muitos subsídios, têm um modelo de agricultura muito diferente do nosso, não é de sucesso como o nosso. E, se você pegar ali e fizer o corte, a França é a que mais usa subsídios e é a que mais critica o Brasil também quando se fala de agricultura e meio ambiente.

Pode passar.

Matriz energética, já falei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.
Nós estamos num modelo de ocupação, a nossa agropecuária cresce também em áreas já abertas. Nós não estamos ameaçando bioma nenhum.
Pode passar.
Nós estamos ocupando com lavouras e com floresta a área de pastagem. O desmatamento caiu de forma vertiginosa, mas a produção de boi e de soja continua crescendo, o que comprova o que eu acabei de dizer. Nós não estamos crescendo, a nossa produção, baseados em desmatamento.
E, na metade dos imóveis, preservação ambiental; na outra metade, produzindo alimentos. Isso são dados da Embrapa, não sou eu que estou dizendo.
Pode passar.
Não é de graça. Os produtores rurais brasileiros investem R$3 trilhões para preservar a vegetação nativa dentro da sua propriedade. Isso é o custo de se manter vegetação nativa na propriedade hoje. Não é dado meu, é da Embrapa, ela apresentou isso ontem e, inclusive, contabilizou: equivalente a US$600 bilhões imobilizados nas propriedades na forma de vegetação nativa.
Pode passar.
Concluindo, então, o agronegócio brasileiro é prosperidade do povo brasileiro. Nosso PIB está aí, 24% do agro contribuindo com o PIB; o crescimento, 30% do que cresceu, foi por conta do agro; 26% dos empregos; 50% das exportações, o que garante esse superávit tão importante. Então, o agro brasileiro cumpre essa função social, ele é bom para o país e ele é sustentável, como eu demonstrei nos eslaides anteriores.
Pode passar.
E aí, infelizmente, apesar de tudo isso, de toda essa prosperidade, nós estamos, em pleno século XXI, convivendo com a invasão de propriedade, que é uma chaga na nossa sociedade. Não podemos compactuar com esse tipo de coisa, não é?
Pode passar, por favor.
E a nossa casa da Aprosoja Brasil foi invadida pelo MST.
Pode voltar lá.
Foi invadida pelo MST com os dizeres de que soja não enche o prato. Eu já mostrei como é que soja enche o prato. Inclusive, o produtor de soja hoje também é o que produz arroz lá no Rio Grande do Sul, também é o que produz feijão; então, o produtor de soja, de arroz e de feijão está sustentando sim a sociedade brasileira, está botando comida sim na sociedade brasileira. E o MST invadiu lá a nossa casa, e admitiu, e publicou depois lá. E olha o manifesto que o líder fez: "A luta pela Soberania Alimentar passa pela luta contra o modelo devastador do agronegócio [que preserva o tanto que eu mostrei aí para trás] e tem na agroecologia e na reforma agrária os pilares fundamentais de disputa, apresentando um outro modelo de agricultura, sustentável [...] com diversidade produtiva [o Brasil produz todo tipo de alimento e, inclusive, exporta todo tipo de alimento], com controle popular dos meios de produção" – afirma o líder.
Então, vejam que, na verdade, isso aqui é um manifesto de coisas que nós já vimos no passado que não funcionaram. E mesmo a Europa, que seguiria algo parecido com isso, só consegue porque é altamente subsidiada. O produtor europeu era para estar quebrado, não era para estar produzindo nada. Lá eles gastam bilhões de euros para sustentar esse modelo de agricultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por conta disso, a Aprosoja fez um manifesto contra esse tipo de ação que está hoje relativizando o direito à propriedade, que fica utilizando de subterfúgios, de normas, para garantir invasão de propriedades, movimentos que realmente têm prejudicado muito as famílias. São as famílias que estão em ameaça hoje, sendo invadidas. Então, para nós, isso é uma chaga sim, nós estamos aí afrontando a Constituição, como foi demonstrado aqui pela CNA, em todas as normas que nós temos, afronta as autoridades, comete crime, ameaça o que é mais sustentável hoje no nosso país. Então, nós não podemos, em pleno século XXI, simplesmente compactuar.

Não somos contra a reforma agrária, somos favoráveis à reforma agrária, queremos que aconteça a reforma agrária. Acho que todos têm o direito, sem dúvida, de uma terra, mas não na base de crime, de invasão e de relativizar o direito à propriedade.

Pode passar.

Finalizando então, Senador, nós acreditamos sim – além de todas as ações aqui e, claro, a atuação do Incra no que é possível e que é pertinente –, precisamos de um pacote anti-invasão sim, com todos os projetos que já foram apresentados pela FPA e estão tramitando dentro deste Congresso, precisamos de delegacias especializadas com monitoramento e intervenção. Esse processo de organização da CNA foi essencial também. Precisamos de penas mais severas para os invasores e precisamos responsabilizar também os agentes públicos que incentivem ou que se omitam também diante do crime, porque, se é crime, eu não posso me omitir se eu sou uma autoridade.

Então, estes são os projetos de lei que nós defendemos, também, que devem andar: o 709, para aquele que comete crime – sobre poder ter acesso a benefícios sociais do Governo –; e também o 4.357, para resguardar a propriedade produtiva, que é um pilar da democracia brasileira de direito à propriedade, e as nossas propriedades agropecuárias são altamente produtivas.

É isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço ao Diretor-Executivo da Aprosoja, Fabrício Morais Rosa.

Concedo a palavra, por videoconferência, ao ex-Presidente do Incra e ex-Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo Francisco Graziano.

O SR. FRANCISCO GRAZIANO (Para expor. Por videoconferência.) – Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão, Senador Alan Rick. É uma honra, um privilégio para mim.

Eu escrevi um pequeno texto. Inicialmente eu pensava em fazer a leitura dele, mas em face das colocações já feitas e do adiantado da hora, eu vou fazer aqui um resumo; depois eu encaminho à Secretaria da Comissão o texto que preparei.

Cumprimento todos os Deputados, as Senadoras, os Senadores, a Senadora Tereza Cristina, que é minha colega, engenheira agrônoma, e, na pessoa dela, cumprimento a todos os Parlamentares presentes.

Eu vou começar do começo. A reforma agrária do Brasil pode ser descrita como o maior fracasso de uma política pública jamais executada no nosso país. E, sendo um fracasso desse tamanho, é temerário, é altamente temerário se pensar em ampliar a reforma agrária brasileira sem antes tentar consertar os seus defeitos ou as suas distorções. Esse foi um posicionamento que eu fiz já no ano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passado, na Câmara dos Deputados, quando honrosamente fui convidado também, em uma CPI, para dar o meu testemunho sobre o processo da reforma agrária brasileira.

Quais são as distorções, quais são os principais defeitos da reforma agrária? Eu vou resumir aqui em cinco questões.

A primeira delas: a reforma agrária brasileira tem um custo altíssimo, que está sendo suportado pela sociedade brasileira e pelo Tesouro brasileiro. Qual é esse custo? Os estudos que eu faço – e eu tenho, modéstia à parte, gabarito para fazê-lo – indicam que hoje, atualizando os dados, cada família assentada custe ao redor de R$220 mil. É um valor, enfim, baixo, e isso é média Brasil. Se for pensar custo da reforma agrária no Paraná, o estado do Deputado Lupion, ou em São Paulo, onde eu estou, ou em Minas Gerais e em Goiás, seria o dobro. Então, são R$220 mil por família, o que daria, nos 30 anos em que o Brasil faz reforma agrária, um dispêndio já realizado de R$220 bilhões.

Então, exatamente, por que a reforma agrária do Brasil é muito cara? Por conta da valorização da terra e principalmente por aquilo para que eu quero chamar atenção desta Comissão: desde o primeiro Governo do Presidente Lula, o Brasil passou a comprar terras para fazer reforma agrária, preferencialmente a desapropriar terras. Os números são do próprio Incra. No Governo Fernando Henrique Cardoso I, o primeiro, 72% das terras destinadas à reforma agrária foram desapropriadas, com pagamento em títulos. No primeiro Governo Lula, de 2003 a 2006, apenas 29%; ou seja, a maioria das terras, para atender à reforma agrária que era demandada pelos invasores de terra, o Governo começou a comprar, começou a fazer negócios de terra. E daí vem um dos grandes problemas relacionados à nossa reforma agrária, que são as negociatas agrárias, são os riscos desses processos, são os conluios que são feitos entre o poder público e o poder privado. Para você atender a uma demanda forjada pelas invasões de propriedade, você compra terra a um elevado preço e atende um grupo pequeno relativamente ao montante da sociedade brasileira.

O segundo ponto é a elevada evasão. Nós não temos dados agregados sobre reforma agrária no Brasil. O Incra nunca fez isso, exceto em 1996, quando, na época, o Ministro Raul Jungmann fez o primeiro censo da reforma agrária. Nunca foi feito nem o segundo, nem o terceiro, nem nunca mais. Naquela época, em 1996, 35% das famílias assentadas não foram localizadas para serem entrevistadas. Então, a evasão já era elevada. Não é um problema de governo, é um problema do processo da reforma agrária. E eu estimo, com base nos conhecimentos e nas informações que recebo de todos os estados, que nós hoje temos uma evasão que não é menor do que 50% das famílias que foram originalmente assentadas. Hoje, elas saíram do seu lote, voltaram para a cidade, arrendaram as suas terras ou venderam essas terras.

Srs. Senadores, Deputados, quem quiser, vão a qualquer região deste país onde existe um assentamento rural: existe um mercado de terras de assentamentos, existe o preço do lote, quem tem dinheiro compra. Milhares de oportunistas compraram terras da reforma agrária, levando a uma distorção inimaginável para quem, como eu, ajudou a formular o projeto de reforma agrária lá nos anos 1970. E está havendo um terrível processo de concentração fundiária dentro dos lotes de reforma agrária. Há quem tenha três, cinco, oito, dez lotes, adquiridos de seus vizinhos ou comprados de um conjunto deles. Isto acontece em todas as regiões do país. Obviamente, há exceções, e as boas exceções nós temos principalmente no Rio Grande do Sul, nós temos em Santa Catarina, e há alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

casos aqui em São Paulo. São os assentamentos virtuosos, que devem representar 5%, 6%, 8% dos existentes.

A terceira distorção terrível do nosso processo de reforma agrária é a baixa produção e, consequentemente, a baixíssima geração de renda. Nós não temos dados agregados. A CNA apresentou dados colhidos do Censo Agropecuário por município; mas os dados que eu citei na CPI da terra lá na Câmara, no ano passado, foram de um estudo feito por gente do Incra, comparando os Estados do Rio Grande do Sul com a Bahia, um conjunto de assentamentos desses dois Estados, e o resultado foi que, no Rio Grande do Sul, a renda média das famílias assentadas é 52% de um salário mínimo, e, na Bahia, 14%; ou seja, se aquelas pessoas que estão lá nos lotes do assentamento estivessem trabalhando no mercado de trabalho recebendo um salário mínimo, estariam muito melhor do que na situação em que se encontram, mesmo considerando as benesses públicas – quer dizer, quem está melhor mesmo dentro de um assentamento são os aposentados. E há milhares de aposentados que usam os seus lotes como local de moradia, o que para ele satisfaz, isso é bom, e ele mantém lá uma galinha, uma horta, etc., não utiliza aquela área como uma área de produção. E aqui vem um problema gravíssimo da nossa reforma agrária: se nós formos comparar essas fazendas, boa parte dessas fazendas que foram compradas pelo Incra para fazer reforma agrária, com a situação atual, o nível de produção hoje é menor do que era antes, ou seja, a reforma agrária brasileira não tem conseguido elevar a produção agropecuária do nosso país, salvo as exceções, como sempre.

E, por último lugar, em quinto lugar, eu quero aqui me referir à questão do acesso – e vou terminar por aqui. Qual é o passaporte da reforma agrária do Brasil? É a invasão de terra. Ou o governo, qualquer governo, ou o Congresso, qualquer que seja ele, acabam com esse privilégio dos invasores de terra ou não haverá saída para esse processo. Então, o que é preciso fazer? Mecanismos variados, editais públicos, concurso, qualquer forma capaz de atrair filhos de agricultores, pequenos agricultores, técnicos formados em escolas agrícolas, filhos de arregimentados nas cooperativas do Brasil, qualquer mecanismo que se crie para democratizar o acesso aos assentamentos de reforma agrária. Porque hoje a reforma agrária brasileira não é democrática, ela é direcionada para os invasores de terra. Isso é um problema terrível.

E eu falo com a boca cheia de quem estuda o assunto, de quem já presidiu a reforma agrária do Brasil e de quem gostaria de ver o nosso país dar um freio de arrumação nesse processo para ocupar os milhares de lotes que estão vazios, mas não estão vazios; eles estão ocupados por outrem dentro da reforma agrária. Então, não é possível assentar, mas é possível, sim, selecionar pessoas com capacidade produtiva, que tenham vontade de empreender no campo e ocupar lotes de quem irregularmente os está ocupando dentro da reforma agrária brasileira.

Esse, enfim, é o meu depoimento, que está por escrito. Eu logo o encaminho, agradecendo essa generosidade do Presidente Alan Rick.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Obrigado ao nosso ex-Presidente do Incra e ex-Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo Chico Graziano.

Neste momento, eu abro a sessão de perguntas aos nossos Senadores, após as exposições dos nossos convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela ordem de inscrição, eu convido a usarem a palavra os dois primeiros Senadores: Senadora Tereza Cristina e, na sequência, Senador Beto Faro.
Senadora Tereza.
A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente Alan Rick. Quero cumprimentar a todos que vieram aqui hoje falar sobre esse tema tão importante e que nos preocupa muito.
Ouvindo a fala de cada um, eu queria fazer uma pergunta para o Presidente César. Eu não entendi se vocês entregaram 50 mil títulos ou assentaram 50 mil famílias. Desculpe, eu fiquei... na sua fala não consegui... Por favor.
O SR. CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI (Para expor.) – Casualmente, o número do ano passado é muito próximo. Foram 50 mil títulos entregues...
A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Títulos.
O SR. CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI – ... 5,7 mil títulos definitivos, o restante foram contratos de concessão de uso – como foi feito anteriormente, no Governo de que a senhora fez parte – e nós assentamos 50 mil famílias também no ano passado, nas diversas formas que eu tentei deixar claro. Se precisar, eu posso repassar os números...
A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Não, é que eu me confundi. Só para... Enfim, eu acho que é um tema relevante, mas eu também, assim como o Xico – meu colega Xico Graziano – e como muitos outros aqui, tenho muita dúvida sobre o projeto hoje.
Eu gosto muito do crédito fundiário. Eu acho que o caminho da modernidade, do que nós vamos ter que perseguir, é o crédito fundiário, porque eu acho que o modelo de assentamentos tem muitas deficiências e está ficando cada vez mais obsoleto, por tudo que foi dito aqui. No período de 2019 a 2023, foi feito um grande investimento para modernizar a infraestrutura tecnológica do Incra. Para se ter uma ideia, em 2019, o Sigef, o sistema que controla as bases territoriais do país, nem sequer tinha backup. Ele operava no limite, caía todo dia. Eu me lembro, enfim, das várias reclamações que a gente recebia, com muita razão, pelo Brasil afora. A situação era tão crítica, que foi necessário que o sistema operasse em turnos, com o público acessando durante o dia e os servidores do Incra à noite, para poder dar alguma resposta e poder caminhar. Eu era então, nessa época, Ministra e viabilizei recursos para essa modernização. E também quero aqui dizer que os funcionários do Incra são muito mal pagos mesmo. Nós precisamos remunerá-los melhor.
Depois dessa modernização emergencial, nós fomos para o desenvolvimento. Eu acho que nós deixamos uma revolução tecnológica que o Incra viveu e vive, a Plataforma de Governança Territorial, a PGT. Dentro da PGT, um dos maiores avanços construídos foi alinhado com o TCU. E aí a gente viu... alguém passou a responder os acórdãos que o TCU tinha, que chegaram a paralisar a execução da política de reforma agrária. E havia, então, nessa plataforma, um módulo de seleção de famílias. Esse módulo disponibilizado ao público no final de 2022 eliminava a necessidade de intermediários na seleção de famílias, dando transparência ao processo de escolha de beneficiários e total acesso a qualquer cidadão para participar do processo de seleção dessa política pública, que não pode ser direcionada para nenhum grupo, baseada em suas opiniões, enfim, suas opiniões políticas. E esse sistema, eu considero, foi um avanço e foi um sucesso, resultando, inclusive, no Acórdão do TCU 169,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2023, que, na prática, elogiava essa política adotada pelo Incra pela implantação dessa PGT no ano de 2022.

Ocorre que, um ano depois, esse mesmo TCU, em novo acórdão, o Acórdão 816, de 2024, registra a paralisação do desenvolvimento dos sistemas informatizados do Incra e estabelece prazos para o seu desenvolvimento. Se somada essa paralisação com um conjunto de atos normativos, decretos editados, alguns aí também colocados desde o ano passado, vemos, na prática, sendo remontada a estrutura que beneficiava diretamente grupos específicos no recebimento de lotes, que são patrimônio da União. E a sociedade brasileira, às vezes, eu não sei se ela sabe o tamanho que teve a reforma agrária no Brasil, são 80 milhões de hectares, é muito maior, são quase 20 milhões de hectares a mais, 14 milhões a mais de hectares, do que tem toda essa agricultura que todo mundo enaltece, enfim, que produz riqueza, que exporta, que faz a segurança alimentar do nosso país.

Então, eu queria fazer uma pergunta: qual o planejamento da conclusão da implantação do sistema de seleção de famílias acordado com o TCU? Qual o prazo recebido pelo Incra no Acórdão 816, de 2024? Ele será cumprido?

E uma segunda pergunta: a escolha de famílias por vinculação política ou ideológica para serem beneficiárias e receberem uma terra não configura crime de improbidade administrativa? Então, eu queria fazer essa pergunta porque eu tenho visto, eu recebo – eu tenho vários assentados que têm o meu telefone e até hoje eu falo com eles de madrugada, me ligam, querem mais trator, querem produzir, muitos que receberam títulos, sejam provisórios ou definitivos –, enfim, às vezes, umas coisas muito estranhas: que estão plantando acampamentos na porta de propriedades – às vezes dessas que têm pessoas já lá que, de alguma maneira, chegaram lá de maneira legal ou não. Mas, enfim, estão colocando pessoas para que possam ter acesso a lotes, a propriedades que serão disponibilizadas, voltando ao modelo antigo. E aí eu quero dizer aqui, nós não precisamos no Brasil desse modelo, nós temos terra suficiente, nós temos hoje que dar condições àqueles que estão na terra de poderem viver, não podem viver com meio salário mínimo, vamos dizer que esteja defasado esse número, que é de 2017, mas o quê? Não podem viver com salário mínimo, eles têm que almejar ter mais dignidade. Hoje nós temos tecnologia, hoje nós temos... tem crédito, os governos aí se esforçam para dar crédito. Nós precisamos dar assistência técnica e temos que dar segurança àquelas pessoas que estão, para que eles tenham os seus títulos definitivos para que possam produzir, para que possam ter dignidade e melhorar de vida. É isso que nós queremos.

Agora, a gente tem assistido a algumas coisas com que eu tenho ficado muito preocupada, porque a gente está vendo que o encaminhamento não é a transparência nem a governança. O encaminhamento é voltar ao modelo antigo dos apaniguados, dos movimentos sociais que ficavam lá dentro do Incra – e eu espero que a gente possa falar ficavam, no passado –, pressionando para colocar o seu movimento, para colocar aquelas famílias que eles colocam na beira da estrada e cobram, às vezes, por isso, para poder colocar nesses lotes e nesses assentamentos.

Eu acho que a gente tem que pedir aqui, depois, para ver esse acompanhamento do TCU na implantação desse sistema e torcer para que vocês realmente consigam implantar, porque é isso que vai dar transparência, é isso que vai dar governança, é nisso que nós vamos poder evoluir.

E, agora, eu quero falar aqui para o MDA. Eu sempre fui contra essa divisão de agriculturas. Eu acho que é uma agricultura só – pequeno, médio, grande –, mas cada governo faz como acha que deve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer. Mas nós não podemos perder o crédito fundiário, porque, quando você tem aquelas famílias que escolhem aquela propriedade para comprar, que fazem um projeto para se instalar lá, fazem a sua operação produtiva e têm a responsabilidade com o pagamento, eu acho que assim cresce, assim nós vamos chegar lá.

E, para aquelas famílias mais vulneráveis, nós temos lotes sobrando. É uma questão de... Eu não acredito... Hoje está tão difícil viver do campo, é tão difícil, não é para qualquer um viver na área rural. Você saber tirar leite, você plantar uma horta, não é fácil. Então, nós temos que levar tecnologia a essas pessoas que estão no campo para que tenham sucessores inclusive, senão nós poderemos, daqui a dez anos, vinte anos, estar iguais à França, que não tem quem queira ir para a terra.

Então, nós precisamos usar os bons exemplos, como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, de pequenas propriedades, mas grandes produtores. Eu acho que esse é o caminho que nós precisamos perseguir.

Agora, precisamos olhar com cuidado, Senador Alan Rick, o que está acontecendo com esses lotes, com gente na porta das propriedades querendo tirar aqueles que estão lá, para serem colocados os amigos do rei. Eu acho que isso é impraticável e nós temos que estar de olho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço à Senadora Tereza Cristina pelos importantes apontamentos.

Concedo a palavra ao Senador Beto Faro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente... Só um minuto, Beto, por gentileza.

Eu gostaria de dizer – se V. Exa. me permitisse, claro que com a devida vênia e autorização do Beto –só um pequeno comentário, Beto, porque eu vou ter que ir lá no ministério agora, tenho uma audiência. Mas quero só fazer aqui dois comentários.

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Obrigado, Beto.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Concedido, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Quero saudar todos os convidados aqui, especialmente o João Pedro, que foi meu colega, Senador da República, o Sr. Presidente do Incra e as demais autoridades convidadas aqui.

Duas coisas me chamaram a atenção, só.

Uma é a questão que nós temos 33 mil famílias, vou chamar assim, que estão buscando efetivamente a oportunidade de ter um lote de terra e, no entanto, nós temos 205 mil lotes vagos. Se esses números são reais, está resolvido o problema da reforma agrária no Brasil, 33 contra 205 ou 205 contra 33 – resolvido. Se esses números são reais, conforme a informação do José Henrique, temos lotes em abundância, suficientes para fazer a reforma agrária que nós desejamos.

Dois, em relação ao Incra. O Incra já foi um órgão extremamente importante, de gente competente, de gente que, com certeza, construiu, ajudou a construir este país aqui. Só dar um exemplo aqui, Tereza. No Mato Grosso, particularmente, nós temos cidades hoje, como é o caso de Lucas do Rio Verde, Guarantã do Norte e outros, que foi o Incra que fez o assentamento, na década lá atrás. São maravilhosas cidades hoje, cidades de IDH fantásticos, de renda per capita invejável. Talvez o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tenha cidades que têm renda per capita como temos em Lucas do Rio Verde, como temos em Guarantã do Norte e em outras tantas lá. Mas o Incra, de fato, de direito, funcionava. Eu era moço jovem e me lembro muito bem.

Acompanhei, com certeza, a implantação desses projetos de assentamento do Incra em grande parte da história do Mato Grosso. De lá para cá, fui Governador, duas vezes Senador, três vezes Prefeito, o Incra envelheceu, vamos ser honestos aqui, o Incra perdeu aquela força que tinha, era um Incra vigoroso. O Incra perdeu, com certeza. Hoje envelheceu, os seus trabalhadores, os seus colaboradores lá; envelheceu.

Só para dar um exemplo do Mato Grosso. No Mato Grosso, o Incra praticamente está a reboque. Há poucos dias – com todo o respeito, César, V. Exa. tem conhecimento –, estavam acampados lá, num prédio com telhado caindo, sem nenhuma estrutura; pessoal desanimado, até por uma questão salarial... muito pouco. Enquanto está no Incra ganhando 2 mil, 3 mil, se for para uma empresa privada ser chofer de caminhão carreteiro, ganha R$7 mil, de caminhão boiadeiro, hoje, deve tirar 6, 7 mil. Então houve um envelhecimento, um achatamento salarial; perderam aquele entusiasmo. O Incra do passado era um Incra de que nos sentimos orgulhosos, sei porque, como Governador, entreguei milhares de títulos do estado, na parceria que nós tínhamos com o Incra naquela época. De lá para cá, infelizmente, o que está acontecendo é que não está produzindo aquilo que teria, certamente, que produzir.

Quando você fala em crédito agrícola aqui, se é a favor do crédito fundiário, etc., pois bem, o que ocorre hoje? Não é todo mundo dos assentados que tem acesso ao crédito fundiário, porque lá vai o Ibama, vai lá a Sema, multa, porque muitas vezes o assentado não tem capacidade de tirar da terra ali para comer. Dados ali são horríveis, R$403, ou seja, tiram lá 40% ou 50% do salário mínimo, que é um salário de miséria – o cidadão tira lá R$400. Se esses números são reais, vivem abaixo da linha da miséria.

Eu conheço alguns assentamentos do meu estado. Temos uma centena de assentamentos, uns prosperaram, outros foram muito bem, em outros, com certeza, há pessoas que vivem abaixo da linha da miséria e não ganham ali para sobreviver. Eles vão trabalhar em propriedades. Deixa a mulher em casa – às vezes os filhos são pequenos, se são adultos, ficam na propriedadezinha lá – e vai caçar serviço em qualquer tipo de atividade, para a questão de sobrevivência familiar. Esse cidadão também foi penalizado porque derrubou uma, duas, três árvores, até para vender para o madeireiro, clandestinamente, para comer e beber, e ali vai a Sema, multa, o Ibama. Lá tem multa em cima da propriedade do cara de 2%, 5%, real, do preço que a terra vale lá. Então, com isso aí, o que acontece? Suja o CPF dele.

Nós temos uma região no médio, no baixo Araguaia, aqui no Mato Grosso, que tem 30 assentamentos, mas ninguém tem acesso ao crédito fundiário, João Pedro, porque está sujo o CPF dele, se está no nome da mulher, está sujo, etc. Então, inclusive, isso tem que ser revisto. O Incra tem que fazer essa interface junto aos órgãos que fizeram essas multas lá, para sanar essa situação.

Caso contrário, é um desânimo total. Aí é aquela bagunça do negócio que você vira para o mais forte aqui e vende, aí vira para lá... Tem gente lá que eu conheço que tem plantado soja em assentamento e já comprou 20, 30, 40, 50 lotes e hoje tem mil hectares, 2 mil hectares. "De onde vem essa terra que você achou? Eu comprei dos assentados e plantei a soja". É verdadeiro isso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com todo o respeito aos senhores dirigentes do Incra aqui, nós temos que rever o conceito, o papel da Incra dentro desse processo da reforma agrária. Ninguém é contra a reforma agrária no Brasil, desde que ela seja decente. Nós temos que ter a segurança jurídica das nossas propriedades. Os senhores têm acompanhado aí: tem Governadores que estão jogando duro, Alan Rick. Você vê aqui o Ronaldo Caiado, no Estado de Goiás, o Mauro Mendes, no Mato Grosso, eu imagino o Ratinho, sei lá, o Tarcísio, quem quer que seja... Estão jogando duro, porque nós temos que ter segurança jurídica. Todos nós queremos garantia jurídica. Você comprou há 30, 40, 50, 60 anos, e aí, de lá para cá, vem o cidadão e monta um acampamento e quer tomar a terra na marra, na porrada. Aí o cidadão tem que reagir, seja de forma pessoal, seja através de instrumentos legais e jurídicos. E hoje, graças a Deus, tem alguns Governadores que estão impedindo esse tipo de atitudes.

De forma que eu quero aqui dizer aos senhores para contarem com o Senador Jayme Campos. Se precisar até destinar um pedacinho de verba das minhas emendas orçamentárias, seja individual, seja de bancada, para o Incra lá de Mato Grosso... Está feio lá, pobre, pobre, e isso não é bom, até porque as coisas não andam. E, como somos políticos, todos os dias batem à nossa porta e falam: "Senador, o senhor precisa me ajudar aqui". Aí, eu digo: "O que eu posso fazer, meu filho? A minha parte eu estou fazendo, dentro das minhas limitações".

Então, eu quero aqui dizer o seguinte: nós precisamos que o Incra cumpra o seu papel, cumpra a sua finalidade e, sobretudo, faça assentamentos, mas de forma transparente, republicana, para o bem do Brasil, sobretudo para as famílias que tenham vocação para a terra, não para gente que quer fazer da terra balcão de negócio. Muitas vezes, o cara não tem nada a ver com a terra, é taxista, é vendedor de sorvete, é barbeiro... Tem que dar terra para quem tenha vocação para a terra.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Eu concedo a palavra ao Senador Beto Faro e, na sequência, abro para as respostas do Incra.

Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Alan Rick.

Quero cumprimentar aqui os Senadores e as Senadoras presentes. Quero agradecer e parabenizar pela exposição do Incra, do MDA e dos outros organismos. É claro que tem diferenças nas suas posições, mas tudo com muita clareza e muito respeito naquilo que está sendo feito.

O objeto da audiência pública é o aumento dos conflitos, das ocupações. Os dados que estão sendo estabelecidos aqui são de que não há esse aumento. Não há esse aumento. Eu já vivi momentos de muita tensão no campo. Eu fui Presidente de uma federação de trabalhadores na agricultura e vivi na prática – assim como já fui Superintendente no Incra – essas ações de muita tensão. Hoje, eu acho que não é esse momento, embora seja também desses que, para mim, o bom seria não ter nenhum conflito e não ter nenhuma ocupação. O bom seria isso, mas não é o que a gente, efetivamente, está alcançando. Hoje nós temos uma situação de controle da negociação, da negociação do conflito, com os mecanismos que foram criados neste e em outros governos, para que a gente pudesse chegar aqui. Então, eu acho que nós temos uma boa gestão de toda essa questão hoje, embora tenha aqui a minha solidariedade, por exemplo, um órgão como o Incra, que está totalmente desestruturado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui Superintendente do Incra em 2003 e em 2004. Na Superintendência 01 do Brasil, que é a de Belém, tinha 450 servidores. Hoje tem 110 ou 120 servidores na superintendência. Desses 110 ou 120, tem 40 que já chegaram à idade de aposentadoria. Estão lá, mas não têm mais condições efetivas de ir para o campo, de fazerem uma vistoria, de fazerem uma ação.

Há uma necessidade grande de uma reestruturação, inclusive, do órgão. Tem muita gente no Incra hoje que ainda tem condições e força para o trabalho e está fazendo concurso para ir para o Ministério da Agricultura, porque o salário no Incra hoje... O inicial do Ministério da Agricultura, para um perito agrário, por exemplo, para um engenheiro agrônomo, é o de final de carreira no Incra. Então, não motiva, não dá essa motivação efetiva para que os servidores do Incra possam fazer isso. Estou falando aqui do Ministério da Agricultura, mas, se for comparar com o restante da Esplanada... Acho que essa é uma questão extremamente importante. Os gestores ganham mal, não são só os técnicos; os gestores todos ganham mal pelo que eles têm que gerenciar.

Acho que o Incra, por exemplo, em uma região que nem a minha, é de fundamental importância. Tem muitas regiões – e eu vejo como foi a governança dessa questão fundiária no Sul e tal, em alguns estados – em que isso já está estabelecido, mas na nossa região, não. A nossa região precisa de regularização fundiária em muitas áreas. Nós precisamos de reassentamento de pessoas. Tem reconcentração, sim, dentro das áreas de assentamento, até porque, em muitos dos assentamentos criados no nosso estado, buscavam-se as terras mais baratas ou as terras públicas. Portanto, elas eram as mais distantes das estradas e dos mecanismos de acesso. Elas eram as mais distantes.

E, aí, depois, você não tem dinheiro para fazer a infraestrutura – a estrada e a ponte – para poder chegar lá. Muitas pessoas que deixaram os seus lotes o fizeram porque o cara estava a 100km de uma rodovia – a 150km de uma rodovia – e não tinha o dinheiro do Incra para poder fazer esse acesso, a prefeitura não dava conta de fazer esse acesso, e ele fica lá como? No dia em que pega uma doença, no dia em que tem necessidade de um filho ir para dentro de uma escola, tem que sair de lá. Tem que sair de lá, porque não tinha. Acabava vendendo, achando outra área. É uma realidade esse fato aqui.

Hoje, eu acho que, na política de reforma agrária, com os consertos que precisam ser feitos, nós temos que buscar as áreas que estão mais perto das áreas onde tem infraestrutura, para poder dialogar. Senão, é difícil você continuar buscando.

Essa questão de que tem... Eu não acredito que tem todos esses lotes vazios. Podem ter esses aqui que não estão em RB, as pessoas não estão lá na RB, mas isso aqui tem concentração, tem tudo. Em muitas áreas dentro dos assentamentos, tem que fazer ocupação lá, para poder dividir essas áreas que estão dentro do assentamento, porque teve concentração e não é concentração: "Ah, o coitadinho aqui que foi assentado, que está ali dentro da área e foi comprando de vizinho". Não! Tem gente de fora, que não era assentada, que está lá dentro hoje, dentro dessas áreas, para poder trabalhar isso. Então, a solidariedade aqui é que nós temos que buscar recursos para dentro do Incra. Eu tenho, no meu mandato, tenho ajudado nesse aspecto de botar emenda, de botar dinheiro dentro do Incra para poder trabalhar essas questões da estrutura dos assentamentos, do desenvolvimento dos assentamentos, da regularização fundiária. Acho que tem muito pouco dinheiro para a aquisição. As terras no Brasil se valorizaram, e, com esse dinheiro que tem hoje para...

E aqui não tem que ter preocupação, pois a legislação diz que pequena propriedade está fora de desapropriação; que média propriedade está fora de desapropriação; que, nas grandes, só a que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estiver produtiva é que tem a possibilidade, a que estiver produzindo não tem. Com os índices hoje de produtividade, que estão estabelecidos há não sei quantos anos, é muito difícil você encontrar uma área que não deem como produtiva. A lei limita muito claramente as áreas possíveis de desapropriação. Então, não tem que ter essa preocupação.

Nenhum decreto do Presidente, nenhuma regra que foi estabelecida permite... Eu já vi história de que agora vai se permitir que se mude o índice de produtividade das áreas. Sinceramente, eu queria que mudasse, até porque nós modernizamos essa questão da agricultura, e hoje os índices são diferentes daqueles, mas, infelizmente, o meu Governo não está com condições de fazer isso, não tem condições de fazer essa coisa e está admitindo que a gente continue com o índice de produtividade que era de lá de trás. Eu queria que avançassem nisso, mas não vai acontecer, não vai avançar. Então, não tem nenhum risco aqui com relação a essa questão.

Quanto aos conflitos, nós temos que continuar vigilantes, temos que continuar negociando. Eu tenho visto o César... O César eu sei que é funcionário de carreira do Incra já há um bom tempo, eu não o conhecia, mas tenho percebido essa relação... Sempre que eu o procurei, ele tem nos atendido aqui e fora daqui, dentro do órgão. Então, nós temos gente hoje que compreende essa situação dentro do órgão para podermos dialogar.

E, por fim, quanto a essa questão do cadastro, não vamos criar uma falsa coisa, que não existe. É um mecanismo... Não foi estabelecido só por um governo o mecanismo que nós estamos estabelecendo. Tem todos os mecanismos de como fazer com transparência, de ter acesso... O Governo hoje tem diferenças do que foi no passado, pessoal, do que foi o Governo passado. É um Governo... Eu até o louvo aqui e acho importante por não ter mais conflitos, porque é um Governo em que tem democracia, em que as pessoas e os grupos acabam disputando, acabam falando e podem se posicionar. Teve um tempo aqui atrás em que era difícil um sem-terra ir para dentro do Incra, falar e conversar. Mesmo com tudo isso, a gente tem administrado bem, na minha avaliação, esses conflitos, mesmo com toda essa questão da complexidade e do acirramento que tem hoje. O acirramento nós temos administrado bem. Portanto, eu queria parabenizar aqui, porque é uma ação com poucos recursos, com os poucos recursos que temos.

E aí uma coisa na Amazônia e no meu estado: no meu estado, tem 30% do que foi assentado desse 1 milhão aí. Desse 1 milhão de assentados da reforma agrária, tem 30% lá no meu estado. E tem pouco dinheiro, não tem quase dinheiro para poder fazer essa questão do desenvolvimento, para poder trabalhar a questão da regularização fundiária, pouquíssimo dinheiro. Nós temos que colocar recursos, porque, mesmo com a diminuição dos servidores, mesmo com essa coisa, tem gente de muita qualidade ainda no Incra, muito comprometida com essa política, que é importante para gerar renda, para gerar emprego e melhorar a condição de vida desse povo.

Eu não sou desses que acham que tem que se terminar a reforma agrária, não. Ela tem que ser com mais eficiência, mas tem que continuar, e tem muita coisa boa que foi feita no Incra, muita coisa boa. Mesmo em regiões que antes eram difíceis, como a da Transamazônica, essa região toda nossa lá, se se vai lá hoje, tem o trabalhador que está vendendo cacau – e é o pequeno que está fazendo – a R$60 o quilo; tem gente na minha região, dentro de assentamento, vendendo dendê a R$800 a tonelada. Vejam se não melhoraram a condição de vida. Vão lá olhar para ver se não melhoraram, e é dentro do projeto de assentamento da reforma agrária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Obrigado, Senador Beto Faro.
Para as respostas aos questionamentos apresentados pelos Senadores nesta primeira rodada – na sequência, eu vou conceder a palavra aos demais Senadores –, abro a palavra para o Diretor de Governança Fundiária do Incra, João Pedro Gonçalves da Costa. (Pausa.)
João Pedro, ex-Senador da República.
O SR. JOÃO PEDRO GONÇALVES DA COSTA (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos, aos amigos aqui que compõem a mesa, ao Presidente da Comissão.
Eu sempre fui servidor público – sou amazonense de Parintins – e eu comecei no Incra, saí do Incra, voltei para o Incra. Estive aqui, inclusive como membro desta Comissão, de 2007 a 2011.
Este debate de hoje é muito atual – é muito atual – e falar sobre o Incra também é atual. Essa instituição, que já teve 10 mil servidores, hoje tem 2,4 mil servidores. Está previsto um concurso, agora para setembro, para 742 vagas. Essa é uma das políticas desta nova diretoria, que tem, como Presidente, o César. E preciso falar dele, que é servidor público, é da casa, é engenheiro agrônomo. E tem uma proposta, já saída desta diretoria, de reestruturação do Incra. O Incra tem 7,2 milhões de imóveis registrados no seu cadastro, 7,2 milhões de imóveis rurais. E nós estamos trabalhando já no sentido de darmos um salto para um novo cadastro que contemple o Sigef de 2013. Nós precisamos disso.
E esta é uma oportunidade aqui, neste meu tempo curto, de fazer um apelo aos Senadores, ao Senador Jayme Campos – eu fui Senador naquele período com ele –, de fazer um apelo a V. Exas.: o Incra precisa ser fortalecido, para termos políticas públicas mais consistentes e justas, políticas públicas que possam enxergar gente, pessoas, brasileiros, mulheres brasileiras excluídas de processos econômicos. Nós precisamos falar assim.
Eu fiquei estarrecido de ouvir, aqui... Porque esse debate é longo, é profundo e podemos fazê-lo. O Presidente, na sua fala: "O Incra está aberto para vir aqui, para recebê-los, para conversar sobre nossas políticas públicas e o compromisso da reforma agrária". Que não é o Incra que trata, quem trata de reforma agrária, quem fala de terras improdutivas é a Constituição de 1988. Então, nós precisamos fortalecer essas políticas para trabalhar e enxergar todos.
Nós não precisamos defender – e aqui eu estou dialogando com o meu colega de mesa – penas mais severas. Não é isso. Nós não precisamos de penas mais severas e nem de delegacias especializadas. Para quê?
Então, assim, eu acho que nós estamos num grande momento do Brasil, a gente precisa fazer mais inclusão, precisa entender o que é terra indígena, o que é terra quilombola, o que são os projetos de assentamento.
A gente fala de uma forma – foi colocada aqui – tão depreciativa. Eu acabei de vir de Rondônia e lá tem um café gourmet, até os povos indígenas estão fazendo café gourmet. Você vai ao Pará, você tem açaí, tem pimenta, tem cacau, nos projetos de assentamentos. A gente precisa olhar, ter um olhar diferenciado.
É evidente que nós temos dificuldades. Foram duros os últimos sete anos, os últimos seis anos. O Incra praticamente fechou as suas portas para os assentamentos. Nós estamos retomando. Sabe quem ocupou assentamentos no sul do Amazonas, os nossos projetos? Milícias. Milícias ocuparam. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos retomando no sentido de garantir esse espaço, essa experiência brasileira para as famílias que, verdadeiramente, precisam, necessitam, porque produzem.
Ainda ontem, no sul do Amazonas, ali em Humaitá – o Incra está lá com uma ação, com o CNJ, nós estávamos entregando os documentos da terra – o Presidente do Supremo Tribunal Federal entregou um título definitivo. Nós temos vários títulos para serem entregues ali. Eu vim, sábado, de Vilhena. O Incra estava lá entregando 200 títulos definitivos.
Aqui eu vou fazer um parêntese para falar do Decreto 11.688, senhores membros desta Comissão. Está praticamente superado, porque o decreto trata de florestas públicas. É bom lembrar. Por isso que se fala de 2006, porque de 2006 é a lei que trata de florestas públicas. É ali que tem floresta pública tipo B, tipo C. Então, assim, está superado, já está na Casa Civil – vamos chamar assim, não é o termo mais adequado – o reparo no sentido de garantir a regularização fundiária na floresta pública tipo B. Está saindo um decreto e a formulação, numa discussão com os procuradores, com o MDA, com o Incra, com o Ministério do Meio Ambiente, da superação, no sentido de garantir a regularização fundiária, a governança fundiária.
Está no DNA do Incra, nesses 53 anos de existência desta autarquia, entregar o título definitivo da terra. Nós vamos retomar isso com muita força.
Estou garantindo aqui e dialogando com a instituição que apresentou, aqui, essa crítica a esse momento do decreto, mas está superado, no sentido de garantir a titularidade.
No mais, eu quero dizer para os senhores que nós temos um compromisso com a transparência, com a reforma agrária, com a democracia, de fazer aquilo que as regras brasileiras garantem, para o Incra dar continuidade à sua história de fazer, enxergando todos da população, que carece e precisa da terra pública, para viver e produzir.
Muito obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço ao Diretor de Governança do Incra, João Pedro Gonçalves da Costa.
Antes de passar a palavra aos demais Senadores, para seus questionamentos, eu passo aqui a ler as perguntas, enviadas pelo Portal e-Cidadania, perguntas daqueles que estão nos acompanhando agora, ao vivo, pelo canal da TV Senado, da CRA, no YouTube.
Rodrigo, do Espírito Santo: "As invasões são motivadas por alegações de que a terra é improdutiva. Como o Incra avalia se uma terra é ou não improdutiva?".
Deixo aqui a pergunta para a próxima sequência de respostas.
Também o Francisco, de São Paulo, diz: "Não é socialmente melhor uma atuação positiva em agilizar assentamentos do que atuação negativa e violenta com combate às invasões?".
Francisco, também da Bahia: "[...] quais os parâmetros utilizados para diferenciar ocupação [de terras] de invasão de terras".
O Matheus, do Goiás: "A investigação e a punição de invasões em terras de propriedade da União também serão combatidas através das ações do Incra?".
Amauri, de São Paulo: "Quais são as medidas que o Incra está implementando para coibir essa escalada desenfreada de invasões ilegais de terras produtivas?".
Ana, de São Paulo: "Como o Incra tem agido com os grandes grileiros de terra na Amazônia e em outras regiões do país, inclusive de territórios indígenas?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rogério, do Ceará: "A propriedade deve ser respeitada, principalmente agora, com o desastre no Rio Grande do Sul. A agricultura gaúcha precisa ser assegurada."
Tiago, de Santa Catarina: "As invasões de terras são atos de violência e desrespeito aos direitos fundamentais das pessoas. É inaceitável!".
E, por fim, a Evelyn, do Rio de Janeiro: "É necessário trazer uma discussão qualificada da função social da terra, prevista na Constituição, e um plano consistente de reforma agrária."
Quero agradecer a todos os amigos que nos acompanham pela TV Senado, no YouTube, e que nos agraciam com seus posicionamentos e questionamentos.
Concedo a palavra, agora, ao Senador Jaime Bagattoli, e, na sequência, ao Senador Ireneu Orth e ao Senador Hamilton Mourão.
O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.
Parabéns, por esta audiência pública, Presidente Alan Rick.
Quero cumprimentar o César, do Incra; o Moisés, que está representando o MDA; o José Henrique, da CNA; o Fabrício, da Aprosoja; a Maíra também; e o João Pedro da Costa.
Primeiramente, eu quero dizer para vocês que eu sou uma pessoa, um grande defensor da agricultura familiar e sou de médio para grande produtor, não sou pequeno produtor. Mas eu vim, eu sou do Estado de Rondônia, um território onde o Governo militar, na época do regime militar, fez um projeto de reforma agrária... Até existe um ciúme do Estado do Acre pelo projeto feito no Estado de Rondônia no regime militar.
Por isso, eu quero dizer ao João Pedro, que saiu agora da mesa, mas quero dizer ao João Pedro que a qualidade do café que tem em Rondônia se deve ao projeto do Governo militar.
Eu digo para vocês que o que foi dado de terra tanto nas licitações públicas, que eram os lotes com até 2 mil hectares, e qualquer pessoa do Brasil entrava numa licitação pública e comprava a terra, e 100ha era o que os militares... A maioria das terras foram distribuídas em lotes de 100ha. E desses lotes, claro, muitas pessoas desistiram, mas muitas ficaram na terra. E hoje o que é preciso defender para essas pessoas? Por que Rondônia hoje...
Tem que voltar o programa do cacau novamente, que já foi muito forte, mas nós temos no pequeno produtor, Senador Mourão, pouco mais de 50 mil hectares no café. O que o programa, o que o Ministério da Agricultura precisa incentivar para a agricultura familiar, para o pequeno produtor, é que ele não atue em monocultura. Ele não pode ficar só no café, só no leite, só no cacau; ele tem que ter diversas, porque, quando não está bom um negócio... Por isso que se chama de pequeno produtor da agricultura familiar.
Eu fiz também um projeto de lei, o 1.658, de 2023, que destina parte da arrecadação das loterias para recursos ao Programa Nacional de Crédito Fundiário – Terra Brasil. Isso já está andando. Eu vejo, sim, como de suma importância essa situação aí dentro do MDA. Mas o que me deixa, às vezes, preocupado... Eu estive em uma audiência pública na Câmara dos Deputados e ouvi o Ministro Paulo Teixeira falando que tem uma prateleira de terras e que vão dar terras, que vão distribuir terras para a agricultura familiar com chave de ouro, com chave de ouro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que me preocupa, Senador Mourão, Senador Ireneu, o que me preocupa muito é que nós temos, hoje, mais de 25 mil propriedades e pequenos produtores no Estado de Rondônia que estão de joelho no campo, e nós sabemos que essas pessoas, muitas delas, eles até derrubaram depois de 2008.
Então, eu quero, junto com o Incra, César... Nós precisamos encontrar um mecanismo para ajudar. Eu não estou aqui pedindo para médio e grande produtor, não; eu estou pedindo para esse pequeno produtor que está lá, que está de joelho no campo. Vai acabar, nós vamos diminuir, mais ou menos, em de 35% a 40% a produção do Estado de Rondônia se não for resolvida essa questão do pequeno produtor. Pequeno produtor, a maioria... Eu sou um grande comprador de gado. Eu faço recria, acabamento final, sou um grande comprador de boi. Não vai mais ter... Nós vamos diminuir em 40% porque essa cria está no pequeno produtor, a cria de gado está no pequeno produtor e ele está com sérios problemas no campo.
Quero dizer para vocês que com meio salário mínimo é impossível, é impossível um cidadão... Isso é praticamente o que recebe, Alan Rick, uma pessoa do Bolsa Família.
Eu quero que as pessoas entendam que para um cidadão ficar lá no campo na agricultura familiar ele precisa ter uma renda, ninguém vai viver ou vai se manter dentro da agricultura familiar se não tiver renda, ele precisa ter renda para poder sobreviver.
Quero dizer para vocês, eu não sei quantos estados... Eu até queria que você depois, César, pudesse me informar, mas o Estado de Rondônia, quando veio lá desde a época do território, que começou com o Incra, isso em 1975, porque até 1975 não existia nenhum documento de terra em Rondônia, nada, zero, não existia nada, de 1975 começou para cá, então, foram os dez anos, eu falo assim, de ouro de Rondônia, em que a regularização fundiária andou. Eu sei que Rondônia depende 100% do Incra, então, eu coloquei lá no Incra 4,5 milhões, o senhor pode verificar. Eu coloquei 4,5 milhões no Incra para ajudar na regularização da reforma, para fazer a regularização fundiária. O georreferenciamento está junto com o Ifro, o Ifro também está ajudando nessa questão da regularização fundiária, mas quero dizer para vocês que nós precisamos realmente... Como é que se diz quando está tudo acabado? O Incra está sucateado, quer dizer, acabou, nós não temos... E essas pessoas estão trabalhando totalmente... não tem mais estímulo, não tem mais nada para que eles possam trabalhar e seguir adiante.
Então, nós precisamos, se é que precisamos, ver essa questão salarial, nós precisamos nos debruçar em cima disso, porque, gente, eu vou falar aqui, é um assunto que eu nem poderia comentar, mas quando eu vi ontem à noite... Como vocês acham que está a população brasileira escutando, falando em R$5 bilhões para político, de fundo partidário? E aí você vê que para o outro lado não vai, como é que nós ficamos? Olha, vai ser uma situação bem caótica que nós vamos enfrentar dentro dessa situação aí.
Mas eu quero dizer para vocês, eu quero demais, eu sei a situação, as dificuldades do pequeno produtor rural... Agora, César, o que nós não podemos deixar é que aconteçam mais essas invasões de terra.
E uma pergunta que eu quero deixar no ar aqui para vocês, gostaria que vocês pudessem me responder, o César ou a Maíra ou o Moisés: de que maneira que o Incra vai fazer? Porque o Incra diz que, pelos dados do Ministro do MDA, o Paulo Teixeira, tem 100 mil pessoas acampadas, o que deve ser em torno de 30 mil famílias aproximadamente. Eu gostaria de saber de vocês, dentro dessas 30 mil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

famílias que têm para serem assentadas, se é só esse público ou tem mais? Quantos hectares serão necessários para concluir esses assentamentos?
E uma outra pergunta que eu deixaria aqui é: quantas novas propriedades destinadas à implantação de assentamentos tiveram o processo de desapropriação iniciado e concluído, de 2023 até agora? Tem orçamento para pagar esses imóveis? Essa é uma grande preocupação nossa.
E outra grande preocupação, César, é que nós não temos que nos preocupar com o Governo anterior, com o Governo que fez. Cada Governo que esteve aí fez a sua parte. Eu vi o Senador Beto Faro falando sobre o outro Governo. O outro Governo fez muita coisa, fez bastante coisa, entregou – se não me falha a memória – acho que mais de 300 mil títulos, se não for isso. Então, cada Governo vem fazendo a sua parte. Nós precisamos é evoluir, esquecer, parar de olhar no retrovisor, seguir em frente. E nós precisamos resolver, sim, a situação desses assentamentos no Brasil, mas quero dizer, César, para você: terra tem que ser dada para quem tem aptidão.
E quero dizer a você do MDA o seguinte: que o nosso jovem – quero que você entenda... Como é que o nosso jovem, quando ele olhar lá que vai receber meio salário, que vai ter uma renda de meio salário mínimo... Não, ele não vai para a terra não, esquece isso aí, entendeu? Aí nós não vamos ter êxito nenhum. Queria muito e nós precisamos é que o jovem permaneça, que ele vá realmente para a agricultura familiar.
Digo, para terminar minhas palavras, que, se não for resolvida essa situação da agricultura familiar, nós vamos pagar muito caro no futuro, porque nós não temos mais mão de obra. Hortaliças, verduras, frutas, tudo vem da agricultura familiar, e eles são de suma importância para a sociedade, para nós, para o povo brasileiro, mas eles precisam ter renda no campo.
Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Obrigado, Senador Jaime Bagattoli.
Na sequência, o Senador Ireneu Orth, com a palavra.
O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para interpelar.) – Minha saudação, Presidente e demais componentes da Mesa, colegas Senadores e demais Parlamentares aqui presentes.
Antes de mais nada, eu quero dizer que sou filho de pequeno produtor. Hoje não sou mais pequeno produtor, mas passei a minha vida lutando com uma pequena propriedade e fui lindeiro de uma área do Incra nos anos 70.
Os assentados de Passo Real, lá no Rio Grande do Sul – área onde a água invadiu para fazer o alago –, receberam áreas em dois assentamentos. Aqueles que tinham vocação para a agricultura permaneceram, compraram outras áreas, e os que ficaram lá, a maioria, estão bem. E aqueles que venderam... hoje tem muitas pessoas que não eram originariamente dos assentados e que compraram grande parte da área.
Então, tem situações nos acampamentos – eu sei que em Tupanciretã tem muito assentamento – em que as pessoas que têm interesse em produzir vão para frente, e aquelas que não têm, não vão.
E aí vem a questão das invasões de terra. Que invasão é crime todos nós sabemos, mas não é só invasão de terra, é invasão de propriedade particular. Na propriedade particular, constitucionalmente, seja urbana, seja rural, invasão significa crime. E o que eu vejo, na minha ótica, que acontece hoje é que, nesses acampamentos que existem, tem muita gente que não tem vocação agrária, não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vocação para a agricultura, que vai lá com a ideia, com o propósito de ganhar uma área de terra. E aí o Governo tem que fazer a aquisição, tem que comprar e tal, tem que gastar dinheiro público, muitas vezes, para fazer essa aquisição – e entrega a terra para gente que não vai produzir.

Tem muitos assentamentos que eu conheço em que as pessoas, simplesmente, ou entregaram para outros ou foram embora, e não produzem. Tanto que o número apresentado aqui é de 205 mil propriedades desocupadas. E tem 50 mil pessoas na fila para receber terra. Então, por que não fazer um ajuste de utilizar essas pessoas e assentar em parte dessas áreas? Eu acho que não há necessidade de adquirir mais terra, deixar abandonada ou arrendada para outros; pode-se colocar lá quem efetivamente quer produzir.

Alguém falou aqui que, no passado, no Governo acho que do Fernando Henrique, tinha o Banco da Terra. E, lá no Rio Grande do Sul – acho que foi o César que falou –, tem um rapaz que era amigo meu que trabalhava nisso. Com muito orgulho, ele falava dos números das pessoas que ele atendeu através do Banco da Terra. O que acontece com o Banco da Terra? As pessoas compram áreas – tem valor limitado, com juros subsidiados – e começam a produzir. Elas vão produzir e vão pagar a terra; vão pagar porque têm interesse, é o suor deles que está ali. Praticamente, a maioria das pessoas que adquiriram terras, através do sistema de crédito fundiário, que apareceu aqui, inclusive, conseguiram se manter e estão indo para frente, porque têm disposição para produzir. Então, este programa, no meu ponto de vista, é o ideal para se avançar, para se produzir.

O Jaime falou aqui do jovem, das pessoas de pequena propriedade, que não têm como adquirir novas áreas. Então, os filhos desses produtores, tendo acesso ao Banco da Terra, seguramente, vão comprar terra e vão produzir, porque a vocação é agrícola. E no caso daqueles que vêm aos acampamentos e que não têm vocação agrícola, é desperdício de tempo e dinheiro, dinheiro público.

Estou dizendo isso... Eu acho que o Incra fez grandes coisas no Brasil nesses anos todos, nos 50, 60 anos, tanto que eu contei a história dos anos 70, de 1972 em diante. O Jaime colocou histórias bonitas também, e o Brasil é muito grande, muitas coisas boas foram feitas pelo Incra.

Agora, esse movimento dos sem-terra, o MST, não sei qual vinculação tem com o Incra – ou talvez tenha mais com o MDA –, é um movimento que se tem que paralisar, de uma forma ou de outra. Existe insegurança jurídica de quem é proprietário de área. Daqui a pouco, o cara abre uma área, quando é aqui no Centro-Oeste, começa a produzir, e daqui a pouco é invadida. Por que eles não invadem área que está fechada, que não foi aberta? Ali tem que trabalhar, tem que produzir.

Então, isso é uma coisa que eu acho que tem que ser analisada. Se o proprietário quiser vender, e se acertar o preço, tudo bem. Agora, invasão, eu sou totalmente contra. Acho que é uma questão que nós temos que olhar com muito cuidado. E quem quiser produzir... O Graziano falou aí que a produção, em muitas propriedades... Eu sou testemunha disso. Em fazendas que antigamente produziam x de produção, Jaime, foi feito assentamento, e a produção que sai hoje, com dezenas ou centenas de famílias assentadas, é menor que antes. E a ideia que se deve ter dos assentamentos é que a produção brasileira possa crescer, possa aumentar, seja a produção de produtos de exportação, seja a de produtos da alimentação básica.

Mas o objetivo é o aumento de produção, e isso não está acontecendo, está diminuindo a produção. Na hora que se tiver mais assentamentos... Eu acho que tem que revisar essa política, independentemente de governo, porque o governo que está hoje, amanhã não estará mais; o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava ontem, hoje não está mais, e assim por diante. Quando nós falamos em 50 anos, quantos governos passaram por aí? E não é a ideologia de hoje ou a de amanhã que tem que prevalecer, e sim a história. Nós, que estamos vivendo e temos a oportunidade de ocupar a terra e o planeta hoje, temos que deixar condições cada vez melhores para aqueles que vão nos suceder, pensar no futuro lá na frente.

O Brasil tem a missão, por natureza, de produzir alimentos para o Brasil e para o mundo. E, se nós entrarmos numa política de aqueles jovens que estão no campo perderem a vontade de trabalhar, porque, com essa renda que foi colocada aí, eles não vão querer ficar lá, o que vai acontecer? As pessoas que estão no campo, hoje, vão ficar velhas, vão parar de produzir – já foi dito aqui –, e o que vai acontecer com essas áreas? Então, nós temos que nos preocupar com o jovem que está no campo e que quer produzir, para que ele continue essa atividade, assuma o lugar dos antigos, que vão... Nós todos estamos branqueando o cabelo e vamos embora daqui a pouco. Então, tem que ter gente nova para poder tocar essa questão.

Eu estou colocando de uma maneira mais simples, porque eu tenho vocação agrícola. Eu tenho mais de 53 anos de atividade na roça, no campo, embora tenha ocupado outras funções. Mas eu sempre dependi e gosto da agricultura. E quanto mais gente produzir, mais o Brasil vai suportar as suas despesas.

A balança econômica do Brasil tem sido sustentada, pelos números que foram apresentados pelo Fabrício e também pelo José Henrique, pela agricultura empresarial somada à agricultura do pequeno produtor. Então, a soma disso tudo faz com que o país, o Brasil, seja hoje um dos maiores, senão o maior exportador de alimentos para o mundo. E nós temos que ter esse cuidado para, lá na frente, podermos continuar sendo o maior exportador de alimentos, até pela área territorial que nós temos.

Eu queria aqui deixar algumas perguntas. Por exemplo: quais são as ações do Incra para diminuir a taxa de evasão dos assentamentos? Nós falamos antes que tem duzentas e poucas mil áreas desocupadas. O que o Incra está fazendo para diminuir essa evasão? Essa é uma pergunta.

Outra pergunta aqui: o Incra tem realizado o cadastro dos acampamentos em diversas unidades da Federação. Essa iniciativa não fomenta ainda mais a criação de acampamentos e, assim, acirra o conflito no campo? De repente, quando se faz esse cadastramento, vêm pessoas que não estão na atividade: "Vou lá me cadastrar, pode ser que eu ganhe". Então, eu acho que isso tem que ser peneirado.

Outra questão: o MST, através do seu líder, João Pedro Stédile, vem recorrentemente tecendo críticas ao Governo Federal, acerca da execução da política de reforma agrária. E, mesmo assim, o Governo vem insistindo em amenizar as ações realizadas pelo MST. Por qual razão o Governo ainda insiste em apoiar este movimento?

E aí tem umas perguntas também para a CNA e para o Fabrício, da Aprosoja. E eu posso dizer a vocês, com muito orgulho, que faço parte da diretoria da Aprosoja e conheço o Fabrício há muitos anos. Quais ações a CNA têm feito para monitorar e atuar no apoio aos produtores rurais que tiveram seus imóveis invadidos? O que a CNA faz para evitar isso? Por que a CNA é contra os programas de reforma agrária e demais políticas públicas voltadas para a distribuição de terra?

Há mais uma pergunta aqui. No seu entendimento, ainda há necessidade de adquirir imóveis rurais para a criação de projetos de assentamento? – dentro daquela linha do que eu falei: nós temos 50 mil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem 200 mil propriedades, por que comprar mais? É um questionamento que eu faço. Como o senhor vê a participação do MST dentro do Governo Federal, interferindo na atuação do Executivo?
Por último...
O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fora do microfone.) – Roubou as perguntas...
O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Eu roubei as tuas perguntas?
O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fora do microfone.) – Não vou fazer mais nada. (Risos.)
O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Por último, o Decreto 11.995, de 2024, prevê várias situações de desapropriação de áreas rurais para assentamento de reforma agrária. Inclusive, um dos itens fala em expropriação, que é tomar terra sem pagamento. Essa questão não passou pelo Poder Legislativo. Foi uma decisão que veio de cima, veio do Governo, sem ser analisada, sem ter sido dada a palavra ao Parlamento, que é, na verdade, o órgão que representa a população. Então, veio uma medida através desse decreto que traz mais insegurança jurídica para o homem do campo. Pode ter medida similar? Pode, mas eu acho que tem que ser discutida com a comunidade, com a sociedade, e adaptar o que tem que ser adaptado, para que todos os setores se saiam bem.
Nós entramos com um PDL, que é um projeto de decreto legislativo, para sustar esse decreto – é o PDL 198, de 2024, que está tramitando na Casa. O propósito desse projeto é anular esse decreto, até para que se possa estudá-lo conjuntamente com medidas ou maneiras diferentes e, principalmente, transmitir ao proprietário rural segurança jurídica. Porque esse decreto põe em dúvida... Aquele proprietário rural vai ter receio de investir, porque "daqui a pouco eu invisto, eu quero aumentar ou fazer alguma coisa diferente aqui, e a minha terra vai ser tomada". Então, esse decreto é muito vulnerável. Ele deixa exposto muito o proprietário. Acho que tem que ser mais reduzido, mais diminuído o poder do Executivo dentro dessa questão; o Legislativo tem que fazer parte dessa decisão.
Agradeço.
Muito obrigado, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Senador Ireneu Orth, agradeço a importante participação.
Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão, se ainda sobrou pergunta... (Risos.)
O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Presidente, Senador Ireneu, Jaime Bagattoli e mais o nosso Jorge Seif. Eu queria cumprimentar a todos os expositores, começando pelo Presidente do Incra, o meu conterrâneo César Aldrighi, e os representantes: Moisés Savian, representante do Ministério; o representante da CNA; o da Aprosoja; mais o Chico Graziano; o João Pedro; a Maíra.
O Ireneu esgotou as perguntas realmente, não é? Eu vou apenas fazer uma breve divagação aqui.
O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Mas eu não sabia, não era meu propósito.
O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não, mas eu fiquei satisfeito, Ireneu. Fique tranquilo.
No próximo dia 9 de julho, o Incra completa 54 anos, criado que foi em 1970, no Governo de um gaúcho, do Presidente Emílio Garrastazu Médici. Então, aí iniciou aquele processo de que o Bagattoli

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tão bem falou. Mas no próximo mês de agosto eu completo 71 anos de idade – viu, Bagattoli? –, e, desde que eu me entendo por gente, só se fala em reforma agrária neste país. É o cachorro comendo o rabo isso aqui. É uma agonia que não termina nunca. Parece que esse processo é interminável.
Nós tivemos uma fase anterior dele, nos anos 60, 70. Depois, lá no começo dos anos 80, lá na nossa terra, Aldrighi, ali na região de Encruzilhada Natalino, surge um novo movimento – eu não vou dar o nome aí, pois já falaram n vezes o nome desse movimento –, e aquilo ali era por quê? Porque nós tínhamos famílias de agricultores, de pequenas propriedades, com muitos filhos, e aqueles filhos não tinham nada para herdar. Então, essa é a origem das pessoas – não é, Ireneu? – que realmente trabalhavam na terra e precisavam de terra para trabalhar.
Agora, hoje é um processo autofágico. Ele é interminável, porque sempre vai recrutar algum do lumpesinato das cidades... Eu contei aqui para o Ireneu que, quando eu morava lá em Ijuí, a moça que trabalhava lá em casa, um belo dia, chegou e disse "não, nós vamos para um acampamento, que estão dando terra". Ela não sabia trabalhar na terra, muito menos o marido. Então, a gente vê essas coisas acontecendo.
O que eu quero deixar claro aqui para aqueles que hoje são os responsáveis por conduzir essa política no atual Governo é que precisam ter um planejamento judicioso, entender que existe um estoque de terra, que já existe cadastro de gente se candidatando a essa terra, que existe gente que recebeu terra e foi embora e que nós temos que solucionar isso aí primeiro.
O João Pedro aqui citou a questão da Amazônia, a questão lá do sul do Estado do Amazonas, e ali é um... Pega a região ali do nordeste do Acre, pega o norte de Rondônia... Todas são áreas que têm problemas de invasão, problemas de grilagem, e são áreas que, eu digo, podem servir até de modelo para uma nova etapa para a gente resolver esse problema fundiário no nosso país.
Então, Presidente, eu queria cumprimentar o senhor por essa iniciativa, queria, mais uma vez, agradecer as exposições que foram feitas, porque foram todas extremamente objetivas, com todos demonstrando conhecimento do assunto, porque, muitas vezes, a gente vem para audiências dessa natureza só para ficar discutindo o etéreo, e hoje aqui não se discutiu o etéreo, mas se falou de coisas concretas.
Então, muito obrigado.
Parabéns a todos!
Não tenho pergunta. Deixo minhas perguntas com o Ireneu. (Risos.)
O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.
Para finalizar, concedo a palavra ao Senador Jorge Seif informando que, após essa última carreira de perguntas dos nossos Senadores, concederei a palavra aos nossos convidados para as respostas, pois temos que encerrar às 17h, devido ao fato de o Plenário já estar aberto.
Senador Jorge Seif.
O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, quero agradecer ao senhor pela condução desta importante audiência, saudar e dar boas-vindas ao Dr. Fabrício, José Henrique, Moisés, César, Maíra e João Pedro. Sejam muito bem-vindos ao Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou proprietário, sou produtor rural também, assim como o Sr. Ireneu, e a gente tem uma preocupação, porque um dos pilares da democracia, do Estado de direito, é a propriedade de terra, é a proteção do Estado sobre a propriedade, é o respeito do Estado brasileiro sobre a propriedade privada. O que infelizmente nós vimos, Senador Alan Rick, com a entrada do atual Governo, foi uma explosão de invasões em todo o Brasil. Os movimentos sem terra, na verdade – nós fizemos aqui a CPI do Plínio Valério e vimos o que na verdade nós já pensávamos –, são terroristas, invasores de terra, negociam terra, pegam a terra e coagem o dono, falando "se você não me pagar tanto, eu toco fogo na sua produção antes de você colher". São pessoas que não têm a mínima vocação para plantar e colher, não têm histórico, fazem disso um negócio de uma bandeira social, entram na Embrapa, matam vaca, arrebentam com tudo. Então são terroristas com que, infelizmente, o atual Governo tem uma relação de amante. Amante é aquela de que você gosta, com que você sai às escondidas. Perante todo mundo você está com a sua esposa, mas por trás sai com a amante. Então o MST é amante do atual Governo, que, infelizmente, inclusive tem a tolerância, muita tolerância, parcimônia, longanimidade com tudo o que esses caras fazem, infelizmente, no nosso Brasil.

Então, sendo muito pragmático, eu queria deixar esta minha opinião. Espero estar errado, mas os números e a imprensa estão aí para noticiar. Então eu queria saber, de forma pragmática: quantos títulos, neste um ano e seis meses do atual Governo, o Incra já titulou? Quantas terras já titularam?

Segunda: vocês têm uma política de monitoramento de conflitos agrários e pacificação no campo desenvolvida pelo Incra? Como é que está isso na Região Sul? É uma região aqui que a gente representa – eu, Santa Catarina; Ireneu, o Rio Grande Sul; o Bagattoli também é de Santa Catarina, apesar de estar emprestado para Rondônia.

Eu tinha outras perguntas, mas essas são as principais, até porque eu quero ouvi-los e temos depois o Plenário.

Então quero agradecer às senhoras e aos senhores também, toda a minha consideração à Aprosoja e à CNA, pela qual eu tenho muito respeito, muito carinho. Contem conosco aqui, com a bancada do boi, com a bancada do agro, do peixe, que é a minha área. Então contem conosco, da mesma forma, os nossos amigos do Incra. Obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Obrigado, Senador Jorge Seif.

Eu abro a palavra agora para o Presidente do Incra, para os diretores do Incra presentes, para responder aos questionamentos levantados.

O SR. CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI (Para expor.) – Considerando que nós temos 13 minutos para encerrar, então vou tentar ser breve e garantir, Senador Alan, inclusive aos internautas que fizeram as perguntas – nós temos aqui, o Senador nos passou –, nosso compromisso de respondê-las e passá-las aqui para a Comissão, para a Presidência da Comissão, as respostas.

Eu queria fazer dois comentários, que talvez podem considerar como dois apelos para serem feitos aqui. Quando o Senador Alan me convidou para estar aqui, eu, de pronto, disse que viria, mas muitos comentários foram feitos de que nós viríamos aqui e teríamos hostilidade, de que seria difícil o debate. Eu queria dizer que eu estou confortável aqui, sinto-me bem.

Eu queria falar de duas questões, primeiro, porque eu acho que a gente está trabalhando com premissas – algumas já ultrapassadas, outras que a gente precisa ajustar. Então, eu queria convidar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque eu acho que o Incra, o Governo, a CNA... Queria convidar aqui o Zé Henrique, da CNA, com quem a gente tem mantido uma relação de respeito institucional, para que a gente consiga, talvez, trabalhar algumas informações que vocês apresentaram aqui; também o ex-Presidente do Incra, Xico Graziano, cujos artigos eu posso afirmar que eu leio, procuro estar atualizado do ponto de vista... assim como o Zander Navarro, que eu respeito profundamente...

Quero dizer o seguinte: primeiro, acho que a gente precisa... O Incra está aberto, Zé Henrique, ex-Presidente Xico Graziano e outros que aqui falaram, para chegar a números para apresentar aqui para a Comissão, para que seja claro, para que a gente consiga trabalhar em cima deles de forma organizada. Primeiro, 205 mil lotes vagos não existem. Isso foi um acórdão do TCU a que nós já respondemos. E eu acho que vale a pena, sim, a gente refletir – a CNA junto conosco... O Incra tem uma metodologia que, quando se cria um assentamento, o projeto técnico faz uma estimativa de famílias assentadas e, depois, efetivamente, com a análise da implantação do assentamento, esse número é diferente. O TCU pegou uma base do Sipra em que esse número não tinha sido ajustado. De lá para cá, nós temos trabalhado para fazer os ajustes das portarias. Então, não tem lote vago. Os 205 mil lotes daquele acórdão, nós explicamos ao Tribunal de Contas, não existem e nós vamos, gradativamente, fazer o ajuste nas portarias. Então, se nós partirmos daí, a gente organiza a nossa discussão. Eu demonstro isso para a CNA, para que a gente traga aqui para a Comissão – onde eu me senti tão bem acolhido – números com que a gente possa partir para uma reflexão mais profunda. Então, eu não tenho os 205 mil lotes para botar as 33 mil famílias, Senador, com cuja fala eu me identifiquei muito. Eu, além de ser servidor do Incra, sou filho de pequeno agricultor. Nesses 20 anos em que eu estou no Incra, eu, por dever de ofício de servidor público, servi à Senadora Tereza Cristina, como Ministra do Mapa, servi ao ex-Presidente do Incra, que estava aqui na sala, o Geraldo Melo, com muita crítica e entendendo que eu, às vezes, pensava diferente. Eu parabenizo a Senadora Tereza Cristina pelos recursos que investiu na informática, na plataforma de gestão territorial que nós estamos seguindo. Eu acho que isso é uma questão importante de a gente tratar.

Outra questão importante, e aí me dirijo ao pesquisador Xico Graziano, ex-Presidente do Incra, é que a gente trate de algumas questões: o Incra está aberto, eu estou aberto para discutir com ele, que é pesquisador. Eu coordenei a pesquisa de qualidade de vida nos assentamentos em 2010 e posso afirmar que aqueles números que o servidor da Bahia usou e passou para o senhor são dados preliminares, foi constatado que parte deles foi perdida. O dado de renda é um dado difícil de ser obtido, você tem que ter a produção, multiplicar pelo preço, para chegar a um número da renda da família, e ainda tem que discutir as depreciações dos equipamentos que eles têm. Então, não é um dado fácil a se chegar.

Então, o que eu posso garantir aos Srs. Senadores aqui, Senador Alan? Média é um parâmetro muito ruim de ser usado. Nós podemos, entre mim e o Senador Alan, ter uma média de que nós comemos duas galinhas assadas – só que eu comi as duas, e o senhor não comeu nenhuma...

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fora do microfone.) – Pois é, e eu estou com fome! (Risos.)

O SR. CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI – Então, eu sugiro a gente pegar informações... E eu posso garantir: o BNDES financia projeto para assentamentos. Nós temos um grande grupo de assentamentos que estão produzindo muito dinheiro, que estão muito acima do meio salário mínimo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui colocado! Se o BNDES aprova um projeto e vê ali capacidade de pagamento, ele analisa a gestão da cooperativa, ele analisa a renda das famílias, e o Banco do Brasil aprova.
Eu fui, no Ceará, em Quixeramobim, em uma agroindústria que foi financiada com dinheiro do BID... O BNDES tem rigor técnico para analisar projetos, então, acho que a gente tem que partir de pressupostos de que a vida real não é uma média.
Sobre aquele mapa que você colocou, todo vermelho, como meio salário mínimo, eu posso afirmar que tem um estudo – que eu posso passar aqui para a Presidência – de um servidor do Incra que está fazendo doutorado, em que ele usou uma metodologia diferenciada daquilo que está na sua apresentação. Ele comparou a renda que está no Censo Agropecuário. Então, eu posso olhar para o Censo Agropecuário e enxergar uma coisa, mas, se eu comparar os assentamentos – com a metodologia que ele usou, é possível comparar dentro do município –, 82% está igual ou acima daqueles que produzem dentro daquele município.
E eu não posso dizer que meio salário mínimo no interior do Maranhão é a mesma coisa para a família viver do que meio salário mínimo perto de São Paulo, ou perto de um grande centro de produção. Então, nós temos premissas para pesquisa, premissas que precisam ser consideradas para avaliar a viabilidade dos assentamentos.
O Censo Agropecuário de 1996 não foi concluído. No livro que o Sparovek escreveu, que eu já li, ele trabalhou com dados que foram conseguidos, e nem a todos foram aplicados os questionários. Mas o livro do Sparovek dá muitas luzes para nós fazermos gestão de assentamentos.
Então, eu gosto muito desse tema e estou disposto, Presidente, se a CNA e o ex-Presidente Xico Graziano toparem, a montarmos um grupo em que as informações de que partiríamos teriam base, para que a nós pudéssemos vir aqui, onde eu fui tão bem acolhido pelos Senadores, trazer dados. Aí vão ter diferenças ideológicas: "Eu sou mais contra o MST; eu sou mais a favor". Eu posso garantir para vocês que o BNDES já financiou projetos que o MST apoia, em São Paulo, no Rio Grande do Sul.
Então, há um pouco de questões ideológicas que eu acho que a gente precisa. Se se vai pensar o processo de reforma agrária, eu posso afirmar: há demanda de reforma agrária. Eu tenho dois milhões de pequenos proprietários, Senador, que têm menos de 2 ha, lá do nosso Rio Grande do Sul, do Paraná, de todos os estados, que precisam de um pedaço de terra. Então, há acampamentos. Nós não podemos dizer que essa demanda não existe, e é desse jeito que nós estamos tratando.
Com muita seriedade, com muita responsabilidade, eu prometo responder todas as questões aqui. Garanto para vocês que a nossa gestão está levando em consideração o desafio de fazer uma reforma agrária que faça o Brasil andar, mas eu não posso, primeiro, tratar do desenvolvimento, para, depois, tratar consolidação, para, depois, tratar consolidação. Isso eu tenho que fazer de forma conjunta.
No Governo passado, em que eu estive no Incra, a gente teve dinheiro de georreferenciamento para titulação, mas não teve para estrada, para água, para luz. Os 205 convênios que eu tenho com prefeituras, Senador, são de emendas parlamentares. Então, o segundo apelo seria este: nós podemos, juntos, montar uma estratégia de conseguir mais recursos para infraestrutura nos assentamentos? Eu toparia imensamente essa discussão, Presidente, aqui.
Fui à Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, e o Presidente da Comissão propôs, ao final, que nós fizéssemos uma bancada do Incra, porque o Incra tem 53 anos; tem coisas gloriosas, tem coisas com problemas, mas que nós somos dispostos a abrir. Ninguém está aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

achando que inventou as questões agora e que nós somos melhores que o Governo passado ou que não somos. O desafio é: temos famílias acampadas, não temos os 205 mil lotes para assentar – eu posso demonstrar isso para vocês aqui com um pouco mais de calma –, e a gente precisa buscar áreas. E a expropriação que está colocada no decreto – eu acho que o PDL abre uma discussão, e a gente está disposto a discutir – tem previsão legal, porque ele é para terras...

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ (Fora do microfone.) – Dedicadas ao cultivo...

O SR. CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI – Não, por plantas psicotrópicas.

A SRA. MAÍRA CORACI DINIZ (Fora do microfone.) – Ah, sim, perdidas em sentença judicial...

O SR. CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI – Mas eu acho que esse é um debate muito interessante.

O que nós fizemos no Terra da Gente foi uma tentativa de organizar. Eu li o último artigo do ex-Presidente Xico Graziano: se você pegar o número... E, diga-se de passagem, nós não tínhamos nada em 2022 para obter terra; hoje nós temos 300 milhões, com mais 213 que vão ser obtidos agora, para obter terra... Eu não posso fazer essa conta, dividir pelo número, porque nós estamos montando uma estratégia de obtenção diferente da daquele primeiro ciclo de reforma agrária do Fernando Henrique Cardoso, quando o agronegócio estava em crise e as terras eram oferecidas ao Incra; nem comparar com o seu último artigo, pois o Governo Lula priorizou as compras, porque o ambiente econômico internacional era outro na década de 2000, 2010, então tinha outro processo de obtenção. Eu estou entrando num terceiro ciclo, e esse ciclo tem que ter criatividade para responder. Eu acho que, se eu puder somar as pesquisas que o ex-Presidente Xico Graziano está fazendo com as análises que a CNA tem, nós vamos ter uma próxima reunião aqui, Presidente Senador Alan Rick, com muitas informações. E a gente não precisa discutir a base delas. Agora, eu garanto que média... Dizer que todo mundo vive com meio salário mínimo no Brasil é isto: eu comi duas galinhas, o senhor não comeu nenhuma. Não dá para a gente comparar coisas que não dão para comparar-se. Eu tenho que olhar quantos assentamentos eu tenho próximos a mercados de regiões metropolitanas; quantos eu tenho longe das regiões metropolitanas; quantos eu tenho em regiões dinâmicas, como Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, como foi colocado aqui; quantos eu tenho no litoral... O litoral do Nordeste tem muitos assentamentos riquíssimos; gente ganhando dinheiro com peixe. Tem opção e tem espaço e mercado para chegar lá. Eu não posso comparar com quem está no Agreste, porque ele tem uma outra situação. Então, não dá para nós fazermos uma média.

Eu garanto para vocês que o Incra tem toda a disposição de discutir a implantação, o desenvolvimento e a consolidação. Nós emitimos no ano passado mais de 50 mil títulos. Nós temos metas para este ano, e a titulação continua. A PGT está sendo evoluída. À Tereza Cristina a gente vai responder sobre o prazo, que é agosto – eu não lembro exatamente o dia em que nós assumimos o compromisso com o Tribunal de Contas. Mas eu quero garantir aqui... Eu me senti acolhido, me senti bem-vindo. E eu queria muito, com a CNA e com os dados que foram trazidos aqui, poder trazer informações para que vocês possam, à luz daquilo que vocês desejam construir, tomar decisões.

Eu acho que avançamos muito aqui, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fora do microfone.) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI – Fico feliz; feliz com a sua visita ao Incra, com a emenda que o senhor colocou e com outras emendas, pois tenho certeza de que os Senadores vão se sensibilizar lá nos seus estados para a gente fazer a reforma agrária avançar.
Quero dizer que estamos – de novo, como eu disse no início – à disposição, Senador, desta Comissão, de cada Senador. Cada Senador tem um estado para cuidar. Lá nós temos uma superintendência e há, sim, o desejo de nós discutirmos lá em Rondônia, com o Senador, os problemas e como o Incra pode melhorar e se ajustar.
Eu queria fazer uma fala geral. Quanto às respostas, eu prometi ao Senador Alan que nós vamos fazer por escrito, e, se precisarmos voltar aqui, a hora que vocês nos chamarem podem ter certeza de que nós aqui estaremos com toda a nossa equipe.
O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Quero agradecer ao Presidente César Aldrighi.
Todas as perguntas que foram elaboradas pelos Senadores... Já solicitei à Secretaria desta Comissão que nós possamos criar um documento para uma reunião de trabalho incluindo a CNA, a FPA, a MDA e o Incra, com as sugestões dos Senadores – até porque as minhas perguntas já foram todas feitas pelos colegas –, para que nós possamos buscar esse entendimento para fazer a regularização fundiária no Brasil avançar. É interesse dos Senadores investir suas emendas no georreferenciamento, na regularização, para que a gente reduza ao máximo o conflito de terras no Brasil, as invasões e garanta que o Incra entregue terra para quem precisa, para quem produza, para quem possa gerar renda para a sua família.
Quero agradecer mais uma vez à Maíra, ao ex-Senador João Pedro e quero conceder também aqui um tempinho para as considerações finais dos nossos convidados: o Moisés Savian, representando o MDA, e, na sequência, o José Henrique, o Fabrício e o Xico Graziano.
O SR. MOISÉS SAVIAN (Para expor.) – Quero agradecer, Alan Rick, pela oportunidade de dialogar. Eu queria rapidamente responder a algumas questões que foram colocadas.
Eu acho que o crédito fundiário, que foi colocado pelo Senador, o antigo Banco da Terra, é uma política que está de vento em popa. Eu concordo com o Senador Jayme, a gente precisa ter renda para a agricultura familiar continuar no campo – inclusive foi esse o tema que eu trabalhei no meu mestrado em Santa Catarina –, e a renda é um fator que auxilia o jovem a ficar no campo. Então, são essas duas questões, aproveitando a presença de vocês que ficaram aí também até o final.
Por fim, fico totalmente à disposição – em nome do nosso Ministro Paulo Teixeira – do Senado Federal, tanto para vir aqui à Casa, como ir aos estados também, acompanhando vocês in loco, vendo as questões no dia a dia da realidade concreta de cada estado.
Quero agradecer mais uma vez, Alan. A gente fica à disposição.
Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço a importante participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário aqui, na pessoa do Secretário de Governança, Moisés Savian.
Com a palavra, José Henrique Bernardes, da CNA.
O SR. JOSÉ HENRIQUE BERNARDES (Para expor.) – Obrigado, Presidente Senador Alan Rick. Obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria esclarecer uma pergunta aqui do Senador Ireneu. A CNA em momento algum é contra a questão da reforma agrária ou da política de distribuição de terra. A gente é a favor de uma reforma agrária feita de forma técnica, de forma que diminua as desigualdades no campo, diminua a pobreza e aumente a qualidade de vida e a renda para o assentado. Inclusive o Senar, o nosso braço de assistência técnica, atende a diversos assentados na Região Norte, na Região Nordeste. Então, a gente não é contra. O que a gente sugeriu aqui, Senador, foi aumentar o escopo da reforma agrária, aumentando para a questão da regularização fundiária, para a questão do crédito fundiário também – do Ministro Moisés Savian –, e não ficar só nessa questão de obtenção de terras na primeira fase da reforma agrária, mas aumentar o escopo da reforma agrária. É isso que a gente defende.

Em relação aos números aqui questionados pelo Presidente, a CNA também está à disposição. A gente utilizou esses números porque o último Censo Agropecuário foi em 2017. Acho que está para sair um agora, ano que vem. A gente está até auxiliando o IBGE em algumas perguntas, em alguns pontos para melhorar esse levantamento no meio rural, então, a ideia é a gente fazer novos estudos. Entendo que não existam os 205 mil lotes vagos, mas existem inúmeras irregularidades nos lotes. Talvez seria interessante o Incra passar um pente-fino para ver essas irregularidades, porque é possível assentar novas famílias sem a aquisição de novas terras ou promovendo invasões de terras.

Seria isso.

Muito obrigado, Senador Alan Rick.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço ao representante da CNA, José Henrique Bernardes.

Concedo a palavra ao representante da Aprosoja, Fabrício Morais Rosa.

O SR. FABRÍCIO MORAIS ROSA (Para expor.) – Senador, gostaria de agradecer, em nome da Aprosoja, por poder participar do debate. Foi muito bom realmente, e as informações também.

Quero parabenizar o Incra pelo trabalho e dizer que a Aprosoja também é favorável ao processo de regularização fundiária, de assentamento. Não temos nada contra isso e também somos favoráveis, sim, à boa estruturação do Incra, dos funcionários e da carreira dos funcionários do Incra, estamos totalmente alinhados em relação a isso. E acredito, sim, que com essa união de forças, junto com a CNA e com toda a expertise que foi colocada aqui na mesa, nós vamos caminhar, sim, para um processo muito melhor, mais racional e mais objetivo de assentamento dessas famílias.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Muito obrigado, amigo Fabrício Morais Rosa, o nosso último convidado.

O ex-Presidente do Incra Francisco Graziano já se ausentou.

Neste momento, eu agradeço a todos os nossos convidados pela excelente audiência aqui apresentada, com dados importantes, com números e, obviamente, com muitas considerações, perguntas e com o encaminhamento de uma próxima reunião de trabalho, na qual os encaminhamentos e os pontos aqui levantados serão trabalhados da melhor maneira para que o Incra cumpra o seu importante papel de realizar a regularização fundiária, com os nossos entes aqui, como o MDA, que também é fundamental para esse processo no Brasil, e o apoio obviamente da CNA, da FPA e dos órgãos que compõem o setor produtivo brasileiro.

Mais uma vez, obrigado, Presidente. Obrigado, senhoras e senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.179980/2024-20-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.
(Iniciada às 14 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 06 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e dois minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Jaime Bagattoli, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Sergio Moro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Weverton, Margareth Buzetti, Beto Faro, Humberto Costa, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Janaína Farias, Teresa Leitão, Jorge Seif, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Flavio Azevedo, Ireneu Orth, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Zenaide Maia e Otto Alencar, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa (item único). ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 17, de 2024 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a pesquisa e os diversos usos da alga Kappaphycus alvarezzi no Brasil bem como seus benefícios a diversos setores ambientais e econômicos. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: a Senhora Danielle de Bem Luiz, Chefe-Geral da Embrapa Pesca e Aquicultura; a Senhora Valeria Gress Gelli, Pesquisadora do Instituto de Pesca de São Paulo; o Senhor Alex Alves dos Santos, Pesquisador da Epagri; o Senhor David Vilas Boas de Campos, Pesquisador da Embrapa Solos; o Senhor Leonardo Cabral Costa, Membro da Câmara setorial de maricultura." Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 18, de 2024 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 17/2024 - CRA sejam incluídos os seguintes convidados: representante da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); representante da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); representante da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)." Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Flavio Azevedo (PL/RN). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos. Usam da palavra os Senadores: Jorge Seif, Hamilton Mourão e Jaime Bagattoli, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaime Bagattoli
Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência. Por videoconferência.) – Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.
Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.
Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovada.
Apresente reunião está destinada à deliberação de item único, Requerimento nº 17/2024, da CRA, conforme pauta previamente divulgada.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 17, DE 2024
- Não terminativo -
Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a pesquisa e os diversos usos da alga Kappaphycus alvarezzi no Brasil bem como seus benefícios a diversos setores ambientais e econômicos. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
- a Senhora Danielle de Bem Luiz, Chefe-Geral da Embrapa Pesca e Aquicultura;
- a Senhora Valeria Gress Gelli, Pesquisadora do Instituto de Pesca de São Paulo;
- o Senhor Alex Alves dos Santos, Pesquisador da Epagri;
- o Senhor David Vilas Boas de Campos, Pesquisador da Embrapa Solos;
- o Senhor Leonardo Cabral Costa, Membro da Câmara setorial de maricultura.
Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)
Observações:
- Votação simbólica.
Com a palavra, o autor.
O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para encaminhar. Por videoconferência.) – Sr. Presidente Jaime Bagattoli, Sr. Senador Hamilton Mourão, muito obrigado a todos os amigos e servidores da Comissão de Agricultura.
A justificação, Sr. Presidente.
A alga Kappaphycus alvarezii vem se destacando como uma espécie promissora para o Brasil, tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental.
Seu cultivo, Sr. Presidente, apresenta um crescimento significativo nos últimos anos, impulsionado pela demanda por seus diversos benefícios em diferentes setores.
A audiência pública tem como objetivo apresentar as características e os potenciais da Kappaphycus alvarezii, com foco nas seguintes áreas:
- Agricultura: a alga pode ser utilizada como bioinsumo, promovendo o crescimento das plantas, melhorando a qualidade do solo e a resistência a doenças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Pecuária: a alga pode ser utilizada na alimentação animal, melhorando o desempenho e a saúde dos animais.
- Indústria: a alga é rica em compostos com propriedades espessantes, gelificantes e emulsificantes, sendo utilizada em diversas aplicações industriais.
- Sustentabilidade: o cultivo da alga contribui para a fixação de carbono, auxiliando a mitigação das mudanças climáticas, e também a biorremediação de ambientes marinhos.

Sr. Presidente, a Kappaphycus alvarezii representa uma oportunidade única para o Brasil, tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental. O investimento em pesquisa, desenvolvimento e políticas públicas adequadas pode impulsionar o crescimento sustentável dessa atividade, gerando diversos benefícios para o país como um todo. Acreditamos, Sr. Presidente, que a Kappaphycus alvarezii tem potencial para se tornar um importante motor de desenvolvimento para as regiões costeiras do Brasil, contribuindo para a geração de renda, a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Diante do exposto, Sr. Presidente Jaime Bagattoli, contamos com o apoio dos nobres pares para a apresentação e discussão de tão relevante tema nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala de Comissões, dia 25 de junho de 2024. Senador Jorge Seif.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Por videoconferência.) – Obrigado, Senador Jorge Seif. Parabéns pela sua proposta para esta audiência pública!

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Por videoconferência.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Por videoconferência.) – Ninguém melhor do que você para fazer esse pedido, porque o Senador Jaime Bagattoli conhece de boi, mas não conhece de peixe. Então, cada um no seu lugar, não é? (Risos.)

Eu quero dizer para você, Senador Jorge, parabéns por esse pedido de audiência!

E deixo a palavra aberta aos Senadores, ao Senador Hamilton Mourão se quiser comentar sobre esta audiência pública.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Bom dia, Senador Bagattoli. Bom dia, Senador Seif.

Existe aqui, Senador Bagattoli, um requerimento do Senador Flavio Azevedo, que recentemente se incorporou ao nosso grupo, substituindo temporariamente o nosso Líder Rogerio Marinho. Ele pede para acrescentar a essa audiência pública pedida pelo Jorge um representante da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, um representante da Universidade Federal de Pernambuco e um representante da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Então, eu estou subscrevendo esse requerimento do nosso Senador Flavio Azevedo.

Queria cumprimentar o Seif por essa iniciativa. Eu desconhecia o papel dessa alga, cujo nome eu nem me animo a dizer, é um nome complicadíssimo. (Risos.) Mas entendi que ela tem uma importância na produção da tal da carragenina, que também não adianta me perguntar o que é, porque eu não sei, mas é extremamente importante na produção de alimentos também.

E eu queria chamar a atenção do Senador Bagattoli, o nosso Presidente, e do Seif para um problema que está ocorrendo e sobre o qual nós teremos que nos debruçar, assim que estivermos novamente reunidos aqui em Brasília, que é essa questão da greve do Ibama. O Ibama vem numa operação tartaruga desde o início do ano e, agora desde ontem, está entrando em greve. É extremamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejudicial às atividades econômicas do país. Recebi informes do setor de óleo e gás de que cerca de 80 mil barris de petróleo estão deixando de ser extraídos diariamente, por essa questão da greve do Ibama, assim como outras atividades estão sendo prejudicadas por falta das devidas licenças ambientais.
Então, peço a atenção dos companheiros para isso.
Era só.
O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Por videoconferência.) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão. Quero dizer ao senhor que nós vamos só votar o item único e depois vamos seguir com o seu requerimento extrapauta.
Há mais algum Senador que queira fazer algum comentário sobre esse requerimento do Jorge Seif?
O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir. Por videoconferência.) – Sr. Presidente, eu só queria acrescentar que os demais convites de outros cientistas e pesquisadores são muito bem-vindos.
Para o senhor entender, Senador Jaime Bagattoli, quando eu fui Secretário Nacional de Pesca, nós conseguimos aprovar no Ibama, com muita dificuldade – já tinha mais de dez anos que isso tramitava dentro do Ibama –, a produção da Kappaphycus alvarezii em Santa Catarina. E essa macroalga, ou seja, uma alga grande, tem diversas propriedades para a indústria alimentícia, para a indústria de cosméticos, como biocombustível, como ração para animais, como multivitamínico. É uma alga que, além de ter todas essas propriedades, ainda é sequestradora de carbono, ou seja, podemos utilizar, por exemplo, como bioinsumo, substituindo algum componente no campo. Esses componentes que nós importamos da Rússia e da Ucrânia podem ser substituídos, pelo menos parcialmente, com a produção, com o estudo aprofundado das propriedades da Kappaphycus alvarezii, reduzindo a dependência do Brasil desses insumos que vêm de outros países, além de tudo aquilo que eu já relatei tanto na leitura do requerimento, quanto no que já tinha dito aqui.
Então, acrescentar pessoas, estudiosos ou interessados em desenvolver a Kappaphycus alvarezii, que pode ser cultivada em toda a costa brasileira... Nós temos 8,5 mil quilômetros de costa. Então, pode ser utilizada... Hoje ela é mais produzida em Santa Catarina, em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas pode ser produzida em todo o Nordeste brasileiro, porque, além de sequestrar carbono, pode ser uma fonte de renda para diversas comunidades pesqueiras e não pesqueiras, para a produção desses produtos que nós elencamos antes. Mas para isso nós precisamos de estudos aprofundados, para saber o que ela tem de potássio, o que ela tem de vitamina, qual o percentual que precisa ser misturado na ração dos animais, o que ela pode trazer de benefícios para o cultivo da soja, do milho, do feijão, do arroz. Ou seja, para nós realmente sabermos do potencial da Kappaphycus alvarezii, nós precisamos de estudos aprofundados, o que até hoje foi feito muito de forma artesanal e com alguns mitos, algumas curiosidades, mas sem pesquisas aprofundadas.
Por isso que nós convidamos autoridades da Embrapa e da Epagri, que é um instituto aqui de estudos de Santa Catarina, para trazer esses subsídios para o agronegócio, para as indústrias, para saber realmente o que a Kappaphycus alvarezii – mitos e verdades – pode fazer pelo nosso país.
Então, desde já, Sr. Presidente, quero agradecer ao senhor e ao Senador Hamilton Mourão. Ontem eu vi uma reportagem sobre o Ibama; em 11 estados, os servidores do Ibama estão em greve, e quando os servidores do Ibama entram em greve, não tem licença ambiental, não tem aprovações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importantes, como da que o Senador Hamilton Mourão falou, dos barris de petróleo. Então, nós estamos juntos nessa batalha, Senador Hamilton Mourão, para que essa situação se restabeleça o mais rápido possível.
Muito obrigado, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Por videoconferência.) – Parabéns, Jorge Seif, pelo seu requerimento dessa audiência pública. Quero parabenizá-lo e dizer que realmente essa palavra, para nós, para mim, para o Hamilton Mourão e para os demais Senadores não é fácil falar: Kappaphycus alvarezii. É assim que fala?
O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Por videoconferência.) – Perfeito.
O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Por videoconferência.) – Não é fácil para nós respondermos.
Eu quero dizer ao Senador Hamilton Mourão que é uma situação bem grave essa do Ibama. Nós temos agora a seca entrando violentamente. Nós sabemos que temos mais, praticamente, quase 90 dias de interrupção de chuva. Já estamos vendo diversos incêndios acontecendo no Pantanal, cuja situação está se agravando, e nós temos que conversar com o Governo Federal, nós precisamos realmente resolver essa situação o mais rápido possível, para que essa greve não tenha continuidade e afete todo o setor produtivo no Brasil.
Quero dizer a vocês, caso não tenha mais nenhum Senador que queira discutir essa matéria, que eu coloco em votação o requerimento do Senador Jorge Seif.
As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

EXTRAPAUTA
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 18, DE 2024
Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 17/2024 - CRA sejam incluídos os seguintes convidados:
- representante da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);
- representante da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);
- representante da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS) e outros.
Autoria: Senador Flavio Azevedo, do PL do Rio Grande do Norte, apoiado pelo Senador Hamilton Mourão.
Há Senadores que queiram discutir esse item extrapauta? Senador Hamilton Mourão, Senador Jorge Seif?
O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir. Por videoconferência.) – Sr. Presidente, acho que quanto mais pessoas forem trazidas para essas audiências públicas ou para a audiência pública única, será de grande valia, inclusive para desenvolver a macroalga Kappaphycus alvarezii no Nordeste também. Isso com certeza trará muitos benefícios para o nosso país, além de renda extra para diversas comunidades e dos benefícios inúmeros, porque os estudos aprofundados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trarão luz para a verdadeira capacidade e propriedade dessa macroalga. Então, tem o meu apoio a convocação de mais esses cientistas que o Senador propôs.
O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Por videoconferência.) – Obrigado, Jorge Seif.
Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento.
As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.
Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.
Abraço a todos.
(Iniciada às 11 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e doze minutos do dia três de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Alan Rick e Jaime Bagattoli, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Izalci Lucas, Sergio Moro, Ivete da Silveira, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Beto Faro, Humberto Costa, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Janaína Farias, Teresa Leitão, Flávio Arns, Hamilton Mourão, Tereza Cristina e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Romário, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Ciro Nogueira e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4718, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.952, 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União na Amazônia Legal, para instituir o processo judicial de regularização fundiária." Autoria: Senador Marcos Rogério (DEM/RO). Relatoria: Senador Hamilton Mourão (Ad hoc), substituiu Senador Marcio Bittar. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 3 (três) Emendas de Redação que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5927, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, para incentivar e promover a produção de biocombustível no âmbito da agricultura familiar." Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA). Relatoria: Senador Sergio Moro. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com a Emenda 1-CRA. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente para prosseguimento da tramitação. ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 198, de 2024 - Não Terminativo - que: "Susta os efeitos do Decreto 11.995/2024, que “Institui o Programa Terra da Gente e dispõe sobre a incorporação de imóveis rurais no âmbito da Política Nacional de Reforma Agrária.”" Autoria: Senador Ireneu Orth (PP/RS). Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 201, de 2024 - Não Terminativo - que: "Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, o decreto nº 11.995, de 15 de abril de 2024, que institui o Programa Terra da Gente e dispõe sobre a incorporação de imóveis rurais no âmbito da Política Nacional de Reforma Agrária" Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Relatoria: Senador Jorge Seif. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 198/2024 e pela prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo 201/24, que tramita em conjunto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1069, de 2024 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Conectividade no Campo." Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). Relatoria: Senador Alan Rick. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 3 (três) Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas 1-CRA a 3-CRA. A matéria vai à Comissão de Comunicação e Direito Digital para prosseguimento da tramitação. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 752, de 2022 - Terminativo - que: "Confere ao Munícipio de Santa Rosa de Lima, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Meliponicultura." Autoria: Câmara dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados. Relatoria: Senadora Ivete da Silveira. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado, por unanimidade, o Projeto. ITEM 6 - Projeto de Lei nº 5587, de 2023 - Terminativo - que: "Institui o Programa Nacional de Sucessão Rural para Jovens Agricultores e dá outras providências." Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI). Relatoria: Senador Sergio Moro (Ad hoc), substituiu Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dois minutos. Usam da palavra os Senadores: Hamilton Mourão, Sergio Moro, Jaime Bagattoli, Beto Faro, Ivete da Silveira e o Senador Alan Rick, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Alan Rick
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está destinada à deliberação de quatro itens não terminativos e dois itens terminativos, conforme a pauta previamente divulgada.

Item 1 da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 4718, DE 2020
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.952, 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União na Amazônia Legal, para instituir o processo judicial de regularização fundiária.

Autoria: Senador Marcos Rogério (DEM/RO)

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 3 (três) Emendas de Redação que apresenta.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Devido à ausência do Senador Marcio Bittar, estamos designando neste momento, *ad hoc,* o Senador Hamilton Mourão para a leitura do relatório.

Com a palavra, o Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Boa tarde, Presidente.

Boa tarde, Srs. Senadores, Sras. Senadoras e todos que nos acompanham pelas mídias.

Esse assunto e esse projeto do Senador Marcos Rogério, assim como o relato do Senador Marcio Bittar, são extremamente significativos para a nossa Amazônia, pois sabemos que um dos problemas principais que temos na região é a questão da excessiva demora quando se busca regularizar a ocupação de terras, como se tivesse pouca terra na Amazônia – e lá tem bastante.

Peço permissão para o senhor para ir direto à análise, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Concedida.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – O art. 104-B do Regimento Interno do Senado estabelece a competência desta Comissão para opinar em assuntos correlatos ao direito agrário, à política fundiária e à regulação dominial de terras rurais e de sua ocupação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição não encontra óbice constitucional, estando de acordo com o art. 188, que determina que a destinação de terras públicas e devolutas seja compatibilizada com a política agrícola e com o Plano Nacional de Reforma Agrária.

A proposição, ademais, respeita o limite fixado pelo Constituinte no §1º do art. 188 de 2,5 mil hectares, os quais podem ser alienados sem a necessidade de prévia aprovação deste Congresso.

Também se verifica atendimento ao parágrafo único do art. 191, que veda a aquisição de imóveis públicos por usucapião. Ainda há que se mencionar que não se trata de matéria vedada à iniciativa parlamentar.

Ademais, a proposição apresenta abstratividade, coercitividade, generalidade e imperatividade, bem como inova no ordenamento jurídico.

No mérito, a proposição tem aspectos positivos que merecem ser destacados. Em primeiro lugar, é importante louvar a iniciativa do autor de criar uma alternativa para efetivar a regularização fundiária prevista pela Lei nº 11.952, de 2009, a qual depende, até o presente momento, da capacidade de ação do Incra e da União.

Já tivemos aqui nesta Comissão audiência pública com o Incra e vimos a dificuldade que o Incra tem para realizar o seu trabalho.

O que temos visto é que a via administrativa para efetivação desse direito básico do cidadão não tem sido suficiente para a demanda existente, havendo milhares de famílias que cultivam a terra, que produzem alimentos, fibras e energia, mas que ainda não receberam a devida titulação da área que ocupam.

É preciso lembrar que o acesso à terra é uma das formas mais nobres de efetivação da justiça social. Isso porque a titulação da terra é fundamental para que o trabalhador rural possa ter a segurança jurídica devida, obtendo assim acesso aos mecanismos de financiamento e a uma série de serviços especializados. Trata-se de um instrumento para efetivação de direitos de cidadania plena, ampliando a distribuição de renda, sendo uma política social da qual o beneficiário é ele mesmo o principal provedor da solução, bastando que o Estado não lhe atrapalhe e lhe dê as garantias necessárias para que ele possa exercer seus direitos.

Assim, ao propor a possibilidade da ação judicial àquele que muitas vezes não vê sua solicitação administrativa prosperar, o autor acerta e dá mais ferramentas para acesso à cidadania a quem trabalha na terra. A proposição, neste caso, já prevê que, iniciando-se a ação judicial, haverá a desistência da pretensão administrativa, evitando-se assim, eventuais confusões no andamento dos processos.

Outro aspecto do mérito da proposição que merece destaque são os dispositivos que cuidam do acesso à Justiça para pleitear a regularização fundiária pelos agricultores mais pobres. Neste caso, a proposição valoriza o papel da Defensoria Pública, da justiça gratuita e facilita a questão do georreferenciamento da propriedade, entregando ao perito judicial, durante o andamento do processo, certas responsabilidades que, na maioria dos casos, seria de responsabilidade prévia do pleiteante.

Temos que esclarecer que a proposição não prevê uma usurpação de competência do Poder Executivo federal, o que, se ocorresse, poderia criar uma confusão no registro das terras, uma vez que compete ao Incra manter a base de dados atualizada.

Ao contrário, esta proposição que examinamos agora inclui o Incra e a União no processo judicial, sempre ouvindo o posicionamento destes para a formação da convicção do magistrado e para posterior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

registro e execução. Assim, não há risco de se perder o bom registro e a governança fundiária que se pretende construir doravante.

Desse modo, podemos atestar que a proposição cumpre os requisitos constitucionais bem como os de juridicidade, e tem mérito evidente, de modo que sua aprovação pode fortalecer a efetivação dos direitos de cidadania, especialmente na Amazônia Legal, contribuindo para a fixação do homem na terra, para a regularização fundiária e para o desenvolvimento sustentável.

Por fim, nesta proposição só merece reparo um mero detalhe, meramente redacional, para a qual apresentamos aqui emendas, inserindo a proposta de acréscimo num local mais apropriado da lei, uma vez que tais dispositivos tratam tão somente de áreas rurais.

Voto.

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.718, de 2020, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº - CRA

O *caput* do art. 1º do Projeto de Lei nº 4.718, de 2020 passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se os dispositivos incluídos pelo artigo:

"Art. 1º A Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, passa a vigorar acrescida do seguinte Capítulo II-A".

EMENDA Nº - CRA

Dê-se a seguinte redação ao art. 30-J da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 4.718, de 2020:

"Art. 30-J. Julgado procedente o pedido da ação de regularização, o juiz decidirá a preferência na ocupação, os limites do imóvel a regularizar e determinará a expedição do título de domínio ou do termo de concessão de direito real de uso, com as cláusulas resolutivas e as condições de pagamento e de alienação ou concessão previstos na lei e nos regulamentos.

§ 1º Julgado improcedente o pedido da ação de regularização, o juiz poderá, a pedido da parte interessada, determinar a reintegração de posse por parte da União ou do Incra, para a destinação adequada das áreas.

§ 2º Verificada, durante a instrução, a existência de indícios da ocorrência de crimes, o juiz deverá, se for o caso, dar ciência ao Ministério Público dos indícios da prática do crime."

EMENDA Nº - CRA

Renumerem-se os artigos a serem acrescentados à Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 4.718, de 2020, para passarem a ser os arts. 20-A, 20-B, 20-C e assim sucessivamente.

Presidente, esse é o relatório. E eu acrescento que nós temos praticamente 1 milhão de proprietários de terra na Amazônia que não têm título. Foi um trabalho exaustivo que nós fizemos durante o Governo do Presidente Bolsonaro. Aí eu ressalto o trabalho da então Ministra da Agricultura, a Ministra Tereza Cristina, e tem muito a ser feito. E vejo que esse projeto vai facilitar que esses proprietários de terra finalmente tenham seus títulos em mãos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Senador Mourão, primeiro, agradeço a V. Exa. pela disposição de relatar matéria tão importante que precisa dar os encaminhamentos legislativos adequados durante o processo nas Comissões deste Senado Federal.

Abro, portanto, a discussão.

O Senador Sergio Moro é um jurista dos mais renomados deste país e, portanto, conhecedor de tantos e tantos processos judiciais sobre regularização fundiária, de que certamente teve conhecimento.

Com a palavra, o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, primeiro, elogio o projeto feito pelo Senador Marcos Rogério. A propriedade, o direito de propriedade, é às vezes tão vilificado, mas é uma forma de libertação das pessoas; afinal de contas é o meio de vida, a terra, o direito à própria terra; infelizmente, a gente sabe da situação bastante caótica na Região Norte sobre esse tema.

Sem embargo do mérito do projeto, eu recebi uma solicitação aqui da Senadora Tereza Cristina dizendo que ela gostaria de se debruçar sobre o projeto e pediu para que eu pedisse vista coletiva, para o projeto voltar na próxima semana. Ela fez esse pedido; então, atendendo à Senadora, porque todos nós sabemos não só da qualidade e do conhecimento dela sobre essa área, mas das boas intensões, peço vênia aos colegas para pedir essa vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Vista pedida pela Senadora Tereza Cristina. Portanto, concedida a vista, a pedido do Senador Sergio Moro, presente nesta reunião.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5927, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, para incentivar e promover a produção de biocombustível no âmbito da agricultura familiar.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- Em 19.06.2024, o Senador Sergio Moro apresenta novo Relatório.

- A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Concedo, portanto, a palavra ao Senador Sergio Moro para proferir a leitura de seu relatório.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Vou, então, ao relatório, Presidente.

O projeto é do Senador Jader Barbalho, é o Projeto de Lei 5.927, que altera a Lei 13.576, de 26 de dezembro de 2017, para incentivar e promover a produção de biocombustível no âmbito da agricultura familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a sua permissão, eu vou direito à análise, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Concedida, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Quanto ao mérito, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CRA opinar sobre proposições pertinentes à agricultura familiar e políticas de apoio às pequenas e médias propriedades rurais.

Foi a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que introduziu o biodiesel na matriz energética brasileira, alterando a Lei da Política Energética Nacional.

Nove anos depois a Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, dispôs sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado com o consumidor final e, em seu art. 3º, definiu que o biodiesel necessário à adição obrigatória ao óleo diesel deverá ser fabricado preferencialmente a partir de matérias-primas produzidas pela agricultura familiar e que caberá ao Poder Executivo federal estabelecer mecanismos para assegurar sua participação prioritária na comercialização no mercado interno.

A Lei nº 13.576, de 2017, instituiu a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), como parte integrante da Política Energética Nacional.

Na Lei da RenovaBio, o *caput* do art. 27 já dispõe que, "na comercialização de biodiesel por meio de leilões públicos, deverão ser estabelecidos mecanismos e metas para assegurar a participação prioritária de produtores de biodiesel de pequeno porte e de agricultores familiares".

O §2º do art. 27 determina que, para a definição de produtores de pequeno porte, aplica-se o disposto na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

É o Decreto nº 9.365 que regulamenta o art. 27, para estabelecer as condições para a participação dos produtores de pequeno porte na comercialização de biodiesel por meio de leilões públicos.

Atualmente, é o Decreto nº 10.527, de 22 de outubro de 2020, que trata do Selo Biocombustível Social, originalmente criado em 2004.

A Resolução nº 857, de 2021, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, é que atualmente dispõe sobre as regras de comercialização de biodiesel para atendimento da adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado com o consumidor final.

A página na internet do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar possui *links* para dois Boletins Técnicos do Selo Biocombustível Social, sendo o último de 2020/2021.

A produção de biodiesel está concentrada nas Regiões Sul e Centro-Oeste, distribuída principalmente em quatro estados: Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Paraná e Goiás, que, juntos, produziram 79,32% de todo biodiesel em 2021.

Em 2021, foram comercializados R$8,8 bilhões em matéria-prima da agricultura familiar, atingindo o maior valor da série histórica, com aumento de 48,5% no valor de aquisições quando comparadas com o ano de 2020.

A principal matéria-prima utilizada para a produção de biodiesel no Brasil, em 2021, foi o óleo de soja (72,11%), seguido de outros materiais graxos.

Recebemos notas técnicas do Ministério de Minas e Energia, com argumentos sugerindo que a inserção dos objetivos pretendidos com o PL nº 5.297, de 2023, na Lei da RenovaBio seria inadequada, por imputar em custos desconhecidos aos atores integrantes da cadeia produtiva de biocombustíveis,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobretudo do etanol, e porque é inexpressiva a participação de agricultores familiares na cadeia produtiva do etanol, que exige operações de plantio em maior escala produtiva, típicas de grandes produtores rurais.

A comercialização de biodiesel seguiu, entre 2007 e 2021, o modelo dos leilões públicos, mas, a partir de 2022, esses foram substituídos por um novo modelo de comercialização baseado na contratação direta entre as partes. Consideramos mais adequada, assim, a inclusão socioeconômica dos agricultores familiares e dos empreendimentos familiares rurais na cadeia produtiva do biodiesel.

Por tais razões, por sugestão do Ministério de Minas e Energia, e com a concordância do ilustre Senador Jader Barbalho, que é autor do PL, apresentamos emenda para promover as alterações pretendidas na Lei 13.033, de 2014.

Vou ao voto, então.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.927, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº CRA

Dê-se à ementa e ao art. 1º do Projeto de Lei nº 5.927, de 2023, a seguinte redação: [...].

E aí segue a redação que está disposta integralmente no relatório, já apresentado, ao qual eu remeto. São basicamente dois artigos alterados na lei... É um artigo alterado na Lei 13.033, o art. 3º, ou seja, há uma modificação do texto originário do projeto, mas atendendo ao seu espírito, no que seguimos aqui uma sugestão do Ministério de Minas e Energia.

É o voto, Sr. Presidente, pela aprovação, com a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Lido o relatório pelo Senador Sergio Moro, a quem parabenizo, abro neste momento a discussão aos Senadores.

Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Quero cumprimentar V. Exa., Presidente da CRA, Senador Alan Rick.

Quero parabenizar o Senador Sergio Moro, mas dizer ao Relator Sergio Moro que a gente tem a intenção – e isso seria de suma importância – de que a agricultura familiar avance na produção de biodiesel. Nós sabemos as dificuldades que a agricultura familiar tem para fazer essa implementação de biodiesel. O único mecanismo que teria para fazer isso seria a agricultura familiar estar dentro de um sistema cooperativo, porque é difícil hoje.

Queira ou não queira, é igual ao que você relatou, realmente: por exemplo, o Mato Grosso é o maior produtor de biodiesel. Eu sou transportador de biodiesel, eu conheço esse segmento desde quando surgiu, desde quando surgiu também, lá atrás, o etanol, a mistura da gasolina e do etanol. O que acontece? O mecanismo mais barato que se tem hoje, com maior volume, é o óleo de soja, e o óleo de soja ficou concentrado nas grandes empresas. Por isso, Senador Mourão, para você ter uma ideia, para ser competitivo, para ainda se fazer do próprio óleo de soja, tem indústria onde a esmagadora esmaga o óleo, sai o óleo degomado e daí já é feito um bombeamento direto para a indústria de biodiesel.

Mas é plausível o projeto, quero parabenizar o Relator. Nós temos que encontrar mecanismos. Eu vejo que, sem subsídio, também é difícil produzir o biocombustível através da agricultura familiar, mas temos que ajudar a nossa agricultura familiar no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu que agradeço, Senador Bagattoli.

Para discutir, Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Sr. Presidente e demais membros aqui da nossa Comissão, primeiro, nós somos favoráveis à aprovação do projeto.

Na região nós já temos experiência, inclusive de produção, a partir do dendê e de outras culturas que geram a feitura do biodiesel, com uma rentabilidade hoje grande, boa, para os agricultores familiares. Não é a única, mas é uma das formas viáveis de você fazer os assentamentos produzirem, a agricultura familiar produzir e ter essa rentabilidade.

Acho, inclusive, que aqui nós estamos tratando muito da produção da matéria-prima, Senador Moro. No futuro, temos que dialogar sobre as agroindústrias, porque muitas dessas cooperativas de que o Senador Bagattoli fala também podem fazer a indústria funcionar, para que possa produzir, porque os agricultores familiares, hoje, estão só no processo da produção da matéria-prima mesmo, não tem nada na industrialização, o que geraria agregação de valor para esses produtores. Então, acho que essa é uma saída que vamos ter de dialogar.

Inclusive, conversei muito, hoje, pela manhã, pois já foi lançado o Plano Safra da Agricultura Familiar. Agora à tarde, vai ser lançado o da agricultura empresarial. No tema da agricultura familiar, por exemplo, na Amazônia, nós temos um recurso que fica, de fato, disponível, e que é a partir do Banco da Amazônia, o FNO, porque o Banco do Brasil e a Caixa Econômica têm muito pouca coisa para a agricultura familiar na região. Eu tenho dialogado bastante, inclusive, com o Governo, no sentido de a gente ter, na Caixa Econômica e no Banco do Brasil, recursos em condição de fazer o financiamento. Ter, na Caixa Econômica, financiamento para a agricultura, e não financiar, por exemplo, na agricultura familiar, o dendê é uma coisa difícil de compreender, em uma região que produz muito e que trabalha esse processo.

Portanto, acho que esse projeto aqui avança; não é, por si só, o que vai resolver todos os problemas, mas ele avança. A gente precisa continuar fazendo esse debate, mas somos pela aprovação, parabenizando aí o relatório do Senador Moro.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Consulto os Senadores se há alguém mais para discutir a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Sergio Moro.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório do Senador Sergio Moro, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 - CRA.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente para prosseguimento da sua tramitação.

Parabenizo o autor, Senador Jader Barbalho, e o Relator, Senador Sergio Moro, pelo consistente relatório de uma matéria que interessa, decisivamente, àqueles que produzem biocombustível, no âmbito da agricultura familiar no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fazendo aqui uma inversão de pauta, convido o Vice-Presidente desta Comissão, Senador Jaime Bagattoli, para assumir a Presidência, para que eu possa fazer a leitura do meu relatório.

Senador Jaime Bagattoli, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Boa tarde a todos.

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1069, DE 2024

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Conectividade no Campo.

Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 3 (três) Emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Comunicação e Direito Digital em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao senador Alan Rick, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Bagattoli.

Iremos direto à análise.

Compete a esta Comissão analisar temas pertinentes à agricultura, à pecuária, à silvicultura e à aquicultura, nos termos dos incisos III e V do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (Risf).

Os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição serão analisados pela Comissão de Comunicação e Direito Digital, em virtude da apreciação terminativa.

Quanto ao mérito do PL nº 1.069, de 2024, destacamos que, quando foi publicada a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei Geral de Telecomunicações (LGT), que também criou a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), estávamos nos primórdios da internet e não se imaginava o quanto seus recursos mudariam a dinâmica das relações socioeconômicas e da vida das pessoas.

O livro *Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos de Censo Agropecuário*, publicado em 2020 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, analisou os dados do Censo Agropecuário 2017 do IBGE. Conforme os dados do censo, apenas 12% dos respondentes dos estabelecimentos agropecuários pesquisados afirmaram ter obtido informações técnicas por meio da internet, o que demonstra o insucesso das políticas públicas de promoção da conectividade no campo.

Aqui eu abro um parêntese, Sr. Presidente, são dados de 2017. Ontem mesmo, conversei com o Presidente do IBGE, que nos traz a importante informação de que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística está se preparando para realizar o próximo censo agropecuário, portanto, trazendo números muito mais atualizados deste tema em debate, que é a conectividade no campo, além de outros aspectos levantados pelo censo em edições anteriores.

Desde sua criação, a utilização do Fust "ficou restrita a cobrir a parcela não rentável da prestação do serviço de telefonia fixa no âmbito das concessões. O Fust nunca foi utilizado de forma efetiva, sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplicado na maioria das vezes para promover o superávit primário", nas palavras do então Ministro das Comunicações, Fábio Faria, proferidas em dezembro de 2022. Na época, se anunciou que o Fust iria repassar R$796,7 milhões, pelo BNDES, para investimentos no setor, especialmente para acesso à banda larga. Desse total, apenas R$7 milhões seriam destinados a recursos não reembolsáveis.

Conforme explicado por estudo da Embrapa, a agricultura 4.0 emprega métodos computacionais de alto desempenho, rede de sensores, comunicação máquina para máquina, conectividade entre dispositivos móveis, computação em nuvem, métodos e soluções analíticas para processar grandes volumes de dados e construir sistemas de suporte à tomada de decisões de manejo. O rápido crescimento da oferta de inovações tecnológicas, de máquinas e equipamentos conectados à internet, de informações técnicas e de mercado disponíveis na internet faz parte dessa nova revolução digital no campo, demandando, assim, um crescimento equivalente da oferta de infraestrutura e de serviços de conectividade.

Diante desse contexto, é crucial incentivar a conectividade e a construção de infraestrutura de telecomunicações na zona rural, assegurando que a população tenha acesso aos serviços essenciais e à inclusão digital. Sendo assim, propomos uma emenda aos incisos II a V do art. 2º do projeto de lei, para reforçar os objetivos da Política Nacional de Conectividade no Campo, sendo os seguintes:

> II – promover a inovação e desenvolvimento de novas tecnologias para o agronegócio com foco na sustentabilidade da agricultura;
> III – estimular o uso de tecnologias digitais e da conectividade na cadeia de produção agrícola com vistas à redução dos custos de produção, ao aumento da produtividade e da lucratividade das atividades, e à garantia da sustentabilidade ambiental;
> IV – incentivar a criação e o desenvolvimento de *startups* de tecnologia para o agronegócio (Agritechs);
> V – promover a inclusão digital da população rural com atenção especial às escolas rurais e estudantes;

Além disso, sugerimos modificações nos incisos I e III do art. 4º. Para o inciso I, recomendamos explicitar que os recursos do Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), no contexto da Política Nacional de Conectividade no Campo, sejam exclusivamente utilizados para apoiar a instalação de infraestrutura que amplie a conectividade nas áreas rurais, conforme estabelecido no inciso I do art. 2º. Quanto ao inciso IV, propomos uma alteração para especificar que outras fontes de recursos para custeio são doações, com o objetivo de evitar interpretações ambíguas que possam criar insegurança jurídica e a criação de novos tributos. O texto atual menciona, abro aspas, "outras fontes de recursos, provenientes de entidades públicas e privadas" – fecho aspas –, o que pode ser problemático.

A Política Nacional de Conectividade no Campo será certamente um avanço na inclusão digital de milhões de brasileiros que vivem na zona rural do nosso país, elevando as atividades do agronegócio e promovendo a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias.

Voto.

Pelas razões expostas, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.069, de 2024, com as emendas apresentadas e que estão nos registros já informados e acessíveis a todos os Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas 1–CRA a 3–CRA.

A matéria vai à Comissão de Comunicação e Direito Digital, para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa.

Parabenizo aqui a relatoria do nosso Presidente da CRA. Esse projeto é de autoria do Senador Jayme Campos e a relatoria é do Senador Alan Rick. Parabenizo você por essa grande relatoria.

Só queria fazer um comentário, saindo um pouquinho, sobre o outro assunto, Senador Beto Faro, de que você falou, sobre a situação do Basa, da agricultura familiar. Eu sou de conhecimento – e V. Exa. também conhece a situação – da agricultura familiar no Norte do Brasil. Eu não tenho esses dados, mas quero levantá-los mais profundamente. Acredito que em torno de 40% ou mais da agricultura familiar estão com problema de embargos no campo. Nós precisamos resolver, nos debruçar – e resolver – sobre essa situação, até porque a linha de crédito do Basa, devido a essas dificuldades de colocar esse dinheiro, não só da agricultura familiar... Porque o FNO – para quem não entende de linha de crédito – são os juros mais baratos que nós temos, é a mais acessível que nós temos hoje no Brasil. Eu não vi a linha de crédito, hoje, que saiu do FNO da agricultura familiar, mas acredito que seja abaixo de 7%.

Então, nós precisamos de que esse dinheiro chegue na agricultura familiar, porque, Senador Sergio Moro, o que está acontecendo é que eles estão procurando, o Basa está procurando grandes empresários do setor produtivo – grandes empresários do setor produtivo –, porque não tem, Senador Mourão, onde colocar o dinheiro do FNO devido a essa situação de regularização fundiária, a essa questão da reserva tipo B, que foi outra situação...

O Ministro Paulo Teixeira, do MDA, nos garantiu, através da sua assessoria, que, no máximo até amanhã, vai publicar um decreto, que o Governo Federal publicaria um decreto, sobre a reserva tipo B. E achamos que, pelo menos nesse quesito, Presidente Senador Alan, nós vamos resolver essa situação.

Obrigado.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Uma questão: há todo o entendimento de que o Governo publica amanhã o decreto que vai tratar dessa questão da regularização, para resolver essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço ao Senador Jaime Bagattoli.

Vamos ao item 5 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5
PROJETO DE LEI Nº 752, DE 2022
- Terminativo -

Confere ao Munícipio de Santa Rosa de Lima, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Meliponicultura.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senadora Ivete da Silveira
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações: *Votação nominal.*

Autoria: Deputado Federal Darci de Matos, do PSD, de Santa Catarina.

Relatoria da Senador Ivete da Silveira, do MDB, de Santa Catarina, que aqui está presente e, com muita justiça, relata um tema tão importante para a cadeia de produção do mel na cidade de Santa Rosa de Lima, no belíssimo Estado de Santa Catarina.

Concedo a palavra à Senadora Ivete da Silveira para proferir à leitura de seu relatório.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Como Relatora.) – Boa tarde, Sr. Presidente e demais Senadores.

Peço permissão para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Concedido, Senadora.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Nos termos do art. 104-B, III e XXI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CRA opinar sobre proposições que versem sobre agricultura, pecuária e assuntos correlatos, caso do projeto em análise.

Ademais, por ser a única Comissão a manifestar-se sobre o tema, compete-lhe, ainda, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspectos, não há que se opor ao projeto.

A proposição respalda-se nos arts. 23, VIII; 24, IX; 48 e 61 da Constituição da República Federativa do Brasil, atendendo aos requisitos formais de constitucionalidade.

Quanto à juridicidade, o texto está em consonância com o ordenamento jurídico nacional. Apresenta, ainda, técnica legislativa apropriada, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, da mesma forma, o parecer é favorável ao projeto.

Diferentemente da apicultura, focada na criação de abelhas com ferrão, como a *apis mellifera*, a meliponicultura envolve o manejo de espécies nativas de abelhas que não possuem ferrão, sendo uma atividade com importantes implicações ecológicas, econômicas e sociais.

Santa Rosa de Lima destaca-se na prática da meliponicultura. A atividade da região teve início na década de 1990, impulsionada pelos ensinamentos do técnico Jean Carlos Locatelli, em 1999. Hoje, o município abriga mais de 25 mil colônias matrizes e 31 espécies de abelhas, contribuindo para a preservação da biodiversidade local e oferecendo sustento para aproximadamente cem famílias.

A topografia única de Santa Rosa de Lima, marcada por seu relevo acidentado, favorece a meliponicultura em detrimento da agricultura em larga escala, integrando a atividade na economia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

local. A prática não apenas apoia a conservação de espécies em risco, como a abelha Guaraipo, mas também promove a recomposição da vegetação nativa, essencial para a sustentação das colônias.

A integração da meliponicultura na estrutura social e educacional do município, com a presença de criadouros urbanos e projetos em escolas e unidades de saúde, destaca o compromisso de Santa Rosa de Lima com a educação ambiental e a conservação de espécies.

Assim, tendo em vista o histórico da atividade na região e a sinergia entre conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico, resta justificado o título de Capital Nacional da Meliponicultura ao Município de Santa Rosa de Lima.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 752, de 2022.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço à Senadora Ivete da Silveira e coloco a matéria em discussão.

Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Quero aqui parabenizar a Senadora Ivete da Silveira. Quero dizer para você, Senadora, que eu também – acho que a senhora já sabe – sou de Santa Catarina, do Município de José Boiteux, município bem pequeno.

Eu conheço Santa Rosa de Lima só de passagem, eu nunca fiquei lá, mas, quando ela fala na sua relatoria sobre o relevo, o que quer dizer? É muito montanhoso. Como diziam os antigos, abelha voa. Então, se abelha voa, pode trabalhar, viu, Senador Mourão? Não tem problema de relevo, não precisa ser plano igual para a agricultura, não.

Olhe, quero parabenizar e dizer que a produção de mel, principalmente para o pequeno produtor, que seria considerado da agricultura familiar, é de suma importância, e nós sabemos o prejuízo que o Rio Grande do Sul teve, Senador Mourão. Muitos perderam a sua produção. Deve ter, pelo relatório que eu vi lá, em torno de 15% que dizem que perderam, foram as últimas estatísticas que eu vi aí.

Parabéns para a Relatora, e quero dizer para vocês que podem contar com o voto pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Obrigado, Senador Bagattoli.

Alguém para discutir? Alguém mais?

Portanto, encerrada a discussão.

Solicito que a Secretaria desta Comissão prepare a votação nominal para que possamos iniciá-la.

Os Senadores podem votar tanto pelo computador quanto pelo aplicativo.

Está iniciada a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Os Srs. Senadores podem votar tanto pelo *notebook* quanto pelo aplicativo. (*Pausa.*)

Ao término da votação eu faço a comunicação, porque, durante a votação da matéria, a gente não pode indicar uma outra.

Já, já eu faço a indicação. (*Pausa.*)

Décimo voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podemos encerrar a votação?

Já atingimos o quórum, já ultrapassamos o quórum.

Podemos encerrar?

Portanto, está encerrada a votação.

Vamos conferir os votos. (*Pausa.*)

Votaram SIM, 10 Srs. e Sras. Senadoras.

NÃO, nenhum voto, Presidente.

Quórum 11.

Portanto, por unanimidade, está aprovado o relatório da Senadora Ivete da Silveira, conferindo ao Município de Santa Rosa de Lima, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Meliponicultura.

Parabenizo-a, Senadora Ivete, pela brilhante atuação em favor da Meliponicultura de Santa Catarina.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado.

O item 3 estamos retirando de pauta devido, até o momento, à ausência do Relator.

Portanto, item 3 retirado de pauta pelo Presidente.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 198, DE 2024

- Não terminativo -

Susta os efeitos do Decreto 11.995/2024, que "Institui o Programa Terra da Gente e dispõe sobre a incorporação de imóveis rurais no âmbito da Política Nacional de Reforma Agrária."

Autoria: Senador Ireneu Orth (PP/RS)".

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 02 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quinze horas e seis minutos do dia três de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Alan Rick e Jorge Seif, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Izalci Lucas, Sergio Moro, Ivete da Silveira, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Humberto Costa, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Janaína Farias, Teresa Leitão, Flávio Arns, Jaime Bagattoli, Wilder Morais, Flavio Azevedo, Hamilton Mourão, Tereza Cristina e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Romário, Ciro Nogueira, Nelsinho Trad e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Registra ainda, a presença da Juliana Lopes da Silva, Diretora de Aquicultura em Águas da União, do Ministério da Pesca e Aquicultura; Roberto Muniz, Assessor Parlamentar do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ; e Dr. Carlos Nabil Gobil, Coordenador da Agencia Paulista de Tecnologia dos Agronegócios - APTA da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública (Reqs 17/2024-CRA e 18/2024-CRA), atendendo aos requerimentos REQ 17/2024 - CRA, de autoria Senador Jorge Seif (PL/SC), e REQ 18/2024 - CRA, de autoria Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Flavio Azevedo (PL/RN). Finalidade: Discutir a pesquisa e os diversos usos da alga Kappaphycus alvarezzi no Brasil bem como seus benefícios a diversos setores ambientais e econômicos. Participantes: Danielle de Bem Luiz, Chefe-Geral da Embrapa Pesca e Aquicultura; David Vilas Boas de Campos, Pesquisador da Embrapa Solos; Valeria Gress Gelli, Pesquisadora do Instituto de Pesca de São Paulo; Alex Alves dos Santos, Pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri; Leonardo Cabral Costa, Representante do Sindicato Rural de Florianópolis; Maulori Curié Cabral, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; e Dárlio Inácio Alves Teixeira, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Resultado: Reunião realizada. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Projeto de Lei n° 5587, de 2023 - Terminativo - que: "Institui o Programa Nacional de Sucessão Rural para Jovens Agricultores e dá outras providências." Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI). Relatoria: Senador Sergio Moro (Ad hoc), substituiu Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e treze minutos. Usam da palavra os Senadores: Sergio Moro, Esperidião Amin, Marcos Rogério, Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Hamilton Mourão, Flavio Azevedo e o Senador Alan Rick, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Alan Rick
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro, portanto, aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para discutir a pesquisa e os diversos usos da alga *Kappaphycus alvarezii* no Brasil, bem como seus benefícios a diversos setores ambientais e econômicos, em atendimento aos Requerimentos nºs 17 e 18, de 2024, da CRA, de iniciativa do Senador Jorge Seif e dos Senadores Hamilton Mourão e Flavio Azevedo, respectivamente.

Esta audiência pública será interativa por meio do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado, ou pelo telefone 0800 0612211.

Antes de iniciarmos a nossa audiência pública, coloco em tramitação o item nº 6 da reunião anterior, extrapauta, o Projeto de Lei nº 5.587, de 2023.

Consulto o Plenário, com a aquiescência dos Srs. Senadores, se podemos fazer a leitura do relatório e votar, portanto, este parecer.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Portanto, está aprovada a inclusão do item extrapauta.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 5587, DE 2023

Institui o Programa Nacional de Sucessão Rural para Jovens Agricultores e dá outras providências.

Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Votação nominal.

A Senadora Professora Dorinha Seabra encontra-se ausente, porém solicitou que o relatório seja proferido *ad hoc* pelo Senador Sergio Moro.

Esta Presidência, assim, decide pela leitura do relatório *ad hoc*.

Com a palavra, o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Presidente, agradeço e farei o relatório *ad hoc* aqui, a pedido da Senadora Professora Dorinha Seabra.

Encontra-se sob apreciação da CRA, do Senado Federal, o Projeto de Lei nº 5.587, de 2003, de autoria da Senadora Jussara Lima, que institui o Programa Nacional de Sucessão Rural para Jovens Agricultores e dá outras providências.

O projeto de lei é constituído por sete artigos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tomo a liberdade de ir direto à análise, com a permissão dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Concedida, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Compete à CRA opinar sobre proposições pertinentes à política agrícola e fundiária, bem como à agricultura familiar. Por se tratar de decisão terminativa nesta Comissão, a análise abordará, além do mérito, a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

No que tange à constitucionalidade do projeto, a competência da União está albergada pelos incisos VIII e X do art. 23 da Constituição Federal, que estabelecem competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para, respectivamente, fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

É observada a competência do Congresso Nacional para dispor sobre essas matérias, e não existe, portanto, óbice concernente à constitucionalidade formal ou material deste projeto.

Também não merece reparos o projeto no que se refere à juridicidade e à regimentalidade, pois a matéria inova a legislação vigente, mediante proposição parlamentar que imprime generalidade e coercitividade adequadas à natureza de seus dispositivos.

No que concerne à técnica legislativa, o projeto harmoniza-se com as prescrições da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Quanto ao mérito, é importante registrar que o projeto aborda questões que devem, cada vez mais, demandar a atenção do poder público, especialmente o problema da sucessão rural no caso de pequenas propriedades familiares, quando a divisão do imóvel, em virtude de partilha, é indesejável ou até mesmo inviável. Nessas situações, é relevante a atuação do poder público para viabilizar a oferta de crédito fundiário em volume suficiente para atender os herdeiros interessados em adquirir o quinhão dos demais para dar continuidade ao empreendimento familiar.

Quando o poder público atua para garantir a adequada sucessão em empreendimentos familiares rurais, ataca, ao mesmo tempo, dois problemas que poderiam ser gerados nessas situações: o aumento da concentração fundiária, quando o imóvel partilhado é vendido para proprietários de glebas maiores; e o desemprego, quando os herdeiros vocacionados para a atividade agropecuária se veem sem terras para dar continuidade ao seu trabalho, tendo, por consequência, que migrar para as cidades.

Outro ponto bastante relevante que o PL aborda é a oferta de capacitação no meio rural. Em um mundo onde as inovações tecnológicas são cada vez mais relevantes para a obtenção de ganhos de produtividade, esse é um aspecto essencial das políticas públicas voltadas ao meio rural, principalmente àquelas direcionadas aos mais jovens.

Diante disso, entendemos que o Programa Nacional de Sucessão Rural para Jovens Agricultores (PNSR-JA) é meritório e tem o potencial de articular importantes políticas destinadas à agricultura familiar e contribuir para a melhoria do processo de sucessão no âmbito dos empreendimentos familiares rurais, bem como para tornar o trabalho no campo mais atrativo para os jovens agricultores. Nesse contexto, o programa poderá contribuir de modo decisivo para disponibilizar crédito agrícola com juros reduzidos e períodos de carência flexíveis a seus beneficiários, estabelecendo parcerias com instituições de ensino para oferta de cursos técnicos e treinamentos em agropecuária, gestão de negócios e práticas sustentáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a análise.

Vou para o voto.

Diante do exposto, elogiando, mais uma vez, aqui, a autoria do projeto da Senadora Jussara, e igualmente o relatório feito pela Senadora Dorinha Seabra, somos pela aprovação do PL nº 5.587, de 2023, solicitando o apoio dos pares.

Encerrado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço ao Senador Sergio Moro pela leitura *ad hoc* do relatório da Senadora Dorinha Seabra.

Neste momento, abro a matéria para discussão.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria da sua autorização para saudarmos aqui o nosso querido Bispo Paulo Renato, que, durante um bom tempo da sua carreira sacerdotal, atuou aqui na CNBB como assessor para assuntos institucionais, digamos assim, formando e praticando uma relação institucional muito importante com o Parlamento brasileiro, e agora se encontra prestando serviços ao Brasil e à Igreja Católica em...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... Barra do Garças; ou seja, é um paulista de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... São José dos Campos, que, depois de servir aqui em Brasília, vai prestar o seu serviço sublime lá numa região muito especial do nosso país, Barra do Garças.

Sobre este projeto, eu gostaria de assinalar aqui uma observação: é um projeto de lei que não se refere à outra lei. Se eu bem entendi, Senador Sergio Moro, é um projeto de lei solitário, e, como tal, ele deixa de complementar projetos que derivam de programas do Governo.

Não havendo esse esclarecimento, eu vou pedir vista e vou explicar por quê.

O Banco da Terra foi instituído por um projeto de lei proposto, de maneira convergente, por mim, no Senado, e pelo Deputado Federal Hugo Biehl, na década de 90. Ele era muito controverso, mas trouxe para o Brasil uma experiência que nós desenvolvemos em Santa Catarina que era o programa de crédito fundiário, que, com recursos estaduais, atendeu a quase 10 mil sem-terra que adquiriram a sua terra, num estado que tem o melhor Índice de Gini, ou seja, que tem a menor concentração de propriedades rurais.

Posteriormente, já no Governo Lula, aliás, já no Governo Dilma – eu não posso recordar aqui a data –, o próprio Governo... Vamos ser bem claros: o projeto foi aprovado contrariando correntes políticas que não o defendiam. Durante algum tempo enfrentamos essa dificuldade na década de 90.

Eu fui Relator na Câmara dos Deputados – e por isso não sei precisar se foi no ano 2013 ou 2014 – de um projeto que regulamentava o Banco da Terra, proposto pelo Governo da Presidente Dilma. E isso me fez convencido de que nós estávamos no caminho certo. Um país que financia tudo não financia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a terra? E o Governo abraçou e desenvolveu o programa do Banco da Terra, que, em Santa Catarina, teve, como primeiro beneficiário, o Sr. Agenor Rosa, de Itá, um município que sofreu um trauma quando foi construída a barragem de Itá, a barragem hidrelétrica, mas que se encaminhou para prosperidade com rara rapidez.

Este projeto, na década de 2010, tratava do quê? De facilitar a transferência da propriedade adquirida pelo Banco da Terra de modo intrafamiliar, que vem ao encontro disso aqui. Isso aqui ajuda a financiar para que um dos herdeiros possa ser o proprietário da terra, seja a terra adquirida de uma forma ou de outra. Aqui não diz, pelo que eu consigo ver... O público-alvo são jovens que sejam filhos de agricultores familiares ou membros de comunidades quilombolas rurais ou outros grupos tradicionais e que estejam inscritos no Cadastro Único para programas sociais do Governo e no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar. Esse cadastro certamente contempla o cadastro daqueles que tiveram acesso ao programa Banco da Terra, que já tem uma regulamentação que favorece a sucessão.

Uma propriedade – vou falar aqui do tamanho de propriedade do meu estado – de 12,5 hectares não pode ser dividida em cinco propriedades, senão não vamos ter nem um sítio. É bem diferente do que se considera pequena propriedade em Rondônia, mas o senhor sabe que, no nosso estado, pequena propriedade de 25 hectares é a colônia inteira. Meia colônia... Tanto no Rio Grande do Sul quanto em Santa Catarina – e, no Paraná, com menos intensidade, mas também tem essa região, mais a sudoeste do Paraná –, são pequenas propriedades. E o Rio Grande do Sul é muito semelhante à Santa Catarina.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, aí já é uma área de propriedade... Ou seja, é exatamente o oeste de Santa Catarina, que é o meio dessas duas partes.

Então, em função disso, eu faço a indagação e, caso não tenhamos aqui uma vinculação do projeto a esses programas, eu vou pedir vista.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Como eu estou fazendo o relatório *ad hoc*, Senador, a minha sugestão é que haja vista e aí possam ser discutidos com a autora do projeto e com a Relatora originária esses detalhes que na verdade me escapam também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como eu disse, eu não tenho a menor dúvida de que o projeto é meritório, mas eu acho que precisamos saber se o benefício que está sendo dado agora não colide com benefícios dados para quem...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só entendo que seja oportuno que essa discussão seja feita com a autora e com a Relatora originária, que aí nós poderíamos ter uma deliberação mais qualificada.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Portanto, concedida vista coletiva, para que a matéria possa ser discutida na próxima reunião.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria compartilhar com V. Exa., como Presidente desta Comissão de Agricultura do Senado Federal... E aproveito para elogiar a atuação de V. Exa., que tem sido um Parlamentar que defende o agro, num momento em que o agro é atacado sistematicamente pelo atual Governo.

Eu queria trazer... Eu falei recentemente com V. Exa., por ocasião de um evento que nós tivemos lá na FPA, mas, na semana passada, eu fiquei em Rondônia, eu não vim a Brasília, e fiz agendas em vários municípios de Rondônia. Numa das agendas que fiz, na região do Cone Sul, no Município de Cerejeiras, eu tive uma ampla reunião com produtores rurais do Município de Cerejeiras e de toda a região. Posteriormente me encontrei com os produtores da região do Vale do Jamari – a mesma reclamação, a mesma queixa.

Nós estamos vivendo um ambiente de ataque ao agro, em parte um ataque silencioso, que apenas pratica um boicote ao produto do agro, e em parte um ataque do sistema de Governo contra quem está nas áreas produzindo. Eu vou explicar. Desde 2006, vem-se discutindo a questão da moratória da soja. Por pressão internacional, entidades resolveram fazer um pacto relacionado à questão ambiental, mas que nunca, efetivamente, Senador Amin, foi colocado em prática, até então. Neste ano, adotaram a tal da moratória da soja.

Inicialmente, a previsão é era que os efeitos seriam para o próximo ano, para a próxima safra, considerando o levantamento das áreas, e aquelas áreas que tivessem divergência, "aqui houve uma supressão, houve um desmatamento que foge ao escopo do Código Florestal de 2012", que consolidou as áreas até 2008... Mas nem isso é o que está acontecendo. Agora, quem produziu, já retirou a safra, tem a safra armazenada não pode fazer a entrega do produto, porque o produtor rural está com seu CPF com restrições. Eu repetir: o CPF do produtor rural está com restrição.

Aí ele tem uma área grande, toda legal, mas questionaram lá uma fração, uma mínima fração. E, em razão dessa mínima fração, toda a produção dele, de toda a área, está comprometida. Para o ano que vem? Não. Estão impondo essas regras já para este ano.

Agora veja a esperteza – eu ia falar um palavrão, mas eu não vou falar –, a covardia, para ser mais educado. No caso daquele produto que é feito... Está aqui o Jaime, que é do ramo, é plantador também, talvez saiba até explicar melhor. Para aquele caso do contrato que ele fez com a empresa, com o grupo A, grupo B, não vou falar nome aqui, mas que corresponde ao que ele antecipou... "Ah, não, nesse caso aqui, ele vai entregar porque está contratado". "Não, então eu vou vender, eu vou negociar com outro". "Não, você não pode negociar com outro porque você tem contrato". "Tá, mas você está dizendo que não vai comprar o meu produto porque o meu produto está dentro de uma área que foi alcançada pela moratória. Então, você não compra e você está me dizendo que eu também não posso vender para outro porque eu tenho contrato?". Sr. Presidente, é isso que está acontecendo com quem está no campo produzindo hoje.

E essa moratória desrespeita a lei, ela desrespeita a Constituição, ela desrespeita contratos, e não se sabe a quem recorrer. Eu já conversei na FPA sobre esse assunto. Tem duas entidades no Brasil que estão por trás desse movimento, a Abiove e a Associação de Exportadores. Nós não estamos diante de uma situação em que a lei está impondo isso. Isso é uma questão de acordo global e que achou no Governo atual o território da execução para praticar o boicote ao produto do agro brasileiro. Ah, isso atinge só a soja? Não, atinge soja, atinge milho, já está atingindo o leite, está atingindo a pecuária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, eu queria apenas fazer esse registro aqui para que V. Exa., na condição de Presidente desta Comissão, nos liderasse no sentido de, primeiro, promover... Eu acho que o primeiro caminho aqui é a busca do diálogo, do entendimento. Eu não estou pedindo aqui para fazer nada contrário daquilo que a lei já estabeleceu. Nós temos um Código Florestal que foi aprovado em 2012 e que estabeleceu as balizas de como deve ser o tratamento, nada além disso. Quem cometeu ilegalidades, quem está sendo sancionado em razão das ilegalidades que cometeu que se defenda no foro adequado. Eu estou falando aqui daquilo que é legal, daquilo que é correto, daquilo que foi feito, que tem contrato, e, neste momento, há um boicote ao produto do agro brasileiro, especialmente da soja.

Na minha região de Rondônia, a extensão – ainda não se tem a extensão exata – deve chegar a em torno de 40% o impacto disso na nossa produção do Estado de Rondônia. Esse é um problema que está atingindo o Estado de Rondônia, Mato Grosso eu sei que está com problema também e outras regiões. Mas eu estou dando testemunho aqui daquilo que eu ouvi diretamente dos produtores do meu estado, e é algo inadmissível, é algo que demanda um enfrentamento, uma solução urgente, porque acarreta prejuízos para toda a cadeia produtiva do meu estado.

Era o alerta que eu gostaria de fazer, pedindo aqui a atenção de todos os membros da Comissão de Agricultura para esse tema, que é um tema da maior relevância para o setor do meu estado e do Brasil.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço ao Senador Marcos Rogério, e conte com nosso apoio ao produtor de soja brasileiro das nossas regiões, e coloco-me à inteira disposição de V. Exa., diante de todos os instrumentos legais e legislativos que nós possamos utilizar para avançarmos e vencermos esta demanda.

Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Dois minutinhos só. Presidente, não é só isso. Além do que o Senador Marcos Rogério colocou aqui, se um proprietário tiver 3 ou 4 mil hectares e ele tiver uma única propriedade – uma única –, com 10ha ou 5ha, que estiver com problema, o CPF dele vai ser inutilizado em todas as propriedades.

Agora, o que é mais gravíssimo ainda é o que as *trades* acabaram de fazer. Eles assinaram um acordo lá atrás, e isso atinge muito o seu estado, mais do que Rondônia, mas Rondônia foi pega em cheio também, o Mato Grosso também. O Mato Grosso já está questionando isso através da Aprosoja. O que as *trades* assinaram? O produtor tem mil hectares. O direito dele de abertura da propriedade – estou falando para fazer um número para as pessoas entenderem melhor –, mil hectares, ele tem direito de abrir 200. As *trades*... É um direito dele de abrir os 200ha, 20%, já vai preservar os 80%. Eles não compram também de quem teve esse direito e abriu depois de 2008. É o maior absurdo que as *trades* fizeram com o setor produtivo e isso nós precisamos resolver.

E, nessa situação dos embargos, o que eles estão alegando agora, Senador Marcos Rogério, é que não é o que os bancos estão fazendo. As *trades* estão aceitando você ir lá e isolar aquela área em que aconteceu o embargo. Então, eles vão aceitar. É o acordo. Eu estive com eles, com a Amaggi, com a Cargill, com a Bunge e com a ADM. Agora, a linha de crédito para quem... Da forma que está hoje com a moratória da soja, vai entrar o boi, vai entrar o milho, vai entrar tudo, principalmente o leite. E, no nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado de Rondônia, não são 40%, não; vai afetar mais de 50% da nossa produção. Nós precisamos resolver essa situação dessa moratória da soja e nós precisamos nos debruçar aqui, nesta Comissão, para resolvemos a situação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço, Senador Bagattoli. Esta Comissão está inteiramente à disposição dos produtores rurais brasileiros, e vamos trabalhar juntos na obtenção daquilo que é justo para o homem do campo.

Portanto, convido neste momento o Senador Jorge Seif, autor dos requerimentos desta audiência pública, que iniciaremos na sequência, para ocupar a Presidência desta Comissão.

A todos, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, muito boa tarde. Senhores servidores da nossa Comissão de Reforma Agrária e Agricultura, senhoras e senhores convidados, Sras. e Srs. Senadores, uma boa tarde a todos.

Hoje é um dia muito especial, Senador Jaime Bagattoli, que nos prestigia aqui, porque existe uma macroalga, uma planta aquática, que é exótica, não é nativa do Brasil. No entanto, a exemplo da tilápia, Senador Esperidião Amin, encontrou em águas tropicais um bom local para se reproduzir, e as suas propriedades são realmente surpreendentes – não quero exagerar, mas por que não dizer? –, milagrosas. A partir de uma planta que não precisa de fertilizante, que não precisa de adubo, que não precisa de nada especial, se não está amarrada...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Exatamente, já está lá, mas não precisamos colocar nada. Aliás, ela se transforma em fertilizante. Então, ela precisa de água salgada e de luz. Um pedacinho dela amarrado ali numa cordinha que normalmente já é utilizada na nossa maricultura, e Santa Catarina, nossa Santa e bela Catarina é responsável por 90% da produção dos moluscos bivalves, ou seja, ostras, mariscos e vieiras do Brasil...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – E berbigão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E berbigão também, lógico.

E eu queria, Senador Esperidião Amin, Senador Flávio, Senador Hamilton Mourão, contar uma história para vocês, inspirada aqui no Senador Esperidião Amin, que sempre nos brinda com as suas histórias.

Senador Esperidião, eu estava em Brasília, sexta-feira. Acabou, não é? Quinta-feira já tinha tido a última sessão aqui. Na sexta-feira, então, peguei meu voo para Florianópolis para depois me deslocar até Itapema. Chegando lá... Eu já saí daqui com vontade de comer um marisco ou uma ostra. E tem um grande amigo meu, que se faz presente – a quem quero agradecer, e eu nem sabia seu nome todo, porque a vida inteira eu o chamei de Leo Freguesia, não é? –, o Dr. Leonardo Cabral Costa, representante do Sindicato Rural de Florianópolis, que tem ali, em Santo Antônio de Lisboa, um *oyster bar*, um bar de ostras. Eu falei: "Poxa, eu vou descer do avião, vou lá no Leo Freguesia comer uma ostra".

E fato é, Senador Esperidião Amin, que a nossa querida pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina Leila Hayashi, lá atrás, quando eu tive a honra de ser Secretário Nacional de Aquicultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Pesca do Governo do Presidente Bolsonaro com o Vice-Presidente Hamilton Mourão, nós conseguimos, depois de dez anos de luta – porque a universidade lutava com o Ibama –, liberar essa macroalga. Por ser exótica, precisamos de autorização do Ibama para cultivá-la em águas catarinenses. E obtivemos êxito através de estudo. Não foi politicagem ou pressão política, não. Foi conversa, foi pedido para dar prioridade, foi com apresentação de relatórios, um estudo maravilhoso que a Profa. Leila e sua equipe apresentaram; então, conseguimos.

E eles já me apresentavam, na época, Senador Jaime Bagattoli, tantas propriedades dessa macroalga, e eu falei: "Rapaz, isso é um presente de Deus". O troço vira combustível, vira ração animal, vira biofertilizante, em que nós somos dependentes da Ucrânia, do Canadá, da Rússia, vira carragenina, vira medicamento, vira alimento, vira multivitamínico. E eles foram me apresentando um monte de coisas, e eu falei: "Meu Deus do céu, vou começar só a comer isso na minha vida, que eu vou virar super-homem e vou viver para sempre".

Começaram a produzir isso, Senador Esperidião Amin, em Santa Catarina, e, nesse meu encontro no *oyster bar* com o Leo Freguesia, eu falei: "Leo, com a *Kappaphycus alvarezii*, estão ganhando muito dinheiro?". Ele falou: "Seif, estamos com uma grande produção, não se sabe o que fazer com isso, porque um diz que tem potássio, outro diz que tem fósforo, outro diz que tem... e a gente não sabe, não tem estudo". Não temos base científica, Senador Hamilton Mourão, para dizer verdadeiramente, o que esse troço é. Isso tudo é lenda, é mito, é fato, é verdade? Então, o que nós fizemos com a experiência que adquirimos na Secretaria Nacional de Aquicultura e Pesca? Chamamos...

E eu já convido para fazer parte conosco, a Dra. Danielle de Bem Luiz, Chefe-Geral da Embrapa Pesca e Aquicultura, pela qual eu tenho grande respeito, admiração, foi grande parceira da Secretaria Nacional de Aquicultura e Pesca no tempo em que eu fui Secretário Nacional.

Também chamo o carioca David Vilas Boas de Campos, Pesquisador da Embrapa Solos, do nosso querido Rio de Janeiro, para fazer parte conosco aqui da mesa. Professor, seja bem-vindo. Obrigado pela presença do senhor.

Quero convidar também um pesquisador que eu respeito muito, Senador Esperidião Amin, da nossa querida Epagri, que tem feito também um trabalho fantástico junto com nossos produtores, maricultores e também algicultores – quem produz alga são os algicultores –, Professor Alex Alves dos Santos, que é Pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, nossa querida Epagri. Professor, pesquisador, sente aqui do meu lado. Do outro lado, então?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Quero convidar também agora... Está vendo aí, Valéria? A gente conversava isso no almoço, o pessoal politiza tudo.

Quero convidar a minha querida pesquisadora do Instituto de Pesca de São Paulo, que conhece essa macroalga, trabalha com ela desde 1995 junto com o grande mentor da algicultura brasileira através da *Kappaphycus*, o Prof. Edison José de Paula, que hoje mora com o Papai do Céu. Pesquisadora Valéria, bem-vinda.

E, por fim, eu vou atribuir a você, Leo, este grande encontro, este encontro de pesquisadores, de professores, de estudiosos, porque foi lá que você me provocou: "Seif, a *Kappaphycus* tem um monte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não sabemos o que fazer com isso, precisamos descobrir". Querido amigo Leonardo Cabral Costa, conhecido na nossa Floripa como Leo Freguesia. (*Palmas.*)

O negócio é o seguinte, Senador Jaime Bagattoli, já lhe passo a palavra.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Já lhe passo a palavra, Senador Flavio.

Quando hoje eu saí do meu gabinete para vir para as Comissões, eu vi aquela pessoa, de costas, careca. Rapaz, me deu um arrepio, não sei por quê, mas aí, depois, ele virou, eu vi que era o Leo Freguesia e fiquei mais tranquilo. (*Risos.*) Mas tudo bem, sigamos aqui.

Passo a palavra para o Senador... (*Pausa.*)

Ah, perdão.

O Prof. Maulori Curié Cabral, que é da Universidade Federal do Rio de Janeiro, está aqui também presente conosco? (*Pausa.*)

Ô, Professor, venha! Desculpe, eu o pulei aqui. Falando graça aqui, acabei esquecendo o senhor. Seja bem-vindo e muito obrigado por sua presença!

Passo a palavra para as considerações do Senador Jaime Bagattoli, da nossa querida Rondônia.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente desta audiência pública, Senador Jorge Seif. Ninguém melhor do que você para presidir, porque eu e o Senador Hamilton Mourão, aqui, precisamos ficar treinando duas horas, só para falarmos – como é que é? – alga *Kappaphycus alvarezii*. Olhe, tivemos que treinar, foram duas horas de porta fechada.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas, Senador, eu peço desculpa. Eu queria demais... Pedi para a minha equipe acompanhar esta audiência aqui. Eu tenho que pegar um voo, tenho que viajar, mas quero dizer para você: está de parabéns, entendeu? Isso tem que ser realmente discutido para ver qual é o fundamento, porque um fala que serve para uma atividade; outro, que serve para outra, serve para outra... Mas tem que ver se... Isso tem que dar rentabilidade para quem está lá e está produzindo.

De mais a mais, sucesso aí nessa audiência! Quero dizer para você: estamos juntos. Santa Catarina merece, e ninguém melhor para discutir essa situação do que o Senador Jorge Seif.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado.

Só para complementar a sua fala, quero agradecer ao senhor e quero dizer o senhor que os... Na verdade, os 27 estados da Federação ganham com o cultivo e descobertas da *Kappaphycus alvarezii*. Por quê? Mesmo aquele estado que não tenha costa, que não seja banhado pelo Oceano Atlântico... O senhor, por exemplo, em Rondônia, precisa de fertilizante. Então, a gente vai produzir em Santa Catarina, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em outros estados que ainda estão em fase de licenciamento, para ajudar o agronegócio, de que o senhor faz parte. Então, vai ajudar todo o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra – só um minuto, Senador Esperidião – para o Senador Flavio, que tinha pedido antes ali uma... Eu ainda tenho dois pesquisadores para chamar que estão em videoconferência, se é isso que o senhor ia falar.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – É só para lembrar o convite ao Prof. Maulori, porque... O senhor já corrigiu, Senador, o "esquecimento", entre aspas, no seu entusiasmo por um assunto tão importante. A princípio, eu pensei que tinha se esquecido de convidar o pesquisador Prof. Maulori Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senador.

Passo a palavra para o Senador Esperidião Amin e já anuncio os dois pesquisadores que vão nos ajudar por videoconferência.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Eu quero fazer só dois comentários muito rápidos. Primeiro, quero cumprimentá-lo pela iniciativa. Sem ciência, sem conhecimento, vale tudo, vale até acreditar, não acreditar, ter fé, não ter, e, com conhecimento, com ciência, a gente...

Esta questão específica das algas tem me chamado atenção pelo Brasil afora, inclusive para a produção de algas que não são tão costeiras. Eu tenho acompanhado isso, principalmente na costa do Maranhão, um verdadeiro prodígio. Não é isso?

E, quanto a esta aí, eu só queria deixar aqui uma pergunta para saber se eu posso repetir ou não. Depois eu vou receber o relatório, porque eu tenho que me dirigir agora para a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, que é um assunto também momentoso. Então, eu vou me deslocar para lá, mas vou acompanhar com a assessoria tudo o que for dito. Qual é a taxa de crescimento desta alga? Pelo que eu sei, é mais surpreendente do que tudo que o...

A SRA. VALÉRIA CRESS GELLI (Para expor.) – De 3% a 9% ao dia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ao dia! Ou seja, eu já aumentei para 10% ao dia.

O SR. ALEX ALVES DOS SANTOS (Para expor.) – Nós apresentamos lá em Santa Catarina, tivemos nesse verão taxas de crescimento de 10% ao dia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Dez por cento...

O SR. ALEX ALVES DOS SANTOS – É um absurdo!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... do seu peso ao dia!

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas só que o senhor poda diariamente também, não é? No seu caso, não cresce nada, porque o senhor poda diariamente.

Mas isso aí eu acho, mesmo em termos de alga, uma coisa desproporcional.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Extraordinária, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, crescer 10% ao dia é algo realmente diferenciado em termo de produtividade, só comparável ao susto que os franceses têm com a taxa de crescimento da nossa ostra, que os assusta muito, e, sem falar mal de Santo Antônio de Lisboa, principalmente a ostra do Ribeirão da Ilha, que cresce na seguinte proporção: enquanto na França leva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de dois anos e meio a três anos, com toda aquela maré que eles têm, no Ribeirão da Ilha leva seis a sete meses, quer dizer, é uma desproporcionalidade de produtividade sem qualquer *doping*. É a natureza.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – É a natureza!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, esse ponto que eu queria que o senhor acrescentasse como bom vendedor que é, até pelo nosso sangue.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Nosso sangue, "brimo".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Olha aí, cresce muito.

Eu lhe desejo boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Amin, o Prof. Cabral e o Leonardo queriam fazer duas intervenções direcionadas ao senhor, se o senhor puder esperar mais um minutinho.

Aperta aí... (*Pausa.*)

Já apertou? Vá!

O SR. LEONARDO CABRAL COSTA (Para expor.) – Antes de o senhor sair, eu queria fazer duas falas. Uma é: sou neto do Altino Cabral...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu só queria saber o seguinte (*Fora do microfone.*), ele entrou pela rua principal que eu construí, não é? (*Risos.*)

Aquela avenida que entra em Santo Antônio de Lisboa e que chega ao casario. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Certo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eu quero saber se ele saiu pela outra. Como é o nome da outra, mesmo?

O SR. LEONARDO CABRAL COSTA – Posso falar?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pode.

O SR. LEONARDO CABRAL COSTA – Caminho dos Velhacos. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor pagou a conta ou saiu pela outra rua?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Paguei a conta. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A rua mais antiga é o Caminho dos Velhacos. O pessoal que não estava em dia com o armazém evitava a rua principal; Caminho dos Velhacos. Não foi por esse que o senhor saiu, não?

O SR. LEONARDO CABRAL COSTA – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Que é também da mesma família, a família Queiroz.

O SR. LEONARDO CABRAL COSTA – Da mesma família Queiroz.

A minha fala estava pronta aqui. Quando eu vi o senhor na Comissão, eu falei: "Eu vou ter que fazer uma fala para ele, não é?". E eu ia mencioná-lo lá no início da maricultura, no ano de 1987. E, na outra fala, eu vou trazer um dado para o senhor.

Com pesquisas que começaram em 2015, na minha fazenda junto com uma fazenda do Ribeirão, acompanhadas pela Epagri e a Ufsc, nós já comprovamos que, na área norte da ilha, a semente cresce até 5cm, 6cm, com uma velocidade absurda, porém ela tem uma dificuldade na fase de engorda. Já no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lado sul da ilha, no Ribeirão, vem a fase de engorda, que é acelerada. Então, já desde 2015, a gente faz a comercialização das sementes crescidas em Santo Antônio e engordadas no Ribeirão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, fazem como se faz na pecuária e na sua suinocultura: tem a maternidade e depois a zona de desenvolvimento, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Prof. Cabral, o senhor queria fazer uma intervenção?

O SR. LEONARDO CABRAL COSTA – Numa parte da apresentação aqui, eu iria falar disso também, usando o agro catarinense como exemplo de cadeia produtiva, segmentando e fazendo cada um a sua melhor parte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Leo.

Prof. Cabral.

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL (Para expor.) – Exmo. Senador, adorei o seu entusiasmo quando pronunciou o *Kappaphycus alvarezii*. E esse crescimento intenso tem um sinônimo e uma causa especial: se diz que esse organismo, esse ser vivo é o ser fotossintetizante mais eficiente do planeta e cresce 10% ao dia, quando as condições estão ótimas, mas é um tipo de alga, de macroalga que foi desenvolvida, adaptada, criada especificamente para crescer em ambiente equatorial. Na Paraíba, planta-se uma vez 1kg e colhem-se 10kg em 28 dias; planta-se uma vez e multiplica-se por dez, ou seja, 1.000% ao mês.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Nem o melhor especulador de bolsa de valores consegue isso. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pessoal, vamos seguir aqui.

Eu quero também dar boas-vindas, por videoconferência, ao Professor Dárlio Inácio Alves Teixeira, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bem-vindo, Professor! Obrigado pela sua presença mesmo que remota, viu?

O Bruno conseguiu entrar, pessoal? (*Pausa.*)

Não, ainda não. Tudo bem.

Eu quero também agradecer, antes de passar a palavra para os nossos palestrantes – obrigado, Senador Esperidião –, às seguintes autoridades presentes: Juliana Lopes da Silva, Diretora de Aquicultura em Águas da União do Ministério da Pesca e Aquicultura – cadê a Juju? –, com quem tive grande honra de poder trabalhar, me apaixonar pela maricultura e me apaixonar pela algicultura, graças aos seus ensinamentos. Você foi minha mentora lá atrás. Outras pessoas passaram na nossa vida, mas eu reconheço, aqui, de público o seu carinho, o seu entusiasmo e a sua paciência com um cara que é da pesca industrial e passou a amar a maricultura e a algicultura graças ao seu carinho e o seu entusiasmo.

Quero agradecer também ao Roberto Muniz, que é Assessor Parlamentar do CNPq – cadê o Roberto? Bem-vindo, Dr. Roberto, obrigado pela presença e pelo prestígio –; ao Dr. Carlos Nabil, Coordenador da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – cadê o Dr. Carlos? Bem-vindo, Dr. Carlos, almoçamos juntos hoje –; e, lógico, aqui aos nossos Senadores que nos prestigiam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu passo a palavra por cinco minutos, podendo ser extensivos por mais cinco, para a Dra. Danielle de Bem Luiz, Chefe-Geral da Embrapa Pesca e Aquicultura.

Dani, o que aconteceu? Atrasou muito aqui a nossa audiência, e nós temos ainda – nós, Senadores – Plenário; então, atrasou muito!

Se for necessário, se não for tempo suficiente – eu acho que de cinco a dez minutos é realmente pouco, porque nós já tivemos uma prévia –, nós fazemos uma segunda apresentação para os Senadores interessados, mas eu acho que o importante é dar uma ideia geral das capacidades e no final a gente poder resumir isso. Palavra está com você.

A SRA. DANIELLE DE BEM LUIZ (Para expor.) – Boa tarde a todos, boa tarde aos presentes, a esse dispositivo de honra e em especial também aos nossos Senadores presentes e todas as suas equipes. (*Pausa.*)

Certo.

Então, nós vamos falar um pouquinho da *Kappaphycus*. O que é a alga *Kappaphycus*, essa alga marinha de grande potencial de produção no nosso país, em especial nos nossos três estados onde já tem a sua autorização? A alga, como o Senador disse, ela é multivalente, ela serve para diversos propósitos, como para a indústria farmacêutica, alimentícia, como bioestimulantes de plantas, biocombustíveis. E ela apresentou, nos últimos dados da FAO, em 20 anos, um crescimento de quase mil megatoneladas, ou seja, em duas décadas, quase três vezes mais, Senador – em 20 anos! E quanto isso ainda pode crescer adicionando um país com mais de 8 mil quilômetros de costa nessa produção?

Ela tem diversos benefícios ecossistêmicos, como, por exemplo, a geração de ambientes favoráveis para o desenvolvimento da flora e da fauna associadas. Então, por exemplo, os ambientes onde nós temos a produção da *Kappaphycus* podem motivar também o retorno daquela flora e daquela fauna anteriormente ali presentes e que, por algum motivo, diminuíram. Então, isso facilita essa questão ecossistêmica da região. Há fixação de carbono para a mitigação de mudanças climáticas. É um filtro para fósforo e nitrogênio. E, quando a gente vê, aqueles lagos, aqueles corpos hídricos eutrofizados, com aquele cheiro ruim, é que eles já estão em processo de eutrofização por excesso de nutrientes e a presença da alga pode remover esses nutrientes, pode filtrar, e incorporá-los na sua biomassa, e também com biorremediação. Hoje nós utilizamos diversos químicos nos nossos solos, na nossa agricultura que têm um potencial poluente. E por que não utilizar os produtos da *Kappaphycus* e biorremediar essa nossa agricultura?

Segundo os dados do MPA, nós temos três estados que têm autorização, hoje, para o cultivo com a instrução normativa do Ibama: Rio Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. E temos um grande potencial de produção nesses três estados. A produção varia de 40 mil toneladas/ano a quase 83 mil toneladas/ano em Santa Catarina, com um potencial de em torno de mais de R$250 milhões por estado. É um dado impressionante apenas para a venda da alga sem considerar as indústrias de transformação, por exemplo.

Então, falando um pouquinho do contexto de Santa Catarina. Teve um declínio na produção de moluscos, porque muitos, quase a metade dos nossos maricultores catarinenses saíram da produção por diversos desafios. Então, a maioria deles está vendo hoje uma oportunidade de diversificar sua produção e assim garantir outra fonte de emprego e de renda para a região, fixando assim e tendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também a sucessão familiar, que também é um problema no campo. E, quando a gente fala campo, isso inclui também o litoral.

Temos alguns resultados impressionantes: nós éramos quatro produtores em Santa Catarina; passamos, nesta atual safra, para mais de 50. E passamos, da última safra de 2022-2023, de 300 toneladas para uma expectativa de mais de mil toneladas nesta atual safra – é algo muito impressionante –, com uma movimentação para a venda da alga de em torno de quase R$1 milhão, sendo que a indústria de transformação...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELLE DE BEM LUIZ – ... hoje para biofertilizantes é mais de R$4 milhões.

No histórico do Rio de Janeiro, o início do cultivo foi em 1998. O Ibama autorizou 18 áreas para cultivo, e nós temos aí o preço médio de venda de R$4,50 a R$5,50 por quilogramas, com uma prospecção de 48 mil toneladas no ano.

Em São Paulo, também foi introduzida em 1995, iniciou a atividade em 2023. Temos hoje três produtores, mas temos outras áreas que estão em processo para a cessão.

Essas propostas estão sendo... Nós estamos elaborando algumas propostas de projeto de pesquisa para gerar dados para verificar: "Opa!", e como nós podemos potencializar a cadeia de produção, comercialização e consumo dessa macroalga. Nós precisamos ter clientes do começo, ao meio e ao fim. E as nossas propostas estão desenhadas para gerar diversos impactos, tanto para o produtor, para o sistema de produção, quanto para o meio ambiente, todos alinhados aos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU.

Então, para o produtor: fixação e sucessão no campo; geração de emprego e renda; aumento no Índice de Desenvolvimento Humano. Para o meio ambiente, estímulo à economia azul. Quem ainda não viu a *blue economy*, a economia azul, a economia dos oceanos, a oportunidade de nós termos crédito de carbono com a alga, com a produção da alga e serviços ecoambientais no mar? Impactos numa economia circular. Somos ou não somos grandes produtores de grão? Temos aqui o Senador Mourão, de um estado que é um grande produtor de grãos. E por que não utilizar alga para potencializar ainda mais essa produção? Isso é fundamental para a gente manter a sustentabilidade econômica e ambiental do nosso país. Produção também na pecuária. Os Estados do Paraná e de Santa Catarina são grandes produtores de proteína animal. E por que não potencializar a produção de suínos, aves e peixes utilizando a macroalga na ração desses animais?

Há uma oportunidade também para construirmos uma rede. E como a gente constrói uma rede? Uma rede de diversas instituições de pesquisa. São distintas unidades da Embrapa, Epagri, Instituto de Pesca, Fiocruz, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ufsc e Unesp, unificados para a junção de uma proposta que será uma proposta inicial para que a gente construa uma rede não apenas para a *Kappaphycus*, mas para toda a aquicultura.

E para isso nós estamos nos subsidiando e pedindo apoio. Então, já estamos formando uma parceria com o CNPq – aqui está o Roberto Muniz –, para a gente colocar todo o recurso captado no CNPq, porque dará credibilidade técnica e científica para essas propostas, porque apenas essas propostas que forem aprovadas por avaliadores *ad hoc* seguirão para a fase de execução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, seria isso, Senador, algo bem breve e sentada, porque sabe que professor adora falar em pé, não é? Mas foi sentada. Espero ter atendido e esclarecido alguns apontamentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dra. Danielle, muito obrigado por sua apresentação e ótimo que tenha sido mais curta. Nós podemos disponibilizar essas apresentações para quem nos acompanha aí pela internet e também para os Senadores depois que não puderam acompanhar conosco.

Há muitos interessados, Deputados Federais e Senadores. Quero agradecer o apoio de todos.

Eu gostaria de passar imediatamente a palavra ao Prof. David Vilas Boas de Campos, pesquisador da Embrapa Solos.

O senhor tem, Prof. David, cinco minutos, podendo ser prorrogados por mais cinco.

O SR. DAVID VILAS BOAS DE CAMPOS (Para expor.) – O.k.

Boa tarde a todos.

Muito obrigado pela oportunidade, pelo convite.

Eu sou David Campos, lá da Embrapa Solos, e fiquei de organizar os projetos do Rio de Janeiro. (*Pausa.*)

Eu quero chamar a atenção para o fato de que essa alga exótica é acumuladora de potássio, e o potássio é um grande gargalo no Brasil. Atualmente mais de 97% do cloreto de potássio é importado. E o cloreto de potássio tem 58% de potássio. Amostras da biomassa seca dessa alga têm entre 10% e 28%. Então, essa alga é acumuladora, e a gente precisa desenvolver esses projetos para aproveitamento desse potássio que vem do mar.

As nossas propostas, no Rio de Janeiro, estão alinhadas ao Plano Nacional de Fertilizantes. A Embrapa Solos e todas as outras instituições estão à disposição para contribuir para avaliação da biomassa de alga seca, avaliação dos extratos de alga e avaliação também do resíduo de alga após a obtenção do extrato. Então, a gente vê isso com muito potencial.

Passo rapidamente aos projetos.

O primeiro é o da Profa. Ana Vendramini, da UFRJ, em que a gente vai avaliar o potencial de cultivo no Rio, determinar os melhores locais e época de cultivo, até para entender adequadamente essa variabilidade.

O Subprojeto 2 está sob minha responsabilidade e é exatamente a avaliação dessa alga como insumo fornecedor de potássio, seja ele diretamente, seja o resíduo, ou até ele sendo usado como insumo na produção de fertilizantes organominerais.

O Subprojeto 3, com o Prof. Andrés, da Universidade Rural do Rio de Janeiro, que acabou de publicar um artigo comprovando a eficiência do extrato de alga que ele produz como bioestimulante, é para elaborar um protocolo de produção. Isso realmente é um problema, porque existem vários protocolos em andamento e a gente precisa determinar um protocolo.

O Subprojeto 4, com o pesquisador Ednaldo Araújo, da Embrapa Agrobiologia, é a avaliação da eficiência agronômica de todos esses produtos em condição de campo. Vamos construir uma vitrine tecnológica para avaliação, principalmente em milho e feijão e também na agricultura orgânica.

Ainda na agrobiologia, a pesquisadora Ana Garofolo vai fazer a avaliação desse bioextrato em várias leguminosas, como soja, feijão e feijão-mungo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Subprojeto 6, com a pesquisadora Milene, da Fiocruz, não é um estudo agronômico, mas a gente considera importantíssimo e interessantíssimo. Ela está desenvolvendo um *spray* nasal com capacidade antiviral para a influenza e o vírus da covid.

O Subprojeto 7, com Gustavo Xavier, da Embrapa Agrobiologia, é a avaliação desse extrato de alga na cultura de lúpulo e pimenta-do-reino.

E, por último, com o Prof. Fabiano Thompson, da UFRJ, em que vão estruturar um banco de algas e germoplasma dessas populações da *Kappaphycus*.

Para terminar, quero relembrar que todas essas atividades são no Rio de Janeiro, mas todos esses estudos no Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo são complementares.

Muito obrigado pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Menos de cinco minutos.

Senador Hamilton Mourão, o senhor viu a quantidade de variedades, de possibilidades de utilizar a *Kappaphycus*, ou seja, *spray* nasal anticovid, plantação de soja, biofertilizante. Enfim, é realmente um produto que fascina quando você começa a ouvir não mais de entusiastas, mas, sim, das academias, de uma instituição chamada Embrapa.

Passo a palavra para o senhor.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Só quero dizer que é uma pena que seja equatorial, que não tenha no Rio Grande do Sul. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Passo imediatamente... Quero fazer aqui... Hoje eu almocei com a pesquisadora Valéria, tive essa honra, e ela me contava – deixe-me ver aqui o nome do nosso pesquisador; está aqui –, Senador Esperidião, Senador Hamilton Mourão e Senador Flávio, de quem lá atrás começou a pesquisar, trouxe para o Brasil e dedicou 29 anos... É isso, Professora?

A SRA. VALÉRIA CRESS GELLI (*Fora do microfone.*) – Ele faleceu.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sim, mas por quanto tempo ele se dedicou?

A SRA. VALÉRIA CRESS GELLI – Ele se dedicou aproximadamente por dez, doze anos, até falecer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ele dedicou dez anos de sua vida e trouxe para o Brasil. Edison José de Paula, do Instituto de Biociências da USP, foi o grande responsável pela introdução, viu esse potencial lá atrás e trouxe para São Paulo para iniciar as pesquisas. Então, queremos fazer aqui uma homenagem póstuma ao grande professor e pesquisador Edison José de Paula e agradecer por todo esse trabalho. Hoje estamos aqui porque ele lá atrás foi um visionário.

Eu passo para a Sra. Profa. Valéria Cress Gelli, pesquisadora do Instituto de Pesca de São Paulo, por cinco minutos e depois mais cinco minutos, se necessário. (*Pausa.*)

A SRA. VALÉRIA CRESS GELLI (Para expor.) – Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Senador.

Mais uma vez eu fico emocionada, porque falar de *Kappaphycus alvarezii* como alternativa para as nossas comunidades, para os nossos maricultores é uma emoção. E hoje o Senador, na pessoa de quem eu cumprimento todas as autoridades aqui presentes, tem esse entendimento de que a pesquisa é realmente importante para o desenvolvimento da atividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o Senador colocou, São Paulo iniciou seus trabalhos em 1995, são 29 anos de pesquisa. E, depois de 29 anos de pesquisa, nós estamos aqui. As nossas linhagens foram repassadas para Santa Catarina e isso é uma emoção para nós.

Nós desenvolvemos várias pesquisas, e o Estado de São Paulo, para o seu desenvolvimento, necessita das seguintes pesquisas que eu vou colocar aqui para vocês.

É aqui, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Isso.

A SRA. VALÉRIA CRESS GELLI – Opa! Passei.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Volte lá. Do outro lado.

A SRA. VALÉRIA CRESS GELLI – Aqui, não é? Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Deixe-me te ajudar. (*Pausa.*)

Aí.

A SRA. VALÉRIA CRESS GELLI – A pesquisa que a gente precisa para o desenvolvimento lá no Estado de São Paulo vai ser a avaliação da sustentabilidade e da quantidade de carbono que a *Kappaphycus* produz. Esse é um projeto que vai ser desenvolvido pela pesquisadora Janaina Kimpara, da Embrapa Agricultura Digital. Ela tem essa função de avaliar a sustentabilidade e quantificar a quantidade de carbono com uma metodologia quantitativa para essa avaliação.

O segundo projeto que nós estamos colocando aqui em pauta é a aplicação desse extrato na produção da espirulina para consumo humano e em hortaliças aquapônicas.

O terceiro projeto é a caracterização bioquímica e a seleção de linhagens da *Kappaphycus alvarezii* cultivada para fins de conservação, pesquisa, cultivo e usos comerciais. O Instituto de Pesca, como introduziu essa alga, hoje possui 12 linhagens, que têm a rastreabilidade. O Prof. Edison de Paula e o Prof. Ricardo Toledo Lima Pereira trouxeram essa alga, a colocaram no mar e novas algas se formaram. Há necessidade de a gente fazer uma caracterização bioquímica de todas essas linhagens. Então, esse projeto tem esse objetivo.

Outro subprojeto que a gente tem, com que a gente tem uma grande preocupação lá em Santa Catarina e no Rio de Janeiro, é o de formar biobancos de germoplasma dessas algas. Há necessidade de que essas algas... No caso, nós lá do Instituto de Pesca temos 12, não sei quantas linhagens o Rio de Janeiro tem. Que a gente forme esse biobanco para que ele seja um modelo, não seja um biobanco normal, mas seja um biobanco automatizado, porque é muito difícil a limpeza, é muito difícil a manutenção. Então, a gente está também solicitando um estudo melhor para isso. Só para vocês olharem ali, esse é o biobanco do Instituto de Pesca com as 12 linhagens do Prof. Edison de Paula.

Lá no Estado de São Paulo, a gente está precisando também de trabalhos em capacitação, tanto na capacitação do setor técnico quanto do setor produtivo.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VALÉRIA CRESS GELLI – E o projeto tem essa função de capacitar e fortalecer as competências técnicas e produtivas relacionadas aos cultivos de algas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Projeto nº 6 e último é a avaliação da eficiência do extrato da macroalga em frutíferas e hortaliças pós-colheita, usando o extrato para saber se vai conservar, se não vai conservar e fazer toda uma abordagem metabolômica dos compostos bioativos presentes nessa *Kappaphycus alvarezii*.

A gente agradece, mais uma vez, esse investimento, falando que hoje a gente tem, como Santa Catarina teve... Hoje nós somos três produtores, mas temos todo um trabalho de desenvolvimento ordenado e esperamos desenvolver a atividade de uma forma responsável e sustentada.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Profa.Valéria.

Eu passo imediatamente a palavra ao Prof. Alex Alves dos Santos, que é da nossa querida Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina).

A palavra está com o senhor por cinco minutos.

O SR. ALEX ALVES DOS SANTOS (Para expor.) – Obrigado, Senador Jorge Seif.

É uma honra estar aqui no Senado Federal para apresentar as demandas de Santa Catarina, da cadeia produtiva da macroalga *Kappaphycus alvarezii* de Santa Catarina.

Quero dizer para o senhor que este aqui é um momento histórico. O mar é a nova fronteira agrícola do Brasil, e hoje aqui nós estamos falando de aquanegócio e não de agronegócio.

Como toda cadeia produtiva jovem, ela tem muitos problemas, mas hoje a gente está aqui para falar da questão comercial. Nós queremos, com esses projetos, aumentar o comércio dessa alga no Brasil. E eu vou apresentar os projetos de nosso estado para aumentar essa comercialização.

Esse primeiro projeto é uma avaliação das linhagens de alga que a gente tem em Santa Catarina e de seus subprodutos. A gente quer trazer novas linhagens de São Paulo para testar nas nossas águas e identificar aquelas mais adaptadas à nossa região de águas frias, Senador Mourão – não tão frias assim, mas chegamos lá já a 13 graus de temperatura de água; então, são águas frias.

Nesse segundo projeto, a gente quer testar a eficiência do biofertilizante nas culturas de hortaliças e dos nossos grãos lá do Estado de Santa Catarina, ou seja, no arroz, na soja, no milho, no trigo, para ver os efeitos nessas culturas e no microbioma do solo também, porque ele é um condicionador de solo.

Esse terceiro projeto pretende identificar pigmentos e carragenanas da *Kappaphycus*, buscando novos insumos para a exploração comercial dela, além de biofertilizante, como, por exemplo, hidratantes à base de carragenana e como pigmentos isolados que possam ser usados nas indústrias química e farmacêutica.

O quarto projeto pretende avaliar ali o desempenho ambiental e econômico da cadeia produtiva de *Kappaphycus* e avaliar o potencial do sequestro de carbono dessa alga e os impactos ambientais e econômicos na cadeia produtiva de Santa Catarina. A gente pretende entrar no comércio de carbono do Brasil. Então...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Professor, vou pedir licença para o senhor, o Senador Hamilton Mourão e o Senador Flávio.

Vejam vocês, nós aqui estamos discutindo biocombustíveis, álcool, carro elétrico, moto elétrica, carbono verde, tantas coisas e estamos diante de mais uma planta que faz o trabalho por nós, limpa a água, condiciona a água. Se não tiver mais as espécies nativas, ela ajuda a reconstruir e consome,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, resíduos da água, nutrientes na água que ocorrem especialmente com a poluição que os mares recebem e ainda sequestra carbono da atmosfera.

Falei hoje com a Senadora Leila, Senador Mourão, e ela comentava que estamos para votar, nas próximas semanas, no Plenário do Senado, a regulamentação do mercado de carbono brasileiro. Então, está aqui uma grande oportunidade, inclusive, para nós termos certeza de qual é o potencial de a *Kappaphycus alvarezii* sequestrar carbono e a capacidade dela de retirar carbono e nos ajudar, então, nessa missão mundial, segundo alguns – alguns não acreditam, mas outros acreditam – de realmente limpar a atmosfera de CO_2.

Obrigado. Pode seguir e me desculpe, Professor.

O SR. ALEX ALVES DOS SANTOS – Fique à vontade.

Então, a gente pretende com esse projeto identificar as métricas de captura de carbono, e os produtores terão a oportunidade de monetizar suas fazendas marinhas através desses ativos ambientais.

No quinto projeto, os produtores precisam de uma previsão climatológica para que eles possam tomar decisões sobre o manejo, como manejar a água diante de eventos climáticos adversos, como, por exemplo, excesso de chuvas, temperaturas baixas. Então, a ideia desse projeto é oferecer aos produtores uma plataforma digital para que esse produtor possa acompanhar essas previsões em tempo real.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEX ALVES DOS SANTOS – Exatamente.

Esse projeto, então, pretende ver o efeito do extrato da *Kappaphycus* nas pastagens do Cerrado brasileiro. Esse extrato tem o poder...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEX ALVES DOS SANTOS – ... de limitar a perda de água da planta para o meio ambiente, a troca gasosa entre a planta e o meio ambiente. Ele consegue fazer com que a planta retenha mais água e, com isso, ela resiste mais ao estresse hídrico nas culturas de Cerrado em geral.

Esse projeto é a mesma coisa, só que ele é totalmente voltado para a soja, para o crescimento de raízes e da parte aérea, mas também objetiva avaliar a resistência da soja ao estresse hídrico após a aplicação do extrato.

E agora nós temos três projetos: suinocultura, avicultura e tilapicultura. O objetivo dos três projetos é incluir a alga na ração animal. Por quê? Porque essa alga tem propriedades probióticas e, com essas propriedades, além de aumentar o desempenho zootécnico desses animais e também o reprodutivo, eu vou ajudar na redução do uso de fármacos, porque essa alga consegue proteger esses animais através desses compostos probióticos.

E do último projeto a Profa. Valéria já falou, mas é mapear a variabilidade genética das diversas linhagens de *Kappaphycus* presentes no Brasil. E a partir delas nós desenvolvermos linhagens adaptadas a Santa Catarina, adaptadas ao Nordeste do Brasil, adaptadas ao Sudeste do Brasil, linhagens mais produtivas.

Era basicamente isso o que eu tinha para apresentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Professor, muito obrigado.

A última lâmina ali – não precisa retornar – tinha algas de várias cores. A *Kappaphycus* se apresenta naquele fosso de cor, toda preta, amarela, vermelha, verde?

O SR. ALEX ALVES DOS SANTOS – Exatamente. A ideia do eslaide é provocar as diversas linhagens que tem espalhadas por todo o Brasil e como é que elas se manifestam, além de genotipicamente, fenotipicamente, na presença de cada ambiente desse, de cada clima desse.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Todas aquelas ali, naquela apresentação...

O SR. ALEX ALVES DOS SANTOS – Todas brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... são *Kappaphycus alvarezii*?

O SR. ALEX ALVES DOS SANTOS – Todas são *Kappaphycus alvarezii*...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Olha lá...

O SR. ALEX ALVES DOS SANTOS – ... com diversas cores...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... verde, amarela, verde clara, mais escurinha ali, sei lá, marrom, cinza, laranja, roxa, verde musgo... Caramba! Sensacional!

O SR. ALEX ALVES DOS SANTOS – É a mesma espécie, porém, com várias linhagens.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E com propriedades diferentes, no caso.

O SR. ALEX ALVES DOS SANTOS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O.k. E isso depende do quê? Da incidência solar, dos nutrientes, da salinidade, depende de onde ela esteja sendo cultivada?

O SR. ALEX ALVES DOS SANTOS – Com toda essa salada, junta, atuando sobre a alga, ela se expressa dessa forma: incidência solar, salinidade etc.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, professor.

Eu passo, imediatamente, agora, para quem eu imputo responsável por essa união de esforços para sabermos o potencial da *Kappaphycus alvarezii*, meu querido amigo, produtor de algas e produtor de moluscos bivalves no Estado de Santa Catarina, Leonardo Cabral Costa, famoso mundialmente como Léo Freguesia.

Léo, a palavra está contigo por cinco minutos.

O SR. LEONARDO CABRAL COSTA (Para expor.) – Obrigado a todos. É uma satisfação estar aqui.

Vou começar assim: em todos os anos de maricultura no Brasil, em todos os anos de maricultura que a gente tem em Santa Catarina, 37 anos mais especificamente, nós nunca tivemos a oportunidade de nos apresentarmos com esse nível de importância, numa audiência pública no Senado Federal. Fui escolhido por alguns atores, mas principalmente com contato direto com o Senador, para vir representar os produtores aqui, os produtores de *Kappaphycus*. Sei da minha responsabilidade e agradeço a oportunidade.

Eu me chamo Leonardo Costa, sou produtor de ostras e mariscos em Florianópolis, e agora também de *Kappaphycus alvarezii*, há 37 anos. Venho representar os produtores da costa brasileira para sensibilizar os Senadores na junção dos estudos da *Kappaphycus* na geração de credibilidade da atividade produtiva, gerando novos investimentos, auxiliando na sua abertura de mercado como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

biofertilizante, ração animal, para a saúde e beleza, também como multivitamínicos, nos cosméticos e biocombustíveis. Olha a oportunidade para o litoral brasileiro e também para o interior do Brasil, porque quem não produzir, em geral, vai consumir.

A grande maioria dos bioestimulantes utilizados no país chegam através de importação. O dado que eu recebi do Alex hoje é que esses biofertilizantes que estão chegando aqui no Brasil, em geral, são de extrativismo e não de plantio. Aqui no Brasil, a gente está focando na alta produtividade, no sistema controlado.

A crise dos fertilizantes de 2022 eu acredito que foi o grande momento na aparição da *Kappaphycus* para a gente no Brasil, porque o fertilizante, já de premissa, que chega para a gente é proveniente de escavação. E penso que nós estamos falando de sustentabilidade, nós estamos falando da melhoria no meio ambiente, da não escavação, do não incêndio, de não desmatar. Sempre que a gente escava, diretamente, a gente está atrelando todas as ações.

Burocracia, legislação... Como os Senadores irão nos apoiar quanto a esse projeto de fomento?

A geração de emprego e renda impacta diretamente na arrecadação de impostos e na diminuição dos auxílios. Quando a gente está gerando emprego lá na ponta, há uma quantidade de pessoas que não está dependendo do Governo, de bolsa isso, bolsa aquilo.

Então, produção vezes áreas aquícolas. Morosidade no processo de liberação das áreas. Foi comentado aqui, Senador, o tempo de espera por uma liberação de área para que se tenha produtividade. Antes a gente esperava décadas por uma área para produzir marisco e ostra, por áreas em que a gente consegue fazer alta produtividade, não é, Juliana? É uma discussão que a gente teve: "Léo, tu não podes mandar o número que tu estás mandando." "Mas por quê? "Não! Porque a produção é limitada." "Como limitada?" Não pode produzir menos, para justificar que tu tens área; agora, produzir demais, desculpe, eu não posso me limitar a um teto de produção. Se a gente tem capacidade produtiva, vamos para frente. Se tiver que mexer em legislação, a gente muda, mas eu não posso produzir menos.

Então, vamos lá.

Aí, quando a gente fala de morosidade no processo da liberação das áreas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO CABRAL COSTA – ... a gente vai bater direto na capacidade produtiva.

A alga hoje, em Santa Catarina, está se limitando ao poder de comercialização. Daí, a gente vem de encontro ao futuro. O futuro está aí, a tecnologia está aí. A gente tem a capacidade de melhorar o meio ambiente, a gente tem capacidade de monetizar com a captura do carbono, a gente tem a capacidade de limpar os ambientes aquáticos, a gente tem a melhor das capacidades – Alex, tu me lembraste isto hoje de manhã –: toda área de cultivo tem o poder de trazer espécies que estavam afastadas do nosso ambiente. Geralmente, nas beiras de praia, nas beiras de costões, os pescadores artesanais, os ribeirinhos batem, batem, batem na pesca, espécies estão se afastando do nosso ambiente e, nas áreas de cultivo, a gente tem o retorno dessas espécies.

Então, a gente vai falar um pouco de mecanização, por quê? Se liberou área de produção, geramos a oportunidade de comercialização, volume de produção é só uma questão de tempo. Então, não tem por que a gente não atuar diretamente nessa atividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembrando da importância das áreas de cultivo instalado. Quando a gente produz, a gente traz todas as espécies de volta, a gente tem grande capacidade produtiva e a gente tem o que a gente chama lá em Santa Catarina de jogo ganha-ganha.

Eu estou aqui representando os algicultores de toda a costa brasileira. Nós temos um pouco mais de 8.000km de costa aproveitáveis. E, como o Alex bem lembrou, nós não estamos falando de agronegócio em terra, nós estamos falando de aquanegócio no mar. Tem toda uma expansão da atividade que pode ser bem aproveitada e que gera ganha-ganha tanto monetariamente quanto com o meio ambiente.

Era essa a minha fala.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Léo.

Léo, eu quero também, na sua pessoa, cumprimentar o Sr. Ademir, lá de Florianópolis, dono da primeira fazenda em que a Juliana me levou. Lá eu vi que eles estavam fazendo produtos até artesanais: sabão, cremes, sal, enfim, eu quero mandar um grande abraço para o Ademir, que é produtor, e também mando um abraço para o Frigo, que é o nosso Secretário da Aquicultura e Pesca do Estado de Santa Catarina, também um grande parceiro, a todos os produtores e a vocês ribeirinhos que estão nos ouvindo aí de todo o Brasil, que já fazem a sua atividade de pesca.

Imaginem que, junto com o Ibama, com práticas sustentáveis e responsáveis, controle de área, nós poderemos ceder espaços no mar para que vocês estiquem cordas, com o devido treinamento, com orientação, com a Embrapa ajudando, com pesquisadores, com universidades. E ali você vai ter o trabalho artesanal de fazer aquela corda e, depois de certo tempo, ver aquele seu produto se transformar em oportunidade de negócio, de dinheiro, de dignidade para você e para a sua família.

Nós temos, Senador Hamilton Mourão, 8.500km de costa. "Mas, Seif, hoje o Ibama só licenciou Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro". Porque os outros estados ainda estão fabricando, produzindo, estudando, fazendo as pesquisas, porque o Ibama lhes demandou. Então, o Ibama, eu tenho certeza de que está de braços abertos para liberar, desde que aquelas pesquisas e manejo... Porque é uma macroalga que, com muito sol e muito calor, se multiplica talvez até mais de dez vezes, não é, professor? E se ela se multiplica dez vezes em Santa Catarina, em que a água é fria e não tem tanta incidência de sol, imaginem, em águas do Norte e Nordeste, o potencial em que ela se transformaria!

Eu tenho certeza de que o Ibama, os pesquisadores do Ibama, os técnicos do Ibama não se furtarão em habilitar outros estados, desde que as universidades sejam parceiras e realizem uma forma de produção e de manejo para que isso não se transforme numa praga – na verdade, não sei se essa é a melhor palavra –, não se transforme numa ameaça.

Então, eu passo agora... Senador Flávio, a palavra é com o senhor. (*Pausa.*)

O.k.

Prof. Maulori Cabral, a palavra está com o senhor por cinco minutos. (*Pausa.*)

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL (Para expor.) – Pronto.

Bom, essa é uma cópia do seminário que aconteceu no dia 4 do mês passado, no Mapa, onde eu me apresentei, dizendo o seguinte: saí da virologia, entrei para o mundo das macroalgas com uma patente desenvolvida na UFRJ sobre como produzir etanol a partir dessas algas que trazem carragenanas ou galactanas de uma forma geral. Entrei, junto com o Prof. Dárlio, a patente foi feita e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando nós fizemos o primeiro projeto para fazer uma indústria piloto, uma planta piloto, descobrimos que, no Brasil, não tinha alga suficiente para tocar um reator de 50kg por dia de alga seca. Aí, a universidade reuniu os seus mentores e nós criamos o ProAlga, que tem como finalidade induzir no Brasil um estado de autossuficiência nacional em produtos agrícolas. E esse trabalho faz com que hoje essa apresentação que eu comecei a fazer agora seja a de número 290 em 16 anos.

Muita gente aqui aprendeu alga na UFRJ vendo e convivendo com esse produto. Então, eu tenho a honra de dizer que muitos produtores começaram no meu laboratório.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – No Senado, é a primeira vez, Professor?

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – No Senado, é a primeira vez.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, está bem.

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Então, ficamos assim.

Sobre essas algas, temos que dizer que, no Brasil, nós temos como honra ter o Prof. Eurico. Esse cara escreveu: "Vamos fazer cultivo de macroalga da espécie *Kappaphycus alvarezii*". E teve um seguidor, o Edison Paula, um herói que trouxe a alga para a gente, mas não trouxe só rama de *Kappaphycus*, trouxe uma outra rama, que não era *Kappaphycus*, e descobriu que essa outra rama era a *Kappaphycus striatum*. Essa é invasora. É dessa o relato de todas as invasões que tem no mundo. Aliás, três invasões.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A *striatum*...

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – É invasora. A *Kappaphycus* é lisa. Pronto: lisa.

Provando isso, em 2016, esse trabalho mostra que o Edison de Paula removeu – foi assim? – a *Kappaphycus striatum* e deixou a *Kappaphycus alvarezii* por conta do risco ambiental que a outra representava. Ele sabia que a alga *Kappaphycus alvarezii* era inócua.

Quem desenvolveu *Kappaphycus alvarezii* foi esse cara aí. Passou cinco anos para criar uma rama que era toda encaroçada e fazer uma rama lisa. *Kappaphycus alvarezii* é lisa, não esporula.

Em 1970, foi lançada na Indonésia e na Filipinas. Em 1995, o Edison de Paula trouxe do Japão e, quando fez o relatório, disse assim: "Essa alga é inócua". Ele sabia. Mas, do mesmo jeito que o Edison trouxe, o grupo de Santa Catarina, também pioneiro, foi buscar alga em outro lugar, trouxe da Venezuela.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Aí está a entrada da alga e quem fez a quarentena para dizer o que a alga podia fazer. Só que esses pesquisadores descobriram praticamente que, se mantivessem a *Kappaphycus* em Santa Catarina, ela iria morrer. Então, o Miguel Sepúlveda levou para o Rio de Janeiro e começou o primeiro cultivo comercial.

Essa alga que veio da Venezuela, está dizendo que... Veio de onde? Exatamente desse local aqui, localizado no mar de Bohol, onde ela cresce vegetativamente há 25 anos – a gente está falando de 2000. Ou seja, desde 1975, a gente tem noção de que nas Filipinas ela crescia sem esporular. E, pasmem, com toda a internet, com toda a facilidade de divulgação, ninguém ouviu falar de *Kappaphycus alvarezii* fazer invasão nos 38 países onde ela é cultivada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Professor, o senhor pode explicar para as pessoas que estão nos assistindo o que é esporular?

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Ah, bom, é simples...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Em poucas palavras. Imagine o senhor que não está falando com seus colegas que são doutores; está falando com pessoas leigas, que são curiosas.

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Eu só estou aproveitando, porque agora eu vou ser um juiz... Não conte! Pare o relógio!

As plantas do nível das macroalgas têm duas características ou, como característica principal, a reprodução. São plantas que nascem de uma semente, que a gente chama de esporo, crescem como planta jovem, que a gente chama de plântula, se transformam em planta adulta, crescem e morrem. Esse é o normal. Era assim que existiam nas Filipinas, na Indonésia, na Malásia, de onde eram arrancadas.

Um cara da empresa chamada Marine Colloids, internacional, um gerente chamado Alvarez, imaginou: se eu arrancar essas algas o tempo todo, o banco vai exterminar e minha empresa vai falir. Então, vamos arranjar uma alga que tenha crescimento vegetativo. E contratou o Maxwell Doty. Por isso, toda vez que vocês virem escreverem *Kappaphycus alvarezii*, tem um Doty, que foi o gerador dessa rama. Essa rama não morre. É vegetativa o tempo todo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pode prosseguir com sua apresentação.

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Opa! Então, a fascinante propriedade da *Kappaphycus alvarezii* é porque é uma planta que, como eu disse, é o ser fotossintetizante mais eficiente do planeta. Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Coloquem mais cinco minutos ali para o professor, por favor.

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Obrigado. (*Risos.*)

É o ser fotossintetizante mais eficiente do planeta, por quê? Porque os seres fotossintetizantes que a gente conhece, de uma forma geral, fazem fotossíntese usando o pigmento clorofila, verde. Só que na *Kappaphycus* tem todos esses pigmentos, são plastos, são estruturas funcionais que transformam luz, gás carbônico e alga em matéria orgânica. Por isso elas crescem quando tiver mais luz, mais... Ah, a vantagem do aumento de gás carbônico na atmosfera facilita o crescimento da *Kappaphycus.* Mais luz, mais água, água salgada – e água salgada, se e somente se for salgada.

Eu vou passar agora mais à frente para poder ganhar um tempo. Aqui mostra que cresce 10% ao dia lá em Ubatuba, com o Edison de Paula.

Na confusão toda de *Kappaphycus*, pode ter certeza, essa revisão levou o Brasil a desconsiderar o que o Edison sabia, o que o Miguel Sepúlveda sabia, o que o Eurico sabia e criou uma dúvida: *Kappaphycus alvarezii* invade ou não invade? Por quê? Porque alguém disse que invadiu na Índia, invadiu no Haiti, no Havaí, invadiu na Venezuela – três casos, só, e ninguém encontrou mais. Depois, com o passar do tempo, descobriu-se que aquelas algas que disseram que invadiram não eram *Kappaphycus alvarezii*, eram *striatum*.

Mas, em 2004, começou uma tese no Brasil, uma dissertação do mestrado, que foi estudar se a *Kappaphycus alvarezii* esporulava ou não e descobriu que não esporula, mas a tese foi defendida. Pronto. Aí, criou-se uma dúvida, e essa dúvida alimentou o Ibama – foi uma pena! – e criou-se aquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

famosa coisa que bloqueou o crescimento de *Kappaphycus alvarezii*. Mas, felizmente, essa jovem que está aí ao lado, essa que está aqui ao meu lado, é a guardiã das linhagens de *Kappaphycus alvarezii* brasileiras no Brasil.

Vocês estão diante da guardiã. E, com uma iniciativa espetacular, passou ramas certificadas para agricultores para que eles possam ser fornecedores...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Não precisa disso, não. Não precisa, não.

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Não? Então, vou guardar.

Ser fornecedores de mudas para que o Brasil se torne um país agrícola de macroalgas, especificamente as minhas queridas – repitam comigo – *Kappaphycus* alvarezii . (*Risos.*)

O SR. LEONARDO CABRAL COSTA (*Fora do microfone.*) – Agora são três horas de encerramento. (*Risos.*)

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Então, a *Kappaphycus* tem essas cores porque tem vários pigmentos. E a mescla, o resultante da mistura dos múltiplos pigmentos dá as diversas cores visíveis.

Não é isso, Alex?

O SR. ALEX ALVES DOS SANTOS (*Fora do microfone.*) – É isso.

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Olha que lindo! Essa mão é minha, e isso aqui é o *Kappaphycus* no Rio de Janeiro, mas que pode ser em qualquer lugar do Brasil onde tenha mar. Eu quero chegar lá no mar.

Acontece que, na Ilha Grande, a população de tartarugas não permite mais plantar como as pessoas plantam normalmente. Tem que botar numa gaiola.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Se não, ela come?

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Come, come mesmo. Tem peixes que pulam na gaiola e ficam presos comendo. Aí, quando o pessoal vai colher, está limpo.

O SR. LEONARDO CABRAL COSTA – Lá em Floripa se via muito pouca tartaruga, e começou agora um...

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – E, depois que elas aprenderem...

O SR. LEONARDO CABRAL COSTA – Há visitas às fazendas para enxergar tartarugas. Nunca vi tartaruga em Floripa. As pessoas estão vendendo passeios de barco para se ver tartarugas.

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Mas isso que ele acabou de falar é uma tônica natural na Ilha Grande. As pessoas, com lanchas e iates, vão aos locais onde tem cultivo, aqueles...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Gastei o segundo?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Um minuto mais.

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Gastei o minuto?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Gastou quatro já.

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Então, vamos para lá mergulhar embaixo porque todo o ambiente está, dinamicamente, com uma fauna espetacular, esplendorosa. Por quê? Porque a *Kappaphycus* é uma bomba de gerar oxigênio. Ela atrai os micro-organismos que são respiratórios. Você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não enxerga, mas a superfície dela está coberta de micro-organismo. Tanto é que, se deixar secar, fica com cheiro de podre. Está limpo, mas está podre, porque está cheio de micro-organismo. Esses invisíveis chamam uns de mesofauna. Essa mesofauna atrai a macrofauna, que você vê. Então, é um aquário em dinâmica permanente.

Mas eu quero passar um quadro...

Isso aí é Paraíba, Paraty, *Kappaphycus*...

Esse trabalho é que diz que o Edison trouxe *striatum* pensando que era *Kappaphycus*. Era striatum, mas, aí, comprovado geneticamente.

No dia 22 de agosto de 2013, junto com o Instituto da Pesca e a UFRN, foi feito um congresso onde começaram as pessoas a produzir extrato de alga. Está registrado no caderno do Proalga.

Este caderno eu peço para as pessoas assinarem, para dizer que eu dei a palestra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – O pigmento vai chegar agora.

Carragena é isso aí. É uma técnica que parece coisa do outro mundo, porque é guardada a sete chaves, mas é uma técnica simplíssima de produzir. Então, produz carragena.

E esse trabalho aqui, eu quero que repitam comigo, por favor: Barros-Barreto e colaboradores, em 2013... Vamos lá? Barros-Barreto e colaboradores, em 2013, mostraram geneticamente que todas as amostras de *Kappaphycus* que tinha no Brasil era fruto de um mesmo clone. Um veio com o Edison de Paula, outro veio com o Miguel, mas todos vieram do mar de Bohol. Está provado.

E esses autores foram mais felizes ainda e corajosos! Numa época em que era proibido, eles disseram – isso foi em 2013; em 2008, foi proibido *Kappaphycus*, como invasora –, eles disseram que é não invasora e quais são as espécies que são invasoras, e botaram um asterisco. Pronto! Isso daí levou a *Kappaphycus alvarezii* a receber essa carta de alforria.

O mapa mostrou que todas as espécies que tinham sido introduzidas no Brasil até aquela época passaram a ser parte integrante do genoma brasileiro, do banco genômico brasileiro. Então, daqui para frente, por favor, não digam que *Kappaphycus alvarezii* é invasora ou exótica. Ela é nativa, igual à goiabeira, à mangueira, ao cajueiro, que não tem nada de brasileiro, mas é nosso.

E, se vocês olharem essa instrução normativa, está linda: *Kappaphycus alvarezii* invade? Não! Pronto. Para que mais? Já disse lá que não era; já disse e confirmou.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tem que mandar essa instrução normativa para o Ibama.

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – E, se você visse o primeiro artigo que tem nele, aí é que você ia pensar diferente.

Bom, em suma, o banho de conhecimento, de estruturação, de cooperativismo, de entusiasmo e, finalmente, de perseverança está em Santa Catarina. Na hora em que se recebeu o aval, graças a esse jovem – jovem; cadê o cabelo branco? – Senador, cuja imagem, a primeira vez que eu vi... No dia em que ele foi lá visitar o Sr. Ademir, aparece um vídeo com esse jovem Senador com uma rama de *Kappaphycus*, um fundo preto. Eu falei assim: pronto, figura nacional! Fiz tudo para trazer essa imagem, mas não encontrei. (*Risos.*) Mas a memória está clara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com *Kappaphycus*, a forma de pegar a ostra, de cultivar e ter aquele trabalho assíduo no mar teve em Santa Catarina um desenvolvimento espetacular.

O SR. LEONARDO CABRAL COSTA – Até por causa da prática muito próxima...

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Exatamente!

O SR. LEONARDO CABRAL COSTA – A habilitação dos operadores já torna muito prático.

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – E, ainda, vocês lembram por que as pessoas vão mergulhar embaixo dos cultivos? Onde tem ostra, mexilhão e tem *Kappaphycus* em cima, ali em cima tem uma dinâmica populacional que permite que os bivalves filtrem – eles são filtradores, eles precisam de nutrientes –, e os nutrientes você não vê, mas eles estão lá e crescem.

O SR. LEONARDO CABRAL COSTA – Inclusive, tem pesquisa do Giba, não é, Alex? O Giba fala de fazer o consórcio dos cultivos de marisco, ostra e alga em...

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Em consórcio. Exatamente.

Falou em consórcio, eu me lembrei de um negócio aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Professor, o nosso tempo, realmente, está acabando. Nós precisamos ainda chamar o nosso pesquisador, Darlío.

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Só um pouquinho.

Olha, uma tonelada de alga vai dar 800 litros de suco. Com uma tonelada de alga, é possível fazer... Se extrair mais, ainda dá mais, mas eu estou falando do normal: 800 litros. Um litro de suco de alga importado é vendido, no comércio agrícola, a R$180,00, um litro.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Um litro?

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Um litro! E o produtor de alga não consegue vender um litro, por mais do que R$12, R$13, no máximo, R$15 ou R$20 reais, no Brasil.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos resolver isso.

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Não.

Então, a *Kappaphycus* tem essas coisas todas aí. Um litro. Está aqui o preço a que é vendido, lá nos Estados Unidos, na Inglaterra... Na Índia, vende-se *Kappaphycus* a R$90, um litro!

Isto é notícia nacional. O pessoal do Vale do São Francisco usa extrato de alga importado para produzir uva. Cada 3 litros aumentam, por hectare, 4 toneladas de uva. Quatro. Quando aplica na manga, aumenta nove.

É esse o mercado que a gente tem. Agora, essa é a composição da *Kappaphycus*, do suco que está lá dentro, e chama a atenção, lembra aí, nitrogênio, fóssil, potássio... Tem 2% de potássio – 2% de potássio – o suco da alga.

Agora, eu peço licença, encarecidamente. Não conte o tempo! Não conte o tempo, encarecidamente, não conte o tempo...

Quando eu estava vindo, hoje, voando, o céu estava todo nublado. Quando chegou, exatamente, dez para as dez...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Jogou extrato de *Kappaphycus* na nuvem, e ela se dissipou... (*Risos.*)

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Não, não, não...

O céu abriu, naquele lugar em que o avião estava passando, e eu fotografei... Fotografei os campos irrigados, aqueles cilindros... Lindo, lindo, lindo! Aí eu fiquei pensando, quanta alga podia ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplicada aí? Por quê? Porque se o cilindro molha todo dia, se aplicar o potássio que está aí, nas folhas, você passa a molhar, dia sim, dia não. Ganha 50% da água consumida. Se vocês passarem, em um voo, agora, na janela...

Prestem atenção, então, nós temos área para isso.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Fechamos?

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Fechando!

Agora, olha... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – De novo?

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Salve o Brasil!

Essas contas foram feitas pelos meus colegas, do ProAlga, dizendo que, se tem 20g de potássio no litro, essa conta é básica... *Kappaphycus* cultivada, em área promissora, produz 3 mil toneladas de massa fresca, por ano, por hectare. Fazendo as contas, no total, nós temos, por cada tonelada, 48 toneladas de potássio puro! De potássio puro! Misturado com outras coisas... Só nessa área, a gente tem condições de 250 mil hectares. Vai dar 12 milhões de toneladas de potássio, o Brasil usa 11 e ainda exporta uma.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado...

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Por quê? (*Risos.*)

Ahaaammm... Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu vou ser expulso do Senado Federal.

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Se eu fosse do Senado, ia ser difícil, não é? Ainda bem que...

Eu só quero mostrador a vocês – eu não posso perder essa oportunidade – que o Brasil, em 2006, informou ao mundo que nós somos o maior produtor agrícola mundial, mas somos dependentes de nitrogênio, fósforo e potássio. E aí, os revendedores... Se vocês soubessem o que aconteceu em 2019 e 2020! Naquela época de vai à Rússia pedir para importar, o preço do potássio subiu de US$300 a tonelada para US$900.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Eles têm a informação de que você precisa. Ora, vende *commodities* no mercado futuro, não vai entregar se não tiver como comprar potássio. Então, eu vendo o potássio com o preço que eu quero. Precisamos ser um país autossuficiente em potássio.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Fechamos, Professor, agora deu. Deu, deu, deu.

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Não...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos fazer outra.

Eu não consigo. (*Palmas.*)

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Quando o Alex falou... Eu sei que eu estou sendo rebelde e não sei o que, mas, jovem...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Chamem a Polícia do Senado, por favor. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Professor faz os alunos se sentarem. Quando o Alex falou: "Vamos trabalhar com pigmentos". Então, no ano passado, em agosto, essa jovem e eu, estávamos lá no Epagri ensinando: ela a fazer papel de macroalgas; eu ensinando a extrair pigmentos. Por quê? Porque o miligrama dessa substância, desse pigmento que se usa, natural, para fazer os alimentos ou os cosméticos – pigmentos naturais – têm esse valor por miligrama. E a *Kappaphycus* tem, por cada grama, essa quantidade de micrograma, ou seja, se multiplicarmos por mil, cada *Kappaphycus* tem 230 miligramas por quilo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, não, vamos acabar.

O SR. MAULORI CURIÉ CABRAL – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Professor, eu sei que... Olha, nós estamos, só para vocês terem ideia, no eslaide 34 de 126. Realmente, vão passar as sessões de quinta, sexta, sábado. No domingo, a gente vai embora, com mestrado e *Kappaphycus* alvarezii.

Uma salva de palmas para o nosso professor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O Prof. Dárlio já desistiu da gente ou ainda está aí *on-line*? Prof. Dárlio, a palavra é do senhor.

Prof. Dárlio, seja bem-vindo. Desculpe-me a demora aí, mas tivemos aqui uma aula ao vivo e em cores com o Prof. Cabral.

O SR. DÁRLIO INÁCIO ALVES TEIXEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Então, eu estou com minha apresentação aqui, mas como ele trabalha muito em parceria comigo, eu até pensei em passar o meu tempo para ele, mas ele tem aí...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, mais não. Chega. Não, não, isso não vai ser assim. Não tem como, professor.

Professor, são cento e poucos eslaides. Não tem como. Eu passo a palavra ao senhor. Dê, então, as suas considerações, se o senhor se achar contemplado.

Nós teremos agora a sessão. Olha, já são 17 horas. Tem três Senadores aqui, alguns outros seguindo aí *on-line.* Se o senhor puder, realmente, respeitar os cinco minutos, eu agradeço demais.

O SR. DÁRLIO INÁCIO ALVES TEIXEIRA (*Por videoconferência.*) – Sim, claro, claro. Vou marcar aqui o cronômetro.

Eu gostaria de fazer a apresentação rapidamente. Está na tela.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Positivo.

O SR. DÁRLIO INÁCIO ALVES TEIXEIRA – Eu vou passar alguns eslaides sem falar para poder cumprir o tempo. O.k?

Boa tarde. Agradeço pelo convite.

Aí é o ambiente de trabalho da gente. Vou me deter mais o Nordeste brasileiro, que já, os colegas aí… É um prazer revê-los também. Alguns eu conheço, outros, apenas de trabalho, e outros, pessoalmente. Acredito que o Sul e o Sudeste estão bem contemplados e eu vou passar a falar mais sobre a questão aqui do Nordeste.

Agradeço aos Senadores, é um prazer estar aqui colaborando com esta audiência.

Então, de modo geral, essas macroalgas, a *Kappaphycus* também, mas outras espécies, estão no meio, como um todo, importantes, na nutrição tanto humana como animal, na obtenção de energia através de biocombustíveis, na obtenção de compostos do interesse da indústria alimentar, química,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

farmacêutica, no setor da agropecuária, que é um setor a que a gente tem dedicado muito os trabalhos recentes voltados para a *Kappaphycus.*

A gente pode ver aqui que, se você cultivar macroalgas, algumas espécies, como a *Kappaphycus*, por exemplo, e cultivar aves junto, os ovos das aves ficam com o betacaroteno, que dá uma coloração mais intensa e uma qualidade melhor aos ovos. Em todo tipo de sorvete tem carragena, que é um produto que é extraído de *Kappaphycus* e de outras macroalgas.

Os *sushis* do dia a dia, todos com algas.

Na indústria de cosméticos tem crescido muito o uso de algas, macroalgas, inclusive estudos com *Kappaphycus* também.

Na pasta de dente tem carragena, todo dia, quando a gente acorda. Então, uma das principais fontes de carragena... A única fonte de carragena são as macroalgas e a *Kappaphycus* é bastante rica em carragena.

E, também, por causa da astaxantina e de outros compostos, as macroalgas também retardam o envelhecimento, como já comprovado com alguns trabalhos.

E, no clarificante das cervejas, também tem carragena, que é extraída das algas, inclusive da *Kappaphycus.*

Então, os ficocolóides são os principais produtos dessas algas, as agaranas, carragenanas. Mas eu vou passar, não vou dar essa aula aqui.

Eu vou passar esses eslaides mais rapidamente.

O Prof. Maulori já falou do efeito do potássio, de fito-hormônios que tem nas macroalgas, inclusive na Kappaphycus.

Aí é o exemplo do quiabo, em que, fazendo-se a bioestimulação com esses extratos, a diferença de crescimento é muito drástica.

E a gente tem importado bastante esses produtos. São em torno de US$22 esse extrato, que a gente pode produzir aqui, e já está sendo produzido em Santa Catarina, como foi mostrado.

As técnicas de cultivo da maricultura de macroalgas são bem estabelecidas no mundo inteiro e, aqui no Brasil, nas últimas duas décadas, a gente tem trabalhado muito com isso, mas, especificamente aqui no Nordeste, a gente trabalhou com gênero *Gracilaria*, em diferentes técnicas, que são técnicas de fácil assimilação.

Então, as principais algas com que a gente trabalha aqui no Nordeste são a *Gracilaria* e, mais recentemente, em nível de pesquisa em ambiente fechado, a *Kappaphycus* alvarezii . O gênero é *Gracilaria Kappaphycus.*

A gente tem o intuito de fomentar essas pesquisas e esse desenvolvimento tecnológico para apoiar o desenvolvimento das famílias costeiras nordestinas, principalmente para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas e para aumentar, para que elas tenham uma fonte de renda digna. Nos Estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Pernambuco, a gente tem trabalhado mais recentemente.

A gente já tem áreas mapeadas junto ao MPA de algumas áreas aqui no Rio Grande do Norte, no Ceará também, em Pernambuco, e outras em fase de solicitação, e diferentes técnicas que são de fácil acesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse aqui é o famoso *long line* com *Gracilaria,* numa localidade em Flecheiras, no Estado de Ceará. Um tipo de *long line* simples de cultivo de *Gracilaria* também. Aqui, essa foto é no Icapuí, Ceará, divisa com o Rio Grande do Norte.

Em Rio do Fogo, a gente já tem uma área legalizada cultivando *Gracilaria* e pretendemos cultivar Kappaphycus.

E aqui é uma área em Pitangui, Extremoz, que está sendo solicitada recentemente para cultivo de *Gracilaria* e, posteriormente, *kappaphycus*.

A gente publicou uma forma de cultivo em balsa, semelhante às que são usadas em outras localidades, mas adaptadas aqui para o Nordeste. E o problema da *Gracilaria* que a gente tem cultivado é que precisa de muito tempo e de muito investimento nessa questão da reprodução em massa, que é a esporulação, que você pediu para o Prof. Maulori explicar. Então, a esporulação é a técnica de cultivo em que você vai tirar a alga desses cistocarpos, liberar no ambiente e produzir o esporo, e o esporo vai virar alga. Isso, em pequena quantidade, é simples de fazer e mostrar, mas para fazer de forma massiva – cada espécie tem suas peculiaridades – é uma questão muito complexa...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Professor, perdoe-me...

O SR. DÁRLIO INÁCIO ALVES TEIXEIRA (*Por videoconferência.*) – ... muito complexa e demanda tempo e dinheiro.

Eu vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Nós estamos já com o tempo estourado.

O SR. DÁRLIO INÁCIO ALVES TEIXEIRA (*Por videoconferência.*) – O.k.

Então, eu só queria concluir mostrando que a Kappaphycus *alvarezii* também é uma forma importante de a gente trazer aqui para o Nordeste o cultivo dessa alga. A gente fez alguns experimentos que mostram que a *Kappaphycus alvarezii* não esporula, ou seja, não tem perigo de se disseminar em massa, usando a linhagem correta, com o monitoramento correto. A gente tem, em aquário e em viveiro de camarão aqui, experimentos já publicados e mostrados para o Ibama.

A *Kappaphycus,* que a gente tem trabalhado em ambiente fechado por solicitação do Ibama, foi originária de Pacheco, no Rio de Janeiro, tem viabilidade técnica para o Nordeste. A gente tem laboratórios aqui na UFRN que têm capacidade de fazer o monitoramento por biologia molecular para mostrar que é essa a linhagem correta, que não esporula. A gente mostrou isso no Ibama e recentemente o Ibama colocou uma nota técnica que conclui que a viabilidade do cultivo da macroalga no litoral potiguar, aqui no Rio Grande do Norte, e cearense é possível, condicionada ao estabelecimento de diretrizes e requisitos que possibilitem o gerenciamento do risco.

Então, é uma publicação que ainda não virou ato normativo, mas acredito que brevemente vai acontecer isso de forma que a gente possa trabalhar também com essa espécie aqui no Nordeste. A gente trabalha com várias comunidades no litoral, com várias colaborações de pesquisadores...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Professor...

O SR. DÁRLIO INÁCIO ALVES TEIXEIRA (*Por videoconferência.*) – ... graduação e pós.

Conclui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, professor, muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que boa notícia, então, que o Ibama está autorizando isso. Desde a época que eu era Secretário de pesca, vocês já tinham esses estudos em andamento. O estudo foi rejeitado. Eu me lembro que participei na época com o nosso Diretor Maurício Pessôa, e ele estava ajudando, colaborando com vocês. Que bom. Alegro-me muito.

Espero que o Ibama publique logo, porque, com certeza, é uma fonte de renda, oportunidade, enfim. Tantas coisas boas que a *Kappaphycus* já tem demonstrado em São Paulo, Rio e Santa Catarina, e pode fazer aí também pelo Nordeste.

Eu quero agradecer demais... Quero passar a palavra para o Senador Hamilton Mourão para fazer suas considerações.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discursar.) – Senador Seif, eu queria cumprimentar todos os nossos debatedores pela aula que foi ministrada aqui e por abrir, vamos dizer assim, uma informação que a maioria no Brasil não detém.

Para o meu Estado, por exemplo, o Rio Grande do Sul, que é um estado onde a produção agrícola tem um papel fundamental no PIB, ver que, para o gasto, para o custo que nós temos com a questão de fertilizantes, nós temos a solução aqui dentro do país. Então, eu acho que nos compete aqui no Senado procurar disseminar esse conhecimento o mais possível, para que a gente aumente essa nossa produção e, consequentemente, atinjamos aquilo que é importantíssimo para o nosso agronegócio, que é nos libertarmos da dependência da importação dos componentes dos fertilizantes.

Eu acho que isso, para mim, foi a grande lição de hoje, fora todas as outras aplicações que essa alga tem, tanto na área de farmacêutica, com produção de cosméticos, e por aí afora. É uma revelação fantástica isso aí que ninguém conhece, não é? Que muito pouca gente conhece.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Passo a palavra para o Senador Flávio.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discursar.) – Serei muito breve.

Eu fico muito feliz com o resultado dessa nossa audiência de hoje, porque esse era um assunto que vinha me incomodando há bastante tempo, vendo o enorme esforço do Prof. Mauroli Cabral, juntamente com o professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, meu estado, e um professor da Universidade Federal de Pernambuco. Ele sempre se batendo e se chocando com a tremenda resistência do Ibama, e o Ibama utilizando, como se viu aqui, argumentos improcedentes, alegando a possibilidade de uma explosão dessas algas, que, como já foi visto aqui, e o professor explicou muito bem, ela inexiste.

Considerando que o meu estado é o maior produtor de sal do Brasil – o Rio Grande do Norte produz 93% do sal consumido no Brasil –; que essa alga é um enorme indutor de aumento de produtividade de sal; considerando que o Rio Grande do Norte é o maior produtor de camarão em cativeiro do Brasil e essa alga pode aumentar ainda mais essa produtividade; considerando que nós estamos exatamente dentro da área equatorial, para onde essa alga foi especificamente desenvolvida, pela luminosidade, pelo clima, então, não tem nenhum cabimento que não exista um incentivo para que essa alga seja produzida no ambiente do Nordeste do Brasil, objetivando o que o Prof. Leonardo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disse sobre não limitar a produtividade; pelo contrário, você não pode ter a produtividade pequena, para inviabilizar econômico e financeiramente um projeto, mas você não pode limitar a capacidade de produção. É claro que tem que se olhar com cuidado essa questão de ser invasor ou não – e acredito que não seja, está certo? Mas eu fico muito feliz com isso. Fico feliz e quero agradecer a atenção que foi dispensada aqui ao Prof. Maulori. Você imagina eu conversando com o professor lá no meu escritório, quando eu ouvi o professor atentamente durante quatro horas, está certo? (*Risos.*)

E lhe disse: não, eu tenho que levá-lo para o Senado. Eu vi que aqui estava programado....

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Temos então dois especialistas em *Kappaphycus.*

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Pois é! Eu hoje me considero PHD, está certo? (*Risos.*)

Muito obrigado, professor.

Eu fico muito feliz com isso.

Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senador Flávio. Que bom, que bom que o senhor ficou feliz.

Eu quero agora agradecer a exposição de todos, que nos enriqueceu. Eu tenho certeza de que muitas pessoas estão assistindo ao vivo ou vão assistir depois. Como o Senador Hamilton Mourão falou, Senador Flávio, isso está sendo uma descoberta para muitas pessoas. Assim como eu, que não conhecia até 2019, nunca tinha ouvido falar nisso: a macroalga dá na nossa água, pode ser cultivada... eu não imaginava. E hoje, qual é o nosso principal desafio? – e eu já coloco esse desafio diante dos senhores como Senadores. Nós temos aqui vários orçamentos da parte deles. Quando nós fizemos esse grupo, começamos a discutir, conversar... Eles têm projetos para comprovar o que apresentaram, tem ciência, estudo, pesquisa. E as universidades são só universidades sérias, que têm renome: é Fiocruz, é Embrapa, é Embrapa Solos, é Universidade Federal do Rio de Janeiro, é Epagri, é Universidade do Rio Grande do Norte... Enfim, nós temos aqui um rol de universidades e institutos que têm a confiança nossa, do Senado Federal, e dos brasileiros.

Mas hoje, essas pesquisas aqui, levantado o valor, ficam na casa dos R$12 a R$13 milhões, todas elas. E eu gostaria de realizar, de pedir esforços aqui dos Senadores da Comissão de Agricultura, talvez até uma emenda da Comissão, para que esses recursos sejam passados ao CNPq e outras entidades, para que realmente saibamos não só... Já estamos produzindo com sucesso – se Deus quiser agora, com essa notícia que o Prof. Dárlio deu, vai ser produzido no Nordeste também –, mas nós precisamos de certificados, por exemplo, do Inmetro, certificado da Anvisa, relatórios técnicos dessas universidades, dizendo: "Ah, isso serve para isso, para isso, e para isso; um quilo de *Kappaphycus* faz isso, faz aquilo; olha, tem tantos componentes, substitua seu multivitamínico por um pedacinho de *Kappaphycus*." Eu não estou brincando, estou falando seríssimo. Vocês viram o tanto.. é de A a zinco – sem querer parafrasear um multivitamínico do mercado.

Então, é uma macroalga com potencialidade. Inclusive, como ali bem falou, com a sabedoria da beira do cais, o Leonardo: nós produzimos potássio que se planta e não acaba nunca. Produzimos, colhemos, produzimos, colhemos – e sem escavar nada, sem problema. Assim como o álcool é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combustível que se planta, aqui também podemos produzir álcool, etanol através da... Enfim, tudo isso será respondido por essas e outras pessoas que estão nos assistindo... cientistas, pesquisadores...

E eu quero já pedir, Senador Hamilton Mourão, Senador Flávio, e, no caso, Senador Rogerio Marinho, para que nos ajudem a financiar essas pesquisas que acho que o Brasil tem muita coisa a ganhar. Também vou falar com o Senador Bagattoli, com o Presidente Alan Rick, de repente uma emenda de bancada... O valor, os senhores sabem: R$10, R$11, R$15 milhões para o tanto de potencialidade que essa macroalga tem, para essas instituições que têm a nossa confiança. Nós sabemos que é um valor irrisório para tudo que pode oferecer para a nossa pátria amada.

Com essas palavras, eu quero, Senador Hamilton Mourão, agradecer o prestígio de o senhor ter ficado aqui conosco até agora. Senador Flávio, muito obrigado. Querida Danielle, muito obrigado. Prof. David, muito obrigado. Querida Valeria, que ficou emocionada aqui, até nervosa, Deus te abençoe, obrigado por tudo que você fez pela macroalga no Brasil, obrigado pela presença. Prof. Alex, lá da Epagri, obrigado pela presença do senhor. Léo, nosso querido Léo Freguesia, obrigado por sua participação. Também o Prof. Maulori Cabral, aqui, que tinha de cem lâminas para nos apresentar, mas fica para outra oportunidade.

Cabral, aqui, que tinha mais cem lâminas para nos apresentar, mas fica para uma outra oportunidade; e também o Prof. Dárlio, que remotamente nos deu a grande notícia de que, finalmente, o Ibama reconheceu que não é uma espécie invasora e poderemos cultivá-la no Nordeste.

Com essas palavras... A Ju já foi embora? Ju, um beijo grande. Que o pessoal do Ministério da Pesca, que já trabalhou conosco lá na aquicultura, agilize também a liberação dessas áreas para a produção de macroalgas.

Obrigado a todos aqui que nos prestigiam com a sua presença e, mais ainda, pela paciência e longanimidade dos servidores da CRA, que deram todo o suporte para toda a nossa equipe até agora.

Muito obrigado, uma boa tarde a todos.

Ah, e as perguntas, pessoal, aqui... Rapidamente, para finalizar mesmo. Cadê as perguntas? Estão aí?

As perguntas do Robson, do Rio de Janeiro; da Carolina, de São Paulo; do Pablo, do Rio Grande do Norte; da Thamyris, do Paraná; do Pedro, de Santa Catarina; do Joanderson, da Bahia; e da Ana, de São Paulo serão respondidas pelos nossos pesquisadores. A Comissão, por gentileza, providencie o contato dessas pessoas para os pesquisadores responderem. Foram excelentes perguntas, mas nosso tempo está curto; precisamos ir lá no Plenário votar e continuar trabalhando pelo Brasil.

Obrigado, boa tarde, Deus os abençoe; obrigado a todos. (*Palmas.*)

Com essas palavras, eu encerro a audiência pública na Comissão de Reforma Agrária e Agricultura.

Obrigado.

(*Iniciada às 15 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Plínio Valério, Margareth Buzetti, Bene Camacho, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Jaques Wagner, Ana Paula Lobato, Eduardo Gomes, Jorge Seif e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Augusta Brito e Jader Barbalho, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val, Sérgio Petecão, Beto Faro, Flavio Azevedo, Jaime Bagattoli e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 6120, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece o Inventário Nacional de Substâncias Químicas, a avaliação e o controle do risco das substâncias químicas utilizadas, produzidas ou importadas, no território nacional, com o objetivo de minimizar os impactos adversos à saúde e ao meio ambiente; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação do PL 6120/2019 e pela rejeição da Emenda 1 - CCT. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2210, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico da Cadeia Produtiva dos Minerais Componentes dos Elementos Terras-Raras – PADT." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2230, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Autoriza a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 41, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 36/2024 - CMA seja incluída a seguinte convidada: a Senhora Larissa Amorim, Diretora de Sustentabilidade do Ministério de Portos e Aeroportos." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Leila Barros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/21

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 21 de agosto de 2024.

Já dou um bom-dia a todos os que estão nos acompanhando aqui presencialmente e remotamente. Não sei se a TV Senado já abriu, acredito que não, mas, enfim, quero até pedir desculpas aos que estão aqui desde o início, às 9h, pelo atraso. Primeiro que nós estávamos esperando o quórum, e eu estava numa reunião rápida ali que se estendeu um pouquinho.

Já anuncio a todos aqui que nós tínhamos três itens na pauta e um requerimento. O Airton aqui, nosso Secretário, acabou de passar a informação de que os dois Relatores pediram a retirada de pauta dos itens para relatório.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 6120, DE 2019

- Não terminativo -

Estabelece o Inventário Nacional de Substâncias Químicas, a avaliação e o controle do risco das substâncias químicas utilizadas, produzidas ou importadas, no território nacional, com o objetivo de minimizar os impactos adversos à saúde e ao meio ambiente; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatório: Pela aprovação do PL 6120/2019 e pela rejeição da Emenda 1 - CCT

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com parecer favorável ao projeto, com a emenda nº 1-CCT.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2210, DE 2021

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico da Cadeia Produtiva dos Minerais Componentes dos Elementos Terras-Raras – PADT.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2230, DE 2022

- Não terminativo -

Autoriza a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1.)

Então eu só vou fazer um discurso rápido da assinatura do Pacto pela Transformação Ecológica, que vai acontecer hoje no Palácio do Planalto, um pacto entre os três Poderes, e vou assinar o requerimento, subscrever o requerimento do Senador Kajuru, para, acredito, acrescentar mais um expositor para a audiência pública de amanhã.

Já deixando aqui meio que uma prévia sobre a próxima semana, como nós estamos com dificuldade de termos presentes os Relatores dos projetos que estamos, enfim, colocando na nossa pauta, nós vamos para uma audiência pública na próxima semana. Nós vamos fazer uma avaliação, até porque também temos represado pedidos para audiência pública, então já estou anunciando aos colegas, aqueles que estão remotamente e a todos os nossos colegas que também estão presencialmente aqui na Comissão: na próxima semana teremos uma audiência pública.

Bom, dando início à nossa reunião da Comissão de Meio Ambiente, eu gostaria de ressaltar a importância deste momento para o futuro ambiental do nosso país e do nosso planeta. Estamos diante de uma oportunidade única para moldar os rumos da nossa política ambiental e climática com a assinatura, como falei, do Pacto pela Transformação Ecológica.

Na tarde de hoje, neste dia 21 de agosto, será formalizado um compromisso histórico entre os três Poderes – o Executivo, Legislativo e Judiciário –, marcando a primeira vez que os três se unem em torno de uma agenda ambiental comum.

O Pacto pela Transformação Ecológica estabelece um novo paradigma para o desenvolvimento econômico do Brasil, com a meta de promover uma transformação profunda em nossos modelos de desenvolvimento. Esse pacto visa a sustentabilidade ecológica, o desenvolvimento econômico sustentável, a justiça social e ambiental, a proteção dos direitos das futuras gerações e, principalmente, a resiliência a eventos climáticos extremos.

Entre as principais medidas do pacto, destaca-se a prioridade que o Poder Legislativo dará a projetos cruciais, como o marco legal do mercado de carbono e a produção de biocombustíveis. O Judiciário adotará medidas para acelerar a resolução de questões ambientais e climáticas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enquanto o Executivo ampliará o financiamento e reduzirá o custo do crédito para práticas sustentáveis.

Para garantir um futuro sustentável, é crucial que mudemos profundamente nossos modelos de produção e consumo. Precisamos adotar práticas que respeitem e integrem a nossa rica biodiversidade e a diversidade cultural, utilizando nossos recursos de forma responsável e inovadora. O Brasil tem o potencial de se tornar uma referência global em sustentabilidade, não apenas pela sua biodiversidade única, mas também pela riqueza cultural, que pode guiar e inspirar novas formas de desenvolvimento sustentável.

Esse pacto chega em boa hora. Estamos em um momento de urgência e de grave emergência. São diversas as regiões que estão sofrendo com uma crise hídrica severa, fogo e perda de produção agrícola. O cenário na Amazônia, no Pantanal, nos arredores de Brasília, agora na Serra do Cipó, em Minas Gerais, são apenas alguns dos exemplos de como a mudança do clima está intensificando esses eventos em todo o nosso território.

No nosso quadradinho, no Distrito Federal, a baixa umidade do ar leva a desconfortos pulmonares e a risco de incêndios florestais. Com mais de cem dias de estiagem, sem cair uma gota d'água, é evidente que, embora a alternância entre chuvas e secas seja uma característica natural do Cerrado, o agravamento desses fenômenos é um claro sinal das mudanças climáticas em curso.

Devemos agir com urgência e determinação para mitigar esses impactos e proteger a saúde do nosso povo. A Comissão do Meio Ambiente do Senado Federal tem um papel crucial em guiar e apoiar as políticas e medidas necessárias para enfrentar esses desafios. Trabalhando juntos, com responsabilidade e comprometimento, podemos garantir um futuro mais sustentável e saudável para todos.

Espero que todos nós, Parlamentares e representantes do Poder Legislativo, estejamos comprometidos com esse Pacto pela Transformação Ecológica. O desafio sabemos que é enorme. Mudar drasticamente o modo como vivemos, como desenhamos e implementamos nossas leis, nossas políticas, não é uma tarefa simples – na verdade, ela é bem desafiadora. Entretanto, não temos outra saída, o futuro do nosso povo depende das decisões que iremos tomar agora, aqui nesta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

Como disse, aqui está no final: "tenhamos uma ótima reunião". Nós não teremos uma ótima reunião, mas vamos ter, vocês com certeza, um ótimo dia – a reunião não vai ter.

Então, eu já vou direto para o requerimento, reforçando mais uma vez a importância desse pacto. É um sinal claro de que todos estamos em alerta. Já levanto aqui uma provocação e também, digamos, um acordo feito com o Presidente da Casa, o Senador Rodrigo Pacheco, de que na primeira quinzena de setembro iremos discutir e, se Deus quiser, aprovar o mercado de carbono. Então, já estou anunciando aqui. Existe um trabalho incansável, tanto meu e da minha equipe como do Senado Federal, dos Senadores envolvidos também, consultoria, Governo, enfim, foram inúmeras reuniões e acredito que estamos chegando já a um consenso. Se Deus quiser, nos próximos dias... Há um acordo que irá viabilizar, na primeira quinzena – espero que na primeira semana –, a aprovação do PL do carbono, que todos nós estamos esperando e pelo qual estamos trabalhando muito, com muita dedicação, para entregar o melhor projeto para, de fato, estartar toda essa transição que tanto aguardamos para o nosso país.

Eu vou para a aprovação da ata.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 31ª Reunião, que foi realizada no dia 14 de agosto de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Vamos para o item 4.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 41, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 36/2024 - CMA seja incluída a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguinte convidada: a Senhora Larissa Amorim, Diretora de Sustentabilidade do Ministério de Portos e Aeroportos.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Subscrito por mim, a votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Eu agradeço a breve e rápida participação de todos, desejando boa quarta e já anunciando que na próxima semana teremos uma audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Aguardo vocês lá na assinatura do nosso pacto.

Até mais.

(*Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e treze minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Confúcio Moura, Marcos do Val, Leila Barros, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Zequinha Marinho, Margareth Buzetti, Bene Camacho, Beto Faro, Fabiano Contarato, Otto Alencar, Jaques Wagner, Teresa Leitão, Ana Paula Lobato, Eduardo Gomes, Rosana Martinelli, Jorge Seif, Damares Alves e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, André Amaral, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Ciro Nogueira, Dr. Hiran e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Giordano, Sérgio Petecão, Flavio Azevedo, Jaime Bagattoli e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 42, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Exma. Sra. Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a situação dos incêndios e queimadas em todo o país." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Zequinha Marinho. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 43, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 36/2024 - CMA seja incluído o seguinte convidado: o Senhor Bruno de Oliveira Pinheiro, Secretário Especial de Estudos e Projetos da Antaq." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 36/2024 - CMA, de autoria Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senadora Leila Barros (PDT/DF), REQ 37/2024 - CMA, de autoria Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senadora Leila Barros (PDT/DF), REQ 38/2024 - CMA, de autoria Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senadora Leila Barros (PDT/DF), REQ 41/2024 - CMA, de autoria Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), e REQ 43/2024 - CMA, de autoria Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Finalidade:** Discutir os impactos ambientais e sociais da hidrovia Araguaia-Tocantins. **Participantes:** Sra. Larissa Amorim, Diretora de Sustentabilidade do Ministério de Portos e Aeroportos; Sr. Edmilson Comparini Maturana, Coordenador-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Fluviais e Pontuais Terrestres (CGTef) do IBAMA; Mariana Vaini de Freitas Daher, Coordenadora de Manutenção e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Serviços Aquaviários/DAQ do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) (representante de: Ministério dos Transportes); Sr. Bruno de Oliveira Pinheiro, Secretário Especial de Estudos e Projetos da Antaq; Sr. Alberto Akama, Pesquisador Titular do Museu Paraense Emílio Goeldi; Sra. Cristiane Vieira da Cunha, Docente na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará; e Sr. Sadi Flores Machado, Procurador da República e Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Pará (Ministério Público Federal). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 28 de agosto de 2024.

Aqui o meu agradecimento, a minha gratidão a quem tenho como amiga e irmã, há 30 anos, a exímia Senadora Leila do Vôlei, daqui do Distrito Federal, que é a Presidente da Comissão do Meio Ambiente. Eu sou o Presidente da Subcomissão do Meio Ambiente que trata dos ativos ambientais brasileiros, carbono etc. Ela deve chegar, inclusive, a qualquer momento, está tendo um compromisso lá no Palácio neste momento.

Bem, na reunião de hoje, dividida em duas partes, discutiremos os impactos ambientais e sociais da Hidrovia Araguaia-Tocantins. Aliás, ontem falei por telefone com um músico brasileiro mais respeitado no mundo, que é apaixonado pelo meio ambiente e que já compôs até uma música em homenagem aos Rios Araguaia e Tocantins – e eu falo de Ivan Lins –, assustado com essa notícia sobre a hidrovia. Aliás, a filha de Ivan Lins é a minha chefe de meio ambiente, cuida deste assunto pela capacidade dela, ela que trabalhou na Austrália, na Inglaterra, em Portugal, sendo chefe de gabinete de um dos três maiores ambientalistas do mundo, que, para a nossa alegria, é um brasileiro de Porto Nacional, Tocantins, Divaldo Rezende. Ela está presente aqui, a Diana Lins, ao lado das demais assessoras que citarei em instantes.

Em atenção aos Requerimentos 36, 37, 38, 41 e 43, de 2024, da Comissão de Meio Ambiente, todos de minha autoria, Jorge Kajuru... aqui, na segunda parte, apreciaremos estes meus requerimentos.

Eu convido, de imediato, para tomar lugar nesta mesa, os seguintes convidados:

O Sr. Edmilson Comparini Maturana, Coordenador-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Fluviais e Pontuais Terrestres do Ibama. Fique à vontade, seja bem-vindo!

A Sra. Mariana Vaini de Freitas Daher – e me permita: não sei se é "vâini" ou "vainí"...

A SRA. MARIANA VAINI DE FREITAS DAHER (*Fora do microfone.*) – É "vainí".

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É "vainí", me perdoe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vaini de Freitas Daher... Você é de Goiás?

A SRA. MARIANA VAINI DE FREITAS DAHER (*Fora do microfone.*) – Não, sou de Minas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É porque tem uma família enorme lá, a família Daher em Goiás.

Bom, a Sra. Mariana é Coordenadora de Manutenção e Serviços Aquaviários do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (o conhecido Dnit).

Também convido o Sr. Bruno de Oliveira Pinheiro, Secretário Especial de Estudos e Projetos da Antaq.

Participa, por videoconferência, o Sr. Alberto Akama, Pesquisador Titular do Museu Paraense Emílio Goeldi – este, inclusive, foi muito bem recomendado por mim, ontem, através do Procurador da República, do Ministério Público Federal, Mário Lúcio de Avellar, que nos ajudou a escolher os convidados e fez questão de colocar a capacidade de cada um e de como será fundamental esta nossa reunião hoje aqui.

E também, por videoconferência, a Sra. Cristiane Vieira da Cunha, Docente na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará; ainda a Sra. Larissa Amorim, Diretora de Sustentabilidade do Ministério de Portos e Aeroportos – aproveito para um abraço ao competente e amigo pessoal Ministro Silvio Costa Filho; ainda conosco o Sr. Sadi Flores Machado, Procurador da República e Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Pará (via Ministério Público Federal).

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima informou estar representado pelo Ibama.

Antes de passar a palavra inicial, pelo tempo de dez minutos – e com a minha devida tolerância e obrigatória evidentemente, até porque eu amo quebrar protocolo: se a pessoa tem conteúdo para falar mais de dez minutos é evidente que eu permito –, aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião já está sendo interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 061 2211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, felizmente, já temos, antes de começarmos a sessão, várias perguntas de brasileiras e brasileiros. O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, já falei do tempo de cada convidado. E, ao final das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Desde já, eu faço um registro, pois é raro... e, como vocês sabem, eu sou bocudo mesmo. Eu não sei por que ter tanto Senador inscrito nesta Comissão e haver sempre a ausência deles ou delas aqui. Entendo que é um momento de eleições municipais e cada Senador tem o seu compromisso. Eu, não. Fui o único de todos os 81 Senadores a não entrar nas eleições municipais, porque, para mim, cada cidade deve escolher o seu Prefeito, o seu Vereador, e eu não vou ficar gravando vídeo e participando de comício para pedir o voto a ninguém. O voto é do eleitor e, para mim, o Parlamentar não deve usar de sua influência – boa ou ruim – para recomendar candidatos a nenhuma cidade, no meu caso, 246 municípios goianos.

E daí eu preferi ficar aqui, às vezes quase que sozinho ou com mais um ou outro Senador, participar das sessões, das Comissões, das audiências públicas – semana passada tivemos uma importantíssima na Subcomissão do Meio Ambiente –, mas volto a dizer que respeito aqueles que, por questões eleitorais, estão em seus estados.

Mas me dá alegria a presença aqui de um Senador que é suplente de uma Senadora preparadíssima e minha amiga pessoal, mãe de uma filha cantora gospel que vai fazer sucesso em todo o Brasil, que é a maranhense Eliziane Gama.

Eu peço desculpas, porque eu ainda não conheci pessoalmente o Senador suplente da Eliziane Gama. Por gentileza, o nome dele? No meu ouvido, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Bene?

Desculpe pela visão, querido, eu só tenho três graus, mas seja bem-vindo e parabéns pela sua presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Esse você nem precisa falar para mim, porque esse não falta. Além de ser rei das PECs, ele é rei da presença. Do Pará, o Senador querido Zequinha Marinho.

Inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários os dois Senadores aqui presentes.

Vamos às exposições iniciais. Temos um pedido da Sra. Larissa para ser a primeira a falar em razão de outros compromissos que ela tem.

Então, com a palavra, Sra. Larissa pelo tempo de dez minutos e com a devida e justa tolerância pelo seu tempo. Seja bem-vinda. Muito obrigado, Deus e saúde.

Sra. Larissa Amorim, repito, ela é Diretora de Sustentabilidade do Ministério de Portos e Aeroportos.

Desculpe, apenas quis frisar o seu cargo. Fique à vontade.

A SRA. LARISSA AMORIM (Para expor. *Por videoconferência.*) – Sem problema, Senador. O senhor me escuta bem?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Otimamente bem.

A SRA. LARISSA AMORIM (*Por videoconferência.*) – Maravilha.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Parece até voz de apresentadora de televisão.

A SRA. LARISSA AMORIM (*Por videoconferência.*) – Que isso!

Senador, bom dia. Na pessoa do senhor, eu cumprimento os demais Senadores; a Senadora Leila, Presidente da Comissão. Em nome do Ministro Silvio Costa Filho, agradeço o convite e a oportunidade de estar aqui. Agradeço a exceção de poder participar *online* e ter o privilégio de ser a primeira a falar nessa audiência com tantos técnicos capacitados, meus colegas de Esplanada: Edmilson, Mariana, Bruno, que estão aí com o senhor. O senhor está em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

excelentes mãos, são técnicos que têm uma longa bagagem e um longo conhecimento no assunto, em especial sobre a hidrovia e o derrocamento do Pedral do Lourenço.

Eu passei minha apresentação para a Comissão. Eu não sei se ela já está sendo projetada, eu não consigo enxergar, mas vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Já está, Sra. Larissa.

A SRA. LARISSA AMORIM (*Por videoconferência*.) – Perfeito, agora eu estou visualizando.

Antes de começar, eu queria me apresentar. Eu sou analista ambiental do Ibama há 16 anos e estou cedida para o Ministério de Portos e Aeroportos. Trabalhei a minha vida pública inteira com licenciamento ambiental. E agora estou junto ao Ministro Silvio e à Secretária Mariana Pescatori no desenvolvimento de projetos no interesse do Ministério de Portos e Aeroportos. E hoje, especificamente, a gente vai tratar sobre o processo de dragagem e derrocamento da via navegável da hidrovia do Tocantins, também conhecida popularmente como Pedral do Lourenço.

Pode passar, por favor.

E, antes de iniciar, para falar especificamente do Pedral, eu gosto sempre de trazer esse comparativo. Nós somos entusiastas do transporte hidroviário. Recentemente, foi criada uma secretaria específica no Ministério de Portos para cuidar somente de hidrovias. O Secretário Dino deve estar nos acompanhando.

E esse eslaide é extremamente didático e de fácil compreensão. Então, a gente tem aqui que um comboio de transporte hidroviário, para a gente conseguir transportar o que um comboio transporta, são necessários 258 vagões de uma composição ferroviária ou 1.428 carretas. A gente tem aqui também o consumo comparativo de combustível para o transporte de 18 mil toneladas: no transporte hidroviário são consumidos 90 litros por quilômetro; no transporte ferroviário, 180 litros por quilômetro; e, no transporte rodoviário, 1.728 litros a cada quilômetro rodado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando a gente já vive um cenário de mudanças climáticas extremas, temos aí a questão da seca, temos também a tragédia que aconteceu no Rio Grande do Sul, esse eslaide traz de forma clara a necessidade que a gente tem de um equilíbrio da nossa matriz de transporte brasileira, que é fundamentalmente rodoviária. Então, a gente utilizar de forma sustentável as nossas hidrovias faz com que a gente esteja contribuindo de forma positiva para mitigar a emissão dos gases efeitos de estufa.

Pode passar o eslaide, por favor.

Aqui também é mais um comparativo entre os modais.

Eu não vou ficar aqui me atendo a ler os detalhes, mas são fontes do Ministério dos Transportes e do Anuário da Antaq de 2015, que traz esse comparativo, que demonstra, mais uma vez, a eficiência do ponto de vista energético e de mitigação de gases de efeito estufa na utilização do modal hidroviário.

Pode passar, por favor.

Aqui eu trago um pouco mais do detalhe do projeto. O projeto é dividido em três segmentos: o Trecho 1, de Marabá a Itupiranga, que é de dragagem propriamente dita, são 52km; o Trecho 2, que é de Tauiry até a Ilha do Bogéa, que são 35km, e é o trecho da derrocagem em si; e, por fim, o Trecho 3, de Tucuruí a Baião, 125km; totalizando 212km de intervenção na via navegável.

Pode passar, por favor.

E aqui é importante esclarecer o que é essa dragagem e o que é esse derrocamento do Pedral. O derrocamento nada mais é do que a remoção de rochas do leito do rio para que a gente consiga adequar a largura e a profundidade do canal de navegação. Ele tem como objetivo garantir o transporte hidroviário na região do Pedral. É importante dizer que, nesse trecho de 33km, quando a gente fala em derrocamento, não se vai efetuar o derrocamento em toda a largura do rio. Esse derrocamento é feito de forma calculada, metodologicamente precisa, para que a gente faça a retirada das pedras onde é estritamente necessário, para que a embarcação possa passar de forma segura. Então, as pessoas, às vezes, entendem que todo o trecho de 35km vai ser derrocado de margem a margem, e isso não é verdade. O rio é bastante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

largo, e esse derrocamento vai acontecer em trechos específicos com largura definida e muito menor do que a largura total do rio de margem a margem.

Pode passar, por favor.

Aqui a gente tem, enquanto Ministério de Portos e Aeroportos, a importância da Hidrovia Tocantins-Araguaia e onde ela se insere dentro dos nossos planos e políticas.

A Hidrovia Tocantins-Araguaia está dentro do Plano Nacional de Integração Hidroviária, e isso se justifica pelo grande potencial de escoamento de grãos e minérios e pela presença de longos trechos navegáveis, além da questão do impacto da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, já instalada. A implantação do derrocamento do Pedral do Lourenço vai facilitar a operação das eclusas da usina, que ficam a jusante do Pedral.

Outro ponto importante é lembrar que se trata de uma obra do PAC. Então, essa obra é acompanhada pela Casa Civil e está dentro das prioridades do Governo.

Mais um eslaide, por favor.

Agora vou me ater aqui especificamente sobre o processo de licenciamento ambiental, que teve início, se eu não me engano, em 2016. Foi apresentado o Estudo de Impacto Ambiental em 2018, que foi analisado, e o Dnit procedeu a todas as complementações solicitadas pelo Ibama. Todos os órgãos intervenientes, Fundação Cultural Palmares, à época – atualmente, o Incra faz esse papel –, Funai, Iphan, ICMBio, Ideflor-Bio, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itupiranga e sociedade civil organizada, todos esses entes foram ouvidos, consultados, tiveram seus termos de referência com relação aos estudos realizados, e nós apresentamos todas as complementações necessárias. E a licença prévia foi expedida em outubro de 2022, afirmando, atestando a viabilidade ambiental do projeto. A etapa em que nós nos encontramos agora é a obtenção da licença de instalação, e somente após a emissão da licença de instalação é que essas obras poderão ter início, junto com a aplicação das medidas de mitigação ambiental que serão indicadas pelo órgão ambiental responsável, que está sendo representado aqui pelo meu colega Edmilson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui a gente tem que a licença de instalação foi protocolada em 04/07, mas na verdade é o Plano Básico Ambiental e o projeto, além de todos os requerimentos e condicionantes constantes na licença prévia. Toda essa documentação foi protocolada agora em 04/07/2024.

Próximo eslaide, por favor.

Aqui a gente tem uma linha do tempo. Eu achei importante trazer todos esses passos e detalhes para mostrar quantas vezes esse projeto foi avaliado, estudado e revisado. O processo de licenciamento é sempre construtivo, participativo; foram realizadas as audiências públicas, as oitivas; e tudo isso resultou no projeto final – já estou finalizando, tá, Senador? – que foi aprovado pelo Ibama.

Podemos passar o eslaide?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Fique à vontade.

A SRA. LARISSA AMORIM (*Por videoconferência*.) – Aqui a gente tem – é meu último eslaide – três pontos de atenção que eu gosto sempre de destacar.

O Dnit não está buscando o licenciamento da Hidrovia Araguaia-Tocantins. O Dnit solicitou exclusivamente com relação a obras pontuais na hidrovia para que a gente consiga fazer com que ela seja mais eficiente do ponto de vista da navegação.

E aqui um ponto que eu gosto muito de destacar quando a gente trata do licenciamento de hidrovias: hidrovia não tem a sua operação licenciada, não é uma atividade passível de licenciamento. Isso não sou eu que estou falando, isso está na Lei Complementar 140, de 2011, e foi definido também no Decreto 8.437, de 2015. O que se licencia em hidrovias são as atividades pontuais de derrocamento, dragagem, limpeza das margens, sinalização; são obras pontuais. E é isso que o Dnit tem solicitado ao Ibama.

Por fim, quero salientar mais uma vez que todos os ritos foram seguidos, todas as consultas foram feitas, todas as complementações foram atendidas e isso culminou no documento da Licença Prévia 676, de 2022, que atesta a viabilidade ambiental desse projeto e dessas intervenções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o que eu tinha para trazer, em nome do ministério.

Senador, se o senhor me permitir, eu vou me retirar ao final da minha apresentação e eu o deixo aqui em excelentes mãos – está aí ao seu lado a Mariana, que é uma analista do Dnit, que acompanha esse projeto desde o início.

Ela vai conseguir dirimir todas as suas dúvidas técnicas, ambientais, sociais, o que o ministério tem acompanhado.

E nós temos também, aí na plateia, a Ana Cláudia, que é uma consultora da DTA, que foi a entidade responsável por desenvolver o estudo. Ela também é especialista na parte de fauna, que é um dos pontos de atenção desse projeto. Então, qualquer dúvida mais técnica – porque eu sei que o Dr. Alberto está aí e vai trazer a questão da ictiofauna –, a Ana Cláudia vai poder dirimir todas essas dúvidas.

Agradeço mais uma vez a oportunidade de estar aqui com vocês e desejo a todos uma excelente audiência. É mais um momento de troca, em que a gente está aqui para escutar e aprimorar o nosso projeto.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, Sra. Larissa Amorim, Diretora de Sustentabilidade do Ministério de Portos e Aeroportos, eu gostaria de agradecer a sua colaboração valiosa, a sua explanação inicial, que foi escorreita, que apresentou um conteúdo indiscutível. Portanto, começamos bem esta audiência, como eu já tinha certeza, antecipadamente.

Agora, para dar sequência às explanações iniciais, com a palavra o Sr. Edmilson Comparini Maturana, Coordenador-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Fluviais e Pontuais Terrestres do Ibama; com a palavra. O tempo é de dez minutos, evidentemente há a devida tolerância.

Fique à vontade e muito obrigado pela sua presença.

O SR. EDMILSON COMPARINI MATURANA (Para expor.) – Bom dia, Senador. Eu o cumprimento e, na sua pessoa, toda a mesa e as autoridades presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a oportunidade de vir expor o ponto de vista do licenciamento ambiental aqui nesta Comissão.

O Ibama, como foi exposto anteriormente, não trouxe uma apresentação específica, estamos aqui para o debate. Gostaria de expor como temos abordado, então, o licenciamento desde a emissão da licença prévia e os passos que o Ibama tem dado, na avaliação ambiental, à solicitação da licença de instalação para essa obra.

Inicialmente, a gente coloca que é muito importante para a gente ouvir as comunidades e ouvir a sociedade no licenciamento ambiental. Além das audiências públicas mencionadas anteriormente – foram cinco na fase de licença prévia –, estivemos também, no ano passado, a convite do Ministério Público Federal, em duas audiências públicas, em Marabá e Tucuruí, onde também pudemos ouvir e colher opinião da sociedade ali presente. E estivemos presentes em vistorias técnicas com as comunidades da área do derrocamento.

Nesse primeiro momento, como foi exposto, estamos avaliando, desde 4 de julho, a solicitação da licença de instalação, mas antes disso mesmo tivemos toda uma ação com o Dnit, no sentido de esclarecer alguns pontos e de propiciar uma entrega de documentação que pudesse atender à avaliação técnica da equipe do Ibama.

Alguns dos pontos que temos tratado nesse tempo são as condicionantes que estão específicas, tratadas na licença de instalação, referentes a um teste piloto que a equipe do Ibama solicitou. A avaliação, então, esse momento inicial do teste piloto é para que a gente possa entender, do ponto de vista técnico do Dnit, entender melhor e poder avaliar *in situ*, no momento da execução, algumas questões técnicas e eventuais necessidades adicionais de medidas de mitigação.

Nesse sentido, embora a licença prévia previsse que esse teste pudesse ser executado, a nosso ver, antes da fase da licença de instalação, nós conversamos com o Dnit e avaliamos que a melhor forma de fazer isso e de dar maior segurança para a sociedade de que todos os passos estavam sendo seguidos era incorporar esse teste somente após a apresentação de todas as condicionantes e o atendimento a todas as condicionantes que estão previstas na licença prévia, para que, então, nós pudéssemos autorizar esse teste. Então, o teste, em vez de ser feito previamente, vai ser feito no âmbito da licença de instalação, usando a metodologia da análise

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de riscos. São apresentadas as alternativas tecnológicas naquele momento e as medidas já avaliadas no EIA, e também previstas eventuais medidas adicionais que podem ser incorporadas no momento, no caso de as variantes que estão sendo monitoradas poderem apresentar alguma inadequação no momento. Então, toda a execução da obra parte, principalmente no começo, da avaliação dos indicadores dos testes pilotos, dessa análise de riscos e da eventual adoção de medidas complementares.

Nesse sentido e na avaliação desse momento, a nossa equipe deve fazer – está prevista – uma vistoria agora, em setembro, na área do Pedral, assim como também vamos acompanhar as atividades de derrocamento que o Dnit já vem realizando lá no Rio Tietê, para que possamos, então, comparar as medidas que estão previstas no EIA com algo que está em execução nesse momento. Então, esse é um dos pontos da análise da avaliação da licença de instalação nesse primeiro momento.

No âmbito do derrocamento e da relação com as comunidades, foi realizado um diagnóstico socioambiental participativo, conforme um plano de trabalho aprovado por nossa equipe e acompanhado durante a sua execução, e um dos objetivos dessa vistoria inclusive é conversar com as comunidades e avaliar as informações prestadas pelo Dnit nesse momento.

Um outro ponto que nós temos é em relação à caracterização da fauna. Foi feita toda uma campanha, o Ibama avaliou os pedidos de novas coletas de espécimes na região, para um detalhamento de alguns pontos da biota, e particularmente da ictiofauna. Então, expedimos autorizações para coleta e novos estudos, que também foram incorporados a essa complementação que o Dnit está apresentando e a nossa equipe de técnicos deve avaliar ante os programas ambientais previstos para a mitigação dos impactos. Nesse sentido também, havia questionamentos nos pareceres do Ibama em relação a alguns pontos e à caracterização de algumas espécies da ictiofauna, e o Dnit nos trouxe uma alternativa em relação a algumas incertezas que poderíamos ter no sentido de, em vez de dispor das rochas derrocadas em trechos mais profundos do rio, onde a dificuldade metodológica de obtenção de algumas informações são dificultadas, não utilizar essas áreas para disposição de material, portanto não havendo a necessidade e dirimindo, então, as dúvidas, eventuais dúvidas. Não há uma necessidade de esclarecimento, porque aquela área não vai ser impactada, como previsto inicialmente pelo EIA. Então, esse é um tipo de alternativa muito interessante, porque tiramos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

então, uma possibilidade de impacto das áreas onde poderíamos ter menor conhecimento no setor.

Uma importante questão é a atividade pesqueira. Esse diagnóstico socioambiental participativo traz elementos, então, para que a gente avalie as medidas de mitigação na própria operação – trânsito de embarcações, operação de equipamentos –, no sentido de minimizar e evitar as áreas mais ocupadas o máximo possível para que não haja impacto na atividade pesqueira, mas, certamente, a ocupação do mesmo espaço fluvial implica dificuldades, às vezes uma necessidade de uma navegação maior, ou, às vezes, a necessidade de que, em algumas áreas, não seja possível ser desenvolvida a atividade da pesca. Essas atividades, então, devem ser compensadas.

Então, essas previsões que estavam lá, na licença prévia... Nós vimos trabalhando no sentido de melhorias e de discussões prévias com o Dnit, para que a complementação e a apresentação dos programas de mitigação e de compensação dos impactos atendam, da melhor forma possível, a avaliação da equipe técnica, que está sendo feita nesse momento.

Nós recebemos esses estudos em julho, no dia 4 de julho, como foi colocado. Nós temos uma previsão inicial de análise até o final do mês de outubro. Nesse momento, se a licença prévia fizer referência a todos aqueles pareceres, os cinco pareceres que foram emitidos na fase de licença prévia, e todas as recomendações previstas forem atendidas, então, essa avaliação é feita pela nossa equipe. Se todas as avaliações de todos os pareceres forem incluídas nos programas ambientais do Dnit... caso não tenham sido, estão sujeitas, então, à exigência de novas informações e à prestação de esclarecimentos ou, inclusive, à necessidade de nossa volta a campo para checar dados.

Esse é o processo em que nós estamos no momento. Então, podem ser requeridas informações novas ao Dnit. Não há uma garantia de que, nesse momento, vá ser expedida a licença de instalação; isso é uma avaliação técnica frente a todas as informações dos pareceres emitidos pelo Ibama e a todas as condicionantes.

Então, é claro, neste momento em que estamos licenciando o trecho de derrocamento de 35km, estamos incluindo um trecho como o teste piloto. É um trecho de 10km, mas que envolve 19% do derrocamento em si. Então, serão alguns meses em que serão acompanhados de perto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela nossa equipe técnica, inclusive, com uma periodicidade mais curta das necessidades de monitoramento, para que a gente tenha certeza de que as avaliações do teste piloto respondem às expectativas técnicas dos pareceres do Ibama.

Eu permaneço, então, à disposição. Só complementando, a parte de dragagem – é o segundo ponto – vai ser objeto, então, de uma nova licença de instalação, em que vai ser apresentado o novo programa ambiental, o programa básico ambiental. Isso é um novo momento, que vai ser avaliado pelo Ibama, ouvidos, então, os órgãos intervenientes também nesses trechos, onde temos a presença de comunidades indígenas e quilombolas.

Fico à disposição e agradeço a oportunidade para o debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Quem agradece somos nós, Sr. Edmilson Comparini Maturana, que é o Coordenador-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Fluviais e Pontuais Terrestres do Ibama.

Muito rica a sua explanação inicial e importante para a sequência deste nosso debate, desta nossa audiência pública.

Eu gostaria, por gentileza, de pedir à minha assessoria, à Diana Lins, à Liana, à Carol da Luz, que falassem com o meu Chefe de Comunicação, Roberto Gonçalves, para que ele procure, imediatamente – e ele vai achar –, uma reportagem especial da TV Record, em rede nacional, no programa Domingo Espetacular, que, na época, na segunda-feira, a minha amiga Carolina Ferraz me enviou, que foi sobre o que está acontecendo com o Rio Araguaia.

O rio está morrendo, infelizmente. Nossa maior riqueza em Goiás e uma das maiores do Brasil.

Então, é só entrar na internet e buscar essa matéria do Domingo Espetacular, da TV Record, sobre os empresários que invadiram o Rio Araguaia e, ao redor dele, instalaram, enfim, equipamentos gigantescos, que vivem o dia todo roubando a água do Rio Araguaia. Eu gostaria, durante esta audiência pública, de mostrar essa reportagem, porque creio que aqui alguns viram, e, talvez, a maioria não tenha visto essa reportagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito para agradecer imensamente a transmissão, na íntegra, que está sendo feita, em Goiás, pelas emissoras BandNews FM 90.7 e TV Goiânia – canal 11, TV aberta –; em rede mundial de televisão, a TV Meio está também transmitindo para o Brasil inteiro, em canais abertos e fechados, e, logicamente, o nosso devido agradecimento à TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado – esse tripé de comunicação com altíssima competência e sempre presente nestas reuniões importantes.

Dando sequência, com a palavra, agora, a Sra. Mariana Vaini de Freitas Daher, que é a Coordenadora de Manutenção e Serviços Aquaviários do Dnit.

Ela está aqui presente. Agradecidíssimo.

Fique à vontade pelo tempo de dez minutos e com a devida tolerância, Sra. Mariana.

O SR. MARIANA VAINI DE FREITAS DAHER (Para expor.) – Bom dia a todos.

Primeiro, quero agradecer a oportunidade, Senador, de estar aqui, cumprimentar os colegas que estão na mesa. Em nome do nosso Diretor de Infraestrutura Aquaviária, o Sr. Erick Moura, em nome também do nosso Diretor-Geral, Fabricio Galvão, e também do nosso Ministro de Transportes, o Renan Filho, agradeço a oportunidade de a gente estar aqui neste momento para apresentar sobre esse empreendimento que é extremamente importante para o país e que merece, sim, um debate amplo, para todos poderem participar e dar suas contribuições ao projeto e ao processo de licenciamento.

Vou começar, então, a apresentação.

Estamos falando das obras de dragagem e derrocamento na via navegável do Rio Tocantins, no Estado do Pará. Então, tem um processo de licenciamento, aberto no Ibama em 2013.

Essa imagem é parecida com a que a Larissa passou, então, vou falar dela um pouco mais rápido.

São três trechos de projeto que o Dnit vem licenciando no Ibama. É importante constar que o licenciamento foi único na fase de licença prévia, como prevê a legislação. Então, nós licenciamos trechos de dragagem e de derrocamento nesses aproximadamente 200km do canal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de navegação que se pretende implantar. Houve a emissão da licença prévia em 2022 e, agora, na fase de licença de instalação, em que a gente está solicitando a licença de instalação no Ibama, o Dnit tem projeto, estudos e obras contratados para solicitar a LI do derrocamento, que é o que hoje está no PAC. Então, nesse primeiro momento, a gente vai solicitar a LI naquele Trecho 2, que vai de Itupiranga até a Ilha do Bogéa, que são mais ou menos 35km. Só que é importante também que fique claro que a gente não vai derrocar 35km de rio, são pedras pontuais que existem nesse trecho que vão ser derrocadas. Isso é importante constar, porque, ao falar 35km, acham que a gente vai derrocar de forma linear 35km e não é isso, são pontos de derrocamento. Da mesma forma, são os pontos de dragagem. A gente tem passos críticos de dragagem nesses quilômetros. Por exemplo, naquele Trecho 3, que é de 125km, nós temos oito passos críticos de dragagem. E, nos trechos de dragagem, também é importante informar, a gente vai atualizar o projeto, e pode ser que tenha alguns pontos a mais ou a menos de dragagem. Isso vai interferir também nos impactos, quando a gente estiver elaborando os estudos para pedir a LI para o Ibama.

Bom, essa foto aparece em várias... Quando a gente fala dos pedrais no Rio Tocantins, essa foto aparece em várias reportagens, várias notícias, enfim, sempre nas apresentações a gente a vê. E é uma foto emblemática do Rio Tocantins, porque mostra a região onde está o Pedral do Lourenço. E aí, na primeira vez que eu vi essa foto, eu imaginei: nossa, são muitas pedras! Mas de fato o projeto do Dnit é derrocar apenas aquela linha que está mais escura, passando ali no meio. Aquele é o canal de navegação projetado, é o que está em projeto. Então, algumas pedras que estão ali naquele canal é que vão ser derrocadas. Todo o restante de pedras que vocês estão vendo ali, indo até as margens do rio, vão permanecer da mesma forma que estão hoje. Então, essas pedras não vão ser derrocadas. Isso é importante porque, quando vêm muitos estudiosos, eles ficam falando: "Ah, mas vai derrocar todas as pedras? Vai acabar com os peixes?". Não, não vai. O restante dos pedrais que estão no Rio Tocantins, os hábitats que estão nos outros locais não vão ser derrocados. Isto é importante constar: são algumas pedras que estão no canal de navegação.

Eu sempre falo também nas minhas apresentações... eu mostro a foto do Pedral do Lourenção, que é uma pedra específica que fica no Rio Tocantins e, por ser tão famoso esse pedral, deu nome a toda uma região. E esse pedral, em específico, não vai ser derrocado, ele vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permanecer. É até uma questão que as próprias comunidades ribeirinhas, nas conversas que a gente teve com elas, me perguntaram. "Mas o Pedral do Lourenção vocês vão derrocar?" Não, não vai ser impactado o Pedral do Lourenção, ele vai permanecer lá. Ele não está no canal de navegação que a gente pretende implantar nessa região. Então, o Pedral do Lourenção permanece lá.

Falando um pouquinho do projeto de derrocamento, a gente tem um projeto dos 35km – friso que são pontuais os derrocamentos – e foram definidas 21 áreas de bota-fora. Como o Edmilson falou, na fase de aprimoramento do projeto, a gente definiu essas áreas.

A gente fez estudos no processo de licenciamento – e um dos estudos que a gente fez foi o estudo de fauna. Aqui eu vou trazer um estudo específico –, que são estudos, vamos dizer, que são mais discutidos na literatura e pelos pesquisadores. Ictiofauna quer dizer estudos dos peixes que estão no Rio Tocantins. A gente fez quatro campanhas na fase de EIA e mais uma campanha agora para pedir a LI. Então foram 5 campanhas específicas para pesquisar os peixes no Rio Tocantins. Isso é importantíssimo, porque a gente chegou a resultados ali de 310 espécies, que os nossos estudos identificaram, e, olhando na literatura, tem aproximadamente 313 espécies naquela região, ou seja, a gente chegou muito perto.

Eu nunca participei de um estudo em que se chegou tão perto dos dados secundários, porque os estudos do processo de licenciamento nem têm a intenção de chegar tão perto assim, porque são estudos de curto prazo. Esses estudos de que eu estou falando, os secundários, são estudos a longo prazo. Então, assim, é ótimo, é um sucesso esse estudo. A gente chegou muito perto das espécies que existem na região. Nossos estudos são extremamente representativos do que existe lá, tanto peixes que ficam na calha do rio como peixes que estão ali nas rochas, que foi também um questionamento: "Vocês conhecem os peixes que estão ali na rocha, que vivem nas rochas onde vai ser derrocado?". Conhecemos, nós temos esses estudos, que estão lá no Ibama para serem avaliados.

Outro questionamento: "Os estudos do meio socioeconômico vocês fizeram?". Fizemos. Eu vou deixar bem claro: houve estudos com as comunidades ribeirinhas e pescadores, mas também estudamos as comunidades indígenas e quilombolas. As comunidades indígenas e quilombolas estão nos trechos de dragagem, elas estão muito longe do trecho de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

derrocamento, mais de 100km. Então elas vão ser estudadas... Os próximos estudos delas vão acontecer quando a gente for fazer os estudos de dragagem. Nesse momento, no trecho de derrocamento, não tem indígena e não tem quilombola. No raio de estudos que foram definidos junto com o Ibama, com a Funai e a Palmares, que é mais ou menos de 10km, não tem, em torno do Pedral do Lourenço, comunidades de índios e quilombolas. Tem comunidades de pescadores. Então nós fomos conversar com os pescadores.

Na fase de EIA, nós fomos a 76 comunidades, tanto na área de influência direta, que é onde vão acontecer diretamente os impactos nas comunidades, quanto nas áreas de influência indireta, inclusive ali no Lago de Tucuruí, onde não tem intervenção nenhuma. O Dnit não vai fazer nenhuma intervenção do Lago de Tucuruí, porque lá já é navegável; então a gente não precisa fazer intervenção. A gente fez cinco audiências públicas e reuniões específicas com essas comunidades na fase de EIA. Agora, na fase de LP, a gente foi lá novamente, cumprindo condicionantes colocadas pelo Ibama, especialmente relacionadas ao diagnóstico socioambiental participativo, que foi um diagnóstico importantíssimo, a gente esteve lá, o Dnit, conversando diretamente com a comunidade, sem intermediários, sem Ibama, sem Ministério Público, sem ninguém, batendo um papo direto com a comunidade, de uma forma muito livre, muito aberta. Nós pudemos ouvir, apresentar o projeto novamente para eles, com as melhorias que a gente já previu, já está prevendo agora no projeto básico executivo. A gente pôde trazer essas informações para eles, frisar tudo que foi feito lá na fase de licenciamento prévio e buscar mais informações: quais são os medos de vocês? Quais são... O que vocês estão trazendo para a gente que vocês entendem que pode melhorar no projeto? Então, a gente teve essa conversa com eles, foram feitas reuniões. A gente foi lá na comunidade, esteve lá, a gente foi às colônias de pescadores, conversamos com eles, eles trouxeram as contribuições.

Tudo isso está dentro do DSAP (Diagnóstico Socioambiental Participativo). Através desse diagnóstico, nós elaboramos os programas. Então, se eles têm medo de tal situação, como o impacto na pesca, vamos fazer um programa voltado para a pesca; se eles entendem que tem que ter uma compensação em dinheiro, então vamos fazer um programa de compensação, indenização para os casos em que a gente não puder mitigar o impacto. Isto é de praxe no processo de licenciamento: se eu não posso mitigar, eu tenho que compensar ou indenizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse caso, nós vamos indenizar essas pessoas em dinheiro. Se elas não puderem pescar naquele momento em que a gente estiver fazendo o derrocamento, se não tiver outra forma, não tiver outro lugar para ela pescar, a gente vai indenizá-la em dinheiro. Isso está previsto lá no Programa de Indenização e Compensação Social, está em avaliação pelo Ibama – o Ibama vai avaliar ainda se o que a gente está propondo realmente é adequado, se tem alguma melhoria a ser feita –, isso está previsto no processo.

Posso continuar, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – É evidente.

A SRA. MARIANA VAINI DE FREITAS DAHER – Então, agora, falando um pouco dos peixes, para a gente deixar claro: "Ah, mas quando tiver o derrocamento, como é que vai ser? Vão morrer todos os peixes naquele local?". Não! A gente vai fazer medidas para mitigar esse impacto do derrocamento, que é o seguinte: primeiro, o que a gente faz é afugentar a fauna. Vão entrar mergulhadores na água, vão lá nos pedrais. O que eles puderem afugentar de fauna é o papel deles, desses biólogos que vão estar lá mergulhando. Vai ter biólogos também andando em cima dos pedrais, porque tem pedral também externo. O pedral externo não vai ser derrocado, mas a gente vai estabelecer um raio de impacto ali, porque a gente vai monitorar essas espécies que usam os pedrais. Então, tem aves, tem répteis... Também vai ter biólogos andando nos pedrais para afugentar essas espécies. Então, a gente vai se preocupar tanto com o peixe que está dentro da água, quanto com os animais que estão fora da água, tem um raio de segurança ali em que a gente vai atuar, e tudo isso antes de iniciar o derrocamento.

E tem a cortina de bolhas. Foi, inclusive, um questionamento do Ibama: vai funcionar? Não vai funcionar? Então, a gente vai fazer esse teste piloto de que o Edmilson falou. O primeiro ato da obra vai ser esse teste piloto em que a gente vai calibrar todas essas medidas. Tem que melhorar, tem que aumentar a pressão das bolhas, tem que posicionar de uma forma diferente.

O Dnit já tem experiência em derrocamento, porque existe um derrocamento em Nova Avanhandava que a gente acompanha lá em São Paulo. Como o Edmilson falou, a gente vai lá em setembro, para olhar esse derrocamento, para o Ibama conhecer como a gente faz. Então, em Nova Avanhandava, funcionam muito bem essas medidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As pessoas nos questionam: "Mas no Rio Tocantins vai funcionar?". É isto então: o teste piloto vai nos ajudar nesses meses em que a gente vai fazer um derrocamento, assim, vamos dizer, supervisionado, bem restrito, para a gente saber como é que a gente vai adaptar todas essas medidas que são conhecidas na literatura e que funcionam. Mas vai funcionar no Tocantins? Então, nesse teste piloto a gente vai fazer essas mitigações e esses ajustes que forem necessários.

E, por último – e eu já até comentei –, a gente está prevendo programas de mitigação relacionados especificamente à sociedade.

O Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira é muito bom, porque a gente vai entender como a pesca vai ser impactada durante as obras; realmente vai ter um impacto significativo, e esse programa tem a parceria do Ideflor.

O Ideflor é o instituto gestor das unidades de conservação lá do Pará. O Ideflor acompanha os impactos da pesca lá na região. O Ideflor está sendo um parceiro muito importante para o Dnit; a gente tem mantido uma boa relação com o Ideflor, e esse programa vai ser executado em parceria com o Ideflor, porque o Ideflor já faz o monitoramento da pesca na região. Então, a gente vai aproveitar esse conhecimento do Ideflor, essa parceria que o Ideflor já tem com os pescadores, para a gente fazer também o nosso programa.

O Programa de Indenização e Compensação Social, do qual eu já falei. O que a gente não puder mitigar, se não puder controlar os impactos realmente que não forem possíveis de a gente evitar, eles vão ser compensados. Então, o pescador vai receber um valor mensal. Isso está em avaliação ainda pelo Ibama, por isso eu não vou detalhar muito – vamos ver o que o Ibama vai dizer –, mas essa é a proposta. Então, tem esse valor que o pescador vai receber, caso ele não possa pescar.

O Programa de Comunicação Social e o de Educação Ambiental vão ser essenciais nesse processo todo, porque é através deles que a gente vai receber também o que a comunidade quer. "Ah, eu estou sendo impactado e não fui indenizado".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esses programas vão ser muito, muito importantes, eles estão bem robustos, e vai ter um plantão social em que a gente vai receber todas as reclamações e sugestões da população. Isso também está muito bem definido no PBA.

E é isso, gente. Obrigada e desculpem aí o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nós é que agradecemos à Sra. Mariana Vaini de Freitas Daher, que é Coordenadora de Manutenção e Serviços Aquaviários do Dnit. Agradeço pela sua explanação inicial, bem detalhada e muitíssimo esclarecedora.

Daqui a pouco, já vai estar à disposição no telão uma matéria ainda mais grave e mais recente do *G1*, em vídeo, para que os senhores e as senhoras tomem conhecimento deste crime com o Rio Araguaia, em Goiás, além daquele que ainda não começou, mas a informação do Procurador-Geral do Ministério Público Federal, Mário Lúcio de Avelar, é que já está tudo na calada da noite, ou seja, sorrateiramente definido para a inauguração de uma hidrovia no Rio Araguaia.

Com a palavra, agora, o Sr. Bruno de Oliveira Pinheiro, que é Secretário Especial de Estudos e Projetos da Antaq.

Grato pela sua presença. Fique à vontade, por fineza, com o tempo de dez minutos e a devida e obrigatória tolerância.

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom dia, Senador Kajuru, Senador Bene Camacho, Zequinha Marinho, do Pará...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Primeiro, obrigado. Foi o primeiro que falou "Senador Kajuru", porque, senão, parece que é uma reunião de sessão espírita, não é? (*Risos.*)

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só falam Senador, mas quem é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO – O que é isso, Senador? Obrigado.

Em nome do nosso Diretor-Geral, Eduardo Nery, a gente agradece a oportunidade de a Antaq explicar o seu projeto sobre o Rio Tocantins; e também em nome da nossa Diretora Relatora, a Diretora Flávia Takafashi, a diretora desse estudo na Antaq.

Primeiro, Senador, senhoras e senhores, a Antaq hoje estuda a concessão do Rio Tocantins – somente do Rio Tocantins –, não há hoje na Antaq nenhum estudo sobre o Rio Araguaia, isso está no nosso Plano Geral de Outorgas.

Desculpem-me, os óculos são só de perto, aí eu fico... Eu vou fazer um multifocal, minha esposa falou que está ridículo isso, vou fazer um multifocal. É só de perto, eu preciso...

Mas, hoje, na Antaq, a gente tem o nosso Plano Geral de Outorgas Hidroviário, que cita só o Rio Tocantins como o rio estratégico para a gente estudar ali do Madeira, Paraguai... A gente não cita, em nenhum momento, no nosso PGO, nos rios estratégicos, o Rio Araguaia, tá?

Falar depois de Larissa, Edmilson e Mariana é bastante responsabilidade, mas fácil. Eles já falaram a maioria das coisas que eu tinha anotado aqui. Eu vou citar só alguns pontos para esclarecer o nosso trabalho e o trabalho do Dnit, se me permite, Mariana.

A Diretora Larissa comentou sobre a sustentabilidade da hidrovia. O próprio modal hidroviário já é sustentável em si. No Rio Tocantins, a gente tem um potencial de movimentar, senhoras e senhores, 40 milhões de toneladas de carga, isso é 30% do que o Brasil movimenta em todas as suas hidrovias: 40 milhões de toneladas são 1 milhão de caminhões fora das estradas, dá um pouco menos de 100 mil caminhões por mês fora da estrada.

A Diretora Larissa comentou sobre a eficiência de combustível, sobre menos emissão de carbono do modal hidroviário comparando com o rodoviário e o ferroviário. Vou trazer só mais um dado, o dado social, um dado do ministério de transporte dos Estados Unidos, que fez um longo estudo de comparação entre os modais. Se a gente for ver em 1 bilhão de toneladas – toneladas *versus* milhas, está em milhas nos Estados Unidos –, para o modal rodoviário, a gente tem 120 mortes para cada bilhão de milhas que a gente anda nas rodovias, 120 mortes por ano; no ferroviário, 25 mortes por ano e, no hidroviário, 1 morte por ano. Em bilhão, e eu estou falando que o Brasil movimenta 120 milhões; nos Estados Unidos, é um pouco mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvida a parte hidroviária, a gente fala em 1 bilhão. Então, em 1 bilhão, uma morte é trágico, mas, só para comparar, para os senhores e as senhoras, a diferença dos modais socialmente, além do que a Diretora Larissa comentou sobre a parte sustentável.

Falando ainda do projeto do Tocantins, no PPI está qualificado, na Resolução 305, o estudo de Belém do Pará até Peixe, no Tocantins. Mais uma evidência de que a Antaq e o Governo Federal hoje – pode haver mudança de estratégia, mas hoje, no estudo – não há nenhuma intervenção, nenhuma concessão no Rio Araguaia, a Antaq hoje não estuda. Estuda de Belém do Pará a Peixe, no Tocantins.

Falando um pouco do derrocamento, que a Mariana brilhantemente explicou, a gente está tratando, senhoras e senhores, de 35km, como a Mariana e o Edmilson falaram, de derrocamento. Com esses 35km, a gente consegue tornar viáveis 600km de hidrovia para movimentar – repito – 40 milhões de toneladas. Somente uma intervenção de 35km e eu consigo tornar viáveis 600km de hidrovia para movimentar 40 milhões de toneladas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO – Agora, um último ou um penúltimo ponto que eu preciso frisar.

A Diretora Larissa e a Mariana foram muito cuidadosas – não sei se as senhoras e os senhores repararam. A gente sempre chama de "a via navegável do Tocantins", porque o Tocantins hoje e qualquer outro rio brasileiro não são e estão longe de ser uma hidrovia. Senador Zequinha, de acordo a Normam 28, de 2022, da Marinha do Brasil, uma hidrovia precisa, para ser... Um rio, para ser chamado de hidrovia, precisa ter uma característica padronizada para movimentar os comboios, que são as balsas e mais o empurrador, e depois obras de engenharia, sinalização e equipamentos de auxílio à navegação. Não é a Antaq, não é o Ibama, não é o ministério, é a nossa autoridade marítima, a Marinha do Brasil, que diz isso. Hoje eu posso afirmar aos senhores: nenhum rio do Brasil tem isso tudo.

Então, quando a gente fala em licenciamento, a gente fala em licenciamento das obras que o Dnit precisa fazer, para um dia – um dia, esse dia há de chegar, e eu sonho com isso! – a gente ter rios transformados em hidrovias, com as obras de derrocamento, com as obras de dragagem, com a sinalização, com auxílios à navegação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então hoje há uma confusão, não é? E é normal. No mundo legislativo – eu falo das leis, não do Parlamento –, cada um interpreta do seu jeito, mas hoje há interpretações de que a gente precisa licenciar a hidrovia como um todo. Essa interpretação é até verdadeira, Senador Bene Camacho, quando nós tivermos hidrovia: hoje nós não temos hidrovia. Quando nós tivermos hidrovia, com certeza a Antaq, o Ministério de Portos e Aeroportos ou o Dnit serão os primeiros a bater na porta lá do Edmilson, no Ibama, e do Presidente Agostinho, pedindo o licenciamento da hidrovia. Mas hoje é um sonho, um sonho que a gente vai tornar realidade – mas hoje é um sonho.

Então, a gente tem que separar o que é o licenciamento das intervenções, das obras, para um dia chegarmos à hidrovia, do licenciamento da hidrovia.

Senador Kajuru, como eu falei, é muito fácil falar depois desses três colegas brilhantes que falaram. Eu vou deixar meus últimos três minutos para as perguntas, estou à disposição, estou aqui com o nosso assessor parlamentar, o Joelson, e a Daniela, a adjunta dele, à disposição dos senhores, dos demais Parlamentares e das senhoras e senhores, para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu é que agradeço ao Sr. Bruno de Oliveira Pinheiro, Secretário Especial de Estudos e Projetos da Antaq, e também o cumprimento pelas palavras pontuais, também esclarecedoras, para que todos e todas aqui, e especialmente o Brasil inteiro...

E agora chega a informação de que também a rede Novabrasil FM está transmitindo esta reunião, pois é um assunto importante para todos nós, embora às vezes, Senador Bene – que está aqui –, haja Parlamentar que nem conhecimento sobre meio ambiente tem e muito menos preocupação. Isso é muito triste, especialmente neste momento que vivemos em relação ao meio ambiente, às queimadas, a tudo.

Eu gostaria de pedir rapidamente a compreensão de vocês para que vocês vejam este vídeo recentíssimo do G1 sobre a maior riqueza do Estado de Goiás e uma das maiores do Brasil, o Rio Araguaia.

No telão, manda pro ar. (*Pausa.*)

A Secretaria vai providenciar. É muito competente a nossa Secretaria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à execução de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, primeiro, parabéns ao G1 Goiás. Esta denúncia foi feita por mim, 15 dias antes desta reportagem, entregue nas mãos do Promotor Fernando Krebs, do Ministério Público Estadual de Goiás. Já há algum tempo, eu vinha investigando, até porque tenho a minha carreira prazerosamente de jornalista investigativo, estou completando agora 50 anos de carreira nacional na televisão brasileira.

Querido e preparado Senador Bene Camacho, saiba que Goiás tem 20 Parlamentares aqui no Congresso Nacional: 17 Deputados Federais e três Senadores. Eu fico impressionado, nenhum Parlamentar tem a menor preocupação com este crime que foi colocado por alguns que falaram nesta reportagem, tratando este caso como crime. E ninguém sequer quis entrar, eu convidei os Parlamentares para que me acompanhassem nesta denúncia. Eu trabalho no plural e não no singular.

Fiquei sozinho e não consigo entender se é *lobby*, se é relacionamento com empresários, porque eu, inclusive, fui processado por um empresário de Limeira, no interior de São Paulo, que é o que mais roubou água até hoje no Rio Araguaia. Fui defendido pelo excelente advogado Dr. Kakay e, graças a Deus, ganhei o processo.

Eu só gostaria de pedir ao Bruno aquela imagem aqui. O Bruno, Mariana, falou assim: "Senador Kajuru, como é que podem acabar com essa beleza?".

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO (*Fora do microfone.*) – Do rio, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Do rio. Ele deixou claro que não era ele, e, evidentemente, eu tinha certeza disso, não é? (*Risos.*)

É o mesmo que dizer que eu sou bonito. Então, o feio é isso que está acontecendo.

E eu, rapidamente, pergunto aos senhores, para a gente seguir aqui, nesta oportunidade extrapauta: as senhoras e os senhores ficaram aturdidos com essa reportagem ou os senhores e as senhoras tinham conhecimento disso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIANA VAINI DE FREITAS DAHER (*Fora do microfone*.) – Eu fiquei preocupada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A Dra. Mariana disse que ficou preocupada. "E muito", ela falou. O senhor também?

O SR. EDMILSON COMPARINI MATURANA (*Fora do microfone*.) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O senhor sabia ou não?

O SR. EDMILSON COMPARINI MATURANA – Não, eu sou do setor de licenciamento e não acompanho a fiscalização. Provavelmente, os setores do Ibama relativos à fiscalização devem ter conhecimento disso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sr. Bruno, por gentileza.

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO – Não tinha, não tinha conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não tinha.

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO – ... Senador Kajuru, dessa reportagem desse dreno que estão fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, agora, com a palavra, o Sr. Alberto Akama, que é pesquisador titular do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Por fineza, fique à vontade, agradecidíssimo pela sua presença. O tempo é de dez minutos, com a devida tolerância.

E abraço aqui o senhor, através do meu amigo, Procurador do Ministério Público Federal, Mário Lúcio de Avelar, também nos acompanhando pela TV.

Fique à vontade, Sr. Alberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALBERTO AKAMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, senhoras e senhores. Bom dia, Senador Jorge Kajuru.

Agradeço o convite.

Eu tenho algumas coisas para falar em relação ao processo de licenciamento em si e também ao impacto um pouco maior que foge da gama do licenciamento e que, em geral, é ignorado no processo de licenciamento.

Então, primeiramente, eu gostaria de dizer que as falas do Bruno, da Mariana e da Larissa em relação ao licenciamento dessa obra se atêm justamente aos pontos fortes, às coisas bonitas que se podem falar sobre uma hidrovia, e obscurecem os pontos negativos da hidrovia.

Antes de entrar nessa discussão, eu vou falar um pouquinho sobre o licenciamento, porque o licenciamento inicial que foi feito da hidrovia foi um documento muito ruim, e aí as pessoas reclamam que o licenciamento atrasa o desenvolvimento do Brasil. Eu já fiz vários EIA-RIMAs de várias hidrelétricas e de várias coisas sobre os quais não interessa discutir e nem apresentar agora, mas nenhum deles foi atrasado por problemas de licenciamento, porque toda a equipe técnica responsável agiu de maneira ordeira e correta, e o processo de licenciamento não atrasou nenhuma obra. Então, a maior parte das obras que têm atraso, em geral, é porque o processo de licenciamento começa de maneira tortuosa. E esse foi o caso desse processo em especial. Havia vários problemas no EIA-Rima que as pessoas que citei agora não mencionaram. E ainda há pontos muito ruins.

O Edmilson fala sobre o teste piloto. Esse teste piloto – e a Mariana falou: "Ah, a gente vai realizar afugentamento e tal..." – não satisfaz para mim, como especialista em ictiofauna. A gente precisa fazer uma telemetria dos peixes durante o processo desse teste piloto, que não está mencionada. Esse afugentamento por bolhas não vai funcionar, porque, quando você afugenta esses peixes que ocorrem nesse pedral, em geral, o que eles fazem é entrar mais a fundo nas locas, a maior parte desses cascudos. E eu acho que existem várias questões não atendidas ainda no licenciamento prévio. Não vou falar dos vícios do licenciamento, porque não é necessário. A gente já sabe dos vícios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério Público Federal do Pará, através do Dr. Sadi Flores, que está aqui presente hoje também, já fez, na semana passada, uma ação, ACP, questionando o licenciamento.

Ainda assim, eu vejo que é importante mencionar algumas coisas que não são mencionadas no processo do licenciamento, porque fogem ao escopo do licenciamento, do próprio processo do licenciamento.

Quando a gente vê esse dreno na região de Aruanã, a gente acha que não tem relação direta com uma hidrovia, mas tem a ver, porque, quando você tem uma hidrovia, você tem uma maneira de escoar a produção de maneira mais barata. Então tudo que foi falado aqui pelo pessoal que defende essa hidrovia, ou essa via, na verdade, como foi colocada, é de maneira a falar das benesses. Das benesses para quem? Então a pergunta que fica é: para quem é feita essa obra? É para o povo brasileiro ou é para produtores e mineradores?

Além disso, fica claro que não há um estudo, por exemplo, mais compreensivo sobre os impactos gerais causados numa determinada macrorregião. Então, quando a gente vê a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que trabalha para o Ministério de Minas e Energia – agora eu já nem sei mais como é o ministério –, a gente tem as avaliações ambientais integradas de uma área onde você faz o planejamento do que vai ser feito em relação à produção de energia hidrelétrica. Aqui na Antaq eu não consigo verificar isso, porque a gente tem...

Ontem houve uma notícia da Ferrovia Greenfield, que ligaria Marabá a Barcarena, justamente para carregar grãos. Então, você está querendo fazer vias multimodais nessa região e colocar mais capacidade de escoar a produção, e favorecendo quem?

Uma coisa que preocupa na fala do Sr. Bruno, da Antaq, é que a gente fala de dias navegáveis. Então, Tapajós hoje é a maior via navegável utilizada para o transporte de grãos. E tem vários portos ilegais ali. Então, quando a gente não tem uma definição de quem deve ordenar o modal, a gente começa a ter várias ações individuais justamente que favorecem, no caso do Rio Tapajós, a Cargill. Então, a gente tem portos que vão ligando até Santarém, onde tem o porto da Cargill, de onde os navios saem para o resto do planeta, carregados de soja e outros grãos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa mesma linha de pensamento, ele fala: "Ah, não, a nossa hidrovia é só do Tocantins". Por quê? Porque isso é uma questão recentíssima, que é do leilão da Eletrobras, em que foi colocado que dinheiro para a hidrovia viria da Eletrobras. Por isso que não se manifesta nada sobre o Araguaia em si; mas o Araguaia em si é navegável na época da cheia. Aí a gente vai ter, então, quem está fiscalizando essa navegação, quem está ordenando essa navegação. Esses são pontos fracos que causam impactos, principalmente para os ribeirinhos, e são muitos ribeirinhos. Nessa região, nesse pequeno trecho que eles falam, que é de 212km só, existem muitos ribeirinhos que já foram impactados pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

A Larissa ainda inverte um pouco a ordem de pensamento quando... Ela não está aqui, mas ela fala que isso vai permitir a eclusa funcionar e vai ajudar a Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Não, ninguém da Usina Hidrelétrica de Tucuruí quer a eclusa; na verdade, ela foi imposta. A eclusa rouba água para a produção de energia. O que aconteceu foi que foi investido um enorme valor para a construção dessas eclusas – são duas eclusas, na verdade, não uma eclusa só, são duas eclusas que funcionam em conjunto –, para poder fazer a transposição do Lago de Tucuruí para a região abaixo e vice-versa. E isso é um desperdício, uma obra onerosa que não funciona, porque não tem portos abaixo, não tem um porto nacional que nem em São Luís, um porto federal abaixo, e não tem um porto em Marabá.

Então, é isso que... Parece-me que há uma certa desorganização, uma falta de planejamento estratégico em que se constroem as coisas fatiadas, não sei se a propósito ou por decorrência da fonte de financiamento, mas o que me parece é que não há uma coordenação e não há uma preocupação com os impactos globais que uma obra de 212km pode vir a causar a um contingente de pessoas enorme, que vai desde o Goiás... Sim, vai do Goiás. Essa obra do trecho de Marabá a Barcarena vai favorecer o setor do agro, vai favorecer grandes empresas, como a Cargill, vai favorecer talvez mineradoras que estão aí na região. Então, a grande pergunta é: essa obra é para quem e para quê?

Uma última coisa que eu tenho para falar sobre isso é que, para essas obras de derrocamento iniciais, para esse teste piloto, ainda faltam medidas de monitoramento mais precisas, que seriam a telemetria de cada um dos peixes que está ali, marcar os peixes, fazer essa marcação e acompanhar o que acontece com esses peixes após um derrocamento. Eu já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garanto que esse afugentamento por bolhas é uma medida mais fosfórica, mais "para inglês ver", e infelizmente a gente ainda tem vários pontos a serem respondidos.

E esses três ou quatro meses que o Ibama tem para analisar o novo documento que foi apresentado... A gente já deu uma olhada, eu e a Profa. Cristiane demos uma olhada nesse documento, é um documento enorme, são milhares de páginas, e tem pouco tempo para serem analisadas. E aí fica de novo a pressão sobre o Ibama: "Ah, eles são muito lerdos para analisar esses documentos!". Não. São muitos, muitos, muitos, muitos, muitos pontos a serem observados nesses documentos, e isso na verdade não é um atraso, é um serviço que o Ibama presta para a sociedade. Infelizmente algumas pessoas tendem a entender que isso é um atraso do desenvolvimento, mas o desenvolvimento é para quem e para quê? Essa é a minha última pergunta e questionamento para todos aqui conosco.

Muito obrigado, Senador Jorge Kajuru. Agradeço imensamente a oportunidade de fala.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Quem agradece somos todos nós. Fiquei encantado com as suas informações, com os seus comentários, para que todos possam ter conhecimento, Sr. Alberto Akama, pesquisador titular do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Além de já ter registrado aqui a presença e falado das qualidades do Senador maranhense Bene Camacho, quero agradecer aqui, neste momento, a uma Senadora que conheci recentemente, do amado Estado do Mato Grosso – sou admirador pela sua sensatez –, a Senadora Rosana Martinelli, agora sabendo também da sua preocupação com o meio ambiente, que deve ser uma das suas causas e de suas bandeiras. Seja bem-vinda. Daqui a pouco, vocês terão direito de comentários, perguntas aos nossos convidados.

A penúltima deles é agora a Sra. Cristiane Vieira da Cunha, que é Docente na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Agradecemos a sua presença para a sua colaboração neste debate, nesta audiência pública. Fique à vontade, por fineza, com o tempo de dez minutos e a devida e obrigatória tolerância.

Sra. Cristiane.

A SRA. CRISTIANE VIEIRA DA CUNHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento a mesa, na pessoa do Senador Jorge Kajuru.

É uma satisfação estar aqui, infelizmente discutindo um tema que muito nos afeta – a mim também, enquanto moradora deste território.

Eu tenho uma apresentação, se puderem colocar. Ela vai explanar um pouquinho sobre o que eu vou falar. Vou tentar usar os meus dez minutos.

Pode passar.

Eu trouxe alguns pontos dentro dessa apresentação.

Primeiro, é preciso a gente ter a compreensão de que o projeto não é a Hidrovia do Tocantins nem é o trecho da Vila Tauiry, esse Trecho 2, que vai da Vila Tauiry à Ilha do Bogéa. É um projeto de hidrovia chamado de Hidrovia Araguaia-Tocantins. Então, o temor de falar sobre... Tem gente que vai falar assim: "Nós não estamos pedindo o licenciamento da hidrovia como um todo". Temos a compreensão disso. A licença prévia foi concedida para Marabá até Baião e a licença de instalação está sendo pedida para ir para o Trecho 2, que é da Tauiry até a Ilha do Bogéa, mas isso é fragmentado. É preciso ter em mente que esse projeto é um projeto fatiado, que está articulado também com outros grandes projetos da bacia, como, por exemplo, a própria Hidrelétrica de Marabá, a já construída Hidrelétrica de Tucuruí e um projeto que está arquivado, mas que, vira e mexe, está na boca de alguns políticos e dos empresários, que é a Hidrelétrica de Santa Isabel. Tem um mapa no próximo eslaide...

Pode passar.

Isso é para ter uma dimensão do que é esse projeto e de que nós estamos falando, sim, de um recorte dele, de um pedido de licença e instalação nesse momento, mas ele é um projeto muito mais amplo e envolve, sim, o Rio Araguaia – pode não envolver neste momento para as licenças específicas, mas ele envolve. É tanto que o projeto já foi cancelado, anulado, debatido em outros momentos na história. Está muito bem explanado, por exemplo, na ação civil pública que posteriormente, acredito, o Dr. Sadi, vai explanar um pouco mais, não é?

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O outro ponto que eu trago é que é preciso ter a compreensão de que a gente está falando sobre impactos sistemáticos em toda uma bacia. Precisamos ter essa compreensão de que os impactos diretos, inclusive da licença prévia, extrapolam o que a própria licença prévia pediu, que seria de Marabá até Baião; mas nós precisamos compreender que é de Marabá até Barcarena, e que os impactos diretos não são só no Trecho 2, que é o trecho de derrocamento, que é de Tauiry a Ilha do Bogéa. Portanto, todos os municípios, todas as comunidades no trecho precisam ser consideradas no processo de licenciamento, porque todas vão ser impactadas diretamente dentro desse contexto.

Pode passar, por favor.

E aí, novamente, eu trago um mapa, para que os que estão nos acompanhando possam compreender um pouco sobre o que foi a licença prévia, não é? Então, a licença prévia foi concedida de Marabá até Baião; está aí, desses numerozinhos, até o nº 9, que foi onde teve as audiências públicas em 2018, em Marabá, Nova Ipixuna, Itupiranga, Tucuruí e Baião. Todos os outros municípios, que são Mocajuba, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Abaetetuba e Barcarena, não estão sendo considerados. Eles nem foram citados no processo de licenciamento e estão sendo ignorados. Essas comunidades têm sido, sistematicamente, invisibilizadas nesse projeto da Hidrovia Araguaia-Tocantins, sem falar no projeto como um todo, que é a bacia. Não é só esse trecho, e eu gostaria de enfatizar isto – o Prof. Akama também já enfatizou isso –, como esses impactos sistêmicos podem impactar a vida das pessoas, a forma desse lugar, a dinâmica de sobrevivência dessas famílias.

Pode passar.

Um outro ponto que eu trago para a nossa reflexão aqui é que precisamos ter a compreensão de que essas comunidades ribeirinhas tradicionais são muito mais do que aquelas que foram apresentadas no EIA, que teve muitas falhas, que teve muitos vícios e que continua tendo no processo de complementação. Então, quem nos antecedeu na fala falou: "Todas as complementações foram cumpridas". Não foram, todas as complementações não foram cumpridas. E falando, por exemplo, da identificação das comunidades, tem muita comunidade que não foi identificada, nem mesmo nesse diagnóstico socioambiental participativo, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novamente está cheio de vícios, novamente está cheio de falhas. Foi apresentado agora o relatório em julho, há pouco mais de um mês.

Pode passar.

Só para a gente comparar, por exemplo, nós estamos falando... Aí é outro mapa. Esses dois mapas foram produzidos dentro dos relatórios da própria empresa, Dnit e DTA. Nós temos um primeiro mapa que está apresentado dentro do EIA, que apresenta aí os diferentes trechos. Esse mapa também já foi utilizado em apresentações anteriores. É enfatizado que o que está sendo licenciado é esse Trecho 2, porque sobre esse Trecho 2, lá no EIA, falava-se que era de Itupiranga a Ilha do Bógea. Agora, o Trecho 2 mudou de Vila Tauiry para Ilha do Bógea. Então, comprimiu ainda mais.

E esse mapa que está aqui, na minha visão, à direita é o novo mapa do Dsap, onde estão pontuadas as comunidades que seriam ou que estariam... que estão dentro da área de impacto direto. Novamente enfatizo que existem muito mais comunidades nesse trecho.

Então, eu fico me perguntando sobre as pessoas que falam... E algumas, inclusive, já vieram ao território e sabem. Inclusive, teve uma fala assim: "O rio é muito largo". E aí eu fico... Acho que foi a Larissa que falou: "O rio é muito largo. A gente só vai derrocar um pedacinho dele". Eu convido a vir no período da seca para saber se o rio realmente é largo para poder passar um comboio de 100m de largura. É justamente esse canal que vai ser derrocado e é o canal que os pescadores utilizam, e é o próprio canal que as crianças utilizam para poder ir para as escolas, porque existem muitas comunidades ribeirinhas em escolas dentro desses trechos.

Pode passar, por favor.

Essa, por exemplo, é uma visão de um mapeamento que foi feito pelas comunidades. Está aí, inclusive, o logotipo da Associação da Comunidade da Vila Tauiry.

Então, só a Vila Tauiry conseguiu fazer esse mapa, pontuando 23 comunidades, e ainda colocaram apenas as comunidades que integram o coletivo e que estão dentro do protocolo de consulta dessas comunidades; 23 comunidades. O Dsap que foi feito agora, no ano passado, e este ano, cujo relatório foi apresentado em julho, pontua 11, sendo que, dessas 11, nem todas são comunidades, são pontos de referência. Basta vir ao território para poder conhecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Por exemplo, esse aí é o mapa produzido no Dsap. Então, identificaram apenas 11 comunidades, sendo que muitos desses pontinhos aí não são comunidades, são apenas pontos de referência. Então, novamente, o Dsap está cheio de vícios, a complementação está cheia de vícios, está falha e está incompleta.

Pode passar.

É preciso ter a compreensão de que o EIA e as suas complementações estão cheios de erros, de vícios, de falas discriminatórias e também de violações de direitos. Por quê? Porque lá, tanto no EIA como, agora, na complementação, em vários outros documentos que são soltados pelo Dnit, pela DTA e pelo Ibama – que é o que mais me assusta –, estão veementemente dizendo que as comunidades não são tradicionais. Colocam lá que comunidade tradicional é apenas comunidades indígenas e comunidades quilombolas, sendo que... Qual a definição de uma comunidade tradicional? Ela é autodeclaratória. Então, as comunidades se autodeclaram como comunidades tradicionais, e isso não tem sido respeitado. Recusam-se a realizar a consulta livre, prévia e informada de boa-fé que o Ministério Público já recomendou diversas vezes e que recomenda novamente, pontua novamente, nessa ação pública que está aqui.

Peço licença ao Senador para eu poder continuar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Fique à vontade.

A SRA. CRISTIANE VIEIRA DA CUNHA (*Por videoconferência.*) – Falta pouquinho.

Então, pode passar.

Essa obra vai impactar a vida e a fauna no Rio Tocantins. Por exemplo, eu trago dois mapas aí.

Pode passar.

Esse mapa que segue – pode passar – é sobre o monitoramento da pesca que a universidade, em parceria com as comunidades, vem desenvolvendo lá naquele território. Então, todas essas áreas aí são áreas de pesca. O Dnit, a empresa e o Ibama sabem dessas áreas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesca? Não, porque não fizeram monitoramento de pesca, porque colocaram o Dsap como um recurso para fazer diagnóstico pesqueiro, e ele não contemplou isso. O Dsap entrevistou 600 pessoas – seiscentas e algumas frações, não lembro de cabeça –, mas uma coisa de que eu me lembro benzinho de cabeça é desse relatório: 341 pessoas entrevistadas no Dsap são lá do núcleo urbano de Itupiranga – do núcleo urbano de Itupiranga. Elas não são de dentro desse território pesqueiro; algumas utilizam esse território pesqueiro.

As que foram entrevistadas falaram que utilizam o pesqueiro que está fora, inclusive, dessa área de impacto direto, que foi pontuada aí nesse pedido de licença de instalação. Então, isso é só para que vocês possam ter uma ideia de que esse território é utilizado – e é muito utilizado – pelos pescadores da região, que dependem desse território para sua renda, para sua sobrevivência, para sua alimentação e a de suas famílias, sem falar de outras relações que existem aí com o rio.

Passe ao último mapa. Eu acho que já estou finalizando.

Ah, tem esse... Esse daí eu fiz recentemente. Ele nem está finalizado, mas foi de uma visita que eu fiz às comunidades no Baixo Tocantins. Também essa em vermelho, que vocês estão vendo, é a via da hidrovia; lá o pontinho amarelo seria Barcarena, já próxima ao porto; e essas bolinhas são territórios de pesca por onde a hidrovia vai passar, dentro de acordos de pesca. Então, nós temos inclusive uma política de Estado sobre acordos de pesca, sobre fortalecimento de acordos de pesca no Baixo Tocantins, e as barcaças vão passar destruindo a vida de milhares de pessoas, mas também destruindo um processo organizativo de muito esforço de pescadores dessa região do Baixo Tocantins, que são os acordos de pesca.

Pode passar.

E aí de fato vai ser o último mapa.

Pode passar mais um.

Esse, por exemplo, é um monitoramento de quelônios que a gente faz na região. Foi falado assim: "Nós cumprimos todas as complementações". Não foi complementado. Em lugar nenhum, nem no EIA que foi apresentado em 2019, nem nas complementações que fizeram, nem nessas outras que fizeram agora e apresentaram em 2024, tem um mapa sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

distribuição das praias de nidificação de quelônios, tartaruga-da-amazônia e tracajá. A tartaruga-da-amazônia já foi considerada praticamente extinta dentro do Lago de Tucuruí.

Existe um projeto hoje, o Projeto Quelônios, do sudeste do Pará, que tenta recuperar essas populações de quelônios na região. Esse mapa é o mapa do Projeto Quelônios, onde se tem algumas bases de manejo e que, de fato, não são nem citadas no processo de estudo que a empresa faz.

A empresa nunca fez isso, a empresa nunca fez um monitoramento de pesca, ela não sabe onde estão os territórios de pesca, porque o Dsap não dá conta disso, e a empresa também nunca apresentou um mapeamento sobre como a navegação vai impactar a vida também da fauna de quelônios nessa região, que é uma fauna que está ameaçada de extinção.

Terminei aqui a minha apresentação, mas eu gostaria de enfatizar uma coisa de uma fala que eu acho que foi do Bruno, em que ele falou assim: "Nós queremos licenciar esses 35km, porque esses 35km vão tornar viáveis mais de 600km de hidrovia". Isso é uma farsa! Por que isso é uma farsa? Porque nós temos, acima do Pedral de Lourenção, o Pedral de São João, e não tem barcaça que dê conta de passar no Pedral de São João. Para uma barcaça passar lá, vai precisar... Daqui a pouco, quando licenciar essa obra, vão começar o processo para licenciar a Hidrelétrica de Marabá, porque são projetos que estão conectados. E, quando se licenciar o projeto de Marabá, aí vai falar assim: "É só para poder passar a hidrovia". Aí vão querer abrir o processo da Hidrelétrica de Santa Isabel. São projetos que estão articulados, e não é falado isso para a população em geral, para dizer que são só 35km e que é só uma pedra no meio do caminho, sendo que são mais de 1 milhão de metros cúbicos de rocha que vão ser derrocados só nesses 35km.

É isso. Muito obrigada pelo convite, pela oportunidade. Desculpe por ter estendido um pouco mais do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não tem que pedir desculpas de forma alguma, Sra. Cristiane Vieira da Cunha, docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E parabéns pela sua riquíssima explanação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O último convidado nosso, para depois iniciarmos as perguntas e os comentários dos Senadores presentes, Bene, Zequinha, Rosana... E aviso aqui que esta é a audiência pública mais vista até hoje que eu comandei. E, nesses cinco anos e meio de mandato, eu comandei mais de 30. Nós já estamos com mais de 200 perguntas e, graças a Deus, uma audiência extraordinária, especialmente nos Estados de Goiás, Tocantins e Pará.

O último, para fazer a sua explanação de 10 minutos, com a devida tolerância, é o Sr. Sadi – ou Sadi, me perdoe – Flores Machado, que é Procurador da República e Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Pará do Ministério Público Federal. Eu creio, Sr. Sadi, que o senhor seja amigo do meu amigo e irmão, Procurador Federal do Ministério Público Federal do Estado de Goiás, Mário Lúcio de Avelar.

Fique à vontade, por fineza.

O SR. SADI FLORES MACHADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

Bom dia, Senador Jorge Kajuru, na pessoa de quem eu cumprimento as demais autoridades e os convidados aqui presentes.

Eu venho em nome do MPF elogiar a iniciativa de realização desta reunião pública.

Como bem apontado no seu requerimento, Senador Kajuru, o Rio Araguaia e o Rio Tocantins são patrimônios naturais essenciais para o sustento, a sobrevivência e viabilidade da vida de um número expressivo de povos indígenas, quilombolas, pescadores, comunidades ribeirinhas. Essas pessoas têm uma relação orgânica com o rio.

Na audiência pública que nós fizemos em Tucuruí, em novembro do ano passado, uma menina quilombola de 11 anos, a Yasmin, se dirigiu ao Dnit e ao Ibama e disse: "Parem de nos matar! Vocês não são donos do rio". Essa afirmação é muito interessante porque, de fato, essas comunidades não possuem o rio, elas são parte dele.

De fato, o MPF vem acompanhando, há décadas, a partir das demandas da sociedade, dos pescadores, dos indígenas, dos quilombolas, as tentativas de intervenção na Bacia Hidrográfica Tocantins-Araguaia. Essas iniciativas remontam à década de 90. E já nos anos 2000 foram propostas diversas ações judiciais questionando o fracionamento ilegal do licenciamento para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

implementação da hidrovia. Nós também instauramos inquérito civis, apuramos irregularidades e inconsistências ao longo do licenciamento sob o enfoque socioambiental. A nossa atuação no caso é técnica e respaldada democraticamente pelas demandas da sociedade. Hoje nós temos no MPF uma verdadeira frente de trabalho que está debruçada nessas apurações.

Gostaria inclusive de cumprimentar e saudar os meus colegas, aqui, na pessoa do assessor Rodrigo Magalhães de Oliveira, que tem nos auxiliado incansavelmente nesse trabalho.

Em novembro do ano passado, além de um seminário técnico em que nós pudemos ouvir especialistas e professores – a Prof. Cristiane e o Prof. Alberto Akama estavam presentes –, eles nos apresentaram os potenciais impactos da hidrovia a partir dos seus achados científicos e isso nos preocupou imensamente. Os dados científicos apresentados pelos pesquisadores não correspondem àquilo que nós observamos constar no licenciamento. Esses estudos nos mostram exatamente as omissões existentes nesse procedimento.

Além do seminário técnico, nós fizemos audiências públicas em Marabá e Tucuruí, além de visitas técnicas nas comunidades. Então, a partir dessas apurações, da documentação juntada nos inquéritos civis, dos achados científicos dos pesquisadores especialistas e também das demandas colhidas da sociedade civil nas audiências, é que nós ajuizamos, no último dia 16 de agosto, uma ação judicial em face do Ibama, do Dnit, da Funai e do Incra e solicitamos, em síntese – o meu tempo é curto, eu tenho aqui o desafio de sintetizar o que é bastante complexo, mas, em síntese, nós solicitamos –, a nulidade da Licença Prévia 676/2022. Essa ação tramita na 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará e o acesso à petição inicial é público, pode ser conferido no sítio eletrônico do Ministério Público Federal no Pará.

Considerando então o tempo à disposição que eu tenho, há três aspectos que eu considero fundamentais e gostaria aqui de destacar. O primeiro deles, que é muito importante, sobretudo sob a perspectiva da atuação do Ministério Público Federal, é a absoluta ausência de consulta prévia livre e informada, prevista na Convenção 169 da OIT.

A Mariana anteriormente afirmou que o Dnit bateu um papo com as comunidades e com os pescadores. Bater um papo não é consultar. A consulta prévia, livre e informada deve ser aplicada sempre que uma medida administrativa do poder público possa afetar povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Até o momento, essas consultas não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocorreram e o grande problema é que elas deveriam ser prévias à própria concessão da licença. Sem a consulta pública, sequer as audiências públicas ambientais, que são previstas na Constituição, poderiam ser realizadas, porque a consulta presume, inclusive, a possibilidade de a comunidade rejeitar o projeto. Isso não aconteceu. A consulta não foi prévia, não houve informações, as comunidades, nas audiências públicas, demonstraram um grande desconhecimento, muitas dúvidas a respeito desse procedimento e isso ficou muito claro. As audiências públicas comprovaram esse ponto.

O Dnit e o Ibama, além disso, negam que as comunidades ribeirinhas devam ser consultadas. Ora, o procedimento de consulta deve ser garantido não só para indígenas e quilombolas, mas também às comunidades ribeirinhas, com base no critério do impacto que elas vão sofrer e não no critério da localização. É importante esclarecer que impacto, na concepção adequada, no entendimento do MPF, tem a ver com o uso tradicional da calha principal do rio para a prática da pesca, da navegação. Então, em todas as comunidades que usam o rio de modo tradicional para a prática da pesca e navegação – e a gente tem um sem número de pessoas em vários estados, não só no Pará, que se valem da Bacia Hidrográfica Araguaia-Tocantins –, o impacto deve ser, portanto, considerado desse modo, independentemente de a área de habitação estar ou não inserida nas áreas de interferência, bem como independentemente de seus territórios estarem demarcados ou titulados pelo Estado. O que está sendo utilizado nesse licenciamento é o critério da localização. Esse é um critério que estipula limites lineares de distância do território da comunidade em questão para o reconhecimento do impacto.

E aí, eu entro no meu segundo ponto aqui, ainda dentro dessa perspectiva da ausência de consulta... desculpa, no segundo ponto eu quero destacar, para além da consulta, a dispensa indevida do licenciamento para a fase de operação da hidrovia. Em 2013 – e não em 2018, como foi afirmado pelo Ministério de Portos –, o Dnit promoveu uma alteração formal do licenciamento. Antes, ele contemplava a integralidade da operação da hidrovia. A partir de 2013 – e as autoridades que me antecederam não negam isso –, a operação da hidrovia deixou de ser o objeto licenciado, e o licenciamento passou a se restringir às obras de dragagem, que é a retirada de bancos de areia, e de derrocagem ou derrocamento, que é a retirada de rochas da via navegável do Rio Tocantins. É importante que esse ponto fique claro. A dispensa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

licenciamento da hidrovia como um todo exclui completamente diversas regiões que seriam potencialmente ou que serão potencialmente afetadas da Bacia Hidrográfica Tocantins-Araguaia.

E aí, Senador Kajuru, de fato, esse fatiamento faz com que os impactados dos Estados de Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins não tenham qualquer tipo de consideração, não sejam considerados no licenciamento. A consequência é que essas regiões vão sofrer impactos no funcionamento do canal de navegação que não foram inseridos na matriz de impactos do EIA. Esses impactos, portanto, não vão ser monitorados, não vão ser mitigados e muito menos compensados pelo Dnit ou pelo empreendedor.

Aqui reforço a fala do Dr. Alberto Akama no sentido de: para quem são esses benefícios? Haverá um impacto que vai ser sofrido por todas essas comunidades que não estão sendo consideradas, a pretexto, portanto, de que o licenciamento apenas engloba a derrocagem do pedral. O artifício do Dnit aqui, portanto, foi fatiar o licenciamento da hidrovia, tratando como mera derrocagem e dragagem um trecho do Rio Tocantins, quando a gente sabe que, na verdade, a hidrovia vai operar e funcionar impactando um trecho muito maior.

E o terceiro ponto – esse é um ponto mais técnico que a Profa. Cristiane e o Prof. Alberto também já abordaram, então vou falar rapidamente –, que nos preocupa imensamente, é a ausência de viabilidade socioambiental do empreendimento, com destaque para a precariedade do diagnóstico da atividade pesqueira. O MPF, no Pará, tem um histórico relevante de atuações envolvendo grandes empreendimentos. O caso da Hidroelétrica de Belo Monte talvez seja o exemplo mais emblemático, cerca de 30 ações civis públicas ajuizadas, e o MPF acompanha desde o início. E um traço comum a esses grandes empreendimentos na Amazônia é que os impactos socioambientais são sempre subestimados por ocasião dos licenciamentos. Há uma subnotificação, seja com o intuito de baratear os custos, seja através da aplicação desses entendimentos restritivos sobre quem deve ou não ser consultado.

Esse caso não é diferente. Os próprios analistas do Ibama destacaram que o Dnit não atendeu a diversos estudos exigidos quanto ao meio físico, ao meio biótico e, aqui nos interessa bastante, ao meio socioeconômico. Mesmo sem esses estudos, ao emitir a Licença Prévia 676, o Ibama dispensou a realização do monitoramento do desembarque pesqueiro durante um ciclo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hidrológico completo. Esse monitoramento seria indispensável para a constituição do chamado marco zero do licenciamento, que possibilitaria então a identificação futura e a mensuração dos impactos sobre a pesca.

A pesca, como já referido aqui, é a principal fonte de subsistência e de renda dessas comunidades, inclusive aquelas que foram visitadas e ainda assim consideradas por ocasião do procedimento. Então, é a principal fonte de subsistência dessa comunidade, a segurança alimentar dessa população depende disso. E, sem mensurar adequadamente os impactos sobre essa atividade pesqueira, obviamente vai ser inviável a valoração econômica desses danos. Portanto, em decorrência disso, vai ser inviável a compensação dos prejuízos que os pescadores e pescadoras vão suportar nas suas vidas.

Exatamente quais e como as espécies aquáticas vão ser afetadas? Qual vai ser a redução estimada da atividade produtiva pesqueira?

Eu peço licença para finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pode ficar à vontade.

O SR. SADI FLORES MACHADO (*Por videoconferência*.) – Qual será a redução estimada da atividade pesqueira em decorrência da perda e alteração dos hábitats aquáticos? São perguntas que não podem ser respondidas sem o monitoramento adequado da atividade da pesca.

Então, em síntese – uma síntese breve –, sem um diagnóstico adequado que dimensione os impactos, e esse dimensionamento tem que ser prévio, especialmente sobre a pesca e sobre o impacto nas espécies aquáticas, ictiofauna, não é possível considerar um empreendimento viável sobre o aspecto socioambiental. Essa é a conclusão do Ministério Público Federal que está sendo veiculada nessa ação judicial.

E aqui, mais uma vez, quero destacar o caráter técnico da nossa atuação. Baseados em dados científicos, nós tivemos esse cuidado ao longo de todas as apurações, e, de fato, a ação judicial só foi proposta no momento em que nós tínhamos todos os dados científicos à nossa disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, com isso, agradecendo novamente o convite ao MPF para se fazer presente, também agradecendo ao colega Mário e ao Rodrigo que indicaram o meu nome, eu queria conclamar aqui a Comissão de Meio Ambiente do Senado a se unir ao Ministério Público Federal na fiscalização desses órgãos e entidades públicas, requisitando esclarecimentos sobre essas deficiências técnicas do licenciamento. Essas deficiências estão minuciosamente apontadas na inicial da nossa ação judicial. A íntegra do seminário e das audiências públicas também está disponível no canal do MPF no YouTube, do MPF Pará, e a ação pode ser acessada no *site* do MPF Pará, para todos e todas que tiverem interesse nisso.

Com isso, eu agradeço e me coloco à disposição também para eventuais perguntas e desejo um bom encerramento a todos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, quem agradece somos todos nós, Sr. Sadi Flores Machado, Procurador da República e Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Pará do Ministério Público Federal. Sua explanação foi preciosa e eu já tinha certeza, em função da recomendação do seu nome feita pelo nosso amigo em comum, Procurador Federal de Goiás Mário Lúcio de Avelar.

Bem, eu vou agora, com o maior prazer, primeiro, agradecer a presença deste tripé de Senadores preparadíssimos para esta pauta e que fizeram questão, mesmo nesta semana de sessões semipresenciais, quando o Senador não é obrigado a estar aqui em Brasília, pode ficar em seus estados, cuidando de eleições municipais, de participar desta audiência pública: do Maranhão, o Senador Bene Camacho e, do Pará, o meu querido amigo Senador Zequinha Marinho...

E eu peço licença aos dois para que permitamos, primeiro, a palavra da Senadora do Mato Grosso, a sensata Rosana Martinelli. Sabem por quê? Porque os homens são importantes, mas as mulheres são essenciais, o.k.? (*Risos.*)

Senadora Rosana.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Muito obrigada, Presidente. Parabéns pela liderança, pela audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos nós brasileiros estamos preocupados com o meio ambiente, mas também com o desenvolvimento do nosso país. E nós sabemos de inúmeros projetos que o Governo atual tem colocado no PAC e que são necessários para o desenvolvimento. Nós temos que achar uma maneira de contemplar... Nós não podemos também parar o desenvolvimento do país. E nós sabemos que toda obra tem os impactos, mas nós também temos que minimizá-los, para que as comunidades que realmente dependem do rio não possam ser prejudicadas. Mas, na realidade, nós sabemos que todos pagam o preço. Em qualquer obra, alguém vai ser impactado.

E esta é a pergunta: nós queremos que o Brasil continue se desenvolvendo? Nós queremos realmente que todas essas obras estruturantes de que o país precisa se tornem real? E foi uma das perguntas que eu fiz para a Ministra Tebet aqui, numa Comissão – inclusive acho que foi nesta Comissão –: se os Ministérios do Desenvolvimento, do Planejamento e dos Transportes estavam em consonância, trabalhando juntamente com o meio ambiente. Porque, senão, nós não vamos sair do papel.

Nós temos a experiência anterior do PAC, anterior, quando 10% de todos os projetos saíram do papel. E não sai por causa do meio ambiente. Muitas vezes, por falta de estudo, não vai, fica travado.

Então, foi um questionamento que eu fiz: vocês estão trabalhando com o meio ambiente? Senão, todos nós estamos perdendo tempo aqui. E o tempo aqui é precioso e é caro, porque todos nós aqui e todos os segmentos, toda a base, todos os órgãos são pagos pela contribuição de todos os brasileiros. Então, não adianta nós estarmos discutindo projetos lindos, maravilhosos se o meio ambiente não está em consonância com tudo isso. Está sendo aprovado? Qual é a maneira? Como nós vamos impactar menos o meio ambiente? Nós sabemos que vai ser afetado. Mas é a pergunta.

Eu sei que muitos ambientalistas... E a gente tem, a gente vive numa região, porque eu vivo no nortão do Mato Grosso, a gente também trabalha muito nessa questão do meio ambiente, da preservação. Nós sabemos que todos esses efeitos também têm uma responsabilidade. Todos nós, como cidadãos, temos que ter essa consciência da preservação do meio ambiente. Mas nós queremos saber também: é necessária essa obra? Com certeza, para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo colocar essa importante obra em andamento, é porque ele tem todo um projeto que também vai beneficiar o país.

Nós temos um país riquíssimo. Principalmente, há os problemas enormes de fronteiras, e as comunidades mais pobres estão nas fronteiras; e nós precisamos desenvolver e dar condição também para essas pessoas impactadas, com medidas mitigatórias, para que sejam compensadas e que continuem a trabalhar.

Mas nós sabemos, gente, que não adianta nós ficarmos tapando o sol com a peneira. Todo, qualquer projeto, qualquer obra que você faz, por menor que seja, impacta o meio ambiente. E nós temos essa consciência. É preciso, para o desenvolvimento do país? E eu tenho certeza de que quando uma obra é tão demorada, é tão difícil para sair do papel por inúmeras situações... Primeiro por questão de projeto, licenciamentos, e têm que ser ouvidos mesmo, todos estão defendendo o que sabem. E nós temos que trabalhar com ciência, nós temos que trabalhar com técnica. Ninguém está dizendo o contrário, mas também a gente tem que ter o bom senso. O que é bom para o Brasil? O que nós precisamos? Nós precisamos de desenvolvimento? Essa região toda vai ser lá na frente... Precisa, para o desenvolvimento? Porque não adianta também deixar essas pessoas do jeito que estão e sem acesso ao desenvolvimento.

Hoje as pessoas... Com a globalização, todos querem um mínimo de conforto. Todos querem ter um celular, todos querem ter acesso à internet. Então, será que aquelas pessoas... Realmente a subsistência é aquilo, mas também elas querem uma vida melhor. E essa vida melhor vai vir através do desenvolvimento, vai vir através de obras, de escoamento, de produção? É isso que nós temos.

E nós devemos ter ciência também de que com as hidrovias é o futuro, é o mais barato, é também o que menor impacta, depois das eólicas. É importante também a gente estar acompanhando. As pessoas precisam e querem desenvolvimento. Claro que elas querem a subsistência. E com todas essas medidas, nós temos que ter responsabilidade com essas pessoas.

Eu tenho certeza de que a partir do momento de uma obra tão importante que o Governo está dispondo... É uma obra cara, tudo impacta, eu tenho certeza de que todos serão ouvidos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós estamos aqui para discutir. E é claro, ninguém é soberano e ninguém é a razão, mas todos nós temos que abrir mão de alguma coisa para conseguir o objetivo. Uns mais, outros menos, mas a gente precisa. Precisamos sim. A gente entende que o Brasil precisa e não pode parar. As pessoas precisam de subsistência.

Hoje nós somos o celeiro do mundo. Os olhos do mundo estão voltados para nós todos, Presidente. Então, nós temos assim uma grande possibilidade de desenvolvimento, e é claro que nós também temos que trabalhar com menor impacto. Mas tendo um desenvolvimento, com certeza o Governo vai poder dar melhor condição para essas pessoas.

Essas pessoas ribeirinhas que ali estão precisam de escola, precisam de saúde. Não adianta ficar lá... Elas precisam de melhoria de qualidade de vida, de subsistência garantida. Então, com certeza, o Governo também tem que olhar para essas pessoas.

O progresso tem que estar junto, andar junto com desenvolvimento, com saúde e com educação para o povo brasileiro. Não adianta também a gente deixar esse povo largado, vivendo só de pesca e não tendo uma garantia de saúde e educação, porque somente com isso, a educação, principalmente para todas essas crianças que frequentam todas essas regiões aqui... E nós não estamos falando somente disso, nós estamos falando de uma região muito grande, em que nós somos muito ricos em água, graças a Deus. Também nós temos que ter o desenvolvimento, para que essas pessoas tenham acesso a uma qualidade de vida melhor. Então, nós temos que andar juntos. Há a preocupação com o meio ambiente, sim, de tentar minimizar todos os impactos, mas nós também não podemos travar o desenvolvimento do nosso país.

Era com isso que eu queria contribuir.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Inicialmente, Senadora Rosana Martinelli, do Mato Grosso, parabéns pelo exemplo que deu, pelo conhecimento que tem. Sua fala foi oportuníssima e escorreitíssima e contribuiu muito para os nossos trabalhos. Eu creio que, até agora, esta audiência pública está sendo considerada a melhor de todas aqui, tanto na minha Subcomissão de Ativos Ambientais Brasileiros, da qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu sou o Presidente, como na Comissão de Meio Ambiente, presidida pela nossa futura Governadora do Distrito Federal, Leila do Vôlei.

Senador Zequinha Marinho, que nunca faltou a nenhuma sessão em que se discutiu meio ambiente e que é do Estado do Pará, e Senador Bene Camacho, que é do Maranhão, quem de vocês quer falar primeiro? Porque eu não posso escolher, só posso dar prioridade a mulher, e nenhum de vocês é feminino.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Por ordem de idade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Antiguidade?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Eu ganho aqui. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – À vontade, querido Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Eu ouvi atentamente as exposições. Eu estava arrumando um tempo para também solicitar uma audiência pública como esta, mas V. Ex., como um grande Parlamentar, já me economizou todo esse trabalho. Estou satisfeito.

Naturalmente, no espaço democrático e aqui dentro da Casa, a gente tem que estar pronto para ouvir os dois lados e ainda o lado neutro, que é o lado do Ibama, que é puramente técnico – ou deve ser puramente técnico –, para dizer: "Olha, tem que fazer assim ou assado". E, por outro lado, vem o debate. Isso é normal entre nós, e a gente precisa ver isso de forma importante.

Quero cumprimentar aqui a Dra. Larissa, que não está mais na telinha ali, mas foi muito feliz nas suas colocações.

Dra. Mariana, parabéns. Só faltou dizer a largura da faixa que nós vamos precisar para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIANA VAINI DE FREITAS DAHER (*Fora do microfone.*) – Cem metros.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Quantos?

A SRA. MARIANA VAINI DE FREITAS DAHER (*Fora do microfone.*) – O canal de navegação tem 100m de largura.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Cem metros?

A SRA. MARIANA VAINI DE FREITAS DAHER (*Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Tá, 100m. Muito obrigado.

A Dra. Mariana foi extremamente clara. Faltou foi abrir a cabeça das pessoas e colocar dentro. Parabéns.

Todo mundo sabe que isso é um jogo político de ideias. Um puxa para o lado... E aí todo mundo sabe também que tem aquele negócio da narrativa, não é? As pessoas constroem uma narrativa de acordo com a conveniência dos seus pensamentos e dos seus interesses: "Vamos mexer no rio, o rio vai acabar, vai despencar tudo, porque vamos tentar tirar alguns entulhos, algumas pedras do meio de um canal".

Então, doutora, parabéns pela forma simples com que V. Sa. coloca para todos nós aqui, principalmente para a imprensa, porque, de repente, o jornalista, por desconhecer a realidade, pode cometer um erro também na sua redação. Então, a senhora foi muito feliz quando coloca que nós queremos apenas viabilizar a navegação. Ponto.

Dr. Bruno, tranquilamente, é esse o pensamento do Brasil apresentado por vocês; o Dr. Alberto, do Emílio Goeldi, lá de Belém, da nossa capital, muito cauteloso e na condição de pesquisador fez aqui o seu papel.

As minhas origens são as mais simples possíveis. Eu me criei na beira do Araguaia, um dos rios da confusão aí, da discussão, e moro já há algum tempo em Marabá. Moro um pouco lá também, porque Parlamentar é meio cigano. Em um estado do tamanho do meu, não posso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

morar só na capital, eu tenho que morar em alguns lugares – passo dois dias ali, um dia acolá e atendo aquela região e Marabá também. Então, eu conheço tudo que foi passado aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – V. Exa. ainda mora na rocinha? (*Risos.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Ainda tem a rocinha ainda, porque caipira não se vê livre de uma roça.

Então, tudo que foi falado aqui eu conheço como a palma da mão, não me é estranho em absolutamente nada. Os peixes moram na sombra das pedras aqui e acolá, mas, no meio do leito do rio, são pouquíssimas espécies que trafegam por lá, pouquíssimas. Então, não há justificativa plausível para tanta preocupação com a questão do pescado. E o futuro da pescaria artesanal em rios, fluvial, é o pior futuro que eu vejo pela frente. Sabe por quê? Por exemplo, eu conheço muita gente que vive disso e, antes de a gente ir pescar – na adolescência, eu pesquei para sobreviver também no Araguaia –, a gente vai ao armazém, aos secos e molhados, e faz o que a gente chama lá de rancho; vai lá, compra tudo que é preciso, deixa um pouco com a família e leva outro pouco no barco para pescar. Tem vez que a pescaria é tão fraca, tão ruim que não dá para pagar o que você pegou no armazém. Então, o futuro desse tipo de pesca artesanal chama-se piscicultura. É sair da pesca; ela vai ficar apenas para o entretenimento ou alguma coisa parecida, virar uma pesca esportiva no futuro, quem sabe, mas não vai dar para sobreviver. Esqueçam isso.

É importante que os governos possam criar áreas para preservar, para ver se há um repovoamento. Isso é muito lento, requer investimento. Eu, como meu discurso é curto e grosso, estou investindo quase R$5 milhões de reais no Instituto Federal do Pará, R$4 milhões, R$4,6 milhões, em um centro vocacional tecnológico para poder repovoar o Lago de Tucuruí e toda aquela região ali pelo instituto federal. Estão lá os professores trabalhando, concluindo as instalações, para, daqui a pouco tempo, começar um trabalho desse. Nós, que moramos lá, conhecemos isso como a palma da mão. Não há futuro se a gente não fizer um trabalho voltado para isso.

Deixando essa parte, a outra serventia do rio, além das não sei quantas, é também navegar – é também navegar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um rio não existe só para a gente se divertir ou pegar um peixinho para sobreviver; o rio também existe... e tudo o que este mundo tem hoje deve-se à navegação, tanto lá do mar quanto do rio.

Eu sou da Amazônia, e a grande maioria das cidades da Amazônia mais antigas são todas fundadas por gente que teve acesso via nossos rios, que são nossas estradas, que são nossas ruas. Então, eu não sei por que tanta polêmica em torno de um negócio tão óbvio na Amazônia. Não consigo assimilar.

Naturalmente, a gente tem que saber que cada um tem seus argumentos e tem o direito de defendê-los, mas eu confio no Ibama, que está aqui. Eu quero conversar com o Ibama "jazim", mas, se o Ibama licenciou, licenciou. Então, pronto. Não é possível que uma equipe de Governo enorme, que não é tão barata para a sociedade, vá cometer tanto erro assim. Ninguém é perfeito, mas tenta-se minimizar e mitigar o máximo possível. Então, rio tem um papel essencial, meu Senador, de Goiás.

Eu também já fui goiano. Eu sou goiano de nascimento, criado no Pará, porque meu pai caminhou para lá e nos colocou, e nos tornamos paraenses. Então, é preciso que o rio seja utilizado também para navegação. E o que vai acontecer em termos de adequação desse espaço, de um rio tão bonito e grande, não vai matar ninguém, certo? Todo mundo, inclusive foi citado aqui, do pescador ao barquinho dos alunos para irem para a escola, porque já aconteceram muitos acidentes, não só lá, mas em qualquer lugar.

No verão, tem pedras que a gente chama de pedra morta e de pedra viva. O que é pedra morta? É aquela em que a água passa e você não vê; e ali a canoa já era, irmão. O acidente está na cara, está ali, está desenhado. A pedra viva você enxerga quando ela faz a maresia e o barqueiro desvia.

Então, na medida em que eu viabilizo uma estrada que me dê segurança de passar, o que é isso? Que tipo de cabeça é essa nossa? Aonde nós vamos chegar com essa cabeça desse jeito? Não tem impacto; não dá nem para quantificar, meu Senador, em termos de percentual, o impacto na vida dos ribeirinhos. Vai ser para melhor, e não para pior, porque uma economia que não existia vai começar a existir, vai começar a ter, porque vai ser uma estrada e vai ter ponto, vai ter parada, vai ter... Enfim, deve ter alguma coisa nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, eu queria fazer uma consideração. Em 2010, o Governo Federal inaugurou as Eclusas de Tucuruí. Lembram-se disso? A sociedade brasileira gastou ali, via Governo Federal, R$1,66 bilhão; quer dizer, R$1,66 bilhão para poder ajeitar o desnível. E o que está fazendo isso lá desde 2010? Absolutamente "nada", Dr. Bruno; "nada" entre aspas, porque o Governo gasta por ano, para manter aquilo lá, R$3,6 milhões – para manter as Eclusas de Tucuruí.

Qual foi o objetivo da construção dessas benditas eclusas? Exatamente dar condição de receber as embarcações e passar de um lado para o outro, em função da hidrelétrica que interrompeu o rio. Certo? Agora, de novo, tem alguma coisa mais óbvia do que isso? Eu acho que não. Certo? A sociedade já está investindo e perdendo tempo e dinheiro. De 2010 para 2024, tem aí pelo menos 14 anos. Então, nós temos que apressar esse processo de licenciamento e eu queria pedir para o Ibama... Parece que, em 2013, nós tivemos aqui uma audiência pública onde o Dr. Volney – no celular está a reportagem... Volney Zanardi era o Presidente do Ibama naquele tempo. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará tinha feito um licenciamento, em que pese a obra ser de rio federal, e ele declarou aqui nesta Casa que ele iria validar aquele material. Depois, isso não foi possível e, nessa brincadeira, já são aí 11 anos, de 2013 para 2024.

Então, eu queria ver e solicitar a V. Sa. – claro que não depende só... mas é sua área –, vamos apressar isso, nós precisamos disso, o Brasil precisa disso. Na medida em que eu impeço o avanço de uma ferrovia e de uma hidrovia, eu pressiono a rodovia. O pior meio de transporte de cargas, principalmente com pouco valor agregado, que é o caso, é a rodovia: um caminhão – perdoem-me aqui a palavra – enrabado no outro, emendado no outro o tempo todo. No fim do ano, somem os acidentes, as mortes, e agora, tecnicamente falando, calculem o volume de CO_2 emitido por esse consumo de combustível fóssil. Nós estamos preparando o Pará para receber a COP e precisamos dar... Como é que eu vou hospedar uma COP e sou contra a ferrovia Ferrogrão, que pega – não é, minha Senadora Rosana Martinelli? – de lá de Sinop e vai... contra, contra, contra. Pelo amor de Deus, o que nós estamos fazendo com a nossa cabecinha? Estamos fazendo tudo, menos usando. Aí sou contra também a hidrovia, que é um meio ainda melhor do que a ferrovia, e estamos nos preparando para fazer um debate mundial sobre meio ambiente.

Então, a gente precisa parar de cometer equívocos, de ficar tropeçando naquilo mesmo que a gente fale que defende... E vamos nos alinhar, o país precisa se alinhar, pensar. Na questão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da ferrovia, nesses últimos dez anos que nós estamos discutindo Ferrogrão, por exemplo, o mundo já construiu 34 mil quilômetros de ferrovias, ligando um continente ao outro, uma coisa de louco, desenvolvendo, correndo. Como é que tem um mundo inteligente, de um lado acolá, e um outro mundo completamente ao avesso do lado de cá, numa nação que cresce vertiginosamente? Quando você pega os índices, os dados sociais, você cai de costas.

O que é que nós estamos fazendo aqui? Criando problemas ou tentando ajudar o Brasil a dar um passo à frente? A gente não vence o desemprego por isso. Pode maquiar como quiser a questão do desemprego... Desemprego, gente, a melhor pesquisa é ir na rua, não é? E a economia não anda sem infraestrutura. Se você não tiver um tripé de infra aqui – e aí está a questão da logística, dentro desses três –, você não vai para lugar nenhum, esquece, vai ficar mais pobre, mais atrasado e, como diziam lá no meu interior, mais entanguido, quer dizer, amarrado. Quando o moleque não cresce, a gente o chama de entanguido. O Brasil é uma criança do buchão entanguida – pelo menos o Brasil de cá; o Brasil dali é um Brasil diferente, não é?

Então, vamos pra cima, vamos ajudar este país, viu, Dr. Edmilson? É fundamental, e a gente precisa do Ibama. Fiquei muito triste quando o Ibama não deu a licença de explorar o petróleo aqui na Costa Equatorial. Isso é uma decisão política, não é técnica – foi uma decisão política. Não acredito... Eu, mero mortal, não acredito que a parte científica do Ibama tenha sido contra, até porque, quando eu olho o mundo daqui a 30 anos, esse petróleo que a gente tem hoje, que vale muita coisa, pode não estar valendo nada – e a gente perdeu toda uma oportunidade de melhorar aquele canto de Brasil ali, que tem um dos piores índices IDH e qualquer coisa a mais que você possa pensar.

Então, a gente precisa rever esse tipo de pensamento, e o Ibama precisa analisar isso de forma muito técnica e muito científica, para ajudar exatamente a mitigar as preocupações dos nossos irmãos que enxergam o mundo de forma diferente. Eu sou adepto da ciência, mas também...

Viu, Presidente? Para encerrar aqui, uma das matérias mais bonitas que se pode estudar, uma delas é Teologia, outra é Filosofia. E eu gostaria de ler um versículo da Bíblia aqui para fechar a minha palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Salmo de número 115, o versículo de número 16 diz o seguinte: "Os céus são os céus do Senhor, mas, a terra, deu-a ele aos filhos dos homens". Então, a terra está sob os cuidados dos homens. Isso é designação divina, e esses homens precisam ter um mínimo de bom senso e de inteligência para trabalhar. É claro que ninguém nunca sendo radical, nem para um lado nem para o outro, mas buscando o equilíbrio. Como disse a Senadora: vai impactar? Vai. O que é que não impacta? Mas eu tenho como fazer melhor, mais inteligente? Tem, está aí o Ibama pensando, estão aí os técnicos pensando, está todo mundo fazendo o debate, buscando o equilíbrio. A gente precisa dar conta disso, porque senão nós vamos... Nós estamos já e vamos continuar condenando este país a uma... Eu vou entregar para as minhas filhas, para os meus netos um país pior do que o que eu recebi, e não é assim. A gente tem que sempre se preocupar, superar desafios, entendimentos, ideias equivocadas, dogmas políticos ou qualquer coisa que possa atrapalhar, superar tudo isso para entregar para outra geração um país melhor.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Zequinha Marinho, além do conteúdo de sua fala, parabéns pela destinação das suas emendas ao Estado do Pará, como citou. E mais uma vez aqui o senhor – como Senador que admiro, nesses cinco anos e meio de nossa relação –, o senhor acionou a boca e ligou o cérebro, já que no Congresso Nacional tem muitos Parlamentares que acionam a boca e não ligam o cérebro, até porque não o têm.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Presidente, só para fazer uma lembrança rápida aqui, desculpa.

O Ministério Público Federal, agora no dia 19... Nós estamos hoje no dia 28, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Dia 29, não é? Não, 28.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – É 28 hoje.

Então, dia 19 último agora, o Ministério Público Federal entrou na Justiça para que a licença da obra que viabiliza a Hidrovia Araguaia-Tocantins seja cancelada. Dois: além de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cancelar a licença, o MPF também pede à Justiça que impeça o Ibama – tá, Ibama? – de emitir novas licenças.

Precisamos fazer um bom debate com o Procurador-Geral da República com relação a essas coisas.

É claro que todo mundo tem direito de pedir tudo à Justiça, agora a gente espera que o juiz tenha juízo e realmente atenda. Agora, o medo que eu tenho aqui é muito grande. Por exemplo, eu não conheço um ponto negativo do projeto da Ferrogrão. Não conheço. Mas infelizmente o Ministro Alexandre de Moraes está com isso aí há 3 ou 4 anos, sentou em cima atendendo a uma ação do PSOL e a *lobby*: *lobby* da Rumo, *lobby* não se de onde e não sei de onde, e por último, agora entregou na mão de um comitê de solução de litígio. Cadê o litígio? Misericórdia!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sem dúvida alguma.

Bem, vocês perceberam, em função de amar quebrar os protocolos desta Casa, quando aqui cheguei... Eu acho ridículo, porque acostumei, lá nas Comissões, a dar aos Senadores o tempo de cinco minutos para os seus comentários ou perguntas. Se os convidados têm o direito, por mim, pelo menos, a dez, quinze, vinte minutos, o tempo que eles querem, os Senadores devem ter, evidentemente, o mesmo espaço.

Só para concluir, o Senador Zequinha falou da importância da filosofia. É muito triste, neste país, a gente recordar que um Presidente da República já declarou que nas universidades não precisaria ter filosofia. Eu não preciso falar o nome do Presidente, não é?

Senador Bene Camacho, do Maranhão, por favor, quero muito ouvi-lo, pela primeira vez neste tema, meio ambiente. Fique à vontade.

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Jorge Kajuru. É um prazer cumprimentá-lo. É um ser humano da casca grossa, mas da alma muito sensível. E parabéns pela iniciativa deste debate, que é um debate muito importante para que a gente possa esclarecer diversos pontos de vista que hoje aqui se apresentaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o Senador Zequinha Marinho, do Pará, lá da nossa Região Amazônica; a Senadora Rosana Martinelli, do Mato Grosso. Através dela, quero cumprimentar meu primo Francisco Camacho, que é um grande operador do agronegócio sustentável na região do Mato Grosso.

Na pessoa da Dra. Mariana, quero cumprimentar e agradecer a todos os expositores que aqui vieram para, com a sua *expertise*, enriquecer e fazer com que a nossa opinião possa ser construída de uma forma mais consciente, mais orientada tecnicamente.

Eu sou médico e estou aqui há 40 dias com a responsabilidade de substituir uma das Senadoras mais ativas desta Casa, que é a Senadora Eliziane Gama. Isso, para mim, é uma grande responsabilidade.

No assunto que aqui está posto, eu não tenho formação técnica, mas eu tenho uma grande experiência vivencial. E o meu testemunho aqui vai ser fruto dessa vivência como pessoa que, desde 1977, está na Região Amazônica. Eu nasci no interior de São Paulo, mas a maior parte da minha vida vivi na Região Amazônica. Hoje estou em Imperatriz, que é a chamada Princesa do Tocantins, e esse ponto está totalmente pertinente à minha cidade e à minha região.

Antes de tocar no ponto técnico que está aqui, retomando aquela cena que o Senador Jorge Kajuru mostrou a respeito do impacto ambiental, ali nós vimos o mau proprietário rural, o mau empreendedor rural em atividade. Esse mau produtor rural, esse mau empreendedor rural causa a maior parte dos desmatamentos, das queimadas e das impropriedades ambientais que são cometidas não apenas no bioma amazônico, mas em praticamente todos os biomas. E isso impacta terrivelmente a imagem do nosso agronegócio.

Há cerca de dez, quinze dias, saiu o relatório do MapBiomas que diz respeito à atividade ambiental e climática e à atividade agropecuária. Esse tipo de proprietário rural corresponde a cerca de 3% a 4% das propriedades rurais com CAR; 96% das propriedades rurais, desde 2019, não evidenciam queimadas, não evidenciam desmatamento. Tem aqui, dentro da minha assessoria, a D. Elza, que já foi Diretora da Embrapa, e tem lá um relatório da Embrapa de 2022 que demonstra que mais de 33% do território nacional está assegurado ambientalmente nas APPs e nas reservas legais das propriedades rurais. E os proprietários rurais que agem pelo bem não têm o reconhecimento, são manchados por poucos que atuam de uma forma indecorosa. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso de uma maneira em que eles não têm nenhuma remuneração para manter aquilo – não têm financiamento – e não têm financiamento para recuperação de área degradada. O dedo indicador sempre está apontado, mas a maneira como isso é remunerado nunca é resguardada.

No que diz respeito ao que está posto aqui, desde a minha infância, eu vivo às margens de uma barragem. Nasci em Ibirarema; lá, a menos de 10km, tem a Barragem de Salto Grande. Cresci em Barra Bonita, em Promissão, e, durante cinco anos, fiz parte do corpo técnico da área da saúde durante a construção da Hidrelétrica de Tucuruí pela Camargo Corrêa, lá em Tucuruí. Um corpo técnico de ponta no aspecto de engenharia, no aspecto médico, no aspecto de educação. O corpo técnico de engenheiros, tanto da Eletronorte – quero homenagear o Dr. Gilson Nakamura, que, durante muito tempo, esteve à frente do pessoal da Eletronorte – como da Camargo Corrêa, era o time mais qualificado naquele momento, em nível mundial, do ponto de vista de engenharia civil. Não era por somenos que a Camargo Corrêa ganhava licitações em toda parte do mundo. Nenhuma obra de engenharia civil é mais complexa do que você dominar as forças da natureza na construção de uma hidrelétrica.

Desde 1980, 44 anos atrás, está sendo discutido o Pedral do Lourenço. Aqui, nós vemos que, do ponto de vista ambiental, me preocupou que os técnicos da área à distância discordaram totalmente dos técnicos ambientais da região. Isso me preocupa e isto é uma coisa que, infelizmente, a gente vê na Região Amazônica: querem impor, às vezes, oferecer... sem ouvir os técnicos locais, sem haver uma construção que seja ouvida, e construídos os pareceres, um saber inclusivo.

Desde aquela época, a parte ambiental... E eu falo em uma época em que prioridade existia. Era prioritário, era estratégico para o Governo Federal a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, da eclusa e da hidrovia. Não havia dificuldade de financiamento, e o problema maior nunca foi o ambiental. O problema maior sempre foi técnico – o problema maior sempre foi técnico.

Durante essa minha vivência às beiras da barragem, eu vi Tietê-Paraná se transformar numa hidrovia. Eu vivo lá, morei em Belém. A maior hidrovia que existe no Brasil se inicia lá, nas cabeceiras do Rio Amazonas, e vai até Belém, sendo que a Hidrovia Tapajós-Belém talvez seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje a que carrega a maior carga transportada por hidrovias que eu conheço no Brasil, em decorrência do tamanho, da tonelagem e da quantidade de embarcações ali presentes.

A hidrovia depende de dois aspectos: da serenidade do rio e da sua profundidade. Quando nós vemos a Hidrovia Araguaia-Tocantins, nós temos o Rio Araguaia, que é sereno, mas pouco profundo; e nós temos o Rio Tocantins, que é profundo, mas extremamente caudaloso.

Eu não sei quantos de vocês passaram lá pelo Pedral do Lourenço. O espaço do Pedral do Lourenço, na seca, é a distância desta sala, dá uns 30m a 40m, é a parte mais caudalosa do Rio Tocantins. É um objeto tremendo de inovar com pessoas experimentadas. Ali tem uma profundidade de cerca de 80m, em que o rio... A maior parte dele passa num canal de 30m que é sinuoso, impulsionado por uma velocidade de corrente extrema. Ali, para você transitar com uma embarcação pequena, você tem que ter uma perícia enorme.

E nós estamos falando de rochas graníticas. Eu via o que era demolir rochas lá durante a construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Eu não sei qual é a técnica que tem do... Como é que chama?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Derrocamento. Lá era explosão. E eu não acredito que seja muito diferente. E, para demolir uma área granítica, a superfície, o cuidado que era tomado: duas horas antes, começavam a soar sirenes para que todos se deslocassem, para que todos se protegessem. Imagine isso num ambiente aquático. E não é uma área pequena, é uma área grande, em que o custo era muito alto.

Para o pessoal da hidrelétrica, como disse o técnico do Emílio Goeldi, que é uma instituição... Eu fiz a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Pará e respeito o nível técnico do corpo do Museu Emílio Goeldi. Está certo? Ali, a dificuldade é grande. E, se não bastasse o Pedral do Lourenço, logo mais acima tem o Pedral do São João, logo mais acima tem o Pedral de Itaguatins. Isso daí são mais de 300km e que nunca foram abordados. Eu moro em Imperatriz, na beira do Rio Tocantins. O prédio onde eu moro chama Mirantes do Rio, e nunca vi passar lá uma balsa dessas. Lá em Estreito tem a eclusa na hidrelétrica, lá um pouco mais acima, perto de Palmas, tem a eclusa. Nós não estamos falando apenas do Pedral de Estreito, que já era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problemático; nós estamos falando dos 600km, não é dos 32km só, não. Nós estamos falando dos 600km.

Na minha opinião, não querendo ser pessimista, eu não vejo em que essa realidade, do ponto de vista natural, mudou. O que mudou foi a necessidade da hidrovia. Naquela época, não havia a Ferrovia Norte-Sul, e o curso dela é praticamente paralelo ao Rio Tocantins, vem até aqui, a Anápolis, e hoje é o principal canal de escoamento da produção agrícola, desde o Matopiba até a região também do Mato Grosso, que, após o porto e a construção da rodovia, passou a escoar sua produção que saía do Mato Grosso e ia para Paranaguá – onde não foi ainda implantada realmente a Ferrogrão – pelo Porto de Santarém. Onde poderia ter um certo nível de atração, que é a parte que fica entre o Rio Araguaia e a rodovia que vai para Santarém, o Araguaia é inviável como hidrovia.

Para fazer o assoreamento dele – eu conheço lá –, acho que vai ter que fazer o assoreamento do rio todo. E a manutenção desse assoreamento vai ser inviável, porque é uma área de terreno sedimentar, propriamente.

Então, na minha maneira de entender, a grande dificuldade desse projeto não é ambiental. Tem que se colocar a parte ambiental, mas até hoje, no meu entendimento, por que demorou? Desde 1984, estava-se pensando na construção da hidroelétrica do Tucuruí. A Camargo Correia ficou lá sem desmobilizar o seu pessoal, porque haveria um custo muito grande para desmobilizar, sabe por quê? Porque não se conseguia viabilizar a parte da viabilidade de navegação à montante de Tucuruí; nunca foi porque faltava recurso para a eclusa. Até que, finalmente, por uma decisão política, resolveram construir a eclusa, mesmo sem ter se tornado ainda exequível a parte à montante dos pedrais que ali existiam. Não foi por questão ambiental, não foi por questão...

E na eclusa, quando se diz ali a respeito dos objetivos econômicos, transporte de grãos de alimentos, isso daí hoje está sendo feito pela ferrovia. Quando se diz respeito à utilização da eclusa, nunca foi utilizada e eu acredito que dificilmente vai ser, mas, como disse aqui o Senador Zequinha, citando um trecho bíblico, eu também digo que a fé, se for do tamanho de um grão de mostarda, é capaz de remover montanhas. Deus permita que seja factível remover uma montanha de pedras que está presente nos 600km à montante de Tucuruí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Bom, Senador Bene Camacho, eu pensava que a Senadora maranhense Eliziane Gama só soubesse escolher esposo, mas ela também sabe escolher suplente.

Parabéns pela sua paixão à causa, pelo conhecimento, pelas informações que trouxe, enriquecendo cada vez mais esta nossa audiência, e eu aproveito para informar com muito prazer que ela está batendo o recorde de audiência de todas as outras audiências públicas nesta legislatura, e, como são centenas de perguntas, eu vou aqui escolher as principais, mas enviarei, através de minha assessoria e da eficientíssima Secretaria desta Comissão de Meio Ambiente, para todos os convidados, que foram sete, e eles responderão, por fineza, por *e-mail*, e nós enviaremos a cada brasileira, a cada brasileiro que nos acompanha até agora.

Permitam-me e me compreendam: quando há mais de cinco convidados, cada pergunta é feita rapidamente, e a resposta tem que chegar a até dois minutos, no máximo três minutos, em função de hoje termos sete convidados. E eu também tenho que sair daqui correndo, porque, como sou o Presidente da CPI da manipulação de jogos de futebol e de casas de apostas, chegou uma denúncia gravíssima, comprovada e irrefutável do envolvimento de um jogador de futebol do Campeonato Brasileiro que se vendeu em uma derrota de seu time, e eu tenho que ir correndo lá ao gabinete do meu amigo, Relator e irmão Romário e, como Presidente, vou decretar a prisão deste jogador de futebol.

A primeira pergunta: considerando o impacto já existente da Usina de Tucuruí e a ameaça de extinção de 25 espécies de peixes, quais medidas concretas serão tomadas para mitigar e compensar os impactos da hidrovia na biodiversidade do Rio Tocantins?

E quanto à população ribeirinha, que deverá ser realocada, há previsão orçamentária para compensação financeira a essas famílias?

Eu também coloco como ponto de interrogação e deixo à vontade quem, por videoconferência, quiser levantar a mão para responder. E aqui, entre os convidados presentes, quem deseja responder a essa pergunta, por fineza...

Já se manifesta a Sra. Mariana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIANA VAINI DE FREITAS DAHER (Para expor.) – Sr. Senador Jorge Kajuru, eu vou responder a essa pergunta, que trata especificamente do estudo que a gente elaborou durante esses anos, tanto na fase de licenciamento prévio, que foi o EIA/Rima, quanto na fase agora de pedido de LI.

Acho que o primeiro ponto importante, para deixar claro, no processo é que não há nos estudos, é impensável dizer que essa obra vai causar extinção de espécies. Isso não está previsto. De tudo que a gente estudou, de tudo que a gente conhece de processos de licenciamento semelhantes ao que a gente está fazendo, não há previsão de extinção de espécies. Então, isso é importante deixar claro.

Agora, haverá impactos? Sim, haverá impactos. Então, quais são as medidas que a gente está prevendo? A gente fez os estudos adicionais de ictiofauna, especialmente pensando nos peixes que ficam mais perto das rochas, que podem ser afetados. Tem os programas ambientais que foram elaborados e estão hoje em avaliação pelo Ibama. Tem também o programa de monitoramento de ictiofauna, em que a gente vai fazer campanhas trimestrais para acompanhar se a fauna está sendo de fato alterada em relação ao derrocamento. Além disso, tem o que eu apontei já na apresentação, que são os afugentamentos que vão ser feitos da biota aquática.

Até aproveitando o que foi dito pela Profa. Cristiane... não, pelo Akama. Ele disse que as bolhas não servem para afugentar a fauna. De fato, a bolha não vai ser usada para afugentar a fauna. As bolhas servem para conter a onda de choque que se propaga na água quando é feita a explosão para fazer o derrocamento. Então, a bolha serve para conter a onda de choque, para que ela não se propague e impacte em espécies que estão fora do raio do derrocamento. Então, a cortina de bolhas serve como uma forma preventiva de proteção. Ela é mais um instrumento que vai ser utilizado para que não ocorra morte da fauna, sejam peixes ou outras espécies que estão ali, fora do raio do derrocamento.

Além disso, a gente tem os nossos biólogos, que vão fazer toda essa vistoria na área antes de o derrocamento acontecer. Então, a gente tem tanto medidas preventivas para evitar a morte da fauna, controlar para que essa morte aconteça o mínimo possível – a gente já tem experiências em outros rios de que essas medidas funcionam –, e também, de outra forma, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

monitorar. Se realmente estiver acontecendo o impacto, a gente fazer ajustes durante o derrocamento para que esses impactos sejam minimizados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Grato, Sra. Mariana Vaini de Freitas Daher, que é Coordenadora de Manutenção e Serviços Aquaviários do Dnit. (*Pausa.*)

Pois não, só me perdoe, porque, pela minha visão, eu não o estou reconhecendo.

O SR. JOSÉ ALUÍZIO FERREIRA LIMA (*Fora do microfone.*) – Meu nome é Aluízio, eu sou de Goiânia...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ligue o microfone.

O SR. JOSÉ ALUÍZIO FERREIRA LIMA – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pode ligar o microfone.

Da minha amada Goiânia.

O SR. JOSÉ ALUÍZIO FERREIRA LIMA – É, eu sou da sua amada Goiânia e sou do Instituto Altair Salles, que eu acho que você deve conhecer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Muito.

O SR. JOSÉ ALUÍZIO FERREIRA LIMA – A minha pergunta...

Eu vou fazer um resumo de dez segundos: nós temos um estudo que diz que, em 40 anos, nós teremos restaurado a vegetação nativa de apenas 20% do Cerrado – em 40 anos. Estudos estatísticos, séries históricas, usando MapBiomas e outros dados. Isso implica que – o Araguaia já é um exemplo, a Ilha do Bananal sumiu, e, se alguém não sabe disso, o senhor já sabe, Senador Kajuru...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sem dúvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ ALUÍZIO FERREIRA LIMA – ... do caso do Araguaia – a questão da água vai ser série trágica nesse ambiente, nesse novo Cerrado, que não é o nosso Cerrado, mas vai ser um novo Cerrado.

A pergunta é: há algum estudo de estimativa de vida útil para esse tipo de empreendimento, sabendo o que está por acontecer no Cerrado? Só isso. Quem poderia responder?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu vou fazer o seguinte, meu querido goianiense: o Sr. Alberto Akama, que está por videoconferência, e é o pesquisador titular do Museu Paraense, também desejou responder à minha primeira pergunta. Eu vou a ele e volto para quem desejar responder à sua exímia pergunta.

O SR. JOSÉ ALUÍZIO FERREIRA LIMA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sr. Alberto, por fineza, por videoconferência.

O SR. ALBERTO AKAMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Jorge Kajuru.

O que o Dnit não põe às claras é que esse monitoramento ainda precisa ser ajustado, precisa de novas técnicas mais modernas e que não custam tão caro, mas que precisam ser pensadas nesse caso, junto com o Ibama, para fazer o monitoramento.

Em relação às 25 espécies, duas espécies são críticas ainda. A gente tem dois cascudos: um cascudo só ocorre na região do Pedral, o *Baryancistrus longipinnis,* é um bicho extremamente raro, hoje só coletado ali na região; já foi coletado em outras regiões, mas agora só na região do Pedral. Então, essa é uma espécie com que se tem que tomar muito cuidado, porque o derrocamento pode, sim, levar à extinção dessa espécie. É um perigo! Eu tenho certeza de que essa espécie precisa ser monitorada de maneira mais detalhada.

Eu não li toda a complementação de peixes, porque foi depositada em 4 de julho, a gente teve acesso recente, e eu não li, mas a outra espécie é um outro cascudo, um cascudo chicote,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é o *Lamontichthys parakana*. Ele é um cascudo lindo, um cascudo chicote muito específico de lajes do Rio Tocantins.

Então, tem duas espécies que são críticas e que têm que ser observadas, respondendo à pergunta das espécies ameaçadas que ocorrem na região.

Outras espécies eu não sei muito bem como fazer para monitorar, porque elas têm uma distribuição maior. Então, não dá para falar assim... A gente tem que olhá-las ali, sim, mas tem outros locais. Elas não são endêmicas daquela região. Naquela região, tem duas que são muito, muito, muito ameaçadas, e a hidrovia pode, sim...

O Dnit acha que o rio é igual na sua distribuição latitudinal e longitudinal; não é igual. As espécies de peixe não estão em todos os lugares. As espécies têm seu hábito preferencial. E a calha é o hábito preferencial de muitas das espécies. Então tem que se tomar cuidado com essas espécies que estão na calha, não só as ameaçadas, mas também as espécies que ocorrem na calha precisam ser monitoradas também.

Então, era só para adicionar isso. Essas informações são importantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu que agradeço, Sr. Alberto.

E também o Sr. Sadi Flores Machado, Procurador da República e Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Pará, do Ministério Público Federal, deseja responder a minha primeira pergunta.

Fique à vontade, por fineza.

O SR. SADI FLORES MACHADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Exatamente essa primeira pergunta acabou não sendo respondida e também é uma questão que nós fazemos. É importante esclarecer – aqui eu peço desculpas pelo detalhe técnico – que foram definidas duas áreas de influência direta no âmbito do licenciamento, no estudo de impacto ambiental: a primeira, a área de influência direta do ambiente aquático, essa considerou as ottobacias que abrangem microbacias, áreas de drenagem do Rio Tocantins e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seu leito; e a área de influência direta do ambiente terrestre, estabelecida mediante a aplicação de um *buffer* de 3km no entorno da via navegável.

As informações que nós temos é que o entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e a região a jusante dos trechos de intervenção foram excluídos da área de influência terrestre, do ambiente terrestre. Então, essa é uma questão que nos preocupa, assim como – eu não anotei o nome da pessoa que perguntou, nos preocupa muito que, exatamente, possa haver – todos os estudos apontam nesse sentido – uma cumulatividade de efeitos sinérgicos em relação aos impactos que a Usina Hidrelétrica de Tucuruí já causa com os impactos da hidrovia. Essa é uma questão inclusive que foi apontada pela Funai em relação aos indígenas asurinis. Nós inclusive inserimos essa informação na nossa petição inicial.

Estou buscando aqui o trecho para ler para vocês sobre o que a Funai se refere justamente.

> [...] em relação a esse empreendimento, que apesar de limitar-se à dragagem e ao derrocamento do rio Tocantins e não ser referente à operação da hidrovia, os impactos identificados durante e após o período das obras podem ser potencializados devido à sinergia e cumulatividade com os impactos gerados por outros empreendimentos da região. Conforme é dito no estudo por diversas vezes, ao longo do tempo, o Povo Asurini do Tocantins sofreu pressões antrópicas cada vez maiores decorrentes da instalação de diversos empreendimentos na região - tais como a BR422/PA e a UHE de Tucuruí -, os quais ainda não tiveram seus impactos mitigados e nem compensados.

De fato, nós temos inclusive ações judiciais que tramitam ainda hoje cobrando o cumprimento das condicionantes da usina hidrelétrica. Então este ponto chama muito a atenção: a sinergia desses efeitos, a cumulatividade dos impactos. E a gente está falando aqui, no caso da usina hidrelétrica, de um empreendimento que remonta a décadas e cujas compensações devidas, condicionantes não foram cumpridas ou não integralmente cumpridas.

Então, quanto a essa pergunta sobre a exclusão do entorno das comunidades do reservatório da usina hidrelétrica, é importante que se diga que de fato essa exclusão se deu. E eu devolvo também a pergunta às entidades licenciadoras, aos órgãos responsáveis pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

licenciamento, para que isso fique muito claro. A população precisa ser esclarecida sobre esse ponto, é uma dúvida legítima que foi levantada.

Então, eu só queria fazer esse complemento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Sr. Sadi. E eu gostaria de saber quem deseja responder à pergunta do nosso convidado, o José Aluizio Ferreira, da nossa amada Goiânia, do Instituto Altair Sales.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Em função do tempo e dos compromissos que estão se acumulando, assim como de V. Exa. também, eu gostaria de anunciar que também vou subscrever o Requerimento nº 42, objeto da pauta de hoje, que convida a Ministra Marina Silva para vir aqui, para a gente discutir sobre as questões das queimadas Brasil afora. Isso é uma solicitação da Frente Parlamentar da Agropecuária, que reafirma seu compromisso com a preservação das florestas e de todos os tipos de biomas, não é? Então, fica a nossa solicitação de subscrição desse importante requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aceita a solicitação, Senador Zequinha Marinho.

Realmente o tempo para nós hoje está difícil. Nós vamos aqui pela importância. Talvez seja a mais completa e rica audiência pública até hoje do meio ambiente.

A cada momento me chega uma informação no telefone. Essa questão da manipulação de jogos de futebol é um assunto terrível. E eu, como Presidente da CPI... Agora chegam mais informações sobre o jogador brasileiro Paquetá, que está na Inglaterra e que não está aceitando o nosso convite. Então eu terei que convocá-lo via coercitiva, porque ele precisa esclarecer o envolvimento dele e de familiares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu peço a compreensão de vocês na objetividade das perguntas, em função do nosso tempo aqui, porque normalmente terça e quarta aquele que trabalha, Bene, pode ter certeza... Esqueça almoço! É um lanchinho só e pronto, porque já tem Plenário às 2h da tarde. Aqui não é fácil não, para quem trabalha!

A pergunta, então, quem gostaria de responder?

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO – Senador Kajuru, eu posso responder.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, querido.

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO (Para expor.) – Está ligado, não é?

Um dos estudos, uma matriz de risco do nosso estudo é o problema hidrológico. Então, a gente já fez isso no Rio Madeira, estamos fazendo no Paraguai, o Tocantins é o próximo. A gente assinou acordo de cooperação com o BNDES, a gente começa os estudos do Tocantins em outubro, e faz parte, sim, para a gente até... Para que um futuro concessionário, para que uma futura empresa privada que possa explorar a concessão diga para ele: "Olha, você tem um risco hidrológico assim, assim e assim, que a gente levantou sem prejuízo de o senhor ou dos interessados também levantarem o seu risco hidrológico".

Mas respondendo objetivamente para o senhor, para aumentar um pouco o lanche do Senador Kajuru, sim, será estudado esse risco hidrológico de todo jeito...

O SR. EDMILSON COMPARINI MATURANA – Senador Kajuru, posso fazer um comentário?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim, primeiro... (*Fora do microfone.*) Evidentemente. Primeiro foi o Sr. Bruno de Oliveira Pinheiro, que é o Secretário Especial de Estudos e Projetos da Antac.

Fique à vontade, querido.

O SR. EDMILSON COMPARINI MATURANA (Para expor.) – Eu vou fazer um comentário que eu acho que abrange várias das questões levantadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente percebe no Brasil, ante a avaliação ambiental de outros países, é que para a gente falta, ao meu ver, uma avaliação ambiental estratégica, uma avaliação dos projetos na fase de planejamento. A gente tem, na Política Nacional do Meio Ambiente, a avaliação de impactos ambientais separada do licenciamento ambiental. Quer dizer que a sociedade considera que não é só no momento do licenciamento ambiental que deve ser feita a avaliação de impacto.

Então essas questões, como foi levantado... Não há um desconhecimento pelo Ibama ou uma falta de reconhecimento de comunidades que estejam... Não nos cabe dizer quais são as comunidades tradicionais na área, e nem... O ponto que colocamos é que não cabe ao Ibama a avaliação, por exemplo, dos compromissos internacionais ante a Resolução 169 da OIT.

Então, a nossa visão é que vários desses pontos que têm sido colocados de planejamento, de interferência de um empreendimento com outros devem ser feitos pelos órgãos setoriais. O que vemos é que tudo vem sendo trazido por licenciamento ambiental, que é uma ferramenta específica em que nós temos que cumprir estritamente o que está na legislação e que não dá margem para a gente abrir, muitas vezes, a questões que são do âmbito de planejamento regional. Essa visão, então, tem que ser incorporada, e a gente tem a nossa Ministra Marina Silva, desde o seu primeiro mandato, colocando a questão da transversalidade ambiental.

Há uma necessidade, primeiro, talvez, de a gente regulamentar a análise ambiental estratégica no país, porque, se se quer um licenciamento ambiental mais célere, mas com eficácia, é importante que vão ao licenciamento pontos exclusivos do projeto, e não questões regionais e de análise de integração entre vários projetos. É claro que se busca a análise de impactos cumulativos e sinérgicos, mas é um instrumento limitado ante, por exemplo, o instrumento de planejamento a ser feito pelos órgãos setoriais.

Então, só reforçando, a gente vê que alguns elementos têm que ser tratados pelos órgãos setoriais, não levados ao licenciamento, para que tenha soluções, para que tenha políticas públicas no âmbito federal, municipal e estadual que venham a solucionar questões de planejamento que não devem ser levadas ao licenciamento. O que a gente tem é que todas as questões são levadas para o licenciamento, que nem tem a capacidade legal de solucionar a todos eles e as ferramentas adequadas, o que acaba também trazendo, então, uma dificuldade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no andamento do processo, porque faltaram, por exemplo, políticas públicas na área que deveriam ter sido previstas antes.

Então, essa é uma observação genérica, mas que eu entendo que se aplica a várias das questões que foram formuladas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Obrigado pela resposta, Sr. Edmilson Comparini Maturana, Coordenador-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Fluviais e Pontuais Terrestres do Ibama.

A minha segunda pergunta: quais mecanismos de participação popular e consulta prévia foram utilizados para a elaboração do projeto da hidrovia? O projeto considera a participação e o desenvolvimento das comunidades locais na cadeia produtiva da hidrovia?

Quem desejar responder, por vídeo, levante a mão; e aqui, pessoalmente, à vontade.

A SRA. MARIANA VAINI DE FREITAS DAHER – Posso começar?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim, mais uma vez, prazerosamente, Sra. Mariana.

A SRA. MARIANA VAINI DE FREITAS DAHER (Para expor.) – Eu queria aproveitar essa pergunta também para responder sobre uma afirmação que o Sr. Sadi Flores, do Ministério Público Federal, fez. Ele disse que Ibama e Dnit estão negando a consulta e que Dnit e Ibama... Eu não lembro agora se foi ele que falou também, mas teve uma fala de que Dnit e Ibama negam que as comunidades são tradicionais.

O Dnit não tem... O Dnit é um órgão executor da política de infraestrutura de transportes. O Dnit não diz quem é tradicional nem quem deve ser consultado. Nós somos executores, a gente obedece à legislação. Então, a OIT 169 ainda não está regulamentada e ainda não tem uma política, uma legislação clara de todos que devem ser consultados. Então, esse é um problema muito maior. Não é dentro de um processo de licenciamento específico que esse problema vai ser resolvido. Então, esse é um problema maior, e nós seguimos as diretrizes que estão aí colocadas, as normas. Esse é o papel do servidor público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como órgãos executores, a gente executa essa política de infraestrutura dentro das normas ambientais que estão postas. Então, nós não negamos e nem afirmamos que eles não são comunidades tradicionais. Esse não é o nosso papel. A gente não fez isso dentro do processo de licenciamento, não está escrito em lugar nenhum, apesar de algumas falas aí terem colocado isso.

Em relação à pergunta, nós fizemos as consultas às comunidades tanto na fase de licenciamento prévio como agora na fase de pedido de LI. Nós tivemos, como eu apresentei inicialmente, as audiências públicas, em que houve uma ampla participação da população, todo tipo de participação das populações, das comunidades, de todos os tipos de profissionais. A gente teve uma participação muito grande. E as audiências públicas, as falas, todos os questionamentos, as contribuições estão nos pareceres do Ibama. Tem um parecer específico, que é o primeiro que analisa o EIA/Rima, que leva todas as contribuições em consideração. Então, isso está no processo de licenciamento, está dentro da licença prévia.

Além disso, nós tivemos, como eu disse, reuniões específicas com as comunidades. Nós fomos lá conversar com eles e as contribuições também entraram dentro do projeto, as preocupações deles também entraram dentro do projeto nas duas fases do licenciamento.

E esta é a última: "Como as pessoas vão participar desse projeto da hidrovia?". O Dnit, de forma proativa, já está planejando construir o IP4, que é um porto público, lá em Itupiranga, em que a gente vai poder fornecer gelo e área refrigerada de graça para a população de pescadores. Lá na região, eles sofrem muito com isso. Eles não têm gelo, não têm refrigeração. Aí o pescador artesanal fica à mercê do intermediário, que é quem o explora na hora de comprar o peixe. Então o Dnit, de forma proativa – esse não é o impacto da hidrovia, não é o impacto do derrocamento, mas a gente, de forma proativa –, já vai tentar amenizar esse impacto na região. Nós já falamos isso com eles, e eles ficaram muito felizes. Foi um pedido vindo do Legislativo lá de Itupiranga. Nós vamos atender a isso, porque é competência do Dnit construir pequenos portos. Então, são portos públicos que vão ajudar muito, inclusive no ecoturismo da região – isso é emprego para as pessoas. A gente vê muito...

Posso só passar um pouquinho para fazer um último comentário?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Fique à vontade.

A SRA. MARIANA VAINI DE FREITAS DAHER – Quando a gente conversa com os pescadores, eles têm muita preocupação com os seus filhos, porque a pesca na região tem diminuído cada dia mais. Algumas espécies, realmente, que eles pescavam antes já não pescam mais. Então, é uma preocupação muito grande deles: "Como vai ser a vida do meu filho? Eu não quero que ele fique pescando também, dependendo do rio, sendo que isso pode acabar em algum momento". Então, eles querem que seus filhos estudem, que tenham outros empregos.

Esse projeto que nós estamos colocando na região vai dar muitas oportunidades para as pessoas. E esse é um ponto pequeno, o que eu estou falando, da construção do IP4, que vai trazer uma revolução ali para a região. E é só um ponto que eu estou trazendo desse processo todo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu que agradeço, Sra. Mariana.

E me parece – agora vou ter que ser aqui um mediador – que deseja uma réplica o nosso Sadi, do Ministério Público do Pará.

Pois não, Sadi.

O SR. SADI FLORES MACHADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

De fato, a audiência pública é um instrumento muito importante de democracia direta, em que a gente tem a possibilidade de apresentar posições, contrapondo-se às ideias. Mas, considerando que eu fui citado aqui, eu queria justamente ratificar o que nós entendemos, no sentido de que o que o Dnit realizou até o momento foram reuniões com as comunidades. A consulta prévia, livre e informada, que está prevista na Convenção 169, é outra coisa.

E aqui é importante também, e eu queria fazer uma ponderação em relação à fala do Edmilson, do Ibama, no sentido de que os órgãos ambientais devem respeito à legislação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiental. A Convenção 169 da OIT foi devidamente internalizada à ordem jurídica brasileira com *status* supralegal – está abaixo da Constituição, mas está acima da lei.

No âmbito da teoria do direito, embora mais uma vez pedindo desculpas pelo caráter técnico, quem conhece a teoria do direito sabe que as normas têm um escalonamento hierárquico. As normas supralegais têm um predomínio hierárquico sobre as leis e ainda mais sobre resoluções, portarias. O que eu quero dizer com isso é que nenhuma lei, nenhuma portaria, nenhuma resolução pode restringir os direitos que a Convenção 169 garante.

Então, toda vez que o poder público afirmar que uma determinada portaria dimensionou ou readequou os termos de uma norma supralegal, o posicionamento do Ministério Público Federal vai ser no sentido de invalidade jurídica dessa norma.

O direito à consulta prévia, livre e informada existe no ordenamento jurídico, tem, portanto, internalização no direito brasileiro, e, para além disso, nós temos uma série de julgamentos do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e, aqui, mais importante ainda, a gente está num contexto em que o Pará vai sediar, no ano que vem, a COP 30. Então, os olhares internacionais estão todos voltados para o Brasil.

Nós temos um conjunto muito importante de decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos e da Comissão Americana de Direitos Humanos que vão no sentido de que essa consulta prévia, livre e informada é um dever do Estado que pode gerar, caso não seja realizada, a nulidade dos atos que foram praticados sem ela. Então, quando nós apontamos a ausência de consulta prévia, livre e informada, é justamente um alerta no sentido de que esse licenciamento, se for conduzido sem a consulta, pode, no futuro, gerar uma responsabilização internacional do Estado brasileiro.

Somos todos agentes públicos, devedores do direito e do respeito à ordem jurídica, e é isso que o Ministério Público Federal está alertando ao longo desse processo, e é exatamente essa a razão pela qual nós ajuizamos a ação. A consulta deve ser ampla no sentido de incluir não só indígenas e quilombolas, mas também comunidades tradicionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Novamente, a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, à qual o Brasil está submetido, vai nesse sentido. Então, as comunidades ribeirinhas são, de fato, comunidades tradicionais, no nosso entendimento.

Como bem disse, não cabe ao Ibama, nem ao Dnit, nem a qualquer órgão público determinar quem são as comunidades tradicionais; elas é que têm um autorreconhecimento. E a maioria dessas comunidades que não forem consultadas até o momento têm protocolos próprios de consulta. É outro instrumento jurídico que o direito brasileiro acolhe. E esses protocolos de consulta dizem como a comunidade quer ser consultada, como ela deve ser, como deve ser conduzida a consulta, porque a consulta tem que ser culturalmente situada. Cada comunidade tradicional, povos indígenas, quilombolas, tem modos próprios; algumas comunidades têm línguas próprias. Então é para isso que servem os protocolos. Cada comunidade, com o seu protocolo, vai explicar ao poder público como ela deve ser consultada.

Isso não houve, ratifica essa afirmação a fala do Dnit, no sentido de que houve reuniões, houve conversas, mas a consulta prévia, livre e informada, que é dever do Estado brasileiro, não foi realizada até o momento. E o fato de ela ser prévia não significa que ela pode ser dispensada nas próximas etapas. Ainda que se considere dispensável, o que de nenhuma maneira corresponde ao entendimento mais adequado juridicamente, todas as etapas posteriores têm que observar a consulta, porque ela vai se renovando ao longo das alterações que o empreendimento vai causando no ambiente natural e também no aspecto socioambiental.

Então, com todo o respeito aqui, eu só queria fazer essas ponderações, aproveitando justamente a audiência que o Senador Kajuru referiu, porque esse é um debate que precisa ser público e esses conhecimentos todos precisam ser disseminados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, também nesse importante tema, objetivamente, por fineza, deseja falar a Sra. Cristiane Vieira da Cunha, que é docente da Universidade Federal do Sul e do Sudeste do Pará.

Por fineza, Cris.

A SRA. CRISTIANE VIEIRA DA CUNHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde já, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pedi a fala porque eu também fui uma das pessoas que citou a questão da negação do Ibama e do Dnit sobre as comunidades tradicionais.

Como foi falado, "em nenhum dos nossos documentos nós negamos isso", tem um documento que é uma apresentação, que está lá no Sei e que fala assim. Primeiro, tem a Convenção 69, em seu art. 1º, povos tribais, países independentes. Então, nós somos um país independente, "cujas condições sociais, culturais, econômicas os distinguam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial". E aí, bem embaixo tem uma setinha como sendo uma apresentação do Dnit, então é do Dnit. Tem que tomar sua responsabilidade, e diz assim: "comunidades de ribeirinhos, pescadores extrativistas em torno do Pedral do Lourenção não se enquadram". Então, isso é sim uma negativa de dizer que eles são ou não comunidades tradicionais.

Por outro lado, nós temos o Decreto 6.040, de 2007, que faz também a definição de comunidades tradicionais, que são grupos culturalmente diferenciados e que se autorreconhecem como tais, que é o caso de muitas das comunidades que estão nesse trajeto da obra onde se pede o licenciamento.

Então, assim, continuo afirmando: a não ser que o Ibama e o Dnit retifiquem nos seus documentos, inclusive aquilo que já está registrado no Sei nesse processo de licenciamento, o que tem acontecido é a invisibilidade e a negação de um direito que é deles.

No mais, o Sadi já colocou muito bem que a OIT é supralegal, é um acordo internacional que vai para além dessas interpretações que o Ibama e o Dnit têm colocado nos seus textos e nas suas apresentações. Esse mesmo texto também está na complementação agora, inclusive, do Dsap, e não foi aceito pela equipe que foi lá fazer as reuniões e as conversas, o que estava estabelecido no protocolo de consulta.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A Sra. Mariana também quer falar, depois das observações da Cristiane.

Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIANA VAINI DE FREITAS DAHER (Para expor.) – Só um ponto específico. Nesse documento que está no Sei – se eu não me engano, é esse que eu estou imaginando aqui – fala de comunidades tribais, porque a OIT tem essa definição de comunidades tribais, que se encaixa muito para comunidades indígenas, especialmente. Então, esse documento fala de comunidades tribais e não tradicionais. Para tradicionais existe um decreto, e pescadores estão incluídos lá como comunidades tradicionais – isso não tem nem discussão. Então, ali, esse documento de apresentação do Dnit fala de comunidades tribais.

O SR. EDMILSON COMPARINI MATURANA – Também gostaria de fazer um comentário, Senador Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não. Só peço a objetividade.

O SR. EDMILSON COMPARINI MATURANA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu tenho uma frase muito linda que diz o seguinte: política é meio de vida e não meio de morte. Eu, há cinco anos e meio, às terças e quartas, não almoço, e sou diabético. Só peço a compreensão de vocês, mas sem atrapalhar a resposta sua, pelo amor de Deus.

O SR. EDMILSON COMPARINI MATURANA (Para expor.) – Perfeito.

Em momento nenhum, o Ibama... Há uma posição institucional do Ibama de que não cabe ao licenciamento fazer a consulta da OIT 169. Não há negação sobre nenhum direito das comunidades, por favor. Se há algum registro no processo, ele pode fazer referência à orientação jurídica normativa do Ibama de 2022, que foi revogada. Ela orientava excluir populações tradicionais desse conceito, mas a avaliação atual institucional do Ibama é que nem cabe ao Ibama – essa questão foi levada à Advocacia-Geral da União – fazer a consulta. E essa normativa foi revogada, porque não cabe ao Ibama dizer quem é ou quem não é comunidade tradicional.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Perfeito. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, eu vou fazer a minha última pergunta, a terceira, e para ser justo eu farei três perguntas de brasileiras e brasileiros. Quase 300 perguntas vieram pelo Portal e-Cidadania e a nossa Secretaria vai enviar a todos os nossos sete convidados todas as perguntas e, no tempo que vocês tiverem, ao respondê-las, nós enviaremos para vocês que participaram até agora e que fizeram belíssimos questionamentos.

A minha última: quais são os benefícios econômicos esperados com a construção da hidrovia? Esses benefícios justificam os possíveis impactos negativos sociais e ambientais?

Quem deseja responder? Bruno? Mariana? Os dois, então.

A SRA. MARIANA VAINI DE FREITAS DAHER (*Fora do microfone*.) – Você começa, depois eu termino.

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO (Para expor.) – Está bom. Com licença, então, Mariana.

Obrigado, Senador Kajuru, pela pergunta, ao cidadão.

Só aproveito a palavra para um pequeno esclarecimento. A Profa. Cristiane comentou sobre os 600km. Talvez a gente tenha uma pequena diferença de início de medição: os 600km a que eu me referi é justamente à jusante do Pedral de São João, Senador. Onde está o entroncamento da BR-153, toda a carga chega ali e, dali para a frente, onde passa pelo Pedral, como o senhor falou, dão uns 1,6 mil quilômetros. Talvez o da Professora seja um pouquinho depois, à montante do Pedral; mas os meus 1,6 mil quilômetros começam à jusante do Pedral. Então, por enquanto, para os 600km, a gente não precisa tirar o Pedral de São João, está bom?

E sobre os benefícios da hidrovia, a Diretora Larissa comentou, a Mariana também. Além dos benefícios ambientais, a hidrovia é muito mais sustentável do que qualquer outro modal. E, respondendo, para ter a hidrovia... a hidrovia é para escoar a nossa produção, para tirar os caminhões da rodovia e botar na hidrovia. Se não tiver hidrovia, a nossa produção vai continuar sendo grande e vai continuar sendo escoada pela rodovia.

Vou falar um pouco sobre os benefícios não só do agro e da mineração, mas de todo o desenvolvimento que não só a hidrovia, mas a rodovia e a ferrovia trazem. É pena que a Senadora Martinelli saiu, ex-Prefeita de Sinop, porque ela conheceu o desenvolvimento na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidade de Sinop com o agronegócio. O PIB do Mato Grosso cresceu, nos últimos 19 anos, Senador Kajuru, em uma média de 4,6%, enquanto o nacional, 2,1%. Ele só perde para o de Tocantins, que foi de 4,7% nesses últimos 19 anos.

Este é o tal benefício da hidrovia: a gente tirar os caminhões da rodovia e baratear o frete do nosso agronegócio, da nossa produção mineral, o que fará com que tudo o que o Brasil produz fique mais barato no exterior. Vai ficar mais dinheiro na mão do produtor, vai ficar mais dinheiro na mão do trabalhador do produtor, que vai comprar, vai fazer um rancho maior – parafraseando o Senador –, que vai aumentar a renda do pessoal do mercadinho, e assim vai... Essa sequência os senhores e as senhoras conhecem muito bem. Esse é um dos principais benefícios da hidrovia.

Senador, o Senador está pedindo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Bene, pois não.

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para interpelar.) – Agradeço muito a exposição, mas eu quero esclarecer que, hoje, a maior parte da distância percorrida por caminhões é em torno de 300km a 400km, até o eixo da Ferrovia Norte-Sul. Não se desloca mais para os pontos de escoamento, para exportação, etc. Basicamente, desde Porto Franco, há diversos pontos de receptação da carga agropecuária, que, então, é posta no eixo ferroviário. E a ferrovia praticamente corre paralelamente à hidrovia. Não estou contra, de forma alguma. A minha preocupação...

Eu sei, porque conheço bem lá, que à jusante é tranquilo. O problema da Hidrovia Araguaia-Tocantins está à montante de Tucuruí, em que todos os outros pedrais – São João, Itaguatins... Estreito tem eclusa? Tem eclusa no Estreito?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Isso. Mas tem que ser abordado acima, à montante. Essa é que vai realmente permitir a viabilização do projeto da Hidrovia Araguaia-Tocantins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigadíssimo, Senador Bene, do Maranhão.

Falou, portanto, o Bruno de Oliveira Pinheiro, que é o Secretário Especial de Estudos e Projetos da Antaq.

Também deseja fazer a sua observação... Novamente, devolvo a palavra à Sra. Mariana Vaini de Freitas Daher, Coordenadora de Manutenção e Serviços Aquaviários do Dnit.

A SRA. MARIANA VAINI DE FREITAS DAHER (Para expor.) – As respostas estão muito boas dos meus colegas, e eu só queria complementar dizendo que toda obra gera impostos. Então, os municípios que estão ali na região já estão recebendo impostos desde lá do projeto, antes mesmo de a obra começar, dos estudos.

A gente tem um imposto que chama o ISSQN, que já está sendo pago para esses municípios, e as prefeituras podem aplicar esses impostos para a melhoria dos serviços públicos para a população. É importante constar isso também. É uma aplicação direta e um impacto, vamos dizer assim, positivo direto para a população, no sentido de que as prefeituras estão recebendo mais impostos, e os Prefeitos têm a oportunidade de aplicar em melhorias do serviço público para essa população que está na região, além do que já foi falado sobre as oportunidades de negócios e de empregos que vão se ampliar na região para essas pessoas – além do que já foi falado, das oportunidades de negócios, de empregos que vão se ampliar na região para essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Perfeito, Mariana.

Eu vou deixar para que todos, por gentileza, respondam ao meu *e-mail* que a minha eficiente assessora Liana vai entregar a todos e passar aos que estão por videoconferência, porque eu fico aqui, como Senador representando o meu amado Estado de Goiás, sem entender algo. Um Procurador Federal importantíssimo, que já prendeu vários políticos – ele é duríssimo – , inclusive um ex-Governador de Goiás... Eu brinco com ele que ele é apaixonado por ver político em camburão. O nome dele é Mário Lúcio de Avelar. Ele deixou claro para mim que a hidrovia no Rio Araguaia acontecendo será a destruição do rio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria que os senhores e as senhoras pudessem responder para mim qual é o equívoco dele, em que ele está enganado ao fazer essa afirmação, também feita para a imprensa goiana, de que seria a destruição do nosso amado e rico Rio Araguaia.

As perguntas agora pelo Portal e-Cidadania. Sendo justo, só farei três.

A Ruth, do Distrito Federal – parece que essa já foi respondida, mas, se alguém quiser acrescentar algo –, pergunta: "Quais são os principais impactos ambientais esperados com a implementação da hidrovia, especialmente em relação aos ecossistemas da região?".

Mariana.

A SRA. MARIANA VAINI DE FREITAS DAHER (Para expor.) – A gente já vem falando, desde o início, dos impactos positivos e negativos.

Durante as obras, eu acho que é importante constar que os impactos, em grande maioria, são temporários. Então, a gente está falando de uma obra que tem impactos negativos, especialmente impactos temporários. Então, eu sei que é uma preocupação: "Mas os peixes, a água?". Isso tudo está definido lá no estudo de impacto ambiental. A gente tem impactos no meio físico, no meio biótico, no meio socioeconômico. Vai atrapalhar a pesca? Vai. Vai ter impactos nos peixes? Vai. Vai ter impacto... Com a retirada das rochas, você vai mudar um pouco o ambiente? Vai, vai também, só que são impactos pequenos e são temporários – a maioria deles; a retirada das rochas é permanente, lógico –, mas isso tudo está dimensionado no EIA/Rima, está também retratado nos estudos que a gente protocolou agora no Ibama. E, para cada impacto desse, obrigatoriamente o Ibama nos exige que tenha uma medida de mitigação; se não puder mitigar, a gente tem que compensar, que é o que eu expus antes.

Então, por exemplo, na pesca, "vai atrapalhar o pescador a pescar no momento da obra?". Vai, então a gente tem que mitigar. O que a gente vai fazer? Vai compensar, no caso. A gente vai pagar para esse pescador. Enquanto ele não puder pescar, a gente vai pagar para ele não ter diminuição da renda mensal dele. Então, esses são alguns pontos que eu queria deixar claros. "Vai ter impacto sobre os peixes?". Sim, vai ter detonação, alguns peixes vão morrer, só que a gente vai fazer isso de uma forma controlada. A gente tem programas e medidas que são feitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em outras obras, que são conhecidas na literatura, e a gente vai aplicá-las, para que não ocorra tanto impacto e para que a gente possa controlar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Mariana.

O Sr. Alberto Akama, Pesquisador Titular do Museu Paraense Emílio Goeldi, deseja fazer uso da palavra por videoconferência, por fineza.

O SR. ALBERTO AKAMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Jorge Kajuru, boa tarde agora. Acho que iniciamos com bom dia e já estamos em boa tarde.

Alguns desses impactos ambientais, alguns deles não foram levados em conta, em termos de medidas climáticas, e a gente pode pensar então que, com esse canal sendo criado, e o bota-fora sendo de um canal, pode ser que haja uns sinais ambientais na cidade de Marabá. Com esse sinal de mudanças climáticas, pode ser que a cidade de Marabá sofra mais enchentes, com maior frequência, maior intensidade, se você diminuir a profundidade do canal onde vai ser realizado o bota-fora.

Então, esses bota-fora fora do rio, dentro do rio, precisam ser definidos de maneira mais clara, e a modelagem hidrológica precisa ser mais bem representada.

O Bruno já falou o que vai ser feito, então vamos aguardar. Não vou ficar batendo boca sobre um assunto em que a gente precisa ter, de fato, mais dados.

Sobre o impacto das espécies, não é tão simples assim como a Mariana colocou. As medidas de monitoramento não estão adequadas ainda. Confesso que eu não vi a complementação, mas, pelo que eu tinha lido anteriormente, não são adequadas.

Precisa ser feito um melhor monitoramento durante o teste piloto. Precisa ter uma telemetria, ou seja, a marcação dos peixes com radiotelemetria, para marcar aonde esses peixes vão, se realmente o afugentamento funciona, porque eu mergulho naquela região. Eu conheço aquela região. Os peixes, quando vocês plantam ali, eles vão para dentro da toca, para o fundo do buraco. E, aí, vocês explodem a pedra e, aí, não vai nem ter peixe morto, porque o peixe vai estar soterrado sob pedras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essas medidas são bastante complicadas e não são respondidas com a metodologia que estava no EIA anterior. Não sei se não foi modificada ainda.

Então, era isso que eu tinha para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Muito obrigado, Alberto.

O Dimas, do Rio Grande do Sul, pelo Portal e-Cidadania, pergunta: "Como o escoamento de grãos, através da hidrovia, impactará a qualidade da água dos Rios Araguaia e Tocantins?".

Quem deseja responder, por fineza? (*Pausa.*)

Bruno.

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO (Para expor.) – Obrigado, Senador Kajuru, pela pergunta, ao cidadão...

Até aproveitando, respondendo à pergunta do procurador que o senhor citou, o Procurador Avelar, como comentei com o senhor no início da audiência, a Antaq não estuda ainda nenhuma hidrovia do Araguaia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É verdade. O Senhor me falou.

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO – Está no nosso PGO a hidrovia no Tocantins. A gente não estuda... Tenho que falar "ainda", porque vai que tem uma orientação diferente do poder governamental, mas não há na nossa mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É, porque ele informa que isso está sendo feito sorrateiramente por uma quadrilha de políticos e empresários. Ele deu essa entrevista lá em Goiás.

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO – Ainda bem que, na Antaq, a gente não tem esse tipo...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E ele é muito sério. Ele é muito sério. Quando ele fala, ele tem provas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO – Na Antaq, graças a Deus, a gente não tem esse tipo de quadrilha. Então, posso afirmar ao senhor, em documentos políticos...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O senhor não é nem político, nem empresário. Ele falou de políticos e empresários. (*Risos.*)

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO – Nada contra. Nada... Políticos e empresários que fazem quadrilha. Nada contra, nada contra...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Por isso que estou dizendo que o senhor não está incluso nisso.

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO – ... nada contra.

Mas em documentos públicos, porque a gente não tem nenhum estudo, mais uma vez, do Rio Araguaia. Só do Tocantins.

E dos outros? Mapa do Paraguai, Madeira...

E, sobre os benefícios, sobre o problema da água...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A pergunta.

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO – ... a pergunta da água... Então, já excluiu o Araguaia, falando do Tocantins?

Todas as embarcações que hoje navegam no Madeira, no Amazonas, no Paraguai, no Tapajós, são embarcações modernas e que têm... Se tiver algum problema de vazamento de combustível, como tem no mar, vai ser mitigado, será corrigido, mas hoje a gente não vê, em nenhum lugar, notícias de combustível vazando no Rio Amazonas, no Rio Tapajós, no Rio Paraguai, que no ano passado movimentou 9 milhões de toneladas.

Então, não é porque a embarcação está no rio que vai melhorar ou piorar a qualidade da água. Não vai melhorar, mas também não vai piorar. Um único vazamento, se tiver um acidente – graças a Deus, na regra, é muita exceção; não é exceção, não; é muita exceção –, será contido, com certeza. Está bom?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu que agradeço, Bruno.

A última pergunta, a terceira, como eu só fiz três também, do Portal e-Cidadania é da brasileira Naiana, da Bahia, que questiona: "Quais medidas de amparo [...] às famílias ribeirinhas serão tomadas caso a obra seja executada?".

Alguém quer acrescentar?

Mariana, por fineza.

A SRA. MARIANA VAINI DE FREITAS DAHER (Para expor.) – Sim. Quero falar um pouco mais do Programa de Indenização e Compensação Social, que eu acho que é um programa bem importante nesse estudo e foi um programa idealizado durante os estudos. No EIA/Rima, ainda a gente não tinha claro como é que isso ia acontecer e, na licença prévia, isso trouxe um esclarecimento bem importante junto com o Ibama. Nesse programa, além da compensação financeira, que o Dnit vai pagar mensalmente para quem for impactado, ainda existem medidas mais rápidas. Por exemplo, se acontecer uma poluição da água naquele momento e as pessoas não puderem usar aquela água, a pessoa vai receber de forma célere água potável; se precisar de uma cesta básica para atender uma família de forma emergencial, também está previsto fornecer cesta básica.

Foi falada da questão das escolas, não é? Se a obra estiver em alguma rota que interfira na movimentação daquelas crianças que estão indo para a escola, a obra vai ter que se adequar à realidade das pessoas, as crianças vão continuar indo para a escola. Então, a obra vai ter que ser feita, vai ter que ser realizada para que essas pessoas continuem tendo sua vida, especialmente quando a gente está falando de crianças. Então, a obra tem que se adequar à vida das pessoas que estão ali na região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação aos pontos de pesca, a gente já fez esse diagnóstico de quais são os pontos de pesca, junto com os pescadores inclusive e com dados. Inclusive, a Profa. Cristiane tem estudos na região, e a gente usou os dados dela também. Então, usando todo esse arcabouço de dados que a gente tem, tanto diretamente fornecidos pelos pescadores como pela Profa. Cristiane, a gente já traçou quais são as frentes de obra que vão interferir com os pontos de pesca e quais são as rotas alternativas. Se o pescador quiser uma rota alternativa, a gente também já estudou isso. Caso não tenha uma rota alternativa, ou o pescador não tenha condições de fazer essa rota, ele vai ser indenizado e vai receber as compensações que estão dentro desse programa.

E, dentro do Programa de Indenização e Compensação Social também, a gente está prevendo apoiar o projeto de quelônios que existe lá na região, que é feito pela Vila Tauiry. É uma iniciativa dos próprios pescadores de fomentar a biodiversidade da região, especialmente relacionada com as tartarugas, que são os quelônios. Então, isso está dentro do Programa de Indenização e Compensação Social, uma iniciativa do Dnit. Isso está dentro do programa e vai ser avaliado também pelo Ibama, se o Ibama concorda.

E também dentro do Programa de Indenização e Compensação Social, estão previstas bolsas de estudo para pesquisadores que estudam ictiofauna. Então, Prof. Akama, dê uma olhada lá no estudo, eu acho que você vai gostar dessa parte. A gente está prevendo também modernizar um laboratório dentro de uma universidade pública que trabalhe com ictiofauna, justamente para melhorar os estudos da região, especialmente voltado para as espécies que estão ameaçadas. Essa foi uma proposta do Prof. Tommaso, que elaborou os estudos de ictiofauna recentes que nós fizemos. Então eu acho que é uma parte bem importante do processo de licenciamento em que a gente evoluiu em relação as espécies da região.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Mariana.

Bom, vamos concluir então rigorosamente esta nossa audiência pública com um novo pedido da palavra pelo Sr. Sadi, do Ministério Público do Pará. Depois, por fineza, eu entrarei na pauta deliberativa, liberando todos e todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Direi mais uma vez: normalmente se convidam três, no máximo cinco; eu decidi convidar a sete para este tema. Eu os cumprimento pela qualificação, pelo preparo de cada um dos senhores e das senhoras – no caso das senhoras, a Mariana e a Cristiane. Foi uma reunião importantíssima. Considero-a a mais completa, a mais robusta.

Aproveito para cumprimentar aqui o Senador do Maranhão Bene Camacho e dizer a você que foi a primeira vez que eu vi, em Comissão – me permita dizer; depois de mim, pergunte à Secretaria se é mentira – um Senador ficar do começo ao fim de uma reunião. Normalmente, o Senador fica meia hora, uma hora. Então parabéns pela sua postura e pela sua dedicação a essa causa.

Pois não, Sr. Sadi.

O SR. SADI FLORES MACHADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Kajuru, inclusive pela deferência de falar por último.

O Ministério Público fala por último justamente porque é um órgão que tem autonomia e independência. Independente de Governo, independente de posição política ou partidária, o Ministério Público é uma instituição permanente e que atua sempre nos ditames da ordem jurídica na sua atuação.

Em relação ao programa de compensação e indenização que foi referido aqui pelo Dnit, esse é um ponto crucial e é justamente essa a nossa preocupação: na ausência de consulta às populações que vão ser impactadas, não é possível saber se esse programa de compensação e de indenização é ou não adequado, porque a população precisa de ser ouvida sobre quais são as compensações e indenizações devidas. Se não houver uma consulta prévia a essas populações, a todas as populações, como eu disse na minha fala, que tem por característica o uso tradicional do rio e que vão sofrer obviamente impactos, não é possível se falar em compensação e em indenização.

Importante observar também que, ao contrário do que foi dito, o impacto não é temporário. É temporário se a gente considerar que o licenciamento diz respeito somente à dragagem e à derrocagem do Pedral, mas o licenciamento visa justamente à operação da hidrovia. Então esses prejuízos, esses danos, esses impactos são de caráter permanente, não são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só durante o período em que a obra estiver sendo realizada. Na verdade, isso corrobora o que eu havia dito antes: o que se está fazendo é fatiar um licenciamento de operação da hidrovia, justificando que se trata de mera derrocagem e da dragagem do rio. Então não são impactos temporários. O dimensionamento não está sendo feito da forma adequada, como a prévia havia informado.

E aí, mais uma vez, repiso a nossa preocupação em relação a isto: a ausência de um monitoramento adequado que leve em conta os impactos futuros. O nosso maior temor é justamente que esses prejuízos se tornem, como em tantos outros grandes empreendimentos, fato consumado e que depois é que se vá em busca de todo o prejuízo não só para as populações, mas inclusive para o Estado brasileiro, que uma operação, um empreendimento desses, se não for conduzido de maneira adequada, pode causar.

Então, é o conjunto da população, não só do Estado do Pará, do Estado do Goiás, do Tocantins e do Maranhão, mas da população brasileira. É um prejuízo que não pode ser dimensionado sem a essas adequações, essas correções que nós apontamos.

Obrigado, Senador!

Obrigado a todos os convidados e à audiência presente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu que agradeço, Sadi, do Ministério Público do Pará.

Aproveito para agradecer aqui, porque fiz uma observação, à Sra. Mariana, que disse: "Senador, estou à disposição para uma segunda audiência pública em relação a um tema tão fundamental em nosso país".

Tenho certeza de que os demais também concordariam, como aqui disse o Bruno, com mais uma audiência pública.

Eu fiz elogios, só vi virtudes nesta audiência pública, mas houve uma falha da minha assessoria e, de um modo geral, do Senado, e vou dizer qual é humildemente. Uma audiência como esta, com sete convidados – e eu penso que a experiente Secretaria vai concordar comigo –, o dia ideal para se realizar é uma segunda-feira. Por quê? Porque segunda-feira não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissões, não tem reuniões. Normalmente... Às vezes, não tem nem Senador aqui, não é? (*Risos.*)

Desculpem-me. O Kajuru é assim e vai morrer assim. E podem ter certeza de que eu vou morrer de parto aos 120 anos.

Então, segunda-feira é um dia mais tranquilo, não tem sessão deliberativa. Daqui a pouco começa a sessão, às 2h da tarde, e a gente tem que estar lá, a gente tem depoimentos, tem tribuna. Então, quero pedir, então, para uma próxima, que a gente, por gentileza, especifique a data de segunda-feira, porque aí ficamos aqui dia, noite, paramos para almoçar e voltamos, sem nenhum problema. Perfeito? Por gentileza.

Bem, todos os senhores e as senhoras estão liberados.

Deus, saúde, alegrias e vitórias para seus familiares e amigos neste 2024!

De novo, agradecidíssimo por tanto conteúdo que vimos nesta audiência pública.

Eu, rapidamente, vou à pauta deliberativa, ao item 1.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 42, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Exma. Sra. Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a situação dos incêndios e queimadas em todo o país .

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A autoria é da Senadora Leila do Vôlei, Presidente desta Comissão de Meio Ambiente e, se Deus quiser, a próxima Governadora do Estado do Distrito Federal, que não suporta mais tanto "enganês".

Concederei a palavra à Senadora Leila Barros na próxima reunião que nós vamos ter.

Coloco em votação simbólica este requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o requerimento.

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 43, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 36/2024 - CMA seja incluído o seguinte convidado: o Senhor Bruno de Oliveira Pinheiro, Secretário Especial de Estudos e Projetos da Antaq.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Para concluir, votação simbólica.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Antes de encerrarmos definitivamente os nossos trabalhos, submeto à deliberação do plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 32ª Reunião, realizada em 21 de agosto de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata, então, está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Aqui eu gostaria de agradecer à minha equipe de gabinete, eficiente como sempre, em especial às assessoras parlamentares Diana Lins, Liana Miranda e Caroline da Luz.

Quero agradecer, em especial, ao craque deste Senado Federal, Secretário Airton Aragão Júnior, pelo carinho dele e a compreensão com a minha visão e o tamanho das letras 52, mas fiquem tranquilos, porque eu também não vou ficar cego e eu só enxergo o que eu quero. (*Risos.*)

É bom um pouco de humor na vida, não é?

Então, Airton, muito obrigado, querido; e aos servidores tão eficientes, como o Marcus Vitral, a Mariana Tavares, a Jéssica Oliveira, o Leife Montalvão e a Simone Mazer, e à estagiária Bárbara.

Perceberam que a maioria é formada por mulheres? Pois repito e encerro: os homens são importantes; as mulheres são essenciais.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada esta importantíssima e marcante reunião.

Até a próxima.

Agradecidíssimo, pátria amada, Brasil brasileiro.

(*Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia quatro de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Zequinha Marinho, Margareth Buzetti, Bene Camacho, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Jaques Wagner, Teresa Leitão, Flavio Azevedo, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Rosana Martinelli, Jorge Seif, Tereza Cristina e Damares Alves, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Angelo Coronel, Izalci Lucas, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Augusta Brito, Wilder Morais, Professora Dorinha Seabra e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano e Marcos do Val. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Comparecimento da Ministra Marina Silva (MMA)**, atendendo ao requerimento REQ 42/2024 - CMA, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Finalidade:** Comparecimento da Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a fim de prestar informações sobre a situação dos incêndios e queimadas em todo o país. **Participante:** Sra. Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Resultado:** Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de setembro de 2024.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Ofício SEI nº 3.629, de 2024, do Ministério do Planejamento e Orçamento, dirigido à Subcomissão do Pantanal, em resposta a questionamentos do Senador Wellington Fagundes sobre as ações de combate ao fogo no Pantanal, no qual informa que a coordenação dessas ações está a cargo do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima.

Comunico ainda que no dia 29 de agosto, os Conselheiros desta CMA no Conama, Simone Mazer e Habib Fraxe, participaram do seminário no Ibama sobre controle e transparência das autorizações de supressão de vegetação, organizado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. O evento reuniu instituições como o MapBiomas, o Inpe, a UFMG, para discutir o desmatamento, seus impactos, desafios e propostas para as autorizações de supressão de vegetação, além de oficinas, para aprimorar a implementação do Código Florestal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 33ª Reunião, realizada no dia 28 de agosto de 2024.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Bom, primeiramente, eu gostaria de dar bom dia aos meus colegas aqui presentes: Senadora Teresa Leitão, Senador Flavio Azevedo, Senadora Rosana Martinelli e Bene Camacho. Grata por estarem aqui conosco, nesta manhã. Em especial, também cumprimento a nossa convidada nesta manhã, a Ministra do Meio Ambiente, ex-Senadora também, por dois mandatos – até perguntei para ela: "Dois mandatos aqui, Ministra?" –, Ministra Marina Silva e toda a equipe do MMA. Também cumprimento o Presidente do Ibama, o Rodrigo Agostinho. Agradeço a todos pela presença, assim como à equipe também: à nossa equipe daqui, da Comissão, e à equipe do MMA.

Sra. Marina Silva, colegas Parlamentares...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento também a mídia, que está aqui acompanhando esta visita da Ministra aqui, conosco, no Senado Federal – perdão.

Bom dia, Senadora Paim.

Sra. Ministra Marina Silva, colegas Parlamentares, representantes da sociedade civil e todos os que nos acompanham, iniciamos esta reunião em um momento de extrema gravidade para o Brasil e para o mundo. As queimadas que assolam o nosso território são um reflexo direto do cenário de emergência climática que enfrentamos. Nos momentos em que nos deparamos com os estragos desses eventos extremos, passamos a compreender o tamanho do monstro que temos a enfrentar.

Quero prestar minha homenagem e solidariedade a todas e todos que estão na linha de frente, lidando com as chamas que consomem o país. Quero ressaltar as brigadas dos corpos de bombeiros, os brigadistas, as equipes do Ibama e do ICMBio, das instituições estaduais e municipais envolvidas nessas atividades, os grupos de apoio e resgate a animais e toda a população que vive dias de desespero ao ver essas vidas sendo afetadas pelas chamas.

Neste momento, gostaria de homenagear o Brigadista Uellinton Lopes dos Santos, morador daqui, do Distrito Federal, do nosso Distrito Federal, que perdeu a vida enquanto lutava para proteger o nosso Patrimônio Natural no Parque Indígena do Xingu, no Estado do Mato Grosso. Sua dedicação é um lembrete doloroso do sacrifício que tantos fazem na linha de frente dessa batalha. Então, meus sentimentos e a minha solidariedade a todos os amigos e à família do Brigadista Uellinton.

Bom, estimados colegas Senadoras e Senadores, membros dessa Comissão, demais colegas aqui presentes e todos que nos acompanham pelas mídias do Senado Federal, não há como iniciar o debate hoje proposto sem antes lembrar o contexto que nos trouxe até aqui.

Em todas as reuniões, eu tenho insistido nesse assunto e assim continuarei enquanto estiver Presidente da Comissão. Estamos vivendo um cenário de emergência climática. Já há um novo normal diante de nós e estamos, a cada dia, com menos tempo para nos adaptarmos a essa nova situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se não aceitarmos essa realidade para, enfim, desenvolvermos e implementarmos políticas públicas baseadas em conhecimento, caminharemos rumo ao precipício. Este olhar eu quero dizer que é essencial para que os diferentes setores da sociedade possam atuar de forma a minimizar os riscos que esse cenário de extremos climáticos nos obriga a viver.

Soma-se a essa realidade de emergência climática, que não depende apenas de nós brasileiros, outros desafios que enfrentamos internamente.

A Associação dos Magistrados Brasileiros publicou um estudo que detalha como lógica criminosa para o uso e ocupação de terras, principalmente na Amazônia, está se consolidando. Trata-se de uma atividade praticada por redes organizadas, com lavagem de dinheiro, corrupção e uso de "laranjas" para se operacionalizar. Considerada a terceira atividade ilegal mais lucrativa do mundo, segundo a associação, o crime ambiental hoje movimenta entre US$110 a US$280 bilhões anualmente, causando prejuízos de até US$9 bilhões em impostos, ou seja, existem grupos poderosos que se aproveitam da população local para executar os seus crimes. E, nessa lógica, está o desmatamento ilegal diretamente ligado à ocorrência de queimadas.

É preciso compreender como os diferentes entes da Federação vêm implementando suas políticas ambientais. Quais são as ações de mitigação e adaptação diante desse cenário de extremos climáticos? Como os entes estaduais vêm executando e monitorando suas autorizações para o uso do fogo, para a supressão de vegetação e o licenciamento de atividades produtivas no campo? É preciso lembrar que não há atividade isenta de risco. A depender do local, da área, da intensidade da atividade, toda e qualquer atividade pode gerar riscos ao meio ambiente, à saúde humana e aos próprios sistemas produtivos.

Agora, portanto, é o momento de unirmos esforços para controlar mais esse desafio. A discussão aqui é clara: precisamos combater o desmatamento e o fogo criminoso com firmeza, ao mesmo tempo em que nos preparamos para enfrentar esse novo cenário climático. O Governo Federal tem um papel crucial neste momento. E aproveito para agradecer à Ministra Marina Silva, que comparece a essa Comissão para nos esclarecer sobre as ações em curso por parte da pasta que comanda.

No entanto, as atribuições não se limitam apenas ao Governo Federal; os estados, os municípios, o setor privado e toda a sociedade têm responsabilidades que não podem ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ignoradas. Somente com um esforço conjunto – eu só quero reforçar isso, não estou apontando para nenhum setor, só estou chamando todos aqui para esse debate – seremos capazes de enfrentar esses desafios de forma mais eficaz.

Nesse sentido, não posso deixar de destacar uma importante contribuição do Parlamento, quando aprovou o projeto de lei que deu origem à Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo – isso foi aprovado aqui na nossa Comissão e no Plenário de forma célere; e aí eu quero agradecer não só à Comissão, mas a todo o Senado Federal –, estabelecida hoje pela Lei 14.944, sancionada em 31 de julho deste ano. Este é um exemplo claro de colaboração entre os entes federados. A política será implementada em colaboração entre os entes: a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, a sociedade civil e o setor privado, todos atuando em conjunto, todos.

Ministra Marina, sua presença hoje aqui é fundamental para entendermos em detalhes as ações que estão sendo implementadas em nível federal para enfrentar essa situação. Reconhecemos que, em anos recentes, houve desafios significativos na política ambiental, com o aumento do desmatamento e focos de queimada, além de dificuldades no combate ao fogo devido às limitações de recursos, como a interrupção no Fundo Amazônia, cujo recurso é essencial para ações de comando e controle do Ibama, por exemplo, que está aqui sendo representado pelo seu Presidente Rodrigo Agostinho.

Eu aproveito para lembrar que estamos no prazo, até dezembro deste ano, para a realização das conferências municipais de meio ambiente. É importante que toda a sociedade esteja atenta às propostas dos futuros líderes municipais. As conferências são, portanto, uma oportunidade para aproximar o poder público municipal e toda a sociedade para debater a situação que estamos vivendo. As conferências municipais, as livres, a distrital e as estaduais irão culminar na V Conferência Nacional do Meio Ambiente, que ocorrerá no próximo ano, no ano de 2025. O tema da conferência não poderia ser outro: "Emergência Climática: o desafio da transformação ecológica".

Agradeço, portanto, a presença da Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, toda a sua equipe que comparece hoje a esta Comissão para nos ajudar a compreender a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação e melhor desenhar nossas estratégias de atuação, principalmente aqui na nossa Comissão.

Sem mais me alongar, eu passo a palavra para a Ministra Marina Silva. Antes, farei algumas pequenas orientações com relação a nossa audiência.

Eu vou dar a orientação.

Ministra, a senhora fique à vontade para sua explanação.

Temos uma lista de oradores aqui e darei a palavra aos colegas na sequência, de acordo com a lista.

Obrigada a todos que estão presentes, Senador Jaime Bagattoli.

Por favor. Bom dia, Ministra.

A SRA. MARINA SILVA (Para expor.) – Bom dia a todos, a todas.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer e cumprimentar todos os Senadores e Senadoras, na pessoa da nossa Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, Senadora Leila Barros. Quero agradecer a presença de todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, os trabalhadores da imprensa e demais pessoas que assessoram os Senadores nesta casa.

Agradeço à minha equipe aqui; ao Presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho; ao Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental; ao Presidente do ICMBio, Mauro Pires, que também está entre nós; e aqui, ao meu lado, ao Secretário Extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial, André Lima, uma secretaria que foi criada já pensando em como fazer o enfrentamento do grave problema que estamos enfrentando desde a transição.

Então, Senadora Leila, muito obrigada pelo convite para que eu possa trazer aqui algumas informações e possamos fazer um debate com as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores sobre os problemas que estamos enfrentando em relação à dinâmica dos incêndios.

Enquanto eu estava aqui e V. Exa. fazia essa fala tão relevante e significativa, não poderia deixar de pensar que, como Senadora da República durante 16 anos, desde 1995, eu dizia que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso que está acontecendo ia acontecer. E é muito interessante estar aqui, infelizmente, para falar de algo que poderia ter sido prevenido se o Brasil e o mundo tivessem feito o dever de casa para que a mudança do clima não chegasse ao ponto que chegou. Mas, obviamente, esse não é um fator apenas em função da mudança do clima. Ele é um agravante, mas ele é, sobretudo, em função de uma visão inadequada de como fazer o uso do fogo, de como fazer o uso da floresta e da nossa biodiversidade, trazendo prejuízos irreparáveis para todos os biomas. No caso, os mais afetados nesse momento são a Amazônia e o Pantanal, mas também já começa a acontecer algo semelhante no Cerrado e demais biomas brasileiros.

Eu gostaria de começar falando muito rapidamente, para depois os senhores e senhoras poderem fazer suas perguntas, suas indagações, questionamentos, críticas e assim por diante, sobre dois cenários que, paradoxalmente, são, ao mesmo tempo, altamente negativos e altamente positivos. Vejam como são as coisas. Do ponto de vista do cenário negativo, nós estamos diante de uma situação que envolve a combinação de vários fatores, como, por exemplo, termos grandes estiagens que estão acontecendo no nosso país inteiro – só dois estados das unidades da Federação não estão afetados severamente por escassez hídrica severa. Em alguns casos, nove estados da nossa Federação estão afetados, no seu território, 100% em relação à estiagem severa, escassez hídrica severa. Os demais, em algum nível, igualmente comprometidos, e apenas dois não estão vivendo essa situação.

Posso dizer que em relação ao Pantanal é a maior estiagem dos últimos 74 anos, segundo os dados do Cemaden e dos meteorologistas que acompanham essa questão. No caso da Amazônia é a maior estiagem dos últimos 40 anos, segundo os mesmos especialistas.

Essa combinação de temperaturas altas, baixa precipitação e um processo intenso de evapotranspiração cria um círculo vicioso, em que a cada ano nós estamos vendo o Pantanal perdendo volume de água e os rios da Amazônia não conseguindo alcançar a sua cota de cheia. E aí, sim, entra uma combinação perversa de desmatamento, mudança do clima, El Niño, La Niña e atividade criminosa de atear fogo na floresta, seja ela depois de derrubada, seja ela ainda em pé, para gerar processos de degradação ou mesmo a prática de renovação de pastagem, que acaba, em muitos casos, transbordando para as áreas com floresta ou até mesmo para a área com agricultura ou outro tipo de atividade econômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um processo que os meteorologistas estão dizendo que, nesse momento que está acontecendo, tem a ver com a dinâmica que acontece, sobretudo, no Cerrado e no Pantanal, que são ignições naturais em função de relâmpagos e de raios que se precipitam sobre o território com matéria orgânica altamente ressecada, que entra em combustão e faz com que o fogo comece a se propagar. Em um cenário de baixa umidade, como tivemos ontem aqui em Brasília – acho que ficou algo em torno de 7% a umidade relativa no ar... No caso do Pantanal, chegamos a 8% da umidade relativa do ar, com incêndios em que, segundo o monitoramento que estamos fazendo, cerca de 85% eram dentro de propriedades privadas, a outra parte era distribuída entre terra indígena, unidade de conservação estadual, unidade de conservação federal.

E uma coincidência onde temos mais desmatamento, como foi o caso de Corumbá: mais ignições, mais incêndios, um aumento de mais de 50% do desmatamento, e o município está respondendo por cerca de 50% dos incêndios que estão ainda assolando o Mato Grosso do Sul.

Tivemos ainda um problema, que foi a antecipação do período seco e do processo de combustão, que começou a acontecer por ação humana, já que não se trata de incêndios naturais. Isso começou a acontecer dois meses e meio antecipadamente, o que mostra que, se não tivéssemos nos preparado desde janeiro de 2023 para tomarmos as medidas que estão em curso, nós teríamos uma situação completamente incontrolável. Eu diria que o esforço que está sendo feito nesse momento é um esforço de tentar empatar o jogo com essas condições totalmente desfavoráveis.

São mais de 17 aeronaves, incluindo o KC-390, e os aviões do Ibama, do ICMBio, que são eficientes, mas têm a possibilidade de levar um volume de água bem menor, porém eles conseguem fazer uma ação combinada de três aeronaves fazendo o processo de resfriamento de forma seguida para que os brigadistas possam avançar, já que eles não podem fazer o trabalho deles em condições que coloquem em risco suas vidas. Um trabalho que vem sendo feito incansavelmente desde que começou esse processo, em maio. No final de maio, já começamos a colocar em prática isso.

Mas eu vou colocar com detalhes porque eu tenho uma linha do tempo em que posso disponibilizar aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras tudo que foi feito desde janeiro de 2023 até o presente momento, para que fique bem clara aos senhores a diferença entre enfrentar uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação extrema como a que estamos vivendo com preparo, ainda que as condições sejam completamente desfavoráveis, e o que seria fazer isso sem ter planejamento e sem ter preparo.

Há uma dinâmica que mudou. Nós estamos vivendo sob o novo normal, e esse novo normal cria uma situação que vai exigir do poder público, cada vez mais, capacidade de dar resposta para esses eventos que nós nem sabemos como irão se desdobrar daqui para a frente. Eu posso dizer para os senhores que, segundo os pesquisadores, se continuar o mesmo fenômeno em relação ao Pantanal, o diagnóstico é de que poderemos perder o Pantanal até o final do século. E isso tem um nome. Chama-se baixa precipitação, alto processo de evapotranspiração, não conseguindo alcançar a cota de cheia nem dos rios nem da área da planície alagada, portanto, a cada ano se vai perdendo cobertura vegetal. Seja em função de tratamento ou de queimadas, você prejudica toda a bacia, e assim, segundo eles, até o final do século, nós poderemos perder a maior planície alagada do planeta.

É terrível imaginar que isso possa acontecer, obviamente, por ação humana. Aí, alguém pode me perguntar: "Mas fomos nós, sozinhos, que fizemos isso?". Obviamente, não. O mundo é responsável também, porque nós temos... Em relação às florestas globais, elas são responsáveis por 80% das emissões de CO_2 que acontecem no planeta. O resto, Senadora, vem do uso de carvão, de petróleo e de gás – 90% das emissões, carvão petróleo e gás. E, nesse sentido...

Tudo bem, Senador Contarato e Senador Petecão?

Eu queria dizer para vocês que tem mais uma mudança que dá o indicador de que o clima mudou e que há um novo normal. O contexto é o seguinte: até há bem pouco tempo, a maioria dos incêndios, no caso da Amazônia, aconteciam em áreas que haviam sido abertas pela ação humana, seja em função de renovação de pastagem, seja em função de derrubada da floresta para atear fogo para garimpar nutrientes. Esse é o termo que se usa. Você derruba as árvores. A terra na Amazônia, no caso, não é uma terra muito fértil, o que ela tem é uma camada de, mais ou menos, 30 a 45 centímetros, em função da grande quantidade de matéria orgânica que vai se acumulando, mas, embaixo desses 30 a 40 centímetros, dificilmente, a não ser em Terra Preta, como dizem, terra dos indígenas, você não vai ter uma área que seja bastante propícia para as atividades econômicas. Mas a floresta cria o seu próprio alimento, cria o seu próprio nutriente, e essa camada de húmus, se é queimada, vai perdendo mais rapidamente esses nutrientes. Quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chove, ele é levado pela chuva. E aí você fica quatro, cinco, até oito anos com uma terra mais ou menos produtiva, seja para a agricultura, seja para a pecuária ou outras atividades, e ela vai perdendo a produtividade.

E o que se faz? Em vez de se restaurar, para aumentar a produção por ganho de produtividade, usando as tecnologias que já foram disponibilizadas pela Embrapa, historicamente, o que se tem feito é a pecuária extensiva ou outras atividades extensivas em que você derruba mais floresta, toca fogo, garimpa nutriente por quatro, cinco, oito anos, e, depois, mais floresta. Senador Confúcio Moura, o senhor sabe muito bem como é que isso acontece lá no Estado de Rondônia, e, obviamente, nós temos tecnologia para fazer correção de solos, para fazer restauração de áreas e assim por diante.

Então, esse fenômeno mudou da seguinte forma: hoje, cerca de 27%, mais ou menos 900 mil hectares, das áreas que estão sendo queimadas estão em áreas de atividade agropecuária na Amazônia. Olhem bem para o panorama dos incêndios: cerca de 27% dentro das áreas de atividade agropecuária, cerca de 41% dentro de vegetação não florestal, algo em torno de 1,4 milhão de hectares, ou seja, área que foi aberta, que, provavelmente, tem pastagem ou uma capoeira rala, e essas áreas estão pegando fogo, o mais são os campos e assim por diante.

Agora, notem um fenômeno diferente aqui: 32% em vegetação florestal. Até há bem pouco tempo, acho que isso representava, no máximo, em torno de 15% a 18%; agora, 32%. No Estado do Amazonas, no ano passado, 37% dentro de floresta primária. O que isso significa? Isso aí é um dado empírico e um dado científico. Significa que nós estamos num processo severo de mudança do clima, com a floresta entrando num processo de perda de umidade e se tornando vulnerável a incêndio, seja por ignição humana ou até, num futuro, se isso permanecer, por fenômenos naturais em função da incidência de raio. É uma química altamente deletéria, inimaginável, porque, se já é difícil combater...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA – Eu não sei se é para mim ou se é para os que estão falando.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Não, é para o geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode seguir, Ministra. Desculpe-me.

A SRA. MARINA SILVA – Obrigada, Leila.

Então, seja em função de ação humana ou em função dos eventos naturais, como falei.

Nesse contexto, nós, conhecendo esses dados... Porque existe uma diferença em não fazer política pública para fazer esse enfrentamento, e nós vivemos essa experiência durante quatro anos, infelizmente, mas existe uma diferença também em fazer política pública de qualquer jeito. Hoje, não dá para fazer política pública de qualquer jeito. Ela tem que ser feita com base em evidência. Ainda bem que, desde 2003, nós começamos o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal a partir de um seminário técnico-científico, ouvindo o que há de melhor da ciência, fazendo inclusive a avaliação dos dados para poder propor uma política pública altamente eficiente, que chegou até a menor taxa de desmatamento já conhecida na história do Brasil depois de ter alcançado a maior taxa, em 1995, de 29 mil quilômetros quadrados, e, em 2004, de 27 mil quilômetros quadrados. O plano que nós fizemos em 2003, implementado em 2004, levou o desmatamento para 4 mil e a algo em torno de 600km^2.

Se nós tivéssemos continuado aquela dinâmica, hoje teríamos desmatamento zero na Amazônia. E o mais interessante é que naquela época o desmatamento caía e o agronegócio subia a uma taxa de 2% ao ano. Isso é uma demonstração de que não precisa desenvolver destruindo o meio ambiente e a biodiversidade, porque, como eu disse, nós podemos aumentar a produção por ganho de produtividade. A Embrapa tem tecnologia para isso, nós temos até aqueles que já estão fazendo isso e é fundamental que a gente possa cada vez mais ampliar essas ações.

Eu disse que eu iria falar do contexto negativo. E, do contexto negativo, eu quero mostrar só rapidamente ali na tela, para que os senhores possam visualizar, o mapa da estiagem que nós estamos vivendo, da seca severa de que somente, acho, dois estados da nossa Federação não estão sob o impacto.

Se os senhores olharem, vão verificar que, de 2012 até – vamos dar um pulo aqui – 2022, a gente teve uma situação de bastante preocupação em relação a incêndios. Toda a parte vermelha tem a ver com o processo de estiagem no Brasil. É seca exponencial nessa parte mais vermelha; seca extrema na parte um pouquinho vermelha – sei lá o que a gente poderia dizer –; seca severa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na parte meio laranja; seca moderada na parte amarela; e normal vocês vão ver que as áreas são bem pequenas. Olhem como nós estamos em 2024 se comparado a 2023! O que isso está nos dizendo é que esses processos estão se tornando cada vez mais intensos, cada vez mais severos e frequentes.

Eu e o Senador Sérgio Petecão visitamos o Município de Brasileia no início do ano, com chuva severa. Agora o Acre está sob seca severa. É cada vez menor o período de chuvas e as precipitações estão caindo como uma pancada, sem condições de ter escoamento, mesmo nos grandes rios da Amazônia, com um período longo de estiagem.

Nós estamos sendo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARINA SILVA – Pode mostrar até o do balanço hídrico, se tem um segundo aí. Só para...

Não sei se está lá. (*Pausa.*)

Olhem aí. Vocês podem verificar o que é chuva e o que é escassez hídrica. Notem que nós estamos vivendo aqui, em 2024, a pior escassez hídrica já conhecida na Amazônia dos últimos 40 anos e no Pantanal dos últimos 70 anos, mas no país inteiro, ou seja, se não tivesse planejamento, se não tivesse reduzido o desmatamento, no ano passado, em 50% e, nesses primeiros seis meses, em 45,7%, essa química estaria incomparavelmente pior.

Eu peguei o desmatamento numa curva de ascendência de 60% e, quando eu ouço dizer que é a mesma coisa, eu trago os dados para que as pessoas possam ver que não é a mesma coisa. A situação meteorológica e climática é incomparavelmente pior, mas a capacidade de atuação está incomparavelmente maior, porque é a combinação de vários fatores que aí estão sendo sobrepostos para fazer esse enfrentamento.

A pergunta é: nós temos condição de fazer esse enfrentamento com os meios de que dispomos sem que ele traga consequências? A resposta é: vamos ter que ampliar cada vez mais o nosso esforço, mas nós não podemos ficar na lógica de botar com uma mão e tirar com as duas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu tenho vivido uma experiência que eu encaro como uma contradição do momento que a gente está vivendo. Ao mesmo tempo, somos cobrados que haja medidas para fazer o enfrentamento do fogo e, ao mesmo tempo, somos cobrados para que se façam investimentos que são altamente retroalimentadores do fogo. É um paradoxo! Eu não preciso citar aqui quais são esses empreendimentos, porque os senhores são muito bem informados e sabem o que é, mas, quando uma estrada é feita, o impacto ao longo da estrada, antigamente, era de 30km no raio de alcance e hoje chega a 50km no raio de alcance. Quanto mais desmatamento, mais isso afeta a mudança do clima, mais isso faz com que toda parte do equilíbrio meteorológico em relação à região, ao território seja alterada, inclusive com perda de nascentes, uma série de problemas que são criados. Isso é um processo de retroalimentação. Obviamente, como eu digo, são ossos do ofício – faz parte.

Um dia desse, a minha equipe... A gente estava numa reunião... E todo mundo sabe o tamanho do esforço que está sendo feito. O plano para a Amazônia são 19 ministérios; o plano para o Cerrado, a mesma coisa; o plano que nós estamos fazendo para o Pampa e para o Pantanal, a mesma coisa.

A verdade é que, neste momento, no caso do Ibama, nós temos cerca de 62 brigadas envolvendo o esforço que estamos fazendo na Amazônia. Nós temos uma ação que envolve cerca de 27 brigadas. Nós temos, por parte do ICMBio, 284 brigadistas. Nós temos 98 brigadas que estão espalhadas para poder dar conta do que estamos fazendo. São 1.468 brigadistas, sem falar do esforço consciente dos governos estaduais e de brigadas voluntárias dentro de comunidades, de assentamento e das propriedades.

O Presidente Lula aprovou uma mudança na lei para que diminuísse o interstício da contratação de brigadistas; nós vamos chegar a mais de 2 mil brigadistas e queremos que isso aconteça o mais rápido possível.

Nós saímos de uma situação no Governo anterior... Deixa-me ver se eu acho aqui o dado para poder falar com precisão em relação a ele.

As brigadas do Ibama, em 2022, eram algo em torno de 1.788 brigadistas. Em 2023, 2.108 brigadistas. Agora na frente de combate, já estamos contratando para mais de 3 mil brigadistas; há 2.255 brigadistas que estão distribuídos em várias regiões do país, sobretudo no Pantanal e na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia. Tivemos um aumento, de 2022 para 2023, de 17,9% em relação às brigadas; e agora o aumento em relação a 2022 e 2024 é de 26,1%. Portanto, não é a mesma coisa.

Isso significou ter que mudar a legislação, isso significou ter que aprovar crédito extraordinário de 170 milhões. Isso significou uma prioridade que o Governo fez de, mesmo tendo havido um corte para o combate ao fogo do Ibama e do ICMBio pelo Congresso Nacional, o Governo Federal ter reposto esse orçamento que havia sido cortado, isso antes do crédito extraordinário. Obviamente que o corte que o Congresso fez foi num contexto, e aí eu quero dar, digamos assim, meio *data venia*, porque, obviamente olhando para os dados, nós sabíamos. E aquele orçamento foi planejado exatamente porque nós estávamos olhando para os dados e para o que a ciência estava dizendo – mas, obviamente, nem todo mundo fica olhando para os dados.

Então, agora, para o ano que vem, é preciso que haja um esforço – e aí é um pedido, é um apelo para que, além dos recursos com que eu sei que nós já estamos trabalhando, do Governo Federal, quem quiser contribuir com isso, que virou motivo de preocupação de todos os Srs. Parlamentares – e eu acompanho, através da minha assessoria a preocupação nas redes sociais – , que isso tenha um indicativo de esforço também em meios que eu agradeço a aprovação que vocês fizeram da Lei do Manejo Integrado do Fogo.

Agradeço aqui ao Senador Contarato, à Senadora Leila, ao Senador Kajuru, ao Senador Nelsinho Trad, à Senadora Tereza Cristina; não vou citar todos, mas agradeço a todos os senhores por terem aprovado a Lei do Manejo do Fogo, inclusive retirando emendas para que o processo fosse aprovado de forma mais célebre.

Eu acho que essa é uma batalha que não é de esquerda, não é de direita, não é de oposição, não é de situação, quando não se é negacionista e se quer trabalhar. Repito: quando não se é negacionista e se quer trabalhar.

É de todas as pessoas de bem que olham para um cenário como aquele e que não podem jogar fogo no paiol de pólvora e depois dizer: "Por que você não apagou o fogo?". Esse é o momento de estarmos trabalhando como estamos trabalhando no Mato Grosso do Sul. E aí o Governador Eduardo Riedel tem tido uma postura exemplar. Temos trabalhado o ombro a ombro, e, se não fosse assim, não estaríamos pelo menos empatando o jogo lá no Pantanal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até uma semana atrás, por semana, abriam-se dez frentes de incêndio por semana. Isso significava mais equipe, mais intensidade das ações. Agora caiu para sete, e nós queremos que chegue a zero, porque, se não é em função de raio, é por ação humana; se está proibido, por uma lei estadual e por uma portaria do Ministério do Meio Ambiente, desde maio, do início deste ano, então, estão agindo fora da lei. Nós tivemos um incêndio aqui ao lado, aqui em Brasília. Já foram pegas duas pessoas, dois jovens ateando fogo. Em São Paulo, a mesma coisa. Obviamente que quem está investigando isso é a Polícia Federal.

Mas o cenário difícil era esse, o cenário para eu parar e para a gente poder começar a conversar.

O cenário interessante tem a ver com o contexto. Nós estamos fazendo esse debate, mas já existe um Plano de Transformação Ecológica, feito pelo Ministério da Fazenda, para que a dinâmica do desenvolvimento considere o fenômeno mudança climática, considere a necessidade de se continuar crescendo, mantendo emprego, gerando renda, enriquecendo o país. O Plano de Transformação Ecológica do Brasil foi debatido inclusive no G20 e se desdobrou numa das peças mais interessantes que eu tive a oportunidade de ver e de que eu vou falar logo em seguida.

O plano é baseado em seis eixos: adensamento tecnológico, finanças sustentáveis, economia circular, bioeconomia, infraestrutura resiliente e transição energética. Eu diria que esses seis eixos dão conta da transformação que o Brasil precisa fazer, e ele é implementado por vários ministérios. Nós temos já um PPA liderado pela querida amiga Simone Tebet. Das 80 propostas que temos no PPA, 50 tem medidas voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Isso é a política ambiental de forma transversal.

Nós já temos o retorno do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia. Em um ano, nós conseguimos uma redução de 50%. Nós já temos o plano do Cerrado, sobre o qual todo mundo, corretamente, quando o desmatamento começou a cair na Amazônia, disse: "Mas tem o Cerrado". E nós trabalhamos o plano aqui com a coordenação executiva, dentro do Ministério do Meio Ambiente, na Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento – dentro do Governo, coordenado executivamente por mim –, com os 19 ministérios que fazem parte, coordenados politicamente pela Casa Civil, que é do Ministro Rui Costa; é o Plano de Ação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado: provavelmente, por cinco meses consecutivos, o desmatamento já está caindo no Cerrado.

No último dado do Deter, somente o Estado do Piauí ainda remanescia numa curva de ascendência. A Bahia, que era a responsável pela maior taxa de desmatamento do Cerrado, foi a responsável por puxar para baixo o desmatamento, com mais de 50% de queda do desmatamento. E olhem os senhores, no caso da Amazônia, dos 70 municípios que mais desmatam: com o plano, a queda foi de 42% nos municípios que mais desmatam.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARINA SILVA – Cinquenta e três, o André não deixa perder nenhum percentual aqui: 53% de queda nos 70 municípios que mais desmatam. É uma tecnologia que, por ter sido feita com base em evidência, olhando para os dados, começou com a versão 1.0, em 2004, já está na versão 1.5, no caso da Amazônia; no Cerrado, versão 1.0; e nós vamos ter para o Pampa, vamos ter para o Pantanal, vamos ter para a Caatinga, para todos os biomas brasileiros. E é possível fazer isso sem prejudicar a dinâmica produtiva.

Aliás, o que está prejudicando o processo produtivo é o não respeito à reserva legal. Olha o que aconteceu no Rio Grande do Sul. Infelizmente, em 2021, foi aprovada uma mudança na lei para que as prefeituras pudessem construir nas áreas de preservação permanente, avançando sobre as áreas de preservação permanente. Dos 10 milhões de hectares de déficit de área de preservação no Brasil, 700 mil ficam no Rio Grande do Sul. Não por acaso o que aconteceu afetou.

Às vezes a gente pensa – e eu estou fazendo isso pedagogicamente – que ter área de preservação permanente é um empecilho ao desenvolvimento. Muito pelo contrário, não as ter pode ser um empecilho para a atividade econômica, para a vida das pessoas, como aconteceu no Rio Grande do Sul. E eu espero que isso possa ser revisto, porque quanto mais a gente avança sobre as áreas de preservação permanente, as margens dos rios, dos córregos, dos lagos, das encostas, mais em risco está a vida das pessoas quando tem enchente. Quanto mais se avança sobre a área de preservação permanente, mais os rios e os lagos são assoreados, a água fica como se fosse dentro de um prato e o processo de evapotranspiração é mais forte, e aí é uma química severa e perversa que agrava o problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando forem feitas as perguntas – e eu vou parar por aqui – eu gostaria de falar da linha do tempo, porque muita gente tem perguntado: houve falta por imprevidência? O Governo não se preparou? E eu tenho aqui, para cada mês, o que foi feito, de janeiro de 2023 até o mês de agosto, na data do presente dia. E isso não é um trabalho só do Ministério do Meio Ambiente, é uma articulação com os Governadores, um pacto pela Amazônia com todos os Governadores da Amazônia, exceto o de Rondônia, que ainda não assinou, mas eu sei que vai assinar, um pacto com os Governadores do Pantanal – todos já assinaram, inclusive o Governador Riedel fez uma lei específica para o Pantanal – e também um pacto com municípios que mais desmatam, com um programa chamado União com Municípios, para regularização fundiária, desenvolvimento sustentável e também a parte de regularização ambiental; um plano de agricultura, que é o Plano Safra, já em base sustentável, junto com o Mapa e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, além de tantas outras medidas que nós estamos fazendo conjuntamente, para que o país possa ser próspero, mas, ao mesmo tempo, sustentável, porque nós somos um país altamente vulnerável.

Neste momento, é prejuízo para a agricultura, para a geração de energia, para abastecimento em todos os níveis. Por isso que tem uma sala de situação que envolve 23 ministérios, coordenados pela Casa Civil, com a coordenação executiva do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Defesa, do Ministério da Justiça e do Desenvolvimento Regional.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada pela explanação inicial, Ministra Marina.

Bom, a nossa rotina é que nós vamos fazer em bloco, de três em três, para que cada Senador possa fazer as suas perguntas. Então, dando o início aqui por cinco minutos, mas é óbvio que eu vou deixar todos os Senadores concluírem seu raciocínio e a pergunta, e depois a resposta da Ministra.

A primeira do bloco é a Senadora Rosana Martinelli, depois Flavio Azevedo e Teresa Leitão. Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Muito bom dia, Presidente. Obrigada pela participação e a vinda da nossa Ministra Marina. Seja muito bem-vinda nesta Comissão; e demais autoridades.

A nossa preocupação, que eu até comentei aqui, justamente numa audiência pública com a Ministra Simone Tebet... e a nossa preocupação é a questão dos projetos do PAC, se estariam realmente trabalhando junto com o meio ambiente. Até me preocupou a fala da Ministra, quando ela fala da questão da estrada, quando vai abrir uma estrada, o impacto ambiental. Nós sabemos que nós temos um PAC gigante previsto para o desenvolvimento do país, e nós precisamos avançar em tecnologia, em obras estruturantes. E muito nos preocupa essa questão, ambientalmente, de estar... E tem que estar trabalhando, porque nós não podemos parar também o desenvolvimento do nosso país. Nós sabemos que o meio ambiente é importantíssimo, o caos que nós estamos vivendo, mas também nós não podemos parar o desenvolvimento das obras estruturantes que o próprio Governo colocou no PAC.

Então, é uma preocupação, e eu gostaria de saber se estão trabalhando em consonância, e se o Ministério do Meio Ambiente não vai travar principalmente licenças, para que esse PAC do Governo venha a se concretizar. A minha segunda pergunta é sobre a questão da perda de recursos que o Ministério do Meio Ambiente teve.

E nós estamos alarmados e preocupados, Ministra, com a questão da prioridade desse Governo, porque, com a questão da Lei Rouanet, foram liberados 16,7 bilhões. Nada contra a cultura, mas em um momento tão alarmante e em um ano que nós já sabíamos que estava prevista toda essa situação, o Governo cortar mais de 700 milhões do Ministério que precisava de investimentos... foi feito esse corte.

Então, nós gostaríamos de saber... Nós, como legisladores, estamos preocupados. Queremos saber se realmente é prioridade do Governo incentivar a prevenção do combate aos incêndios e esses investimentos no ministério que a senhora comanda, porque de Lei Rouanet, no próprio ministério, foi três vezes mais, Senadora. Nada contra, mas hoje, sabendo dessa previsibilidade, que teria essa preocupação... Isso estava previsto, e todos os estados também, juntamente com o Governo, estavam prevenindo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu falo pelo Mato Grosso, em que fizemos um brilhante trabalho, junto com o Mato Grosso do Sul, em 2020, quando teve aquela severa seca.

Acompanhamos aí o próprio gráfico que vocês apresentaram. Nós tivemos 4,5 milhões de hectares queimados no Pantanal. E as medidas preventivas funcionaram, em conjunto, com os dois Governadores, e, este ano, a queimada está atingindo 800 mil hectares. Então, nós tivemos uma redução bastante significativa, e isso prova que, quando se trabalha com o planejamento...

E nós ficamos muito felizes com as explanações do planejamento, esperamos que continue, mas também, Presidente, nós não podemos concordar com um corte significativo no Ministério do Meio Ambiente...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... incentivando outros ministérios que não seriam tão importantes nesse momento.

Eu queria saber realmente quais as medidas que serão tomadas com o ministério diante dessa situação desses cortes, porque nós sabemos: todos os municípios, todos os estados precisam de mais recursos. Esse planejamento precisa ser ampliado. Sabemos – a senhora nos mostrou aí – que foi feito um planejamento rigoroso, mas ele precisa ser ampliado. E, para isso, precisa-se de investimento, de mais equipamentos, de mais helicópteros... Isso realmente custa.

As brigadas hoje, em solo, nós sabemos que têm dificuldades. Já perdemos dois brigadistas lá, o combate é violento, e nós precisamos, realmente, de mais aeronaves que possam ser mais eficazes.

Então, nós precisamos... E eu tenho certeza de que o Senado está aqui pronto para ajudar no que for preciso, nesses combates, nesse momento tão significativo, mas também nós não podemos, Ministra, concordar com esse tipo de atitude, um descaso do Governo – posso falar que é um descaso – em relação ao meio ambiente.

Sabemos que toda a equipe da senhora está trabalhando intensamente, mas sabemos também que se precisa de recursos, e não vamos concordar com esse tipo de corte num momento tão importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Senadora Rosana.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ah, outra pergunta...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... que eu gostaria de mencionar aqui.

Nós temos agora o Ministério de Povos Indígenas. Esse ministério está trabalhando na conscientização dos nossos índios? Porque há a questão cultural de colocar fogo. Gostaria de saber se, juntamente com a Funai, está se trabalhando essa consciência de não colocar fogo nessas áreas, haja vista estar tendo um descontrole, uma queimada muito grande na questão do Parque do Xingu, com 635 mil hectares, mais ou menos, vindo a queimar.

Esse ministério está ajudando vocês? Está ajudando nessa conscientização? Porque foi originado dentro do parque, foi de lá que saiu esse volume tão grande de fogo. E não somente no Xingu, como em outras áreas de preservação.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Senadora Rosana.

Vou passar a palavra agora para o Senador Flavio Azevedo.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para interpelar.) – Cumprimento a Presidente, Senadora Leila Barros, cumprimento a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e demais autoridades aqui presentes, o Presidente do Ibama, que é uma instituição de nobre importância para o que nós estamos discutindo aqui no momento, e o Líder Senador Jaques Wagner, de quem eu sou um grande admirador.

Ministra, eu acompanho há algum tempo e elogio a sua enorme determinação na defesa do meio ambiente. A senhora tem dedicado uma vida em buscar não só a determinação em enfrentar os problemas do meio ambiente, mas também a dedicação em buscar soluções para os problemas do meio ambiente. Então, eu quero manifestar inicialmente esse meu reconhecimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a minha admiração pela sua determinação e a sua dedicação, mas eu também não posso deixar de manifestar a minha preocupação para saber se essa determinação e essa dedicação que a senhora tem vai contar ou pode contar com o apoio governamental.

O problema do meio ambiente é um problema governamental. É difícil transferir para a iniciativa privada qualquer responsabilidade atualmente. Antigamente, eu até reconheço, eu sou do Nordeste e eu sei que, lá no Nordeste, inclusive, se faziam queimadas para renovar pastos. Mas isso não existe mais hoje, até porque não é necessário. A Embrapa tem tecnologia para o aumento da produtividade da terra, e os empresários têm a consciência de que não é necessário fazer uma agressão ao meio ambiente para retirar do meio ambiente aquilo que eles precisam como empresário.

Não é necessário porque tem a produtividade, aliada a um tremendo fator restritivo: nós podemos perder clientes. Então, é uma questão de inteligência: não agrida o meio ambiente, porque, senão, você não vai ter a quem vender.

Não é nem uma questão de conscientização, eu ousaria dizer. É uma questão de inteligência: não precisa, porque nós temos como aumentar a produtividade das terras existentes. E é burrice, porque você vai assustar o seu cliente, principalmente as grandes corporações.

Bom, eu achei muito interessante esse mapa de evolução das secas no Brasil nos últimos 13 anos e, sobretudo, essa outra linha de tempo, mostrando o índice de precipitação e evapotranspiração feita pelo Spei, que eu confesso que não conheço a instituição, quero confessar. Mas, se você compara com a outra linha do tempo, que é a linha do tempo do aumento das queimadas, então você vai encontrar – eu sou engenheiro e eu gosto de fazer conta – duas coisas que não combinam: é o mapa da linha do tempo de precipitação e evapotranspiração *versus* uma série histórica das queimadas em quilômetro quadrado.

Vamos analisar os últimos dez anos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu também confesso que é um raciocínio simplificado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você tem aqui um aumento na linha do tempo que vai de 71% no aumento da área queimada.

Reconheço os seus argumentos no que existe hoje no meio ambiente, as grandes dificuldades, a ausência de precipitação, etc., etc., mas nesse mapa aqui, se você pegar os últimos dez anos, eles não aumentaram 71%, mas são curvas onde existem picos semelhantes, sendo o maior pico... Esses dados são até maio de 2024; eles tendem a aumentar. Em maio de 2024, o aumento das queimadas foi muito maior do que da evapotranspiração e da precipitação, quando deveriam ser coisas proporcionais, vamos dizer assim.

Bom, então...

E, finalmente, eu também vejo – a minha assessoria me informa – que a senhora não tem contado com a cooperação do Governo. Existiam, destinados ao seu ministério, R$997 milhões para auxiliá-la a combater esse desastre ambiental que nós vivemos hoje. Desses R$997 milhões, até agosto o seu ministério recebeu em torno de R$345 milhões.

Eu peço desculpas se esses meus dados estiverem incorretos, peço desculpas antecipadas, mas eu obtive isso analisando os embolsos orçamentários e as previsões orçamentárias.

A diferença é tão grande para um assunto tão importante, que, sinceramente, me assusta – queira Deus que eu esteja errado –, porque o seu ministério tinha uma dotação de R$997 milhões e só foram repassados, estou falando *grosso modo*, R$345 milhões.

Então, finalizo dizendo o seguinte... Não faço nenhuma pergunta à senhora. Aliás, faço esta pergunta: isso é fato? Essa diferença entre o destinado, o orçado e o recebido é um fato? Essa é a minha pergunta, de forma bem objetiva.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Senador Flavio Azevedo.

Eu vou a passar agora para a nossa querida Senadora Teresa Leitão.

Bom dia, Senadora.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Presidenta Leila Barros, Ministra Marina Silva, Sr. André Lima, Secretário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Extraordinário de Controle do Desmatamento, e demais colegas Senadores, eu acho que há coisas que são ditas e explicitadas e outras estão apresentadas em ações.

A exposição da Ministra Marina me chamou a atenção em três aspectos, e, depois de citá-los, eu farei a minha indagação, que não é nem para ela diretamente, mas para todos nós.

É evidente a transversalidade interministerial, é evidente, na explanação de V. Exa., e isso é bom, porque isso não existe só no tocante ao meio ambiente, mas em várias outras ações do Governo.

Segundo, o apoio governamental é presente em algumas questões levantadas pela Ministra, em uma perspectiva diferenciada de planejamento, que não é um planejamento de soluço ou de negação, como a gente teve recentemente, mas envolvendo preservação, uso de tecnologias modernas e valorização profissional.

Aumentar o número de brigadistas não é uma coisa aleatória e não é uma coisa que não demande novos investimentos, portanto, novo orçamento, ampliação de orçamento para o ministério.

Cuidar da ação natural, entendê-la, lidar com ela, isso é outra coisa que também demanda muito investimento, porque demanda estudos, pesquisas, para se chegar a explicar o que a gente chama de revolta do mundo, revolta do meio ambiente – alguns chamam assim, as águas estão revoltadas. Para entender isso, a demanda de estudo e de pesquisa tem que existir, e acho que a explicação e a exposição da nossa Ministra mostram isso, esses gráficos mostram isso. Houve estudo, houve acompanhamento, há prevenção.

Agora, o quarto ponto é o que eu acho que é difícil de a gente lidar. É difícil, por mais legislações e por mais rigor nas legislações que nós tenhamos aprovado aqui, neste Senado ou no Congresso como um todo, lidar com a ação criminosa da especulação, que nos desafia cotidianamente, porque ela é criminosa, é irregular, é escondida. Quando a gente vê, já se deu!

Os mecanismos de fiscalização, esses, sim, são ainda incompletos, insuficientes para banir crimes e crimes e crimes, alguns até legalizados, como os do Rio Grande do Sul, outros totalmente irregulares, fora do espectro de uma ação governamental organizada. Sou eu por mim, eu vou,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu quero. Eu quero desmatar eu desmato; eu quero exportar madeiras irregulares eu faço; eu quero desrespeitar as áreas preservadas eu faço. Quem é que faz isso? É isso.

Eu acho que esse é um foco para o qual nós temos que voltar muita atenção, Ministra.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É um conjunto, como a senhora disse no início, é um conjunto de fatores, é um conjunto de coisas.

Nós temos feito a nossa parte, evidentemente, como Senado, mas há questões que fogem ao nosso controle. E eu acho que a ação criminosa da especulação, os desmatamentos ilegais, o desrespeito a áreas preservadas são coisas recorrentes – recorrentes. E, nesse fato mais recente das queimadas e dos incêndios, nós temos que investigar, investigar a fundo, porque prejudica, como disse o Senador que me antecedeu, prejudica todo mundo.

E mais que isso, Senador: isso mata! Isso termina sendo um crime contra a vida – a vida humana, a vida animal, a vida vegetal –, e nós temos que ter cuidado redobrado.

Então, parabéns, Ministra! A cada vez que eu ouço a senhora, ao vir aqui na Comissão do Meio Ambiente, mais convicta eu fico do seu compromisso, da sua competência, que tornou a questão do meio ambiente uma causa na sua vida. Bom para nós.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senadora Teresa Leitão!

Quero agradecer a participação desse primeiro grupo, da Senadora Rosana, da Senadora Teresa, Senadoras da nossa bancada, e do Senador Flavio.

Rapidamente, Ministra: o e-Cidadania está bombando! É incrível – é incrível! Eu já participei de inúmeras audiências aqui. Mas, entre um bloco e outro, eu só vou ler pelo menos quatro ou cinco, porque eu acho que é interessante até para que nós saibamos o que as pessoas estão pensando sobre essa participação da Ministra e nossa aqui na CMA.

Adriana, de Minas Gerais: "Quais têm sido as ações do Governo no enfrentamento dos incêndios que estão ocorrendo na Amazônia e no Pantanal?" – já foi falado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leandro, do Amazonas: "Quais ações estão sendo tomadas para proteger os povos indígenas e ribeirinhos das queimadas, principalmente na Região Amazônica?".

Laura, da Paraíba: "Qual o plano [...] do Governo para o combate de [...] [incêndios] criminosos ou climáticos [...] em grande escala? O Exército poderá ser usado?" – já foi falado.

Regina, de São Paulo: "Como o Governo pretende fornecer os insumos necessários para a reposição do solo, especialmente para os pequenos agricultores?".

Jackson, de Rondônia: "Como [...] [estão sendo tratados] os efeitos econômicos e de saúde pública decorrentes dos incêndios e queimadas [nas populações afetadas]?" – outro grande desafio, outra consequência de tudo isso.

E Cristina, de Minas Gerais: "Como o Governo está colaborando com as autoridades locais e com a sociedade civil para prevenir novas ocorrências de queimadas?".

É isso.

Eu quero agradecer a todos, e vou passar a palavra para a nossa Ministra Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Para expor.) – Eu quero agradecer à Senadora Rosana, ao Senador Flavio e às Senadoras Leila e Teresa Leitão, pelas perguntas que fizeram. Muito obrigada. Eu acho que ajuda a gente a fazer aqui o bom debate e, às vezes, o bom combate. Eu gosto muito desta frase do apóstolo Paulo: fiz o bom combate, mantive a fé. E gosto de uma outra em que ele diz que aquele que pensa que está de pé cuide para que não caia. Então, todo dia eu digo: "Deus, me mantenha de pé!", porque todo dia é o bom combate.

Mas, vamos lá.

Em relação à questão do orçamento, que eu acho que atravessou a pergunta do Senador Flavio e da Senadora Rosana, eu vou falar muito rapidamente como foi a evolução orçamentária para combate aos incêndios desde 2019, para que a gente possa aqui ter os dados.

Em 2019, o que estava orçado – no orçamento dos órgãos que fazem o combate: o Ibama no caso do Prevfogo – eram R$45,9 milhões; em 2020, R$38,6 milhões; em 2022, R$60 milhões;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em 2023, aí já era na minha gestão, R$89,3 milhões; agora, 2024, o que nós orçamos foram R$111,3 milhões.

Aí, nós tivemos, no debate aqui nesta augusta Casa, aliás, nas duas augustas Casas, uma redução daquilo que foi solicitado no nosso orçamento. Aí nós tivemos um corte – o total do que o Ibama e o ICMBio haviam pedido teve um corte –, no caso do ICMBio, de R$13,8 milhões, e, no caso do Ibama, um corte de R$4,6 milhões. No total, temos ali uma redução de R$18 milhões, quando se somam todos os cortes que V. Exas. – não todos, obviamente – fizeram.

Nós vivemos um paradoxo, não é? Há uma cobrança; eu vejo essa cobrança, e aí eu não entro no debate, mas eu entendo a questão das responsabilidades fiscais, que o Governo tem que não extrapolar o teto de gastos. Esse debate é feito intensamente. Meu querido amigo Ministro da Fazenda realmente tem que ter uma almofada no lombo, porque o tempo todo batem para que ele corte, e depois é criticado porque cortou. É igual um vizinho cujo cachorro gania e diziam: "Por que esse cachorro está sendo disciplinado?". "Porque está comendo sabão." E depois o cachorro gania: "Mas, meu Deus, e agora, por que ele está sendo disciplinado, o bichinho?". "Para apender que sabão não é coisa de se comer". Então, o Governo, o tempo todo, é criticado e apanha para cortar, e depois apanha porque cortou.

Mas no caso do Ministério do Meio Ambiente, entendendo e se somando às preocupações que eu vi V. Exas. aqui manifestando, no último corte, mesmo com toda a pressão que tinha para fazer um corte grande o Ministro Fernando Haddad, o único ministério que não foi cortado foi o Ministério do Meio Ambiente. E ainda bem. Por quê? Porque até poderia, não é? Mas aí não seria possível, porque a gente tem que fazer política com ética, não é?, dizer: "Não, coitado do Ministério!". Não. Há um corte que é feito em todos os ministérios por uma cobrança e uma exigência em relação ao teto de gastos e há um esforço, o tempo todo, que é feito para fazer a suplementação orçamentária desses gastos.

Inclusive, além de repor o que V. Exas. cortaram, o Governo acaba de aprovar um crédito extraordinário de 170 milhões para o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Defesa e outros setores, a Polícia Federal, o Ministério da Justiça e assim por diante. E agora nós já estamos com mais um crédito para o combate, no caso da Amazônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, não procede – enfim, eu sei que a gente tem que trazer as informações – dizer que o Governo não está priorizando; está priorizando e muito. A sala de crise, que foi montada, tem um conjunto de ações que exige um esforço orçamentário. Agora mesmo, nós vamos fazer mais três bases multiagência interfederativa na Amazônia. Isso tem custo: tem custo para a Defesa, tem custo para o Ministério do Meio Ambiente, Ibama e ICMBio e tem custo para o Ministério da Justiça e Polícia Federal. De onde estão vindo esses orçamentos? Esse recurso está vindo da prioridade que o Governo faz.

Agora, tem uma coisa que eu espero: tão logo a gente finalize essa dinâmica dentro do Governo, contar com o apoio de V. Exas. É preciso criar um marco regulatório, criando a figura da emergência climática, porque, quando é decretada emergência, como temos agora no Rio Grande do Sul, a gente tem a possibilidade de que isso não conte no teto de gastos. Se eu tenho que agir preventivamente, como é o entendimento de V. Exas. e o nosso entendimento, eu tenho que ter a cobertura legal para poder fazer isso. Porque, se eu contrato brigadistas e ainda não começaram os incêndios, eu não tenho cobertura legal para fazer isso, se eu considerar que a emergência faz a gestão do desastre, não faz a gestão do risco. Por isso que nós apresentamos um plano, talvez um dos mais complexos de tirar do papel, que é um plano de prevenção e enfrentamento aos eventos climáticos extremos, olhando para os 1.942 municípios que, numa série histórica, são vulneráveis aos eventos climáticos extremos, para, aí sim, a gente poder ter a figura da emergência climática sendo decretada antecipadamente, os recursos sendo mobilizados antecipadamente, porque depois que já alagou, depois que já começou a queimar, depois que já começou a seca, aí você já está fazendo a gestão do desastre, e o correto é fazer a gestão do risco.

Com uma certa dose, ao mesmo tempo, de tristeza e de alegria, mais uma vez, o Ministério do Meio Ambiente apresenta uma proposta inovadora, como foi o Plano para Prevenção e Controle do Desmatamento, que, mesmo tendo sido desmontado, destruído, foi recuperado e já reduziu o desmatamento, no ano passado, em 50% e, este ano, em 45,7%, em cima dos 50% que já havia caído. Isso é uma tecnologia de gestão, isso é uma tecnologia que foi uma criação da equipe que está aqui durante as minhas gestões.

Então, o esforço orçamentário é enorme. O próprio Presidente Lula foi lá no Pantanal para sancionar a lei, mas tem uma coisa: houve um esforço dos estados. Se nós formos verificar, os estados, todos eles... Inclusive, o Governador Riedel, que tem uma postura muito ética em relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao que está acontecendo no Pantanal, diz incansavelmente que: se não fosse o Governo Federal ter feito o aporte dos recursos que fez, com 17 aeronaves, com o KC-390, com 800 brigadistas, chegando, em um momento, a 900; se não fosse o Governo Federal ter feito o crédito extraordinário, inclusive alocando recursos do Ministério da Justiça para o corpo de bombeiros do estado; se não fosse o Governo Federal agindo como está agindo, não teria a menor condição, Senadora, de ter empatado o jogo. Então, é o Governo Federal, junto com o Governo do estado e o corpo de bombeiros trabalhando ombro a ombro, lado a lado. São as palavras do Governador. E nós não estamos...

E mais ainda. Por exemplo, em relação à educação, o que o Ministério dos Povos Indígenas está fazendo? Está fazendo muito. Incrível o que o Ministério dos Povos Indígenas está fazendo! Primeiro, porque é um ministério de um povo que nunca desmatou. Está há milhares de anos nessa floresta, nesse Pantanal, e não tinha o problema que nós temos hoje. Então, já é uma contribuição inimaginável, e a gente tem que aprender com eles.

Segundo, a maioria dos nossos brigadistas, os melhores brigadistas são os das brigadas indígenas. Essas pessoas trabalham de dia, sabem trabalhar durante a noite, têm uma capacidade de suportar temperatura alta, baixa umidade. É impressionante o que esses brigadistas fazem! Então, é uma contribuição enorme. (*Pausa.*)

São 155 – está me dizendo o secretário – só no Xingu.

Em relação à educação ambiental, eu acho que ele pode educar as pessoas brancas. Acho que pode fazer um programa de educação das pessoas não indígenas, para que não usem o fogo da forma como estão usando. Uma boa parte desses incêndios dentro das terras indígenas – tem um vídeo, inclusive, dos indígenas pedindo socorro – são incêndios criminosos. A Polícia Federal vai, e nós já temos... Mas investigação é investigação. Eles não podem dizer quem são. Na hora certa, aparecerão. E talvez criem surpresas ao dizer quem está por trás desse tipo de coisa. Mas 85% dos incêndios, no caso do Mato Grosso, estão em área privada; 10% só em terra indígena.

Então, a cultura dos indígenas, que convivem milenarmente com o uso do fogo, precisa nos ensinar, e não de que a gente diga para eles: "Ah, vamos educar os indígenas". Eles já nasceram educados. O que eles precisam é de nos educar. E ainda bem que a gente está utilizando muito do conhecimento deles, inclusive a força de trabalho deles, porque, por mais que a gente faça o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

treinamento dos brigadistas, são eles incomparavelmente os melhores quando vão para a linha de fogo.

A outra coisa que foi colocada aqui é o que a Senadora Teresa falou, que foi mais uma manifestação. Eu diria, Senadora, que hoje a gente convive... Eu fiquei muito feliz, até não mencionei isso, com uma carta aberta que foi feita por 50 grandes empresários, dizendo que o setor privado tem, sim, responsabilidade, que não é só colocar na conta do Governo Federal. Eu fiquei muito feliz com essa atitude, assim como fiquei feliz com o Acordo de Paris, em que havia uma discussão se o Brasil iria ou não ter meta setorial de redução de emissão. Vinte e duas grandes empresas se reuniram e fizeram uma carta: "nós queremos que tenha meta de redução, sim, de CO_2". Isso é a cepa do empresariado consciente que não quer remar contra a realidade, que não quer se esconder atrás de qualquer coisa e dizer que não tem responsabilidade. É claro que tem! O Governo Federal e o setor empresarial são os que têm a maior responsabilidade. Não é por acaso que no G20 nós temos 80% das emissões de CO_2, 80% do dinheiro. Se governos e empresas decidissem resolver o problema da pobreza e das emissões de CO_2, estariam resolvidas 80% das emissões e 80% do dinheiro, fifty-fifty.

E ainda bem que não é só no Brasil esse movimento. Nos Estados Unidos, quando o Presidente Trump, à época, quis voltar com a indústria do carvão, sabe por que ele não voltou? Ele não voltou porque um grupo de empresários disse que se botassem essa energia suja eles não iriam comprar. E por que eles disseram isso? Alguns porque estavam preocupados mesmo em acabar com o planeta e acabar com o negócio, inclusive o negócio da vida para todos nós, para quem encara a vida como um negócio. Agora, no caso deles, porque o mundo caminha para taxação de produtos que são carbono intensivo, e o Brasil, se não fizer o dever de casa, vai ser taxado. A Europa, os Estados Unidos, a China, eles vão fechar o cerco porque não querem ver o planeta acabar. E aí, quando é lá na atmosfera, não faz diferença se a emissão de CO_2 é de pobre ou de rico, vai mudar a temperatura da Terra do mesmo jeito, e já mudou.

A expectativa de que chegássemos a 1,5 de aumento na temperatura da Terra era em 2028. Segundo os climatologistas do IPCC, chegamos no ano passado. Qual é o debate que está sendo feito, isso vai estabilizar ou vai retroagir? Todo esforço que a humanidade tem que fazer é para retroagir. Se não retroagir, pelo menos não ultrapassar. Se ultrapassar, o que era extremo no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passado vai virar normal e o que é extremo daqui para frente nós nem sabemos o que é. É isso que eles estão dizendo.

Eu fui ao Vale do Taquari no ano passado. Na primeira vez em que fui, eu encontrei uma pessoa que queria ajuda do BNDES corretamente para reconstruir o seu comércio. E aí eu falei: "É bom que o senhor olhe para os especialistas e não construa no mesmo lugar, porque provavelmente vai acontecer do mesmo jeito no ano que vem". E ele falou: "Ah, não vem vocês já com essa história não. Isso aqui aconteceu há 90 anos. Isso aqui eu sei como é que é".

Naquele momento de dor, eu não tinha nem como argumentar, só silenciei. No mesmo ano de 2023, teve outra cheia no Taquari, e, este ano, outra cheia no Taquari. Eu espero em Deus que aquele senhor consiga reconstruir sua vida, seu comércio, seu empreendimento, porque os eventos climáticos extremos vão ser mais intensos e cada vez mais frequentes. Se a gente não resolver o problema de emissão de CO_2, só vai piorar a situação.

É muito triste saber que nós estamos agora com 1,3 mil municípios em emergência, por seca ou por cheia. É triste, mas essa realidade não vai mudar, essa realidade muda se a gente parar agora.

Aí eu já vou para a última fase da pergunta, que são as obras do PAC, infraestrutura necessária. Não por acaso no acordo de transformação ecológica tem infraestrutura resiliente, porque nós precisamos de energia, nós precisamos de transporte, nós precisamos de tudo, mas tem uma equação. Temos que encontrar caminhos para evitar os efeitos indesejáveis das mudanças que precisam ser feitas. E quando isso não é possível, qual é a escolha que nós vamos fazer? É uma pergunta. Qual é a escolha? Pense cada um qual seria a escolha.

"Não, eu não posso usar a tecnologia para aumentar a produção por ganho de produtividade, não quero, isso tem maior custo, tem maior custo, não vou fazer isso." Mas os cientistas estão dizendo que a Amazônia, se ultrapassar 25% de desmatamento, entra em processo de savanização. Se ela entra em processo de savanização, é um estoque de carbono equivalente a dez anos de emissão do planeta inteiro. Se esse estoque de carbono entra na atmosfera, desequilibra absolutamente tudo – tudo! A escolha é por desequilibrar absolutamente tudo?! Com certeza, não é isso que se está propondo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É por isso que o Presidente Lula orientou o Ministro Rui Costa para que os casos da Ferrogrão, da BR-319, da Margem Equatorial, de Angra 3 fossem encaminhados para estudos. Não é no olhômetro que a gente vai dizer: isso aqui impacta, isso aqui não impacta, isso aqui é compatível, não é compatível; é olhando para o que está dizendo a ciência. E tem alguns empreendimentos que mesmo aqueles que queriam que as coisas funcionassem de porteira aberta não fizeram – não fizeram.

É o caso da BR-319. Foram 15 anos, 15 anos, em que eu não tinha nenhuma função pública – eu era a Profa. Marina. Foram 15 anos. Por que não fizeram a estrada?! Por que não fizeram? E, em 4 anos, por que não fizeram? É porque não é fácil de fazer, mas encontraram um caminho fácil de dizer que a responsabilidade é da Ministra Marina Silva. Não tem problema!

Tudo que está sendo imputado à minha pessoa eu recebo como presente de Deus, porque eu agradeço imensamente a Deus por ser eu e essa equipe que neste momento estamos no Ministério do Meio Ambiente. Agradeço imensamente a Deus, porque colocar o plano, depois de ele ter sido destruído, de pé e reduzir desmatamento em 50%, porque reduzir 45% em cima dos 50%, porque já ter um plano para o Cerrado que por cinco meses vai derrubar desmatamento no Cerrado, por ter conseguido ter um planejamento que começou em janeiro de 2023 e ter todas as medidas que nós temos planejadas como nós temos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA – Eu agradeço a Deus por ele ter me dado a oportunidade de estar neste lugar. E eu tenho um bordão que me conforta imensamente: eu prefiro sofrer a injustiça do que praticar a injustiça. A injustiça praticada em algum momento vai ser reparada, a injustiça recebida pode até ser perdoada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não.

Só para a gente dar um encaminhamento aqui, eu vou pedir aos Senadores a compreensão: são cinco minutos de pergunta, vou dar à Ministra Marina dez para retorno, e são mais três minutos para réplica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Só reiterando, Ministra, quando a senhora passou os dados de 45% aí nas áreas privadas, o que nós não podemos concordar...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone.*) – São 85%.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – São 85%?

O que nós não podemos concordar é com algumas falas do próprio ministério que tem falado da questão do agronegócio, que os próprios empresários estão sendo cobrados – em muitos tem sido colocada a culpa.

E eu quero dizer que o pequeno, o médio e o grande são considerados produtores rurais, e, jamais, nenhum produtor rural quer colocar fogo nas suas propriedades. Ninguém vai colocar fogo na sua casa, o que é um desperdício muito grande de recursos e de dinheiro, porque o solo, principalmente a palhada... Nós trabalhamos todos com o plantio direto, e é uma perda significativa, Ministra. Nós jamais podemos culpar nem o pequeno, médio e grande produtor de qualquer essência, de qualquer espécie por causa disso.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, muito tem se falado sobre isso, e o produtor não quer, porque, se hoje destrói, leva-se de quatro a cinco anos para esse solo ser recuperado quando é queimada principalmente de toda essa matéria orgânica.

É só isso que eu queria comentar, Ministra.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Vou passar a palavra agora para o próximo bloco.

Se a senhora quiser, depois a senhora complementa.

A SRA. MARINA SILVA (Para expor.) – Em relação a essa questão dos 85%, é o dado do satélite, dentro de propriedade privada, e 10% em propriedade indígena. Nós não adjetivamos: "foi o proprietário", "foi o indígena"; nós não adjetivamos, nós trazemos o dado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Polícia Federal abriu 32 inquéritos, dois em São Paulo, eu acho, a maior parte no Pantanal. Eles já têm a origem de onde se propagou o fogo, e a investigação é que vai dizer. Obviamente que quem tem propriedade privada acaba sendo vítima também, mas a prática do fogo no período em que ele está proibido pelo estado e pelo Governo Federal constitui fazer algo ao arrepio da legalidade. Não tem outro caminho, seja privado, seja quem for, depois que se diz "não é para botar fogo", ninguém pode botar fogo, porque senão vai acontecer o que está acontecendo.

Eram, na semana anterior, dez frentes de incêndio por dia; agora são sete. Não tem raio. De onde vem esse fogo? Quem é que está botando esse fogo? Certo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARINA SILVA – Exatamente.

Diferentemente do desmatamento, em que você começa um desmatamento e você diz "vou desmatar x de hectares", e a equipe chega, embarga etc., com o fogo, se você pega um palito de fósforo, você não tem controle sobre a quantidade de hectares que serão queimados. Não é por acaso que 32% estão invadindo a área com floresta; é porque você começa dentro da propriedade – "vou renovar a pastagem, fiz o desmatamento e vou tocar fogo" –, e se alastra.

Mas, mesmo assim, com o que está acontecendo, com essa quantidade de fogo, tem um prejuízo secundário enorme à saúde pública e tantos outros.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito.

Vou passar a palavra agora para o próximo bloco: Senador Jaime Bagattoli, Senadora Damares e Senador Chico Rodrigues.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Cumprimento a Senadora Leila Barros, Presidente da Comissão do Meio Ambiente, a Ministra Marina Silva e o Secretário de Controle do Desmatamento, André Lima. Quero cumprimentar aqui também o Presidente do Ibama, o Agostinho, que também está presente hoje.

Primeiramente, Ministra Marina, a senhora até falou no apóstolo; eu quero dizer para a senhora que os países lá fora... Jesus Cristo já falava há 2 mil anos: os fariseus colocam fardos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesados nas costas dos outros, mas eles mesmos não estão capazes de mover uma palha. Isso já se falou há 2 mil anos atrás.

É fácil para os países lá fora colocar um fardo pesado nas nossas costas, mas eles não fazem nada, absolutamente nada.

E, quando a senhora falou do carvão, a senhora falou do carvão... Veja se a Alemanha... A Alemanha, quando faltou o petróleo agora, já voltou, e voltou com a indústria de carvão. Então, temos que parar um pouquinho com esse blá-blá-blá.

Eu quero falar aqui para que você ajude o Presidente do Ibama, Agostinho, sobre essa situação das queimadas. Rondônia hoje está abaixo de fumaça. Avião não está descendo, na maioria dos lugares, já faz 15 dias. Eu sou daquela região. E, Ministra, nós precisamos dar uma identidade para esse produtor rural. Todo produtor rural que tem uma identidade, que tem um documento da sua propriedade tem medo de tocar fogo em qualquer lugar e cuida da sua propriedade. Agora, enquanto nós não dermos identidade para as pessoas, nós não dermos um documento para essas propriedades, e 90% são da agricultura familiar, nós vamos continuar com muitos problemas à frente.

Eu quero dizer para vocês que, nessa situação, Agostinho, o Dnit é um grande responsável por boa parte dos incêndios neste país, começando de São Paulo até a divisa do Pará, até lá em cima, no Estado do Acre, dividindo com a Bolívia e com o Peru – lá em cima. Sabe por quê? Porque o Dnit... Para quem não sabe, 50m de cada lado da faixa da rodovia são do Dnit. O que tem que ser feito, Ministro Agostinho? Tem que chamar todos os proprietários de beira de rodovia estadual, de rodovia federal, de estradas vicinais. Nós precisamos fazer aceiro nessas rodovias, 30% a 40% dos incêndios começam na beira de rodovia. Queima tudo. Está queimando aqui do Estado de São Paulo, pode entrar no Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre. Queima tudo nessas beiras de rodovia.

Você imagine, Agostinho, se nós fizéssemos um aceiro, quando chega final de maio até o dia 15 de junho. Desseque aquele capim na beira da rodovia e faça um aceiro de 3m, 4m; você vai queimar antes de a seca entrar. O capim não vai mais subir, não vai mais ter aquela bucha para queimar. Só que nada disso é feito. O Dnit não faz, e nós também não temos autorização para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer. Nós precisamos atuar na beira de rodovia, 40% desses incêndios no Brasil vêm em volta das rodovias.

Quando a senhora fala, Ministra, que as propriedades podem realmente produzir muito mais em propriedades abertas, realmente a senhora tem razão. Por que não liberar essa jazida de potássio no Brasil? Vocês imaginem um potássio saindo, um adubo saindo do Canadá, da Rússia, dos países do Golfo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... andando por aí e rodando muitas vezes 3 mil, 4 mil quilômetros. Agora temos aquela jazida de Autazes. Tudo não pode neste Brasil! Se não pode tirar da jazida, nós não podemos aumentar a nossa produtividade. Nós dependemos, no nosso país, de 92% lá de fora.

Quero dizer para vocês que o nosso produtor rural é um grande responsável, nós cuidamos das nossas propriedades. Senadora Leila, nós temos um grande cuidado, ninguém quer que queime uma palhada de milho, ninguém quer que queime um pasto, porque isso é prejuízo para nós, para o produtor rural, gente. Pelo amor de Deus! Em outro dia, eu vou aqui à frente da PGR – entre a PGR e o Lago Paranoá –, tem queimadas de fogo em frente à PGR.

Vocês imaginem, isso aqui, dentro de Brasília, aqui dentro do contexto, agora você imagine como que é nessas beiras de rodovia.

Quero dizer a você, André, porque você vai participar, acredito, da COP 30, em 2025, vocês vão estar presentes em novembro, acho que vai ser em Belém, lá no Pará: vamos, sim, vamos dar dignidade, porque antes... Eu quero que vocês entendam que, antes de 2008, um produtor que tinha um documento de propriedade na Amazônia tinha o direito de derrubar 50%; a partir do novo Código Florestal, 20%. Agora, se não se quer dar o direito para esse cara de 20% para abrir, vamos fazer os países lá fora pagarem para esse produtor e vamos colocar isso lá na COP 30. Eles que paguem pelos 20%, porque o produtor, pela renda que ele poderia ter, não vai desmatar. Agora, não é justo você comprar um automóvel, andar 30 dias com a nota fiscal e depois perder o automóvel porque você não pode documentar o automóvel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos que... Porque essas pessoas... Não estou falando de mim, não estou falando de mim, não, eu não tenho nenhum problema disso, mas eu estou falando pelos produtores, pelo pequeno produtor. Quando a senhora fala, Marina, Ministra, sobre essas grandes empresas, fizeram, sim. Juntou, inclusive, a JBS, a J&F, que fez um estrago nos cofres públicos neste Brasil, e infelizmente foi absolvida também, mais um que foi absolvido também, assinou o acordo de leniência neste Brasil...

Nada mais vale a lei, não tem mais lei nesse país, porque assinou o acordo de leniência de pagar 10 bilhões e depois não pagou nada, como aconteceu com a Odebrecht também, está liberado. Agora, eles assinaram realmente um termo para não comprar mais nada a partir de... Não vão comprar agora, a partir de 2025. Aí a senhora acredita que uma pessoa que tinha o direito, na sua propriedade, de desmatar os 20%, ele fez 100% legalmente, ele não tem o direito de vender? Não tem o direito de vender, Senadora Leila, porque acontece que eles assinaram um pacto lá fora, que se chama moratória da soja, moratória do boi, vai entrar moratória do leite, vai entrar tudo.

Então, isso tudo é preocupante no nosso país.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Nós sabemos que o fardo é pesado para nós, nós sabemos. Agora, nós temos a nossa responsabilidade com o meio ambiente, a senhora pode ter certeza, Ministra, de que nós temos. Está aqui o Senador Confúcio Moura... Acho que ele saiu já, mas ele sabe, desde a época em que ele foi governo lá, ele criou, no apagar das luzes, 11 reservas lá. Nós temos centenas, milhares de famílias de pequenos produtores lá dentro.

Temos que resolver todas essas situações. E nós vamos resolver a situação do desmatamento no Brasil no dia em que nós dermos uma identidade, o dia em que nós dermos documento para esses pequenos proprietários. Nós temos que agilizar isso, nós precisamos fazer isso.

E eu, Ministra Marina, eu não tenho... A senhora já deve ter visto a minha pessoa, eu estou fazendo o máximo possível e, quando eu escuto falar em Selo Verde – até compostagem de esterco eu já fiz –, é tudo blá-blá-blá...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... nós não recebemos é nada, nós não temos direito a nada.

E o meu maior sonho, para terminar minhas palavras, eu quero dizer. Sabe o que eu queria ter? Dignidade para o nosso povo indígena, eu queria que o nosso povo indígena tivesse dignidade. Eles têm quase 15% do território nacional, o que é indiscutível, esses 14,5%, 15%. Por que não esses países europeus... A senhora acabou de dizer, e eles preservam, sim.

Eles têm quase 120 milhões de hectares. Para vocês entenderem o que são 120 milhões de hectares, é 1 mil quilômetros por 1,2 mil quilômetros. Se colocassem no centro do Brasil, isso são as reservas indígenas. Vamos pagar esses países.

Eu gostaria que lá nessa COP 30 pagassem pelo menos para 50%, para eles, mas que esse Selo Verde, esse dinheiro chegasse dentro das famílias indígenas. Não que fosse para as ONGs, mas para as famílias indígenas, porque é indo para a família... Isso aí, sabe quanto é, Senadora? Eu fiz um cálculo por alto. Isso aí daria uma renda hoje de R$ 5 mil para cada indígena, por mês – por mês.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agora, eles não têm dignidade, os nossos índios estão cada dia mais... Então, cada dia com mais dificuldade.

Só vou fazer as perguntas. Eu quero fazer a seguinte pergunta. Primeiro, eu quero só ler um contexto.

Em 2020, a Sra. Ministra criticou o Governo anterior pela falta de medidas durante os incêndios no Pantanal e julgou a situação como criminosamente desproporcional. Ainda no mesmo ano, a senhora mencionou que a atuação governamental era pífia e dependia do trabalho árduo dos servidores públicos abnegados. Pergunta: Como a senhora avalia a resposta do atual Governo diante de um cenário em que os focos de incêndio, em 2024, superam os registrados no mesmo período de 2020? Segundo, agora que a gestão está sob responsabilidade de seu Governo, a senhora também considera sua falta de medidas como criminosamente desproporcionais? Quais mudanças estruturais foram implantadas no atual Governo para garantir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma resposta mais eficaz? E uma última pergunta: Nesses R$ 3,6 bilhões, que se não me falha a memória, não sei se é esse que era o orçamento do meio ambiente, que foi cortado um pouco... Não precisa me dar essa resposta agora, não precisa nos dar, não vai... Claro, não vai ter. Eu gostaria muito de saber quanto disso é gasto só com o funcionário, qual a foco que representam esses R$ 3,6 bilhões dentro da folha de pagamento, o que representa isso aí?

Porque acontece o seguinte...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ...como a Senadora. falou aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Só para concluir, por favor, Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Já vou concluir.

Como a Senadora Rosana falou, quase 17 bilhões para a cultura, e nós temos 3,5 bilhões para isso aqui. E depois outra coisa, o Governo Bolsonaro teve coragem. Quando pediram 5 bilhões para fazer campanha política, ele cortou para a metade. O Governo Lula tinha que ter feito o mesmo; não o fez.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senador Jaime Bagattoli.

Eu vou passar a palavra, agora, para a Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Ministra Marina, como é difícil para mim estar nesta posição aqui; a senhora sabe a admiração que eu tenho pela senhora. Uma vez ainda lhe quis Presidente do Brasil, saí pelo Brasil pedindo voto para a senhora. Mantenho respeito, carinho pela senhora, mas eu estou aqui do outro lado agora, vendo os gráficos, e os gráficos são assustadores, tem alguma coisa muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

errada, Ministra, muito errada. E eu vou ficar do lado de cá, apontando os erros, criticando quando for preciso e elogiando-a quando for preciso.

E começo dizendo, Ministra: cai fora desse Governo, vai embora, a senhora tem uma história, a senhora tem uma trajetória.

Esse Governo já acabou, faliu – faliu. A senhora arrastou para o ministério pessoas muito sérias, pessoas que amam o meio ambiente, pessoas que têm história. A senhora e sua turma muito boa vão embora, porque acabou, Ministra. Acabou. E aqui o gráfico mostra: acabou. Acabou, e a culpa é deste Governo, sim, porque, se era culpa, em 2019, do Presidente Bolsonaro, é culpa de Lula neste Governo, sim. Se era a culpa do Ministro Ricardo Salles em 2020, é culpa da senhora e da sua equipe, sim. Lamento.

Mas a minha preocupação, Ministra, é que a senhora disse que, para a gente combater todos os desmandos na área do meio ambiente, precisaríamos ter instituições ambientais fortes. Aí eu recebo e leio – tenho acesso à carta – a carta aberta das instituições ambientais, especialmente lá dos servidores ambientais federais, que diz: "externa a revolta e decepção com o governo pela morosidade em negociar com nossa categoria". E a carta é muito forte: "ingrata surpresa para todas as servidoras e servidores". Como é que está o fortalecimento das instituições neste Governo, Ministra? Porque, se esse é um condicionante para a gente evitar o incêndio, evitar fogo, evitar todos os problemas, como é que a senhora vai conduzir, fortalecendo essas instituições?

Eu queria também entender, Ministra, a sua mudança de postura com relação às Forças Armadas. A senhora criticou quando o Governo anterior quis usar e usou das Forças Armadas para o combate ao incêndio e, agora, a senhora está fazendo uso das mesmas Forças Armadas. O que mudou? As Forças Armadas são boas para ajudar? Mudou a sua postura? Mudou o Governo? Eu gostaria de entender.

Por último, Ministra – a quem eu quero bem –, a senhora apontou 12 medidas efetivas para a solução dos problemas das queimadas em 2019, a começar por demitir o Ministro incompetente. Eu tenho as 12 medidas aqui. A senhora está cumprindo as 12 medidas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por último, Ministra, a COP está chegando. E eu tenho uma preocupação muito grande com relação ao que acontece com grandes eventos. Nós temos, no Brasil, uma prática de, durante a realização de grandes eventos, Ministra, a gente ter um comitê de proteção da criança para a gente evitar a exploração sexual de crianças, adolescentes e mulheres. Eu fiz uma indicação para o Governo de que a gente tivesse um comitê semelhante na COP. Talvez algumas pessoas falem assim: "Ah, mas só vão vir ambientalistas para discutir". Não, as crianças vão estar em risco naquela região, na Região Norte. Todo mundo sabe dos perigos e do que acontece na Região Norte. E eu queria aqui não lhe fazer uma pergunta, mas lhe fazer um pedido: ajuda com isso, ajuda para que um comitê paralelo seja criado para a proteção das crianças durante a realização da COP.

E por último, Ministra, vocês foram ácidos e injustos conosco, nos culpando de tanta coisa no Governo anterior. Nós vamos aqui estar cobrando de vocês.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu fui acusada de genocida muitas vezes, Ministra. E hoje a gente sabe que os números são assustadores de desnutrição e morte de crianças indígenas. Então, a pergunta fica, Ministra: vocês estão errando? E o conselho fica, Ministra, com todo carinho que eu tenho por ti: cai fora desse Governo, porque esse Governo já acabou.

Que Deus te abençoe, Ministra!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Com a palavra, o Senador Chico Rodrigues.

Eu tenho uma lista aqui, Senador. Eu estou olhando quem está presente, perdão.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Eu quero cumprimentar a Ministra Marina Silva pela participação aqui, na CMA; quero cumprimentar a Presidenta Leila Barros, que sempre, com muita competência, muito cuidado, conduz tão bem os trabalhos aqui, na CMA; quero cumprimentar o André – um abraço André; e cumprimentar também o Rodrigo Agostinho, Presidente do Ibama; quero cumprimentar os colegas e os Senadores e Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministra, eu vou tocar rapidamente em uma questão que eu acho que é fundamental. Estamos discutindo agora um momento extremamente sensível na vida brasileira, essa questão das queimadas, que, obviamente, vem afligindo toda a população atingida. E nós entendemos, por viver esse mesmo dilema, lá na Região Norte, lá no nosso Estado de Roraima, que não existem estudos preliminares e um acompanhamento, uma fiscalização, um controle para que esses eventos sejam, na verdade, monitorados antes que aconteçam.

E agora, por exemplo, no nosso estado, a partir do mês de setembro, quando começa o verão severo, com temperaturas superiores a 40 graus, seria necessário, obviamente, que esse trabalho preliminar, até como ação precursora do que fatalmente vai acontecer tanto nos mais de 4 milhões de hectares de Cerrado, como nas áreas intermediárias de serra e mata, pudesse, na verdade, ter esses estudos, esse acompanhamento permanente, porque, quando se expande é como um fitilho, você, na verdade, não mais controla.

Então, acredito e tenho comentado no estado exatamente a necessidade do Mistério do Meio Ambiente, juntamente com o Ibama, com a secretaria especial de controle a esses incidentes, que pudessem, na verdade, agora já começar a tomar essas providências, porque o que está acontecendo no Acre, que está acontecendo em Rondônia, nós passamos semanas sem ter contato com pousos, decolagens e também o trânsito na rodovia, que é a rodovia mais importante do nosso estado, que é a BR-174. Então, essa era uma sugestão.

Outra questão, que eu acho que é fundamental, existem equipamentos de última geração – e aí está a Alemanha, aí está a França, aí está a Espanha, outros países que detêm esses equipamentos – que nós poderíamos adquirir para que, nessa ação inicial do início dos períodos de estiagem, pudessem estar disponíveis nesses estados, especificamente no nosso, no Acre, no Amapá, enfim, para que houvesse um controle expedito e imediato desses inícios de focos de incêndio. Nós temos conhecimento de dezenas de equipamentos que poderiam, na verdade, ser adquiridos pelo ministério, repassados para os corpos de bombeiros, para que pudessem estar sempre em alerta permanente, porque a gravidade é inquestionável dessas questões ambientais. Estamos vivendo aí com mais de mil municípios hoje, dos 5,5 mil municípios do país, vivendo esse dilema.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Então, eu sugiro a V. Exa. que, juntamente com a sua equipe de planejamento, dirija, na verdade, estudos nessa direção, para que nós pudéssemos ter disponibilidade de todos esses equipamentos para os brigadistas, que, coitados, não têm condições, com abafadores, de controlar isso, em função do vento, em função da temperatura, em função do próprio desconforto humano para enfrentar tamanhos desafios nesses incidentes.

O ministério está trabalhando para melhorar a capacidade de detecção precoce e resposta rápida aos focos de calor, especialmente considerando que as queimadas estão ocorrendo fora do período tradicional. Aí, na verdade, são as mudanças climáticas, o efeito devastador do El Niño nos últimos anos... Então, tem que ter esses estudos minudentes e detalhados, para que nós possamos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – ... na verdade, fazer com que haja esse controle.

E gostaria apenas de pedir a V. Exa., que hoje – aliás, nesses últimos 30 anos – representa o símbolo da proteção ambiental neste país: tirando o que alguns consideram excesso, mas nós temos uma rodovia na Amazônia, a que a senhora se referiu aí algumas vezes, que é a BR-319, que precisa, Ministra, urgentemente, ter a compreensão do Ministério do Meio Ambiente. Ele precisa urgentemente entender que a BR-319 é um traço de união entre o Brasil de cima e o Brasil de baixo, porque ela corta Rondônia, Amazonas, Roraima, e nós ficamos, como agora, isolados. Por que não transformar, na verdade, essa rodovia em uma estrada-parque?

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Ela pode ser transformada em uma estrada-parque sim, senhor, asfaltada, com todos os cuidados devidos, evitando a expansão de colonizações ao longo do eixo da estrada.

Hoje, o Rio Amazonas está seco; o Rio Negro, seco, o Rio Madeira, seco. Como é que nós vamos, na verdade, ter o abastecimento desses estados? Então, é uma estrada fundamental.

Rondônia sabe disso. Rondônia praticamente é o ponto inicial da BR-319.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho certeza de que, com a sua responsabilidade, com o seu cuidado, com o seu patriotismo, V. Exa. haverá de encontrar este caminho para que essa 319 definitivamente seja resolvida, esse asfaltamento. E a sugestão é que ela seja transformada numa estrada-parque – ponto final; está resolvido o problema –, com todos os cuidados devidos, como eu aqui, na verdade, referi.

Então, eu gostaria de deixar essas observações...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – ... e tenho certeza de que há uma expectativa enorme em relação às medidas em que a senhora, pela competência, pela credibilidade que tem, pode se debruçar sobre essa questão, que é fundamental para o Brasil do Norte.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Senador Chico Rodrigues.

Eu quero agradecer a participação dos Senadores Jaime Bagattoli, Damares Alves e Chico Rodrigues.

Esse foi o penúltimo bloco. Vamos ter mais um e as considerações finais da Ministra.

Com a palavra, Ministra.

A SRA. MARINA SILVA (Para expor.) – Senador Jaime, eu vi a sua indignação com várias questões, mas eu acho que, talvez, a gente tenha que ter um olhar mais voltado para o que acontece na realidade. A realidade é que a gente precisa mudar as práticas.

Esses incêndios que acontecem para a renovação de pastagem são feitos por quem usa o método de renovar a pastagem usando fogo. Essa é uma transformação que precisa acontecer.

Além de incêndio de renovar a pastagem, sabe o que está acontecendo? Incêndio em área com floresta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor viu o dado de que 32% do que está queimando está sendo dentro de floresta primária, no caso da Amazônia. Se não tem incidência de raio, quem está fazendo isso é quem tem interesse em degradar a floresta. Toca fogo num ano, toca fogo no segundo, já joga lá alguma semente de capim e começa a botar gado. E depois – o senhor até usou o termo mi-mi-mi, enfim... Eu não vou dizer que é mi-mi-mi, porque custa caro – vem para esta Casa pedir a regularização fundiária daquilo que foi criminosamente destruído.

É assim que acontece, Senador Contarato. Se o senhor vir...

Nós estamos fazendo todo o levantamento das áreas de floresta em que é ateado fogo para destruir a floresta e depois se apropriar da área, inclusive de terra pública. Isso é roubo do patrimônio público. Não tem outro nome!

Além das práticas inadequadas, que precisam mudar – e, quando é proibido, não pode fazer, porque está fazendo ao arrepio da lei –, existem aqueles que se alimentam e retroalimentam do crime. Depois que é regularizado, pode até ser incorporado para outras atividades, porque aí já foi feita a lavagem da terra suja, da terra queimada, da terra destruída, da floresta, da biodiversidade, de tudo que ali está.

Eu entendo quando o senhor fala dos pequenos, e uma das coisas que nós estamos fazendo é o programa União com Municípios, nos municípios que mais desmatam. São mais de 700 milhões para fazer regularização fundiária, para fazer regularização ambiental, e o dinheiro é o dinheiro do Fundo da Amazônia junto com o dinheiro de REDD+ e outras fontes que nós conseguimos, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com a Emater-AC, com a Anater, com os órgãos de assistência técnica. É um trabalho que a gente trabalha em várias frentes: a frente de dizer como não faz, como não deve ser feito; a frente de apontar como deve ser feito; e ainda ir atrás do dinheiro para fazer.

O Ministério do Meio Ambiente hoje discute mais economia do que ecologia. O Ministro Carlos Fávaro diz que já conseguiu abrir mais de 176 novos mercados. Pergunte a ele por que é que esses mercados estavam fechados antes. Estavam fechados antes porque o desmatamento estava crescendo, por falta de política pública, a 60%. Está abrindo, porque caiu, ano passado, 50%. Evitou-se lançar na atmosfera 250 milhões de toneladas de CO_2 e, este ano, já se evitou lançar 180 milhões de toneladas de CO_2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda, em relação aos pequenos... Porque são sempre os pequenos que vêm à frente. Eles são uma espécie de escudo para muitas coisas.

Eu lembro, quando eu era Ministra da outra vez e a gente estava combatendo o desmatamento, que fizemos a apreensão de 1 milhão de metros cúbicos de madeira, o Ibama. Isso são caminhões de tora, colados um ao lado do outro, do Rio de Janeiro a São Paulo, se a gente pudesse imbicar um atrás do outro. E o que eu mais ouvia era: "Ministra, a senhora não deixa o coitado tirar uma vara para fazer o cabo da enxada". Haja cabo de inchada: 1 milhão de metros cúbicos de madeira tirados criminosamente! E, para não prevaricar, o poder público tem que, sim, fiscalizar, e não tem que assediar servidor.

Essa é a diferença, Senadora Damares – essa é a diferença. Porque eu, até hoje, tenho servidores lá naquele ministério que estão fazendo, inclusive, atendimento psicológico, pela quantidade de assédio que viveram por estarem cumprindo com a sua obrigação. Pessoas que foram demitidas e que estavam tão abaladas, que não conseguiram nem recorrer da decisão e que hoje têm dificuldade para reabrir o processo, porque, na época, para eles era até um alívio sair, porque não conseguiam ficar.

Mas como me foi feita a pergunta de se houve imprevidência e o que está sendo feito, aí, Senadora, eu quero pedir *data venia*: no dia 1º de janeiro de 2023, retomada da Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento, que havia sido abandonada; – no dia 1º do primeiro mês de 2023, Fundo Amazônia retomado após quatro anos de ter sido paralisado; março de 2023, portaria do Ministério do Meio Ambiente que declara emergência ambiental em diversas regiões do país, para evitar, inclusive, o uso de fogo, para que os governos dos estados pudessem fazer os seus decretos.

Inclusive, o Estado de Rondônia, mesmo esse processo sendo de longe, na semana passada, graças a Deus, fez o decreto proibindo no estado de Rondônia, que o senhor disse que está pegando fogo e que a culpa é do Dnit.

E o Dnit está fazendo um trabalho à beira de estrada – essa é uma postura do novo Governo. Estamos trabalhando inclusive no Pantanal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um trabalho que é feito não só pelo ministério, mas é o Dnit, é a PRF, é a Polícia Federal, é o Ministério do Desenvolvimento Agrário, é o Ministério da Agricultura, é o Ministério dos Transportes, é o Ministério de Portos e Aeroportos, é uma legião de ministérios trabalhando juntos. Essa é a diferença – é uma das diferenças.

Em abril de 2023, lançamento do plano de ação para manejo integrado do fogo; julho de 2023, lançamento do PPCDAm; ainda em junho de 2023, lançamento das campanhas: Pantanal sem Incêndio, Amazônia sem Incêndio, utilizando todos os meios de que nós dispúnhamos para conscientizar as pessoas; junho de 2023, Ibama implanta a base de brigadista Pronto Emprego do Prevfogo no Pantanal, e tivemos um aumento significativo – como já falei os percentuais; agosto de 2023, após a iniciativa do Ministério de Meio Ambiente de propor resolução Conama e em diálogo com o Governo do Mato Grosso do Sul, o Governo do Mato Grosso fez uma lei para proteger o Pantanal; agosto de 2023, lançamento do Deter-Pantanal (Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real), que só existia para Amazônia, para o Pantanal; em agosto de 2023, também... Alias, já falei; em setembro de 2023, articulação do Ministério do Meio Ambiente e do Governo do Mato Grosso do Sul para a suspensão de autorização de desmatamento no Pantanal, com assinatura de portaria, e aí todo um trabalho que a minha equipe fez de treinamento, de conversa, de negociação com o corpo de bombeiros...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA – ... inclusive evitando aquela disputa de que o fogo é estadual ou municipal.

Neste momento, na Amazônia, nós temos responsabilidade sobre 65% das áreas com incêndio, mas nós já estamos... São 60%, e já estamos atuando em mais de 80%, em quase 80%, mesmo não sendo da nossa responsabilidade.

Em 250 frentes de incêndio, o Ministério do Meio Ambiente tem, de longe, a maior quantidade de efetivo.

Em setembro de 2023, o Presidente Lula assina decreto para a criação do programa União com Municípios, envolvendo os 71 municípios que mais desmatam, não só para a ação de comando e controle, mas com recursos para regularização fundiária, regularização ambiental, projetos de desenvolvimento sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em novembro de 2023...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA – ... o PPCerrado, que, por cinco meses consecutivos, depois de ser lançado, já está reduzindo o desmatamento do Cerrado.

Eu tenho, a cada dia, a cada momento... Podem dizer qualquer coisa, menos que este Governo se compara ao governo anterior, menos que a equipe que está aqui agora não tem direito de trabalhar.

Aliás, Senador, a licença da BR-319 havia sido dada no governo anterior, no fechar das luzes do governo. Ficou quatro anos; por que é que não fez? Por que é que não deu a licença? No final do governo, deu a licença.

Sabe como deu a licença? Desrespeitando parecer técnico dos servidores do Ibama, ao arrepio da posição dos servidores do Ibama.

Sabe o que acontece quando se tenta fazer atalho em lugar de ir pelo caminho? Um abismo chama outro abismo. Sabe o que aconteceu? Uma ação na justiça, e, liminarmente, foi cassada a licença.

Eu ouvi muita gente dizer: "Isso aí é uma questão de segundo. Essa ação liminar vai ser cassada". Foi mantida pelo tribunal, porque os atalhos nunca levam ao lugar determinado.

Eu tive uma experiência, Senador, com a BR-163. Quando eu cheguei ao Ministério, em 2003, tudo que se pedia era: "Vamos fazer a BR-163". Naquela época, as pessoas diziam a mesma coisa: "Vai ser uma estrada-parque". A estrada, o asfalto, um corredor seco para passar os grãos; de um lado floresta, do outro, floresta. E tinha um consórcio; acho que eram 12 municípios que queriam e várias empresas que queriam fazer a estrada.

Eu me lembro de um episódio, em que eu estava no meu gabinete, Senadora, e toca o meu telefone. Era o Ministro Ciro Gomes, que era o Ministro da Integração Regional. Ele disse: "Marina, você pode chegar aqui?". "Posso". E fui lá. Aí eu cheguei, e tinha várias pessoas. Ele disse: "Agora, repitam na frente dela tudo que vocês estavam dizendo dela para ela", no estilo Ciro Gomes, que, às vezes, tem divergência comigo, mas, quando eu fui Ministra, ele me ajudou, e ajudou muito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi muito correto comigo. Desde esse episódio da BR-163 à questão da transposição do São Francisco, às hidrelétricas do Madeira, trabalhamos ali ombro a ombro.

E eu quero dizer que os empresários começaram a falar... Eu digo que tem um caminho...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA – ... vamos fazer avaliação ambiental de toda a área de abrangência do empreendimento, e começamos a fazer avaliação ambiental de toda a área de abrangência. Nós dissemos: "Vamos criar unidades de conservação ao longo da estrada". Hoje a única floresta que existe daquela ideia de estrada-parque é onde nós criamos as unidades de conservação. Eu desafio qualquer um a andar aqui na BR-163 para ver se onde tem floresta não é onde foram criadas as unidades de conservação, e altamente impactada, porque o tempo todo querem destruir o que ainda resta na estrada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARINA SILVA – Aliás, há um projeto de lei que tramita para desfazer o que há de floresta.

A licença foi dada com todos os cuidados e rigor que quem entende do assunto sabe fazer, atendendo o apelo. Sabe o que aconteceu? Depois, tudo aquilo foi abandonado. Vamos fazer uma visita, inclusive, para ter uma curva de aprendizagem em relação a isso.

O que é que eu disse desde o início do Governo, inclusive para o meu colega de trabalho Renan? Vamos fazer avaliação ambiental estratégica da BR-319. Mesmo essa licença fajuta que foi dada no Governo anterior, que foi agora cassada pela decisão da Justiça, porque não considerou a opinião dos técnicos... Eu disse: "Vamos fazer avaliação?". E o Ministro concordou. Estávamos nos preparando, e agora vem essa decisão da Justiça que o tribunal sustentou. Os atalhos não levam ao caminho desejado, às vezes, eles só levam ao lugar do abismo.

E eu repito: podem dizer à vontade que a culpa é da Marina, mas foram 15 anos sem Marina no Governo, sem poder de influência de absolutamente nada. Por que não fizeram a estrada se tinham uma caneta? Não fizeram porque não é fácil fazer. São quase 500km de um caminho que foi feito no passado, no meio do coração da floresta. Se tiver o impacto que os estudos estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostrando que tem, é altamente deletério para tudo isso que nós estamos discutindo aqui. E, se for fazer, tem que escutar o que a ciência está dizendo.

E foi isto o que o Presidente Lula disse: "Vou encaminhar para estudos". Os estudos não eliminam o licenciamento, o Ibama tem isenção para fazer o licenciamento. E é assim que funciona na República. A Ministra não dificulta, a Ministra não facilita, a Ministra faz o que está na lei, de acordo com o que diz o técnico. Eu não chego para ele para dizer: "Dê um jeitinho assim, dê um jeitinho assado", nem para sim, nem para não. Senão... Quem tem a maior quantidade de licença é a Petrobras. Na minha gestão, foi licenciado empreendimento de energia nuclear. Eu, pessoalmente, tenho uma posição radicalmente contra energia nuclear na realidade do Brasil, mas o licenciamento não discute oportunidade e conveniência, se vai ser nuclear, se vai ser isso ou aquilo, quem faz isso é o Conselho de Política Energética. O que nós fazemos é verificar se está dentro dos padrões exigidos pelo licenciamento ambiental em todas as suas fases: licença inicial, que é a licença de instalação, licença de operação, todas as fases do licenciamento. Se está, a licença está dada. É assim que funciona.

Eu vou poupar os senhores, mas vou mandar tudo que foi feito, Senadora Damares, para provar que tem uma diferença sim.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA – O apelo que a senhora fez a mim – e aí a senhora disse que tem respeito, carinho por mim e professamos, inclusive, a mesma fé – eu devolvo para a senhora. É o apelo que eu teria feito à senhora como Ministra do Governo Bolsonaro, se eu não tivesse respeito pela sua decisão individual, mas, como eu respeito a decisão individual das pessoas, eu nunca lhe faria esse apelo. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Vou passar agora a palavra para o último bloco, para finalizar, porque quarta-feira, ainda, nós temos um dia bem longo.

Vou passar a palavra agora para o Senador Bene Camacho; na sequência, Fabiano Contarato; e, para finalizar, Senador Sérgio Petecão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para interpelar.) – Bom dia, Senadora Leila Barros.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Inclusive, já pedindo desculpa para o Senador Bene Camacho, porque ele está aqui desde o início. Houve um erro nosso aqui com relação à lista.

Senador Bene, me desculpe.

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – De forma alguma.

Quero parabenizá-la pela iniciativa e quero parabenizar e cumprimentar a Ministra Marina Silva, primeiro, por ter aceitado o convite e porque a senhora dispensa adjetivos. O meio ambiente, não é nesta Comissão, não é nesta Casa, mas no mundo todo, é conhecido por um nome e esse nome é Marina Silva. E eu a parabenizo.

Quero cumprimentar a Senadora Damares e, na pessoa dela, todos os Senadores e Senadoras aqui presentes. E parafraseando o Presidente Obama, gostaria de dizer que vocês podem.

Eu, como médico, fico preocupado quando nesta Comissão nós estamos tratando a dor e esquecendo do infarto. Estamos preocupados com a questão da queimada do momento, e, por trás dessa queimada, há toda uma problemática que precisa ser abordada e construída. Mas o que mais me deixa triste é quando eu vejo que os medicamentos estão disponíveis, e não estão sendo utilizados para que esse problema possa ser sanado. E isso é o que realmente mais me move neste momento desta fala.

Eu estou aqui debruçado sobre o último Relatório Anual de Desmatamento do MapBiomas, está certo? Aqui nós vimos que foi publicado há cerca de 15, 20 dias. E diz que, em 2023, o desmatamento no Brasil diminuiu em 11,6% e o desmatamento na Amazônia diminuiu 62,2%. Isso se chama efeito Marina Silva.

Por outro lado, aqui diz, como foi afirmado, que mais de 60% dessas ações de desmatamento ocorreram nas propriedades privadas, que 97% da perda da vegetação nativa estiveram relacionados com a agropecuária, mas esquecem de se referir ao dado mais importante,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministra: que isso ocorreu em 0,96% dos imóveis cadastrados no CAR, 91% dos imóveis cadastrados no CAR estavam lá com a sua APP e a sua reserva legal adequadas e mantidas.

Nesse mesmo relatório, lá na p. 87, nós vemos que, das 7.458.201 propriedades rurais inscritas no CAR desde 2019 a 2023, apenas 339.983 imóveis tiveram alguma ação de desmatamento e queimada. Isso quer dizer que mais de 95% das propriedades inscritas no CAR, desde aquele momento de 2019, estavam cumprindo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... com a sua obrigação no que diz respeito à preservação das APPs e das reservas legais.

Aqui, quando eu venho, dentro desse mesmo relatório, ao que diz respeito a como nós devemos encarar o problema da recuperação, do desmatamento zero, nós vimos lá que as duas ações que estão previstas cabem ao estado. Há a questão da organização fundiária, e aí nós vemos – e vai ser a minha primeira pergunta – que está sendo feita a regularização fundiária. Eu gostaria de saber qual a percentagem, a velocidade com que essa regularização fundiária está ocorrendo. Outro motivo é a detecção desses episódios todos, que foram milhares, todos eles foram identificados – todos eles foram identificados! O problema foi fazer com que os autos infracionais pudessem ser levados a efeito. E nós temos, desde 2022 – tem aqui também o MapBiomas Alerta, de novembro de 2022 –, Guia de Boas Práticas para Implementação do Embargo Remoto, que diz que, para encerrar essas ações persistentes de desmatamento, uma das ferramentas já está presente, que é o embargo remoto associado a um processo jurídico que são ações civis públicas quando o réu é incerto. No momento em que se detecta que uma ação se dá início, é emitido um embargo remoto, e o embargo não significa um auto infracional. Esse embargo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... apenas faz com que aquela propriedade tenha o seu CAR suspenso, e se dá um prazo para que ele se explique ou então que se faça a fiscalização. E aí então, se houver a explicação ou se houver durante a fiscalização a detecção de que aquilo foi acidental, que não foi intencional, ali se encerra ou então aquele indivíduo é penalizado com a suspensão e o cancelamento do seu CAR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu tenho o programa da safra agrícola 2024-2025. Se nós fizermos essas ações de regularização fundiária, do embargo remoto, da ação judicial contra o réu incerto, eu garanto Ministra, Senadora Leila Barros, Senadora Damares...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ...que os 96% dos proprietários rurais que estão com a sua situação regularizada não estão apoiando esses 4,6% que estão atuando de forma danosa e prejudicial e conspurcando, com o seu modo de agir, todos os produtores rurais. Mas não adianta a gente fazer o desmatamento zero; nós temos que recuperar a área degradada, nós temos que fomentar atividades que sejam sustentáveis, e isso vai ocorrer dentro das propriedades privadas regularizadas com o CAR.

E aqui nós vemos, no Plano Safra 2024-2025, que tem Renovagro - Demais, Renovagro Ambiental e Renovagro Recuperação e Conversão. São recursos para 2024 e 2025 para ações de recuperação de áreas degradadas, adequação ambiental, para ações de desenvolvimento sustentáveis que são R$7,6 milhões, com limite para cada propriedade rural de 5 milhões, com 12 anos de prazo de pagamento, oito anos de carência e juros de 7%.

Eu vejo os remédios todos aí dispostos. Agora, sabe quando isso vai chegar ao produtor rural para ele poder financiar essas ações? Nunca. Primeiro, porque há desconhecimento; segundo, porque se exige, para que esse benefício seja alcançado, a garantia do imóvel do proprietário rural para uma ação que não é de exploração de atividade econômica, é de prestação de serviço ambiental em que o menor de todos os beneficiados vai ser ele – ele já está sendo beneficiado, mas isso se estende para o seu município, para o seu estado, para o seu país e para o globo todo.

Então o que eu gostaria de saber é se há algum projeto dentro do Governo para que se crie um ativo ambiental que não seja a propriedade rural e que sirva de garantia para que esses financiamentos possam chegar a quem realmente tem capacidade de realizar, aptidão e felicidade em construir na sua propriedade um ambiente mais feliz, mais produtivo e mais adequado.

O Céu começa aqui, para todos nós. Nós vemos que as pragas do Apocalipse, Ministra, não vão ser em decorrência de guerra atômica, não vão ser em decorrência de inimizades raciais. As sete pragas do Apocalipse serão quando a natureza se revoltar contra aquele que foi designado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para ser o seu guardião. Nós vamos ver os mares se transformarem em sangue: nós estamos vendo aí os rios se transformarem em sangue, a poluição. Nós vamos ver o sol abrasador: nós estamos vendo. Nós vamos ver as chagas: nós estamos vendo as epidemias. Nós vamos ver as trevas: vemos aí as quedas de energia que estão ocorrendo. Isso porque nós não acordamos para que se construa uma realidade realmente sustentável até quando Deus nos permitir.

E eu quero pedir, Senadora e Ministra, que a senhora não saia. Não, a senhora é importante, a senhora tem que combater o combate. Mas esse combate vai se fazer não com espada, mas com o diálogo, com a conversa com as classes produtivas, não construindo muros, mas construindo pontes.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Grata pela participação, Senador Bene Camacho.

Vou passar a palavra agora ao Senador Fabiano Contarato e, para finalizar, ao Senador Sérgio Petecão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Inicialmente, quero parabenizar V. Exa. pela condução dessa tão importante sessão, ao passo que eu saúdo e cumprimento, com um abraço afetuoso, a minha querida amiga e companheira Ministra Marina Silva, uma pessoa que sabe da minha admiração e respeito por ela, independentemente de estar ocupando ou não o ministério, mas como pessoa com representação em nível mundial, mas sobretudo no Brasil.

Quero também fazer o registro aqui do meu querido André Lima, que está aqui conosco, e também do Rodrigo Agostinho, que é um companheiro que foi Deputado Federal comigo enquanto eu estava, aqui, no Senado, ele lá. Presidimos essa Comissão, eu aqui, no Senado, nos dois primeiros anos, e ele lá. Ele muito dignifica a honrada classe da política e agora, fazendo um brilhante trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não poderia deixar de fazer algumas reflexões, Ministra, porque eu assumi aqui como Senador em 2019, com a Senadora Leila, ela sabe disso, e eu presidi esta Comissão. E nós tivemos um Governo Bolsonaro, com todo o respeito – tem que ser dito, porque contra fatos não há argumentos –, nós tivemos um ex-Presidente que queria acabar com o Ministério do Meio Ambiente. Ele não conseguiu fazer de direito, mas ele fez isso de fato, e eu pontuo: ele acabou com a Secretaria de Mudança do Clima, ele acabou com o plano de combate ao desmatamento, ele acabou com o Departamento de Educação Ambiental, criminalizava ONGs, reduzia a participação da sociedade civil, dos membros do Conama, proliferou agrotóxico, armou grileiro. O resultado que nós tivemos, infelizmente, com a morte do Dom Phillips e do Bruno foi resultado de uma política negacionista e criminosa na pauta ambiental.

Isso tem que ser dito, tanto que o ex-Ministro do Meio Ambiente já se tornou réu – réu, digo aqui – na Operação Akuanduba, que apura exportação ilegal de madeira, apura crimes de corrupção, advocacia administrativa, prevaricação, facilitação de contrabando. E é investigado também no Supremo Tribunal Federal, por solicitação do Procurador-Geral da República.

Ora, esse era o quadro que nós tínhamos no Brasil, tanto que nós – e aqui eu falo com conhecimento de causa, porque eu estava no partido Rede Sustentabilidade, que muito me orgulha – entramos com uma ADPF que, agora, no dia 3 de abril, o Supremo julgou – e julgou reconhecendo. Olha o que o Supremo fala: reconhece "a existência de um Estado de coisas inconstitucional durante o Governo Bolsonaro em matéria ambiental no país. Para a Corte, houve violação maciça de direitos socioambientais, promovida por uma série de atos omissivos e comissivos, atentatórios contra o meio ambiente". É isso que tem que ser dito para a população brasileira, porque contra fatos são argumentos.

E eu sou Professor de Direito Penal, 25 anos. Eu aprendi e passo isto para os meus alunos: quem, de qualquer forma, concorre para o crime responde pelo mesmo crime. Isso é chamado coautoria, ou codelinquência, ou concurso de agentes, previsto no art. 29 do Código Penal. Eu passo para os meus alunos também que um crime no Brasil é praticado por dolo, seja ele dolo direto, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo, mas também é praticado por culpa, quando ele dá causa ao resultado por imprudência, negligência e imperícia. Eu passo para os meus alunos também que um crime no Brasil não é praticado só por ação, porque o art. 13, §2º, alínea "a", do Código Penal é claro quando diz que a omissão é penalmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relevante quando o agente tenha, por lei, a obrigação de proteção, vigilância e cuidado. Isso não sou eu que estou dizendo! Está lá no art. 13 do Código Penal desde 1940. E o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é uma garantia constitucional, está no art. 225. Mas nós tivemos um vilipêndio do direito ambiental no Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Nós tivemos um desmonte do Ministério do Meio Ambiente, que impactou a relação do Brasil com o mundo – que impactou a relação do Brasil com o mundo. E nós tivemos ministro do Governo Bolsonaro, além do Ministro do Meio Ambiente, que proliferava *fake news* com relação a crianças. Nós temos ações aí, inclusive contra determinada ex-Ministra que passou pelo Governo Bolsonaro. Isso tudo tem que ser dito – isso tudo tem que ser dito.

Agora, olha o que o Supremo mesmo reconhece agora nessa ação, nessa ADPF: "o Supremo também entendeu que o Brasil experimenta atualmente [ou seja, no Governo Lula] a reconstitucionalização de sua política ambiental, mas que esse é um processo ainda em curso e não acabado". Claro, porque o desmonte que foi feito... Palavras do Supremo, aspas: "A partir do momento em que condutas governamentais são praticadas, houve uma inflexão do poder executivo no sentido de estancar a boiada (como era dito por um ex-ministro do Meio Ambiente) [isso não sou eu que estou falando; isso é uma ADPF do Supremo Tribunal Federal, é isso] e a partir disso tratar o meio ambiente com a seriedade necessária", afirmou em seu voto o Ministro Alexandre de Moraes.

Contra fatos não há argumentos. O trabalho que, no Ministério do Meio Ambiente, V. Exa. está fazendo é digno de louvor para o mundo e tem um impacto não só no Brasil, mas também na relação do Brasil com todos os países com os quais o Brasil é signatário de qualquer tratado internacional.

Eu tenho que falar isto daqui: que foi no Governo Bolsonaro que Noruega e Alemanha suspenderam o repasse ao Fundo Amazônia. Claro, estava havendo o desmonte. Agora eu quero ver aqui o empenho para falar...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – ... porque eu fui Relator aqui, Ministra... E me desculpe o desabafo, mas enquanto o Governo Bolsonaro proliferava a arma para todo mundo, ele estava tirando do Ibama, do ICMBio e da Funai. É claro, é fácil colocar esses funcionários lá no meio da Floresta Amazônica, é fácil estimular a grilagem de terra, as queimadas, e depois vir para regularizar essas terras. Isso tem que ser dito diuturnamente.

É claro, é fácil colocar esses funcionários lá no meio da Floresta Amazônica, é fácil estimular a grilagem de terra, as queimadas, e depois vem para regularizar essas terras. Isso tem que ser dito diuturnamente.

Platão falava que a sabedoria está na repetição. Enquanto Deus me der vida e saúde, eu vou vir aqui para esta Comissão, ou para qualquer lugar, e vou falar o desmonte que houve no Governo Bolsonaro no meio ambiente, como um direito constitucional, como um direito humano essencial, porque, quando eu falo em direito ao meio ambiente – me perdoe, eu já vou concluir – eu tenho que entender o que é direito humano. Direito humano é um conjunto de direitos que toda pessoa tem, independentemente da raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual. Quando esses direitos naturais são positivados em um ordenamento jurídico, como é o caso do Brasil, eles são elegidos à categoria direitos fundamentais. E, no art. 225 da Constituição Federal, meu querido Senador Sérgio Petecão, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é uma garantia constitucional.

E aí, o jurista tcheco, Karel Vazak, em 1979, inspirado pelos princípios da Revolução Francesa – liberdade, igualdade, fraternidade –, elencou uma geração de direitos, direitos humanos de primeira geração, segunda geração, terceira geração, e há quem sustente uma quarta geração de direitos humanos e, dentre os direitos humanos, eu morro defendendo o direito ao meio ambiente. Porque defender direito ao meio ambiente é defender toda e qualquer forma de vida que há de vir.

Eu só tenho que agradecer a V. Exa., Ministra Marina Silva. Só tenho que agradecer, porque a senhora dignifica muito, não só a honrada classe das mulheres, mas a honrada classe da boa política, das mulheres aguerridas, batalhadoras, que vêm debaixo, como eu venho, que isso, não por vitimismo, mas, na certeza, de que nós vamos estar sempre lutando para que aquela premissa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucional, de que todos somos iguais perante a lei, de que todos temos direito à educação pública e de qualidade, segurança pública, educação pública de qualidade, saúde pública, geração de emprego e renda, redução de carga tributária, isso seja uma realidade de nós políticos. Agora passou da hora de nós, efetivamente, derrubarmos os muros daqui, do Parlamento, porque esta Casa, Marina, me perdoe, não representa a população brasileira, ela representa castas.

Eu queria mais uma vez que entrasse por esta Comissão ou pelo Plenário do Senado, representante maior dos pobres, dos pretos, dos pardos, dos indígenas, dos quilombolas, das pessoas com deficiência, da população LGBTQIA+, mas não. É muito fácil nós temos um Congresso Nacional composto, na sua grande maioria, de homens brancos, ricos e engravatados, decidindo a vida de milhões de pobres.

Obrigada, Sra. Presidente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Grata, Senador Fabiano Contarato.

E, por último, Senador Sérgio Petecão está quietinho, só observando, não é, Senador?

Com a palavra, Senador Sérgio Petecão.

Obrigada, amigos. Obrigada pela participação de todos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para interpelar.) – Senadora Leila, primeiramente queria parabenizá-la pela condução desta audiência.

Vou ser bem breve, por conta do adiantado da hora, e quero agradecer também à nossa querida Ministra Marina Silva pela sua presença aqui. Com certeza isso engrandece aqui a nossa Casa e principalmente esta Comissão comandada aqui pela esta ilustre Senadora, que é a minha querida Leila.

Primeiro quero compartilhar aqui a ideia do colega.

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Bene.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... Bene, que fez um apelo para que a senhora não se afaste. Eu gostaria até de que a Damares Alves estivesse aqui, mas infelizmente ela não está mais aqui. Se ela conhecesse – eu nem vou chamar de Ministra – a Marina, ela jamais faria isto com a Marina: pedir para a Marina se afastar do Governo. Eu acho que foi um pedido tão deselegante. A Marina jamais faria isso com a Damares Ministra; jamais faria isso, porque não é do perfil da Marina.

Eu conheço um pouco a Marina, convivemos muito tempo na política, já estivemos em campos juntos, em campos opostos, e a Marina sempre respeitou as pessoas. A Marina me orgulha e me orgulha muito, uma pessoa que saiu de onde a Marina saiu, lá do Seringal Bagaço – ela sabe essa história, que, se eu contar aqui, gente vai chorar. Hoje, a Marina conseguiu sair do Acre, por conta de questões políticas e por conta desse posicionamento firme dela, e foi ser Deputada Federal em São Paulo. Do meu estado, a Marina foi ser Deputada Federal em São Paulo.

Eu estava na COP 28 e vi uma multidão de gente ali, e, quando eu olho, no meio daquela multidão de pessoas, de pessoas ilustres, vem a Marina. Isso para mim é motivo de muito orgulho, porque convivi, sei o que ela passou e, hoje, onde ela está, uma pessoa muito importante para este país, seja no governo de oposição, ou de direita, ou de esquerda, mas é a Marina. Ou goste ou não goste, é a Marina.

Antes de vir para cá, eu estava vendo ali, conversava com uma pessoa que entrou na minha rede social, me esculhambando, pedindo para eu vir puxar saco da Marina. Eu disse: "Não, eu não vou puxar saco da Marina, não preciso puxar saco". A Marina não precisa que ninguém puxe saco dela. A Marina tem luz própria. E nós estávamos discutindo, porque ele disse: "A culpa das queimadas hoje, neste país, é da Marina." Tem alguém que defendeu, que lutou para que nós não chegássemos aonde nós chegamos mais do que essa mulher? Ninguém, Leila, ninguém lutou. A Marina vem prevendo isso.

Marina, eu estive lá na Transacreana, no domingo, numa comunidade chamada Pracuúba, nas cabeceiras do Riozinho, lá onde começa o Riozinho, já ali colado com o Iaco. E é de partir o coração você ver os rios, hoje, lá no nosso estado, todos secos. E a Marina vem falando disso há anos, chamando atenção.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – E ainda tem colega Senador que vem aqui, questiona a Marina, que tem uma proposta para que nós possamos diminuir as nossas reservas na Amazônia. Ora, se hoje nós estamos na situação em que estamos, tu imaginas, Marina, se um projeto desse for aprovado nesta Casa. Como seria o caos na nossa região?

O Friale, aquele nosso colega, disse que um pouco dessa fumaça que hoje nós estamos passando lá no Acre – eu acho que é o momento mais difícil que o Acre já passou – vem da Bolívia, do Peru e da Bolívia. Não importa de onde vem, o que importa é que hoje nós temos uma situação muito difícil. E, se nós estamos nessa situação, só tem uma pessoa, com todo o respeito aos outros, que não tem culpa de nada nisso: é a Marina. Ela que fez o enfrentamento para que nós não chegássemos aonde nós chegamos. A situação está difícil, a situação está complicada, os voos do meu estado estão sendo cancelados. Eu espero que não se agrave mais, porque, sinceramente, eu não sei aonde nós vamos chegar.

Então, Marina, eu fiquei até de uma certa forma preocupado com algumas palavras que foram ditas por outras pessoas. Releve! Releve o pedido da Damares. Não ouça a Damares, pelo amor de Deus! Não ouça a Damares, pelo amor de Deus! Releve. Eu acho que ela foi muito infeliz no pedido dela. Eu queria dizer isso se ela estivesse aqui, mas ela não está mais. Vou dizer para ela pessoalmente, porque nós precisamos muito de você. Sei que você desagrada muita gente, sei que você desagrada muita gente. Quantas pessoas já me questionaram, até por conta da nossa amizade, da nossa relação, mas eu não tenho vergonha de dizer que sou seu amigo. Eu tenho muito orgulho de você. Você ajuda e ajuda muito, não é o país, você ajuda o mundo. São poucas pessoas que têm a coragem.

Eu, às vezes, não tenho a coragem que você tem. Eu vou fazer uma reunião que tem lá dez, vinte fazendeiros, e eu tenho que fingir que está tudo bem. Você não finge para ninguém, você fala a verdade. Para não perder o voto – tem o tal de não perder o voto –, você tenta agradar. E você é a Marina natural. Você é a Marina que às vezes desagrada muita gente, principalmente na minha região, que é uma região difícil. Estamos vivendo um momento político no Acre muito difícil. Isso é muito triste para mim, porque você sabe como é que a gente começou as lutas ali.

Leila, eu quero te parabenizar. Não chore, não!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Não é fácil. (*Manifestação de emoção.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu quero te parabenizar pela sua coragem. Eu sei do seu trabalho aqui também, da sua luta. É difícil o que a gente encontra aqui, é de partir coração. (*Palmas.*)

Eu acompanho o seu trabalho. Tem algumas coisas que deixam a gente revoltado, indignado, mas é a luta, mulher! É aqui na sua Comissão, é lá na minha Comissão de Segurança. Você sabe o que eu passo lá, a dificuldade que eu passo lá. E aqui as minhas palavras são de gratidão. Quero te agradecer, primeiro, por ter essa coragem de chamar a Marina aqui. E a Marina está acostumada com isso. Isso faz parte do dia a dia dela, que é difícil no país que nós vivemos hoje, com a política que foi implantada.

Eu conversava com um amigo que é da área de... O Banco Central, Leila, hoje, o atual Presidente que está lá, que não foi do Governo Lula, foi do Governo passado... O Banco Central evitou a liberação de 6,2 bilhões em crédito rural.

Ora, não foi do Governo passado que colocou? Ou é culpa da Marina? Não é culpa da Marina, não é culpa do Governo atual. O Presidente do Banco Central que está aí assumiu no Governo passado...

Eu não quero entrar... Eu não quero me apequenar atrás de achar um culpado. Eu acho que, neste momento que nós estamos vivendo, nós temos que unir forças, não ir atrás de culpados. Esta Casa aqui pode cumprir um papel importante, seja de direita, seja de esquerda. Eu fui Vice-Líder do Bolsonaro, eu passei acho que duas semanas. A minha Líder era aquela mulher de São Paulo, a colega lá, a Deputada Federal, a Joice...?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Joice Hasselmann. Eu só aguentei duas semanas.

Mas eu respeito a todos – eu respeito a todos. Esse debate ideológico, eu não sou de direita, eu não sou de esquerda: o meu mandato é para ajudar as pessoas mais necessitadas. E, quando o meu mandato não tiver mais esse sentido, eu estou fora. A maioria do meu recurso que eu aloco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje é lá na Conab, para garantir a compra da produção da agricultura familiar, porque no Governo passado eles queriam acabar com a Conab.

Então, Marina, não sei se cabe desculpa aqui em nome dos colegas, mas eu quero agradecer-lhe de coração. Não preciso dizer que você me orgulha tanto, porque eu tenho um carinho muito especial por você, acompanho a sua vida, a sua vida política como Vereadora, como Deputada Estadual, como Senadora. E hoje você é Ministra do Meio Ambiente. E aonde eu chego nesse mundo... Um dia desses eu estava na Itália e caí na besteira de dizer que era amigo da Marina, e um homem que estava lá não me abandonou mais, queria saber quem era Marina, e aí... Então, isso é legal. Eu tenho um prazer disso.

E sei que, se você pudesse liberar todas as estradas, você já tinha liberado. Eu tenho um problema lá no meu estado e eu sei que você está ajudando, que é aquela situação da estrada de Porto Walter até Cruzeiro do Sul, porque o rio secou e o pessoal está isolado. Mas fizeram de uma forma errada. Vamos procurar corrigir onde tiver os erros, para que a gente possa fazer a liberação daquela estrada. Na verdade, quem sofre são os menores. Estrada não, é um ramal, não se trata de estrada, de passar a estrada por dentro de uma reserva indígena... E hoje, se Deus quiser, nós vamos consertar o erro que foi feito e vamos liberar aquela estrada.

E eu penso que é assim: se nós unirmos força, se nós colocarmos esta Casa aqui, tirarmos os interesses políticos, ideológicos e partidários, nós podemos, sim, todos nós juntos, fazer melhor por este país. É isso que eu penso.

Obrigado, Marina, pela sua presença. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Ai, ai, Petecão...

Eu vou falar um negócio: graças a Deus, eu estou aqui já há seis anos, e eu não perdi, graças a Deus, a capacidade de me emocionar com certas posturas dos colegas, sabe, Marina? E, ao mesmo tempo, me entristecer. A gente vive um cenário assim. O que às vezes me deixa de pé? Talvez seja a minha indignação, que me fortalece, me faz vir todos os dias para esta Casa, para fazer esses debates, porque a minha maior preocupação não é: em que governo que foi? A minha preocupação é o futuro – não é? –, pensando no futuro, as próximas gerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma pessoa como você que está há anos falando: "Ó, vamos chegar a tal ponto, e chegamos por causa disso", isso, assim, me faz refletir sobre a ignorância que a gente viu, a fumaça de ignorância, por exemplo, que nós vivemos ontem no Plenário contra o Pacheco ali, sabe? O Pacheco foi Presidente de um Senado que, quando teve uma pandemia, o Governo negou a vacina, negou...

A gente parou madrugadas, este Senado ficou madrugadas – poucos sabem aqui – tratando do marco legal para dar recursos para os estados, para trazer oxigênio, medicamento, cara, sabe assim? E ele segurou com tanto pulso todo aquele momento de aflição, até nosso, dos nossos estados. Então, assim, você ver o Presidente de Senado ser atacado daquele jeito, com a força que ele teve, no momento mais difícil da humanidade do nosso país.

Então, assim, é indignante a falta de respeito, a falta de gentileza, assim, como as pessoas tratam a história das pessoas. Parece que não é nada; nós viramos, assim, personagens de nós mesmos: é pegar o celular, ficar sendo um *influencer* político para milhões de seguidores, mas sem nenhum tipo de comprometimento com o coletivo, sabe? Mais do que campos ideológicos que eu defendo ou deixo defender, é o senso coletivo que mais me dói. Dói-me, assim, olhar como é que a gente tem capacidade de vir para a Comissão atacar um, atacar outro, não entender o quanto é sério o que a gente está vivendo. Nós não temos o plano B, cara – nós não temos o plano B! Nós estamos falando de produção, desenvolvimento... Que desenvolvimento, se a gente não tiver consciência do que está acontecendo com o país, sendo dizimado em enchente, em queimada, em seca? Pelo amor de Deus!

Então, Marina, eu quero te pedir desculpas também, te agradecer pela tua história, pela tua força. (*Manifestação de emoção.*)

Eu sei que o que mais te mantém também firme e forte nessa luta é – que nem a minha indignação – porque, quando a gente tem um pensamento firme, um propósito firme, nada destrói a nossa força de querer lutar – nada! É isso que me mantém aqui dentro, não é? Você, que é uma mulher que veio do seringal, lá do Norte; eu, que vim de uma região administrativa, sempre vamos sofrer discriminação, sempre iremos, por mais que a gente lute, por mais que nós saibamos quem somos, vamos sofrer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, quero dizer da minha admiração, da minha admiração pelo seu trabalho, pela sua equipe, por todos que estão aqui. Sabe por quê? Porque quando você fala, olhando no olho, firme, você tem a certeza de que a maior intenção do seu propósito é que você não quer que este país acabe, não é? Não quer que a gente acabe com os nossos recursos naturais, quer que a gente respeite os nossos povos tradicionais, aqueles que vieram antes. E, acima de tudo, meu Deus do céu, que falta de compromisso com o futuro! Sinceramente, parece que a gente só vive o hoje, não é, Petecão? Hoje os discursos que eu estão, a cada dia, mais banalizados. É cansativo estar nesta Casa – por isso a minha emoção de hoje – ouvindo sempre, sempre os mesmos discursinhos.

Sinceramente, desculpa meu desabafo, não é? (*Palmas.*)

Sério, eu não tenho medo de rede social, eu não tenho medo, não tenho medo das pessoas que estão doentes e não querem enxergar o que está acontecendo com o país. Nós estamos tratando de coisa séria aqui, nós estamos tratando de queimada, nós estamos tratando da nossa biodiversidade e não estamos negando a importância do setor produtivo. Nós estamos praticamente implorando: vamos caminhar juntos, vamos resolver a situação desse país! É claro que o mundo está de olho – é claro que o mundo está de olho –, mas se o Brasil, que é uma referência, perder essa capacidade de diálogo, imagina o resto – imagina o resto!

Então, siga firme, Ministra!

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone.*) – Estamos juntas!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Estou junto com o Petecão! Pelo amor de Deus, não escute ninguém; siga firme o seu propósito. (*Palmas.*)

Com a palavra, a Ministra Marina. Desculpa, gente, minha emoção.

A SRA. MARINA SILVA – Agora eu tenho que segurar a minha.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Mas você está calejada. Já saquei, seu couro já engrossou. (*Risos.*)

A SRA. MARINA SILVA (Para expor.) – Bem, eu quero, primeiro, agradecer a você, Leila, por esse convite. A gente tem feito um trabalho muito importante aqui nessa Comissão, desde a época do Contarato. Poder ter uma mulher forte e corajosa, com esse compromisso, essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competência, esse sentimento de vida e de alma... É muito gratificante para mim, como Ministra do Meio Ambiente, pela terceira vez, saber que eu tenho pessoas como você, como Sérgio, como outros que até podem divergir, mas que é uma divergência saudável, como você disse. Eu me acostumei a viver nesse ambiente de contraditórios, isso é a democracia, isso é a política. Muito obrigada por essa oportunidade. Muito obrigada, Sérgio. O Contarato não está mais aqui, mas a fala dele foi muito competente.

Tem um provérbio que diz que o testemunho que a gente dá da gente mesmo não é tão considerado, o que é muito considerado é quando a gente recebe o testemunho de outras pessoas. Vocês não sabem o valor que o testemunho de vocês tem aqui, porque uma coisa é a gente falando da gente mesmo, outra coisa é quando outras pessoas falam.

E ainda tem uma coisa interessante: tem um psicanalista chamado Ricardo Goldenberg que diz que a gente não é conhecido por aquilo que a gente diz que a gente é, que a gente não se faz conhecer pelo que as pessoas dizem que a gente é; a gente é conhecido por aquilo que a gente diz do outro. É quando a gente fala do outro que a gente se revela. E, com certeza, é por isso que eu tenho muito cuidado com aquilo que eu falo, porque eu sei que eu estou me revelando quando eu estou falando do outro.

E eu agradeço a sua revelação, meu amigo Sérgio Petecão, de tantas datas. Quando ele se elegeu Senador, eu disse: "E agora, Sérgio, como é que eu vou chamá-lo? A vida toda o chamando de Petecão, agora é V. Exa., como que é?". Ele disse: "Chama de Petecão mesmo, como sempre fui chamado".

Eu estou vendo aqui o Erlando que trabalhou comigo, trabalha com a Senadora Eliziane. Ele começou a trabalhar comigo quando tinha 19 anos, eu era Vereadora, começou a trabalhar comigo como voluntário. Obrigada, Erlando, você ficou aqui o tempo todo.

Minha equipe: eu tenho muita gratidão pela minha equipe, mais ainda pelo Presidente Lula, porque, quando ele me chamou, em 2003, eu disse: "Presidente, isso é um desafio tão grande que eu quero que o senhor entenda que eu tenho que montar a equipe que eu gostaria de ter". E o Lula tem uma forma de falar comigo quando a gente despacha, que é muito interessante, ele diz: "É isso mesmo, querida" – eu já falei isso muitas vezes. (*Risos.*) Se é "isso mesmo, querida", já está resolvido. E agora, quando ele me chamou de novo, pela terceira vez, eu disse: "Presidente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora o desafio é maior, tudo foi desmontado, e houve um desmonte maior que tentaram fazer, que, graças a Deus, ao senhor, à sua resiliência e à sociedade brasileira não foi feito, que era o desmonte da nossa democracia".

Esse era o pior desmonte que estava contratado, com várias tentativas, e a gente sabe o que é não ter um país democrático, onde a gente inclusive possa divergir no nível que nós temos que divergir, como até divergimos aqui.

Mas eu pedi: "Presidente, agora é mais difícil. E todo mundo está dizendo: 'Vocês pensam que é como daquela vez? Agora o desmatamento é maior'. Tudo era maior, e era mesmo. E eu quero, de novo, poder montar a equipe que eu acho melhor". E mais uma vez: "É isso aí, querida". (*Risos.*)

E é "isso aí, querida", e é assim que mantivemos o Capobianco e o André, que eu acho que são os dois remanescentes mais diretos da equipe anterior. Os demais foram pessoas que eu convidei, que vieram da academia, que vieram de experiência de gestão, que vieram da sociedade civil, que vieram da comunidade científica, como é o caso da minha querida Rita, que é da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais. E montamos uma equipe.

Poucos ministérios, eu acho, podem dizer, Senador – obrigado pelas suas palavras –, que 92% dos cargos de confiança são de pessoas de carreira.

Binho, você, que é representante dos servidores, aqui fomos perguntados: "Qual é a diferença do Governo? Valorizou ou não valorizou?". Valorizou sim.

Chamamos o concurso da reserva. Já conseguimos antecipar um concurso para mais 800, quase 900 servidores para o Ibama e para o ICMBio.

Os servidores estavam sem aumento há seis anos. O Presidente Lula, não só no ano passado deu 9%, mas este ano, na negociação com as carreiras, ao fim ou cabo, vai dar quase 32% para os servidores.

Óbvio que tem manifestação. É a democracia. E é por isso que eu me sinto muito honrada de, pela terceira vez, agora não com 45 anos, mas aos 66 anos, ser Ministra do Meio Ambiente do Presidente Lula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aquilo que eu falei é a mais profunda verdade: é difícil? É, mas eu agradeço a Deus, sabe? Porque, com essa equipe que está aqui, eu sei, minha querida, que a gente está fazendo – tem multiplicação dos pães, e eu acredito em milagres – , mas fazer a multiplicação dos servidores, para isso aí é preciso muita competência.

Eu saí e deixei 1,7 mil fiscais. Eu voltei só com 700 fiscais, e reduziram o desmatamento em 50% no primeiro ano.

Eu saí e deixei o Ministério do Meio Ambiente com uma secretaria de clima, e ela foi destruída; com uma política de recursos hídricos, e foi abandonada; com uma política de combate ao desmatamento, que tinha servidores que faziam o que a lei mandava, mas estavam sendo obrigados, assediados para fazer coisas ao arrepio da lei.

Ainda bem que são servidores públicos que não arredam o pé de cumprir aquilo que a lei diz.

E tenho muito orgulho, Mauro, porque você, na época, entrou como uma pessoa de livre provimento, passou no concurso, hoje é servidor de carreira, e por um comitê de busca, não por uma indicação, e o Presidente Lula disse, mais uma vez, "é isso aí querida; é comitê de busca", e é comitê de busca, um comitê técnico-científico, com avaliação de projetos, de programas, de provas, de títulos, para mostrar que as instituições públicas não têm preconceito contra quem é político ou sugestão política, desde que tenha a devida competência técnica e a devida qualidade ética para assumir a função, porque a gente não pode criminalizar a política.

Mas, por uma necessidade, Leila, para multiplicar os pães dos cargos, transformamos tudo em cargo de carreira, porque assim eu consegui aumentar a quantidade de pessoas para as unidades de conservação. Senão, não iria ter um servidor para o gerenciamento das unidades de conservação. Mas agora, com a Ministra Esther, estamos fazendo concurso, melhorando a estrutura do ministério.

E estar com um Presidente que diz que a política ambiental é transversal, que é desmatamento zero, que é fazer o enfrentamento da mudança climática, que é fazer a transição para o fim do uso de combustível fóssil, com retomada de unidades de conservação, com retomada das políticas com os pequenos agricultores, com retomada do Bolsa Família, que em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um ano reduziu a pobreza em 50%, igual o PPCDAm, e agora com um plano de transformação ecológica, com um plano de agricultura de base sustentável, como é o caso do Ministério da Agricultura... Olhem, podem ter certeza: o convite foi feito, é uma honra...

E eu peço a Deus que nos ajude, para que essa luta não seja entendida como coisa de esquerda, de direita e de centro. O meio ambiente é coisa de ser humano, é coisa de ser humano – viu, Senador, o senhor, que é médico, não é? É coisa de ser humano. Neste momento, é queimada, mas quanto de dinheiro está sendo gasto – perguntem para a Ministra Nísia – com problema respiratório, principalmente de idoso e de criança!

O fogo não é municipal, não é estadual; o fogo tem um tom universal, porque é CO_2 na atmosfera, mas a fumaça prejudica os pulmões de quem está aqui em Brasília, tendo sido feita lá na Bolívia, no Pantanal, no Acre, onde quer que ela esteja.

E podem ter certeza: eu saio daqui me sentindo acolhida, muito respeitada. E ainda tem um jargão que nós, no Parlamento, usamos, pois, quando alguém diz algo que é inoportuno, inadequado, a gente sempre diz: "Indago a V. Exa. se gostaria de retirar essas palavras do seu pronunciamento".

Isso é a beleza do Parlamento. E aí a pessoa, às vezes, diz isso, e o Presidente diz: "De acordo com o Regimento Interno, peço que retire a palavra ofensiva dita pelo Senador, Senadora fulana de tal". É a beleza do parlar. Aqui é o lugar do Parlamento.

Então, eu fui Senadora por 16 anos, Leila, e eu me sinto sempre em casa quando venho aqui, mas com o devido respeito. A minha posição, Sérgio, é de alguém que é do Executivo, com um profundo respeito pelo Legislativo.

E eu espero que a gente possa ter aqui, no Congresso, a aprovação de uma lei que institua a emergência climática neste país com 1.942 municípios em situação de risco climático extremo; que a gente não avance em políticas que façam com que haja retrocesso no desmatamento; que a gente corrija aquelas que permitiram que se avançasse sobre reserva legal.

E eu quero dizer que retroagir, em algumas coisas, não é demérito. Eu encerro com essas palavras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem uma coisa chamada sustentabilidade política. Quem dá essa sustentabilidade é a sociedade.

Quando pressionaram o Fernando Henrique para ele abrir mão da reserva legal, corretíssima, de 80% na Amazônia, e a sociedade brasileira se mobilizou, o Fernando Henrique disse "não vou mudar, vou manter"; quando o Presidente Temer queria acabar com a reserva lá, a Renca, lá no Amapá, de garimpo, a sociedade brasileira se mobilizou, e ele disse "não vou acabar com a Renca"; quando o Presidente Lula foi pressionado para não cumprir com as políticas do plano de prevenção e controle de desmatamento pelo ex-Governador Blairo Maggi e Ivo Cassol, e a sociedade se mobilizou, o Presidente Lula se sentiu respaldado para manter o plano de prevenção e controle do desmatamento. O único que não ouviu o que a sociedade dizia se chamou Bolsonaro, nem no extremo da vida, que era em relação à covid, e não foi diferente em relação ao meio ambiente.

Mas eu não trato os eleitores brasileiros, as pessoas, como se fossem a mesma coisa dos negacionistas. Agora, nós estamos aprendendo na pedagogia do luto, na pedagogia da dor, e tem muita gente questionando a visão negacionista. E são todos bem-vindos.

Não precisa ser do mesmo campo ideológico, basta não ser negacionista. Não precisa não ser de oposição ao Governo – é saudável, fui oposição durante muito tempo –; basta que a gente entenda o que é melhor para o país, e, nesse momento, o melhor para o país é enfrentar desmatamento, enfrentar queimada, dar apoio para que o Brasil à COP 30 com redução de emissão de CO_2 à altura de nunca passar 1,5 grau de temperatura e poder continuar liderando pelo exemplo.

Nós introduzimos meio ambiente no G20 e estamos introduzindo meio ambiente em desenvolvimento e combate à desigualdade em todos os fóruns internacionais que estão aí. Isso é graças à liderança e ao compromisso do Presidente Lula.

Muito obrigada, Senadora, muito obrigada aos Srs. Senadores.

E que Deus nos dê sabedoria!

Eu gosto muito de ler a Bíblia. Se tem uma coisa na Bíblia que, durante um tempo eu não entendia, mas agora eu entendo profundamente, no Apocalipse, é que um dia Deus virá para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destruir os que destroem a Terra. Muito cuidado em destruir a Terra, porque em Gênesis, Capítulo 1, versículos 21 e 28, diz "Ide, dominai o mundo e tudo que nele há", e todo mundo acha que é fazer e acontecer, mas em Gênesis 2, no versículo 15 ou 16, diz: "E Deus colocou o homem no jardim para cultivar e guardar". Se você cultiva, por favor, guarde.

E ainda mais, tem um mistério: a água é a única coisa que existiu que não foi criada. Já existia. Tudo foi criado: "faça-se a luz, faça-se isso, faça-se aquilo, faça-se o homem, faça-se a mulher...", "E no princípio era Deus, e o Espírito de Deus pairava por sobre as águas".

O que está acontecendo de escassez hídrica é porque nós estamos mexendo com algo que nós nem sabemos como é que existe na face da Terra, porque, pelo menos na nossa tradição, na nossa cosmovisão, é um mistério.

Não sei como é para um muçulmano, não sei como é para um judeu, não sei como é para os nossos indígenas, porque não consigo entrar com profundidade não cosmovisão deles. A única coisa que eu sei é que todas as tradições religiosas, todas têm profundo respeito pela natureza. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Grata, Ministra.

Petecão, depois eu converso com você no Plenário, está bem? (*Risos.*)

Quero agradecer a presença de todos.

Vamos para a nossa quarta-feira, mais uma vez desculpando...

Peço desculpas, primeiro, antes de finalizar, ao Mauro Pires, que é o nosso Presidente do ICMBio, aqui presente.

Mauro, muito obrigada; desculpe o ato falho.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e hum minuto do dia cinco de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Margareth Buzetti, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Leila Barros, Otto Alencar e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Giordano, Marcos do Val, Bene Camacho, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Flavio Azevedo, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 40/2024 - CMA, de autoria Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT). **Finalidade:** Instruir o PL 13/2022, que "dispõe sobre o transporte aéreo de animais de estimação em voos domésticos", o PL 1903/2024, que "altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para determinar critérios para o transporte de animais de estimação aplicáveis ao transporte aéreo de passageiros, doméstico e internacional", o PL 1510/2024, que "estabelece critérios para o transporte de animais de estimação aplicáveis ao transporte aéreo de passageiros, doméstico e internacional" e o PL 1474/2024, que "estabelece condições e critérios mínimos para o manejo de animais domésticos por empresas de transporte coletivo de passageiros nos modais aéreo, terrestre e aquaviário, e dá outras providências". **Participantes:** Sr. Fábio Rogério Carvalho, Presidente da ABR - Aeroportos do Brasil; Sr. Adriano Miranda, Superintendente de Acompanhamento de Serviços Aéreos da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC); Sr. João Fantazzini, Tutor do Cão Joca, morto em abril de 2024 após falha em transporte aéreo; Sra. Karla Andrea Rodrigues dos Santos, Coordenadora-Geral do Departamento de Investimentos da Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos; Sr. Marcelo Pedroso, Diretor da Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA) no Brasil (representante de: ABEAR - Associação Brasileira das Empresas Aéreas); Sra. Luisa Mell, Presidente do Instituto Luisa Mell de proteção animal; e Sra. Juliana Stephani, CEO da Petfriendly Turismo e médica veterinária. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Margareth Buzetti
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/05

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 5 de setembro de 2024.

Aprovação da ata. (*Pausa.*)

Objetivos e diretrizes desta reunião.

A presente reunião destina-se à instrução do PL 13, de 2022, que "dispõe sobre o transporte aéreo de animais de estimação em voos domésticos"; do PL 1.903, de 2024, que "altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para determinar critérios para o transporte de animais de estimação aplicáveis ao transporte aéreo de passageiros, doméstico e internacional"; do PL 1.510, de 2024, que "estabelece critérios para o transporte de animais de estimação aplicáveis ao transporte aéreo de passageiros, doméstico e internacional"; e do PL 1.474, de 2024, que "estabelece condições e critérios mínimos para o manejo de animais domésticos por empresas de transporte coletivo de passageiros nos modais aéreo, terrestre e aquaviário, e dá outras providências".

A audiência ocorre em atenção ao Requerimento 40, de 2024, da CMA, de minha autoria, Senadora Margareth Buzetti, de modo a subsidiar a construção do melhor relatório possível.

Convido a tomar lugar à mesa: Sr. Adriano Miranda, Superintendente de Acompanhamento de Serviços Aéreos da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); Sr. Fábio Rogério Carvalho, Presidente da ABR – Aeroportos do Brasil; Sr. Marcelo Pedroso, Diretor da Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata) no Brasil; Sra. Karla Andrea Rodrigues dos Santos, Coordenadora-Geral do Departamento de Investimentos da Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos. Participam, por videoconferência, Sr. Emmanuel Gomes da Silva, Analista do Departamento de Investimentos da Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos; Sr. João Fantazzini, tutor do cão Joca – ou pai, não é, João? –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

morto em abril de 2024, após falha em transportes aéreos; Sra. Luisa Mell, Presidente do Instituto Luisa Mell de Proteção Animal.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, ao vivo, e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares que estiverem inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários. E, antes de encerrar para as respostas e considerações finais, terão novamente a palavra, por três minutos, nossos convidados.

Amigos, antes de darmos início à audiência pública, que será fundamental para que eu possa fazer o relatório que estabeleça regras claras e sérias sobre o transporte de animais pelas empresas aéreas brasileiras, eu gostaria de lembrar o fato que provocou o Parlamento para que algo fosse feito. Como todos aqui devem ter visto, o Brasil ficou estarrecido, no final de abril, com a notícia da morte do cachorro Joca, por causa de um erro claro no seu transporte.

No dia 22 de abril, Joca embarcou em uma viagem de São Paulo com destino a Sinop, no meu Estado de Mato Grosso, em uma viagem que duraria apenas duas horas e meia, mas, por um engano da companhia aérea, foi levado para Fortaleza. Quando o erro foi percebido, Joca foi enviado de volta para São Paulo. Nesse trajeto, que durou cerca de oito horas, ele não resistiu e acabou morrendo. É por esse motivo que teremos hoje, aqui, o pai do Joca, o tutor do Joca, o Sr. João Fantazzini. A participação do João vai servir para que a morte do Joca não seja mais um número de estatística. Não foi o primeiro caso de morte por negligência durante o transporte, e, se não tivermos leis claras e executáveis, infelizmente, não será o último.

É por este motivo, também, que teremos a participação da Sra. Luisa Mell, hoje a maior referência no Brasil quando o assunto é o bem-estar dos animais. A fala de Luisa ajudará a não esquecermos, durante a audiência, que, antes de procedimentos técnicos, antes da burocracia, estamos falando de vidas. Muitos não entendem o amor que temos pelos animais. Quem maltrata

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma vida animal maltrata uma vida humana. Aqui lembro a frase que mais foi replicada este ano: "Um *pet* não é uma bagagem, é o amor da vida de alguém".

E não teria como fazermos um relatório sério e que trouxesse as saídas possíveis para o transporte seguro dos animais sem ouvirmos aqui o Ministério de Portos e Aeroportos, a associação dos Aeroportos do Brasil, a Agência Nacional de Aviação Civil e a Associação Internacional de Transportes Aéreos. Hoje completa 105 dias da morte de Joca, e tenho certeza de que, nestes quase três meses, soluções devem ter sido criadas ou encontradas, tanto pelo Governo Federal quanto pelas empresas e agências reguladoras, em relação ao tema. Ouviremos todos aqui hoje nesta audiência.

Como eu já falei de todos, são quatro PLs que tem, vou deixá-los e vamos começar a passar a palavra aos nossos convidados.

Sr. Fábio Rogério Carvalho, por favor.

O SR. FÁBIO ROGÉRIO CARVALHO (Para expor.) – Boa tarde! Boa tarde, Senadora!

Agradeço, então, a oportunidade de representar aqui os aeroportos brasileiros neste dia de hoje, num tema importante que a nós todos toca e que precisa ser discutido com a relevância que tem no dia de hoje. Nesta Casa, no Parlamento brasileiro, no Senado Federal, há a oportunidade de travarmos, estabelecermos uma discussão e termos um diálogo na construção de soluções, das melhores soluções para que a gente possa não passar mais por situações como essa, tão infelizes e tristes para aqueles que têm um amor pelo cachorro, e eu sou uma dessas pessoas também, sei como funciona.

Eu inicio, então, agradecendo muito a oportunidade, Senadora, de estar aqui na sua presença e poder participar deste debate e cumprimentando, em sua pessoa, a mesa e todas as pessoas que nos acompanham no dia de hoje.

Vou falar brevemente. A ABR, então, representa 59 aeroportos federais concedidos. Esses 59 aeroportos compõem 13 associados. Esses aeroportos hoje representam 93% dos passageiros transportados no Brasil. Então, nós temos, realmente, a condição de trazer à mesa e trazer a esta discussão a representatividade significativa de quem, todos os dias, está operando e prestando esse serviço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É sempre importante registrar que são grupos. A concessão de aeroportos no Brasil é uma política pública muito exitosa, uma política pública que deu certo. Então, nós temos grupos aqui internacionais, de capital estrangeiro, listados em bolsa, que executam essa atividade com muita responsabilidade. Eu acho que todo mundo, de alguma maneira, tem essa medida do que quer num aeroporto antes e depois da concessão.

É importante trazer também essa informação para dentro do que a gente vai comentar aqui, de que esses associados hoje da ABR operam no mundo mais de 250 aeroportos. Então, a gente traz para cá não só a nossa experiência Brasil, mas a experiência internacional desse grupo de operadores de aeroportos pelo mundo inteiro.

O que é a responsabilidade do aeroporto? Acho que é o primeiro ponto aqui que é importante a gente travar. A aviação funciona como um sistema muito interligado e muito emanado: um componente não funciona sem o outro. No campo da responsabilidade dos aeroportos, nós temos, então, a responsabilidade contratual. Exercemos essa função a partir de um contrato de concessão firmado aqui com a nossa Agência Nacional de Aviação Civil, que é do provimento da infraestrutura necessária para as operações e o bom funcionamento, então, dessas operações aéreas nos aeroportos que administramos.

É importante dizer, dentro do tema que a gente tem para tratar no dia de hoje, que o transporte aéreo é muito regulamentado, é bastante regulamentado. Nós obedecemos a regras que não são só regras nacionais; a bem da verdade, a maior parte das regras a que obedecemos são, inclusive, regras internacionais. São regras, em sua maior parte, claro, estabelecidas pela Anac, muitas estabelecidas pelo nosso contrato de concessão, em que estão definidas as obrigações que temos nos nossos contratos, mas muitas delas também pela Oaci, que é um organismo especial, uma agência especializada da ONU, que tem, como missão, regulamentar, estabelecer e disciplinar o funcionamento da aviação no mundo inteiro.

Apenas para que vocês tenham uma ideia do que a gente está falando, a Oaci tem 193 países-membros: tem mais países-membros na Oaci do que na Organização das Nações Unidas.

E o fundamento de toda operação é sempre a segurança, a segurança das vidas. Tudo o que nós fazemos, seja o transporte que é realizado pelas companhias aéreas, seja a infraestrutura que é provida pelos aeroportos, é sempre pensando em como manter a vida, na medida em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer episódio que atente contra a vida sempre toca e toca muito pesado em cada um de nós, seja uma vida humana, seja a vida de um animal.

Preciso dizer, então, dentro desse contexto, que as regras que estabelecem o funcionamento dos aeroportos são bastante restritivas e bastante definidas. A gente segue uma cartilha que observa o que a gente tem que fazer, porque aeroportos são espaços restritos, controlados, que estão sujeitos a esse tipo de regra. Obrigações que são estabelecidas para os aeroportos, especialmente quando a gente vai falar de utilização de áreas, sempre têm implicações. Essas implicações são tanto físicas, de espaço mesmo, como também econômico-financeiras.

Se a gente for falar de implicações físicas, aqui eu me refiro especialmente ao PL 13, de 2022, porque há um artigo nele, que a ABR vem comentar no dia de hoje, o art. 6º, que estabeleceria a obrigatoriedade de que os aeroportos, com operação anual superior a 600 mil passageiros, devessem dispor de médico veterinário para acompanhar todos os procedimentos relacionados a embarque, acomodação e desembarque, e é disso que eu venho comentar um pouquinho hoje.

Então, eu digo que obrigações como essas, quando definidas em lei, criam implicações de natureza física, posto que estabelecem limitações no espaço que, como eu já comentei, é restrito.

O aeroporto é um grande condomínio. Imagina que no aeroporto você tem, morando junto: Polícia Federal, Vigiagro, Anvisa, a própria Anac. É uma série de atores que estão dentro do aeroporto de forma que qualquer implicação de um espaço adicional estabelece a necessidade de rever a organização desse espaço.

E algumas medidas, às vezes, podem passar por uma discussão de viabilidade física mesmo, como uma que agora a gente estuda, a pedido do Ministro Silvio, de que, por exemplo, os aeroportos de todas as capitais tivessem salas multissensoriais para receber pessoas com transtorno de espectro autista. Estamos estudando, temos interesse de viabilizar, mas sempre o espaço é restrito. É só para falar que políticas públicas que estabelecem novas obrigações contratuais chocam com outras também tão importantes quanto ou até mais se a gente pudesse ponderar de alguma forma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra ponderação, outra implicação é que, sempre quando a gente vai falar de disponibilização diária, isso diz respeito à própria vida econômico-financeira dos contratos. Ora, se estabelece uma nova obrigação que não estava prevista em contrato, nós temos, em contrapartida, uma discussão com a Agência Nacional de Aviação Civil para que se faça o equilíbrio contratual a respeito daquelas implicações. Mas aqui não se trata, gente, de uma questão econômico-financeira basicamente. A questão econômico-financeira sempre é relevante, mas aqui é muito mais a discussão que a gente queria trazer a respeito da eficácia dessa medida, do propósito que ela tem.

E aí eu fiz – nesse processo de me preparar um pouco para estar, no dia de hoje, aqui, comentando essa situação e esse artigo especialmente – duas buscas. Uma de obrigações contratuais que seguem o padrão internacional de quando é obrigatório que se tenha um médico 24 por 7 em aeroporto. Essa regra é obrigatória para aeroportos Classe IV. O que é isso? Em aeroportos que tenham sido processados 5 milhões de passageiros ou mais, é obrigatório que você tenha um médico. Na redação, como ela está proposta aqui no momento, com 600 mil passageiros, já teriam a obrigação de ter um médico veterinário, o que nos parece um pouco desarrazoado.

E, na outra busca que a gente fez, perante a ACI, que é a ABR do mundo, vamos dizer assim, a associação que congrega todos os aeroportos do mundo, a gente verificou que não existe, em nenhum país, uma obrigação dessa natureza; não existe, em nenhum país do mundo, uma obrigação que estabelecesse que o aeroporto tinha a necessidade de ter um médico veterinário. Isso não é por descuido, mas por uma preocupação, como eu falava, que é a minha maior preocupação com relação à eficácia da medida.

Segundo a previsão que está aqui na norma – e eu queria comentar um pouquinho dela, imaginem o que está estabelecido aqui para esses aeroportos –, teria que ter um médico veterinário acompanhando todo o processamento do animal doméstico que envolve o embarque, a acomodação e o desembarque. Imaginem, por exemplo, a existência de embarque de animais simultâneos e como isso poderia, de alguma maneira, implicar operação, gerando atrasos, por exemplo, em toda uma operação intricada em aeroportos de muita movimentação, por exemplo, como o de Brasília, como o de Congonhas, como o de Guarulhos. Então, eu acho que esse é um aspecto que merece ser avaliado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E um último ponto aqui, para eu ficar dentro do meu tempo estabelecido: eu gostaria de destacar a importância de que a gente prestigie o regulador da matéria, e aqui eu acredito que eu tenho uma contribuição pessoal para dar. Eu tive a oportunidade, nesta sala aqui, há alguns anos, de ser sabatinado para ser Diretor de uma agência reguladora. E eu sei o quanto a missão da agência reguladora, por tantas vezes, é incompreendida, mas ocorre que existem, no âmbito das agências reguladoras, regulamentos que disciplinam o funcionamento da aviação civil, são os chamados RBACs (Regulamentos Brasileiros da Aviação Civil). No nosso caso de aeroportos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO ROGÉRIO CARVALHO – ... o RBAC 153 e 156, de modo especial. A Anac, muito embora, às vezes, crie obrigações para a gente muito pesadas, fiscalize a gente o tempo todo, é o órgão, é a entidade responsável no Brasil por fazer essa regulação, que respira segurança 24 horas por dia, que entende mais profundamente de aviação do que todo mundo e que tem as melhores condições; portanto, é o melhor foro para poder discutir e estabelecer medidas como essa.

Então, já encaminhando para minha proposição, eu entendo que nós temos uma questão a ser enfrentada. A Anac, eu acredito que o Superintendente Adriano vai poder trazer algumas contribuições do que a Anac já vem fazendo nesse sentido, mas, no foro adequado, onde inclusive, se for necessário, você tem uma agilidade maior para fazer as modificações.

Ao tempo que fui diretor de agência e tive essa experiência de setor público, eu já vi, várias vezes, que medidas legislativas para resolver questões regulatórias, muitas vezes, erram a mão. E, quando erram a mão, precisam de uma nova lei para mudar aquela situação, o que pode ser feito com maior agilidade, maior tecnicidade no âmbito da agência reguladora. E claro, aqui há a possibilidade de que o Senado Federal, na sua função típica mesmo de controle, controle essa atividade, verifique como a agência está fazendo.

Então, assim, eu concluo a minha fala dizendo que é uma medida de boa intenção, mas ela teria, pela forma com que está formulada, e eu digo apenas aqui do art. 6º do PL 13, de 2022, pouca eficácia, porque não tem precedentes internacionais e não seria a via legislativa a via mais adequada para endereçar essa solução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço imensamente, mais uma vez, Senadora, a oportunidade de estar por aqui e deixo a ABR sempre à disposição para discutir esse tema e qualquer outro que seja de interesse desta Casa. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Nós que agradecemos a sua presença, Fábio, e a sua fala.

Nós temos várias participações já pelo e-Cidadania, e, no final, eu vou passar essas perguntas a vocês, tá?

Mas, no PL 13, de 2022, nós temos também como regra que animais de estimação são cães e gatos, não é? Porque o que é animal de estimação e o que é animal doméstico? A gente precisa também definir isso, porque um cavalo pode ser um animal de estimação de alguém, não é? Não pode ser transportado. Então, por isso que a gente está aqui falando, e são quatro projetos, tá? Tem vários deles aqui, e a gente quer tirar o melhor de cada um e daí fazer um relatório que seja realmente executável.

Obrigada, Fábio.

Passo a palavra para o Sr. Adriano Miranda.

O SR. ADRIANO MIRANDA (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas presentes, aos que nos assistem.

Senadora Margareth Buzetti, boa tarde. Agradeço imensamente a oportunidade de representar a Anac perante esta Casa. Cumprimento, na sua pessoa, os demais Parlamentares e os demais integrantes aqui da mesa.

Eu trouxe uma breve apresentação. Acho que eu consigo fazê-la dentro do prazo estabelecido. Vamos lá. Obrigado.

Inicialmente, Senadora, eu queria expressar o quanto é importante para a agência discutir esse tema aqui perante a sociedade e o quanto é desafiador, não é? Sempre que eu venho tratar desse tema, eu inicio referenciando o corpo técnico da Anac. Eu, embora não seja integrante dos quadros efetivos da Anac, eu estou lá há algum tempo já, eu tenho 17 anos de casa e eu tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito orgulho de trabalhar ao lado das pessoas que ali estão, que têm um corpo técnico qualificadíssimo e que cuida de uma agência que trata de um mundo, assim: é muita atividade.

Muitas atividades são desempenhadas ali, no âmbito da Anac, desde questões de segurança – que, como o Fábio mencionou aqui, é o nosso norte principal da aviação civil –, a gente trata: de segurança de operação de aeronaves; segurança de infraestrutura; segurança de contra atos de interferência ilícita, que são aqueles procedimentos a que todos nós nos submetemos para ingressar na área restrita do aeroporto, por exemplo; certificação de aeronaves; certificação de aeroportos; certificação de tripulação, de piloto, de oficina de manutenção. E, para todas essas atividades – entre muitas outras, se eu for ficar falando aqui, não vou conseguir cumprir o tempo – o corpo técnico que a gente tem é muito qualificado, mas é qualificado para essas atividades.

Então, a gente tem um corpo técnico formado basicamente por pilotos, advogados, engenheiros e economistas. Acho que, se a gente pegar o quadro todo da Anac, mais de 90% dos integrantes estão entre essas áreas de conhecimento. E, nesse sentido, é muito importante a gente se aproximar de quem conhece, entende e tem *expertise* em saúde e em bem-estar animal. Por isso, essa discussão acabou nos aproximando de outros órgãos, como a gente vai ver mais adiante na apresentação.

Se puder ir passando, por gentileza.

Ah, está aqui comigo, perdão. Já estava comigo o controle.

Obrigado, obrigado.

Nesse sentido, eu ia falando das atribuições da Anac. A missão da Anac é garantir a segurança e excelência da aviação civil. E a gente tem o foco em democratizar o acesso ao transporte aéreo no Brasil. A gente entende que uma regulação excessivamente prescritiva pode gerar custos que afastem novos competidores, novos investidores, novos *players* no mercado. Então, a gente busca estabelecer uma regulamentação para promover a concorrência, eficiência e inovação, com a redução de barreiras à entrada.

Nós entendemos...

Perdão, me distraí. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós entendemos que a melhor forma de democratizar o acesso ao transporte aéreo, para que mais brasileiros, brasileiras e seus *pets* possam viajar, é a redução de barreiras à entrada e a atração de novas empresas. A melhor forma de proteger o consumidor é trazendo mais empresas, que alcancem mais localidades e possam transportar mais pessoas e mais *pets*.

Nesse sentido, a atual regulamentação – a gente regulamentou isso no ano passado, mais ou menos na metade do ano passado, através dessa portaria que está na apresentação – buscou regulamentar o serviço, a oferta do serviço casada com essa forma como a Anac vê a regulação. Então, ela estabelece o transporte de animais como um serviço opcional. As empresas têm liberdade para definir as regras pelas quais o transportador... Perdão, o transportador tem a liberdade de definir as regras para realizar esse transporte, e isso é essencial, porque as empresas aéreas observam normas de segurança da Anac que estão em consonância com as normas internacionais, como o Fábio mencionou aqui anteriormente, mas aquilo é o mínimo que elas devem observar. As empresas aéreas, normalmente, vão além daquilo, têm os seus próprios padrões operacionais e buscam encaixar a oferta ou não desse serviço na possibilidade, de acordo com as suas regras operacionais.

E claro que, além disso, as empresas têm que observar obrigatoriamente a regulamentação afeta à questão da saúde e do bem-estar animal emanada por outros órgãos, tais como o Ministério da Pecuária, o Ministério da Saúde, o Ministério do Meio Ambiente, Anvisa, Ibama, Vigiagro, Conselho Federal de Medicina Veterinária, dentre outros.

A única obrigatoriedade prevista hoje, em lei, para o transporte de animal na cabine de passageiros de uma aeronave se refere ao cão-guia e é uma previsão legal, está estabelecido em lei. Nessas hipóteses, a empresa aérea é obrigada a aceitar o embarque do cão ao lado do passageiro a quem ele está ali servindo como guia. E a regulamentação da Anac estabelece regras tanto para o transportador como para o tutor do animal.

Em relação ao operador, como já dito antes, a regulamentação trata como um serviço facultativo, pode ou não ser ofertado. Se for ofertado, tem que trazer informações claras sobre as regras, os procedimentos e a documentação exigida que incidirão. A empresa pode restringir quantidades e espécies em razão da capacidade da aeronave, incompatibilidade no espaço da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cabine, por exemplo, e deve observar, obviamente, toda a regulamentação de segurança da aviação civil, segurança operacional, sanitária e saúde animal.

Já em relação ao tutor, ele tem a obrigação de seguir as regras e procedimentos estabelecidos pela empresa aérea, é responsável pelo comportamento, pela condição sanitária e saúde do animal, deve apresentar documentação exigida e deve observar, também, como todos nós, a regulação de segurança contra ato de interferência ilícita, segurança operacional, assim como a saúde sanitária e a saúde animal.

Pois bem, a gente teve um episódio que todos lamentamos e por isso estamos aqui – o pai do Joca está aqui hoje, o João, a Luisa Mell está assistindo virtualmente -, que foi, todos nós sabemos, o lamentável ocorrido com o cão Joca. A partir daí, o Ministério disparou imediatamente uma série de medidas e determinou à Anac, também, a adoção de uma série de medidas. Essas que estão na tela ticadas em verde nós já percorremos. Realizamos uma audiência pública com participação social, presencial, na sede da Anac, em Brasília, a apresentação traz mais detalhes mais à frente; tivemos uma consulta setorial que foi recorde de participação na Anac; recebemos contribuições de Parlamentares; tivemos reuniões junto aos órgãos que entendem e têm *expertise* em saúde e bem-estar animal e, finalmente, foi criada a comissão pelo Ministério dos Portos e Aeroportos e a gente já vai ver a composição mais à frente.

A audiência pública foi realizada no dia 2 de maio, dez dias após o ocorrido. Foi realizada aqui na sede da Anac, em Brasília. Nós recebemos 38 contribuições *online e* 18 presenciais, eram mais de cem inscritos, a audiência entrou noite adentro. A consulta setorial foi recorde em recebimento de contribuições na Anac, importando em quase 3,4 mil contribuições...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADRIANO MIRANDA – ... que estão em análise no âmbito da Anac e da comissão constituída.

Elas tiveram como contribuintes... Infelizmente, a maioria se identificou como pessoa física, então a gente não consegue identificar qual é o ramo de atuação, mas tivemos, entre outros: médicos, médicos veterinários, empresas aéreas, aeroportos, órgãos públicos, associações e assim por diante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As principais demandas que identificamos são essas que estão na tela. Disparadamente, o transporte de animais na cabine é o assunto mais mencionado nas contribuições, tanto por pessoas defendendo quanto por pessoas se manifestando contrariamente à possibilidade da flexibilização do transporte de animais na cabine; o transporte seguro de animais no porão das aeronaves; regulamentação de transporte de cães de serviço e de animais de apoio emocional; infraestrutura adequada em aeroportos; médicos veterinários em aeroportos; e rastreamento do animal na viagem, durante o percurso.

Eu já estou terminando; vou avançar só um pouquinho no tempo.

Essa é a comissão que foi constituída com todos esses órgãos. Ela foi constituída no âmbito do ministério, com a participação do Ministério de Portos e Aeroportos, Anac, Ibama, Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério dos Direitos Humanos, Ministério da Agricultura e Pecuária, Anvisa e Conselho Federal de Medicina Veterinária; são esses os órgãos que integram a comissão.

Os temas que estão hoje em discussão são esses que estão na tela: regulamentação de animais de serviço e de apoio emocional; classificação de animais; condições e procedimentos para garantir a segurança; documentações e dispositivos requeridos; veterinários em aeroportos, transporte de animais na cabine e tudo que está relacionado a isso: segurança operacional, procedimentos, riscos e benefícios associados, espécies aceitas a bordo; rastreamento e monitoramento; treinamento de equipes – é muito importante isso – das empresas aéreas para lidar com os animais; e informações prestadas pelas transportadoras aéreas antes e durante o transporte.

Na tela, a gente tem apenas as reuniões que foram realizadas. Eu não vou entrar nesse.... Vai extrapolar, mas, semanalmente, estão sendo realizadas reuniões da comissão em que são tratados temas pré-definidos. A gente espera ter uma reunião na próxima semana, no dia 10, e espera ali partir para a conclusão dos trabalhos.

Agora, tudo que a gente for encaminhar de solução, a gente entende – e isso é importantíssimo – que tem que observar esse equilíbrio de fatores. Então, a gente quer um transporte de animais de forma mais segura, mais acessível, mas ele tem que, necessariamente, conversar com a segurança, principalmente, com a saúde dos animais e dos demais passageiros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transportados. Tem que ser viável do ponto de vista técnico e econômico. Tem que observar a padronização internacional; isso é importantíssimo. A gente não tem condições de estabelecer uma regulamentação muito díspar do que é praticado no resto do mundo. Uma aeronave que hoje está voando aqui num voo doméstico, amanhã ela está indo para a América do Norte, e a mesma empresa vai para a Europa, portanto, regulamentações muito distintas praticamente inviabilizam o transporte aéreo internacional. E tem que dialogar com a democratização do transporte aéreo, com o acesso ao transporte aéreo, como eu vinha já mencionando no início da apresentação.

Concluindo, a gente espera passar para a conclusão das discussões no âmbito da comissão; divulgar as ações e alternativas a serem priorizadas; responder às quase 3,4 mil contribuições apresentadas; e, por fim, conseguir atingir o nosso objetivo – o de todos nós aqui –, que é um transporte aéreo de animais com mais segurança e mais bem-estar para todos: para todos os *pets*, para todas as pessoas, para todos nós.

Era essa a minha mensagem, Senadora. Agradeço imensamente a oportunidade.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Eu que agradeço, Adriano. É muito importante tudo que você falou.

Eu gostaria que você explanasse, que alguém me respondesse como é o transporte feito não na cabine, mas de um cão maior, num compartimento. Ele tem que ser pressurizado, tem que ser...? A gente sempre fica com essa dúvida, e eu acho que seria bom esclarecer.

O SR. ADRIANO MIRANDA – Senadora, a gente está com um representante da Iata aqui. A Iata tem um guia de boas práticas no transporte aéreo que passa por fatores como esse.

Acho que o Marcelo Pedroso vai poder responder com mais propriedade que eu as condições que eles observam, que as empresas aéreas observam.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Obrigado, Adriano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer aos policiais da cinotecnia do Senado que trouxeram os cães-guia aqui, os que fazem as varreduras no Senado, que são o K9 Hummer e a K9 Gaia, que esteve aqui agora há pouco. Aqui nós temos a gatinha chamada Juju, ela está passando o dia no gabinete da Senadora Soraya Thronicke, não é? É a Juju, e a tutora dela se chama Vanda. Olha aí, gente. Oi, Juju. (*Pausa.*)

Eu gosto, eu adoro. Eu acho que os felinos são a coisa mais linda do mundo, não é, Juju? Oi, Juju. Ela é linda, gente. Tranquila... (*Fora do microfone.*) (*Pausa.*)

Oi, oi. Está virando... (*Fora do microfone.*) (*Pausa.*)

Obrigada a você. (*Fora do microfone.*)

Eu vou fazer uma troca aqui com vocês.

Eu quero chamar agora o João, o pai do Joca, que está *online* com a gente, para poder se manifestar.

O SR. JOÃO FANTAZZINI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Olá, Senadora, tudo bem? Boa tarde para vocês e para todos que compõem a mesa.

Eu queria muito agradecer, primeiro de tudo, por tudo que vocês estão fazendo e por vocês terem enxergado o real motivo e a real necessidade de a gente regulamentar a forma pela qual os animais são transportados hoje, de forma aérea, no Brasil. (*Pausa.*)

Vocês me escutam?

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Sim, João, perfeitamente. Pode falar.

O SR. JOÃO FANTAZZINI (*Por videoconferência.*) – Eu acho isso muito importante. Eu já participei de várias audiências, e saber que vocês estão fazendo a junção do melhor de cada PL para poder chegar a uma regulamentação que seja a melhor regulamentação para a saúde e para a segurança dos animais, dos nossos *pets* hoje no Brasil é muito importante. Eu queria muito agradecer a vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou usar todo o meu tempo, até porque eu acho que o mais importante é a gente lutar por isso.

Eu queria muito agradecer a vocês por vocês terem enxergado a real necessidade que a gente tem hoje no transporte de *pets* no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Obrigada, João. É um prazer conhecê-lo. Eu não te conhecia e você também não me conhecia, apesar de sermos os dois de Mato Grosso. Pode saber que aqui nós vamos tentar não colocar opiniões, mas fazer realmente o que é possível, e o melhor para os nossos cães, para os nossos bichanos – eu tenho muitos bichanos também –, para os nossos passageiros. E tem que ser assim, tem que ter segurança para ambos.

Agora eu vou passar a palavra para a Sra. Karla dos Santos.

Por favor, Karla.

A SRA. KARLA ANDREA RODRIGUES DOS SANTOS (Para expor.) – Boa tarde, senhoras, senhores. Eu gostaria de agradecer a participação de todos aqui presencialmente ou por videoconferência.

Um agradecimento especial à Senadora Margareth pelo convite para o ministério estar aqui participando deste momento, que é importante.

Eu gostaria aqui de principalmente reforçar que o ministério está bastante sensível ao tema e preocupado com o transporte seguro e de qualidade, garantindo o bem-estar dos animais. Foi criada a Comissão para Transporte Aéreo de Animais. A gente conta como membros com vários órgãos do Governo Federal e também contamos com a participação de outros setores, de outras entidades do setor que têm ajudado e têm colaborado na criação, nesse novo marco que a gente pretende estabelecer para o transporte seguro e de qualidade dos animais.

Eu não vou entrar em muitos detalhes. A gente trabalha em conjunto com a Anac. A Comissão foi criada pelo ministério, e os trabalhos são coordenados pela Anac. A gente tem participado semanalmente das reuniões da Comissão, onde a gente tem ouvido os outros membros, também escutado as contribuições. O ministério, então, como responsável pelas políticas públicas – proposição, implementação e acompanhamento das políticas públicas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialmente de segurança, facilitação, desempenho operacional no setor –, também está aí trabalhando e contribuindo para que a gente adote uma regulamentação mais clara e que traga as garantias de um bom transporte, de qualidade, garantindo o bem-estar do animal. A gente está na fase final dos trabalhos da Comissão. Na semana que vem, a gente espera receber todas as contribuições e finalizar o relatório com os encaminhamentos.

Eu acho que, sobre os outros detalhes, eu diria assim, tanto com relação ao transporte como ao setor, o Adriano falou muito bem, o colega da Anac, e eu acho que não teria mais nada a acrescentar em relação a isso.

Por fim, quero reforçar também que o ministério está aberto às contribuições para a gente fazer uma construção conjunta com a sociedade.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Nós que agradecemos, Karla, ao Ministério dos Portos e Aeroportos por estar presente nesta audiência pública, porque é realmente o interessado no assunto e quem pode nos dar as melhores soluções.

Eu vou passar a palavra para o Sr. Emmanuel Gomes.

Ele está *online* também, não é? (*Pausa.*)

Ele não vai... (*Pausa.*)

Então, tá. O.k.

Então, agora eu vou passar a palavra para o Sr. Marcelo Pedroso.

O SR. MARCELO PEDROSO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Boa tarde, Senadora Margareth. Eu queria manifestar a nossa satisfação em poder estar aqui hoje à tarde, a honra de poder participar deste debate, desta discussão, e aqui o fazemos em nome das companhias aéreas brasileiras, da Abear, que é a Associação Brasileira das Empresas Aéreas, e eu represento a Iata, que é a Associação Internacional de Transportes Aéreos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas para uma breve introdução, a Iata foi criada em 1945. É uma entidade que, ao longo de sua história, vem contribuindo exatamente com a definição de padrões operacionais e normas para serem adotadas pelas companhias aéreas, em adesão à regulamentação da Icao, que é a agência da ONU que regula a aviação internacional. Hoje temos uma atuação em mais de 50 países, contamos com 330 companhias aéreas associadas, e as nossas associadas juntas representam 83% do tráfego aéreo internacional. Aqui, no Brasil, nós representamos tanto as empresas brasileiras – as quatro empresas: Azul, Gol, Latam e Voepass – e também outras 40 empresas internacionais que voam para o Brasil.

É bom a gente se manifestar depois de tantas falas anteriores, porque muito de importante já foi dito, e eu queria destacar alguns pontos que eu acho que são bastante relevantes.

A gente tem participado de maneira muito contributiva com essa discussão, nós atuamos em audiências públicas, atuamos enviando contribuições à Anac e temos atuado dando suporte ao trabalho que está sendo feito pela Comissão, a qual o Dr. Adriano mencionou. E, nessa contribuição, nós buscamos sempre trazer alguns aspectos, que são aspectos da nossa atenção na regulamentação do transporte de animais, e eu destacaria especialmente aqueles relacionados com segurança, de segurança de bordo.

O avião é um meio de transporte sustentado por si próprio a milhares de quilômetros de altura, então é necessário que haja uma capacidade de prontidão das equipes que atuam na operação dessa aeronave no sentido de garantir a segurança de todos que estão lá dentro: tripulantes, passageiros e eventualmente animais que sejam transportados durante a viagem.

O avião pode sofrer inúmeras situações que vão demandar essa prontidão, desde uma decolagem abortada, um pouso abortado, uma decolagem interrompida, uma turbulência em altitude, enfim, várias situações são situações que exigem que tudo o que está dentro do avião esteja adequadamente alocado dentro do avião. Por isso, um dos aspectos que nós consideramos fundamental é o estabelecimento de regras que limitem tanto quantidade como peso de animais dentro da aeronave. A quantidade e o peso devem ser limitados porque você precisa ter capacidade para acomodar esse animal numa área segura dentro do avião, em que, se eventualmente nós enfrentarmos uma turbulência ou enfrentarmos alguma situação de emergência, esse animal estará seguro para si próprio e para os outros passageiros. Numa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação de abortamento de decolagem ou de carga rápida de pouso em que você tem um animal de 10kg, esse peso do animal é multiplicado, multiplicado muitas vezes por dez, depende muito da relação com a velocidade. Esse animal, solto dentro do avião, projeta-se e pode tanto sofrer ferimentos como ferir outros passageiros.

Então, a regra tem que ser uma regra que respeite os aspectos de segurança na cabine e considerando o transporte do animal em compartimento inferior como um transporte em que o animal viaja dentro de condições de temperatura, pressão e oxigenação controlados a partir da cabine, a partir do piloto da cabine. Ele faz esse controle do compartimento inferior e garante uma viagem tranquila para o animal.

É lógico que essas condições não se dão apenas pelo ambiente onde o animal é transportado, mas também pela observância de aspectos anteriores à viagem, como a saúde do animal, as condições do animal para viagem, a aclimatação que esse animal fez na sua caixa de transporte. Enfim, tem vários aspectos muito técnicos que têm que ser considerados nesse processo. E nós advogamos por responsabilizar as companhias aéreas por definir o seu modelo de transporte. Cada companhia aérea utiliza um equipamento diferente, que traz características operacionais próprias. Então, cada companhia aérea deve definir qual é o melhor modelo operacional que se adéqua, se é transporte só em cabine, se é transporte em cabine e em compartimento inferior, ou seja, ela deve definir como é esse procedimento.

E aí a grande contribuição que eu acho importante trazer, Senadora, é que nós temos um mecanismo que é um mecanismo de autorregulamentação do setor, se chama Live Animals Regulation. É um instrumento que comporta as recomendações de procedimento operacional que todas as companhias associadas à Iata devem adotar mundo afora. É um regulamento tão profundo, que traz desde cães e gatos, como esses que nós vimos aqui hoje, até animais de grande porte, animais selvagens. Então, tem uma série de recomendações para uma gama infinita de espécies de animais que podem ser transportadas por uma aeronave.

O Live Animals Regulation é, como eu disse, um mecanismo de autorregulamentação criado na década de 60, que hoje já está na sua 50ª revisão. Ele passa por revisões regulares. Esse processo é um processo que é desenvolvido pela Iata, mas no âmbito de um grupo de trabalho do qual participam a Associação Mundial de Zoológicos e Aquários, a Organização Mundial de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúde Animal, enfim, várias entidades relacionadas com a causa e o bem-estar animal e que contribuem, ou seja, trazem essa visão exatamente de qual é a melhor forma de se transportar um animal para garantir o bem-estar desse animal.

E a nossa recomendação sempre é no sentido de que essa regulamentação... é lógico que, olhando para aquilo que está sendo discutido aqui no Brasil, o transporte de animais de estimação, *pets*, gatos e cachorros, há um recorte dentro do LAR que deve ser feito e adotado, e nós recomendamos firmemente – temos feito isso para o Ministério de Portos e Aeroportos e para a Anac – no sentido de que esse seja o instrumento balizador de qualquer regulação, porque ele vai estar alinhado com regras internacionais, ele vai permitir que as companhias aéreas adotem o melhor procedimento de acordo com a sua operação e ele vai garantir o bem-estar de passageiros e de animais transportados.

Nesse sentido, eu gostaria de destacar que nós temos o entendimento de que, como já dito pelo Fábio anteriormente – e eu corroboro e me consorcio a essa manifestação do Fábio –, a Anac é o órgão técnico que tem primazia para trazer o aporte técnico necessário para essa discussão.

Talvez, diferentemente de outros órgãos reguladores, a Anac tem atuação e regulação em inúmeras etapas do processo de operação das companhias aéreas. O Fábio mencionou o fato da extensa regulação que existe no setor e eu quero trazer só a informação de que nós só somos menos regulados do que energia atômica, porque, de fato, nós lidamos com a vida das pessoas e é necessário garantir esse tipo de monitoramento e de acompanhamento.

Então, nesse sentido, eu acho que a Anac vem desenvolvendo esse trabalho, vem liderando essa discussão com muita qualidade técnica. E nós – companhias aéreas, setor aéreo –, o nosso esforço é no sentido de contribuir e trazer mais aporte de informação, não somente para a Anac, mas eu quero disponibilizar aqui, de viva a voz para a senhora, Senadora, que nós estamos à disposição do seu gabinete no processo de discussão do projeto de lei, da relatoria pela qual a senhora está responsável. Contribuímos com a discussão na Câmara. A gente sabe que há um conjunto grande de aspectos que tem que ser considerados no trabalho que a senhora tem que desenvolver.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO PEDROSO – Mas eu também queria destacar que, assim como existem aspectos que envolvem ouvir a sociedade como um todo, nesse caso específico, não pode ser desconsiderado que a relevância técnica é fundamental para que nós tenhamos um sucesso no desenvolvimento desse trabalho e uma regulação que traga essa segurança que todos nós esperamos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Nós que agradecemos, Marcelo. É perfeita a sua colocação. Nós precisamos realmente estar seguros, não é? E tenho certeza de que qualquer um que transporte ou mande o seu animal quer isso também. Infelizmente aconteceu isso com o Joca, mas, a partir daí, a gente possa talvez melhorar a regulamentação e fazer melhor.

Depois eu vou colocar alguns pontos dos outros projetos que, para mim, talvez fiquem inviáveis. Por exemplo, você transportar até cinco cachorros de 50kg dentro da cabine. Então, assim, são coisas que a gente percebe que não tem como... Um cachorro de 50kg é um cachorro maior do que esse que veio aqui.

Vamos lá.

Agora eu vou passar a palavra para a Sra. Luisa Mell, Presidente do Instituto Luisa Mell de proteção animal.

Você nos ouve, Luisa?

A SRA. LUISA MELL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim, vocês me ouvem e me veem?

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Sim, perfeitamente.

A SRA. LUISA MELL (*Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora.

Boa tarde a todos.

Boa tarde, João.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou nessa causa há 22 anos e, antes, quero ressaltar que os órgãos públicos têm o dever de representar a sociedade. Os Senadores aqui presentes e todos os nossos governantes têm que representar o desejo da sociedade. É evidente para mim, nesses 22 anos, que os cachorros, os gatos, os *pets* em geral atingiram outro patamar. Inclusive, acho que todos aqui chamaram o João de "pai do Joca". Eu acho que isso reflete bem a realidade dos *pets*, diferentemente de outros animais. Eu sou uma ativista de todos os animais, mas convivo em sociedade e sei que, neste momento, a sociedade brasileira... Tanto que a gente teve até uma mudança de legislação só para cães e gatos que forem maltratados, e a punição é muito maior. Então, isso realmente representa o desejo da população brasileira. Isso é o mais importante de a gente colocar aqui.

Nesses 22 anos, eu perdi as contas de quantos animais foram vítimas da incompetência ou do absurdo que é esse sistema. Cachorros que sumiram, que conseguiram abrir a caixa de transporte, que ficaram correndo no aeroporto, que desapareceram. Gatos que nunca mais foram encontrados por seus tutores, e a gente não sabe o que aconteceu. E até acidentes como este em que o Joca foi para um lugar, depois, foi para outro e acabou morrendo durante o trajeto por vários erros, não só por ter sido mandado para outro lugar. Foi comprovado que ele não estava nem preso como deveria.

Eu, mais uma vez, ressalto aqui que essas coisas vão continuar acontecendo, porque a gente trata os animais como bagagem, e qualquer pessoa que viaja bastante sabe que as bagagens muitas vezes não chegam ao destino final. Como eu sempre digo: "O.k., minha mala. Ficar dois dias na viagem sem a mala é sempre muito desagradável; agora, perder o meu filho realmente é desesperador". E eu já vi inúmeros casos desses.

Quanto aos processos, aos PLs, eu acompanhei alguns, sei que tudo caminha para que a gente apenas coloque um GPS nesses animais. Eu não sei como, até hoje, isso já não foi uma decisão das próprias companhias. A gente vê que, realmente, há um descaso.

Mas eu acho que isso não vai resolver, não vai ser suficiente.

A gente tem que olhar aqui também, Senadora, que os cães de pequeno porte já vão na cabine. Isso já é um procedimento comum, inclusive, o Marcelo falou aqui com total segurança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, na última vez em que viajei, faz uns anos, confesso – do lado de uma pessoa que estava com um animal, voltando de uma viagem internacional. Ele veio ali numa caixinha, totalmente solto – que, se tivesse uma turbulência, aquilo voaria também e, certamente, também ofereceria risco para outros passageiros, como eu, no caso, que estava ao lado.

Acho que a gente, realmente, tem que aprofundar esse assunto.

Desde a nossa última audiência, acho que foi com os Deputados, eu fui para o Rio Grande do Sul e voltei num avião com 178 cachorros. Foi uma experiência que eu nunca tinha tido, e foi muito melhor do que eu poderia imaginar – e cachorros de todos os tamanhos.

A gente teve dois exemplos também: a FAB começou a trazer das guerras, tanto da Ucrânia, de que eu participei ativamente, quanto de Israel.

Num primeiro momento, o Governo brasileiro não queria, tinha todos esses procedimentos. Acabou ouvindo a sociedade brasileira. Eles vieram na cabine, e nós não tivemos problemas.

Eu acho que a gente está, sim, no momento de encontrar uma solução para que esses animais venham com os seus tutores.

Uma coisa que sempre me chamou a atenção, quando eu tive filho gente, é que o carrinho de bebê a gente só entrega na hora que você está entrando, porque é muito importante. Já o cachorro, a gente tem que despachar muito antes, o que ajuda a acontecer de ele ir para destino diferente.

Mas eu acho que isso não resolveria, porque as condições de onde esses animais vão – eles não gostam de falar que é junto com as malas, porque dizem que é um compartimento especial –, não são adequadas.

Mais de uma vez, eu pedi para ir junto com esses animais, para comprovar se realmente era seguro esse local onde os nossos *pets* com mais de não sei exatamente quantos quilos vão, e não tive resposta. Não me autorizaram. Mesmo se não fosse eu, poderia ir um funcionário nesse local? Não, não pode. Por quê? Porque não é seguro para a nossa saúde.

Os cachorros têm uma audição muito maior do que a nossa. O barulho realmente é terrível lá embaixo para eles; as temperaturas, muitas vezes, atingem níveis que também não são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saudáveis. Então, assim, já é mais do que comprovado que essa não pode ser a regra, e a gente tem que conseguir mudá-la.

Eles falam muito de voo internacional. Eu tenho também muitos casos em que animais somem, muitas vezes, em escala. Então, a gente pode aqui, no Brasil, realmente começar a mudar o mundo. A gente não tem que sempre só seguir o que o mundo está fazendo, a gente pode também começar uma mudança.

Eu acho que poderia ter não em todos os voos, se não for possível, mas em alguns, por semana, por mês – aí acho que eles, melhor do que a gente, podem decidir isso –, realmente um compartimento, ou uma caixa de transporte fixa, ou lugares onde o animal realmente fosse em segurança para todo mundo, inclusive para a gente e para o próprio animal. Eu acho que não seriam custos tão altos, visto que eles vivem reformando para deixar as nossas poltronas cada vez menores, porque o lucro é muito importante, mas a gente tem que lembrar que não é um serviço gratuito, eles não estão fazendo uma boa ação, eles cobram, e cobram caro, e têm o direito de cobrar por esse serviço, desde que os nossos animais, os nossos filhos cheguem vivos ao destino.

Então, eles falam muito de autorregulação. Não está funcionando, senão a gente não estaria aqui, senão alguma companhia aérea... Eu já tive problemas com quase todas. Não quero ser leviana aqui de falar com todas, mas com quase todas já tive problemas sérios com esse transporte de animais.

A gente também tem outros casos que podem servir de exemplo. Eles falam do cão-guia, mas não é apenas o cão-guia – o cão-guia tem um treinamento especial, poderia ser que esses animais saibam se comportar melhor –, a gente tem os cães de apoio emocional, que têm viajado bastante. Há muitos casos em que o Judiciário tem obrigado as companhias aéreas, que normalmente não querem, a fazer esse transporte, e não temos maiores consequências. A gente vê que é possível, sim. Obviamente, não acho que tenham que ir 30 cachorros no avião, acho que não seria adequado, mas um número plausível, reduzido, eu acho que é possível, sim, desde que haja... Eu sempre acho assim: eles não querem investir, e não estou falando só da companhia aérea. A gente vive numa sociedade totalmente capitalista, em que a empresa fica sempre pensando no seu lucro, o que eu respeito, porque é o modelo em que a gente vive, mas os órgãos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicos têm que representar a sociedade, que está exigindo, neste momento, uma mudança nessa legislação. A sociedade brasileira não aguenta mais.

Muitas pessoas me escrevem, todos os dias, me implorando algum tipo de ajuda, porque têm que viajar com os seus *pets* e não querem colocar o seu animal no bagageiro. Eu, por exemplo, muitas vezes pensei em mudar de país, e não vou porque não vou levar os meus animais, de maneira nenhuma – eu só tenho cachorros grandes –, no bagageiro. Assim como centenas de pessoas que, às vezes, têm que mudar de estado e acabam até deixando o cachorro aqui, tendo uma situação supercomplexa, porque realmente colocar o seu animal no bagageiro, hoje em dia, é colocá-lo em risco de morte, é você assumir que você realmente assumiu o risco.

Por mais que a companhia aérea tenha esse escândalo, tenha essas situações, quem fica com a dor é o proprietário, é o tutor, porque os escândalos passam – as pessoas têm que viajar, então acabam novamente usando essas companhias –, mas a dor pelo que o João aqui perdeu não vai passar nunca. Todo mundo que realmente tem o seu animal de estimação como filho, que eu acho que quase todos aqui entendem bem isso, porque todo mundo se referiu a ele como o pai do Joca, consegue imaginar o tamanho da dor.

Eu realmente espero que não seja só mais um projeto de lei, porque, assim, a minha experiência é muito triste aqui no Senado. Às vezes, a gente consegue passar uma lei na Câmara dos Deputados, e, quando ela chega aqui, tiram várias coisas. Aí o que eu, na verdade, acho que vai acontecer é só passar: "Ah, põe um 'gpszinho'", o que não teria resolvido no caso do Joca.

O João saber que ele estava no Nordeste não iria mudar o procedimento, ou ele ter voltado e não ter sido bem preso. Então acho que a gente tem, sim, que exigir um lugar para os nossos *pets*, para que possam ir com segurança. Eu acho que o ideal era irem junto com a gente na cabine, ou então um funcionário vai junto com os *pets*, provando que realmente é totalmente seguro, porque, se não é seguro para uma pessoa, também não é seguro para o nosso cachorro. Eu não consigo entender; os cachorros respiram como a gente; aliás, para eles é pior, os animais transpiram de uma maneira diferente, eles passam mais mal do que a gente.

Então, eu acho que a gente tem que exigir, sim, e não vai vir da autorregulação. Já faz 22 anos que eu acompanho de perto os casos, cada vez piores, cada vez com mais repercussão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque isso é proporcional ao amor que a sociedade brasileira foi tendo cada vez mais – o local que esses animais ocupam hoje em dia –, porque são como filhos, mesmo.

Então, as agências não deram uma resposta e as companhias aéreas não vão dar uma resposta...

É isso. Muito obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Obrigada, Luisa; nós é que agradecemos.

Só para te falar, o PL que veio da Câmara tem algumas coisas que também são incongruentes com o próprio PL. Ele começou lá em 2022, por causa da cachorra Pandora, que sumiu – foi isso. E aí, depois, quando aconteceu o caso com o cão Joca, em uma semana ele foi aprovado.

Eu não quero ter essa pressa, nós não vamos ter pressa, mas devemos realmente trabalhar com as agências reguladoras, colocar em lei, se possível, sim, para que as companhias cumpram o que foi acordado. Agora, tem algumas coisas que não tem e fica uma dúvida: quem vai pôr o rastreador? É a companhia? É o dono? Vai ser uma *tag* na coleira? Vai ser um *chip*? Na Suíça, por exemplo, todos os cães têm um *chip*, o qual tem o localizador, o nome do seu tutor, com tudo, e você não pode deixá-lo solto na rua; se o encontrarem, você é multado. Então, tem jeito de fazer; tem como fazer, sim.

E aqui você está falando com uma pessoa que tem até um ganso de estimação, tá? (*Risos.*)

Eu falo que os animais para mim são muito especiais – muito especiais.

Eu quero passar a palavra para a Juliana Stephani. Quem pediu para ela vir aqui foi o Deputado Marcelo Queiroz. Ela é Médica Veterinária, Especialista em Transporte Internacional de *Pets*.

Por favor, Juliana.

A SRA. JULIANA STEPHANI (Para expor.) – Boa tarde a todos! Muito obrigada pelo espaço. Quero cumprimentar toda a mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou médica veterinária, sou CEO da PETFriendly Turismo, que é uma empresa que faz viagens principalmente internacionais, mas a gente trabalha em todo o Brasil; a gente já teve, em seis anos, mais de 6 mil animais transportados. Nenhum desses animais teve nenhum tipo de problema, porém, em 80% dessas nossas viagens, os nossos *pets* vão na cabine.

Eu vejo todos os dias... Para vocês terem uma ideia, a gente tem média de 120 embarques por mês de *pets* saindo do Brasil ou vindo para o Brasil, sendo que 80% desses vão na cabine, e não são todos que são pequenininhos, que podem caber dentro da bolsinha.

Não aqui no Brasil, mas existem outros países, por exemplo, os Estados Unidos, que possuem regras, sim, do país. Então, eu concordo com o que a Luisa falou e, principalmente, eu queria que a senhora tivesse essa noção de que, sim, a gente precisa de uma legislação, porque não dá para deixar como está hoje, na mão das companhias aéreas, de órgãos, porque não funciona realmente.

Eu vivo isso na prática há sete anos e, há sete anos, eu venho tentando melhorar e colocar uma forma segura para esses *pets* viajarem.

Nos Estados Unidos, por exemplo, os *pets* são *pets* de serviço. Eles podem ter certificações, registros para provar que são seguros e que sabem se comportar. Eu mesma, pessoalmente, já entreguei projetos, tanto para a Câmara quanto para o Dr. Adriano, sobre uma certificação do binômio *pet* e tutor. Tendo uma certificação de que o *pet* e o tutor passam por provas, passam por uma educação, principalmente para falar sobre segurança no voo... O tutor é responsável por esse *pet*, ele precisa saber quais são as dificuldades, quais são os riscos e ele precisa estar ciente das responsabilidades dele, assim como esse *pet* ser certificado, treinado, para ser possível e viável esse transporte na cabine.

A gente tem cão-guia, a gente tem cão de apoio emocional, a gente tem cão de serviço, não só o serviço guia para cegos, mas também o serviço psiquiátrico, para autismo, para surdos, para pessoas com deficiência de locomoção, e esses casos funcionam. Tendo uma certificação de treinamento desses *pets*, eles não fazem risco para o voo. Não estou falando em deixar o voo inteiro com 50, 90, todo só *pet*. Não é isso. Mas ter voos específicos, em que a população que não queira estar com esses *pets* saiba que naquele voo é permitido – e a companhia aérea avisar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que vai ter *pet,* sim, naquele voo –, já se evita pessoas que não querem, pessoas que têm alergia, pessoas que têm problemas com animais de escolherem aqueles voos.

Porém, a possibilidade de o *pet* ir na cabine é necessária. A gente tem animais braquicefálicos, que são aqueles de focinho curto. As companhias aéreas, como a lata, dizem que não se pode levar o *pet* no porão, porque ele tem risco de morte pela questão da respiração. Só que a gente está falando de animais que têm 10kg, 11kg, que são pequenos ou que podem ser médios, mas, enfim, eles são saudáveis, eles têm uma anatomia diferente. As companhias aéreas restringem o porão; porém, pelo peso, restringem a cabine. O que você faz sendo pai ou mãe de um *pet* desses? Você o abandona? Você perde uma oportunidade no exterior para melhorar de vida, por exemplo, e você deixa seu filho para trás? Isso não é viável.

Existem formas... eu mesma já apresentei cinco projetos, tanto para a Anac, quanto para a Câmara dos Deputados, para falar sobre essa parte do *pet* na cabine, sobre certificação. É possível fazer, a questão é querer. Se não tiver uma legislação obrigando as companhias aéreas a quererem, não vai dar.

Eu fui pessoalmente fazer negociações com as companhias aéreas e eu escutei com todas as letras: "Preferimos não fazer para não sujar a nossa imagem". Um mês depois, especificamente com a Gol, com a qual eu estava em negociação justamente sobre esse tema, o Joca morreu. E aí a gente não tem mais nenhum tipo de conversa, porque as portas foram fechadas. Mas está óbvio que do jeito que está não dá para ficar.

Um outro ponto que eu queria colocar, além do *pet* na cabine, é a parte da obrigatoriedade de veterinários como foi pautado pelo Fábio. Eu acredito que não precisa ser o veterinário ali 24 horas, mas todos os aeroportos que recebam, enviem ou acolham *pets*, por onde passem, onde tem fluxo de *pet*, naquele momento, precisa ter um veterinário, pelo menos, ou uma clínica veterinária, ou um hospital veterinário, pelo menos vinculado, porque, caso aconteça alguma coisa, o aeroporto terá para onde correr.

O que não dá... Aí eu concordo, é inviável colocar veterinários em todos os aeroportos, mas uma validação entre uma parceria público-privada – aeroporto com veterinários ou aeroportos com hospitais veterinários – precisa ser feita, precisa ser obrigatória. O Joca, como todo mundo aqui falou, não morreu porque ele foi para outro lugar. Ele morreu pelo atendimento que foi feito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com ele. Ele morreu de calor, ficou totalmente largado, exposto a uma situação que não tem legislação e as companhias aéreas fazem o que elas querem hoje em dia, aqui no Brasil. Essa é a verdade, eu trabalho com isso todos os dias. Então, falando nisso, eu acredito, sim, que deva ter essa parceria do aeroporto com veterinários. Eles não precisam estar lá 24 horas, mas eles precisam saber para onde correr, se algo precisar ser feito.

Um outro ponto é sobre a rastreabilidade. Não existe nenhuma *tag* ou um *chip* que tenha um GPS. O que seria viável para rastrear esses *pets*? Nas companhias aéreas e nos aeroportos, existem tecnologias para isso. Existe QR *code e* existem códigos de barras. Todos os processos feitos pela companhia aérea e pelo aeroporto, a partir do momento que são responsabilidade dessas empresas, devem ser avisados para o tutor. Você tem como colocar um QR *code* e colocar uma foto do *pet* quando ele é recebido no galpão, você tem como mandar uma foto do *pet* quando ele vai subir a rampa para ir para a nave, você tem como colocar uma foto do *pet* quando ele está acondicionado, por exemplo, num porão. Claro que isso não precisaria para um *pet* na cabine, a responsabilidade é do tutor. Agora, a partir do momento que a companhia aérea, o aeroporto, se coloca responsável por uma vida de um filho, porque todos nós aqui temos os nossos filhos de quatro patas – pode ser que não tenham –, mas quem tem sabe que são filhos, não é simplesmente uma coisa, não é de um sofá de que a gente está falando, a gente está falando de um filho. As minhas, por exemplo – bom, eu tenho tatuagem de todos eles no meu corpo –, elas dormem comigo na minha cama e elas não são pequenas.

Enfim, se acontece... Eu não consigo pensar na possibilidade de acontecer uma coisa como a que aconteceu com um Joca com eles, sendo que eu já viajei com as minhas duas para Portugal e as duas foram no porão. Eu não estou falando que o porão não é um lugar seguro. Ele é seguro, mas você precisa passar essa segurança para o tutor, você precisa acompanhar esse *pet*. O aeroporto e a companhia aérea precisam saber da responsabilidade que eles têm e conversar com os seus tutores.

Então, existem formas, existe tecnologia para isso, é só querer fazer. Se não tiver regulamentação – isso eu falei pessoalmente para o Adriano – tanto do Legislativo quanto da Anac, vai ficar como está nos dias de hoje, ou seja, não está eficiente. A gente tem que pensar que tem animais que são idosos que não podem viajar no porão, tem animal com problema de saúde que toma remédio controlado e não pode viajar no porão, mas, sim, ter uma viagem segura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na cabine. Não é que ele não consegue viajar, ele não consegue ser exposto ao estresse causado pelo porão. Então, são coisas diferentes. Você tendo certificações, treinando esses *pets*, treinando o tutor para colocar, sim, dentro de uma cabine... É o que eu falei: não precisam ser 50 animais dentro da cabine, mas precisa ter opções para as pessoas não precisarem abandonar os seus *pets*, que é o que acontece hoje em dia.

Então, eu, particularmente, na minha atuação, vejo muitos tutores que precisam, por exemplo, ir para a Europa...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JULIANA STEPHANI – ... ou que precisam ir para a América do Sul e acabam fazendo uma rota para passar pelos Estados Unidos, onde as companhias aéreas passam e obedecem a um sistema legislativo e onde vão conseguir levar seus *pets* na cabine. Nos Estados Unidos, funciona normalmente; não tem por que aqui, no Brasil, não funcionar.

E, só para encerrar, eu não sei se vocês sabem, mas a Air Europa lançou, esse mês, que eu vi, passado, e eles vão lançar agora, nesse segundo semestre, uma certificação, exatamente como eu estou falando, para *pets* com maior limite de peso na cabine, que não tenha limite de peso nem raça definida, nem tamanho, enfim, que poderiam, sim, ir na cabine. A partir do momento em que se tem uma certificação, você poderia fazer um voo seguro.

Eu estou colocando isso, porque no exterior estão acontecendo movimentos também, e não adianta a gente fingir que isso não está acontecendo, e eu acho que agora é a hora, realmente, de a gente tomar uma atitude, porque deixar na mão de qualquer um ou de todos não está na mão de ninguém. Precisa ter uma regulamentação para isso.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Nós que agradecemos, Juliana, a sua participação.

É o que eu perguntei para a Anac no começo. A gente sempre se sente insegura quando sabe que o cão vai no porão, porque o seu bichano vai no porão, porque você não sabe como é. Eu, pelo menos, já me senti assim. O meu cachorro veio no porão, não teve problema nenhum, mas eu fiquei insegura, confesso que fiquei totalmente insegura. E é isso que você falou: para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente, é como um filho, e não adianta. Eu falo que o filho ainda dá muito mais trabalho do que o bicho. O filho briga com você, ele responde, mas o seu bicho, não, é um amor incondicional.

Eu vou passar a palavra para o João agora, para o João Fantazzini.

Por favor, João, está me ouvindo?

O SR. JOÃO FANTAZZINI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Estou ouvindo, sim, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Por favor, vamos falar mais um pouquinho.

O SR. JOÃO FANTAZZINI (*Por videoconferência*.) – Eu pedi só mais um pouco...

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Pois não. Fala aí, João!

O SR. JOÃO FANTAZZINI (*Por videoconferência*.) – Sim, eu pedi só mais um tempinho para eu fazer um adendo.

Vocês me escutam?

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Perfeitamente, João.

O SR. JOÃO FANTAZZINI (*Por videoconferência*.) – Perfeito.

Eu pedi mais um minutinho para fazer um adendo com vocês, porque eu queria escutar o que todos falaram para eu conseguir falar alguma coisa além do que eu disse. Depois de tudo que eu escutei, eu queria agradecer a todos, principalmente por conta de tudo que houve, e queria falar que, por conta de tudo isso, a nomenclatura família multiespécie, no Brasil, é uma coisa que está muito latente na nossa sociedade, até porque eu sou pai de *pet*, eu sou pai de um cachorro, fui pai do Joca, sou pai do Astro hoje, e eu reparei que a minha influência na causa animal ficou muito grande a partir do momento em que eu recebi... Vocês falaram em relação às opiniões públicas que teve, que foi a maior contribuição da Anac. Só no meu Instagram me passaram que eu tive 117 mil opiniões desde quando tudo aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu estou muito inserido hoje na causa animal, principalmente com a ajuda dos Deputados Rafael e Marangoni, e eu acredito que a causa animal inclui também essa forma de transporte.

Eu, João, não acredito que – igual a Luisa Mell falou – o rastreamento da caixa seja viável, não é coerente isso, porque como a gente vive em uma família a muitos pés, a gente respira, a gente precisa de cuidados, a gente precisa ter segurança no voo. Então, automaticamente, os nossos filhos também precisam. Por que essa diferença? Entendeu? A regulamentação tem que ser feita para isso, para a gente não precisar ter preocupação. E a questão que... acho que foi a última que falou agora, eu não me recordo do nome dela, ela falou da questão de registro de fotos; isso acontece com o cavalo, quando é transportado o cavalo no avião. Então, por que não com animais, iguais a um cachorro, iguais a um gato, que precisam ir no porão?

Então, a gente tem que discutir muito a respeito disso. Se eu for pegar aqui, eu tenho mais de 100 mil opiniões de todos os meus seguidores e eu acho que é muito viável a gente conversar sobre isso e não deixar mais que isso aconteça, porque a gente também tem que ter voz para isso e a gente também tem que lutar pelos nossos animais.

Era isso que eu queria falar. Agradeço muito a vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Obrigada, João. Nós estamos aqui realmente para encontrar uma solução, não, é Juliana? Todos estamos aqui pensando, pensando juntos, ouvindo principalmente, porque a gente precisa ouvir para formatar algo que seja realmente plausível e executável.

Nós temos muitas perguntas aqui pelo e-Cidadania, eu vou fazer algumas e aí quem puder responder...

Julienne, do Distrito Federal: "O projeto de lei prevê algum tipo de assistência ou indenização em caso de problemas com o transporte do animal?".

Rafael, do Rio de Janeiro: "Quando as companhias aéreas vão criar uma [...] forma [...] [de] modalidade de transportar os nossos animais de forma segura e confortável?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jéssica, de São Paulo: "É possível exigir a contratação de médicos veterinários pelas empresas aéreas para acompanhar os procedimentos de embarque e desembarque?". Aqui a gente até já respondeu, não é?

Jackson, de Rondônia: "Como as novas normas pretendem abordar e prevenir casos de sofrimento ou morte de animais de estimação durante os voos?".

Laís, do Distrito Federal: "[...] [é possível] [...] comprar um assento normal de adulto para [que] o animal [...] [acima de] 8kg [...] [possam viajar] ao lado do tutor no voo?".

Milton, de São Paulo: "Quais [...] os animais que a PL 13/2022 [...] [classifica] como [...] domésticos? [E] quais as acomodações [previstas] para os transportes [...] [deles]?". Aqui já até posso responder: o PL 13, de 2022, só classifica cão e gato.

Isabela, do Amazonas: É [...] [viável] [...] [adaptar] [...] aeronaves para cães de [...] [médio e grande porte]? [...] [ou seria melhor] criar [aviões específicos] [...] para atender essa crescente demanda [?]".

Luciana, de São Paulo: "Há estudos, regulamentação e fiscalização quanto ao cumprimento de formas saudáveis de transporte de animais em voos?".

Fernando, de São Paulo: "Os animais jamais devem viajar separados de seus tutores, [pois,] além do estresse da viagem, sofrem com o estresse da separação". Aqui são dois comentários.

Camila, de Santa Catarina: "Os tutores [...] [devem] arcar com os altos custos para [...] [transportarem seus *pets* em vez de dividirem despesas com passageiros que viajam sozinhos]".

Aqui foram dois comentários feitos que vocês receberam aí. Se alguém puder responder algum...

O SR. ADRIANO MIRANDA – Deixe-me tentar.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Pois não.

O SR. ADRIANO MIRANDA (Para expor.) – Vou tentar passar aqui pelo da Isabela do Amazonas e pelo da Lais do Distrito Federal. É possível a adaptação de aeronaves para cães de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porte médio e grande porte? É importante a gente registrar que adaptações em aeronaves são possíveis, mas são extremamente complexas. Qualquer alteração que é feita, na estrutura de uma aeronave, precisa partir do fabricante da aeronave e ser certificada junto à autoridade de aviação civil respectiva do país da fabricante. Então, a gente trabalha aqui no Brasil... Grande parte dos voos são de três fabricantes: Boeing, Airbus e Embraer. Portanto, quaisquer tipos de adaptação teriam que partir dos fabricantes da aeronave que teriam que certificar isso junto à autoridade de aviação civil respectiva para que, então, fosse possível. Então, é possível, mas a gente tem que ver que a viabilidade é bem complexa, inclusive, especificamente do ponto de vista econômico.

Em relação ao assento de adulto para que animais acima de 8kg possam voar, também, eventualmente, se passar por agregar equipamentos de contenção, etc., será necessária essa certificação.

O.k.? Espero ter atendido em alguma medida, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Obrigada pela contribuição, Adriano.

Marcelo, pode me responder algumas?

O SR. MARCELO PEDROSO (Para expor.) – Eu acho que o Adriano respondeu adequadamente algumas dessas questões. É lógico que essas e todas as sugestões que foram apresentadas, no âmbito da audiência pública, seguramente estão sendo discutidas e analisadas tecnicamente pela Anac para se avaliar a viabilidade. Acho que essas aqui... Algumas têm mais característica de sugestão do que de questionamento. Acho que surgiram outras aqui, acho que a Juliana falou de várias coisas, a Luisa também falou, o João também mencionou e acho que todas são demandas da sociedade.

A gente entende, a gente compreende que há uma ânsia por endereçar essas questões que estão sendo colocadas e, do nosso lado, tem a ânsia por preservar a operação da companhia aérea, porque, muitas vezes, nós temos um animal a bordo, seja no porão, seja na cabine, e nós temos mais 180 pessoas dentro daquele avião. Então, o foco da companhia aérea é a preservação de todas as vidas. Nós temos situações, por exemplo, de evacuação, em caso de emergência, da aeronave em que muitas vezes um animal na cabine pode representar... A gente tem 90 segundos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para fazer a evacuação no caso de uma situação de um pouso de emergência ou de alguma coisa assim, e a presença de um animal a bordo é um elemento que traz complexidade para esse tipo de prontidão.

E aí, por exemplo, uma das questões que foi colocada aqui é a possibilidade da contratação de médicos veterinários. As empresas aéreas, aqui no Brasil mesmo, têm modelos de serviço em que elas têm convênios com clínicas veterinárias, nos principais destinos delas, que atendem exatamente essas situações de emergência.

Então, se há um animal que precisa de um atendimento, ou o veterinário vai até o aeroporto ou a companhia leva o veterinário até a clínica, para que ele possa ser avaliado, para que ele possa eventualmente ser medicado em uma situação de urgência. Então, existe esse tipo de serviço, que é prestado pelas companhias aéreas já.

Não sei se haveria a necessidade, como o Fábio mencionou aqui, de a gente ter um veterinário em cada aeroporto, 24 por 7, que é algo que, de fato, se mostra, de pronto, considerando a vasta extensão territorial do Brasil, a quantidade de pontos de pouso que a gente tem no Brasil, algo inviável de ser realizado.

Então acho que essas sugestões todas refletem esse anseio, esse desejo de endereçar, da melhor forma possível, o transporte de animais, que eu tenho certeza de que é aquilo de que se imbui não apenas a Anac, mas todos os órgãos que compõem a comissão, inclusive com a presença do Conselho Federal de Medicina Veterinária. Então, órgãos que têm a preocupação exatamente focada na saúde animal e que vão trazê-la nessas orientações que a comissão que a Anac lidera vai emitir e que vai ser refletida posteriormente em regulação.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Obrigada, Marcelo.

Olha, quando eu fui transportar o meu animal, eu tive que fazer uma série de consultas para ele, pegar certificados de vacina, carteira de vacina, dizendo que ele estava bem de saúde, um atestado do médico veterinário. Foi exigida uma série de situações, que foram cumpridas. Saiu bem, chegou bem, ok. A minha dúvida era essa e continua sendo até agora, tá, a do porão. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda não me convenci. Mas é isso, a gente arca com um custo para levar o filho da gente, de quatro patas, eu tenho de duas patas, tenho de tudo que é jeito.

Mas, o que é que nós temos que fazer aqui, Marcelo, Adriano, Karla? Nós precisamos chegar a um denominador, a algo que seja viável, tá? Que seja seguro, que seja viável e que atenda à sociedade, porque, como você falou, há um anseio de toda a sociedade para que isso seja realizado. Então, se vai, como a Luísa Mell falou, se há dois voos no mês em que se vão poder levar dois *pets* com peso maior na cabine, que tenha segurança.

A Juliana falou da questão do treinamento desse cão, como a gente vê que é fundamental, porque a gente vê que tem, por exemplo, você vê os cachorros aqui do Senado. Eles são superobedientes e obedecem a ordens. É o cão guia, é o que tem o cão para dependência emocional, ou mesmo de espectro autista, porque ele precisa do animal para poder viajar. Mas esse cão tem que ser treinado, como você falou, não tem como. Se tiver tudo isso, é possível, sim, a gente fazer um transporte seguro e chegar a um consenso, não é?

Eu entendo que tudo é possível quando se tem vontade, vontade de resolver, mas eu entendo o que você falou sobre a segurança. A primeira preocupação da companhia é o passageiro, a vida do passageiro; mas, para a gente, é uma vida também.

Então, eu fiquei muito feliz com a audiência pública, porque tem várias coisas que a gente pode acrescentar, e temos que manter esse contato para a gente poder melhorar o nosso relatório, Marcelo

O SR. MARCELO PEDROSO – Senadora, conte com o nosso apoio diuturno. Nós estamos aqui – eu, pessoalmente, estou baseado aqui em Brasília –, então, a qualquer momento que a sua equipe necessitar que a gente venha aqui para discutir, trazer contribuições, a gente está inteiramente à disposição.

O SR. ADRIANO MIRANDA – Da parte da Anac também, Senadora, estamos à disposição desta Casa e da sociedade.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Karla.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KARLA ANDRÉA RODRIGUES DOS SANTOS – Da mesma forma o Ministério. Eu até acho que a gente poderia conversar, Adriano, e depois, se for o caso, a gente fazer uma apresentação da conclusão do trabalho da Comissão aqui, Senadora, se for interessante.

Algumas discussões, algumas sugestões que foram colocadas aqui já foram discutidas no âmbito da Comissão, não é Adriano? Então, eu acho que seria interessante, de repente, a gente também fazer uma apresentação aqui dos resultados do trabalho da Comissão, para colaborar.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Algum dos presentes quer fazer alguma consideração, por favor?

Pois não, Juliana.

A SRA. JULIANA STEPHANI – Marcelo, Adriano, Karla, eu estou totalmente à disposição de vocês. O Adriano sabe disso. Eu já vim aqui para conversar com ele, especificamente, e eu estou completamente à disposição, porque eu tenho certeza de que eu tenho experiência, na prática. Além de ser médica veterinária, eu sei do que eu estou falando, eu vivo isso todos os dias da minha vida. Então: o que vocês precisarem, eu estou totalmente à disposição para isso.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Luisa, você ainda está presente? Quer fazer alguma consideração final aí? João?

A SRA. LUISA MELL (*Por videoconferência*.) – Queria agradecer, Senadora, pelo espaço e pelo tempo, por estar discutindo isso, acho que é fundamental. Espero que a gente realmente consiga evoluir nesse assunto, que a gente tenha, finalmente, uma mudança.

E queria ser um pouco indiscreta aqui. Eu não poderia perder a chance, já que eles falaram tanto em segurança.Eu tive episódios bem complicados com a aviação particular no nosso país. Inclusive, um avião que eu usava muito caiu, e aí eu fiquei sabendo que o piloto não tinha todas as horas para poder voar naquela aeronave. E, desde então, eu comecei a tentar saber, na aviação particular, se aquele piloto realmente era piloto, e vi que não tinha nenhum controle quanto a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que vale a pena um olhar mais especial para a aviação particular, porque muitas vezes o piloto nem tem certificado para usar aquele avião, está usando e não tem nenhum órgão que está fiscalizando.

Então, só aproveitando, gostaria de deixar a minha contribuição, com uma experiência particular. Se alguém depois quiser me chamar no particular, fiquem à vontade.Desculpem-me, eu fugi um pouco do assunto, mas acho que tudo é importante quando a gente está falando de vidas.

Mais uma vez aqui, minha solidariedade ao João. Espero que a morte do Joca pelo menos traga isso: uma mudança, para que nenhum outro animal sofra e nenhum outro tutor.

Obrigada.

O SR. ADRIANO MIRANDA – Obrigado, Senadora.

Só: esse ponto que a Luisa Mell trouxe é muito importante, e eu queria registrar: é importante que cada brasileiro saiba que quando vai contratar, por exemplo, um serviço táxi aéreo, e, também, em relação aos pilotos habilitados para cada serviço, os que podem ou não prestar, você encontra tudo isso no *site* da Anac. Se aquela empresa, de fato, pode prestar aquele serviço e se o piloto tem habilitações ou não.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – É só para falar para a Luisa Mell que nós temos algo em comum, uma experiência em comum. Nós também caímos de avião, uma vez, e o piloto fez o pouso na pista errada. Tinha chovido, era uma pista de terra e a sorte é que tinha sido gradeada, daí o avião se enterrou e paramos. Não é uma experiência agradável, nem um pouco, e a gente se lembra disso. Eu fico pensando, realmente, se tivesse um bicho solto ali como seria. Então, a gente precisa realmente pensar em tudo.

João, você ainda está conosco?

O SR. JOÃO FANTAZZINI (*Por videoconferência.*) – Sim, sim. Estou sim, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Faça as suas considerações finais aí, por favor.

O SR. JOÃO FANTAZZINI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Maravilha.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer a todos por todo esse empenho que vocês vêm dando para que essa regulamentação saia. Eu vou torcer ao máximo, até porque isso virou um propósito na minha vida. Então, eu vou torcer e eu vou lutar cada minuto da minha vida para que essa regulamentação saia. Porque isso é uma necessidade para o Brasil e precisa acontecer. Eu falo que eu sou um pouco leigo em tudo isso que acontece, mas o principal é que eu vou lutar a cada minuto da minha vida para que nenhum outro animal sofra.

Obrigado, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Obrigado a você, João. É isso que nós estamos fazendo aqui hoje, é isso o que também a gente quer: que nenhum animal mais sofra o que o Joca sofreu. E você também.

Eu acho que era isso o que nós teríamos que discutir. Eu quero só fazer algumas considerações sobre alguns dos PLs, porque...

Pois não, Luisa, pode falar.

A SRA. LUISA MELL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora, eu queria, mais uma vez, ressaltar o meu pedido de – se eu pudesse – acompanhar no porão, nesse lugar, como eles chamam, os cachorros, para realmente a gente ter certeza de como é a segurança. Eu me disponho a isso.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Somos eu e você que temos essa dúvida aí. Eu sempre tive, eu já fiz várias vezes viagens com bichos, mas eu realmente tenho dúvidas de que eles sigam bem, porque eu não sei como que é lá. A gente sabe que lá dentro da cabine é pressurizado. Se despressurizar você tem a máscara, você tem toda uma situação para a qual você também recebe um treinamento. Com o bicho eu não sei como é que ele vai ficar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a todos, Adriano, Karla, Marcelo, Fábio – que esteve aí –, Luisa. Obrigado, João. Eu fico feliz com o resultado. O mais importante de tudo é fazer um relatório isento de opiniões, mas que seja realmente um relatório que dê para a gente executar, fazer. E eu falo o seguinte: vai ser o 13, de 2022, porque ele já passou pela Câmara. Então, eu vou fazer um substitutivo, vou pegar ideias de cada um dos projetos que estão aqui, que são de três Senadores, mas que são posteriores. O mais avançado é o da Câmara, então é justo que a gente pegue e aprove o da Câmara.

Muito obrigada.

Sendo o que tínhamos para o momento, encerramos essa audiência pública.

Obrigada a todos que nos acompanharam pela TV Senado.

(*Iniciada às 14 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia onze de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Confúcio Moura, Marcos do Val, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Zequinha Marinho, Margareth Buzetti, Bene Camacho, Beto Faro, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Jaques Wagner, Teresa Leitão, Eduardo Gomes, Rosana Martinelli, Jorge Seif e Damares Alves, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Lucas Barreto e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Giordano, Sérgio Petecão, Flavio Azevedo, Jaime Bagattoli e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 6120, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece o Inventário Nacional de Substâncias Químicas, a avaliação e o controle do risco das substâncias químicas utilizadas, produzidas ou importadas, no território nacional, com o objetivo de minimizar os impactos adversos à saúde e ao meio ambiente; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato (*Ad hoc*), substituiu Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação do PL 6120/2019 e pela rejeição da Emenda 1 - CCT. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4258, de 2021 - Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional da Biodiversidade Marinha ao Município de Guarapari, no Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2230, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Autoriza a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 44, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 76, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação da Subcomissão Temporária para Discutir e Analisar o Mercado de Ativos Ambientais Brasileiros por 60 (sessenta) dias." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Leila Barros. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 45, de 2024** que: "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa no estado de Mato Grosso, para avaliar "in loco" os impactos provocados pela severa estiagem no Bioma Pantanal, que favoreceu a propagação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inúmeros incêndios florestais." **Autoria:** Senadora Rosana Martinelli (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 46, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater uma demanda antiga do movimento indígena (CONEEI realizada em novembro de 2009), ou seja, a criação de uma instituição do ensino superior - Universidade dos Povos Indígenas - e sua importância para a preservação do meio ambiente, com os convidados que apresenta." **Autoria:** Senador Bene Camacho (PSD/MA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Leila Barros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de setembro de 2024.

Comunica que foram apresentados à Comissão o seguinte documento: Ofício SBPC n º 250, do Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que manifesta preocupação ante a proposta de implantação e ampliação da hidrovia do Rio Paraguai, dados seus prováveis impactos ambientais e econômicos em uma das áreas úmidas mais vulneráveis e importantes do planeta, o Pantanal.

O documento encaminha nota técnica elaborada pelo GT em Meio Ambiente da entidade e solicita estudos aprofundados sobre a hidrovia em questão;

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12 de 2019 da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste colegiado solicitar a autuação nesse período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das 34º e 35º Reuniões, realizadas nos dias 4 e 5 de setembro de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Antes de iniciarmos, eu quero cumprimentar e dar o meu bom-dia ao Deputado Flávio Nogueira, do PT do Piauí, que é um dos autores do item 1, o PL 6.120, de 2019, para qual nós vamos ter, como Relator *ad hoc,* o Senador Fabiano Contarato.

Seja muito bem-vindo, Deputado, a esta Casa.

Bom, queridas colegas, queridos colegas e membros desta Comissão de Meio Ambiente e todos aqueles que nos assistem, damos início a mais uma reunião deliberativa em nossa Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje é um dia de extrema relevância para o nosso Distrito Federal e demais estados vizinhos. Neste dia 11 de setembro, celebramos o Dia do Cerrado, um bioma de grande importância para o Brasil e o mundo. O Cerrado é a savana mais biodiversa do planeta, sendo fundamental para a recarga dos nossos aquíferos e para a regulação do clima.

Nosso bioma é conhecido como uma floresta invertida, pois a estrutura das raízes de sua flora constrói uma verdadeira floresta abaixo da terra, com rica diversidade de microrganismos, promovendo uma estrutura que capta e distribui água lentamente ao longo dos meses de estiagem comuns em nossa região. Graças ao Cerrado, nossa região deveria ser naturalmente abundante em água, *vide* nossas cachoeiras, conhecidas mundialmente.

Infelizmente, no dia de hoje não temos muito a comemorar. Apesar da sua riqueza natural, social e cultural, apesar dos serviços ecossistêmicos prestados por este importante bioma, as ameaças ao Cerrado vêm crescendo a cada ano. Com os olhares do mundo voltados à nossa importantíssima Floresta Amazônica, o Cerrado acaba absorvendo boa parte do desmatamento evitado no bioma vizinho.

Nesse cenário de Brasil em chamas, o Cerrado também queima. Neste ano de 2024, pasmem, já foram mais de 53,2 mil focos de queimadas – ontem tínhamos mais de 5 mil focos no país! –, comparados com mais de 82 mil focos de queimadas na Amazônia e 10 mil no Pantanal.

Na última quinta-feira, um incêndio de proporções catastróficas destruiu 10 mil hectares do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – foi controlado ontem o fogo. Em Ceilândia, um incêndio florestal atingiu uma área próxima a um condomínio, colocando em risco vidas e, é claro, propriedades. Outro foco de incêndio também foi registrado perto do Hospital Regional de Taguatinga, em uma situação que não só ameaça a saúde, mas também a segurança dos cidadãos.

Estamos enfrentando uma seca extrema, especialmente na Região Centro-Oeste, que, segundo o Instituto Nacional de Meteorologia, é a pior da história. A fumaça das queimadas tem coberto cidades pelo país, comprometendo a qualidade do ar que respiramos e a nossa qualidade de vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Amazônia, a situação é igualmente preocupante. Os baixos níveis dos rios trazem novos desafios para os habitantes, que enfrentam dificuldades para acessar a água potável. O transporte fluvial, que é a principal forma de acesso e fundamental para a vida na região, também enfrenta obstáculos, agravando a situação das comunidades locais.

Diante desse cenário, não podemos nos permitir a inação. O futuro de características apocalípticas que se apresenta já é sentido por muitos brasileiros. Precisamos de atitudes concretas e eficazes para reverter esse panorama. Este é um chamado à responsabilidade, à ação e ao compromisso com o futuro do nosso país. Que possamos aqui, na Comissão de Meio Ambiente, discutir e implementar políticas que realmente façam a diferença.

O cenário é triste e desanimador. Há quem sofra de ansiedade climática, um novo mal que surge neste difícil momento, mas quero pedir aos colegas e àqueles que nos assistem que não nos deixemos abater por esse cenário de horror. Precisamos insistir na mudança urgente e necessária que teremos que liderar. Somos nós, esta geração de adultos, a responsável por agir. Quero dizer aos nossos jovens e às nossas crianças que não desistimos e não desistiremos; que estamos aqui, dia após dia, lutando para garantir que eles possam sonhar com o futuro, para que haja água limpa para beber, um ar limpo para respirar e comida saudável no prato. Eu reforço o meu compromisso com o povo brasileiro, com os jovens, as crianças e todos aqueles que estão por vir: não iremos nos acovardar. Assim como o nosso Cerrado, que resiste ao fogo para depois rebrotar, nós também o faremos. Assim espero.

Na semana passada, eu fiz um desabafo aqui que meio que repercutiu. Não vou pedir desculpas, porque, graças a Deus, não perdi a capacidade de me emocionar, não perdi a capacidade de me indignar, mesmo sendo testada diariamente com os absurdos que eu vivo aqui nesta Casa. Eu quero dizer isso a vocês.

A situação é séria – é muito séria –, e a gente sabe que nós temos certas culturas que nós precisamos rever com relação ao manejo do fogo, a como usar o fogo no país, porque a questão das mudanças, da seca é real. Estamos vivendo e iremos viver uma crise hídrica sem precedentes. Então, não existe progresso, não existe produção, que já está sendo afetada, porque o que está acontecendo hoje está causando danos à saúde das pessoas, à flora e à fauna, à nossa economia – safras já estão sendo comprometidas no interior de São Paulo, com devastação na produção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do café, da cana-de-açúcar, enfim; aqui no Centro-Oeste, milho, soja. Então, não adianta nós ficarmos aqui tratando com romantismo a questão do meio ambiente, sendo que a realidade já está batendo ali na nossa porta, e é para todos, sem exceção.

Eu sempre digo aqui que nós não temos plano B – e não temos. A Ministra Marina falou, nós conseguimos inventar a forma de adquirir energia através da energia solar, da energia eólica, nós conseguimos buscar combustível através do etanol, da cana-de-açúcar, mas água, água, meus amigos, não tem, não sabemos e nós não temos um plano B, se de fato acontecer aquilo a que nós estamos assistindo, e – vou falar – com inação, com irresponsabilidade. Nós às vezes tratamos no Plenário do Senado Federal temas – me desculpem – absolutamente irrelevantes diante do panorama que o país... É a mesma coisa que estar assim: estou da casa para dentro tratando do que é interessante para mim e para os meus seguidores, esquecendo que a maioria do país – a maioria do país – está sofrendo com as questões climáticas. E falo isso com muita propriedade, porque fui ao Rio Grande do Sul.

É uma pena que outros Senadores que ficam muito preocupados com as suas pautas não tiveram a capacidade de serem solidários, apenas só votando, votando aqui recursos, votando orçamento para o Rio Grande do Sul, mas não tiveram a capacidade de fazer uma visita ao povo do Rio Grande do Sul e ver o que a enchente causou àquele povo.

A mesma coisa é no Pantanal, a mesma coisa é na Amazônia.

Se todos nós aqui tivéssemos a capacidade de cumprir a nossa função, enquanto Senadores, e olhar o que está acontecendo com o nosso país, certamente iríamos nos debruçar sobre problemas muito mais reais, problemas muito mais sérios, que são com a população que está na base, a população brasileira, que, de fato, está sentindo.

Aqui nós estamos protegidos por estas paredes, com ar-condicionado, bebendo a nossa aguinha – ela não falta –, mas vamos para o Norte, vamos para o Nordeste, vamos para aqueles que estão, de fato, sentindo na pele as mudanças climáticas que estão acontecendo no mundo e no nosso país.

Nós não vamos nos calar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, já conversei com a assessoria da CMA e ICMBio, nós vamos conversar com o Ibama... Nós vamos trazer respostas legislativas para esses bandidos, porque existe uma questão séria aqui no país, que a gente está falando: "Ah, a Polícia Federal está investigando". Mas já existem vídeos comprovando a ação – gente, eu não sei nem o que falar –, a ação covarde, covarde, com o nosso país: gente jogando combustível, ateando fogo de forma deliberada e causando uma devastação no nosso país.

Existem incêndios por causa de manejo? Existem, mas, quanto à maioria, já está sendo comprovado que são de incêndios criminosos, criminosos. Nós precisamos saber quem está financiando isso e precisamos também punir aqueles que estão fazendo.

E nós não vamos nos acovardar, e vamos reagir.

Esta Casa vai reagir. Esta Presidente vai reagir, junto com os membros aqui.

Bom... Mais outro desabafo. Vamos embora.

Vamos para o item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 6120, DE 2019

- Não terminativo -

Estabelece o Inventário Nacional de Substâncias Químicas, a avaliação e o controle do risco das substâncias químicas utilizadas, produzidas ou importadas, no território nacional, com o objetivo de minimizar os impactos adversos à saúde e ao meio ambiente; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação do PL 6120/2019 e pela rejeição da Emenda 1 - CCT

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com parecer favorável ao projeto, com a emenda n° 1-CCT.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

A autoria é da Câmara dos Deputados, do Deputado Flávio Nogueira, aqui presente.

Relatoria: Senador Beto Faro.

Concedo a palavra ao Senador *ad hoc*, Senador Fabiano Contarato, para a leitura de seu relatório.

Bom dia, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Bom dia, minha querida Senadora Leila, meus queridos Senadores, Senadoras, Deputados presentes.

Senadora Leila, estendo aqui meu abraço fraterno e virtual. Espero, em breve, poder abraçá-la pessoalmente. Saiba que estar com V. Exa. nessa Comissão para mim é motivo de renovação e de retroalimentação em defesa de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Eu peço permissão a V. Exa. para ir direto à análise, tendo em vista que o parecer já foi disponibilizado.

E aqui eu quero parabenizar a iniciativa do autor do projeto, que é o Deputado Flávio Nogueira, a quem estendo o meu abraço fraternal e de forma virtual também. Seja bem-vindo a essa Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, Deputado.

Compete à Comissão de Meio Ambiente opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente a proteção do meio ambiente, o controle da poluição e a conservação da natureza, nos termos do art. 102-F, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Considerando que o projeto será analisado em decisão terminativa pela CAS, iremos nos ater apenas aos aspectos relacionados a esta Comissão de Meio Ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como já descrito neste parecer, a proposição cria o Inventário Nacional de Substâncias Químicas e estabelece a avaliação e o controle de risco das substâncias químicas utilizadas, produzidas ou importadas, no território nacional, com o objetivo de minimizar os impactos adversos à saúde e ao meio ambiente.

Apesar de desempenhar importante papel econômico representando importante parcela do PIB brasileiro e ocupando local de destaque internacional, a indústria química não deixa de ser uma atividade sujeita a grandes riscos, cujas consequências demandam recursos e tempo para serem solucionadas.

A contaminação por mercúrio da Baía de Minamata, iniciada na década de 1950, no Japão, bem como os acidentes industriais de Seveso, em 1976 na Itália, e de Bhopal, em 1984 na Índia, são exemplos de tragédias históricas com consequências ambientais e vítimas humanas. Infelizmente, as respostas legislativas para questões como essas costumam ser tardias, a exemplo da Convenção de Minamata sobre Mercúrio, finalizada apenas em 2013, e cuja assinatura e promulgação por parte do nosso país só veio em 2018.

Recentemente, a fim de zelar pelo meio ambiente e pela saúde humana, esta Comissão de Meio Ambiente aprovou a Política Nacional de Prevenção da Exposição ao Mercúrio, ainda em tramitação nesta Casa Legislativa como PL nº 1.011, de 2023.

Diante de tantos problemas historicamente registrados, entendemos como essencial que a regulação avance para tratar não apenas do mercúrio, mas para ampliar a proteção da população brasileira. Para tanto, a adoção de um inventário nacional de substâncias químicas é essencial para que o Brasil promova o efetivo cuidado com tais substâncias, desde sua entrada nos processos produtivos até os mais diversos usos.

Quanto à Emenda nº 1 – CCT, no entanto, entendemos que inserir alínea ao art. 3º, ampliando o rol de exclusões, acrescentando às substâncias e preparações destinadas à prevenção, diagnóstico ou tratamento de saúde classificadas como dispositivos médicos, implica em uma diminuição do escopo do PL com a qual não podemos compactuar. Com efeito, diversas das substâncias que estariam na categoria proposta pela emenda têm potencial para causar danos à saúde humana e ao meio ambiente, de forma que se mostra necessário que sejam catalogadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Inventário Nacional de Substâncias Químicas, haja vista que tal informação pode ser crucial em momentos de crise sanitária.

Consideramos improcedente a referida emenda, tendo em vista que as exclusões constantes no PL 6.120/2019 foram exaustivamente discutidas pela Comissão Nacional de Segurança Química (Conasq) quando da construção do anteprojeto de lei para gestão segura de substâncias químicas, com o consenso de todas as partes interessadas participantes da Comissão, não havendo manifestações quanto à inclusão dos dispositivos médicos no rol de substâncias excluídas da lei.

Cabe ainda destacar que, ao longo de todo o processo de discussão, foram realizadas ponderações provenientes da academia, de especialistas, do setor industrial e de organizações não governamentais, dentre outros.

Nesse sentido e em face de toda a discussão já realizada, entendemos que excluir tal dispositivo traria um retrocesso ao processo, prejudicando a implementação da lei.

Por essas razões, entendemos que o PL tem todos os méritos para ser aprovado.

O voto.

Ante todo o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.120, de 2019, e pela rejeição da Emenda nº 1-CCT.

Este é o parecer, Sra. Presidente.

E, mais uma vez, eu quero parabenizar o autor, o Deputado Flávio Nogueira, a quem eu estendo aqui a minha gratidão e parabenizo pela sensibilidade, pelo olhar e pela empatia com esse projeto de extrema importância. Ao passo que também saúdo aqui o Relator deste projeto de lei, o meu querido Senador Beto Faro.

É este o parecer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Grata, Senador Fabiano Contarato.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Fabiano Contarato e Senador Beto Faro.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 6.120, de 2019, e pela rejeição da Emenda nº 1-CCT.

A matéria agora vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Quero agradecer a participação, a presença e a iniciativa do ilustre Deputado Flávio Nogueira. Obrigada, Deputado.

Senadora Rosana Martinelli, bom dia.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Bom dia, Presidente. Pode ser alterada a ordem e já para colocar o meu requerimento?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Sim, sim.

A Senadora Rosana pediu a inversão de pauta. Então, nós vamos para o item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 45, DE 2024

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa no estado de Mato Grosso, para avaliar "in loco" os impactos provocados pela severa estiagem no Bioma Pantanal, que favoreceu a propagação de inúmeros incêndios florestais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)

Concedo a palavra à eminente Senadora para a leitura do seu requerimento.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado, a realização, Presidente, de uma diligência externa no Estado de Mato Grosso para avaliar *in loco* os impactos provocados pela severa estiagem no bioma Pantanal, que favoreceu a propagação de inúmeros incêndios florestais.

A justificativa, Presidente, é que o Mato Grosso teve 24,8 mil focos de incêndio. É o estado do Brasil que mais queimou desde janeiro deste ano. O número de focos de calor no estado aumentou 109% em comparação com o ano passado, e o volume de água está abaixo do registrado em 2020, ano em que ocorreu o maior incêndio florestal da história do Pantanal, conforme dados do programa BDQueimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e do corpo de bombeiros.

Em entrevista ao jornal *G1*, o Biólogo e Diretor de Comunicação do Instituto SOS Pantanal, Gustavo Figueirôa, contou que, em Mato Grosso, mais de 550 mil hectares já foram devastados pelo fogo, somente no Pantanal.

O mais preocupante, segundo Figueirôa, é que as queimadas comprometem gravemente a biodiversidade do local, principalmente com impacto negativo na vida dos moradores locais e dos animais silvestres, que estão morrendo em meio à seca severa.

Em razão dessa gravidade e desse cenário de seca severa e incêndios florestais, o Governo do Mato Grosso declarou situação de emergência no estado pelo prazo de 180 dias. Diante dos alarmantes dados, estamos propondo a realização de uma diligência *in loco* no Pantanal pelos membros da Comissão do Meio Ambiente do Senado, para que todos possam acompanhar e verificar essa situação em tempo real em Mato Grosso.

As informações coletadas durante a diligência contribuirão para discutir ações de mitigação dos danos causados à flora, à fauna e às comunidades pantaneiras, principalmente aos ribeirinhos, além de planejar e fortalecer políticas públicas capazes de enfrentar esses fenômenos naturais nos próximos anos, promovendo a recuperação do ecossistema afetado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, eu peço o apoio dos nobres pares para a aprovação dessa iniciativa. E dizendo que esta Comissão já fez e está fazendo um grande trabalho pelo meio ambiente: aqui mesmo foi aprovado o Estatuto do Pantanal, que dá um direcionamento do que pode e do que não pode ser feito no Pantanal. O Pantanal, além da diversidade ambiental, que é considerado um patrimônio histórico nacional, atrai muitas pessoas de todo o mundo na questão do turismo, e é uma região muito diferente.

Nós no Mato Grosso temos os quatro biomas, e o Pantanal é um dos mais relevantes. Temos que tomar medidas, medidas preventivas que possam aliviar o sofrimento de tantos animais e de toda essa vegetação que está queimando.

Eu quero salientar aqui e parabenizar a iniciativa tanto do Governo do Estado do Mato Grosso, Governador Mauro Mendes, quanto do Governador do Mato Grosso do Sul, que fizeram ações preventivas. Se não tivessem feito, o caos seria total. Então, nós estamos com as equipes de combate lá, mas nós temos que ampliar. Já foi discutido isso nesta Comissão, mas nós temos que tratar, de forma preventiva, os incentivos, os recursos, para que realmente os estados possam estar equipados para dar suporte. Nós sabemos das dificuldades do Governo, as instâncias que há quando isso acontece.

Então, de forma preventiva, os estados têm que estar preparados. E hoje vejam o caos que nós estamos vivendo em todo o país.

Eu estava até ouvindo uma reportagem agora, antes de vir para cá, que o Governo, o Presidente Lula, quer falar com os Governadores para que se alinhem todos os Governadores com a Presidência, para, antes de ele viajar, já deixar alinhado.

Esse é o caminho realmente de estar... Quem está mais próximo conhece a realidade, então sabe como agir, como contratar antecipadamente. E nós precisamos fazer investimentos maiores.

Nós já falamos, até na audiência com a Marina Silva aqui, sobre a nossa preocupação e que nós queremos que o Governo continue incentivando o meio ambiente, continue, de forma preventiva, investindo, fazendo investimentos mais fortes, porque o clima do mundo está mudando e nós precisamos tomar as medidas necessárias. E isso é de forma preventiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acredito que a ida dos colegas *in loco* seria de grande valia, mesmo para conhecer o que a gente está falando, e isso também servirá de exemplo para outras regiões.

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Nós que agradecemos a iniciativa, Senadora Rosana.

Eu estava até, no início aqui da sessão, falando isso. Eu fui à diligência ao Rio Grande do Sul com os três Senadores do Rio Grande do Sul. Eu acho que nós precisamos disto: fazer essas diligências, inclusive aqui no Cerrado. Como eu falei, nós temos aqui as Águas Emendadas, que é a caixa d'água do nosso país, que banha as principais bacias hidrográficas. É importante, com os Senadores de onde estão essas bacias hidrográficas que são banhadas pela água das Águas Emendadas, que a gente faça um grande debate aqui dentro da Casa, aproveitando os dois Senadores do DF, que estão aqui, Senador Izalci e Senadora Damares, para que possamos fazer também esse debate aqui para a nossa região, porque o nosso bioma é o Cerrado.

Hoje é o Dia do Cerrado, duramente afetado também.

Quero parabenizar a senhora e dizer que eu já sou uma que vai compor essa diligência, quero muito ver de perto, como eu vi, no Rio Grande do Sul, a devastação que aconteceu naquele estado. Certamente o Pantanal está sangrando. E já quero parabenizar o povo do Mato Grosso por ter uma Senadora tão atuante aqui, preocupada de fato com o que está acontecendo nessa questão da queimada no Pantanal.

Vou colocar aqui em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento da Senadora Rosana Martinelli foi aprovado.

Peço agora aos Senadores para que cada bloco faça a indicação, já me apresentando para a missão.

Obrigada, Senadora Rosana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Vou para o item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4258, DE 2021

- Terminativo -

Confere o título de Capital Nacional da Biodiversidade Marinha ao Município de Guarapari, no Estado do Espírito Santo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para a leitura do seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Quero aqui estender um abraço carinhoso a todos os meus colegas Senadores e Senadoras presentes e aos que estão de forma virtual, estendendo esse abraço afetuoso.

Este parecer, Sra. Presidente, é bem simples, mas para mim é de uma importância significativa.

Guarapari, no Estado do Espírito Santo, destaca-se como um importante destino turístico brasileiro, conhecida por suas praias e rica na biodiversidade marinha. O município abriga uma variedade de ecossistemas, incluindo um complexo insular, com a maior diversidade de algas e peixes de recifes do país, superando até mesmo Abrolhos e Fernando de Noronha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa biodiversidade é sustentada por fatores como a proximidade da plataforma continental e o fenômeno de ressurgência que enriquece as águas marinhas.

O reconhecimento legal da importância da biodiversidade de Guarapari é visto como essencial para promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, além de incentivar pesquisas científicas e melhorar a proteção das espécies ameaçadas.

Portanto, consideramos justo e necessário garantir o reconhecimento da importância da biodiversidade marinha do litoral de Guarapari, assim como a formulação de políticas e ações governamentais de conservação e uso sustentável dos recursos naturais daquele município.

Por tais razões, consideramos pertinente e meritória a iniciativa ora proposta e somos favoráveis à concessão do título de Capital Nacional da Biodiversidade Marinha ao Município de Guarapari, no Estado do Espírito Santo.

O voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação.

Desde já, eu quero parabenizar a iniciativa da minha querida Deputada Federal do Estado do Espírito Santo – ex-Deputada Federal –, a Deputada Soraya Manato.

Esse é o parecer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senador Fabiano Contarato.

A votação será nominal.

Em votação Projeto de Lei nº 4.258, de 2021, nos termos do relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Senadores já podem votar.

Vou pedir para a Mesa abrir o painel.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, enquanto os colegas estão votando...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É sobre um assunto que não é tema da nossa Comissão, mas eu quero cumprimentá-la: o nosso Senado Federal está amarelo esta semana, com o requerimento de sua autoria de a gente falar sobre a prevenção ao suicídio. Nós do DF temos muitas ocorrências, e eu quero cumprimentá-la pela sensibilidade – ficou muito significativo. E que as famílias tenham coragem de falar sobre o assunto, procurar ajuda, e, se tiver alguém precisando de ajuda, no nosso Senado a gente tem uma equipe maravilhosa cuidando de quem está precisando de ser cuidado.

Então, eu queria cumprimentá-la, pois ficou muito significativo o Senado amarelo esta semana.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – A iniciativa é de todos. Na verdade, quando um só provoca... Todos abraçaram. Então, quero parabenizar a senhora e todos os que estão presentes aqui, porque todos os Senadores abraçaram uma causa que é real e preocupante.

Como a Senadora Damares falou, os índices de suicídio têm aumentado muito, principalmente entre adolescentes.

Pois não, Senador Jayme. Bom dia, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Bom dia, ilustre Presidente Senadora Leila, Senadora Damares, Senadora Rosana.

Serei rápido.

Ouvi a ilustre Senadora Rosana propor aqui o requerimento para uma diligência no Pantanal. Vim aqui só dizer que estou solidário. De fato, ela tem toda razão. E não é só no Pantanal, é bom que se esclareça, mas no Cerrado, como também na Floresta Amazônica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou externar aqui uma modesta opinião minha, até porque conheço bem a realidade do meu estado. É a de que, na verdade, a estrutura que se propõe para o combate a incêndio, seja no Ibama, seja no ICMBio e, sobretudo, nas próprias forças de segurança, é aquém da realidade. O Mato Grosso, particularmente, é um estado de dimensão continental, com 900 mil quilômetros quadrados. Temos o privilégio de ter três ecossistemas: a Floresta Amazônica, o Cerrado e o Pantanal. São três vegetações totalmente diferenciadas.

Quem conhece bem sabe que já foi aprovada aqui, inclusive, na condução de V. Exa., e está tramitando também o projeto lá no Plenário da Casa, o Estatuto do Pantanal, que foi feito por várias mãos, de forma muito zelosa, criteriosa, para que pudéssemos aprovar não só o Estatuto do Pantanal, do Mato Grosso, do velho Mato Grosso, como também do Pantanal do Mato Grosso Sul. É a maior planície alagada do planeta, é bom que se esclareça isso aqui – era, vamos chamar assim, mas, hoje, de fato, não tem nada de alagadiço. Então, nós estamos passando por um momento de transformação na questão do clima no mundo, não é só aqui no Brasil, é bom que se chame a atenção.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É verdade.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não é só aqui no Brasil; no mundo inteiro, estão acontecendo geadas, terremoto, alagamentos, como está acontecendo...

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – E incêndio, não é?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Incêndio também, não é? Só que não dão o devido valor, não há divulgação do que acontece em outros países. É o caso dos Estados Unidos, onde se queimam casas, destroem cidades até. Aqui, graças a Deus, não chegamos a tal ponto devido, naturalmente, à precaução que nós temos aqui no nosso estado e no Brasil, de uma maneira geral.

Agora, para combater tudo isso aí, precisamos ter recursos suficientes. Eu vou lhe dar só um exemplo: contratam-se os bombeiros civis, essas pessoas, que, primeiro, têm que ser muito bem preparadas; segundo, precisam de estrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Os brigadistas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Os brigadistas, os famosos brigadistas. E não têm estrutura. Imaginem: eu, particularmente, estou vendo aquela região ali, que V. Exa. conhece, Senadora. Estive, no último sábado, ali, pessoalmente, fui lá ver, naquela região da Serra Azul. Lá o fogo está destruindo tudo. Por quê? Quando desce o fogo da serra, não tem Força Nacional, não tem Ibama, não tem polícia, bombeiro que consiga combater. Para que V. Exa. tenha dimensão da gravidade e quem nos ouve agora, quando há um incêndio daquela dimensão que eu vi, chega a tal ponto que uma língua de fogo, ou seja, quando queima, com o vento, dobra, triplica e chega a avançar de 150m a 200m a língua do fogo, sai voando. Isso aí queima. E não tem bombeiro que dê conta. Ao mesmo tempo em que você está aqui, você tem uma força-tarefa lá na frente, e assim em vários pontos, e vem de tal maneira que, se tentar fazer um enfrentamento, queima o ser humano, queima a viatura, queima o que tiver pela frente, que não tem como barrar. O que se precisava fazer são investimentos, investimentos maciços.

Não sei se o senhor já viu nas matérias de hoje, nos jornais de circulação nacional: apenas 1% daquilo que estava previsto no Orçamento do ano de 2024 foi até agora desembolsado. A senhora imagina, 1%, não sou eu que estou dizendo, eu vi pela imprensa nacional hoje aqui.

Então, nós temos que ter a consciência de que o Brasil precisa de investimentos. Com certeza, essas tragédias, esses desastres estão acontecendo todos os dias, e os investimentos são muito aquém da nossa realidade. Nós temos que ter essa consciência.

Hoje o produtor rural, de uma maneira geral, o sitiante está lá numa situação em que ele não dá conta, na verdade. Houve um incêndio que aconteceu esse fim de semana lá em Mato Grosso, ao longo da BR-163, que parou o trânsito todinho.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Parou.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Parou porque a fumaça é tão grande, o fogo é tão grande que é perigoso você tentar avançar, queima o caminhão, queima o cidadão, morre, vai a óbito etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós fizemos o Estatuto do Pantanal... É bom que se esclareça, o Pantanal, Senadora Leila, é uma vegetação totalmente diferenciada. Lá se cria a tal da famosa macega, que é o capim bravo, desse que o gado se alimenta lá. As árvores que tem lá não são árvores como do nosso Cerrado e muito menos de lá da Floresta Amazônica, são totalmente diferenciadas.

Então, eu sugiro que nós permitamos, através da Sema, através do Ibama, que se façam as queimadas seletivas. Se não fizermos, aquilo vai se transformar numa área em verdadeira combustão ali, é pólvora misturada com gasolina, com óleo diesel etc. Então, nós temos que ter essa preocupação e dar essa oportunidade também aos homens pantaneiros. Nós não podemos também classificar... Todo dia eu estou vendo assim: "Ah, foram lá e tacaram fogo de forma criminosa". Pode ser, porque eu vi também do Estado de São Paulo uma imagem – não sei se a senhora viu –, o cidadão com uma caminhonete parando e ele tacando fogo num canavial gigantesco lá. Isso é crime, tem que prender, transformar em crime hediondo. Com certeza, um cidadão que comete uma prática como essa tem que ser preso, mas para passar 20 anos na cadeia, se for o caso, é criminoso. Talvez mesmo como aquelas pessoas que cometem assassinato, tem que ser enquadrado numa legislação; talvez pior, pior porque o que está trazendo de prejuízo da questão ambiental ao nosso ecossistema...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Não é só ambiental, é econômico, destruindo safras, a saúde...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Tudo!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Porque o que tem gente com problemas de doença respiratória...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Tudo, tudo!

Eu ouvi a nossa Ministra Marina Silva falar aqui, e está correta. Agora, os parques nacionais, o Governo Federal... O Parque Nacional da Chapada do Guimarães foi o primeiro que começou a incendiar lá. É uma área gigante que nós temos em direção ao Município de Chapada. Qual a estrutura que tem lá? Três ou quatro homens do ICMBio vão combater numa área daquela dimensão? É conversa fiada! Nós precisamos de gente, material humano, tecnologia, para você já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estar monitorando ali, onde tem o calor, com *drone*, com estrutura, com carro, com caminhões de bombeiro.

Eu mesmo agora vou fazer, no Orçamento de 2024 para 2025, vou destacar, daquilo que é direito nosso ali, recurso para comprar pelo menos – inclusive, quero convidar aqui já a nossa Senadora para ser também nossa apoiadora –, 20 caminhões de bombeiro, para distribuir, pelo menos, um para cada, tentar distribuir nas regiões mais afetadas um caminhão de bombeiro. Lá não tem nada!

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Não tem nada.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não tem nada. Imagina como é que vai combater a prefeitura? Não tem o recurso para comprar.

Então, o Governo Federal tinha que comprar um volume gigantesco de caminhões de bombeiro e contemplar esses municípios mais pobres do Brasil, sobretudo essa região no Centro-Oeste do Brasil, no Norte do Brasil, que é a que mais se queima. Devia comprar um caminhãozinho daquele lá – sei lá quanto custa. Gasta tanto dinheiro com gastos supérfluos, jogados fora, desperdiçados... É para dar meios para o cidadão...

Ele não quer que pegue fogo, é até questão de sobrevivência dele. Quando queima o pasto dele, ele não tem o quê? A boia, ou seja, a comida para dar para o gado dele lá. Quando você entra numa roça, uma roça maior, quando você queima a palhada, é um prejuízo que chega na ordem de 10% a 15%. A palhada é feita sabe para quê, Presidente Leila? É para fazer a cobertura para proteger o solo e para que ele possa ter umidade, para que se possa fazer o plantio direto.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Leva quatro ou cinco anos para...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – São quatro, cinco anos. O prejuízo é gigantesco.

As pessoas ficam falando: "Ah, estão incendiando". Mato Grosso, particularmente, tem se esforçado pá-pá-pá... Tem que fazer mais. Nós temos dois aviões, já alugaram mais três, mas é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

insuficiente. O Corpo do Bombeiros de Mato Grosso precisava ter pelo menos cinco aviões, no mínimo cinco aviões, ter mais material humano, mais gente. Não vence! Eu vi lá, fiquei estarrecido, saí de carreira, falei: "Vamos embora, embora, embora; daqui a pouco, vai queimar até...". (*Risos.*)

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – É verdade, está assim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É uma loucura! Quando você vê, você fica: "Rapaz, não posso acreditar!". À noite, então, quando você vê, misericórdia! Aquilo lá fica o mundo queimando...

Eu estou fazendo esses esclarecimentos aqui para que as pessoas tomem conhecimento, em nível nacional, em nível de Brasil, Senadora Damares, do tamanho, da dimensão do prejuízo.

E o Governo tem que participar de forma efetiva! Eu propus aqui, com o Fundo Amazônia, repassar um pouco desse recurso para lá. Nós temos R$10,5 bilhões, e esse dinheiro não vai ser usado?! Na prática! Tem que colocar em prática, não ficar depositado... Sei lá se é para fazer ajuste fiscal, se é para fazer saldo, alguma coisa... Tem que investir esse dinheiro, vamos colocar isso lá em prática, em favor, destinando dinheiro para as prefeituras. As prefeituras têm capacidade, mas não têm o recurso, não são capazes de adquirir, muitas vezes, um caminhão-tanque para combater...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É um negócio sério. Nós temos que tomar as providências. Não é só no Pantanal, é nos parques nacionais, é no Cerrado... Tudo está pegando fogo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Na Amazônia. Isso aí.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Em Cuiabá, hoje – eu retornei de lá hoje –, está sob instrumento. Sabem por quê? Não é chuva, é fumaça, que tomou conta daquela nossa região lá, em que você não enxerga até ali: "Fulano, dê uma mãozinha para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mim". E o cara responde não sei o quê... É muita fumaça! Então, é uma coisa fora do comum, fora de série.

É essa a observação.

Eu acho que, nesta Comissão, V. Exa. tem defendido, literalmente, de forma contundente, aqui, que nós trabalhemos nesse sentido. E eu quero cumprimentar a senhora pelo seu engajamento na defesa... Sobretudo, a senhora, que é daqui da Região Centro-Oeste, daqui do nosso Brasil central, que é da capital federal, Brasília, sabe também de nossas dificuldades, mas aqui eu fiquei até feliz, hoje, quando cheguei aqui, pois aqui está dez – dez! Eu consegui ver o outro prédio em frente, eu vi o prédio... Do apartamento em que eu moro aqui, eu vi o outro. Eu falei: "É bacana isso aqui". Lá você não vê nada! Nem o vizinho você consegue ver! É triste, doloroso.

É só fazer essa complementação.

Eu quero também me propor a ser signatário desse requerimento proposto pela Senadora Rosana e dizer que vamos trabalhar para conseguir, se Deus quiser... Torcer primeiro para São Pedro, não é? Mato Grosso tem 150 dias em que não dá um pingo...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Brasília idem...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – São 150 dias! Imaginem a situação! Tem gente apanhando água de pipa em fazenda para tentar dar para o gado ou até para beber, porque secaram os poços, os artesianos, os córregos estão secando, 99,9% estão secos, as barragens estão secando. Então, está um negócio triste e doloroso...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – E o transporte fluvial na Região Amazônica, nas regiões em que só se chega através de barco, que não têm como agora ter barco, assim, estão passando inúmeras dificuldades.

Senador Jayme, rapidamente, eu acho que foi muito importante a sua provocação.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Eu sou uma pessoa... Já estou há seis anos aqui no Senado, então o casco engrossa. E tem uma coisa sobre a qual eu vou trazer uma reflexão para nós, Senadores, porque, às vezes, a gente esquece. No ano passado, no Orçamento, quando foi avaliar no Orçamento a destinação para as Comissões: Comissão de Infraestrutura, mais de R$2 bilhões; Comissão de Meio Ambiente, R$100 mil. Uma vergonha!

Isso é muito bom, porque o Senador Jayme é um decano nesta Casa, tem toda uma experiência, uma vivência aqui dentro. A gente tem agora que dar atribuições, as responsabilidades para todos, mas também olhar para nós. Até que ponto a gente está levando com seriedade tudo isso? Eu acho que agora, com essa situação, Senador Jayme, abriu-se um portal para a gente ver a real dimensão do que estamos enfrentando, do que poderemos enfrentar, e esta Casa tem que reagir.

Ano que vem eu não serei mais a Presidente da Comissão, mas estarei aqui, com certeza, defendendo a pauta, porque cada vez mais é uma pauta que é importante, não só pela sobrevivência das futuras gerações, mas é uma pauta econômica, é uma pauta social. Tudo aqui... A questão do meio ambiente reflete em tudo. Então, é uma reflexão nossa, para quando nós formos elaborar o nosso Orçamento.

É como o senhor falou agora: "Olha, eu já estou aqui separando...". Que cada um se preocupe mesmo com a realidade dos seus estados, porque aí vai estar ajudando o país. Entendeu?

Então, parabenizo o senhor por essa provocação e dizer da minha frustração, enquanto Presidente desta Comissão. Inclusive, os R$100 mil destinei para o Rio Grande do Sul. Eu fui uma das poucas Comissões aqui da Casa – claro que com a anuência dos colegas – a destinar os R$100 mil que nos destinaram para esta Comissão. Então, fica essa provocação.

Quero agradecer ao senhor por ter levantado esse tema.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Senadora Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – A senhora tocou no ponto certo, a senhora e o Senador Jayme: não tem combate ao fogo sem dinheiro, não tem.

Ontem o Presidente Lula... Eu até preciso ... Eu sou crítica quando tem que ser crítica, mas eu também reconheço, sou justa. Ele está no Amazonas e preocupado. Ele fez uma fala ontem, eu acho que ele disse mais ou menos que nós estamos numa pandemia de fogo. A gente vai ter que reconhecer isso.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – O Flávio Dino.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu acho que foi o Flávio Dino.

Então, se já há um reconhecimento, nós vamos ter que parar tudo, e a gente vai ter que descer de mutirão lá para a Comissão de Orçamento, Leila. E você pode chamar. Eu acho que nessa empreitada todos estamos juntos com você. A gente precisa de ir para lá e discutir.

Há um reconhecimento de que a situação é grave. Algumas excepcionalidades terão que ser colocadas. Por exemplo, eu poderei, como Senadora daqui do DF, colaborar com o Pantanal, com essas decisões agora de a gente poder indicar emenda para o lugar que está mais afetado?

Então, eu acho que a gente já pode, Leila, agora, antes da discussão da LOA, já começar a estabelecer qual vai ser o nosso mutirão dentro do Orçamento, porque realmente foi muito feio, muito ruim, a gente ter um orçamento pequeno na Comissão. E a gente ver, com todo o respeito às outras áreas, com todo o respeito, todo mundo tem planejamento, mas eu acho que agora há um reconhecimento de que nós vamos ter que priorizar dinheiro, de que nós vamos ter que fortalecer as instituições governamentais nesse período, de que nós vamos ter que ter orçamentos extras. Não tem como discutir, Leila. Então, assim, conte com a gente, a gente se une com você. E vamos correr para a Comissão de Orçamento, vamos correr, sim!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Senadora Rosana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Damares.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Só reforçando a fala do Senador Jayme e da Damares, realmente, precisa-se de recursos, e nós sabíamos, estava prevista esta seca. Quando nós colocamos a preocupação com a audiência da Ministra, ela teve um corte de 700 milhões! Gente, é muito dinheiro que foi cortado do meio ambiente, sabendo-se que tinha essa previsibilidade de seca.

E a seca é consequência do quê? Não é só tacar fogo, é uma bituca, é a própria lata, porque hoje, com o aquecimento – os raios solares estão tão fortes, Leila –, muitas vezes uma latinha jogada, uma garrafinha...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Incendeia.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Incendeia e não se controla. Como o Senador mesmo falou, não se controla! A partir do momento em que pega fogo no mato, precisa-se de avião, não tem acessibilidade, como colocar essas pessoas lá. Não tem como, Damares! É um mato... Ele vem, vem de longe e não tem como conter. Ou o Governo investe em aeronaves maiores e se planeja justamente com o Exército, que é o único que tem a aeronave maior... E também, Leila, a gente deixa que poderia ter sido feito. Faz tempo. Faz quantos meses já que está tendo incêndio?

Poderiam ser convocadas também todas as aeronaves – hoje os produtores têm as aeronaves de defensivos que usam –, para fazer uma força-tarefa, convocar: "Olha, aquela região está pegando fogo, vamos lá", ter essa organização para todo mundo se ajudar, porque hoje o produtor está numa situação em que um está ajudando o outro. É o maquinário... Quando está pegando fogo na tua fazenda, vão os maquinários, todo mundo vai – é trator de esteira, é pá carregadeira – para tentar conter, ajudar. Está tendo esses mutirões, mas tem que ser em um nível maior. A gente tem que ter investimento sério e levar a sério, porque o que a gente percebe? Estava previsto e não foi levado a sério: "Ah, queimada! Ah, queimada!". Precisamos chegar ao caos, e muito vai se pagar por isso, principalmente o meio ambiente, que está pagando caro por isso, principalmente os animais, principalmente os animais, que vão se perder e estão se perdendo, é um absurdo a quantidade de animais – várias espécies serão até extintas! –, para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente acordasse, para realmente acordarmos. Não adianta só o Governo ficar falando, tem que agir de forma efetiva.

E esse mutirão, essa forma, seguindo realmente a ideia do Senador Jayme, justamente, de todos realmente ajudarem no orçamento das suas cidades. Eu acho que tem que ser divulgado isso, tem que se propagar para que todos possam colaborar. Cobrar do Governo mais ações, recursos que sejam colocados, porque já está previsto que não é só este ano, no ano que vem vai ter o mesmo problema.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu queria fazer um aparte só, permita-me, Presidente, rapidinho.

Eu quero ser porta-voz. Eu sou membro titular da Comissão de Orçamento da União e sou Vice-Presidente da CMO também...

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ótimo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Sou Vice-Presidente da Comissão de Orçamento, sou membro titular e sou Relator setorial.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ótimo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – E me proponho a me colocar à disposição da Comissão de Meio Ambiente, para ser porta-voz junto ao Presidente da nossa Comissão e, sobretudo, aos membros que compõem a Comissão de Orçamento da União.

Então, eu acho que, na qualidade de Vice-Presidente, sempre estou presidindo, eu gostaria imensamente que V. Exa. – em última hipótese, claro, como Presidente –, que a senhora mesmo pudesse ir lá, em nome do meio ambiente, como Presidente da Comissão aqui do Senado, e fazer até uma pequena fala lá, para tentarmos sensibilizar todos os membros daquela Comissão, para que possam colocar mais recursos. Então, como Vice-Presidente da Comissão de Orçamento e, claro, Relator também, que eu sou lá da Comissão de Ciência e Tecnologia, eu me coloco à disposição de V. Exa.

Obrigado pela palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Só finalizando. Só que, Senador, a gente sabe da importância e desse esforço, que eu acredito que vai acontecer. Aí, com certeza, vai vir de vários colegas: "Você quer que eu coloque o meu orçamento, quando o próprio Governo cortou orçamento do meu ambiente?".

Então, eu acho que tem que ter esse esclarecimento, tem que ter essa cobrança realmente ao Governo, para que realmente coloque recursos no meio ambiente, porque a gente sabe que há bastantes pastas, é extenso, é muito trabalho, mas, relacionado ao combate ao fogo... Até agora, a gente sabe que aumentou, porque a própria Ministra nos deu esses dados, mas a gente viu que não é suficiente. Precisa, e não é só na hora de apagar incêndio: é a prevenção, comprando equipamentos, caminhões e, principalmente, aeronaves que possam combater o fogo.

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senadora Rosana.

Eu quero dizer para a senhora que eu acredito sinceramente que foi uma lição aprendida para todos – eu acho que não escapa ninguém, ninguém, diante desse cenário – e dizer ao Senador Jayme que estrategicamente eu também entrei na CMO neste ano, justamente pensando nessa pauta. Eu sou titular da CMO. Já pensando nessa pauta, eu falei: "Não, está na hora de entrar na CMO, para fazer essa defesa".

É isso. Estamos juntos, obrigada, mas não num papel tão relevante como o do senhor, que é o Vice-Presidente. É isso. Estaremos juntos lá.

Obrigada pela fala dos três, pela participação. É muito bom tê-los aqui conosco.

Vamos abrir o painel? O painel já está aberto? O painel?

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – SIM, 11; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quórum de 12.

Então, está aprovado o... Perdão, é porque eu me perdi aqui.

Está aprovado o Projeto de Lei nº 4.258, de 2021.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Agora nós vamos para o item 4, requerimento do Senador Jorge Kajuru: Requerimento nº 44, de 2024, que eu vou subscrever.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 44, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 76, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação da Subcomissão Temporária para Discutir e Analisar o Mercado de Ativos Ambientais Brasileiros por 60 (sessenta) dias.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

A votação será simbólica, é apenas a extensão de mais 60 dias da Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

Temos o item 6, que é extrapauta.

O Senador Bene Camacho está conosco aqui na Comissão e me fez um pedido muito especial, porque vai ter um evento na próxima semana, a reunião de jovens indígenas, aqui em Brasília. E aí o requerimento...

(*Interrupção do som.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – E eu vou subscrever, porque eu achei importante. A urgência... Geralmente a gente não coloca nenhum item extrapauta sem a aprovação dos colegas aqui, mas eu achei interessante, porque...

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 46, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater uma demanda antiga do movimento indígena (CONEEI realizada em novembro de 2009), ou seja, a criação de uma instituição do ensino superior - Universidade dos Povos Indígenas - e sua importância para a preservação do meio ambiente, com os convidados que apresenta.

Autoria: Senador Bene Camacho (PSD/MA)

Inclusive, a gente vai deixar em aberto, caso os colegas queiram acrescentar a essa audiência mais algum convidado.

Entendendo a relevância, porque vai ter esse encontro do movimento na próxima semana, aqui em Brasília, eu antecipei esse extrapauta, a pedido do Bene Camacho, e a audiência pública será no próximo dia 18. Vamos ter duas partes, a sessão deliberativa e a audiência pública, porque nós contaremos com a presença dos jovens indígenas aqui nessa audiência pública, para tratar dessa Universidade dos Povos Indígenas, Senadora Damares.

Então, eu vou colocar em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Bene Camacho, subscrito por mim.

E, na semana que vem, teremos essa audiência pública e também a primeira parte, a sessão deliberativa de alguns projetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a presença de todos que estiveram comigo, com todos nós, nesta manhã, aqui, em especial os três Senadores – Senadora Damares, Senador Jayme Campos, Rosana e Senador Fabiano Contarato, que foi o nosso Relator *ad hoc* –, agradecendo também a todos que estiveram conosco presencialmente e pelas redes sociais.

E, nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada.

Boa quarta!

(*Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e oito minutos do dia dois de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Sérgio Petecão e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, André Amaral, Weverton, Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Omar Aziz, Rogério Carvalho e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5448, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para acrescer dispositivo regulando a prisão especial dos profissionais de segurança pública." **Autoria:** Senador Major Olimpio (PSL/SP). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos da emenda (substitutivo) que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CSP (substitutivo). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5391, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, para incluir em estabelecimentos penais federais de segurança máxima o preso, provisório ou condenado, pela prática do crime de homicídio qualificado previsto no inciso VII do § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a aplicação do regime disciplinar diferenciado, na forma que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 476, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para agravar a pena quando o crime é cometido durante saída temporária, liberdade condicional ou prisão domiciliar ou em situação de evadido do sistema prisional." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1-CSP e 2-CSP. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1299, de 2024 - Não Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dificultar a progressão de regime de cumprimento da pena nos casos em que o preso tenha sido condenado por crime praticado com emprego de violência contra crianças." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 35, de 2024** que: "Requer que seja incluído o Senhor Willy Hauffe Neto, Presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais, como convidado em audiência pública, para debater sobre o cumprimento da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, para fins de avaliação dessa política pública, no âmbito deste Colegiado, a ser realizada no curso de 2024." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Aprovação da ata, quórum de dez Senadores.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 20ª Reunião, realizada no dia 18 de junho.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O objetivo da nossa reunião.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa. (*Pausa.*)

Vamos à pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5391, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, para incluir em estabelecimentos penais federais de segurança máxima o preso, provisório ou condenado, pela prática do crime de homicídio qualificado previsto no inciso VII do § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a aplicação do regime disciplinar diferenciado, na forma que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ.

Passo a palavra ao nobre Senador Flávio Bolsonaro, para a leitura do seu relatório.

Flávio Bolsonaro, seu relatório.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Bom dia! Bom dia, Presidente! Bom dia a todos na Comissão e aos que nos assistem!

Tomo a liberdade de passar direto à análise, Presidente.

Destaco, inicialmente, que compete a esta Comissão de Segurança Pública, nos termos da alínea "j", do art. 104-F, do Regimento Interno do Senado Federal, tratar das políticas de valorização, capacitação e proteção das forças de segurança.

É nesse contexto que analiso o PL nº 5.391, de 2020, já aprovado pela Câmara dos Deputados.

O inciso VII, do §2º, do art. 121 do Código Penal trata do homicídio qualificado por ter sido praticado contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição.

A remissão aos artigos da Constituição Federal indicados explicita a incidência da qualificadora quando o homicídio for praticado contra autoridade ou agente das Forças Armadas, ou seja, da Marinha, Exército ou Aeronáutica (art. 142), bem como dos órgãos de segurança pública propriamente ditos, a saber: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis dos Estados e do Distrito Federal, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal e Polícias Penais Federal, estaduais e distrital (art. 144).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É discutível, no entanto, a aplicação da qualificadora em comento aos casos envolvendo guardas municipais ou agentes de trânsito (§§8º e 10 do art. 144 da Constituição Federal).

A inspiração do PL nº 5.391, de 2020, é a melhor possível: reforçar a proteção dos militares e policiais ao estabelecer que o preso provisório ou o condenado pela prática do crime tipificado no inciso VII do §2º do art. 121 do Código Penal será preferencialmente recolhido em presídio federal.

Temos que essa providência se justifica porque a prática desse tipo penal específico revela intensa ousadia do criminoso e a sua segregação em estabelecimento penal de segurança máxima irá ainda proteger os demais agentes públicos e, em especial, também os familiares do falecido.

A proposição em análise propõe, ainda, alterações à Lei de Execução Penal para aperfeiçoar o instituto do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). A inclusão nesse regime é uma especial sanção disciplinar nos termos do art. 53, inciso V, da Lei nº 7.210, de 1984.

Para além de ser aplicável ao homicídio contra militares e agentes da segurança pública, o PL propõe a inclusão no RDD dos presos que tenham reiterado na prática de crimes cometidos com violência à pessoa ou grave ameaça, hediondos ou equiparados. A reiteração delitiva para tal fim será reconhecida a partir da segunda condenação, não se exigindo o trânsito em julgado para tanto.

É explicitado, ainda, que durante a submissão do preso ao RDD não poderá ser concedida progressão de regime ou livramento condicional, bem como a possibilidade da decisão judicial pela inclusão do preso em regime disciplinar diferenciado se dará em caráter liminar, mantida a necessidade de manifestação do Ministério Público e da defesa, mesmo que diferida.

Como se vê, também são medidas meritórias e que aperfeiçoarão o importante instituto do RDD, que em muito tem contribuído para a diminuição dos motins e rebeliões em nosso sistema prisional.

Como singela contribuição, propomos apenas a aprovação de uma emenda de redação para substituir o emprego da expressão "presídio federal" por "estabelecimento penal federal"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no novo §6º do art. 3º da Lei 11.671, de 2008, porque esse é o termo técnico correto e já empregado na legislação.

Voto.

Com essas considerações, somos pela aprovação do Projeto de Lei 5.391, de 2020, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CSP
> Substitua-se no §6º, do art. 3º, da Lei nº 11.671, de 2008, de que trata o art. 2º do Projeto de Lei nº 5.391, de 2020, o emprego da expressão "presídio federal" por "estabelecimento penal federal".

É o parecer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Flávio, só para eu entender melhor o projeto, o senhor poderia dizer, sem ler, com o seu conhecimento, qual é o objetivo do projeto?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Presidente, ele está colocando aqui que cumpram a pena em regime disciplinar diferenciado aqueles criminosos que atentem contra as vidas de policiais ou profissionais de segurança pública ou militares, incluindo seus parentes. É basicamente isto: é criar mais uma camada de proteção para que aquelas pessoas que tentem cometer crime contra esse segmento saibam que vão estar em um regime diferenciado de cumprimento de pena. É basicamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Obrigado, Flávio.

Em discussão.

Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, o projeto é meritório; e o relatório, muito bem-feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.179980/2024-20-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só fico preocupado com algumas questões, porque tem aquela história de que o diabo mora nos detalhes. E eu até peço desculpa ao Senador Flávio aqui, porque eu não consegui ver antes, Senador, esse projeto. Mas, por exemplo, no §7º: "Na hipótese prevista no §6º deste artigo, as audiências realizar-se-ão, sempre que possível, por meio de videoconferência". Concordo plenamente com isso. O risco é um dispositivo desse ser lido "somente nas hipóteses desse parágrafo", enquanto, em regra, as audiências nos presídios federais já são feitas por videoconferência.

Então, eu ia pedir, com todo o respeito aqui ao nosso querido Senador... Eu concordo com o mérito. Eu acho que o atentado a um agente de segurança revela uma periculosidade, e a destinação mais oportuna para um preso de elevada periculosidade é o presídio federal, mas eu tomo a liberdade só de pedir vista para verificar essas questões meramente de detalhes, para evitar um resultado, às vezes, que não é conveniente em relação à interpretação.

Então, é isso. Mas com o mérito eu concordo. Só acho que talvez sejam necessários alguns ajustes pontuais. (*Pausa.*)

Vista coletiva, tá?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k.

Esta Presidência acata o pedido de vista. O Senador Moro vai fazer aí os devidos ajustes, e, na próxima reunião, já votamos. (*Pausa.*)

Senador Marcos Pontes, aqui nós tínhamos feito uma inversão, enquanto V. Exa. chegava. O seu era o primeiro, o item 1, mas já está resolvido.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5448, DE 2020

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para acrescer dispositivo regulando a prisão especial dos profissionais de segurança pública.

Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

1. Em 24/06/2024, foi recebido novo relatório do Senador Astronauta Marcos Pontes;

2. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao nobre Senador Marcos Pontes, para a leitura do seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Presidente, antes de mais nada, eu me sinto muito honrado em poder relatar essa matéria, do nosso saudoso Major Olimpio.

Se me permite, eu vou direto à análise.

Preliminarmente, sob o aspecto regimental, registramos que a análise da constitucionalidade da proposição, bem como de critérios próprios do processo penal, será feita posteriormente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a esta Comissão de Segurança Pública a análise do projeto de lei no contexto da segurança pública e, notadamente, também das políticas de valorização, capacitação e proteção das forças de segurança, nos termos do art. 104-F, I, "a" e "j", do Regimento Interno do Senado Federal.

A nosso ver, o PL nº 5.448, de 2020, por regulamentar a prisão especial dos profissionais de segurança pública, trata sobre esses temas.

No mérito, entendemos que o PL é conveniente e oportuno.

De fato, conforme bem salientado pela justificação do projeto de lei, não se pode permitir que profissionais de segurança pública, ao praticarem infrações penais, sejam recolhidos em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

celas juntamente com outros presos comuns, uma vez que, certamente, tendo em vista a função por eles exercida, serão objeto de represálias por parte dos demais reclusos.

Assim, no caso de prisão antes do trânsito em julgado da sentença, por motivo de decretação de medida cautelar (prisão em flagrante, temporária ou preventiva), ou mesmo de sentença condenatória recorrível ou de decisão de pronúncia no Tribunal do Júri, deve-se garantir o recolhimento de tais profissionais em dependência ou local distinto dos demais presos.

Após o trânsito em julgado da condenação, deve também ser garantido a esses profissionais o recolhimento em dependência ou local isolado dos demais presos, mas, por óbvio, estarão sujeitos ao mesmo sistema disciplinar e penitenciário.

Por oportuno, é importante salientar que tais medidas não representam a implementação de qualquer regalia a funcionários públicos da área de segurança pública, mas sim de garantia destinada a proteger a incolumidade física dessas pessoas, em razão da específica função que exerceram no âmbito da segurança pública.

Inclusive, cabe salientar que, recentemente, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional o direito à prisão especial para pessoas com diploma de nível superior, por não haver respaldo ao tratamento diferenciado com base somente na distinção de instrução acadêmica. No julgamento, o relator do caso, o Ministro Alexandre de Moraes, entendeu que tal direito é justificável apenas em hipóteses excepcionais, como é o caso da necessidade de se proteger alguns indivíduos frente a algum risco maior a que possam ser submetidos, em virtude do exercício de determinadas funções públicas.

Atualmente, o art. 295 do Código de Processo Penal regula a prisão especial. No âmbito da segurança pública, tal dispositivo somente confere a garantia de recolhimento em quartel ou prisão especial para oficiais das Forças Armadas e dos órgãos militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios – inciso V –, bem como para delegados de polícias e guardas civis dos estados e territórios, sejam eles ativos ou inativos – inciso XI.

No nosso entendimento, nos termos do PL nº 5.448, de 2020, é importante que a prisão especial seja conferida a todo e qualquer profissional da segurança pública, uma vez que todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles exercem funções em razão das quais podem sofrer represálias dos demais presos. O mesmo entendimento é válido para a prisão após a condenação transitada em julgado, uma vez que o risco para esses profissionais permanece, devendo ser separados dos demais reclusos no estabelecimento penitenciário.

Não obstante essas considerações, entendemos que o PL deve ser aperfeiçoado. Para tanto, por meio do substitutivo apresentado ao final, propomos as seguintes alterações na redação do PL: i) criação de uma Seção III no Capítulo VII da Lei do Susp, com o art. 42-F, uma vez que o art. 42-A, constante do art. 2º do PL, já foi incluído no referido diploma legal pela Lei nº 14.531, de 2023; ii) inclusão da prisão temporária e da decorrente de sentença condenatória recorrível, uma vez que constituem mais duas hipóteses de prisão antes do trânsito em julgado que não estão previstas no PL; iii) a previsão de que a prisão especial constituirá no recolhimento do profissional de segurança pública em quartel ou estabelecimento próprio do órgão em que exerça as suas funções, ou ainda, na falta destes, em cela ou local distinto dos demais presos em estabelecimento penal comum; iv) ampliação do direito para todo e qualquer profissional de segurança pública, seja ele ativo ou inativo; v) exclusão da previsão constante do §2º do art. 42-A, do art. 2º do PL, uma vez que a demissão ou expulsão, por serem medidas administrativas, não causam necessariamente a prisão penal do funcionário de segurança pública; vi) a exclusão da possibilidade de cumprimento de pena, por sentença condenatória transitada em julgado, em estabelecimento prisional do órgão a que pertence o funcionário de segurança pública, uma vez que a pena deve ser cumprida em estabelecimento penal próprio; vii) inclusão da vedação do transporte conjunto de preso comum e preso especial, que é uma previsão que já consta no §4º do art. 295 do CPP.

Voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.448, de 2020, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº – CSP (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI Nº 5.448, de 2020

Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para disciplinar a prisão especial dos profissionais de segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para disciplinar a prisão especial dos profissionais de segurança pública.

Art. 2º O Capítulo VII da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, passa a viger acrescido da seguinte Seção III e art. 42-F:

"Seção III

Da Prisão Especial dos Profissionais de Segurança Pública

Art. 42-F. O profissional de segurança pública que for preso preventivamente, em flagrante, por prisão temporária ou, ainda, em virtude de decisão de pronúncia ou de sentença condenatória recorrível, seja ele ativo ou inativo, terá direito a prisão especial, até o trânsito em julgado da sentença.

§ 1º A prisão especial, nos termos do *caput* deste artigo, constituirá no recolhimento do profissional de segurança pública em quartel ou estabelecimento próprio do órgão em que exerça as suas funções, ou ainda, na falta destes, em cela, dependência ou outro local distinto dos demais presos em estabelecimento penal comum.

§ 2º Transitada em julgado a sentença condenatória, o profissional de segurança pública será encaminhado ao estabelecimento penal respectivo, devendo cumprir a pena em cela, dependência ou outro local isolado dos demais presos, mas sujeito ao mesmo regime disciplinar e penitenciário.

§ 3º O preso especial, nos termos do *caput* deste artigo, não será transportado juntamente com o preso comum."

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Este é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... o parecer que acaba de ser lido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela ordem aqui, a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Eu quero cumprimentar o Senador Marcos Pontes pelo voto. Eu acho que ele vem num momento bem especial para a gente discutir essa situação, Senador.

Semana passada eu estive na Papuda para visitar um herói – um herói –, que é o Silvinei Vasques, o nosso ex-Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal. Ele está recolhido há 11 meses sem sentença condenatória, sem inquérito concluído e apenas por um indício: dois ônibus lá na Bahia foram parados no dia da eleição, o que atrasou a eleição das pessoas que estavam dentro do ônibus. Ninguém deixou de votar. E eu fui ao presídio visitá-lo.

Silvinei está em Brasília, numa ala para ex-policiais condenados, longe da família, não tem um parente em Brasília, sem receber visita da família, doente, com problemas gravíssimos de saúde – inclusive, eu me assustei em ver o estado físico do Silvinei. E, quando eu estava conversando com ele, eu e o Senador Izalci, Izalci pediu para a gente ver a cela. Silvinei divide a cela com dois condenados perigosos. E ele também tem a hora do sol, banho de sol, com mais 75.

E quando eu cheguei lá, Senador Petecão, eu vi – e foi muito ruim, eu não queria ter visto – o assassino de Marielle.

Então, eu tenho um ex-Diretor da PRF que, em 2021, bateu o recorde mundial – não foi nem nacional, nacional é pouco para Silvinei; para o nível daquele profissional, nacional é pouco, ele bateu o recorde mundial – de apreensão de drogas. Aí eu tenho um recordista mundial de apreensão de drogas trancado por uma suspeita de dois ônibus que atrasaram a votação; um ex-policial do nível dele, nível *top*, que fez uma revolução na PRF, com 75 condenados, alguns por crimes bem bárbaros.

E aí vem o Senador hoje, apresenta esse voto, para o agente de segurança ficar num órgão ligado à sua ação, à função que desenvolve. Se esse projeto tivesse sido aprovado, Senador, antes, o Silvinei não estaria lá com tantos bandidos. Foi horrível ver aquilo, foi horrível. Um homem que salvou tantas crianças no Brasil, tantas operações contra pedofilia, lá preso com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedófilos, lá preso com pessoas envolvidas com o tráfico. E no Complexo da Papuda, em que a gente sabe que tem preso de segurança máxima.

Então, parabéns, Senador Marcos Pontes, por esse voto! Eu acho que hoje mais dois Senadores vão lá. Ontem dois estiveram, o Girão e o Jaime, hoje vão mais dois, mas acho que esse projeto é muito oportuno e eu trago este exemplo para especificar a necessidade de a gente aprovar esse projeto urgentemente, e, se possível, levar lá para cima. Porque nós temos muitos agentes de segurança que, às vezes, são recolhidos, às vezes é um erro judicial ou ainda está em processo de investigação; estão sendo recolhidos lá e ficando numa vala comum.

Parabéns, Senador Marcos Pontes, pelo voto!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Quero também elogiar o projeto aqui, a relatoria do Senador Astronauta Marcos Pontes. Acho que o relatório até deixou mais sucinto, mais enxuto o projeto.

Só faço uma observação aqui, que é a seguinte. Esse negócio da prisão especial é algo que gera muita polêmica, porque muitas vezes se vê como um privilégio. Houve, lá atrás, uma polêmica grande quando foi a prisão daquele juiz, o Nicolau dos Santos...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... o Lalau, vulgo Lalau, e aquilo trouxe muita revolta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E, na esteira daqueles acontecimentos, houve uma racionalização da prisão especial no CPP pela Lei 10.258, de 2001, no art. 295. Basicamente, o que a lei... a prisão especial do CPP estabelece é que: "§ 1º A prisão especial [...] consiste exclusivamente no recolhimento em local distinto da prisão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comum. § 2º Não havendo estabelecimento específico para o preso especial, este será recolhido em cela distinta do mesmo estabelecimento".

Então, a gente só tem que tomar cuidado para não criar um regime fora desse tratamento geral do CPP. Por mais que a gente entenda necessária a proteção dos profissionais de segurança pública, temos que tomar cuidado para não quebrar essa racionalidade.

Dado aqui até o comentário da nossa querida Senadora Damares, eu até votaria a favor desse projeto, observando que ele não é terminativo, mas eu rogaria ao Relator, na fase seguinte da CCJ, que eventualmente nós deixássemos claro que não se trata aqui de uma revogação para esses profissionais ou um tratamento específico em relação ao art. 295 do CPP, porque isso já foi objeto de uma gigantesca polêmica lá atrás, e aí se tentou racionalizar. E aí tem que tomar cuidado para não gerar o preso especialíssimo, entendeu? Tem o preso comum, o preso com direito à prisão especial e o preso especialíssimo. Hoje, já se faz assim normalmente. O recolhimento dos profissionais de segurança pública é em quartel, mas, quando não há estabelecimento, aí o projeto é até sábio nesse ponto, é apenas a cela em local distinto dos demais presos, em estabelecimento penal comum.

Porque, na prática, eu também vejo isso, Senador Marcos Pontes: às vezes a gente tinha alguns presos que eram recolhidos nesse quartel – e nem estou falando de profissionais de segurança pública –, mas às vezes eram presos, vamos dizer, especiais e faziam o inferno lá da vida dos profissionais dos quartéis que tinham que virar babá de, às vezes, até autoridades que não tinham nada a ver com a segurança pública, mas que, por uma interpretação à época, ficavam recolhidos em quartéis, atrapalhando o trabalho cotidiano dos quartéis, porque eles têm as outras tarefas para fazer. Não foi por acaso que teve um movimento importante no país para esvaziar as delegacias de polícia, para esvaziar as carceragens das delegacias de polícia. Por quê? Porque o delegado, o agente da polícia civil virava carcereiro, com prejuízo das suas atribuições de investigação. Então, às vezes, é bom para quem está preso ficar no quartel, mas para o pessoal que é responsável pela guarda em cima daquele preso, isso acaba sendo um grande, muitas vezes, desafio.

Então, quem sabe, como eu vi que vai à CCJ, pudéssemos discutir um eventual ajuste para deixar claro que isso não está excluindo a regra do 295, para não criar o preso especialíssimo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por mais que seja forçoso reconhecer que o profissional de segurança pública não pode ficar recolhido junto com o preso comum, não porque é um privilégio, mas porque existe uma questão da segurança física deles, que não pode ficar comprometida.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Jorge Seif; em seguida, Flávio Bolsonaro.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, muito bom dia.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Bom dia.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Quero parabenizar o Senador Astronauta Marcos Pontes pelo relatório.

Sr. Presidente, veja, nós, há pouco, talvez menos de um mês, aprovamos locais especiais para pessoas trans, *gays*, etc., porque elas sofriam muita violência na cadeia. Então, eu faço a seguinte comparação, não tem pessoas mais ou menos especiais. Agora, se nós estamos fazendo uma proteção para pessoas que sofrem violência por sua opção sexual, quanto mais para um profissional de segurança pública. O senhor imagine esse cara que perseguiu traficantes, prendeu pedófilos, elucidou assassinatos, efetuou prisões, desmantelou quadrilhas e que, depois, por algum erro de conduta, ou por uma interpretação do Judiciário, ou por um acidente de trabalho, vai preso e fica à mercê daqueles que ele, no passado, perseguiu e prendeu. É inacreditável!

Então, eu acho que esse projeto, de autoria do Senador Major Olimpio – que Deus o tenha! – e agora com a relatoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, é meritório. Ele faz justiça com os profissionais de segurança pública do nosso país e, mais uma vez, comparo: se pessoas que têm opções sexuais diferentes, gêneros diferentes, hoje, têm uma proteção do Estado em ser mantidos em celas separadas dos demais, quanto mais um profissional de segurança pública.

E outra coisa, Sr. Presidente, o que aconteceu com Anderson Torres e o que aconteceu com Silvinei Vasques não é nada mais, nada menos que perseguição, perseguição a dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grandes homens públicos que desempenharam suas funções com louvor, com recorde de apreensão de drogas, com recorde de desmantelamento de quadrilhas, com recorde de elucidação de pedofilia! Eles fizeram um grande trabalho no Brasil; são vítimas de perseguição.

E lhe falo mais, palavras do Ministro Alexandre de Moraes: na história do Brasil, na história recente das votações, das eleições, não houve votação maior no segundo turno que no primeiro turno, como houve em 2022. O que eu estou falando? Houve mais votos, mais votantes no segundo turno de 2022 do que no primeiro turno, o que é um recorde nas eleições brasileiras. Então, qual é a acusação que pesa sobre Silvinei Vasques? Que ele impediu pessoas de votarem no Lula, no Nordeste? O cara estava... deu ordem para... Nós sabemos que, no dia da eleição, existe grande compra de votos, transporte de dinheiro para compra de votos, e ele fez fiscalizações em ônibus sem placa, precários, sem cinto de segurança – confusão –, caindo aos pedaços, pneu careca. Ele estava fazendo o trabalho dele, protegendo a sociedade de um transporte muitas vezes ilegal, um transporte irregular e de transporte de dinheiro para compra de votos. Aí, pegam o cara nessa suposição de que ele estava impedindo pessoas de votar no Lula. Que absurdo! Tem que ser feita justiça com esse rapaz, que fez um grande trabalho pelo Brasil. É vergonhoso, Sr. Presidente, um homem como Silvinei Vasques, que foi Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, gloriosa Polícia Rodoviária Federal, estar sendo lá... Agora está passando por problema de saúde e pode ser assassinado a qualquer momento, porque ele fez um grande trabalho pela segurança pública do Brasil e por suposto impedimento de gente votar em Lula.

Já acabou a eleição. Tem que avisar a esse Governo que acabou a eleição! Esqueça Bolsonaro, esqueça Silvinei Vasques, esqueça Anderson Torres, esqueça Damares Alves! Olhe para frente, vá trabalhar! O dólar já está quase seis contos. Irresponsáveis! Ninguém confia no Brasil. O povo está tirando dinheiro do Brasil, Petecão. Os investidores externos tirando dinheiro do Brasil: insegurança, instabilidade, desconfiança. E eles perseguindo um homem como Silvinei Vasques, como Anderson Torres e como tantos membros do Governo do Presidente Bolsonaro que só honraram essa nação? Então, que o Lula olhe para frente! Todo o discurso dele fala de Bolsonaro.

Então, não adianta falar, não adianta argumento. É conversa fiada. É perseguição contra Silvinei Vasques. Esperamos que a Justiça tome juízo e tire esse rapaz da prisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Com a palavra, o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Presidente, também aqui, em primeiro lugar, a minha total solidariedade a esse brilhante profissional, que é o Silvinei Vasques, uma pessoa exemplar, combatente, de boa índole, disciplinado. Nada, nada, absolutamente nada a falar contra a carreira de Silvinei Vasques. O que ele está sofrendo, sem dúvida alguma, é uma tortura física e psicológica, uma espécie de vingança – uma vingança –, não tem outro nome para usar com relação ao que estão fazendo com o Silvinei Vasques, porque não tem amparo legal nenhum essa pessoa ainda estar presa.

E eu quero aqui de público, Presidente – acabei de responder aqui no grupo aos Senadores de oposição que estão aqui –, dizer que eu pedi para visitá-lo também nesse próximo grupo de três Senadores que irão fazer essa visita a ele, esperando que haja o deferimento, Sr. Presidente. Estamos num momento em que é preciso um Senador pedir para o Ministro do Supremo permissão para visitar alguém que está preso. É, assim, se rebaixar ao máximo, mas é a regra vigente atualmente.

Da outra vez que eu também me solidarizei e me voluntariei para visitar outros perseguidos políticos, me foi indeferido pelo Ministro Alexandre de Moraes sob a alegação de que eu estaria sendo investigado. Como eu não sei até hoje se eu sou investigado ou se não sou, estou requerendo mais uma vez, solicitando mais uma vez que haja essa permissão magnânima para que eu possa lá também prestar apenas a minha solidariedade a esse perseguido político, que é o Silvinei Vasques.

Com relação ao projeto, parabenizando aqui o autor Major Olimpio e o Relator Astronauta Marcos Pontes, eu acho que esse é um segmento, dos profissionais de segurança pública, para o qual nós temos, como legisladores, a obrigação de estipular um tratamento diferenciado, sim, de proteção às suas vidas. Para qualquer cidadão brasileiro, há a necessidade de quem acusa provar a culpa daquele suposto criminoso, e, no caso dos profissionais de segurança pública, em especial dos militares, é o contrário: o policial militar e o bombeiro militar têm que provar que são inocentes, às vezes têm que provar algo que não fizeram, o que é muito difícil – provar-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algo que não se fez. Mas é assim que funciona na regra: ele fica preso enquanto ele não conseguir provar a sua inocência, enquanto que, de qualquer outro suspeito, de qualquer outro cidadão suspeito de ter cometido um crime, de qualquer suposto criminoso, cabe ao Ministério Público, cabe a quem acusa provar a culpa.

Eu presenciei por quatro mandatos, enquanto Deputado estadual no Rio de Janeiro, como funciona dentro da polícia militar e do corpo de bombeiro militar. É exatamente assim: prende-se para dar uma suposta satisfação à sociedade, em especial quando aquele fato que está sendo apurado tem repercussão midiática, para depois ver o que é que se faz. O que é muito ruim, Presidente, porque mais de 70% dos militares que são presos acabam voltando para os quartéis, porque a própria Justiça reconhece que não há nenhuma relação daquele profissional com aquele suposto crime. E como é que volta um policial militar, por exemplo, a trabalhar num quartel, depois de ter sido preso – acreditando que estava cumprindo a sua missão, acreditando que estava ali exercendo a sua atividade-fim, de combater o crime, de prender um criminoso, de evitar, prevenir um determinado crime – e acabar sentando no banco dos réus, indo para trás das grades e tendo que provar sua inocência, depois de ficar meses, às vezes anos, preso preventivamente? Ele é absolvido, mas volta para os quarteis sem nenhuma motivação.

Até o trabalho dentro dessas unidades militares é feito dando um tratamento a esse profissional, Senador Marcos Pontes, como se ele fosse um militar da ativa ainda, cultivando ali os princípios de disciplina, hierarquia, condicionamento físico, condicionamento psicológico, porque, a qualquer momento, ele pode sair daquela prisão preventiva e voltar a trabalhar normalmente no seu batalhão.

E como volta a cabeça desse profissional, se ele não tiver um tratamento diferenciado, especializado? Ele volta completamente destruído, sem nenhuma motivação, com aquele pensamento que contamina, infelizmente, grande parte dos servidores da segurança pública hoje em dia de que não vale a pena – "não vale a pena colocar a minha vida em risco, não vale a pena colocar a minha liberdade em risco pelo meu trabalho" –, porque só erra quem trabalha. Aqueles que estão nas ruas trabalhando são mais suscetíveis a erros. Aqueles que estão em gabinetes, nos ares condicionados não estão suscetíveis a esse tipo de situação, porque não estão na ponta da linha, tendo que tomar uma decisão em fração de segundos, que pode custar a sua vida; uma decisão, às vezes, errada. No calor daquela emoção, tem que ser levado em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consideração o contexto em que acontece determinado suposto crime, na hora de prender um policial, na hora de prender um bombeiro. Então, vem em muito boa hora esse projeto de lei.

Vamos, Senador Marcos Pontes, buscar acelerar esse projeto também lá na CCJ, para que essa lei possa entrar em vigor o quanto antes. Aqui não há privilégio nenhum, é uma questão de justiça e de tentar não trucidar preventiva, antecipada e açodadamente a vida e a carreira de um profissional, como o policial militar, que é o caso aqui e que também abrange essa legislação, porque, mais uma vez, esses são aqueles que estão na ponta da linha, defendendo a nossa segurança, colocando a sua vida em risco por pessoas que eles nem sequer conhecem, e que, de uma hora para outra, se veem nos bancos dos réus. Esses profissionais têm muito mais medo de um magistrado do que de um traficante armado de fuzil, porque a covardia, quando vem de uma caneta, é muito mais difícil de se reverter do que a covardia que vem da ponta de um fuzil: para essa, o policial militar, por exemplo, está preparado; ele é forjado a reagir, a combater à altura; ele é treinado para situações como essa. Agora, quando ele é vitimado pela caneta de um magistrado, meu amigo, ainda mais quando o caso tem repercussão midiática, aí é que ele sofre, aí é que ele não sabe se defender e é aí que nós temos que, mais do que nunca, sim, como legisladores, amparar esse profissional até que ele possa ser absolvido, ou melhor, ter o seu julgamento feito de uma forma adequada. Até lá, é preciso preservar a integridade física dele, sim.

Parabéns pelo projeto! Vamos votar "sim" a ele, aqui, na Comissão de Segurança Pública.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Presidente, só para um comentário final, se me permite?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Fique à vontade, Senador.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Bom, antes de mais nada, eu gostaria de agradecer a todos os comentários feitos com relação a esse projeto de lei, que foi escrito por um grande amigo meu que, infelizmente, não está mais entre nós, o nosso Senador que conhecia tudo sobre segurança pública, trabalhou como policial militar e que, se estivesse aqui, certamente teria muito a falar sobre tudo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A visão disso, é bom manter em mente, é a segurança da pessoa, é a segurança do, nesse caso, agente de segurança pública que está detido. Então, eu tenho certeza de que o Major Olimpio, quando fez isso, pensou exatamente nisto, na segurança desse profissional, para que ele não seja atacado por outros prisioneiros, para que ele não tenha a sua vida em risco, da mesma forma que nós votamos, como foi bem trazido pelo Senador Jorge Seif, também a parte da comunidade LGBT, porque é importante também essa proteção da pessoa. A gente tem que pensar em proteger as pessoas.

Eu tenho certeza de que isso vai ser aprovado na CCJ. Segue para lá, onde algumas modificações podem ser feitas, sem dúvida, para aperfeiçoar o projeto, mas realmente é urgente que a gente tenha isso aí.

Inclusive, o caso do Silvinei foi um exemplo muito bom trazido pela Senadora Damares.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador, só para que fique registrado aqui nos *Anais* desta Comissão, foi o Major Olimpio que pensou... Nós não tínhamos a Comissão de Segurança aqui no Senado; nós tínhamos uma lá na Câmara. Foi o Major Olimpio que fez toda a articulação, e, depois, o Omar Aziz ficou como Presidente temporário. E, hoje, nós prestamos homenagem a ele, que é o Presidente de honra desta Comissão, o Major Olimpio. Então, é bom que fique registrado isto: ele é o Presidente de honra da Comissão.

É isso. Era um grande amigo. Perdemos um grande amigo, mas com certeza Deus o recebeu num belo lugar.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: foi aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 5.448, de 2020, e à Emenda nº 1 desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça. (*Pausa.*)

Item 3...

Eu já queria que ficasse registrado aqui também, a pedido da nossa querida Relatora, a Senadora Leila Barros, que o item 4, que é o PL 1.299, de 2004, foi retirado de pauta. Este PL, de minha autoria, é aquele projeto que trata sobre as pessoas que cometerem homicídio contra as crianças, para a gente aumentar a pena.

Então, o item 4 nós vamos retirar da pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1299, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dificultar a progressão de regime de cumprimento da pena nos casos em que o preso tenha sido condenado por crime praticado com emprego de violência contra crianças.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Em 2/7/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato.

2. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.)

Vamos ao item 3.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 476, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para agravar a pena quando o crime é cometido durante saída temporária, liberdade condicional ou prisão domiciliar ou em situação de evadido do sistema prisional.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

A relatoria é deste jovem Senador Esperidião Amin.

Com a palavra, o Senador Esperidião Amin, para a leitura do seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Em primeiro lugar, eu recebo, com muito orgulho, a sua manifestação sobre a minha juventude, porque, nas aparências, não há dúvida, não é? O ancião é quem tem uma exuberância de pelos brancos. No caso, não sou eu. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu só queria ser agradável, mas eu poderia ter ficado calado, dormir sem essa.

Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu também enalteço...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas um dia seus pelos vão nascer e irão ficar brancos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu enalteço a sua modéstia e o reconhecimento de que os sinais aparentes, não de riqueza, mas, de idade, não são meus.

Presidente, já falamos há pouco do Presidente de honra desta Comissão, o nosso saudoso amigo Major Olimpio, mas quero dizer que a condução que V. Exa. vem dando a esta Comissão o faz merecedor de um registro de cumprimentos, pela disciplina, pela exação. Então, eu não posso deixar de aproveitar o ensejo para cumprimentá-lo pela boa condução desta Comissão, que é da maior importância no momento que nós estamos atravessando.

Em todas as cidades, pelo menos as de porte médio do Brasil, a segurança pública é o assunto prioritário. Nós não podemos exercitar a política de segurança pública, mas nós podemos subsidiá-la e enriquecê-la com atuação a partir desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Deixe-me só lhe dar um informe: a nossa assessoria acaba de nos informar que esta Comissão – é lógico que isso é mérito de todos os senhores – foi a Comissão que mais produziu no ano passado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! (*Palmas.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Uma atividade, eu repito, que respeita o pensamento do povo brasileiro. Quer dizer, nós não estamos tratando de um assunto por capricho nosso, mas, sim, por demanda, pressão e necessidade social.

E é esse o sentido deste projeto da Senadora Damares Alves, que vem ao encontro, vem somar em face de algo que a opinião pública sente, ou seja, é um projeto que demonstra sensibilidade – viu, Senadora Damares? –, é um projeto que revela a sensibilidade da autora em face do que a sociedade está vivendo.

Por que nós votamos a questão da saidinha? Votamos por pressão. E votamos de maneira sensata, porque debatemos, procuramos um caminho do equilíbrio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso, em síntese, o projeto propõe agravar a pena de quem pratica um crime na circunstância capitulada, ou seja, em três casos, como foi descrito no preâmbulo. A pessoa está em saída temporária, o preso – o reeducando, como queiram chamar – está exercendo a faculdade da saída temporária que ainda seja possível. Se está em liberdade condicional, está em prisão domiciliar ou simplesmente está evadido, ou seja, fugiu e continua foragido, é lógico que essa é uma circunstância agravante, ou não é? É um crime facilitado por uma política pública de Estado que concedeu, entre aspas, "uma regalia" a um preso, e, abusando desta, entre aspas, "regalia", que faz parte de um processo para promover a reinserção do detento à sociedade, ele trai esta concessão; logo, deve ter um tratamento diferenciado a mais.

Então, esse é o sentido do projeto, e com isso eu me dispenso de entrar em maiores detalhes, porque ele é muito simples e o relatório é facilitado pelo óbvio, óbvio mérito da iniciativa.

De forma que eu me coloco à disposição para alguma dúvida, mas o voto é favorável, com absoluta consciência de que nós estamos respondendo, com este projeto da Senadora Damares, a uma carência de política pública relacionada à segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k.

Já aproveitamos para parabenizar a autora do projeto, que é a nossa querida Senadora Damares.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 47-B, de 2023...

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... com as Emendas nºs 1, desta Comissão, e 2, também desta Comissão.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Quero só aproveitar para fazer um registro aqui especial, para todos nós, da presença aqui do Senador André Amaral.

Seja bem-vindo.

O Senador André substitui aqui o nosso colega Efraim.

Seja bem-vindo a esta Comissão e desejo todo o sucesso. Parabéns, Senador.

Querida Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Bom dia, Presidente.

Muito obrigada.

Eu só queria parabenizar – queria não –, quero parabenizar a Damares e o Amin, pelo brilhante relatório. Por quê?

Segurança pública... E o senhor é testemunha de que eu tenho três projetos aqui nesta Comissão, sobre segurança pública, e tenho uma PEC. É uma PEC, um PLP e dois projetos de lei.

Hoje saiu no *UOL* uma matéria extensa que fala sobre ressocialização. Os especialistas só falam em ressocialização, mas em punição, não. Então, eu não sei como nós vamos acabar com a criminalidade, sem punir. A falta de punição é um convite à criminalidade.

E aí nós ficamos... O senhor não fala com nenhum brasileiro, o senhor não encontra um brasileiro que diga que sente segurança neste país, que saia tranquilo.

Então, Damares, parabéns e conte comigo.

E eu vou fazer um apelo aqui ao Rogério Carvalho para que faça seu relatório e apresente a esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Jorge Seif, é porque nós já passamos a discussão, mas V. Exa. quer falar sobre o projeto? É isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiramente quero parabenizar o senhor e todos os integrantes da Comissão de Segurança Pública por esse número, que é uma satisfação à sociedade brasileira, que, segundo as pesquisas, está hoje mais preocupada com segurança do que com saúde, educação e emprego. E por que isso, Sr. Presidente? Olhe a importância desse projeto.

Nós aprovamos o fim das saidinhas, e o que aconteceu quando foi para o Presidente da República? Ele quis vetar, mas, numa sessão congressual, nós derrubamos o veto do Presidente. É um Governo, Sr. Presidente, que quer humanizar pequenos crimes. É um Governo que é a favor de saidinha de vagabundo, de bandido. É um Governo que foi celebrado quando se elegeu: nas cadeias, teve festa. Então, a importância desta Comissão, Senadora Damares, de nós fazermos exatamente políticas públicas para um povo que está se sentindo inseguro.

Esse projeto, Sr. Presidente, é de suma importância, porque nós vimos – inclusive com câmeras – policiais sendo assassinados por criminosos que deveriam estar na cadeia, cumprindo a sua pena e que são beneficiados com essa anomalia, com essa aberração chamada saidinha. Eles saem; ao invés de irem trabalhar ou visitar as suas famílias, voltam a cometer crimes, assassinam policiais, estupram, traficam; muitas vezes, não voltam; e, quando eram recapturados, tendo cometido algum crime, isso não era agravado.

Então, Senadora Damares e Senador Esperidião Amin, eu quero parabenizá-los, porque isso, mais uma vez, é uma resposta maiúscula para esse desgoverno e para a sociedade brasileira que anseia por justiça e que anseia para que os criminosos cumpram e paguem pelos seus delitos.

Então, parabéns à senhora e ao Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente Hamilton Mourão.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Parabéns, Senador Jorge Seif.

Eu passo a palavra ao Senador André Amaral.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Senador Mourão, nosso Presidente, a relatoria está de parabéns pela matéria, Senadora Damares.

É muito mais grave do que se pode imaginar. Na Paraíba, tivemos um padre, um pseudopadre, que desviou mais de R$130 milhões de um hospital público, o Hospital Padre Zé – fundado pelo saudoso Padre Zé, homem santo –, que desviou mais de R$130 milhões dos cofres de um hospital que atendia o povo menos favorecido. Ele foi preso, Senadora Damares, e recebeu a condição de liberdade com a tornozeleira, com as restrições. Este final de semana, ele estava fazendo caminhada na praia, desobedecendo à ordem judicial.

Então, de forma brilhante e pontual, quero parabenizar a relatoria pela importante matéria porque, hoje, como bem colocou, a nossa crise é de segurança nacional. Hoje estamos ou no poleiro, nos apartamentos, com medo do bandido, ou enjaulados, em grades dentro de casa, apavorados. Isso é uma matéria muito relevante e bem oportuna.

Parabéns pela relatoria.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Senador André.

Com a palavra, a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Eu quero manifestar o meu agradecimento ao Senador Amin pelo relatório, brilhante relatório. Obrigada!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero fazer justiça também ao nosso ex-Senador Lasier. Essa ideia da legislatura passada... Ele tramitou o projeto, não conseguiu chegar aonde nós chegamos, porque esta agora é uma Comissão diferente. Eu estou aqui; Seif está aqui; Amin está aqui; Margareth está aqui. É uma Comissão diferente, atuante.

Todos os elogios ao Presidente, mas eu quero estender os elogios à Secretaria. Esta Comissão é diferenciada. Aos servidores da Comissão, muito obrigada por tudo que os senhores fazem.

Esse projeto de lei realmente está fechando o cerco contra os reincidentes. Já que a TV Senado está bem aqui filmando o meu rosto, deixa eu aproveitar a oportunidade única e mandar um recado para os pedófilos do Brasil: nós vamos pegar todos vocês, aguardem.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 476, de 2023, e às Emendas nºs 1 e 2-CSP.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, há um requerimento extrapauta, o Requerimento 35, que é muito simples, é só acrescentar o nome de mais uma pessoa para a audiência pública que já está aprovada, que vai acontecer na próxima quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Senadora Damares. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 35, DE 2024

Requer que seja incluído o Senhor Willy Hauffe Neto, Presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais, como convidado em audiência pública, para debater sobre o cumprimento da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, para fins de avaliação dessa política pública, no âmbito deste Colegiado, a ser realizada no curso de 2024.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Trata-se do Requerimento 35, de 2024, por meio do qual a Senadora Damares requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão, na audiência pública objeto do Requerimento 21 – essa audiência vai ser realizada na próxima quinta-feira e se destina a avaliar os programas de inteligência e articulação entre órgãos de segurança pública e demais órgãos públicos na investigação da circunstâncias do desaparecimento até a localização das pessoas desaparecidas –, de mais um convidado, que é o Sr. Willy Hauffe Neto, Presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais.

A senhora quer fazer alguma defesa do requerimento ainda?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, a avaliação está acontecendo, já tivemos uma audiência pública, várias reuniões com os órgãos responsáveis pela política de busca de pessoas desaparecidas e, nessa quinta-feira, teremos uma mega-audiência, em que a gente vai ouvir o trabalho de todos os peritos, e faltava aqui essa associação dos peritos criminais.

Só, Presidente, quero fazer um alerta, na audiência passada nós nos chocamos com uma informação que foi trazida: os dados de buscas de pessoas desaparecidas não estão sendo compartilhados no Brasil. O MP tem um, a Polícia Federal tem outro, o Ministério dos Direitos Humanos tem outro. Os dados não estão sendo compartilhados, e isso está dificultando muito a execução da política pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas ouvir os peritos vai ser um momento especial para a avaliação da política, e esse nosso Presidente da associação vai contribuir muito. Eu peço aos pares que aprovem o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – O.k., Senadora, eu acho importantíssimos essa audiência e esse trabalho que a senhora faz, até pela minha experiência própria de ter tido pessoa da minha família nessa situação, pessoa que se envolveu com o flagelo das drogas e sumiu no mundo. Então é importante esse trabalho da senhora.

Alguém deseja discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Requerimento 35, da Senadora Damares.

As Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 35, de 2024.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Abraço a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia quatro de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Janaína Farias, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores André Amaral, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Margareth Buzetti, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Flávio Bolsonaro e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 9/2024 - CSP, de autoria do Senador Jorge Kajuru (PSB/GO) e da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 21/2024 - CSP, de autoria da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 35/2024 - CSP, de autoria da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Avaliar os programas de inteligência e articulação entre órgãos de segurança pública e demais órgãos públicos na investigação das circunstâncias do desaparecimento, até a localização da pessoa desaparecida; o apoio e empenho do poder público à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico voltados às análises que auxiliem e contribuam para a elucidação dos casos de desaparecimento, até a localização da pessoa desaparecida; e a capacitação permanente dos agentes públicos responsáveis pela investigação dos casos de desaparecimento e pela identificação das pessoas desaparecidas, a fim de subsidiar a avaliação, no ano de 2024, da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas. **Participantes:** Sra. Bruna Martins Costa, Coordenadora-Geral Substituta de Segurança Pública e Direitos Humanos (representante de: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos); Sr. Leandro Arbogast da Cunha, Coordenador-Geral de Políticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade da Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública (representante de: Secretaria Nacional de Segurança Pública); Sra. Larissa Miranda, Delegada de Polícia Federal, Chefe do Serviço de Repressão a Crimes de Ódio, Tortura e Outras Violações contra os Direitos Humanos da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado e à Corrupção (representante de: Polícia Federal); Sra. Camila Ninive de Bessas Ferreira, Delegada de Polícia, Diretora-Adjunta da Coordenação de Repressão a Homicídios e de Proteção à Pessoa do Departamento de Polícia Especializada da Polícia Civil do Distrito Federal (representante de:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública); Sr. Marcos Antônio Contel Secco, Presidente da Associação Brasileira de Criminalística (representante de: Associação Brasileira de Criminalística); Sr. Frederico Skora, Delegado de Polícia Federal, Chefe substituto da Coordenação-Geral de Cooperação Policial Internacional (representante de: Núcleo da Interpol na Polícia Federal); Sr. Willy Hauffe, Presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais; Sra. Roberta Rosa Ribeiro, Promotora de Justiça, Coordenadora de Mediação, Métodos Autocompositivos e de Sistemas Restauradores do Ministério Público do Rio de Janeiro (representante de: Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União); Sr. Leonardo Cardoso de Magalhães, Defensor Público-Geral Federal (representante de: Defensoria Pública da União); Sr. Ricardo Alves Santos, Policial Rodoviário Federal; e Sra. Bárbara Lisboa Travassos, Delegada de Polícia Titular da 5ª Delegacia de Polícia de Investigações sobre Pessoas Desaparecidas da Divisão de Proteção à Pessoa da Polícia Civil de São Paulo (representante de: Delegacia de Polícia de Investigações sobre Pessoas Desaparecidas de São Paulo). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

A presente audiência pública tem como objetivo avaliar os programas de inteligência e articulação entre órgãos de segurança pública e demais órgãos públicos, na investigação das circunstâncias do desaparecimento, até a localização da pessoa desaparecida; o apoio e o empenho do poder público à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico voltados às análises que auxiliem e contribuam para a elucidação dos casos de desaparecimento, até a localização da pessoa desaparecida; e a capacitação permanente dos agentes públicos responsáveis pela investigação dos casos de desaparecimento e pela identificação das pessoas desaparecidas, a fim de subsidiar a avaliação, no ano de 2024, da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, nos termos dos Requerimentos nºs 9, 21 e 35, de 2024.

Esta é a segunda de quatro audiências que avaliarão essa política nacional.

Os assuntos que, hoje, abordaremos estão relacionados às diretrizes 1, 2 e 4 da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, conforme dispõe o art. 4º da Lei 13.812, de 2019.

Nós temos, hoje, vários expositores – temos só 11, olhem só, 11! – e vamos trabalhar de uma forma bem dinâmica. Nós não vamos dar as considerações finais, que são aquelas falas lá no finalzinho. Nós vamos fazer da seguinte forma: cada convidado vai falar dez minutos, vai expor o conteúdo por dez minutos, e, se tiver algum Parlamentar que tenha uma pergunta para fazer, eu já vou solicitar que o faça imediatamente, na exposição de quem estiver falando, o.k.? E as dúvidas que nós tivermos, como Comissão, nós vamos mandar por *e-mail* para os senhores. Pode ser assim?

Esta é uma audiência diferente das demais audiências de debate. É uma audiência realmente de avaliação da política – de avaliação. Nós não estamos trazendo o público, a sociedade civil, neste primeiro momento, para questionar, conversar, fazer volume no auditório, no Plenário, não. Nós estamos realmente fazendo uma avaliação muito técnica. E eu estou muito feliz que a nossa Comissão tenha escolhido, agora, em 2024, avaliar – atendendo o Regimento Interno do Senado Federal – a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por que eu estou muito feliz? Porque ela é uma política relativamente nova. Eu estou me referindo à lei, à lei de 2019, que a instituiu.

Por ser uma política relativamente nova, nós vamos ter a oportunidade, nesta Comissão, de melhorar o que tiver que melhorar, aperfeiçoar, apresentar proposta legislativa, aperfeiçoamento da lei, que a gente questiona muito. Eu estava aqui quando ela foi construída, eu era uma ativista nos bastidores. Depois, eu fui, como Ministra, a responsável pela implementação, regulamentação da lei. Então, eu conheço o tema, eu conheço o assunto.

Este Congresso, esta composição agora do Congresso, está disposta a modificar, a alterar e a melhorar o que for possível. Quando a gente fala de uma avaliação de política, nós não estamos avaliando gestores. Que isso fique bem claro: nós não vamos apontar erros de gestores, nós estamos vendo o todo! Nesse sentido, nós estamos aqui, com vários ministérios, vários órgãos federais, participando e trazendo as contribuições.

Nesta manhã, nós temos a honra de receber a Bruna Martins, que é a Coordenadora-Geral Substituta de Segurança Pública e Direitos Humanos, da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do ministério. A Bruna participou *online* da última vez. Ela está aqui, de forma presencial. Que bom que você veio, Bruna! Nós temos o Leandro da Cunha, Coordenador-Geral de Políticas de Prevenção à Violência e Criminalidade do Sistema Único de Segurança Pública, representando a Secretaria Nacional de Segurança Pública; a Larissa Miranda, Delegada de Polícia Federal, Chefe do Serviço de Repressão a Crimes de Ódio, Tortura e Outras Violações contra os Direitos Humanos da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado e à Corrupção, representando a Polícia Federal; o Ricardo Alves Santos, por videoconferência – nós temos dois por videoconferência, hoje –, Policial Rodoviário Federal, representando a Polícia Rodoviária Federal; a Camila Ninive de Bessas Ferreira, Delegada de Polícia, Diretora Adjunta da Coordenação de Repressão a Homicídios e de Proteção à Pessoa do Departamento de Polícia Especializada da Polícia Civil do Distrito Federal; o Sr. Leonardo Cardoso de Magalhães, Defensor Público-Geral Federal, representando a Defensoria Pública da União. Ele não chegou ainda, não é, o Leonardo? (*Pausa.*) O Marcos Antônio Contel Secco, Presidente da Associação Brasileira de Criminalística; o Frederico Skora, Delegado de Polícia Federal, Chefe Substituto da Coordenação-Geral de Cooperação Policial Internacional, representando o Núcleo da Interpol na Polícia Federal; a Sra. Bárbara Lisboa Travassos, Delegada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Polícia Titular da 5ª Delegacia de Polícia de Investigações sobre Pessoas Desaparecidas da Divisão de Proteção à Pessoa da Polícia Civil de São Paulo; o Willy Hauffe, Presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais; e a Roberta Rosa Ribeiro, Promotora de Justiça, Coordenadora de Mediação, Métodos Autocompositivos e de Sistemas Restauradores do Ministério Público do Rio de Janeiro, representando o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União.

Só lendo o currículo dos senhores já deu para o público que está nos acompanhando entender como é complexa e como é transversal essa política, e como tem pessoas extremamente qualificadas cuidando da política. Inclusive, na nossa audiência passada, eu acho que a gente teve também um objetivo de mandar um recado para a família, lá na ponta: os atores não estão de braços cruzados. Tem muita gente trabalhando na política, e a política está em execução. Então, nesta audiência, também, ouvindo os senhores, com certeza, o Brasil, hoje, mais uma vez, vai alimentar a esperança de que não estamos de braços cruzados. As autoridades estão preocupadas com a política. A política está em execução, vai precisar melhorar, vai, mas tem pessoas muito, muito capacitadas, cuidando, e na execução da política. Eu estou muito feliz que os senhores tenham aceitado o convite para estar conosco.

Eu quero registrar, de antemão, a presença do nosso Senador Seif, de Santa Catarina. O Seif tem uma preocupação muito grande com essa política. Quando estávamos Ministros, juntos, nós conversávamos muito sobre a política, e Santa Catarina tem aí uma história na execução da política, então, o Senador Seif está aqui nos acompanhando. Senador, eu vou chamar os convidados para a mesa e, assim que a gente compuser a mesa, se o senhor já quiser fazer uso da palavra...

Aí nós vamos fazer essa dinâmica também, nós estamos com várias atividades simultâneas na Casa, os Senadores estão distribuídos em várias atividades. Então, quando um Senador entrar, passaremos, imediatamente, a palavra a ele. Os senhores fiquem certos disso.

Senhores, nós temos, ali atrás, um cronômetro. Eu não vou ser chata com o cronômetro, mas campainhas vão tocar. Se precisarem concluir, concluam, sem pressa, mas a gente vai tentar fazer uma audiência mais rápida, mais dinâmica, hoje, está bom?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos chamar, para compor a mesa, Leandro da Cunha, Coordenador-Geral de Políticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade da Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública, representando a Secretaria Nacional de Segurança Pública. Bem-vindo! Obrigada por estar conosco.

Vamos chamar Bruna Martins Costa, Coordenadora-Geral Substituta de Segurança Pública e Direitos Humanos, representando a Secretaria Nacional da Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. A Bruna já esteve com a gente na audiência passada. Bom dia, Bruna!

Vamos chamar Camila Ninive de Bessas Ferreira, Delegada de Polícia, Diretora Adjunta da Coordenação de Repressão a Homicídios e de Proteção à Pessoa do Departamento de Polícia Especializada da Polícia Civil do Distrito Federal. Doutora, muito bem-vinda!

Leonardo não chegou.

Marcos Antônio Contel Secco, Presidente da Associação Brasileira de Criminalística.

A gente compõe esta primeira mesa. Vai estar, nesta primeira mesa, a Bárbara, que está *online*. Bárbara Travassos, Delegada de Polícia Titular da 5ª Delegacia de Polícia de Investigações sobre Pessoas Desaparecidas do Estado de São Paulo. Bem-vinda, Dra. Bárbara!

Senador Seif, quer usar a palavra? Fique à vontade!

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sra. Presidente, muito bom dia para a senhora e os convidados.

Na verdade, estou indo para o meu estado. Vamos ter o CPAC lá, o maior congresso conservador do Brasil, mas eu não podia, Senadora Damares, deixar de passar, aqui, primeiramente para parabenizar a senhora, porque esse assunto de desaparecidos, realmente, acaba com a vida de famílias, com preocupação, ansiedade, elucubrações. Perturba não só a família, mas a sociedade, quando uma criança, um adolescente, um idoso, uma pessoa desaparece, e a senhora traz esse tema.

Eu quero que os nossos convidados saibam que a Comissão de Segurança Pública foi a Comissão que mais participou, que mais fez eventos e mais entregou no ano passado, no Senado Federal, foi a Comissão mais proativa, que mais deu resultados ao Brasil, e não é à toa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a Senadora Damares está presente. Quando ela fala dessa parte de dignidade humana, de cuidado com os indígenas, com as mulheres, com órfãos, com viúvas, com desaparecidos, vem muito do que nós cremos na nossa fé particularmente. Então, eu quero parabenizar a senhora, e também preciso fazer aqui uma honrosa homenagem à Polícia Militar do meu estado, à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Senadora Damares, a senhora sabe que a única polícia do Brasil, com todo o respeito... A senhora sabe que eu, a senhora e vários dos membros desta Comissão somos defensores das nossas forças de segurança, mas eu tenho um orgulho muito especial da Polícia Militar de Santa Catarina, não só por ela ter sido eleita agora... O último censo da Quaest demonstrou que é a polícia mais confiável por sua população. Foi a polícia que mais recebeu votos e reconhecimento de sua população.

E, para além disso, a Polícia Militar de Santa Catarina conta com um departamento especializado, há muitos anos – eu não me recordo da data da criação –, com um SOS Desaparecidos. E esse órgão dentro da Polícia Militar de Santa Catarina tem realmente feito diferença no Brasil. Os números de elucidações, o tempo de espera, as buscas... Lógico que tem outros parceiros no estado e na União que colaboram com informações. Mas aqui fica o meu registro, minha homenagem à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, e, por isso, nós, na próxima semana Senadora Damares, vamos aprovar um requerimento para trazer uma pessoa do SOS Desaparecidos da nossa Polícia Militar de Santa Catarina para ajudar a senhora e os expositores e os Senadores a fazermos políticas melhores para encontrarmos os desaparecidos do nosso Brasil, que são muitos.

Então, passei aqui para parabenizar a senhora, dizer que eu tenho um grande amor, uma grande admiração pelo trabalho que a senhora faz pelo Brasil. A senhora é um orgulho para o Distrito Federal, a senhora é um orgulho para o Brasil, e parabéns por mais essa iniciativa, e parabéns também a todos aqueles que se dispuseram a vir aqui nesta quinta-feira para falar dessa política e nos ajudar a construir um Brasil melhor!

Muito obrigado, Senadora Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Seif, no nosso plano de trabalho, a gente também tem uma previsão de diligências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem sabe uma das diligências não possa acontecer lá em Santa Catarina? Vamos conversar sobre isto. Eu já fui informada pela secretaria que já vai ser o item 1 da pauta da reunião da semana que vem, e vamos aprovar. Obrigada, Senador, e obrigada por disponibilizar a assessoria para nos ajudar.

Nesse sentido, senhores, nós estamos aqui, mas os gabinetes estão acompanhando. Nós temos assessores dos Parlamentares membros da Comissão acompanhando a avaliação, além de um corpo técnico formado pela Consultoria Legislativa do Senado. E a gente já teve duas ou três reuniões nos últimos dias, e alguns dos senhores participaram delas, a Polícia Federal já esteve conosco, e nós estamos tendo reuniões paralelas também.

Vamos para as exposições.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Aceita mais uma instituição aqui?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aceito. Mais um Senador incrível do estado de Santa Catarina, o Senador Amin. Senador, bem-vindo!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Ele é um inconformado. Por isso que ele está coberto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu sei. Eu sei.

(*Intervenções fora do microfone*.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós vamos começar as exposições e, como aqui as mulheres têm prioridade, nós vamos começar pela Bruna.

Bruna Martins Costa, do Ministério dos Direitos Humanos. Bruna, dez minutos e você pode observar o cronômetro lá, está bom?

Senador Esperidião, como eu sei que o senhor está com a agenda cheia – só um instantinho, Bruna –, o senhor quer usar a palavra agora? Não? (*Pausa*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O.k.

A SRA. BRUNA MARTINS COSTA (Para expor.) – Bom, vou colocar aqui também.

Bom dia a todas, todos, "todes"!

É um prazer estar mais uma vez aqui na CSP do Senado para falar sobre a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas. Gostaria de cumprimentar todos os presentes na pessoa da Senadora Damares, agradecer realmente. É muito importante para a gente, do Ministério dos Direitos Humanos, poder falar para os senhores e para as senhoras sobre a implementação da política.

Só uma breve recapitulação, porque eu imagino que algumas pessoas que estão assistindo à audiência de hoje ou que estão aqui presentes e não tiveram... A Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas tem um comitê gestor, instituído pelo Decreto 10.622, de 2021, e a coordenação desse comitê gestor é intercalada entre Ministério da Justiça e da Segurança Pública e Ministério dos Direitos Humanos. Agora em maio, o Ministério dos Direitos Humanos assumiu a coordenação, portanto, eu estou como Coordenadora, e a Tula Brasileiro está como Coordenadora, minha suplente.

Bom, pela pauta de hoje, esta é a segunda de quatro audiências públicas, a gente tem aqui avaliação de programas de inteligência e articulação entre órgãos de segurança pública e demais órgãos de investigação, então a gente tem aqui representantes do Ministério Público também; apoio e empenho do poder público à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico; e capacitação dos agentes públicos responsáveis pela investigação dos casos de desaparecimento e pela investigação das pessoas desaparecidas. Como eu vi que tem bastante representação das forças de segurança, o Leandro, Coordenador-Geral aqui do Ministério da Justiça, também está presente, eu vou me ater principalmente à parte da qualificação técnica, do apoio científico, do apoio à pesquisa.

Na audiência anterior, eu pontuei brevemente que uma das preocupações do Comitê Gestor e do Ministério dos Direitos como um todo, posso dizer, é a possibilidade de elaborar políticas públicas a partir de dados. Então, hoje o Ministério dos Direitos Humanos está em implementação com uma rede de direitos humanos, um observatório, justamente para que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente possa sistematizar, unificar, organizar numa mesma plataforma dados sobre diversos assuntos relacionados a direitos humanos. E a gente percebe, pela própria natureza do desaparecimento, que é muito diverso, se a gente voltar um pouquinho na audiência anterior, eu comentei aqui brevemente sobre os tipos de desaparecimento com que a gente tem que lidar, pela própria natureza diversa das formas de desaparecimento que você tem no Brasil, que você teve no Brasil passado e presente, a gente vê a complexidade que é produzir e sistematizar dados sobre pessoas desaparecidas. E, para uma boa política pública, esses dados ajudam muito a gente a entender qual é o perfil desse público, quais são as necessidades desse público, não só das pessoas que desaparecem, mas dos familiares, das familiares e das pessoas que estão envolvidas nessa pauta.

Então, no sentido de como esta aqui é uma audiência pública de avaliação, o que eu tenho para trazer para vocês hoje é que o Ministério dos Direitos Humanos está realizando um termo de execução descentralizada com a Universidade de Brasília, e a Universidade de Brasília foi escolhida porque ela tem um corpo, ela tem uma articulação, ela tem uma produção acadêmica sobre o desaparecimento de pessoas que justifica a escolha dela para ajudar a implementação de políticas públicas com *expertise* técnica. Então, a gente está pensando em uma parceria com uma universidade, com pesquisadores, que vai ser capaz, que vai ter condições de mapear esses diversos tipos de desaparecimento no Brasil e apresentar... A ideia é que o TED funcione por um ano, e espero que depois a gente consiga prorrogá-lo, mas a ideia é que, num primeiro momento, a gente faça um mapeamento inicial do perfil desses desaparecimentos que temos no Brasil hoje.

Também vigente, com esse aspecto de dar auxílio à política de pessoas desaparecidas, mas mais especificamente à pauta de desaparecidos da ditadura – e hoje a gente teve a reinstituição da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos publicada no *Diário Oficial* –, é um TED com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e com o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, que tem colaborado enormemente na análise das ossadas, dos remanescentes ósseos dos desaparecidos do período da ditadura militar. Então, aí a gente vê uma preocupação do ministério de estar envolvido com instituições que têm renome, que têm confiança nacional e internacional na pesquisa sobre o desaparecimento de pessoas, seja no período passado, seja no período presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a capacitação de profissionais, a gente, depois, fica à disposição para discutir melhor sobre a interlocução do ministério, mas o que eu já posso dizer preliminarmente é que o Ministério da Justiça e o Ministério dos Direitos Humanos têm articulado, têm conversado entre si, têm reforçado a importância de capacitar profissionais de segurança pública de todos os setores no que tem a ver com temáticas relacionadas aos direitos humanos. Então, a gente tem uma série de iniciativas. Teve uma recentemente sobre o discurso de ódio nas escolas, para o enfrentamento da violência nas escolas, para a capacitação de profissionais de segurança pública que estão mais ligados a isso, mas quero para explicitar para vocês que isso está plenamente de acordo com essa parceria de ambos os ministérios, para que os profissionais de segurança pública possam funcionar como promotores e defensores de direitos humanos. E é óbvio que a política de pessoas desaparecidas, os desaparecimentos de pessoas, podem entrar como um tema de formação a ser elaborado, a ser amadurecido, para que se possa ter uma maior qualificação desse atendimento que hoje já é... As delegacias especializadas, os núcleos especializados já têm profissionais que são sensíveis à pauta, mas precisam sempre pensar numa capilarização dessa formação, e daí a gente aqui também pode pensar nisso mais adiante.

Isso tudo, como também já está público e já circulou nas redes sociais do ministério... O próprio Ministro Silvio Almeida também já veio comentar sobre a implementação de um plano nacional de direitos humanos para profissionais de segurança pública, que é um plano que está em construção, que está em fase de diálogo também no Ministério dos Direitos Humanos e no Ministério da Justiça. É importante destacar que, dentro desse plano nacional de direitos humanos para profissionais de segurança pública, o eixo da formação e da capacitação dos profissionais é um eixo central, um eixo importantíssimo e um eixo que tanto o Ministério dos Direitos Humanos, como o Ministério da Justiça vão ficar acompanhando justamente para que a gente dê conta de trazer essas temáticas, essas políticas de direitos humanos cada vez mais para a formação do profissional de segurança pública em suas diversas áreas de atuação, a partir das suas necessidades, a partir das suas necessidades, das suas demandas, das suas provocações, também, para que a gente possa garantir que o melhor trabalho – como o Senador trouxe aqui –, da importância que a polícia tem desempenhado no Estado de Santa Catarina, com relação à pauta de desaparecidos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, justamente, que a gente possa garantir que essas temáticas de direitos humanos sejam tratadas da forma como elas têm exigido e têm se apresentado como um desafio.

Eu fico aberta depois às perguntas – a Senadora disse que a gente não vai ter as considerações finais –, mas se depois tiver algum outro momento para a gente responder, eu também fico aqui à disposição.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Se possível, fique até o final da audiência com a gente, o.k.?

Na sequência, nós vamos ouvir a Larissa... não, a Dra. Camila.

Dra. Camila, por dez minutos. Dra. Camila, seja bem-vinda!

A SRA. CAMILA NINIVE DE BESSAS FERREIRA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento a todos, pela presença da Senadora.

Meu nome é Camila Bessas, eu estou representando a Polícia Civil do Distrito Federal, sou Diretora-Adjunta da Coordenação de Repressão a Homicídios e de Proteção à Pessoa.

Com relação ao nosso protocolo de pessoas desaparecidas, no final do ano passado foi criado um projeto, um grupo de trabalho, para que fosse elaborado o protocolo de pessoas desaparecidas, do qual eu fiz parte, e, nesse meio tempo, foi feito o acordo de colaboração com o Ministério da Justiça para que a gente implementasse esses protocolos em todas as unidades policiais. Somado a isso, também, o Amber Alert, porque a gente faz parte de um projeto junto com o Estado do Ceará e de Minas Gerais.

Esse nosso protocolo foi implementado nas unidades policiais há cerca de seis meses, de uma forma humanizada, para que a gente tenha... O objetivo nosso do protocolo é de que, cada vez mais, a gente consiga diminuir esse passivo de pessoas que não são localizadas. Também, nós estamos fazendo um mapeamento, com estatísticas, com relação ao perfil do desaparecido, se é voluntário, se é involuntário. Tem muitas questões em que a gente ainda está usando estatística, enviando para o Ministério da Justiça, também, para poder angariar de uma forma melhor uma investigação, também, que ajude na forma de investigar as pessoas desaparecidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao nosso protocolo, ele foi muito bem aceito em todas as unidades – nós temos 31 unidades policiais. O protocolo é obrigatório e ele tem o objetivo de definir e padronizar os procedimentos em todas as unidades policiais. Ele foi, realmente, implementado há seis meses, e todas as unidades estão seguindo esse protocolo, que tem sido muito bom para a Polícia Civil, por quê? Porque, durante o registro da ocorrência, são feitas várias perguntas, questionários, e isso é muito importante, por quê? Porque isso vai instruir uma investigação lá na frente, para ajudar as seções de investigação a encontrar essa pessoa localizada.

E a gente sempre frisa, no registro da ocorrência... A gente sempre tenta dar um tratamento humanizado para aquela pessoa, para aquele comunicante, que vai comunicar o desaparecimento de um ente querido, de um familiar. E nós estamos muito felizes com esse protocolo, que foi implementado em parceria, também, com o Ministério da Justiça. Inclusive, o Amber Alert também tem sido muito proveitoso para o Distrito Federal.

Quero falar que nós estamos abertos e que estou muito feliz de estar aqui, até para poder discutir com os senhores, sempre abertos a inovações, aprendizados, para evoluir nessa questão mesmo dos desaparecidos, que é um ponto muito importante para a gente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutora, que bom! A senhora falou rapidinho. (*Risos.*)

Mas nós vamos continuar essa interação.

Na sequência, com esta mesa aqui, é... Está vendo, Dr. Leandro? Ele quer o senhor primeiro. Então, "bora lá!".

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, acho que ele quer aumento de salário.

Dr. Leandro da Cunha, que é o nosso Coordenador-Geral de Políticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade da Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública. Obrigada, Dr. Leandro, muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEANDRO ARBOGAST DA CUNHA (Para expor.) – Bom dia a todas e todos. Saudação à nossa Senadora Damares.

Cumprimento também a Bruna, nossa companheira do Ministério de Direitos Humanos; a Delegada Camila, que também é uma parceira no desenvolvimento do projeto de busca de pessoas desaparecidas, aqui do DF; o Sr. Marcos, Dr. Marcos, obrigado pela deferência de falar antes, eu lhe agradeço.

Saúdo também, Senadora, a nossa equipe, que está aqui, que é a Iara, que é a Coordenadora da Política de Busca de Pessoas Desaparecidas; a Juliana, que é Policial Civil de Santa Catarina, trabalha há bastante tempo nessa causa; e a Simone, que também é profissional de segurança pública, papiloscopista, de Goiás, e nos auxilia. Na verdade, eles desenvolvem a política por meio dessa equipe.

Mas fizemos alguns eslaides, Senadora, para trazer um pouco do que nós temos de dificuldades, do que nós temos de desafios propriamente ditos, mas aquilo em que estamos avançando. Muitas vezes, esses avanços são em velocidades inferiores àquilo de que nós gostaríamos e que a política exige, mas enfim, quero demonstrar um pouquinho do que é que vem sendo feito.

Vou passar rapidamente, para não estourar o tempo. Trouxemos, para quem está nos assistindo também, uma breve contextualização da legislação. As leis que pautam muito essa política são a 13.812, de 2019, que institui a Política de Pessoas Desaparecidas, e o decreto que a regulamenta, que é o 10.622, que também designa a autoridade central.

Para contextualizar um pouquinho o problema desse fenômeno, nós trouxemos hoje só alguns dados estatísticos do desaparecimento e da localização. Pegamos só 2023 e 2024, mas nós temos dados, já hoje consolidados, de 2015, mas apenas para demonstrar para quem está nos acompanhando esse fenômeno. Então, em 2023, oitenta e...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Leandro, como nós estamos ao vivo, tem muita gente assistindo, tem muita gente vendo o símbolo, a nossa florzinha lá.

O SR. LEANDRO ARBOGAST DA CUNHA – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E eu me lembro de que na época da discussão, da escolha desse símbolo, eu ficava, meu Deus, por que esse símbolo? Por quê? Então, olha, quem está assistindo, ele não enfeitou o eslaide com uma florzinha, aquele é um símbolo da política, é um símbolo, eu creio que usado em muitos lugares inclusive. Então, só para que todo mundo fique atento.

E já informando quem está nos acompanhando *online* que essa apresentação vai ficar à disposição. As pessoas poderão ter acesso a essa exposição.

Então aí, doutor, só para explicar que o nosso símbolo não foi só para enfeitar, não.

O SR. LEANDRO ARBOGAST DA CUNHA – Muito obrigado, Senadora. A senhora conhece bem a política, esteve presente na sua gênese, então a Senadora vai nos auxiliar bastante.

Então o desaparecimento, em 2023: mais de 82 mil pessoas desapareceram. Desses, cerca de 63% são localizados – na coluna da direita há a questão da localização. Os estados que mais registram desaparecimentos, mas também são aqueles que mais registram a localização: São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Em 2024 os dados são muito semelhantes, com pequenas variações. Nós temos, em média, o desaparecimento de pouco mais de 200 pessoas por dia. Também a localização é em torno de 63%.

Para demonstrar que esta é uma política transversal, multidisciplinar e de extrema complexidade no seu desenvolvimento, as áreas de atuação, hoje impostas pelo Decreto 10.622, são compartilhadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e pelo Ministério dos Direitos Humanos. Então, ali é em que cada ministério deve atuar, e deve investir, e deve propor políticas para atuar – numa dessas áreas que estão dispostas no eslaide.

Pessoa desaparecida também tem uma conceituação, que a Lei 13.812 traz, que é: "todo ser humano cujo paradeiro é desconhecido, não importando a [sua] causa [...]", e isso permanece até que seja recuperado e a sua identidade seja confirmada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A classificação dos desaparecimentos também. Essa classificação dos desaparecimentos é uma discussão que ainda se trava. Isso está disposto no nosso guia de busca e investigação de pessoas desaparecidas, mas é uma discussão que ainda é muito travada por quem estuda e por quem trabalha com relação a esse fenômeno.

Então, temos o desaparecimento não criminoso e o desaparecimento criminoso, enquanto gênero.

As espécies do desaparecimento não criminoso: desaparecimento voluntário, aquele em que a pessoa, por livre, espontânea e consciente vontade, deseja romper seus vínculos com seus laços familiares e simplesmente desaparece; e, o desaparecimento involuntário, mas ainda não criminoso: aquele que é causado por diversos fatores, entre eles, problemas de saúde mental, desastres, acidentes. Há um rol, uma gama de causas para o desaparecimento não criminoso involuntário.

O desaparecimento criminoso: propriamente dito é aquele que acontece por ações delituosas; ou então há o desaparecimento forçado, ou político.

Desafios que nós temos. Nós colocamos estes, mas eles não são poucos, isso não é um rol taxativo, é só exemplificativo.

Temos dificuldades na padronização de dados a partir dos campos do boletim de ocorrência. Essas dificuldades são pela diversidade desses temas que as 27 unidades da Federação têm entre as suas instituições. Então, os caracteres, os seus referenciais são distintos e isso dificulta bastante a consolidação de dados.

Lembramos que, também na consolidação de dados, se avançou um pouco nisso: nós temos 11 estados que utilizam o procedimento policial eletrônico, que é o PPE, então esses dados são um pouco mais robustos, porque se utilizam de um padrão fornecido pelo Governo Federal; mas nas outras UFs é feito por meio do Sinesp Integração, e aí se tem as diversas formas de registro dessa ocorrência.

Sem contar isso, ainda existe uma dificuldade nas formas com que este fenômeno é registrado: desaparecimento de pessoa, fato em tese atípico... Qual é outra causa geradora, para a qual possa ser feito o registro? São inúmeras delas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também a questão da localização é um outro problema, porque muitas instituições não registram a localização.

Em que pese a cifra cinzenta de reaparecimento, de localização de pessoas ser muito grande também, também tem essa questão do registro policial: muitas vezes, não é dado baixa, e nós ficamos, então, com um ativo, ou um passivo/ativo, de ocorrências muito extenso.

Também temos o desafio da integração da rede de busca e localização, redes de assistência à saúde, de assistência social. São diversos atores – e são múltiplos – que precisam conversar, e nós precisamos fazer essa integração, que deve buscar a informação nos diversos bancos de dados que hoje estão disponíveis. Então, este é um outro grande desafio.

A construção do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, que nós ainda não concluímos. Ele sofreu solução de continuidade no ano de 2023, em virtude da questão de um rompimento de contrato, da finalização de um contrato da fábrica de *software*. Foi retomado na segunda quinzena do mês de junho. É muito importante, Senador, essa questão do cadastro, é uma demanda muito grande dos familiares. Nós estamos trabalhando muito para termos entregas consistentes ainda este ano.

A definição de fluxos da busca de investigação de pessoas desaparecidas é um outro desafio, como é que nós padronizamos isso, como é que nós temos, minimamente, uma metodologia de investigação.

E, por fim, integração e cooperação dos fluxos interinstitucionais: conversar com os sistemas do Ministério do Desenvolvimento Social, do Ministério da Saúde e de tantos outros que for preciso.

As hipóteses do desaparecimento: nesse fenômeno, nós temos, então, pessoas desaparecidas cujos paradeiro e situação de vida ou morte são desconhecidos pela polícia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEANDRO ARBOGAST DA CUNHA – Aí, sim, nós precisamos de busca, de diligência e de investigação, um trabalho muito próprio da polícia e da rede de apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também temos pessoas mortas ou restos mortais sem identificação, isso em IMLs, em hospitais, em prontos-socorros; pessoas vivas, da mesma forma, com identidade desconhecida, em hospitais, clínicas, albergues, casas de acolhimento. Enfim, são as hipóteses com que nós trabalhamos.

Como é que a gente avançou nisso, nessa complexa política em que nós, aos pouquinhos, estamos pegando essas pontas e estamos tentando criar elos, estamos tentando unir? Então, um dos projetos foi de busca de pessoas desaparecidas. Ora, numa política tão complexa como essa, num Brasil com dimensões continentais, com diversidades e especificidades das suas instituições, como que a gente começa a trabalhar? Então, nós convidamos, em agosto do ano passado, o Distrito Federal – a Delegada Camila é uma parceira –, convidamos o Estado do Ceará e de Minas Gerais para desenvolverem um projeto. Esse projeto buscava o quê, então? A elaboração de fluxo de busca e investigação e protocolos de análise de risco; a implementação, de forma piloto, do Alerta Amber Brasil nesses estados; um cadastro provisório, que nada mais é do que tentar buscar os registros de ocorrência a partir do projeto; e também a depuração de um passivo. Então, este projeto tem trazido insumos valiosos para o desenvolvimento da política. E nós somos muito agradecidos às instituições de segurança pública desses três estados que têm nos apoiado.

O Alerta Amber Brasil, como falei, surge de maneira piloto nesses três estados. Agora, nós começamos a ampliar esse serviço. Nós somos procurados pelas outras instituições de segurança pública do Brasil pedindo: "Olha, precisamos do alerta". O Ministério Público, por meio do acordo de cooperação técnica com a Meta, tem atendido a esses pedidos. Então, nós já estamos hoje com o Alerta Amber instalado em 13 unidades da Federação. É um resumo do que a gente teve até este momento.

Sobre o Alerta Amber, ali tem como ele funciona, e eu vou falar um pouquinho, porque estou tratando como se todos nós já o conhecêssemos; talvez o conheçamos, mas vou tratar dele um pouquinho. Então, quando a criança ou o adolescente desaparece, é feito um alerta nos *feeds* do Facebook e também no do Instagram, que vai para um raio de 160km do local do desaparecimento dessa criança ou desse adolescente. Até o momento, foram 44 pedidos de inserção; desses, 25 emissões foram feitas e 18 crianças ou adolescentes, então, foram localizados conforme as comunicações...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEANDRO ARBOGAST DA CUNHA – ...que chegaram até o nosso Ciberlab, que acompanha esse monitoramento.

Nós temos um ponto focal nos estados, Senadora, que faz... que recebe o desaparecimento da pessoa e o comunica ao Governo Federal. O Governo Federal, então, envia isso para a Meta, para ela fazer essa publicação do desaparecimento, e são gerados alertas até um raio de 160km.

Ainda temos, então, a questão das reuniões e eventos de articulação. E a gente pode citar a 6ª e a 7ª Reuniões das Autoridades Centrais e o 1º e 2º Encontros técnicos da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas. Reunindo quem? Delegados que atuam nessa atividade, reunindo as autoridades centrais estaduais, debatendo este tema com toda a rede e definindo, então, fluxos, formas de atendimento, redução de passivo, protocolos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEANDRO ARBOGAST DA CUNHA – Então, isso tem trazido também insumos muito bons.

Ainda, temos que falar, não se faz política pública... E, na outra audiência, a Senadora Damares deixou isto muito claro: política pública se faz com investimento. Não há outra forma; senão, são boas intenções.

Então, na estruturação, nós precisamos dizer que, no final do ano passado, por meio de fundo a fundo, foram repassados um pouco mais de R$39 milhões para fortalecimento e estruturação de delegacias especializadas em homicídios e buscas de pessoas desaparecidas. Esse foi um investimento que foi feito.

Ainda no que diz respeito à estruturação, nós fizemos a doação de 21 viaturas. Essas 21 viaturas foram para aquelas unidades da Federação que têm algum tipo de estrutura na busca e investigação de pessoas desaparecidas, seja ela delegacias propriamente ditas, seja divisões, núcleos. Enfim, onde tinha uma mínima estrutura de busca e investigação de pessoas desaparecidas foi alcançado por essas viaturas para o fortalecimento dessa política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEANDRO ARBOGAST DA CUNHA – Na parte de capacitação e de definição de protocolos, também, Senadora, houve um trabalho que foi construído a muitas mãos: o *Caderno Temático de Referência: Fundamentos da Busca de Pessoas Desaparecidas e Investigação do Desaparecimento de Pessoas* no Brasil. É um referencial teórico, metodológico, que vem trazer alguns fluxos que são importantes. E, repito, foi construído com o apoio de todas as instituições com representação.

Então, não é algo que é feito do Governo Federal para os estados, para as instituições. Não. É feito com o Governo Federal, com as instituições. Nada de maneira unilateral.

Também é um avanço... E isto é imprescindível, a Bruna falava um pouquinho sobre isto – como é importante, não é? –, se não se tem dados para propor políticas públicas, isso é navegar às cegas. Então se avançou muito com relação aos dados estatísticos. Hoje, o Sinesp VDE, que é o Validador de Dados Estatísticos, tem um painel público disponível para a sociedade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEANDRO ARBOGAST DA CUNHA – ... com uma transparência muito ativa, com relação a este fenômeno. Estes dados são feitos a partir dos gestores estatísticos, com as autoridades centrais estaduais, que cotejam esses dados e os disponibilizam.

É importante dizer também que o Sinesp, até 2023, monitorava nove indicadores de segurança pública; e, a partir de 2023, passa a monitorar 28, entre eles o desaparecimento e localização de pessoas.

Há também os relatórios estatísticos, que a Senadora pôde acompanhar na audiência anterior: o "Relatório estatístico anual de pessoas desaparecidas" como um todo – o fenômeno como um todo – e um relatório muito particular, o "Relatório estatístico anual de crianças desaparecidas e localizadas".

Também este ano, nós tivemos uma intensa campanha, que foi a "Não Espere 24h". Nisso nós utilizamos as redes sociais para desconstruir o mito de que se precisa de 24 horas para comunicar um desaparecimento. Não; não se precisa isso! Não há nenhum lastro jurídico que imponha essa situação. Então, fizemos essa campanha, que teve uma grande aceitação tanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelas instituições quanto pela sociedade, que conhece um pouquinho mais com relação ao registro dessa ocorrência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEANDRO ARBOGAST DA CUNHA – E eu já queimei muito tempo, não é, Senadora? Eu vou correr aqui.

Para 2024, temos uma campanha ou mobilização nacional de identificação de pessoas desaparecidas, que é um grande mutirão, primeiro, para processamento de restos mortais não identificados nos laboratórios de genética. Em junho, tivemos um processamento de 37% a mais do que nos meses anteriores, por meio já desse mutirão. E, depois disso, agora em agosto, faremos uma campanha para coleta de DNA de familiares de pessoas desaparecidas. Se, com o mutirão, eu tenho restos mortais processados no laboratório de genética, eu posso confrontar com o material biológico desses familiares.

A área de capacitação também é outra coisa. Não adianta criar guia, não adianta criar protocolo se não tiver capacitação. Se for somente protocolo por protocolo, talvez seja um instrumento que fique numa prateleira. Mas, então, nós estamos com os protocolos desenvolvidos, com os fluxos desenvolvidos, institucionalizamos o curso de investigação policial aplicado à busca e localização de pessoas desaparecidas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEANDRO ARBOGAST DA CUNHA – Já agora, neste mês de julho, teremos a primeira edição dessa capacitação, que vai ser para as 27 unidades da Federação. Serão duas edições neste ano e, para o ano que vem, mais cinco edições.

Senadora, desculpa extrapolar muito o tempo, mas, às vezes, eu tenho dificuldade...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não; é extremamente necessário. E a Camila deixou uns minutinhos para você – não foi, Camila? (*Risos.*)

O SR. LEANDRO ARBOGAST DA CUNHA – Muito obrigado, Delegada!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Leandro, eu acho que o senhor abordou bem os objetivos da nossa audiência de hoje, que foram a inteligência e articulação entre os órgãos, a pesquisa, o apoio à pesquisa e ao desenvolvimento científico – e esse é um ponto que me assusta muito, precisamos muito trabalhar isso ainda –, e o senhor mostrou também a capacitação.

Só uma pergunta que eu queria lhe fazer, doutor: o Amber Brasil está em três estados, não é? O Ministério dos Direitos Humanos tem participado disso – não é, Camila? – da implementação do Amber Brasil, porque é diretamente ligado à criança.

O SR. LEANDRO ARBOGAST DA CUNHA – O Ministério dos Direitos Humanos... São 13 estados, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Três?

O SR. LEANDRO ARBOGAST DA CUNHA – Treze!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Treze.

O SR. LEANDRO ARBOGAST DA CUNHA – Sim, 13.

Essa política não se faz, novamente, de maneira unilateral e isolada. Nós precisamos de articulação, e o Ministério dos Direitos Humanos participa de todas as ações do Ministério da Justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

E também, com relação ao contrato com o *software* que estava acompanhando toda a política, isso já está resolvido?

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES – O cadastro está resolvido. A Juliana todas as manhãs – exceto hoje, porque veio conosco – faz reuniões para definir as regras de negócio. Já está em desenvolvimento, Senadora, e queremos ter – não é, Juliana? – boas entregas este ano ainda, entregas contundentes este ano ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. E, se precisar de alguma coisa, Juliana, fale com a gente. Se precisar que alguém grite na tribuna aquilo que você não pode falar, venha aqui falar com a gente, tá?

Muito obrigada, Dr. Leandro, muito obrigada! Ficamos muito contentes com a sua participação hoje, muito contentes mesmo.

Na sequência, a gente vai ouvir o Marcos Antônio. E aí, Marcos Antônio, todo mundo aqui está numa expectativa muito grande, porque a gente quer falar também sobre inteligência.

Nesse exato momento, Dr. Marcos, no auditório aqui do lado, no plenário do lado, está sendo discutida inteligência artificial, e o Senado vai tomar uma posição séria sobre isso. Aí a gente quer saber também, nós estamos falando de inteligência aqui também: como é que tudo isso está sendo usado? Como é que vocês, lá na ponta, estão usando essas ferramentas todas na política de busca de pessoas desaparecidas? Então, é uma alegria ter o senhor aqui conosco nesta manhã.

São dez minutos, está lá o cronômetro. Toque a campainha não, que eu já vi que o negócio aqui não está funcionando.

Vamos lá! (*Risos.*)

O SR. MARCOS ANTÔNIO CONTEL SECCO (Para expor.) – Bom dia a todos! Quero cumprimentá-la, Senadora Damares, e agradecer o convite.

Estamos aqui pela Associação Brasileira de Criminalística, para colaborar no desenvolvimento da segurança pública e nos protocolos. (*Pausa.*)

Obrigado!

Bem, como dito, a Associação Brasileira de Criminalística representa os peritos oficiais de natureza criminal do Brasil, da União, do Distrito Federal e dos estados. Eu estou quase no final do primeiro mandato; agora, em setembro, nós teremos uma nova eleição.

O tema:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Avaliar os programas de inteligência e articulação entre os órgãos de segurança pública e demais órgãos públicos, na investigação das circunstâncias do desaparecimento, até a localização [...] [nós já tivemos uma boa apresentação do Dr. Leandro e a gente vai apresentar um ponto de convergência mais à frente]; o apoio e o empenho do poder público à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico voltados às análises que auxiliem e contribuam para a elucidação dos casos de desaparecimento até a localização da pessoa desaparecida [vai entrar o georreferenciamento, que já foi destacado aqui, e tem uma certa deficiência de se colocar isso no sistema, ou seja, ausência de campo no próprio sistema ou ausência de interesse do próprio servidor, que não tem uma capacitação, uma cobrança em cima para que isso ocorra]; e a capacitação permanente dos agentes públicos responsáveis pela investigação dos casos de desaparecimento e pela identificação das pessoas [...].

Bem, já foi dita aqui a lei que a instituiu, a Lei 13.812, de 2019, o Leandro já fez essa pontuação. E ela coloca no art. 2º, I, como citado pela Senadora no início: "I - pessoa desaparecida: todo ser humano cujo paradeiro é desconhecido, não importando a causa de seu desaparecimento, até que sua recuperação e identificação tenham sido confirmadas por vias físicas ou científicas".

Por que eu destaquei "físicas"? Nós temos vários sistemas eletrônicos, mas também temos três meios de identificação conhecidos tecnicamente, meios de técnica científica. Nós temos aqui a identificação através da impressão papilar, temos a arcada dentária e temos o DNA.

Como já dito aqui, nós temos os desaparecimentos voluntários e os involuntários, com os involuntários sendo vivos e mortos. E, como nós atuamos também... O vivo você pode pegar pela impressão, desde que tenha um bom sistema de identificação, em que você tenha registro do maior número de pessoas do país, e o banco de DNA, que nós temos também.

Então, nós temos já definido que temos que desenvolver esses sistemas. Como já apresentado aqui pelo Leandro, já tem as iniciativas que começaram, mas a gente vê que essas iniciativas vêm se arrastando já há tempos, e nós não conseguimos fazer uma convergência na informação para que se tenha um grande sistema, uma integração de todos esses sistemas justamente para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como já disse aqui, estas são as três formas de identificação. Há exemplos na identificação: impressões papilares e biométricas. Nós já temos definida por lei a criação... Já está criado o Banco Multibiométrico; ele está instituído, porém não foi efetivado ainda. Isso já vem se arrastando há um bom tempo, com discussões sobre sistema; o que faz; como é o formato; se vai aderir um sistema, ou os requisitos de sistema, às suas necessidades... A gente precisa que seja definido de que forma será essa aquisição, para que seja constituído.

Hoje, nós temos o banco do TSE, que tem dado suporte para a CIN (Carteira de Identidade Nacional), e também nós temos já a integração, para a Carteira de Identidade, das 27 unidades da Federação, que também tem um alerta rápido. Correto, Leandro? Isso, quando você deixa um flagzinho lá no sistema, ele notifica. Porém, nós precisamos, quando encontramos uma pessoa, fazer essa identificação, porque não existe outro meio oficial de identificação além daqueles três apresentados ali.

O Odonto Legal: nós não temos conhecimento de nenhuma base de dados que tem essa informação. Poderia ver se teria um banco próprio ou se ele entraria no *boot* biométrico, nas informações.

O DNA: nós temos o Banco Nacional de Perfis Genéticos, que é a rede integrada que existe, e hoje é o Ministério da Justiça que trabalha com essa equipe.

Só que aí já vêm os problemas: nós temos no Brasil, hoje, de restos mortais, na casa de 19 mil casos parados; 19 mil, aproximadamente, e a capacidade técnica de processamento desses restos mortais é de 900 por mês. Se fizermos uma continha rápida, 19 por 900, levaríamos 21 meses trabalhando *full* só para isso, nos laboratórios de DNA – essa informação é de restos mortais não identificados nos laboratórios de DNA –, além da rotina que eles têm diariamente no processamento de outros crimes.

Por isso é que a gente, como uma entidade de classe, vem bater muito na questão de recursos humanos, claro, e de investimento em tecnologia. De que jeito nós podemos fazer isso para que se tenha maior produtividade, para reduzir esse tempo? Porque hoje, se acontecer alguma coisa, no mínimo, se for necessário processar, vai levar 21 meses, quase dois anos; então, em quanto tempo nós precisamos ter essa resposta? Para ter essa resposta rápido:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimento ou em tecnologia, ou em recursos humanos, ou em técnicas, também, para que isso seja mais rápido.

Então, entrariam as pesquisas, na área de identificação, para que a gente tenha essa evolução, para que tenha essa velocidade de processamento ampliada. Aí tem que fazer esse *trade-off* de como a gente vai atuar nisso daí.

E, claro, como representante, nós temos aqui no Senado a PEC 76, de que a Senadora já participou, já foi ativa na defesa do projeto. Ela já passou na CCJ. Estamos aguardando uma pauta para o Plenário. E é subsidiada também, para que comprove sua necessidade de fazer esse investimento, para melhoria da infraestrutura dos órgãos de polícia científica.

Tem a Resolução 15, que foi aprovada recentemente pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos, no dia 7 de junho, que trata especificamente da importância da autonomia dos órgãos de polícia científica.

Na data de ontem, numa nota técnica do STF, no âmbito da ADPF 635, o STF entendeu que a autonomia da perícia técnica é considerada essencial para a redução da letalidade e também da política de desaparecidos. A busca da eventual responsabilização de excessos apenas pode ser realizada a partir de uma perícia técnica com isenção. É uma ADPF.

É isso aí.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ANTÔNIO CONTEL SECCO – É, exatamente, bem lembrado pela Bruna. Tudo isso, essas ações, a Resolução 15, e o item 39, cuja resolução inclusive subsidiou a nota técnica, é em cumprimento da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em que o Brasil foi condenado em 2017...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. MARCOS ANTÔNIO CONTEL SECCO – No caso Favela Nova Brasília.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, eu acompanhei toda a tramitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcos, obrigada pela sua participação.

Claro que você trouxe um monte de desconforto aqui, preocupações. Esse é o risco de a gente fazer uma audiência pública para avaliar uma política pública. Se a gente tivesse reunido só entre nós, a gente teria ouvido o que você falou, e estaria aqui brigando e debatendo, mas a gente tem que dar uma resposta a quem está lá *online*, nos assistindo. E, acreditem, as perguntas estão chegando, as pessoas têm interesse por esse tema.

As pessoas assistem CSI, e as pessoas veem lá que eles resolvem em um minuto aquilo. Aí você vem me dizer que a gente tem 19 mil...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... 19 mil, e com capacidade para resolver 900 por mês.

Você causou desespero lá na outra ponta agora, e a minha responsabilidade agora vai ser muito grande, mas a gente pode melhorar isso, pode melhorar isso. Desde o início da avaliação dessa política, eu tenho conversado com alguns. Eu acredito que há uma oportunidade ímpar de a gente apresentar modificação na legislação, mas estou aqui trocando bilhete com a Bruna, é uma oportunidade única de a gente também rever investimento, e mudar algumas coisas no Brasil.

A PEC eu acompanho. Eu sei de todas as discussões paralelas com relação à autonomia da nossa polícia científica, mas a gente vai ter que encarar isso mais cedo ou mais tarde, nós vamos ter que encarar.

Então, não vou manifestar posição agora, não é esse o objetivo, mas nós estamos tendo, gente, a oportunidade de, nessa avaliação, corrigir a rota mesmo. E eu estou muito disposta a ajudar vocês nessa construção.

E, observe, como eu disse na audiência passada: a composição desta Comissão, nesta legislatura, está muito boa. São Parlamentares de diálogo, Parlamentares extremamente acessíveis. Esta Comissão bateu recorde no ano passado. Entre todas as Comissões do Senado, foi a Comissão que mais produziu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um momento especial para a segurança pública no Parlamento. Vamos aproveitar este momento. Eu já fui assessora aqui nos bastidores e sei que nem sempre foi assim. Então, eu estou tendo a graça divina de participar da Comissão neste momento. Então, vamos aproveitar essa oportunidade.

A gente vai continuar a conversa com você, Doutor. Obrigada por ter nos deixado bem desconfortáveis aqui. Mas acho que todo mundo anotou, e a gente vai discutir depois especificamente.

Nós vamos ouvir a última expositora da primeira mesa – mas eu já registro que já está conosco o nosso Defensor Público-Geral, que é uma pessoa muito querida, que nos auxilia muito aqui no Senado em todos os debates – e, tão logo a Dra. Bárbara faça a sua apresentação, a gente já vai compor a segunda mesa.

Dra. Bárbara, seja muito bem-vinda.

Dez minutos. Eu não vou tocar a campainha, não, mas tente cumprir o horário.

A SRA. BÁRBARA LISBOA TRAVASSOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Estão me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, estamos.

A SRA. BÁRBARA LISBOA TRAVASSOS (*Por videoconferência*.) – Bom dia. Bom dia, Senadora – eu só tenho a agradecer por estar aqui –, na sua pessoa eu cumprimento todos e todas que estiverem presentes.

Infelizmente, por motivos de trabalho, eu não consegui estar presente, mas, de tudo que já foi dito, eu só queria reforçar que aqui em São Paulo a gente faz um trabalho de luta. Não são dias fáceis, o número que todo mundo viu é enorme de desaparecidos.

E o que eu posso falar é que a gente tenta fazer um trabalho com o Ministério Público do Estado de São Paulo, com a nossa Promotora, a Dra. Vendramini; com a Divisão dos Desaparecidos da prefeitura e com um grupo que a gente tem também, um grupo estadual aqui, o SP Desaparecidos, da Secretaria de Segurança Pública; com as forças integradas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os componentes da secretaria, em um trabalho hercúleo para tentar vencer não só as novas demandas, como as demandas do nosso passivo, que é muito grande.

O que eu posso falar é que, sim, desde que eu cheguei aqui há um ano e meio, a gente tem tido um trabalho articulado com o Governo Federal, participando das reuniões sempre que possível – agora vai ter um curso de formação –, e a nossa grande demanda é uma demanda pelo banco nacional de cadastro de pessoas desaparecidas e o banco nacional de DNA. Enquanto a gente não tiver esses sistemas... E eu sei da dificuldade, da importância e do trabalho que está sendo desenvolvido pela Senasp, no sentido de que a gente consiga implementar que esses bancos conversem, com todas as especificidades de todos os estados, para que a gente consiga... São Paulo é uma cidade que recebe milhares de pessoas e manda pessoas de volta para outros estados.

E aí eu já entro em uma pauta que, na verdade, já estava no final da minha fala, no sentido de que nós precisamos muito de formação, e a formação, eu sempre falo – eu sou educadora, eu sou professora na Academia de Polícia – que a formação é a parte do amor, mas a gente precisa muito de ferramentas que nos ajudem a trabalhar. Quando eu falo milhares de pessoas desaparecidas, eu não tenho como fazer busca ativa de todas elas em campo. A minha busca, em grande parte, é feita aqui pela nossa equipe com sistemas, e nós não temos ainda acesso a diversos sistemas que são fundamentais para que a gente consiga fazer o nosso trabalho de forma eficaz e efetiva.

Então, a gente precisava estar discutindo também – e eu sempre sou a pessoa das pautas – convênios que a gente tenha nacionalmente para discutir quem embarcou em tal rodoviária, quem desembarcou em tal rodoviária. Todos os dias eu tenho um boletim de ocorrência dizendo: "O meu parente veio para São Paulo e desapareceu." Como que a gente faz para fazer o encontro dessa pessoa, e saber se ela desembarcou antes, se ela desembarcou em São Paulo; se, quando ela chega em São Paulo, às vezes, desembarca antes da rodoviária? A gente precisa ter essa informação tanto do ponto de vista de rodoviárias quanto do ponto de vista aéreo. E é muito difícil ainda, é muito precário.

E aí eu entro na grande pauta que, sim, a gente está discutindo sistemas, a gente está discutindo informação, a gente está discutindo parcerias, mas as parcerias se fazem com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento. É muito mais fácil quando eu tenho um nome para ligar e falar: "Não deu certo. Eu preciso que a gente busque essa pessoa mais ativamente." Eu acho que esta é a grande questão: como a gente aproxima as instituições, como a gente se conhece, como a gente conversa, quais são os gargalos, quais são as boas experiências e os gargalos que a gente tem, para a gente continuar fazendo um trabalho, a cada dia, melhor. É a gente conseguir fazer gestão, e não só dar conta do dia a dia, do arroz com feijão.

Eu também sou autoridade central estadual aqui. Recentemente, nós fomos procurados por uma colega da Polícia Federal, que até está propondo uma parceria, um convênio, no sentido de disponibilizar e articular com bancos de dados nacionais, porque, como eu disse, São Paulo é uma cidade e um estado que recebe gente do resto do país e manda de volta outras pessoas. E a gente precisa ter essa articulação, porque, muitas vezes, a pessoa vem, vai embora, se faz o BO do desaparecimento, e ela está em outro estado ou ela faleceu em outro estado ou ela recebeu um benefício em outro estado, ela tirou uma carteira de motorista com dados biométricos. Então, todas essas questões estão sendo trabalhadas. É um trabalho muito difícil, de várias frentes.

Agora a gente está discutindo, no Governo do Estado de São Paulo, o tráfico de pessoas: como identificá-lo, qual é o protocolo, qual é o fluxo. Sim, São Paulo recebe também um número muito grande de pessoas de tráfico interno, de tráfico internacional, e como que a gente faz esse cadastro, esse registro, esse acolhimento e esse encaminhamento – não é? –, e às vezes o retorno da pessoa para o seu estado de origem, se for o caso.

Com relação ao Alerta AMBER, nós estamos acho que na última etapa de validação. São Paulo foi um dos estados que imediatamente pleiteou. E nós acreditamos muito nessa importância.

Peço um minutinho para contar um caso muito interessante, de grande repercussão aqui em São Paulo.

A gente teve um caso que a gente fala que foi ao contrário. Então, foi o de uma criança encontrada, que não sabia pronunciar o seu nome, que não sabia dizer o nome dos pais. Ela tinha quatro anos e foi encontrada em situação de rua. Ela não tinha RG em São Paulo. Então, nós não conseguimos encontrá-la. Buscamos em grupos de ciganos, em grupos de pessoas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vivem em situação de rua. E, ao final, a única forma que a gente conseguiu foi pedir uma autorização judicial, fazer uma divulgação; e, no mesmo dia que saiu a divulgação, vieram sete denúncias, todas elas pertinentes. A gente conseguiu encontrar a família dela, a avó dela. Os pais eram usuários, enfim, uma situação muito precária, e não tinham sequer feito o registro do desaparecimento dela. E não tinha como fazer o encontro da busca ativa com a pessoa encontrada. Então, são questões que todos os dias nos mobilizam, nos sensibilizam.

Enquanto projetos, eu acho que os grandes projetos que nós estamos conseguindo desenvolver é um protocolo de notícia de morte. Então, estamos numa fase inicial, junto com um consultório de psicologia de uma universidade, da PUC-SP, para que a gente consiga ter um tratamento – um atendimento e um encaminhamento – que seja com o menor dano possível dentro de uma notícia de morte, que é muito comum a gente ter que dar.

A outra é o convênio com as concessionárias estaduais. A gente ainda está numa fase inicial, mas pensando a respeito de como desenvolvê-lo.

De tudo o que foi falado, não vou falar do que a Senasp já falou, do que os colegas já falaram, das iniciativas.

Eu sei que a gente tem um trabalho muito grande pela frente, e é um trabalho diário, mas eu gostaria de deixar aqui pontuado meu entendimento de que nós precisaríamos ter delegacias específicas para fazer busca de crianças, para fazer busca de mulheres e para fazer busca das demais pessoas e de adolescentes, porque nós estamos trabalhando com temáticas, com linhas de investigação muito diferenciadas. Quando eu discuto criança, eu estou tendo que discutir vulnerabilidade, interseccionalidade, guarda dos pais e como que essa criança desapareceu. E ela tem que ser imediata, tem que parar tudo, e a gente ir atrás. Quando eu discuto desaparecimento de mulheres, eu tenho que discutir, até pelas diretrizes nacionais de feminicídio, se ela é vítima de violência doméstica, se ela está num abrigo ou se ela pode estar morta. Então, é uma linha de investigação totalmente diferente.

Aqui em São Paulo, a gente tem um número crescente de adolescentes meninas desaparecendo e não de meninos. Eu precisaria ter uma equipe especializada trabalhando basicamente com redes sociais, porque é pelos aplicativos que elas marcam encontros, saem e não voltam para suas casas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, eu vou discutir questão de saúde mental. Depois, a gente vai discutir questão de uso de drogas, de adictos, de Caps, de como fazer esse trabalho em parceria, em rede com a família, com o Caps, com a polícia, tendo em conta para onde leva, como cuida, como volta para casa, se está interditada ou se não está – são outras demandas.

É um trabalho que, todos os dias, a gente olha e fala: "Eu tenho que dar conta", mas, todos os dias, eu sei que alguns casos ficam para trás. Não é fácil, porque não são só algumas pessoas: são famílias inteiras procurando-as.

Eu quero deixar o nosso compromisso, o nosso empenho, os nossos parabéns por esta audiência pública. Acho que deveríamos ter não só as audiências públicas nacionais, mas se pudesse nos estados, porque daí a gente matricula os órgãos, a gente consegue fechar parcerias, fechar o contato *tête-à-tête*, olho no olho, que eu acredito que funciona muito.

Eu sou uma fã da Cora Coralina – eu já estou encerrando a minha fala, Senadora; não precisa ficar preocupada; eu falo rápido, eu sou mãe, professora, casada, e a vida é aquela correria –, e eu acho que a Cora Coralina fala muito bem quando diz que nada do que a gente vive tem sentido se a gente não tocar o coração das pessoas. E, para a gente tocar o coração das pessoas, a gente precisa lembrar sempre que naquela família é uma pessoa para quem a gente não tem uma resposta para dar. E não é fácil trabalhar todos os dias assim. Precisamos de todas as parcerias, de todos os sistemas, de todos os movimentos que tivermos, para que a gente consiga melhorar o nosso trabalho.

Eu estou aqui há um ano e meio e tenho visto muita coisa, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido.

Muito obrigada a todos, a todas.

Que a gente consiga fazer um trabalho cada dia melhor!

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bárbara, muito obrigada pela sua participação. A senhora está lá na ponta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para quem está ligando a televisão agora, que está nas redes sociais, acabou de falar a Dra. Bárbara Travassos, titular da 5ª Delegacia de Polícia de Investigações sobre Pessoas Desaparecidas de São Paulo.

Dra. Bárbara, eu vou fazer uma pergunta bem direta, e essa pergunta vai para todos os nossos expositores.

No Estado de São Paulo, Dra. Bárbara, há uma preocupação que começou a surgir a partir do momento em que começamos a avaliação, e eu vou explicar por quê. No Estado de São Paulo, a senhora está identificando institutos particulares, órgãos particulares, instituições particulares vendendo produto de busca de pessoas desaparecidas?

Por que estou falando isso? Desde o momento em que foi anunciado que nós faríamos a avaliação, eu tenho sido procurada por instituições particulares que querem participar dessa avaliação. E, aí, a minha preocupação é: como essas instituições estão surgindo? Os dados que elas têm, elas os estão compartilhando com a segurança pública? Estão querendo terceirizar um serviço que é nosso, que é de Estado?

Então, a minha preocupação é: a senhora já identificou aí, no seu dia a dia, a existência desses detetives particulares – com todo o respeito ao detetive particular –, essas instituições que estão surgindo nessa brecha aí da busca das pessoas desaparecidas no Brasil? Quando a senhora identifica, a senhora cadastra, informa? Como nós vamos lidar com isso? Eu estou perguntando para São Paulo porque é um estado maior. E a gente gostaria de saber, porque, se a senhora identificou aí, com certeza outros estados estão identificando.

E, depois, eu quero inclusive uma reunião, a sós, com a Polícia Federal e o Mistério dos Direitos Humanos, porque tudo o que vocês estão construindo uma instituição privada pode estar colocando em risco. E eu estou muito preocupada com isso.

Dra. Bárbara.

A SRA. BÁRBARA LISBOA TRAVASSOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Vamos lá.

Sim, a gente tem algumas entidades... Eu sou uma pessoa de 49 anos, não sou a pessoa mais qualificada digitalmente para falar, mas nós temos canais, páginas que trabalham com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

divulgação de pessoas desaparecidas. E aí alguns deles nos procuram para saber como eles podem divulgar, e eu falo sempre assim: todos os dados, por conta da LGPD, devem ser solicitados formalmente para a Secretaria de Segurança Pública ou divulgados com base nos dados que os familiares lhe fornecem, mediante autorização – até porque a gente tem a questão da divulgação da imagem. E a maioria deles ou procura a secretaria ou faz uma divulgação com base apenas nos familiares.

Mas nós tivemos uma página em especial muito complicada, que tinha uma história de pedir dados – antes de você conseguir entrar na página, pedia dados – de desaparecidos. E a gente teve um caso, em especial, de um familiar que me procurou, um familiar daqueles que estão há anos lutando, com toda a dor e com toda a justiça, no sentido de "o meu filho está desaparecido há 20 anos, e eu quero uma resposta". Ele nos procurou dizendo que essa pessoa tinha tirado uma carteira de motorista na Bahia e que ele descobriu isso num *site* em que ele botava seus dados e alguém informava a ele; tudo em redes extraoficiais. Foi solicitado, e inclusive o Ministério Público aqui de São Paulo acompanhou e nos ajudou, para o Detran da Bahia – não sei exatamente o nome do órgão – para que nos informasse. Essa informação não era verdadeira, e a pessoa que tinha passado esses dados era uma pessoa que tinha passagem criminal por estelionato.

Então, a gente identificou essa página, e a nossa orientação, o nosso procedimento foi ouvir a pessoa, orientar que tem que ser feito um convênio junto à Secretaria de Segurança e encaminhar para o Ministério Público, porque eles tinham uma parceria com uma entidade que cobra para fazer pesquisa de dados em fontes abertas e informar. E aí o Ministério Público conseguiu, enfim, tirar a página do ar, porque a gente achou que tinha um tráfico de dados aí que poderia estar gerando lucro e dando acesso a pessoas que não são de confiança. Então, como a gente faz esse controle de quem consegue fazer essa busca ativa? Quem é esse voluntário? Ele tem passagem...?

Então, a gente teve esse caso, e mais recentemente eu recebi da Promotora, salvo engano, da Gaesp, a Dra. Francine, a informação de que essa página foi retirada do ar no momento porque, enfim, não estava muito clara ali qual era a relação de benefício, de trabalho e se havia um ganho financeiro, não da página necessariamente, mas dessa instituição que cobra para fazer pesquisas em bancos abertos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é uma questão importante. Eu acho que tem que ser verificada e que deveria, na verdade, sair apenas de cadastros e bancos, tanto o Banco Nacional de Pessoas Desaparecidas, quanto o banco estadual, porque, além de tudo, eu posso divulgar... Eu já tive dois casos, e a gente teve que falar. Houve um caso até de uma moça que veio do Sul, fugida por conta de violência doméstica e feminicídio tentado, e o agressor fez uma divulgação dizendo que ela estava desaparecida; se alguém tivesse notícia. Ou seja, eu encontro uma pessoa lá e vejo: "Ah, é ela que está desaparecida!". E aviso quem? O agressor, a pessoa que quer matá-la.

Então, sim, precisamos pensar nessas questões de regulamentação. Aliás, eu acho que caberia um protocolo – talvez essa seja uma das pautas – para divulgação de mulheres desaparecidas. Não podemos divulgar mulheres desaparecidas sem perguntar para a Secretaria de Segurança se ela é vítima de violência doméstica, sem descobrir se ela está numa rede de abrigamento.

Tivemos o caso em que eu tive que intimar um jornalista que insistia em divulgar a foto de uma senhora que estava abrigada. As filhas não se conformavam e queriam que ela voltasse para casa para cuidar dos netos, porque elas tinham que trabalhar, e essa senhora era vítima de violência doméstica de um filho e estava abrigada. Se eu denuncio: "Ah, eu vi essa mulher na rua tal ou na casa tal" – e os abrigos são sigilosos, mas não são prisões; elas podem sair –, eu não coloco só essa mulher em risco, mas todas que estão no abrigo.

Então, eu acho que caberia um protocolo para a divulgação de mulheres desaparecidas. Antes de qualquer divulgação na imprensa, consultar se ela está num abrigo, se ela está numa situação de violência doméstica e quem a está procurando, porque, muitas vezes, pode ser o próprio agressor.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Bárbara, muito obrigada, inclusive por ter ilustrado, mas antes eu quero fazer aqui uma correção: eu não estou falando daquelas instituições e entidades que agregam famílias de pessoas desaparecidas – isso é muito legítimo, essas instituições existem – ou, então, daquelas que estão trabalhando com campanhas e conversando. A minha preocupação, Dra. Bárbara – e a senhora foi assertiva na sua resposta –, é: quem está ganhando dinheiro com isso? Tem gente ganhando dinheiro com isso, apresentando-se como instituição em um órgão de pesquisa e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

busca de pessoas desaparecidas e aí colocando pessoas que estão em programa de proteção, Bruna, em risco.

Então, assim, eu acho que esse é um tema sobre o qual nós vamos ter que nos debruçar entre nós, os órgãos envolvidos na política. A minha preocupação é que isso vai crescer, eu fui procurada. Eles estão ganhando dinheiro com isso e estão achando que é normal, que é legal, que é certinho. E aí, doutor, divulgação de dados, sem nenhum critério na divulgação de dados...

Então é mais um item para nós, entre nós, aqui fazermos, na condução da avaliação, é mais um item de preocupação.

Mas obrigada, Dra. Bárbara.

E você que está nos assistindo do outro lado e que tem alguém desaparecido na família vá procurar a delegacia de Polícia Civil. Eu vou repetir: fale com a delegacia de Polícia Civil, o delegado está pronto para ouvi-lo, tá? É isso que eu queria dizer. Pode procurar o Ministério dos Direitos Humanos pelo Disque 100, faça a denúncia pelo Disque 100, mas, por favor, essa é uma política e uma ação do Estado. A gente vai, aos poucos, nas próximas audiências, orientando a população também.

Obrigada, Doutora. Muito obrigada, Dra. Bárbara, pela participação, e a gente vai continuar, depois, conversando com a senhora no privado e a buscando sempre que for preciso. Muito obrigada.

Nós vamos desmanchar esta primeira mesa e já vamos compor a segunda.

Eu gostaria que vocês da primeira mesa descessem – pode ser? – da nossa bancada; nós vamos compor a segunda mesa.

Para a segunda mesa, eu convido já a Larissa Miranda, Delegada da Polícia Federal e Chefe do Serviço de Repressão a Crimes de Ódio, Tortura e Outras Violações contra os Direitos Humanos, aqui representando a Polícia Federal.

Obrigada, Dra. Larissa, por estar, de novo, com a gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estará, de forma *online*, o Ricardo Alves Santos, Policial Rodoviário Federal, representando a nossa PRF.

Eu convido o nosso querido Dr. Leonardo Cardoso de Magalhães, Defensor Público-Geral Federal, que está, inclusive, numa agenda, veio para fazer a participação dele. Nós vamos ouvi-lo primeiro e vamos liberá-lo, porque eu sei que a Defensoria nós podemos o tempo todo demandar.

Obrigada, Dr. Leonardo, por estar conosco.

Convido para compor a mesa, ainda, Frederico Skora – eu acho que eu falei certo, não é, Frederico? Se eu errar, você corrige –, que é Delegado de Polícia Federal, Chefe Substituto da Coordenação-Geral de Cooperação Policial Internacional, representando o núcleo da INTERPOL na Polícia Federal. Que honra ter o senhor aqui com a gente. Muito obrigada, tá?

A gente convida a Willy Hauffe, Presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais – muito bem-vindo, Willy! –, e a Roberta Rosa Ribeiro, Promotora de Justiça, Coordenadora de Mediação, Métodos Autocompositivos e de Sistemas Restauradores, do Ministério Público do Rio de Janeiro – Dra. Roberta, que alegria recebê-la na nossa audiência; que alegria!

Na sequência, nós vamos já ouvir o nosso Defensor Público-Geral, porque ele tem uma agenda, e a gente vai demandá-lo depois.

Obrigada, Dr. Leonardo, por estar conosco.

Nós temos o objetivo da avaliação da política pública. Hoje, nós estamos avaliando a questão da inteligência, a pesquisa, o apoio à pesquisa e ao desenvolvimento científico, e, claro, a capacitação permanente dos agentes públicos.

Dez minutos, mas fique à vontade, Doutor.

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

Inicialmente, gostaria de agradecer o convite da Senadora Damares Alves, uma Senadora com uma longa trajetória na defesa dos direitos humanos, que foi nossa Ministra aqui de Direitos Humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É com grande satisfação, Senadora, que eu compareço, nesta manhã, aqui na audiência pública, para discutir um tema tão importante para nós, também, da Defensoria Pública – com muita satisfação.

Estou à disposição, sempre que eu puder; e não só eu, mas todos os colegas defensores, defensoras públicas federais, estamos à disposição da senhora e do Senado Federal, para que possamos avançar, aprimorar, discutir, debater temas relevantes na promoção e defesa dos direitos humanos no Brasil, que são temas transversais e que afetam também não só os diversos órgãos do sistema de segurança pública, mas também do sistema de justiça. Fica o meu agradecimento.

É importante discutirmos o tema desaparecimento de indivíduos, porque esse é um tema bastante relevante, um tema do qual as estatísticas já demonstram, infelizmente, o aumento.

Como Defensor Público-Geral Federal, eu trago a experiência acumulada ao longo de alguns anos. Eu, como Defensor, atuei no combate e enfrentamento à exploração e ao tráfico de pessoas, sobretudo o tráfico internacional, que é atribuição nossa, enquanto Defensoria Pública da União.

E permitam-me ilustrar alguns casos práticos que destacam os desafios enfrentados e as estratégias bem-sucedidas na localização de pessoas desaparecidas. Em um caso recente, uma jovem vítima de tráfico de pessoas foi encontrada após uma colaboração estreita entre a Defensoria Pública da União, a Polícia Federal e autoridades consulares.

A DPU possui um acordo antigo de cooperação técnica com o Ministério das Relações Exteriores para promover essa integração com os consulados, porque muitas das famílias nos procuram: "Ah, o meu parente foi para o exterior com uma proposta de emprego, para a Europa, para a Ásia, e não tive mais contato". E aí, a partir dessa atuação, desse acordo de cooperação que temos com o Ministério das Relações Exteriores, nós conseguimos estreitar muitos laços com as autoridades consulares, também com as polícias locais, e o apoio também essencial tanto do Ministério da Justiça como da Polícia Federal.

Esse caso foi um caso bastante emblemático e ilustra – nós temos diversos outros casos, como foi dito, muitos dos quais nós não podemos dar publicidade – a importância de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cooperação interinstitucional, tanto no âmbito nacional, como no âmbito internacional. E destaca a necessidade de programas de inteligência robustos para rastrear e identificar redes de tráfico humano, de pessoas.

Essa jovem de 17 anos foi aliciada pela rede de tráfico que opera internacionalmente. Ela foi levada para fora do país com a promessa de um emprego, com promessa de melhoria de vida. Infelizmente, nós estamos em um país em que ainda se convive com muita desigualdade social e em que as pessoas têm poucas condições, também, de acesso ao mercado formal de trabalho. Isso acaba levando a uma situação de vulnerabilidade e de potencial submissão a situações de exploração laboral, sexual e de tráfico de pessoas. A família procurou a Defensoria Pública da União, que acionou a Polícia Federal e também o Ministério das Relações Exteriores, e conseguimos rastrear a localização da jovem através de técnicas de inteligência e vigilância eletrônica. O monitoramento de comunicações e transações financeiras permitiu identificar os envolvidos na rede de tráfico humano e coordenar uma operação de resgate em conjunto com as autoridades locais e com apoio também da INTERPOL.

Além dessas técnicas, outras estratégias avançadas têm se mostrado eficazes na localização das pessoas desaparecidas, como o uso de *drones* com câmeras de alta resolução, para monitorar áreas de difícil acesso. Essa tem sido uma ferramenta bastante valiosa nessas operações de busca e resgate, e a análise de redes sociais e monitoramento de atividades *online* também, pois, muitas vezes, as vítimas de tráfico de pessoas e as pessoas desaparecidas deixam pistas digitais que podem servir para rastrear. Então, os especialistas em cibersegurança têm usado também esse recurso como mais um recurso de facilitação para encontrar essas pessoas. Essas técnicas de geolocalização através de rede celular, GPS, são também utilizadas, com uma certa frequência, para traçar os movimentos das vítimas e dos suspeitos, permitindo uma rápida intervenção.

Isso é importante, porque, muitas vezes, sobretudo no caso do tráfico internacional, quando a pessoa cruza as fronteiras nacionais, reduz-se a nossa incidência enquanto instituição pública de Estado. E aí, a cooperação internacional, nesse ponto, essa cooperação com as autoridades locais, revela-se essencial. Por isso, é importante a gente pensar também em atividades de cooperação internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A colaboração com empresas de telefonia celular pode envolver várias frentes. Primeiro, acesso a registro de chamadas e localização de celular para traçar a última localização conhecida da vítima; depois, a utilização de tecnologias de triangulação de torres de celular, para determinar a localização aproximada da vítima; emissão de alertas de emergência, via mensagem por aplicativo, para populações em áreas específicas, solicitando informações ou avisando sobre pessoas desaparecidas. Isso é comum hoje nos alertas de defesa civil, e isso também poderia ser trazido também como uma política para essas situações de desaparecimento.

Implementação de aplicativos móveis que permitam envio e coleta de dados de localização em tempo real.

O uso de redes sociais e plataformas digitais para disseminar informações e alertas sobre desaparecidos, aproveitando a ampla base de usuários. O uso da internet, nós sabemos – de todos esses recursos –, além de permitir, eventualmente, a prática de delitos, mas também pode servir como uma forma de defesa, de localização e resgate.

É crucial destacar o papel dos cartórios de registro civil das pessoas naturais, no esforço da localização das pessoas desaparecidas. Esses cartórios são repositórios de informações vitais de cidadãos. Podem ser uma fonte valiosa de dados para a localização desses indivíduos. É importante integrar os cartórios de registro civil com as informações e com o sistema de segurança pública para poder agilizar a verificação, a identidade de pessoas e as informações pessoais. Por exemplo, quando uma pessoa desaparecida é encontrada, é possível fazer uma rápida consulta aos registros de nascimento, casamento e óbito, e assim a gente consegue localizar a família, entre outros.

Outra possibilidade é o uso da biometria coletada nos cartórios, como impressões digitais e fotos, para ajudar na identificação dessas pessoas. Uma tentativa de qualificar o trabalho dos registradores é desenvolver o uso da Central de Informações de Registro Civil, como um grande banco nacional de dados, que pode auxiliar na identificação de pessoas desaparecidas, sobretudo naqueles casos que nós vemos de crianças que são submetidas a tráfego para adoção ilegal. Então, isso é muito importante, pensarmos também em mecanismos... Agora com o documento nacional de identidade e unificação desses dados pelo uso do CPF, isso vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permitir também incidir na questão da exploração de crianças e no tráfego de pessoas para a adoção ilegal.

Para melhorar a eficácia de localização das pessoas desaparecidas, é essencial também investir em programas de inteligência que integrem dados de diferentes fontes, promovendo uma visão mais rápida e efetiva.

É muito importante – como foi muito bem dito aqui – que haja uma atuação rápida, célere, desburocratizada do Estado brasileiro, das diversas instituições, porque...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES – ... nós temos cada dia mais as instituições – as redes criminosas – avançando. Então, é importante pensarmos nesse estudo.

Adotar também a criação de um banco de dados unificados, que integre informações de diferentes órgãos para facilitar a identificação e a localização das vítimas. Por exemplo, o Sistema de Informações de Enfrentamento ao Tráfego de Pessoas, que integra a base do Sinesp, também integra o Sistema de Tráfego Internacional e o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Então, é importante; isso é um desafio nosso da Defensoria Pública da União. Muitos dos dados, muitas vezes, do Sinesp, não são atualizados na rapidez com o que se pede, com o que se precisa para fazer uma atuação efetiva. É importante também melhorar a integração, a interconexão desses sistemas e a atualização desses sistemas.

Outra medida também é o fortalecimento das fronteiras e dos postos de migração, onde muitas das vítimas de tráfego de pessoas são cooptadas.

Facilitar e promover medidas também de capacitação de agentes públicos para a detecção precoce de tráfego, como foi bem dito pela Delegada de Polícia Civil de São Paulo.

É importante pensarmos também que muitas pessoas que são vítimas de tráfego de pessoas podem se tornar pessoas desaparecidas. Então essa relação entre tráfico humano e pessoas desaparecidas é uma relação que precisamos abordar também e precisamos fortalecer a política pública de enfrentamento e combate ao tráfico de pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso da exploração ilegal também de imigrantes, que é um público-alvo da Defensoria Pública da União, é importante adotar uma faceta multidisciplinar, tanto nas questões de prevenção, capacitação de agentes, como também na atuação da repressão, então é a importância de fortalecermos campanhas de conscientização e também de educação de direitos humanos. Esse também é um papel da Defensoria Pública da União enquanto instituição nacional que promove direitos, defende direitos humanos no Brasil. E é importante criarmos linhas diretas, centros de acolhimento de imigrantes, entre outros temas, políticas públicas, com o viés também adaptados à vulnerabilidade de imigrante, da mulher vítima de violência, da criança e do adolescente.

Destaco um programa importante e interessante, a Operação Acolhida, em que o Governo brasileiro, ao longo dos anos, tem acolhido imigrantes, e a Defensoria Pública da União atua efetivamente no posto de fronteira em Pacaraima para prevenir situações de exploração sexual de crianças e adolescentes acompanhados ou separados dos pais, então nós estamos no posto de fronteira diariamente atendendo e fazendo entrevistas com as famílias e com as crianças que entram no Brasil para evitar exatamente o tráfico humano para a exploração. Então é bastante importante pensarmos em atuar também do ponto de vista de pessoas imigrantes em situação de vulnerabilidade e que, claro, são público-alvo da atuação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES – É importante lembrar que a educação e a sensibilização da sociedade também são essenciais, é importante ter essas campanhas de conscientização do tráfico, de reportar desaparecimentos, como foi bem dito pela Senadora Damares, procurar a polícia civil, procurar também a Defensoria Pública da União. Nós temos, nos casos do tráfico internacional, medidas e mecanismos para poder localizar, auxiliar na localização dessas pessoas e criar os canais de denúncia, fomentar esses canais de denúncia, fomentar canais de acolhimento da população, porque muitas vezes está no interior do Brasil e lá no interior a gente não sabe como acionar os órgãos do estado, e é importante também termos isso. O Disque 100, o Disque 180 tem desempenhado um papel fundamental com uma grande porta para receber essas denúncias, para receber essas situações de desaparecidos. E lembrem que o tempo é essencial, é preciso adotar de maneira rápida, efetiva e célere.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer, Senadora, a nossa participação. Estou à disposição aqui como Defensor Geral Federal, não só eu, mas toda a nossa equipe, defensores públicos federais no Brasil inteiro, para podermos aportar e debater, inclusive, Senadora, se necessário, efetivamente participar de elaboração de textos legislativos, entre outros temas que a Defensoria possa, dentro dessa perspectiva de instituição nacional que promove direitos humanos no Brasil, colaborar. Muito obrigado, agradeço imensamente, é um tema muito importante, Senadora, e parabenizo por trazer e levar essa discussão aqui, fomentar essa discussão no Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Leonardo, muito obrigada, muito obrigada.

Eu sei que é só o começo de uma conversa sobre esse tema específico, mas eu queria fazer uma pergunta. Nesta audiência aqui, a gente também está falando sobre articulação entre os órgãos, compartilhamento de dados, nós falamos na audiência passada também. A pergunta é a seguinte, uma senhorinha que chega à Defensoria Pública em uma situação em que ela fala: "Meu ex-marido está desaparecido". Lá atrás ele desapareceu, foi embora, eles se separaram, mas ela cita "desaparecido", o.k.? E aí ele é citado por edital e o processo ocorre. Esse dado é compartilhado com alguém, mesmo sendo uma ação cível, uma ação de terra? Na hora em que a parte informa para a Defensoria que a outra parte está desaparecida, existe o compartilhamento desse dado com o Ministério dos Direitos Humanos, com o cadastro ou esse dado não é considerado para a divulgação, para o compartilhamento no cadastro de desaparecidos?

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES – Foi uma muito boa pergunta, Senadora.

Nesses casos, quando os dados são levados em ações ou demandas que não têm o fim propriamente do desaparecido, muitas vezes o dado se perde no sistema, porque, quando eu falo em capacitação de agentes também do sistema de justiça, é também em criar esses mecanismos para que, dentro do sistema de justiça, se sensibilize para essas situações de desaparecidos e para a detecção de casos de tráfico, entre outros.

Quando a família nos procura e diz: "Meu filho foi para o exterior" ou "Meu filho estava aqui, foi para outro estado e desapareceu", aí ele vai entrar na estatística de desaparecidos, nós vamos comunicar o Ministério da Justiça e também vamos comunicar o Ministério dos Direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Humanos; aí tem, sim, o fluxo. Mas, nesses casos dessas ações em que o objeto, o foco não é o desaparecido, muitas vezes, infelizmente, esse dado pode se perder, porque nem sempre vai ter aquela pessoa ali – seja o servidor, seja o defensor – antenado para "Preciso fazer o reporte desse dado para o setor específico na Defensoria Pública".

No caso da Defensoria Pública da União, inclusive, nós temos no nosso *site*, que é o www.dpu.def.br, um canal de denúncias e, dentro desses canais de denúncias, as situações de desaparecidos. Então, é um mecanismo que a gente poderia também reportar, mas, como eu disse, é importante investirmos também em capacitação dos agentes públicos, em fortalecer essa capacitação, para que possamos qualificar, de maneira adequada, o dado, porque, quando a família falar: "Ele desapareceu", aí a gente acende aquele alerta "desapareceu" e nós vamos colocar, mas, quando é um caso, uma alegação que vem como a consequência de um outro processo em que o objeto não é esse, muitas vezes, pode ser que o dado não seja reportado ao local adequado.

Então, por isso também, Senadora, foi muito boa a pergunta. Esse é um gargalo que precisamos, desde a Defensoria Pública, tratar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Leonardo, eu não vou perder esta oportunidade, mas não vou mesmo!

Na audiência passada, nós falamos sobre as ILPIs que nós temos de idosos abrigados e que eles podem estar sendo considerados, lá no outro estado, como pessoas desaparecidas. Eu vou fazer um desafio, para a gente ter esta conversa depois – não precisa responder, é apenas um desafio –, de o senhor conversar com os defensores-gerais estaduais junto com o Ministério dos Direitos Humanos e, quem sabe, a gente fazer um grande mutirão nas ILPIs.

Aquele idoso que está dizendo lá para o diretor da ILPI: "Não me lembro de mais ninguém, minha família me abandonou" está sendo dado como desaparecido pela família. Ele é alguém que, talvez, saiu de casa muito cedo e, agora, na fase em que ele está, está, realmente, num abrigo. Então, quem sabe podemos trabalhar aí numa megacampanha, junto com as ILPIs, compartilhando os dados com o ministério, junto com a Secretaria dos Direitos da Pessoa Idosa. Mas fica aqui como sugestão, porque isso foi trazido na outra reunião e é mais uma ação com a qual a Defensoria pode ajudar na política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES – Isso é essencial, Senadora. É muito importante a senhora falar disso, dessa interlocução entre a Defensoria da União e as Defensorias estaduais; e eu falo para acrescentarmos também os cartórios de registro civil, porque eles têm esses dados atualizados.

Também há muitos casos, não só de pessoas idosas. No caso da Defensoria da União, nós detectamos algumas situações de pessoas idosas quando o benefício previdenciário é suspenso, ou quando a pessoa solicita uma pensão em razão de pessoas desaparecidas; mas também eu trago aqui, nessa análise, as pessoas em situação de rua, porque muitas vezes elas saem de um estado do Nordeste e vêm para o Sul, para o Centro-Oeste, a família perde o contato e ela está num sistema aqui.

É importante também integrar o sistema Suas, porque também as pessoas em situação de rua podem ser consideradas pessoas desaparecidas e, muitas vezes, a falta de integração... Aí é importante o compartilhamento de dados, porque nós temos diversos sistemas no Brasil, então é importante pensarmos também em como trazer e fazer essa interconexão desses sistemas no Brasil, porque muitos casos que supostamente são qualificados como desaparecidos não são desaparecidos, são pessoas que, por intercorrências, acabam saindo do seu estado de origem, da sua cidade natal, e a família perde o contato.

Então, muito bom. Estamos à disposição para trabalhar esse tema em conjunto, tanto das pessoas idosas como também dessas pessoas em situação de rua.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., doutor, muito obrigada. Nós vamos dispensá-lo, porque eu sei que o senhor está presidindo um outro conselho hoje. Inclusive, tem perguntas aqui que são para a Defensoria e a gente vai encaminhar por *e-mail*.

Nós vamos continuar contando com a participação da Defensoria nessa avaliação da Política de Busca de Pessoas Desaparecidas.

Obrigada por ter vindo pessoalmente, doutor, muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos continuar, e agora eu quero ouvir – nós queremos ouvir – novamente a Larissa Miranda, Delegada de Polícia Federal, do Serviço de Repressão a Crimes de Ódio, Tortura e Outras Violações contra os Direitos Humanos.

Dra. Larissa, bem-vinda.

Dez minutos. Acompanhe o cronômetro, mas saiba que eu tenho aquela tolerância.

A SRA. LARISSA MIRANDA (Para expor.) – Bom dia a todos, bom dia à Senadora Damares, na pessoa de quem eu cumprimento as demais pessoas aqui presentes. É um prazer estar aqui novamente.

Na vez anterior que eu estive aqui, eu tive a oportunidade de falar de um projeto que nós estamos desenvolvendo no âmbito da Polícia Federal, e eu não trouxe aqui uma apresentação específica para falar novamente sobre ele, não pretendo me demorar muito na verdade, até porque já foi dito, mas eu vou fazer aqui um breve resumo do que é que se trata esse projeto.

Na verdade, muito foi dito aqui agora na fala do Defensor Dr. Leonardo sobre a questão do tráfico de pessoas, do contrabando de imigrantes, enfim. A gente também tem uma vertente do trabalho forçado, em que atua muito diretamente, e a Polícia Federal sempre vinha sendo instada sobre como poderia auxiliar nessas demandas de desaparecidos e o que ela faz efetivamente para auxiliar nesse tipo de demanda. Corriqueiramente, esses questionamentos chegavam à Coordenação-Geral de Repressão a Crimes contra os Direitos Humanos. Foi quando a gente realmente pensou que deveríamos, sim, fazer um projeto que focasse não só na nossa parte interna... Eu divido esse projeto em duas vertentes: uma interna, que consiste justamente em verificar as nossas vítimas – as nossas vítimas de trabalho forçado, as nossas vítimas de contrabando de imigrantes, de tráfico de pessoas, que podem também ser vítimas do desaparecimento –, e também pensar em como estender esse auxílio para os demais estados...

A gente vive num país que a gente sabe que é um país continental, que não... tem fronteiras totalmente fluidas, as pessoas saem e entram de um estado para o outro. E acaba que muitas vezes, a polícia civil ou a polícia militar, ou quem esteja fazendo frente num respectivo estado, tem uma capacidade muito boa de resolução, talvez, dentro do seu próprio estado; mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no momento em que se tem aquela transposição de fronteira, pode-se dizer assim, a informação se torna muito mais difícil.

A Dra. Bárbara comentou que foi visitada por uma colega da Polícia Federal – inclusive fui eu, acuso-me aqui –, mas realmente é pensando nisso. A gente vê, por exemplo, que o Estado de São Paulo é um grande *hub* de entrada e saída de pessoas do Brasil e do mundo.

E o que é que a gente poderia fazer efetivamente para auxiliar nessas questões? A gente dispõe de uma série de sistemas que têm alcance nacional e, por vezes, internacional. Então a gente pode, sim, prestar informações que se prestam a auxiliar as autoridades que conduzem essas investigações.

E aqui eu coloco bem dessa forma mesmo. Normalmente – até a Senadora Damares comentou aqui –, há necessidade de se procurar a polícia civil sempre que se tem um caso de desaparecimento, e o mais urgente possível – e isto, com certeza, é algo que deve ser estimulado, a pressa e a urgência nessa demanda. Mas, muitas vezes, essas situações inclusive seriam atribuição da PF, a depender se tiver uma situação de transnacionalidade. Mas quem vai fazer esse primeiro atendimento dessa ocorrência vai ser a polícia civil.

E essa aproximação nossa vai nessa linha, de tentar essa aproximação, de tentar prestar informações que possam auxiliar tanto os casos que tramitam na própria polícia civil e que são de atribuição dela como também identificar os nossos casos, aqueles casos em que um brasileiro saiu do país e foi tentar, por exemplo, uma vida melhor nos Estados Unidos e, nesse meio do caminho, desapareceu; uma pessoa que, de repente, foi para a Europa e foi vítima de tráfico de pessoas; um trabalhador que inclusive está dentro do território nacional e que foi vítima resgatada num trabalho forçado.

Então, a gente tem tentado ter esse olhar interno e externo, prestando esses apoios às polícias civis. E não só às polícias civis, mas também a gente tem tido contato com os institutos de identificação, com os IMLs, no intuito de tentar utilizar os nossos sistemas em prol dessa pauta. Porque eu acho que essa é uma função que vai muito além de uma única instituição; é um problema social muito maior, que engloba aí, como a gente já falou, inclusive essa questão dos abrigos, que eu achei muito pertinente comentar agora, mas a gente tem números aqui de auxílio de informações que a gente prestou para alguns casos – eu vou até citá-los daqui a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco. Mas, especificamente, a gente não tem... não consegue receber um banco com informações sobre pessoas que estão em abrigos, sobre pessoas que estão em hospitais, sobre pessoas que estão desmemoriadas, sobre pessoas que estão, de alguma forma, sem ter condições de se identificar, e sem conseguirmos cruzar se aquela informação não condiz com a pessoa que está desaparecida em algum outro estado ou naquele próprio estado, mas que, por não ter essa ação de consolidação dessas informações num banco único, ou pelo menos ali, centralizado, no próprio estado, essas informações acabam se perdendo.

Assim, a gente tem realmente colocado à disposição a Polícia Federal para prestar algumas informações. E aqui eu vou trazer até alguns números. Esse projeto, a gente desenvolveu... tem desenvolvido, na verdade, desde o final do ano passado. Eu diria que, na verdade, ele efetivamente começou a rodar a partir deste ano. E a gente fez um primeiro levantamento deste primeiro semestre. Neste primeiro semestre, a gente chegou a receber, de diversas unidades das polícias civis, 1.439 casos de desaparecidos; e a gente retornou 746 informações de interesse, que podem vir a auxiliar na resolução desses casos.

E aqui eu vou ser justa com as polícias civis, tá? A gente não está dizendo que necessariamente eles vão conseguir solucionar os 746, mas a gente tem informações que são ali no período de interesse ou posteriormente ao desaparecimento, e podem, sim, vir a auxiliar na resolução desses casos.

Como a gente deixa claro, em regra – salvo algumas situações em que a gente tem identificado a transnacionalidade da conduta, e aí a gente tem acionado bastante, inclusive, o pessoal aqui da INTERPOL, para poder nos auxiliar, para identificar eventuais brasileiros que estejam fora ou estrangeiros que tenham ingressado no Brasil e estejam sendo dados como desaparecidos –, essas investigações seguem sendo conduzidas, normalmente, pela polícia civil. A gente só presta esse apoio, sempre que solicitado.

Atualmente, a gente já fez também 58 laudos de cadáveres não identificados. Além disso, encaminhamos 48 respostas de identificações de familiares de cadáveres não reclamados. Por vezes, a gente acaba esquecendo um pouquinho dessa temática, mas a gente vai cruzando essas informações para ver se esse cadáver não identificado ou cadáver não reclamado não condiz ali com algum desaparecido dessas ocorrências que a gente tem recebido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na prática, a gente vem, realmente, tomando pé para colocar à disposição a Polícia Federal nesse tema, porque a gente sabe que é um problema muito complexo, que exige vários atores, e que não vai ser uma única instituição que, por mais capacitada que seja, muitas vezes, vai conseguir solucionar. A gente depende muito de trocas de informações, de parcerias. Muitas vezes vamos ser nós acionando a polícia civil de um estado, porque, de repente, tem um brasileiro que pode estar na fronteira daquele país e a gente precisa de um apoio. Então, essa troca de informações é importantíssima para permitir que a gente consiga desenvolver um trabalho a contento e conforme a sociedade merece.

Bom, acho que a ideia aqui é só, realmente, fazer uma explanação do que a gente vem fazendo. Desde já, coloco o serviço do qual estou à frente atualmente à disposição para novos diálogos.

Estamos fazendo novas visitas, e aí eu quero só reforçar uma coisa que talvez na minha fala passada não tenha ficado clara: às vezes a gente recebe mais demandas de um estado do que do outro, mas a gente tem visto muita boa vontade e muita competência do pessoal que está lá nas pontas. A gente é sempre muito bem recebido. O pessoal fica muito feliz em saber que existem outras ações que podem vir a auxiliar nessas demandas.

E, realmente, a nossa ideia é trabalhar em prol e auxiliar nessas temáticas, identificar as nossas vítimas e trabalhar nesses casos de forma mais aprofundada e com uma qualidade melhor no tratamento das nossas demandas, que, muitas vezes, não chegam diretamente para a gente, justamente porque as pessoas normalmente vão procurar a polícia civil.

Bom, acho que era isso o que eu tinha para falar.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Larissa, obrigada; obrigada. E a senhora vai continuar muito conosco aqui.

Mas me deixa fazer aqui também aspas à nossa outra pauta: quando eu vejo a Dra. Larissa falando e o seu rosto na TV Senado – e a senhora é Chefe do Serviço de Repressão a Crimes de Ódio... Gente, Polícia Federal! Eu só queria fazer aspas e mandar um recado de que "o lugar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulher é onde ela quiser". Não é, doutora? Por esta mesa aqui estão passando, durante este período todo, mulheres empoderadas e fazendo a diferença nessa pauta.

Parabéns, Dra. Larissa.

Nós vamos continuar a conversa, mas eu vou trazer um outro dado aqui, Dra. Larissa, porque a gente vai poder precisar conversar sobre isto. Eu vou, de novo, dialogar com o Ministério de Direitos Humanos e com os demais. Nós falamos de ILPIs, mas vocês têm ideia do número de comunidades terapêuticas que nós temos no Brasil? Acho que a gente nunca pensou nisso. Inclusive, quero pedir à assessoria técnica, porque a gente vai precisar trazer para esta conversa aqui... Eu acho que eles são organizados em federações – duas ou três federações.

Essas comunidades terapêuticas – eu respeito muito o trabalho de todas elas – comunicam a pessoa que entra e que está lá a algum órgão? Uma pessoa que está desaparecida, mas está numa comunidade terapêutica... Como é que essas comunidades terapêuticas têm sido orientadas sobre a Lei Geral de Proteção de Dados, o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas?

Então, eu acho que a gente traz aqui mais um ponto para a gente discutir – se for necessário, inclusive, em forma de legislação –: como as comunidades vão participar desse processo.

Então, eu tenho a ILPI numa ponta, na outra ponta eu tenho as comunidades terapêuticas, e eu tenho os movimentos, no país inteiro há o Pop Rua. Como é que a gente vai trabalhar o compartilhamento desses dados?

Então, fica aí mais uma observação, Dra. Larissa, para a gente conversar depois com mais calma. A equipe técnica está reunida e falando sobre isso.

Na sequência, vamos ouvir Ricardo Alves Santos, representando a Polícia Rodoviária Federal. Ele está por videoconferência, só temos ele por videoconferência nesta mesa.

Obrigada, Ricardo, pela participação. Dez minutos. Estamos ansiosos para te ouvir.

O SR. RICARDO ALVES SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Um muito bom dia a todos! Cumprimento a Exma. Senadora Damares Alves, que conduz a presente audiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública, na pessoa de quem estendo o cumprimento a todos os integrantes da mesa. Aos senhores e às senhoras autoridades presentes, aos meus estimados colegas da área de segurança pública, o meu muito bom dia.

Permitam-me me apresentar, peço licença para me apresentar. Meu nome é Ricardo Alves Santos, sou Policial Rodoviário Federal, atualmente eu sou Coordenador de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da Polícia Rodoviária Federal. Também, na minha carreira acadêmica, sou mestre em Gestão Pública pela Universidade Federal do Espírito Santo e, não menos importante do que isso, eu sou o pai da Larissa Manuela e também da Maria Eduarda, filho do Sr. Nelson e da Sra. Nelcineia.

Por que eu estou falando de todos esses detalhes? Porque esse é um tema que atinge a família. E é com grande responsabilidade que abordamos hoje esse aspecto vital de integração, disponibilização e divulgação de informações sobre pessoas desaparecidas. Nesse contexto, a PRF apresenta o serviço Sinal Desaparecidos, que tem como objetivo agilizar a comunicação do desaparecimento de pessoas.

Para registrar um desaparecimento, o cidadão simplesmente acessa a nossa página – que é facilmente localizada num serviço de busca, como, por exemplo, o Google, em que ele pode digitar "Sinal Desaparecidos" – e inclui esses dados no sistema. Após a validação desse registro, o sistema dispara um alerta a todos os policiais em serviço, num raio de 500km, com os dados da pessoa desaparecida. O serviço é ininterrupto, funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, e é um potente fomentador desse enfrentamento. O registro também pode ser feito por telefone, ligando-se para o número de emergência da Polícia Rodoviária Federal, que hoje é o 191. Mas é importante destacar que esse registro é um facilitador e que não substitui o registro de boletim de ocorrência na polícia civil.

Em caso de desaparecimento de pessoas, as primeiras horas são consideradas fundamentais para que o desfecho da ocorrência seja o melhor possível.

Se os integrantes da mesa me permitirem, eu gostaria de falar de uma experiência pessoal que eu tive como operador de segurança pública. Em uma atividade operacional, em Ipixuna do Pará, no Pará, recebemos a ligação de um pai, na nossa unidade operacional, que informou sobre um possível aliciamento de sua filha – e, obviamente, falou as características que estavam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presentes, identificou o meio de fuga em que aquele aliciamento estava acontecendo: o meio de transporte utilizado foi um ônibus. Pouco tempo depois, coisa de cinco a dez minutos, nós tivemos êxito em fazer aquela abordagem, interceptar aquele aliciador com aquela criança e, obviamente, fazer as conduções legais pertinentes, no caso da autuação pela exploração sexual de criança e adolescente junto à polícia civil. E é primordial que os órgãos de segurança pública e das atividades a eles afetas sejam acionados imediatamente, após a identificação do sumiço, porque esses primeiros momentos são significantes para o enfrentamento desse crime.

O Sinal Desaparecidos, que é uma ferramenta da PRF, possibilita às vítimas, às famílias o imediato registro de desaparecidos. Fazendo essa conexão, aquele pai teve a felicidade de acertar o número de telefone da nossa unidade operacional, que, imediatamente após, passou àquela vítima. Então, foi possível fazer essa interceptação de forma assertiva. E nosso sistema hoje possibilita, num raio de 500km do ocorrido, a comunicação em tempo real a todos os policiais rodoviários federais em serviço, sabendo-se que a rodovia é uma artéria que comunica as mais diversas regiões do país e, em muitas das vezes, é utilizada como meio de fuga para esses aliciadores ou agentes que praticam o tráfico de pessoas. E a gente crê que, trabalhando juntos, fazemos a diferença nas vidas de muitas famílias, para melhorar, entre outras coisas, a segurança pública do nosso país.

Quanto à localização de pessoas que, inclusive por debilidade de saúde física ou mental, podem encontrar-se desorientadas ou necessitando de suporte naquele momento, esse sistema é um grande viabilizador da localização daquelas pessoas que, por debilidade de saúde física e mental, precisam de auxílio dos órgãos públicos.

A Polícia Rodoviária Federal desempenha um papel crucial no desenvolvimento da segurança pública, na promoção de políticas públicas no Brasil desde 1928. Quase centenária, a PRF, além da segurança viária, promove também, entre outras coisas, ações sociais no desenvolvimento de metodologias de gestão de segurança. O desenvolvimento do sistema de segurança pública pela PRF inclui a implementação de sistemas de videomonitoramento eletrônico, como radares e câmeras de vigilância, e a utilização de veículos equipados com tecnologias de ponta para fiscalização e patrulhamento de rodovias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses sistemas não somente aumentam a eficácia na identificação e autuação de infrações, mas também permitem uma resposta rápida e eficiente a acidentes, crimes e à localização de pessoas desaparecidas. Além disso, a nossa instituição, a Polícia Rodoviária Federal, tem sido uma fomentadora de políticas públicas voltadas, além de à redução de acidentes de trânsito, à promoção de comportamentos seguros nas estradas, com programas educativos, campanhas de conscientização, parcerias com outras instituições de segurança e saúde. Esses são exemplos de iniciativas que buscam criar a cultura dessa segurança e do importante papel social que a instituição se compromete a zelar na segurança pública do país.

O papel da PRF na formulação e implementação dessas políticas se estende também na nossa atuação na esfera legislativa, colaborando para a criação e revisão dessas metodologias que visam à melhoria da segurança viária e ao desenvolvimento de práticas sociais. A integração com outros órgãos nós cremos que é indispensável para fomento e desenvolvimento dessas políticas, e a PRF, como agente de transformação e modernização, se coloca à disposição nesse viés.

Nós estamos comprometidos com a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, dedicando-nos a apoiar as vítimas e as famílias que necessitam desse suporte nesse momento de extrema vulnerabilidade. Além disso, a PRF desempenha um papel crucial no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, como a Ministra conhece bem, mapeando locais de risco, localizando e oferecendo suporte abrangente a essas vítimas, incluindo aquelas envolvidas em situações de tráfico de pessoas.

E, só a título de exemplo, a PRF tem uma operação permanente, que se chama Domiduca, que representa a deusa grega que leva de volta as crianças em segurança aos seus pais – é por isso que leva esse nome –, e, entre outras coisas, ela permite, cooperando com o Projeto Mapear, que é um projeto estratégico da Polícia Rodoviária Federal, a localização e identificação de pontos de vulnerabilidade, obviamente facilitando aos órgãos públicos, todos eles, sejam de segurança ou afetos a essa temática, o desenvolvimento de ações sociais que visam ao enfrentamento à exploração sexual crianças e adolescentes, ao desaparecimento de pessoas e, obviamente, dando suporte psicoemocional a essas vítimas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós agradecemos a todos os participantes desta audiência pública. Em especial à Exma. Senadora Damares Alves, nós manifestamos aqui o nosso muito obrigado pelo convite à Polícia Rodoviária Federal na participação e no desenvolvimento dessa importante temática, permanecendo sempre à disposição no desenvolvimento desta e de outras políticas públicas. A PRF tem esse perfil de desenvolvimento de políticas e de auxílio ao desenvolvimento de políticas, buscando fazer esse enfrentamento nas principais artérias que movimentam o nosso país.

Então, aqui, o nosso muito obrigado pelo convite à participação. Convidamos a todos os presentes para conhecer um pouco mais dessas políticas e, obviamente, nos colocamos à disposição para a construção de políticas voltadas a essa importante contribuição social que os órgãos públicos podem fornecer às famílias vítimas de desaparecimento de pessoas e de outras ações em que o órgão público pode ser um grande diferencial na vida daquelas pessoas.

Então, Senadora e demais presentes, o nosso muito obrigado, permanecendo à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Ricardo. Leve um abraço para todos os inspetores da nossa gloriosa PRF e obrigada.

Eu só não consegui ouvir direito, Ricardo, o nome do programa pelo qual vocês devolvem a criança para os pais. Como é o nome?

O SR. RICARDO ALVES SANTOS (*Por videoconferência*.) – É uma operação; é a Operação Domiduca.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Domiduca.

O SR. RICARDO ALVES SANTOS (*Por videoconferência*.) – Isso!

É uma operação permanente. Ela faz referência a uma deusa romana, e essa deusa, na referência da mitologia romana, é responsável por levar as crianças em segurança aos seus pais. Então, nós temos, entre outras iniciativas, o Mapear, que a senhora conhece muito bem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. RICARDO ALVES SANTOS (*Por videoconferência.*) – ... é uma grande fomentadora desse desenvolvimento, que é um projeto estratégico da Polícia Rodoviária Federal.

E, só a título de dado estatístico, a Operação Domiduca aconteceu entre 2 e 18 de maio de... Ela é presente nos meses de maio de todos os anos e, no ano passado, foram realizadas 74 prisões durante esse período de execução da operação, em que foram encontrados 16 crianças e adolescentes que estavam sofrendo exploração sexual. Foram resgatadas 129 pessoas e, ao todo, 5.163 locais foram fiscalizados. Obviamente, foi um esforço conjunto de todos os órgãos de segurança pública, e essa integração faz a diferença no alcance de resultados significativos para o nosso país.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Ricardo. Muito obrigada.

Se puder, continue com a gente até o final. Nós estamos quase indo para o final da nossa audiência. E nós vamos ouvir agora – como mulher tem preferência aqui, Sr. Willy – a Dra. Roberta Rosa Ribeiro, Promotora de Justiça, Coordenadora de Mediação, Métodos Autocompositivos e de Sistemas Restauradores do Ministério Público do Rio de Janeiro.

Dra. Roberta, obrigada por ter vindo e por estar conosco.

A SRA. ROBERTA ROSA RIBEIRO – Eu que agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É uma alegria! Estamos com uma expectativa muito grande para te ouvir.

A SRA. ROBERTA ROSA RIBEIRO (Para expor.) – Sim, até porque a minha credencial ficou imensa, a da coordenação. É porque, na verdade, eu também respondo pela Coordenação de Direitos Humanos e Minorias. Seria melhor se a gente tivesse colocado assim, não é?

Quero agradecer a todos e todas, dar um bom dia e agradecer, em especial, à Senadora Damares Alves, que sempre foi uma parceira do Ministério Público nessa temática. Inclusive porque, à época, participou da construção do acordo de cooperação junto ao Conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional do Ministério Público para a utilização desse sistema de que a gente vai falar um pouquinho hoje. Entendo que é muito importante estar aqui hoje falando com os senhores e buscando estreitar essa articulação.

Até o assessor veio perguntar sobre a questão da ordem. Eu, como Ministério Público, tenho essa feição de falar ao final, porque a gente normalmente faz a *opinio*. Às vezes, a gente fala no começo, no criminal, mas, normalmente, eu, como Promotora de Tutela Coletiva, atuo mais nesse olhar do contexto. Então, para mim, essa ordem não é importante, mas eu estou aqui para ouvir, para aprender e também para poder colaborar na construção dessa temática.

Então, a gente fala um pouquinho do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos, que é um programa que se iniciou no Ministério Público do Rio de Janeiro, a partir de uma constatação, junto a investigações de homicídios em que a vítima não era identificada. Então, como pensar numa investigação de homicídio sem saber quem é aquela pessoa? E, a partir desse cruzamento de dados inicial dos registros de desaparecimento, pôde-se ali identificar essas vítimas e, então, ter uma linha de investigação dos crimes de homicídios.

Então, a gente tem o PIV, que vira depois... E aí, ampliando esse olhar, porque quando se fala aqui de capacitação e de sensibilização dos órgãos públicos... A gente ouviu isso do Defensor Público da União, a gente também tem esse desafio interno, mas a gente também um desafio externo, que é de trazer esse olhar sobre as demandas que já passam pelos nossos gabinetes; sobre esse olhar burocrático que das muitas vezes as instituições públicas têm, a gente precisa ampliar e trazer essa atenção para as situações que podem ser características de pessoas desaparecidas, trazendo ali uma possibilidade de adoção de protocolos e processos de trabalho que tenham atenção para essa nuance. Muito mais do que uma questão de reposta a uma investigação – não que haja uma gradação de importância –, a gente tem, sim, uma responsabilidade sobre investigação de homicídios, mas tem também uma necessidade de buscar a garantia de direitos humanos desses familiares, que também são vítimas nessas situações.

Então, a gente tem ali, em 2012, a instituição do Plid e, a partir daí, a gente busca também, em 2013 – a gente pôde ouvir a Dra. Bárbara –, uma integração com o Ministério Público de São Paulo, que faz um trabalho local, com a Dra. Eliana Vendramini, nessa temática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhecida. E 2018 eu acho que é um marcador, porque, muito antes até da instituição da política nacional, a gente tem a possibilidade de ser encampada essa política enquanto Sinalid, enquanto sistema nacional, pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Depois, em 2019, como eu já mencionei no início da fala, foi firmado um acordo de cooperação com o Ministério da Justiça e com o Ministério dos Direitos Humanos, colocando à disposição todo esse repertório, toda essa plataforma, que vem sendo construída já há mais de dez anos pelo Ministério Público.

Eu acho que é importante, nesta apresentação, nesse histórico, reforçar que a gente tem um profissional que é dedicado ao desenvolvimento. Eu estou aqui enquanto coordenação, mas a gente tem uma coordenação específica, que é feita pelo Dr. André Cruz, que vem se debruçando e atuando de uma forma muito responsável em relação a essa temática. Então, não é uma questão de a gente ter uma pretensão de defesa de uma vaidade institucional de buscar esse protagonismo; a gente está aqui hoje, participando desta audiência pública – e esperamos que sejamos convidados para as demais –, para apresentar aquilo que a gente vem fazendo em prol da sociedade brasileira. O Ministério Público, quando faz esse acordo de cooperação, especificamente, e os outros, sempre o faz na busca dessa integração, que é o objetivo hoje desta audiência pública: pensar essa integração, que vem acontecendo.

Ela vem acontecendo a partir de determinados atores, nem sempre atores centrais; a partir dessa política nacional, desse comitê gestor central; mas a partir, às vezes, de esferas locais desse trabalho de sensibilização e capacitação, e a gente vem conseguindo – vou usar uma palavra que normalmente é feita de uma forma pejorativa, mas aqui eu entendo que é de forma positiva – cooptar atores, indivíduos que estão ali trabalhando e agregando nessa rede do bem.

A gente teve, em 2022, essa assinatura, essa busca dessa integração, e a gente coloca ali que a gente tem, hoje, em 2024, 100 mil registros nacionalizados. A gente sabe que não é um retrato do todo; a gente nunca teve a pretensão de o Sinalid ser um cadastro nacional, daquele que está previsto na lei, mas ele vem, sim, sendo um cadastro, um repositório de informação de pessoas desaparecidas, sabendo das limitações, que já foram aqui muito bem colocadas pelos demais participantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente, hoje, tem, em 2024, dentro dessa linha do tempo, essa integração de 23 unidades federativas pelos seus respectivos Ministérios Públicos, que vêm trabalhando em nível local essas integrações, com desenhos particulares e sabendo, também, que as dinâmicas territoriais são diversas. Então, vêm-se fazendo essas construções em nível local, mas a gente entende que é realmente muito importante que essa política nacional, a partir do seu comitê gestor, que tem participação de um representante... Na verdade, de dois: um titular e um suplente – hoje, é presidido pela Dra. Bruna –, que seriam a Dra. Polyanna, do MPDFT, e o Dr. Hugo, do MPCE. Quando a gente coloca sobre essa integração e coloca este dado de 2.556 órgãos públicos atingidos, é porque, a partir desse olhar que o sistema nos propõe, a gente tem ali a identificação dos acessos, a identificação dos registros e dos atores e instituições que participam e colaboram com essa plataforma. A gente tem diversas delegacias, diversos hospitais, diversas instituições de assistência.

Então, as colocações que foram feitas pela Senadora realmente são questões que a gente já tem no nosso radar. Por exemplo, em ILPI no Rio de Janeiro, a gente tem hoje no sistema cerca de 2.100 pessoas idosas institucionalizadas sem que tenham a correspondente identificação dos familiares. São pessoas que a gente entende como potencialmente desaparecidas, e estão registradas no nosso sistema.

A gente vê e vivencia de forma muito próxima a angústia desses familiares. A gente teve, recentemente, um pedido de uma familiar que busca o seu pai idoso, para que a gente fornecesse para ela toda a relação de ILPIs, porque ela iria fazer essa busca, por mais que a gente tenha ali o caso sendo acompanhado, mas há uma necessidade de uma ação ativa; o que mostra o quanto a gente se sente responsável por tentar minimizar esse sofrimento e essa dor.

Então, quando a gente coloca... Como eu falei, a gente vai ver ali esses órgãos públicos, a partir desse olhar dos registros que são feitos por quem participa dessa rede. Então, a gente coloca ali essas 2.556 instituições.

Quem é essa pessoa desaparecida? Como eu falei, a gente não está falando do todo, mas está falando desse recorte, dessa amostragem que não é muito destoante das outras pesquisas que se realizam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fico muito feliz, Dra. Bruna, por colocar a notícia dessa parceria com a UnB. A gente está à disposição também para colaborar no olhar desse material. A gente tem ali...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROBERTA ROSA RIBEIRO – Ai, já acabou.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, não, Dra. Roberta, fique tranquila.

Mas a senhora pode voltar o seu eslaide?

A SRA. ROBERTA ROSA RIBEIRO – Posso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu vi que, lá nas instituições, a senhora está com 487 cemitérios?

A SRA. ROBERTA ROSA RIBEIRO – Sim, porque... O que acontece? A gente tem um fluxo de...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso quer dizer que todos os cemitérios são convidados para a parceria?

A SRA. ROBERTA ROSA RIBEIRO – Sim. Por qual motivo? Foi mencionado aqui – agora não lembro quem foi, da parte técnica, da polícia técnica – sobre a questão dos casos dos óbitos dos corpos não reclamados. Quando os corpos não são reclamados, e a gente faz sempre uma crítica sobre essa questão, isso dá uma perspectiva de que os familiares não procuraram essas pessoas ou não estão procurando essas pessoas. E, na verdade, a gente sabe que, muitas das vezes, por essa falta de integração, as pessoas são enterradas e, apesar de identificadas – algumas não identificadas –, elas são enterradas e têm ali, às vezes, um registro de ocorrência de desaparecimento.

Então, a gente tem um fluxo em São Paulo – a Dra. Bárbara até mencionou na fala dela sobre esse trabalho que vem sendo feito –, e a gente vem trabalhando junto ao serviço cemiterial. Eles nos informam esses casos de enterros que são feitos a partir desse encaminhamento, porque o corpo não pode ficar muito tempo, seja no serviço de saúde, numa unidade de saúde, seja no Instituto Médico Legal. Então eles são encaminhados para serem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enterrados, e muitas das vezes não se consegue nesse tempo, que é cerca de 7 dias, 15 dias – agora não sei ao certo.

Então, a gente tem esse fluxo de informação e de inserção no nosso sistema, na nossa plataforma – digo "nossa" porque eu estou falando de todos, do brasileiro, não estou falando do nosso Ministério Público –, e a gente tem essa possibilidade de ter aquela informação salvaguardada. Às vezes, se a gente consegue a coleta de materiais genéticos, a gente insere também no nosso sistema.

A gente não vai ter tempo aqui de mostrar e de abrir o nosso sistema, mas a gente poderia até entrar em algum caso e passear um pouquinho para mostrar as potencialidades do nosso sistema.

Então, respondi? (*Pausa.*)

Então, assim, quanto às pessoas desaparecidas, a gente tem essa possibilidade de olhar e ver que muitas são, na maioria, crianças e adolescentes – têm essa faixa etária marcada –, e a gente tem também a questão racial de as pessoas negras serem essa maioria.

E, aqui, falo um pouco deste motivo que é relatado pela pessoa que traz a informação. Então, a gente não tem a indicação de um motivo específico, mas tem alguns motivos em que a gente pode pensar num trabalho junto à política nacional, até nesta lógica de a gente trabalhar com evidências. A gente tem a questão da dependência química, que dialoga muito com o que a senhora trouxe sobre as comunidades terapêuticas. Então é a questão da dependência química, dessa perda voluntária, a questão dos problemas psiquiátricos também, se a gente pensar até nessa política de desinstitucionalização vigente. A gente vem trabalhando junto aos hospitais psiquiátricos, em razão dessa perda de contato familiar, de a gente perceber... de ter esse trânsito, a gente perceber que é um fenômeno que está muito relacionado com o trânsito das pessoas pelos territórios. Então, a gente vai ter realmente uma situação – que foi já apontada – de São Paulo, em que muitas pessoas chegam lá, mas também saem. Então, essa questão dos problemas psiquiátricos, às vezes, tem muito essa relação de um... não de um dinamismo, mas de uma itinerância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tem alguns casos – e são, na verdade, a minoria – que são indicação de uma questão de prática criminosa, mas a gente vê que prepondera a questão do sem motivo aparente, o que eu entendo que levou muito a essa ideia equivocada – e eu fico feliz pelo trabalho do Ministério da Justiça – desta questão de aguardarem 24 horas, porque a gente vai ver também no próximo eslaide sobre o motivo apurado de desaparecimento... (*Pausa.*)

... que fala da situação de rua também, porque aí quando a gente consegue localizar, a gente percebe que, na verdade – acho que não teve esse eslaide –, na maioria dos casos localizados, e aqui a gente ouviu falar muito sobre essa questão da elucidação, na verdade, na maioria dos casos a elucidação e a localização são a partir de um retorno voluntário.

Eu falo isso porque eu acho que é importante, primeiro, perceber que a gente tem que pensar em separar o joio do trigo, a gente pensar naquilo que realmente vai precisar de uma atenção específica sobre os motivos que levam ao desaparecimento, sabendo que essa saída voluntária pode levar, sim, a um desaparecimento mais prolongado. E, quando a gente fala de criança e adolescente, não há essa... é até mitigada essa vontade de sair voluntariamente, porque a criança, em si, desacompanhada, vai estar em uma potencial situação de risco.

Mas eu acho que é importante a gente perceber que a gente precisa trabalhar as questões – e aí isso dialoga muito com a minha outra coordenação – dos conflitos familiares e o que leva à saída desse adolescente, que às vezes está relacionado – a gente tem muitos casos – à não aceitação de adolescentes que estão numa questão de orientação sexual que destoa da orientação da família, de não aceitação dessa orientação sexual desse adolescente, dessa questão de imposição de limites, desse acesso à internet também, que aí acaba marcando encontros, e tudo mais. Então, essas questões precisam realmente...

E é por isso que eu falo que felicito essa notícia da UnB, porque a gente precisa, sim, esmiuçar esses motivos que levam à saída desse adolescente, sabendo que a gente precisa ter uma rede para busca, mas a gente precisa também entender o que leva a essa questão da reincidência, para a gente tentar estancar essa vulnerabilidade.

Eu vou passar aqui esse vídeo, que é bem breve. É de um trabalho que a gente vem fazendo, porque a gente percebe – e acho que aqui a Senadora demonstrou já essa percepção aguçada com relação ao trabalho que a gente faz para além da segurança pública, das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituições de segurança pública – também o engajamento e a sensibilização de instituições de saúde, porque muitos casos são localizados em saúde, porque as pessoas podem passar mal, ter um mal súbito, e aí ficarem...

E do Suas também, de equipamento de acolhimento do Suas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROBERTA ROSA RIBEIRO – ... seja o ILPI, seja o da criança e adolescente.

Então vou passar esse vídeo rapidinho.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. ROBERTA ROSA RIBEIRO – Então, essa é uma parceria recente que a gente tem com a Fundação Oswaldo Cruz, que tem agora um instituto de referência de infectologia. A gente vem fazendo a capacitação da equipe técnica, porque, quando a gente vai conversar com o profissional da saúde, ele fala assim: "O que eu tenho a ver com isso, com o desaparecimento?".

É de se pensar não apenas na atividade-fim, do profissional da saúde, que, sem dúvida nenhuma, é cuidar da saúde, é ali prestar o atendimento à saúde, mas entender aquele paciente como indivíduo. Quem é aquele indivíduo? E se questionar: "Por que não vem nenhuma visita? Qual é o histórico dele?". Porque, para eu prestar o melhor serviço de saúde, eu preciso saber o histórico clínico dele, senão a gente acaba tendo aquele tratamento de um espectro mais amplo e com o diagnóstico, às vezes, fica muito mais fácil a gente resgatar esse histórico. Então, fazer essa sensibilização parece algo até meio pueril; assim, muito simples. Quando a gente fala parece assim: "Mas isso é óbvio." Mas o óbvio, quando a gente trata de desaparecimento, nem sempre é algo que se apresenta de uma forma evidente e rápida.

Então, assim, a gente está à disposição para dialogar sobre essa política pública, que é algo que nos encanta, no sentido de que, sabendo da tragédia, a gente sempre acredita num trabalho do Ministério Público que esteja mais alinhado não apenas numa questão de repressão, de controle, mas numa atuação que seja de resposta, de garantia de direitos humanos, de resposta às angústias sociais, aos problemas sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu podia aqui apresentar rapidamente uma plataforma pela qual a gente tem muito carinho e por meio da qual a gente acredita que pode colaborar muito na construção e no fortalecimento dessa política.

Mais uma vez, o sentimento é de gratidão.

E seguimos no diálogo com todos esses atores que vêm trabalhando nesta temática.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Roberta, que espetáculo a sua apresentação.

Eu sou muito suspeita para falar do Sinalid, porque eu sou entusiasta e admiradora do Sinalid. E acho que não podemos falar de políticas de busca de pessoas desaparecidas no Brasil sem trazer Sinalid para esta conversa. Não tem como.

Eu acho que vocês já mostraram a que vieram.

E eu sou muito feliz por ter feito essa parceria com vocês, lá atrás, e eu tenho certeza de que isso continua caminhando de forma extraordinária.

Quando eu vejo os números de 2024, se eu usasse só os dados do Sinalid, eu diria, hoje, que há 100 mil pessoas desaparecidas. Só com os dados do Sinalid. Gente, isso é muito! É uma cidade inteira desaparecida. É muito. E os dados ainda não são, de fato, os que correspondem com a realidade.

Por falar em dados, vou dar um dado aqui que os defensores dos direitos humanos vão gostar de saber e todos vocês. Enquanto a Dra. Roberta falava, questionei o ex-diretor nacional de políticas de prevenção a drogas quantas comunidades terapêuticas tem no Brasil. Aí ele me respondeu aqui: "Com documentos, organizadas, 1,2mil; contando as que não estão documentadas, passa de 2,5 mil". É muita gente! É muita comunidade terapêutica!

Eu quero parabenizar pelo vídeo dos profissionais da saúde. Logo, logo, eu quero ver um também com os padres, com os pastores, porque, lá nas igrejas, tem um monte de gente que está dada como desaparecida, que a igreja está cuidando, e a igreja não comunicou a vocês também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns! Parabéns, Ministério Público, Dra. Roberta.

Eu fiz a INTERPOL esperar, porque a INTERPOL precisava conhecer esses números. Agora, a gente quer ouvir a INTERPOL.

Por último, vai ficar o nosso perito, porque eu sei o que ele vai falar.

Dr. Frederico Skora, Delegado de Polícia Federal, Chefe Substituto da Coordenação-Geral da Cooperação Policial Internacional, representando o núcleo da INTERPOL na Polícia Federal.

Doutor, muito obrigada pelo convite, e estamos aqui ansiosos para ouvi-lo.

O SR. FREDERICO SKORA (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia a todas.

Eu que agradeço o convite, Senadora Damares, na pessoa a quem, enfim, presto meu respeito, e a todos os presentes.

Pretendo ser breve na minha explanação. Fiz aqui um pequeno texto.

É uma honra, em primeiro lugar, estar aqui, hoje, contribuindo nesta discussão, neste tema de extrema importância para a sociedade brasileira: a articulação e a troca de informações entre órgãos de segurança pública e demais órgãos públicos na investigação das circunstâncias de desaparecimento até a localização da pessoa desaparecida.

O desaparecimento da pessoa é uma situação angustiante para os familiares, para os amigos, para toda a comunidade.

A incerteza e essa falta de informações concretas, com certeza, aumentam esse sofrimento, como foi dito aqui repetidas vezes, nesta audiência hoje, porque cada minuto que passa aumenta essa angústia, esse sofrimento e dificulta a resolução desses casos, motivo pelo qual a sempre orienta que sejam comunicados o mais rápido possível.

Acho extremamente válida essa campanha, inclusive, de conscientização. Muita gente acaba se deixando levar aí por programas de TV, alguma coisa, dizendo que tem que esperar 24 horas. De jeito nenhum! Procure as autoridades, o mais rápido possível, com todos os dados relevantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, diante disso, essa articulação eficiente entre os órgãos de segurança pública e outros órgãos públicos é vital para garantir uma resposta rápida e eficaz. E o desafio de criar essas bases de dados integradas e de utilizar tecnologias de monitoramento, formar equipes multidisciplinares não é um desafio pequeno. E a complexidade definitivamente aumenta significativamente quando a pessoa desaparece em um outro país que não seja da sua nacionalidade – esse é um dificultador – e também quando, enfim, não é um país da sua residência habitual.

Não obstante, é justamente nesse contexto de fragmentação de informações, conhecimentos e práticas que a Cooperação Policial Internacional tem trabalhado há mais de cem anos. Muitas vezes, esses dados cruciais sobre o desaparecimento de uma pessoa estão dispersos entre diferentes instituições, como polícias, hospitais, conselhos tutelares, outros órgãos de assistência social, e isso em diversos países.

Então, como exemplo de cooperação internacional na busca de pessoas desaparecidas, cito aqui a Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL), fundada em 1923 e atualmente com 196 países membros, a qual fornece diversas ferramentas, serviços e produtos para ajudar a localizar pessoas desaparecidas ao redor do mundo. Entre esses, um sistema seguro de comunicação global, o I-24/7, interligando polícias em todos esses 196 países; diversos bancos de dados biométricos e de perfis genéticos; e um sistema de alertas e avisos internacionais sobre pessoas desaparecidas ou que, por algum motivo, não consigam se identificar, e também sobre restos mortais não identificados. Todos os dados são processados com o devido respeito aos direitos humanos, à privacidade, a observância das regras da INTERPOL e também a submissão a um regime robusto de proteção de dados.

A Polícia Federal, no caso, funciona como Escritório Central Nacional da INTERPOL no Brasil, mas isso não significa que a Polícia Federal é a INTERPOL no Brasil – isso é importante sempre frisar. Nós também temos funções de agirmos como pontos de contato de diversas outras organizações, como EUROPOL e AMERIPOL, e temos Centros de Cooperação Policial Internacionais também bastante ativos, mas, de fato, a nossa história com a INTERPOL já é antiga, pelo menos desde 1962, com a edição desse decreto do Conselho de Ministros, quando, ainda no antigo Departamento Federal de Segurança Pública, sediada em Brasília, foi criado o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Serviço de Polícia Criminal Internacional, com essa atribuição de centralizar, coordenar e difundir no país as informações referentes à criminalidade.

É claro que a INTERPOL tem até seu próprio nome, Organização Internacional de Polícia Criminal, mas isso, ao longo dos anos, foi evoluindo até que chegamos também, inclusive, nessa matéria do desaparecimento e de outras questões que também envolvem polícias ao redor do mundo.

Eu menciono essa base de dados, é uma base de dados bastante útil da INTERPOL, no contexto de pessoas desaparecidas, o I-Familia, uma base de dados global para a identificação de pessoas desaparecidas, com base na comparação internacional do DNA dos parentes. Então, essa base de dados busca identificar pessoas desaparecidas e também restos humanos não identificados, sempre que a comparação direta não é possível, por meio da amostra do DNA dos familiares. Os escritórios centrais nacionais podem encaminhar os perfis genéticos de familiares de pessoas desaparecidas para a Secretaria-Geral da INTERPOL e, no caso das organizações policiais nacionais que estão à procura de pessoas desaparecidas, elas, portanto, devem procurar o Escritório Central Nacional Brasília para que sejam realizadas buscas no I-Familia.

O BioHub também é uma interface multimodal única para a biometria, consolidando dados biométricos faciais, impressões datiloscópicas. Esse também é um sistema projetado a partir do princípio da proteção de dados e permite que todos os escritórios centrais nacionais enviem pedidos de busca biométrica por uma pessoa com base em digitais, imagens faciais e também, por meio desse sistema, receber diretamente os resultados.

Também a INTERPOL publica difusões, a mais conhecida na temática dos desaparecidos é a amarela. Essas difusões são avisos que se destinam a todos os 196 países membros, cada um com finalidades específicas, cores específicas e, na temática dos desaparecidos, então, é a difusão amarela, voltada à localização de pessoas desaparecidas e também à identificação de pessoas que, por algum motivo, não conseguem se identificar. Esse é um exemplo de uma difusão amarela. Você vai trazer ali a fotografia, esse modelo aí, por exemplo, não traz digitais, o DNA naturalmente não vai fazer parte da difusão, vai ser um anexo, normalmente a difusão vai focar naqueles elementos mais descritivos, como dados qualificativos eventualmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

observados, aparência, imagem, se tem algum traço distintivo, uma tatuagem, alguma coisa que ajude a identificar, as circunstâncias de como a pessoa foi encontrada, se ela foi encontrada num abrigo, se ela foi encontrada em situação de rua, enfim. Isso é comunicado diretamente aos 196 países membros, cada um deles vai tratar essa informação da forma adequada, de acordo com a sua legislação, e isso pode inclusive passar a fazer parte de bancos de dados, sistemas automatizados em fronteiras e também em ações ativas de localização de pessoas.

A difusão preta se destina a identificar restos mortais não identificados. É muito importante nesse caso, portanto, fornecimento de fotografias, descrições digitais também, código genético, perfil genético. Essa é uma difusão que, assim como a amarela...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FREDERICO SKORA – Já vou.

... é uma difusão que a gente... Naturalmente, a gente não publica uma difusão se a gente tiver um indicativo de onde veio aquela pessoa, aquele resto mortal não identificado. Nós primeiro tentamos, naturalmente, por meio de mensagens diretas com outras polícias, por meio da nossa rede de adidos policiais também ao redor do mundo; tentamos, primeiro, fazer contato com os países que nós consideramos que tenham mais chance de identificar. Se você já identifica, por exemplo, por algum documento, alguma informação, um telefone celular encontrado junto com o resto mortal, se você consegue já identificar o país de origem, nós já começamos uma relação bilateral, até às vezes multilateral, mais profícua do que simplesmente publicar uma difusão e, enfim, cada país só tratar aquilo de forma automatizada.

A preta também, assim como a amarela, a gente publica só quando esgotamos as medidas bilaterais e regionais, às vezes, para conseguir identificar o resto mortal; e, quando tudo mais falha, encaminhamos a difusão preta. Para todos os dados, tanto de difusões amarelas, pretas e de todas as difusões coloridas, a gente vai ter uma interface automática com essas bases de dados que eu mencionei – o BioHub, o sistema também de DNA, as bases de dados de DNA. Então, esses são instrumentos muito úteis para a nossa atividade.

A imagem da difusão preta, infelizmente, vai ser ali do resto mortal mesmo, da forma como foi encontrado, de digitais, de DNA, de informações com relação às circunstâncias em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que aquele resto mortal foi encontrado, de algum dado distintivo – se tinha algum elemento de identificação disponível.

No entanto, é importante ressaltar que o acesso a essas ferramentas, serviços e produtos é restrito, na maior parte, à Polícia Federal, que tem, como eu mencionei, essa atribuição de funcionar como o escritório central nacional, ligando os órgãos de segurança pública e demais órgãos públicos aos escritórios centrais nacionais e à secretaria-geral da organização. Não obstante, a Coordenação-Geral de Cooperação Policial Internacional está preparada para receber solicitações das autoridades competentes 24 horas por dia, sete dias por semana, e os nossos núcleos de cooperação policial internacional também estão em funcionamento nas 27 superintendências regionais da Polícia Federal, que estão encarregadas de manter essa articulação permanente com todas as autoridades e órgãos públicos pertinentes nos estados e nas capitais.

Além disso, a Coordenação-Geral, com o apoio das superintendências regionais, tem realizado seminários nos estados, chamados Longa Manus, para a divulgação da cooperação policial internacional, inclusive em matéria de localização de pessoas desaparecidas, com ampla participação de diferentes níveis do Governo e da sociedade civil.

Por fim, eu menciono aqui a Operação Global Chain. A Interpol, juntamente com diversas outras organizações, como a Europol e a Frontex, a agência de controle fronteiriço da União Europeia, Áustria e Romênia, realizou agora, entre 3 e 9 de junho, uma operação de combate ao tráfico de pessoas. A Dra. Larissa, que me acompanha, participa ativamente dessas operações da Coordenação-Geral de Proteção aos Direitos Humanos. Essa operação aconteceu em 37 países...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FREDERICO SKORA – ... foram presas 219 pessoas, 1.374 vítimas de tráfico de pessoas foram identificadas, incluindo 153 crianças. Eu menciono isso por conta da grande participação do Brasil nessa operação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutor...

O SR. FREDERICO SKORA – Oi?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – No total – volta o seu eslaide – não são todas brasileiras, não é?

O SR. FREDERICO SKORA – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – No total de 37 países, 219 pessoas presas e 153 crianças foram identificadas como vítimas. Mas não no Brasil, no total.

O SR. FREDERICO SKORA – Sim, sim. No Brasil, é o próximo eslaide aqui.

As operações foram em sete estados. Atuaram 254 policiais federais em 41 pontos de controle de locais críticos. Então fronteiras terrestres, fluviais, aeroportos, rodoviárias. E foram detectadas, nessa operação então, vítimas de tráfico de pessoas provenientes da Ásia, do Caribe, da África, da América do Sul. E foram realizadas também algumas prisões de indivíduos que já tinham mandado de prisão em aberto, especialmente por tráfico de drogas e também por contrabando de imigrantes.

Era isso a minha apresentação. Eu agradeço a atenção de todos e de todas. E estou à disposição para discutir com detalhes cada um desses pontos e buscar, junto com os senhores e as senhoras, soluções para fortalecer as nossas capacidades de localizar e proteger nossos cidadãos e cidadãs.

Então muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Frederico, muito obrigada, muito obrigada. Informações preciosas. A gente vai continuar essa conversa, tá? Porque claro que, quando se fala na adoção ilegal, e adoção ilegal e internacional, a gente imediatamente pensa na INTERPOL, nas operações. Nós queremos continuar essa conversa, e não tem como fazer a busca sem o senhor, sem a participação ativa do senhor. Muito obrigada.

O SR. FREDERICO SKORA – Estamos totalmente à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quero informar que os eslaides dele também ficarão à disposição. Tem muitos pesquisadores acompanhando esta audiência pública. Os eslaides também ficarão à disposição do público.

Nós vamos para o nosso último expositor, por dez minutos, Dr. Willy Hauffe, Presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais. Foi de propósito ter ficado por último. Você vai entender depois, tá? Obrigada por estar conosco. E a gente vai precisar muito da sua parceria na continuidade do trabalho dessa avaliação.

O SR. WILLY HAUFFE (Para expor.) – Senadora Damares, eu que agradeço a oportunidade, na pessoa da senhora e na pessoa de todos os que falaram aqui, com contribuições muito profícuas e importantes à discussão. A senhora é uma defensora, por vezes, até intransigente, do tema. Isso é de muitos anos. Quem conhece a história da senhora sabe disso, mesmo antes de ser Ministra dos Direitos Humanos, sabe da sua luta em relação a esse tema, que é tão caro ao Brasil, em que, como disse a estatística que o Dr. Leandro falou, mais de 200 pessoas desaparecem por dia, em média, no Brasil. E 63% apenas de solução.

Nós não podemos largar esse um terço que ficou para trás. Ninguém larga a mão de ninguém. E nisso, eu falo assim, não pode largar. É uma taxa de sucesso boa, sim, mas podemos melhorar. Ninguém fica para trás.

É óbvio que batemos em muitas dificuldades, até mesmo estruturais, mas aí eu permito o proselitismo um pouco, mas aí eu falo, por exemplo, de ciência no Brasil. Ciência sempre foi colocada em segundo plano no Brasil, isso há décadas. Não à toa, não temos nenhum Prêmio Nobel de ciência até hoje. E muitas discussões, até mesmo nesta Casa, fora dela, discussões de segurança pública, se resumem a direito, "juridiquês" e legalismo. E isso não leva a nada.

Ano passado, estivemos aqui nesta mesma Comissão, com um projeto de iniciativa da Senadora Leila, que o Senador Sergio Moro relatou, de aumento do escopo do Banco de Dados de DNA. Muito importante, porque você aumenta o escopo, e com isso, você previne reincidência. O que é que nós estamos discutindo? Mais do que discutir tamanho de pena, tipo penal, a gente discute ferramentas. E a gente precisa hoje é de ferramentas mesmo, para trabalhar justamente esse combate ao crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, novamente, o mundo jurídico, o mundo do direito está sendo... A discussão de segurança pública está sendo restrita ao mundo do direito, e pouco se aplica a ciência. A perícia é o estado da arte da aplicação da ciência ao mundo do direito. E nós temos muito a cooperar. Só como exemplo: o Comitê Gestor da Política instituído no MJ – eu falo da participação –, em um assento só... Oficialmente, é um assento destinado ao Instituto de Identificação, Instituto Médico Legal e Instituto de Criminalística. São searas completamente diferentes, complementares, mas completamente diferentes, com uma representação apenas.

Tem muito mais a ser explorado, muito mais a colaborar, porque ciência não se faz de um dia para o outro. Ciência é como eu falo: a perícia defende, atua com imparcialidade, rigor científico, técnica e equidistância – nós não estamos lá para defender o delegado, para defender o promotor, para defender o defensor, para defender o réu; nós vamos buscar verdade, com base em ciência, para servir à sociedade.

Nesse ínterim, a gente fala o seguinte: existem várias coisas no Brasil que têm ocorrido de forma até endêmica. Por exemplo: as perícias estaduais, nos últimos 20 anos, têm sido abandonadas. Há um esvaziamento claro das perícias estaduais, e nessa seara eu até conclamo a senhora a cobrar do Senador Rodrigo Pacheco a PEC 76, que é a salvação das perícias na seara estadual.

A Polícia Federal tem uma perícia... Temos nossos problemas pontuais, problemas de autonomia, alguns problemas pontuais, mas estamos bem, porque nós sempre estamos provendo recurso. Por exemplo: para microvestígios, que é uma seara muito importante – a ciência é uma evolução constante –, tem uma salinha que é um quarto desta, e nós temos mais de R$20 milhões em equipamentos. A gente sabe que é aquela velha máxima: "Viatura, arma e colete é muito bom para sair em foto", mas se gasta dinheiro é com ciência, e não é barato.

Fala-se muito do DNA – DNA é uma ferramenta caríssima. Vou dizer: "É caro? É caro!". E nos estados, a sua grande maioria não tem recurso para isso. Por isso, o Governo Federal, via Senasp, precisa atuar, sim. E não só com desaparecidos, como bem disse a Bruna.

Trabalhamos na Comissão da Verdade, alguns anos atrás. Então, numa Comissão da Verdade, que é sobre desaparecidos, tem que se ter atuação. Trabalhamos e foi muito eficiente, mas parou. Essa solução de continuidade também é ruim. Não importa o Governo que passa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Polícia é uma atividade vinculada, segurança pública é uma atividade vinculada. Tem que ter continuidade.

E o que se vê no Brasil é essa falta de continuidade, por vezes, falta de investimento. E, às vezes, o interesse político sobrepõe o interesse técnico e o interesse da sociedade, daquela família que está sem seu ente querido, que desapareceu, de forma voluntária ou involuntária.

E nisso a gente fala... Como bem disse o Dr. Leandro... Ele falou de três eixos – pincei três eixos de que ele falou. Por exemplo: local de crime, perícia forense e soluções tecnológicas. Ouso, desafio o Marcos Contel a falar um local de crime para desaparecidos. Eu não tenho conhecimento de nenhum local de crime feito, de desaparecidos. Não se faz local de crime nem de furto, hoje em dia, por falta de estrutura. Muito é deixado e muitos vestígios são perdidos nessa seara. Então é o princípio da oportunidade.

É óbvio: polícia ostensiva, investigação e inteligência são muito importantes. Aí, volto a repetir: precisa-se de sinergia. É uma questão até vetorial – um puxa para lá, um puxa para cá. Acaba que as forças se anulam e não saem do lugar, e, por vezes, andam para trás. Nós precisamos justamente de sinergia nesse sentido, e eu venho colocar, justamente, a perícia à disposição disso, porque nós temos várias ferramentas à disposição, como a senhora já deve ter recebido o nosso Diretor do Instituto, o Dr. Palhares, que é um entusiasta da antropologia forense – ele tem vários livros publicados. O outro, o Chefe da Divisão de Perícias Externas, nosso perito Deitos trabalhou lá no cemitério clandestino de Perus, na Comissão da Verdade.

Então, temos a antropologia forense, temos o microvestígio, temos a medicina legal, a antropologia legal, temos a geologia. Na Comissão da Verdade muito se usou o GPR, que é o radar de penetração no solo, em busca de cemitérios clandestinos.

Então, assim, temos muitas oportunidades de trabalhar juntos e soluções tecnológicas também. Por exemplo, reconhecimento facial. Tem um colega nosso que, hoje, está na Inglaterra terminando um doutorado em inteligência artificial para reconhecimento de pessoas. E não basta só uma inteligência artificial, precisa-se de fontes de dados, de bancos de dados. E o mais importante é justamente o banco de dados. Então, a integração de bancos de dados, quer seja saúde, educação, várias outras áreas interligadas, é necessária para alimentar essa ferramenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, ao falar de soluções tecnológicas... Eu me arrepio quando falo de soluções tecnológicas, porque eu corro de soluções caça-níquel, como a senhora falou daquela solução de São Paulo. Solução caça-níquel todos os dias batem em suas portas oferecendo. Por isso, nós desenvolvemos até as nossas próprias soluções. Como eu falei, a inteligência geomática nós temos, o Peritus nós temos, por exemplo, o processador de evidências digitais... São todas ferramentas feitas dentro da nossa seara, porque atendem a nossa realidade e a nossa expectativa.

O banco de dados de DNA, por exemplo, é uma ferramenta excepcional, criada em 2012, mas incipiente ao extremo ainda no país. Nosso banco de dados de DNA, hoje, tem pouco mais de 200 mil amostras. Funciona muito bem só com essas 200 mil amostras. O banco americano supera 15 milhões! Então, falta povoar esse banco, falta buscar esses dados, falta... Não adianta só dizer: "Ah, eu vou comprar uma solução de inteligência artificial". Ela será alimentada por quem? Como? Que tipo de informação? Que tipo de banco de dados? E, nessa seara, até a Carteira de Identidade Nacional foi uma solução importantíssima; contudo, deram aos estados dez anos para fazerem o 100%. É óbvio: segurança pública também não se faz de forma imediata; é tudo a médio e a longo prazo. Como eu falo, a solução de continuidade não pode existir. Tem que se ter sempre uma ação rotineira e contínua nessa seara.

Então, é nesse sentido que eu falo que a gente está aí à disposição para discutir, para participar, porque eu falo assim: existe o desaparecimento voluntário e o involuntário, mas e as causas desse involuntário? E o perpetrador desse desaparecimento involuntário? E a prova disso daí? Então, assim, nessa seara, a gente atua, como perícia, justamente para constituir essa prova, justamente até para punir mesmo quem deu causa a isso, quem deu azo a isso.

Então, Senadora, quero agradecer, mais uma vez, pela importância dessa discussão. A gente está sempre à disposição, a gente está sempre junto ao Ministério da Justiça, junto à Polícia Federal. A gente não está, é óbvio, querendo brigar com ninguém. Todos têm a sua importância nesse contexto e tudo é um processo. E a gente tem que começar, realmente, a pensar de forma coletiva e trabalhar em sinergia em prol da nossa sociedade e dos mais vulneráveis, que é a população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É; eu acho que todo mundo entendeu porque nós deixamos o Willy por último.

O objetivo desta audiência pública, como parte de quatro que vão acontecer para avaliar a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, era a gente discutir a pesquisa, o desenvolvimento científico e tecnológico e o empenho do poder público nessa área.

De que me adianta ter um Sinalid se eu não tiver pesquisa e desenvolvimento científico incrementados nessa área, para dar as respostas ao Sinalid, para dar as respostas para a Larissa, para dar as respostas para a Bruna?

Então, deixar o senhor por último foi, inclusive, para a INTERPOL entender como é injusto a gente comparar o Brasil com os Estados Unidos, e a gente está na mesma operação, Estados Unidos com tudo que se tem lá para a busca de pessoas desaparecidas, quando ele fala que o nosso banco de amostras tem 200 mil amostras...

O SR. WILLY HAUFFE (*Fora do microfone*.) – Pouco mais de 200 mil.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... pouco mais de 200 mil, e os Estados Unidos com 15 milhões. Gente, a diferença é muito grande!

E eu vou aqui abrir o meu coração. Eu vou pesar a mão no meu relatório, eu vou pesar a mão nesse item: pesquisas, investimento do poder público em pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico.

Então, acho que o senhor trouxe aqui esse recorte bem específico e dá para a gente fazer a próxima audiência pública a partir de sua fala, a partir de sua fala. Eu quero agradecer muito, tá?

E todas as minhas inquietações...

Está acompanhando a nossa audiência aqui o ex-Presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, do Governo anterior, está acompanhando.

E uma das coisas que nós chegamos ao Ministério e vimos... Nós temos lá guardadas aquelas ossadas lá do Cemitério de Perus. Nós tínhamos que mandar lotes... Holanda?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Para a Holanda. A pesquisa era feita na Holanda. Então, só o envio, a remessa vai, faz a pesquisa lá, volta, aí eles voltam e a resposta vem: "Ó, essa parte aqui não é osso humano, foi um osso de animal que mandaram junto". Sabe quantos anos demorou aquela pesquisa lá, daquela ossada do Cemitério lá de Perus? Demorou muitos anos.

E o nosso povo aqui não estava pronto para fazer isso, os nossos laboratórios aqui não estavam prontos. Nós questionamos o valor que a gente estava mandando para fora com a nossa polícia técnica aqui, com os nossos peritos técnicos aqui. Então, tem muita coisa para gente conversar, muita coisa para conversar.

Eu acho que o senhor, assim, engrandeceu muito o nosso debate. Eu quero agradecer a participação, a presença.

E a gente ainda ficou aqui com um ponto que a gente vai ter que, na próxima audiência, resgatar – equipe técnica, preste atenção –, que é a capacitação permanente do agente público. Se eu não tiver o agente público lá na ponta... E é um dos eixos da política, tá? É o eixo 6, é o inciso VI; uma das diretrizes da política é a capacitação permanente.

Nós vamos trabalhar, continuar a partir da fala dele. E esse item que ainda ficou um pouquinho solto nesta audiência, sobre a capacitação permanente dos agentes.

Nós chegamos ao final de nossa audiência, mas eu quero registrar aqui que eu fiquei acompanhando as perguntas que chegaram *online e*, à medida das falas, elas foram respondidas. Eu quero só registrar os nomes que participaram da audiência com perguntas. A Estefane, do Rio de Janeiro; a Bruna, de São Paulo; o Alessandro, de Goiás; o Francisco, de São Paulo; a Cristine, do Rio de Janeiro; o João, do Maranhão; a Taís, da Bahia; o Roberto, de Pernambuco; a Lílian, de Santa Catarina; a Patrícia, de São Paulo; a Ingrid, do Distrito Federal; o Fábio, do Piauí; e a Iara, de Minas Gerais. Vocês viram que o Brasil inteiro, não é?

A única pergunta que me chamou muito a atenção e a gente acabou provocando os senhores para responder foi – estão perguntando –: "Vai ser de graça? A tecnologia de busca de pessoas desaparecidas será gratuita para todo mundo?". Essa pergunta me incomodou, porque,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decerto, esses atores que estão aparecendo, vendendo a solução, estão cobrando muito caro, e o povo já está preocupado. Então, o meu parente não vai ser procurado porque tem que pagar.

Eu acho que a gente abre aqui um alerta para a gente continuar falando sobre isso, e, se preciso, doutores, repressão a esses que estão vendendo esperança e cobrando muito alto. Vamos ter que falar sobre isso.

Eu quero agradecer a presença de todos.

Eu quero, depois, dialogar com o Sinalid e com o Ministério dos Direitos Humanos.

Nós estamos construindo, com um grupo de trabalho coordenado pelo meu gabinete, uma legislação de direitos humanos pós-morte. A gente precisa falar sobre isso. Nós vamos entregar uma proposta legislativa sobre isso. Quando você traz ali cemitério, IML, todas as instituições... Nós vamos querer ouvi-los também.

Dessa avaliação, podem surgir outras propostas legislativas que não sejam diretamente ligadas ao tema, mas de uma forma correlata.

Eu agradeço, profundamente, a quem participou aqui no plenário, a quem está longe, aos gabinetes que estão *online*, aos nossos assessores técnicos, consultores técnicos do Senado que estão acompanhando, aos Senadores que depois vão assistir a esta audiência em casa, porque a gente chega em casa de madrugada para assistir às audiências públicas das quais a gente não conseguiu participar. Muito obrigada.

Informo que o CNJ não mandou representante de novo, mas a gente vai insistir no convite ao CNJ, inclusive, se preciso, pedir uma audiência com o Presidente do CNJ – acho que eles não entenderam a importância do que está acontecendo aqui. Eu preciso do CNJ junto.

Agradeço a todos os senhores.

Tendo cumprido o objetivo desta audiência pública, desta sessão, eu declaro encerrada a nossa audiência pública, agradecendo a todos e deixando disponíveis para a população todas as apresentações que foram mostradas durante a audiência.

A Dra. Bárbara está ainda com a gente. Obrigada. Deus a abençoe aí em São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A todos os senhores muito obrigada.

(Iniciada às 9 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e dezessete minutos do dia nove de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcos do Val, Weverton, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Vanderlan Cardoso, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Janaína Farias, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Zequinha Marinho, Paulo Paim e Plínio Valério, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores André Amaral, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Rogério Carvalho e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5391, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, para incluir em estabelecimentos penais federais de segurança máxima o preso, provisório ou condenado, pela prática do crime de homicídio qualificado previsto no inciso VII do § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a aplicação do regime disciplinar diferenciado, na forma que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Durante a reunião, é apresentada e lida complementação de voto pelo relator, Senador Flávio Bolsonaro, favorável à Emenda nº 1. Colocado em votação, é aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e à Emenda nº 1-CSP, e com a Emenda nº 2-CSP. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 382, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, para vedar a transferência de preso de alta periculosidade para a penitenciária federal de segurança máxima localizada em Brasília." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 38/2024-CSP, a apreciação da matéria é adiada. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1299, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dificultar a progressão de regime de cumprimento da pena nos casos em que o preso tenha sido condenado por crime praticado com emprego de violência contra crianças." **Autoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao projeto e à Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e à Emenda nº 1-CSP. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4607, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, "Estatuto da Criança e do Adolescente" e a Lei nº 13.431, de 14 de abril de 2017, que "estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência" para aperfeiçoar os mecanismos de proteção aos menores e adolescentes vítimas de violência." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senadora Janaína Farias. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 34, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na Audiência Pública objeto do REQ 21/2024, seja incluído convidado." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 36, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Ricardo Lewandowski, Ministro da Justiça e Segurança Pública, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os planos e metas de sua gestão à frente do Ministério da Justiça e Segurança Pública." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 38, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 382/2023, que "acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, para vedar a transferência de preso de alta periculosidade para a penitenciária federal de segurança máxima localizada em Brasília"." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.179980/2024-20-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/09

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Aprovação da ata. Quórum de dez Senadores.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 21ª e 22ª Reuniões, realizadas respectivamente em 2 e 4 de julho.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Objetivo e diretrizes da reunião: a presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste plenário, quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenha registrado a presença pessoalmente na Casa.

Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5391, DE 2020

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, para incluir em estabelecimentos penais federais de segurança máxima o preso, provisório ou condenado, pela prática do crime de homicídio qualificado previsto no inciso VII do § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a aplicação do regime disciplinar diferenciado, na forma que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. Em 2/7/2024, foi lido o relatório e concedida vista coletiva;

2. Em 3/7/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Sergio Moro;

3. Em 9/7/2024, é apresentada pelo relator, Senador Flávio Bolsonaro, complementação de voto favorável à Emenda nº 1;

4. A matéria seguirá posteriormente à CCJ.

Passo a palavra ao nobre Senador Flávio Bolsonaro, para a leitura de sua complementação de voto.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia a todos que nos acompanham.

Presidente, é só o relatório sobre a emenda apresentada pelo Senador Sergio Moro, modificando o art. 3º, §7º, que ficaria com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

.....

§ 7º As audiências com presos recolhidos em estabelecimentos penais federais realizar-se-ão, sempre que possível, por meio de videoconferência.

....." (NR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 1 deverá ser acatada integralmente, pois se trata de aprimorar a proposta legislativa de forma meritória. Exigir que os presos de alta periculosidade recolhidos nos estabelecimentos penais federais tenham o direito de participarem das audiências através de videoconferência, sempre que possível, converge com o princípio da economia processual, dá celeridade e permite maior segurança à sociedade como um todo em virtude de situações que envolvem o risco do trânsito do preso no percurso entre o estabelecimento prisional e a sede da Justiça onde ele responde pelo crime praticado ou de que estiver sendo acusado.

Diante disso, em complemento ao relatório apresentado em 19 de setembro de 2023, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 5.391, de 2020, acatando integralmente a Emenda nº 1, da Comissão de Segurança Pública.

Mais rápido do que corrida de cavalo, Senador Petecão.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Bolt!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão o parecer que acaba de ser lido. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 5.391, de 2020, e às Emenda nºs 1 e 2, desta Comissão.

A matéria vai à CCJ. (*Pausa.*)

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 382, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, para vedar a transferência de preso de alta periculosidade para a penitenciária federal de segurança máxima localizada em Brasília.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Em 8/7/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Alessandro Vieira;

2. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Passo a palavra...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente... Presidente, pela ordem.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Caro Senador Kajuru, só para, antes de V. Exa...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu vou ser rápido.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É porque parece que iam fazer um pedido de audiência pública...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É isso. É o meu.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... sobre esse projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho interessante que, enfim, seja aprovada a audiência pública para tratar desse projeto de lei, porque, obviamente, é controverso. E eu até não precisaria nem dar, nem ler o meu parecer agora, ou o parecer sobre a emenda apresentada pelo Senador Alessandro Vieira, porque a audiência pública serve para instruir o Relator.

Então, Presidente, eu sugeriria que a V. Exa. colocasse primeiro em votação o requerimento do Senador Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Kajuru, se você me permitir...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... já que o Senador já concordou com a audiência pública, eu queria só entender o projeto, porque eu achei tão...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Você permite que ele faça... Ele já concordou com a sua audiência pública. É só para que eu... É uma curiosidade. Pode ser?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro, com o maior prazer.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, na verdade, essa é uma demanda de Parlamentares do Distrito Federal, porque, na realidade – isso é um fato –, com a transferência de presos de alta periculosidade para o presídio de segurança máxima da Papuda, os próprios órgãos de segurança do Distrito Federal já produziram provas, inclusive, de um aumento da quantidade de pessoas ligadas a facções criminosas que vêm fixar residência, fixar pontos de venda de droga, enfim, seus negócios ilícitos no Entorno de Brasília.

Acontece que presídios de segurança máxima foram feitos exatamente para esse tipo de perfil de investigado ou de condenado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o parecer aqui foi numa linha, óbvio, de atender aos anseios dos Parlamentares daqui, do Distrito Federal, em especial do autor, que é o Senador Izalci. Acho que essa é uma bandeira de 100% dos Parlamentares daqui, do Distrito Federal, mas eu acho importante, sim, porque existem outros quatro presídios de segurança máxima que poderiam ser transferidos, ao invés de ser o do DF. Mas o conceito do presídio de segurança máxima é esse mesmo. Então, é realmente uma faca de dois gumes, uma "faca de dois legumes", como se fala. Acho importante fazer audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Flávio, a audiência pública... Meu colega Kajuru já convidou...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Colega?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Meu amigo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Colega, não. Irmão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Irmão.

E, como eu não sou da área e V. Exa., com certeza, tem muito mais conhecimento que eu, assim como o Senador Moro... Mas, quando eu li aqui, eu não entendi o projeto. Quer dizer que em Brasília não pode ficar, mas lá em Rondônia, lá no Acre pode ficar. Se Brasília, que tem todas as condições...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Pelo amor de Deus... Está bem.

O senhor pediu a palavra, Moro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Acho que tem que se discutir mais esse projeto. A gente entende as demandas. Sempre que se constrói um presídio em algum lugar, sempre tem reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Ninguém quer presídio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, tem que apresentar uma emenda para acabar o de Mossoró, para acabar com o presídio federal lá de Catanduvas, no Paraná, com o de Campo Grande. E vamos soltar todos esses presos.

O presídio federal de Brasília hoje é o mais seguro do país. As torres foram blindadas. E ele tem algumas vantagens geográficas em relação a outros. Por exemplo, o de lá de Campo Grande fica em um estado no qual o PCC é muito forte e é perto da fronteira.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Rondônia.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Rondônia a mesma coisa.

Então, aqui, nós estamos no meio do país, perto das Forças Armadas, nunca houve um incidente. Apesar de planos terem sido elaborados, foram tomadas as medidas necessárias de precaução para que não houvesse um resgate de presos lá dentro, que foi a blindagem das próprias torres.

Claro que a gente entende a pretensão local, que é legítima, e eu tenho certeza de que o Senador Izalci Lucas está pensando no benefício da população do Distrito Federal, mas é importante que seja feita, então, essa audiência pública, inclusive para que nós possamos ouvir quais foram os custos de construção do presídio federal em Brasília e qual seria a consequência da aprovação de uma regra dessa.

Agora, se o projeto for prosperar, eu já anuncio que eu vou pôr uma emenda para que a gente proíba também entrar preso de segurança máxima em Catanduvas, em Campo Grande, em...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Em Goiás.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Em Rondônia, Porto Velho...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Em Goiás.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Em Goiás. Então, vamos tratar igualmente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – A voz da experiência: Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu só entendi o projeto... O senhor perguntou. Eu só entendi quando o Senador Flávio Bolsonaro explicou que isso era uma petição de Parlamentares, especialmente do nosso querido amigo Izalci Lucas, porque eu pensei que fosse uma petição dos presos. (*Risos.*) "Em Brasília, não, porque em Brasília eu vou ter dificuldade e não vou produzir dificuldade". Essa é que é a verdade.

Eu, na semana passada, visitei o meu coestaduano Silvinei, e, além dos aspectos emocionais, que eu poderia registrar, eu queria dizer o seguinte: se aquilo não é segurança máxima, não existe. Aquilo é segurança máxima. E, como foi falado, é equidistante. O Distrito Federal foi transferido para cá – acho que poucos sabem disso – por uma emenda constitucional à primeira Constituição brasileira, cujo primeiro subscritor foi o catarinense Lauro Müller. Foi essa emenda que resultou, em dezembro de 1891, na escolha de uma área de 14 milhões de metros quadrados, 7 mil léguas quadradas, algo assim, que é o Distrito Federal – isso foi em 1891, e ela foi reiterada em 1946, 1934, 1937 –, e resultou naquela pergunta ao Presidente Juscelino de se ele ia ou não cumprir a Constituição.

Então, é equidistante, tem em todas as sedes de segurança da República. E, sem querer me alongar, do ponto de vista de aparato de poder público, de segurança pública, é insuperável no Brasil. Então, eu cheguei a pensar que o abaixo-assinado fosse dos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Dos presos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... hóspedes, digamos assim.

E, ao se configurar um abaixo-assinado de natureza política, de defesa do interesse político, realmente o Senador Moro tem razão: então, não pode ser no Brasil. E aí eu vou indicar um outro lugar, já que a Senadora Leila chegou: Montana, nos Estados Unidos. Montana aceita prisões, porque é uma população muito rarefeita e tem até um presídio desativado lá que eles estão querendo que receba o pessoal de Guantánamo, mas não houve acordo ainda.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente, só para fazer justiça, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Fique à vontade, Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Muito obrigado, exemplar Presidente desta Comissão rara que é a de Segurança Pública.

Em Goiás, há 35 anos, o meu irmão, Ronaldo Caiado, o maior Governador da história de Goiás, além da segurança pública, saúde e educação, ele revolucionou a questão de presídio, porque o presídio era uma tragédia, em Goiás, em todos os sentidos. Então, para quem quiser ver um presídio e um exemplo em tudo, conheça o Cepaigo, em Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Na verdade, a minha curiosidade tem sentido, é complexo o projeto. E aí esse nosso breve debate aqui foi apenas para consubstanciar o pedido do colega aqui, do meu amigo Kajuru.

Então, vou passar a palavra para ele, para que ele possa fazer a leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 38, DE 2024

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 382/2023, que "acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, para vedar a transferência de preso de alta periculosidade para a penitenciária federal de segurança máxima localizada em Brasília".

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO).

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para encaminhar.) – Eu estou requerendo... Primeiro, que Deus dê saúde a todos e todas presentes e a todos e todas que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei 382, de 2023.

Proponho aqui, para a audiência, a presença dos seguintes convidados: o representante do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), o representante da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) e, por fim, o Sr. Sandro Torres Avelar, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Presidente Sérgio Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Para discutir.) – Bom dia, Presidente Sérgio Petecão.

É só para parabenizar o Senador Kajuru pela iniciativa. Acho que é importante a gente fazer o debate. Eu já tinha me posicionado contra esses líderes de grandes facções aqui em Brasília. Isso tem alterado... Querendo ou não, nós que somos Parlamentares do Distrito Federal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos visto uma alteração na questão da segurança, porque muitos desses líderes de facções trazem, para onde eles migram, os seus grupos também. A maioria ou parte dela migra para cá. E a gente tem visto crescer não só os índices de violência, mas também de grilagem. Quem é do Distrito Federal sabe as mudanças que houve, desde que houve a transferência desses bandidos para a capital do país.

Então, assim, eu escutei o debate no meu gabinete, porque eu estava em um atendimento, e, como Senadora do Distrito Federal, eu sou contra a transferência desses líderes de facções aqui para o Distrito Federal, porque a alteração foi grande. E é isso.

Vamos para o debate na Casa. Nós estamos aqui, e a Comissão de Segurança Pública é para isso. Vai ser muito interessante. Com certeza, vou estar na audiência aí. Estou só parabenizando, porque certamente não foi só Brasília, Goiás também foi afetado com essa migração desses bandidos, dessas lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Querida Senadora Leila, V. Exa. e o autor da proposta, o Izalci, chegaram um pouco atrasados, mas já houve um debate.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Não, eu escutei. O problema é que eu estava no gabinete, atendendo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – E falaram duas autoridades: o Senador Esperidião Amin e Sergio Moro. *Grosso modo*, pelo que foi dito aqui, "Brasília não quer os presos. Aí vão mandar para o Acre, para Rondônia". É mais ou menos assim?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Deixe-me falar...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Então fale. Eu só quero entender.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu posso explicar como autor ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É lógico.... Não, primeiro a Margareth estava na sua frente.

Aí V. Exa. vai falar.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Olha, esse é um debate, e o pacote de projeto de leis que eu apresentei fala exatamente sobre isso. No Distrito Federal nós não temos vários tipos de crimes e roubos que tem no Mato Grosso. Nós temos 800km de fronteira seca, aqui não tem. Nós temos roubo de carga, aqui quase nem movimentação de carga tem. E é isso que o senhor falou: o que nós vamos fazer com os líderes de facções? O certo seria que eles ficassem girando nos presídios, para não ficar muito tempo no mesmo presídio.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – A gente vai trazer os números.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Não, mas os números eu tenho. Eu tenho. Os números eu tenho, exatamente.

É porque o 839, que está na Comissão aqui, fala dos líderes de facções, de membros de facções e do menor: o menor fica por três anos e tem uma avaliação a cada seis meses. Ele fica, por seis meses, bonzinho; e aí, quando ele sai, o crime organizado está lá de braços abertos esperando por ele. Gente, nós estamos perdendo o país para as facções criminosas, estamos perdendo o país para as facções. Se nós não pensarmos em mudar o modelo, já foi, acabou.

Tem muita gente grande transferindo tudo para fora. Eu não quero sair do meu país, mas nós temos que encarar de frente esse problema, senão já foi.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Obrigado, Senadora Margareth.

Senador Izalci, que é o autor da proposta, não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Izalci, que é o autor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Essa discussão já é antiga. A gente tentou evitar, inclusive, a construção aqui do presídio de segurança máxima em Brasília.

A coisa é muito simples, não é? Aqui é a capital da República, aqui tem todos os Poderes, está aqui o Poder Judiciário, o Legislativo, o Governo Federal, as embaixadas – são 180 representações em Brasília, e fica aqui exatamente a 30km, 20km do Congresso Nacional, das embaixadas, o presídio.

E quando veio o presídio, e aí os especialistas podem dizer – eu não sou especialista, mas conversei com muitos especialistas sobre isso –, quando você traz um Beira-Mar para cá, como aconteceu, vem muita gente em volta. Em São Sebastião, que é em volta ali, uma região administrativa, já existem facções ali em função disso. Vêm advogados, vem a família mudando para cá, vem uma gangue toda para cá. E a capital da República, que nunca teve esses movimentos de PCC, Comando Vermelho, essas coisas todas, já começa a ter, exatamente por quê? Porque veio para cá o Beira-Mar, essa turma aí que comanda o tráfico no Brasil.

Então, eu vejo assim: não tem sentido trazer esses prisioneiros para cá, diante dessa vulnerabilidade que nós temos por sermos a capital e estarem todos os Poderes aqui. Evidentemente, quanto mais longe... Agora, é evidente que se tem que estudar um sistema, mudar o sistema carcerário no Brasil, tem que mudar a forma como está hoje, porque, de fato, ninguém quer esses prisioneiros. Mas eu posso garantir para vocês que após a transferência desses prisioneiros para Brasília, aqui já virou realmente, já aconteceu o início desses comandos todos. Então, por estar próximo das embaixadas e dos Poderes da República, eu acho que é mais vulnerável e fica mais difícil trazer esse pessoal para cá.

Então, por isso que eu fiz... O ideal era não ter feito a construção aqui. Conversei, inclusive, com o Senador Sergio Moro, mas é o apelo que eu faço. Não é que Brasília seja melhor do que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ninguém, não. É porque realmente aqui a vulnerabilidade é maior em função de os Poderes estarem aqui. Esse é o motivo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Pela ordem.) – Deixem-me só falar um negócio.

Esse sorrisinho um para o outro... Eu sei que todo mundo aqui é especialista, é dado a ser especialista em segurança. Só que nós somos aqui Senadores da cidade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Só um minuto, Senador, só um minuto.

Então, assim, todo mundo vai chorar e vai dizer os problemas do seu estado. Nós só estamos aqui colocando a nossa posição. Então, eu gostaria que vocês respeitassem, e vamos para a audiência pública. Vamos para audiência pública, sem muito... Acho que é importante estar aqui o secretário, estarem aqui os representantes de conselhos de segurança, porque, assim, eu sei que tem gente aqui que entende de segurança. Parabéns! Mas nós entendemos de Distrito Federal e nós sabemos do impacto que foi para a cidade a transferência desses prisioneiros aqui para a cidade.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, o que foi dito aqui, Senadora Leila... Não teve sorrisinho, não teve...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O que foi dito aqui é: como nós vamos estabelecer critério?

Lógico, vocês estão defendendo... está corretíssimo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Se não dá para vedar, Presidente, vamos conversar sobre o rodízio aqui que a Senadora Margareth Buzetti está propondo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É uma proposta.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – ... e o projeto está parado, engavetado aí, a gente tem que ver.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É uma proposta, é uma proposta. Eu acho que nós temos que encontrar saídas.

Eu só me referi ao Acre porque ali nós estamos na fronteira com o Peru e a Bolívia, por onde entra toda a droga do Brasil. Como é que você justifica um presídio lá em Rondônia, ali, naquela região mais perigosa? O que foi dito aqui é que Brasília reunia as melhores condições, por conta das estruturas que nós temos aqui, mas vocês estão corretos. Eu acho que o melhor caminho é o debate; eu acho que o Kajuru...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Audiência pública. (*Pausa.*)

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Nós não tínhamos, dois anos atrás, o crime organizado no Mato Grosso. A gente não ouvia notícias disso; de repente, ele entrou. E nós também temos fronteira seca com a Bolívia; fronteira seca: 800km de fronteira seca. Eles vêm por rio, eles vêm pela fronteira seca, eles vêm pelo mato; é uma coisa, assim... E olhe, eu me cerquei dos melhores para fazer esses projetos de lei, que são quatro, mas vai dar a maior polêmica, eu sei disso, porque até para transferir para os estados há a questão da...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – ... competência penitenciária, de legislar sobre competência penitenciária.

Gente, os estados têm que dar conta, têm que fazer; agora, eles não podem legislar. É isto que eu digo: o Mato Grosso não é igual ao Distrito Federal, como o Distrito Federal não é igual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a São Paulo. Cada um tem suas necessidades, e o estado tem que dar conta. Agora, se nós não fizermos isso... E ontem eu vi um vídeo que o Sandro Louco fez para um juiz, dizendo que ele recebe R$75 mil da cantina dele, que ele manda na cantina do presídio. Gente, o que é isso?

Daqui a cinco anos, se esses projetos forem aprovados, nós vamos saber se isso funcionou ou não; mas que não está funcionando, isso é realidade, isso é certo. Não funciona.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Está bom.

Encerrada a discussão, não havendo mais quem queira discutir.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só uma informação aqui para os colegas...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – O Depen já faz esse rodízio entre os presos dos presídios federais nas várias regiões, porque o Depen também tem presente que não é conveniente que um preso fique muito tempo em um único presídio federal. Então, normalmente existe, sim, esse rodízio.

É só pra tranquilizar os colegas. E acho que nem é algo que é preciso colocar na lei, porque isso é feito administrativamente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 1299, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dificultar a progressão de regime de cumprimento da pena nos casos em que o preso tenha sido condenado por crime praticado com emprego de violência contra crianças.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto e à Emenda nº 1.

Observações:

1. Em 2/7/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

2. Em 8/7/2024, foi apresentado pela relatora, Senadora Leila Barros, relatório favorável ao projeto e à Emenda nº 1;

3. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Esse é um projeto de minha autoria, e a relatoria é da nossa querida Senadora Leila, que pediu para relatar por entender que esse projeto é da maior importância.

Passo a palavra à querida Senadora Leila Barros para a leitura do seu relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Senador Sérgio Petecão, Presidente da Comissão, e quero parabenizar o senhor pela iniciativa.

Relatório.

Vem à apreciação da Comissão de Segurança Pública o PL nº 1.299, de 2024, de autoria do Senador Sérgio Petecão, que altera a Lei de Execução Penal para dificultar a progressão de regime de cumprimento da pena nos casos em que o preso tenha sido condenado por crime praticado com emprego de violência contra crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição estabelece que o condenado por esse tipo de crime só poderá progredir de regime quando tiver cumprido ao menos 50% da pena, salvo se configurada uma das hipóteses mais gravosas de progressão da pena.

Em sua justificação, o autor da proposta argumenta que, nos crimes cometidos com violência contra as crianças, as consequências são duríssimas para a família da vítima. Assim, a ideia do PL é que o autor dessa infração fique preso pelo maior tempo possível.

O Senador Fabiano Contarato apresentou emenda que amplia o alcance da medida proposta ao incluir os crimes cometidos com grave ameaça e contemplar o caso de a vítima ser adolescente. O Senador argumenta que isso é "fundamental para assegurar uma resposta penal adequada e efetiva para os crimes que afetam diretamente os menores de idade, em conformidade com os objetivos de proteção integral preconizados pelo ECA".

Após análise da CSP, o PL seguirá ainda para a CCJ, em caráter terminativo.

Análise.

Quanto ao mérito, verificamos que o projeto é conveniente e oportuno.

Conforme defendido pelo autor, as famílias com crianças vítimas de violência têm o legítimo interesse de que o condenado fique preso pelo maior tempo possível.

Nesse sentido, o objetivo primordial do PL é tornar mais rigorosa a progressão de regime de cumprimento da pena para indivíduos condenados por crimes que envolvam violência contra crianças. Esta medida é de extrema importância, considerando a vulnerabilidade dessas vítimas e a necessidade de garantir que a sociedade seja protegida contra possíveis reincidências.

Portanto, o projeto visa a promoção de um ambiente mais seguro e protetivo para as crianças, classificadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como pessoas com até 12 anos de idade incompletos. Ao reforçar o compromisso do Estado com o bem-estar e a proteção desses indivíduos, a proposição se mostra meritória e de necessária aprovação.

Em relação à Emenda nº 1-CSP, concordamos plenamente com a posição do Senador Fabiano Contarato, entendendo que a emenda aprimora o texto e fortalece a proteção às crianças e aos adolescentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 1.299, de 2024, e da Emenda nº 1, desta Comissão.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu, como autor do projeto, quero agradecer à nossa querida Senadora Leila pelo seu relatório.

Todos aqui... É um projeto de fácil entendimento. O que nós queremos é só proteger as nossas crianças, para que essas pessoas que venham a cometer crime sejam punidas com o rigor da lei e não tenham algumas regalias que infelizmente a nossa lei hoje ainda oferece.

Então, mais uma vez, quero agradecer à Senadora Leila.

Em discussão o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Só quero elogiar a autoria do projeto e igualmente a relatoria, do Senador Petecão e da Senadora Leila.

Eu acho que é importante mexer, porque hoje o ponto central é a baixa efetividade da execução da pena, porque as penas são altas quando se prolata a sentença, mas na prática, pelas regras muito generosas de progressão, acabam não sendo assim. E o projeto é meritório nesse ponto, ao proteger e reforçar a punição de crimes praticados contra crianças, adolescentes, que são pessoas mais vulneráveis.

Então, fica o registro do meu elogio, até para a Senadora Leila também não ficar tão brava comigo por conta da oposição ao projeto anterior. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Com um sorriso largo, e não com um sorrisinho, eu também quero me congratular com a Relatora e com o proponente, que é Vossa Excelência.

Isso que o Senador Moro falou é uma verdade absoluta. Primeiro, lembra quando nós discutimos aqui o projeto sobre a delação, o projeto do Senador Moro?

Agora, a imprensa está inundando a sociedade com informações sobre a geração da fraude nas Lojas Americanas. Como é que foi gerada? É uma repetição digital, para os mais antigos, do que aconteceu no Banco Econômico, lembra? Que tinha uma pessoa, não vou dizer o nome, um nome até muito peculiar, que movimentava ficticiamente 700 e poucas contas, 750 contas, que davam ao banco a impressão de lucro. Tudo frio, fraude legítima.

Isso aconteceu analogicamente, agora é digitalmente. Seja na violência, como é o caso... O que existe na verdade é uma pena, digamos, de face, comparando com o título de dívida; e outra, de verdade. Eu acho que o esforço que se faz aqui na Comissão de Segurança Pública tem sempre uma boa origem. Pode esbarrar no mosaico das penas, porque tem que haver uma sistematização, uma organicidade nas penas, sob pena de nós atribuirmos a um crime que momentaneamente suscita a nossa indignação uma pena que vai resultar num desequilíbrio.

Então, eu quero também me posicionar a favor dizendo isto: acho que a Comissão de Segurança Pública está suprindo a falta de iniciativa do Executivo. Um ano, seis meses e nove dias: diga-me qual foi a iniciativa do Poder Executivo brasileiro, do Ministério da Justiça, que tem agora um ex-Ministro no Supremo?

Qual foi o pio que foi dado em favor da segurança pública? O pio. Não precisa nem falar, qual foi o enunciado? Então acho que nós aqui não estamos exagerando, nós estamos interpretando, de acordo com a nossa visão, aquilo que a sociedade está sofrendo, seja no Distrito Federal, seja no Acre, seja em Santa Catarina. Quando mandaram o Fernandinho Beira-Mar para a Ilha de Santa Catarina, nós chiamos, é claro. E se ele gosta de lá? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós que achamos que é uma versão assemelhada com o Rio de Janeiro, e se ele gostar? E se a "tchurma" gostar? Então, ele gosta? Isso que é o pior.

Então, essa preocupação nossa é politicamente correta, o problema é a natureza da solução. Já existe rodízio, Senadora, só que esse rodízio também traz prejuízo. Então não é fácil conseguir uma solução de equilíbrio, mas eu quero louvar, sob a sua gestão, a eficiência e a eficácia desta Comissão na análise do problema, que é o maior problema que aparece em todas as pesquisas de opinião. Pela primeira vez, saúde – nem vou falar de pandemia, graças a Deus, não é presente – é o maior problema que todas as pesquisas mostram, principalmente nas grandes cidades.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – A Senadora Margareth está na frente, depois eu vou...

O problema, Senador Amin – Margareth, só um minuto –, é que nós fazemos a nossa parte aqui e aí, na maioria das vezes, o projeto vai para a CCJ, aí...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Não tem a mesma velocidade.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Olha, eu queria parabenizar a iniciativa do autor, da Relatora, mesmo a emenda que o Contarato colocou, superimportante, porque, no relatório do Atlas da Violência 2024, mais de 65% das violências contra criança ocorrem até os 14 anos dentro de casa – dentro de casa! É um crime silencioso, me desculpe quem acha que um pedófilo pode se ressocializar, para mim, o pedófilo não tem cura, ele não se ressocializa, ele vai ser pedófilo para o resto da vida.

Por isso, fiz aquele cadastro de pedófilos e predadores sexuais, está parado na Câmara esperando despacho do Presidente há seis meses já, mas, enfim, é o que nós estamos fazendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, tentando mostrar que a sociedade não se sente segura de jeito nenhum. Agora, o que estão fazendo com as nossas crianças, mulheres e adolescentes está sendo bárbaro.

Teve um desembargador que falou esta semana que as mulheres estão loucas atrás de homens. Eu imagino um cara desse dando um voto num caso de estupro contra uma mulher ou uma menina. Qual vai ser o voto dele? Eu acho, Leila, de verdade, surreal o que está acontecendo nos casos de segurança no Brasil e como as nossas autoridades estão se manifestando.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu acho que o Senador Esperidião Amin está sendo injusto com o Governo Federal. Por que o Senador Esperidião Amin está sendo injusto ao dizer que não tem iniciativas do Governo Federal em prol da segurança pública? Eles querem humanizar pequenos crimes. Hoje, um dos temas que mais levam a homicídio, a latrocínio, é roubo de celular. Mas, para o atual desgoverno, que foi comemorado amplamente nas eleições nas cadeias, quando venceu as eleições, tem que se humanizar pequenos crimes, afinal, bandido, para esse desgoverno, é vítima da sociedade.

E como o Esperidião Amin se esqueceu de que eles colocaram sigilo sobre as fugas dos presídios federais, sigilo de cem anos? O Senador Esperidião Amin está sendo injusto. Como esquecer que existiu uma portaria, assinada pela Ministra Nísia Trindade, apoiando liberação de *cannabis* no Brasil, que afeta diretamente a segurança pública? O Senador Esperidião Amin, com todo o respeito que eu tenho a ele, está se esquecendo disso.

E, por último, deve ter aqui mais dez itens, mas eu vou me ater a esses.

Sr. Presidente, como esquecer que o desgoverno vetou a questão das saidinhas no Brasil, para a qual o Congresso Nacional deu um sonoro "sim"?

Então, é um Governo alinhado com a criminalidade. Por isso, eu quero parabenizar a gestão do senhor à frente da Comissão de Segurança Pública, porque, se existe ainda alguma iniciativa neste país em prol da sociedade de bem e do bem, ela tem saído desta Comissão.

Parabéns ao senhor e parabéns a todos os membros desta Comissão, bem como, agora, por esse projeto, que a Senadora Leila bem relatou, de sua autoria!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Encerrada a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 1.299, de 2024, e à Emenda nº 1, da Comissão de Segurança Pública.

A matéria vai à CCJ.

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4607, DE 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, "Estatuto da Criança e do Adolescente" e a Lei nº 13.431, de 14 de abril de 2017, que "estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência" para aperfeiçoar os mecanismos de proteção aos menores e adolescentes vítimas de violência.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senadora Janaína Farias

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Em 8/7/2024, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Alessandro Vieira.)

A Relatora Janaína pediu a retirada de pauta.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 34, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na Audiência Pública objeto do REQ 21/2024, seja incluído convidado.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Concedo... (*Pausa.*)

...a palavra ao autor, Senador Jorge Seif, para leitura do seu requerimento.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Bom, o desaparecimento de pessoas é uma realidade devastadora que atinge milhares de famílias no Brasil. Mais do que um problema individual, Sr. Presidente, trata-se de uma questão social que exige medidas urgentes e eficazes do Estado. É nesse contexto que a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas se torna crucial para garantir o direito à verdade, à justiça e à memória das vítimas e de seus familiares.

O desaparecimento de pessoas, Sr. Presidente, muitas vezes, está relacionado à violência, ao tráfico humano e a outros crimes graves. A Política Nacional se configura como um instrumento fundamental para combater essa impunidade, garantindo que os responsáveis sejam penalizados e que a verdade seja revelada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Importante destacar, Sr. Presidente, que entre as vítimas, crianças e adolescentes representam um grupo especialmente vulnerável, respondendo por cerca de 40% do total de desaparecidos.

Para além da busca e do combate à impunidade, a Política Nacional também visa a promover a ressocialização das pessoas que foram encontradas vivas. Através de acompanhamento psicossocial e apoio jurídico, busca-se garantir sua reinserção na sociedade de forma digna e segura.

A atuação, Presidente, da Polícia Militar de Santa Catarina, na busca por pessoas desaparecidas é referência nacional. O estado se destaca pela agilidade na investigação, pela qualidade do trabalho técnico e pela sensibilidade no trato com as famílias das vítimas. Em 2018, Sr. Presidente, Santa Catarina era o único estado com 100% dos casos de desaparecimentos cadastrados no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, mantendo-se na vanguarda da localização de pessoas, mesmo que fora do nosso estado.

Santa Catarina, Sr. Presidente, conta com o SOS Desaparecidos da Polícia Militar de Santa Catarina, única polícia militar com um órgão especializado na atuação de busca e localização de pessoas desaparecidas. O programa vem realizando testes em sistemas de câmeras com reconhecimento facial.

O SOS Desaparecidos de Santa Catarina atua de forma diligente e abrangente para auxiliar na busca de pessoas desaparecidas, oferecendo suporte essencial às famílias e contribuindo para a resolução dos casos.

Além disso, há a utilização do Sinalid (Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos), em um cadastro nacional criado pelo MPRJ, institucionalizado pelo CNMP, com mais de 92 mil pessoas desaparecidas.

Diante do exposto e na certeza da importância da participação de representante do programa SOS Desaparecidos para enriquecer a discussão do desenvolvimento de sistema de informações, transferência de dados e comunicação em rede entre os diversos órgãos envolvidos, principalmente os de segurança pública, e a disponibilização e divulgação, na internet, nos diversos meios de comunicação e em outros meios, que contenham dados básicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para pessoas desaparecidas, a fim de subsidiar a avaliação, no ano de 2024, da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, solicito seja aprovado este requerimento.

Esse era o pedido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Não é para discutir, muito menos para debater, é para cumprimentar o Senador Seif pela iniciativa.

Eu não sei se outro estado tem tão desenvolvido, mas eu gostei de incluir entre os depoentes, os convidados, o representante da Assembleia Legislativa.

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina fez uma campanha publicitária sobre o SOS Desaparecidos, se a memória não me falha, há dez anos, ou seja, entre 2013 e 2015, a Assembleia Legislativa talvez tenha trazido para o conhecimento da sociedade o problema, que era tratado setorizadamente, inclusive pela polícia, mas com discrição, digamos assim.

A Assembleia, com essa campanha, descortinou para a sociedade, dizendo: "Ah, é verdade, e aquele caso? E aquela família?". Quer dizer, as coisas que eram conhecidas no varejo passaram a ser conhecidas no atacado, eu entendo, graças a essa campanha da Assembleia Legislativa. Então, um pedido institucional: que a Assembleia mande alguém que possa falar sobre essa campanha publicitária e outras medidas que a Assembleia Legislativa do estado tenha desenvolvido.

Mais uma vez cumprimentando V. Exa. pela sensibilidade, iluminada aliás, porque a fronte descoberta, arejada, faz com que a inteligência se expresse mais vigorosamente.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – V. Exa. é um claro exemplo disso. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 36, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Ricardo Lewandowski, Ministro da Justiça e Segurança Pública, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os planos e metas de sua gestão à frente do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Autoria: Senador Sérgio Petecão.

A justificativa desse requerimento, amigos, é em virtude da alteração do comando do Ministério da Justiça, esse Ministério tão importante para todos nós. E até porque, sempre, alguns colegas o citam. O Senador Jorge Seif acabou de fazer críticas duras à situação da segurança do nosso país. Então, acho que é importante que o Ministro venha aqui para que a gente possa fazer um debate amplo, aberto.

Eu queria que ficasse registrado que, na verdade, ele se colocou à disposição para vir aqui a esta Comissão. Acho que é uma grande oportunidade para que esta Comissão possa fazer alguns questionamentos que nós achamos interessantes. Então, de antemão, já queria...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – É aberto? Tem algum tema específico?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, como houve a mudança e ele não veio a esta Comissão nenhuma vez, eu achei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pertinente que a gente o convidasse. Numa conversa que tive com ele, ele se colocou à disposição.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Acho que poderíamos...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu poderia, pelo menos, pedir para circunstanciar um caso; um caso não, um gênero.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A fuga do Rio Grande do Norte...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, mas eu acho que o tema é...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, a fuga e as providências tomadas para corrigir, porque...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Tá. Amin, a minha assessoria aqui está me chamando a atenção.

Inclusive, nós tivemos uma audiência secreta – uma audiência secreta – em que nós tratamos desse tema, mas eu não vejo nenhum problema...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Atualizar as informações...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Dos questionamentos que foram feitos lá atrás. É isso, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Sim, isso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Então, eu penso que é uma boa oportunidade para que nós possamos tirar todas as dúvidas que existem aqui na Comissão.

Ele é uma pessoa altamente aberta ao diálogo, uma pessoa altamente preparada, pelo menos... Eu não o conheci, mas fiquei com essa impressão. Eu o conheci só através da sua vida pública, mas é uma pessoa muito aberta ao diálogo.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, bom, eu estou trazendo aqui números alarmantes para a nossa Comissão sobre o estupro.

Por dia, são nove mulheres estupradas no Brasil; e, por ano, são 80 mil mulheres vítimas de estupro. Muitas delas não denunciam por medo, por vergonha e, muitas vezes, porque o algoz dela está dentro da casa dela, dentro do lar dela. Muitas vezes, o algoz era aquele que deveria cuidar e zelar pela integridade dessas mulheres.

Então, nós apresentamos o projeto, nesta semana, com o apoio de toda a Bancada Feminina, tornando o estupro imprescritível. É uma iniciativa de toda a Bancada Feminina o PL 2.664. Acho que, pelos números, já se justifica a nossa iniciativa, o apoio da bancada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de fazer um apelo a todos os membros da Comissão de Segurança, ao Senado Federal e ao Presidente Rodrigo Pacheco, para que ele pudesse fazer os encaminhamentos, com relação à Mesa, para as Comissões, para que nós pudéssemos apreciar, porque é uma das prioridades da nossa bancada.

Inclusive, vários países já aderiram a essa iniciativa de tornar o estupro imprescritível. Há importância para as mulheres brasileiras, enfim, acho que eu não preciso dizer isso, mas pelos números que são alarmantes... Muitas dessas mulheres não denunciam, porque, enfim...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – É por causa do medo mesmo, da vergonha.

Então, quero pedir o apoio dos colegas para que a gente possa fazer essa tramitação o mais célere possível.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senadora Leila, a assessoria aqui da Comissão acaba de trazer a informação de que nós precisamos agir, que o projeto foi despachado para que tramite só na CCJ. Então, nós precisamos falar com o Presidente Rodrigo Pacheco para que o projeto também tramite na Comissão de Segurança Pública. Eu acho que o... (*Pausa.*)

"Decisão da Presidência. Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria. Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania."

Mas a gente pode...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Nós podemos requerer.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Nós podemos? (*Pausa.*)

O requerimento é votado no Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Então, o requerimento pode ser da Comissão, não pode?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Será votado no Plenário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Pode ser votado no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k., Leila. Eu sugiro...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Grata. Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu vejo a sua preocupação. E o nosso guru aqui, o Esperidião Amin, já encontrou uma saída. Eu penso que nós temos que fazer um requerimento aqui da Comissão. Eu me disponho a fazer...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Posso encabeçar...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Eu agradeço, Senadores. Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É, porque eu acho que não tem sentido. Eu acho que o projeto tem que tramitar nesta Comissão; tem tudo a ver com a nossa Comissão.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Inclusive, eu gostaria de narrar para todos vocês de quem foi a iniciativa. Foi de um servidor do Senado que teve a filha vítima de estupro. Ela hoje tem mais de 33 anos e não pôde... Depois de muita terapia e muito trabalho dessa família e desse servidor aqui da Casa, ela conseguiu falar, verbalizar, mas ela não teve tempo de ver a justiça ser feita. E, esse servidor me procurou e me pediu para que se faça justiça para outras mulheres. Então, é o que faremos, e eu faço um apelo a todos os colegas aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Exatamente. Acho que tem que ser uma oitiva, não é?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Eu só não vou citar o nome do servidor, por respeito, para não expor ninguém. Mas quero agradecer pela confiança dele, da família e da filha dele por terem procurado o meu gabinete, a minha assessoria, para que façamos... Eu acho que a grande resposta e o grande alívio na alma dela e da família é essa iniciativa de ter nos procurado e de hoje ter a adesão e o apoio de todos vocês, para que tornemos o estupro imprescritível.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k. Conte com o apoio desta Presidência, Senadora Leila. E eu tenho certeza de que esse é o sentimento de todos os membros aqui na nossa Comissão.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia seis de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Styvenson Valentim, Leila Barros, Izalci Lucas, Margareth Buzetti, Jorge Kajuru, Jaques Wagner, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Jaime Bagattoli, Hamilton Mourão, Damares Alves e Ireneu Orth, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, André Amaral, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Jorge Seif e Esperidião Amin. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 6279, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Agente de Segurança Socioeducativo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 39, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na Audiência Pública objeto do REQ 21/2024, seja incluído convidado." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 40, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Fortaleza/ CE, com o objetivo de discutir e obter esclarecimentos, em reunião na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sobre a possível fuga de presos da Unidade Prisional Professor Clodoaldo Pinto (CPPL 2) localizada em Itaitinga, bem como a infraestrutura e os protocolos de segurança das unidades prisionais do Estado." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/06

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 23ª Reunião, realizada em 9 de julho.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à liberação de itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste Plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado presença pessoalmente na Casa.

Comunicados de documentos recebidos.

Comunico que foram apresentados à Secretaria desta Comissão os seguintes documentos:

1. Ofício nº 54/2024, da Câmara Municipal de Juiz de Fora, Minas Gerais, que noticia e encaminha representação acerca dos excessos cometidos pelo Promotor Hélvio Simões Vidal;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Ofício da Câmara Municipal de São Paulo que encaminha Relatório Final da CPI sobre Furtos de Fios e Cabos Elétricos no Município de São Paulo, Processo RDP nº 09, de 2023, para ciência e providências que julgar cabíveis;

3. Ofício da Câmara Municipal de Campinas, São Paulo, que encaminha moção de protesto contra a participação do Exército Brasileiro em atividades de cunho político-partidário;

4. Ofício da Câmara Municipal de Poá, São Paulo, que encaminha moção de apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2023, que altera os arts. 40 e 144 da Constituição Federal para dispor sobre as polícias municipais;

Os documentos serão disponibilizados na página desta Comissão no *site* do Senado Federal, tendo o prazo de 15 dias para que membros desta Comissão se manifestem no sentido de os autuarmos para que sejam analisados por este Colegiado. (*Pausa.*)

Como a Relatora do item 1, que é a nobre Senadora Damares Alves, não se encontra presente, nós vamos ao item 2, para que ela possa... Ela agora está em outra Comissão. Nós vamos ao item 2 e, em seguida, poderemos voltar ao item 1.

Requerimento da Comissão de Segurança Pública... (*Pausa.*)

Como a nossa querida Senadora já se encontra no plenário desta Comissão, vamos ao Projeto de Lei nº 6.279, de 2019, que é terminativo, que institui o Dia Nacional do Agente de Segurança Socieducativo.

Eu creio que os senhores sejam membros das... Então, sejam bem-vindos a esta Comissão.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 6279, DE 2019

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Agente de Segurança Socioeducativo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será nominal e será feita nos termos do relatório apresentado.

Passo a palavra à Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Desculpem a correria. Eu comecei a semana com dez itens nas pautas das Comissões hoje, dez itens em pauta, mas eu não podia deixar de vir aqui.

E já cumprimento os amigos agentes socieducativos, esses líderes, esses homens, esses heróis. Às vezes, o Brasil não conhece o trabalho deles, e hoje a gente faz uma homenagem a eles com este voto.

Nos termos regimentais, cabe a esta Comissão opinar sobre proposições que versem sobre políticas de valorização, capacitação e proteção das forças de segurança, caso do projeto em análise.

Ademais, por ser a única Comissão a se manifestar sobre o tema, compete-lhe ainda a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspectos, não há o que se opor ao projeto.

A proposição respalda-se nos arts. 24, 48 e 61 da Constituição da República Federativa do Brasil, atendendo aos requisitos formais de constitucionalidade.

No que diz respeito à constitucionalidade material, deve-se ressaltar que a matéria está em consonância com o disposto no art. 215, §2º, da Constituição da República, que estabelece que "a lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais".

O texto apresenta, ainda, técnica legislativa apropriada, em consonância com as determinações da Lei Complementar 95, de 1998.

No que diz respeito às exigências previstas na Lei 12.345, de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas, deve-se destacar que, no dia 8 de dezembro de 2016, foi realizada, no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, uma importante audiência pública para debater o tema "Definição da alta significação para a instituição de data comemorativa em homenagem ao agente de segurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

socioeducativo", ocasião em que se verificou significativo apoio para a aprovação da homenagem em tela.

No mérito, da mesma forma, somos favoráveis ao conteúdo do PL 6.279, de 2019.

Os agentes de segurança socioeducativos desempenham um papel fundamental no sistema socioeducativo, sendo responsáveis por garantir a segurança e a disciplina nas unidades onde adolescentes cumprem medidas socioeducativas.

Além disso, esses profissionais trabalham na reabilitação e reintegração dos jovens à sociedade, contribuindo para a redução da reincidência e para a construção de um futuro mais promissor para esses adolescentes.

A criação de um dia nacional dedicado aos agentes de segurança socioeducativos é uma forma de reconhecer publicamente – o que faço com muita honra – a importância e a complexidade de suas funções. Esses profissionais enfrentam desafios diários, lidando com situações de risco e estresse, muitas vezes em ambientes adversos. Ao instituir um dia nacional, estamos não apenas valorizando o trabalho desses agentes, mas também promovendo uma reflexão sobre as condições de trabalho, a necessidade de formação contínua e o apoio psicológico e social que esses profissionais precisam para desempenhar suas funções de maneira eficiente e segura.

Assim, o Dia Nacional do Agente de Segurança Socioeducativo servirá como uma oportunidade para sensibilizar a sociedade sobre a importância do sistema socioeducativo e a necessidade de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de trabalho e para o fortalecimento das medidas socioeducativas. A valorização desses profissionais é fundamental para que possamos construir um sistema mais justo e eficaz, que realmente cumpra seu papel de ressocialização dos adolescentes.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 6.279, de 2019, que institui o dia 4 de outubro como o Dia Nacional do Agente de Segurança Socioeducativo.

E preciso lembrar aos senhores que o dia 4 de outubro é a data da morte do agente de segurança socioeducativo Francisco Calixto, que foi assassinado com 51 anos, quando foi rendido, agredido e executado por cinco internos com um cabo de vassoura, enquanto tentava impedir a fuga dos socioeducandos que se rebelaram na unidade de Marília da Fundação Casa, no ano de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, Presidente, quero usar da oportunidade para mandar um abraço à família do Francisco Calixto. Em 2016, essa morte chocou o Brasil e expôs, Presidente, as reais condições em que esses agentes vivem. E a gente vai precisar, nesta Comissão, dar uma atenção especial a esses homens, lembrando que nem porte de arma eles têm, lembrando que esses homens correm risco de vida todos os dias. As condições de trabalho que são ofertadas a eles colocam a vida deles mais em risco do que, na verdade, em segurança.

Então, eu quero pedir aos colegas que nos ajudem na aprovação desse projeto e que a gente tenha um dia para refletir sobre as condições de trabalho e o trabalho realizado, lá nas unidades, por esses homens e mulheres que correm risco todos os dias para proteger a sociedade e para fazer com que aqueles meninos tenham uma oportunidade de ressocialização.

Esse é o voto, esse é o meu apelo e peço aos colegas que me ajudem na aprovação do projeto de lei.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Só um pouquinho, colega.

Antes de nós começarmos a votação, o nobre Senador Styvenson gostaria só de fazer um informe aos colegas, aos senhores que estão aqui na Comissão, porque eu acho que nós temos um problema de informação.

Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O pessoal que está aí atrás, na Comissão, com as camisas sobre o Estatuto da Segurança Privada, me abordou, Presidente, perguntando se estaria nesta Comissão o estatuto deles. Fui averiguar e não está. Há um pedido de urgência do Senador Laércio Oliveira para que o projeto do Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras siga direto para o Plenário. A gente precisa de dois terços de assinaturas de Senadores e, até agora, Damares, Izalci, Confúcio, Hamilton Mourão, Wellington, Lucas, Astronauta Marcos Pontes, o próprio Laércio Oliveira, Oriovisto, Efraim, Styvenson Valentim, que vos fala, assinaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, precisa-se de assinaturas para que esse requerimento de urgência vá direto para o Plenário. Caso contrário, ele vai tramitar na CDH (Comissão de Direitos Humanos), depois na Comissão de Transparência, até chegar à CCJ e até chegar ao Plenário. Então, esse pedido de requerimento o leva até o Plenário do Senado e dá esse salto, não passa nem por aqui.

Então, eu queria só dizer e informar, Sr. Presidente, que os senhores vieram para a Comissão na esperança de passar por aqui, mas não está aqui o projeto. Está bom? O requerimento está em análise. Então, é só pedir lá aos Senadores, de gabinete em gabinete, para que eles assinem de forma eletrônica para dar esse número regimental e poder tramitar.

Agora, antes de concluir, Presidente, já que o senhor me deu a palavra, eu queria só confortar a família do segurança privado lá do Estado do Rio Grande do Norte. Está um bangue-bangue em Natal, a capital do meu estado. Ele morreu ontem, com um tiro de fuzil 7.62, num assalto a uma lotérica dentro de um supermercado movimentado. O Sr. Janielson Carvalho, de 42 anos, que era vigilante do carro-forte, perdeu a vida lá na sua profissão, numa das capitais mais perigosas do país – e está se mostrando assim.

Então, vocês merecem esse estatuto. Vocês correm esse risco de vida também para proteger não só valores, mas também a sociedade. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Se os senhores quiserem permanecer aqui na nossa Comissão, fiquem à vontade. Mas eu precisava... Por isso que eu fiz a pergunta, eu precisava esclarecer aos senhores que o projeto não se encontra aqui na nossa Comissão, está bom?

Eu vou só abrir a votação, porque nós precisamos que todos os dez, os onze votem. Nós temos um quórum no limite. Então aí depois eu lhe passo... Nós vamos ter todo o tempo do mundo para a gente esperar pela votação, não é isso? (*Pausa.*)

Antes de o projeto ir à votação, concedo a palavra para discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira...

O senhor vai falar sobre o projeto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu também, rapidamente. Eu sei que o senhor está querendo... Mas é rapidamente mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Se for sobre o projeto, não tem nenhum problema.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – É sobre o projeto, é sobre o projeto.

Em primeiro lugar, eu queria parabenizar o relatório da Senadora Damares Alves, dizer que é muito importante que a gente possa definir esse Dia Nacional do Agente de Segurança Socioeducativo. São pessoas de fibra, que fazem um trabalho extremamente perigoso.

Inclusive, eu fui Relator, Senadora Damares, na Comissão de Direitos Humanos, para que essa categoria tenha a possibilidade do porte de armas, não é? Inclusive, esse projeto ainda precisa passar por outra Comissão, mas o meu relatório foi favorável a isso.

Então, quero aqui dar os meus parabéns a todos vocês que estão aqui. Se Deus quiser, vamos aprovar hoje esse projeto.

Com relação... Só para aproveitar o embalo, Presidente, o pessoal do Estatuto da Segurança Privada... É um projeto antigo, um projeto que já não deveria mais nem estar aqui, era para ter sido já aprovado há algum tempo. Nós tentamos assinar esse pedido de urgência – mas ele não está no sistema, viu, Presidente? – para avisar que ele não está no sistema, talvez por isso que não tenha conseguido o número necessário. Nós vamos reiterar ao Senador Laércio Oliveira, já estou pedindo aqui ao Francisco, Laércio Oliveira, para colocar de novo no sistema, para que a gente possa aprovar, possa assinar esse pedido de urgência.

Então, só para dizer que nós estamos juntos nessa aí, contem conosco. (*Palmas.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Presidente, só para acrescentar que já foi aprovado, lido em Plenário, e só falta agora a Mesa escolher o dia para pautar, para ter essa votação. Só isso que está faltando.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o PL nº 6.279, de 2019, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o relatório votam "sim". Os Senadores que votam com o relatório da Damares, votam "sim".

Vamos aguardar a votação.

Srs. Senadores, estamos em votação, por favor. Estamos em votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nós temos um requerimento extrapauta, então eu peço aqui ao colega que já possa fazer a leitura do requerimento. Depois desta votação nós colocaremos em votação o seu requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Fortaleza, com o objetivo de discutir e obter esclarecimentos, em reunião sobre a possível fuga de presos da Unidade Prisional Professor Clodoaldo Pinto, localizada em Itaitinga, bem como sobre a infraestrutura e os protocolos de segurança das unidades prisionais do estado.

Requeiro ainda que, para este encontro na Assembleia do estado – pode ser lá, é uma das alternativas, além de outras –, sejam convidadas as seguintes autoridades:

- Secretário da Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado do Ceará, Dr. Mauro Albuquerque;

- Presidente do Sindicato dos Policiais Penais e Servidores do Sistema Penitenciário do Estado do Ceará;

- Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Ceará;

- representante do Ministério Público do Estado do Ceará;

- representante da Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;

- representante da Defensoria Pública do Estado do Ceará;

- representante da Polícia Militar do Estado do Ceará; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Diretor da Unidade Prisional Professor Clodoaldo Pinto.

Sr. Presidente, na noite do último sábado, dia 3 de agosto, ocorreu uma grave situação de uma suposta fuga na Unidade Prisional Professor Clodoaldo Pinto, em Itaitinga, localizada na Região Metropolitana de Fortaleza.

Por que a gente chama de suposta fuga? É isso que está afligindo muito, os cearenses estão preocupados demais com essa situação, por isso eu lhe agradeço por ter colocado extrapauta esse nosso requerimento. Segundo informações divulgadas, inclusive pela imprensa nacional, criminosos conseguiram render agentes penitenciários, subtrair armas e coletes e empreender fuga. O incidente teve início por volta das 19h20, quando um policial penal foi abordado quando trancava um interno em uma cela.

Ainda, segundo relatos, durante a ação o policial foi algemado e amordaçado, enquanto outros dois agentes penitenciários também foram rendidos pelos presos. A Presidente do Sindicato dos Policiais Penais do Ceará (Sindppen-CE), Joelia Silveira, disse que os agentes sofreram escoriações e estão com a saúde psicológica bastante abalada devido à violência e à pressão psicológica sofrida durante o evento.

O ocorrido teria resultado na evasão de vários detentos, cujo número exato ainda não foi oficialmente divulgado. Entretanto, algumas recapturas já foram efetuadas, conforme informações preliminares fornecidas pelo Sindppen. A gravidade da situação expõe não apenas a vulnerabilidade dos agentes penitenciários, mas também as fragilidades e lacunas no sistema de segurança das unidades prisionais no Estado do Ceará.

Por outro lado, representantes do Governo do estado – olha só, Presidente: representantes do Governo do estado –, através da Secretaria de Administração Penitenciária, negam que tenha havido fuga em massa de presos, transformando o fato numa guerra de versões, de narrativas que necessitam ser devidamente apuradas, Senadora Damares. Inclusive, essas contradições estão deixando, repito, o cearense extremamente apreensivo: houve ou não houve fuga?

A ocorrência na unidade prisional em Itaitinga não apenas destaca falhas operacionais, mas também levanta questões sobre a responsabilidade do Estado perante os agentes penitenciários e a sociedade. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 37, §6º, estabelece a responsabilidade objetiva do Estado por danos causados por seus agentes a terceiros, independentemente de dolo ou culpa. Nesse contexto, o Estado pode ser responsabilizado pelos danos físicos e psicológicos sofridos pelos agentes penitenciários durante o incidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 1984), em seu art. 3º, assegura aos presos e internados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei, o que inclui a segurança dentro das unidades prisionais. O descumprimento dessas normas pode configurar omissão estatal e, consequentemente, responsabilidade civil por danos causados.

Além disso, a Lei nº 8.112, de 1990, que rege o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, autarquias e fundações públicas federais, em seu art. 19, garante aos servidores condições de trabalho adequadas. A falha em assegurar um ambiente seguro de trabalho para os agentes penitenciários pode configurar responsabilidade do Estado por danos morais e materiais.

Diante desse cenário – grave, Sr. Presidente –, torna-se imperativo investigar a real extensão e as circunstâncias que possibilitaram o grave ocorrido na unidade prisional em Itaitinga – ou não –, bem como discutir a infraestrutura e os protocolos de segurança das unidades prisionais no Estado do Ceará. A realização de uma diligência externa do Senado se faz necessária para abordar esses pontos críticos, buscando esclarecer soluções que possam prevenir a repetição de incidentes similares e garantir a segurança tanto dos agentes penitenciários quanto da sociedade em geral.

Então, Sr. Presidente, mais uma vez lhe agradecendo por colocar extrapauta esse assunto de interesse da sociedade cearense – eu já lhe agradeço –, já quero dizer, inclusive, a data que nós pretendemos realizar a diligência, se for aprovado esse requerimento, que seria na próxima sexta-feira – o assunto urge –, dia 9 de agosto, ou na Assembleia Legislativa, como vamos pedir, ou na OAB, ou em outra instituição que possa abrir as portas para que a gente possa discutir isso, o Senado indo ao Ceará, mostrando respeito, mostrando uma preocupação com o fato, para que se possam discutir essas questões que estão, repito, deixando muito preocupados os cearenses. Inclusive, o Senador Styvenson Valentim estava aqui agora há pouco e confidenciou para mim e para o General Mourão que, segundo ele, os presos teriam ido para o Rio Grande do Norte – teriam ido para o Rio Grande do Norte. Ele já tem informações nesse sentido. Então, aumentam as nossas dúvidas com relação a esse fato.

O Governador do Ceará não respondeu à imprensa, apenas publicou um vídeo dizendo que não houve fuga, um vídeo dito não por ele, mas pelo Secretário de Administração Penitenciária, e você tem aí uma informação completamente contraditória do sindicato, da Joelia, que é Presidente do Sindicato dos Policiais Penais. A gente precisa saber do que é a verdade, do que está acontecendo: se teve fuga, se não teve fuga, cadê a lista, para onde foram, quantos foram recapturados. Infelizmente, a gente tem que desenhar, porque a contradição está muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governador sai no meio de uma... foge da imprensa quando foi perguntado sobre esse tema. E a gente começa a ver rumores de que houve fuga, sim.

Então, que o Senado possa fazer essa diligência e ajudar a esclarecer a verdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por ter colocado extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Já chegamos ao quórum? Atingimos o quórum? (*Pausa.*)

Vamos encerrar a votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Deu dez, não é? (*Pausa.*)

(*Procede-se à apuração.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Comunico à nossa querida Senadora Damares que o projeto foi aprovado e a parabenizo pelo seu relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu não poderia também deixar de parabenizar a nossa Relatora Damares pela relatoria deste projeto e dizer da minha admiração também pelos agentes de segurança socioeducativos. É uma matéria importantíssima.

Quero aqui cumprimentar todos os nossos servidores aí da segurança e dizer também, Presidente, do meu total apoio à votação urgente do Estatuto da Segurança Privada. É importante. Essa matéria já vem sendo discutida há muitos anos na Câmara e aqui no Senado e agora já tem acordo para ser votado. Eu acho que a gente podia chamar aí os nossos queridos Senadores para a gente priorizar essa matéria, que é tão importante para o Brasil, para os vigilantes e também para a segurança privada.

Obrigado, Presidente. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) –

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 39, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na Audiência Pública objeto do REQ 21/2024, seja incluído convidado.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC) (*Pausa.*)

Como o requerimento já foi lido, nós vamos à votação. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 40, DE 2024

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Fortaleza/ CE, com o objetivo de discutir e obter esclarecimentos, em reunião na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sobre a possível fuga de presos da Unidade Prisional Professor Clodoaldo Pinto (CPPL 2) localizada em Itaitinga, bem como a infraestrutura e os protocolos de segurança das unidades prisionais do Estado.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Foi aprovado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. A sociedade cearense lhe agradece.

O Senado vai cumprir um importante papel nessa diligência que nós vamos organizar para sexta-feira, 10h da manhã, no dia 9 agora, para que a gente possa ouvir todos os atores envolvidos nisso: OAB, Secretário da Administração Penitenciária, Sindicato dos Policiais Penais, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça... Vou convidar Senadores também para que possam estar conosco. A gente precisa, neste momento de contradição, de completa contradição... O Governo diz uma coisa, o sindicato diz outra. O Senador Styvenson acabou de falar aqui para mim e para o Senador Mourão que já tem informações de que os presos chegaram ao Rio Grande do Norte – os fugitivos –, e o Governo diz que não houve fuga. O próprio Governador saiu ontem de uma entrevista, evitando a imprensa para não falar desse assunto. E a gente fica vendo aí a população apreensiva, preocupada com relação a isso. O que é que houve? Cadê a lista? Quem fugiu? Não fugiu? Então, eu acho que isso impacta o psicológico de toda a sociedade, especialmente dos agentes penitenciários, que precisam que seus protocolos sejam cumpridos. Os agentes estão relatando que estão com problemas psicológicos também – a própria Presidente do sindicato falou.

E eu fico muito feliz com esse extrapauta que já foi aprovado por todos nós, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Esta Presidência deseja todo sucesso e que o senhor possa fazer lá na Assembleia Legislativa do Ceará uma bela reunião.

Nada mais havendo a tratar...

Antes, quero registrar a presença do meu amigo Serginho. Seja bem-vindo, Serginho.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando outra para data e hora regimentais.

(*Iniciada às 11 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia treze de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Sérgio Petecão e Damares Alves, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso, Margareth Buzetti, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Jaques Wagner, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores André Amaral, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Jorge Seif e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 750, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o Código de Processo Penal para estabelecer sistema de venda e gestão de bens e valores objeto de medidas assecuratórias equivalente ao vigente para os crimes de drogas." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador André Amaral. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame da matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4654, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para garantir a transferência direta de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para os Municípios que mantenham guarda municipal." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 16, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui o Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública e altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para dispor sobre mecanismos de reconhecimento e premiação aos profissionais de segurança pública e defesa social." **Autoria:** Senador Flávio Dino (PSB/MA). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Durante a reunião, é apresentado pelo relator, Senador Sérgio Petecão, novo relatório pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta. Lido o relatório, é concedida vista ao Senador Flávio Bolsonaro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/13

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Aprovação da ata.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 24ª Reunião, realizada em 6 de agosto.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O objetivo desta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à deliberação de itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que as votações serão nominais, e os Senadores poderão votar nos computadores localizados neste plenário, por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado presença pessoalmente na Casa.

Antes de começarmos as nossas deliberações, informo que o item 1 da pauta, que é o PL 750, de 2022, e o item 2, PL 4.654, de 2023, foram retirados de pauta, a pedido, respectivamente, do Senador André Amaral e do Senador Jorge Kajuru, Relatores das matérias.

Só temos um item hoje na pauta, por conta dessa mudança, da retirada da relatoria dos colegas.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 16, DE 2024

- Terminativo -

Institui o Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública e altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para dispor sobre mecanismos de reconhecimento e premiação aos profissionais de segurança pública e defesa social.

Autoria: Senador Flávio Dino (PSB/MA)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, com parecer favorável;

2. Em 13/08/2024, foi recebido novo relatório do Senador Sérgio Petecão;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. A votação será nominal.

A votação, nominal, será feita nos termos do relatório apresentado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu passo aqui a Presidência dos trabalhos à nossa Senadora Damares, para que eu possa ler o nosso relatório.

Senador Flávio, desculpe-me.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, na verdade, eu estava pensando em pedir vista, por uma sessão, desse projeto. Eu não sei qual o melhor momento, se é agora ou após a leitura do seu relatório...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Pode agora?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É pelo seguinte, Presidente – só para explicar a V. Exa... (*Pausa.*)

Presidente Damares, V. Exa. me concede a palavra aqui?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Na verdade, é o seguinte...

Senador Petecão, é óbvio que é um projeto meritório. Eu só... Fica uma dúvida aqui se isso vai ser algo que o Parlamento vai definir ou se vai ficar tudo a critério do Poder Executivo.

Por que que eu faço essa pergunta? Porque eu acredito que essa é uma oportunidade, Senador Petecão, de nós já estabelecermos aqui, em vez de condicionar a um regulamento este projeto de lei, sobre os critérios, quem vai fazer as indicações, quem vai aprovar a inscrição nesse livro de heróis, quem vai indicar as personalidades... Isso tudo, como está no projeto de lei, vai ficar a critério de um regulamento futuro, e a minha dúvida é se nós já não poderíamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer com que esse fosse, Senador Petecão, mais um instrumento inclusive de valorização da Comissão de Segurança Pública; se nós, de repente, não poderíamos colocar, na redação deste projeto de lei – já que está em caráter terminativo, e por isso a minha intenção de pedir vista –, que o critério poderia ser, inclusive, a nomeação de integrantes das Comissões de Segurança Pública da Câmara e do Senado, algo que pudesse valorizar o Parlamento, para que esse instrumento ficasse com o Parlamento, uma espécie de guardião... Os critérios que vão ser feitos, para que fosse aprovado aqui um determinado nome, para não ficar a critério, talvez, de uma pessoa, talvez o Presidente da República, não sei, ou o ministro da Justiça apenas...

Eu acho que é um...

Como nós aqui respiramos o dia a dia da segurança pública, avaliamos todos os projetos nessa área, eu acho que nada mais justo que nós pudéssemos estabelecer alguns critérios, para que nós, Parlamentares, pudéssemos indicar quem são as personalidades, aprovar aqui no plenário da Comissão de Segurança Pública do Senado e também no da Câmara dos Deputados...

Enfim, só essa minha sugestão.

Seria para isso que eu pediria a vista, se V. Exa. enxerga que há espaço para que possamos ter esse instrumento como do Parlamento, e não do Poder Executivo.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Posso responder, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Sim, Senador.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Senador Flávio, eu penso que a sua observação é pertinente.

Eu gostaria de fazer uma sugestão a V. Exa.: eu faria a leitura do relatório, V. Exa. pede vista e depois propõe a... Depois, se o senhor estiver com...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, não tem nenhum problema. Da minha parte, não tem nenhum problema.

Pode ser assim, assessoria?

Pode ser, não é, Damares? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim. A gente ganha essa etapa.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Petecão, para a leitura de seu relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Como Relator.) – Relatório.

Vem a esta Comissão, para exame, com base no art. 104-F, I, "a" e "j", do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei (PL) nº 16, de 2024, de autoria do nobre e ex-Senador Flávio Dino, que institui o Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública e altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para dispor sobre mecanismos de reconhecimento e premiação aos profissionais de segurança pública e defesa social.

O mérito é nós fazermos esse reconhecimento. Eu vi que o questionamento do colega é para que esta Comissão delibere sobre esse reconhecimento.

É isso, não é?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Os critérios.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Os critérios.

O projeto contém sete artigos.

O art. 1º indica o objeto da lei e o âmbito de sua aplicação, tal como consignado na ementa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 2º estabelece que o Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública tem o objetivo de registrar os nomes de profissionais destacados na área de segurança pública e defesa social.

A definição desses profissionais segue os parâmetros especificados na Lei 13.675, de 11 de junho de 2018.

Seria interessante ver a Lei 13.675, para que a gente possa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Entendi.

O art. 3º prevê que a inscrição dos profissionais no livro ocorrerá por meio de regulamento e permite que tal inscrição ocorra postumamente, caso aplicável.

O art. 4º determina que o Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública será exposto em um local solene, conforme regulamento, além de estar disponível em formato digital nos *sites* dos órgãos do Sistema Único de Segurança Pública.

O art. 5º modifica a Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, acrescentando critérios para a concessão de prêmios aos profissionais de segurança pública e defesa social inscritos no livro, como forma de reconhecimento oficial pelo Estado brasileiro à sua excepcional dedicação e bravura.

O art. 6º altera a Lei 13.756, de 12 de dezembro de 2018 – que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) –, para incluir a concessão de premiações aos profissionais inscritos no Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública, reforçando a importância desse reconhecimento e estabelecendo que as despesas decorrentes da premiação correrão à conta do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Por fim, o art. 7º estabelece que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A Comissão de Educação e Cultura aprovou parecer favorável ao PL em 02/07/2024.

Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão de Segurança Pública.

Vamos à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta é meritória.

A instituição do Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública visa a homenagear bravos servidores brasileiros que tenham prestado relevantes serviços ao país na área de segurança pública e defesa social.

Eu vou ao voto, Presidente.

Voto: em razão do exposto, somos pela aprovação do PL nº 16, de 2024, com as seguintes emendas:

Emenda nº – CSP

Dê-se ao art. 5º do PL nº 16, de 2024, a seguinte redação:

"Art. 5º A Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

art. 9º .....

.....

§ 2º .....

.....

VIII – polícias penais;

.....

XVIII – Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senapen);

XIX – secretarias estaduais de administração penitenciária ou congêneres.

.....

art. 42-B. .....

.....

XVI – critérios para concessão de premiações aos profissionais de segurança pública e defesa social, ou seus sucessores, como reconhecimento do Estado Brasileiro à excepcional dedicação, profissionalismo e comprometimento em suas atuações, comprovadas pela inscrição no Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública"'.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emenda nº – CSP

Dê-se ao parágrafo único do art. 2º do PL nº 16, de 2024, a seguinte redação:

"Art. 2º .....

Parágrafo único. Para os fins desta lei, consideram-se profissionais de segurança pública e defesa social os especificados nos incisos I a XIX do §2º do art. 9º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018".

Emenda nº – CSP

Dê-se ao inciso XIII do art. 5º da Lei 13.756, de 12 de dezembro de 2018, alterado pelo art. 6º do PL 16, de 2024, a seguinte redação:

"Art. 6º .....

"art. 5º .....

.....

XIII – concessão de premiações aos profissionais de segurança pública e defesa social por excepcional dedicação, profissionalismo e comprometimento, comprovados pela inscrição no Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública, conforme regulamento".

Lido, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Como já há uma manifestação do desejo do Senador Flávio Bolsonaro de pedir vista, eu quero que ele confirme se ele vai pedir vista.

Vista concedida.

Não vamos discutir.

Uma manifestação, Senador Sergio Moro?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – A pauta da Comissão está tranquila. Então, com a vênia dos colegas, peço liberdade para elogiar o projeto.

O projeto é importante. Embora simbólico, nós precisamos fazer esse reconhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Elogio o trabalho do Relator em relação à redação.

A propósito, eu estive, semana passada, em Washington, em missão oficial, e tive a oportunidade de visitar um memorial dos agentes, que eles chamam de *law enforcement*, que fica ali no centro de Washington. E tem um museu também, o Law Enforcement National Museum, que fica ao lado e tem uma sala dedicada àqueles que tombaram no combate ao crime, algo bastante interessante.

Esses profissionais realmente precisam ser valorizados, precisam ter o seu mérito reconhecido.

Acho saudável que seja pedido vista e que sejam discutidos critérios.

Senador, se for realmente apresentar uma emenda, a gente se coloca à disposição para ajudar a discutir.

Parece-me que, por exemplo, policiais ou agentes de segurança pública, de uma maneira mais ampla, que, no confronto com criminosos, sejam vitimados e vindo a óbito obrigatoriamente deveriam ser reconhecidos.

Mas não é só esse critério. Há aqueles que, eventualmente, também tenham se destacado, por exemplo, salvando pessoas ou impedindo atos criminosos ou violações graves à segurança pública, eventualmente também aqueles que tenham sido extremamente exitosos numa investigação.

Até no próprio museu, embora não tenham tombado em combate, tinha lá referências especiais ao Eliot Ness, que foi agente do grupo Os Intocáveis, contra o Al Capone. Tinha o Pat Garrett, que enfrentou o Billy the Kid. Tinha o Joseph Pistone, que atua infiltrado na máfia.

Não tombaram em combate, ainda bem, mas, ainda assim, realizaram trabalhos extremamente meritórios, do ponto de vista de *law enforcement*.

Mas o que chama a atenção é essa diferença de tratamento que nós temos aqui no Brasil com os nossos agentes de segurança. Embora esta Casa, esta Comissão de Segurança reconheça muito o seu mérito, o Brasil não dá, a meu ver, o devido reconhecimento a essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas, muitas vezes heróis individuais ou coletivos no enfrentamento da criminalidade, cumprindo aquele lema, literalmente: "servir e proteger".

O projeto é meritório.

Rendo aqui os elogios ao Senador Petecão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Quem domina aqui é a esquerda. E a esquerda gosta de bandidos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Mourão, quer usar a palavra?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Sra. Presidente, complementando a observação do Senador Sergio Moro, lamentavelmente, aqui no Brasil, há um domínio, nessa área da cultura e da, vamos dizer, memória histórica da esquerda, e a esquerda gosta de bandido. Por isso os nossos heróis não são cultuados.

Essa é a realidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Petecão, não está em discussão o projeto, mas nós reconhecemos que as suas emendas aperfeiçoaram o projeto inicial.

Cumprimento-o pela sensibilidade em conceder vista, em permitir que a gente faça isso, para que os colegas aprimorem.

Senador Petecão, já que eu estou com a Presidência, eu não vou perder esta oportunidade e eu não deixo de falar de criança em momento algum.

Se eu tivesse a oportunidade, hoje, de indicar um nome para constar nesse livro, eu indicaria o nome daqueles dois policiais aqui do interior, do Entorno de Goiás e do Distrito Federal, que ajudaram a encontrar a menina que foi sequestrada.

O diferencial dessa história é porque 15 minutos, apenas 15 minutos foram necessários para que eles encontrassem o carro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A menininha, gente, todo mundo que é de Brasília sabe a história, foi sequestrada no Entorno. Ela foi dopada com formol.

Inclusive, Senador, ela teve o corpo todo queimado, porque a quantidade de formol era muito grande.

Ela foi colocada numa mala. Então, ela ficou mais ou menos uma hora, da cidade satélite até o agressor chegar aqui à Asa Norte, área nobre de Brasília, uma pessoa acima de qualquer suspeita.

As imagens dele subindo a escada, com ela na mala, acho que todo mundo lembra disso.

A menina tinha 11 anos. Ela ficou um tempo dentro da mala. Depois, ele a acorrenta e a algema na cama.

E esses dois policiais, dois homens lá do interior, em 15 minutos, conseguem identificar o carro. E, por conta deles e da articulação deles com a polícia do DF, a menina foi encontrada algemada, antes de ter sido torturada, estuprada e morta.

Eu colocaria o nome desses dois policiais lá da rua, lá do interior do Goiás. Esses dois homens mereciam estar nesse livro e serem condecorados.

Então, Senador Petecão, as emendas que o senhor...

Ah, inclusive, gente, eu falei com a menina ontem, eu estou acompanhando. Ela está bem, está na escola, bem dentro do possível, e nós estamos acompanhando. Vai ficar tudo bem com ela, se Deus quiser.

Mas, Senador, as suas emendas já aperfeiçoaram, mas é possível, sim, os colegas trazerem mais sugestões para aperfeiçoamento.

Parabéns, Senador Petecão.

Nada mais havendo a tratar... (*Pausa.*)

Sim, Senador Petecão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Como Relator.) – Não, na verdade, eu agradeço aos colegas.

Eu acho que o projeto é interessante e quero aqui parabenizar o autor do projeto, o Flávio Dino.

E nós, aqui... Concordo com o Senador Flávio. A senhora, como Senadora eleita e representante do povo, citou um caso, mas quantos casos nós não temos no Brasil em que podemos corrigir algumas falhas que o Estado deixou de reconhecer?

Então, eu acho que enquanto nós não chegamos lá ao museu, vamos pelo menos criar esse livro, para que a gente possa dar o mínimo de reconhecimento.

O que nós não podemos é vulgarizar, porque eu lembro que, quando fui Presidente da Assembleia em meu estado, por quatro mandatos, quando nós começamos, cada Parlamentar tinha o direito de indicar duas pessoas para o título de cidadão acriano. No final, cada um tinha o direito de indicar e já estava em 50. Aí, perdeu o sentido, o objetivo.

Então, eu acho que é importante, Flávio, você dar uma olhada no projeto, e o que V. Exa. quiser corrigir, nós estamos aí para, se Deus quiser, fazer um bom debate e aperfeiçoar.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – O.k.

Antes de a gente encerrar, informo que no dia 22/08, agora, teremos a terceira audiência de avaliação da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas. O objetivo dessa terceira audiência é discutir a participação da sociedade civil na formulação, definição e no controle das ações da política e a associação entre tráfico humano e desaparecimento de pessoas no país, a fim de subsidiar a avaliação.

A audiência será transmitida pelos canais do Senado Federal e, Senadores, a avaliação está indo muito bem.

Se os senhores puderem participar, só, com certeza, abrilhantaria a audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.179980/2024-20-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e três minutos do dia vinte e dois de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, André Amaral, Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Jorge Kajuru, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Ciro Nogueira, Giordano e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Alessandro Vieira, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Flávio Bolsonaro e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 9/2024 - CSP, de autoria do Senador Jorge Kajuru (PSB/GO) e da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 21/2024 - CSP, de autoria da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 34/2024 - CSP, de autoria do Senador Jorge Seif (PL/SC), e REQ 39/2024 - CSP, de autoria do Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Finalidade:** Discutir a participação da sociedade civil na formulação, na definição e no controle das ações da política, e a associação entre tráfico humano e desaparecimento de pessoas no país, a fim de subsidiar a avaliação, no ano de 2024, da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas. **Participantes:** Sra. Ivanise Esperidião, Presidente da Instituição Mães da Sé; Sr. Edson Silva, Representante da Instituição Hope and Justice; Coronel PM Jailson Aurélio Franzen, Chefe do Estado-Maior Geral da Polícia Militar de Santa Catarina; e Sr. Rafael Perseghini Del Sarto, Vice-Presidente da Associação Brasiliense de Peritos Papiloscopistas (ASBRAPP). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Segurança Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/22

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

A presente audiência tem como objetivo discutir a participação da sociedade civil na formulação, na definição e no controle das ações da política e a associação entre tráfico humano e desaparecimento de pessoas no país, a fim de subsidiar a avaliação no ano de 2024 da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, nos termos dos Requerimentos 9, 21, 34 e 39, de 2024.

Esta já é a terceira, de quatro audiências, que avaliará essa política nacional. Os assuntos que hoje abordaremos estão relacionados à Diretriz 3 da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, conforme dispõe o art. 4º da Lei 13.812, de 2019.

Nós temos convidados incríveis aqui hoje, que vão participar da audiência, e nós estamos com muita expectativa para ouvi-los todos.

Hoje, junto com a sociedade civil – o objetivo da audiência é ouvir a sociedade civil –, a gente também tem o poder público aqui representado.

Nós temos um objetivo de fazer a entrega dessa avaliação também apontando direções, para que a gente melhore a política no Brasil. Então, os nossos expositores podem também, já aqui na sua exposição, apontar o que nós temos que melhorar na política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nosso trabalho não se encerra em audiências públicas, o nosso trabalho também está em forma de pesquisas, reuniões paralelas. Nós temos uma assessoria técnica espetacular acompanhando. Eu quero já agradecer à consultoria do Senado, aos assessores dos gabinetes dos Senadores que estão nos ajudando, aos próprios Senadores que estão ajudando.

O tema nos preocupa, e nós precisamos dar uma resposta para o Brasil.

Com a lei de 2019, a política começa a ser implantada mais ou menos no final de 2019, mas, em 2020 e 2021, nós fomos surpreendidos com uma pandemia. Aí tudo muda, os rumos da nação mudam, a política não é efetivada da forma como nós desejávamos, inclusive eu estava na pasta, que era uma das pastas responsáveis pela execução da política.

De lá para cá, a gente tem visto que há esforços do Governo Federal, há esforços das instituições envolvidas, mas a gente precisa avançar muito nessa política.

Este é o objetivo da Comissão de Segurança, com essas audiências, com esse trabalho: avaliar como está a política agora e apontar o que precisa ser melhorado, inclusive em forma de orçamento, em forma de investimentos.

Hoje, a gente tem alegria de ouvir a sociedade civil: vocês estão com a mão na massa, vocês estão lá, vocês estão acolhendo, vocês estão ouvindo. E, hoje, trazer as impressões de vocês para essa avaliação é mais do que necessário – mais do que necessário.

Nesse sentido, eu tenho a alegria de convidar a Sra. Ivanise Esperidião, Presidente da Instituição Mães da Sé.

Sra. Ivanise, que alegria recebê-la aqui. Já fica aqui registrada toda a nossa admiração pela Instituição Mães da Sé, que já faz no Brasil um trabalho incrível. Preparem os lencinhos, porque eu sei que, quando a D. Ivanise fala, a emoção é muito grande.

Nós temos aqui também e com muita alegria vamos receber o Dr. Edson Silva, representante da Instituição Hope & Justice, que é a maior instituição hoje no enfrentamento ao tráfico humano, instituição da sociedade civil, com sede nos Estados Unidos. Eu já tive a alegria de estar por duas vezes com a instituição: quando fui aos Estados Unidos, uma vez como Ministra; e agora, recentemente, como Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também manifesto, Dr. Edson, todo o meu respeito e admiração pelo trabalho.

Gente, a instituição é liderada por brasileiros lá: são mulheres incríveis que têm feito naquele país um trabalho extraordinário.

Dr. Edson, muito obrigada por estar aqui!

E nós vamos ter aqui, na mesa também, dois representantes do poder público, o Coronel Jaílson Aurélio Franzen, Chefe do Estado-Maior Geral da Polícia Militar de Santa Catarina.

Coronel, que alegria recebê-lo. Que alegria!

O SR. JAILSON AURÉLIO FRANZEN (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós vamos aprender muito hoje. Santa Catarina dá um exemplo na execução da política, e os senhores vão entender o que eu estou falando.

Foi o nosso Senador Seif que indicou o Coronel, mas, mesmo que o Senador Seif não tivesse indicado, a gente ia buscar a experiência de Santa Catarina, porque eu trabalhei com os senhores lá na formatação da política, na construção de todas as propostas governamentais, e eu sei o que a PM de Santa Catarina está fazendo.

E nós temos também – ainda cabe na mesa, não é? – o Sr. Rafael Perseghini Del Sarto, Vice-Presidente da Associação Brasiliense de Peritos Papiloscopistas. É uma alegria ter a Polícia Civil DF, extraordinária, aqui com a gente, que faz um trabalho... Vocês também vão entender por que o Rafael está aqui conosco hoje.

Gente, eu tenho aqui dois *cases* de sucesso do poder público, e vocês vão entender que a política tem sido executada, existem iniciativas e existem, já, projetos extraordinários executados pelo poder público, mas a gente vai, aqui, aprender com eles para melhorar nos estados que precisam aprimorar a política nacional de uma forma geral.

E nós temos a alegria de ter conosco, nesta audiência, o Senador Esperidião Amin, de Santa Catarina, nosso amigo, nosso companheiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos começar a audiência passando a palavra para o Senador Esperidião. Nós estamos com várias atividades hoje, apesar de estarmos *online* – esta semana o Senado está trabalhando de forma semipresencial.

Então, nós vamos conceder a palavra ao Senador, e eu já informo aos nossos convidados que, se os Senadores que vierem à audiência pedirem a palavra entre uma exposição e outra, a gente passará a palavra para o Senador, porque todos estão correndo muito nesta manhã.

Senador Esperidião, bem-vindo, que Deus o abençoe. O senhor tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, querida Senadora Damares.

Eu sempre complemento: que Deus abençoe a todos nós e a Amin não desampare. A senhora não concorda com isso?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Com certeza.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Que Deus abençoe a todos nós e a Amin não desampare.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Amin. (*Risos.*) Ele é muito especial. Amin, agora que eu entendi.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – É, na segunda cai a ficha!

Mas, Senadora, eu queria saudar a todos os palestrantes, a começar pela Sra. Esperidião, que está aí presente. É muito raro aparecerem três Esperidiões numa sala. O terceiro é o Santo Esperidião; muitos não sabem, mas existe um outro Santo Esperidião; celebra-se no dia 14 de dezembro, e é o padroeiro dos oleiros.

E quero saudar o representante da nossa querida Polícia Militar de Santa Catarina, que desenvolve – e é este o aparte que eu quero dar –, junto à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, como seu grande braço de execução e operacionalização, uma bela campanha, há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitos anos já, conforme veremos e assistiremos daqui a pouco, quando chegar o momento da apresentação do nosso representante da polícia militar.

Eu gostaria, contudo, Sra. Presidente, apenas de deixar registrado que dei entrada num requerimento, que eu gostaria que fosse apreciado na sessão de terça-feira que vem, que é uma sessão ordinária, que é um requerimento a propósito de uma solicitação. O Sr. Ministro Alexandre de Moraes, no último dia 19 de agosto – ou seja, há quatro dias –, fez uma solicitação à Polícia Federal pedindo contas, ainda que parciais – ou seja, um relatório ao menos parcial –, sobre os inquéritos, que são todos sigilosos, que investigam as omissões de autoridades federais no dia 8 de janeiro.

A senhora acompanhou, na nossa CPMI, as insistentes solicitações que eu fiz – e que outros Senadores e Senadoras fizeram – sobre investigação a respeito das informações prestadas pela Abin às 48 agências que integram o Sisbin (Sistema Brasileiro de Inteligência) advertindo, por exemplo, no dia 6 de janeiro, que no dia 8 de janeiro haveria ou poderia haver a invasão do Congresso Nacional e de outros prédios, de outros edifícios da Esplanada dos Ministérios. Reclamamos muitas vezes sobre essa omissão coletiva e levamos vários subsídios, que não foram sequer acatados no relatório da CPMI.

Como agora tanto a Procuradoria-Geral da República quanto o Ministro Alexandre de Moraes demandam da Polícia Federal essas providências públicas, ou seja, o que foi que apuraram sobre isto: os 280 integrantes da Guarda Nacional que estavam no pátio do Ministério da Justiça e não foram empregados para impedir aqueles atos de vandalismo... Enfim, isso não é matéria da sessão de hoje, é para justificar a oportunidade do meu requerimento. Se o Ministro Alexandre de Moraes, se o Procurador-Geral da República demandam saber no que foi que deu essa investigação, nós do Senado temos a obrigação de fazê-lo, e esta é a Comissão apropriada para isto, juntamente com a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Então, peço perdão por atravessar esta breve explicação, neste momento, somente para que seja recebido o requerimento e, na próxima terça-feira, seja deliberado. No mais, voltamos à importante iniciativa, que V. Exa. preside e sempre liderou, de tratar desse assunto de desaparecimento – vamos chamar como um gênero – de pessoas no nosso país e de como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podemos desenvolver políticas públicas a partir de bons exemplos, se possível, para pelo menos amenizar esse drama que afeta tantas pessoas e tantas famílias.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador. O requerimento está sendo acolhido.

Eu creio que é oportuno e necessário esse requerimento; parabéns pela iniciativa. Mais que necessário, é uma ousadia, uma coragem do senhor. Eu acho que as respostas precisam ser dadas para o Brasil. Parabéns pela sua iniciativa e eu tenho certeza de que será aprovado por unanimidade nesta Comissão.

Também está *online* o nosso Senador Seif.

Senador Seif, com a palavra. O Senador Seif é de Santa Catarina.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Querida Presidente Damares, um beijo no seu coração e em todos os amigos aí da nossa Comissão de Segurança Pública.

Eu... Nós indicamos a Polícia Militar de Santa Catarina devido ao sucesso das ações de resgate e de recuperação de pessoas, ou seja, de encontrar as pessoas. O nosso Coronel está aí e eu não pude estar presente. Então, quero deixar um grande abraço e parabenizar mais uma vez publicamente a Polícia Militar de Santa Catarina, que tenho certeza, Damares, tem muito para colaborar nesse grande projeto que a senhora lidera de melhorar os índices de encontros de desaparecidos, de pessoas sequestradas, de pessoas que sofrem, de famílias que sofrem, através da experiência do nosso querido Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, Damares.

Um abraço forte aí para o nosso pessoal da Polícia Militar de Santa Catarina.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Seif.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que foi convidado a indicar representante, mas não pôde fazê-lo, o Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Sr. Mauro de Nadal. Eu até peço apoio aos Senadores de Santa Catarina, nós vamos insistir ainda no convite, na vinda dele.

Também foi convidada a Sra. Jovita Belfort, mas, até o momento, não houve resposta quanto à sua participação, mas eu vou insistir, eu acho que a D. Jovita tem muito...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está com problema de saúde, não é?

Ela tem muito a colaborar com o nosso trabalho. Eu tenho um amor muito grande por D. Jovita, que me ajudou muito no ministério na construção da política.

Eu comunico que a presente audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211, vou repetir o telefone 0800 061211. O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, os senhores convidados terão dez minutos para falar. Ali nós temos um cronômetro, vocês podem acompanhar pelo cronômetro, mas se precisarem estender um pouquinho, eu vou ser generosa, fiquem tranquilos.

E, no final, a gente ainda dá a palavra para considerações finais. Vão chegar perguntas via internet, já chegaram algumas, e à medida que os senhores forem falando, eu vou apresentando as perguntas, mas eu quero lembrar-lhes que nós estamos ao vivo e o assunto chama a atenção do Brasil. É um assunto que a família brasileira está acompanhando e com o qual está muito preocupada.

Então, vamos dar início a nossas exposições.

Nós vamos ouvir imediatamente a Sra. Ivanise Esperidião, e aqui novamente agradeço por ter aceitado o convite para estar conosco.

A SRA. IVANISE ESPERIDIÃO (Para expor.) – Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer à Senadora pelo convite, sou muito grata por estar aqui e quero cumprimentar a senhora pela iniciativa desta Comissão e, aproveitando a oportunidade, cumprimentar os demais convidados que aqui estão. O pessoal da Polícia de Santa Catarina já é nosso parceiro há 12 anos, desde a época do Major Marcos, que não está mais aqui conosco. O trabalho que eles fazem é de excelência.

A minha luta começou no dia 23 de dezembro de 1995, quando a minha filha de 13 anos saiu de casa para voltar dali a, no máximo, 20 minutos, e desapareceu. No começo foram três meses de muito sofrimento, foram três meses de muita angústia. Mas aí eu resolvi me juntar a outras mães que estão aqui presentes – é a D. Vera Lúcia, que representa as Mães em Luta; a D. Rogéria, que é do Rio de Janeiro, e representa a Mães Braços Fortes; a Giselle, que tem a Associação Mães que não desistem, no Paraná; a Lucineide, que também é uma mãe de São Paulo. Então, foi com essas mulheres, Senador, que eu aprendi a conviver com essa dor, que é uma dor que não tem remédio, é uma ferida que não cicatriza e é um luto inacabado.

Eu estou aqui à disposição da Comissão, como mãe e como representante de uma organização de luta de quase 30 anos. São quase 30 anos buscando por uma resposta pela minha filha e ajudando essas mulheres, que, comigo, no final das contas, acabamos nos transformando em uma família, irmanadas pela mesma dor, pelo mesmo objetivo – que é encontrar os nossos filhos –, pelo mesmo amor, pois o amor de mãe é diferente do de todo mundo, e mantendo acesa a chama da esperança de um reencontro único, mesmo sem saber o dia e a hora em que ele possa acontecer.

O desaparecimento no Brasil, para mim, na minha opinião – e me perdoem as autoridades aqui presentes, se eu estiver errada –, é tratado apenas como uma estatística, ele não é tratado como um problema de segurança pública. A nossa causa é uma luta invisível, é uma causa solitária, porque os nossos filhos fazem parte apenas de uma estatística. Não existe uma investigação continuada. A Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas começou com um trabalho excelente, que infelizmente parou em 2022, por conta das eleições, e que agora está retomando. Eu creio muito que as coisas vão dar certo. Mas as coisas só caminham, só dão certo, se o poder público e a sociedade civil caminharem juntos. E ninguém melhor do que a mãe de uma pessoa desaparecida, de uma criança, de um adulto – a minha filha tinha 13 anos – para saber o que significa viver a dor da incerteza. O desaparecimento é uma lacuna. É um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fenômeno multicausal, que envolve várias causas, que envolvem o desaparecimento de uma pessoa, desde o desaparecimento voluntário até mesmo os desaparecimentos forçados.

O que nós lutamos, ao longo desses quase 30 anos, é por urgência. Nós temos uma urgência por resposta. Nós temos o direito de, pelo menos, enterrar os restos mortais dos nossos filhos. O Estado nos deve essa resposta. Não importa o tempo, mas nós precisamos fechar esse círculo, porque a senhora não queira imaginar o que é viver, quase 30 anos, buscando por uma resposta, seja ela qual for. Se eu receber uma ligação, hoje, da delegacia de pessoas desaparecidas e falarem para mim: "D. Ivanise, foi encontrada uma ossada, e nós fizemos uma identificação com o seu material genético e detectamos que aquela ossada é da Fabiana". Acabou. A minha resposta chegou ao fim. Agora, o que vai matando, aos pouquinhos, é a dor da incerteza de não saber o que fizeram com o seu filho.

A minha filha, quando desapareceu, tinha 13 anos; hoje, ela tem 42. Eu fico imaginando como está a minha filha, hoje, com 42 anos, se estiver viva. Então, a nossa vida, na verdade, virou uma interrogação. Eu tenho mães, aqui, como a Vera, a mãe que tem mais tempo. A filha dela desapareceu em 1992 – são 32 anos de busca. Para as demais, são 17... Lucineide, 16; Graciane, 19. Então, para a senhora ver que são mães muito fortes, muito resilientes, que não desistem. Não podemos desistir do bem mais precioso que Deus nos deu, que são os nossos filhos, mas nós precisamos, nós temos essa ansiedade, esse desejo de fechar esse círculo, de ter essa resposta, seja ela qual for, mas precisamos entender o que foi que fizeram com os nossos filhos.

O desaparecimento caminha junto com o tráfico de pessoas. O tráfico de pessoas é uma das causas que envolve o desaparecimento, desde o tráfico de pessoas forçado como o daquelas pessoas que vão em busca de um sonho e se deparam com um pesadelo, então, os dois crimes acabam caminhando juntos.

Eu tenho alguns casos de tráfico de pessoas na associação. O mais recente, que não caracteriza tráfico, foi um sequestro parental, no qual o pai pegou uma bebê de 1 ano e 2 meses que ele não conhecia, ele engravidou...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Pode continuar.

A SRA. IVANISE ESPERIDIÃO – ... aquela mãe e não conhecia. Depois ele voltou – ele é angolano –, chegou a São Paulo em dezembro e disse que queria levar a menina para passear. Ele falsificou um documento, como se a mãe o tivesse autorizado a viajar com a bebê, e ele tentou passar pela fronteira para sair aos Estados Unidos. Ele mostrou um documento, ele estava com os documentos inclusive da mãe, e não houve um cuidado da Polícia Federal de se informar se aquela criança realmente estava sendo autorizada, até porque ela estava com o pai – entendeu? –, e ela não tinha nenhuma intimidade com aquele pai.

Eu não sei o que aconteceu, que ele deixou aquela criança no meio de uma floresta, em um lugar chamado Darién, e ela foi encontrada por um caçador e foi levada para um abrigo no Panamá. Foram cinco meses de reuniões com o Ministério da Justiça, com o Itamaraty, para poder ir buscar essa criança. Tanto que, quando ela retornou, ela não quis ir com a mãe, *a priori*. Ela não quis ir com a mãe porque ela tinha esquecido, já havia sete meses que ela estava longe da mãe.

Então, é isso. O desaparecimento e o tráfico de pessoas são dois crimes que caminham juntamente, um com o outro.

Eu quero aproveitar e agradecer a oportunidade de estar aqui. Tenho uma admiração muito grande pela sua pessoa, desde o Governo passado, e quero agradecer por estar aqui, por ter a oportunidade de falar de um problema tão complexo. Dez minutos é muito pouco, mas é muito válido, é muito importante para que a sociedade tenha conhecimento desse fato, até porque a Comissão é transmitida via internet e vai ter muita gente que vai assistir.

Eu queria aproveitar e convidar as pessoas que moram na região de São Paulo, porque, no dia 30 de agosto, que é o Dia Internacional das Pessoas Desaparecidas, nós faremos um evento muito grande na Praça da Sé, com mais de 200 pessoas, não para comemorar, mas para fazer uma simbologia do Dia Internacional das Pessoas Desaparecidas.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dona Ivanise, obrigada pela participação.

Conforme eu disse, a gente chora quando ouve a senhora falar.

Eu quero agradecer às mães que estão aqui. Eu não tinha noção de que tinha tantas mães aqui. Eu cheguei ao plenário, e não me dirigi às senhoras, estava todo mundo correndo aqui, mas eu vou abraçá-las depois. Obrigada por terem vindo.

Eu faço um compromisso com vocês. O tema precisa estar na pauta todos os dias aqui, no Congresso Nacional. Os Parlamentares são sensíveis ao tema, mas a gente precisa ficar lembrando a eles, porque, quando a gente chega nesta Casa, são tantos problemas, que a gente vai, vai, vai. Mas eu vou fazer questão de lembrar aos Parlamentares do tema todos os dias. E eu vou precisar de vocês. Eu quero agradecer muito ao atual Presidente da Comissão de Segurança, porque nós tínhamos vários assuntos para avaliar, e, quando eu trouxe esse tema, foi unânime, todos os Senadores disseram: "É isso!". Sabe aquela coisa para a qual precisava alguém dar o pontapé, mas estavam todos preocupados?

Então, a partir desse momento, dessa avaliação, vamos criar grupos aqui, dentro do Senado e da Câmara, frente parlamentar, se for preciso, subcomissão, mas o tema precisa estar na pauta o tempo todo aqui, e quem vai fazer isso são vocês. Quem vai nos ajudar com isso são vocês.

Então, depois, eu quero abraçá-las, eu quero provocá-las a nos provocar o tempo todo, a nos incomodar o tempo todo. Não dá mais para a gente ficar, o Parlamento, especialmente... Porque é aqui que as decisões são tomadas, é aqui que a lei pode ser aperfeiçoada, é aqui que a gente decide o orçamento da União, é aqui que a gente decide o investimento na política. Então, não dá mais para o Parlamento ficar distante desse tema.

Então, eu tenho esse compromisso. Eu ainda tenho, com certeza, se Deus quiser, mais seis anos e meio de mandato, eu tenho e eu vou ter saúde, se Deus quiser, e, por seis anos e meio, esta Comissão aqui vai estar com o tema na pauta. O atual Presidente e a atual composição da Comissão estão muito sensíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, D. Ivanise, é possível que a gente esteja, a partir dessa avaliação, que é o cumprimento do Regimento Interno, tão-somente – nós estamos aqui cumprindo o Regimento Interno do Senado –, é possível que, a partir dessa avaliação, a gente possa fazer uma revolução na política ajudando o poder público. O que a gente quer é ajudar o poder público. E nesse tema não tem política, nesse tema não tem direita, não tem esquerda, nesse tema não tem disputa, esse é o tema da vida, e esse tema une todo mundo. A Comissão tem Parlamentares de todos os partidos, e, na hora de aprovar o requerimento, todos foram unânimes em dizer: "Este é o tema do momento". Então, nós vamos, sim, nos empenhar.

Então, mães, sintam-se abraçadas pelo Senado Federal, sintam-se abraçadas por esta Comissão, e, D. Ivanise, obrigada. E eu vou fazer um esforço para estar com vocês lá no dia 30. Eu acho que vou me esforçar para estar lá na Praça da Sé com vocês no dia 30.

A SRA. IVANISE ESPERIDIÃO (*Fora do microfone*.) – Será uma honra! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Na sequência, vamos ouvir o Dr. Edson Silva, que representa uma das instituições, no mundo, que têm se destacado no enfrentamento ao tráfico humano.

O Dr. Edson também é de Santa Catarina?

O SR. EDSON SILVA (*Fora do microfone*.) – Não, Paraná.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, Paraná. Ele representa a instituição aqui, no Brasil.

Dr. Edson, muito obrigado por estar conosco, e o senhor tem dez minutos, mas, se a campainha tocar, eu vou ser generosa aqui, não se preocupe.

O SR. EDSON SILVA (Para expor.) – Obrigado.

Bom dia a todos!

Muito obrigado pelo convite.

Bom dia a V. Exa., Senadora Damares!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos os convidados aqui presentes!

Bom a dia a todas as mães aqui presentes! Sintam-se abraçadas neste momento, pois é um momento em que eu sinto a dor de vocês e quero compartilhá-la. Que Deus abençoe a vida das senhoras!

Peço aos senhores que conheçam um pouco da nossa instituição.

Tivemos já o prazer de estar com V. Exa., Senadora Damares, lá conosco, mas quero que todos conheçam um pouco da história da Hope & Justice.

A nossa CEO e fundadora, Anna Lazaro, como muitos imigrantes, foi até os Estados Unidos com o sonho de ter uma vida nova lá e, não conhecendo pessoas naquele país, estava vinculada a uma igreja e naquele local onde ninguém poderia imaginar conheceu uma pessoa e por essa pessoa se apaixonou, se casou e teve o início de uma nova vida. E, nesse início de uma nova vida, ela descobriu, depois de muito tempo, que esse marido era um traficante de pornografia infantil.

E, isso, depois de tantas dores – estou resumindo aqui –, anos de dores dessa mulher, em que ele simplesmente vendia imagens da própria filha dela, fez com que a nossa Presidente fundasse a Hope & Justice em Orlando, e, de lá para cá, nós viemos combatendo o tráfico humano.

A Hope & Justice já ultrapassou fronteiras, já está no Brasil, nós estamos em Recife também. É com esse intuito que nós estamos aqui hoje, agradecemos mais uma vez este convite, para abrir os olhos dos senhores para algo muito importante que, quando esse tema chegou a mim, também me deixou muito impactado.

Quando nós falamos do desaparecimento de pessoas e de tráfico humano, nós entendemos apenas que as pessoas ultrapassam o território nacional, as pessoas desaparecem e são levadas para outro local, quando, na verdade, no território, no doméstico, isso acontece muito também.

Quando as nossas crianças estão em seus quartos, jogando jogos *online*, estão com aquele *chat* e a gente não tem conhecimento nenhum do que está acontecendo naquele momento, essas crianças são levadas em um período muito curto para encontrar pessoas em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

shoppings ou em qualquer situação parecida, e essas crianças, naquele curto tempo, são vendidas, são exploradas sexualmente, retornam ao seio do seu lar, e nós não sabemos o que aconteceu com os nossos filhos nesse curto período de tempo.

Por que isso acontece? Durante muito tempo essas crianças são ameaçadas, coagidas e não nos contam nada do que está acontecendo, e isso faz com que essas crianças tenham uma vida de escravas dessas pessoas e isso também é tráfico humano. Isso também pertence a essa gama de crimes que nós devemos combater.

O que acontece quanto a isso? Essa é a porta de entrada. Quando a D. Ivanise nos fala a respeito de o que pode acontecer com o tráfico humano, o desaparecimento, o que acontece depois disso? Depois desse fato, as crianças simplesmente são levadas para outro local, desaparecem, e hoje nós temos aqui, lamentavelmente, tantas mães que sofreram e sofrem até hoje e até hoje não sabem o que aconteceu com os seus filhos.

A Hope & Justice é pioneira na questão de fazer um trabalho com todas as autoridades, e isso é o que a gente vem propor aqui hoje. Um trabalho em união com todos os representantes das Polícias Civil, Militar e Federal.

Lá nos Estados Unidos, como é feito o trabalho da Hope & Justice? Juntamente com o FBI, juntamente com a Interpol, nós trabalhamos e apresentamos, bimestralmente, um relatório, para que a gente consiga, dessa forma, quebrar toda essa cadeia de pedófilos e traficantes de pessoas.

Nós da Hope & Justice entendemos que essa cadeia trabalha muito unida. Apesar de ter vários setores no tráfico de pessoas, vários setores na pedofilia, eles são muito unidos. E nós não podemos, de forma nenhuma, trabalhar cada um separadamente. Nós precisamos ter uma união, para que possamos combater toda essa cadeia.

Nós entendemos que os pilares para isso são: primeiro, a prevenção. Precisamos educar os nossos filhos, falar abertamente sobre o tema. Precisamos fazer com que escolas e instituições falem sobre o tema e com que as crianças estejam realmente por dentro do assunto.

Isso faz com que a gente tenha, também, de forma mais ampla, a proteção de nossas crianças, dando suporte às vítimas, não somente às crianças, mas também a todas as pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que são vítimas de tráfico de pessoas. O que seria esse suporte? Quando nós identificarmos alguém que sofreu algum tipo de abuso, seja sexual, seja de tráfico humano, nós precisamos ter suporte psicológico para essas pessoas. E essas pessoas são aquelas que vão nos orientar e trazer mais informações sobre essa cadeia toda que envolve esse crime.

Outra coisa que nós entendemos ser uma forma de realmente estar contra tudo isso é o poder de polícia. As pessoas têm medo de... "Eu vi algo que foi estranho, eu vi algo que poderia ser de pedofilia ou tráfico humano, mas eu tenho medo, eu não tenho certeza. Eu não vou levar isso à polícia." Isso é um erro muito grave. Isso faz com que as pessoas não levem isso à polícia e com que isso não seja investigado. Toda e qualquer ação que remeta a abuso infantil, a tráfico humano, deve ser urgentemente relatada às autoridades.

Por último, há o Poder Judiciário. Eu acho que nós devemos ter, tanto no Brasil como fora do Brasil, um Judiciário mais específico para o tráfico humano. Como eu expliquei anteriormente, nós entendemos o tráfico humano apenas como a evasão de divisas de pessoas, apenas como a venda de pessoas, quando, na verdade, o tráfico humano é quando você tem uma relação de consumo, seja ela de imagens, seja ela da pessoa propriamente dita. Quando nós fazemos essa relação de consumo, não é apenas a pedofilia, não é apenas o abuso infantil – sim, deve também o Judiciário, com os magistrados, estarem cientes de que isso também é um tráfico de pessoas.

Então, com esses pilares e com essa união que nós temos das representações públicas, eu acredito que, trazendo aquilo que nós temos na Hope & Justice dos Estados Unidos aqui para o Brasil – e nós já estamos atuando aqui –, eu creio que nós vamos conseguir deixar de ser apenas números, como a Sra. Ivanise acabou de falar para a gente, apenas estatísticas, mas efetivamente lutar por justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Edson, obrigada. É desafiadora a sua fala. E o senhor nos desafia a não ter medo de denunciar e a não achar que "Ah, acho que não é" é uma dúvida. Eu sempre tenho dito, D. Ivanise, que, na dúvida, denuncie, deixe as autoridades confirmarem. Na dúvida, denuncie.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra para os nossos dois outros expositores, as perguntas estão chegando e eu as vou ler. Os senhores não são obrigados a responder às perguntas, mas quem sabe também direcionem a fala dos senhores:

"Quais são os [principais] desafios [...] da investigação de casos de desaparecimento ligados ao tráfico humano?" Esse quem falou foi Walter, do Rio Grande do Norte.

De Matheus, do Rio Grande do Sul: "De que forma o tráfico humano está ligado às redes sociais hoje em dia?". Talvez, Dr. Edson, na sua palavra final, o senhor possa falar sobre isso, nos seus cinco minutos finais.

De Jefferson, do Distrito Federal: "Como garantir a atualização constante dos dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, especialmente em relação a pessoas desaparecidas?".

De Denize, do Mato Grosso: "É necessário que os estados brasileiros criem também suas legislações sobre a política de pessoa desaparecida?". É o caso que nós temos em Santa Catarina. E me parece que no Rio de Janeiro já tem uma lei específica. Mas é necessário que os estados tenham leis específicas?

Viviane, do Rio de Janeiro, pergunta... Na verdade, ela não pergunta, ela afirma. E vou ler diretamente para a consultoria: "O Brasil precisa com urgência atualizar o art. 22, do Código Civil. Não temos *status* jurídico da pessoa desaparecida". O.k.? Essa vai para a nossa consultoria.

De Jackson, de Rondônia: "Como as tecnologias de informação e comunicação podem aprimorar a busca por pessoas desaparecidas e o combate ao tráfico humano?". Vejam só a preocupação com as tecnologias. Tem sido constante, Dr. Rafael, nas nossas audiências aqui, as pessoas quererem saber como a tecnologia pode ajudar.

De Jacqueline, da Bahia: "Por que [...] [há tanta demora na comunicação de] desaparecimentos? Por que não há campanhas [mais amplas] sobre o perigo do tráfico humano?". É exatamente o que o Dr. Edson falou.

De Denize, do Mato Grosso: Além [...] [da densidade populacional], quais outros fatores podem levar um estado ou município a ter mais pessoas desaparecidas do que outros?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De Kerolyn, do Rio Grande do Sul: "Quais são as principais medidas para prevenir o tráfico humano e proteger as populações mais vulneráveis, especialmente mulheres e crianças?".

De Cristianne, do Rio de Janeiro: "Por que não criar um banco nacional de DNAs para auxiliar na identificação de pessoas desaparecidas, com colheita de material genético?".

E de Paulo, de São Paulo: "Existe ou há a possibilidade de [...] [criar] um cadastro único de desaparecidos que unifique as ocorrências em todos os estados?". É o que a lei determina. Mas é o que a gente tem visto aqui: a não comunicação e o não cruzamento dos dados entre as instituições.

Essas foram as perguntas selecionadas pela Secretaria. Eu queria chamar a atenção dos expositores de que as perguntas vieram de diversos estados. Isso quer dizer que a nossa audiência é grande. Então, pessoas de todo o país estão acompanhando esta audiência, o que demonstra a preocupação da sociedade com o tema.

Na sequência, vamos ouvir o Coronel da Polícia Militar Jailson Aurélio Franzen, Chefe do Estado-Maior Geral da Polícia Militar de Santa Catarina.

Coronel, muito obrigada por ter aceitado o convite e por estar conosco nesta manhã.

O SR. JAILSON AURÉLIO FRANZEN (Para expor.) – Bom dia a todos.

Quero saudar a Senadora Damares, os demais integrantes da mesa, todos os que estão aqui presentes e aqueles que estão nos acompanhando à distância. A tecnologia é complexa, não é, Senadora? Tem o lado muito positivo, mas também, infelizmente, o lado negativo. Se me permite, quero fazer uma menção especial de agradecimento ao Senador Seif pelo convite e também ao Senador Petecão, que também enviou um ofício convidando a PM de Santa Catarina a participar aqui desta audiência pública tão importante.

Bom, em Santa Catarina, desde 2012, a Polícia Militar – eu não vou ser leviano –, não uma polícia militar, um policial militar, o Major Marcos Claudino, teve a iniciativa, por conta própria, de iniciar um trabalho de buscar, de recuperar, de resgatar pessoas desaparecidas, por diversos motivos. Tudo começou com uma ocorrência com que ele se deparou, aquilo chamou a atenção, e ele imaginou: "Poxa vida! Devem ter mais casos aqui". E, a partir de então, desde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2012, institucionalizou-se na polícia militar o programa SOS Desaparecidos, que é vinculado a uma secretaria que nós temos, na polícia militar, de programas institucionais, que vai desde o Proerd, de prevenção às drogas, à Rede de Vizinhos, à Rede Catarina de Proteção à Mulher, que é muito atuante em nosso estado, e ao programa SOS Desaparecidos.

E o que eu quero destacar, porque o programa já foi amplamente apresentado aqui pelo Senador Seif em outras oportunidades... O que eu quero chamar a atenção, aproveitando as falas que me antecederam aqui, é que, muito embora seja um tema complexo, às vezes, com ações simples de boa vontade, a gente faz uma diferença tremenda.

O que o SOS Desaparecidos faz hoje? Inicialmente, tem algumas coisas que talvez facilitem o trabalho. A sede do programa, o escritório do programa não fica numa organização policial, não fica numa instituição governamental. Ele funciona no terminal rodoviário de Florianópolis, que é o ponto de chegada, literalmente, porque, além de ser, obviamente, onde os ônibus que chegam à cidade aportam, ele fica localizado na cabeceira da ponte, na entrada da ilha de Santa Catarina; ou seja, quem chega a Santa Catarina, que não seja por meio aéreo, que seja por meio terrestre, passa pela rodoviária. Então, ali na rodoviária, as pessoas já o têm como referência, e as pessoas vão lá buscar informação e, principalmente, registrar desaparecimentos também, porque muitos desaparecimentos não são criminosos, são voluntários, ou por questões de dependência química, ou por conflitos intrafamiliares.

A gente tem um levantamento de que a maioria dos casos registrados lá no programa tem origem em conflitos intrafamiliares, e daí as origens são diversas: álcool, drogas ilícitas, até distúrbios, problemas de doenças que afetam o discernimento das pessoas, que acabam fazendo com que elas optem em desaparecer da vida das famílias.

E um aspecto interessante do programa é justamente a simplicidade com que ele atua. Nós temos lá um *software* que projeta... Por exemplo, uma criança que desapareceu, aquele programa de computador projeta como ela deve estar hoje, com o avanço da idade. Mas a diferença é na boa vontade dos integrantes do programa e na simplicidade do trabalho.

O que eles fazem? Buscam rede social, em rede aberta, conversam com colegas, para identificar parentes, ir atrás mesmo, fazendo o serviço de chão de fábrica mesmo, de ir atrás, porque, quando surge uma situação mais complexa, e aí é uma outra característica que o nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado tem... Se me permitem, eu vou falar bem do meu Estado. Acho que os senhores vão compreender. A gente tem muito orgulho desse trabalho lá, porque não é um trabalho só da Polícia Militar. A Polícia Militar tem o SOS Desaparecidos, mas a Polícia Civil também tem uma delegacia de desaparecidos, e a nossa Polícia Científica está coletando agora DNA de familiares de pessoas desaparecidas para formar esse banco. Pelo menos, no Estado já tem o início de uma ação que vai fazer com que tenhamos um banco de dados para identificação de pessoas que estão há muito desaparecidas, por exemplo, e que são encontradas.

O nosso Estado foi cenário, infelizmente, no passado, de um esquema de venda de recém-nascidos para a Europa e principalmente para Israel. Inclusive hoje tem instituições que estão buscando resgatar a história dessas crianças lá em Israel. Muitas dessas crianças foram entregues pelas mães, por questões de pobreza mesmo, algumas foram vendidas e algumas foram sequestradas ainda na maternidade e comercializadas com pessoas de posses de outros países, que compravam, literalmente, essas crianças para criarem como se fossem suas. Felizmente o esquema foi descoberto, pessoas foram presas e aparentemente isso acabou.

Nós temos uma outra situação, que é a situação... O nosso Estado é um Estado em que o agronegócio é muito potente. Então, existem as colheitas sazonais de maçã, tomate, uva, e trabalhadores vão para lá trabalhar e, às vezes, são colocados em situação análoga à escravidão. Às vezes, tem denúncias de exploração. Aí convém ressaltar o trabalho também do Ministério do Trabalho, que fiscaliza e acaba identificando essas situações. E, dali, dessa situação de trabalho, alguns são cooptados para a prostituição, para a droga e para outros fins, como, infelizmente, o tráfico de seres humanos, que tem uma série de finalidades que complicam bastante.

E, de um tempo para cá, nós também estamos preocupados com o aumento de moradores em situação de rua no nosso Estado, principalmente nas grandes cidades. E a capital é um caso bastante preocupante. Nesse montante de moradores de rua, nós temos identificado bastante pessoas que estavam em situação de desaparecidos, que eram desaparecidos que tinham registro e que foram identificados e resgatados. Infelizmente, muitos deles não têm interesse em voltar para suas famílias, mas alguns não. Alguns foram identificados e acabaram sendo resgatados e devolvidos às suas famílias. Pessoas que tinham problemas de doença

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mental, problemas de drogadição, problemas de alcoolismo, de desilusão mesmo com a família acabam voltando.

Isso chama a atenção para um outro problema também que o Ministério Público de Santa Catarina está investigando. Quando um Prefeito de uma cidade loca um ônibus e manda os seus moradores de rua para o outro lado do país, ele pode estar contribuindo com essa situação também de desaparecimento. E, infelizmente, foram constatados lá no estado fortes indícios de ônibus, por exemplo, de estados do Nordeste e do Norte do Brasil literalmente despejando cidadãos em Santa Catarina, virando as costas para eles e os abandonando, transferindo o problema de um município para outro.

Então, o programa tem buscado catalogar essas pessoas, identificar quem são, porque a PM em Santa Catarina não trabalha com segurança pública. Nós trabalhamos com ordem pública, que é muito mais amplo. A ordem pública envolve a segurança pública – sim, porque existem situações de desaparecimento e por isso que a polícia nelas age –, existem situações de tranquilidade pública e existem situações de salubridade pública. Não é nada correto pessoas dormindo na rua, pessoas abandonadas, pessoas que não sabem quem são, e por isso que a polícia age, sim.

Muitas vezes a pessoa critica: "Por que a polícia militar está lá abordando os moradores de rua, está lá identificando?". Por esses três motivos, não é porque a gente acha que são criminosos. Muito embora alguns sejam, tem gente com mandado de prisão, mas eles estão em situação que afeta a normalidade social, inclusive deles mesmos. É desumano a pessoa dormir na rua, estar revirando lixo para catar comida, ou estar se prostituindo para conseguir uma pedra de *crack*.

Então, é feito esse trabalho violento em cima desses moradores de rua com o intuito de catalogar. E aí vem a diferença, o que eu acho que está fazendo diferença, é o trabalho em rede, é um sistema mesmo. Como eu disse, polícia civil com a delegacia; polícia científica com a identificação; os municípios com a assistência social, acolhendo, dando alimento, medicando, muitas vezes naquelas situações em que há a identificação, possibilitando o retorno para casa.

Então, é esse trabalho integrado que tem a diferença. E o estímulo ao registro do boletim de ocorrência, porque uma outra vantagem que nós temos lá no estado é que o boletim de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocorrência é integrado. Se uma família registra: "Puxa, meu filho desapareceu, vou registrar o boletim de ocorrência."

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAILSON AURÉLIO FRANZEN – Ao registrar o boletim de ocorrência na polícia militar ou na polícia civil, esse boletim é disponibilizado para todas as forças policiais.

Cada vez que surge uma informação nova, ela é acrescentada naquele boletim, independentemente de onde essa informação é prestada, se é na delegacia de Itajaí, Blumenau, ou se é no quartel da PM, ou se é por uma viatura na rua. Essa informação vai... A gente acaba criando um banco de dados com informações que funcionam muito bem.

Outra iniciativa que a gente tomou lá é que essa ação não é exclusiva dos integrantes do programa. Nós temos lá um procedimento operacional padrão. Para todo policial militar que se deparar com uma situação que envolva suspeita de desaparecimento, de tráfego de pessoas, existe um protocolo que esse policial vai desenvolver para que essa informação chegue ao programa, assim como as centrais de operações.

Se alguém liga para o 190 para informar o desaparecimento de alguém, ou o sequestro de alguém, existe um protocolo que, além das medidas policiais que têm que ser tomadas, o programa também é informado. Então, nós temos um banco de dados muito bom lá.

E uma iniciativa agora, por fim, Senadora, nós temos em torno de 400 alunos sargentos, são policiais que estão fazendo o curso de formação de sargentos. E o Capitão Baccin, que é o Coordenador do Programa SOS Desaparecidos, fez uns contatos lá e nós conseguimos que os 400 alunos assistissem ao filme Som da Liberdade, que é um filme que toca bastante nessa temática. Então, somado a todo o conhecimento técnico que eles receberam no curso, durante a formação, eles ainda tiveram uma sensibilização, um choque de sensibilização ao assistir o filme.

Hoje, a ideia é que todos os policiais militares do estado estejam em condições de contribuir com o Programa SOS Desaparecidos. E, volto a dizer: hoje, isso tudo está se transformando, com a entrada da Assembleia Legislativa, através da política catarinense, em um programa de Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, até respondendo, ou comentando sobre algumas perguntas. Existe um banco nacional de desaparecidos. Existe um sistema nacional, só que sete estados usam esse sistema nacional. Só sete estados usam; faltam 20, 20 estados adotarem ainda.

A gente insere esses dados lá no banco nacional, utiliza esse sistema, alimenta esse sistema para que todo mundo tenha acesso. Eu, como pai, só posso imaginar a dor que quem tem um filho nessa situação sofre.

E, como eu disse, nós não fizemos investigação criminal na Polícia Militar. Investigação criminal a Polícia Civil faz quando é uma situação mais complexa. Mas, mesmo assim, com ações simples de consulta, de busca de informação em dados, em bancos de dados abertos, como Facebook, redes sociais, enfim, nós temos um êxito de em torno de 80% de encontro de pessoas desaparecidas. Neste ano de 2004 teve um aumento grande de registros, muito grande, que eu esqueci de mencionar. Nós recebemos uma grande leva de imigrantes, um tempo atrás, de haitianos, e, agora, de venezuelanos, muita gente trabalhando nos frigoríficos lá na nossa região, o que aumentou o número de pessoas que se encontram em algum tipo de situação que merece a intervenção do programa. E, neste ano, mesmo com todo o aumento, nós tivemos um êxito em 88% dos casos, em 2024. Dos registros de 2024, nós tivemos um êxito de 88% de encontro de pessoas em situação que a gente chama de desaparecimento.

Então, eu chamo a atenção, no programa SOS Desaparecidos da nossa Polícia Militar, é para o fato de que é uma iniciativa simples, que não envolve grandes investimentos, grandes tecnologias, mas nós temos uma coisa lá que é a boa vontade, o empenho daqueles pouquíssimos policiais, pouquíssimos mesmo – uma equipe tem três policiais e mais a coordenação –, mas eles estão fazendo uma diferença tremenda. É claro que, como eu gosto de reforçar, todos os policiais militares de Santa Catarina têm instrumentos para colaborar com o programa.

Então, a mensagem que a gente quer deixar aqui, Senadora, é que é possível fazer, sim, é possível fazer investimento e, principalmente, escolher pessoas voluntárias que queiram trabalhar e dar autonomia. Tudo isso surgiu porque uma pessoa teve a iniciativa, teve vontade e fez e mostrou: "Olha, eu fiz, e deu certo. Vamos fazer mais?" E, na época, o comando apostou, e hoje a gente tem muito orgulho do nosso programa SOS Desaparecidos, como tem orgulho da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa Rede Catarina de Proteção à Mulher. Embora Santa Catarina hoje tenha um registro grande de violência, não quer dizer que a violência seja maior, mas quer dizer que as pessoas lá estão confiando nas instituições, nas forças policiais, e estão denunciando os casos. Então, esta é a mensagem: investimento, boa vontade e simplicidade. Não precisa de um aparato muito grande para começar. E é claro, depois, Senadora, depois é importante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAILSON AURÉLIO FRANZEN – ... a gente melhorar sempre.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Poxa! Coronel, eu espero que todos os comandos da PM do Brasil estejam acompanhando esta audiência e o tenham ouvido, porque o senhor disse que é uma questão de vontade.

Olha só, gente: 88% de sucesso. É incrível isso! É incrível!

Comandante, na nossa última audiência, o Ministério Público Federal esteve conosco e apresentou um número, Dr. Edson: 100 mil pessoas estão desaparecidas no cadastro do Ministério Público. Cem mil, não é? Cem mil. E metade delas são crianças. Então, nós temos um cadastro, que é o do Ministério Público, que tem 100 mil, mas o cadastro deles não está sendo compartilhado com outros cadastros. E a gente tem que entender que tem a subnotificação também, Dr. Rafael. Se tem 100 mil lá cadastrados, acredite, é muito mais que isso. É muito mais que isso. E a gente vai ter que se encontrar. O compartilhamento de dados, o compartilhamento de experiências de sucesso... Nós vamos ter que nos encontrar no Brasil.

Mas eu vou lhe dar uma boa notícia, Coronel. Se o senhor disse que basta a vontade para a gente fazer essa mudança, nós temos uma Comissão aqui, no Senado, com vontade. Então, o senhor vai ter uma Comissão, no Senado Federal, com integrantes que têm... Nós temos Senadores aqui que foram Governadores, que enfrentaram esse desafio enquanto Governadores e que querem respostas também.

Eu vou só contar uma experiência desta semana. Eu tenho desafiado os Parlamentares a mergulharem no tema. Tem uma Deputada aqui, do Mato Grosso – ela é suplente, assumiu recentemente –, e eu comecei a desafiá-la. Como é que está Mato Grosso? Ela disse: "Eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sei". E ela tomou a iniciativa de pedir ao Secretário de Segurança os dados do Estado de Mato Grosso. O marido dessa Deputada é Prefeito na cidade de Água Boa – a Deputada Juliana é uma mulher incrível. Quando chegou o relatório, ela se assustou com o número de desaparecidos, só em 2023. Ela pediu os números de 2023. Ela descobriu que na cidade dela, Água Boa, onde o marido é Prefeito – ela é Deputada –, tinham quatro crianças desaparecidas e ela nunca soube disso. Eu disse: "Olha, Deputada, se tem quatro registradas, vá atrás porque tem muito mais". E é uma região de área indígena também.

Então, os Parlamentares estão começando a se assustar quando os números estão chegando. O que eu acho muito bom, porque não é um grupo de mães gritando, é o Secretário de Segurança fornecendo números e manifestando muita preocupação.

E aí só um dado, Coronel, é uma pergunta que o senhor pode responder no final. Em uma das nossas audiências, nós levantamos uma hipótese sobre os abrigos de idosos no Brasil. Muitas das pessoas desaparecidas podem estar em abrigos espalhados por todo o país. Para minha surpresa, Dr. Rafael, quando eu fui Ministra, assim que veio a pandemia, nós queríamos imediatamente cuidar dos abrigos, porque os idosos eram os mais vulneráveis. Em alguns países da Europa, abrigos inteiros perderam os idosos, inclusive os cuidadores morreram. A covid chegou primeiro àqueles abrigos. A gente não queria que isso acontecesse no Brasil, graças a Deus não aconteceu. E aí eu pedi ao Ministério de Assistência Social o número dos abrigos, porque a Secretaria dos Direitos era comigo, mas quem executa a política é a Assistência Social e a Saúde. A Assistência Social me deu o número de 1,9 mil abrigos, no Brasil; a Saúde dizia que tinham 2,1 mil. Eu disse: "Olha, nem o número de abrigos vocês sabem?". Não, não sabiam. Aí eu tive que fazer um vídeo e chamar o Brasil: "Abrigos, se cadastrem que nós vamos ter um recurso para vocês". Nós chegamos a mais de 4 mil abrigos, que estavam anônimos, inclusive para o poder público.

E aí eu perguntei ao Ministério da Justiça: "Vocês têm o cadastro desses idosos que estão em abrigos? O Ministério da Assistência Social tem o cadastro de todos esses idosos?". Porque, de repente, quem o senhor está procurando está num abrigo lá no Pará, é um idoso lá no Pará. Então, não se compartilham dados no Brasil. "Ah, mas a gente tem a lei do sigilo, de proteção". Mas a lei tem exceções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero desafiar as Mães da Sé, também, para a gente ter esse diálogo com os abrigos de São Paulo e provocar mais diálogos. Nós temos não só os abrigos, Coronel, mas a gente tem as comunidades terapêuticas também, são muitas comunidades terapêuticas. E o número de pessoas que passam e vão embora dali é muito grande. Onde estão os cadastros dos atendidos em comunidades terapêuticas? De repente, alguém que nós estamos procurando passou por numa comunidade terapêutica, lá no Maranhão. Então, ele está por lá. Já fugiu da comunidade, mas está por lá.

Fica aqui também essa provocação às Mães da Sé e às demais instituições para esse diálogo com as outras instituições de outros segmentos. Eu não sei se os senhores, lá em Santa Catarina, também têm esse cuidado com os abrigos, com as comunidades terapêuticas, com os abrigos de crianças, as instituições assistenciais, mas o senhor pode falar e me responder no final.

Nós vamos ouvir agora o nosso último expositor, que é o Rafael Del Sarto. Ele é o Vice-Presidente da Associação Brasiliense de Peritos, aqui da nossa polícia civil. Mas aí, Rafael, antes de você falar, eu quero mostrar algo. O nosso Distrito Federal foi surpreendido com esta matéria: "Os desafios da investigação em casos de desaparecimentos no DF" – eu estava conversando com ele, no início, sobre esta matéria –, que diz que, entre janeiro e julho deste ano, no Distrito Federal, que é deste tamanhinho – deste tamanhinho! –, foram registradas 1.033 ocorrências. Isso no Distrito Federal, que é deste tamanhinho e que tem uma polícia civil extraordinária, que tem uma polícia militar extraordinária, que tem... Vocês vão ver; temos trabalho aqui, também, que é *case* de sucesso, e é por isso que esses dois estados estão aqui na mesa hoje, mas, só no meu DF, gente – eu conheço muitas mães do meu DF que me provocam o tempo todo, que estão, neste exato momento, em desespero –, só de janeiro a julho deste ano, foram 1.033 ocorrências. Lembrando que tem três ou quatro entradas, só, para entrar no DF; não é como a Amazônia, que tem toda uma fronteira aberta. Nós somos pequenininhos, bem pequenininhos, e temos 1.033 ocorrências.

Dr. Rafael, a palavra está com o senhor. Dez minutos; se precisar, a gente estende.

O SR. RAFAEL PERSEGHINI DEL SARTO (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora. Agradeço aqui, inicialmente, esse convite, por podermos colaborar um pouquinho, e já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimento a senhora, estendendo a todas as autoridades e às supermães aqui presentes – não poderia deixar de mencionar a força de vocês.

Espero colaborar um pouquinho evidenciando como o trabalho da minha categoria pode fortalecer essas políticas de desaparecidos. Eu sou Vice-Presidente da associação de um dos especialistas do quadro da Polícia Civil do Distrito Federal que pode auxiliar nesse processo de identificação dessas pessoas que estão ou em situação de vulnerabilidade social, vivas, ou, às vezes, falecidas – infelizmente, faz parte do nosso trabalho também.

Antes de começar a apresentação – porque eu vou tentar fazer essa explanação para mostrar um pouquinho como é que a gente trabalha –, eu gostaria de mencionar que eu fiz parte de uma missão da nossa polícia civil que fortaleceu o atendimento lá no Rio Grande do Sul nesse momento de dificuldade. Eu e a minha equipe – eu, como papiloscopista policial, e mais três colegas – apoiamos as equipes da Polícia Científica do Rio Grande do Sul no processo de emissão da segunda via da carteira de identidade nos abrigos, e a gente vivenciou a vulnerabilidade, principalmente, daquelas crianças, que estavam extremamente suscetíveis a situações de raptos, entre outras. O nosso trabalho tem esse potencial de colaborar um pouco nesse segmento, que é tão importante.

Eu sou doutor de formação, não sou delegado de polícia. Fiz mestrado e doutorado em Ciências Biológicas e aplico esse conhecimento nessa área de identificação humana – é porque aparece ali "doutor" e às vezes acham que sou delegado de polícia, Senadora, associando à instituição a que eu pertenço. Dentro da polícia civil, nós temos, na nossa polícia científica, três cargos que fazem esse trabalho de identificação humana: o médico legista, o perito criminal e o papiloscopista policial, perito papiloscopista. E é uma carreira que existe no Brasil inteiro, salvo alguns estados em que ela não existe mais porque houve uma unificação. E a gente trabalha, nós somos – não estou achando aqui o meu *pointer*, não tem problema –, a gente trabalha no fortalecimento da cidadania com a emissão da carteira de identidade. Muitos estados, o Instituto de Identificação, por meio da coordenação dos papiloscopistas policiais ou datiloscopistas ou outra nomenclatura, não convém a gente entrar nesse mérito aqui nessa pauta, trabalham com esse processo de cadastramento biométrico, seja por meio de uma identificação criminal ali de uma pessoa que tem essa questão relacionada à apuração de um crime, mas principalmente para o exercício da cidadania, com a emissão da carteira de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

identidade, que é gerada, não é, Senadora, a partir da certidão de nascimento. Certidão de nascimento essa que contém a biografia da pessoa: nome, filiação, data de nascimento, local de nascimento, que é um documento extremamente vulnerável ainda. E aí, lá na carteira de identidade, a gente tem uma vinculação de uma característica pessoal, biológica daquela pessoa, que é a face, que é sua. A gente estuda, a minha categoria estuda para conseguir pegar imagens de pessoas e diferenciá-las.

Quero voltar. Como é que eu volto? Quero voltar para aquele lado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAFAEL PERSEGHINI DEL SARTO – Muito obrigado.

Então, lá nesse documento de identidade, nós temos a face e temos, tínhamos, mas agora isso está no banco de dados, tínhamos o nosso polegar direito. São características biológicas daquela pessoa, que só aquela pessoa tem no planeta Terra. E eu digo isso com alta probabilidade de certeza, matematicamente falando, porque até então, nos bancos de dados internacionais, até hoje a gente não achou duas pessoas com as mesmas impressões digitais, por exemplo. Então isso tem um valor muito importante, assim como o DNA. O DNA é uma biometria que também é muito particular, salva a exceção lá do gêmeo univitelino, mas também tem como diferenciar. Então, lá nesse documento, com essa documentação básica, após a certidão de nascimento, nós trazemos à tona a possibilidade de esse cidadão ser identificado ao longo de sua vida e até após a morte.

Então eu faço parte da categoria que é especialista em identificação humana usando este segmento. Aí os colegas médicos legistas e os colegas peritos criminais trabalham também com a biometria do DNA ou com a identificação odonto legal ou outros aspectos antropológicos, que poderiam ser utilizados aí.

E é interessante ressaltar que o sucesso nessa identificação multibiométrica que existe no Brasil, que poderia ser muito maior, é resultado de um trabalho que foi inaugurado em 1903, com o Departamento de Identificação, utilizando a tal da impressão digital, que é mais conhecida por nós. Essa curadoria por parte desses especialistas ao longo desses anos e com a modernização, a inserção de tecnologias, permitiu que o Brasil ocupe a terceira posição em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação ao maior banco de dados multibiométricos, perdendo só para a China e para a Índia. A Índia tem bilhões de pessoas cadastradas, impressões digitais e face, e faz controles, inclusive, de programas sociais utilizando esses cadastros multibiométricos, além da biografia da pessoa, o nome... porque há essa vinculação entre os dados biográficos – nosso nome, nossa filiação, nossa data de nascimento – e a nossa biometria.

E vira uma biblioteca, como se fosse uma biblioteca mesmo de livros: lá naquele setor X eu tenho aqueles livros que começam com "a", e assim vai. Só que aqui a gente usa essas características biológicas da pessoa, que são únicas.

Isso tudo resulta num repertório que permite... que colabora com a busca de pessoas desaparecidas. Coloquei de propósito aquela figurinha ali e aquela palavrinha em inglês relacionada aos desaparecidos para mostrar que esse é um dos grandes condões desses bancos de dados biométricos, além das outras atividades. Tem um exemplo ali, por exemplo, de identificação de vítimas de desastres de massa, como aquelas situações da região serrana, enchentes, acidentes de trem, entre outras coisas.

Então, esse banco de dados hoje existe no Brasil de forma segmentada, mas, com o advento da Carteira de Identidade Nacional, há um desejo do poder público de fazer essa integração entre os estados, o que vai facilitar muito, por exemplo, a consulta de uma pessoa, em vulnerabilidade social, que foi lá para Santa Catarina, por meio de sua biometria, às vezes utilizando uma tecnologia que está na mão do policial de rua, que está na mão do policial patrulheiro, que está na mão do Cras – aquela tecnologia que pode fazer uma fotinho da pessoa e mandá-la para a consulta no banco de dados.

Só que isso é caro, não é, Senadora Damares? Essa integração é cara. Essa integração requer essa boa vontade institucional para que essas tecnologias estejam à disposição, na ponta, para resolver os problemas, senão a gente não consegue efetivamente minimizar esse problema que é multifatorial.

Aqui no Distrito Federal, a Polícia Civil já dispôs para os nossos policiais civis uma espécie de *software* que permite fazer esse reconhecimento facial, que é usado tanto para apuração de crimes como para situações de pessoas desaparecidas. Só que cabe a gente ressaltar que essa tecnologia não é autônoma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês já devem ter visto na imprensa situações de reconhecimento facial na área criminal que geraram...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL PERSEGHINI DEL SARTO – ... um constrangimento exacerbado da pessoa porque ela não era ela, e está ali um exemplo. Parece que é uma foto daquele ator americano Tom Hanks, mas são sósias. Aquele é o Dan Stulbach, aquele lá da direita, muito famoso pela novela em que ele batia na mulher – uma temática que a gente precisa combater também, nós homens, e encampar fortemente isso. E olha como eles são parecidos.

Então, o sistema de reconhecimento facial sozinho, sem a intervenção dos especialistas, não vai funcionar, ele precisa dessa intervenção humana para ter a certeza.

E aqui estão os exemplos das outras biometrias com que a gente tem oportunidade de colaborar. Coloquei ali a palminha da mão porque antigamente nós coletávamos o pezinho do bebê nas maternidades, mas era uma biometria imprestável; o registro, aquele carimbinho do pezinho do bebê, não servia para identificá-lo no momento em que era necessário, como quando um cadaverzinho era encontrado.

Hoje já existem tecnologias que estão propiciando essa coleta para a gente fazer a identificação neonatal, para frustrar aquela situação, que o Coronel comentou, de tráfico de crianças. Porque você pode vincular a biometria da mãe – só aquela mãe tem – com a biometria do seu bebê. E aí, quando for passar numa fronteira, quando for passar em alguma região, de um estado para o outro, pode-se fazer uma consulta. Isso está na mão, hoje, do poder público? Não, mas pode ser construído, principalmente usando essa ferramenta, que está aqui na frente de vocês, à disposição, para ser explorada. Eu e todos os outros colegas desse segmento somos instrumentos para colaborar.

É interessante ressaltar, pessoal, essa questão da identificação. Identificação é diferente de reconhecimento. Reconhecimento acontece, às vezes, quando o familiar vai lá e vê aquelas vestes do cadáver e tudo o mais. Às vezes, lembra-se de alguma cicatriz que não é do conhecimento do poder público e fala: "Olha, esse aqui é o meu filho que faleceu, nesse atropelamento, estava morador de rua".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Identificação é um processo científico que usa essas características fisiológicas – o que é isso, Rafael? – do nosso corpo e que só o nosso corpo tem. Só eu tenho. O meu é diferente do da Senadora, é diferente em cada um de nós. O DNA faz parte disso aqui, além dessas outras biometrias.

Então, um banco de dados de biometria tem que ir além do nosso DNA. Ele tem que ir para a impressão digital, para a face, se possível, para o palmarzinho, se possível o pezinho, mas tudo isso necessita investimento.

Aqui o exemplo de um caso internacional, da polícia do Havaí, onde encontraram um senhor com demência que desapareceu, saiu de casa, não se lembrava, ficou perdido. Eles conseguiram fazer a recuperação dessa pessoa desaparecida por conta dos bancos de dados e da colaboração, naquele conceito de segurança comunitária. As pessoas recuperaram aquele homem, o levaram até o poder público, lá no Havaí, e conseguiram fazer a identificação desse senhor que tinha demência, um senhor já idoso. Essa é a realidade nacional.

Como a Senadora acabou de mencionar, em abrigos, temos uma série de idosos, às vezes, que nem certidão de nascimento têm. E aí? Como é que a gente vai resolver essa situação? O poder público precisa emitir essa documentação básica para ele efetivamente existir como cidadão e poder ser protegido, porque é uma população vulnerável, assim como as crianças e os nossos idosos. Pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, se a gente consegue implementar um processo de identificação precoce da mãezinha tendo o seu bebê dentro de um hospital, por exemplo, o mais precocemente possível, eu consigo inserir isso numa base de dados para apoiar aquela mãe para ela não vender o bebê, para ela receber um recurso, o auxílio necessário, porque aquilo já foi identificado. A maioria dos nascimentos acontecem em maternidades. A grande maioria da população vulnerável tem os seus bebês nas maternidades públicas. Então é o poder público que deixa escapar o cidadão que precisa da sua ajuda. O recurso a gente sabe que existe, mas a canalização para o local correto é que vai auxiliar a gente a resolver todos esses desafios.

Lá do lado direito tem, de propósito, a pele de um cadáver, que a gente chama de luva cadavérica. Quando a gente encontra um cadáver em avançado estado de decomposição, ela existe e pode ser usada para identificar aquele cidadão que faleceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aquele registro biométrico, muitas das vezes, foi feito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL PERSEGHINI DEL SARTO – ... em algum estado e existe para poder ser utilizado, para identificar o desaparecido do outro estado que está no banco de dados de carteira de identidade, qualquer que seja.

Agora, não há essa comunicação e essa integração. A gente luta, enquanto instituição representativa da categoria, para fomentar essa integração e nos inserirem como especialistas e técnicos, para colaborar nas orientações necessárias, para ter a ferramenta adequada. Não é só uma coisa, temos que usar de todas as ferramentas, para resolver o nosso problema.

Em 2010, assim que foi implantado o sistema Afis no Distrito Federal, nós tínhamos uma série de pessoas que faleceram, que tiveram as suas impressões digitais coletadas, mas a gente não sabia de quem era. Quando o banco de dados foi digitalizado, nós conseguimos identificar 21 pessoas, 21 famílias, Dra. Ivanise, que tiveram o seu ciclo encerrado, porque conseguiram saber sobre o seu ente querido.

Nós estamos em 2024, já passamos por várias modernizações, tanto de procedimento como de tecnologias. Por exemplo, nossas equipes são acionadas, para fazer identificação de um paciente que ninguém sabe quem é ou de um cadáver que faleceu, lá no hospital, ou até na residência de uma pessoa adoecida, porque, às vezes, precisa da sua documentação. Tem equipes especializadas para fazer isso. Tudo isso, graças à tecnologia, respondendo a uma das perguntas.

Tecnologia Afis, tecnologia Abis, sistemas de reconhecimento facial que têm essa interface para consultar essa biblioteca de biometrias que existem. Um exemplo, quando a gente lança uma fotinho do dedinho ou da impressão digital da pessoa no sistema, eu tenho lá uma quantidade de 20 pessoas, para eu dizer de quem é aquele material que eu lancei. Aí eu preciso do especialista para fazer essa intervenção.

Da mesma forma, utilizamos o sistema de Abis, que é um sistema multibiométrico, quando eu lanço um facial. Peguei uma imagenzinha lá que foi capturada na rodoviária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interestadual, lancei no banco de dados, aqui do Distrito Federal, tenho 20, 30 pessoas que se assemelham àquela ali, e eu preciso do especialista para fazer esse cotejo.

Já o sistema de reconhecimento facial está funcionando de forma autônoma. Ele vê o que mais bate e acende lá, é usado em estádios, etc., mas a gente precisa desse treinamento e desse monitoramento dos especialistas, para a gente não fazer uma identificação errônea, no caso da esfera criminal.

No caso do desaparecido, é melhor eu errar, ou seja, é melhor eu optar, como um procedimento de trazer aquela pessoa e saber: "Será que você não é o que está desaparecido? Aí, não, você não é". É melhor do que eu ficar perdendo um pouco de tempo com esse cotejo, porque a necessidade do reconhecimento facial do desaparecido é outra.

Existe uma legislação distrital que ainda não está em vigor sobre crianças desaparecidas e sistemas de reconhecimento facial. Sistemas de reconhecimento facial provocam muito desconforto para a população, assim como os bancos de DNA. A gente precisa, enquanto cidadão, fazer uma reflexão e uma discussão da importância da utilização dessas tecnologias, para a gente garantir a segurança das nossas crianças, dos nossos idosos, das nossas mulheres, por exemplo, porque, às vezes, um sistema de reconhecimento facial pode ser usado para monitorar um agressor à sua mulher, e acender uma luzinha verde para as equipes policiais. Então, tem muito potencial. A gente precisa trazer isso à torna e ter o compromisso, para conseguir colaborar e diminuir esse sofrimento que é gerado para cada uma das famílias.

Para encerrar, Senadora, só queria dizer que eu sou pai de quatro filhos e me padeço com a situação de cada uma de vocês, me emociono por estar aqui hoje, acompanhando a força de vocês, e olha que eu sou treinado para passar por situações como essas.

Deixo o meu contato para vocês mães das associações, para os legisladores aqui presentes, para os técnicos, para que a gente possa construir algo que mude o rumo do que vem acontecendo no país, Senadora.

Estou à disposição. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Rafael, muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero que os Senadores entendam agora por que eu defendo tanto uma polícia científica no Brasil, independente, autônoma e fortalecida.

Eu vou fazer uma coisa que não está aqui em nosso roteiro.

Essas mães vieram com recursos próprios, essas mães vieram para colaborar com a audiência. Eu vou permitir, autorizar e pedir, inclusive, que vocês tenham uma participação na audiência de três minutos cada uma.

É possível? (*Pausa.*)

Então, alguém pode ajudá-las com o microfone aí?

Se apresentem, digam o estado onde estão, de qual estado pertencem e as impressões das senhoras sobre a audiência, o que esperam de nós.

Fiquem à vontade.

Podem começar.

A SRA. VERA LÚCIA RANU – Bom dia a todos e a todas.

Muito obrigada por esta oportunidade, Senadora Damares, tenha o meu profundo respeito pelo seu trabalho. Sou uma pessoa que tem a senhora como referência.

Muito obrigada.

Eu sou Vera Lúcia Ranu, sou mãe de uma menina chamada Fabiana Renata, desaparecida há 32 anos. A minha filha desapareceu aos 12 anos na porta de uma escola em São Paulo, no bairro do Jaraguá, e desde então tenho militado.

Sou fundadora, junto com a D. Ivanise, das Mães da Sé e hoje atuo com mães em luta num projeto, principalmente levado à prevenção e orientação desses familiares.

A gente procura ajudar e estamos à disposição da senhora e de todo o Estado brasileiro com a nossa causa, pedindo um olhar, para a senhora, diferenciado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós somos mulheres, mães humildes, que buscamos os nossos filhos, sem recursos, ajudando outras famílias também como nós, sem recursos, mas fazendo uma revolução neste país.

Neste mundo de nossa caminhada não encontramos nossas filhas, mas dizemos para a senhora que, com os nossos próprios recursos e com a nossa vontade de ajudar, independentemente da nossa dor, temos mais de 15 mil pessoas encontradas por nós. Isso mostra o que o Major falou: vontade e amor ao próximo.

Estamos aqui para somar com a senhora nessa luta e pedimos que a senhora nos olhe e nos dê essa visibilidade.

Eu tenho – como vou falar para a senhora? – um relatório de 32 anos de luta, que depois eu posso mandar para a senhora por *e-mail*.

Muito obrigada, senhora.

Parabéns a todos! E estamos à disposição.

Obrigada, senhora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, obrigada, mãe, obrigada.

A nossa audiência fala da participação da sociedade civil na formulação, na definição e no controle das ações da política de busca de pessoas desaparecidas. Essa política não vai ser de verdade se a sociedade civil não participar na formulação e na indicação de onde precisa ser melhorada. Uma experiência de 32 anos precisa ser considerada.

Como é que uma instituição sem recursos encontrou 15 mil pessoas? A gente vai ter que entender isso – entender.

Muito obrigada por ter vindo.

A próxima mãe.

A SRA. ROGÉRIA ALVES DA CRUZ – Olá a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu nome é Rogéria. Sou do Rio de Janeiro. Atuo ali com o Mães Braços Fortes, com algumas mães que também têm seus filhos desaparecidos.

É uma honra poder estar aqui hoje, participando, dando essa força, também, uma para outra. Porque é isso que nós fazemos, nos unindo, unindo forças para alcançarmos um objetivo que é encontrar os nossos filhos ou ter uma resposta: seja positiva ou seja negativa, nós precisamos.

Eu sou mãe da Vitória, que tem 15 anos de desaparecida. A minha filha desapareceu ali em Irajá, com 11 anos de idade. Saiu de casa só para entregar um Riocard escolar de uma amiguinha e não voltou. Nós vemos que não teve uma investigação legal – não há – e nós sofremos com inquéritos arquivados. Inclusive, o da minha filha foi arquivado. Eu não sou mãe biológica da Vitória. A Vitória é minha filha adotiva. Eu crio a Vitória desde bebê.

Nós precisamos muito, realmente, dessa força, do Senado Federal, de todas as políticas que nos ajudem e nos fortaleçam. Nós estamos aqui para lutar realmente, dar voz a este Senado, porque eu creio que nós vamos vencer e vamos alcançar muitas pessoas ainda através dessa luta.

Eu vejo que a senhora realmente tem feito coisas extraordinárias. Era muita a vontade de poder conhecê-la pessoalmente.

Muito obrigada por esse espaço.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

A próxima mãe.

A SRA. JOSEDALVA DE SOUZA CAMPIOTO – Bom dia a todos.

Eu sou a Josedalva, sou de São Paulo, mãe do Leonardo de Souza Campioto, que está desaparecido há 17 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer também por estar aqui presente nesta Comissão e lhe pedir, encarecidamente, que coloque a gente, mães, fazendo parte desta Comissão, para a gente poder expor as nossas lutas, as nossas necessidades.

E há outra coisinha que eu vou falar com a senhora. A senhora citou as clínicas. Eu tenho uma informação de várias clínicas de Campinas. Eles me informaram o seguinte, quando meu filho desapareceu: lá, eles costumam pegar as pessoas que estão na rua sem identidade e levar para uma clínica dessas. Lá, durante o tempo em que eles ficam, se eles não recuperam a memória, o próprio juiz da cidade autoriza a mudar o nome dessas pessoas.

Então, pensando nisso, várias clínicas estão com esse problema. A gente não sabe, entendeu?

É só isso.

Quero agradecer a todos vocês por estar aqui e pela ajuda, porque nós necessitamos de ajuda de todos vocês. Somos mães...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Invisíveis.

A SRA. JOSEDALVA DE SOUZA CAMPIOTO – ... invisíveis.

Muito obrigada a todos por tudo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, mãe, a senhora trouxe um fato importante, grave. Não se muda o nome de ninguém sem uma identificação científica. Se isso está acontecendo, a gente vai ter que acompanhar.

A SRA. JOSEDALVA DE SOUZA CAMPIOTO – Então, eu falo isso sempre, em todo lugar que eu vou, porque falaram isso para mim, mas tem pessoas que não acreditam, mas eu acredito que acontece isso mesmo.

Nessas clínicas, também a gente não consegue entrar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E elas têm alvará de funcionamento, a gente vai ter que conversar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JOSEDALVA DE SOUZA CAMPIOTO – Tem alvará.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... quais são os critérios que estão sendo dados para funcionamento dessas clínicas.

Eu estive em uma, no interior do Ceará, na qual nós resgatamos 81 idosas que moravam em jaulas. Então, nós vamos ter que fazer o papel também de investigação e observar os critérios que os municípios estão usando, doutores. Aqui a PM pode nos ajudar muito, pode ser inclusive uma indicação do nosso relatório final, de quais os critérios os municípios estão dando para funcionarem essas clínicas.

A SRA. JOSEDALVA DE SOUZA CAMPIOTO – Na época, eu fui a quatro clínicas lá de Campinas, porque o sinal do celular do meu filho foi encontrado em Campinas. Então, eu fiquei uma semana andando em Campinas, indo a hospital, pronto-socorro, inclusive a essas clínicas.

Eles não deixam a gente entrar na clínica, eles barram a gente. Só pegam nome, pedem para deixar a fotografia, mas depois não dão informação nenhuma.

Lá, não numa... Que me falaram isso, que acontece, acontece isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada...

A SRA. JOSEDALVA DE SOUZA CAMPIOTO – Acontece da mesma maneira como dizem que acontece nos presídios, que tem gente lá nos presídios com outro nome e eles não descobrem quem é a pessoa, e existem várias pessoas desaparecidas nessa situação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada.

Próxima mãe.

A SRA. GISLAINE FERREIRA DA SILVA – Bom dia a todos e a todas.

Eu não sou mãe, é minha irmã, Graciane da Silva Bandeira, desaparecida na cidade de Paiçandu, no Estado do Paraná.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, em outubro, vai completar 19 anos que a Graciane está desaparecida. Diante de investigações, diante de muitas coisas que nós fizemos e conversas com algumas autoridades, acreditamos que a Graciane foi vítima do tráfico humano para prostituição. A minha irmã foi arrancada de dentro de casa, um vizinho entrou de madrugada, tirou-a à força. A vizinha a ouviu pedir socorro, porém não acionou a polícia porque achou que era uma briga de algum vizinho ali, e poderia ter nos ajudado muito se ela tivesse acionado a polícia naquele momento.

Todas as pistas têm dado que a Graciane... Todas as pistas são em locais de prostituição.

Devido a todo esse tempo de luta, de viver essa dor, também me tornei uma ativista na causa. Ajudo nas divulgações de pessoas desaparecidas, ajudo pessoas que perderam contato com familiares, que às vezes querem encontrar o pai, a mãe, que foram adotadas de alguma forma e querem encontrar a família biológica – tenho ajudado também nessa questão de localização desses parentes.

A gente pede muito carinho e atenção dos nossos governantes e das nossas autoridades para a causa dos desaparecidos. Estou muito feliz com essa iniciativa, e eu digo que, nesses praticamente 19 anos de luta, este ano de 2024 é um ano em que a gente está vendo que estamos sendo notados, que a nossa dor está sendo notada e que, de alguma forma, vocês, as autoridades, estão querendo nos ajudar. Isso é muito importante para nós.

Também quero dizer que admiro muito a senhora pelo enfrentamento, não só por estar nos ajudando nessa causa, mas também pela luta que a senhora tem travado em questões de crianças vítimas de abuso, como em várias denúncias que a senhora fez. Fico feliz pela sua coragem. A gente sabe que é difícil quando você bate de frente com algum tipo de sistema que vai contra a lei.

Então, quero agradecer. Sou grata a cada um de vocês por terem nos ajudado, e peço que continuem lutando por nós. Como a Dalva disse, precisamos ter representatividade das famílias, das mães, nessas Comissões, nessas reuniões, porque ninguém melhor do que nós, que passamos pela dor, para dizer para vocês e contar como foram as nossas experiências nesses longos anos, os problemas que nós enfrentamos. Porque, muitas vezes, a gente sai para procurar uma ajuda e não somos bem tratadas aonde vamos. Ao ponto de chegar, às vezes, a uma delegacia e não receber um tratamento humanitário quando chegamos a esses lugares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é desaparecimento, muitos falam: "Ah, mas desapareceu, não é crime", mas para nós é um crime. Para nós, é um crime, independentemente da forma como foi o desaparecimento; é um crime. E, muitas vezes, quando a gente chega a uma delegacia, nós somos tratados dessa forma. "Ah, não é crime, então deixa", e a gente vê que não tem aquela devida importância. E as primeiras horas são fundamentais para a localização, independentemente de estar vivo ou morto; as primeiras horas são importantes.

Eu moro, no máximo, a quatro horas do Paraguai, então é muito fácil atravessar. E eu falo isso porque eu cansei de ir ao Salto del Guairá para tentar procurar minha irmã, e eu ia com meu filho pequeno, e nunca ninguém perguntou se ele era meu, nunca pediram um registro na fronteira entre Guairá e o Salto. Eu ficava horrorizada e eu dizia assim: se fosse uma criança roubada, ninguém ia saber, porque não pediam documento. Então, a gente tem esses problemas nas fronteiras na questão de documentação.

Eu sou de Foz do Iguaçu, nasci lá, sempre estou lá em Foz, e a gente vê isso também quando vai para o Paraguai. Não tem esse cuidado para entrar em outro país: "Opa, mas você está com uma criança, está com um adolescente, cadê o documento? Você é mesmo o pai ou a mãe?". Na Argentina, tem um pouco mais de cuidado, mas nas fronteiras com o Paraguai, é livre para se passar.

Então, é um caso em que a gente deve pensar nessa questão de como cuidar das fronteiras em relação, principalmente, às crianças e adolescentes que dão entrada nesses lugares sem estar com o pai e a mãe juntos, sem ter ali um documento, alguma coisa que comprove que aquela criança não está sendo traficada. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, mãe, muito obrigada. Vocês estão colaborando de uma forma incrível com o debate hoje.

Nós temos mais duas mães, não é? (*Pausa.*)

Mais uma.

A SRA. LUCINEIDE DAMASCENO – Bom dia a todos. Eu me chamo Lucineide Damasceno, sou mãe de Felipe Damasceno Machado, desaparecido há 16 anos e 9 meses. Ele desapareceu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indo para a casa de um colega, foi até a casa do colega, chegou até a casa do colega, e lá sumiu ele e o colega. Não temos nenhuma informação do que aconteceu. Eles foram vistos lá e sumiram.

Estou nesses 16 anos de luta, como a Ivanise, que foi a primeira mãe que eu conheci no dia em que meu filho desapareceu, e, de lá para cá, todas as mães aqui já falaram um pouquinho da nossa luta, da nossa batalha.

Quero agradecer a senhora pelo espaço, porque nesses 16 anos, nós nunca tivemos essa oportunidade de falar sobre as nossas necessidades para vocês, e vocês trazerem para nós coisas que podem ser feitas para mudar a nossa realidade.

Como ele falou, precisamos ter vontade para botar a cara para bater, porque não é fácil a nossa luta. Quem vê a gente aqui fala assim: "Nossa, é fácil." Não, não é. É muito difícil nós chegarmos, assim, diante de tantas autoridades, e falarmos do nosso assunto, sermos ouvidos. Isso, para a gente, eu acredito que é um prêmio bem próximo de uma realidade de encontrarmos os nossos filhos.

Como ele falou, nas tantas questões de como se podem encontrar pessoas. Ele já mostrou ali o caminho, todos vocês mostraram o caminho. E a senhora está vendo que vamos para o mesmo lugar. Onde nós vamos encontrar os nossos filhos é com as respostas que vocês já estão nos trazendo.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCINEIDE DAMASCENO – Basta colocá-las em prática para que dê certo. E para que isso seja feito, nós dependemos de vocês. Dependemos de vocês nos ouvirem. Eu sei que já deu o tempo de vocês nos ouvirem, porque somos nós que vamos para as ruas fazer vários trabalhos e trazer para vocês essas respostas do que pode ser feito.

Então a oportunidade que a senhora falou, de nós termos essa representatividade, é muito, muito importante. Quando a senhora falou da lei de 2019, que está sendo aí, que lembrem os nossos que estão para trás dessa lei de 2019, porque a maioria aqui está, e muitas outras. E isso, para mim, para nós aqui, é um presente muito grande, este espaço que vocês estão nos dando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. E conte com a gente para o que precisar, porque a gente é mãe que, se a gente não tem condições de vir de ônibus, de avião, a gente vem de carona, a gente vem a pé, a gente se vira, mas a gente quer uma resposta. E obrigada por você estar nos dando essa esperança de respostas. Obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, mãe, obrigada mesmo. Vocês nos emocionam. E a gente acredita que vocês também têm respostas para nos dar. Onde nós estamos errando? Onde temos que acertar?

Nós estamos chegando ao final de nossa audiência. Nós vamos passar para os nossos expositores, para agradecimentos, considerações finais, em torno de três minutos para cada um, tudo bem? Vamos começar por D. Ivanise.

A SRA. IVANISE ESPERIDIÃO (Para expor.) – Eu quero, mais uma vez, agradecer à Senadora pelo convite. Estou muito honrada.

Nós estamos voltando para São Paulo com uma outra visão do poder público. Estamos saindo daqui sabendo que fomos acolhidas de uma forma muito especial, por uma mulher que faz a diferença, que é a senhora.

E quero agradecer às minhas mães, quero agradecer... A nossa vinda hoje a Brasília só foi possível graças ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), que é um parceiro nosso, que patrocinou a nossa viagem, patrocinou a nossa estada. E quero agradecer ao CICV.

Quero agradecer a todos os representantes aqui na mesa e dizer que a nossa luta é uma luta solitária, mas quando nós nos juntarmos, o Estado, a sociedade civil, o poder público e todos aqueles que se preocuparem com as nossas crianças, com os nossos adultos, com os nossos idosos – as pessoas não precisam passar na pele por essa dor –, que as pessoas tenham empatia pela causa, que a sociedade se coloque, por um segundo, no nosso lugar e pense: "e se fosse meu filho, meu pai, minha mãe?".

Que as pessoas olhem para a causa do desaparecimento de uma forma humanizada, porque ninguém está livre de passar por essa situação, Deputada. Só que, quando se trata de uma pessoa que tem um poder aquisitivo alto, que tem uma influência social, que tem uma influência política, aí as coisas se resolvem muito rapidamente, a senhora sabe disso. Agora, nós,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como mães, não podemos desistir do bem mais precioso que Deus nos deu, que são os nossos filhos.

Então, quero deixar aqui o meu carinho, a minha admiração, o meu respeito pela senhora, por todos os Senadores e todos os Deputados que estão envolvidos nesta Comissão e eu tenho certeza de que juntos somos mais fortes.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, D. Ivanise.

Para quem ligou a televisão agora, ela é Presidente da instituição Mães da Sé. Acompanhem o trabalho dessa instituição, procurem-na nas redes sociais, acompanhem o trabalho. É uma instituição séria, e elas, essas mães, já encontraram mais de 15 mil pessoas desaparecidas.

Está conosco, gente, o Senador Sergio Moro. Eu vou passar a palavra para ele, mas eu precisava fazer um registro. Em 2019, ele era o Ministro da Justiça, quando a lei estava lá, já sancionada, e a gente precisava fazer a execução da política, e foi no Senador Sergio Moro que nós encontramos apoio. Ele era o Ministro da Justiça – 80% da política é no Ministério da Justiça – e se esforçou muito, muito. Acreditem, vocês têm um grande parceiro nessa luta, e, nesta Comissão, ele está colocando também o tema como prioridade.

Então, Senador Sergio Moro, o senhor tem a palavra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora Damares.

Eu acompanhei aqui a audiência, manifestando-me aqui somente ao final apenas para, primeiro, destacar, Senadora Damares, e dar parabéns a V. Exa. não só por ser a grande motora dessas audiências públicas nas quais nós temos discutido esse tema, mas também pela sua aguçada sensibilidade aqui em permitir, inclusive, a manifestação das mães presentes.

Eu quero cumprimentar todos os componentes da mesa, o Sr. Edson, o Sr. Jailson, o Sr. Rafael e especialmente a Sra. Ivanise Esperidião, na pessoa também de quem externo os meus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimentos a todas as demais mães. Eu tive a oportunidade de visitar a sede da organização, da instituição Mães da Sé, em 2022, e confesso que fiquei extremamente tocado, não só pelos dramas familiares que comovem a todos, mas igualmente também por constatar o esforço associativo das pessoas que se encontravam na mesma situação e buscaram não só soluções para os casos específicos, mas igualmente o amparo mútuo, essa solidariedade que surge principalmente entre pessoas que vivenciaram situações dramáticas similares.

Da minha parte, eu só quero dizer aqui que tanto eu como os demais Senadores, incluindo a Senadora Damares, que também sempre foi uma pessoa extremamente preocupada e atuante nessa área específica, nós buscaremos aqui, da melhor forma possível, no Legislativo, encontrar alguma forma de contribuição.

O que eu vejo, muitas vezes, em relação a essa temática, o grande problema é certa falta de governança, certa falta de desorganização do poder público para encontrar soluções, padrões inclusive, e definir protocolos, tanto que foi relatado aqui, pelo Sr. Jailson, quando o Estado se organiza um pouco melhor, os resultados vão aparecendo. A dificuldade é fazer isso num Estado, numa Federação como a nossa, com tantas diferenças existentes.

Mas é uma pena que nós não tenhamos ainda um cadastro claro e unificado, num lugar que possa chamar assim: olha, pode ir lá, que os registros, todos os registros nacionais estão lá atualizados. Nós não temos isso ainda de uma maneira apropriada no nosso Brasil.

Mas quero apenas externar minha solidariedade e minha admiração a todas as senhoras e a todos os participantes desta audiência. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Sergio Moro, obrigada.

Está no plenário também mais um Senador. Não sei se ele já quer falar agora ou quer deixar que os demais falem. Gente, o Senador André Amaral está chegando à Casa, mas ele é bravo, muito bravo. E se tem um Senador com quem a gente vai poder contar muito, ele estando ou não no exercício do mandato, vai ser o Senador André Amaral. Senador, obrigada. Ele é da Paraíba, gente, e muito bravo. Traficantes de criança, vocês encontraram mais um adversário ferrenho aqui no Senado Federal. Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discursar.) – Senadora Damares Alves, essa referência da mulher brasileira destemida, corajosa, competente e com um carisma que já comprovou nas urnas.

Senhoras e senhores, Srs. Senadores, Sr. Edson, Sr. Rafael, Sra. Ivanise, Coronel Jailson, a problemática, o nascedouro dela vem do nascedouro da pena. E eu posso citar aqui, dos desaparecidos: Ana Sofia, 8 anos de idade. Oito anos de idade, num distrito rural, numa comunidade rural na cidade de Bananeiras, na Paraíba. Tem um ano que a criança desapareceu, e não deram contas, não deram contas. Até hoje a mãe alimenta a esperança, coitada, como todas as mães do Brasil.

Quero mandar minha solidariedade para todas as famílias de desaparecidos, todas as famílias recebam o meu abraço, a minha solidariedade, porque o sonho, a certeza... e tenho certeza de que vocês sonham todas as noites, abraçando e recebendo os seus, como vocês também têm o pesadelo e o medo da realidade de receber uma notícia não muito agradável.

Ora, o tráfico de pessoas está tipificado no art. 149-A do Código Penal com pena prevista de quatro a oito anos – isso é para quem rouba bicicleta! Isso é para quem rouba bicicleta! É o nascedouro, querida Senadora Damares... Nós precisamos urgentemente, nesta Casa, chamar o feito à ordem. Isso não pode! Desaparecidos, famílias sofrendo, angustiadas. E o custo? E o custo para a Justiça, para a polícia, para o Estado principalmente quando impacta crianças e adolescentes? Precisamos urgentemente atualizar essa nova legislação. São coisas que não dá para...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Falei que é bravo.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Não sou bravo, eu sou destemido. Bravo, não.

Segundo um filósofo francês: quando a gente tem o direito e a razão, a gente tem o poder de persuasão. E assim tem que ser. É para isso que estou aqui, eleito junto com Efraim, um Senador – muitíssima vênia – que foi eleito o melhor Senador da República, no ano de 2023, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do qual eu tenho orgulho de ser o seu primeiro suplente, porque ele também é um jovem destemido – também é um jovem destemido.

Mas esta Casa é composta por pessoas, por representantes do povo, do sentimento do povo, e, na sua maior expressão das mulheres, está aí a Senadora Damares, esta mulher que já mostrou ao Brasil para que veio. Sou muito orgulhoso de ser seu par, muito orgulhoso de compor esta Casa como suplente no exercício do mandato. E tenham certeza de que os senhores não estão sozinhos. Nós precisamos de, verdadeiramente, bater à porta de quem tem que decidir, começando por esta Casa, pelo Legislativo. Precisamos urgentemente fazer um manifesto.

É gritante: de quatro a oito anos! Há oito anos, tem mãe sofrendo e esperando o filho voltar; e tem até mais. Um bandido desses, um marginal, quer seja uma quadrilha, quer seja o que for, tem que pagar na barra da Justiça e sem regalias. É um crime hediondo, é um crime absurdo. Todo crime é crime, mas esse tem uma gravidade muito maior.

É a nossa contribuição. Estou aqui diante de autoridades que melhores não poderiam ser para falar: estamos juntos, estamos juntos, Senadora Damares.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Eu tenho certeza de que a gente vai poder contar muito com o senhor nesta luta – certeza!

Na sequência, para os agradecimentos e considerações finais, o Dr. Edson.

Senador, o Dr. Edson está representando uma instituição internacional, mundial, com atuação no mundo inteiro no enfrentamento ao tráfico humano.

O SR. EDSON SILVA (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Senador, pela sua braveza, agradeço pelas suas palavras. E já o convido a conhecer a nossa instituição em Orlando, reitero o convite à Senadora Damares, e faço-o agora ao senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também para que V. Exa. esteja conosco na Open Justice. Em novembro, teremos lá um evento muito importante.

Volto a minha palavra, novamente, às mães, que aqui estão presentes. Alguém fez uma pergunta aqui *online*, falando a respeito de como que a gente pode evitar que esse tráfico humano aconteça. A complexidade disso, desse crime se deu aqui, em cada uma das mães que falaram e em cada um dos presentes: para onde vai cada uma das pessoas que foi traficada? Então são várias as vertentes, seja para abuso sexual, seja para trabalho escravo.

Então nós temos que, quando o Coronel fala aqui para nós que nós temos um cadastro único e que apenas sete estados estão utilizando esse cadastro, único ele não é. De forma nenhuma, esse cadastro pode ser único se apenas sete estados o utilizam.

Temos aqui dois *cases* de sucesso, que é o Estado de Santa Catarina e o Distrito Federal. Por que o resto dos estados não seguem o que nós tivemos aqui de exemplo? Falta apenas ter vontade. Foi o que o Coronel nos disse aqui, e reiterado pela nossa Senadora.

Então convido vocês a ter a mesma coragem que essas mães têm, que vêm aqui, vêm aqui ao Distrito Federal com recursos próprios. E nós só poderemos dizer a vocês que nós estamos com vocês de verdade quando nós pudermos falar que vocês estiveram aqui sendo custeadas por esta Casa, custeadas pelo Governo deste país. Porque realmente, 15 mil pessoas encontradas por estas mães, por vocês, é um trabalho que não podemos mensurar. Mais importante do que cada um aqui falou hoje é o trabalho de vocês. A fala que nos deu aqui, por dez minutos, a Senadora, não tem nenhum valor maior do que os três minutos em que vocês falaram e nos deram uma aula do que é viver verdadeiramente a falta de um ente querido. Então agradeço a vocês. Hoje eu aprendi mais com vocês.

E vocês podem contar com a Fundação Hope and Justice. Eu vou deixar o meu contato com vocês. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Edson, muito obrigada.

Coronel, agradecimentos e considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILSON AURÉLIO FRANZEN (Para expor.) – Senadora, se a senhora permite, antes dos agradecimentos, quero falar sobre dois temas que foram levantados aqui: um, sobre a dificuldade de acesso a abrigos, lares e clínicas. Eu vejo duas situações: uma é o medo de expor irregularidades, que é um fato; e o outro receio, além de expor os internos, os pacientes e a própria polícia, ao buscar essas informações, reside também no atual estado – e eu, com 32 anos de polícia, não tenho receio nenhum de falar – de insegurança jurídica em que nós vivemos hoje no nosso país. Hoje é muito complicado a gente tomar uma iniciativa, muitas vezes, porque a gente não sabe de que forma o Judiciário vai interpretar essa, entre aspas, "intervenção", essa curiosidade lá nessa clínica. Imagine a polícia chegar a uma clínica de recuperação de dependentes químicos pedindo informação. Uma clínica séria vai pensar, "puxa vida, se for nesse ou não for nesse, daqui a pouco, será que não vai ser usado?", por conta da insegurança jurídica.

E outro ponto foi até a senhora que falou: "Ah, eu fiz minha carreira toda na fronteira, lá em Santa Catarina". E realmente existe esse medo das famílias em perder os seus filhos e serem levados para outro país. Na Argentina, a senhora falou, na Argentina é difícil de entrar, e é muito difícil ficar lá dentro. Para entrar, exigem documentos. Se eu conseguir burlar a entrada, lá dentro, eu vou ser fiscalizado.

Aí levanta uma questão: a D. Ivanise falou de empatia. É muito fácil entrar no Brasil, é muito fácil permanecer no Brasil e é muito fácil adquirir cidadania brasileira. Será que nós não estamos sendo hoje parceiros em esquemas internacionais de tráfico de crianças? Entra um casal, com uma criança, aqui no Brasil, se regulariza no Brasil e daqui a pouco sai legalmente pela fronteira com documento brasileiro, com a cidadania brasileira.

Então acho que aqui na Casa do Povo é o local para falar isso também. É claro que o Brasil quer ser um país acolhedor, mas é muito fácil, Senadora, é muito fácil entrar, permanecer e se naturalizar brasileiro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAILSON AURÉLIO FRANZEN – E, por fim, então, aproveito para fazer os agradecimentos, agradecer a recepção que eu tive aqui na Casa do Povo pelos Senadores, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos aqui presentes, reforçar o agradecimento pelo convite do Senador Seif, do nosso estado, e do Senador Petecão também, que nos convidou.

Quero dizer que estamos muito longe da perfeição, muito longe, mas eu volto a dizer que o começo se dá com boa vontade, com vontade de fazer diferença e depois cabe ao poder público então o investimento, tecnologia, instrumentalização e principalmente ouvir a experiência, para que a gente tenha resultados ainda maiores.

Muito obrigado.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Senadora Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Participei, neste final de semana, como membro efetivo do Parlasul, o tema é justamente esse. Todos eles, da América do Sul, Argentina, Paraguai, entram no Brasil, da América do Sul, facilmente. O brasileiro para entrar é uma burocracia. E essa foi a pauta do Parlasul.

Oportuna sua colocação, Coronel, e vou levar na próxima reunião do Parlasul essa sua propositura. Essa sua propositura é pontual, oportuna e não podia chegar num melhor momento. Como membro efetivo do Parlasul, vou levar. Muito fácil entrar no Brasil, mas para entrar lá, a senhora não tem ideia. Eu passei, fui com minha esposa, nós fomos almoçar no Paraguai, e na Argentina também, passamos o dia em debate, e isso vou ver se é verdade mesmo, passamos 45 minutos, 45 minutos, com passaporte diplomático, com identidade, minha mulher é farmacêutica, e daqui a pouco eles pediram o CPF dela, físico. Eu disse: "Está aí no documento". Depois de 45 minutos; na Argentina foi mais de uma hora. Agora todo mundo entra no Brasil, o país dos bonachões, nós somos bonachões por natureza. É muito oportuna, eu vou levar a pauta para o Parlasul, muito oportuna. Os desaparecidos e os fugitivos que fazem tráfico levando pessoas para outros países, principalmente da América do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares, muito oportuna esta audiência pública e a senhora, com muito brilhantismo, conduzindo os trabalhos. A senhora deveria ir, sei lá, dar esse debate, convidando o Coronel inclusive para participar. É oportuno isso aí, muito oportuno.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Vamos ouvir o último expositor para agradecimentos e considerações finais, Dr. Rafael, da nossa gloriosa PC/DF.

O SR. RAFAEL PERSEGHINI DEL SARTO (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora, pelo carinho com a instituição a qual eu pertenço.

Parabenizo a senhora pela iniciativa, pela bandeira de fazer permanecer essa pauta, reverberando aqui dentro do Senado, influenciando todos os agentes políticos.

Gostaria de mencionar novamente as mães, as supermães que estão aqui presentes.

E só tenho de me colocar à disposição enquanto especialista da área, colocar a nossa associação à disposição também. Temos alguns materiais técnicos para orientação, que, caso a senhora tenha interesse, seu corpo técnico de assessores, Senador André Amaral também, Senador Sergio Moro, é um repertório de vídeo. Se vocês tiverem interesse, a gente pode compartilhar para colaborar – as mães também, das associações. Porque até para a gente cobrar algo do poder público a gente tem que saber de algumas coisas – não é? –, senão a gente não sabe nem o que cobrar. E acontece muito isso.

Repito que continuamos à disposição como instrumento de trabalho para fortalecer esse segmento, Senadora.

Deixo um grande abraço a todos.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Rafael.

A gente vai para o encerramento desta audiência, mas eu quero registrar três pontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a presença de todos, e, é claro, das mães, que abrilhantaram o debate: vocês serão parceiras desta atividade aqui na Comissão e de outras que surgirão, na Comissão e no Senado Federal!

Eu preciso dizer para as mães que está acontecendo um movimento inverso, hoje, no Brasil. Com o advento das redes sociais, são as crianças desaparecidas que estão adultas e estão se encontrando nas redes sociais. Existem movimentos mundiais. As meninas de Israel, os meninos de Israel se encontraram assim: acharam alguém parecido na rede e foram conversando, conversando, conversando – tem gêmeos que foram separados, trigêmeos separados, e eles estão se encontrando. Então, esse movimento de jovens que queriam saber a sua origem cresce muito no Brasil.

E eu recebi, no mês passado, uma menina de 16 anos que, sozinha, aqui no DF – eu não vou dar detalhes – desconfiou: "Tem alguma coisa errada". E ela descobriu um segundo nome da suposta mãe que está com ela. Inclusive, a guarda está sendo retirada. Ela, sozinha, olhando as redes sociais, descobriu um processo da suposta mãe, com outro nome, num outro estado, de subtração de menores. Ela é um exemplo clássico – aqui no DF. E a menina veio bater na minha porta. Esse movimento ao contrário está acontecendo: tem mães procurando, mas tem meninos procurando as mães também.

Então, o recado fica – está sendo transmitida esta audiência –: se quiserem conversar com a Comissão, procurem a nossa Comissão aqui no Senado.

Sobre o cuidado, um segundo ponto: estão aparecendo aproveitadores em cima da dor das famílias. Há detetives particulares supostos ou sérios, que trabalham direitinho; mas já tem instituições aparecendo e dizendo: "Por tanto, eu acho o seu familiar". Cuidado com as instituições que estão aparecendo. Procurem as instituições sérias, mas procurem a polícia. As instituições sérias trabalham em parceria com a polícia. Se chegar uma instituição dizendo que faz mais do que a polícia e que não quer que você converse com a polícia, cuidado! A ocorrência policial tem que ser feita e vocês precisam estar em parceria com a polícia em qualquer lugar do Brasil. Cuidado com quem quer ganhar dinheiro em cima da dor da família.

Feitos esses dois pontos, vou para o último. E o que eu vou falar aqui não é lacração e não é ameaça, mas eu não posso perder a oportunidade. Eu sei que esta audiência também vai ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhada – não agora, talvez depois, os trechos serão compartilhados – por agressores, abusadores, pedófilos e traficantes de pessoas e de crianças. E não é uma ameaça, é um recado: nós vamos pegar todos vocês! Eu vou repetir: nós vamos atrás de todos vocês!

Obrigada a todos que participaram desta audiência.

Nada mais havendo a tratar, eu a dou por encerrada.

(*Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e quatorze minutos do dia dez de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Eduardo Gomes, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Alessandro Vieira, Izalci Lucas, Sergio Moro, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Flávio Arns, Angelo Coronel, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Beto Faro, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Marcos do Val e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, André Amaral, Davi Alcolumbre, Giordano, Veneziano Vital do Rêgo, Zequinha Marinho, Daniella Ribeiro e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 56, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ORLEANS - SC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Orleans, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas (*Ad hoc*), substituiu Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 541, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Lindoeste para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lindoeste, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas (*Ad hoc*), substituiu Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 847, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pratapolense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratápolis, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 860, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Canjamba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ressaquinha, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 879, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sagrado Coração de Jesus do Bairro Santanense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaúna, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 887, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de São João do Oriente para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João do Oriente, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 241, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 244, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em Brasília, Distrito Federal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1142, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Cultural de Torres para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Torres, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 242, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cristal de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ametista do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Projeto de Decreto Legislativo n° 247, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Assistencial Recuperando Vidas para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas (*Ad hoc*), substituiu Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 66, de 2024** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PRS 17/2024, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, para determinar o uso de sistema de votação virtual no exercício da competência de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, no âmbito da Comissão de Comunicação e Direito Digital, e modificar a sigla da Comissão." **Autoria:** Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Comunicação e Direito Digital. **Resultado:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 14ª e da 15ª reuniões, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Gomes
Presidente da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/10

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 2ª Legislatura Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião é destinada à deliberação de projetos de decreto legislativo, que serão apreciados em votação nominal.

Comunico a V. Exas. que o Senador Humberto Costa solicitou a inclusão extrapauta do PDL nº 247, de 2023.

Solicito, ainda, aos nobres colegas a inclusão extrapauta do Requerimento nº 66, de 2024, da CCDD, de minha autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores sobre se podemos efetuar a inclusão extrapauta das matérias.

As Sras. e os Srs. Senadores que forem contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a aquiescência do Plenário, estão incluídos como itens extrapauta o Projeto de Decreto Legislativo nº 247, de 2023, e o Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital nº 66, de 2024.

Comunico, por fim, que os itens 9, PDL 1.142, de 2021, e 10, PDL nº 242, de 2023, foram retirados de pauta a pedido do Senador Hamilton Mourão.

Informe que todos os itens da pauta possuem relatório e voto pela aprovação.

Questiono a V. Exas. se, por uma questão de racionalização dos trabalhos, podemos manter aberto o painel para votação em globo das matérias enquanto procedemos à leitura e discussão dos relatórios.

Os Senadores que concordarem com essa sugestão... (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a aquiescência do Plenário, solicito à Secretaria que abra o painel de votação.

Os Senadores que votam com os Relatores votem "sim". Àqueles que tenham voto contrário a algum projeto, solicito que informem à Secretaria da Comissão para que o item seja retirado da votação em globo e seja feita a votação individual.

Anuncio o item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 56, DE 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ORLEANS - SC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Orleans, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação.

Relatoria do Senador Esperidião Amin. Relatoria *ad hoc* do Senador Izalci Lucas.

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas, para a leitura do seu relatório.

Se V. Exa. quiser só ler o voto...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Peço a V. Exa. exatamente isso, para que eu possa ir direto à análise.

Só preciso saber se está funcionando aqui, mas tudo bem.

O.k.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, inciso VI, cumpre à CCDD opinar acerca de proposições que versem sobre outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina estabelecida na Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa Legislativa, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição Federal. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observamos que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Assim, o exame da documentação que acompanha o PDS nº 56, de 2017, e, em especial, das informações trazidas pela Nota Informativa nº 1.092/2020/SEI-MCTIC, não evidenciou violação às formalidades estabelecidas pela Lei 9.612, de 1998.

O voto, então.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 56, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente, Cultural e de Radiodifusão Comunitária de Orleans, Santa Catarina, para executar o serviço de radiodifusão comunitária no Município de Orleans, Estado de Santa Catarina, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Passamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 541, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Lindoeste para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lindoeste, Estado do Paraná.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação.

Relatoria do Senador Esperidião Amin. Relatoria *ad hoc* do Senador Izalci Lucas.

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas, para a leitura do seu relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Presidente, da mesma forma do projeto anterior... Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Neste caso, o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 541, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Lindoeste para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lindoeste, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 847, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pratapolense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratápolis, Estado de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação.

Relatório pela aprovação.

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra, para a leitura do seu relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, vou direto ao voto dos que são só PDL e autorizativo.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 847, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pratapolense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratápolis, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 860, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Canjamba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ressaquinha, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra, para a leitura do seu relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Eu vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 860, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Canjamba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ressaquinha, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Professora Dorinha.

Item 5.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 879, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Sagrado Coração de Jesus do Bairro Santanense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaúna, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra, para a leitura do seu relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Eu vou direto ao voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 879, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Sagrado Coração de Jesus do Bairro Santanense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaúna, Estado de Minas, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senadora Dorinha.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 887, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de São João do Oriente para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João do Oriente, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra, para a leitura de seu relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 887, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de São João do Oriente para executar o serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João do Oriente, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 241, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra, para a leitura do seu relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Neste caso, vou ler a análise, Sr. Presidente.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional.

A proposição, oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais, de acordo e nos termos do art. 49, inciso XII, e 223 da Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sob o aspecto da técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto à regulamentação específica da matéria, a renovação de outorgas dos serviços de radiodifusão encontra-se disciplinada, entre outros instrumentos normativos, na Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962, na Lei 5.785, de 23 de junho de 1972, no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963.

De acordo com a nota técnica elaborada pela Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, concluiu-se pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na localidade do Rio de Janeiro.

O Parecer 00945, de 2022, da Conjur, do Ministério das Comunicações, de 12 de dezembro de 2022, de autoria da Consultoria Jurídica junto àquela pasta, órgão subordinado à Advocacia-Geral da União, asseverou que "não existe impedimento jurídico para a renovação da outorga concedida à entidade Globo Comunicação e Participações S.A. para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade do Rio de Janeiro, referente ao período de 5 de outubro de 2022 e 5 de outubro de 2037".

Por sua vez, a Nota da SAJ-Radiodifusão, de 20 de dezembro de 2022, formulada pela Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência, considerou que todas as exigências legais e regulamentares foram cumpridas, não vislumbrando óbice jurídico ao pedido de renovação.

Diante do exposto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na forma do decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Informo que toda a documentação foi solicitada ao Ministério das Comunicações e está disponível para acompanhamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senadora Professora Dorinha Seabra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 244, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em Brasília, Distrito Federal.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra, para a leitura do seu relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu vou direto ao voto, uma vez que toda a argumentação que eu usei para o caso do Rio de Janeiro também se aplica ao caso de Brasília, com os pareceres que já vêm da Câmara obviamente, parecer tanto do Ministério das Comunicações quanto da própria Presidência, da consultoria jurídica, enfim. E toda a documentação, por iniciativa nossa – também nós solicitamos toda a documentação –, está disponível para consulta.

Diante do exposto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 244, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens em Brasília, Distrito Federal, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senadora Dorinha Seabra.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 247, DE 2023

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Assistencial Recuperando Vidas para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação

Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatoria *ad hoc*: Senador Izalci Lucas.

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas, para a leitura do seu relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Presidente, como a análise é exatamente igual, toda a fundamentação, eu vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 247, de 2023, não evidenciou violação à legislação pertinente, e não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Assistencial Recuperando Vidas para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Está aberta a discussão dos itens 1 a 8 e 11 da pauta – item 1, PDS 56, de 2017; item 2, PDL 541, de 2021; item 3, PDL 847, de 2021; item 4, PDL 860, de 2021; item 5, PDL 879, de 2021; item 6, PDL 887, de 2021; item 7, PDS 241, de 2023; item 8, PDL 244, de 2023; e item 11, PDL 247, de 2023. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerrada a discussão, reforço que o painel de votação se encontra aberto para a votação em grupo de todos os itens da pauta.

Os Senadores que votarem com Relator votam "sim".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Lembro também aos Senadores que desejarem manifestar voto contrário a algum projeto que informem à Secretaria da Comissão para que o item seja retirado de votação em globo e seja feita votação individual. (*Pausa.*)

Como não há manifestação, está encerrada a votação.

Solicito à Secretaria da Comissão que faça o escrutínio dos votos.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Estão aprovados os projetos, nos termos dos seus respectivos pareceres.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

A votação obteve 11 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL N° 66, DE 2024

Requer, nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PRS 17/2024, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, para determinar o uso de sistema de votação virtual no exercício da competência de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, no âmbito da Comissão de Comunicação e Direito Digital, e modificar a sigla da Comissão.

Autoria: Comissão de Comunicação e Direito Digital

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.179980/2024-20-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item da nossa autoria.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordarem com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 14ª e da 15ª Reuniões desta Comissão, realizadas nos dias 19 e 27 de junho, respectivamente.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia sete de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Eduardo Gomes e Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Zenaide Maia, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Beto Faro, Flávio Bolsonaro e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Flavio Azevedo e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, André Amaral, Davi Alcolumbre, Giordano, Zequinha Marinho, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Astronauta Marcos Pontes e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 255, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural dos Comunicadores de Gandu e Região para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Gandu, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 497, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Sócio-Cultural Hermes Fontes para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Boquim, Estado de Sergipe." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 871, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural, Terapêutica e Ambiental de Imperatriz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 384, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Dom Othon Motta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campanha, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 440, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Varginhense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Varginha, Estado de Minas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 783, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Popular Passaquatrense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 409, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Aparecida do Carmo da Silva para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ipuiúna, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 910, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Movimento Comunitário Rádio Comunitária FM - AMCRC/FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Taquarussu, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 911, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Integração e Difusão Comunitária das Moreninhas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 917, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Bodoquena - ACB - Denominada FM Comunitária de Bodoquena para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bodoquena, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1038, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Uraí para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uraí, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1063, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores Águas Cantantes de Ivaté para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ivaté, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo n° 209, de 2022 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SBR Comunicações Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Peabiru, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo n° 288, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão OM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Londrina, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo n° 248, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Francisco e Clara de Assis para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo n° 355, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Conselheiro Pena para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Resplendor, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 68, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de esclarecer a queda nos números de audiência de canais de comunicação da direita." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 16ª e 17ª reuniões da Comissão, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Gomes
Presidente da Comissão de Comunicação e Direito Digital

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/07

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da Presidência.) – Paz e bem. Bom dia a todos vocês.

Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião é destinada à deliberação de projetos de decreto legislativo, que serão apreciados em votação nominal.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento:

– Ofício nº 55/2024, da Câmara Municipal de Araraquara – muito obrigado –, que encaminha moção de apoio ao Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda e dá outras providências.

O referido projeto, de autoria do Deputado Federal Paulo Teixeira, encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados. O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Informo que o Senador Rogério Carvalho, Relator do item 2, PDL nº 497, de 2021, solicitou a sua retirada. Assim, a pauta passa a ser composta por 15 projetos de decreto legislativo.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 497, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Sócio-Cultural Hermes Fontes para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Boquim, Estado de Sergipe.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação.)

Todos os itens da pauta possuem relatório com voto de aprovação.

Questiono a V. Exas. se, por uma questão de racionalização dos trabalhos, podemos manter aberto o painel para a votação em globo das matérias, enquanto procedemos à leitura e à discussão dos relatórios. (*Pausa.*)

Com a aquiescência do Plenário, solicito à Secretaria que abra o painel de votação.

Os Senadores que votam com os Relatores votam "sim". Àqueles que têm voto contrário a algum projeto solicito que informem à Secretaria da Comissão para que o item seja retirado da votação em globo e seja feita a sua votação individual.

Anuncio o item 1 da pauta...

Informo que o Senador Eduardo Girão, que vos fala, solicitou a inclusão do Requerimento nº 68, de 2024, como item extrapauta.

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores se podemos efetuar a inclusão extrapauta da matéria. (*Pausa.*)

Com a aquiescência do Plenário, ele está incluído como item extrapauta.

Obrigado.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 255, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural dos Comunicadores de Gandu e Região para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Gandu, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

A relatoria é do Senador Rogério Carvalho; relatório pela aprovação.

Eu concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para ser Relator *ad hoc* deste projeto.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa.

Como os relatórios já foram distribuídos e são de conhecimento da Comissão, se V. Exa. permitir, eu passo diretamente ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Tendo em vista que o reexame da documentação que acompanha o PDL nº 255, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural dos Comunicadores de Gandu e Região para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Gandu, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos para o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 384, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Dom Othon Motta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campanha, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

Relatoria: Senador Alessandro Vieira; relatório pela aprovação.

Então, eu concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, como Relator *ad hoc*, para a leitura do relatório do Senador Alessandro.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Com o mesmo argumento do projeto de lei que acabei de ler, como Relator *ad hoc*, passo diretamente ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 497, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Sócio-Cultural Hermes Fontes para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Boquim, Estado de Sergipe, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos agora para o item 5.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 440, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Varginhense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Varginha, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

Relatoria: Senador Alessandro Vieira; relatório pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para fazer a relatoria *ad hoc*, a leitura do relatório do Sr. Senador Alessandro Vieira.

Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O relatório também já está disponível, e voto é o seguinte.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 440, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Varginhense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Varginha, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Só teve um pequeno equívoco, até nosso também, de comunicação.

Se o senhor puder ler novamente o relatório do item 4, eu agradeço.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Item 4?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Item 4. Já o voto.

O item 2 foi retirado de pauta, e o senhor leu o item 2. É o item 4 que eu peço para o senhor ler.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Todos os relatórios estão disponíveis para os membros da Comissão.

Item 4, que foi o que eu li: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 497, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Sócio-Cultural Hermes Fontes para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Boquim, Estado de Sergipe, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador Flávio. Desculpa.

Item 6.

Antes do relatório do item 6, estou vendo a acomodação chegando à sala. Eu acho que são Jovens Senadores. É isso? São os Jovens Senadores do Brasil? Não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quem são esses visitantes que estão aqui hoje?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ah, perfeito! Colégio Oswald de Andrade, de São Paulo. Sejam muito bem-vindos aqui à nossa Comissão! Estamos aqui numa sessão deliberativa, fazendo a leitura de relatórios. Daqui a pouco, teremos algumas outras deliberações. Parabéns a vocês, parabéns à diretoria da escola por essa visita aqui importante, que gera cidadania para o Brasil!

Item 6, Senador Flávio Arns.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 783, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Popular Passaquatrense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

A relatoria é do Senador Alessandro Vieira, pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, como Relator *ad hoc,* para a leitura do relatório do Senador Alessandro Vieira.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Eu quero, da minha parte, só antes de ler o voto, porque o relatório já está distribuído, também cumprimentar os alunos e as alunas do Colégio Oswald de Andrade, de São Paulo, e dizer que nós estamos, entre outros aspectos, aprovando projetos de lei de rádios comunitárias,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que são um instrumento muito forte, muito importante para o diálogo com a sociedade, com a comunidade. Como é comunitário, sem fins lucrativos também, é algo que os jovens principalmente... É uma área pela qual vocês podem e devem se interessar muito, porque é um instrumento muito forte de construção de cidadania, se bem utilizado.

Então, sejam muito bem-vindos e bem-vindas à Comissão, conforme o nosso Presidente Eduardo Girão já comentou.

Mas, passando ao item 6, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 783, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Popular Passaquatrense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Vamos agora passar para o item 7.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 409, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Aparecida do Carmo da Silva para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ipuiúna, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A relatoria é do Senador Alessandro Vieira; o relatório é pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, que vai fazer a relatoria *ad hoc,* para a leitura do relatório do Senador Alessandro Vieira.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Vou ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 409, de 2022, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Cultural Aparecida do Carmo da Silva para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente – chamando atenção dos educandos aqui presentes – educativos, no Município de Ipuiúna, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito, Senador Flávio Arns, muito obrigado.

Vamos agora passar ao item 8.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 910, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Movimento Comunitário Rádio Comunitária FM - AMCRC/FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Taquarussu, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

Relatoria do Senador Izalci Lucas; relatório pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para fazer *ad hoc* esse relatório.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Leio o voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 910, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Movimento Comunitário Rádio Comunitária FM – AMCRC/FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Taquarussu, Estado do Mato Grosso do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Senador, meu querido irmão, Senador Flávio Arns.

Vamos agora ao item 9.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 911, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Integração e Difusão Comunitária das Moreninhas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

Relatoria do Senador Izalci Lucas; relatório pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para fazer a relatoria *ad hoc*, e eu agradeço mais uma vez a sua gentileza.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Leio o voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 911, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação de Integração e Difusão Comunitária das Moreninhas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito. Muitíssimo obrigado, Senador Flávio Arns.

Vamos agora para o item 10, Projeto de Decreto Legislativo nº 917, de 2021.

Antes, quero registrar a presença do nobre Senador e amigo, o Senador General Hamilton Mourão.

Seja bem-vindo aqui.

O item 10 é o seguinte:

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 917, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Bodoquena - ACB - Denominada FM Comunitária de Bodoquena para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bodoquena, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

Relatoria é do Senador Izalci Lucas.

Eu concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para fazer a Relatoria *ad hoc*, já pedindo à nossa Secretaria, que, se puder, depois para... Eu estou aqui abusando do nosso querido Senador Flávio Arns.

Se o Senador Hamilton Mourão puder, de alguma forma, alternar, seria importante.

Obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Da minha parte, não tem problema nenhum, mas eu quero cumprimentar o caro Senador e amigo Hamilton Mourão, membro da Comissão de Educação e Cultura também. Só para dizer, Senador Hamilton Mourão, que esta sessão está sendo acompanhada pelos alunos e alunas do Colégio Oswald Andrade, de São Paulo.

A gente, inclusive, fez uma pequena explicação de que há muitas rádios e televisões comunitárias, o que é importante para eles trabalharem no sentido de articulação, divulgação, diálogo, construção do que interessa para a comunidade.

Eu estou indo diretamente aos votos, porque os relatórios já foram distribuídos e estão acessíveis a quem quiser lê-los.

Então, desculpe-me até pela explicação, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 917, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Bodoquena (ACB), denominada FM Comunitária de Bodoquena, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bodoquena, Estado do Mato Grosso do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Agora a gente vai para o item 12.

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.063, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores Águas Cantantes de Ivaté para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ivaté, Estado do Paraná.

A relatoria é do Senador Flávio Arns – é o nosso titular agora.

Relatório: Pela aprovação.

Eu concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Eu quero mandar também um grande abraço ao Prefeito, aos Vereadores, à comunidade, para a Apae de Ivaté, com quem a gente falou no outro dia ainda, sobre o atendimento de fisioterapia, fonoaudiologia, para os alunos e alunas que apresentam algum quadro de deficiência. Então, um abraço para Ivaté.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 209, de 2022, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à SBR Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Peabiru.

Aqui é Peabiru. Eu acho que houve algum...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É porque sabe o que está acontecendo, Senador Flávio Arns? O senhor está lendo o item 13. Eu acho que foi em homenagem aqui é o Senador Fabiano. O senhor foi para o item 13.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, pois é. (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mas eu estou lendo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas nós estamos... É a leitura do 11, esse.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, se V. Exa. me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu tinha colocado o 11, eu acho que equivocadamente. Talvez eu tenha colocado aqui, mas o relatório... Só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tranquilo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Já chegamos ao ponto aqui. Item 11, Ivaté, não é? Estamos falando de Ivaté.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, novamente, eu quero mandar o abraço...

No item 11, é Peabiru – 11 é Peabiru. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, o 11 é Uraí.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, não é isso? No 11, é Uraí.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, o 11 é Peabiru. Eu estou no item 11, olha. Item 11... (*Pausa.*)

Ah, de Uraí.

Desculpa, é um problema do sistema; não o problema da lei. Trocou a... É que eu conheço todos esses municípios pessoalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senador Flávio, eu vou ter que ler de novo aqui, fui orientado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, chamo aqui o item 11.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1038, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Uraí para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uraí, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

Eu concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Estamos juntos aí, sem dificuldades, não é? A tecnologia também, às vezes, é complicada, mas ajuda muito também.

Quero mandar, em primeiro lugar, o abraço para Uraí, município no norte, entre o norte novo e o norte velho do Paraná, entre Londrina e Cornélio Procópio. Já estive no município por diversas vezes. E cumprimento o Prefeito, os Vereadores, a comunidade, a Apae de Uraí e toda a comunidade.

Quero dizer que nós estamos aprovando, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 1.038, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente e, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Uraí para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uraí, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Parabéns, Uraí, pela aprovação da autorização outorgada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito. Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Vamos agora para o item 12. Agora, sim, item 12.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1063, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores Águas Cantantes de Ivaté para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ivaté, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

Eu concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Quero também enviar um abraço para todos e todas do querido Município de Ivaté. Inclusive, num outro dia, estive conversando com a Apae de Ivaté, com a diretora, em função das necessidades junto ao Ministério da Saúde, para propiciar o atendimento terapêutico adequado para os alunos e alunas da Apae que necessitam de fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, também para os Vereadores, para a prefeitura e para a comunidade.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 1.063, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores Águas Cantantes de Ivaté para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ivaté, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Parabéns, Ivaté.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, querido Senador Flávio Arns.

Item 14.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 288, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão OM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

Eu concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Pois não, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 288, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão OM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Londrina, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

Vamos agora para o item 15, Senador Fabiano – Senador Fabiano.

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 248, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Francisco e Clara de Assis para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação.

Antes de conceder a palavra ao Senador Fabiano Contarato, eu quero dizer uma coincidência. O time que eu presidi, o Fortaleza, foi jogar no seu estado, em Cariacica, nesta semana, segunda-feira. E muitos cearenses foram para lá, para o seu estado, foram muito bem recebidos. Eu tenho um primo que mora lá, em Vitória. Muita gratidão pela acolhida do capixaba aos cearenses.

Então, eu concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Só antes de o Senador Fabiano ler o relatório: V. Exa. foi Presidente do Fortaleza, que é tricolor. Eu peço o apoio também, sempre, durante toda a vida, para o nosso tricolor, pelo qual eu torço no Paraná, que é irmão do Fortaleza, que é o Paraná Clube, agora subiu para Série A do Paranaense. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Parabéns, Senador! Parabéns, Senador Flávio Arns! Eu admiro muito o Paraná e quero dizer para o senhor o seguinte: Espírito Santo dá sorte. O Fortaleza foi jogar lá contra o Cruzeiro, segunda-feira, lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Espírito Santo, na terra do Senador Fabiano, e ganhou lá. Viu? Então, tem que botar os jogos do Paraná também para lá, porque dá sorte.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, mais uma vez, eu quero parabenizar V. Exa. na Presidência desta tão importante Comissão e, ao enaltecê-lo aqui, cumprimentar meus colegas Senadores Eduardo, Flávio Arns e Mourão. Eu tenho muita alegria de fazer parte dessa legislatura com todos vocês, sempre dentro de um ambiente muito respeitoso, sempre dentro de um ambiente em que se luta, tenho certeza, na defesa intransigente da democracia e do fortalecimento das instituições.

E também, Senador, para mim é uma alegria estar relatando esse PDL, porque eu nasci em Nova Venécia, eu sou filho de Nova Venécia. Então, essa Fundação Francisco e Clara de Assis tem uma atuação muito importante. Aliás, essas outorgas sonoras no município, em qualquer parte do país, transformam a vida da população que está lá. Os meios de comunicação – seja o rádio, por exemplo – têm um poder que é sedutor. Quantas vezes eu me lembro de uma memória afetiva da minha mãe ouvindo o radinho dela naqueles programas, e aquilo transformava a vida de todos nós. Por isso, é de fundamental importância.

Eu passo direto à leitura do voto, Sr. Presidente...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Permite-me um aparte? Trata-se de Clara e Francisco de Assis e, na religião católica, agora estamos no período da novena dedicada a Clara e Francisco de Assis. Então, a outorga da rádio vem no período da novena também.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Isso mesmo, Senador. Muito obrigado pela lembrança.

Então, eu passo, Sr. Presidente, à leitura diretamente do voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 248, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Cultural Francisco e Clara de Assis para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Nova Venécia, meu querido Estado do Espírito Santo, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

Mais uma vez, quero dar um abraço carinhoso a todos os munícipes de Nova Venécia, minha terra natal, que muito me orgulha. Tenho parentes lá e sempre que posso retorno a esse município onde meus avós, vindos da Itália, ali constituíram família e ali eu nasci.

Obrigado, Sr. Presidente.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Contarato. Senador Flávio Arns, Senador General Mourão, bom dia a todos nesta manhã olímpica.

Passamos ao item 16.

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 355, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Conselheiro Pena para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Resplendor, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para a leitura do seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Mais uma vez aqui a minha alegria em vê-lo agora, também, presidindo esta tão importante Comissão. Aliás, dois tão competentes Senadores: tanto o Senador Eduardo Girão, que V. Exa. acabou de substituir, como V. Exa., que agora assume a Presidência desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o relatório, o parecer já foi disponibilizado, eu peço permissão para ler diretamente o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 355, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Conselheiro Pena para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Resplendor, Estado de Minas Gerais, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Muito obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Passamos à leitura do item 3.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 871, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural, Terapêutica e Ambiental de Imperatriz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

Relatoria: Senador Rogério Carvalho. Relator *ad hoc*: Senador Hamilton Mourão.

Passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento aí os demais colegas aqui presentes e os alunos do Colégio Oswald de Andrade que acompanham essa nossa sessão.

Presidente, relatório distribuído, vamos direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 871, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural, Terapêutica e Ambiental de Imperatriz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Passamos ao item 17.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL N° 68, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de esclarecer a queda nos números de audiência de canais de comunicação da direita.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Requer, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de esclarecer a queda nos números de audiência de canais de comunicação da direita e possíveis violações à liberdade de expressão e comunicação.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão, autor do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente, meu amigo, meu xará, Senador Eduardo Gomes.

Quero cumprimentar também o Senador Flávio Arns e o Senador Hamilton Mourão.

Esse requerimento é algo que foi muito amadurecido para eu apresentar – sabe, Presidente?

Parece que o algoritmo quer privilegiar um lado em detrimento do outro – as *big techs*. E a gente precisa ouvir para esclarecer exatamente o que está por trás disso ou se são apenas suposições, mas os números estão aqui.

Por isso, eu proponho os nomes: do senhor representante da Meta; do senhor representante do TikTok; do senhor representante do YouTube; do Sr. Alexandre Pittoli, locutor e apresentador de rádio e TV da Rádio AuriVerde; da Sra. Ana Paula Henkel, comentarista política; do Sr. Augusto Nunes, jornalista; do Sr. Paulo Figueiredo, jornalista; e do Sr. Alexandre Garcia, também jornalista. É porque esse assunto perpassa muito o trabalho desses profissionais que têm feito um trabalho sério e independente de comunicação, de jornalismo.

Não são incomuns relatos de quedas de audiência de canais de comunicação de direita, conservadores, ao abordarem temas que encontram resistência em determinados grupos. Esse fenômeno se manifesta em diversas formas, desde a desmonetização de conteúdos e a redução de alcance nas redes sociais até a exclusão completa de canais de determinadas plataformas.

O canal da AuriVerde Brasil, por exemplo, conforme vídeo divulgado na plataforma do YouTube no dia 20 de junho de 2024, contava com audiência de 2,902 milhões brasileiros em 25 de abril de 2024. Após a publicação de conteúdos abordando temas como vacinação da covid e Twitter Files, o canal enfrentou uma drástica redução de audiência, atingindo apenas 660.287 visualizações em 7 de maio de 2024. No dia 10 de junho, a audiência caiu ainda mais, para 116.941. Essa diminuição significativa não apenas afetou a visibilidade do conteúdo, mas também resultou em uma queda de mais de 90% do faturamento do canal, comprometendo sua sustentabilidade econômica e impactando a gestão dos funcionários, empregados.

Essa situação levanta questões cruciais sobre a liberdade de expressão e a transparência dos algoritmos das plataformas digitais. É essencial investigar se essa queda de audiência está relacionada a possíveis mecanismos de censura ou limitação de alcance, o que poderia violar o direito constitucional à liberdade de expressão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, é preciso esclarecer as políticas de transparência dos algoritmos, diante da interferência na visibilidade dos conteúdos e dos critérios de recomendação ou restrição de vídeos.

Dessa forma, diante da relevância dos fatos, é imprescindível que esta Comissão conduza uma audiência pública para ouvir, para esclarecer a queda brusca na audiência de canais conservadores, de direita e independentes e para propor medidas que protejam a liberdade de expressão, promovam a transparência das plataformas e contribuam para o fortalecimento de um ambiente digital justo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Esta...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – É só para lhe agradecer, agradecer aos colegas e lhe fazer um pedido.

A gente sabe que este ano – agora, em agosto e setembro – é um ano meio atípico por causa...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Da eleição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... das eleições municipais. Então, pelo que o Presidente Pacheco colocou na reunião de Líderes, na próxima semana, nós vamos ter um esforço concentrado aqui, e eu queria pedir, se possível, em qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dia da semana que o senhor puder, que a gente faça essa audiência pública na próxima semana, a partir de terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Determino à Secretaria da Comissão que providencie data e entre em contato com os convidados. E solicito a V. Exa. que, estando aqui em Brasília, possa até definir o horário para presidir a Comissão.

Está aberta a discussão do item 1 e dos itens 3 a 16 da pauta.

Item 1: PDL 255, de 2019; item 3: PDL 871, de 2021; item 4: PDL 384, de 2019; item 5: PDL 440, de 2019; item 6: PDL 783, de 2021; item 7: PDL 409, de 2022; item 8: PDL 910, de 2021; item 10: PDL 917, de 2021; item 11: PDL 1.038, de 2021; item 12: PDL 1.063, de 2021; item 13: PDL 209, de 2022; item 14: PDL 288, de 2023; item 15: PDL 248, de 2023; e item 16: PDL 355, de 2023. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Reforço que o painel de votação já se encontra aberto para votação, em grupo, do item 1 e dos itens 3 a 16 da pauta.

Os Senadores que votarem com o Relator votarão "sim".

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Relembro também aos Senadores que desejarem manifestar voto contrário a algum projeto que informem a Secretaria da Comissão para que o item seja retirado de votação em globo e seja feita a votação individual. (*Pausa.*)

Não havendo quem se oponha, está encerrada a votação.

Determino à Secretaria da Comissão que apure o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Aprovado: 9 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Estão aprovados os projetos nos termos dos seus respectivos pareceres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para providências cabíveis.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à de deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 16ª e 17ª Reuniões desta Comissão, realizadas no dia 9 e 10 de julho, respectivamente.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 18 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia quatorze de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Zequinha Marinho, Alan Rick, Alessandro Vieira, Izalci Lucas, Sergio Moro, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Flávio Arns, Angelo Coronel, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso, Fabiano Contarato, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda da Senadora Augusta Brito, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, André Amaral, Davi Alcolumbre, Giordano, Daniella Ribeiro, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 151, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Inovação FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mirante do Paranapanema, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 274, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 275, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ituverava, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 269, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jales, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 186, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Milênio de Apoio a Criança e Adolescente de Brasilândia para executar serviço de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

radiodifusão comunitária no Município de Brasilândia do Tocantins, Estado do Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 464, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Doulos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 256, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmeirópolis, Estado do Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 238, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização ao Instituto Desenvolvimento de Soluções (IDS) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brusque, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 525, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Porto União para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 534, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Equipe Canal 8 para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mariópolis, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo n° 290, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cruzeiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo n° 444, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Associação de Comunicação Comunitária Taquarense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo n° 710, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Educativa Cultural Salzanense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Liberato Salzano, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo n° 417, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Navegantes de Porto Lucena para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Porto Xavier, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo n° 354, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Tocantinense para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Bezerros, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo n° 362, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Palmas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo n° 368, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Santa Maria de Difusão e Cultura - ASMDDCEC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Maria do Tocantins, Estado do Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - Projeto de Decreto Legislativo n° 370, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Buritirana FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - Projeto de Decreto Legislativo n° 373, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Apoio a Cultura de Carrasco Bonito para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carrasco Bonito, Estado do Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - Projeto**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Decreto Legislativo n° 376, de 2023 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos da Cultura e do Meio Ambiente - Taquaruçu - Canto das Artes para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 67, de 2024** que: "Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública, com o objetivo de, visando a proteção dos consumidores e dos usuários da rede, aferir responsabilidades e providências adotadas por provedores ou empresas que oferecem seus espaços/plataformas virtuais para anunciantes mal-intencionados, que venham a praticar golpes ou fraudes nos consumidores." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 69, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a ética nas relações entre o poder público e as redes sociais em especial o Poder Judiciário" **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Requerimento subscrito pelo senador Hamilton Mourão. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 18ª reunião, realizada em 07/08/2024, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Girão
Presidente Eventual da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da Presidência.) – Paz e bem a todos vocês! Muito bom dia. Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião é destinada à deliberação de projetos de decreto legislativo que serão apreciados em votação nominal, e informo que todos os itens da pauta possuem relatório com voto pela aprovação ou pela aprovação com emenda.

Questiono a V. Exas. se, por uma questão de racionalização dos trabalhos, podemos manter aberto o painel para votação em globo das matérias enquanto procedemos à leitura e à discussão dos relatórios.

(*Pausa.*)

Com a aquiescência do Plenário, solicito à Secretaria que abra o painel de votação.

Os Senadores que votam com os Relatores votam "sim". A aqueles que tenham voto contrário a algum projeto, solicito que informem à Secretaria da Comissão, para que o item seja retirado da votação em globo e seja feita sua votação individual.

Então, nós vamos agora para o item 1.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 151, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Inovação FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mirante do Paranapanema, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A relatoria é do Senador Astronauta Marcos Pontes, o nosso querido Senador Hamilton Morão, o General Hamilton Mourão, do Rio Grande do Sul, vai fazer a relatoria *ad hoc*.

Então, eu concedo a palavra ao Senador General Hamilton Mourão para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Bom dia.

Bom dia aos demais colegas aqui presentes.

Peço permissão para ir direto à análise, Presidente.

De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do art. 104-G, inciso VI, cumpre à esta Comissão opinar acerca de proposições que versem sobre o assunto em tela.

O serviço de radiodifusão comunitária é disciplinado pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho do mesmo ano.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa, pela Resolução nº 3, de 2009.

A matéria é de competência exclusiva deste Congresso.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso. Constata-se também que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Em relação à técnica legislativa, está de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o presente PDL não evidenciou violação das formalidades estabelecidas pela Lei nº 9.612, de 1998.

Assim, o voto é: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 151, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Inovação FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mirante do Paranapanema, Estado de São Paulo, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, meu querido Senador General Hamilton Mourão.

Nós vamos agora para o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 274, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

A relatoria é do Senador Astronauta Marcos Pontes.

Eu novamente peço ao Senador Hamilton Mourão para que seja o Relator *ad hoc*.

Com a sua aquiescência, eu concedo a palavra ao Senador General Hamilton Mourão para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, uma vez que a análise evidencia que não há nenhuma discrepância nesse processo, irei direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 274, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador General Hamilton Mourão.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho, do Estado do Pará.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Presidente, muito obrigado.

Eu queria pedir uma especial gentileza, em função de uma audiência pública que está acontecendo na CMA neste momento e da necessidade de estarmos ali para participar do debate, e solicitar a inversão de pauta para o item 21, um requerimento de nossa autoria para audiência pública aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O.k. Eu acredito que não tenha nenhum problema com relação aos Senadores.

Eu aqui já perguntando, estou vendo a aquiescência do Senador General Hamilton Mourão.

Esta Presidência também atende ao pedido do Senador Zequinha Marinho.

Então, vamos ao Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital nº 67, 2024.

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL Nº 67, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública, com o objetivo de, visando a proteção dos consumidores e dos usuários da rede, aferir responsabilidades e providências adotadas por provedores ou empresas que oferecem seus espaços/plataformas virtuais para anunciantes mal-intencionados, que venham a praticar golpes ou fraudes nos consumidores.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Eu concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho, autor do requerimento, para fazer a sua defesa do requerimento.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de, visando à proteção dos consumidores e dos usuários da rede, aferir responsabilidades e providências adotadas por provedores ou empresas que ofereçam seus espaços/plataformas virtuais para anunciantes mal-intencionados, que venham a praticar golpes ou fraudes nos consumidores.

A discussão também abrangerá campanhas de arrecadação de fundos, em casos de calamidade pública ou de comoção social, muitas vezes desvirtuadas para proveito próprio dos arrecadadores ou seus criadores.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Justiça; representante da Secretaria do Consumidor; representante do Instituto de Defesa de Consumidores; representante do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, área de Conciliação; assim como representante da Febraban; representante do Instagram; representante do globo.com; representante do vakinha.com.br.

Presidente, a incidência desse tipo de crime hoje no país é escandalosa. O camarada monta aqui uma ideia de botar uma loja virtual, vai para uma plataforma dessa, se cadastra lá e vende coisa que não existe, que não entrega. A gente vai, compra e leva um prejuízo atrás do outro. Isso é normal.

Vamos ao caso do problema da calamidade pública dos nossos irmãos gaúchos lá do Rio Grande do Sul. Todo mundo querendo arrecadar. Mentira! Pouca gente séria realmente estava arrecadando e fazendo acontecer. O restante tudo era golpe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, até nesse último acidente do avião da Voepass, já tinha gente dizendo que era parente de vítima que morreu no acidente, lamentavelmente, tentando dar golpe, tentando ganhar dinheiro. Eu não sei o que vai acontecer com este país e com este mundo. Está tão difícil!

E a gente vê na plataforma lá, quando o pessoal reclama, ninguém... Não, o cara vem aqui, paga e se instala. Não tem como mais fazer isso. Nós temos que conversar com essas plataformas, esses portais. Temos que ter uma legislação ou melhorar a legislação atual. Eu vou pesquisar ainda, vou chamar a Consultoria da Casa. Precisamos botar isso em ordem. E essa audiência pública vai começar esse trabalho. Acho que é muito importante para a sociedade e para todo mundo que usa a internet para fazer compras ou resolver outros casos. A gente não pode ficar tão exposto e tão vulnerável diante de tanta gente esperta que quer simplesmente dar golpe e passar a perna nas pessoas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O.k., muitíssimo obrigado, Senador Zequinha Marinho. Parabéns por trazer esse tema, a sua preocupação social muito importante com a legalidade, com a boa-fé dos brasileiros. Pela sua preocupação, o senhor está de parabéns.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Vamos agora ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 275, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ituverava, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

A relatoria é do Senador Astronauta Marcos Pontes.

Eu peço aqui ao Senador, meu querido irmão, General Hamilton Mourão, para ser o Relator *ad hoc* – com a sua concordância.

Concedo a palavra ao Senador General Hamilton Mourão para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, uma vez que a análise não evidencia nenhuma discrepância em relação a processos anteriores, vamos direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 275, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Ituverava, Estado de São Paulo, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador General Hamilton Mourão.

Vamos agora para o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 269, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jales, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

A relatoria é do Senador Astronauta Marcos Pontes.

Eu já concedo aqui a palavra – também com a concordância do Senador General Hamilton Mourão – para que faça o relatório *ad hoc*.

Então, concedo a palavra ao Senador General Hamilton Mourão para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, indo direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 269, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Jales, Estado de São Paulo, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, General Hamilton Mourão.

Vamos agora para o item 5.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 186, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Milênio de Apoio a Criança e Adolescente de Brasilândia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brasilândia do Tocantins, Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

A relatoria é do Senador Eduardo Gomes, nosso Presidente aqui.

Então, novamente, concedo a palavra, para ser Relator *ad hoc*, ao Senador Hamilton Morão para fazer a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, registramos apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação do ente responsável pela edição da Portaria nº 1.153, de 6 de novembro de 2014, que deferiu a autorização em exame. O referido ato foi editado pelo Ministério das Comunicações, e não pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Assim, nosso voto é: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 186, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Milênio de Apoio a Criança e Adolescente de Brasilândia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brasilândia do Tocantins, Estado de Tocantins, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCDD (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador General Hamilton Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora para o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 464, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Doulos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

A relatoria é do Senador Eduardo Gomes.

Novamente, eu concedo a palavra, para ser Relator *ad hoc*, ao nosso querido irmão, Senador General Hamilton Mourão, que está autorizado já a fazer a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, registramos apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação do ente responsável pela edição da Portaria nº 3.361, de 28 de setembro de 2017, que deferiu a renovação da autorização em exame. O referido ato foi editado pelo extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e não pelo Ministério das Comunicações.

Assim, o voto é: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 464, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Doulos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCDD (DE REDAÇÃO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 464, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, querido Senador General Hamilton Mourão.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 256, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmeirópolis, Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

A relatoria é do Senador Eduardo Gomes.

O relatório é pela aprovação.

Então, concedo novamente a palavra ao Senador General Hamilton Mourão para fazer a relatoria *ad hoc*. Já está autorizado a ler o relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, a análise não revela nenhuma discrepância em relação à legislação que rege esse tipo de processo. Assim, vamos direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 256, de 2023, não evidenciou a violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis para executar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmeirópolis, Estado do Tocantins, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, meu querido Senador Geral Hamilton Mourão.

Nós vamos agora para o item 12.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 444, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Taquarense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

Eu concedo a palavra ao nobre Relator, Senador General Hamilton Mourão, para leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, a análise evidencia que não há nenhuma discrepância em relação à legislação que rege esse tipo de proposição.

Indo direto ao voto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 444, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Taquarense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda ontem recebi no meu gabinete a Prefeita de Taquara, a Prefeita Sirlei, que é candidata à reeleição.

Este é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Senador General Hamilton Mourão.

Eu solicito a inclusão do Requerimento nº 69, de 2024, de minha autoria, como item extrapauta, que é subscrito pelo General Hamilton Mourão.

Eu consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores se podemos efetuar a inclusão extrapauta da matéria. (*Pausa.*)

Com a aquiescência do Plenário, está incluído como item extrapauta.

Então, vamos ao item 22.

EXTRAPAUTA

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL N° 69, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a ética nas relações entre o poder público e as redes sociais em especial o Poder Judiciário

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Concedo a palavra... Aqui, no caso, a autoria é minha, então eu já vou aqui fazer a leitura, a justificativa do requerimento.

Faço aqui também um cumprimento ao Senador Esperidião Amin e ao Senador Astronauta Marcos Pontes, que estão no plenário.

O Senador Hamilton Mourão já leu vários relatórios seus aqui *ad hoc*, viu, Senador Marcos Pontes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a ética nas relações entre o poder público e as redes sociais, em especial o Poder Judiciário.

Proponho para essa audiência democrática a presença dos seguintes convidados: o Exmo. Sr. Alexandre de Moraes, Ministro do STF; o Dr. Airton Vieira, Juiz Instrutor do STF; o Dr. Eduardo Tagliaferro, perito criminal; o Sr. Rodrigo Constantino, jornalista; representante da *Revista Oeste*; o Sr. Paulo Figueiredo, economista e ex-comentarista da Jovem Pan.

Segundo reportagem da *Folha de S.Paulo*, o ex-Presidente do TSE Ministro Alexandre de Moraes ordenou, de forma não oficial, a produção de relatórios pela Justiça Eleitoral para embasar decisões contra Parlamentares e jornalistas no inquérito das *fake news*. Este inquérito, polêmico desde sua abertura, em março de 2019, tem sido utilizado pelo Ministro para tomar decisões de ofício, sem a participação do Ministério Público ou da Polícia Federal, o que já gerou diversas controvérsias jurídicas e políticas.

De acordo com as informações obtidas pela reportagem da *Folha*, que ontem soltou a primeira matéria, o gabinete de Alexandre de Moraes, durante e após as eleições de 2022, utilizou o setor de combate à desinformação do TSE como um braço investigativo para o inquérito em curso no STF. As mensagens trocadas via WhatsApp entre assessores do Ministro e membros do TSE, incluindo o Juiz Instrutor Airton Vieira e o perito criminal Eduardo Tagliaferro, evidenciam um fluxo de solicitações informais para a produção de relatórios específicos contra aliados do ex-Presidente Bolsonaro.

O inquérito das *fake news* foi criado, assim como o da milicias digitais, para apurar a veiculação de notícias falsas ou ofensivas contra o Supremo Tribunal Federal, via rede mundial de computadores.

O Art. 104-G do Regimento Interno do Senado Federal aponta que:

> À Comissão de Comunicação e Direito Digital compete opinar sobre proposições pertinentes aos seguintes temas: (incluído pela Resolução nº 14, de 2023)
> I – inovação e desenvolvimento científico e tecnológico das comunicações (incluído pela Resolução nº 14, de 2023);
> II – política nacional de comunicação (incluído pela Resolução nº 14, de 2023);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

III – regime jurídico das comunicações (incluído pela Resolução nº 14, de 2023);
IV – direito digital (incluído pela Resolução nº 14, de 2023);
V – meios de comunicação social e redes sociais (incluído pela Resolução nº 14, de 2023);
VI - serviços postais e de comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, internet, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens (incluído pela Resolução nº 14, de 2023);
VII - regulamentação, controle e questões éticas referentes a comunicação (incluído pela Resolução nº 14, de 2023);
VIII - outros assuntos correlatos (incluído pela Resolução nº 14, de 2023).

As mensagens obtidas pela *Folha de S.Paulo* que revelam a comunicação informal entre o gabinete de Moraes no STF e o setor de combate à desinformação do TSE são elementos que devem ser analisados quanto à sua autenticidade e legalidade.

Do que se extrai da reportagem, a obtenção dessas mensagens não decorreu de interceptação ilegal ou acesso *hacker*, mas, sim, de fontes que tiveram acesso aos dados de um telefone contendo as mensagens. Esse aspecto é relevante para a análise da validade das provas apresentadas, sendo, portanto, de extrema importância que sejam prestados esclarecimentos a esta Comissão de como se deram essas mensagens e como se deu essa coleta de informações dos investigados para a composição dos relatórios solicitados pelo Ministro Alexandre de Moraes.

A violação de direitos individuais se utilizando de meios digitais, como se assemelha ter acontecido no presente caso, fere diretamente as questões éticas, a regulamentação e o controle (matérias afetas a esta Comissão) tão necessários aos meios de comunicação e como eles devem ser utilizados, principalmente quando esses estão ligados à um inquérito que, em tese, deveria combater práticas nocivas à responsabilidade no meio digital.

Portanto, diante dos fatos apontados e da manifesta relação desses com as competências desta Comissão, principalmente aquelas trazidas nos incisos IV, V e VII, e a necessidade de esclarecermos os graves fatos acima apontados, requeiro aos pares que possamos aprovar este requerimento de convite para trazer a esta Comissão de Comunicação e Direito Digital os nomes assinalados.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2024.

Passo a palavra ao Senador General Hamilton Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Presidente, eu queria subscrever o seu requerimento.

Essa situação de que nós há muito tempo desconfiávamos que vinha acontecendo, agora revelada pelo mesmo jornalista da Vaza Jato – ou seja, o vento que venta aqui venta lá também, vamos dizer isso –, se soma a uma recente declaração de uma pessoa extremamente insuspeita, de um jurista notável, de um homem público notável, que é o Ministro Nelson Jobim, que deixou muito claro que aqueles acontecimentos de 8 de janeiro, que vêm sendo julgados de uma forma absurda pela Suprema Corte, em particular pelo Ministro Alexandre Moraes, não passaram de uma baderna, e como tal deveriam ser punidos, e não dentro daquele processo de abolição violenta do Estado democrático de direito, querendo caracterizar aquilo como uma tentativa de golpe de Estado. E vêm condenando senhoras, senhores, como se fossem perigosos terroristas capazes de, naquele momento, após aquele domingo, estarem cada um deles sentados, seja na cadeira do Presidente da República, seja na cadeira do Presidente do Congresso, seja na cadeira da então Presidente da Suprema Corte.

Esse seu requerimento vem ao encontro daquilo por que grande parte da nação brasileira hoje clama, para que efetivamente se faça justiça neste país. E as revelações que começam a surgir nessa reportagem da *Folha de S.Paulo* são extremamente graves e demonstram um comportamento totalmente fora daquilo que tem que ser o comportamento de um Ministro da Suprema Corte. E nós, aqui dentro do Congresso Nacional, e em particular no Senado, não podemos nos omitir nesse momento, sob pena de sermos repudiados pelo restante da nação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Senador General Hamilton Mourão.

Já passo imediatamente a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Faço minhas as palavras do Senador Mourão, só que eu gostaria que fosse considerada aqui a possibilidade de mudar uma expressão. Sobre o inquérito das *fake news*, o senhor usou a expressão "controversa". Não é controverso; ele é estranho ao Estado democrático de direito. Eu proponho essa substituição da palavra. Bem no começo do requerimento, o senhor faz menção à palavra, ao inquérito das *fake news*...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Polêmico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Polêmico. Ele não é polêmico; ele é estranho ao Estado democrático de direito. Não existe isso. Esse inquérito foi aberto em março de 2019, sem objeto, sem definição do dispositivo legal a que ele se refere e baseado no Regimento Interno do Supremo, para, digamos, investigar questões internas. Então, ele é estranho. Eu peço a substituição pela expressão "estranho ao Estado democrático de direito".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito, Senador Esperidião Amin. Já está o autor do requerimento aqui, atendendo na íntegra a sua sugestão. O senhor tem sido um Senador sempre muito contundente, sempre denunciando essa arbitrariedade contra a Constituição Federal, e estamos substituindo aqui a expressão de acordo com a sua sugestão.

Eu quero agradecer... O senhor quer falar também? Então, pronto. Eu quero agradecer ao Senador General Hamilton Mourão, que discutiu a matéria, Senador Esperidião Amin. Agora, vamos ao terceiro colega, Senador Astronauta Marcos Pontes, que também quer discutir o requerimento.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Bom dia. Bom dia, Presidente. Bom dia a todos.

Sem dúvida nenhuma, nos últimos tempos, nós temos assistido a coisas muito estranhas, por menor que se diga, em relação aos comportamentos de várias autoridades. E isso, sem dúvida nenhuma, é prejudicial ao Estado democrático de direito. Inclusive, uma coisa que eu tenho falado muito é que não se use a palavra "democracia" para disfarçar autoritarismo. Aí, a gente precisa averiguar os fatos para que não cometamos os mesmos erros que nós criticamos. Eu acho importante que se tenha essas discussões para que nós possamos levantar os fatos, trazê-los à tona e buscar mais informações, inclusive para que nós tenhamos um – vamos chamar assim – processo válido, um processo bem-feito, coisa que nós estamos precisando no Brasil, que as coisas sejam feitas da maneira como são previstas na lei.

Então, sem dúvida nenhuma, é um requerimento válido. Eu concordo com ele e também assino junto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Senador Astronauta Marcos Pontes, terceiro colega que quis discutir esse meu requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Agradeço a todos os colegas pelo apoio.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 238, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização ao Instituto Desenvolvimento de Soluções (IDS) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brusque, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

A relatoria é do Senador Esperidião Amin.

Eu concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin para a leitura do seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu tenho tanta confiança no Senador Mourão que, como eu tenho que ir à Comissão de Relações Exteriores para relatar processo de embaixadores, eu peço a V. Exa. que designe o profícuo Senador. Nesta Comissão, ele é que segura o rojão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – No bom sentido, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No bom sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As demandas são os Requerimentos nºs 8, 9, 10 e 11. Como termina em 11, que é o número perfeito, após o qual vêm os reservas do time, eu fico muito confiante na sua designação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Então, já vamos começar com esse item 8.

Preciso ler novamente? Preciso ler novamente? O Senador Esperidião Amin pediu que o Relator *ad hoc* seja o Senador General Hamilton Mourão. Preciso ler novamente o item 8? Então, como já foi lido e foi o próprio Senador Amin que pediu, que autorizou, eu passo a palavra ao Senador, ao meu querido General Hamilton Mourão, para fazer a relatoria *ad hoc*.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, a análise não evidencia nenhuma discrepância em relação à legislação que rege processo dessa natureza.

Indo direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 238, de 2021, não evidenciou a violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização ao Instituto de Desenvolvimento de Soluções (IDS) para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Brusque, Estado de Santa Catarina, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Senador General Hamilton Mourão.

Passamos imediatamente para o item 9.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 525, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Porto União para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

Relatoria: Senador Esperidião Amin.

Concedo a palavra ao Senador General Hamilton Mourão, que vai fazer a relatoria *ad hoc*, já lhe agradecendo, Senador General Hamilton Mourão, pela leitura do seu relatório. Já está autorizado a fazê-lo.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, verificando a análise, o que é necessário é a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da Portaria nº 4.181, de 28 de setembro de 2018, que deferiu a renovação da outorga ora analisada.

Embora o processo tenha sido encaminhado na gestão do Ministério das Comunicações, a referida portaria foi editada pelo então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do PDL nº 525, de 2021, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCDD (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se, no art. 1º do [PDL] nº 525, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

É o relatório, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador General Hamilton Mourão.

Vamos diretamente para o item 10.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 534, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Equipe Canal 8 para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mariópolis, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

A relatoria é do Senador Esperidião Amin.

Então, eu concedo a palavra ao Senador General Hamilton Mourão, que vai fazer a relatoria *ad hoc*, já lhe agradecendo por essa gentileza sua e já lhe autorizando para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da Portaria nº 1.890, de 7 de junho de 2017, que deferiu a outorga ora analisada.

Embora o processo tenha sido encaminhado na gestão do Ministério das Comunicações, a referida portaria foi editada pelo então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do PDL nº 534, de 2021, com a seguinte emenda de redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº – CCDD (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no art. 1º do [PDL] nº 534, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito, querido irmão Senador General Hamilton Mourão.

Muito obrigado.

Vamos passar para o item 11, não é?

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 290, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cruzeiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

A relatoria é do Senador Esperidião Amin.

Novamente, eu concedo a palavra ao Senador General Hamilton Mourão, que muito gentilmente vai fazer a relatoria *ad hoc*.

O senhor já está com a palavra para o relatório, Senador.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, a análise não evidencia nenhuma discrepância em relação à legislação que rege esse tipo de proposição.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 290, de 2022, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Cruzeiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Gratidão, meu querido Senador General Hamilton Mourão.

Item 13.

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 710, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Educativa Cultural Salzanense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Liberato Salzano, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador General Hamilton Mourão para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da Portaria nº 6.629, de 27 de dezembro de 2018, que renovou a outorga em tela. A referida portaria foi editada pelo extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e não pelo Ministério das Comunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, o voto é: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 710, de 2021, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCDD (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 710, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador General Hamilton Mourão.

Vamos para o item 14.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 417, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Navegantes de Porto Lucena para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Porto Xavier, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, compulsando a análise, verifica-se que não há nenhuma discrepância com a legislação que rege esse tipo de proposição, assim vou direto ao voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 417, de 2022, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Navegantes de Porto Lucena para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Porto Xavier, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, Senador General Hamilton Mourão.

Vamos para o item 15.

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 354, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Tocantinense para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Bezerros, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

Eu concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, muito me apraz relatar esse projeto, uma vez que eu tenho um grande amigo – trabalhamos juntos lá em Pernambuco – que é originário do Município de Bezerros.

Vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 354, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outorga permissão à Fundação Cultural Tocantinense para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Bezerros, Estado de Pernambuco, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, e um abraço para o meu amigo Ivanirio do Egito Farias, nosso homem lá de Bezerros.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem! Um abraço também para o nosso querido irmão Ivaniro, não é?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Ivanirio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ivanirio.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Bem nome nordestino.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Bem nordestino.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Bem nordestino.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – De uma terra nordestina! Que coisa boa! Município de Bezerros, em Pernambuco, pertinho lá do meu Ceará.

Mas vamos lá! Item 16.

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 362, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Palmas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

A relatoria é da Senadora Professora Dorinha Seabra; o relatório é pela aprovação.

Eu concedo a palavra ao Senador General Hamilton Mourão para fazer a relatoria *ad hoc*, já lhe agradecendo mais uma vez e autorizando a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, a análise não evidencia nenhuma discrepância em relação a esse processo. Então, vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 362, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Palmas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Tocantins, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, Senador General Hamilton Mourão.

Já vamos imediatamente aqui para o item 17.

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 368, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Santa Maria de Difusão e Cultura - ASMDDCEC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Maria do Tocantins, Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação.

A relatoria é da Senadora Professora Dorinha; o relatório é pela aprovação.

Eu concedo a palavra ao nosso querido irmão, Senador General Hamilton Mourão, para fazer a relatoria *ad hoc* desse projeto da relatoria da Professora Dorinha, já lhe agradecendo mais uma vez, Senador. O senhor está já autorizado a fazer a leitura.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, compulsando a análise, verifica-se que não há nada que evidencie alguma discrepância nesse processo; assim vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 368, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Santa Maria de Difusão e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Maria do Tocantins, Estado do Tocantins, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, Senador General Hamilton Mourão.

Vamos para o item 18. Está chegando ao fim, hein?

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 370, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Buritirana FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A relatoria é da Senadora Professora Dorinha Seabra; o relatório é pela aprovação.

Eu concedo a palavra ao Senador General Hamilton Mourão, que vai fazer a relatoria *ad hoc*, já lhe agradecendo, mais uma vez, pela sua gentileza e já autorizando o senhor a efetivamente fazer uso da palavra para ler o relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, compulsando a análise, verifica-se que não há nenhuma discrepância no processo em tela.

Assim, o voto é: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 370, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Buritirana FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado de Tocantins, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, Senador General Hamilton Mourão.

Vamos para o item 19.

Acho que é o penúltimo. Será? Não? (*Pausa.*)

É o penúltimo, olhe só.

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 373, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Apoio a Cultura de Carrasco Bonito para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carrasco Bonito, Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

A relatoria é da Senadora Professora Dorinha Seabra.

Concedo a palavra ao Senador General Hamilton Mourão para fazer, *ad hoc*, a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, compulsando a análise, verifica-se que não há nenhuma discrepância em relação a esse processo.

Assim, o nosso voto é: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 373, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Apoio à Cultura de Carrasco Bonito para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carrasco Bonito, Estado do Tocantins, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

Eu gostaria de conhecer um carrasco bonito. (*Risos.*)

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, Senador General Hamilton Mourão.

Último item, item 20.

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 376, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos da Cultura e do Meio Ambiente - Taquaruçu - Canto das Artes para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

A relatoria é da Senadora Professora Dorinha Seabra.

Eu concedo a palavra ao nosso gentil trabalhador dedicado Senador General Hamilton Mourão, que hoje aqui fez a maioria dos relatórios *ad hoc*, ajudando os seus colegas. Muito obrigado.

Em nome da Comissão e desta Presidência, eu lhe agradeço, concedendo a palavra para o senhor para a última relatoria *ad hoc*, que é esse relatório do item 20.

O senhor já está autorizado a fazê-lo.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, compulsando a análise, verifica-se que não há nenhuma discrepância em relação a esse processo.

Assim, o nosso voto é: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 376, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Amigos da Cultura e do Meio Ambiente - Taquaruçu - Canto das Artes para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

Então, nós chegamos ao final do nosso trabalho de hoje, mas está aberta ainda a discussão dos itens 1 a 20 da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Reforço que o painel de votação já se encontra aberto para votação em grupo de todos os itens da pauta.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Relembro também aos Senadores que desejarem manifestar voto contrário a algum projeto que o informem à Secretaria da Comissão para que o item seja retirado da votação em globo e seja feita a votação individual. (*Pausa.*)

Informo aos Srs. e Sras. Parlamentares que o sistema de votação está apresentando instabilidade. Solicito gentilmente aos colegas que ainda desejam votar que se manifestem oralmente, e, posteriormente, a Secretaria da Comissão realizará os ajustes necessários na folha de votação.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, o meu voto, que não consegui registrar aqui por duas vezes, é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem. Parabéns!

Consulto se todos os Senadores já registram o voto.

Está encerrada a votação nominal dos projetos de decreto legislativo.

Resultado. (*Pausa.*)

O sistema está um pouco lento. Acredito... (*Pausa.*)

Ah, já tem? (*Pausa.*)

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Votaram SIM 10.

Ih, rapaz, teve alguém que votou "não"? (*Pausa.*)

Ah, bom! Está certo.

Votaram SIM 11; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

Então, estão aprovados os projetos, nos termos de seus respectivos pareceres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 18ª Reunião desta Comissão, realizada no dia 7 de agosto.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta sessão.

Muito obrigado. Paz e bem.

(*Iniciada às 9 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e sete minutos do dia quinze de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Eduardo Girão e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores André Amaral, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Rosana Martinelli, Magno Malta e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Davi Alcolumbre, Giordano, Zequinha Marinho, Daniella Ribeiro, Zenaide Maia, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 68/2024 - CCDD, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Finalidade:** Esclarecer a queda nos números de audiência de canais de comunicação da direita e possíveis violações à liberdade de expressão e comunicação. **Participantes:** Senhor Alexandre Garcia, Jornalista; Senhor Marco Antonio Costa, Jornalista; Senhor Alexandre Pittoli, Locutor e Apresentador de Rádio e TV - Auri Verde; Senhor Paulo Figueiredo, Jornalista; e Senhora Ana Paula Henkel, Comentarista política. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Presidente Eventual da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Senador Eduardo Girão
Presidente Eventual da Comissão de Comunicação e Direito Digital

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/15

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de esclarecer a queda nos números de audiência de canais de comunicação de direita, conservadores, independentes também, críticos ao sistema, e as possíveis violações à liberdade de expressão e comunicação no Brasil, em atenção ao Requerimento 68, de 2024, desta Comissão, de minha autoria.

Participarão presencialmente os seguintes convidados.

Nós teremos aqui conosco – e já chegou cedo aqui – um dos maiores jornalistas deste país, uma grande lenda, legenda nossa, que é Alexandre Garcia. Daqui a pouco, eu vou chamá-lo para ficar aqui ao meu lado e fazer o seu depoimento.

Também teremos o Sr. Alexandre Pittoli, que é Locutor e Apresentador de Rádio e TV, da AuriVerde. Ele já me mandou mensagem cedo, pegou o avião às 6h da manhã, já chegou a Brasília e está vindo para cá.

Participarão, por meio de videoconferência, os seguintes convidados: a Sra. Ana Paula Henkel, Comentarista Política; o Sr. Paulo Figueiredo, Jornalista; e também o Sr. Marco Antonio Costa, que vai participar conosco diretamente de São Paulo.

É importante que a gente...

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião é interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania – repito: senado.leg.br/ecidadania –, ou pelo telefone 0800 0612211 – 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já estamos recebendo aqui, desde que anunciamos, muitas mensagens, perguntas, questionamentos dos brasileiros que a gente vai ler até o final da sessão e passar para os endereçados aqui, se quiserem e puderem responder.

Quero dizer que está sendo transmitida ao vivo esta audiência pública, que foi aprovada por unanimidade pelos colegas desta Comissão. Ela está sendo transmitida pela TV Senado e pelas redes sociais da TV Senado. E quero cumprimentar todos os que fazem parte da Rádio Senado, Agência Senado, TV Senado, que fazem um trabalho muito equilibrado aqui, muito correto. Parabéns a todos.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até 20 minutos, claro, com a tolerância da Casa. Para um melhor encaminhamento dos trabalhos, a palavra será concedida de modo alternado entre os convidados que participam presencialmente e de modo remoto. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Eu queria registrar, antes de fazer aqui o meu pronunciamento, que nós convidamos os representantes dessas plataformas digitais, das *big techs*.

Nós convidamos, pelo próprio requerimento, o Sr. Fernando Gallo, que é do TikTok, e o Sr. Fernando Gallo aqui declina da participação. Ele faz aqui uma resposta... Do Sr. Fernando Gallo, onde está a resposta dele? (*Pausa.*)

Quem responde é a Bruna Lopes, que é Gerente de Políticas Públicas. Ela diz o seguinte:

> No TikTok, levamos muito a sério a responsabilidade de proteger a integridade das comunidades. Dado o contexto das eleições municipais, nossa equipe de especialistas está atualmente empenhada na divulgação de nossas ferramentas de segurança. Com o breve intervalo entre o convite e a realização da audiência, infelizmente não conseguimos ajustar os compromissos previamente agendados.
> Agradecemos pelo convite, ficamos à disposição para as próximas oportunidades, esperando que possamos esclarecer quaisquer dúvidas sobre o tema da audiência e outros julgados necessários.

Aqui é o TikTok declinando do convite de uma audiência pública do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também nós recebemos aqui uma informação do YouTube. O YouTube também foi convidado, na primeira hora, para esta audiência. A Érika Alvarez aqui manda mensagem para a Comissão agradecendo o convite, mas informando "que o YouTube não atenderá a referida Audiência Pública. Estamos à disposição para futuras interações desta comissão". Então, tendo a oportunidade, pela transparência, por uma busca da liberdade de expressão – nós defendemos aqui a liberdade de expressão e a total oportunidade de essas plataformas internacionais estarem atuando no Brasil com a sua plenitude –, o YouTube responde negativamente quando o Senado chama para ouvi-lo.

Também aqui a Meta, que é do Instagram e do Facebook, através da Kaliana Kalache, também diz o seguinte: "Boa tarde, agradecemos pelo convite, mas não poderemos participar por compromisso previamente agendado. Contudo, permanecemos à disposição do Senador e desta comissão para reunião em outra data". Aqui pelo menos abriu uma janela. O YouTube já foi dizendo que não atenderá.

Nós vamos seguir, temos dados aqui que vamos trazer, vamos ouvir quem da sociedade quiser se manifestar e estiver presente aqui também. Esta audiência é pública. E nós vamos cumprir nosso dever democrático.

Em junho deste ano, a Rádio AuriVerde, um canal que tem, só no YouTube, quase 2 milhões de inscritos, trouxe à baila um fato preocupante que foi público, foi levado ao ar pelo Alexandre Pittoli, jornalista que daqui a pouco estará conosco aqui. As visualizações de suas postagens haviam caído de quase 3 milhões para 660 mil visualizações em poucas semanas, entre abril e maio, caindo ainda mais, para 116 mil, em junho – então, num período muito curto. É bom notar que não houve, durante esse tempo, esse curto espaço de tempo, nenhuma mudança na programação, na linha política, editorial ou qualquer outra alteração que justificasse essa queda brusca. Obviamente, se o canal não mudou e não houve nenhuma razão para seus seguidores o abandonarem, a suspeita recai sobre o funcionamento da própria plataforma, que, sabemos, influi decisivamente na visibilidade dos vários canais que hospeda – aquela coisa do algoritmo, de entregar a mensagem. Tudo isso pode ser controlado, claro. Em junho, a mesma Rádio AuriVerde teve dois de seus vídeos limitados pela plataforma YouTube. Os dois tratavam de questão de descriminalização do porte de drogas, decidida pelo STF, um flagrante ativismo judicial. Em nenhum dos casos, é bom que se diga, veiculava-se notícia falsa ou distorcida, apenas a opinião dos seus comentadores e analistas sobre um fato público e notório de grande interesse nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda em junho, o STF anunciou que vai contratar uma empresa para monitorar, em tempo real, o conteúdo veiculado sobre a corte nas redes sociais. Já tive a oportunidade de me pronunciar sobre isso no Plenário do Senado e em outras Comissões, chamando a atenção para o potencial de intimidação e de censura que tal monitoramento carrega. O exemplo do que houve na Rádio AuriVerde reforça a percepção de que esse tipo de intimidação ou até de perseguição já deixou de ser potencial e vem se transformando em fato.

Outros canais de comunicação associados com o espectro político de direita, conservadores e independentes também já sofreram com pressões nas plataformas, que, algumas vezes, sem a devida transparência, limitam o alcance de publicações, restringem a monetização e dificultam notificações.

E eu não estou falando aqui das decisões judiciais, no meu ponto de vista arbitrárias, que a gente tem visto aí de cancelamentos de jornalistas, de pessoas, cidadãos comuns. Temos visto aí, numa última pesquisa recém-publicada, que 61% dos brasileiros já estão com medo de se manifestar, de colocar sua posição, sua opinião sobre política no Brasil com medo de retaliação dos poderosos, do sistema. Então, isso é muito grave. Existe democracia no nosso Brasil de fato ou isso é um conto de fadas? Ou nós vivemos numa ditadura flagrante em nosso país? Então, esta audiência pública vem cumprir um papel também neste sentido de buscar a verdade sobre esses fatos.

Eu lembro aqui também o caso da Jovem Pan, que já teve seus vídeos desmonetizados pelo YouTube e foi alvo de campanhas de boicote.

Eu também tive. No ano passado, eu recebi uma punição de uma semana, porque toquei em assuntos proibidos. Quem diz que existe assunto proibido? Você não pode falar de vacina? Você não pode falar de quê? De urna? Recebi – um Parlamentar recebeu! – uma punição do YouTube de uma semana sem utilizá-lo. Isso aconteceu comigo. Entramos na Justiça, mas esse tipo de coisa é muito blindado. Nós precisamos entender e tomar medidas com relação ao que está acontecendo no Brasil, porque não é uma terra sem lei aqui. Nós temos o marco civil da internet, temos outras medidas a que temos que obedecer.

Vejam bem, neste caso da Jovem Pan, que, inclusive, foi alvo de campanha de boicote, não se trata de punição por divulgar inverdades ou tentar enganar a audiência, mas por supostas infrações às regras de utilização. Essas alegações, no entanto, pecam muitas vezes, não têm base nenhuma, são uma coisa sem nenhum tipo de respaldo. Falta transparência, isso é notório, e o que acaba sendo sufocada é a liberdade de expressão legítima do povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já se disse que o remédio contra o abuso de liberdade de imprensa é mais liberdade de imprensa e não menos. A censura vem sempre apoiada em uma espécie de arrogância, de ilusão e, no final das contas, é só arroubo autoritário. Então, para me encaminhar aqui para o fim e a gente ouvir nossos convidados, limitar a liberdade de expressão só se justificaria para proteger a sociedade contra os danos causados por esses abusos. A restrição a uma opinião simplesmente por manifestar essa ou aquela orientação política, por discordar de uma decisão ou por se opor a uma opinião legítima é inaceitável. Como dizia o filósofo John Stuart Mill, abro aspas, "como a opinião geral ou a prevalente em qualquer assunto raramente ou nunca representa toda a verdade, é somente com choque de opiniões contrárias que o restante da verdade tem alguma chance de ser suprido", fecho aspas.

Propus a realização desta audiência com a esperança de que, ao trazer essas questões para o debate aberto e público, vamos reforçar nosso comprometimento com a liberdade de opinião e de expressão em nosso país. Vamos também reafirmar nossas razões para rejeitar veementemente toda e qualquer forma de censura. Tenho certeza de que o debate que teremos hoje realizará plenamente essa esperança e tenho convicção de que ele ajudará a lançar luz sobre essas trevas, essas sombras em que a gente vive hoje, áreas perigosamente sombrias da atuação das plataformas, cujo impacto na esfera pública é cada vez maior e mais decisivo.

Muito obrigado a todos os presentes.

Quero dizer a quem está nos assistindo que pode mandar perguntas – já chegaram algumas aqui. Nós vamos ler todas aqui até o final e encaminhar para algum dos palestrantes, algum dos expositores, se puderem, responder.

Podemos começar, Alexandre, com você?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Alexandre, aqui eu já disse que você estava a caminho do Senado.

Eu gostaria de chamar dois alexandres. Eu vou ficar aqui ao lado de dois alexandres: Alexandre Pittoli, locutor e apresentador da Rádio e TV AuriVerde, e Alexandre Garcia, nosso tradicionalíssimo jornalista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os dois estão se cumprimentando aqui. Que coisa boa! Que honra! Bacana! Sejam muito bem-vindos ao Senado! Muito obrigado por atenderem ao nosso convite e pela presença de vocês.

É uma semana que a gente jamais imaginava. Alexandre Garcia, Alexandre Pittoli e você que nos assiste, nós jamais imaginávamos que... Esta audiência foi aprovada na semana passada. Então, a sincronicidade do universo, podemos dizer assim, é impressionante, porque a gente não imaginava que esse assunto ia ganhar uma proporção muito grande com a matéria da *Folha*, com o centro de combate à desinformação com o nosso dinheiro e com o que foi revelado, o que está dando uma repercussão gigantesca em todo o país e até fora do Brasil sobre abuso de autoridades, sobre algumas situações preocupantes de censura, de perseguição implacável a setores políticos e também a jornalistas do Brasil.

Repito que nós temos jornalistas com passaporte retido, nós temos jornalistas com contas bancárias bloqueadas no Brasil. Nós vamos ouvir um deles daqui a pouco, que é o Paulo Figueiredo. Nós temos jornalistas com rede social, que é instrumento de trabalho, derrubada por determinação de judicial. Este é o Brasil de hoje! E a verdade precisa ser entregue. Isso não é normal.

Eu quero agradecer ao Alexandre e começar com você, porque você teve a coragem de fazer um desabafo – eu estava assistindo – mostrando números. E eu gostaria que você tivesse à disposição 20 minutos, com a tolerância da Casa, para falar sobre essa questão de algoritmo, de possibilidade de estar tendo um foco na mídia independente ou de direita ou em conservadores.

E a gente sabe que pau que dá em chico dá em francisco, e nós estamos aqui para defender a democracia de todos. Se fossem canais voltados à esquerda, eu estaria aqui tomando essa medida, porque a liberdade de expressão é algo muito saudável, o ser humano é integral, e a gente fica preocupado com alguns dizendo que o Brasil ainda tem democracia e vendo isso.

Chamamos as plataformas – eu li, há pouco, antes de você chegar –, e algumas simplesmente disseram: "Não vamos aceitar, não iremos". Só isso, uma frase. Outras disseram que estavam com a agenda apertada, mas em outros momentos... Nós vamos insistir. As plataformas, as *big techs* se negaram a estar aqui hoje, mas nós vamos ouvir talvez as pessoas que estão sendo vítimas disso tudo, comunicadores e a imprensa.

Alexandre Pittoli, muito obrigado pela sua presença. Você tem 20 minutos, com a tolerância da Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE PITTOLI (Para expor.) – Senador, muito obrigado. Na pessoa do senhor, Eduardo Girão, agradeço por demais o convite.

É uma honra também estar ao lado de um mestre como Alexandre Garcia, certamente podendo levar o que nós estamos vivendo e sofrendo já há algum tempo para todo o Brasil.

A nossa história começa... E acho que é importante ressaltar, porque, pasmem os senhores, parece que o nome AuriVerde, que é o nome da emissora hoje, pode sugerir até uma provocação, diante do momento que estamos vivendo, por defender o verde-amarelo, mas foi uma graciosa coincidência, porque a rádio leva este nome de AuriVerde, porque foi inaugurada no dia 7 de setembro de 1956. O CNPJ Rádio AuriVerde de Bauru Ltda... E esse é o nome, que vem em função da data da sua inauguração. E, por uma feliz coincidência, depois que fomos expulsos – e essa é a palavra – da Rede Jovem Pan, no último dia 23 de outubro de 2023, nós voltamos com o nome AuriVerde.

Estivemos afiliados à Rede Jovem Pan por praticamente sete anos, desde 2017, e chegamos a um momento bastante especial da nossa jornada quando... No dia 22 de abril de 2022, o canal da Jovem Pan News Bauru tinha 33.287 inscritos naquele momento. Era uma sexta-feira, Senador, ponte do feriado de 21 de abril, e, no dia anterior, por volta das 6h da tarde, o Presidente Bolsonaro havia concedido a graça ao Deputado Daniel Silveira. Na ponte do feriado, 22 de abril de 2022, as pautas locais, porque nós tratávamos das questões locais e regionais por ser uma afiliada da Rede Jovem Pan, por ser uma ponte de feriado, foram caindo, pois, nas pautas locais, era o Vereador que viajou, era o secretário que não poderia mais falar... E eu acabei me prendendo à pauta nacional, à pauta Daniel Silveira e à graça do Presidente Bolsonaro quando, de repente, fui informado pela minha produção de que nós estávamos naquele momento, embora com os 33 mil inscritos do canal, com mais de três vezes a média da audiência para aquele horário. Eu entendi, então, que naquele dia o assunto era aquele. E, por mais uma vez feliz coincidência, tratamos desse assunto e convidei pessoas, Deputados, naquele momento, jornalistas, para discutir esse assunto da graça do Presidente Bolsonaro. E, então, o canal não parou mais de crescer. Isso foi no dia 22 de abril de 2022. Chegamos hoje, Senador, à marca de 1,858 milhão de inscritos em nosso canal, ou seja, dois anos e quatro meses depois, nós saímos de 33 mil para quase 2 milhões de inscritos em nosso canal.

Naquele momento, ainda afiliados à Rede Jovem Pan, nós tivemos que fazer uma manobra na programação para cumprimento do contrato, fazendo com que a programação local e regional fosse cumprida através da rádio, da concessão pública, em 97.5, para a região de Bauru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entretanto, no YouTube, já que aquela conversa, aquela maneira de comunicar havia emplacado, decidimos, então, fazer uma comunicação, uma programação paralela. Então, Bauru e região seguiram com a rádio, e o YouTube seguiu tratando das questões nacionais. Entretanto, nós estávamos ainda atrelados a uma rede que, naquele momento, tinha nitidamente um posicionamento... E, a partir do pleito de 2022, em função da publicação da matéria da *Folha de S.Paulo* de anteontem e de todos os desdobramentos, nós passamos a entender de fato o que aconteceu ali, com tudo o que aconteceu na Jovem Pan. E Alexandre Garcia é vítima daquele momento, entre outros, como Augusto Nunes, Guilherme Fiúza, Rodrigo Constantino, Paulo Figueiredo, todos esses que passaram por um momento em que a Jovem Pan decidiu – foi uma decisão da Jovem Pan – entregar esses profissionais numa espécie de acordo. A meu ver, fazendo parte da rede como eu fiz, sendo a principal emissora afiliada da rede – embora num mercado de 400 mil habitantes, a Jovem Pan News Bauru estava à frente de todas as demais afiliadas em número de inscritos e audiência –, nós também sofremos com isso. Em algum momento, aquela foice, que acabou fazendo com que muitos profissionais que fizeram a Jovem Pan naquele momento chegar aonde chegou... A mesma foice nos atingiu.

Fui pressionado, muito pressionado por conta do conteúdo que nós estávamos levando para o ar, em especial durante o pleito, durante a eleição de 2022, e fomos alertados, em especial na primeira semana de janeiro... Isso aconteceu no dia 5 de janeiro, antecedendo 8 de janeiro. Eu fui a São Paulo, fui a uma reunião na diretoria da Jovem Pan e fui alertado ali, entre outras coisas, de que eu seria preso. Essa foi a ameaça que recebi ali, dizendo – e quem me disse sabe o que disse – que eu seria preso.

Desde então, Alexandre, foram dois meses infernais, entretanto, sem possibilidade de retroceder na programação da rádio pela seriedade, pela forma como nós decidimos conduzir o trabalho. Não era ali que nós iríamos ceder a uma pressão. Entretanto, confesso que foi o momento mais difícil da nossa jornada.

Só que, antecedendo a esse 5 de janeiro, talvez em função do tamanho da emissora e encontrando no YouTube a sua principal fonte pagadora, no dia 23 de novembro de 2022, Senador, sem nenhum prévio aviso, sem nenhum aviso de que, em instantes, em alguns dias, em algumas semanas, seríamos desmonetizados, recebemos um *e-mail*, simplesmente um *e-mail*, dizendo, por parte do YouTube, que nós havíamos desrespeitado a política de privacidade da comunidade, termos realmente difíceis de compreender, e, naquele momento, fomos, então, a exemplo do que aconteceu com a própria Jovem Pan, por estarmos no guarda-chuva da Jovem Pan, no que eles chamam de Panflix, cortados também da monetização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para o senhor ter uma ideia, Senador, naquele momento, a monetização significava mais do que o dobro do faturamento da própria rádio, significava investimento, significava melhoria das condições de trabalho, do salário dos profissionais, significava também a expansão das nossas atividades. E nós não estávamos fazendo nada diferente do que simplesmente trabalhar como a gente sempre fez, nada diferente do que simplesmente apresentar o nosso programa, que é das 8h ao meio-dia, balizado, inclusive, por uma orientação da própria rede, em notícias publicadas em outros portais, para assegurar que nós não estávamos levando até a programação qualquer possibilidade de *fake news*.

E, só para o senhor entender, Senador, como isso se dá, nós temos um jornalista – hoje quem faz esse trabalho é o João Victor Teófilo – que procura em portais reconhecidos, *G1*, *UOL*, *Folha*, a própria *Jovem Pan*, *Oeste*, *Gazeta do Povo*; ele busca as notícias ali, e o que nós temos na sequência é o nosso comentário, é simplesmente a nossa opinião, justamente para a gente não gerar notícia e, então, naquele momento, sermos acusados de propagadores de *fake news*. Isso se dá até hoje, Senador, até para que tenhamos um resguardo, um respaldo e que nós, então, evitemos qualquer risco junto à plataforma.

Só que aquela desmonetização do dia 23 de novembro de 2022 seguiu até fevereiro deste ano! Nós ficamos 16 meses sem um centavo por parte da plataforma, oferecendo tudo que oferecíamos antes do ponto de vista da geração de conteúdo, de conteúdo ao vivo e sobrevivemos naquele momento... E nós não temos a mesma estrutura de gigantes como a própria Oeste; com mais de cem funcionários, a Oeste consegue gerar conteúdo de qualidade diariamente. A AuriVerde tem 12 funcionários. Nós somos 12. Nós somos 12! O que nós fazemos hoje, nós fazemos a partir de 12 funcionários, incluindo a D. Adelaide, do café, e a Roberta, da administração. Todos! Somos 12. Então, Senador, imagine o impacto nas nossas vidas, do ponto de vista de perder aquele rendimento, de perder a monetização que vinha honestamente, a partir do nosso trabalho. Nós vivemos 16 meses à base de doação da audiência. Nós vivemos 16 meses, por não ter nenhuma outra fonte para substituir o YouTube, pedindo Pix para que a audiência sustentasse os nossos trabalhos e prestando conta daquilo que a gente fazia a partir da doação da nossa audiência.

Em fevereiro próximo passado, já expulsos da Jovem Pan... A expulsão aconteceu no dia 23 de outubro do ano passado, 23 de outubro de 2023, e se deu a expulsão a partir de um aviso que recebi às 18h40 daquele 23 de outubro, uma segunda-feira, às 18h40, dizendo que eu havia rompido a ordem constitucional numa fala. Eu pedi que fosse informado, a partir do advogado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Jovem Pan, onde eu havia rompido a ordem constitucional e recebi um *link*, Senador, que jamais abriu. Eu pedi: onde está o trecho em que eu rompi a ordem constitucional? Eu recebi um trecho, mas jamais se abriu aquele arquivo, jamais se abriu aquele trecho. Eles diziam que por conta daquele motivo aconteceria um distrato, e, então, eu fui expulso da Rede Jovem Pan.

Senador, eu fui desligado da rede, perdemos o sinal da rede em uma hora e trinta minutos. Às 8h10 da noite, a Jovem Pan cruelmente desligou o sinal da Jovem Pan News Bauru em uma hora e quarenta. Tem um detalhe: existe um protocolo, uma determinação da Anatel dizendo que se a emissora ficar fora do ar por um determinado momento, a emissora poderia perder a sua concessão pública – se ficar fora do ar. Viramos a madrugada e às 8h da manhã do dia seguinte, voltamos com a Rádio AuriVerde de Bauru Ltda. Caí para cima ou caímos para cima, a rádio não parou mais de crescer.

Nesse pacote, chegaram, dentre eles, o mestre Alexandre Garcia, Constantino, Cristina Graeml, a *Revista Oeste* nos apoiando, todos unidos no momento, porque eu expus o que de fato aconteceu. Houve um descolamento ideológico do que a Jovem Pan pretendia com a sua programação e nós seguimos adiante.

Voltando às plataformas, eu acho que é importante ficar claro, Senador, que tudo o que nós entregamos todos os dias se dá da mesma forma, entretanto os números oscilam com uma radicalidade de uma forma tão abrupta que impressiona. E essa audiência se dá – o senhor ouviu o meu desabafo e eu agradeço o senhor pela audiência – porque nós acompanhamos, do dia 25 de abril ao dia 10 de junho... E nós mostramos esses dados, esses dados estão abertos, é por isso que ali contém inclusive dados envolvendo a Jovem Pan, a CNN e a AuriVerde... Nós caímos...

Para o senhor ter uma ideia, no dia 25 de abril, nós tínhamos 2,9 milhões de visualizações num único dia, na plataforma – 2,9 milhões de visualizações, com 4 horas de programação – com apenas 4 horas. A Jovem Pan estava com 1,8 milhão de visualizações com 24 horas de programação, e a CNN com 3,4 mil visualizações com 24 horas de programação, mostrando inclusive a força da AuriVerde nesse sentido. No dia 7 de maio, essa visualização caiu de 2,9 milhões para 660 mil visualizações, sem nenhuma explicação. O trabalho foi o mesmo, o canal foi o mesmo, como caiu de 2,9 milhões para 660 mil visualizações?

Não satisfeitos – poderiam estar aqui para explicar o que acontece, eu gostaria muito de entender –, no dia 10 de junho, ou seja, 45 dias depois, aproximadamente, nós chegamos à casa de 116 mil visualizações; o que era 2,9 milhões no dia 25 de abril caiu para 116 mil no dia 10 de junho. Não há explicação, a não ser o que corre nos bastidores. Por exemplo: "Você tratou de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enchente no Rio Grande do Sul?". Tratei, sim senhor; como não tratar de enchente no Rio Grande do Sul? Tínhamos imagens geradas por um jornalista do Rio Grande... É propagador de *fake news,* porque nós contestávamos ali as ações do Governo Federal e as ações do Exército Brasileiro no enfrentamento àquela situação e no salvamento dos brasileiros que ali estavam. Fomos acusados de propagar *fake news*, acreditem!

"Você ouviu os perseguidos do Twitter Files Brazil? Você ouviu o Allan dos Santos? Ouviu Paulo Figueiredo? Ouviu Oswaldo Eustáquio?" Ouvi. Ninguém se dispõe a ouvir, eu ouvi. "Esse é outro motivo pelo qual você também pode estar nessa situação."

Mas espera um pouquinho, quem escolhe me colocar nessa situação? Quem escolhe dizer que de 2,9 milhões caiu para 116 mil em função de uma entrevista que fiz? Quem tem que escolher essa queda de 2,9 milhões para 116 mil é a minha audiência e não a plataforma! Quem tem que escolher se eu não mereço o prestígio da audiência é quem me assiste e não a plataforma. Essa é a situação!

E aí o mais grave: eu fui informado de que em função de uma notícia tratada por todos os portais, inclusive nessa condição de ler a notícia e trazer o comentário na sequência... Nós buscamos como fonte a CNN Brasil a informação sobre a vacina de covid-19 produzida pela AstraZeneca, nós trouxemos a informação de que o próprio laboratório havia suspendido o uso do inoculante em países como a Inglaterra, o Reino Unido, já sofrendo com as consequências daquele inoculante. Eu simplesmente trouxe a notícia. Em função da notícia que nós trouxemos, nós também perdemos, segundo eles, essa quantidade de audiência.

Agora eu queria e volto a esse ponto. Quem tem que decidir é a audiência. Quem tem que decidir se não vai me assistir mais é quem me assiste e não a plataforma que tem que entregar o conteúdo. Não é a plataforma que tem que decidir. Entretanto, Senador, eu gostaria muito de tê-los aqui, só que eles sabem que esse enfrentamento traria a verdade. E qual é a verdade que nós buscamos? Nós somos monetizados por uma métrica que não fecha. Eu desafio qualquer um a encontrar qual é o resultado dessa equação, como a gente chega ao resultado da equação – visualização, *like*, compartilhamento, inscrição, tempo de exposição, tempo de exibição? Eu desafio qualquer um a me dizer como eu chego a um resultado final lá na ponta? Quanto custa ou quanto recebo, monetizado, por x minutos no YouTube, por x inscritos, por x *likes*? Ninguém sabe dizer. Essa conta cabe à plataforma. E aceite se quiser. Aceite se quiser!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que qual é o ponto, Senador? Isso me intriga. E é aí que eu gostaria muito de ouvir as plataformas, que simplesmente não aceitaram estar aqui. Será que de fato o meu conteúdo hoje não é entregue ou é mais uma vez o caminho que encontraram para sufocar financeiramente o nosso canal, a exemplo de outros? Será que mais uma vez quem sai de 2,9 milhões de visualizações no dia 25 de abril e chega a 116 mil no dia 10 de junho... Nós fomos remunerados a partir desse dado. Eles encontram um caminho para dizer: "Olha, 116 mil visualizações dão igual a tantos reais no final do mês". Você pode imaginar como uma empresa sobrevive com uma queda do faturamento desse montante, dessa magnitude? E é assim que a plataforma tem tratado esses conteúdos de direita.

Nós temos inclusive outros dados que estão à disposição, até enviei para a assessoria do senhor, Senador. Por exemplo, no mês de dezembro de 2022, nós tínhamos 49 milhões de visualizações num determinado momento, num recorte de data; no mesmo mês de dezembro de 2023, 9 milhões – 9 milhões. O que justifica a queda de 40 milhões de visualizações, sendo que o canal cresce em número de inscritos, o conteúdo é gerado da mesma forma, com a mesma velocidade, com o mesmo compromisso, com a mesma frequência?

Então, nós nos assustamos e trouxemos para o ar. E aí, graças à audiência do senhor, Senador, estamos aqui discutindo isso, porque isso não ataca e não fere simplesmente a Rádio AuriVerde de Bauru Ltda., hoje a AuriVerde Brasil, no YouTube, isso fere outros produtores de conteúdo, jornalistas sérios, de que muito provavelmente as plataformas, seguindo a orientação... Pelo menos é o que mostra a *Folha de S.Paulo*, em sua reportagem publicada anteontem e ontem na extensão, tratando em especial da *Revista Oeste*... E não tenho procuração da *Revista Oeste* aqui, mas a partir do momento em que o juiz auxiliar pede para que o perito use da sua criatividade para censurar, para penalizar, para punir um canal responsável, porque simplesmente faz jornalismo, nós precisamos lutar contra isso; as plataformas devem explicações. Não é porque nós ali estamos, ali prosperamos... Agora estamos sufocados novamente. Recuperamos parte dessa audiência nos últimos tempos, mas longe do que tínhamos, muito longe do que tínhamos. Eu queria entender quem é que determina.

Senador, eu gostaria muito de desafiar também as plataformas através de uma ferramenta chamada NetFlow. Essa ferramenta está à disposição de todos para medir o tráfego da nossa audiência de fato, para eu entender: quando a minha audiência caiu de 2,9 milhões por dia para 116 mil, se de fato isso aconteceu para justificar um sufocamento financeiro ou se de fato o meu conteúdo deixou de interessar para a minha audiência. Se deixou de interessar para minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência, não há mais o que fazer, eu perdi. Agora, se a plataforma estiver disposta em entender que de fato nós estamos hoje fazendo o mesmo trabalho que fazíamos há dois anos, penalizados numa audiência que cai, num faturamento que cai, e ela estiver disposta a me mostrar que de fato é a audiência que me rejeita, ou que é em função da monetização que viria, em função do sucesso que temos, e esse crescimento incomoda quem está no poder, esse crescimento incomoda quem aí está, se de fato eles aceitarem esse desafio, para a gente mostrar o que acontece no Brasil hoje, eu me dou por satisfeito, a partir do que a gente veio fazer aqui.

Nós precisamos entender. A comunicação... Nós temos essa condição na comunicação de informar, a audiência tem a condição de escolher o que busca como informação. Nós não estamos propagando *fake news*, nós estamos fazendo um trabalho. Não temos um centavo do Governo Federal na rádio, nenhum centavo, nem procurados somos pela Secom para qualquer tipo de anúncio, agenciamento, em hipótese alguma, não há nenhuma relação com o Governo Federal. O que nós temos hoje é um trabalho sério, entretanto, um trabalho que depende dessa monetização para a sua sobrevivência, e se isso não acontecer, novamente nós vamos buscar junto à nossa audiência o caminho para isso.

Senador, eu agradeço a oportunidade que o senhor nos deu de contar a verdade para o Brasil, a partir de números que estão aí à disposição de todos, números que estão aí para serem confrontados e as plataformas que decidiram aqui não estar deveriam, sim, se manifestar e mostrar a verdade. Entretanto, quem é que propaga a *fake news* aqui?

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Alexandre Pittoli, locutor e apresentador da Rádio e TV AuriVerde.

Vou passar a palavra imediatamente aqui para o Senador Esperidião Amin. Inclusive, Senador, quando o nosso querido Alexandre Pittoli estava falando de outros veículos, outros produtores de conteúdo, eu imaginei a rádio lá do Saul e da Faby, para a qual eu dei inclusive entrevista hoje, lá de Balneário Camboriú. Falei no seu nome.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É. Eles são de Balneário Camboriú.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É. Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Da matriz.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Da matriz. Exatamente.

Vou passar a palavra imediatamente ao senhor e obrigado por participar dessa audiência.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Primeiro, eu quero cumprimentá-lo pela sua missão, o senhor tem espírito de missão, isso me agrada muito.

Hoje pela manhã, eu disse algumas das suas expressões aqui... Meu querido amigo Alexandre Garcia, prezado Alexandre Pittoli, hoje de manhã, eu dei uma entrevista para o Lasier Martins, você vê que coisa fantástica, eu que sou admirador dele de longa data, fomos colegas, amigos aqui. Dei uma entrevista para ele e repeti alguns dos jargões ou de raciocínios do meu amigo Girão.

Ao senhor, eu queria fazer uma pergunta: quem é o regulador desse juízo ou dessa conduta da plataforma? Quem é o regulador disso? É o Ministério Público? O senhor gostaria de obter aqui, através do diálogo, um esclarecimento de por que eles avaliam?

Eu vou interromper para pedir uma salva de palmas para o aniversariante de hoje. (*Palmas.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Ah! Muito obrigado, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Gostou? Selva! Selva!

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone.*) – Selva! Só não faça aqueles 150 polichinelos!

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Não, está tranquilo. Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A gauchada tem forma diferente de se cumprimentar.

Eu estava dizendo que dei uma entrevista hoje pela manhã, para o nosso amigo Lasier Martins.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Poxa, é excelente o seu programa!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E relembrei que o que nos falta é o projeto dele, Projeto de Resolução nº 11, um número muito bonito para mim, que torna a admissibilidade de um pedido de *impeachment* não uma decisão monocrática do Presidente do Senado e sim do Plenário. Esse é um projeto de resolução. E rememoramos que na virada de ano de 2020 para 2021, o Senador Davi Alcolumbre arquivou 32 pedidos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E está parado na CCJ esse PRS. Está parado na CCJ.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Aquele da Comissão está lá. Mas até rememorei esses embaraços que nós mesmos criamos.

Mas eu queria voltar ao assunto bem limitado. Não preciso dizer da alegria que eu tenho em abraçar o meu amigo Alexandre Garcia, que assistiu a uma cena e não tinha televisão na mão, não tinha à mão uma forma de filmar, quando eu tive um conflito de solução muito demorada com o arroz de pequi. Alguém já mastigou um pequi aqui? Sabe o que é ficar...

O SR. ALEXANDRE GARCIA (*Fora do microfone*.) – Mordeu o pequi.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mordi o pequi... E segundo o José Serra, ele disse: "Como é que cabe ainda tanta farpa nessa língua?". (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Foi a frase mais inteligente do Serra até hoje, do ponto de vista do bom humor, porque ele é o mais preparado que eu conheci. Ele disse: "Mas ainda cabe farpa?". (*Risos.*)

Então, eu queria cumprimentá-lo com muita alegria, num momento grave, mas a gente não pode perder o humor, e lhe dizer que o senhor trouxe aqui um assunto particular que envolve a *Oeste*, que envolve a sua vivência, mas é realmente...

Se não houver um regulador autônomo, confiável, as plataformas atribuirão mais ou menos números, sem uma fiscalização, sem uma auditoria... Tudo tem que ser auditado numa democracia, tem que ter peso, contrapeso, não existe dogma, tudo tem que ter alguma forma de certificação, desde o voto até a aferição de audiência e a aferição não só nos meios convencionais, que o Ibope durante muito tempo preencheu e foi questionado. Tudo tem que ter um contraponto, digamos assim, e esta pergunta é bem objetiva: quem controla o aferidor?

O SR. ALEXANDRE PITTOLI – A própria plataforma, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado pela questão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso aí ninguém controla.

O SR. ALEXANDRE PITTOLI – Não, não há um hidrômetro.

Não há um impostômetro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, veja bem, faz parte da regra do jogo que quem faz não fiscaliza. Às vezes, até a Justiça se equivoca e quem investiga decide, mas um dia vai ter um cobro disso – vai haver um cobro, mas nós estamos querendo restringir o assunto ao seu relato.

Aqui, nesta Comissão que trata de direito digital, nós temos essa responsabilidade de propor uma forma de auditoria pública, confiável, pode ser até privada também, não tem problema, desde que haja competição, não pode haver monopólio.

Se quiser fazer uma auditoria, eu quero criar um instituto de auditoria, pode fazer um Ibope. O Serasa, ou seja, o Serasa é privado. Nós visitamos na semana passada nos Estados Unidos uma agência nacional que hoje tem grande vinculação e dialoga muito com o setor público, internacional até, chama-se NCFTA, mas é privada para fazer uma comunhão de informação sobre ataque cibernético.

Se a sua empresa for atacada, além da CISA que eles têm, que é a agência estatal, eles socializam o que aconteceu, qual foi a liturgia, o protocolo de defesa, quais foram os danos, qual foi o ataque, que tipo de ataque houve, se foi *phishing*, se foi outro *crowd* qualquer. Então, tem que haver uma... Como este meio de informação e de comunicação hoje está consagrado, tem que haver alguma regulação para aferir o *ranking*, ou seja, para fazer um *ranking* de audiência.

Pode colocar outros indicadores, são vários indicadores, mas o de audiência é o primário. Se são 660 mil seguidores, ou se são 2,9 milhões, que era o primeiro número, isso tem que ter alguém que audite, senão eu posso fazer ao meu talante para te desmoralizar e para prestigiar outro.

Então, eu acho que, no final das contas, nós precisamos de uma sugestão, para quem sabe transformar em um projeto de lei.

Era só essa a minha intervenção, além de reiterar aqui os meus cumprimentos muito afetuosos ao Alexandre Garcia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE PITTOLI – Obrigado, Senador.

Senador, tem uma outra questão. Obrigado pela questão do senhor...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É complexo.

O SR. ALEXANDRE PITTOLI – Sim, e tem algo que acho que complementa, com relação à aferição desses dados: se é tratado como um meio de comunicação, quem é que determina o que pode ser dito ou não para incluir um canal no que eles chamam de *shadowban*, ou *blacklist*?

Por exemplo, eu trouxe aqui uma relação do que eles determinam que não pode ser dito. O primeiro termo que não pode ser dito...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE PITTOLI – YouTube, perdão. Ditador da toga: se eu usar esse termo, se o algoritmo entender que eu usei esse termo "ditador da toga", eu sou incluído em uma *blacklist*.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Isso é censura prévia.

O SR. ALEXANDRE PITTOLI – Isso é censura. Só que quem determina é a plataforma, dizendo que, a partir desse termo utilizado, o meu conteúdo é um conteúdo nocivo, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ela tem um código de posturas, então.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas ela segue o... (*Fora do microfone.*)

Perdão, ela determina isso...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou só.. eu só queria dizer aos senhores...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... porque ela foi de...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... que eu recebi um telefonema me chamando para a Comissão de Relações Exteriores, e eu sou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desculpe, Senador Amin.

Só uma pergunta: ela estabelece isso porque ela foi notificada, primeiro, pelo STF, ou não sabe, ou é só uma possibilidade?

O SR. ALEXANDRE PITTOLI – A emissora ou o canal do YouTube é comunicado desses termos que não podem ser utilizados; agora, quem determinou isso para o YouTube nós não temos.

Por exemplo, nós não podemos falar especificamente o nome da droga. Nós tivemos agora a questão envolvendo o Supremo Tribunal Federal e a descriminalização do porte da maconha; a gente não pode usar o termo "maconha", ...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE PITTOLI – ... a gente não pode – da droga –, não pode usar em hipótese alguma.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – *Cannabis* pode? (*Risos.*)

O SR. ALEXANDRE PITTOLI – Nós temos uma discussão sobre a *Cannabis* medicinal e nós temos problemas com o conteúdo de orientação e de informação, quebrando paradigmas com relação ao medicamento – a *Canna*bis medicinal –, e nós não podemos tratar, temos problemas.

Por exemplo, nós não podemos citar, em tempos de conflito em Israel, o nome da organização terrorista Hamas. Você tem que chamá-la de organização terrorista, Hamas você não pode citar, mas como é que a gente pode dar uma notícia, de fato, se a gente não pode tratar de quem...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E aí... rapidamente, Pittoli, é muito interessante o que você está falando.

Aqui está sendo tirado o véu, está sendo mostrado, porque eu quando, muitas vezes, escrevo texto no Instagram – você vê –, fico fazendo malabarismo de certas palavras...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Inúmeras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... inúmeras, falar de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É, porque certas palavras... aí vem a inteligência artificial...

Eu quero registrar a presença do Senador André Amaral; Senador, aniversariante do dia, General Hamilton Mourão; Senador Portinho, aqui; Senador Izalci; Senador Flávio Bolsonaro.

Nós estamos agora com uma ótima audiência aqui nos canais – foi informado –, mas nós estamos aqui trazendo as entranhas, porque olha a que ponto nós chegamos: ficar fazendo cifragem. Cifragem, porque trava, se você não coloca certas... aborto, por exemplo: se você não coloca um "4", ou um asterisco no "o", ele trava. Então, isso está travando por quê? Quem é que fala isso? Geralmente... A gente tem que entender o que é que está por trás disso.

Eu dei uma entrevista no Direto ao Ponto, lá da Jovem Pan, dois anos atrás... Você sabe o que aconteceu? Deram-me uma semana de penalização, o YouTube me deu, eu não podia publicar nada durante uma semana, e eu fui responder a uma pergunta de um entrevistador no Direto ao Ponto. São vários jornalistas lá. Eu fui...

E olha que loucura! Eu, como Parlamentar, para responder a essa pergunta, já sabendo o que o Brasil está vivendo, eu dei uma volta para não falar certas palavras, o que o jornalista perguntou. Olha a intimidação do pensamento! Você tem que pensar no que vai falar. E sabe o que aconteceu? Recebi a punição... Sabe o que aconteceu? Tiraram o Direto ao Ponto do ar, uma hora e tanto de programa. Tiraram, o YouTube tirou do canal.

Então, você vê como é que está acontecendo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Girão, aí é um testemunho, porque aconteceu comigo. Eu fui dar uma entrevista no meu gabinete durante o período eleitoral, e a jornalista, antes de fazer a entrevista, de uma determinada emissora, falou: "Olha só, eu só peço, por favor, você não pode falar isso, aquilo, aquilo acolá, aquilo...". Eu falei: "Gente...". Antes de começar a entrevista, ela nem quis me participar qual era o tema. Ela só disse que eu não poderia falar isso, aquilo e aquilo acolá. Realmente, a que ponto chegamos na democracia relativa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E o interessante é que uma proposta dessa de audiência pública, o que o Senador Esperidião Amin acabou de falar, é nosso dever, nossa responsabilidade, a partir do que a gente vai ouvir aqui...

Infelizmente, a Meta não veio, o YouTube não veio, o TikTok não veio. Mas nós podemos trabalhar com as nossas assessorias ouvindo sugestões da sociedade, e esta é a Comissão que pode fazer um projeto nesse sentido de transparência – de transparência. O Senador Esperidião Amin foi feliz: uma auditoria pública, seja privada, com concorrência, mas para que a gente não possa ter dois pesos e duas medidas, porque parece que assuntos de conservador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – "Ditadura da toga", falou aqui. Primeiro item: "ditadura da toga". Que loucura é essa que você não pode falar um negócio desse, e trava. E sabe o que acontece? Inteligência artificial. A inteligência artificial detecta esse nome no texto, na fala, tanto é que tem muita gente que fica cifrando o áudio, fica dando uma picotada no áudio para não entender a inteligência artificial, porque, senão, teu vídeo não é entregue. Teu vídeo não é entregue.

Então, continua, Pittoli. Está muito interessante.

O SR. ALEXANDRE PITTOLI – Só nessa relação, Senador, ainda, por exemplo, pode falar "arma", mas não pode falar "fuzil". Por exemplo, "utilizou um fuzil". Não pode usar "fuzil". A gente não pode citar o nome ou a sigla de organizações criminosas. Se eu for dar uma notícia que envolva o PCC, como, por exemplo, do Governo do Estado de São Paulo enfrentando o PCC. Se eu citar o PCC, eu sou penalizado. Eu tenho que chamar simplesmente de organização criminosa.

Nós estamos vivendo... Por exemplo, tivemos uma declaração tratando de nazismo. É tema absolutamente proibido, não se pode tratar. Tem que se referir à ideologia que dominou a Alemanha nas décadas de 30 e 40. Mas como é que eu comunico para quem me ouve que a ideologia que dominou a Alemanha nos anos 30 e 40 é o nazismo? Como é que eu vou traduzir isso para uma audiência se a gente quer, de fato, informar?

A gente tem... Bom, o nome de Hitler é impossível, não é? Eles pedem para a gente não disseminar ódio. Mas qual é a medida? Qual é a dose? O que é ódio? O que eles querem que a gente entenda como ódio? Uma opinião um pouco mais contundente é ódio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentre outros, nós temos, por exemplo que, se tem orientação, com relação a autoridades locais ou organização mundial de saúde, a gente não pode sequer criticar. Não pode haver nenhuma crítica com relação às determinações da OMS. Mas como não pode haver? São supremos nesse sentido?

Então, nós temos sempre que andar no fio da navalha, tentando fazer com que a mensagem cifrada chegue e seja compreendida, que é o mais difícil, porque, a partir do momento em que você começa a cifrar, você tem que começar a fazer mímica junto, você tem que começar a comunicar de uma outra forma. Você entendeu? Quer dizer, é um negócio inimaginável! É um comunicar para o qual a gente não foi formado. A gente está sendo forjado para isso, porque eles estão escolhendo o que a gente pode ou não pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Exatamente.

Eu vou passar a palavra aqui, porque está pedindo já há algum tempo... Depois a gente segue com o Alexandre Garcia, que é o segundo expositor. Mas o Senador Astronauta Marcos Pontes está aqui *online*, e eu vou passar a palavra.

E essa mímica que está sendo colocada aqui pelo Alexandre Pittoli, Senador Marcos Pontes, em certas palavras, a gente vê comunicadores, em vez de "Hamas", falando "jamais". É incrível! Em vez de "Hezbollah", falam "bem bolado". E ficam fazendo mímica. Você entendeu, não é? É isso que você falou. Já não basta esse negócio de linguagem neutra, essas invenções, ainda vão querer colocar esse tipo de coisa.

Então, é uma confusão desnecessária.

Senador Marcos Pontes, com a palavra.

Muito obrigado pela sua presença.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Um abraço ao Pittoli, meu conterrâneo. Um abraço ao Alexandre Garcia e a todos aqueles que nos acompanham...

Girão, parabéns pela audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar todos os Senadores que estão aí presencialmente. Gostaria de estar presente também. Estou aguardando aqui para entrar numa reunião, neste momento, fora do Senado, mas fiz questão de participar, primeiro, para colocar um ponto aqui. Vou dar um exemplo da minha própria experiência.

Em uma das minhas redes sociais, eu tinha, em 2018, antes de entrar como Ministro, 1,4 milhão de seguidores. Depois de quatro anos de Ministro, mais este tempo aqui no Senado – lembrando que, para ser eleito ao Senado, foram quase 11 milhões de votos, e estou dando números para que o pessoal use o raciocínio para fazer as contas... Então, eu tinha 1,4 milhão, em 2018, e, em 2022, quase 11 milhões de votos. E, agora, em 2024, eu tenho 1,5 milhão de votos. Ou seja, eu publico, normalmente, todos os fatos que acontecem, várias informações importantes, e não há um aumento. Ou seja, tem um teto, aparentemente, que não pode ser ultrapassado.

Explicação por algoritmo, por outras razões etc., são todas viáveis – viáveis para explicar, mas não justificam. E o que eu quero dizer com isso? Ouvi atentamente todas as apresentações, as explicações que o Pittoli falou, e eu acompanho isso, passando tempo na minha cidade, a cidade de Bauru, na AuriVerde, que era Jovem Pan antes.

O que está por trás de tudo isso aí é o medo. Esse é o pior problema que existe, o medo, que está por trás, está na raiz de tudo isso que está acontecendo. É o medo de as pessoas se expressarem, medo de as pessoas emitirem opinião; é o medo de as empresas que fazem a divulgação serem culpadas – isso está previsto, inclusive, no projeto de lei das *fake news –;* é o medo que se impõe através de uma ditadura disfarçada de democracia. Esse é um problema sério que a gente vive aqui hoje.

Se se pensar em uma democracia, um dos pilares da democracia é justamente a liberdade: liberdade de religião; liberdade de imprensa, que a gente vê que já está sendo eliminada; liberdade de opinião das pessoas; liberdade de manifestação; e todas as outras liberdades que fazem parte do que a gente precisa ter em uma democracia, que é o poder do povo.

É bom lembrar que a gente tem, em Brasília, aqui, os três Poderes e, na Praça dos Três Poderes, uma bandeira colocada em um mastro gigantesco que está propositalmente acima dos três Poderes, porque é uma democracia. A população precisa ser aquela que está acima dos três Poderes. Todas as pessoas que estão nesses três Poderes são passageiras, são temporárias, e precisam ser mesmo pela conjuntura da vida. Ninguém vive para sempre e ninguém é perene em nada do que se faz, e todas as pessoas são falhas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a pergunta que se faz – eu ouvi de passagem esse pensamento –: quem é o dono da verdade? Quem julga o que é verdade e o que não é? O que é opinião? Qual a diferença entre opinião e *fake news*? Qual a diferença entre algo que a pessoa fala por ignorância, por exemplo, e *fake news*? Tem que se tomar um cuidado extremo para colocar qualquer tipo de medida ou qualquer tipo de autoridade na mão de qualquer pessoa para decidir esse tipo de coisa. Isso não funciona assim, não pode funcionar assim.

Então, nós temos na nossa mão, como legisladores, um desafio gigantesco para colocar a rédea nesse negócio e não deixar que a liberdade das pessoas seja usurpada pela vontade, pela narrativa ou pelo poder temporário e passageiro de uma ideologia ou de outra, de um partido ou de outro, de um poder ou de outro. Então, isso é uma das nossas responsabilidades perante a população do Brasil, não só agora, mas para o futuro, porque a liberdade é difícil de se conseguir, muito fácil de se perder e muito mais difícil de se recuperar.

Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado pela oportunidade.

Contem conosco, Pittoli e todos aqueles que defendem a liberdade, inclusive as empresas que fazem a divulgação, as *big techs* – vamos chamar assim –, porque elas também estão sendo pressionadas. Elas precisam ter o senso de liberdade e perder, como todos nós, o medo de se expressar. E, se este é um país livre, ele tem que ser livre para todos.

Um abraço.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, meu querido Senador Astronauta Marcos Pontes.

Olhem, não param de chegar perguntas da população brasileira, que está nos assistindo aqui – depois, eu vou passar no final –, de todo o país. De todo o país estão chegando essas perguntas.

Eu recebi o pedido para falar tanto do Senador André Amaral, como do Senador Carlos Portinho. Eu não sei se vocês gostariam de falar agora ou se a gente poderia ouvir o Alexandre Garcia. Se puder, se quiser falar, a gente abre a palavra.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Eu vou ser breve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só registrando a presença da Senadora Rosana Martinelli, que está aqui presente conosco.

Muito obrigado.

Então, Senador André Amaral.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para interpelar.) – Senador Eduardo Girão, a autoridade maior da solenidade fala por último, e o Alexandre Garcia, esse mito da comunicação brasileira, esse formador de opinião, pela sua seriedade, pela sua dedicação, pelo seu compromisso com o bem comum, muito me deixa feliz e a esta Casa com a sua presença, bem como com a do Alexandre Pittoli.

Senador Eduardo Girão, nós estamos discutindo, daqui a pouco vamos ter um regulamento aqui no Senado das palavras politicamente corretas que deveremos falar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Dicionário.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Dicionário, não é? E há uma experiência pioneira na China, lá no tribunal digital de Hangzhou, que é o tribunal que julga, na mesma velocidade do crime cometido, os processos de quem se sentiu ofendido. Inclusive os grandes gestores dos grandes veículos de comunicação, no caso o YouTube, todos esses que cometem essas cláusulas de barreira, podemos dizer, essa proibição, a gente tem que ser politicamente correto – não é, Senador Bolsonaro? –, a gente tem que se monitorar até nas palavras... Por que não criar, e o nascedouro disso não pode ser do Legislativo, e sim do Judiciário, o Senado fazer uma propositura, o Congresso, para que seja criado, a exemplo da China, do tribunal digital lá na China, e que seja feito aqui no Brasil. Eu acho que inclusive melhorariam muitas as relações. Não podemos permitir essa mordaça, essa coisa policialesca que estamos vivendo, num país democrático, num país que viveu momentos não tão saudáveis, e hoje estamos tendo esse retrocesso. Não podemos permitir isso.

Esse debate é muito enriquecedor e eu me sinto muito honrado. Primeiro, esses dois grandes líderes de comunicação, essas duas figuras notáveis, estarem aqui contribuindo com a República. Então, eu pediria que fosse levada essa propositura e conhecer *in loco* o tribunal digital, lá na China, para que pudesse ser aplicado aqui no Brasil, na mesma velocidade. Não adianta entrar com o processo, a Justiça tem 80 milhões de processos e fica lá mais um processo. Esse tribunal específico para julgar os crimes cometidos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... dentro do Poder Judiciário, competência do Poder Judiciário. Vamos pedir ao Judiciário que faça essa propositura e aqui viria para o Congresso, para que ele pudesse aprovar. O nascedouro, para não ter vício no seu nascimento, teria que vir do Judiciário, e mostrar ao Judiciário que isso é harmônico para os Poderes, isso é importante para a sociedade e tirando essas regras que são desnecessárias. Cada um é responsável pelos seus atos e pelas suas falas. Esse é o nosso entendimento.

E eu peço ao Senador Girão que leve à Presidência da Casa, para que a gente possa dialogar, para que a gente possa ir ao STJ, ao Supremo e que se faça uma audiência pública para que possa ser de maneira muito lúcida, desapaixonada, que trate de uma matéria tão delicada que nós estamos vivenciando. É muito mais delicado do que se possa imaginar.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador André Amaral, da Paraíba.

A audiência pública é justamente para isso, para a gente ouvir os pensamentos, anotar sugestões, mas eu acho que daqui a gente tem um dever moral de sequenciar, porque a gente percebe cada vez mais reclamação com relação a uma perseguição implacável, podemos dizer assim, de setores, especialmente conservadores de direita independentes.

Mas passo a palavra ao Senador Portinho, do Rio de Janeiro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Pessoalmente, eu entendo que já temos tribunais demais e já temos juízes que concentram em si poderes demais. E esses juízes são os que julgam em tempo real, só que eles produzem provas, julgam, abusam do exercício de seu poder e isso é muito perigoso.

Hoje já tem, na legislação, que quem se sentir ofendido vai ao Judiciário. Deveria ser assim, o devido processo legal. É o que nós vemos que acontece no STF, mas qualquer cidadão poderia ir, se se sentir lesado, ofendido, à Justiça.

Os processos demoram na reparação, mas há a liminar para suspender se houver algum abuso, alguma agressão, alguma ameaça; há instrumentos no processo judicial brasileiro que permitem uma resposta rápida. Não tão rápida, sem direito de defesa, como a gente tem visto no STF e suprimindo, inclusive, o juiz natural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que eu queria manifestar, Girão, e deixar claro para quem nos assiste é que na Constituição Federal, além dos direitos fundamentais em que se preserva a liberdade de expressão, que vem lá da carta dos direitos humanos inclusive, liberdade de expressão, de pensamento, o art. 220, da Constituição, é muito claro para quem nos ouve:

> A manifestação do pensamento, a criação, a expressão [a expressão, você não pode censurar qualquer forma de expressão] e a informação, sob qualquer forma [é o que diz o art. 220, qualquer forma, qualquer meio, se é digital, se é o tradicional, se é o analógico, sob qualquer forma], processo ou veículo [então, qualquer meio] não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição [que são os casos de abuso que já têm tribunais suficientes para julgar, que devem respeitar o devido processo legal].

Então, quero deixar claro para quem nos ouve, inclusive, que a expressão é livre, por qualquer meio, se é pela televisão, se é por carta de papel, se é por jornal impresso, se é por rede social. Você vê que o Constituinte estava lá na frente, ele falou qualquer meio, qualquer veículo, ela é livre, não pode haver essas restrições de algoritmo.

Na verdade, aquele que ofender o outro, agredir, ameaçar, extrapolar o seu direito, que termina quando começa o do outro, tem os meios do devido processo legal. Isso é numa democracia e a gente tem que recuperar a normalidade democrática, como diz o nosso querido Senador Rogerio Marinho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Senador Carlos Portinho.

Passo imediatamente a palavra para o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Presidente, bom dia a todos.

Parece que aqui o tema da audiência é Alexandre: Alexandre Pittoli, Alexandre Garcia. (*Risos.*)

Vou parar por aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas não vou parar por aí, não, porque acho que a gente está num momento em que não podemos mais ter essa preocupação. Todos nós aqui, Parlamentares, esse é um sintoma da falta de democracia hoje, Senador Girão, parabenizo-o pela iniciativa, é a de Parlamentar ter que medir palavras quando sobe à tribuna.

Eu sempre fui de um perfil conciliador, de tentar construir pontes. Tentei por várias vezes, enquanto o Presidente Bolsonaro na Presidência, distensionar atritos que eu achava até desnecessários por falta de comunicação, mas eu percebi que não adiantava; não adiantava, porque já havia uma predeterminação de atacar o Presidente Bolsonaro.

Vocês vão se lembrar de que aqui no Brasil, pelo menos, Senadora Rosana, essa grande empreitada por censura em redes sociais ou em aplicativos de comunicação começa quando um Deputado do baixo clero, que ninguém acreditava que chegaria à Presidência da República, se elegeu por causa da comunicação de WhatsApp, porque, se dependesse da grande mídia, ele iria ser o torturador, racista, homofóbico. Tudo de ruim atribuíam a ele; *fake news* reais, indiscutíveis, mas que, quando era contra Bolsonaro, podia.

Vocês vão se lembrar de que começou com o WhatsApp. Determinações judiciais proibindo que se houvesse o encaminhamento de um vídeo ou de um texto para vários grupos de uma vez só. Hoje, se você tentar encaminhar alguma coisa pelo WhatsApp, você pode mandar para uma pessoa ou para três, no máximo, se não me engano. O que é isso? É a tentativa de reduzir a propagação da opinião das pessoas, que, para eles, rotula-se de *fake news*, inventa-se que é crime e tenta se punir com prisão, com multa, cassação de passaporte e por aí vai, tirando o direito de alimento das pessoas.

Começou lá de trás. Eu lembro que o meu WhatsApp aqui era um negócio de louco, Girão. Não conseguia... Eu recebia tanta... Incluíam-me em tantos grupos, eu recebia tantas mensagens, porque ficavam repassando, que, toda manhã e toda tarde, eu tive que limpar completamente o meu WhatsApp. Hoje em dia isso não acontece, mas as redes sociais estão aí para servir de mais uma fonte de consulta, para que as pessoas formem o seu juízo de valor.

O que a gente vê hoje... Preocupa-me muito a postura das próprias *big techs*, seja lá por qual objetivo. O nosso objetivo aqui, dos Parlamentares de centro-direita, é garantir a liberdade de expressão. O deles pode ser isso, pode ser o lucro, pode ser o que for, mas o fato é que hoje eles são perseguidos por regimes ditatoriais, que são regimes de esquerda e centro-esquerda, e, ainda assim, promovem perseguições e redução de alcance de postagens de Parlamentares de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

centro-direita, que em tese estão aqui defendendo – mais uma vez, do nosso ponto de vista – a liberdade de opinião, a liberdade de expressão, a não persecução injusta desses meios de comunicação.

Quer dizer, nós estamos sendo punidos por aqueles que direta ou indiretamente nós próprios estamos defendendo. Às vezes dá vontade de falar assim: quer saber? Passe esse projeto aí para essas *big techs* aprenderem a não participarem do jogo absurdo, ditatorial da extrema-esquerda, nos fazendo de vítima.

A gente está aqui defendendo a liberdade. Mais uma vez, direta ou indiretamente interessa a eles a nossa postura. Seja por qual objetivo, por qual fim, nós estamos aqui por esse fim – não sei se é exatamente o deles –, mas era para eles fazerem o contrário, como a rede X está fazendo: enfrentar, porque ninguém aguenta mais perseguição.

O que a reportagem da *Folha de S.Paulo* mostra é um ditador Alexandre de Moraes. Não dá para admitir mais isso!

Eu sou advogado, Alexandre Garcia, e eu fico pensando assim: que vergonha! Todos que são do mundo jurídico já sabiam o que estava acontecendo; mas, quando vem a matéria da *Folha de S.Paulo*... Vamos considerar que é verdade, não tem por que nós não acreditamos nisso, afinal, pelo que tudo indica, a fonte é um ex-assessor direto, de confiança, do Ministro Alexandre de Moraes, que foi esculachado por ele por um problema pessoal, e aí vêm à tona as mensagens de alguém indignado. Até ontem prestava, estava aqui defendendo a democracia, cumprindo as ordens de Alexandre de Moraes; aí acontece um problema em casa, e "não presta mais, você é um lixo, você é um fascista, você tem que ser preso".

O que se passa na cabeça de um ser humano? "Ah, é assim? Então, olhe como é que você fazia. Você, que é o arauto da moralidade, que aponta o dedo para todo mundo, cobrando uma coerência, cobrando uma lisura, não é coerente, não pratica aquilo que você fala de defender a democracia. Pelo contrário, você ferra a democracia."

Eu lembro aquela frase que é atribuída a Winston Churchill, que parece que não é dele, mas que se encaixa aqui, que diz que os fascistas do futuro... Os fascistas de hoje chamarão... Eles acusarão de ser... Os fascistas de hoje se dirão os antifascistas do futuro ou algo parecido.

Ele faz o discurso de que defende a democracia, de que é antifascista, mas, na verdade, ele é o fascista. Ele desorganizou a democracia. Aqui evidencia que, claramente, Alexandre de Moraes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

influenciou nas eleições de 2022, porque já não queria Bolsonaro mais sentado na cadeira de Presidente. E aí parece que ele segue o conselho do Lula e fala "nós temos que criar narrativas, vamos acusar o Bolsonaro de golpista, vamos acusar o Bolsonaro de tudo de ruim que existe, de que é escória, porque esse nós não queremos mais que se sente na cadeira de Presidente". É como se isso dependesse da vontade de um Ministro. Isso depende da vontade do povo.

E a nossa defesa aqui, para concluir, Senador Girão, para passar a palavra para os nossos ilustres convidados, é que, exatamente, a gente fica numa situação aqui, às vezes, de impotência, mas o que nós estamos defendendo é que a vontade soberana do povo deve prevalecer.

O que está acontecendo na Venezuela só está sendo possível, porque lá tem o raio do voto eletrônico com o comprovante impresso do lado, em que cada voto, individualmente, sem identificar quem foi que deu aquele voto, pode ser contado, colocado numa ata, que vai ser comparada com o resultado eletrônico e tem que estar exatamente igual. Se não, tem problema. Isso é auditagem pública, isso é contagem pública de votos. É isso que nós sempre defendemos, que o Presidente Bolsonaro sempre defendeu há mais de 15 anos. E é uma das razões da inelegibilidade ele querer que o mundo olhe para o Brasil e veja que aqui nós temos um sistema de votação que é confiável.

E não adianta, na marra, querer impor: "É confiável e acabou, porque eu garanto"; "Ah, não tem uma denúncia de fraude acontecida em eleições no Brasil". Primeiro, há fortes indícios, e tem denúncias. O problema é que quem pede para que seja investigado é multado, é preso. Como é que você vai produzir alguma coisa...?!

Eu vou lembrar um fato aqui que, mais uma vez, foi uma das coisas tratadas pelo Presidente Bolsonaro naquela fatídica reunião com embaixadores contextualizando o que aconteceu logo após. O então Presidente do TSE Edson Fachin, fora de suas atribuições, chama cerca de 60 ou 70 embaixadores para pedir que o resultado das eleições no Brasil fosse proclamado, fosse reconhecido por esses países imediatamente após o término da eleição, Senadora Rosana. Vocês veem alguma similaridade com a Venezuela, onde o Maduro pediu a mesma coisa? Então, aqui, no Brasil, foi assim. O Presidente Bolsonaro, indignado, disse: "Não, olhem só! Eu tenho aqui... Eu quero um sistema eleitoral mais transparente, mais seguro, dessa forma aqui...". Enfim, ele explicou o contexto. Essa é uma das razões da inelegibilidade dele.

E a outra razão, Senador Girão, é o 7 de setembro. Ele é condenado à inelegibilidade por oito anos pela segunda vez por excesso de democracia, pois qual o líder, no Brasil, que coloca esses milhões de pessoas nas ruas como aconteceu no 7 de setembro aqui, em Brasília, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteceu em São Paulo na sequência, no Rio e em vários outros locais – chamando mais a atenção em Brasília e em São Paulo –, sem gastar um real, sem pagar ônibus para ninguém, sem prometer lanche para ninguém, sem dar dinheiro para ninguém? Era o Bolsonaro.

Eu acho que isso causa uma certa urticária ou uma certa inveja nas pessoas que tentam morder o cotovelo, porque não têm a mesma liderança. A gente olha para um Governo aqui hoje que não consegue botar 200 pessoas num comício – e ele sentado na cadeira de Presidente da República –, porque ele não é querido, ele já enganou o povo brasileiro algumas vezes. E essa foi a última em que ele enganou, em 2022, enganou pobre e enganou rico...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Nem tão enganados assim, não é? Por conveniência, muitas vezes.

Mas acabou! Acabou o Lula! A expectativa que existia em torno daquele que seria o pai dos pobres está aí taxando pobre, metendo imposto na goela de trabalhador, dificultando a abertura de uma empresa própria por uma pessoa que não quer mais ser empregada, que quer ser a própria patroa, que quer abrir a sua empresa e ser chefe de si mesma e ganhar o seu dinheiro. Ela quer recolher imposto? Quer, mas não quer ser estuprada, que é o que a gente está vendo com essa reforma tributária. Aliás, nós vamos, daqui a pouco, tratar disso aqui no Plenário.

O que isso tem a ver com este momento que nós estamos vivendo hoje? É o sistema ou são algumas poucas pessoas, na verdade, que não admitem que o povo escolha os seus representantes e que usam da sua caneta, que é forte, para descumprir Constituição, descumprir legislação e atacar aqueles instrumentos que nós ainda temos para levar a verdade para a população, porque *fake news* não se combate com censura, *fake news* se combate com a verdade. E nada melhor do que a pessoa que está tendo acesso àquela informação poder consultar várias fontes, seja a grande mídia, seja a rede social, seja algum blogue, seja a opinião de alguém, para ela formar o seu juízo de valor, e não um Ministro do Supremo querer impor o que ele pensa que é melhor para a sociedade, à revelia da vontade da maioria do povo. Essa é a nossa indignação aqui, e não dá mais para ficar com isso preso na garganta.

Eu cheguei a dar entrevista dizendo: "Olha, antes do *impeachment* do Ministro, nós temos alguns degraus a serem percorridos". Vamos tentar distensionar. Vamos trabalhar para que baixe um espírito de humildade finalmente, porque eu sei que existe um resquício em todo o ser humano. Em alguns, lá na pontinha, no final da alma, vai reflorescer o espírito de humildade, vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter uma autoconsciência ali, e o cara falando: "Realmente, já deu, eu exagerei". Mas não dá mais! Como o CNJ, por decisão do Supremo Tribunal Federal, não pode investigar desvios de conduta de Ministro do Supremo, o corregedor do Supremo é o Senado Federal. E há razões – e os 81 Senadores sabem que existem – para *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes, e os 81 Senadores sabem! Agora, por que aqui não acontece?

E, para concluir, agora, de verdade, fica aqui também uma reflexão para quem nos assiste, seja pelo YouTube da TV Senado, seja pelas nossas redes sociais, que é uma reflexão importante, porque generaliza-se, muitas vezes, Girão: "Ah, o Senado não faz nada, os Senadores não fazem nada". Não é assim. Tem que haver uma maioria. Para fazer o *impeachment* de Ministro do Supremo aqui no Senado, tem que ter 54 votos dos 81 Senadores. Tem essa quantidade de votos hoje? Sinceramente, no voto secreto, em função de tudo que está sendo mostrado sobre Alexandre de Moraes, eu acho que tem, eu acho que tem.

Eu falei na tribuna ontem e repito aqui. Os Ministros do Supremo têm que entender uma coisa: esse corporativismo é mais nocivo ainda para a democracia. O raciocínio errado que alguns têm é o seguinte: "Ah, se fizer *impeachment* de um primeiro Ministro do Supremo, na sequência vêm os outros". Isso é mentira. Esta Casa não é vingativa, revanchista, é uma Casa que deveria ser legalista, constitucionalista. E, se há esse medo, se há esse receio, a proteção a eles lá... Eles têm que ter consciência do que estão fazendo: estão se igualando ao Alexandre de Moraes. Na verdade, nós aqui sempre defendemos a importância dos onze Ministros do Supremo Tribunal Federal que respeitem a Constituição, que respeitem o Senado, que respeitem a imunidade parlamentar, que respeitem a liberdade de expressão. Então, não tem que ter medo disso.

Se o cara, o Alexandre de Moraes, está dando motivos claros – que toda a população sabe que existem – de que não é mais digno de se sentar numa cadeira do Supremo Tribunal Federal, que não está à altura dele... Eu fico muito triste, Girão, quando eu vejo alguns Ministros se levantando para defendê-lo por medo de estarem na sequência, de sofrer um processo de *impeachment*. Isso não vai acontecer, isso não vai acontecer. Então, eles se rebaixam.

Esta Casa, mais uma vez dizendo, eu acho que é a virada de chave para o resgaste da democracia. Eu não sei se isso vai acontecer agora ou se vai acontecer em 2027. Eu tenho a convicção absoluta de que, da maneira como nós estamos indo, o debate principal na eleição não vai ser saúde, educação e segurança, vai ser *impeachment* de ministro. Isso é bom para a democracia? Não é! Alguém quer isso? Não queremos, mas é inevitável, não está no nosso controle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E isso é por causa da postura deles, mais especificamente de Alexandre de Moraes. Ele não pode querer continuar culpando os bolsonaristas por não conseguir ir a um restaurante com a sua família, em paz, para jantar, para almoçar, para fazer uma reunião, por ter que fazer congresso fora do Brasil, porque aqui não tem ambiente. Não é culpa de bolsonaristas, não é culpa de pessoas indignadas, antidemocráticas e fascistas. É culpa deles, das posturas deles, das decisões absurdas e fora da lei deles! Isso precisa ser dito. Eu ainda acredito que, em algum momento, vão largar a mão da Alexandre de Moraes, porque vão entender o quanto de mal ele está fazendo para nossa democracia.

Nós não vamos aqui desistir do nosso Brasil. Vamos continuar defendendo a democracia e a liberdade de expressão.

Eu estou aqui ansioso para ouvir, só para concluir, o Alexandre Pittoli. Eu comecei a acompanhá-lo há pouco tempo nas redes sociais. Primeiro, virei um seguidor, acompanho algumas de suas entrevistas. A sua voz é um negócio fenomenal. O Alexandre Garcia, que é especialista, pode falar. Essa voz de radialista, potente, que não gagueja, que não tem vícios de "é, é, é, é", que a gente tem aqui, porque não somos profissionais. Isso ajuda os nossos ouvidos a receberem ainda melhor a sua mensagem.

O Alexandre Garcia é um fenômeno, um ícone que a gente tem que respeitar demais. Infelizmente, não chegou a ser porta-voz do Governo Bolsonaro, tinha os seus compromissos, mas é uma pessoa que passa uma credibilidade que pouquíssimos jornalistas hoje passam com a sua palavra, a sua verdade, a forma como você se comunica, a sua experiência, a sua trajetória de vida, os veículos pelos quais o senhor já passou.

E vejam como é que é interessante. Parece esse assessor do Alexandre de Moraes que o está desnudando, abrindo o seu celular e passando as informações: antes você prestava; hoje, você é um reacionário, um bolsonarista, uma pessoa que... Eu ouvi até um apelido pejorativo, mas, quando é contra alguém que não é de esquerda, está autorizado: Alexandre Gagarcia. É uma série de coisas pejorativas, desrespeitosas de pessoas que não conhecem a trajetória de vida, a história desse homem, que fez muito mais pela democracia do que muitos que estão no poder hoje.

Eu fico muito feliz de estar aqui neste momento e de Deus estar me dando a oportunidade de eu ser Senador e de estar aqui sentado diante de pessoas tão excepcionais.

Parabéns aí pela luta!

Contem conosco aqui no Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

Já passo a palavra agora para a Senadora Rosana Martinelli.

Só quero lembrar, Senador Flávio Bolsonaro, como o senhor colocou o assunto desta semana, que, ontem, nós lançamos uma campanha nacional pelo *impeachment* do Ministro Moraes, com a presença de muitos Parlamentares da Câmara e do Senado. Vamos abrir para a população assinar isso também. Talvez seja o maior pedido de *impeachment* da história, com juristas assinando. Eu acho que tem que ser uma força-tarefa das pessoas de bem, neste momento, usando a Constituição, porque só o Senado tem esse poder de fazer investigação e afastar Ministro do Supremo. E nós precisamos fazer isso.

Agora, a gente tem que lembrar uma coisa, a gente não pode esquecer isso. O Senador Esperidião Amin falou há pouco tempo do PRS 11, que é do Senador Lasier Martins, que está parado na CCJ, e ele tira esse poder do Presidente do Senado, que monopoliza essa decisão. Não pode ser assim; o Colegiado tem que ser respeitado. Esse é um ponto.

E há um segundo aspecto. Tem muita coisa que a gente fez aqui no Senado... O Senado é muito cobrado e deve ser cobrado, é legítimo que o cobrem, mas eu quero alertar quem está nos assistindo de que, aos trancos e barrancos, o Senado votou o fim do foro privilegiado há seis anos; o Senado votou a PEC do fim das decisões monocráticas no ano passado; o Senado votou a PEC antidrogas este ano. Está tudo parado na Câmara dos Deputados, tudo parado na gaveta do Presidente Arthur Lira. Então, a gente precisa cobrar lá também, a sociedade precisa cobrar lá também, porque aí a gente vai ter o reequilíbrio

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu acho importante isso que você falou da petição pública, de que vai ser divulgado em breve o *link*. É importante que seja... V. Exa. está fazendo isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – É la na Câmara dos Deputados...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É para a gente divulgar o mesmo *link*, porque é importante até para que essa consulta direta à população nos diga se nós estamos no caminho certo. Nós aqui Senadores estamos convencidos, temos vários pedidos de *impeachment* protocolados aqui, mas esse direcionamento, esse apoio maciço de milhões de pessoas a essa nossa iniciativa é um ingrediente importante também para que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas se convençam – já que não acreditam em nós –, para que as pessoas no poder se convençam de que estão no caminho errado e que precisam corrigir sua rota, pela dor ou pelo amor.

A gente deve divulgar o mesmo *link* para não começar a ter um monte de *link* aí diferente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Boa! Vamos divulgar o mesmo *link*...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... e pulverizar a mobilização.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Os Parlamentares vão divulgar o mesmo *link*. E já tem manifestação marcada, porque é através das ruas que as grandes mudanças do país ocorreram. Então, como está sendo uma construção coletiva... E parabéns à maturidade dos Parlamentares que participaram disso, porque já tem manifestação marcada para o dia 25 de agosto, na Paulista – a partir de ontem já foi marcada –, e no dia 7 de setembro – sabem onde? – em Belo Horizonte, Minas Gerais. E eu acredito que isso vai se espalhar pelo país, porque eu acredito que já deu!

Senadora Rosana Martinelli, a senhora está com a palavra.

Obrigado pela sua presença.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Só quero cumprimentar os nossos alexandres aqui presentes!

Faço questão de reiterar a nossa alegria, Presidente, de estar aqui com eles, com ilustres, e de dizer que realmente o povo está mostrando a cara, falando o que quer: e é o pensamento, é a nossa livre expressão.

É por isso que o Governo tem medo – tem medo – das mídias sociais, porque antes se pagava à grande mídia, e a gente ouvia, mas não tinha conhecimento do que se passava na realidade. Hoje é diferente, e esse é o grande medo, porque hoje o povo não consegue ser manipulado, como éramos todos manipulados – nós não tínhamos conhecimento. Hoje, a realidade é diferente. Com as redes sociais.... Isso nos proporcionou uma liberdade. Claro que o exagero... Não estamos aqui acobertando qualquer tipo de *fake news*, mas nós estamos falando da livre expressão e a expressão da liberdade, principalmente da imprensa, que hoje está acuada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando a gente ouve vocês falando, principalmente o Alexandre, que nós acompanhamos na rádio e tudo, a gente fica pensando, e a gente fica com medo por ele. Quantas pessoas a gente ouve falar: "Meu Deus! Será que não vai acontecer nada com o Alexandre?", porque ele é uma voz destemida, que realmente fala, Alexandre. E você pode ter certeza: isso demonstra a coragem de vocês; e muitos são os seguidores, e cada vez mais. Podem ter certeza: muitas pessoas rezam, oram para que vocês continuem tendo essa coragem de falar a verdade, porque hoje o que mais nós queremos no Brasil é a verdade. E complementando realmente o que o Senador Flávio falou: por que as eleições não são impressas? Porque eles têm medo da verdade.

Então, só finalizando, quero agradecer imensamente a oportunidade de estar aqui com vocês. Muito nos orgulha e muito nos inspira – é uma gratidão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Senadora Rosana Martinelli, de Mato Grosso. Muito obrigado pela sua presença.

Eu quero dizer que a Casa está cheia de atividades. Nós estamos tendo várias Comissões ao mesmo tempo, nós estamos tendo o Plenário, e eu quero agradecer aos Senadores aqui, pela presença. Sei que em algum momento vão ter que sair para votar, para participar. Mas, olhem o interesse da população nesta audiência. Olhem só: praticamente sem divulgação, porque esta semana foi uma coisa em que ninguém parou – conseguiu parar – um minuto. Então, não deu para a gente divulgar, mas tem 3 mil pessoas assistindo agora a esta audiência; e 900 pessoas assistindo ao Celso Amorim aqui do lado. Olhem o interesse na regulação da questão de censura que o brasileiro tem.

Então, essa autocensura é muito preocupante. É o que foi falado aqui: às vezes você está pensando... Não, eu vou me... Rapaz, isso é um negócio surreal, o que está acontecendo.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Todo mundo está querendo justamente... "Eu quero ter liberdade." E é o nosso direito maior. Todo mundo está preocupado, realmente, com a nossa liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, passo a palavra agora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tem 3,4 mil? Não. São 3,4 mil aqui, com esta, no YouTube. Lá no deles, no YouTube deles, está 900.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O AuriVerde, está com 27 mil assistindo agora, *online*, e fora outras que estão fazendo.

E eu quero dizer aqui: as pessoas, cidadãs e cidadãos que estão aqui nesta Comissão, que vieram, que quiserem se manifestar, nós vamos abrir a palavra no final – para uma pergunta, para um comentário. A gente vai apenas colocar um limite de três a cinco minutos, porque a gente vai precisar encerrar.

O Senador Izalci pediu a palavra.

O senhor tem preferência, Senador Izalci, de Brasília.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa.

Falar do Alexandre aqui, eu sou suspeito, porque eu fui contador dele anos e anos, não é, Alexandre? Então, conheço o Alexandre ainda da Manchete.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ali tem um caranguejo, um escorpião, não é? Estou brincando, Alexandre sempre foi um cara especial.

Mas olha, a gente vive um momento assim realmente muito preocupante, chegamos ao limite. E, de fato, Girão, a gente está votando ali a desoneração, tem vários, já começou a votar, aliás, já votaram vários projetos da desoneração. Ao mesmo tempo aqui, na questão do Celso Amorim, na questão da Venezuela, eu recebi inclusive um relatório da transparência das eleições. Ano passado, na eleição passada da Colômbia, agora recebi da Venezuela, realmente o que está acontecendo no Brasil é muito semelhante, está no mesmo caminho. Não sei quem começou primeiro, acho que o Lula começou lá atrás com isso aqui já há algum tempo.

Eu sempre fui, por ser contador, auditor, conheço um pouco a legislação, eu fiz várias audiências públicas sobre a questão das urnas eletrônicas, agora, inclusive, no Senado, recentemente, depois das eleições, eu sou auditor e sempre disse: olha, o que não é auditável não é confiável, cara. E ninguém pode dizer que eu não posso falar isso, como é que alguém pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criar caso de a gente falar alguma coisa nesse sentido? E nós vimos nas audiências públicas que fiz, em 2015, 2016, realmente, *hackers*, foi inclusive uma iniciativa do PDT, na primeira audiência que nós fizemos, com *hackers* aqui da UnB, com estudantes, com pessoas altamente qualificadas...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Deve ser em 1999...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pois é, óbvio, tem gravação de Flávio Dino. Então, é uma coisa assim absurda.

Eu recebi ontem, inclusive, aqui, a esposa do Eustáquio com a filha, porque teve busca e apreensão ontem e, por incrível que pareça, tanto é que as coisas são copia e cola, que pediu, disse que, se a menina, que não tem nem 16 anos, usasse as redes sociais, seria presa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Apreendida.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Foram para, não apreendida, falou presa, tem que ser apreendida. Estava presa, porque tudo é copia e cola, as testemunhas, tem não sei quantos mil processos, as mesmas testemunhas. Então são aberrações que a gente vê.

Eu estive lá no Silvinei, cara, uma coisa absurda, no mesmo ambiente lá do policial acusado de matar a Marielle, na mesmo cela, mesma coisa, dividindo o espaço. Um cara que foi realmente condecorado e exaltado pela... Foi o maior, o profissional que mais apreendeu drogas no mundo, no mundo, não foi nem no Brasil, não. Uma pessoa de um currículo maravilhoso, não tem nada no processo, nem ninguém, nem um Prefeito, nada, nem Deputado que chegou e disse assim: "Olha, fui prejudicado na eleição, alguém não votou por isso, por aquilo". Não tem nada, e o cara ficou quase um ano preso. E o pior, esta Casa aqui, o Senado Federal, nós tínhamos um requerimento para visitá-lo com 17 assinaturas de Senadores, quase nove meses, mais de nove meses depois, quase dez meses, eu fui ao Ministro Alexandre, juntamente com a Senadora Damares, para dizer: "Cara, não tem sentido isso, um requerimento de 17 assinaturas". "Ah, não sei, deve ter sumido, deve ter se extraviado, mas vou despachar", depois de... entendeu? Aí você vai, a questão é tão assim absurda, que nós fizemos para o Anderson Torres naquela vez, depois fizemos também para o Naime, tinha mais de 60 assinaturas de pedido para visitar. Aí tinha três que não dava para identificar, eu mesmo não sabia quem é que tinha assinado. E por causa dessas três, ele devolveu para explicarmos quem eram os três que queriam visitar, no meio de 60. Então, são coisas absurdas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que está acontecendo, e eu espero que venham mais coisas desse desenrolar que saiu na *Folha* ontem... você já viu que não é o Alexandre de Moraes, há todo um conjunto que dá todo o apoio a ele, o próprio Presidente do STF dá esse total apoio a ele.

Então, passou do limite, não tem lógica. E eu fico impressionado com a atitude aqui do Presidente do Senado, o Rodrigo Pacheco. Cara, não tem lógica. O cara ficar um ano preso, nove meses.

O Silvinei precisava ir ao médico, não deixaram, mais de dois meses com pedido para ir ao médico, com dor de cabeça. Tinha familiares que tiveram problema com isso e não conseguiu simplesmente ir ao médico.

Então, as pessoas falaram do Clezão, nosso... aqui de Vicente Pires, amigo de todo mundo aqui em Brasília.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, todo mundo... exatamente.

Então, o Clezão já tinha pedido para liberá-lo da Procuradoria, da PGR. Nós estivemos na PGR anteontem, mas eu vejo que há um sistema em que parece que há um conluio nessas questões.

Agora, você falando aqui que se falar "a ditadura da toga", não sei o quê...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Já contrataram um sistema para acompanhar cada um, o que estão falando, e em casa gente fica quieto.

Agora vem o Dino, ontem, ou anteontem, e mexe em emenda impositiva, a pedido de Lula, lógico, porque é óbvio que o Executivo não quer pagar emenda impositiva individual. Não estou falando em outras emendas de Pix e essas coisas, não; estou falando em emenda individual, que foi uma conquista nossa, porque eu fui Deputado por oito anos lá e nunca recebi uma emenda, porque tem a televisão lá, na Casa Civil, e a cada discurso que você fazia, era uma cruzinha e um risquinho. Então, nunca recebi.

Aí, a gente conseguiu avançar na emenda impositiva individual, para que a gente tivesse uma distribuição republicana da coisa e, agora, sai uma matéria dessa. Então, o clima está muito ruim, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, olha, eu estou sentindo que o povo está perdendo o medo e tem que perder esse medo. Nós temos que ir para a rua mesmo, porque é inadmissível a gente ainda continuar acreditando num sistema que já foi... o próprio Maduro criticou o sistema de urnas no Brasil, porque lá tem o voto impresso, tem a ata pela qual a gente sabe o que aconteceu. Aqui nós temos que ter também uma auditoria externa do voto.

Então, Alexandre, a minha admiração e respeito – a ambos aqui, aos Alexandres. A esses aqui, não é?

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Esses aqui, tá? (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, vamos à luta, não vamos desistir do Brasil.

Como disse aqui o meu querido Flávio, nós não podemos desistir, realmente temos que insistir. Eu sei que, cada vez mais, as pessoas estão começando a perder o medo, com medo de, daqui a pouco, não ter mais jeito, porque a gente está chegando já a um ponto que depois não tem como voltar atrás.

Então, parabéns pela audiência, vamos continuar essa luta nossa para o bem da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador Izalci Lucas, aqui do Distrito Federal, sempre muito atuante.

Também, a Senadora Rosana falou da questão das orações e pode ter certeza de que a história do Twitter Files, que repercutiu nos Estados Unidos – o Congresso americano querendo saber o que está acontecendo aqui no Brasil, violação dos direitos humanos e políticos, Elon Musk –, tudo isso foi oração – eu não tenho dúvida – de brasileiro de joelhos, seja católico, evangélico, espírita. O céu começa a se abrir.

E, agora, a sincronicidade do que aconteceu ontem foi incrível, porque a gente fez uma reunião de manhã com Deputado e Senador e está na hora do novo *impeachment*, já faz um ano e meio, e olha aqui a quantidade de barbaridade, até morte de brasileiro.

E aí, quando a gente vai para a tribuna e anuncia: "Ó, vamos começar a coleta, tal, tal, tal", aí vem a coisa da *Folha*, ou seja, a gente vai dar mais robustez ainda, a partir dessa matéria, dessa reportagem da *Folha*, ao pedido de *impeachment* do Moraes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São 200 anos de Senado, Senador General Hamilton Mourão. Nós estamos no bicentenário do Senado. Olha a honra que nós temos aqui, Senador Flávio, Senador Izalci, Senadora Rosana. Todos nós estamos numa data emblemática: 200 anos do Senado. Não é possível que... Não tem que esperar dois mil e... É claro que o ponto de corte do Brasil – e acredito que vai ser o divisor de águas – é 2026. Mas será que até lá a vaca já não já foi para o brejo, como se diz? Então, nós estamos num ano emblemático, 200 anos. Por isso essas manifestações vão ser muito importantes pelo Brasil, com esse pedido de *impeachment* coletivo, que vai ser feito no dia 9 de setembro. Até o dia 7 vai ser feita a coleta de apoiamentos e, no dia 9, nós vamos protocolar na Presidência do Senado.

Eu passo a palavra agora, imediatamente – finalmente, não é? A paciência que o Alexandre está tendo aqui, desde o início... Mas isso faz parte da dinâmica de uma audiência pública. Eu lhe agradeço pela paciência e pela presença aqui –, a Alexandre Garcia, jornalista. Eu não vou falar o currículo dele, senão vamos até o meio-dia. Mas passo a palavra para você fazer a sua exposição.

O SR. ALEXANDRE GARCIA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu fiquei aprendendo aqui com os Senadores, com o Pittoli. Muito obrigado, Senador Girão, grande amigo, pela oportunidade de, pessoalmente, fazer contato com o Pittoli, cuja coragem eu tenho acompanhado. Senadora, muito obrigado pela sua presença e pela sua preocupação. Espero que a sua preocupação não atraia nada.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Não, é de bênçãos.

O SR. ALEXANDRE GARCIA – Senador, em quem, duas vezes, eu depositei e deposito a minha confiança: as contas da minha empresa e o meu voto. É o meu representante aqui em Brasília, o Senador Flávio. Muito obrigado pela presença. E conterrâneo Senador Mourão, aniversariante.

Mas eu queria inicialmente desabafar um pouquinho pelas coisas que eu ouvi aqui. Pena que o Senador pela Paraíba não está aqui, o Senador Amaral, porque levantou uma hipótese – perdoem-me o termo! – maluca. Vamos seguir um Poder Judiciário chinês?! Pois, nós já temos! Para que importar lá da Ásia? É impossível. Talvez ele tenha querido comemorar a data de hoje. Hoje estão fazendo 50 anos que o Presidente Geisel refez relações com a China, que haviam sido interrompidas pelo presidente Dutra em 1949. Talvez ele tenha querido comemorar isso hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o Senador, pelo Rio de Janeiro, o Portinho, deu a solução. A solução existe desde outubro de 1988. Está escrito lá, com todas as letras do art. 220 da Constituição. Ponto final. *Constitutio motus finitae causae* – perdoem-me, eu sou da geração que aprendeu latim: Constituição movida, causa finita. Não tem ninguém acima da Constituição neste país. Ninguém! Não existe ninguém acima da Constituição, porque ela é a lei maior. Qualquer coisa acima da Constituição é ilegal, é arbítrio. Está fora, está fora da Constituição, está por fora. Então, está lá na Constituição.

Se alguém quiser mais, espalhar isso, está lá no inciso IV do art. 5º. A gente acaba decorando essas coisas, não é? "É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato". Está vedada a censura lá no art. 220, sob qualquer tipo, qualquer plataforma, qualquer expressão. Meu Deus do céu, será que a gente vai ter que, para falar em Hamas – pena que o astronauta não esteja aqui –, a gente vai ter que dizer "hotel alfa mike alfa..."? Será que vai ter que ser assim? É uma doideira.

E eu fiquei sabendo pelo Senador Flávio que parece que estão falando mal de mim. Eu não fico sabendo. Eu não vou me dar o desprazer de tomar conhecimento disso. A melhor coisa que existe, para mim, é a crítica. Mas interjeição e adjetivo não são crítica. Críticas são argumentos substantivos. É isso que eu uso quando eu falo com as pessoas. Talvez seja por isso que fique parecendo que eu estou caminhando – não vou fazer trocadilho – sobre ovos... (*Risos.*)

... para não quebrar nenhum, não é? Porque eu uso só substantivo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Ele se sentiu ofendido ali.

O SR. ALEXANDRE GARCIA – Oi?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Ele ficou ofendido ali. (*Risos.*)

O SR. ALEXANDRE GARCIA – Olha só: eu lecionei jornalismo na PUC, no Rio Grande do Sul, no UniCEUB, aqui, em Brasília, e eu ensinei às pessoas "olha, jornalista não usa adjetivo". Porque usar adjetivo é, de certa forma, julgar. A gente não julga, a gente transmite os fatos. E o problema é que, hoje em dia, no novo jornalismo, a pessoa se sente dona do fato. E, sendo ela, repórter, dona do fato, ela quer apresentar o fato como ela gostaria que fosse. Aí, põe uma fita dourada ou vermelha para enfeitar e vender. Aprendeu na faculdade, infelizmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês já me ouviram dizer isso. Foi uma péssima experiência que eu tive na UnB, aqui, em Brasília, quando me convidaram para dar uma aula no último semestre de jornalismo, em 1992 – esse pessoal, hoje, já é chefe, claro –, e um aluno me perguntou quais são os pilares do jornalismo. Ele ainda fez... Eu não perdoo essas coisas, porque jornalista tem a língua como ferramenta. O sujeito disse "pilares básicos". Ora, esse é um pleonasmo, não é? Aí, eu disse "olha, veracidade, simplicidade, clareza, objetividade...", para não perder o tempo das pessoas, para comunicar logo. Churchill, quando era tenente de cavalaria lá na Índia, em 1898, ensinou a base da comunicação. Das palavras, as mais simples, e, entre as mais simples, as menores. Ponto final. Um avião é um avião, não é uma aeronave. Então, aí eu terminei dizendo "isenção e neutralidade".

Quando eu disse "isenção e neutralidade", o professor saltou da cadeira. "Eu não ensino meus alunos a serem isentos e neutros". "O que o senhor ensina, professor?"

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Experimente usar a palavra "meritocracia" para o senhor ver.

O SR. ALEXANDRE GARCIA – Como?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Experimente usar a palavra "meritocracia", para o senhor ver a reação.

O SR. ALEXANDRE GARCIA – Ah! (*Risos.*)

Pois é.

Isso é a justiça. Meritocracia é justiça. Faz jus a isso porque merece, porque apresentou serviço, porque tem condições.

Bom, mas, voltando, aí eu disse, no final, "isenção e neutralidade". "Eu não ensino meus alunos a serem isentos e neutros", disse o professor. Eu levei um susto. "O que o senhor ensina, professor?" "Eu ensino meus alunos a serem militantes."

Eu disse: "Como assim militantes?". "Militantes ideológicos para combater o *status quo* opressor". Eu disse: "Professor, eu não vim aqui falar sobre política, sociologia ou filosofia. Vim falar sobre jornalismo. O senhor está ensinando seus alunos..." Aí eu abri o jogo com os alunos: "Olha, vocês vão trabalhar num jornal, numa rádio, numa televisão, e o primeiro opressor é o patrão. Vocês vão combater o seu patrão e vão ser demitidos em dois meses. A menos que vão trabalhar no jornalzinho do partido, que pode ser do PT", naquele tempo eu disse "ou do PFL".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é isso que aprenderam. Hoje eles estão ensinando os outros. Isso foi em 92. Hoje eles já são chefes. E está aí, a gente está vendo resultado.

Voltando, o que a gente tem hoje?

Eu tenho 77 anos de microfone, porque sou filho de radialista. O meu pai me levava para ser ator infantil em radionovela. De jornalismo formal, tenho 55 anos. Comecei na grande escola *Jornal do Brasil*. Foi onde aprendi a fazer jornalismo. Fiquei dez anos lá. E lá eu aprendi essas coisas, que a gente tem que ser fiel ao leitor, ao ouvinte. A gente deve lealdade, fidelidade e veracidade a essas pessoas.

Bom, eu até já me perdi. Queria voltar um pouquinho ao que queria dizer, depois de ouvir os Senadores. E quero dizer, assim, como um lide hoje: gente, não procurem responsabilizar outros que não sejam o próprio Senado, porque a origem disso tudo está na passividade do Senado, que é o único órgão capaz de corrigir esse desvio da Constituição. E desvio da Constituição é gravíssimo! É gravíssimo. Aprendi isso com o meu avô quando eu era menino. É gravíssimo!

Olha, lá na PUC, eu fui Presidente do Centro Acadêmico, em 1968/1969. Sabe o que eu punha no bolso para me garantir? A Constituição de 1967. E me garantia, sempre me garantiu. Eu fiz o que devia fazer. Fiz greve... E a Constituição me garantiu. Hoje temo que a Constituição não me garanta. Mas que diabo? O que é isso?

Inclusive, a preocupação que a gente tem hoje, Senadora, eu nunca tive antes. Eu cobria política e economia pelo *Jornal do Brasil,* de 1971 a 1979. Nunca, jamais senti nenhuma preocupação.

O General Oscar Luiz da Silva caiu do cavalo, lá em Saicã, numa manobra, e ficou todo mundo assim: "E aí, a gente dá ou não dá?" "Bom vamos dar." E saiu a primeira página do *Jornal do Brasil*: a queda de um general de quatro estrelas do cavalo. E não aconteceu nada.

Houve censura?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Era...

O SR. ALEXANDRE GARCIA – Olha aí...

Houve censura? Houve censura. Eu não vi essa censura, mas eu sei que houve censura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, agora, a censura é uma espada de Dâmocles pendurada na cabeça de cada um. E a gente não sabe a que horas vão cortar o fio.

Isso é pior do que antes. A censura que havia dizia assim: "Olha, não pode... Hoje o General caiu do cavalo e não pode dar essa notícia". Esqueceram de proibir e todo mundo deu a notícia. E valeu, não é?

Alguém da censura pode ter levado um carão lá: não devia ter feito isso...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – A Solange, a D. Solange. (*Risos.*)

O SR. ALEXANDRE GARCIA – É, aquele mistério, não é? Mas... Então, gente...

O Senador Flávio mencionou que eu não fui porta-voz. Eu acho que tinha gente que pensava que eu iria ser porta-voz e, 12 dias antes de começar o Governo, me chamaram para dizer que eu não iria mais aparecer no vídeo, para não haver essa proximidade: "Olha, o sujeito sai daqui e vai para lá".

Foi ótimo para mim, hoje eu consigo sair à rua, não ouço nenhum xingamento, nada, zero, ao contrário.

Outro dia tinha um monte de carros parados no sinal, ali na frente do Brasília Shopping, e eu estava caminhando na calçada, todo mundo buzinando e acenando. "Meu Deus, o que é isso?" Eu não sou político, mas sou figura pública. E reconheço, Senador Flávio, que, sendo figura pública, como ensinou o Ministro Alexandre de Moraes, eu tenho que aguentar a crítica, a sátira, a ironia, tudo isso, porque eu me meti a ser figura pública. Isso faz parte, tem que resistir e não ter chiliques aí de mandar prender a pessoa.

Mas o que está acontecendo? Nesses anos todos de jornalismo, eu aprendi a me desviar da árvore para ver a floresta, para ver para que lado o vento está dobrando as árvores, porque, se a gente ficar ao lado de uma árvore só, a gente acaba ficando amigo da árvore, próximo da árvore e pode ter problemas na hora de ter a visão necessária para interpretar o que está acontecendo com a floresta.

Então, eu vejo, neste caso de hoje, nesse drama da AuriVerde, dessa perseguição, eu vejo o seguinte, que, de um lado, tem a chamada mídia tradicional – vamos chamar de tradicional, usar de um eufemismo –, que está de um lado, que tem um lado, que demonstrou durante todo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Bolsonaro que está de um lado, e agora está a favor do Governo. E aí eu aplico o que eu li do Millôr Fernandes: "Jornalismo é oposição. O resto é armazém de secos e molhados". Bom, e aí eu vejo essa resistência.

Jânio Quadros, lá na casa dele em Guarujá, me disse, quando eu perguntei para ele: "Que erros o senhor cometeu e que não teria renunciado se não os tivesse cometido?". Ele me respondeu a primeira coisa: "Eu dei as costas para os donos dos grandes jornais".

Naquele tempo o monopólio eram os grandes jornais. Depois ele deu as costas para o Congresso, e danou-se, viu que não tinha mais condições de continuar governando. Disse que desafiou os Estados Unidos e a Inglaterra condecorando Che Guevara e tal, mas era o monopólio da época.

Hoje o monopólio é outro, é eletrônico. Esse monopólio sentiu a decadência dele na medida em que surgiu a nova ágora grega da democracia, que ganhou voz digital e tem alcance universal. Antes do mundo digital, disso aqui, a voz de cada cidadão, do eleitor, do pagador de impostos, alcançava 3m, 5m, um pouco mais se ele tivesse um alto-falante. Hoje dá para ouvir lá na Polinésia Francesa o que nós estamos conversando aqui.

Então, este é o medo, criou-se a democracia verdadeira: a voz de cada um podendo ser ouvida, com o potencial de ser ouvida, por toda parte. Deixaram de ser os donos da notícia, os donos da informação, os donos da versão, os donos dos fatos, os donos das cabeças das pessoas. Hoje, eu tenho a oportunidade de consultar aqui uma enciclopédia – que antes era a britânica, era um negócio pesado, com o qual a gente fazia halterofilismo, a Barça –, e aqui tem uma enciclopédia e tem qualquer informação, tem besteira, tem mentira, tem baixo nível, mas tem um monte de informação. Eu é que vou decidir o que eu vejo. Eu não preciso de tutor para escolher se eu posso ler as palavras Mike, Charlie, Oscar, November Hotel, alfa... (*Risos.*)

Não! Eu escolho, não preciso de tutor, porque eu sou cidadão. E isso aqui está botando, na cabeça das pessoas, esta palavrinha: cidadania. Cidadania é o grão menor da democracia, junta tudo e forma a força do povo, que é o dono do Estado. Gente, o Estado não é nosso dono! Os Srs. Senadores são servidores do povo, usam o dinheiro do povo, estão a serviço do povo! O Estado está a serviço da nação! Eles não querem que o povo saiba disso, o povo mais humilde... "Não é não! Vai ter picanha, fique por aqui". Gente, não, tem que ter o cumprimento da lei e da Constituição!

Eu só queria seguir aqui e ver se faltou alguma coisa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sim! Quando eu fui convidado, disseram-me que eu tinha que vir aqui para contar o que tem acontecido com as minhas redes. Eu tenho o meu canal no YouTube, que é a menina dos olhos e que está pertinho de 3 milhões de inscritos; no Twitter – que agora é o X –, são quase 4,5 milhões; no Instagram, mais de 2 milhões – é porque no Instagram eu só ponho foto, eu gosto de fazer fotografia, já tive um laboratório em casa.

Eu não sei se eu sou menos ateniense e mais espartano, porque eu não sinto nenhuma queixa brotar – nada! – sobre as plataformas e, muito menos, me sinto vítima de alguma... Não, não sei. Não sei sequer se eu tenho inimigos, não sei. É problema deles, se houver. Eu trato da minha vida, agradeço muito a crítica. E, sobre as ofensas, aí não adianta nada, pode ofender. Vou fazer o quê?

Eu senti uma vez, quando eu estava chegando a 4 milhões, ainda no tempo do Twitter, que não chegava nunca: passava de 4 milhões, baixava de novo; passava de 4 milhões e baixava de novo... Ficou uns dez dias assim. Mas, por fim, eu acho que o pessoal insistiu e passou de 4 milhões. Hoje, está em 4,425 milhões por aí.

Então, queixa eu não tenho disso aí da plataforma, mas tem um outro lado. Um dia eu fiz um comentário, na rádio, sobre aquela arbitrariedade de prisão administrativa e extradição administrativa – ou seja, não passou pela Justiça brasileira – de dois boxeadores cubanos dos Jogos Pan-Americanos, e falei no nome do então Ministro da Justiça que fez isso. Ele me processou: Tarso Genro, ex-Presidente do PT. Foi lá em Porto Alegre o foro; no dia em que ele perdeu, ele saiu chutando as cadeiras do foro.

Depois, eu mencionei um empresário que emprestou um avião para o Presidente eleito ir para as arábias, e disse que é muito complicado isso, porque cria uma relação de dependência. O Jânio Quadros me contava as coisas que ele tinha recebido, para pagar a eleição dele, e depois cobravam dele: "Olha, a gente ajudou. Eu quero isenção e tal, tal, tal". Então, eu mencionei isso, fui processado e o sujeito desistiu quando viu o meu contra-argumento.

Agora, nas cheias do Rio Grande do Sul, na primeira cheia, os Prefeitos do Vale do Taquari, onde eu morei – as três casas em que eu morei foram inundadas –, me ligaram e disseram que havia uma desconfiança sobre as comportas das três barragens que foram construídas no Governo do PT. Imediatamente, o Diretório do PT no Rio Grande do Sul tomou isso como insinuação de que eles haviam aberto comportas – que nem existiam, segundo eles; barragem sem comporta? Depois eu que tive que postar as fotografias, para mostrar as comportas – e me processaram. O processo acabou quando o meu advogado, muito rápido – eu passei isso para os meus amigos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Assembleia Legislativa –, descobriu que quem construiu a barragem e quem fez o laudo ambiental eram... Estava todo mundo junto! (*Risos.*)

Enfim, houve ameaças, aqui, do então Ministro da Justiça, AGU e tal, naquela época, mas foi dentro da Justiça e pronto; dentro do devido processo legal. Isto é outra coisa que não está havendo mais em certos círculos da Justiça brasileira que deveriam dar exemplo: o devido processo legal, o amplo direito de defesa, o juiz natural – com juiz natural, eu estou falando de foro, do que deveria ser... Prisões arbitrárias: há dois dias, quando estourou essa reportagem da *Folha de S.Paulo*, eu disse: "Opa! Não tem como fugir desse assunto lá no Senado, quando eu for lá".

Então, de novo, eu digo que está nas mãos dos Senadores. E o Senador Esperidião Amin – sobre o Projeto de Resolução nº 11, do nosso conterrâneo, o companheiro Lasier – disse que o número 11 é um número bom. Eu nasci no dia 11 do mês 11, às 11h, fazendo 11 meses que meus pais estavam casados, então, eu vou torcer por essa Resolução nº 11, porque está nas mãos do Senado. A origem disso está em 14 de março de 2019, quando o então Presidente do Supremo não percebeu – parece que rodou em exame de juiz – que a Constituição de 1988, nos arts. 127 e 129, tinha derrogado essa forma de aplicação do art. 43.

Em primeiro lugar, o art. 43 diz claramente: se houver infração penal dentro de dependências do Supremo ou na seara do Supremo. Não foi dentro – em primeiro lugar.

Em segundo lugar, a iniciativa é do Ministério Público: privativa, exclusiva, essencial. Está lá na Constituição brasileira.

Então, se não tiver Constituição brasileira valendo, não resta mais nada, a gente está fora, a gente está antes do João Sem-Terra... Com o João Sem Terra começou a declaração, quando se impôs, acho que foi lá por 1250. Meu Deus do céu! Agora tivemos, em 1988 – e deu um trabalhão enorme, eu acompanhei –, a Constituinte, aqui neste prédio, 22 meses de muito trabalho, muita discussão, para garantir direitos fundamentais, garantias fundamentais que não estão sendo cumpridas, ou seja, a Constituição não está sendo cumprida, e o Senado... O Supremo está acima do Conselho Nacional de Justiça, mas não está acima do Senado. Está nas mãos do Senado. Essa é a expectativa do país hoje.

Eu aproveito essa oportunidade para dizer isso e dizer assim: olha, não procuremos, em primeiro lugar, problemas nas plataformas, nem não sei onde! Vamos olhar aqui para dentro e ver o que podemos fazer!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. ALEXANDRE PITTOLI (Para expor.) – Alexandre, eu posso complementar? Acho que tem um assunto, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Pois não!

O SR. ALEXANDRE PITTOLI – Me permita!

O Senador Flávio Bolsonaro citou a questão do voto impresso. Dentre os temas sobre que nós não temos autorização e permissão para tratar dentro do YouTube, está a questão do voto impresso auditável. Por quê? O Internacional venceu o Corinthians, nós não podemos tratar desse assunto... Esse foi o termo usado pelo Ministro Alexandre de Moraes, na condição de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, quando ele disse que aquela questão relacionada à eleição de 2022 não seria mais tratada, não teria mais esse espaço na mídia para a gente discutir essa situação. Quando o Internacional venceu o Corinthians na eleição de 2022 e a partir de então a gente não pôde mais questionar o pleito, nós passamos a olhar para frente.

Então, passamos a olhar para 2024, já acompanhamos e percebemos que não há o que se fazer para essa eleição do ponto de vista do voto impresso auditável e criamos uma expectativa sobre 2026. Nós encontramos agora uma alternativa a partir da alfinetada que Nicolás Maduro deu no nosso processo eleitoral e do que está acontecendo na Venezuela para tratar desse assunto. E esse é um assunto que merece ganhar amplitude, merece ganhar propagação para que a gente de fato possa discutir o que o brasileiro quer.

Se nós entendemos, por exemplo, com relação ao voto impresso auditável, que quem ocupa a cadeira de ministro do Tribunal Superior Eleitoral é um servidor público, a palavra tem significado intuitivo: ele está ali para servir ao povo. E, se dentro desse processo de servir o povo está melhorar aquilo que tem que entregar do ponto de vista da nitidez, de o processo ser cristalino, ele tem que entregar. E se nós, então, entendemos que isso tem que ser discutido junto à sociedade, à comunidade e que quem faz isso é um veículo de comunicação, por que não fazer? Por que eu sou proibido de tratar de um assunto?

E, Alexandre, quando esse assunto é discutido na rádio, nós temos o nosso conteúdo limitado, limitado à monetização, ele não propaga, ele não é entregue, e somos penalizados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, perceba: vira um assunto sensível, só que é um assunto que nós precisamos discutir. Se a plataforma simplesmente me censura previamente com relação ao tema, ela dificulta que a sociedade discuta. Nós somos veículos de comunicação. Nós partimos dali, de um ponto de reflexão, quem sabe, de inflexão, *a priori*, para que a gente discuta e entregue um pedido da sociedade para que esse sirva, de fato, ao povo.

E, quando a gente passa pelo voto impresso auditável, quando a gente passa pela contagem pública dos votos, assistindo ao que está acontecendo agora na Venezuela, numa plataforma como o YouTube, em que estamos agora, eu tenho que quase que soletrar, dividir silabicamente a palavra Venezuela para dizer: "Algoritmo, eu estou tratando do processo eleitoral na Ve-ne-zu-e-la", para que eu não sofra nenhuma restrição ou punição, mesmo porque a gente usa das cifras para tentar dizer o seguinte: "Eu quero o que está acontecendo lá que aconteça aqui?".

Se hoje María Corina Machado tem a possibilidade de pedir a recontagem, é porque tem a possibilidade de recontar. Se existe a possibilidade material de que aconteça, de fato, o que eles querem que aconteça, que é de volta a Venezuela às mãos do seu povo, nós não a temos aqui e nós não podemos discutir na rádio e, veja, não podemos discutir na internet, não podemos discutir no YouTube. Se nós temos a possibilidade de abrir essa discussão, se quem não quiser me ouvir, porque eu estou tratando desse tema na rádio, no YouTube da Auri Verde Brasil, que desligue, que mude, que vá para outro canal, que vá ouvir culinária ou qualquer outra coisa: "Não quero discutir sobre esse tema!". Mas me proibir de discutir esse tema? Isso é aviltante, isso me faz crer que nós estamos num caminho sem volta do ponto de vista dessa ditadura, do ponto de vista de quem está nos cerceando a liberdade de simplesmente comunicar.

Então, é mais um tema sensível, essa questão da contagem pública dos votos e do voto impresso auditável, e que nós precisamos ter a liberdade de discutir. Se é o algoritmo censor que está fazendo a diferença agora, que o YouTube, o Google, a Meta e as plataformas entendam que o Brasil vai ter que passar por esse processo de discussão. Se a gente entender, de fato, que é simplesmente para melhorar o que o serviço público tem para nos entregar, que assim seja, que assim seja. Que a população entenda que isso tem um custo, sem dúvida, mas que, sem esse processo agora na Venezuela, nada, de fato, aconteceria ali do ponto de vista de uma recontagem, o que nós não temos aqui. Que nós tenhamos a autorização, que nós tenhamos a permissão e não soframos a censura prévia para discutir temas sensíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que era mais um ponto que precisava ficar claro, porque vem aí essa discussão para 2026: se, de fato, é isso que a gente deseja para o Brasil. Se a mudança passa por isso, nós precisamos discuti-la.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Pittoli.

Alexandre, mais algum comentário?

O SR. ALEXANDRE GARCIA (Para expor.) – Eu me esqueci de falar de um tema importante: o medo, o medo que é imposto.

Eu não falei sobre a CNN. Em plena pandemia – minha mulher é médica –, minha mulher já tinha curado mais de cem, com ivermectina, hidroxicloroquina, zinco, vitamina D. Ninguém hospitalizado. Ainda ontem, curou mais três. Então, eu vejo isso todo dia, e a CNN tinha proibido de dizer que tinha tratamento. Eu não sei por que razão, porque vocês todos estão cansados de ver que aparece uma raiz nova, uma folha nova para curar o câncer, e está lá: "Olhem aqui, tem cura para o câncer nesta raiz aqui", mas sobre covid não se podia falar. Eu falei e fui demitido no mesmo dia, cancelaram o contrato no mesmo dia, na mesma manhã.

Depois, aí que eu queria... Porque eu me diverti muito, quando eu ouvi o ex-Presidente do Supremo Nelson Jobim dizer exatamente a mesma coisa. Eu ontem falei com ele "muito obrigado", porque repetiu o que eu disse no dia 8 de janeiro, às 4h30 da tarde, na Jovem Pan. Perguntaram-me: "O que aconteceu?". O que aconteceu foi uma frustração de gente que ficou esperando os militares, lá na frente do QG, e, quando não conseguiu, teve uma catarse que se desbordou sobre a Praça dos Três Poderes. Aí, com medo do Ministério Público, a Jovem Pan, naquele episódio que o Pittoli já citou... "Não, vamos embora, porque a gente está com medo".

Então, talvez aqui dentro também, não sei quantos Senadores têm ação lá no Supremo... Não deixemos que o medo nos paralise, como fizeram durante a pandemia, de uma forma cruel, nojenta, que levou à morte milhares de pessoas. "Fiquem em casa", "não saiam de casa", "fechem a porta", "não deem emprego", "paralisem-se", em vez de as pessoas saírem, tratarem-se e respirarem ar puro, que é muito mais saudável do que ficar trancado em casa.

Enfim, são coisas que, depois de ter ouvido a CPI daqui defendendo essas posições de crueldade máxima contra o povo brasileiro, um dia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GARCIA – Pois é, eu acompanhei a sua atuação, mas também acompanhei a de certas figuras, inclusive a de sujeito ser médico e dizer o que disse... Meu Deus do céu!

Bom, era isso.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Quero agradecer ao Alexandre Garcia, por toda a experiência que ele transmitiu aqui para a gente, da sua história, de parte da sua história de vida, e os comentários que o Pittoli fez.

Essa questão do processo eleitoral quem decide é a sociedade. Os representantes da sociedade somos nós aqui. Então, se aqui dentro se decidir que, para votar, o cara tem que plantar uma bananeira, compete à Justiça Eleitoral executar o processo de acordo com o que for votado aqui, e não compete à Justiça Eleitoral ficar dando opinião sobre esse assunto. Esse foi o verdadeiro absurdo que aconteceu quando houve a discussão, há dois anos, da questão da impressão do voto, quando a Justiça quis dar opinião sobre o assunto e ela não tinha que dar opinião sobre esse assunto; aqui dentro é que se define isso.

Queria cumprimentar o nosso Senador Magno Malta, em plena recuperação da sua cirurgia, que quer fazer uso da palavra.

Por favor, Magno.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Bom dia a todos, Sr. Presidente em exercício, Senador Mourão, meu companheiro Senador Flávio Bolsonaro.

Cresci admirando os mandatos dele de Deputado Estadual. Quero cumprimentar o Sr. Alexandre, de mesmo nome; e minha reverência a Alexandre Garcia.

Você é uma referência – e por isso usei a palavra "reverência" –, e quem é referência merece reverência. A Bíblia diz que, a quem honra, honra.

Eu me lembro de que ouvi um brilhante cordelista e escritor, um dos mais brilhantes do Brasil, que já se foi, um paraibano de raciocínio rápido, que todo mundo admirou a vida inteira. Ele dizia que tinha pena das pessoas que tinham como referência alguém que morreu de overdose, que tinha como referência alguém que morreu cedo, porque morreu em cima do palco. Ele disse: "Isso me incomoda muito, porque a minha referência é Cristo". E Paulo disse: "Em nada tenho por ganho à minha vida, porque, para mim, viver é Cristo, morrer é louco".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou lhe chamar de "Excelência", porque tem Excelência que não merece ser chamado de Excelência, e a gente chama sabendo que está com a boca amarga quando chama.

Mas, Alexandre Garcia, o senhor se tornou um homem para o Brasil como referência, por conta da sua coragem pelo bem.

Nós temos o bom colesterol e temos o colesterol ruim. Assim é a vida. Você tem o bom jornalista e o mau jornalista. E o colesterol bom faz bem. E a sua coragem enquanto jornalista em nunca ter se curvado ao sistema e ter revelado a sua independência, ainda que dentro de um sistema que baniu a todos, como é o seu caso, o caso do Pavinatto, o caso do Coppolla, o caso de Constantino, o caso de Paulo Figueiredo! E aí vai Allan dos Santos, o próprio Oswaldo Eustáquio, que ontem teve uma violação, Senador Mourão, com tudo que está acontecendo, com toda a podridão que está vindo, não por nós, nem através de nós. Não! Nada a ver com o processo partidário, político, discussões nervosas, revanche, mas das próprias vísceras do tribunal vieram as informações das maldades, da falta de sensibilidade, da falta de alma, de sentimento. Ter uma busca na casa de Oswaldo Eustáquio que envolve crianças! Existe um ordenamento chamado Estatuto da Criança e do Adolescente, absolutamente desrespeitado, e ainda a conversa de que essas crianças podem ser tiradas da mãe e entregues ao conselho tutelar.

E a gente tem uma Casa, Excelência, que reverencia, se acovarda e se ajoelha diante de uma tirania como essa. E a gente ainda tem o manto da imunidade parlamentar, que aliás, é só o nome, também não vale nada, não vale nada.

E V.Sa., com as suas convicções, referencial que virou para o Brasil: eu o ouvi todos os dias para saber o que pensa e o que, de forma corajosa, vai emitir Alexandre Garcia, para fazer reverberar o seu entendimento lógico, corajoso, como o entendimento de todos aqueles que têm o conhecimento de quem nasce para João Batista, não têm medo de perder o pescoço em nome da verdade. E quanto mais se dizia "se cale, Alexandre Garcia"; "se cale, por favor, João Batista, não diga isso, eles vão te decapitar, eles não gostam!"; "não diga isso, porque, se você parar de falar, eles podem até fazer uma nomeação lá no Palácio para você, botar sua nora lá, seus primos"; "tenha calma, Alexandre Garcia, você pode ficar num lugar comentando tranquilo, o salário sobe...", e aí ia para a frente do Palácio e dizia: "Raça de víboras!".

Então eu não poderia deixar de vir hoje aqui. Pela manhã ontem, eu vi o Senador Girão agoniado, catando um e outro, falando com Flávio, comigo, "não deixa de vir, não deixa de ir e tal", e eu agoniado, querendo vir aqui, porque eu não poderia perder este momento. E aprouve Deus que me desse esse tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos vivendo numa ditadura. Na covid, os cientistas se curvaram ao dinheiro dos políticos, se renderam ao dinheiro dos políticos, e os políticos se tornaram cientistas. Eu já fui cinco vezes à tribuna do Senado, após a minha volta – tem aqui testemunhas, o Senador Mourão, o Senador Flávio Bolsonaro –, com as bulas das vacinas. Li todas elas na tribuna e não fui aparteado por um cientista da CPI da covid. Um cientista da CPI da covid!

Eu estava sem mandato, não me vacinei, graças a Deus, não coloquei essa desgraça dentro do meu corpo e bati nisso o tempo inteiro. Recebi *strike*, *strike*, *strike*, *strike* nas minhas redes sociais, mas nunca mandaram me prender. Nunca mandaram prendê-lo, nem Augusto Nunes, e jamais o farão, porque tem duas razões para as pessoas o respeitarem. A primeira é respeitá-lo por aquilo que você é, e você é respeitado por aquilo que você é, que você representa; ou respeitá-lo pelo medo que podem ter de você. V.Exa. não mete medo a ninguém. A sua verdade é que mete medo às pessoas.

E penso que nós que nos levantamos pagamos um preço, exatamente porque a ideia era nos calar como exemplo, para que os outros se calassem. Existe uma AJ hoje que envolve de Jesus Cristo a Nikolas, de Flávio Bolsonaro ao Apóstolo Paulo, de Magno Malta a João, de Carla Zambelli à Madalena. A AJ envolve tudo. Então, envolvendo esses, se acovardarão, e calarão o resto.

Mas, Excelência, medo eu conheço de ouvir falar; eu nunca fui apresentado. Nós temos hoje traidores da pátria. Ontem, eu fiz um discurso olhando para o Presidente desta Casa. E alguns colegas me pedem até menos, menos... "Converse isso com ele no gabinete". Mas conversar com ele no gabinete, essa fase passou; foram os primeiros três meses, quando eu o conheci. O meu dever é dizer que o país está órfão por culpa de Pacheco, que se curvou ao sistema e se calou.

Eu recebo mensagens de Minas Gerais todos os dias... Infelizmente, é monocrático, mas nós não podemos... No tal discurso, no dia em que eles fizeram o monumento ao "dia primeiro dos horrores, do golpe", e prenderam, num ato falho, o Senador Randolfe Rodrigues, discursando empolgado, num ato falho, disse: "Prendemos mil no mesmo dia". Quem "prendemos"? Quem "prendemos"? É o mesmo que disse agora que Maduro é a contraface de Bolsonaro. Só piadista, só mentira, sandice, anarquia. Eu não sou obrigado a que eles gostem de mim. Aliás, não cheguei aqui pelo voto deles, cheguei pelo voto do meu estado.

Então, nós não podemos nos calar diante de uma tirania que está revelada. Nos áudios, não sou eu que falo, não é Flávio que fala. Como o áudio que diz que é para perseguir o Eduardo Bolsonaro, irmão dele, deve ter outros áudios que vão vir aí...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, assim, o Ministro estava muito sereno ontem, disse que não tem medo de nada, não tem medo de áudio nenhum. "Nós não vazamos nada, nós não falamos nada". É porque a Bíblia diz, Flávio Bolsonaro, Mourão, Alexandre Garcia, que tudo que é feito nas trevas um dia virá à luz. Tudo que é feito nas trevas um dia virá à luz. A covardia tem o seu dia de encerramento. Assim como a dor pode durar uma noite, e a alegria vir ao amanhecer, também é com a covardia: ela tem tempo de validade.

E, durante todo esse período em que nosso povo foi sacrificado com o *lockdown*, durante todo esse período em que o nosso povo perdeu o emprego, durante todo esse período em que o comércio quebrou e que o Presidente Jair Bolsonaro pagou o preço por ter tratado com dignidade, muito denodo, respeito e muita luta para que se mantivesse o emprego, para que o nosso povo não passasse fome – o mundo reconhece isso –, eles o escolheram para genocida no Brasil. Era o único genocida do planeta! Na Venezuela, não tinha; em Cuba, não tinha; na Colômbia, não tinha; não tinha genocida nos Estados Unidos; não tinha no Japão; não tinha no Canadá – só no Brasil. Somos terraplanistas.

Como é que alguém que não acredita em Deus acredita que a Terra existe, ou que alguém fez? Não é de todo ruim, porque, se nos chamam de terraplanistas, há que se dar um entendimento de que Deus existe, que Deus existe, para alguém pelo menos pensar que a Terra é plana ou é redonda. Criou a Terra... Criou a Terra.

E eu ficaria aqui ouvindo-o, porque o ouço todo dia, o acompanho nas redes sociais, o acompanhava naquela emissora lá, cujo nome não falo, "Alexandre Garcia, direto de Brasília", mas escutava pelo rádio.

A sua coragem é encantadora. A sua coragem produz discípulos. Há discípulos...

É possível que nós, que estamos na vida pública... Já tive o prazer de ser entrevistado duas vezes por V. Exa., quando estava naquela emissora da qual eu não falo o nome. Quando o assunto interessava... E ela demorou muito a entrar no meu segundo assunto, que foi combate à pedofilia. Ficaram de fora durante muito tempo, só vieram quando as outras emissoras começaram a mostrar, não é? E eu aqui não posso fazer juízo de valor, porque veio, porque não veio, mas fui entrevistado por V. Exa., é uma emoção estar de frente com essa referência chamada Alexandre Garcia.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Senador Magno Malta.

Vou passar a palavra agora ao Sr. Paulo Figueiredo, que entra aí por videoconferência.

Paulo, a palavra está contigo.

O SR. PAULO FIGUEIREDO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Senador Mourão, Sr. Presidente, estimados Senadores, alguns colegas e amigos também presentes, Senador Magno Malta, Senador Flávio Bolsonaro. Quero agradecer ao Senador Girão por ter começado essa iniciativa e me convidado a conversar aqui com os senhores; outros amigos também, queridos colegas, Alexandre Garcia, cuja união e o respeito transcendem as gerações aqui – muito querido pelo meu avô também –, o meu amigo também Alexandre Pittoli, o Marco Antônio, do Fio Diário – a Ana Paula parece que vai estar com a gente também –, todos muito queridos aqui, temos, para usar o termo do Flávio Dino, os Vingadores da liberdade de expressão.

Eu queria começar falando um pouco sobre essa liberdade de expressão, porque às vezes a gente fala "liberdade de expressão", "liberdade de expressão" e a gente toma isso como uma garantia, como algo... em inglês, a gente usa a expressão *take for granted*, que significa quando a gente já toma aquilo como algo corriqueiro, algo garantido, algo que não precisa ser defendido. Só que essa liberdade de expressão nunca foi o padrão na história da humanidade. Na era moderna, a chamada era moderna, essa ideia começou a ganhar forma através do que a gente chama de experimento americano, que foi influenciado pelas ideias, principalmente, do iluminismo britânico, que defendiam a razão, os direitos individuais, a soberania popular.

Mas essa não era uma visão consensual. Mesmo na Europa, que é o berço dessas ideias iluministas, os regimes autoritários se proliferaram, a censura e a repressão, como forma de manter o controle, eram regra. Isso mostrava que a liberdade de expressão, isso que a gente enche a boca para falar, sempre foi uma ideia poderosa, mas radical e sempre constantemente ameaçada por aqueles que viam no controle da informação a ferramenta essencial para a manutenção do poder.

Até a Segunda Guerra Mundial, e depois da Segunda Guerra Mundial, quando nós tivemos a ciência dos horrores do nazismo, do fascismo, dos regimes totalitários, e o quanto eles utilizaram a censura e a repressão brutal para silenciar qualquer forma de dissidência, acho que o Ocidente aprendeu uma lição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do mesmo lado, você tinha a Guerra Fria, que trouxe à tona as atrocidades cometidas pelo regime comunista, os expurgos do Stalin, os *gulags*, a repressão violenta, de novo, de qualquer oposição, de qualquer dissidência.

Então, quando você teve essas práticas brutais daqueles regimes que não adotaram a liberdade de expressão, o mundo olhou para o exemplo americano e, principalmente o Ocidente, reforçou a percepção de que a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, garantidas aqui nos Estados Unidos pela Primeira Emenda à Constituição, são fundamentais, justamente, para você prevenir o surgimento das novas tiranias.

Para o pessoal que gosta de falar de vacina, essa é a melhor vacina que existe. Esse símbolo americano da liberdade de expressão passou a ser amplamente aceito como esse antídoto para o abuso de poder estatal. E as nações ocidentais, incluindo o Brasil, passaram a adotar esse modelo. E é verdade que nenhum país adotou a liberdade de expressão de forma tão absoluta quanto aqui nos Estados Unidos. Não é coincidência que os Estados Unidos sejam a nação mais próspera, mais rica e mais poderosa do mundo. Isso só é possível com a liberdade de expressão. Mas houve um consenso.

Esse consenso até foi traduzido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pelas Nações Unidas em 1948, depois da guerra, que é meio que um reflexo dessa mudança de paradigma. Ela consagra a liberdade de expressão como direito humano fundamental e reconhece que o livre fluxo de ideias é essencial para a dignidade humana. O art. 19 da declaração afirma que todo indivíduo tem o direito à liberdade de opinião e de expressão e esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e procurar receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independente de fronteira.

Essa é a consagração, que globaliza a ideia da liberdade de expressão como um pilar para a manutenção da paz, da estabilidade e da justiça, e o antídoto contra a opressão. E o resultado disso foi um avanço em todas as áreas. Houve um crescimento econômico sem precedentes. Entre os anos 1945 e 2000, o mundo experimentou a maior expansão econômica da sua história. Para vocês terem ideia, o Produto Interno Bruto global, do planeta, cresceu de, aproximadamente, US$12 trilhões em 1945, em valores atualizados, para US$60 trilhões em 2020.

A taxa de pobreza global caiu vertiginosamente. Em 1945, 70% da população mundial vivia em extrema pobreza, com menos de US$1,90 por dia. Eram 70%. A pobreza era a condição humana. Menos de US$1,90, por dia, ajustado pelo PPC (Paridade do Poder de Compra). Em 2000, esse número já tinha caído para cerca de 30%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E não só isso. Não foram só os avanços... A liberdade de expressão permitiu os avanços econômicos, mas também os tecnológicos. As sociedades mais abertas, mais livres, com mais inovação, troca de ideias, sem a restrição da censura e do autoritarismo, a gente avançou nos direitos civis, integrou as minorias na sociedade, os avanços na saúde, na educação.

Só que essa ideia foi capturada pelos pós-modernistas. Eu não vou entrar aqui numa discussão filosófica profunda, mas, depois da era moderna e do iluminismo, vieram os pós-modernos, para quem não existia mais verdade. O discurso, a narrativa – palavra que o Lula gosta tanto de usar – era um mero instrumento de poder, e, a partir daí, você não precisa buscar a verdade, porque não existe verdade para os pós-modernos. Isso, óbvio, teve consequências no mundo. Você pense: cai o Muro de Berlim, o fim da história, parece que tem um consenso universal de que uma sociedade verdadeiramente democrática precisa da liberdade de expressão.

E, nas últimas décadas a gente tem visto, principalmente depois de 2015, 2016, 2018 – em 2019, no Brasil, a gente teve o inquérito da *fake news* –, mas isso tem a ver com o que eu quero discutir aqui com vocês: esse não é um movimento brasileiro, é um movimento global. Então, não adianta a gente tratar o assunto apenas da perspectiva do Brasil. Desde 2015, a gente tem visto uma mudança alarmante no entendimento da necessidade da liberdade de expressão, inclusive dentro da própria imprensa, que, muitas vezes, aplaude a censura, e os governos de esquerda no mundo inteiro abandonaram a ideia de que a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa são fundamentais.

Então, a gente tem visto cada vez mais em vários países que, utilizando o pretexto de promover a democracia, esses grupos de esquerda começaram a defender a censura de conteúdos e opiniões da direita, o velho controle de opiniões, sob a justificativa de que era para combater o discurso de ódio, desinformação. E a gente está vendo – e é na esquerda do mundo inteiro – que eles encontraram nessa desculpa ideológica o pretexto para controlar a informação e suprimir qualquer voz dissidente. A gente fala que, em vários países – Venezuela, Reino Unido, Brasil, Estados Unidos –, tem várias formas de censura, e as formas têm se multiplicado e se diversificado.

Embora os instrumentos de censura variem, você tem um plano subjacente que é o mesmo: o de silenciar as vozes discordantes, controlar a narrativa pública. E isso é preocupante porque revive as práticas que, historicamente, foram justamente as práticas que levaram ao autoritarismo e às tragédias do século XX. Impedir que as pessoas falem livremente o que elas pensam é condição necessária para a repressão, para o abuso de poder e para a tirania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a censura, que uma vez mergulhou o mundo nos períodos mais sombrios da sua história, está ressurgindo disfarçada de virtude, mas com os mesmos perigos que levaram aos genocídios, aos milhões de mortos, à destruição das sociedades, à pobreza. A história se repete. Novamente, as nossas conquistas estão sob ameaça. Se tem uma coisa que a história ensinou é que o caminho da censura é sempre o caminho para a perda da liberdade e para a ascensão dos novos desastres. E eu volto a dizer que é um momento global.

Em 30 de junho de 2023, pouco mais de um ano atrás, diversas personalidades dos mais amplos e variados espectros ideológicos assinaram a Declaração de Westminster. Minha querida amiga Ana Paula Henkel foi uma das signatárias, há outros do Brasil também. Nessa declaração, você tem um alerta justamente sobre o que eu estou dizendo, sobre o aumento da censura internacional, que está ameaçando, de fato, as democracias centenárias. Foi assinada por jornalistas, artistas, escritores, ativistas, acadêmicos, cientistas, todo mundo preocupado com essa escalada da censura sob o pretexto de combate à desinformação.

No Ocidente, você tem os exemplos da Alemanha, onde o Legislativo está criminalizando o discurso político. O Brasil foi um exemplo negativo, chamado... Está lá, na Declaração de Westminster, a vergonha que o Supremo Tribunal Federal brasileiro nos faz passar, instrumentalizando a censura para suprimir a liberdade de expressão. O Brasil é um exemplo negativo, o STF é um exemplo negativo para o mundo.

E é claro que todos nós estamos vendo o que está acontecendo na nossa irmã – com menos maquiagem, como definiu bem o querido Deputado Nikolas Ferreira – Venezuela, que bloqueou totalmente o X recentemente – o X. Mas os exemplos globais da guerra à plataforma X, depois que o Elon Musk comprou o X, estão no mundo inteiro, depois que ele passou a desafiar as ordens absurdas de censura dos governos de esquerda.

E a gente tem visto pressões quase que desesperadas de países como o nosso Brasil, que está de novo, hoje, no noticiário internacional com ordens ilegais e abusivas que foram corajosamente compartilhadas pelo X. Mas não é, de novo, um fenômeno só do Brasil. A Austrália fez coisas similares, embora não tão ousadas; a União Europeia resolveu ameaçar o Elon Musk, o X; bastou a esquerda vencer as eleições no Reino Unido para a gente começar a ver exemplos assustadores de como a censura chega rapidamente. Olhem que loucura! Os iluministas britânicos, que foram os pais das ideias de liberdade, dos direitos naturais... No Reino Unido, rapidamente, bastou a esquerda chegar ao poder, e – pum! – desmoronou tudo. E é isso que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente está vivendo, claro, no Brasil, mas no mundo. A esquerda chega, a liberdade de expressão vai embora.

Eu digo que nem o país onde eu vivo há mais de uma década, onde vive também Ana Paula – o inventor, na prática, da liberdade de expressão como a gente conhece –, nem aqui nós estamos livres das políticas nefastas da esquerda para o controle do discurso. Graças a uma investigação do Congresso americano, a gente tem descoberto que as chamadas *big techs*, cujos executivos vergonhosamente se esquivam hoje daqui do Senado e, portanto, mostram seu desdém ao povo brasileiro, porque, na maioria das vezes, eles têm um enorme viés ideológico de esquerda...

A representante do YouTube que teve provavelmente medo de vir aqui já trabalhou com os senhores aí no Senado Federal. Os senhores pesquisem em que gabinete ela trabalhou. Antes disso, era do *O Globo*.

Muitas vezes, eles agem porque são as suas próprias ideias, porque essas empresas de *big techs* contratam executivos com viés ideológico de esquerda, e o Elon Musk deixou isso muito claro, quando comprou o X, que o X não era mais uma empresa de rede social; era um instrumento de controle do discurso público em favor da esquerda, um instrumento de ativismo ideológico.

Mas, muitas vezes, como ficou claro aqui nos Estados Unidos, os executivos dessas empresas também agem sob pressão de autoridades governamentais para censurarem esse tal discurso inconveniente.

E a mais assustadora dessas descobertas e a mais pertinente para esta audiência que a gente está tendo aqui, hoje, no Senado Federal do Brasil, foi a do relatório interino da equipe do comitê judiciário e do subcomitê especial.

O subcomitê especial foi sobre a instrumentalização do Governo do Congresso dos Estados Unidos, da Casa dos Representantes, e eles publicaram, em 1º de maio de 2024, um relatório.

Então, como a imprensa brasileira pouco noticiou o assunto, eu vou tomar o meu tempo para ler alguns trechos, aqui, do relatório e informar aos Srs. Senadores sobre o que está acontecendo nos Estados Unidos, o que está acontecendo até nos Estados Unidos, e vou, em seguida, dizer qual é a minha hipótese para a causa da censura que os veículos de mídia conservadores estão tendo no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório é intitulado "O Complexo Industrial da Censura: Como altos funcionários da Casa Branca de Biden coagiram grandes empresas de tecnologia a censurarem americanos, informações verdadeiras e críticas da administração Biden".

Eu volto a dizer: eu estou lendo um documento oficial, o relatório do Congresso dos Estados Unidos da América.

Algumas das coisas encontradas aqui são impressionantes: "Esse relatório interino detalha a campanha de meses da Casa Branca de Biden para coagir as grandes empresas, como a Meta, a Alphabet, que é a empresa mãe do Google e do YouTube, e até a Amazon, para censurar livros, vídeos, reportagens e outros conteúdos *online*".

Até livros, Srs. Senadores; livros, Sr. Presidente.

Se isso lembra o holocausto e a queima de livros, hoje a queima de livros é digital.

Diz o relatório: "Até o final de 2021, Facebook, YouTube e Amazon mudaram as suas políticas de moderação de conteúdo de maneiras diretamente responsivas às críticas da administração Biden".

E volto a dizer: eu estou citando aqui a administração Biden apenas para dizer que esse é o *modus operandi* da esquerda global; isso é coordenado nesses encontros, nos quais participam, com frequência, os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Não é estranho para ninguém aqui a coordenação internacional ou a participação das ONGs do George Soros em cooperação com o Tribunal Superior Eleitoral e com o Supremo Tribunal Federal – diz o relatório. Então, toda vez que eu falar aqui "Biden", entendam "esquerda".

Embora a campanha de pressão da Casa Branca de Biden tenha sido, em grande parte, bem sucedida, seus efeitos foram devastadores. Ao suprimir a liberdade de expressão e distorcer intencionalmente o debate público, ideias e políticas não foram mais testadas e debatidas de maneira justa em seus méritos. Em vez disso, os formuladores de políticas implementaram uma série de medidas de saúde pública que se mostraram desastrosas para o país.

Se vocês ouviram o que o meu colega Alexandre Garcia acabou de dizer, é isso que vem daqui.

Desde o fechamento de escolas desnecessário e prolongado, até mandatos de vacinação inconstitucionais, que forçaram os trabalhadores a tomar uma vacina recém-desenvolvida ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

correr o risco de perder os seus empregos, a administração Biden e outros funcionários impuseram, desnecessariamente, dano e sofrimento aos americanos.

Litígios em andamento e a publicação dos Twitter Files, após a aquisição da empresa por Elon Musk, começaram a fornecer alguns *insights* sobre os esforços nos bastidores da Casa Branca de Biden para censurar oponentes políticos e pontos de vista desfavoráveis. Por exemplo: no terceiro dia da administração Biden, a Casa Branca enviou um *e-mail* ao pessoal do Twitter, agora X, exigindo que um *tweet* do Robert F. Kennedy fosse, abre aspas, "removido o mais rápido possível".

A diretiva não se limitava apenas a Kennedy. No mesmo *e-mail*, a Casa Branca de Biden pediu ao Twitter para também, abre aspas, "ficar de olho em *tweets* que se enquadrem neste mesmo gênero".

Soa familiar para os senhores esta semana? Os documentos mais importantes pra entender os esforços de censura do governo são *e-mails* internos das empresas que estavam do lado receptor das ameaças e coerções da Casa Branca.

Após emitir dezenas de intimações às *big techs*, às agências governamentais e a terceiros relevantes, o Comitê Judiciário do Congresso dos Estados Unidos começou a obter dezenas de milhares de documentos, ilustrando os detalhes da campanha de pressão da Casa Branca de Biden.

Obter comunicações internas das empresas, muitas vezes incluindo os mais altos níveis de liderança, exigiu medidas adicionais escalatórias do comitê, incluindo ameaças de considerar o CEO da Meta, Mark Zuckerberg, em desacato ao Congresso.

Vejam, senhores, estou lendo o relatório do Congresso dos Estados Unidos, investigando exatamente o que os senhores estão investigando aqui. E lá, assim como aqui... Ou melhor: aqui nos Estados Unidos, assim como aí, no Brasil, também não houve cooperação de boa vontade das *big techs* não; houve necessidade de ameaça ao CEO da Meta; houve intimação.

E depois – diz o relatório –, agora, tendo obtido e revisado dezenas de milhares de *e-mails* e outros documentos não públicos relevantes, o comitê tem uma imagem mais completa sobre em que medida as empresas de tecnologia passaram a suprimir a liberdade de expressão.

Os principais pontos que esse relatório abordou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro deles: as *big techs* mudaram a sua política de moderação de conteúdo por causa de pressão da Casa Branca de Biden.

Nas semanas e meses depois da campanha a Presidente do Biden, o Facebook, o YouTube e a Amazon mudaram todas as suas políticas de moderação de conteúdo, e mudaram por pressão da Casa Branca, que pressionou as empresas a mudar, dizendo que quem não atendesse não o que as redes sociais queriam, mas o que a Casa Branca queria, sofreria censura.

Outra conclusão do relatório é que a campanha de censura da Casa Branca do Biden visou mesmo a bloquear informações verdadeiras, sátiras e outros conteúdos que não violavam a política da plataforma. Contrariando essas alegações de combate à desinformação, a administração Biden pressionou as empresas, que obedeceram, a censurarem informações verdadeiras, sátiras, memes, opiniões e experiências pessoais dos americanos.

E também o Governo americano teve um efeito inibidor, diz o relatório, em outros discursos – é claro que a pandemia de covid foi uma dos principais. Disse o CEO do Facebook, da Meta – abrem-se aspas: "Isso parece um bom lembrete de que, quando comprometemos os nossos padrões devido à pressão de um governo, em qualquer direção, muitas vezes lamentamos isso mais tarde".

Eu vou compartilhar este relatório com os senhores depois da audiência, mas o resumo desta história... E nós temos os *e-mails* dos oficiais da Casa Branca com as empresas de redes sociais, falando assim: "Ajuste isto aqui, ajuste isso ali". Ou seja: o Governo de esquerda dos Estados Unidos, mesmo sabendo que não tinha instrumentos legais para agir, recorreu à informalidade para persuadir e pressionar as empresas de tecnologia para censurar e moderar o conteúdo inconveniente. E, como eu observo a política não nacional, mas a política global, eu diria que esse é o novo *modus operandi* da esquerda.

Eu acho que ninguém, a esta altura, depois das revelações bombásticas do Glenn Greenwald, na *Folha de S.Paulo*, pode ter dúvidas sobre como o maior censor do Brasil – o homem de quem até quase todos os Srs. Senadores morrem de medo, o Alexandre de Moraes – opera sem cerimônias na informalidade, na clandestinidade e, eu digo sem receio, na criminalidade.

A minha hipótese, que eu apresento aqui e que deveria ser confirmada e investigada pelos Srs. Senadores, a quem cabe o poder de fiscalização do Supremo Tribunal Federal, é a de que há, além das ordens draconianas e ilegais que vêm se tornando públicas – muitas delas e muitas vezes graças ao Congresso dos Estados Unidos, ao trabalho sendo feito aqui ou ao próprio X, que deve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser elogiado –, um expediente clandestino de cooperação entre as redes sociais, especialmente o YouTube e a Meta e o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral e até mesmo o Governo Lula. E isso é grave e criminoso não só do lado das autoridades, mas das empresas que concordam em agir à margem da lei sob qualquer tipo de incentivo ou de pressão. Isso configura, sim, crime de corrupção.

Eu hoje, aqui, vou entregar aos Srs. Senadores um relatório feito por especialistas em redes sociais, que vai mostrar a inexplicável e abrupta queda da entrega do meu conteúdo no YouTube, similar ao que o meu querido Pittoli mostrou aqui. E, no relatório, eu mostro como os meus vídeos, como em um passe de mágica, nos meus canais e nos canais de terceiros, vídeos com a minha pessoa, simplesmente pararam de ser entregues pelo YouTube.

Só a título de comparação, o percentual de entrega dos meus vídeos para não inscritos no meu canal, historicamente, é parecido com os dos outros canais, 35% a 45%. Sempre foi. Atualmente, a média de entrega dos meus vídeos para não inscritos é de 3% a 5%. O mesmo está ocorrendo em outros canais que reproduzem as minhas participações, como o Fio Diário ou o canal Olavo é do Carvalho, a cujos dados eu também tive acesso.

E tudo isso acontece mesmo com os meus índices de engajamento e retenção continuando altos.

A situação é tão absurda, que cortes de outros comentaristas, com grau de engajamento e retenção menores do que o meu, chegam a ser recomendados pelo YouTube oito vezes mais.

Senhores, isso só é possível com manipulação de algoritmo. Ou o YouTube faz isso de má-fé e livre e espontânea vontade, ou, como eu disse, por corrupção, mesmo que sob coerção.

Ora, se um fiscal pede propina e diz que, se você não pagar a propina, você... Eu tenho um grande histórico em construção civil; então, se aparece um fiscal, pede propina e diz que, se eu não pagar a propina, ele não vai me dar o alvará lá para eu continuar minha obra, se eu pago a propina, eu estou cometendo ato de corrupção.

Da mesma forma, se uma empresa de tecnologia recebe uma ameaça, à margem da lei, de um ditador, e ela cede a essa ameaça, ela também está cometendo corrupção.

Eu notifiquei extrajudicialmente o YouTube, no Brasil e nos Estados Unidos, a respeito desses assuntos, e não obtive resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é só dos senhores que eles estão se esquivando, mas, obviamente, eu não vou me furtar a recorrer ao Judiciário dos dois países, quando esse regime tiver caído, e eu acredito que esse regime vai cair. Eu não digo o Governo; eu digo o regime.

Eu acredito que esse regime vai cair, e vai cair pela mão dos Srs. Senadores.

Eu acredito que a coragem é inspiradora. Em algum momento, os senhores vão inspirar uns aos outros a terem a coragem de enfrentar esse regime.

E os Srs. Senadores, os Srs. Senadores desta Comissão, especificamente, Sr. Presidente, os senhores têm a prerrogativa de aprofundar esse assunto, essa hipótese, inclusive pedindo informações às redes sociais, pedindo esclarecimentos, pedindo, como fez o Congresso dos Estados Unidos, cópias das comunicações entre as empresas e o TSE e o STF.

Aliás, formal e gentilmente, peço aos senhores que submetam isso aqui a votação nesta Comissão – o pedido das comunicações. É capaz de vir um escândalo das proporções da "vaza jato" do Xandão.

Eu estou enviando uma cópia deste testemunho que eu estou fazendo aqui aos senhores ao Comitê Judiciário da Casa dos Representantes dos Estados Unidos da América, para que tenham registro do que as empresas americanas podem estar fazendo no exterior e sobre como isso potencialmente viola a legislação aqui dos Estados Unidos da América, mais especialmente, mas não somente, o Foreign Corrupt Practices Act, chamado FCPA.

Eu digo que a descoberta, aqui nos Estados Unidos, desses podres que acontecem nos bastidores e que foi parar, inclusive, na Suprema Corte, só foi possível graças ao trabalho do Congresso; não foi o FBI, assim como não vai ser a Polícia Federal. Os senhores são os representantes do povo – do povo dos seus estados – e os responsáveis pelos freios e contrapesos ao nosso Judiciário, que está claramente corrompido. Esta semana ninguém mais pode ter dúvida disso.

Eu peço que os senhores ajam, e ajam agora. Estejam do lado certo da história. Resistam! Não deixem que o nosso país perca de vez essa conquista fundamental e dura que foi a liberdade de expressão plena, que é o nosso único antídoto contra a tirania. A única forma de proteger a democracia é através da liberdade de expressão.

Obrigado, senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, jornalista Paulo Figueiredo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, me concede, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Passo já a palavra para o senhor, Senador Magno Malta.

Eu só queria dizer que é um caso de que nós já falamos dezenas de vezes, já denunciamos. É um caso clássico de censura e de perseguição, porque ele tem as suas contas bloqueadas – pessoais, bancárias –; rede social derrubada, uma atrás da outra; passaporte retido. Não é só ele: tem o Rodrigo Constantino, temos outros nessa situação, o Alan dos Santos. E é isso o que está acontecendo no Brasil.

Senador Magno Malta, eu acabei de ser informado aqui, e confirmei... Para você ver como o povo brasileiro está sedento por justiça, está sedento por liberdade de expressão... Nós estamos tendo várias Comissões ao mesmo tempo hoje, nesta quinta-feira. É atípico, não é normal isso. É porque é a última sessão presencial do mês de agosto, as outras vão ser – por causa da eleição – virtuais. Então, a Casa está cheia.

Nós tivemos a presença aqui de cerca de dez Senadores, passando por aqui – a gente entende, por que tem as outras Comissões funcionando. Aqui ao lado está o Celso Amorim; lá no Plenário, nós estamos tendo votação de PECS, inclusive; e olha só como está, nas redes sociais aqui do Senado Federal: nós temos 200 pessoas assistindo à sessão do Plenário, que está cheia de Senadores votando PEC; nós temos 3,8 mil pessoas assistindo ao Celso Amorim aqui, que é um assunto importante que trata também de questões da ditadura, do flerte do Brasil com o amigo do Lula, o Maduro, da fraude que aconteceu lá. Agora, você sabe quantas pessoas estão nos assistindo aqui? Só na rede do Senado. Bate todos eles, você soma todos eles e não chega perto. São 4.500 pessoas assistindo. E na Rádio AuriVerde, que está transmitindo desde o começo esta sessão – quero parabenizar a Rádio AuriVerde por isso –, nós temos 30 mil pessoas assistindo, 30 mil brasileiros estão conectados assistindo.

Eu acredito que nós, repito, Senador Magno Malta, Senador Flávio e demais Senadores que passaram por aqui, temos o dever moral de... Por exemplo, o que o Paulo Figueiredo falou agora aqui, nesse depoimento... Paulo, por favor, mande esses documentos, mas mande, porque tudo vai ficar oficializado aqui na Casa, vai ficar nos *Anais* da Casa, vai ser anexado aqui digitalmente à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

página da Comissão de Comunicação e Direito Digital do Senado. E não tem assunto mais importante. É para que a gente peça informações também a essas plataformas, a essas *big techs* que não vieram, que não compareceram aqui.

Então, nós podemos puxar esse fio da meada e dizer que nunca derrubaram uma página do YouTube aqui, no Senado. Fizemos aqui coisas muito polêmicas também, participamos juntos – não é, Senadores? – e não derrubaram. Então, assim, pelo menos aqui eles respeitam, por enquanto, porque a gente precisa sequenciar. A regra do respeito, como eu aprendi com o Senador Magno Malta, é a boa convivência.

O senhor tem a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Eu quero agradecer ao nosso amigo Paulo. Eu espero que ele esteja nos ouvindo. Porque tem sido...

O SR. PAULO FIGUEIREDO (*Por videoconferência*.) – Estou ouvindo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... importantíssimo para o Brasil lá fora. É uma pessoa que eu prezo e respeito. Tem o DNA de um profeta que, ao deixar o Governo, fez o seu discurso dizendo: um dia vocês se arrependerão. Vou fazer a anistia, mas um dia vocês se arrependerão, porque esses sindicatos vão virar partidos. É o João Baptista Figueiredo. Então, o Paulo tem todo o meu respeito.

Concordo com o que o V. Exa. acabou de dizer, mas acho que com, esse vazamento de áudios, nós temos obrigações de voltar à OEA agora e, como Senadores, levar essa riqueza de documentos para que sejam acoplados ao que nós já levamos, para que o mundo tenha mais entendimento e para que nos ouçam novamente.

A gente tem feito um esforço hercúleo. Queria até falar com o Paulo – eu falo com ele brincando, de vez em quando, estava até dizendo para o Flávio – que a gente está com o pescoço na guilhotina, a gente que briga, V. Exa., eu, o Flávio, mas normalmente a gente escuta uns comentários assim: "Esse Senado não faz nada, esse Senado... " E não fazem uma ressalva. Dá um negocinho meio ruim na gente que está com o pescoço na guilhotina, porque não vem a ressalva. Parece-me que a gente vai para a vala comum juntos, mas a gente está com o pescoço na guilhotina.

Acho que a proposta dele, Senador Girão, é plausível, vai trazer saúde para esse processo. Mais do que isso, nós precisamos marcar uma data, agora. Nós estamos cheios, com muita coisa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e vamos ficar com mais ainda, porque certamente isso é a ponta do *iceberg*. Certo? Mais coisas vão acontecer, vão aparecer, porque Deus é grande e tudo o que é feito nas trevas um dia virá à luz.

E nós precisamos voltar à OEA, levando essas informações e esses áudios, para que eles tenham conhecimento disso e isso possa ser colocado num processo de observação sobre o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, Senador Magno Malta.

Vamos voltar à OEA, ao Congresso americano, que já estartou um processo com olho no Brasil, no que está acontecendo – fomos juntos. E outra coisa: nós vamos entrar, já avisei aqui até à Secretaria. A gente não pode votar hoje... A vontade é de votar hoje, mas é uma audiência pública.

Então, a gente precisa ter aqui na próxima sessão... Vou falar com o Presidente, Senador Eduardo Gomes, Presidente desta Comissão, para colocar na próxima sessão um pedido coletivo nosso, dos Senadores aqui presentes, que estiveram hoje... Vamos passar para cada um deles, para que a gente possa aprovar o requerimento, pedindo essas informações, como foi colocado aqui por Paulo Figueiredo: relação com o Governo Lula, relação eventual com o TSE, com o STF, que tipo de parcerias se tem, às claras, com relação ao que está acontecendo. Vamos puxar esse fio da meada, sim.

Eu passo a palavra, imediatamente, agradecendo muito a presença dela, a outra jornalista corajosa, uma pessoa que tem um trabalho muito correto e que tem se destacado nesse momento de sombras e de trevas aqui no Brasil, que é a Ana Paula Henkel.

Você tem a palavra por 20 minutos, ou com a tolerância da Casa, se preferir.

Muito obrigado, Ana Paula.

A SRA. ANA PAULA HENKEL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador Girão.

Obrigada, Parlamentares, Senadores, Deputados, todos presentes nessa sessão importantíssima.

Um bom dia, boa tarde já, especial para o meu querido amigo, parceiro de *Revista Oeste*, mestre Alexandre Garcia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu queria começar a falar sobre a Declaração de Westminster, que o Paulo Figueiredo mencionou, porque eu estive presente em Londres, eu sou uma das signatárias da Declaração de Westminster, uma declaração muito importante.

Nós ficamos imersos em reuniões sobre o complexo industrial da censura, como foi chamado esse movimento global contra a liberdade de expressão. Ficamos ali durante três dias debatendo. E aqui deixo a minha experiência de lá, porque lá éramos pessoas de direita, de esquerda, de centro que não poderíamos discordar mais sobre economia, ou sobre algumas políticas sociais, ou políticas econômicas, reformas governamentais.

Mas o ponto comum que nos levou, que nos reuniu ali durante três dias, pessoas que pensam ideologicamente de maneira tão diferente, foi que todos nós estávamos muito assustados, muito assustados com esse complexo industrial da censura, com as pessoas proibidas de debater, proibidas de conversar, perguntar, questionar, com cientistas, médicos que foram silenciados durante a pandemia, e depois da pandemia também, que tiveram seus canais do YouTube derrubados por simplesmente questionarem. A ciência sem se questionar não é ciência. É mais um braço de qualquer ideologia. A ciência questiona todos os dias.

E aqui eu quero deixar a Declaração de Westminster. Ela é encontrada facilmente na internet, mas eu queria ler um pequeno trecho aqui, porque eu acho importante nós registrarmos do que nós estamos falando. O mundo está atento a isso, e o Brasil também precisa entrar nessa guerra contra esse complexo industrial da censura.

Então, ela começa assim, a Declaração de Westminster:

> Escrevemos na qualidade de jornalistas, artistas, escritores, ativistas, profissionais da tecnologia e acadêmicos para fazer um alerta a respeito do aumento da censura internacional, que ameaça corroer normas democráticas centenárias.
> Vindo da esquerda, da direita e do centro, estamos unidos pelo nosso compromisso com os direitos humanos universais e a liberdade de expressão, e estamos profundamente preocupados com a eficácia de rotular a expressão protegida como 'desinformação' e outros termos mal definidos.
> Esse abuso de termos resultou na censura de pessoas comuns, jornalistas e dissidentes em países de todo o mundo.
> Tal interferência no direito à liberdade de expressão suprime discussões legítimas sobre questões de interesse público urgente e mina os princípios fundamentais da democracia representativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> [...].
> Proteções à expressão não são apenas para pontos de vista com os quais concordamos; devemos proteger vigorosamente a expressão para os pontos de vista a que mais fortemente nos opomos. Somente na praça pública essas visões podem ser ouvidas e devidamente desafiadas.
> Além disso, repetidamente, opiniões e ideias impopulares ao fim se tornaram sabedoria convencional. Ao rotular certas posições políticas ou científicas como 'desinformação', nossas sociedades correm o risco de ficar presas em paradigmas falsos que roubarão a humanidade de conhecimentos conquistados a duras penas e eliminarão a possibilidade de adquirir novos conhecimentos. A liberdade de expressão é a nossa melhor defesa contra a desinformação.

E aqui eu repito essa frase: 'A liberdade de expressão é a nossa melhor defesa contra a desinformação'. Nós não combatemos desinformação com menos liberdade, mas com mais liberdade.

Seguindo.

> O ataque à expressão não diz respeito apenas às regras e distorções – é uma crise da própria humanidade. Toda campanha de igualdade e justiça na história dependeu de um fórum aberto para expressar discordância. Em numerosos exemplos, incluindo a abolição da escravidão e o movimento pelos direitos civis, o progresso social depende da liberdade de expressão [...].
> Não queremos que nossos filhos cresçam em um mundo onde vivam com medo de expressar suas opiniões. Queremos que eles cresçam em um mundo onde suas ideias possam ser expressas, exploradas e debatidas abertamente – um mundo que os fundadores de nossas democracias imaginaram quando consagraram a liberdade de expressão em nossas leis e Constituições.

Finalizando... A declaração é bem extensa e completa. Eu peguei apenas alguns trechos para os senhores.

> A censura, em nome de preservar a democracia, inverte o que deveria ser um sistema de representação de baixo para cima para um sistema de controle ideológico de cima para baixo. Essa censura é, em última análise, contraproducente: semeia desconfiança, incentiva a radicalização e deslegitima o processo democrático.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> No curso da história humana, ataques à liberdade de expressão foram um precursor de ataques a todas as outras liberdades. Regimes que corroeram a liberdade de expressão sempre, inevitavelmente, também enfraqueceram e prejudicaram outras estruturas democráticas centrais. Da mesma forma, as elites que hoje defendem a censura também estão minando a [própria] democracia. O que mudou, no entanto, é a escala ampla e as ferramentas tecnológicas através das quais a censura pode ser posta em prática.

E ali, naqueles três dias, imersos em Londres, com todas essas pessoas – vocês podem, acessando a Declaração de Westminster, ver a lista de signatários, é uma lista bem diversa; já que a palavra "diversidade" está na moda, é uma lista bem diversa –, o Supremo Tribunal Federal é citado, até porque, naqueles três dias em que estávamos ali, no meio de uma das sessões, eu recebi um recado do meu advogado de que eu havia sido citada em mais um processo – mais um processo! – sobre as minhas palavras, as minhas opiniões. Lembrando que nós, jornalistas, fomos censurados pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2022 e nós não pudemos falar que Luiz Inácio Lula da Silva é amigo de ditadores! Isso é notoriamente sabido; todos sabem, o mundo sabe.

Na pauta das eleições na Venezuela, que está tão em alta agora – estamos tão preocupados com os nossos irmãos venezuelanos e a fraude que ocorreu naquele país, no pleito presidencial...

Nicolás Maduro foi recebido com honras de Chefe de Estado no Brasil. Então, Lula é amigo de ditadores sim, é amigo de ditadores; e nós fomos censurados, proibidos de dizer isso.

E a passagem que cita o Supremo Tribunal Federal, na própria Declaração de Westminster, é categórica. Menciona a dinâmica de outros países e diz o seguinte: "O Legislativo da Alemanha [citando quem faz parte desse complexo industrial da censura global] e o Supremo Tribunal Federal do Brasil estão criminalizando o discurso político" – e depois cita outros países.

Eu acho que esta sessão, Senador Girão, não poderia ter sido mais providencial, não é? Parece que Deus mexeu os pauzinhos para que ela acontecesse depois do que nós estamos vendo, diante de um complexo industrial da censura que é muito, mas muito maior do que nós imaginamos.

Nós sabíamos que muita coisa estava acontecendo em relação à censura no Brasil, como o uso do Poder Judiciário como máquina política e como polícia política contra dissidentes do regime – como o Paulo muito bem colocou, não é apenas deste Governo, mas do regime –, e eu acho que, depois desta semana, mais duas frases entrarão para aquele *hall* de frases que o brasileiro nunca vai esquecer, o "Perdeu, mané", o "Derrotamos o bolsonarismo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta semana, mais duas frases entram para essa lista: "Use a criatividade", "Vou dar um jeito". Dois assessores do Ministro Alexandre de Moraes conversando sobre achar um jeito de censurar a *Revista Oeste*. Um diz: "Mas ali só há reportagens jornalísticas". E o outro responde: "Use a criatividade". "Eu vou dar um jeito, eu vou dar um jeito de censurar".

Então, senhores e senhoras, é muito difícil lutar contra o complexo industrial da censura quando há omissão por quem deveria, de fato, estar lutando contra isso.

No Brasil, infelizmente... Eu, que moro nos Estados Unidos há mais de 15 anos... O Paulo também trouxe as ferramentas que o próprio Congresso americano usa. A questão é que lá, nos Estados Unidos, nós não temos o tal foro por prerrogativa de função, que, de certa forma, coloca muitos Parlamentares que não têm a coragem de Senadores, como o Senador Girão, como Deputados, como o Marcelo Van Hattem, por exemplo, e tantos outros aí... Não vou citar tantos nomes, para não esquecer todos aqueles bravos, corajosos, que não têm medo dessa arma apontada na cabeça dos Parlamentares chamada foro por prerrogativa de função.

"Vai lutar contra o complexo industrial da censura? Vai lutar contra um Judiciário aparelhado, político, ativista, militante? Eu vou colocar o tal foro por prerrogativa de função na sua cabeça e vou abrir um inquérito, de ofício, sem provocação".

Mas eu queria ir além, porque aqui eu quero levantar um ponto. Acho que os pontos políticos sobre vacina, sobre tratamento, sobre posições políticas, urnas eletrônicas, tudo isso a que nós deveríamos ter a liberdade e que nós temos o direito constitucional de debater...

Eu quero trazer, aproveitar esta sessão e este convite, e trazer um ponto muito especial, muito caro, para mim e para todas nós, mulheres.

Saímos de uma Olimpíada agora que é o ponto sobre o debate – e faço muitas aspas – sobre cromossomos XY e XX.

A biologia humana entrou na lista do que é proibido, do que é crime hediondo ser discutido na internet. As mulheres não estão sendo protegidas. O esporte feminino não está sendo protegido. E quem ousa proteger as mulheres, proteger inclusive a integridade física das mulheres, é tachado; ou é tachado de homofóbico, transfóbico, aquela lista horrorosa que nós conhecemos, ou os *posts* caem, não são entregues, são bloqueados. *Tweets* são bloqueados; não são entregues. O debate não é feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E que debate? Onde existe debate sobre ciência, sobre XX e XY, nesse campo da biologia humana, homens e mulheres?

Aqui faço a importante ressalva das escolhas individuais das pessoas com relação à sua vida social, à sua vida social, o seu pilar social, a sua identidade social, de como cada um quer viver a vida. Isso é problema de cada indivíduo e tem que ser respeitado. A sociedade tem que respeitar isso. No entanto, no esporte, há um pilar apenas, que é o pilar da biologia humana, e nós estamos diante do complexo industrial da censura à proteção das mulheres.

Nós estamos vendo mulheres sendo espancadas ao vivo, em ringues, por todo o mundo, sob o aplauso de milhões! Homens XY vencendo lutas contra mulheres, campeonatos de natação, de atletismo, e não podemos sequer abrir a boca para defender as mulheres. Enlouqueceram!

Nós não estamos falando de inclusão; nós estamos falando de exclusão de mulheres – exclusão de mulheres!

E aí, dentro desse debate agora, principalmente sobre a Olimpíada, houve muita desinformação por parte de quem odeia as mulheres, por parte dos reais misóginos, que querem excluir as mulheres de seu sagrado espaço no esporte feminino mundial, olímpico. Até o próprio Comitê Olímpico se ajoelhou a essa agenda dessa turba que odeia as mulheres!

Então, é muito preocupante ver que, depois de tantos anos em que as mulheres estiveram lutando para ter o seu lugar no esporte, pela primeira vez, nas Olimpíadas de Tóquio, as Olimpíadas foram 50% mulheres e 50% homens.

Depois de mais de cem anos – a primeira Olimpíada da era moderna foi em 1896 –, só em Tóquio, em 2021, as mulheres conseguiram, em 50%, equiparar o número com os homens, e agora nós estamos proibidas, porque, senão, a plataforma derruba, enquanto as ameaças são liberadas?

Não há censura para as ameaças? Não há censura para a perseguição? Então, eu não quero que sejam perseguidos e censurados. Quero que falem. Porque eu vou usar a Justiça: calúnia, injúria, difamação. Eu uso a Justiça, arts. 138, 139 e 140.

Não quero a censura de ninguém, mas não quero a nossa censura ao defender as mulheres no esporte feminino. Que as pessoas vivam, repito, a sua vida e a sua identidade social como bem queiram, e que elas sejam respeitadas, mas o pilar olímpico, esportivo, é um só, é a biologia humana. E essa espiral de silêncio que esse complexo industrial da censura está colocando às mulheres é nefasto – é nefasto!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não vamos nos calar. Não vamos! Foram muitos anos até as mulheres chegarem aqui. E nós seguiremos falando e defendendo o direito sagrado das mulheres de competirem com isonomia esportiva, como está na Carta do Barão de Coubertin.

Essa espiral de silêncio e essa quantidade de ameaça, a proibição do debate, principalmente agora, nas Olimpíadas, foram assustadoras, mas nós entendemos que, para quebrar essa espiral de silêncio, nós precisamos dar o exemplo. E eu espero que os senhores deem o exemplo no Congresso, para que essa espiral de silêncio não se levante, mais uma vez, contra as mulheres, contra as minorias, contra a liberdade de expressão, contra a liberdade de imprensa.

Chegamos ao ponto inaceitável de sermos condenadas ao dizer que XX é diferente de XY. Enlouqueceram! Enlouqueceram!

Então, é o ápice dessa saturação para muitos.

Eu estou nessa luta, há muitos anos, pelas mulheres e pelo direito de as mulheres não serem censuradas nas plataformas e de defenderem o seu sagrado espaço no esporte, há muitos anos, mas o ápice dessa censura e dessa loucura, dessa insanidade, foi vermos uma mulher tendo o nariz quebrado por um atleta XY – com anomalias DSD: 5-ARD, mas XY, cromossomos XY, teste do cariótipo XY. Ou seja, com todas as benesses de uma estrutura masculina. O ápice foi este: uma mulher que teve o nariz quebrado, em 46 segundos, e o mundo foi proibido, proibido de se levantar em defesa daquela mulher, da italiana e de tantas outras.

Lutem! Quebrem essa espiral de silêncio! Basta!

Muito obrigada pela oportunidade, pelo espaço, Senador Girão. Muito obrigada pelo convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado pela sua participação, pelo seu legítimo desabafo e pelas informações que você trouxe.

Eu peço essa documentação de Westminster – se você puder enviá-la aqui para a nossa Comissão –, pois nós vamos anexá-la aos *Anais* da Casa aqui. Ela é muito importante para a gente.

Ana Paula Henkel, muitíssimo obrigado pela sua participação.

E olha que desafio a gente tem com essa cultura *woke* – não é como se chama? Rapaz, que coisa impressionante!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Magno Malto, eu quero lhe pedir para o senhor assumir a Presidência rapidamente. Eu vou dar um pulo no Plenário.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Depois que eu falar. Vai ser rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Certo.

Daqui a pouco, a gente vai chamar o Marco Antônio Costa para participar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O que a Ana Paula acabou de falar – de um macho espancando uma mulher –, nós precisamos acabar com isso dentro do Parlamento. Você vai conversar com alguém e falam: "Não, é porque fulano me pediu, sabe, assim... Ele é uma pessoa assim, que até vota..." As coisas precisam ser separadas.

Alguns Senadores falam comigo, e o Flávio testemunhou isso ontem: "Pega leve aí com o Pacheco, ele é gente boa" – não foi o Flávio que falou.

Eu não estou dizendo que ele é gente ruim. Eu estou cumprindo o meu papel como Senador. Entendeu? Se ele foi eleito por esse Colegiado, o responsável é ele! Se alguém deve ao país, é ele!

Essa questão, vamos votar...

Em tudo que vamos votar querem colocar gênero. "É, fulano me pediu, eu vou sair, não vou...". Não! Isso é covardia! No boxe, então, que é uma matéria que eu conheço...

Todo mundo acha que é esticar o braço e trazer um soco forte. Não! Sai tudo daqui do quadril. É diferente de um homem socando uma mulher.

Por que não criam o esporte para que os trans, entre eles, disputem?

Porque eu não vejo uma mulher que se diz homem querendo lutar com homem. Não vejo! Querendo lutar com homem, chamar Cigano para sair na porrada, chamar Werdum para sair na porrada, chamar Anderson Silva, chamar Popó para sair na porrada. Não tem! Só tem macho, que é zero ponto no esporte que pratica, e, de repente, ele participa do alfabeto – tem o A+ lá, ele pode botar a letra dele... Certo? – e agora diz o que ele se sente, e está bom.

Eu vi até uma ironia de Mike Tyson, que disse que vai se sentir mulher para poder fazer uma luta. Será que vão aceitar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhe, ninguém tem nada contra ninguém; a regra da boa convivência é o respeito. Vamos respeitar.

Criem um esporte paralelo. Eles que lutem e disputem entre si. Se eles acreditam em escola com ideologia de gênero, escola com partido, criem as escolas e criem seus filhos lá. Não se metam com os nossos filhos, com as nossas crianças.

Ana Paula está correta. Nós precisamos levantar a voz.

"Ah não, mas nós temos pessoas aqui que têm mandato, que são assim". E daí? E daí? Ele pensa assim? Eu respeito o que ele pensa, mas é preciso respeitar o que eu penso e como eu me comporto, porque é em nome da maioria, em nome da maioria absoluta.

É deprimente ver um macho comemorando uma medalha de ouro e dizendo que ganhou espancando mulheres – espancando mulheres! Então, se tivesse uma Lei Maria da Penha mundial, ele seria incluído? Ele seria incluído? Não. Quer dizer, nós temos uma Lei Maria da Penha aqui no Brasil que só vale para outros; para o filho de Lula não vale – não é?

Então, nós estamos vivendo num espectro político comunista, ideológico, doente, seja o que for, que comporta todas essas coisas, e nós, cristãos – coisas que eles não fazem com os muçulmanos –, somos muito pacíficos; somos uma nação cristã.

Mas veja bem: já chegou o momento em que esta Casa – realmente é por isso que eu falo da ressalva – já tem um grupo de Senadores que não baixaram a cabeça para esse tipo de coisa, e é preciso que nós incentivemos os outros, de maneira que eles acreditem na família deles, nos valores e no que vão deixar para os netos, porque é impressionante você ver um Senador que é do agronegócio e está na base de Lula. Assim... Não dá! É tico com teco. Não bate, irmão. Não bate!

É o que ela acabou de falar: nós precisamos quebrar essa espiral.

Você acredita nisso? Põe seu projeto aí, discuta e lute, convença as pessoas, mas eu não sou obrigado a me curvar a isso por causa de amizade, porque nós somos Senadores e estamos aqui no mesmo lugar. Eu não fui eleito com esse voto, e quem me trouxe para esta Casa me trouxe para, exatamente, praticar e fazer como Ana Paula acabou de fazer. E não é chegando aqui e fazendo amizade que eu vou mudar o meu comportamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que nós que pensamos assim, a população brasileira, este país, que é conservador, um país de católicos, de evangélicos, de espíritas, que pensam assim, em valores e em princípios, na verdade não podemos nos calar.

Você vê aí o Mauricio, do vôlei? Quer dizer, o Mauricio foi botado para fora do time, porque se levantou, falando... Falou uma frasezinha em defesa das crianças.

Ver a Tandara, do vôlei... Que perseguição que essa moça...

Desencadeou em cima dela, Alexandre, uma perseguição, a partir do momento em que ela disse que não concordava com um homem jogando vôlei no meio de mulher. Porque é diferente. E olha que Tandara é forte, não é? É um ícone, um ídolo, uma referência do voleibol. Banida!

E a perseguição não para. A perseguição não para. O sistema persegue o tempo inteiro.

Quem é que tem que defender essa gente? Acolher essa gente? Receber essa gente dentro das nossas embaixadas de vida? Acolher dentro da embaixada? Somos nós. Somos nós. E fazer o enfrentamento com essas pessoas e em nome desses valores.

Eu agradeço à Ana Paula, a palavra dela, significativa, chamando a atenção para a necessidade de que nos mantenhamos acordados e ajudemos os outros a acordar diante dessa tragédia, senão, é o que nós vamos ver daqui para frente, não como exceção, mas como regra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Mais uma vez, quero agradecer a essa que, também, é desportista, Ana Paula Henkel. Uma história bonita no voleibol do Brasil.

Inclusive, nós aprovamos, aqui no Senado Federal, duas semanas atrás, na Comissão de Esporte, um debate como esse, uma audiência pública, e a gente quer trazer aqui a Confederação Brasileira de Basquete, que demitiu o preparador físico da seleção feminina de basquete, Diego Falcão. Logo depois, o Sr. José Alves Neto, em solidariedade também – ele, que é técnico da seleção feminina –, pediu o desligamento.

E nós queremos ouvir tanto o Sr. José Alves Neto como o Falcão e o presidente da CBB, que é o Guy Peixoto Júnior, para que possamos entender que caçada é essa. Quer dizer que ele defendeu a vida desde a concepção, foi claro contra o aborto, e aí tiram-no? Vão atrás para afastá-lo da seleção brasileira? Que país é esse? Quer dizer que você não pode manifestar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, se fosse o inverso, você pode ter certeza de que ele já chegaria ali à Presidência da Confederação.

Então, nós precisamos resistir, e é graças às pessoas que estão aqui participando... Auditório lotado. Temos aqui Pittoli, Alexandre Garcia, Ana Paula Henkel, Paulo Figueiredo, mais de dez Senadores – depois eu vou colocar a lista dos que passaram aqui também... É uma audiência altíssima... As pessoas estão...

Poxa, nós estamos vivendo um problema no Brasil. Problema gravíssimo, e está sendo revelado aí. Os sinais estão claros, vindo de onde você menos espera, do que estamos vivendo em termos de sufocamento da nossa democracia.

Mas vamos continuar. "Água mole em pedra dura, tanto bate, até que fura".

Passo a palavra agora a Marco Antonio Costa, que vai fazer a sua apresentação aqui, a sua fala.

Fique à vontade. A gente vai colocar 20 minutos. Se não quiser usar todo, fique à vontade, mas também tem a tolerância, como a gente fez com os demais Senadores.

Vou registrar a presença da Senadora Damares Alves, que chega aqui agora a esta Comissão.

E o senhor tem a palavra, Marco Antonio Costa. (*Pausa.*)

Está sem o microfone.

Dá para ligar o microfone aí, Marco Antonio? (*Pausa.*)

É aqui o problema. Ele está dizendo que é aqui que não está liberando o microfone. (*Pausa.*)

Deu um probleminha técnico aqui. Enquanto se resolve, tem algumas perguntas que estão chegando.

Desde quando a gente marcou esta sessão, tem algumas perguntas que já chegaram aqui, e eu vou ler todas.

Márcia, do Rio de Janeiro; "Como conter todas as mentiras que são espalhadas *online* cotidianamente? Como a população pode denunciar e participar dessa contenção?".

Depois eu vou abrir para as considerações finais para os nossos convidados que queiram colocar, responder, de alguma forma. Fiquem à vontade também os Senadores aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jamil, da Bahia: "Algoritmo que prioriza conteúdo semelhante ao já visto está criando bolhas que limitam a exposição a diferentes perspectivas políticas. [Por que isso?]".

Letícia, do Rio de Janeiro: "Como as políticas de moderação podem melhorar para [...] [não prejudicar] a liberdade de expressão, mas sem facilitar a desinformação?". É uma linha muito tênue. Não é?

E olha esse debate que a gente está fazendo aqui como é interessante, porque a gente defende a liberdade de expressão, mas essas plataformas que, muitas vezes, vão ao gabinete lá, "ó, estão querendo restringir, estão querendo mexer", não vêm para a audiência. É uma situação, assim, meio de paradoxo o que nós estamos vivenciando aqui.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – "Farinha pouca, meu pirão primeiro". Quando precisam, eles vêm.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O Magno está dizendo aqui que é tipo "farinha pouca, meu pirão primeiro". Pronto! Quando precisam, vêm. Mas é uma situação delicada.

Vamos lá!

Eduardo, do Rio de Janeiro: "Essa queda de audiência não seria pela derrubada judicial das empresas que operam robôs para o impulsionamento desses canais?".

Estou lendo tudo. Democracia é isso.

"Não se pode permitir propagação de *fake news* de forma impune. Sou a favor das medidas preventivas nas plataformas digitais" – é a opinião da Raíssa, do Paraná.

Wagner, do Rio de Janeiro: "Regulação de *big techs* e mídias sociais é mais do que urgente, mas, além [de questão] de direitas e esquerdas, sobrepõe-se a ética, a verdade e a lei".

Rafael, de São Paulo: "O mais importante é estabelecer um marco legislativo para impedir a disseminação de mentiras [...] que prejudicam a sociedade".

Giulia, de Rondônia: "Quais seriam os reflexos da inviabilização causada pelos algoritmos e pela censura nas plataformas digitais ao seu público-alvo?".

Pedro, do Rio Grande do Sul: "Qual o impacto da crescente transparência dos algoritmos de plataformas digitais na audiência de canais de direita?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lucas, do Maranhão: "Como a percepção de censura pode impactar a confiança dos usuários nas redes sociais?".

Anderson, do Mato Grosso, pergunta: "Qual o impacto das decisões do STF na censura aos canais digitais conservadores ou liberais de direita?".

E a Danielly, de Rondônia: "Como [...] [as plataformas garantem] que a moderação de conteúdo não seja [...] [usada] como ferramenta para censurar determinadas opiniões [...]?".

Esse é o grande dilema aqui, nós temos depois alguns...

Já está resolvida aí a questão ou ainda não?

Quase resolvido, Marco. Só mais um pouquinho de paciência.

Nós vamos aqui, então, passar a ouvir algumas cidadãs e cidadãos que estão aqui conosco, participando presencialmente, e que pediram a palavra.

Eu vou apenas pedir, se a gente puder definir... Três minutos. Pode ser? (*Pausa.*)

Porque a gente já está... É quase 1h da tarde, e a gente agradece se puderem ser três minutos, com a tolerância de até cinco minutos. Está bom?

Então, vou passar primeiro a palavra aqui para a Sra. Luciana Maria Monteiro Lima, que é advogada.

Muito bem-vinda à Comissão de Comunicação e Direito Digital do Senado.

A senhora tem a palavra por até cinco minutos.

A SRA. LUCIANA MARIA MONTEIRO LIMA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Saúdo os Senadores aqui presentes, na figura do Senador Girão; saúdo também os Alexandres mais queridos do Brasil, nossos "Alexandres, os Grandes", e a relevância desta pauta hoje aqui discutida.

Tenho 25 anos, quase, de formada nas ciências jurídicas e estudo a Constituição desde então.

Fui formada sob o crivo da Constituição de 1988, em que, no seu art. 5º, nós temos a defesa de cláusulas pétreas e garantias constitucionais, as quais aqui são tratadas como liberdade de expressão e liberdade de expressão, também, jornalística, e que temos observado que têm sido flexibilizadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cláusulas pétreas não podem ser flexibilizadas. E, aí, temos o art. 5º, na defesa da liberdade de expressão, e o art. 220, aqui também já muito bem colocado, que trata, especificamente, da liberdade de manifestação, de expressão jornalística.

Falamos, em uma das apresentações, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que é um tratado internacional internalizado no ordenamento jurídico nosso, que também prevê a defesa da liberdade de expressão e pensamento no seu art. 19.

Não podemos esquecer, também, o Pacto da Costa Rica, tratado internacional que garante a defesa da liberdade de expressão.

Creio que, entre as falas, esses artigos foram mencionados, mas eu quero trazer aqui a relevância.

Estamos falando de tratados internacionais e da Constituição Federal, sob a ordem do Poder Legislativo, e, em uma das falas, foi questionado se precisava ter alguma lei.

Nós já temos leis que preveem as garantias desses direitos, mas eu vou lembrar que também, sob o crivo do Poder Judiciário, nós tivemos um importante e histórico julgamento, a ADPF 130, de 2009. E, aí, eu vou querer uma fala do Sr. Alexandre Garcia, que deve ter feito, com muita maestria, a cobertura da ADPF, que cuidou da Lei de Imprensa, de 1967.

Esse julgamento histórico do Supremo Tribunal Federal, sob relatoria do saudoso Ministro Ayres Britto, trouxe a questão de liberdade de expressão e considerou que a liberdade de manifestação e de expressão da imprensa é um direito imaterial e que jamais poderia ser questionado, tutelado ou perseguido de forma contrária à sua grandeza.

Então, eu queria chamar a atenção desta Casa para um julgamento de 2009, não tão antigo assim, que revogou a Lei de Imprensa por entender que a Lei de Imprensa traria limites para a liberdade de expressão. O que mudou de lá para cá? O controle do quarto poder?

Então, essa é a questão que eu acho tão importante. São duas Casas da tríade dos Poderes, tanto o Legislativo já cuidou na Constituição Federal de 1988 como também o STF no julgamento em 2009, que revogou a Lei de Imprensa por força de uma garantia, de que jamais a imprensa poderia ter limites. Então, acho que essa é uma questão ainda não trazida nas manifestações e que vale a pena ser relembrada, como já foi o posicionamento do nosso Supremo Tribunal Federal.

Para encerrar, invocando também a palavra divina, que é uma perseguição aqui, estamos em busca da perseguição da verdade e do que está acontecendo nas plataformas, quer por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algoritmos, quer por fatos desconhecidos, em que a gente não consegue chegar à liberdade e ao porquê do cerceamento de liberdade, quer de plataformas, quer de Parlamentares, quer inclusive no exercício da advocacia, porque, na minha profissão, os advogados também hoje têm medo, têm medo de se manifestar.

Eu queria deixar esse registro. Quero parabenizar a Ana Paula, que trouxe ainda a questão do Comitê Paralímpico e do posicionamento de que as mulheres têm, sim, perdido liberdades, a partir do momento em que, na paridade de armas, nossos direitos não são garantidos. Acho que são pontos e ferramentas de suma importância, e, talvez, desta Casa, nós comecemos uma mudança implacável para garantia do que está prescrito na Constituição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Muito obrigada, Doutora, pela sua palavra, pela sua luta, pelo seu engajamento, pelo seu preparo também, pelo seu conteúdo.

Como advogada, a senhora encerra dizendo que os advogados hoje estão com medo, mas o medo é alguma coisa controlável. Nós temos um grupo de advogados que não se curvaram, como vocês. Diga "presente"!

A SRA. LUCIANA MARIA MONTEIRO LIMA – Presente!

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Presente!

É um grupo de advogados que tem defendido com unhas e dentes os nossos patriotas inocentes, recolhidos de forma covarde e agora revelados pelos áudios dos assessores, Senadora Damares, do Ministro "inoxidável", que manda no país e desmanda. E não é só advogado não; juiz tem medo, desembargador tem medo, desembargador federal tem medo. Há um Judiciário amedrontado diante da ameaça de um homem.

A gente fala o nome dele, mas a frase é sempre essa: "Formaram maioria". Então, ele é o CEO da maioria. (*Risos.*)

Então, nós temos que falar de todos.

Eu queria cumprimentar o Deputado Danilo, que é Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do nosso estado, que está nos visitando aqui, veio aqui e está conosco. Ele está já no terceiro mandato; com 200 anos de delegado, prendeu muita gente ruim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá no Estado do Espírito Santo, prestou e tem prestado um belo serviço ao nosso estado enquanto Deputado Estadual.

Obrigado, Danilo, pela sua presença aqui.

Bem, nós ouvimos a "Mulher Maravilha", que foi Ana Paula Henkel. Agora, nós vamos ouvir o "Superman", que é o Marco Antonio Costa.

Marco Antonio, tem a palavra por 20 minutos.

O SR. MARCO ANTONIO COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Magno Malta! Obrigado pelo espaço.

Eu queria agradecer também o convite realizado pelo Senador Eduardo Girão e a todos os Senadores que participam desta audiência e deste debate, que é o debate mais importante hoje. Eu digo que eu acho que esta é a bandeira, este é o debate da nossa geração.

A liberdade de expressão e de imprensa no Brasil e no mundo vem sendo atacada sistematicamente, e a gente tem visto não só o Elon Musk denunciando, mostrando como isso acontece na Austrália, como isso acontece na Venezuela, como isso acontece em várias também ditaduras que nós temos visto recentemente.

Mas eu queria trazer aqui um pouco dessa reflexão junto com o que o Pittoli falou muito bem. Aliás, eu também queria agradecer por estar ao lado do Pittoli e da Ana Paula Henkel, do Paulo Figueiredo, do Alexandre Pittoli, do Alexandre Garcia, pessoas que são uma inspiração para mim no trabalho jornalístico que eu comecei quando entrei na Jovem Pan, em 2022, que, coincidentemente, era um ano eleitoral. Lá, eu já comecei a perceber, a partir do começo do segundo semestre, que havia uma lista... Havia uma lista em Brasília, e as pessoas falavam abertamente dessa lista: "Existe uma lista de comentaristas, existe uma lista de pessoas que o regime quer perseguir, que o regime quer desmonetizar". E era tudo assim, tudo falado no bastidor, tudo falado, uma espécie de sussurro. Ninguém falava abertamente, só falavam: "Cuidado, cuidado, você está numa lista".

E os acontecimentos recentes, não só o Twitter Files, mas também essa reportagem recente do Glenn Greenwald, mostram exatamente o padrão que o regime adotou, o padrão de comportamento das pessoas envolvidas no gabinete do Ministro Alexandre de Moraes, juntamente com essa assessoria especial de combate à desinformação que virou o Ciedde, de maneira, inclusive, sarcástica, fazendo troça, colocando um olho gigantesco como seu símbolo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representativo, a sua imagem. E a gente viu que aquilo que era sussurrado nos bastidores, desde a época em que eu estava na Jovem Pan, em 2022, até agora, teve não só do ponto de vista direto e oficial, usando agentes públicos do Estado, Polícia Federal, usando investigações eleitorais fora do período eleitoral, usando gabinetes do Supremo Tribunal Federal para promover perseguição, para promover essa espiral do silêncio de que a Ana Paula Henkel falou, essa cultura do medo para a classe jornalística, para advogados, também para servidores públicos que não concordam e acham que isso é um grande absurdo que está acontecendo no Brasil... A gente tem agora um momento emblemático da nossa história.

O meu canal... Coincidentemente, eu abri o meu canal no começo do ano passado, e ele chegou a 350 mil inscritos; teve um crescimento rápido e parou exatamente junto com a queda da audiência da AuriVerde, exatamente junto com a queda da audiência e do alcance do Paulo Figueiredo Show, que é o canal do Paulo Figueiredo no YouTube, que ele criou também recentemente. Então é interessante notar que existe um padrão que não é, que eu não consigo enxergar – e aí que entra essa denúncia – como um padrão meramente algorítmico; eu enxergo como intervenção humana direta, feita de maneira, como disse a reportagem da *Folha*, não ritualística ou extraoficial.

Existe uma porta dos fundos entre os gabinetes do Supremo Tribunal Federal, os gabinetes do TSE, isso está muito claro, e as *big techs*. E não só está claro, isso foi objeto de várias reportagens, várias matérias, inclusive da *Revista Oeste*. Olha só, 21 de setembro de 2021: "TSE marca reunião com *big techs* para discutir meios de desmonetizar páginas que divulgam *fake news*". Mistura isso com a conversa cabulosa do Airton, Juiz Auxiliar do Alexandre de Moraes, e do Tagliaferro, o Chefe da Assessoria de Combate à Desinformação. Isso daqui... Existe uma conexão direta que está sendo utilizada para perseguir pessoas que criticam o regime que eles impuseram. Isso daí está mais claro que a luz do dia, do sol a pino.

Quer dizer, isso nos Estados Unidos já é um escândalo. Nos Estados Unidos, a gente viu audiências recentes do Comitê de Assuntos Judiciários mostrando inequivocamente que existe uma relação de censura, só que a gente precisa tomar alguma providência com relação a isso.

Eu entendo que a gente precisa entender melhor o algoritmo, precisa de entender melhor como é que funciona. A rede precisa ser mais transparente, porque, na minha equipe eu tenho mais de dez pessoas que trabalham comigo, mais de dez pessoas que dependem do Fio Diário para sobreviver. Mas, além disso, a gente está olhando aqui para uma concertação de interesses que vão além inclusive das próprias *big techs*, porque tem apoio da grande imprensa, dessa velha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imprensa. Por que qual que é o interesse da grande imprensa também nessa discussão, em criar esse clima de perseguição, em apoiar esse clima de perseguição?

A audiência que a Ana Paula Henkel tem no Oeste sem Filtro, que o Pittoli tem de manhã nas redes sociais, no YouTube, é muito maior do que qualquer coisa que a Globo sonha em fazer, só que a Globo tem a TV aberta, tem o meio tradicional dela de explorar economicamente a atividade de comunicação. Mas você percebe que a capacidade de furar bolhas, a capacidade de chegar a milhões de pessoas, a capacidade de ter o seu vídeo viralizado por meio dessas redes sociais, mesmo com todas essas restrições, está do lado da direita e dos conservadores hoje no Brasil.

Então, o que me traz insegurança jurídica, o que me traz imprevisibilidade não é só a maneira como o YouTube trata, como o Instagram trata as nossas postagens, os nossos vídeos.

Recentemente, eu tive... Eu estou com um bloqueio no meu Instagram, que estava crescendo bastante – está por volta de 750 mil seguidores –, e ele se deu porque eu fiz uma crítica ao que a Ana Paula Henkel acabou de falar, à boxeadora italiana que teve o nariz quebrado por um homem biológico. E eu fui checado pela Agência UOL. Da Agência UOL – eu entrei em contato com o suporte do Instagram – teve essa checagem e teve mais uma checagem quando nós repercutimos a eleição venezuelana, que não era notícia falsa, mas que eles trataram como se fosse falsa; os checadores independentes do UOL, que de independentes não têm nada, classificaram como mentira. Hoje, qualquer pessoa que me marcar recebe uma notícia, uma mensagem ali do Instagram falando: "Você tem certeza de que deseja marcar este perfil, que reproduziu sistematicamente informações falsas?". Meu alcance foi derrubado até novembro. O suporte do Instagram falou: "Até novembro, está derrubado o seu alcance".

E o pior é que, se houver alguma matéria de opinião que os checadores independentes do UOL considerarem que é informação falsa – e, na verdade, eu não trago informações primárias, nem nos programas do Fio Diário, nem no meu Instagram; eu não sou fonte primária de informação, eu sempre trago de outros órgãos de comunicação –, eu inclusive posso ter o meu Instagram derrubado da noite para o dia, sem qualquer possibilidade de apelar, sem qualquer possibilidade, inclusive, de descaracterizar o que o UOL fala que é verdade ou mentira.

Mas acho que o grande ponto aqui que eu queria fazer de reflexão para vocês é: não só a gente tem que conviver com a insegurança das *big techs*, que têm checadores enviesados – os checadores, as agências, as entidades, o Lupa, o UOL, todas essas entidades têm militantes dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

delas que têm prazer em derrubar canais que estão aí vinculados à nossa posição sobre o que está acontecendo no mundo –, mas, mais importante do que isso, a gente precisa investigar a conexão que existe, os acordos que existem entre o TSE, o Supremo Tribunal Federal e as *big techs* – as mesmas *big techs* que não estão presentes nesta audiência do Senado. O respeito que elas dão aos Ministros do Supremo Tribunal Federal elas não dão a vocês. Elas não respeitam os Senadores, não respeitam quem teve voto, quem tem legitimidade para tratar deste tema, quem tem legitimidade para debater este assunto, para coletar as informações, para fazer perguntas incômodas. Não! Elas vão ao Supremo, elas vão ao TSE, elas fazem reunião com ministros, que não tiveram um voto sequer e que hoje têm prazer em fechar as atividades do Congresso Nacional. Prova disso é exatamente o que a gente tem visto, as conversas cabulosas nesses bastidores do gabinete do Alexandre de Moraes com o que hoje é o Ciedde, mas antes era a assessoria especial de combate à desinformação.

Então, aqui eu acho que o grande convite é: a gente precisa investigar isto, essencialmente essa relação que existe entre o Tribunal Superior Eleitoral, que ainda tem o Ciedde... Cármen Lúcia criou um "Disque Cármen Lúcia", o 1491: "Ligue para cá que a Carminha vai ouvir a sua denúncia sobre processo eleitoral".

E eu fico imaginando, sinceramente, Senador Magno Malta e todos que estão ouvindo aqui, nesta audiência: isso é grotesco, isso é uma palhaçada. O Senado nunca poderia deixar um órgão como esse existir. Isso daí é mais do que superpoderes, é uma maneira de constranger pessoas constantemente, com ameaça de prisão, de investigação eleitoral, de investigação do Supremo Tribunal Federal.

A gente está vendo a conexão que existe entre os gabinetes, a relação espúria que existe entre esses agentes em volta do Alexandre de Moraes, que querem, a qualquer custo, transmutar crítica em ataque, como se eles fossem a própria representação personificada do Estado brasileiro. Uma crítica ao Supremo e ao Alexandre de Moraes vira ataque antidemocrático à instituição. Isso é tratar todos os Senadores como palhaços, e todos nós cidadãos que votamos em vocês como idiotas.

O Ciedde nunca poderia existir. Pelo contrário, a gente vê o regime intensificando os ataques à liberdade de expressão, Cármen Lúcia criando um "Disque X9". E quais são os fiscais do disque-denúncia dela? Agentes da verdade? Agência UOL? Agência Lupa? NetLab, lá no Rio de Janeiro? Esses são os checadores de fatos? Militantes de extrema-esquerda?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, queria deixar claro que, mesmo com todas essas restrições, o nosso trabalho no *Fio Diário* não vai parar, as denúncias não vão parar, e a gente não vai se intimidar pelo regime. Eu mesmo, que não sou ativista, estou organizando uma manifestação "Fora, Moraes" no dia 25 de agosto, junto com vários Deputados Federais. Tenho prazer nisso. Não dá para a gente aceitar o regime totalitário criado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

E outra, não dá para ter medo. Eu ouvi o Senador falar sobre desembargadores, juízes. Meu Deus do céu, a esquerda tem entidade associativa de juízes e MP pela democracia há quantos anos? Quando é que a direita vai se organizar no terceiro setor também para combater esse ambiente nefasto de censura que a gente está vivendo já há anos? Também nas carreiras públicas, também no serviço público.

E nós somos muito maiores, numericamente, do que eles, mas eles têm se mostrado mais organizados e eles têm utilizado todas as instituições do Estado para se autopreservar. E eles apostam no marasmo da população, eles apostam na inércia, eles apostam na desorganização da direita.

E é por isso que eu valorizo demais o trabalho de vocês, a iniciativa de vocês de abrirem esse debate público. E podem contar comigo sempre que precisar, para a gente trazer não só essas denúncias, mas o relato pessoal sobre o que aconteceu com o meu canal e com vários outros canais. Diogo Forjaz, Didi Red Pill, todos os canais sofrem a mesma censura e as mesmas restrições de alcance. E eu estou convencido de que isso não é apenas uma questão algorítmica, isso vai além, para a intervenção humana, dentro de uma relação escusa que existe de TSE, Supremo Tribunal Federal e as *big techs*.

Obrigado, Senador, obrigado pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Muito obrigado, Marco Antonio. Obrigado pela sua palavra, pela sua disposição – jovem, cheio de energia, preocupado com o seu país, com o futuro do seu país, com o futuro dos nossos pequenos, o legado que temos que deixar. Você é um sujeito admirável e admirado por todos nós, pela sua coragem, pelo seu conteúdo.

E você está correto. Fazem a população de idiota e tratam o Senado como palhaços. Aliás, lembrando o Toffoli, o Toffoli disse – antes de passar a palavra aqui ao nobre Senador Flávio Bolsonaro – que eles tiveram mais de 100 milhões de votos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mais de 100 milhões de votos, é. O raciocínio é que o povo vota no Presidente, o Presidente o indica, mesmo ele sendo advogado de José Dirceu, e aí esses votos se convertem para ele: quando ele é aprovado, ele foi aprovado por essa população; e aí ele está autorizado a nos desaprovar, a desfazer o que nós fazemos, a praticar injustiça em nome da justiça, a dizer que ato democrático é antidemocrático e que o inocente é culpado.

Eu dizia ontem, no meu discurso, que no dia do memorial, em que eles todos estavam chorando, o Presidente do Supremo, nosso Presidente aqui também fez um discurso acalorado e ele disse – eu não citei o nome ontem, não, mas vou citar –, ele disse, no discurso dele, o Pacheco, chamou de alguns traidores da pátria. Traidor da pátria é quem cospe na Constituição, é quem não respeita a Constituição e se acovarda de fazer valer a Constituição.

Ele precisa e deve um perdão à família dos que morreram, dos que estão de tornozeleira, dos que estão perseguidos, para a gente ter esse tipo de ousadia.

O Fux, numa fala, disse que chegou a um ponto... no Supremo, quando você chega lá, você não deve satisfação a ninguém. E do Ruy Barbosa, patrono, nos 200 anos desta Casa, a célebre frase: a pior das ditaduras é a do Poder Judiciário, porque contra ela ninguém pode.

Você está correto, Marco Antonio, quando fala isso: é dessa forma debochada. Aqui as audiências públicas convocadas pelo Senador Girão até, algumas convidando o Ministro Alexandre de Moraes, eles tiram de ombro, como se não fosse com eles; como se não fosse com eles. E qualquer coisa que ocorre com relação a eles...

Nós votamos aqui o fim do voto monocrático, no Senado. Nós votamos aqui e está na Câmara dormindo, numa gaveta lá. E não se sabe por que o Presidente da Câmara não põe para votar – "não se sabe" a gente fala por educação, mas tinha que botar para votar.

Eu agradeço ao Marco Antônio.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro, até porque tem um compromisso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para expor.) – É, Presidente. Obrigado pela palavra. Na verdade, eu tenho uma viagem para o Rio de Janeiro – a sessão começou às 9h, já é 1h30, quase.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade é só para agradecer e – usando aqui uma expressão que V. Exa. usou, que eu achei muito feliz – agradeço a V. Exas., que emprestaram os seus conhecimentos, o seu tempo, a sua coragem, para compartilhar conosco aqui essas importantes percepções do que está acontecendo, que são, eu acho, 100% alinhadas com que esse grupo de Parlamentares aqui também pensa.

Eu acho que, Presidente Magno Malta, o senhor é muito feliz também quando faz sempre essa ressalva, porque é óbvio que a responsabilidade é do Senado Federal – isso não está em discussão. Mas a gente que está aqui sofrendo as mesmas ou mais represálias do que... Aqueles que falaram conosco aqui estão sofrendo também. Então a gente está do mesmo lado dessa dor, desse sentimento de injustiça.

E eu acho que é importante fazer sempre essa ressalva, porque a gente vai conseguir virar esse jogo a partir do Senado Federal. Aí Deus vai nos mostrar se será já nos próximos meses – com a contaminação positiva da nossa coragem e o convencimento de mais Senadores, em especial dos que nós pensamos que passem a pensar também como nós – ou se a partir de 2027. Haverá eleições em 2026 e um novo Parlamento, uma nova configuração assumirá; e num momento, Alexandre Garcia, em que a renovação será de dois terços do Senado, portanto duas vagas de Senadores. E é óbvio que muitos que estão aqui hoje – apanhando, sofrendo, defendendo aquilo em que a gente acredita – vão tentar se manter aqui entre esses dois terços, já que será a vez deles de se submeterem ao julgamento popular, para dar continuidade e aumentar a tropa que existe aqui.

Então, Alexandre Garcia, Alexandre Pittoli, Ana Paula Henkel, Paulo Figueiredo, Marco Antonio Costa, muito obrigado a V. Exas. por este momento.

Presidente, eu aprendi algumas coisas aqui que eu vou incorporar, já pedindo permissão para usar nos discursos, como esta expressão, que eu achei muito forte, vinda da boca da Ana Paula: "complexo industrial da censura". Este é o novo nome desse Ciedde: complexo industrial da censura; CEO: Alexandre de Moraes. É o que V. Exa. falou, porque ele não faz sozinho, tem um suporte; mas parece que é uma espécie de obediência, um combinado: "Olha, faça aí, você, o trabalho sujo, que nós estamos aqui o protegendo, se precisar". É o que está acontecendo. Isso não é defesa da Constituição, da democracia, isso é defesa de algum interesse que não é o interesse do povo.

E eu vou só fazer também uma consideração rápida aqui, porque o Senador André falou do tribunal, do exemplo do que faz a China. Quando ele falou, eu arrepiei igual a gato quando quer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brigar: "Não é possível que ele falou isso". Só compartilhando a minha percepção de quando ele falou, seria ter uma espécie de justiça especializada – como tem vara de família, vara cível, vara criminal – para esses supostos crimes digitais. Eu acho que a intenção dele foi essa, mas eu também acho ruim esse caminho; porque você acaba... Quando você centraliza o poder de tomada de decisão num grupo menor de magistrados, em algum momento eles também vão ser ameaçados, vão ser cooptados e podem sofrer alguma pressão para tomar decisão olhando capa de processo, olhando a ideologia de quem é o acusado.

Eu acho que o caminho, Senador Magno, para nós aqui do Parlamento, o que a gente pode seguir, não é criando vara especializada, mas criando prazos menores para os crimes cometidos contra a honra no ambiente digital, em rede social; prazos como os da Justiça Eleitoral, às vezes, de 24 horas. Você conhece aquelas decisões? "Opine em 24 horas, senão você está preso". Eu acho que a gente pode não criar uma vara especializada, mas usar todo o aparato do Judiciário, portanto uma livre distribuição que diminua a possibilidade de alguma decisão enviesada, com prazos menores, para tomarem decisões do tipo: "Olha, isso aqui realmente ofende a honra de alguém, vou tirar do ar momentaneamente até julgar o mérito" – em 24 horas, em 48 horas, nos prazos da Justiça Eleitoral ou nos prazos alexandrinos, o que for o mais conveniente.

Porque, de fato, quando alguém sofre alguma calúnia, quando alguém está inventando um crime contra você, a cada minuto que fica na internet, quem está sofrendo a injustiça está ali... Ainda mais para nós, que temos uma reputação a zelar, isso dói na gente, é difícil. Então, obviamente, quem se sente injustiçado quer que aquela decisão ocorra o mais rápido possível. "Olha só, aparentemente aqui realmente tem um crime contra a sua honra, vou tirar do ar por enquanto. Vamos analisar agora com calma, no devido processo legal, o que a gente vai fazer: se tira em definitivo ou se restabelece."

O que acontece hoje é o que o senhor falou. Acho que foi o Pittoli que falou aqui.

É Píttoli ou Pittóli?

O SR. ALEXANDRE PITTOLI (*Fora do microfone.*) – Pittóli.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Pittoli falou. Tem vídeo no YouTube até hoje com crianças jogando futebol com a cabeça do Bolsonaro e está o.k. E o pior: estão ganhando dinheiro, porque é monetizado. Tem milhões de visualizações e os vagabundos que publicaram isso – está lá no ar até hoje – estão ganhando dinheiro ainda com isso. Aí contra o Bolsonaro pode.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Já houve pedido para tirar e...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Já pedimos para tirar. Inclusive, a resposta foi que não infringia as políticas do YouTube. Vai para o inferno! Agora, bota um do Alexandre de Moraes para ver o que acontece, se não está preso no mesmo dia.

Então, em reuniões com essas *big techs*, eu até já falei: cara, a solução está em vocês mesmos. Adotem políticas de privacidade, critérios transparentes para tomar decisões: "Olha, o seu vídeo está sendo excluído por causa disso aqui". E quando acontecer de ser um outro vídeo, de um político de uma ideologia oposta à nossa, o critério é o mesmo. Aí não causa confusão. Porque fica parecendo, obviamente, com esse tipo de situação, com esse tipo de exemplo que eu acabei de dar, que isso só acontece com Parlamentares de direita, conservadores. Na prática é o que a gente vê acontecendo: a censura só para um lado.

Então, Presidente, eu quero parabenizar também a pessoa do Senador Girão, que solicitou esta audiência pública. Isso aqui era o tipo de coisa, Alexandre, que tinha que ser divulgado em TV aberta – em TV aberta.

Se Deus quiser, em algum momento, nós teremos...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Neste momento, a TV Senado está transmitindo. Viu, Senador Flávio?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim. É um avanço.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É um avanço.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas eu me refiro às TVs abertas tradicionais que estão no mercado, que não tratam apenas aqui do Legislativo. Porque não é possível que não tenha empresários, um empresário, um grupo de empresários, com capacidade financeira para comprar uma ideia dessa. Até porque, no meu ponto de vista aqui, na visão de empreendedor, isso vai ser rentável. Porque não tem alternativa hoje, só tem veículos de comunicação de extrema-esquerda ou de censura, que adjetivam quem é de direita a todo momento. Olha o mercado que não tem nisso aí!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É até uma coisa que o Marco Antonio Costa... Tá, Marco Antonio? Não é o Marco Antonio Villa, porque toda hora confundem.

Eu imagino o xingamento que não é, para o Marco Antônio Costa, ser confundido com o Marco Antonio Villa.

A gente consegue algumas organizações no terceiro setor e vou dar aqui um exemplo. A Abrajuc. Eu sou integrante da Abrajuc. O que é a Abrajuc? Associação Brasileira de Juristas Conservadores. Aí quando vai, Alexandre Garcia, para uma... A imprensa vai repercutir algum evento que a Abrajuc faça, "associação bolsonarista Abrajuc". Mas, quando é o Prerrogativas, não falam "associação lulista Prerrogativas".

Então, essa adjetivação de que o senhor falou aqui com muita propriedade não dá... A gente fica indignado. Por exemplo, a gente vê vários institutos que defendem direitos humanos para bandidos. E empresários que acreditam naquilo botam dinheiro lá.

Então, eles têm o poder de contratar pesquisador, advogado.

O SR. ALEXANDRE GARCIA – Senador, bolsonarismo, toda hora falando, é para o povo não esquecer.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, a gente agradece.

O SR. ALEXANDRE GARCIA – É burrice. É burrice.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A gente agradece. (*Risos.*)

O SR. ALEXANDRE GARCIA – Cada vez que o sujeito fala no nome, vai lembrar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu imagino que a associação não se sinta ofendida com isso, mas é uma adjetivação que acaba, assim...

Só para passar a palavra aqui para o Alexandre.

Outro de que eu falo é de um instituto que defende, por exemplo, direitos humanos para policiais. É o Instituto Família Policial, lá no Rio de Janeiro, que precisa dos investimentos, das doações, das contribuições das pessoas comuns, do particular, porque não quer recurso público para mostrar o seu trabalho. Mas certamente isso é uma carência que tem no Brasil. A gente... Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não sei se hoje, por medo ou por desconhecimento, esses dois exemplos que eu dei aqui seriam instituições importantes de nós estarmos dando visibilidade e as ajudando.

Então, concluo aqui para passar a palavra para o Pittoli.

Parabéns, Senador Girão, pela iniciativa!

Conte sempre conosco aqui! Esse grupo de Senadores que está aqui, sofrendo, sendo perseguido. Onde não tem crime, o grande *establishment* é que inventa crime contra nós. Mas não é isso que vai nos calar, porque a gente vai continuar fazendo e quem vai julgar a gente é Deus e a população.

O SR. ALEXANDRE PITTOLI (Para expor.) – Senador Flávio, tem uma novidade.

Há duas semanas aproximadamente, foi inaugurado um canal de televisão. Está ainda na parabólica convencional aberta, no canal 581, um canal chamado TVD – o D é sugestivo, conclusivo, é intuitivo o significado do D –, que juntou esses conteúdos conservadores da internet espalhados pelo YouTube.

Então, por exemplo, ali está... A conversa começa com a *Revista Oeste*. Então, tem a transmissão do programa Oeste sem Filtro. Pelas manhãs tem a transmissão do programa que eu apresento, do jornal da AuriVerde. Tem Marco Antônio Costa, tem Didi Red Pill, que é um batalhador também, entre outros conteúdos, mas todos compilados e juntados num canal de televisão. A ideia é que ele ganhe força e musculatura para chegar às operadoras de TV a cabo, mas por enquanto ele já está à disposição, há duas semanas, na parabólica convencional aberta, aquela que não tem mensalidade.

Inclusive, existe um programa do Governo já há bastante tempo, chamado Siga Antenado, o *site* é este: www.sigaantenado.com.br. Neste *site*, preenchendo requisitos básicos ali, o cidadão de qualquer ponto do Brasil pode receber gentilmente o equipamento e só providenciar a instalação. E ele tem acesso a conteúdos, a todas as emissoras, entre elas, esse canal que foi inaugurado em Belo Horizonte. A ideia é de Ricardo Montijo, o idealizador. Há duas semanas, estivemos lá para a inauguração.

Então, já tem um movimento para que a gente de fato tenha uma emissora de televisão que consiga comunicar esse tipo de noticiário, de jornalismo que eles tentam, através da criatividade, censurar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Essa questão através da criatividade, censurar... esse negócio vai pegar, hein? Criatividade... Como é a expressão que foi usada?

O SR. ALEXANDRE PITTOLI – Use a criatividade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Use a criatividade.

Rapaz, esse negócio é escancarado. Mas eu queria só fazer uma ponderação, aliás, não é uma ponderação, eu queria parabenizar os Senadores. Foram 30 Senadores que assinaram o pedido de visita do Daniel Silveira. Nós protocolamos ontem; são 30. Na época do nosso PRF...

O SR. ALEXANDRE PITTOLI – Silvinei.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... o Silvinei Vasques, a gente fez, e passaram sete meses para o STF dizer que poderia visitar. Olha a que ponto chegamos no Parlamento. E aí nós mandamos... Passaram sete meses.

Graças a Deus, no caso do Filipe Martins, nós conseguimos as assinaturas, protocolamos, e, quando foi dois, três dias depois, ele foi solto; cheio de restrições, absurdas restrições. Mas agora, nós protocolamos ontem – viu, Senador Magno Malta? –, ontem foi protocolado o do Daniel Silveira. Daniel Silveira, ontem, ex-Deputado, preso, outro preso político no país. Nós, 30 Senadores, 30 assinamos: o Senador Flávio, o Senador Magno, todos que passaram por aqui assinaram também e outros. Então eu quero agradecer aos Senadores, e eu espero que a resposta venha rápida, porque o que está acontecendo é um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu agradeço ao Senador Flávio, acho que as colocações foram pertinentes. Eu acho o seguinte: não há como descolar quem quer ver o Brasil liberto, e eles acham que é pejorativo chamar de bolsonarista, e, na verdade, eles fortalecem o nome. Eu acho que quem tivesse um pouco de inteligência abriria uma TV para tratar das questões de direita, e sem nenhum problema dizer que era uma TV para tratar das questões e pautas discutidas pelo bolsonarismo. Ia ser o dono da audiência – ia ser dono da audiência, entendeu?

Então, é andar na contramão. Minha mãe dizia: "Meu filho, só faz sucesso quem anda na contramão, quem faz diferente dos outros". Certo? Então, isso para nós não cheira a nada pejorativo. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alexandre, você manda aqui.

O SR. ALEXANDRE GARCIA (Para expor.) – Eu queria dar um retorno para as preocupações da doutora que teve uma participação aqui, só para lembrar o seguinte: a gente está esquecendo coisas que se passaram lá na pandemia, como teste para ver se a gente baixava a cabeça. Chegou ao ponto em que o Supremo transferiu para Prefeitos direitos sobre a Constituição que nem o atual Congresso tem, porque se trata de cláusula pétrea do art. 5º, que só uma nova Constituinte poderia mexer, por exemplo, o direito de ir e vir no território nacional; o direito de reunião, transferindo para os Prefeitos decidirem se cancelam o direito de reunião, se cancelam o direito de ir e vir. Está na Constituição; isso é um absurdo.

E outra coisa, eu tinha falado, Pittoli, que eu não tinha queixa, mas aí eu liguei aqui para a minha secretária para saber como é que estão as rádios. Eu tinha a ideia de entrar no livro *Guinness,* de recordes, porque eu estava com mais de 300 emissoras publicando o meu comentário. Perguntei para ela: "Do Governo, do início do novo Governo até agora, como é que foi?". Ela respondeu: "Perdemos 90". E a alegação principal é que não tem mais verba publicitária oficial, e aí o sujeito cai fora

Eu estou com 210 emissoras. Felizmente, os 38 jornais permanecem – hoje até é dia em que eu escrevo para a *Revista Oeste*, o artigo semanal permanece –, mas há essa pressão em cima, que você muito bem relatou e com que sofre muito, como tantos outros, não é?

Então, encerrando, para repetir uma frase que eu pus no X, ontem ou anteontem: o que começa mal não tem como não terminar pior. Começou mal esse inquérito do fim do mundo, como chamou o Marco Aurélio, e o Supremo está vendo – está literalmente numa camisa de onze varas –: "Como é que a gente sai dessa, já que nos metemos nessa?". Está completamente... Está tudo errado; não vai terminar bem. A instituição Supremo tem que ser preservada. Meu Deus do céu! Nós precisamos estimular um bom Supremo, como naquele tempo em que os Ministros iam caminhando pela rua, todos de toga, e as pessoas que estavam na rua aplaudiam, cumprimentavam; Néri da Silveira na frente... Eram outros tempos, ninguém se metia a fazer declarações, a dar entrevistas, a antecipar opinião; eram juízes, Ministros que lá assumiram a condição de magistrado e seguiam tudo o que se espera de um magistrado.

Então, eu quero agradecer: Senador Girão, muito obrigado pelo convite. Aprendi muito, hoje, ouvindo os Senadores e os participantes, e isso serve para mostrar que a gente está no caminho certo. Assim como Nelson Jobim mostrou, há três dias, que eu falei certo, na Jovem Pan,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da catarse, a gente vê que está no caminho certo, o caminho de busca do conhecimento, porque só o conhecimento liberta. Querem nos tutelar. Não precisamos de tutores, só precisamos de conhecimento. Como é que a gente elimina a mentira da rede social? O sujeito que mentiu para mim eu nunca mais sigo, nunca mais! Acabou; cortei. Está pensando que eu sou trouxa, que eu vou acreditar nisso? Então, cada um faz isto: elimina. Não precisa de um tutor que vai ensinar: "Olha, isso é verdade; isso é mentira". Como assim? Verdade e mentira podem ser, como a democracia, relativas: meia verdade é meia mentira.

Muito obrigado pela atenção de vocês. Desculpem-me por eu falar demais – quem fala demais dá bom dia a cavalo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas ouvi-lo e ouvir o professor, sem dúvida, foi um prazer para todo mundo.

Antes de passar a palavra para o Senador Girão, também agradecendo – eu estou cirurgiado, há uma prótese aqui no meu joelho e eu preciso ir, para tomar a minha medicação –, eu queria dizer uma coisa ainda ao Marco Antonio: assim que a sessão começou... Já faz alguns anos que estou em 650 mil seguidores no YouTube, sem sair do lugar; eu tenho 2 milhões de seguidores, que não saem do lugar, no Instagram. É feito jabuti em enchente, na minha visão: jabuti em árvore ou é enchente ou é mão de gente, porque jabuti não sobe em árvore. Então, essa história de "Algoritmos, algoritmos, não sei o quê...". Não, eu estou achando que é jabuti em árvore mesmo: ou é enchente, ou é mão de gente.

Então, a gente não saiu do lugar, não é que o povo parou de nos seguir, eles pararam de entregar. É a visão que eu tenho, é a visão que você colocou aqui também, e muito bem colocado.

Eu acho que a gente tem que conseguir continuar nessa linha, e nós fomos chamados para isso. Quem tem missão para cumprir deve cumprir a sua missão sem medo, sabe, sem se acovardar, sabe, diante de todo o quadro. A gente está vendo que ventos estão vindos.

A Bíblia diz que quando a cidade estava cercada pelos assírios, eles montaram ali um grande exército. E, lá dentro, o povo trancado não tinha como sair, e não tinha mais comida, não tinha água. Eles pensavam em entregar as crianças, depois as mulheres, não sabiam mais o que fazer.

Lá fora tinha quatro leprosos. Já não conviviam com a família, porque não podiam mais, porque eram leprosos. Viviam no meio do mato, de qualquer maneira. Um sem os dedos, sem orelha, sem a ponta do nariz, porque a lepra vai desmontando, sem que o sujeito sinta dor. Um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disse para o outro: "Nós já estamos mortos. Nós estamos mortos, nós somos leprosos, nós nunca mais vimos nossa família. Vamos lá no exército. Vamos lá, se eles matarem a gente, estamos mortos. Se der comida, a gente vai comer."

De repente, os leprosos caminham para lá, e eles começam a ouvir som de guerra, de exércitos chegando. E eles fogem, diz a Bíblia, desaparecem. Quando os leprosos chegam lá, não tem nada. Só tem arma, só tem comida. E eles voltam e batem na porta da cidade e dizem: "Saiam, porque a cidade está liberta." O Brasil está precisando que Deus levante só um leproso, nem precisa levantar quatro, para afastar tudo isso.

É o vento que vem de fora. Não vou chamar, mas nós estamos vendo o agir de Deus. Quem crê nisso, e que tem pedido, quem crê nisso, vendo o agir de Deus revelando... Volto a dizer, o que disse na minha fala, no início: tudo que é feito nas trevas um dia virá a luz.

E a luz, para nós, acendeu no final do túnel. E certamente esses inocentes precisam ser... Como que devolvida publicamente, porque quem fala pelo cotovelo, é obrigado a desmentir pela boca, por aqueles que os submeteram a essa humilhação do dia 8, se colocando como democráticos. E nós somos os antidemocráticos da pátria.

Essa coluna malfeita, vai se desmontar diante dos nossos olhos, porque Deus é grande, e o Brasil é grande. E essa pátria foi escolhida para ser a pátria desse mundo.

Muito obrigado.

Senador Girão. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pessoal, faltam apenas três inscritos para fazerem o uso da palavra.

Como a gente combinou aqui, já vou passar imediatamente a palavra para Carolina Siebra, que é advogada da Associação dos Familiares e Vítimas do 8 de janeiro – ela, que tem sido incansável, viajado aí no mundo inteiro denunciando o que está acontecendo no Brasil.

Muito obrigado pela sua presença aqui.

Você tem a palavra por até cinco minutos, Carolina.

A SRA. CAROLINA SIEBRA (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Eduardo Girão, que muito nos orgulha – é do meu estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer aos Alexandres, não é? Se todo Alexandre tivesse a mesma postura proba como vocês, o Brasil não estaria sofrendo da forma que está.

Hoje, a gente tem ainda pessoas presas, que estão presas desde o dia 8 de janeiro, e, com as revelações desta semana, vimos que o trâmite é o mesmo. Esses pedidos fora do rito, que não pode ser considerado normal, como ele mesmo falou, que seria o normal, são contra a Constituição.

A gente tem um princípio, que é o princípio da legalidade na administração pública, pelo que tudo que o servidor público faz tem que ser o que está estritamente descrito dentro da lei. E o que o Ministro Alexandre de Moraes vem fazendo há muito tempo é bem distante do que está escrito na lei.

Começa pelo inquérito das *fake news*, um inquérito que é interminável, o inquérito do fim do mundo, e, com base nesse inquérito, os juízes das varas federais aqui de Brasília declinaram das suas competências para o Ministro Alexandre de Moraes julgar as pessoas do 8 e 9 de janeiro.

Então, a gente tem um emaranhado de coisas que trazem todas para o denominador comum, para o mesmo final: as pessoas estão presas pelos mesmos argumentos. Esses Deputados que foram perseguidos, que têm o nome exposto agora, são os mesmos Deputados que ele utiliza para dizer que a competência é do STF.

Coincidência? Claro que não! Não é coincidência, é perseguição mesmo. E hoje eu vejo algumas pessoas passando o pano, digamos assim, no linguajar popular.

Mas vamos fazer uma imaginação aqui na nossa cabeça. Imaginem um diálogo – foi até o Deltan que postou isso –, um diálogo do Moro com Deltan, em que o Moro diz: "Eu quero prender o bandido fulano de tal". Aí, o Deltan vai e responde: "Mas não temos elementos". E o Moro vai e responde: "Use a sua criatividade".

Será que hoje o país, o Rodrigo Pacheco, o Presidente do Senado, estaria dizendo que era tudo normal? Será que as pessoas estariam caladas dentro das suas casas, fingindo que não é com elas, fechando a janela para o sol nem entrar? Não! O que a gente tem aqui, além de imoral, é ilegal, porque ele está pedindo para produzir provas.

Como é que você pede um laudo e pede para modificar o laudo? É como um cliente ligar para mim e dizer: "Doutora, por favor, faz um parecer aqui sobre o meu processo, mas coloque aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu sou inocente". Ou você está me contratando para dizer a verdade, está me pedindo um laudo, ou você não está.

Como é que eu peço um laudo para o TSE e manipulo o laudo que vem de lá? E aí eu posso bem dizer, porque eu fui vítima também desse setor lá do Ministro Alexandre Moraes, porque ele pediu que fizessem um laudo sobre o Instagram de uma cliente minha. Como eles não tinham encontrado nada – que é a mesma coisa que aconteceu agora nessas conversas –, eles colocaram uma foto do Instagram da mãe dessa minha cliente junto comigo. E aí tem lá o laudo dizendo que não tem a pessoa que está sendo processada, mas tem a advogada dela com a mãe dela, etc. e etc. Eu reclamei para o OAB, e a OAB diz: "É questão processual".

Agora, por último, eu tenho um cliente que foi defendido por um advogado – e a Doutora vai até achar estranho – que nunca juntou procuração aos autos do processo. Eu pedi a nulidade. A PGR e o Ministro Alexandre de Moraes disseram que não precisa. É a primeira vez que eu vejo, na minha vida, que um procurador não precisa de procuração para atuar. Então quer dizer que eu posso chegar com o nome de qualquer um de vocês e atuar por qualquer um de vocês? E mandei de novo para a OAB, e a OAB disse: "Questões processuais. Está ferindo o Estatuto da OAB, no seu art. 5º". A OAB disse que são questões processuais.

Então a gente, como advogado, se sente órfão. A realidade é essa. A OAB, que era para proteger os advogados, está do lado dos algoses, fazendo cartinha, dizendo que está do lado deles, que os defende, etc.

Aqui contamos com poucos e bons Senadores. Mas o que tem acontecido no Brasil passa longe de uma democracia. Na democracia, nós temos três Poderes, que são independentes e harmônicos entre si. Mas quando a gente tem um Poder que se sobrepõe a outro, a gente já não tem uma democracia. E, veja bem, a gente tem o Executivo, o Judiciário e o Legislativo. Quem é que nessa história está mais fraco e padecendo mais? O Legislativo. E continua calado. É porque aqui se tomam as leis, se decidem as leis: o Senado vai e as aprova, e o Ministro vai e as derruba. E esses Ministros que estão lá, 11, juntos com o Poder Executivo, estão dominando tudo. O Presidente não dá a cara dele. Ele não é o ditador. O ditador é um rapaz com pouco cabelo, que está sentado na frente lá, no prédio, na frente do dele. Então ele sai como lindão, o outro sai como feião, e está tudo certo! "No final das contas, a gente divide aqui o que der do jogo".

Então, se esta Casa aqui, se o Senado não reagir, enquanto há tempo, não podemos falar em 2026, porque em 2026 a gente vai ver o que aconteceu em 2022: serão eleitas as pessoas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles querem. E eu não digo por fraude em urna, não. Eu digo, enquanto também advogada eleitoralista, pela falta da isonomia. Cadê a igualdade das armas? Cadê a paridade, quando a gente viu tudo: Bolsonaro ser censurado, com censuras prévias, como a Carmem Lúcia disse, "não, mas é só hoje; é só hoje, eu vou deixar"? Acabou com as questões dos rádios: o Bolsonaro teve menos posicionamento no rádio. E eu, do Ceará, sei que lá, no interior, no rural, a pessoa leva radiozinho, enquanto está capinando o lote dele! E as *lives* foram proibidas! Foram proibidos de dizer a verdade, com história de *fake news*, sob o argumento de que é *fake news,* porque agora a verdade é o que eles querem.

E se a gente não tivesse jornalistas independentes, como o Pittoli, como Alexandre Garcia, como Ana Paula Henkel, como Marco Antônio, a população estaria sem saber o que acontece aqui em Brasília; as pessoas estariam em casa, vendidas para esse sistema, que é um sistema que está torturando os nossos irmãos. A gente tem pessoas doentes, a gente tem crianças sofrendo hoje, dentro de casa, porque o pai está, há um ano e oito meses, sem saber o que fez, preso dentro de um presídio.

O SR. LUIZ FELIPE CUNHA (*Fora do microfone*.) – Os meus sobrinhos... Os meus sobrinhos de nove e oito anos.

A SRA. CAROLINA SIEBRA – Então, são pessoas que tiveram que deixar o seu país.

Há quanto tempo a gente não vê exilados no Brasil? Um país que tem exilados não pode se chamar uma democracia! A gente vê a família largando tudo para trás, empresários de sucesso, para deixar o seu país por conta de perseguição. Pessoas que estão vivendo em condições sub-humanas, pessoas com alcoolismo, pessoas com depressão, câncer, morando na rua.

Então, assim, o que é que a gente espera mais? O que é que este Senado espera mais acontecer para que eles se movimentem e deixem de passar pano para o Ministro que está fazendo tudo isso com as pessoas? É cruel, é cruel, é vil!

Mas, enquanto a gente tiver voz e perna para andar dentro deste Congresso, a gente vai fazer e vai bater de porta em porta em nome dessas pessoas que hoje estão caladas e sem voz.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, muito bem, Carolina Siebra. Ela é minha conterrânea, cearense.

E tem uma turma muito boa, o Ezequiel; tem uma turma, assim, muito determinada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que nada acontece por acaso na vida e não há mal que não venha por um bem maior. Essas pessoas que estão se conhecendo desde essa injustiça sem precedentes na história do país, de 8 e 9 de janeiro, estão fazendo amizades. Então, muitas vezes, na solidariedade, na dor ali, se juntando, se agigantando, está-se gerando muita consciência, que vai gerar bons frutos, através muitas vezes das lágrimas, mas que vai irrigar ali para nascerem sementes e árvores frondosas para a nossa democracia.

Eu acabei de receber uma mensagem agora, antes de passar para a próxima pessoa que vai usar a palavra.

A *Folha de S.Paulo*... Olhem só os sinais chegando o tempo todo, é como você falou. O que é que nós vamos... O que é que precisa acontecer mais? "Órgão do TSE acessou dados da polícia de SP após pedido informal de segurança de Moraes" – de segurança de Moraes!

Está aqui a matéria, acabou de sair. É dessa série de reportagens que a *Folha* está colocando sobre esses vazamentos aí que estão... Ou acorda agora ou não acorda, não tem como.

Então, vamos passar aqui para o Eduardo Borgo, que está conectado, lá do interior de São Paulo, lá de Bauru, e vai agora fazer uso da palavra.

Eduardo, muito obrigado, seja bem-vindo.

Pergunto, pelo adiantado da hora, se a gente pode ir até o limite de dez minutos. Pode ser? (*Pausa.*)

Eu agradeço, muito obrigado.

O SR. LUIZ EDUARDO PENTEADO BORGO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Senador. É muito menos do que isso!

É um prazer, é uma honra estar participando desta audiência pública tão importante para o nosso país. Agradeço a V. Exa. por tê-la feito e tomado a frente desta audiência.

Cumprimento também, na pessoa de V. Exa., todos os demais Senadores e Senadoras, advogados, advogadas, servidores desta Casa e todos que nos acompanham, meu amigo, irmão, Alexandre Pittoli, Prof. Alexandre Garcia. É um grande prazer estar participando.

Sou Eduardo Borgo, sou advogado criminalista, Vereador do Município de Bauru e comentarista afastado, licenciado pelo período eleitoral, da Rádio AuriVerde Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, me chama a atenção, porque, se esses assuntos tratados aqui nesta manhã tivessem sido comentados ou tratados no YouTube de V. Exa., do Alexandre Pittoli, da rádio, ou do próprio Alexandre Garcia, com toda a maestria que tem na profissão, provavelmente já teria sido derrubada a página, porque são assuntos proibidos de serem comentados em algumas plataformas.

Digo isso, porque, no dia 21 de junho de 2021, Senador, eu levei e apresentei, como Vereador e Presidente da Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Bauru, um vídeo que foi apresentado pelo Senador Luis Carlos Heinze, um vídeo publicado no YouTube do Senado Federal. Eu passei esse vídeo na Câmara Municipal de Bauru, e, pasmem, o YouTube derrubou o canal. A página do YouTube da Câmara Municipal de Bauru foi derrubada; foi tirada do ar toda a sessão, e não somente a minha fala com o vídeo do Senador Luis Carlos Heinze da covid-19 – projetos, discussões, votações. Nós não temos esse registro, porque foram faladas ali palavras proibidas.

Acionando o Judiciário, o meritíssimo juiz aqui de primeira instância entendeu que, por se tratar de uma empresa privada, o YouTube poderia, sim, fazer isso que nós temos como censura. Isso é muito perigoso, porque, de uma forma, de um lado, nós estamos sendo censurados, privados da liberdade de expressão, e há também uma consequência dessa censura, que é o afastamento da inviolabilidade parlamentar.

E isso V. Exas. estão sofrendo. O Senador Marcos do Val, pelo que eu fiquei sabendo, estava com dificuldade de vir do seu estado para participar da sessão das audiências, pelo bloqueio do Ministro Alexandre Moraes. Quer dizer, é o fim!

Eu entendo que é muito importante esta audiência pública, aliás, vejo-a como um divisor de águas, mas também entendo que seria importantíssimo, Senador, levar aos demais Senadores e Senadoras a possibilidade da instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Um dos desdobramentos da censura, que é a perseguição, nós a temos no caso do jornalista Sérgio Tavares, que foi detido, cerceado de sua liberdade no aeroporto, em São Paulo. Eu fui advogado do Sérgio e confesso, com quase 20 anos de advocacia criminal, que eu nunca testemunhei nada parecido, em que o próprio delegado de polícia não sabia por que estava cerceando a liberdade do Sérgio Tavares.

Ele aguardava um telefonema de Brasília – não sabemos de quem. Eu perguntei se tinha uma ordem de prisão, um mandado de prisão, se tinha cópia do processo, se tinha algo para que, na condição de advogado, eu pudesse defender os interesses do Sérgio naquela ocasião, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu cliente, mas o delegado de polícia não sabia. E, sim, foi uma detenção irregular, porque naquele momento o Sérgio estava privado de sua liberdade, com o passaporte ali retido. E essa é uma das consequências da censura.

Então, para não me estender e até pelo adiantar da hora, Senador, eu faço esse apelo.

Eu sou Parlamentar, parabenizo o trabalho de V. Exa., assim como o dos demais Senadores, que de todas as audiências importantes para o país sempre estão participando, nas suas devidas proporções.

Eu sou Vereador, participo do Parlamento também, aqui em Bauru, no interior de São Paulo, eu sei que é difícil. Nós temos uma minoria de Parlamentares que enfrentam realmente, e no Senado Federal não é diferente.

V. Exa., assim como os demais Senadores que hoje prestigiaram e aqueles que não puderam participar por outras atividades do Senado, mas que normalmente participam dessas audiências, V. Exas. são guerreiros. E como eu costumo dizer aqui, Senador, eu me levanto de manhã, olho para os meus filhos; quando eu volto para casa, à noite, às vezes com os meus filhos dormindo, eu olho e falo: "Nós fizemos a nossa parte, nós somos instrumentos nas mãos de Deus". Deus eu entendo que não se materializa, mas ele nos usa para construir as suas obras, e essa é a responsabilidade tão grande que nós temos. Por isso a importância desta audiência, desse trabalho, da luta que V. Exa. e os demais colegas vêm travando pela liberdade de expressão, contra a censura. Nós temos que ter essa noção, mesmo que demore; se não for por nós, Senador, que seja para as próximas gerações.

No ano de 2004, 90% da população na Venezuela não foi votar, fizeram um boicote eleitoral, e hoje nós estamos vendo a consequência com essa nova geração, com sequestros, assassinatos, torturas, fome. Então, nós temos essa responsabilidade, que é muito importante.

Obrigado pela oportunidade de passar esse exemplo aqui que aconteceu em Bauru, e conte com as nossas orações e o nosso apoio, Senador.

Muito obrigado, obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Vereador Eduardo Borgo, diretamente de Bauru. Muito obrigado pela paciência e pela sua contribuição aqui a esta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos chegando já ao finalzinho. Vou pedir a palavra aqui para mais duas pessoas que se inscreveram previamente... Na verdade três, tem a Fátima Montenegro. Está aí? (*Pausa.*)

Fátima Montenegro, vou pedir até cinco minutos, por gentileza, para a gente ouvi-la e encaminhar o encerramento da sessão.

Obrigado pela sua presença.

A SRA. FÁTIMA MONTENEGRO (Para expor.) – Olá, boa tarde! Eu sou Fátima Montenegro, jornalista do canal VV8, em Valinhos.

Quero agradecer a oportunidade e parabenizar o Senador Girão, o Alexandre Pittoli e o Alexandre Garcia, que estão aqui nessa luta por nossa liberdade.

E quero aproveitar aqui esse espaço para mostrar como os jornalistas de direita sofrem dentro do Congresso Nacional. Porque o que a gente vê? Nós estamos vendo aí o Pittoli e todo mundo que tem um canal de notícias sendo cerceados, só que vocês não sabem o que acontece nos bastidores do Congresso para jornalistas de direita. Então, eu praticamente me sinto só, dentro do Congresso Nacional. Não é fácil.

Tenho o Alexandre Garcia como o meu professor. Nossa, eu o gravei falando aqui quais são as metas de um verdadeiro jornalista, e a primeira coisa que vem é a verdade. E é isto que eu falo sempre na VV8: primeiro a verdade.

No canal Ponto X, que é um programa que está passando de segunda a sexta, nada é monetizado, a visualização é praticamente zero. A VV8 sofre, sim, perseguição. Inclusive o Diretor, que é o Junior, já foi chamado pela Polícia Federal para poder depor. Tudo isso por causa do QG, do que aconteceu no dia 8.

Então, estar aqui, para mim, é mostrar que os jornalistas, os influenciadores de direita estão trabalhando com muita dificuldade. Temos aqui grupos de pessoas que têm canal no YouTube, como os influenciadores do Brasil, começando devagar. É estar aqui para mostrar a verdade. Só que quem é de direita não tem voz – é isto que estamos vendo: não temos voz.

E o que eu quero deixar aqui para todos é que a verdade prevaleça, que, independentemente do que esteja acontecendo hoje – Alexandre de Moraes, o próprio Pacheco, que é o culpado disso tudo... Quem sou eu para dizer isso, mas hoje nós estamos vivendo este momento crucial no Brasil por conta de um Senado omisso. São poucos os Senadores, não é,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Girão? Eu vejo que o senhor está totalmente envolvido com as pautas da população brasileira, que é o que os nossos patriotas estão passando, os presos políticos têm sofrido, e são poucos aqueles que levantam a bandeira.

Então, fica aqui a pergunta: será que esse trabalho que está se iniciando hoje, Senador Girão, lá na frente, vai surtir algum efeito? É o que nós queremos, que as pessoas tenham voz. Aqui era para estar lotado. Eu realmente me surpreendi de não encontrar este auditório lotado, enquanto aqui ao lado está cheio de pessoas e jornalistas. Cadê os jornalistas da Globo, do SBT, aqui, filmando este momento? E eles estão passando por isso, eles vão passar por isso. Quando chegar a vez deles, de eles não poderem falar, talvez eles estejam aqui filmando, mostrando para o mundo que todo mundo está sendo calado.

Então, aqui, nós de canais de direita não somos pequenos, somos grandes. Talvez não tenhamos quantidade de *likes* e de visualização, que é o que todo mundo quer, mas nós temos a voz da verdade. E eu acho que a verdade é que vai levar lá na frente, vai mostrar quem realmente luta pelo Brasil. Será que são os grandes? Não, são os pequenos, que somos grandes.

Então, é isso que eu quero deixar aqui para vocês, lembrando que a verdade sempre prevalece.

Fátima Montenegro levando a verdade em tempo real para vocês.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Fátima. Muito bem, muito obrigado. Você é sempre muito presente, a gente se encontra muito aqui nos corredores, você sempre cobrindo cada detalhe, audiência pública, também no Plenário. Então, seja sempre muito bem-vinda.

Eu queria relembrar algumas audiências históricas aqui, Alexandre – e você inclusive sempre também cobriu e repercutiu –, que incomodaram muito o sistema. Por isso que eu fico muito feliz em dar voz a pessoas que muitas vezes não a têm no próprio Parlamento, que é a Casa delas, da sociedade – isto aqui é uma audiência pública. E teve uma audiência pública aqui, em 2022, na CTFC (Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle), que discutiu... Está no YouTube ainda, quem não assistiu assista: "CTFC discute a fiscalização das inserções de propagandas políticas eleitorais".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembra-se dessa? Foram 11 horas de audiência pública. Nós estamos chegando à quinta hora aqui que nós estamos juntos hoje. Mas foram 11 horas dessa audiência pública. E eu lembro bem, porque eu não me levantei nem para ir ao banheiro. Porque foi um negócio tão assim... Foi uma catarse o que aconteceu naquele dia, com muito jornalista, humorista – sabe? –, Parlamentares, foi assim uma coisa impactante. Foi no dia 30 de novembro, que eu acho que é o Dia do Evangélico, e era feriado em Brasília. Tinha gente em corredor, em tudo que é lugar. E deu 2,6 milhões de visualizações no YouTube da TV Senado. Ali tem muita coisa interessante do momento que a gente está vivendo. Já estavam os sinais muito claros. Acho que essa audiência pública foi a mais vista na história do Senado Federal, segundo me falou o pessoal mais antigo aqui; foi essa audiência.

Nós fizemos outra, Alexandre, e você já tocou neste tema hoje, que é um tema também considerado proibido, Pittoli. Nós fizemos uma sucessão de debates temáticos sobre o tratamento profilático à covid. E o interessante – e eu presidi – foi que nós chamamos médicos de um lado – infelizmente é isso que a gente tem visto –, médicos que acreditavam no tratamento profilático, precoce, preventivo, como queiram chamar, e trouxeram os estudos; e nós trouxemos médicos que não acreditavam. De forma democrática, com tempo para cada um e tal. Quando se começou a falar, ficaram só os médicos que defendiam aquilo, o tratamento. Foi um negócio impressionante.

E tem outro detalhe que me marcou muito: não foi nesta sala, mas numa Comissão dessas nós tivemos a CPI da Pandemia, a que o Brasil todo assistiu, parou para assistir, porque estava em casa obrigado, aquela situação toda. E Senadores que comandavam aquela Comissão, que foi capturada para palanque político, na época, para desgastar o Governo de então, simplesmente... A gente conseguiu, num lapso deles, aprovar para trazer dois médicos que defendiam o tratamento e dois contra. Os Senadores foram embora, levantaram-se e foram embora, deixaram os dois... É uma coisa de arauto da ciência.

Então, o que querem esconder da gente? É estranha essa coisa. A gente sabe do poder da indústria farmacêutica, não é brincadeira, um *lobby* poderoso, e está entranhada aí muita coisa, mas vamos puxar esse fio da meada.

Para encaminhar, vamos agora ouvir o Sr. Luiz Felipe, que é Advogado e Diretor-Executivo do Instituto Internacional dos Presos e Exilados Políticos.

O senhor tem a palavra por até cinco minutos, por favor, Dr. Luiz Felipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ FELIPE CUNHA (Para expor.) – Boa tarde, Senador Girão.

Primeiramente, meus parabéns pela iniciativa desta audiência pública. Aos Senadores que aqui estiveram – Flávio Bolsonaro, Izalci – e a esse mestre do jornalismo, que vem a ser quase meu vizinho – já conversei com ele algumas vezes pelo WhatsApp, falando dos casos dos patriotas algumas vezes... Eu moro também no Mini Chácaras, próximo à residência do Alexandre Garcia, que mora ali no Altiplano Leste também, numa chácara, não é isso? E cumprimento o Alexandre Pittoli, que faz um trabalho espetacular aí na Rádio AuriVerde, a todos os presentes aqui, os Parlamentares que aqui estiveram, todos os outros.

Eu queria falar, primeiramente... Hoje a audiência é sobre as plataformas digitais, não é? E a gente vê que as plataformas digitais, hoje, são o único meio de comunicação, praticamente, que a direita, os conservadores, os patriotas têm para se comunicarem com a população. Porque, digamos, todas as TVs abertas estão praticamente a serviço desse sistema podre e corrompido, não é? O que eu queria falar aqui.

Mas eu queria falar sobre alguns casos, pontuar alguns casos aqui. Eu também sou advogado criminalista e eleitoralista, como a Dra. Carol Siebra falou ali. E um dos casos emblemáticos aí dessa questão de falar de censura claramente foi o radiolão – não é? –, no TSE, ou seja, ali foi mostrada a diferença de tratamento, o que um lado teve e o que o outro lado não teve, nas próprias eleições. Foi uma vergonha aquilo que aconteceu.

Mas eu queria falar que nós temos hoje várias pessoas exiladas – perseguidos e exilados políticos. Para a nossa Suprema Corte, são foragidos; mas eles são, para nós advogados e para a direita, perseguidos e são exilados políticos. Eu posso dizer aqui: Oswaldo Eustáquio, Allan dos Santos, Rodrigo Constantino, Paulo Figueiredo, Ana Paula Henkel, o Pavinatto...

O Pavinatto está no Brasil, mas a Ana Paula Henkel fez uma colocação brilhante, inclusive, que o Senador Magno Malta falou, sobre a questão dos trans, não é? Os trans na Olimpíada. Foi muito claro no boxe – eu vou fazer esse parêntese aqui –: a Associação Mundial de Boxe falou que aquelas duas pessoas que estavam disputando ali eram homens, e não deixaram lutar na Associação Mundial de Boxe. Mas o Comitê Olímpico Internacional deixou lutar e ganharam medalha de ouro, não é? Aí eu pergunto: cadê aquele grupo que anteriormente estava lá lutando, "mexeu com uma, mexeu com todas"? Cadê o grupo das mulheres "mexeu com uma, mexeu com todas"? Isso é a censura, se você falar alguma coisa disso na internet, você é derrubado, você é limitado do seu alcance.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE PITTOLI (*Fora do microfone*.) – Está com a Rouanet aí...

O SR. LUIZ FELIPE CUNHA – É, está todo mundo com a Lei Rouanet, exatamente. Bem colocado.

Mas eu queria dizer sobre o caso, por exemplo, do Oswaldo Eustáquio. Ontem eu recebi uma ligação, praticamente próximo às 8h da manhã, do pai da Sandra, a esposa do Sr. Oswaldo Eustáquio, e também do Oswaldo Eustáquio, para correr na casa dele para acudir a esposa e a filha, que estavam sofrendo um mandado de busca e apreensão na residência do jornalista Oswaldo Eustáquio. A filha e a mulher... a esposa eram as, digamos, teoricamente, as vítimas dessa busca e apreensão.

Cheguei lá, fui atendido por uma delegada, muito educadamente, que perguntou quem eu era. Eu falei: "Não, sou advogado e...". "O que o senhor está fazendo aqui?" Eu falei: "Eu fui chamado pelo pai da Sandra, a esposa do jornalista Oswaldo Eustáquio, e pelo Oswaldo Eustáquio para dar um atendimento aqui jurídico para as duas neste momento". "Pois é, mas o senhor tem procuração delas?" Eu falei: "Eu não preciso ter procuração delas, isso é prerrogativa de um advogado. Nós temos todo o direito de prestar aqui atendimento a ela". E aí tinha outra advogada, também junto ali, que tinha chegado por conta de uma postagem, parece que da filha do Oswaldo Eustáquio, que falava assim: "A Polícia Federal está na minha casa, estou desesperada! Socorro! Não sei o quê...". Aí a delegada pegou e tirou: "O senhor viu isto aqui? O senhor viu isto aqui?". Eu falei: "Não, não vi isto aqui não. Fui chamado aqui pelo jornalista Oswaldo Eustáquio, para atender a família, e fui chamado pelo pai da Sandra, que é a esposa dele. Então, nem vi isso aí. O que é isso aí?". "Olha aqui esse absurdo!". Eu falei: "Mas como que essa postagem é um absurdo, se... Imagina a senhora, que é delegada, se a senhora estivesse na sua casa... É a sétima vez que a Polícia Federal aborda a família do Oswaldo Eustáquio, dá busca e apreensão e leva...". Levou 17 itens: computadores, redes sociais, passaportes e – pasmem os senhores – eu tenho aqui um mandato, não posso passar para ninguém, mas eu posso ler um pedaço aqui: bloqueio de todas as redes sociais da mãe e da filha. A mãe nem usava a rede social. "Proibição de utilização de quaisquer redes sociais diretamente ou por intermédio de terceiros. Bloqueia e entrega imediatamente os passaportes, inclusive diplomáticos, e o descumprimento de qualquer uma dessas medidas alternativas implicará na prisão preventiva nos termos do art. 312".

Nisso, tinha uma intimação para a Mariana, uma menor. Primeiro, ela não pode ter a prisão preventiva decretada; é uma menor. Teria que ser uma pena alternativa ou outra coisa, não é? E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a mãe, a prisão preventiva se não entregasse o passaporte. Vejam que bizarro a que gente chegou!

Além disso, tinha um mandato também de visita íntima. Não acharam algumas coisas que eles queriam lá e tiveram que fazer uma revista íntima nas duas. A filha do Oswaldo Eustáquio, num momento de desespero, após a revista íntima, cortou o próprio dedo – pegou um vidro, cortou o próprio dedo, queria cortar o pulso, só para vocês terem ideia. Agora, se eu posto isso nas redes sociais, eu sou bloqueado, e podem até derrubar a minha rede social, mas aqui eu acho que é o momento de falar sobre isso.

Então, foi um momento, assim, de muita tristeza a gente acompanhar, ao vivo, essa operação na casa dele. Eu queria me solidarizar com a família, com o Oswaldo Eustáquio, com todos esses presos políticos perseguidos, com os quase 300 presos políticos que estão lá, na Argentina, exilados, muitos passando fome – fugiram do país, e muitos estão passando fome. Ao nosso ver, são perseguidos e exilados; para a Suprema Corte são foragidos, porque são pessoas dos Inquéritos 4.921 e 4.922. Para quem não sabe, são os dois principais inquéritos. O 4.921 é das pessoas que foram pegas no QG, e, no QG, foram pegas aproximadamente quase mil pessoas, quase 1,5 mil – foram apreendidas na Polícia Federal inicialmente. Nos prédios públicos, quase 500 pessoas; essas respondem pelo inquérito 4.922.

Tem três pessoas, mulheres, presas ainda, desses inquéritos, na colmeia, e duas são clientes minhas, vieram a ser clientes minhas. Uma, vai assinar aquele acordo de persecução penal, vai assumir a culpa, porque ela tem quatro filhos, crianças menores, e a tornozeleira apitou algumas vezes. Mesmo a defesa fazendo toda a justificativa de que ela não deveria ser presa por conta de descumprir medida teoricamente cautelar pela tornozeleira ter apitado, com quatro filhos menores, ela foi recolhida e vai ser forçada a assinar o acordo para poder sair até que a anistia passe. A gente reza a Deus, ora, para que essa anistia saia o quanto antes para resolver toda essa situação.

E a outra é a D. Adalgiza, que é nossa cliente também. Ela tem... Vou passar para alguns jornalistas aqui, para algumas pessoas aqui, alguns Parlamentares. A D. Adalgiza é um caso urgente; ela tem 64 anos, ela foi presa no Inquérito 4.922, dentro do Palácio do Planalto, sem fazer nada, com a bandeira do Brasil. É mais uma tiazinha do Zap que foi presa. Ela tem 64 anos, é idosa, sofre de depressão e de síndrome do pânico e ela falou, para a família, para mim, para várias pessoas, que, se ela voltasse para a Colmeia, cometeria suicídio. Isso eu falei nas minhas redes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociais. A primeira postagem que eu fiz bombou, na segunda caiu ao alcance, na terceira caiu mais ainda.

Então a gente, neste país, não pode falar a verdade, mas, apesar disso, a gente ainda tem as redes sociais. Como bem falou o nosso mestre aqui, Alexandre Garcia, Pitolli e tantas outras pessoas, os canais estão estagnados, mas eles cresceram até um certo momento, e esse certo momento foi o 8 de janeiro. Parece que as redes estagnaram a partir do 8 de janeiro, as redes de todo mundo. Mas o que eu queria falar sobre isso...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só peço para concluir, porque já dei quatro minutos a mais, pelo menos.

O SR. LUIZ FELIPE CUNHA – Tá!

E tem um jornalista também preso política, a Fátima está dizendo também aqui, o Marcos Vanucci. Quero fazer essa colocação.

O Dr. Lud aqui, que é candidato a Vereador em Campo Grande também, teve um cunhado que ficou preso... Quantos meses?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ FELIPE CUNHA – Por 11 meses e 20 dias, na mesma situação: tiozinho do Zap, que foi pego nos prédios públicos.

Mas, só para concluir, Senador, eu queria passar para vocês o caso da Adalgiza, porque a gente já pediu na Colmeia e para a juíza também da Vara de Execução Penal para dar uma atenção especial. Conseguimos uma liminar, no dia 2 de agosto, para que a D. Adalgiza fosse atendida com a maior brevidade possível. Estive lá semana passada, semana retrasada, conversando com os agentes penais, com o Diretor do presídio. Eles todos são muito educados, e não há nenhuma denúncia de maus-tratos. Isso é muito importante que se fale também, porque eu vejo algumas vezes se falando disso. A alimentação continua uma porcaria, como sempre, mas ficou menos pior do que antes; antes tinha até caco de vidro, plástico, prego na comida dos patriotas que a gente atende de início; a carne era de soja, a feijoada era com cabelo de rato, pedaço de rato foi achado em marmita.

Mas, só para concluir aqui, eu queria passar para V. Exas., para o jornalista Alexandre Garcia, para o Pitolli e para todas as pessoas que puder, para reverberar o caso da D. Adalgiza, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós tivemos já a morte do Clesão. O Clesão foi o único que morreu dentro da Papuda, do sistema penitenciário, e a D. Adalgiza pode ser a segunda pessoa a morrer dentro do sistema penitenciário.

O caso do Clesão virou um escândalo internacional, mas o Clesão não foi o único que morreu. Nós tivemos cinco ou seis patriotas que morreram porque saíram e não tinham ocupação, sentiam vergonha, não tinham emprego, estavam com tornozeleira eletrônica. E essas pessoas que estão soltas aí, em sua a maioria, dos inquéritos 4.921 e 4.922, com tornozeleiras eletrônicas, estão aprisionados a tornozeleiras eletrônicas. Eles sofrem de todo tipo de abuso, de vergonha, de exclusão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ FELIPE CUNHA – ... servidor na hora de trocar tornozeleira... É uma série de atrocidades que a gente vê em todos esses processos.

E o que culminou com isso do Oswaldo Eustáquio e da filha do Oswaldo Eustáquio para mim foi uma coisa assim... uma aberração. Eu fiquei tão chocado em ver aquilo. E, na hora em que eu li aqueles mandados ali e o da revista íntima, se não acharem os aparelhos... É uma aberração tão grande que a gente fica assim... Com todas as denúncias que estão acontecendo, com os órgãos internacionais – o Senador Girão participou de todas, o Senador Magno Malta também e tantos outros participaram –, com tudo isso que a gente está vendo no Brasil, hoje, será que esta Casa, como foi bem falado por várias pessoas aqui e várias pessoas que falaram de fora também – Rodrigo Constantino, Marco Antonio Costa, Ana Paula Henkel, jornalista Alexandre Garcia, Pittoli e outras pessoas falaram –, vai continuar dobrando os joelhos para esses absurdos que estão acontecendo, essas aberrações? A gente sabe que o maior culpado de tudo isso – o maior culpado de tudo isso – claramente é o Presidente do Senado, é o Rodrigo Pacheco. A gente tem que dar nome aos bois. (*Palmas.*)

É o maior culpado, porque é uma vergonha o que essas pessoas estão passando e o que a gente tem acompanhado e acompanhou desde 8, 9 de Janeiro. Eu estive na Academia da Polícia Federal no dia 9 e no dia 10 de Janeiro, tinha lá quase 2,5 mil pessoas – não eram 1,5 mil; lá tinha quase 2,5 mil – que foram apreendidas e quase mil saíram com comorbidade – criança, cachorro, idoso, doente, todo tipo de gente que vocês puderem imaginar.

Mas, só para concluir, Senador Girão, eu queria, mais uma vez, parabenizar V. Exa. pela iniciativa, que é uma iniciativa brilhante. Eu acho que nós temos, ainda hoje, pessoas de coragem como o senhor, como o Alexandre Garcia, como o Pittoli, como influenciadores, como o canal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VV8, da Fátima, que está aqui, como o Ludio, o Deusélis e tantos outros advogados, mas é um núcleo pequeno. A maioria dos Deputados e Senadores está acovardada desde o início disso tudo, tirando esse pessoal da esquerda, que a gente esquece, não é? Mas a maioria, seja de centro, de direita, que até pensa em ajudar se acovarda com essas situações. Então, na verdade, o foro privilegiado, de que tanto se fala... As pessoas nunca poderiam estar sendo julgadas, porque elas não tiveram direito à ampla defesa, ao contraditório, ao devido processo legal, ao duplo grau de jurisdição, porque elas tinham que ser julgadas pela Justiça Federal – são prédios públicos – ou pelo TJDFT. Quem tem a competência para julgar seria o TJDFT, por ser Brasília, ou a Justiça Federal, são prédios públicos; nunca o Supremo, porque o Supremo tem a prerrogativa de julgar quem? Senadores, Deputados, Presidente da República, Vice, Ministros de Estado, são essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Dr. Luiz.

O SR. LUIZ FELIPE CUNHA – Só para finalizar essa questão do foro de prerrogativa de função, nunca essas pessoas poderiam estar sendo julgadas nesse foro. E não têm direito a recurso. Aí você faz um recurso, faz outro recurso. Aí as pessoas tomam 14 a 17 anos, sem individualização da pena: não tem uma prova, não tem um vídeo que comprove que a pessoa quebrou. E, assim, mesmo que tivesse quebrado alguma coisa, depredação do patrimônio público histórico não dá nem quatro anos: dá transação penal, você faz um acordo ali e sai.

Então, Senador, mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado.

O SR. LUIZ FELIPE CUNHA – ... agradeço de coração a oportunidade de estar aqui falando.

Parabéns a todos os presentes, parabéns a todos que participaram desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado.

O SR. LUIZ FELIPE CUNHA – E muito obrigado a toda a audiência maravilhosa da AuriVerde...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado.

O SR. LUIZ FELIPE CUNHA – ... e também desta audiência aqui. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Dr. Luiz Felipe. Agradeço demais sua participação aqui.

Realmente a gente compreende esse desabafo que transcende... É questão de humanidade o que a gente está vendo no Brasil hoje. A desumanidade...

O caso do batom eu acho, assim, o mais emblemático de todos, não é? Porque está sendo acusada de um monte de coisa armada, um golpe no Estado democrático, um monte de coisa com batom. Quer dizer, errou? Errou. Qual é a punição dentro da lei e tal? Mas, poxa, 14... Quantos anos? Catorze no caso da Débora?

A SRA. CAROLINA SIEBRA (*Fora do microfone.*) – Acho que são 14.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Catorze anos, com duas filhas pequenas. É um negócio que não tem cristão, é muito difícil...

A SRA. CAROLINA SIEBRA (*Fora do microfone.*) – Presa há mais de um ano.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presa há mais de um ano, porque foi lá – olhe só – e pintou "Perdeu, mané", que é uma frase do Ministro.

O SR. LUIZ FELIPE CUNHA (*Fora do microfone.*) – Direito autoral.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O direito autoral é dele, entendeu? Mesmo que... Rapaz, é um negócio assim... Eu acredito, como foi falado aqui por outro colega Senador, na capacidade de reflexão, mas a gente tem que fazer o nosso papel com firmeza. Eu ainda acredito que essas pessoas não podem colocar a cabeça no travesseiro e dormir, Alexandre. Não dá para colocar a cabeça no travesseiro vendo tantas arbitrariedades, tantas tiranias como essas.

Para fechar, eu passo a palavra à Gloria Jean.

Está aqui? (*Pausa.*)

Gloria, você tem aí – eu peço que realmente, porque a gente extrapolou todo o tempo... – cinco minutos, para a gente ter uma forma isonômica, como pactuado inicialmente.

Eu lhe agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GLORIA JEAN (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Saúdo o Senador Girão, o Alexandre Garcia.

Eu trago aqui a reflexão...

Vou tentar cumprir o prazo, vou cumprir o horário que me foi determinado.

Eu fico vendo a OAB, eu sempre escuto falar que o Brasil viveu um país de não democracia, de ditadura, porque nós não tínhamos eleições diretas para Presidente da República. Nós estamos em 2024, eu sou advogada há 32 anos e nunca votei para Presidente da OAB. Então, a OAB também é uma instituição antidemocrática? É a minha pergunta.

Eu sou advogada especializada em direito militar há 32 anos e até 1989... Em 1989, eu era jornalista em Nova Iguaçu, contratada por todos os jornais da cidade, as duas revistas e a única rádio que tinha na cidade, a Rádio Solimões, quando a prefeitura estava passando por uma dificuldade em que os médicos não tinham receituário médico e as professoras também não tinham diário de classe, apesar de a prefeitura ter investido na compra de uma gráfica. E aí, como jornalista tem fonte, uma fonte me trouxe a comprovação de que o material gráfico da prefeitura estava em falta porque estava sendo impresso, na Prefeitura de Nova Iguaçu, na gráfica, todo o material impresso da campanha Brizola Presidente. E aí, naquele período, em 1989, eu ousei denunciar, na minha coluna do jornal *O Pontual*, do José Louzeiro, que era brizolista, mas respeitava o espaço do profissional, que a gráfica da prefeitura imprimia material de Brizola Presidente.

Naquele dia, eu perdi todos os meus empregos. Os donos de jornais me ligavam e falavam: "Olha, a gente pode continuar contigo, mas tem que usar pseudônimo". E aí eu me recusei. Eu era também funcionária da prefeitura e, numa armação, me deram um abandono de emprego, porque o juiz que mandava a minha frequência sofreu um infarto e aí... Então a coisa não é nova. Nós temos que lutar, nós temos que continuar firmes, porque a coisa não é nova. Eles não vão recuar. Quem tem que avançar somos nós.

Eu estou aqui para agradecer ao Senador Girão essa iniciativa, para que a gente continue nessa luta sem desistir, porque ninguém do lado de lá vai recuar. Nós temos que avançar.

Obrigada, Senador. Obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Gloria Jean.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos encerrando essa sessão, que começou às 9h – pontualmente foi às 9h? –, teve um 9h05 por aí, nós começamos essa sessão. A maior parte dela foi transmitida também pela TV Senado, as redes sociais o tempo todo transmitindo, a Rádio AuriVerde também, e outras plataformas, porque foram chegando aqui informações para a gente.

Agradeço. É mais um passo importante do que nós ouvimos aqui, tudo fica de forma oficial aqui. Vamos receber todos os documentos que foram solicitados aqui pela mesa à Ana Paula Henkel, também ao Paulo Figueiredo. Olha só, eu acho que talvez o embrião disso tudo aqui, desse assunto que a gente discutiu, sobre questão de censura em rede, algoritmo, caçada a espectro político, talvez tenha sido essa matéria aqui, essa matéria aqui do próprio TSE, que diz o seguinte: "Evento com plataformas digitais e partidos termina com o chamado à ação efetiva no combate à desinformação". Aí nós tivemos a criação, depois, desse departamento aí, que parece estar sendo instrumentalizado para perseguir. É o departamento de combate à desinformação, com fins, sabe lá quais, políticos, enfim.

Então, nessa reunião que eu mostrei aqui para vocês, que aconteceu no dia 15, agora, essa reunião... Não, essa reunião foi no dia 8 de junho de 2022, aconteceu, estava lá o Twitter, o TikTok, o Google, o YouTube e Telegram. Eles apresentaram iniciativas para combater a propagação de conteúdo falso ou malicioso nas eleições de 2022. Então, nada é por acaso.

Eu queria agradecer a Alexandre Garcia, sendo aqui muito requisitado pela... muito requisitado aqui pelas pessoas que estão aqui, é muito querido no Brasil inteiro. Lá no Ceará, o pessoal me pergunta... "Rapaz, mande um abraço para ele, fala". Eu digo, "poxa, que bacana". É o povo brasileiro. A maioria do povo brasileiro está desperta para esse assunto, como dizia a minha avó, sabe, Alexandre: "Ou a gente aprende pelo amor ou aprende pela dor". Então a dor, às vezes, tem um fator pedagógico no aspecto de que a gente se fortaleça. Não há mal que não venha para um bem maior, não é? E de tudo isso, acho que a gente vai sair mais forte, uma sociedade mais consciente.

Que Deus abençoe a todos, muitíssimo obrigado, muita paz! (*Palmas.*)

Nosso colega pediu para ler aqui: "Democracia só com a contagem de votos públicos". Tem um grupo aqui participando.

Que Deus abençoe a todos. Muito obrigado.

Está encerrada a sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 09 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e nove minutos do dia dez de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Leila Barros, Plínio Valério, Jayme Campos, Nelsinho Trad, Jorge Kajuru, Paulo Paim, Carlos Portinho e Eduardo Girão, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Esperidião Amin, Eliziane Gama, Marcos do Val e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores André Amaral, Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 8/2024 - CEsp, de autoria Senador Romário (PL/RJ), e PL 339/2024, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Debater o Projeto de Lei nº 339, de 2024, que regula a prática de pipa desportiva e proíbe a utilização de cerol ou produto industrializado nacional ou importado semelhante que possa ser aplicado nos fios ou linhas utilizados para manusear pipas ou balões, ou semelhantes. **Participantes:** Sr. Carlos Magno da Silva Gouveia Filho, Representante da Confederação Brasileira de Pipa Esportiva - CBPIPA; Sr. Vicente Calvano Galaso, Presidente da Associação de Pipeiros do Estado do Rio de Janeiro - APRJ; Sr. Walner Mamede Júnior, Diretor da Frente Nacional de Combate ao Cerol - FNCC; e Sr. Marcelo Augusto da Eira Corrêa, Vereador do Município de Manaus. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 11, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de esclarecer os motivos do desligamento do preparador físico da seleção feminina de basquete, Diego Falcão." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Romário
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/10

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberto a 12ª Reunião da Comissão de Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de julho de 2024.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 11ª Reunião, realizada em 3 de julho de 2024.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 339, de 2024, que regula a prática de pipa desportiva e proíbe a utilização de cerol ou produto industrializado nacional ou importado semelhante que possa ser aplicado nos fios ou linhas utilizados para manusear pipas ou balões, ou semelhantes, em atenção ao Requerimento 8, de 2024, da CEsp, da minha autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido, para tomar lugar à mesa, os seguintes convidados: Sr. Carlos Magno da Silva Gouveia Filho, representante da Confederação Brasileira de Pipa Esportiva (CBPipa); Sr. Walner Mamede Júnior, Diretor da Frente Nacional de Combate ao Cerol (FNCC); Sr. Vicente Calvano Galaso, Presidente da Associação de Pipeiros do Estado do Rio de Janeiro (APRJ); Sr. Marcelo Augusto da Eira Corrêa, Vereador do Município de Manaus. Sejam todos bem-vindos! Muito obrigado a todos pela participação.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Temos aqui ao meu lado o Vice-Presidente, meu amigo, irmão, Senador Jorge Kajuru.

O primeiro inscrito a utilizar a palavra será o Sr. Carlos Magno da Silva Gouveia Filho, representante da Confederação Brasileira de Pipa Esportiva.

Sr. Carlos, o senhor tem dez minutos para a explanação.

O SR. CARLOS MAGNO DA SILVA GOUVEIA FILHO (Para expor.) – Hoje eu queria agradecer à Comissão de Esporte por nos convidar a estar aqui, para falar. Talvez isso não seja de conhecimento geral dos brasileiros, mas é o segundo esporte mais praticado no Brasil depois do futebol. Então, é uma honra estar aqui representando os milhões de pipeiros de todo o Brasil.

Primeiro eu gostaria de explicar o que é realmente a pipa esportiva. Nós temos a pipa, que todo mundo conhece, aquela brincadeira de infância, e a gente divide a pipa em três modalidades: nós temos a pipa artística, que são aquelas pipas bonitas, que enfeitam o céu, e tem vários festivais no mundo inteiro, inclusive; nós temos a pipa recreativa, que é aquela pipa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com que a criança brinca mesmo, quando fica soltando pipa na praia, enfim, com a família; e nós temos a pipa esportiva. A pipa esportiva é igual à pipa recreativa. Porém, ela tem um objetivo em comum que é você duelar contra um adversário. Por isso que tem um caráter esportivo. Então, na pipa esportiva, a gente chama de combate: uma pessoa está com a sua pipa no céu e utiliza uma linha com material cortante para poder cortar a pipa do adversário, que está ali a alguma distância dela.

Principalmente no Rio de Janeiro – não é, Romário? –, é uma tradição, que, hoje, está espalhada pelo Brasil inteiro. Acontece muito dentro das comunidades, enfim. E ela vem passando por uma evolução, por uma mudança muito grande nas últimas décadas. O que aconteceu com a pipa? De prática infantil, ela começou a se tornar uma prática também adulta. Por quê? De 20 anos para cá, a gente começou a ter a formação de equipes. Nós começamos a ter a criação de festivais de pipa. A gente já teve festival no Brasil com mais de 50 mil pessoas, em Osasco e São Paulo, para vocês terem uma ideia.

Festivais de pequeno porte, vamos chamar assim, acontecem todos os finais de semana, em todos os estados do Brasil. A gente tem festivais com mil, 2 mil, 3 mil pessoas acontecendo, em todos os estados do Brasil e, arrisco dizer, na grande maioria das cidades, inclusive, do Brasil. A gente teve também, com essa evolução da pipa, nos últimos anos, a necessidade de encontrar uma forma segura de praticar o nosso esporte.

A gente compreende que realmente há um risco de acidente. Assim como em outros esportes, como a corrida de motos ou a corrida de carros, que precisam de um autódromo para serem realizadas sem levar risco a ninguém, a gente entende também que o tiro esportivo é realizado, inclusive, dentro de um local controlado... A nossa pauta, a nossa defesa é, sim, que a gente possa ter um local adequado para que o esporte continue acontecendo. Nós chegamos a esta solução, alguns anos atrás, no Rio de Janeiro, que a gente chama de pipódromos. Hoje, nós temos uma realidade já acontecendo no Estado do Rio de Janeiro de sete pipódromos legalizados. Nós temos uma legislação estadual que regulamenta a prática da pipa esportiva nesses espaços. Temos já, há alguns anos, esses pipódromos funcionando sem acidente.

Temos também, no Rio de Janeiro, diversos pipódromos informais. Tem pipódromo que acontece, todo final de semana, com mais de 3 mil pessoas. Tem um que, inclusive, é o mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antigo, já acontece desde 2009. Esses festivais informais lá não estão dentro da lei, porque ainda não é legalizado esse pipódromo. Porém, eles acontecem há mais de 10 anos, 15 anos, e nunca teve um acidente dentro do pipódromo.

É bom também deixar claro que o risco do acidente, gente, acontece quando você tem um agente de velocidade que acelera a linha. Existe uma demonização muito grande sobre a questão da linha com o cerol, que a gente compreende que é perigosa, sim, mas, quando você observa o histórico de acidentes, sempre tem um agente de velocidade acelerando essa linha, tanto que nós temos aqui praticantes da pipa esportiva, temos adolescentes que praticam a pipa esportiva, inclusive, você vê também crianças praticando com a linha e você não vê acidentes graves acontecendo com os praticantes.

Os acidentes acontecem quando você está num local, e essa linha cai numa pista principalmente, e você tem um carro, uma moto, enfim, algum agente de velocidade que acelera essa linha. Aí o poder cortante dela fica absurdo a ponto de levar a um acidente.

O risco, vamos dizer, para os praticantes, é mínimo. Você tem um cortezinho no dedo. Enfim, como quem joga futebol torce o joelho, tem um problema ali também, acontece também, mas nada grave. Por isso, quando a gente fala de pipódromo, inclusive, a gente defende que esse pipódromo seja afastado das vias.

Outra coisa importantíssima: que dentro do pipódromo não tenha bicicleta, não tenha moto, não tenha carro, não tenha nenhum agente de velocidade que possa gerar esse risco, inclusive, para quem está praticando esporte.

Eu acho que o caminho, realmente, para a solução é a gente regulamentar os pipódromos em todo o Brasil. Já temos uma experiência acontecendo, que é no Rio de Janeiro, com sete pipódromos funcionando, e isso está mostrando que funciona. Então, não é uma coisa que a gente está supondo que vai funcionar. Isso já está acontecendo lá no Estado do Rio de Janeiro.

Na cidade do Rio de Janeiro, que é um dos maiores polos de prática de pipa esportiva do Brasil, ainda não tem. Nós estamos numa luta muito grande lá ainda, mas ainda não conseguimos. Eu falo do Rio de Janeiro porque eu sou do Rio de Janeiro. Então, eu estou mais familiarizado com a realidade do Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao PL 339, de 2024, a gente participou da sua construção na Câmara dos Deputados, inclusive a gente passou bastante informações, que foram incluídas no projeto, sobre a questão de reconhecer a pipa esportiva como esporte, o que, até então, não era reconhecida em nível nacional; a gente falou também da importância da criação dos pipódromos – o projeto trata disso –; e falamos também da importância da manutenção e da legalização da utilização da linha esportiva dentro dos espaços adequados. Então, o projeto está bem completo nesse sentido.

O que aconteceu na Câmara é que o projeto foi votado, se não me engano, no primeiro dia do retorno do recesso e passou, na minha visão, com uma falha justamente no artigo que define o que é a linha esportiva. Ele fala o seguinte – inclusive esse texto eu escrevi no Rio, e o artigo foi mais ou menos baseado nele –:

> Art. 2º .....
> §3º A linha esportiva de competição deve [...] ser composta exclusivamente de algodão, com no máximo 3 (três) fios entrançados [porque aí você não deixa a linha ficar muito grossa] [...] e ser encerada, com [...] gelatina [é uma cola] de origem animal ou vegetal.
> .....

E faltou um finalzinho da frase, porque, até então, você tem uma linha com cola, e a linha com cola não possibilita a prática esportiva, porque ela não vai gerar o poder de corte de que você precisa para o esporte acontecer. Aí faltou uma implementação, que seria: "e material cortante" ou "e material abrasivo", enfim. Por isso, a gente procurou alguns Senadores, há algumas semanas, para tratar disso, e procuramos a Senadora Leila, que, inclusive, apresentou essa emenda.

Então, essa emenda é para justamente fazer com que o projeto realmente não acabe com a pipa no Brasil, porque, se ele for aprovado como está, sem a emenda, você acaba com a possibilidade da prática do esporte na rua; você cria a criminalização, mas também acaba com a possibilidade da sua prática dentro do pipódromo, porque, se não puder usar a linha com material cortante dentro do pipódromo, o esporte para de acontecer; é a mesma coisa que você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer uma corrida de moto e dizer que só pode correr a 5km por hora. Então, você tem que ter isso ali para que as pessoas possam ter a opção desse diferencial.

E aí eu queria fazer alguns apontamentos sobre o projeto. Além da aprovação do projeto com a emenda – e a gente precisa muito dessa emenda –, tem outros pontos importantes nesse projeto, que eu queria salientar aqui para vocês.

O primeiro ponto é que a gente acredita que a penalização criminal é exagerada. A gente defende, sim, que haja a punição. A gente é contra a prática na rua – quero deixar isto bem claro aqui: a gente é contra a prática na rua –, a gente é a favor da vida, a gente quer salvar vidas. O primeiro objetivo nosso aqui é salvar vidas. A gente não está aqui desde agora, não; a gente está nesse projeto desde 2017 – não é, Vicente? –, com a Aperj, com o objetivo principal, primeiro, de salvar vidas, mas o segundo objetivo é que não acabe o esporte no Brasil, que também é importantíssimo – e eu vou falar mais sobre isso.

Eu acho que o projeto precisa ter também, não a criminalização penal, mas, sim, punições e multas, enfim. Inclusive, em relação às multas, eu acho que seria importante que esse dinheiro das multas voltasse para a pipa. De que forma? Através da conscientização para o uso correto da linha esportiva. Eu acho que o dinheiro das multas não deveria ir para outro fundo e, sim, para se criar um fundo para que esse dinheiro seja utilizado para financiar a conscientização dos pipeiros e a conscientização também dos motociclistas, em relação ao uso da antena...

O SR. VICENTE CALVANO GALASO (*Fora do microfone.*) – Distribuição de antenas.

O SR. CARLOS MAGNO DA SILVA GOUVEIA FILHO – ... e para a distribuição de antenas, enfim.

E vale a pena até entrar nesse ponto da questão da antena corta linha, que é o seguinte: nós temos, no Código de Trânsito Brasileiro, o estabelecimento como item obrigatório de segurança a antena corta linha, só que somente para motofretistas, gente. A vida do motofretista tem o mesmo valor que a vida do motociclista que usa a moto para passeio. Então, existe, na minha opinião, uma falha no Código de Trânsito Brasileiro quando ele só visa ali, com esse artigo, a proteger a vida de quem está usando a moto para trabalhar. E quem usa a moto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para passeio? Então, é importantíssimo que seja alterado, inclusive no Código de Trânsito Brasileiro, esse artigo para que você tenha segurança para todos que utilizam as motocicletas.

Além disso, outros pontos importantes do PL em que eu acho que a gente poderia ter alterações: o prazo para a instalação dos pipódromos, gente. Hoje nós só temos praticamente legalizados sete pipódromos no Brasil, e todos estão no Rio de Janeiro. A partir do momento em que a lei for aprovada, como ficam essas pessoas que soltam nesses lugares em que não tem pipódromo?

Você vai acabar com a prática por alguns anos, talvez. E, quando você acaba com a prática por alguns anos, ela dificilmente retoma. Vai abalar a cultura da pipa, vai abalar a pipa esportiva, se a gente não tiver um prazo, para que os Prefeitos adaptem a realidade da sua cidade a essa nova lei federal.

Também tem outra coisa, que é em relação às crianças. Eu acho que a Damares não está aqui, mas ela falou sobre isso na última reunião.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS MAGNO DA SILVA GOUVEIA FILHO – Em relação às crianças, existe, sim, a possibilidade da prática segura para elas.

No Chile, por exemplo, as crianças disputam campeonato, utilizando a linha esportiva, mas a gente até propõe que, no Brasil, possa ser diferente, e que a gente tenha uma regulamentação da prática para as crianças, usando um pedaço de linha esportiva somente na frente; e, na mão da criança, ela usa linha pura.

Você continua tendo o esporte, porque não adianta a gente resolver aqui a questão do esporte para os adultos. Legal, porque acima de 16 anos tudo bem, mas e a continuação do esporte, gente? Ele vai acabar? Porque, quando a gente acabar de morrer, todo mundo que está aqui, os pipeiros adultos, quais serão as crianças? Qual é a renovação que vai acontecer, se você não pode deixar uma criança praticar o esporte? Então eu acho importantíssimo também a gente pensar nessa questão.

Para finalizar minha fala – acho que já deu o meu tempo –, a gente tem outras medidas para poder salvar vidas. Eu acho que a aprovação desse projeto é importante, porém, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa da conscientização dos praticantes de pipa esportiva, quanto ao perigo da utilização da linha esportiva de forma irregular, fora dos pipódromos; a gente precisa da conscientização dos motociclistas, sobre a importância da utilização da antena corta linha; a gente precisa, também, de uma dedicação do poder público municipal.

Gente, nós estamos desde 2017, no Rio de Janeiro, e já percorremos mais de 35 cidades, não é, Vicente? Conseguimos sete pipódromos. É, praticamente, um pipódromo por ano. A gente precisa da dedicação dos Prefeitos, também, em entender a importância da criação desses locais.

E, por último, a gente precisa, também, de ações preventivas do poder público. Outra vez, o poder público pode ajudar. Como, gente? Distribuição de antenas para os motociclistas. Os pipeiros fazem muito isso, e acho que os motociclistas também fazem; tem muitas associações de pipeiros no Brasil que vão para a rodovia e distribuem essas antenas.

E, por último, que é muito importante também, e nós já tentamos no Rio de Janeiro, com a CCR Rodovias, já tentamos com a...

O SR. VICENTE CALVANO GALASO (*Fora do microfone*.) – Lamsa.

O SR. CARLOS MAGNO DA SILVA GOUVEIA FILHO – ... Lamsa. Fizemos reuniões já – ele fez há décadas, eu fiz há alguns anos –, sobre a instalação de cabos de aço entre os postes de grandes rodovias, de grandes vias.

No Rio de Janeiro, nós tivemos mortes de pessoas seguidas no mesmo local. Gente, se tivesse um cabo de aço naquele local – e nós tentamos cobrar a Prefeitura, o Governo do estado, essas concessionárias, para instalarem esses cabos de aço ali –, talvez esses acidentes não teriam acontecido. Então é importantíssimo, também, a gente ter esse cabo de aço.

Como ele funciona? Só para vocês entenderem e até para finalizar a minha fala. Se você tem um cabo de aço entre postes, quando a linha da pipa passa por cima de uma via, ela não afunda, não "barriga", como a gente chama, ela não cria ali aquela linha, que pode pegar no pescoço de um motociclista. Se você tem um cabo de aço, ela passa por cima da rodovia e vai embora. Ela não cai, e assim se diminui muito o risco de acidentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero que eu possa ter contribuído para a formulação desse projeto de lei, que é de extrema importância – eu não falei aqui –, para milhões de brasileiros no Brasil. Nós temos milhões de praticantes, nós temos centenas de milhares de pessoas que vivem dessa prática esportiva. Enfim, o Vicente vai falar mais sobre isso, dessa questão dos números.

E é isso. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Carlos Magno.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Vicente Calvano Galaso, Presidente da Associação de Pipas do Estado do Rio de Janeiro (Aperj).

O SR. VICENTE CALVANO GALASO (Para expor.) – Bom dia, Exmos. Senadores presentes, senhoras e senhores, motociclistas e pipeiros.

Eu sou Vicente Galaso, proprietário da empresa Bazar Vick Pipas, situada no Mercadão de Madureira, Rio de Janeiro, estabelecida há mais de 40 anos, e Presidente da Aperj, dando emprego a centenas de trabalhadores ao longo desses anos.

Hoje, estamos todos aqui, com um só objetivo: proteger e dar segurança a toda a sociedade, não só aos nossos irmãos motociclistas, como também a toda a sociedade ao longo desses anos.

Procuramos fazer oficina de pipas, orientando todos os pipeiros jovens, adolescentes a como soltar pipas com segurança nas ruas – até então nós não tínhamos a nossa lei estadual que nos garantisse soltar pipa com linha esportiva dentro dos pipódromos – e a como confeccionar as suas pipas, e assim aumentar a sua renda familiar, gerando milhares de empregos.

Não podemos esquecer de que, no Brasil, são mais de 2 milhões de adeptos ao nosso esporte e lazer, principalmente porque é milenar soltar pipa. Na indústria têxtil, podemos afirmar, com dados fornecidos pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil do Brasil (Abit), que hoje nós temos mais de 28 fabricantes de linha no país, localizados em dez estados, com uma produção anual de 50 toneladas, sendo 8% desse volume, com mais de sete empresas participando do programa Texbrasil da Apex...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MAGNO DA SILVA GOUVEIA FILHO (*Fora do microfone*.) – Sendo que não é esportiva, mas linha pura de algodão.

O SR. VICENTE CALVANO GALASO – Sim. Essas a que eu estou me referindo são linhas puras, linhas fabricadas pela indústria têxtil do Brasil.

São gerados mais de 10 mil empregos diretos e mais de 25 mil empregos indiretos a partir dessas empresas, sem falar também que nós temos várias cidades de Minas Gerais hoje que vivem da renda familiar da fabricação de varetas para as pipas. E mais: na indústria de papéis e celulose, são vendidas anualmente cerca de 100 toneladas de papéis para a fabricação de pipas.

Então, atentem, pessoal, para o volume, a quantidade, o número expressivo de que nós estamos falando, e esses dados foram fornecidos pela Abit.

São fabricadas mais de 70 milhões de pipas em média, o que dá emprego a milhares de pessoas. Há, ainda, a fabricação de tintas, colas, fibras. Movimenta-se a indústria de plástico para a fabricação de mais de um milhão de carretilhas, sem contar as outras centenas de milhares de carretilhas de madeiras, com pintura artesanais, produzidas por centenas de trabalhadores anônimos.

Por isso, hoje estamos aqui discutindo, com essa seriedade, o melhor para a sociedade brasileira, que é salvar vidas. O que eu posso afirmar a todos: nós pipeiros e motociclistas nos unimos para o bem e a união de milhares de famílias que estão em cada município dos estados do Brasil.

É isso, gente. Eu me sinto muito comovido por estar aqui, e quero agradecer a presença de todos os Senadores que estão nos ajudando, de todos os presentes aqui. Peço encarecidamente isto aos senhores: pensem no futuro dessas milhares de famílias. Como estamos aqui em prol da vida, de uma sociedade justa, quero agradecer a todos os Senadores também aqui, discutindo a melhor solução para todos os motociclistas e pipeiros do Brasil.

Muito obrigado, Senadores.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado pelas palavras, Sr. Vicente Calvano Galaso.

Passo a palavra ao Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Bom, Presidente, eu jamais ficaria sem lhe dar uma satisfação, por tudo o que você representa como ser humano e como homem público, uma história irretocável. Nesta Comissão de Esporte, criada por você, a qual me colocou como Vice-Presidente... Eu só queria pedir desculpas, mas, o que eu ouvi até agora, já me demonstrou conteúdo e já me deixou satisfeito. Eu antecipo o meu voto, que será favorável, inclusive com a emenda da Senadora Leila do Vôlei, que conversou comigo às 8h da manhã de hoje. Já sei também a posição do Presidente Romário, portanto, esta audiência pública é fundamental; é esclarecedora para quem pudesse ter alguma dúvida.

Quero só pedir a compreensão dos senhores, não vou poder continuar, o Romário sabe muito bem como é aqui quarta-feira: a vida nossa aqui é de Bolt. Neste momento, estamos na Comissão de Meio Ambiente, na Comissão de Esporte e na CCJ, em que já começou a votação. Olha que tipo de votação que o Romário... Como driblou o mundo inteiro, ele é inteligente, ele está fora da CCJ, porque ele sabe que é só problema. Então, ele faz o quê? Ele prioriza aquilo de que ele mais gosta, que é o esporte, que são as causas lindas dele – com o amor ao próximo que ele tem. Então, lá nós estamos tendo agora, senhores convidados, votação de marco temporal, e o Governo quer que eu vote a favor. No meu estado, não tem índio, só tem fazendeiro e agro. Como é que eu vou votar, no meu estado, a favor do índio, se lá não tem nenhum índio em Goiás? É duro! (*Risos.*)

Depois, tem o projeto do Banco Central, que é o item 2 da pauta. Então, o Jaques Wagner, que é o Líder do Governo, está pedindo socorro a mim para esses dois projetos.

Muito obrigado. Parabéns! Com certeza, aprovaremos o mais rápido possível esse projeto. Obrigado, Presidente querido.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, irmão Jorge Kajuru, pelas palavras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo agora a palavra ao Sr. Walner Mamede Júnior, Diretor da Frente Nacional de Combate ao Cerol (FNCC).

O senhor tem dez minutos, Sr. Walner.

O SR. WALNER MAMEDE JÚNIOR (Para expor.) – Muito obrigado a todos.

Está legal? (*Pausa.*)

Bom, eu prefiro ler. Assim, eu acho que é equivocado o voto antecipado do nosso caro Senador Kajuru, porque ele não ouviu o contraditório. Bom, primeiramente, agradeço a todas as pessoas presentes nesta audiência, física e remotamente. Nós temos vários motociclistas assistindo a isso remotamente.

Cumprimento à Mesa na pessoa do Senador Romário, de cujo gabinete veio o convite para a minha participação. Agradeço também a todos os diretores regionais e coordenadores locais da FNCC (Frente Nacional de Combate ao Cerol), que nos assistem neste momento; aos diversos motoclubes, motogrupos e motociclistas que nos apoiam nesta luta; assim como à Associação Motociclística da Capital Federal e Entorno (AMCFE), na pessoa da Presidente Rosângela Ferreira; à Associação dos Motociclistas do Estado de Goiás (Amego), na pessoa do Sr. Presidente Claydson Silva Rodrigues; e à Associação Goiana de Motocultura, na pessoa do Sr. Presidente, Paulo Alma; parceiros na luta.

Estendo os agradecimentos ao gabinete do Deputado Federal Coronel Telhada pelo apoio fornecido e que possibilitou a minha presença neste momento, assim como aos Deputados Distritais Cláudio Abrantes, Reginaldo Sardinha e Valdelino Barcelos, que apoiaram outras duas audiências públicas na Câmara Legislativa do DF, fortalecendo o movimento de aprovação da Lei nº 7.469, de 2024, de autoria dos Deputados Distritais Wellington Luiz e Chico Vigilante, contra o cerol, obviamente.

Não poderia deixar de parabenizar o Presidente-Comandante Wellington Paranhos Ribeiro, pelas ações e campanhas da Guarda Civil Municipal de Goiânia contra o cerol, assim como todas as instituições de segurança pública, em Goiás e no DF, minhas regiões de atuação, e, em todo o Brasil, que têm, ao longo desses anos, nos apoiado nessa luta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu nome é Walner Mamede. Sou integrante da Diretoria da Associação Motociclística da Capital Federal e Entorno e um dos Diretores nacionais da Frente Nacional de Combate ao Cerol, FNCC.

A FNCC é uma campanha resultante da junção de outras três campanhas distritais, encabeçadas por mim e mais dois irmãos, Ernane Cobra, da Dragstar Brasília, e Johnson, do Km Livre – que são motoclubes –, em associação, em um primeiro momento, com campanhas dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, posteriormente estendidas a todas as unidades da Federação brasileira onde nós temos coordenadores e delegados regionais. Os *links* para participação dos grupos estaduais podem ser acessados, na bio do Instagram, em @fncc.brasil. Quem tiver interesse é só nos acompanhar lá. É importante salientar que a FNCC não possui qualquer filiação a interesses político-partidários, sendo o nosso compromisso, exclusivamente, com as necessidades sociais que envolvem o motociclismo, não importando a orientação ideológica daqueles que conosco se aliam em busca dos mesmos objetivos.

Dito isso, utilizaremos o termo cerol como um hiperônimo, um termo genérico para todos os revestimentos abrasivos e cortantes presentes em linhas de pipa. Em uma pesquisa que é de conhecimento de todos, consta essa nomenclatura, mas, com alguns detalhes, e nós dividimos os três tipos em: cerol brasileiro, cerol chileno e cerol indonésio. Em ordem crescente de periculosidade, em poder cortante e resistência às intempéries do tempo, nós temos: o cerol brasileiro, que é o mais tradicional, quase em desuso, o menos cortante; em seguida, o cerol chileno; em terceiro, o cerol indonésio. O indonésio é aplicado sobre linha de náilon e é feito com uma substância chamada pó de quartzo ou, pior, carbeto de silício, um pó cerâmico conhecido como pseudodiamante, o segundo mais resistente e duro minério que nós temos – esse é o que tem sido mais propalado aí no meio; na internet, vocês verão vários vídeos a esse respeito –; o cerol chileno é feito com pó de quartzo ou lima, e o adesivo pode ser um polímero ou um revestimento que todos nós conhecemos como rejunte; no caso, o cerol brasileiro é artesanal, e é utilizada cola branca, grude e goma arábica.

Introdutoriamente, é preciso afirmar que romper costumes ancestrais que atentam contra a segurança, a saúde e a vida é uma prática crucial ao processo civilizatório. Nesse sentido, não é lícito o argumento comum entre os pipeiros de que a prática de soltar pipa não pode ser proibida. Apesar de não ser essa a nossa intenção, cabe lembrarmos que os primeiros registros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existentes sobre lutas de gladiadores em Roma são datados de 286 a.C., e elas foram proibidas – apesar de sua tradicionalidade, foram proibidas – quase mil anos depois. O balão de papel, o balão junino, que data da China do século III a.C., foi proibido no Brasil em 1998 pelos seus danos sociais, materiais e de risco à vida. O primeiro registro de um jogo em que chutavam uma bola é de 1280, na Inglaterra, quando um jogador foi morto por outro jogador. Por conta disso, o Rei Eduardo III proibiu o futebol. E o futebol só foi retomado como jogo formal há 150 anos apenas. Em 1314 ele foi proibido, e há 150 anos apenas foi retomado como um esporte aceito. Isso é só para ilustrar como a tradição não pode se sobrepor à segurança e à vida do ser humano. Entretanto, o nosso objetivo não é acabar com a pipa, mas simplesmente acabar com esse discurso.

Todavia, o espírito do Projeto de Lei 339/2024 não é a proibição da pipa, mas, sim, a proteção da vida e da saúde do cidadão, por meio da regulamentação das competições de pipa ou, como popularmente chamado, do relo. Nesse sentido, busca coibir a produção, comércio, posse e uso de linhas contendo revestimento abrasivo cortante que não sejam destinadas a necessidades industriais, científicas e técnicas, sob condições específicas de autorização estatal (art. 3º do PL).

Contudo, o texto da lei necessita de adequação lógico-formal e lógico-semântica a título de clareza daquilo que se exige. Nesse sentido, faço algumas observações, que passo a descrever a seguir. Em seu art. 1º, o texto afirma que é proibida a utilização de cerol ou produto industrializado nacional ou importado semelhante que possa ser aplicado nos fios ou linhas utilizados para manusear pipas ou balões. No entanto, em seu próprio escopo textual, não deixa claro que a utilização de linha com cerol ou produto cortante é também proibida, uma vez que proibir a utilização do produto a ser aplicado não representa a proibição da aquisição, posse e uso da linha já beneficiada pelo produto. Esse entendimento é transferido para o Decreto-Lei 2.848, de 1940, no qual a fabricação do cerol ou linha cortante e a utilização da linha com cerol ou produto cortante passaram a ser tipificados como crime. É necessária a adequação entre o que se propõe no PL, em seu próprio texto, e aquilo que se propõe como alteração para o texto do decreto-lei.

Em seu art. 2º, o PL afirma que a prática de soltar pipa com linha esportiva de competição somente pode ser realizada em pipódromo. Entretanto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALNER MAMEDE JÚNIOR – Eu queria solicitar um prolongamento, já que eu sou o único que está falando a favor, e dois, contra.

Entretanto, as dimensões e estrutura da linha esportiva regulamentadas no §3º do mesmo artigo possuem menos potencial para o dano à saúde e à vida que outras linhas popularmente utilizadas de forma não competitiva e sem cerol. E estas não foram regulamentadas no PL, criando espaço para seu uso em qualquer ambiente de desejo do usuário.

Ainda em seu art. 2º, o PL afirma que o uso de pipódromo é restrito a "pessoa maior de idade ou [...] menor com idade acima de 16 (dezesseis) anos devidamente autorizado pelos pais ou responsável, com inscrição em associação nacional, estadual ou municipal dedicada à pipa esportiva", conferindo àquelas pessoas que não se enquadram nesses critérios o direito à prática em espaços não formais, conferindo esse direito por omissão do PL, sem que isso seja considerado desrespeito ao teor da lei. Adicionalmente, por questões de paralelismo sintático, neste mesmo art. 2º reside uma dubiedade textual que pode levar ao entendimento de que apenas ao menor de idade é exigível a inscrição em associação para acesso ao pipódromo, correção da letra da lei, tá?

Além disso, a despeito das possibilidades formalizadas na Lei 13.019/2014, que é o marco regulatório das organizações da sociedade civil, associações não são entes legítimos para autorização, fiscalização e disciplinação de atividades sociais realizadas por pessoas não afiliadas, assim como a afiliação não pode ser exigível como ato obrigatório para o cidadão exercer a atividade em tese regulada. Constitucionalmente, associações são entidades de livre afiliação e não possuem o poder de polícia característica do Estado. A liberdade de associação é garantida no inciso XVII do art. 5º da Constituição Federal, que determina que somos livres para criar e participar de associações, desde que seus fins sejam lícitos e que não tenham caráter paramilitar.

Nesse sentido, com o texto trazido pelo PL, uma associação tão somente pode figurar como entidade reguladora das competições, exigindo afiliação apenas de competidores interessados em competir oficialmente, como é legítimo a todas as outras associações esportivas brasileiras, o que não se confunde com a regulação da prática social. Assim como, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelada de rua, o cidadão não necessita de afiliação esportiva, para participar da prática comunitária da pipagem de rua tampouco ele precisará, sendo as associações inócuas nessa seara. Suprir essa lacuna exige que às associações de pipeiros seja reconhecido o *status* de autarquia pública e competências legais equivalentes àquelas que possuem conselhos profissionais constituídos por lei própria de iniciativa exclusiva da Presidência da República, o que instituiria a obrigatoriedade de afiliação para quem se enquadra nos critérios definidos em lei e proibição da prática a quem não se enquadra, não sendo este o caso das associações e muito menos da atividade de soltar pipa, haja vista não ser uma profissão.

Ademais, se por um lado os conselhos de classe, a quem se atribuiu a responsabilidade legal pela fiscalização e disciplinação de quem os financia, são o próprio exemplo de um conflito de interesses velado e da desresponsabilização direta do poder público, por outro, a atribuição de semelhante competência a associações por sua própria natureza impedidas de exercer tal papel representa uma declarada omissão do Estado instituída em lei, uma vez que ele deixará de fiscalizar e colocará a fiscalização nas mãos de quem não pode fazê-lo. Isto cria uma aberração administrativa e abre precedente para que motoclubes e outras associações motociclísticas ou não possam ser igualmente autorizados a fiscalizar e disciplinar a prática da pipagem nos espaços externos ao pipódromo. Um verdadeiro disparate lógico legal, uma vez que a segurança pública é competência exclusiva do Estado. Atribuir tal poder a entes do terceiro setor criaria a possibilidade de existência de milícias disfarçadas de associações, atentando diretamente contra a natureza constitucional das associações, ainda que outras diferentes competências possam lhes ser atribuídas, conforme a Lei nº 13.019, de 2014, que é o marco regulatório das organizações da sociedade civil.

Cabe ressaltar que a existência de pipódromos não soluciona o problema das lesões físicas e mortes causadas por linhas de pipa, pois essas não são resultado exclusivo das linhas em uso, mas também, e talvez sobretudo, são advindas de linhas soltas, abandonadas por displicência do usuário que as corta e não as recolhe ao perder a sua pipa e por aquelas linhas que seguem presas, as chamadas pipas avoadas, que ficam à deriva por quilômetros para além do pipódromo – quilômetros para além do pipódromo – e, na dependência dos ventos, até se prenderem a algum suporte que as transforma em navalhas oscilantes prontas para o golpe derradeiro. Que o diga o garoto Feijão, se não me engano, em Minas Gerais, que, no ponto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ônibus, foi açoitado por uma linha de cerol, presa ao para-choque de um ônibus, e perdeu a perna.

Da forma em que está, o projeto de lei regulamenta apenas o uso do pipódromo e a prática esportiva, e não a atividade popular de soltar pipa, que deveria ser o seu foco, criando reserva de mercado às associações em lugar de resolver o problema social dos acidentes, pois não associados continuarão a possuir o direito constitucional de soltar pipa em espaços urbanos e rurais se isso não for explicitamente cerceado pela letra da lei.

Continuando na esteira das incoerências textuais do PL, o §5º do art. 2º afirma que a compra, a posse, o armazenamento e o transporte de linha esportiva de competição somente podem ser feitos por pessoa maior de idade, isso entra em contradição com o *caput* do artigo, o qual afirma o mesmo direito a menor de idade, acima de 16 anos, autorizado pelos pais. Além disso, incorre em incoerência lógica, uma vez que a linha esportiva descrita no PL não possui características ímpares que a diferencie significativamente de outras linhas, haja vista a de não ser recoberta por cerol e, em alguns casos, possuir menores dimensões de resistência que outras linhas utilizadas. Aqui eu cito um princípio caro ao direito e à jurisprudência brasileira: *a maiori ad minus*; quem pode mais pode menos.

Por outro lado, a introdução dessa distinção pela Emenda 01, da Senadora Leila, no *caput* do artigo, a despeito da coerência estabelecida com a ideia de que, por sua periculosidade, tais linhas devem ser manipuladas apenas por maiores de idade e em pipódromos, introduz outras contradições, atentando contra o espírito geral do PL, que visa à proteção do cidadão, pois aumenta o potencial de acidentes por linhas avoadas ou práticas clandestinas de relo, dificultando o trabalho de controle pelos órgãos de segurança nas vias públicas. Se a lei não proíbe a prática urbana com linha comum, a visualização de um pipeiro, em ação nas ruas, não será suficiente para indicar a ilicitude da prática e há a necessidade de abordagem, sendo necessárias provas materiais do uso do cerol, o que tende a camuflar a prática ilegal entre as legais e a manter a mesmíssima situação que vivenciamos hoje.

Outra incoerência da Emenda 01, com as demais partes do texto legal, materializa-se frente à análise do art. 3º, que proíbe a prática de soltar pipa em competição ou no lazer privado com linhas cortantes em áreas urbanas e rurais. Se consideramos que a Emenda 01 abre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a possibilidade de aplicação de cerol em linhas esportivas e que a competição deve se dar exclusivamente em pipódromos, tal determinação cria entraves à instalação e usos de um pipódromo em cidades não litorâneas...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Walner, o senhor tem mais um minuto apenas.

O SR. WALNER MAMEDE JÚNIOR – Tá.

Haja vista não existirem áreas distintas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALNER MAMEDE JÚNIOR – ... de urbanas ou rurais nessas regiões.

Ainda nessa direção, a Emenda 01 conflita com o §1º do art. 3º, que proíbe a modificação industrial física e química das linhas capazes de ampliar seu poder cortante e seu uso, sem qualquer menção às modificações artesanais e sem parâmetro técnico objetivo de comparação entre o que representa e o que não representa alto poder cortante, ficando no nível da subjetividade a determinação desse alto poder cortante. Esse problema de ordem conceitual é estendido ao §2º do mesmo artigo ao afirmar a proibição de venda a menores de idade de linha de alto poder cortante, mas não impedir que possam utilizá-la, conforme o §2º.

Eu ainda tenho aqui algumas coisas para ler. Acho meio injusto, porque eu sou o único que está falando a favor da pipa e dois falaram...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Injusto não é, não, porque o senhor já falou mais de cinco minutos a mais do que o senhor tem direito, então estou te dando mais de 50% de crédito. (*Risos.*)

O SR. WALNER MAMEDE JÚNIOR – Ótimo, ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vai.

O SR. WALNER MAMEDE JÚNIOR – Só para finalizar, para que tudo isso que é reivindicado pelos pipeiros seja, de fato, objetivo, são necessários estudos acadêmicos, científicos, técnicos, estatísticos, que nos digam a extensão dos ferimentos, o potencial de voo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da pipa voada, o alcance dessa pipa e como isso impacta diretamente as famílias que perdem os seus entes queridos e, muitas vezes, a sua fonte de renda, não sendo adequado utilizarmos as vidas como moeda de troca para justificar o lucro de indústrias e famílias na produção, na cadeia produtiva, da pipa.

Em síntese, é isso. Espero ter sido claro nessa correria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Walner.

Passo a palavra agora ao Sr. Marcelo Augusto da Eira Corrêa, Vereador do Município de Manaus.

O senhor tem dez minutos, no mínimo. (*Risos.*)

O SR. MARCELO AUGUSTO DA EIRA CORRÊA (Para expor.) – Obrigado, Senador Romário. Quero saudar a todos os integrantes da mesa.

Eu tenho uma opinião diversa, até, do Carlos e do Walner e vou explaná-la aqui.

O projeto de lei, do jeito que foi aprovado na Câmara dos Deputados, é um projeto muito ruim. Ele não é um projeto positivo e não é um projeto que vai resolver o problema. Quando eu falo de linha, se eu for brincar de pipa dentro de uma comunidade com uma linha branca, sem absolutamente nada de poder abrasivo e cortante, eu posso causar um acidente em uma moto que for passando: a velocidade da moto fará com que qualquer linha possa causar um acidente. Um papel como este é capaz de cortar uma mão, V. Exas. sabem disso. Então, não dá para a gente aprovar o projeto, e eu faço este apelo aqui ao Senado Federal, que é a mais alta Corte Legislativa do nosso país: não dá para aprovar o projeto do jeito que está.

É óbvio que todos nós que estamos aqui não vamos defender que alguém saia, em uma rua com uma linha, com a intenção de matar alguém, de ferir alguém, isso é impossível que alguém defenda, mas, para um homicídio, o Código Penal já tem as suas tipificações e já define o que é um homicídio doloso, culposo, um dolo eventual – isso o Código Penal já define. Qualquer acidente que possa ser fatal, o Código Penal está aí para resolver o problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o colega aqui da Frente Nacional de Combate ao Cerol fala das mortes e tudo mais, a gente sabe que isso acontece e a gente lamenta profundamente, mas é importante falar, aqui no Senado Federal, que nós temos, em média, pelos dados do Datasus, 12 mil mortes de motociclistas que andam bêbados, muitas vezes, e causam acidentes, que andam em alta velocidade e causam acidentes, e isso daí não é tocado em nenhum momento. A preocupação tem que ser geral.

Dessas 12 mil mortes, em média, no ano de 2023, 30 mortes foram atribuídas ao cerol. Dessas mortes, 90% não teriam acontecido se eu tivesse a antena corta cerol, Senador Romário. Então não dá para eu discutir a questão de pipódromo, de proibição, de veto às linhas esportivas sem discutir, em conjunto com isso, Senadora Damares, a questão da mudança do Código de Trânsito Brasileiro, obrigando que as nossas motos tenham a antena corta cerol. Muitos dos que defendem o fim do cerol são aqueles que praticam a moto recreativa, que não andam diariamente pelas ruas brasileiras com as suas motos.

Então eu quero colocar aqui que só 0,0025% de todas as 12 mil mortes provocadas por acidentes de motos estão relacionadas ao cerol.

O projeto de lei traz a criminalização, a criminalização do cerol. Olhem o que a Câmara dos Deputados aprovou, a criminalização do cerol. Porque aqui tem uma pena de um a três anos para guarda, transporte, venda etc., de pessoas que vivem disso. São centenas de milhares de pessoas que vivem do comércio de pipa e de linha no nosso país. Se nós aprovarmos o projeto do jeito que está, nós mataremos a brincadeira no país.

É óbvio, Senadora Damares, que uma criança não pode estar com uma linha cortante. E essa proibição tem que estar no projeto. E todos que aqui estão são favoráveis a isso. Mas um maior de idade, que tem a responsabilidade, que esteja brincando num local apropriado, por que ele não pode ter aquela linha cortante para praticar o seu esporte?

A pipa é o segundo esporte mais praticado no Brasil. E um projeto de lei vindo da Câmara dos Deputados está acabando, está ferindo de morte a pipa. Criminalizar, ao ponto de mandar para a cadeia, um pipeiro que está com uma carretilha de linha na rua não é algo que eu possa considerar saudável, salutar e de bom senso do Parlamento brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A lei aqui diz que tem que ter o pipódromo, mas ela não diz quem vai fazer, como vai fazer e em que tempo vai fazer. Se não estiver nessa lei aqui, a partir da aprovação da lei e da sanção presidencial, o que é que vai acontecer? A polícia de todo o país vai começar a caçar pipeiro nas ruas brasileiras. Nós não podemos dar essa carta em branco, da forma como está a lei, para a polícia brasileira. Acho que a polícia tem muitas coisas mais importantes para se preocupar com os brincantes de pipa no Brasil inteiro. E são milhões, Senadores, são milhões de pessoas, são centenas de milhares de pais de família que vivem através da venda de pipa, de linha, sendo esportiva ou não.

Então o que eu venho apelar, no dia de hoje, aqui no Senado Federal...

Oi?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO AUGUSTO DA EIRA CORRÊA – A droga também. A droga é uma chaga social que tem no meio dos motociclistas e tem no meio dos pipeiros, e tem em todo o meio. Tem vereadores de cidades brasileiras que são envolvidos com droga. Isso não é novidade. Agora, criminalizar a pipa é algo que a gente não pode aceitar.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, se a lei for aprovada do jeito que está, nós estaremos em um país, senhores, em que um traficante que saia para trabalhar – "trabalhar" entre aspas – com 30g de maconha não pode ser preso pela polícia, mas um pipeiro, com a sua carretilha, esse sim, poderá ir para a cadeia. Não dá para aceitar que no texto da lei tenha pena de detenção para quem estiver brincando na rua. Isso não é razoável.

Isto é um apelo que eu faço à mais alta Corte Legislativa do meu país: esse projeto precisa ser alvo de outras emendas, de novos debates. Eu queria pedir, Senador Romário, e, Senador Plínio Valério – que é do meu estado, em que eu tive o prazer de ser Vereador junto com ele –, que V. Exas. propusessem, na Comissão de Esporte um grupo de trabalho para debater de forma profunda o projeto, para trazer emendas que possam proteger os motociclistas, mas que também possam proteger a arte, a cultura, o emprego de milhares e milhares de pessoas no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos rodar o Brasil, Senador. Vamos fazer audiências públicas dentro dos estados para discutirmos as mais variadas características regionais. Porque a pipa no Amazonas é de um jeito, no Rio é de outro, em São Paulo é de outro. Existem peculiaridades regionais que precisam ser minimamente discutidas e debatidas.

As crianças precisam ser protegidas – que se proíbam as linhas abrasivas para menores de idade. Agora, o esporte não pode morrer. Um pipeiro não pode ser preso por estar transportando uma linha. Isso é o cúmulo. Eu estou tendo uma pena maior para um pipeiro do que para um traficante, que saia para traficar 30g, 35g, 40g de maconha.

Eu quero fazer este apelo: façam um grupo de trabalho aqui, no Senado Federal. Discutam com os Deputados. Vamos fazer um chamamento para todas aquelas pessoas que querem resolver o problema, porque a gente quer resolver. A gente não quer causar problema para o motociclista, mas a gente também não quer matar a arte de se divertir com a pipa – com linha esportiva, com linha branca, seja como for – em locais adequados.

Os pipódromos são fundamentais. E eu, enquanto Vereador na cidade de Manaus, enquanto Parlamentar, sempre vou defender. Os maiores festivais de pipa da minha cidade, nós fazemos na cidade vizinha, no Município de Iranduba, na cidade universitária, onde tem uma área em que a gente concentra 10 mil, 12 mil, 15 mil pipeiros e não tem um único acidente.

Não vamos acabar com a arte no Brasil. É um apelo que eu faço ao Senado Federal.

Tenho dito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Vereador Marcelo Augusto da Eira Corrêa, pela sua posição, pelas suas palavras.

Algum Senador – Senadora Damares, Senador Eduardo Girão – quer fazer alguma consideração, algumas considerações, por favor?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Quero, sim, Senador, eu não posso ficar fora desse debate e não vou ficar. Não quero, não posso, não vou ficar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero cumprimentar todos os pipeiros, eu amo pipas. Eu soltei muita pipa na infância. Eu quero voltar a brincar com pipas, mas eu quero informar a todos os pipeiros que vocês terão em mim uma Senadora que vai lutar, até o último dia do mandato, pelo fim do cerol no Brasil e da linha cortante, com todo o respeito ao esporte.

Há centenas de anos, nós tínhamos os gladiadores e o Coliseu era lotado, era o esporte mais praticado na época, até morrer o último. Era sangue e morte. Todo mundo aplaudia, era esporte. Acho que no Senado, quando se reunia naquela época, todo mundo dizia assim:" É o esporte mais praticado". Como foi dito aqui hoje. A humanidade evoluiu, não aceita mais os gladiadores. Assim foi com em outros esportes.

Nós temos esportes violentos no Brasil, hoje? Temos, nós temos lá dois lutando boxe, um quebrando a cara do outro, as lutas. Nós temos, mas eles escolheram estar lá, brigando e se machucando. A minha criança, aqui na rua, não escolheu o cerol, e eu estou aqui representando as crianças. Enquanto eu estiver neste Parlamento. Eu vou conversar muito com os senhores. Vamos fazer pipeiro com linha branca? Vamos? Dá acidente a linha branca? Então, vamos fazer o pipeiro fora para a linha branca não causar acidente.

É inadmissível, em 2024, eu estar aqui sentada no Senado Federal ouvindo que o cerol tem que ser autorizado, que a linha cortante tem que ser autorizada. Não vamos ter regras. Vereador, por mais que a gente estabeleça a regra, eu não vou conseguir segurar um ambulante, ali na esquina, com a linha, eu não vou ter controle. Em uma nação que não tem controle dos postos de gasolina – a gente encontra gasolina adulterada – eu não vou encontrar o contrabando de linha? Não adianta.

Então, assim, eu tenho conversado com os Senadores. Posso ser voto vencido aqui no Senado, mas eu vou encarar essa discussão, eu vou encarar esse debate com muita coragem. Com todo o respeito aos pipeiros, eu quero pipeiro em tudo o que é lugar, mas eu não posso admitir que, no meu país, em 2024, eu esteja aqui sentada para dizer: vamos liberar o cerol e a linha cortante!

Eu sei o apreço que o Senador Romário tem por todo o esporte. Esse gesto dele de trazer aqui os senhores para discutir é um gesto de muito respeito, desta Comissão, ao esporte. Eu respeito o esporte. Como eu gostaria que os meus meninos estivessem todos por aí brincando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com pipa. Nós vamos continuar apoiando vocês. Vamos. Associações de pipeiros do Brasil inteiro: contem comigo para apoiar o esporte. Mas jamais contarão comigo e com um grupo grande de Senadores que está aqui do meu lado... Eu sou uma Senadora pró-vida, e uma Senadora pró-vida não pode apoiar o cerol, a linha cortante, porque eu coloco em risco vidas.

Eu vou falar só de criança, mas eu podia falar do motoqueiro, do adulto. A gente perdeu, recentemente, uma enfermeira, aqui em Brasília, uma mulher amada, indo trabalhar. Eu não vou falar dos adultos, vou falar das crianças. Então, eu cumprimento o Senador por esse debate.

Vou dizer-lhe uma coisa, Vereador: já foi tão discutido isso, na Câmara. Criar grupo de trabalho, de novo! A gente não pode adiar mais uma decisão. Se o Congresso Nacional decidir pelo cerol, que decida, que assuma o risco, mas não vamos mais adiar essa discussão. A discussão já foi feita, e a gente já está com a maturidade suficiente para ir para o voto, e para o voto nominal. Vamos embora, todo mundo. Então, senhores, vamos continuar brincando de pipa no Brasil, vamos encher, vamos colorir os céus do Brasil com pipas, mas sem cerol, sem linha cortante.

Obrigada, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senadora Damares, pela sua colocação.

Passo a palavra, agora, ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Rapidamente, Presidente.

Em primeiro lugar, eu quero cumprimentá-lo, porque, rapaz, o que eu aprendi hoje, aqui nesse debate, não está no gibi. Alto nível. Importantíssima esta audiência pública.

Nesse aspecto que colocou a Senadora Damares, eu fiz até uma pergunta para ela – desculpa a minha ignorância –, mas é claro que isso faz parte da nossa cultura desde pequenos. A gente não pode tirar essa oportunidade das pessoas. Muito pelo contrário, temos que incentivá-las. Estamos na Comissão de Esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, vem cá, não pode ser feito sem o cerol? Não tem como fazer sem o cerol? Não pode ter uma alternativa? É aqui que fica, e desculpa a minha ignorância... Porque, desde sempre, desde que eu me entendo por gente, tem tragédia acontecendo por causa do cerol. E a gente vê nas manchetes. O Vereador falou: "Mas uma folha de papel também corta". O cerol está nas manchetes; a folha de papel não.

Então, lá no Estado do Ceará, para encerrar, Senador Romário, eu lembro que a companhia de energia na época, que era do governo, a Coelce, que não existe mais, foi privatizada, teve que colocar nas motos todas, que faziam, dos seus funcionários, teve que colocar aquele... Como é que se chama? Aquela proteção de que o senhor falou? (*Pausa.*)

Antena corta cerol. Teve que colocar. E, mesmo assim, aconteciam tragédias, porque, às vezes, as pessoas não...

Então, eu agradeço a oportunidade por estarmos aqui, e concordo com a Senadora Damares.

Vamos ao voto. Eu acho que é importante que a gente possa deliberar.

Quando o Presidente achar, é claro, se quiser fazer outra audiência pública, eu estou à disposição, mas acredito que grupo de trabalho é postergar demais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Girão.

Algum dos convidados quer... (*Pausa.*)

Por favor.

Senhor...

O SR. CARLOS MAGNO DA SILVA GOUVEIA FILHO (Para expor.) – Quero direcionar aos dois Senadores aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também sou pró-vida, cristão, conservador e amante da pipa desde a minha infância, fez parte da minha infância. Só que, depois dos meus 16 anos, eu comecei a ver a pipa como uma prática esportiva, eu conheci a pipa como prática esportiva.

Nosso posicionamento aqui hoje foi reconhecendo o perigo que existe na linha com material cortante. A gente reconhece esse perigo. Inclusive, o nosso posicionamento aqui é de que realmente a gente leve essa prática somente para dentro dos pipódromos, uma prática num local controlado.

Então, a senhora falou de acidentes de outros esportes. Por exemplo, na Fórmula 1, nós perdemos o Ayrton Senna, dentro de um esporte controlado. Nós não temos a Fórmula 1 proibida no Brasil, corrida proibida no Brasil, corrida de veículos, enfim.

Aí no Rio de Janeiro, a gente já tem pipódromos há cinco, seis anos, não é, Vicente? São sete pipódromos. Informais nós temos no Brasil inteiro e, nunca, dentro de um local controlado, aconteceu acidente grave. Nenhum. Nunca. A realidade do Rio de Janeiro, acho que é importante falar isso para vocês também... Essa carteirinha do Vicente, por exemplo, nós temos uma carteirinha de reconhecimento do pipeiro, e ele só pode transitar com a linha com material cortante com essa carteirinha. Isso já funciona em sete cidades do Rio de Janeiro, tá?

Você falou em liberar a linha cortante, mas a gente não é a favor da liberação da linha cortante. Não. A gente é a favor da regulamentação controlada, dentro desses locais. A gente, infelizmente, já teve perdas no Rio de Janeiro. A gente é totalmente contra isso, e o nosso primeiro objetivo aqui é salvar vidas; o nosso segundo objetivo é regulamentar a prática esportiva.

Por quê? Talvez nem todos saibam, mas eu falei isso aqui no início da minha fala, existem milhões de praticantes do Brasil inteiro, existem centenas de milhares de famílias em todos os estados do Brasil que vivem diretamente, ou indiretamente da cultura da pipa e da pipa esportiva. Aí vão dizer, como o Senador falou: "Não, mas se se acabar com o cerol, não se acaba com a pipa".

Por que se acaba com a pipa quando você acaba com a linha de competição? Por que, no futebol – eu costumo brincar –, quando você está jogando bola, se você só bater bola com o teu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amigo, você brinca 20 minutos, gente. Agora, se você bota um gol, se você bota um objetivo, aquela pelada vai rolar duas, três horas. Agora, na pipa, se você somente faz a brincadeira da pipa – é só observar uma criança, gente –, ela vai brincar uma, duas horas e vai parar. Acabou!

Quem solta pipa, gente, pipa esportiva, fica o dia inteiro soltando pipa nos festivais. Chega de manhã – cansei de fazer isso – e só vai embora à noite – entendeu? E isso, inclusive, é importante para as crianças, porque a criança se ocupa. A criança, quando joga bola, vai brincar também uma ou duas horas e cansa. A realidade que nós vemos das crianças, no Brasil, soltando pipa, é que elas passam o dia soltando pipa. Elas, de manhã, preparam a rabiola, preparam a sua pipa e, durante todo o dia, elas soltam pipa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS MAGNO DA SILVA GOUVEIA FILHO (Para expor.) – E, no Rio de Janeiro, nós temos, por exemplo, relatos de pessoas do crime organizado que, dentro das suas comunidades, distribuem pipas para as crianças quando chegam as férias, para os adolescentes. Por quê? Porque eles entendem que aquela criança ou aquele adolescente poderia estar roubando na estrada e trazendo a polícia para dentro da comunidade e ferindo os negócios do crime organizado. Então, o próprio crime organizado já enxergou isso: a importância que a pipa tem na distração para as crianças.

Então, a gente é favorável, sim, à regulamentação. A proibição nas ruas entendemos. Mas, em relação à criança, Senadora, eu queria só fazer um apontamento: no Chile, por exemplo, a prática esportiva é feita com crianças. Na prática, vamos ser bem sinceros, no Brasil inteiro, as crianças soltam com a linha.

O que a Confederação Brasileira de Pipas defende em relação à criança? Se a gente não tiver criança praticando pipa esportiva hoje, a gente não tem futuro no esporte. Nós precisamos de renovação no esporte, como em qualquer outro esporte. O que a gente defende como possibilidade segura e legal para uma criança praticar a soltura de pipas? Dentro do pipódromo, com a regulamentação, e a criança... Você pode usar... No Chile, como eu disse, ela usa linha na mão e não tem acidente. Mas, se a gente quiser avançar um pouco mais no Brasil – eu até entendo isso –, a gente pode ter 20 metros de linha com material cortante, a linha esportiva, para a criança brincar, de forma que ela não tenha acesso à linha. Você bota um pedaço perto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da pipa e a criança solta com a linha pura. Ela vai estar brincando de qualquer forma e ela não encostará nessa linha. Dessa forma, você consegue manter a prática esportiva, inclusive para crianças, sem levar risco.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS MAGNO DA SILVA GOUVEIA FILHO (Para expor.) – E a gente defende também, nesse sentido – é rapidinho –, que crianças também que possam praticar desta forma segura só o façam com autorização do responsável. Esse é o nosso posicionamento em relação às crianças e à prática da pipa esportiva.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Carlos Magno.

Sr. Walner, por favor.

O SR. WALNER MAMEDE JÚNIOR (Para expor.) – Gostaria de parabenizar a Senadora Damares pelo posicionamento. Tem todo o meu apoio.

Preciso dizer, respondendo ao Senador...

Desculpa, eu esqueci o seu nome.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALNER MAMEDE JÚNIOR – Girão.

Sim, dá para fazer competição de pipa sem cerol. Eu fazia isso quando era criança.

O cerol surgiu não como um possibilitador da competição, mas como um facilitador para aqueles que queriam ludibriar outros que estavam com a linha nua. Ele chegava com o cerol disfarçado ali, naquela brincadeira, torava, e ninguém entendia o porquê. Aí, quando ia descobrir, era o tal do cerol. E era passado só nos 20 metros de linha restantes mesmo, não na linha integral, como é a linha chilena e a linha indonésia. Era o cerol brasileiro; era caco de vidro, no máximo limalha de ferro. Não tinha pó de quartzo, não tinha silício, não tinha nada dessas coisas que cortam, inclusive, a antena corta pipa. Essas linhas cortam para-choque de caminhão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacete, antena corta pipa, colete de couro, corta tudo! Não adianta dizer que distribuir antena vai resolver, porque não vai!

E outra coisa: os bombeiros têm estatísticas que mostram que acidentes leves de moto, que poderiam ser pouco graves, que não envolvem pipa, são agravados por conta das antenas, que enfiam no olho, na garganta e no abdômen quando a moto vai ao chão. Então, a antena corta pipa não é a solução.

A relação entre acidentes de moto e acidentes com cerol? Sinto muito, Vereador, é espúria. É espúria por quê? Não existe estatística fidedigna, oficial, formal, regionalizada dos ferimentos por cerol. E, quando existe, é subnotificada. Então, essa subnotificação decorre da ausência na lei, que, aliás, é uma sugestão minha para a lei que for aprovada: que exista a exigência de notificação de ferimento por cerol, linha de pipa, com ou sem cerol, porque esses ferimentos normalmente são notificados como elementos perfurocortantes, em geral; a gente perde a estatística para a elaboração de políticas públicas. Então, essa comparação não dá para ser feita dessa forma, não é?

Outra coisa, no crime organizado, eles distribuem pipa porque as pipas são sinalizadores – todo mundo está careca de saber isso. E tem mais um detalhe, se nós formos usar o argumento de que a pipa sustenta uma cadeia produtiva enorme, com uma grande movimentação de dinheiro, e, por isso, o cerol deve ser aprovado, nós podemos utilizar o mesmo argumento para as drogas. Então, não vamos fazer o combate ao tráfico de drogas, porque as drogas movimentam muito, mas muito mais dinheiro do que a pipa, e sustentam muito, muito mais famílias do que a pipa. Isso, para mim, também é um disparate; é uma comparação espúria.

Eu acho que tudo isso precisa ser levado à tona antes de ser aprovado esse projeto. Aí eu concordo com o nosso caro Vereador, essa lei, como está esse projeto de lei, não pode ser aprovado de forma nenhuma; ele tem que ser completamente revisto, porque está cheio de contradições internas. A Emenda 1 introduz mais contradições no teor total da lei, e ainda tem contradições externas com estatísticas e argumentos outros que estão fora da letra da lei.

Eu peço encarecidamente que isso seja levado em consideração antes de se aprovar um projeto de lei dessa magnitude.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Walner.

Passo a palavra agora ao último convidado, o Sr. Marcelo Augusto da Eira Corrêa, Vereador de Manaus, do Município de Manaus.

O SR. MARCELO AUGUSTO DA EIRA CORRÊA (Para expor.) – Obrigado, Senador, Senador Eduardo Girão, Senadora Damares. O que eu contesto, Senador Girão, é exatamente a questão de você punir com penas de detenção de um a três anos de prisão quem estiver com uma linha na rua, transportando, inclusive – transportando, inclusive. Porque é isso que está aqui; é isso que está no texto da lei. Se for aprovada do jeito que está, é isso que o Senado Federal está aprovando.

Nós queremos a regulamentação dos pipódromos, sim, a brincadeira dentro de áreas controladas. Mas a lei precisa dizer quem vai fazer, qual será o período para que isso ocorra. Porque, se eu aprovo a lei hoje e não estabeleço que isso tenha um prazo de dois anos, por exemplo, para os municípios se adequarem, entre a aprovação da lei e a construção desses pipódromos, a liberação desses espaços, eu não vou ter como praticar o esporte. V. Exa. há de convir que é isso, concorda comigo? Então, eu queria fazer esse apontamento.

O cerol está efetivamente na cultura popular do Brasil; o cerol está entranhado na cultura. Isso é uma coisa que não dá nem para discutir se é contra ou se é a favor; a gente acaba tendo que concordar que ele está na cultura.

Mas eu queria fazer este apelo: que V. Exas. pudessem ler com calma a lei, ver essas incongruências que existem, que estão sendo apontadas por mim, pelo Carlos, pelo Walner, para que a gente possa chegar a um denominador comum. Aqui, nem nós queremos atacá-los, e eu espero que nem eles possam querer nos atacar, porque, na vida, nem sempre a gente vai conseguir tudo que a gente quer. Meu pai e a minha mãe me diziam: "Tu queres ser feliz ou tu queres ter razão?". Nem sempre a gente vai conseguir ser feliz e ter razão no mesmo momento, mas é um apelo que eu faço, que V. Exas. possam maturar melhor para corrigir essas questões, que precisam ser corrigidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me coloco à disposição, dentro desse contexto, para dar as contribuições que são necessárias para que o Senado aprove uma lei madura, uma lei que efetivamente possa fazer com que o esporte seja praticado de uma maneira segura, em locais controlados, e que a gente não tenha a perda de um esporte que hoje é o segundo esporte mais praticado no Brasil.

Eu queria pedir só, depois, que a assessoria trouxesse uma pipa, Senador Romário, que eu trouxe para V. Exa., para lhe dar de presente e agradecer do fundo do coração a boa vontade que o Senado Federal teve de poder proporcionar este debate a todos nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Marcelo Augusto.

Só para fazer suas últimas considerações, o Sr. Carlos Magno, por favor.

O SR. CARLOS MAGNO DA SILVA GOUVEIA FILHO (Para expor.) – Eu gostaria só de reforçar um posicionamento da Confederação Brasileira de Pipas (*Fora do microfone.*) , até pela fala anterior do nobre Vereador, porque nossos pensamentos convergem.

A gente é a favor, sim, da proibição da utilização da linha com cortante fora dos pipódromos, a gente é a favor da regulamentação dos pipódromos. A gente acredita também que a penalização criminal, com prisão, é exagerada; a gente acredita que, sim, tem que ter a punição financeira, com multa administrativa; enfim, a gente defende isso também.

A preocupação também com o prazo para a instalação dos pipódromos é outra preocupação nossa em relação ao texto desse projeto, porque você aprova o projeto hoje, mas como fica a cidade que não tem pipódromos? Como eu disse aqui, só sete cidades no Brasil hoje têm pipódromos, e são no Rio de Janeiro. Então, a gente tem que ter um prazo para que as cidades possam se adaptar, para os prefeitos instalarem os seus pipódromos e a gente conseguir manter a prática.

Também em relação às multas, outra mudança que a gente gostaria de ter no projeto era que o dinheiro arrecadado com as multas fosse direcionado para a própria cultura da pipa, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a própria prática esportiva. Como? Com a conscientização dos praticantes de pipa esportiva e a conscientização das crianças, nas escolas, sobre a forma segura da prática da soltura de pipas.

Essa é minha posição final.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

Antes de encerrarmos esta audiência, quero aqui agradecer a presença de alguns internautas, que fizeram alguns comentários:

Camila, de Santa Catarina: "É preciso ter lugares específicos para praticar esse esporte e normas para que seja [...] [realizado] com segurança".

Alexandre, de Minas Gerais: "Deve-se proibir e criminalizar o uso de cerol ou semelhantes, [pois representam] [...] um risco para a população".

Bruno, do Rio de Janeiro: "Sou a favor da proibição total do uso de cerol de qualquer tipo".

Pedro, de Santa Catarina: "Comecem pela educação, introduzindo nas escolas a ministração de princípios de ética, cidadania e disciplina [...]".

Obrigado a vocês que participaram desta reunião.

Quero agradecer a presença de todos os convidados, o que realmente enriqueceu o debate. Nós aqui do Senado, depois desta audiência pública, eu tenho certeza que pensaremos e repensaremos em relação ao nosso projeto, com o nosso grande Relator, Senador Plínio, do Amazonas.

E quero dizer que eu tenho certeza de que teve uma relevância muito grande, não só para o conhecimento dos Senadores, mas principalmente para todos aqueles que fazem parte do mundo da pipa, para todos os pipeiros, que realmente são milhões no nosso país.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro esta reunião encerrada.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deliberativa.

Itens extrapauta.

O Senador Eduardo Girão solicita a inclusão do Requerimento da Comissão de Esporte nº 11, de 2024, como item extrapauta.

Os Srs. Senadores que aprovam a inclusão da referida matéria para apreciação como item extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 11, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de esclarecer os motivos do desligamento do preparador físico da seleção feminina de basquete, Diego Falcão.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Sr. Girão, quer falar sobre o requerimento?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Rapidamente, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero lhe agradecer mais uma vez por este debate, foi muito importante. Nós acabamos de ter aqui... Aprendi bastante e vou mergulhar mais nesse assunto, porque merece a atenção.

Esse requerimento, Sr. Presidente, e eu lhe agradeço por incluir extrapauta, é uma sequência do assunto que nós discutimos na semana passada. O Sr. Diego Falcão, preparador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

físico da seleção brasileira de basquete, juntamente com o Sr. Zé Neto, que é o técnico da seleção brasileira de basquete, tiveram um constrangimento muito grande. Uma situação que mobilizou o país por causa da sua opinião.

Era importante o Senado Federal, de forma democrática, como a gente sempre faz aqui, ouvir os dois lados dessa história. O requerimento é para que a gente possa ouvir tanto o Sr. Diego Falcão, quanto o Sr. José Neto, e o Sr. Guy Peixoto Júnior, Presidente da Confederação Brasileira de Basquetebol, sobre o episódio que aconteceu de afastamento, de demissão do Sr. Diego Falcão. Depois, em solidariedade, o Sr. José Neto também se desligou.

O esporte brasileiro perde com essa confusão por ideologia. A gente vai ouvir, em uma audiência pública, que eu acredito que só vai se realizar no segundo semestre.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Exatamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas já lhe agradeço pela oportunidade de colocar em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador.

Não havendo mais nada a declarar, encerro esta reunião.

Muito obrigado a todos pela participação. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Aprovado...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – As Senadoras e Senadores que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia três de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Leila Barros, Jayme Campos, Fernando Dueire, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Paulo Paim e Rosana Martinelli, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Zenaide Maia e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores André Amaral, Fernando Farias, Romário, Carlos Portinho e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 11/2024 - CEsp, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Finalidade:** Esclarecer os motivos do desligamento do preparador físico da seleção feminina de basquetebol, Diego Falcão. **Participantes:** Sr. Diego Maroja Falcão, Ex-Preparador Físico da Seleção Brasileira de Basquetebol; Sr. José Alves dos Santos Neto, Ex-Técnico da Seleção Brasileira de Basquetebol; Sr. Thiago Manzoni, Deputado Distrital; Sr. Rodrigo Saraiva Marinho, Secretário Executivo da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado; e Sr. Roberto Lasserre, Assessor Legislativo. **Resultado:** Audiência pública realizada. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Girão
Presidente Eventual da Comissão de Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/03

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da Presidência.) – Paz e bem.

Sob a proteção de Deus, nós iniciamos mais uma audiência pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Nós estamos fazendo, agora, a 13ª Reunião da Comissão de Esporte, que se realiza hoje, dia 3 de setembro.

Está aberta.

Tem um número regimental.

Agradeço a presença de todos vocês da sempre atenciosa Secretaria desta Comissão e dos convidados que aqui estão – daqui a pouco, eu vou nominá-los.

Registro que, em 1º de setembro, foi comemorado o Dia do Profissional de Educação Física, domingo agora.

Esses profissionais desempenham um papel fundamental na promoção da saúde, do bem-estar, e contribuem para uma sociedade mais saudável e equilibrada.

Por isso, parabenizo todos os profissionais de educação física por sua contribuição inestimável e pelo impacto positivo que têm na sociedade brasileira.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo...

Eu peço a atenção das brasileiras e dos brasileiros que estão nos assistindo – nós estamos ao vivo para todo o país, não apenas na TV Senado, mas também pelas redes sociais do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal – para um fato que chocou a população brasileira, que é uma população que tem, no âmago da sua história, a defesa da liberdade de pensamento, de opinião.

A gente está vivendo um momento no Brasil estranho. São tempos difíceis, de sombra, de trevas, e este assunto que nós vamos tratar hoje aqui é um assunto que comoveu as pessoas.

O trabalho dignifica o homem.

O Brasil é pró-vida – mesmo que não fosse –, e o brasileiro... Todas as pesquisas dos grandes veículos de comunicação mostram que cerca de 80% da população brasileira, em média, é a favor da vida desde a concepção, contra o aborto.

Mas repito: mesmo que não fosse. Não se trata disso.

Mas nós tivemos um fato, que foi o desligamento do preparador físico da seleção feminina de basquetebol, Diego Falcão, porque ele se manifestou, como cidadão que tem direito ao livre pensamento, à liberdade de expressão, à liberdade religiosa, ele se expressou em relação a um projeto que tramita no Congresso Nacional, colocando a sua opinião, um projeto sobre o aborto, e ele foi desligado da seleção brasileira.

Isso mostra como está em frangalhos a nossa democracia, no Brasil.

A que ponto chega audácia das pessoas que se dizem, que se arvoram em democráticas, que respeitam a opinião, que prezam pela pacificação... Olha os sinais dos tempos aí.

E essa pessoa foi demitida por isso.

Então, o objetivo desta audiência pública é esclarecer os motivos do desligamento do preparador físico da Seleção Feminina de Basquetebol, Diego Falcão, em atenção ao Requerimento 11, de 2024, de autoria minha.

Eu, neste momento, convido para tomar lugar à mesa, já que o Sr. Diego Falcão vai participar de forma remota, já está conectado conosco, desde cedo – quero agradecer ao Sr. Diego Maroja Falcão, ex-preparador físico da Seleção Brasileira de Basquetebol, que já está conectado –, o Sr. José Alves dos Santos Neto, ex-técnico da Seleção Brasileira de Basquetebol, que teve um ato de coragem, em solidariedade ao colega, e se desligou, pediu desligamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço ao Sr. José Alves dos Santos Neto, se o senhor puder aqui ficar, já vir para a mesa, que o senhor também...

Eu agradeço demais a sua presença, por você ter vindo aqui inclusive com a sua família.

Quero aqui dar as boas-vindas para a Elisângela Aparecida Müller Alves dos Santos, que é a esposa, também ao Mateus Müller Alves dos Santos, que é filho, e ao Fabio Malatesta, que é irmão do Sr. José Alves dos Santos Neto, que foi chamado aqui, convidado para participar desta audiência pública.

Eu informo também que foi convidado o Sr. Guy Rodrigues Peixoto Junior, que é o Presidente da Confederação Brasileira de Basketball, que não pôde comparecer a esta audiência.

Inclusive, eu vou ler aqui o ofício da Confederação Brasileira de Basketball, assinado pelo próprio Sr. Guy Rodrigues Peixoto Junior, que ele envia para o nosso Presidente aqui da Comissão, o Senador Romário.

Eu quero agradecer ao Senador Romário por ter colocado o nosso requerimento em votação, por ter sido aprovado por todos os colegas aqui, por unanimidade, para que a gente pudesse esclarecer esse fato que deixou intrigada a população brasileira, pelo tamanho desrespeito à liberdade de opinião, de expressão, à liberdade religiosa em nosso país.

Então, ele fez a carta aqui:

> Exmo. Sr. Presidente, Senador Romário de Souza Faria, em nome da Confederação Brasileira de Basketball (CBB), entidade máxima de administração do Basketball no Brasil, devidamente filiada à Federação Internacional de Basketball (FIBA), apresentando os mais respeitosos cumprimentos, venho registrar meus agradecimentos e que fiquei extremamente honrado pelo convite à CBB para participar de audiência pública no Senado Federal.
> Parabenizo-o e aos demais Senadores integrantes da Comissão de Esporte pelos valorosos trabalhos, debates e iniciativas dessa Comissão.
> Como já destacado, fiquei extremamente honrado com o convite e me esforcei ao máximo para conciliar minha agenda. Porém, em razão de compromissos institucionais anteriormente assumidos durante o mês de setembro de 2024, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exterior, não conseguirei participar da referida audiência pública. Contudo, tendo tomado ciência do teor do Requerimento nº 11, de 2024, gostaria de registrar alguns esclarecimentos necessários.

De início, é muito importante frisar que, por força do seu estatuto, a CBB exerce suas competências para a direção do basquetebol nacional, empregando boas práticas de governança corporativa, sem qualquer tipo de discriminação em função de cor, raça, gênero, religião, política, procedência e/ou orientação sexual – art. 5º, alínea "que".

Além disso, também por força do disposto no art. 7º de seu estatuto, abro aspas, 'A CBB atuará em defesa da dignidade humana, promoverá o bem de todos, sem preconceitos relativos à origem, identidade de gênero ou orientação sexual, cor, idade, crença e quaisquer outras formas de discriminação, sem influência política, religiosa ou econômica'.

Sendo assim, é dever estatutário da CBB zelar pela neutralidade política e religiosa, pautando sempre sua atuação nos princípios da ética, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, transparência, economicidade e eficiência, bem como os demais princípios porventura existentes, definidores de gestão democrática e boa governança.

Por sua vez, cabe aqui um outro importante e necessário esclarecimento sobre a relação entre a CBB e os profissionais integrantes das comissões técnicas das seleções brasileiras masculinas e femininas, adultas e de base.

Diferentemente do que sugere o texto do Requerimento nº 11, de 2024, a CBB não mantém qualquer relação de natureza trabalhista com os membros de comissões técnicas. Todos os membros das comissões técnicas das seleções, tanto femininas quanto masculinas, são convocados e prestam serviços por período de convocação para competições, sem exclusividade e com prazo determinado, abrangendo apenas o período de treinamento e competição.

Essas comissões são convocadas especificamente para cada evento e alterações podem ocorrer por diversos motivos, incluindo aspectos técnicos em função dos resultados alcançados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> E mais: todos os profissionais ficam totalmente livres para manterem vínculos profissionais com seus clubes e outros empregadores e desenvolverem seus próprios projetos e negócios pessoais.
> Confio e desejo que o ecossistema se una cada vez mais, que cada um tenha ciência da sua posição e trabalho, e respeito, principalmente, pela modalidade, lembrando a necessidade de hierarquia no basquete brasileiro.
> Esperamos que esta [...] Comissão do Esporte e todos os órgãos esportivos do país aproveitem mais essa chance olímpica que tivemos, e que possam, juntos, trabalhar pelo basquete e demais esportes brasileiros.
> Por fim, reiterando os meus agradecimentos, registro que a CBB está à disposição de V. Exa. para colaborar com os trabalhos desta [...] Comissão no debate de temas de relevância para o Basquetebol e para o esporte.
> Sendo o que cabia para o momento e renovando nossos protestos de mais elevada estima e consideração, permanecemos à disposição para prestar qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário.
> Cordialmente,
> Guy Rodrigues Peixoto Júnior, Presidente [da Confederação Brasileira de Basketball].

Olha, eu li aqui esta carta inteira e confesso...

Quero primeiro registrar aqui a presença do Senador Izalci Lucas, sempre muito presente em todas as Comissões aqui do Senado Federal. Quero também registrar a presença do Deputado Distrital Thiago Manzoni, Presidente da CCJ lá da Câmara Distrital, ele que tem sido muito atuante em causas, em valores da vida e da família.

Eu acabei de ler aqui, Deputado, Senador e você, brasileira, brasileiro que está nos assistindo, a carta da Confederação Brasileira de Basketball. Não sei se convenceu alguém. A mim não convenceu. A mim não convenceu, pelo contrário. Se está fora do Brasil, poderia, em respeito, como diz que respeita a nossa Comissão de Esporte, que tem tudo a ver com o assunto, poderia entrar, como vai entrar daqui a pouco o Sr. Diego Falcão, de forma remota, para esclarecer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É lindo o estatuto da CBB aqui. Lindo. Gostei demais. Dá até para copiar e colocar em estatutos pelo Brasil afora, mas me parece que não foi cumprido o que está aqui. Eu não entendi sinceramente a justificativa. "Ah, mas não existe relação trabalhista", "existe respeito às posições de todas as ordens políticas, religiosa e tal", mas não foi isso que aconteceu. E nós vamos insistir. Já que ele se colocou à disposição para vir aqui em outro momento, independentemente do que possa ocorrer nesta sessão, nós vamos... eu vou insistir nisso, porque a verdade está muito na cara. A verdade está muito na cara e a população quer saber. As entranhas estão aí, a gente precisa saber a verdade. Se existiu uma injustiça nesse caso, ela precisa ser reparada, no mínimo. E o esporte é que perde com isso. A liberdade de expressão e liberdade de opinião é que são sacrificadas com esse tipo de postura de um país que deveria ser livre.

Agora, você pode ter certeza – uma conclusão minha –, se fosse uma manifestação a favor do aborto, teria era tido aí um...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Uma promoção. É certo isso?

Então nós vamos sequenciar aqui, e eu informo, antes de passar a palavra para os nossos convidados aqui, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. Repetindo, para você entrar, já tem vários comentários chegando aqui, tá? Eu vou ler todos os comentários aqui. Já tem, o brasileiro já participando desde cedo, para você ver como esse assunto incomoda. E se você quiser mandar sua pergunta, fazer seu comentário, você entra no www.senado.leg – tudo junto – .br/ecidadania, tudo junto, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até 15 minutos. E aí, claro que tem a tolerância aqui da Presidência. Ao fim das exposições, a palavra será concedida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários. Deputado Thiago Manzoni, o senhor também terá a palavra facultada se quiser utilizar, tá?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente Girão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro, Senador Izalci, o senhor tem a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Eu vou pedir a V. Exa. para que eu possa falar rapidamente sobre esse assunto, porque eu vou presidir agora a reunião aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, mas eu não poderia deixar de passar aqui, primeiro para elogiar V. Exa. com relação a ontem, à sessão de ontem, em que V. Exa. deu realmente a palavra para todos os Deputados que aqui estavam, mesmo tendo sido alertado pelo Presidente, ou pela cúpula aí do Senado, sobre a questão regimental. Nós sempre fomos tratados muito bem na Câmara Federal. Todas as vezes que V. Exa., e eu também estive lá nas sessões solenes, nós tivemos oportunidade de falar, manifestar e, muitas vezes, a maioria delas, tendo inclusive o privilégio de falar antes mesmo dos Deputados. Então a gente é muito bem tratado e tem essa relação muito boa com a Câmara Federal. Então uma posição do Presidente do Senado como ontem seria realmente... E como nós ficamos indignados com essa posição. Então, parabéns a V. Exa., que, independentemente de qualquer coisa, abriu a palavra para que todos pudessem se manifestar.

Nós estamos vivendo um momento muito difícil no Brasil, não é? V. Exa. tem sido um baluarte na defesa realmente da manifestação, da liberdade de expressão. O Supremo cometendo abusos claros contra a liberdade.

E eu vi o Vice-Presidente da República dizendo que, no Brasil, tem que cumprir as leis. Temos, sim, todos nós, ninguém está acima da lei. Mas a Lei Maior é a Constituição. Então o Supremo, que deveria ser o guardião da Constituição, hoje é o que menos a cumpre. E tem vários pontos realmente em que o Supremo está extrapolando.

Então nós precisamos reagir a isso. Da mesma forma que aconteceu agora com o nosso José Neto, realmente a gente tem que ficar indignado mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não podemos aceitar esse posicionamento que foi feito em função de uma manifestação cidadã. Nós temos todo o direito de fazer a defesa daquilo em que a gente acredita. Então, parabéns pela iniciativa da audiência pública, a gente não pode deixar passar em branco isso.

Chega já de ideologia nas escolas! A educação já vem sofrendo há anos com isso, e o esporte também não pode, neste momento, ter esse tipo de posicionamento. Minha solidariedade a você, a todos aqueles que pensam diferente daquilo que o Presidente da Comissão pensa, mas parabéns pela iniciativa.

Eu vou presidir ali, mas, se der tempo, eu ainda volto aqui, porque eu convoquei a Ministra da Ciência e Tecnologia para falar um pouquinho sobre a questão de inteligência artificial, porque vão usar inclusive o fundo de uma luta nossa imensa de muitos anos, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, espero que eles não consumam esse recurso tão importante para a pesquisa no Brasil.

Então parabéns a V. Exa. e desejo realmente muito sucesso nesta audiência.

Cumprimento aqui o meu amigo Thiago Manzoni também, que participa realmente das grandes manifestações, posicionando-se muito bem na Câmara Legislativa, onde tem realmente o espaço para falar.

Parabéns, Manzoni.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador Izalci Lucas.

Já deixo aqui de sobreaviso o Sr. Diego Falcão. Em instantes, passo-lhe a palavra.

Ex-preparador físico da Seleção Brasileira de Basquetebol que está no exterior, não é isso? (*Pausa.*)

Ele está na Austrália. Vixe, Maria! Uma hora dessa lá... Se aqui são quase dez horas da manhã, lá são dez horas da noite.

Nós vamos passar já, já.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já, em instantes.

Vamos lá.

De acordo com o Requerimento nº 11, de 2024, de minha autoria, aprovado por esta Comissão de Esporte no último dia 10 de julho, realizamos hoje esta sessão de audiência pública com o objetivo de esclarecer os motivos do desligamento do preparador físico Diego Falcão da Seleção Brasileira Feminina de Basquete.

Diego Falcão é um profissional competente, vencedor em sua profissão. É preparador físico especializado em fisiologia do exercício. Sempre atuando na modalidade esportiva do basquete, trabalhou no time do Joinville, no do Flamengo e no do Levanga, este último time é japonês. Trabalhou na Seleção Brasileira Feminina de Basquete em duas oportunidades. Com suas equipes, conquistou quatro títulos brasileiros: um pelo Flamengo; um pelo campeonato sul-americano; um campeonato mundial; além de duas medalhas de ouro em jogos pan-americanos, uma pela Seleção Brasileira de Basquete Masculino e outra pela Seleção Brasileira de Basquete Feminino.

Eu citei os dados profissionais de Diego Falcão para que conheçamos melhor o personagem do qual vamos falar nesta audiência, mas quero lhes dizer que não tem a menor importância se o preparador físico é ou não é um profissional competente e vencedor, pois Diego Falcão não foi demitido por questões de performance técnica, mas por um *post* em seu próprio Instagram, em uma rede social.

Aqui tratamos da suposta perseguição a um cidadão brasileiro em razão de sua opinião. Digo suposta porque o objetivo desta sessão é justamente esclarecer o que se passou com Diego Falcão. Vamos apurar, queremos entender o caso, pena que nós não temos aqui o Presidente da Confederação Brasileira de Basketball para deixar a coisa mais... para jogarmos luz nessa situação, mas nós vamos insistir, como eu falei há pouco.

Porém, de início, eu digo que parece tratar-se de perseguição mesmo por opinião. No caso específico, perseguição por opinião de caráter moral e religioso. Os indícios do caso, salvo melhor juízo, apontam para esse entendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A perseguição teria ocorrido por meio da demissão do profissional. Demissão realizada pela Confederação Brasileira de Basketball (CBB), que é uma entidade filiada ao Comitê Olímpico do Brasil (COB), o qual, por sua vez, é uma pessoa jurídica de direito privado que recebe dinheiro público, distribuindo parte dos recursos entre as entidades a ele afiliadas.

Ora, senhores, o fato de receber dinheiro público faz toda a diferença. Ao receber repasses de dinheiro público, cerca de 2% dos lucros da loteria federal e daqueles obtidos com outros jogos de azar administrados pela União, o COB passa a sujeitar-se legalmente à fiscalização do Tribunal de Contas da União e deve seguir alguns princípios fundamentais de direito público, especialmente os listados no art. 37 da nossa Constituição, entre eles os princípios da publicidade e da impessoalidade.

A CBB, que recebe transferência de dinheiro de origem pública por intermédio do COB, tem que observar as mesmas restrições legais. Portanto, a demissão de um profissional pela CBB em razão de um delito de opinião, abro aspas, "delito que não existe em nosso ordenamento jurídico", não somente é imoral, mas também é ilegal.

Faço, mais uma vez, a ressalva, se foi isso que realmente se deu, vamos apurar.

Em solidariedade ao preparador físico demitido, o técnico da seleção brasileira feminina de basquete, José Neto, pediu também demissão. José Neto era técnico da seleção desde 2019 e trabalha há 17 anos com Diego Falcão. José Neto foi bicampeão dos Jogos Pan-Americanos e campeão do Sul-Americano.

Declarou o ex-técnico da seleção José Neto o seguinte, abro aspas: "[...] a intolerância religiosa está vencendo o profissionalismo. E eu acho que nem no esporte nem no Brasil pode ser assim", fecho aspas.

Como sabemos, o preparador físico Diego Falcão foi demitido após publicar comentários em suas redes sociais contra a legalização do aborto. Ocorre, senhores, que dezenas, repito, dezenas de milhões de brasileiros são contra a legalização do aborto. Em pesquisa recente, verificou-se que mais, cerca de 80% dos brasileiros são contra, e não só por serem cristãos. Deveriam ser todos, por isso, cancelados e demitidos de seus empregos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um detalhe: nós somos a maior nação católica do mundo! A maior nação espírita do mundo! A segunda maior evangélica – já quase atingindo o topo – do mundo! O Brasil, olha que país fantástico, não é? Todo mundo se relaciona bem, e nós temos um negócio desse acontecendo aqui.

Eu mesmo, também, sou contra a legalização do aborto. Penso, assim, por uma profunda convicção de que matar uma criança indefesa, no ventre de sua própria mãe, é uma violência sem igual, não só para o bebê, mas com sequelas emocionais, psicológicas, mentais e até físicas para a mulher. São duas vidas que estão em jogo. A ciência já mostra isso, universidades do mundo já apontam, e é por isso que incomoda muito esse assunto.

Eu peço até para a Alexia, que está aqui, se puder trazer aquele bebezinho para mim, porque o que é importante a gente entender? O brasileiro já despertou para esse assunto. Não é uma coisa meramente religiosa, não. As ciências e as estatísticas sociais já demonstram que tem um coração batendo com 18 dias da concepção. É um carocinho de feijão, de arroz e já tem um coração batendo.

A *British Psychiatry*, que é uma das maiores revistas de ciência do mundo, coloca o seguinte: a mulher que pratica o aborto, em relação à mulher que não pratica o aborto, tem uma propensão maior a desenvolver problemas de depressão, síndrome do pânico, ansiedade, envolvimento com álcool e drogas, e suicídio, que é a grande pandemia deste momento.

Então, nós temos que falar desse assunto! Nós temos que tirar, de debaixo do tapete, esse assunto e falar para, de alguma forma, colaborar, para poupar o sofrimento das mulheres e salvar a vida de crianças.

Aí a gente tem uma caçada implacável a quem se posiciona sobre esse assunto em pleno século XXI. Então, eu pergunto a vocês que estão nos assistindo, brasileiras e brasileiros que estão aqui conosco: defender a vida, desde a concepção, ou manter qualquer outra opinião não abraçada pela agenda dita progressista virou crime, hoje, no Brasil, com punição de demissão sumária? É isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imagina se fosse o inverso, 80% pró-aborto... Não existe, não é? O mundo todo está voltando atrás disso aí, porque a ciência está avançando, e as nações estão ficando cada vez mais pró-vidas, mas é loucura isso.

Dizem os jornais que duas atletas do basquete foram decisivas para a demissão do preparador físico, Damiris e Clarissa. Inconformadas com a opinião publicada por Diego Falcão, pressionaram a CBB pela demissão imediata do preparador físico.

Se isso é verdade, eu quero dizer que é surpreendente que duas atletas mandem numa confederação com tanta história, a ponto de forçar uma demissão fundada em intolerância religiosa e em delito de opinião. Quero dizer também que eu respeito – não concordo, mas respeito – a opinião das duas jogadoras de basquete, que certamente são a favor da legalização do aborto.

Se, porventura, essas duas atletas tivessem sido dispensadas da seleção de basquete porque, sendo elas a favor da legalização do aborto, encontrassem pela frente algum dirigente poderoso, pró-vida, que fosse contra o aborto e que não tolerasse opiniões divergentes, olhem, eu com certeza estaria aqui hoje, nesta mesma Comissão, querendo saber se Damiris e Clarissa foram perseguidas por delito de opinião. Isso vale para a política também.

O que está acontecendo – fazendo um parêntese aqui – com o pessoal que é conservador e de direita no Brasil, é uma sanha de perseguição, mas é violentíssima. Está aí, o mundo todo sabendo, com a liberação dos arquivos do X, Twitter Files, com tudo que a gente está vendo. É sempre o pessoal da direita e conservador, você pode ver, sempre. Mas você pode ter certeza – e a gente sabe que isso vai acontecer numa ditadura, a metralhadora está voltada para cá; daqui a pouco, vem para cá – que eu estaria na linha de frente; você pode ter certeza. Eu sou conservador, sou de direita, mas se tivessem petistas aqui, se tivessem gente de outros partidos de esquerda sendo perseguidos, eu estaria na defesa, porque é uma questão de princípio, de coerência.

Eu concluo este discurso de abertura, senhoras e senhores, citando o inciso IV em sua totalidade, o inciso VI e o inciso VIII em sua parte inicial, todos eles inscritos no art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil: "IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença [...]; VIII -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política [...]". Ora, mais claro do que isso... É claro como o sol isso aqui.

Por vezes, não gostamos da opinião do outro e não concordamos com ela, mas, como pessoas civilizadas e verdadeiramente democráticas que somos, devemos conviver com as diferenças de opinião. A contraposição à opinião que nos desagrada deve dar-se no âmbito do debate público e não por meio de censura, de perseguição, de arbítrio, de demissão.

Eu passo imediatamente a palavra agora ao Sr. Diego Maroja Falcão, Ex-Preparador Físico da Seleção Brasileira de Basquetebol, que, da Austrália, vem participar da sessão respeitando o Senado Federal, atendendo a um convite do Senado Federal, para que a gente possa discutir sobre um assunto que comoveu e ainda comove a sociedade brasileira.

Dr. Diego, Sr. Diego, muito obrigado pela sua presença. O senhor tem a palavra por 15 minutos, com a tolerância desta Presidência.

O SR. DIEGO MAROJA FALCÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Eduardo Girão. Bom dia a todos presentes. Bom dia a todos os Deputados que fizeram com que isso pudesse acontecer.

Bem, eu vou tentar ser breve, mas, antes de utilizar o meu direito constitucional da liberdade de expressão, e antes de falar da intolerância religiosa, e antes de falar da censura, eu quero falar um pouco para todos vocês – eu sei que muitas pessoas não me conhecem – para entenderem o caso de como um esporte, até que ponto chegou, e para entenderem também como nós chegamos à Confederação Brasileira de Basquete, para ter um discernimento, para ter uma coerência, nas ações que eu vou citar aqui.

Bem, primeiramente, eu sou preparador físico, como já foi citado. Eu sou católico apostólico romano, sou casado, tenho uma família muito bem estruturada. Sou pai de dois filhos, da minha filha Maria Eduardo e do meu enteado Pedro Augusto. Eu sou paraibano, nascido e criado em João Pessoa. Eu sou educador físico.

O basquete me deu tudo o que eu tenho na vida. Então, o que eu sou na vida eu devo diretamente ao que o basquete me deu. E é por isso que eu venho falar de como nós podemos direcionar e como isso tem um impacto social tão grande. Eu, por influência do meu pai,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando joguei, fui atleta de um nível amador, mas eu tinha um sonho de disputar a Olimpíada. E, quando eu vi, em 1992, aquele arqueiro na Olimpíada de Barcelona, acendendo aquela pira olímpica, aquilo ali foi um despertar do meu sonho. Eu disse: eu quero ser medalhista de ouro olímpico e quero disputar a Olimpíada.

Então, eu tentei ser atleta, mas por motivos técnicos não tive condições. Resolvi estudar para trabalhar e agregar às pessoas.

Então, esse meu sonho vem desde João Pessoa. Eu me formei em Educação Física. Quando eu me formei, automaticamente já fui para São Paulo para estudar a fisiologia do exercício.

O basquete me deu todo o estudo. Eu estudei com bolsa durante a minha fase de estudante, por condições técnicas. Então, eu devo muito do que eu tive no estudo ao basquete. E, depois, eu fui estudar para tentar agregar os outros e também conquistar meu objetivo.

Bem, eu estou falando isso para vocês entenderem qual é o nosso propósito. Quando eu falo o "nosso", é o meu e o de José Neto que está aí, que é meu irmão, meu amigo, meu parceiro, que trabalha comigo há 17 anos.

Depois que eu fui para São Paulo, eu estudei fisiologia de exercício na Escola Paulista. Eu trabalhei em todas as categorias de base e cheguei à seleção masculina de basquete em 2008; ficando, de 2008 até 2016, nesse ciclo olímpico.

Eu e José Neto trabalhamos nos últimos cinco ciclos olímpicos, de Pequim, Atenas, Rio, Paris (2008, 2012, 2016, 2020), e nesse agora. Nos cinco ciclos olímpicos nós trabalhamos.

Bem, nós pegamos uma fase de construção do basquetebol masculino em que o basquetebol masculino estava morto. Nós fizemos parte da comissão junto com o Moncho Monsalve, que é o espanhol, e o técnico Rubén Magnano na reconstrução do basquete masculino.

Depois disso, nós passamos por inúmeros projetos, como o Joinville, o Flamengo, como na África – nós ficamos três anos –, fazendo uma reconstrução e mudando a cultura desportiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, mas por que eu estou falando isso? Eu estou falando isso porque quando o Neto, como *head coach*, foi convidado para fazer parte da seleção brasileira de basquete feminino – nós, até então, éramos do masculino –, quando ele foi convidado, chocou o meio do basquete. Então, foi inusitado. Por quê? Porque pelo mesmo período negro que o basquete masculino passava, o basquete feminino estava passando. Hoje, o basquete masculino vive outra realidade, inclusive foi homenageado na Casa, no Congresso, nos últimos dias, porque foi sétimo colocado na Olimpíada de Paris. E o basquete feminino vinha nesse cenário negro também, nesse cenário pesado, sem muita autoridade e, cada vez mais, despencando, quase – como nós falamos no esporte – em extinção.

Bem, depois que nós saímos do masculino e Neto foi convidado – eu fui uma das pessoas que mais incentivei José a aceitar o convite do basquete feminino –, nós sabíamos que, financeiramente, não tinha vantagem nenhuma, até porque a gente já tinha 20 anos de esporte de alto nível, a gente já tinha uma carreira consolidada. O propósito de ir para a seleção brasileira feminina era um propósito... Claro, a gente sempre quer ganhar dinheiro, mas o propósito prioritário era: "vamos mudar esse basquete, para a gente ganhar nossa medalha olímpica".

Eu, com o meu sonho da medalha olímpica, fiz: "vamos juntos, vamos trabalhar e fazer esse ciclo". Já que era o final do ciclo de Tóquio, a gente iniciou o final para o início de Tóquio, para realmente encarar o projeto 2024.

Pois bem, quando nós iniciamos esse projeto de 2019, a seleção brasileira de basquete feminino estava na 15ª posição no cenário mundial. O Brasil fazia 28 anos que não ganhava um Pan-Americano. Nós não tínhamos nível técnico e nem impacto internacional nenhum. Na última olimpíada nós não havíamos ganhado nenhum jogo. Então, com esse impacto negativo, nós fomos contratados e fomos convidados para mudar esse cenário.

Pois bem, e por que eu estou falando isso? Eu estou falando isso porque o cenário hoje, depois que nós assumimos a seleção brasileira de basquete feminino, com o cenário completamente alterado, nós saímos da 15ª posição para a 8ª posição. Nós ganhamos um AmeriCup, nós ganhamos um Sul-Americano e nós ganhamos dois Pan-Americanos seguidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, com isso aí, nós falamos dos títulos. O basquete feminino voltou a um cenário nacional para ganhar.

Então, teoricamente, a nossa demissão, a minha demissão, no caso, não foi uma demissão por resultados desportivos. Então, a gente pensa: se não foi por resultado desportivo, foi por causa de quê? Pois bem, mesmo sabendo o quanto nós evoluímos, o quanto nós evoluímos no basquete no cenário internacional, também vale salientar que nós não conseguimos ir para a Olimpíada, mas nós não conseguimos ir para a Olimpíada porque houve uma mudança num regulamento. Inclusive a FIBA (Federação Internacional de Basquete) reconheceu que houve um erro quando alteraram o regulamento da Federação. Antigamente, quando nós disputávamos a Copa América, o Brasil nem ganhava, nós ganhamos.

Antigamente, quando nós disputávamos a Copa América, o Brasil nem ganhava, e nós ganhamos. A Fiba mudou o regulamento e nós ganhamos, mas, infelizmente, com a alteração do regulamento, nós caímos numa chave muito forte – disputando todos os jogos de forma duríssima –, inclusive com a equipe da Austrália, para a qual nós perdemos no último minuto, num jogo totalmente disputado, inclusive no Brasil, no Pará. Nós não ganhamos e a equipe da Austrália ganhou a medalha, em Paris, ou seja, nós mudamos o nível do basquete feminino.

Então, claramente, se você colocar nos números, na métrica, nossa demissão não pode ser pelo nível do basquete, porque no nível do basquete nós evoluímos: nós evoluímos tecnicamente, nós evoluímos taticamente, no *ranking* nós evoluímos, na percepção do mundo do basquete nós evoluímos.

Descartando todo o cenário e colocando todo o impacto do nosso trabalho, foram seis anos trabalhando, claro, como o senhor mesmo leu, utilizando apenas diárias, com o nosso propósito de fazer um ciclo olímpico e de ganhar uma medalha olímpica, que era o nosso propósito. Por isso, nós trabalhamos seis anos diariamente, mesmo sem um salário ou um contrato fixo, entendeu, e, mesmo assim, nós chegamos a um nível alto.

Pois bem, depois, vindo para a minha vida, eu sou católico apostólico romano. Eu sempre, sempre, falei sobre a Pró–Vida e nunca vou me omitir. Se você pegar os meus *posts* no Instagram, estão sempre com o Pró-Vida, sempre, sempre falando da religião, sempre falando de Deus, sempre falando das coisas boas da vida e sempre falando do esporte íntegro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 20 de junho, eu fiz uma publicação num *post* do padre Paulo Ricardo, que é um padre que admiro demais; depois, coloquei um *post* em Madre Teresa de Calcultá falando que a terra que aprovasse o aborto seria uma terra infeliz. E, depois, eu fiz um *post* sobre a mãe de Cristiano Ronaldo falando que desistiu do aborto e nasceu Cristiano Ronaldo. Pois bem, isso eu sempre fiz, inclusive nos seis anos da confederação, que eu participei. Eu postei sempre sobre isso e fiz questão de falar e de identificar todos os *posts* quando eu fiz o meu vídeo relatando isso.

Bem, depois que eu fiz esse *post* – isso foi numa quinta-feira –, na sexta-feira começaram a chegar muitas mensagens no meu celular de pessoas que eu não conhecia falando de forma negativa e agressiva comigo. Nós sabíamos que no basquete feminismo existem alguns *sites* que não têm expressão nenhuma, mas dos quais o basquete feminino se alimenta... Esses *sites* têm ideologias. Entendeu? A gente sabia disso e nós sempre trabalhamos, isso nunca mudou nada na nossa vida, porque não tem impacto nenhum na nossa vida. A gente, como preparador físico, nós só avaliávamos tecnicamente, era uma avaliação desportiva, não tinha raça, gênero, opção sexual. Nada disso influenciava na nossa vida, então era exclusivamente a habilidade, o nível técnico.

Depois disso, o Neto, como *head coach*, como a pessoa responsável, recebeu algumas ligações de pessoas da Confederação dizendo que tinham recebido da Diretora Roseli Gustavo que, com o que eu tinha postado, as meninas, as atletas tinham ficado indignadas.

As atletas, por infelicidade, comeram uma isca pesada do *site* da ideologia e falaram muito mal da minha pessoa, sem comentar nada, sem citar nenhuma relação comigo. Elas falaram apenas do que aconteceu e começaram a criticar e a fomentar isso.

Então, vindo de pessoas que me conhecem, que conhecem o meu dia a dia, conhecem a minha índole, conhecem o meu direcionamento, vindo dessas pessoas, os *sites* começaram a fomentar tudo aquilo que as atletas estavam repostando. Isso criou um engajamento negativo muito grande e muita gente veio me criticar no meu Instagram.

Pois bem, na sexta-feira, o Neto já tinha conversado com algumas pessoas da confederação, uma delas sendo a Roseli Gustavo, também o Marcelo, o Vice-Presidente, e, muito possivelmente, o Guy Peixoto... Não; com o Guy Peixoto ele não conversou, mas com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcelo e a Roseli, para avaliar, para entender, e para dizer que eu seria demitido. Já que eu não tinha contrato, seria afastado da confederação, porque tinha feito esse *post*.

Pois bem, nesse *post,* eu exerci a mesma liberdade de expressão mencionada pelo Senador Eduardo Girão, antes de começar a audiência; eu exerci o mesmo poder que as atletas também exerceram. Elas fizeram a opinião delas, e eu coloquei o meu contraponto, com a minha liberdade de expressão. Não fiz nada mais do que isso, entendeu? E falei apenas pró-vida.

Pois bem, depois que eu comecei a falar isso, como a gente fala no esporte, a "rádio peão", ou seja, as pessoas que conhecem os bastidores falaram que eu seria demitido, e aquilo gerou um impacto muito grande no basquete: como é que você vai demitir Diego, com o trabalho que a gente vem fazendo, há seis anos, fomentando o basquete, desenvolvendo?

Pois bem, no sábado pela manhã, eu recebi, de forma inesperada, quer dizer, eu esperei porque já tinha escutado a "rádio peão" falar que eu seria demitido, mas não recebi nenhum comentário oficial, nenhuma ligação, nada. Eu recebi pelo Globo.com, que foi o primeiro *site* de esporte que anunciou a minha demissão. Então, eu fui informado pela internet.

Pois bem, depois que eu fui informado pela internet, criou-se aquela volúpia, porque, como o senhor mesmo falou, o Brasil é majoritariamente pró-vida, e depois disso, as pessoas que lutam pró-vida, que lutam a favor da vida, que lutam por um direcionamento do bem começaram a fomentar o meu nome e a ficarem indignados com tudo o que o senhor já mencionou antes de começar a audiência.

Pois bem, depois que essa onda do bem engoliu a onda do mal, foi criado um impacto gigantesco. E, claro, nas minhas redes sociais, em que eu tinha 13 mil seguidores, no máximo, e no esporte, onde eu tenho um impacto muito grande, de forma interpessoal, um impacto no dia a dia com o atleta, depois que foi criado isso, eu comecei a ganhar muito engajamento, ganhar voz, e isso não mudou nada. Porque a mesma coisa que eu sempre falei, sobre pró-vida, sobre Deus, sobre fazer o bem, sobre a corrente do bem, tudo que eu falei começou a potencializar. Pois bem, depois que começou a potencializar isso, assustou a direção da confederação brasileira, e eles ficaram impactados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo assim, no sábado à noite, a Roseli Gustavo me ligou, para confirmar o meu afastamento, e eu perguntei por que estava sendo afastado, se era pelos *posts* que eu tinha feito. Ela falou que não, que era pela situação que eu criei. Eu falei: "Mas eu criei que situação? Eu trabalhei errado?"; "Não"; "Eu tive alguma parte, no direcionamento do basquete, eu tive alguma parte de agressão, em algum relacionamento com atletas?"; "Não". Eu disse: "Então, você está me demitindo, ou seja, me afastando, pelo *post* que eu fiz". Ela: "É. Estou o afastando porque não existe mais clima para você trabalhar com elas". Eu disse: "Bem, isso é muito delicado. Isso vai ser uma intolerância religiosa. Isso é censura. Isso é você estar tirando a liberdade de expressão, que é um direito constitucional que eu tenho, e, se você fizer isso, vai ficar ruim, porque nem a sociedade, nem o esporte, ninguém pode direcionar dessa forma".

Pois bem, eu acho que já deu o meu tempo, aqui, agora. Os fatos foram esses. O impacto que foi direcionado no esporte, no basquete foi esse, e estou aqui para esclarecer qualquer dúvida que vocês tenham aí, mas o que aconteceu, de fato, propriamente dito, foi isso, Senador Eduardo Girão.

Muito obrigado pela palavra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Sr. Diego Falcão, ex-preparador físico da Seleção Brasileira de Basquetebol.

Enquanto o senhor estava falando aí... Ele está, Rodrigo, na Austrália, e fez questão de participar. Lá o horário é totalmente o inverso, lá já são dez da noite, quase. Aliás, já são dez da noite, e ele está participando conosco nesse assunto que comoveu a população brasileira.

Se fosse o inverso, o mundo teria caído. Se tivessem demitido... E a gente estaria defendendo aqui! Mesmo se fossem pessoas pró-aborto, abortistas que tivessem sido punidas por sua opinião, nós estaríamos defendendo essas pessoas, porque nós defendemos a liberdade de expressão, mas, se fosse o inverso, já que nós temos 80% da população pró-vida, e tivesse acontecido uma punição dessa do outro lado... Ah, meu amigo, era o assunto da mídia o tempo todo, era para acabar, era perseguição...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós acabamos de ouvir um cidadão brasileiro que tem uma competência comprovada dos resultados, desde que assumiu, com a sua equipe. Está outro membro, aqui, que é o José Alves dos Santos Neto, que, em solidariedade, se demitiu, pela perseguição do colega.

Eu fui Presidente do Fortaleza Esporte Clube. Eu não sabia que o Sr. Diego era paraibano. Eu gosto muito da terra dele, João Pessoa.

Você é de onde, José?

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS NETO (*Fora do microfone*.) – Sou de Itapetininga.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Do interior de São Paulo, Itapetininga.

Eu sou nordestino, igual ao Diego Falcão. Fui Presidente do Fortaleza Esporte Clube e entendo, perfeitamente, o que ele coloca. Sabe, eu digo que a bola não entra por acaso, não entra por acaso. Então, quando você estava fazendo o trabalho, com a verdade, com ética, estava dando tudo certo.

Quando a gente vê esse tipo de situação acontecer, por uma ideologia, ser demitido, ser desligado por isso, a gente... O resultado não foi bom nas nossas Olimpíadas. Entendeu? Não é por acaso.

Uma coisa que eu digo para o Diego e para quem está nos assistindo: nós cristãos, dois mil e tantos anos atrás – há 2.024 anos –, éramos jogados aos leões, Deputado Thiago Manzoni, pelos nossos valores, pelo que a gente defendia, pelo nosso testemunho. A gente era jogado aos leões nas arenas, que, traçando um paralelo, são os campos, são as arenas esportivas hoje. Nós éramos jogados ali, e era aquela situação. Hoje, tem um processo civilizatório; hoje, nós somos cancelados, nós somos censurados, somos perseguidos, os leões são outros, não é?

Mas a verdade vai prevalecer, a gente sabe disso. O importante é estar em paz com a consciência e buscar a justiça; que a justiça seja para todos.

Então, minha solidariedade, Diego Falcão, a você. Aquilo marcou muito a mim e à minha família também, como aconteceu uma comoção e ainda acontece uma comoção por esse fato que mancha a história da Confederação Brasileira de Basketball, mancha a história do esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro. Nós estamos na Comissão certa para debater isso, a Comissão de Esporte, uma Comissão que foi iniciada num Senado Federal com 200 anos. Nós estamos completando os 200 anos do Senado neste ano, 2024, olha a coincidência – que não existe, é "jesuscidência" –: esta Comissão começou este ano; ela foi instaurada este ano, por liderança do Senador Romário; a assessoria dele está aqui. O Senador Kajuru é o Vice-Presidente. O Presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, autorizou a abertura desta Comissão, porque lá na Câmara dos Deputados já tem uma Comissão do Esporte há muito tempo, e aqui não tinha, então foi... Eu faço parte desta Comissão, tem outros colegas, e é impressionante como isso traz toda a podridão que está por baixo do pano: ela vem, e vem no esporte, que foi feito sabem para quê? O esporte foi concebido para unir, para entreter, para o lazer, para uma vida saudável, para não ter diferenças, para que a gente seja tolerante... E acontece o inverso.

Mas vamos continuar aqui, agradecendo, mais uma vez, ao Diego Falcão, pela sua participação direto da Austrália. Tem umas perguntas, se o senhor puder ficar mais um pouco... Eu sei que já vai entrar, mas tem umas perguntas que chegaram aqui da população, tem umas que eu também gostaria de fazer para o senhor, de algum outro Senador, se puder; Deputados também vão ter a palavra, e é uma audiência pública, quem quiser se manifestar aqui está à vontade também. O Rodrigo está se inscrevendo, o Rodrigo Marinho.

Vou passar a palavra agora para o José Alves dos Santos Neto, ex-Técnico da Seleção Brasileira de Basquetebol, que teve um ato de coragem, de solidariedade ao colega: ele pede demissão do seu trabalho, também, pela injustiça flagrante que aconteceu com o colega.

O senhor tem a palavra por 15 minutos, com a tolerância da Presidência.

Muito obrigado pela sua presença aqui.

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS NETO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Quero, na pessoa de V. Exa., Senador Eduardo Girão – é um prazer estar nesta Casa –, agradecer a oportunidade de poder esclarecer esses fatos que recentemente aconteceram. Mas, acima de tudo, quero agradecer muito também por poder vir aqui e mostrar um pouco dos valores que a gente tem e que nos levaram a poder ter os resultados tão expressivos que nós tivemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou falar um pouco, começando por falar um pouco sobre aquilo que eu sou, porque, na verdade, quando você tem uma busca, quando você faz uma busca na internet, as respostas, os resultados sempre vêm daquilo que eu fiz, e não exatamente daquilo que eu sou. E eu acho que é muito importante agora fundamentar, para que as coisas sejam bem esclarecidas, o porquê das tomadas de decisões que nós temos, porque, na verdade, nós tomamos decisões baseados naquilo que nós somos. Então, quero esclarecer, quero deixar bem claro aquilo que eu sou, que, muitas vezes, não aparece na internet, nas buscas, porque se nas buscas de internet se colocar o meu nome, "José Neto e Basquete", vai aparecer lá multicampeão, vai aparecer campeão disso e daquilo, mas poucos sabem aquilo que eu sou e de onde eu vim.

E fazendo um pouco também uso das palavras de um médico que trabalhou comigo lá no Flamengo, o Dr. Cardone, ele dizia o seguinte... Quando nós ganhamos o título de campeão mundial lá com o Flamengo, o que era uma coisa impensável, a gente bateu o Maccabi Tel Aviv, que era o campeão da Euroliga, e a gente conseguiu esse título, um título inédito para o Flamengo – já tinha sido campeão mundial o Sírio, mas depois, muitos anos depois, nós conseguimos isso com o Flamengo –. E ele depois falou assim: "Olha, é muito difícil chegar aonde nós chegamos, mas é muito mais difícil e tem muito mais valor chegar aonde nós chegamos, saindo de onde nós saímos".

Então, acho que é muito importante contextualizar de onde saímos, não é? E quero dizer um pouco quem eu sou. Eu sou, como eu já falei anteriormente – o senhor disse também –, de Itapetininga, no interior de São Paulo, uma cidade bem pequena no interior de São Paulo. Eu sou de Itapetininga. Fiquei lá até meus 17 anos. Eu tenho 53 anos. Ali é onde eu fui formado, na verdade, no meu caráter pelos meus pais. Minha mãe, uma professora, Therezinha Malatesta, e o meu pai, um funcionário público municipal. E, com essas dificuldades que a gente teve, eles fizeram o máximo para que essas dificuldades não nos dessem limitações.

Então, isso é uma coisa que eu falo sempre em palestras que eu dou, colocando isso hoje numa realidade de que é muito importante a gente valorizar muito mais as possibilidades do que as limitações, porque as limitações são várias, mas, quando nós temos as possibilidades mais elevadas, as coisas podem acontecer e foi o que aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessas limitações, eu estudei no colégio católico das Irmãs Beneditinas, em Itapetininga, e eu pude estudar lá porque minha mãe foi professora lá. Então, eu tinha uma bolsa, e aí, então, já aprendi a honrar o trabalho e o serviço, o esforço do outro, porque minha mãe, por isso, nos deu essa possibilidade.

E ali eu fui coroinha, eu fiquei muitos anos como coroinha, ajudava o padre numa missa diária que tinha nesse colégio. Então, ali já também se fundamentou muito a minha fé. Então, não é uma fé só de IBGE, como dizem, mas é uma fé praticante.

E ali realmente foi fundamentada a minha família. E ali nessa cidade também conheci minha esposa – já estamos juntos há 38 anos e casados há 29 anos –, com quem tive a minha filha Luísa, que hoje tem 26 anos, e o meu filho, que está aqui presente, o Mateus, com 16 anos. Isso foi muito fundamentado na nossa fé, nos nossos princípios.

E eu saí dali para fazer faculdade com 17 anos. Eu entrei na USP; passei em Educação Física. Fui cursar Educação Física em São Paulo, na USP, e, é claro, ali, no dia a dia, tinha de me manter em São Paulo. Apesar de ser uma faculdade pública, a Universidade de São Paulo, mas a gente tinha que se manter lá. Então, eu tinha aulas no período da manhã e da tarde, e à noite eu ia trabalhar para poder me sustentar um pouco ali, já que era muito difícil a nossa condição.

Então, tudo isso vai fundamentando valores. Eu estou falando essas questões não para enaltecer aquilo que eu sou, aquilo que eu fiz, mas para entender um pouco e esclarecer as tomadas de decisões que nós temos, que são fundamentadas em princípios e valores. E é impossível falar em princípios que adquirimos sem falar do nosso início. Então, eu tenho essa família, aqui falei dos meus pais, e tenho dois irmãos: um está presente aqui, o Fábio; e a minha irmã, a Alzimara, que é mais velha do que eu – o Fábio, dois anos mais novo, e minha irmã, quatro anos mais velha que eu –, que vive em Sorocaba. E a gente aprendeu a valorizar esses princípios.

Depois que eu me formei, em 1992, quando me formei na USP, eu tive a possibilidade de trabalhar num clube, que foi o Clube Atlético Paulistano, que me deu a primeira oportunidade. E aí a gente vê como a gente valoriza os nossos princípios: eu fiquei nesse clube por 16 anos. Eu comecei lá como um ajudante, um assistente – eu estava recém-formado – do professor da Escolinha de Basquete do Paulistano. E, nesse período todo, eu passei por todas as categorias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formativas, até que eu fui treinador da equipe adulta, e ali a gente conseguiu transformar – esta é uma palavra que eu gosto de usar muito, porque acho que contextualiza bem aquilo que me dá um norte para aquelas coisas que eu faço – a gente conseguiu transformar um clube, que era um clube social – todo mundo conhece o Clube Atlético Paulistano, em São Paulo, que era um clube meramente social e tinha algum trabalho com categorias de base –, para ser um time competitivo e, hoje, atingir níveis de ser campeão nacional e tudo mais. Ali a gente começou esse processo de uma transformação de um clube social para um clube competitivo.

Depois dali, saí, e foi quando eu conheci o Diego Falcão, em 2007. Eu fui trabalhar na Ulbra, em São Bernardo do Campo. E também entrei no meio de um processo, em que a equipe estava em sétimo lugar, e era uma equipe montada para ser campeã. Eu entrei ali no meio do processo, e nós jogamos a final contra Franca. Perdemos a final contra Franca, mas nós chegamos à final do campeonato. Então, ali começou esse processo.

Nesse mesmo ano, eu fui treinador da Seleção Brasileira Sub-19, e nós jogamos o Campeonato Mundial. E foi uma grande surpresa, porque o Brasil não participava desse Campeonato Mundial Sub-19 há oito anos, e nós... Eu cometi um grande erro, Senador, porque eu falei, antes de sair daqui, que a gente iria brigar por uma medalha, e todo mundo deu risada. Eu errei; eu devia ter falado que a gente ia ganhar medalha, porque nós brigamos pela medalha: terminamos em quarto lugar, sendo vencidos pela equipe da França. Essa equipe da França hoje tem vários jogadores que ainda jogam pela equipe da França, jogam na NBA. E a gente jogou, na mesma competição, contra os Estados Unidos, desse tal de Stephen Curry – não sei se vocês sabem quem é. (*Risos.*) A gente jogou contra essa equipe, e a gente pôde ser competitivo, ficando em quarto lugar, tendo na nossa equipe um jogador que foi o maior pontuador desse campeonato, mesmo com todos esses jogadores de nome, e o maior reboteiro, o que pegou mais rebote nesse campeonato. Então, tivemos ali muito êxito. E ali eu tive a certeza de que a carreira estava realmente começando.

Eu comecei na Seleção Brasileira em 2004, quando a gente conseguiu esse feito no Paulistano, de transformar o clube, que era um clube social. Era um clube já competitivo, e eu tive o convite para ser o 3º Assistente da Seleção Brasileira, em 2004. E eu fiquei na Seleção Brasileira Masculina – na masculina – de 2004 até 2016. Participei de duas Olimpíadas, cinco Campeonatos Mundiais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é só para contextualizar um pouco da experiência que a gente teve, que eu tive. Ali aprendi a honrar os valores da pátria – então, realmente, a Seleção Brasileira... – e a defender, assim como vocês, o interesse do Brasil, os interesses reais do Brasil, para que o Brasil realmente seja forte em todos os sentidos. Eu jamais neguei um convite de Seleção Brasileira. Então, eu dirigi várias categorias.

E, quando eu saí da Seleção Brasileira, em 2016, estava praticamente certo, por muitos êxitos que tive no Flamengo, de eu poder assumir a Seleção Brasileira Masculina, e não foi o que aconteceu. Na verdade, eu fui desligado da Seleção. Com a saída do treinador, que era o Rubén Magnano, saiu toda a Comissão Técnica. Eu trabalhei no Flamengo, por mais alguns anos, e depois fui para o Japão – quando terminou o meu vínculo com o Flamengo, trabalhei no Japão –; e, quando eu voltei do Japão, a Confederação me chamou e me fez a proposta para que eu pudesse dirigir a equipe feminina.

Conto aqui algumas coisas que também acho que podem reforçar um pouco do valor que tinha o nosso trabalho na Seleção.

Quando eu fui convidado, isso me espantou muito, porque eu nunca tinha trabalhado com mulheres, nunca tinha trabalhado com o basquete feminino; eu sempre trabalhei com o basquete masculino. Nunca, na minha carreira... Hoje eu tenho 32 anos de treinador, mas em 2019 eu nunca tinha trabalhado com o basquete feminino. E isso me espantou muito. Acho que foi uma sabedoria do pessoal da Confederação, do Vice-Presidente Marcelo, apoiado pelo Presidente Guy Peixoto, de que se pudesse trazer um profissional que, independentemente de ser masculino ou feminino, estava tendo êxito na modalidade, para que pudesse somar.

A princípio eu estranhei muito, fiquei um pouco sem entender e fui fazer uma consulta, já que, para quem não sabe, fora o Brasil, apenas três países do mundo, do planeta, foram campeões mundiais: Estados Unidos; outro que já não existe mais, que é a União Soviética, que agora se dividiu em vários países; e a Austrália. Isso na história do basquete feminino. Então, o Brasil tem realmente uma história, e é forte, no basquete feminino. E eu fui procurar essas pessoas que, nessa época, transformaram o Brasil nessa potência que era o basquete feminino. Eu fui procurar e falei com várias personalidades: Hortência, Paula, Janete – que são nomes... – e vários treinadores, como Miguel Ângelo, que foi campeão com o Brasil em 1994, e depois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também com o Barbosa, que ganhou medalhas olímpicas com o basquete feminino. Eu fui perguntar, falar com eles: "olha, eu estou recebendo o convite...". E eu sempre tive muito respeito de todos no meio do basquete.

Eles ficaram surpresos. Disseram: "Você é um técnico que tem uma marca de vitória. Se você for para a Seleção Feminina – a Seleção Feminina já não ganha há muitos anos –, você vai perder essa marca de vitória e você vai ser um derrotado, porque hoje a Seleção Feminina está realmente no fundo do poço". E isso, vamos dizer, veio de noventa e poucos por cento das pessoas com quem eu falei, que são especialistas em basquete feminino, me surpreenderam.

E eu falei: "Bom, deixe-me...". Eu fui para a Espanha nesse momento, junto com o Diego, para que a gente pudesse fazer um estágio no Real Madrid e na seleção espanhola. E a gente estava ali vendo algumas possibilidades. E eu falei: "Olha, quero agradecer muito pelo convite, mas eu acho que eu tenho outros propósitos". Aí eles insistiram: "Não, quando você voltar, a gente conversa melhor, porque nós temos um Pan-Americano em 2019, em Lima, no Peru. Nós temos essa competição e a gente queria que você iniciasse esse processo". Aí eu falei: "Está bem, eu vou voltar e vou conversar". E o Diego foi uma das pessoas que me incentivou muito a pegar. Ele falou: "Vamos pegar, vamos fazer... a gente já transformou tantos lugares, não é?". Eu trabalhei com o Diego em vários lugares onde a gente não tinha tanto essa expectativa de que pudesse ser bom. E a gente conseguiu transformar esses lugares em bons lugares. Então, ele falou: "Vamos pegar, vamos tentar". Falei: "Está bem".

É que nem aquela história, não é? Quando se mandou um funcionário de uma fábrica de sapato para a Índia... Mandaram dois, não é? Um voltou e falou: "Cara, se você abrir uma fábrica de sapato na Índia, você vai à falência, porque lá ninguém usa sapato". Aí, voltou outro e disse: "Lá é o lugar certo, porque lá ainda ninguém usa sapato". Então, é o ponto de vista que se vê. E nós vimos por este lado: ninguém usa sapato. E a gente conseguiu ter muitos êxitos ali, a gente conseguiu transformar. E em 2019 foi a nossa primeira conquista. Nós conquistamos a medalha de ouro num Pan-Americano depois de 28 anos. E essa conquista última, antes da nossa... Muitos lembram que foi em 1991, em Havana, Cuba, com Hortência, Paulo. O Fidel Castro foi entregar a medalha e ele dizia para a Hortência, "não", porque ele olhava o número das costas; para a Paula, "não", porque elas ganharam de Cuba na final, que era uma grande potência. E ali o Brasil ganhou essa medalha. E depois de 28 anos, nós conseguimos recuperar essa medalha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora, recentemente, pela primeira vez o Brasil se tornou bicampeão. Já tinha ganhado outros títulos, mas, seguidos, jamais tinha acontecido. Só lembro que foi em 1991. E depois nós ganhamos, depois de 28 anos. E agora, duas vezes seguidas, no Pan-Americano de Santiago, no Chile, o Brasil se tornou bicampeão. E no mesmo ano nós ganhamos a América, fomos campeões da América, da American Cup, batendo os Estados Unidos duas vezes na mesma competição. Foi de uma forma invicta, uma coisa inédita que aconteceu, de ganhar dos Estados Unidos duas vezes na mesma competição. Isso nunca tinha acontecido. E a gente conseguiu esse título, que foi tão importante para o Brasil.

Por que eu estou falando isso? Eu não estou falando para que... "Ah, esse é o grande treinador". Até porque isso está muito aí na internet. Vocês podem ver isso. Eu só estou falando que, para eu ter esse primeiro título e tantos outros na minha carreira, também no masculino, com o Flamengo... Até hoje eu sou o maior vencedor dessa liga que tem hoje, que é o NBB, ganhando quatro títulos seguidos com o Flamengo. Até hoje eu sou o treinador que mais títulos tem nessa liga, no NBB. Eu estou contando isso porque esse primeiro título que eu ganhei foi depois de 20 anos– 20 anos de profissional. Não estou falando 20 dias, 20 semanas, 20 meses; estou falando 20 anos. E isso serve muito, Senador, para a que a gente não desista dos nossos propósitos, daquilo que a gente sonha, daquilo que a gente quer.

Eu acho que os senhores são os nossos representantes para que os nossos sonhos se concretizem, se realizem, para que a gente possa ter um Brasil cada vez melhor. Então, quero deixar aqui... O meu tempo já está se esgotando, mas eu quero deixar, assim, não foi por uma questão de resultados – não foi por uma questão de resultados.

É duro eu abrir mão, porque, como eu disse, é um sonho de qualquer treinador que hoje trabalha com uma modalidade representar o seu país. Eu assim o fiz por 14 anos na seleção masculina e estava há cinco anos com a seleção feminina, tendo êxitos. Não é fácil você abrir mão disso, porque é abrir mão de um sonho. Mas eu sempre disse e digo para minha família, e digo também nas palestras que eu faço, que nunca devemos colocar as nossas pretensões acima das nossas prioridades. E as nossas prioridades são nossos princípios, nossos valores. Então, eu quero que meu filho, que hoje está aqui, saiba que mais do que ganhar uma medalha é você honrar aquilo que te levou a ganhar essas medalhas, aqueles princípios que te levaram a sustentar, hoje, um casamento como o que nós temos, de 29 anos, de 38 anos juntos. Então, são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisas que nos sustentam a sermos fiéis e sustentam a nossa fidelidade não só às pessoas, como eu tenho com o Diego, que trabalhou comigo por 17 anos, mas àquilo em que nós acreditamos, como nossos princípios, nossos valores, nossas crenças.

Negocio qualquer coisa, e, quando me chamaram, eu não pedi para a confederação nenhum salário, eu não pedi para a confederação nenhum contrato, até porque não tínhamos contrato. A gente aceitou isso, porque nós sabíamos das dificuldades da confederação no momento, que a dificuldade é enorme, e eu tenho um carinho enorme pelo Presidente da confederação e uma gratidão a ele, que é o Guy Peixoto, que honrou, até há pouco tempo, esse compromisso de deixar que eu pudesse gerir o basquete feminino brasileiro, as seleções brasileiras femininas. Ele me deu essa capacidade, e, por uma pressão que fizeram, permitiu que tirassem o Diego sem a minha autorização, sem a minha concordância, por esses princípios. Não foi só porque é o Diego, porque o Diego não é meu amigo, mas é mais que meu amigo, é meu irmão, porque nós comungamos das mesmas crenças, dos mesmos princípios. Ele não está há 17 anos comigo só porque ele é um bom profissional, o que é, um excelente profissional, mas também porque, eu acredito, com esses princípios nós podemos ser cada vez melhores.

Então, eu termino a minha fala dizendo aquilo que eu disse, que eu negocio qualquer coisa, negocio qualquer coisa. Se a jogadora chega um pouco depois ou um pouco antes, se eles podem me pagar um pouco menos ou um pouco mais, se o contrato é de tanto tempo, tudo isso é negociável. Meus princípios e valores são inegociáveis, e eu jamais iria seguir em uma função em que eu iria assinar uma tomada de decisão que não condiz com meus princípios, meus valores, minhas crenças.

Então, eu termino dizendo: não tem prêmio, não tem castigo, tem consequências. O plantio é livre, mas a colheita é obrigatória. Eu sei que a verdade e as respostas virão.

Obrigado, Senador. Obrigado por esta oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Sr. José Alves dos Santos Neto.

É muito bom saber que existem pessoas como o senhor, como o Diego Falcão e como tantas outras pessoas que não se dobram. E aí tem uma frase de Paulo, que pergunta do que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adianta ganhar o mundo, chegar a uma Olimpíada com resultado, trabalhando há tanto tempo, mas se perder na vida. Então, realmente, é de emocionar esse tipo de depoimento.

Tem algumas perguntas aqui, mas, antes, eu queria mostrar talvez o grande protagonista de tudo isso que foi criado.

Já lhe passo a palavra, Deputado Thiago.

O grande protagonista é principalmente o Diego, que teve a coragem de se posicionar...

Eu peço até à Secretaria, se puder pegar o *post* dele, se puder pesquisar no Instagram. Ele falou que foi mais ou menos no dia 20 de junho, 20/06, se puder pegar esse *post* que foi a polêmica e tal, que aí começou a caçada implacável a ele, que resultou em sua demissão, eu queria mostrar para a população.

Mas aqui está na minha mão um bebê, uma criança de 11 semanas de gestação, de 11 para 12 semanas. Está com o fígado todo formado, os rins, já tem até unha esse bebê. Esse é o período em que é feito o aborto – esse é o período em que é feito o aborto –, então, essa criança não tem nenhuma defesa, absolutamente nenhuma defesa. A defesa dela somos nós, somos nós! E uma audiência dessa pode até não reverter a injustiça a curto prazo como a gente gostaria, mas você pode ter certeza de que ela vai cumprir o seu papel no aspecto de que muita gente que está nos assistindo agora e que vai nos assistir, porque fica nas redes do YouTube aqui do Senado, pode conhecer alguém, uma prima, uma amiga, aquela coisa que a gente sabe que Deus faz os caminhos, que está passando por uma gravidez não planejada e que só por a gente ter essa oportunidade de discutir esse assunto pode poupar a vida dessa criança, desse bebê e também o sofrimento de mulheres.

Por isso que, deixando muito claro, ninguém aqui, absolutamente, muito pelo contrário, nós não condenamos ninguém que fez aborto, quem somos nós, absolutamente. Aliás, muitas pessoas, muitas mulheres fazem sem saber da consequência, sem saber o que é, por isso que o pessoal fica...

Thiago, eu fui entregar esse bebezinho para o Ministro dos Direitos Humanos, logo no começo do Governo agora, e ele se recusou. Eu dou esse bebezinho há 20 anos, eu entrego para autoridades, para cidadãos, porque eu acho que é educativo, porque você materializa o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é, mas o Ministro recusou, foi a primeira autoridade, eu já dei até para Ministro do Supremo isso aqui, nunca ninguém recusou. Para feministas, eu já dei, receberam, faz parte do debate. Esse é o símbolo mundial pró-vida, mundial, é o símbolo.

Então, o que é importante a gente deixar claro é que nós estamos vivendo tempos muito estranhos, muito estranhos, porque a gente está sendo impedido de falar sobre...

Eu acho que a Madre Teresa de Calcutá, não sei se foi esse o *post* dele, mas ela tem uma frase que diz o seguinte: "É impossível que haja paz na terra enquanto existir o aborto, porque o aborto é uma guerra contra as crianças. Se uma sociedade permite que uma mãe mate seu próprio filho no ventre, como é que vai evitar que as pessoas se matem umas às outras nas ruas?". Olhem a pandemia que a gente está tendo, no momento, de violência no Brasil! O princípio da violência, dizia Madre Teresa de Calcutá, é o aborto.

Isso aqui tem muitas causas que a gente abraça junto, Deputado: contra as drogas, o que tem a ver com o esporte, contra a liberação de maconha, contra a ideologia de gênero nas escolas, contra a erotização das nossas crianças, contra o jogo de azar, que está aí endividando já um terço da população brasileira e não para de crescer... A gente alertou contra tudo isso, esse negócio de casa *bet*, que não tem nada a ver com esporte, que está acabando com esporte, na verdade. Mas a causa das causas é a vida desde a concepção. É o direito, primeiro, de nascer.

Eu quero deixar muito claro para mulheres que estão nos assistindo que fizeram aborto... É como disse Jesus através de Pedro: o amor cobre uma multidão de pecados. Quem somos nós...? Às vezes, você foi pressionada ali pelo namorado, pelo marido: "Vai ter que tirar, vai ter...". A gente entende. É uma questão de humanidade, é a compreensão da humanidade.

A Elba Ramalho, que é paraibana, Diego, sua conterrânea, é muito minha amiga. Hoje, eu acredito que a grande baluarte da causa pró-vida é a Elba, porque ela... Ela deu entrevistas em grandes veículos dizendo sabem o quê? Ela disse: "Eu fiz um aborto em 1973, e aquilo me marcou tanto que, quando eu ia ao *shopping* no Rio de Janeiro [ela morou e mora ainda no Rio de Janeiro], à praça, quando via uma mãe com uma criança andando, caía no choro". Aí começava a beber – ela disse isso –, a se drogar, tentou suicídio, porque ela ficou com aquilo, aquela marca. Quando ela pediu perdão a Deus e se perdoou – e foi um processo muito interessante que ela conta –, ela começou a pegar os seus dias, as suas madrugadas e a ligar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para mães que estavam pensando em abortar, dando todo o apoio, todo o suporte, colocando o testemunho. Essa mulher salvou centenas de vidas e poupou o sofrimento das mulheres! Elba Ramalho, conterrânea, não por acaso do Diego.

Diego, graças à sua coragem, à sua resiliência, esse assunto veio à tona. E vidas serão salvas graças à sua atitude e à atitude também do José Alves Neto, Zé Neto. E eu não conhecia a história de vocês. Para mim está sendo muito importante isto aqui e, eu acho, para os brasileiros, porque isto aqui é uma sessão histórica que o Senado está fazendo, no primeiro ano da Comissão de Esporte.

Eu passo imediatamente a palavra para o Deputado Thiago Manzoni, aqui do Distrito Federal, Presidente da CCJ. Muito obrigado pela sua honrosa presença nesta Casa.

O SR. THIAGO MANZONI (Para expor.) – Bom dia, Senador. Bom dia ao Diego, que nos assiste pelo computador. Bom dia, Prof. Zé Neto.

Em primeiro lugar, para mim, é uma honra estar aqui com V. Exa., Senador, nesta audiência pública com um tema tão relevante.

Eu presido a Comissão de Constituição e Justiça da nossa Câmara Legislativa aqui do DF, mas presido também, Professor, a Frente Parlamentar em Defesa da Vida desde a Concepção. Este é um valor inegociável: a vida. Nós precisamos proteger a vida.

E fico muito satisfeito de estar aqui hoje com pautas tão relevantes, debatendo um assunto tão importante e de tanto interesse para a população brasileira. Como o Senador bem expôs aqui, 80% da nossa população são pró-vida, defensores da vida, têm a vida como um direito inalienável. Nós não podemos abrir mão disso.

E esta audiência pública vem em boa hora, Senador Girão. V. Exa., com muito cuidado, no seu texto de abertura, no seu discurso de abertura, chamou de suposta demissão por perseguição. E o Prof. Diego Falcão acaba com a expressão "suposta" quando ele disse que, ao telefone, conversando com a Diretora Roseli – se não me engano em relação ao nome dela –, ela categoricamente disse que ele estava sendo demitido pela postagem que havia feito em defesa da vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que aconteceu foi isso. Ele fez uma postagem marcando uma posição filosófica dele, posição que é protegida pela nossa Constituição Federal, como V. Exa. leu, no art. 5º, que define os direitos fundamentais dos brasileiros. Por conta dessa postagem, ele foi demitido da Seleção Brasileira de Basquete, em que exercia a função de preparador físico. E o Prof. Zé Neto, que muita alegria já me deu como flamenguista... Ouviu, Professor? O Flamengo ser campeão do mundo de basquete é um... Não é à toa que o senhor é amado do jeito que é lá no Rio e no Brasil todo. E o Prof. Zé Neto, num ato de lealdade não só a quem ele chamou de irmão, que é o Diego Falcão, mas aos princípios que ele carrega e à história que vocês contaram – a própria história de vocês, cada um com as suas individualidades, são histórias belíssimas –, em lealdade, sendo leal a esses princípios, saiu também da Seleção Brasileira de Basquete.

Eu ontem tive a oportunidade de conversar, no meu gabinete, com o Prof. Zé Neto, e o que ele traz aqui, Senador, revela um pouco de por que haver tanta raiva, tanto ódio contra as pessoas que carregam dentro de si o conservadorismo. É porque é sobre o que nós queremos preservar e sobre quais fundamentos nós queremos construir, e a cultura *woke*, denominada falsamente de progressismo, quer a destruição desses valores. É bem verdade que eles são minoria, uma minoria bem pequena, mas, ao passo em que eles são minoria, eles são muito barulhentos também. E olhem o que eles foram capazes de fazer com dois profissionais supervitoriosos! Eles fizeram a Confederação Brasileira de Basquete ignorar resultados desportivos, que não vinham há décadas, por conta de uma postagem que confrontou essa cultura *woke*, que é a cultura da destruição, que é a cultura do regresso, que nos quer como animais selvagens, dominados pelo instinto, capazes de matar o ser mais indefeso de todos que é o bebê no ventre da mãe.

É uma loucura o que a gente está vivendo, mas, quando nós ouvimos aqui o Professor falando que "o que eu fiz é diferente de quem eu sou e quem eu sou é mais importante do que o que eu fiz", quando nós o ouvimos falando de trabalho, de êxito, de lealdade, de coerência, honrando a família, a esposa, com quem ele é casado há 38 anos, honrando o filho e ensinando para o filho publicamente que quem eu sou vale mais do que o que eu fiz, que não abra mão dos seus princípios, dos seus valores, ele está falando para um adolescente de 16 anos, está falando para milhões de adolescentes de 16 anos ao redor do Brasil. Isso tudo é um confronto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direto a essa cultura *woke*, que, eu repito, é a cultura da destruição, é a cultura do retrocesso, é a cultura que quer destruir os valores fundantes da civilização ocidental.

A civilização ocidental vem da filosofia grega, que é a busca pela verdade, palavra também mencionada pelo Prof. Zé Neto, e a verdade tem força por si só e ela sempre há de prevalecer contra a mentira. A cultura, a civilização ocidental vem também do direito romano, que é um direito basicamente católico, um direito canônico, que vem dos preceitos da Igreja Católica Apostólica Romana. E o tripé é formado, por último, pela ética judaico-cristã, a ética do trabalho, a ética da valorização do mérito, a ética da valorização da prosperidade, a ética da valorização do homem, da mulher, a ética da valorização da família, da educação dos filhos, do respeito aos mais velhos, da proteção às mulheres. Isso tudo está sendo atacado de maneira recorrente, ao longo das últimas décadas, por essa cultura maldita.

E, quando pessoas como vocês se levantam com coragem para verbalizar o que é correto e o que fundou a nossa civilização, a resistência deles vem, vem de maneira hostil, vem de maneira desleal, vem de maneira, muitas vezes, covarde. Porque alguém que dirige a Seleção Brasileira há cinco anos e abre mão de dirigir outra seleção, a Seleção Angolana, e faz isso sem ter um contrato de trabalho – durante cinco anos, ele não teve contrato de trabalho –, faz isso porque ama o país. E alguém que ama o país ser tratado dessa maneira é, no mínimo, injusto, no mínimo. Foi uma covardia o que fizeram com vocês, Professor.

Mas ainda há homens de coragem, Senador. Eu parabenizo eles dois, mas parabenizo também V. Exa., porque V. Exa. tem sido uma voz no Senado da República, nesta Casa Alta do nosso Congresso Nacional, a verbalizar o sentimento e os valores de milhões de brasileiros. Hoje o senhor está aqui com a pauta da vida, com a pauta do esporte, que tira jovens do tráfico, que muda a vida das pessoas, que transforma o destino das pessoas, que evita suicídio, que evita violência. Está com a pauta da vida desde a concepção, que é a nossa pauta mais cara – V. Exa. mencionou a Madre Teresa de Calcutá.

Ontem o senhor estava aqui, trazendo outra pauta muito importante para o Brasil, presidindo uma sessão e sofrendo pressão de todos os lados. E eu acompanhava V. Exa. pela televisão e pelas redes sociais, recebendo pressão de todos os lados, para que impedisse os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentares, os Deputados Federais de verbalizar aquilo que é o sentimento e o anseio da maioria esmagadora da população brasileira.

Então, eu encerro aqui agradecendo pela oportunidade de estar aqui, agradecendo pelo convite para que eu estivesse aqui e parabenizando V. Exa. pela coragem. O Brasil, neste momento, mais do que tudo, precisa de homens de coragem para ficar de pé diante do arbítrio, diante da tirania e diante dessas pressões que vêm de grupos minoritários, que fragmentaram a nossa sociedade, mas que continuam sendo minoritários. Parabéns pela coragem!

Parabéns pela coragem! Como cidadão brasileiro e como Parlamentar também, eu, em nome de milhões de cidadãos aqui do Distrito Federal e do Brasil, digo a V. Exa. e a todos aqueles que têm a coragem de V. Exa. muito obrigado pelo trabalho que está sendo realizado aqui. Obrigado por defender essas pautas, obrigado por levantar as nossas bandeiras.

Eu tenho certeza de que a luta vai ser árdua, mas, ao final de tudo, nós teremos prevalecido, porque a verdade sempre prevalece.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Deputado Thiago Manzoni. O senhor é uma inspiração para nós. Nós nos conhecemos na primeira manifestação, depois de um período em que o Brasil ficou atônito com aquela armadilha do dia 8 de janeiro. Com a mão pesada de perseguição, com preso político e tudo, o senhor teve a coragem de fazer um evento, e eu estive presente com o senhor, outros Parlamentares também, aqui, na Esplanada dos Ministérios, recomeçando as manifestações.

E não tem jeito, vai ter que ser através das ruas. Eu não sei se Brasília vai ter no dia 7 de setembro. Só São Paulo, na Paulista, mas lá em Fortaleza nós vamos fazer. Soube que em Goiânia vai ter, em Recife vai ter, porque nós vamos protocolar um pedido de *impeachment* do Ministro do Supremo no dia 9 de setembro, segunda-feira. O senhor está convidado para estar conosco aqui na Presidência do Senado, às 4h da tarde. Nós vamos entregar um superpedido de *impeachment*, robusto, com todas essas arbitrariedades que nós temos visto, após a manifestação de 7 de setembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A da Paulista deve ser a maior de todas, com certeza, mas eu estou percebendo que furou a bolha. O negócio chegou a um nível tão absurdo que isso aqui são espasmos do que está acontecendo. Mas é assim, com as pessoas que nem gostam de política eu tenho conversado com elas nas ruas: "Rapaz, eu nem gosto de política, de direita, eu não sou de direita, de esquerda, mas, rapaz, como é que um homem está mandando em todo o país? E tiraram minha rede, o negócio com que eu ganhava meu dinheirinho aqui, fazendo minha divulgação!". São pequenas pessoas empreendedores.

Inclusive, nós vamos falar aqui com o Secretário-Geral Rodrigo Saraiva Marinho, que vai ter a palavra agora. O Rodrigo o Secretário-Geral da Frente do Livre Mercado aqui no Congresso.

Muito obrigado pela sua presença. O senhor tem sido também um defensor, assim como o Deputado Thiago Manzoni, da liberdade, da liberdade de expressão, da liberdade de pensamento. Muito obrigado por sua presença aqui. O senhor tem a palavra.

Daqui a pouco... Eu estou preocupado é com o Diego, que está lá, vai dar 11 horas da noite, mas eu tenho umas perguntas para fazer, que estão chegando aos montes aqui, tanto para ele, como também para o José Neto.

Está ainda conectado? O Diego está. Então daqui a pouquinho, Diego, a gente faz as perguntas, e o senhor responde com as considerações finais do senhor, para a gente se encaminhar para o encerramento.

Meu querido Rodrigo Saraiva Marinho, o senhor tem a palavra.

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO (Para expor.) – Meu querido amigo Eduardo Girão, é um prazer, Senador, estar aqui, é um prazer sempre estar ao seu lado; é um privilégio estar com o meu amigo Thiago Manzoni, Deputado de Distrital aqui do Distrito Federal, um parceiro sempre na defesa da liberdade. É uma honra absoluta ouvir o treinador, um líder. É muito bonito ver um líder falando, porque ele entende que os seus liderados estão sob sua responsabilidade. É muito feliz.

Eu confesso: eu conhecia o senhor de nome. Eu sou torcedor do Fortaleza, assim como o Senador Eduardo Girão. A gente briga na NBB, a gente está um pouco abaixo agora. No futebol,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós estamos brigando de igual; no basquete, ainda um pouquinho antes, mas chegaremos lá. Mas é muito bonito ver um líder falando. Entende que a sua liderança envolve entender que o seu time precisa ser sempre defendido, composto e ao lado.

É muito interessante ver a questão do Diego falando e defendendo a visão de mundo dele.

Foi um conservador falando, agora vai ser um liberal falando. A vida, a liberdade e a propriedade são os direitos naturais do homem. Sem a vida, não consigo ter liberdade e propriedade.

É muito fácil defender o aborto estando vivo, estando aqui. É ótimo defender o aborto nessa condição.

A discussão desse tema é muito interessante, porque toda mulher que faz o aborto vai fazer um parto. A discussão é essa, ela vai fazer um parto. A criança vai nascer morta ou vai nascer viva. Quando o Conselho Federal de Medicina estabeleceu o prazo que todo país civilizado do mundo determina de 22 semanas para dizer que aquilo era aborto – é esse prazo –, este Congresso Nacional apresentou um projeto de lei dizendo o seguinte: mesmo você querendo interromper a sua gravidez, em caso de estupro, após 22 semanas, nós vamos beneficiá-la, nós vamos permitir que você retira o bebê de você de forma antecipada, que não é o ideal para essa criança, mas a gente vai deixar a criança viva. A discussão é essa, mas a discussão foi tão ideologizada, foi tão absurda, que chegou ao Supremo Tribunal Federal, e um juiz absolutamente irresponsável e que não conhece nada de medicina determinou que qualquer parto, mesmo após as 22 semanas, teria que ser matando aquele bebê, teria que ser matando aquela criança. O parto vai acontecer de uma forma ou de outra, mas uma criança com 22 semanas na barriga da mãe tem um potencial enorme de sobrevivência. Ou seja: "Não quero ter o bebê", o.k.! Quanta gente, quanta fila de adoção há neste país, a fila de adoção hoje é enorme neste país. Nós queremos, os brasileiros querem adotar crianças, não falta quem queira adotar essa criança. Para que matar? Porque o que a lei dizia era: estou beneficiando-a, vou protegê-la; mesmo após 22 semanas, nós vamos autorizar a interrupção da sua gravidez em caso de estupro. É isso que diz a lei, mas como é que ela foi traduzida por essa ideologia assassina? Como é que ela foi traduzida? Estamos impedindo o direito da mulher. Não. O direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é dela; é outra vida, é outra pessoa, é outra condição, é um pressuposto natural de que existe aquele direito – principalmente é outro sujeito de direito. A gente participa de um negócio chamado de Pacto de São José da Costa Rica, que estabelece claramente que nós temos o direito desde a sua concepção – direito do indivíduo desde a sua concepção. Inclusive o Supremo, há pouco tempo, deu decisão falando sobre a questão do depositário infiel, que aquilo ali deveria valer para o direito brasileiro, baseado no Pacto de São José da Costa Rica, o mesmo pacto que traz esse tema.

Essa canetada do Ministro não é só essa, não é? Quando você fala que esse Ministro tenta mandar de maneira absurda e o Senado não age, apesar de o Senador Eduardo Girão fazer um trabalho muito forte de lembrar o fiscalizador, o tal dos pesos e contrapesos que nós temos no Estado de direito – é o Senado que faz o contrapeso ao Supremo Tribunal Federal e diz: "Ô, você passou de todos os limites, volte para sua [o que todos nós queremos] casinha"... Certo? "Volte a tocar aquilo que lhe cabe, volte a fazer aquilo que a Constituição lhe determina, subordine-se à regra constitucional. Você não está...".

Toda a lógica liberal, que foi a lógica das evoluções liberais, foi submeter o Estado ao comando da norma constitucional, que é exatamente o que nós não temos hoje. Nós temos um Ministro que descumpre a Constituição, descumpre a lei, descumpre os preceitos, descumpre até mesmo o entendimento do Conselho Federal de Medicina, que com certeza sabe mais medicina do que ele, descumpre o devido processo legal, descumpre o império da lei, descumpre uma série de absurdos que é o que traz a esse tema específico.

A liberdade de expressão está prevista na nossa Constituição. Em nenhum momento, foi alegada incompetência do preparador físico Diego ou do técnico da seleção brasileira José Neto, que foi obrigado a se demitir. É claro, quando você é um treinador da seleção... Aqui foi um Presidente de um clube de futebol que, se Deus quiser, será futuro campeão brasileiro neste ano, sonho grande para o cearense, um sonho enorme acontecendo... Quando você contrata o Vojvoda, que é um grande treinador de futebol, você não contrata só o Vojvoda, você contrata a equipe técnica do Vojvoda. Então, se, de maneira absurda – absurda –, covarde, é demitido um funcionário meu sem eu estar na minha equipe, tem alguma coisa muito errada nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A liberdade de expressão está prevista no nosso texto constitucional, é um direito humano. A manifestação de pensamento cultural, a nossa visão sobre o mundo, isso é um direito humano, individual. Eu posso ter os meus valores pessoais, assim como eu tenho a liberdade religiosa, prevista desde a nossa Constituição de 1824. A Constituição do Império já previa a possibilidade de uma revolução, inclusive, em termos constitucionais, porque ela já previa que você poderia ter o seu direito à sua liberdade religiosa, ressalvado o aspecto público dos templos. Desde a Constituição de 1824, nós já tínhamos a previsão de liberdade religiosa, e a nossa Constituição atual – tivemos sete ou oito para alguns – já prevê, até hoje, desde então, essa liberdade religiosa.

Então, quando o Diego faz uma manifestação pública de dizer: "Eu sou contra o aborto", ele nunca poderia ser punido pela sua questão técnica. "Ah, mas isso desagradou". A liberdade de expressão está exatamente nisso. A liberdade de expressão não foi feita para eu falar o que agrada a alguém. A liberdade de expressão foi feita, e o Senador Girão foi muito feliz... Ainda que aqui fosse o contrário, essa pessoa teria que estar sendo defendida aqui, porque a liberdade de expressão foi feita para alguém defender o contrário do que eu estou dizendo aqui. Essa é a ideia central da liberdade de expressão. Essa é a base da liberdade de expressão, porque usar a liberdade de expressão só para ouvir o que eu gosto... Que liberdade de expressão é essa? Eu tenho que ouvir algo que eu repudio. Essa é a base da liberdade de expressão, e é o que o senhor, na casa aqui do lado, não entendeu até o presente momento; é o que o senhor, no outro Poder aqui, não entendeu até o presente momento, que é a condição, que para mim é completamente absurda, da Confederação Brasileira de Basketball: aquela em que a gente viu o Oscar jogando, aquela em que a gente viu a Paula e a Hortência jogando, ele jogou no lixo.

A possibilidade, primeiro, de uma maneira covarde, de demitir alguém mais fraco na cadeia – você era o grande líder... Em nenhum momento foi dito: "Eu vou demitir o Zé Neto, que é o chefe responsável direto do Diego". Claro, a repercussão política disso seria muito maior. Você é o treinador de um dos maiores clubes de basquete deste país, vencedor de pan-americano, vencedor de campeonato brasileiro, vencedor de campeonato mundial; ir direto a você não era tão simples. Eles forçaram a sua demissão, porque você agiu como um líder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha admiração ao Diego pela firmeza e pela forma dele é enorme. A minha admiração por ver um exemplo, um líder, é tão grande quanto a dele, porque um líder faz o que o senhor fez, Sr. José Neto.

Eu confesso que todo esse ponto, para alguém que é do esporte, do círculo olímpico, eu imagino que deve ser um sonho de realização de qualquer profissional do esporte. E o senhor cumpriu o círculo olímpico completo, viu ali 2019, estava ali o Japão acontecendo, e agora, quando o basquete feminino começava a, de fato, demonstrar a sua força, o senhor perdeu a oportunidade de viver um sonho, de estar em Paris e viver um sonho que qualquer atleta olímpico, qualquer profissional do esporte está vivendo, e abriu mão desse sonho para exercer algo que é fundamental na vida de qualquer pessoa, porque o exemplo arrasta. A palavra convence, mas o exemplo arrasta, e o seu exemplo vai arrastar muita gente. É uma honra e um orgulho estar sempre ao lado de pessoas como você, como o Senador Girão, como o meu amigo Thiago Manzoni, defendendo a vida.

Não existe exceção. Não é vida mais ou menos. É a vida desde, óbvio... Porque não vai nascer uma pedra dali, vai nascer gente, vai nascer vida. A vida, a liberdade e a propriedade: sem esses três requisitos, nós não temos uma nação, não temos direitos individuais, não temos a possibilidade de ter uma rede social e não temos a possibilidade de ser o coroinha de uma igreja e virar treinador da Seleção Brasileira de Basquete.

Parabéns pela sua força, parabéns pela sua coragem; parabéns ao Diego também. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Rodrigo Saraiva Marinho.

O Roberto Lasserre pediu também para falar, ele é assessor nosso.

Fique à vontade.

É uma audiência pública, quem quiser também se manifestar, que esteja aqui conosco, estará aqui registrado para falar.

Roberto, obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO LASSERRE (Para expor.) – Senador Girão, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Bom dia.

O SR. ROBERTO LASSERRE – Parabéns mais uma vez pela iniciativa de tratar de um tema tão importante, a questão do aborto. E aí a gente já vai também para a questão efetivamente de tentar silenciar quem é contra o aborto. Isso é extremamente complicado. Na minha concepção, como advogado, como cidadão, é uma violação que é inaceitável.

José Neto... Permita-me chamá-lo de Zé Neto, porque na verdade quem é fã do basquete chama você de Zé Neto a vida inteira. E me permita chamar de você porque, assim como você, eu sou um amante do basquete. O basquete foi o meu esporte durante todo o meu período de colégio. Eu lembro que eu jogava em tabela de madeira. Eu lembro que eu fui a um jogo na Associação Atlética da Bahia em que o Sírio jogava, Marquinhos deu uma enterrada e quebrou, porque na verdade não tinha flexibilidade ainda do aro. Aí acabou o jogo, a gente foi para casa, mas foi uma experiência, eu estava debaixo da tabela, foi uma coisa muito rica para mim. E durante todo o meu colégio eu fui amante do basquete, assim como o meu filho, Roberto Sampaio Lasserre, é amante do basquete.

Engraçado que a gente tem algumas coincidências. Eu sou católico, eu tenho 29 anos com minha esposa Christianne, minha filha Clara. Eu tenho 53 anos como você, nascemos em 1970 e, como eu falei, somos contra o aborto, sou fiel às pessoas que são fiéis a mim, então a gente tem várias coincidências. Eu não ia falar, mas depois que eu vi tanta coincidência, eu falei: eu preciso falar, preciso manifestar, porque, como o Senador Girão falou, não existe coincidência, existe "jesuscidência". Eu geralmente não venho em audiências públicas promovidas pelo Senador porque a gente tem muito o que fazer no gabinete, mas eu falei: não, hoje eu vou, porque trata de um tema importantíssimo e tem o Prof. Zé Neto como uma das pessoas que vai se manifestar.

Eu não conhecia o Diego, satisfação e alegria em tê-lo como uma pessoa que também é uma pessoa católica e fervorosa.

Professor, certamente o marcou aquele jogo de agosto de 1987, quando, no Pan-Americano, a gente viu Oscar e Marcel acabarem com a seleção americana. Aquilo deve tê-lo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

movimentado. Eu tinha 16 anos, acredito que a sua idade também, 16 anos, até pela nossa idade. Então, são coisas que marcam efetivamente a gente.

E se eu gostava da sua postura como técnico... E na verdade a única postura de que eu tinha conhecimento era como técnico, técnico do Flamengo. Eu sou Vitória, eu sou baiano, Vitória da Bahia, mas no basquete eu sempre torci pelo Flamengo, porque eu sou Flamengo no Rio de Janeiro também. Então, eu sempre gostei da sua postura na hora dos tempos, como se manifestava com os jogadores, como falava com os jogadores, com muita tranquilidade, sem aquela efusividade, sem aquela agressividade que eu acho desnecessária, porque ali só tem profissionais. Se eu gostava da sua postura como técnico, a sua postura como pai, a sua postura como católico, a sua postura como ser humano, quando disse que não se negociam princípios, isso aí me fez ser seu fã também como ser humano.

Eu precisava dizer isso, é muito importante que as pessoas vejam que, mais do que a questão propriamente do aborto, Senador Girão, que é uma questão terrível hoje no Brasil, você querer calar quem é contra o aborto é você querer calar efetivamente quem pode se manifestar. E como advogado eu digo: você violar a Constituição, um dos direitos mais sagrados, que é o direito à liberdade de expressão, manifestação de pensamento, na verdade, é você querer calar as pessoas. Isso é uma coisa totalmente inaceitável.

Mas, voltando efetivamente à figura de pai, eu vi você se manifestando em relação ao seu filho. Eu tenho um filho de 22 anos também, e o quanto é difícil a gente criar seres humanos hoje na nossa sociedade! A nossa sociedade está muito presa hoje às telas, muito presa às questões de internet. Muitas vezes, na internet, quando você não tem o controle da sua família, quem cria seus filhos é a própria internet e toda a podridão que existe lá. A internet tem muita coisa boa, passa muita coisa boa, mas, quando você não tem esse controle, efetivamente você perde essa possibilidade de ter a sua família para com você.

Então, quando você se manifesta falando do amor, do carinho que você tem da sua família, eu me coloco muito na sua posição em relação a todas essas afinidades que nós temos e digo o seguinte: foi fundamental o que você fez. Foi fundamental, porque na verdade você abriu mão de princípios – quando digo princípios, dentro do esporte – para valorizar os seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

princípios como ser humano. Se as pessoas hoje abrissem mão de valores financeiros e valorizassem os valores espirituais, a gente teria uma sociedade totalmente diferente.

Então, eu quero parabenizá-lo, quero parabenizá-lo como pai, quero parabenizá-lo como profissional, quero parabenizá-lo como pessoa que tem amigos e é fiel aos amigos e quero parabenizá-lo principalmente como pessoa, por ser católico praticante e contrário ao aborto. Isso é fundamental em todos os sentidos. A população brasileira tem que entender que ser fiel a princípios é mais importante do que ser fiel a questões financeiras e questões de valorização econômica.

Muito obrigado pela oportunidade, Senador Girão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Roberto Lasserre.

Olha, o que foi colocado aqui, eu acho que, se a gente pensar, desde o Deputado Thiago Manzoni, que fez a colocação, a minoria é barulhenta – a minoria, mas a minoria mesmo, isso aí está claro, mas eles são ousados. A gente tem que reconhecer que eles são audaciosos.

Se a maioria que é tímida, a maioria que é conservadora, que tem suas posições pró-vida, fosse ousada também, não estava desse jeito! Mas eu acho que esse aprendizado... A minha avó dizia, no interior do Ceará: "Ou a gente aprende pelo amor ou pela dor". E a gente está vendo as pessoas sofrerem, porque se deixou essa maioria lá em cima pintar e bordar por uma questão de agenda *woke*, essa minoria, por uma agenda... É destrutivo mesmo, é para separar, e é o inverso do esporte, que é para juntar, que é para unir.

Então, eu fui a Portugal uma época... Eu confesso que o meu esporte preferido é futebol. Eu desde pequeno queria ser jogador de futebol. Mas quem não parou para assistir aquela seleção daquela época do Marcel, do Oscar? Aquilo ali foi um negócio que foi uma lavagem de alma.

Eu vou dizer uma coisa para vocês, eu tive a oportunidade, na minha vida, dos nomes que vocês falaram, de conhecer a Hortência, pessoalmente, num evento que eu fui em São Paulo, e ela falou algo que eu nunca esqueci, numa palestra dela, corporativa. Ela disse: "A oportunidade é como um cavalo que vem na sua frente, só que o rabo do cavalo, a cauda está na testa. Se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passar e você não pegar, você não pega mais". Foi uma fala que me marcou; eu tinha ali vinte e poucos anos. E depois a Paula, a Paula...

A gente tem um hotel, lá em Fortaleza, e nós recebemos os clubes de futebol, porque tem um campo de futebol, nas dimensões da FIFA, dentro do hotel. Então, nós recebemos o clube da série A, recebíamos da Série B e tal. E a gente foi inaugurar o campo... Olha só as coisas de Deus, não é? Armando Nogueira, o grande Armando Nogueira foi inaugurar o campo junto com a Paula.

A gente fez um evento sobre responsabilidade social no esporte, foi a Paula, foi o Armando, depois teve o jogo Ceará e Fortaleza, os atletas... Foi lá no Porto da Aldeia. Os atletas do... Como é que chama? Máster! Os atletas do máster foram lá. Foi muito interessante, porque a gente levou o Roberto Dinamite, botou a camisa do Fortaleza; levamos o Careca, que jogou pelo Ceará. Foi interessante isso. E também o Donizete Pantera, do Botafogo, foi lá. Foi um negócio marcante. Foi transmitido ao vivo o jogo de lá, direto. E eu participei daquela organização e pude bater um papo.

Agora, o trabalho ficou evidenciado aqui, o trabalho. E quem acompanha basquete sabe que a *performance*, o resultado esportivo veio... Não é uma questão de resultado esportivo, como me parece que foi dado a entender na carta que o Sr. Guy mandou para a gente aqui, para essa Comissão, da Confederação Brasileira de Basquetebol. Então, me parece um discurso vazio, e a gente vai precisar entender o que está acontecendo.

Então, vamos partir para as perguntas.

Estava falando de Portugal. Eu vi, num muro pintado – e me marcou muito também –, na primeira vez que eu fui a Portugal, uma frase que dizia o seguinte: "o mal só triunfa quando os bons cruzam os braços"; ou silenciam. Então, nós estamos com dois brasileiros aqui, tanto o Falcão como o líder – muito bem-colocado pelo Rodrigo Marinho o exemplo de liderança, o líder servidor, que é o Zé Neto –, que não cruzaram os braços, não silenciaram. Então, para a gente é muito importante isso.

O *post* está no ar? Só para a gente colocar aí enquanto... Eu vou passar a palavra agora para o Falcão, vamos colocar as perguntas. Só para a gente... Foi falado tanto desse *post, e*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos colocar aí como é que começou isso tudo. Está aí o *post*. Foi o Padre Paulo Ricardo, que já esteve aqui no Senado também. Tenho uma grande admiração por ele. O Padre Paulo Ricardo é um grande defensor da vida desde a concepção. É muito corajoso. E ele coloca ali:

> Eu não sei como você foi concebido, se é em pecado, não sei se nasceu de um estupro ou de um casamento sacramentado, não me importa. Desde toda a eternidade, Deus sonha com você. A vida não é um fardo, meu irmão, é uma bênção.

O *post* do grande Padre Paulo Ricardo. Aí foi repostado isso aqui, republicado pelo Diego Falcão. E depois a frase de Madre Teresa de Calcutá, que ele coloca: "Qualquer país que aceite o aborto não está ensinando o seu povo a amar, mas a usar qualquer violência para conseguir o que deseja". Madre Teresa de Calcutá, que recebeu o Prêmio Nobel. Nós estamos falando de uma mulher que recebeu o Prêmio Nobel.

Eu não sei se você sabe do detalhe, mas, quando ela foi receber o Prêmio Nobel, estavam lá os presidentes, primeiros- ministros, estava lá aquela turma toda para receber e tal, e ela foi fazer o discurso dela. E o discurso dela foi em cima do aborto. Todo mundo... Era um presidente olhando para o outro, príncipe para lá olhando para o outro, e ela fez um discurso firme contra o aborto. Então, é a nossa grande referência.

Então, as perguntas... Esse aqui é o *post* que o Zé Neto fez em solidariedade ao colega, da sua equipe, ao amigo irmão, em que ele mostrou aqui o seu valor. Eu vou pedir que esse *post* dele, para a gente não ter que ler, que se coloque na... Eu vou passar para você, da Secretaria, para colocar na página da Comissão, para deixar registrado também esse *post* aqui, que é uma foto dele com o Falcão, dos dois aqui, com esse troféu. É de onde?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Campeão da América, do ano passado. Olha só!

Então, vamos lá às perguntas aqui, da população.

Mário, de São Paulo: "Deve-se respeitar a opinião das atletas no que se refere à quebra de confiança, mas não se pode julgar o profissional pelas suas opiniões".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou ler todos aqui.

Danielly, de Rondônia: "A demissão foi baseada exclusivamente nas crenças do treinador ou havia [...] questionamentos sobre sua eficácia técnica ou desempenho?". Danielly, de Rondônia, se manifestando aqui.

Stefani, de Santa Catarina: "Saúde mental é essencial no rendimento do atleta, você imaginou que seu posicionamento [não sei se ela está dirigindo para o Diego ou para o Zé Neto aqui, mas vocês se sintam à vontade, qualquer um dos dois que quiser responder] poderia afetar de alguma forma o time que preparava?".

Gerciane, de Pernambuco: "Até onde a liberdade de expressão [...] [interferiria na atuação] profissional? [...] [Se interferisse, justifica a] demissão? [...] [Se não,] seria esse um crime?".

Jackson, de Rondônia: "[No cenário esportivo brasileiro,] quais precedentes podem ser criados com a decisão de desligamento e o debate sobre o caso de Diego Falcão?". Pergunta muito interessante aqui, Jackson. Todas as perguntas são importantes, mas essa aqui é justamente sobre o precedente, a intimidação que foi feita aqui: "Ó, não vai pela nossa cartilha *woke* aqui? Nós é que mandamos aqui. É o politicamente correto. Você vai cair fora". Com isso, muita gente pode se calar – muita gente pode se calar. Então, é por isso que não pode ficar por isso mesmo. Nós temos que atuar, viu, Roberto? A gente tem que atuar na defesa do que a gente pode fazer aqui enquanto Senado, enquanto Parlamento, porque o que aconteceu foi um absurdo.

Carlos, do Rio de Janeiro: "Qual o limite da liberdade de expressão?". É a pergunta do Carlos, do Rio de Janeiro.

Willian, de Rondônia – o pessoal de Rondônia participando mesmo –: "Qual o papel das redes sociais nesse caso? Elas amplificaram o debate ou distorceram os fatos?".

Cauã, da Bahia: "Esse desligamento não fere claramente a Lei nº 9.029/95, que proíbe quaisquer práticas discriminatória para permanência no emprego?". O Presidente falou: "Ah, mas não tem relação trabalhista, não tem...", mas existe uma relação no trabalho. Eu repito: se fosse o inverso, meu amigo, o mundo tinha caído, a militância não ia brincar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gabrielle, do Amazonas: "Por que uma opinião do ex-treinador mudaria a competência do mesmo de capacitar as jogadoras? Isso não deveria ter influência alguma".

O Brasil todo participando. Olha o Amazonas!

João, do Acre: "A ação de demitir o profissional, fere os princípios da justiça e igualdade garantidos com relação a liberdade de opinião. Merece reversão".

Mariana, do Distrito Federal: "Não se trata [...] [apenas] de liberdade de expressão [...] [mas] de defender publicamente uma postura num país onde [...] [mulheres] são estupradas diariamente". É a opinião dela.

Inclusive, os *posts* aqui das duas jogadoras – eu vou pedir também para a mesa colocar os *posts* das duas jogadoras – falam nessa linha, como se – é a minha opinião aqui – uma coisa fosse estimular a outra. Defender a vida desde a concepção absolutamente não estimula estupro. Muito pelo contrário, nós defendemos a vida desde a concepção e que o estuprador seja punido de forma exemplar – de forma exemplar, é crime hediondo.

Então, vamos lá. Essas são as perguntas. Tem mais duas aqui que eu queria fazer, duas para o Diego Falcão e duas para o Zé Neto.

Ao longo de sua carreira, Diego, o senhor sempre defendeu valores profundamente enraizados na sua formação pessoal e religiosa. Como a sua fé se relaciona com a sua identidade e com a sua atuação enquanto profissional?

Outra para o Diego: já ocorreram situações em que outras pessoas manifestaram a opinião delas que era divergente da sua? Como você lidou com isso? E como essas pessoas lidaram com a sua opinião quando divergente da delas? Também vale para ti, Zé Neto.

E as duas perguntas finais aqui para o Zé Neto. O senhor mencionou que sua decisão de se afastar da Seleção Brasileira de Basquete foi motivada por princípios e valores que orientaram sua vida pessoal e profissional. Na sua visão, qual é o papel dos valores no contexto de liderança de uma equipe? Como eles influenciam a construção de um ambiente de trabalho coeso e respeitoso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra pergunta, a última: a liderança no esporte frequentemente envolve a conciliação de diferenças e o respeito à pluralidade. Em sua experiência como treinador, como o senhor acredita que os valores devem ser integrados à gestão de uma equipe diversa, sem comprometer a harmonia e o desempenho coletivo?

Inclusive, Zé Neto falou aqui: foram 20 anos para conseguir o... Vinte anos depois. E eu lembro muito, assim, essa questão de treinar o masculino e o feminino... Tem exemplos fantásticos também, como o do Bernardinho, o do Zé Roberto, também no vôlei. E no futebol a gente vê também: a Seleção Brasileira de Futebol, o René Simões...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Exatamente, exatamente. Interessante isso ter acontecido no basquete.

Passo a palavra... Vamos pegar o Diego? Vamos liberar o Diego?

Passo a palavra para o Diego. Já é o que aí? São 12 horas mesmo de diferença? Aí já são 11h26 da noite?

Um abraço, muito obrigado pela sua participação.

O SR. DIEGO MAROJA FALCÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu que agradeço, Senador. Obrigado por toda atenção.

Aqui são 13 horas. Estou 13 horas acima do fuso do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Meia-noite? Meia-noite e meia aí?

O SR. DIEGO MAROJA FALCÃO (*Por videoconferência*.) – Meia-noite e meia aqui, exato.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Meu Deus! Desculpa, perdão aí por fazer você passar por isso.

O SR. DIEGO MAROJA FALCÃO (*Por videoconferência*.) – Não, não tem problema. Faz parte. Isso aí é um direcionamento que o Papai do Céu quis e a gente tem que honrar. Sem problema nenhum, com muito orgulho. Sempre, sempre a favor da vida. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, eu fico muito feliz quando escuto essas perguntas. Realmente, com essas perguntas e todos os comentários que eu recebi em mensagens, em ligações, em *posts*, com todas as orações que eu recebi também, eu fico muito feliz, porque isso diz muito o que eu sou. Eu tenho certeza... E muito do que eu falo sobre a vida – e eu tenho isso comigo – eu sempre falo para direcionar as pessoas, porque, como José Neto falou aí, eu sei de onde eu saí.

Eu nasci de uma classe média pobre, nasci em uma cidade pobre, em um estado pobre, e sei que os direcionamentos que a vida entrega, e o que você faz com ela muda o fim, muda o processo, entendeu? Assim como muitas pessoas, muitos anjos na minha vida chegaram, e isso, José Neto é um deles, uma pessoa que teve comigo, está comigo há 17 anos, não é meu amigo, como ele mesmo falou, meu irmão, minha família, e assim, como ele, eu tenho várias pessoas com esse direcionamento; então, eu devo isso, claro, principalmente ao meu direcionamento religioso: Deus, Deus sempre em primeiro lugar.

Tudo que eu faço na vida e até os erros que eu cometi, eu sei que foram errados pelo direcionamento bíblico, por seguir o Evangelho, por saber que, quando você faz algo bom ou ruim, a única coisa, o único lugar que você acha que é bom ou ruim é na Bíblia. Então esse direcionamento eu levo e sigo o Evangelho hoje porque entre erros e acertos eu já vi que o certo é certo. Não tem muro, só existe um lado, e é isso que eu tenho que passar.

Quando eu falo de forma desportiva, isso nunca foi levado em consideração, como eu já havia mencionado na minha primeira parte, na minha primeira fala, nós tratávamos única e exclusivamente de forma desportiva, mas claro, como já foi citado que a parte da liderança, a parte do direcionamento, também o lado social está diretamente – e o senhor sabe, que já conviveu com atleta de alto nível – relacionado num alto nível desportivo, então é impossível você viver só de forma profissional.

Aquilo que você é na vida, você é transparente e você vive diretamente no seu profissional, claro que essas pautas não eram levadas na parte técnica tática porque a gente só falava de basquete, mas a minha vida e, com muito orgulho eu falo disso, da minha família, da minha mulher, dos meus filhos, eu falo com muito orgulho isso, ela é pautada no direcionamento de Deus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sigo o Evangelho e fico muito feliz, até mesmo quando as pessoas falam contra os meus princípios, porque eu vejo que realmente eu estou certo. Quando alguém fala que é normal você dizer que um feto, você tem que matar. Tem uma opção, como foi citado anteriormente aí, você tem a opção de ter o parto e nascer a criança viva ou morta e você prefere que ela nasça, que ela tenha que nascer morta, eu realmente fico constrangido, isso me constrange, entendeu?

Então assim, eu fico muito feliz de o senhor abrir esse espaço para nós, para a gente dizer que no esporte existem muitas pessoas de Deus, muitas pessoas que brigam pelas pautas de Deus, e só tenho a agradecer. Tudo que eu postei, eu postei com convicção, posto, falo, e no meu dia a dia, eu sempre fiz isso, e não é agora que irão me calar. Minha voz apenas potencializou, e vou fazer cada vez mais, com mais frequência.

Mas eu queria, antes de tudo, agradecer por todo espaço, por toda essa abertura, por tudo; quero agradecer a todos que estão aí, e digo que seguimos, não podemos parar, não podemos parar, temos que seguir.

Quero agradecer, muito obrigado, obrigado por tudo e pode me convocar que estarei sempre aqui presente. Agradeço à minha família que está aí: José Neto, Elis, Matheusinho, Fábio, agradeço a todo mundo que está aí. Obrigado pela presença, porque eles estão me representando aí. Estou longe, mas estou perto.

Obrigado por tudo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, muito bem, Diego Falcão.

Parabéns pelo seu testemunho. E por mais que vocês, tanto você quanto José Neto, passaram por isso, e estão passando ainda, porque muitas portas se fecham, é natural, mas outras se abrem. O importante é continuarmos combatendo o bom combate, de acordo com a nossa consciência, e a gente nunca está sozinho, nunca! A solidariedade foi gigantesca da população brasileira, e a gente sabe que Deus é que está no controle de tudo e que vai prover. Então, contem sempre também comigo aqui no que eu puder ajudar.

Já passo imediatamente a palavra aqui para o José Neto, que veio com a sua família. Quero agradecer novamente, que é também a família do Diego – achei muito bonito o que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falou aqui –, à Elisângela Aparecida Müller Alves dos Santos, que é esposa; ao Mateus Müller Alves dos Santos, filho – jogador de basquete também, não é isso? Olha aí, coisa boa –, e ao Fábio Malatesta, que é irmão. Que coisa boa, fico muito feliz.

Quando eu – antes de passar a palavra, que você vai encerrar – fui Presidente do Fortaleza, em 2017 – viu, Rodrigo? Não sei se você sabe desse detalhe –, as pessoas me prepararam da seguinte forma, olha só: " Rapaz, não entre nisso não, isso é coisa suja, você vai se queimar com isso aí. Quem é dirigente tem que fazer errado para conseguir ganhar, tem que comprar juiz, tem que comprar o jogador", e isso me estimulou, quando as pessoas começaram a dizer, eu disse: "Rapaz, tem alguma coisa errada nisso aí!" Mesma coisa que disseram para entrar na política depois. Só é lugar de gente mal-intencionada e tal. Aí eu disse: "Eu sou desportista, assisto o jogo, desde pequeno, em arquibancada. Quando os jogadores fazem o gol... Vamos lá, jogador faz o gol, primeira coisa que ele faz antes de comemorar o gol, qual é? Dedicar para Deus, dedicar para Jesus. O goleiro faz uma defesa espetacular, qual é a primeira coisa que ele faz?"

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Na época do nosso Presidente aqui, ele se benzia, exatamente, o nosso Presidente Romário.

A maioria dos jogadores são evangélicos, católicos. Primeira coisa que eu fiz, quando eu assumi o Fortaleza, foi uma reunião com eles, olhando nos olhos dos atletas. Apresentei-me, disse qual era o planejamento e queria ouvi-los. Ouvi. Foi fantástico. E diziam o seguinte, para me desestimular, ex-dirigentes, pessoas do meio: "Tudo o que você se comprometer com eles, com os atletas: de bonificação, de salário, de tudo, na hora do jogo mais importante, eles vão virar as costas e te chantagear por mais". Diziam isso para mim. E aquilo, pois, não batia com a questão dos valores morais do que eu via. Aí eu disse: "Eu duvido disso". E, rapaz, tudo o que a gente acertou com os jogadores, que os jogadores aceitaram, tudo eles cumpriram, não teve nada disso. Eu sou testemunha. E a bola entrou, e a bola entrou. Porque a gente foi fiel aos princípios e valores ali...

E, segundo, quem entende de futebol – eu entendo de gestão, mas de futebol eu sou um torcedor –, os especialistas, os comentaristas, dizia que aquele time que a gente tinha ali era o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

time menos qualificado dos oito anos que o Fortaleza passou na Série C, ou seja, boa parte da torcida já tinha jogado a toalha, que naquele ano não ia subir. E foi com aquele grupo de homens honrados, que Deus abençoou, pelos valores e princípios – eu me arrepio falando isso –, que deu certo aquele time, contra os prognósticos. Ali nós conseguimos subir, depois de oito anos, em seis meses da minha gestão no Fortaleza Esporte Clube.

E outra coisa de que eu tenho que dar o testemunho aqui, e nós vamos encerrar, vamos ouvir o Zé Neto, tem uma coisa que aconteceu no clube de que eu quero dar o testemunho. Teve um jogador, um ídolo nosso da história do Fortaleza chamado Clodoaldo. Esse cara é bem pequenininho, baixinho, um gênio da bola, do futebol. O Clodoaldo – a gente sabe que o sucesso leva... que muitas vezes você não está preparado para aquilo – veio muito pobre de Ipu, uma pessoa muito humilde e tudo, passou muita dificuldade, e o esporte às vezes abre portas, a porta larga, não é? Tem a porta larga e a porta estreita. A gente tem sempre que escolher a porta estreita, mas tem a porta larga, está lá. Então, num momento de fraqueza, que é normal – e ele diz isso, eu estou falando porque é uma coisa que ele fala e todo mundo sabe –, ele, ídolo do Fortaleza... Sabe quem era a empresária dele? A Marlene Mattos, que era da Xuxa. Então ele estava todo dia no Globo Esporte. Você que é flamenguista pode ter certeza de que o Clodoaldo tinha até um *rap*, um "melô" e tal, jogava todo dia no... Rapaz, o cara fazia gol em todo jogo, era incrível, era um gênio. E ele, num momento de fraqueza, com o Ceará, que é o nosso adversário principal lá... E nós lançamos na nossa gestão uma parceria com o Ceará, porque nós podemos ser adversários, mas jamais inimigos, porque nós somos irmãos, filhos do mesmo Deus. Dentro do campo é um querendo ganhar do outro, mas com respeito. Nós começamos isso... Tinha umas cinco, seis mortes por Clássico-Rei, porque, se o cara estava com a camisa do time rival no terminal de ônibus, ao redor do estádio, se matava lá em Fortaleza. Eram cinco, seis mortes. Depois que a gente começou uma série de parceria com o Ceará, eu indo assistir ao jogo no camarote – claro que com a anuência do Presidente do Ceará –, foi fantástico, eu com a camisa do Fortaleza e o Presidente com a camisa do Ceará, os jogadores entrando alternados, de mão dadas, um do Ceará, um do Fortaleza... Isto ninguém nunca viu: o Presidente assistindo ao jogo ao lado do outro, com a camisa, com o maior respeito. O mascote do Fortaleza com a bandeira do Ceará, não com a bandeira em si do clube, mas com o símbolo, com o nome "paz", p-a-z, com as cores do Ceará, o mascote do Fortaleza, o Leão, o Juba, com isso. E o mascote do Ceará, o Vovô, com as cores do Fortaleza, azul, vermelho e branco, com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nome "paz". Todo mundo ficou assustado com aquilo, ninguém entendia aquilo. Mas a gente foi incutindo, porque o exemplo tem que vir de cima. As mortes acabaram. Na segurança pública está tudo destruído lá. Em um mês, Thiago, e eu digo isso com pena no coração, no mês de março agora, houve 320 assassinatos no Estado do Ceará. É coisa de guerra – de guerra –, totalmente fora de controle. Mas, no futebol, não, não tem morte mais, porque a intolerância no futebol... Está vendo?

Então, é muito importante o Clodoaldo. O Clodoaldo, num momento de fraqueza, assinou com o clube adversário. Ainda tendo o contrato no Fortaleza, aliás, tendo o compromisso de assinar com o Fortaleza – o Diretor, o Presidente falou –, ele assina com o adversário e beija o escudo, aquela coisa e tal. E ele era o ídolo, o ídolo, o ídolo, as pessoas iam... E ali a torcida pegou uma mágoa muito grande, a torcida pegou uma... Ficou guardado o rancor durante dez anos na geladeira.

Eu estava na Presidência, um dia, tinha acabado de assumir, toca o telefone lá na portaria: "Olha, o Clodoaldo está aqui". Eu disse: "Que Clodoaldo?". "O nosso ídolo está aqui embaixo, Presidente." Eu disse: "Está de brincadeira. Eu vou descer aí para recebê-lo". Aí eu desço. Quando chego, ele se assusta quando me vê. Aí eu disse: "Por que você está assustado?". "Não, é porque a última vez que eu vim aqui me botaram para fora." E ele foi com um sargento, amigo dele, com medo de ter violência, porque a torcida não gostava dele, e em um horário que não tinha muita gente. Aí eu peguei e disse o seguinte: "Não, cara. Que é isso? Você é muito bem recebido aqui, vem cá". Aí eu notei... Ele falando do que aconteceu com ele, pois a gente perguntou, ele disse: "Eu me arrependo muito do que eu fiz, eu devo tudo a esse clube. Eu errei". Aí, na hora, eu tive a intuição e disse: "Clodoaldo, você pediria perdão à torcida do Fortaleza?". Aí ele, chorando, disse: "Eu vou pedir perdão, isso vai me tirar umas duas toneladas das costas". "Pois peça, porque, como Presidente, você já tem aqui o nosso consentimento, o perdão, mas eu tenho certeza de que a torcida vai também perdoar você."

Coincidentemente – está aqui um torcedor fanático do Fortaleza –, nesse período dos dez anos que ele passou, para o Fortaleza dava tudo errado, dava tudo errado, um time da grandeza do Fortaleza, que hoje é o vice-líder do Campeonato Brasileiro de Futebol...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... com um jogo a menos – olha quem está acompanhando o futebol, hein, Mateus? É desportista, isso é bacana –, que foi para a final da Sul-Americana no ano passado, o Fortaleza, depois que nós fizemos o perdão – nós fizemos um vídeo com ele pedindo perdão –, a torcida depois o perdoou e aconteceu uma coincidência incrível. Nós soltamos o vídeo do perdão... Faltou coragem minha para soltar. Esse vídeo ficou pronto por dois meses na minha mão, e eu querendo que o time ganhasse...

Eu estava balançando, a torcida sem paciência, há oito anos na Série C. Eu estava balançando, a torcida estava com paciência zero. Não adiantava eu chegar 7h da manhã e ir embora 11h da noite, dando tudo que eu tinha, longe da minha família, dinheiro, tudo, mas a torcida, se perdesse o jogo, ia bater em mim!

E aconteceu um dia que só não bateram em mim porque eu sempre tive uma atuação muito de bastidor, não era de aparecer e não me reconheceram. Eu passei no meio da torcida, e eles foram bater nos meus jogadores no estádio. Invadiram lá o vestiário e essa coisa toda. Foi uma loucura! Os jogadores queriam ir embora. "Não, não fico mais aqui de jeito nenhum, essa torcida está louca!".

E aí nós fomos casa a casa dos jogadores conversar com a família deles: "Calma, agora nós vamos fazer... o time é Fortaleza, vai ser uma fortaleza, não vai acontecer mais esse problema de segurança". Foi num jogo que a gente nem perdeu, a gente empatou! Para você ver que loucura que estava. A gente estava na tabela lá em cima e empatamos o jogo. Olha que nível de loucura!

Voltando aqui, para fechar o perdão do Clodoaldo. Eu fiquei com esse vídeo e disse: "Meu Deus, deixa ganhar duas partidas – duas partidas –, e eu solto o vídeo, porque a torcida vai estar mais receptiva". E nada de ganhar duas partidas. Ganhava uma e empatava outra; ganhava uma e empatava; perdia uma. E o Fortaleza ali na... Chegou na véspera do mata-mata, do jogo mais importante ali para a gente ir para o mata-mata, eu acordei no dia 7 de setembro – vamos ter agora – com uma intuição muito forte, de manhã, 6h30 da manhã. Era um treino aberto que a gente ia ter no nosso estádio, o Alcides Santos. Eu acordei com uma voz dizendo o seguinte: "O bem não pode esperar". O bem não pode esperar. E eu esperando dois meses para soltar o vídeo, com medo de perder a torcida. Rapaz, ali eu peguei o telefone, liguei para o nosso diretor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de *marketing*, o Marcel, e disse: "Marcel, solta o vídeo na hora do treino". A torcida toda no estado: "Solta o vídeo". "Mas, rapaz, pode acontecer ali, o pessoal está começando a apoiar para o jogo mais decisivo". "Meu amigo, o bem não pode esperar, solta o vídeo". Ele estava com a perspectiva, Elizabeth, que era o seguinte... Elisângela, perdão. Ele estava com a perspectiva de que 40% da torcida ia perdoar, 60% não. Estava preocupado, porque podia perder a atmosfera. Eu disse: "Solta o vídeo, vamos ter que soltar o vídeo".

Estavam 4 mil pessoas lá no nosso estádio pequeno, lá no Pici, e a gente solta o vídeo. E a gente tinha seguranças na torcida à paisana, eu no camarote e perguntando: "E aí"? A torcida na batucada antes de soltar o vídeo, batucada, pá-pá-pá-pá-pá, apoiando o time no treino, antes do jogo, dia 7 de setembro. Aí, parou todo mundo de tocar a batucada. Ficou um silêncio ensurdecedor, os jogadores treinando, até os jogadores não entenderam: "Poxa, pararam de tocar". Olharam um para o outro assim: "O que foi que aconteceu?". Era o vídeo chegando na imprensa e no celular de todo mundo, e as pessoas... Eu pergunto: "O que foi?". "Presidente, está todo mundo chorando aqui perdoando o Clodoaldo. Todo mundo chorando, todo mundo perdoando, 100%." Aí, eu disse: "Rapaz, não acredito, que coisa linda!". A partir daquele momento, tudo deu certo no Fortaleza, a partir do perdão.

E tem um sinal tão forte, que o gol que o Fortaleza fez no jogo seguinte, que foi o gol que levou o Fortaleza para o mata-mata e nós subimos, lá em Juiz de Fora... Nós subimos em Juiz de Fora em 2017, dia 23 de setembro de 2017. O gol que o Fortaleza fez no jogo para subir foi do Ronny. A bola bateu na trave, ele deu uma pancada de fora da área, a bola bateu na trave, rodou toda a rede, bateu na outra trave e voltou para a mão do goleiro do time do Moto Club, do Maranhão. Para mim, isso é um sinal de que o Fortaleza deu 180 graus ali, virou a chave. E tudo deu certo, a partir dali tudo deu certo. É impressionante o poder do perdão, isso é um testemunho...

Ah, quando eu chego em casa – desculpa eu estar me alongando – de noite, o time foi para a concentração, para o jogo e tal, eu cheguei em casa, alguém descobriu o meu celular, não sei quem, um torcedor, e mandou: "Por que o senhor promoveu esse perdão nesse dia?". Aí, eu disse: "Não estou entendendo, é porque é 7 de setembro? Não foi isso". "Não, porque, segundo a Igreja Católica [e eu não sou católico, eu sou espírita, mas olha só], é o dia de São Clodoaldo". Eu não tinha a menor noção disso. Dia de São Clodoaldo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E sabe quem foi São Clodoaldo? Depois você pesquisa a história dele. Era um príncipe na França, e mataram o pai dele. Fizeram uma emboscada, e os próprios conselheiros mataram o pai dele. Ele teve que fugir ou iam matá-lo. Ele fugiu na França. E o Fortaleza, o clube, foi inspirado na França. O Fortaleza teve a inspiração nas cores da bandeira da França, o primeiro Presidente estudou na França e tal, o Alcides Santos. E aí, olha só que coincidência: ele volta ao poder depois de muitos anos. O reinado era de paz no tempo do pai dele, mas virou uma confusão, uma briga. Depois de muitos anos, ele volta para instituir a paz, e sabe o que aconteceu? Ele teve a chance de mandar matar quem mandou matar o pai dele e ele perdoou. Nada é por acaso, as coisas da vida da gente.

Eu passo a palavra, agradecendo a paciência da família e de todos vocês, porque isso aqui é muito marcante, tudo isso que está acontecendo, e não é por acaso.

Então, José Alves dos Santos Neto, Zé Neto, tem essas perguntas. Você fica à vontade para responder e para fazer suas considerações finais. (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS NETO (Para expor.) – Agora sim.

Bem, obrigado. Acho que isso tudo fortalece e deixa ainda mais exemplos concretos daquilo que a gente tanto fala.

Também quero ir por essa linha de que, como meu pai dizia: "Falar até o papagaio fala, fazer é para poucos". E essas questões que vieram agora remetem muito a atitude: não é aquilo que nós conhecemos e aquilo que nós falamos, mas aquilo que nós fazemos mediante aquilo que nós temos como conhecimento.

Eu estou muito convicto de que – acho que em qualquer profissão, mas vou falar especificamente da minha – é muito importante ter conhecimento, é muito importante saber de basquete, ter experiência, é muito importante, mas muito mais importante é quando você tem a possibilidade de usar aquilo que você conhece para que você possa arrastar com o seu exemplo e com a sua liderança, e aí ela é fundamental. Então são coisas que são importantes e aquilo que é fundamental.

Na minha carreira como treinador – e acho que para todos os treinadores, independentemente da modalidade –, o que é preciso fazer para que se tenha êxito sem sombra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de dúvida nenhuma: dos meus 32 anos de experiência como treinador, eu digo que você precisa ser um bom gestor de pessoas, porque não é só o relacionamento com o atleta, não é só o relacionamento com o jogador, não é isso. É relacionamento com todos, desde a sua comissão técnica. E aí eu vou falar também sobre a liderança, que é o tema das questões aqui, que também são norteadas, claro, pelos valores, pois estamos falando dos valores e daquilo que a gente aplica para que a gente possa ser líder.

O Diego teve que sair, como foi colocado pela diretora; depois, eu saí por uma decisão minha, eu abri mão, como eu falei, um momento muito duro, e ainda sofro com isso, porque não é fácil, hoje eu não tenho um trabalho, tudo isso. É duro você abrir mão disso, mas, como eu falei, são coisas inegociáveis. E logo depois que eu deixei também, toda a minha comissão técnica também abriu mão. Então, o meu assistente, os meus dois assistentes... O João Camargo, que dirigia a equipe do Sesi de Araraquara, pediu demissão também, para que ele não continuasse, porque ele não queria continuar porque, depois que eu saí, foram pedir para que ele continuasse. Porque não era desejo da confederação que eu saísse. Então aí também pode se esclarecer esta situação de que a confederação me tirou por um resultado: não, porque a confederação já tinha se comprometido comigo de que eu iria ficar mais esse ciclo, porque sabia do resultado que a gente teve, sabia da transformação que nós fizemos. Então, não foi desejo da confederação que eu saísse. E, depois disso, os meus assistentes, o outro que é um francês, que é o Virgil, que já estava há muitos anos aqui no Brasil, inclusive é casado com uma jogadora que foi jogadora da seleção, Adriana Santos, que também fez parte do corpo administrativo da seleção...

E uma coisa é que essa decisão é muito complicada. Eu falo de decisão e liderança porque eu já tive um episódio anterior relacionado a esse tipo de situação, mesmo no feminino, porque naquela época do Mauricio, do vôlei, que fez aquele *post* também sobre o super-homem... E eu conhecia o Mauricio já de tempos, porque eu estive com ele nos Jogos Olímpicos em Londres e a gente estava no mesmo prédio, então a gente se falava, a gente tinha esse contato. E, quando ele postou e eu curti – não fiz um comentário, eu curti –, teve um *site*, uma página bem conhecida, que fez uma matéria dizendo que eu estava curtindo e era homofóbico. Se você pesquisar na internet vai ter isto: que eu era homofóbico. E nessa época a diretora era a Paula, e me lembrei agora, se falou na Paula, e eu estava em Angola porque nos últimos quatro anos eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dirigi em Angola. Eu fui treinador em Angola, que é o país da África mais vencedor do basquete, como o Deputado Thiago também falou.

Eu tive a oportunidade de ser treinador da seleção masculina de Angola, e abri mão de um contrato lá muito economicamente vantajoso, porque eu já tinha um compromisso moral, mesmo sem ter contrato aqui, como disse o Presidente na carta. Mesmo sem ter contrato aqui, eu abri mão porque eu tinha um compromisso moral com eles de que eu iria continuar e as competições iriam bater. Então, eu consegui classificar a equipe de Angola para o campeonato africano de seleções, e depois eu abri mão. E para eles isso foi complicado, porque, imaginem, o país mais vitorioso da África, eu sendo chamado para continuar como treinador da seleção, e eu abri mão. Então, foi complicado, mas foi por uma questão também moral e, mais uma vez, pela prática de que os valores são maiores do que os preços. Então, eu tive essa possibilidade de executar também mais uma vez essa questão.

Então, a liderança é muito disso, e a gente sempre tratou... Sabíamos, quando nós entramos na seleção, que era um ambiente que tinha algumas questões que eram contrárias àquilo que a gente tem como conceito de vida. Pelas questões das meninas, como era o ambiente e tudo mais, nós sabíamos disso, mas nós tivemos êxitos porque nós passamos por cima disso, ou seja, os nossos propósitos estavam acima dessas questões. E a liderança mostrou isso, porque a gente fazia isso com exemplos: sempre as tratamos muito bem. E a Paula, nessa época, quando aconteceu tudo isso, me ligou e falou: "Cara, está tendo um problema grande aqui, porque estão te acusando aí por você ter curtido o *post* do Mauricio. Estão te acusando de ser homofóbico e tudo mais". Eu falei: "Paula, veja bem, como é que eu posso ser homofóbico se eu estou potencializando essas meninas?". Eu sei que a maioria delas tem relações... Olhem os *posts* que eu curti também dessas jogadoras, que estão entre elas, que têm relação entre elas. Eu não tenho nenhum problema com isso, porque eu respeito. E o Diego fala uma coisa que é interessante e eu vou repetir aqui – acho que ele se esqueceu de falar –: nós não precisamos concordar com tudo; nós só precisamos concordar que nós podemos discordar e respeitar essas opções. E foi dessa maneira que nós tratamos sempre as meninas. Então, nós potencializamos muitas dessas meninas, que foram jogar na Europa, nos Estados Unidos, depois dos resultados que nós tivemos, em que restauramos a seleção, e ela teve resultados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a liderança vai daquilo que nós fazemos. Não daquilo que nós pensamos, mas daquilo que nós fazemos, das nossas atitudes, e as nossas atitudes com elas sempre foram as melhores. As nossas atitudes com elas sempre foram respeitando as diferenças, sempre respeitando as opiniões. E isso fez com que a gente também tomasse esta decisão – e eu principalmente – de não assinar embaixo, porque é assim: "Bom, nós aceitamos tudo até agora, as diferenças, e trabalhamos e convivemos com isso. Agora, eu não posso aceitar que exista essa imposição de que o Diego tem que estar fora". Eu falei que o Diego não é meu amigo, é meu irmão, mas, se fosse com qualquer outro membro da seleção que eu tivesse recém-conhecido ou que estivesse fazendo parte da minha comissão técnica, eu não iria permitir isso, porque são coisas que são pautadas nos meus valores.

Quero terminar aqui agradecendo esta oportunidade de poder falar para vocês um pouco daquilo que eu sou e, claro, colocar o fato que levou a que a gente pudesse falar sobre esse tema.

E quero restaurar um pouco aqui uma fala do Cortella, porque eu gosto muito das coisas que ele fala, de muitas das coisas que ele fala. Ele fala: "Um dia nós vamos embora. Isso é inevitável. Esta é uma certeza que nós temos: um dia nós vamos embora. E só tem um jeito de nós sermos eternos: é quando nós ficamos nas pessoas, quando nós ficamos no lugar, quando nós deixamos algo bom". Então, nosso propósito sempre foi – e o meu principalmente – ir para um lugar e deixar esse lugar um pouco melhor, quando eu sair, do que quando eu cheguei. E acredito que, nessa minha trajetória na Seleção Brasileira Feminina, aconteceu isso. Podemos ver isso nos resultados, no *ranking* e em tudo mais, mas, acima de tudo, nas possibilidades que foram criadas, apesar das limitações.

Então, quando eu vejo as coisas indo bem, foi a semente que a gente plantou. Talvez a gente não fique nessa sombra dessa árvore, mas ficou um pouco lá. A mesma coisa aconteceu no Paulistano; a mesma coisa aconteceu no Flamengo; a mesma coisa aconteceu no Japão, quando eu fui; agora, em Angola, onde eu fiquei por quatro anos e acabei me tornando o treinador mais vitorioso do país em quatro anos. Então, isso para mim vale demais.

E dois princípios para mim que valem muito – muito, têm grande valor – são a justiça e a gratidão. Então, desde o convite que o senhor fez – quero agradecer também ao Romário, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente desta Comissão –, que vocês me fizeram para vir aqui, eu, em nenhum momento, pensei em não vir e estar aqui, porque, uma vez que o senhor coloca esse requerimento, e ele é aprovado pelo trabalho dos Parlamentares, seria uma ingratidão muito grande eu não estar aqui, o Diego não estar aí, porque a gratidão é uma coisa que realmente nos move. Então, agradeço muito e oro para que vocês tenham força e que Deus capacite cada vez mais vocês para brigarem pelo nosso país.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Zé Neto.

Quero também agradecer ao Diego Falcão, ao nosso querido Deputado Thiago Manzoni, ao Rodrigo Marinho, ao Roberto Lasserre e, também, mais uma vez, à família do Zé Neto e do Falcão, aqui presentes, Elisângela, Mateus, e também o Fabio – satisfação demais a presença de vocês aqui.

Martin Luther King dizia: "Uma injustiça em algum lugar é uma ameaça à justiça em todo lugar". Então, nesse sentimento de justiça, eu também coaduno com vocês. Eu acho que a justiça nos move, esse sentimento. E, daquela mesma forma que a gente vê muito no futebol – não é, Rodrigo? –, os humilhados serão exaltados. A gente percebeu muito, em alguns momentos, que o time achava que estava... É aquela coisa de que a soberba que precede a queda, não é? E eu acho também que a intolerância precede a queda, sabe? Eu acho que fica um aprendizado para todos nós.

Contem conosco. Eu sou do Estado do Ceará, uma terra libertária. O primeiro lugar a libertar os escravos no Brasil foi o Ceará, quatro anos antes da Lei Áurea. É por isso que nós somos considerados a Terra da Luz. E nós estamos vivendo um período de escravidão, de escravidão das ideias – tem que ser aquela ideia daquela turma *woke* –, de escravidão da liberdade de expressão; a censura tomando conta, a Constituição sendo desrespeitada. Mas nós vamos passar por isso com muita fé. Tem muita gente orando, sabia?

Rapaz, é impressionante – o Thiago deve vivenciar isso, como os Parlamentares aqui –, as pessoas dizem: "Olha, estamos orando por vocês. Vai dar certo". Isso dá uma força tão grande! É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por isso que a gente está de pé, combatendo o bom combate aqui, com todas as limitações e imperfeições que nós sabemos que temos.

Mas foi uma sessão muito significativa, emblemática e simbólica para o Senado Federal, na hora certa. Até demorou: ela foi aprovada em junho, mais ou menos, ou julho, e nós estamos aqui, já passou agosto. Mas agradeço a todos os membros da Comissão, à Secretaria pelo trabalho, ao Senador Romário, ao Senador Kajuru e aos outros Senadores da Comissão, que aprovaram o requerimento.

Estava aberto aqui, mas eu entendo que tem muitas Comissões acontecendo ao mesmo tempo. Mas o contraditório a gente iria ouvir, como eu li aqui as perguntas, como eu chamei o Presidente, o Guy, para vir, e ele mandou esta carta, que vai ficar também nos *Anais* aqui da Casa. Outros Parlamentares que podem discordar da minha posição poderiam estar aqui, mas não vieram.

O fato é que a verdade vai prevalecer, e nós não vamos desistir – contem com a gente, nós não vamos desistir – de buscar reparação por essa grande injustiça com esses dois brasileiros e com outros, que acabaram pedindo para sair também, que estavam com o seu sonho...

Foi bom você ter citado os dois, os outros dois da Comissão. Como é o nome deles?

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS NETO – João Camargo e Virgil Lopez.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – João Camargo e Virgil Lopez.

Esse é o da França?

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS NETO – É, é o francês.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O francês.

Minha solidariedade também a eles, mas dias melhores virão.

Parabéns pela postura ética e correta de todos.

Então, vou encerrar a sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 12ª Reunião, realizada em 10 de julho de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Deus os abençoe. Muita paz.

(Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B43FF3C90064E463.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.